



Tempo: permanências, rupturas  
e transições na História

**Anais Eletrônicos**

De 08 à 12 de maio de 2017  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH - UFMG

---

Anais Eletrônicos do VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Tempo: permanências rupturas e transições na História

Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 08 a 12 de maio de 2017.

**Organização:**

Ana Marília Carneiro, André Vitor de Oliveira Batista, Camila Neves Figueiredo, Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Emmanuel dos Santos, Henrique Brener Vertchenko, Kelly Morato de Oliveira, Mahira Caixeta Pereira da Luz, Natália Iglésias Scheid, Pedro Henrique Resende, Rafael Vinicius da Fonseca Pereira, Rayanne Cristine Joviano de Oliveira.

Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas FAFICH /UFMG, 2018.

Modo de acesso: [www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)

3020 p.

Texto em Português

ISBN: 978-85-54944-12-4

CDD 900. Geografia e História.

---

**Organizadores:**

Ana Marília Carneiro, André Vitor de Oliveira Batista, Camila Neves Figueiredo, Débora Raiza Carolina Rocha Silva, Emmanuel dos Santos, Henrique Brener Vertchenko, Kelly Morato de Oliveira, Mahira Caixeta Pereira da Luz, Natália Iglésias Scheid, Pedro Henrique Resende, Rayanne Cristine Joviano de Oliveira (Org.)

**Anais Eletrônicos do VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG:**

Tempo: Permanências, Rupturas e Transições na História

**1ª Edição**

**ISBN: 978-85-54944-12-4**

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas – UFMG  
Ano de Publicação: 2018

**Reitor da UFMG**

Jaime Arturo Ramírez

**Vice-Reitora da UFMG**

Sandra Regina Goulart Almeida

**Diretor em exercício da FAFICH**

Orestes Diniz Neto

**Vice-Diretor da FAFICH**

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

**Chefe do Departamento de História**

José Newton Coelho Meneses

**Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História**

Douglas Áttila Marcelino

**Coordenadora do Colegiado de Graduação em História**

André Luiz Pereira Miatello

**Realização**

Comissão Organizadora do VI EPHIS

Departamento de História – UFMG

Programa de Pós-Graduação em História UFMG – PPGHIS-UFMG



**Comissão Organizadora:**

Ana Marília Carneiro  
André Vitor de Oliveira Batista  
Camila Neves Figueiredo  
Débora Raiza Carolina Rocha Silva  
Emmanuel dos Santos  
Henrique Brener Vertchenko  
Kelly Morato de Oliveira  
Mahira Caixeta Pereira da Luz  
Natália Iglésias Scheid  
Pedro Henrique Resende  
Rayanne Cristine Joviano de Oliveira

**Revisão:**

Camila Neves Figueiredo  
Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

**Revisão Final:**

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

**Diagramação:**

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

**Monitores:**

Aguinaldo Boldrini  
Álvaro Augusto Lourenço  
Amanda Fernandes Caetano Monteiro de Castro  
Ana Flávia Mourão de Miranda  
Ana Luiza Ianeles dos Santos  
Ananda Couto de Oliveira  
André Luis Martins Amaral  
Andreza Alves Velloso  
Anna Carolina Alves Viana  
Átila Augusto Guerra de Freitas  
Bábarbara Deoti Silva Rodrigues  
Bruna Luiza Costa Pessoa  
Bruno Vinicius Leite de Moraes  
Clarice Guimarães Rabello  
Daiane Neves da Rocha  
Danilo Augusto Teixeira Paiva  
Déborah Soares da Silva  
Felipe Augusto Souza Costa  
Gabriel Victor Campos Moreira  
Gabriela Fischer Fernandes Corradi  
Gabriela Freitas Rocha  
Gabriela Stehiling Sarmento  
Henrique Sena Guimarães Lopes

Isabella Caroline de Souza  
João Batista de Oliveira Dias  
João Paulo Fogaça Dias Diniz  
João Victor da Fonseca Oliveira  
João Victor de Ávila Chamon  
Luiza Carvalho Miranda  
Luiza Nunes Silveira de Oliveira  
Magali Souza  
Marcos Vinicius Gontijo  
Maria Luiza de Souza Lopes  
Maria Thereza Magalhães Gomes Santana  
Mateus Freitas Ribeiro Frizzone  
Narrimam Lorena Oliveira Carvalho  
Paulo Henrique Gontijo Alves  
Renata Lopes  
Samuel Antunes de Souza  
Sara Rodrigues Handeri Araújo  
Sarah Andrino de Melo Policena  
Stefany Sidô Ventura  
Stephanie Nunes de Lima  
Ygor Gabriel Alves de Souza  
Yuri Ricardo Ferreira Cruz

**Apoio:**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH-UFMG

Programa de Pós-Graduação em História - UFMG

Programa de Graduação em História – UFMG

Projeto Brasiliana: Escritos e Leituras da Nação

Centro de Estudos Mineiros - CEM

Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno – CEPAMM

Centro Acadêmico de História – CAHIS/UFMG

Revista Varia Historia

Revista Temporalidades

Núcleo de História Oral - UFMG

Oficina de Paleografia - UFMG

Grupo de Teoria e História da Ciência – Scientia UFMG

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA

Sem Rumor – Projetos Audiovisuais

Marco Sena – Identidade visual, Produção gráfica e Web

Lucas Simon – Programador site

## Sumário:

Apresentação.....	30
Comissão Organizadora	

## Simpósio Temático:

### Simpósio Temático 1:

Redes sociais, poder, administração e justiça no mundo luso-brasileiro (1700- 1850).....	31
--	----

Considerações sobre a venalidade de ofícios no Império Português.....	33
Rafael Jose de Paula Braga	

“Desejando por a minha alma no caminho da salvação”: práticas de bem morrer e mobilidade social de forros, através dos testamentos – Mariana, Minas Gerais, c. 1735 – c. 1750.....	39
Felipe Tito Cesar Neto	

A imposição da ‘civilização’: Uma análise sobre o uso e a imposição do vestuário ocidental na sociedade indígena no Grão-Pará. (1757-1773).....	48
Caroline Almeida Gaspar	

Uma análise da atuação dos Juizes de Paz e dos Conselheiros de Governo na administração da justiça em Minas Gerais (1827-1834).....	53
Eduardo da Silva Júnior	

Com o poder de ditar o direito: Requerimentos, ofícios e queixas sobre a ação dos juizes e magistrados na sociedade do Rio de Janeiro do século XVIII.....	63
Marina Passos Tufolo	

Juizes ordinários e de fora: reflexões sobre justiça em primeira instância na região de Mariana, MG (1711-1750).....	73
Mariane Alves Simões	

Conflitos e ascensão social de um magistrado à serviço d’El Rey - o estudo de um caso, José Pinto de Moraes Bacelar.....	83
Joelmir Cabral Moreira	

Ouidores régios: um balanço historiográfico.....	88
Nara Maria de Paula Tinoco	

Escravidão e poder local: uma análise do problema dos forros em 1755 na cidade de Mariana.....	97
Beatriz Sales Dias	

O controle do trabalho mecânico pela câmara da Vila Real do Sabará (1735-1829).....105  
Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Afirmção política sob um território colonial nas Minas Gerais: análise do auto de Posse do Senhorio da Vila de Campanha.....112  
Edna Mara Ferreira da Silva

Legalidade, poder e tensões políticas: mandonismo e criminalidade em Bonfim MG - século XIX.....123  
Marcus Vinícius Duque Neves

**Simpósio Temático 2:**

História da polícia, do crime, da punição e da justiça no mundo moderno e contemporâneo: perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas.....133

“O samba da morte”: um homicídio no Morro da Favela. Uma análise comparativa entre os jornais da grande imprensa e o processo criminal.....135  
Thiago Torres Medeiros da Silva

Os sentidos da honra: Criminalidade e justiça na região de Formiga, Minas Gerais (1807/1875).....146  
Séfora Semíramis Sutil Moreira

Uma miniatura do mundo ordinário: a Penitenciária Agrícola de Neves (1927-1949).....156  
Pedro Henrique da Silva Carvalho

Prostitutas e criminosas: O discurso acerca das mulheres delinquentes para Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero (1893).....167  
Carolina Wanderley Van Parys de Wit

Marx, o marxismo e a questão criminal: Brevíssimas notas sobre a criminologia crítica e o economicismo.....175  
Douglas Carvalho Ribeiro  
Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa

Entre venenos e surrupios: a criminalidade feminina em romances de crime no Rio de Janeiro (início do século XX).....184  
Amanda Ribeiro Mafra Lima

Ação policial e posturas do poder público no controle da prostituição nas primeiras décadas republicanas (1896-1920).....195  
Gabriela Fazolato Guedes

Femicídio: a expressão máxima da violência de gênero.....204  
Lara Lanusa Santos Nascimento

O policiamento mineiro nos relatórios dos Chefes de Polícia do estado de Minas Gerais (1894-1922).....	212
Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira	

**Simpósio Temático 3:**

História e Música.....	<b>221</b>
------------------------	------------

Um duro, e feio golpe: violência e música nas Minas setecentista.....	223
Felipe Novaes Ricardo	

A canção é a arma de quem só entende o amor: A relação entre os regimes autoritários em Portugal e no Brasil e os festivais da canção (1964-1975).....	232
José Fernando S. Monteiro	

“O meu futuro é luz e calor”: os anos finais da Abertura Política (1974-1985) nas canções do disco Ao Vivo (1983), de Milton Nascimento.....	244
Hudson Leonardo Lima Públio	

Suave Coisa Nenhuma: o “Amor” dos Secos & Molhados como valor crítico à ditadura militar (1973).....	254
Thales Reis Alecrim	

“Caminhando”: canção símbolo da luta contra a ditadura militar e outras formas de opressão.....	262
Dalva Silveira	

“Tema De Abertura”: Waltel Branco e as Trilhas Sonora das Telenovelas da Rede Globo de Televisão (1969-1985).....	273
Thiago Rafael de Souza	

“Essa música é brega demais”: o programa de rádio “Clube da Saudade” um patrimônio da cultura imaterial de Jequié – Bahia.....	282
Ana Cláudia Rocha Tomagnini Igurolla	
Guilherme Lima Silva Junior	

O Declínio da Indústria Fonográfica na Era Digital e a Ascensão da Música Independente: o Caso do Grupo Teatro Mágico.....	291
Paula Ricelle de Oliveira	
Tiago Duarte Tudéia	

“Eu Te Amo Meu Brasil”: a música popular na construção ufanista e nacionalista do Governo Médici.....	303
Bruna Aparecida Gomes Coelho	

Análise das manifestações artísticas e musicais Iorubá na África pré-colonial e suas influências na cultura brasileira.....	312
Lucas D' Alessandro	

<b>A cor do Brasil: identidades em disputa no samba e nos dados censitários de 1940 a 2010.....</b>	<b>321</b>
Patrícia Nogueira Silva	
<b>Tambores, violas e clarins: a presença negra e mestiça na prática musical no Brasil entre os séculos XVIII e XIX.....</b>	<b>332</b>
Luiz Domingos do Nascimento Neto	
<b>Territórios musicais: um estudo exploratório da cartografia do rock catarinense (1980-2000).....</b>	<b>342</b>
Carlos Eduardo Pereira de Oliveira	
<b>A História Cantada: História, Cultura e Música.....</b>	<b>352</b>
André Luiz Rocha Mattos Caviola	
Guilherme Amormino Gomes	
Lucas Romano Silva	
<b>Delírios Antropofágicos.....</b>	<b>364</b>
Nathalia Guimarães e Sousa	
<b>Simpósio Temático 4:</b>	
<b>Dimensões do Brasil Rural e Agrário: Estado, territórios, atores políticos e suas lutas (Século XIX ao XXI).....</b>	<b>370</b>
<b>Nos Sertões da Comarca do Rio das Mortes: análise do avanço das fronteiras e os seus aspectos econômicos.....</b>	<b>372</b>
Marcelo do Nascimento Gambi	
<b>Literatura, comunismo e campesinato: uma leitura de Bernardo Élis.....</b>	<b>379</b>
Pauliane de Carvalho Braga	
<b>A “Lei do Boi” e a Relação entre Educação e Propriedade: o caso da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (1968-1985).....</b>	<b>383</b>
Wallace Lucas Magalhães	
<b>A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária na ditadura militar.....</b>	<b>393</b>
Bruna Marques Cabral	
<b>A Migração Interna no Brasil e como lidamos com sua Memória: diferentes olhares entre quem migra e permanece em um estudo de caso sobre a cidade de Resende Costa-MG.....</b>	<b>404</b>
Eduardo Filipe de Resende	



**Simpósio Temático 5:**

**Ditadura Militar Brasileira: a memória, a história e as inquietações do tempo presente.....413**

**A Igreja Católica na Ditadura Civil-Militar: a participação da ordem dominicana nos movimentos de oposição.....415**  
Ulli Christie Cabral

**Religiosos nas lentes do Plim Plim: uma análise sobre as perseguições nas reportagens da Globo Minas.....422**  
Raquel Marques Soares

**A Ditadura Civil-Militar: Um estudo sobre a formação do consenso através do discurso anticomunista na Arquidiocese de Diamantina, sob o bispado de Dom Geraldo de Proença Sigaud (Minas Gerais, 1961-1980).....430**  
Kamila Nunes da Silva

**A estrada engolida pela floresta? Memória e História da construção da Transamazônica.....442**  
Aldizio Ribeiro dos Santos

**Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário.....448**  
Camila Barbosa Monção Miranda

**A ditadura civil-militar em debate: legitimidade em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....459**  
Daniela de Miranda dos Santos

**Professores e militares. O polêmico processo de enquadramento dos professores da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1973).....471**  
Gabriela Fischer Fernandes Corradi

**O regime militar brasileiro e as políticas para Educação Física e Esportes: Um olhar sobre a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (1971-1974).....481**  
Anderton Taynan Rocha Fonseca  
Fernanda Cristina dos Santos

**O Movimento Estudantil em Belo Horizonte Durante os Governos Castelo Branco e Costa e Silva.....489**  
Ronaldo Serpa da Silva Junior

**Reflexos do autoritarismo nas relações de trabalho: disputas trabalhistas em Juiz de Fora frente à repressão do governo Costa e Silva (1967-1969).....500**  
Paulo Henrique Silveira Damião

O Golpe Civil Militar de 1964 no contexto da micro-história.....	507
Gilvan Gaspar de Melo	
Eleições e Ditadura Militar: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a eleição municipal de 1968 em Campina Grande-PB.....	513
Dmitri da Silva Bichara Sobreira	
A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do MR-8(DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972).....	523
Higor Codarin Nascimento	
Guerrilha do Caparaó: a resistência da esquerda militar no Brasil (1966-1967).....	533
Márcio Francisco de Carvalho	
Ensino de história e o livro didático: representações acerca das violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar.....	541
Jessica Machado Martins	
Um Exercício à Guisa de Reflexão Teórica: diferentes interpretações acerca do populismo no Brasil e sobre a ditadura militar brasileira.....	551
Patrícia Costa de Alcântara	
Especificidades da contracultura no cinema brasileiro e tensões no campo artístico (1968-1969).....	564
Fábio Santiago Santos	
 <b>Simpósio Temático 6:</b>	
História e Linguagens: Biografia, Cultura Escrita e Teoria da Literatura.....	<b>575</b>
“Vergonhosa mulher que vós sois!” A melancolia romântica e a moralidade imposta a Lucrecia e a Beatriz.....	
Ana Paula Silva Santana	
Literatura: Caminhos da História.....	584
Ana Paula Mendes Motta De Souza	
Narrativas sombrias: O gótico nos folhetins cariocas no século XIX.....	595
Danielle Christine Othon Lacerda	
Representações de Virtudes no Conto ‘A Gata Borracheira’ dos Irmãos Grimm.....	603
Pedro Victor Silveira Ferreira	
Anemia do Tempo: Absurdo e o Caráter Distópico nas Obras “Adeus, Velho”, de Antônio Torres, e “Feliz Ano Novo”, de Ruben Fonseca.....	607
Matheus Silva Marciano	

O princípio da caridade no discurso institucional das irmãs de São Vicente de Paulo.....	617
Melina Teixeira Souza	
Literatura e Revolução: O mundo alucinante de Reinaldo Arenas.....	628
Jorge Luiz Teixeira Ribas	
As comunas e associações contra o despotismo no ideário de Alexis de Tocqueville.....	634
Sérgio Cruz de Castro Lima	
Biografia em análise: a construção da imagem de Eduardo Gonçalves Ribeiro.....	643
Geisimara Soares Matos	
José de Magalhães Pinto: a trajetória política do líder civil da ‘Revolução de 1964.....	652
Esther Itaborahy Costa	
<b>Simpósio Temático 7:</b>	
<b>História Política, Cultura Impressa e Intelectuais.....</b>	<b>663</b>
Às luzes do Revolución: a constituição fotográfica dos camponeses cubanos (1959-1961).....	665
Edinaldo Aparecido Santos de Lima	
“Palavra de Ordem é Progresso”: Gazeta de Oliveira nos finais do século XIX...677	
Saulo Mendonça Marra Junior	
Entre jornais e guerras: perspectivas políticas de Cecília Meireles (Rio de Janeiro, 1930-1945).....	685
Denilson de Cássio Silva	
Representações das Américas no periódico Astro de Minas, 1827-1839.....	701
Paulo Vitor Soares da Silva	
“O deputado do povo”: A atuação parlamentar de Carlos Marighella e a cultura política comunista (1945-1956).....	711
Danyeleye Nayara Santos Dias	
“Papagaio velho não aprende a falar”: representações dos parlamentares nas revistas Careta e Fon-Fon (1907-1930).....	718
Natascha Stefania Carvalho De Ostos	
A cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima: as ideias do senador intelectual Eduardo Suplicy (1990-2006).....	724
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	

**Mundos do Trabalho & Imprensa: as celebrações do “Grande Dia” na imprensa amazonense durante a Primeira República.....735**  
 Richard Kennedy Nascimento Candido

**Os Arautos Da Nação: O papel de intelectuais na educação patriótica paraibana durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).....741**  
 Daviana Granjeiro da Silva

**Em busca da Revolução: a trajetória do movimento nacionalista no Brasil (1961-1964).....750**  
 Felipe Alves de Oliveira

**A Censura a partir da Análise dos Pareceres da Mesa do Desembargo do Paço...762**  
 Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna

**O pensamento histórico e político em A dedication to sir Philip Sidney (c.1610-1614) de Fulke Greville: Um balanço Bibliográfico.....774**  
 Bruna Braga Fontes

**João Camilo de Oliveira Torres: A escrita militante e o movimento monarquista.....781**  
 Marco Túlio Antunes Gomes

**Memória e Poder: Severino e a Construção de um Capital Político em São Francisco/MG - 1970-2002.....790**  
 Almir Ferreira Soares

**Estruturas de sociabilidade de intelectuais de extrema-direita: perspectivas a partir do caso do Institute for Historical Review (IHR).....802**  
 Luiz Paulo de Araújo Magalhães

**Lewis Mumford: percurso intelectual e engajamento.....815**  
 Ludmilla Magalhães Bueno

**A conquista do direito ao sufrágio feminino no Brasil e na Argentina: discursos e paradoxos atinentes às lutas feministas.....825**  
 Adriana do Carmo Figueiredo

**Thomas Edwards (1599-1647): Reflexões sobre uma História Intelectual antes da Autoria.....837**  
 Patrícia Moreira Nogueira

**Simpósio Temático 8:**

**História do Esporte e das Práticas Corporais.....849**

**O calendário de jogos oficiais e as disparidades de desempenho entre os clubes de futebol de Belo Horizonte (1915-1958).....851**  
 Marcus Vinícius Costa Lage

<b>O Estado Novo e o futebol: O Campeonato Brasileiro de Seleções e a Integração Nacional.....</b>	<b>857</b>
Diogo Pimenta Pereira Leite	
<b>Futebol, Identidade e Nação no periódico paulista “Mundo Esportivo”.....</b>	<b>866</b>
Vinicius Garzon Tonet	
<b>“BH, A Capital do Século”: O Futebol Como Comemoração Do Centenário Da Cidade (1997).....</b>	<b>872</b>
Davi Leonardo Mota	
Gabriel Schunk Pereira	
Karina Fonseca Soares Rezende	
<b>A cidade projetada e seus novos hábitos: o lazer bello-horizontino na Revista Semana Ilustrada (1927).....</b>	<b>883</b>
Andreza Gonsalez Rodrigues Mota	
<b>A torcida e o jogo: Técnicas Sônicas para a aceleração e desaceleração de partidas do Clube Atlético Mineiro.....</b>	<b>889</b>
Pedro Silva Marra	
<b>As ruínas do Estádio Avanhard e os rastros do futebol em Pripjat como testemunhos da tragédia nuclear de Chernobyl.....</b>	<b>901</b>
Thiago Carlos Costa	
<b>Cronistas Esportivos em Campo: Letras, Imprensa e Cultura no Jornal dos Sports (1950-1958).....</b>	<b>909</b>
André Alexandre Guimarães Couto	
<b>“¡Mirá Cómo Grita El Hinchal!” : O Futebol e a Unidade Dos Povos Latino-Americanos.....</b>	<b>919</b>
Iago Luan Braga Campos	
Pedro Henrique Gonçalves Pereira	
Thiago Tadeu Mendes	
<b>A experiência do CEMEL na preservação, pesquisa e comunicação das memórias do esporte e do lazer da cidade de Belo Horizonte.....</b>	<b>930</b>
Cláudia Maria Calhau Teixeira Rocha	
Marilita Aparecida Arantes Rodrigues	
Rita Márcia de Oliveira	
<b>A gymnastica escolar e a gymnastica dos clubes e sociedades: práticas corporais distintas ou semelhantes?.....</b>	<b>939</b>
Anna Luíza Ferreira Romão	
<b>Futebol e poder público em Belo Horizonte: o futebol como poder político na ocupação de Belo Horizonte entre 1910 e 1950.....</b>	<b>950</b>
Renata Alves Pinto Lemos	

**Atividades recreativas e Ruas de Recreio: um estudo comparativo de ações da EEF-MG e da DEMG.....962**

Maria Cristina Rosa  
 Jennyfer Thais Alves Ferreira

**Futebol amador, espaço urbano e políticas de esporte em Belo Horizonte: o caso da Praça de Esportes do Saudade.....971**

Raphael Rajão Ribeiro

**Simpósio Temático 9:**

**História, gênero e sexualidade: processos de constituição das Subjetividades na História.....982**

**Sexualidade na Idade Média: Uma leitura Histórico-Cultural sobre as “minorias” no medievo e seus paradigmas.....984**

Lucas Rodrigues

**Sobre o segredo das mulheres: a representação da anatomia e da fisiologia do corpo feminino na literatura médica-escolástica (século XIII).....995**

Laila Lua Pissinati

**Mulheres e Divertimentos em Barbacena (Até 1930).....1005**

Igor Maciel da Silva

**As estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caeté (1885 à 1930).....1013**

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho  
 César Henrique de Queiroz Porto

**Emancipação e participação política para mulheres na segunda metade do século XIX no Brasil.....1022**

Cristiane Ribeiro

**A construção social do que é ser mulher em nossa sociedade: um estudo a partir da leitura de jornais católicos em Juiz de Fora/MG 1930-1945.....1033**

Mônica Euzébio da Costa

**Um estudo sobre o gênero feminino na produção das artistas Cindy Sherman e Sophie Calle.....1043**

Natalia da Silva Candido

**Mulheres talhadas para a sociedade: representações e imaginários em manuais de boas maneiras.....1054**

Márcia Regina dos Santos

**A homofobia nos projetos políticos da extrema-direita online: o caso do Stormfront.org.....1063**

Luiz Paulo de Araújo Magalhães



Nós, os Ninguém: por uma existência pós-identitária.....	1076
Gustavo Henrique Ramos Silva	
Sexualidades, Soropositividades e o Morrer.....	1085
Ítalo Vinícius Gonçalves	
Os impactos da ditadura brasileira nas populações LGBT: discurso moralista, políticas públicas, repressão e resistência (1964-1985).....	1093
Bruno Michael Pereira de Abreu	
Luis Otávio Silva Botelho	
<b>Simpósio Temático 10:</b>	
Indígenas, camponeses e quilombolas: métodos e abordagens na construção da historiografia brasileira.....	<b>1101</b>
A Educação e Formação de Professores: Contradições Referentes à Inclusão Digital nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás.....	
Silvania Ferreira Nunes Mandú	
Uma visão dos indígenas do sul de Minas nos relatos de alguns memorialistas.....	1110
Gustavo Uchôas Guimarães	
De encontro com a política: As lideranças indígenas Kaingang na demarcação de seus territórios no Paraná, final do séc. XIX e início do XX.....	1121
Grazieli Eurich	
<b>Simpósio Temático 11:</b>	
Histórias, Memórias e Representações nas Américas entre os séculos XIX e XXI.....	<b>1133</b>
Protagonismo e demandas das mulheres na insurgência do movimento Zapatista.....	
Luana Vieira da Silva	
Martín Luis Guzmán: entre a Revolução e a “raiz dos males mexicanos”.....	1144
Carolline Martins de Andrade	
A mitificação da revolucionária Haydée Santamaría na história cubana.....	1153
Carolina de Azevedo Müller	
Trajatória e representações políticas do Partido Socialista Popular cubano no ano de 1952.....	1165
Ana Paula Cecon Calegari	
Augusto César Sandino e a luta de classes na Nicarágua.....	1177
Igor Santos Garcia	

De Seattle ao Occupy Wall Street: A transformação da organização dos movimentos sociais.....	1186
Marcio Bernardi	
A guerra do Paraguai: uma análise interdisciplinar.....	1196
Walisson Deoclecio Quadros	
A participação feminina no grupo armado argentino “Partido Revolucionário dos Trabalhadores - Exército Revolucionário do Povo” -PRT-ERP (1969-1980).....	1206
Amanda Monteiro Diniz Carneiro	
Fronteiras em Disputa no Conflito Cisplatino.....	1217
Luan Mendes de Medeiros Siqueira	
Representações das Américas no Periódico O Universal, 1825-1842.....	1223
João Eduardo Jardim Filho	
Irmãos Latinos ou Parentes Distantes: A Construção Nacional e a Identidade Latino-Americana Pela Ótica do General Abreu e Lima.....	1234
Monique Santana de Oliveira Sousa	

**Simpósio Temático 12:**

História da África e seu ensino no Brasil.....	<b>1240</b>
Os Sentidos das Palavras Estorya e Memorya em um texto de Gomes Eanes de Zurara.....	1242
Keila Natacha Silva de Lima	
História da religiosidade na África Ocidental: a nação Arriata nos séculos XVI e XVII.....	1251
Clara Abrahão Leonardo Pereira	
Libertação da Mulher em Moçambique Reflexões Sobre o Discurso de Samora Machel em 1973.....	1258
Jacqueline Maia dos Santos	
Um “significado único na nossa História”: Representações do massacre de Mueda nas páginas do jornal Notícias (1975-1986).....	1266
Cintia Mary de Oliveira	
Reflexões sobre a ideia de fundamentalismos na obra “O Destino”, de Youssef Chahine.....	1275
Alaor Souza Oliveira	

**Simpósio Temático 13:**

Ditaduras militares no Cone Sul: entre a memória, a história e o esquecimento.....	<b>1283</b>
--	-------------

La Tribuna e a política energética do governo de Alfredo Stroessner no Paraguai.....	1284
Paulo Alves Pereira Júnior	
As transformações na ALN no-pós AI 5. (1968 – 1969).....	1293
Carlos Eduardo Malaguti Camacho	
Imagem e História na América Latina: Um Estudo Sobre o Dever de Memória em Nostalgia Da Luz, de Patricio Guzmán.....	1304
Samuel Torres Bueno	
Memória, História e Cinema Miguel Littín - Cineasta Clandestino no Chile de 1985.....	1312
Geraldo Homero do Couto Neto	
As leis de Pinochet no Chile Atual.....	1320
Anderson Macena de Souza	
Memória, história, esquecimento: Repensar a ditadura e a transição no Chile a partir da atualidade dos movimentos sociais e a crise de representatividade do sistema democrático.....	1325
Yerko Antonio Aravena Constanzo	

#### Simpósio Temático 14:

O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889) .....	1337
---	------

Fugas de escravos: quebra e reconstrução de laços familiares e afetivos (1871-1888).....	1339
Adriano Soares Rodrigues	
Produção e circulação nas Minas Oitocentistas: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba após 1860 e suas conexões.....	1348
Ulisses Henrique Tizoco	
Imprensa cidadã e antirracismo no período regencial do Império do Brasil.....	1360
Wéllington Silva	
As mudanças da imprensa e os jornais áulicos da Corte fluminense (1823-31).....	1368
Nelson Ferreira Marques Júnior	
A Estética Fotográfica do Brasil Imperial: a construção da imagem de uma nação moderna.....	1379
Thiago Sobreira Vailati Silva	
Entre o chocalho e o chicote: representações dos carregadores de café no Brasil oitocentista.....	1390
Vitória dos Santos Acerbi	

**A Rendição de Uruguaiana, de Pedro Américo, e as litografias na Guerra do Paraguai: questões iniciais.....1399**  
 Álvaro Saluan da Cunha

**A criação das Assembleias Legislativas e a consolidação do poder provincial: Minas Gerais, 1835-1837.....1410**  
 Kelly Eleutério Machado Oliveira

**Entre o Local e o Provincial: Os debates políticos sobre a construção dos cemitérios extramuros em instituições municipais e provinciais de Minas Gerais.....1420**  
 Pâmela Campos Ferreira

**O pensamento federalista na Geração de 1870: questões temporais ao projeto republicano.....1430**  
 Lucas Neto Teixeira

**Rui Barbosa e o discurso político sobre a educação feminina no Segundo Reinado.....1438**  
 Amanda de Paula Birindiba Araújo

**Simpósio Temático 15:**

**A história das ciências e seus discursos historiográficos: perspectivas de estudos (XVI-XX).....1448**

**Médicos ou Charlatães: Uma Síntese do Processo de Institucionalização da Medicina no Brasil.....1449**  
 Cássia Regina da S. Rodrigues de Souza

**Caridade, ciência e poder: a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (século XIX).....1456**  
 Maciel Antonio Silveira Fonseca

**A Ciência e a concepção de Natureza Renascentista no Tratado da Sphaera de D. João de Castro.....1465**  
 Diego Pimentel de Souza Dutra

**A tentativa de se escrever uma História das Ciências antes da criação das ciências.....1473**  
 Manuela Pereira de Sousa Sobral

**Concepções científicas nas missões demarcatórias dos limites de Portugal e Espanha de meados do século XVIII.....1478**  
 Valquíria Ferreira da Silva

**Simpósio Temático 16:**

**Poder, fé e temporalidades na Antiguidade Tardia e na Idade Média.....1485**

**Espaço, corpo e poder no Império Tardo-Antigo: o teatro e o ofício do palco em Antioquia segundo João Crisóstomo.....1487**

*Agnes Soares Moschen*

**Velatio uirginis: a construção da santidade feminina na Antiguidade Tardia (século IV).....1494**

*Larissa Rodrigues Sathler Dias*

**A Ortodoxia sou eu, a Heterodoxia é o Outro: A Relação Entre Ocidente e Oriente Durante o Conflito Ariano.....1503**

*Melissa Moreira Melo Vieira*

**A problemática política da dinastia carolíngia através de um pequeno estudo hagiográfico da Vita prima Bonifacii.....1514**

*Sabrina Budweg Duarte*

**Conflitos Políticos e Transições Sociais no Retrato de Godofredo de Anjou.....1522**

*Thales Henrique Barbosa Pinto*

**A representação da figura do diabo no tríptico “juízo final” (1482) de Hieronymus Bosch.....1529**

*Grasiela Prado Duarte*

**A representação do sermão e o debate religioso da Inglaterra do século XIV no “Conto do Pároco” de Geoffrey Chaucer.....1539**

*Gabriel Oberdá Leão*

**Os Escolhidos de uma Era: Os heróis da Escandinávia Medieval por Saxo Grammaticus.....1547**

*Fábio Henrique Ribeiro Barbosa*

**Judeus nas cantigas de Santa Maria: o olhar do Rei Afonso X sobre esta minoria religiosa.....1554**

*Ingrid Alves Pereira*

**A Península Ibérica pós-concílio de Latrão: o ambiente de produção do Livro das confissões de Martin Pérez e suas sanções acerca da carnalidade.....1559**

*Anny Barcelos Mazioli*

**Simpósio Temático 17:**

**Cultos, ritos, narrativas e práticas religiosas: religiões e religiosidades e suas possibilidades nas pesquisas históricas.....1571**

<b>A palavra oral e a música: os vilancicos portugueses do século XVII (1640-1656).....</b>	<b>1573</b>
Laís Morgado Marcoje	
<b>“A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo”: Igreja Confessante e sua oposição ao Terceiro Reich alemão.....</b>	<b>1587</b>
Karina Fonseca Soares Rezende	
<b>A trajetória do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR) em Maringá - PR.....</b>	<b>1598</b>
André Rocha Cordeiro Rafaela Arienti Barbieri	
<b>Jovens negros e a inserção em coletivos evangélicos.....</b>	<b>1610</b>
Moisés Ferreira Geraldo	
<b>Entre chocalhos e rosários: sincretismo religioso na santidade de Jaguaripe.....</b>	<b>1619</b>
Willian Dias da Silva Letícia Maia Dias	
<b>O processo de individualização da religião na sociedade contemporânea: o neopentecostalismo e suas representações sociais.....</b>	<b>1631</b>
Stella Sousa Moreira Thiago Lucas R. Martins	
<b>Comunidades Eclesiais de Base: Compreensão inicial de um viés católico dentro da América latina.....</b>	<b>1641</b>
Ana Maria Coutinho Artur Lemos Campos	
<b>O hinduísmo e suas práticas nas escritas jesuíticas (Século XVII).....</b>	<b>1647</b>
Ana Paula Sena Gomide	
<b>Jesus morreu no Japão: as narrativas sobre Jesus no cristianismo japonês.....</b>	<b>1658</b>
Leonardo Souza Alves Gabriel Cavallari Cortilho André Stahl de Goés	
<b>Ritos e Cosmogonia: Um estudo sobre religiosidades em As Brumas De Avalon (1982).....</b>	<b>1663</b>
Ana Carolina Lamosa Paes	
<b>Da devoção ao rosário de Maria à patrimonialização do Congado em Minas Gerais: relações de poder, sociabilidades e fé.....</b>	<b>1673</b>
Ariel Lucas Silva	
<b>Entre ritos e símbolos: festejos do Divino na Cidade de Ponta Grossa/PR.....</b>	<b>1683</b>
Vanderley de Paula Rocha	



Festa, culto e trezena a Santo Antônio: mulheres que rezam em família, memória, tradição e identidade.....1690  
Simone dos Santos Borges

Paisagens religiosas: um estudo sobre as manifestações do congado em Estrela do Sul – MG.....1701  
André Luiz Borges de Ávila

A questão religiosa no Pará: um esboço do Periódico Católico a Boa Nova.....1715  
Raynara Cintia Coelho Ribeiro

As representações dos pecados na Summa Theologica.....1726  
Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira

A fé e as incertezas do ano mil: uma análise da cristandade medieval na obra de Georges Duby.....1733  
Leonildo José Figueira  
Simone Aparecida Dupla

Feitiçaria nas Minas setecentistas: a prática do calundu na Comarca do Rio das Velhas (1726-1800).....1741  
Kalinka Brant da Silva  
Thábata Araújo de Alvarenga

Antijudaísmo na Primeira Cruzada: entre o Kidush HaShem e os libelos de sangue.....1751  
Karla Constancio de Souza

Ela deseja a leito: símbolos e metáforas dos devotos de Inanna.....1760  
Simone Aparecida Dupla  
Leonildo José Figueira

### Simpósio Temático 18:

Desafios e perspectivas da História da Educação no Brasil atual.....1771

Estratégias educativas das famílias em relação aos seus “descendentes” nas comarcas do Rio da Velhas e de Vila Rica no século XVIII.....1773  
Fabrício Vinhas Manini Angelo

A influência dos tutores na educação de órfãos em Mariana (1790-1822).....1785  
Leandro Silva de Paula

"Ecos" das reformas educacionais: sistemas de avaliação nacional e a criação do Enem.....1792  
Juliana Miranda da Silva

Helena Antipoff e a constituição da Cademe.....	1801
Esther Augusta Nunes Barbosa	
Adriana Pereira Araújo Borges	

**Simpósio Temático 19:**

EnsinO de História & Relações de Poder: diversidade, inclusão, consciência histórica, currículo e propostas metodológicas.....	<b>1806</b>
--	-------------

A inseparabilidade dos saberes acadêmicos e escolares: estudantes da E.M. Anne Frank construindo seu próprio conhecimento.....	1807
Luíza Rabelo Parreira	
Moacir Fagundes de Freitas	

EnsinO de história e arquivos: experiências no Arquivo Público Mineiro.....	1817
Isabela Rodrigues Silva Ribeiro	

EnsinO de história em museus: a experiência da mediação na formação de professores.....	1824
Priscila Lopes d'Avila Borges	

Jogo e teias de construção imaginativa no museu.....	1835
Isabella Carvalho de Menezes	
Frederico Luiz Moreira	

Memória do ano, memória do futuro: um relato sobre um curso de Literatura.....	1840
Paulo Roberto Barreto Caetano	

Entre o escrito e o ensinado: rede municipal, nível fundamental e ensino de história local na cidade de Sabará/MG.....	1845
Sérgio Augusto de Lima Júnior	

O ensino de história da África no Brasil como história pública e oral.....	1858
Márcio Eurélio Rios de Carvalho	

Estudos de gênero, artes visuais e ensino de arte: tensões e possibilidades.....	1870
Taís Ritter Dias	

Um passado longo: algumas considerações sobre o ensino de História antiga e medieval.....	1877
Ricardo Vicente da Cunha Junior	
Pertrus Lucchesi Moreira	

Debates em torno da construção do currículo de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Belo Horizonte.....1885  
Luísa Parreira Kattaoui

**Simpósio Temático 20:**

**(Re)Ver a arte: novas leituras e perspectivas.....1896**

Oswaldo Goeldi na coleção Murilo Mendes.....1898  
Tammy Senra Fernandes Genú

Rei Peste e Os insetos singulares de James Ensor.....1911  
Luisa Pereira Vianna

“O diabo disfarçado de frade”: entre narrativas, símbolos e mistérios.....1917  
Paulo Henrique Silveira Damião  
Thomaz Santos Leite

Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de ‘gabinetes de curiosidade’ e o colecionismo na primeira era moderna.....1928  
Carolina Vaz de Carvalho

Artificação da(s) cultura(s) africana(s) na rota do Atlântico Negro: notas sobre a Coleção Gasparino Damata.....1941  
Gabrielle Nascimento Batista

Imagens da escravidão na pintura histórica brasileira e na crítica dos Oitocentos: estudo introdutório de caso.....1952  
Paula Ferreira Vermeersch

Obra de arte e a subjetividade da narrativa: Patricio Farias e o Escatol-Trancendere.....1960  
Thaís Franco

O desenvolvimento da videoarte através das edições do Festival Videobrasil (1983-1994).....1967  
Thamara Venâncio de Almeida

Diálogos entre fotografia, vídeo e performance em lovers, de Claudio Goulart.....1978  
Fernanda Soares da Rosa

Do retratar feminino na história da arte antes da história da arte.....1991  
Antônio Leandro Barros

Mulheres e formação em artes no Brasil: um início tardio.....2003  
Rosane Teixeira de Vargas

Retratos femininos e autorretratos de mulheres artistas: gênero e representação.....2013  
Caroline Farias Alves

George Bellows: a expressão do corpo feminino e o hiato da arte estadunidense.....2021  
Eponina Castor de Mello Monteiro

Arte religiosa em Minas Gerais no final do século XIX: As Igrejas de São Francisco de Assis em Sabará e São Francisco de Paula em Ouro Preto.....2029  
Gustavo Oliveira Fonseca

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – imagens de Antonio Nardi na Matriz do Grajaú (RJ).....2036  
Dirceu Ferreira Barbuto

Um mundo maravilhoso de criaturas possíveis sustentadas por tantas outras coisas impossíveis de um imaginário fantástico.....2046  
Francisley Lima da Silva

Luz sob o palco – Uma análise do balé romântico francês do século XIX.....2054  
Franciara Sharon Silva do Carmo

A HISTÓRIA DA \_RTE: principais resultados e primeiras ações.....2062  
Bruno Moreschi

Sou artista e fui representado como tal: considerações sobre a produção de retratos de artistas no ateliê feito por seus contemporâneos no Brasil.....2068  
Natália Cristina de Aquino Gomes

Pintura mimética: diálogos para uma compreensão histórica de construção.....2076  
Marcillene Ladeira

Fazer arte, fazer escola: processos artísticos para pensar educação.....2086  
Alessandra Baldissarelli Bremm

### Simpósio Temático 21:

Teoria da História e História da Historiografia: Filosofia, Ciência e Religião.....2098

Balço Historiográfico sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.....2100  
Ana Luiza Dias de Faria

Conceitos basilares da história de Pedro Calmon.....	2110
Alesson Rota	
Historicidade e ipseidade: as identidades na história.....	2121
Breno Mendes Walderez Ramalho	
Memorialismo e interpretação.....	2127
Walderez Simões Costa Ramalho	
História, Passado e Tragédia: os Deuses do humano.....	2135
Edmo Videira Neto	
Em busca do(s) futuro(s) perdidos: ou como a utopia ainda pode servir aos historiadores no século XXI.....	2144
Danilo Araujo Marques	
Tempo e identidade: uma leitura do prefácio de Essais sur L'Allemagne Impériale, de Ernest Lavisse.....	2152
Rilton Ferreira Borges	
O "Tempo Absoluto" e a (re)significação de Isaac Newton e pela Historiografia do Pensamento Científico.....	2160
Lívia de Souza Lima	
Resistência popular na Palestina Romana: o símbolo Reino de Deus, as narrativas e a construção de sentido de história dos primeiros cristãos.....	2169
Guilherme Henrique Silva Pinto	
Historiografia Cognitiva e a História das Religiões.....	2179
Thales Moreira Maia Silva	
<b>Simpósio Temático 22:</b>	
Golpes de Estado no Brasil República: rupturas e continuidades.....	<b>2189</b>
A mineiridade como regionalismo político: uma leitura à luz da interpretação da modernização conservadora do Brasil.....	
Bernardo Rocha Carvalho	
O papel do conselho consultivo de Divinópolis, MG na intervenção de Pedro X. Gontijo, de 1930 a 1936.....	2203
Débora Conrado Reis Cochise César de Monte Carmo	
Instabilidade de governos progressistas como resultado de seu apoio pelo poder local conservador na república brasileira.....	2214
Cochise César de monte Carmo	

Perseguições a estrangeiros durante a II Guerra Mundial: O assalto ao Banco Hypotecário de Juiz de Fora, MG.....2224  
Luiz Antonio Belletti Rodrigues

Conspiradores surpreendidos: os udenistas e o “contragolpe preventivo” de Lott (1955).....2234  
Ramonn Rodrigues Magri

**Simpósio Temático 23:**

**Cultura Intelectual Brasileira.....2244**

A construção do caipira como tipo social: aproximações e distanciamentos entre as interpretações de Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda.....2246  
Hugo Mateus Gonçalves Rocha

República à brasileira.....2258  
Beatriz Marinho Melo

Transitando entre-lugares: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, suas sociabilidades e a historiografia catarinense (1963-2010).....2267  
Karla Simone Willemann Schütz

Um soldado do ofício: considerações iniciais em torno da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula entre os anos 1940 e 1960.....2276  
Patrícia Helena Gomes da Silva

Carl Schmitt em Raízes do Brasil.....2288  
Douglas Carvalho Ribeiro

Povo mestiço: pensando a conformação do léxico na historiografia brasileira.....2301  
Stéfany Sidô Ventura

A recepção dos filmes e das ideias de Jean-Luc Godard na cultura brasileira (década de 1960).....2310  
Luiz Octavio Gracini Ancona

Ideologia do Teatro Brasileiro: percursos de uma história.....2321  
Pedro Henrique Trindade Kalil Auad

Jorge de Lima e Henri Michaux: um diálogo entre fotomontagem e poesia.....2331  
Priscila Sacchettin

José de Alencar: a ciência e a estética na disputa de conceitos de indígena e natureza na Modernidade.....2340  
Kaian Luca Perce Eugênio



A imagem da mulher e a construção da nação através das páginas d'O Ano Biográfico Brasileiro.....2351  
Stefania Macena Wolff

Minerva Brasiliense: limites conceituais de história e literatura nas páginas do periódico.....2358  
Bruna Schulte Moura

**Simpósio Temático 24:**

**História e culturas urbanas: narrativas e práticas sociais nas cidades.....2369**

Nova ambiência urbana na cidade de Divinópolis – MG (1890-1920).....2370  
Daniel Venâncio de Oliveira Amaral

A modernidade trazida pelos vagões do trem: como a Paraíba recebe os símbolos do moderno durante o século XX.....2380  
Ana Márcia Maciel  
Jordan Queiroz Gomes

As representações da República nas charges relacionadas à reforma da capital federal no governo Rodrigues Alves.....2390  
Thais dos Santos Portella

O Departamento de Abastecimento na Prefeitura de Belo Horizonte: políticas públicas para acesso aos gêneros alimentícios (1948 -1992).....2402  
Lays Silva de Souza

'A Tabuleta do Custódio': uma reflexão sobre a prática de nomeação e renomeação de lugares a partir da construção de narrativas sobre a memória nacional.....2412  
Jessica Mazzini Mendes

HABITAR: Patrimônio Cultural, Identidade Urbana e a morada do homem comum.....2425  
Daniel De Almeida Moratori  
Claudia Dos Reis Paiva

Discussões sobre o projeto Lagoinha no centenário de Belo Horizonte.....2437  
Renata Lopes

O mercado municipal do bairro Campinas em Goiânia nos laços da memória.....2445  
Adriana Mara Vaz de Oliveira  
Daniele Severino de Souza Godinho

<b>A Construção da Memória: a formação dos "arquivos-futuros" através dos impressos da Comissão Construtora.....</b>	<b>2456</b>
Guilherme Augusto Guglielmelli Silveira	
<b>O vampiro vai ao cinema: a representação da modernidade londrina por meio do cinematógrafo em "Drácula de Bram Stoker" (Francis Ford Coppola, 1992).....</b>	<b>2465</b>
Carlos Eduardo Pinto de Pinto	
<b>As poses da cidade: espaço urbano e fotografia.....</b>	<b>2475</b>
Arrovani Luiz Fonseca	
<b>A cidade e o viajante: Paul Groussac em Santiago.....</b>	<b>2483</b>
Daiana Pereira Neto	
<b>Havana na literatura: a cidade e a história nas páginas de "A Sagração da Primavera" (1978), de Alejo Carpentier.....</b>	<b>2492</b>
Pedro Henrique Leite	
<b>As mulheres também habitam a cidade: a condição feminina na Primeira República e seus desafios.....</b>	<b>2502</b>
Beatriz do Nascimento Prechet	
<b>A bicicleta como um veículo feminista: a relação entre o cicloativismo e o feminismo nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro.....</b>	<b>2510</b>
Vivian da Silva Garelli Machado	
<b>Associativismo negro no sul de Minas Gerais: o caso da Associação José do Patrocínio.....</b>	<b>2520</b>
Paola Nery de Carli	
<b>Lenda urbana no sertão norte-mineiro sob os arquétipos do circo e da igreja do século XIX.....</b>	<b>2525</b>
Taffarel Ramires Fernandes	
<b>Modernização, higiene e classes pobres: ordenamento e gestão do espaço urbano na cidade de Juiz de Fora (1890-1920).....</b>	<b>2535</b>
Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira	
<b>Trabalho e cidade: trajetória e vivências dos carroceiros em Montes Claros/MG, 1970–2016.....</b>	<b>2545</b>
Pedro Jardel Fonseca Pereira	
Renato da Silva Dias	
<b>Entre os espaços que habitam a cidade contemporânea o que há entre o sujeito e a tinta no muro?.....</b>	<b>2555</b>
Maria Fernanda Bertholdo Brito Vieira	

**Simpósio Temático 25:**

**Patrimônios Culturais em Perspectiva: História, Antropologia, Arqueologia e Memória Social.....2565**

**Foliões além do Natal: folias de reis fora do ciclo natalino, a polissemia do folclore e do patrimônio.....2567**

Bianca Zacarias França  
Bruna Barradas Cordeiro  
Guilherme Eugênio Moreira

**“Quando berimbau toca Deus fala”: notas sobre a capoeira como patrimônio imaterial a partir do caso sergipano.....2577**

Ana Paula Lessa Belone

**Patrimônio Cultural, Culinária e Turismo: um estudo sobre os doces tradicionais do Povoado Saramém (Brejo Grande/SE).....2587**

Tâmara Cris Santana dos Santos  
Rosana Eduardo da Silva Leal

**A cidade e representações sociais: reflexões sobre as práticas preservacionistas do patrimônio cultural de Estrela do Sul – MG.....2596**

André Luiz Borges de Ávila  
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale

**Cultura, Patrimônio e Identidades: práticas festivas no município de Coração de Jesus/MG.....2609**

Tânia Caroline Ruas Silva

**A construção identitária nos espaços públicos: uma conexão entre História e Patrimônio no Centro Educacional de Barreirinhas, Barreiras, Bahia.....2615**

Wesley dos Santos Lima  
Ivson Antônio das Neves Araújo

**Políticas públicas de preservação nos municípios paulistas: Museus e Conselhos.....2619**

Sérgio Ricardo Losnak  
Eduardo Romero de Oliveira

**Na foz do Rio Amazonas: entre a posteridade e o ocultamento, artefatos arqueológicos como patrimônios culturais.....2631**

Queiton Carmo dos Santos

**Rede Memória das Instituições de Minas Gerais: trabalho colaborativo para a preservação da memória.....2639**

Juliana Martins de Castro Barroso  
Gizele Maria dos Santos

Patrimônio Cultural: as práticas de preservação em Uberaba.....	2650
Andreia de Freitas Lopes Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	
A Arquitetura Popular Como Recurso Patrimonial, Etnográfico e Turístico: um estudo sobre La Alberca-Salamanca/Espanha.....	2660
Rosana Eduardo da Silva Leal	
Patrimônio edificado na cidade contemporânea – O processo de salvaguarda e intervenção do edifício “Cine São Luiz” - Juiz de Fora/MG.....	2669
Daniel De Almeida Moratori Claudia Dos Reis Paiva	
Patrimônio institucionalizado versus “patrimônio periférico”: a oralidade como forma de sobrevivência das minas de Ouro Preto, MG.....	2681
Leila Medina Leite Féres	
A trajetória da proteção de bens móveis no Brasil.....	2692
Elis Marina Mota Adriana Sanajotti Nakamuta	
Políticas patrimoniais e participação local: a memória ferroviária em Visconde do Rio Branco – MG.....	2702
Priscila de Oliveira Teixeira	
Olhando para dentro: análises científicas aplicadas ao patrimônio documental histórico.....	2710
Marina Furtado Gonçalves	

**Simpósio Temático 26:**

História Antiga e recepção da cultura clássica.....	2718
Recepção clássica na França Ocupada.....	2719
Rafael Guimarães Tavares da Silva	
O desenvolvimento do pathos do sacrificio na arte e a influência nos processos de ordenação e orientação cósmica no Renascimento.....	2728
Jefferson de Albuquerque Mendes	
Fronteiras culturas nas Histórias de Heródoto: a representação negativa do território dos líbios (séc. V a.C.).....	2738
Gabriela Contão Carvalho	
A permanência da cultura clássica na Antiguidade Tardia: uma análise a partir do rito e do espaço do convivium romano.....	2745
Jenny Barros Andrade	
A emergência do conceito de Antiguidade Tardia.....	2755
Raphaella Prado da Cunha Bittencourt	

Poder, Política e escravidão no De Re Rustica de Columella.....2762  
Helton Lourenço Carvalho

Os gauleses e germanos no De Bello Gallico de César: reflexões sobre barbárie e civilidade.....2770  
Priscilla Adriane Ferreira Almeida

**Simpósio Temático 27:**

Diálogos entre História e Comunicação Social.....2781

Usos do passado e divulgação histórica: história e jornalismo na produção de Aventuras na História e na revista de história da Biblioteca Nacional.....2783  
Lorraine Marilyn Leonel

Gêneses do discurso antissocialista na grande imprensa norte-americana: a Revolução de Outubro na cobertura do jornal The New York Times.....2792  
Emmanuel dos Santos

A política anti-semita do Estado Novo a partir da imprensa baiana (1939-1945).....2799  
Jamile de Jesus Macedo

A formação crítica de documentaristas sociais, memória e desenvolvimento local através do webdocumentário.....2804  
Richardson Nicola Pontone

Revista Alterosa: Para a família do Brasil (1939-1945).....2816  
Gelka Arruda de Barros

A fábrica de móveis Unilabor: publicidade, trabalho, design e produção comunitária.....2822  
Oswaldo Bruno Meca Santos da Silva

Cinema, cultura popular e memória na visão do cineasta Humberto Mauro.....2834  
Sérgio César Júnior

O Existencialismo Sartreano no Filme Morangos Silvestres (1957), de Ingmar Bergman.....2845  
Hellen Sílvia Marques Gonçalves

"Como absurdo, pelo absurdo e ao absurdo" o Existencialismo de Sartre nas colunas jornalísticas cariocas (1945-55).....2855  
Rodolfo Rodrigues de Souza

**Simpósio Temático 28:**

**Governo das Gentes nos Impérios ibéricos da Época Moderna (séculos XV a XIX):  
concepções, práticas e estratégias.....2867**

**Felisberto Caldeira Brant: do contrato ao descaminho dos diamantes (1749-1753).....2869**  
Júlia de Cássia Silva Cassão

**A crise de sucessão portuguesa de 1578-1580 e a teoria da eleição dos povos.....2880**  
Filipe Duret Athaide

**A subversão da desordem: análise dos efeitos das visitas inquisitoriais sobre o universo das práticas mágicas populares na América Portuguesa (séc. XVI-XVII).....2892**  
Bernardo Manoel Monteiro Constant

**A demonização feminina: uma herança medieval em terras luso-americanas (1591).....2900**  
Aieska Pandolfi Monfardini

**Comunicação Livre:**

**Comunicação Livre:**

**Mesas de 01 a 06.....2908**

**Sublime e tempo histórico: um diálogo no século XXI.....2908**  
Estela Maria Gonçalves de Souza  
Ricardo Vicente da Cunha Junior

**Imagens dos Terreiros: Representações da trajetória dos cultos de Matriz Africana de Montes Claros na década de 1960 por meio da Fotografia.....2916**  
José Vinícius Peres Silva

**O Irã no século XX: perspectivas do pensamento feminino na era Pré-revolucionária.....2928**  
Júlia C. A. Benfica

**Uma fissura na engrenagem industrial da morte: Um estudo da Resistência judia a partir das memórias de Chil Rajchman.....2937**  
Marcos Paulo dos Santos Coelho

**Fluxo e perfil da imigração portuguesa para o Pará: Uma análise a partir dos passaportes (1897-1906).....2945**  
Paulo Henrique Souza dos Santos

<b>Travessia Clandestina: Minas Gerais e a Cultura da Migração.....</b>	<b>2957</b>
Carolina Silva Horta Machado	
<b>O processo de formação social e histórica dos Museus Brasileiros: uma análise a partir do século XVIII.....</b>	<b>2967</b>
Thiago Lucas R. Martins Marcus Vinicius R. Martins	
<b>Crise da cidade de Sijilmassa e prelúdios da crise maraboutica no Marrocos medieval.....</b>	<b>2976</b>
Hugo Clemente Palmier	
<b>Siete Partidas: a legislação afonsina e a presença judaica em Castela.....</b>	<b>2982</b>
Ludmila Noeme Santos Portela	
<b>A História do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1946-1967).....</b>	<b>2988</b>
Ana Luiza Dias de Faria	
<b>Alguns apontamentos históricos sobre o povoado de São José do Triunfo, MG.....</b>	<b>2999</b>
Paulo Cesar da Costa Pinheiro	
<b>O Coronel Francisco Pinto de Assis Rezende e sua trajetória.....</b>	<b>3010</b>
Amanda Cardoso Reis João Carlos Resende	

## Apresentação:

O Encontro de pesquisa em História (EPHIS) é uma iniciativa discente do Departamento de História da UFMG. Desde a sua primeira edição, em 2012, o evento tem como objetivo promover o intercâmbio e diálogo entre os pesquisadores de História do país, a fim de se estabelecer enquanto espaço de debate, interlocução, reflexão e problematização aos que se dedicam à pesquisa histórica. Desta forma, o evento mantém em 2017 a proposta de ser organizado por e para estudantes, com o intuito de que os pesquisadores possam realizar trocas de experiências e compartilhar inquietações, contribuindo para suas respectivas pesquisas, dentro de um campo de trabalho que por vezes se mostra tão solitário.

Em 2017, entre os dias 8 e 12 de maio, o VI Encontro de pesquisa em História – EPHIS-UFMG apresenta uma temática que busca colocar em evidência as singularidades de um elemento caro e indispensável a pesquisa histórica: o tempo. E pensar sobre o tempo constitui tarefa complexa, que implica interrogar sobre a disciplina histórica, seus modelos e métodos de análise, a multiplicidade de temporalidades, regimes de historicidade.

Assim, com a temática “Tempo: permanências rupturas e transições na História”, esta edição do EPHIS desloca seu olhar em direção à percepção das continuidades e descontinuidades que marcam o processo histórico, uma dinâmica que não pode ser apreendida através da linearidade dos acontecimentos e que escapa à causalidade das relações. Nesta edição do EPHIS, optamos por promover diálogos que encampam grandes debates na contemporaneidade: as interseções entre história e teorias de gênero; o lugar da memória e o legado autoritário das ditaduras militares latino-americanas; o impacto e influência das revoluções socialistas do século XX e as tensões e desafios presentes na escrita da história e da inserção do historiador na sociedade contemporânea.

Assim, o VI EPHIS se propõe a contribuir para colocar em diálogo várias produções de conhecimento histórico, pensadas enquanto mecanismos para analisar as tensões entre o passado e o presente, produzindo olhares críticos para o Brasil e o mundo, levando-se em conta múltiplos espaços, temporalidades e narrativas, seguindo sua missão de se apresentar como um ambiente democrático e horizontal.

**Comissão Organizadora do VI EPHIS**



ST 01 - Redes sociais, Poder, Administração e Justiça no mundo Luso-Brasileiro  
(1700-1850)

Débora Cazelato de Souza  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[deboracazelato@yahoo.com](mailto:deboracazelato@yahoo.com)

Fabiana Léo Pereira Nascimento  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[fabianaleohistoria@gmail.com](mailto:fabianaleohistoria@gmail.com)

Pedro Brandão de Souza Culmant Ramos  
Mestrando em História  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[pedroculmant@gmail.com](mailto:pedroculmant@gmail.com)

Regina Mendes de Araújo  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[rearaujo33@yahoo.com](mailto:rearaujo33@yahoo.com)

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto  
Doutoranda em História  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[mbporto@gmail.com](mailto:mbporto@gmail.com)

Nara Maria de Paula Tinoco  
Mestranda em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[naratinoco3@gmail.com](mailto:naratinoco3@gmail.com)

**Proposta do Simpósio:**

A historiografia nas últimas décadas tem lançado luz sobre temáticas ligadas às novas interpretações e enfoques que buscam compreender as relações de poder, as atuações individuais e as práticas cotidianas desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX. É nesse sentido que propomos pensar o espaço do chamado Império Ultramarino Português, em todos os continentes pelos quais ele se estendeu, bem como suas permanências sobre o Império Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Ressalta-se, portanto, que o Simpósio terá para o século XIX a delimitação cronológica até 1850, que tem como marco a proibição do tráfico de escravizados, que leva a transformações das relações econômicas e políticas e por consequência a um processo em que o Brasil paulatinamente se distancia da lógica colonial, e

surgem novas questões fundamentais para o período, o que fugiria da intenção do Simpósio Temático.

Seguindo por esse campo de debate, nossa proposta é promover um Simpósio que se apresente como espaço de discussão entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos desta temática, seja pela perspectiva da problematização das instituições e as estruturas administrativas e seus agentes, como também da análise das trajetórias individuais e dos grupos, as vivências e redes de sociabilidades dos personagens que conformaram o espaço colonial e imperial.

Serão privilegiadas pesquisas que versem sobre política e administração, o exercício da justiça no âmbito civil e eclesiástico, os magistrados e bacharéis, assim como as análises dedicadas ao estudo das redes sociais e mercantis, sua constituição e seus agentes além das investigações que examinem os conflitos e motins ligados aos mecanismos de repressão e controle social, relações entre Brasil e outros impérios, bem como os debates que levantem questões sobre a religiosidade, a cultura popular e a escravidão. Pretende-se contemplar trabalhos que lancem mão das diversas fontes disponíveis, sejam testamentos e inventários, além dos processos administrativos e jurídicos, e que contêm com as múltiplas metodologias de pesquisa, como a micro história, prosopografia, análises de redes sociais, histórias conectadas, dentre outras.

## Considerações sobre a venalidade de ofícios no Império Português

**Rafael Jose de Paula Braga**

Mestre em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: rafaelpbjf@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo principal desse artigo é fazer alguns apontamentos no que se refere a uma prática até o momento pouco estudada na sociedade da monarquia portuguesa: a venalidade de ofícios. Bem documentada e trabalhada para outras monarquias, como a espanhola e a francesa, a venda de cargos ainda permanece fora do escopo de interesse no que se refere às terras lusas, por muito tempo se acreditando que não havia acontecido ou era pouco importante naquelas paragens. Essa breve análise do tema busca, dessa forma, trazer a venalidade para o debate através de uma rápida exposição do que foi encontrado até o momento, colocando questões relativas à suas características e principalmente estabelecendo motivos por trás de sua existência e sua relação com uma sociedade dominada pela economia do dom e da mercê.

**Palavras-chave:** Venalidade; Sociedade; Mobilidade social; Mercê.

**Abstract:** The main goal of this article is to do some notes in what refers to a practice until now ignored in the Portuguese monarchy society: the venality of occupations. Well documented and studied regarding other monarchies, like the Spanish and the French ones, the sale of positions still remains out of the scope of interest in what refers to the Lusitanian lands, for a long time believing it had not happened or it was of little importance in those areas. This brief analysis of the topic seeks, in this way, to bring venality into the debate through a quickly exposition of what has been found until the present moment, placing questions relating to its qualities and mainly establishing reasons behind its existence and its relationship with a society ruled by the gift economy and the grace.

**Keywords:** Venality; Society; Social mobility; Grace.

A venalidade de ofícios administrativos durante muito tempo foi desconsiderada em Portugal, sendo pouco pesquisada devido à crença de que para aquela monarquia europeia ela teria existido com uma frequência pouco significativa, se é que havia marcado presença em algum momento. Diferente de outras coroas, como a espanhola, sobre a qual numerosos trabalhos mostraram como a venda de postos teria sido usada pelo centro de poder como um artifício importante para o acúmulo de recursos, especialmente para financiar os diversos conflitos em que ela participou. Dessa forma, o presente artigo busca colocar algumas questões importantes no sentido de tentar definir a existência dessa prática no império luso, sua frequência e importância, além dos modos pelos quais ela acontecia e das facetas que assumiu, fornecendo um panorama rápido e preliminar da venalidade. O recorte aqui adotado se refere às Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, o qual foi desenvolvido recentemente na pesquisa de mestrado.

Logo, esse árduo esforço inicial traz como questão principal, e mesmo como justificativa de existência, colocar a venalidade de cargos em pauta para Portugal, adentrando e trazendo

para discussão um campo pouco debatido até aqui, e que mereceria uma dedicação maior por se configurar como um aspecto relevante para aquela sociedade. Observando as fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino, ficou indubitavelmente claro que a venalidade de ofícios aconteceu sim no Império português, ao menos nos territórios ultramarinos, com uma frequência maior do que inicialmente se pensava e assumindo formas específicas para a monarquia lusa. Porém, esse fato por si só não basta: é necessário que não apenas se defina a prática, o que feito isoladamente e de maneira estática se mostraria um anseio hercúleo e inútil, mas também que se enxergue a venalidade na sociedade em que está inserida, em contato e diálogo com ela. Baseando-se na conhecida virada historiográfica dos anos 90, em autores como João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Fernanda Bicalho e no conceito de Antigo Regime nos Trópicos, ideias como economia do dom, mercês, autoridades negociadas, monarquia pluricontinental e poderes municipais estão todas presentes na visão do meio social em que a venalidade cresceu e se desenvolveu, encaixando-se nesse meio o qual, a primeira vista, poderia parecer oposto a essa prática. O que se percebe para Portugal é que, em terras lusitanas, a venda de ofícios se apresentou de uma maneira fundamentalmente diferente de outras monarquias, com o dinheiro não sendo o único aspecto a ser levado em consideração no momento da transação. Pelo contrário, os meios tradicionais de provimento continuavam coexistindo juntamente com a venalidade, o dinheiro aqui representando um fator a mais, apenas mais um serviço na lista de mercês a serem retribuídas. Na monarquia portuguesa, a venalidade não teria dessa forma sido feita em oposição a esses mecanismos tradicionais de provimento, mas se inscrito dentro deles, se adaptado para encontrar um lugar naquela lógica de funcionamento vigente.

Foi mencionado no parágrafo anterior que em Portugal a venalidade de ofícios só era aceita quando acontecia dentro de padrões tradicionalmente existentes. Ora, é aqui, na sua relação com a sociedade, que mora a principal especificidade dessa prática nas áreas de dominação da Coroa lusa, que a diferenciou da maneira em que ela ocorreu no resto da Europa. A venda de postos nessa monarquia não era uma simples transação financeira, principalmente quando se leva em conta o modo pelo qual se enxerga isso atualmente. O dinheiro não era o único fator tomado em consideração no momento de se negociar o cargo, ou seja, não era simplesmente uma questão de ter o dinheiro necessário e pagar pelo bem oferecido. Quando a venalidade acontecia dessa forma, era extremamente criticada, com alegações de que a pessoa escolhida para o exercício da função não possuía a qualidade suficiente para tal. Os modos de provimento inscritos na tradição, amplamente aceitos pela cultura política da época e que

exigiam a boa obra e o serviço leal realizados em nome do Rei, não podiam ser ignorados, e por isso eram também reconhecidos, e na verdade levados a cabo juntamente com a venda. Além do dinheiro oferecido, o candidato ao ofício precisava apresentar sua listagem de serviços, se mostrar um vassalo fiel e pessoa idônea, para ser escolhido e aceito. O elemento financeiro era apenas mais uma obra, dentre várias, que o aproximavam da posição pleiteada, algo que o próprio uso da palavra donativo atesta ao indicar reciprocidade. Portanto, foi essa a maneira única encontrada pela sociedade portuguesa para acomodar a venalidade de ofícios em seu seio, encaixá-la em sua lógica de funcionamento guiada pela economia do dom e pela obrigação real de recompensar com mercês a lealdade e os serviços de seus súditos. Uma prática que, a primeira vista, poderia parecer contrária a um meio social ligado a esse tipo de cultura política se torna assim uma parte desse meio, ao invés de elemento estranho. Distintamente de outros reinos, como Espanha e França, em que o dinheiro falava mais alto na hora de se adquirir o posto, essa é a característica primordial que define a venalidade em Portugal, e a relação que a prática estabeleceu com a sua sociedade. Uma relação de troca, e não de oposição.

E quais seriam os objetivos desses indivíduos ao se utilizar da venalidade? Deveria haver obviamente um motivo para a venda de cargos existir, algo que justificasse o investimento feito na compra de um posto desse e que levasse o comprador a enxergar algum benefício, nesse caso menos tangível que um simples ganho financeiro (que também ocorria, naturalmente). Na verdade, o ganho primordial aqui parece mesmo ser o social, com o exercício de uma posição na malha administrativa significando uma ascensão hierárquica por parte daquele que ocupou o ofício. Era o valor simbólico, o capital social e a vontade de diferenciação que levava essas pessoas a buscarem algo mais, uma escalada de posição que significava ser visto como superior pelos pares dessa sociedade altamente hierarquizada. Esse é, afinal de contas, um meio orientado por uma lógica pré-capitalista, não necessariamente ligada à busca pelo lucro material. A venalidade trazia no seu bojo, contraditoriamente, uma possibilidade de mobilidade numa sociedade em que ela não deveria existir. A venda significava, assim, um outro modo de se buscar, através da aplicação de dinheiro, uma elevação de status que o exercício de ofícios da administração e governança poderiam conceder.

Elevação essa que poderia até mesmo chegar às bordas da nobreza. O enobrecimento pelos serviços, pelo exercício de atividades administrativas ligadas ao poder de mando, era uma característica típica da monarquia portuguesa, que ficou conhecida como nobreza civil ou política. Esse tipo de estatuto não se igualava, é claro, aos grandes de Portugal, à nobreza de

sangue, mas era uma distinção local importante e que poderia ser alcançada através da realização de boas obras, segundo a economia do dom. O recebimento de uma mercê dessas, assim, significava poder viver à lei da nobreza, se distinguir perante aqueles a sua volta e ser considerado um privilegiado que todos respeitavam e obedeciam. Esse tipo de estatuto foi encontrado amplamente não só em Minas Gerais, como também por todo o Reino e territórios periféricos da monarquia lusitana, com as suas particularidades e serviços enobrecedores, com os ofícios da governança conferindo esse patamar de nobreza ultramarina e até mesmo podendo levar um indivíduo a ostentar um hábito da Ordem de Cristo. A venalidade de ofícios, dessa forma, se justifica plenamente: a compra de um posto poderia significar um passo para o enobrecimento, um método para se alcançar uma carreira que terminaria numa trajetória de ascensão social.

Sociedade essa, aliás, que se mostrou detentora de características que validaram a venalidade de ofícios e lhe conferiram significado, lhe deram uma razão de existência. A grande revisão historiográfica dos anos 90, de maneira bem geral, passou a enxergar duas mudanças que afetaram fortemente a maneira pela qual aconteciam as relações sociais e que definiram novas visões acerca da lógica de funcionamento do meio dentro da sociedade colonial luso-brasileira. A centralização monárquica absoluta foi revista ao se analisarem melhor os poderes locais, o nível de controle efetivo que o poder central poderia exercer e os limites a esse poder, o que gerou de fato um cenário bastante oposto ao de dominação férrea do centro sobre a periferia que por muito tempo se fez presente na historiografia a respeito do período. A ponto de se falar mesmo em descentralização sistêmica, uma vez que a cultura política de Antigo Regime em que a tradição da época se baseava, a economia do dom e a obrigação real de retribuir aos súditos os bons serviços prestados ao monarca, se constituíam como limitadores ao poder absoluto do Rei. Espaços de negociação e autonomias locais passaram a ocupar a vanguarda dos estudos coloniais, mostrando como áreas e jurisdições periféricas tinham certo poder de barganha e buscavam ativamente defender seus interesses perante o centro metropolitano. Essa característica, dessa forma, mostra como numa sociedade fortemente hierarquizada como essa poderia haver oportunidades de mobilidade social para aqueles que soubessem aproveitá-las, sendo a venalidade uma ferramenta para a ascensão almejada. Exercer um ofício real significava estar em um patamar acima da maioria da população, era ocupar uma posição privilegiada e de confiança na estrutura administrativa, numa carreira que poderia conduzir o indivíduo até mesmo às bordas da nobreza. É esse espaço aberto pela autonomia e negociação, essa chance de mobilidade que os homens mais hábeis de seu tempo buscavam

conseguir, que muitas vezes incentiva a prática da venalidade a ser utilizada, como uma das maneiras de se tornar parte desse estatuto superior. A venda de postos se torna assim possível, dentro da estrutura social daquele meio.

A segunda grande mudança se refere ao viés excessivamente economicista que dominou as análises das relações metrópole-colônia anteriormente, com os olhares mergulhados numa motivação comercial e na acumulação primitiva colonial que serviria ao desenvolvimento capitalista. Essa visão da colonização, que a enxergava como sendo movida estritamente pelos interesses comerciais e que a colocou como passo primordial na gestação do capitalismo ignorou, ampla e completamente, o fato de que aquela sociedade ainda não tinha gerado tal sistema, e como tal não poderia se mover sob seus preceitos, numa enorme teleologia que contaminou toda a proposição. Se comportando como meio pré-capitalista que era, essa sociedade não tinha uma busca constante e contínua pelo lucro material, seu mercado era incipiente e fatores extraeconômicos, como políticos e sociais, influenciavam a economia de uma maneira que precisa ser entendida para a melhor compreensão do funcionamento daquele sistema. A visão anterior, aliás, praticamente ignorava a possibilidade de construção de uma sociedade própria no território colonial, tratando essas regiões como meros apêndices destinados a enriquecer a Europa através do comércio. Assim, essa nova percepção de uma economia influenciada por outros elementos conferiu à venalidade o motivo de sua existência, ou seja, explicou porque os homens daquele tempo investiriam dinheiro em algo que não necessariamente retornaria a eles em forma de capital econômico. O lucro não ditava as ações nem dominava a mentalidade dos indivíduos, e o status e prestígio social, a possibilidade de elevação hierárquica, se mostrava extremamente importante para eles. O investimento que buscavam fazer pela venalidade de ofícios era em capital simbólico, um bem menos tangível, mas nem por isso menos real naquela sociedade, e que poderia abrir portas para uma ascensão que os colocaria entre os principais do meio em que habitavam.

Estudos que envolvem a sociedade, especialmente aquelas anteriores a nossa, trazem uma importância tremenda no entendimento e na melhor compreensão de uma série de questões do presente, que muitas vezes ainda continuam influenciando o momento atual sem que se tenha a apropriada percepção disso. Os pensamentos e as mentalidades são, afinal de contas, de mudança lenta, e muito do passado consegue, de um jeito ou de outro, encontrar seu caminho até nós. Levando-se em conta os tempos turbulentos em que vivemos, o leitor mais atento poderia encontrar em estudos como esses alguns pontos de convergência, especialmente no que

se refere a uma indiferenciação das esferas pública e privada que parece resistir e persistir no imaginário de muitas pessoas, contribuindo de certa maneira para a situação tragicômica em que o Brasil parece ter se afundado. Assim, se de alguma forma essa pesquisa inicial puder contribuir no sentido de abrir caminhos, começar a debater um tema de grande interesse e que tem um potencial imenso para novas descobertas, esse seria um excelente começo. Os caminhos estão abertos, a quem interessar segui-los.



“Desejando por a minha alma no caminho da salvação”: práticas de bem morrer e mobilidade social de forros, através dos testamentos – Mariana, Minas Gerais, c. 1735 – c. 1750

**Felipe Tito Cesar Neto**  
Mestrando em História  
PPHR – UFRRJ  
E-mail: felipetito10@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo trata-se de uma breve exposição de uma pesquisa que se encontra em andamento. Nela, buscamos estudar os ritos fúnebres contidos em testamentos dos forros na cidade de Mariana, na Capitania mineira, dentre os anos de 1735 e 1750. Com este estudo, pretendemos melhor conhecer as atitudes diante da morte deste grupo social e os interesses presentes na produção do testamento ao solicitar as suas últimas vontades.

**Palavras-chave:** Testamento; Ritos fúnebres; Forros; Mobilidade Social.

**Abstract:** This article is about a brief exposition of a research that is in progress. In it, we sought to study the funeral rites contained in wills of the linings in the city of Mariana, in the state of Minas Gerais, between 1735 and 1750. With this study, we intend to better understand the attitudes towards the death of this social group and the interests present in the production of the testament by requesting his last wishes.

**Keywords:** Testament; Funeral rites; Linings; Social Mobility.

### **Considerações iniciais**

Este artigo tem como propósito analisar as atitudes diante da morte empreendida pelos forros, dentre os anos de 1735 e 1750, no Termo de Mariana, na Capitania mineira. Com este estudo, pretendemos abordar as discussões que tange o estudo da morte e do morrer, considerando as hierarquias presentes na América portuguesa, enquanto fator importante presente neste momento último e derradeiro.

Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, as considerações aqui feitas, são referentes às primeiras explorações com a documentação testamental e a bibliografia referente à temática. O nosso referencial teórico é o conceito de “estratégia” proposta pelo antropólogo Frederick Barth.<sup>1</sup>

Temos os testamentos enquanto fonte desta pesquisa – importantes e muito utilizados no estudo da morte e do morrer. Este documento de últimas vontades contém as disposições espirituais e materias do moribundo, sendo solicitadas no momento que antecede a morte, estando ela próxima ou não. Consoante Júnia Furtado, quando o historiador toma essa

---

<sup>1</sup> BARTH, Frederick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

documentação enquanto fonte, torna-se possível ter conhecimento tanto acerca da morte quanto da vida do morto, e também da sociedade em que o mesmo viveu.<sup>2</sup>

Os anos de 1960, com as primeiras investigações no campo da História das Mentalidades, abriu caminho para o estudo da morte e os demais temas que concentram nessa área, permitindo ao historiador explorar essa documentação tão presente nas sociedades de Antigo Regime, tendo a morte e as atitudes perante a ela, enquanto objeto de estudo.<sup>3</sup>

Nesta perspectiva e com as contribuições nos diálogos ocorridos durante o simpósio a que esta comunicação foi submetida, esperamos contribuir com nossa análise a respeito das práticas de bem morrer empreendidas pelos forros.

### **As práticas de bem morrer**

Buscando para si uma boa morte com o intuito de livrar-se do Inferno ou no mínimo uma estadia curta no Purgatório, era necessário que fosse feito o preparo para este momento visando obter a salvação da alma.<sup>4</sup> Os ritos fúnebres são os frutos de últimas vontades legadas em testamento. Conforme Adalgiza Campos, esta prática corresponde ao processo de humanização por meio de uma dupla morte: morte natural e morte cultural, duas modalidades do comportamento social frente à finitude do homem. Enquanto a primeira tem a finalidade de imediato em que fica constatado que houve o fim biológico do indivíduo; a segunda é aquela em que os sobreviventes, por meio dos ritos, confirmam socialmente a morte biológica.<sup>5</sup>

A preparação para a boa morte, destarte, implica no benefício tanto dos mortos, quantos dos vivos. Consoante o antropólogo Van Gennepe:

Os indivíduos para os quais não foram executados os ritos fúnebres, assim como as crianças não batizadas ou que não receberam nome, ou não foram iniciadas, são destinadas a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos nem se agregarem à sociedade aí constituída. São os mortos mais perigosos, porque desejariam reagregar-se ao mundo dos vivos, mas não podendo fazê-lo conduzem-se como estrangeiros hostis. Não dispõem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram em seu mundo, e por conseguinte devem procurá-los à custa dos vivos. Além disso,

---

<sup>2</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009, pp. 93-118.

<sup>3</sup> ARIËS, Phillipe. “A História das mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques (org.). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 205-236.

<sup>4</sup> Para mais informações a respeito de estudos sobre Inferno e Purgatório, CF. LE GOFF, Jacques. O nascimento do Purgatório. Lisboa: Editorial Estampa, 1993; \_\_\_\_\_. “O tempo do Purgatório: séculos III-XIII”. In: O imaginário medieval. Lisboa: Editora Estampa, 1994, pp. 109-122 e VOVELLE, Michel. As almas do Purgatório: ou o trabalho de luto. São Paulo Editora Unesp, 2010.

<sup>5</sup> CAMPOS, Adalgiza Arantes. “Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista”. In: Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG. VI, 1998, p. 110.

estes mortos sem lar nem lugar sentem frequentemente um amargo desejo de vingança. Deste modo, os ritos dos funerais são ao mesmo tempo ritos utilitários de grande alcance, que ajudam a livrar os sobreviventes de inimigos eternos.<sup>6</sup>

A historiografia sobre os ritos fúnebres tem facetas distintas. Seu ponto em comum, em que há o consenso daqueles que debruçam neste estudo, é a premissa deste momento enquanto possibilidade de salvação da alma. Todavia, numa sociedade em que a distinção social era constante, frente à fluidez e a heterogeneidade em que a mesma se organizava, o momento da morte também era local para expressar o poder que o morto tinha enquanto vivo.<sup>7</sup>

Articularemos essa discussão sobre o morrer e a hierarquia em conjunto com uma breve análise de fontes, possibilitando maior clareza de nossos posicionamentos, e esperamos apontar os caminhos que a priori à pesquisa pretende seguir.

### **Atitudes diante da morte**

A preta forra Maria Fontoura, moradora no termo de Mariana, em 7 de maio de 1744 registrou o seu testamento:

[...] Em nome da santíssima Trindade Padre Filho e Espírito Santo três pessoas e um só Deus Verdadeiro Saibam quanto este instrumento virem que no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e quatro e aos sete dias do mês de maio do dito ano eu Maria Fontoura preta forra estando em meu perfeito juízo e entendimento que nosso Senhor me deu (...) desejando por a minha alma no caminho da salvação por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer [...].

Apesar das variações nos modelos de testamentos do século XVIII, a premissa e o interesse do mesmo eram deixando claro em todos eles, que o principal intuito era colocar a alma no caminho da salvação. A prática testamentária garantia após a morte de Maria Fontoura, que suas solicitações seriam atendidas pelo seu testamenteiro, possibilitando a sua boa passagem ao mundo de além-túmulo.

Continuando no testamento da preta forra Maria Fontoura:

---

<sup>6</sup> GENNEPE, Arnold Van. Os ritos de passagem. 3<sup>o</sup> Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, p. 138.

<sup>7</sup> O reino português tinha o interesse em manter a organização da sua colônia uma hierarquia estática e excludente. Entretanto, a distante América Portuguesa, estava longe dos modelos rígidos que deveria seguir. Dessa forma, o viver cotidiano desta sociedade com traços estamentais e escravista era pautado pela afirmação social, frente aos demais grupos da sociedade. CF. HESPANHA, António Manuel. Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008 e FURTADO, Júnia Ferreira. “Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas”. In: JANCÓS; I. Kantor. In: Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec, Rdup, Fapesp, Imprensa Oficial, v. 1, 2001, pp. 1-22.

[...] Primeiramente encomendo a minha alma à santíssima Trindade que a criou e rogo ao Padre eterno pela morte e Paixão de seu Unigênito filho (...) Peço e rogo a gloriosa virgem Maria Senhora Nossa Madre de Deus e a todos os santos da Corte do Céu particularmente aos anjos da minha guarda e a Nossa Senhora do Rosário a que tenho particular devoção e a todos os Santos da Corte Celestial queiram por mim interceder e rogar quando a minha alma deste corpo sair por que como verdadeiro cristão protesto de viver e morrer em a Santa Fé Católica e crer o que crer a Santa fé Católica e nesta fé espero salvar a minha alma não por meus merecimentos mas pelos da santíssima paixão do seu unigênito filho de Deus [...].<sup>8</sup>

O reconhecimento de seus pecados, as atitudes de simplicidade perante a fé cristã, a solicitação dos santos, as santas e os anjos que intercedessem pelo testador, etc., demonstravam o reconhecimento em vidas dos atos falhos e arrependimento dos pecados. Consoante Kelmer Mathias, a contramão da historiografia, antes de obter a salvação da alma, o indivíduo buscava primeiro obter o alívio de sua consciência, para somente após, almejar a salvação da alma.<sup>9</sup>

A preta forra Maria de Meira, estando “doente na cama e temendo me da morte”, fez o seu testamento “desejando por a minha alma no caminho da salvação”. A mesma informa como deve proceder a respeito do seu cortejo fúnebre:

[...] Meu corpo será sepultado na Igreja desta cidade ou da freguesia donde quer que eu falecer e me acompanhará meu corpo a sepultura o meu reverendo vigário (...) com mais quatro sacerdotes e este dará (...) costumadas (...) missas de corpo presente os que me acompanharem lhe darão as oitavas a cada um [...].

O cortejo fúnebre era considerado grande espetáculo referente ao barroco mineiro, neste momento que o corpo era conduzido à sepultura. Segundo Adalgiza Campos a pompa fúnebre antes de ser vista pela grandiosidade do funesto, requer ser entendida no sentido de viabilizar a eternidade para os mortos. Contudo, para aqueles que presenciavam este momento, a pompa fúnebre remetia a condição social do morto e a afirmação social do mesmo enquanto vivo, de acordo com Júnia Furtado.<sup>10</sup> Deste modo, podemos perceber, que a prática testamentária tanto com suas premissas primordialmente espirituais, mas também materiais, em conjunto, torna-se possível analisar e estudar a respeito das hierarquias dessa sociedade por meio da documentação testamental.

Na continuidade com a exposição do testamento da preta forra Maria de Meira, a mesma informa os tratamentos a ser dado a seu corpo:

<sup>8</sup> ACSM. Livro de testamento 62, f. 66-66v.

<sup>9</sup> KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. “Legados da consciência: estratégia para livrar a alma do fogo do purgatório”. In: *História*. São Paulo, v. 34, n° 1, 2015, pp. 1-33.

<sup>10</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. 2001, *Op. Cit.*, pp. 1-22.

[...] será amortalhado no hábito de São Francisco e não havendo em um lençol e me levarão a tumba das almas com a Irmandade e lhe darão as esmolas costumeiras [...].<sup>11</sup>

Dos testamentos das mulheres forras analisados neste trabalho, todos informaram as mortalhas aos quais seriam envolvidos, após a alma de cada uma partir. Todas elas, também solicitavam as mortalhas vinculadas aos seus santos de proteção. A necessidade desta veste, conforme Cláudia Rodrigues é devido à crença que durante a passagem para o além, os mortos deveriam estar convenientemente vestidos. Ainda com a autora, em sua análise referente à primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, as mortalhas de santos eram as mais solicitadas pelos moribundos, pois representava um apelo aos santos para ajudá-los a partir do momento que estiverem vestidos.<sup>12</sup>

Igualmente a Maria de Meira, a preta forra Eugênia de Souza solicitou em seu testamento o acompanhamento do cortejo fúnebre até o sepultamento de seu corpo, da seguinte forma:

[...] Meu corpo será sepultado na matriz desta freguesia ou donde quer que eu falecer amortalhado em hábito de São Francisco em falta desta em um lençol será acompanhado pelas Irmandades das Almas (...) acompanhar o meu Reverendo vigário e este dará costumadas missas de corpo presente [...].<sup>13</sup>

Similarmente a estas, a preta forra Joana Ferras solicitou em seu testamento, após a sua morte:

[...] Meu corpo será sepultado na capela de Nossa Senhora do Rosário da irmandade das Almas de quem sou irmã e amortalhado em um lençol a irmandade (...) missas por minha alma na capela de Nossa Senhora da Glória [...].<sup>14</sup>

Os testamentos das pretas forras analisados neste recorte, todos eles, com exceção de dois que não foi possível verificar, solicitaram o acompanhamento e missas pela sua alma para as Irmandades das Almas. Tais irmandades, conforme Júnia Furtado era específica para brancos, de acordo com sua análise referente ao arraial de Tejuco. Apesar das restrições em que estas organizações pretendiam se organizar, foi possível essas forras tornarem-se irmãs dessas instituições e solicitarem as suas disposições espirituais.

---

<sup>11</sup> ACSM. Livro de testamento 71, f. 122.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos nas cidades dos vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, Revisão e Editoração, 1997. pp. 146-147.

<sup>13</sup> ACSM. Livro de testamento 63, f. 13.

<sup>14</sup> ACSM. Livro de testamento 71, f. 99v.

A inserção de negros em irmandades era importante para estes conseguirem adentrar nas relações sociais no meio que estavam inseridos. Consoante Cacilda Machado, os registros de óbitos na região estudada por ela - o planalto paranaense - na primeira metade do século XVIII, tornou possível compreender o momento da morte enquanto importante oportunidade para expressar o prestígio social do moribundo.<sup>15</sup>

A preta forra de sobrenome Pinha solicitou em seu testamento que seja “feito missas de corpo presente”, na presença do seu reverendo vigário e de sua Irmandade das Almas. A mesma ainda solicitou que fosse feita para a sua alma, “trinta missas de meia oitava de ouro”, por meio de seu reverendo vigário.<sup>16</sup> Igualmente, para a sua alma, Eugênia de Souza deixou “cinquenta missas de meia oitava”.<sup>17</sup>

As missas eram um dos principais elementos que compunham os pedidos de últimas vontades do testador. Nela estava a crença, conforme Adalgisa Campos, de manter o bem da própria alma e ajudava nas remissões do pecado daqueles que estavam no Purgatório, aguardando para a sua salvação.<sup>18</sup> As missas solicitadas tanto poderiam ser para seu proveito ou como caridade e compaixão para a alma de entes queridos, ex-senhores, e para as almas do Purgatório. Mesmo também solicitando missas para outrem, comumente o moribundo tinha por interesse também beneficiar a si, no qual a caridade tinha sua importância na imagem que o testador queria deixar dele mesmo. São atitudes que tanto demonstram a imagem de bom cristão, preocupado com os caminhos que sua alma irá seguir e, com a alma de outros mortos, que ao ajudá-los, poderia contribuir no momento de seu julgamento final.

Os testamentos aqui analisados, todos eles, solicitaram as tradicionais missas de corpo presente, nas quantias de costume, com o intuito de remissões de seus pecados. Durante as missas, também solicitaram a presença de seus vigários e das irmandades aos quais faziam parte, aumentando tanto as chances de obter a sua salvação e a pomposidade fúnebre de seus cortejos. As pretas forras Pinha e Eugênia, além das tradicionais solicitações, pediram missas para sua alma, doando esmolas para o seu vigário e para a sua irmandade, respectivamente.

---

<sup>15</sup> MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII). In: Revista de História Regional 15 (2), Inverno, 2010, p. 178-180.

<sup>16</sup> ACSM. Livro de testamento 63, f. 94.

<sup>17</sup> ACSM. Livro de testamento 63, f. 13-13v.

<sup>18</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Irmandades mineiras e missas”. In: Vária história. Belo Horizonte, nº 16, 1996, p. 66-76.

Por fim, chamamos atenção aos laços de sociabilidade que o moribundo demonstrava no momento de preparo de sua morte, em que nesta ocasião, era possível expor os laços que tinham durante a vida. Em seu testamento, a preta forra Maria de Meira informa ter sido alforriada pelo seu ex-senhor. O mesmo, foi escolhido por ela para ser seu testamenteiro:

[...] Declaro que fui cativa de Manoel de Marquez (...) meu testamenteiro Santo a minha carta de alforria que suposta a dita carta está passada gratuitamente não devo nada ao dito meu senhor como tenho dito [...]

A participação de Manoel de Marquez, neste momento tão importante na condução das solicitações de Maria de Meira, mostra a permanência de laços entre eles e a proximidade em que os mesmos se encontram, para que seja seu testamenteiro.

Com intuito de ajudar sua família, e assim mostrar generosidade com os demais e evidenciar seus recursos no que tange ao quesito material de seu testamento, Maria de Meira solicitou as seguintes instruções:

[...] Declaro que sou natural da Costa da Mina e que nunca fui casada nem tive filhos alguns e intitulo a minha alma por minha herdeira (...) depois de pagar as minhas dividas e satisfeitos os meus legados (...) Deixo ao meu irmão Felipe escravo de Manoel de Marques para ajuda de sua liberdade vinte oitava [...].<sup>19</sup>

Sua ação mostra a importante relação com seu familiar, o irmão Felipe, ao deixar para ele determinado valor para que conseguisse comprar a sua liberdade. Deste modo, nos mostrando as relações sociais no qual o testamento nos permite analisar.

Em 20 de outubro de 1735, o homem branco e livre José, morador do termo de Mariana, fez o seu testamento “estando enfermo temendo me da morte” e nele buscou pelos “Santos Sacramentos” encaminhar a sua “alma para a Santíssima Trindade”. O mesmo solicitou que seu corpo fosse “sepultado na matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo”, e seu corpo amortalhado, em hábito de Nossa Senhora do Carmo.<sup>20</sup> Igualmente, Luis da Silva Pinto, também morador da cidade de Mariana, em 1752, solicitou que seu corpo fosse “sepultado na catedral da cidade de Mariana” no “hábito de São Francisco” e pediu a presença de quatro padres e de seu reverendo para acompanhar seu corpo até o sepultamento, solicitando a missa de corpo presente. O mesmo também informou que é irmão da Irmandade de Nossa Senhora do

<sup>19</sup> ACSM. Livro de testamento 71, f. 122-122v.

<sup>20</sup> ACSM. Livro de Testamento 65, f. 1-1v.



Rosário e pediu para que a mesma acompanhe-se seu corpo e que fosse feita vinte missas por sua alma.<sup>21</sup>

Os testamentos das pretas forras são similares às disposições testamentais dos homens brancos e livres da sociedade ao qual estão inseridas. Os pedidos solicitados com intuito a alívio da consciência e salvação da alma mantêm os mesmos interesses de ambos os grupos. A subjetividade de cada testamento será devida às inquietações pessoais de cada alma, seus recursos e na forma que concebiam a produção do seu perfil em testamento.

Com esta breve análise dos testamentos, esperamos ter conseguido mostrar os principais mecanismos utilizados para intentar obter a salvação da alma. Em diálogo com a historiografia, também tivemos o interesse de observar as relações hierárquicas e sociais que as atitudes diante da morte evidenciam na prática testamentária. Acreditamos, que ao analisar as práticas de bem morrer, as demais premissas contidas nas disposições testamentais precisam ser reconhecidas e consideradas como importante neste estudo.

### **Considerações Finais**

As considerações para este estudo são provisórias. Não necessariamente os apontamentos aqui ditos, correspondem a posicionamentos inalteráveis desta pesquisa. Trata-se de um exercício empírico que permita o amadurecimento de nossas compreensões.

As ações desses forros ao informarem suas últimas vontades em testamento, mostram as estratégias empreendidas por eles, com o intuito de obter a salvação de sua alma. Também consideramos que para morrer bem, também fosse necessário intentar mudar a sua posição social no momento da morte. Assim, tanto contribuindo para si mesmo, quanto para aqueles que ficam a considerar a mudança social em perspectiva geracional.<sup>22</sup>

No que tange a esta pesquisa consideramos a mobilidade social enquanto mudança jurídica da condição de cativo e o continuo afastamento do passado escavo. Deste modo, a ascensão social para estes grupos de escravos e forros, preferencialmente são conquistadas no interior do próprio grupo.<sup>23</sup> No que refere esta associação as atitudes diante da morte, partimos do princípio que esses forros em seus testamentos, aproximavam dos valores desta sociedade

---

<sup>21</sup> ACSM. Livro de Testamento 70, f. 10-11.

<sup>22</sup> GUEDES, Roberto. Egressos do Cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c.1708 – c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2008.

<sup>23</sup> GUEDES, Roberto. “Ofício mecânico e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII e XIX)”. In: Topói. Vol. 7, nº 3, jul-dez, 2006, p. 399.



branca e cristã da América Portuguesa, afinando a este "mundo" e aos poucos distanciando do seu passado escravo.

Apesar de a morte chegar da mesma forma para todos, os preparativos para ela ocorriam de forma distinta. Assim, chamamos atenção para a importância de considerar as relações hierárquicas no que tange o momento da morte.

## A imposição da ‘civilização’: Uma análise sobre o uso e a imposição do vestuário ocidental na sociedade indígena no Grão-Pará. (1757-1773)

**Caroline Almeida Gaspar**

Mestranda em História

Universidade Federal do Amazonas

E-mail: gaspar\_caroline@hotmail.com

**Resumo:** A Nova História Cultural junto à sua “narrativa cultural” possibilitou “um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular”. É nesse novo contexto da historiografia que esta comunicação se insere, ao analisar os relatos de viajantes, clérigos, e legislação vigente, procura-se investigar a imposição do vestuário como um dos modos de civilização dos povos indígenas. Através de uma releitura das fontes foi possível identificar a necessidade do Estado Português em civilizá-los, uma das medidas tomadas pelo Governo de Marquês de Pombal foi a implementação do Diretório dos Índios no Grão-Pará entre 1757 a 1773, que tinha por objetivo reger as populações indígenas e transformá-los em vassalos da Coroa. Demonstrando a importância da dominação das sociedades indígenas, bem como as medidas tomadas para que tal dominação ocorresse nesse período. Os relatos e fontes secundárias também demonstram a visão do mundo Ocidental e a empreitada em civilizar a sociedade em questão.

**Palavras Chave:** História Cultural; Amazônia Colonial; Vestuário; Indígenas;

**Abstract:** The New Cultural History along with its "cultural narrative" enabled "an interest in the narrative practices characteristic of a particular culture." And it is in this new context of historiography that this communication is inserted, when analyzing the reports of travelers, clergymen, and current legislation, we seek to investigate the imposition of clothing as one of the modes of civilization of indigenous people. Through a re-reading of the sources it was possible to identify the need of the Portuguese State in civilizing them, one of the measures taken by the Government of Marquês de Pombal was the implementation of the Directory of Indians in Grão Pará between 1757 and 1773, whose purpose was to govern the indigenous populations and transform them into vassals of the Crown. Demonstrating the importance of the domination of indigenous societies, as well as the measures taken for such domination to occur in that period. Secondary reports and sources also demonstrate the vision of the Western world and the endeavor to civilize the society in question.

**Keywords:** Cultural History, Colonial Amazon, Clothing, Indigenous

O artigo que se apresenta à apreciação traz algumas reflexões propostas em meu projeto de mestrado que visa discutir uma nova interpretação sobre a colonização e a ‘civilização’ das sociedades indígenas, trazendo como ponto chave a imposição do vestuário como um meio de civilizar tais povos, tomando como base o Diretório Pombalino no Grão-Pará, utilizando como recorte o período entre 1757-1773.

O Diretório dos Índios foi um dispositivo de lei, editado em 1755, que reunia uma série de regras sobre a política indígena, que os portugueses deveriam seguir para lidar com os povos nativos no Brasil. O documento que regia o trato com os indígenas, continha 95 artigos com instruções para lidar com os povos nativos, A modificação na rotina dos povos indígenas

ocorreu em diversos aspectos, pois, além das proibições impostas, como o uso da palavra “negro” (artigo 10) ou substituição da língua *nheengatu* pela língua portuguesa (artigo 6), havia as imposições como o casamento entre colonos portugueses e as mulheres indígenas (artigos 88, 89, 90, 91) e a imposição aos indígenas do vestuário semelhante aos colonos portugueses (artigo 15), principal preocupação no projeto. Tais modificações no cenário social dos povos indígenas decorrentes das imposições do Diretório eram primordiais para o avanço do processo de colonização.

Considerando o cenário de meados do século XVIII apresentado inicialmente, o objeto da pesquisa do projeto será uma análise da imposição do vestuário ocidental aos indígenas do estado do Grão-Pará entre 1757-1773, por intermédio do Diretório dos Índios, instituído por Marquês de Pombal. Ademais, a pesquisa tentará elucidar, por intermédio de bibliografia específica a atuação da população indígena diante da imposição da medida.

A proposta permeia as preocupações em torno das representações culturais, tentando compreender num contexto mais amplo modificações ocorridas na sociedade indígena quando da institucionalização do Diretório dos Índios, a transformação social pretendida naquele momento, visando que “cada vez mais, historiadores e antropólogos procuram compreender ações (...) continuamente reformuladas pela experiência de contato com os colonizadores”.<sup>1</sup>

Com aporte teórico-metodológico na Nova História Cultural, será possível perceber os dinamismos sociais postos à prova a partir da interação entre colono e colonizado, nos quais a imposição do vestuário era também um fator de integração social e cultural, a fim de tornar este indígena “civilizado”.

Para tanto, a análise que se pretende realizar gira em torno da inserção de valores europeus, na qual a inclusão do uso de indumentárias ocidentais é fundamental no papel civilizador dos indígenas.

Inicialmente, busquei construir o trabalho em torno da imposição do vestuário a sociedade indígena como uma das formas de civilizar tal sujeito, porém é evidente que tal trabalho já tinha se iniciado pelos jesuítas bem antes do Projeto Civilizador proposto por Pombal. Contudo, cabe questionar: por que foi preciso colocar na legislação a obrigação do uso de vestuários ocidentais? Em que circunstâncias o indígena seria obrigado a utilizar tais

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. (pg. 48).

vestimentas? Após esse contato, é possível pensar numa distinção social entre indígenas que eram agraciados pelas políticas de prestígio e os que não eram?

O padre João Daniel<sup>2</sup>, durante sua passagem pela Amazônia já cita a diferença entre índio “selvagem” e índio “doméstico”, este último, já doutrinado pelos missionários nas missões “já usam de algum vestido”.<sup>3</sup> Portanto, já podemos perceber uma alteração nos padrões de vida desses indígenas durante o período que se pretende trabalhar.

Partindo desse pressuposto, entende-se que é necessário analisar de maneira bastante particular o processo pelo qual se deu as transformações culturais dos diferentes povos. Podemos então aplicar em contraponto esse mesmo conceito às transformações civilizadoras que se deram durante o período que se pretende estudar e verificar suas semelhanças e contrastes.

Com base nas colocações postas acima é que foram pensados os objetivos a seguir que deve seguir de base para o produto final que é a dissertação.

O objetivo geral desta pesquisa se baseia em analisar a imposição do vestuário ocidental aos indígenas do estado do Grão-Pará de meados do século XVIII, por intermédio do Diretório dos Índios, instituído por Marquês de Pombal.

Com os objetivos específicos, pensamos os quatro a seguir que podem ser úteis nas análises propostas neste projeto.

- Investigar as modificações ocorridas na sociedade indígena quando da institucionalização do Diretório dos Índios;
- Analisar o uso do vestuário ocidental como instrumento civilizador dos indígenas do estado do Grão-Pará;
- Verificar se o uso do vestuário era utilizado como um meio de distinção entre os indígenas do estado do Grão-Pará;
- Identificar a partir de que momento o vestuário deixou de ser uma imposição e passou a ser objeto de desejo dos indígenas.

---

<sup>2</sup> O padre João Daniel foi cronista da Companhia de Jesus e viveu na região Amazônica entre 1741 e 1757.

<sup>3</sup> DANIEL, João. 1722-1776. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas, v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. (Pg. 273).

Ao pesquisar sobre a utilização do vestuário na sociedade ocidental foi possível perceber que a abordagem utilizada, por alguns autores, sobre a temática é de cunho estético e quase sempre ligado à moda. Assim, no contato com as obras de Carl Kohler<sup>4</sup>, Daniel Roche<sup>5</sup> e Roland Barthes<sup>6</sup>, nota-se esse direcionamento ao mundo e à indústria da moda. A abordagem que pretendemos utilizar, entretanto, vai de encontro aos aspectos simbólicos e práticos do uso do vestuário, propondo assim, uma metodologia que contemple o estudo das representações do vestuário numa perspectiva histórica, considerando, claro, ao nosso recorte espacial e temporal.<sup>7</sup>

Maria Cristina Volpi destaca que “o vestuário tem múltiplas funções”<sup>8</sup> funções estas que permeiam o campo natural como fator de proteção, contra o calor, frio e etc., e também no meio cultural, pois o mesmo está “ligado a todos os fenômenos culturais, econômicos e sociais”<sup>9</sup>.

Portanto, podemos considerar que no contexto aqui abordado, o vestuário ocidental envolve uma tradição cultural que foi e é considerado como “modelo” a ser seguido pelo resto do mundo. Neste sentido, não seria um equívoco afirmar que “o homem social é um homem vestido, uma vez que a nudez reconduz o homem ao seu estado natural, contra o qual a cultura se interpõe”<sup>10</sup>.

O comportamento civilizado, oriundo do Ocidente pode se resumir em “tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas”<sup>11</sup>.

Para tanto, “o novo sistema enfatizava a rápida integração dos índios à sociedade portuguesa, (...) Assim, em vez de preservar os índios como uma raça separada, sua própria legislação poria fim ao seu isolamento e os transformaria abruptamente em cristãos ‘civilizados’.”<sup>12</sup>

---

<sup>4</sup> Ver em: KOHLER, Carl. História do vestuário.

<sup>5</sup> Ver em: Cultura das Aparências – Uma história da indumentária. São Paulo 2007, e História das Coisas Banais – Nascimento do Consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro 2000.

<sup>6</sup> Ver em: O sistema da moda.

<sup>7</sup> Nacif, Maria Cristina, pg.2

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> ROCHE, Daniel. História das Coisas Banais. Tradução Ana Maria Scherer. - Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Pg. 260.

<sup>10</sup> Nacif, Maria Cristina, pg.2

<sup>11</sup> ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Vol. 1 Uma História dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 (Pg. 23)

<sup>12</sup> HEMMING, John. Fronteira Amazônica – a derrota dos índios brasileiros. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2009. (pg.41)

A dominação destes corpos nus era necessária para o bom encaminhamento da civilização e cristianização desses povos “selvagens”. “Logo, poderiam e precisavam ser dominados ou destruídos para que a colonização pudesse seguir seus passos”<sup>13</sup>.

Avanços recentes nos estudos etno-históricos, no entanto, vêm minando estas perspectivas arraigadas desde há muito, introduzindo uma nova conjugação entre pesquisa documental e perspectivas antropológicas para produzir um renovado retrato das respostas ativas e criativas dos atores indígenas que, apesar de todas as forças contrárias, conseguiram forjar espaços significativos na história colonial, de modo que não é mais admissível omiti-los do registro histórico.<sup>14</sup>

Porém, em alguns relatos percebemos certo tipo de dinamismo a essas medidas, “Ou seja, encontraram formas de negociar com o mundo colonial, manipulando e definindo atitudes de acordo com seus interesses (...) usando as condições de barganha possíveis a seu favor”.<sup>15</sup>

Percebe-se aí o contraponto a uma visão que insistia no discurso dominador europeu tão presente nas primeiras obras historiográficas que tratavam de formular uma História Nacional pautada no engrandecimento europeu e colocava o indígena como agente passível de completa dominação, tais como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Adolfo Varnhagen, autores estes pioneiros da historiografia brasileira.

Através dos relatos de missionários, crônicas de viajantes e da documentação oficial podemos apreender as vicissitudes e particularidades do universo da Amazônia Colonial. Ao se utilizar das fontes citadas acima, explorar sua potencialidade no que tange a análise do discurso, as práticas cotidianas relatadas, seus agentes históricos e suas relações culturais são de suma importância para o bom andamento desta pesquisa.

Portanto, as propostas colocadas neste artigo deverão ser elucidadas durante os dois anos de pesquisa intensa no programa de pós-graduação.

---

<sup>13</sup> AMANTINO, Márcia. E eram todos pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. In: História do Corpo no Brasil. Mary Del Priore, Marcia Amantino (orgs.). – São Paulo: Editora Unesp, 2011. (pg. 22).

<sup>14</sup> MONTEIRO, John Emanuel. Tese de Doutorado: Tupi, tapuia e historiadores. (Pg. 13, 14)

<sup>15</sup> Idem. (pg. 21)

## Uma análise da atuação dos Juízes de Paz e dos Conselheiros de Governo na administração da justiça em Minas Gerais (1827-1834)

**Eduardo da Silva Júnior**

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: edu1993@bol.com.br

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a atuação da Presidência da província e do seu Conselho de Governo na administração da justiça em Minas Gerais entre 1827 e 1834. A partir, sobretudo, da consulta às atas do Conselho de Governo de Minas Gerais, busca-se identificar, em meio às diversas questões que foram debatidas e medidas adotadas para o bom funcionamento da província, aquelas questões relativas ao judiciário local, que possibilitam dimensionar a capacidade do poder provincial de intervir sobre a esfera judicial. Desta maneira, problematiza-se de que forma a busca por equilíbrio entre os poderes se configurou e os níveis de separação atingidos por ela na relação entre o executivo provincial e os juízes de paz.

**Palavras-chaves:** Presidente de província; Conselho de Governo; Juizado de paz.

**Abstract:** The main objective of this paper is to analyze the forays of the Presidency of the province and its Governing Council in the administration of justice in Minas Gerais between 1827 and 1834. From the consultation of the minutes of the Conselho de Governo of Minas Gerais, - to identify, among the various issues that were debated and measures adopted for the proper functioning of the province, those questions related to the local judiciary, which make it possible to measure the capacity of the provincial power to intervene in the judicial sphere. In this way, it is questioned how the search for balance between the powers was configured and the levels of separation reached by it in the relationship between the provincial executive and the judges of the peace.

**Keywords:** Province President; Conselho de Governo; Justice of the Peace.

### **Forjando novas instituições para um novo império**

O processo de desvinculação do Brasil do restante do Império português deixou como herança para o país recém independente a tarefa de construir um novo arranjo político-institucional que conseguisse acomodar os interesses distintos que pulsavam nas diferentes regiões e manter sua integridade territorial.<sup>1</sup> Segundo Renata Silva Fernandes, nos anos seguintes à Independência:

A questão da distribuição de poderes entre o centro, as províncias e as localidades, a estruturação de canais de diálogo entre cidadãos e o Estado, bem como entre as múltiplas esferas de poder, convertem-se em pontos nodais para elaboração, em meio às disputas entre os distintos projetos políticos, das instituições que vigorariam no “novo” Império.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> JANCSÓ, István. & PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira 1500-2000. São Paulo: Senac, 2000.

<sup>2</sup> FERNANDES, Renata Silva. O Governo das províncias do império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2014. p. 13.



Neste cenário, toma-se como ponto de partida a lei de 15 de outubro de 1827 que regulamentou o cargo de juiz de paz, previsto no artigo 162 da Carta Constitucional de 1824 outorgada por D. Pedro I. Regulamentação ocorrida também no âmbito da nascente esfera de poder regional/provincial para onde deveriam convergir progressivamente os poderes antes depositados na esfera local, conforme definiam a lei de 20 de outubro de 1823 e o texto constitucional de 1824.

A previsão de uma justiça local exercida por magistrados leigos eletivos na Constituição de 1824 foi fruto de medidas liberais que buscavam demarcar os princípios constitucionais da monarquia. Com a criação do juizado de paz, a estrutura judicial do Império do Brasil sofreu sua primeira grande mudança para adentrar na ordem liberal, ao adotar o princípio político da separação de poderes e da regulação da influência do poder central. Contudo, isso não significava a existência de paridade entre os diferentes poderes, visto que o monarca conseguiu manter sob sua posse poderes que permitiam certa interferência no legislativo e no judiciário.<sup>3</sup> Adriana Campos e Ivan Vellasco apontam que: “Cabia, por exemplo, ao imperador a indicação dos magistrados letrados e a fiscalização da jurisdição, funções pertencentes em tese ao poder judiciário.”<sup>4</sup>

Segundo Thomas Flory, a criação do cargo de juiz de paz em 1827, a promulgação do Código Criminal em 1830 e do Código do Processo Criminal em 1832 proporcionaram uma nova roupagem ao aparato judicial do nascente Império, livrando-o de um emaranhado de leis e cargos herdados do período colonial.<sup>5</sup>

Ivan Vellasco sustenta que: “A montagem do sistema judiciário no Império reverte-se de um caráter extremamente importante pelo fato de aí localizar-se um ponto nodal da construção e consolidação do poder estatal.”<sup>6</sup> Desta maneira, para Ivan Vellasco, no momento em que se buscou dar forma as instituições que deveriam garantir a soberania e legitimidade do

---

<sup>3</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. Juiz de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.); CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 377-408.

<sup>4</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. Juiz de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.); CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 380.

<sup>5</sup> FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

<sup>6</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça - Minas Gerais, século 19*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 17.



nascente Estado, o judiciário despontou como um componente essencial para estruturação e funcionamento do Estado imperial.<sup>7</sup>

Nesta perspectiva, os juízes de paz assumiram um papel estratégico nas localidades. Ivan Vellasco e Adriana Campos argumentam que, as eleições dos magistrados locais contribuíram para o “alargamento da sociedade política, cuja fronteiras se estendem para às localidades mais remotas, ampliando e interiorizando a participação do homem comum nas freguesias e vilas.”<sup>8</sup>. Nesse sentido, a justiça é encarada como a face mais visível e pedagógica do poder do Estado, e por meio da qual, homens e mulheres comuns buscaram sua incorporação na vida em sociedade, o que implicava no uso da justiça como instância mediadora das disputas pessoais.<sup>9</sup>

A participação do juiz de paz na expansão e interiorização da “máquina burocrática” do Estado, colocou-o numa posição estratégica com um conjunto bastante ampliado de atribuições. Segundo Flory, além de atuarem como justiça de primeira instância, conciliando litígios, rixas, querelas presentes nas localidades, os juízes de paz também tinham funções policiais. Eles deveriam atuar no controle sobre a polícia podendo mobilizá-la na perseguição de criminosos; no envio de suspeitos aos magistrados competentes; na vigilância quanto a aplicação das regulações municipais (posturas); na prisão de escravos fugitivos e destruição dos quilombos; na preservação da ordem pública ao determinarem a prisão de bêbados e desordeiros, tendo amparo legal para obrigá-los a trabalhar e extrair garantias de boas condutas.<sup>10</sup>

Os amplos poderes depositados nestes magistrados, principalmente depois das reformas liberais ocorridas durante a Regência, transformaram-no em um cargo com grandes prerrogativas em âmbito local. Os poderes destes magistrados fizeram com que durante muito tempo a historiografia aceitasse sem contestação as teses que defendiam a extrema autonomia dos juízes de paz frente ao poder executivo provincial ou central.

Em contrapartida, inserido nesta mesma conjuntura, podemos observar um progressivo processo de formação de uma esfera de poder regional que em um primeiro momento

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. Juiz de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.); CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). Perspectivas da cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 399.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> FLORY, Thomas. El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

materializou-se nos Conselhos Provinciais<sup>11</sup> e, posteriormente, com a aprovação do Ato Adicional de 1834, na Assembleia Legislativa Provincial. Esta nascente esfera de poder buscou deslocar poderes antes pertencentes as localidades para os Conselhos provinciais.

Para Mirian Dolhnikoff, os governos provinciais proporcionaram a incorporação das elites políticas provinciais no corpo do nascente Estado. Desta forma, essas elites foram acomodadas em espaços onde deteriam autonomia para administrar suas províncias e a capacidade de impor suas demandas ao poder central.<sup>12</sup>

Segundo Renata Silva Fernandes, nos anos que se seguiram à Independência, estava em curso um progressivo processo de regionalização do poder, onde às províncias seriam atribuídos poderes políticos e administrativos. Desta forma, o presidente da província, cargo cujo ocupante era da escolha do imperador, e o conselho eletivo a ele vinculado compunham essa esfera regional de poder até a implantação da Reforma de 1834. A autora demonstra que o cargo de Presidente de província e Conselho de Governo são elementos indissociáveis, visto que grande parte das decisões sobre administração da província deveriam ser tomadas pelo presidente em meio a este conselho, de caráter consultivo e deliberativo. Em meio as suas atribuições estavam criação de infraestrutura para a província, divisão administrativa, controle de funcionários públicos, mediação de conflitos e implantação e fiscalização do aparato judiciário, de segurança e financeiro.<sup>13</sup>

Em sua análise sobre a Revolta do Ano da Fumaça (1833) que culminou na destituição do presidente da província de Minas Gerais e de seus conselheiros, Alexandre Mansur Barata atenta para a importância que o poder provincial adquiriu, sendo a busca de seu controle o principal responsável por desencadear um conflito que mobilizou parcelas importantes da elite política mineira. Segundo o autor, a consagração da província como unidade política administrativa provocou um acúmulo de poderes e atribuições nas autoridades provinciais,

---

<sup>11</sup> Cabe apontar que, quando utilizamos essa nomenclatura nos referimos a duas instituições com atribuições distintas existentes nas províncias: os Conselhos de Governos e Conselhos Gerais de Província. Ambos são frutos da progressiva valorização da província como espaço de poder, porém, nosso foco situa-se no Conselho de Governo, devido suas atribuições referentes a administração da justiça.

<sup>12</sup> DOLHNIKOFF, Mirian. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>13</sup> FERNANDES, Renata Silva. O Governo das províncias do império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2014.

ampliando sua capacidade de influir no destino de todos os mineiros. Capacidade esta que foi disputada por setores distintos da elite política mineira.<sup>14</sup>

Essas interpretações têm em comum a consagração da província como lócus de poder e a forma como percebem o processo de construção do Estado nacional brasileiro. Segundo elas, para se concretizar essa complexa tarefa o diálogo com as províncias torna-se um elemento indispensável. Desta forma, a construção do Estado nacional não é vista como um processo dirigido pelo poder central<sup>15</sup>, mas como um processo que implicava necessariamente a negociação com as elites provinciais.

Adotando esta perspectiva, uma questão pouco debatida pela historiográfica merece nossa atenção, isto é, em que medida as autoridades provinciais, particularmente, o Presidente de província e os conselheiros de Governo da província de Minas Gerais procuraram controlar e interferir na atuação dos juízes de paz.

### **O judiciário entre poder central, provincial e local**

É predominante na historiografia trabalhos dotados de uma perspectiva que vincula a figura do juiz de paz com a ideia de desmando e descontrole. Thomas Flory é o principal representante desta concepção. O autor argumenta que estes magistrados locais eram cargos completamente subjugados às forças privadas existentes nas localidades. A justiça local no século XIX servia aos potentados locais como instrumento de vingança ou para satisfazerem seus interesses pessoais ou de sua clientela. O autor afirma ainda que: “Al ser elegido en una región y fungir periodos extensos sin paga, el juez menor fue colocado deliberadamente lo más lejos posible de la influencia de la rama ejecutiva del gobierno.”<sup>16</sup>. Desta forma, não dispendo de nenhum laço que os ligasse aos governos central ou provincial, a magistratura criada pelos liberais apenas representava os interesses locais.<sup>17</sup>

Vargas Sodré, partilhando da concepção de Thomas Flory em sua análise sobre a administração da justiça em Minas Gerais, afirma que o Código do Processo Criminal fortaleceu a justiça leiga e eletiva, a deixando inacessível ao poder central. Para autora, enquanto as

---

<sup>14</sup> BARATA, Alexandre Mansur. A revolta do Ano da Fumaça. Revista do APM. Belo Horizonte, ano L, nº 1, jan./jun. 2014. p. 79-91.

<sup>15</sup> Para esta discussão sobre construção do Estado Imperial onde o processo é dirigido pelo centro ver: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>16</sup> FLORY, Thomas. El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: Control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura económica, 1986. p.84.

<sup>17</sup> Ibidem.

reformas implantadas em 1832 sobreviveram, o poder provincial não possuía condições de acessar a localidade e: “Se a presidência da província não se via em condições de acessar as localidades distantes, essa seria uma tarefa mais difícil ainda para o governo imperial.”<sup>18</sup> Segundo a autora, somente após a reforma do Código Criminal e a criação de mecanismos de sujeição da magistratura local ao Estado, a justiça estaria funcionando em consonância com os interesses do centro. Em consequência a esta postura, a autora chega à conclusão de que a participação da justiça na construção do Estado até a reforma de 1841 foi ínfima.<sup>19</sup>

Enquanto o governo imperial não controlou a administração da justiça, ela pouco contribuiu como engrenagem do Estado. Contudo, as reformas e mudanças lentamente surtiram efeitos e finalmente alcançaram a almejada centralização, a partir daí, a organização judiciária passou a ser agente ativo na construção do Estado.<sup>20</sup>

Ivan Vellasco, ao analisar o funcionamento da justiça na comarca do Rio das Mortes, chega a conclusões que divergem das anteriores. Segundo o autor, muitas vezes a justiça se mostrou eficaz aos seus demandantes, sejam eles ricos ou pobres. Desta forma, os “excluídos da confecção do mundo da ordem”<sup>21</sup> não eram alheios a ele, mas, sim, encontram na justiça uma forma de usarem a ordem ao seu favor, se utilizavam desta para valerem suas demandas e, por vezes, estas foram atendidas. Ao adotar este ângulo, o autor elimina a insistente oposição entre interesses centrais e locais, demonstrando que a ordem construída pelo judiciário não era de interesses único e exclusivo do Estado, mas também de homens e mulheres dos mais diversos estratos sociais presentes nas localidades. Para Vellasco:

A justiça certamente ao mesmo tempo em que representou um espaço de efetivação de certos aspectos da cidadania e apresentou-se como a face visível e tangível do Estado para os não dominantes, desempenhou papel importante na ampliação e consolidação da base social de sustentação do Estado Imperial [...] ela foi uma das engrenagens na montagem do campo de legitimação do poder imperial e, ao Império e aos seus homens de Estado, em suas ambições monopolizadoras, não passou despercebida a sua função nem seu potencial de sedução para o campo da ordem.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. O papel da administração judiciária na construção do Estado nacional (Minas Gerais, 1833-1843). Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de história- Lugares dos historiadores: velhos e novos lugares, Florianópolis-SC, 2015. p.6.

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>21</sup> O autor utiliza este termo para designar escravos, homens e mulheres livres e pobres. Pessoas que não participaram da construção legal que dava forma ao nascente Império. Ver: VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19. São Paulo: Edusc, 2004.

<sup>22</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19. São Paulo: Edusc, 2004. p. 225-226.

Adriano Aparecido Magalhães, ao analisar as práticas dos juízes de paz no Termo de São João del-Rei, argumenta que aos juízes de paz foi atribuída função de sustentáculo do projeto liberal moderado nas localidades. Desta forma, intermediavam a relação das localidades com os governos da província e central e exerciam uma relação pedagógica com o conjunto da população em defesa do liberalismo moderado. Com isso, para o autor, a magistratura de paz estava ligada não só aos interesses locais, mas, também, era “braço político dos liberais moderados nas diversas e distantes localidades do Império.”<sup>23</sup>. Nesta perspectiva, os juízes de paz por meio de sua atuação nas localidades contribuíram para a consolidação da hegemonia liberal moderada em Minas Gerais e para sustentação do projeto liberal moderado no Império.<sup>24</sup>

Em sua análise dos debates parlamentares que deram forma aos Conselhos Provinciais em Minas Gerais, Renata Silva Fernandes contribui para com tema ao identificar as diversas atribuições do Conselho de Governo. A autora sustenta que, a mediação dos conflitos envolvendo juízes de paz e a possibilidade de suspensão destes magistrados pelo presidente de província em conselho, legalmente adquirida em 1831. Demonstam a “possibilidades de interferência direta da instância de poder provincial nas disputas locais, sejam pessoais ou políticas.”<sup>25</sup>. Tal interferência é interpretada pela autora como um mecanismo de controle da magistratura leiga. Nesse sentido, as teses que apontam para uma completa desvinculação da justiça do governo da Corte e da administração provincial devem ser questionadas, visto que: “É preciso ter em conta que, por mais que a posição de regulação do poder central e sua influência nas localidades fosse proeminente em muitos discursos, os receios da desordem se faziam presentes.”<sup>26</sup>.

Estabelecendo interlocução com os recentes debates que buscam descortinar uma nova perspectiva sobre atuação dos juízes de paz e do poder provincial. O presente artigo, focaliza sua lente na administração da justiça local, porém sem desvincular os juízes de paz do poder provincial, possibilitando, assim, melhor compreender os poderes e limites dos juízes de paz e do poder provincial na administração da justiça local, de modo que, é possível lançar luzes

---

<sup>23</sup> MAGALHÃES, Adriano Aparecido. “Os Guerrilheiros do liberalismo”: o juiz de paz e suas práticas no Termo de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes (1827-1842). Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em História, UFSJ, São João del-Rei, 2011. p. 153.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> FERNANDES, Renata Silva. O Governo das províncias do império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2014. p.92.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 90.

sobre a forma como foi pensada a separação dos poderes nos anos seguintes a independência do Brasil.

### **As incursões do executivo provincial no judiciário**

Ao percorremos a historiografia que trata da justiça local no século XIX percebemos que, de modo geral, predominam trabalhos que analisam a atuação dos juizes de paz como isentas de qualquer controle. Segundo Miriam Dolhnikoff, por exemplo: “Escolhido localmente, o juiz de paz nada devia fosse ao governo central, fosse ao próprio imperador”.<sup>27</sup> Nessa perspectiva, os Presidentes de província e os Conselhos de Governos são encarados como instituições completamente impotentes frente aos assuntos referentes à justiça local. Com base na crença de uma separação entre judiciário e executivo com seus contornos finais já acabados, esses trabalhos colocam os juizes de paz como únicos senhores da administração da justiça a nível local. Porém, através de uma análise dos documentos produzidos pelas reuniões do Conselho de Governo da província de Minas Gerais, nos deparamos com uma situação completamente diversa. É possível constatar que as autoridades que administravam a província demonstravam uma sistemática atenção ao andamento da justiça local buscando intervir e gerila<sup>28</sup>.

Contribuem para sustentar esta constatação uma série de normas que deveriam regular a atuação do Conselho de Governo na esfera judicial. Segundo a lei de 20 de outubro de 1823 era função do presidente da província em conselho resolver conflitos judiciais, suspender magistrado em caso de motins ou revoltas ou em casos urgentes em que não pudessem esperar resolução do imperador.<sup>29</sup> A lei de 6 de junho de 1831, legaliza a suspensão dos Juizes de paz quando do não cumprimento de seus deveres ou negligência.<sup>30</sup> Por sua vez, a decisão do Ministério da Justiça de 17 de julho de 1833 reiterou a competência do presidente da província em conselho suspender estes magistrados sem necessitar recorrer ao poder central.<sup>31</sup> No seu conjunto, essas leis demonstram que a esfera executiva provincial foi o espaço escolhido para discutir, solucionar e intervir em questões referentes ao judiciário.

---

<sup>27</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005. p. 84

<sup>28</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Provincial. Registro de atas das sessões do Conselho do Governo, SP 86.

<sup>29</sup> BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823. In: Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1887. p. 10-14.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei de 6 de junho de 1831. In: Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875. p 1-4.

<sup>31</sup> BRASIL. Justiça- 17 de julho de 1833. In: Coleção das decisões do Governo Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1873. p. 267.

Deve-se ressaltar que não pretendemos questionar a busca por uma equação balanceada de separação e controle entre os poderes políticos presentes nos debates travados na Assembleia Constituinte de 1823 e na Assembleia Geral em 1826<sup>32</sup>. Mas, problematizar de que forma esta busca por equilíbrio entre os poderes se configurou e os níveis de separação atingidos por ela na relação entre Conselho de Governo e juízes de paz. Desse modo, compreender os limites impostos aos juízes de paz pelo Conselho de Governo, instituição que por estar vinculada com presidente de província deve ser entendida como componente do executivo provincial.

É nesta conjuntura que os nossos questionamentos ganham sentido. Podemos afirmar a existência de uma separação acabada entre o judiciário e o executivo na esfera local entre 1827 e 1834? Existiam limites para os poderes dos Juízes de paz? Quais são estes limites? Qual o tipo de controle o Conselho de Governo possuía em relação a atuação dos juízes de paz?

Contudo, deve-se atentar que não se busca construir uma análise que crie um mundo de completo controle em oposição ao mundo do descontrole. Busca-se, sim, complexificar o cenário, tentando apontar através das reuniões do Conselho de Governo os momentos nos quais as autoridades provinciais procuram regular o judiciário local. Desse modo, não nos esqueçamos das amplas atribuições dos juízes de paz e da considerável autonomia de atuação nas localidades que elas os possibilitavam.

## **Conclusão**

Durante muito tempo, se propagou na historiografia a crença de que os juízes de paz estavam distantes da capacidade reguladora do poder central e provincial. Deste modo, para esta historiografia, nos anos que se seguiram a independência do Brasil, os liberais puseram em execução a elaboração de uma estrutura judiciária que era completamente independente das outras esferas de poder.

Porém, a atuação do Presidente da província em Conselho sobre a esfera judicial, na busca de regular atuação dos juízes de paz e garantir o bom funcionamento da justiça na província, aponta para um cenário distinto do, até então, afirmado. Percebe-se a mobilização de uma concepção de liberalismo que previa incursões do executivo provincial e central na esfera judicial. Esta característica não deve ser vista como uma peculiaridade ou desajuste das ideias

---

<sup>32</sup> Slemian, Andréa. “Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do império (1823-1834). Almanack Braziliense, São Paulo, nº 06, nov. 2007.



liberarias ao contexto do país recém independente<sup>33</sup>, mas, da não passividade diante do recebimento das ideias que circulam no período, ou seja, da capacidade de formulação de uma linguagem política própria, atenta aos desafios e questões lançadas com a separação de Portugal.

---

<sup>33</sup> Las ideas fuera de lugar? Estudios y debates em torno a la historia política-intelectual latino-americana. Buenos Aires: Prometeo libros, 2014.



## Com o poder de ditar o direito: Requerimentos, ofícios e queixas sobre a ação dos juízes e magistrados na sociedade do Rio de Janeiro do século XVIII

**Marina Passos Tufolo**

Graduanda

Universidade Federal de São Paulo

E-mail: matufolo@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir as formas de fiscalização dos magistrados do Rio de Janeiro do século XVIII a partir da correspondência do Arquivo Histórico Ultramarino. Dentro desta documentação, buscamos perceber como se dariam as várias práticas de normatização do comportamento dos agentes régios, e cobranças de responsabilidade em documentos extrajudiciais. Através de um estudo de caso, se abordará a discussão, assim como se explorará os diversos mecanismos de controle discutidas na historiografia.

**Palavra chave:** História colonial, justiça, magistrado.

**Abstract:** The aim of the present work is to discuss the forms of oversight by the magistrates from “Rio de Janeiro” during the 18th century as from the Overseas Historical Archive’s correspondences. Within this documentation, We seek to perceive how the various practices of the royal agent’s behavior normatization as well as liability collection in extrajudicial documents were provided. Through a case study, the discussion will be approached; moreover, the variety of control mechanism discussed in historiography will be explored.

**Key-words:** Colonial history, justice, magistrates.

### A denúncia do roubo do ouro

O governador Gomes Freire de Andrade escreve ao Rei em 1744 denunciando o ocorrido: se encontrando ouro na região de Minas Gerais, e tendo-se entregue tais partilhas ao Capitão-Mor João Jorge Rangel, e ao Juiz de Fora da Vila, José Ferreira Brazão – julgados mais capazes de administrar – houvera roubo<sup>1</sup>.

Segundo a documentação, o Ouvidor Geral haveria informado ao governador por carta anterior, os desvios de ouro realizados pelos agentes régios:

[...]Je honde vendo muito ôuro, perdida a honra, o temor de Deoz e de V. Mag.e fizerão o que refere o ouvidor na carta junta:

Se a estes homens se provar o que a dita carta rellata, aos Reaes péz de V. Mag.e pesso mol vezes seja servido mandar selhe dê hum tal castigo, que sirva de exemplo, e remedio não só a insolencia de quererem roubar à custa de meu credito e do ouvidor, mas para que em semelhantes cazos se não atrevão os Juizes

<sup>1</sup> AHU\_ACL\_017, CX 37 Doc. N. 3876

a serem os mayores fraudadores dos tezuos, que toçao a quem os Regimento de V. Mag.e as permite.

A denúncia, apesar de prevista nas ordenações Filipinas, chegaram em moldes extrajudiciais ao Conselho Ultramarino, responsável direto pela administração da colônia em suas matérias. Em 1745, o órgão responde ao suplicante:

Hem.to [ileg], p. a gde abundancia de ouro, [ileg] a fidelidade dos comiçarios p se mandame[?] ao novo[?] descoberto, e por obrigasse a sua ambição a Cometerem os escandalos exersos de q dá conta o ouvidor de Sabará; mas tanto he co[ileg], e natural esta culpa, quanto deve ser mais aspera, e seceram.te[?] castigados; e assim me parece q se deve ordenar ao gov.or e [ileg] averiguar a verdade dos cargos q se fazem a este homens, continuando o ouvidor a punça[?] o q tem principado; e qqdo conte q são [ileg] dos crimes, q se lhe arquem[?] ou da maior[?] parte delles os mande prezoz pa a Cadea da Cid.e da Bahia, e dé conta com a copia da [illeg], e mais averiguação [...].

Continua-se que

Por bem me parece q o Ouv.or de [Sabará] proseda a devassa contra estes comissarios; e achandoos culpados os pronuncies, prenda, e de conta do q rezultar da devassa

A denúncia datada de 1744 nos parece relevante por introduzir à temática das formas de cobrança de posturas dos magistrados<sup>2</sup> e marcação do que deveria ser a atitude esperada dos agentes régios. Este caso é peça conjunta da documentação levantada no projeto embasado na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>3</sup>: são inúmeras tipologias que trazem diversas temáticas de queixas, entre elas denúncias de roubo de jurisdição, queixas de falta de

---

<sup>2</sup> Por magistrado se entendia precisamente “aquéllos y sólo aquéllos [...] que están investidos de jurisdicción: *officium habes exercitium et administrationem iurisdictionis*, una porción de poder público, que les faculta para administrar la justicia (entiéndase, para declarar por sí el derecho e imponer coactivamente sus decisiones)”; ou seja, magistrados eram todos aqueles que tinham autorização para aplicar o que se considerasse justo. In GARRIGA, Carlos. Justicia Animada: Dispositivos de la justicia en la monarquía católica. In LORENTE SARIÑENA, Marta. *De justicia de jueces a justicia de leyes: Hacia la España de 1870*. Madrid: Consejo General de poder judicial, 2006. p. 73.

<sup>3</sup> Os dados da pesquisa são referente ao projeto da Fapesp de 2016 denominado ‘Com o poder de ditar o direito: requerimentos, Requerimentos, officios e queixas sobre a ação dos juizes e magistrados na sociedade do Rio de Janeiro do século XVIII.

formalidade, recursos contra decisões tomadas e denúncias relativas à leis presentes nas Ordenações Filipinas.

Essas denúncias, discutidas por nós como querelas, eram práticas extrajudiciais de se contestar ações que infligiam direitos prévios e cobrar responsabilidades de agentes reais revestidos de jurisdição. Segundo Carlos Garriga, o ato de querelas seria um

expediente residual para acoger todos aquellos supuestos que por una u otra razón no tenían cabida en los remedios más formalmente establecidos, sin necesidad de especoal tratamiento jurisprudencial ni regulación en el derecho propio. [...] son los términos genéricos y habituales para designar respectivamente cualquier atentado o alteración indebida del estatus o posición jurídicamente reconocida y la petición o quejo que buscaba de quien tenía poder para ello el amparo o la reparación<sup>4</sup>.

Sendo uma forma de reivindicação, as querelas estariam intrinsecamente relacionadas com as formas de controle dos magistrados, por ser um instrumento extrajudicial para se reivindicar decisões. No caso exposto, um roubo que seria previsto pelas Ordenações Filipinas estaria sendo denunciado por carta. Esta prática, que poderia ser realizada por qualquer indivíduo, no limite, acarretaria em certa homogeneização no comportamento dos agentes e cobranças de responsabilidades.

É comum na historiografia a discussão sobre as formas de fiscalização dos magistrados, onde se estabeleceria certa dúvida, quanto sua eficácia. Um dos dispositivos normativos relacionados ao padrão de comportamento ansiados na ação dos magistrados estava presente na compilação das Ordenações Filipinas, as quais determinavam como as funções jurídico-administrativas deviam ser exercidas, e traziam uma série de artigos da forma como a figura pública do agente deveria agir perante a sociedade.

Para além dos códigos de conduta social, havia mecanismos que fiscalizavam a ação destes juízes e ouvidores, sendo o principal deles denominada juízo de residência<sup>5</sup>. Esta foi uma

---

<sup>4</sup> GARRIGA, Carlos. *Histoire des justices en Europe*. Université Toulouse: 2014. p. 71-79.

<sup>5</sup> Nascida em Castela a partir de 1484, do intento de corrigir falhas na justiça local, a prática de residência foi evoluindo de uma mera pesquisa das chancelarias (juízes ordinários), para uma cobrança efetiva de responsabilidades. Transladada para Portugal, as residências se tornam uma importante ferramenta para implantar a institucionalização da justiça nas colônias, o que, por sua vez, não significou centralização. Os juizes, antes mesmo do termino de seu período em cargo específico, deveriam informar a Mesa do Desembargo do Paço sobre o fim de sua atuação um tempo antes desta chegar ao termino de fato. Segundo Barbas Homem, “Os magistrados sindicados consideravam-se suspensos desde o momento em que estivessem sob inspeção, sendo seus substitutos as pessoas designadas nas Ordenações. [...] O magistrado encarregado de realizar a residência era nomeado especificamente para este efeito, por uma comissão extraordinária” ((HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *Judex Perfectus* - Função Jurisdicional e estatuto judicial em Portugal 1640-1820. Coimbra: Almedina, 2003. (Coleção Teses). p. 677), devendo fazer em vinte dias. Estes deviam entrevistar testemunhas e todos aqueles que tinham algo a respeito da conduta do juiz seguindo conforme as Ordenações demandavam, traduzindo tudo por escrito,

prática de disciplinamento que, juntamente com os casos de correição, era um costume no que tocava às formas disponíveis de fiscalização da coroa na ação de seus agentes – desde já, haja a percepção social do problema da impossibilidade do total controle sob suas decisões. Segundo Antônio Pedro Barbas Homem, residência era um ato “*que se tirava do procedimento do Juiz ou governador a respeito da maneira por que procedia nas cousas de seu Ofício, durante o tempo que residia na terra em que o exercia*”<sup>6</sup>. Como tais práticas estavam vinculadas às sindicâncias europeias, a importância da fiscalização em terra além-mar era substancial, devido a grande autonomia e a distância do centro. Dessa forma, todos estavam sujeitos à alguma forma de inspeção, no caso dos juízes letrados por meio das residências, e no dos juízes ordinários pela retirada de devassas pelo seu sucessor ao cargo.

### **Formas de fiscalização: historiografia**

A importância da questão da fiscalização dos magistrados estaria intrinsicamente ligado às formas de compreensão da administração colonial: perguntas que envolviam a autonomia de seus agentes, assim como sua eficácia quanto órgão centralizador, norteariam vários dos trabalhos que viriam a ser tradicionais para se compreender a dinâmica marcada no mundo colonial.

Nos anos 70, os estudos sobre administração ainda eram deixados à parte na historiografia pelo foco demasiado central nas discussões sobre a identidade brasileira. À época, as discussões que buscavam estabelecer uma separação entre o ‘ser’ português e brasileiro, - ou seja, metrópole e colônia - também colocaria em embate o grau de centralidade e eficácia da colônia de à pouco<sup>7</sup>. Dessa trama nascem dois importantes estudos: a primeira analisaria o aparelho administrativo como herdado da metrópole, sem que houvesse adaptações nem delimitações próprias para a metrópole, o que resultaria em uma administração caótica e pouco funcional. Defensores dessa linha, como Caio Prado Junior<sup>8</sup>, partindo de uma perspectiva marxista, traçaram a incoerência de uma administração muito burocrática e excessivamente centralizadora

---

em documentos denominados devassas. Para mais ver HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *Judex Perfectus* - Função Jurisdicional e estatuto judicial em Portugal 1640-1820. Coimbra: Almedina, 2003. (Coleção Teses); GONZÁLEZ, Benjamin Alonso. *Los procedimientos de control y exigencia de responsabilidad de los oficiales regios en el antiguo régimen*. In <<http://www.uam.es/otros/afduam/pdf/4/los%20procedimientos%20de%20control%20y%20exigencia%20de%20responsabilidad.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2014.

<sup>6</sup> Idem p. 663

<sup>7</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>8</sup> JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial. E com toda aquela complexidade e variedade de órgãos e funções, não há, pode-se dizer, nenhuma especialização. Todos eles abrangem sempre o conjunto dos negócios relativos a determinado setor, confundindo assuntos os mais variados e que as mesmas pessoas não podiam por natureza exercer com eficiência.<sup>9</sup>

Comparando a administração e seu corpo funcional/ operacional com o que temos hoje, demonstrava como a presença de fóruns mistos (privados e públicos) eram indefinidos, e por consequência, como a administração era confusa.

Assim, enxergando a administração como contraditória, Caio Prado desconsideraria as peculiaridades que a colônia demandava, apontando a ineficácia com que o Estado português teria implantado o aparelho administrativo na colônia, defendendo que este não teria focado às questões próprias da localidade. Uma vez que a colônia era tida como fonte de recursos a serem explorados, a administração que foi implantada não visava um desenvolvimento efetivo, apenas comercial, não necessitando assim de um aparelho jurídico administrativo próprio. Tal questão passaria despercebida ao autor<sup>10</sup>.

Em uma crítica ao autor, Laura de Mello e Souza demonstraria que a perspectiva adotada compara um sistema administrativo metropolitano consolidado há décadas - português - a um recém implantado, e que a distância e a falta de funcionários tornava mais delicado: essa condição peculiar, teria sido desconsiderada.<sup>11</sup>

A segunda linha, representada por Raymundo Faoro, também discutiria a forma como o aparelho administrativo metropolitano teria sido implantado na colônia, mas reconhecia, de maneira mais contundente, que a colônia possuía peculiaridades que deveriam ser levadas em consideração. A ação, segundo o autor, teria a intenção de introduzir uma cópia de seu aparato administrativo, a fim de reproduzir sua dinâmica, o que constituiria em grande dispersão quando em prática, ocasionando cargos sem jurisdição definida e pouca rigidez corporativa.<sup>12</sup> Essa tese, levaria em consideração o braço forte do estado patrimonial português, capaz de estender sua administração até a colonial.

---

<sup>9</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 p. 333.

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Globo editora, 2012.

Ambas as linhas iriam gerar formas de interpretações descendentes: enquanto Caio Prado enxergaria a administração colonial como descentralizada, mas possuindo uma lógica interna, Faoro traria à tona a centralização do aparato português. No limite, os autores estariam discutindo questões paralelas, mas complementares – centralidade e eficácia.

Ainda, tais perspectivas acabariam gerando uma visão negativa da administração brasileira, o que seria desconstruído nas décadas seguintes. Os estudos de Charles Boxer marcariam um momento de clivagem ao analisarem a reprodução da administração portuguesa como algo funcional, explicando como as ordens presentes nas câmaras e no meio eclesiástico tinham funcionalidades semelhantes<sup>13</sup>: ao contrário do que apontou Caio Prado, a falta de singularidade do aparelho colonial - igual da metrópole – não seria um problema, e sim uma solução, uma vez que esta semelhança auxiliaria a construção no além-mar de um império.

Entre os vários estudos que contestam o papel do estado na administração quanto à sua centralização é a releitura realizada por Antônio Manuel Hespanha que marcaria de forma incisiva as linhas dos anos 80. Autor que definiu os pressupostos do Antigo Regime acabaria por marcar os debates da historiografia com seu posicionamento enlaçado ao de Caio Prado. Partindo da crítica à forma como a historiografia nacionalista portuguesa retratou o império, ele proporá uma outra forma de se tratar a administração colonial, defendendo que, para a época moderna, pela natureza pluralista da sociedade do direito, não havia um estatuto que homogeneizasse a população; por conseguinte, os mecanismos de controle dos mesmos, se valendo da *iura propria* e do *Ius Commune*<sup>14</sup> não eram eficazes, se tornando lógica a dispersão presente. A imagem de um império português centralizado na

Coroa, com suas instituições, o seu direito e os seus oficiais” é falsa, e que esta é por “uma interpretação ingênua - ainda que ideologicamente significativa - das instituições historiográficas, fundada em preconceitos enraizados acerca da relação colonial. Do ponto de vista do colonizador, a imagem de um Império centralizado era a única que fazia suficiente jus ao gênio colonizador da metrópole. Em contrapartida, admitir um papel constitutivo das forças periféricas reduziria o brilho da empresa imperial. Do ponto de vista das elites coloniais, um colonialismo absoluto e centralizado condiz melhor com uma visão histórica celebradora da independência (...) [Esta linha historiográfica acaba enfatizando o nacionalismo português e seu

---

<sup>13</sup>BOXER, Charles R. O império português. 1415-1825. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

<sup>14</sup> Por *Iura Propria* nos referimos a um conjunto de leis que regulamentariam os direitos nacionais, e, por *Ius Commune* nos referimos ao conjunto de leis que são seguidas de acordo com a tradição Romana, sendo instrojetadas na cultura popular. Para mais ver HESPANHA, Antônio Manuel. *Cultura Jurídico Européia: Síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.



papel imperialista, o que permite um discurso de] “branqueamento das elites coloniais, descritas como objetos (e não sujeitos) da política colonial”<sup>15</sup>.

No caso da colônia, a autonomia do corpo administrativo, a venalidade dos cargos<sup>16</sup> e a falta de agentes letrados, acabava gerando ações solidárias à interesses locais, trazendo mais inconsistência à administração colonial<sup>17</sup>, não significando ineficiência. Dessa forma, o autor enxerga a estrutura administrativa herdada da metrópole como incapaz de agir como instrumento centralizador, o que se estenderia, portanto, às formas de fiscalização e normatização do corpo social e jurídico.

Uma significativa reposta a esta interpretação – que também discutiria a visão sobre ineficiência - foi dada por Laura de Mello e Souza em seu livro *O sol e a sombra*. Neste, a autora faz uma crítica direcionada à linha historiográfica que pensa a administração como não funcional, afirmando que, a falta de centralidade causaria desvios, mas a lógica interna criada, proporcionaria dinâmica

o que houve nos trópicos, sem dúvida, foi uma expressão muito peculiar da sociedade do Antigo Regime europeia, que combinou [...] o escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros coloniais [...] com a existência de uma condição colonial que, em muitos aspectos e contextos, opunha-se à reinos<sup>18</sup>.

A crítica de Souza à forma apresentada por Hespanha está na desconsideração das peculiaridades dos contextos coloniais que, segundo ela, acabaria por incorrer no erro de aplicar uma perspectiva europeia a uma realidade colonial do além-mar<sup>19</sup>.

As questões que surgiram deste debate deram margem para que outras problemáticas surgissem, entre elas, as consequências da adaptação administrativa ocorrida na colônia: sobre o tema, Francisco Betencourt, ao discutirem o papel dos agentes régios, demonstrariam que haveria uma suposta autonomia nos juristas frente à metrópole. Na análise, o autor demonstra que, havendo imprecisão das áreas de jurisdição, os operadores conseguiriam, dentro do

---

<sup>15</sup> HESPANHA, António Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (ORG). *O antigo regime nos trópicos*. RJ: Civilização Brasileira, 2001. P 167 e 168.

<sup>16</sup> Para mais sobre venalidade de ofícios, ver STUMPF, Roberta. *Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII*. In: STUMPF, Roberta. CHATURVEDULA, Nandini (Org.). *Cargos e Ofícios nas monarquias ibéricas: Provimento, controlo e Venalidade*. Colección Estudos y Documento: Lisboa, 2012.

<sup>17</sup> HESPANHA, António Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (ORG). *O antigo regime nos trópicos*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>18</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a Sombra*. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 67

<sup>19</sup> BOXER, Charles R. *O império português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

aparelho transplantado, adaptar os casos que surgiam à realidade local. Daí, decorreria que a administração seria

sistema complexo, que funcionava através da transferência, adaptação e integração das instituições locais, [a qual] era bastante descentralizado, consistindo numa base forte, um nível intermediário adaptável e um nível de topo regional competitivo, quezilento e frágil, para não falar nos diferentes tipos de filiações e associações políticas locais. Este sistema mostra a constante presença da coroa em todas as esferas da cultura organizacional, distribuindo privilégios, legitimando nomeações, ratificando decisões e estabelecendo o controlo judicial e financeiro. Na minha perspectiva, a <<nébulas de poder>> que definiu o Império Português foi mantida coesa pelo monarca, que fez uso da competição e da anomia hierárquica para, à distância, manter o seu poder.<sup>20</sup>

Ainda que o autor demonstre compreender a ação do magistrado como ator de adaptação à uma nova ordem, Bethencourt acusa a descentralização como uma ausência de ordem e norma. Partindo da pergunta de como poderia existir “unidade” portuguesa, a ideia de um império descentralizado também é criticada posto este minimizar a importância da metrópole e exagerar o papel dos poderes locais, o que dá uma visão fragmentada do todo.

Mais recentemente, Pedro Cardim defenderia que, a centralidade do poder português se daria pela divisão do poder em várias unidades que representaria o governo como um todo, o que geraria um controle administrativo: é através da implantação do Conselho Ultramarino que o autor demonstra como um governo polissinodal geraria ordem e funcionalidade<sup>21</sup>. Se por um lado, havia uma divisão de poderes que poderia enfraquecer a norma nas ações dos administradores, por outro lado essa característica marcava a força e a imagem real da coroa.

Sobre esta proposição, em estudos mais recentes, Fernanda Bicalho aponta que, sendo as delimitações dos órgãos e seus regimentos imprecisos, haveria uma multiplicação cada vez mais recorrentes de instituições subordinadas à metrópole, o que, em suas ações, geraria as mais diversas resoluções para os casos e, ainda, conflitos jurisdicionais. Segundo a autora, “*a ordenação administrativa na América portuguesa experimentou uma pluralidade de soluções que variou de acordo com suas diferentes regiões e com conjunturas econômicas e políticas específicas*”<sup>22</sup>. Ao reconhecer as várias resoluções em um mesmo espaço e a criação de

---

<sup>20</sup> BETHENCOURT, Francisco (Org). *A Expansão Marítima Portuguesa. 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. p 210.

<sup>21</sup> CARDIM, Pedro. “Todos los que no son de Castilla son yguales”. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares. In <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=120238> Acessado em 23/05/2017

<sup>22</sup> BICALHO, Maria Fernanda. Entre a teoria e a prática: dinâmicas político administrativas em Portugal e na América Portuguesa. *Revista de história*. São Paulo, n. 167, p. 75-98. Julho/ dezembro de 2012. p. 86.



diferentes frentes administrativas, a autora acusa a diminuição do poder individual e autonomia das autoridades. Ainda assim, reconhece a funcionalidade do sistema administrativo colonial.

Em consonância à linha de Bicalho, um estudo recente sobre a ação dos magistrados régios, é o de Izabele de Matos, a qual irá ressaltar que a autonomia gerada pelos diversos órgãos administrativos seria causador da falta de norma das resoluções coloniais. Segundo a autora, quando comparadas as ações de magistrados de diferentes localidades, haveria diferenças marcantes em seus comportamentos. Segundo a autora,

tudo nos leva a crer que não havia um padrão único, um perfil aplicável aos ouvidores das diferentes possessões ultramarinas. Os estudos regionais nos mostram que em cada localidade podemos encontrar diferentes “modos de governar” dos ouvidores gerais. [...] As especificidades dizem respeito tanto as relações sociais como aos aspectos institucionais. Não há uniformidade fixa de competência dos ouvidores nas diferentes comarcas. Algumas funções poderiam ser atreladas a esse ofício de acordo com as necessidades de cada região.<sup>23</sup>

A atribuição dos cargos, assim como a função dos mesmos, poderia variar de acordo com a necessidade de cada localidade. Essa constatação é de grande importância quando pensamos na eficácia administrativa: a adaptação é a regra. Ora, apesar de não explicitar o fato, a autora deixa margem para se compreender que, apesar de não haver uma norma comum para os casos serem resolvidos, havia um propósito: dar a cada um o que lhe é justo, e permitir que cada um reclame o que lhes é justo. Daí, que a adaptação ocorrida no além mar estava prevista dentro do governa por meio da justiça.

Ao pensarmos estas afirmações junto aos dados levantados desta pesquisa até então, podemos notar a forma como a administração de fato se adaptava a cada localidade, mas que também, carregaria na malha administrativa, pontos comuns. A maneira como a administração se adaptaria à realidade local daria o ponto às formas de ação, conforme discutidas por Laura de Mello e Souza.

Nesta conjuntura, unida ao distanciamento da metrópole, e conseqüentemente do Rei, o corpo administrativo usufruiria de certa autonomia, o que não significa dizer, falta de ordem: ora, uma vez que o sistema do Antigo Regime pautava o costume - *Ius Commune* - como forma legítima para se aplicar as leis, haveria certa homogeneidade das ações por parte dos

---

<sup>23</sup> MELLO, Isabele de Matos. Magistrados a serviço do rei. A administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro. Dissertação de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1530.pdf> Acesso 16/04/2016. p. 22-23

magistrados, as decisões tomadas e o caminho percorrido seriam semelhantes, regidos pelas Ordenações Filipinas, e criando uma nova ordem interna.

Como explica Nuno Monteiro, após a Restauração, Lisboa estaria no centro decisório administrativo, e de lá, emanaria o poder que, relacionado com a periferia, possibilitaria a flexibilização da justiça e da administração<sup>24</sup>. Dentro da malha administrativa monárquica se expandiria as diferenças entre a monarquia e as esferas institucionais na colônia, impulsionada pela sólida relação com as elites periféricas. Assim, teria sido a assistência entre elites e corpo administrativo, os responsáveis pela integração periférica e o equilíbrio das autoridades. Acima de todos, o rei e suas instâncias demandavam a quem governava, a par das pressões locais e monárquicas<sup>25</sup>.

### **Conclusão**

Na historiografia, o binômio autônomo/centralizado sempre esteve em pauta ao se discutir a administração nas colônias além-mar. Imbricado a esta temática, a figura dos agentes régios também teriam suas ações questionadas. Buscamos demonstrar como as formas de fiscalização judiciais estavam atadas à postura do magistrado, assim como as formas extrajudiciais também postulavam normas e homogeneizavam ações. Ademais, procuramos discorrer sobre como a historiografia poderia influenciar nas diversas interpretações sobre o assunto.

Da pesquisa realizada, percebemos que as diversas formas de fiscalização existentes no Antigo Regime demonstrariam mecanismos de homogeneização da ação do magistrado para que se aplicasse a justiça e a ordem, no mundo colonial. No limite, significaria dizer que estes estavam à serviço da boa administração jurídica, e que suas ações, estavam suscetíveis à fiscalização: a queixa não é propriamente um controle sobre a pessoa do magistrado, mas acabava por agir como forma de publicitar um comportamento equivocado, gerando formas de reinvidicação da boa justiça.

---

<sup>24</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII<sup>o</sup>. In João Fragoso (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>25</sup> Idem.

## Juízes ordinários e de fora: reflexões sobre justiça em primeira instância na região de Mariana, MG (1711-1750)

**Mariane Alves Simões**  
Doutoranda  
UFJF  
marianehist@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a justiça em primeira instância na região de Mariana, Minas Gerais. Desse modo, debruça-se sobre uma análise das correspondências existentes no Conselho Ultramarino referente à justiça em primeira instância na região, especificamente a correspondência emitida pelos juízes ordinários e de fora atuantes na primeira metade do XVIII na Câmara da região. Elencaremos alguns exemplos retirados das correspondências, refletindo sobre a aplicação da justiça local no Império Português.

**Palavras-chave:** justiça; Mariana; juiz ordinário; juiz de fora.

**Abstract:** This article aims to present some reflections on justice in the first instance in the region of Mariana, Minas Gerais. In this way, it examines an analysis of the correspondence existing in the regarding justice in the first instance in the region, specifically the correspondence issued by “juiz ordinário” and “juiz de fora” acting in the first half of the XVIII in the Chamber of the region. We will list some examples taken from the correspondence, reflecting on the application of local justice in the Portuguese Empire.

**Keywords:** justice; Mariana; “juiz ordinário”; “juiz de fora”.

### Introdução

A justiça no Antigo Regime significava antes de tudo manter a harmonia entre todos os membros que compunham o corpo social. Os trabalhos de António Manuel Hespanha surgem como substanciais para essa temática e fundamentam as questões investigadas nesse trabalho. Hespanha propõe a definição de sociedade portuguesa corporativa, onde o direito oficial dava margem à justiça ligada aos costumes e ao direito local, pregando a indispensabilidade dos corpos sociais<sup>1</sup>. Para o autor, as virtualidades de diferenciação periférica do direito eram enormemente potenciadas nas colônias<sup>2</sup>.

Na região de Mariana, o aparato judicial começou a ser montado em 1711, no momento de criação da Vila do Carmo e da Câmara da região, relacionadas ao desejo de um “real serviço

---

<sup>1</sup>HESAPANHA, António Manuel. *A constituição do Império português*. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>2</sup>HESAPANHA, Antonio Manuel. *Direito Comum e Direito colonial*. *Panoptica*. Ano I, n. 03, 2006.

e a boa administração da justiça”<sup>3</sup>. A justiça em primeira instância ocorria nos quadros da Câmara através do desempenho do juiz ordinário ou de fora. Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros em mandatos de um ano, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte ao poder real nas colônias. Os juízes de fora eram eleitos para mandatos trienais e submetidos a Leituras de Bacharel, exigência irrevogável para se ingressar na carreira da magistratura oficial.

O estudo da justiça colonial no Império Português ainda é escasso na historiografia brasileira, especialmente os que se debruçam sobre a primeira metade do XVIII. Entender quem eram os juízes ordinários e de fora e suas atuações na justiça vêm chamando a atenção de alguns historiadores, dentre os quais eu me enquadro. Para além, venho me inquietando sobre a forma como a temática da justiça em primeira instância foi tratada no Conselho Ultramarino, a quem competia criar os cargos judiciais locais, como a transição do cargo de juiz ordinário e de fora na região, os conflitos de jurisdição existentes, entre outras questões.

### **A justiça local e o Conselho Ultramarino**

O Conselho Ultramarino era um órgão da monarquia para a administração colonial criado em 1642, onde deveria passar o movimento de todos os ofícios de justiça e fazenda, bem como cartas e provisões, servindo ainda de órgão de consulta do monarca<sup>4</sup>. Para Marco Antônio Silveira a criação desse órgão administrativo foi uma tentativa, que aconteceu após o fim da União Ibérica, de efetivar a centralização<sup>5</sup>. Encontramos um número considerável de correspondências que perpassam a questão da justiça em primeira instância da região, na primeira metade do XVIII. Tais documentos vêm sendo agrupados, em uma tentativa de melhor explorá-los, em três categorias externas a fonte. São elas: documentos referentes a construção e manutenção da cadeia na região; aos cargos envolvidos, salários e funções<sup>6</sup>; e a última categoria foi constituída por documentos que tratam dos debates envolvendo a criação do cargo

---

<sup>3</sup>Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa: 1, Doc.: 23. PROVISÃO do rei D. João V ao governador Gerais, D. Lourenço de Almeida, informando que decidira erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e criar na mesma o lugar de juiz de fora. Data: 24 de janeiro de 1711.

<sup>4</sup> Nesse sentido, cabe destacar o Projeto Resgate que cumpriu a missão de resgatar todos os códices com interesse para o Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. A documentação avulsa do AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) referente a Minas encontra-se em CDs Roms.

<sup>5</sup> SILVEIRA, Marcos Antonio da. O Universo do indistinto. Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>6</sup> Esses documentos foram abordados em conjunto, devido ao número diminuto das correspondências referentes a cada categoria.

de juiz de fora em substituição ao de juiz ordinário na câmara. Além, dos documentos emitidos pelos juízes ordinários e de fora, objetos desse trabalho.

### Os juízes ordinários de Mariana (1711-1731)

De 1711 a 1731 assumiram o cargo de juiz ordinário na Câmara de Vila do Carmo/Mariana trinta e três (33) indivíduos<sup>7</sup>. Durante muito tempo se perpetuou na historiografia uma imagem dos juízes ordinários como leigos e suas atuações como abusivas, preponderante em autores mais clássicos<sup>8</sup>. No entanto, nos últimos anos, alguns autores vêm recuperando a importância dessa justiça ordinária e de seus agentes.

Segundo Antônio Manuel Hespanha, o juiz ordinário compartilha, de acordo com as Ordenações, de um estatuto que o coloca, quer em contato com o mundo da justiça oficial, quer com o da justiça tradicional<sup>9</sup>. Para Arno e Maria Wehling, a expressão política e judicial dos juízes ordinários acompanhava as oscilações da atividade municipal<sup>10</sup>. Porém, para os autores, o cargo teve significativo papel na unidade político administrativa e jurídica colonial, aplicando o direito português ao mesmo tempo em que possuía na maior parte das vezes, certa margem de atuação para fazer valer os interesses locais<sup>11</sup>. De acordo com eles, o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica e pelos usos e práticas locais, desta forma os deveres políticos cediam perante os deveres morais ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e clientes<sup>12</sup>. Assim, “*a lei e a doutrina do direito comum desobrigavam largamente estes juízes locais de muitos dos seus deveres relativos à observância do direito oficial*”<sup>13</sup>.

<sup>7</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008 e autos de notificação e processos crimes do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

<sup>8</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil – vol. I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999. JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro – vol. 3*. São Paulo: Globo, 2001.

<sup>9</sup>HESPANHA. Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político em Portugal. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

<sup>10</sup>WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

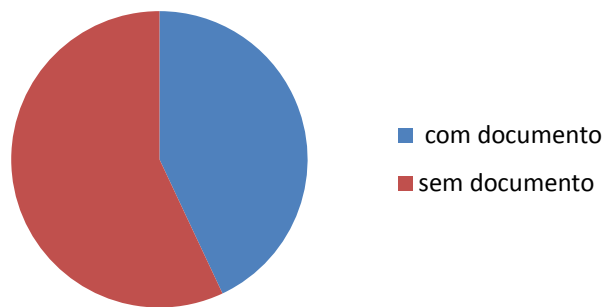
<sup>11</sup>WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Justiça ordinária e justiça administrativa no Antigo Regime –O caso do brasileiro*. R IHGB a. 172 n. 452 jul./set. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/rihgb2011numero0452.pdf>, p. 169>.

<sup>12</sup>HESPANHA. Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político em Portugal. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

<sup>13</sup>HESPANHA. Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político em Portugal. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994, p. 451.

Na região de estudo, somente um juiz ordinário atuante no período tinha o título de doutor, mais especificamente o Dr. Tomás de Gouveia Serra, que atuou no ano de 1727<sup>14</sup>. Encontramos recorrência ao Conselho Ultramarino por parte de 14 deles, aproximadamente 43% dos indivíduos que atuaram como juizes ordinários. A maioria das petições por eles enviadas a esse Conselho guardava relação com as patentes militares ou cartas de sesmaria. Percebemos nessa documentação que eles usaram os serviços prestados no decorrer da atuação como juiz ordinário para pleitearem mercês ou outros cargos na região mineradora.

**Gráfico I**  
**Juizes ordinários com solicitações no Conselho Ultramarino**



Alguns requerimentos encontrados no Conselho Ultramarino evidenciam suas solicitações, como o de Matias Barbosa da Silva, juiz ordinário em 1723, no qual ele pede a confirmação no posto de coronel do Regimento da Cavalaria da Ordenança de Vila Rica, relata que exercendo “*o cargo de juiz ordinário com suma intenção e acerto mandando fazer estradas e pontes, zelando muito a arrecadação dos reais quintos*”<sup>15</sup>.

Jose Rebello Perdigão, juiz ordinário de Vila do Carmo em 1711, solicitou ao Conselho Ultramarino a mercê de uma comenda de duzentos mil réis, o Hábito da Ordem de Cristo e a Alcaidaria mor de Vila Rica. E no documento relatou que “*por estar servindo de juiz ordinário*

<sup>14</sup>Juizes ordinários sem formação em direito parece ter sido recorrente em algumas regiões do Império Português, pelo menos foi o que encontrou Joacir Borges para a Vila de Curitiba e Carmem Silvia Lemos para Vila Rica. In: BORGES, Joacir Navarro. Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1745). Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2009. LEMOS, Carmem Silva. A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003.

<sup>15</sup> Grifo meu- AHU-Minas Gerais, Caixa: 35, Doc.: 81. REQUERIMENTO de Matias Barbosa da Silva, pedindo sua confirmação no posto de coronel do Regimento da Cavalaria da Ordenança de Vila Rica e seu termo. Anexo: carta patente. Data: 02 de junho de 1738. Esse documento demonstra que o juiz ordinário atuava em diferentes funções e que podiam ter um papel importante na fiscalização dos quintos.



na Vila de Nossa Senhora do Carmo com muito acerto em todas as matérias de justiça”<sup>16</sup>. Percebemos, assim, que os juizes ordinários, enquanto “homens bons” estavam inseridos na região e usavam dos serviços prestados e também de redes estabelecidas, almejando a mobilidade social<sup>17</sup>.

Como exemplos de indivíduos importantes que atuaram como juizes na Câmara, temos Maximiliano de Oliveira Leite e seu cunhado Caetano Álvares Rodrigues, que em um requerimento ao Conselho pedem a confirmação de doação em sesmaria “*que lhe concedeu em nome de Vossa Majestade pela Carta junta, meia légua de terra*”<sup>18</sup>. Astrajetórias dos mesmos foram exploradas de maneira muito satisfatória pela autora Carla Almeida<sup>19</sup>, que demonstrou que os mesmos ocuparam lugar de destaque na região das Minas, alcançando cargos importantes no Império Português através da remuneração de serviços.

Paulo Rodrigues Durão, juiz ordinário em 1729, era natural de Évora e migrou para as Minas em seu primórdio<sup>20</sup>. Em outubro de 1723, como sargento mor das Ordenanças de Vila de Nossa Senhora do Carmo, requereu ao rei D. João V a confirmação de sua carta patente no dito posto. O governador Dom Lourenço de Almeida relata:

Faço saber aos que esta minha carta patente virem que havendo respeito ao merecimento e mais requisitos que consomem na pessoa de Paulo Rodrigues Durão capitão de sua companhia de Ordenança do Inficionado termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo e o grande zelo e satisfação com que atua atualmente servindo este posto, executando prontamente todas as ordens que lhe deu o Conde do Assumar<sup>21</sup>.

Manoel Cardoso Cruz, natural de Lisboa, tinha prestígio entre as autoridades locais e centrais, alcançando, por exemplo, o posto de escrivão da almotaçaria em 1715<sup>22</sup> e o de juiz

<sup>16</sup> Grifó meu- AHU-Minas Gerais, Caixa: 22. Doc.: 64. REQUERIMENTO de José Rebelo Perdigão, solicitando a mercê de uma comenda de duzentos mil réis, com o Hábito de Cristo e a Alcaidaria-mor de Vila Rica. Anexo: processo. Data: 01 de dezembro de 1732.

<sup>17</sup>Esses indivíduos eram portadores de cargos na câmara, militares, etc.

<sup>18</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 55, doc. 9. Requerimento de Maximiliano de Oliveira Leite, guarda-mor e seu sócio Caetano Alves Rodrigues, coronel, solicitando a D. João V a mercê de lhes confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra em quadra, na freguesia do Sumidouro e Furquim. Data: 24 de janeiro de 1750.

<sup>19</sup>ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de. *Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados*. In: FRAGOSO, ALMEIDA E SAMPAIO. Conquistadores e Negociantes. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

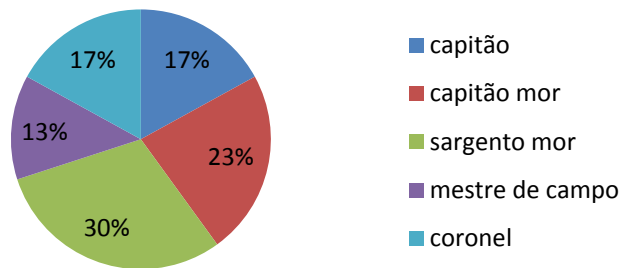
<sup>20</sup>COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII*. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

<sup>21</sup>AHU-Minas Gerais, Caixa: 04, Doc: 76. REQUERIMENTO de Paulo Rodrigues Durão, sargento-mor das Ordenanças de Vila Nossa Senhora do Carmo, ao rei [D. João V], solicitando confirmação de sua carta patente no dito posto. Data: 17 de outubro de 1723.

<sup>22</sup>FARIA, Simone Cristina de. *Os “homens do ouro”*: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.

ordinário em 1731. O reinol se tornou um dos principais potentados da região<sup>23</sup>, assumiu o cargo de capitão de Ordenança e de cobrador dos quintos nas regiões mineradoras<sup>24</sup>. Também conseguiu habilitar-se para professar o Hábito de Cristo em 1751<sup>25</sup>.

**Gráfico II**  
**Cargos Militares dos Juizes Ordinários de Vila do Carmo**



**Fonte:** Cartas patentes do AHU, documentos judiciais e inventários *post mortem* disponíveis no AHCSM e trabalhos historiográficos. **OBS:** Foi priorizado o cargo militar do momento de atuação como juiz ordinário, inexistente essa afirmação priorizou-se a patente mais alta ao longo da vida.

Entre os juizes ordinários na Câmara da região encontravam-se indivíduos com um importante prestígio na região mineradora, assumindo cargos militares importantes, e alguns conseguiram, por exemplo, habilitar-se na Ordem de Cristo ou tornar-se familiar do Santo Ofício, aproximadamente 25% deles. Esses indivíduos também lograram grandes cabedais e muitos eram proprietários de escravos na região<sup>26</sup>.

Sabemos que esses juizes de Vila do Carmo atuaram em ações cíveis, processos-crime, autos de notificação, justificações e execuções, assim como nas vereanças<sup>27</sup> durante as primeiras décadas dos setecentos na região, atuações que precisam ser mais bem investigadas. De qualquer forma, a documentação do Conselho Ultramarino indica que eles foram importantes

<sup>23</sup> Manoel Cardoso Cruz foi listado por Ana Paula da Costa como um dos principais potentados das Minas. In: COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII*. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

<sup>24</sup> FARIA, Simone Cristina de. *Os "homens do ouro": perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.

<sup>25</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo- HOC, Letra M, Mç: 40, Doc.: 11.

<sup>26</sup> Dados melhor abordados em minha dissertação de Mestrado, intitulada: "A Câmara de Vila do Carmo e seus juizes ordinários (1711-1731).

<sup>27</sup> Os documentos judiciais encontram-se disponíveis no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, na cidade de Mariana e as atas de vereança no Arquivo Público Mineiro.

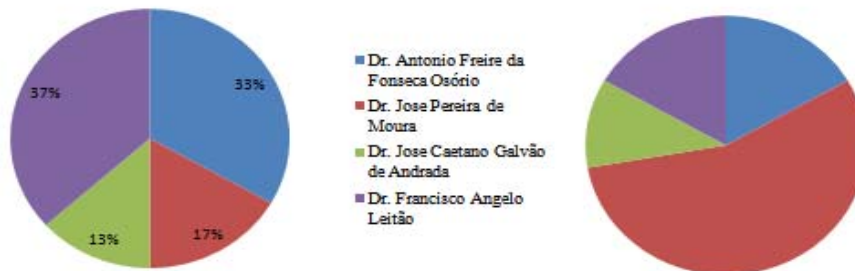


no processo de formação da justiça local, atuando quando não havia bacharéis “*para irem servir de juízes de fora nas Minas*”<sup>28</sup>.

### Os primeiros juízes de fora de Mariana

Já entre os anos de 1731 e 1750, atuaram na Câmara da região quatro juízes de fora, o Dr. Antonio Freire da Fonseca Osório, Dr, Jose Pereira de Moura, Dr. Jose Caetano Galvão de Andrada e Dr. Francisco Angelo Leitão, que recorrem ou se comunicam com o Conselho Ultramarino diversas vezes, mais precisamente encontramos 60 correspondências através da busca onomástica. Fizemos um gráfico comcomparando o tempo de atuação com as correspondencias no Conselho Ultramarinoperíodo de atuação desses juízes de fora na câmara da região, que segue abaixo:

**Gráfico III**  
**Comparação do tempo de atuação com as correspondências no Conselho Ultramarino dos juízes de fora na Câmara da região**



Dr. Antonio Freire da Fonseca Osório foi o primeiro juiz de fora da região, permanecendo três anos no cargo e o número alto de documentos pode ser explicado pelas questões referentes às regulamentações do cargo, como em um requerimento de 1730, que o juiz solicita a D. João V a mercê de mandar declarar o montante dos seus ordenados<sup>29</sup> ou a

<sup>28</sup>AHU-Minas Gerais, Caixa: 9, Doc.: 32. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a criação do ofício de juiz de fora para a Vila Rica e para a Vila de Nossa Senhora do Carmo. Anexo: carta. Data: 21 de maio de 1726. Segundo Álvaro Antunes na segunda metade do XVIII aumentou o número de advogados atuando na região de Mariana.

<sup>29</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 16, doc. 70. Requerimento de Antônio Freire da Fonseca Osório, juiz de fora da Vila do Ribeirão do Carmo, solicitando a D. João V a mercê de mandar declarar o montante dos seus ordenados. Data: 26 de março 1730.

preocupação com a reedificação da cadeia<sup>30</sup>. O grande volume de documentos desse juiz também está relacionado a conflitos de jurisdição, como com o ouvidor, que o estimula a escrever uma carta ao Conselho, em 1732, queixando-se de Sebastião de Sousa Machado, ouvidor da Comarca e informando a D. João V acerca da necessidade que há em se prover a referida Comarca de melhor justiça<sup>31</sup>. Bem como a contenda com o antigo juiz ordinário e juiz dos órfãos Rafael da Silva e Sousa<sup>32</sup>, por exemplo, informando a D. João V, em 1734, sobre os emolumentos cobrados indevidamente aos órfãos por parte do mesmo<sup>33</sup>.

Já o segundo juiz a assumir na câmara da região foi o Dr. Jose Pereira de Moura, permanecendo aproximadamente 10 anos<sup>34</sup>, e apesar do longo período o número de documentos enviados ao Conselho não é tão significativo (10). Três desses deles são enviados no momento em que assumia o cargo de ouvidor substituto da Comarca de Ouro Preto, como quando em carta de 1740 dá conta do provimento de oficiais da localidade<sup>35</sup>. Também encontramos um requerimento do bacharel solicitando o hábito da Ordem de Cristo<sup>36</sup> e um aviso onde solicitava mercês pelos seus serviços prestados<sup>37</sup>.

Já o terceiro juiz de fora, o bacharel Dr. José Caetano Galvão de Andrade, atuou aproximadamente três anos e encontramos 8 (oito) documentos através da busca onomástica, referentes a pedido de ajuda de custo<sup>38</sup>, incompatibilidades que se verificavam no exercício do

---

<sup>30</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 21, doc. 3. Requerimento do bacharel Antônio Freire da Fonseca Osório, juiz de fora da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, solicitando a D. João V a mercê de ordenar que com os rendimentos da Câmara se reedifique a cadeia da referida Vila. Data: 13 de março de 1730.

<sup>31</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 22, doc. 33. CARTA de Antônio Freire da Fonseca Osório, juiz da Fazenda de Vila do Carmo, queixando-se de Sebastião de Sousa Machado e informando a D. João V acerca da necessidade que há em se prover a referida Comarca de melhor justiça. Data: 14 de outubro de 1734.

<sup>32</sup> Rafael da Silva e Sousa foi o juiz ordinário que mais atuou na câmara de Vila do Carmo, assumindo o cargo por 5 anos.

<sup>33</sup> AHU-Minas Gerais, cx.: 22, doc.: 26. Carta de Antônio Freire de Fonseca Osório, juiz de fora de Vila do Carmo, informando a D. João V sobre os emolumentos cobrados indevidamente aos órfãos por parte de Rafael da Silva e Sousa, juiz dos Órfãos da referida Vila. Data: 02 de outubro de 1732.

<sup>34</sup> Algumas fontes apresentam informações diversas sobre o tempo de atuação dos juizes de fora.

<sup>35</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 39, doc. 31. CARTA de José Pereira de Moura, ouvidor substituto da Comarca de Ouro Preto, dando conta dos oficiais providos na dita Comarca. Data: 30 de abril de 1740.

<sup>36</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 45, doc. 74. Requerimento de José Pereira de Moura, bacharel, solicitando o Hábito de Cristo e cem mil réis de tença, com faculdade de a trespassar a sua irmã, Maria Magalhães Caetano, em remuneração pelos serviços por ele prestados no Reino e em Minas Gerais. Anexo: aviso, certidões. Data: 23 de agosto de 1745.

<sup>37</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 47, doc. 76. Aviso para o Conselho Ultramarino, ordenando a reforma da consulta sobre o requerimento de José Pereira de Moura, que solicitava mercês pelos seus serviços. Data: 13 de outubro de 1743.

<sup>38</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 44, doc. 5. Requerimento de José Caetano Galvão, bacharel, provido no lugar de juiz de fora da Vila de Ribeirão do Carmo, solicitando uma ajuda de custo de 300 mil réis. Data: 10 de janeiro de 1744.

cargo de juiz de voto em uma Junta<sup>39</sup>, pedido de permissão para contar os últimos anos de seu tempo de serviço<sup>40</sup> e um indicando conflito de jurisdição, quando no ano de 1745, Andrade escreve uma carta ao Conselho Ultramarino informando os conflitos jurisdicionais existentes entre suas competências e as do ouvidor<sup>41</sup>. Segundo Izabele Mello, estudos vêm apontando que as Câmaras que contavam com o juiz de fora, enfrentavam o dilema de ter o ouvidor e o bacharel com competências muito semelhantes e de difícil separação jurisdicional<sup>42</sup>. Os outros documentos indicam queixas feitas pelos moradores de Mariana a esse juiz de fora<sup>43</sup>, para o qual foi aberta uma sindicância<sup>44</sup>.

Já o último juiz de fora analisado aqui é o Dr. Francisco Ângelo Leitão, que também atuou por volta de 3 (três) anos na região. Foi o juiz que mais encontramos documentos (22) no Conselho pela busca onomástica, no entanto, apenas 4 (quatro) documentos correspondem ao período que atuou como juiz de fora na cidade de Mariana, entre eles uma solicitação a D. João V para exercer também o cargo de inquiridor, distribuidor e contador do Juízo dos Órfãos<sup>45</sup>, e uma carta dando conta a Dom João V das informações que colheira, a respeito da representação dos moradores que se queixavam da administração da justiça que se executava em Mariana<sup>46</sup>. Os outros documentos são referentes ao período em que Leitão atuou como ouvidor da comarca de Vila Rica. Nesse sentido, percebemos uma progressão de carreira na magistratura pelo bacharel, questão que vem sendo discutida pela historiografia nos últimos anos. De acordo com

<sup>39</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 45, doc. 70. Carta de José Caetano Galvão de Andrade, juiz de fora de Mariana, expondo a D. João V as incompatibilidades que se verificavam no exercício do cargo de juiz de voto na Junta e de executor da sentença proferida pela referida Junta. Data: 15 de agosto de 1745.

<sup>40</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 47, doc. 70. Carta de José Caetano Galvão de Andrade, juiz de fora da cidade de Mariana, para D. João V, pedindo permissão para que lhe fossem contados os últimos anos do seu tempo de serviço, visto não ter sido esse o procedimento dos seus antecessores. Data: 09 de setembro de 1746.

<sup>41</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 45, doc. 6. Carta de Caetano Galvão de Andrade, juiz de fora da cidade de Mariana, a D. João V, expondo os conflitos jurisdicionais que se geraram, entre as suas competências e as do ouvidor da referida cidade. Data: 15 de agosto de 1745.

<sup>42</sup>MELLO, Isabele de Matos Pereira de. Os ministros da justiça na América Portuguesa: ouvidores gerais e juizes de fora na América Portuguesa. *Rev. Hist. (São Paulo)*, nº 171, jul/dez, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092014000200351&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092014000200351&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

<sup>43</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 53, doc. 51. Carta de Gomes Freire de Andrade, governador de Minas Gerais, para D. João V, dando o seu parecer sobre uma queixa apresentada pelos moradores da cidade de Mariana contra o ouvidor José Antônio de Oliveira Machado e o juiz de fora José Caetano Galvão. Data: 20 de março de 1749.

<sup>44</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 51, doc. 8. Carta de Tomás Roby de Barros Barreto do Rego, ouvidor-geral do Rio das Mortes, para D. João V dando conta da sindicância que efetuara a José Caetano Galvão, juiz de fora da cidade de Mariana. Data: 02 fevereiro de 1748.

<sup>45</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 51, doc. 2. Carta de Francisco Ângelo Leitão, juiz de fora de Mariana, solicitando a D. João V que permita, na forma de costume, exercer também o cargo de inquiridor, distribuidor e contador do Juízo dos Órfãos. Data: 05 de janeiro de 1748.

<sup>46</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 53, doc. 37. CARTA de Francisco Ângelo Leitão, juiz de fora de Mariana, para D. João V, dando conta das informações que colheira, a respeito da representação dos moradores que se queixavam da administração da justiça que se executava em Mariana. 02 de março de 1749.

Izabele Mello, a primeira nomeação de um magistrado geralmente era para o cargo de juiz de fora e ao estudar os ouvidores que atuaram no Rio de Janeiro no século XVIII, constatou que 83% deles assumiram o cargo de juiz de fora primeiro<sup>47</sup>.

A análise desses documentos apresenta indícios sobre a função desses magistrados e da execução judicial local na região. Desse modo, uma investigação qualitativa desses documentos enviados ao Conselho Ultramarino pode revelar aspectos ainda não conhecidos da execução da justiça em primeira instância na Câmara da região.

### **Considerações Finais**

O objetivo desse trabalho foi apresentar algumas reflexões sobre a justiça em primeira instância na região de Mariana através do Conselho Ultramarino, um canal de comunicação política do Império português. O propósito foi entender quais eram as demandas dos agentes dessa justiça local, mais especificamente como os juizes ordinários e os juizes de fora se comunicavam com o Conselho. A análise das solicitações pessoais (cargos, mercês), dos conflitos de jurisdição e dos indícios de progressão de carreira pode contribuir para um melhor entendimento da função desses juizes e, conseqüentemente, do aparato e da execução da justiça local no Império Português.

Cada vez mais tem se destacado a importância das elites camarárias e sua negociação com o centro. Fernanda Bicalho aborda a Câmara como lugar e veículo de nobilitação, de obtenção de privilégios e, sobretudo, de negociação com o centro, no desempenho do governo político do Império<sup>48</sup>. Usamos aqui a ideia de monarquia pluricontinental, caracterizada por João Fragoso e Fátima Gouvêa, na qual existe a presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas<sup>49</sup>. Segundo Francisco Consentino, os governos da monarquia pluricontinental lusa da América existiam porque cumpriam finalidades, se comportavam segundo as normas do direito e das práticas costumeiras de sua época<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup>MELLO, Izabelle de Matos Pereira de. Magistrados a serviço do rei: A administração da justiça e os ouvidores gerais na Comarca do Rio de Janeiro (1710-1790). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>48</sup>BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mèrces e Poder local: a nobreza da terra na América e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack brasiliense*, nº 02, 2005.

<sup>49</sup>FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e republica: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In: *Tempo*, vol. 14, nº 27, Niteroi, jul/dez, 2009.

<sup>50</sup> CONSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015.

## Conflitos e ascensão social de um magistrado à serviço d'El Rey - o estudo de um caso, José Pinto de Morais Bacelar

**Joelmir Cabral Moreira**

Mestrando em História

UFRRJ

E-mail: joelmircabral@outlook.com

**Resumo:** Esta comunicação propõe-se a discutir sobre a atuação de José Pinto de Morais Bacelar como ouvidor de comarca do Serro Frio no período do terceiro contrato de extração de diamantes. Portanto, pretendemos dar foco em alguns aspectos da sua trajetória administrativa, isto é, os benefícios e ganhos que a carreira na magistratura poderia proporcionar.

**Palavras chave:** Administração colonial; Ouvidoria de Comarca; Terceiro contrato

**Resumen:** Esta comunicación se propone discutir sobre la actuación de José Pinto de Morais Bacelar como oidor de comarca del Serro Frío en el período del tercer contrato de extracción de diamantes. Por lo tanto, pretendemos centrarnos en algunos aspectos de su trayectoria administrativa, es decir, los beneficios y ganancias que la carrera en la magistratura podría proporcionar

**Palabras clave:** Administración colonial; Oidoría de Comarca; Tercer contrato

No Brasil, o interesse pela história dos ouvidores e das ouvidorias no período colonial tem se mostrado ainda reduzido no estudo da administração da justiça portuguesa no ultramar. Como podemos notar, a historiografia por um longo período se debruçou sobre as áreas clássica da história institucional, cuja preocupação central era enfatizar os esforços centralizadores da Coroa portuguesa na colônia<sup>1</sup>. Estudos que tiveram como apreensão central a atuação e a dinâmica que envolvia o exercício régio, sobretudo no que tange ao funcionamento e direcionamento do sistema de contratos nas regiões mineradoras ainda são escassos.

Os ouvidores de comarca eram funcionários régios, em sua maioria, provenientes do reino, delegados pela monarquia para auxiliar o rei na tarefa de administrar e fazer justiça à distância na América portuguesa. Eram ministros régios dotados de grande autoridade e desempenharam um papel excepcionalmente importante. Tendo por base os argumentos de António Manuel Hespanha, esses oficiais tinham muitas competências no domínio da ordem pública<sup>2</sup>, ficando incumbidos de inúmeras tarefas que compatibilizassem as forças advindas de interesses múltiplos da sociedade em que se inseriam. Assim sendo, eram mediadores sociais e

---

<sup>1</sup> Cf. GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500 a 1810)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1991. FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

<sup>2</sup>HESAPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Portugal – século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p.298-308 p. 170.

institucionais entre súditos ultramarinos e Coroa portuguesa, em encargo do bom funcionamento do governo colonial<sup>3</sup>.

Na sociedade ultramarina de Antigo Regime, os ouvidores de comarca atuavam com base e numa visão corporativa de sociedade, onde fatores de distinções sociais, *origem, honra, prestígio, riqueza, e hierarquização* faziam parte dos princípios norteadores da mesma. Desse modo, de um lado, a Coroa buscava consolidar um processo de viabilização e manutenção da governabilidade régia nesta conquista e, por outro, indivíduos e grupos formavam-se como detentores de poder com os quais a coroa precisaria negociar e dividir sua autoridade<sup>4</sup>.

Em suma, conforme destacou Nuno Monteiro Pereira e Mafalda Soares da Cunha, a administração portuguesa na colônia era dividida espacialmente e, também, em setores e instâncias múltiplas que possuíam um canal de comunicação política com o Reino e que, frequentemente discordavam entre si<sup>5</sup>. Como se verá, analisar o auxílio de José Pinto de Moraes Bacelar, à estrutura administrativa durante o terceiro contrato de extração de diamantes, seus conflitos e suas interações como ouvidor de comarca, possibilita observar os movimentos de reorganização do aparato administrativo e os mecanismos que possibilitaram a sua ascensão social devido aos serviços prestados à coroa portuguesa.

A falta de um aparato administrativo que tivesse suporte para defender os interesses da Coroa Portuguesa, levou a instalação de uma nova administração para a região em setembro de 1751 numa tentativa de regularizar a desordem que se instaurara no Arraial<sup>6</sup>. Ao que tudo indica, iniciou-se um processo de reorganização administrativa na comarca do Serro Frio nesse período. Desse modo, consolidou-se um novo grupo para atuar e tomar decisões nos assuntos referentes ao terceiro contrato de extração diamantes. Nesse sentido, um novo Intendente foi nomeado, Sancho de Andrade Castro e Lanções, que serviu o lugar de juiz de fora na cidade de Faro<sup>7</sup>, e o ouvidor de comarca, José Pinto de Moraes Bacelar, “*tomou posse do cargo em treze*

---

<sup>3</sup> MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Os ministros da justiça na América portuguesa: ouvidores-gerais e juizes de fora na administração colonial (século XVIII)*. São Paulo: Revista História, n.171, p. 351-381, jul-dez.,2014.

<sup>4</sup> BICALHO, Maria Fernanda. “Cidades e elites coloniais: redes de poder e negociação”. In: *Vária História*, nº 29, p.17 – 39. Belo Horizonte, 2003. p.37.

<sup>5</sup> MONTEIRO, Nuno; CUNHA, Mafalda. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII. IN: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares. *Optima Pars. Elite ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 193.

<sup>6</sup>FURTADO, Júnia Ferreira. Saberes e Negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 1, 1985, p. 295-306.

<sup>7</sup> *Arquivo Nacional/Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, D. José V, Livro 41, fl. 304.



de setembro de 1751 e foi suspenso deste em doze de janeiro de 1756<sup>8</sup>. Devido a boa atuação e serviço prestado à Coroa como juiz de fora na Vila de Cea, Bacelar, tomou posse do cargo de ouvidor geral da comarca e provedor dos ausentes e defuntos da Vila do Príncipe do Serro Frio por tempo de três anos<sup>9</sup>, contudo permaneceu no cargo por mais dois anos.

Podemos observar que grandes decisões foram tomadas na comunicação política nesse momento do terceiro contrato de extração de diamantes. Com a instalação de um novo grupo de administradores locais, a atuação do ouvidor Bacelar, se apresentou em criar medidas e condição para encerrar o terceiro contrato de extração de diamantes arrematado por Felisberto Caldeira Brant, pois, além de dar grandes prejuízos a Real fazenda, a sua figura como membro da elite local representava uma ameaça a autoridade central. Do ano de 1751, até o ano da prisão do contratador da extração de diamantes em 1753, foram frequentes as solicitações encaminhadas ao reino sobre os assuntos referentes ao direcionamento do terceiro contrato de extração de diamantes<sup>10</sup>.

Assim, um dos intuitos do ouvidor na comunicação política no período do terceiro contrato de extração de diamantes foi o de evidenciar a flexibilidade inerente do terceiro contrato, cercear os privilégios que gozavam os seus arrematantes, para que posteriormente, fazer valer as prerrogativas do poder central. É interessante notar a grande atenção dado às atividades de mineração durante o período. Este fato demonstra a preocupação da preservação do sistema vigente, o sistema de contrato dos diamantes, o qual permaneceu até o ano de 1771 e, também indica o grupo de administradores, sobretudo o ouvidor de comarca, como elemento chave para afirmar os interesses da coroa portuguesa em suas conquistas<sup>11</sup>.

De todo modo, podemos argumentar que a troca de correspondência com o poder central, bem como a comunicação com autoridades locais envolvidas diretamente nessa questão

---

<sup>8</sup>Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais Avulsos, Cx. 70, Documento 54. AHU/MG/cx. 57, doc. 10. AHU/MG/cx. 57, doc.13. AHU/MG/cx. 57, doc. 26.

<sup>9</sup> Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, D. José I, Livro 1, fl. 231. Confirma também: Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais Avulsos, Cx. 70, Documento 54. Na carreira da magistratura era comum os bacharéis serem nomeados inicialmente como juizes de fora para posteriormente atuarem como ouvidores, não foi diferente com Bacelar. Confira: CAMARINHAS, Nuno. Juizes e Administração da Justiça no Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. Apud: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Comunicações Jurídicas, Circulações Judiciais e Redes Governativas na Comarca de Alagoas (1789-1821). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org). *Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa: Hierarquias, Poderes e Governo (século XVI-XIX)*. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 233.

<sup>10</sup> Cf: Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais Avulsos, Cx. 57, Documento 10. Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais Avulsos, Cx. 63, Documento 28. Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais Avulsos, Cx. 60, Documento 37. Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais Avulsos, Cx. 63, Documento 36.

dos contratos, fortaleceu os canais de comunicação política e integrava a estrutura administrativa local com suas elites e o Reino. A comunicação política com as autoridades locais estabelecia as bases do funcionamento do sistema de contratos a partir de uma lógica que nem sempre respeitava os parâmetros formais e legais, pois era influenciada pelas ações, interesse pessoais, conflitos locais em que se envolviam os responsáveis pelo seu funcionamento, quais sejam, os ouvidores de comarca, contratadores, intendentess e governadores.

Reportar-se à reorganização administrativa da comarca do Serro Frio, tendo em vista, o terceiro contrato, permite perceber uma nova postura dos indivíduos que auxiliaram o governo após 1751. Desse processo, fica evidente uma intromissão direta da coroa na tentativa de limitar que os interesses pessoais se sobrepusessem aos interesses do reino - tudo isso, para garantir o exercício da sua governabilidade. O principal embate da administração da justiça, representada pela figura do ouvidor de comarca, foi com o contratador Felisberto Caldeira Brant, alguns estudos têm se debruçado sobre a atuação de ouvidores, mencionando a relação destes com outros agentes régios no sistema de contratos<sup>12</sup>.

Devido a boa atuação e serviço prestado à coroa portuguesa no período do terceiro contrato, em 1754, José Pinto de Moraes Bacelar aparece com ouvidor e Intendente da Casa de Fundação<sup>13</sup>. Ao fim do seu mandato em 1756 regressou ao Reino e, alguns anos depois, assumiu o cargo de corregedor do Cível da cidade de Lisboa em 9 de novembro de 1759. Desembargador da Relação do Porto em 26 de outubro 1768. Desembargador da Casa da Suplicação em 13 de fevereiro de 1776. Intendente (ajudante) Geral da Polícia em 2 de maio de 1776 e, por fim, Desembargador dos Agravos em 7 de maio 1779<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Alguns estudos recentes são apresenta, a associação entre o ouvidor José Ribeiro Pinto e elementos da elite de Campos dos Goitacases setecentista gerou acusações de venalidade da justiça, subornos e favorecimentos. Cf. LARA, Silvia Hunold. Senhores da régia jurisdição. In: LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Direitos e justiças no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. p. 73-74. A inibição da apuração das graves irregularidades cometidas por Ignácio da Silveira Vilalobos na arrematação do contrato das baleias do Rio de Janeiro seiscentista deveu-se ao fato deste ser genro do ouvidor geral Francisco da Costa Barros. Cf. MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Poder, administração e justiça: os ouvidores-gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.p. 71. Na residência do seu exercício do cargo de ouvidor da comarca do Ceará, realizada em 1770, Vitorino Soares Barbosa foi acusado de arrematar os contratos da capitania por pessoa interposta. CARVALHO, Reinaldo Forte. Reinaldo Forte. *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*. Tese de doutorado (História), Universidade Federal de Pernambuco, 2015. p. 150.

<sup>13</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*, Minas Gerais Avulsos, Cx. 65, Documento 55.

<sup>14</sup> Cf. Arquivo Nacional/ Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês., Chancelaria Régia, D. José I, Livro 1, f.231 v, Chancelaria Régia, D. Maria I, Livro 6 (2), fl. 181, Chancelaria D. José V, Livro 41, fl. 304.



Para encerrar, com as reflexões realizadas neste texto, consideramos a busca pela sustentação da “qualidade social” nessa sociedade de Antigo Regime era constante, pois só assim o prestígio, o *status*, a ascensão se processaria e era isso que importava no contexto. As pesquisas de trajetórias de homens que atuaram em esferas de poder local têm demonstrado que suas atitudes oscilavam entre a contribuição para a execução da governabilidade régia em seus domínios ultramarinos e a afirmação dos seus próprios interesses, a fim de angariarem algum tipo de vantagem.

## Ouvidores régios: um balanço historiográfico

**Nara Maria de Paula Tinoco**

Doutoranda em História

UFRRJ

E-mail: naratinoco@gmail.com

**Resumo:** Os Ouvidores possuíam nas hierarquias dos poderes jurídicos, administrativos e fiscais no Antigo Regime, suma importância. Seus poderes alçavam competências de primeiras e segundas instâncias, pois fiscalizavam e julgavam as ações dos oficiais de primeira instância além de fiscalizarem as Câmaras. Portanto, tinham grandes poderes no período colonial e aptidões consultivas, pois eram os oficiais de justiça mais graduados nas conquistas, antes dos desembargadores dos Tribunais da Relação. Sendo assim, aconselhavam os Governadores de Capitania e podiam, inclusive, ocupar o lugar dos mesmos em caso de ausência do cargo ou em caso de morte. Nosso trabalho terá como foco a descrição dos principais historiadores que vem propondo um novo olhar sobre as ações dos ouvidores e dos magistrados, desde os anos 2000, não nós se esquecendo, dos clássicos e suas contribuições para o processo de revisionismo proporcionando análises e abordagens diferenciadas.

**Palavras- chaves:** Historiografia; Magistrados; Ouvidores

**Abstract:** the Ombudsmen possessed in the hierarchies of the juridical, administrative and fiscal powers in the Old Regime, paramount importance. Their powers raised competencies of first and second instances, since they supervised and judged the actions of the officers of first instance besides inspecting the Chambers. So they had great powers in the colonial period and advisory skills, for they were the most senior officers of the conquests, before the judges of the Courts of Appeal. Therefore, they advised the Governors of Captaincy and could even take their place in case of absence from office or in case of death. Our work will focus on the description of the main historians who has been proposing a new look at the actions of the ombudsmen and magistrates, since the years 2000, not forgetting, of the classics and their contributions to the revisionism process, providing different analyzes and approaches.

**Palavras- chave:** Historiography; Magistrates; Ombudsmen

O artigo em questão descreverá sucintamente os trabalhos de alguns historiadores(as) e seu panorama historiográfico sobre as instituições e agentes de justiça, no período colonial, em especial, sobre as ações e conflitos envolvendo os ouvidores. Segundo os dicionários de época, escritos por D. Raphael Bluteau e Antônio Morais e Silva, no ato da segunda edição do dicionário, o significado de ouvidor e ouvidoria tinham um sentido notadamente demarcado, mas não descreviam as diferenças que este ofício adotou nas conquistas ultramarinas.

“Ouvidor: Juiz posto pelos donatários em suas terras. Os ouvidores das terras da Rainha e do Infantado há ouvidores do cível, e do crime e para eles se apela dos juizes ordinários; Da alfandega, conhece dos feitos cíveis dos mercadores e dos crimes feitos dentro da alfandega, dos frentes e avarias (...). Ouvidoria: ofício de ouvidor; O distrito do ouvidor”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Cf. SILVA, Antônio de Morais, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. *Dicionário da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. (Volume 1: A-K) ;(Volume 2:L-Z). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. (Volume 2:L-Z), p. 143.

Destes verbetes foi possível também comparar as diferenças entre ser ouvidor no reino e nas conquistas, sabendo que, no Brasil desse período, os ouvidores-gerais e de comarca tiveram sensíveis discrepâncias com as funções exercidas no Reino. Na América portuguesa, os ouvidores donatários eram designados entre sujeitos de influência e importância pessoais do donatário ou, às vezes, as funções jurídicas foram efetuadas pelo próprio senhor, sem ter o rigor necessário com as leis do Reino, condições, que com o passar dos séculos XV a XVII, se alteraram, e as donatárias e suas jurisdições foram sendo pouco a pouco reavivadas pela Coroa, instituindo, assim, o ouvidor régio, para a maioria das capitanias. Existiram também capitanias donatárias até o século XVIII, como salienta os estudos de Virgínia Maria Almoêdo Assis, para o caso de Pernambuco, e, a instabilidade jurídica que se instalava entre os ouvidores<sup>2</sup> era resquício das relações entre donatários e a Coroa, e perpassaram todo o período moderno, inclusive, em muitas das capitanias do norte e no Estado do Grão Pará e Maranhão, que foram ocupadas por seus respectivos senhores, que se veem no século XVIII contra os interesses da Coroa e contra os interesses da centralização dos poderes e instituições na figura real e na sua cúpula principal.

Para a Comarca dos Alagoas, uma das comarcas pertencentes a Pernambuco, vemos os trabalhos de Antônio Filipe Caetano, para o caso dos ouvidores desta comarca e de como eles rearticularam o espaço e as tessituras do poder local, pois Alagoas foi uma das últimas comarcas criadas em Pernambuco, a pedido das populações e dos oficiais, conforme as súplicas da impossibilidade de se ocorrer a justiça em um espaço tão grande, e com conflitos e violências já bastante destacados<sup>3</sup>.

“Antônio Batalha, ouvidor da Comarca das Alagoas, queria virar Governador na Província recém emancipada da Capitania de Pernambuco, em 1817. Enquanto um dos cabeças da resistência local contra as investidas da Insurreição de Pernambuco, o magistrado tinha como principal objetivo ter maiores benefícios. Subordinada à Olinda, posteriormente a Recife, as partes

<sup>2</sup> ASSIS, Maria Virgínia Almoêdo. “Revoltas, motins e insurreições em Pernambuco pelo traço dos promotores de justiça”. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007; ASSIS, Maria Virgínia Almoêdo. “Ofícios do Rei: a circulação de homens e ideias na Capitania de Pernambuco”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

<sup>3</sup>Cf. CAETANO, Antônio Filipe Pereira. Workshop: administração da Justiça, Magistrados Régios e Práticas Políticas na Capitania do Norte (séculos XVIII-XIX). Niterói: Museu do Ingá, 2016; CAETANO, Antônio Filipe Pereira. “Ouvidos do Rei, Agentes da Justiça ou Reféns das Tessituras de Poder Local? Os Ouvidores da Comarca das Alagoas (1712-1801)”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2009; CAETANO, Antônio Filipe Pereira. “Por ser Público, Notório e Ouvir Dizer...”: Queixas e Súplicas de uma Conquista Colonial Contra seu Ouvidor (Vila de Penedo, 1722). *Revista Espaço & Tempo*, v. 02, p. 18-40, 2009.

do sul da Capitania foi alçada à comarca em 1712, não obtendo em sua jurisdição administrativa a presença de um Governador”<sup>4</sup>.

O trecho acima demonstra um dos trabalhos atuais de Antônio Filipe Caetano, sobre a Comarca das Alagoas, desde sua instituição como comarca até a desfragmentação de seu território da capitania de Pernambuco, em 1817, que, em vigência da Insurreição de Pernambuco, consegue sua autonomia política. Percebemos, nesta passagem, as possibilidades que um magistrado, ouvidor no momento de sua trajetória, podia obter e angariar por prêmio a seus serviços e competências nas matérias jurídicas. Antônio Caetano explicita as estruturas da comarca até sua instituição como capitania/ província, no contexto da vinda da Família Real e da terceira elevação do status do Brasil, a condição de Reino Unido, instrumentalizando uma lista dos personagens judiciais que se destacaram na região. Tendo os ouvidores por objeto de pesquisa, o autor também atenta para os ofícios auxiliares (escrivães e tabeliães), que tinham importância fundamental na estrutura administrativa/jurídica devido ao controle da escrita e à propriedade de seus ofícios. Eram atividades de destaque, e que se perpetuavam entre as principais famílias, portanto, são alvos de considerações da historiografia atual, que está pontuando suas particularidades através dos estudos de trajetória<sup>5</sup>, percebendo como o estudo das ouvidorias e de seus ouvidores tem descortinado outros indivíduos da estrutura governativa da América portuguesa, e sua interligação no constante envio de informações, certidões, cartas perdão, desenvolvidas por estes sujeitos.

Para a capitania de São Paulo e Mato Grosso, temos as exposições de Jonas Pegoraro e Nauk Maria de Jesus, contemplando as análises sobre os processos de centralização administrativa do século XVIII e a interação entre os ouvidores, as câmaras e os governadores<sup>6</sup>. As pesquisas de Nauk Jesus analisam as interações entre as câmaras, os ouvidores e os conflitos inerentes às suas posições na sociedade colonial. Enquanto isso, Jonas Pegoraro procura entender os fenômenos de centralização na capitania. Pegoraro estuda o perfil social, a composição dos ouvidores enviados à capitania, e os motivos e estratégias que levaram estes agentes a disseminarem o poder real, visando o lucro social.

---

<sup>4</sup> CAETANO, Antônio Filipe Pereira. “Comunicações jurídicas, circulações judiciais e redes governativas na Comarca das Alagoas (1789-1821). IN: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: hierarquias, poderes e governo (século XVI-XIX)*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 207-242.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 219-229.

<sup>6</sup> JESUS, Nauk Maria de. “Governadores e ouvidores na fronteira oeste da América portuguesa: conflitos de jurisdições (1730-1793)”. In: *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011; PEGORARO, Jonas Wilson. *Zelo pelo serviço real: ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (Primeira Metade do Século XVIII)*. Tese. (Doutorado em História) Paraná: UFPR, 2015.

Em seus trabalhos, Nauk Jesus estabelece a cronologia da região e os sujeitos envolvidos nos conflitos, “localizada na fronteira oeste da América portuguesa e era constituída por duas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), fundada para ser sede do governo”<sup>7</sup>, referindo-se sobre a estruturação da capitania de Mato Grosso e sua importância para o território do Brasil, naquela época, como área de fronteira e mineradora. Percebe-se também que a capitania não possuía comarcas, provavelmente pelo tamanho de seu território, e tinha apenas duas vilas distintas, ou a demarcação providenciada por ordem régia mantendo apenas a capitania por unidade administrativa. Interessante notar a composição mineradora da região, a pertinência de conflitos e problemas provocados pelos fenômenos de contrabando gerando denúncias e devassas, pois notável é a existência de magistrados (ouvidores) envolvidos nos descaminhos de ouro e outros metais e suas associações (redes comerciais) para a concretização dos feitos ilegais<sup>8</sup>: “Havia uma simbiose de interesses e negociações entre os contrabandistas, muitas vezes pertencentes ao corpo administrativo, e o rei”<sup>9</sup>. Portanto, o contrabando tendia a se desenvolver paralelo à sociedade e, ao mesmo tempo, poderia se estabelecer como comércio dentro do controle real, permitindo tais ações e lucrando com algum tributo ou, conforme as hierarquias estabelecidas, poderia ser o contrário, fazendo com que os agentes reais retirassem o parco controle do rei ante este comércio, tendo que torná-lo um “comércio condenado”<sup>10</sup>. Nauk Maria de Jesus também trabalha catalogando simultaneamente os ouvidores e governadores desta capitania, tendo ênfase nos conflitos originados entre ambos e a consequências de seus embates na localidade<sup>11</sup>.

Na Universidade Federal do Paraná, vemos as análises e contribuições de Jonas Pegoraro, no entendimento dos magistrados que ocuparam suas funções na capitania de São Paulo e Paranaguá, tendo um enfoque para compreender o perfil dos ouvidores e as estratégias particulares destes na busca da nobilitação. Ele busca entender que ocupar a posição de ouvidor em zonas fronteiriças, às vezes, tinha interesses pessoais na manutenção dos negócios familiares

---

<sup>7</sup>JESUS, Nauk Maria de. “Sociedade mercantil e conflitos de jurisdição: o caso do ouvidor João Antônio Vaz Morilhas – 2ª metade do século XVIII”. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

<sup>8</sup>JESUS, Nauk Maria de. “Disfarces e cautelas: o governo de Luís de Albuquerque e Mello Pereira e Cáceres e o contrabando na fronteira oeste da América portuguesa”. In: *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

<sup>9</sup>*Idem*.

<sup>10</sup>*Ibidem*.

<sup>11</sup>JESUS, Nauk Maria de. “Governadores e ouvidores na fronteira oeste da América portuguesa: conflitos de jurisdições (1730-1793)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

e ilícitos, e que suas ambições poderiam permanecer na busca dos melhores ofícios destas localidades.

“Dos 16 ouvidores gerais das comarcas de São Paulo e de Paranaguá analisados na tese “*Zelo pelo serviço real: ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)*”, atribuiu-se que o seu deslocamento para atuar na América portuguesa foi uma estratégia para que ascendessem socialmente. Estratégia, pois até o momento em que se tornaram ouvidores gerais no Estado do Brasil, agiam no intuito de adquirir e permanecer nos postos da estrutura jurídico-administrativa, legitimando o poder régio e entendendo que seus cargos lhes conferiam possibilidades tanto econômicas quanto sociais, retribuindo ao serviço real os préstimos ganhos com a nomeação feita pela Coroa. Estratégia também porque, ao ocuparem postos na colônia americana, estes agentes poderiam almejar cadeiras nas principais instituições da Coroa como, por exemplo, no Conselho Ultramarino”<sup>12</sup>

Jonas Pegoraro demonstra acima um resumo dos resultados apresentados na sua tese de doutorado, defendida em 2015, na UFPR, de que os interesses pessoais destes magistrados estavam sendo levados em conta na sociedade de Antigo Regime. Suas ações, a princípio, almejavam a progressão linear na carreira, ou seja, ascenderem a desembargadores, mas estabelecerem funções nos Conselhos do Reino, que também tinham status equivalente aos Tribunais, era uma forma de angariarem prestígio. O que Pegoraro salienta é que os ouvidores, que estavam numa posição intermediária (porque era o grau anterior ao de desembargador e posterior às funções de primeira instância – juiz de fora/corregedor/provedor/intendente do ouro ou das matas) poderiam interromper suas carreiras por interesses próprios ou por ordem da Coroa. Sabemos que ações da Coroa para interromper a carreira de um magistrado eram difíceis de ocorrer<sup>13</sup>. Nota-se que a circulação dos agentes, magistrados e elites pelos territórios conquistados era uma maneira da Coroa usar de suas prerrogativas, ao deslocar os magistrados conflituosos para outras paragens, ou fazendo com que o magistrado não progredisse na carreira. O exemplo de Baltazar da Silva Lisboa é ilustrativo, pois, mesmo sendo alvo de seus desafetos e de suas próprias ações, conseguiu manter sua posição de magistrado, sendo transferido para outras atividades, talvez, como Raminelli salienta, suas redes clientelares e pessoais conseguiram efetuar tal façanha<sup>14</sup>.

<sup>12</sup>PEGORARO, Jonas Wilson. “Interromper a carreira: Antônio Álvares Lanha Peixoto e a desistência em seguir como ouvidor geral da comarca de Paranaguá (1723-1730)”. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015.

<sup>13</sup>*Idem*.

<sup>14</sup>RAMINELLI, Ronald. “Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista”. In: Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves. (Org.). *Retratos do Império; trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. 1ed.Niterói: EdUFF, 2006, v. 1, p. 279-296.



A historiadora Isabele de Matos descreveu estes fenômenos de jurisdições para a capitania do Rio de Janeiro, e suas consequências<sup>15</sup>. Seus trabalhos analisam as atribuições dos ouvidores-gerais e mais a condicionante da diferença que estes oficiais apresentavam. Os ouvidores-gerais do Rio de Janeiro tinham características distintas dos outros ouvidores de comarca, cabendo às ouvidoras-gerais, durante os séculos XVI e XVII, a gestão jurídica e fiscal dos outros agentes, enquanto não existia um tribunal instaurado na colônia. Outro fator preponderante que a pesquisadora salienta é a inexistência de naturais da capitania do Rio de Janeiro, ou da colônia, no geral, nomeados para a função de ouvidores-gerais, enquanto na capitania de Minas Gerais ocorre o contrário. Há indícios de nomeações de naturais da capitania mineira no ofício de ouvidores, que desempenharam suas atividades em comarcas próximas às de sua naturalidade, exemplo disto é Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho. Outro fator de relevância na diferença entre os ouvidores-gerais do Rio de Janeiro e os de comarca, nas Minas Gerais, é a falta de experiência prévia nas matérias jurídico-administrativas, ou seja, o exercer de atividades como juiz de fora, corregedor ou procurador. Maria Elisa Campos salienta que houve, nas Minas Gerais, doze ouvidores que tiveram a ouvidoria por primeira nomeação, fato nem sempre utilizado pela carreira comum aos magistrados e às estratégias correntes na Coroa<sup>16</sup>. O caso de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho é elucidativo desta questão, pois compõe o grupo de doze ouvidores nomeados sem experiência prévia no reino ou no ultramar<sup>17</sup>. As exposições de Isabele de Matos condizem com as da historiografia, pelas estratégias de manutenção da Coroa, na designação de reinóis para ofícios primordiais, como os de governadores e vice-reis.

A correição, competência dos ouvidores-gerais e de comarca, era a função mais proeminente dos ouvidores, pois eram obrigados a correr por todo seu território de jurisdição, aplicando a justiça e fiscalizando as contas e ações tomadas pelas câmaras. Os trabalhos de Isabele de Matos trouxeram os livros da correição do Rio de Janeiro como fonte principal de suas análises que, até o momento de suas pesquisas, não tinham sido utilizados para o entendimento da participação dos ouvidores no Antigo Regime nos Trópicos. Os livros da

<sup>15</sup> MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Poder, Administração e Justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Magistrados a serviço do Rei: a administração da Justiça e os Ouvidores Gerais na Comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. Tese. (Doutorado em História Social). Niterói: UFF, 2013.

<sup>16</sup> SOUZA, Maria Eliza Campos. *Ouvidores de Comarca na Capitania de Minas Gerais no século XVIII: origens sociais, remuneração de serviços, trajetórias e mobilidade social pelo "Caminho das Letras"*. Tese. (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 160-162.

<sup>17</sup> Francisco Godinho é designado para Minas Gerais transcorridos cinco anos após sua habilitação no Paço como magistrado. Cf. AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1789. CU\_011, Cx. 131, D. 10.



ouvidoria e, em particular, especificamente os livros de correição, tinham, como toda a sociedade de época, uma simbologia própria e uma praxes processual, pois cabia ao ouvidor o controle das eleições das câmaras e a fiscalização de suas contas durante sua estadia no local. Conforme as pesquisas de Isabele de Matos, percebemos que as correições nem sempre eram efetuadas pelo ouvidor, incorrendo em falta que poderia ser levada ao conhecimento da Coroa pelo processo de residência, que era o balanço das ações dos magistrados ao término de cada nomeação, e que poderia ter relevância na carreira de um magistrado, quanto este era denunciado ou alvo de irregularidades no uso de seus poderes. Portanto, os ouvidores controlavam e eram controlados pelos dispositivos reguladores do Império e da sociedade comum, que viam nestes representantes a figura da justiça em seu bojo. Fato que os trabalhos de Isabele de Matos pontuaram os impactos das correições, como fonte documental, como processo jurídico/administrativo/ fiscal aumentando os poderes e competências dos ouvidores nas conquistas, ou tratando do acúmulo das funções do corregedor e do provedor na figura dos ouvidores. Contudo, mesmo acumulando ambos os ofícios, os ouvidores tiveram nas conquistas papéis e poderes diferentes dos que são atribuídos às competências dos ofícios de corregedor e provedor, que são ilustrados pelas análises de Isabele de Matos e todos os historiadores atuais da temática.

Exatamente no ano 2000 foi escrita a primeira dissertação a partir dos conceitos renovados sobre a monarquia portuguesa, Antigo Regime nos Trópicos, redes clientelares, dando ênfase à participação do Brasil na lógica imperial ultramarina, sobre as atribuições dos ouvidores, na comarca de Vila Rica. O trabalho de Maria Eliza de Campos, defendido na Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Luciano Figueiredo, Souza foi intitulado *Relações de Poder, Justiça e Administração em Minas Gerais no Setecentos- A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*<sup>18</sup>. Primeiro na historiografia mineira administrativa e jurídica de época, marco para os historiadores com os mesmos objetos de pesquisa, descreve os ouvidores alocados na comarca de Vila Rica do Ouro Preto. Nos primórdios da capitania de Minas Gerais, foi definida a sede geral a ser instalada na Vila de Nossa Senhora do Ouro Preto de Vila Rica, após a instalação do governador ter sido originalmente na Vila do Ribeirão do Carmo. Em três capítulos, a dissertação trouxe vários tópicos que são tratados ainda hoje para entender as formas de promoção dos ouvidores, suas origens, a legislação outorgada nas Ordenações Filipinas e leis extravagantes. O trabalho também conta com análises sobre os

<sup>18</sup> SOUZA, Maria Eliza de Campos. *Relações de Poder, Justiça e Administração em Minas Gerais no Setecentos – a Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação. (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2000.

agentes que se relacionavam cotidianamente com os ouvidores, ou seja, governadores, câmaras, além disto, os conflitos entre as jurisdições eclesiásticas e seculares, descrevendo toda questão administrativa que era pertinente aos ouvidores e os processos de construção e evolução da comarca de Vila Rica.

Dando prosseguimento às suas análises, temos a tese de doutorado denominada *Ouvidores de Comarca na Capitania de Minas Gerais no Século XVIII (1711-1808): Origens sociais, Remuneração dos serviços, Trajetórias e mobilidade social pelo Caminho das Letras*<sup>19</sup>, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2012. A tese trouxe o estudo geral sobre todos os ouvidores nomeados para a capitania de Minas Gerais, demonstrando o perfil específico de magistrado designado para o território, ofícios anteriores e posteriores, o valor de seus soldos por comarca, hábitos e mercês adquiridos, além disto, a descrição dos ouvidores que ascenderam para os mais altos tribunais e conselhos reais na América portuguesa e no Reino.

“Nesse sentido, é que se constitui como propósito desse estudo investigar o grupo de ouvidores de comarca que atuou na capitania de Minas Gerais durante os Setecentos. Esses ministros régios foram responsáveis pela aplicação da Justiça em geral, além de terem se ocupado de vários outros aspectos da administração e governo, visto que também foram corregedores, provedores, intendentess de terras minerais, juizes da Coroa. Todas essas outras funções eventualmente acumuladas com a de ouvidor traduzem um processo de ampliação dos poderes dessa magistratura letrada nas Minas, com o que se tornaram agentes importantes na implantação e execução de práticas político-administrativas”<sup>20</sup>.

Acima, demonstrando o acúmulo de poderes dos ouvidores, Maria Eliza Sousa Campos aponta as diferenças que os lugares de letras tiveram na capitania de Minas, tendo quatro ouvidores a coexistirem simultaneamente no território, trazendo as novas abordagens prosopográficas e de trajetória para o caso dos ouvidores mineiros. A autora delimitou também a concorrência entre estes ouvidores e os governadores que passaram pela capitania, inclusive efetuando ações e abusos de jurisdição entre as comarcas, devido à proximidade de algumas, promovendo a constante comunicação e a formação de redes próprias aos magistrados e advogados. Aqui abrimos um parêntese para salientar os trabalhos de Álvaro Antunes, que tratam das concorrências entre os advogados de Mariana, suas relações na interpretação do

---

<sup>19</sup>SOUZA, Maria Eliza de Campos. *Ouvidores de Comarca na Capitania de Minas Gerais no Século XVIII (1711-1808): Origens sociais, Remuneração dos serviços, Trajetórias e mobilidade social pelo Caminho das Letras*. Tese. (Doutorado em História Social). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

<sup>20</sup>*Idem*, p. 16.

direito usual da época, e as negociatas e arranjos clientelares efetuados por esta parcela do estamento jurídico, que dialogava constantemente com os juízes e ouvidores, os últimos quando se abríamos pedidos de revisão de sentença e ações dos juízes ordinários<sup>21</sup>. São muitos os historiadores e as abordagens estabelecidas para entenderem as funções e o funcionamento das ouvidorias, no Antigo Regime, elucidamos aqui alguns daqueles que tiveram pertinência no nosso trabalho de pesquisa e análise.

---

<sup>21</sup>Cf. ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Os nomes da justiça: os letrados no exercício jurídico de Minas Gerais no século XVIII”. In: Oficina da Inconfidência (Ouro Preto), v. 5, p. 33-61, 2009; ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. Tese. (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2005

## Escravidão e poder local: uma análise do problema dos forros em 1755 na cidade de Mariana

**Beatriz Sales Dias**

Graduanda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: tiz.sales@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho busca analisar um requerimento dos oficiais da Câmara de Mariana, Minas Gerais, de 1755, ao rei de Portugal, D. José, no qual eles pedem que Sua Majestade tome providências acerca das perturbações causadas pela grande quantidade de negros forros presentes na cidade e nas redondezas. Acredita-se que a partir da análise, seja possível demonstrar como as alforrias foram um mecanismo de manutenção do sistema escravista — reforçando as teses da corrente historiográfica que defende essa afirmação —, e num segundo plano, como a administração local, apesar de sua grande autonomia, ainda dependia de uma instância superior do governo para tratar de assuntos que, apesar de envolverem um problema local, abrangem uma instituição tão forte do Império Ultramarino Português como a escravidão.

**Palavras-chave:** Escravidão; administração colonial; mineração; alforrias; Brasil colonial.

**Abstract:** The paper seeks to analyze a request from the officers of the Chamber of Mariana, Minas Gerais, 1755, to the king of Portugal, D. José I, in which they ask His Majesty to take action on the disturbances caused by the large number of black linings present in the city and surrounding areas. It is believed that from the analysis, it is possible to demonstrate how the manumission was a mechanism of maintenance of the slave system — reinforcing the theses of the historiographical current that defends this affirmation —, and in a second plane, how the local administration, in spite of its great autonomy, still depended on a higher level of government to deal with issues that, besides involving a local problem, encompassed such a strong institution of the Portuguese Overseas Empire as slavery.

**Keywords:** Slavery; colonial administration; mining; manumissions; colonial Brazil.

### Introdução

Nas últimas décadas, diferentes autores estão revisitando a história do Brasil colonial e percebendo que, diferentemente do que afirmava a historiografia tradicional, os centros de poder locais possuíam grande autonomia e eram essenciais para a governabilidade do Império, sempre negociando com a Coroa de Portugal os interesses de ambos. Além disso, passaram a perceber também que a instituição da alforria era bem utilizada por escravos e senhores e foi um mecanismo de manutenção da escravidão por mais de trezentos anos. O objetivo deste artigo é contribuir para as discussões acima apresentadas a partir da análise de um requerimento dos oficiais da Câmara de Mariana, datado de 1755, no qual estes últimos pedem que o rei de Portugal tome providências acerca da quantidade de negros presentes na cidade e nas redondezas.

Acreditamos que para uma melhor compreensão do leitor, seja necessário que primeiramente se faça uma exposição do documento completo a ser analisado e posteriormente

sua divisão em trechos com os comentários que demonstram como ele pode ser inserido nas novas discussões historiográficas sobre a escravidão e a governabilidade do Império Ultramarino Português. O documento transcrito é o que segue:

Senhor,

Expõem na presença de V. Majestade Fidelíssima os oficiais da Câmara da Cidade de Mariana, os contínuos incômodos e desassossegos que experimentam os vassallos de V. Majestade Fidelíssima deste termo e mais comarcas deste Estado do Brasil, pela imensidade que nele há de negros, negras e mulatos forros; e por esta razão, contínuos os insultos que fazem os negros fugidos, não só nos viajantes, mas sim também nos moradores existentes, nas suas casas, com roubos de suas fazendas, vidas e honras, servindo-lhe aqueles (como em tudo semelhantes a estes), de darem saída ao que roubam, dando-lhe todo o necessário para o poderem fazer, como são armas, pólvora e chumbo, e tudo o mais de que carecem. É sem embargo, que o zelo dos Governadores, e mais justiças de V. Majestade Fidelíssima se não descuidam de darem a providência que julgam necessária, para evitar, semelhantes ruínas, e castigar, com rigorosidade os cúmplices, que acham nestes delitos; com tudo, sempre os vemos continuados e repetidos, e só terão fim mandando V. Majestade Fidelíssima [que] se não dê mais alforrias a negros, negras e mulatos, pelos meios que nestes Estados se usam; que são os de comprarem negras e destas utilizarem-se alguns anos, e findos estes, arbitrar-lhe avultado preço ao seu valor, e mandar-lhe procurar dentro do tempo que se ajustam, o que fazem por termos indecorosos ao serviço de Deus e de V. Majestade Fidelíssima, pois com o interesse da sua liberdade a tudo se sujeitam, vivendo entre católicos como se ainda existissem nas suas gentilidades, vindo a ficar obra do desagrado de Deus aquela mesma que se devia reputar por boa, se fosse fundada na caridade e não na conveniência própria; como são todas as alforrias que nestes Estados se fazem, de que presentemente resulta dano aos vassallos de V. Majestade Fidelíssima, e poderá ser maior para o futuro pelas circunstâncias que podem sobrevir de tantas liberdades, se a piedade de V. Majestade Fidelíssima lhe não der a providência necessária, mandando se não forrem mais negras, negros e mulatos por semelhantes modos, mas sim querendo o alguém fazer, seja gratuitamente por esmola ou pelos bons serviços que os escravos tenham feito, extinguindo-se de todo esta má introdução solapada com título de caridade em que os senhores dão licença a seus escravos para procurarem o seu valor; sem mais agencia para o poderem adquirir, do que a soltura do seu mal viver com escândalo tanto das Leis Divinas, como das de V. Majestade Fidelíssima. Também suplicamos a V. Majestade

Fidelíssima seja servido mandar que em cada Freguesia haja um livro, e nele assentados todos os forros de qualquer qualidade, ou sexo, que sejam, e que querendo alguns destes ir de uma para outra Freguesia o não possam fazer, sem levar escrito de alguma pessoa da Freguesia de que vai; e sendo para prezistir demorada em outra qualquer, será obrigado a dar entrada para se lhe fazer assento no livro para evitar a grande confusão, com que muitos se querem introduzir forros, não o sendo, de que tem sucedido andarem anos e anos com este título, sendo cativos; o que não sucederá se houver a prevenção: em aparecendo algum desconhecido de que se lhe procure a carta de alforria, ou outro qualquer instrumento por donde mostre [que] é livre; e do contrário segurar-se até verdadeiro conhecimento proibindo-lhe toda a qualidade de armas, não só para seu uso preciso, mas sim também de que as não possam ter em suas casas por não socorrerem com elas os negros fugidos todas as vezes que estes carecerem delas.

Também é justo [que] haja alguma providência para se castigar com castigo maior que o comum os escravos que costumam fugir para que a vista dele se abstenham, e sirva o exemplo de uns de terror aos outros, mandando-lhe picar por cirurgião um nervo que tem no pé, de forma que sempre possam servir aos senhores, e só tenham o embaraço de não poderem correr; o que alguns senhores costumam fazer, e o não fazem todos por temor da Justiça de V. Majestade Fidelíssima, o que se deve entender andando fugido para cima de seis meses, ou achando-se em quilombo; e que os ministros tomem conta disto em ato de correção perguntando se os senhores faltam a fazer este castigo, pois com ele se evitará muitas ruínas, que sempre costumam suceder. Deus guarde a Augusta e Real Pessoa de V. Majestade Fidelíssima por muitos anos. Mariana em Câmara de cinco de maio de mil setecentos e cinquenta e cinco. Antonio Duarte, Domingos Gonçalves Torres, João da Silva Tavares, Thomé Soares de Brito, e eu João da Costa Azevedo escrivão da Câmara que o fiz escrever [...] escrevi e assinei.

João da Costa Azevedo.<sup>1</sup>

Análise do documento

Senhor,

Expõem na presença de V. Majestade Fidelíssima os oficiais da Câmara da Cidade de Mariana, os contínuos incômodos e desassossegos que experimentam os vassallos de V. Majestade Fidelíssima deste termo e mais comarcas deste Estado do Brasil,

---

<sup>1</sup> AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 67, documento nº 65, 1755

Para primeiro compreender a questão da administração local, podemos perceber que os oficiais da Câmara de Mariana se consideram vassallos do rei de Portugal, mesmo estando a um oceano de distância. Eles fazem parte da nobreza da terra da região e estão inseridos na lógica do Antigo Regime. Eles administram para o rei, tal como se estivessem no reino, como afirma Maria Fernanda Bicalho.<sup>2</sup>

pela imensidade que nele há de negros, negras e mulatos forros; e por esta razão, contínuos os insultos que fazem os negros fugidos, não só nos viajantes, mas sim também nos moradores existentes, nas suas casas, com roubos de suas fazendas, vidas e honras, servindo-lhe aqueles (como em tudo semelhantes a estes), de darem saída ao que roubam, dando-lhe todo o necessário para o poderem fazer, como são armas, pólvora e chumbo, e tudo o mais de que carecem.

Ao contrário do afirmado pela historiografia tradicional em autores como Caio Prado Jr. E Fernando Novais, e considerando que quem escreve está interessado em justificar o pedido, podemos perceber que haviam sim um número alto de alforrias, a ponto de ser necessário um requerimento ao rei, principalmente nas minas do século XVIII, onde a quantidade de escravos era alta, apesar das restrições impostas pela Coroa do fluxo de negros para lá, como dos diz Charles Boxer.<sup>3</sup>

A quantidade de escravos em Mariana sempre foi alta, apesar de ir declinando lentamente a partir de 1730, ainda permanece alta. De acordo com Carla Almeida, de 1750 a 1770, foi o auge da mineração.<sup>4</sup> Libertos eram proibidos pela lei de portar armas, mas podemos ver aqui que os oficiais reconhecem que eles possuem e, de acordo com Renata Romualdo Diório,<sup>5</sup> sentiam-se temerosos do que esses libertos pudessem fazer, auxiliando os escravos. São os negros fugidos que incomodam, não os forros; estes, só apoiam.

É sem embargo, que o zelo dos Governadores, e mais justiças de V. Majestade Fidelíssima se não descuidam de darem a providência que julgam necessária, para evitar, semelhantes ruínas, e castigar, com rigorosidade os cúmplices, que acham nestes delitos; com

---

<sup>2</sup> BICALHO, Maria Fernanda. Conquista mercês e poder local: a nobreza da terra América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Almanack Braziliense, São Paulo, n. 02, p. 21-34, 2005.

<sup>3</sup> BOXER, Charles Ralph. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras, Mariana — 1750-1850. Dissertação de Mestrado, UFF, 1994.

<sup>5</sup> DIÓRIO, Renata Romualdo. As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. Dissertação de mestrado, USP, 2007.



tudo, sempre os vemos continuados e repetidos, e só terão fim mandando V. Majestade Fidelíssima [que] se não dê mais alforrias a negros, negras e mulatos, pelos meios que nestes Estados se usam;

Aqui, podemos perceber a autonomia dos poderes locais numa primeira tentativa de solucionar o problema, entretanto, quando eles não conseguem resolver e a solução que desejam precisa vir de uma ordem de cima, eles se tornam dependentes do poder real, que seria o único capaz de se impor sobre os senhores de escravos, pois estes também se consideram vassallos da Coroa, e o respeito para com o rei era importante.

Houve uma tentativa do governador de controlar os forros em 1733, ele empregou esses libertos na milícia, o que os aquietou por um tempo, mas não por muito, já que o número só aumentava. Não era possível corrigir quem já era liberto, pois não adiantava, então a solução encontrada pelos camaristas era não deixar que mais negros fossem alforriados.

que são os de comprarem negras e destas utilizarem-se alguns anos, e findos estes, arbitrar-lhe avultado preço ao seu valor, e mandar lhe procurar dentro do tempo que se ajustam, o que fazem por termos indecorosos ao serviço de Deus e de V. Majestade Fidelíssima, pois com o interesse da sua liberdade a tudo se sujeitam, vivendo entre católicos como se ainda existissem nas suas gentilidades, vindo a ficar obra do desagrado de Deus aquela mesma que se devia reputar por boa, se fosse fundada na caridade e não na conveniência própria; como são todas as alforrias que nestes Estados se fazem,

Podemos ver que a venda de alforrias era real, e ocorria nessa época em grande volume, principalmente porque os escravos conseguiam acumular pecúlio, muitas vezes através do roubo do ouro que mineravam, da prostituição e do serviço que esses escravos realizavam sendo escravos de ganho.

As alforrias não são dadas porque o senhor é bom, caridoso — essa visão paternalista vem de autores como Gilberto Freyre — muitas vezes elas surgem de imposições dos escravos, onde passa a existir um acordo e podemos ver um sistema de negociação estabelecido, que beneficia escravos e senhores, como afirmam João José Reis e Eduardo Silva.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

de que presentemente resulta dano aos vassallos de V. Majestade Fidelíssima, e poderá ser maior para o futuro pelas circunstâncias que podem sobrevir de tantas liberdades, se a piedade de V. Majestade Fidelíssima lhe não der a providência necessária,

É necessário que o rei tome providências, pois se seus vassallos estão sendo afetados, ele também está.

mandando se não forrem mais negras, negros e mulatos por semelhantes modos, mas sim querendo o alguém fazer, seja gratuitamente por esmola ou pelos bons serviços que os escravos tenham feito, extinguindo-se de todo esta má introdução solapada com título de caridade em que os senhores dão licença a seus escravos para procurarem o seu valor; sem mais agencia para o poderem adquirir, do que a soltura do seu mal viver com escândalo tanto das Leis Divinas, como das de V. Majestade Fidelíssima.

Reforça a ideia de negociação entre escravos e senhores, pois os oficiais pedem que só seja dada a alforria por caridade ou pelos bons serviços dos escravos — então os senhores davam alforrias por isso, não porque eram uns amores, mas porque existia esse tipo de relação entre ambas as partes — e não os senhores deixando os escravos encontrarem os meios para comprarem suas alforrias, o que mostra que isso acontecia, alguns senhores deixavam que os escravos buscassem ouro para si quando acabassem de juntar o do senhor, diferentemente do que a historiografia tradicional afirma, o escravo tem agência dentro da sociedade, adquirindo esse pecúlio não só através dos modos já citados, mas também vendendo o que produziam ou oferecendo serviços que realizavam. Tudo isto se dá num sistema de negociação.

Também suplicamos a V. Majestade Fidelíssima seja servido mandar que em cada Freguesia haja um livro, e nele assentados todos os forros de qualquer qualidade, ou sexo, que sejam, e que querendo alguns destes ir de uma para outra Freguesia o não possam fazer, sem levar escrito de alguma pessoa da Freguesia de que vai; e sendo para prezistir demorada em outra qualquer, será obrigado a dar entrada para se lhe fazer assento no livro para evitar a grande confusão, com que muitos se querem introduzir forros, não o sendo, de que tem sucedido andarem anos e anos com este título, sendo cativos; o que não sucederá se houver a prevenção: em aparecendo algum desconhecido de que se lhe procure a carta de alforria, ou outro qualquer instrumento por donde mostre [que] é livre;

Nos mostra que o reconhecimento social era importante para se determinar se um negro ou mulato era escravo ou liberto, não dependia exclusivamente da alforria. Os escravos tinham

redes locais e pessoais de reconhecimento do seu estatuto. Fuga para dentro da sociedade, porque eles operavam nela, não só fugas para isolamento nas florestas, para os quilombos. Eduardo Silva, no livro *Negociação e Conflito* ressalta a fuga para dentro, e aqui podemos compreendê-la num contexto de desenvolvimento das cidades por conta do desenvolvimento do ouro, os escravos tinham para onde ir.

e do contrário segurar-se até verdadeiro conhecimento proibindo-lhe toda a qualidade de armas, não só para seu uso preciso, mas sim também de que as não possam ter em suas casas por não socorrerem com elas os negros fugidos todas as vezes que estes carecerem delas.

Também é justo [que] haja alguma providência para se castigar com castigo maior que o comum os escravos que costumam fugir para que a vista dele se abstenham, e sirva o exemplo de uns de terror aos outros, mandando-lhe picar por cirurgião um nervo que tem no pé, de forma que sempre possam servir aos senhores, e só tenham o embaraço de não poderem correr; o que alguns senhores costumam fazer, e o não fazem todos por temor da Justiça de V. Majestade Fidelíssima, o que se deve entender andando fugido para cima de seis meses, ou achando-se em quilombo; e que os ministros tomem conta disto em ato de correção perguntando se os senhores faltam a fazer este castigo, pois com ele se evitará muitas ruínas, que sempre costumam suceder.

Aqui podemos ver a violência operando juntamente com a negociação acima explicitada. Os oficiais propõem uma solução cruel para que os negros não fujam mais e diz que alguns senhores o faziam, mas que muitas vezes não faziam porque temiam a justiça do rei, pois diversas vezes, escravos recorriam a justiça contra seus senhores, que muitas vezes davam causa para os escravos. Mas o Estado tanto operava contra como a favor, pois tinha a autoridade sob a violência, e os oficiais sabem que tem que ter uma regra para aplicar a violência, não poderiam fazer o uso deliberadamente senão o sistema ia ruir.

No livro *A idade de ouro do Brasil*, Boxer apresenta a medida que foi tomada pela coroa com relação ao pedido dos camaristas de Mariana:

A coroa submeteu tais sugestões ao vice-rei, Conde dos Arcos, na Bahia, a fim de que as comentasse. É de se esperar que o rei José I e Pombal, tivessem a decência de corar ao ler tais comentários, pois o Conde não mediu palavras. “Digo que isto é uma barbaridade indigna de homens que tem o nome de cristãos e vivem aos menos com a exterioridade de tais e mereciam ser asperamente repreendidos pela ousadia de assim o requererem, supondo que Vossa Majestade era rei e senhor capas de lhes facultar semelhante tirania, quando a maior parte

desses cativos fogem porque seus donos os não os sustentam e os não vestem e os não tratam com o amor e caridade devida, tanto na saúde como na enfermidade que são obrigados, e, além de os tratarem mal pelo que respeito ao sustento e vestido, fazem-lhe mil servicias de rigorosos e inauditos castigos”. Insistia com a Coroa para que rejeitasse as representações da Câmara Municipal de Mariana, imediatamente, e sua notável, franca e humanitária argumentação, parece ter tido o efeito desejado.

Os oficiais fazem mais um pedido em 1756, muito parecido com o que foi apresentado, que mostra que este último não foi atendido.

### **Conclusão**

Com a análise do documento feita podemos ver que a violência andava de mãos dadas com a negociação durante a escravidão colonial no Brasil, mas que só uma ou só outra não poderia ter mantido a escravidão por 300 anos. E que as Câmaras Municipais eram uma forma de comunicação direta dos colonos com a Coroa, na qual eles reivindicavam seus interesses e se faziam ouvir.

## O controle do trabalho mecânico pela câmara da Vila Real do Sabará (1735-1829)

**Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres**

Mestranda

UFMG

ludmila.machadopereira@gmail.com

**Resumo:** A comunicação pretende analisar a regulamentação da atividade mecânica pela câmara de Sabará de 1735, data das primeiras cartas de exame até a Postura Municipal de 1829. A princípio concediam licenças para exercer ofícios, fiscalizavam os preços, as oficinas e os horários de trabalho. A instituição assume com a inexistência de corporações na Capitania de Minas a função de realizar exames, assim ampliando o seu controle da atividade mecânica.

**Palavras-chaves:** Trabalho mecânico; Costumes; Câmaras municipais.

**Resumen:** La comunicación pretende analizar la regulación de la actividad mecánica por el consejo municipal de Sabará de 1735, fecha de las primeras cartas de examen hasta la Postura Municipal de 1829. Al principio tenían como función conceder licencias para ejercer oficios, fiscalizaban los precios, los talleres y los horarios de trabajo. La institución asume con la inexistencia de corporaciones en la Capitanía de Minas la función de realizar exámenes, así ampliando su control de la actividad mecánica.

**Palabras clave:** Trabajo manual; Costumbres; Consejo municipal.

A presente comunicação é fruto da pesquisa do mestrado intitulada “Os oficiais mecânicos na Vila Real do Sabará: controle, cultura material e trabalho (1735-1829)” e das modificações oriundas da banca de qualificação. O tema apresentado, o controle do trabalho mecânico, é referente ao primeiro capítulo da dissertação. Buscamos na dissertação, e aqui, compreender como os costumes do mundo dos ofícios se comportaram na América e como a escravidão contribui para modificá-los. A sociedade mineira setecentista era marcada por uma fluidez social e flexibilidade dos costumes que modificaram as relações de hierarquias presentes na sociedade de Antigo Regime português. Em Minas, no nosso caso em Sabará, as instituições de controle do trabalho mecânicos presentes no Reino não eram iguais. Não existe para a capitania nenhum registro de corporações de ofícios, diferente de Salvador e do Rio de Janeiro. A iniciativa de regulamentação será realizada pelas câmaras da Capitania, atribuindo de funções que antes eram dos oficiais mecânicos enquanto grupo.

Os oficiais mecânicos ou artesões são os indivíduos que detêm habilidade técnica, um “saber fazer”, de modificar a matéria-prima, convertendo a natureza em coisas necessárias à dinâmica de sobrevivência da sociedade. Eram eles, os alfaiates, caldeireiros, carpinteiros, carapinas, ferradores, ferreiros, latoeiros, pedreiros, sapateiros. Pertenciam ao povo, ao terceiro estado, tinham na sociedade um lugar social de produzir e fornecer bens e serviços essenciais

ao cotidiano material. É importante levar em conta que os oficiais mecânicos na sociedade de Antigo Regime tinham o chamado defeito de sangue, que os impediam de ocupar cargos na administração. O defeito do trabalho manual é originário de duas tradições da antiguidade, a greco-romana e a judaico-cristã. Na primeira a atividade manual era destinada aos escravos, os homens livres utilizavam somente de seu intelecto. No *Genesis* quando da expulsão de Adão e Eva do Paraíso o homem teve como pena, maldição, ter que sobreviver através de seu próprio suor, esforço físico, do trabalho. Tradição que podemos encontrar até na língua, na Idade Média a palavra latim referente a trabalho era *labor*, que significa pena. A concepção de trabalho como pena sofreu ao longo da modernidade mudanças, fruto de sua valorização pelas religiões protestantes e da transição do trabalho artesanal para o operário com a Revolução Industrial. O reconhecimento do caráter virtuoso do enriquecimento a partir da própria “indústria”, também, chegou às Minas. Como na Europa, teremos o convívio de visões diferentes sobre o trabalho manual, porém, aqui algumas vezes esta “indústria” englobou o trabalho escravo.

Antes de falarmos da Vila Real de Sabará é importante compreender a origem das instituições de controle do trabalho mecânico. As corporações de ofícios são originárias do período medieval, surgiram como grupos de ajuda mútua. Tinham um regimento que normalizava o exercício da atividade mecânica. Uma das principais funções da corporação de ofício era regular quem poderia exercer atividade mecânica em determinada vila, cidade ou povoado. Para exercer ofício o indivíduo deveria submeter à aprendizagem com um mestre membro e posteriormente realizar um exame. A instituição garantia o monopólio dos mestres de fornecimento de objetos e serviços de seus ofícios ao controlar quem poderia exercê-lo. Reproduzia a tradição, seja de aprendizagem e da técnica de produção. Assim, através da regulamentação da aprendizagem e do exame inseriam o novo oficial mecânico no seu lugar social naquela sociedade corporativa em que cada um ocupa um lugar e uma função, reproduzindo a sua estrutura e ordem. As corporações de ofícios como uma instituição remanescente do período medieval buscavam manter a tradição e a própria estrutura da sociedade hierarquizada

A câmara de Sabará foi instituída em 1711 quando da criação da vila com a união dos arraiais do Borba, Velho de Santana, de Santo Antônio da Mouraria, de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande, dos Porcos, de João Velho, da Igreja Velha e da Igreja Nova ou Grande.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da história do Sabará*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1940. xi, pp. 2-3.

A nossa pesquisa tem como marco o ano de 1735, data dos primeiros registros de regulamentação do trabalho pela câmara, até 1829 com a postura municipal que modificaram as relações de controle. O período de 1735 é marcado pelo fim das revoltas, presentes no início das ocupações, quando o aparelho administrativo e fiscal da Coroa já estava estabelecido, permitindo um crescimento urbano das vilas.

A Câmara, conselho municipal, era uma instituição da administração portuguesa presente em todas as vilas de seu Império. Responsável pelo governo local tinha funções jurídicas, políticas, fiscais e administrativas. Regulava e organizava o espaço urbano, fiscalizava os preços e medidas, aplicava as leis, decidia sobre disputas de terras. A câmara como instituição do Estado corporativo garantia o bem público, bem comum, por meio do controle dessas necessidades. Dessa forma, tabelava os preços, controlava a entrada de alimentos, impedia atravessamento, regulamentava o corte de carne, definia quem poderia comercializar, zelando pela qualidade dos bens e serviços. O controle e regulamentação de tais serviços impediam a insatisfação dos povos, dessa forma, garantia a manutenção da ordem.

A documentação da câmara de Sabará está sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. No fundo o códice mais recuado é datado de 1719, são registros de licenças para lojas, vendas e quintos. Encontramos também códices de capitação, cartas de aforamentos, arrematação, contas de receita e despesas, cartas de datas minerais, aferições de balanças e listas de escravos fugitivos. Não há muitos estudos sobre a câmara de Sabará diferente de Vila Rica e Mariana, devido principalmente às condições de conservação da documentação, apesar do fundo no Arquivo Público Mineiro estar digitalizado e disponível pelo site da instituição. Alguns códices apresentam letras apagadas e com perdas no suporte. Na pesquisa trabalhamos com os registros de licenças de lojas e vendas e de cartas de exames, parte dele está transcrita e organizada no Dicionário de artistas e artífices de Judith Martins.<sup>2</sup>

As licenças eram atribuições das câmaras, além dos ofícios mecânicos deveriam tirar licença qualquer atividade de comércio e negócios. Não era consentida a abertura de loja, taverna, corte de carne verde, casa de toucinho, estalagem, tenda de ofício sem licença, havendo como pena multa.<sup>3</sup> Todos deveriam renovar a licença a cada ano. Na pesquisa encontramos 86 licenças para o período de 1781 a 1798, somente 36 delas são de renovação para 13 oficiais.

---

<sup>2</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974.

<sup>3</sup> Ver Artigo 42 das POSTURAS da Camara Municipal de Sabará, 1908.



Nas licenças para o período há um predomínio para ferreiro, ferrador, sapateiro e alfaiate. É reduzido o número para ofícios de madeira (carpinteiro, marceneiro e carapina), tão importantes na construção civil e na fabricação de móveis. Não foram encontrados registros de licenças para o ofício de pedreiro, não há também para o período nenhuma carta de exame. Nota-se que a câmara não conseguia estender seu controle aos ofícios de construção civil. Caso que se repete para Vila Rica, Salomão de Vasconcellos ao pesquisar a regulamentação de ofícios encontrou somente um pedreiro nos registros.<sup>4</sup> Em sua dissertação Fabiano Gomes da Silva ao analisar os ofícios da construção civil verificou que muitos deles trabalharam como jornaleiros sem registros e em grandes empreitadas. (SILVA: 2007, 13). No caso de Vila Rica Silva explica que a falta deveria estar relacionada à necessidade de fiadores para obter uma licença.<sup>5</sup> Para Sabará não há menção da necessidade de fiadores nos registros de licenças. As quantidades de obras presentes na segunda metade do dezoito em Sabará e a documentação cartorária impedem de pensar em uma inexistência desses ofícios na localidade e uma negligência camarária. Nem a falta de códices no fundo. Provavelmente relaciona-se com a característica nômade dos ofícios de construção. Pedreiros, carpinteiros e carapinas diferentes de ferreiros, sapateiros e alfaiates precisavam de uma maior mobilidade. Muitos por necessidade buscavam o seu sustento de “casa em casa”, de “canteiro em canteiro”. Percorrendo as estradas da capitania em busca de lugares que garantissem melhor sustento, assim, escapando da fiscalização camarária.

A renovação de licença, obrigatória na lei, não era uma prática comum a todos os oficiais, acarretando gastos aos ofícios e renda à câmara. Nos livros de registros a cada ano eram renovados licenças de lojas e vendas. O alfaiate Francisco José de Araújo em 1781 obteve uma licença de ofícios e outra para a sua loja de fazenda seca, posteriormente, somente a licença da loja foi repetida em 1784 e 1785.<sup>6</sup> Na literatura sobre ofícios em Minas é apontada certa negligência da fiscalização da câmara, mas vemos que se a loja tinha sua licença renovada e o ofício não, implicava que a fiscalização, o controle, não era falho, muito menos negligente. A regulamentação do oficial mecânico gerava receita às câmaras, o que torna estranho pensar na negligência dos camarários. Uma licença de Sabará merece destaque, a do latoeiro Joaquim Pereira da Fonseca, que tirou licença de 1784 a 1794. O ofício de latoeiro é aquele que trabalha

<sup>4</sup> VASCONCELOS, Sylvio de. A Arquitetura Colonial Mineira. *Revista Barroca*. pp. 7-26, nº 10 (1978-9), p. 342.

<sup>5</sup> O fiador é aquele que garantia a qualidade, para isso, deveria ser um oficial cuja fama comprovasse sua capacidade. Portanto, significou que o oficial deveria estar inserido em um grupo seletivo de oficiais mecânicos que dominavam a arrematação de obras.

<sup>6</sup> As lojas de fazenda seca vendiam diversos produtos que vinham do reino, como ferramentas, trastes de casa, instrumentos, aviamentos e tecidos.

o latão, fazendo peças, cortando e fundindo. É uma especialização que aparece na documentação da região no final dos setecentos. A repetição das licenças do ofício indica uma possível preocupação de regulá-lo. Não encontramos registro de exame e juiz de ofício para latoeiro, indício que a falta de exame implicava na renovação anual de licenças. Além disso, demonstra que a prática de só uma licença era o costume nas Minas para determinados ofícios. Na cidade do Rio de Janeiro a licença surge como concorrente aos exames de ofícios das corporações, mas nas minas em que a câmara se ocupava das duas práticas muitas vezes os oficiais e a própria câmara não viam necessidade de renovar. Concordando com a hipótese constatamos que os nomes encontrados nos registros de cartas de exames não eram os mesmos das licenças.

Todas as etapas necessárias à realização de exame de ofícios passavam pela câmara, era ela que convocava os oficiais para eleger os juizes de ofícios. Eram eleitos anualmente entre “todos” os oficiais mecânicos de seu mesmo ofício. Não recebiam salário, ganhavam gratificações por exames realizados e quando atuavam como louvados de obras para o Senado.<sup>7</sup> Não encontramos na documentação pesquisada discriminação sobre os oficiais que participavam da eleição. Afinal quem fazia parte de “todos os oficiais” convocados para a eleição? Na historiografia é fato que muitos desses juizes de ofícios eram nomeados pelos camarários em vez de eleitos.<sup>8</sup> O cargo de juiz de ofício detinha um valor social, de reconhecer a “capacidade e inteligência” do oficial perante a sociedade, competência com entendimentos suficientes para avaliar.

Após a eleição do juiz este nomeava um escrivão, na documentação da câmara não há menção de eleições para a função. Para ocupar o cargo era obrigatório saber escrever e ler. Conhecer as primeiras letras e as quatro operações matemáticas auxiliavam nos trâmites financeiros recorrentes do cotidiano de trabalho. Principalmente em uma sociedade marcada pelo crédito e endividamento. Há uma universalização da escrita necessária para os bilhetes, recibos, róis de dívidas, documentos comprobatórios nos trâmites dos cartórios.

Nos registros encontramos somente juizes e escrivães dos ofícios de ferrador, alfaiate, sapateiro, ferreiro e serralheiro, pedreiro<sup>9</sup> e seleiro. Antes do exame de ofício havia um trâmite

---

<sup>7</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, n. 45, 1977, p. 65.

<sup>8</sup> ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. Campinas: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. IFCH/UNICAMP, 2012. p. 39.

<sup>9</sup> Não encontramos exames e registros, mas há carta de eleição do juiz de ofício.

burocrático. Começava com um requerimento de pedido de realização do exame. O futuro oficial deveria ter aprendido com um Mestre por um determinado tempo, que variava de ofício para ofício. O exame era o rito no qual um aprendiz de ofício comprovava seu conhecimento e habilidades técnicas, por meio da feitura de objetos materiais, que tinham certa demanda naquela sociedade. A boa feitura, a aprovação no exame, permitia o exercício da atividade na Vila e seu termo e em qualquer outra localidade do Reino, desde que apresentando a carta. No Regimento de Ofícios Mecânicos de Lisboa há para cada ofício o que era necessário fazer para obter a aprovação. Por exemplo, o conteúdo do exame de ofício de sapateiro dividia entre aqueles que curtiam o couro, os tipos de couro (vaca e carneira) e os tipos de sapatos de botas de trabalho a delicadas sapatilhas femininas.<sup>10</sup> Depois de aprovado o candidato requeria a carta de exame, confirmada após juramento sobre os Santos Evangelhos. O juramento era realizado no Senado da Câmara, e nele se comprometia a exercer ofício seguindo os preceitos e normas.<sup>11</sup> Devemos lembrar que a sociedade mineira se comportava como uma sociedade de Antigo Regime, marcada pela teatralização e exteriorização. O novo oficial jurava ao senado da Câmara, de frente aos vereadores, assim, reproduzindo a tradição e o controle social exercido pela instituição.

O controle da câmara abrangia os homens livres, para os escravos encontramos somente dois registros de licença, uma cartas de exame, também encontramos três cartas de forros. Era vedado conceder licença em nome de escravo, sendo “esta liberdade” só permitida ao proprietário. O primeiro em 1786, ao sapateiro José Martins, escravo de Dona Narcisa de Meneses Sodré, ambos moradores no Arraial de Santa Luzia. E, no ano seguinte, a de Francisco, ferrador, do senhor Gonçalo Antunes, moradores na Capela de Padre Alexandre. Na carta de exame era registrada a qualidade, Manoel da Cunha escravo examinado pelo seu ofício de ferreiro era crioulo, qualidade comum entre oficiais escravos que podemos constatar na documentação cartorial. Muitos escravos ficavam a parte por exercerem o seu ofício no ambiente privado, na oficina de seu senhor. Assim, não necessitavam de licença ou carta de exame em um local fora da fiscalização das câmaras. A propriedade de escravos por um oficial mecânico permitiu que ele ampliasse a sua oficina e diversificasse as suas opções de renda, colocando escravos para faiscar nos cursos d’água, na roça, alugando-os, tornando o oficial um

---

<sup>10</sup> LIVRO dos Regimentos dos oficiais mecânicos de muinobre e sepre leal cidade de Lixboa (1572), 1926, p. 76-80.

<sup>11</sup> MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais*: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 202.

senhor de escravo. Uma grande oficina, com uma fábrica de escravos permitiu a alguns oficiais controlarem o mercado de arrematação de obras. Além disso, outros senhores de escravo tinham oficiais cativos que trabalhavam a jornais nestas obras ou tinham a sua própria tenda. A escravidão diversificou as dinâmicas dos ofícios mecânicos na América, na cidade do Rio de Janeiro que havia corporações é nítido o embate da instituição com a escravidão e com a câmara. Nas Minas, a ordenação dos ofícios mecânicos se desmancha em uma dinâmica diversa que tem como modelo o reino. Nas minas as práticas cotidianas constroem costumes, de aprendizagem, de comércio a fiado, de dinâmicas de trabalho.

A pesquisa tem como marco final a postura municipal de 1829 de Sabará, avançamos para um período pós-Independência do Brasil para identificar permanências e rupturas com o modelo de ordenação dos ofícios mecânicos. A mesma postura foi analisada por Meneses que percebeu “certa despreocupação com o ordenamento do trabalho de oficiais mecânicos”<sup>12</sup>, apresentando uma função fiscalizadora e policialesca da atividade. Não há nas posturas menção do procedimento de se realizar exames de ofícios e dos cargos de juiz e escrivão de ofício.<sup>13</sup> Assim, não há mais uma preocupação com a qualidade dos bens produzidos outrora importantes para a manutenção do bem comum, passava para uma economia liberal marcada pela livre regulamentação do mercado. O trabalho mecânico é mencionado somente relativo às licenças para ter tenda de ofícios, a respeito do uso de pesos e medidas para comercializar na vila e na proibição de trabalho noturno. Nela as licenças deveriam ser renovadas anualmente, definindo os meses dos anos para os pedidos. A participação dos oficiais na ordenação urbana é anulada.

Por fim, a pesquisa tem constatado que o controle da câmara muitas vezes apontado pela literatura como falho, era sim contraditório em que funcionava para determinados ofícios, ocupações, qualidades e condições. Uma regulamentação que respondia a preocupações locais com o ordenamento. As licenças e cartes de exames nas Minas tinham outro significado. Elas distinguiam um grupo de oficiais prestigiados já inseridos nas teias do poder local que controlavam as arrematações, exames e licenças de forasteiros, forros e escravos.

---

<sup>12</sup> MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais*, 2013, p. 174.

<sup>13</sup> Vemos no fundo da câmara de Sabará que a documentação de cartas de exame vai até 1819.

## Afirmção política sob um território colonial nas Minas Gerais: análise do auto de Posse do Senhorio da Vila de Campanha

**Edna Mara Ferreira da Silva**

Doutoranda em História pela UFRJ

Professora da UEMG – Unidade Campanha

edna.silva@uemg.br

**Resumo:** Campanha da Princesa foi o nome dado a uma das últimas vilas mineiras criadas no século XVIII, em alusão direta a monarquia portuguesa. A fronteira sul da capitania era aberta ao trânsito dos paulistas e era área de litígio entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como recurso de organização administrativa, mas também serviu como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila. Essa comunicação se propõe a investigar ações da Câmara de Campanha, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Em face as transformações geopolíticas e rearranjos econômicos que atingem o Brasil no início do século XIX, buscamos o sentido dessa reminiscência senhorial e seu contexto para a vila da Campanha da Princesa.

**Palavras-chave:** História, Política, Território, Minas Gerais

**Resumen:** Campaña de la Princesa fue el nombre dado a una de las últimas villas mineras creadas en el siglo XVIII, en alusión directa a la monarquía portuguesa. La frontera sur de la capitania estaba abierta al tránsito de los paulistas y era área de litígio entre las capitanias de São Paulo y Minas Gerais. De esta forma el establecimiento de la villa de Campaña se configuró como recurso de organización administrativa, pero también sirvió como elemento poderoso de reafirmación de la soberanía portuguesa, endosado por el Senado de la Câmara de la villa. Esta comunicación se propone investigar acciones de la Câmara de Campaña, el auto de posesión del señorío de la villa y donación de la tercera parte del ingreso de sus bienes a la Princesa do Brasil. En vista de las transformaciones geopolíticas y reajustes económicos que afectan a Brasil a principios del siglo XIX, buscamos el sentido de esa reminiscencia señorial y su contexto para la villa de la Campaña de la Princesa.

**Palabras clave:** Historia, Política, Territorio, Minas Gerais

A região de Campanha do Rio Verde foi descoberta pelos paulistas por volta de 1720<sup>1</sup>, tendo pouca divulgação até 1737, quando em 02 de outubro, uma expedição militar sob o comando do ouvidor da Vila de São João Del Rei, Cipriano José da Rocha, com a incumbência dada pelo governador da Capitania, D. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, deveria reconhecer a região, desbravar os sítios desconhecidos ao longo da bacia dos Rios Verde, Sapucaí e Palmela e tomar posse do território em nome do rei.

No entanto, como aponta Carla Anastasia, a ocupação das áreas de fronteira na capitania de Minas Gerais nunca foi consensual entre as autoridades tanto metropolitanas quanto

---

<sup>1</sup> Cópia manuscrita extraída de documentos do Arquivo da Torre do Tombo, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Códice Torre do Tombo, vol. 1, 1736-1737, Capitania de Minas. Apud Alfredo VALLADÃO. *Campanha da Princesa*, vol. 1 (1737-1821), 1942, p. 248.

coloniais. A primeira ação do Estado foi a de tornar as regiões limítrofes da capitania áreas proibidas a partir de um bando de 1736 que impedia “lançar posse de terras situadas nas extremidades não povoadas da Capitania sem expressa licença do governador.”<sup>2</sup>

Dessa forma com base nesse bando, a expedição chefiada pelo ouvidor Cipriano José da Rocha não deveria fundar uma povoação sem autorização do governador.

Ao que tudo indica, o real significado da expedição do ouvidor era regular uma povoação, ou mineração clandestina, mais do que desbravar e reconhecer a região. O ouvidor autoridade máxima da comarca não se deslocaria para uma expedição de simples reconhecimento se não houvesse notícia do mau uso de terras incultas e selvagens do sertão.

A denominação de arraial de São Cipriano duraria pouco, voltando logo à designação anterior de “Campanha do Rio de Verde”. Com o crescimento e a prosperidade do arraial foi criada por volta de 1739 a freguesia pelo bispado de São Paulo com o nome de freguesia de “Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde”.

Para Claudia Damasceno Fonseca o arraial de Campanha do Rio Verde logo despertou o interesse de autoridades paulistas

A igreja foi construída em bem pouco tempo, pois já em 1739 o arraial era elevado à condição de sede de freguesia. Nesta época, as fronteiras meridionais da capitania ainda não se encontravam fisicamente delimitadas, e a região de Campanha se tornou objeto da cobiça das autoridades de São Paulo. Como o bispado mineiro ainda não havia sido criado, a nova paróquia foi inicialmente submetida à diocese paulista. As autoridades civis de São Paulo também logo procuraram se apoderar da jurisdição sobre o arraial da Campanha e sobre as terras adjacentes ao Rio Grande.<sup>3</sup>

Não obstante, o empreendimento levado a cabo pelo Ouvidor da vila de São João Del Rei, a ocupação do arraial e a tentativa de institucionalização da região, os conflitos entre paulistas e representantes legais da Comarca do Rio das Mortes pelo controle e posse da região das Minas do Rio Verde permaneceriam, a despeito do empenho e das medidas tomadas pelo ouvidor. A divisão das alçadas civil e eclesiástica uma a cargo das autoridades mineiras e outra sob as determinações do bispado de São Paulo, favorecia os conflitos, uma vez que conforme a necessidade dos moradores do arraial deveriam se dirigir ora para as autoridades civis em São João Del Rei, ora para a autoridade eclesiástica em São Paulo.

---

<sup>2</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: violência nas Minas setecentista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 36.

<sup>3</sup> FONSECA, *op. cit.* p. 202.



O governo da Capitania de São Paulo disputava com a Câmara da Vila de São João Del Rei o controle desta parte do território. Os conflitos não cessaram rapidamente, fazendo com que o senado da câmara da Vila de São João Del Rei necessitasse em 1743 reafirmar o auto de ocupação de posse da região, devido à presença de um representante do governo paulista no local, reivindicando o direito de posse sobre o arraial<sup>4</sup>.

De acordo com os registros do relatório da Câmara foi necessário o gasto de 264 oitavas de ouro e a presença de gente armada para se garantir a ocupação da área, pois o Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, havia nomeado Bartolomeu Correa Bueno como superintendente da região.

Assim, além das medidas tomadas pela câmara de São João Del Rei com relação à ratificação de posse da região, como meio de defender e assegurar a posse da área, pois, tratava-se de região estratégica, de acesso fácil tanto ao Rio de Janeiro como a São Paulo, e também para impedir o extravio do ouro, o governador das Minas Gomes Freire criou um Julgado na Campanha do Rio Verde.

Porém, em 1744, o governador Gomes Freire, que já se mostrava reticente quanto à conveniência de se criar novas câmaras em Minas, preferiu instituir um simples julgado (ou seja, somente um posto de juiz ordinário) na Campanha do Rio Verde, a fim de oficializar o pertencimento dessas terras à comarca do Rio das Mortes e à capitania de Minas Gerais. A partir de então, os moradores do julgado da Campanha não cessaram de solicitar à Coroa a emancipação desta circunscrição do termo da Vila de São João del-Rei.<sup>5</sup>

No final do século XVIII, os moradores do arraial passam a reivindicar a criação da Vila da Campanha, pois, consideravam como relevantes para este fato o crescimento de sua população, que ultrapassava o número de oito mil habitantes, bem como o desenvolvimento econômico da região.<sup>6</sup>

Na representação encaminhada a Coroa os moradores evidenciam também a questão da distância de 35 léguas entre o arraial de Campanha e a Vila de São João Del Rei. Afirmavam “os gravíssimos incômodos e perigos” a que se submetiam os moradores do arraial quando deveriam se dirigir a vila de São João para tratar de assuntos de seu interesse. Reclamavam dos danos e despesas que sofriam quando eram obrigados a comparecer ao juízo da ouvidoria, e

---

<sup>4</sup> Auto de posse do Arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde, 1743. Memórias Municipais — V. Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1: 457-647, 1896, p. 457-458.

<sup>5</sup> FONSECA, *op. cit.* p. 203.

<sup>6</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Campanha da Princesa : urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840 / Patrícia Vargas Lopes de Araujo . - Campinas, SP : [s. n.], 2008, p. 108.



ainda ressaltavam como “pesados e ruinosos” os emolumentos pagos aos oficiais e juizes quando enviados a Vila Rica.<sup>7</sup>

Dona Maria I, a rainha, respondendo à representação dos moradores de Campanha do Rio Verde para que esta localidade se tornasse Vila, solicitou esclarecimentos por parte da Câmara da vila de São João del Rei, que se colocou contrária ao pedido.

No parecer emitido pelos oficiais da Câmara de São João del Rei em abril de 1798, eles afirmavam ser antigo o desejo dos moradores de Campanha em tornar vila seu arraial e que procurariam evidenciar qualquer pretexto para conseguir isso.<sup>8</sup>

Afirmavam neste documento que havia sido criado o Julgado naquela localidade e que ao novo juiz foi designada toda a jurisdição de Juizado Ordinário e dos Órfãos. Mas que, pouco satisfeitos, os moradores do arraial pretendiam ainda um Juiz de Fora, mas ouvidos os oficiais de São João e “mostrados os inconvenientes” deste pedido, não lograram êxito.

Sobre a afirmação de que seria necessário erigir nova vila por conta do crescimento da população os oficiais da Câmara de São João del Rei advertiam sobre a qualidade dos moradores que segundo o documento eram em sua maioria mulatos, escravos e mestiços, desqualificados segundo as leis do reino para ocupar a vereança de um Senado da Câmara.

Argumentam ainda, no extenso parecer, que não havia igreja decente, e que apesar das boas lavras não cuidavam da ornamentação das igrejas como se deveria. O ouro extraído eram praticamente todo extraviado, dada a facilidade de acesso ao Rio de Janeiro e ao Porto de Santos. Na opinião dos oficiais da Câmara, essa qualidade de pessoas que descumpriam as leis e extraviavam o ouro da Coroa não seriam bons súditos, não mereciam portanto a “graça” que almejavam.

Eles são dignos mais de castigo do que de graças: a vizinhança em que estão da Capitania de São Paulo, a facilidade da passagem, ou para a cidade do Rio de Janeiro, ou para a Praça de Santos, a comunicação de tantas estradas, e a multidão de tantos atalhos, são as causas que ajudam o extravio: São aqueles moradores pérfidos, vingativos, e malfeitores: Uma Câmara composta destes espíritos senão todos de alguns ao menos, não pode fazer boa governança; porque ainda que as Leis sejam as mesmas, contudo a sua boa ou má execução pende muito da mão que as maneja e dirige, e ordinariamente os homens

---

<sup>7</sup> Representação dos moradores da Campanha do Rio Verde sobre solicitação de providências para acabar com o abuso de poder cometido pelas autoridades daquelas freguesias. 09/02/1773. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.07-DOC.23.

<sup>8</sup> Parecer dos oficiais da Câmara de São João del-Rei ao Governador sobre a criação e ereção de arraial na Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade e outros locais. 03/04/1798. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.38-DOC.48

pervertem pelas suas paixões, o bom uso que devem fazer das coisas mais úteis e necessárias.<sup>9</sup>

Não obstante a condição dos moradores de Campanha do Rio Verde, o que tornava muito importante para o posicionamento desfavorável dos oficiais da Câmara de São João del Rei era a composição do território requerido para o termo da nova vila, abrangendo dez freguesias - além do próprio arraial de Campanha, Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí — e também três Julgados, Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí. A criação da nova vila significaria a perda de grande parte do termo de São João, cabeça da comarca do Rio das Mortes e conseqüentemente a diminuição da arrecadação de receita provinda de lojas e vendas, bem como com a criação de gado.

No parecer, os vereadores de São João del Rei enfatizam que teriam perdas ocasionadas pela divisão de termo de sua vila e afirmavam que a criação da vila de Campanha representaria prejuízos àquela municipalidade. Relembra no documento acontecimentos da primeira metade do século XVIII e principalmente as despesas que a câmara de São João dispensou ao arraial de Campanha.

Por fim informam que a Câmara de São João, além das muitas despesas feitas em favor do arraial de Campanha no passado, continuavam efetuando estas despesas pela “utilidade do Estado. “Reclamavam ainda que ocorrendo o desmembramento do território esta Câmara ficaria tão limitada que nem compreenderia em seu termo “uma só freguesia inteira, ou um só Julgado”. E apontavam que o “que é de razão e de justiça, deve ser amável a todos”.<sup>10</sup>

D. Maria I solicitou esclarecimentos sobre o pedido de criação da vila de Campanha, também ao Ouvidor da Vila de São João del Rei, que se colocou a favor do pedido dos moradores do arraial mas ponderou sobre a delimitação de limites para nova vila, considerando como desmedido o pedido dos moradores especificamente nesta questão

Se aqueles moradores implorarem a Sua Majestade ser criado em Vila aquele Arraial com os limites, ou terrenos que agora possui como Julgado que é, fariam um peditório digno de toda a atenção, porque o Termo que tem é suficiente para o desempenho das obrigações dispendiosas a que há de ficar ligada a Câmara daquela Vila novamente criada: Porém pretenderem os Terrenos descritos em o do seu requerimento é querer loclupetar o seu Termo com jactura [sic], do da Cabeça da Comarca, cuja Câmara geme debaixo do peso de exuberantes e indispensáveis despesas. E se muitas vezes não chegam

---

<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> ARAÚJO, *op. cit.*, p. 112.

os reditos dela para preencher as suas obrigações; como os suprirá agora ficando inteiramente dilacerada com a usurpação dos Terrenos que os moradores da Campanha imploram para unir ao seu Termo? Concedendo-se a dada Vila novamente pretendida o Termo ou limite do seu Julgado ou Freguesia, posto a Câmara de São João del Rei padeça algum detrimento com a falta dos reditos que emanam do Arraial da Campanha, assaz tem rendas suficientes para satisfazer as obrigações a que ela há de ficar ligada; e por este modo sem destruir, ou aniquilar a Cabeça da Comarca, que tem obrigações pesadas a que deve acudir.<sup>11</sup>

Para o Ouvidor o termo da nova vila a ser criada deveria se restringir ao território correspondente a alçada de seu Julgado ou ao alcance da Freguesia de Santo Antonio do vale da Piedade do Rio Verde. Segundo ele, o “peditório” dos moradores do arraial de Campanha seria muito prejudicial a São João del Rei, cabeça da comarca, por isso com pesadas obrigações em relação a arrecadação e com dificuldades, muitas vezes em cumpri-las sem a perda de território. Com a perda do arraial de Campanha e a usurpação de outras partes do termo de São João, ficaria muito difícil para a cabeça de comarca cumprir com suas pesadas obrigações.

Segundo Araujo, ambas as instancias percebiam as mudanças em relação a conjuntura político econômica em Minas Gerais.

Atentos aos acontecimentos de sua época, tanto os oficiais camarários quanto o ouvidor da Vila de São João del dão mostras em seus escritos das mudanças ocorridas em Minas Gerais e, particularmente, na Comarca do Rio das Mortes. A Câmara de São João del Rei, ao se opor à elevação do arraial de Campanha, fez menção ao Visconde de Barbacena e a sua política de criação de vilas. Se as vilas criadas por Barbacena se desmembravam do território da vila de São José, com a criação da vila de Campanha o desmembramento ocorria do território da vila de São João del Rei, o que era indicado por ambas as instâncias ouvidas como uma situação pouco agradável.<sup>12</sup>

No entanto, apesar de toda a oposição dos oficiais da Câmara de São João del Rei, e do apoio condicionado do ouvidor da comarca, pelo alvará de 20 de outubro de 1798, D. Maria I concede o título de vila ao arraial, nomeando-a de “Vila da Campanha da Princesa” e auto de declaração da criação da vila ocorreria um ano mais tarde, a 26 de dezembro de 1799<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Informações do Ouvidor da Vila de São João del Rey, José Antônio Apolinário da Silveira. Memórias Municipais — V. Campanha. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1: 457-647, 1896, p. 465-466. (apud. ARAUJO, 2008, 113)

<sup>12</sup> ARAÚJO, *op. cit.*, p. 113.

<sup>13</sup> Alvará pelo qual sua Majestade houve por bem erigir em vila o arraial da Campanha com a denominação da Campanha da Princesa e de criar na mesma o lugar de juiz de fora. 29 de janeiro de 1799. Memórias Municipais — V. Campanha. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1: 457-647, 1896, p. 466-468. Ver também Arquivo Histórico Ultramarino, códice 2166. A indicação do juiz de fora é confirmada também por carta régia de 25 de janeiro de 1799. (apud. ARAUJO, 2008, 114).

No alvará de elevação à vila, a rainha expõe que, em consulta ao Conselho Ultramarino, foi informada do crescimento do número de habitantes do arraial da Campanha do Rio Verde, comarca do Rio das Mortes, e também de ser esta uma das mais importantes povoações da capitania de Minas Gerais. Além disso, o alvará menciona também a distância entre a Vila de São João del-Rei, cabeça da comarca, e o arraial, de modo que os seus moradores viam-se prejudicados em seus negócios.

Mas a batalha com São João del-Rei não chegara ao fim. Graças à habilidade do seu juiz de fora, a nova vila de Campanha da Princesa havia conseguido se outorgar um território municipal imenso, que incluía quase todos os arraiais, freguesias e julgados que até então haviam pertencido à cabeça de comarca. Começava então uma nova disputa entre as duas vilas, que duraria mais de uma década e suscitaria a confecção de diversas representações cartográficas da porção sul da capitania e dos limites entre Minas e São Paulo.<sup>14</sup>

A elevação à vila do antigo arraial de Campanha do Rio Verde deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo que se inseria no contexto das transformações ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, tanto em termos econômicos quanto políticos. Como já se apontou anteriormente, frente às descobertas auríferas e a ocupação do território, o estabelecimento de vilas em Minas Gerais configurou-se como um elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, da mesma forma que pode ser percebido também como recurso de organização administrativa.

Das cinco novas vilas criadas entre 1789-1798 — São Bento do Tamanduá, Queluz, Barbacena, Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe — apenas esta última vila não pertencia à Comarca do Rio das Mortes e sim à Comarca do Rio das Velhas. Tal dinamismo era indicativo da reorganização da estrutura administrativa dessa região e a confirmação, na esfera política, de sua importância econômica em finais do século XVIII, com repercussões na primeira metade do século XIX.

Nesse cenário que se descortina na virada do século XVIII para o XIX, a vila de Campanha da Princesa assumiria progressivamente um lugar de destaque, tornando-se, juntamente com as vilas de São João del Rei e Barbacena, um dos mais expressivos núcleos urbanos da região da Comarca do Rio das Mortes.

---

<sup>14</sup> FONSECA, *op. cit.*, p. 203.

Buscamos justamente relacionar a conjuntura do início do século XIX com a capacidade dos membros da elite sul mineira e dos demais moradores do termo de Campanha de se adaptarem as condições surgidas das mudanças históricas.

Até que ponto todo processo de afirmação política da região sul mineira em fins do período colonial, marcado pelos embates em âmbito local entre os interesses dos moradores de arraial de Campanha do rio Verde e a vila de São João Del Rey cabeça de comarca, que culminaram com a criação da vila de Campanha da Princesa, que passa a representar Minas nos conflitos com a capitania de São Paulo pela posse do território, não concedeu aos processos políticos, administrativos, jurídicos, maior vigor ou legitimidade?

No limiar do século XIX os reflexos das disputas que marcaram o final do século XVIII, teriam influenciado posicionamentos políticos diferenciados na região? Não obstante as análises pautadas no crescimento econômico, o sul de Minas se adaptou melhor a configuração política da Corte no Brasil do que outras regiões de Minas Gerais? O que buscavam ou almejavam os oficiais da Câmara de Campanha?

Procuramos, portanto, refletir sobre como os conflitos na demarcação dos limites entre Minas e São Paulo em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX podem representar inflexões ou estratégias de acomodação em relação às transformações ocorridas com a chegada da família real portuguesa no Brasil.

Segundo Slemian, Minas Gerais já passava por várias transformações quando da chegada da corte ao Brasil em 1808. A Comarca do Rio das Mortes foi a que mais cresceu em fins do século XVIII, reflexo do deslocamento demográfico das antigas áreas de mineração para o sul.

No contexto da propagação das reformas e princípios ideológicos formulados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho – e a despeito da grande distância entre a “mudança socioeconômica e a elaboração da política” reformista –, as elites mineiras, chamadas a participarem ativamente da reorientação da política imperial, deram transparência a estas demandas locais, cuja contemplação fundava, em último caso, as condições da obediência e unidade.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet. Identidades em construção: O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831. Almanack Brasiliense, 2005, nº 1, p. 107.

Muito diferente dos contornos estabelecidos pelos sediciosos de 1789, o que se vê nesse momento, da chegada da Corte são as manifestações de obediência e fidelidade, expressa nas correspondências de várias câmaras mineiras.<sup>16</sup>

A estratégia aparentemente contraditória apontada por Ana Rosa Clochet da Silva “*cujo potencial de politização estava fincado nesta invertida forma de negação da dependência colonial, expressa não pela tentativa de ruptura com Portugal, mas pela afirmação das condições da unidade*”<sup>17</sup> parece funcionar para as elites políticas mineiras.

A questão central é, portanto, refletir sobre se a estratégia da elite política que se forma a partir das mudanças ocorridas na capitania de Minas em fins do século XVIII e início do século XIX, utiliza o espaço da justiça de modo a construir essa afirmação de unidade sugerida por Clochet, no que tange a delimitação da fronteira entre a capitania de Minas e a de São Paulo.

Em levantamento preliminar junto ao Arquivo Público Mineiro na Seção Colonial - Secretaria de Governo da Capitania em que consta cerca de 180 documentos sobre Campanha da Princesa ou Campanha do Rio Verde.

Sobressaem nessa documentação os requerimentos de carta de sesmaria, no período de 1780 a 1804 para Campanha do Rio Verde e uma diversificada relação de documentos (requerimentos, informações, certidões, representações, autos, pareceres, etc.) sobre o período de 1800 a 1820

É possível perceber na documentação referente a primeira fase de 1760 a 1804 a necessidade de distribuição das terras desse território a partir da autoridade mineira. São requerimentos como o do padre Jose Joaquim dos Reis, que solicita “uma sesmaria de meia légua, das terras próximas ao ribeirão do Turvo, Aplicação de Santa Catarina”<sup>18</sup>

Nesse pedido, que não se difere muito dos demais no mesmo período, o padre solicita a sesmaria afirmando já cultivar as terras o que é confirmado pelos oficiais de Câmara de São João que pedem ao alferes comandante do distrito Roque de Souza para verificar as informações. O alferes constata que as terras são devolutas e só são povoadas pelo suplicante,

---

<sup>16</sup> SLEMIAN, *op. cit.*, p. 101.

<sup>17</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 107.

<sup>18</sup> Requerimento do Padre José Joaquim dos Reis, morador na Aplicação de Santa Catarina, freguesia da Campanha do Rio Verde, de uma sesmaria de meia légua, das terras próximas ao ribeirão do Turvo. 14/04/1795. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.28-DOC.13

que não se encontram localizadas a margem de rios navegáveis e que sua concessão não geraria prejuízo ao *real interesse*.

Por outro lado, na documentação referente a segunda fase, posterior a criação da vila de Campanha da Princesa, destacam-se os conflitos tanto em relação aos limites do termo da nova vila em relação ao termo da vila de São João del Rei, quanto em relação aos limites do território mineiro, representado pela vila de Campanha, em relação a capitania de São Paulo.

Nesse período o papel fundamental na resolução dos conflitos em relação a posse do território e na consolidação do papel político da região é dos oficiais da Câmara de Campanha e de seu juiz de fora, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, usando suas atribuições para sobressair no cenário regional.

Uma das estratégias pouco estudadas e que merece uma investigação mais detida envolve a doação da terça parte da arrecadação da vila de Campanha para “os alfinetes da princesa”. A essa doação segue um curioso ato, o da posse do senhorio da vila à princesa do Brasil. A posse do senhorio da vila de Campanha em 1806, fez com os oficiais da Câmara de São João se manifestassem preocupados com o significado do senhorio e do alcance de novas atribuições abertas para a nova vila, em documento escrito pelo Juiz de Fora da vila de Campanha José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, como uma espécie de resposta a essas possíveis queixas.

O Auto<sup>19</sup> de posse do senhorio da vila de Campanha em 1806, com pompa e festa, organizado pelos oficiais da Câmara e pelo Juiz de Fora, nos parece certamente extemporâneo. Prática mais comum no medievo, é possível ainda vermos menção a doação de senhorio de vilas e cidades em Portugal até o século XVI.

O traslado desse auto composto pelo próprio auto, por cópias das correspondências da secretaria de Negócios do Reino e da carta régia de doação do senhorio da vila da Campanha para a Princesa do Brasil, Dona Carlota Joaquina, escrita pelo Príncipe Regente Dom João, que se refere a princesa como “minha muito amada e prezada mulher”, e que conserva referências

---

<sup>19</sup> Traslado em pública forma dos autos de posse do senhorio de sua Alteza Real a Princesa do Brasil, Nossa Senhora, na vila de Campanha da Princesa, com a doação da terça parte da renda dos bens do Conselho para a dita senhora - 01/02/1806. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-Cx.67-Doc.16



a período medieval quando se consolidou o poder senhorial dos reis portugueses, como a expressão latina *mero et mixto Imperio*<sup>20</sup>, dando conta das prerrogativas do senhorio.

Por determinação do Príncipe Dom João confirmando o pedido do Juiz de Fora e dos oficiais da Câmara da Campanha, fica estabelecido que todas as regalias, privilégios e exceções referentes ao senhorio da vila são conferidos a Princesa do Brasil. A Dona Carlota Joaquina é concedido a terça parte dos rendimentos do Conselho da vila, toda jurisdição cível e crime e *Mero et mixto Imperio* de prover o lugar de Juiz de Fora da dita vila, durante toda sua vida.

Na cerimônia, com a participação da nobreza, clero e povo, marcada pelas insígnias da Câmara, com estandarte, sinete e chaves, papel central teve o Juiz do Fora José Joaquim Carneiro de Miranda Costa que representava a senhora da vila, Princesa do Brasil Dona Carlota Joaquina. Revestido do poder real e da justiça por ordem do príncipe regente recebe as honras do senhorio da vila em nome da Princesa. Honraria que ele mesmo Juiz de Fora juntamente com os vereadores da Campanha solicitaram ao regente para a princesa.

Política, administração e justiça aparecem amalgamadas nesse período de consolidação territorial da vila de Campanha, frente a cabeça de comarca, São João del Rei, mas ao mesmo tempo frente a capitania de São Paulo, representando os interesses próprios mas também mineiros numa perspectiva mais ampla.

---

<sup>20</sup> *Mero et mixto imperio* (poderes puros e mistos) é uma expressão latina que indicava a delegação período medieval de todos os poderes administrativos, políticos, fiscal, militar, judiciário a um senhor feudal. É a experiência, altamente cobiçado e, muitas vezes comprado, para exercer o poder não só juízes em casos civis, mas também naqueles criminais.

## Legalidade, poder e tensões políticas: mandonismo e criminalidade em Bonfim MG - século XIX

**Marcus Vinícius Duque Neves**

Mestre em História

UFMG

E-mail: duqueneves@yahoo.com.br

**Resumo:** A Comarca de Bonfim e seus distritos de paz subordinados produziram documentação importante para o estudo de estruturas judiciais e criminalidade durante o século XIX. Esses documentos informam sobre a política provincial e das famílias extensas, competições e contradições do sistema no contexto de crises políticas e da criminalidade. Estas mudanças mostram choques entre as intenções dos legisladores e os usos políticos dos cargos sob o mandonismo local. Essas práticas servem de exemplo das raízes autoritárias da sociedade novecentista em Minas, e expõem os limites das regras não escritas e as novas imposições vindas do governo central.

**Palavras chave:** Criminalidade, conflitos, mandonismo

**Abstract:** The county of Bonfim and its subordinated districts of peace produced an important documentation to the study of judicial structures and criminality during the 19th century. These documents inform about the provincial politics and the large families, competitions and contradictions of the system in the context of political crisis and criminality. These changes show shocks between the intentions of legislators and political uses of the posts under the local *mandonismo*. Such practices serve as an example of the authoritarian roots of the 19th century society in Minas, and expose the limits of the non-written rules and the new impositions from the central government.

**Keywords:** Criminality, conflicts, mandonismo

Elites, instituições jurídico-policiais e a construção da nação:

A formação das elites do Brasil independente como um grupo coeso em torno da manutenção da unidade e da construção de uma nação ainda frágil, sofreu um acelerado processo desde o primeiro Reinado, com fatores que a unificaram a partir do fortalecimento de uma burocracia que pretendia aproximar elite política de uma elite letrada. Esse esquema resistiu ao processo centrífugo das Regências, reiterado ao segundo Reinado, em uma tendência inversa que se constituiu na política de Conciliação, com a formação do Conselho de Estado, que se constituiu como um corpo altamente técnico em torno do trono de D. Pedro II. Nas esferas regionais e locais, porém, a estruturação de uma elite se produziu pelo viés econômico e burocrático que, quanto mais distante da Corte, menos características letradas possuíam. Fazendeiros que ascendiam aos altos cargos eletivos, como o Senador Vergueiro, minimizava o valor da educação na constituição da elite política, ao contrário da maioria dos outros congressistas, que tinham a maior categoria profissional, em todas as legislaturas, constituídas de bacharéis em direito, muitos deles magistrados e advogados prestigiados como legisladores. (CARVALHO, 2008: 171-180).

Inicialmente, nas elites locais, os cargos públicos disponíveis eram poucos e não exigiam uma educação formal, sendo os requisitos para ocupá-los, mínimos. Havia mais recomendações sobre os perfis para ocupar tais postos que restrições, e essas aberturas abriam espaço para a atuação política das grandes famílias locais para ocupar tais cargos em prol do aumento de seu prestígio e poder. O mais importante espaço onde estavam disponíveis estes cargos era a estrutura Judiciário-policial, expandida com a criação dos Juizados de Paz em 1827.

Até então, as estruturas hierárquicas se exerciam nas regiões rurais a partir das ‘famílias estendidas’ e funcionava em linhas de cooperação ou ‘afiliação’ que encontravam lastro nos apadrinhamentos religiosos e apoio dos fazendeiros às atividades coletivas da paróquia ou de irmandades, como festas religiosas e/ou de caráter tradicional.

A Vila e posteriormente, Comarca de Bonfim durante o século XIX representa esse padrão. Na disputa por tais cargos públicos se notabilizou ali a família Nogueira Penido, de fazendeiros, tropeiros, mineradores e bacharéis cujos integrantes ocuparam diversos cargos públicos judiciais, eclesiásticos e políticos, o que tornou possível seguir seu envolvimento em disputas políticas que culminaram em confrontos políticos e eleitorais e às vezes com lances de violência, registrados em diversos corpos documentais.

Essas disputas se inserem no conceito de mandonismo como José Murilo de Carvalho autor de suma importância para a compreensão das estruturas da sociedade e do poder no século XIX. Utilizando como ponto de partida o termo “coronelismo” como aparece na obra de Vítor Nunes Leal (Coronelismo, enxada e voto, de 1948) limitando tal termo à análise do sistema de favores que perpassa a estrutura política do município até à presidência da República, durante a República Velha, José Murilo de Carvalho delimita e reorienta a visão sobre a realidade da estrutura de poder entre as elites novecentistas<sup>1</sup>.

José Murilo de Carvalho argumenta que ‘mandonismo’ seria um termo definidor de relações locais que se inserem nas estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. Segundo esse autor, o mandão “... é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em

---

<sup>1</sup> José Murilo de Carvalho argumenta que mesmo que a Guarda Nacional fosse instituição criada no período monárquico, o sistema de hierarquização local-regional-República é que seria a quintessência do modelo de favores, já que dominava a estrutura política que precisava se justificar no voto, ao contrário da relativa independência do Imperador no período anterior. CARVALHO, J. Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”<sup>2</sup>.

O mandonismo não seria, portanto, um sistema, mas, uma característica da política tradicional, de características clientelísticas. Ele se estrutura sobre relações de reciprocidade desigual que cria uma vinculação estreita entre quem distribui regularmente alguma benesse e quem está no polo receptor. Não é uma troca de favores em momento oportuno e pontual, mas, uma relação que se reproduz no tempo, de forma a permanecer, ainda que a troca direta não ocorra de forma constante e regular<sup>3</sup>.

No caso da região pesquisada, não parece ter havido hierarquia muito clara entre o mandonismo local, regional ou mesmo entre autoridades nomeadas diretamente pelo poder central antes que mais cargos públicos surgissem como forma de estruturar o poder. A intenção do poder central é atrelar tal estrutura e controlá-la, colocando o mandonismo sob seu controle e dele se utilizar. Antes, cada ‘autoridade’ buscava determinar seu mando a partir de seu ponto no tecido do poder que incluía linhas multidirecionais que incluía relações mais horizontais e sobrepostas, fruto do tecido social complexo, mais esgarçado. A partir da criação de mais cargos públicos na estrutura político-judicial local esses se tornam os pontos de poder a serem disputados prioritariamente para aqueles que almejam ascender por nessa estrutura. É assim que essa estrutura político-judiciário canalizará a tensão latente entre grupos em disputa se prestando a constantes usos e abusos dos cargos de Juiz de Direito, Promotores, Juízes de Paz, Delegados, subdelegados para manutenção e ascensão dos mesmos.

Ao Juiz de Paz, ademais, em um primeiro momento foram dadas amplas atribuições e emolumentos idênticos os dos juízes togados. Esse fato denuncia que grande esperança tinha sido depositada na ação dessas novas autoridades para coibir a escalada de violência e desmandos. Porém, quem guardará os guardas?

Perceptível, portanto, que a criação do Juízo de Paz criou um cargo eletivo que se definia como uma nova ‘camada’ de autoridade, com funções bem discriminadas, mas indefinida em termos hierárquicos e que impunha uma nova lógica aos poderes locais.

Se um Juiz togado, indicado pelo governador e geralmente bacharel, tendia ser visto como uma autoridade judiciária subordinada diretamente ao poder central, representado pelo

---

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

Imperador ou pela Regência (depois) e pela Corte, o Juiz de Paz era, na visão dessas elites locais, claramente uma autoridade política, eleito com da mesma forma que a vereança, ligado à luta pelo voto dos eleitores da paróquia, partidário e parte atuante na luta política local. Isso mudou a estrutura anterior, instituindo um novo equilíbrio de forças que precisava ser absorvido na luta política, ainda que tivesse um caráter teoricamente civilizatório, na concepção das autoridades instituintes desses Juizados.

O que fica cada vez mais claro quando se analisa discursos e práticas em torno da nova ‘camada disforme de autoridade’ é que ao tomar para si diversas funções policiais, investigativas, conciliatórias e punitivas, o Juízo de Paz traz essas esferas funcionais para dentro do jogo político local com mais força, derivada do prestígio e poder reconhecido a quem ocupasse tais cargos, antes, subdivididos entre agentes variados, a maioria nomeada *ad hoc*. Um dos cargos esvaziados de suas funções e que desapareceu com a criação dos Juizados de Paz, foram os Almotacés das Câmaras Municipais. Estes tinham funções policiais absorvidas pelo Juizado e funções de organização de festividades que foram diluídas para outras autoridades.

Os abusos começaram cedo, e assim, já em fevereiro de 1829 deputados provinciais já propunham uma lei de responsabilidade que permitisse às Câmaras de Vereadores punirem os Juízes de Paz, mas, tal proposta ficou prejudicada por resistência dos novos Juízes, que consideraram a proposta inconstitucional, já que a Lei dos juizados de paz provinha diretamente do Parlamento na Corte. Ademais, já estaria contemplada a possibilidade de crime de responsabilidade na letra da lei 15 de outubro de 1827, que era o Regimento dos Funcionários Públicos, mesmo que a categoria não estivesse expressamente citada, já que criada *a posteriori*<sup>4</sup>.

As amplas atribuições de poderes aos Juízos de Paz não passaram despercebidas aos mandões ou pretendentes a mandões locais. A luta por obter um cargo de Juiz de Paz, se candidatando, começou imediatamente, com diversos lances insólitos. Em algumas comarcas pessoas claramente inabilitadas exerceram influência em busca dos requisitos formais para concorrer. As discussões sobre os limites do poder, já incentivadas pelas questões relacionadas aos partidários e contrários às ações autoritárias de D. Pedro I, aumentaram consideravelmente

---

<sup>4</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século XIX. São Paulo: Edusc/Anpocs, 2004.

nos jornais, alimentadas pelo medo de que os Juizes de Paz se transformassem em pequenos déspotas locais.

Tal disputa irrompe cedo na região pesquisada: uma tentativa de deposição à força do Juiz de Paz o Cap. Custódio Nogueira Penido, ou a sua morte, e do Capelão, seu irmão, o Padre Agostinho Nogueira Penido em Dolores da Conquista (atual Itaguara), no natal de 1831, projetada por Marianno Mendes de Queiroz, e Francisco José de Sampaio Guimarães, por motivo deste último não ter ganhado a eleição para Juiz de Paz<sup>5</sup>.

Os jornais e documentos dão conta de perseguições ocorridas nos dois anos seguintes à sedição de 1833, que alcançou Mariana, Carrancas e regiões das Vertentes, São João del Rei, passando por Tamanduá (Itapecerica) e Dolores das Conquistas (Itaguara). Após o amortecimento desses afãs, a violência política continuou a estourar no período próximo às eleições, para aumentar alarmantemente no ano de 1840, quando da maioridade de D. Pedro II. Os jornais da época denunciavam que políticos pró-maioridade se aproveitaram de declarações contrárias da oposição para promover uma clara perseguição política que, em muitos lugares, descambou para a violência, onde sempre presentes, de diversas formas, os ocupantes de cargos políticos-judiciários, principalmente de Juizes de Paz e seus subordinados.

Em 1833, novamente o conflito envolvendo autoridades da região chegou a autoridades superiores, no bojo das lutas locais pelo poder: o Juiz Suplente do Distrito de Dolores da Conquista, Sargento Carlos Augusto Nogueira Penido, denunciou ao Governador o mau comportamento do Juiz de Paz do mesmo distrito, Manoel Coelho Jácome, listando uma série de injustiças, admoestações e crimes graves por este cometido<sup>6</sup>.

Bastante sintomático que a violência irrompesse em São João del Rei, vila com relações muito estreitas com a região de Bonfim. Nos distritos do Desterro (atual Entre Rios de Minas) e na Vila de Tamanduá (atual Itapecerica), próximos a Bonfim, as disputas desse tipo foram recorrentes.

Esse estado de coisas se tornou preocupação constante. No periódico **O Popular**, de 24 de abril de 1840, publicou-se discussões em curso sobre a lei provincial que ordenava ao Presidente da Província, que na nomeação de Juizes de Direito tivessem preferência os substitutos dos mesmos. O argumento é de que o ordenado era insignificante e que por residirem

---

<sup>5</sup> O Universal. n.703. Sexta feira, 27 de janeiro de 1832. p.2. Ouro Preto. Typographia do Universal.

<sup>6</sup> Arquivo do Museu Sagarana – Itaguara – MG. Fundo Juízo de Paz de Nossa Senhora das Dolores das Conquistas. Cx 2 – doc.95.

esses localmente, não teriam prejuízo. Na verdade, tal pedido se fazia em desejo de manutenção dos cargos judiciários para famílias locais. A família Nogueira Penido tinha entre seus integrantes alguns juizes que conseguiram proeminência por se bacharelarem em Direito e disputava ativamente a política em diversas localidades onde possuíam terras, minerações e negócios. Assim, recorriam ao integrante da família que era deputado provincial que arguia ser “...despreso serem substituídos os Juizes de Direito em seus impedimentos por Juizes Municipaes” pois eram incapazes, dando o exemplo do Juiz Municipal do Araxá, um sapateiro, e citando que conhecia muitos outros em idênticas circunstâncias<sup>7</sup>.

Os disputados cargos de juiz fizeram com que criminosos chegassem a simular o exercício desses cargos. Em uma queixa feita por Quintiliano Nogueira Penido em Conquistas (atual Itaguara), se descortina a disputa de poder local que se conformava à lógica da estrutura de autoridade erigida a partir da estrutura judicial. O queixoso era parente em primeiro grau de ‘homens bons’ locais, sendo que vários tinham ocupado ou ocupavam cargos importantes, de guarda-mor a juiz de paz. Um opositor político – Lourenço de Oliveira Campos – fingiu-se Juiz de Vintena para de sua suposta autoridade dirigir-se à residência de Quintiliano, com um grupo de homens armados, invadi-la sem a presença do morador e devassar documentos particulares deste<sup>8</sup>.

Já na década de 1840, as tensões são reavivadas pela nova realidade do Ato Adicional e sua lei de interpretação, dois anos depois. Os abusos às leis e descumprimento recorrente às instruções que recebiam da comarca a que eram subordinados, causavam grande desconforto para as instâncias políticas superiores que buscavam manter o discurso de que a criação de tais juizes era um avanço modernizador e civilizatório. Talvez, tais recorrentes abusos foram decisivos na aprovação em dezembro de 1841 da reforma do Código Penal de 1832, levada a cabo pelo Visconde de Uruguai, e conhecida como Lei de Centralização da Justiça e da Polícia, que retirou diversas funções e prerrogativas dos Juizes de Paz<sup>9</sup>.

Os políticos, no governo central, percebem então claramente que o Juizado de Paz fora absorvido negativamente pela política local, sem quebrar a estrutura de autoridade ao ser disputado não só eleitoralmente, mas, antes que se processasse algum efeito desejado pelos

---

<sup>7</sup> O Popular. n. 40. Sexta-feira, 24 de abril de 1840.

<sup>8</sup> Arquivo do Museu Sagarana – Itaguara – MG. Fundo Juízo de Paz de Nossa Senhora das Dores das Conquistas. Cx 1 – doc.48. Queixa datada de 9 de dezembro de 1840.

<sup>9</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. P. 296-298.



legisladores de 1841, estourou o movimento liberal de 1842, onde participam ativamente essas autoridades locais, assim como na sua repressão<sup>10</sup>.

Nesse movimento, um dos tenentes comandantes das forças conservadoras, Fortunato Nogueira Penido, com 300 praças buscou tomar Bonfim das mãos dos liberais revoltados. Segundo o jornal liberal “Despertar Mineiro” - panfleto editado em São João del Rei no calor dos acontecimentos - este fugiu vergonhosamente depois de algumas descargas, deixando para trás material de guerra e 28 prisioneiros. Segundo José Antonio Marinho, na sua obra sobre o movimento político de 1842, Fortunato era então Juiz municipal de Bonfim, nomeado após a primeira tomada de Bonfim pelas forças conservadoras, fugindo, porém, após a retomada da cidade pelos Liberais, que enviaram toda a Câmara suplente da vila presa para São João Del Rei. Voltou a Bonfim após a pacificação em companhia de seu irmão Antonio Nogueira Penido e 300 soldados, e buscou vingança. Mandou arrambar casas e prender opositores, soltando-os alguns após tentar fazer com que pagassem pesadas fianças, que pagaram em parte. Algumas semanas depois abandonou o cargo de juiz, sendo substituído pelo irmão, que continuou a perseguição a inimigos políticos, enquanto Fortunato se oferecia para defendê-los, cobrando altos honorários. Entre as vítimas, conhecidos fazendeiros locais que apoiaram os liberais: José Joaquim Parreiras, Antonio Bernardes Carvalho, Antonio de Souza Machado, Francisco Correa de Mello, comerciantes, um padre diversos pessoas de Rio do Peixe e um soldado reformado que aderira aos Liberais. Seu irmão mandou que o subdelegado da vila processasse todos “os comprometidos”, porém, este (Capitão Antonio de Souza Moreira) se recusou a fazê-lo<sup>11</sup>.

De Fortunato temos notícias 7 anos depois, em artigo do “O Povo” de 24 de junho de 1849, que informa ser ele naquele momento advogado em Formiga. Em um conflito com um padre local que almeja o mesmo cargo público que o advogado e tenente da Guarda Nacional, há diversos lances curiosos: Fortunato Penido estava em vantagem em tal disputa, por saber de detalhes de um crime de homicídio de um português em que esse padre seu concorrente, tinha envolvimento. Como estratégia para burlar a ameaça que pairava sobre sua candidatura, partindo de seu adversário, o padre consegue através de amigos na Câmara Municipal a aprovação de uma lei que proíbe o exercício de qualquer profissão liberal no município de “leprosos e morféticos”, buscando a expulsão do seu opositor, que possui uma doença de pele notória. Em 1854 aparece novamente, cego, doente e segundo o jornalista que o descreve

---

<sup>10</sup> MARINHO, José Antonio. História do Movimento Político que no anno de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro. Typographia de J. E. S. Cabral, 1844.

<sup>11</sup> Idem. E O Despertador Mineiro. n. 27, Sexta feira, 15 de julho de 1842. Cidade de São João del Rei.

atuando em um julgamento, no júri de um crime de assassinato de um Senador, em que é o advogado de defesa, “uma sombra do que foi”<sup>12</sup>.

Se desde sua criação todo envolvimento do Juizado de Paz tendia para uma ação política e todo crime por ele investigado era perpassado pelos fios da política local, os movimentos constantes que visavam resistência, boicote ou subversão do sistema intensificavam os partidarismos. Toda e qualquer investigação de crime carregava em si, neste contexto, a possibilidade de ser tratado como ato político, de oposição ou de reação ao partido no poder local ou provincial.

Foram comuns os crimes políticos envolvendo Juizes, delegados ou subdelegados, ou ainda, candidatos a esses cargos. Ora como algozes, ora como vítimas, muitos juizes de diversos graus de jurisdição, delegados e subdelegados foram emboscados, feridos ou mortos no século XIX em Minas Gerais. E muitos foram alvos de acusações de abusos, alguns deles notórios abusadores e criminosos. Não é difícil encontrar informações que corroborem as impressões que isso causava no público. Como exemplo, citamos aqui trecho de matéria publicada no jornal O Mercantil (RJ) em 31 de dezembro de 1847, na coluna denominada ‘Interior’, que tratava exatamente de acontecimentos em Minas Gerais, especificamente, no caso, na cidade de Ouro Preto:

“A imprensa da opposição menciona factos, e esses factos desabonão em demazia as auctoridades policiaes de um modo mui significativo. Sabe-se a tendência que tem essas auctoridades para o abuso. Instituição e criação fatal dos homens que governão o paiz de 1841 a 1844, a organização da policia, ou antes as auctoridades policiaes são origem de muitos e grandes males que peção no paiz. Sempre inclinadas ao abuso, não seguem sempre os meios mais justos para se mostrarem gratas a quem as escolheo: e para darem-lhe o triumpho, não hesitão na escolha dos meios.”<sup>13</sup>

Não era incomum, por isso, desrespeito ou ameaças a essas mesmas autoridades nos períodos eleitorais, já que a visão que o público tinha destas era cada vez mais pejorativa. Por todo período monárquico em diversas paróquias houve casos de crimes eleitorais com envolvimento notório de autoridades, ou contra autoridades.

Em Mariana, em 1847, por exemplo, um delegado, ao tentar separar dois adversários políticos foi atacado com “...palavras injuriosas proferidas contra a auctoridade” e mandou

---

<sup>12</sup> O POVO. N.8, Domingo, 24 de junho de 1849. Ouro Preto. Typographia Imparcial.

<sup>13</sup> O Mercantil. Anno IV. Sexta-feira, 31 de dezembro de 1847 – Interior - Ouro Preto, 3 de dezembro. Rio de Janeiro, Typographia d’O Mercantil.

prendê-los, ao que foi agarrado “pelos peitos” e ameaçado com gritos de “Fora a policia! Viva o voto livre!” e após levar alguns murros e empurrões foi salvo por um “Santa-Luzia”<sup>14</sup>.

Acusava-se todas as autoridades das paróquias de atuarem partidariamente, inclusive os vigários que buscavam “...convencer seus amados parochianos” de apoiar seus correligionários, inclusive com arengas e ameaças de que os que não fizessem “arderiam nas chamas do inferno”<sup>15</sup>.

Em Congonhas, nessa mesma eleição de 1847, depois de recebidas as listas, a urna foi levada ao fim da manhã e trocaram as listas, devolvendo à igreja algumas horas depois, já quando findava o horário permitido da votação. Esta foi impugnada, por ser comunicada que estava arrombada, mas, muitas urnas violadas não o eram<sup>16</sup>.

Um dos motivos colaterais, ainda alvo de pesquisas, é a natureza da relação dos Juizes de Paz com associações e “Ligas” ao longo do tempo em diversos municípios, e o peso dessas relações na constituição de sua insistente atuação partidária. As indicações são que as motivações para participação era variável conforme o momento: No início do processo há busca por associações a grupos políticos que indicam uma aproximação com o poder central e a causa da independência. A partir do aumento das críticas aos Juizes de Paz como “pequenos déspotas”, ‘ignaros’ e críticas que os opõem aos Juizes togados, aumenta a busca das associações como substitutas de diplomas de bacharéis, para alguns, inacessíveis: Ligas de instrução, letramento ou mesmo associações teatrais ou musicais, e outras denominações menos políticas começam a ser integradas por Juizes de Paz, que parecem pretender com isso concorrer ao imaginário das autoridades letradas e cultas. Isso é bem notório entre os Juizes de Paz da região do Campo das Vertentes e Sul de Minas Gerais.

Participar ativamente da política, inclusive dos tumultos costumeiros dos períodos eleitorais parece ter ido ao encontro da vontade de concorrer ao imaginário de pertencerem à elite culta, e não ao contrário, como possa parecer quando se isola o discurso de letrados na Corte ou no Conselho de Estado. O enaltecimento da política, mesmo com práticas que parecem ir contra o discurso ‘civilizacional’ que embasava as leis e discussões que criaram os juízos de paz, cabia perfeitamente em uma sociedade marcada pelo mandonismo e a violência nos mais diversos níveis cotidianos.

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem.

Essa busca por ‘notabilização’ talvez tenha se intensificado pela visão caricatural que tomou o Juiz de Paz, consubstanciada na obra de Martins Penna: “O Juiz de Paz na Roça”, de 1833. Essa obra, escrita poucos anos depois da instituição dos Juízos de Paz, crítica do caráter pouco profissional e ‘roceiro’ dos primeiros ocupantes desses cargos, tendo essa visão se reproduzido na cultura popular ao longo do tempo<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> PENNA, Martins. O juiz de paz da roça. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, s/d.

ST 02 - História da polícia, do crime, da punição e da justiça no mundo moderno e contemporâneo:  
perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas

Igor Tadeu Camilo Rocha  
Doutorando em História Social da Cultura  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[igortcr@gmail.com](mailto:igortcr@gmail.com)

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira  
Doutorando em História Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[lucaspereirahistoria@gmail.com](mailto:lucaspereirahistoria@gmail.com)

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone  
Mestrando em História Social da Cultura  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[mfrizzone@gmail.com](mailto:mfrizzone@gmail.com)

**Proposta do Simpósio:**

A documentação inquisitorial, judiciária e policial, desde a década de 1960, subsidia estudos históricos interessados no universo popular e na própria dinâmica dos órgãos punitivos. Busca-se compreender tanto a vida social, cultural e política que estaria por trás dessas fontes, quanto as condições de produção dessa documentação, as instituições e os sujeitos que as produziram, bem como o papel da violência, do crime, dos aparatos punitivos e da polícia no cotidiano de determinadas localidades e na sociedade em geral. O objetivo deste ST é promover o encontro de pesquisadoras(es) que trabalham com fontes e temas da polícia, do crime, da punição, da vigilância, da censura, da justiça criminal e da violência, no mundo moderno e contemporâneo, estimulando debates metodológicos e apresentação de resultados de pesquisas. Serão bem-vindas propostas de trabalho relacionadas às seguintes abordagens:

1) O crime e os criminosos. Variações ao longo do espaço e do tempo. Estudo tanto das práticas sociais e culturais criminalizadas pelo estado como dos grupos e indivíduos que foram historicamente identificados como autores de crimes e como criminosos.

2) As instituições públicas que tratam do crime. Surgimento e o funcionamento de aparatos legais, judiciários, policiais e prisionais como forma de lidar com o crime. Abordagens das normas legais, com ênfase na história do direito, da Inquisição ao Direito contemporâneo. Abordagens de história social e/ou cultural dos agentes que participam dessas instituições: juízes, carcereiros, policiais, defensores públicos, etc.

3) A formação das polícias como instituições públicas e como parte da história da formação do estado. Análise dos projetos, objetivos e diferentes modelos policiais – que não se resumem no objetivo de “combate ao crime” – bem como das condições cotidianas e da vida social e cultural constituída entre os sujeitos que formaram os diferentes grupamentos policiais.

4) As representações sociais a respeito do crime, do criminoso, da polícia e do policial tendo como fonte principal os processos-crime, mas também, a imprensa, a literatura, as memórias, a música e outras formas públicas que produzem explicações e imagens partilhadas sobre a criminalidade.

5) Formas históricas de punição, o nascimento das prisões e das penas, o cotidiano e as memórias de presos e responsáveis pela administração das prisões.

## “O samba da morte”: um homicídio no Morro da Favela. Uma análise comparativa entre os jornais da grande imprensa e o processo criminal

**Thiago Torres Medeiros da Silva**

Mestre em História

UFRRJ

E-mail: torres\_ufrj@hotmail.com

**Resumo:** Nesta pesquisa, objetivamos confrontar as notícias de homicídios publicadas nos jornais cariocas com os processos criminais. De um lado, analisaremos como os diferentes periódicos da Capital Federal descreveram o assassinato de um soldado da Força Policial no Morro da Favela no ano de 1909. Em seguida, analisaremos como os envolvidos narraram este crime para as autoridades policiais. Por fim, buscaremos refletir sobre as diferenças entre o discurso da imprensa e o material produzido pela investigação policial.

**Palavras chaves:** Homicídio; Jornal; Processo criminal.

**Abstract:** In this article, we aim to confront the news of homicides published in Rio newspapers with criminal process. On the one hand, we will analyze how the different periodicals of the Federal Capital described the murder of a police officer on Morro da Favela in 1909. We will then analyze how the involved reported this crime to the police authorities. Finally, we will try to reflect on the differences between the discourse of the press and the material produced by the police investigation.

**Keyword:** Murder; Newspaper; Criminal process.

No presente trabalho, pretendemos cotejar os relatos dos homicídios expostos nas páginas dos periódicos da cidade do Rio de Janeiro com o documento produzido pela autoridade policial. Assim sendo, recorreremos à leitura do processo criminal em busca de mapearmos os contrastes e as semelhanças entre o discurso jurídico e as notícias divulgadas pelos jornais cariocas. Com este fito, optamos por analisar os impressos que noticiaram a mesma cena de sangue.

No dia 5 de Julho de 1909, a notícia do assassinato do soldado da Força Policial Isidro José dos Santos estava estampada nas páginas de quase todos os jornais da cidade do Rio de Janeiro. Ao todo, sete periódicos discutiram sobre este crime envolto por um intrincado mistério<sup>1</sup>. As folhas cariocas regularmente noticiavam os homicídios ocorridos no Morro da Favela<sup>2</sup>. Esta tendência em exibir e divulgar os crimes violentos perpetrados nesse morro tornava-se mais manifesta quando no momento em que os diferentes periódicos da cidade se

---

<sup>1</sup>“O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3; “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2; “Mais um assassinato na Favela”, *O Século*, 05/07/1909, p.3; “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2; “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4; “A Favela vermelha”, *Gazeta de Notícias*, p.3; “Uma noite da Favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>2</sup> Em pesquisa realizada na hemeroteca digital do sítio eletrônico da Biblioteca Nacional, encontramos a palavra Morro da Favella (sic.) principalmente no noticiário criminal. Entre os anos de 1900-1909, em 57% das ocorrências os periódicos da capital federal mencionaram este morro nas reportagens criminais



detinham sobre o mesmo caso de assassinato. Nesse sentido, veremos como os jornais construíram as narrativas sobre a morte do soldado Isidro.

Em especial, estes relatos apresentam um traço comum que engloba todos os periódicos. Isto é, os jornalistas, antes de narrarem os acontecimentos que desencadearam o crime, apresentavam alguns comentários sobre o Morro da Favela e sobre os seus habitantes. O repórter d'*O Paiz* iniciou a narrativa sobre o assassinato do soldado policial da seguinte maneira:

O crime ontem no morro da Favela, deu-se quase em condições idênticas aos inúmeros que tem sido registrados pelo noticiário dos jornais ocorridos naquele famoso morro, verdadeiro campo de lutas sanguinolentas<sup>3</sup>.

O jornalista resgatou a fama da localidade em abrigar crimes sangrentos ao longo dos anos. Por ser essa folha considerada a mais conservadora da cidade no período, poderíamos suspeitar que o repórter estava sendo muito rigoroso no tratamento dado ao Morro da Favela. No entanto, essa opinião era compartilhada por todos os periódicos, sobretudo no que tange as matérias que retrataram o assassinato do soldado Isidro. Com isso, não existiram vozes dissonantes entre os jornais. Alguns desvios somente, mas as perspectivas criadas sobre o morro claramente se equiparavam.

O vespertino *A Notícia* aproveitou o acontecimento para retomar uma narrativa sobre a ocupação do morro. Segundo o jornalista, o Morro da Favela foi criado “pela emigração da escória da Saúde, da velha Misericórdia, da antiquíssima Lapa”<sup>4</sup>. Com isso, o repórter procurou enfatizar que desde os seus primórdios esta localidade se caracterizava por abrigar indivíduos criminosos.

Vemos que o periodista não mencionou que o Morro da Favela tinha aumentado o seu contingente com a chegada dos soldados que haviam participado da Guerra de Canudos. Inclusive, esse morro passou a ser conhecida como “Favela”, especialmente depois que os combatentes egressos da campanha foram residir na localidade<sup>5</sup>. Cabe frisar que esse morro já era povoado antes da chegada dos militares, sendo anteriormente conhecido como Morro da

---

<sup>3</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>4</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>5</sup> Segundo o repórter do *Jornal do Brasil*, depois do término da campanha em Canudos, o Morro da Providência “foi crismado pelo nome de morro da Favela pelos soldados que de lá regressaram, e que, em grande parte, nele residem”. “Os crimes da Favela”, *Jornal do Brasil*, 23/11/1903, p.1.

Providência<sup>6</sup>. Deste modo, no decorrer dos anos ele foi batizado de Morro da Favela. Porém, ainda que o vocábulo Favela tenha sido mais empregado, observamos que ambas as denominações eram utilizadas pela imprensa carioca na construção das manchetes do noticiário criminal.

O repórter do jornal o *Século* também iniciou o relato apontando o Morro da Favela como “coito de facínoras e terríveis desordeiros”<sup>7</sup>. Ele observa que tempos atrás um delegado tentou “expurgar aquele ponto dos maus elementos”<sup>8</sup>. Em vista disso, ele pediu que a prefeitura lhe auxiliasse nessa empreitada. Essa assistência, no entanto, não lhe foi prestrada “e a autoridade policial nada pôde fazer, continuando a Favela entregue aos seus perigosos habitantes”<sup>9</sup>.

Assim como neste relato, os pedidos que clamavam por interferência governamental nessa região da cidade foram predominantes em diversas narrativas. Em particular, um relato se mostrou mais emblemático do que os demais. O repórter solicitou que o governo endereçasse alguns policiais para a Favela para inspecionar esse

bairro horrível, vigiando-o, cercando-o, fechando-o enfim, com dois destacamentos nas sua duas entradas de ascensão, e assim teria mais ou menos garantida a vida e a propriedade de uma boa parte da população<sup>10</sup>.

Interessante notar o quanto a defesa de tais medidas permanecem, passado mais de um século, na ordem do dia. O jornalista desejava que a prefeitura isolasse esse morro do restante da cidade. Por conseguinte, o Morro da Favela seria convertido em uma espécie de prisão sem grades. Na verdade, nem seria necessária a prisão, pois os habitantes, segundo afirma o articulista, estariam ali por sua própria vontade.

O *Correio da Manhã*, folha que se destacava pela suposta imparcialidade política, também divulgou esse crime em suas páginas. Como de costume, o repórter iniciou a narrativa descrevendo os perfis sociais que viviam no Morro da Favela. De acordo com o jornalista, esse era o lugar onde residia a “maior parte dos valentes da nossa terra” e por isso era o esconderijo perfeito para as pessoas “dispostas a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo

---

<sup>6</sup> “Favela”, segundo Romulo Mattos, “era o nome de um morro situado na cidade de Monte Santo, na Bahia, onde as tropas republicanas foram derrotadas pelos jagunços de Antônio Conselheiro”. MATTOS, Romulo Costa. Pelos Pobres! As campanhas pela construção social das favelas durante a Primeira República. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, 2008, p.49.

<sup>7</sup> “Mais um assassinato na Favela”, *O Século*, 05/07/1909, p.3.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> “Uma noite da favela”, *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

algum”<sup>11</sup>. O repórter do jornal *A Notícia* ao comentar os aspectos gerais da Favela observou que “se escolhecesse local para o estabelecimento de um bairro horrível, onde vivesse e morresse a escória da nossa sociedade, não se encontraria melhor que a Favela”<sup>12</sup>.

A *Gazeta de Notícias* foi mais um periódico a divulgar o assassinato do policial Isidro. Não se distanciando muito dos outros impressos, o jornalista introduziu a notícia da seguinte maneira: “a fatídica Favela volta a ocupar o primeiro lugar no noticiário sensacional, que em cada uma das suas notas golpeia um jato de sangue”<sup>13</sup>. De acordo com repórter da *Gazeta*, em apenas um breve intervalo de tempo, cerca de alguns dias, a Favela “voltou a chamar sobre si a atividade e argúcia da polícia numa nova tragédia rubra, movimentada e asquerosa”<sup>14</sup>. Inversamente, o *Jornal do Brasil* abordou outro ponto de vista: “já tardava que o morro da Favela, o célebre reduto de facínoras e desordeiros de toda a espécie não viesse enriquecer o cadastro do crime com o seu contingente de sangue”<sup>15</sup>. O articulista ainda ressalta que esta calma causava estranheza à reportagem policial.

Assim sendo, os jornais apresentaram uma diferença mínima no modo de compor as notícias sobre o homicídio do soldado Isidro. Nestes dois fragmentos expostos acima, os relatos se distanciam somente no que tange a frequência dos crimes na Favela. A maior parte dos jornais veiculava que este morro não cessava de oferecer tragédias sangrentas. Especialmente neste caso, o *Jornal do Brasil* foi o único a destacar que a Favela andava esquecida do noticiário criminal da cidade.

No entanto, por detrás destas sutis diferenças, os jornalistas abordaram alguns motes que tiveram presentes em todas as narrativas. Em primeiro lugar, indubitavelmente, foram as contundentes críticas ao Morro da Favela e aos seus habitantes. Todos os periódicos, independente das dissensões políticas, compartilharam a perspectiva de que a Favela e seus moradores eram os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade vivenciado na capital da recente República. Em seguida, era comum a proposição de medidas visando coibir o povoamento dessa região. Isto é, os jornalistas sustentaram, cada qual ao seu modo, algumas

<sup>11</sup> “Os dramas da Favela”, *Correio da Manhã*, 05/07/1909, p.2.

<sup>12</sup> “Uma noite da favela” *A Notícia*, 06/07/1909, p.2.

<sup>13</sup> “A Favela vermelha”, *Gazeta de notícias*, 05/07/1909, p.3.

<sup>14</sup> *Idem*.

<sup>15</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

propostas de intervenção no Morro da Favela. Invariavelmente, todas as alternativas levantadas pretendiam expurgar esse morro da paisagem urbana carioca<sup>16</sup>.

Nesse sentido, através dos discursos correlatos, percebemos que os jornais da grande imprensa se harmonizavam quanto à maneira de compor o noticiário dos assassinatos ocorridos no Morro da Favela. Particularmente, essa característica tornou-se mais perceptível nas reportagens em que os diferentes periódicos retrataram a morte do soldado da Força Policial Isidro José dos Santos. Em um período de transição política e de construção de uma nova ordem social, vemos que os impressos objetivavam consolidar os padrões, normas e valores considerados fundamentais pelas classes dominantes.

### **Pormenores do conflito nas páginas impressas**

Sendo assim, após refletirmos sobre as similaridades evidenciadas na forma dos repórteres representarem o morro da Favela nas “cabeças”<sup>17</sup> e manchetes dos relatos do assassinato do praça policial, abordaremos os acontecimentos que antecederam a prática desse crime. Para recompormos estes pormenores, utilizaremos como principal fonte os jornais que descreveram a cena de sangue em que ficou mortalmente ferido o soldado Isidro José dos Santos. Posteriormente, iremos confrontar estas notícias com os depoimentos presentes no processo criminal<sup>18</sup>.

De acordo com o jornal *A Imprensa*, na madrugada de sábado para domingo, dia 3 para 4 de Julho de 1909, “corria quente e animado um samba medonho” no Morro da Favela. Segundo o repórter, este samba acontecia em um casebre na parte mais alta do morro, próximo ao lugar denominado Largo da Batalha<sup>19</sup>. A matéria divulgada pelo *O Paiz* também confirma esta versão ao alegar que o samba tinha ocorrido na casa de Pedro Irineu, “onde reinava grande entusiasmo”<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> As afinidades encontradas nos relatos do assassinato do soldado Isidro não se restringiram somente ao modo pelo qual os repórteres iniciaram suas narrativas. Vale ressaltar que as semelhanças eram verificadas até mesmo no momento da elaboração das manchetes das notícias. Uma vez que tanto o jornal *O Paiz* quanto *A Imprensa* divulgaram este homicídio apresentando o mesmo título. Os periódicos registraram esse crime com a epígrafe de “*samba da morte*”. Isso porque, como veremos adiante, o assassinato do soldado policial havia sido praticado, segundo essas reportagens, em um encontro festivo no Morro da Favela.

<sup>17</sup> De acordo com Sidney Chalhoub, “cabeça” era definida como as considerações que precediam os relatos sobre os crimes. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Editora da UNICAMP, 2001, p. 27.

<sup>18</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana).

<sup>19</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

<sup>20</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

Entre os convivas, alguns “tocavam violão e cavaquinho, outros cantavam, e os restantes entretinham-se a sambar e conversar”<sup>21</sup>. Era comum que os impressos representassem os habitantes da Favela como desordeiros e vagabundos. No entanto, para o repórter d’o *Paiz*, eram muito piores aqueles que tomavam “parte nesses sambas, verdadeiras danças macabras”<sup>22</sup>. Ao descrever os convidados do recinto, o jornalista ressalta que “homens, mulheres, e soldados e crianças cruzavam-se numa promiscuidade entontecedora”<sup>23</sup>.

Por sua vez, o *Jornal do Brasil* informou que a morte do soldado policial tinha se dado em outro recinto. Segundo o repórter, “em um botequim manhoso ali existente realizava-se um samba, como se denominam as festas em que tomam parte a ralé da cidade”<sup>24</sup>. Nestas festas, assim interpreta o periodista, são convidados os valentes do morro, pois, “em caso contrário, eles acabam com o samba, invadindo a casa e espancando as damas e cavalheiros”<sup>25</sup>.

Assim sendo, nota-se que há um sensível desvio entre as notícias dos periódicos. Por um lado, vemos que *O Paiz* e *A Imprensa* relataram que o crime havia desabrochado em um casebre no Morro da Favela. Por sua vez, o *Jornal do Brasil* indicou que este crime ocorreu em um botequim na mesma localidade. Entretanto, todos foram unânimes em destacar que na noite do crime acontecia um samba no Morro da Favela, ou seja, os jornais enfatizaram a importância dessa festa para a execução do homicídio.

No decorrer da noite, “a serenata foi interrompida subitamente, degenerando a festa em grande conflito”<sup>26</sup>. O policial Isidro José dos Santos começou a “discutir por motivo fútil com Elesbão Francisco, crioulo de grande estatura e compleição robusta”<sup>27</sup>. Assim, como nesse relato divulgado pelo *O Paiz*, o repórter do *Jornal do Brasil* também indicou que o crime teve ensejo após a contenda entre Elesbão, “desordeiro conhecido” e o soldado de polícia<sup>28</sup>.

Por outro lado, o jornalista d’*A Imprensa* observou que o conflito resultou de uma “desavença qualquer” entre o policial e os “foliões”. Após diversas trocas de insultos e ameaças de ambas as partes, “travou-se luta renhida, ouvindo-se gritos em todos os recantos do casebre”. Esse repórter ainda nos informa que a contenda tinha se dado em desigualdade numérica, uma

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> “A Favela em sangue”, *Jornal do Brasil*, 05/07/1909, p.4.

vez que todos os “desordeiros” que estavam no local investiram contra o policial, cada qual empunhando sua arma<sup>29</sup>. Vale notar que os “desordeiros” apontados nessa matéria eram os soldados do Exército que tomaram parte ativa na luta travada entre Elesbão e o praça de polícia.

Em linhas gerais, foi desse modo que os diferentes periódicos da cidade retrataram os acontecimentos que desencadearam o assassinato do policial Isidro. Apesar das nuances encontradas, um traço em especial une essas narrativas. Isto é, todos os jornais sublinharam que na noite do crime ocorria um samba no Morro da Favela. Dessa maneira, percebemos que em todas essas matérias, os repórteres das folhas buscaram realçar a importância do samba para a execução do homicídio. A título de exemplo, o noticiário do *Paiz* observou que “como tem acontecido em muitas das outras vezes, teve origem em um samba, onde reinava grande entusiasmo”<sup>30</sup>.

### **Inquérito policial: depoimentos dos espectadores**

Após construirmos uma breve exposição dos acontecimentos que desabrocharam no crime e que foram mencionados nas reportagens dos jornais, analisaremos alguns testemunhos presentes no processo criminal. Com isso, averiguaremos como os protagonistas e espectadores do homicídio descreveram os pormenores da cena de sangue para as autoridades policiais<sup>31</sup>.

O depoimento de Pedro Irineu é imprescindível para confrontação do inquérito policial com as reportagens divulgadas pelos jornais cariocas. Deste modo, vale a pena recuperarmos, em quase toda a sua extensão, a declaração prestada por essa testemunha. Pedro Irineu era cozinheiro da marinha e tinha 45 anos. Ele disse que estava na sua residência,

em companhia de sua mulher Noêmia Maria da Conceição, Aristeu Rosa Modesto, marinheiro de terceira classe, embarcado a bordo do vapor (?) Andrade, um soldado do Exército, que sabe chamar-se Manoel Nogueira, do quarto batalhão de infantaria do exército, quando ele depoente ouviu a detonação de três tiros de revólver, ao que disse a seus companheiros, ninguém sai daqui, sendo que no lugar denominado Pedra Lisa havia grande conflito, fechou a porta; que terminando o conflito ele depoente saiu a porta, e aproximou-se dele depoente, um indivíduo de cor preta que agora sabe

<sup>29</sup> “O samba da morte”, *A Imprensa*, 05/07/1909, p.2.

<sup>30</sup> *Idem*. Grifos nossos.

<sup>31</sup> Em geral, os processos criminais são divididos em duas etapas. A primeira fase abarca os depoimentos prestados pelas testemunhas e o(s) acusado(s) na delegacia. Por sua vez, a segunda fase abarca os depoimentos prestados pelas testemunhas e o(s) acusado(s) na pretoria. Em particular, o processo baseado no assassinato do policial Isidro termina ainda na primeira fase, ou seja, quando ele era somente elaborado pela instância policial. Na verdade, percebemos que os processos criminais de homicídios custodiados pelo Arquivo Nacional raramente alcançaram o veredito final. Não sabemos o motivo, mas a maioria dos processos foi encerrada antes mesmo de ser remetida para a pretoria. Importante salientar, essa assertiva diz respeito aos processos criminais referentes à 8ª Pretoria – Freguesia de Santana.

chamar-se Elesbão, o qual lhe pediu um pouco d'água, declarando estar ferido, ao que ele depoente recusando a atender o pedido da água, não deixando Elesbão entrar em sua casa; que ele depoente nessa ocasião, viu que o paletó que Elesbão trazia vestido, achava-se ensanguentado e cheio de lama <sup>32</sup>.

Esse depoimento é fundamental para avaliarmos as congruências e diferenças evidenciadas entre o discurso dos jornais e o documento produzido pela autoridade policial. Note-se que em seu depoimento, Pedro Irineu não mencionou se houve realmente um “samba” em sua casa na noite do crime. Muito pelo contrário, a testemunha apenas afirmou que esteve em sua residência na companhia de mais três pessoas – sua esposa Noêmia, o marinheiro Aristeu Rosa Modesto e soldado do Exército Nogueira.

Além disso, Pedro Irineu afirmou que os tiros foram desfechados em uma localidade popularmente conhecida por Pedra Lisa. Em contrapartida, se formos levar em consideração os impressos cariocas, o conflito tinha ocorrido na casa dessa testemunha. Por conseguinte, há um nítido desencontro entre esses discursos. Nosso objetivo não consiste em apontar qual documento apresenta a verdade sobre os fatos. Em outras palavras, não é nosso interesse esboçar uma hierarquia entre as nossas principais fontes de pesquisa. Nosso fito é tão somente avaliar as nuances inerentes a cada um desses documentos históricos.

Ao visualizarmos em conjunto essas declarações, observamos algumas discrepâncias intrigantes. Dito isto, não devemos enxergar os depoimentos como verdades absolutas. De qualquer forma, o momento é propício para mais uma vez cotejarmos o inquérito policial com as reportagens das folhas da cidade do Rio. Nesse sentido, ao englobarmos os depoimentos prestados por essas testemunhas, localizamos uma correspondência entre as diversas falas desses informantes. Os espectadores observaram que o crime ocorreu em uma microrregião da Favela conhecida como Pedra Lisa, localidade situada nas imediações da residência de Irineu. Apesar disso, os jornais destacaram em suas matérias que o assassinato teve ensejo na casa da testemunha.

Cabe frisar que as declarações prestadas pelas testemunhas apresentam inúmeras incongruências, sendo penoso recuperarmos todas as desconexões localizadas. Em relação a esse mote, Sidney Chalhoub adverte que não é possível, quando temos o processo criminal como fonte histórica, descobrirmos como cada conflito “realmente se passou”. Segundo

---

<sup>32</sup> Arquivo Nacional. Notação: OR. 7078. Pretoria do Rio de Janeiro 8ª (Freguesia de Santana). f.24-25.



Chalhoub, mais profícuo seria “tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam em cada caso”<sup>33</sup>.

Assim sendo, embora os depoimentos do processo criminal sejam diferentes em vários aspectos, algumas similaridades foram visualizadas. Seguindo a proposta metodológica de Chalhoub, busco estar atento às versões que se repetem. Logo, percebemos que as testemunhas, em contraposição aos jornais, destacaram que o crime não teve como cenário um samba na casa de Pedro Irineu. Apesar das contradições aparecerem com certa frequência, ao englobarmos as declarações, não obtemos bases significativas para afirmarmos que o assassinato ocorreu na casa de Pedro Irineu.

### **Reflexões sobre as diferenças entre os jornais e o processo criminal**

Em síntese, reparamos que os depoentes deram maior importância para o desentendimento no botequim de Campos do que para o baile, ou *samba* (se levarmos em consideração os jornais da cidade do Rio), ocorrido na residência de Pedro Irineu. Isso nos evidencia que a questão envolvendo o jogo foi uma etapa fundamental para a conflagração do conflito.

Por mais que alguns depoentes declararam ter participado de um baile na casa de Pedro Irineu, nenhum dos envolvidos afirmou que o crime foi cometido nesse ambiente. As testemunhas somente informaram que o conflito ocorreu nas imediações dessa residência. Além disso, em todo o inquérito policial não encontramos qualquer referência sobre o samba.

Nesse sentido, é importante conceituarmos esse vocábulo. Vale salientar que o samba como gênero musical, tal como hoje ele é conhecido, ainda não existia nesse período. Dessa maneira, era mais provável que os repórteres estivessem se referindo aos ritos e festividades das religiões de matrizes africanas, tais como o candomblé e a umbanda<sup>34</sup>. Portanto, a palavra samba foi utilizada no sentido pejorativo, ou seja, para depreciar a cultura das camadas populares, sobretudo dos setores afro-brasileiros.

Isso nos evidencia que o início do século XX não foi apenas um momento marcado pelas reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Paralelo ao embelezamento do espaço físico se

---

<sup>33</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p.40.

<sup>34</sup> Em sua tese de doutorado José Adriano Fenerick analisou as entrevistas concedidas pelos primeiros sambistas. Segundo o autor, alguns sambistas, como Donga e João da Baiana, destacaram que o samba, em seus primórdios, estava “associado a uma festa de teor religioso”. FENERICK, José Adriano. Nem do morro, nem da cidade. As transformações do samba e a indústria cultural. 1920-1945. Tese de Doutorado em História, USP, 2002. p.92.

fazia necessária a modificação dos costumes e hábitos das chamadas classes perigosas<sup>35</sup>. Dentro dessa conjuntura, o grupo dominante valorizou a cultura europeia, principalmente as novidades advindas da França. Em contrapartida, a cultura africana foi relegada por ser fortemente identificada com o período monárquico e escravista<sup>36</sup>.

De acordo com Monica Velloso, neste período o governo exercia forte vigilância sobre as mais variadas expressões culturais das camadas populares, tais como o “candomblé, capoeira, bumba-meu-boi, romarias religiosas, maxixe, violão, serestas e os cordões carnavalescos”<sup>37</sup>. Estas manifestações populares eram vistas com profunda desconfiança, uma vez que elas representavam uma “ameaça aos padrões civilizatórios idealizados”<sup>38</sup>.

O samba estava no rol das manifestações populares indesejáveis. Em outra notícia de um crime no Morro da Favela, o repórter sublinha que sempre aos sábados e domingos havia por ali alguns “sambas e batuques” que terminavam “sempre em grosso *charivari*”<sup>39</sup>. Nota-se que aos olhos dos repórteres, o samba era identificado com a barbárie, com a selvageria e com o primitivismo.

Dessa maneira, vale a pena observarmos como os impressos conceituaram esse termo. Em particular, foi possível identificarmos o significado dessa palavra em dois fragmentos retirados da reportagem d’*O Paiz*. Em determinado momento da narrativa, o repórter dessa folha definiu o samba como sendo uma “verdadeira dança macabra”<sup>40</sup>. Em seguida, ao descrever o local em que se deu o assassinato do policial, o jornalista destacou que “homens, mulheres, soldados e crianças cruzavam-se numa promiscuidade entontecedora”<sup>41</sup>.

Vemos que esse periodista enxergava o samba como uma “dança macabra” e promíscua. Importante ressaltar que esse ponto de vista estava largamente difundido na imprensa carioca. Neste período de tentativa de reformulação dos costumes, a classe dominante perseguiu diversos tipos sociais. O historiador José Adriano Fenerick mencionou alguns arquétipos

---

<sup>35</sup> De acordo com Sydney Chalhoub, “classes perigosas” seria para os legisladores brasileiros uma expressão equivalente para as “classes pobres”. Ou seja, “o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”. CHALHOUB, Trabalho, Lar e Botequim. Op. Cit. p.76.

<sup>36</sup> Segundo Monica Pimenta Velloso, “o endeusamento do modelo civilizatório parisiense é concomitante ao desprestígio das nossas tradições”. VELLOSO, Monica Pimenta. As tradições populares na belle époque carioca. Rio de Janeiro: Funarte, 1988, p.8.

<sup>37</sup> Ibidem, p.9.

<sup>38</sup> Ibidem, p.14.

<sup>39</sup> “Sanguinário”, *Jornal do Brasil*, 14/12/1901, p.2.

<sup>40</sup> “O samba da morte”, *O Paiz*, 05/07/1909, p.3.

<sup>41</sup> Idem.

visados: “o seresteiro e instrumentos populares como violão e o pandeiro, os ‘pés descalços’ e os ‘sem camisas’, os macumbeiros, curandeiros populares”<sup>42</sup>.

Por conseguinte, o samba era um mote que atendia aos objetivos da imprensa carioca do início do século XX. Por um lado, ele proporcionava a construção de um discurso que objetivava moralizar os costumes das camadas populares, sobretudo das práticas culturais advinda do “universo negro”. Por outro lado, o samba era um objeto que incitava a leitura das reportagens, ou seja, era um tema que aguçava a curiosidade do público leitor e/ou ouvinte.

Em conclusão, neste trabalho propusemos um entrecruzamento entre as nossas principais fontes de pesquisa. A análise do processo criminal nos permitiu avaliar algumas peculiaridades. Através do inquérito policial referente ao assassinato do soldado policial foi possível constatar as diferentes maneiras de representar o desenlace do conflito no Morro da Favela. Por conseguinte, percebemos que os jornais tinham forte inclinação em disseminar os valores considerados fundamentais pela sociedade carioca.

---

<sup>42</sup> FENERICK, José Adriano. *Nem do morro, nem da cidade. As transformações do samba e a indústria cultural. 1920-1945*. Tese de Doutorado em História, USP, 2002, p.16.

## Os sentidos da honra: Criminalidade e justiça na região de Formiga, Minas Gerais (1807/1875)

**Séfora Semíramis Sutil Moreira**

Graduanda em História

Universidade Federal de São João del-Rei

E-mail: seforasemiramis@gmail.com

**Resumo:** O século XIX brasileiro ficou marcado por transformações políticas, jurídicas e sociais. O processo de desenvolvimento de uma nova política trouxe inovações que permitiram a estruturação e modernização do poder judiciário. O alargamento da Justiça possibilitou aos indivíduos livres novos meios de ação para resolução de pendências. Neste estudo levantamos a proposição de que nas regiões interioranas do Império do Brasil as novidades tardaram a influenciar no cotidiano dos indivíduos livres comuns. As velhas formas de sociabilidade, que conta com a arbitragem e a violência para solução de conflitos, continuaram predominantes na vida cotidiana. Através do levantamento quantitativo e análise qualitativa de informações extraídas de processos criminais do Fórum de Formiga, datados entre 1807 a 1875, buscamos verificar a inferência dessas transformações na conduta social dos moradores desta região, oeste da então província de Minas Gerais, quando o assunto fora a proteção da honra familiar ou pessoal.

**Palavras-chave:** honra; Justiça; violência.

**Abstract:** The Brazilian nineteenth century was marked by political, juridical and social transformations. The process of developing a new policy brought innovations that allowed the structuring and modernization of the judiciary. The enlargement of Justice allowed to free individuals new resources to solve disputes. In this study we raise the proposition that in the interior regions of the Empire of Brazil the novelties took time to influence in the daily life of the common free individuals. The old forms of sociability, which rely on arbitration and violence to solve conflicts, continued to prevail in everyday life. Through the quantitative survey and qualitative analysis of information extracted from criminal proceedings of the Formiga's courthouse, dating from 1807 to 1875, we sought to verify the inference of these transformations in the social conduct of the inhabitants of this region, west of the province of Minas Gerais, when the subject was The protection of family or personal honor.

**Keywords:** honor; Justice; violence.

### Introdução

O objetivo desse trabalho é realizar estudos de caso, na perspectiva comparativa, sobre a história da formação das instituições de justiça brasileiras no transcorrer do século XIX – evidenciando as mudanças na experiência cotidiana e nas práticas referente aos usos e alcance da justiça. Para tanto, analisamos uma amostra de crimes cometidos em defesa da honra.<sup>1</sup>

Antes, é preciso conceituar o termo “honra” de modo a compreendermos sua importância a esta temporalidade. É comum o entendimento de que a honra está condicionada

---

<sup>1</sup> Projeto “Mapa da Criminalidade: violência, criminalidade e justiça – Minas Gerais 1830-1930. Vila da Formiga” contemplado pelo PIBIC/UFSJ/2015. Este projeto faz parte de um projeto mais amplo chamado “Justiça e controle da ordem: transformações no âmbito das formas de justiça local e controle da criminalidade violenta - geoprocessamento de bancos de dados (1808-1889)”, financiado pelo CNPQ/Edital Universal 2012 e FAPEMIG, através do edital PPM/2014.

às formas culturais compartilhadas em dada sociedade. Os estudos acerca deste tema, em geral, se pautam por duas perspectivas metodológicas: a “antropológica” e a “sociológico-histórica”.<sup>2</sup>

Segundo a perspectiva “sociológico-histórica”, honra representa qualidades que refletem a posição social do sujeito. Para Max Weber, representante desta perspectiva, cada estamento se posiciona conforme seus “códigos de honra” e a intenção é demonstrar ser mais virtuoso do que os componentes de estamentos hierarquicamente inferiores. Deste modo, a honra serve de justificativa à hierarquização social e à concessão de privilégios aos considerados superiores.<sup>3</sup>

Na perspectiva “antropológica” a honra tem função de auto-valorização. É a expressão individual de princípios considerados valorosos. Contudo, não é característica somente da individualidade, uma vez que as manifestações pessoais são feitas em sociedade e conforme o que esta considera valoroso. Nesta perspectiva, há a possibilidade de se haver “honra interna”, moral individual; e “honra externa”, evidência social das virtudes pessoais. Nesta divisão da honra se introduz a importância da família – do nome desta ser de valor social para que os sujeitos a ela vinculados também o sejam. Para tanto, há distinção entre “honra masculina” e “honra feminina”.<sup>4</sup> Para manter a “honra familiar”, e com ela a pessoal, é preciso que as mulheres e homens se comportem de acordo com o “código de relação interpessoal” de seu meio social.<sup>5</sup> Às mulheres solicita-se que sejam “puras” e “honestas” (virgem se solteira; não adúltera se casada); e aos homens que tenham “bravura” e “coragem”.

Para John Peristiany e Julian Pitt-Rivers, cujos estudos são referência a esta perspectiva, a honra é parte da “*self-esteem*” (auto-estima) do sujeito, precisa ser sentida. Mas, para se validar depende de “rituais” que manifestem socialmente seu valor. A expressão da honra pode ser realizada de diferentes maneiras. O importante é que desta ação surja o efeito de “graça” (dom): conferência, por outrem, de valor a honra de quem manifesta.<sup>6</sup>

(...) ritual is the guarantor of the social order, conveying honor, not only in the formal distribution of dignities on ceremonial occasions, but also in the sense

<sup>2</sup> BÜSCHGES, Christian. Las Leyes del Honor – Honor y Estratificación Social en el Distrito de la Audiencia de Quito (Siglo XVIII). *Revista de Indias*, vol. III, nº 209, 1997, pp. 55-84

<sup>3</sup> WEBER *apud* BÜSCHGES, *op. cit.*, pp.57-62

<sup>4</sup> BÜSCHGES, *idem*, pp. 62-4

<sup>5</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.22

<sup>6</sup> PERISTIANY, John George; PITT-RIVERS, Julian (orgs.). *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge/UK: University of Cambridge Press, 2005

of making manifest the honorable status of the actors, whether in the rites of salutation (...) or of passage.<sup>7</sup>

A honra é manifestada conforme as normas sociais, mas, individualmente este ato tem o intuito de se demonstrar “superior” perante os demais.<sup>8</sup> Pierre Bourdieu afirma que “*el sentimiento del honor se vive de cara a los demás (...) la estima de sí mismo, es ante todo el hecho de defender, a cualquier precio, cierta imagen de sí mismo destinada a los demás*”<sup>9</sup>. Desta forma, é comum se verificar a manifestação social da honra por meio da violência.

### **A Honra como Elemento de Permanência**

O Brasil do início do século XIX teve suas estruturas profundamente modificadas quando da vinda da Coroa portuguesa (1808), o que propulsionou uma gama de mudanças que seriam promovidas durante este século. O Brasil passou de colônia a Reino (1815), e logo tornou-se independente de Portugal (1822). Este período foi fortemente influenciado pelas tendências liberalistas presente na filosofia Iluminista.<sup>10</sup>

De 1808 a 1821, Dom João viabilizou a criação de cargos e medidas que organizaram o sistema judiciário.<sup>11</sup> Em 16 de dezembro de 1830 foi decretado o Código Criminal, em substituição do Livro V das *Ordenações Filipinas*, “(...) o mais duradouro código legal português”, que ditou a legislação penal no Brasil até então.<sup>12</sup> O Código Criminal representa um conjunto de leis modernas que colocava o Império do Brasil à frente de muitos Estados nacionais.

<sup>7</sup> “(...) o ritual é o garantidor da ordem social, transmitindo honra, não só na distribuição formal das dignidades nas ocasiões cerimoniais, mas também no sentido de manifestar o *status* honorável dos atores, seja nos ritos de saudações (...) ou de passagem.” In: PERISTIANY; PITT-RIVERS, *idem*, p.02

<sup>8</sup> Superior no sentido das virtudes pessoais (individual) e não no sentido de pertencimento a um estamento hierarquicamente superior (coletivo).

<sup>9</sup> “O sentimento de honra se vive para o olhar dos outros (...) a auto-estima é acima de tudo o fato de defender a qualquer preço, uma certa imagem de si próprio destinado aos outros” In: BOURDIEU *apud* OZICOIDI, Carlos Maiza. La definición del concepto del honor. Su entidad como objeto de investigación histórica. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Hist. Moderna, t.08, 1995, p. 196

<sup>10</sup> As influências ilustradas faziam parte do pensamento dos letrados, que pelos debates políticos nos clubes, cafés, lojas maçônicas, e, sobretudo, pelo uso da imprensa, conseguiam expressar as ideias (com base no princípio de *liberté, égalité et fraternité*) e fazer-se ouvir nas instâncias de poder. Por meio das conversas e debates em praça pública também levaram o pensamento ilustrado às massas populacionais das camadas inferiorizadas pela hierarquização social. Estes letrados tiveram contato com obras como as de Locke, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, etc. Este contato se difundiu, principalmente, após a liberação dos portos que permitiu o ingresso de estrangeiros que já “bebiam” desta filosofia na Europa.

<sup>11</sup> NEQUETE, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência. Porto Alegre/RS: Livraria Sulina Editora, 1973, p.19, grifos do autor

<sup>12</sup> GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T.R. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2013, p. 123

Em 29 de novembro de 1832 o Código do Processo Criminal foi promulgado, tornando a justiça ainda mais fluida. “Com a promulgação do Código do Processo Criminal (...) ocorre a mais profunda mudança na estrutura da administração judiciária no Império. (...) desenha-se um novo modelo de justiça”<sup>13</sup>. Estas mudanças permitiram maiores possibilidades de uso da Justiça pelos que se viam envolvidos em processos ou que litigavam em prol da manutenção de seus lugares sociais ou da proteção da honra.

Contudo, em meio ao processo de mudanças houve permanências. As pessoas comuns da região de Formiga passaram a fazer uso dos novos aparatos judiciais, mas no que se refere à conduta, práticas violentas foram mais utilizadas. Sobretudo com relação à proteção da “honra masculina”, uma vez que a manifestação de bravura confere valor à imagem destes. Com relação à “honra feminina”, maculada por algum ato difamatório que tenha se tornado público, acredita-se que a justiça tenha sido mais utilizada mesmo nestas regiões interioranas. Porém, os fatos envolvendo mulheres quase sempre eram “abafados” da cena pública, uma vez que o espaço de atuação feminino se restringia ao lar e às instituições religiosas.

Neste artigo buscamos os processos criminais do Fórum de Formiga<sup>14</sup> para verificar como as pessoas comuns estavam agindo em um contexto de transformações quando o assunto era a proteção da honra. Analisamos quatrocentas e noventa processos criminais da Vila da Formiga, datados entre os anos de 1807 e 1875, no propósito de verificar se o alargamento da Justiça, *a priori*, provocou mudanças nos costumes.

### **Formiga: O “Sertão” mineiro**

Formiga é uma região do oeste mineiro que no século XIX se desenvolveu consideravelmente. No século XVIII, com a descoberta de ouro na região oeste, houve a abertura de trilhos e veredas pela mata, logo surgiram os primeiros assentamentos de mineiros. Através da influência de importantes nomes da comarca do Rio das Mortes, em 1737, foi construída a “Picada de Goiás”, estrada real que ligava São João del-Rei (*caput* desta comarca) à região oeste, considerada “sertão”. Consta que em 1764 o governador da província, Luiz Diogo Lobo da Silva,

(...) em caravana oficial (...) pelo sertão do Campo Grande, pousando em Tamanduá, (...) sentiu a necessidade de colonizar o sertão e ampliar os

<sup>13</sup>VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da Ordem – Violência, criminalidade de administração da justiça. Minas Gerais, século 19. São Paulo: Anpocs/ Edusc, 2004, p.121

<sup>14</sup>Acervo do Projeto Fórum Documenta- *Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)*/ Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Documentos cedidos pelo Fórum do município de Formiga/MG.



povoados. [...] Era necessário desbaratar os indesejáveis, ou seja, os quilombolas e os índios indomáveis, e estruturar uma espécie de fixação dos elementos humanos afinados com o poder.<sup>15</sup>

Formiga, desde os primeiros povoados, conservou o mesmo nome, com pequenas modificações apenas. Formiga foi “paragem” do “Ribeirão da Formiga”, pertencente ao distrito de Tamanduá; “aplicação” de “São Vicente Férrer da Formiga”; e de “arraial” tornou-se “Vila Nova da Formiga” (1839). Em 1858 foi erigida cidade de Formiga.<sup>16</sup>

O viajante Auguste de Saint-Hilaire, de passagem por lá em 1822, relatou que a região era pouco desenvolvida, mas que o comércio era “ativo” e proporcionava desenvolvimento urbano e demográfico. O aumento populacional, segundo ele, dava-se de maneira atípica. “Parece (...) que muito criminosos, perseguidos pela Justiça, vêm procurar refúgio nesse lugar (...), contribuindo assim para aumentar sua população.”<sup>17</sup>

O viajante relatou que os “(...) habitantes [de Formiga] não gozavam absolutamente de uma boa reputação (...)”. Afirmou que os moradores pobres eram “desocupados”, por não serem afeitos ao trabalho, e isso colaborava para inclinação aos vícios e à “libertinagem”. Escreveu ainda: “[e]m nenhuma outra parte (...) vi uma quantidade tão grande [de prostitutas] quando em Formiga (...)”. Completando a má impressão, Saint-Hilaire deu a entender que a justiça local era falha quando deixou de buscar os indivíduos que o ludibriaram.<sup>18</sup>

O relato de Saint-Hilaire justificaria a denominação correlata do lugar ao “sertão”. Afirmo Ivan Vellasco que “(...) o lugar da violência e da barbárie é o sertão; contraposto a ele, a justiça.”<sup>19</sup> Francisco Pinto salienta que a distribuição de sesmarias foi uma tentativa de “colocar ordem no caos” do sertão. “Uma ordem que só muito lentamente ia se incorporando no dia-a-dia de uma população rústica e dispersa por um sertão sem fim.”<sup>20</sup>

### **Os Crimes de Honra em Formiga**

Tendo em vista a impossibilidade de se reconstruir a mentalidade social de uma temporalidade transcorrida, bem como o fato de que a justiça não registrava todas as

---

<sup>15</sup> BARRETO, Lázaro; SOUZA, Lázara Teixeira de; ZUQUIM, Rita de Cássia. História de Arcos. Arcos/ MG: Prefeitura Municipal de Arcos, 1992, p. 18

<sup>16</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, pp.134-5

<sup>17</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens às Nascentes do Rio São Francisco. São Paulo: Ed. USP, 1975, p. 91

<sup>18</sup> SAINT-HILAIRE, *idem*, pp. 91.2

<sup>19</sup> VELLASCO, As Seduções da Ordem... São Paulo: Edusc/ Anpocs, 2004, p. 189

<sup>20</sup> PINTO, Francisco Eduardo. A hidra de sete bocas. Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822). Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2014, p. 115

ocorrências, destacamos que a análise realizada é apenas uma amostragem acerca da complexidade existente entre a forma como as pessoas se apropriavam dos valores sociais e os reproduziam em suas experiências de vida. Temos como parâmetro uma face desta mentalidade que ficou documentada nos processos criminais quando a importância de um valor social foi defendida até as últimas consequências: uso da violência ou recurso à justiça.

Os crimes cometidos sob a motivação de proteção da honra pessoal ou familiar atingem um percentual de 21,2% (104) do total de processos analisados (490). Dentre os crimes sob esta categoria subdividimos em Honra Masculina, Honra Feminina e Honra Externa (social)<sup>21</sup>. Aos crimes motivados por proteção da honra masculina ou feminina subentende-se estarem vinculados à honra familiar. Igualmente englobam a qualificação “honra interna” e “honra externa”, pois o impulso ao cometimento do crime (ou queixa) parte do entendimento individual da importância da manutenção da honra no âmbito social. Dos crimes cuja motivação fora honra, 71% (74) foram cometidos para proteção da “honra masculina”, 25% (26) para proteção da “honra feminina” e 4% (04) para proteção da “honra externa”. A partir destes dados, podemos afirmar que esta região, durante o século XIX, mantinha traços de uma sociedade patriarcal, onde a figura masculina era soberana nas relações sociais.<sup>22</sup>

Dos 26 crimes (25%) cometidos para proteção da “honra feminina”, 17 foram realizados porque houve preocupação com a reputação familiar. Segundo María Nieto Ardila, ao analisar o contexto venezuelano, à mulher incumbia grande responsabilidade dentro da família. Dela era a responsabilidade de educar os filhos para que fossem ‘homens honrados’ e ‘mulheres do lar’. Para isso era preciso que a mulher tivesse “virtude”, “modéstia” e “pudor”.<sup>23</sup> Garantiriam boas oportunidades de casamento se mantendo (ou parecendo) virgem. Desta forma, a mulher deveria resistir às seduções e a quaisquer práticas sexuais. Quando a “pureza” feminina fosse perdida, por um ato sexual consentido ou de violência, algo deveria ser feito para reparar o dano.

Do total de crimes contra a “honra feminina”, 15% decorreram de algum ato de violência contra mulher. Ou seja, crimes ou ações foram cometidos/impetrados para proteger a honra

<sup>21</sup> Aquela que não tem relação direta com as virtudes da mulher ou do homem, mas que têm relação com a postura que se pede a estes em meios públicos.

<sup>22</sup> Utilizando o termo no sentido de “domínio” do homem sobre a família. Vide BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007 p. 47

<sup>23</sup> NIETO ARDILA, María Sobeira. *Con el aroma de una taza de café: La educación familiar para el honor, la fidelidad y la virtud*. In: RAMÍREZ MÉNDEZ, L. A. (org.). Honor, Sexualidad y Transgresión en Mérida – Siglos XVIII – XIX. Venezuela: Fondo Ed. UNERMB, vol. 6, 2016, pp. 83-7

manchada de uma mulher que fora violentada. O estupro, rapto, sedução, defloramento ou práticas sexuais não consensuais significavam ferir as “leis morais da sociedade”, uma vez que tais práticas se restringiam ao matrimônio. O que se questionava era a quebra das regras sociais e não, propriamente, o ato de violência sofrido pela mulher. Afirma Celeste Zenha que “(...) a indignação (...) se dava mais em relação à especificidade do estupro em questão do que em relação à ofensa física para fim libidinoso, ou seja, ao delito previsto pelo código criminal.”<sup>24</sup> Reitera Martha Esteves que no julgamento de um crime contra a honra da mulher se considerava a “conduta total” dos envolvidos e não o ato violento que levou à instauração do processo.

Exemplificando, temos o caso da jovem Maria Joaquina que fora seduzida por seu cunhado, e também tutor, Mariano José de Moura no distrito de Arcos, Vila da Formiga, no ano de 1846. O promotor público, que instaurou o processo, questionou se havia condições para o casamento entre os envolvidos para “correção” do dano.<sup>25</sup> Como Mariano já era casado, o promotor indagou se a vítima tinha condições mentais para dar seguimento à sua vida, se fosse o caso, através da prostituição. Como Maria era surda e não sendo claro suas faculdades mentais, as autoridades arquivaram o caso.<sup>26</sup>

Quase 8% destes crimes foram cometidos porque havia rixa entre os envolvidos. As mulheres relacionadas aos desafetos acabaram se envolvendo na disputa, pois em algum momento do desentendimento ferir a honra da mulher de seu desafeto torna-se uma boa forma de atingi-lo. Apenas um crime foi cometido para proteção da honra da mulher que esteve envolvida em relacionamento amoroso com uma das partes – o que é inusitado porque a honra de uma mulher cuja conduta sexual não estava dentro dos padrões exigidos dificilmente seria protegida.

Como abordamos, a “honra feminina” está fundamentalmente ligada à prática sexual. Mas não somente; sua conduta social também era fundamental à formação do caráter de honradez feminino. Ademais, a conduta sexual e social da mulher influenciava diretamente na honra da família. Entretanto, em Formiga observamos que os homens foram protagonistas no envolvimento de crimes desta natureza. Não é anormal que os homens estejam mais envolvidos nestes crimes porque a incumbência de proteção da honra, tanto familiar, feminina ou

<sup>24</sup> ZENHA, Celeste. *As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza*. Niterói/RJ: Dissertação de Mestrado UFF, 1984, p. 172

<sup>25</sup> O “dano” em questão é entendido como o prejuízo aos bons costumes sociais, ao “sagrado matrimônio” católico e à honra das pessoas envolvidas, sobretudo, do homem.

<sup>26</sup> Doc. 10, Cx. 08, 1846, Processos Criminais de Formiga/MG, LABDOC/UFESJ.

masculina, era legada ao universo masculino – visto que falamos de uma sociedade onde o *pátrio poder* estava em uso.<sup>27</sup>

O maior número de crimes envolvendo a proteção da honra masculina também pode se explicar por outros fatores. “O valor da honra da pessoa nunca é absoluto, consiste em um tipo de bem que precisa ser renovado e reconhecido permanentemente.”<sup>28</sup> A honra só se efetiva se for cotidianamente evidenciada e a melhor forma de um homem demonstrar a “bravura” pessoal, em Formiga, parece ter sido mantendo desavenças. Mas, eles também utilizavam da justiça para proteger a imagem pessoal.

Do total de processos desta categoria (74 crimes) quase 70% decorreram de rixa e disputas. Uma ofensa provocada não poderia ser deixada de lado, pois representava uma ameaça à credibilidade pessoal. Pensando assim, Alexandre José de Oliveira, em 1849, entrou com processo contra João Ferreira Maia e Basílio João Correia Melo por estes terem injuriado seu nome a fim de “provocar o ódio público”. As difamações teriam iniciado devido a inimizades por dívidas de negócio.<sup>29</sup>

Manoel Alves da Rosa foi outro que buscou a justiça para “limpar” sua honra. Em abril de 1843, entrou com uma queixa contra Manoel Fernandes de tal por este ter levado sua esposa Maria Cândida de Jesus para morar com ele. O ofendido relatou que os dois tentaram assassiná-lo, além de tê-lo ameaçado por diversas vezes. O caso não foi concluído pela justiça porque os réus fugiram e não foram encontrados. Mesmo assim, à vítima a situação se tornara favorável pelo simples fato de ter demonstrado publicamente sua indignação.<sup>30</sup>

Apesar de a maioria das pessoas estarem mais preocupadas com sua reputação pessoal, alguns se preocupavam com a manutenção da moral e dos bons costumes da sociedade onde viviam. Nas localidades de Formiga, quatro processos, do total analisado (490), foram impetrados por preocupação com a manutenção da “honra externa” – dos costumes honrados em sociedade.

---

<sup>27</sup> Há uma historiografia que aponta que em Minas Gerais, sobretudo nos séculos XVII e XIX, não apresentava traços de uma sociedade patriarcal dada as suas condições de colonização e práticas econômicas (inicialmente voltadas à exploração mineral). Contudo, recorremos a Silvia Brügger para afirmar que Minas Gerais deste período, mesmo com suas especificidades, era patriarcal. BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal...* São Paulo: Annablume, 2007, p.50-4

<sup>28</sup> MILENGROSSO, Carlos Eduardo. Honra e Conduta: Populares e Práticas Amorosas em Porto Alegre (1898-1923). *Revista Críticas Históricas*, Ano II, nº 4, Dez/2011, p. 202

<sup>29</sup> Doc. 20, Cx. 14, 1849, *op. cit.*

<sup>30</sup> Doc. 12, Cx. 09, 1843, *idem.*

No ano de 1843, Severiano da Silveira Leão entrou com queixa contra João Antônio por este ter divulgado, após uma missa, que tinha se casado “entre o cálice e a hóstia” com uma moça para a qual havia impedimentos ao casamento. Silveira Leão considerou que o fato fora um abuso à religião que devia ser punido tanto pela injúria ao sacramento, como pela ofensa à moral pública. Ou seja, ele demonstra com sua ação que havia vigilância da “honra” tanto pessoal quanto das de outras pessoas do convívio social.<sup>31</sup>

### Conclusão

Pela análise realizada, evidenciamos que o espaço de atuação social, em Formiga, bem como ocorria nas demais regiões do Brasil, era majoritariamente masculino. Todavia, a estas especificidades do “universo” masculino, acrescentamos que os processos criminais analisados demonstram o maior uso da “violência” em se tratando da proteção da “honra”. Ou seja, os envolvidos em crimes desta natureza, neste recorte, utilizaram mais da violência do que recorreram à justiça.

Do total de crimes classificados como “honra feminina” (26 crimes), a maioria (73%) resultou em violência ou foi decorrente de um ato inicial de violência. Dos casos de “honra masculina” (74 crimes), 71,6% foram crimes violentos. Em geral, ocorreram trinta e um homicídios, doze tentativas de homicídio e vinte e três crimes de ofensa física (agressão), um estupro e um rapto. De todos os crimes categorizados como sendo motivados pela proteção da “honra” (104 crimes), 65% reduziram-se a atos de violência.

### Quadro I

CRIMES VIOLENTOS		
Tipo de crime	Quantidade	%
Homicídio	31	46%
Ofensa Física	23	34%
Tentativa de Homicídio	12	18%
Estupro	01	1%
Rapto	01	1%
Total de crimes violentos	68	

<sup>31</sup> Doc. 04, Cx. 09, Processos Criminais de Formiga/MG, LABDOC/UFESJ

Os resultados comprovam que mesmo em tempos os quais o aparato judicial estava em transformação, em favor da ampliação da justiça, a população comum desta região, para resolução de problemas relacionados à conduta, preferia usar velhos costumes. O uso expressivo da violência nas localidades de Formiga, portanto, é resultado do apego aos hábitos de um tempo o qual se resolvia pendências pela força – quando o recurso à justiça não fazia, em grande medida, parte da realidade das camadas mais pobres da sociedade.

## Uma miniatura do mundo ordinário: a Penitenciária Agrícola de Neves (1927-1949)

**Pedro Henrique da Silva Carvalho**

Graduado em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E-mail: peu.fire@gmail.com

**Resumo:** Elemento necessário à modernização, a construção de uma instituição penal de referência em Minas Gerais iniciou-se no ano de 1927, harmonizando-se ao discurso de autoridades mineiras que à época queixavam-se da escassez de mão de obra que acometia o estado. Localizada no atual município de Ribeirão das Neves, a Penitenciária Agrícola de Neves surge como proposta de mecanismo mais profícuo de condicionamento para o trabalho. Respalhando-se em documentos administrativos, este artigo consiste em investigar os princípios que norteavam o funcionamento da penitenciária, do período de construção ao ano de 1949, momento em que são evidenciados por jornais os primeiros transtornos na instituição. Ademais, busca-se relacionar a construção do estabelecimento correcional agrícola com o contexto nacional que exaltava o valor do trabalho por intermédio dos discursos produzidos por idealizadores da instituição.

**Palavras-chave:** Penitenciária Agrícola de Neves; História das Instituições Penais; Trabalho; Educação.

**Résumé:** L'élément le plus nécessaire pour la modernisation, la construction d'un établissement correctionnel de référence dans le Minas Gerais a commencé en 1927, s'il en est d'accord à allocution des autorités mineiras que s'est plaignaient de l'absence des travailleurs qui affectait l'état. Situé dans la ville actuelle de Ribeirão das Neves, la Penitencier Agricole de Neves se présentait comme mécanisme plus efficace de mesures disciplinaires par le travail. Cet article est basée sur les documents administratifs et se prétend d'étudier les principes qui ont guidés le fonctionnement de la pénitencier, du période de construction à 1949, le moment où a eu lieu les premiers troubles dans l'institution sont mettent en évidence par les magasins. En outre, il vise à relier la construction de la pénitencier agricole au contexte national qui exaltait le valeur du travail en utilisant les discours prononcés par les créateurs de l'institution.

**Mots-Clés:** Pénitencier Agricole de Neves; Histoire des Institutions Pénales ; Travail; Éducation.

### **“Uma tarefa para educadores, para homens de sensibilidade e de inteligência”**

Há tempos a Penitenciária de Neves tem sido grassada como uma instituição corretiva que soube assimilar os atributos teóricos modernos no tocante à humanização das penas, sendo calcada na proposta de reabilitação do indivíduo por meio da educação técnica-instrucional e da faina diária, convertendo-os em cidadãos adaptados e úteis para reinserção em sociedade. Erigida no município de Ribeirão das Neves, anteriormente circunscrita à cidade de Contagem, a Penitenciária Agrícola é a mais antiga instituição correcional desse porte, no estado de Minas Gerais, a manter-se ativa desde a sua fundação.



O caráter agrícola da instituição relacionava-se essencialmente ao mundo rural que persistia em quase todo o país<sup>1</sup>. Minas Gerais, por seu turno, configurava-se como um verdadeiro mosaico econômico. Inexistia uma integração viçosa entre as regiões mineiras economicamente preponderantes. Ademais, enfrentavam o problema do trabalho realizado sazonalmente, o qual, por vezes, esteve relacionado ao aliciamento de trabalhadores mineiros para as fazendas de São Paulo e para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de subsistência e trabalho. O estado detinha uma verdadeira característica afugentadora<sup>2</sup>. O êxodo espontâneo de trabalhadores decorrente de oportunidades mais atrativas em outras localidades ascendeu a preocupação de autoridades mineiras para um problema que vinha se agravando nas lavouras: a escassez de mão de obra disponível e razoavelmente qualificada.

Os discursos propalados por juristas e políticos mineiros em uníssono contra a vadiagem e a mendicância nas primeiras décadas do século XX, concatenado às flagrantes adversidades econômico-sociais, exortaram a criação de instituições correccionais agrícolas que se tornaram verdadeiros instrumentos paliativos no tocante a escassez de mão de obra<sup>3</sup>. Houve uma tentativa malograda de realizar a dupla função de sanar o crime de vadiagem e preparar a mão de obra para a lavoura por meio da construção da Penitenciária do Bom Destino, em Sabará. Repensava-se, nesse estabelecimento, a inclusão de uma grande massa de excluídos em um novo modelo de civilização realizado via educação para o trabalho. No entanto, a instituição funcionou por breve período, deixando um vácuo no sistema prisional do estado.

A maior parte dos municípios mineiros possuía cadeias pouco estruturadas. Em visita à Penitenciária de Ouro Preto, nos idos de 1926, o Presidente de Estado Antônio Carlos teria constatado a situação emergencial em que se encontrava a instituição. Segundo ele, inexistiam quaisquer condições higiênicas e sanitárias adequadas que promovessem a reabilitação do transgressor social. Situação análoga à vista na Penitenciária de Uberaba<sup>4</sup>, onde, como atesta o

---

<sup>1</sup> Francisco Dias assinala que o estudo das instituições deve considerar sua dimensão histórica, observando os contextos nos quais estão inseridas e pelos quais mantêm “um vínculo de influências recíprocas (relação entre dentro e fora), como um processo social interligado ao processo geral de formação de uma sociedade.” (DIAS, 1990, p. 17 – destaques no original).

<sup>2</sup> BOTELHO, 2007.

<sup>3</sup> MILAGRE JÚNIOR, 2013; SILVA, 2006.

<sup>4</sup> A situação do sistema prisional no Estado foi aventada em outros veículos de comunicação. Em matéria divulgada no periódico O Jornal, constata-se que naquela época as “penitenciárias de Ouro Preto e Uberaba, por falta de organização técnica e de edifícios adequados para o seu funcionamento, estão longe de satisfazer às condições impostas pelas normas de um regimen penitenciario destinado a reeducar o condenado.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 19/08/1936, p. 6).

periódico O Observador econômico e financeiro, de junho de 1939, Antônio Carlos teria experimentado

ao vivo a sensação de retrocesso [...] do regime carcerário do Estado [...] por entre corredores sem luz, ou no pátio sem sol, os detentos emboloravam, tiritantes, com as parotides inflamadas, sob ação do frio humido, e sem estímulos de regeneração, deprimidos, aviltados, amortalhados física e espiritualmente.<sup>5</sup>

Em vista das recomendações dos congressos penitenciários internacionais, o governo mineiro anuiu a criação de estabelecimentos correccionais por solicitação do presidente estadual. O jurista Mendes Pimentel foi empossado como Presidente do Conselho Penitenciário e encarregado de estudar e elaborar um sistema punitivo moderno, atualizado às tendências da penologia ocidental, cujo princípio do reajustamento social não permitia mais enxergar a pena primordialmente como um castigo, mas, outrossim, como um instrumento de recuperação do qual se serviria a sociedade para recuperar o transgressor<sup>6</sup>. Em comunhão com outros juristas do porte de Alexandre Drumond, Estevão Pinto e Magalhães Drumond, foi lançado um projeto visando sanar os percalços das prisões no Estado por intermédio da criação de duas penitenciárias as quais deveriam apresentar-se como modelos: uma de feição agrícola, localizada no município de Contagem, e outra de cunho industrial, na cidade de Juiz de Fora. Todavia, por força de circunstância, essa última não se concretizou.

Em conferência realizada em São Paulo, no ano de 1943, José Maria Alkmim, aludindo às pesquisas prévias para construção de um novo estabelecimento, afirmou que os censos realizados em Minas Gerais apontavam que mais de setenta por cento dos reclusos mineiros eram provenientes da zona rural, cujos trabalhos nas lavouras constituíam sua principal fonte de subsistência. Destarte, concluiu-se “que somente um estabelecimento de feição agrícola poderia corresponder às finalidades procuradas por meio do tratamento adequado aos delinquentes.”<sup>7</sup>

A Penitenciária de Neves teve sua construção iniciada no ano de 1927. O local escolhido foi um terreno conhecido por Fazenda das Neves, uma área correspondente a 925 hectares que

---

<sup>5</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Periódicos. Economia de uma Penitenciária. O Observador Econômico e Financeiro, n. 41, Rio de Janeiro, jun. 1939. p. 52-58.

<sup>6</sup> DIAS, 1955, p. 354-355.

<sup>7</sup> ALKMIM, 1943, p. 201.

distava em torno de 35 quilômetros de Belo Horizonte.<sup>8</sup> Porém, o estabelecimento só seria concluído em dezembro de 1936, embora já estivesse apto a receber presos. A inauguração ocorreu no dia 18 de julho de 1938 para supostamente adequar-se à agenda do então Presidente Getúlio Vargas<sup>9</sup>.

### **Estufa Social: um problema de educação**

Ao ponderar sobre as instituições herméticas e sua conseqüente atuação sobre o sujeito encerrado em seus espaços, Erving Goffman (1999) ressalta o cotidiano dos atores que recebem a ação. O termo “estufa”, balizado no decorrer deste artigo, provém do emprego da palavra utilizada na reflexão do autor para se referir àquilo que denominou como “instituição total”, conceito aplicado para representar um local de residência e trabalho onde indivíduos em condições similares de sobrevivência são retirados do pleno convívio social com o intuito de levar uma vida parcialmente fechada e formalmente administrada. É um “híbrido social”, figura de comunidade residencial fechada que se mescla à reprodução de uma organização formal da sociedade.

Para tanto, elaborou-se alguns critérios para que o apenado pudesse cumprir sua punição na instituição. Conforme disposto na Lei 968, de 11/09/1927, o estabelecimento deveria encerrar em seus muros “condenados que, já tendo cumprido pelo menos uma quarta parte do tempo da prisão que lhes houver sido imposta, o requererem, e o merecerem pela sua conduta carcerária.”<sup>10</sup>

Nota-se, nesse trecho, a aplicação do princípio de graduação da pena, de modo em que a reintegração do condenado ao seio social se daria respeitando níveis de tolerância em conformidade com o ato infracional cometido. Outra condição se refere à vontade do indivíduo em cumprir parte de sua pena no local discriminado, assim como o seu merecimento, o que denota não tão somente critérios objetivos, mas o seu prolongamento a critérios subjetivos. Além disso, seriam primordialmente aceitos “em identidade de circunstâncias, os que, anteriormente à prisão, se dedicavam à ocupação agrícola ou industrial.”<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Recorte de Jornais. Matéria sobre a Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “O Oriente”. Belo Horizonte (MG). WE-4, Caixa 01, doc. 21, s/d.

<sup>9</sup> CÂMARA, 1951, p.118.

<sup>10</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 968 de 11 setembro de 1927. Autoriza o governo a criar duas penitenciárias. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 11 de setembro de 1927. (Collecção das leis e decretos do estado de Minas Gerais).

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem.*

Tal assertiva conecta-se às elucubrações de Otto Kirchheimer e Georg Ruschel (2004). Na obra *Punição e estrutura social*, os autores atinam para a existência de uma correlação entre mudanças estruturais no mercado de trabalho e as punições, evidenciando como as demandas econômicas influenciam substancialmente os mecanismos punitivos. A argumentação relaciona-se ao contexto produtivo agrário dos apenados, inclusive porque aos detentos seriam “ministrados ensinamentos e agricultura mecânica, conhecimentos práticos e rudimentares de adubos, e métodos e fórmulas para análises de terrenos.”<sup>12</sup>

Não obstante, locupletar-se de trabalho alheio não correspondia às aspirações da penalogia moderna. Entendia-se que o trabalho realizado pelo detento deveria ser remunerado. O salário seria dividido em duas metades: uma a ser escriturada como receita do Estado e outra a ser entregue à sua família.<sup>13</sup>

Além disso, a prisão deveria assemelhar-se à uma verdadeira escola. Ao menos nos dizeres de José Maria Alkmim, a educação formal possui um sentido mais lato<sup>14</sup>, visto que “em uma ou outra penitenciária [...] haveria [...] o número necessário de escolas primárias.”<sup>15</sup> Posteriormente, o já diretor penitenciário fez questão de frisar que as tarefas exercidas pelos funcionários, homens de sensibilidade, assim como ele, equiparavam-se aos afazeres próprios de educadores; indivíduos capazes de compreender os problemas individuais e coletivos, os quais, por conseguinte, formulariam meios através dos quais constituíssem “as justas condições para a readaptação do indivíduo ao meio social”.<sup>16</sup>

As nomeações para os cargos resultantes da construção da nova Penitenciária do Estado ocorreram ao sabor das flutuações políticas. Antônio Carlos, por exemplo, designou para direção das obras Alcides Lins, engenheiro de formação nas áreas civil e de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto, e também diretor do Departamento Estadual de Viação e Obras

---

<sup>12</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 968 de 11 setembro de 1927. Autoriza o governo a criar duas penitenciárias. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 11 de setembro de 1927. (Collecção das leis e decretos do estado de Minas Gerais).

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>14</sup> Na inauguração da Penitenciária de Neves, José Maria Alkmim diz entender que: “O problema penitenciário é hoje, antes de tudo, um problema de educação. A prisão será, em certo sentido, uma escola, e os métodos que essa escola prescrever devem atender a todos os valores essencialmente humanos, pois cogitarão de homens como os outros, com as mesmas angústias, as mesmas dúvidas e as mesmas esperanças diante do destino.” (ALKMIM, 1938, p. 14)

<sup>15</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 968 de 11 setembro de 1927. Autoriza o governo a criar duas penitenciárias. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 11 de setembro de 1927. (Collecção das leis e decretos do estado de Minas Gerais).

<sup>16</sup> ALKMIM, 1938, p. 23-24.

Públicas; o qual, por sua vez, indicou para superintendência de obras o engenheiro Walter Euler, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Região de difícil acesso, fez-se necessária a construção de uma estrada ligando o local a Belo Horizonte e Sete Lagoas. Walter Euler teria sugerido à equipe responsável pelas obras a compra de um terreno próximo à fazenda Matto Grosso, para que no lugar fosse construída a nova instituição correcional agrícola do Estado.

Nos anos subsequentes, o local passou a fazer parte do circuito de trabalhos desenvolvidos pelos sentenciados tornando-se essencial para os planos da instituição. No ano de 1935, o Secretário de Viação e Obras Públicas, Raul Noronha Sá, requereu a construção de uma estrada que ligasse Ribeirão das Neves à Fazenda Mato Grosso, objetivando aprimorar o desempenho das atividades realizadas pelos internos. Foi requisitado para o empreendimento, inclusive, um número considerável de reclusos para pavimentar o trecho<sup>17</sup> Percebe-se, nesse ponto, o esforço das autoridades penitenciárias e políticas em obter o máximo aproveitamento da disposição e energia dos sentenciados com a finalidade de livrá-los de uma ociosidade improdutiva que porventura viesse a constituir-se como elemento deformador de uma íntegra reeducação social ao mesmo tempo em que abrandaria os custos da obra e aliviaria as finanças públicas.

Inúmeros operários também foram mobilizados para o empreendimento. Devido à distância de suas residências de origem, muitos construíram moradias nas proximidades da penitenciária, onde “fóra do muro do presidio está inteiramente contruida uma villa.”<sup>18</sup>, pois o espaço não oferecia sequer as “[...] conveniências da habitação higiênica [...] cuidou-se tambem do projéto de trinta casas de funcionarios que oferecem todos esses requisitos.”<sup>19</sup>

O estabelecimento era composto de cinco andares com um edificio ao centro para abrigar o número total de 600 detentos, algo em torno de 280 indivíduos em cada pavilhão, embora a capacidade tenha sido ampliada para 1.200 reclusos. Logo na entrada, havia “dois

---

<sup>17</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Secretaria de Viação e Obras Públicas (1935-1961). Estradas de rodagens e pontes. Pedido de construção de estrada da penitenciária de Ribeirão das Neves a Fazenda Mato Grosso. SVOP, Caixa 06, pacote 08, 1935-1938.

<sup>18</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Recorte de Jornais. Matéria sobre a visita de representantes da Imprensa e do Secretário de Interior à Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “Folha de Minas”. Belo Horizonte (MG). WE-4, Caixa 01, doc. 06, 03/07/1936.

<sup>19</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Produção intelectual. Escritos do titular. Texto do projeto de construção da Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves e sugestões quanto ao sistema penitenciário. Ribeirão das Neves (MG). WE-2.1, Caixa 01, doc. 02, 14/12/1937.

muros sucessivos, de uma altura mínima de seis metros cada um.”<sup>20</sup> Quando trespassados, na ala direita de dois pavimentos, viam-se as salas do Diretor da Penitenciária, o gabinete odontológico, o médico, o fotográfico, a barbearia e o gabinete médico para exame dos sentenciados recém-transferidos, cujos cabelos, nesse momento, eram raspados para evitar a contaminação derivada de piolhos. Todos eram submetidos aos procedimentos diagnósticos. Os que eram constatados com algum tipo de doença passavam por procedimentos específicos.

Si for tuberculoso, por exemplo, ficará completamente isolado em cellas proprias onde não falta sol e luz e com o requinte até de uma varanda de estar. Se soffrer de outra qualquer molestia contagiosa será também isolado num “rink” especial sem nenhum contato com as outras prisões. Se, por acaso, o medico da prisão suspeitar do grau de sanidade mental do individuo, este será recolhido em cellas eguaezinhas aos dos presidiários sãos. Mas por meio de um dispositivo optico adaptado ao tecto da cella, todos os actos do detento, sem que elle perceba, estão sendo sempre observados pelo medico psychopatha do presídio.<sup>21</sup>

Para assistir a certos tipos de sentenciados, o médico-chefe do serviço de Antropologia da Penitenciária Agrícola de Neves, Moacir Martins de Andrade, lançou no dia 4 de julho de 1948, em solenidade, a pedra fundamental que inaugurava o Sanatório Penal e Instituto de Criminologia. Teoricamente, a criação de um posto de atendimento em saúde mental diminuiria o traslado de Neves para outras instituições especializadas no atendimento de apenados que necessitassem de acompanhamento específico, do mesmo modo em que prestaria devida “assistência psiquiátrica aos reclusos que apresentarem distúrbios mentais.”<sup>22</sup> Para os idealizadores do projeto, a denominada Antropologia Criminal conectada à Estatística permitia ao cientista enveredar-se pelas desventuras do homem criminoso e sua atividade antissocial.

Por iniciativa do membro do Conselho Penitenciário, Alexandre Drummond, estabeleceu-se um serviço hospitalar na instituição. Atenta-se para o fato de que a instalação de um serviço médico *in loco* diminuía custos com o trânsito de reclusos acidentados ou doentes para hospitais na Capital, ao passo que minorava o risco de falecimentos fornecendo

<sup>20</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Recorte de Jornais. Matéria sobre a visita de representantes da Imprensa e do Secretário de Interior à Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “Folha de Minas”. Belo Horizonte (MG). WE-4, Caixa 01, doc. 06, 03/07/1936.

<sup>21</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Recorte de Jornais. Matéria sobre a visita de representantes da Imprensa e do Secretário de Interior à Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “Folha de Minas”. Belo Horizonte (MG). WE-4, Caixa 01, doc. 06, 03/07/1936.

<sup>22</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Produção intelectual. Escritos de outros autores. Cópia de discurso pronunciado pelo médico Dr. Moacir Martins de Andrade, chefe do serviço de antropologia da Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, na solenidade de lançamento da pedra fundamental do Sanatório Penal e Instituto de Criminologia em Neves. Ribeirão das Neves (MG). WE-2.2, Caixa 02, doc. 01, 04/07/1948. p. 2.



atendimento imediato. Dispunha-se, também, de uma seção jurídica responsável por avaliar processos referentes à condição dos internos. Trabalhando conjuntamente com o Conselho Penitenciário, avaliava-se sua trajetória progressiva e a progressão no cumprimento da pena com a finalidade de rever pedidos ou apelações. Não raro, os internos tinham sua pena corrigida ou mesmo encerrada.

O projeto ainda previa a construção de “quatro pavilhões – dispostos segundo o ‘postelegrafico’ [...] de seis andares cada, [...] estando o Diretor [...] munido de uma forte arma de persuasão, sem violência.”<sup>23</sup> Em cada extremidade dos pavilhões existiam “14 chuveiros, dois refeitórios, duas salas de recreio para a estação chuvosa, duas salas de aula, duas oficinas refeitórios e ambulatorio.”<sup>24</sup> Nas celas, cada acomodação dispunha de instalações sanitárias essenciais e uma cama de ferro desmontável. Havia um parlatório onde os reclusos recebiam visitas de seus entes, separados por uma tela de arame utilizada para evitar a entrega de objetos aos presos.

Ao centro do edifício encontravam-se as enfermarias, a farmácia, as salas de estudo e de operações médicas. Nas proximidades, à esquerda, existia uma cozinha ampla, “dispondo de diversas dispensas, e uma camara frigorífica, ainda por se instalar.”<sup>25</sup> A ala contava, ainda, com a lavanderia, a padaria e um depósito de víveres e materiais.

No discurso de inauguração, Alkmim anunciou que a singularidade de Neves residia em não parecer-se com nenhuma outra prisão congênere, à exceção da Colônia Correccional de Witzwil<sup>26</sup>, na Suíça.<sup>27</sup> Entretanto, a instituição aproximava-se, em certo sentido, de estabelecimentos correccionais de tipo aberto<sup>28</sup>, os quais “se caracterizam pela total ausência de medidas preventivas contra a evasão – muros, grades, fechaduras, guardas.”<sup>29</sup> Alicerça-se como base desse sistema a confiança na submissão voluntária do sentenciado à disciplina da instituição. Trata-se de um acordo tácito em que o indivíduo, embebido do sentimento de

---

<sup>23</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Recorte de Jornais. Matéria sobre a visita de representantes da Imprensa e do Secretário de Interior à Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “Folha de Minas”. Belo Horizonte (MG). WE-4, Caixa 01, doc. 06, 03/07/1936. p. 03.

<sup>24</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Walter Euler engenheiro (1928-1937). Recorte de Jornais. Matéria sobre a Penitenciária Agrícola e Industrial de Ribeirão das Neves, jornal “O Oriente”. Belo Horizonte (MG). WE-4, Caixa 01, doc. 21, s/d.

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>26</sup> A Colônia Correccional de Witzil, na Suíça, mantinha seções industriais que supriam as necessidades dos internos, desde vestuários a movelaria (DIAS, 1955, p. 358).

<sup>27</sup> ALKMIM, José Maria. Discurso proferido no ato de inauguração da Penitenciária de Neves em 18/VII/38. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1938. p. 18.

<sup>28</sup> Os limites e equívocos desse entendimento são discutidos *In*: MIOTTO, 1971, p. 29.

<sup>29</sup> VIANA, 1961, p. 170.



responsabilidade, não se evade do local, enquanto a instituição dispensa mecanismos de controle mais incisivos. Se do ponto de vista das medidas preventivas o estabelecimento correcional mineiro não abdicara das tecnologias de poder, isto é, das técnicas, procedimentos e métodos coercitivos; sob outra perspectiva, a disciplina manifestar-se-ia como principal meio de estabilidade do clima penitenciário. Remetendo às discussões dos congressos penitenciários internacionais, Alkmim afiança que os trabalhos desenvolvidos em Neves seguiam a linha do criminologista italiano Enrico Ferri, propositor do formato *all' aperto* em regime de semiliberdade, no qual a arquitetura como meio de controle importaria menos que as exigências sociais e o regime disciplinar aplicado<sup>30</sup>.

Nessa perspectiva, havia uma gama de atividades exercidas com esse propósito. Alguns instrutores técnicos foram contratados para manter a disciplina e orientar os sentenciados na alfaiataria (que servia à própria instituição), no almoxarifado, na barbearia escola, nas fábricas de malas (malas, canastras e caixas de couro), na selaria (onde se fabricava arreios, correias, barracas de lona para engenheiros e outros artigos), na britagem (fragmentação de partículas de pedra), na colchoaria, na padaria e na fábrica de calçados (produção de 50 pares por dia), na cozinha e na fábrica de móveis de vime.<sup>31</sup>

Nas seções agrícolas praticava-se a cultura de cereais, pecuária, horticultura (produção e aproveitamento de frutas, verduras, legumes) e pomicultura (cultivo de árvores frutíferas). Na Feira Permanente de Amostras, em Belo Horizonte, a Penitenciária dispunha de mostruário de seus gêneros alimentícios produzidos. Prestava-se, igualmente, “assistência aos rebanhos em pontos mais distantes e frequentemente faziam longas viagens para o transporte de gado destinado às invernadas do estabelecimento.”<sup>32</sup>

Desvela-se, dessa maneira, o pretense caráter autossuficiente da instituição. Parte das onerações despendidas com a manutenção da penitenciária deveriam advir do próprio labor realizado pelos reclusos e funcionários. Observando o conjunto de atividades executadas, entende-se tratar, portanto, da imposição de uma disciplina do trabalho assalariado parcialmente

---

<sup>30</sup> Para o autor, a Penitenciária de Neves apresenta-se como regime [...] de máxima segurança, à moda das antigas prisões americanas, *major security*. Mas, sua alma é o que importa: os muros e as grades não conseguem aprisioná-la. Em Neves, dá-se este paradoxo: “a arquitetura do presídio é fechada; mas, a experiência que ali se realiza é francamente de prisão aberta.” (VIANA, 1961, p. 172 – itálicos no original).

<sup>31</sup> COSTA, 1949, p. 65.

<sup>32</sup> ALKMIM, 1943, p. 204.

dessocializado, instituída pela autoridade do Estado com fins de obter-se uma melhor recolocação social do indivíduo transgressor<sup>33</sup>.

Outra singularidade teórica encontrava-se na promoção de valores. Pensava-se que a família, esteio de uma sociedade ordeira e civilizada, baluarte da moralidade coletiva, abrandaria o sofrimento dos que se encontravam em reclusão, afastando das almas incautas o pensamento transgressor, os descaminhos da perdição e da desordem. Astor Guimarães Dias<sup>34</sup> aponta a existência de ao menos 30 condenados cumprindo pena na penitenciária, no ano de 1943, em companhia da família. Alguns, inclusive, casaram-se na penitenciária a fim de obter livramento condicional. Naquele contexto, a moralidade coletiva traduz-se como sinônimo de família, educação e trabalho, caminho infalível na direção do progresso e da civilidade.

Embora todo o esforço intelectual, físico e financeiro aplicados para um perfeito transcorrer do cotidiano penitenciário, as primeiras fraturas foram evidenciadas logo nos primeiros anos de funcionamento. No prelúdio da festividade de Natal celebrada do ano de 1948, por exemplo, quatro presos orquestraram uma tentativa de fuga almejando atacar o guarda quando fosse aberto o portão para a missa de Natal. O intento não se completou devido à denúncia de outros internos. Um deles, de nome João Candido, foi atacado pelos articuladores que lhe desferiram um golpe na cabeça quando se encontrava na oficina onde trabalhava, acabando por vir a óbito<sup>35</sup>.

Noutra circunstância, houve a formalização de denúncias junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais alegando maus-tratos aos internos. O diário A Manhã noticiou as queixas dos presos que alegavam estar “sendo barbaramente espancados, bem como faltariam medicamentos para os enfermos, tendo havido vários falecimentos por esse motivo.”<sup>36</sup> Como se vê, embora toda a articulação para se criar um ambiente favorável à regeneração social, a instituição lidou com questões contrastantes à revelia das pretensões das autoridades mineiras e ao prestígio angariado pelo estabelecimento penal.

---

<sup>33</sup> WACQUANT, 2001.

<sup>34</sup> DIAS, 1955, p. 360-361.

<sup>35</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Periódicos. Motim na penitenciária mineira. Diário de Pernambuco, ano 124, n. 2, Pernambuco, 4 jan. 1949. p. 5.

<sup>36</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Periódicos. Irregularidades na Penitenciária de Neves. A Manhã, ano VII, n. 1.995, Rio de Janeiro, Domingo, 8 fev. 1948. p. 6.

### **Considerações finais**

Na medida do orçamento público, das vontades políticas, e da própria perícia dos articuladores intelectuais, ofereceu-se condições físicas e estruturais para realizar-se um empreendimento exitoso. A asserção “os penitenciários de Neves trabalham sem liberdade, para que o Brasil permaneça livre”, trazida por internos na comemorações do Dia da Independência de 1942, em Belo Horizonte, explicita a tentativa das autoridades mineiras de consolidarem no imaginário social a ideia de uma instituição penal singular perante os demais presídios do país, onde o trabalho cotidiano manifestava-se como bastião de uma vida meritória e digna, substrato básico da regeneração social a serviço da ordem. Assim sendo, a Penitenciária Agrícola de Neves aproxima-se das proposições de Goffman no que concerne às denominadas “instituições totais”. Pretendeu-se torná-la uma verdadeira estufa para recuperar pessoas, oferecendo-lhes condições adequadas para o seu pleno (re)ajustamento social, físico e intelectual; educando-as nos preceitos do civismo e formando cidadãos ordeiros e ufanos de sua pátria por intermédio de uma abreviatura do mundo ordinário. Todavia, a Penitenciária Agrícola de Neves não esteve imune a dilemas enfrentados por outras prisões do Brasil.

## Prostitutas e criminosas: O discurso acerca das mulheres delinquentes para Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero (1893)

**Carolina Wanderley Van Parys de Wit**

Graduanda em História

UDESC

E-mail: carolinavanparys@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma análise discursiva acerca das mulheres delinquentes no livro *Criminal woman, the prostitute, and the normal woman* escrito por C. Lombroso e G. Ferrero, observando o discurso médico-legal nas temáticas relacionadas a essas delinquentes. Para os autores, as mulheres degeneradas poderiam ser divididas em duas grandes categorias: prostitutas e criminosas. A análise aqui empreendida está ancorada na obra de Michel Foucault e seus conceitos como: discurso, saber-poder, assim como seus escritos sobre sexualidade, serão de importância fundamental para o desenvolvimento do artigo, uma vez que podemos observar por meio de uma análise foucaultiana como os escritos de Lombroso e Ferrero ainda reverberam no tempo presente.

**Palavras chaves:** Mulheres; Criminosas; Prostitutas; Discurso; Criminologia.

**Abstract:** The present work proposes a discursive analysis on delinquent women in the book *Criminal woman, the prostitute, and the normal woman* written by C. Lombroso and G. Ferrero (1893), observing the medical and legal discourse in the themes related to these delinquents. For the authors, degenerate women could be divided into two big categories: prostitutes and criminals. The analysis undertaken here is anchored in Michel Foucault's work and his concepts such as: discourse, knowledge-power, as well as his writings on sexuality, will be of fundamental importance for the development of the article, since we can observe through A Foucaultian analysis as the writings of Lombroso and Ferrero still reverberate in the present times.

**Keyword:** Woman; Criminal; Prostitute; Discourse; Criminology

“Presas viúva acusada de matar marido para ficar com seguro de vida” (O DIA, 2017) o crime em questão aconteceu na cidade de Niterói em 2015, e Rafaela foi presa por matar o marido. A motivação do crime foi o seguro de vida do marido que estava no nome dela, seguro de aproximadamente 2,4 milhões de reais. A matéria relata que a autora do crime teria na verdade contratado seu amante – um traficante da região – para simular um assalto e assassinar o marido. Ao finalizar a matéria o jornal ainda usa as seguintes tags<sup>1</sup>: viúva negra; matou o marido; Niterói; Ararauma; seguro de vida. O jornal *O DIA* disponibiliza as notícias em uma plataforma online que possibilita que os leitores interajam com a matéria e façam comentários.

Na reportagem aqui citada pude observar um total de 54 comentários<sup>2</sup>. O primeiro que aparece ao chegar a seção despertou o meu interesse em fazer uma breve análise discursiva. Segundo um dos comentaristas nesse notícia, a autora do crime é descrita como “safada

---

<sup>1</sup> A Tag nesse caso é usado como ferramenta de busca da matéria, utilizando palavras chaves

<sup>2</sup> Nessa contagem levei em conta também as respostas aos comentários. Caso fossemos pegar apenas os comentários seriam 43, até o momento atual da pesquisa.

vagabunda assassina suburbana marmitta de traficante .... Apodreça na cadeia.....”. Comentários como esse podem parecer chocantes, contudo, após uma amostragem dos dados, podemos observar que 31,4%<sup>3</sup> das mensagens deixadas na matéria seguem esse mesmo padrão – aparecem termos como vagabunda, puta, vadia e outros. O crime feminino atrela-se, a partir de discursos como esse, a condição sexual da vida da mulher, logo, não existe uma dissociação do crime e da vida sexual. Na amostragem total levantada (54) também encontrei dizeres como: mulheres não são confiáveis, confio apenas na minha mãe.

São comentários como esses que possibilitam analisar o discurso da população em comparação a discursos científicos, possibilitando observar pontos que os aproximam ou afastam. Para o autor Michel Foucault os discursos são acontecimentos históricos, eles caracterizam e marcam um período, caracterizam uma época. A formação discursiva é constante, e ela está em eterno movimento, fazendo parte de um jogo de construções onde um fica sobreposto ao outro. Assim, a prática discursiva produz verdade por meio de saberes científicos ou não, mas que devido ao caráter científico tem capacidade por meio de jogos políticos e institucionais ser aderido pela população como verdadeiro e positivo.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Considerando o discurso como uma construção social, e entendendo que ele faz parte de um jogo de saber-poder, constituindo uma verdade que pode sofrer alteração ao longo do tempo ou permanecer a mesma, é plausível historicizá-lo e entender ele dentro da construção histórica. Atrelando com as discussões da História do Tempo Presente, os discursos médico-legal presente na obra de Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero aqui analisada ainda se faz presente, pois podemos ver suas reverberações na atualidade. Segundo François Hartog (2013), este presente é múltiplo e multifacetado, fragmentado e inconstante, não sendo uma ruptura com aquilo que já aconteceu, mas também não seguindo uma noção teleológica da história. Como coloca François Dosse:

O passado nos questiona à medida que o questionamos. Quanto ao presente, ele é colocado sob a égide do conceito de iniciativa, de um fazer, ou ainda, de uma conexão. Uma História do tempo presente abriria, então, seus extremos a

---

<sup>3</sup> Desses 31,4% que correspondem a 17 comentários, apenas um foi escrito por uma mulher, todos os outros foram redigidos por homens.

todo o espaço da experiência, em nome do futuro de um passado tornado fonte de um agir. (DOSSE, 2012, pg. 18-19)

Nessa linha de análise o presente trabalho propõe uma análise discursiva acerca das mulheres delinquentes no livro *Criminal woman, the prostitute, and the normal woman*<sup>4</sup> escrito por C. Lombroso e G. Ferrero, observando o discurso médico-legal nas temáticas relacionadas a essas delinquentes.

Para os autores, as mulheres degeneradas poderiam ser divididas em duas grandes categorias: prostitutas e criminosas. A primeira é considerada como a forma feminina do crime, e possuem características muito similares ao homem criminoso, onde as indivíduos que adentram a essa vida normalmente não cometem delitos, ou quando o fazem são mais brandos – roubos pequenos, chantagem e agressões físicas. Além disso, não apresentam grandes perigos a sociedade e são desprovidas de sanidade moral. A segunda categoria de delinquentes é uma classe rara e, segundo os autores, extremamente anormais. São mais perversas que os homens criminosos, e possuem traços masculinos. Seus crimes são mais variados – envenenamento, assassinato, ladras, torturadoras. Para Lombroso e Ferrero, sua crueldade é exacerbada, onde apenas matar a vítima não a satisfaz, sentindo a necessidade de observar o indivíduo sofrer antes de falecer.

Nesse ponto, é necessário entender quem são esses autores. Cesare Lombroso é considerado um dos pais da criminologia positivista. Nascido na Itália, obteve seu diploma de medicina aos 23 anos pela Universidade de Paiva, e em 1876 começou a lecionar na Universidade de Turim nas cadeiras de medicina legal e higiene pública, onde mais tarde deu aulas de psiquiatria e antropologia. Lombroso revolucionou a antropologia criminal e suas ideias foram grandes influenciadoras da Escola Positivista de Direito Penal. Seus estudos e escritos obtiveram alcance global, influenciando correntes jurídicas e psiquiatrias em grande parte do mundo, principalmente no que se refere ao positivismo evolucionista. Guglielmo Ferrero foi um jornalista, historiador e novelista italiano, e ajudou C. Lombroso a escrever o livro aqui analisado logo após casar-se com sua filha, Gina Lombroso. Entretanto, Ferrero dedicou seus estudos e escritos a teorias clássicas liberalistas.

O livro *Criminal woman, the prostitute, and the normal woman* foi escrito por Lombroso em um momento mais avançado de sua carreira, onde ele já observava fatores externos ligados ao criminoso, compreendendo assim patologias e tipificando mais especificamente os sujeitos que usava como objeto de estudo. Assim, aumenta suas categorias de análise e tipifica as

---

<sup>4</sup> A mulher criminosa, a prostituta e a mulher normal (tradução livre feita pela autora).

criminosas em 5 grupos: nascida, louca, por paixão, ocasional e epilética. Contudo, para fazer isso, ele antes precisou discorrer sobre a mulher normal, observando sua condição natural, seu papel na sociedade, seu intelecto e os aspectos em geral da vida feminina<sup>5</sup>.

Ao discorrer sobre a mulher normal, Lombroso e Ferrero basearam suas análises nos seguintes pontos: *The Female in the Animal World; Anatomy and biology of Woman; Senses and Psyche of Woman; Cruelty, compassion, and Maternity; Love; The Moral Sense; Intelligence*<sup>6</sup>. A partir deles, os autores constroem a mulher como uma figura inferior ao homem em todos os sentidos: elas são menos inteligentes, sentem mais dor, são mais cruéis (contudo mais fracas, então não conseguem agir perante aos seus instintos cruéis), mais vingativas, e a maternidade é colocada como elemento que faz com que as mulheres evoluam mais devagar e permaneçam mais primitivas, e ao mesmo tempo é a característica que possibilita controlar o corpo feminino. Podemos evidenciar esse discurso que inferioriza as mulheres principalmente quando eles discorrem sobre a compaixão feminina causada pela histeria e epilepsia:

Epilepsy sometimes produces the same effect in men; but more often in them epileptic excitation of the cortex gives rise to genius or criminality. Hysteria, the twin of epilepsy, sometimes gives birth to crime in woman, but never to genius.<sup>7</sup> (LOMBROSO e FERRERO, 1893, pg. 70)

Diferentemente do homem que sempre foi responsável pelos espaços públicos, o domínio da mulher ao longo da história se deu na esfera do privado. Elas eram responsáveis por cuidar do lar, filhos, empregados, festas, educação, compras e aparência. No século XIX essa caracterização dos espaços fica ainda mais marcado: o homem agora faz parte da fábrica, e a mulher pertence ao lar. É durante esse período que esses discursos tomam um caráter cientificista baseado na biologia, que determina a função social da mulher atrelada totalmente na maternidade. Segundo Michele Perrot:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’, declara um delegado operários da exposição mundial de 1867 (PERROT, 1988, pg.178)

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que para fazer essa análise Lombroso observa a condição feminina no mundo animal também. Assim, ele tenta encontrar aproximações e distanciamentos dos comportamentos femininos no mundo animal e humano.

<sup>6</sup> A fêmea no mundo animal; Anatomia e biologia da mulher; Sentos e psique da mulher; Crueldade, compaixão e maternidade; Amor; Senso moral; Inteligência (Tradução livre feita pela autora)

<sup>7</sup> A epilepsia as vezes produz o mesmo efeito nos homens; mas é mais comum que a excitação epilética do córtex faz com que nasçam gênios ou criminosos. A histeria, irmã gêmea da epilepsia, as vezes faz com que nasçam criminosas entre as mulheres, mas nunca gênias (tradução literal feita pela autora).



Lombroso e Ferrero não fogem desse campo de análise, em que para eles a maternidade é o fator mais importante no que diz respeito a mulher. É essa função biológica feminina que funciona como fio condutor de sua tese. Ser ou não mãe é fundamental para entender a mulher normal, a criminosa e a prostituta. A negação a maternidade pode ser vista como um desvio de conduta. Segundo os autores: “Maternity is therefore the characteristic of the female and of the woman. From it derives nearly all of her organic and psychic variability”<sup>8</sup> (LOMBROSO e FERRERO, 1893, pg. 69). A sacrilegização da maternidade é algo que continua presente nos dias de hoje, como dito anteriormente na reportagem analisada no início do artigo, com comentários como “a única mulher que confio é a minha mãe” ajudam a demonstrar como esses discursos reverberam no tempo presente.

Apesar de existir duas grandes categorias para o crime feminino, os autores mostram, a partir de levantamentos, que a quantidade de criminosas – sejam elas nascidas ou ocasionais – é muito pequena, se comparada a quantidade de criminosas. A explicação que eles dão para esse fato é que, normalmente, o crime feminino é expressado de outra forma. Logo, para os autores, a prostituição é a forma feminina de cometer crimes. Assim, eles dividem as prostitutas em duas categorias: nascidas e ocasionais.

A prostituta nata é a irmã gêmea da nascida criminosa, em que suas características são muito parecidas. Contudo, as primeiras não cometem grandes crimes, pois não tem a força e a inteligência necessária para isso. Para os autores, elas são moralmente insanas, alcoólatras, rejeitam a maternidade, muitas são lésbicas, arrogantes e gananciosas. De acordo com Cesare e Guglielmo, essas mulheres vêm no sexo uma possibilidade de enriquecer, e como elas gostam de poder elas passam a amar o sexo. A diferença entre elas e as criminosas natas é que as prostitutas possuem diversos companheiros – a quem elas amam – ao longo da vida. São grandes mentirosas, e normalmente cometem crimes como roubo. Algumas delas podem ter uma inteligência brilhante. Normalmente são mulheres que não fazem parte da alta sociedade, contudo, existe prostitutas natas na alta sociedade – a diferença é que elas cometem os crimes através do adultério.

A prostituta ocasional, para os autores, é diferente da nascida prostituta por um simples motivo: as primeiras não possuem, ou possuem muitos poucos, traços degenerativos. Outra diferença é que elas amam a maternidade, e normalmente entram na profissão justamente por

---

<sup>8</sup> Maternidade é, então, a característica funcional da fêmea e da mulher. Da maternidade se deveria praticamente todos as variabilidades do corpo orgânico e psíquico da mulher. (tradução livre feita pela autora)

precisarem alimentar seus filhos. Segundo Lombroso e Ferrero, essas mulheres possuem um motivo nobre para entrar no profissão. São pessoas que tiveram a sua vida marcada por traumas, pobreza, fome e que sentem vergonha e remorso por estarem na profissão.

These women do not commit crimes, and they are rarely dangerous to society. Indeed, their special form of criminality – prostitution – is socially useful as an outlet for male sexuality and preventive of male crime. Sometimes criminality works in useful ways. Criminal behavior and prostitution are two forms, one masculine and one feminine of criminality.<sup>9</sup> (LOMBROSO e FERRERO, 1893, pg. 221)

Os autores do livro aqui analisado acreditam que as criminosas nata são raras. Existem muito mais mulheres no crime que se encaixam na categoria de mulheres normais, mas que foram levadas a criminalidade por alguém ou por uma tentação irresistível – como a luxúria, por exemplo<sup>10</sup>. Outro fator que pode levar as criminosas ocasionais a cometerem crimes, segundo Lombroso e Ferrero, são a histeria ou epilepsia, em que normalmente esse tipo de crise influencia que essas mulheres cometam diversos homicídios. A criminosa ocasional é descrita como uma grande criança, com os seus impulsos a flor da pele. Elas não são cruéis, e não possuem traços degenerativos. Normalmente, após a maternidade, elas deixam as atividades criminosas de lado. Para os autores existem dois tipos de criminosas ocasionais as que são mais violentas – agredem pessoas, cometem homicídios – e as que cometem pequenos delitos – roubos, invasões de propriedade. As primeiras se parecessem um pouco mais com a criminosa nata, enquanto a segunda não representa nenhum grande perigo a sociedade.

A criminosa nata, diferentemente da citada acima, representa um enorme perigo a sociedade, mesmo que raras a crueldade delas desperta medo e pânico nos autores. “Woman is rarely wicked, but when she is, she is worst than a man”<sup>11</sup> (Provérbio italiano). Segundo Lombroso e Ferrero uma das grandes diferenças entre a nascida criminosa e a ocasional está nos sentimentos maternos. A criminosa nata renega a maternidade, não tem compaixão nem piedade pelos outros<sup>12</sup>. Normalmente são mulheres que possuem mais força muscular, são mais inteligentes do que as mulheres normais, e são mais temíveis do que qualquer homem

---

<sup>9</sup> Essas mulheres não cometem crimes e raramente são perigosas para a sociedade. De fato, sua forma especial de criminalidade - a prostituição - é socialmente útil como saída para a sexualidade masculina e preventiva do crime masculino. Às vezes, a criminalidade funciona de maneiras úteis. O comportamento criminal ea prostituição são duas formas, uma masculina e uma feminina da criminalidade.

<sup>10</sup> Uma das características especificadas pelos autores em relação a mulher normal que comete crime é a luxúria e inveja. São dois fatores muito comuns que despertam a criminalidade dentro delas.

<sup>11</sup> Mulheres são raramente más, mas quando elas são, elas são piores do que homens. (tradução livre feita pela autora)

<sup>12</sup> Lombroso coloca que essas mulheres quando passam pela experiência da maternidade normalmente abortam. Contudo, quando tem filhos podem chegar a ter relacionamentos com eles.

criminoso. Elas são consideradas pelos autores como verdadeiros monstros<sup>13</sup>. Todas as mulheres criminosas natas são prostitutas, contudo a prostituição normalmente é o menor dos crimes cometidos por elas. Assim, elas possuem um desejo sexual maior do que qualquer mulher, podendo ser maior do que o dos homens. São seres movidos pelos seus desejos e vontades, não se importam com qualquer regra ou conduta social. Suas principais características são: desejo sexual, inteligência e crueldade, e são consideradas pelos autores a categoria feminina mais próxima do homem.

Similarly, while the majority of female criminals are merely led into crime by someone else or by irresistible temptation, there is a small subgroup whose criminal propensities are more intense and perverse than even those of their male counterparts. These are female criminals, whose evil is inversely proportionate to their numbers.<sup>14</sup> (LOMBROSO e FERRERO, 1893, pg. 182)

Segundo Michel Foucault: “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). Assim, vemos uma sociedade que tem como objetivo deixar os corpos dóceis, facilitando, desta forma, a gestão da população. Constrói-se uma rede de saber-poder em cima dos corpos, fazendo o uso de diversos discursos científicos, para melhor conhecer, categorizar e hierarquizar os indivíduos. Normas e regras são criadas e impostas aos sujeitos, que as aceitam e incorporam devido a uma série de instituições disciplinares pelas quais os indivíduos passam ao longo das suas vidas – escola, exercito, igreja, fábrica, família.

Com o surgimento dos Estados Nacionais Modernos, cria-se uma sociedade de vigilância distribuída entre três governos: o estado (pacificador dos espaços), a família (economia) e, por último, o governo de si (FOUCAULT, 2015). A população passa a controlar não só o outro mais a si mesmo, controlando os instintos e os desejos e adentrando as normas e os códigos de sociabilidade impostos. A vigilância e o controle estão no poder de todos, e o jogo se dá nas micro redes de poder. Segundo Foucault:

[...]as relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas de algum modo.

---

<sup>13</sup> Para os autores a criminalidade feminina, na forma natural, é representada pela prostituição. Por serem uma exceção na sociedade civilizada, e na forma em que o crime feminino é refletido, elas se tornam uma dupla exceção. Assim, suas características degenerativas são extremamente marcantes, e elas podem ser consideradas verdadeiros monstros.

<sup>14</sup> Da mesma forma, enquanto a maioria das criminosas são simplesmente conduzidas ao crime por outra pessoa ou por uma tentação irresistível, há um pequeno subgrupo cujas propensões criminais são mais intensas e perversas do que as de seus homólogos masculinos. Estas são criminosas, cujo mal é inversamente proporcional ao seu número. (tradução livre feita pela autora)

Se é verdade que estas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder (FOUCAULT, 2003, pg. 231)

Controlar os corpos e disciplina-los envolve também controlar o sexo. As práticas sexuais regradas e normatizadas facilitam a gestão da população. Esse poder-saber elaborado sobre os atos sexuais são instituídos e aceitos por grande parte da população devido a discursos produzidos com base científica, determinado o que é correto, o que pode e o que deve ser punido. Segundo Foucault (1988), os dispositivos que giram em torno do controle dos corpos sexuais podem ser classificados em duas categorias, a individual – gestão do corpo sozinho, como uma máquina – e o segundo seria do corpo social, como uma bio-política da população. Ambos dialogam, se aproximam e se sustentam.

Durante o século XIX não havia uma dissociação dos crimes cometidos por mulheres e dos seus corpos. Assim, era criado um saber em cima de sua vida, de suas características e de suas práticas sexuais. Ao fugirem do padrão imposto pela sociedade, causava espanto, repulsa e ódio. Fugir da construção social que designava os espaços que podiam ser ocupados por mulheres e as práticas socialmente aceitas realizadas pelas mesmas, era um sinal de infâmia. Lombroso e Ferrero são exemplos nítidos de cientistas que produziram discursos normativos, condenando e tipificando mulheres que não se encaixavam no padrão – negando a maternidade, estando na rua, tendo desejo sexual, cometendo crimes, indo contra as normas burguesas.

Atualmente podemos observar que esse tipo de discurso continua reverberando na sociedade, como ficou demonstrado na matéria abordada no início desse artigo. A mulher que cometeu um crime foi chamado, por uma quantidade expressiva de pessoas, de puta e vagabunda. Mostrando que ainda hoje é difícil desassociar o crime do corpo, das práticas sexuais e das normas impostas pela sociedade.

## Marx, o marxismo e a questão criminal: Brevíssimas notas sobre a criminologia crítica e o economicismo

**Douglas Carvalho Ribeiro**

Mestrado em Direito

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: douglascarvalhoribeiro@gmail.com

**Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa**

Mestrado em Direito

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: victorsilva.costa@yahoo.com.br

**Resumo:** O objetivo e alcance do presente artigo é o de analisar sob que pressupostos se funda a chamada criminologia crítica de cunho marxista, investigando quais são seus pontos de partida e em quais textos de Marx se baseia. A partir disso se tentará demonstrar em que medida essa criminologia tende a tencionar para uma visão economicista do marxismo e quais seriam as alternativas teóricas e práticas para evitar esse tipo de dogma teleológico própria do predomínio dos motivos econômicos na explicação da história.

**Palavras-chave:** Karl Marx; Marxismo; Economicismo; Criminologia Crítica; Dogmatismo.

**Abstract:** The present article aims to analyze under what assumptions the so - called marxist critical criminology determines itself, investigating its starting points and in which texts of Marx it is based. From this it will be tried to demonstrate to what extent this criminology tends to an economic vision of Marxism and what would be the theoretical and practical alternatives to avoid this type of teleological dogma proper of the predominance of the economic motives in the explanation of the history.

**Keywords:** Karl Marx; Marxism; Economicism; Critical Criminology; Dogmatism.

*Deve haver algo de podre na essência mesma de um sistema social  
que eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria,  
e eleva sua criminalidade ainda mais rapidamente.  
(Karl Marx)<sup>1</sup>*

Sumário: 1 Introdução: Marx e a questão criminal; 2 Uma brevíssima introdução aos fundamentos da Criminologia crítica; 3 Os desafios da criminologia marxista contemporânea: um caminho sem volta ao economicismo?; 4 Breves conclusões; Referências bibliográficas.

### 1 Introdução: Marx e a questão criminal

No final da década de 1970, mais especificamente em 1977, Norberto Bobbio teria sido convidado por Alessandro Baratta para participar de um seminário promovido por este último, intitulado “*Marxismo e Questão Criminal*”. Educadamente, Bobbio rejeitou o convite, enviando

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. *População, crime e pauperismo*. Disponível em [http://verinotio.org/Verinotio\\_revistas/n20/8\\_Marx.pdf](http://verinotio.org/Verinotio_revistas/n20/8_Marx.pdf). Acesso em 18 de novembro de 2015.

uma carta<sup>2</sup> ao criminólogo crítico explicando seus motivos. Dentre as razões estão: a) que Karl Marx não teria se dedicado ao problema penal como o teria feito com temas atinentes ao Estado e à Política; b) que mesmo que se achem breves passagens sobre o tema, não seriam um “*abra-te Sésamo*” para a Criminologia, dado que, além de Marx ser mais um filósofo, economista e historiador, há mais de um século ao tempo de escrita da carta, dedicar-se-ia a sociologia, a psicologia, a antropologia, a psicanálise etc. ao problema do desvio social; c) que quase nenhum estudioso dos comportamentos desviantes estaria em desacordo com o fato de que entre as causas do delito deveria se levar em conta as condições materiais, se fosse esse o objetivo; e finalmente, e quiçá mais importante, d) se uma “*teoria materialista do desvio*” fosse levar em consideração tão somente as condições da vida material, com a conseqüente valoração excessiva de uma base econômica sobre a supraestrutura jurídica e política, estaria esta teoria se dirigindo ao que o próprio marxismo condenou como “*economicismo*”<sup>3</sup>.

Ora, nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Em primeiro lugar, de fato, temerário seria querer encontrar em Marx um estudo sistemático sobre o desvio, até porque nunca teve ele pretensão nenhuma de sistematização de qualquer coisa, sendo aliás, grande crítico do “*Conceito*” hegeliano, o qual, para Marx, só possuiria finalidade lógico-abstrata<sup>4</sup>. A tarefa da filosofia, para Marx – dos Anais Franco-Alemães de 1844 –, é a de, “*depois de desmascarada a forma sagrada de autoalienação (Selbstfremdung), desmascarar a autoalienação em suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política*”<sup>5</sup>. O direito não tem história própria, assim como também não o tem a religião<sup>6</sup>. E, com Engels, no prefácio d’*A Sagrada Família* de 1845, continua afirmando que na Alemanha, dirigindo suas críticas agora a Bruno Bauer, o humanismo real não encontra inimigo mais perigoso do que o espiritualismo ou idealismo especulativo, que no lugar do homem, individual efetivo e verdadeiro, substituiu-o pelo “*Espírito*”, verdadeiro princípio cristão-germânico.<sup>7</sup>

<sup>2</sup> Carta esta que se encontra disponível no volume BOBBIO, Norberto. *Nem com Marx, nem contra Marx*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2006, pp. 265-269.

<sup>3</sup> BOBBIO, op. cit., p. 267.

<sup>4</sup> MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito*. 2ª ed. rev. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo: 2005, p. 30. Cf. também Idem, p. 37-38.

<sup>5</sup> MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In. *Crítica da Filosofia do Direito*. 2ª ed. rev. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo: 2010, p. 146

<sup>6</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Sneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

<sup>7</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prólogo. In. *A sagrada família*. 1ª ed. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 15.



Em segundo lugar, mesmo não se encontrando em Marx um “*abre-te Sésamo*” para os estudos criminológicos, o que teria pensado especificamente sobre o desvio já serviria para aclarar as generalizações que alguns teóricos fazem a partir de textos chave do filósofo alemão, como por exemplo, tomar como ponto de partida tão somente o Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859. Tal atitude reduz toda a discussão à problemática da estrutura econômica da sociedade, sua base real, e, com isso, cai na quarta problemática apresentada por Bobbio, se dirigindo a um puro e criticado “*economicismo*”, fruto de uma apressada compreensão do pensamento de Marx.

Em terceiro lugar, e como ponto de partida para o início da discussão, não se tem dúvida de que as condições materiais devem ser levadas em conta na análise da criminalização. Aliás, a grande contribuição da criminologia crítica foi, efetivamente, em contato direto com o interacionalismo simbólico<sup>8</sup>, superar a unicamente considerada perspectiva etiológica sobre aquele que pratica um delito<sup>9</sup>, para passar a considerar os fatores objetivos, estruturais e institucionais externos ao sujeito, notadamente, os econômicos e sociais.

Em tempos que a ameaça determinista sempre se coloca à espreita, em que a sanha punitiva dos órgãos de controle, bem como de teóricos colaboracionistas a eles, se colocam a buscar pretextos de antecipação da punição, de meios mais contundentes de prevenção criminal, é necessário e imprescindível que a criminologia crítica tome um dos polos da discussão para evidenciar sob quais pretextos determinadas políticas criminais são adotadas, isto é, trazer a tona os objetivos latentes da punição, que se escondem sob uma suposta neutralidade do sistema de justiça criminal<sup>10</sup>.

O objetivo e alcance do presente artigo, portanto, é o de analisar sob que pressupostos se funda a criminologia crítica de cunho marxista, quais são seus pontos de partida e em quais textos de Marx se baseia. A partir disso se tentará demonstrar em que medida essa criminologia tende a tencionar para uma visão economicista do marxismo e quais seriam as alternativas

---

<sup>8</sup> O interacionalismo simbólico, explica Raúl Zaffaroni, iniciou o caminho da passagem do estudo das causas do crime para os processos de criminalização, “*partindo da atribuição e assunção de papéis e enfatizando os efeitos deteriorantes das instituições totais*”. ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo et all. *Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 284. Vide também BECKER, Howard. *Outsiders*. São Paulo: Zahar, 2008.

<sup>9</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. 3ª ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002 .p. 91.

<sup>10</sup> CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal: Parte Geral*. 5ª ed. Florianópolis/Curitiba: Conceito/ICPC, 2012, p. 7.



teóricas e práticas para evitar esse tipo de tensão teleológica própria do predomínio dos motivos econômicos na explicação da história.

## 2 Uma brevíssima introdução aos fundamentos da Criminologia crítica

Georg Rusche e Otto Kirchheimer, precursores de uma análise materialista do desvio no âmbito da criminologia, dedicaram o celebrado “*Punishment and Social Structure*” para analisar o surgimento das prisões, instrumento eminentemente burguês de punição<sup>11</sup>. Para os autores, integrantes da Escola de Frankfurt, “*todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção*”<sup>12</sup>. As punições e práticas penais são, segundo eles, determinadas por forças sociais, acima de tudo pelas forças econômicas<sup>13</sup>.

Juarez Cirino dos Santos, um dos principais representantes, senão o precursor, da Criminologia crítica no Brasil, refere-se a esta como produto do diálogo entre a teoria marxista da luta de classes e a teoria da interação social do *labeling approach*<sup>14</sup>. A primeira contribuiria com a representação “*dos processos objetivos das relações sociais de produção e distribuição da riqueza material*”<sup>15</sup>, enquanto a segunda traria aportes fundamentais para o entendimento dos “*processos subjetivos de construção social da criminalidade*”<sup>16</sup>

Passa a ser objeto de estudo da Criminologia crítica, portanto, de um lado a estrutura econômica das interações da vida material, respaldada pela díade capital/trabalho; e de outro as contradições inerentes à construção de sentido do sistema criminal. Em primeiro lugar, sob o viés econômico, Cirino dos Santos divide a forma como os indivíduos interagem com o mercado de trabalho em duas: aqueles que são integrados e aqueles que são excluídos, e, via de

---

<sup>11</sup> NEDER, Gizlene. Nota introdutória à edição brasileira. In RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. 2ª ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 14.

<sup>12</sup> RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. 2ª ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 20.

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

<sup>14</sup> O grande trunfo da teoria do *labeling approach*, apontado por CIRINO, é a desconsideração do atuar desviante como realidade ontológica, metodologia própria da criminologia positiva, com a finalidade de analisar a realidade social construída pelos processos de criminalização. Vide CIRINO DOS SANTOS, Juarez. O discurso criminológico. In GRECO, Luís; Martins, Antônio. *Direito Penal como crítica da pena*. Estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70.º aniversário em 2 de setembro de 2012. Madrid: Marcial Pons, 2012, p. 128.

<sup>15</sup> Idem, p. 129.

<sup>16</sup> Idem, p. 130.

consequência, segregados à miséria e à marginalização social<sup>17</sup>. Essa primeira análise tentaria explicar a criminalidade patrimonial das classes baixas<sup>18</sup>.

Em um segundo momento, encontram-se os mecanismos de criminalização, que põem em destaque os processos de seletividade e adestramento do sistema criminal, condicionando e multiplicando condutas antijurídicas<sup>19</sup>. O sistema penal, reproduzindo os interesses dos donos dos meios de produção selecionaria um reduzido número de pessoas, tendentes a determinados comportamentos, submetendo-os a uma pena.

Nesse sentido, o processo seletivo de criminalização, como lembra Raúl Zaffaroni, se desenvolve em duas etapas. A primeira delas é a criminalização primária, sendo considerada como a ação de sancionar uma lei penal incriminadora, em nível de *dever ser* dirigido a determinadas pessoas. A criminalização primária reproduz os interesses das agências políticas. Já a criminalização secundária, por sua vez, se reflete sobre condutas concretas, é a ação punitiva executada sobre pessoas, em nível policial e judicial<sup>20</sup>.

A criminalização secundária, decorrente da limitada capacidade de operação das agências policiais e judiciais, não selecionam somente de acordo seu critério exclusivo, mas também são condicionadas pelos meios de comunicação, pelas agências políticas, econômicas etc.<sup>21</sup>, elegendo, com isso, um esteriótipo de delinquente, de acordo fatores sociais, de gênero, étnicos, entre outros.<sup>22</sup> Como brilhantemente sintetiza Zaffaroni, “*a reivindicação contra a impunidade dos homicidas, dos estupradores, dos ladrões e dos meninos de rua, dos usuários de drogas etc., não se resolve nunca com a respectiva punição de fato, mas sim com urgentes medidas punitivas que atenuam as reclamações na comunicação ou permitem que o tempo lhes retire a centralidade comunicativa*”.<sup>23</sup>

A Criminologia crítica se organiza, nesse sentido, para desmascarar as funções latentes da criminalização, cujo interesse primordial é a proteção da propriedade privada e os valores abstratos da sociedade burguesa, encaminhando-se para o caminho oposto da legitimação da intervenção punitiva. Essa mesma ideia já estava presente em Marx, já em 1842, no conjunto

---

<sup>17</sup> Idem, ibidem.

<sup>18</sup> Vide ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 69. Mais a frente se derivaram as consequências teóricas das explicações fornecidas por Engels.

<sup>19</sup> ZAFFARONI, E. R. et all., op. cit., p. 284.

<sup>20</sup> ZAFFARONI, E. R., et all., op. cit., p. 43.

<sup>21</sup> Idem, p. 44.

<sup>22</sup> Idem, p. 46.

<sup>23</sup> Idem, p. 45.

de artigos “*Debate sobre a lei relativa ao roubo de madeira*”. Marx mostra que, por meio da equiparação legislativa do roubo de lenha com a colheita de ramos ou gravetos, o poder político impõe seus interesses na legislação criminal, sob a suposta justificação de proteção penal da propriedade privada.<sup>24</sup>

No entanto, e com base no exposto, fácil notar que Marx não reduz à discussão do Direito por um determinismo fundado em fatores econômicos, como pode parecer a partir de uma leitura apressada do Prefácio de 1859. A seguir, uma brevíssima crítica a essa leitura deve ser construída a partir da própria citação canônica de Marx, nos limites deste ensaio e em cotejamento com os fundamentos da criminologia crítica.

### **3 Os desafios da criminologia marxista contemporânea: um caminho sem volta ao economicismo?**

No Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859 encontra-se a tão repetida passagem:

*(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.*<sup>25</sup>

Em uma primeira leitura, pode-se concluir que é, essencialmente, a economia que determina de maneira unilateral as instituições políticas e jurídicas da sociedade. Essa interpretação, entretanto, ignora, ao lado do objeto de conhecimento, a interferência sujeito enquanto “*ser humano individual e verdadeiro*”, e com isso, a própria história, feita pelo homem, mas não de livre e espontânea vontade, já que “*não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se*

---

<sup>24</sup> MARX, Karl. *Débats sur la loi relative au vol de bois* (*Rheinische Zeitung*, n. 298, 25 de outubro de 1842). In LASCOUMES, Pierre; ZANDER, Hartwig. *Marx du « vol du bois » à la critique du droit*. Paris: Presse Universitaire de France, 1984, p. 133 e ss.

<sup>25</sup> MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 47.

*encontram*”<sup>26</sup>. Ao contrário da ciência burguesa que considera os fenômenos sociais sempre do ponto de vista do indivíduo, o marxismo os considera como todo inseparável<sup>27</sup>.

Ignora-se, nesse sentido, a categoria da “totalidade” (*Gesamtheit*)<sup>28</sup>, apontada por Marx como constitutiva das relações econômicas. O sujeito que quer compreender a si mesmo ele tem que pensar o objeto como totalidade; e a totalidade, por sua vez, só é determinada se o sujeito é em si uma totalidade.<sup>29</sup> Por isso que Georg Lukács afirma que “*não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue a maneira decisiva que o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade*”<sup>30</sup>.

Sintetiza Lukács: “*Para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história etc. autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade*”<sup>31</sup>. O próprio Marx esclarece essa versão na “*Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*”, escrito em 1857, mas publicado somente nos *Grundrisse*. Nesse texto esclarece o autor que não se pode perder de vista a unidade entre sujeito (humanidade) e o objeto (natureza). A produção tem determinações que precisam ser separadas, no entanto, é sempre uma totalidade que decorre desse princípio fundamental<sup>32</sup>.

#### 4 Breves conclusões

Uma rápida análise do ante exposto apresentado permite concluir que uma visão total da criminologia crítica deve ser aquela que se afasta de concepções deterministas ou conspiratórias. Tal discurso, o da classe hegemônica, de grupos econômicos, religiosos etc., com a identificação de inimigos a serem combatidos ignora a complexidade do fenômeno do desvio e, então, “*desviar do caminho certo os esforços para remediar os males*” nas palavras de Zaffaroni. Nesse sentido concorda o criminólogo argentino com Bobbio, quando este afirma que, em pensando o fenômeno do desvio e da repressão como específicos corolários da

<sup>26</sup> MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

<sup>27</sup> Cf. LUKÁCS, Georg. (1921) Rosa de Luxemburgo como marxista. In: LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 107.

<sup>28</sup> “*Die Gesamtheit dieser Produktionsverhältnisse bildet die ökonomische Struktur der Gesellschaft, die reale Basis, worauf sich ein juristischer und politischer Überbau erhebt und welcher bestimmte gesellschaftliche Bewußtseinsformen entsprechen*”. MARX, Karl. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie – Vorwort*. Disponível em [http://www.mlwerke.de/me/me13/me13\\_007.htm](http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm). Acesso em 04 de dezembro de 2015.

<sup>29</sup> LUKÁCS, op. cit. p. 107.

<sup>30</sup> Idem, p. 105.

<sup>31</sup> LUKÁCS, op. cit., p. 107.

<sup>32</sup> MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 241.

formação econômica do capitalismo, creia-se, como consequência, que em se eliminando o capitalismo, eliminar-se-ia com isso e por completo o desvio<sup>33</sup>.

### Referências bibliográficas

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. 3ª ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BECKER, Howard. *Outsiders*. São Paulo: Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Nem com Marx, nem contra Marx*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2006.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal: Parte Geral*. 5ª ed. Florianópolis/Curitiba: Conceito/ICPC, 2012.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. O discurso criminológico. In GRECO, Luís; Martins, Antônio. *Direito Penal como crítica da pena*. Estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70.º aniversário em 2 de setembro de 2012. Madrid: Marcial Pons, 2012.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

LUKÁCS, Georg. (1921) Rosa de Luxemburgo como marxista. In: LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito*. 2ª ed. rev. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo: 2005.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In. *Crítica da Filosofia do Direito*. 2ª ed. rev. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo: 2010.

MARX, Karl. *Débats sur la loi relative au vol de bois (Rheinische Zeitung, n. 298, 25 de outubro de 1842)*. In LASCOUMES, Pierre ; ZANDER, Hartwig. *Marx du « vol du bois » à la critique du droit*. Paris : Presse Universitaire de France, 1984.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

---

<sup>33</sup> BOBBIO, op. cit., p. 267.

MARX, Karl. *População, crime e pauperismo*. Disponível em [http://verinotio.org/Verinotio\\_revistas/n20/8\\_Marx.pdf](http://verinotio.org/Verinotio_revistas/n20/8_Marx.pdf). Acesso em 18 de novembro de 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prólogo. In. *A sagrada família*. 1ª ed. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie – Vorwort*. Disponível em [http://www.mlwerke.de/me/me13/me13\\_007.htm](http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm). Acesso em 04 de dezembro de 2015.

NEDER, Gizlene. Nota introdutória à edição brasileira. In RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. 2ª ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. 2ª ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo et all. *Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

## Entre venenos e surrupios: a criminalidade feminina em romances de crime no Rio de Janeiro (início do século XX)

**Amanda Ribeiro Mafra Lima**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: amandarmafra@gmail.com

**Resumo:** Entre 1880 e 1920, popularizou-se na capital carioca uma variedade de ficções que versavam sobre crime e criminosos. O presente artigo volta sua atenção para dois romances que circularam neste contexto: *A envenenadora*, de Maxime Villemer (Anne Violet Francey) e *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua Carioca*, de Abílio Pinheiro, ambos de 1906. Objetivamos analisar as representações da criminalidade feminina presentes nestes romances, buscando por aproximações e distanciamentos em relação ao direito positivo, em específico, as proposições de Lombroso e Ferrero. Nossas análises apontaram para a existência de concepções similares nos discursos ficcional e científico como a associação do crime com uma natureza individual anormal, marcada por comportamentos distintos daqueles considerados ideais às mulheres. A nosso ver, tais similaridades não indiciam a existência de uma influência direta de um tipo de produção sobre as demais, mas apontam para concepções compartilhadas, apropriadas e resignificadas de formas distintas.

**Palavras-chave:** Literatura popular; criminalidade feminina; Lombroso.

**Abstract:** Between 1880 and 1920, a variety of fictions related to crime and criminals were popularized in the capital of Rio de Janeiro. This article turns its attention to two novels that circulated in this context: *The poisoner*, by Maxime Villemer (Anne Violet Francey) and *The Strangulators of Rio or the crime of Carioca Street*, by Abílio Pinheiro, both from 1906. We analyze the representations of the female crime present in these novels, seeking for approximations and distances with the positive law, specifically, the conceptions of Lombroso and Ferrero. Our analyzes pointed to the existence of similar conceptions in fictional and scientific discourses such as the association of crime with an abnormal individual nature, marked by different behaviors from those considered ideal for women. In our perspective, such similarities do not indicate the direct influence of one type of production on the others, but point to shared conceptions, appropriate and resignified in different forms.

**Key-words:** popular fiction; female crime; Lombroso.

Entre fins do século XIX e início do XX, proliferou-se na capital carioca uma variedade de ficções populares que versavam sobre a temática do crime. Produzidas em pequenas tipografias ou em jornais de ampla circulação, estas obras apresentavam-se em capa brochada, papel de baixa qualidade e com preços módicos, tornando-se acessíveis a um público consumidor heterogêneo e em franca expansão (PORTO, 2009). O presente trabalho debruça-se sobre dois romances que circularam neste contexto: *A envenenadora*, de Maxime Villemer (pseudônimo de Anne Violet Francey), e *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua Carioca*, de Abílio Soares Pinheiro.

Publicado originalmente no diário francês *Le Petit Journal*, com o título *La faute d' amour*, o romance de Maxime Villemer surge pela primeira vez no Brasil, traduzido e com o novo título - *A envenenadora* - em setembro de 1906. A publicação se dá em fascículos



dominicais do *Jornal do Brasil*, periódico que já havia lançado outros romances da mesma autora como *Maldição* (1900), *Martírio* (1902), e *Víbora!* (1904). Em anúncios, a obra é exaltada como um “sensacional romance”, produzido por um dos “mais festejados escritores” e escolhido dentre outros no intuito de agradar ao público leitor. Destacava-se ainda o “estilo fácil” da narrativa, que conteria “situações das mais intensamente dramáticas a par de descrições agradáveis, sendo ao mesmo tempo um alto estudo do coração humano” (*Jornal do Brasil*, 8 de set., 1906, p.3). Após a veiculação seriada, a obra é reunida em livro pela tipografia do jornal e anunciada por anos seguintes, o que indicia o sucesso de sua comercialização.

*A envenenadora* ambienta-se na França de fins do século XIX e trata da trajetória de Morgana Le Garrec, de sua juventude como governanta da rica família Presles a seu suicídio em idade madura. Os principais acontecimentos da trama giram em torno das ações criminosas da protagonista, que se iniciam com o envenenamento da Marquesa de Presles e incluem rapto de criança, suborno, tentativa de homicídio e prostituição.

*Os estranguladores do Rio ou o crime da rua Carioca*, por sua vez, é produzido pela Tipografia Luiz Miotto, em dezembro de 1906. Tal oficina destacava-se na realização de serviços diversos de impressão, incluindo-se romances populares de autores brasileiros sem grande reconhecimento. Abílio Soares Pinheiro, autor de *Os estranguladores do Rio*, insere-se neste perfil, não tendo sido encontradas até o momento informações sobre sua trajetória.

A venda do livro é anunciada pelo *Correio da Manhã* (5 de dez., 1906, p. 2) que destaca sua relação com um delito verídico: o roubo da joalheria de Jacob Fuocco e o estrangulamento de seus dois sobrinhos. Apesar de se basear em um caso real, o romance apresenta uma primeira parte centrada na atuação de uma personagem feminina que não aparece no noticiário e na documentação policial sobre o crime. Assim, Malvina é a protagonista da parte introdutória da história, que narra a atuação da moça na mesma quadrilha de ladrões que irá surrupiar as joias do estabelecimento de Fuocco.

Diante destes romances e suas protagonistas, o presente artigo visa analisar o modo como a criminalidade feminina é representada nas ficções<sup>1</sup>. Pautando-nos nas proposições teóricas de Roger Chartier (1990), compreendemos o estudo das representações como meio a apreensão de um conjunto de imagens e ideias, a partir das quais os sujeitos históricos

---

<sup>1</sup> A análise apresentada neste artigo é parte constituinte de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo é compreender de forma mais ampla a representação da criminalidade feminina em variadas ficções de crime, que circularam entre 1880 e 1910, no Rio de Janeiro.

classificam, delimitam e atribuem sentido a aspectos de sua realidade. Longe de serem neutras, as representações do mundo social revelam as perspectivas dos grupos que as forjam, constituindo-se em meio a lutas simbólicas. Deste modo, elas são construídas em meio a diálogos e conflitos com outros discursos e representações, daí a importância de considerá-las em sua relação com outras produções do mesmo contexto.

Nesse sentido, cabe destacar, que entre fins do século XIX e início do XX, o enfoque dado ao crime e aos criminosos não se restringia à ficção. Segundo Porto (2009), o contexto é marcado por um interesse generalizado na questão, expresso na implementação de políticas governamentais e na proliferação de notícias, crônicas e livros sobre crimes. De acordo com Meyer (1996) e Porto (2009), a produção de ficções encontrava-se em consonância com este processo, dialogando de forma direta ou indireta com diferentes produções.

Com relação aos livros, ganharam notoriedade os de caráter médico-jurídico, elaborados por estudiosos da Escola Positiva e da Antropologia criminal. Estas obras propunham um novo olhar científico sobre o crime, voltado ao indivíduo que o comete. Neste sentido, apresentavam análises bioantropológicas de criminosos, estabelecendo características biológicas e comportamentais que os diferenciavam dos não criminosos. Tais proposições passaram a influenciar o meio jurídico e policial do país, notadamente o Código Penal de 1890 e as medidas de instrumentalização da polícia carioca (CANCELLI, 2001).

Cesare Lombroso, criminologista italiano de grande renome na área, tem assim suas obras publicadas no Rio de Janeiro a partir de fins do século XIX, inspirando produções nacionais como as do médico Nina Rodrigues. Em 1893, Lombroso, em parceria com Guglielmo Ferrero, escreve *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*, cuja tradução para o francês pode ser encontrada no Brasil até inícios do século XX. Na obra, a criminalidade feminina é abordada a partir de estudos da constituição biológica das mulheres delinquentes, destacando-se ainda o caráter de desvio comportamental de sua constituição, o que as afastava do padrão tido como naturalmente intrínseco ao sexo feminino como a passividade, a maternidade e a menor sensibilidade sexual.

A análise que desenvolvemos a seguir visa apreender possíveis aproximações e distanciamentos entre as representações sobre a criminalidade feminina presentes em *A envenenadora* e *Os estranguladores do Rio* e as concepções de Lombroso e Ferrero. Para tal, centralizamos nossa abordagem no modo como estes diferentes discursos tratam a fisionomia das criminosas; a origem do crime; e as características comportamentais destas mulheres.

## 2. *Sereias*: fisionomia e natureza criminosas

Descida de um bonde da Companhia S. Cristóvão, uma jovem atravessava a praça bem do lado direito do monumento. Elegantemente trajada, muito embora não levasse chapéu, era tal de chamar a si a atenção de quem quer que a visse. Alta, esbelta, com corpo ereto, caminhando a passo miúdo e veloz, a jovem não era de formosura deslumbrante. Porém, naquele basto cabelo negro emaranhava-se em artístico labirinto uma floresta de sedosos cachos entre os quais o sol parecia demorar-se brincando. Da cútis lisa e aveludada, da sua boca fresca, vermelha e carnuda, dos olhos grandes, velados pelos cílios espessos e longos, do seio redondo e abundante, comprimido no corpinho de futura impecável, coberto apenas no colo por uma gaze tão rala que deixava claramente entrever a alvura da pele, do seu todo enfim, expandia-se um perfume misterioso de juventude sadia, que provocava admiração e volúpia (PINHEIRO, 1906, p. 8).

A partir desta descrição, o leitor de *Os estranguladores do Rio ou O crime da rua Carioca* (PINHEIRO, 1906) é apresentado a Malvina, protagonista da primeira parte do romance. Transitando no ambiente corriqueiro do centro carioca, a personagem é caracterizada como uma mulher jovem, sadia e bela, que provocava desejos naqueles que a viam. Em cenas seguintes, sua presença em uma praça chama a atenção de diversos homens. Acompanhando-a com olhares atentos, suspiros revelavam a impressão deixada: “Que peixão!” (*Ibidem*, p. 8), afirmavam os mais expansivos.

A representação da criminosas como uma mulher bela, ocorre de forma similar em *A envenenadora*. Diante do apaixonado Antônio de Presles, Morgana é assim descrita:

Via que a adorava e um sorriso orgulhoso lhe assomava aos lábios de coral, um relâmpago de triunfo lhe incendiava os olhos aveludados, compridos olhos negros e raiados de ouro.

Morgana Le Garrec estava em todo seu esplendor dos vinte e cinco anos. Sabia que era bela, pois o espelho repetia lhe todos os dias, e os olhares cheios de desejos do Marquês Antônio de Presles ainda mais vezes lhe afirmavam (VILLEMER, 1906, p. 3).

Em ambos os romances, os detalhes da composição física das protagonistas, como a cor dos lábios, olhos, cabelos e contornos do corpo prestam-se à construção da beleza, que aparece como um padrão: mulheres altas, de longos cabelos negros, olhos de mesma cor, lábios vermelhos e pele branca. Em outros momentos das narrativas, são acrescentados a estas características trejeitos tidos como próprios ao feminino como a sutileza no andar e a delicadeza dos gestos.

Distanciando-se da abordagem de Lombroso e Ferrero que apontam para a existência de caracteres fenotípicos específicos nas criminosas, capazes de distingui-las das mulheres “normais”, nos romances a descrição física das personagens não se atrela à possibilidade de reconhecimento destas enquanto criminosas. Pelo contrário, sua fisionomia surge como camuflagem de suas relações com o crime. No caso de Malvina, a cena na praça revela que os sujeitos que a observam, encantados com sua beleza, sequer suspeitam de suas ações criminosas. Apenas um deles, Eugênio Rocca, chefe de uma quadrilha de ladrões, sabe da atuação da jovem, acompanhando-a sem qualquer exaltação, com “um olhar frio e persistente, quase quisesse chamar-lhe a atenção” (PINHEIRO, 1906, p.9). Em *A envenenadora*, a beleza e jovialidade de Morgana encantam Antônio de Presles fazendo com que o mesmo não perceba as intenções da moça em assassinar sua esposa.

“O marquês era agora escravo daquela sereia”, aponta o narrador de *A envenenadora* (VILLEMER, 1906, p. 4). A alcunha de *sereia* é comum às duas personagens. Como no mito grego, a beleza delas atrai de forma irresistível os homens os quais, não desconfiando de sua real natureza, tornam-se vítimas diretas ou indiretas de seus crimes. Desta forma, nas narrativas em questão, a atuação criminosa das mulheres é associada de alguma forma à sua beleza e potencial de sedução. Em *Os estranguladores do Rio*, a função de Malvina na quadrilha de ladrões é seduzir trabalhadores de joalherias, furtando-lhes as chaves do estabelecimento comercial para que o furto se efetivasse. Já em *A envenenadora*, a atuação de Morgana em seus diversos crimes (envenenamento, rapto de criança, tentativa de homicídio) só é possível na medida em que consegue camuflar suas intenções e atos com sua aparência jovem e bela. Em idade madura, a beleza da protagonista se presta a sua inserção na vida de cortesã, garantindo a manutenção de seus vícios e luxos.

Enquanto *sereias*, as protagonistas apresentam ainda uma *natureza* oculta. Em *Os estranguladores do Rio*, a natureza criminosa de Malvina e de outros personagens é concebida como uma anormalidade: “Por que eram encaminhados para o mal? Qual anomalia, qual deficiência ou qual exuberância de força física os enveredava por esses tortuosos caminhos?”, questiona-se o narrador (PINHEIRO, 1906, p. 58). Tal anomalia seria transmitida hereditariamente. Assim, Malvina, “filha de uma pobre idiota, nascida ao acaso, neta e sobrinha de afamados ladrões, ela tinha no sangue o princípio do mal que pouco a pouco se agitava, invadindo-a inteiramente” (*Ibidem*, p. 51). A personagem é descrita também como nevropata e histérica (*Ibidem*, p. 87), o que reforça a ideia de uma personagem doente.

A vida na miséria em Buenos Aires em “meio da turba maldita dos ladrões internacionais” (*Ibidem*, p. 22) e o contato com Eugênio Rocca surgem em destaque na entrada de Malvina no crime: apesar de não serem a origem da criminalidade, são responsáveis por despertar aspectos perniciosos da natureza da protagonista, estimulando sua atuação delituosa.

Em *A envenenadora*, as ações criminosas de Morgana não são associadas a uma suposta deficiência, anomalia ou histerismo, mas à sua natureza *selvagem*. Não há uma definição do termo na narrativa, mas ele encontra-se sempre associado a uma infância sem a presença dos pais, em uma miserável vila do interior da França. Além disso, a natureza de Morgana é apresentada como um legado do pai, sendo compartilhada com sua irmã, Coralia, e possivelmente transmitida a seu filho. “O sangue de Morgana pulsa-lhe nas veias e o pensamento de um crime perpassa por aquela alma perturbada”, aborda o narrador sobre Daniel, filho da protagonista (VILLEMER, 1906, p. 175).

Nos dois romances, a associação da criminalidade feminina à natureza das personagens apresenta certos pontos de aproximação com o discurso criminológico de Lombroso e Ferrero. Para estes, “o delito seria, assim, consequência de um defeito atávico imanente à própria natureza de certas criaturas, o qual os levaria inevitavelmente à infringência da lei penal” (SOIHET, 1989, p. 82). Este tipo de defeito colocaria a mulher criminosa entre os “tipos mais primitivos da espécie humana, reconhecíveis pela peculiaridade de suas características biológicas” (*Ibidem*, p.82).

Transmitidos hereditariamente, aspectos da degenerescência poderiam ser aguçados pelo ambiente social. Assim, “na gênese do crime, estavam também nuances introduzidas por causas climáticas e sazonais: o bócio, as influências da cidade, da imprensa, da densidade demográfica, da imigração e da emigração, a privação, o álcool, o pauperismo.” (CANCELLI, 2001, p. 33). Somam-se a estes, a influência de outros indivíduos criminosos, em geral, amantes ou criminosas natas.

Em *Os estranguladores do Rio*, a ideia de uma natureza anômala das criminosas aproxima-se das concepções de Lombroso e Ferrero. O mesmo se dá no tocante à ideia da propensão ao crime ser transmitida hereditariamente, podendo ser aguçada pelo ambiente social ou por outros indivíduos. Segundo a narrativa, a atuação de Malvina no crime foi estimulada por Eugênio Rocca que a convida a entrar em seu bando, quando a mesma encontra-se na miséria.

Em *A envenenadora*, de forma distinta, não há uma abordagem associada à degenerescência do indivíduo. Apesar disso, a narrativa constrói sua representação da criminosa perpassando por questões comuns ao discurso médico-jurídico: a associação do crime com a natureza selvagem de determinadas mulheres; a transmissão hereditária desta natureza; e a importância do meio e de outros indivíduos como fator influente no despertar das ações delituosas.

### **3. Nem mãe, nem casta: a criminalidade como desvio comportamental**

De natureza anômala ou selvagem, as protagonistas dos romances em análise apresentam em comum o fato de se distinguirem do padrão estabelecido para as mulheres, em fins do século XIX e início do XX. Expresso em distintos discursos, desde tratados higienistas (COSTA, 2004) a jornais e revistas femininos (SILVEIRA, 2009), o ideal de mulher construído no período atribuía a estas a passividade e submissão; menor sensibilidade sexual e propensão natural à maternidade.

Corroborando com estas definições, os estudos de Lombroso e Ferrero destacam que a criminosa apresenta características fisiológicas e comportamentais distintas das mulheres normais. Cabe destacar, contudo, que para os autores a mulher normal já seria uma espécie de “semicriminaloide inofensiva”, caracterizada por uma suposta natureza cruel, vingativa e impiedosa (LOMBROSO; FERRERO, 1896, p.429 apud SOIHET, 1989, p. 98). Entretanto, algumas condições como a maternidade e sua posição social auxiliariam no desenvolvimento de sentimentos capazes de controlar tais características. Em oposição, as criminosas seriam aquelas incapazes de inibir tais impulsos naturais, apresentando assim comportamentos desviantes no tocante à maternidade e a sexualidade.

Sobre a maternidade, Lombroso e Ferrero afirmam que esta seria “uma função tão preponderante, que toda organização biológica e psicológica da mulher a ela estaria subordinada” (SOIHET, 1989, p. 86). Neste sentido, as delinquentes caracterizar-se-iam pelo baixo interesse em serem mães, muitas vezes abandonando ou matando os filhos que viessem a nascer. Quanto à sexualidade, ao contrário da típica frigidez sexual das mulheres comuns, elas apresentariam um erotismo exacerbado, o que as levaria a uma vida sexual ativa com diferentes homens, até mesmo desconhecidos. A prostituição, contudo, não estaria necessariamente atrelada a estes desejos extremos. Segundo Lombroso e Ferrero, esta atividade estaria ligada mais ao desejo pelo luxo e ócio e a uma espécie de insanidade moral própria à natureza das prostitutas (LOMBROSO; FERRERO, 2004, p. 216).



Retomando as narrativas de *Os estranguladores do Rio* e *A envenenadora*, podemos notar que concepções próximas a estas permeiam a construção das personagens Malvina e Morgana. No quesito maternidade, ambas as protagonistas desviam do ideal mulher/mãe estabelecido no discurso médico/jurídico. Para Malvina, a questão sequer é levantada como possibilidade, mesmo quando esta vislumbra uma vida conjugal com o personagem Carluccio; enquanto que para Morgana, a maternidade é um fato do qual não pode escapar: seduzida na juventude por um artista, ela torna-se mãe solteira. A partir deste momento, a personagem carrega um “sentimento materno que toda a vida a dominará” (VILLEMER, 1906, p. 197). Contudo, Morgana não se enquadra no padrão dominante de mulher/mãe. Ao longo de sua trajetória, a personagem busca conciliar maternidade e a vida em jogos, festas e no crime, inclusive mantendo duas moradias, cada qual destinada a um papel específico.

Além da pouca propensão à maternidade aos moldes tradicionais, ambas as personagens apresentam outra relação com sua sexualidade. Perdendo a virgindade ainda na juventude, as protagonistas envolvem-se sexualmente com diversos homens. Em Malvina, seu comportamento sexual aparece como um resquício da anormalidade de sua mãe:

Já sabemos que Malvina era bonita. Inteligente e boa, tinha, apesar disso, no sangue uns vagos sinais da descendência materna. As vezes, em épocas irregularmente espaçadas, sentia uma prepotente nostalgia de ociosidade e de vício. As suas carnes de virgem tremiam só ao ouvir uma voz de homem e tinha desejos de se oferecer ao amplexo numa brutal avidez de subjugação embriagante. Estes acessos, que lhe tolhiam a vontade e a consciência, embora raros, eram perigosíssimos (PINHEIRO, 1906, p. 23).

Assim, os desejos sexuais da personagem são explicados como uma espécie de patologia, presente em seu sangue por herança materna. “Fora do período patológico, era invulnerável” (*Ibidem*, p. 24), complementa o narrador, o que rendeu a Malvina a alcunha de Fidalga. Contudo, um dia, quando sua mãe estava doente, a moça, não percebendo a aproximação do “acesso histérico”, acaba por sair ensandecida à noite, relacionando-se sexualmente com o primeiro homem que vê. A narrativa descreve o momento da seguinte forma:

Sentindo falta de ar, com o cérebro em desordem e os nervos vibrando, às onze horas de uma noite abrasadora, saiu à porta da rua, aproveitando do sono quieto da velha, já em franca convalescência. E aí mesmo no corredor solitário, o primeiro inquilino retardatário que passou, a requestou com um gracejo, a possuiu sem resistência, entregando-se ela numa atonia completa da inteligência, com a submissão e o desejo de uma cadela ciosa (*Ibidem*, p. 24)

Malvina não se sente culpada já que o ato foi resultado de sua natureza: “É uma desgraça, mas eu que culpa tenho? Uma vez ou outra devia ser assim. A natureza porque me deu estes nervos e este sangue?”, argumenta a personagem (*Ibidem*, p. 24). Com a perda da virgindade, suas relações sexuais



deixam de se realizar pelo desejo impetuoso da primeira vez, passando a meio pelo qual a protagonista efetiva seus furtos.

A primeira relação sexual de Morgana é apresentada de forma bem distinta. Iludida por um artista, ela se entrega a ele não por uma patologia de sua natureza, mas por amor.

Um ano, um pintor célebre instalou-se ai durante alguns meses. Viu Morgana, tomou-a por modelo...amou-a. Mas esse amor teve a duração das rosas; apenas desabrochou, murchoou. E partiu, abandonando Morgana...que pouco depois ia ser mãe (VILLEMER, 1906, p. 5).

Como vemos no trecho acima, a vida sexual da protagonista surge de forma subentendida. Sem menção ao ato sexual em si, presume-se sua ocorrência já que a moça torna-se mãe após o relacionamento com o pintor. A mesma estratégia narrativa é utilizada na abordagem de sua vida como cortesã já em idade madura. O romance menciona “os amigos que a vinham visitar no palacete”, “homens que lhe falavam de chapéu na cabeça e charuto na boca” e que lhe ajudavam financeiramente (*Ibidem*, p. 135). Apesar do teor implícito, é nítida a construção da personagem como aquela que se relaciona com vários homens, distinguindo-a, portanto, do padrão feminino frígido e casto, e aproximando-a da figura criminosa concebida por Lombroso e Ferrero.

#### 4. Estabelecendo diálogos: uma possível conclusão

Apresentando abordagens distintas quanto à criminalidade feminina, as ficções *A envenenadora* e *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua Carioca*, ora se aproximam, ora se distanciam do discurso científico de Lombroso e Ferrero. É nítido que as construções narrativas em questão seguem os protocolos dos gêneros a que pertencem, apresentando ainda autoria e públicos leitores distintos. Assim, a obra de Lombroso e Ferrero, produzida por especialistas e voltada a um público leitor interessado em medicina legal, adota uma abordagem científicista sobre a criminalidade feminina, almejando legitimar suas considerações em termos empíricos. Distintamente, a literatura popular, por voltar-se a um público consumidor amplo e heterogêneo, preza não apenas pela transmissão de informações, cientificamente comprovadas ou não, mas em proporcionar lazer a seus leitores. Assim, na ficção, as representações da criminalidade feminina voltam-se, em específico, a atração do público ao enredo.

Apesar das diferenças narrativas (o que pode ser notado até mesmo entre as obras ficcionais), nossas análises apontaram para uma aproximação entre as ficções e as proposições de Lombroso e Ferrero. As três obras associam a criminalidade feminina a natureza divergente

de determinadas mulheres, seja ela anômala (Lombroso e *Os estranguladores do rio*) ou selvagem (*A envenenadora*). Tal natureza é concebida como herança hereditária, agravada pelo ambiente social em que as personagens se inscrevem.

Além disso, de forma semelhante, as produções atribuem às criminosas características comportamentais distintas daquelas consideradas como naturais às mulheres. Assim, as criminosas são associadas dentre outros quesitos à baixa propensão à maternidade e a uma sexualidade promíscua. É claro, que nem sempre estes comportamentos são explicados como anomalias biológicas, como vemos em *A envenenadora*, distinguindo-se, neste sentido, das proposições lombrosianas.

Contudo, é interessante notar que tanto a literatura quanto o discurso médico apresentam concepções similares. Esta constatação, entretanto, não nos permite afirmar a existência de uma influência direta de um tipo de produção sobre as demais, mas aponta para concepções compartilhadas, apropriadas e resignificadas de formas distintas.

### Referências bibliográficas

#### Periódicos:

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro - RJ, 1906.

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro – RJ 1906.

#### Livros:

CANCELLI, E. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. *Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman*. Duke University Press: Durham and London, 2004.

Disponível parcialmente em <https://books.google.com.br/books?id=S3g29DITxNsC&pg=PA272&lpg=PA272&dq=Criminal+Woman,+the+Prostitute,+and+the+Normal+Woman&source=bl&ots=6Y8JGESQ76&sig=KcizjwmTGXqcKakfvSCU-HH2RQc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwja3ZeIz8rUAhUFMyYKHRgCCq04ChDoAQg4MAM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 30/06/2017

MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PORTO, A.G. *Novelas sangrentas: Literatura de crime no Brasil (1870- 1920)*. Tese de doutorado em História, IFCH, Unicamp, Campinas, SP, 2009.

PINHEIRO, A. S. *Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca*. Rio de Janeiro. Tipografia Luiz Miotto, 1906.

SILVEIRA, Daniela Magalhães de. *Fábrica de contos: as mulheres diante do cientificismo em contos de Machado de Assis*. Tese de doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2009.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VILLEMER, M. *A envenenadora*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Brasil, 1906.

## Ação policial e posturas do poder público no controle da prostituição nas primeiras décadas republicanas (1896-1920)

**Gabriela Fazolato Guedes**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: gfazolato@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta acompanhar o debate acerca da prostituição na cidade do Rio de Janeiro e as ações da polícia nas ruas durante os primeiros anos da República. O objetivo central é refletir sobre as estratégias empregadas pelo poder público no combate à prostituição que, em uma análise preliminar das fontes, se manifesta de duas maneiras: projetos de regulamentação da profissão e repressão às prostitutas. Pretendemos defender que o combate à prostituição se organiza menos em torno da questão da prostituição em si, ou aos riscos sanitários decorrentes da disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, do que pelo processo de urbanização e “limpeza da pobreza” do Rio de Janeiro e sua inserção nos modelos das capitais europeias.

**Palavras-chave:** Prostituição; Reforma Urbana; Primeira República; Repressão Policial.

**Abstract:** This paper proposes to follow the debate about prostitution in the city of Rio de Janeiro and the actions of the police in the streets during the first years of the First Republic. The central objective is reflect about the strategies employed by the government in combating prostitution, which, in a preliminary analysis of the sources, manifests in two ways: projects to regulate the profession and repression of prostitutes. We intend to argue that the fight against prostitution is less organized around the issue of prostitution itself, or the health risks arising from the spread of sexually transmitted diseases, than by the process of urbanization and “social cleaning” of Rio de Janeiro and its insertion in models of European capitals.

**Keywords:** Prostitution; Urban Reform; First Republic; Police Repression.

A prostituição no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro, vem sendo discutida desde a década de 1820, quando as questões relacionadas ao meretrício estavam sob responsabilidade dos juízes de paz.<sup>1</sup> Em 1827, por exemplo, medidas foram implementadas no intuito de controlar a prostituição, como os “termos de bem viver” que obrigavam as prostitutas que estivessem perturbando a ordem a assinarem um termo de “mau comportamento”.<sup>2</sup> Outro exemplo é a primeira ação policial em prol da regulamentação que ocorreu em 1852, coordenada pelo chefe de polícia da Corte, Joaquim de Siqueira<sup>3</sup>. Nesta campanha foi feito o

---

<sup>1</sup>“Aos juízes de paz compete: Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbam o socego publico, aos turbulentos, que por palavras, ou acções offendem os bons costumes, a tranquillidade publica, e a paz das familias.” BRASIL. *Código do Processo Criminal de Primeira Instancia*. Typographia Nacional, 1859, p.16.

<sup>2</sup>O termo de bem viver foi uma forma utilizada durante Império para controlar a sociedade. A partir de sua adoção, a polícia pode legalizar suas ações de controle sobre o cotidiano da população pobre, seu alvo principal. Os termos eram uma forma de registrar ocorrências menores que não se configuravam como crime. Sobre o assunto ver: MARTINS, Eduardo. *Os Pobres e os Termos de Bem Viver. Novas formas de controle social no Império do Brasil*. 196f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, FCL, UNESP, Assis. 2003.

<sup>3</sup>SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas e polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992, p.95.

levantamento do número de prostitutas e posteriormente foi levado à Câmara Municipal um projeto que visava à criação de uma polícia sanitária dos costumes que fiscalizasse qualquer atividade relacionada ao comércio sexual. Vários pontos do projeto foram alvo de discordância e a Câmara, sem deliberar uma posição, enviou o material para a Junta Central de Higiene que se manifestou a favor. Contudo o projeto foi embargado pelo Barão do Bom Retiro, ministro do Império, a pedido de D. Pedro II<sup>4</sup>. Novamente em 1875, o também chefe de polícia Miguel Calmon Du Pin repetiu a tentativa de submeter um projeto de regulamentação da prostituição, mas que devido às posições contrárias, não foi aprovado.

Com o início do governo republicano a cidade do Rio de Janeiro passou por intensas transformações tanto sociais, quanto econômicas devido sua inserção mais completa na ordem capitalista<sup>5</sup>. A partir de 1889, com a crescente socialização da medicina, os médicos e sanitaristas ganharam cada vez mais autonomia para interferir na vida privada da sociedade.<sup>6</sup> Nos idos de 1903, Pereira Passos apresentou o projeto de reforma da cidade do Rio de Janeiro inspirado pelo Barão Haussmann, responsável pelas reformas de Paris.<sup>7</sup> A reforma em questão extrapolava as mudanças físicas pois, além de portos e ruas, se pretendia transformar os hábitos e condutas dos cariocas em prol de valores difundidos e almejados pelas elites. Dentro deste contexto, as discussões sobre o meretrício ganharam um novo fôlego, não somente permeada pela questão moral, como também pela questão sanitária, já que a sífilis se tornara o grande problema envolvendo a prostituição.

---

<sup>4</sup>Segundo Antunes, um dos principais obstáculos para que a regulamentação fosse implantada era o próprio posicionamento contrário de D. Pedro II. Para o Imperador assim que a prostituição fosse regulamentada e oficializada, seria adquirido “foros de cidadania” e a atividade se tornaria legal. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina leis e moral: o pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999, p.176.

<sup>5</sup>CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O Cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.24.

<sup>6</sup>Segundo Sérgio Carrara, a medicina passava por uma reflexão de suas práticas, “uma verdadeira revolução científica” que começou em meados do século XIX mas só viria a se consolidar no início do século XX, quando a sífilis passou a ser vista enquanto um problema de saúde pública. CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p.25.

<sup>7</sup>Sobre a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos um Haussmann Tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do distrito federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 139-195, set. 1984/abr.1985.

O debate se polarizava em duas posições: os que defendiam a regulamentação do meretrício e os que eram contra.<sup>8</sup> Entre aqueles que defendiam a regulamentação – em sua maioria médicos<sup>9</sup> –, o argumento central residia no fato de que a prostituição, enquanto “profissão mais antiga do mundo”<sup>10</sup>, jamais deixaria de existir e possuía uma função essencial para a sociedade, uma vez que assegurava a “castidade do lar”. Portanto, o meretrício precisava ser conhecido e controlado através de medidas regulamentares a fim de resolver o problema da propagação da sífilis, seja através da submissão das prostitutas à exames regulares ou da higienização dos bordéis. Por outro lado, o grupo que ficou conhecido como “abolicionistas”, acreditava que a aplicação de medidas regulamentadoras feria os direitos individuais, e configuravam uma evidente intervenção do Estado na vida privada. Porém, nem todo “abolicionista” era a favor da prostituição. O grupo era composto por conservadores, que viam a regulamentação como uma afronta à moral – estes mais próximos de defender a criminalização da prostituição –, e por aqueles que viam as medidas como uma forma de controle arbitrária do corpo das prostitutas. O único ponto que os unia era o fato de serem contra o regulamento sanitário.<sup>11</sup>

Diante da impossibilidade de se superar o impasse entre “regulamentaristas” e “abolicionistas”, somado às pressões feitas pela sociedade que cobrava uma posição da administração pública, a polícia lidou com o problema da prostituição através da repressão, que passou a acontecer em áreas específicas da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, vale ressaltar que as campanhas policiais não eram novidade do período republicano. Desde meados do século XIX a polícia organizava ações de “localização” e confinamento de prostitutas de classe baixa

<sup>8</sup>A França foi pioneira na criação de leis de controle à prostituição. Encabeçadas por Parent-Duchatelet, elas serviram de grande inspiração para os regulamentaristas brasileiros. PARENT-DUCHATELET, Alexis-Jean-Baptiste. *La prostitution dans la ville de Paris*. Paris: Libraires de L’Académie Impériale de Médecine, 1857.

<sup>9</sup>Engel aponta para a diferença dentro do posicionamento dos médicos, alegando que ambos tinham o objetivo controlar a prostituição, no entanto, a forma como se daria o controle se revelava de maneiras distintas. Enquanto para uns o controle viria a partir do isolamento e a conversão do meretrício em um espaço “útil” para a sociedade, para outros ele se daria através de medidas severas buscando sua eliminação. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.104.

<sup>10</sup>Grande parte das teses e dissertações médicas utilizavam desse argumento para justificar a prostituição, como as publicações de Pires de Almeida no periódico O Brasil-Médico que aborda a meretrício desde a antiguidade. ALMEIDA, José Ricardo Pires. A libertinagem no Rio de Janeiro perante a história, os costumes e a moral. In: *O Brasil-Médico*. v.6, Rio de Janeiro, 1902.

<sup>11</sup>Segundo Sérgio Carrara, os abolicionistas teriam surgido na Inglaterra, inspirados pelas campanhas de abolição do trabalho escravo. CARRARA, *op. cit.* p. 170. Ver também: MORAES, Evaristo de. *A questão das prostitutas: repressão policial ou prophylaxia social?* Rio de Janeiro, 1897.

em lugares reservados para prostituição com o objetivo de retirá-las de áreas eminentemente comerciais e próximas às linhas de bondes, ou seja, áreas de maior movimentação.<sup>12</sup>

Em 1896, a polícia chefiada pelo delegado Luiz Bartholomeu da Souza Silva, responsável pela 4ª Circunscrição Urbana – que abarcava a freguesia do Sacramento –, em mais uma campanha buscou retirar as prostitutas de áreas movimentadas nos arredores da Praça da Constituição, região conhecida pela grande concentração de meretrizes pobres. O episódio ficou marcado pela reação das prostitutas que utilizaram o próprio aparato da lei para impedir as expulsões, com a ajuda do advogado Evaristo de Moraes que conseguiu entrar com um pedido de Habeas Corpus e interrompeu a operação policial.<sup>13</sup>

As campanhas de policiamento à prostituição ganharam aceitação por parte da população que corroborou com a ideia da polícia agir à margem da lei e tal prerrogativa legitimava-se na medida em que a legislação silenciava quanto ao status da prostituição.<sup>14</sup> Além disso, respaldava-se no argumento de que prostitutas, e outros “frequentadores de prisão”, estavam em constante delito. Portanto, se pensava que a ação da polícia em conformidade com a lei não tinha utilidade, ao contrário, a atuação prática, mesmo ultrapassando os limites legais, poderia colocar a sociedade “nos eixos”, penalizando os “desviantes”, tal como clamava a população.<sup>15</sup> Apesar de uma parcela da população não concordar com a forma abusiva que a polícia lidava com a prostituição, em 1917, o então chefe de polícia Aurelino Leal, na conferência judiciária, afirmou que “o poder de polícia” era “um ramo legítimo da administração pública” e que a polícia tinha autonomia para criar políticas sociais mesmo que estas não fossem determinadas por lei.<sup>16</sup>

A atuação da polícia teve forte impacto na cidade do Rio de Janeiro. A grande preocupação dos chefes de polícia era definir os espaços, os horários e as formas de se permitir

---

<sup>12</sup>CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.9, 2000, p.44.

<sup>13</sup>O episódio foi estudado pela historiadora Cristiana Schettini em: PEREIRA, Cristiana Schettini. *“Que Tenhas Teu Corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das Primeiras décadas republicanas*. 2002. 328 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, ICHL, Unicamp, Campinas, 2002.

<sup>14</sup>Vale lembrar que a prostituição nunca foi enquadrada enquanto crime, apenas o “ultraje publico ao pudor” dentro do artigo 282 do código penal promulgado em 1890, que previa: “Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem ofensa a honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade”. E os artigos 277 e 278 que punia a prática de Lenocínio, ou seja, aqueles que facilitavam a prática da prostituição. BRASIL. *Codigo Penal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1901.

<sup>15</sup>PEREIRA, Cristiana Schettini. *op. cit.* 2002. p.22.

<sup>16</sup>CAULFIELD, Sueann. *Op. cit.* 2000. p.53.



a prostituição.<sup>17</sup> A partir de 1920, a zona que ficou conhecida como “Mangue” concentrava grande parte do baixo meretrício constituído por brasileiras e estrangeiras pobres e a polícia mantinha alguns bordéis fiscalizados, algo que ia contra os preceitos antiregulamentaristas que pareciam reger as leis brasileiras. Segundo Sergio Carrara, a partir de 1920, o debate entre “regulamentaristas” e “abolicionistas” parecia ter sido superado, quando foram criados o Departamento de Saúde Nacional e as diretrizes nacionais que passariam a reger as ações de controle da sífilis. O projeto foi formulado pelo grupo de sifilógrafos organizados desde 1912 pela Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, e tinha como proposta unir uma solução “pragmática e conciliadora”.<sup>18</sup>

A prostituição nunca chegou, de fato, a ser regulamentada ou criminalizada no Brasil. Talvez por se tratar de um assunto delicado, as competências locais não queriam aprovar medidas que visassem o controle ou a criminalização deixando as práticas de repressão ao encargo da polícia. A própria ação da polícia por vezes foi em prol da causa regulamentarista, mas confinava as prostitutas em áreas específicas sem assegurar suas condições. Como afirma Caulfield, a polícia trabalhava tanto em parceria com as autoridades da saúde pública como contra. O que podemos observar é que as ações do poder público não eram consensuais e sim alvo de muitas disputas e, portanto, trazer à luz esses debates em torno do meretrício é essencial para podermos compreender de que forma as autoridades locais lidaram com o problema da prostituição na cidade do Rio de Janeiro.

A partir dessa exposição, podemos observar duas práticas de tratamento do meretrício. De um lado, as práticas discursivas que traziam o posicionamento de médicos, juristas e políticos para o debate no Conselho Municipal, de outro lado, a prática policial que agia cotidianamente nas ruas. Essas práticas podiam estar em sintonia ou não.

Margareth Rago, em seu trabalho sobre a prostituição em São Paulo, mostra a distinção de valores que havia entre a prostituição de luxo e o baixo meretrício. Afirma que consumir a prostituição de luxo tinha um valor positivo, principalmente quando a prostituta era estrangeira. A prostituição de luxo era requisitada principalmente por políticos, fazendeiros ricos e estudantes de direito e exprimia a expectativa de ver seus costumes sexuais semelhantes ao de uma sociedade moderna. Segundo Rago, as ações policiais e as campanhas sanitárias ocorriam em regiões pobres, situadas nos bairros populares da cidade de São Paulo. Portanto, o mundo

---

<sup>17</sup>PEREIRA, Cristiana Schettini. *op. cit.* 2002. p.14.

<sup>18</sup>CARRARA, Sérgio. *Op. cit.* 1996. p.218.

do meretrício era dividido em dois: um marcado pela prostituição de luxo, sofisticado e socialmente aceito, e o baixo meretrício, estigmatizado pela doença e uma constante ameaça ao ideal de sociedade almejado pelas elites.<sup>19</sup>

Como afirma Sidney Chalhoub<sup>20</sup>, nos fins do século XIX iniciou-se a tradição do discurso higienista que defendia toda a perseguição e criminalização das pessoas pobres. Segundo o autor, o episódio do cortiço Cabeça de Porco<sup>21</sup> serviria como referência a duas tendências ideológicas: a construção da noção de “classes perigosas”, para designar a população pobre do Rio de Janeiro e a ideia de que a gestão das cidades deveria ocorrer apenas em concordância com critérios técnicos e científicos.<sup>22</sup> Assim, munidos de uma gestão tecnocrata, que desconsiderava o cotidiano dos habitantes pobres do Rio de Janeiro, o poder público lidou com essa parte da população, que não se encaixava nos anseios de um projeto modernizante, de forma repressiva, seja através da polícia ou através das campanhas sanitárias.<sup>23</sup>

A partir da análise das práticas discursivas e a prática policial cotidiana, as questões que colocamos são: de que forma o poder público se mobilizava para lidar com a prostituição na cidade do Rio de Janeiro? Qual o peso que ideologias sanitaristas e higienistas tiveram no processo de controle da prostituição? A prática policial não seria mais um episódio das elites criminalizando a pobreza e quaisquer valores que fugissem de seu projeto de modernização? Partimos da ideia que o discurso das elites, disfarçado pela proposta de contenção da sífilis e combate a imoralidade, era apenas mais um episódio em que as autoridades se dispunham a cercar e disciplinar as pessoas pobres e qualquer comportamento desviante dos valores das elites na cidade do Rio de Janeiro.

A sexualidade enquanto objeto de investigação histórica passou a ser expressiva no Brasil a partir de fins da década de 1980, principalmente após o impacto dos estudos de Michael

---

<sup>19</sup>RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.124. SILVA, Marinete dos Santos. *Clientes e circuitos da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. Revista Dimensões, vol. 29, 2012, p. 376.

<sup>20</sup>CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>21</sup>Cabeça de porco foi um dos cortiços mais célebres do século XIX. No dia 26 de Janeiro de 1983 ele foi interditado e demolido no dia seguinte. CHALHOUB, Sidney. *Op cit.*

<sup>22</sup>CHALHOUB. *Op. Cit.*, p.19.

<sup>23</sup>Ressaltamos o episódio da Revolta da Vacina, causada pela regulamentação da lei que obrigava a vacinação antivariola. A lei provocou grande revolta por parte da população. O episódio foi alvo de diversas interpretações. Sobre o assunto ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984. PEREIRA, Leonardo. *As Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Foucault. Dentro dessa produção se destacam duas abordagens: uma que privilegia a observação dos discursos sobre o sexo, debatendo sobre o caráter repressor; e outra que pretende construir uma história “das vivências e do cotidiano da sexualidade”.<sup>24</sup> Neste contexto de produção se inserem os trabalhos cuja temática envolve a prostituição no Rio de Janeiro.

Parte da produção historiográfica sobre o meretrício no Rio de Janeiro tem como objetivo trazer o discurso das autoridades a respeito dessa atividade. Trabalhos como de Magali Engel e Luiz Carlos Soares buscaram compreender o discurso dos médicos sanitaristas e o discurso da polícia.<sup>25</sup> Engel trabalha com a produção de duas instituições, a Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, enquanto Soares, além das teses e publicações médicas, analisa os relatórios dos chefes de polícia do município da Corte. Ambos os trabalhos são orientados pela noção foucaultiana da medicalização da sexualidade, isto é, do crescente controle dos médicos sobre a sexualidade das pessoas na tentativa de impor um projeto de ordenação social. No Brasil e, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, isso se torna evidente a partir da segunda metade do século XIX. Neste sentido, a prostituição poderia materializar-se como uma espécie de resistência dos corpos ao discurso regulamentador dos médicos.<sup>26</sup>

Outra contribuição importante é a de Margareth Rago, *Os Prazeres da Noite*, em que demonstra como os diferentes discursos – médicos, juristas, literários e jornalísticos – foram responsáveis pelas imagens e representações que rondavam o meretrício na cidade de São Paulo. Além de reconstituir os discursos das elites sobre o meretrício, Rago situa os valores que eram compartilhados tanto pelo alto quanto no baixo meretrício. Tal reflexão é de suma importância para os trabalhos posteriores, inclusive para o de Beatriz Kushnir, que trabalhou com as associações de ajuda mútua criadas pelos imigrantes judeus marginalizados.

Kushnir evidenciou novas questões ao tratar da prostituição de mulheres judias. Ela analisou a documentação referente à Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita do Rio de Janeiro (ABFRI) e à Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita de São Paulo (SFRBI). Buscou compreender como se davam as relações de sociabilidade e solidariedade entre as pessoas envolvidas na prostituição. O objetivo foi resgatar as trajetórias das ditas

<sup>24</sup>ENGEL, Magali. História da Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.431.

<sup>25</sup>Apesar de não ser trabalho de um historiador, José Leopoldo Ferreira Antunes em Medicina Leis e Moral analisa, através da imprensa médica, os debates acerca da prostituição. ANTUNES, op. cit. p.167

<sup>26</sup>ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, (1845-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.27.

“polacas”, trazendo a “vida privada das mulheres públicas”.<sup>27</sup> Apesar de seu livro, originalmente sua dissertação de mestrado, ter sido criticado pelas fontes e falta de diálogo com a produção historiográfica brasileira, sua obra trouxe novos olhares para a abordagem corrente dos temas relacionados ao meretrício.

Em sua obra mais recente, Cristiana Schettini Pereira também busca identificar como as redes entre homens e mulheres envolvidos na prostituição participaram dos rearranjos nas relações de poder e na hierarquia social. Para isso, utiliza-se de processos criminais de lenocínio, ofícios dos chefes de polícia e imprensa periódica. Ao romper com uma historiografia tão tributária de Foucault, concentrada em mapear os discursos médicos, Pereira se utiliza de fontes tradicionais mas com um olhar voltando para as questões de gênero combinadas à História Social. Através dos processos criminais e da documentação policial ela demonstra como se davam as relações entre as prostitutas e a polícia. Muito mais do que uma relação hierárquica de repressão e obediência, as relações eram de constante negociação. De certa maneira, ao analisar a trajetória dessas mulheres – principalmente no episódio do *habeas corpus* em 1896 – a autora enxerga como essas pessoas criavam estratégias para lidar com a intervenção e a vigilância da polícia em suas vidas privadas.<sup>28</sup>

A partir de 2000, a temática ganhou outras abordagens, como por exemplo, o trabalho de Ana Vasconcellos que utiliza das notícias de jornal sobre violência contra prostitutas e busca acompanhar as próprias mudanças pelas quais a imprensa passava, como por exemplo, o surgimento das manchetes nos jornais impressos e as notícias sensacionalistas.<sup>29</sup> Há também o trabalho de Gisele Becker que analisa a construção do discurso sobre a prostituição no periódico *Gazetinha*, de Porto Alegre entre 1895 e 1897.

O que podemos perceber são dois caminhos percorridos pela produção historiográfica. O primeiro diz respeito aos discursos produzidos pelas autoridades ligadas ao meretrício (médicos, juristas, polícia), o segundo enfatiza a contrapartida, ou seja, como essas mulheres, prostitutas, lidaram com as autoridades, como se formavam as redes de sociabilidade, quais as ações cotidianas e as estratégias de sobrevivência. Além disso, muitas das análises feitas sobre a prostituição se centraram em uma chave de compreensão marcada pela questão da sexualidade

<sup>27</sup> Termo utilizado para designar as prostitutas polonesas pobres.

<sup>28</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. "Que Tenhas Teu Corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das Primeiras décadas republicanas. 2002. 328 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, ICHL, Unicamp, Campinas, 2002.

<sup>29</sup> OTTONI, Ana Vasconcelos. *Flores do Vício: imprensa e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro (1896-1925)*. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

e do gênero que, sem dúvidas, contribuem para o entendimento das relações sociais no período em questão. No entanto, a questão central que permeia nossa pesquisa é pensar essas práticas de contensão do meretrício dentro de um contexto de controle socioeconômico justificado pelas reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, dentro dessa produção nossa pesquisa propõe investigar de que forma o poder público sistematizou suas ações para lidar com o meretrício na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do regime republicano, seja através da regulamentação ou da repressão. O enfoque recairá tanto sobre os debates levados aos espaços de decisão quanto sobre a ação cotidiana da polícia. Isso implica na escolha de fontes tais como as atas do Conselho Municipal e a documentação policial, que permitirão delinear as ações discursivas na esfera do poder local e, a atuação da polícia no cotidiano das ruas. O intuito é situar como se deram essas práticas – divergentes ou não – em um período iniciado com o episódio da expulsão de prostitutas de suas residências em 1896 e que termina com o advento da centralização das práticas de tratamento e profilaxia da sífilis. Acreditamos que dessa maneira podemos contribuir para o entendimento mais apurado da relação entre o poder público e o meretrício.

A ideia inicial é, primeiramente, analisar as atas do conselho municipal, que nos permitirá estabelecer quais projetos referentes ao meretrício chegavam, com quais propostas, quais grupos estavam envolvidos e se foram efetivados ou não. Também nos atentaremos para a forma como a polícia estava envolvida nos projetos propostos. Acreditamos que assim seja possível mapear as formas pelas quais as autoridades do Rio de Janeiro lidavam com a prostituição. E segundo, será feita a análise dos ofícios e correspondências entre os chefes de polícia e outros agentes do poder público. A leitura será feita atentando-se para as áreas onde ocorriam as campanhas policiais, qual a frequência, o tipo de ação feita – expulsão ou prisão – e se eram ações que constavam na lei, ou arbitrárias. De forma que poderemos verificar o modo pelo qual o problema da prostituição era tratado diariamente nas ruas pela polícia.

## Femicídio: a expressão máxima da violência de gênero

**Lara Lanusa Santos Nascimento**

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros MG - Unimontes

E-mail: larialanusa@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo objetiva-se fazer uma discussão sobre o feminicídio como expressão máxima da violência de gênero que é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Trata-se de um crime de ódio, desprezo ou sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro. Parte-se do pressuposto que desvelar este tema é fundamental para sua desmistificação, bem como, para avançar na formulação de estratégias de enfrentamento a esta forma de violação de direitos.

**Palavras-chave:** Feminicídio; Violência de gênero; Violência contra mulher.

**Abstract:** This article aims to discuss femicide as the maximum expression of gender violence, which is the murder of a woman because she is a woman. It is a crime of hatred, contempt or a sense of loss of control and ownership over women, common in societies marked by the association of discriminatory roles to the feminine, as is the case in Brazil. It is assumed that unveiling this theme is fundamental for its demystification, as well as to advance in the formulation of strategies to combat this form of violation of rights.

**Keywords:** Femicide; Gender violence; Violence against women.

De acordo com Wânia Pasinato (2011) o termo feminicídio ou *femicide* -expressão em inglês- foi utilizado, pela primeira vez, em 1976, pela socióloga feminista Diana Russel, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. Anos depois, Diana Russel juntamente com Jill Radford, escreveram o livro “Femicide: The Politics of Woman Killing”, publicado em 1992, no qual viria a se tornar a principal referência para os estudos sobre feminicídios no período. Assim, essa expressão surgiu como alternativa ao termo neutro de “homicídio”, com o objetivo político de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, à opressão, à desigualdade, e a violência sistemática contra a mulher baseada no gênero, que, em sua forma mais extensa, culmina na morte. Conforme a definição de Russel,

o femicídio se aplica a todas as formas de assassinato sexista, ou seja, “os assassinatos realizados por homens motivados pela noção de ter direito a fazê-lo, ou superioridade sobre as mulheres; por prazer ou desejos sádicos; ou pela suposição de propriedade sobre as mulheres (RUSSEL, 2006, p.73).

Outra característica que define o femicídio ainda segundo as mesmas autoras é que o mesmo não representa um fato isolado na vida das mulheres vitimizadas, mas representa o ponto final em um *continuum* de terror, que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas



vidas. Sempre que essa violência resulta na morte da mulher, tais crimes devem ser reconhecidos como feminicídio (RUSSEL;CAPUTTI, 1992 apud PASINATO, 2011).

Todas essas formas de violência e abusos, segundo Russel, são crimes de ódio contra as mulheres. Em uma das suas obras, traz como o exemplo mais extremo dessa violência o Massacre da Escola Politécnica da Universidade de Montreal, ocorrido 6 de dezembro de 1986 ,quando 14 jovens mulheres foram assassinadas . Na carta em que justifica seu gesto, Mark Lepine, o homicida, afirma que as mulheres morreram porque estavam cada vez mais ocupando o lugar dos homens na sociedade (PASINATO, 2011).

A partir das contribuições dos estudos de Marcela Lagarde (2004), feminista e deputada federal mexicana, a palavra proposta por Radford e Russel perde força ao ser traduzida para o castelhano. Por isso, a autora propõe o uso da palavra ‘feminicídio’ para denominar o “conjunto de delitos de lesa humanidade que contém os crimes e os desaparecimentos de mulheres”.

Nessa perspectiva Lagarde (2004) conceitua o feminicídio, ampliando seu entendimento e considerando toda prática que atente à integridade, saúde, liberdade e vida das mulheres. Ou seja, não é só o homicídio em si, mas também violência verbal e psicológica.

No contexto de seu país, mais especificamente em Ciudad Juárez<sup>1</sup>, que é mundialmente conhecida pelos crimes contra as mulheres, a autora visa a analisar o próprio conceito de feminicídio, porque ele existe e qual a importância do Estado no combate a essa prática. Segundo esclarece Lagarde,

Para que se dê o feminicídio concorrem de maneira criminal o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes. Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (LAGARDE, 2004, p.5 apud PASINATO, 2011, p.232).

---

<sup>1</sup> O caso de Ciudad Juarez foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização de Estado Americanos (OEA),e, em dezembro de 2009, o Estado Mexicano foi considerado culpado no caso denominado “Campo Algonodero”, o qual se refere ao encontro dos cadáveres de Claudia Ivette González, de 20 anos, Laura Berenice Ramos, de 17 anos e Esmeralda Herrera, de 15 anos. Os três corpos foram encontrados em uma vala comum, junto com outros cinco corpos de mulheres, todos com marcas de violação e tortura. A decisão da CIDH neste caso é histórica por ser a primeira vez que a Corte aprecia e condena um caso de homicídio de mulheres por sua condição de gênero. O estado mexicano foi condenado por sua omissão e deverá, entre outras medidas, garantir a correta investigação dos crimes e a justa aplicação das leis, identificando e responsabilizando os culpados. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>> Acesso em 06 jan. 2017.



Nessa abordagem, a autora explica que o feminicídio se refere também à impunidade como causa de perpetuação dos atos de violência contra as mulheres. A autora chama a atenção das autoridades por não realizarem com eficiência suas funções, por isso, o feminicídio é concebido como um crime de Estado. O conceito abarca o conjunto de fatos que caracterizam os crimes e os desaparecimentos de meninas e mulheres - em casos onde a resposta das autoridades seja a omissão, a inércia, o silêncio ou a inatividade -, para prevenir e erradicar esses crimes.

Por sua vez, Júlia Monárrez Fragoso (2005) considera que o feminicídio compreende toda uma progressão de atos violentos que vão desde o dano, psicológico, emocional, a agressões, tortura, insultos, estupro, assédio sexual, prostituição e abuso infantil, infanticídio de meninas, mutilações genitais, violência doméstica, e toda política que resulte na morte de mulheres, tolerada pelo Estado.

Apesar das diferenças conceituais, os termos femicídio e feminicídio são usados como sinônimos para a morte violenta de mulheres por razões de gênero, diferenciando-se do conceito neutro, em termos de gênero, de homicídio. Assim, as discussões acerca do tema ganham amplitude e permitem identificar diversas manifestações do feminicídio, como:

**Femicídio íntimo:** aqueles crimes cometidos por homens com os quais a vítima tem ou teve uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins. Incluem os crimes cometidos por parceiros sexuais ou homens com quem tiveram outras relações interpessoais tais como maridos, companheiros, namorados, sejam em relações atuais ou passadas; **Femicídio não íntimo:** são aqueles cometidos por homens com os quais a vítima não tinha relações íntimas, familiares ou de convivência, mas com os quais havia uma relação de confiança, hierarquia ou amizade, tais como amigos ou colegas de trabalho, trabalhadores da saúde, empregadores. Os crimes classificados nesse grupo podem ser desagregados em dois subgrupos, segundo tenha ocorrido à prática de violência sexual ou não. **Femicídios por conexão:** são aqueles em que as mulheres foram assassinadas porque se encontravam na "linha de fogo" de um homem que tentava matar outra mulher, ou seja, são casos em que as mulheres adultas ou meninas tentam intervir para impedir a prática de um crime contra outra mulher e acabam morrendo. Independem do tipo de vínculo entre a vítima e o agressor, que podem inclusive ser desconhecidos (PASINATO, 2011, p. 236).

Em abril de 2013, foi aprovado pela Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal do Escritório da ONU para Drogas e Crime, um projeto que exorta os países a tomarem ação contra o femicídio. Atualmente os países da América Latina que tem leis que versam sobre o crime de feminicídio, são: a Costa Rica (2007), Colômbia, Guatemala (2008), Panamá (2011),

Chile e El Salvador (2012), Peru (2011), Argentina, México, Nicarágua (2012), Honduras e Bolívia (2013), Venezuela, Equador (2014) e Brasil (2015).

No que se refere aos assassinatos de mulheres no Brasil de acordo com dados do Mapa da Violência “Homicídio de Mulheres” 2015,<sup>2</sup> uma mulher é assassinada a cada duas horas, deixando o país em 5º lugar no ranking mundial de homicídios de mulheres, na frente estão El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. E ainda, que entre 1980 a 2013, foram registrados um total de 106.093 mulheres assassinadas. Ou seja, aproximadamente 13 homicídios femininos diários. Conforme Lourdes Bandeira “Essa situação equivale a um estado de guerra civil permanente”.

Em virtude dessa realidade, no dia 09 de março de 2015, o feminicídio foi tipificado como conduta criminosa através da Lei nº 13.104/2015, que trouxe mudanças significativas ao art. 121, parágrafo 2º do Código Penal brasileiro, incluindo em seu rol de qualificadoras o Feminicídio como crime hediondo. Essa lei qualifica o feminicídio como o homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolver violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A lei acrescentou ainda o parágrafo 7º ao art. 121 estabelecendo causas de aumento de pena para o crime de feminicídio.

Assim, diante dessa discussão a qual faz parte da minha pesquisa de mestrado que está em andamento cujo tema é Feminicídio no Norte de Minas (1970-2015) em especial a comarca de Montes Claros com as principais cidades: Claros dos Porções, Glaucilândia, Itacambira, Juramento, Mirabela e Patis, tem como objetivo analisar os processos de assassinatos de mulheres verificando quais podem ser caracterizados como feminicídio e como eles foram julgados no âmbito da esfera policial e judiciária.

Para a elaboração desse trabalho, utilizamos como fontes os processos-criminais, e como referência uma amostragem de 350 processos-criminais de homicídios com vítimas do sexo feminino, verificamos que desse resultado 275 envolviam as vítimas em acidente de trânsito, tentativas de homicídio, entre outros que não fazem parte da nossa pesquisa e os demais 75 eram assassinatos de mulheres, dentre os quais 16 possuem as características de feminicídio. Todos esses processos derivam dos arquivos do Fórum Antônio Gonçalves Chaves - AFGC, da cidade de Montes Claros, MG e no Centro de Pesquisa Documentação Regional - CEPEDOR

---

<sup>2</sup> Este estudo é de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, que analisa sobre óbitos femininos no Brasil com base nos dados oficiais do departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), os Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS), servindo assim como subsídio para realização de diagnóstico (WAISELFISZ, 2015, p. 09).

da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, na comarca de Montes Claros, cidade do norte de Minas que tem como distrito as localidades de Claros dos Porções, Glaucilândia, Itacambira, Juramento, Mirabela e Patis, entre 1970 a 2015.

Durante a pesquisa encontramos algumas dificuldades em analisar os processos do CEPEDOR, pois a grande maioria estão deteriorados por causa do tempo, o que fez perecer páginas contendo informações importantes dos assassinatos. No Fórum, também enfrentamos desafios com processos que não possuíam o maço, estavam em outras secretarias de difícil acesso e outros ainda ativos, por isso os dados apresentados não são resultados em sua totalidade, mas parciais.

Dos 350 processos de Homicídio com vítimas do sexo feminino verificamos que 275 envolviam as vítimas em acidente de trânsito, tentativas de homicídio, entre outros, que não fazem parte do nosso objetivo e os demais 75 eram assassinatos de mulheres, dentre os quais 17 são feminicídios.

Diante das análises realizadas dos 75 assassinatos de mulheres 17 foram classificados como feminicídio, porque foram cometidos por razões de gênero e também devido ao ódio e o requinte de crueldade que esses crimes foram praticados. Quanto aos demais, parte da documentação se perderam não sendo possível uma análise aprofundada, outra parte não possuíam o maço, outros estavam ativos e alguns em outras secretarias de difícil acesso, de modo que, não os incluímos em nossa pesquisa como feminicídio.

No que diz respeito às vítimas de feminicídio, a idade das mulheres nos processos analisados se localiza entre 26 e 35 anos em sua maioria (41,1%); o segundo maior índice refere à idade de 18 a 25 anos (35,3 %). Quanto ao estado civil, por sua vez, a maioria das mulheres é casada ou possui união estável (52,9%). Em seguida estão as solteiras (41,1%). Na categoria trabalho, a maior parte das mulheres são do lar (29,4%), o que indica que estas dependem economicamente dos homens. Em relação à cor das vítimas a cor negra se sobressai com (64,7%) das brancas (35,3%).

Esses dados nos permitem dialogar com os estudos do Mapa da Violência 2015 homicídios de mulheres no Brasil<sup>3</sup> onde mostra que a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. O Mapa chama

---

<sup>3</sup> Disponível em < WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa da Violência 2015- homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)> Acesso em fev.2017.

atenção que no mesmo período o número de homicídios de mulheres brancas tenha diminuído 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

Percebemos diante desse quadro que a violência contra a mulher negra no Brasil também tem profunda ligação com o racismo desde o período da escravidão. Portanto, é impossível de se falar em violência contra mulher no Brasil sem discutir raça, sobretudo quando verificada maior vitimização da mulher negra nestes crimes. Assim, Maria Sylvia Aparecida de Oliveira presidente do Geledés - Instituto da Mulher Negra, também atribui à intersecção de preconceitos o fato de mulheres negras serem as maiores vítimas. Segundo expõe Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, a mulher negra sofre opressão por ser mulher e sofre opressão por ser negra. Isso é histórico. A presidente do Instituto ressalta que, além disso, a mulher negra está na base da pirâmide social: tem os piores índices de educação, saúde, salário etc. Isso faz com que a sociedade dê pouca atenção à questão<sup>4</sup>.

Frente a essa realidade, depreendemos que esse descaso, muitas vezes, ainda está arraigado numa cultura machista que considera, de alguma forma, a mulher como responsável pela violência sofrida. A professora e coordenadora da *Questão Negra da Diretoria da Diversidade na UnB*, Joelma Rodrigues da Silva, afirmou que o feminicídio das mulheres negras é parte do genocídio da população negra do Brasil, que o Estado está se omitindo ao não oferecer condições de segurança às populações periféricas das cidades<sup>5</sup>. Essa situação nos leva a questionar: quantas mulheres negras ainda serão vitimadas para que sejam efetivadas políticas públicas específicas que garantam a sua proteção?

No que se refere ao perfil do agressor em nosso estudo, a maior parte dos homens agressores tem entre 36 a 45 anos (41,1 %); entre 26 e 35 anos (29,4%) e 18 a 25 (23,5%). Quanto ao estado civil à maioria dos homens são casados ou possui união estável (76,4%); 17,6% são solteiros e 5,8% divorciados. Dentre os agressores (64,7%) possuem ocupação informal e (17,6%) são desempregados. Esses dados nos faz pensar que nos casos em que não há dependência econômica, há uma dependência afetiva (Oliveira; Cavalcanti, 2007).

---

<sup>4</sup>Disponível em  
<<http://noticias.r7.com/brasil/15-milhao-de-mulheres-negras-sao-vitimas-de-violencia-domestica-no-brasil-aponta-analise-inedita-do-r7-04112015>> Acesso em: 30 de abril 2017.

<sup>5</sup>Disponível em  
<<http://www.geledes.org.br/femicidio-e-fenomeno-politico-nao- apenas-de-genero-dizem-palestrantes/>> Acesso em: 03 mai.17.

Nos dados obtidos nos depoimentos dos processos, o uso de álcool aparece como presença constante nas agressões contra as mulheres (35,3%), seguido pelas substâncias psicoativas (29,4%). Diante desse cenário, vários estudiosos têm concluído também que o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento provocadas por efeitos psicofarmacológicos que têm como resultado a violência.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e conselheiro do Fórum de Segurança Pública, Daniel Cerqueira, esclarece que as armas brancas são utilizadas principalmente em conflitos interpessoais (brigas dentro de casa, entre amigos e conhecidos) e de gênero. Já as armas de fogo são usadas principalmente em regiões com alta criminalidade, com presença de crime organizado, econômico e narcotráfico<sup>6</sup>.

Collins e Messerschmidt (1993), numa pesquisa sobre o assunto, concluíram que as mulheres vítimas de homicídios usavam menos drogas e álcool do que os homens. Portanto, o uso de álcool pelo homem apresentou-se como um significativo fator de risco para a violência entre marido e mulher. Já em relação às mulheres o uso de bebida alcoólica não foi detectado como fator de risco nas relações de violência entre parceiros. Em pesquisa realizada também na cidade de Montes Claros, no período de janeiro e fevereiro de 1998 a 2002, Durães e Moura (2004) analisaram 1.064 boletins de ocorrência registrados na Delegacia de Repressão aos crimes contra a mulher. Os autores identificaram que em 33,9% dos casos, a ingestão de bebidas alcoólicas contribui para que o agressor aja de forma violenta.

No que se refere ao local em que se realiza a agressão, nos processos examinados foi constatado que (76,5%) das agressões ocorrem dentro de casa e (23,5%) em vias públicas. Mesmo que o conceito de violência doméstica entenda que o fenômeno pode acontecer dentro ou fora do lar como afirma Saliba et al. (2007) a residência ainda é o local no qual ela prioritariamente acontece.

De acordo com os processos o turno em que ocorre o maior número de agressões é o noturno com (47,1%), seguido da madrugada (35,3%), e (17,6%) vespertino.

Ao examinar os meios utilizados para as agressões os objetos cortante/penetrante foram mais utilizados com (35,3%), seguidos dos objetos contundentes (pedra, pedaço de madeira, etc.) (29, 5%), e estrangulamento e armas de fogo (17,6%).

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<<http://exame.abril.com.br/brasil/estados-mais-mortes-por-armas-branca-armas-de-fogo/>> Acesso em: 03. Mai. 17.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e conselheiro do Fórum de Segurança Pública, Daniel Cerqueira, esclarece que as armas brancas são utilizadas principalmente em conflitos interpessoais (brigas dentro de casa, entre amigos e conhecidos) e de gênero. Já as armas de fogo são usadas principalmente em regiões com alta criminalidade, com presença de crime organizado, econômico e narcotráfico<sup>7</sup>.

Em se tratando dos motivos pelos quais praticaram as agressões (35,3%) foram por ciúmes e (29,4%) por ódio e vingança. Normalmente as pessoas ciumentas tem um forte sentimento de posse em relação ao outro, como se ele fosse um objeto seu. Muitos assassinatos cometidos por ciúmes são alegados como se eles tivessem sido movidos por amor, paixão, conhecidos como “crimes passionais”. No entanto, é preciso colocar os avanços legislativos em prática, para que o feminicídio não seja minimizado no sistema de Justiça como ‘crime passionais’ ou ‘homicídio privilegiado’ entendidas e legitimadas pelo sistema jurídico com penas mais brandas.

### **Conclusão**

A análise dos referidos processos criminais nos proporcionou não só uma aproximação com o cotidiano das vítimas e dos agressores como também possibilitou perscrutar as contradições de gênero. De igual maneira, é possível identificar nesses crimes de feminicídio, o requinte de crueldade através da intensificação da morte e emissão de uma mensagem. E, se considerarmos que a maior parte dos casos acontece no contexto doméstico, familiar e afetivo, o homicídio se inscreve em uma conjuntura em que a violência é recorrente e se expressa de diferentes formas, o que faz com que a mulher possa passar a vida toda exposta a uma situação de violência e acabar morrendo. O que queremos enfatizar é a qualidade do crime, não sua gravidade pura e simples, para que ele possa ser punido e seja possível resolver esse sério problema.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/estados-mais-mortes-por-armas-branca-armas-de-fogo/>>  
Acesso em: 03. Mai. 17.

## O policiamento mineiro nos relatórios dos Chefes de Polícia do estado de Minas Gerais (1894-1922)

**Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira**

Professor de História do IFMG-Betim

Doutorando em História Social pelo PPGHIS-UFRRJ

E-mail: lucas.pereira@ifmg.edu.br

**Resumo:** Análise preliminar das (re)produções e da circulação de representações dos soldados da força militar do estado de Minas Gerais contidas nos relatórios da Chefia de Polícia entre 1894 e 1922. Esse conjunto documental foi produzido pelos próprios chefes de polícia, mas também pelos delegados, chefes de seção e outras autoridades policiais, tanto civis como militares. Modernidade e tradição, inovação e atraso, disciplina e indisciplina, novas tecnologias e ignorância foram os grandes dilemas construídos pelas autoridades policiais para pensar o soldado e o oficial da força militarizada mineira. Dualidades e problemas semelhantes podem ser observados em diferentes estudos para outros estados e localidades. Esse estudo faz parte, nesse sentido, de um universo mais amplo das representações sociais dos militares das forças estaduais. O trabalho busca, portanto, contribuir para o debate historiográfico sobre a história cultural da polícia no período.

**Palavras-chave:** Policiamento moderno, Polícia e sociedade, Formação policial.

**Abstract:** Preliminary analysis of the Police Chief annual reports focused especially on the circulation and (re)production of representations of soldiers of the Minas Gerais military force between 1894 and 1912. The records were written by police chiefs, sheriffs, government employees and others police authorities. Modernity and tradition, innovation and backwardness, discipline and indiscipline, new technologies and lack of knowledge were the great dilemmas of the police authorities. There was a similar situation in others locations and this work is part of a more comprehensive study that includes the social representation of the province's military staff. This paper seeks to contribute to such historiographical debates about the Cultural History of the police.

**Keywords:** Modern policing, Police and society, Police training.

O policiamento do estado esteve na agenda pública desde o início da república, reverberando nas ações e discussões das elites mineiras (ANDRADE, 1987). Entre 1889 e 1930 os chefes de polícia, delegados, comandantes dos batalhões e comandantes gerais da força expuseram suas preocupações com o policiamento nos relatórios da secretaria de polícia. Em suas avaliações, as transformações econômicas e socioculturais da sociedade mineira contribuíam para a permanência e crescimento de índices de criminalidade e de distúrbios da ordem pública. As disputas políticas travadas no cenário estadual implicaram em constantes reorganizações de alianças entre as elites mineiras (VISCARDI, 1995, p. 42) e marcaram as relações entre poderes estadual e municipal. O governo central entrava em divergências com os governos municipais na promoção das políticas públicas relacionadas à educação (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2012) e à segurança. Apesar da autonomia legal do município, o estado mobilizava determinadas demandas sociais como instrumento de negociação nas resoluções de conflitos locais, regionais ou estaduais (LEAL, 2012, p. 190-5).



O objetivo desta comunicação é apresentar uma análise das leituras que os chefes de polícia, os comandantes dos batalhões e outras autoridades policiais fizeram da questão da ausência ou presença do policial nos municípios entre 1894 e 1922. Identifico, para tanto, as principais justificativas, posicionamentos e soluções propostas para o problema. Num primeiro momento, pelo menos três pontos foram fundamentais: a criação de forças alternativas, a subordinação direta das tropas ao chefe de polícia e a presença de delegados militares nos municípios. Em seguida abordo a formação dos soldados e dos oficiais que foi entendida como grande desafio para solucionar o problema da eficácia do policiamento no estado. Finalmente, tratarei da relação entre policiais militares e população, especialmente no que diz respeito ao comportamento e disciplina dos soldados.

O policiamento da capital do estado, desde o império, esteve a cargo das forças policiais militares. Essa lógica foi mantida na república e a nova capital também manteve as praças da força pública como agentes estatais responsáveis pela gestão da ordem pública. Em 1909, com a criação da Guarda Civil, força estadual que atendia somente a capital, os soldados ficaram responsáveis, legalmente, somente pelo policiamento das zonas suburbana e rural. Mas em termos práticos, a força pública também atendeu demandas esporádicas da zona urbana ao longo do período estudado e era responsável pela guarda de prédios e órgãos públicos e pela atuação em eventos emergenciais ou urgentes que tomavam a zona urbana, como acidentes, incêndios, greves, etc.<sup>1</sup> O delegado da comarca da capital, Edgard Franzen de Lima, em sua análise referente a 1921, criticava o policiamento da capital, entendido como “ultra deficiente”, “sofrível”, “ineficaz”. As representações expressas por Franzen de Lima foram amplamente compartilhadas pelos sujeitos responsáveis pela administração policial do estado na primeira república. A insuficiência de homens para realizar o policiamento do estado é ponto comum nos discursos dos chefes de polícia desde o final do século 19. Uma grande preocupação era que a população estava crescendo paralelamente à expansão econômica enquanto a capacidade numérica da força pública mantinha-se insuficiente para consolidar um policiamento moderno no estado.

Uma solução aplicada foi a autorização de engajamento de paisanos – homens civis – para o exercício da guarda nos municípios. Aureliano Magalhães em 1894, Olintho Ribeiro em 1903, Americo Ferreira Lopes em 1912, são exemplos dos chefes que mencionaram a

---

<sup>1</sup> Ver ordens do dia no jornal MINAS GERAIS, como a publicada em “Brigada Policial”, *Minas Gerais* n° 263, Ano VII, 10/11/1898, p. 5.

importância dos paisanos no policiamento do estado, como solução paliativa do problema. No, entanto, desde o início do século 20, a redistribuição das praças nos municípios contribuiu para diminuição e desuso dessa prática. Ao mesmo tempo, crescia a importância dos militares nomeados para comissões como delegados especiais de polícia. Apesar de discussões acerca da legalidade dessa prática, o fato é que os oficiais foram importantes agentes de polícia nos municípios do estado, divididos em circunscrições policiais para administração do serviço. Legalmente, esses delegados eram nomeados para resolver diligências envolvendo crimes mais graves, cometidos por pessoas importantes ou envolvendo de algum modo as elites políticas locais. Na prática, no entanto, os oficiais da força pública permaneceram como delegados para realizar buscas de criminosos fugidos, administrar conflitos sociais entre trabalhadores e patrões, entre outras atividades cotidianas. Em determinados momentos, a força pública exerceu um papel judicial, em outros, a verve militarista era impulsionada pela administração. A existência de cruzamento das funções militares e judiciais na força pública estadual sugere que a história da força pública esteve conectada com a formação de práticas de polícia judiciária e investigativa.

Mas, de fato, os destacamentos militares nos municípios passaram, paulatinamente, a compor o cenário em urbanização de centenas de cidades de grande e médio porte no estado. Marcadas pelas sociabilidades típicas de um mundo rural, esses municípios passaram a conviver com novas formas de organização da gestão pública da segurança e, inclusive, pleitearam insistentemente a presença da força pública em seus territórios. Em determinados municípios, os destacamentos eram mantidos de forma esporádica, circulando pela região, em outros havia a prática de aluguel de imóveis particulares para servir de quartel provisório. Muitas eram as demandas sociais ou políticas em torno desses destacamentos, como conflitos relacionados a grupos de viajantes, circulação e agrupamentos de ciganos, reivindicações e agitações de trabalhadores, embates políticos acalorados, crimes de sangue ou contra a propriedade.

No entanto, apesar do aumento da presença dos policiais militares a partir da organização da força pública em destacamentos, o chefe de polícia e os comandantes ainda se viram constrangidos em relação à eficácia do policiamento em Minas Gerais. A evasão e os altos índices de rotatividade contribuíram para o agravamento do problema da garantia da qualidade do serviço. Os chefes de polícia e comandantes estiveram preocupados com esses desafios que a instituição precisava enfrentar rumo aos projetos de modernização e aprimoramento desse serviço público. A partir da década de 1910 a educação formal do soldado

esteve entre os principais itens da agenda da administração policial. A promoção de debates em diferentes esferas, como periódicos impressos, representações cotidianas e os relatórios anuais contribuiu para a formulação de algumas medidas que passaram, no entanto, por entraves de ordem material e financeiro.

As páginas dos relatórios também reproduziram e discutiram o sonho da polícia moderna, capaz de atender às demandas sociais e políticas da sociedade em transformação, a partir de diferentes medidas consideradas fundamentais. Uma delas correspondia à formação intelectual, moral e física do soldado e do oficial da força pública. Desde 1917 os relatos dos comandantes dos quatro batalhões foram incorporados pelos relatórios anuais e as experiências e problemas locais em relação à educação dos soldados foram apresentados aos leitores. O comandante do 1º batalhão, Pedro Jorge Brandão, e o comandante do 3º, Americo Ferreira Lima, orgulhavam-se do funcionamento das escolas nos seus quartéis. A chamada escola regimental era responsável pela execução do programa do ensino primário para soldados analfabetos e para aqueles que não concluíram essa modalidade de ensino. Ferreira Lima gabava-se de sua atuação pessoal na formação moral e física dos alunos da escola de Diamantina (MARQUES, 1917, p. 210). Jorge Brandão mencionava que a adoção do ensino primário pela escola regimental estava gerando bons resultados, argumentando pela relevância do estabelecimento no organograma do batalhão (MARQUES, 1917, p. 187).

No entanto, já em 1918, o discurso ganhou outro tom, indicando que a eficiência desse modelo de formação do soldado para o policiamento era mais um momento excepcional do que um efetivo processo de transformação institucional. As escolas regimentais em Belo Horizonte, Diamantina e Juiz de Fora não puderam dar continuidades aos seus projetos iniciais, devido à falta de pessoal qualificado e ao problema da evasão dos alunos, que eram frequentemente, pela necessidade do serviço público, destacados para diligências. No período, a formação militarista estava tinha ampla adesão, especialmente a partir das medidas tomadas por Delfim Moreira como secretário e, posteriormente, como presidente do estado. Na visão de Affonso de Morais (1918, p. 143), no entanto, a grande transformação do policiamento do estado residia na função da força pública do estado como agente civilizatório, capaz de manter a ordem e a segurança públicas com inteligência e apoiado em valores republicanos. Apesar de ter sido derrotado em termos mais amplos, esse projeto para a força militar do estado é significativo para compreensão das disputas estabelecidas entre as autoridades para os caminhos possíveis da administração policial no período.

Essa perspectiva dialogava com uma preocupação que também era partilhada pelos defensores do projeto militarista da força, a relação entre os militares e a população mineira. Era comum a exaltação do comportamento das praças da instituição, e a ênfase na inexistência de qualquer acontecimento “desagradável que contribuísse para o desabono da índole ordeira do soldado mineiro que sabe sempre cumprir a sua missão dentro da esfera da disciplina” (MORAES, 1918, p. 197). A documentação é marcada pela intensa utilização do vocábulo “ordeiro” para denominar e classificar não somente os soldados, mas também o povo mineiro, a despeito das inúmeras páginas dos próprios relatórios e de outros documentos narrando ocorrências como crimes de sangue, conflitos sociais, desordens e insubmissões de soldados (PEREIRA, 2016). As classificações “povo” e “soldado” configuravam-se como sinônimos de adjetivos como ordeiro, pacífico, obediente, mas qualquer desvio podia ser considerado como falha do caráter que merecia uma reforma ou punição maior: prisão ou expulsão da força.

O problema do policiamento no estado mineiro ao longo da primeira república, esteve diretamente ligado com a lógica da disciplina militar. Na primeira década republicana, os comandantes dos batalhões usavam a prerrogativa da disciplina para ordenar o recolhimento das praças ou de destacamentos para as sedes dos quartéis. Por um lado, o chefe de polícia entendia a importância dessa prática, que poderia incentivar a construção do espírito de corpo e o fortalecimento da hierarquia e dos valores, símbolos e rituais militares. Mas, por outro lado, havia um desconforto em relação ao policiamento em geral, que sofria com a ausência do pessoal (MAGALHÃES, 1898, p. 18). A relação entre formação do soldado e presença de policiais no estado foi narrado em tons dramáticos e o problema foi encarado com outros olhos a partir da incorporação do comando da força pelo chefe de polícia. O problema da disciplina foi encarado a partir da relação entre oficiais e praças em momentos específicos de formação e nas práticas cotidianas de exercícios e treinamentos não só nas sedes dos batalhões (BRASIL, 1905, p. 94). Desde então o discurso policial passou a defender a necessidade de investimentos em ações institucionais de formação dos policiais militares, praças e oficiais, em escolas específicas.

No entanto, a disciplina tinha outra faceta que rondava as cabeças dos comandantes dos batalhões. Os inúmeros casos de pequenas indisciplinas cotidianas inspiraram não só ações como a formulação de representações relacionadas a ideia de limpeza entre os membros da força pública. Havia um claro problema institucional na constituição de um corpo disciplinado de soldados, a despeito da propensão dessa forma organizacional para o projeto disciplinar. As

análises do dia a dia das polícias militares brasileiras, baseadas em vasto acervo documental, também têm apontado para essa dificuldade (LUNCKES, 2012, p. 167s; BARBOSA, 2014, p. 96s). As relações entre oficiais e soldados e entre militares e população foram marcadas por tensões e diversos episódios violentos. Mas havia, por outro lado, uma grande aposta na ideia de eliminação do mal via expulsão dos elementos incorrigíveis ou por meio da reforma do caráter dos indisciplinados.

Para Luís Souza (2012, p. 354) os casos indisciplinas na força pública do estado de São Paulo relacionam-se com uma cultura corporativista da instituição. Em sua análise, conflitos envolvendo hierarquia militar ou deserções de soldados tiveram punições severas, enquanto a resolução dos conflitos envolvendo militares e população tendia à absolvição dos primeiros (SOUZA, 2012, p. 356). Não é possível identificar essa dinâmica na documentação analisada para o caso mineiro até o momento, mas podemos identificar aspectos do corporativismo indicado pelo autor na formação da força estadual do estado. Porém os relatórios indicam uma tentativa de inibir práticas e comportamentos considerados inadequados ao policial, não somente em termos morais, mas também em termos de abuso do uso da força (PEREIRA, 2016).

O policial deveria distanciar-se, em última instância, do comportamento dos populares (BRETAS, 2000). Havia, além das punições, elementos simbólicos que estruturavam as relações de poder entre oficiais e soldados, mas também entre policiais e policiais, como quartelamento, rotina dos quartéis, exercício da hierarquia, entre outros rituais. O exercício do poder cotidiano pelos policiais militares pode explicar os inúmeros casos de violência físicas perpetrados pelas praças e oficiais no interior do estado e os casos de insubmissão no interior dos quartéis<sup>2</sup>. Nesse sentido, o corporativismo pode significar uma forma de manutenção da imagem da força pública ilibada, dissociando ideias e práticas impuras que poderiam agravar as tensões existentes entre população e o policial. Essa é uma explicação para a afirmação orgulhosa de Christiano Brasil (1905, p. 94) de que “fatos de alta indisciplina não foram registrados durante o ano” de 1904, apesar dos dados empíricos mostrarem o contrário<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A discussão sobre disciplina e violência policial por ser vista em Souza, 2012. Para casos de violências internas e a relação policiais X população, ver BRETAS, 2000, LUNCKES, 2012 e PEREIRA, 2016.

<sup>3</sup> Outros chefes também expressaram esse sentimento. Ver MAGALHÃES, 1907, p. 115; BOTELHO, 1909, p. 119; MARQUES, 1915, p.234. O significado dessa expressão, assim como o uso do adjetivo “ordeiro”, parece residir na visão dos chefes de polícia e outras autoridades policiais de que, ao fim e ao cabo, a força pública não perdeu sua autoridade ou legitimidade, mesmo com episódios de questionamentos internos ou externos, caracterizados por crimes militares ou conflitos políticos e sociais.

A distribuição do contingente policial mineiro de acordo com as necessidades locais esteve diretamente relacionada com as dificuldades e constrangimentos enfrentados na implementação de uma política de formação das praças e oficiais e com os processos de constituição da disciplina militar. Todavia, a força pública permaneceu como principal responsável pelo policiamento do estado mineiro em todo período republicano, e, por isso, enfrentou inúmeros constrangimentos nesse incompleto processo de monopolização da força nas mãos do estado. A regularidade dos destacamentos nos municípios, a formação do sujeito policial militar e as relações entre população e policiais são elementos do mesmo processo de constituição do policiamento do estado. A constituição dessa política de segurança pública corresponde a um amplo movimento de consolidação da noção de estado republicano e de ordem pública na sociedade rural do estado de Minas Gerais<sup>4</sup>. A presença do policial militar nos municípios mineiros foi marcada por episódios de violência e conciliação<sup>5</sup>. Os interesses das elites mineiras estavam voltados para a consolidação da ordem política vigente, no entanto, apesar de vitorioso, o militarismo não foi a única opção de desenvolvimento institucional. Nesse sentido, os relatórios da Chefia de Polícia, em seu conjunto, permitem ampliar o debate historiográfico sobre o policiamento do estado e possibilitam colocar novas questões para outras fontes e pesquisas, interessadas nas relações estabelecidas entre policiais e população.

### Referências:

ANDRADE, Luciana Teixeira. Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930). Dissertação (Mestrado em Ciência Política), FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 1987.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da primeira república (1889-1930), Tese (Doutorado em História Social) UFSC, Florianópolis, 2014.

BRETAS, Marcos. Policiar a cidade republicana. Revista OAB-RJ. n.22, Rio de Janeiro, jul. 1985.

BRETAS, Marcos. A polícia das culturas, in: LOPES, Antonio Herculano. (Org.). Entre Europa e África: a invenção do carioca. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

---

<sup>4</sup> Uma discussão sobre a relação entre modelos estatais, mundo rural e formação de polícias no modelo gendármico, ver HOUTE, 2010, p. 302.

<sup>5</sup> A relação entre polícia e sociedade é um problema ainda em aberto no campo historiográfico, mas há importantes trabalhos que dão conta de determinadas classificações das atividades policiais e análises desse objeto. Ver BRETAS, 1985. Sobre o problema da relação entre população e o sistema punitivo do estado brasileiro, Ivan Vellasco (2007) defende um crescimento paulatino, ao longo do século XIX, de casos de resolução dos conflitos interpessoais por meios legais e burocráticos, além de uma intensa relação entre policiais e população nas vilas da província mineira.

HOUTE, Arnaud-Dominique. Le métier de gendarme au XIXe siècle. Pres Universitaires de Rennes: Rennes, 2010.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Org.). O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012. 310 p.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. Ser policial militar no norte de Goiás: história e prática cotidiana (1934-1964). SAECULUM – Revista de História, nº 27, João Pessoa, jul. / dez., 2012, p. 167.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. A violência na força pública de Minas Gerais: questões teóricas e empíricas. In OLIVEIRA, Jailton. Abordagens da violência da América Latina: instituições, sujeitos e práticas. Ed. Multifoco: Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Militarismo, conflitos e indisciplina nas práticas policiais em São Paulo, Primeira República. História Unisinos, São Leopoldo, nº 16, vol. 3, pp. 346-356, Set./Dez. 2012.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais 1831-1850. In: CARVALHO, José Murilo de. Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC, vol. 8, n. 15, 1995, pp. 39-55.

### **Fontes:**

### **Impressos**

ASSIS, Anatólio Alves de. Histórias do terceiro batalhão. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1972.

BOTELHO, Urias de Mello. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior pelo chefe de Polícia Dr. Urias de Mello Botelho em 1909. Minas Gerais, 1909.

BRASIL, Christiano Pereira. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior pelo Dr. Christiano Pereira Brasil em 1905. Minas Gerais, 1905.

FERREIRA, Júlio Octaviano. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior Dr. Affonso Penna Júnior pelo chefe de Polícia bacharel Júlio Octaviano Ferreira em 1922. Minas Gerais, 1922.

LOPES, Américo Ferreira. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior pelo chefe de Polícia Dr. Américo Ferreira Lopes em 1912. Minas Gerais, 1912.



MAGALHÃES, Aureliano Moreira. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior pelo Dr. Aureliano Moreira Magalhães em 1897. Minas Gerais, 1897.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior pelo Dr. Aureliano Moreira Magalhães em 1898. Minas Gerais, 1898.

MAGALHÃES, Almeida Raphael. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior pelo Dr. Raphael Almeida Magalhães em 1908. Minas Gerais, 1908.

MARQUES, José Vieira. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior pelo chefe de Polícia Dr. José Vieira Marques em 1915. Minas Gerais, 1915.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior pelo chefe de Polícia Dr. José Vieira Marques em 1917. Minas Gerais, 1917.

MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos negócios do Interior Dr. Henrique Augusto d'Oliveira Diniz pelo Alfredo Pinto Vieira de Mello em 1894. Minas Gerais, 1895.

MORAES, Antônio Affonso de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior José Vieira Marques pelo chefe de Polícia Dr. Antônio Affonso de Moraes. Minas Gerais, 1918.

RIBEIRO, Olintho Augusto. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior pelo Dr. Olintho Augusto Ribeiro em 1903. Minas Gerais, 1903.

### **Periódicos impressos**

Minas Gerais, nº 263, Ano VII, 10/11/1898.

## ST 03 - História e Música

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves  
Mestre/Doutorando  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[phpity84@yahoo.com.br](mailto:phpity84@yahoo.com.br)

Allysson Fillipe Oliveira Lima  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[lima.historia@gmail.com](mailto:lima.historia@gmail.com)

José Fernando Saroba Monteiro  
Doutorando em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[jfmonteiro2@hotmail.com](mailto:jfmonteiro2@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Geralmente citada em meio a eventos históricos, como curiosidade ou “ilustração”, a música não mereceu dos historiadores, até a ascensão da “Nova História Cultural”, a mesma atenção e critério metodológico aplicado a outras fontes históricas e sabemos que ao longo da história, foram inúmeras as formas musicais que se integraram aos acontecimentos históricos, se juntaram umas às outras e resultaram em novidades e inovações, modernizando este campo e possibilitando uma renovação e ampliação de possibilidades. Após a década de 1980, com a valorização de aspectos culturais no meio acadêmico como formas de se adentrar “mundos específicos”, a música passou a ser vista com novos olhos pela historiografia. Também a partir deste período, o fenômeno da globalização permitiu o encurtamento das distâncias e a dinamização das inter-relações locais, regionais e continentais, o que influiu no campo musical, ocasionando internacionalizações e fusões entre ritmos e gêneros globais e locais, ou mesmo inter-regionais.

O presente simpósio tem, portanto, como objetivo a discussão de relações entre história e música em suas múltiplas perspectivas. Para isso, esperam-se trabalhos que tenham a música como fonte histórica; tratem da teoria e metodologia da música como objeto da história; lidem com a utilização da música como construção de memórias; pensem a música como meio de apreender representações, imaginários, culturas populares, discursos, linguagens e práticas culturais; investiguem as interações, hibridismos, aculturações, sincretismos, etc., entre gêneros, formas e ritmos; se interessem pelo impacto globalização no campo musical, ou questões musicais que ultrapassam as fronteiras nacionais, que seguem tendências

internacionais ou que se globalizam, incluindo questionamentos sobre localismos, regionalismos, identidade nacional ou a união destas muitas questões; ou ainda, reflitam sobre o uso da música no Ensino de História.

Este será o primeiro simpósio que trata da relação entre História e Música oferecido pelo EPHIS e é seu intuito, além de promover a discussão e problematização interdisciplinar do tema, contribuir para a divulgação e aprofundamento da pesquisa na área.

## Um duro, e feio golpe: violência e música nas Minas setecentista

**Felipe Novaes Ricardo**

Graduado em Música

UEMG

E-mail: f.novaesr@gmail.com

**Resumo:** Observamos a sociedade barroca em Minas Gerais delineada pelo choque dos múltiplos modelos simbólicos, dos conflitos cotidianos e pela violência colonial socialmente reconhecida. Neste instável universo em equilíbrio dinâmico entre movimentos de tensão e repouso, observamos uma lingüística musical marcada por desvios aos procedimentos do cânone europeu. Acreditamos que, diferentemente de distrações técnicas ou concepções estilísticas turvas, as divergências observadas representam estratégias simbólicas, no âmbito lingüístico, ao reconhecimento e racionalização de um universo em instável equilíbrio.

**Palavras-chave:** Musicologia; Barroco mineiro; Crítica pós-colonial; História cultural.

**Abstract:** We look at the baroque society of Minas Gerais outlined by the shock of the multiple symbolic models, the daily conflicts and the social recognized violence of the colonial enterprise. In this unstable universe in dynamic balance between movements of strain and rest, we see a musical linguistic system marked by deviations in the procedures of european canon. We believe that, differently from technical distractions or cloudy stylistics conceptions, the divergences observed represents symbolic strategies, in the linguistic field, toward the recognition and rationalization of this universe in unstable balance.

**Keywords:** Musicology; Baroque of Minas Gerais; Postcolonial Criticism; Cultural History.

### **Indícios, redes e significados em relação centro-periferia**

Os vestígios documentais desta sociedade do barroco<sup>1</sup> são compreendidos enquanto sinais que permitem a observância de um contexto histórico. Tais sinais, dispostos ao olhar contemporâneo, figuram evidências à interpretação<sup>2</sup> de um quadro passado – compartilhados por seus próprios atores sociais – de localidades, grupos ou práticas específicas dispostas em um imaginário comum e reconhecido que opera mediante um sistema de significados. Não obstante ao paradigma de Ginzburg, estes sinais associam-se a outros em um vasto campo discursivo; o sinal-evidência enquanto um elemento em um sistema de significados que indica somente uma complexa paisagem, um nó<sup>3</sup> em uma malha cultural.

---

<sup>1</sup> Adotamos a acepção *Barroco* assim descrita por Gilles Deleuze; de acordo com o autor “o barroco remete não a uma essência, mas sobretudo a uma função operatória, a um traço.” (DELEUZE, 1991, p.13). Neste sentido optamos por uma designação não balizada em critérios de organização da economia colonial ou de configuração dos Estados em regimes monárquicos, observando a sociedade mineira através de suas práticas; não necessariamente inscrita em estruturas correlatas às do continente europeu. Ver: DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papyrus, 1991.

<sup>2</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

Tais entrelaces, interpretados à luz de seus sinais-vestígio próprios de específica malha, envolvem-se em fluxos inventivos de ordenamento de convenções à constituição de “expressões significativas” de “experiências e coisas socialmente reconhecidas”<sup>4</sup>; a linguagem enquanto aspecto coletivo da cultura e como *continuum* à racionalização de determinado mundo. Igualmente, o processo coletivo de racionalização desta realidade associa-se às singularidades sociais e regionais em “objetificações lingüísticas”<sup>5</sup> tal qual o contexto em que a linguagem ocorre também se diferencia social e regionalmente.

Este *contexto* delinea-se por – e compõe-se – em regimes ontológicos e sistemas semióticos específicos; em Minas Gerais setecentistas o *Choque da Conquista*<sup>6</sup> dimensionou um cenário único de conflitos – portanto, híbrido – de contextos discursivos. Enquanto processo contínuo, tais elementos lingüísticos especificam-se à maneira daquela sociedade pensar e nomear uma *realidade*, *eu* e *Outro*, compreendendo em cada processo histórico uma modificação na compreensão e nas associações validas – para aquela sociedade – em processos de significação constante; que delinea uma base simbólica relacional identificada por seus membros. Uma prática discursiva concebida no esforço coletivo de *compreender e dar sentido*, tornando possível um universo particular; uma malha cultural que perpassa, penetra e envolve o ator social.

No entanto, um limite imposto representa, sobretudo, uma seleção arbitrária em um “conjunto indefinidamente móvel”<sup>7</sup>; um recorte referencial, ou arranjo intencional, pelo qual uma linguagem específica é isolada de um todo contexto simbólico. Indica, particularmente, certa necessidade de ajustamento da evidência histórica – ou nesta perspectiva, o sinal-evidência – a um quadro teórico que condensa um complexo de enunciados em uma observância estruturada, contudo, externa.

Como Narciso, ou assim nos lembram os críticos, olhamos em uma fonte e nos tornamos apaixonados com a imagem refletida em sua superfície. A fonte, pode-se dizer, é a totalidade das evidências históricas disponíveis e a imagem que retorna é o produto de nossa visão histórica. Desejamos que essa imagem

<sup>4</sup> WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 252.

<sup>5</sup> Para Roy Wagner a convencionalização lingüística, enquanto um sistema ordenado de constructos discursivos correntes, mediante os quais coletivamente é formado e por meio das diferenciações do uso, articula-se na particularização e na contínua relativização das convenções lingüísticas. Ou seja, por meio de objetificações – de emprego corrente da fala em um contexto simbólico em articulações significativas – delineando em constructos figurativos de fala e “assimilando-os gradualmente a seu formato convencional, bem como está sempre perdendo a viabilidade comunicável e convencional” (WAGNER, 2012, p.266)

<sup>6</sup> Cf. GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.69.

seja real, objetiva, autônoma, autêntica, singular. Tal qual Narciso, no entanto, nos frustramos em tentativas de capturá-la - isto é, demonstrar sua realidade objetiva<sup>8</sup>.

Esse modelo referencial traceja uma projeção ao tecido de significados permitindo, por vezes, alicerçar uma compreensão das relações simbólicas aquém dos vínculos discursivo-contextuais; ou seja, o entendimento sobre esta sociedade em procedimentos externos de referenciação, e classificação, a partir de significados alheios. Eventualmente, poder-se-á observar a não correspondência de um, ou muitos, sinais deste repertório projetado; o reflexo – que se pretendia autônomo, objetivo – fragmenta-se.

Outrossim, para produzir significado as convenções de uma linguagem operam mediante uma “inter-relação com fenômenos situacionais (o contexto da fala, o ‘mundo’)”<sup>9</sup>; constituindo-se, Minas setecentistas, não exclusivamente de agentes de matriz européia, a expressão significativa da fala delinea complexos enunciativos distintos ao velho continente. No entanto, tais atos inter-relacionados operam mediante concordâncias em elementos de racionalização, respectivos a um contorno genérico constituído em um tempo histórico definido – o barroco. Mesmo regionalmente inscrita em processos singulares de leitura e significação, Minas em dobras próprias de criação e invenção das partículas de uma expressão. Uma lingüística ressoante à intencionalidade de uma inflexão, “elemento genérico da curvatura variável ou da dobra”<sup>10</sup> barroca, que implica ao tecido de significados daquela sociedade volutas singulares de contornos específicos.

Em outras palavras: o território colonial disposto em um Império transoceânico, e cada uma das suas regiões, enquanto centros e periferias em um “xadrez de estratégias identitárias”<sup>11</sup> no qual uma estrutura de enunciados constitui-se não exclusivamente pela transplantação de lógicas discursivas de uma localidade à outra; tão-somente, a ordenação de uma linguagem singular, contudo, ressoante às intencionalidades de seu tempo histórico. Neste aspecto, mais que uma análise organicista na qual um complexo de enunciações é isolado em detrimento de um modelo adequado de funções operatórias fixas, um exame crítico das associações específicas que inter-laçam significados.

---

<sup>8</sup> WEGMAN, Rob C. Historical Musicology: Is it still possible? In: CLAYTON, Martin et al. (Org.). The cultural study of music: a critical introduction. New York/London: Routledge, 2003, tradução minha.

<sup>9</sup> WAGNER, 2012, p.254

<sup>10</sup> DELEUZE, 1991, p. 19.

<sup>11</sup> NERY, Rui Vieira. Dicotomias de fundo na música luso-brasileira do Antigo-Regime: poder absoluto e novas sociabilidades; Centro e periferias; Barroco(s) e Pós-Barroco(s). Anais do V Encontro de Musicologia Histórica Brasileira, Juiz de Fora, v. 5, p. 12-14, 2002.

Deste contexto e em lineamento aos postulados da *New Musicology*<sup>12</sup>, Brandão (1993; 2000; 2010)<sup>13</sup> propõe o paradigma das *Não-observâncias*; procedimentos composicionais heteróclitos nos quais sensibilidades musicais diversas se confluem em uma linguagem *sui generis* própria às malhas de significados das Minas do Barroco. Modelo teórico-metodológico que institui abordagens de convalidação do discurso musical observado, distanciando de procedimentos referenciados no cânone historiográfico europeu. Assumimos o direcionamento das *Não-observâncias* à análise dos documentos consultados no Núcleo de Acervos da Escola de Música da UEMG.

### Territórios da violência

A setecentista Capitania das Minas Gerais se insere em um quadro de dinâmicas de sociabilidade articuladas na *honra*; redobra das tradições ibéricas de virilidade, fama e mando advindas de concepção patrimonialista – signo basilar ao direto do indivíduo inserido na comunidade e definidor do *socius*<sup>14</sup>. Honra na qual a violência cotidiana se assentava em comportamentos rituais de um corpo barroco performático em representações de poder, o qual, antes de manifestação irregular de uma gente de *má qualidade*, constituía-se em um sistema estruturado de significados; uma “linguagem fundamental”<sup>15</sup>.

Para Silva (2007) a *honra*, que fazia do “cotidiano social uma dramaturgia permanente”<sup>16</sup>, ordenava todos os aspectos da vida; os intercâmbios sociais, as ordens de precedência e de notoriedade, assim como as relações de transações comerciais – os vínculos de dívida e crédito, sobretudo, em associações de poder e autoridade<sup>17</sup>. Neste cenário de reciprocidades conflituosas e querelas vicinais, a reprodução social da violência delineava-se enquanto signo ritual reconhecível: o coser próprio, que percorre em teia toda uma lógica de significações, e flexiona um contexto à geografia das manifestações da violência. Já Anastasia (2005) indica a violência coexistindo na socialmente concebida previsibilidade dos atos

<sup>12</sup> Sobre o assunto ver KERMAN, Joseph. *Musicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

<sup>13</sup> Cf. BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *O sentido social da Música em Minas Colonial*. Belo Horizonte: UFMG, 1993. Tese (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993; BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *Nosso gosto reunido*. In: ARREGUY, C. (Org.), *Pensar Brasil*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008; BRANDÃO, Domingos Sávio Lins; MELO, Raissa Anastácia de Souza. *A Formação do campo artístico-musical em Minas Barroca*. Modus. Belo Horizonte, ano V, nº7, p.9-30, 2010.

<sup>14</sup> HALON, G. *Les rituels de l’agression en Aquitaine au XVIII<sup>e</sup> e siècle*. *Annales*, Março-Abril, 1985, p.250.

<sup>15</sup> SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>16</sup> SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de Mando: banditismo em minas gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, p. 289.

<sup>17</sup> SILVEIRA, 1997, p.145.



violentos de negros forros e *mulatos* e na imprevisibilidade dos desvios normativos perpetrados por vassallos e autoridades régias; tal qual uma imaginária europeia de irreal bestiário dos sertões<sup>18</sup>.

Ao âmbito da ordenação político-administrativa na América Portuguesa as normativas institucionais não se limitavam à referenciais da cultura ibérica enquanto matriz e modelo inflexível. Os predicativos lusitanos à organização colonial representaram, de fato, um paradigma institucional na disposição do poder, contudo, não conseguiram impedir transformações e mutações culturais<sup>19</sup> de uma sociedade de signos *híbridos* – no termo, conflituosos. Nesta senda a *honra*, constituída na reciprocidade da violência coletiva e interpessoal, traceja uma lógica geral de *distinções*; o reconhecimento público, a delimitação dos espaços e territórios de mando, o pertencimento e o imperativo das mercês e destaque na administração local.

### Um duro, e feio golpe

É o Teclado do Instrumento Cravo, ou Órgão um espaçoso, e amplíssimo Teatro, onde melhor se representam todas as Modulações da Música.  
Francisco Ignacio Solano

De acordo com Francisco Ignacio Solano<sup>20</sup> as “*Espécies Consonantes* são por natureza suaves ao ouvido” enquanto as “*Dissonantes ásperas*”<sup>21</sup>. O autor, citando *Boecio*, afirma que a natureza “áspera” das dissonâncias advém de “**um duro, e feio golpe**, ou áspero encontro de dois *Sons* contrários, que desabridamente ofendem o ouvido por causa da desproporção, que se acha entre eles”<sup>22</sup>. Neste aspecto ressalta-se, além do adjetivo empregado à caracterização de determinado intervalo e sua natureza, a origem da dissonância a partir de sua constituição “no encontro de dois *Sons* contrários”. De acordo com lexicógrafo D. Raphael Bluteau dissonância

<sup>18</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.20.

<sup>19</sup> SILVA, 2007, p.86

<sup>20</sup> Optei pela ênfase nos tratados de Solano, pois, o *Novo tratado de música, e rythmica...*(1779) representa obra que “melhor serve de guia para o estudo do pensamento barroco musical português”. Ver: PINHO, J. F. B. Dias de. Quadro teórico do Baixo Contínuo em Portugal no Século XVIII. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002. 174 f. Tese (Mestrado em Ciências Musicais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Musicais, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002, p.10. Igualmente, Mario Marques Trilha acena à produção didática de Solano enquanto ferramenta indispensável para a formação dos jovens portugueses aprendizes de música no século XVIII, figurando no universo musical lusitano setecentista enquanto o mais profícuo dos teóricos. Ver: TRILHA, Mário Marques. Teoria e prática do baixo contínuo em Portugal, 1735-1820. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011. 419 f. Tese (Doutoramento em Música) – Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

<sup>21</sup> SOLANO, 1779, p.33, grifo do autor.

<sup>22</sup> SOLANO, 1779 p.40, grifo do autor

compreende “diferença, oposição, contrariedade”<sup>23</sup>; Antonio de Moraes Silva sublinha a conceituação de Bluteau indicando, no verbo *dissonar*, o caráter “impróprio [...] desconforme, desproporcional”<sup>24</sup>. Já Rousseau destina dez páginas de seu dicionário à elaboração do conceito de dissonância; de acordo com o autor dissonâncias são “quaisquer sons, que com outro produz um acordo [intervalo] desagradável ao ouvido”<sup>25</sup>. A natureza *desagradável* referente ao encontro advém dos sons dos quais se constitui, pois, “distantes de unirem-se ao ouvido, **atacam-se mutuamente**, e são escutados como dois sons distintos”<sup>26</sup>.

Ressalta-se aqui a caracterização propostas pelos autores quanto à natureza da dissonância em encontro sonoro *contraditório* – Solano (1779), Bluteau (1716), Silva, (1789) - e *conflituoso* - Rousseau (1779). Não obstante à caracterização das dissonâncias, Solano conceitua também os intervalos dissonantes *postos em ligadura* através do conceito de *espécies falsas*.

O nome *Falsa*, com que se apelidam as *Espécies Dissonantes* postas em *Ligadura*, tomou-se do verbo *Fallo*, que significa *enganar*, e por isso as ditas *Espécies* com disfarce, ou cautela se introduzem na Música com muita diferença das *Consonantes*, isto é, *preparando* antes o ouvido com a *Prevenção*, para logo sentir levemente a *Falsa atada* (como delinquente para com o mesmo ouvido) na *Ligadura*, *desculpando-se* imediatamente em *Espécie Imperfeita*, a fim de causar maior deleite, e ressarcir o dano, que já se principiava a escutar; seguindo-se depois deste chamado engano, grandíssimo contentamento na potência auditiva, pela notável variedade, que as *Espécies Falsas* produzem na *Harmonia da Composição*.<sup>27</sup>

De acordo com Fagerlande, o movimento relativo à resolução das dissonâncias compreende o “termo desculpa, uma vez que a dissonância ofende o ouvido e a resolução a desculpa”<sup>28</sup>; a caracterização dos *Sons* contrários e seu movimento de resolução a partir de procedimentos nos quais há algo que se *pode aceitar*, ou *justificar o que se repreende o ouvido*.

<sup>23</sup> BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulario Portuguez & Latino [...]. V.5. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor da Sua Magestade, 1716, p.245.

<sup>24</sup> SILVA, Antônio de Moraes. Dicionario da língua portugueza [...]. v.2. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p.627.

<sup>25</sup> ROUSSEAU, J.J. A complete dictionary [...]. Translated from the original french of J.J. Rousseau by William Waring. London: Printed for J. Murray, n°32, Flee-Street; and Luke White: Dublin, 1779, p. 127. Tradução minha.

<sup>26</sup> ROUSSEAU, 1779, p.127. Tradução minha, grifo meu.

<sup>27</sup> SOLANO, 1779, p.79-80, grifos do autor.

<sup>28</sup> FAGERLANDE, Marcelo. O baixo continuo no Brasil: os tratados em Português (1751-1851). Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2011, p.190

## Equilíbrio instável

A partir do levantamento dos postulados da harmonia setecentista dispostas em *Novo tratado de Musica, Metrica e Rythmica* (1779) e *Exame instructivo sobre a musica* (1790), do lusitano Francisco Ignácio Solano, e análise dos procedimentos de condução de vozes e tratamento de dissonâncias, identificamos estruturas divergentes ao trato composicional europeu dispostas nas obras *Missa de Suassuy*, *Missa em Fá*, *Solo do Pregador* e *Feria Quarta Cineris*, sobretudo nos processos cadenciais ou conclusivos. Observamos as estruturas de *tensão sobre repouso* como unidades próprias à morfossintaxe musical do barroco mineiro, compreendidas em constructos que agregam sincrônica, ou articulatoriamente, elementos característicos de um repouso efetivo e uma tensão estrutural.

A concepção de campo tonal, para Solano, se dá na observância da 4ª e 7ª de determinada tonalidade, pois “com a natureza deles se *organiza o Tom*. Ela é quem lhes dá o ser.”<sup>29</sup> Obtêm-se o caráter da tonalidade a partir do tratamento destes elementos estruturantes, sendo próprios à confirmação de um centro através do *repouso* efetivo conduzido a “concluir em qualquer *Espécie Consonante 5.ª, 3.ª, 8.ª*.”<sup>30</sup> Contudo, no documento anônimo MIS – 04/550: *Missa de Suassuy* e, na congênera de J.J.E. Lobo de Mesquita, *Missa em Fá* tais elementos são posto de forma sincrônica, engendrando uma tensão estrutural e repouso efetivo, devido à natureza duplamente estruturada do grau tonal alcançado no encadeamento harmônico.

MIS - 04/550: *Missa de Suassuy: Qui tollis*  
c.190

*Missa em Fá: Glória*  
c.33

○ elementos de tensão  
○ elementos de repouso

○ elementos de tensão  
○ elementos de repouso

Ex. 1. Elementos de tensão e repouso nas obras *Missa de Suassuy* e *Missa em Fá*

O compasso c.190 da anônima *Missa de Suassuy* apresenta a 4ª (Fa) e a 7ª (Sí) do centro tonal de Dó Maior, contudo sobrepostos à 3ª (Mi), 5ª (Sol) e 8ª (Dó) do grau basilar da tonalidade; o I grau. Por sua vez, o compasso c.33 do Glória da *Missa em Fá* de J.J.E. Lobo de

<sup>29</sup> SOLANO, 1779,p. 64, grifo do autor.

<sup>30</sup> SOLANO, Francisco Ignacio. Exame instructivo sobre [...]. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1790, p. 46, grifo do autor.

Mesquita apresenta a 4ª (La) e a 7ª (Ré□) do centro tonal de Mi Maior, sobrepostos à 3ª (Sol□) e 5ª (Si) do grau integrante do processo harmônico pertinente à seção.

Procedimento semelhante ocorre no compasso c.101 da peça *Solo do Pregador* de Tristão José Ferreira, contudo com leve variação. Há nos procedimentos de condução de vozes e resolução do percurso cadencial a presença da 4ª (Ré) e da 7ª (Sol), do centro tonal de Lá menor, sobrepostos à 3ª (Dó) e a 8ª (Lá), porém não se constitui impulso harmônico à resolução, uma vez que a sétima não é elevada em um semitom, não alterando a configuração do V grau do modo menor.

*Solo do Pregador* [não catalogado]  
c.101

Ex. 2. Elementos de tensão e repouso na obra *Solo do Pregador*.

De acordo com o tratadista lusitano “aprova a Arte o uso de *Espécies Dissonantes*” quando “passando com presteza por elas” ou quando “postas em *ligadura*”<sup>31</sup>; ou seja, quando do caráter movido do andamento, ou da duração da figura de tempo na qual a dissonância se constitui, ou quando preparada anteriormente em consonância. Não obstante o tratadista acena à objeção do emprego de dissonância “no bater de cada *parte do compasso*” indicado o emprego nas “*partes entremédias* das mesmas, e isto é, a que chamamos passar uma *Nota má* por outra *boa*”; indicando, além do caráter de tempo o local no qual se constituirá a dissonância aceita, sendo esta em tempo fraco ou parte fraca do tempo. Contudo, no documento RAR – 01/688: *Féria Quarta Cineris*, de Manoel Camelo, nos compassos c.60, c.63, c.66 e c.69 da unidade *Et resurrexit* há o emprego de dissonância no primeiro tempo (tempo forte). Aquém da natureza dissonante do intervalo sobreposto, o elemento é utilizado de forma estruturante no discurso musical do compositor, apresentado como elemento de articulação. Não obstante, o compositor utiliza o mesmo procedimento no c.10 da unidade *Patrem*.

<sup>31</sup> SOLANO, Francisco Ignacio. Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1779, p.80, grifo em **negrito meu**, grifo em *italico* do autor.

The image displays two musical excerpts for SATB choir. The first excerpt, 'Et resurrexit' (c. 59), is in 3/4 time and features a complex texture with dissonances. The second excerpt, 'Patrem' (c. 10), is in 3/4 time and shows a more homophonic texture. Both excerpts include vocal lines for Soprano, Alto, Tenor, and Bass, along with a basso continuo line with figured bass notation.

Ex. 3. Dissonância em tempo forte: documento RAR – 01/688: *Feria Quarta Cineris*

### Considerações finais

Acreditamos que as relações tecidas entre os grupos dispersos no centro-sul minerador fora marcada por uma multiplicidade de referenciais em conflituosos processos de repouso e tensionamento, delineados em traços de uma intencionalidade discursiva barroca; volutas agudas e polidas envoltas à miséria e opulência ornando o ininterrupto conflito dos opostos estamentais, as investidas de extermínio e salvaguarda territorial aos *sertões*; ornando o controle régio e a fraude, a virtude individual e o delito público, o espírito que lança ao Atlântico e a aridez das terras d'além mar. Neste contexto de modelos confrontados constitui-se uma produção musical marcada em desvios às normativas do velho continente, contudo, acreditamos que tais fraturas na linguagem musical do barroco mineiro, diferentemente de desorientações técnicas aos postulados europeus, representam processos coletivos de leitura, racionalização e convencionalização lingüística de um universo em instável equilíbrio; notadamente articulado pela violência interpessoal e coletiva.

Em outras palavras; elementos lingüístico-simbólicos dispostos em um sistema musical culturalmente estruturado, o qual, divergindo da práxis composicional europeia coeva, constitui-se em objetos de representação da violência interpessoal e coletiva. Não obstante ao desvio normativo e representações sociais da expressão cotidiana da violência no território setecentista mineiro, os processos de objetificação e ordenamento lingüístico-musical delineiam-se em um universo de intencionalidades semióticas definidas: o *barroco* enquanto traço genérico que percorre significações em *choque* e lhes concede um contorno especificamente singular; dobras próprias de criação e invenção das partículas de uma expressão.

## A canção é a arma de quem só entende o amor<sup>1</sup>: A relação entre os regimes autoritários em Portugal e no Brasil e os festivais da canção (1964-19750)

**José Fernando S. Monteiro**

Doutorando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: jfmonteiro2@hotmail.com

**Resumo:** A partir da década de 1950, com o surgimento do Festival de San Remo, iniciou-se o costume de se produzirem festivais de música popular em diversos países. Aqui pretendemos incluir os festivais da canção de dois países, Brasil e Portugal, mais especificamente, os Festivais da MPB e os Festivais RTP, respectivamente. No entanto, devido a extensa cronologia dos certames, sendo os Festivais da MPB realizados, esparsamente, até o ano 2000 e os Festivais RTP, com raras exceções, realizados até a atualidade, faremos um recorte menor, entre 1964 e 1975, período no qual os dois países se encontravam sob regimes autoritários vigentes. Em linhas gerais, procuraremos compreender a relação, direta ou indireta, existente entre os regimes destes países e os festivais da canção.

**Palavras-chave:** Regimes autoritários; política; festivais da canção; Brasil; Portugal.

**Resumen:** A partir de la década de 1950, a través del surgimiento del Festival de San Remo, empezó la costumbre de producirse festivales de músicas populares en distintos países. Aquí pretendemos añadir los festivales de la canción de dos países, Brasil y Portugal, de manera más específica, los Festivales de MPB y los Festivales RTP, respectivamente. Sin embargo, debido a la extensa cronología de los certámenes, siendo los Festivales de MPB realizados, dispersamente, hasta el año 2000 y los Festivales RTP, con pocas excepciones, realizados hasta la actualidad. Haremos un recorte menor, entre 1964 y 1975, el período en que los dos países se encontraban bajo regímenes autoritarios. En líneas generales, buscaremos comprender la relación, directa o indirecta, existente entre los regímenes de estos países y los festivales de la canción.

**Palabras clave:** Regímenes autoritarios; política; festivales de la canción; Brasil; Portugal.

Procuraremos ver neste artigo, como os embates entre regimes autoritários, em Portugal e Brasil, e seus opositores influenciaram o campo musical e, mais especificamente, no contexto dos festivais da canção destes países, no período entre 1964 e 1975.

### Portugal

O primeiro Festival RTP da Canção a ser realizado, ainda sob o nome de I Grande Prémio TV da Canção Portuguesa<sup>2</sup> (denominação que duraria até 1975), ocorreu em 02 de fevereiro de 1964 nos estúdios Lumiar, em Lisboa, tendo por intuito selecionar a representante portuguesa para o IX Festival Eurovisão da Canção, a ser realizado em 21 de março do mesmo ano, em Copenhaga, Dinamarca. Saiu vencedora a canção *Oração* (Francisco Nicholson/

<sup>1</sup> Trecho do Hino do primeiro Festival Internacional da Canção – FIC.

<sup>2</sup> Aliás, “[...] título adaptado do Grand Prix Eurovision de la Chanson Européenne (Festival Eurovisão da Canção – FEC), organizado e emitido anualmente, desde 1956, pela União Europeia de Radiodifusão (UER), através da rede Eurovisão de partilha de conteúdos televisivos.” (CÉSAR TILLY; CIDRA, 2010, p. 501).



Rogério Bracinha/ João Nobre), interpretada por António Calvário. Entretanto, a canção não viria a galgar bons resultados no Festival Eurovisão daquele ano, obtendo indesejados *nul points*, sendo até mesmo, canção e cantor, recebidos sob assobios, friamente, não por eles próprios, mas pela política ditatorial do regime salazarista então vigente no país<sup>3</sup>. Aliás, chegou a ocorrer um incidente envolvendo o governo português, e espanhol, naquele Eurovisão, como nos mostra John Kennedy O’Connor: “Após a entrada que a Suíça havia realizado, um homem que estava escondido nos bastidores disfarçado de ajudante de palco andou dramaticamente levando uma bandeira que carregava a legenda ‘Boicote Franco e Salazar’, referindo-se às ditaduras dos governos de Espanha e Portugal na época.” (O’CONNOR, 2010, p. 24, tradução nossa). *Oração* tem em seu intérprete um grande nome do nacional-cançonetismo, vertente esta que reconhecidamente exaltava o nacionalismo do Estado Novo

Em 1967, no IV Grande Prémio da Canção, outro episódio da maior importância. Neste ano saiu vencedora a canção *O Vento Mudou* (Nuno Nazareth Fernandes/ João Magalhães Pereira), interpretada por Eduardo Nascimento, cantor de origem angolana, que representou Portugal no XII Eurovisão, em Viena, Áustria, sendo a primeira vez que Portugal enviou um cantor negro como representante, se tornando também “[o primeiro cantor negro a aparecer no Eurovisão].” (O’CONNOR, *op. cit.*, p. 31, tradução nossa). Ainda sob o regime salazarista, houve “[...] a intenção nítida de mostrar ao público europeu em geral a filosofia da integração racial e das colônias africanas como províncias do ultramar completamente integradas à nação portuguesa.” (NEVES, 2011, p. 95), a obra *The Eurovision Song Contest Companion*, também nos fala sobre o assunto:

“Portugal foi um dos primeiros exemplos de empregar o politicamente correto, para vencer. A sua entrada, ‘O Vento Mudou’ foi cantada por Eduardo Nascimento de Angola, para provar que a política colonial de Portugal estava funcionando bem. Os ventos da mudança foram realmente soprando através de África, mas não o suficiente para permitir a Eduardo se tornar o primeiro africano a vencer o Eurovisão.” (GOMBACCINI, 1998, p. 42, tradução nossa).

No VI Grande Prémio TV da Canção, em 1969, saiu vencedora a canção *Desfolhada* (Nuno Nazareth Fernandes/ José Carlos Ary dos Santos), interpretada por Simone de Oliveira, estando ainda entre as precursoras do “canto de intervenção”. Notadamente, a canção está

<sup>3</sup> Ver: MONTEIRO, José Fernando. S.. Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português. *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, Natal, nº 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014c, pp. 83-84.



inserida em um período de convergência, em que as canções ganham uma conotação diferente das apresentadas nos festivais anteriores:

“Para além do aspecto estritamente musical, também as dimensões poética e semântica das letras se tornaram centrais no debate sobre a canção popular. Por oposição à frivolidade e ao carácter sentimentalista do repertório ligeiro, a canção passou a ser encarada enquanto meio de comunicação capaz de expressar as inquietações de uma geração marcada pela (Guerra Colonial 1961-1974), pela censura e pela ditadura política de Salazar. Fundamental para este processo de mudança foi o contributo de Ary dos Santos, que se destacou pela inovação poética e pela forma como articulou as dimensões artística e ideológica.” (CÉSAR; TILLY; CIDRA, 2010, p. 503).

O poema de Ary dos Santos deixava clara a exaltação da pátria, diferente daquele nacionalismo do nacional-cançonetismo. Na letra, ainda faz-se referência a um amor proibitivo, o amor carnal, contrariando também os valores morais do regime então vigente.

Em 11 de fevereiro de 1971, a RTP realiza o VIII Grande Prémio TV da Canção, o qual teve como campeã a canção *Menina do Alto da Serra* (Nuno Nazareth Fernandes/ José Carlos Ary dos Santos), interpretada por Tonicha. Naquele ano passou a ser obrigatório um filme promocional (*preview*) para cada país participante do Eurovisão. O filme deste ano, contestando os valores morais daquele tempo, exaltada as formas e a feminilidade de Tonicha, além de sua beleza e ingenuidade.

Em 1972 é realizado o IX Grande Prémio da Canção, marcado pela participação somente de intérpretes masculinos. Entre as oito concorrentes saiu vencedora a canção *A Festa da Vida* (José Calvário/ José Niza), representante do “canto de intervenção”, interpretada por Carlos Mendes, que representou Portugal no Eurovisão daquele ano. A interpretação de Carlos Mendes foi marcante, para uma canção repleta de metáforas e conteúdo crítico ao regime de Marcelo Caetano.

Em 1973, no X Grande Prémio TV da Canção, saiu vencedora a canção *Tourada* (Fernando Tordo/ José Carlos Ary dos Santos), interpretada por Fernando Tordo. *Tourada* era mais uma canção com poema de Ary dos Santos e representante do “canto de intervenção”, repleta de metáforas contra o regime marcelista, e devido a isso recebendo um veto, que depois foi retirado, e rendendo uma breve passagem pela prisão para Ary dos Santos, como nos mostra a obra *The Complete Eurovision Song Contest Companion*: “O letrista da entrada de Portugal, ‘Tourada’, foi preso brevemente devido ao suposto conteúdo político da canção [...]” (GAMBACCINI, 1998, p. 60). A canção também ganhou grande repercussão como nos mostra Vasco Hogan Teves:

“A celeuma começou a ser ensurdecadora e a crítica, com os subentendidos próprios da época, até ela deu uma ajuda: ‘Tourada’ não terá sido a canção mais bonita do 10º Festival TV. Mas foi com certeza a mais saborosa. A mais necessária. O que é bem mais importante.’ ‘Tourada’, de Ary dos Santos e Fernando Tordo, tem de compreender-se como uma canção que nos chama para o entendimento de uma realidade. Que nos chama com uma imaginação, com um gozo de palavras, com uma alegria, com uma violência de dizer perfeitamente inusitadas no meio do cançonetismo ligeiro. Que uma destas tenha alcançado o primeiro lugar num concurso da Televisão portuguesa constitui, para além de tudo, um apelo à reflexão, à avaliação das contradições inevitáveis.” (TEVES, 2007, n.p.<sup>4</sup>).

O poema de Ary dos Santos, que comparava as touradas com o regime de Marcelo Caetano, dizia: “Não importa sol ou sombra/ Camarotes ou barreiras/ Toureamos ombro a ombro as feras/[...]/ Com bandarilhas de esperança/ Afugentamos a fera/ Estamos na Praça/ Da Primavera”. A Primavera a que se refere a canção é a Primavera Marcelista, como vimos, período inicial do regime de Marcelo Caetano no qual opera-se uma certa modernização econômica, social e política.

No XI Grande Prémio TV da Canção, a vencedora foi a canção *E Depois do Adeus* (José Calvário/ José Niza), interpretada por Paulo de Carvalho. A canção que descreve o fim de um relacionamento amoroso, não tendo, portanto, qualquer conteúdo político, foi usada como uma das senhas para a Revolução de 25 de Abril (ou Revolução dos Cravos), tornando-se uma das mais conhecidas canções populares de Portugal. O caso é lembrado por Ivan Raykoff, na obra *A Song For Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*:

“Portugal ficou em último lugar com a música ‘E depois do adeus’. Generais militares que estavam conspirando para derrubar a ditadura autoritária do país decidiram que a transmissão de estreia da música na rádio nacional seria o sinal para o início do golpe, que levou a famosa Revolução dos Cravos. Enquanto não havia conexão literal entre a revolta e a música em si, a letra parecia refletir a situação social e política em termos poéticos. A canção começa ‘Quis saber quem sou, o que faço aqui, quem me abandonou, de quem me esqueci.’ E continua como uma típica canção sentimental de amor e uma lição enigmática: ‘Partir é morrer, como amar é ganhar e perder.’” (RAYKOFF, 2007, p. 05).

John Kennedy O’Connor, na obra *The Eurovision Song Contest: The Official History*, também lembra o episódio:

“A história mais intrigante da noite veio com a entrada portuguesa. Paulo de Carvalho cantou a suave ‘E Depois do Adeus’ sozinho no palco. Ele compartilhou o último lugar, mas a música assegurou um lugar na história em

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://213.58.135.110/50anos/50Anos/Livro/DecadaDe70/RTPChegaMaisLonge/Pag11>> Acesso em: 20 jan. 2014.

casa. Foi usada como gatilho para uma revolta em Portugal que visava derrubar o governo. O sinal para mobilizar as tropas foi a transmissão de estreia da música na rádio nacional. Esta continua a ser a única entrada do Eurovisão que realmente começou uma revolução.” (O’CONNOR, op. cit., p. 59).

Em 1975, o XII Grande Prémio TV da Canção, competiram 10 canções, “[...] numa edição em que os próprios concorrentes votaram para eleger a canção vencedora.” (CÉSAR; TILLY; CIDRA, 2010, p. 503), mostra de como o espírito de democracia, despertado pela Revolução dos Cravos, pairava no ar. A temática das canções girava em torno da recém liberdade conquistada com a Revolução de 25 de Abril e o vencedor foi mais um “canto de intervenção”, desta vez mais direto, sem fazer uso de metáforas. Vale destacar que o “canto de intervenção”, opositor do regime ditatorial português e que teve adesão imediata por parte da população, também despertou um sentimento de nacionalismo, porém diferente daquele promovido pelo Estado Novo. Saiu vencedora a canção *Madrugada* (José Luís Tinoco), interpretada por Duarte Mendes, “[...] um dos capitães a ter tomado parte na Revolução do ano anterior e que tinha já também uma carreira como cantor [...]” (NEVES, op. cit., p. 101). A toada revolucionária da canção talvez tenha pesado na decisão dos jurados, foi a primeira “canção de intervenção” apresentada sem metáforas nem censura, num tempo em que a liberdade estava exacerbada nas ruas. As mudanças causadas pelo 25 de Abril, repercutiram também nos festivais. As pessoas apresentavam-se de forma mais descontraída e informal, restringiram-se os supérfluos, os ambientes ficaram mais vazios, minimalistas, como uma espécie de negação ao fausto da elite da ditadura. Nesse período reestruturava-se não somente Portugal, mas também a RTP, incidindo na escolha do representante para o Eurovisão, pretendendo-se mostrar uma nova imagem de um Portugal democrático e livre. Desta forma, Duarte Mendes foi escolhido para representar Portugal no Eurovisão de Estocolmo, Suécia, festival que havia se tornado ainda mais acirrado. Acompanhado de três coristas, o “capitão-cantor” (como a imprensa estrangeira havia chamado Duarte Mendes) interpretou a canção com muita garra, de forma impecável e muito sentida, com um cravo vermelho na lapela.

## Brasil

Em 1964 ocorre o golpe que levou ao início da ditadura no Brasil, já no ano seguinte, em 1965, foi realizado o primeiro festival musical televisivo de grande repercussão, o I Festival Nacional de Música Popular Brasileira da TV Excelsior, dirigido por Solano Ribeiro. Se consagrou vencedora a canção *Arrastão* (Edu Lobo/ Vinícius de Moraes), defendida por Elis

Regina. Para compor *Arrastão*, Edu Lobo recorreu à assimilação de gêneros musicais regionais do Nordeste, quando se juntou a Vinícius de Moraes, que fez a letra (repleta de coloquialismos e referências à cultura popular brasileira), agregou essas influências à canção, adequando-a a linhagem que vinha se constituindo desde a dissidência nacionalista da bossa-nova e do espetáculo *Opinião*, ou seja, à “canção de protesto”<sup>5</sup>. Este festival também marca a primeira participação de Geraldo Vandré, que viria a ser o maior expoente da “canção de protesto” no Brasil e que neste festival defendeu um *Sonho de um Carnaval* (Chico Buarque de Hollanda).

No II Festival Nacional de Música Popular Brasileira, também pela TV Excelsior, saiu vencedora a canção *Porta Estandarte* (Geraldo Vandré/ Fernando Lona), defendida por Tuca e Aírto Moreira “A canção possibilitou a Geraldo Vandré algum reconhecimento ante o público e, sem dúvida, Geraldo Vandré foi o compositor de maior representatividade na ‘canção de protesto’, depois de seu desvinculamento com a Bossa Nova, e o que melhor sintetizou a canção engajada no mercado.” (MONTEIRO, 2014b, p. 704). A canção estava alinhada à vertente “canção de protesto” e ia ao encontro dos anseios da juventude esquerdista e dos ideais do Centro Popular de Cultura (CPC).

Ainda em 1966, entre setembro e outubro, foi realizado o II Festival da Música Popular Brasileira da TV Record. Na final acabou havendo um empate entre *A Banda* (Chico Buarque de Holanda), defendida por Nara Leão, e *Disparada* (Geraldo Vandré/ Théo de Barros), defendida por Jair Rodrigues, Trio Marayá e Trio Novo. Walnice Nogueira Galvão, em sua obra *MMPB: Uma análise ideológica*, destaca que o público bradava e urrava durante a apresentação de *Disparada*, canção considerada engajada, e este mesmo público, vaiou, impedindo que sequer falassem, artistas como Hebe Camargo e Erasmo Carlos, no III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, de 1967. Isso se deve justamente a estes últimos não serem considerados artistas politizados, mesmo Erasmo tendo apresentado uma canção tida como engajada. Neste festival, canções como *Lá vem o Bloco* (Gianfrancesco Guarnieri/ Carlos Lyra), *Ensaio Geral* (Gilberto Gil), *De Amor ou Paz* (Adauto Santos/ Luiz Carlos Paraná), *Canção de Não Cantar* (Sérgio Bittencourt) e *Jogo de Roda* (Ruy Guerra/ Edu Lobo), também sugeriam sutis abordagens políticas.

---

<sup>5</sup> Ver: MONTEIRO, José Fernando S.. Canções de Protesto: O avanço da esquerda para e pelas artes. In: Congresso Sergipano de História, 4, Encontro Estadual de História da ANPUH-SE, 4, 2014. Anais...Aracajú, UFS/UNIT, 2014a.

Em 1967, acontecia o III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record. Neste período o regime militar começou a interferir mais diretamente nos festivais e a TV Record era vista como “(...) “foco” de “ação psicológica sobre o público, desenvolvida por [artistas] de orientação filo-comunista (...)” (NAPOLITANO, 2004, p. 110) que disputavam o certame. As canções passaram a ser apreciadas pelos censores que sugeriam mudanças nas letras, relação complexa pois o censor “(...) passou a ter uma influência particular sobre cada obra, pois faziam sugestões que muitas vezes eram aceitas.” (CAROCHA, 2006, pp. 208-209). A canção vencedora foi *Ponteio* (Edu Lobo/ José Carlos Capinan), defendida por Edu Lobo e Marília Medalha, Quarteto Novo e Momento Quatro. A letra de Capinan tinha uma interação política bem ao gosto dos mais politizados, aludindo a questão do “*dia que virá*”<sup>6</sup> e um desejo de mudança idealizado por muitos, como diz o trecho: “Certo dia que sei por inteiro/ Eu espero, não vá demorar/ Este dia estou certo que vem/ [...] / Vou ver o tempo mudado/ E um novo lugar pra cantar”. “A platéia dos festivais, formada em sua maioria pela juventude estudantil, estava sintonizada com aquele movimento musical que falava da realidade social brasileira.” (MELLO, 2003, p. 215). A surpresa deste festival foi os ídolos da Jovem Guarda, vistos como alienados ou a favor dos militares (“adesistas”), interpretarem canções “engajadas”. Roberto Carlos entoou o samba *Maria, Carnaval e Cinzas* (Luiz Carlos Paraná), Ronnie Von cantou *Minha Gente* (Demetrius) e Erasmo Carlos defendeu *Capoeirada* (Erasmo Carlos). No entanto, Sérgio Ricardo, visto como um artista engajado, durante a apresentação de *Beto Bom de Bola* (Sérgio Ricardo), “[...] não foi bem recebido, sendo veementemente vaiado a ponto de se irritar e quebrar o violão no palco, arremessando-o depois ao público.” (MONTEIRO, 2015, p.10).

O mais político dos festivais, e também o de maior visibilidade, foi o III Festival Internacional da Canção, de 1968. Neste período houve grande proliferação da juventude esquerdista que havia estabelecido um *parti pris* ante o regime militar. Com a eclosão do maio francês, o que refletiu de forma imediata no Brasil, as ruas transformaram-se em verdadeiras praças de guerra. Dessa forma, nunca houve tantas canções protestando num mesmo festival, basta ver os títulos: *É Proibido Proibir* (Caetano Veloso), *Canção do Amor Armado* (Sérgio Ricardo), *Questão de Ordem* (Gilberto Gil) e *América, América* (César Roldão Vieira). A canção vencedora foi *Sabiá* (Tom Jobim/ Chico Buarque de Hollanda), defendida por Cynara e Cybele, mas acabou recebendo uma imensa vaia na final, devido a preferência do público por

<sup>6</sup> Asserção sugerida por Walnice Nogueira Galvão. Ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. “MMPB: Uma Análise Ideológica”. In: \_\_\_\_\_. Saco de Gatos: Ensaios Críticos. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976. p. 95 e segs.

*Pra não Dizer que não Falei das Flores* (Geraldo Vandré), defendida por Geraldo Vandré, que ficou com o segundo lugar, muito mais afeita aos ideais da juventude politizada do período. Vandré compôs uma melodia simples, mas que trazia versos diretos como: “Vem, vamos embora/ Que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/ Não espera acontecer”, fazendo uma verdadeira conclamação a uma mudança político-social, todavia, essa mudança deveria ser imediata, dizendo, ao contrário da ideia do “dia que virá”, que o tempo era aquele e o “dia já chegou”. Uma verdadeira *Marselhesa* como a descreveu Millôr Fernandes, a qual acredita-se também ter sido o *leitmotiv* para o decreto do AI-5, e um hino entoado ainda hoje em inúmeras manifestações públicas<sup>7</sup>.

Neste período a ditadura militar se encontrava em sua fase mais dura. Malgrado, se realiza o V Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, que iniciou com uma das canções sendo proibida pela censura, era *Clarice* (Eneida/ João Magalhães), interpretada por Agnaldo Rayol, mas que depois seria liberada e ficaria com o segundo lugar. A vencedora foi a canção *Sinal Fechado* (Paulinho da Viola), defendida pelo autor, na letra: “(“Olá como vai?! Eu vou indo, e você, tudo bem?”), a dificuldade do diálogo (“pois é, quanto tempo/...me perdoe a pressa”), o isolamento na cidade (“precisamos nos ver por ai/ Pra semana., prometo, talvez”), a necessidade de fuga (“por favor telefone, eu preciso beber alguma coisa...”) e o final sem fim (“adeus.../ adeus...”), refletem a mordaza da comunicação.” (MELLO, *op. cit.*, p. 349).

O V Festival Internacional da Canção pela TV Globo surge sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, em 1970, quando o Brasil vivia o “milagre econômico” e o ufanismo tomou conta do povo e eram muito comuns *slogans* como: “Ninguém segura este país” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o”, mesmo com a repressão e a censura se intensificando. Neste ano, foram muitas as canções *soul* que se destacaram, entre elas: *Abolição 1860-1980* (Dom Salvador/ Arnaldo Medeiros); *Encouraçado* (Sueli Costa/ Tite de Lemos); *O Amor é o meu País* (Ivan Lins); *Universo do teu Corpo* (Taiguara) e até o xaxado-*soul* de *A Charanga* (Wanderléa/ Dom). Cogitava-se que algumas canções eram de caráter político no tocante ao racismo, como *Abolição 1860-1980* na qual os versos “O meu povo sofre seu destino/ Com amor// [...]/ E abolindo a voz do preconceito/ Nascer negro não é ter defeito// [...]/ Cada passo eu faço um braço, amigo, levantar”, faziam uma verdadeira conclamação ao orgulho negro. Desse modo, a inserção do *soul* no Brasil, juntou a politização das “canções de protesto” e a inclinação natural

<sup>7</sup> Ver: MONTEIRO, José Fernando S.. Vem, Vamos Embora: Os Festivais da Canção como espaço de difusão ideológica. In: Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, 3, vol. 2 (Cultura e Comunicação). Anais...Crato, Universidade Federal do Cariri, pp. 03-14.



do gênero a política, surgido em meio à luta pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos. Mas nenhuma canção agradou tanto quanto *BR-3* (Antônio Adolfo/ Tibério Gaspar), defendida por Tony Tornado e Trio Ternura, que venceu o festival. A canção tinha o nome da estrada que ligava o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, mas na verdade os versos “A gente corre/ E a gente corre/ Na BR-3/ Na BR-3/ E a gente morre/ E a gente morre/ Na BR-3/ Na BR-3”, traziam uma metáfora ao quadro político-social do país, “[...] Gaspar decidiu fazer uma letra comparando o momento em que se vivia com a perigosa via interestadual.” (PELEGRINI; ALVES, *Revista de História*, abr. 2011). Curiosamente, o presidente Médici no dia da primeira eliminatória internacional do V Festival Internacional da Canção da TV Globo, em 1970, “[...] manifestou aos cantores de 'BR-3' sua esperança de conquistarem o tricampeonato também na música.” (MELLO, *op. cit.*, p. 382), aludindo aos dois FIC's anteriores, de 1968 e 1969 (nos quais as canções *Sabiá* (Tom Jobim/ Chico Buarque de Hollanda) e *Cantiga por Luciana* (Edmundo Souto/ Paulinho Tapajós), respectivamente, foram as vencedoras das fases nacional e internacional) e também ao tricampeonato no futebol, na Copa de 1970 do México, onde o Brasil foi campeão. Tornado, devido à “[...] atividade de pregação social em favor dos negros [...]” (MELLO, *op. cit.*, p. 390), seria obrigado a se exilar do país. A partir daí o aparato repressivo passou a se preocupar mais com estes aspectos, em 1972 “[...] mandou para a organização do festival uma lista de dez itens proibidos – entre eles, letras perigosas, [e] menções ao ‘poder negro’ [...]” (BAHIANA, 1979-1980, p. 62), desta forma, “[...] não seria permitido o gesto do punho cerrado para o alto do ‘poder negro’” (MELLO, *op. cit.*, p. 403). No ano seguinte, em documento do CENIMAR, datado de pouco antes do VI FIC da TV Globo, de 1971, são feitas as seguintes considerações: “1) – Consta que o Sr. AUGUSTO MARZAGÃO [organizador do FIC] prepara uma homenagem ao grupo radical dos Estados Unidos, denominado “BLACK POWER” [...]. 2) – O Poder Negro é formado por elementos extremistas, com ideologia de esquerda, não possuindo assim, mensagem de cunho artístico ou intelectual que seja de interesse [*sic*] ao povo e principalmente à juventude brasileira.” (Informe nº 0157 – CENIMAR, 23 jul. 1971). Dessa forma, mesmo o Trio Ternura vencendo esse VI FIC, com a canção *Kyrie* (Paulinho Soares/ Marcelo Silva), seu companheiro Tornado, que desta vez se apresentou ao lado de Elis Regina, não se sairia tão bem: “Os dois interpretaram a música *Black is beautiful*, dos irmãos Valle, que diz: “Hoje cedo, na Rua do Ouvidor/ Quantos brancos horríveis eu vi/ Eu quero um homem de cor/ Um deus negro do Congo ou daqui”. Enquanto cantava, Tony cerrou os punhos no ar – o gesto característico dos Panteras Negras. Acabou saindo algemado do ginásio.” (*Revista de História*, abr. 2011).



Em 1972, é realizado o VII Festival Internacional da Canção da TV Globo, no qual o *rock*, visto pela esquerda como símbolo do imperialismo cultural, aparece mais politicamente ativo, denunciando, além dos perigos do regime, também o desgaste dos embates com a esquerda. O festival apresentou também contestação no que concerne as performances, com um *mise-en-scène* ainda não visto nos festivais. Raul Seixas faz grande sucesso com a canção *Let me sing, let me sing* (Raul Seixas/ Edith Wisner), cuja letra em português com o refrão em inglês demarcava bem a aceitação do estrangeirismo e o hibridismo cultural do período. O trecho “Eu vim rever a moça de Ipanema/ E vim dizer que o sonho/ O sonho terminou”, retratava que o sonho esquerdista já estava “[...] definitivamente esmagado e amordaçado [...]” (RIDENTI apud NETO, 2011, p. 03) pelo regime, além do anúncio do fim dos Beatles e da diluição do sonho da “moça [garota] de Ipanema”, o de não ser mais “[...] a Bossa Nova o gênero principal de representação da música popular brasileira.” (NETO, *op. cit.*, p. 03). O verso “Só vim curtir meu rockzinho antigo/ Que não tem perigo de assustar ninguém” é uma ironia e um artifício de quem conhecia os perigos que a música, sobretudo o *rock*, representava naqueles tempos de obscurantismo. O próprio título, “*Let me sing* [Deixe-me cantar]”, pode ser compreendido como forma de pedir licença à mordada da censura. “Num ambiente dividido entre o Bem e o Mal, entre a platéia [*sic*] e os bastidores, entre os alienados e os engajados, Raul abriu seu cardápio anarquista [...]” (SILVA, 2004, p. 45). Mas, “[...] os federais estavam atrás do palco, dando ordens e fazendo ameaças de que, se ele recebesse os primeiros lugares estaria perdido.” (SOUZA, 2011, p. 60). Na letra de *Viva Zapátria* (Sirlan Antonio de Jesus/ Murilo Antunes), a palavra que chamou atenção da censura foi “pátria”, mas havia muito mais implícito na canção, os versos “Carabinas, sorriso, onde estou?! Um compromisso a sirene chamou” fazem referências a armas e viaturas, constantemente presentes nas ruas no período, e a própria palavra “zapátria” seria uma cifragem, através do neologismo formado pela junção das palavras “Zapata” e “pátria”, o que também lhe rendeu uma breve passagem pela censura para justificar sua letra. Também ganham destaque: *Eu Quero é Botar meu Bloco na Rua* (Sérgio Sampaio), cujo título-refrão sugere uma manifestação pública; *Papagaio do Futuro* (Alceu Valença/ Geraldo Azevedo), na qual se defende a preservação ambiental; e *Cabeça* (Walter Franco), em que “O caos de censura e repressão do período, que oprimia artistas e intelectuais contrários à ditadura, era literalmente colocado na estrutura da letra e em sua tradução na performance ao vivo do cantor [...]” (VARGAS, 2010, p. 204). Devido justamente a todos os problemas políticos, o VII FIC seria o último certame da “Era dos Festivais”.

## Referências Bibliográficas

25 de Abril. Disponível em : <<http://www.25abril.org/a25abril/>> Acesso em: 23 dez. 2016.

CAROCHA, M. L. A censura musical durante o regime militar (1964 – 1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, pp. 189 – 211, 2006.

CÉSAR, António João; TILLY, António; CIDRA, Rui. Festival RTP da Canção (FRTPC), 2010, pp. 501-504, In: CASTELO-BRANCO, Salwa, *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “MMPB: Uma Análise Ideológica”. In: \_\_\_\_\_. *Saco de Gatos: Ensaios Críticos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, pp. 93-119, 1976.

GAMBACCINI, Paul (et al.), *The Complete Eurovision Song Contest Companion*, London, Pavilion Books, 1998.

“Informe nº 0157 – CENIMAR”, 23 jul. 1971. Disponível em: <<http://www.censuramusical.com.br/>>. Documentos. Acesso em: 25 mar. 2013.

MELLO, José Eduardo (Zuza) Homem de. *A Era dos Festivais: Uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MONTEIRO, José Fernando S.. *Canções de Protesto: O avanço da esquerda para e pelas artes*. In: Congresso Sergipano de História, 4, Encontro Estadual de História da ANPUH-SE, 4, 2014. *Anais...Aracajú, UFS/UNIT*, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Festivais e Protestos: A resistência cultural ao regime militar no Brasil*. *Anais do III Encontro de Pesquisa em História da UFMG/ Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 6 (Suplemento, 2014). Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/ UFMG, pp. 702-709, 2014b.

\_\_\_\_\_. *Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português*. *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, Natal, nº 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014c.

\_\_\_\_\_. *Vem, Vamos Embora: Os Festivais da Canção como espaço de difusão ideológica*. In: Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, 3, vol. 2 (Cultura e Comunicação). *Anais... Crato, Universidade Federal do Cariri*, pp. 03-14, 2015.

PELGRINI Sandra C. A.; ALVES, Amanda Palomo. “Tornado “black” e musical: Após passar pelos EUA, cantor trouxe ideias dos negros de lá para o Brasil”. *Revista de História*, Edição nº 67, abr. 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964 – 1985*. São Paulo: Atual, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966/ 1968)*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: Quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

NEVES, Mauro. O fracasso português: Por que Portugal nunca conseguiu vencer o Eurovisão?, *Bulletin of the Faculty of Foreign Studies, Sophia University*, nº 46, 2011, pp. 91-128.

NETO, José Rada. O rock'nroll invade os palcos da MPB: Raul Seixas e a influência do rock androll. In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 26, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, pp. 01-17, jul. 2011.

O'CONNOR, John Kennedy. *The Eurovision Song Contest: The Official History*, London, Carlton Books, 2010.

RAYKOFF, Ivan; TOBIN, Robert Deam. *A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*, Hampshire, Ashgate, pp. 01-12, 2007.

SILVA, Sonielson Juvino. Raul Seixas e a modernidade: Uma viagem na contramão. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2004.

SOUZA, Isaac Soares de. *Dossiê Raul Seixas*. São Paulo: Universo dos Livros, 2011.

TEVES, Vasco Hogan. RTP: 50 anos de história, Prólogo de António Barreto, Versão Digital, 2007. Disponível em: <<http://ww2.rtp.pt/50anos/50Anos/Livro/>> Acesso em: 17 nov. 2013.

VARGAS, Herom. A canção experimental de Walter Franco. *Comunicação & Sociedade*, ano 32, nº 54, pp. 191-210, jul.-dez 2010.

## “O meu futuro é luz e calor”: os anos finais da Abertura Política (1974-1985) nas canções do disco *Ao Vivo* (1983), de Milton Nascimento

**Hudson Leonardo Lima Públio<sup>1</sup>**

Licenciado e Bacharelado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: hudsonlpublio@hotmail.com

**Resumo:** lançado na esteira do crescimento da indústria fonográfica no Brasil, a partir do fim da década de 1970, o álbum *Ao Vivo* (1983), do cantautor Milton Nascimento, se insere nas produções do três-pontano em referência à Abertura Política no Brasil (1974-1985). Diferentemente da fonografia crítica à violência da Ditadura Militar (1964-1985) produzida durante sua fase mais repressiva (1968-1974), esse disco de Nascimento tem um enfoque na reprodução dos anseios de grande parte da sociedade civil engajada relacionados à redemocratização no Brasil. Além disso, desde 1978 o cantautor procurou inserir em suas composições temáticas relacionadas ao contexto de abertura, culminando no disco *Ao Vivo* que é uma produção marcante da MPB engajada politicamente da época. Nesse artigo procuro analisar canções desse disco inserindo-as no contexto da época.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Abertura Política; Milton Nascimento; Composição; MPB.

**Abstract:** released in the wake of the growth of the music industry in Brazil, from the end of the 1970s, the album *Ao Vivo* (1983), by the singer-songwriter Milton Nascimento, is inserted in the productions of the três-pontano in reference to the Political Opening in Brazil (1974-1985). Unlike the phonography that criticized the violence of the Military Dictatorship (1964-1985) produced during the most repressive phase (1968-1974), this record of Nascimento has a focus on the reproduction of the aspirations of a large part of the civil society engaged in redemocratization in Brazil. Besides that, since 1978 the singer-songwriter has sought to insert in his compositions thematics related to the opening context, culminating in the album *Ao Vivo*, which is a remarkable production of politically engaged MPB of the time. In this article I will analyze songs from this disc by inserting them into their context.

**Keywords:** Military Dictatorship; Political Opening; Milton Nascimento; Song composition; MPB.

Ao falarmos de Música Popular Brasileira (MPB) e Ditadura Militar (1964-1985) logo nos vem à lembrança as canções engajadas<sup>2</sup> produzidas durante os chamados “Anos de Chumbo”, que é uma das expressões para identificar o período mais violento no Brasil, indo da proclamação do AI-5 (1968) até o fim do Governo Médici (1969-1974). *Apesar de Você, Pra não dizer que não falei das flores, Nada será como antes, É proibido proibir*, somente para citar as mais conhecidas, que são acrescidas de muitas outras, quase viraram sinônimos de

<sup>1</sup> Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

<sup>2</sup> Deve-se atentar para a diferença entre as canções que denominamos como “engajadas”, “militantes”, entre outras expressões, para a chamada “Canção de Protesto”. No primeiro caso são englobadas todas as produções críticas à ditadura militar que apropriamos hoje em dia em pesquisas, apreciações, etc. Já “Canção de Protesto” é um termo próprio para designar as canções compostas e interpretadas nos grandes festivais e que não sofreram censura prévia, visto que o AI-5 ainda não havia sido decretado. *Pra não dizer que não falei das flores, Ponteio, É Proibido Proibir*, são exemplos de produções de “protesto” desse recorte temporal da MPB. Para uma análise mais aprofundada a obra *A era dos festivais: uma parábola*, de Zuza Homem de Mello (2003), traça um panorama das canções de festivais de 1960 até 1972: MELLO, Zuza Homem de. *A era dos festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003.

canções que fazem referência ao período de exceção. Entretanto, o período de Abertura Política, que vai de 1974 até 1985, foi enriquecido com as novas produções da MPB que davam vozes aos anseios da população por reformas políticas, e tais obras possuem a mesma importância para o historiador que pretende traçar um panorama da produção fonográfica no país durante o período militar.

Muito se discute sobre o papel que a sociedade civil teve frente à Abertura Política em comparação à burocracia do governo militar. De fato a opinião pública foi se modificando desde o golpe de 1964, onde marchas ufanistas conclamaram a saída de João Goulart, até o acirramento da repressão protagonizada pelos setores da linha dura, culminando com as crises econômicas a partir do fim do Governo Médici. Entretanto, vale lembrar que em contrapartida à conclamação do AI-5 no fim de 1968, que levou à perda pela população de vários direitos civis, os órgãos responsáveis pela repressão saíram do controle governamental. As torturas e assassinatos de Vladimir Herzog (1975) e Manuel Fiel Filho (1976), já no Governo Geisel (1974-1979), exemplificam isso. Uma das plataformas de Ernesto Geisel consistia em um maior controle de tais órgãos. Portanto, atribuir um maior papel de diminuição da violência durante o período de distensão, que vai de 1974 a 1979, à sociedade civil ou ao governo militar ainda é tema de debates. Porém, como o meu objetivo nesse artigo consiste em explorar o papel da sociedade civil na abertura, escolhi dissecar a contribuição que os artistas da MPB prestaram através de suas obras para dar voz aos anseios da população. E um dos grandes representantes de tal cenário foi o cantautor<sup>3</sup> Milton Nascimento.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1942, mas a partir dos três anos vivendo em Três Pontas, Minas Gerais, Milton desde novo foi agraciado com uma formação musical proporcionada tanto pela sua mãe pianista quanto pela condição socioeconômica de seus pais adotivos. Lília, a mãe adotiva do cantautor, o introduziu ao piano e deu de presente a ele um pequeno acordeão que foi o seu primeiro instrumento musical. Além disso, como era comum na época, as crianças de classe mais abastadas possuíam junto ao ensino básico uma formação musical teórica e prática. Complementando isso tudo, desde novo demonstrou um grande talento vocal e ouvido apurado, reproduzindo e fazendo inovações nas canções que ouvia no rádio durante sua adolescência. O maior companheiro nessas audições era Wagner Tiso, músico que acompanhou Milton Nascimento durante toda sua trajetória como artista consagrado. Os

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada para designar os artistas que compõe e interpretam as próprias produções (Cantor + Autor). O grande exemplo internacional de tais músicos é o estadunidense Bob Dylan. No Brasil podemos elencar, além do próprio Milton Nascimento, Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, entre outros.

dois estariam juntos na apresentação e gravação do disco que estarei trabalhando aqui: o *Ao Vivo*, de 1983.

Residindo em Belo Horizonte a partir de 1960, Milton Nascimento teve contato com vários compositores que proporcionaram o início de sua carreira fonográfica. Dois deles em especial, Márcio Borges e Fernando Brant, tiveram papel crucial nessa fase do cantautor. Borges foi o primeiro parceiro de Milton, escrevendo as letras das canções *Paz do Amor que Vem* (rebatizada mais tarde como *Novena*), *Crença* e *Gira-Girou*, motivando o três-pontano a seguir sua carreira de compositor. Já Brant, na qualidade de poeta, escreveria a pedido do cantautor a letra de *Travessia*, que ficaria em segundo lugar no Festival da Canção de 1967. A partir desse ano a carreira de Milton Nascimento tomaria outros rumos, gravando um disco ainda nesse ano e logo depois viajando aos Estados Unidos para produzir seu segundo álbum e tentar carreira internacional através da musicalidade do Jazz.

Como muitos outros músicos que construíram sua carreira na MPB das décadas de 1960 e 1970, o cantautor foi influenciado pelo contexto da Ditadura Militar. Podemos citar vários outros que, assim como Milton, gravaram seus primeiros discos na segunda metade da década de 1960 e se consagraram durante os Anos de Chumbo. Só para citar alguns, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa, Elis Regina, Paulinho da Viola, Nara Leão, entre muitos outros, estiveram na esteira da indústria fonográfica que se alavancou através dos festivais musicais televisionados e também por uma mudança de padrões de consumo da classe média relacionados à música, que agora tinha suas residências abarrotadas de discos de MPB junto com os de música clássica e samba-canção.<sup>4</sup> Como afirma a mãe de Gal Costa em entrevista no ano de 1970, a música popular não era tão apreciada quanto os discos de música clássica até a década de 1960.<sup>5</sup> Portanto, podemos elencar vários fatores que contribuíram para a ascensão da MPB, indo desde o contexto da época, passando por uma nova geração de músicos nascidos nas décadas de 1930 e 1940, até a mudança de apreciação da população média. Milton Nascimento dentro dessa realidade vivenciou um crescimento meteórico de sua carreira.

---

<sup>4</sup> Rita Morelli, antropóloga e professora da UNICAMP, faz um estudo da indústria fonográfica no Brasil em seu livro: MORELLI, Rita C. L. *Indústria Fonográfica: um estudo antropológico*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2009.

<sup>5</sup> Tal informação pode ser obtida através do musical: RIBEIRO, Solano (Diretor). *Programa Ensaio: Gal Costa e Som Imaginário*. São Paulo: TV Tupi, 1970 (44 min.). Encontrasse disponível virtualmente na página <https://www.youtube.com/watch?v=DER65hKe3SA>. Acesso em 24/06/2017, às 21h04.



Seu primeiro disco trazia no repertório as três canções inscritas no festival de 1967: *Morro Velho*, *Maria, minha fé*, e a premiada *Travessia*.<sup>6</sup> Dos discos que se seguiram, sempre com a participação dos membros do chamado “Clube da Esquina”, formação cultural<sup>7</sup> surgida em Belo Horizonte, Milton Nascimento aperfeiçoaria sua diversidade estilística, indo desde as batidas características da bossa nova, passando pela sonoridade do Jazz, até influências próprias da música pop. O disco *Milton*, de 1970, com a participação do grupo de rock progressivo “Som Imaginário”, inseriu o cantautor no cenário dos concertos que recebiam grande banda de apoio. De tal parceria nasceria o disco *Milagre dos Peixes ao Vivo*, de 1974, seu primeiro álbum surgido a partir de um concerto. Mas ainda antes, em 1972, em coautoria com Lô Borges, Milton gravaria o célebre LP duplo *Clube da Esquina*. Algo pouco comum à época (era somente o segundo disco duplo da indústria fonográfica brasileira), tal disco é um grande exemplo do cosmopolitismo informalmente proposto pelo “Clube da Esquina”, com os músicos participantes da gravação se revezando nos instrumentos e vozes em tom de improvisação que a princípio não agradaria o público e a crítica. Visto hoje como um dos grandes discos brasileiros, o *Clube da Esquina* trazia como temática a realidade latino-americana nas canções *San Vicente*, *Dos Cruces* e *Tudo que você podia ser*, o tema do amor acabado em *Me deixa em paz*, o litoral brasileiro físico ou metafórico em *Cais*, o exílio e desaparecimento político em *Nada será como antes*, a violência da ditadura em *Trem de doido* e a perspectiva do futuro incerto em *Ao que vai nascer*. Como uma miscelânea da diversidade cultural nas terras das Minas Gerais, ora vista como provinciana, ora como universal, o disco de 1972 se insere na “não proposta” do “Clube da Esquina”, sem pretender um manifesto de algo como fez o Tropicalismo ou a Bossa Nova.

Ao procurar dialogar com o contexto da Ditadura Militar então vigente, desde a canção *Travessia*, que fez com que Gonzaguinha se emocionasse em sua primeira audição no Festival de Canção de 1967<sup>8</sup>, passando pela temática da censura em *Beco do Mota* de 1969, com o agravamento das perseguições políticas em *Nada Será como Antes* de 1972, as letras presentes

<sup>6</sup> Milton Nascimento ficaria em segundo lugar geral por *Travessia* no Festival Internacional da Canção daquele ano, exibido pela TV Globo. Além disso, ganharia o prêmio de melhor intérprete pela mesma canção.

<sup>7</sup> “Formação cultural” é uma expressão cunhada por Raymond Williams (1992) para designar coletivos culturais sem um compromisso com organizações ou instituições formais. Luiz Henrique Assis Garcia (2000) utiliza de tal termo para tratar do Clube da Esquina e julgamos adequado acompanhar o uso do historiador. Conferir: WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; GARCÍA, Luiz Henrique Assis. *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: O Clube da Esquina como Formação Cultural*. FAFICH/UFMG, 2000 (dissertação de mestrado).

<sup>8</sup> BORGES, Márcio. *Os sonhos não envelhecem: Histórias do Clube da Esquina*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.



nas canções gravadas por Milton Nascimento são documentos que estavam sendo produzidos pela MPB engajada da época. Como não poderia deixar de ser, o cantautor não escaparia da censura. Seu álbum *Milagre dos Peixes*, de 1973, foi retalhado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)<sup>9</sup>, com somente três canções gravadas com suas letras originais.

Não querendo me estender no período mais repressivo da ditadura, citei o engajamento de Milton Nascimento para demonstrar o papel civil que o cantautor teve durante o período. Não seria diferente na Abertura Política. Seu álbum *Clube da Esquina 2*, de 1978, tem como faixa de abertura a canção *Credo* como uma demonstração dos novos rumos que sociedade estava tomando. No lugar das ilusões perdidas pela violência da ditadura, agora a esperança de dias melhores se reacendia através da perspectiva da anistia política. A temática dos novos anseios não passaria despercebida dos órgãos de censura, entretanto. Como é indicado em uma nota do *Jornal do Brasil* do dia 2 de Setembro de 1978, a canção demorou a ser liberada para a gravação em disco.<sup>10</sup> A tal “Abertura Lenta, Gradual e Segura” não deixaria de lado também as manifestações culturais, mostrando que o processo de redemocratização caminhava a passos lentos no Brasil. Até mesmo após o decreto de anistia e do fim do AI-5, já no Governo Figueiredo (1979-1985), percebemos que muitos brasileiros exilados não tiveram autorização para retornar ao país, assim como alguns presos políticos permaneceram em poder dos órgãos repressivos.<sup>11</sup> Voltando à obra de Milton Nascimento, nos seus discos seguintes gravados no Brasil a temática da Abertura Política é mais evidente. O álbum *Caçador de Mim*, de 1981, apresenta em muitas de suas faixas influências do clima de redemocratização, quer na temática de suas letras, quer na melodia escolhida, dando uma sensação de entusiasmo por dias melhores. Ainda que nas letras de muitas dessas canções não estejam presentes versos que dialoguem com o contexto político, ao analisarmos produções do período de abertura (mas não só desse), devemos levar em conta a melodia e interpretação para que entendamos o sentido de determinada obra, como enfatizado por Marcos Napolitano<sup>12</sup>. O que fica claro em canções do próprio Milton, que através da mudança de ritmo percebemos sentidos distintos de acordo com

<sup>9</sup> O órgão governamental DCDP foi criado em 1972 como regulador das prévias censuras empreendidas às produções culturais a partir da proclamação do AI-5 em 1968. O fim do AI-5 em 1979 extinguiu a censura prévia, mas só em 1988 tal órgão deixaria de existir.

<sup>10</sup> Texto sem assinatura. *Jornal do Brasil* (Caderno B): Rio de Janeiro, 02/09/1978. p. 5. O texto pode ser obtido em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=). Acesso em 24/06/2017, às 22h03.

<sup>11</sup> Texto sem assinatura. *Jornal do Brasil* (capa): Rio de Janeiro, 03/01/1979. p. 1. Pode ser obtido na página virtual: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&PagFis=185788&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=185788&Pesq=). Acesso em 24/06/2017, às 22h25.

<sup>12</sup> NAPOLITANO, Marcos. *História & música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

o contexto em que estavam sendo interpretadas. O disco *Ao Vivo*, de 1983, é um grande exemplo de retomada de canções do período mais repressivo da ditadura para serem utilizadas no contexto de abertura.

Gravado a partir de três shows realizados na cidade de São Paulo, e que inicialmente haviam sido planejados para o Rio de Janeiro, o disco, com exceção da faixa *Brasil*, apresenta regravações de canções anteriores da obra de Milton Nascimento e de outros músicos. As faixas *Solar* e *Menestrel das Alagoas*, inclusive, foram compostas por Milton e Brant para as vozes de Gal Costa e Fafá de Belém, respectivamente. Ambas dialogam com o contexto de abertura tanto em suas letras quanto melodias, e a escolha de Nascimento para que fossem gravadas anteriormente por cantoras de alcance bastante popular indica a iniciativa de atingir o grande público com a mensagem contida nas canções. Gal Costa, inclusive, participa do disco em duas faixas seguidas: a própria *Solar*, que sucede *Um Gosto de Sol*, ambas apresentando a metáfora do Sol como ideia de perspectiva de dias melhores frente ao obscuro da Ditadura. *Um Gosto de Sol* é um exemplo de canção que foi retomada por Milton Nascimento em um contexto diferente. Gravada pela primeira vez para o álbum *Clube da Esquina*, originalmente possuía um tom melancólico através da interpretação de Milton. O “sonho”, o “riso” e o “sol”, palavras-chave na canção, estavam obscurecidos pela realidade da repressão, sendo apenas perspectivas relacionadas ao contexto da época. O mesmo solo de piano de *Cais* ao final da canção completa o sentido de solidão frente à imensidão simbolizada pelo mar. Já na versão ao vivo gravada para o disco de 1983, Milton procura potencializar sua voz em um tom otimista, indicando que a realidade que antes estava presente em 1972 desaparecia aos poucos. A participação de Gal Costa na estrofe final da canção com seu grande alcance vocal cativa o público presente no show. Milton, juntamente com sua equipe, soube trabalhar na canção para quem a ouvisse retoma-se o disco de 1972 sem, entretanto, ficar preso ao contexto dos Anos de Chumbo. O que fica evidente na canção seguinte. *Solar* é uma continuação da temática presente em *Um Gosto de Sol*. No último caso, enquanto a luz solar estava perdendo lugar para a obscuridade, ou seja, as liberdades individuais e perspectivas de futuro se perdiam diante da realidade de repressão, na canção *Solar* um ar de esperança surge através do retorno do “Sol” na sociedade brasileira. Em 1982, quando a canção foi composta por Milton Nascimento com letra de Fernando Brant, a redemocratização já se apresentava como realidade e lideranças civis surgiam como figuras que respondiam aos anseios da população. Vários partidos políticos saíam da clandestinidade, enquanto outros surgiam, como o Partido dos Trabalhadores através de fortes figuras do movimento metalúrgico de São Paulo.

Uma dessas lideranças civis (para parte da população à época) foi o senador alagoano Teotônio Vilela. Velha figura da direita política desde os tempos da União Democrática Nacional (UDN), com a proclamação do Ato Institucional Nº 2, que extinguiu os partidos políticos e criava somente dois (ARENA e MDB), decidiu seguir o caminho dos militares e se filiou à ARENA em 1966. Aproveitando a política de distensão de Ernesto Geisel a partir de 1974, exerceu papel significativo no congresso visando a redemocratização. Passando para o lado do MDB em 1979, partido onde se manteve após a mudança para o PMDB, faleceria em 1983, poucos dias antes do show de Milton Nascimento em São Paulo. Mesmo com todo esse seu papel parlamentar, vale ressaltar que Teotônio construiu sua carreira política dentro da realidade ditatorial, e o fato de não ter sido um perseguido político indica que seguia um processo de redemocratização bastante lento, como era pregado por Geisel em seu slogan “Abertura Lenta, Gradual e Segura”. Entretanto, para boa parte da sociedade civil à época, o senador era porta-voz da redemocratização. O que é indicado na canção *Menestrel das Alagoas*, hino em homenagem a Teotônio Vilela que foi utilizado pelos manifestantes das Diretas Já.

Ainda falando dos hinos utilizados pelos manifestantes durante essa campanha, podemos citar a canção mais célebre do álbum de 1983: *Coração de Estudante*. Produção que possui um tom nacionalista e engajado, foi primeiramente composta por Wagner Tiso para uma trilha sonora. Mais tarde Milton Nascimento adicionaria letra e a cantaria na maioria dos seus shows da primeira metade da década de 1980. Dentro do que podemos chamar de “nacionalista”, a canção apresenta características que estavam presentes nos movimentos de esquerda brasileiros. Assim como parte do movimento estudantil o era, as produções musicais engajadas da MPB possuíam um pouco de, abre aspas, “patriotismo”. Um grande exemplo é a obra *Pátria Amada idolatrada salve, salve!*, uma das últimas composições de Geraldo Vandré. Feita em 1972 durante seu exílio para o festival *Água Dulce*, no Peru, os seus versos se apropriam do hino nacional brasileiro em forma de paráfrase. No lugar da celebração da natureza brasileira presente no poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, da qual o letrista Joaquim Osório Duque Estrada se inspirou para escrever os versos do hino brasileiro, Vandré faz um suposto diálogo entre um casal heterossexual, onde o homem representaria o sentimento do brasileiro exilado e a mulher a pátria brasileira. Ao invés de sentir falta das belezas naturais do país, como Gonçalves Dias se expressou, Vandré manifesta sua preocupação em estar longe de um Brasil abandonado e a mercê do governo ditatorial. Sem querer me estender na obra de Vandré, os hinos ao mesmo tempo nacionalistas e engajados de parte da MPB se diferenciavam de outros exemplos de canções mais ligadas a um ufanismo, como é o caso de *País Tropical*,

de Jorge Ben Jor. Ambas, portanto, apresentam esse tom da celebração nacional, mas com objetivos bastante diferentes.

*Coração de Estudante* remete, como a letra e o contexto fazem supor, ao movimento estudantil brasileiro. Tanto Milton Nascimento quanto outros integrantes do chamado “Clube da Esquina” estiveram envolvidos no movimento estudantil, principalmente no ambiente onde se desenvolveram intelectualmente. Os letristas Márcio Borges, Fernando Brant e Ronaldo Bastos foram opositores culturais da Ditadura Militar. Borges foi um cineasta amador cujas produções se inserem no cinema da contracultura. Brant, por sua vez, escrevia sobre sua oposição através do jornalismo. A canção *O homem da sucursal*, que trás em sua letra o cotidiano do profissional da imprensa em meio à realidade da ditadura é, inclusive, de sua autoria. Já Bastos era um célebre integrante do grupo de poesia de vanguarda carioca chamado “Nuvem Cigana”. A letra da famosa canção homônima do álbum *Clube da Esquina* remetia à vida itinerante dos autores ligados a esse grupo. No caso de Milton Nascimento, além de ter feito parte de várias passeatas contra a ditadura, entre elas a dos “Cem Mil”, foi um grande porta voz do movimento estudantil. Seus shows em universidades, como o do álbum *Milagre dos Peixes*, atraíam multidões de universitários que se sentiam contemplados pelas temáticas das canções. Já a letra de Ronaldo Bastos para *Menino*, composta em 1968, mas só lançada em 1976, remete ao assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço. *Coração de Estudante*, diferente das canções engajadas dos anos mais violentos da ditadura, segue a linha das obras produzidas por Milton Nascimento no fim dos anos 1970 e início dos 1980. A proximidade maior de tal linha talvez esteja na obra *Coração Civil*, que possui letra de Fernando Brant. Como *Coração de Estudante*, sua letra explícita em relação às expectativas de redemocratização no Brasil é uma ode as lutas do brasileiro comum aos anos vindouros que nesse momento estão presentes como sonhos, mas que com a união do povo pode se transformar em realidade frente ao autoritarismo e à violência da ditadura militar. Em relação à *Coração de Estudante*, a escolha em utiliza-la para abrir o álbum *Ao Vivo* de 1983 serve como mensagem do que está sendo informalmente proposto pelo disco, que é a participação do público de forma geral no chamamento dado pelos artistas para os momentos finais do processo de abertura política no Brasil. É, além disso, uma homenagem aos que estiveram ao lado de Milton Nascimento nos anos anteriores da Ditadura. O que pode ser visto em várias canções que remetem à formação de Milton como músico e ativista político. *Nos bailes da vida* é uma delas.

Lançada no disco *Caçador de Mim*, de 1981, e que é outra produção marcante de Milton Nascimento relacionada ao contexto de abertura, a canção remete aos primeiros trabalhos do cantautor antes de sua consolidação no festival da canção de 1967. A letra de Fernando Brant, feita a pedido de Milton Nascimento, faz uma homenagem aos que contribuíram nos primeiros trabalhos do três-pontano. Além disso, mostra o quão significativa é a presença dos músicos nas classes mais populares. Levar o canto para o povo significava não só um contrato de trabalho, mas antes disso uma forma de dar voz aos anseios da população brasileira. E no contexto de abertura política a responsabilidade do artista se insere no engajamento junto das massas que cada vez mais voltavam a ocupar as ruas do país, lugares esses que anos antes eram vistos como espaços proibitivos. A cidade ganharia de volta o status de lugar de encontro e discussão, de participação política. Outro elemento marcante na canção é a presença da metáfora relacionada ao “Sol”, como podemos encontrar em outras faixas do álbum. A ideia da abertura política como “claridade”, ou uma nova “luz” que surgia no cenário político-social brasileiro, foi utilizada na esperança da população quanto à redemocratização do Brasil. E em nenhuma outra produção presente no disco podemos encontrar esse elemento tão marcante como na sugestiva canção *Brasil*.

Gravada pela primeira vez para o disco *Ao Vivo*, recebeu letra de Fernando Brant e foi composta visando às apresentações em concerto. A presença da percussão no início da faixa levanta o público presente no ginásio do Anhembi. Aliás, essa participação do público nos shows de Milton Nascimento é um elemento marcante do cantautor. Suas performances procuram juntar o grande público em uma apresentação coletiva, onde não somente a voz do cantor é determinante para o resultado esperado para um concerto de grandes dimensões. A característica de “banquinho e violão”, tão presente na Bossa Nova, não tem lugar no que Milton Nascimento pensa para suas canções. Apesar de possuir um alcance vocal semelhante a cantores de Jazz e Bossa Nova, Milton não abria mão de uma banda completa com variados instrumentos de longo alcance. Por isso muitas vezes optava por concertos em local aberto, onde o público poderia se aglomerar aos milhares. Sem querer me alongar nessas características, a canção *Brasil* é acompanhada do uso de percussão marcante e o canto de Milton em forma de convocação para o engajamento da população em torno da redemocratização. O “Sol”, “beleza”, “natureza”, “primavera”, “liberdade” tomam o lugar da opressão e obscurantismo presente nos anos de chumbo, que na letra de Fernando Brant é visto como um período a ser deixado pra trás, mas nem por isso esquecido. Aliás, o uso de canções produzidas durante tal período retornam ao disco exatamente como essa lembrança do que

não é desejado a se manter ou retornar, pois composições como *Um gosto de sol* e *Paisagem na janela* recebem uma nova interpretação diferenciada, potencializando suas mensagens ao se intercalarem com canções mais otimistas.

### **Considerações Finais**

O disco *Ao Vivo* possui características que não cabem somente em um artigo, por isso procurei em meu texto fazer um breve panorama dessa produção fonográfica ressaltando as principais características que percebi em minha pesquisa. Vale ressaltar que, assim como outras produções artísticas, a obra de Milton Nascimento é fruto de seu tempo, e no caso particular da ânsia em reformas políticas e sociais por parte da sociedade civil engajada.

Esse álbum, além de ser uma produção significativa da militância de Milton Nascimento, fecha um ciclo: foi o último lançamento do cantautor ainda durante a Ditadura Militar. Desde sua primeira gravação solo, em 1967, Milton sempre compôs e lançou seus trabalhos fonográficos em meio ao contexto ditatorial brasileiro. Por mais que muitas de suas canções não terem sido perseguidas pela censura, não podemos deixar de enfatizar que o artista é influenciado pela sua realidade vivenciada. Se não conseguimos notar a realidade da ditadura em uma letra, cabe ao pesquisador tentar entender que muitas vezes a escolha de uma interpretação pode revelar muito mais do que versos escritos de uma canção. Por isso nesse artigo procurei enfatizar que o disco *Ao Vivo* revela o clima otimista da época de redemocratização não só pela escolha das canções a serem levadas ao público, mas também às *performances* produzidas para serem destinadas ao ouvinte consumidor de música popular.



## Suave Coisa Nenhuma: o “Amor” dos *Secos & Molhados* como valor crítico à ditadura militar (1973)

**Thales Reis Alecrim**

Graduado em História

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Univ. Estadual Paulista

E-mail: thales.alecrim@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho analisa a poesia feita canção: “Amor” do conjunto Secos & Molhados. Em forma de poesia, foi escrita pelo intelectual português João Apolinário, compõe o seu livro “Morse de Sangue” (Porto, 1955). Em forma de canção, foi interpretada pelo conjunto de seu filho João Ricardo, o meteórico fenômeno Secos & Molhados (“Secos & Molhados I”, 1973). Analisamos a relação entre poesia e canção tendo em mente as tensões históricas do pós segunda guerra ligados a contracultura, um movimento internacional que se postulava contra a razão ocidental através de uma postura social ligada a arte. Nessa perspectiva, situamos os objetos em uma rede cultural que, a partir de suas visões de mundo, estabelecem estratégias críticas ao movimento da moderna sociedade ocidental através do destaque de certos valores. Dentre esses valores, no presente trabalho se destaca o amor.

**Palavras-chave:** Brasil-Portugal; poesia-canção; contracultura.

**Abstract:** The present work analyzes the poetry made song: "Amor" by the group *Secos & Molhados*. In the form of poetry, it was written by the portuguese intellectual João Apolinário, it composed his book "Morse de Sangue" (Porto, 1955). In the form of a song, it was interpreted by the band of his son João Ricardo, the meteoric phenomenon *Secos & Molhados* ("Secos & Molhados I", 1973). We analyze the relationship between poetry and song, bearing in mind the historical tensions of the second war linked to counterculture, an international movement that posited itself against Western reason through a social posture linked to art. From this perspective, we situate the objects in a cultural network that, from their worldviews, established critical strategies to the movement of the modern Western society through the highlighting of certain values. Among these values, the present work highlights the love.

**Key-words:** Brazil-Portugal; song-poetry; conterculture.

João Apolinário (1924-88) era um cidadão do mundo. Poeta, jornalista, jurista, crítico e dramaturgo, possuía uma percepção singular e sensível do mundo que lhe cercava. Dono de expressiva produção poética e vasta crítica teatral, Apolinário era um intelectual preocupado com as práticas da arte e suas significações. A presente comunicação é fragmento de um projeto que visa compreender e analisar a ampla produção de um autor que transmite e traduz muito bem os dilemas de um recorte de efervescência cultural. Suas palavras foram difundidas massivamente e causaram diversos sentidos de leitura, seja em seus próprios textos e poemas, ou nas interpretações de sua obra por músicos como Luís Cília, Francisco Fanhais e pelo conjunto de seu filho João Ricardo, o *Secos & Molhados*.

O jovem poeta português de 21 anos, formado em direito pela Universidade de Coimbra, vivenciou o ano final da Segunda Guerra Mundial na França, ele havia sido enviado como jornalista pela *Agência Logos* de Madrid. Após o conflito, ele se estabeleceu na França e por lá



cursou Artes Gráficas na *Sorbonne*<sup>1</sup>. Conheceu diversos intelectuais de sua geração como Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Adquiriu o gosto pelo teatro e adentrou nessa forma de arte com os toques de Jean Genet e da mímica de Marcel Marceau. Esses quatro nomes causaram influência significativa em Apolinário, os paradigmas da literatura e do teatro engajado ocuparam sua obra, mas um ponto merece ser destacado: a inseparabilidade entre estética artística e política.

### **Da crise do ocidente à contracultura**

Para introduzir nosso argumento partiremos de uma breve vista panorâmica do movimento da sociedade globalizada que se gestou no pós-segunda guerra mundial. O processo de modernização atingiu um caráter integrador e global, principalmente se levarmos em conta a bipartição do mundo as duas potências que emergiram da guerra: os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Estava lançada a nova ordem global, caracterizada pelo embate entre capitalismo e comunismo, tendo as respectivas potências como seus representantes no conflito ideológico e cultural conhecido como Guerra Fria (1945-1991).

A Segunda Guerra gerou um clima pessimista e o fim das esperanças no ideal humano gestado pela modernidade. As atrocidades nazistas encenadas nos campos de concentração e os fantasmas da guerra estavam muito presentes: o progresso aparentava ilusório e o futuro nebuloso. A geração do pós-segunda guerra estava assolada por tais eventos, principalmente os segmentos que se propunham a pensar sobre o humano. O diagnóstico da cultura europeia realizado pelo historiador e filósofo Johan Huizinga em *Nas Sombras do Amanhã*<sup>2</sup> se torna um exemplo paradigmático do tom pessimista que o presente do pós-guerra aparentava.

Nos anos de 1950 e 60, muitos artistas e intelectuais tentaram retomar o legado de uma arte livre e internacional idealizada no século XIX e pausada bruscamente no entre guerras. Diversas manifestações culturais surgiram no globo, em sua maioria protagonizados por uma juventude insatisfeita, tendo como foco ações críticas ao movimento da sociedade ocidental hegemônica. Segmentos intelectuais mais ligados à esquerda elaboravam manifestações pautando o caráter revolucionário da arte e como ela deveria afetar o público. Existindo tensões entre o mero caráter panfletário e a liberdade de criação. Mas um ponto se mostrava certo: era

---

<sup>1</sup>Parte de sua biografia foi conferida na coletânea de suas críticas teatrais organizada por sua esposa. VASCONCELOS, M. A Crítica de João Apolinário: memória do teatro paulista de 1964 a 1971. Vol. 1 e 2. São Paulo: Imagens, 2013.

<sup>2</sup>HUIZINGA, J. *Nas Sombras do Amanhã: Diagnóstico da Enfermidade Espiritual Do Nosso Tempo*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1946.

necessário elaborar uma arte que criticasse o atual modelo de sociedade e expandisse a consciência crítica do receptor.

O auge desse fulgurante debate se deu na obra *A Sociedade do Espetáculo* (1967)<sup>3</sup> de Guy Debord, que encontrou grande repercussão nos grupos militantes. Nesse período emergiram movimentos influenciados pelas ideias de Debord, por exemplo o Situacionismo, cujo o historiador Nicolau Sevcenko<sup>4</sup> pontua: a intenção do grupo era incorporar o cotidiano em material conscientizador e revolucionário. Se somava a isso um ideal internacionalista que visava a emancipação do espectador e o desenvolvimento de uma atitude crítica em relação ao modelo vigente de sociedade consumista. Os valores críticos à sociedade ocidental ganharam cada vez mais corpo até a explosão massiva do movimento contracultural.

Um conjunto de valores, como paz e amor, apareciam em total contradição com um mundo cada vez mais impessoal, mecanizado e em contante conflito ideológico. O psicanalista Erich Fromm, em *The Art of Loving*<sup>5</sup>, publicado pela primeira vez em 1956, defendia que o ato do amor estava em total contradição com o que o sistema capitalista esperava do homem. Fromm foi um dos porta-estandartes desse conjunto de valores no meio intelectual. Ele partia de uma análise patologizante da sociedade capitalista ocidental e buscava elementos nas culturas orientais como novas formas de enxergar o mundo. Assim, a contracultura não foi só um movimento cultural, mas uma virada subjetiva que propunha novas maneiras de refletir e sentir em recusa ao “sistema”. O amplo intelectual brasileiro Antônio Risério complementa:

“A contracultura, revivendo o romantismo literário dos séculos XVIII e XIX, pregou o seu ‘retorno à natureza’. Diante da alienação trabalhista e do pragmatismo cientificista, ergueu os valores da contemplação e da harmonia. Era como se os jovens do mundo ocidental, especialmente os hippies, estivessem redescobindo o milagre diário da natureza” (RISÉRIO, 2006, p27)

A juventude era a protagonista e público dessa virada cultural. Após a segunda guerra, as sociedades industriais se acirraram, conseqüentemente as instituições reguladoras do ser social também se enrijeceram, ou seja, um processo de racionalização de todos os setores da vida. Diversos projetos ideológicos elaboraram críticas à esse projeto de sociedade, dentre eles o mais massificado foi a contracultura, difundida e receptada principalmente pelos jovens. Ato simbólicos de rebeldia passaram a tomar conta dessa manifestação antirracionalista (rock,

---

<sup>3</sup>DEBBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

<sup>4</sup>SEVCENKO, N. Configurando os anos 70: A imaginação no poder e a arte nas ruas. In: RISÉRIO, A. (org) *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

<sup>5</sup>FROMM, E. *The Art of Loving*. New York: Harper & Row, 1989.

cabelo longo, drogas, orientalismo). Os movimentos sociais – LGBT, feminismo, anticolonialismo, movimento negro – ganhavam força nos 1960. A música se valeu do desenvolvimento massivo dos meios de comunicação e teve um papel fundamental na difusão e construção identitária desses grupos.

### **Apolinário no Brasil e em Portugal**

Tendo posto tais chaves de leitura, voltemos ao nosso personagem, pois como vamos demonstrar, ele estava no mesmo diapasão. Em 1949, após quatro anos na França, João Apolinário retornou para Portugal, aonde exerceu, por um tempo, a profissão de advogado, conciliando-a com o jornalismo. Portugal vivia sob a égide do Salazarismo, regime fascista e colonialista que durou mais de 48 anos. O fascismo português era do tipo corporativista, baseado em grêmios regionais e com participação civil na propagação do regime. Nesse período a caça aos comunistas e subversivos foi intensa, os levantes e manifestações eram sufocados rapidamente. A PIDE (Policia Internacional do Estado) política do regime, criada em 1945, cumpria bem a sua função repressiva. Apolinário fez parte de uma geração de músicos e poetas preocupados em denunciar o regime e, a partir de 1961, a Guerra Colonial (1961-1974) que enviava jovens portugueses para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau afim de combater os africanos anticolonialistas.

Apolinário manteve sua posição antifascista e anticolonialista através da poesia e do teatro. Sua ação era militante, mas nunca partidária. O regime de António de Oliveira Salazar não deixaria tal afronta passar despercebida, o poeta foi perseguido por anos. Em 1955 publicou *Morse de Sangue*, seu primeiro livro de poesias. No mesmo ano fundou o Teatro Experimental do Porto. Tanto na poesia como no teatro, o seu lugar de fala era expressivamente vinculado à contracultura, havia uma preocupação viva com o papel da juventude na conscientização e denúncia da modernidade. Ele demonstrava isso através da exaltação de valores antagônicos ao processo de racionalização da sociedade, como o amor, a natureza e a revolução.

Em 1963 se exila voluntariamente, dirigiu-se para o Brasil com os filhos João Ricardo e Maria Gabriela. João Ricardo estava em vias de completar a idade requerida para ser enviado à Guerra Colonial, e este também é um forte motivo para a vinda da família para o Brasil. Parecia que as desilusões seguiam o cheiro de Apolinário, cinco meses após o seu estabelecimento na cidade de São Paulo, em Abril de 1964, se iniciaram 21 anos de ditadura militar no Brasil.

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) começou com a tomada dos militares ao poder, o objetivo histórico do golpe visava inserir o país nas demandas do capitalismo global. Também era o asseguramento do Brasil no bloco estadunidense durante a Guerra Fria. A partir de 1968, com o Ato Institucional 5, o regime adentrou nos “anos de chumbo”. O historiador Marcos Napolitano expõe bem como a cúpula ditatorial, amparada por uma complexa engenharia burocrática, objetivava acelerar o desenvolvimento e a modernização do Brasil por uma via autoritária, conservadora e repressiva<sup>6</sup>.

No Brasil a contracultura se manifestou através da Tropicália (1968). A proposta máxima dos baianos, Caetano Veloso e Gilberto Gil, era usufruir dos elementos da cultura de massa internacional. Devido ao desenvolvimento da indústria cultural<sup>7</sup> e as articulações da tradição brasileira<sup>8</sup>, o Brasil já experimentava a modernidade, a canção era uma forte expressão dessa experiência. O movimento da Tropicália pretendia sintetizar o popular e o massivo se valendo de tópicos da contracultura:

“Em vez de exaltar o povo como agente de uma transformação revolucionária, as músicas tendiam a se concentrar nos desejos e frustrações cotidianos das pessoas comuns que viviam nas cidades. Em última instância, os tropicalistas dariam ímpeto a atitudes, estilos e discursos da contracultura emergente no que se referia a raça, sexo, sexualidade e liberdade pessoal” (DUNN, 2009, p20)<sup>9</sup>.

O movimento operou uma revolução estética no Brasil em todos os setores artísticos, principalmente na música, no cinema e no teatro.

### **O amor, a contracultura e o *Secos & Molhados***

Os Secos & Molhados emergiram a partir das possibilidades estéticas inauguradas pelo movimento Tropicalista, o conjunto também se encontrava à margem das ideias convencionais. Em nível simbólico, contrapunham tudo o que Estado ditatorial brasileiro representava. Em

<sup>6</sup>NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>7</sup>Na década de 1960 a indústria cultural se consolidou em todos os meios no Brasil: indústria fonográfica, editorial, cinematográfica, televisiva, propagandística. Como bem demonstra Renato Ortiz, essa indústria cultural integradora, atuante em todos os meios, consumida em sua maioria pela classe média, só foi possível com o avanço da “modernização conservadora” proposta pela ditadura militar. In: ORTIZ, R. *Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>8</sup>NAPOLITANO, M. *Síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007

<sup>9</sup>A análise de Christopher Dunn sobre a Tropicália demonstra como o preconceito acadêmico existente contra o brasilianistas pode ser revisto. Dunn realiza uma análise de folego, pois busca as tendências culturais que se desenrolam desde o Modernismo, passando pela Bossa Nova, à Jovem Guarda, à Poesia Concreta, até Caetano e Gil divulgarem suas canções e intenções. DUNN, C. *Brutalidade Jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

1973 foi lançado o álbum Secos & Molhados I, editado pela gravadora Continental, uma das majors do período. A expansão e integração da indústria cultural favoreceu a atuação do conjunto que bateu 1 milhão de vendas logo no primeiro disco, encontrando larga difusão e visibilidade nos meios de massa (televisão, rádio, jornais, revistas).

O conjunto possuía um repertório eclético, transitando entre pop rock e folk, com letras criativas, passando de engraçadas para a crítica social em um ambiente de metáforas e contradições. A irreverência era a marca do grupo, a performance era carregada e criativa: os músicos utilizavam fantasias e máscaras no palco, demonstrando traços de androgenia. A própria figura do Ney Matogrosso, sua performance e sua voz, contrapunham descaradamente um projeto político racionalizado de modernização autoritária.

Nesse sentido, a musicalização de poemas de Apolinário possui um sentido muito específico. No primeiro álbum, “Secos & Molhados I” (1974), são interpretados Primavera nos Dentes e Amor. Os poemas interpretados no “Secos & Molhados II” (1974), Flores Astrais, Vôo e Angústia, também são mesclas entre pop rock e folk.

O caso que nos interessa aqui é o da canção/poema Amor. Ela se refere a um valor, que como vimos com Fromm e Risério, na época se apresentava como contraditória aos valores racionalistas. O poema estava incluso no primeiro livro de Apolinário publicado em Portugal antes do exílio: Morse de Sangue (1961). Sobre a canção, João Ricardo<sup>10</sup> afirma que a faixa resultou da influência do conjunto de folk rock, “Crosby, Stills, Nash and Young”. A canção em três vozes tem base no violão de 12 cordas, a presença do baixo é marcante, acompanhado da bateria e gaita.

“Leve como leve pluma  
Muito leve leve pausa  
Na simples e suave coisa  
Suave coisa nenhuma

Sombra silêncio ou espuma  
Nuvem azul que arrefece

Simple e suave coisa  
Suave coisa nenhuma  
Que em mim amadurece”

---

<sup>10</sup>Conferido no documentário “Ouvido Nu” conduzido por João Ricardo e sua perspectiva da história do Secos & Molhados. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=S\\_F-o0nH20M&t=14s](https://www.youtube.com/watch?v=S_F-o0nH20M&t=14s)

A canção demonstra a contradição latente da prática do amor, mas o que interessa aqui é compreender como o valor amoroso também era elencado na narrativa opositora ao projeto de sociedade ocidental capitalista. A “simples e suave coisa”, que ao mesmo tempo não é “Suave coisa nenhuma” e “Que em mim amadurece”, se refere ao amor como uma arma de alto descoberta, de revolução pessoal e comportamental.

A canção está bem próxima dos preceitos da contracultura comportamental e ideológica norte-americana. João Ricardo comenta ter se apaixonado por *Crosby, Stills, Nash and Young* no Woodstock. Aqui são articuladas as ideias de João Apolinário com elementos da cultura de massa, mas ainda refletindo um ideal, uma postura vinculada à processos identitários críticos à modernidade.

Contudo, não podemos nos esquecer das mediações institucionais que conformaram o poema em canção mercadoria. Afirmamos, com Walter Benjamin<sup>11</sup>, que o artista, mesmo que esteja inserido nas regras do mercado cultural, ele ainda possui sua liberdade criativa. Mas também retomamos Jesus Martín-Barbero<sup>12</sup>, pois vemos as marcas institucionais de mercado nas regras de composição do material cultural, ao mesmo tempo que articuladas à matrizes culturais e uma sensibilidade pertencente àquele período histórico. Com o historiador Roger Chartier<sup>13</sup>, postulamos que dentro do material, podemos vislumbrar o possível público consumidor e o “ser-percebido” pertencente de uma época.

### Considerações Finais

No âmbito das ideias, durante os anos pós-guerra, o processo de descrença no progresso levantaram novas formas de pensar e sentir. Tanto a contracultura quanto o Situacionismo difundiram formas de leitura que politizavam aspectos e valores da vida cotidiana. Assim, o uso do “Amor” por João Apolinário estava inserido em uma trama de ideias em que se poderiam disferir sentidos críticos, mas vinculado à vida cotidiana.

Em Portugal, o consumo do poema estava restrito aos setores militantes, pois “Morse de Sangue” teve uma tiragem de meras 500 edições. Enquanto no Brasil, o disco “Secos & Molhados I” alcançou mais de 1 milhão de cópias vendidas. O disco foi consumido por diversos

---

<sup>11</sup>BENJAMIN, W. O autor como produtor. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

<sup>12</sup>MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>13</sup>CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

setores da sociedade, principalmente pelos membros da classe média que possuíam acesso à signos de distinção e de bens de consumo cultural. O conjunto disferiu, assim, sentidos de leitura massificados e latentes na sociedade da época, mas, que ao mesmo tempo, eram anti-hegemônicos e se postulavam na contramão de um projeto histórico modernizador.

### **Bibliografia**

APOLINÁRIO, J. *Morse de Sangue*. Porto, 1955.

BENJAMIN, W. *O autor como produtor*. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DEBBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DUNN, C. *Brutalidade Jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FROMM, E. *The Art of Loving*. New York: Harper & Row, 1989.

HUIZINGA, J. *Nas Sombras do Amanhã: Diagnóstico da Enfermidade Espiritual Do Nosso Tempo*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1946.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

NAPOLITANO, M. *A Síncopa das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007

\_\_\_\_\_. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

ORTIZ, R. *Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RISÉRIO, A. (org) *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

VASCONCELOS, M. *A Crítica de João Apolinário: memória do teatro paulista de 1964 a 1971*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Imagens, 2013.



## “Caminhando”: canção símbolo da luta contra a ditadura militar e outras formas de opressão

**Dalva Silveira**

Doutora em Ciências Sociais  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
E-mail: dalvasilveira@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho analisa como a canção “Caminhando”, de Geraldo Vandré, apesar de proibida, tornou-se símbolo da luta contra a ditadura militar e outras formas de opressão, e vem sendo cantada, até a atualidade, em passeatas e manifestações sociais. O artigo reconstitui a trajetória da música e tece algumas considerações sobre os motivos da conotação política que lhe foi atribuída, o que pode ser demonstrado por algumas expressões usadas para fazer referência à canção, como “hino da esquerda”, “slogan para as manifestações estudantis” e “Marselhesa brasileira”. Esse simbolismo foi, talvez, o responsável pela censura da música por mais de dez anos. Sendo assim, essa canção sofreu a mais longa interdição da história do AI-5, assunto que também será abordado neste trabalho.

**Palavras-chave:** Caminhando; resistência; ditadura militar, simbolismo; manifestações

**Abstract:** This work analyzes how the song "Caminhando" by Geraldo Vandré, in spite of forbidden, has become a symbol of the struggle against military dictatorship and other forms of oppression, and has been sung, until nowadays, in marches and social manifestations. The article reconstructs the trajectory of this music and makes some considerations about the reasons for the political connotation that has been attributed to it, which can be demonstrated by some expressions that has been used to refer to the song, such as "left hymn", "slogan for student manifestations" And "Brazilian Marseillaise." This symbolism was, perhaps, responsible for the censorship of music for more than ten years. Thus, this song suffered the longest ban in the history of AI-5, this subject will also be approached in this work.

**Keywords:** Caminhando; resistance; Military dictatorship, symbolism; manifestations

### Introdução

Esta é a letra de “Pra não dizer que não falei das flores”, canção conhecida popularmente como “Caminhando”, de Geraldo Vandré:

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Pelos campos há fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão  
Há soldados armados, amados ou não  
Quase todos perdidos de armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição  
De morrer pela pátria e viver sem razão  
Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Somos todos soldados, armados ou não  
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais braços dados ou não  
Os amores na mente, as flores no chão  
A certeza na frente, a história na mão  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando uma nova lição.<sup>1</sup>

A música, apresentada durante o III Festival Internacional da Canção, que aconteceu em setembro de 1968, apesar de proibida, tornou-se emblemática. Para o cantor e compositor Sérgio Ricardo, “Geraldo Vandré denunciava em Pra não dizer que não falei de flores, um poema arrojado e belo, o espírito da massa que o ovacionava no Maracanãzinho. Sua canção virava um hino revolucionário” (RICARDO, 1991, p. 205). Sua afirmativa é muito coerente. A prova disso é que “Caminhando” tornou-se símbolo da luta contra a ditadura militar ou qualquer outra forma de opressão e vem sendo cantada em passeatas e movimentos sociais.

Para compreender os fatores que cooperaram para que a música fosse apropriada pela “voz coletiva” como hino de contestação, torna-se necessário reconstituir a sua trajetória.

### 1. “Caminhando”: Criação e participação no III FIC

Existem várias polêmicas sobre a canção “Caminhando” e uma delas está relacionada ao motivo de sua criação. No encarte do CD *Nação nordestina*, de Zé Ramalho, se lê: “Essa canção foi feita em cinco dias, logo após a realização da passeata dos cem mil, em junho de 68, no antigo estado da Guanabara. O autor inspirou-se no alto de um edifício da Candelária quando observava o movimento”.

Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, no livro didático *Saber e fazer história*, sugerem que “a música foi uma resposta ao grande sucesso *Revolution*, do grupo inglês *The Beatles*, na qual se exaltava a solução de conflitos com base no amor e não na ação política” (COTRIM; RODRIGUES, 2007, p. 228).

O jornalista e escritor Celso Lungaretti, em seu texto “O Vandré que eu conheci” (2009), oferece outra versão a respeito da criação da célebre canção. Para ele, o motivo encontra sua origem no dia primeiro de maio de 1968, ocasião em que o governador de São Paulo, Abreu Sodré, ao discursar na Praça da Sé, recebeu dos trabalhadores do ABC e de Osasco, “organizados pela esquerda autêntica”, uma “nuvem de pedradas”. Sodré refugiou-se na catedral e Vandré foi ao seu socorro, sendo assim fotografado. A imagem saiu na capa do jornal *Folha da Tarde*, fazendo com que muitos esquerdistas ficassem contra o compositor.

---

<sup>1</sup> A letra foi retirada do encarte do CD *MPB Compositores – Geraldo Vandré*, RGE, 1997.

Ainda segundo Lungaretti, no final de junho de 1968, os trabalhadores de Osasco “tomaram pela primeira vez fábricas no Brasil”. Os estudantes resolveram apoiar o movimento e ocuparam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, localizada na Rua Maria Antônia, mantendo-a aberta durante as férias. De acordo com Lungaretti, Vandrê apareceu numa assembleia desse movimento, que se realizava à noite, e foi hostilizado pelos universitários. Lungaretti e seus companheiros secundaristas da Zona Leste de São Paulo eram admiradores do compositor e, por isso, resolveram ajudá-lo a sair dali com dignidade, convidando-o para ir com eles ao bar da esquina. A seguir, o jornalista descreve a maneira como conheceu a música e o motivo de sua criação:

Bebemos, papeamos horas a fio, apareceu um violão e rolaram algumas músicas. Lá pelas tantas, o Vandrê mostrou uma letra rascunhada e cheia de correções, que ele escrevera numa daquelas folhas brancas de embrulhar bengalas (pão). Era a “Caminhando”, que tivemos o privilégio de conhecer ainda em gestação. É importante notar que ele fez a “Caminhando” exatamente para responder aos esquerdistas que o estavam hostilizando. Quis lhes dizer que continuava acreditando nos mesmos valores, que nada havia mudado. (LUNGARETTI, 2009, s/p).

Outras polêmicas dizem respeito à participação de “Caminhando” no III Festival Internacional da Canção, que aconteceu em outubro de 1968, período permeado por grandes tensões e cerceamento das liberdades civis. Sendo assim, o evento se apresentava como um ambiente propício para contestações.

Zuza Homem de Mello (2003) recompõe esse festival de forma singular, uma vez que, à época, ocupava a função de engenheiro de som nos programas musicais e nos festivais da TV Record de São Paulo. De acordo com o jornalista, Renato Corrêa (responsável pela equipe que selecionaria as músicas para a fase paulista do festival), ao se deparar com a canção, ficou preocupado com a censura. Sendo assim, recorreu a seus superiores, Boni e Walter Clark (diretores da Globo), que resolveram arriscar, acreditando que a música não seria classificada. Portanto, a música de Vandrê foi selecionada. Porém, contrariando a previsão dos diretores, “Caminhando” chegou, com grande sucesso, para a disputa final do festival. Entretanto, o clima era de tensão.

No dia 28 de setembro, data da segunda eliminatória do Rio de Janeiro, Telé Cardim, uma das principais líderes de torcida dos festivais e fã de Geraldo Vandrê, foi ao escritório do agenciador artístico Marcos Lázaro com a intenção de conseguir um ingresso para a final do festival. Nesse local, ouviu Marcos Lázaro, que acabara de receber um telefonema, falar o seguinte com seu irmão, José Lázaro: “os militares não querem que a música de Vandrê ganhe

o festival. Temos que falar com a organização do FIC porque, se ele ganhar, vão tomar uma atitude de sérias consequências” (MELLO, 2003, p. 286).

Telé partiu para o escritório do III FIC, no Rio de Janeiro, com o objetivo de avisar Vandré, mas não o encontrou e por isso foi ao Maracanãzinho, onde o compositor estava. Avisou-o, então, sobre a proibição e até mesmo aconselhou-o a fazer uma declaração pública sobre o fato. Vandré não aceitou a sugestão, mas parece ter ficado bem apreensivo, pois, no dia da final, ocorrida em 29 de setembro, pediu aos repórteres da Manchete, João Luiz Albuquerque e Renato Sérgio, para ir junto com eles até o Maracanãzinho no carro da revista. O percurso até o estádio ocorreu com tranquilidade, mas o mesmo não se pode dizer do evento e, particularmente, da apresentação de “Caminhando” nesse festival.

O Maracanãzinho estava lotado e o favoritismo de “Caminhando” era evidente. Ainda assim, a canção não foi vitoriosa. A vencedora foi “Sabiá”, de Chico Buarque e Tom Jobim. Esse resultado não foi bem recebido pelo público. Os acontecimentos, após o anúncio de “Caminhando” como segunda colocada, confirmam essa afirmativa: quando o apresentador Hilton Gomes fez esse anúncio, a plateia, que nessa hora aclamava o nome de Vandré, deduziu que a vitória seria dada para “Sabiá” e, de pé, começou a vaiar. Nesse momento, Vandré, pronto para fazer a reapresentação da música, tentou acalmar a plateia com um discurso:

Vandré: Olha, sabe o que eu acho? Eu acho (pausa). Uma coisa só a mais, Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque de Hollanda merecem o nosso respeito (aplausos). A nossa função é fazer canções. A função de julgar, neste instante, é do júri que ali está (vaias). Por favor, por favor (vaias). Tem mais uma coisa só. Pra vocês, pra vocês que continuam pensando que me apoiam vaiando. (Plateia: É marmelada, é marmelada!). Gente, gente! Por favor! (Plateia: É marmelada, é marmelada, é marmelada). Olha tem uma coisa só. A vida não se resume em festivais.<sup>2</sup>

As vaias só diminuíram quando Vandré começou a tocar os dois únicos acordes de sua música e retornaram quando o compositor terminou de cantar, pois o público sabia qual era a canção vencedora. Cynara e Cybele, que a representavam, entraram no palco acompanhadas por Vandré e cantaram “Sabiá”, mas sem conseguirem ouvir a orquestra devido às vaias. Para Elio Gaspari, essa reação não fora dirigida contra Tom Jobim e Chico Buarque ou contra o júri: “a vaia era contra a ditadura, e aquela seria a última manifestação vocalista das multidões brasileiras. Passariam uma década em silêncio, gritando pouco mais que gol” (GASPARI, 2002,

---

<sup>2</sup> Transcrição nossa do discurso integrante da faixa 12 do CD *Prepare seu coração*, Universal Music, 2003.

p. 322). Como veremos, essa marcante apresentação de Vandré no III FIC teve as suas consequências.

## 2. “Caminhando”: sucesso e protestos

Trechos da opinião do maestro e ensaísta Júlio Medaglia sobre a música “Caminhando”, feita no calor do momento e publicada numa matéria da revista *Veja*, nos dão uma ideia do sentimento que a música despertava nas pessoas e sobre a sua capacidade de mobilizar as massas:

Vandré derrama sobre o auditório sua canção despojada, limpa e linda. Um refrão chama para o canto em conjunto, comunicação imediata, favorecida pela fluência da melodia, armada sobre dois únicos acordes, repetitivos. [...]. Há o desejo de luta “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (MEDAGLIA, 1968, p. 55).

Nesse contexto, a repercussão dessa canção teve seu lado positivo, traduzido no grande sucesso alcançado, mas também teve consequências negativas, como a proibição de sua execução pelo governo militar e a perseguição ao seu autor<sup>3</sup>.

Sobre o sucesso, a mesma matéria comenta que Vandré vendeu 15 mil discos, o que significava a abertura das portas da TV e, também, que a gravadora Vogue, internacional, iria lançar um LP do compositor na França. O autor da publicação, Júlio Medaglia comenta também que a música estava sofrendo contestação e assim explica os motivos disso: “Quando 20 mil pessoas aplaudem – incluindo personalidades como Christian Barnard e Françoise Hardy, que vai gravar a canção de Vandré – os protestos sempre aparecem” (MEDAGLIA, 1968, p. 54).

As críticas à “Caminhando” foram feitas, principalmente, pelos militares. Essas, vindas de diferentes regiões do país, demonstraram que essa música representava uma grande ameaça. Araújo (2005) cita, como exemplo, uma publicação do jornal *Última Hora*, de 21 de dezembro de 1968, intitulada “Carta a Geraldo Vandré”. Nela, seu autor, o general aspirante Basto, do Forte Coimbra, no Pantanal Mato-Grossense, assim questiona Vandré:

O que entende você de pátria, para dizer que nos quartéis se vive sem razão? Que mais você fez nesta vida, sem ser em troca de lucro? [...] cante o que quiser, mas não coloque nada de pátria no meio. Você não sabe o que é isso. A sua pátria deve ser um copo de cerveja. [...]. Você passará Vandré. O povo

---

<sup>3</sup> O sucesso dessa música e a conseqüente consagração de Geraldo Vandré coincidiram com o aumento da repressão militar, que teve como ápice a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. “[...] poucos dias depois do AI-5, a polícia invadiria o apartamento do compositor, no Rio. Mas ele não voltaria para casa: em excursão pelo Brasil, saberia do ato institucional em Goiás, entrando, em seguida, na clandestinidade.” (MPB Compositores, n. 31, 1997, p. 12). No início de 1969, Vandré parte para um autoexílio encerrando prematuramente sua carreira.

esquece depressa. Sua música causou sensação, mas logo será esquecida (apud ARAÚJO, 2005, p. 107).

O general Basto errou em suas previsões. Quem acertou foi o general Luís de França Oliveira, Secretário de Segurança da Guanabara, que proibiu a música e fez a seguinte previsão: “Ela servirá de slogan para as manifestações estudantis de rua” (apud VENTURA, 1988, p. 191). A partir desse sucesso inicial, a música “Caminhando” fez história, tornando-se a “marselhesa brasileira”<sup>4</sup> e vem embalando passeatas e movimentos sociais até a atualidade, inclusive durante o tempo em que esteve proibida.

### 3. “Caminhando”: censurada, liberada, regravada

A já citada matéria da revista *Veja*, de 09 de outubro de 1968, inicia-se com a reprodução da declaração do general Luís de França Oliveira: “Essa música é atentatória à soberania do País, um achincalhe às Forças Armadas e não deveria nem mesmo ser inscrita”.

Essa declaração era só o começo de uma longa história de censura, liberação e regravação da canção. A música incomodou tanto os militares que, “no dia 23 de outubro veio a degola: a música de Vandrê era proibida pelo governo de ser executada em rádios e locais públicos em todo território nacional” (MELLO, 2003, p. 299). Outra medida foi a apreensão dos discos<sup>5</sup>. A música estava fazendo muito sucesso: “segundo jornais da época, apesar das tentativas de se impedir a divulgação da música, foram vendidos 180 mil discos em quinze dias” (VIDAL, 2007, p. 70).

“Caminhando” manteve-se censurada por mais de dez anos, sendo liberada apenas em 14 de novembro de 1979. Okki de Souza afirma que “essa canção simples, que atirara o público do Maracanzinho a aplausos frenéticos em 1968, foi a que sofreu a mais longa interdição da história do AI-5” (SOUZA, 1982, s/p). Após a liberação, ao fazer tanto sucesso e tornar-se tão representativa daquele momento histórico de luta contra a ditadura militar, a música foi regravada por diversos outros intérpretes, brasileiros e estrangeiros.

Geraldo Vandrê gravou “Caminhando” apenas duas vezes: “uma ao vivo, no Maracanzinho, e outra em estúdio, com dois violões numa levada de guarânia paraguaia”

<sup>4</sup> Expressão de Millôr Fernandes, citado em VENTURA, 1988, p. 191.

<sup>5</sup> A apreensão dos discos encontra-se relatada no processo do DOPS referente a Geraldo Vandrê (INF 52-Z-0-8020). Boletim Informativo nº 240, de 11-10-1968. Arquivo do DOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo.



(MELLO, 2003, p. 300). Segundo Luiz Chagas (1990, p. 42), ainda em 1968, o cantador e sanfoneiro Luiz Gonzaga gravou a canção<sup>6</sup>.

Simone, no início dos anos 1980 foi a primeira cantora a regravar “Caminhando”, depois de sua liberação. Sua versão obteve sucesso. Prova disso são as afirmações de uma matéria da revista *Veja*, de 24 de março de 1982, sobre um show da intérprete: “Para chegar a esse pique de popularidade, Simone conta com pelo menos um grande trunfo [...]. Há dois anos ela inclui em seu show o arrebatado hino “Caminhando”, [...], de Geraldo Vandré. (*Veja*, 24/03/1982, p. 83). Uma citação da cantora apresenta a percepção da cantora sobre a música antológica: “[...] está no inconsciente coletivo e qualquer cantora poderia detonar esse estopim em qualquer época” (*Veja*, 24/03/1982, p. 83).

Outra gravação de “Caminhando” foi feita pelo grupo Quinteto Violado, no disco *Quinteto canta Vandré*, de 1997<sup>7</sup>. O cantor e compositor Zé Ramalho também apresenta uma nova versão da música no CD *Nação nordestina* (2000). Uma matéria, do jornal *Folha de S. Paulo*, comenta essa gravação, mostrando que a música é usada como uma forma de protesto, mesmo que num contexto diferente:

A terceira canção do CD é a estigmatizada “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores” (68), de Vandré, que ajuda a conceder fio a um projeto que pretende expor a indignação de artistas (menos ou mais conhecidos) do Nordeste contra o sistema político e social vigente no Brasil [...].(*Folha de S. Paulo*,08/05/2000)

No encarte do referido CD, são apontadas outras versões de “Caminhando”, apresentadas por cantores nacionais, como as já citadas de Luiz Gonzaga e Simone e a de Ana Belém. Também cita intérpretes internacionais, como Ernie Sheldon e Sérgio Endrigo.

A banda *Charlie Brown Jr.* também interpretou “Caminhando”<sup>8</sup>. A música é uma faixa integrante do álbum *Imunidade musical*, lançado em 2005.

A música “Caminhando” foi cantada por esses artistas e também por muitos brasileiros, intérpretes de uma canção que o tempo não conseguiu apagar da memória, pois, segundo a revista *MPB Compositores*, “[...] *Caminhando*, mesmo proibida pela ditadura por mais de uma década, permaneceria viva numa incensurável voz coletiva” (1997, p. 21).

<sup>6</sup> Segundo Mello (2003), o compacto, com a gravação de Luiz Gonzaga, também foi recolhido pela censura.

<sup>7</sup> Informação retirada de <[http://www.quintetoviado.com.br/novo/exibe\\_noticia.php?id\\_noticia=65](http://www.quintetoviado.com.br/novo/exibe_noticia.php?id_noticia=65)>. Acesso em: 04 dez. 2009.

<sup>8</sup>As informações sobre essa gravação foram retiradas de: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pra\\_n%C3%A3o\\_Dizer\\_que\\_n%C3%A3o\\_Falei\\_das\\_Flores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pra_n%C3%A3o_Dizer_que_n%C3%A3o_Falei_das_Flores)>. O site não cita a fonte. Acesso em: 07 dez. 2009.



#### 4. Caminhando: “viva numa incensurável voz coletiva”

“Caminhando” foi apropriada pela “voz coletiva” como hino de contestação à ditadura militar ali mesmo, no Maracanãzinho, quando a ovacionaram de forma delirante. Segundo Lungaretti, naquele mesmo momento, moradores de Copacabana fizeram a mesma apropriação: “Quando ele rerepresentou a música, já como 2ª colocada, os moradores de Copacabana abriram as janelas de seus apartamentos e colocaram a TV no volume máximo. Cantaram juntos, expressando toda sua raiva da ditadura” (LUNGARETTI, 2009, s/p). Rafael Hagemeyer também lembra que “as últimas passeatas estudantis ocorridas em 1968 pela libertação dos presos no Congresso de Ibiúna foram embaladas por esta canção” (HAGEMEYER, 1997, p. 114).

A revista *MPB Compositores* relata três momentos em que essa música esteve presente:

Em 1979, quando a multidão se reuniu para prestar as últimas homenagens ao metalúrgico Santos Dias, assassinado pela polícia, em São Paulo, a música seria cantada várias vezes. Da mesma maneira que acontecera, anos antes, nos enterros de outras vítimas da repressão política: o jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e o estudante Alexandre Vanucci Leme [*sic*], em 1973. (*MPB Compositores*, n. 31, 1997, p. 21).

Joaquim Aguiar nos fala da presença de “Caminhando” na campanha em prol das eleições diretas para a presidência da República, ocorrida em 1984: “Proibida durante anos pela censura [...] seria cantada em praça pública durante a frustrada campanha das eleições diretas para a presidência da república (AGUIAR, 1993, p. 63).

Em 2011, também foi cantada pelos franceses durante a cerimônia de entrega do título de Doutor Honoris Causa ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Instituto de Estudos Políticos de Paris<sup>9</sup>.

O jornal *Paraíba online* noticiou que, no dia 25 de outubro de 2015, aniversário de 40 anos do assassinato de Vladimir Herzog, um Ato inter-religioso, ocorrido na catedral da Sé, homenageou o jornalista. Na ocasião, “cerca de 800 cantores, de 30 corais, se concentraram na Praça da Sé, subiram as escadarias e entraram na Catedral cantando o refrão de ‘Pra não dizer que não falei das flores’, de Geraldo Vandré, composta em plena ditadura”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Retirado de <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lula-em-paris-imprensa-sabuja-da-vexame>>. Acesso em 30 abr. 2017.

<sup>10</sup> Retirado de: <<http://paraibaonline.net.br/ato-na-catedral-da-se-homenageia-jornalista-morto-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Estes foram apenas alguns exemplos que demonstram que “Caminhando” continua “viva numa incensurável voz coletiva”.

### Considerações finais

A análise da trajetória de “Caminhando” nos permite tecer algumas considerações. A primeira delas diz respeito ao questionamento inicialmente proposto: o fato de a música ter sido lançada num momento marcado pela radicalização das ações da esquerda brasileira e pelo consequente acirramento do autoritarismo político cooperou para que a canção fosse apropriada pela “voz coletiva” como hino de contestação. Para Rafael Hagemeyer, “Vandré conseguiu sintetizar, ao nível do imaginário, o sentimento geral que havia nas ruas” (HAGEMEYER, 1997, p. 114).

No III FIC, ocorreu o pragmático discurso de Vandré e a sua última frase “a vida não se resume em festivais” parece sugerir outro lugar para a realização de sua composição. Nesse sentido, podemos dizer que sua instigação foi acolhida, uma vez que, a partir daí e até a atualidade, a canção vem sendo cantada em eventos políticos e, principalmente, em passeatas e manifestações sociais.

Podemos dizer que a ênfase na igualdade e na luta é o propósito da composição e que clamor e advertência se misturam, traduzindo a complexidade do contexto da época. Geraldo Vandré, passados mais de quarenta anos de sua criação, atesta essa análise quando, em entrevista a Geneton Moraes Neto, assim definiu a canção: “‘Caminhando’ [...] é uma crônica da realidade. É a primeira vez que fiz uma crônica. Deu no que deu. A realidade não estava muito querendo ser”. Prova disso é que houve impedimento, pela censura, da vitória de “Caminhando” no festival e a canção foi censurada por mais de dez anos. Interessante observar que essas medidas não foram suficientes para apagar a canção da memória coletiva nacional.

“Hino de Guerra”, “Slogan para as manifestações estudantis”, “Marselhesa brasileira”, “Hino da esquerda”, “Paradigma da canção de protesto brasileira”, “Hino de contestação à ditadura” e “Hino revolucionário”. Estas são algumas expressões usadas para fazer referência à canção “Pra não dizer que não falei das flores” ou “Caminhando”, que demonstram a conotação política que lhe foi atribuída. Sendo assim, torna-se oportuno encerrar este artigo com uma afirmativa sobre “Caminhando” do saudoso Millôr Fernandes<sup>11</sup>: “É o hino nacional

---

<sup>11</sup>Na matéria “Geraldo Vandré canta na festa da aviação”, o jornalista Luiz Zanin Orichio se refere ao artista como o “autor do mais consagrado hino das esquerdas brasileiras, *Caminhando*”, e comenta que Zuenir Ventura (1988, p. 191) cita essa frase de Millôr Fernandes. (*O Estado de S. Paulo*, 22/10/1994).

perfeito; nasceu no meio da luta, foi crescendo de baixo para cima, cantado, cada vez mais espontânea e emocionalmente, por maior número de pessoas. É a nossa Marselhesa”.

### Referências

AGUIAR, Joaquim. *A poesia da canção*. São Paulo: Scipione, 1993. (Coleção Margens do Texto).

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro não: música popular cafona e ditadura militar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CHAGAS, Luiz. *Luiz Gonzaga*. São Paulo: Martin Claret Editores, 1990. (Coleção Vozes do Brasil).

COLEÇÃO MPB COMPOSITORES, vol. 31 (Geraldo Vandré). Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1997

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e fazer história: história geral e do Brasil*, 9º ano, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Processo CPI-DOPS referente a Geraldo Vandré (INF 52-Z-0-8020). Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HAGEMEYER, Rafael. *Imagens do movimento estudantil em 1968. Relatório de Qualificação (Mestrado)*. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1997. (mimeo).

KOTSCHO, Ricardo. *Lula em Paris: imprensa sabuja dá vexame*. 28/09/2011. Retirado de <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lula-em-paris-imprensa-sabuja-da-vexame>>. Acesso em 30 abr. 2017.

LUNGARETTI, Celso. *O Vandré que eu conheci*. Consciência net. 24 mar. 2009. Retirado de: <<http://consciencia.net/celso-lungaretti-o-vandre-que-eu-conheci/>>. Acesso em 18 jun. 2017.

MEDAGLIA, Júlio. *As combatidas flores de Geraldo Vandré*. Veja, p. 54-55. 09/10/1968.

MELLO, Zuza Homem de. *A Era dos Festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003.

PARIZOTTI, Roberto. *Ato na Catedral da Sé homenageia jornalista morto na ditadura militar*. Paraibaonline.com.br. 25/10/2015. Retirado de: <<http://paraibaonline.net.br/ato-na-catedral-da-se-homenageia-jornalista-morto-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

RICARDO, Sérgio. *Quem quebrou meu violão*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

SANCHES, Pedro Alexandre. Zé Ramalho arquiteta a volta de Vandré. Folha de S. Paulo. 08/05/2000. Retirado de <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/movimentosemradio/message/5723>. Acesso em: 29/10/2009.

SOUZA, Okky de. Vandré espera acontecer. Veja. p 84-85. 24/03/1982.

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei de flores (Caminhando). In: VANDRÉ, Geraldo. MPB Compositores. Rio de Janeiro: RGE, 1997. 1 CD. Faixa 1.

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei de flores. Universal Music, 2003. 1 CD. Faixa 12. In: SOLANO, Ribeiro. *Prepare seu coração* – a história dos grandes festivais. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL, Jeane. Vandré: tempo de repouso. 2007. 118f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2007.

## “Tema De Abertura”: Waltel Branco e as Trilhas Sonora das Telenovelas da Rede Globo de Televisão (1969-1985)<sup>1</sup>

**Thiago Rafael de Souza**

Mestrando em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná

E-mail: Thiagorsouza1984@gmail.com

**Resumo:** A música popular brasileira contemplou diversos personagens que contribuíram para sua história e a para a popularização da sigla MPB. Um desses personagens é o músico e maestro Waltel Branco, detentor de uma musicalidade plural, com um vasto currículo, composto por vários sucessos, entre eles estão trilhas sonoras de telenovelas da Rede Globo de Televisão. Pautado em questões que apontam a formação de um mercado voltado para o consumo de trilhas sonoras de telenovelas e em uma pequena discussão sobre a Indústria Cultural propostas por autores como Theodore Adorno e Edgar Morin, esse artigo propõe a reflexão sobre parte da obra de Waltel Branco para as telenovelas da Rede Globo entre os anos de 1965 e 1985, assim como, a relevância de sua obra para a formação de um novo mercado para a música televisiva.

**Palavras-chave:** Música Popular Brasileira, Waltel Branco, Trilha Sonora de Telenovelas.

**Absrtact:** Brazilian popular music contemplated several characters that contributed to its history and to the popularization of the acronym MPB. One of these characters is the musician and maestro Waltel Branco, holder of a plural musicality, with a vast curriculum, composed by several successes, among them are soundtracks of telenovelas of Rede Globo de Televisão. Based on questions that point to the formation of a market focused on the consumption of telenovela's soundtracks and in a small discussion about the Cultural Industry proposed by authors such as Theodore Adorno and Edgar Morin, this article proposes the reflection on part of Waltel Branco's songs for The telenovelas of Rede Globo between 1965 and 1985, as well as the relevance of his work for the formation of a new market for television music.

**Keywords:** Brazilian Popular Music, Waltel Branco, Telenovela's Soundtracks.

### **Apresentação: Waltel Branco**

Nascido em 29 de novembro de 1929 na cidade de Paranaguá, litoral Paranaense, Waltel Branco é um multi-instrumentista, compositor, arranjador, regente, diretor, produtor musical e professor, é uma figura única e detentor de uma musicalidade plural, com um vasto currículo, composto por vários sucessos da música brasileira e especialista na composição de trilhas para novela e cinema, o que também chamamos de trilha incidental<sup>2</sup>.

Waltel iniciou sua carreira profissionalmente no final da década de 1940, na cidade de Curitiba, tocando em rádios e em casas noturnas, dando sequência a uma rica trajetória e com uma vasta produção musical. Realizou trabalhos com diversos artistas nacionais e

---

<sup>1</sup> O presente artigo tem como recorte parte do projeto de pesquisa de mestrado em história, ainda em andamento, sobre a trajetória profissional de Waltel Branco entre os anos de 1963 e 1988.

<sup>2</sup> Música que acompanha uma obra teatral, uma cena cinematográfica, programa de televisão, e/ou programa de rádio. Frequentemente chamada de trilha ou música de “fundo”.

internacionais, tais como: João Gilberto<sup>3</sup>, Djalma Ferreira, Elizeth Cardoso e Moacyr Santos, Mariza Gata Mansa, Orlandivo, Radamés Gnatalli, Luiz Carlos Vinhas, Dom Um Romão, Flora Purim, J.T. Meirelles e os Copacabana 5, Elis Regina, Dorival Caymmi, Maria Creuza, Dom Salvador, Tim Maia, Roberto Carlos, Alceu Valença, Antônio Carlos e Jocaí, Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle, Toni Tornado, Odair José, Barão Vermelho e Cazuza<sup>4</sup>, entre muitos outros.

Em solos internacionais destacam-se trabalhos como, em Cuba com a cantora Lia Ray, Mongo Santamaría, Pérez Prado e Chico O'Farrel, sendo um dos responsáveis pela retomada da música cubana e também considerado um dos precursores do *jazz-fusion*. Foi para a Espanha para ter aulas com o violonista Andrés Segóvia, mas ao invés de ter aula com o mestre, o brasileiro acabou substituindo o espanhol na Universidade da Catalunha para uma turnê na Ásia. Durante sua estadia na Espanha, o violonista brasileiro foi um dos professores de Paco de Lucía, um dos músicos de flamenco mais reconhecidos no mundo.

Nos Estados Unidos tocou com Nat King Cole, Fred Cole, Natalie Cole, Sal Salvador, Chico Hamilton, Dizzy Gillespie, Frank Rosolino, Charles Mariano, Sam Noto, Mel Lewis, Max Benett, Kenneth Garret, Wallace Roney, François Hardy, Andy Williams e Johnny Mathis<sup>5</sup>. Ainda nos EUA estudou “composição e técnicas de música incidental para cinema e televisão” com os maestros Dimitri Tiomkin e Staley Wilson, estudos que lhe renderam trabalhos com Quincy Jones, para o filme *Os filhos de Pablo*, e em 1963 o convite de Henry Mancini, Waltel trabalhou como arranjador, juntamente com um time de músicos dos estúdios de Mancini, incluindo Quincy Jones, na trilha sonora do filme *A Pantera-Cor-de-Rosa*.

---

<sup>3</sup> Em 1959 Waltel Branco conheceu João Gilberto e firmaram uma amizade e vários trabalhos em parceria, sendo responsável por arranjos e direção de shows e especiais. A primeira parceria dos dois foram os arranjos dos compactos *Chega de Saudade/Bim Bom* e *Desafinado/Ôba lá lá* pela Odeon, sendo considerados dois dos principais fundadores da *Bossa Nova*. Contribuiu bastante para evidenciar a Bossa, ditando o ritmo do novo estilo e trabalhando com vários artistas do período, sendo um dos responsáveis também pela criação do *samba-jazz*.

<sup>4</sup> BRANCO, Waltel. Obras para violão. OLIVEIRA, Cláudio Menandro (org.). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2008 p. 11.

<sup>5</sup> NETO, Manoel J. de Souza. A [des]Construção da Música Paranaense. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2004, p. 224.

## As trilhas das telenovelas da Rede Globo

À convite de Roberto Marinho, Waltel foi contratado para ser o diretor musical da Rede Globo de Televisão, ainda em 1965<sup>6</sup>, sendo encarregado das composições de trilhas sonoras e incidentais das novelas e programas da emissora.<sup>7</sup> Como explica Eduardo Scoville:

O maestro Waltel Branco foi o compositor responsável por quase toda a música orquestrada incidental das telenovelas nas décadas de 1960 e 1970, incluindo re-arranjos dos temas e muitas músicas que apareceram nas trilhas internacionais. Ou seja, Waltel Branco foi um dos principais agentes no processo de produção das trilhas sonoras naquele período.<sup>8</sup>

A partir desse período a emissora investiu nas novelas como um dos grandes produtos de sua programação, e como define Mauro Alencar, as telenovelas definiam e definem:

(...) Retrato do momento político, referência para a moda, fonte de comportamento (...) uma eficiente ferramenta de transformação social. (...), nas últimas décadas, a telenovela deixou de ser apenas um sinônimo de diversão para tornar-se também uma importante aliada na discussão das questões sociais. Produto de comunicação de alta penetração em todas as classes sociais e com linguagem acessível, tornou-se de campanhas de interesse público nas áreas de saúde, comportamento e cidadania.<sup>9</sup>

Dessa maneira as telenovelas tornaram-se um exemplo bem sucedido da interação entre música e televisão e suas trilhas sonoras transformaram-se em um produto de grande repercussão da indústria fonográfica.<sup>10</sup> Inicialmente, a Globo lançava suas trilhas em parceria com as grandes gravadoras, mas com o crescimento da audiência, a emissora vislumbrou a possibilidade de ampliar seus negócios em 1969, criou a SIGLA (Sistema Globo de Gravação Audiovisual), um setor voltado à produção fonográfica e que buscava assegurar seu espaço

---

<sup>6</sup> Cabe ressaltar que Waltel inicialmente foi contratado para escrever crítica musical no jornal O Globo, e a partir de 1965 começou a compor trilhas e temas para emissora de televisão, inicialmente para programas e para a programação ao vivo. As primeiras novelas, como a 1ª versão da novela A Moreninha, os músicos da emissora, incluindo Waltel, faziam somente a parte incidental. Posteriormente em 1969, o departamento dirigido por Waltel, assume toda a produção musical da emissora, chegando a produzir uma média de quinze músicas por dia.

<sup>7</sup> ESSINGER, Silvio. A musicalidade do criado do “lerê-lerê”. O Globo, Rio de Janeiro, 07 de jan. 2012, p. 04.

<sup>8</sup> SCOVILLE, apud. SOUZA, Thiago Rafael. Milhões de emoções pelo ar todo mundo a cantar: O Brasil e os Festivais Internacionais da Canção (1966-1972). In: *Revista Eletrônica das monografias do curso de História da UTP*, n. 05. Curitiba: UTP, 2010, p. 458.

<sup>9</sup> ALENCAR, Mauro. *A Hollywood brasileira: panorama da telenovela no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2004. p. 05.

<sup>10</sup> TOLEDO, Heloisa Maria dos Santos. Som Livre e trilhas sonoras das telenovelas: Pressupostos sobre a discussão da relação entre novelas e mercado fonográfico. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, BA: Faculdade de Comunicação/UFBA. 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/HeloisaMariadosSantosToledo.pdf>. Acesso em: 05 maio 2012.



frente a esse novo mercado. A partir da SIGLA foi desenvolvida a Som Livre<sup>11</sup> e o departamento musical da Rede Globo definitivamente começou a produção das suas próprias trilhas.

João Araújo ficou incumbido da montagem da nova gravadora e juntamente com os maestros da Globo, incluindo Waltel Branco, passaram a produzir as suas próprias trilhas, conseqüentemente, desenvolveram a ideia de trilha internacional, tornando-se a ser um dos principais espaços de atuação dos artistas “pseudo-internacionais”.<sup>12</sup>

Aproveitando a onda do “pseudo-internacional”, Waltel Branco passou a compor as trilhas e temas com diferentes codinomes, lançando-se enquanto artista, com pseudônimos nas trilhas nacionais e internacionais da Rede Globo. Entre os inúmeros pseudônimos identificados estão: W. Branco e Magalhães Patto (Algumas composições da Orquestra Som Livre são creditadas a autoria de W. Branco), W. Blanc, William Hammer, Bianco, W. Blanco, W. Blanch, W. Blanche, W. White, Airtto Fogo, Bianchi e Tito Velasquez (homenagem a Pacco de Lucia). (Algumas composições da Free Sound Orchestra são creditadas a autoria de W. Blanc).

Dentre algumas das trilhas nacionais e internacionais, trilhas incidentais, temas de abertura e temas de personagens compostas, supervisionadas, dirigidas, produzidas, regidas e/ou arranjadas por Waltel (solo ou em parceria) pode-se destacar:

**Tabela 1 - Trilhas de Novelas<sup>13</sup>.**

Ano	Novela	Faixa / Trilha Nacional	Faixa / Trilha Internacional	Créditos referenciados nos discos
1969	Passo dos ventos	12 – Benamie		Waltel Branco
1970	Irmãos Coragem	02 – Bandinha 03 – Diana *Waltel também é creditado pelos arranjos e composições dos temas.		02- Waltel Branco 03 - Waltel Branco
1970	Assim na terra como no céu	01 – Tema de Abertura 04 – Tema de Ricardinho 05 – Tema de Amor		01 - Waltel Branco 04 - Waltel Branco 05 - Waltel Branco

<sup>11</sup> TOLEDO, Helena Maria dos Santos. Livre e trilhas sonoras das telenovelas e o processo de difusão das músicas. Araraquara: SP. Universidade Estadual Paulista, 2010. p. 76.

<sup>12</sup> VICENTE, Eduardo. Segmentação e consumo: a produção fonográfica brasileira – 1965/1999. In: *ArtCultura*, v. 10, n. 16. Uberlândia/MG, jan.-jun. 2008, p. 110.

<sup>13</sup> SOUZA, Thiago Rafael. Milhões de emoções pelo ar todo mundo a cantar: O Brasil e os Festivais Internacionais da Canção (1966-1972). In: *Revista Eletrônica das monografias do curso de História da UTP*, n. 05. Curitiba: UTP, 2010, p. 461.

		06 – 200mph 09 – <i>Background</i> 10 – Tema de Zorra 11 – Tema de Suspense *Waltel é creditado pelos arranjos e composições dos temas.		06 - Waltel Branco 09 - Waltel Branco 10 - Waltel Branco 11 - Waltel Branco
1971	O cafona	*creditado pelo arranjo de toda a trilha.		
1971	Bandeira dois	05 – Tema de Tucão (tema de abertura)	03 – <i>Love's Whistle</i> (tema de Taís e Márcio)	05 - Orquestra Som Livre 03 - Free Sound Orchestra
1972	O primeiro Amor	*Neste Waltel é creditado pelos arranjos de toda a trilha nacional.		
1972	Selva de Pedra	05 – Selva de Pedra (tema de abertura) 08 – Ligação (tema de Diva) *Waltel é creditado pelos arranjos.		05 - Orquestra Som Livre 08 Orquestra Som Livre
1972	O bofe	Neste Waltel é creditado pelos arranjos de toda a trilha.		
1972	Uma rosa com amor	*Waltel é creditado pelos arranjos de toda a trilha nacional.	01 – <i>Il etair une fois... La revolucion</i>	01 - Free Sound Orchestra
1972	A Patota	04 – Professor Borboleta 07 – A patota 09 – Nick e o vira-lata *Waltel fez os arranjos pra o grupo The Clowns.		04 - Waltel Branco 07 - Waltel Branco 09 - Waltel Branco
1973	Cavalo de aço	06 – Cavalo de aço (tema de Abertura) *Na trilha nacional Waltel também é creditado pelos arranjos de todas as faixas	07 – <i>Tarciciu's Theme</i>	06 - Orquestra Som Livre 07 - W. Blanc
1973	O bem amado	05 – O Bem Amado (tema de abertura)	06 – <i>Poor devil</i>	05 - Orquestra Som Livre 06 - Free Sound Orchestra
1973	O Semideus	06 – O semideus (tema de abertura)	07 – <i>The Autumn Lovers</i> (tema de Ângela)	06 - Orquestra Som Livre 07 - Free Sound Orchestra
1974	Os Ossos do Barão	*Na trilha nacional Waltel também é creditado pelos arranjos de todas as faixas.		

1974	Supermanoela	11 – Pernoite	14 – <i>Softly</i> (tema de Manoela)	11 - Waltel Branco 14 - Free Sound Orchestra
1974	Fogo sobre Terra	06 – Fogo sobre terra (tema de abertura)	01 – <i>La chanson pour Anna</i> (tema de Bárbara)	06 - Orquestra Som Livre 01 - Free Sound Oschestra
1974	Corrida do ouro	06 – Corrida de ouro (tema de abertura)		Orquestra Som Livre
1974	O Rebu	06 – O Rebu (tema de abertura)		06 Orquestra Som Livre
1965	A Moreninha <sup>14</sup>	02 – Sonho 03 – A Moreninha (tema de abertura) 05 – Romanza 06 – Rumpi *creditado pela produção, arranjos e regência.		02 - Waltel Branco e Paulo Pinheiro 03 - Waltel Branco 05 - Waltel Branco 06 - Waltel Branco e Antônio Faya
1975	Escalada	07 – Escalada (tema de abertura)		Orquestra Som Livre
1975	Cuca legal	* Na trilha nacional Waltel é creditado pelos arranjos.	14 – <i>Black soul</i>	Airto Fogo
1975	Bravo!	06 – Bravo! (Tema de abertura)		06 - Orquestra Som Livre
1975	Senhora	03 – Aurélia (tema de abertura)		Waltel Branco
1976	Anjo Mau	*Waltel é creditado pelos arranjos especiais.		
1976	Vejo a lua no céu	01 – Canção da saudade 02 – Vejo a lua no céu (tema de abertura) 03 – Onde estás 04 – Rodopio *Creditado pelas Música, arranjo e produção.		01 - Waltel Branco 02 - Waltel Branco 03 - Waltel Branco 04 - Waltel Branco
1976	O feijão e o sonho	01 – Meu poeta, minha vida 02 – Barcarola 03 – Solteiro é melhor 04 – Canção de ninar 05 – Xote Pop 06 – Abertura *Creditado pelas Música, arranjo e produção.		01 - Waltel Branco  02 - Waltel Branco 03 - Waltel Branco 04 - Waltel Branco 05 - Waltel Branco 06 - Waltel Branco
1976	Escrava Isaura	03 – Retirantes (tema de abertura) 04 – Nanã 06 – Mãe preta		03 - Introdução e arranjo creditados a Waltel Branco / por Dorival Caymmi 04 - Orquestra Som Livre

<sup>14</sup> Refilmagem da novela de 1965.

		* Waltel também é creditado pelos arranjos.		06 - Orquestra Som Livre
1977	À sombra dos laranjais	*Produção, Repertório e arranjos creditados a Waltel Branco.		
1978	Maria Maria	06 – Olha Maria (tema de abertura)		06 - Orquestra Som Livre
1978	O pulo do gato	Waltel é creditado pelos arranjos especiais.		
1980	Água Viva	Waltel é creditado pelo arranjo e repertório.		
1982	Sétimo sentido		07 – <i>Silenzo</i> (tema de Tião)	Bianco
1985	Roque Santeiro	11 – Amparito Amor Tilha nacional Vol. II		Interpretada por Cauby Peixoto – Waltel Branco creditado pela autoria.
1985	A gata comeu	*Waltel é creditado pela supervisão musical.		
1985	TI TI TI		06 – <i>Valentim</i> (tema de Victor Valentim)	Tito Velasquez

A novela ao incorporar a música como trilha para representação de um personagem, apresenta um valor simbólico e estético de representação. Se considerarmos que as representações simbólicas do popular se adequam e, em parte, se tornam produto das manifestações ideológicas<sup>15</sup> constatamos que, o indivíduo enquanto consumidor do produto cultural se identifica duplamente. Isso ocorre pois ele é cooptado pelo simbólico, tanto com o personagem quanto com o tema musical construído, passando a se identificar dentro da sociedade, uma vez que se sente representado, a partir da cultura do cotidiano. Essa característica será seguida por Waltel na construção das trilhas sonoras para novelas.

Vale lembrar que a música se apresenta como um produto cultural com características particulares, sobretudo, pela sua capacidade de se difundir, pela sua interatividade, passou a funcionar como pano de fundo para diversos setores da produção cultural, tais como: publicidade, cinema, teatro e à produção televisiva.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> NAPOLITANO, Marcos. Cultura brasileira: Utopia e massificação (1950-1980). 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 17.

<sup>16</sup> TOLEDO, Heloísa Maria dos Santos. Som Livre e trilhas sonoras das telenovelas: Pressupostos sobre a discussão da relação entre novelas e mercado fonográfico. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em

## Pensando as trilhas como produto da indústria

A trilha sonora, pensada como produto da indústria fonográfica brasileira, teve grande aceitação e representou uma alternativa aos consumidores. Por ocupar-se dos meios de comunicação de massa e mudar a estrutura de consumo, a trilha sonora das telenovelas articulou-se ideologicamente ao mercado. Um dos primeiros autores a identificarem a indústria cultural como um processo de exploração e vulgarização da cultura foi Theodore Adorno, que caracterizou a indústria como um conjunto de meios que visam lucro e exercem controle e manipulação através de produtos adaptados ao consumo das massas<sup>17</sup>. Para Adorno os bens culturais são inseridos em uma lógica de produção industrial, transformando-se em uma mercadoria padronizada e programada.

Outro autor que identifica a indústria cultural é Edgar Morin, que entende a indústria cultural como uma cultura voltada a um mercado de consumo imposto por uma criação industrial, onde os bens culturais são transformados em objetos de uma produção industrial em série, tendo como consequência a uniformização, a padronização e a generalização dos produtos<sup>18</sup>. Ainda dentro da lógica de Morin sobre a indústria cultural enquanto esfera privada e pensando nas trilhas sonoras de novela enquanto produto, a intencionalidade desse sistema é agradar o consumidor, onde “ele fará de tudo para recrear.”<sup>19</sup>

As trilhas de telenovelas soam como uma coletânea de músicas, porém, inicialmente as trilhas sonoras eram criadas especificamente para as novelas, assim, torna-se significativo quando pensamos nas trilhas compostas e criadas por Waltel, a partir da fala de Essinger, tendo o músico paranaense como “um representante legítimo de uma era em que as novelas tinham as suas próprias trilhas”.<sup>20</sup> As novelas tinham músicas exclusivas, criadas excepcionalmente para compor suas trilhas, e Waltel garantia esse produto cultural, através de sua experiência, conhecimento de diferentes ritmos e versatilidade contribuíram para torná-lo um especialista em trilhas.

---

Cultura. Salvador, BA: Faculdade de Comunicação/UFBA. 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/HeloisaMariadosSantosToledo.pdf>; acesso em: 05 maio 2012.

<sup>17</sup> ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.); FLORESTAN, Fernandes (coord.). Coleção Cientistas Sociais. v. 54. São Paulo: Ática, 1986,

<sup>18</sup> MORIN, Edgar. A indústria cultural. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.). Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC editora, 1977, p. 304.

<sup>19</sup> MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo – 1, neurose. SARDINHA, Maria Ribeiro (trad.). - 9.ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 23.

<sup>20</sup> ESSINGER, Silvio. A musicalidade do criado do “lerê-lerê”. O Globo, Rio de Janeiro, 07 de jan. 2012, p. 04.

Ademais, Waltel soube criar trilhas e temas bem específicos, misturando diferentes sonoridades, aproveitando os diversos ritmos apresentados com a MPB e inclusive apropriar-se de todas as mudanças estético-ideológicas que aconteceram na música brasileira. Passeando desde a música clássica até ao *Soul*, da Bossa Nova ao Flamenco, o músico soube aproveitar a experiência que conquistou para construir suas trilhas, além de apresentar um vasto conhecimento no diferenciar os ritmos conforme construía as trilhas nacionais e internacionais.

### **Considerações finais**

Não há como negar que o músico paranaense tornou-se umas das grandes referências para a formação da identidade musical brasileira, uma vez que a música e as telenovelas ajudaram a cultura a chegar a segmentos mais populares.<sup>21</sup> Waltel tinha a percepção e o conhecimento, e a partir disso, construía o tipo de música que deveria ser feita para cada personagem das telenovelas, como também o tipo de arranjo para cada artista com quem trabalhou ao longo da sua carreira.

O maestro soube criar trilhas e temas específicos, misturando diferentes sonoridades, ritmos e gêneros músicas em seus trabalhos para a televisão, além de acompanhar e propor as mudanças que ocorreram dentro da música brasileira. Dessa maneira, Waltel Branco tornou-se um dos principais nomes e uma das grandes referências musicais dentro do círculo profissional da música, e enquanto músico, é um dos principais agentes no processo de produção musical da TV no Brasil, contribuindo para a formação musical televisiva, com qualidades plurais e muito bem diversificadas.

---

<sup>21</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: Utopia e massificação (1950-1980)*. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 82.

## “Essa música é brega demais”: o programa de rádio “Clube da Saudade” um patrimônio da cultura imaterial de Jequié – Bahia

**Guilherme Lima Silva Junior**

Graduando em História  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)  
E-mail: guiga\_jr99@hotmail.com

**Ana Cláudia Rocha Tomagnini Igurolla**

Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Género  
Universidad de Salamanca – USAL  
Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
E-mail: anacitrica@gmail.com

**Resumo:** Na década de 1940 surgiram os programas de auditório e de calouros, lançando estrelas da música nacional. Muitas rádios e programas existem há décadas, como o programa “Clube da Saudade” da rádio 93 FM na cidade de Jequié-BA que será o nosso objeto de estudo. Transmitido há 23 anos, aos domingos, o programa veicula músicas dos movimentos musicais brasileiros conhecidos como Jovem Guarda e as músicas “bregas”. Veiculando programas, notícias e músicas, o rádio segue presente na vida dos brasileiros. Espaço de memória, o Programa “Clube da Saudade”, faz parte da identidade, das lembranças e do cotidiano da cidade de Jequié, tornando-se um patrimônio de cultura imaterial, para aquele município e região. Sua permanência e relevância demonstra a importância do rádio e da música para seu público, fiel, tornando-se uma tradição nos domingos na cidade de Jequié- BA.

**Palavras-chave:** Brega; Memória; Oralidade; Patrimônio e Rádio.

**Resumen:** En la década de 1940 surgieron los programas de auditorio y de caballeros, lanzando estrellas de la música nacional. Muchas radios y programas existen desde hace décadas, como el programa "Club da Saudade" de la radio 93 FM en la ciudad de Jequié-BA que será nuestro objeto de estudio. Transmitido hace 23 años, los domingos, el programa transmite música de los movimientos musicales brasileños conocidos como Joven Guarda y las canciones "bregas". La radio sigue presente en la vida de los brasileños. Espacio de memoria, el programa "Club da Saudade", forma parte de la identidad, de los recuerdos y del cotidiano de la ciudad de Jequié, convirtiéndose en un patrimonio de cultura inmaterial, para aquel municipio y región. Su permanencia y relevancia demuestra la importancia de la radio y la música para su público, fiel, convirtiéndose en una tradición los domingos en la ciudad de Jequié-BA.

**Palavras-clave:** Brega; Memoria; Oralidad; Patrimonio y Radio.

### **O Brega: A Música do Povo Engajada Contra a Ditadura**

Vindo de compositores populares ou oriundos das grandes periferias, vinculado às classes sociais e a massa populacional, a música brega também teve forte influência no combate ao golpe de 1964 e sofreu com os impactos da censura durante o período ditatorial. Com um grande contingente de ouvintes e admiradores, esse gênero musical tornar-se popular e agrega aos demais estilos musicais e artistas que manifestarem sua indignação contra o regime militar.



A palavra “brega”, usada para definir esta vertente da canção popular, só começou a ser utilizada no início dos anos 80. Ao longo da década de 60 e 70, a expressão utilizada é ainda “cafona”.

Entre a década de 60 e 70, a arte se tornou um dos grandes meios utilizados para a manifestação e insatisfação perante o governo vigente. No meio artístico, a música ganha destaque por trazer em suas canções e composições todo um posicionamento de combate à ditadura e servir de instrumento de rejeição a situação em que o Brasil se encontrava. As críticas eram produzidas pelos jornalistas, artistas e intelectuais que padeceram perante a repressão à produção cultural e artística, além de serem perseguidos.

A grande concentração de obras de arte (cinema, poesia, artes plásticas, teatro e música), bem como de textos (a publicação de livros, ensaios e artigos em jornais e revistas, traduções de reflexões de pensadores internacionais, etc.), críticas e reportagens que tornam essa preocupação como central para o momento, sinalizam a inter-relação entre o fenômeno histórico da ditadura militar e as formas de expressão artística. (CAVALCANTI, 2005, p. 13).

Desta forma, todo tipo de manifestação ou pensamento que viesse a ser entendido de forma contrária as concepções do governo, mesmo não possuindo uma essência política, estavam passivos de uma “averiguação” por parte da ditadura. Objetivando evitar a proliferação de um pensamento contrario ao sistema vigente, coube aos militares prender, executar, torturar, sequestrar e exilar uma grande quantidade de manifestantes e ícones da arte e da música.

Existe toda uma ramificação de pesquisas a respeito desse etilo musical, considerando-se que não somente a MPB serve como demonstração e símbolo da cultura brasileira, tendo em vista que durante muito tempo a música dita como “brega” foi ignorada e distanciada da música popular brasileira, entretanto, esse afastamento não foi capaz de parar e evitar o crescimento de um gênero que se sobressaiu em todo o país.

Quando relacionam produção musical e regime militar, os críticos, pesquisadores e historiadores da nossa música são pródigos em ressaltar a ação de combate e protesto empreendida por diversos compositores da MPB, que se valiam de metáforas, imagens truncadas e herméticas, com o objetivo de driblar a censura e manifestar o seu inconformismo com o quadro político-social vigente. O que estes analistas nunca ressaltam, ou simplesmente ignoram, é o papel de resistência desempenhado naquele mesmo período por artistas populares como Paulo Sérgio, Odair José, Benito di Pauta e, não se surpreenda, a dupla Dom & Ravel. (ARAÚJO, 2002, p.12).

Assim, o brega foi capaz de se fragmentar e criar subdivisões, que em aspectos e situações sociais e culturais diferentes, favoreceu para popularização e disseminação desse estilo. Desta maneira, criou-se o grande embate: a música popular brega, produzida e escutada

pelo “povão-massa”; e a música popular “cult”, desfrutada por uma intelectualidade que não estão presentes na “massa”.

### **O Patrimônio de Cultura Imaterial**

Em sua 32ª edição, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define patrimônio de cultura imaterial como:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO. 2003)

O patrimônio de cultura imaterial, que é passado de geração em geração, é frequentemente reelaborado por essas comunidades ou agrupamentos em virtude do seu meio de convívio, sua tradição e seu vínculo com a natureza. Desta forma, gera-se uma ligação de afeto, identidade e perpetuidade, tornando-se possível a promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O patrimônio cultural imaterial se manifesta em particular nos seguintes campos: nos costumes e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; nas expressões artísticas; nas atividades sociais, rituais e práticas festivas; nos saberes e práticas relacionadas à natureza e ao universo; e nos métodos artesanais tradicionais.

A criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial é de suma importância para o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial presente em nosso território. E em pouco tempo, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) alargou suas participações e intervenções no campo das culturas tradicionais.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado através do Decreto nº 3.551/2000, trata-se de um programa de estímulo que objetiva formar ligações com órgãos governamentais, universidades, ONGs, instituições privadas e agências de financiamento com o intuito de arrecadar verbas e a efetivação de uma política de prevenção, proteção, segurança e defesa. Com a parceria e coligações com o Ministério da Cultura, o programa atua com recursos do IPHAN através do Fundo Nacional de Cultura. O Fundo Nacional de Cultura (FNC) é um instrumento da Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei nº 8.313/91, que possibilita ao Ministério da Cultura aplicar diretamente nos projetos culturais, mediante a celebração de convênios e outros instrumentos similares.

O IPHAN determinar que o PNPI siga com metas, dentre elas podemos destacar: implementação de políticas de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; a preservação da diversidade étnica e cultural do país; a dispersão de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade; arrecadação de recursos que possibilitem a formação de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro.

Os planos de salvaguarda são definidos como uma forma de apoio e incentivo aos bens culturais de natureza imaterial, buscando garantir as condições de sustentação econômica e social. Os planos operam no sentido da melhoria das condições de vida materiais, sociais e econômicas que auxiliem a existência do grupo produtor, e a propagação e a continuidade de suas expressões culturais. O conjunto de ações envolvidas é amplo e variado, e pode ser assim resumido: apoio à transmissão do conhecimento às gerações mais novas; promoção e divulgação do bem cultural; valorização de mestres e executantes; melhoria das condições de acesso a matérias-primas e mercados consumidores; organização de atividades comunitárias.

Durante esses processos, o conhecimento produzido sobre os modos de expressão e organização própria das comunidades envolvidas permite identificar mecanismos e instrumentos locais de transmissão do bem cultural e, a partir daí, identificar as formas mais adequadas de salvaguarda. Esse conhecimento e sua valorização estão na base, portanto, dos instrumentos que visam favorecer a manutenção dos mecanismos de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais.

### **A Diversificação Tecnológica nos Meios de Comunicação**

O rádio exerce sua função política e social de um país desde a sua criação. Toda essa importância está vinculada a sua capacidade de levar educação, cultura e ideologias a grande massa populacional, pois, o mesmo supera todas as barreiras, podendo assim chegar a todos os lugares. Esse mecanismo está consciente de sua responsabilidade no processo de formação sociocultural por transmitir informações e dar significados aos fatos, objetivando possibilitar a formação de opiniões críticas que possam surtir efeitos benéficos para toda sociedade.

Com o passar dos anos e com o processo de modernização, tornou-se frequente o fortalecimento de grupos opostos, alegando que a tecnologia se transformou no fator essencial para o extermínio ou preservação do mesmo. A tecnologia seria ela responsável por: resguardar a identidade de uma das maiores formas de disseminação criada pelo homem ou fazer com que

esse instrumento se tornasse inviável em virtude dos avanços em todas as esferas e setores do mundo globalizado?

Para os que creem na redução de sua importância, ao aludir sobre a trajetória do rádio, devemos ressaltar dois momentos ímpares tratando sobre a sua sobrevivência nos meios midiáticos. O primeiro embate ocorre em meados de 1950 com criação e utilização da televisão, dando a entender que o mesmo seria o responsável pela sua obsolescência em virtude do acréscimo da imagem, sendo o áudio já agregado. O segundo seria os dias atuais, em que a internet surge como uma possível responsável pela total exclusão do rádio, em decorrência de sua praticidade e usabilidade. Isso gera uma polêmica ao tratar sobre a possível substituição do rádio e outros meios e mecanismos de disseminação como a TV e o jornal pelo computador. Desta forma, Meditsch (2001) analisa que:

O velho fantasma da extinção do rádio ronda mais uma vez os nossos estúdios, trazendo angústias e incertezas a seus profissionais e gerando confusão entre os estudiosos do meio. Agora, a ameaça se chama internet, o fenômeno que parece querer subjugar o mundo nesta virada do milênio, devorando todas as mídias que o antecederam, até mesmo a televisão, até há pouco tão garbosa no seu domínio sobre a civilização. Diante de tal poder e voracidade, quem tem chance de sobreviver? Alguém é louco de apostar no rádio? (MEDITSCH, p. 1. 2001).

Aos que defendem a ideia de preservação do rádio, a criação de novas tecnologias tem resultado na elaboração de uma grande variedade de meios de comunicação, entretanto, sem impactar na importância do rádio, em decorrência do mesmo se abranger as todas as esferas sociais. Os dispositivos de acesso às frequências das rádios estão disponibilizadas e acessíveis em: aparelhos de som, home theaters, celulares e na internet, sendo responsáveis pela ampliação do seu espaço e as oportunidades para o seu uso. Segundo Thompson (1988):

“A globalização da comunicação não eliminou o caráter localizado da apropriação, mas criou um novo tipo de eixo simbólico no mundo moderno. À medida que a globalização da comunicação se torna mais intensa e externa, a importância do eixo vai aumentando (...) a circulação da informação e da comunicação se tornou cada vez mais global, enquanto, ao mesmo tempo, o processo de apropriação permanece intrinsecamente contextual e hermenêutico” (THOMPSON, 1988:155).

Assim, nota-se que o rádio abrangeu seu espaço, contribuindo para o condicionamento de sua memória e diversidade e a disseminação e difusão de informações, ideias, costumes e concepções. Desta forma, os avanços do século XXI podem ser interpretados como ferramentas que ampliaram a longevidade de vida e relevância do rádio. Seria isso não um extermínio, mas

sim uma adaptação do rádio as funções e necessidade do mundo globalizado, por estarem distribuídas em todas as partes do meio de convívio social.

### **“Clube da Saudade”: Os Domingos Românticos e Bregas**

Em 19 de julho de 1970 no interior do estado da Bahia, Dona Maria Lena junto com seu esposo Almir Alves, dá a luz a um menino, Adilson dos Santos Alves. Criado desde sua infância no Bairro Joaquim Romão na cidade de Jequié-BA, o pequeno Adilson sempre teve contato com o rádio em virtude do pai, ouvinte dos noticiários e dos programas esportivos da Rádio Globo. Assim, o interesse do jovem Adilson pela rádio foi crescendo e em 1989 teve sua primeira oportunidade, graças a Abraão Brito (amigo de infância e já funcionário da rádio), como produtor pela emissora Cidade Sol FM.

Durante o decorrer da entrevista, Adilson frequentemente relata a importância do rádio para a sociedade jequeense. Em decorrência a cidade não possui um canal de TV próprio, a população obtém informações por meio dos noticiários transmitidos pela rádio. Entre as 6 horas da manhã e às 18 horas da tarde (dito pelo entrevistado como “horário nobre” do rádio), toda comunidade urbana e rural está sintonizada em busca de informações a nível local, estadual, nacional e internacional. Desta forma, a rádio se popularizou perante os habitantes da cidade, aumentando seu espaço e sua influência perante os ouvintes.

O domingo jequeense é reservado para três afazeres: bater o baba (termo utilizado para referir à prática de jogar futebol); ir às missas, cultos ou demais manifestações religiosas; e para fazer compras na Feirinha do Joaquim Romão. E o programa entra nesse contexto, porque tanto os que retornam do futebol, quanto aqueles que chegam em casa após seus compromissos religiosos ou aqueles que estão na feira, ligam o rádio para acompanhar o Clube da Saudade. Desta maneira, podemos notar todo o enraizamento do programa nos domingos jequeense.

Ao falar sobre o programa “Clube da saudade”, o entrevistado relata que o principal objetivo é fazer com que os ouvintes possam recordar o passado através de boas músicas. Com a execução de músicas românticas e com forte peso das músicas “bregas”, o programa ganhou a preferência de todas as camadas sociais de Jequié. A execução e o pedido dos ouvintes por composições de Evaldo Braga, Diana, Wando, Nelson Ned, Odair José, Fernando Mendes, Agnaldo Timóteo, entre outros, demonstram o interesse e a vontade por parte dos ouvintes em recordar os tempos dos bailes e das boates. A vontade de fazer com que o tempo volte, a escolha de músicas nacionais e internacionais dos anos 60, 70, 80 e 90, fez com que o público não

somente de Jequié mas de todas as cidades que acompanham a rádio (93 FM chega a mais de 150 municípios nas regiões Sudoeste e Sul da Bahia e as cidades do vale do Jequiriça) abraçassem o projeto.

Nesse contexto de romantismo, o entrevistado recorda e faz breves comentários a respeito das boates que existiam em Jequié em meados dos 70 e 80, chegando citar algumas como: a Cabana do Pai Tomás, a Boate Chalé, o Labalu, a Bela Cinthia, a ACJ (Associação Cultural Jequeense) e o Jequié Tênis Clube. Segundo o mesmo, seriam espaços noturnos em que as pessoas frequentavam para curtir e paquerar. Entretanto, o entrevistado faz questão de relatar a redução desses espaços em virtude do crescimento populacional da cidade e consequentemente da violência urbana.

Com uma programação que contempla crianças, jovens, adultos e idosos, o hábito de acompanhar a rádio tornou-se uma prática que vem sendo passada de geração em geração perante os habitantes da cidade.

### **O Uso da Oralidade nas Investigações Históricas**

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a oralidade como uma das metodologias conforme Schmidt (2009). Além disso, por tratar-se de uma particularidade da história local, para o autor, o uso da história local é imprescindível para a construção da concepção a um determinado grupo social ou cultural, analisando a experiência de vida humana durante os tempos, gerando assim as consciências individuais e coletivas perante a sociedade. Sua utilização é instrumento adequado para fazer uma história mais heterogênea, não silenciando as especificidades, gerando problematizações, apresentação de histórias dos demais sujeitos históricos, da história das comunidades silenciadas, etc.

O entrevistado ao narrar suas vivências através da oralidade, irá criar uma versão ou construir uma versão com vínculos do presente, e é nesse estágio que as lembranças ultrapassam o estágio de memória e se tornam objetos para a história.

Sempre que possuímos acesso às fontes orais, o narrador objetiva exprimir-se como um indivíduo situado entre o tempo e o espaço. A narrativa seria a exposição da vida e do mundo no qual o sujeito está introduzido. Lucidez e inconsciência, sensatez e irracionalidade, presente e passado, subjetivo e global comunicam-se na composição que o indivíduo dá a si, aos fatos que usufruiu e que vai narrar, tendo como árbitro permanente a memória.

Ao tratar a respeito do entrevistado, Schmidt (2009) trabalha a identidade como um objeto necessário para o enriquecimento da cultura local e o aprimoramento da consciência histórica tanto do entrevistado como do entrevistador. Segundo Schmidt

Ao narrarem a sua vida e a do outro, ele se inventa e institui seu pertencimento no mundo. Ele se forma pela narrativa, ao criar um sentimento de continuidade no tempo e um sentimento de coerência interna, que lhe permite se interpretar narrativamente, como sendo um sujeito singular, porém, matizado por elementos sociais e culturais. (SCHMITD, 2009, p. 17).

A narrativa é a junção em que há o encontro entre o cultural e o pessoal, o íntimo e o coletivo, o atual e o passado. Durante a entrevista, as experiências e os conhecimentos vividos pelo entrevistado e o entrevistador entram em sincronia através do diálogo entre ambos, desta forma, o problema investigado os interesses mútuos sejam esclarecidos em virtude das indagações. Nenhuma forma de dialogo é simplesmente pura ou neutra, ele vem carregado de subjetividade, deixando clara a visão de mundo do entrevistado, por aspectos enraizados no presente e no passado.

### **Considerações Finais**

A construção desse artigo proporcionou investigar sobre a forte presença da música brega na realidade da sociedade jequeense, como sua importância e seu destaque. Possuindo uma série de bens culturais preservados, o Brasil é um país rico em tradições e com um apreciável patrimônio cultural criado. Consequentemente, é necessária a elaboração de objetivos, projetos e estratégias de desenvolvimento econômico, principalmente, através do turismo. Neste processo, seria possível fazer com que o patrimônio cultural se convertesse em recurso de desenvolvimento da sociedade.

Sendo assim, é de suma importância o incentivo a uma concepção de preservação e manutenção dos patrimônios culturais, objetivando assim dar um forte enfoque e realce a nossa própria tradição. Esta responsabilidade é coletiva e respeito a todos e a cada um dos beneficiários deste legado, possibilitando a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, P. S. Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar. 2. ed. São Paulo: Record, 2002.



\_\_\_\_\_. O brega desconstruído. 2008. Disponível em: <<https://lerhistoria.wordpress.com/2008/09/24/o-brega-desconstruido>>. Acesso em 03 de junho. 2017.

CAVALCANTI, J. D. Artes plásticas: vanguarda e participação política (Brasil anos 60 e 70). 2005. 250 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. Brasília: Unesco/Educarte, 2008.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (org.). Patrimônio Histórico: Como e Por que Preservar. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. O ensino do radiojornalismo em tempos de internet. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001. Campo Grande/MS. CD-ROM.

MORIN, Edgar. Cultura de massa no século XX. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55

SANTOS, Juvandi de Souza. Cartilha de Educação Patrimonial. João Pessoa: JRC gráfica e editora, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil.

FÊLIX. n 2, ano 7, p. 1-12, ago. 2010. Disponível em:< <http://www.revistafenix.pro.br>> Acesso em: 27 maio. 2015.

THOMPSON, John B. A Mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso 1 junho. 2017.

## O Declínio da Indústria Fonográfica na Era Digital e a Ascensão da Música Independente: o Caso do Grupo Teatro Mágico

**Tiago Duarte Tudéia**  
Graduado em História  
UNI-BH  
tiagotudeia@gmail.com

**Paula Ricelle de Oliveira**  
Doutoranda em Estudos de Linguagens  
CEFET-MG  
pesquisaldcefet@gmail.com

**Resumo:** A comunicação que se pretende socializar tem por objetivo abordar o declínio da indústria fonográfica em detrimento da ascensão da música livre na internet. Para isso, abordaremos aspectos sobre o funcionamento do setor fonográfico no Brasil, o advento da internet e a ascensão da música independente. Nesse percurso, apoiamos a discussão em Theodor Adorno em seu livro *A Indústria Cultural e a Sociedade* (2009). Como exemplo, utilizamos a experiência do grupo Teatro Mágico para descrever como os artistas brasileiros estão explorando a internet para divulgar e vender sua arte sem a interferência das gravadoras. Assim, foi possível perceber que o acesso à música livre na internet é um caminho sem volta, mas que não significa o fim das gravadoras.

**Palavras-chave:** Indústria fonográfica; Internet; Música independente; Teatro Mágico.

**Abstract:** The communication is intended to socialize aims to address the decline of the music industry at the expense of accession of free music on the internet. For this, we discuss aspects of the operation of the recording industry in Brazil, the advent of the internet and the rise of independent music. In this way we support the discussion Theodor Adorno in his book *A Indústria Cultural e a Sociedade* (2009). As an example, we use the experience of the Teatro Mágico group to describe how Brazilian artists are exploiting the Internet to advertise and sell their art without interference from record labels. Thus, it was revealed that access to free music on the internet is no going back, but that does not mean the end of record.

**Keywords:** Recording Industry; Internet; independent music; Teatro Mágico.

Segundo o último levantamento da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), em 2013, metade da população brasileira tem acesso à internet<sup>1</sup>. Este dado demonstra que estamos vivendo em uma nova era da informação, em que é possível o acesso e o compartilhamento de qualquer material digital, como notícias, mensagens, livros, fotos, filmes, músicas, dentre outros. É neste universo amplo que esse trabalho se insere. A proposta consiste em entender o declínio da indústria fonográfica em detrimento da ascensão da música livre na internet.

---

<sup>1</sup>Disponível em <<http://www.abc.com.br/tecnologia/2015/04/acesso-internet-chega-494-da-populacao-brasileira>> Acesso em 06 de ago. de 2016.

Ao perceber a possibilidade de divulgar por meio da internet qualquer produção cultural, os artistas independentes ganharam espaço e começaram a manifestar seus trabalhos de forma livre. Logo, esse tipo de arte teve o custo reduzido e conseqüentemente tornou-se mais popular. Esse processo ocasionou uma revolução na indústria fonográfica, pois agora os artistas não precisam da interferência das gravadoras para produzir e propagar suas músicas, nem mesmo para a venda de seus trabalhos.

Esse é o caso do grupo musical Teatro Mágico (TM), criado em 2003 na cidade de Osasco/SP pelo músico Fernando Anitelli. Sua ideologia consiste em um projeto de música livre, para isso se pauta no uso das redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* para a divulgação dos seus trabalhos. Baseado nesse princípio, o grupo se apropriou da sigla MPB (Música para Baixar) divulgando e disponibilizando, por meio da internet, *downloads* gratuitos de todas as suas músicas (OLIVEIRA, 2015).

Portanto, utilizaremos o Teatro Mágico como exemplo para descrever como os artistas brasileiros estão explorando a *internet* para divulgar e vender sua arte sem a interferência das gravadoras. A escolha por esse grupo se deu pelo grande volume de *downloads* de suas músicas. Em 2008, no seu segundo álbum musical, o Teatro Mágico obteve 90 mil *downloads* em apenas uma semana, tornando o álbum mais baixado da história do *site* Trama Virtual<sup>2</sup>. Essa escolha também se justifica pelo fácil acesso aos integrantes da trupe (contato direto em *shows* e redes sociais), possibilitando coletar informações mais precisas e seguras para a construção desse trabalho. Outro aspecto importante a ser destacado na escolha pelo TM se dá pelo fato do músico Fernando Anitelli discutir abertamente sobre a exploração do trabalho intelectual pelas *majors*<sup>3</sup>.

Além das informações coletadas junto aos integrantes do Teatro Mágico, também serão utilizados *blogs* e *sites* dedicados ao assunto sobre tecnologia. Como referencial teórico, será utilizado o livro *A Indústria Cultural e a Sociedade* (2009) de Theodor Adorno para auxiliar na compreensão sobre o funcionamento da indústria fonográfica e de como o grupo musical o Teatro Mágico foi capaz de utilizar do novo momento que o mercado fonográfico apresentava.

### **A indústria fonográfica e a cultura de massa**

---

<sup>2</sup>Trama Virtual era a Maior Plataforma de Música Independente do Brasil na época. Disponível em <<https://www.youtube.com/user/tramavirtual/about>> Acesso em 06 de ago. de 2016.

<sup>3</sup>Termo trabalhado mais adiante.

A indústria fonográfica é formada por uma rede de produção e distribuição de um dos produtos culturais mais consumidos, a música gravada. Atualmente, o mercado global da indústria fonográfica arrecada a receita de US\$ 15,0 bilhões de dólares por ano, segundo o relatório da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI). No ano de 2015 as vendas físicas mundiais caíram 4,5%. No Brasil, essa queda corresponde a 19,3%, enquanto as vendas digitais obtiveram um crescimento de 45,1%<sup>4</sup>. Esses dados mostram que a nova realidade de distribuição e consumo de música por meio da *internet* pode ser considerada irreversível.

O setor fonográfico funciona atualmente com base em quatro etapas: Criação; Produção; Divulgação e Distribuição<sup>5</sup>. Dentro dessa teia de materialização da música, precisamos entender alguns pontos essenciais que extrapolam a cadeia de produção. Abordar esses aspectos se faz indispensável dentro da proposta deste trabalho. Primeiramente o funcionamento das *majors*. Lima (2009) os define como:

[...] quatro empresas multinacionais que dominaram o mercado musical no mundo na década de 80: Sony/BMG, Universal Music, EMI Music e Warner Music. Essas empresas se consolidaram como *majors* quando detinham o controle em relação à produção e distribuição, aproximadamente 80% da venda mundial de música gravada (LIMA, 2009: 18.).

Durante todo período de predominância das *majors*, gravadoras de menor poder financeiro estavam presentes, mas o controle sobre a música e o mercado fonográfico estava concentrado nessas quatro grandes gravadoras. Mesmo existindo as gravadoras menores, essas tinham ligação ou algum capital investido pelas gigantes do setor.

Outro ponto importante consiste na prática do *jabá*, termo utilizado para denominar uma espécie de suborno em que gravadoras pagam as emissoras de rádio ou TV pela execução de uma música, essa prática também se faz presente entre os artistas.

Posto isso, recorremos a Theodor Adorno (2009) que nos esclarece sobre o conceito de indústria cultural. Para ele o termo foi criado para explicar a conversão da cultura em mercadoria do capitalismo, pois a cultura vive uma idealização e o mercado busca fórmulas para o sucesso. Para o autor, a indústria cultural é a forma de produção serial de produtos em massa, conceito apontado na prática pelo fenômeno do *talk show*<sup>6</sup> no Brasil. Trata-se da

<sup>4</sup>Disponível em <<http://www.abpd.org.br/2016/04/18/mercado-fonografico-mundial-e-brasileiro-em-2015/>> Acesso em 04 de jun. de 2016.

<sup>5</sup>Para a compreensão detalhada do funcionamento da indústria fonográfica consulte Viveiro e Nakano (2008).

<sup>6</sup>*Talk show* é um gênero de programa televisivo ou radialístico, em que uma pessoa ou um grupo de pessoas se junta e discute vários tópicos que são sugeridos e moderados por um ou mais apresentadores. Temos o exemplo

integração determinada pelos consumidores que força a união dos domínios da arte superior (cultura erudita) e arte inferior (cultura popular). Essa mudança ocorre na flexão do mercado para se adaptar às necessidades do capitalismo.

Adorno também ensina que: “A cultura contemporânea a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádios e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza em si e em um todo”. (ADORNO, 2009: 39). Seu pensamento aponta para uma formatação da cultura, que deixa de ser um produto gerado individualmente. Nessa perspectiva, as gravadoras, cujo objetivo é alcançar o maior número de vendas, buscam sempre os mesmos formatos de sucesso possuindo um modelo e a mesma fórmula.

Para melhor compreensão do pensamento de Adorno na perspectiva do contexto da produção musical, recorreremos ao exemplo do Fernando Anitelli com o apoio da Daniele Rios (2014). A autora aponta que no início da década de 1990, o estilo musical do forró, tradição no nordeste, sofreu mudanças e obteve um crescimento avassalador no Brasil. Dentro desse contexto, Anitelli, (antes de criar o grupo Teatro Mágico) assina contrato com a gravadora Cascata Records para a gravação de 13 músicas no estilo *pop rock* no ano de 1998. Anitelli começou o trabalho, e quando já possuía 8 músicas gravadas, o dono da gravadora interferiu no trabalho musical de Anitelli, e exigiu que todas as músicas do álbum fossem regravadas no estilo que era tendência comercial na época, o forró. Nesse momento, Anitelli rompe com a gravadora e fica três anos impossibilitado de gravar ou fazer qualquer show, por força de contrato. Com este exemplo é possível notar na prática o funcionamento da indústria cultural, como a criação individual é atropelada pela necessidade da indústria cultural. (informações pessoais)<sup>7</sup>.

A indústria cultural se torna uma linha de produção, mesmo mudando o formato, a fórmula continua a mesma. Se o sucesso entre o público é o sertanejo, todo o trabalho é direcionado para explorar essa vertente ao limite. Como já vimos, à arte se tornou uma linha de produção, que obedece a tendência de mercado. As *majors* tem a necessidade de conquistar mercado para obter lucros, impõe regras que originalmente não estavam sob seu controle.

### **O declínio da Indústria fonográfica na era digital**

---

do programa Jô Soares Onze e Meia na emissora Rede Globo, Programa Agora é tarde apresentado por Danilo Gentili na Bandeirantes, entre outros.

<sup>7</sup>Em conversa informal com Seu Odácio em março de 2015.

A trajetória da internet tem seu alicerce no mundo acadêmico em 1959, porém foi somente em meados da década de 1990 que começou a se tornar um item de acesso domiciliar ao brasileiro (ARRUDA, 2011). Hoje, segundo o IBOPE (2013)<sup>8</sup>, somos mais de 105 milhões de internautas. Com o gradativo acesso à internet, novos caminhos e possibilidades começam a surgir. Qualquer material digital pode ser divulgado. Poetas, músicos, escritores, jornalistas e vários outros podem publicar, compartilhar, se expressar, se fazer conhecer sem intermediação nenhuma, ao alcance de um *blog*, *site* ou de qualquer outra rede social.

Assim, o advento da *internet* alcançou a indústria cultural da música, os artistas perceberam a possibilidade de divulgar seus trabalhos por meio dessa ferramenta sem interferência das produtoras. Esse processo gera um revés no mundo da música, os artistas ganham espaços, e as gravadoras precisam se adaptar a esse novo contexto de mercado.

Essa nova realidade muda com a chegada da internet e, também, sobretudo com o surgimento do CD. Anteriormente, as experiências com as mídias de LPs e das fitas K7 não ofereceram a possibilidade de reprodução em grande escala, sendo lenta a gravação e ainda enfrentava métodos de proteção para a duplicação, e até mesmo o material para as cópias não era tão acessível.

No momento do aparecimento do CD houve uma primeira ruptura no modelo que as gravadoras detinham por vários anos. A possibilidade de usar as torres de gravação<sup>9</sup>, onde era possível fazer cópias de CDs em poucos minutos e vários ao mesmo tempo, se tornou um duro golpe para as gravadoras<sup>10</sup> que não conseguiam mais controlar a última etapa da indústria cultural: a distribuição.

Sobre essa situação dos laboratórios caseiros, retornamos ao exemplo de Anitelli, no ano de 2005, já como vocalista do Teatro Mágico, juntamente com seu pai Odácio Anitelli que foi um dos maiores impulsionadores da sua carreira e Gustavo Anitelli irmão e produtor da banda, eles tiveram a ideia de divulgação da banda usando essa possibilidade. Em um show no Teatro da Universidade Metodista em Piracicaba SP, havia um público de 300 pessoas para um

---

<sup>8</sup>Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/ibope-aponta-que-acesso-a-internet-cresce-3-no-2o-tri>> Acesso em 04 de jun. de 2016.

<sup>9</sup>Equipamento de duplicação de CD e DVD.

<sup>10</sup>As gravadoras tentando criar meios para impedir a pirataria, utilizaram, por exemplo, DRM (Digital Right Management - gerenciamento de direitos digitais) como uma tentativa usada para impedir a pirataria. Consiste em um sistema conjunto de tecnologias utilizado em conteúdos digitais para controlar a criação de cópias não autorizadas. Cada empresa utiliza um tipo de DRM diferente, mas todas possuíam características semelhantes, como a que restringe a utilização dos arquivos. Alguns documentos, por exemplo, não podem ser copiados ou convertidos, enquanto outros possuem uma quantidade limitada de execuções.

auditório de 1000 pessoas. Antes do show foram gravadas, segundo Seu Odácio (como é conhecido) 800 cópias do primeiro CD do grupo intitulado “Entrada para Raros”. Para cada pessoa que entrava para assistir a apresentação da banda, ganhava um CD. Após um ano a banda ainda na turnê do mesmo álbum voltou ao mesmo teatro e dessa vez a casa estava lotada, como todos os ingressos vendidos. Anitelli durante o show perguntou quem estava ali por ter recebido o CD de presente ou que teve acesso ao material e mais da metade da casa se manifestou (Informações pessoais)<sup>11</sup>.

Essa informação, obtida por meio do Seu Odácio, é um exemplo de como as bandas vem se adaptando a esse novo cenário da música brasileira, produzindo e distribuindo seus trabalhos de forma livre. A partir do amplo acesso à internet, divulgar produtos culturais se tornou um bom negócio. Além de alcançar um grande público, possibilitou o barateamento do produto, já que não passa mais pelas mãos de gravadoras. É nesse espaço que a música independente ganha voz. Então, o próximo passo desse trabalho é apresentar esse novo contexto, com base no grupo Teatro Mágico.

### **A ascensão da música independente e o Ale Hop do Teatro Mágico**

De acordo com Antonelli (2006), o artista independente é aquele que “bancou totalmente o valor de produção da sua música, as horas em estúdio, a arte gráfica, o fotógrafo e a manufatura do CD, sem que tenha recebido apoio de uma gravadora” (ANTONELLI, 2006: 12). A música independente teve o seu primeiro momento no Brasil na década de 1970. Contudo, foram na década de 1980 os primeiros registros de um artista<sup>12</sup> que lançou um álbum fora de gravadoras.

Nesse mesmo período, a criação do espaço “Lira Paulistana”<sup>13</sup> possibilitou a vários artistas alcançarem a independência. O estilo *Punk* também se destacou nesse período, no que se refere à música independente. Eles se reuniam em garagens e faziam as gravações via fita cassete e divulgavam por conta própria, alguns conseguiram espaços em rádios para propagar seus princípios. O *Rock* brasileiro seguiu esses mesmos passos. Assim, no final da década de 1980 já existiam muitas rádios que se dedicavam a esse tipo de música. De olho nesse mercado, as *majors* se prontificaram a promover esses artistas, e acabaram absorvendo novos nomes da

<sup>11</sup>Em conversa informal com Seu Odácio em março de 2015.

<sup>12</sup>Antonio Adolfo Maurity Sabóia (1947-) é um pianista, tecladista e compositor brasileiro.

<sup>13</sup>O Teatro Lira Paulistana, também conhecido como Lira Paulistana ou Lira, foi um teatro e centro cultural da cidade de São Paulo.



música brasileira, por exemplo, Skank, Natiruts, Mamonas Assassinas, Pato Fu, Chico Science e Nação Zumbi (LOPES, 2009).

Com o advento da internet, surge uma nova era para a música brasileira. O primeiro *site* com objetivo de permitir o acesso gratuito de *download* de música foi o *Internet Underground Music Archive* (IUMA/1993), logo após, foram surgindo outros com os mesmos objetivos. Alguns artistas também se adaptaram a essa nova realidade, inspirados nos exemplos internacionais. A ideia de criação de *site* para divulgação de bandas independentes iniciou com o *Democlub*, seguido pelo *Tramavirtual* (LOPES, 2009).

Atualmente, a internet é uma ferramenta indispensável para quem trabalha com a música. Alguns artistas, mesmo que não disponibilizam o acesso livre e gratuito da sua arte, utilizam esse meio como propaganda. Outros optaram por levantar a bandeira do acesso livre de toda sua produção artística. Mas como seria possível viver da música sem vendê-la? Anitelli, em uma entrevista ao Diário do Sudoeste, responde:

Criar outras possibilidades de negócios e uma economia digital, esse é o ponto! Músico ganha em show. Quem ganha com a venda de CD são as editoras e gravadoras. Através da internet conseguimos dialogar e propagar nosso trabalho para um número imenso de pessoas sem depender de rádios. Minha música é livre, porém o CD custa, o DVD custa, o show custa também! Mesmo assim, temos uma política de manter nosso material acessível para todos, na nossa lojinha que está presente em todos os shows, e também através da loja virtual. (DIÁRIO DO SUDOESTE, 2012).

A ideia de usar a internet como ferramenta de trabalho nasceu quando Anitelli, após o rompimento com a gravadora Cascata Records, decide perseguir outra perspectiva de vida e vai trabalhar ilegalmente nos Estados Unidos da América (EUA) como garçom e também tocando na rua e em bares, na intenção de ganhar dinheiro para retornar ao Brasil e gravar um álbum por conta própria. Paralelo a esse momento, a internet no Brasil passa de forma paulatina a se tornar cada vez mais acessível. Até fins da década de 1990, quando o Brasil ainda estava em um estágio muito limitado de acesso ao público, nos EUA o acesso era efervescente e já haviam episódios que seriam decisivos para que Anitelli juntamente do Seu Odácio pudessem disseminar sua obra musical (Informações pessoais)<sup>14</sup>.

O Teatro Mágico foi fundado em 2003 na cidade de Osasco/São Paulo, idealizado por Fernando Anitelli (1974-), músico e compositor das canções da trupe. Em entrevista ao G1

---

<sup>14</sup>Em conversa informal com Seu Odácio em março de 2015.

Anitelli, vocalista do grupo, relata que a ideia de formar o grupo surgiu dos saraus que frequentava na periferia paulista:

O sarau é um local/momento em que tudo acontece e ao final tem uma catarse maravilhosa. São vários artistas e várias expressões poéticas em um mesmo local e eu quis levar isso para o palco, para a minha música e acabou surgindo o grupo (G1, 2014).

Aliados a utilização de linguagens diversificadas, como a arte circense, poesia, teatro, literatura, dança, música, política e o cancionário popular, a trupe ainda explora efeitos visuais e tecnológicos em suas apresentações. Os integrantes do grupo se apresentam maquiados com características próprias e misturam sons e gêneros musicais diversificados de vários contextos sociais<sup>15</sup>.

O grupo é formado por Fernando Anitelli (voz, violão, guitarra), Zeca Loureiro (guitarra e violão), Sérgio Carvalho (contrabaixo), Rafael dos Santos (bateria), Ricardo Braga (percussão), Guilherme Ribeiro (teclados), e pelas artistas performáticas Andrea Barbour, Nô Stopa e Manoella Galdeano.

Além da possibilidade de adquirir, por meio do acesso livre a internet, todas suas músicas, a trupe, também, disponibiliza a venda dos seus CDs e DVDs em loja virtual e em *shows*. No ano de 2014 a banda vendeu mais de 500 mil álbuns<sup>16</sup> e alcançaram a marca de 8 milhões de downloads gratuitos<sup>17</sup>.

A filosofia do grupo consiste em buscar caminhos alternativos para divulgar seus trabalhos. Para tanto, utilizam de três pilares básicos, são eles:

- Música para baixar (MPB): a banda prima para que suas músicas sejam de acesso livre, hospedando-as na internet para que qualquer pessoa possa ouvir e se desejar baixar, gravar, compartilhar e disponibilizar. Tudo de forma gratuita.

---

<sup>15</sup>Disponível em: < <http://oteatromagico.mus.br/app/webroot/2014/> >. Acesso em 06 de mar. de 2015.

<sup>16</sup>Para entender a dimensão desses números, para um músico receber disco de diamante têm que vender 300.000 mil cópias. No ano de 2014, Padre Marcelo Rossi consagrou-se como o maior vendedor de discos, seu CD 'O Tempo de Deus' rompeu a barreira do milhão. Outro exemplo, nesse mesmo período, e a Ivete Sangalo que recebeu o prêmio Grammy Latino na categoria Melhor Álbum de Pop Contemporâneo Brasileiro, seu DVD alcançou a casa de 140 mil cópias vendidas. Porém, tanto Marcelo Rossi quanto Ivete Sangalo alcançaram esses números com a venda de apenas um disco, já o TM, por manter disponível todos os seus trabalhos não encontramos a informação individualizada de cada disco. Apresentamos esses dados para se ter ideia dos números, pois também precisamos considerar que as produções do TM são independentes. (Associação Brasileira dos Produtores de Discos). Disponível em <http://odia.ig.com.br/diversao/2014-12-30/confira-ranking-de-campeoes-de-vendas-de-cds-em-2014.html> Acesso em 13 de maio de 2015.

<sup>17</sup>Disponível em: < <http://oteatromagico.mus.br/app/webroot/2014/> >. Acesso em 06 de mar. de 2015.

- Acesso livre: consiste em ingressos para os *shows* com preços acessíveis a grande parcela da população, sem preços exorbitantes.
- Não pagamento de jabá: no entender da banda isso é uma prática que provoca censura e limita o aparecimento de novos artistas. Por isso, se recusam a comprar espaço na mídia que é uma concessão pública.

Com essa postura, a banda nunca assinou contrato com nenhuma gravadora. Em entrevista no canal da banda no *Youtube*, Fernando Anitelli<sup>18</sup>, afirma que já foi procurado por todas as grandes gravadoras do Brasil e que rejeitou a assinatura de contratos por ir de encontro aos princípios da banda.

O Teatro Mágico foi um dos primeiros no Brasil a disponibilizar suas músicas para *download* gratuito, e atualmente explora várias plataformas da internet para formar e manter seu público, como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*.

Em 14 anos de existência a banda já lançou cinco CD's de estúdio, três DVD's e um álbum ao vivo<sup>19</sup>. E mesmo disponibilizando todo seu conteúdo gratuito na internet, o grupo já vendeu mais de três milhões de CD's e mais de 450 mil DVD's<sup>20</sup>.

O mais novo álbum da trupe se chama Allehop<sup>21</sup>, uma expressão usada pelos artistas circenses que indica o tempo para o início de um número acrobático. O primeiro *clip* desse trabalho, intitulado “Deixa Ser”, foi disponibilizado em abril deste ano no *Youtube*<sup>22</sup> e nas principais plataformas de *streaming*.

Recusar gravadoras e se posicionar contra as *majors* e jabá, não impede o Teatro Mágico de participar de programas de rádio e TV, são realidades distintas. Em 2013, a música do grupo Canção da Terra<sup>23</sup> fez parte da trilha sonora da novela Flor do Caribe, da Rede Globo, de autoria Walther Negrão, Suzana Pires, Alessandro Marson, Júlio Fischer, Fausto Galvão e Vinícius

<sup>18</sup>Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/oteatromagico>> Acesso em 13 de maio de 2016.

<sup>19</sup>São eles: “Entrada para Raros” (2003); “O Segundo Ato” (2008); “A Sociedade do Espetáculo” (2011); “Grão do Corpo” (2014); e Allehop (2015).

<sup>20</sup>Disponível em <<http://oteatromagico.mus.br/2016/sobre>> Acesso em 04 de jun. de 2016.

<sup>21</sup>Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VOCm7QqPA-4>> Acesso em 04 de jun. de 2016.

<sup>22</sup>Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=51eSu9QC\\_IQ](https://www.youtube.com/watch?v=51eSu9QC_IQ)> Acesso em 04 de jun. de 2016.

<sup>23</sup>Canção da Terra é uma canção de autoria do trovador Pedro Munhoz e que está presente no álbum Canções de Andar Só. Em 2011, a banda O Teatro Mágico regravou a canção, que está presente no álbum A Sociedade do Espetáculo, e que conta com a participação do autor da música.

Vianna. Essa foi a primeira música da banda a compor uma trilha sonora de novela. Anitelli em entrevista a *Visão Oeste* explica como foi a negociação:

Essa é a única música do disco da novela que é livre. O acordo foi que a música pode ser compartilhada, reproduzida, repassada. As pessoas podem baixar, ou seja, se alguém baixar não tem que ser criminalizado por isso. Feito esse trato, nós conseguimos lançar pela “Som Livre”, uma gravadora que, apesar desse nome, fez pela primeira vez um contrato de música livre. Isso é uma vitória sim, a gente entrou pela porta da frente, com respeito. (VISÃO OESTE, 2014).

O Teatro Mágico mostra na prática que é possível viver da música sem a interferência das gravadoras, os números da internet apontam para essa realidade, a banda tem mais de 17 milhões de visualizações no *Youtube*, 161.000 seguidores no *Twitter*, 95.000 no *Instagram*, e 1.2024.000 curtidas na página oficial no *Facebook*<sup>24</sup>.

Enfim, essa nova forma de produção e divulgação da música independente pode acabar com as gravadoras? Na opinião do Anitelli, não. Para ele, elas vão coexistir, pois a TV e o rádio continuam nas mãos dos poderosos (VISÃO OESTE, 2014). Ao colocar no *Google* e *Youtube* toda sua arte disponível ao público, essas plataformas ganham com isso. Hoje quem paga jábá são os próprios empresários.

Neste novo contexto, as gravadoras passam a pegar o artista pela porcentagem sobre os *shows* Então:

Quem ganha com música sendo executada em rádio, por exemplo, não é o artista, é o Ecad, que é o Escritório Central de Arrecadação, que não é público, mas funciona como tal. Ele pega dinheiro de todo mundo e repassa só pras músicas mais tocadas, mas quem são as músicas mais tocadas? Justamente as músicas que essa galera que investe uma grana, paga como se fosse um anúncio, entra no rádio, toca a música no rádio, o Ecad repassa, toca de novo... Então vira um ciclo, ninguém sai disso. (VISÃO OESTE, 2014).

Na visão de Anitelli, as gravadoras precisam criar outro tipo de parceria com o público, utilizando-se da *internet*, pois não teremos mais produções grandiosas e únicas, hoje o ritmo é acelerado no mundo virtual. Mas, o que esta acontecendo e que as gravadoras se absterem disso (VISÃO OESTE, 2014).

Quando analisado o funcionamento das *majors*, pudemos notar como o mercado funciona. Ele exclui quem não se encaixa no modelo mercadológico do sucesso. As opções são restritas num cenário onde o controle é feito por um pequeno grupo. Com a ampliação do acesso a internet abre-se o leque de possibilidades, hoje qualquer pessoa independentemente de ser

---

<sup>24</sup>Disponível em < <http://oteatromagico.mus.br/2016/sobre>> Acesso em 04 jun. de 2016.

considerado um músico profissional ou não, pode compartilhar sua arte. O Teatro Mágico nesse cenário traz reflexões e amplia a discussão de toda uma classe que se encontra insatisfeita, seja com a produção e divulgação da música bem como para aqueles que a consomem.

### **Algumas considerações**

A proposta inicial desse trabalho consiste em abordar o declínio da indústria fonográfica em detrimento da ascensão da música livre na internet. Para tanto, discorreremos sobre aspectos do setor fonográfico, o advento da internet e a ascensão da arte independente. Como exemplo, utilizamos a experiência do grupo Teatro Mágico para entender como os artistas brasileiros estão explorando a internet para divulgar e vender sua arte sem a interferência das gravadoras.

Não podemos concluir que a música independente vai acabar com as gravadoras, mas também não podemos negar que a produção da música brasileira não se concentra única e exclusivamente nas mãos das gravadoras. Essa, por sua vez precisa se remodelar para continuarem ativas no mercado. Algumas redes de produção já estão se movimentando e promovendo articulações entre os artistas independentes, grandes gravadoras e outros agentes, e para alguns, isso deve ditar o futuro da indústria fonográfica no Brasil. (MARCH, 2006).

O Teatro Mágico é uma banda que soube aproveitar o contexto em que se encontrava para se sobressair e conseguir fazer com que sua arte fosse conhecida. Para além disso, levanta a bandeira dessa ideia e propõe ampliar a discussão em prol democratização da cultura.

A proposta desse trabalho vem, sobretudo, mostrar que a discussão é ampla e merece estudos que complementem e aprofundem essa questão. A arte é um direito humano, que vai além de um entretenimento, e merece ser de fácil alcance, amplamente divulgada e acessada.

### **Referências bibliográficas**

- ADORNO, Theodore. Indústria Cultural e a Sociedade. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2009.
- ANTONELLI, Valdir. Música Independente na Mídia: uma Luta por Espaço. Disponível em <[www.dropmusic.com.br/bsite/independentes\\_na\\_midia.pdf](http://www.dropmusic.com.br/bsite/independentes_na_midia.pdf)>. Acesso em 03 de nov. de 2015.
- ARRUDA, Felipe. 20 anos de internet no Brasil: aonde chegamos? TecMundo [04/03/2011]. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/internet/8949-20-anos-de-internet-no-brasil-aonde-chegamos-.htm>> Acesso em 13 de maio de 2016.
- DIÁRIO DO SUDOESTE. Por Nelson Junior. Fernando Anitelli responde à perguntas de fãs. [07/08/2011]

Disponível em: <[http://www.diariodosudoeste.com.br/entrevista/2015/04/fernando-anitelli-  
responde-a-perguntas-de-fas/1306568/](http://www.diariodosudoeste.com.br/entrevista/2015/04/fernando-anitelli-<br/>responde-a-perguntas-de-fas/1306568/)> Acesso em 07 de jun. de 2016.

G1: Sul de Minas. A música não depende só da TV', diz líder do Teatro Mágico em Poços, MG. [12/07/2014] Disponível em: < <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/07/musica-nao-depende-so-da-tv-diz-lider-do-teatro-magico-em-pocos-mg.html> > Acesso em: 17 de jul. 2014.

LIMA, Mariana Mont'Alverne Barreto. As majors da música e o mercado fonográfico nacional. Tese (doutorado) 268 p. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2009.

LOPES, Marlos Régis de Araújo. O Teatro Mágico e as novas mídias de divulgação musical. Revista Eletrônica Temática. Ano V, n. 04 – Abril, p. 01-13. 2009.

MARCH, Leonardo de. Indústria fonográfica e a Nova Produção Independente: o futuro da música brasileira? Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, vol. 3, n.7, p. 1. P. 167- 182. 2006.

OLIVEIRA, Paula R. O Teatro Mágico no livro didático: uma análise à luz dos PCNS. Revista Filosofia Capital. Vol. 10. Edição Especial: Renaturação: Reflexões Filosóficas [...]. p. 67 – 74. 2015.

RIOS, Daniele Moitinho Dourado Valois. Nordeste Reinventado? Uma análise das representações de nordestinidade nas músicas da banda Mastruz com Leite. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação .XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17/05/2014. P. 01-14.

VISÃO OESTE. Por Jefersom Martinho e William Galvão. Acho um erro criminalizar um tipo de música, diz Fernando Anitelli. [06/06/2014] Disponível em < <http://www.visaoeste.com.br/acho-um-erro-criminalizar-um-tipo-de-musica-diz-fernando-anitelli/>> Acesso em 04 jun. de 2016.

VIVEIRO, Felipe Tadeu Neto. NAKANO, Davi Noboru. Cadeia de produção da indústria fonográfica e as gravadoras independentes. In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008. p. 01-15.

## “Eu Te Amo Meu Brasil”: a música popular na construção ufanista e nacionalista do Governo Médici

**Bruna Aparecida Gomes Coelho**

Mestranda em História

UFSJ

E-mail: bruna.agcoelho@gmail.com

**Resumo:** O regime militar brasileiro iniciou um período de campanhas ufanistas para conquistar simpatia da população enaltecendo o brasileiro e a potencialidade do país. Tais propagandas tinham slogans de fácil memorização, citando as palavras pátria, nação, país e Brasil, aliadas a noção de progresso. Assim, os militares conseguiam criar um clima nacionalista em que as pessoas viam o Brasil como uma potência que tinha um futuro promissor. Observando algumas canções do período percebemos que foi inevitável que a música popular sofresse influência de tais campanhas, ocorrendo casos em que as canções remetiam a conceitos progressistas do regime. Ou seja, as propagandas ufanistas influenciaram na produção musical do período, pois seus conceitos inseridos no âmbito social geraram músicas que representavam o governo de forma positiva para o povo brasileiro, reforçando as ideias de um Brasil nacionalista e progressista.

**Palavras-chave:** Ditadura; Música Popular; Nacionalismo; Ufanismo.

**Abstract:** Brazilian military dictatorship initiated a period of vainglorious campaign in order to acquire the population's sympathy by praising the Brazilian and the country's potentiality. Such propagandas had easy memorization slogans, quoting words as native country, nation, country and Brazil, allied a progress concepts. Thereby, the militaries managed to create a nationalist clime which the people saw Brazil as a potency with a promising future. Observing some songs from the period we realized that was inevitable to the popular music to suffer influence from such campaigns, occurring into cases which the songs referred to the regime's progressive concepts. In other words, the praise propagandas have influenced the period musical production, because its concepts, inserted into the social scope, produced songs which represented the government in a very positive way to the Brazilian people, by emphasizing the ideas of a progressive and nationalist Brazil.

**Keywords:** Dictatorship; Popular Music; Nationalism; Ufanism.

### Introdução

A nação e o nacionalismo não possuem definições fixas e objetivas, além de ter poucas obras publicadas com tal temática. Podemos questionar o que é uma nação, como ela surge e o porquê, ou como e onde nasce uma nação. Antony Smith afirma que a nação nasce de um mito moderno: o nacionalismo. Consideramos que nacionalismo é o sentimento de pertencer a um grupo por vínculos raciais, linguísticos e históricos que reivindicam o direito de formar uma nação autônoma. Da mesma forma, o nacionalismo pode ser avaliado como uma ideologia e movimento político, baseados na consciência da nação, que exprimem a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade, nacional ou supranacional, além do desejo de modelá-las politicamente.



Existe a definição de fatores que compõem uma nação como, por exemplo, o território histórico, os mitos de origem, as memórias e histórias em comum. Assim, o conceito de identidade nacional foi criado para auxiliar na compreensão dos termos nação e nacionalismo. Tal conceito indica a condição social e o sentimento de pertencer à determinada cultura, sendo um tema relacionado com a identidade cultural, ou seja, o conjunto das características de um povo, oriundas da interação dos membros da sociedade e da forma de interagir com o mundo. No caso brasileiro essa preocupação em definir uma identidade nacional teve início após a Proclamação da Independência e ao longo do século XX ocorreram movimentos que tentaram explicar e apontar os fatores

Este trabalho enfatiza o nacionalismo ufanista que é considerado um nacionalismo exagerado ou exacerbado como, por exemplo, o orgulho excessivo pelo país onde uma pessoa nasceu. No caso do Brasil pode-se afirmar que o ufanismo é a atitude ou posição tomada por determinados grupos que enaltecem o potencial brasileiro, suas belezas naturais, riquezas e potenciais. O regime militar brasileiro iniciou um período de campanhas ufanistas para conquistar simpatia da população baseado nessas características: enaltecer o brasileiro e a potencialidade do país

### **O Governo Médici e a Criação da AERP**

A ditadura civil-militar<sup>1</sup> brasileira teve início em 1964 através de um golpe que derrubou o governo de João Goulart (Jango), o então presidente democraticamente eleito. O primeiro militar que assumiu a presidência foi o marechal Humberto Alencar de Castello Branco (1964-1967), o qual afirmou que a intervenção militar tinha caráter corretivo e temporário. O marechal Artur Costa e Silva se tornou presidente em 1967, governando até 1969, período em que foi intensificada a censura e a repressão, expressas nos Atos Institucionais, principalmente o A-I 5 que inaugurou uma nova época para a política e a cultura. Depois, “em tom de piada, podemos dizer que a única eleição direta do regime, restrita a generais, foi a que escolheu o general Emílio Garrastazu Médici para ser presidente do Brasil, em 1969” (NAPOLITANO, 2014, p.120). Médici assumiu a presidência no meio de uma crise militar causada por divergências

---

<sup>1</sup> Reis (2000) aponta que o termo Ditadura Civil-Militar busca contrapor o de Ditadura Militar, por considerar que este é pobre em sua dimensão do fato, excluindo os civis que participaram do processo histórico, desde o início até o seu fim, englobando as lideranças civis, eclesiásticas, empresariais, dentre outras. O autor procura, desta forma, não simplesmente retirar da obscuridade estas camadas que apoiaram o governo militar, mas também compreender as complexas relações entre os militares e a sociedade ao longo da ditadura que se instaurou no país.

políticas e econômicas, conseguindo captar o clima de “Brasil grande” que tomava conta dos quartéis em medida suficiente para acalmar as bases militares.

Médici intensificou o combate a manifestações contra o regime e as guerrilhas organizadas por indivíduos que combatiam o regime. Além disso, transformou o país em um imenso canteiro de obras, iniciando uma euforia desenvolvimentista: o período denominado “milagre econômico” começava a se transformar em realidade. O governo percebeu a necessidade de divulgação do crescimento econômico do país e, por isso,

O governo Emílio Garrastazu Médici criou uma agência própria de propaganda, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), para martelar slogans otimistas, animando, encorajando, com mensagens positivas, construtivas e ufanistas: *Pra frente, Brasil. Ninguém mais segura este país. O futuro chegou. Brasil, terra de oportunidades. Brasil, potência emergente.* Para os que ainda discordam, restava a porta de saída, segundo plágio de conhecida campanha estadunidense: *Brasil, ame-o ou deixe-o.* (REIS, 2014, p. 81)

Portanto, a propaganda política teve de se tornar multifacetada, sempre citando características do Brasil e dos brasileiros para se referir a tradição, segundo a qual a pretensa singularidade da sociedade brasileira era garantia para que o país se transformasse em uma grande potência. A AERP se tornou dinamizada e para os críticos da ditadura se integrava de forma harmoniosa ao “projeto repressivo global”, que incluía a tortura e a censura, mas, por outro lado, era considerada algo supérfluo para a linha dura do regime. Foram muitos os conflitos entre a AERP e a linha dura. Segundo Carlos Fico, um exemplo de tais conflitos é o slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o” que foi criado pela Operação Bandeirantes (embrião do Sistema CODI-DOI) e não pela AERP como é afirmado por alguns autores<sup>2</sup>.

A principal função da AERP era camuflar as posições negativas do governo Médici e exaltar o nacionalismo junto à sociedade brasileira através de mensagens ufanistas. Amparada pela figura carismática do presidente, pelo crescimento econômico e pela euforia do tricampeonato mundial de futebol, a AERP abusava de sentimentalismos como o amor e a solidariedade e, com uma despretensão política em suas propagandas, conseguia crescer cada vez mais o apoio ao regime por parte da classe média e da sociedade em geral. Assim, com o imaginário repleto de esperanças num futuro promissor e na certeza de que o país se tornaria

---

<sup>2</sup> FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP : Edusc, 2004.

uma potência mundial, o sentimento nacionalista aflorava cada vez mais no coração dos brasileiros<sup>3</sup>.

### A Música Popular no Governo Médici

Quando associamos o termo ufanismo ao governo Médici (1969-1974) uma dupla de cantores é geralmente lembrada: Dom e Ravel. Os dois artistas ficaram marcados como representantes da ideologia expressa no regime militar e, no campo musical, como principais porta-vozes das realizações do governo no período do chamado “milagre econômico”. Ao consultarmos revistas, jornais e publicações de nossa música, Dom e Ravel são apresentados sobre este estigma de defensores do governo ditatorial. Contrariando a imagem criada pela mídia, a famosa música que os alçou a tal estigma, a marcha *Eu te amo meu Brasil*, é uma composição apenas de Dom e foi gravada pelo grupo de rock Os Incríveis, que despontaram no cenário nacional na mesma época da Jovem Guarda<sup>4</sup>.

A música foi lançada no programa Hebe Camargo, na TV Record de São Paulo, em agosto de 1970. Ao serem questionados sobre alguma novidade, Os Incríveis afirmaram que tinham uma música que era para todo o povo brasileiro, por dizer muito sobre o Brasil daquela época. Assim, eles cantaram, em ritmo de fanfarra:

As praias do Brasil ensolaradas  
O chão onde o país se elevou  
A mão de Deus abençoou  
Mulher que nasce aqui tem muito mais valor.

As tardes do Brasil são mais douradas  
Mulatas brotam cheias de calor  
A mão de Deus abençoou  
Eu vou ficar aqui porque existe amor.

Eu te amo, meu Brasil, eu te amo  
Meu coração é verde, amarelo, branco e azul anil  
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo  
Ninguém segura a juventude do Brasil.

Dom escreveu a letra retratando o Brasil como um paraíso, em uma manhã de setembro de 1969, que permaneceu engavetada por quase um ano, quando ele e seu irmão Ravel ainda não tinham se firmado como cantores. Assim, Os Incríveis gravaram a música em outubro de 1970, ainda na euforia coletiva pela conquista da Copa do Mundo do México. Além de ter se

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não*. – 7ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2010.

tornado um dos grandes sucessos daquele ano, a canção foi fortemente rejeitada por aqueles que faziam oposição ao regime. Por esse motivo, a música é relacionada com a Copa do Mundo, como se sua inspiração tivesse sido a vitória da seleção brasileira.

O historiador Paulo César Araújo conseguiu uma entrevista com Dom que, ao recordar o tema, afirmou que a música é resultado de influências da época, do que estava vendo e ouvindo nos rádios, nas propagandas e nas ruas.

“Eu apenas estava entusiasmado com o fato de ser brasileiro; com o fato de Maria Ester Bueno ter sido campeã mundial do peso galo, enfim, estava entusiasmado com o fato de o Brasil ser um país vitorioso naquela época. Embora nas mãos dos militares, coincidentemente o Brasil estava vencendo em todas as frentes. Era o país que tinha os maiores índices de desenvolvimento do mundo. Eu me lembro que havia realmente um orgulho das pessoas de ser brasileiras. E eu apenas captei isso; registrei numa canção esse entusiasmo que estava presente em todos os corações, em todos os olhares, em todas as almas, em todo o sentimento de todo brasileiro, do pequeno ao grande. Era uma marca da época. E eu fui de roldão envolvido nisso também” (ARAÚJO, 2010, p. 215. Cantor Dom, em entrevista concedida a Paulo César Araújo para o livro *Eu não sou cachorro, não*)

O clima descrito pelo artista é um pouco exagerado na visão de Araújo, pois não era todo o brasileiro que compartilhava de tal euforia. O autor afirma que a descrição que Dom faz do fenômeno é correta e pode ser confirmada ao consultarmos alguns jornais e revistas da época, mas os fatos não tiveram a dimensão descrita pelo artista.

A onda ufanista que cobria o país de norte a sul era resultado de um massivo investimento em propagandas do governo, com o intuito de insuflar os brasileiros a apoiarem o regime. O respaldo dos militares na época era marcado pelo “milagre econômico”, dando esperanças ao povo brasileiro de um futuro promissor. Tudo isso, aliado a euforia pela conquista do tricampeonato mundial de futebol, contribuiu para o nacionalismo ufanista, mobilizando grande parte da sociedade brasileira durante o governo Médici e expressado em slogans como “Ninguém segura esse país”.

A intensa propaganda governamental reforçou a ideia de que o Brasil tinha se transformado numa potência e que havia ingressado numa era de progresso irreversível. Desta forma, as canções ufanistas que acabaram contribuindo para um sentimento nacionalista, durante o governo Médici, tiveram forte influência da publicidade estatal<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

Segundo Paulo César Araújo:

O universo da música popular não poderia ficar indiferente a isso e, em grande parte, também reagiu de modo otimista em relação ao país naquele período. Diversos compositores, das mais variadas tendências da nossa música, produziram mensagens que, em maior ou menor grau, se harmonizavam com a atmosfera desejada pela propaganda oficial do regime. (ARAÚJO, 2010, p. 217)

O primeiro grande sucesso musical daquela época, que pode confirmar as palavras de Araújo, foi o samba País Tropical, uma composição de Jorge Ben Jor lançada pelo cantor Wilson Simonal em 1969:

Moro num país tropical  
Abençoado por Deus e bonito por natureza  
Em fevereiro tem carnaval  
Tenho um fusca e um violão  
Sou Flamengo e tenho uma nega chamada Teresa [...].

Simonal alcançou o auge do sucesso com este samba, uma gravação polêmica que foi fortemente combatida pela esquerda brasileira. Araújo afirma que o mais curioso é que o compositor da canção conseguiu se livrar das “patrulhas”, porque teria “como sempre, ficado na dele”. Por outro lado, Simonal foi duramente criticado por cantar um Brasil dos militares com amor ufanista, enquanto o país vivia o momento mais feroz da ditadura.

Dom admitiu que se inspirou em *País Tropical* para escrever *Eu te amo meu Brasil* e que a canção o influenciou porque “representava o momento vivido pelo povo brasileiro”. Jorge Ben Jor escreveu uma canção que ficou associada ao “país-nação do prazer”, enquanto a música de Dom ficou identificada ao “país-pátria” do dever. Afinal de contas, o Brasil não era um país “abençoado por Deus” ou que “Deus abençoou”? Além disso, a música de Jorge faz referência ao “milagre econômico” ao citar o fusca, que era um carro popular na época, símbolo da expansão de crédito ao consumidor.

Outra canção, também composta por Jorge Ben Jor e gravada por Wilson Simonal, foi *Brasil, eu fico*:

Este é o meu Brasil  
Cheio de riquezas mil  
Este é o meu Brasil  
Futuro e o progresso do ano dois mil  
Quem não gostar e for do contra  
Que vá pra... [...].

Uma composição surpreendente em resposta ao slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, que destoava das manifestações da época, por tantos artistas terem sido forçados ao exílio, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, os quais não poderiam afirmar “Brasil, eu fico”. Esta frase era outro slogan do período e aparecia em adesivos colados em muitos automóveis da época, tendo sido amplamente divulgada em veículos de comunicação que defendiam o regime militar.

Um último exemplo que podemos citar de como a propaganda influenciou na música popular é o grupo Os Originais do Samba, que foi formado na década de 1960 por ritmistas de escolas de samba.

[...] Deus também é brasileiro  
 Brasileiro de coração  
 Não vou permitir que um filho sem pátria  
 Fale mal do nosso torrão

Eu sou fã  
 Eu sou fã do meu Brasil  
 Se quiser ficar  
 Fique direito  
 Senão (tam-tam-tam)

Eu sou fã  
 Desta terra varonil  
 Se quiser ficar  
 Fique direito  
 Ame ou deixe o meu Brasil

A canção *Brasileiro* foi gravada em 1971 e também faz referência ao slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Nota-se que o grupo incorporou alguns valores do regime, chegando ao ponto de afirmar que aqueles que criticavam o país eram “filhos sem pátria”. Conseguiram influenciar outros sambistas, como Jorginho do Império Serrano e Pedrinho Rodrigues, que na época gravaram, respectivamente, discos de capas verde-amarela com os agressivos títulos: “Brasil... sambe ou se mande” e “Brasil... quem quiser pode ir”.

### Considerações Finais

Inicialmente as propagandas tinham ênfase em uma campanha de otimismo em relação ao país: o Brasil era mostrado como uma grande nação. Slogans eram criados para sintetizar ainda mais as ideias do regime, sendo uma prática recorrente e necessária: por serem elaborados com poucas palavras continham afirmações objetivas e diretas. Ou seja, por terem uma pronúncia fácil e agradável sonoridade, os slogans eram repetidos com a frequência necessária para sua memorização e, conseqüentemente, eram assimilados naturalmente pela população.

A campanha do “Brasil Grande” deveria ser apropriada pela população, do contrário, o entusiasmo ufanista ficaria só na esfera do governo. Durante a ditadura arquitetou-se uma associação entre as palavras pátria, nação, governo e Brasil: todas passaram a ter o mesmo sentido. Assim, estes termos eram ligados à ideia de interesse único de toda a população brasileira, que assimilava gradativamente essa associação<sup>6</sup>. Ou seja, através da propaganda os militares conseguiam criar um clima nacionalista, em que as pessoas viam o Brasil como uma potência com um futuro promissor.

Portanto, através dos exemplos apresentados neste trabalho é possível percebermos que era inevitável que a música popular sofresse influência das campanhas ufanistas e nacionalistas do regime. Dois pontos são relevantes para compreendermos esse processo. Jorge Ben Jor é apontado como um artista engajado que era contra os militares, porém escreveu composições enaltecendo exatamente um Brasil que era apresentado pelo governo, através das campanhas oficiais: um país cheio de belezas naturais, em pleno desenvolvimento econômico e pertencente aos brasileiros. Dom e Ravel se consagraram como cantores durante o governo Médici, mas sua composição é anterior a este sucesso. Além disso, os dois foram acusados de receber dinheiro do governo para escrever suas canções ufanistas, o que é desmentido por Ravel em entrevista a Paulo César Araújo, em que o cantor afirma: “Nós jamais ganhamos nada. Nem troféu, nem condecoração, nem dinheiro nenhum com isso” (ARAÚJO, 2010, p. 231).

É importante destacar que depois de Getúlio Vargas, que governou o Brasil por 19 anos, Médici foi o presidente da República mais apoiado pela música popular brasileira. Apesar de seus opositores no meio musical, o general recebeu manifestações de afago e incentivo de vários outros cantores populares. Os feitos de seu governo refletiram em sua imagem de forma positiva durante seu governo. Posteriormente, foi acusado de ter sido um dos ditadores mais carrascos do período e sua imagem de grande presidente apagada da história<sup>7</sup>.

## Referências

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: IDEM. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática; 1989.

---

<sup>6</sup> MATOS, Heloiza et al. “O Discurso Político Oculto na Comunicação do Governo Médici”. In Revista Líbero – Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, n. 12, ano VI, p. 54-64, 2003.

<sup>7</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não.* – 7ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: IDEM. *O Poder Simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.* – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP : Edusc, 2004.

GARCIA, Nelson Jahr. Propaganda: Ideologia e Manipulação. São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html>

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In: IDEM. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1990.

MATOS, Heloiza et al. O Discurso Político Oculto na Comunicação do Governo Médici. In Revista Líbero – Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, n. 12, ano VI, p. 54-64, 2003. Disponível em: <http://www.facasper.com.br/pos/libero/libero12/O%20discurso%20pol%EDtico%20oculto%2054-64.pdf>

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro.* – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.* – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SMITH, Antony. As bases étnicas da identidade nacional e Nacionalismo e identidade cultural. In: IDEM. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva; 1997.

## Análise das manifestações artísticas e musicais Iorubá na África pré-colonial e suas influências na cultura brasileira

**Lucas D' Alessandro**

Graduado em Educação Musical e graduando em História  
Universidade do Sagrado Coração – Bauru/SP  
E-mail: lucdaless@live.com

**Resumo:** Em nossa atualidade podemos perceber nitidamente que tivemos forte influência de povos vindo da África no período colonial, porém existem poucos estudos de como eram suas tradições e manifestações artísticas e musicais antes deste período. Com ajuda da Antropologia, e dos estudos etnomusicológicos, podemos analisar o fator sociocultural da época que antecede a vinda destes povos para as Américas por meio da música produzida, além de relacionar estes fatores com a cultura africana em nossa atualidade, através do Candomblé, Maracatu e Ijexá. Este trabalho, portanto, pretende discutir as manifestações artísticas e musicais, entendendo as características socioculturais de um povo africano, os Iorubás, e sua importância para nossa cultura. Discutem-se futuras pesquisas na área de construção sociocultural por meio das manifestações artísticas e musicais de povos diversos.

**Palavras-chaves:** Iorubás, antropologia, música, manifestação cultural.

**Abstract:** In our actuality we can clearly see that we had strong influence from peoples coming from Africa in the colonial period, but there are few studies of how their traditions and artistic and musical manifestations were before this period. With the help of Anthropology and ethnomusicological studies, we can analyze the sociocultural factor of the time that precedes the coming of these peoples to the Americas through the music produced, as well as to relate these factors to African culture in our times, through Candomblé, Maracatu and Ijexá. This work, therefore, intends to discuss artistic and musical manifestations, understanding the sociocultural characteristics of an African people, the Yoruba, and their importance to our culture. Future research in the area of socio-cultural construction is discussed through the artistic and musical manifestations of diverse peoples.

**Keywords:** Yoruba, anthropology, music, cultural manifestation.

### Introdução

O presente artigo ainda está em seu processo de pesquisa inicial devido à dificuldade enfrentada na busca de bibliografia e pela poucas pesquisas sobre o povo Iorubá e dos grupos de raízes africanas. Compreende-se que deve existir a cautela no momento de estudo das fontes, pois existe a possibilidade de um olhar eurocêntrico podendo interferir a verdadeira essência na cultura dos Iourubás. Pretende-se por meio deste trabalho analisar as manifestações de matriz africana em nossa atualidade e as ligações com a rica cultura do povo Iorubá.

A antropóloga Ronilda Ribeiro retrata em seu livro, *Alma Africana no Brasil: Os iorubás*, que as culturas de diversos povos africanos possuem uma beleza impar, infelizmente devido os diversos fatores que estão presentes em nossa história e também em nossa atualidade, como o racismo e a desvalorização da cultura fora da erudição, acredita-se que todas essas culturas e manifestações podem ser generalizadas e unificadas como apenas uma cultura vinda

da África. Estudos de etnomusicólogos, como Kubik, e antropólogas, como Ribeiro, buscam estudar as culturas de múltiplos povos africanos mostrando que, assim como o Brasil, a África é um berço recheado de culturas que contêm suas características particulares.

Sendo o continente constituído de muitas áreas etnoculturais caracterizáveis por um conjunto de fatores, torna-se muitíssimo difícil a apresentação clara de todos os grupos que o compõem, bem como a demarcação nítida dos limites entre cada grupo e os demais. Diz Djait (1982:108) que é bem comum estabelecer-se, para começar, uma distinção elementar entre duas Áfricas: a *África branca* - ao norte do Saara, fortemente influenciada pelas civilizações. (RIBEIRO, 1996: 15-16)

Em meados do século XVI milhares de pessoas que faziam parte dos diversos povoados africanos como: os Iorubás, Haussa, Fon e entre outros foram forçados a virem para o novo mundo, além de serem submetidos a atrocidades como doenças, saudades e tantas diversas complicações durante a viagem e cotidiano no novo mundo. Outro equívoco feito pelo europeu, representado por Silva, foi à generalização das culturas de várias etnias africanas. Se um grupo era desconhecido para eles eram taxados como *nação*, de forma que sua individualidade, aos olhos dos colonizadores, se esvaiu. Mesmo com todos esses sofrimentos durante diáspora e o trabalho forçado em terras existia também a opressão cultural imposta pelos europeus, taxando suas manifestações como algo diabólico.

Os europeus utilizavam a categoria *nação* para se referir a grupos étnicos que desconheciam, sob este rótulo incluía deferentes etnias. Assim, os haussa foram classificados como malês, os iorubá como nagôs e os fon, rotulados de jejes. (SILVA, 2013, p. 5 – 6)

Além dessas dificuldades enfrentadas durante a diáspora negra e a escravidão vivida durante muitos anos por diversos povos africanos, a elite pensante do Brasil no final do século XVIII e com apoio do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda da época, Rui Barbosa, decretou em 14 de dezembro de 1890 que todos os documentos pertencentes à escravidão e ao tráfico de escravos deveriam ser destruídos com o pretexto de apagar este ato vergonhoso por honra da pátria.

Este gesto fez romper um elo com o passado e eliminou dados relevantes da parcela africana na constituição da alma brasileira. Privados de registros oficiais, os pesquisadores constroem hipóteses a respeito do que tenha sido esse passado, baseados no exame de *sobrevivências africanas* na alimentação, na música, no idioma, no folclore, nas artes, na religião. (RIBEIRO, 1996, p. 107 – 108).

Efetuando-se uma breve análise dos fatos apresentados, notamos que, devido a toda essa desumanidade cometida pelos europeus e a classe dominante brasileira, podemos perceber a

dificuldade encontrada no momento de achar vestígios e documentos históricos sobre a história de povos africanos no Brasil. Entretanto mesmo com tantos atos de opressão e violência, cometidos até hoje, é possível encontrar seus costumes e culturas fundidas em nossa própria cultura e nas pessoas que possuem herança direta com estes povos, que mantêm viva suas tradições culturais e familiares. Hoje em dia possuímos pouco material escrito sobre as diversas culturas africanas, porém a tradição oral, segundo Vansina (1982), é muito forte e sobrevive até nossa atualidade. Portanto, diante destas dificuldades deveríamos refletir e procurar entender os motivos pela falta de documentos, buscando dar mais valor para as maravilhosas e diversas culturas das civilizações africanas.

### **Iourubás, África Pré-Colonial**

Segundo a antropóloga, Ronilda Iyakemi Ribeiro (1996), é uma difícil tarefa definir de onde os Iourubás vieram e como se estabeleceram na África, possivelmente devido o isolamento das sociedades africanas antigas e a crença individual de ser o berço na humanidade. Como por exemplo, para os Iourubás Ile-Ifé é considerada a cidade que ocorreu a criação do mundo e de toda a humanidade, o rei dos Mossi, localizado no Alto-Volta, se autodenominava o rei do mundo, em sua língua, *Mogho-Naba*. (Ki-Zerbo, 1985, p. 25).

Além deste obstáculo histórico que enfrentamos Ribeiro (1996) apresenta outro fator sobre a busca do espaço/tempo dos Iourubás. Por motivo da convivência de diversos grupos étnicos em uma localidade comum e por efeito da colonização definiram um arranjo sócio-econômico-política extremamente difícil de entender que impede o conhecimento daquilo que realmente aconteceu em um lugar visivelmente localizado no mapa, num período propriamente demarcado pelo tempo.

Os iorubás vieram do vale do alto Nilo e, viajando para o ocidente ao longo da grande savana do Sudão, chegaram à Nigéria e seguiram posteriormente rumo ao sul, permanecendo nas florestas e instituindo reinados sob um chefe supremo - o *Alafin* de Oyo. De fato, a origem deste povo, como a de tantos outros, acha-se envolta em penumbras, com relatos reais mesclados aos lendários. (RIBEIRO, 1996, p. 40).

O professor beninense, Elisée Soumonni, apresenta a existência de duas localidades ocupadas pelos Iourubás, o sudoeste Nigéria e Daomé (em nossa atualidade República do Benim), que devido problemas na historiografia Iourubalândia acabam-se acreditando são duas nações distintas.

O resultado é essa enorme desigualdade de informação sobre a história dos iorubas do sudoeste da Nigéria, de um lado, e os do Daomé (atual República

do Benim) e do Togo, por outro. O ritmo dos estudos sobre os iorubas nas duas regiões é tão diferente, que ficamos com a impressão da existência de dois tipos de iorubas: os nigerianos e os outros. Enquanto os primeiros são bastante conhecidos, a existência dos segundos é apenas mencionada. Os nigerianos são percebidos como iorubas genuínos, enquanto os demais, geralmente, são referidos como anagôs ou *ana*. (SOUMONNI, 2001 p. 19).

Durante a década de 70 houve um debate sobre os estudos iorubás entre os pesquisadores que estudavam quase de forma unânime os iorubás da Nigéria, em contra partida as pesquisas sobre os iorubás daomeanos acabavam não acontecendo com tanta frequência. Os respeitados acadêmicos O. J. Igue e O. B. Yai, ambos iorubás daomeanos, em 1973 criticaram os próprios pesquisadores e acadêmicos iorubás por possuírem pouco interesse nos estudos sobre seus antepassados de Daomé, mostrando que este problema historiográfico não foi cometido apenas por estudiosos de fora, mas também pelos próprios iorubás. Após essa análise de fatores complexantes temos a ideia de quão minucioso deve ser a pesquisa sobre a cultura iorubá, além de falar do desafio da pesquisa.

Pesquisadores, como Romilda Iyakemi Ribeiro, cita sobre a dinâmica na sociedade pertencente aos iorubás, o funcionamento do sistema sócio-político-econômico e religioso. Muitas destas características foram absorvidas pela a cultura brasileira e a presente pesquisa pretende encontrar estas características nas manifestações artísticas e musicais, da qual engloba a dança, música e manifestações artísticas de cunho religioso.

O iorubá, língua tonal, faz uso de três tons simples e dois compostos. O acento agudo indica tom alto, o grave, tom baixo e a ausência de acento, tom médio. Destes tons simples decorrem sons compostos pela combinação agudo/grave (tom alto-descendente) ou grave/agudo (tom médio-descendente).

O trecho citado acima por Ronilda (1996, p. 54) nos mostra que os iorubás possuem a musicalidade em sua fala, auxiliando no seu desenvolvendo natural em seu desempenho musical. Vansina (1982) coloca a importância da tradição oral, fortemente adota pelos iorubás. Os iorubás acreditam que a palavra seja o eco da fala divina e que aquele que corrompe sua palavra corrompe o seu próprio ser. Uma característica muito marcante na sociedade iorubá é o respeito e harmonização com a natureza, ainda mais, para os iorubás cada ser humano é uma emanção vinda diretamente do Divino.

Os iorubás recorriam para a atividade econômica mais utilizada na Nigéria no século XIV, que era majoritariamente agrícola, cultivando feijão, inhame, cana de açúcar, arroz, algumas frutas cítricas e mandioca para consumo apenas na *adugbo*. Outros produtos agrícolas eram destinados para o comércio. Além da cultura agrícola adota por grande parte dos iorubás,

existiam outras formas de trabalho urbano, como a prática oracular, artesanato em madeira, medicina tradicional e a forja.

Ribeiro destaca que na sociedade Iorubá a forma mais comum de edifícios habitacionais se chama *agbo-ile*, que significa agregado, devido às casas serem habitadas pelos membros de uma família, que era chamado de clã. Quando existe um conjunto destas casas forma um *agbole*, que quando formar um conjunto passa a ser dominado como *adugbo*, nos dias de hoje chamamos este conjunto de distrito. O *adugbo* era governado pelo *ijove* como cita Ribeiro (1996, p. 42).

A organização sócio-política dos iorubás é monárquica, com duas categorias de soberanos - o *baale*, literalmente, *dono da terra*, fundador e chefe de um povoado e o *oba*, chefe de uma cidade e dos povoados a ela associados. O *oba* é escolhido entre os *baale* e rege com um Conselho deles. Os *obas* são chamados *Omo Oduduwa, filhos de Oduduwa*.

Gerhard Kubik é um etnomusicólogo que viveu vários anos pesquisando sobre as músicas africanas. Ele morou em cidades como Uganda, Congo, Camarões, Nigéria e Tanganyika atual Tanzânia. Direcionado pela sua paixão, o jazz, Kubik em 1946 faz sua primeira viagem para África, onde seu primeiro contato com a música africana, pessoalmente, foi por meio de um xilofone muito utilizado em Uganda, mostrando que a música realizada pelos povos africanos não se resumem apenas a práticas percussivas.

Kubik (2008) diz sobre a complexidade da música africana estudada, devido sua polifonia intrincada, e a tradição oral adotada por diversas culturas que teve contato, entre elas a cultura dos iorubás. Segundo as pesquisas do etnomusicólogo Kubik podemos perceber que a música africana não utiliza exclusivamente instrumentos percussivos, mas harmonizava com instrumentos melódicos como o xilofone, *kwela* (semelhante à flauta) e outros instrumentos de cordas. Seguindo pelo pressuposto de Kubik dos dados levantados de povos que tiveram pouco contato com os europeus, podemos presumir que estas características musicais não tiveram tantas modificações durante o passar dos séculos.

Não obstante, a pesquisa utiliza os dados levantados por Gerhard Kubik para fazer a análise de suas manifestações artísticas e culturais, aponta suas influências na cultura brasileira como um todo. Como a pesquisa ainda está em seu processo de desenvolvimento, vale constatar que com um novo levantamento de dados, pertencentes ao período pré-colonial, o ponto de estudo mudará juntamente com o elo entre as manifestações artísticas e músicas e a suas influências na cultura brasileira.

## Influência Iorubá

Segundo o musicólogo Edoardo Vidosshich a música popular brasileira foi criada com forte influência de melodias, instrumentos, ritmos e cantos africanos. Durante o tempo de escravidão a música tinha um papel primordial durante as manifestações religiosas e sociais provinda de diversas culturas africanas. Entrelaçada com a música, a dança juntamente com o canto (muitas vezes utilizadas por grande parte das culturas de povos provindo da África durante o trabalho), esses três pilares são indissolúveis, não somente pelos iorubás, mas para grande partes dos povos africanos trazidos para o Brasil.

Outra característica existente na musica popular brasileira que se originou também de uma cultura musical dos iorubás é a utilização de tambores. Segundo Candé (2001) os tambores e instrumentos percussivos foram criados de maneira parecida em diversas localidades do globo terrestre, cada um possui sua identidade, seu timbre e sua característica própria, entretanto acabam se assemelhando em sua concepção e utilização. Em sua primeira viagem para Buganda Kubik (2008) foi imerso no ensino musical com a metodologia local, onde pode presenciar a complexidade da polifonia da música de Buganda.

A polifonia vista por Kubik pode ser descrita como a complexidade em sua simplicidade, pois ela não consiste em uma linha melodia complexa, porém quando se une as duas ou mais linha melódicas e existe a ideia nos executores de que não possui uma linha melódica superior à outra a polifonia se torna uma linha melódica complexa que quando escutada por uma gravação temos a impressão de ser apenas um executor e um instrumento.

Mergulhado nessa sonoridade e na viagem que uma escuta dessas oferece, poderia passar horas tocando, explorando um universo em que as relações são relativas, sem hierarquias, em que não existe o “de cima” ou o “de baixo”, o principal ou o secundário. Descobri, nesse momento, que o fazer musical conjunto se dá independente de uma marcação em comum. O que importava era atacar no momento certo a partir de um referencial próprio, este combinando com o referencial dos músicos parceiros. (KUBIK, 2008, p. 94).

Segundo Carneiro (1969) o candomblé teve sua formação com o auxílio de distintas origens étnicas quando elas se reuniam para realizar cultos religiosos e rituais mágicos. Como o candomblé possui traços do idioma iorubá podemos especular que mais características de sua cultura foram herdadas, dando exemplo dos instrumentos utilizados durante os trabalhos de candomblé, como o adja, que possui sua origem iorubá.

Nascendo diretamente no seio do candomblé o maracatu vem para se tornar uma manifestação religiosa fora do solo sagrado para os candomblecistas, possuindo uma



organização de procissão como forma de unir o costume cristão para não sofrerem tantas repreensões e censuras. Mesmo com diversas ramificações do maracatu durante o passar dos anos conseguimos ainda notar as semelhanças entre esta manifestação com os costumes iorubás, tanto na parte musical, instrumentos e cânticos.

Lima (2004) defende que a nacionalidade do maracatu nação possa até ser considerada brasileira entendendo que ele foi concebido em um determinado contexto histórico-cultural por pessoas que estão referenciadas na cultura negra. Os iorubás foram importantes para o nascimento do maracatu com a utilização de instrumentos provindos desta cultura, além da língua e algumas crenças representadas durante as letras dos cantos.

Considerados sagrados, veiculam a história oralmente transmitida. Incorporam-se ao artista, e seu lugar é tão importante na mensagem que, graças às línguas tonais, a música torna-se diretamente inteligível, transformando-se o instrumento na voz do artista sem que este tenha necessidade de articular uma só palavra. O tríplice ritmo tonal, de intensidade e de duração, faz-se então, música significante.... Na verdade, a música encontra-se de tal modo integrada à tradição que algumas narrativas somente podem ser transmitidas sob a forma cantada. (Ki-Zerbo, 1982a:26)

O Ijexá pode ser atribuído a diferentes significados, desde o nome de um povo africano, que compartilhou muito de seus costumes onde estavam localizados no Brasil durante o século XVI ou um ritmo adotado pelos candomblecistas para saudar Iemanjá e Oxum. O presente trabalho considera o Ijexá como um ritmo suave que tem como herança um dos ritmos iorubás.

Segundo Gioffoni (2011) existem diversos fatores que modificaram as culturas, tanto africana quanto a cultura iorubá, no momento que desembarcaram em solo brasileiro. Perante as fontes e matérias coletadas e analisadas podemos observar que apesar dessas modificações, o que move a crença, e o que move as manifestações artísticas e musicais dos descendentes africanos, foi perpetuado.

A música é considerada um canal de comunicação entre o mundo dos vivos e dos espíritos além de transmitir conhecimento entre uma geração e outra. O som é uma mistura entre as vibrações do tambor e o axé. O ritmo significa impulso e cria movimento, segundo Angela Lühning (2000). O sentimento cria a música, enquanto no ocidente, a música cria o sentimento. E é por isso também que é importante que a afinação dos instrumentos e a relação das três alturas sejam corretas. (GIFFONI, 2011 p. 16).

### **Considerações Parciais**

Em nossa atualidade percebemos que existem diversos grupos, brasileiros ou internacionais, que adotam alguma característica da cultura de um povo africano sem saber ao

certo de onde vem este costume, conversando com alguns grupos musicais que dizem ter influências ou características de algum costume musical africano não souberam definir com exatidão de onde esta característica veio e a que cultura pertence. Pode-se colocar esta falta de conhecimento como crítica social da desvalorização de tudo que provém de povos africanos, percebe-se durante a linha temporal que muitos costumes africanos repudiados no passado hoje são exaltados exclusivamente por outras etnias.

O presente artigo procura incentivar mais a pesquisa neste tema para expor a verdadeira significância das influências artísticas e musicais de uma determinada cultura. Pelo fato da pesquisa ainda esta em desenvolvimento não é possível no momento especificar todos os pontos de influências dos iorubás na cultura brasileira para analisar as manifestações artísticas e musicais realizadas pelos iorubás anteriormente a chegada dos europeus na África durante as grandes navegações.

Com os dados previamente levantados pela pesquisa realizada podemos perceber que os iorubás tem a cultura de utilizar a música não só apenas como forma de entretenimento, mas de uma forma funcional, por exemplo, a hora de realizar serviços rurais ou durante as manifestações religiosas, sempre entrelaçando juntamente com a dança e o canto.

O Brasil está repleto de exemplos de reconfiguração cultural. Assim, a porção de elementos da África Ocidental e da África das culturas bantus é diferente de acordo com a região e mesmo com a manifestação em si. Mesmo assim, quando cheguei aqui há mais de trinta anos, espantei-me diversas vezes com o quão pouco se considerava a importância das culturas bantus para os folgedos como congada de São Paulo e de Minas Gerais, ou a marujada na Bahia. Em especial em relação a esta última, os autores subestimavam a porção africana justamente por acreditarem que essa manifestação representasse unicamente um auto português (em torno do marinheiro). Justo a corporalidade dessas manifestações já indica de onde provém as suas bases conceituais. Para nós do grupo Kachamba não restava dúvida de que sua origem histórica se encontrava na África central. Constatar que a marujada é portuguesa é tão equivocado quanto dizer que uma ópera de Verdi (*Aida*) seja egípcia ou um drama de Shakespeare, italiano. (KUBIK, 2008 p. 97).

Por fim deve-se ter cautela com os pontos levantados durante o artigo para não cometermos a generalização de costumes e cultura com os povos africanos. As culturas dos vários povos africanos não influenciaram a cultura brasileira no sentido de melhoramento da cultura ou evolução, pois não existe cultura superior à outra. A cultura brasileira veio de uma ramificação de culturas de povos como os iorubás, portugueses, franceses, japoneses e tantos outros vários povos.

## Referências

- CANDÉ, Roland de. História Universal da Música: Volume 1. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2001. 626 p.
- CARNEIRO, E. - *Candomblés da Bahia*. RJ, Eds. de Ouro, 1969
- CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.
- GIFFONI, Marília Andeani Paes Leme. A Influência dos Iorubás na Música dos Ijexas da Bahia. Campinas: Instituto de Artes, 2011.
- IGUE, O. J.; Yai, O. B. “Yoruba-Speaking Peoples”, 5-29; ver também A. A. ADEDIRAN, “The Emergence of the Western Yoruba Kingdoms: A Study in the Process of States Formation among the Yoruba”, (Ph.D., University of Ife, 1980), XII.
- KI-ZERBO, J. - "Introdução Geral". *História Geral da África*. São Paulo, Ática; /Paris/, UNESCO, 1982
- KUBIK, Gerhard. Pesquisa musical africana dos dois lados do Atlântico: algumas experiências e reflexões pessoais. Revista USP, São Paulo, v. 77, n. 1, p.90-97, mar. 2008.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cultura afrodescendente no Recife: maracatus, valentes e catimbós. Recife: Bagaço, 2007.
- LIMA, Ivaldo Marciano França. História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, 2014. 303-328 p.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Alma Africana no Brasil: Os iorubás. São Paulo: Oduduwa, 1996. 148 p.
- SILVA, José Carlos Gomes da. Cultura Afro-brasileira: fundamentos para a prática pedagógica. In: UNIFESP, 2013, Santo Amaro. p. 1 - 11.
- SOUMONNI, Elisée. Daomé e o mundo atlântico. Amsterdam/brazil: Sephis, 2001.
- VANSINA, J. - "A tradição oral e sua metodologia". História Geral da África: 1. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Atica; [Paris]: UNESCO, 1982.
- VIDOSSICH, E. - *O Negro e a Música*. Massao Ohno Ed, s.d.

## A cor do Brasil: identidades em disputa no samba e nos dados censitários de 1940 a 2010

**Patrícia Nogueira Silva**

Doutoranda em História Cultural

Universidade de Brasília

E-mail: E-mail: [nogpatricia@gmail.com](mailto:nogpatricia@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo discute o processo de emergência de uma negritude brasileira - evidenciado nos dados censitários do IBGE, de 1940 a 2010 - a partir das representações presentes no discurso musical. No campo das relações música/ história, o gênero musical investigado é o samba que ocupa lugar central na discussão sobre identidades, sendo um campo privilegiado de investigação, tanto do elogio à mestiçagem quanto da valorização da negritude. Como nos dados do censo, seus discursos emolduram diferentes retratos desse Brasil "imaginado", tendo como escopo as questões de "raça" e "cor". Procura-se identificar, nas formações discursivas, inscritas nos textos musicais destes sambas, alguns dos "retratos" do Brasil em diálogo com aqueles delineados nas estatísticas raciais da população brasileira do referido período. A proposta metodológica fundamenta-se nos procedimentos da Análise do Discurso.

**Palavras-Chave:** Música, Identidade, Estatísticas, História, Samba.

**Résumé:** Cet article traite du processus d'émergence d'une négritude brésilienne - démontré dans les données du recensement de l'IBGE de 1940 à 2010 - a partir des représentations présentes dans le discours musical. Dans le domaine des relations entre musique / histoire, le genre musical étudié est la samba, qui occupe une place centrale dans la discussion sur les identités, étant un domaine privilégié de recherche sur l'éloge aux métissages et l'appréciation de la négritude. Comme dans les données de recensement, les discours de la samba encadrent des images différentes d'un Brésil « imaginé », ayant comme enjeux la « race » et la « couleur ». Il cherche à identifier, dans les formations discursives inscrites dans les textes musicaux des sambas, quelques-uns des « portraits » du Brésil dans le dialogue avec ceux décrits dans les statistiques raciales de la population brésilienne de cette période. La méthodologie est basée sur les procédures d'analyse du discours.

**Mots-Clés:** Musique, Identité, Statistiques, Histoire, Samba

*Brasil  
Meu Brasil brasileiro  
Meu mulato inzoneiro  
Vou cantar-te nos meus versos  
(Barroso, 1939)*

A análise do último censo realizado no Brasil, em 2010, revela a população brasileira está cada vez mais “parda”. É uma vez que este grupo integra o conjunto do que se denomina “população negra” (BRASIL, 2010), pode-se afirmar que, em termos de dados censitários, o Brasil encontra-se mais “enegrecido”. É sobre essa mudança, ou melhor, o processo que a desencadeia e os fatores a ele relacionados, que vem sendo desenvolvida minha pesquisa de doutorado no programa de pós-graduação em História na Universidade de Brasília – PPGHIS-UnB.

Em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% em 2010. A proporção de pretos também subiu de 6,2% para 7,6% no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7%. (BRASIL, 2011, p. 15)

Se o crescimento do número de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas tem uma explicação sócio-política, esse número encontra, igualmente, imbricações no percurso simbólico de positivação da identidade negra na sociedade brasileira, por meio dos discursos e suas representações sociais. Zuberi ressalta que o aumento dessa população negra, revelado pelas estatísticas, é uma das transições demográficas mais importantes dos últimos tempos, refletindo uma mudança identitária nunca registrada na América do Norte ou na América do Sul (ZUBERI, 2014, p. 39). Tais dados revelam uma mudança cultural que se situa numa conjuntura de fortalecimento das ações afirmativas e de um conjunto de políticas públicas voltadas para as questões étnico-raciais. Entretanto, apontam também para um movimento histórico mais sutil e complexo de construções identitárias, em especial, da identidade negra e da negritude no Brasil, sendo este o objeto de discussão deste artigo.

### **Brasil retratado: raça e cor no samba**

*Quem cede a vez não quer vitória  
Somos herança da memória  
Temos a cor da noite  
Filhos de todo açoite  
Fato real de nossa história  
(Jorge Aragão, 1992)*

Buscando compartilhar algumas das reflexões já realizadas na pesquisa de doutorado em andamento, este artigo foi apresentado no simpósio de História e Música do VI Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais. A título de exemplo do percurso metodológico adotado na pesquisa, foram apresentadas três músicas: Aquarela do Brasil (1940), de Ary Barroso; Aquarela Brasileira (1964), de Silas de Oliveira; e Identidade (1992), de Jorge Aragão.

Enquanto os dois primeiros sambas trazem em suas letras uma “apologia/ elogio à miscigenação”, temática inaugurada com o samba-exaltação de Ary Barroso e que repercute até os dias de hoje, Jorge Aragão traz um samba questionador, que positiva a identidade negra

diluída e silenciada nas “aquarelas”. Cada um desses textos musicais<sup>1</sup> é, aqui, compreendido como objeto simbólico produtor de sentidos, inscrito em representações que constituem uma pluralidade de configurações de identidades possíveis. Concomitantes ou conflitantes, não necessariamente polarizadas, essas identidades são relacionais, marcadas pela diferença e pela construção de “posições de sujeito”. Na perspectiva da investigação aqui proposta, cujo pressuposto é a emergência de uma identidade negra positivada nos discursos musicais<sup>2</sup>, essas posições constituem-se ora próximas de uma *brasilidade*, ora de uma *africanidade*, ora de um *entre-lugar*<sup>3</sup>.

O Brasil de Ary Barroso traz, em seu clássico samba da década de 40, a associação do Brasil ao “bamboleio que faz gingar”, à “mãe preta do cerrado”, “ao rei congo do congado”, à “morena sestrosa de olhar indiscreto”. “Terra de samba e pandeiro”, esse “Brasil Brasileiro” é construído a partir de uma certa musicalidade e uma diversidade racial cujo retrato é o “mulato inzoneiro” e a “morena sestrosa” dessa terra “boa e gostosa”. A proximidade dessas duas expressões, nos versos da canção, deixa uma ambiguidade sobressalente, podendo estes atributos, serem interpretados, como também da mulata, que caminha pelos “salões arrastando o seu vestido rendado”, símbolo clássico de uma certa brasilidade.

A aquarela pintada por Ary continuará a ser cantada nos sambas a partir de outros atributos, como o samba-enredo, de Silas de Oliveira, apresentado, quase trinta anos depois, no desfile do carnaval carioca, pela escola de samba Império Serrano. “Aquarela Brasileira”, com interpretações diversas, percorreu no tempo diversas vozes. Roberto Ribeiro, Elis Regina, Arlindo Cruz, Zeca Pagodinho, Monobloco, Elza Soares, Fernanda Abreu, Leci Brandão, Noca da Portela, Diogo Nogueira, Alcione, Emílio Santiago, Simone<sup>4</sup>, são alguns/algumas dos/as

<sup>1</sup> Esses “textos”, dotando de significação as palavras cantadas que os constituem, estão inscritos em uma textualidade caracterizada pela relação destes consigo mesmo e com a exterioridade. “Não se trata, assim, de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (ORLANDI, 1995, p.113).

<sup>2</sup> Discurso é aqui compreendido, na acepção de Orlandi, como o “lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia” (2001, p.17). Na perspectiva adotada, este “lugar” está condicionado não apenas por aspectos linguísticos, mas por determinantes históricos que, nesta análise, buscam ser delineados, discutindo os sentidos que são mobilizados pelos sujeitos que produziram tais enunciados.

<sup>3</sup> Analisando este termo, a partir de Silvano Santiago, Homi Bhabha, e outros teóricos, LOPES assinala que o “entre lugar”, ao quebrar fronteiras, nos estudos das representações, desterritorializa o nacional, redimensiona a nação. Mais que isso, não apenas rompe conceitualmente com a idéia de origem, mas constrói territórios e formas de pertencimento. “O entre-lugar é espaço concreto e material, político e existencial, local, midiático e transnacional, de afetos e memórias”. (2012, p.7)

<sup>4</sup> O conjunto de interpretes listado foi identificado em pesquisa na internet, numa página que disponibiliza as letras das músicas, acompanhadas de vídeos e áudios desses variados intérpretes. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br>. Acessado em 15/06/2017.

intérpretes que buscaram imortalizar esses versos, e com eles, o Brasil ali representado. Na aquarela de Silas de Oliveira, a identidade construída associa o Brasil a imagens de uma diversidade geográfica e cultural, de lendas e costumes de uma nação igualmente miscigenada, compondo essa “maravilha de cenário”. Os seringais no Amazonas, o Timbó no Pará, os coqueirais no Ceará e as matas do Ipu em Pernambuco exemplificam a flora diversa que ocupa este espaço. A magia do Candomblé na Bahia, o frevo e o maracatu em Pernambuco e os sambas e batucadas no Rio de Janeiro integram a diversidade religiosa, musical e cultural desse “episódio relicário”.

A diversidade celebrada torna-se, assim, a principal “reliquia” que este espaço guarda, numa aquarela cujos elementos compõem um cenário mais harmônico que o “dramatismo” próprio dessa “diversidade” permitiria. (LERNER, 2007 apud CANDAU, 2011). Este conceito, não problematizado, mascara os conflitos próprios de um espaço cujas diferenças, muitas vezes, estão atreladas às desigualdades que o ocupam. Tal opção comprometeria a pintura poética, e de exaltação, deste Brasil em forma de aquarela, tanto no samba de Ary quanto de Silas. Nos dois sambas, que emolduram um país colorido, harmônico e miscigenado, encontra-se a figura dos “malandros e mulatas”, sendo que, a aquarela, da década de 60 acrescenta mais uma figura, a do indígena, na referência à “Iracema e Tupã”.

“Aquarela do Brasil” e “Aquarela Brasileira”, como tantos outros discursos, contribuíram para cristalizar algumas imagens e estereótipos desse Brasil diverso e harmonioso. Problematizando a ideia de “diversidade”, Silva (2000) contrapõe esse conceito ao de “diferença”. Para Silva, o conceito de diversidade é acionado advogando uma política de tolerância e respeito entre as diversas culturas. Esta traz, entretanto, um evidente essencialismo cultural e a ideia implícita de que a diversidade é dada, omitindo a historicidade dos processos sociais pelos quais ela foi criada.

Enfatizando o processo social de produção da diferença e da identidade, e suas conexões com as relações de poder delas oriundas, o samba de Jorge Aragão, adota outro caminho discursivo. Em contraste com as identidades celebradas nas aquarelas, ocorre um deslizamento da perspectiva de nacionalidade para uma ressonância conotativa de “raça” e “cor”, dando ênfase à historicidade das desigualdades sociais construídas a partir da ideia de raça. A “identidade” em evidência no samba de Aragão, não se dilui mais na diversidade. É construída pelo “resgate” de uma memória que liga o “açote” à construção do elevador social como um “templo”, minando o sonho daqueles que utilizam apenas o elevador “de serviço”.



Uma unidade é acionada, na construção da identidade daqueles (as) com a “cor da noite”, por meio de uma solidariedade racial que os conectam quando reencontram suas “raízes”, constituindo-se como grupo. Na desconstrução da nação celebrada nas aquarelas, emerge uma identidade racial, que invocada neste samba, participa do referido “fenômeno orgânico unificador”, identificado por Paul Gilroy nas discussões contemporâneas sobre a música negra, sendo esta considerada “um meio básico para explorar criticamente e reproduzir politicamente a essência étnica necessária à negritude” (2012, p.205).

Este fenômeno estaria inserido num contexto global em que os estados-nações estão sendo eclipsados por uma nova economia do poder que atribui às fronteiras nacionais novos significados. Ele frisa uma reconceitualização de cultura a partir do sentimento de sua desterritorialização. Neste sentido, sujeitos negros são convocados a constituírem laços de solidariedade numa conexão residual com a África, esta apresentada como uma “associação mítica e sentimental com uma grandeza perdida que necessita urgentemente ser restaurada”. (GILROY, 2012, p.23).

Os sambas, como revelado nas "aquarelas" brasileiras, oferecem ricas fontes para essa investigação. Uma vez compreendidos como objetos simbólicos, estes nos remetem à discursos e representações que constituem e emolduram identidades, dialogando com os retratos construídos pelos dados censitários da sociedade brasileira e do Brasil. Ambos, ao tentarem definir uma certa “brasilidade”, textos musicais e censo, tornam o espectro da cor e a raça elementos importantes para pensar as diferenças sociais e culturais que participam dos processos de construção identitária.

### **Retratos no Brasil: censos demográficos de 1940 a 2010**

Aquarela do Brasil, assim como outros sambas que seguiram seus rastros, como “Canta Brasil”<sup>5</sup>, e “O samba de minha Terra”<sup>6</sup> apresentam o retrato de um Brasil miscigenado, cuja mistura de cores e “raça” é exaltada e celebrada em seus versos. Estes dialogam com os retratos apresentados pela classificação racial da população brasileira realizada pelos primeiros censos decenais, como o de 1940 cuja população negra era de apenas 35,80%.

A partir de 1940, a população conjunta de pretos e pardos não parou mais de crescer: no Censo de 1960, 38%; no Censo de 1980 44%, na Pesquisa

<sup>5</sup> Famoso na interpretação de Gal Costa, o samba de Alcyr Pires e David Nasser é igualmente representante do gênero samba-exaltação, de caráter patriótico, do período do Estado Novo.

<sup>6</sup> Samba de Dorival Caymmi (1973) também é emblemático do viés nacionalista dos sambas, já referenciados, como símbolos de uma nacionalidade, participando, assim, da construção de uma certa brasilidade.

Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) 2002, 46% e por último, na PNAD 2007, 49,8% da população brasileira se autoidentificaram como preta ou parda. (SOARES apud FERREIRA, 2012, p.10)

Se as canções permitem um ampliado espectro de cores nas representações do Brasil e do povo brasileiro, o censo brasileiro restringe esse espectro a poucas categorias. Branca, parda, preta, amarela ou indígena. Utilizadas nos últimos levantamentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, essas categorias sofreram variações ao longo da história. Em 1872, no primeiro censo demográfico do Brasil, os consumidores dessas estatísticas puderam se autodeclarar "caboclos", incluindo os indígenas que, depois, integrariam a categoria "parda", assim como os mestiços. Essa última categoria era traduzida pelos recenseadores de 1960 a 2000, pois incluía uma diversidade de designações, tais como, mulato, caboclo, cafuzo, mameluco e mestiço. Estudos diversos sobre estes dados demonstram como "os quesitos raça e cor nos levantamentos estatísticos são resultado de opções politicamente orientadas". (ANJOS, 2013,p. 114)

Incluir tais quesitos no recenseamento da população brasileira é possibilitar, à esta, constituir-se a partir de identidades raciais, numa sociedade marcada pelo discurso da miscigenação que encobre, dentre outras, diferenças de raça e cor. Essas categorias nos levantamentos estatísticos, bem como seus usos, estiveram associadas a conjunturas sócio-políticas específicas como as que, recentemente, tornaram possíveis o "enegrecimento" da população brasileira a partir do censo de 2010.

Analisando os dados estatísticos de 1940 a 2010, a partir da incorporação do quesito raça e cor, bem como suas variações, Anjos (2013, p.111) destaca três momentos: no censo de 1940, evidencia-se o retrato de uma nação "embranquecida" com o menor número de pessoas que se autodeclararam "pretas" ou "pardas", quando comparado com os dados do primeiro censo realizado no Brasil (1872); no segundo momento, em 1970, a exclusão do quesito aponta uma política de silenciamento da questão racial; por fim, a partir de 1980, as quatro pesquisas realizadas pelo IBGE revelam o crescimento do número de pessoas que se autodeclararam "pretas" ou "pardas", apresentando, no censo de 2010, o retrato de uma nação "enegrecida". Obviamente que, a leitura destes dados não se dissocia dos contextos que os inscrevem, bem como do conjunto de representações que propiciaram essas autodeclarações, mudando, assim, a "cor do Brasil" nos levantamentos censitários.

Para além das implicações demográficas que incidem sobre estes dados, é preciso reconhecer a importância do movimento negro neste processo. Segundo D'Adesky, se a Frente

Negra, lançada em 1931, e os movimentos anti-racistas pós-1950 buscavam uma integração à nacionalidade brasileira, é o Movimento Negro contemporâneo, dos anos 70, o responsável pelo “corte epistemológico” que substitui a perspectiva de assimilação pela afirmação de uma identidade específica. Assumindo a história dos ancestrais e valorizando suas lutas e reivindicações, este movimento aponta a imagem negativa do negro e da África nos livros escolares, denuncia a discriminação e a desigualdade social e tenta definir “normas para uma negritude afro-brasileira” (2001, p.153).

A mudança cultural refletida no censo de 2010 deve ser analisada numa perspectiva histórica, considerando o papel destes movimentos na construção do contexto no qual esses dados se inserem. As demandas por ações afirmativas que atacassem as persistentes desigualdades raciais brasileiras ganharam legitimidade nas últimas décadas. Políticas públicas foram implementadas atendendo outras demandas históricas desses movimentos e construindo um contexto sócio-político tão “inédito” quanto os dados do último censo. (GUIMARÃES In SILVÉRIO; MOEHLECKE, 2009)

Cabe, entretanto, questionar se a mudança de “cor” constatada nos dados censitários, e essa tendência ao “escurecimento”, apoia-se fundamentalmente em fatores demográficos e sócio-políticos, como os estudos recentes demonstram. Ao priorizar essa abordagem, relega-se, a um segundo plano, a importância do processo simbólico que se relaciona à mudança na composição racial da população brasileira. Estão nos discursos e suas representações, as possibilidades de perceber os lugares de emergência e os contextos de desenvolvimento das identidades raciais construídas no Brasil.

Sambas como o de Jorge Aragão, lidos nessa conjuntura, são melhor compreendidos, assim como as aquarelas em forma de samba. A aproximação de uma “África” na “Identidade” ritmada por Aragão, evidencia esse contexto de crítica e ressignificação na letra de seu samba. Sandroni evidencia, por outros caminhos, esse mesmo percurso ao buscar no repertório musical brasileiro traços rítmicos de origens africanas. Analisando as transformações do samba no Rio de Janeiro, ele destaca uma mudança de paradigma. Do “embranquecimento” do samba para uma “africanização”, evidencia uma tendência à contrametricidade- traço de origem africana-na diversidade rítmica brasileira (2001, p. 221). Seja no ritmo ou nas manifestações verbais dos textos musicais, a aproximação de uma África se revela.

O conceito de diáspora de Hall, auxilia na compreensão desse movimento em que as fronteiras são diluídas e transcendem a "nação" imaginada nas "aquarelas". As "raízes" que

ressurgem refletem a força do "elo umbilical" na construção dessas identidades e das "re-identificações simbólicas" com as culturas "africanas" (HALL, 2003, p.26). Ainda sobre o papel da música neste processo, Gilroy (2012, p.220) relata que, tendo sido criado em Londres, a música negra lhe fornecia um meio de ganhar proximidade com as fontes de sentimento a partir das quais suas concepções de negritude foram montadas. O contexto urbano em que esta música transitava, cimentavam seu apelo estilístico facilitando, assim, a identificação de jovens negros como o Paul Gilroy. Eram igualmente importantes como discursos da negritude com os quais balizavam suas lutas e experiências.

### **Considerações Finais**

O breve ensaio analítico apresentado nesse artigo, dos sambas escolhidos- de Ary Barroso, Silas de Oliveira e Jorge Aragão- demonstra o caminho pretendido com a utilização dos textos musicais na análise do processo de emergência de uma “identidade negra” no Brasil, construída discursivamente e revelada em termos estatísticos. Interessa rastrear, na referida pesquisa de doutorado em andamento, o funcionamento<sup>7</sup> da construção simbólica desta identidade e o modo pelo qual alguns indícios transbordam nesses textos musicais. Woodward relembra que a emergência dessas identidades é histórica; “ela está localizada em um ponto específico do tempo” (SILVA, 2000, p.11) E que a redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade. Passado evocado na “herança da memória” no samba de Jorge Aragão. É por meio de suas representações que são construídos lugares a partir dos quais as pessoas possam se posicionar. (SILVA, p.17) Identidade “é um lugar que se assume” (HALL, 2003, p. 15).

Na disputa estabelecida no campo simbólico das representações sociais, as diferentes identidades são afirmadas com implicações diretas no mundo social. É nesta perspectiva que os textos musicais dialogam com os dados do censo, ambos reveladores do processo de construção identitária, tanto simbólico quanto social.

Partindo do pressuposto de que a cultura musical é, ao mesmo tempo, produção e expressão das mudanças, como as que reconfiguram o “retrato” racial do Brasil no último censo, as representações dos textos musicais tornam-se meios para compreender a historicidade desse processo. Como modo discursivo de comunicação, captado pelo que é cantado, faz-se

---

<sup>7</sup> Refiro-me ao funcionamento conforme o entendimento desta noção no âmbito da Análise do Discurso. Para os Analistas da A.D. trata-se de uma perspectiva que se aparta da Hermenêutica e orienta-se para o “funcionamento” de sentidos possíveis, levando-se em conta vetores como, por exemplo, as condições de produção, sujeito e lugar de fala, enfim, o funcionamento discursivo. (ORLANDI, 1983)

necessário “realizar uma análise do conteúdo das letras e das formas de expressão musical, bem como das relações sociais ocultas nas quais essas práticas de oposição profundamente codificadas são criadas e consumidas” (GILROY, 2012, p.95).

Kabengele Munanga analisando os usos e sentidos da negritude aponta que, esta como movimento negro político-ideológico, emerge discursivamente em contraposição à “prática de embranquecimento sustentada pela ideologia de democracia racial fundamentada na dupla mestiçagem biológica e cultural” (2012, p. 17). É no confronto com os discursos das “aquarelas”, em que as cores se diluem na mistura de raças, que emergem representações que “enegrecem” a nação brasileira. A valorização da história, da cultura, da cor de pele, do corpo, do cabelo negro encontra vestígios no repertório musical brasileiro. Esse processo, apontado como uma busca de identidade, funcionaria como “uma terapia do grupo” em que,

o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos (...) A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (MUNANGA, 2012, p. 19).

É ainda na interlocução com Munanga que o conceito de negritude é retomado no contexto de globalização e da atualidade diáspora:

Tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade pelo mundo ocidental, a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. Consequentemente, tal afirmação não pode permanecer na condição de objeto e de aceitação passiva. Pelo contrário, deixou de ser presa do ressentimento e desembocou em revolta, transformando a solidariedade e a fraternidade em armas de combate. A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajarem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. (2012, p. 20)

Essa “convocação permanente” perpassa um discurso evidenciado, por exemplo no samba de Jorge Aragão, intitulado “Identidade”. Sua letra, com forte conteúdo de crítica social, incita os que utilizam o “elevador de serviço”, “filhos de todo açoite”, a resgatarem sua identidade: “Quem cede a vez não quer vitória, somos herança da memória”<sup>8</sup>. Nos versos deste e de outros sambas evidenciam-se marcas da valorização e aceitação da herança africana, parte deste processo de construção e positividade identitária. Descortinada pelo mesmo samba que em

---

<sup>8</sup> Trecho da música Identidade, de Jorge Aragão, de 1992. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/77012/>. Acessado em 11/02/2016.

outros versos a silenciou, essa identidade, ocultada pelo discurso dominante de uma nação brasileira e mestiça, ocupa lugar central nesse gênero musical que vêm construindo outras brasilidades para além das aquarelas consagradas no repertório musical brasileiro.

### Referências

ANJOS, Gabriele dos. *A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.

ARAGÃO, Jorge. *Identidade*, 1992. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jorge-aragao/77012/>. Acessado em 11/02/2016.

BARROSO, Ary. *Aquarela do Brasil*, 1939. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ary-barroso/163032/>. Acessado em 03/02/2016

BRASIL, IBGE. Características Étnico-Raciais da população. Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. IBGE, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL, LEI No 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010, Estatuto da Igualdade Racial, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm). Acessado em: 10/02/2016.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, Lisboa; Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 240- 255, jul./dez. 2011.

D’ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo: Racismos. e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERREIRA, Antônio Honório. Classificação racial no Brasil, por aparência ou por origem? 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia: SP, 2012. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=8192&Itemid=76](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8192&Itemid=76). Acessado em: 05/03/2016.

GILROY, Paul O Atlântico Negro. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Contexto Histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil*. In: SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina. (orgs). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós -Durban*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

HALL, Stuart. *Da diáspora- Identidades e mediações culturais*. - MG Editora UFMG, 2003.

LOPES, Denilson. *Do entre lugar ao transcultural*. In: *No coração do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. Disponível em: [http://www.academia.edu/3132094/Do\\_Entre-Lugar\\_ao\\_Transcultural](http://www.academia.edu/3132094/Do_Entre-Lugar_ao_Transcultural). Acessado em: 03/03/2016.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

OLIVEIRA, Silas de. Aquarela Brasileira, 1964. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/silas-de-oliveira/762910/>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso. SP: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Texto e discurso*. Organon. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 9, n. 23, 1995.

SANDRONI, Carlos. Feitiço Decente: Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed. UFRJ, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença. Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



## Tambores, violas e clarins: a presença negra e mestiça na prática musical no Brasil entre os séculos XVIII e XIX

**Luiz Domingos do Nascimento Neto**

Doutorando em História

UFPE

E-mail: professorluizdnn@gmail.com

**Resumo:** Numa sociedade marcada em seus diversos níveis de hierarquização pela presença da escravidão, africanos e sujeitos oriundos das mestiçagens biológicas ocorridas no seio da América portuguesa, demarcaram seu território de atuação não apenas no universo dos ofícios mecânicos e dos trabalhos relacionados à agricultura e extrativismo. Antes, se estabeleceram ou foram empregados como artífices da música a serviço de Irmandades católicas, Senado de câmara ou particulares. Se por um lado, a escassez de documentação até os dias de hoje tem sido o principal obstáculo para identificação da identidade da maior parte destes sujeitos; por outro, a presença absoluta de homens de cor no exercício desta arte até os dias de hoje tem despertado o interesse de musicólogos e historiadores. Tencionamos neste texto apreender aspectos da participação dos negros e de seus descendentes no exercício da arte musical entre os séculos XVIII e XIX, no intuito de descortinar especificidades desta presença nesta atividade artística tão apreciada por contemporâneos.

**Palavras-chave:** negros, mestiços e músicos.

**Resumen:** En una sociedad con rasgos distintivos en sus diversos niveles de jerarquización por la presencia de la esclavitud, africanos y sujetos oriundos de los mestizajes biológicos ocurridos en el seno de la América portuguesa, demarcar su territorio de actuación no sólo en el universo de los oficios mecánicos y de los trabajos relacionados a la agricultura y extractivismo. Antes, se establecieron o fueron empleados como artífices de la música en el servicio de Hermandades católicas, Senado de la cámara o particulares. Si por un lado, la escasez de documentación hasta los días de hoy ha sido el principal obstáculo para identificar la identidad de la mayor parte de estos sujetos; Por otro, la presencia absoluta de hombres de color en el ejercicio de este arte hasta los días de hoy ha despertado el interés de musicólogos e historiadores. En este texto se pretende aprehender aspectos de la participación de los negros y de sus descendientes en el ejercicio del arte musical entre los siglos XVIII y XIX, con el fin de conocer especificidades de esta presencia en dicha actividad artística tan apreciada por los contemporâneos.

**Palabras clave:** negros, mestizos y músicos.

O domínio de elementos da cultura europeia por africanos e pelos seus descendentes é perceptível em diversos aspectos na sociedade que se formou nesta margem do Atlântico ainda nos idos do século XVI. A apropriação e ressignificação da língua, da cultura escrita, dos ritos do cotidiano são evidências fundamentais dos processos de trocas culturais (que nem sempre se dão de forma harmônica) vivenciadas nas relações entre as matrizes culturais que formaram

a sociedade colonial<sup>1</sup>. Negros, negras e sua posteridade<sup>2</sup> assumiram um papel fundamentalmente ativo, no que diz respeito à reprodução e adaptação não só de conhecimentos trazidos de África no fluxo e refluxo do comércio atlântico de escravos, como também foram capazes de (re) produzir saberes e fazeres ibéricos atendendo as demandas econômicas, políticas e sociais no contexto de suas experiências de vida. Dentre essas experiências trataremos de forma inicial neste sucinto texto sobre a presença negra e mestiça na prática musical no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, momento marcado por crescimento da vida urbana em detrimento da rural, responsável por (re) criar espaços para as atividades musicais.

A sonora presença de negros e seus descendentes é tema constante em diversos relatos de época. No Recife, a exemplo, o governador José César de Menezes em 1778 entrou em choque com os frades Capuchinhos do Convento da Penha que tentaram acabar à força com os batuques promovidos pelos negros da vila. Para isso, invadiram as casas onde eles se reuniam, arrombaram camarinhas e quebraram seus ‘instrumentos de divertimento’. Além disso, fizeram com que vários negros fossem recolhidos à prisão, sendo os arrolados libertados logo em seguida pelo então governador. A “tolerância” de César de Menezes lhe custou uma denúncia ao Santo Ofício, ao qual teve que explicar o sentido de sua permissividade as práticas gentílicas. Já em Salvador em fins do século XVIII, Luís dos Santos Vilhena nos relata que:

<sup>1</sup> Neste sentido também compartilhamos a ideia do professor Eduardo Paiva que as dinâmicas de mestiçagem não tem por finalidade produzir um *modelo mestiço* aplicável a todas as sociedades que surgem no processo de mundialização iniciado a partir do século XV com as incursões europeias na costa atlântica da África. Antes entendemos as sociedades que são frutos da mestiçagem biológica em realidades nas quais conviveram as misturas e aquilo que fora classificado como “puro”. Sendo assim, podemos sim falar em matrizes culturais presentes nos povos autóctones vindas das diversas “Áfricas” que aqui desembarcaram e trazidas da já mesclada “cultura ibérica”. PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizontes: Editora Autêntica, 2015. p. 42.

<sup>2</sup> Raphael Bluteau define *descendência* como *serie dos que por successiva geração procedem de hum pay commum. ou seja*, no século XVIII ela era definida pela figura paterna em termos jurídicos. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. v. I. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1727. p. 105. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1> >. Acessado em 30/05/2017. Em relação aos descendentes de escravos, sabemos que mesmo com toda a vigilância e rigor nas punições, em meio a sociedade escravista houveram casos de conjunções carnavais que deram origem a filhos ilegítimos entre homens de ascendência negra e mulheres brancas. ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de. Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa setecentistas: três histórias, três memórias. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 43, p. 203-207, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=102>. Acessado em 04/04/2017. Mas sem sombra de dúvidas, as mulheres negras submetidas por força ou consentimento aos caprichos sexuais de homens brancos geraram a maioria absoluta da população mestiça nos períodos colonial e imperial. Partindo desta constatação, optamos por entender *descendência* também como a prole nascida dos ventres negros de escravas e libertas, ampliando assim, quantitativamente a compreensão do termo *descendente de negro*. Embora não se tenha notícia do uso do termo *descendente(s)* em documentações de época para referenciar a posteridade que *traz em suas veias o sangue de africano*, os quais comumente foram classificados como: crioulos, mulatos, pardos, cabras e etc.; usaremos este termo na sua acepção contemporânea para creditar a participação direta e indireta das matrizes africanas na formação daquilo que concebemos como população de cor.

Multidões de negros de um, e outro sexo, os seus *batuques bárbaros* a toque de muitos, e horrorosos atabaques, dançando desonestamente, e cantando *canções gentílicas*, falando línguas diversas, e isto com alaridos tão horrendos, e dissonantes que causam medo, e estranheza, ainda aos mais afoitos, na poderança de consequências que dali podem provir, atendendo ao já referido número de escravos que há na Bahia, corporação temível, e digna de bastante atenção, a não intervir a rivalidade que há entre crioulos, e os que não são; assim como entre as diversas nações de que se compõe a escravatura vinda das costas da África<sup>3</sup>. *Grifo nosso*

Designações como *bárbaros* e *gentílicos* fazem parte de um universo lexical oriundo da cultura cristã no período que perdurou a escravidão atlântica. Isso significa que tais adjetivos partem de um olhar estigmatizante e bíblico que *designa o estrangeiro, o “idólatra”, a alteridade maldita*<sup>4</sup>; servindo neste caso para depreciar a musicalidade cultivada pelos negros em seus ajuntamentos. No entanto, o que nos vale apreender que em ambas as situações colocam os ajuntamentos de negros em praças, fontes e chafarizes, defronte as igrejas ou nas ruas mais movimentadas de vilas e cidades, como lugares que fomentaram a musicalidade negra, que de forma distante, foi descrita e apreendida pelo olhar de artistas e viajantes atraídos pelos sons, gestos e cores. Lamentavelmente, os registros sonoros dessa musicalidade não ficaram plasmados em partituras, nem mesmo de forma parcial. O que nos resta são os fragmentos desses sons que em sua incompletude permaneceram nas canções de trabalho, nas tradições de festas populares, ou nos lábios de homens e mulheres oriundos de comunidades remanescentes de quilombo.

No entanto, a expressão musical destes homens de cor não ficou circunscrita apenas aos instrumentos de origem africana, e conseqüentemente das musicalidades deste continente. Sujeitos negros, mulatos, pardos, cabras (e ou outras designações) se apropriaram não só de instrumentos como de repertórios de origem europeia e se valeram de tais conhecimentos para amearhar seu sustento, ou de terceiros. Em Pernambuco, o músico nomeadamente *pardo*, Luiz Álvares Pinto consagra-se nas duas margens do Atlântico como expoente da música durante o século XVIII. Enquanto isso, em Vila Rica os gêmeos Alexandre de Aquino Ferreira e João Batista Ferreira (ambos os escravos do Aj. Francisco de Melo) exploraram largamente a atividade musical, repassando seu saber para um aprendiz mestiço de 11 anos que também os servia como pajem. Tanto Luiz Álvares Pinto, como o caso dos gêmeos de Vila Rica expõe

<sup>3</sup> VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969. p. 134.

<sup>4</sup> SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. Afro-Ásia, Salvador, n. 38, p. 270. Jul./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=92>. Acessado em 01/07/2016.

duas questões fundamentais: primeiramente, a participação de *pretos* e mestiços na música não se resumiu a ajuntamentos, batuques ou *calundus*<sup>5</sup>, antes contribuíram também para o conhecimento da musicalidade europeia atendendo a um mercado consumidor existente; o segundo ponto consiste na consideração que nem todo contingente masculino foi direcionado para atividades mais pesadas no mundo do trabalho urbano, porém ainda é um percentual inferior se comparado às mulheres, como discuti Carlos Soares<sup>6</sup>. Em resumo, aqui temos alguns exemplos de artistas que não caíram no anonimato, principalmente devido à visibilidade que alcançaram no tocante de sua arte, realidade que não é compartilhada com grande parte dos homens de cor (escravos, livres ou libertos), que sem sombra de dúvida, estavam em maior número nas fileiras dos músicos em pleno exercício no período, influenciando inclusive o que se ouvia nas ruas, igrejas e sobrados das cidades e vilas<sup>7</sup>. Para darmos conta desta afirmação seguimos demonstrando a frequente presença de negros e descendentes envolvidos de alguma forma com atividades musicais.

Ritual iniciado por negros em Lisboa junto à irmandade de Nossa Senhora do Rosário ligada aos dominicanos<sup>8</sup>, à coroação de rainhas e reis negros se tornou uma coqueluche entre as irmandades congêneres em diversas partes da América portuguesa. Desde as vilas que eram cabeças de comarca, até povoados de regiões mais distantes contavam com uma irmandade de negros, que se empenhava em realizar esta celebração de forte teor simbólico que mescla aspectos de ritos monárquicos africanos e europeus, num espetáculo de visibilidade, inversão, resistência e negociação por parte da população de cor frente ao poder estabelecido<sup>9</sup>. O viajante austríaco Emanuel Pohl registrou em Goiás no ano de 1819 uma coroação de reis dos quais:

<sup>5</sup> *Esse ritual religioso de origem centro-africana era praticado no Brasil, principalmente na Bahia e em Minas Gerais, durante o período colonial. Embora seja evidente a presença de uma variedade de ritos distintos que recebiam o nome de calundu, muitos tinham em comum o uso de instrumentos de percussão, a invocação de espíritos (muitas vezes de defuntos a quem se faziam oferendas), a possessão, a adivinhação e a busca da cura de doenças.* DAIBERT, Robert. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 18, Jan./Jun. de 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862015000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en). Acessado em: 07/03/2017.

<sup>6</sup> SOARES, Carlos Eugenio Libaneo. Instruídos na fé, batizados em pé: batismos de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII 1734-1742 Afro-Ásia, Salvador, n. 39, 2009. p. 93-94. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA\\_39\\_CELSoares.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_39_CELSoares.pdf). Acessado em: 10/05/17.

<sup>7</sup> José Ramos Tinhorão, discuti as raízes culturais de ritmos e danças como lundu, a fofa e o fado entre os séculos XVIII e XIX nas duas margens do Atlântico, apontando a ascendência negra em elementos cênicos e melódicos destas manifestações. TINHORÃO, José Ramos. Os sons dos negros no Brasil – canto, danças, folguedos: origens. São Paulo: Art Editora, 1988. p. 45-68.

<sup>8</sup> SILVEIRA, Renato. Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos Pretos da Bahia colonial. In: REIS, João José. AZEVEDO, Elciene (orgs.). Escravidão e suas sombras. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15.

<sup>9</sup> MAC CORD, Marcelo. O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife (1848-1872). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.p. 223.

Celebram os negros livres em homenagem a uma santa africana de nome Ifigênia. Nessa ocasião fazem tudo que podem para abrilhantarem a festa e superarem os brancos com suas iniciativas semelhantes. (...) Sob o contínuo rufar dos tambores, disparos de espingardas e o ressoar de vários *instrumentos nativos do Congo*, além de outros sons, seguem os participantes para a casa do imperador (nesta festa também se elege um), onde um negro grita continuamente “Bambi” e o coro em uníssono responde “Domina”, o que significa: o rei tudo governa. A horrível gritaria, que chega até nós, não nós deixou pregar os olhos durante toda a noite<sup>10</sup>. *Grifo nosso*.

Os elementos de culturas africanas podem ser facilmente percebidos neste fragmento narrativo impregnado de uma leitura exógena, aparente e depreciativa, peculiar a alguns cronistas mergulhados em sua própria visão de mundo. Porém, como tão bem discutiu Marina de Mello e Souza, os mecanismos simbólicos de transmissão, divisão e legitimação de poder, presentes em reinos africanos de regiões fornecedoras de escravos, foram uma constante nas celebrações de coroação de reis e rainhas negras no Brasil escravista<sup>11</sup>. Atentando para os aspectos sonoros da narrativa, não ficam evidentes quais são esses *instrumentos nativos do Congo* os quais o Pohl chama a atenção. No entanto, sabemos que os percussivos eram imperantes nas orquestras formadas por negros tanto em seus batuques, como nas procissões por eles organizadas. Entre os instrumentos de percussão, os musicólogos apontam a presença de: cuícas, ganzás, agogôs, caxambus, chocalhos, pianos de cuia<sup>12</sup> e vários tipos de atabaques, fato que não exclui a existência de instrumentos de cordas e de sopro, como: marimbas e o urucungo (outra denominação do famoso berimbau)<sup>13</sup> aliados a diversos tipos de flautas (predominantes entre os indígenas), guitarras, violas e cavaquinhos compondo talvez aquilo que o cronista chama de *outros sons*. O que fica implícito na narrativa, e o que nos provoca a problematização, é que o alarido causado por essas coroações não era formado apenas por instrumento de ordem *gentílica* (como apontam de forma estigmatizada alguns relatos de época). Era comum entre os negros e seus descendentes ligados às irmandades católicas a presença de instrumentistas que dominavam tanto as musicalidades africanas, como aquela que

<sup>10</sup> POHL, Johann Emanuel. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte. São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1976. p. 203.

<sup>11</sup> SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p. 85-96.

<sup>12</sup> *diophone do tipo chocalho, constituído por uma cabaça dotada de cabo, recoberta por uma rede de fios de algodão ou de arame, a que se prendem na inserção das malhas pequenas sementes conhecidas por contas ou "lágrimas de Nossa Senhora". Às vezes, há seixos no interior da cabaça. O instrumento também recebe os nomes de aguê, aguê ou agê, xaque-xaque, amelê, xeré ou simplesmente cabaça.* Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/piano-de-cuia>. Acessado em 01/06/2017.

<sup>13</sup> VASCONCELOS, Ary. Raízes da música popular brasileira: 1500-1889. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1977. p. 10-11.



fora chamada de ibérica, característica presente até hoje nas cidades que concentram a maior parte da população descendente de africanos como Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

No relato de Spix e Martius, quando em viagem ao Tejuco (Diamantina), em 1818 constataram que os negros da vila anunciavam com regozijo a coroação dos reis do Rosário ao som *de pandeiros e chocalhos, de ruidoso canzá e de chorosa marimba*;<sup>14</sup> até então nada de novo. No entanto o viajante austríaco Emanuel Pohl registrou em Goiás no ano de 1819 uma coroação de reis *sob o continuo rufar dos tambores, disparos de espingardas e o ressoar de vários instrumentos nativos do Congo, além de outros sons*.<sup>15</sup> Pois bem, o que fica implícito na segunda descrição nos remete a seguinte problematização: o alarido causado por essas coroações não era formado apenas por instrumento de ordem *gentílica* (como apontam de forma estigmatizada alguns relatos de época). Antes poderiam ser facilmente encontrados diversos tipos de flautas (predominantes entre os indígenas), guitarras, violas e cavaquinhos compondo talvez aquilo que o cronista chama de *outros sons*, como podemos observar na imagem abaixo.



Coroação de um Rei nos Festejos de Reis. Carlos Julião. Riscos iluminados de figurinhas de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro Frio. Biblioteca Nacional

Sabe se que era comum entre os negros e seus descendentes ligados às irmandades católicas a presença de instrumentistas que dominavam tanto as musicalidades africanas, como aquela que fora chamada de ibérica, característica presente até hoje nas cidades que concentram a maior parte da população descendente de africanos. Ainda sobre o assunto, já é consenso que os serviços musicais no interior das irmandades poderiam estar sujeitos ao contrato da música,

<sup>14</sup> SPIX, J. B. von. MARTIUS, C. F. P. Von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. p. 129.

<sup>15</sup> POHL, Johann Emanuel. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte. São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1976. p. 203.

acordado em ata, como ocorria com os mestres de capela, ou simplesmente serem realizado de forma voluntária ou informal pelos devotos do orago, ou até mesmo, em alguns casos, usados como moeda de troca, pois muitos dos irmãos que não possuíam renda fixa empregavam seus ofícios e habilidades à serviço da confraria como pagamento de sua entrada e/ou anuidades.



Coleta de esmolas para a manutenção da Igreja do Rosário<sup>16</sup>.

Na imagem acima podemos ressaltar que não se tratam dos depreciados *instrumentos nativos do Congo* que demarcam o ritmo do peditório e que chamam a atenção dos passantes. E sim instrumentos de origem europeia, que não eram fabricados aqui, antes importados em sua maioria de França e Inglaterra vendidos em lojas que não eram especializadas em artigos musicais e sim em produtos de luxo em geral<sup>17</sup>. Segundo um mapa de produtos da alfândega do Rio de Janeiro de 1802, as trompas, assim como os clarins são avaliadas aos pares, a 8\$000; já os preços das trombetas são bem mais altos e calculados pela unidade, 8\$000 cada<sup>18</sup>. Nem todos

<sup>16</sup> DEBRET, Jean Baptiste Debret. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. v. II. São Paulo: Círculo do Livro, 1989. p. 580.

<sup>17</sup> BINDER, Fernando. CASTAGNA, Paulo. Trombetas, clarins, pistões e cornetas no século XIX e as fontes para história dos instrumentos de sopro no Brasil. In: Anais do 15º Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música – ANPPOM. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 1127. Disponível em: [http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso\\_anppom\\_2005/sessao19/fernandobinder\\_paulocastagna.pdf](http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao19/fernandobinder_paulocastagna.pdf). Acessado em: 14/06/2017. MONTEIRO, Maurício. A Construção do Gosto: música e Sociedade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1821). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. p. 286.

<sup>18</sup> PEREIRA, Mayra. Aerofones no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX: uma abordagem a partir de documentos alfandegários. In: I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música XV & Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Música, 2010. p. 653-654. Disponível em: <http://www4.unirio.br/simpom/textos/SIMPOM-Anais-2010-MayraPereira.pdf>. Acessado em: 07/05/2017.



poderiam possuir tais instrumentos por serem vendidos em lojas frequentadas pelas elites urbanas e por ser demasiadamente caros para pessoas que viviam em penúria, o que nos remete a ideia de que dependendo do instrumento, a posse significaria distinção, demonstração de cabedal.



Viveres levados à cadeia pela Irmandade do Santíssimo Sacramento<sup>19</sup>

Ainda discutindo sobre a posse de instrumentos e a demonstração de distinção baseada na posse. Na imagem anterior, podemos perceber *a direita a banda dos negros que tocam segundo Debret a contradança para comemorar a chegada do cortejo* “<sup>20</sup> do Santíssimo Sacramento numa de suas ações beneficentes. Mais uma vez estão aí músicos de cor, os quais tudo indica que sejam escravos por não possuírem calçados. Entretanto, bem uniformizados o que talvez possa revelar que pertençam a um mesmo dono (mestre de música), ou essas roupas faziam parte das alfaias da própria irmandade. Lamentavelmente, o autor não nos dá informação precisas, e em parte ficamos no campo das conjecturas, mas o registro demonstra que necessariamente uma orquestra composta por escravos, que se apresentada em trajes paupérrimos seriam vítimas talvez do achincalhe da população local. Situação que a mais importante irmandade da cidade não estaria disposta a sofrer. Porém, dignamente vestidos, esses anônimos despertaram a atenção tanto dos transeuntes, como de Debret que nos deixou esse registro iconográfico do grupo, que apesar de não revelar com clareza sua condição e qualidade aponta a sua existência. Podemos intuir, portanto, que a música nestas ocasiões servem ao propósito de ganhar atenção dos passantes, relevando que a caridade não devia ser escondida, mas fazia parte dos rituais de demonstração pública de poder e distinção social.

<sup>19</sup> DEBRET, *Op. Cit.*, p. 552.

<sup>20</sup> *Ibidem.* p. 550.

Além destas orquestras formadas por cativos, descendentes de africanos (em sua maior parte homens livres) tornaram-se exímios organistas, violinistas, pianistas e cantores, como é observado na orquestra da Capela e na Câmara Real antes da chegada do grande mestre lisboeta Marcos Portugal no Rio de Janeiro<sup>21</sup>. Corroborando para a afirmação de que são, em sua maior parte, negras e mestiças as mãos que tangem e os lábios que sopram os instrumentos musicais no Brasil entre os séculos XVIII e XIX.

Discutindo um pouco sobre a qualidade e cor destes músicos, não é de admirar que a maior parte dos que estavam associados nas Irmandades de Santa Cecília são listados como pardos<sup>22</sup>. Pois, acreditamos que estava em jogo neste tipo de agremiação era muito mais o domínio da arte do que a cor dos sujeitos, desde que sua condição fosse de livre. O ser pardo pode desencadear possibilidades de inserção aos que carregavam os estigmas da cor<sup>23</sup>. Segundo Jocélio Teles a classificação de cor no Brasil colonial já se mostrava mais multipolar do que se imaginava ainda no século XVIII, e se tornava cada vez mais fragmentada no XIX com as altas escalas de entrada de africanos nas primeiras décadas deste século. Tais fatos geravam um “cadinho” cada vez mais difuso de matizes cromáticas na população. Assim sendo, *Pardo* se configura como um termo de negociação, que se distanciava da cor negra, sempre associada à condição escrava<sup>24</sup>. Para os que viviam da arte da música neste período, ser reconhecido como pardo e artistas poderia os elevar a um “degrau” superior numa escala de classificação social rigidamente hierarquizada, possibilitando sua inserção, ou até mesmo a criação de uma elite específica, diferenciada no seio da sociedade.

Fugindo de generalizações, compreendemos que as atividades musicais desempenhadas de forma profissional por homens de cor neste momento estão ligadas não apenas a aspectos puramente religiosos e de entretenimento, mas também as necessidades de subsistência destes indivíduos. Questões determinantes nas experiências resignificadas e na própria capacidade humana de produzir arte. Também salientamos que este protagonismo negro e mestiço no campo musical reverberou numa série de transformações estéticas da música ouvida ao longo do XIX, a qual será evocada mais a frente para compor elementos de uma nacionalidade que

---

<sup>21</sup> CARDOSO, André. A música na corte de D. João VI, 1808-1821. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 81.

<sup>22</sup> LEONI, Aldo Luiz. Os que vivem da arte da música: Vila Rica, século XVIII. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 116. (Dissertação de Mestrado)

<sup>23</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 286-287.

<sup>24</sup> SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII e XIX, Afro-Ásia, Salvador, n. 32, 2005. p. 127. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32\\_pp115\\_137\\_Jocelio.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp115_137_Jocelio.pdf)>. Acessado em: 23/10/15.

começa a ser desenhada ainda nos primeiros decênios dos oitocentos sob a pena de artistas e intelectuais como Manuel Araújo Porto Alegre (1806-1879). Nessa linha, podemos considerar que a mescla instrumental e a presença como músicos profissionais demonstra a capacidade de negros e seus descendentes de se apropriar de saberes que não pertencem ao universo estritamente africano, os tornando coresponsáveis pela difusão da arte musical neste momento e a *posteriori*. Questão a ser tratada de forma mais vertical em produções futuras.

## Territórios musicais: um estudo exploratório da cartografia do *rock* catarinense (1980-2000)

**Carlos Eduardo Pereira de Oliveira**

Mestrando em História

UDESC

E-mail: kaduoliveira23@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo cartografar as diferentes cenas de *rock* existentes em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 2000. Trata-se de um estudo exploratório, que abre um leque de possibilidades da inserção de outra metodologia na área da pesquisa histórica sobre a canção popular brasileira. Nesse prisma de análise, o trabalho divide-se em duas partes: na primeira, evocam-se os aspectos teóricos acerca dos estudos sobre canção e espaço dentro da história, evidenciando o papel da metodologia cartográfica – utilizada, principalmente, nos estudos sobre comunicação. Já no segundo momento, se debruça no levantamento de diferentes bandas do gênero no período proposto, conectando com as discussões acerca de urbanidade e desenvolvimento industrial em duas regiões de Santa Catarina. O cerne da questão que se levanta está na ligação entre o espaço e a canção, e como ambas dialogam entre si e/ou as modificam e auxiliam na sua construção.

**Palavras-Chave:** Cena musical; espaço de sociabilidade; *rock* catarinense; cartografia.

**Abstract:** The present work aims to map the different rock scenes existing in Santa Catarina between 1980 and 2000. As it is, an exploratory study opens up a range of possibilities for the insertion of another methodology in the historical research on the Brazilian popular song. Starting from this analysis, we can divide the work in two parts: in the first, will be evoked questions like the theoretical aspects of studies related to song and space within history, evidencing the role of cartographic methodology - mainly used in communication. For the second moment, it focuses on the rummage of different rock bands in the proposed period, connecting with the discussions about urbanity and industrial development in two districts of Santa Catarina. The heart of the question that arises is the link between space and song and how both dialogue with one another and/or modify and how they help to construct each other.

**Keywords:** Musical scene; Space of sociability; Rock from Santa Catarina; cartography

A utilização da canção na pesquisa histórica obteve grande reverberação nos últimos tempos, principalmente no Brasil, onde ela está situada no centro de fenômenos mais amplos da sociedade brasileira e, por conta disso, dá-se a importância de encará-la como um documento histórico. A canção, para Marcos Napolitano (2005), possui diversas camadas de sentidos, tendo uma natureza polissêmica, e tentar compreender estas camadas é o principal desafio do historiador que se debruça sob esse documento. Mapear as diversas camadas de sentidos que a canção evoca é o principal desafio encontrado pelo historiador que se preocupa com esse tipo de abordagem. A canção, em seu caráter polissêmico, lança luz sobre diversos prismas da sociedade em que está inserida. No caso do Brasil, em específico, ela encontra-se no cerne das questões culturais e políticas, sendo ferramenta de estudo de diferentes recortes temporais e temáticos. Dessa forma, a canção é entendida como uma estrutura, com diversos parâmetros que a constituem.

Nessa seara, o presente trabalho tem como objetivo cartografar as diferentes cenas de *rock* existentes em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 2000. Trata-se de um estudo exploratório, que contém limites teórico-metodológicos, mas abre um leque de possibilidades da inserção de outra metodologia na área da pesquisa histórica sobre a canção popular brasileira. Dessa forma, divide-se em duas partes: na primeira, evocam-se os aspectos teóricos acerca dos estudos sobre canção e espaço dentro da história, evidenciando o papel da metodologia cartográfica – utilizada, principalmente, nos estudos sobre comunicação. Já no segundo momento, se debruça no levantamento de diferentes bandas do gênero no período proposto, conectando com as discussões acerca de urbanidade e desenvolvimento industrial em duas regiões de Santa Catarina, que foram preconizadas nesse trabalho: Grande Florianópolis e Norte Catarinense. O cerne da questão que se levanta está na ligação entre o espaço e a canção, e como ambas dialogam entre si e as modificam ou auxiliam na sua construção.

### **Espaço e canção: uma ligação possível**

Os territórios e espaços em que indivíduos compartilham suas vivências são essenciais no entendimento das relações entre os diferentes atores sociais existentes em um local. A compreensão das tribos urbanas, como denota Pablo Ornelas Rosa (2007), torna-se impossível sem levar em consideração tal ponto, uma vez que são neste que as relações de trocas simbólicas são realizadas. A necessidade destes espaços se torna evidente no tocante a importância para os mais difusos atores que os partilhavam: seja como plataforma de divulgação dos trabalhos de músicos e bandas locais (atrelando suas apresentações com vendas de produtos oficiais, como camisetas, LP's e afins); como lugar de pertencimento para os indivíduos que partilhavam dos mesmos anseios e gostos; como fonte de renda para proprietários que viam em tal nicho uma oportunidade de lucro. Em todos os vieses possíveis, o espaço é um dos atores principais na evocação de sentidos e símbolos de uma determinada tribo.

Segundo Claude Raffestin (1993), na medida em que o espaço passa a ser vivido, a partir das relações sociais entre os atores, ele passa a ser uma imagem de espaço, ou, como coloca, de território. O modo pelos quais as relações entre diferentes pessoas se perfazem estes locais, e, por conseguinte, a formação de grupos sociais, com aspectos em comum entre os indivíduos, traz para o âmago da discussão a percepção da cidade como um dos principais protagonistas nestas redes de identificação.

Neste prisma, podemos inserir a importância do *rock* como outro ator que possui grande importância na problemática colocada. O compartilhamento de um imaginário entre jovens

pode se perfazer através da música, sendo ela um dos canais de identificação entre estes indivíduos, com papel fundamental na constituição de diversos grupos sociais. As canções demonstravam as angústias dos jovens, que se identificavam não somente com as letras, mas também com o ritmo. Segundo Rodrigo de Souza Mota (2009), o termo canção compete a soma do ritmo com a letra. Seguindo esta linha de análise, as canções possuem o poder de transmitir sentimentos e agem sobre os sentidos do ouvinte, como colocado por José Miguel Wisnik (2006), quando denota que a música aponta para o não-verbalizado, afetando pontos além do que a linguagem verbal poderia alcançar.

Assim, vimos que a canção é um discurso, que articula tanto parâmetros musicais quanto poéticos para se satisfizer. Ambos estão espelhados, a fim de compreender a canção em sua plenitude, colocando-a no centro da análise histórica. A canção é a palavra cantada, uma forma de expressão que exacerba a fala e que dela nasce por excelência. Implicando em uma aplicação melódica, a canção coloca em igualdade a música, um conjunto racionalizado de sons, com a poesia, articulando uma forma única de se transmitir algo.

Segundo Miriam Hermeto (2012), podemos compreender a produção da canção em um emaranhado de atores e espaços, abarcando uma “série de processos, sujeitos e atividades profissionais” (p.79), fazendo com que essa obra transite entre diversas porções socioculturais. Desta forma, o processo de produção conforma o resultado final da canção e “cria padrões de estética e de consumo, que passam a integrar o cotidiano da sociedade” (p.79). Nessa seara, podemos compreender a importância dos meios de comunicação de massa na circulação e apropriação da canção, sempre em consonância com o público: é na relação entre essas mídias e os públicos que se inicia o processo de apropriação da canção, sendo elas múltiplas tanto na forma como é percebida quanto na utilização. Como coloca a autora, “apresentadas, as representações são apropriadas pelos sujeitos, a partir de práticas específicas que implicam diferentes usos e interpretações” (p.86).

Este é um dos pontos mais complexos quando se analisa esse tipo de fonte/objeto. Com a canção sendo encarada como uma representação do contexto em que está inserida, Napolitano atenta para a articulação entre texto e contexto para compreendê-la e analisá-la. Entendendo que a história é descontínua, onde “apresenta uma sucessão assimétrica e irregular de projetos hegemônicos para cada área da vida social que dão forma a uma estrutura social também instável e de movimento e ritmo irregulares” (p.91), é essencial lançar mão dessa metodologia de análise onde privilegia a análise textual e contextual da canção.

Com relação à análise textual, o autor aponta para os parâmetros poéticos e musicais, colocando as especificidades de cada um, a fim de construir uma metodologia para o uso de canção dentro da história. Pensando sempre nessa dupla propriedade da canção, sempre em conjunto e complementando-se, atenta-se para os diferentes aspectos de ambas, como, por exemplo, o tema geral da canção, a forma da letra, o desenvolvimento; a melodia, o arranjo, a vocalização; sempre pensando em colocá-las em igualdade e em simbiose, alertando para o caráter total da noção de canção.

Já na análise contextual, prioriza-se o tempo e o espaço em que a canção foi produzida. É nesse ponto que o historiador encontra maior facilidade de se locomover e fincar suas balizas, porém é importante elencar que ambas as análises dessa abordagem possuem o mesmo valor de importância frente à análise da canção e do tema proposto. Segundo Napolitano, neste ponto, “cabe ao pesquisador traçar o mapa dos circuitos socioculturais e das recepções e apropriações da música, dependendo do enfoque da sua pesquisa” (p.100).

Nesse sentido, podemos levantar os estudos sobre cena musical como fator convergente entre o espaço urbano e a canção. Segundo João Freire Filho e Fernanda Marques Fernandes (2005), essa noção de cena musical oferece outros meios de análise das culturas jovens urbanas, frente a multiplicidade e heterogeneidade dos círculos e redes de sociabilidades encontradas no contexto dos espaços urbanos contemporâneos. Dessa forma, segundo os autores, vimos que o conceito nos permite uma análise aprofundada e ampla acerca desses sujeitos envolvidos, colocando luz tanto sob “contextos industrial, institucional, histórico, social e econômico como das estratégias estéticas e ideológicas que sustentam a produção musical urbana” (p.5).

Utilizando o conceito de cena musical, podemos evidenciar a metodologia da cartografia sonora para analisar aspectos musicos-urbanos da formação destas em certas regiões de Santa Catarina. As cenas, nesse caso, são evidenciadas como base de análise para a elaboração dessa cartografia das cenas de rock no Estado entre os anos de 1980 e 2000. Dialogando com Filho e Fernandes, as diferentes cenas possuem lógicas distintas, e formas de se relacionarem com o tempo e o espaço vivido da mesma forma, onde podemos explicitar a relação que “estabelecem com o tempo histórico e a localização geográfica” (p.6).

### **Cartografia do *rock* catarinense: um estudo exploratório**

Temos como ponto de intersecção, nesse caso, a cartografia como possibilidade de análise das diferentes cenas de *rock* em Santa Catarina, evidenciando aspectos diversos que foram



levantados anteriormente. Faz-se necessária, agora, uma análise sobre os usos dessa metodologia, para compreender o objetivo desse trabalho.

Dialogando com a ideia de “paisagens sonoras”, evidenciada por R.M. Schafer (1969), podemos compreender como a cidade é experimentada através de outros sentidos, colocando um olhar diferente sob as possíveis interações entre os corpos e os espaços. Ouvir a música, nesse caso, coloca o sujeito a par de interações diversas, que podem vir a conduzir as sociabilidades deslocadas pela canção. Na esteira dessa discussão, Herschmann e Fernandes (2015) propõem o uso das “territorialidades sônico- musicais” para compreender as ressignificações dos diferentes espaços públicos realizados através da canção, e, por conseguinte, “do imaginário, ritmo e cotidiano dessa urbe” (p.291).

A preocupação do uso desta metodologia se perfaz em uma análise melhor aprofundada sobre as relações entre o contexto urbano, e as diferentes dinâmicas socioculturais que estão elencadas a partir da ação dos sujeitos. Segundo Herschmann e Fernandes, esse estudo consegue chegar a aspectos que são, outrora, residuais (2015, p.297). Possuem essa natureza por evidenciar elementos que não estão postos por uma historiografia tradicional, que valoriza a fonte escrita frente a fontes orais, onde, por exemplo, narrativas de vida que outrora cairiam em mero esquecimento, ou que não encontrariam reverberação frente aos “grandes feitos” dos homens, são evidenciadas e postas como um rico manancial de fontes para compreender a ação dos atores no tempo. Assim, como coloca Verena Alberti (2000), “experiências individuais passaram a ser vistas como importantes para a compreensão do passado” (p.1), com um impulso da história cultural e política. Segundo Herschmann e Fernandes

Alguns cartógrafos estão considerando o ato de cartografar, portanto, como um conjunto de procedimentos de pesquisa por meio dos quais se busca contemplar e conferir destaque às diferentes narrativas presentes (considerando inclusive as fabulações que alimentam os imaginários locais), isto é, como um protocolo de investigação que promove a polifonia e que tenta investir na enorme riqueza social presente nos diferentes contextos (a qual quase sempre não é encarada com muita credibilidade pelos membros da academia) (HERSHMANN; FERNANDES; 2015 p.297).

Dentro dessa linha de análise, podemos entender a cidade como um espaço dinâmico, onde podemos observar diversas interações e redes de sociabilidades envolvidas em diferentes espaços, onde a construção de uma cartografia coloca-se como ferramenta de estudo. Assim, podemos compreender a cidade não apenas como uma construção urbanística realizada por diferentes “planos diretores”, por exemplo, mas como uma amálgama entre várias

sociabilidades que auxiliam na sua construção e ressignificação (HERSHMANN; FERNANDES; 2015 p.299).

Com essas colocações, podemos realizar um estudo exploratório sobre a cartografia da cena de *rock* em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 2000. Para tanto, preconizou-se, nesse trabalho, o olhar sob duas regiões do Estado: Grande Florianópolis e Norte Catarinense, por conta das fontes disponíveis e da relevância estadual que as bandas encontradas nesses espaços possuíam. Com relação as fontes, elencou-se trabalhos acadêmicos que abordam os aspectos de transformações urbanas dessas regiões, e também aqueles que se debruçam no estudo das cenas musicais no recorte temporal e espacial proposto. Além disso, traz blogs com informações sobre outras bandas, a fim de auxiliar na análise dos pontos propostos.

Podemos evidenciar que o processo de industrialização de Santa Catarina ocorreu de forma descentralizada, não tendo uma urbanização excessiva, segundo Ivo Theis e Luciana Butzke (2008). O desenvolvimento da indústria catarinense, para os autores, se deve em maior escala pelas estruturas sócio-econômicas das cidades, sendo que o principal ponto de análise seja a “organização setorial-espacial” (p.8). Segundo Goulart Filho (2007), vimos diversas empresas crescerem em praticamente todas as regiões do Estado, principalmente nas regiões do Vale do Itajaí (com as indústrias têxteis) e no Norte (com o setor eletro-metal-mecânico). Em Florianópolis, o que vimos é a vinda de empresas do setor de serviços, principalmente aquelas ligadas ao governo estadual, como a CELESC e a Eletrosul. Além disso, a vinda de duas universidades públicas (a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina) aumentou o número – já elevado, por conta das empresas citadas anteriormente – de migrantes de diversas partes de Santa Catarina.

Neste ponto, podemos lançar mão sobre uma cena de *rock* florianopolitana que não possui reverberação nacional tanto quanto à dos grandes centros urbanos do país. Podemos elencar alguns pontos com relação a essa ponderação, como a distância para com as grandes cidades, ou o alcance que as músicas daqui chegavam a outros centros. Porém, vimos bandas como *Expresso Rural* e *Tubarão*, que alcançaram certa notoriedade nacional, com suas músicas sendo executadas em outros espaços, e que contrastam com a ideia colocada acima de uma possível inexpressividade da cena florianopolitana. O que podemos levantar é que em Florianópolis a população urbana ultrapassa a rural somente nos anos 1980, evidenciando o caráter de cidade interiorana, mesmo sendo a capital do Estado. Segundo Luiz Felipe Falcão:

Seja como for, o resultado disto é que Florianópolis não é a cidade mais populosa de Santa Catarina, não alista o maior contingente de eleitores do Estado, não é o município que mais paga tributos, não acolhe o principal evento cultural catarinense (que é o Festival de Dança de Joinville), não promove a mais conhecida festividade em nível estadual (a Oktoberfest de Blumenau) e, em complemento, seus times de futebol não obtêm com frequência o título de campeão do Estado (FALCÃO, 2005, p.5).

Segundo Falcão, Florianópolis nunca foi um grande centro produtivo, agrícola ou industrial, e teve sua economia calcada no comércio e abrigando instituições da administração pública estadual. A partir dos anos 1960, vimos um crescimento no setor de serviços, com a instalação de duas universidades públicas (Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade do Estado de Santa Catarina), para além das privadas, redes de comunicação e diversas empresas estatais, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e a Eletrosul (FALCÃO, 2005, p.4). Como Michel Goulart da Silva (2010) coloca, esse processo veio a transformar a estrutura urbana da cidade, onde o centro estaria ligado estritamente com outras localidades do município (p.104).

Podemos ligar essa ideia a uma das maiores bandas do período, o *Expresso Rural*. Influenciados pelo *rock* rural, muito baseado no *folk* estadunidense, a banda alcançou notoriedade estadual a partir de seu primeiro álbum, *Nas manhãs do sul do mundo*, de 1982. A banda tinha como integrantes estudantes da UFSC proeminentes, principalmente, da região do Planalto Serrano. Muito daqui que preconizavam em suas letras – como a saudade do campo, ou as mazelas do crescimento urbano – são pontos que podem ser levantados com relação ao impacto perante a nova cidade, e as referências campestres das cidades menores. Um exemplo pode ser colocado através da música *Sol de Sonrisal*, deste mesmo disco, onde levanta como a cidade grande é cinza, sem vida, em contraste com o colorido do campo:

Lá na cidade a cor da moda agora é cinza / Coração cinza, terno cinza, amor cinza / Aqui no mato a cor da moda é arco-íris / Green, Blue, laranja, cor décor ao natural / Até a fumaça consumir sua cabeça / tem muita ideia sugerindo um visual / mas não pense que esse sonho é verdadeiro / Esse seu mundo iluminado por um sol de sorrisal/ Falta de verde vai fazer chover pra cima / Nuvens de caço soltam pingos de metal / No amor de um operário esquecido / Sob as bases de um parque industrial / Lá na cidade já tem rio pedindo água / Pulando cedo do seu leito pra fugir / Na esperança de não entrar pelo cano / Chegar ao mar antes de se poluir / Em edifícios que correm batendo palmas / Ofuscados pelas luzes de neon/ Nas avenidas que se vão em paralelas / Nunca se encontram pra poderem conversar /Sinceramente não liguem para o que eu digo / São só palavras de um ser dito normal / Que se passa o tempo passando o tempo com a vida / Mas que acredita na existência desse sol de sorrisal<sup>1</sup>

<sup>1</sup> LUCENA, Daniel; VELHO, Paulo. Sol de Sonrisal. In.: Expresso Rural – Nas Manhãs do Sul do

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

[www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)

Podemos traçar um paralelo, por exemplo, com Joinville, no Norte Catarinense, e com as cenas de *rock* lá colocadas. Diferente da capital do Estado, podemos enxergar uma grande industrialização na cidade, com diversas empresas, como Tupi, Tigre, Consul, tendo ela como sede de suas fábricas. Desde a segunda metade da década de 1970, o país atravessava por uma grande crise econômica, onde os grandes centros urbanos enfrentavam diversos problemas, como a falta de empregos, sistemas de saúde e educação ineficazes, condições impróprias para moradia e sem assistência estatal nas camadas baixas da população. Com uma classe média empobrecida, onde a o futura se demonstrava como uma grande área cinzenta, o *punk* encontrou reverberação.

Segundo Ricardo Neumann (2015), vimos na década de 1990 uma propagação de bandas desse estilo em Joinville, onde as estratégias de organização para shows, ou divulgação da cena, estavam na esteira do estilo *do-it-yourself*, onde o universo das quais a banda participava ou evidenciava seu trabalho, dependia dos próprios participantes.

Podemos encontrar nas regiões do norte catarinense e vale do Rio Itajaí, locais de ampla industrialização, uma grande proliferação de bandas que seguiam esse estilo musical. Além disso, preconizavam seus ideais e alavancaram a cena nesses espaços, realizando shows e abrindo novos lugares para tocarem. Podemos ligar essa grande concentração de bandas *punk* com o surgimento do próprio movimento, na Inglaterra da década de 1970. Com Margaret Thatcher como primeira-ministra, o país atravessou uma grande crise econômica, deflagrada pela falha do sistema neoliberal implementado no período. Cidades como Liverpool e Manchester, principais setores industriais do país, atravessaram graves crises, com o empobrecimento da sua população e o desemprego chegando a níveis alarmantes. Segundo Fábio Feltrin (2005), os jovens perderam a identificação com o estilo de vida de gerações passadas, onde estavam cada vez mais empobrecidos e com um futuro que se demonstrava nebuloso, onde o *punk* surge como uma manifestação política de contestação da realidade vivida (p.19).

Neste viés, poderíamos elencar uma série de bandas diferentes, seja em seu estilo dentro do próprio gênero, ou ainda com relação à performance ou formas de apresentação. Aqui, preconizamos aquela que se aproxima da relação com o *punk* colocado anteriormente, que é o caso da The Power of the Bira. Formada por cinco jovens de Joinville, alcançou grande reverberação na cena *underground* a partir da sua primeira *demo-tape*, Moisés Toca Teclado. Segundo a revista Panacea, “são 21 faixas entre músicas e regravações de uma banda que não

---

Mundo. Florianópolis: Expresso Rural. 1983, faixa 7 lado B.

leva nada a sério, muito menos a si mesma. Música pesada sem preocupações de tocar bonitinho ou de cantar certinho” (JMM KASI, 1994).

### Considerações Finais

Devemos ter claro que este trabalho trata-se de uma análise exploratória sobre um tema que ainda é pouco observado na área da história. Por conta disso, encontramos limites frente a metodologia e fontes, porém, trata-se de uma contribuição para o estudo da cena de rock em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 2000, uma vez que evidencia elementos que poderão contribuir para um estudo aprofundado do tema.

Em linhas gerais, podemos elencar a importância do estudo da cena musical como principal aporte teórico no estudo da canção. No caso da metodologia aqui proposta, a cartografia das “territorialidades sônico-musicais” (HERSHMANN; FERNANDES. 2015) nos coloca uma visão diferenciada sob o tema elencado. No caso em particular desse trabalho, dá-se início a uma discussão sobre a formação e consolidação de certas cenas de *rock* em diferentes partes de Santa Catarina. O caráter bucólico de Florianópolis, em contraste com a paisagem industrial de Joinville, pode nos dar indícios para compreender as cenas desses espaços.

A importância da ligação entre a arquitetura urbana e as redes de sociabilidades ali postas nos demonstra um campo fecundo para o historiador que tem como base o estudo das cenas musicais. No caso específico de Santa Catarina, podemos elencar com as práticas industriais e as formações da cidade, a fim de compreender a explosão de certos ritmos e, aprofundando a discussão, entender as vicissitudes das cenas aqui estudadas.

### Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram... XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH). Londrina, 2005.

FELTRIN, Fábio Francisco. *Canções de um fim de século: história, música e comportamento na década encontrada (1978-1991)*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

FERNANDES, Cíntia Sanmartín; HERSCHMANN, Micael. Usos da cartografia nos estudos de comunicação e música. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos, UNISINOS*, set-dez 2015.

FERNANDES, Fernanda Marques; FILHO, João Freire. Jovens, Espaço Urbano e Identidade: reflexões sobre o conceito de Cena Musical. In: Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UERJ, 2005.

GOULART FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007

HERMETO, Miriam. Palavras, sons e tantos sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MOTA, Rodrigo de Souza. Rock dos anos 1980, prefixo 48: um crime perfeito? Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 235-289. (1. ed. 2005).

NEUMANN, Ricardo. A cena alternativa norte catarinense. Anais do II Congresso Internacional de Estudos do Rock. UNIOESTE, Paraná, 2015.

ROSA, Pablo O. Rock Underground – uma etnografia do rock alternativo. São Paulo. Radical Livros. 2007.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo. Ática. 1993.

SCHAFER, R.M. The new soundscape. Vancouver, Don Mills, 1969.

SILVA, Michel Goulart da. Uma cidade em disputa: representações das transformações urbanas em Florianópolis no contexto da aprovação do Plano Diretor de 1976. In: CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Florianópolis no tempo presente. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2010.

THEIS, Ivo Marcos ; BUTZKE, Luciana . Planejamento e Desenvolvimento Desigual em Santa Catarina. In: Olga Lucia C de Freitas Firkowski. (Org.). Transformações Territoriais: Experiências e Desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

WISNIK, José Miguel. O Som e o Sentido – Uma outra história das músicas. São Paulo. Companhia das letras. 2006.

## A História Cantada: História, Cultura e Música

**André Luiz Rocha Mattos Caviola**

Graduando em História  
Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH)  
E-mail: andrecaviola@live.com

**Guilherme Amormino Gomes**

Graduando em História  
Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH)  
E-mail: guilherme.amormino@yahoo.com.br

**Lucas Romano Silva**

Graduando em História  
Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH)  
E-mail: lucasromano23@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo desenvolver novas metodologias em sala de aula para o ensino de História por meio da utilização da música. Realizado através da parceria entre o Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH) e a E.E. Olegário Maciel, alunos do ensino médio foram convidados a participar do projeto desenvolvido entre os meses de outubro e novembro de 2016, através da audição de músicas, aulas expositivas e seminários.

**Palavras-Chaves:** educação; história; cultura; música;

**Abstract:** The present Project had as objective to develop new methodologies to teach history in classroom using music. Realized through the partnership between Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH) and E.E. Olegário Maciel, high school students were invited to join the project executed between October and November 2016, through the listening of music, lectures and seminars.

**Keywords:** education; history; culture; music

### Introdução

Para Clifford Geertz, ao adentrarmos no campo das práticas culturais, devemos indagar “o que está sendo transmitido com a sua ocorrência através da sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho.”<sup>1</sup> Logo, não devemos descartar nenhum tipo de representação realizada por determinada sociedade ou grupos culturais, pelo contrário, faz-se necessário a utilização dessas práticas como fonte interpretativa e de entendimento.

Ao pensar a música como uma representação cultural inserida em uma rede de significados e significantes dentro de um tempo histórico específico, é possível identificar nesse

---

<sup>1</sup> GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das culturas*, p. 8.



produto não só a criação artística de um autor ou compositor, mas uma manifestação legítima de seu tempo. Através de versos cantados, o cotidiano é contemplado.

Sobre música como fonte histórica, Claudia de Assis, Jonas Lara e Marcos Cardoso, afirmam:

(...) a música enquanto fonte histórica pode prover uma série de informações novas ou mesmo reinterpretções de fatos, possibilitando uma compreensão mais abrangente dessa rede de significados múltiplos, própria da cultura. A música não reflete a história. Ela atua com a história.<sup>2</sup>

A partir da demanda por um ensino interdisciplinar na educação, que promova o diálogo entre as diversas disciplinas, o Ministério da Educação elaborou uma série de seis temas transversais – ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e temas locais – para serem trabalhados em sala de aula.

Segundo o Ministério da Educação,

o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental.<sup>3</sup>

Utilizar a música como meio para o desenvolvimento da prática de ensino foi o objetivo buscado através da audição das canções, procurando entender como esses temas inerentes ao cotidiano foram significados pela sociedade.

Neste trabalho, a música, no contexto de sua produção e seus significados ao longo do tempo, aparece como fonte principal para o ensino de História e o desenvolvimento de novas práticas didáticas, estabelecendo a relação entre o lúdico e o conteúdo teórico presente nos livros de ensino.

Ao longo do trabalho escrito serão discutidas questões sobre como a História e suas metodologias de ensino precisaram ser repensadas ao longo dos anos. Sob essas novas diretrizes, uma nova relação foi proposta entre a História e a Música, ou seja, a música deixa de ser mero entretenimento e passa a ser encarada como uma representação cultural de determinada sociedade e em determinado tempo histórico. As pessoas utilizam-se da arte e de outras representações para constituírem-se sujeitos.

---

<sup>2</sup> ASSIS, Ana Cláudia; LANA, Jonas; CARDOSO, Marcos, *Música e história: desafios da prática interdisciplinar in: Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas. Vol. 1*, p. 14.

<sup>3</sup> BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*, p. 15.

Para realizar tal empreendimento, a metodologia foi pensada e dividida da seguinte forma: **a)** um questionário foi aplicado no primeiro encontro com a turma para um mapeamento das preferências musicais dos alunos; **b)** foi realizada uma aula expositiva sobre a relação entre História, cultura e música e a música como representação cultural; **c)** após o levantamento dos dados do questionário, foram escolhidas três canções a partir da preferência dos alunos (os compositores ou músicas que mais se repetiram) e mais três canções por nossa parte. Esta etapa foi dividida em três aulas e a cada encontro eram trabalhadas duas músicas; **d)** no último dia, os alunos dividiram-se em grupos e realizaram um relatório sobre os encontros e os assuntos debatidos em forma de seminários;

A escola escolhida para o desenvolvimento do projeto foi a Escola Estadual Olegário Maciel, situada na Avenida Olegário Maciel, número 422, no Centro de Belo Horizonte. A instituição oferece o ensino médio e a educação de jovens e adultos em forma de supletivo. Trabalhamos no turno da tarde, tendo como público alunos do ensino médio, escolhidos pelo diretor Michael Rodrigues e pela coordenadora pedagógica Luciana Franca.

### **Da Necessidade de Repensar a História e suas Práticas de Ensino**

A História é reescrita porque o presente muda<sup>4</sup>. Admitindo que a contemporaneidade é pós-moderna, deve-se perguntar: Como fazer História neste contexto? O que a História pode oferecer para o ocidente neste tempo? O que deve ser valorizado, negado e/ou problematizado? Como escrever História?

Para responder as seguintes questões, primeiro é necessário definir o que é pós-modernidade. Keith Jenkins apresenta o conceito de pós-modernidade construído por Lyotard como o fim daqueles

velhos quadros de referência que pressupunham a posição privilegiada de diversos centros (coisas que eram, por exemplo, anglocêntricas, eurocêntricas, etnocêntricas, logocêntricas, sexistas) já não são mais considerados legítimos e naturais (...), mas temporários, ficções úteis para formular interesses que, ao invés de universais, eram muito particulares.<sup>5</sup>

Estes antigos centros, ao entrarem em crise, fazem “surgir novas identidades fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> REIS, José Carlos, *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*, p. 7.

<sup>5</sup> JENKINS, Keith. *A História Repensada*, p. 94.

<sup>6</sup> HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, p.7.

Desta maneira, a ideia de um sujeito que emerge no nascimento, sempre em evolução, dotado de uma razão que determina sua vida e está acima de todas as coisas, cai por terra. No mundo pós-moderno (e conseqüentemente globalizado) o indivíduo está em constante construção de si, adotando de diversas culturas – antes inimaginavelmente conciliáveis – características para a formação de sua identidade.

Essas novas identidades culturais fazem pensar o historiador: essa identidade fragmentada é exclusividade do presente?

Partindo do último questionamento, surgem novas abordagens para a História, que valorizam o sujeito enquanto construtor de si, analisando o campo no qual está inserido, a relação de forças neste e a influência desta dinâmica na sua formação, anunciando um sujeito que seja agente ativo da História. O historiador passa a buscar no passado os indícios deste movimento no cotidiano, nas relações estabelecidas por estes sujeitos.

Para esta abordagem, as fontes são ampliadas: literatura, música, cinema, cartas, e tudo mais onde houver ação do homem, pois nestes vestígios há indícios para a atividade de reconstruir mundos, que é

uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos.<sup>7</sup>

Além de repensar a História e suas abordagens, é necessário também pensar a sua docência e suas possibilidades dentro do ambiente escolar.

A instituição escolar, embora goze de maior prestígio que as demais instituições modernas no mundo pós-moderno, vive uma crise de sua credibilidade. Como

(...) é característica das instituições sociais, a escola, quase sempre, nos aparece naturalizada, como se sempre tivesse existido, como se não fosse uma criação social e histórica recente, como se não fosse pensável o seu desaparecimento. Ao mesmo tempo, vozes de todos os lugares da sociedade enunciam a crise da escola e, como também é comum na história das instituições modernas, propõem a sua urgência e necessária reforma.<sup>8</sup>

Embora apareça naturalizada, é evidente a necessidade de repensar o espaço escolar e as práticas em seu ambiente. O modelo tradicional há muito é incapaz de responder às demandas da sociedade.

<sup>7</sup> DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*, p.7.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade*, p. 1-2.

Portanto, o que deve fazer a escola na contemporaneidade? Dayrell, ao discutir a escola como espaço sociocultural, mostra a importância dela na formação do educando como cidadão, por ser

o lugar de encontrar e conviver com os amigos; o lugar onde se aprende a ser "educado"; o lugar onde se aumenta os conhecimentos; o lugar onde se tira diploma e que possibilita passar em concursos. Diferentes significados, para um mesmo território, certamente irão influir no comportamento dos alunos, no cotidiano escolar, bem como nas relações que vão privilegiar.<sup>9</sup>

Então, para que vai servir a História na escola, já que “o conhecimento do passado parece inútil, pois o atual não repete o acontecido”<sup>10</sup>? José Carlos Reis responde

que o conhecimento do acontecido é uma referência para o atual, que deixa de experimentar sua atualidade em silêncio e isolamento. A História tem, portanto, uma utilidade pragmática de valor incalculável: estabelece o diálogo entre os homens passados, em suas situações e soluções específicas, e os homens do presente, em seus problemas específicos. Esse diálogo entre presente e passado aumenta, no presente, o número de participantes no debate e o das capacidades inventivas, pela introdução dos homens e das criações passadas.<sup>11</sup>

Portanto, assim como a História muda, a escola também o faz. Essa mudança cria a necessidade de novas abordagens e práticas da História para a formação dos sujeitos que frequentam essa instituição, mostrando-lhes, no tempo, seus possíveis pares.

## História e Música

Se a História é o estudo dos homens no tempo, como afirma Marc Bloch, podemos considerar que as suas produções ao longo do tempo também o são. Tratam-se de recortes de determinadas sociedades que nos trazem como essas pessoas se apropriavam das canções como forma de denúncia e manifestação cotidiana, tornando-se fontes históricas para trabalharmos em sala de aula.

A nova História Cultural, ciente da necessidade de repensar a História,

propõe uma reviravolta na abordagem histórica: expansão de temas e de objetos da história; novos tipos de fontes (partituras, fonograma, documentários, programas de TV, filmes, fontes orais; ver PINSKY 2005) e a mudança na leitura do documento (LE GOFF, 2003); retorno da narrativa; interesse por temas marginais (a história vista de baixo); ênfase nos conceitos do imaginário, representação, mentalidades, ideias; estudos focados nas práticas sociais, dentre outras questões. Nessa perspectiva, a história cultural

<sup>9</sup> DAYRREL, *A escola como espaço sociocultural*, p. 6.

<sup>10</sup> REIS, José Carlos. *A História Entre a Filosofia e a Ciência*, p. 115.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 115.

representa um potencial campo de trabalho também para os estudos musicais. Não é à toa que, diante de um panorama tão prolífero de trocas entre música e a história, Peter Burke – historiador inglês – afirmará que, “para um estudo de caso na história das *representações*, a musicologia é uma disciplina em que alguns praticantes agora se definem como historiadores culturais”. (BURKE, 2005, p. 86).<sup>12</sup>

Dentro da dinâmica do ensino médio, o livro didático é incapaz de trabalhar todos os elementos propostos pela micro história. Alguns trazem indicações sobre músicas, espetáculos de teatros e filmes, mas muitas vezes essas indicações passam despercebidas aos olhos do professor e dos alunos.

Reproduzir as canções em sala de aula (seja através da execução ou da reprodutibilidade) é acenar para novas possibilidades de ensino. É dar voz para os alunos interpretarem e dialogarem diretamente com um outro tipo de fonte – tão comum a eles, mas sob condições diferentes – e assim construírem suas próprias percepções e olhares.

Para Edgar Morin, “vivemos em um mundo de incompreensão entre estranhos, mas também entre membros de uma mesma sociedade, de uma mesma família, entre parceiros de um casal, entre filhos e pais”.<sup>13</sup> Para ele, a saída deste mundo de incompreensão está na *ética da compreensão humana* e nos seus campos de possibilidades, ou seja, a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do saber, como a Literatura, a Filosofia, a História, o Cinema e a Psicologia, possibilitará essa ética.

Seguindo esta lógica, um ensino interdisciplinar entre a História e música, pode fornecer as seguintes perspectivas:

- a) Estudar a composição através da poética utilizada na letra, possibilitando ao adolescente apropriar-se dessas riquezas e utilizá-las na relação com o outro.
- b) Estudar a composição como documento histórico, elucidando as diversas formas de resistências e denúncias utilizadas por outras pessoas para reivindicarem suas pautas.
- c) Estudar os ritmos, a musicalidade e os instrumentos, trabalhando questões sobre as matrizes culturais brasileiras e suas contribuições na área de cultura e na construção da sociedade brasileira.

---

<sup>12</sup> ASSIS, Ana Cláudia; LANA, Jonas; CARDOSO, Marcos, *Música e história: desafios da prática interdisciplinar in: Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas. Vol. 1*, pp. 12-13.

<sup>13</sup> MORIN, Edgar, *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*, p. 51.

d) Estudar a partir de uma construção do cotidiano, expondo as relações sociais existentes, os diálogos propostos e as narrativas em foco e, ao mesmo tempo, estabelecendo relações com o cotidiano e questões atuais.

Por fim, a música “pressupõe condições históricas especiais que na realidade criam e instituem as relações entre som, criação musical, instrumentalista e o consumidor/receptor”<sup>14</sup>. Levar a música para a sala de aula e utilizá-la como auxílio à prática didática possibilita novas realidades na relação entre o ensino e o aprendizado, podendo oferecer uma prática mais lúdica em diálogo com diversas áreas do saber, incentivando a análise crítica por parte do aluno e uma compreensão dos acontecimentos através do viés cultural.

Como afirma José Geraldo Vince de Moraes, “a canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social”<sup>15</sup>. Traçar este panorama e possibilitar que os alunos recebam informações para articularem em forma de conhecimento foi o um dos objetivos deste trabalho.

### **A História Cantada**

A *história cantada* foi o nome pelo qual decidimos chamar a prática didática, pois através das canções falamos sobre os acontecimentos históricos partindo da perspectiva da nova História Cultural e Social como abordados nos capítulos anteriores do trabalho.

A primeira etapa do desenvolvimento, depois do contato inicial com a escola e a escolha dos alunos por parte da instituição, consistiu na aplicação de um questionário para conhecimento dos alunos por parte do grupo, onde pedia-se resposta às seguintes perguntas:

- 1) Você toca algum instrumento musical, canta, dança ou participa de algum grupo artístico? Especifique.
- 2) Escreva os cinco artistas brasileiros de que mais gosta.
- 3) Escreva as cinco músicas brasileiras de que mais gosta.
- 4) Qual a importância da música na sua vida?
- 5) Para você, o que é cultura?

---

<sup>14</sup> MORAES, José Geraldo Vince, *História e música: canção popular e conhecimento histórico in: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.20, n° 39, p. 203-221, p. 211.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 204.

6) Para você, o que é representação cultural?

7) Você acha que existe alguma relação entre História e música? Justifique.

Ao aplicar o questionário, tivemos as músicas e artistas da escolha dos alunos, e assim escolhemos a metodologia utilizada. A ordem *natural* de como funciona o processo de ensino e aprendizado, em algumas situações, foi reestruturado.

A prática de ensino partiu do próprio entendimento da turma sobre as questões propostas em forma de questionário. As músicas escolhidas foram de acordo com o que mais se repetiu no questionário, relacionadas à outras canções selecionadas pelo grupo.

As abordagens sobre o “O que é cultura?”, “O que é representação cultural?” e “Qual a relação existente entre História e música?” foram realizadas com base nas respostas dos alunos. Utilizou-se da resposta e entendimento dos alunos para inserirem-se novos conceitos pautados em referências acadêmicas.

Se a música é uma “fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a História de setores da sociedade pouco lembrados pela historiografia”<sup>16</sup>, nada mais justo do que começarmos a partir da necessidade dos alunos, já que as experiências individuais são pouco lembradas por parte de alguns professores, lançando um olhar homogeneizante sobre os estudantes.

Após esse primeiro encontro e com base no estudo realizado dos questionários, foram escolhidas as seguintes canções e os respectivos temas transversais: *Panis et Circense*<sup>17</sup> e *Geração Y*<sup>18</sup> para o primeiro encontro, onde foi trabalhado o tema “Cidadania”; *Índios*<sup>19</sup> e *A Peste*<sup>20</sup> para o segundo encontro, com o tema “Minorias”; e *Comportamento Geral*<sup>21</sup> e *O Portão do Céu*<sup>22</sup> para o terceiro encontro, onde foram trabalhados os temas “Política Atual” e “Conflitos Sociais”.

O contexto da produção da canção e as apropriações ao longo do tempo foram trabalhados em sala de aula, junto aos temas transversais. Ao falar das canções *Panis et*

---

<sup>16</sup> MORAES, José Geraldo Vince, *História e música: canção popular e conhecimento histórico in: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.20, n° 39, p. 203-221, p. 205.

<sup>17</sup> Caetano Veloso e Gilberto Gil.

<sup>18</sup> Tom Zé.

<sup>19</sup> Renato Russo.

<sup>20</sup> Ângela Carneosso e a Peste.

<sup>21</sup> Gonzaguinha.

<sup>22</sup> Projota.



*Circenses e Comportamento Geral*, por exemplo, os anos da ditadura e as formas de resistências foram discutidos. Ao falar de *Índios*, o período da redemocratização e o projeto de um país democrático, libertário e inclusivo que estava em jogo foram abordados. Quanto às canções *Geração Y*, *A Peste* e *Portão do Céu*, situações atuais foram trabalhadas, como as manifestações de junho de 2013, eleições presidenciais, golpe jurídico-parlamentar, reforma da educação via medida provisória, PEC 241 e ocupação das escolas.

A metodologia utilizada para explorar as canções deu-se da seguinte maneira: as canções eram reproduzidas via equipamento de som, e depois dava-se início aos seminários, no qual os alunos expunham seus pontos de vista, dialogavam entre si e conosco sobre suas percepções sobre a letra das canções, as prováveis intenções do autor e as múltiplas interpretações possibilitadas pela obra onde discutíamos também sobre o autor, o período da composição e o contexto histórico em questão.

Para os autores Ana Cláudia de Assis, Jonas Lara e Marcos Cardoso, ao falarem da relação entre História e música, “a prática musical deixa de ser tratada como algo isolado e desconectado de sua realidade exterior, exigindo da musicologia a incorporação de conhecimentos desenvolvidos em outras áreas”<sup>23</sup>. Logo, foi utilizada a capacidade de conectar pessoas que a música possui - seja através da amizade, das preferências, do afeto e do interesse – a sua relação com a realidade exterior e o diálogo com outras áreas do saber, como norteadores para o desenvolvimento da metodologia.

Passados os encontros, os alunos foram divididos em grupos, de acordo com suas preferências, e produziram um relato da experiência em sala de aula através das discussões pautadas na relação entre o ensino de História por meio da música.

### **Considerações Finais**

Para Nietzsche, na sua II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida, “não queremos servir à história senão na medida em que ela sirva a vida”<sup>24</sup>. Uma História sem relação com o cotidiano, que não expresse as demandas atuais, não teria motivo de existir, já que “temos a necessidade dela para viver e para agir, não

---

<sup>23</sup> ASSIS, Ana Cláudia; LANA, Jonas; CARDOSO, Marcos, *Música e história: desafios da prática interdisciplinar in: Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas. Vol. 1*, p. 13.

<sup>24</sup> NIETZSCHE, Friedrich, *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade da História para a vida in: Escritos sobre história*, p. 68.

para nos afastarmos comodamente da vida e da ação e ainda menos para enfeitar uma vida egoísta e as ações desprezíveis e funestas”<sup>25</sup>.

Ao utilizarmos da música como fonte histórica e como uma nova forma para pensarmos a relação entre ensino e aprendizado, procuramos nos aproximar da vida e da ação. Utilizamos de um hábito comum a maioria das pessoas. A música ilustra a vida. Existem programas de TV, *jingles* publicitários, festas, filmes, espetáculos teatrais, discos, e infinitas situações onde a música possui participação e/ou, pelo menos, está presente.

Ao pensarmos a relação sobre História e música, “poderíamos dizer que Música é História, inclusive na reprodução da relação circular com o homem: também a Música o submete em sua trama temporal ao mesmo tempo em que pelo homem é criada”<sup>26</sup>.

Portanto, como fim último deste trabalho, está a tentativa de propor novas abordagens para a relação entre História, música e práticas de ensino. E com a sua finalização, resta o prazer de termos desenvolvido este projeto com a certeza de que novas metodologias não são apenas possíveis, mas necessárias.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. In: Áurea da Paz Pinheiro e Sandra C. A. Pelegrini. (Org.). Tempo, Memória e Patrimônio Cultural. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2010, v. 1, p. 55- 72. Texto disponível no site: < <http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf> >

ARCANJO, Loque – *História da música: reflexões teórico-metodológicas* – Revista Modus – Ano VII / N° 10 – Belo Horizonte – Maio 2012 – p. 9-20.

\_\_\_\_\_. - *Os sons de uma nação imaginada: as identidades musicais de Heitor Villa-Lobos* – Belo Horizonte: Letramento, 2016.

BENJAMIM, Walter, 1985 – *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura* - tradução Sérgio Paulo Rouanet – 3° edição – Editora Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc, 1886-1944 – *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre – *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*; tradução, Maria Lúcia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>26</sup> ASSIS, Ana Cláudia; LANA, Jonas; CARDOSO, Marcos, *Música e história: desafios da prática interdisciplinar in: Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas. Vol. 1, p. 7.*

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. *Educação Patrimonial: programa mais educação*. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialProgramaMaisEducao\\_fas1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_fas1_m.pdf)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educao_Patrimonial.pdf)>

\_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

BURDASZ, Rogério (org) 2009 – *Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas* – Goiânia, GO - ANPPOM, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo, 1997 – *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* – Rio de Janeiro, RJ - Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. – *A escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DARNTON, Robert - *Boemia Literária e Revolução*; tradução Luís Carlos Borges – São Paulo: Companhia das letras, 1987.

DAYRELL, Juarez Tarcísio – *A escola como espaço sócio-cultural* – Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/62833228/Texto-A-Escola-como-espaco-socio-cultural-Dayrell-dia-02-de-setembro>>

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix – *O que é a Filosofia?*; tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz – 1. ed. – São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. – *Microfísica do poder*; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREUD, Sigmund, 1856-1939 – *Obras completas, volume 16: o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*; tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das letras, 2011.

GEERTZ, Cliford, 1926 – *A Interpretação das Culturas* – 1º ed., 13º reimpressão – Rio de Janeiro, Rj – LTC, 2008.

HALL, Stuart. (2014) - *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Lamparina.

JENKINS, Keith – *A História repensada*; tradução de Mário Vilela – 4. Ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

LE GOFF, Jacques (2013) - *História e Memória*. Campinas. Editora Unicamp.

MAFFESOLI, Michel – *O Instante Eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*; tradução Rogério de Almeida, Alexandre Dias. – São Paulo, Zouk, 2003.

MORAES, José Geraldo Vinci de, 2000 – *História e música: canção popular e conhecimento histórico* - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, no 39, p. 203-221. 2000 – São Paulo, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/28422/S0102-01882000000100009.pdf?sequence=1>>

MORIN, Edgar, 1921 – *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* – tradução de Eloá Jacobina. – 8 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. - *Os sete saberes necessários à educação do futuro* – tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya - 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

NAPOLITANO, Marcos, 2002 – *História & música – história cultural da música popular* – Belo Horizonte. Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_.; WASSERMAN, Maria Clara, 2000 – *Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira* - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, no 39, p.167-189. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2985.pdf>>

NIETZSCHE, Friedrich – *Escritos sobre história*; apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

REIS, Arthur Octávio Dutra C., 2014 – *Walter Benjamin e a música popular* - Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 2o quadrimestre de 2014 – Vol. 7 – no 2 – pp.01-09. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v7n2/reis.pdf>>

REIS, José Carlos – *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. – 4. Ed., ver. Ampl. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. - *As identidades do Brasil, Varnhagen a FHC* – 8 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul – *História e Verdade*; Tradução de F. A. Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira*. Campinas. AUTORES ASSOCIADOS, 1996.

## Delírios Antropofágicos

**Nathalia Guimarães e Sousa**

Graduanda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: nathaliagsb@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho se constitui como um processo de análise de discurso, que busca a compreensão da mensagem e suas significações em relação a determinado contexto histórico. Assim posto, o objetivo que se desnuda é o desenvolvimento de uma pesquisa que visa perceber como o tropicalismo, e Caetano Veloso, especialmente, procuraram retomar elementos da antropofagia modernista - em especial, Oswald de Andrade - e articular o "popular" com o "erudito". A construção desse tema será empreendida sob uma perspectiva interdisciplinar buscando a interlocução entre música e história como um possível exercício "antropofágico" oswaldiano, com o intuito de investigar, nas entranhas do universo de brasilidades, características sociais e culturais imanentes às particularidades nacionais. A busca pela interpretação do real, através do imaginário discursivo, expõe o delírio tropical de Caetano Veloso, com posicionamentos polêmicos sobre a política brasileira, prenhe de figuras de linguagem paradoxais, expressas em suas músicas, poesias e textos diversos.

**Palavras-chave:** Tropicália; Música; História; Cultura Popular; Cultura Erudita.

**Résumé:** Ce travail prétend faire une analyse du discours, pour comprendre laa message et leur signification par rapport a un contexte historique déterminé. Le but est le développement d'une recherche qui veut apercevoir comme le "tropicalismo", e Caetano Veloso, notamment, ont cherché des éléments auprès de la antropofagie moderniste, principalement en Oswald de Andrade, en articulant le populaire et l'érudit. La construction de ce thème sera faite sous une perspective interdisciplinaire, en quette de l'interlocution entre la musique et l'histoire, comme une possibilité de s'utilisé l'antropofagie "oswaldiana" dans une investigation, sur l'univers de "brasilidades", sur les caractéristiques sociales et culturels immanent aux particularismes nationales. La quette pour l'interpretation du réel, através l'imaginaire discursif, expose le delire tropical du Caetano Veloso, avec ses posicionaments polemiques sur la politique brésilienne, plein de figures de rhétorique paradoxales dans ses musiques, poèmes et textes diverses.

**Palavras-chave:** Tropicália; Música; História; Cultura Popular; Cultura Erudita.

O presente trabalho objetiva analisar o discurso verbomusical presente nas canções de Caetano Veloso, articulando nessa investigação o conceito de "circularidade cultural" construído por Carlos Ginzburg (2006). O intuito é a verticalização do meu olhar sobre como, um dos principais representantes do movimento tropicalista, Caetano Veloso, transita entre os parâmetros definidos como "alta cultura" e "indústria cultural" buscando estabelecer uma nova linguagem que hibridamente integrasse o "popular" e o "erudito".

O título desse trabalho "DELÍRIOS ANTROPOFÁGICOS: entre a devoração e a vanguarda tropicalista, por que não?" indica a ideia principal a ser desenvolvida. Portanto, a delimitação do tema e seu marco temporal podem ser extraídos do mesmo. A alusão à antropofagia advém do legado oswaldiano, mais precisamente, do Manifesto Antropofágico de 1922, do qual os tropicalistas tomaram como referência para o questionamento de valores

políticos, comportamentais e estéticos, na busca pela desmistificação da identidade brasileira pacífica e ingênua mediante o período da ditadura civil-militar. O antropófago, na figura camaleônica de Caetano Veloso, é indicativo da devoração da tradição nacional-popular da música engajada e da proposição de um movimento vanguardista, que voltava seu olhar para as experiências urbanas realistas, sem, no entanto, abrir mão de elementos e valores tradicionais. É nesse mosaico cultural que se vislumbra as polêmicas e paradoxos caetanescos. Portanto, o recorte temporal vai do ano de 1967 a 1973, em função do impacto causado em 1967, no Festival da Canção da TV Record, com a música Alegria, Alegria e pelo retorno de Caetano ao Brasil de seu exílio em Londres. O “por que não?” refrão da citada música, foi propositalmente apresentado no título como síntese de uma proposta poético-musical, que dialeticamente expôs as fissuras de um período de exceção.

Ao propor um projeto de pesquisa é quase tautológico expressar as dificuldades para a escolha de um tema. Ao considerar minhas experiências musicais e a proximidade e admiração com esta expressão artística fui impulsionada a estabelecer uma articulação entre duas áreas do conhecimento humano: música e história.

Tal como numa odisséia, guardadas as devidas proporções não homéricas, transitei pelos “porões da ditadura”, em especial, por estarmos vivendo o recrudescimento de posturas conservadoras, que se impõe numa polarização entre direita e esquerda, maniqueísta e simploriamente, expressa na luta do bem contra o mal. Neste sentido, a busca pelo diálogo entre diferentes dimensões do saber conduziu à observação e audição das expressões musicais na época da ditadura civil-militar.

O movimento tropicalista inaugurado na década de 1960 propôs recriar a arte e a cultura brasileira a partir de uma síntese que consistia em “uma verdadeira força na cultura popular e uma fonte contínua de inspiração para diversas gerações de artistas, escritores e músicos”. (BASUALDO, 2007, p.09)

A Tropicália, desde a sua origem, buscava trazer características de um radicalismo cultural, com o objetivo de romper com uma cultura que, até então estava vigente, ou seja, a bossa nova e os nacionalistas. Este nome remonta de um manifesto publicado no jornal *Última Hora* por Nelson Motta com o nome de “Cruzada Tropicalista”.

O movimento tropicalista tinha como corolário aspirações de uma antropofagia à la Oswald de Andrade com seu manifesto de 1922: consumir elementos arcaicos de nossa



brasilidade, influências estrangeiras, até então criticada fortemente pela corrente nacional-popular e elementos da cultura rural, nordestina somados à urbanização moderna das grandes cidades, mastigar e regurgitar algo inteiramente novo.

Música, teatro, cinema e artes plásticas, o “tropicalismo” abarcava todos esses campos do conhecimento que, no seu início, se manifestava de maneira bastante heterogênea, ou seja, seus idealizadores possuíam elementos que dialogavam entre si, mas muitos outros os separavam. (NAPOLITANO, 2014)

Tropicália, “obra-ambiente” de Hélio Oiticica é explicada pelo artista como:

Nova linguagem com elementos brasileiros, numa tentativa extremamente ambiciosa em criar uma linguagem que poderia ser nossa, característica nossa, na qual poderíamos nos colocar contra uma imagética internacional. (OITICICA, in: NAPOLITANO, 2014, p.64)

Dessa forma, os tropicalistas se apropriavam de elementos nacionais, arcaicos e modernos, assumiam e expunham uma arte contestadora dos padrões vigentes.

Portanto, a determinação do período, que alguns historiadores denominaram de Golpe de 64, amplamente investigado e reinterpretado à luz de novas abordagens, novos objetos e novos problemas, tal como nos inspiraram Jacques Le Goff e Pierre Nora, tem o intuito de contribuir para o descortinar sobre a forma como as atitudes e posturas políticas das grandes forças, e também de cada um de nós, seja individual ou coletivamente, podem mudar os rumos da história.

Destarte, o problema central que norteará a construção dessa pesquisa é compreender: de que maneira Caetano Veloso, inserido no movimento tropicalista, retoma elementos da antropofagia modernista e desenvolve práticas discursivas que promoveram a articulação entre o "popular" e o "erudito"?

Daí o conceito de “circularidade cultural” de Ginzburg, que dessacraliza a dicotomização entre cultura erudita e cultura popular e propõe uma nova forma de interpretação permitindo inferências sobre o fluxo criativo que circula entre o mundo popular e o da cultura hegemônica. A ideia de circularidade fornece subsídios teórico-metodológicos para a apreensão da antropofagia, do mergulho nos interstícios de brasilidade que Caetano Veloso representa. (GINZBURG, 2006)

Valendo-se desse conceito, Ginzburg estabelece que elementos culturais diversificados estão interligados entre si, cada qual a seu modo, num emaranhado entre o erudito e o popular.



A apropriação deste conceito para analisar o discurso verbomusical de Caetano Veloso se faz necessária na medida em que a trajetória do cantor e compositor é permeada pela pluralidade ou hibridismo cultural durante toda sua vida e que assim, influenciaram no modo de produção de suas canções.

Sendo assim, é importante salientar que neste trabalho utilizarei acepções acerca do termo cultura em suas ramificações das quais derivam os conceitos de “cultura popular” e “cultura erudita”.

Portanto, é premente conceituar objetivamente o que se entende por “música popular”, conceito esse que se transformou durante o correr dos anos. Inicialmente a intenção era caracterizar o que seria a música folclórica com o intuito de desvendar uma essência nacional, posteriormente utilizado para definir a música rural. Sua essência está na gênese popular, que vem do povo e não é imposta pela indústria ou por uma elite. Já “cultura popular de massa” está inserida, segundo Adorno (2006), num processo que envolve a indústria cultural, ou seja, o produto que possui essa denominação é considerado sem valor cultural, um produto comercializável, imposto, absorvido e consumido pela maioria da população através dos meios de comunicação. Já a terminologia “cultural erudita” passa pela noção de sofisticação, considerada como superior e de acesso restrito, geralmente interligada ao poder econômico de seus consumidores. (ADORNO, 2006)

Tomado muitas vezes em oposição ao considerado como “popular”, o conceito de “erudito” surge vinculado à ideia de sofisticação, de alta cultura, de superioridade e restrita a um público distinto por seu poder econômico e seu capital cultural. De maneira dialética, principalmente se considerarmos as lutas e tensões sociais de meados do século XIX, contribuíram para a dicotomização entre “popular” e “erudito”. (NAPOLITANO, 2016)

Portanto, uma contextualização histórica que permeie as definições desses conceitos é fundamental para a produção de sentido que, através da análise do discurso verbomusical e do eixo metodológico de circularidade cultural, contribua para identificar a articulação entre o “popular” e o “erudito” característico da produção musical de Caetano Veloso.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, no dia 25 de novembro do ano de 1967, Augusto de Campos ressaltou a relevância da vanguarda de Caetano Veloso ao conectar o “popular” e o “erudito” na gênese de sua canção.

A canção intitulada *Alegria, alegria*, segundo diversas publicações, inaugurou uma nova era no cenário nacional, trazendo uma nova forma de tratar oswaldianamente a música, ou seja, rompendo com padrões da MPB nacionalista, através da letra, da consideração de questões sociais, políticas, econômicas e culturais num exercício de deglutir as novidades do mundo moderno, mas sem abrir mão do legado nordestino. Somado a isso, elementos musicais que compõem a melodia e harmonia da música se misturam, provocando uma sonoridade única através das guitarras elétricas, ruídos externos, ritmos regionais e instrumentos típicos da música clássica.

O arranjo produzido por Rogério Duprat para esta canção, estabelece um fio condutor que perpassa o “popular” e o “erudito”. Duprat foi um grande músico do movimento de vanguarda erudita da Música Nova que interferiu consideravelmente na Tropicália, em especial, nas canções de Caetano Veloso.

Além disso, a representatividade da música de Caetano Veloso, considerado um dos maiores expoentes da música popular brasileira, faz parte de um conjunto de características constitutivos da miscigenação entre cores e tons observados na formação do povo brasileiro, estabelecendo conexões que objetivam forjar o espectro de nossas brasilidades.

Por fim, considerando o momento político em que vivemos e tomando como base o conceito de *Geschichte* cunhado por Koselleck (2006) em que ressalta o ‘coletivo singular’ como a interconexão entre todas as histórias, ou seja, para ele todas as histórias estão conectadas como eventos e processos interdependentes e interligados a um sentido histórico, a obra de Caetano Veloso produzida no contexto da ditadura militar serve como ponte para interpretações expressas na relação passado-presente.

### **Bibliografia geral**

#### **Fontes primárias**

ADORNO, Theodor W. On popular Music. In: \_\_\_\_\_. *Currentofmusic*. Cambridge: Polity Press, 2006, p. 271-326.

CAMPOS, Augusto de. A explosão de Alegria Alegria. In: *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 151-157.

CAMPOS, Augusto de. Conversa com Caetano Veloso. In: *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 199-207.

VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

### Fontes secundárias

BASUALDO, Carlos. Tropicália: uma revolução na cultura brasileira [1967-1972]. Carlos Basualdo, (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LUCCHESI, Ivo & DIEGUEZ, Gilda Korff. Caetano. Porque que não?: uma viagem entre a aurora e a sombra. Rio de Janeiro: Leviatã Publicações, 1993.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura brasileira: utopia e massificação (1950/1980). 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. História & música: história cultural da música popular. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

OLIVEIRA, Ana de. Tropicália ou Panis et circencis. São Paulo: Iyan Omin, 2010.

SILVA, José Maria da & SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. Juiz de Fora: Templo, 2004.

TATIT, Luiz. O século da canção. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

VELOSO, Caetano. O mundo não é chato. Eucanaã Ferraz, (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WISNIK, Guilherme. Caetano Veloso. São Paulo: Publifolha, 2005.

### Músicas

VELOSO, Caetano. Alegria, alegria. Intérprete: Caetano Veloso. In: CAETANO VELOSO. Caetano Veloso. [S. I.]: Philips, 1968. 1 LP. Faixa A4.

VELOSO, Caetano. É proibido proibir. Intérprete: Caetano Veloso. [S. I.]: Philips, 1968. 1 CPS. Faixa A1.

VARIOUS ARTISTS. Tropicália ou panis et circenses. Intérpretes: Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil, Mutantes, Nara Leão, Tom Zé. [S. I.]: Philips, 1968. 1 LP.

ST 04 - Dimensões do Brasil Rural e Agrário:  
Estado, territórios, atores políticos e suas lutas (Século XIX ao XXI)

Henrique Dias Sobral Silva  
Mestrando em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[henriq\\_sobral@hotmail.com](mailto:henriq_sobral@hotmail.com)

Max Fellipe Cezario Porphirio  
Mestre em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[max\\_fcp@hotmail.com](mailto:max_fcp@hotmail.com)

Wallace Lucas Magalhães  
Doutorando em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[luckasoab@yahoo.com.br](mailto:luckasoab@yahoo.com.br)

Bruna Marques Cabral  
Doutoranda em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[brunaclio@uol.com.br](mailto:brunaclio@uol.com.br)

Cristiane Coimbra Aurora  
Mestre em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[cristiane.historia@yahoo.com.br](mailto:cristiane.historia@yahoo.com.br)

**Proposta do Simpósio:**

O simpósio pretende integrar pesquisas sobre questões teóricas e estudos de caso que comportem problemáticas voltadas à compreensão do mundo rural a partir da questão agrária brasileira. O objetivo é debater pesquisas que se dediquem a processos sociais vistos sob a ótica da História agrária renovada, que considera o Estado como uma relação dialética entre governo e sociedade civil, mas também propõe a redimensão da influência de fatores ditos externos, legais, macroeconômicos ou macro políticos, tradicionalmente vistos como os motores das transformações no mundo rural.

Destarte, serão privilegiadas comunicações que se dediquem ao mundo rural em diferentes abordagens, com foco em reflexões sobre territórios, inter-relações entre governo/sociedade civil na questão agrária, usos de terras coletivas, costumes no campo, a relação entre direitos de propriedade e proprietários e ações político-econômicas e ideológicas com foco no mundo rural. Tendo prerrogativas os trabalhos com temporalidades referentes aos

séculos XIX e XXI, independente da curta ou longa duração, na História do Brasil. Ademais, estimulam-se apresentações de conceitos e técnicas, inovações de abordagem para a área e aplicações pedagógicas que integrem o ensino às problemáticas em tela.

Assim, confiamos na importância do debate sobre o mundo rural e a questão agrária, visto que comportam aspectos acadêmicos e sociais relevantes. Primeiro, pela renovação das pesquisas na área, tarefa encampada especialmente pelos historiadores da Rede Proprietas coordenados pela professora Márcia Motta (UFF) e por outros grupos que têm se somado a um esforço de integração com os debates do Direito e das Ciências Sociais. Compartilhando da mesma agenda, cooperamos com essa oferta de seminário, promovendo um ambiente de debate com ênfase nas discussões sobre o mundo rural e agrário e seus gradientes temáticos. Segundo, a questão agrária na atualidade ainda gera sobreposições de direitos e carrega rastros de luta e violência. Em vista desse cenário, encaramos como urgente o comprometimento com uma história engajada atenta as problemáticas de seu tempo, na qual o papel do historiador/a se apresenta como determinante na reflexão e ação acerca do mundo contemporâneo.

Esperamos que com essa proposta, possamos contemplar uma pluralidade de pesquisas relacionadas ao mundo rural e a questão agrária no Brasil, e que as continuidades e rupturas pertinentes a esses processos históricos possam ser amplamente discutidas. Em síntese, acreditamos que será possível revalorizar o intercâmbio de experiências, visando o aprendizado e sugerindo metodologias consolidadas ou em construção, para o crescimento da reflexão sobre História Agrária no Brasil.

## Nos Sertões da Comarca do Rio das Mortes: análise do avanço das fronteiras e os seus aspectos econômicos

**Marcelo do Nascimento Gambi**

Doutorando em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: marcelongambi@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho adota, como recorte espacial de estudo, as regiões compreendidas como os sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais. Nosso enfoque de análise consiste no estudo das fronteiras, ou seja, a sua dinâmica e os seus avanços para as áreas mais interioranas desta comarca. O recorte temporal, optamos por analisar a segunda metade do setecentos e os anos iniciais do oitocentos. Neste período, ocorreram dois processos fundamentais: o crescimento da população nas freguesias rurais e a ampliação das atividades agropastoris. Estes dois elementos em questão, provocam a necessidade de ocupar novas faixas de terras e, conseqüentemente, a movimentação das fronteiras. Baseamos os nossos estudos por meio das cartas de sesmarias por ser uma documentação primária capaz de expor a dinâmica das fronteiras, como os aspectos sociais dos sesmeiros que ocuparam a região dos sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes.

**Palavras-Chave:** Comarca do Rio das Mortes; Fronteiras; Sertões.

**Abstract:** This work adopts, as a spatial study, the regions included as the hinderlands to the west of the Comarca of Rio das Mortes, territory of Minas Gerais. Our analysis focuses on the study of frontiers, that is, their dynamics and their progress towards of this region. As for the temporal cut, we chose to analyze the second half of the seven hundred and the initial years of the nineteenth century. During this period, there were two fundamental processes for our analysis: population growth in rural parishes and expansion of agropastoral activities. These two factors in turn lead to the constant need to occupy new land areas and, consequently, the movement of internal borders. Finally, we emphasize that we base our studies through the sesmarias letters as a primary documentation capable of exposing the dynamics of the frontiers, as well as the social aspects of the sesmeiros who occupied this immense region of the hinderlands west of the Comarca of Rio das Mortes.

**Keywords:** Comarca of Rio das Mortes; Frontiers; Hinderlands.

A Comarca do Rio das Mortes teve a sua origem por meio do Alvará de 1714<sup>1</sup> e embora não fosse a maior em extensão territorial, já havia neste período centros significativamente povoados a exemplo das vilas de São João del Rei e a de São José del Rei. Sua localização meridional, apresentava como limites ao norte a Capitania de Vila Rica e do Rio das Velhas, a oeste a Capitania de Goiás e ao sul e sudeste com as Capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. A sua posição geográfica permitiu o contato com outros importantes centros da colônia,

---

<sup>1</sup> A Comarca do Rio das Mortes, juntamente com a Comarca da Vila Real do Sabará e a Comarca de Vila Rica, formava as primeiras Comarcas de Minas Gerais no início do setecentos. Posteriormente, no ano de 1720 se constituiu a quarta Comarca desta Capitania, sendo esta a de Serro Frio. Ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p. 31.

possibilitando o desenvolvimento das suas atividades econômicas, em destaque a prática agropastoril, predominante ao longo da segunda metade do século XVIII.

Como em outras localidades da Capitania de Minas Gerais, o seu processo de ocupação pode ser analisado em duas etapas distintas<sup>2</sup>. Inicialmente em sentido centrípeto, ou seja, oriundo do deslocamento de indivíduos de outras partes da colônia ou mesmo da metrópole para as áreas de extração mineral, o que ocasionou a formação de aglomerados urbanos. Entretanto, já em um segundo momento ocorreu a ocupação em sentido centrífugo, portanto, das regiões mineradoras para as áreas mais interioranas da comarca, à medida que aumentavam as necessidades de ocupações de novas unidades de terras.

O processo de interiorização juntamente com a ocupação dos sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes, constituem o tema central deste trabalho, pois expõe a relação econômica juntamente com a dinâmica das fronteiras. Portanto, ressaltamos também a importância de analisar a expansão das fronteiras juntamente com a ocupação do território mineiro, pois, a "constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade - um contínuo em movimento"<sup>3</sup>. Entender este processo ao longo do tempo possibilita compreender e analisar de quais maneiras ocorreram os processos de ocupações nestas regiões dos sertões.

A conquista espacial nesta região emerge em decorrência da descoberta mineral, sendo este o cerne da atração que ocasionou um intenso deslocamento populacional para estas áreas. Entretanto, não podemos desconsiderar as demais atividades que surgiram concomitantes a esta, em destaque, as atividades agropastoris e o seu importante papel estabelecido nesta comarca. Como bem destacou Caio Boschi, "no chamado ciclo do ouro, esse mineral não foi tudo. Em tendência de longa duração, nas Minas Gerais setecentistas nem tudo que reluzia era ouro"<sup>4</sup>. Neste contexto, a historiografia das décadas de setenta e oitenta<sup>5</sup> produziram excelentes debates

---

<sup>2</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v.2. São Paulo:Difel, 1960. p.366.

<sup>3</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo:Annablume, 2005. p.45.

<sup>4</sup> BOSCHI, Caio. Nem tudo o que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo. Ed. Hucitec, 2002. p.65.

<sup>5</sup> MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro. Ed.:Paz e Terra, 1977. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1822)*. São Paulo. Ed.:Símbolo, 1979. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo. Ed.:Hucitec/Edusp, 1990. CARRATO, José Ferreira. *Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo. Ed.:Edusp, 1968. MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, Minas Gerais. Ed.: Maria Fumaça, 2000.



que auxiliam para a compreensão do mercado interno existente nas Minas Gerais setecentista, bem como também, na identificação da acumulação endógena<sup>6</sup> oriunda da prática agropastoril.

As notícias de achados de minas de ouro despertavam o interesse dos indivíduos, provocando as mobilidades internas e os deslocamentos populacionais que, conseqüentemente, contribuíam para a formação de sítios e fazendas afim de abastecer os centros mineradores. Nas circunvizinhanças da vila de São José del Rei e também nas áreas mais interioranas, compreendidas como os sertões a oeste, tiveram fortes ondas populacionais. Como destaca Andrade, "pessoas oriundas das Minas Gerais e das capitanias adjacentes, atraídas pelo lucro nos descobrimentos, ocasionavam fortes aglomerações populacionais de curta duração que animavam o comércio das vilas"<sup>7</sup>.

Neste tema em questão, vemos os currais abastecendo o intenso povoamento nas regiões mineradoras e, por outro, as minas, fornecendo o capital necessário para a manutenção e existência dessas<sup>8</sup>. A partir de relato de viajantes<sup>9</sup> nas Minas Gerais, pode-se perceber que a formação de sítios e fazendas para suprir as carências de gêneros alimentícios das zonas mineradoras era uma característica comum, encontrada também em vários outros pontos da Comarca do Rio das Mortes, em destaque para a produção dos gêneros alimentícios.

O aumento populacional e a necessidade de ocupar novas áreas provocaram intensas ondas de interiorização nesta comarca, desencadeando o avanço das fronteiras, principalmente em relação aos sertões, por serem consideradas os espaços com potencial para a prática econômica dos gêneros alimentícios. Portanto, é fundamental identificarmos a ocorrência deste fenômeno das fronteiras, aqui compreendidas como a abertura e o seu fechamento, para identificarmos a complexidade deste processo. Ressaltamos que o conceito de fronteira neste trabalho está sendo empregado segundo as análises de Otávio Velho, na qual destaca a

fronteira em movimento (*moving frontier*) que é de uso comum para referir-se ao processo de ocupação do território dos Estados Unidos. Entre nós,

---

<sup>6</sup> FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. "movimento que diz respeito à reiteração, no tempo das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção de seu excedente no interior da economia colonial" p.27.

<sup>7</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte. Ed.:Autêntica:PUC Minas, 2008. p.227.

<sup>8</sup> Acerca do tema minas e currais ver: VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1938.

<sup>9</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte. Ed.:Itatiaia, 1974.

existem algumas expressões próximas, embora menos disseminadas, tais como fronteira interna e fronteira econômica<sup>10</sup>.

Neste sentido, a demanda por mais unidades de terra é um processo economicamente inelástico, ou seja, cabendo a população crescente buscar constantemente por novas unidades de terras. Dessa maneira as áreas a oeste da vila matriz, São José Del Rei, foi o principal eixo de ocupação e, conseqüentemente, auxiliou para absorver a crescente população provocando o avanço das fronteiras nestas áreas mais interioranas.

Neste contexto apresentado até o momento, as cartas de sesmarias podem trazer novas informações acerca do tema estudado em questão, ou seja, os aspectos pertinentes ao avanço das fronteiras, a ocupação dos sertões e a produção agropastoril. É importante ressaltarmos como destaca Francisco Pinto, que esta documentação apenas é capaz de expor o real contexto fundiário quando analisadas em conjunto e não tomadas de maneira isoladas. Dessa forma, segundo o pesquisador as cartas de sesmarias

se tomadas num grande conjunto, (...), podem desenhar a ocupação do território, o perfil dos sesmeiros, os momentos de maior ou menor distribuição das terras, a ocupação dos sertões, a variação dos seus textos etc. Mas se tomadas isoladamente, ou em conjuntos menores, talvez respondam a poucas das questões que inquietam o historiador das estruturas agrárias<sup>11</sup>.

Por meio da análise e sistematização desta fonte documental em nosso recorte espacial e temporal de estudo, identificamos que a movimentação das fronteiras bem como os seus avanços para as áreas dos sertões a oeste desta comarca, ocorreram de maneira mais intensa entre os períodos de 1750 a 1780. Em um universo de 278 cartas de sesmarias analisadas, 210 concentravam-se nestas décadas em questão<sup>12</sup>. Dessa forma, podemos identificar que as fronteiras se encontravam abertas ainda neste período, ou seja, permitindo o processo de interiorização e absorvendo o intenso contingente populacional que se deslocou para estas regiões.

No aspecto econômico outro ponto inferido acerca deste avanço das fronteiras se referem a intensificação da produção da economia agropastoril, que serviu como atrativo para que esses indivíduos ocupassem estas novas unidades / faixas de terras. Além disto, cabe

---

<sup>10</sup> VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p.07

<sup>11</sup> PINTO, Francisco Eduardo. As Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes nas nascentes do São Francisco. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2007. p.08

<sup>12</sup> IPHAN/São João del Rei - MG. Acervo da Comarca do Rio das Mortes. Documentação das cartas de sesmarias pertencentes a vila de São José Del Rei e suas respectivas freguesias (1740-1808).

destacarmos também o fato de que as principais áreas ocupadas primeiramente foram nas proximidades da vila de São José del Rei, por ser este, o principal mercado consumidor e o centro urbano nas proximidades dos sertões a oeste da Comarca do Rio das Mortes. As freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo e a de Santo Antônio apresentaram um número significativo de solicitações de sesmarias nas décadas de setenta e oitenta. Ademais, também é importante ressaltarmos que neste período era nítido a expansão das fronteiras neste termo em direção ao Caminho da Picada de Goiás<sup>13</sup>, sendo esta região rica em terras férteis e em fronteira aberta. Este ponto em questão reforça ainda mais, a especialização na produção de gêneros alimentícios desenvolvidos nas áreas dos sertões.

Cabe ressaltarmos também que as freguesias presentes nas áreas mais interioranas foram ocupadas posteriormente, à medida que a população crescente demandava cada vez mais por novas unidades de terras. Neste contexto cabe apontarmos como exemplo São Bento do Tamanduá, que no estudo das cartas de sesmarias apresentou várias solicitações nas décadas de setenta e oitenta<sup>14</sup>. Dessa forma, as nossas análises corroboram com a noção de que "a economia do ouro criou um mercado interno, articulado em torno dos centros urbanos e das zonas de garimpo, particularmente propício para os produtos agropecuários"<sup>15</sup>.

Destacamos diante do apresentado nestas análises a elasticidade da economia mineira, em especial da Comarca do Rio das Mortes. A absorção da constante população crescente ao longo da segunda metade do século XVIII foi consequência da dinâmica do avanço das fronteiras para as áreas mais interioranas bem como, da prática agropastoril nestas regiões. Como destacou Ângelo Carrara, neste período de transformação

foram as pequenas lavouras de mantimentos e a pequena criação que garantiram, com uma base técnica restrita, níveis de rendimentos agrícolas e pastoril tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço consequente da fronteira agrícola<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Ed.:Itatiaia, 1995. Segundo Barbosa, o termo "Picada de Goiás" ou "Picada dos Goiazes" era a referência para as sesmarias situadas nas vizinhanças do caminho que levava de São João del Rei a Paracatu. Entretanto, em nossa análise optamos por concentrar nossos esforços no estudo da Vila de São José del Rei a Paracatu, pois foi este o principal termo que se expandiu aos sertões a oeste, constituindo freguesias e arraiais que margeavam este antigo caminho.

<sup>14</sup> As cartas de sesmarias solicitadas para a freguesia de São Bento do Tamanduá foram de 34% e 31% respectivamente para as décadas de 70 e 80. Fonte: <sup>14</sup> IPHAN/São João del Rei - MG. Acervo da Comarca do Rio das Mortes. Documentação das cartas de sesmarias pertencentes a vila de São José Del Rei e suas respectivas freguesias (1770-1880).

<sup>15</sup> MALAQUIAS, Carlos. *Pequenos produtores de São José*. (Dissertação em História). Belo Horizonte. FAFICH/UFMG, 2008. p.35.

<sup>16</sup> CARRARA, Ângelo. A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas*. Ano III, n.2, 2002. p.54

Dessa maneira, os avanços das fronteiras para as áreas interioranas moldariam os aspectos sociais e econômicos da Comarca do Rio das Mortes. As regiões nas proximidades da vila de São José Del Rei foram as primeiras áreas desejadas pelos sesmeiros, visando a possibilidade das relações comerciais com a vila matriz. Além disto, as atividades agropastoris foram as principais atividades econômicas praticadas por estes sesmeiros. Esta relação comercial existente entre o centro minerador e as regiões rurais foram cruciais para a manutenção desta região. Como bem destacou Alexandre Cunha, "a designação irrestrita dos espaços desconhecidos, vão se diferenciando, como na conformação dos 'currais' onde se espalha a pecuária extensiva ou dos 'campos' onde começa a florescer uma área de produção agrícola para o abastecimento das 'minas'"<sup>17</sup>.

A expansão nas fronteiras e o seu avanço como o ocorrido nas regiões dos sertões permitem compreendermos que a Capitania de Minas Gerais não sobrevivia apenas do metal precioso, mas muito além disto. O mapeamento da dinâmica das fronteiras demonstra a importância de relacionar este fenômeno, com a conjuntura socioeconômica da Comarca do Rio das Mortes. Portanto, percebemos um avanço das fronteiras nas regiões dos sertões, à medida em que avançamos nas décadas finais do século XVIII, período em que a mineração apresentava o seu sinal de esgotamento.

Por fim, como destacou o desembargador José João Teixeira na primeira metade do século XIX, referindo-se a Comarca do Rio das Mortes e o seu importante papel econômico na produção de gêneros alimentícios, como sendo a mais vistosa e a mais "abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do País, de forma que além da própria sustentação, provê toda a Capitania de queijos, gados, carne de porco etc."<sup>18</sup>. Dessa maneira, a economia da Comarca do Rio das Mortes demonstrou a importância econômica exercida pelas atividades agropastoris que se desenvolveu e aprimorou ao longo da segunda metade do século XVIII e início do XIX.

### Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte. Ed.:Autêntica:PUC Minas, 2008.

<sup>17</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Universidade Federal Fluminense, 2002. (Dissertação de Mestrado) p.142.

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Des. José João apud GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo:Annablume, 2002. p.36.

- BOSCHI, Caio. Nem tudo o que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo. Ed. Hucitec, 2002.
- CARRARA, Ângelo. A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas*. Ano III, n.2, 2002.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Universidade Federal Fluminense, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v.2. São Paulo:Difel, 1960.
- IPHAN/São João del Rei - MG. Acervo da Comarca do Rio das Mortes. Documentação das cartas de sesmarias pertencentes a vila de São José Del Rei e suas respectivas freguesias (1740-1808).
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro. Ed.:Paz e Terra, 1977.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo:Annablume, 2005.
- PINTO, Francisco Eduardo. As Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes nas nascentes do São Francisco. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2007.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte. Ed.:Itatiaia, 1974.
- TEIXEIRA, Des. José João apud GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo:Annablume, 2002.
- VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro:Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo. Ed.:Hucitec/Edusp, 1990.

## Literatura, comunismo e campesinato: uma leitura de Bernardo Élis

**Pauliane de Carvalho Braga**

Mestre em história

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: paulianecb@gmail.com

**Resumo:** Neste texto, busco compreender a leitura do mundo rural realizada pelo autor goiano Bernardo Élis, e como sua obra se relacionou com o contexto político da época. Trabalhando com um recorte temporal que vai de 1944 a 1966, foi possível reconstruir algo da biografia política do autor. Seu ingresso no PCB-GO ainda em 1944, e sua posterior militância nas áreas rurais de Goiás, podem ser lidas em paralelo com o caminho que começava a ser trilhado pelo partido. Em uma tentativa de compreender essa narrativa, lanço mão do conceito de “princípio esperança”, do filósofo Ernst Bloch, que permite dividir sua obra em duas chaves interpretativas: por um lado, de personagens marcados por uma vontade de transformação imediata; e de outro, histórias marcadas por uma visão pessimista e sórdida do homem.

**Palavras-chave:** campesinato; literatura; Bernardo Élis.

**Abstract:** In this text, I try to understand the reading of the rural world by the goian author Bernardo Élis, and how his work related to the political context of the time. Working with a temporal cut from 1944 to 1966, it was possible to reconstruct some of the author's political biography. His entry into PCB-GO in 1944, and his later militancy in the rural areas of Goiás, can be read in parallel with the path that was beginning to be trodden by the party. In an attempt to understand this narrative, I use the concept of the "hope principle" of the philosopher Ernst Bloch, which allows us to divide his work into two interpretative keys: on the one hand, characters marked by a desire for immediate transformation; and on the other, stories marked by a pessimistic and sordid vision of man.

**Keywords:** peasantry; literature; Bernardo Élis.

Literatura, comunismo e campesinato<sup>1</sup>, assuntos a princípio dissociados, foram costurados neste trabalho da seguinte maneira: Bernardo Élis, escritor goiano considerado por muitos o introdutor do modernismo no centro-oeste, guia intelectual da região por muitas décadas, primeiro goiano a ingressar na Academia Brasileira de Letras, comunista “notório”, produziu uma obra de espessura crítica, cujo tema central foi o sertão goiano. Considerando que autor praticou a *literatura como problema*, exercendo sua criação artística como *missão*<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup>Como nos indica José de Souza Martins, as palavras “camponês” e “campesinato” são importações políticas recentes no vocabulário brasileiro. Introduzidas em definitivo pela esquerda em meados do século XX, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país. Posteriormente, estudos antropológicos e sociológicos recuperaram a discussão de autores que se constituíam em base teórica para a análise do modo de produção camponês, ou das formas camponesas de organização, em oposição à leitura marxista/leninista corrente que tratava campesinato como uma classe em extinção. Essa discussão, contudo, não nos interessa neste trabalho; utilizaremos aqui o termo de forma genérica, enquanto categoria que identifica formalmente o conjunto dos que vivem do trabalho no campo. In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010; MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>2</sup> TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos*. A poesia em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1983.



nos perguntamos: em que medida e em que termos sua obra pode ter contribuído para a formação de um novo olhar sobre o campo brasileiro?

Vamos formular a questão de maneira mais detalhada. Entre as décadas de 1940 e 1960 ocorreram diferentes formas de conflito no campo; camponeses se insurgiram contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários e grileiros, e contra a exploração econômica que se concretizava na grande empresa capitalista. Esses trabalhadores manifestaram sua insatisfação de diferentes maneiras, seja levando os proprietários de terra aos tribunais, organizando-se em associações, exigindo do Estado políticas específicas, resistindo às expulsões e despejos. Esse processo extremamente tenso possibilitou, contudo, que esses personagens, até então vistos como como força pré-política — cujo caminho era a alienação, o misticismo e o banditismo —, emergissem na cena pública como força política, e não como fator de atraso.<sup>3</sup>

O reconhecimento dos trabalhadores do campo no cenário político, a visibilidade social que alcançaram durante essas décadas, a construção de um discurso sobre direitos, a reordenação de seu lugar social, a constituição de uma linguagem própria, não pode, contudo, ser compreendido fora da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>4</sup>, que se propôs, pioneiramente, a atuar como mediador nos conflitos agrários.<sup>5</sup> Rompendo com a dispersão e isolamento, emprestando uma fala, assessorando, provendo de recursos materiais e humanos, o Partido Comunista reafirmou valores e construiu símbolos que singularizaram e distinguiram os camponeses no jogo político. Através de jornais, encontros, congressos, os trabalhadores rurais compartilharam “experiências comuns, herdadas ou partilhadas”, sentiram e articularam “a identidade de seus interesses entre si”, se opuseram a outros “cujos interesses diferem e geralmente se opõe aos seus”, conformando-se então como classe.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

<sup>4</sup> Denominação utilizada a partir de 1961, quando uma reorientação partidária fez com que o Partido alterasse sua nomenclatura. Até então registrava-se como Partido Comunista do Brasil. Um ano mais tarde, um grupo de militantes dissidentes fundariam um novo partido, recuperando a nomenclatura antiga, Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

<sup>5</sup> Não é nossa intenção neste trabalho proceder a um julgamento de erros e acertos das práticas do PCB no campo. Nossa análise quanto às ações do Partido se darão no sentido de “explicitar o que sua atuação construiu em relação ao campesinato, o que provocou no sentido de trazer esse grupo social para o cenário político como classe, de contribuir para o seu reconhecimento político”. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

<sup>6</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão*



Fundamental para esse *aparecer como classe*, a elaboração de uma nova linguagem<sup>7</sup> respondeu diretamente aos problemas apresentados pelo contexto em que foram engendradas. Modelando um sistema de ideias e um conjunto de crenças e sensibilidades políticas, essa nova linguagem foi capaz de provocar intervenções de diferentes tipos no contexto intelectual e no debate político da época, contribuindo para dar consistência às demandas por direitos e igualdade. Essa linguagem se formou não apenas no plano da ordenação de ideias e constituição de um vocabulário, mas também no âmbito das práticas simbólicas e da imaginação. O novo tema foi capaz de aguçar a sensibilidade política de intelectuais, desenvolvendo uma *sociedade letrada* voltada exclusivamente para a questão agrária: intelectuais como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Jorge Amado, James Amado, Dalcídio Jurandir, Graciliano Ramos, José Godoy Garcia, José Décio Filho, e em especial Bernardo Élis, formaram uma comunidade capaz de colocar as *ideias em circulação, ativando uma rede de informação e sociabilidade política*.

Correspondências, discursos, relatórios, memórias, relatos de viagem, panfletos, produção intelectual de letrados, textos literários, jornais, e até mesmo um sistema de comunicação oral no formato de rede (uma vez que muitos camponeses eram analfabetos e as práticas de leituras coletivas eram comuns), conformaram um circuito de difusão que, em grande parte, foi responsável pela formação dessa linguagem e pela configuração desse debate. Ainda mais importante, a circulação de ideias transformou o público observador em participante, capaz de construir seu próprio discurso para dar sentido ao mundo à sua volta. Nesse circuito, onde ideias era apropriadas, interpretadas e reelaboradas, algumas palavras foram deslocadas para o centro da linguagem política, outras foram ressignificadas, numa tentativa de transformá-las em instrumento de luta política.<sup>8</sup>

Além da formação de uma nova linguagem, essa *sociedade letrada* pensou a questão agrária sobre perspectivas históricas, econômicas, sociológicas, políticas e culturais:

---

*da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. 146f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

<sup>7</sup> A formação de uma linguagem tem muito a revelar sobre o circuito da política e o lugar do poder: “a ação de dizer ou de apresentar um argumento aberta e explicitamente expõe um direito — o direito de falar. A linguagem é expressão desse direito e seus procedimentos de formação revelam o momento e a situação onde ocorreu uma luta por seu reconhecimento e exercício público”. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

<sup>8</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

feudalismo *x* capitalismo, reforma *x* revolução, vanguarda intelectual *x* obreirismo foram algumas das questões que nortearam o debate, e nas quais Bernardo Élis se envolveu diretamente. Por isso, para chegarmos a um entendimento mais completo do nosso problema — a obra bernardiana como parte constituinte deste *pensamento agrário* —, dividiremos nossa análise em dois momentos, integrados mas independentes. No primeiro, construiremos uma narrativa paralela entre as ações do Partido Comunista no âmbito nacional e regional e a militância particular de Bernardo Élis, numa tentativa de evidenciar e mapear o fluxo de informações recebidas pelo autor. Em um segundo momento, buscaremos na obra do autor a sua “resposta”, como ele recebeu e recompôs aquelas informações, e como expressou, de forma original, sua própria compreensão do assunto.

Nas obras aqui estudadas, publicadas entre 1944 — ano em que o autor ingressou no Partido Comunista Brasileiro — e 1966 — quando Élis passou a sofrer grande perseguição por parte do aparelho repressivo militar e se afastou (temporariamente) da literatura, percebemos um projeto literário que, ao dizer de um *mundo possível*, aproxima-se do conceito de “consciência utópica”, elaborado por Ernst Bloch. Neste caso, o conceito de *utopia*, longe de ser compreendido como “lugar nenhum”, fruto de um sonho fantasioso — como queria o *utopismo* apontado por Miguel Abensour<sup>9</sup> —, diz respeito a uma base real, com funções abertas à transformação da realidade presente. Muito antes de vislumbrar a linha imaginária de um horizonte distante e irreal, a “consciência utópica quer enxergar bem longe, mas, no fundo, apenas para atravessar a escuridão bem próxima do instante que acabou de ser vivido”<sup>10</sup>. A categoria que a regula continua sendo o *ainda-não consciente* do *princípio esperança*, mas em relação direta com o que está surgindo no mundo, seja na crítica da ordem presente ou na imediatidade da *vontade utópica*. Pensamos ser exatamente essa a intenção literária de Bernardo Élis: ao tecer uma crítica, carregada de sentido ético-político, da dura realidade do sertão — o *espaço da experiência* nos termos metahistóricos de Reinhart Koselleck —, o autor toma consciência de seu próprio tempo presente e abre-se ao ímpeto transformador do intelectual engajado, que se orienta pela perspectiva de um novo *horizonte de expectativas*.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Urias (Org.). *O novo espírito utópico*. Tradução de Claudio Stieltjes, Lucy R. de Moura, Lygia Watanabe, Urias Arantes. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

<sup>10</sup> BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. v.1, p.23.

<sup>11</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Parreira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

## A “Lei do Boi” e a Relação entre Educação e Propriedade: o caso da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (1968-1985)

**Wallace Lucas Magalhães**

Doutorando em História

UFRRJ

E-mail: luckasoab@yahoo.com.br

**Resumo:** Proposta e promulgada em 1968, a Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho, conhecida como “Lei do boi”, criou um sistema de reserva de vagas nos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária nas escolas de ensino médio e superior mantidas pela União a candidatos que comprovassem relação com a agropecuária. Essa relação era complexa, pois abrangia a posse ou propriedade de imóveis rurais, a sindicalização, bem como, no caso das escolas de ensino superior, a conclusão do ensino médio em escolas agrícolas. Pelo exposto, esse trabalho busca analisar, durante a vigência da lei, a utilização de propriedades rurais como forma de acesso via “Lei do boi” ao curso de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), umas das instituições destinatárias da lei.

**Palavras-chave:** “Lei do boi; propriedade rural; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Abstract:** Proposed and promulgated in 1968, the Federal Law No. 5465, of July 3, known as the "Lei do boi", created a system of reserve of vacancies in the courses of Agronomy and Veterinary Medicine in the secondary and higher education schools maintained by the Candidates who prove their relationship with agriculture. This relationship was complex, as it involved the ownership or ownership of rural properties, unionization, as well as, in the case of higher education, the completion of secondary education in agricultural schools. The purpose of this study is to analyze, during the legal period, the use of rural properties as a form of access through the "Lei do boi" to the Agronomy course of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), one of the institutions law.

**Keywords:** “Lei do boi”; Rural property; Federal Rural University of Rio de Janeiro.

### Introdução

A compreensão dos motivos que culminaram na proposta e promulgação da “Lei do boi” passa pela análise do amplo processo de modernização da agricultura, consolidado no Brasil na década de 1960. O conjunto de medidas voltadas para o setor abrangia políticas de crédito e incentivos direcionados para o aumento da produtividade, bem como um aparato legal, podendo-se destacar a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, que marcou a dicotomia entre a questão agrária e a política agrícola, privilegiando esta última<sup>1</sup>, e a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida como “Lei do boi”, prevendo que:

---

<sup>1</sup> Para compreender a dicotomia política agrária/agrícola em torno do Estatuto da Terra, ver, dentre outros, PEREIRA, João M. M. ; ALENTEJANO, P. R. R. . *El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio*. In: Guillermo Almeyra; Luciano Concheiro Bórquez; João Márcio Mendes Pereira; Carlos Walter Porto-Gonçalves. (Org.). *Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)* Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. 1ed.México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana (Xochimilco), CLACSO, Peña Lillo Continente, 2014, v. 1, p. 63-136, e BRUNO. R. A. L. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 4, p. 5-31, 1995.

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio. § 1º A preferência de que trata este artigo se estenderá os portadores de certificado de conclusão do 2º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União.<sup>2</sup>

Proposta pelo Deputado Federal Ultimo de Carvalho (PSD-MG), defensor da propriedade privada e da educação como instrumento da “reforma agrária”, a “Lei do boi” possuía um caráter marcadamente produtivista, como previa sua justificativa e defesa nas Comissões e órgãos do Governo Federal.<sup>3</sup>

Outro ponto que qualifica a “Lei do boi” como um instrumento de qualificação da força de trabalho para a agricultura foi o dispositivo legal que a regulamentou, o Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro do mesmo ano, definindo que:

Art. 4º. Organizado o quadro de capacidade de matrícula, com a devida antecedência, deverá a direção do estabelecimento programar a realização das respectivas provas de seleção, sejam de admissão ou habilitação, exigindo dos candidatos às vagas preferenciais, além dos títulos previstos em seu

---

<sup>2</sup> BRASIL. Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968. *Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

<sup>3</sup> O Deputado Ultimo de Carvalho assim justificou o projeto de Lei nº 991/68, transformado na “Lei do boi”. O ingresso nos estabelecimentos de ensino agrícola é feito através do exame de seleção em que concorrem candidatos das mais diversas procedências. Inúmeros candidatos acorrem às escolas agrícolas em razão do internato gratuito e do certificado de conclusão do curso médio, relegando a plano secundário a formação profissional. Na disputa das vagas concorrem candidatos da zona rural com os procedentes da zona urbana. Os primeiros, por sua formação deficiente são preteridos pelos segundos, que freqüentam melhores escolas, possuem melhores professores, assistem cinema, televisão e participam de outras atividades, estimulam e aperfeiçoam a formação intelectual. Pelo exposto, nossas escolas agrícolas continuam cada vez mais freqüentadas por estudantes que vão apenas em busca de um certificado de curso médio ou de um internato gratuito que resolve, muitas vezes, problemas domésticos, desvirtuando a finalidade das escolas e dificultando o ingresso de candidatos oriundos do campo, justamente os que mais necessitam de tal tipo de estabelecimento. (...) Os estabelecimentos de ensino agrícola oficiais foram criados com o sentido de levar ao homem do campo a assistência educacional de que ele precisa, além de proporcionar aos jovens com vocação para a economia rural a carreira desejada. O que se tem visto, entretanto, é que os estabelecimentos agrícolas do Governo Federal só têm servido para preparar jovens para seguir todas as carreiras, menos a da agricultura e, isto porque, disputando as vagas existentes os alunos das grandes cidades familiarizados com a televisão e o rádio e instruídos em ótimos estabelecimentos de ensino, levam evidentes vantagens sobre os candidatos ao exame de admissão preparados nas escolas rurais do interior do País. Este projeto se justifica pelo número insignificante de jovens que terminam o segundo ciclo em nossos estabelecimentos de ensino agrícola e que prosseguem nas Universidades os cursos agrônômicos e veterinário. O Brasil tem um déficit de agrônomos e veterinários que chega aos milhares e precisa encontrar um meio para enfrentá-lo. Este projeto tem essa finalidade. BRASIL, Projeto de Lei 998 de 1968. (1968b). *Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola*. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16FEV1968.pdf#page=19>. Acesso em 16 de janeiro de 2014, p. 1.003)

regulamento, prova de sua vinculação à agropecuária nos termos do artigo 1º deste Decreto. *Parágrafo único.* As provas de vinculação mencionadas neste artigo serão fornecidas pela Confederação Nacional de Agricultura, através das Associações Rurais, ou pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário ou ainda por entidades filiadas ao sistema da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.<sup>4</sup>

Pelo exposto, a lei atribuía legitimidade apenas á órgãos ligados à política agrícola, como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), entidade que aglutinava os interesses do patronato rural<sup>5</sup>, o Instituto de Desenvolvimento Agrário, órgão criado pelo Estatuto da Terra para a política agrícola, além das entidades filiadas ao sistema de extensão rural.<sup>6</sup>

Descrito o dispositivo legal, cabe compreender a dinâmica das relações sociais que envolveram a aplicação e efetividade da lei, de forma a analisar sua complexidade. Para tal objetivo, parte-se da análise de um caso concreto: alunos que ingressaram no curso de Agronomia da UFRRJ via “Lei do boi”. Tal análise busca identificar as relações entre os ingressantes que utilizaram propriedades rurais como forma de legitimar o vínculo com a agropecuária e os diversos grupos ligados ao setor, contribuindo para indagações como aquelas que relacionam a efetividade da lei aos interesses de grandes proprietários rurais.

Destaca-se que em virtude da dimensão desse trabalho, tal estudo terá como objeto de análise a relação entre propriedade rural e ingresso via “Lei do boi”, fenômeno que, no caso da UFRRJ, desenvolveu-se a partir de metade dos anos 1970, e que passa a ser analisado.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> BRASIL. Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968 (1968c) que “Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

<sup>5</sup> Embora representante dos interesses do patronato rural, deve-se compreender que estes não eram homogêneos. Os conflitos de interesses no interior do patronato rural envolviam desde medidas voltadas para a política agrícola, como a mono ou pluricultura, crédito rural e cooperativismo, até a própria disputa pela representação das associações de classe. Para mais, ver MENDONÇA, Sônia Regina de.. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Editora Hucitec: São Paulo, 1997, *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998 E *O patronato rural no Brasil recente (1964 – 1993)*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>6</sup> Dado os limites desse artigo, deve-se ter como referência a prática da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), projeto realizado em Minas Gerais e modelo para a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em que o iniciativa instituída em Minas Gerais pautava-se a partir de então na aliança entre crédito e educação, estabelecendo um modelo de extensão rural que seria constituído como referência aos demais estados da federação. Essa nova dinâmica da assistência técnica, agora identificada na extensão rural, gera a questão central do trabalho realizado por Fonseca: para que e para quem serviu o projeto extensionista no Brasil entre os anos de 1948 a 1968? Para mais, ver FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. Edições Loyola: São Paulo, 1985.

<sup>7</sup> O estudo da “Lei do boi” na UFRRJ demonstrou que a lei teve dois momentos distintos quanto ao perfil dos ingressantes no curso de Agronomia. Em um primeiro momento, enquanto a questão dos excedentes de alunos não atingiu os cursos de ciências agrárias e a relação entre candidatos e vagas era quase simétrica, a “lei do boi” foi pouco utilizada como forma de acesso ao curso de Agronomia, e quando utilizada, teve como perfil majoritário alunos provenientes do ensino técnico agrícola, cuja documentação é incapaz de definir a relação entre candidato e propriedade rural. Esse perfil foi preponderante até a segunda metade da década de 1970, período em que o mercado para profissionais das ciências agrárias se tornou mais seletivo e o vestibular unificado fez da UFRRJ uma instituição com maior visibilidade nacional, aumentando o número de candidatos provenientes de outras regiões do país. Além desses fatores, a relação candidato/vaga no curso de Agronomia se tornou assimétrica e

### A relação candidato/propriedade rural: a quem a “lei do boi” favoreceu?

Para analisar a efetividade da “lei do boi” como uma estratégia da burguesia rural e manutenção de seus interesses, a relação entre candidato e propriedade rural é a que mais fornece subsídios para a elaboração do perfil socioeconômico dos contemplados pela lei.

Este ponto terá como objeto exclusivamente os alunos que fizeram uso da lei através da vinculação com a propriedade rural, excluindo-se os candidatos provenientes do ensino agrícola, ou que utilizaram outras formas de comprovação do vínculo com o setor agropecuário.

Entende-se que a documentação que vinculava os candidatos às propriedades rurais é muito mais complexa e problemática, referindo-se a aspectos importantes do perfil socioeconômico que aqui se busca construir, como a ascendência de latifundiários ou empresários rurais.

A documentação analisada mostrou uma variedade quanto à extensão das propriedades rurais, conforme a tabela 1. Essa informação é importante a título ilustrativo, evidenciando que a lei foi um recurso utilizado tanto por grandes quanto por pequenos proprietários. As 219 propriedades pesquisadas estão assim distribuídas quanto à sua extensão.

**TABELA 1: Extensão das propriedades apresentadas para acesso pela “lei do boi” ao curso de Agronomia da UFRRJ, entre os anos de 1977 e 1985**

Tamanho (em hectares)	Número de propriedades
Até 10	16
De 10,1 a 50	51
De 50,1 a 100	37
De 100,1 a 500	57
De 500,1 a 1.000	12
Acima de 1.000	26

desproporcional e a UFRRJ virou objeto em constantes ações judiciais que versavam sobre o cumprimento da “lei do boi”. A partir de então, a utilização da lei se tornou diferenciada, cada vez mais incontestável do ponto de vista legal. O ingresso no curso de Agronomia, mais concorrido desde então, tornou-se um espaço de disputa no qual o juridicamente admissível assumiu grande destaque. Para mais, ver MAGALHÃES. W. L. A "Lei do Boi" como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Sem descrição quanto à extensão	20
TOTAL	219

Fontes: AUFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 e caixas 08 e 09 de 1989.

Informações fundamentais retiradas da documentação pesquisada são a classificação jurídica da propriedade rural e a sua localização.

Quanto ao primeiro ponto, a classificação jurídica do imóvel pode definir um perfil de favorecidos pela lei. Dentre os documentos analisados, quatro tipos são encontrados: latifúndio por exploração; empresa rural, projeto fundiário e minifúndio.

Dentre os documentos analisados, ganham destaque as propriedades classificadas como “empresa rural” e “latifúndio por exploração”, tipificados nos artigos 4º, 41 e 46 do Estatuto da Terra.

A empresa rural é definida como o imóvel que, tendo a extensão de um até 600 módulos rurais, seja explorado "econômica e racionalmente", com cerca de 50% de sua área aproveitada. Já o conceito de latifúndio na legislação brasileira abrange dois tipos: latifúndio por dimensão e por exploração. O latifúndio por dimensão é o imóvel rural que exceda, na dimensão de sua área agricultável, a 600 vezes o módulo médio do imóvel rural, da forma como foi definido ou a 600 vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona. Já o latifúndio por exploração é a propriedade rural que não excedendo o limite referido anteriormente, mas tendo área agricultável igual ou superior à dimensão do módulo ou imóvel rural na respectiva zona, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a classificação como empresa rural. Já o minifúndio é “o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar”, compreendida como o “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros”.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. *Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.*



A partir dessas definições, torna-se possível uma análise mais detalhada de aspectos socioeconômicos dos beneficiários da lei, tendo como base a documentação pesquisada. A classificação jurídica dos 219 imóveis rurais encontrados está descrita na tabela 2.

**TABELA 2. Classificação jurídica dos imóveis rurais utilizados como forma de acesso pela “lei do boi” no curso de Agronomia da UFRRJ – anos de 1977 a 1985**

Classificação jurídica das propriedades rurais	N <sup>a</sup> de imóveis	%
Latifúndio por exploração	97	44
Empresa rural	41	19
Minifúndio	28	13
Projeto fundiário	2	1
Sem classificação	51	23
Total	219	100

Fontes: AUFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 e caixas 08 e 09 de 1989.

O levantamento mostra que, no período em que a “lei do boi” foi mais utilizada como forma de acesso ao curso de Agronomia na UFRRJ, sobressaiu a relação entre beneficiários e latifúndios e/ou empresas rurais. Essa análise quantitativa faz uso de todos os imóveis rurais apresentados para comprovar a relação dos candidatos com a atividade agropecuária, atentando-se para o fato de que, por várias vezes, um mesmo candidato apresentou documentos referentes a mais de uma propriedade.

Tomando os números absolutos apenas dos imóveis com classificação jurídica acessível e, levando-se em consideração a análise de apenas um documento por cada candidato, na seguinte ordem, latifúndio por exploração; empresa rural; minifúndio e projeto fundiário, a porcentagem antes verificada tem um aumento significativo, como mostra a tabela 3.

**TABELA 3. Tipos de imóveis rurais utilizados como forma de acesso pela “lei do boi” no curso de Agronomia da UFRRJ. Análise por aluno – anos de 1977 a 1985**

Classificação jurídica dos imóveis rurais	Nº de alunos	%
Latifúndio por exploração	83	61
Empresa rural	34	25
Minifúndio	17	13
Projeto fundiário	2	1
Total	136	100

Fontes: AUFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 e caixas 08 e 09 de 1989.

Pelo exposto, analisando 136 ingressantes pela “lei do boi” que utilizaram imóveis rurais como forma de acesso, 86% mantinham relações com os grupos privilegiados pela modernização da agricultura (latifúndio e empresa rural).

Dentre os imóveis utilizados como instrumento de acesso pela “lei do boi”, a maior parte deles concentrava-se na região sudeste do país, demonstrando uma supremacia de alunos provenientes do próprio estado da UFRRJ.

A região, assim como o estado de cada propriedade analisada, encontra-se na tabela 4.

**TABELA 4: Região e estado dos imóveis rurais pesquisados para concessão do benefício à “lei do boi” no curso de Agronomia da UFRRJ. Ingressantes entre os anos de 1977 a 1985**

Região	Estado	Imóveis
Sudeste	Rio de Janeiro	78
	Minas Gerais	44
	São Paulo	35
	Espírito Santo	8
Nordeste	Bahia	11
	Pernambuco	2
	Sergipe	1
	Paraíba	1

Norte	Amazonas	1
	Rondônia	1
Sul	Paraná	14
	Santa Catarina	1
Centro-Oeste	Goiás	7
	Mato Grosso	3
	Mato Grosso do Sul	12
TOTAL		219

Fontes: AUFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 e caixas 08 e 09 de 1989.

## Conclusão

Esta artigo analisou a quem a “lei do boi” favoreceu na UFRRJ, partindo-se da relação entre ingresso via “Lei do boi” e propriedade rural, mas compreendendo que utilizar o exemplo da instituição para determinar, dentro de um universo de escolas superiores ligadas às ciências agrárias, se a estratégia ruralista pautada na “lei do boi” foi ou não eficaz seria uma generalização indevida, dados os aspectos de cada instituição, como a sua autonomia administrativa, o seu perfil discente, a atuação da fração local da classe dominante, entre outros fatores que podem interferir diretamente no público favorecido pela “lei do boi” em cada instituição.

No caso da UFRRJ, pode-se concluir que a “lei do boi” teve dois momentos distintos quanto a sua efetividade. Nos anos iniciais, predominância de alunos provenientes do ensino técnico agrícola, enquanto a partir de 1977, com a nacionalização do vestibular da Universidade e consequente disparidade da relação candidato/vaga no curso de Agronomia, altera-se o perfil dos ingressantes via “lei do boi”. A partir de então, nos deparamos com a predominância de filhos de latifundiários e empresários rurais, grupos favorecidos pelo processo de modernização da agricultura.

## Fontes Consultadas

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. *Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.*

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968. *Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei 998 de 1968. (1968b). *Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.* Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16FEV1968.pdf#page=19>. Acesso em 16 de janeiro de 2014

\_\_\_\_\_. Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968 (1968c) que “*Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola*”

UFRRJ. *Arquivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (AUFRRJ)*

\_\_\_\_\_ Pastas C-E, E-I, I-J, J-K, O-R, R-V. 1974.

\_\_\_\_\_ Pastas “formandos A”, “formandos A-D”, “D-E”, “E-F”, “F-J”, “J”, “J a JU” de 1975.

\_\_\_\_\_ Pastas 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 de 1978.

\_\_\_\_\_ Pastas 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de 1979.

\_\_\_\_\_ caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982

\_\_\_\_\_ caixas 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983

\_\_\_\_\_ caixas 07, 08 e 09 de 1984

\_\_\_\_\_ caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985

\_\_\_\_\_ caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986

\_\_\_\_\_ caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987

\_\_\_\_\_ caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988

\_\_\_\_\_ caixas 08 e 09 de 1989.

### Bibliografia Citada

BRUNO, R. A. L. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 4, p. 5-31, 1995

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. Edições Loyola: São Paulo, 1985

MAGALHÃES, W. L. A "Lei do Boi" como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

MENDONÇA, Sônia Regina de.. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Editora Hucitec: São Paulo, 1997;

\_\_\_\_\_ *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998

\_\_\_\_\_ *O patronato rural no Brasil recente (1964 – 1993)*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, João M. M. ; ALENTEJANO, P. R. R. . *El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio*. In: Guillermo Almeyra; Luciano Concheiro Bórquez; João Márcio Mendes Pereira; Carlos Walter Porto-Gonçalves. (Org.). *Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)* Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. 1ed.México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana (Xochimilco), CLACSO, Peña Lillo Continente, 2014, v. 1, p. 63-136.

## A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária na ditadura militar

**Bruna Marques Cabral**

Doutoranda em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** O texto busca compreender, por meio de artigos veiculados na Revista Eclesiástica Brasileira, durante o período de 1964 a 1988, as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente as questões relativas à vida do trabalhador rural e, a sua concepção sobre a melhor reforma agrária a ser feita no país. Nesse sentido, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo.

**Palavras-Chave:** Revista Eclesiástica Brasileira; reforma agrária; ditadura militar.

**Abstract:** The text seeks to understand, through articles published in the Brazilian Ecclesiastical Magazine, during the period 1964 to 1988, the strategies of political and social intervention adopted by sectors of the Catholic Church, especially issues related to the life of the rural worker, and their Conception about the best agrarian reform to be done in the country. In this sense, we will analyze the discourses produced by Brazilian Catholic intellectuals regarding their concerns with the countryside.

**Keywords:** Brazilian Ecclesiastical Magazine; Agrarian reform; military dictatorship.

### 1.1-Introdução: Igreja e desafios da modernidade

Neste artigo, analisaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira* no tocante à questão agrária. Deste modo, examinaremos a sua origem, seus editores, seus propósitos, seu público alvo e, para tanto, o perfil de seus colaboradores mais frequentes, bem como as principais características da revista.

Referência fundamental desse estudo é Roberto Romano<sup>1</sup>, que interpreta a Igreja Católica como um “Corpo Místico”, isto é, como uma instituição dotada de uma coerência própria e que possui um projeto teológico-político<sup>2</sup>. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano.

Ao examinarmos a historiografia sobre o tema, percebemos em Bruneau<sup>3</sup> um viés institucional ao analisar o processo histórico da Igreja Católica no Brasil. A ideia substancial

---

<sup>1</sup>ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

<sup>2</sup>A definição do projeto teológico-político para conceituar a ação da Igreja Católica foi inaugurada por Roberto Romano em sua obra *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. Posteriormente, Jessie Jane Vieira de Sousa (2002) também o adota. Esse conceito será igualmente assumido em nossa pesquisa por compreendermos que os projetos desenvolvidos pela Igreja Católica tinham fins no campo do transcendente, e que, ao serem circunscritos exclusivamente à esfera política, são obscurecidos elementos importantes que dão significado à sua essência.

<sup>3</sup>BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

desse pensamento é, segundo Mainwaring<sup>4</sup>, aquela que abrange as transformações ocorridas nas instituições, com o objetivo de defesa de seus interesses e de expansão de sua influência. Concordamos com Jessie Jane V. de Sousa<sup>5</sup>, para quem as análises institucionais deixam de perceber os divergentes modelos de Igreja, os diversos interesses em jogo e os processos de hierarquização dos mesmos.

Apesar de perspectivas metodológicas diferentes, tanto Bruneau<sup>6</sup> quanto Mainwaring<sup>7</sup> partem do mesmo problema, isto é, a relação da Igreja com a política. Os autores supracitados não procuram enxergar a instituição católica como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente. Além disso, ao congregar determinados elementos novos vivenciados no seu tempo, o faz para se fortalecer e, por conseguinte, pode-se interpretar que o objetivo da Igreja é trazer o Estado para lutar, apoiar ou, no mínimo, não se interpor aos seus interesses.

Nesta perspectiva, podemos entender a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com um profundo sentido de permanência”.<sup>8</sup> A partir disso, reconhecemos a sua capacidade e interesse de se adequar às questões de seu tempo.

## 1.2 – A *Revista Eclesiástica Brasileira* e o contexto agrário brasileiro

Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária. De tramitação rápida, foi analisada pelos assessores do presidente durante algumas semanas e promulgada sem passar pelo Congresso Nacional, uma vez que o Congresso já se encontrava bastante desfigurado das suas atribuições legais.<sup>9</sup>

<sup>4</sup>MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>5</sup>SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. *Vitória: Revista do Departamento de História da UFES*, 1998, p.01-32.

<sup>6</sup>BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. Nesta obra, o autor elabora uma profunda análise da Igreja Católica no Brasil e suas múltiplas relações externas e internas. Bruneau se propõe a investigar a natureza e a dimensão das modificações vivenciadas pela instituição católica no referido período.

<sup>7</sup>MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Mainwaring também analisa as alterações ocorridas na Igreja no Brasil. O marco cronológico (1916-1985) que se inicia com a chamada Igreja da Neocristandade vai até a construção da Igreja Popular. O autor busca compreender as mudanças da Igreja no Brasil, levando em consideração as transformações ocorridas na Igreja internacional e as vivenciadas pela sociedade brasileira.

<sup>8</sup>ROMANO, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>9</sup>Consultar: BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 05, nov. 1995, p.05-31. MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma*



No que concerne ao contexto agrário brasileiro, o governo golpista estava motivado a intervir na questão agrária, com o intuito de evitar que a população rural realizasse intervenções no campo<sup>10</sup>. Para Martins<sup>11</sup>, o golpe de 1964 apresentou a finalidade de impedir a entrada dos trabalhadores rurais no processo político. Tal ingresso dos camponeses implicaria em uma redefinição do direito de propriedade no Brasil.

Segundo Bruno<sup>12</sup>, o Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que impunha uma reforma agrária junto à grande propriedade fundiária, minava as possíveis bases políticas e sociais de apoio ao seu projeto reformista. Para a autora, o principal argumento do Estatuto da Terra, era de que o preceito constitucional da carta de 1946 não era cumprido, “isto é, que o uso da propriedade da terra fosse condicionado à sua função social.”<sup>13</sup>

Dentro desse contexto, setores da Igreja Católica – pautados nos documentos do Concílio Vaticano II e nas resoluções da II Conferência dos Bispos da América Latina em Medellín (Colômbia) – destacaram-se na defesa dos direitos humanos, pelo retorno a democracia e nas reivindicações por terra.

No último ano do Concílio Vaticano II, os bispos brasileiros realizaram a 7ª Assembléia Geral da CNBB, tendo como efeito o Plano de Pastoral de Conjunto. Tal plano pretendia aplicar as resoluções conciliares para a realidade brasileira. Nesse sentido, buscou-se uma renovação institucional da Igreja, além de reforçar a participação dos leigos tanto nas estruturas eclesiais quanto no plano de ação diocesano.<sup>14</sup>

Em 1968, realizou-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia, com o escopo de atualizar as decisões do Concílio para Nuestra América. Observamos que o documento de Medellín traçava uma nova feição para a Igreja da

---

agrária: concepções, controvérsias e questões. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014. Fórum Alternativas para a agricultura brasileira – Rede Interamericana Agricultura e Democracia (Cadernos Temáticos). Rio de Janeiro: 1994. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

<sup>10</sup>MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

<sup>11</sup>*Ibidem*.

<sup>12</sup>BRUNO, *Op. Cit.* 1995.

<sup>13</sup>*Ibidem*, p.19.

<sup>14</sup> TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 124.

América Latina, propondo que a instituição católica se estruturasse a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEB)<sup>15</sup>. Assim:

(...) a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento.<sup>16</sup>

Na seção “Assuntos Pastorais” da Revista Eclesiástica Brasileira, encontramos o seguinte trecho, a respeito das CEBs:

Uma paróquia que pretende iniciar comunidades de base tem que dar alta prioridade à formação de leigos. Recursos financeiros, que poderiam ser usados para construções, deverão ser canalizados para financiamento de constantes cursos. Sem líderes formados, a comunidade de base não passará de “mais uma” instituição artificial.<sup>17</sup>

Deste modo, os anos de 1960 a 1980 foram profícuos para os movimentos sociais, sobretudo, no campo. E os membros progressistas<sup>18</sup> da instituição católica, não apenas organizaram os trabalhadores rurais, como também fundaram a Comissão Pastoral da Terra.

Em um cenário caracterizado pela violência, sobretudo, contra os camponeses, particularmente na Amazônia, devemos ressaltar que os conflitos na Prelazia de São Félix do Araguaia tiveram início com a instalação da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) na região de Santa Terezinha. A empresa supracitada pertencia ao Banco de Crédito Nacional, sendo um dos empreendimentos que se beneficiaram com incentivos do Programa de Desenvolvimento da Amazônia instituído pelo regime militar. A CODEARA ocupava uma área de mais de 196.000 ha e iniciou a expulsão dos camponeses. Segundo Esterci<sup>19</sup>, os primeiros habitantes chegaram ao local em 1910, enquanto que os projetos privados de colonização em terras cedidas pelo governo do Mato Grosso começaram a partir de 1952.

---

<sup>15</sup>É importante ressaltar que no início da década de 1960 existiam algumas Comunidades Eclesiais de Base, no entanto foi a partir de 1964 que elas teceram características próprias, tais como as concebemos atualmente.

<sup>16</sup>CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 152-153.

<sup>17</sup> VANHOCENACKER, Pe. José. Comunidades Eclesiais de Base. In: *R.E.B.*, v.27, fascículo 03, set. 1967, p. 683. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136,01,15.

<sup>18</sup>O termo faz referência às mudanças adotadas pelos padres e seminaristas que inovaram a prática religiosa, em busca de uma nova teologia e projetos de ação social pelo ativismo político. Segundo Serbin, esta tendência do clero da América Latina foi constatada entre os anos de 1950 e 1980. Sendo assim: “Na Igreja progressista, agir era construir o Reino de Cristo executando o plano de Deus não no outro mundo, mas na Terra, agora.” Ver: SERBIN, Kenneth. *Padres, Celibato e conflito social*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 160.

<sup>19</sup> ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Diante deste panorama houve uma resposta dos bispos na forma de cartas pastorais como a de D. Pedro Casaldáliga (Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia), intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”<sup>20</sup>, em outubro de 1971. A seguir citaremos um trecho do documento elaborado por Casaldáliga:

Quando a companhia veio a se instalar, estavam em pleno funcionamento também a “Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia”, que congregava os trabalhadores e posseiros da área, e o ambulatório médico. Apesar de tudo isto, aquela terra foi vendida como desocupada, como mata virgem. E a companhia se sentiu no direito de despojar os pobres moradores do pouco, da insignificância que possuíam. E começou contra eles uma guerra de ameaças, de invasões de terra, invasões de domicílio, prisões, etc.<sup>21</sup>

Perante esse quadro, os bispos da Amazônia Legal e do Centro-Oeste realizaram em junho de 1975, o Encontro Pastoral da Amazônia Legal na cidade de Goiânia (GO) e aprovaram a proposta de criar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo como principais objetivos a defesa da reforma agrária e a denúncia da violência no campo. Ao final do presente encontro, nasceram as primeiras linhas de organização e atuação da CPT. Vejamos:

#### Resoluções do Encontro de Goiânia

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro de Pastoral respondendo à dramática situação e à aspiração do nosso povo sem-terra decidem o seguinte:

1. Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições sociais que trabalham por este mesmo objetivo.

2. Criar uma “Comissão de Terras” que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins.

Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural procurando divulgá-los em linguagem popular.

Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos 10 milhões de famílias sem terra.

3. Que cada Diocese, Prelazia ou conjunto de Prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte:

3.1 Criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral.

---

<sup>20</sup>A presente carta pastoral pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015. E também encontra-se disponível na *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 955- 984. Biblioteca do Seminário São José.

<sup>21</sup>CASALDÁLIGA, D. Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” *In: Sedoc*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p.964. Biblioteca do Seminário São José.

- 3.2 Organizar uma assessoria jurídica para tudo o que se refere aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais.
- 3.3 Promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.<sup>22</sup>

Nesse sentido, bispos e prelados da Amazônia Legal reuniram-se em Goiânia, em junho de 1975, a fim de refletir sobre a problemática dos conflitos de terra na Amazônia Legal. Na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, divulgou-se as resoluções finais deste encontro. Vejamos:

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro Pastoral, respondendo a dramática situação e à aspiração de nosso povo sem terra, decidem o seguinte: assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária de nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham com este mesmo objetivo. Criar uma Comissão de Terras que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar, com agilidade, o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação trabalhista rural procurando divulgá-las em linguagem popular. Que ela promova, também, campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos dez milhões de famílias sem terra. Que cada diocese, prelazia ou conjunto de prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte: criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral; organizar uma assessoria jurídica para promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.<sup>23</sup>

Em seguida a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconheceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como um organismo ligado pastoralmente à linha missionária da CNBB, porém com autonomia no que concerne a sua atuação e organização. Portanto, ao abordarmos a CPT e o posicionamento da CNBB diante da realidade agrária brasileira, devemos ter em mente o discurso do período, sobretudo, a partir de Puebla (1979), momento em que a instituição católica deu maior visibilidade aos pobres, a questão social e aos problemas da terra. Deste modo, Medellín e Puebla representaram uma direção para os movimentos sociais do meio rural, compondo os princípios doutrinários de ação tanto dos leigos quanto da Igreja Católica.

---

<sup>22</sup>O documento encontra-se no site da Comissão Pastoral da Terra (CPT): <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>> Acesso em: 01 set. 2015.

<sup>23</sup>BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia legal. In: *R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1967, p. 704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137,01,13

Posteriormente, na 18ª Assembléia da CNBB, em 1980, foi elaborado o documento “Igreja e problemas da terra”<sup>24</sup>, no qual evidenciava o novo posicionamento da Igreja em relação a reforma agrária. Assim:

Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho. Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população.<sup>25</sup>

Na seção “Documentação”, da *R.E.B.*, de março de 1980, foi publicado o texto “Igreja e problemas da terra”. Vejamos o seguinte trecho:

A responsabilidade maior cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria. A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão, é, antes a concretização localizada da “injustiça institucionalizada” de que fala o Documento de Puebla.<sup>26</sup>

Em uma fase de abertura política foi elaborado pelo governo o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária<sup>27</sup>, o que gerou controvérsias e reações dos anti-reformistas, no entanto legitimou a luta pela terra como um direito de todos que nela trabalham. Todavia, tal plano não correspondia aos interesses básicos dos camponeses, que sofriam com a expropriação do seu meio de sobrevivência.

Segundo Medeiros<sup>28</sup>, após o fracasso do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, a idéia seria criar canais que viabilizassem as modificações de nossa estrutura fundiária, através da Constituinte:

Nesse momento, constitui-se a campanha Nacional pela Reforma Agrária, liderada por uma série de organizações da sociedade civil, envolvendo organizações não governamentais, organismo de representação de

---

<sup>24</sup> CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 34-35.

<sup>26</sup> CNBB. *Igreja e problemas da terra*. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p. 140. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138,01,01.

<sup>27</sup> O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária está disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 02 set. 2015.

<sup>28</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

trabalhadores, entidades vinculadas à Igreja, etc. Apesar da forte pressão popular pela introdução de medidas que viabilizasse uma ampla reforma agrária (a emenda popular que conseguiu reunir cerca de 1,5 milhões de assinaturas), os interesses ligados à propriedade da terra cerraram fileiras, ampliaram sua influência no Congresso Nacional e conseguiram criar bloqueios a essa possibilidade.<sup>29</sup>

Em 1988, foi promulgada a Constituição que apresentava um capítulo controverso sobre a questão da Reforma Agrária. Segundo Chemeris<sup>30</sup>, a Constituinte realiza uma alteração da abrangência do direito público constitucional ao garantir o direito de propriedade desde que atenda sua função social. Podemos dizer que a CNBB influenciou na inclusão da função social na Carta Magna. Vejamos um trecho do pronunciamento da CNBB sobre a reforma agrária, em 1988:

A Assembléia Nacional Constituinte trata, nestes dias, da Ordem econômica, em especial da Reforma Agrária.

Todos percebemos a importância que tem a questão para a concórdia social e o bem comum.

Em sucessivas mensagens, Bispos e Pastores da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas têm solicitado medidas para distribuir mais equitativamente a terra e para implantar uma adequada política agrícola. São meios de eliminar a pobreza que grassa no campo, o conflito rural, cada dia mais disseminado e violento, e de promover, de modo pacífico, a justiça social. Respondendo a esses apelos, comunidades cristãs, em todo o país, uniram-se ao movimento que coletou 1.200.000 assinaturas de eleitores para as Emendas Populares da Reforma Agrária. Tudo isto porque a Reforma Agrária é tão importante que levou o Santo Padre João Paulo II, em audiência ao Presidente da República, a afirmar “A Reforma Agrária, no Brasil, não pode fracassar. A Reforma Agrária é uma questão de paz e justiça social e garantia da democracia.” Por isso, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de acompanhamento à Constituinte vêm, com grande apreensão, o tratamento à questão na Assembléia Nacional Constituinte. Não se justificam, seja uma omissão que levaria a um lamentável retrocesso na legislação agrária, seja a dissociação indevida entre a produção e a função social da propriedade.<sup>31</sup>

A presente influência fez com que na Constituição de 1988 o direito de propriedade fosse precedido pela exigência da função social. Como podemos observar no artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>30</sup> CHEMERIS, Ivan R. *A função social da propriedade: o papel do judiciário diante das invasões de terra*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

<sup>31</sup> Pronunciamento da CNBB sobre a Reforma Agrária, de 06 maio 1988. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico da CNBB: <[http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc\\_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992](http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992)> Acesso em: 04 set. 2015.



- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.<sup>32</sup>

De acordo, com Medeiros<sup>33</sup>, a Constituição de 1988, estabeleceu que as desapropriações deveriam passar pelo pagamento prévio das indenizações com preço justo, sem determinar critérios de fixação, diferentemente do Estatuto da Terra que estabelecia o pagamento posterior das indenizações.

### 1.3 – Conclusão:

Ao percebermos os divergentes modelos de Igreja, identificamos concepções dissonantes sobre os meios de implementar a reforma agrária, copiosamente observados nos textos publicados na *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Observamos que Igreja não ficou indiferente em uma sociedade que se polarizou entre direita e esquerda, onde os movimentos sociais de ambos os lados cresciam e disputavam o poder de dirigir os destinos do país. Nessa conjuntura, a instituição católica temia perder os camponeses e passou a se envolver mais nas questões do meio rural, dando um incentivo maior aos Sindicatos Rurais e ao Serviço de Assistência Rural, cujo objetivo era diminuir a possível ascendência dos comunistas sobre a população rural brasileira.

Por fim, a revista mostrou-se a favor de uma reforma agrária imediata. Assim, concluímos que, a *R.E.B.*, engajou-se no debate sobre a reforma agrária para defender o corpo místico e institucional da Igreja contra o que seus editores acreditavam ser um grande e perigoso inimigo: o comunismo.

### Bibliografia:

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 05, nov. 1995, p.05-31.

---

<sup>32</sup>A Constituição de 1988 pode ser encontrada no seguinte sítio eletrônico: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 01 set. 2015.

<sup>33</sup>MEDEIROS, *Op. Cit.*, 2003.



CELAM. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín. São Paulo: Paulinas, 1987.

CHEMERIS, Ivan R. A função social da propriedade: o papel do judiciário diante das invasões de terra. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

CNBB. Igreja e problemas da terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” *In*: PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

\_\_\_\_\_, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014.

\_\_\_\_\_, Leonilde Servolo. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

\_\_\_\_\_, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” *In*: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994.

SERBIN, Kenneth. Padres, Celibato e conflito social. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. Vitória: Revista do Departamento de História da UFES, 1998, p.01-32.

STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. Comunidades Eclesiais de Base. Petrópolis: Vozes, 1988.

### **Fontes Primárias:**

Periódico: Revista Eclesiástica Brasileira

VANHOCENACKER, Pe. José. Comunidades Eclesiais de Base. *In: R.E.B.*, v.27, fascículo 03, set. 1967, p. 683. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136,01,15.

BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia legal. *In: R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1967, p. 704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137,01,13

CNBB. Igreja e problemas da terra. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p. 140. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138,01,01.

Periódico: Serviço de Documentação

CASALDÁLIGA, D. Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” *In: Sedoc*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p.964. Biblioteca do Seminário São José.

### **Sítios eletrônicos utilizados para a pesquisa:**

<<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>>  
Acesso em: 01 set. 2015. <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>> Acesso em: 01 set. 2015.

<<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 02 set. 2015.

<[http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc\\_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992](http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992)> Acesso em: 04 set. 2015.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 01 set. 2015.

## A Migração Interna no Brasil e como lidamos com sua Memória: diferentes olhares entre quem migra e permanece em um estudo de caso sobre a cidade de Resende Costa-MG

**Eduardo Filipe de Resende**  
Licenciado e bacharel em História  
UFV  
E-mail: resendeedu@gmail.com

**Resume:** Este trabalho discute as migrações internas no Brasil tendo como corte espacial a cidade de Resende Costa e como corte temporal o período que corresponde as décadas de 1950 até 1970 e como as memórias das pessoas que viveram este acontecimento compreendem este evento. Esta memória e as ressignificações que estas pessoas construíram nos dá a possibilidade de compreender este lugar como um lugar de memória.

**Palavras chaves:** migrações; família; relações; memória.

**Resumen:** Este trabajo habla de migraciones internas en Brasil con espacio de corte de la ciudad de Resende Costa y como corte el tiempo corresponde a las décadas de 1950 a 1970 y como los recuerdos de quienes vivieron este evento incluyen este evento. Esta memoria y la cambios de las personas han construido en la capacidad de entender este lugar como un lugar de memoria.

**Palabras clave:** migración; familia; relaciones; memoria.

Primeiramente este trabalho tinha como intenção dissertar sobre as relações estabelecidas entre migrantes e pessoas que não migraram, mas que de alguma maneira manteve fortes laços com migrantes e que foram fortemente influenciados pela migração, apesar de não migrarem. Isto ocorre, pois entendeu-se que pessoas que não migraram, mas mantiveram forte laços de diversas naturezas, familiares, econômicos, afetivos ou outros, com grupos migrantes também foram afetados pela migração mesmo sem ser um migrante. Esta intenção não se perdeu, mas leituras posteriores, algumas delas indicadas no simpósio da EPHIS levou a perceber novas possibilidades que fizeram com que esta pesquisa se alargasse para novas temáticas. A primeira é a reflexão sobre a memória e por meio dela cheguei as discussões de lugar de memória.

Sendo assim, a proposta deste texto é um pouco ousada, pois pretende relacionar duas situações que muitas vezes são vistas como antagônicas, são elas: o conceito de lugar de memória, muito associado a temáticas mais pessoais e grupos menores de pessoas, com um acontecimento de massa que podemos relacionar a contextos mais amplos que envolvem contingentes muito expressivos de pessoas chegando ao número de milhões de indivíduos envolvidos. O contexto que estou me referindo é as migrações internas no Brasil entre as décadas de 1950 até o final da década de 1970, mas focando em como este contexto afetou

particularmente uma localidade a transformando em um lugar de memória. O caso específico do qual estou remetendo é a pequena cidade de Resende Costa<sup>1</sup>, na qual este evento relaciona e contrapõe diferentes gerações, o transformando em um lugar de memória se levarmos em consideração o que Pierre Nora chama de “região-memória” como se pode ver em:

Desde os lugares mais naturais, oferecidos pela experiências concretas, como os cemitérios, os museus, e os aniversários, até os lugares mais intelectualmente elaborados, dos quais ninguém se priva; não somente a noção de geração, já evocada, de linhagem, de “região-memória”.<sup>2</sup>

Esta cidade foi palco de uma intensa migração, um verdadeiro êxodo rural entre as décadas de 1950 e 1970 que fez, parte considerável das pessoas que lá viviam, decidir partir para outras cidades, principalmente São Paulo e em segundo lugar Belo Horizonte, em busca de melhores oportunidades de emprego e dentro do contexto de transformação que levou o Brasil a passar de um país essencialmente rural em 1950 para um país majoritariamente urbano na década de 1980. Podemos perceber isto por meio de várias referências, entre elas o próprio IBGE que em um relatório inclui esta localidade dentro das regiões de evasão populacional na década de 1970<sup>3</sup>. Podemos afirmar que o Brasil estava passando por uma verdadeira revolução urbana se considerarmos o que autores como Itamar de Souza<sup>4</sup>; e Paulo Fontes<sup>5</sup> dizem, sem contar outros autores, pois gigantescos contingentes populacionais se deslocavam de pequenas cidades e áreas rurais para as grandes cidades em busca de uma vida melhor ou “expulsos” do campo (existe uma controversa sobre isto)<sup>6</sup>. Ainda quanto a estes valores, mas agora nos restringido a apenas um tipo de migração, a que ocorre do campo para a cidade, Novais e Mello apresentam dados que impressionam, como;

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70

---

<sup>1</sup> Uma pequena cidade que tem uma população de 11.525 pessoas de acordo com o IBGE <http://cidades.ibge.gov.br>

<sup>2</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tad: Yara Aun Houry. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.9.

<sup>3</sup> IBGE, Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período de 1960-1970 (4) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas\_ Rio de Janeiro: IBGE.

<sup>4</sup> SOUZA, Itamar de. Migrações Internas no Brasil. Petrópolis: Vozes Ltda, 1980.

<sup>5</sup> FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>6</sup> Existe uma discussão na bibliografia na qual ocorre uma controversa sobre qual força seria mais comum com relação a incentivar as migrações, pois há autores que dizem que o principal motivo é a formação de um ideal que acredita na vida superior nas regiões urbanas e outros que dizem que na realidade as pessoas não queriam migrar, mas a precarização da vida no meio rural as obriga a migrar.

(cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas.<sup>7</sup>

Estes grandes números referentes a migração se justificam pela ideia de que os migrantes acreditavam em uma vida melhor no lugar de destino é percebida em João M. Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, quando estes se referem à migração do campo para a cidade, como abaixo explicitado:

A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acesso a um futuro de progresso individual, mas também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa.<sup>8</sup>

É importante observar, desde já, que tais autores referem-se à conjuntura específica das décadas de 1950 a 1970, anos em que o Brasil vivenciou um acentuado processo de urbanização, com expressivo êxodo rural, em decorrência de políticas de desenvolvimento. Mas tanto Souza quanto Cardoso de Mello & Novais não restringem suas análises aos aspectos estritamente econômicos do fenômeno ou às motivações exclusivas de cálculo racional ou estratégico, uma vez que consideram também sua dimensão simbólica, os significados da migração e que isto representa, no plano ideológico, em termos de mobilidade e ascensão social.

Em alguma medida, esta postura também foi adotada em uma obra escrita por diversos autores, na qual D. Angélico Sândalo Bernardino assina sua apresentação. Para o autor, o migrante rural seria um sujeito que se encontra em uma circunstância delicada em termos sócio-econômicos, sentindo-se obrigado a sair de sua terra por se encontrar em circunstância de miséria em que é colocado injustamente, como podemos observar no trecho que se segue:

Somos um Povo migrante. O brasileiro - aos milhões - vive um êxodo forçado. Habitantes de país rico, de imensas extensões, o brasileiro, sem casa, nem terra, vai atravessando desertos, em busca da “terra prometida”, que o egoísmo de poucos lhe rouba. (...) “ninguém abandona onde estão fincadas suas raízes, se ali existem as condições elementares para uma vida digna e a satisfação das necessidades materiais para tanto”.<sup>9</sup>

Mas a simples inclusão desta localidade como um exemplo das migrações que estavam acontecendo em, praticamente, todo o país neste período não a faz um lugar de memória. Então o que incluiria esta localização no conceito de lugar de memória? Pois bem, o que inclui é o modo como às pessoas encaram seu passado e a relação que esta localidade tem com este modo

<sup>7</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de ; NOVAIS, Fernando A, In: Fernando A (org geral) SCHWARCZ, Lilia Moritz (org volume). *História da Vida Privada no Brasil*; v4. São Paulo: companhia das Letras, 1998. p.581

<sup>8</sup> Ibidem, p.574-586.

<sup>9</sup>BASSEGIO, Luiz e CARVALHO, Izabel de (coord.). *Migrantes: êxodo forçado*. São Paulo: Paulinas, 1980. p7

de percebê-lo. Parte das pessoas que passaram por esta situação nesta cidade criaram uma visão e uma memória afetiva e específica sobre seu passado relacionando este com esta localidade, mesmo que muito delas não morem mais lá. Pois bem, tal como Nora, entendemos que a memória é algo vivo e espontâneo que, apesar de fazer referência ao passado, esta aberta às mutações decorrentes das mudanças de concepções e símbolos próprias da passagem do tempo e se contrapõe a história que é algo construído por meio do esforço e o contato com as fontes, menos mutável<sup>10</sup> e sensível às individualidades, pois não se baseia na livre lembrança e hábitos, mas necessita de métodos e metodologias próprias do historiador para serem construídas<sup>11</sup>. Os lugares de memória não teriam nem a espontaneidade das memórias, nem seriam a pura construção histórica da realidade, estariam em uma outra categoria na qual estas duas situações estão relacionadas, pois consistiriam em uma construção com o intuito de não permitir o esquecimento de certas memórias e até mesmo moldar uma certa memória como podemos perceber na seguinte citação:

“Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos (...) porque essas operações não são naturais.<sup>12</sup>”

Trabalhamos aqui com contextos que remetem tanto a memórias individuais, pois cada um destes migrantes tiveram sua trajetória particular sobre o processo migratório, mas também existe uma relação coletiva, pois houve redes de migrantes e a situação vivida individualmente por um guarda relação com diversas situações vividas por muitos outros indivíduos. Quanto à relação entre memória coletiva e individual Pollack, fazendo uso de Halbwachs, diz que é necessário tomar cuidado em relação à memória para que saibamos negociar entre a memória coletiva e a individual<sup>13</sup>.

Entretanto, antes de sigamos com a adequação desta temática ao conceito de lugar de memória se faz necessário esclarecer qual a origem desta temática e quais os métodos e metodologias utilizados para elaborá-la. Este texto foi fruto de um trabalho anterior no qual eu

---

<sup>10</sup> É bom deixar claro que compreendo que a história é sempre um discurso parcial e temporário sobre o passado e que não permanece imutável o que estou afirmando é que as mudanças nos discursos da história passam por contextos diferentes das mudanças na memória.

<sup>11</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tad: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.9.

<sup>12</sup> *Ib*, p.12-13.

<sup>13</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. 1989. In: [www.cpdoc.fgv.br/](http://www.cpdoc.fgv.br/). 15 de novembro de 2008. p.1.

pretendia, por meio da micro-história, falar sobre contextos individuais, mas que pudessem se relacionar com outros contextos mais amplos, pois tal como Giovanni Levi compreendemos que as histórias individuais nunca estão isoladas e fazem parte de um contexto abrangentes, dizem algo sobre o mundo que estão inseridos e não só sobre elas mesmas e seu contexto mais restrito<sup>14</sup>. Dentro desta temática entendemos que as relações vividas nas migrações dos resende-costenses não estão isolada do contexto vivido pelo Brasil como um todo na época, e assim com Lepetit argumenta os casos e situações particulares vividas por certas comunidades não estão isoladas e sim são reflexo de contextos maiores dos quais ela são reflexo.<sup>15</sup> Mesmo que muitas vezes se trate de casos particulares que, a princípio, parecem não apresentar interesses para contextos mais amplos é desta maneira muitas vezes e, apenas desta, que se consegue chegar a certas questões que ao serem resolvidas nos dão a dimensão de contextos maiores.<sup>16</sup>

A micro-história não é uma história contrária à história mais abrangente ou macro, ela não disputa lugares com este campo, esta perspectiva analítica busca o indivíduo na história e toma cuidado de diferenciar os níveis de interpretação existentes dentro do contexto analisado. Busca não confundir a situação vivida pelas pessoas com os contextos históricos em que estes estão inseridos, entretanto entende que estes níveis se relacionam.<sup>17</sup> Não quero aqui desconsiderar as fontes de caráter macro como o relatório do IBGE<sup>18</sup> já apresentado, mas entendo que as relações sociais tem várias camadas e que para podermos ter contato com todas e termos uma visão mais abrangente da história temos que multiplicar nossos pontos de vista. Rosental argumenta muito bem em relação a isto como podemos perceber em:

(...) multiplicar os ângulos de abordagem é o recurso mais fecundo para a historiografia. Nessa perspectiva, a multiplicidade das escalas de observação e as imagens contraditórias que elas secretam servem não apenas para produzir conhecimentos novos, mas também para mostrar seu caráter sempre limitado e parcial. Mas nenhuma das escalas de análise possíveis é em si detentora de um poder da análise privilegiado.<sup>19</sup>

Para que este trabalho fosse realizado também foi feito uso de metodologia de história oral, pois as pessoas que viveram a situação por nós pesquisada não deixaram muitos vestígios

<sup>14</sup> LEVI, Giovanni. A herança Imaterial. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.p.265.

<sup>15</sup> LEPETIT, Bernard. In: Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p, 77.

<sup>16</sup> BENSÁ, Alba In: Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p,43.

<sup>17</sup> Ibidem, p.45.

<sup>18</sup> IBGE, Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período de 1960-1970 (4) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Rio de Janeiro: IBGE.

<sup>19</sup> ROSENTHAL, Paul-André In: REVEL, Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p, 152.



escritos ou de outra natureza para além do que está em suas memórias. Acreditamos que como Lucilia de Almeida Neves Delgado argumenta a história oral é uma metodologia que busca construir fontes de maneira bastante abrangente como se pode perceber em:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas individualizadas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (...) é um procedimento premeditado de produção de conhecimento, que envolve entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem da gravação.<sup>20</sup>

Entretanto é bom deixar claro que, assim como Thompson,<sup>21</sup> compreendemos que o foco não deve ser no método e sim na temática, sendo assim, escolhemos a metodologia de história oral, pois ela nós dava melhor respostas para as questões que pretendemos responder. Deste modo podemos concluir que a história oral tem a peculiaridade de produzir suas próprias fontes por meio das entrevistas orais o que abre possibilidades e questionamentos que não faz dela melhor ou pior que outras metodologias, mas com certeza dá a ela características distintas das demais e que por isto deve ter um olhar próprio para com ela.

Outra importante categoria analítica que fizemos uso em nosso trabalho é a de redes sociais. Ela está presente desde o princípio da pesquisa, quando percebemos que eram tais redes que não apenas dinamizam o êxodo, mas também os fluxos e vínculos com a localidade de origem. Barnes refletiu sobre esta categoria analítica e afirmou que na vida real toda pessoa se relaciona com outra ou com outras e que estas relações formam conexões complexas que se entrelaçam e entrecruzam.<sup>22</sup> Estas redes são formadas de diversas maneiras, por variadas motivações, e nelas existem diversos indivíduos com diferentes funções. Estes vão desde o indivíduo alfa, que é o elo principal de manutenção da união de um grupo, até indivíduos que possuem apenas a função de ligar uma pessoa a outra.<sup>23</sup>

Parte considerável das pessoas nascidas nesta cidade não vivem mais lá, mas fazem parte de redes de sociabilidade ligadas a esta cidade e visitam a cidade regularmente demonstrando com isto um certo saudosismo com um passado, mesmo que, de certa maneira, perceba que este passado já não encontra correspondentes na realidade da cidade que mudou

---

<sup>20</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte. Ed: Autentica, 2006. p.13-14.

<sup>21</sup> THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: história oral. Trad: Lólio Lourenço de Oliveira. 3º Ed Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.p.104.

<sup>22</sup>BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. p.178. IN: BIANCO, Bela Feldman (Org) Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos. Ed: UNESP, 2010.

<sup>23</sup> *Ib*, p. 177-191.

muito e se tornou, apesar de ainda ser uma cidade pequena, muito diferente do que era a mais de 40 anos. Esta situação é percebida em uma entrevista no qual o entrevistado diz que: “ A gente tem muita saudade do lugar, mas, a tudo mudou .. a gente acha que tem saudade do lugar, mas na verdade, na verdade a gente tem saudade do tempo, do tempo que a gente era novo.”<sup>24</sup> Estamos lidando com memórias afetivas, ligadas ao ideal de várias pessoas de uma vida rural ou de um tempo e espaço que não existe mais, tal como era, e esta em constante transformação físicas, mas também simbólicas.

Outro elemento que corrobora com este argumento é a existência de uma página no facebook chamada: RC FOTOS HISTÓRICAS<sup>25</sup> que divulga fotos antigas desta cidade que ganham um novo significado e que podem corresponder muito mais a um ideal de tempo e vida no passado, que não necessariamente teria relação com a realidade vivida por estas pessoas na época, mas que busca em fotos e evidências concretas do passado meios para fazer manter esta memória viva no presente. Desta maneira o caso concreto da cidade de Resende Costa parece se encaixar perfeitamente na definição de Pierre Nora quando o mesmo argumenta que:

Sem vigilância comemorativa, a história depressa se varreria. São bastiões aos quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, se a história não se apoiasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória.<sup>26</sup>

Situação que também nós faz lembrar a argumentação de Hobsbawn<sup>27</sup> quando este diferencia costumes de tradições, dizendo que o primeiro está ligado as coisas do dia-a-dia das pessoas, fazem parte de seus afazeres diários e por isto são revividos de maneira espontânea sem a necessidade de “força-los” e por consequência também mais propensos a mudanças de acordo com as novas realidades.<sup>28</sup> Pois bem, como já discutimos antes, o conceito de memória aqui apresentado entende esta como as lembranças vivas na mente das pessoas, que surgem de maneira “espontâneo”<sup>29</sup> e ligadas a sua vida diária, comum e que, por isto mesmo, propensas a

---

<sup>24</sup> Entrevista com Celso Teodoro de Resende em Aparecida- SP no dia 26\06\ 2017.

<sup>25</sup> [www.facebook.com/groups/591844437508274/](http://www.facebook.com/groups/591844437508274/)

<sup>26</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tad: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.13.

<sup>27</sup> HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org). **A invenção das tradições**. 6.ed. SP: Paz e Terra, 2008.p.9-23

<sup>28</sup> *Ib.*p.9-23.

<sup>29</sup> Não é que estou argumentando, inocentemente, que não há uma tentativa de influenciar a memória das pessoas, mas que ela esta mais presente de maneira natural na vida das pessoas, elas lembram sem a necessidade de esforço ou construções exteriores artificiais.

mudanças quando os símbolos e os significados do cotidiano mudam. Dentro desta mesma linha de raciocínio podemos comparar o conceito de tradições de Eric Hobsbawm<sup>30</sup> com o conceito de lugar de memória de Pierre Nora<sup>31</sup>, pois assim como os lugares de memória as tradições são construídas para se remeter a um passado, não podem sofrer mudanças constantes de acordo com os novos acontecimentos com o risco de perder sua legitimidade, pois remetem a situações ou valores que já não são espontâneos e presentes no cotidiano das pessoas.

Com isto, outra novidade que ocorreu somente depois da apresentação foi a tomada de conhecimento que existe um recurso ainda não trabalhado que pode ser muito útil para futuras pesquisas que são a existência de uma grande quantidade de fotos sobre o período de nosso interesse que ainda não foi explorado. Estas fontes estão na mão de particulares e tomei conhecimento delas pelo site da internet já mencionado<sup>32</sup>. As fotografias trazem muitos elementos interessantes para a nossa análise, um deles merece destaque. Este elemento é que as imagens foram feitas por indivíduos de maneira espontânea para guardar algumas recordações que apreciavam ou passar uma imagem entendida como positiva. Desta maneira, ponderou-se que estas imagens são um rico instrumento para se estudar os valores e gostos destes indivíduos. De acordo com Maria Eliza Linhares Borges existem elementos na fotografia que fogem ao planejado, detalhes não percebidos pelos fotógrafos nos ajudam a compreender significados relevantes para as nossas indagações.<sup>33</sup>

Deste modo concluímos que o caso específico de Resende Costa- MG e como seus habitantes se relacionaram com as migrações internas para as grandes cidades entre as décadas de 1950 até 1970 faz desta localidade um lugar de memória. Isto ocorre, pois apesar desta situação ter relação com um contexto mais amplo, existe algumas singularidades, uma vez que, este trabalho remete a memórias individuais, mas que se relacionam de maneira coletiva, ou seja, existe uma noção de comunidade muito relacionado a outros dois conceitos que são de vida rural e união de família além disto ocorre um esforço nesta localidade para preservar esta memória que não se perpetuaria de maneira espontânea o que faz dela um lugar de memória.

---

<sup>30</sup> HOBSBAWN, Eric. Op.cit.

<sup>31</sup> NORA, Pierre. Op.cit.

<sup>32</sup> [www.facebook.com/groups/591844437508274](http://www.facebook.com/groups/591844437508274)

<sup>33</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. História e Fotografia. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p51-52.

## Bibliografia

- BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. p.178. IN: BIANCO, Bela Feldman (Org) Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos. Ed: UNESP, 2010.
- BENSA, Alba In: Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. História e Fotografia. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte. Ed: Autentica, 2006.
- FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).Rio de Janeiro:Editora FGV,2008.
- GIOVANNI, Levi. A herança Imaterial. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org). A invenção das tradições. 6.ed. SP: Paz e Terra, 2008.
- IBGE, Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período de 1960-1970 (4) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas\_ Rio de Janeiro: IBGE.
- LEVI, Giovanni. A herança Imaterial. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LEPETIT, Bernard. In: Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MELLO, João Manuel Cardoso de ; NOVAIS, Fernando A, In: Fernando A (org geral) SCHWARCZ, Lilia Moritz (org volume). História da Vida Privada no Brasil; v4. São Paulo: companhia das Letras, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tad: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio\_ 1989. In: [www.cpdoc.fgv.br/](http://www.cpdoc.fgv.br/) . 15 de novembro de 2008.
- SOUZA, Itamar de. Migrações Internas no Brasil. Petrópolis: Vozes Ltda, 1980.
- ROSENTAL, Paul-André In: REVEL, Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: história oral. Trad: Lólio Lourenço de Oliveira. 3º Ed Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

## ST 05 - Ditadura Militar Brasileira: a memória, a história e as inquietações do tempo presente

Carolina Dellamore  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[carolinadellamore@yahoo.com.br](mailto:carolinadellamore@yahoo.com.br)

Igor Barbosa Cardoso  
Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[igorbcardoso@gmail.com](mailto:igorbcardoso@gmail.com)

Juliana Ventura de Souza Fernandes  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[julianavsf@yahoo.com.br](mailto:julianavsf@yahoo.com.br)

Camila Barbosa Monção Miranda  
Mestranda em História  
Universidade Federal do Amazonas  
[camilabmoncao@hotmail.com](mailto:camilabmoncao@hotmail.com)

Jessica Machado de Souza  
Mestranda em Educação  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[jessicamachadodesouza@hotmail.com](mailto:jessicamachadodesouza@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

O presente Simpósio Temático tem se constituído, ao longo das últimas edições do EPHIS, como importante espaço de debate entre pesquisadores do tema da ditadura militar. Sendo assim, pretende-se dar continuidade às discussões, atentando para as relações entre sociedade, política, cultura e economia no transcurso da ditadura brasileira (1964-1985), partindo dos lugares sociais reservados aos historiadores.

Dessa forma, este simpósio pretende discutir acerca das condições que conferiram legitimidade e proporcionaram a manutenção do regime autoritário por mais de duas décadas, como também explorar as experiências no contexto regional ou nacional com a ditadura. Busca-se, então, novas fontes e abordagens que incorporem temas levantados pela historiografia acerca dos comportamentos ambíguos com relação ao autoritarismo; estudos que problematizem as batalhas e apropriações da memória; reflexões sobre o caráter da ditadura (militar, civil-militar, militar-civil) e sua delimitação cronológica; análises sobre as resistências e as repressões fora

e dentro do país; estudos ligados aos movimentos culturais, à imprensa, ao ensino de história sobre a ditadura militar; e pesquisas sobre o funcionamento do Estado brasileiro e das configurações internas das Forças Armadas no decorrer do período que se convencionou chamar de Regime Militar.

Portanto, a proposta deste simpósio é voltar os olhares para as diversas facetas do regime militar de 1964-1985, reconhecendo a importância da história para a formação do pensamento crítico, além de debater sobre as inquietações do tempo presente que cada vez mais ocupam espaço no fazer historiográfico, sempre em diálogo com as memórias construídas pelos sujeitos que vivenciaram o período.

## A Igreja Católica na Ditadura Civil-Militar: a participação da ordem dominicana nos movimentos de oposição

**Ulli Christie Cabral**

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: ulli.cristie@yahoo.com.br

**Resumo:** Em 1964, é deflagrado no Brasil um golpe contra o governo de João Goulart e instaurada a Ditadura Civil- Militar. Durante o período as opiniões ficaram divididas no país, e grupos de apoio e de oposição foram formados. O principal objetivo desse trabalho é explorar o caso da Ordem dos Pregadores, que ficou conhecida como “comunista” já que muitas de suas ideias eram ataques direcionados ao mando ditatorial. A partir de relatos de alguns dos freis dominicanos mais conhecidos, a proposta é investigar o porquê dessa ordem ter seguido um caminho que divergiu da Igreja Católica de forma mais geral e como trabalharam na atuação contra a Ditadura.

**Palavras-Chave:** Guerrilhas., Ditadura Civil Militar, Ordem dos Pregadores, Igreja Católica, Freis dominicanos.

**Abstract:** In 1964, a coup against João Goulart’s government is set off and was instaurated a Civil-Militar Dictatorship. During the period the opinions got split, and groups of support and opposition were formed. The main point of this paper it is to explore the case of The Preachers Order, who got know as “communists” since many of their ideas were direct attacks to dictatorial government. From some stories of the most known dominican freis, the proposal is investigate why this Order have followed a path different from the Catholic Church in general ad how they worked against the Dictatorial government.

**Keywords:** Guerrillas, Civil-Militar Dictatorship, Preachers Order, Catholic Church, Dominican Freis.

### Contexto Político

A conjuntura política e social do mundo após a Segunda Guerra Mundial se apresentava como uma disputa constante entre duas linhas ideológicas: capitalismo *versus* socialismo, falando de uma forma mais direta e simplificada. Esse período da chamada Guerra Fria, que se prolonga até a década de 90, é marcado por tensão constante. Preocupados com as influências externas, o clima interno de muitos países foi de instabilidade política. Não parecia possível haver paz plena. Sobre a fase, Eric Hobsbawn escreveu que “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”. (HOBSBAWM, 1995: 86).

É nesse ambiente que, em 1964, é deflagrado no Brasil um golpe contra o governo de João Goulart. Havia uma parte significativa da sociedade brasileira que temia, por parte do presidente, um golpe comunista que instaurasse no país um regime similar ao de Cuba pós 1959. Com apoio da direita conservadora, parte da classe burguesa, de potências estrangeiras e de um número significativo de indivíduos da sociedade civil em geral, é aplicado o golpe militar em



31 de março de 1964. Os militares instalam um governo ditatorial, chamado hoje de “Ditadura Civil-Militar”, justamente por contar com ampla corroboração de setores civis.

O Estado que se inaugurou logo se mostrou autoritário e contrário às correntes de esquerda. Como Marcelo Ridenti analisa<sup>1</sup>, houve uma preocupação por parte do governo ditatorial em se justificar e se estabelecer constitucionalmente como legítimo. Segundo o autor, “o golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. O regime instaurado jamais se assumiu como ditadura, no máximo como ‘democracia relativa’.”<sup>2</sup> De fato, o que se observa através de publicações e discursos da época, a tendência era chamar o processo de “revolução”. Avaliando de forma mais crítica, talvez fosse o conceito de revolução utilizada por parte do governo militar fosse o mais arcaico, que se referia ao movimento de corpos astrais. Porquê o que se viu foram realmente mudanças, especialmente no campo político, mas foram mudanças que serviram para manter as elites dominantes no poder, sem grandes alterações no quadro social do país.

Com seu suporte civil vindo da elite empresarial, das oligarquias rurais, partes da classe média e em alguma medida da classe mais baixa, o governo militar se instituiu legalmente e armou os meios de se manter no poder. É o caso dos quatro primeiros Atos Institucionais que promulgados pelo governo prestaram para estabelecer as bases de um sistema que duraria por vários anos. Nesse âmbito, era claro que diversos segmentos organizariam movimentos de oposição ao controle ditatorial do Brasil. Destacam-se neste contexto dentre outros aspectos, a perseguição política, característica perceptível nas mais variadas formas de tortura feitas a quem se manifestasse contra os ideais propostos pelo regime. Muitos dos que ambicionam uma possibilidade de ação político-social e de contestação ao sistema vigente são vítimas principais das mãos dos torturadores, sob a acusação de subversão da ordem, “inimigos da revolução”.

### **A Igreja, o Regime e a Ordem dos Pregadores**

Já há algum tempo a Igreja Católica apresentava dissidências em seu quadro interno. Do final da década de 40 em diante surgem grupos coordenados por clérigos que pretendiam mudanças organizacionais na Igreja e ainda participar ativamente dos processos políticos e sociais do seu ambiente de atuação. Os grupos de “Juventudes Católicas” (ou os JC’s) são oriundos desses processos de questionamento e são grupos de discussão e operação religiosa e

---

<sup>1</sup>RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. In: A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/ organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.- 1ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47

<sup>2</sup>Idem p. 30

social. Associações como a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e ainda a Juventude Independente Católica (JIC) são mostras de que setores da Igreja abandonavam suas posições mais tradicionais conservadoras para atar nas linhas de frente dos movimentos de contestação.

Porém foi a partir da década de 60, com a conjuntura política que se estabeleceu, é que muitos dos líderes e membros dos JC's decidiram-se por romper com os grupos de Ação Católica<sup>3</sup> (AC's) e passam a operar na AP, a famosa Ação Popular. Enxergaram na AP uma possibilidade mais real e contundente para participarem ativamente do cenário político nacional. Frei Betto, que foi presidente da Juventude Estudantil Católica em Minas Gerais, diz o seguinte sobre a entidade:

Nascera por iniciativa da JUC, no início dos anos 60. Em seus primórdios apresentara-se como uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo. Como a Ação Católica atuava por mandato direto dos bispos – o que limitava a inserção de seus militantes na política, já que a hierarquia não podia responder pelas opções partidárias e ideológicas que eles assumiam -, a Ação Popular surgiu como o instrumento independente adequado à atividade política. Às vésperas do golpe militar, a AP começou a superar sua origem reformista, aprofundando-se sempre mais na teoria marxista e abandonando a idéia de que a fé cristã é matriz de uma filosofia da história. No governo João Goulart, alguns de seus dirigentes ocuparam postos importantes, mormente no Ministério da Educação. Após o golpe, a AP passou à clandestinidade e seus militantes ficaram na mira dos órgãos de segurança.<sup>4</sup>

Contudo, mesmo com a atuação da hierarquia mais baixa, o episcopado brasileiro foi forte opositor ao governo Goulart e juntou-se, em número significativo, ao coro de suporte e aprovação do golpe de 64 tendo a Congregação Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB) entregado uma carta de apoio aos militares quando Jango foi deposto, reconhecendo o governo militar. Muitos desses membros eram ligados aos militares, pois frequentavam os cursos da Escola Superior de Guerra. Ainda que diversos padres e outras personalidades católicas tenham sido presos pelos militares, os bispos brasileiros não se manifestaram, ficando de fato tão incomodados quanto os militares com as atividades dessas pessoas.

Dentre os grupos que se posicionaram contrários ao governo a Ordem dos Pregadores, ou Ordem dos Dominicanos se destacou por ser uma instituição católica oficial politicamente engajada e que se manifestou de forma contundente enquanto resistência em diversos âmbitos.

---

<sup>3</sup>Fundada em 1948 e coordenada por Dom Sebastião Leme, recrutou muitos estudantes, a maioria da pequena burguesia, que encontraram na AC um espaço para discutirem também questões sociais.

<sup>4</sup>BETTO, Frei. Batismo de Sangue. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 1982, p. 86.

A ação de freis dominicanos junto a grupos de guerrilhas, sua difusão de ideais de esquerda e as convocações feitas à população são alguns de seus empreendimentos. Porém seu destaque acha-se justamente em seu caráter único, já que de uma forma geral, a alta hierarquia da Igreja Católica deu mais apoio que críticas ao governo militar brasileiro.

Em sua tese de mestrado “*Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue*” a historiadora Sara Carolina Duarte Feijó faz um levantamento sobre a ordem dominicana e, de acordo com Magno José Vilela,

[...] a Ordem dos Dominicanos no Brasil costumava atrair a simpatia dos jovens ‘devido à sua visão liberal e libertária da compreensão do significado de Jesus e do Evangelho, baseada nos estudos tomistas e sua intenção de servir o povo de Deus de forma sólida e efetiva’.<sup>5</sup>

Segundo Feijó, a proximidade que os frades pregadores tinham com as comunidades dava-lhes uma perspectiva diferente sobre a situação política econômica e social do país, bem como sobre a atuação que a igreja deveria ter na sociedade. Tal proximidade se devia a uma decisão em 1960 que permitiu aos dominicanos, noviços e frades, a usarem roupas civis fora do convento. Além disso, eram autorizados a exercer cargos empregatícios e estudar em instituições de ensino laicas. Com essa relação próxima e de integração com a sociedade leiga, os frades dominicanos tinham acesso a mais relações que a maioria dos clérigos. Viam e viviam a experiência da ditadura a partir do ponto de vista religioso, enquanto trabalhadores e estudantes. Era difícil ser indiferente aos diferentes aspectos da sociedade que os cercava.

Dos centros dominicanos, o Convento das Perdizes, localizado no bairro homônimo da capital paulista, era o que possuía maior número de noviços, com a maioria deles estudando na Universidade de São Paulo. O convívio com os frades atraía muitos intelectuais e estudantes ligados à ala progressista da Igreja para palestras e até pregações ministradas no Convento. Um dos melhores meios de divulgação desses encontros era a Editora e Livraria Duas Cidades, segundo Feijó. A livraria mantida pela Ordem dos Dominicanos editava e publicava livros de autores brasileiros, italianos, e espanhóis. A maioria dos livros estava relacionado às ciências humanas. Muitos também continham um forte teor marxista, daí serem considerados subversivos e o que atraiu ainda mais atenção dos departamentos de vigilância do regime sobre os frades.

---

<sup>5</sup>FEIJÓ, S. C. D. *Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue*. 2011. 158 f. Tese (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. p. 17-18

Houve ainda a edição e publicação de um semanário pelo frei Carlos Josaphat e pelo advogado Mario Carvalho de Jesus. “*Brasil: Urgente*”, teve 55 edições no total e trazia, segundo o próprio Josaphat: “[...] as principais notícias sobre os movimentos sociais e revolucionários que estavam ocorrendo de norte a sul do País.” Essas notícias, que falavam sobre os movimentos de esquerda no Brasil e no exterior não saíam nos jornais de grande circulação e tiragem, o que levou essas informações a um significativo número de pessoas. Quando foi fechado em 1964, os dominicanos mais ligados ao movimento estudantil decidem por dar mais força a ele e a grupos militantes da esquerda. Em entrevista, o ex-frade dominicano João Caldas Valença falou brevemente sobre o que os freis se propuseram a fazer:

Os conventos da Ordem estavam sempre abertos a reuniões da UNE, para os intelectuais, cineastas, estudantes e pequenos grupos marxistas que não tinham onde se reunir. Abrigávamos também os procurados e arrumávamos trabalho para eles já com novos nomes civis. Estudávamos muito os textos marxistas e, como tínhamos ligações com o Crusp e participávamos das famosas assembleias com alunos da USP e de outras universidades, conhecíamos todas as organizações universitárias a começar pela AP e pelos que faziam parte do agrupamento armado ALN (...) Nessa época líamos Althusser e todos os que fizeram releituras marxistas. Tínhamos acesso, em língua francesa, a todos os teóricos, de Mao Tse Tung a Camilo Torres, Che Guevara, Ho Chi Min, etc.

“Em um país essencialmente católico como era o Brasil daquela época, a existência de religiosos marxistas que eram respeitados pelos fiéis, artistas e intelectuais era algo temerário para os propósitos da ditadura”<sup>6</sup>, disse Helvecio Ratton, diretor do premiado filme *Batismo de Sangue*, de 2006, baseado no livro de mesmo nome publicado por Frei Betto em 1983. Ratton focou sua obra na atuação de um grupo de freis dominicanos do Convento das Perdizes junto à Aliança Libertadora Nacional de Carlos Marighella.

Marighella, que chegou a ser um dos mais procurados inimigos do regime militar, procurou se aproximar da ala progressista da Igreja Católica, e através de seus discursos em que conseguia casar catolicismo e marxismo atraiu jovens dominicanos para seu movimento de guerrilha. Mas foi com o Ato Institucional nº 5 que aumentou as forças de repressão do governo e lhes dava autoridade e respaldo legal para tal que a associação entre eles se dá de forma mais definitiva e colaborativa. Frei Betto, que em 1969 foi para o Rio Grande do Sul para se esconder

---

<sup>6</sup>Idem p. 24

da polícia paulista<sup>7</sup> aceitou a proposta de Marighella em auxiliar os perseguidos políticos a escapar pela fronteira com o Uruguai, estudantes em sua maioria.

Em seu livro, o frei explica que ele e os irmãos de ordem o faziam por acreditar que essa era sua responsabilidade enquanto cristão: proteger os desamparados e lutar contra as injustiças. Essa participação ativa e convicta dos freis os colocou sobre a mira dos militares desde o golpe, como foi dito anteriormente. Agentes do Departamento de Ordem Política e Social (o DOPS) passaram a frequentar as missas ministradas nos mosteiros, munidos de gravadores, para analisar o teor dos sermões. Mas foi apenas em 1969 que conseguiram um motivo para levá-los a prisão. Quando um agente infiltrado descobriu a ligação entre os dominicanos das Perdizes com a ALN, os freis Fernando e Ivo foram levados ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) onde após sessões de tortura revelaram como entrar em contato com Marighella. O guerrilheiro acabou emboscado e morto, o que desmoralizou a participação dos dominicanos dentro das linhas da esquerda.

Posteriormente, outros freis foram presos e submetidos a mais sessões de tortura. Como foi o caso de frei Tito. O frade havia sido um dos organizadores do XXX Congresso Nacional da UNE de 1968, que acabou descoberta e desmantelada pelos militares após denúncias dos moradores de Ibiuna, local da reunião. Após sofrer repetidamente diversas torturas, incluindo choques e palmatórias, o frei tentou suicídio na cela em fevereiro de 1970, mas foi socorrido a tempo pelos militares que temiam a má repercussão que o caso traria. Foi solto em dezembro de 1970, incluído entre os presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovani Enrico Bucker, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Depois de ir para o exílio no Chile, foi acolhido pelos dominicanos do Convento Saint Jacques. Foi encontrado morto em 10 de agosto de 1974, possivelmente após se enforcar nos arredores do convento de Lyon. Frei Tito carregou traumas psicológicos após deixar a prisão de onde escreveu uma carta relatando os dias em que sofreu as sucessivas torturas. O seguinte trecho faz parte do documento que ficou internacionalmente conhecido:

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como SchaelSchneiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é: defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos

---

<sup>7</sup>Frei Betto trabalhava no jornal Folha da Tarde que fazia denúncias sobre o governo mais que passou a ser censurado após a instituição do AI-5

dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde.

A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra essa situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este o silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo.<sup>8</sup>

### Considerações finais

O que se observa quanto a atuação da Igreja é sua divisão: de um lado os organizadores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e apoiadores do golpe de 64; de outro, clérigos das hierarquias mais baixas, ligados à Teologia da Libertação<sup>9</sup>, que se posicionaram contrários ao regime. Uma Igreja conservadora que defendia a manutenção da estrutura de poder em oposição à ala mais progressista que almejava mudanças sociais.

Com a implantação da ditadura e a perseguição aos grupos contrários ao regime, os jovens das JC's e da AC que se juntaram a ordem dominicana e aos grupos clandestinos de esquerda para conseguir derrubar o governo autoritário foram os primeiros ligados diretamente à Igreja Católica a se posicionarem publicamente contra os militares. Juntaram-se a ALN por acreditarem que era seu dever estar ao lado do povo e lutar por ele, e viam isso no movimento de Marighella. Como também eram próximos dos movimentos estudantis, esses freis dominicanos conseguiram associar Marx e sua visão religiosa. Para eles a Igreja deveria “desalienar” seus fiéis. Sendo o primeiro grupo católico no Brasil a assumir postura mais radical de esquerda em uma país de maioria católica, os dominicanos influenciaram e inspiraram movimentos religiosos que atuarão no Brasil posteriormente.

---

<sup>8</sup> FREI TITO. As próprias pedras gritarão: Frei Tito por ele mesmo. Disponível em <http://www.adital.com.br/freitito/por/pedras.html>. Acesso em 09 de dezembro de 2015. Apesar das denúncias e apelos, o episcopado não se pronunciou quanto ao caso, nem cortou relações com o governo ditatorial.

<sup>9</sup>A Teologia da Libertação é uma doutrina apropriada para as realidades sociais, de ideologia esquerdista. Propaga uma participação mais ativa do cristão, que luta pela causa do próximo, desejando uma maior partilha e justiça social, e tornando-se um participante politicamente ativo na sociedade.



## Religiosos nas lentes do Plim Plim: uma análise sobre as perseguições nas reportagens da Globo Minas

**Raquel Marques Soares**

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: rms.raquel.marques@gmail.com

**Resumo:** O golpe militar de 1964 recebeu o aval de parcela da população brasileira. Durante o regime, houveram perseguições, prisões arbitrárias e desaparecimentos. Entre os perseguidos estavam estudantes, operários, figuras políticas e até mesmo religiosos. Em decorrência da Teologia da Libertação, não era raro encontrar católicos que alinhavam sua fé e os princípios básicos da Igreja à atividades próximas aos movimentos sociais. Algumas dessas figuras foram tratadas pelo regime como subversivas. Ao serem perseguidas, tiveram parte da sua história exposta nos meios de comunicação. Um desses meios era o jornalismo da TV Globo Minas, parte do grupo Globo. Esse trabalho visa abordar as narrativas de perseguições a figuras religiosas na cidade de Belo Horizonte. Nascido como uma pesquisa para a Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, esse trabalho ampliar a memória acerca dos religiosos perseguidos através das narrativas gravadas e exibidas pela TV Globo Minas, que hoje fazem parte do acervo do Museu da Imagem e do Som.

**Palavras chave:** Perseguição; regime militar; ditadura; igreja católica

**Abstract:** A portion of the Brazilian population approved the military coup of 1964. During the regime, there were persecutions, arbitrary arrests and disappearances. Among the persecuted were students, workers, political figures and even religious. As a result of Liberation Theology, it was not uncommon to find Catholics who aligned their faith and the basic principles of the Church with activities close to social movements. Some of these figures were treated by the regime as subversive. When they were persecuted, they had part of their history exposed in the mass media. One such media was the TV Globo Minas journalism. This paper aims to address the narratives of persecution of religious figures in the city of Belo Horizonte. Born as a research for the Truth Commission of the State of Minas Gerais, this work enlarges the memory about the persecuted religious through the narratives recorded and exhibited by TV Globo Minas, which are now part of the collection of the Museum of Image and Sound.

**Keywords:** Persecutions; Military regime; Dictatorship; Catholic Church

O presente trabalho é fruto de dois projetos iniciados em janeiro de dois mil e dezessete, um deles como bolsista da Comissão da Verdade em Minas Gerais, na subcomissão de religiosos perseguidos, e outro como voluntária do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Belo Horizonte. Esse último projeto, consiste em fazer o levantamento e buscar a localização de filmes que abordam assuntos ligados a resistência e repressão, ocorridos no período da ditadura militar brasileira. Tal levantamento começou a ser feito por Marcella Furtado, técnica do museu, com objetivo de utilizar alguns desses filmes como objetos de estudo para o seu doutorado em andamento na USP.

O MIS-BH é um equipamento da Fundação Municipal de Cultura, funcionando desde 2008, em uma casa tombada na Avenida Álvares Cabral, número 560. A proposta do museu, é reunir diversos elementos áudio visuais que compõe a história da cidade de Belo Horizonte. Em



meio a variedade do acervo, o MIS foi agraciado com mais de cinquenta mil exemplares de películas, de 16mm, de reportagens da TV Globo Minas, inaugurada em 1968. O acervo desse fundo, data então do final da década de 60 até meados da década de 80, sendo em sua grande maioria, películas da década de 70. Entretanto, o acervo disponível para as pesquisas e consultas, ainda não abrange a totalidade ali depositada. Isso acontece, pois infelizmente grande parte do Fundo Globo, ainda não foi analisado, identificado e catalogado. Dessa forma, o trabalho feito até aqui, consiste nas buscas dentro do que já foi catalogado e se encontra no banco de fichas. O banco de fichas, é uma plataforma online, onde se encontram digitalizados, todas as fichas que foram recebidas da Rede Globo, juntamente com os filmes. Nessas fichas há uma breve sinopse, feita pelos próprios funcionários da Globo, ou seja, foram escritas sob o olhar daqueles que vivenciaram o contexto das reportagens. Ao mesmo tempo que essas fichas nos permitem analisar determinados contextos, elas também contêm lacunas que somente o trabalho de pesquisa e a catalogação do filme nos permite preencher.

As fichas nem sempre nos trazem informações completas e mais detalhadas, sendo sempre necessário uma pesquisa mais aprofundada. Um exemplo da importância das pesquisas mais apurada é a reportagem intitulada “Polícia – DOPS – Depoimento mulher do padre”, o que à primeira vista parece apenas ser um título curioso, com as pesquisas e leituras feitas dentro da Comissão da Verdade, descobrimos ser uma reportagem que tratava do sequestro do padre Antônio Haddad, pároco da Igreja da Boa Viagem. O referido padre, foi levado para o motel Playboy, despido e fotografado juntamente com uma mulher. Esse sequestro, ocorrido em 1982, foi apontado pelo padre Henrique Moura Faria como uma tentativa de “desmoraliza-lo; para que a Igreja fosse atacada[...]. Os militares faziam isso com muita gente, mas graças a Deus foi provado que tudo era mentira.”<sup>1</sup> O padre Henrique, também salientou como eram os boatos espalhados na época com o intuito de manchar a imagem do padre Haddad: “ficava falando de política, contra o regime, mas ficava se prostituindo com as mulheres nos motéis.”<sup>2</sup>

O grande desafio enfrentado pelo MIS, consiste em realizar a catalogação dos filmes do acervo. Embora todas as fichas estejam digitalizadas, a grande maioria dos filmes não possui uma catalogação, isto é, ainda não foram analisados, assistidos e não receberam um número de fundo<sup>3</sup>. O trabalho de catalogação demanda muito tempo e a pequena equipe, realiza o trabalho

---

<sup>1</sup> FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org), 50 Anos do Golpe Civil-Militar. A Igreja e a universidade. Cadernos Temáticos nº4. Belo Horizonte. FUMAC. 2015 p.62

<sup>2</sup> Id.

<sup>3</sup> As películas só ganham número de localização, após identificadas e separadas por temas. Nessa etapa do processo, vão para o banco de dados, disponibilizado para pesquisa.

de forma gradual, aumentando o banco de dados lentamente. Até então, temos utilizado a busca de palavras chaves e nomes, que aparecem nas pesquisas da Comissão da Verdade, tanto no banco de fichas, quanto no banco já catalogado. Os resultados, são filtrados, analisados novamente e assistidos na moviola<sup>4</sup>. Visamos futuramente, fazer buscas, nos filmes ainda não identificados, sem número de catalogação, pois algumas delas nos chamam muita atenção e podem revelar elementos inéditos na historiografia sobre a ditadura. É o caso, do filme intitulado “Freiras” datado dezembro de 1968, cuja sinopse presente no banco de fichas nos informa:

Cenas mostrando o Colégio Santa Maria, a Reunião das Freiras de Belo Horizonte, para apreciar os fatos relacionados com as prisões dos padres da Igreja do Horto, aparecendo no filme também Dom João de Resende Costa e Dom Serafim Fernandes de Araújo<sup>5</sup>.

Ao contrário do sequestro do padre Haddad, a prisão dos padres da comunidade do Horto, recebeu destaque tanto na historiografia quanto nos relatos orais. Isso aconteceu, devido ao fato dos padres detidos serem de nacionalidade francesa<sup>6</sup>, são eles Michel Le Ven, Xavier Berthou e Hervé Croguennec. Essas prisões em pleno novembro de 1968, ganham destaque na mídia nacional e internacional, causando também entraves entre o consulado francês, a igreja católica e o governo brasileiro. O próprio papa Paulo VI, segundo Le Ven<sup>7</sup>, comoveu-se com a situação, enviando para os padres uma carta e uma cesta de natal em sinal de apoio. Encontrar esse filme, pode nos revelar, nomes, rostos e ações de outros apoiadores dos sacerdotes, que não foram materializados pela historiografia, sobretudo tratando-se das freiras, muito esquecidas nos trabalhos historiográficos feitos sobre religião.

É imprescindível para esse trabalho, refletirmos acerca do contexto e dos desdobramentos do golpe civil militar, a partir do ano de 1968. A promulgação de atos institucionais e o endurecimento cada vez maior do regime, fizeram com que parcela da população, antes favorável ao golpe, começasse a questionar com mais afinco os rumos do governo militar. Os antecedentes do AI-5<sup>8</sup> são indispensáveis para se pensar esse trabalho, a

---

<sup>4</sup> Equipamento de edição para películas 16mm e 35mm. É utilizado no MIS para reprodução dos filmes, por oferecer riscos menores a película e por permitir a pausa imediata caso haja qualquer problema durante a reprodução do mesmo.

<sup>5</sup> Transcrição exata do banco de fichas fornecido pela Globo Minas.

<sup>6</sup> Foi detido também o diácono brasileiro, José Geraldo da Cruz.

<sup>7</sup> VEN, Michel Le. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça! In: SÁVIO, Robson (Org), 50 Anos do Golpe Civil-Militar. A Igreja e a universidade. Cadernos Temáticos nº4. Belo Horizonte. FUMAC. 2015 p. 36

<sup>8</sup> Ato Institucional número 5, considerado o ato mais duro do regime militar. Promulgado em 13/12/1968.

criação da Globo Minas, a instauração da censura política, e o aumento dos conflitos entre uma parcela da igreja e o governo militar.

A morte do estudante Edson Luís, em março de 1968, gerou uma onda de insatisfação popular, culminando na Passeata dos Cem Mil<sup>9</sup> e no documento chamado Declaração dos Padres. Essa declaração, redigida pelos religiosos Antônio Muniz de Rezende, Hugo Lucena Lopes e Frederico Ozanam Pereira, foi assinada por trinta e quatro religiosos. O documento denunciava a violência militar e o apoio governamental por trás dessa, que utilizava de forças descabidas, contra estudantes. Além do repúdio a violência, a declaração dos padres, demonstra a preocupação e maior aproximação, de setores progressistas da igreja com o movimento estudantil, a proximidade desses movimentos, tiveram origem nas novas doutrinas de base social, da igreja, incorporadas sobretudo nos anos 60. Enquadrados na lei de Segurança Nacional, os assinantes da declaração dos padres, passam a ser alvo de investigações<sup>10</sup> e foram julgados em 1973.

Consideramos que a partir de 1968, os setores progressistas da igreja católica, ganharam um maior destaque, demonstrando uma grande divisão dentro da igreja, entre os conservadores, que apoiavam o regime militar e os progressistas, que buscavam denunciar a violência, as torturas e se colocavam ao lado das lutas estudantis e operárias. É importante salientar, que a proximidade de religiosos com esses movimentos, existia em um contexto pré golpe, sendo a Juventude Universitária Católica (JUC) um movimento fundado na década de 50. Essa aproximação passa a ser, mais visada pelo regime militar, colocando muitos religiosos como figuras suspeitas de subversão. As prisões ocorridas no congresso da UNE, ocorrido em Ibiúna<sup>11</sup> seguidas pelas prisões dos padres do Horto, já mencionadas nesse trabalho, colocam figuras religiosas como alvo de investigações realizadas pela polícia política e o Serviço Nacional de Inteligência.

---

<sup>9</sup> Protesto que ocorreu no dia 26/06/1968 no Rio de Janeiro, contou com a presença de intelectuais e membros dos movimentos sociais.

<sup>10</sup> As pesquisas da Comissão da Verdade em Minas Gerais, nos levaram a vários documentos solicitando informações sobre os religiosos. Essa documentação encontra-se disponível no site do Arquivo Público Mineiro. [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/)

<sup>11</sup> XXX Congresso da UNE, ocorrido clandestinamente em Ibiúna - SP. Nos arquivos do DOPS, encontramos um IPM denominado Diocese de Itabira, nele as autoridades afirmam que o IPM aberto para averiguar as atividades de Ibiúna, ligavam parcela do clero mineiro a atividades ditas subversivas, possibilitando então a abertura de outros 5 IPM's, dentre eles o da Diocese de Itabira. Pasta 0041. Disponível em [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0041&imagem=1728](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0041&imagem=1728). Último acesso em 30/06/2017

O ano de 1968, também é marcado pelo surgimento da rede de televisão Globo Minas, pertencente ao grupo O Globo, um dos grandes apoiadores o golpe. Esse apoio foi confirmado pelo próprio grupo, em uma espécie de *mea culpa*, em editorial de 2013 intitulado “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”. As pesquisas revelam que o jornal impresso raramente vinculava alguma matéria, de cunho crítico ao governo, e quando o fazia, as mesmas eram voltadas “ao caráter econômico, em relação ao intervencionismo estatal abusivo, e algumas sugestões para o aumento do investimento em educação e pesquisa.”<sup>12</sup> Nesse trabalho,

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado [...]. São portando veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem.<sup>13</sup>

Dessa forma, enxergamos o grupo Globo, como um fiel apoiador e legitimador do governo militar. Entretanto, esse apoio, não o blindava da censura vigente aos meios de comunicação e produtores de entretenimento. Em dezembro de 1968, com a promulgação do AI-5, houve uma intensificação da censura da imprensa, instrumentando “a censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV”<sup>14</sup>. Assim a censura, passa a agir nas redações, impedindo a veiculação e circulação de reportagens que fossem consideradas uma ameaça ao governo militar.

Carlos Fico aponta que “os telejornais da Globo não estavam adstritos à DCDP<sup>15</sup>. Eles colaboravam francamente com o regime ou apenas acatavam as proibições determinadas para a imprensa.<sup>16</sup>” Observando então, as películas encontradas no MIS, podemos notar que a grande maioria, encontra-se em formato bruto, sem cortes ou edições, impossibilitando a nós pesquisadores, afirmar com total certeza que tal conteúdo foi ao ar e como ele foi ao ar, se teve cortes, ou o que foi cortado. As únicas informações que vieram da Globo, são o título, data e um código correspondente ao telejornal cuja reportagem provavelmente foi exibida. As películas até agora analisadas, nos permitem observar a forma como os repórteres conduziam

<sup>12</sup> MONÇÃO, Camila Barbosa. A grande imprensa e a ditadura militar brasileira: a legitimação do governo militar nas páginas do jornal O Globo. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v.7 p. 1243-1252. 2016

<sup>13</sup> Melo, João Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis. Vozes. 1985. p. 57

<sup>14</sup> FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. In: Topoi, Rio de Janeiro, n.5, p. 251- 286, set. 2002

<sup>15</sup> Divisão de Censura de Diversões Públicas. Departamento que realizava a censura dita “moral”, vetando conteúdos de nudez, divórcio, suicídios, deformações físicas, agressividade, linchamento e tudo mais que poderia ser considerado causa de desvio de caráter aos telespectadores.

<sup>16</sup> FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. In: Topoi, Rio de Janeiro, n.5, p. 251- 286, set. 2002

as entrevistas. Suas mediações e intervenções nos levar a crer que “os jornalistas sempre dispõem de artifícios para burlar a linha editorial. Existe muito campo para a intervenção sutil dos profissionais[...] conseguem fazer ‘passar’ certas informações do seu interesse político corporativo.”<sup>17</sup> Visualizamos esse tipo de intervenção, em uma reportagem intitulada “Religião – Missa contra ditadura – Nicarágua” onde o repórter busca retirar do entrevistado informações de cunho político. A missa, ocorreu em 1978, organizada por estudantes nicaraguenses residentes em Belo Horizonte, que contaram com o apoio dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) da Universidade Católica e da Universidade Federal de Minas Gerais. O entrevistado, frei Antônio, ao ser indagado sobre os motivos da celebração, informa que a missa estava sendo celebrada no dia 12 de outubro

[...] dia da descoberta da América Latina, dia também que faz cinco meses que o Cajá<sup>18</sup> foi preso e também esse ato é de solidariedade ao sofrimento do povo do país da Nicarágua. Então, a gente, por todos esses motivos, tá [sic] aqui em solidariedade, em espírito de oração, tentando denunciar essas invasões injustas que vivem todo o povo da América Latina, nesse processo de libertação e unidos em solidariedade em oração, tentando estar juntos com Deus e o povo oprimido.<sup>19</sup>

Após essa fala, o repórter ainda indaga de forma insistente se há mais alguma manifestação programada em prol do povo nicaraguense, ou de outras pessoas presas, questiona também sobre o motivo da participação da igreja na problemática do povo nicaraguense, obtendo como resposta a seguinte afirmação:

A problemática do povo nicaraguense, é a mesma problemática de todo o povo da América Latina submetido a torturas, submetido a ditaduras, submetido a governos que não estão preocupados realmente com a libertação do povo. Então, se a igreja hoje se preocupa e se solidariza como povo da Nicarágua é porque essa é uma luta comum de todos aqueles que desejam e lutam pela justiça e pela paz. É uma tarefa da igreja, denunciar tudo aquilo que é injusto [...] é uma tarefa da igreja [...] denunciar todo regime ditatorial, tudo aquilo que oprime, escraviza e marginaliza o homem.<sup>20</sup>

Considerando, o editorial da Globo, que tinha o regime militar, como um governo “revolucionário”, a denúncia apresentada pelo frei Antônio é sutil e só irá ser notada pelo olhar atento de um telespectador capaz de ler as entrelinhas do contexto brasileiro. Supomos então, que esse tipo de reportagem, gravada e muitas as vezes, exibida no mesmo dia, provavelmente

---

<sup>17</sup> Melo, João Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Vozes. 1985. p. 60

<sup>18</sup> Apelido do estudante Edval Nunes, preso no Recife, acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista Revolucionário.

<sup>19</sup> Transcrição livre da entrevista.

<sup>20</sup> Idem.

não passava pela censura, cabendo ao editorial fazer a filtragem do que iria ou não ao ar, podendo ou não fazer a chamada autocensura, vetando conteúdos que poderiam ser problemáticos a emissora.

Observamos nos telejornais analisados até agora, que as denúncias de cunho político, recebem espaço sem que o denunciado seja explicitamente exposto, acontecendo também em casos onde não há entrevistas e o repórter faz apenas uma chamada de cunho mais informativo, como é o caso do filme intitulado: “Polícia – Padre Frei Eduardo Metz denuncia violação de correspondência”, onde o repórter aparece informando:

Dom João de Resende Costa, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte fez a denúncia de que a correspondência dos religiosos da cidade industrial estaria sendo violada. Essa denúncia foi feita através do Jornal Estado de Minas e foi posteriormente confirmada pelo frei Eduardo Metz, que apresentou provas dessa violação. Dom João esteve reunido aqui no palácio episcopal com dois outros bispos, Dom Arnaldo e Dom Serafim, e vários religiosos. Após a reunião Dom João se recusou a receber a imprensa.<sup>21</sup>

Nesse caso, as pesquisas nos mostram uma constante investigação do DOPS, ao movimento operário da Cidade Industrial e estando os clérigos da região, próximos a essa população, eles tinham suas atividades investigadas, as missas assistidas e a correspondência violada.

No princípio desse trabalho, por estarmos estudando uma emissora colaboracionista, acreditávamos encontrar mais reportagens, de cunho ideológico alinhado ao governo militar, condenando e retirando a credibilidade das figuras contrárias ao regime ditatorial. Citando novamente o caso do padre Antônio Haddad, as primeiras películas analisadas para esse trabalho, todas as reportagens nos fazem duvidar que o padre foi realmente sequestrado, permitindo ao telespectador, acreditar que situação não fora armada. A forma como a entrevistadora indaga a recepcionista do motel, mostra que o padre chegou até o motel sem nenhum tipo de coerção. Acreditávamos que as demais reportagens, teriam esse mesmo tom e por isso nos surpreendemos com as demais películas, que nos permitem analisar as sutis denúncias ao regime militar e o envolvimento dos religiosos de Belo Horizonte, a grupos estudantis e operários, investigados constantemente e acusados de serem subversivos.

Esse trabalho, ainda em sua fase embrionária, nos traz mais questionamentos que conclusões. Nos faz ver a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre as atividades sociais e

---

<sup>21</sup> Transcrição livre da reportagem.

políticas da igreja em Minas Gerais, fugindo um pouco dos eixos Rio- São Paulo, já bastante explorados pela historiografia. É necessário também investigar mais afundo os telejornais, sobretudo da Rede Globo, pois indo ou não ao ar, são importantes fontes para investigarmos as atividades dos religiosos locais.



## A Ditadura Civil-Militar: Um estudo sobre a formação do consenso através do discurso anticomunista na Arquidiocese de Diamantina, sob o bispado de Dom Geraldo de Proença Sigaud (Minas Gerais, 1961-1980)

**Kamila Nunes da Silva**

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del Rei

E-mail: kamilans@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção do consenso social em torno da ditadura civil-militar brasileira, na cidade de Diamantina – MG entre os anos de 1961 e 1980. Portanto, interessa verificar concretamente como os consensos foram criados, como as acomodações e interesses de ganhos materiais e/ou simbólicos se fizeram no decorrer deste período. Partiremos da análise de fontes relacionadas à Arquidiocese de Diamantina, onde atuou uma figura importante do anticomunismo Católico, o Bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. Dado que este trabalho consistiu em analisar um periódico de cunho conservador, para executá-lo foi indispensável entender o anticomunismo, pois esse tipo de manifestação teve papel marcante na história política brasileira, visto que a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar o golpe autoritário e reprimir os movimentos populares.

**Palavras chave:** Ditadura civil-militar; Consenso; Imprensa conservadora.

**Abstract:** The present work aims to analyze the construction of social consensus around the Brazilian civil-military dictatorship, in the city of Diamantina - MG between the years of 1961 and 1980. Therefore, it is important to verify concretely how the consensuses were created, such as accommodations and Interests of material and / or symbolic gains were made during this period. We will start from the analysis of sources related to the Archdiocese of Diamantina, where an important figure of the Catholic anti-communism, the Bishop Dom Geraldo de Proença Sigaud was present. Given that this work consisted of analyzing a conservative periodical, in order to execute it, it was indispensable to understand anti-communism, since this type of manifestation had a marked role in Brazilian political history, since the "communist threat" served as a pretext to justify the coup Authoritarian and suppress popular movements.

**Keywords:** Civil-military Dictatorship; Consensus; Conservative press.

O ano de 1961 é um importante marco na história do Brasil. Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto, os ministros militares começaram a tramocar uma maneira de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em viagem à China. Acusaram-no de ser o representante do legado de Getúlio Vargas e, o mais grave, de ter vínculos com o comunismo internacional. Uma cadeia nacional de comunicações, a chamada “rede de legalidade”, criada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, funcionou como um movimento de resistência democrática e permitiu que a posse de Goulart fosse negociada. Como destacou Daniel Aarão: “para evitar uma guerra civil, construiu-se um compromisso onde Jango assumiria a presidência, mas com os poderes castrados no quadro de um regime

parlamentarista”<sup>1</sup>. A solução desagradou radicais de ambos os lados, mas empolgou as maiorias que trabalharam por uma conciliação. No dia 7 de setembro de 1961, Jango tomou posse tendo Tancredo Neves, um político moderado do PSD mineiro, como primeiro-ministro.

O governo João Goulart durou de setembro de 1961 a março de 1964, neste curto período, um novo contexto político-social emergiu no país. Uma rápida evolução de acontecimentos produziu a intensificação da crise e o surgimento de um quadro propício à solidificação da frente anticomunista. O alerta para que se estreitasse a convergência dos movimentos anticomunistas, foi dado quando o presidente João Goulart começou a sinalizar que, finalmente, abandonara a política de negociações e fizera uma escolha de enfrentamento em favor das *reformas de base*.

O início de 1964 marcou o auge das manifestações tanto das direitas quanto das esquerdas na sociedade brasileira, este período foi o ponto alto da mobilização dos grupos reformistas e conservadores, cujo desdobramento, no mês de abril de 1964, fora o Golpe de Estado que pôs fim ao governo de Jango.

Neste trabalho partiremos da análise de fontes relacionadas à Arquidiocese de Diamantina, Minas Gerais, onde atuou uma figura importante do anticomunismo católico, o bispo Dom Geraldo Sigaud Proença. Destacadamente, analisaremos o jornal *A Estrela Polar*, de propriedade da Mitra Arquidiocesana, procurando identificar os argumentos utilizados para criação de um consenso em torno da necessidade de depor o presidente João Goulart, através de um golpe de Estado. Quanto à escolha deste periódico, podemos justificá-la por tratar-se de uma riquíssima fonte de investigação, o jornal bem como outros vários veículos de imprensa conservadores da época, acabou por apresentar e representar os atores engajados nas disputas por reformas como “comunistas”, além de criar e difundir a ideia de que o país, sob a liderança de João Goulart, marchava para o “socialismo ateu e degenerado”.

Nesse sentido, como já explicitado, buscaremos analisar o jornal *A Estrela Polar*, em um contexto marcado por uma polarização política na sociedade brasileira. Com isso, procuramos entender o posicionamento do jornal, bem como as ideias que veiculava, destacando as representações criadas a fim de se legitimar o ponto de vista de seus editores e os consensos em relação à ditadura civil-militar apresentados à sociedade. Aqui estamos

---

<sup>1</sup> REIS, Daniel Aarão. Entre ditadura e democracia – da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010. In: SCHWARCZ, Lilia Mooritz (coord.) *História do Brasil Nação 1808-2010*. V.5, SP, Objetiva, 2014. p. 77.

considerando representação como o ato de apresentar a realidade de forma simbólica, ou seja, tornar visível o que não se vê, como é o caso dos pensamentos e das intenções, através da compreensão da cultura e do momento histórico analisado<sup>2</sup>.

Signatário das matérias anticomunistas no jornal da Arquidiocese, Dom Geraldo Sigaud Proença<sup>3</sup>, era partidário de um catolicismo ultraconservador e foi arcebispo de Diamantina, entre 1961 e 1980. Ele ficou muito conhecido por suas denúncias contra aqueles que supunha estarem influenciados pelo comunismo, incluindo membros do episcopado. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização conservadora criada em 1960, que se fundamenta nos tradicionais valores católicos.

Aline Coutrot afirma que assim “como corpos sociais as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem”<sup>4</sup>. Neste sentido, as Igrejas desde sempre pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada, proferindo julgamentos em relação a sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Ainda para a autora, “nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros”<sup>5</sup>.

Diante do explicitado acima, cabe destacar que nosso recorte temporal aponta para um contexto marcado entre a posse de João Goulart, em 1961, que coincide com o ano da chegada de Dom Sigaud na Arquidiocese de Diamantina, até sua saída em 1980. O objetivo será discutir os consensos criados em torno da ditadura civil-militar em Diamantina durante a permanência do arcebispo na cidade. Ao dar destaque para essa localidade não pretendemos desvincular essa pesquisa do contexto brasileiro, mas apontar as especificidades da cidade, bem como corroborar para a historiografia com o estudo de uma região - Vale do Jequitinhonha - que carece de trabalhos sobre o período da ditadura civil-militar.

A religião e os religiosos desempenharam um papel de forte relevância na história do anticomunismo brasileiro, no que diz respeito à elaboração de representações sobre o inimigo

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de representação ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

<sup>3</sup> GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1871-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p.43

<sup>4</sup> COUTROT, Aline. Religião e Política. In : René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.334

<sup>5</sup> Ibid. p.334.

e sua divulgação. A religião continua a manter relações com a política, amplia seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, por isso é um tema atual. De acordo com Aline Coutrot, “devemos nos interrogar sobre os efeitos produzidos pelos ritos, o cerimonial, o cenário, os gestos obrigatórios, as posições prescritas, tudo isso vivido no seio de uma comunidade consensual”<sup>6</sup>. Além disso, a mensagem da Igreja não pode ser transmitida a não ser por expressões culturais próprias de cada época.

Tendo em vista todos estes aspectos, sobretudo porque “a imprensa confessional tem com os movimentos mais de uma analogia”<sup>7</sup>. Pois os periódicos são órgãos militantes que querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo, mantém estreita relação com seus leitores que são em geral fiéis, na maioria assinantes. O Jornal cristão é lido em família. Ainda de acordo com Aline Coutrot, o nascimento de uma publicação é sinal da estruturação de uma corrente de opinião. Assim, a imprensa, com exceção de alguns órgão minoritários, deve ser considerada hoje como agente de modernização política.

Cabe ressaltar, que existe também na historiografia brasileira um desequilíbrio entre a quantidade de estudos consagrados às esquerdas em detrimento daqueles, escassos, voltados aos setores conservadores da sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa pretende contribuir no preenchimento de eventuais lacunas da historiografia do período, bem como na complementação dos caminhos abertos por trabalhos já existentes. A partir de uma abordagem da micro história, trataremos da região do Vale do Jequitinhonha procurando integrá-la à conjuntura política mais ampla do país nas décadas de 1960 a 1980. Quando muda-se a escala, muda-se a ótica e o nível de informação, apontando para os diferentes recursos que os atores têm e os campos que eles podem agir. Conforme destaca Bernard Lepetit, a manipulação do jogo de escalas não apenas sugere um espaço social diferente, mas também identifica sistemas de contextos nos quais se inscrevem os jogos sociais<sup>8</sup>.

De acordo com o autor Maurizio Gribaudi, a grande contribuição da micro história talvez esteja no fato de se ater a configurações causais, onde os protagonistas são indivíduos concretos e não fenômenos estruturais. Eles se situam e se determinam na presença e no interior

---

<sup>6</sup> COUTROT, Aline. *Religião e Política*. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Op.cit. p.336

<sup>7</sup> Ibid. p.348

<sup>8</sup> LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 88-89.

de configurações relacionais que remetem a ligações, representações e dinâmicas situadas contemporaneamente em níveis diferentes do espaço social<sup>9</sup>.

Ao analisar a historiografia sobre o golpe de 1964 e o regime ditatorial, é possível identificar, ao longo da última década, o que poderíamos chamar de uma revisão historiográfica<sup>10</sup>. Estudos recentes passaram a abordar uma dimensão, até então, marginalizada nas interpretações historiográficas, considerando a participação dos civis no golpe e na legitimação e manutenção dos militares no poder.

Denise Rollemberg afirma que é muito comum em sociedades que passaram por regimes autoritários, a construção de uma memória de que o autoritarismo só foi possível em função de instituições e práticas coercitivas e manipulatórias. O problema que emerge dessas interpretações é não compreender os regimes autoritários e as ditaduras como produto social<sup>11</sup>.

As explicações que partem das oposições *vítima e algoz, opressor e oprimido*, buscando respostas na repressão, na *manipulação*, no desconhecimento (*nós não sabíamos*), embora sedutoras — explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida — levaram a distorções consideráveis. Apegadas às necessidades do presente, essas construções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro<sup>12</sup>.

A utilização das categorias consenso e consentimento, no caso das relações entre sociedades e regimes autoritários, remetem à “complexidade dos comportamentos sociais”<sup>13</sup>. Neste sentido, Daniel Aarão afirma que:

<sup>9</sup>GRIBAUDI, Maurizio. “Escala, pertinência, configuração”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 136.

<sup>10</sup> Para exemplos de trabalhos que procuram defender essa perspectiva ver: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009; CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese - Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal Fluminense (UFF); DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981; REIS, Daniel Aarão. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; REIS, Daniel Aarão. Ditadura anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010; ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>11</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. “Apresentação”. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.11.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese - Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). p. 21.

O conceito de consenso, (...) para compreender as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse regime. A repressão e a ação da polícia política em particular podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação<sup>14</sup>.

As ditaduras e os regimes autoritários não se sustentam apenas por meio da repressão, são produtos da própria sociedade e se legitimam em expressivos segmentos sociais. Como destacou Denise Rollemberg, tais regimes “se sustentam na zona cinzenta, o espaço entre apoio e rejeição, o lugar no qual é possível atuar nos dois sentidos”<sup>15</sup>. Janaina Cordeiro explica que para apreender a diversidade que compõe a *zona cinzenta* é necessário observar para além do binarismo, por vezes simplificador, entre um Estado opressor e uma sociedade vitimizada. Pois, a realidade é difusa, tornando-se difícil explicá-la de forma hermética e sistemática<sup>16</sup>.

O consenso na ditadura civil-militar brasileira não pode ser pensado dentro de um padrão, pois se dá em níveis diferenciados, dependendo do contexto e dos grupos sociais. Interessa-nos para esta pesquisa os consensos criados por membros do clero da Arquidiocese de Diamantina, particularmente, do bispo Dom Sigaud. Faremos tal análise acompanhando as representações veiculadas no órgão oficial de imprensa da referida Arquidiocese, qual seja o jornal *A Estrela Polar*. Dado que este periódico é de cunho conservador, para executar sua análise é indispensável entender o anticomunismo, pois esse tipo de manifestação teve papel marcante na história política brasileira, visto que a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar o golpe de Estado e reprimir os movimentos populares.

No dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, o verbete sobre o conceito é de Luciano Bonet, o qual afirma que o anticomunismo deveria ser “entendido como oposição à

<sup>14</sup> REIS, Daniel Aarão. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.387, nota nº20.

<sup>15</sup> ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.130.

<sup>16</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Op.cit., p. 23.



ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais etc., também há as anticomunistas”<sup>17</sup>, porém só essa explicação não é suficiente para abarcar toda complexidade do movimento, pois, “o anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”<sup>18</sup>.

Ainda de acordo com o autor, essas definições são genéricas e limitantes, sendo o anticomunismo um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens, ideais e políticas em que se inspira.

Ricardo Mendes afirma que o anticomunismo característico do período compreendido entre fins do século XIX e os princípios da década de 1920, representava uma oposição ao *status quo* contra uma ideologia que articulasse a luta da classe trabalhadora. Por isso, fez parte de uma oposição mais ampla a toda e qualquer ideologia ou movimento que viesse a instrumentalizar as reivindicações desse grupo social. Desta forma, contribui para a ampliação do anticomunismo deste período “o crescimento da influência marxista sobre o operariado e suas agremiações substituindo, gradativamente, o anarquismo”<sup>19</sup>.

Ainda conforme o autor, após a Revolução de Outubro de 1917<sup>20</sup>, o anticomunismo ganhou uma nova conotação, assumindo a luta contra as tentativas de organização de uma sociedade controlada pela classe trabalhadora. Considerava-se que a ampliação de regimes reconhecidamente anticomunistas durante o entre guerras devia-se à crença na possível disseminação da ameaça comunista, diante de um mundo afetado pela Grande Depressão, ou seja, a crise de 1929. O regime Soviético ofereceu um modelo significativo na medida em que foi uma das, senão a única, nação de importância no cenário internacional não incluída na crise mundial.

---

<sup>17</sup>BONET, Luciano. “Anticomunismo”. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnb, 4ªed., v.1, 1992, p.34.

<sup>18</sup> Ibid. p.34.

<sup>19</sup> MENDES, Ricardo Antônio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1962 – 1965. *Locus Revista de história*. v. 10, n.1, 2004, p.2

<sup>20</sup> A “Revolução Russa de 1917” foi uma série de eventos políticos na Rússia, que, após a eliminação da autocracia russa, e depois do Governo Provisório (Duma), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique. O resultado desse processo foi a criação da União Soviética, que durou até 1991.



No Brasil, no início da década de 1960, os anticomunistas fizeram uma campanha contra João Goulart por entenderem que o seu governo criava condições para a implementação do comunismo. As oposições conservadoras compreendiam que, de um profundo reformismo que cercava parcelas significativas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - partido do presidente - se poderia viabilizar a tomada de poder dos comunistas. Participaram ativamente da campanha contra o governo Jango – entendido como comunista - membros do complexo empresarial vinculados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), grupos de extrema direita da União Democrática Nacional (UDN), bem como os militares e os setores conservadores da Igreja Católica.

De acordo com Sá Motta<sup>21</sup>, deve-se utilizar o termo anticomunismo no plural, pois na verdade são anticomunismos, por não se tratar de um corpo homogêneo e sim de uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. Impera-se a heterogeneidade onde a única união é a recusa do comunismo. Esta diversidade, muitas vezes, passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum. O fato é que o anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser, o comunismo.

Sá Motta identifica três matrizes ideológicas que sustentaram o anticomunismo brasileiro, sendo elas: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

Não se trata de uma separação rígida, pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas. Mas isto não altera o fato de que, na origem, os argumentos provêm de tradições de pensamento distintas, identificáveis a partir de um olhar analítico, e que existem divergências apreciáveis separando-as<sup>22</sup>.

É preciso sublinhar que as matrizes do anticomunismo, comunicam-se e, ao mesmo tempo, possuem suas particularidades nas relações entre sociedade e regimes autoritários, remetendo à complexidade dos comportamentos sociais e políticos.

Interessa-nos para este trabalho investigar a matriz ideológica do catolicismo, Sá Motta revela que para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja.

---

<sup>21</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: USP. 2000. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

<sup>22</sup> *Ibid.* p.35.

O principal motivo na visão dos responsáveis católicos é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas.

A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridades cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus<sup>23</sup>.

Além de um programa de revolução social e econômica, o comunismo se constituía em um sistema de crenças que iam contra as maneiras de explicar o mundo em uma escala de valores e moral opostos aos preceitos do catolicismo. Desta forma, a doutrina comunista implicaria no desaparecimento da Igreja. Isso torna o comunismo intrinsecamente mau, o que gera um anticomunismo irrevogável de segmentos da igreja que possuíam este entendimento sobre o mesmo.

Abordaremos a história política partindo da síntese realizada por René Rémond, com sua perspectiva de renovação do político, visto que, para ele, a política integra todos os atores, até mesmo os mais modestos, perdendo, com isso, seu caráter elitista e individualista. Rémond afirma que, “praticamente não há setor ou atividade que em algum momento da história não tenha tido uma relação com o político”<sup>24</sup>. O autor ainda prenuncia que a cultura política tendia ocupar lugar de destaque em futuros trabalhos, a citar: “a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ele acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração”<sup>25</sup>.

Angela de Castro Gomes expõe que estudar uma cultura política, sua formação e divulgação, seria o mesmo que entender como uma interpretação do passado foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais<sup>26</sup>.

Seguindo este princípio, a proposição da análise dos movimentos confessionais se encaixa neste campo, pois expressam ao mesmo tempo uma prática social e política. Através

---

<sup>23</sup> Ibid. p.38

<sup>24</sup> RÉMOND, René. Do político. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 444

<sup>25</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 35.

<sup>26</sup> GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

da consideração do religioso, pode-se apreender as massas, os comportamentos coletivos: episcopado, imprensa, movimentos e grupos de pressão.

Do ponto de vista metodológico, ao trabalhar com as fontes de imprensa, ficaremos atentos para o fato de que a análise de jornais deve ser cautelosa, pois, como bem destacou Tania de Luca o historiador “trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”<sup>27</sup>. É importante considerar também que o fato noticiado sofre interferência de elementos subjetivos de quem o produz, bem como dos interesses aos quais o jornal está vinculado. Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas afirmam que:

(...) trata-se, antes, de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relaciona-lo ao social<sup>28</sup>.

Neste sentido, é necessário identificar, inicialmente, o público que o jornal pretende atingir, pois os aspectos visuais e a materialidade do que vai ser noticiado se alteram em função do leitor.

A imprensa impõe-se como uma força política, como observou Maurilio Calonga, os governos e instituições, geralmente, a utiliza na mesma medida que a teme; “ora adulando, ora vigiando, controlando e punindo”<sup>29</sup>. Pois, conforme Maria Helena Capelato, os impressos têm a função de “‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor”<sup>30</sup>. Qualquer jornal repousa implícito em si, a existência de um conflito ou disputa política e procura atrair o público leitor, persuadindo-o em torno de seus ideais, posto que, no limite, a intenção é conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política.

O jornal *A Estrela Polar* foi fundado na cidade de Diamantina em 1º de janeiro de 1903, por Dom Joaquim Silvério de Souza. A periodicidade nos anos iniciais consistia em três publicações mensais, o que se modificou ao longo do tempo e, no período do qual se ocupará

---

<sup>27</sup>LUCA, Tania Regina de, A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.140.

<sup>28</sup>CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.378.

<sup>29</sup>CALONGA, Maurilio Dantielly, “O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?”. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN* - Dourados - MS, v. 01, n. 02 – edição especial, 2012, p. 83.

<sup>30</sup>CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.15.

esta pesquisa, passou a ser publicado semanalmente. A sede do periódico situava-se na Praça Dom Joaquim, número 28, no Centro da cidade. O jornal é de propriedade da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, órgão oficial, doutrinário e noticioso da Arquidiocese de Diamantina. Teve como primeiro redator o Cônego Severino de Campos Rocha.

A Arquidiocese de Diamantina abrange o centro-norte do Estado de Minas Gerais, e envolve as regiões do Alto Jequitinhonha e Médio São Francisco, fazendo limite com as Dioceses de: Montes Claros, Araçuaí, Teófilo Otoni, Guanhães, Sete Lagoas, Luz, Patos de Minas, Paracatu e Januária<sup>31</sup>.

Notamos nas páginas do jornal poucas propagandas, o conteúdo era constituído por notícias sobre a cidade de Diamantina, priorizando as festividades relacionadas à Igreja. O jornal encampava, além disso, inúmeras reportagens sobre o anticomunismo no Brasil e trazia críticas aos países de doutrina socialista.

Como vimos ao longo desta monografia, o clima político e social dos primeiros meses da década de 1960 foi bastante tenso e marcado por grandes disputas políticas, fomentadas por questões sociais. Este clima de tensão e disputas chegou a todas as regiões do Brasil, envolvendo grandes passeatas e comícios, perpassando vários âmbitos da cultura política e social do país.

Ao trabalhar com discursos jornalísticos, foi possível perceber o quanto este tipo de análise é pertinente, principalmente quando se leva em consideração o importante papel que os meios de comunicação social têm desempenhado ao longo da história política brasileira, influenciando decisões políticas e, muitas vezes, a opinião pública. No caso do jornal *A Estrela Polar*, ficou nítida a contribuição de seus editoriais na justificação sobre a necessidade de um golpe de Estado e, mais ainda, na divulgação de ideias que legitimavam o regime civil-militar.

A pesquisa ainda está em fase de andamento, mas já podemos verificar que o jornal *A Estrela Polar* a partir de um discurso conservador, mas utilizando a ideia de “democracia”, defendeu a ofensiva contra os supostos subversivos da ordem e das instituições democráticas, quais sejam, os comunistas, assim, foi a favor de uma intervenção militar para o afastamento do presidente da República, João Goulart. Sendo assim, o jornal, ajudou, portanto, na difusão e propagação de uma imagem do presidente caracterizada pela subversão, pelo rompimento da

---

<sup>31</sup>Informações retiradas no site oficial da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. < <http://www.arquidiamantina.org.br/> > Acesso em: 21 de maio de 2015.

ordem, e enfatizou a proximidade dele com os comunistas, concedendo legitimidade ao afastamento de Goulart da presidência da República.

Contudo, as notícias dos jornais nos permitiu observar também que houve uma participação grande de diversos setores da população diamantinense, como resposta à inquietação da sociedade cristã que, profundamente impregnada de espírito religioso, sentiam a necessidade de agradecer pela vitória da “Revolução”. Portanto, grupos expressivos da sociedade, reafirmaram em praça pública seu apoio ao golpe civil-militar e no decorrer dos anos ao regime.

## A estrada engolida pela floresta? Memória e História da construção da Transamazônica

**Aldizio Ribeiro dos Santos**

UFPA

E-mail: virtualidade8@gmail.com

**Resumo:** A transamazônica (BR – 230) construída em 1970 durante a ditadura civil-militar, foi a responsável por um cenário catastrófico, transformando a vida de centenas de famílias, diversas etnias indígenas, deixando um caminho de sequelas irreversível com problemas ambientais, sociais e doenças que assolavam os novos habitantes dessa construção megalomaniaca. A transamazônica trouxe grandes problemáticas e dúvidas que até hoje se fortalece no mundo das pesquisas para os historiadores que buscam recriar o cenário desse grandioso projeto de grandes acontecimentos e grandes tragédias, sobre os interesses políticos e econômicos que movia essa rodovia, de modo que essa estrada em seu projeto original deveria ser uma das maiores vias terrestre do mundo.

**Palavra-chave:** Transamazônica, Colonização, Ditadura Civil-Militar

**Abstract:** The Transamazônica (BR - 230), built in 1970 during the civil - military dictatorship, was responsible for a catastrophic scenario, transforming the lives of hundreds of families, diverse indigenous ethnic groups, leaving a cumin of irreversible sequels with environmental, social and diseases problems Which devastated the new inhabitants of this megalomaniacal construction. The transamazônica brought great problems and doubts that until today is strengthened in the world of research for the historians who seek to recreate the scene of this great project of great events and great tragedies, about the political and economic interests that moved the highway, so that this road in it original project should be one of the largest terrestrial routes in the world.

**Keywords:** Transamazônica, colonization, civil-military dictatorship.

A Transamazônica (BR 230) foi construída na década de 1970, no período da ditadura civil-militar, marcado pela censura, repressão aos que se rebelava e se opunha contra o governo, período marcado também por ser um dos mais duro durante a ditadura, marcado e nomeado como, os anos de chumbo. Traz com sigilo esse grandioso e audacioso projeto que foi a construção da rodovia Transamazônica. Para conseguir tais feitos, o presidente usava vários discursos com a estratégia de representar a construção da rodovia, mas que escondia o verdadeiro objetivo da estrada. Um dos discursos feitos para que se houvesse apoio para a construção da rodovia foi o de: Integrar para não entregar, esse discurso veio mostrara a possibilidade, de que países estrangeiros iriam invadir e tomar a Amazônia. Outro dos discursos marcante narrado pelo então presidente Emílio, que iria ajudar os povos do Nordeste dando uma solução para a falta de terras e a grande seca que assolava os nordestinos. o terceiro objetivo e um dos discursos usado como desenvolvimento da economia, do crescimento do país a argumentação dele foi que a estrada seria uma grande rota de comercio e que ligaria os oceanos e abriria passagens para diversos setores industriais, a estrada seria então o grande projeto que alcançaria o auge do crescimento brasileiro, mas o governo não conseguiu cumprir

o prometido e a estrada ficou depois de algum tempo esquecida pelos presidentes, se transformando desse momento em diante como a marca do fracasso do presidente Médici. Mas, ainda hoje se discute sobre o verdadeiro objetivo do presidente Médici e de todos os outros ditadores. A estrada no seu projeto original, era para depois de construída ser uma rodovia toda pavimentada, tinha como um de seus objetivos, integrar o norte brasileiro com todo o restante do país, transformando totalmente a floresta que diziam os governantes estar desocupada, trazendo famílias do Nordeste e do sul do país para habitarem e colonizarem a imensa floresta, prometendo moradia e terras para trabalharem já que as famílias desses lugares sofriam com a grande seca e com a terras para plantar. Dessa maneira os governantes usaram a necessidade desses povos para que conseguissem ocupar esse espaço geográfico vazio que representava a Amazônia, tendo sido chamada até de a floresta indomável no período da Fordlândia<sup>1</sup> os seringueiros desbravavam a Amazônia a procura de látex para a da para a grande fabricação de pneus que abastecia os carros de Henry Ford. Souza afirma que:

*Fordlândia* possibilita refletir sobre as grandes obras pensadas de fora para fora, na Amazônia, ignorando as populações locais em seus desejos e Práticas culturais, enxergando-as apenas a partir da lente colonizadora que Pensa levar melhorias de vida através da intervenção e modificação radicais em seu cotidiano, pautadas em crenças oriundas dos lugares que se acreditam mais desenvolvidos (Souza, 2016, 417).

Quando houve a grande transferência de nordestinos começou a ocupação em massa dessas terras, também ocorreu outras grandes migrações de pessoas que sabiam dessas terras e que veio a procura de se instalar na Transamazônica por conta própria sem ajuda e nem auxílio do governo. Os governantes prometeram para essas famílias melhores condições de trabalho, auxílio com moradias, educação e médico à disposição de cada colono. Diante dá grande propaganda que ouve para que os colonos se interessassem a vim se instalar na estrada, o governo conseguiu atingir um percentual muito alto de pessoas que queriam construir uma nova vida nas margens da rodovia, mas a propaganda oferecida para cada colono não foi de fato como prometido. Os colonos ao chegarem aqui viram uma realidade muito diferente dos anúncios e as promessas que o governo oferecia quando eles fossem tragos para morar nas agrovilas e nos lotes que seriam oferecidos. Um dos colonos nos fez a seguinte afirmação: “ tudo mentira, se eu soubesse que seria assim eu não teria vindo. Mentira. ” São esses relatos

---

<sup>1</sup> Henry Ford, foi um empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company. Sobre o tema, consultar SOUZA, César Martins de & OLIVEIRA, Rosalvo da C. *Velas na Tapera* amazônica de Henry Ford: diálogos sobre Literatura e História de Fordlândia. *Revista Educamazônia – Educação, sociedade e meio ambiente*. Humaitá-AM, Ano 9, vol XVI, n. 1, p. 256-271, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://ieaa.ufam.edu.br/revistas/educamazonia>. Acesso em: 30 jan. 2016.



que vai fazer com que possamos reconstruir esse cenário, e o mesmo vêm nos proporcionar uma visão das vidas que foram envolvidas nesse projeto, essa reconstrução irá nos mostrar o lugar que era para ser um recomeço de vida, uma ação do governo para com os cidadãos necessitados e que deixou muitas marcas, cicatrizes irreparáveis na vida dessas pessoas. O ano de 1970 marcaria não só definitivamente as memórias de um imenso pedaço do Brasil, como também permaneceria como um símbolo para as chamadas obras faraônicas, construídas pelo governo federal, afirma Souza.

É muito comum, durante a caminhada viagem pelas cidades da transamazônica, ouvir dos moradores, em resposta a pergunta “de onde você é?”, “eu sou filho de nordestinos (ou de sulistas), mas me considero mesmo transamazônico”. Ser transamazônico se constitui em algo maior do que ser paraense, amazonense ou maranhense. Muitos moradores gostam de dizer que foram um dos primeiros a nascer, depois da estrada. (Souza, 2014, p.11).

A estrada veio deixando junto com seu desenvolvimento, vítimas pela Amazônia no meio do seu progresso de construção, pela sua diversidade e capacidade de esconder perigos no meio da floresta. Ao chegarem na transamazônica as pessoas passaram a se familiarizar, analisar as condições de vida em que iam enfrentar e perceberam que iriam passar por muitas dificuldades, desde trabalhos pesados, perigos na floresta como acidente de trabalhos ou animais peçonhentos. Os colonos se depuseram com grandes perigos de insetos e animais selvagens no meio da floresta desde onça, jacaré e demais animais ferozes, mas foi o menos provável que fez estragos e causou muito espanto para os moradores da transamazônica. Um inseto que chega a medir menos de meio centímetro chegou a deixar várias pessoas doente e até causou mortes com sua transmissão de doenças. Por meio de pesquisas a campo junto aos colonos podemos descobrir diversas histórias de familiares e de amigos conhecidos, narrando a precariedade na saúde que eles viveram aqui, eles falavam que as assistências médicas era quase inexistente e dependendo da gravidade dos problemas e sintomas que as pessoas aparentavam, tinha que ser deslocado até um local especializado, mas como o acesso a esses lugares era muito difíceis acabavam morrendo a caminho do socorro. Muitos casos relatos pelos moradores e através de documentos, podemos perceber que com a grande falta de assistência do governo com profissionais qualificados para atenderem em caso de emergência, as pessoas eram enterradas nos próprios quintais pelos parentes, de modo que nem eram contados nos dados de estimativas de mortos da estrada. Tudo devido as dificuldades de acesso a saúde, pelas precariedades da estrada, falta de transportes, moradia muito distante da margem da estrada, com famílias morando quarenta quilometro no fundo de travessões e sem qualquer meio de

transporte ou comunicação para pedir ajuda em caso de emergência. Em narrativas de colonos quando alguém adoecia, a única chance de conseguir algum socorro era colocando a pessoa doente dentro de uma rede e ir para a estrada, caminhando até dois dias pelo socorro. Um morador da transamazônica relatou em entrevista a seguinte situação, de como era feito quando um colono adoecia ou ficava doente;

Era tão difícil nós chegamos até atacar carro pra pedir socorro. Nós tinha um companheiro nosso de lote, ele quebrou a clavícula aí nós truxemo ele numa rede pra transamazônica, quando chegamos na transamazônica... aqui antigamente só existia carro do INCRA, assistência era... a sorte, passava um carro do INCRA, nós ficava na beira da estrada. Como não tinha outro jeito aí passou o carro da INCRA pro Brasil Novo e nós ficamo... aí nós dexamo um colono, mas... um pouco a distante e nós ficamos com o doente na beira da estrada, e dizendo pra ele se o carro que passar fosse o INCRA ele avisasse que nós atacava. E assim foi. Quando o cara deu sinal, ele deu sinal pra nós que era o carro INCRA e nós jogamos os pau na estrada e cara parou, aí que ele brabo com a gente, mas aí o próprio doente ajudou nós e... pegaro ele butaro no carro e levaram pra altamira pra prestar socorro (Oliveira, 2016).

Dessa maneira os colonos relataram várias situações como essa em que tiveram que tomar decisões arriscada como forma de ajudar que precisava, mas muitas dessas situações acabaram não tendo o resultado esperado. Mesmo com tantos esforços para ajudar o companheiro ou os parentes que ficava doente com acidente ou por algum outro tipo de enfermidade, as dificuldades que a estrada proporcionava como os atoleiros em épocas de invernos deixava a estrada intrafegável, por isso muitas vezes acontecia de a ajuda não chegar a tempo de poder prestar os devidos socorros e a pessoa acabava morrendo no caminho.

Houve grandes problemas ambientais com a chegada da transamazônica é o grande desmatamento para a construção de pastagem as plantações de soja e a extração ilegal de madeira em reservas indígenas. Dando ênfase a predominância muito forte da extração ilegal, que ainda hoje é muito forte e as mais afetadas e prejudicadas com isso, são as áreas indígenas.

No caminho a reportagem viu um caminhão carregados de torras em plena luz do dia. Além disso, esse trecho da terra indígena está totalmente desmatado e ocupado por cerca de mil família de colonos – alguns assentados pelo INCRA – e fazendeiros. Ainda não há data para a retirada deles. (Folha de São Paulo, 22 de outubro de 2016).

Os índios são os mais afetados como a construção da Transamazônica, a estrada veio sendo desenvolvida e fazendo com que a barbárie tomasse de conta e etnias inteiras fossem mortas para que pudesse dar continuidade a sua construção, dando transformações no espaço geográfico e se caminhasse para o que se chamaria como ” o milagre de Médici”, transformando

a rodovia em um campo de confronto entre colonos e indígenas e militares. Hoje índios vivem em reservas protegidas e mesmo assim sofrem com a invasões de colonos, fazendeiros e madeireiros que fazem o desmatamento ilegal para a extração da madeira.

A estrada de Mário Andreazza e Médici, um dos maiores empreendimentos da ditadura, que pretendia integrar dois oceanos, a maior floresta tropical do mundo e possibilitar a nova vida para migrantes nordestinos e sulistas, se constituiu em pesadelo para muitas populações amazônicas tradicionais, como povos indígenas e ribeirinhos. Houve conflitos e crescentes temores entre os diferentes sujeitos envolvidos, alguns dos quais lutam por reparações pelos danos sofridos com a construção da rodovia. (Souza, 2014, p.17-18).

A Transamazônica (BR - 230) foi desenvolvida para ser uma das maiores vias terrestre transitável do planeta, mas não foi possível concretização desse projeto, a estrada foi interrompida em Lábrea no Amazonas por falta de recursos, fazendo com que sua inauguração se desse mesmo estando inacabada. A estrada no projeto original dos ditadores veio a fracassar, o objetivo dos criadores do projeto era construir uma rodovia pavimentada com oito mil quilômetros de comprimento que começaria em Cabedelo na Paraíba tivesse o seu final em Lima no Peru, mas os planos caiu em fracassos e a estrada teve seu fim encerrado em Lábrea deixando boa parte da estrada sem construir, e de todo esse trajeto construído, poucos lugares são asfaltados, deixando assim a estrada em tempos de inverno intrafegável, devido a grandes atoleiros e erosão que ocorrer nas estradas em tempos chuvosos mas especificamente onde cortaram os rios para que a estrada pudesse passar e continuar o seu trajeto e isso acaba dificultando muito a vidas dos moradores e os transportes comerciais, vindo impactar bastante nas indústrias que depende da rodovia.

## Fontes

### Jornais e revistas

FOLHA DE SÃO PAULO, Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde. São Paulo, 10 de outubro de 1970.

### Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.308-345: Cultura brasileira e culturas brasileiras

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

SOUZA, César Martins de. Resenha de GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Tradução de Nivaldo Montingelli Júnior. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 415-418, jan./jun. 2016.

SOUZA, César Martins de. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. *Revista Contemporânea*, vol. I, ano 4, no. 5. Niterói-RJ, p. 1-19, 2014. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5\\_Ditadura\\_grandes\\_projetos\\_e\\_colonizacao\\_no\\_cotidiano\\_da\\_Transamazonica.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf). Acesso em: 10 mai. 2014.

SOUZA, César Martins de & OLIVEIRA, Rosalvo da C. *Velas na Tapera amazônica de Henry Ford: diálogos sobre Literatura e História de Fordlândia*. *Revista Educamazônia – Educação, sociedade e meio ambiente*. Humaitá-AM, Ano 9, vol XVI, n. 1, p. 256-271, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://ieaa.ufam.edu.br/revistas/educamazonia>. Acesso em: 30 jan. 2016.

## Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário

**Camila Barbosa Monção Miranda**

Mestranda em História

Programa de Pós-Graduação em História - UFAM

E-mail: [camilabmoncao@hotmail.com](mailto:camilabmoncao@hotmail.com)

**Resumo:** Ainda na década de 1960, alguns anos após o golpe de 1964, a ditadura militar dava início aos empreendimentos voltados para a Amazônia. Visando demonstrar seu alcance como "provedor do desenvolvimento" na promoção de um "Brasil Grande", a ditadura cria dispositivos governamentais especialmente voltados para a região. O texto a seguir irá expor algumas notas relativas à pesquisa de mestrado dedicado a esta temática, buscando compreender os objetivos das empreitadas do regime militar para a Amazônia dentro dos ideais desenvolvimentistas do período, pensando também em todas as problemáticas envolvidas nas tentativas de execução desses projetos.

**Palavras-chave:** ditadura militar brasileira; Amazônia; desenvolvimentismo; grande imprensa.

**Abstract:** Still in the 1960s, a few years after the coup in 1964, the Brazilian military dictatorship started the governmental projects for the Amazon. In order to demonstrate its reach as a "development provider" in the promotion of a "Great Brazil", the dictatorship creates state-owned devices especially geared towards the region. The following text will present some notes related to the master's research dedicated to this theme, seeking to understand the objectives of the military regime for the Amazon within the developmentalism ideals of the period, also thinking of all the problems involved in the attempts to execute these projects.

**Keywords:** Brazilian military dictatorship; Amazon; developmentalism; mainstream press.

### Introdução

No início de abril de 1964, um dos principais jornais amazonenses, o *Jornal do Commercio*, de Manaus, comemorava o golpe militar de 1964. Algo semelhante pode ser verificado na maioria dos periódicos da chamada grande imprensa brasileira do período. Contudo, sabe-se que boa dos estudos da ditadura militar que fazem uso desta grande imprensa, consideram apenas jornais produzidos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, às vezes, Minas Gerais. Dessa forma, muito dos impactos do regime ditatorial nas outras regiões brasileiras são desconhecidos ou pouquíssimos explorados.

Trazer à luz a amplitude do processo repressivo do período de governo militar no Brasil é uma das principais motivações deste estudo. Mais do que compreender que a repressão política também alcançou o Norte do país, espera-se alargar a noção de aparato repressivo para outras áreas, como economia, cultura e meio ambiente.

Tive a oportunidade de residir em Manaus por quase dois anos. Neste período, identifiquei na memória local sobre a ditadura os seguintes discursos: primeiro, a ideia de que a repressão (política) não teria alcançado a região amazônica; segundo, a concepção de que os

anos 1970 significaram, para a Amazônia, um período de progresso e vasto investimento, sendo os militares os responsáveis por reerguer o território após o auge e declínio da exploração da borracha, no início do século XX. Assim, pude perceber que este desenvolvimentismo voltado para a região era, normalmente, pouquíssimo problematizado, especialmente no Amazonas<sup>1</sup>. Este é outro motivador para esta pesquisa.

Visto isso, com este trabalho em andamento, espero contribuir para a compreensão do que é a região amazônica e qual seu significado dentro do que concebemos como Brasil. Almejo, também, colaborar para as discussões acadêmicas e entre a sociedade sobre como a ditadura militar brasileira de 1964 significou um período de traumas e paradoxos que estão presentes nos dias atuais, entre heranças e disputas de memórias.

Ademais, diante da conjuntura brasileira na atualidade, é fundamental voltarmos nossos esforços para o estudo da imprensa e sua relação com as dinâmicas político-sociais, compreendendo-a como uma instância de poder que contribui para a formação das visões de mundo que permeiam a sociedade.

Por fim, busco analisar as concepções de desenvolvimentismo e as representações sobre a Amazônia no período da ditadura militar brasileira, de forma a apreender o significado das empreitadas dos militares para a região amazônica dentro de um projeto político e econômico autoritário.

### **Golpe e ditadura militar na Amazônia**

A tradição anticomunista<sup>2</sup> é muito presente nos discursos propagados pelo *Jornal do Commercio* e também pela própria ditadura militar para legitimar a ocorrência do golpe e as atitudes repressivas que se seguiram. Respaldados num pressuposto de insegurança e exceção, representantes das Forças Armadas, vários veículos de comunicação e parcelas da sociedade civil que clamavam pela intervenção militar se uniram contra a "subversão".

---

<sup>1</sup> Ao longo da pesquisa e em vista à Belém, para participar do X Simpósio Regional de História da ANPUH-PA, notei que, no Pará, as pesquisas que problematizam a vivência amazônica da ditadura caminham de forma mais intensa do que no Amazonas. As pesquisas da professora Edilza Fontes e alguns de seus orientandos, assim como os estudos feitos pelo professor Pere Petit, são de grande valia.

<sup>2</sup> O anticomunismo tem como pilar a recusa ao marxismo-leninismo e ideais de esquerda. Não há entre os anticomunistas a defesa de um projeto político, mas sim a negação. Assim, no espectro anticomunista é possível encontrar católicos, liberais, fascistas e socialdemocratas<sup>2</sup> (MOTTA, 2000, p.4). Estes grupos, que em situações comuns não compartilham ideologias, ao se sentirem ameaçados pelo suposto "perigo vermelho", unem forças contra o avanço da esquerda. Esta questão é fundamental para pensar o golpe de 1964.

As atitudes consideradas subversivas estavam sempre ligadas a preceitos de esquerda, como ações revolucionárias, avanço de reformas sociais e alargamento da participação popular na política. No caso do jornal manauara analisado, subversão e anticomunismo apareciam, de forma muito marcante, também ligadas a presença de corrupção nos governos estaduais e federal, como no seguinte trecho destacado: "Precisamos eliminar do país o vírus comunista, a corrupção peleguista" (*JC*, 09/04/64, p.2). Não só o governo de João Goulart é corriqueiramente acusado de corrupto, como também os governos estaduais ligados ao PTB, como é o caso do Amazonas: quando Jango foi deposto, o governador do Amazonas era Plínio Ramos Coelho, do PTB. Coelho foi eleito em 1963, pela segunda vez, e foi cassado em 1964 após Ato Institucional nº1, sob acusação de corrupção administrativa. Caso semelhante ocorre com os governadores paraense e acreano no período, Aurélio Correia do Carmo<sup>3</sup> (PSD) e José Augusto de Araújo<sup>4</sup> (PTB), respectivamente. Ambos cassados pelo AI-1 também acusados de corrupção.

Diante disso, o *JC* coloca as Forças Armadas como as responsáveis por impedir o crescimento do "perigo vermelho" no Brasil. Além disso, o papel do golpe, chamado de "revolução de 31 de março", seria "higienizar a vida pública brasileira", "destruir a máquina viciada" (*JC*, 03/04/1964, capa) e promover uma "administração capaz, justa e honesta" (*JC*, 09/04/1964, capa).

A associação entre corrupção e subversão também está presente no discurso oficial. Ao anunciar o Ato Institucional nº2, em outubro de 1965, Castello Branco diz que "a revolução foi fruto da inspiração do povo brasileiro contra a corrupção e a subversão" (*JC*, 28/10/1965, capa). E, como seria de se esperar, os militares se autodeclaravam aqueles capazes de moralizar o Brasil politicamente, socialmente e financeiramente. Entendendo o conceito de moral como aquele vinculado à doutrina cristã e conservadora.

Ao pensar o anticomunismo e a forte presença militar na política nos anos 1960 e 1970, torna-se inevitável refletir sobre a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Se desde a proclamação da República, em 1889, é latente a intervenção das Forças Armadas na política, após 1964, ela se torna intromissão, invasão. Nilson Borges (2003), em artigo completo, direto

---

<sup>3</sup> Aurélio Correia do Carmo foi afastado do cargo de governador do Pará e cassado após as movimentações do golpe de 1964 no estado paraense que foram lideradas por Jarbas Passarinho.

<sup>4</sup> Até 1962 o Acre foi território federal. Seu primeiro governador, Aníbal Miranda Ferreira da Silva (PTB), foi indicado por Jango. O segundo governador foi José Augusto de Araújo (PTB), o primeiro eleito diretamente. Após o golpe de 1964, José A. Araújo foi afastado pelo capitão Edgar Pedreira de Cerqueira Filho e posteriormente cassado.



e sucinto, traz contribuições muito significativas que auxiliam na compreensão das mudanças que a DSN traz à formação política e ideológica dos militares brasileiros.

A DSN é originária dos Estados Unidos e surge no período de Guerra Fria. Logo, sua fundação está diretamente ligada ao combate ao comunismo e a "subversão", às noções de Estado forte, manutenção da ordem social, segurança coletiva estratégica (para o mundo ocidental capitalista), militarismo e controle de informações. Sendo que todos estes aspectos perpassam a política interna e externa.

Para compreender o golpe e a ditadura militar, em suas diversas facetas e momentos, é essencial apreender o significado da DSN no seio das Forças Armadas. E, para isso, é necessário conhecer a Escola Superior de Guerra e seu escopo de atuação. A ESG foi fundada em 1949 pelo Exército e se tornou "o bastião do anticomunismo" no Brasil (BORGES, 2003, p.36). A Escola oferecia cursos principalmente a militares, mas, posteriormente, também a civis, em várias partes do território brasileiro. O binômio "desenvolvimento e segurança" eram os pilares da formação oferecida pela instituição, que tinha como propósito oferecer ferramentas para solucionar os problemas do país (BORGES, 2003, p.36).

Os investimentos da ditadura na região amazônica compõe um projeto geopolítico muito bem articulado. Como já mencionado, compreender a ocorrência do golpe de 1964 e a ditadura militar, perpassa entender a Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como um de seus valores a promoção e garantia da unidade nacional. A teoria geopolítica perpassa a articulação entre alcance de poder político e uso do território para esse fim. Por isso tamanha importância dada à segurança nacional: manutenção de fronteiras e utilização de um serviço de inteligência, que vigiasse não só os limites geográficos do Estado, mas também o limiar ideológico (BORGES, 2003, p.27). Neste sentido, os "subversivos" estariam rompendo as barreiras internas, agindo como "inimigos da pátria" e não cumprindo seu papel como brasileiros. Na concepção dos militares, o agente subversivo, alinhado às ideias de esquerda, colocava sua concepção ideológica acima dos interesses da pátria. Logicamente, estes interesses da pátria eram aqueles estabelecidos pelas próprias Forças Armadas, a partir de uma cultura política autoritária e permeada pelo anticomunismo.

Dessa forma, era comum, tanto nos discursos oficiais como nos periódicos alinhados ao golpe, que a oposição aparecesse como "um câncer perigoso" (*JC*, 19/06/64, capa) ou como "um vírus letal que corrói as entranhas do país" (*JC*, 28/10/65, p.2). A representação do comunismo ou dos ideais de esquerda como uma doença, traz o golpe como a cura.

O general Golbery do Couto e Silva foi um dos principais articuladores das estratégias geopolíticas da ditadura militar. Além de ter ocupado cargos importantes como ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações e ministro-chefe da Casa Civil, Golbery esteve à frente do IPES no início da década de 1960, foi um dos principais teóricos da DSN e um dos criadores do SNI<sup>5</sup> (BORGES, 2003, p.26). Segundo Bruno Costa Guimarães e Rafael Winter (2010), um das obras publicadas por Golbery, "Geopolítica do Brasil", de 1967, teve influência direta nas diretrizes do decreto lei nº1106, de 1970, que funda o Plano de Integração Nacional (PIN). Várias das rodovias construídas pelos militares, como a Transamazônica (BR-230), a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Perimetral Norte (BR-210) e a Manaus-Porto Velho (BR-319), teriam sido idealizadas a partir do livro. Ademais, a importância estratégica da Amazônia, como local a ser integrado e ocupado com vias a promover o desenvolvimento nacional, também está presente em "Geopolítica do Brasil".

Na linha da preocupação do regime ditatorial com a segurança interna de caráter ideológico, não podemos esquecer do Projeto Rondon, proposta de extensão universitária, cujo slogan era "Integrar para não entregar". Criado entre 1967 e 1968, o projeto funcionou até 1989 sob coordenação do Ministério do Interior e alcançou cerca de 130.000 estudantes-voluntários de diversas áreas do conhecimento e várias partes do país (AMATO, 2014). Um dos objetivos do programa era formar uma "consciência cívica" nos universitários, visto que as universidades eram consideradas local fértil para multiplicação das ideias comunistas.

Outra finalidade do projeto compõe o ideal de integração tão difundido pelos militares, uma vez que os estudantes se deslocavam para regiões do interior do país, especialmente no Norte, e vivenciavam uma "aula prática de Brasil" (AMATO, 2014, p.237): "As operações em que se engajavam os estudantes universitários eram identificadas com ações de patriotismo e de integração entre as partes da nação brasileira, na perspectiva funcionalista da Doutrina de Segurança Nacional" (AMATO, 2014, p.232).

Visto isso, em iniciativas como o Projeto Rondon que tinham impacto direto na região amazônica, o governo colocava em destaque seu papel como o "provedor do desenvolvimento", aquele capaz de integrar, ocupar e colonizar a Amazônia. Pensando nos esforços do regime militar para demonstrar seu alcance e reforçar seu poder, são criados dispositivos governamentais especialmente voltados para o território.

---

<sup>5</sup> SNI: serviço de inteligência brasileiro no período da ditadura militar que funcionava como patrulha ideológica do regime ditatorial.

Nesse sentido, destaca-se a SUDAM<sup>6</sup> (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), fundada em 1966 para substituir a SPVEA (Superintendência de Valorização da Amazônia)<sup>7</sup>. Seu principal objetivo era a execução do Plano de Valorização Econômico da Amazônia, conforme sua última reelaboração, de 1966. Em síntese, alguns objetivos do Plano eram: busca pelo potencial econômico da região; incentivo ao desenvolvimento; formação de grupos populacionais estáveis, especialmente nas fronteiras; adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste; "maior organização no aproveitamento dos recursos naturais da região, mas somente incentivando a economia extrativista quando esta não pudesse ser substituída por atividade mais rentável" (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 112-113); incentivo à expansão da agricultura; qualificação da mão de obra da região; uso de recursos federais e privados<sup>8</sup> para promover o desenvolvimento.

Também nessa linha, a ditadura militar lançou o BASA (Banco da Amazônia S.A), em 1966; a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em 1967; o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária), o RADAM (Radar da Amazônia) e o PIN, em 1970; dentre outros organismos que tinham como fim: "colonizar, ocupar, desenvolver, integrar e descobrir a Amazônia, promovendo o progresso no Brasil". Essas palavras que acabo de citar estão frequentemente presentes nos discursos governamentais, nas reportagens da época e, inclusive, nos livros e artigos acadêmicos publicados sobre o assunto nas décadas de 1960-1980.

A Transamazônica (BR-230), por sua vez, considerada uma das "obras faraônicas" dos militares, é a terceira maior rodovia brasileira, com mais de quatro mil quilômetros de extensão, que vão desde Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas. A estrada foi uma das grandes empreitadas da ditadura para a Amazônia e sua construção e funcionamento ainda é um projeto

<sup>6</sup> A SUDAM "Foi extinta a 24 de agosto de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sendo, no entanto, recriada no início de 2007, no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011)". Informação retirada de <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>>. Acesso em: 25 de setembro de 2016. Este processo de recuperação da SUDAM será retomado posteriormente, na conclusão do trabalho.

<sup>7</sup> A SPVEA foi fundada em 1953, pelo governo de Getúlio Vargas, como parte do Plano de valorização econômica da Amazônia. Tinha o objetivo de levar o "desenvolvimento" para a região amazônica através da produção agrícola, extrativa e animal; elaborar um plano de transportes e comunicações; levar o capital privado para exploração das localidades; dentre outros. O funcionamento da SPVEA e sua relação com os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia serão mais explorados no capítulo dois.

<sup>8</sup> "[...] dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos), ficando a parte de infraestrutura, planejamento e pesquisa com o governo [...]" (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 113).

controverso, uma vez que a rodovia enfrenta, até hoje, sérios problemas de manutenção, fazendo com que muitos de seus trechos sejam intrafegáveis em vários períodos do ano. Além disso, a Transamazônica não se restringe apenas ao objetivo de integração nacional do governo militar, mas também de ocupação de um espaço considerado estratégico para o país, a floresta amazônica e suas fronteiras, configurando um processo de colonização.

A construção da Transamazônica envolve variados paradoxos, como a dizimação de populações indígenas, mortes de trabalhadores, controvérsias ecológicas, dentre outros. Construções como a Transamazônica<sup>9</sup> foram partes formadoras de um projeto político de validação da ditadura, nacional e internacionalmente, e de fomento do sentimento ufanista.

Nesse sentido, a ditadura se empenhou em manter sua fachada de legalidade e alcançar legitimação. Os periódicos, assim como as propagandas difundidas pelo governo alinhadas ao seu discurso, foram de fundamental importância para que o poder instaurado pelos militares fosse reconhecido como genuíno. "Assim, é preciso compreender os mecanismos através dos quais um regime ditatorial se instaurou no país e se manteve por vinte e um anos, sendo capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade e criar elementos de identificação entre esta e o regime" para além da repressão, manipulação e coerção (CORDEIRO, 2009, p.7).

Uma das formas encontradas pelos ditadores para engajar a população em seus empreendimentos e alcançar popularidade, foi o discurso nacionalista, ligado à noções de desenvolvimento e integração do país. Nesse sentido, as chamadas "obras faraônicas", como a Transamazônica, assim como o tão difundido "milagre econômico" e a Copa do Mundo de 1970, foram cruciais para que os "anos de chumbo", entre o pós AI-5 e meados da década de setenta, fossem conhecidos por "anos de ouro"<sup>10</sup>. Afinal, mesmo que todos estes eventos estivessem, de fato, permeados por inúmeras contradições e problemáticas, eles surtiram em boa parte da sociedade o efeito desejado: a criação de uma atmosfera de fé no progresso

---

<sup>9</sup> Obras públicas grandiosas como a Ponte Rio-Niterói, as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, as usinas nucleares de Angra dos Reis e a Transamazônica, foram fundamentais para a construção de uma representação positiva do governo ditatorial, ligada a noções de modernidade e crescimento do Brasil, tanto nacional quanto internacionalmente. Entretanto, todas estas obras são permeadas por contradições que, muitas vezes, não foram divulgadas no período de sua construção e não são lembradas atualmente.

<sup>10</sup> Sobre a dicotomia "anos de chumbo" ou "anos de ouro" para definir o fim dos anos 1960 e primeira metade dos anos 1970, Janaína Martins Cordeiro (2009) diz que não foram anos de chumbo ou anos de ouro. Mas sim, foram ambos, para grupos diferentes, com uma grande diversidade de vivências e relações entre a ditadura e a sociedade (CORDEIRO, 2009, p.10). Pois, da mesma forma que este período foi marcado pelo sucesso no esporte, com a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, pela expansão do sistema de telecomunicações, pela construção de estradas e pontes na busca pela integração do Brasil, dentre vários outros empreendimentos; foi também um período marcado pelo enrijecimento da ditadura, com o AI-5 e com a intensificação de torturas, mortes e "desaparecidos", pelo acirramento das guerrilhas urbanas e aumento no número de exilados.

(CORDEIRO, 2009) e na nação. E mais, o governo ditatorial difundiu a ideia de que este avanço para o futuro próspero do Brasil só seria possível a partir de uma ação coletiva, na qual cada um "fizesse a sua parte", como é destacado em discurso proferido por Castello Branco, em 20 de setembro de 1966, em Rio Branco (antigo nome de Boa Vista), Território Federal de Roraima:

Medidas que reclamam esforços e recursos, que em vez de concentrados em regiões já desenvolvidas, voltam-se, agora, para novas áreas, na esperança de tornar menores alguns dos injustos e perigosos desníveis existentes. É o meio de ampliarmos cada vez mais uma política de govêrno [sic] que seja verdadeiramente nacional. E para ela devemos pedir o apoio e até o entusiasmo dos brasileiros, que precisam adquirir vigorosa consciência dos deveres para com tôdas [sic] as populações do País. (BRANCO, 20 de setembro de 1966)

O discurso do qual o trecho acima foi retirado tinha como tema central a "Integração da Amazônia". Como pode ser percebido, o general-presidente enfatiza a importância do nacional frente às regionalidades. Por isso, é preciso que os investimentos governamentais não fiquem restritos à regiões já desenvolvidas, de forma que o progresso alcance todo o território federal. Ademais, as palavras de Castello Branco enfatizam também o papel do brasileiro para com todas as populações do país. Ou seja, ser brasileiro deve estar acima de ser amazonense, paulista, baiano ou roraimense. Os objetivos nacionais devem sobrepor os regionais. Dessa forma, o investimento do governo federal na Amazônia não é em prol da região em si, mas do projeto de nação promovido pela ditadura.

### **Considerações finais**

Como foi dito ao início do texto, compreender os projetos desenvolvimentistas da ditadura militar apenas como parte dos processos da economia capitalista durante o período é um equívoco. Estes projetos devem ser entendidos como formadores de um programa político autoritário, que vai muito além dos propósitos meramente econômicos.

Estes empreendimentos tinham objetivos políticos. Dizer isso, certamente vai de encontro às linhas interpretativas que justificam o próprio golpe e a ditadura como frutos do desejo das classes dominantes de manter o sistema capitalista em ascensão no Brasil na década de 1960. Com esta motivação, parcelas da sociedade civil, em atuação conjunta com grupos das Forças Armadas, teriam promovido o golpe e sustentado a ditadura por mais de 20 anos no país.

O historiador René Dreifuss (1981), expoente dessa análise, aponta para a ligação das Forças Armadas a uma elite orgânica nacional, organizada em grupos de doutrinação política,

como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), com auxílio de multinacionais norte-americanas. Esses grupos objetivavam, segundo o autor, assegurar a modernização capitalista no Brasil e, por isso, teriam sido contrários ao governo de João Goulart, que propunha mudanças estruturais que visassem à garantia de direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, a elite orgânica teria estimulado grupos militares contrários às políticas janguistas para a execução do golpe.

Porém, o reconhecimento de que ditadura militar brasileira e seus provedores civis tinham a forte intenção de preservar o capitalismo brasileiro de uma suposta ameaça comunista, não é suficiente para legitimar a afirmação de que as motivações da ditadura foram apenas econômicas. O anticomunismo que voltou-se para o governo trabalhista de João Goulart era de cunho político, autoritário, centralizador e dominador, além de ter o objetivo de controlar, inclusive, a economia capitalista, mantendo-a sob tutela do Estado.

Além disso, os empreendimentos da ditadura para a Amazônia tinham como objetivo a construção de uma legitimação da ditadura baseado na formação de uma identidade nacional que suprimisse as alteridades e regionalidades. Não por acaso, as terras ocupadas por populações indígenas e tradicionais na região amazônica eram consideradas vazias e carentes de colonização e ocupação. Afinal, a cultura tradicional e indígena não era parte do projeto de nação e dos ideais de nacionalidade brasileira difundidos pela ditadura.

Por outro lado, os chamados projetos de integração nacional, além de muitos deles não terem sido bem executados e, de fato, concluídos, eles também não promoveram uma ligação real entre os sujeitos de cada região com o governo federal. Afinal, as demandas locais foram muitas vezes ignoradas em prol da construção de Brasil imposta pelos militares; não houve diálogo ou participação de técnicos locais nas construções<sup>11</sup>. Ademais, muito dos investimentos feitos na região pelo governo ou por empresas privadas (com incentivos governamentais) não retornaram para a Amazônia, mas para o eixo Sul-Sudeste, sede dos investidores.

Portanto, ao pensar o desenvolvimentismo na Amazônia durante a ditadura militar, é preciso considerar as imensas disparidades entre planejamento e execução, além das problemáticas que circundam aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais.

---

<sup>11</sup> Sobre isso, ver o livro de Djalma Batista, "O Complexo do Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento" (2007).



## Fontes

### Fontes primárias

*Jornal do Commercio* - disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Operação Limpêsa. [Nota]. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1964, p.1-2

Revolução e Nossas conquistas Sociais. [Editorial]. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1964, p.1

ANTONY, Neper. Segunda Etapa. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1964, p.2

Movimento Revolucionário Brasileiro Foi um Golpe de morte contra Fidel. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 19 de junho de 1964, p.1

Contra o Revanchismo e o Reacionismo Institucionalizada a Revolução. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 28 de outubro de 1965, p.1

ANTONY, Neper. Fim do mundo. [Coluna de Opinião]. *Jornal do Commercio*, 28 de outubro de 1965, p.2

### Discursos presidenciais

BRANCO, Humberto de A. Castello. *Integração da Amazônia*, 20 de setembro de 1966. Discurso pronunciado em Rio Branco [antigo nome de Boa Vista], como resposta à saudação do governador de Roraima, Dilermando Cunha Rocha. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/35.pdf/view>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2016.

### Bibliografia:

AMATO Bruno de Lima, Gabriel. Integrar o Brasil, combater a “subversão”: universitários e militares na criação do Projeto Rondon (1967-1969). Anais eletrônicos do Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer, UFMG, Belo Horizonte, 18 a 20 de março de 2014, p.231-238.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BORGES, Nilson. a Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1978.



CORDEIRO, Janaína Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro?* A memória social sobre o governo Médici. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.22, 2009, p.85-104. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Anos\\_de\\_chumbo\\_ou\\_anos\\_de\\_ouro\\_0.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Anos_de_chumbo_ou_anos_de_ouro_0.pdf)>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

GUIMARÃES, Bruno Costa; WINTER, Rafael. Geopolítica da ditadura militar: como a geografia e o território brasileiro serviram aos objetivos do governo. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010, p.1-10.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica. São Paulo, 2000. Disponível em: <[http://www.academia.edu/12851483/EM\\_GUARDA\\_CONTRA\\_O\\_PERIGO\\_VERMELHO\\_O\\_ANTICOMUNISMO\\_NO\\_BRASIL\\_1917-1964](http://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917-1964)>. Acesso em: 06 de abril de 2016.

## A ditadura civil-militar em debate: legitimidade em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**Daniela de Miranda dos Santos**

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: danielamiranda.ufjf@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir os mecanismos que proporcionaram legitimidade à ditadura civil-militar brasileira, bem como a manutenção deste regime autoritário. Desta forma, busca-se apresentar os resultados preliminares da pesquisa de mestrado cujo interesse é compreender o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, no período em destaque. Para isso, serão mobilizados textos que se voltam a pensar o Estado, no caso o Estado ditatorial no Brasil, a partir não de uma ideia de cooptação, manipulação, mas sob a perspectiva que considera a ditadura uma construção social. É partindo da compreensão de que valores desse regime já estavam presentes na sociedade que busca-se pensar o regime ditatorial no país e sua relação com o IHGB nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** ditadura civil-militar; IHGB; legitimidade.

**Resumen:** El presente trabajo tiene como objetivo discutir los mecanismos que proporcionaron legitimidad a la dictadura civil-militar brasileña, así como el mantenimiento de este régimen autoritario. De esta forma, se busca presentar los resultados preliminares de la investigación de maestría cuyo interés es comprender el papel del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, en el período en destaque. Para ello, se movilizará textos que se vuelven a pensar en el Estado, en el caso el Estado dictatorial en Brasil, a partir no de una idea de cooptación, manipulación, sino desde la perspectiva que considera la dictadura una construcción social. Es partiendo de la comprensión de qué valores de ese régimen ya estaban presentes en la sociedad que se busca pensar el régimen dictatorial en el país y su relación con el IHGB en esta investigación.

**Palabras clave:** dictadura civil-militar; IHGB; legitimidad.

A proposta do presente artigo é apresentar os resultados parciais desenvolvidos para a dissertação de mestrado que se propõe a compreender a ditadura brasileira a partir da participação de determinados segmentos da sociedade, que permitiram ou colaboraram para a consolidação do regime. Dessa forma, busca-se analisar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, no período de 1964 a 1979, com o intuito de apresentar e inserir o objeto de pesquisa no debate atual de reflexões a respeito da ditadura e procurar compreender o instituto nesse momento autoritário do país.

Essa pesquisa, conjugando a ditadura brasileira e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, surgiu a partir da percepção de duas necessidades teóricas: umas delas, seguindo algumas interpretações em compreender a ditadura e as razões da sua duração tão longa; a outra, pela potencialidade e carência de estudos a respeito do IHGB, sobretudo, no século XX.

Nesse sentido a pesquisa dialoga com trabalhos que tratam da ditadura a partir do apoio de determinados segmentos da sociedade e que se dedicam a pensar a ditadura, a sua legitimidade e o que fez com ela se tornasse possível no nosso país, como propõem os historiadores Daniel Aarão Reis Filho (2005; 2010; 2013; 2014) e Denise Rollemberg (2008; 2011).

Certamente essa forma de olhar para a ditadura não é a única. Assim, existem outras correntes historiográficas que procuram enxergar esse regime a partir de outras percepções. Entretanto, neste estudo busca-se desenvolver a ideia de que a ditadura não se manteve por todos esses anos sem razão. Ademais, entende-se que para compreender esse regime e a sua sustentação é preciso ultrapassar as lentes analíticas que encaram o período apenas à luz das resistências e da violência praticada pelo Estado.

Os ditadores, torturadores, os censores, todos aqueles que participaram, de alguma forma do sistema repressivo que se instalou no país, não são “externos” à sociedade, mas pertencem a ela e, portanto, carregam princípios, valores, subjetividades que estão presentes na própria sociedade. O que, obviamente, não significa dizer que toda a população, ou até mesmo aqueles que apoiaram o golpe em 1964, concorde plenamente com as ideias e as práticas firmadas posteriormente, como a tortura. Na verdade, como diz Daniel Aarão, houve consenso, consentimento, contradição, ambivalência, ambiguidade e, por isso, existe a necessidade ainda de investigações que complexificam as relações entre agências da sociedade civil e a ditadura (REIS FILHO, 2013).

Seguindo essa linha, uma série de trabalhos que atestam o alinhamento de civis com projetos da ditadura estão sendo desenvolvidos. Assim, várias associações e instituições se tornaram objetos de investigação durante o regime como a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (SERBIN, 2001), a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil (ROLLEMBERG, 2008), a ABI, Associação Brasileira de Imprensa (ROLLEMBERG, 2011), o CFC, Conselho Federal de Cultura (MAIA, 2012), os programas de pós-graduação e a CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BARBOSA, 2013), a ABL, Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 2014; 2017), o Tribunal Regional do Trabalho (SILVA, 2015) e o próprio trabalho aqui apresentado sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O IHGB nos provoca a pensar sobre seu possível vínculo com a ditadura, pois historicamente o Instituto estabeleceu alianças harmoniosas com os governos no Brasil, tanto no período imperial, quanto republicano. Como assinala Lúcia Maria Paschoal Guimarães

(2007), o IHGB vivenciou dias de glória ao longo do Segundo Reinado, com forte presença de D. Pedro II no âmbito da instituição e com fartas benesses, que fomentavam missões de pesquisadores no exterior e o intercâmbio com importantes associações, concursos de monografias, coleta de fontes e outras atividades do gênero. Com o fim do regime monárquico, contudo, o Instituto perdeu seu brilho. O novo governo cortou as subvenções destinadas ao IHGB e, assim, suas atividades acadêmicas foram relegadas a um plano secundário diante da grave crise financeira a qual fora mergulhado (GUIMARÃES, 2007).

Gradativamente, porém, suas atividades frutificaram novamente sob o patrocínio das autoridades republicanas a partir de uma diplomacia pragmática com o barão do Rio Branco na direção do Instituto. Essa ascendência perpassou as décadas de 1910 e 1920, chegando a seu ápice nos anos 1930. Desse modo, o *Silogueu*<sup>1</sup> se envolveu na elaboração de uma política cultural visando a construção e legitimação de uma consciência nacional do país, que seria implantada no Estado Novo. Do outro lado, Getúlio Vargas prestava favores e conferia ao IHGB uma posição de destaque no cenário intelectual brasileiro (Idem, p. 21-37).

Além disso, outro critério importante para escolha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como objeto de pesquisa está relacionado à escassez de estudos sobre ele no decorrer do século XX, sobretudo, em sua segunda metade. Poucas pesquisas optaram pelo o IHGB como objeto de pesquisa durante o período republicano. A historiografia sobre este instituto se concentra, sobretudo, na produção dos historiadores Manoel Luís Lima Salgado Guimarães (1988), Lilia Schwarcz (1989; 1993; 1998), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995; 2007) e Ângela de Castro Gomes (2009), sendo estes os principais pesquisadores que, de alguma maneira, se dedicaram a refletir a respeito do IHGB.

O Instituto Histórico é aqui analisado a partir das publicações da sua revista – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* –, que propicia a análise de atas de sessões ordinárias, pareceres, notícias referentes à instituição, quadro dos sócios, estatutos, atos administrativos, e com essa fonte é possível analisar as agendas de discussões do Instituto, as medidas tomadas, as mudanças e posições firmadas.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães para designar o IHGB durante o período republicano. Para indicar o período imperial a autora utiliza o termo *Escola Palatina*. Em suas palavras: “Da Escola Palatina ao Silogueu indica, pois, uma trajetória. O percurso descrito pelo Instituto Histórico no período compreendido entre o fim das benesses que lhe dispensava a “imediate proteção” de d. Pedro II e o início de um outro mecenato – o de Getúlio Vargas” (GUIMARÃES, 2007, p. 15).

Conforme é possível perceber, seus estatutos sofreram, ao longo do tempo, reformas com o intuito de atualizar seus dispositivos. Dessa maneira, os anos de 1872, 1890, 1906, 1912, 1965, 1991, 1996 e 2003 foram marcados pela concepção de novos Estatutos no interior do IHGB<sup>2</sup>. Portanto, para este estudo nos basearemos no Estatuto consolidado em 1965<sup>3</sup>.

De acordo com este Estatuto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui uma diretoria composta de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 3º vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, orador e tesoureiro. Ademais, o Instituto é composto de sócios com as seguintes categorias: cinco sócios grandes beneméritos, quinze sócios beneméritos, cinquenta sócios efetivos, cinquenta sócios correspondentes - sendo dez portugueses -, e quarenta sócios honorários (IHGB, 1965a, p. 292), totalizando um corpo social de cento e sessenta pessoas.

Há ainda o título de Presidente Honorário concedido, por deliberação em Assembleia-Geral em escrutínio secreto, somente “a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favoráveis quatro quintos dos votos apurados” (IHGB, 1965, p. 292)

Todos os sócios, de acordo com o artigo 35º do Estatuto, possuem o direito de comparecer às sessões, mas somente os sócios efetivos, os correspondentes brasileiros, os beneméritos e os grandes beneméritos poderão dar número para constituí-las e nelas votar (Idem, p. 306). Excluindo, portanto, os sócios honorários e os correspondentes portugueses.

Fato é que D. Pedro II foi Presidente de Honra do IHGB e boa parte dos Presidentes, a partir do período republicano. Entretanto, o que chama atenção nesse período é que o João Goulart não foi Presidente de Honra, mas os cinco generais-presidentes da ditadura civil-militar foram: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel, Figueiredo<sup>4</sup>.

De maneira detalhada, em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadro e a posse do João Goulart, o IHGB realizou uma Assembleia Geral no dia 27 de setembro de 1961, para tratar da integração de novos sócios. Assim sendo, não fora cogitado na ocasião a possibilidade de

---

<sup>2</sup> Informação retirada no site do IHGB. Disponível em <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/primeira-sessao-instituto.html>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>3</sup> Estatuto registrado em Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 09 de fevereiro de 1965 (IHGB, 1965, p. 309).

<sup>4</sup> Ver artigo: SANTOS, Daniela de M. dos. A ditadura civil-militar brasileira: debates e contribuições em torno do IHGB. In: XXXII Semana de História da UFJF, 2016, Juiz de Fora. Anais Eletrônicos da XXXII Semana de História da UFJF, 2016. Há também uma Dissertação de Mestrado que trata exclusivamente sobre os Presidentes de Honra do IHGB no período da ditadura civil-militar: TREVISAN, Ivan Rodrigo. *Os generais ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

convidar o então recém-presidente, para Presidente de Honra do IHGB, assim como não foi inserido em nenhuma Ata de Assembleia Geral dos anos posteriores.

No entanto, em 1964, Castelo Branco tomou posse em abril e em Assembleia Geral do mês de setembro o então presidente do IHGB, que era José Carlos de Macedo Soares propôs o nome do Marechal Castelo Branco para Presidente de Honra do instituto que foi votado em assembleia e deliberado com unanimidade. A revista do IHGB na edição de outubro a dezembro dedicou páginas de saudação ao Presidente da República Castelo Branco e páginas com o discurso dele agradecendo a concessão do título de Presidente de Honra. O mesmo ocorreu com os demais gerais-presidentes.

Outra questão relevante para análise e reflexão sobre o Instituto Histórico e Geográfico no período recortado é o caso polêmico em que o instituto se envolveu, ao se pronunciar sobre o projeto da *História Nova*, criado em 1963.

Neste ano, com João Goulart na presidência do Brasil, dois órgãos do Ministério da Educação e Cultura, a Companhia de Assistência ao Educando, CASES e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, fizeram uma parceria com a finalidade de promover a revisão dos conteúdos dos livros didáticos de História do Brasil a partir de um incômodo por parte de intelectuais em relação ao ensino de História no país que era concebido de forma tradicional, positivista, quadripartite, factual e heroica (CARDOSO, 2016, p. 128). Assim, a proposta, denominada *História Nova*, era editar uma coletânea de textos destinados aos professores de história para uso nos colégios da rede oficial e particular de nível médio com uma nova abordagem do ensino almejando a renovação e alargamento das perspectivas do estudo de História com uma função social (GUIMARÃES, 2003, p. 237).

Essa proposta, elaborada na gestão de João Goulart, estava articulada às discussões reformistas realizadas em seu governo, que se centravam na questão da autonomia nacional e postura do país em relação ao capital estrangeiro, no plano econômico; na pressão pela reforma agrária, no campo político e propostas de alfabetização de adultos em curto prazo no plano educacional (Idem, p. 236).

Dessa forma, em meados de 1963 Nelson Werneck Sodré, militar e um dos principais intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, PCB, nas décadas de 1950 e 1960, chefiou a execução do projeto contando com a colaboração de mais cinco jovens: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto

e Rubem César Fernandes (CARDOSO, 2016, p.129). Quatro deles eram professores do ensino médio e haviam se formado no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (GUIMARÃES, 2003, p. 238).

Para que as obras do projeto tivessem visibilidade, difusão e utilidade o Ministério da Educação e Cultura baixou a Portaria nº 50, de 04 de fevereiro de 1964, na qual recomendava a utilização da *História Nova* nas escolas e também fixava que a Companhia de Assistência ao Educando deveria providenciar remessas gratuitas dos livretos a todos os professores de história do Ensino Médio do país (GUIMARÃES, 2003, p. 238). Além disso, criou o Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964 definindo que *os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries*<sup>5</sup>. Essas medidas propiciaram a chegada da *História Nova* nas escolas (Idem, p. 245).

Até o início de 1964 haviam sido publicados cinco volumes da pretendida coleção. Essa coletânea estava voltada para a difusão das interpretações advindas do materialismo histórico. Visavam combater o ensino tradicional. Considerando o tratamento descontextualizado e linear que os livros didáticos empregavam às narrativas dos acontecimentos do passado, tratava-se de uma crítica pertinente. Do ponto de vista objetivo, a proposta de renovação do ensino de história do grupo do ISEB pretendia dar uma função pragmática ao conhecimento de ajudar na construção de bases seguras para as iniciativas alcançando os professores secundários e por consequência, seus alunos e as novas gerações de estudantes (Idem, p. 243-244).

A partir da dicotomia instalada no período: de um lado, a esquerda e do outro, a direita, a *História Nova do Brasil* foi recebida com grande enfrentamento pelas forças conservadoras. O primeiro setor de oposição à coleção foi a imprensa, com os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*. Este dedicou cinco editoriais a difamar a publicação de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (LOURENÇO, 2008, p. 394). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que vinha sendo o responsável pela construção da memória nacional desde 1838, foi convocado no dia 10 de março de 1964 pelo Diretório Central da Liga da Defesa Nacional para se manifestar.

---

<sup>5</sup> Art. 2º do Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964.

Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53583-21-fevereiro-1964-393853-publicacaooriginal-1-pe.html>



A então Comissão Permanente de História do IHGB, composta por Américo Jacobina Lacombe, Wanderley Pinho, Marcos Carneiro de Mendonça e Herbert Canabarro Reichardt, assinou o parecer sobre a *História Nova* em fins de março de 1964, que foi publicado na Revista do Instituto (IHGB, 1964, p. 283-302). O texto foi escrito por Américo Jacobina Lacombe em nome da Comissão de História e foi publicado na revista pelo Herbert Reichardt.

Américo Jacobina Lacombe através do seu parecer publicado na *Revista do IHGB* se coloca - e em nome do IHGB - expressamente contra os folhetos sob o título de *História Nova* através da Campanha de Assistência ao Estudante, criada pelo Ministério da Educação e Cultura nos fins do governo de João Goulart. Para isso, dedica 19 páginas contendo 25 tópicos de críticas ao projeto.

Segundo Lacombe, o único dentre os organizadores do projeto que tem obras de história ponderáveis e de reconhecido valor é o general Nelson Werneck Sodré. *Os demais são alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil* (Idem, p. 283), diz em tom pejorativo. Para além disso, diz que os autores não têm o cuidado na exposição das suas hipóteses científicas, pois, segundo ele, *não hesitam na apresentação em tom dogmático e definitivo de uma explicação dos fatos da nossa História*, a partir do materialismo histórico, segundo a concepção de Marx (Idem, p. 285).

Diz que a coleção foi organizada, impressa e distribuída por órgãos do Ministério da Educação e Cultura, bem como foi patrocinada por Decreto do Governo Federal o qual dispõe em seu artigo 2º que os livros didáticos editados pelo MEC serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino - já citado anteriormente. Segundo Lacombe, há uma contradição nesse ato com o sistema criado na Lei de Diretrizes e Bases que determina a elaboração de sistemas locais autônomos e estabelece um clima de ampla liberdade didática (Idem, p. 283).

Para Lacombe, a finalidade dos folhetos da História Nova, como mostra o seu próprio prefácio, é contribuir para a reformulação da educação brasileira. Mas, segundo ele, o que se pretende é reformular na sua essência os métodos, o estudo e o ensino da história. Em sua concepção, a proposta da *História Nova* se opõe à história tradicional e oferece aos professores base doutrinária a uma ação transformadora das condições do povo brasileiro. Afirma que não há dúvida da necessidade de elevar o nível e aperfeiçoar didaticamente grande parte dos compêndios, mas que as soluções propostas pelos folhetos da *História Nova* estão longe de alcançar tão alto objetivo, pois defendem com *parcialismo flagrante* a interpretação dos fatos,

além de cometerem enganos e deturpações (Idem, p. 285). Segundo ele, o parcialismo com que os autores da *História Nova* encaram todos os fatos deriva da aceitação primária das teses marxistas, ainda que não mencionem nunca expressamente os seus grandes doutrinadores – referindo à Marx e Engels. *Mas, as premissas do materialismo histórico são dadas como aceitas previamente* (Idem, p. 286).

Lacombe escreve que os autores do folheto acusam os compêndios da época de excluïrem da História a participação do povo. Para ele, isso não é verídico. Seu argumento é que desde Herculano as narrativas históricas dos fatos portugueses e brasileiros têm-se dado larga margem às aspirações populares. Além disso, afirma que é uma busca em vão procurar nas páginas da *História Nova* qualquer termo em torno de patriotismo ou heroísmo e que são distorções destinadas a dar a impressão de inferioridade enquanto povo, da incapacidade coletiva de dirigir a nossa história e nosso destino (Idem, p. 285-289).

Além de todas essas afirmações e ásperas críticas, o que mais chama a atenção, na verdade, no parecer redigido pelo sócio do IHGB Américo Jacobina Lacombe é a sua conclusão após leitura minuciosa e proficiente dos folhetos da *História Nova* – conforme é citado no parecer:

“Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada História Nova não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país. Muito menos mereciam os privilégios que obtiveram da administração e devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática” (Idem, p. 301).

Há também uma conclusão de Herbert Canabarro Reichardt, membro da Comissão de História do IHGB, que publicou este parecer na Revista. Suas palavras são ainda mais radicais:

“Além de deformar a mentalidade juvenil com conceitos errôneos e falsos, abomina e despreza tudo quanto aprendemos na maneira de interpretar a História. Amesquinha o culto cívico e deslustra os mais memoráveis fatos da nacionalidade.

Pior de tudo, é que, tornando obrigatória a sua adoção tanto nas escolas públicas como particulares, contraria frontalmente a Lei de Diretrizes e Bases – árdua e brilhante conquista do princípio universalmente aceito – com exceção nos países totalitários – da liberdade do ensino.

Bastaria somente este último item, para denunciar os propósitos comunizantes e subversivos do governo deposto.

Entendo que a opinião do Instituto Histórico, deve ser comunicada sem mais delongas à Comissão que nos deu a honra de opinar sobre tão importante assunto” (Idem, p. 301-302).

O parecer de um modo geral e esses últimos pronunciamentos, ressaltando os *propósitos comunizantes*, demarcam o contexto delicado em que o país se encontrava, marcado pela ideologia do anticomunismo (MOTTA, 2002, p. 47). Embora o anticomunismo seja formado por um corpo heterogêneo de sujeitos, eles possuem entre si um ponto de convergência, que é um inimigo comum: a aversão ao comunismo, que engloba camadas de indivíduos diversos, seja reacionário, conservador, liberal e até esquerdista (Idem, p. 15).

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), as representações anticomunistas provêm basicamente de três matrizes básicas: cristianismo – mais especificamente o catolicismo; liberalismo e nacionalismo, sendo este último de principal interesse neste estudo. O nacionalismo, que se constituiu em uma importante matriz do anticomunismo brasileiro, é um dos pontos defendidos por Lacombe em seu parecer contra a *História Nova*. Embora tenha adquirido significados distintos ao longo do tempo, no geral, o nacionalismo, que pode ser aclamado tanto em projetos de esquerda quanto de direita. Seus principais fundamentos centram na percepção da nação como conjunto orgânico, único e inquebrável independente do conflito social, que reforça a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização (Idem, p. 29).

Em consequência, a partir desse raciocínio, os comunistas seriam perniciosos ao instigarem a divisão e a destruição do corpo nacional, à medida que propiciavam o ódio entre as classes. Dessa forma, o comunista era visto como o inimigo, o estrangeiro que ameaçava a ordem e a unidade nacional. Esta foi uma das concepções que se fez presente no contexto de 1964 – e anterior à ele (Idem, p.30). Fato é que entre 1961 e 1964 o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante no país. As razões são várias e são de ordem interna e externa.

A renúncia de Jânio Quadros em 1961 deixou os anticomunistas ainda mais preocupados. Neste contexto foi instalado um ambiente de pré-guerra civil na tentativa de impedir a posse de João Goulart então vice-presidente de Jânio, eleito por voto popular, concorrendo de modo independente na chapa à presidência (Idem, p. 234). Abriu-se, nesse ambiente, uma crise política grave para as instituições democráticas. Os três ministros militares foram uma Junta e seria ela que comandaria o país. Foi instaurado claramente um confronto: de um lado, o Congresso Nacional não aceitava a coação militar juntamente com uma rede de partidos políticos que se mantinham em defesa da ordem constitucional, inclusive a UDN; de outro, a Junta Militar (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 30).

Com o golpe civil-militar, em abril desse mesmo ano, o parecer do IHGB sobre a *História Nova* foi utilizado como documento de acusação. As obras e os autores foram alvo dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), bem como o ISEB, acusados por conspiração. Este parecer foi fundamental para a proibição e perseguição dos autores da obra (CARDOSO, 2016, p. 146-149). Todos exemplares da *História Nova* foram apreendidos e os autores detidos – com exceção de Nelson Sodré, todos ficaram anos no exílio durante os governos militares. O ISEB teve suas portas fechadas. Suas publicações, obras, documentos e arquivos foram queimados (GUIMARÃES, 2003, p. 245). Logo, o projeto da *História Nova do Brasil*, com a instalação da ditadura civil-militar, tomou os mesmos rumos que o governo de João Goulart: ambos projetos foram derrotados.

Enfim, todos esses aspectos propostos pela *História Nova* chamaram a atenção dos setores conservadores da sociedade brasileira e incomodou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como assinala Vanessa Cardoso: *travou-se um duelo entre duas historiografias: a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a dos autores da História Nova do Brasil* (CARDOSO, 2016, p. 146). Criticar a escrita tradicional da história significava criticar a forma como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus sócios se dedicavam e mais ainda: significava opor-se à autores consagrados (Idem, p. 144). Mas, para além de um embate historiográfico havia também um embate ideológico.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Caio Fernandes. *Ciência em transe: a história da CAPES nos anos 1970*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. *Revista História & Ensino*. Londrina, v. 22, n. 1, 2016, p. 127-154.

CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964 – 1979). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 3, 2014.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade, memórias e valores compartilhados: o cotidiano da Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 317-332, maio-ago, 2017.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: MG: Argumentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

\_\_\_\_\_. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 388, 1995.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da História pátria: o projeto da História Nova do Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n.149, 2º sem, 2003, p. 235-251

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional." In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp. 5-27.

IHGB. Estatuto. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 266, 1965, p. 291-309.

IHGB. História Nova. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 263, 1964. p. 283-302.

LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº56, 2008, p. 385-406.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itáu Cultural: Iluminuras, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1964: golpe militar ou civil? In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 197-201.

REIS, Filho, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos. vol. 23, nº 45. Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2010. p. 171-186.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 7- 8.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 7- 10.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 97-144.

\_\_\_\_\_. Memória, Opinião e Cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões racial no Brasil - 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Claudiane Torres da. *O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (1964-1979)*. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2015.



## Professores e militares. O polêmico processo de enquadramento dos professores da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1973)

**Gabriela Fischer Fernandes Corradi**

Licenciatura em História

FAFICH/UFMG

E-mail: gabifischer86@gmail.com

**Resumo:** Em meio à Reforma Universitária, promovida pelo Regime Militar, a Escola de Educação Física de Minas Gerais é incorporada à UFMG, através de um Decreto-Lei, em 1969. Com isso, toda a estrutura da Escola é incorporada à Universidade Federal, incluindo seus professores. Os professores titulares foram incorporados pela UFMG como professores adjuntos, ou seja, foram rebaixados. Este enquadramento era provisório, mas o processo de aproveitamento definitivo demorou 4 anos para ser resolvido. Dentre os professores havia alguns que não possuíam nenhuma formação superior e havia muitos militares. O processo é complexo e dá a impressão de que alguns setores da UFMG pretendiam atrapalhar a efetiva incorporação da EEF e seu pleno funcionamento. É sobre este processo, sobre a natureza militarista da Educação Física no Brasil e sobre os possíveis interesses do Regime Militar pela Escola de Educação Física que pretendo tratar neste trabalho.

**Palavras-chave:** Universidades; Ditadura Militar Brasileira; Educação Física.

**Abstract:** In the midst of the University Reform, promoted by the Military Regime, the School of Physical Education of Minas Gerais was incorporated into UFMG, through a Decree-Law, in 1969. With this, the entire structure of the School is incorporated into the Federal University, including their teachers. The titular teachers were incorporated by UFMG as adjunct professors, that is, they were demoted. This framework was provisional, but the process of final recovery took four years to resolve. Among the teachers there were some who had no higher education and there were many military personnel. The process is complex and gives the impression that some sectors of the UFMG intended to disrupt the effective incorporation of the EEF and its full functioning. It is about this process, about the militaristic nature of Physical Education in Brazil and about the possible interests of the Military Regime by the School of Physical Education that I intend to deal with in this work.

**Keywords:** Universities; Brazilian Military Dictatorship; Physical Education.

Em 21 de outubro de 1969, a Universidade Federal de Minas Gerais ganhava uma nova unidade acadêmica, a Escola de Educação Física. Naquele dia a Escola de Educação Física de Minas Gerais foi “federalizada” pelo Decreto-lei nº 997, deixando de ser uma escola do Estado de Minas Gerais, agregada à Universidade Católica de Minas Gerais. Este caso específico é interessante por sua complexidade, em primeiro lugar pela peculiaridade da formação dos professores e pela condução do processo, por parte dos órgãos administrativos da UFMG. 14 dos 33 professores integrados à UFMG reivindicavam ser enquadrados de acordo com os cargos que possuíam na antiga instituição à qual pertenciam – o de professores titulares. O processo se arrastou por 4 anos e foi encaminhado à diversos órgãos, sofrendo diversas análises e julgamentos, até finalmente se encerrar em reunião ordinária do Conselho Universitário da UFMG, do dia 02 de outubro de 1973.



O que chama atenção neste processo é que o caso é permeado por situações estranhas, como os sucessivos pareceres de diferentes órgãos que apontavam para a falta de condições para julgar os currículos dos professores, as correspondências diretas entre o diretor da Escola de Educação Física e o Departamento de Educação Física e Desportos do MEC – com pedidos de verbas e materiais, inclusive para a construção da sede nova da EEF no campus – e, principalmente, a formação dos professores, composto em grande parte de militares e por muitos professores sem qualquer tipo de formação superior.

Antes da criação das primeiras Escolas na capital mineira, os professores só se formavam em cursos superiores de Educação Física se saíssem do Estado, para se formarem em instituições como a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Para os que desejavam se formar professores sem sair de Minas Gérias havia duas maneiras diferentes, uma para homens e outra para mulheres. A formação das professoras da disciplina se dava através de cursos de aperfeiçoamento, oferecidos às normalistas que apresentassem maior vigor físico e habilidades para a área. Os professores, que se destinavam ao ensino secundário, se formavam entre os jovens militares que tivessem mais disposição para as atividades esportivas. Normalmente, eram militares de baixa patente e origem mais humilde.

“Fazia-se, pois, necessário encontrar pessoas de classes menos favorecidas, que fossem capazes de se submeterem ao trabalho árduo de ensinar natação. Fundamentava-se, com certeza, na associação do ensino da natação – e por extensão, da Educação Física – ao trabalho manual, impróprio para a elite.” (SOUZA, 1994, p.112)

Segundo Celso Castro, a introdução da educação física no Brasil foi uma iniciativa militar, sendo esta relação estreitada no início do século XX, quando “A Educação Física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar” (CASTRO, 1997, p.62). Inclusive a Educação Física escolar no Brasil foi implantada pelas mãos dos militares. Em 1929, o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo Passos tornava a Educação Física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, para todos os estudantes, de ambos os sexos, a partir da idade de 6 anos. Estabelecida a obrigatoriedade, tornava-se necessário aumentar no número de professores. Em 1933 foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). Em 1938 a EsEFEx formava, em caráter de emergência, professores civis “incutindo-lhes o espírito de ordem e disciplina” (CASTRO, 1997, p.67). Em 1939 é criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), na Universidade do Brasil,

no Rio de Janeiro. Que também adotava o Método Francês<sup>1</sup>. Assim, mesmo que finalmente se tivesse criado uma escola civil de educação física, esta também se concebia de acordo com o modelo militar de educação física implantada no Brasil pelo Exército.

A formação superior em Educação Física em Minas teve seu início com a inauguração da Escola de Educação Física de Minas Gerais, em fevereiro de 1952, nos moldes da Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Rio de Janeiro. Em novembro daquele mesmo ano surgiu, vinculada a Sociedade Mineira de Cultura, a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais. A instituição da Igreja tinha intenção de se tornar universidade com a abertura de seu terceiro curso superior e de dar ao ensino dos corpos um toque da moral cristã. Mas, a baixa procura pelos alunos e os altos custos para a manutenção de duas escolas praticamente idênticas<sup>2</sup>, culminou no acordo firmado entre Dom Cabral e o governador Juscelino Kubitschek, unindo as duas Escolas, em 1953. Esta nova instituição passaria a funcionar em caráter híbrido, ou seja, mantida com recursos do Estado, mas administrada pela Católica.

Em 21 de outubro de 1969, através do Decreto-lei nº997, a Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, agregada à Universidade Católica de Minas Gerais passa a ser uma unidade acadêmica da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Decreto-lei nº997/69 federalizou a EEFMG e, como consequência, transferiu toda sua estrutura e todo seu quadro de funcionários para a UFMG. Mas, o curto decreto tratava apenas de incorporar as escolas<sup>3</sup> mencionadas às Universidades Federais de seus estados. Ele não trazia nenhuma informação sobre como proceder para integrar total e efetivamente as escolas federalizadas, deixando toda a iniciativa para a integração por conta dos Reitores das instituições que estavam recebendo essas escolas.

Para analisar este processo de incorporação da Escola de Educação Física e de seus professores em particular, utilizo como fontes os documentos produzidos pela Escola de

---

<sup>1</sup> Da França foram importados tanto nosso modelo de Exército, quanto nosso modelo de Educação Física, que também era uma atividade militar. “A introdução da educação física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada à experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França” (CASTRO, 1997, p.63)

<sup>2</sup> As duas Escolas ofertavam os mesmo cinco cursos; ambas funcionavam nas dependências do Minas Tênis Clube; a grade curricular só se diferenciava pela cadeira de Ensino Religioso, existente apenas na Escola ligada à Igreja; nas duas instituições os cursos eram gratuitos; e alguns professores chegaram a atuar em ambas as escolas simultaneamente.

<sup>3</sup> O decreto incorporava às universidades federais de seus estados três escolas: as Escolas de Educação Física de Minas Gerais e do Rio Grande, e a Escola de Serviço Social de Natal.

Educação Física da UFMG, pelo Departamento de Educação Física e Desportos do MEC e pelos diferentes órgãos da UFMG que se envolveram com o processo de enquadramento dos professores da EEF, que se encontram no acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Estes documentos são ofícios, pareceres, atas de reuniões, correspondências. Utilizo também diversas leis, referentes à Reforma Universitária, à Federalização da Escola de Educação Física, ao Magistério Superior, entre outras, que me ajudam a entender o contexto e as normas que regiam as políticas em torno do ensino superior da época.

Foram integrados ao quadro de pessoal da UFMG 32 professores<sup>4</sup> vindos da Escola de Educação Física da UCMG<sup>5</sup>. Alguns deles eram professores com mais de 30 anos de atuação como docentes de Educação Física, fundadores do curso superior em Minas, amigos pessoais de JK, a pedido de quem fizeram todos os estudos para a abertura da primeira Escola. Destes professores, 14 eram, na UCMG, professores catedráticos, transformados em titulares com a Reforma Universitária de 1968. Todos os professores esperavam que, ao serem incorporados à UFMG, eles teriam seus cargos mantidos sem grandes problemas. Mas, todos os titulares foram enquadrados como Professores Adjuntos. Esse enquadramento, que rebaixava 14 titulares à posição de adjuntos, pegou os professores de surpresa, que, desapontados, abriram o processo solicitando que os cargos originais fossem reestabelecidos. Em 1971, quase dois anos após o Decreto 997, o Processo nº045 é aberto no Conselho de Graduação, com o objetivo de resolver a questão do enquadramento do pessoal docente da EEFMG. O primeiro parecer a compor o processo foi produzido em 16 de agosto de 1971, pelo professor Amaro Xisto de Queiroz, membro do Conselho Universitário, a pedido do Reitor Marcello de Vasconcellos Coelho. O documento, contando com 73 páginas que incluía os currículos dos professores da EEF e o estudo sobre estes currículos, tem conclusão favorável à reivindicação dos professores daquela escola e indica que os 14 professores deveriam receber o enquadramento no cargo de professores titulares de volta. Apesar do parecer inicial ser favorável à solicitação do professorado da EEF, ao ser submetido à apreciação de outros órgãos da UFMG, sua conclusão

---

<sup>4</sup> No processo constam sempre 33 professores, mas foram trazidos da UCMG 32. O professor Fernando Antônio Grosso foi contratado em 1971, em meio ao processo de enquadramento. Assim, me refiro durante todo o restante do texto aos 33 professores presentes nos documentos que compõem o processo, meu objeto.

<sup>5</sup> Optei por referir-me à Escola de Educação Física a partir de seu pertencimento à Universidade Católica de Minas Gerais devido às recorrentes menções nos documentos por mim analisados que remetem a esse pertencimento. Apesar de ter, com a fusão das Escolas de Educação Física do Estado e das Faculdades Católicas, a EEFMG ter sido dotada de autonomia didática, técnica e administrativa, segundo os documentos referentes ao processo de enquadramento dos professores à UFMG, os professores responderiam à UCMG, eram regidos pelo Estatuto e do Regimento da UCMG.

não foi bem recebida e os pareceres produzidos depois deste foram quase todos na mesma direção – as pessoas designadas para avaliar a formação dos professores, a fim de classificá-los no quadro de funcionários da UFMG, se consideravam incapazes de julgar os currículos dos professores, por se tratar de área muito específica, com formação muito peculiar.

O parecer, já mencionado, solicitado pelo reitor ao professor Amaro Xisto de Queiroz, foi encaminhado para ser apreciado no Conselho Universitário, onde o relator professor Wilton Cardoso, concluiu que, por se tratar de matéria e área muito específicas, não era capaz de discordar – nem de concordar – do parecer do professor Amaro. Em seguida, os pareceres foram encaminhados para a Consultoria Jurídica, onde o relator Celso Agrícola Barbi produz um terceiro parecer extremamente negativo para os professores da EEF e levanta três questões: o Reitor era o responsável legal por estes assuntos e, se não, qual órgão seria responsável pela questão? A UFMG era obrigada a aceitar a situação dos docentes? E os docentes da EEF poderiam integrar os quadros da UFMG? Ele discorda das conclusões e das justificativas usadas pelo professor Amaro Xisto de Queiroz e conclui que o processo deve seguir ainda um longo caminho até a sua conclusão: aponta o Conselho Universitário como órgão responsável pelo caso, devendo este criar uma comissão para realizar os estudos; em seguida o estudo deveria ser enviado para a Divisão de Pessoal para que se estabelecessem as normas de enquadramento; depois a Divisão de Pessoal deveria se posicionar, sugerindo o enquadramento completo dos 33 professores – não só do caso dos 14 titulares; a Coordenação de Ensino e Pesquisa se pronunciaria em seguida; e, por fim, o caso retornaria ao Conselho Universitário, para criar os cargos e encerrar o caso. Mas o processo nunca chegou a percorrer este caminho. Foi instalada uma Comissão Especial no Conselho Universitário, para analisar os títulos e enquadrar os professores, como previsto por Barbi. Mas, de posse das informações – currículos e tempo de serviços de cada professor – e depois de várias reuniões, a comissão declarou não ser capaz de julgar. Eles alegaram que os títulos dos professores eram diversos e revestidos de peculiaridades, e que a avaliação destes oferecia dificuldades, exigindo um conhecimento maior e mais específico. Assim, em agosto de 1973 o caso volta para as mãos do professor Amaro Xisto de Queiroz, que três anos antes redigiu o parecer favorável à requisição feita pelos professores da EEF. O professor Amaro, na posição de relator do caso na Comissão de Legislação do Conselho Universitário, solicita algumas informações, sobre alguns dos professores. Ele produziu um parecer distribuído, segundo a Ata da reunião, para os membros do Conselho Universitário, que o receberam como parte da preparação para a Reunião Ordinário do órgão do dia 02 de outubro de 1973. Nesta reunião a questão do enquadramento dos

professores foi resolvida definitivamente, não da maneira prevista inicialmente, e também não livre das tensões. Sexto item da pauta daquela reunião, o processo referente ao enquadramento dos professores de Educação Física da UFMG foi matéria de intensas discussões e foi decidida através de votação. O enquadramento foi aprovado com 12 votos contrários e 4 abstenções.

Quando o processo chegou à Consultoria Jurídica o relator e advogado Celso Agrícola Barbi buscou em vários textos as bases legais para a condução do processo. Assim, ele concluiu que os cargos altos da docência superior deveriam ser atribuídos aos professores levando-se em consideração o tempo de trabalho no magistério superior e sua alta qualificação profissional, segundo o Estatuto do Magistério Superior vigente na época – Lei nº4.881/65. Todos os pronunciamentos que se seguiram ao caso se baseavam nestes princípios – tempo de serviço e qualificação, o que chamavam de critérios ecléticos. Assim, durante todo o processo, a justificativa mobilizada pelos relatores para que se declarassem incapazes de julgar os títulos era que: os currículos apresentados pelos professores, repito, ofereciam dificuldades de avaliação, por serem muito diversos e revestidos de peculiaridades. Ou seja, a qualificação apresentada era algo muito distante do que os docentes da UFMG estavam acostumados a ver nos currículos de um professor universitário.

Mas, o que havia de tão estranho nos currículos destes professores? Para começar, vale lembrar que a formação superior dos professores de Educação Física era algo ainda recente no Brasil. Então, dos 33 professores, 13 tinham formação considerada superior em Educação Física. Nove eram médicos. Seis tinham formação em outras áreas, como Letras, Jornalismo, Direito, Teologia. Mas, o mais surpreendente na formação dos professores é a presença de 6 professores que não possuíam nenhuma formação superior e 3 deles eram professores Titulares na UCMG. Outro ponto interessante é que nenhum dos 33 professores possuía mestrado ou doutorado, nem mesmo os médicos.

Os currículos apresentados pelos professores são extensos e detalhados, mostrando inúmeros feitos, publicações, cursos. Mas em sua maioria, as qualificações profissionais, os méritos destes professores, especialmente os que ocupavam cadeiras de ensino de esportes, eram baseados em conquistas esportivas – medalhas, prêmios como atleta ou como treinador, produção de manuais de regras esportivas.

Mas, apesar da peculiaridade na formação dos professores, por que este processo de integração de professores é tão interessante, a ponto de merecer o investimento desta pesquisa? Além da formação um tanto particular, havia ainda o que talvez seja o mais interessante, dado

o contexto político da época: muitos professores eram militares – 12 dos 33 professores, metade dos homens que lecionavam na EEF pertenciam às Forças Armadas Brasileiras. E muitos dos méritos apresentados em seus currículos eram, além das conquistas esportivas, feitos militares.

A UFMG construiu para si e defende uma memória de resistência sobre o período do Regime Militar. Mas, no período mais duro da Ditadura, a Escola de Educação Física de Minas Gerais é incorporada à UFMG, por meio de decreto expedido pelo Ministério de Guerra, que exercia as funções presidenciais na época. Como já foi exposto, a Educação Física enquanto disciplina teve sua história marcada por uma forte militarização e enquanto campo, foi construída pelas mãos dos militares. Muitos dos precursores da Educação Física em Belo Horizonte, os que iniciaram os primeiros cursos de formação na cidade, eram professores da EEF naquele momento do processo de aproveitamento docente na UFMG. Assim, para uma instituição que defende uma memória de resistência, aceitar este corpo docente era bastante indigesto. Ao mesmo tempo, naquele período mais repressivo da Ditadura, não seria tarefa fácil impedir que a escola fosse incorporada, com todo aquele corpo docente junto.

As pessoas envolvidas neste processo e suas ações me levam a analisar o caso como um jogo de acomodação. Utilizo o conceito de acomodação mobilizado pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta para pensar as relações estabelecidas entre as universidades e o regime militar (MOTTA, 2014a; 2016). Para Motta, o par resistência-adesão não é suficiente para explicar os contextos de regimes autoritários. A própria forma como o Regime Militar se organiza para funcionar no país é complexo, ambíguo e até contraditório. As bases de apoio do regime eram muito diversas, unidas talvez unicamente pela bandeira anticomunista. Assim, consumado o golpe, estabelecer um projeto de governo foi um desafio e os caminhos tomados para cada área da administração do país envolveu negociações que agradavam alguns apoiadores e desagradavam outros. Assim também ocorreu dentro das universidades. Muitos professores eram contrários ao regime, mas não resistiam abertamente a ele, para preservar seus cargos ou para serem capazes até de fazer algum bem para a sociedade de dentro das suas instituições, aceitando cargos no governo em alguns casos. Em uma posição dentro do governo, um intelectual que fosse contrário às ideias do regime poderia proteger colegas e alunos, conseguir recursos para pesquisas, bolsas. Professores que se viram traídos pelas reformas universitárias, mesmo apoiando o golpe, dificultavam a implantação das reformas. O próprio Regime aceitava pessoas suspeitas em cargos do governo e nas universidades, para se beneficiar da competência destes profissionais, para evitar repressão ou para manter minimamente a aparência de um



regime democrático.

Minha hipótese, no caso do processo de aproveitamento, é de que os relatores e membros de comissões criadas para julgar a qualificação dos professores deviam ser contrários ao Regime e não desejavam receber aqueles professores nos quadros da UFMG. Mas, no contexto das demissões e aposentadorias compulsórias impostas aos professores suspeitos pela Operação Limpeza, em 1964 e pelo AI-5, em 1968, era muito perigoso resistir abertamente à incorporação dos professores. Mas eles também não queriam ser responsáveis por dar a 14 professores, dos quais 6 militares o mais alto cargo entre os docentes do magistério superior. Então, eles teriam optado por tentar impedir que os professores fossem levados ao cargo de titular, estendendo o processo pelo uso burocracia, para que os professores da EEF fossem mantidos no enquadramento provisório que receberam pelo maior tempo possível, talvez até a acomodação.

Os professores da Escola de Educação Física da UFMG tinham boa relação com o Departamento de Educação Física e Desporto do MEC e durante todo o processo de enquadramento (e, ao que parece, mesmo antes), mantinham correspondências diretas com este. Do DED/MEC recebiam materiais didáticos, recursos para manutenção dos cursos e enormes recursos para a construção da nova sede da Escola no campus Pampulha. É possível que também tenham pedido ajuda para a resolução do processo. Essa relação direta entre o diretor da EEF e o MEC põe em cheque a autonomia que a UFMG sempre defendeu ter com relação ao regime.

Por fim, o ponto mais importante para analisar a complexidade deste caso é a “missão” que o Regime teria dado à EEF. Em um documento enviado ao diretor do DED, Coronel Eric Tônico Marques, o diretor da EEF, Pedro adVínculo Veado Filho, conta a história da escola e a importância de que esta tivesse uma sede própria dentro do campus Pampulha:

“... a Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais poderá estar condignamente instalada na Cidade Universitária, para poder cumprir integralmente a **tarefa que lhe é confiada.**”<sup>6</sup> (Grifo meu)

Neste mesmo documento, o diretor da EEF nos dá a pista de qual seria esta “tarefa”:

“De acordo com a Resolução n. 5/70, da Coordenação de Ensino e Pesquisa, a prática de Educação Física na Universidade Federal de Minas Gerais será ministrada ou orientada pela Escola de Educação Física. Todos os professores de Educação Física das escolas, faculdades e institutos que compõe a UFMG, deverão pertencer ao Departamento de Educação Física desta Escola, a ser instalado. Dirigindo, coordenando ou orientando todas as atividades de educação física e dos desportos na Universidade Federal de Minas Gerais, nossa Escola desempenhará o papel de **verdadeiro elo de conagraçamento e**

---

<sup>6</sup> EEFFTO/CEMEF Acervo institucional. Dossiê sem caixa.



**integração estudantil, numa posição de extraordinária importância na vida universitária.”<sup>7</sup> (Grifo meu)**

Foi através desta relação com o DED/MEC que a Escola de Educação Física conseguiu os recursos para a construção da sede no campus Pampulha, que ficou pronta em 1977. A direção da EEF também conseguiu (segundo este documento) um local privilegiado onde estariam localizadas as instalações da escola – estrategicamente posicionada na saída mais próxima ao Centro Esportivo Universitário e ao Estádio Governador Magalhães Pinto, o “Mineirão”. Mas, para o seu pleno funcionamento, para a efetiva criação do Departamento de Educação Física e da Congregação da Escola, os professores precisavam se fixar nos quadros da UFMG, especialmente, fixar seus titulares.

Os próximos passos são ampliar as fontes, procurando mais documentos no acervo do CEMEF e no acervo da Aesi, localizado na biblioteca central da UFMG. Procurando, no acervo da Aesi, entender quem são os envolvidos no processo aos olhos do Regime, para ver quem estava de que “lado”. Procurar as entrevistas feitas pelos pesquisadores Rodrigo Patto Sá Motta e Eustáquia Salvadora de Souza, que dizem respeito à Universidade na Ditadura (MOTTA, 2014a) e aos professores da Escola de Educação Física (SOUZA, 1994). Pretendo também realizar entrevistas com professores da UFMG atuantes na época, tanto na EEF, quanto nos órgãos que se envolveram com o processo de aproveitamento dos professores.

Sobre as leituras, procurar entender o interesse do Regime Militar sobre a Educação Física, buscando me aprofundar sobre o caminho da Educação Física no Brasil e quando ela se militariza, questão apenas esboçada neste trabalho. Estabelecer a relação entre a Educação Física e as ideias de Foucault sobre a dominação através do controle e normalização dos corpos, para pensar no interesse pela área por parte do Regime. Tentar trabalhar com os conceitos de burocracia de Weber e estabelecer uma relação entre o processo e a morosidade imposta pelos envolvidos e o uso da disfunção burocrática, de Robert Merton, como forma de mergulhar o processo no jogo de acomodação.

Para este momento da pesquisa, não há nenhuma conclusão, apenas apontamentos e mais questões a serem respondidas.

---

<sup>7</sup> EEEFTO/CEMEF Acervo institucional. Dossiê sem caixa.

## Bibliografia

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) Para um história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

CASTRO, Celso. In corpore sano – os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. Antropolítica, Niterói, pp. 61-78. 1º sem. 1997.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As estratégias de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. Revista Páginas, Rosario, ano 8, n. 17, p. 9-25, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Universidades e o Regime Militar Brasileiro: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política na historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Culturas políticas na História: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1984): entre a adesão e a resistência. Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Campinas, v.25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Esporte e política na ditadura militar brasileira a criação de um pertencimento nacional esportivo. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 18, n. 4, out/dez, 2012.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; AVELAR, Lucia Mercês de UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Meninos, a marcha! Meninas, a sombra! : a história do ensino da educação física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. 265 f. : Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1991.

## O regime militar brasileiro e as políticas para Educação Física e Esportes: Um olhar sobre a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (1971-1974)

**Anderton Taynan Rocha Fonseca**

Licenciado em Educação Física

EEFFTO/UFMG

E-mail: anderton@hotmail.com

**Fernanda Cristina dos Santos**

Mestre em Educação

FaE/UFMG

E-mail: nandacsantos00@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar a Educação Física como prática auxiliadora para os propósitos do regime militar a partir da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. Tal Campanha foi desenvolvida pelo DED/MEC na primeira metade da década de 1970 e tinha como principal ação a distribuição de materiais publicitários referentes à Educação Física e a prática esportiva. Neste estudo, destacamos os produtos veiculados, atentando para seus objetivos dentro do programa de políticas proposto para a área naquele contexto. A partir da análise de tais dispositivos, foi possível considerar que a elaboração de diferentes materiais fez circular distintas representações de Educação Física na temporalidade abordada. Todas elas de profundo interesse do regime de governo vigente.

**Palavras-chave:** História da Educação Física; Regime Militar; CNED.

**Abstract:** The present study aimed to analyze the Physical Education as a practice that helped to achieve the purposes of the military regime since the Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, which was developed by DED/MEC in the first half of 1970 decade. That campaign had, as the main activity, the distribution of publicity materials referring to physical education and sports practice. In the present study, an emphasis was given to the products divulged, observing their objectives in the policies' program proposed to this field in that context. By analyzing these vehicles, it could be concluded that the elaboration of different materials allowed the circulation of distinct representations of Physical Education in that given temporalit. All of them had a profound interest of the government regime in force.

**Keywords:** History of Physical Education; Military regime; CNED.

### Introdução

Os anos do regime militar se caracterizaram como um período importante na produção de políticas referentes à Educação Física e ao Esporte pelo governo federal. O principal objetivo era a criação de uma atmosfera popular de incentivo às práticas relacionadas à Educação Física e aos Esportes, além de constituir uma espécie de “vitrine” dos benefícios e progressos que poderiam trazer à nação e seu povo (SANTOS, 2012). Além disso, naquele momento o esporte era considerado “um dos vetores do possível reconhecimento do Brasil no cenário mundial” (TARBORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 387), já que ali não estava em jogo somente o caráter político-ideológico conferido a ele, mas também o fortalecimento de sua perspectiva espetacular, sua condição de fenômeno de massa. Neste momento, o “sucesso

esportivo” de uma nação era uma forma simbólica de afirmar sua potencialidade, seu poder. Parecia importante que o esporte fosse divulgado, transformado em uma manifestação cultural que promovesse o interesse coletivo e que unificasse formas de comunicação em todo o mundo (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008).

Numa mesma perspectiva, o esporte de alto rendimento começava a se transformar em um grande negócio, do ponto de vista econômico, o que caracterizava uma maior busca por excelência (VILELA JR. 1995). Além disso, buscava-se a constituição de uma identidade nacional, de uma “brasilidade”, como aponta Taborda de Oliveira (2009), e para isso o esporte se fazia como ferramenta importante, sendo “de fato tratado pela Ditadura como uma questão de Estado” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 389). Nesse sentido, o regime constituiu um conjunto de medidas destinadas ao setor, especificamente a sua melhoria. Investimento na produção de pesquisa empírica para Educação Física, aperfeiçoamento do corpo docente das universidades, melhoramento da formação de professores, promoção de intercâmbios técnico-científicos com países desenvolvidos, incentivo a criação de periódicos, prêmios de literatura e entidades científicas do campo, campanhas “populares” de incentivo e esclarecimento a prática de atividade esportiva, inúmeras legislações referentes ao esporte e a Educação Física nas universidades, clubes, escolas e sociedade no geral, foram ações amplamente apoiadas e promovidas pelos órgãos do regime militar responsáveis pelo setor. Grande parte dessas medidas derivou-se de um *Diagnóstico* sobre a área, denominado *Diagnóstico da Educação Física/Desporto no Brasil*. Produzido no ano de 1969 por um grupo de trabalho designado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em conjunto com a então Divisão de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura, a produção, publicada em 1971, foi sistematizada por Lamartine Pereira da Costa e apresentou um estudo quantitativo das condições de desenvolvimento da Educação Física no Brasil. A partir das constatações abordadas no documento, nos anos que se seguiram, houve uma verdadeira profusão de medidas e projetos que visavam à resolução dos “problemas” apontados. Uma importante mudança promovida a partir do Diagnóstico foi a transformação da Divisão de Educação Física e Desportos em um Departamento do Ministério da Educação (DED/MEC). O novo Departamento foi responsável pela elaboração do primeiro Plano de Educação Física e Desportos (PED-1971), documento que apresentou alguns projetos para o setor.

Ao relatar as proposições apresentadas no PED, Roberto Jenkins de Lemos (1985, p.24-26), ressalta que o mesmo teve por objetivo desenvolver três grandes programas: 1) O

*Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos*, que possuía Projetos de Integração das Escolas de Educação Física às Universidades; Aperfeiçoamento do Magistério da Educação Física nos Diversos Níveis de Ensino dos Técnicos Desportivos; Pesquisas em Educação Física e Desportos; e Implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação; 2) *O Programa de Assistência Técnica e Financeira a Projetos de Educação Física*, com propostas para a Melhoria do Equipamento Desportivo Nacional; Aquisição de Material Desportivo (Nacional e Estrangeiro); Assistência Técnica e Financeira a Entidades Desportivas Amadoras e Profissionais; Competições Desportivas Estudantis (Nacionais e Internacionais); entre outros; 3) *O Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural Desportiva* que dentre as suas ações (realizações de congressos, simpósios, jornadas estudantis, estágios técnicos, cursos de aperfeiçoamento e promoções de intercâmbios desportivos), teve como destaque a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED).

### **Sobre a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED)**

Os programas apresentados no PED de 1971 refletiam os ideais, referentes à Educação Física, que eram amplamente difundidos durante o Regime Militar. Em seu livro, intitulado “Corpo e Mente: O humano direito de suar com alegria” Roberto Jenkins de Lemos (1985) – Capitão do exército brasileiro e coordenador da Campanha –, aborda como foi o planejamento e a execução da CNED. Segundo o autor, o objetivo era de “conscientizar a importância da atividade física integrada à educação, desenvolvendo o que se chamou de “mentalidade desportiva” e estimulando a criação de um acervo técnico [...], alicerçando o modelo social brasileiro” (LEMOS, 1985, p. 40).

A Campanha, realizada de junho de 1971 a agosto de 1974, além de contar com a coordenação do Capitão do Exército, foi acompanhada de perto pelo Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho (titular da Pasta de Educação e Cultura), o Diretor-Geral do DED, Eric Tinoco Marques (ex-pentatleta olímpico e coronel do exército brasileiro) e o Diretor-Adjunto, Professor Octávio Teixeira. No que se refere a sua sistematização, as atividades propostas foram organizadas em duas fases distintas denominadas *Fase Experimental* e *Fase Executiva*. Ao contar com um vasto material publicitário e com a participação de diversos órgãos públicos federais na constituição de sua estrutura, elaborando e distribuindo diferentes impressos, a CNED fez circular, por meio de seus dispositivos, representações múltiplas de esporte (“esporte é saúde”; “esporte é educação”; “esporte é progresso”; “esporte é vida”). Para divulgar e legitimar essas representações foram usados Cadernos Técnicos, Cadernos Didáticos, Trifólios,

Jornais, Revista de Histórias em Quadrinhos, Pôsteres e outros meios de comunicação, como a TV, o rádio e o cinema. Na perspectiva de custear essa diversificada gama de materiais publicitários, o PED apresentou um investimento de cerca de seis bilhões de cruzeiros para a execução da CNED (PINTO, 2003). A apresentação desses dados demonstra a grande proporção financeira dessa ambiciosa Campanha que buscou atingir diversos públicos em escala nacional.

Em sua *Fase Experimental*, tanto o número de peças produzidas quanto o grupo de trabalho foi menor. Nessa fase, o objetivo central foi extrair informações que possibilitassem reajustar a CNED de acordo com os objetivos almejados pelos seus organizadores. Inicialmente a distribuição dos materiais era dirigida para as Secretarias de Educação. Posteriormente optou-se por direcionar a distribuição de suas peças publicitárias aos Departamentos Estaduais de Educação Física, Escolas Superiores de Educação Física e Centros Desportivos das universidades. Outro reajuste relevante efetivado a partir das observações realizadas na Fase Experimental foi o aumento do número de integrantes no seu grupo de trabalho (FONSECA, 2016). Essa primeira fase da Campanha distribuiu as seguintes peças:

- A “Revista Brasileira de Educação Física”

Essa Revista foi editada a partir de 1968, pela Divisão de Educação Física (DEF) do MEC e, até a edição de número 08, denominava-se “Boletim Técnico Informativo de Educação Física”. Posteriormente seu nome foi alterado para “Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva” (1970), até que em 1971 passou a ser intitulada “Revista Brasileira de Educação Física” e foi distribuída pela CNED (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003). Seu primeiro formato apresentava publicações técnico-científicas a respeito do esporte e foi distribuída gratuitamente nas escolas de Educação Física. Quando passou a ser produzida pela Campanha adotou o uso de vendas por assinatura (PINTO, 2003) e seu público alvo era composto por professores e universitários de Educação Física.

- As Cartilhas Desportivas, que eram as “Histórias em Quadrinho Dedinho”

Na Fase Experimental foram distribuídas, de forma gratuita e em escala nacional, três edições com um milhão de exemplares cada, destinadas prioritariamente ao público infanto-juvenil com o objetivo de promover a iniciação desportiva. As edições das “Histórias em Quadrinho Dedinho” recebiam títulos diferentes de acordo com a temática abordada em cada

uma delas, que se referiam a modalidades esportivas específicas. Nessa primeira fase, essas Cartilhas Desportivas foram voltadas para as modalidades do Atletismo. A edição de número 01 recebeu o título “Pernas pra que te quero”, abordando as corridas. Já a segunda edição foi denominada de “O pulo do gato”, tematizando os diferentes saltos presentes no referido esporte. A terceira edição tinha como tema as modalidades de arremesso do atletismo e se chamou “Braço é braço”.

- Os Cadernos Técnicos

Na Fase Experimental estes cadernos tiveram duas edições publicadas, direcionadas aos professores de Educação Física, abordando os temas da Corrida e do Voleibol (edição número 01) e da Recreação (edição número 02). Com distribuição gratuita, esse material apresentava ao seu público, conhecimentos técnicos e científicos sobre as temáticas abordadas.

- O Jornal Podium

Nessa primeira fase da CNED foram publicadas oito edições do Jornal, com veiculação mensal e gratuita destinada prioritariamente aos professores de Educação Física. Entre os conteúdos abordados nesse impresso podemos destacar as notícias sobre construções esportivas por todo o país, os resultados de classificação dos Jogos Estudantis Brasileiros e as informações sobre as ações realizadas pelo Departamento de Educação Física e Desportos.

- Os Cadernos Didáticos

Esses cadernos apresentavam-se em forma de fascículos reeditados do livro “Introdução à Moderna Ciência do Treinamento Desportivo”, publicado pela Divisão de Educação Física. Foram publicadas duas peças, distribuídas gratuitamente e endereçadas principalmente aos alunos das Escolas de Educação Física, com os temas: “Fundamentos do treinamento desportivo moderno” e “Força e velocidade”.

- Os Desposters

Este foi o termo adotado para os pôsteres com mensagens desportivas, destinados à comunidade em geral, que eram afixados em lugares de grande movimento. Na Fase Experimental foram seis números com 100.000 exemplares cada, que veicularam frases de efeito e expressivas imagens referentes à prática esportiva, tais como: “Calção nele”; “Quero crescer forte”; “Educação física é educação”; “Use as nossas bolinhas”; “O quente é ser campeão”; e “Desporto é saúde”.



A partir das avaliações realizadas pelos organizadores da CNED na Fase Experimental, foram efetivados alguns reajustes para a fase seguinte. Além do grupo de trabalho passar a contar com um número maior de integrantes, nessa nova fase houve um volume maior de peças publicadas. Além disso, foram veiculados novos materiais publicitários como os trifólios (folders que continham 3 páginas cada, que incentivavam a prática de atividades físicas por meio de ilustrações e mensagens a respeito da importância da saúde) e os filmes de divulgação que eram transmitidos nos cinemas e na TV para a comunidade em geral.

Na Fase Executiva, o Jornal Podium teve 09 edições publicadas e passou a ter um número maior de páginas, além de ter seus exemplares distribuídos em maior quantidade, chegando ao expressivo número de 35.000 exemplares de cada edição. Já a Revista Brasileira de Educação Física teve mais 07 edições publicadas, permanecendo com a tiragem de 10.000 exemplares por cada peça. As Cartilhas Desportivas receberam uma reedição de seus três primeiros quadrinhos, além de terem sido publicadas mais outras três novas com os seguintes títulos e temas: Edição de número 04 – “Cesta, minha gente” (Basquetebol); Edição de número 05 – “Bola pra cima” (Voleibol); Edição de número 06 – “Bola no barbante” (Handebol). No caso dos Cadernos Técnicos houve um aumento significativo na tiragem, além de outras quatro edições publicadas com 25.000 exemplares cada. Os temas das novas edições foram: Handebol, Saltos Ornamentais, Ginástica Olímpica e Natação para principiantes. O mesmo aconteceu com os Cadernos Didáticos. Outras quatro peças foram publicadas, com 25.000 exemplares cada uma. Os temas das edições desse material foram: “Resistência – Endurance – 1ª parte”; “Resistência – Endurance – 2ª parte”; “Preparação psicológica” e “Controle e Treinamento”. Por fim, nessa fase foram publicadas mais seis edições dos Desposters, intituladas: “Isto é saúde”; “Força e coordenação”; “Equilíbrio e segurança”; “Vigor é vida”; “Vida é confiança”; “Confiança e harmonia”.

A Campanha não media esforços para propagandear as práticas de Educação Física que eram defendidas pelo DED/MEC. Foi possível perceber que essas peças publicitárias buscavam propagar mensagens referentes à prática esportiva para a população em geral, embora seu principal direcionamento fossem às escolas (Superiores de Educação Física e do Ensino Básico) e aos professores de Educação Física. Essa ênfase nas questões relativas ao ensino da Educação Física, revelam os propósitos veiculados pela Campanha para a Educação Física Escolar, propósitos esses essencialmente ligados a aulas que deveriam contemplar prioritariamente os conteúdos esportivos.

## Considerações Finais

Os propósitos afirmados para a Educação Física nos anos do regime militar não foram, em qualquer hipótese, uníssonos e homogêneos. As forças concorrentes foram diversas, que se fizeram presentes tanto no interior do próprio campo, quanto nos órgãos do governo referentes ao setor. Este movimento multifacetado é, em alguma medida, resultado do próprio paradoxo em que o regime se fundou. Paradoxo esse permeado por contradições políticas, movimentos de disputa e jogos de acomodação, como nos aponta Motta (2014).

A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo também se valeu desse complexo jogo, colocando em voga discursos algumas vezes conflitantes, porém convergentes em uma máxima: a necessidade da prática esportiva. E esse apelo ao esporte não era gratuito, casual, tampouco ingênuo. Os distintos dispositivos da CNED foram capazes de explicitar, seja de maneira discreta ou pontuada diretamente, o lugar do esporte na Educação Física daquele momento, o lugar de uma prática hegemônica. Nesse sentido, não foram raros os momentos onde esses dois termos se confundiram, ou onde o esporte pareceu despontar para uma espécie de substituição da Educação Física. Possível indicador desta questão foi a contundente aposta numa “Ciência do Esporte” como o campo de conhecimento da área.

Entretanto, nem esse mesmo “esporte”, que se fazia tão legítimo e hegemônico, foi abordado de maneira cristalizada, homogênea. A própria Campanha, a partir da elaboração de um vasto conjunto de materiais, fez circular diferentes representações tanto de esporte, quanto de educação física no cenário brasileiro, quer seja junto às escolas, as universidades e clubes, ou junto à população de um modo geral. A multiplicidade dessas representações eram, em larga medida, caracterizadas por um ideário que combinava exaltação ao nacionalismo, saúde para o trabalho e melhoramento do rendimento e da performance, além de uma proposta ordeira e de controle social. Todas elas de profundo interesse do regime de governo vigente naquele contexto. Podemos constatar que foram muitos os esforços realizados a partir dessa campanha para difundir o modelo de Educação Física que era defendido pelo DED/MEC. Uma modelagem que priorizava a prática dos conteúdos esportivos dentro e fora das escolas e a cientificização do campo.

### Referências:

- DA COSTA, Lamartini Pereira. Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil. Brasília: CDRH-MP/DEF-MEC, 1971, p. 232.
- FONSECA, Anderton Taynan Rocha. Educação Física Escolar na Ditadura Militar: Uma análise a partir do Jornal Podium (1972-1974). Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. p. 52.
- LEMOS, Roberto Jenkins de. Corpo e mente: o humano direito de suar com alegria. Brasília: Thesaurus, 1985. p. 123.
- MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendências de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. 2008. Disponível em: <[www.cev.org.br/biblioteca](http://www.cev.org.br/biblioteca)>. Acesso em: Jun. 2017
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e ditadura militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PINTO, Joelcio Fernandes. Representações de Esporte e Educação Física na Ditadura Militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
- SANTOS, Fernanda Cristina Dos. Da especialização a formação docente: vestígios de práticas no Curso de Especialização em Biomecânica Desportiva da Escola de Educação Física da UFMG, 1976 In: Anais da VII Semana de História Política e IV Seminário Nacional de História: Política Cultura & Sociedade. Rio de Janeiro, 2012.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação? Perspectiva. Florianópolis, v.21, n.01, p.151-178, jan/jun.2003.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da ditadura (1964-1985). In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). História do esporte no Brasil: do Império aos tempos atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 387-416.
- VILELA JR. Guanis de Barros. O conceito de hegemonia de Gramsci nas relações entre a Educação Física e a biomecânica. In: Coletânea do III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Curitiba, 1995.

## O Movimento Estudantil em Belo Horizonte Durante os Governos Castelo Branco e Costa e Silva

**Ronaldo Serpa da Silva Junior**

Graduando em História

UFMG

E-mail: ronaldoserpajr@gmail.com

**Resumo:** Após o golpe de 64, o movimento estudantil passou por um momento de reorganização, para posteriormente se constituir como a principal oposição ao Regime Militar durante a década de 60. Nesse contexto, o ME em Belo Horizonte desempenhou um importante papel, tendo pautado em alguns momentos as manifestações estudantis pelo Brasil. O presente artigo tem como objetivo analisar e descrever o movimento estudantil na capital mineira durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, mostrando a sua mudança de perfil político no decorrer dos anos.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil (ME), Belo Horizonte, Ditadura Militar, estudantes, manifestações, passeatas.

**Abstract:** After the 64 coup, the student movement went through a reorganizational period in order to rebuilt itself as the main opposition to the military regime during the 60s. In this context, the student movement in Belo Horizonte has played an important role, guiding at times the student manifestations in Brazil. The objective of this article is to analyze and describe the student movement in Belo Horizonte during Castelo Branco's and Costa e Silvas's governments, showing their change in political profile over the years.

**Key-Words:** Student Movement, Belo Horizonte, Military Dictatorship, Students, Manifestations, Marches.

### 1. Introdução

O movimento estudantil brasileiro tem uma estrutura hierárquica simples, em que os órgãos estudantis, atuando em diferentes esferas, trabalham para o cumprimento dos objetivos políticos traçados. Nessa estrutura, a UNE é a instituição em nível nacional; logo, é a que se encontra no topo da “pirâmide”. As UEE's são os órgãos máximos em âmbito estadual e abaixo delas encontram-se os DCE's. Numa posição inferior encontram-se os DA's, que estão acima dos CA's.

Antes da fundação da UNE, já existiam instituições que buscavam coordenar e pautar o ME nacionalmente, como a Federação dos Estudantes Brasileiros, tentando fazer com que a política estudantil brasileira tivesse relevância, força e que lutasse pelos interesses dos estudantes brasileiros. Tais instituições esbarravam, no entanto, em alguns problemas.

Se bem que tivessem existido organizações universitárias antes de agosto de 1937, elas pecavam todas pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. (POERNER, 1968. p.132).

Com a ausência de uma instituição de estudantes nacional capaz de construir um movimento eficiente que defendesse os interesses da classe nacionalmente, a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, representou um marco na história do movimento estudantil brasileiro, dividindo-o genericamente em duas fases: antes e depois da UNE. Seu surgimento possibilita o rompimento do caráter regionalista e transitório, fazendo com que ele atuasse para além dos muros das faculdades.

Por meio de seus congressos, a UNE tenta pautar as diretrizes políticas e os estudantes politicamente em âmbito nacional, mesmo que na prática isso não ocorra em alguns momentos. Nesses eventos anuais também é escolhida a cúpula diretiva da instituição, que responderá pela instituição durante o tempo em que ocupar seus cargos diretivos.

Nesse contexto vanguardista, a UNE possibilita ao ME as condições para que se tenha uma unidade e a capilaridade necessária, proporcionando o fortalecimento político para a atuação ativa na vida política brasileira, permitindo-o protagonizar lutas políticas dentro e fora das universidades brasileiras em diversos momentos da história do país.

As UEE's (União Estadual dos Estudantes), das quais a primeira foi a UEE-SP, fundada em 1937 sob influência da criação da UNE dentro do que seria a “estratificação” do movimento estudantil brasileiro, são os órgãos abaixo da União Nacional dos Estudantes em termos “hierárquicos”. Elas ligam a UNE aos DCE's, DA's e CA's, representando os interesses estudantis universitários dentro de um estado brasileiro. Entretanto, nem todos os estados possuem uma UEE, o que teoricamente dificultaria a ligação entre os DCE's e a UNE. Na prática, porém, a existência ou não do órgão não modifica muito as relações institucionais entre DCE's e a UNE.

Abaixo das UEE's estão os DCE's (Diretórios Centrais dos Estudantes), as entidades máximas que representam os estudantes dentro de uma instituição de ensino superior.

O DCE deve atuar sempre em prol do movimento estudantil e seus interesses junto à administração da Universidade. Há também a possibilidade de uma relação com as entidades representativas dos estudantes, como a UNE, UEE, entre outros. (UEE-SP, 2016).

Apesar de possuir demandas políticas internas dentro das faculdades e universidades, os DCE's se destacam historicamente por lutarem e atuarem dentro da política nacional, como na luta contra a Ditadura Militar.

Os DA's (Diretórios Acadêmicos) são os órgãos subordinados aos DCE's que representam os estudantes de diferentes cursos num mesmo prédio de uma determinada faculdade, estabelecendo um elo entre estudantes com os órgãos colegiados, participando das atividades acadêmicas.

Os CA's (Centros Acadêmicos), que anteriormente eram denominados CE's (Centros de Estudos) são as entidades subordinadas aos DA's que representam os estudantes de um determinado curso buscando atender as demandas estudantis relacionadas ao curso, dialogando diretamente com os professores. Cabe aos CA's ainda proporcionar ao estudante interessado o primeiro contato com o Movimento Estudantil.

Épocas de intensa repressão, efervescência e instabilidade política, como a década de 60, proporcionaram ao ME o ambiente perfeito para que ele protagonizasse as lutas políticas nacionais como a luta contra a Ditadura Militar, em que os órgãos dos estudantes travaram uma batalha intensa contra as forças militares, constituindo-se como importantes atores políticos dentro da trajetória brasileira e construindo a história particular do movimento estudantil.

## **2. Lei Suplicy e Acordos Mec-Usaid**

Com o Golpe Militar de 1964, o governo tomou algumas medidas que geraram descontentamento generalizado dentro das universidades, o que serviu de bandeira para o movimento estudantil nacionalmente durante o governo militar na década de 60. Dentre elas, as duas principais que mobilizaram e pautaram politicamente os estudantes durante os primeiros anos de regime foram a Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID, alvos de inúmeras manifestações de repúdio orquestrados pelo ME em todo o país.

### **2.1. Lei Suplicy**

A Lei Suplicy foi um projeto proposto pelo ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda que, em termos gerais, subordinaria as entidades estudantis ao MEC, tendo sido aprovada em 27/11/1964 e revogada em 28/02/1967. A lei pretendia substituir a UNE na estratificação do ME, colocando em seu lugar o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), e as UEE's por Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEE's), permanecendo os DCE's, DA's e CA's com um diálogo restrito com os estudantes. O projeto previa ainda uma série de restrições de cunho político, como a proibição de greves e propagandas político-partidárias encabeçadas por órgãos estudantis.

A Lei Suplicy de Lacerda visou, especialmente, à extinção do Movimento Estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-la em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação. (POERNER, 1968. p. 242).

Entretanto, a Lei Suplicy não obteve êxito no seu objetivo, porque foi um elemento aglutinador da revolta estudantil em um momento de reorganização e remobilização das lideranças e órgãos estudantis, causadas pela intensa perseguição política do Regime Militar, tornando-se um dos principais objetos de combate dentro das manifestações do período, acirrando as diferenças políticas entre estudantes e governo.

## **2.2. Acordos Mec-Usaid**

Durante o governo de Castello Branco, o MEC fechou uma parceria com a USAID (United States Agency for International Development) que em termos gerais representaria a tentativa de desnacionalização do ensino brasileiro, deixando-o sob influência direta dos Estados Unidos. Tais acordos tinham como intuito principal a consolidação da dominação ideológica e cultural norte-americana dentro do Brasil, baseando-se na atuação da USAID principalmente nas instituições universitárias brasileiras, através de um acordo didático-educacional entre o MEC e a instituição.

Essa tentativa de dominação cultural e ideológica através dos acordos MEC-USAID foram outro elemento aglutinador do ME durante os primeiros anos do regime militar, fazendo com que as instituições estudantis organizassem diversos atos contra os acordos que, apesar da rejeição, foram assinados pelo governo brasileiro.

## **3. Movimento Estudantil em Belo Horizonte Durante os Governos de Castello Branco e Costa e Silva**

O movimento estudantil belo-horizontino durante a década de 60, pautado principalmente pela UMG (UFMG a partir de 1965) e pela UEE-MG, seguiu o modelo praticado nacionalmente, baseado em passeatas, comícios relâmpagos para convocar a população para os atos, manifestações de apoio entre estudantes, com confrontos contra os militares e na luta contínua contra a Ditadura Militar, a Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID, além de outras pautas secundárias.

### **3.1. Governo Castelo Branco (1964-1967)**



Em 1964, após o golpe militar, “os estudantes passaram por um momento de rearticulação dos ideais estudantis, ou seja, traçam novas diretrizes que serviram como bandeiras para a luta do movimento estudantil.”<sup>1</sup> Isso é ocasionada principalmente pela entrada da UNE na ilegalidade, pelo exílio ou prisão de várias lideranças estudantis e pela aprovação da Lei Suplicy, forçando a reinvenção do ME no Brasil.

Sob o contexto da reorganização do movimento estudantil, o DCE-UMG e a UEE-MG optam por fechar as portas para evitar conflitos com o regime, numa clara manobra de não enfrentar diretamente o governo, dado que essas instituições se mostraram sem força para lutar contra a ditadura nesse primeiro momento em que alguns setores do ME da UMG e da UEE-MG tratavam o golpe militar como uma revolução.

Essa linha de ação do DCE-UMG, na gestão de Lúcio Flávio de Souza Mesquita, pode ser explicada através do comunicado nº 11/64, expedido em 31/12/64 pela instituição que, dentre outras coisas, cita que ela se mantém afastada das “posições revolucionárias e anti-revolucionárias”, com o intuito de não haver o que chamaram de “radicalização” da luta contra o regime.

A falta de um enfrentamento direto do regime militar por parte do DCE-UMG refletiu-se diretamente na postura do movimento estudantil de Belo Horizonte, que também não entrou em choque direto com o governo durante o ano de 64, em que sua atuação restringiu-se algumas atividades como encontros, eventos culturais, notas de repúdio isoladas e ao atendimento de demandas internas das faculdades.

O ME belo-horizontino começa a adotar uma postura agressiva, combativa ao regime, em meados de 1965, partindo para um enfrentamento contra o governo militar, com algumas ações mais enérgicas. Nesse ano, no mês de agosto, as faculdades de Direito, Medicina e Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (UMG) decretaram uma greve de 24 horas como forma de repúdio à Lei Suplicy. Em novembro do mesmo ano, universitários mineiros lançaram um manifesto em favor da UNE, que já estava na ilegalidade, mostrando que o movimento estudantil da cidade estava atento ao que ocorria no restante do país.

Essas manifestações foram ações efetivas e diretas na luta contra o regime militar, fazendo com que o ME belo-horizontino começasse a desafiar com maior intensidade e força o

---

<sup>1</sup> FREITAS, Sérgio Ricardo de. Silenciados à força. p 43. Editora Cuatira. 1993.

governo Castelo Branco, fortalecendo os estudantes para a construção de uma oposição intensa e atuante para os próximos anos.

A mudança de postura coincide com a troca de comando do DCE-UFMG, em que a instituição passa a ter um perfil de enfrentamento direto ao regime, influenciando os estudantes a lutarem contra o governo militar. E para isso, a nova gestão passa a formar politicamente e intelectualmente os alunos da UFMG para que possam lutar contra a Ditadura e defender as bandeiras estudantis do momento, possibilitando o início do renascimento do ME em Belo Horizonte.

O ano de 1966 é de intensa atividade e protagonismo do movimento estudantil da cidade. Em março do mesmo ano a polícia militar reprimiu violentamente a Calourada Unificada da UFMG/UCMG (atual PUC-MG). Em resposta a essa repressão policial, estudantes mineiros realizaram em Belo Horizonte a “Passeata do Silêncio”, em que os manifestantes usaram roupas e bandeiras pretas como forma de protesto contra a ação da PM, sendo reprimidos com violência, dado que os militares invadiram até mesmo a Igreja São José para espancar os estudantes nela refugiados, o que gerou grande comoção nacional posteriormente.

Essa passeata serviu como estopim para o movimento estudantil mineiro. Inclusive, em vários outros estados, houve, no mês de março, passeatas de solidariedade aos estudantes mineiros, entre elas, Curitiba (dia 17), Rio de Janeiro (dia 18) e São Paulo (dia 24). (FREITAS. 1993. p.48).

As passeatas de março fortaleceram a oposição ao Regime, levando ao movimento estudantil um grande acúmulo de capital político na luta contra a Ditadura, dando mais força dentro e fora das universidades. Os atos iniciados em Belo Horizonte e seus desdobramentos causaram profunda irritação no governo, que, mesmo com a vigência da Lei Suplicy, não impediu que o ME se fortalecesse e se colocasse como uma sólida oposição ao governo.

Em julho de 1966, Belo Horizonte sediou o XXVIII Congresso da UNE, momento no qual o movimento estudantil da cidade foi mais uma vez um protagonista nacional. Por conta da ilegalidade da instituição, o evento estava proibido pelo governo. Para impedir a realização do congresso, dez universitários foram presos e a polícia fechou por tempo indeterminado a sede da UEE-MG como forma de intimidação dos estudantes na véspera do evento.

Enfrentou-se vitoriosamente a repressão, pois esse foi o primeiro Congresso clandestino da História da UNE e realizou-se com grande sucesso nos porões do Convento dos Franciscanos em Belo Horizonte. Dos 450 delegados que deveriam comparecer, cerca de 300 se fizeram presentes, tendo a repressão conseguido impedir a chegada de 150 delegados, com prisões ou fechamento

de estradas de acesso a Belo Horizonte, e que sem dúvida foi uma vitória dos estudantes na época e que deu à UNE muita força. (DANTAS, 1978.p.39).

O congresso terminou sem maiores problemas com a PM, apesar do clima de tensão e do cerco militar ao convento que sediou o evento. Assim foi possível definir as diretrizes a serem seguidas em 66-67, as causas a serem defendidas, como a luta pela revogação da lei Suplicy e dos acordos MEC-USAID, e escolher o novo presidente, José Luis Guedes (ex-presidente do DAAB-UFMG e UEE-MG).

Ainda em 1966, no mês de setembro, houve uma série de passeatas e manifestações nacionais denominadas Setembro. Consistia em uma onda de manifestações espalhadas pelo Brasil inteiro contra a ditadura militar. Em Belo Horizonte, os estudantes organizaram durante o mês uma série de atos, cujo auge foi no dia 22/09/66, em que o DCE-UFMG promoveu um júri simulado para julgar o presidente, sendo simbolicamente condenado. Tal condenação expressa a impopularidade dos militares dentre os estudantes da cidade, representando ainda uma afronta direta a Castelo Branco.

Em fevereiro 1967 o governo revogou a Lei Suplicy, entretanto, entrou em vigor no mesmo mês da revogação o decreto-lei 228/67 que tornou indiretas as eleições para o DCE, eliminando a representação estudantil no colegiado das universidades. Mesmo com essa modificação na legislação brasileira, o ME brasileiro continuou atuante e fortalecido

O último ato dos estudantes em Belo Horizonte durante o governo Castelo Branco foi um mês antes de sua saída, em junho de 1967, em que promoveram uma passeata contra o acordo MEC-USAID, terminando em prisões e espancamentos, e assim terminando as mobilizações estudantis na cidade durante o governo Castelo Branco, que é substituído pelo Marechal Costa e Silva.

### **3.2. Governo Costa e Silva (1967-1969)**

O governo de Costa e Silva, apesar do curto período de duração, representou um momento de endurecimento do Regime em relação às perseguições e prisões políticas. Foi em seu mandato que entrou em vigor no final de 1968 o AI-5, ato institucional que permitiu ao governo, dentre outras coisas, aumentarem a repressão aos opositores. Como desdobramento dessa medida surge o Decreto 477 em fevereiro de 1969, que punia de diversas formas professores, alunos e funcionários acusados de práticas “subversivas”.

O ME, nesse contexto de intensificação da repressão dentro e fora das universidades, realizava suas atividades políticas. Em outubro de 1967, o movimento estudantil em Belo Horizonte organiza uma passeata contra a presença do novo presidente Costa e Silva na cidade, a qual culminou na prisão de 20 estudantes numa violenta repressão da polícia para dispersar os manifestantes. Esse foi o primeiro grande ato estudantil da cidade contra o novo governo, demonstrando que apesar da troca de presidentes a oposição permaneceria atuante.

O ano de 1968 foi intenso para os estudantes belo-horizontinos, visto que o capital político acumulado ao longo do tempo fez com que a força do movimento estudantil atingisse seu ápice, mantendo-se constantemente mobilizado, em que “já era quase diária a ocupação de uma faculdade e os choques com a polícia: Filosofia, Economia e, principalmente a faculdade de Direito da UFMG estavam sempre em mobilização”<sup>2</sup>. Essa luta incessante, pautada em passeatas e ocupações de escolas, fez com que quase toda a liderança do ME de Belo Horizonte fosse presa e torturada pelo regime.

Segundo o programa da Chapa Pró-Posição para o DCE-UFMG, a UEE tinha como objetivo central para 1968 integrar calouros e veteranos na luta contra a Ditadura e os acordos MEC-USAID, as duas principais bandeiras após a revogação da Lei Suplicy. Era um período em Minas Gerais na qual “uma forte UEE coordenava Belo Horizonte e talvez o maior movimento de interior mais amplo do país”.<sup>3</sup>

A morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto no dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, guiou o ME nacionalmente, desencadeando uma série de atos estudantis pelo país, incluindo Belo Horizonte, que organizou protestos como forma de solidariedade a vítima.

Outros episódios durante o primeiro semestre que serviram como elementos aglutinadores dos estudantes foram a Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil e a dos Cinquenta Mil, que desencadearam outros atos por todo o Brasil, incluindo a capital mineira. Todas essas manifestações ocorreram no primeiro semestre de 1968 e conseguiram adesão do povo, que apoiou amplamente tais movimentações no período.

Entretanto, após o fracasso do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, o movimento estudantil perdeu força, já que a maioria dos líderes foram presos ou optaram pela luta armada,

---

<sup>2</sup> MACHADO, Luís Raul. 29º gestão: o grande fascínio do movimento estudantil em 1968. In: História da UNE volume 1: depoimento de ex dirigentes. p. 61 Editorial Livramento. São Paulo. 1980.

<sup>3</sup> MACHADO, Luís Raul. 29º gestão: o grande fascínio do movimento estudantil em 1968. In: História da UNE volume 1: depoimento de ex dirigentes. p. 59. Editorial Livramento. São Paulo. 1980.

impelindo sua reorganização. Além desses problemas, a falta de um diálogo com o povo e de pautas gerais que unissem os estudantes aos trabalhadores, por exemplo, isolou o ME do restante da sociedade, enfraquecendo o ME.

Nesse contexto de enfraquecimento, a instituição do AI-5 em dezembro de 1968 e do Decreto 477 no início de 1969, refletiu negativamente nas cidades, como em Belo Horizonte, que viram o ME perder capital político e potência para se manter forte na oposição ao governo durante o final da década e início dos anos 70.

#### **4. Conclusão**

Com o Golpe Militar em 1964, a UNE entrou na ilegalidade e as principais lideranças estudantis foram perseguidas, fazendo com que o ME passasse por um período de reorganização estrutural, modificando as bandeiras e os métodos de ação. Nessa rearticulação, o movimento estudantil passou a ter como base alguns pontos: as lutas contra o Regime Militar, a Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID e a realização de inúmeras passeatas para enfrentar o governo militar.

Nesse processo, os estudantes de Belo Horizonte adotaram uma postura durante 1964 e parte de 1965 de não enfrentamento direto ao Castelo Branco, organizando eventualmente alguma ação de oposição ao governo, como a emissão de notas de repúdio contra a aprovação da Lei Suplicy ou contra a entrada da UNE na ilegalidade. Entretanto, ainda em 1965, houve uma mudança de postura do ME da cidade, e os atos políticos contra Castelo Branco passam a ser mais incisivos.

Em 1966, dois fatos representaram um marco na história do movimento estudantil de Belo Horizonte, “A Passeata do Silêncio” e o XVIII Congresso da UNE. A passeata serviu de estopim para o ME belo-horizontino, pois após ela os estudantes conseguiram ganhar capital político e protagonizar a oposição ao governo militar dentro do município. O congresso serviu para definir os rumos do movimento estudantil brasileiro durante o segundo semestre de 1966 e o primeiro semestre de 1967.

Os anos de 1967 e 1968, período em que Castelo Branco é substituído por Costa e Silva, foram de intensa luta contra o regime. Nesses anos, o movimento estudantil conseguiu aquela que foi, talvez, a sua maior vitória durante a década de 60: a revogação da Lei Suplicy em 1967. Porém, em fevereiro do mesmo ano entrou em vigor o Decreto nº 228/67 que tornou indiretas as eleições para o DCE e eliminou a representação estudantil no colegiado das universidades.

Em 1968, mesmo com momentos de adesão popular ao movimento encabeçado pelos estudantes durante o primeiro semestre, foi instituído o AI-5, representando um impacto devastador no ME, ocasionando perda de força e capital político, uma das principais causas para a desarticulação do movimento nos âmbitos nacional, estadual e municipal no final da década. Ainda como desdobramento do Ato Institucional, em 1969, já no final do governo de Costa e Silva, houve o Decreto 477, que seria uma bandeira da luta estudantil na década seguinte.

### Referências Bibliográficas

Disponível em: <http://www.ueesp.org.br/movimento-estudantil>

POERNER, Arthur José. O poder jovem: a história da participação política dos estudantes brasileiros. Editora Civilização Brasileira S.A. 1968.

VALLE, Maria Ribeiro. 1968: o diálogo é a violência. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

FREITAS, Sérgio Ricardo de. Silenciados à força. Editora Cuatira. 1993

DANTAS, Altino. 27º gestão: a reorganização da UNE após o golpe de 64. In: História da UNE volume 1: depoimento de ex dirigentes. Editorial Livramento. São Paulo. 1980.

GUEDES, José Luis. 28º gestão: a resistência à lei Suplicy e ao acordo MEC-USAID. In: História da UNE volume 1: depoimento de ex dirigentes. Editorial Livramento. São Paulo. 1980.

MACHADO, Luís Raul. 29º gestão: o grande fiasco do movimento estudantil em 1968. In: História da UNE volume 1: depoimento de ex dirigentes. Editorial Livramento. São Paulo. 1980.

REVISTA MOSAICO. Nº 3. DCE-UMG. Belo Horizonte. 1966. Acervo Projeto República/UFMG

“Protesto, história próxima ou a liberdade de manifestação após o Golpe/64 JB – 31/3/68”. DCE-UFMG. p. 9-10. 1968. Acervo Projeto República/UFMG

“Discussão e votação da resolução orientadora da comunidade estudantil”. DCE-UMG, 1965. p. 1-3. Acervo Projeto República/UFMG.

“Comunicado 07”. DCE-UMG. p. 1. 1964. Acervo Projeto República/UFMG

“Comunicado 11/64”. DCE-UMG. p. 2. 1964. Acervo Projeto República/UFMG

“Convocação do Congresso Estadual dos Estudantes”. UEE-MG. p.1. 1965. Acervo Projeto República/UFMG

“Pró-posição DCE 68”. DCE-UFMG. p. 1-6. 1968. Acervo Projeto República/UFMG

CUNHA, Luiz Antônio R. da. “O milagre brasileiro” e a política educacional. DCE-UFMG. Documento sem data. Acervo Projeto República/UFMG

MELLO, Arnaldo P. de. D.A. em ação. In: Benzeno. DA-Veterinária-UMG. p.3. n°. 23. 1964. Acervo Projeto República/UFMG.



## Reflexos do autoritarismo nas relações de trabalho: disputas trabalhistas em Juiz de Fora frente à repressão do governo Costa e Silva (1967-1969)

**Paulo Henrique Silveira Damião**

Mestrando em História

PPGHIS/UFJF

E-mail: paulohenriquesd@hotmail.com

**Resumo:** O regime civil-militar implantado em 1964 foi marcado por um sistema autoritário, no qual a prática da repressão se destaca. Outra característica que se soma ao regime imposto é a desmobilização dos direitos na sociedade brasileira, principalmente os direitos sociais. Juiz de Fora, tendo em vista a instalação de quatro unidades de repressão, torna-se um exemplo do sistema de repressão que foi montado e articulado em todo território nacional e os trabalhadores somam um número expressivo das vítimas da repressão na cidade durante a ditadura. Além dessas unidades temos, também, duas operações – Gaiola e Silêncio – que determinavam, respectivamente, o controle dos meios de comunicação e a ocupação das sedes de partidos políticos e sindicatos. Sendo assim, notamos que os trabalhadores foram alvos da repressão e a Justiça do Trabalho foi durante a ditadura militar um dos poucos espaços de defesa dos direitos dos trabalhadores, como demonstraremos adiante. A presente pesquisa busca compreender os reflexos da política autoritária e repressiva da ditadura militar brasileira nas relações de trabalho em seus anos iniciais, sobretudo o governo Costa e Silva (1967-1969), analisando, especialmente, as relações entre Estado, capital e trabalho através do uso da Justiça do Trabalho em Juiz de Fora.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar; Costa e Silva; Repressão e Autoritarismo; Trabalhadores; Justiça do Trabalho.

**Abstract:** The civil-military regime introduced in 1964 was marked by an authoritarian system, in which the practice of repression stands out. Another characteristic that adds to the regime imposed is the demobilization of rights in Brazilian society, especially social rights. Juiz de Fora, in view of the installation of four units of repression, becomes an example of the system of repression that was set up and articulated throughout the national territory and workers add up to a significant number of victims of repression in the city during the dictatorship. In addition to these units we also have two operations - Cage and Silence - that determined, respectively, the control of the media and the occupation of the headquarters of political parties and unions. Thus, we noticed that the workers were targets of repression and the Labor Court was during the military dictatorship one of the few spaces for the defense of workers' rights, as we will show later. The present research seeks to understand the reflexes of the authoritarian and repressive politics of the Brazilian military dictatorship in the labor relations in its initial years, especially the Costa e Silva government (1967-1969), analyzing especially the relations between state, capital and labor through Of the use of Labor Justice in Juiz de Fora.

**Keywords:** Civil-military dictatorship; Costa e Silva; Repression and Authoritarianism; Workers; Work Justice.

### **Breve histórico sobre a Justiça do Trabalho – Do governo Vargas ao regime civil-militar:**

Criada em 1934 sob o governo Vargas (1930-1945), a Justiça do Trabalho integrava a estrutura do Ministério do Trabalho, englobada dentro do Poder Executivo. Maria Celina D’Araújo descreve que a Justiça do Trabalho “visava criar um fórum especial para que patrões e empregados resolvessem suas disputas na presença mediadora do poder público. Através de uma justiça especial, procurava-se atender aos interesses de trabalhadores e patrões de forma a

evitar conflitos e greves”.<sup>1</sup> Em outras palavras, a criação de tal instituição visava assegurar aos trabalhadores os direitos trabalhistas a que faziam jus, sempre que os empregadores deixassem de cumprir as leis vigentes<sup>2</sup>, tendo em vista que os defensores da Justiça do Trabalho alegavam que o trabalhador brasileiro sempre foi desprotegido e que assim conseguiriam manter seus direitos.<sup>3</sup> Dedicarei alguns parágrafos de forma sintética à esse período de criação da Justiça do Trabalho, pois é essencial para compreendermos as motivações envolvidas entorno desta instituição.

Construir uma sociedade coesa, com colaboração entre as classes sociais e promover a “paz social” eram objetivos centrais para o governo de Getúlio Vargas, objetivos esses importantes para o desenvolvimento urbano e industrial do país. Dessa forma, desenvolvem-se no Estado a estrutura corporativista e a forte atuação nas questões sociais. Esses fatores seriam alcançados principalmente pela criação da legislação trabalhista, sindical e previdenciária, incorporando assim todos os setores urbanos num projeto comum de governo. Assim criam-se, de acordo com Valéria Lobo, dois mitos sobre a “Era Vargas”, o mito do Estado protetor e o mito da outorga da legislação trabalhista<sup>4</sup>. Lobo argumenta que a legislação social criada sobre a égide do Estado varguista foi difundida pelo governo como uma dádiva de um Estado benevolente aos trabalhadores indefesos, difundindo assim o mito do Estado protetor. Lobo vai mais longe, argumentando que a ideia de outorga da legislação foi difundida para facilitar a adesão dos trabalhadores à estrutura sindical, pela qual se atingiria a colaboração de classes, tão visada pelo governo, uma vez que era necessária para o processamento da industrialização via substituição de importações.<sup>5</sup>

Contudo, estudos mais contemporâneos têm demonstrado que já durante a Primeira República, período anterior à chamada “Era Vargas”, existia um movimento operário, ainda que em fase de formação, que reivindicava e protestava por melhores condições de trabalho e de vida e que no período pós-1930 continua a exercer destaque no cenário político nacional, contestando o mito da outorga. Cláudio Batalha discorre a esse respeito da seguinte forma:

---

1 D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do Nacional-Estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 233.

2 LOBO, Valéria Marques. A justiça do Trabalho como vetor da Justiça Social. In: XXVII simpósio Nacional de História: Natal, 2013, p. 1.

3 D'ARAUJO, Op. Cit., p. 233.

4 CF., p. ex., WERNECK VIANNA, 1999.

5 LOBO, V. Estado e sociedade na gênese da Legislação Trabalhista Brasileira. In: Livro de atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, p. 993-1005.

A despeito de todas as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação da classe operária, **a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe.** Mas é preciso reconhecer que, malgrado esse caráter extraordinário, a ação organizada da classe por meio de suas instituições ou de ações **coletivas atingiu apenas uma minoria dos trabalhadores**, entre outras razões porque nesse período 80% da população brasileira vivia no campo.<sup>6</sup>

Luiz Werneck Vianna também chama atenção para o caráter do movimento operário nos anos pré-30, afirmando que “não deixam dúvidas sobre sua natureza reivindicante, capacidade de organização e aglutinação de grandes massas operárias”.<sup>7</sup> Entre as principais reivindicações figuravam aumento salarial, a jornada de oito horas, liberação dos grevistas presos, diminuição dos aluguéis, etc. Porém, com a Revolução de 1930 e a instalação do governo Vargas, inicia-se um processo de restrição à autonomia do movimento associativo dos trabalhadores, devido sobretudo à nova legislação sindical, estruturada a partir do corporativismo e subordinado ao Estado.<sup>8</sup>

Na conjuntura de criação da legislação trabalhista brasileira no Governo Vargas muito se discute na historiografia a postura manipuladora do governo, a qual a classe trabalhadora teria sido submetida. Porém, recentemente tem se rediscutido essa interpretação. Propõe-se uma construção de um pacto político coma participação desses dois atores. Angela de Castro Gomes argumenta que:

Afastar essa abordagem implicava discutir seus postulados e, em particular, considerar que os **trabalhadores também tinham uma posição política ativa**, ainda que sem recusar a força do Estado que sobre eles se abatia. [...] Dessa forma, considerar os trabalhadores interlocutores do Estado era reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro.<sup>9</sup>

Deixando de lado o contexto político, social e econômico do período de criação da Justiça do Trabalho e seus contornos, apenas na Constituição de 1946 é que a instituição deixa de fazer parte do Poder Executivo e se torna parte do Poder Judiciário, com competência específica, poder normativo e Ministério Público correspondente junto ao Ministério Público da União. Assim, a questão social, antes relativa ao Estado, transfere-se para o âmbito do

---

<sup>6</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 14, grifo nosso.

<sup>7</sup> WERNECK VIANNA, Luiz. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 58.

<sup>8</sup> Ibid., p. 66.

<sup>9</sup> GOMES, A. M. C. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha V. (Orgs.). A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 59-61.

Judiciário. “Inserida no âmbito da Justiça Federal e, portanto, menos atrelada a interesses locais, a Justiça do Trabalho surge marcada pela natureza intervencionista e protecionista do Estado e, para isso, pretendia tutelar o **trabalhador**, definido como ‘**economicamente mais fraco**’.”<sup>10</sup>

O poder normativo conferido à Justiça do Trabalho a partir da Constituição de 1946 passa a ser característica fundamental de sua estrutura. De acordo com Claudiane Torres da Silva:

O poder normativo é a competência constitucional dos tribunais do trabalho para proferir decisões nos processos de dissídios criando condições de trabalho com força obrigatória. Constitui o instrumento de que se vale o Estado para intervir no conflito capital versus trabalho no plano coletivo. [...] O poder normativo conceitua-se como poder ‘constitucionalmente conferido aos Tribunais Trabalhistas de dirimirem os conflitos coletivos de trabalho mediante o estabelecimento de novas e mais benéficas condições de trabalho, respeitadas as garantias mínimas já previstas em lei.’<sup>11</sup>

A Constituição de 1946 alterou pouca coisa no que diz respeito à Legislação Trabalhista consolidada na “Era Vargas”, mas há de se destacar, de acordo com Silva, uma outra alteração importante no Direito do Trabalho, além da passagem da Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário. A partir de 1946 o direito a greve, até então ilegal e tida como desnecessária dentro do projeto da Justiça do Trabalho da década de 30, passa a ser reconhecido constitucionalmente.<sup>12</sup>

No período de 1951 a 1964, o movimento sindical se expande, aumentando o número de sindicatos e de trabalhadores filiados. Nesse período o sindicalismo se usou de dois instrumentos de luta para ampliação dos direitos trabalhistas: a greve e o recurso à Justiça do Trabalho.

Contudo, com o golpe de Estado e a implantação do regime civil-militar em 1964 o movimento sindicalista declina, tendo em vista o autoritarismo e as políticas repressivas instauradas com o regime.<sup>13</sup> Nota-se nos governos autoritários da ditadura militar uma desmobilização dos direitos na sociedade brasileira. O regime instaurou, por exemplo, intervenções nos sindicatos e também passou a ir contra a estabilidade de emprego e a indenização por tempo de serviço. Além disso, o regime reforçou o uso de aspectos repressivos,

---

<sup>10</sup> MOREL, Regina Lucia M. & PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. Tempo Social. São Paulo, v. 19, n. 2, novembro 2007, p. 91, grifo nosso.

<sup>11</sup> SILVA, Claudiane Torres da. A Justiça do Trabalho e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 43-44.

<sup>12</sup> Ibid., p. 47.

<sup>13</sup> SILVA, Op. Cit., 48,

vigentes na legislação desde a Era Vargas. Isso evidencia que os direitos sociais não estavam na agenda política dos governos autoritários. Porém, há de se destacar, no que confere à Justiça do Trabalho, que suas principais características, principalmente a sua forte marca antiliberal de tutela do elo mais frágil da relação Estado-Capital-Trabalho, permaneceram e mostraram-se capazes de sobreviver à inúmeras mudanças político-institucionais. Sua estrutura permaneceu a mesma tanto na Constituição de 1967, quanto na Emenda Constitucional de 1969.<sup>14</sup>

A Justiça do Trabalho foi, então, um dos poucos espaços de defesa dos direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora, tornando-se até mesmo um espaço de resistência durante o regime autoritário. O uso da Justiça do Trabalho durante o regime civil-militar pode ser compreendido como mais uma possibilidade na estratégia do movimento operário em busca da manutenção, mas também de novos direitos. A seguir, debruçaremos sobre a atuação dos trabalhadores de Juiz de Fora durante o regime autoritário iniciado em 1964.

### **Repressão aos trabalhadores:**

O relatório da Comissão Nacional da Verdade descreve que se formou, a partir de 1964, uma aliança empresarial-policial-militar que definiu um novo regime nas fábricas. Havia, por um lado, a existência de agentes da repressão infiltrados entre os operários repassando informações para os órgãos repressores. Por outro lado, o empresariado passou a financiar e apoiar de forma material, logística e ideológica a organização da repressão, construindo a sua face operativa e a configuração de um novo poder disciplinador, que resultou no crescimento econômico com segurança e concentração de renda<sup>15</sup>.

Em decorrência do novo regime fabril algumas atividades operárias, tais como panfletagem, greves e participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), espaços utilizados como organização e ação política dentro das empresas, tornaram-se arriscadas, trazendo, frequentemente, como consequência a demissão por justa causa, o desemprego e a prisão, deixando profundos prejuízos para os trabalhadores e suas famílias<sup>16</sup>. O relatório descreve que:

No dia a dia, o terror e o controle preventivo voltavam-se para a classe trabalhadora em seu conjunto. A violência e a repressão pontuais eram não só dirigidas às lideranças, consideradas alvos centrais a serem liquidados, mas também àqueles que manifestavam maior combatividade [...]. A violência

<sup>14</sup> MOREL & PESSANHA, Op. Cit., p. 91.

<sup>15</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014, p. 64.

<sup>16</sup> Ibid., p. 65-66.

exercida pelo Estado ditatorial atingiu os trabalhadores não apenas individualmente, mas também de forma coletiva ou massiva<sup>17</sup>.

Em Juiz de Fora, cidade de onde partiram as tropas militares de 1964, montou-se, em consonância com todo o país, um sistema de repressão organizado e complexo durante o regime autoritário. Existiram na cidade, a exemplo, quatro unidades de repressão, nas quais ocorriam torturas físicas e psicológicas, agressões, maus tratos e constantes violações dos direitos humanos, além de operações militares que visavam controlar os meios de comunicações, a vida política dos cidadãos, a ordem e a segurança. Além dessas unidades de repressão, destacam-se duas operações – Gaiola e Silêncio – que determinavam, respectivamente, o controle dos meios de comunicação e a ocupação das sedes de partidos políticos e sindicatos. A partir desses dados percebemos o quanto a classe operária, compreendida por trabalhadores como um todo, líderes sindicalistas e partidários, foram alvos do regime implantado.<sup>18</sup>

O sistema autoritário e repressivo que se consolidou em Juiz de Fora no período da ditadura militar, assim como em todo país, é reflexo ou continuidade de práticas encontradas em outros períodos da História do Brasil, que desde a independência da república é marcada por instrumentos e mecanismos diversos de repressão, a qual o Estado Novo se destaca. De acordo com Aarão Reis:

O autoritarismo era evidente na exclusão do jogo político de amplas camadas populares, por analfabetas; no estrito controle estatal das estruturas corporativas sindicais, herança intocada da ditadura varguista; no domínio incontestado dos monopólios latifundiários – e do poder dos senhores de terra sobre a maioria da população, ainda vivendo em campo, onde a lei mal chegava, ou não chegava; na repressão intermitente dos movimentos populares; na tutela militar, onipresente, característica da República brasileira desde sua fundação<sup>19</sup>.

Percebe-se que no governo Costa e Silva (1967-1969) a repressão foi intensificada, devido, principalmente, à publicação do Ato Institucional 5, em 1968, que proferiu, entre outras providências, plenos poderes ao presidente para decretar estado de sítio, o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores e cassar mandatos eletivos de qualquer instância dos Poderes Legislativo e Executivo, decretar a intervenção nos

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 71-72.

<sup>18</sup> JUIZ DE FORA, Comissão Municipal da Verdade. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2015, p. 48.

<sup>19</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1968. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 17.



estados e municípios, e suspender direitos políticos de qualquer cidadão, fixando restrições e proibições ao exercício de qualquer outro direito público ou privado<sup>20</sup>.

A partir de 1968, os movimentos sociais se intensificaram, principalmente os da esquerda revolucionária, como, por exemplo, o movimento estudantil, sindical e as organizações revolucionárias clandestinas. “Contra tudo isso, o governo Costa e Silva jogou de forma pesada, como se mobilizasse canhões contra passarinhos, na comparação de Florestan Fernandes”<sup>21</sup>.

### **Considerações finais:**

Como percebemos, um sistema repressivo bastante organizado e complexo foi montado e articulado com diversas cidades do Brasil, com o respaldo do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional, publicada em 1967, que previa mecanismos para estabelecer a ordem pública e manter a segurança nacional interna ou externa<sup>22</sup>.

Juiz de Fora foi uma cidade com papel destacado nessa prática autoritária e repressora em virtude do sistema imposto e da existência das unidades de repressão citadas. Os operários ou trabalhadores manuais, de acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade, foram alvo desse sistema de repressão e chegaram a representar 11,9% das vítimas em Juiz de Fora<sup>23</sup>. São identificados também nas estatísticas profissionais liberais, comerciantes e sindicalistas, o que representou para a classe trabalhadora mais de 30% das vítimas<sup>24</sup>.

Com relação à Justiça do Trabalho, podemos concluir que no período da ditadura esta instituição representou, para a classe operária, uma das poucas formas de garantia de seus direitos adquiridos ao longo do século XX. O uso da Justiça do Trabalho durante o regime civil-militar pode ser compreendido como mais uma possibilidade na estratégia do movimento operário em busca da manutenção, mas também de novos direitos.

---

<sup>20</sup> BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

<sup>21</sup> Ibid., p. 50.

<sup>22</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 13/3/1967, Página 2993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 21 de abril de 2017.

<sup>23</sup> JUIZ DE FORA, Op. Cit., p. 91.

<sup>24</sup> Ibid., p. 91.



## O Golpe Civil Militar de 1964 no contexto da micro-história

**Gilvan Gaspar de Melo**

Graduando em História

FAFICH / UFMG

E-mail: gilvangmelo@yahoo.com.br

**Resumo:** A historiografia do período referente ao regime militar no Brasil contempla os acontecimentos nos grandes centros urbanos e grupos específicos como estudantes, operários ou luta armada. Ora, todas as demais localidades do país não existem nesta historiografia. Este trabalho busca resgatar as repercussões deste momento histórico num microcosmo no interior de Minas Geras.

**Resumen:** La historiografía del período referente al régimen militar en Brasil contempla los acontecimientos en los grandes centros urbanos y grupos específicos como estudiantes, obreros o lucha armada. Ahora bien, todas las demás localidades del país no existen en esta historiografía. Este trabajo busca rescatar las repercusiones de este momento histórico en un microcosmos en el interior de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** regime militar; micro-historia; DOPS; comunista

A expectativa, geral, no dia seguinte ao golpe era de uma convulsão social e até mesmo manifestações, batalhas nas ruas, ou seja, formas populares de revolta com o acontecido. Mas como relata CARVALHO, que era aluno da Sociologia na antiga Universidade de Minas Gerais e militante na Ação Popular, grupo de esquerda, não foi o que aconteceu:

No dia seguinte, 1 de abril, já não havia dúvidas sobre a vitória do golpe. Sai em companhia de colegas a vagar pelas ruas de Belo Horizonte, todos nós perdidos, sem entender bem o que se passava (...) Como fora possível uma vitória tão fácil? Onde estavam os sindicatos, os estudantes, o movimento popular, os generais do povo, o dispositivo militar?... (2005. págs. 118/119).

E como foram as repercussões do golpe civil-militar em localidades distante dos grandes centros, o seu impacto no cotidiano dos cidadãos através de personagens pontuais, os "Menocchios", a trajetória dos mesmos, nos leva a uma reflexão histórica distanciada da historiografia atual.

O foco tradicional de estudos deste movimento contempla uma visão de Macro-História e, dentro deste contexto, abordam principalmente os Militares, os Políticos, os Trabalhadores e o Araguaia, todos com personagens, quase que exclusivamente, das capitais ou de grandes centros urbanos.

Este momento histórico, que afetou milhares de brasileiros, aconteceu em diversos rincões do Brasil mas estes outros personagens são "esquecidos", ou relegados a um segundo plano, e pouco considerados dentro deste universo que se intitula "Ditadura Militar no Brasil".

No transcorrer do período da Ditadura, inúmeras pessoas da cidade de Nanuque, a 605 km de Belo Horizonte, foram presas e transferidas para outras cidades, notadamente Belo Horizonte, para apuração de sua militância junto a grupos sociais e/ou partidários que confrontavam o regime imposto, os ditos "comunistas", os "subversivos".

SAFFIOTI FILHO levanta a perspectiva do desconhecimento da situação, mesmo junto a classe estudantil:

...e o que seria subversivo? (...) qualquer coisa que vá contra o regime, Qualquer coisa que eles não aprovem e considerem perigoso. O negocio é a gente juntar tudo, colocar num saco ou numa mala, fazer pilha e botar fogo, como nos tempos da Inquisição (...) Alfredinho colocou em julgamento seus discos favoritos, incluindo Villa-Lobos, Stravinsky, Janis Joplin e Joan Baez...(pág. 2).

E neste nosso rincão tão longínquo? O que seria subversivo?

Sobre a micro narrativa histórica, ressalta BURKE: "*É a narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas*" (p.341). Assim a Micro-História, com a ampliação dos estudos de caso para contar-se a história a partir de rostos individuais, para as histórias individuais e a partir deste, ou destes, microcosmo(s) abordar a repercussão dos fatos gerais, vistos como mentalidade coletiva, dentro de universos mais estreitos mas igualmente afetados por ele.

Assim, pretende-se, a partir do acervo pesquisado e dentro de uma visão de Micro-História, inserir uma visão de respostas locais para um outro entendimento das perguntas gerais sobre este momento histórico.

Os arquivos do DOPS/MG - Delegacia de Ordem e Política Social, disponíveis no APM - Arquivo Público Mineiro, que foi criado em 1956 (Lei 1435/56) dentro da estrutura pública de repressão política e durante o regime militar, de acordo com a Lei 5406/69, sua função contemplava a atuação como polícia de informações, política preventiva, judiciária bem como atuar em consonância com os órgãos federais de combate aos "crimes políticos", permitem-nos avançar no entendimento deste momento junto aos, até então, anônimos personagens de nossa história.

Seu arquivo, com documentos datados, a partir de 1954, e constituído de pastas de processos, e dentro das mesmas informações sobre pessoas, processos abertos, testemunhos, sentenças, correspondências, inclusive oficiais, foi microfilmado para preservação. A informação que estava em suporte microfilme foi digitalizada e tornada disponível na internet

através do site do APM. Dos documentos disponibilizados, cerca de 3% sofrem restrições de acesso sendo que os documentos anteriormente existentes estima-se que a maior parte foi expurgada não sendo possível sua recuperação.

Cabe-nos trabalhar nesta documentação restante sempre lembrando do LE GOFF que diz:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro - voluntaria ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo", ou seja, a verdade que extrairemos destes documentos é apenas uma parte da verdade talvez a parte da verdade que não se quisesse que viesse a tona, já foi destruída (1984, pág. 548).

A escolha desta tipologia documental alicerça-se no fato de ser documentação tornada disponível há pouco tempo, devido à censura de seu conteúdo, bem como poder se acessar a informações diretamente de uma cidade e de seus personagens presos ou objetos de processo.

Além disto, a riqueza de informações contidas nos processos possibilita análises políticas, partidárias e sociais até mesmo pelos testemunhos expostos nos processos.

Em 03.03.1962, encontramos relatório reservado da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais (APM, pasta 4780, doc. 18-20), que relata uma investigação acerca dos movimentos político/sociais na cidade de Nanuque, inclusive uma visita recente do Sr General Amauri Kruehl, na época comandante do II Exército (SP), onde observa ser o prefeito Miguel Viana uma pessoa não ligada ao comunismo apesar de cercado por pessoas desta ideologia e conclui que "aparentemente não há anormalidades no município, todavia, observa-se que os dois grupos se digladiam, possivelmente em razão da política municipal", levando-nos a crer que mais do que brigas ideológicas sobre o novo regime, temo sim é picuinhas políticas regionais.

Estudar a estrutura, e a disputa, de poder político local é importante para o entendimento da situação da época. Poder este analisado como por FOUCAULT que chama a atenção para "O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política" e é esta disputa pela soberania política local que enseja explicações dentro do contexto do golpe (pág. 99).

Os teóricos da micro-política indicam o caminho para o estudo das lideranças e de seus efeitos sobre a sociedade, as articulações dos elementos que a constituem como os líderes e os

grupos atuam no propósito de conquistar o poder e conduzir os demais membros políticos-sociais.

O mesmo FOUCAULT nos mostra a existência, aliado ao Estado, de uma rede de micro poderes articulados levando-nos a análise dos níveis mais baixos da estrutura social e sua confluência, de forma ascendente, com o Estado, conforme explicita:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (pág. 182).

Ora, até mesmo rasgar o estado democrático de direito foi aceito nesta localidade como se vê na Pasta 3863, doc. 9, onde é pedida a cassação dos vereadores Adonel Almeida Silva, Antonio Pereira Santos, Josman Bastos dos Santos e Nicodemos Araújo, com o discurso, na Câmara, com os seguintes dizeres: "Se nos prendermos aos formalismos jurídicos, estaríamos aos meandros e aos labirintos de uma legislação que não permitiria o saneamento necessário ao cumprimento das ideias da Revolução vitoriosa".

Em outro momento, neste mesmo arquivo (APM, Pasta 3863, doc. 24), temos um testemunho que evoca a atuação do vigário local, padre Salésio que retira-se de um comício onde um dito "conhecido" comunista Sr. Ubirajara Pereira de Brito, sobrinho do prefeito, discursava "concitando os operários à remodelação de seus estatutos (...) implantar as ideias trazidas da Rússia (...) seguir o povo russo nas suas ideias, tecendo elogios à Rússia, a Cuba (...) bem como encontramos uma relação da criação da Liga Anti Comunismo onde figura o nome do Frei Salésio Heskes como vinculado ao partido político PSD, levando nos a querer entender a atuação da Igreja neste momento nesta localidade.

Estudar a estrutura, e a disputa, de poder político local é importante para o entendimento da situação da época, afinal, os movimentos que antecederam o Regime Militar bem como os desdobramentos durante sua vigência não podem ser considerados como homogêneos em um país como o Brasil.

Dentro deste entendimento geral encontramos em NAPOLITANO:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, (...) O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira... (2014, pág. 11)

Mas que "sociedade brasileira" é esta? a sociedade dos grandes centros urbanos.

Através, principalmente, da análise documental, podemos perceber o engajamento de personagens anônimos da história deste período, seu envolvimento com os movimentos sociais, suas ideias políticas, em suma, descobrir quem são estes ditos comunistas, este ditos subversores, estes ditos agentes de desestabilização e a entender uma história deste Brasil desconhecido.

LEVI (2014, pág. 11) destaca:

A História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, reservar o local - aqui entendido como uma situação específica. esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas.

Assim, o trabalho que está sendo desenvolvido caminha na direção de obter respostas sobre a parte "esquecida" da sociedade brasileira, durante o regime militar, no sentido de um conhecimento de um Brasil de forma a que os anônimos de nossa história sejam contemplados e deixem de "não existir" e, através deles, consigamos entender de forma mais clara, inclusive, a existência de uma resistência no interior deste imenso Brasil.

### Referências bibliográficas:

AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

APM - Arquivo Público Mineiro. *Arquivos da polícia política*. disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php>. último acesso em 23.06.2017 às 1545.

BURKE, Peter . *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DELGADO, Lucília de A.; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O tempo da ditadura: movimentos sociais em fins do século XXI*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Orgs.). *1968: 40 anos depois – história e memória*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. “*Soberania e Disciplina*”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*. Revista Tempo. vol. 20 - 2014. p. 1-20.

MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). *O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdfuScar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Segundo grande surto anticomunista: 1961-1964. In: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. p.231-278.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.9, n.16, jan-jun./2008, p. 30-67.

NAPOLITANO, Marcos *1964 : História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo : Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Revista Contemporânea*, UDELAR (Montevidéo), n.2, p.209-217.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

## Eleições e Ditadura Militar: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a eleição municipal de 1968 em Campina Grande-PB

**Dmitri da Silva Bichara Sobreira**

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: Dmitri\_Bichara@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho é uma análise eleitoral no período da ditadura militar brasileira, tendo como objeto de estudo a ARENA da Paraíba e como enfoque as eleições para prefeito da cidade de Campina Grande. Tendo como objetivo repensar a participação da sociedade civil na ditadura militar, a análise eleitoral da ARENA ajuda a compreender: a dinâmica interna do partido (relação entre as oligarquias), o modelo de sistema político elaborado pelo regime autoritário (incorporação de elementos das democracias liberais ao autoritarismo) e a continuidade de elementos da chamada “cultura política brasileira” na conjuntura política local.

**Palavras-chave:** Eleições; ARENA; Campina Grande

**Abstract:** This article is an electoral analysis in the period of the Brazilian military dictatorship, having as object of study the ARENA of Paraíba and as an approach the elections for mayor of the city of Campina Grande. With the objective of rethinking the participation of civil society in the military dictatorship, ARENA electoral analysis helps to understand: the internal dynamics of the party (the relation between the oligarchies), the model of a political system elaborated by the authoritarian regime (incorporation of elements of the liberal democracies To authoritarianism) and the continuity of elements of the so-called "Brazilian political culture" in the local political conjuncture.

**Keywords:** Elections; ARENA; Campina Grande.

Para Jairo Nicolau (2012), o modelo de regime autoritário implementado no Brasil após o golpe civil-militar de 1964 não seguiu a cartilha dos manuais. O chefe do governo não ficou no poder ininterruptamente, os partidos não foram proibidos de funcionar, o Congresso continuou aberto na maior parte do seu tempo e as eleições continuaram ocorrendo, mesmo que de forma parcial. No entanto, o regime utilizou-se de uma série de medidas autoritárias e implementou um sistema político singular: os presidentes, governadores e prefeitos de capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional passaram a ser eleitos de forma indireta, enquanto os demais cargos continuaram elegíveis pelo voto popular<sup>1</sup>; extinguiu-se o sistema pluripartidário criado em 1945 e instalou-se um sistema bipartidário que, inclusive, comportava um partido de oposição<sup>2</sup>; além dos diversos casuísmos políticos impostos ao longo da ditadura<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Eleições indiretas instituídas a partir do Ato Institucional nº 3, de 1967.

<sup>2</sup> Bipartidarismo implementado a partir do Ato Institucional nº 2, de 1966.

<sup>3</sup> O que se convencionou chamar de casuísmos eleitorais foram manobras legislativas implementadas na ditadura militar que modificavam as regras do jogo eleitoral com a finalidade de obter vantagens políticas. Um dos maiores casuísmos foi o chamado “Pacote de abril” de 1978, que aumentou o mandato presidencial para cinco anos, ampliou o colégio eleitoral nas eleições para governador, aumentou o quórum para maioria simples na votação de



A criação desse sistema político singular era a forma da classe política, aliada civil no golpe de 1964, continuar atuando durante regime autoritário. Analisar a participação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no processo eleitoral é uma forma de compreender a participação dos grupos civis que apoiaram o regime autoritário e como a classe política se realinhou as mudanças realizadas no sistema político durante a ditadura militar. A ARENA foi uma instituição partidária formada em 1966, a partir do Ato Institucional nº 2, caracterizando-se por ser o partido governista, suporte do regime autoritário nas instituições públicas. Junto com ela formou-se o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que desempenharia a função de oposição consentida e controlada pelo regime.

Para Lúcia Grinberg (2009), após a ditadura, o imaginário político da sociedade sobre a ARENA foi marcado pelo silêncio sobre os civis governistas ou pelo ridículo personificado em seu partido. Na academia, a ARENA caracterizou-se, até pouco tempo, como objeto maldito e ignorado por historiadores e cientistas sociais. No entanto, nos últimos anos, vêm crescendo dentro da historiografia estudos e pesquisas sobre a participação da sociedade civil durante a ditadura militar. Problematizar essa participação é uma forma de desconstruir uma memória consolidada sobre o período: a de que a sociedade civil nada teve a ver com o regime autoritário<sup>4</sup>. Para Daniel Aarão Reis (2014), essa visão estabeleceu-se a partir da Lei da Anistia de 1979. Criou-se uma arquitetura simplificada sobre a ditadura, na qual havia, de um lado, os militares opressores e, de outro, toda uma sociedade civil oprimida e silenciada pela repressão, mas que buscara resistir por diversos meios. Nessa memória, viveu-se a ditadura como um hiato autoritário, um período de trevas, quando na verdade o regime militar é fruto de uma mal consolidada democracia e da natureza autoritária da sociedade brasileira.

Por meio da análise histórica sobre a ARENA, busca-se compreender a participação dos grupos civis apoiadores do regime militar, seguindo a indicação de Rodrigo Patto Sá Motta (2012), na qual os historiadores devem localizar tais grupos à direita do espectro político, observando-os como agentes políticos, compreendendo seus objetivos, valores e interesses. Quando estudamos a ARENA é possível perceber a permanência de uma série de características que compõem aquilo que o mesmo Motta (2013) chamou de “cultura política brasileira”<sup>5</sup>. Esta

---

emendas constitucionais pelo Congresso, ampliou a bancada no Congresso dos estados com menos representatividade eleitoral, estendeu a Lei Falcão às eleições estaduais, etc.

<sup>4</sup> Sobre o tema, destaca-se o livro organizado por Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010).

<sup>5</sup> O conceito de cultura política vem sendo bastante utilizado nas pesquisas que abordam a política em seus diversos âmbitos. Aqui utilizamos a definição de Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) que a entende como um conjunto

foi desenvolvida ao longo da formação do Estado Nacional e é composta por diversas práticas, valores e tradições políticas que juntas identificam uma cultura política majoritária no Brasil. Nela, é possível compreender um imaginário político nacional, um conjunto de representações que faz as pessoas se identificarem com atores políticos do passado, e estabelecer importância em eventos marcantes. Também é possível assinalar a presença de valores e comportamentos típicos de grupos políticos nacionais (principalmente entre os que controlam ou almejam controlar instâncias estatais): coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, elitismo, personalismo, etc. Essas são condutas favorecedoras dos laços de parentesco, amizade ou compadrio, que desconsideram normas oficiais em função de projetos políticos por vezes pessoais (MOTTA, 2013, p. 15).

Outra importante característica da “cultura política brasileira” é sua tendência à flexibilidade e negociação de conflitos. No Brasil há um histórico de arranjos políticos que levam a uma saída satisfatória para os lados envolvidos. Ressalte-se que essa tendência prevalece nas disputas entre elites, quando as classes subalternas estão envolvidas, o mais comum é o uso de violências contra os desfavorecidos economicamente. Suas últimas características são a pouca identificação da população com os partidos políticos e sua fraca participação nos espaços públicos de poder. As constantes intervenções no sistema partidário brasileiro são um fator que pesa nesses aspectos. Não obstante, o próprio sistema político impõe dificuldades para a participação popular na política institucional (MOTTA, 2013, p. 18).

Desta forma, este trabalho se dispõe a analisar a participação eleitoral da ARENA paraibana durante a ditadura militar, tendo como foco a eleição para prefeito da cidade de Campina Grande, visto que esse evento é bastante representativo para compreender a dinâmica interna dentro do Diretório Regional da ARENA, assim como ajuda na compreensão da continuidade da “cultura política brasileira” na ditadura.

### **A Formação da ARENA na Paraíba**

Para melhor entendimento do pleito de 1968 é preciso analisar a formação da ARENA na Paraíba no intuito de situar o leitor nos pormenores do contexto político regional e na dinâmica interna do partido. Pode-se explicar a organização da ARENA na Paraíba é a partir da eleição para governador estadual em 1965. Nessa ocasião, os partidos dividiram-se da

---

de valores, práticas e tradições políticas partilhadas por determinado grupo humano. Ainda sobre o conceito de cultura política ver Ângela de Castro Gomes (2005) e Sege Berstein (1998).

seguinte maneira: a União Democrática Nacional (UDN), lançou João Agripino<sup>6</sup> como candidato, em chapa composta pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Liberal (PL); enquanto o Partido Social Democrático (PSD)<sup>7</sup> lançou Ruy Carneiro<sup>8</sup>, em chapa composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano (PR).

No entanto, ao longo da campanha eleitoral, grupos políticos de uma coligação decidiram apoiar o candidato da chapa de oposição. A maioria desses fatores ocorria em virtude de disputas entre as oligarquias de um mesmo partido. Na eleição, João Agripino conquistou a vitória sobre Ruy Carneiro numa votação apertada, por uma diferença de pouco mais de três mil votos (168.712 votos, contra 165.782)<sup>9</sup>. Como governador eleito, Agripino conseguiu o poder de comandar a fundação do Diretório Regional da ARENA na Paraíba. Essa tática foi adotada pelo presidente Castelo Branco para que o controle dos Estados ficasse nas mãos de um *arenista*.

A ARENA paraibana teve dois vetores que influenciaram sua formação: as relações oligárquicas e o apoio ao golpe civil-militar de 1964. Em função disso, algumas lideranças políticas, mesmo adeptas ao regime autoritário, ingressaram no partido de oposição<sup>10</sup>. Formaram-se duas sublegendas na ARENA, compostas da seguinte maneira: na ARENA-1 integraram todas as oligarquias apoiadoras da candidatura de João Agripino, a qual era integrada ainda pelas lideranças estaduais de Pedro Gondim<sup>11</sup> e Ernani Sátiro<sup>12</sup>; e a ARENA-2 foi composta pelos egressos da chapa derrotada, tendo como liderança estadual do *ex-pessedista* Teotônio Neto<sup>13</sup>. A pluralidade de oligarquias prevaleceu na formação da ARENA e a análise eleitoral é uma maneira de compreender essa relação política em um sistema bipartidário.

---

<sup>6</sup> João Agripino, à época, senador da República, era uma das principais lideranças da UDN local.

<sup>7</sup> O PSD paraibano foi fundado em 1945 pelas lideranças políticas estaduais do Estado Novo. Durante sua existência, a chefia partidária permaneceu nas mãos de Ruy Carneiro.

<sup>8</sup> Ruy Carneiro em 1965 ocupava o cargo de senador da República, assim como era a principal liderança do PSD estadual.

<sup>9</sup> Dados obtidos no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) <http://www.tre-pb.jus.br/> (acesso in 11/03/2017).

<sup>10</sup> O caso mais emblemático foi de Ruy Carneiro, que, para não estar sob a chefia partidária de João Agripino e nas mesmas hostes que Pedro Gondim, conseguiu o aval de Castelo Branco para filiar-se ao MDB e continuar apoiando o regime militar.

<sup>11</sup> Pedro Gondim era o governador do Estado na ocasião do golpe de 1964. Ex-membro do PSD compartilhava tradições populistas, e na década de 1960 comandou o PDC na Paraíba.

<sup>12</sup> Ernani Sátiro à época ocupava o cargo de deputado federal. Último presidente do Diretório Nacional da UDN, dividia, na Paraíba, a liderança do partido com João Agripino.

<sup>13</sup> Teotônio Neto à época ocupava o cargo de deputado federal. Era proprietário de indústrias e comércio na Paraíba, bem como do jornal *Correio da Paraíba*, periódico de grande circulação no estado.

## Eleição de 1968 em Campina Grande

Entre 1966 e 1968 ocorreram eleições em 171 municípios na Paraíba. O destaque dado a Campina Grande<sup>14</sup> é devido sua importância política, como segundo maior colégio eleitoral do estado, e cidade com significativo desenvolvimento econômico da região nordeste, bem como o fato de João Pessoa, capital do Estado, não haver eleições diretas por estar enquadrada como zona de segurança nacional. Para muitos analistas, administrar Campina Grande era como “controlar meio estado”. Em 1968, dois candidatos disputavam o protagonismo eleitoral da ARENA na eleição campinense: Severino Cabral<sup>15</sup> e Vital do Rêgo<sup>16</sup>. E pelo MDB concorreria ao pleito o deputado estadual Ronaldo Cunha Lima<sup>17</sup>.

Diante da instabilidade interna que a ARENA paraibana vivia desde a derrota para o Senado em 1966<sup>18</sup>, João Agripino buscou contornar os problemas do partido por meio de uma manobra chamada “pacificação política”, feita através de acordo entre os partidos políticos concorrentes em uma determinada eleição, firmando compromisso entre as partes e lançando uma chapa única, com candidatos previamente acordados. Um recurso para esquivar o embate eleitoral, no intuito dos candidatos preservarem-se de uma campanha na qual disputariam o eleitorado apresentando ideias políticas aperfeiçoadas para conquista-los. A “pacificação política” inviabiliza a renovação, representa a continuidade dos mesmos estratos sociais no controle da máquina estatal e a permanência do projeto político elitista, negando ao povo o direito de escolher candidatos em uma disputa democrática<sup>19</sup>.

Ao “pacificar” Campina Grande, João Agripino resolveria o problema de instabilidade interna na ARENA e impossibilitava o MDB eleger candidato naquele pleito. À vista disso, o

<sup>14</sup> Localizada no agreste paraibano, região entre o litoral e o sertão do estado, há 130km da capital, João Pessoa, Campina Grande, era, na década de 1960, um importante polo industrial e de comércio da região. Politicamente, era o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba. Muitas das principais lideranças políticas estaduais surgiram naquele município, ou ascenderam politicamente naquela região.

<sup>15</sup> Severino Cabral era um ex-*udenista*, proprietário de importantes indústrias e comércio na cidade, sua atuação política era fundada em tradições populistas. Cabral elegeu-se prefeito no ano de 1959 e foi eleito vice-governador em 1965 compondo a chapa com João Agripino. Chegou a tomar posse no cargo, mas seu mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1966.

<sup>16</sup> Vital do Rêgo era um ex-*udenista* campinense. Em 1968 exercia o cargo de deputado federal e era um dos membros mais importantes da coalização *arenista* liderada por Pedro Gondim, do qual era genro.

<sup>17</sup> Ronaldo Cunha Lima, figura política popular em Campina Grande, integrou os quadros do PTB no período democrático. Foi o mais votado para a Assembleia Legislativa na eleição de 1966 pelo MDB.

<sup>18</sup> A partir daquele pleito, a ala *gondinista* do partido afastou-se do governador João Agripino. Em meio a disputas internas e manifestação de insatisfação, o grupo político liderado por Pedro Gondim buscou fundar uma nova sublegenda, a ARENA-3, algo que não se consolidou.

<sup>19</sup> O último caso de “pacificação política” na Paraíba ocorreu nas eleições para governador em 1956. Articulada pelo então governador em final de mandato José Américo de Almeida, lideranças políticas da UDN e do PSD acordaram disputar a eleição em chapa única, na qual os *udenistas* indicariam o nome para o cargo de governador e os *pessedistas* escolheriam o candidato a vice-governador.

governador passou a conversar com o senador Argemiro de Figueiredo (MDB), para elaborar um acordo entre os dois partidos. O *emedebista* era a principal liderança política do Diretório Municipal do MDB campinense, no entanto vinha perdendo espaço no partido em âmbito estadual para novas lideranças. Um acordo político com João Agripino renovaria sua força política dentro do estado.

O intuito de “pacificar” Campina Grande tornou-se público num evento organizado pela Associação Comercial de Campina Grande e pela Federação das Indústrias da Paraíba. Nele, João Agripino foi solicitado por esse setor social para articular a manobra. Ao aceitar a proposta, Agripino nomeou Argemiro de Figueiredo encarregado de encontrar os nomes que disputariam o pleito em chapa única. A “pacificação política” ficou acordada da seguinte forma: os postulantes à disputa eleitoral pelos dois partidos entregariam a Argemiro de Figueiredo uma lista com indicações para formar a chapa pacificadora, e esse selecionaria alguns nomes a serem apresentados a João Agripino que escolheria os candidatos a prefeito e vice<sup>20</sup>. Os candidatos evitaram emitir qualquer tipo de opinião sobre o esquema, mas as posturas adotadas refletiam a rejeição àquela manobra. Ronaldo Cunha Lima e Severino Cabral adotaram a estratégia de não enviar a lista solicitada, e Vital do Rêgo como protesto enviou uma lista com nomes que não contribuíam para a “pacificação política”<sup>21</sup>. Dias depois, Argemiro de Figueiredo reuniu-se com Agripino para que fosse apresentada e discutida a lista com os indicados para a disputar a Prefeitura campinense<sup>22</sup>.

No entanto, a derrota da tentativa de um acordo político, que já vinha sendo prevista, ocorreu após reunião entre João Agripino e Severino Cabral, na qual o político campinense declarou a não desistência de sua candidatura. Como justificativa, alegou sofrer pressão de seus correligionários para ser candidato, e que precisava de representatividade política. Em virtude da decisão de Cabral, Vital do Rêgo também não removeu sua candidatura, já que só aceitaria a “pacificação” se todos os pré-candidatos deixassem a disputa. Dessa forma, Agripino assumiu o fim das tentativas de acordo, e disse que manter-se-ia à margem do processo eleitoral<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> O Norte, 26 de jun. de 1968, p. 8.

<sup>21</sup> CARVALHO. O Norte, 14 de jul. de 1968, p. 2; CARVALHO. O Norte, 14 de jul. 1968, p. 8; O Norte, 6 de julho de 1968, p. 8

<sup>22</sup> Na relação divulgada pela imprensa estavam os nomes de Patrício Leal (médico), José Lucas Gaudêncio (médico, presente na lista apresentada por Vital do Rêgo), José Ferreira Rique e Nivaldo Rique (banqueiros, pai e irmão do ex-prefeito de Campina Grande, Newton Rique), Humberto Almeida (médico, filho do ex-prefeito campinense Elpídio de Almeida), Everaldo Lopes (médico), Samuel Figueiredo (advogado, irmão de Argemiro de Figueiredo) e Linaldo Carvalho de Albuquerque (engenheiro). O Norte, 16 de jul. de 1968, p. 8.

<sup>23</sup> O Norte, 2 de ago. de 1968, p. 8.

Vários foram os motivos para o fracasso da “pacificação política”. Pensada pelas cúpulas dos partidos, o projeto não encontrou respaldo em seus quadros. Os principais candidatos não tinham razões para desistir do pleito, e conquistar a Prefeitura de Campina Grande era um meio para ascender politicamente, assumindo posições de controle no partido. Elitista e conservadora, a manobra era um acordo entre lideranças políticas e setores sociais aos quais eles representavam, as elites econômicas.

Paralelo a todos os acontecimentos narrados desde a tentativa de pacificação, haviam especulações de que Vital do Rêgo deixaria a ARENA. Meses antes da eleição, um fator potencializa os boatos: o anúncio da desistência de sua candidatura pela ARENA<sup>24</sup>. Em dois pronunciamentos, Vital declarou que sua campanha estaria pautada numa ideia distinta das velhas práticas políticas e que seu partido não estava preocupado na renovação da política no estado<sup>25</sup>, e que foi traído pelos correligionários. Relatou que recebera em 1965 um documento no qual João Agripino, Severino Cabral e outros políticos campinenses se comprometeriam a dar-lhe apoio nos pleitos que disputasse.

[...] o massacre começou com a quebra da palavra empenhada. Vale dizer com os mais tradicionais valores éticos! Em 1965, receberei eu das mãos do então Senador João Agripino um documento escrito do qual o governador de hoje era o fiador, o avalista. Uma carta assinada pelos sr. Williams Arruda e Severino Cabral contendo o compromisso expresso, peremptório e inofismável de apoio incondicional ao meu nome “nos pleitos que viesse a disputar”. Parti para a luta certo de que receberia o apoio decididamente comprometido. Em vez disso, eis que surge como candidato do meu partido, um dos signatários do documento<sup>26</sup>.

Apesar de desmentir o compromisso com o MDB<sup>27</sup>, os indícios de uma mudança partidária ficavam evidentes com a migração de seus correligionários para a oposição e pelo seu encontro com um emissário do MDB nacional<sup>28</sup>. Sua ida para o MDB foi confirmada em comício junto às as principais lideranças *emedebistas* locais. Após o evento, ele telegrafou aos presidentes do Diretório Nacional da ARENA e da Câmara dos Deputados, comunicando-os de sua decisão<sup>29</sup>.

A mudança de partido foi recebida de diversas formas entre os *arenistas*. Em entrevista, Pedro Gondim declarou que não influenciou para a atitude de Vital, porém, afirmou que não

<sup>24</sup> O Norte, 15 de set. de 1968, p. 8.

<sup>25</sup> O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8.

<sup>26</sup> O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8.

<sup>27</sup> O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8.

<sup>28</sup> O Norte, 10 de set. de 1968, p. 8.

<sup>29</sup> Diário da Borborema, 24 de set. de 1966, p. 8.



quebraria o compromisso de apoio ao seu aliado político, indicando disposição a participar de sua campanha pelo MDB<sup>30</sup>. Apesar dessa atitude, Gondim afirmou que não deixaria a ARENA, tão pouco hostilizaria seu partido, esperando compreensão de sua posição. Mas, se julgarem necessário, que aplicassem as devidas punições, mesmo que isso signifique a expulsão do partido: “*Eu é que não pedirei para sair da ARENA, mas se ela quiser me expulsar que o faça*”<sup>31</sup>

No comício de lançamento da candidatura de Severino Cabral, João Agripino rebateu as acusações de Vital do Rêgo. Na versão apresentada pelo governador, Vital havia pedido regalias que não poderiam ser cumpridas: queria que lhe fosse assegurada a preferência do Diretório Municipal e pediu o direito de disputar as eleições com metade dos candidatos a vereador. Agripino relatou ainda que Vital havia lhe pedido dinheiro do Estado para equiparar sua campanha com a de Cabral. E, por fim, contestou que a ARENA estivesse adiando a convenção municipal para prejudicar a candidatura de Vital, para ele<sup>32</sup>. Em virtude da tomada de posição de Pedro Gondim de participar da campanha de Vital, Agripino voltou atrás de sua decisão e passou a adotar uma postura mais ativa, tomando para si as rédeas da ARENA em Campina Grande. Em reunião com o comitê eleitoral, designou novos nomes para coordenação de campanha e assumiu a necessidade de encontrar outros dois candidatos para disputar a prefeitura pelo partido<sup>33</sup>.

O Diretório Municipal da ARENA homologou três chapas para o pleito: ARENA-1 – prefeito: Severino Cabral, vice: Raimundo Asfora; ARENA-2 – prefeito: Plínio Lemos, vice: Evaldo Gonçalves; ARENA-3: prefeito: Stênio Lopes, vice: Amaury Vasconcelos. O MDB também lançou três candidatos para a disputa: MDB-1 – prefeito: Ronaldo Cunha Lima, vice: Orlando Almeida; MDB-2 – prefeito: Vital do Rêgo, vice: Langstein de Almeida; MDB-3 – prefeito: Osmar de Aquino, vice: Figueiredo Agra. Chapa composta por políticos populares em Campina Grande.

O resultado das eleições em Campina Grande foi a vitória do candidato do MDB Ronaldo Cunha Lima, que conquistou 13.492 votos (33,02%), um número de votos menor que o de seu principal adversário, Severino Cabral, que recebeu 17.562 votos (43,27%). O que fez a diferença para a vitória do *emedebista* foi a votação obtida pelos demais concorrentes de seu

---

<sup>30</sup> RODRIGUES. O Norte, 29 de set, de 1968 p. 2.

<sup>31</sup> Correio da Paraíba, 25 de set. de 1968, p. 8.

<sup>32</sup> Diário da Borborema, 1 de out. de 1968, p. 8.

<sup>33</sup> Correio da Paraíba, 25 de set. de 1968, p. 8.



partido: Vital do Rêgo: 8.415 votos (20,73%) e Osmar de Aquino: 312 votos (0,77%), que somados aos de Cunha Lima resultou em 22.219 votos. Superior à soma dos *arenistas*: Plínio Lemos recebeu 635 votos (1,56%) e Stênio Lopes 241 votos (0,59%), que somados à votação de Cabral deu 18.438 votos<sup>34</sup>.

Entre as razões para mais uma importante derrota eleitoral da ARENA na Paraíba, algumas podem ser apontadas. O artifício das sublegendas foi primordial, pois só com a soma dos votos das três chapas, o MDB superou a votação de Severino Cabral. Esse artifício, em tese, servia para benefício eleitoral do partido do governo, pois presumia-se que a ARENA, como um partido maior, dividindo-se em várias sublegendas conseguisse vantagem nesse aspecto. O desarranjo de mais uma campanha *arenista* devido questões internas influenciou novamente no desempenho do partido: a tentativa de “pacificação política” atrapalhou o andamento da campanha, bem como a demora para escolha dos candidatos que iriam compor as sublegendas do partido. Por fim, a dissidência de Vital do Rêgo gerou a saída de muitos de seus aliados, especialmente em Campina Grande, bem como levou Pedro Gondim, uma das principais lideranças do partido, a militar na campanha *emedebista*.

### Considerações Finais

Através da eleição destacada percebe-se a continuidade de características da chamada “cultura política brasileira” na atuação da ARENA na Paraíba: o personalismo representado pela formação de alas dentro do partido norteadas por lideranças políticas locais; a tendência à flexibilidade através de acordos entre elites, representada pela tentativa de “pacificação política”; o clientelismo e o patrimonialismo visto através da troca de acusações entre membros da ARENA; e a fraca influência dos partidos, vista através da influência das relações oligárquicas que fizeram com que uma liderança política da ARENA apoiasse um candidato do MDB.

Além disso, vale destacar que a vitória do MDB não significa qualquer tipo de manifestação contrária da população campinense contra a ditadura. O candidato vitorioso era figura política popular na cidade, já havendo sido eleito deputado estadual com expressiva votação (candidato mais votado), além do fato desse compartilhar práticas políticas comuns entre os membros da ARENA.

---

<sup>34</sup> Dados obtidos no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) <http://www.tre-pb.jus.br/> (acesso in 11/03/2017).

Por fim, destaca-se a possibilidade e novas análises da política partidária na Paraíba durante a ditadura militar, especialmente na década de 1970, período em que pouco foi analisado nesse sentido. Seria interessante pensar como esses grupos políticos se comportaram eleitoralmente com as mudanças de conjuntura vivenciadas ao longo do período autoritário, bem como as mudanças ocorridas dentro da organização interna da ARENA (ou do próprio sistema partidário) nas décadas de 1970 e 1980.

### Referências

BERSTEIN, S. A Cultura Política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

GOMES, A. C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs). Culturas políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GRIMBERG, L. Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Culturas Políticas na História: Novos Estudos, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

\_\_\_\_\_. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. Patrimônio e memória. São Paulo: Unesp, vol. 9, n. 1, 2012, p. 56-70.

\_\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). Autoritarismo e cultura política. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013, p. 9-33.

NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

REIS, D. A. Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Memória História e Autoritarismos. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

SOBREIRA, D. S. B. Para além do “sim, senhor”: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.

## A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do MR-8(DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)

**Higor Codarin Nascimento**  
E-mail: higor.codarin@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara, posteriormente Movimento Revolucionário Oito de Outubro, na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira, no período compreendido entre 1969 e 1972. Contudo, a análise desta trajetória política tem como pano de fundo a discussão permanente no seio do campo marxista sobre a relação entre teoria e prática. Em um contexto histórico específico, onde a crítica das armas subjugava a arma da crítica, tentamos analisar o MR-8 a partir da importância com que seus militantes enxergavam a necessidade da reflexão teórica para o desenvolvimento do projeto revolucionário.

**Abstract:** This paper aims to analyze the trajectory of the Communist Dissent of Guanabara, later Revolutionary Movement Eight of October, in the armed struggle against the Brazilian civil-military dictatorship, in the period between 1969 and 1972. However, the analysis of this political trajectory has as its background the permanent discussion within the Marxist field of the relationship between theory and practice. In a specific historical context, where the criticism of weapons subjugated the weapon of criticism, we tried to analyze the MR-8 from the importance with which its militants saw the necessity of theoretical reflection for the development of the revolutionary project.

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.”<sup>1</sup> A undécima tese contra Feuerbach, contida na *Ideologia Alemã*, evidencia, de forma sintética, a força do pensamento marxiano. O imperativo da revolução, por intermédio da derrubada do sistema capitalista, influenciou, de forma significativa, *corações e mentes* de homens e mulheres ao longo do século XX. Contudo, para além do que possa parecer, ao citarmos a undécima tese fora de seu contexto, Marx não propunha uma negação da filosofia, do esforço teórico, mas sim sua supra-sunção<sup>2</sup>, tendo em vista sua proximidade com a prática, com o mundo das relações sociais, para, então, transformá-lo. Derivados do pensamento originário marxiano, todo(s) o(s) marxismo(s)<sup>3</sup>, em maior ou menor grau, constroem uma

<sup>1</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007, p. 534

<sup>2</sup> Utilizamos o termo supra-sunção conforme indica Jesus Ranieri, tradutor dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844: “[...] o que se deve reter [do termo *aufheben*] é a dinâmica do movimento dialético que carrega consigo, no momento qualitativamente novo, elementos da etapa que está sendo ou foi superada ou suprimida, ou seja, a um só tempo, a eliminação, a conservação e a sustentação qualitativa do ser que supra-sume.” In: MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 16

<sup>2</sup> MÉSZAROS, István. “Marx ‘filósofo’” In: HOBBSAWM, Eric J (Org.), *História do Marxismo, vol. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 1980, p. 157-158

<sup>3</sup> Compreendemos que a utilização do termo *marxismo* deve ser explicitada. Neste trabalho, a utilizamos com o sentido exposto por Eric Hobsbawm: “O marxismo possui uma unidade que deriva tanto do coerente corpo teórico elaborado por Marx, e dos problemas práticos específicos que ele esperava resolver através deste corpo teórico (por exemplo, os problemas da revolução e da transição à sociedade socialista), quanto da continuidade histórica dos principais grupos organizados de marxistas, todos os quais podem ser, por assim dizer, ‘colocados’ numa árvore genealógica cujo tronco originário é representado pelas organizações socialdemocratas dos últimos anos da

proposta sobre a relação entre teoria e prática para desenvolvimento de seus respectivos projetos revolucionários.

Este trabalho, de modo geral, propõe a discussão sobre a relação entre teoria e prática no seio do marxismo, em um contexto específico: a trajetória histórica da Dissidência Comunista da Guanabara, posteriormente Movimento Revolucionário 08 de Outubro, no contexto de luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira<sup>4</sup>, no período compreendido entre 1969-1972.

Contudo, como prelúdio à discussão sobre a trajetória da DI-GB, na luta armada contra a ditadura, devemos salientar que existem dois processos conjunturais que estimulam a ação prática em detrimento do exercício reflexivo e, sobretudo, teórico, nas organizações que propuseram a luta armada como forma estratégica de revolucionar a sociedade brasileira. Por um lado, temos o profundo questionamento das estruturas e lógicas partidárias que se sucedem à desmoralização política do Partido Comunista Brasileiro, principal força hegemônica de esquerda antes do golpe, após o *31 de março*. Significativas críticas ao PCB surgiam externa e, principalmente, internamente à hierarquia partidária. Das bases à cúpula, grande parte dos quadros responsabilizava o partido pelo processo que culminou na queda de João Goulart. Em especial, criticavam, duramente, a posição política adotada após o V Congresso, realizado em 1960. Criticavam a leitura conjuntural da existência de *Dois Brasis*<sup>5</sup>, um moderno nas cidades do eixo centro-sul e outro atrasado, sob resquícios feudais no campo, principalmente, no eixo norte-nordeste. À essa leitura, o PCB argumentava que era necessário impulsionar a atuação dos comunistas em conjunto com a burguesia nacional e patriota, contra o imperialismo e o

---

vida de Engels. *Trata-se, porém, de uma 'unidade na diversidade*. Ela não se baseia em um acordo teórico e político, mas em objetivos comuns (por exemplo: 'o socialismo'), e, sobretudo, na comum adesão – em princípio – a um corpo doutrinário derivado dos escritos de Marx e Engels, independentemente dos acréscimos ou das modificações realizadas.” In: HOBSBAWM, Eric J (Org.) “Introdução”, *História do Marxismo, vol. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 1980, p. 14 *grifos* nossos. Para além, deve-se salientar que o conceito *marxismo* tem também sua própria historicidade. Inicialmente cunhado com uma denotação pejorativa – no contexto da I Internacional – passa por um processo de modificação até transformar-se em um conceito de conotação positiva, sendo utilizado como efeito de identificação e demarcação, no contexto da II Internacional. Para saber mais, verificar a bela sistematização da trajetória histórica da expressão: Cf. HAUPT, Georges. “Marx e o marxismo” In: HOBSBAWM, Eric J (Org.), *História do Marxismo, vol. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 1980, pp. 347-375

<sup>4</sup> Optamos pela utilização do termo “civil-militar” ao nos referenciarmos a ditadura. A consolidação do termo “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese e manutenção do golpe e da ditadura ao longo de seus vinte e um anos de existência. No entanto, devemos citar que não propomos uma atribuição genérica à responsabilidade da sociedade. Utilizamos o termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura. Para ver mais sobre: RIDENTI, Marcelo. (No prelo). *O golpe de 1964 e a ditadura (civil) -militar no pensamento social e histórico: breve balanço*. 2015

<sup>5</sup> Referência ao livro do sociólogo francês, Jacques Lambert, *Os dois Brasis* (1957).

atraso feudal. Para além, os críticos atacavam o que consideravam *reboquismo* do partido com relação a João Goulart e à democracia burguesa que, na leitura do PCB, era considerado como um meio legítimo e pacífico de realizar a revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista. Em síntese, grande parte da esquerda que optou pelo caminho armado, para além de cindir com o Partido Comunista, considerado *etapista, pacifista e reboquista*, colocou em xeque, também, as práticas partidárias, inclusive, as teóricas.

No entanto, esse processo, de questionamento das estruturas e lógicas partidárias, é aprofundado e legitimado por um fator do contexto internacional: a revolução cubana, através das sistematizações teóricas posteriores que derivaram da experiência revolucionária, constituintes do que ficou caracterizado como *foquismo*<sup>6</sup>. De início, podemos dizer que a influência do foquismo deriva da simpatia com que era visto o desenvolvimento do processo revolucionário cubano, sobretudo pela existência e sobrevivência de um país comunista, no contexto da Guerra Fria, vizinho dos EUA, que transformou Cuba, no imaginário latino-americano, no *primeiro território livre da América Latina*. Ademais, e de modo mais importante, a teoria foquista, de Che Guevara e Debray, propunha criação de um modelo revolucionário que atendesse, especificamente, o contexto latino-americano. Che Guevara, por exemplo, propõe que a estratégia revolucionária descoberta pela experiência cubana, de construção do foco guerrilheiro, “[...]pueden aplicarse a cualquiera de los países de nuestro continente em los cuales se vaya a desarrollar una guerra de guerrillas”<sup>7</sup>. Neste sentido, especialmente em Debray, o revolucionário deve transformar-se, totalmente, em guerrilheiro. E isso implicaria a sobreposição das características militares às políticas, a negação do trabalho de massas e, principalmente, a negação do esforço teórico, pois, segundo o próprio Debray: ““Os melhores mestres do marxismo-leninismo são os inimigos enfrentados”<sup>8</sup>

Portanto, de forma breve, descrevemos que a integração entre a situação nacional de questionamento da esquerda tradicional, aliada à força das sistematizações teóricas derivadas da “utopia realizada” em Cuba que, especialmente em Debray, falsificava o processo revolucionário cubano superestimando o papel da vanguarda político-militar, fazia com que se

<sup>6</sup> Em linhas gerais, segundo Denise Rollemberg, o foquismo se caracteriza pela possibilidade de uma vanguarda de guerrilheiros ser capaz, através da construção do foco guerrilheiro, subverter a ordem e revolucionar a sociedade. Para maiores detalhes, cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001,

<sup>7</sup>GUEVARA, Ernesto “Che”. “Guerra de Guerrilas: un método” In: GUEVARA, Ernesto “Che” *Obra revolucionaria*. Organização Roberto Fernandez Retamar. 2. Ed. México, DF: Era, 1968, p. 552

<sup>8</sup> DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?*, São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d., p. 81

criasse um cenário *anti-teoricista* na esquerda armada brasileira, onde a *arma da crítica* não era necessária, pois os revolucionários detinham a *crítica das armas*. Contudo, neste projeto de pesquisa em desenvolvimento, ao analisarmos a trajetória da DI-GB/MR-8, notamos que, ao contrário da negação do esforço teórico e da reflexão crítica, havia, na prática política de seus militantes, um realce de sua importância e necessidade como fator fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário. Vale ressaltar que não queremos dizer com isso que os militantes da organização não partilhavam do imaginário voluntarista simbolizado, principalmente, pelo foquismo cubano. No entanto, percebemos que, dentro dos limites impostos, sobretudo pela lógica clandestina e imersão em um conflito armado contra os órgãos repressivos, a organização propôs e incentivou a formação teórica dos seus militantes e dos debates teóricos, que visavam a compreensão conjuntural da sociedade brasileira e os caminhos a seguir na *marcha para o socialismo*. Passemos agora à descrição do processo de formação e consolidação da DI-GB como uma das principais organizações de esquerda armada brasileira.

A gênese da Dissidência da Guanabara remonta ao período pré-golpe de 1964, quando, ainda desarticulados, alguns estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) – considerada “escalão avançado do movimento estudantil”<sup>9</sup> e “baluarte dos comunistas no meio universitário”<sup>10</sup> – e da Faculdade Nacional de Direito, ambas integradas à Universidade do Brasil (UB), que militavam no Partidão “divergem da orientação do PCB e simpatizam com as divergências chinesas, em relação à linha da URSS, e mantêm um embrião de luta interna”<sup>11</sup>. Após o golpe, apesar das severas críticas que destinavam ao PCB, conforme vimos brevemente acima, os dissidentes mantêm-se ligados ao partido e, de forma clandestina, desenvolvem uma *fração*<sup>12</sup>, com objetivo de integrar um vasto grupo de oposição à direção do PCB tendo em vista alterar a linha política do partido para uma perspectiva revolucionária, no VI Congresso que seria realizado em 1967. Contudo, a cisão com o partido viria antes, em novembro de 1966, em decorrência da desobediência aberta às orientações partidárias com relação às eleições legislativas realizadas em novembro. Ao contrário do PCB, que preconizava apoio ao MDB,

<sup>9</sup> POERNER, Arthur *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, p. 189

<sup>10</sup> PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 31

<sup>11</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em Militância Política e luta armada no Brasil*, Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fita 1, lado a. (Arquivo digital: 110<sup>a</sup>)

<sup>12</sup> “No jargão comunista, um agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas.”. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; CAMURÇA, Marcelo. O Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *Revolução e democracia (1964 - ...)* Coleção *As esquerdas no Brasil: v. 3* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 pp. 131-148/ p. 145



partido de oposição criado após o AI-2, os dissidentes cariocas decidem se insurgir contra as orientações partidárias e preconizam o voto nulo. Neste processo, são expulsos/cindem com o partido, tornando-se uma organização autônoma que, apesar das diversas tentativas de fusão política ao longo dos anos seguintes, continuariam “ao sol e ao sereno do isolamento”<sup>13</sup>.

Vale ressaltar que apesar do isolamento, após a cisão com o PCB, a organização adquiriu, durante o biênio 1967-1968, forte protagonismo junto ao movimento estudantil da Guanabara, e, conseqüentemente, um significativo aumento de militantes. Com a retomada da hegemonia das entidades estudantis por setores de esquerda, a partir de 1965, os dissidentes cariocas, a partir do domínio dos centros acadêmicos da Filosofia e de Direito da UB, rebatizada de UFRJ, propuseram uma tática que expandiria os contatos e a influência da organização nas entidades estudantis. Tendo que enfrentar a proposta de reforma universitária da ditadura que, influenciada pelo convênio com o governo norte-americano, através dos acordos MEC-USAID, além de impor o fim da gratuidade nas universidades, estimulava a modernização das universidades através de um prisma tecnocrático, que deveria atender, principalmente, as demandas da economia brasileira, os dissidentes cariocas estimularam o desenvolvimento do movimento estudantil através das pautas dos estudantes, ou seja: em contraposição às demandas gerais contra a ditadura e a repressão policial, reafirmavam o caráter reivindicatório do movimento estudantil, focando em pautas específicas, como era o caso das críticas ao arcaísmo da infraestrutura das universidades e em relação à luta dos estudantes que passavam nos vestibulares mas não conseguiam vagas, popularmente conhecidos como excedentes. A partir da tática de luta específica, hegemonizaram as principais entidades estudantis da Guanabara, inclusive a UME, organização estadual dos estudantes, que após ser reativada em 1966, seria hegemonizada pelos dissidentes até o início da década de setenta.

Com o refluxo do movimento estudantil no segundo semestre de 1968, aliado a escalada da repressão que culmina na instituição do AI-5, em dezembro, a DI-GB, que já tinha uma clara propensão à luta armada desde os tempos de PCB, inicia a preparação de ações armadas com a criação de um grupo de militantes que ficariam responsáveis pelo seu desencadeamento. Após três ações realizadas no início de 1969, que visavam armas e dinheiro, realizaram a III Conferência da organização, em abril, quando integraram, formalmente, a luta armada como parte fundamental da estratégia revolucionária que iria levar à revolução socialista. Objetivando

---

<sup>13</sup>Idem, p. 136



acabar com o estigma de organização puramente universitária, transformam-se de Dissidência Estudantil da Guanabara em Dissidência Comunista da Guanabara.

Na linha política, os conceitos-chave *integração* e *dependência* na análise da conjuntura brasileira e do capitalismo em sua fase monopolista evidenciavam que o Brasil atravessava um impasse, que só seria resolvido fora do sistema capitalista. As condições objetivas estavam dadas, sendo as subjetivas, a exemplo do foquismo cubano, possíveis de se realizar através da guerra revolucionária. No entanto, contrapondo-se ao militarismo debrayista, que enxergava na potencialidade do “motorzinho” – foco guerrilheiro – colocando em movimento o “grande motor” – as massas –, definiam a guerra revolucionária:

[...] como um processo político e não como explicitação militar da luta política. [...]. GR [guerra revolucionária] não é o foco guerrilheiro ou insurreição urbana. *O processo armado não está contido nesta ou naquela forma de GR. Ele é muito mais do que isso porque não só engloba todas as formas armadas de luta, como também uma infinidade de formas não armadas que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta.*<sup>14</sup>

Para além desta concepção ampla de guerra revolucionária, que incluía formas não armadas de luta, visualizam-na através de fases. Naquele momento, em específico, deveriam, para além do trabalho de massas, realizar ações de propaganda armada que, conjugando a atuação política e militar, tinha por objetivo “[...] estimular lutas políticas e econômicas locais, propagar elementos estratégicos e fornecer exemplos concretos da viabilidade da luta contra as forças repressivas”<sup>15</sup>.

Nessa perspectiva, tendo em vista colocar em prática as propostas da linha política de abril, desenvolvem duas ações armadas de propaganda, onde assumem o nome de Movimento Revolucionário 08 de Outubro<sup>16</sup>. A primeira delas, a despeito de toda a bibliografia sobre o tema, foi a expropriação a uma Kombi transportadora de valores do banco Português do Brasil, no dia quinze de agosto. Para além da tentativa de adquirir os valores que estavam sendo transportados – que se mostrou frustrada, devido ao carro estar transportando apenas cheques

---

<sup>14</sup> DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA, *A situação internacional, 1969*, mimeo, p. 1 In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, 02.1, *grifo nosso*, p. 4

<sup>15</sup> Idem, p. 7

<sup>16</sup> A utilização do nome estava relacionada a tentativa de desmoralizar os órgãos de repressão que vincularam nos principais meios de comunicação o desmantelamento da Dissidência Estudantil de Niterói (DI-RJ), a qual atribuíram o nome de Movimento Revolucionário 08 de Outubro em referência a um periódico que os militantes daquela organização editavam chamado 08 de Outubro, em homenagem à morte de Ernesto Che Guevara. A DI-GB resolveu adotar o nome como tática de contrainformação, visando desmentir, perante a população, a ditadura, evidenciando a força da esquerda armada.

não negociáveis<sup>17</sup> -, os membros da Frente de Trabalho Armado, responsáveis pelas ações armadas, soltaram, ao fim da ação, diversos panfletos, atendendo à demanda da linha política em relação à propaganda armada e tomando para si, como meio de confrontar a informação divulgada pela ditadura nos jornais, o nome MR-8, provando que a organização continuava atuante. Ademais, realizariam, no mês seguinte, a ação mais ousada – e pioneira, mundialmente – da esquerda armada brasileira: o rapto<sup>18</sup> do embaixador norte-americano, em aliança com a ALN.

Apesar do sucesso tático da ação de rapto do embaixador, que obrigou a ditadura a romper a censura, divulgando o manifesto escrito pelos dissidentes e libertando quinze presos políticos, a ação endureceu, ainda mais, o combate dos órgãos de repressão às organizações de esquerda armada. No ano seguinte, até maio especificamente, a organização sofreria diversas investidas da repressão, que resultavam em sucessivas prisões e mortes, incluindo militantes que compunham a direção da organização. Com isso, tentando se recuperar das diversas prisões, a partir da segunda metade de 1970, a organização envereda para uma proposta mais militarista, em razão da dificuldade, cada vez maior, do trabalho político junto aos operários e estudantes. Como já havia uma certa discrepância entre a atuação política dos militantes e a linha política de 1969, a Direção-Geral da organização, diante da impossibilidade de realização de uma nova conferência, elaborou um novo documento, divulgado em janeiro de 1971, adequado à nova postura política da organização.

O *Orientação para a prática*, ao fazer um balanço sobre a prática armada, reconhece que não apenas o MR-8, mas a esquerda armada em geral, encontra-se distante e isolada das massas. Contudo, ao contrário de deliberar um recuo, destinam todo o esforço da organização para fortalecimento dos GPM (Grupos Político-Militares) que eram responsáveis pelas ações armadas. Com isso, de modo a conseguirem uma vinculação maior com as massas, percebem que as ações de propaganda armada, ao contrário do caráter geral que guiou a prática de 1969 – como foi o caso do rapto do embaixador americano – deveriam ser vinculadas aos “[...] problemas objetivos da classe operária e das massas marginalizadas (arrocho salarial, habitação,

<sup>17</sup> Brasil: Nunca Mais, Processo nº 580, p.20. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/> acessado em: 07/03/2017

<sup>18</sup> Preferimos a utilização do termo *rapto* em detrimento à sequestro. Seguindo a concepção dos militantes, que, ao escreverem o manifesto falam em *rapto* e *captura*, nunca em sequestro. Isso evidencia, a exemplo do termo *expropriação*, uma conotação positiva, que não se refere a um crime praticado. Conforme nos indica Daniel Aarão Reis: “Sequestro é você assumir um crime, e você não está... Você está cometendo uma ação revolucionária.” In: AARÃO REIS FILHO, *apud* DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 291

fome, repressão, desemprego...) ”<sup>19</sup>. No entanto, apesar da nova definição, as ações armadas do grupo foram se tornando, quase totalmente, ações para manutenção de seus militantes na clandestinidade. Ao longo do ano de 1971 as ações se tornaram ações de sobrevivência, perdendo o caráter de estratégia revolucionária.

Para além, o documento desenvolve, teoricamente, de que modo deveria se encaminhar a guerra revolucionária no campo. Nesta perspectiva é que se insere a ida de Carlos Lamarca, egresso VPR, para o sertão baiano, em junho, tendo em vista o desenvolvimento de trabalho político, visando deflagrar a guerrilha no campo. A descoberta precoce desta região, pelos órgãos de repressão, que resultou na morte de Lamarca, em setembro, escancara um processo de discussão sobre o isolamento da guerrilha e a necessidade de abandono da luta armada.

Em 1972, a pequena parte dos militantes da organização que ainda estava no Brasil decide rumar em direção ao exílio, se encontrando com os demais militantes no Chile. Após diversos conflitos entre militantes que eram a favor e contra o recuo e abandono da luta armada, a organização decide, formalmente, pelo abandono da luta armada com a divulgação das resoluções do pleno, realizado em dezembro. Ao contrário das análises conjunturais anteriores, que evidenciavam a proximidade da revolução, a compreensão, após a experiência frustrada da luta armada, era de que:

“[...]o proletariado não tem forças para abrir uma luta direta pelo poder e que nenhuma vanguarda pequeno-burguesa é capaz de substituí-lo nessa tarefa: que se trata de um momento em que a contrarrevolução avança e as classes revolucionárias embora não estejam esmagadas, se encontram desarticuladas e com baixo nível de mobilização.”<sup>20</sup>

\*\*\*

Traçada de forma sintética a trajetória da organização, passaremos agora à sistematização dos indícios que nos levaram a levantar a hipótese de que o MR-8 aparece como propulsor da importância da teoria e do debate teórico.

De início, podemos inferir o realce da importância teórica pela condição social de estudantes da ampla maioria de seus militantes. Para além, segundo dados compilados por Marcelo Ridenti nos inquéritos do Supremo Tribunal Militar, disponíveis no acervo *Brasil: Nunca Mais*, 72,7% dos militantes do MR-8 são oriundos das camadas intelectualizadas

---

<sup>19</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 08 DE OUTUBRO, *Orientação para a prática, 1971*, mimeo. p. 25 In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, 02.1.

<sup>20</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 08 DE OUTUBRO, *Resoluções Políticas do Pleno, 1972*. In: Arquivo Público do Rio de Janeiro, Coleção Daniel Aarão Reis Filho, MR-8, 001- I, p. 51

(artistas, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior; e religiosos), número raro dentre as organizações que propuseram a luta armada.<sup>21</sup>

Outro indício da importância teórica é a estrutura montada pela organização para incorporação de novos militantes, durante o biênio 1968-1969. Esta, desenvolveu-se em dois níveis: Grupos de Estudo (GE) que, posteriormente, passaram a ser chamados de Organização de Prática Orientada (OPO) e Organização Para Partidária (OPP). Na OPO, o militante passava por dois níveis, segundo depoimento atribuído a Fernando de Almeida Sá.<sup>22</sup> No primeiro nível, formava-se um grupo de seis pessoas, entre elas um assistente teórico, com o objetivo de estudar literatura marxista e realidade brasileira. Em um nível superior, caso fosse considerado apto pelo assistente, o militante passava à prática de *agitprop* no movimento operário. No estágio de OPP, os *paraquedros* – militantes sob o centralismo da organização, que ainda não eram quadros – eram informados de que havia uma organização política por trás desta estrutura, o que até então não sabiam, não sendo apenas grupos de estudo organizados pelas entidades estudantis. Diferentemente dos OPOs, os membros da OPP recebiam dupla assistência: uma teórica e uma de massa. O assistente teórico ficava responsável pelo aprofundamento do cabedal teórico do grupo, incluindo uma discussão sobre a linha política da organização.

Por fim, outro fator que nos levou a levantar tal hipótese é a importância que a organização e seus militantes davam à produção de jornais e revistas e aos debates entre militantes nas chamadas “Tribunas de Debates”. Com relação aos jornais, notabilizam-se o *Resistência*, destinado às camadas médias, e o *Força Operária*, destinado à agitação e propaganda no movimento operário. Com relação às revistas, deve-se destacar *A arma da crítica*, criada em outubro de 1970, que visava aprofundar e aprimorar o debate teórico dentro das organizações de esquerda armada. Segundo a própria revista, em sua edição inaugural, seu surgimento atendia a um momento em que: “[...] a Esquerda Revolucionária se vê a braços com a necessidade de, no bojo da autocrítica dos erros que cometeu, construir um arcabouço político-ideológico capaz de responder aos desafios que a luta armada hoje nos coloca.”<sup>23</sup> Neste sentido, sua utilidade, ao divulgar textos teóricos sobre a luta armada, deveria servir: “como um instrumento de discussão política e da luta ideológica, partindo da certeza de que a crítica das

<sup>21</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, 2ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, pp. 275-283

<sup>22</sup> Depoimento atribuído a Fernando Almeida Sá. In: Brasil: Nunca Mais, Processo nº 295, p.51-54 Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. Acessado em: 24/03/2017

<sup>23</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 08 DE OUTUBRO, *Arma da Crítica*, nº 1, 1970, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro, fundo Organizações de Esquerda, Série-02, 02.1, p. 2

armas só garantirá a sua consequência histórica se incorporar entre os seus elementos a arma das críticas política e ideológica. ”<sup>24</sup>

### Referências Bibliográficas:

AARÃO REIS FILHO. *A revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *Revolução e democracia (1964 - ...)* Coleção *As esquerdas no Brasil: v. 3* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil, vol. 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?*, São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5.ed* São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GUEVARA, Ernesto “Che” *Obra revolucionaria*. Organização Roberto Fernandez Retamar. 2. Ed. México, DF: Era, 1968.

HOBBSAWM, Eric J (Org.), *História do Marxismo, vol. 1*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POERNER, Arthur *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira, 2ed*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. (No prelo). *O golpe de 1964 e a ditadura (civil) -militar no pensamento social e histórico: breve balanço*. 2015.

- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. 2009. 337f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

---

<sup>24</sup> Ibidem.

## Guerrilha do Caparaó: a resistência da esquerda militar no Brasil (1966-1967)

**Márcio Francisco de Carvalho**

Graduado em História

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: Mar.carvalho@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho irá abordar a história de um grupo da esquerda militar em resistência à ditadura militar brasileira (1964-1985), cuja organização se deu na região da Zona da Mata mineira, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo: A Guerrilha do Caparaó (1966-1967). A organização da esquerda militar se estendeu por quase todo território nacional e teve como um de seus focos para atuação, a Serra do Caparaó.

**Palavras-chave:** Guerrilha do Caparaó; Esquerda Militar; Ditadura Militar; História.

**Summary:** The present work will address the history of a group of the military left in resistance to the Brazilian military dictatorship (1964-1985), whose organization took place in the region of Zona da Mata Minas, on the border of the states of Minas Gerais and Espírito Santo: Guerrilla Of the Caparaó (1966-1967). The organization of the military left extended throughout almost all national territory and had as one of its focus for action, Serra do Caparaó.

**Keywords:** Caparao Guerrilla; Military Left; Military dictatorship; History.

### Introdução

O presente trabalho abordará a história de um grupo guerrilheiro em resistência à ditadura militar, que apesar de sua importância na história atual, ainda continua desconhecida do público brasileiro. Ocorrida entre os anos de 1966 e 1967 esta guerrilha foi, de acordo com alguns autores, o primeiro movimento armado em oposição ao governo militar, ficando conhecida como: Guerrilha de Caparaó.

Para uma melhor compreensão, este trabalho em sua pesquisa final foi dividido em três partes. Porém, nesse artigo abordaremos apenas a parte referente a Guerrilha de Caparaó onde procuro descrever a organização da esquerda militar a partir da Guerrilha do Caparaó analisando a sua formação, atuação e queda. Acerca da formação e organização está guerrilha foi constituída em sua maioria por militares expurgados das corporações, muitos destes chegaram a fazer um treinamento de guerrilhas em Cuba e auxiliados por Brizola, então anistiado no Uruguai formariam o grupo MNR e tentariam derrubar a ditadura por diversos meios até se chegar à opção de atuar no campo, formando assim um foco guerrilheiro de atuação na serra de Caparaó que compreendeu os anos de 1966 e 1967. As intenções e estratégias do grupo na serra era a de se constituir em um grupo guerrilheiro que pudesse agir distante dos olhares do governo ditatorial e fazer algumas intervenções a partir do campo, porém sua forma de atuar e suas reais intenções ainda carecem de muitos estudos acerca do que se esperava



realmente com tal atuação. A queda do grupo se deu após aproximadamente um ano de seu início, em abril de 1967, porém esta queda já havia sido anunciada meses antes com a desistência de alguns guerrilheiros.

Fica então um convite a leitura de uma história recente do Brasil, mas que ainda segue desconhecida da população brasileira. Para que se identifique a Guerrilha de Caparaó como marco fundamental na história contemporânea, como grande motivadora da explosão de diversos movimentos de resistência armada em todo o Brasil será preciso ainda estudos e pesquisas. Assim, sendo poderemos reconhecê-la como um movimento que fomentaria a resistência armada em todo território brasileiro.

O Movimento Nacional Revolucionário (MNR) era composto de militares subalternos das Forças Armadas, principalmente sargentos e marinheiros que haviam sido expurgados de suas corporações logo após o golpe que depusera o presidente João Goulart. Acusados de subversão por terem se envolvido nas manifestações a favor das “reformas de base” apregoadas por Jango, agora eles se juntavam para criar em Caparaó um movimento de resistência ao regime que, se prevalecessem suas intenções, se espalharia por todo o país. Movimentos que deram origem a Guerrilha do Caparaó (sargentos e marinheiros antes da guerrilha de Caparaó), em sua maioria eram sargentos e marinheiros que optaram por fazer um movimento de resistência à ditadura militar. Movimentos da década de 50 e 60.

A organização da guerrilha se inicia quando ex-militares apoiam Brizola em uma tentativa de levante no Rio Grande do Sul, pois o então ex-governador era favorável ao levante realizado pelo Sul, porém na véspera, um dos capitães da companhia, na madrugada, tem uma disenteria nervosa, e conta ao coronel-comandante que vai participar de um levante no dia seguinte. Porto Alegre ficou em pânico, e inviabilizou o levante. Após o fracasso do levante Brizola é convencido a viabilizar uma guerrilha rural.

Portanto, estes ex-militares organizaram um foco guerrilheiro na Serra de Caparaó, região situada entre Minas Gerais e Espírito Santo, sob o comando do ex-sargento do Exército Amadeu Felipe. “Sob a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) tentava-se preparar ainda mais duas frentes: uma no Mato Grosso e outra no planalto central, que ficou nucleada na região de Imperatriz, no Maranhão. Ambas seriam comandadas por ex-marinheiros com cursos realizados em Cuba – Marco Antônio da Silva Lima e José Duarte, respectivamente” (ROLLEMBERG, 2001). Segundo Flávio Tavares, “o foco do planalto teria



a participação maciça de ex-marinheiros e fuzileiros navais, ambas foram desarticuladas devido ao fracasso de Caparaó e por não poder contar mais com o apoio de Brizola” (TAVARES, 1999).

A área escolhida para a instalação da força guerrilheira ficava na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo e era quase sempre tomada pelas sombras. “Ocupava uma faixa de 1.200 a 1.300 metros de altitude, com 77 quilômetros de extensão e já tinha sido explorada pela Política Operária (POLOP). Foi considerada ideal para o treinamento dos guerrilheiros sob o comando de Amadeu Felipe” (REBELLO, 1980).

A escolha pela região do Caparaó era estratégica, pois acreditavam que poderia se repetir a conquista cubana em território brasileiro. Os militantes contrários a ditadura se inspiravam abertamente na teoria do “foquismo” de Che Guevara, segundo a qual a criação de “focos” de guerrilha poderia produzir um movimento revolucionário da mesma intensidade do que aconteceu em Cuba, onde Fidel Castro e seus seguidores conseguiram derrubar o presidente Fulgêncio Batista e tomar o poder em 1959.

A comparação a Cuba é o fato de se fazer uma revolução a partir da zona rural partindo de um movimento da serra para a cidade, porém em Cuba os moradores entenderam o que estava acontecendo e se solidarizaram na luta, diferentemente no Brasil onde os moradores tinham medo dos guerrilheiros e sofriam forte influência de soldados que ditavam naquele momento a ordem social.

Os arquivos militares da época relatam o patrocínio de Fidel Castro a três focos guerrilheiros a partir de 1966, tendo o ex-governador à frente. Um em Mato Grosso, próximo à Bolívia, serviria de apoio ao grupo de Che Guevara. Outro no norte de Goiás, e o mais famoso deles na Serra do Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Outra questão importante de lembrar-se, é que na região do Caparaó, a população não entendia qual o verdadeiro motivo do qual buscavam aqueles “comunistas”. Como relata Plínio Guimarães (2006) “O drama dos moradores começou em novembro de 1966, quando integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) se instalaram no interior do Parque Nacional de Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Seu objetivo: derrubar pelas armas o governo instalado no país dois anos antes, com o golpe de 1964. Os guerrilheiros pretendiam conquistar o apoio da população local, que acreditavam estar, talvez, tão descontente quanto eles com a conjuntura política. Mas estavam totalmente enganados. Se

seu sonho era derrotar a ditadura, para os habitantes da região sua presença acabou se transformando num pesadelo” (GUIMARAES, 2006).

A tentativa de derrubar a ditadura a partir da Guerrilha do Caparaó iria fracassar, mas o que se pode perceber do ponto de vista estratégico é que com o movimento de Caparaó há uma visibilidade de que nem todos no Brasil estavam satisfeitos com o sistema implantado pelos militares em 1964.

A área escolhida para a instalação da força guerrilheira ficava na divisa de Minas Gerais e espírito Santo e era quase sempre tomada pelas sombras. Ocupava uma faixa de 1.200 a 1.300 metros de altitude, com 77 quilômetros de extensão e já tinha sido explorada pela Política Operária (POLOP). Foi considerada ideal para o treinamento dos guerrilheiros sob o comando de Amadeu Felipe (REBELLO, 1980). As intenções e estratégias do grupo na serra era a de se constituir em um grupo guerrilheiro que pudesse agir distante dos olhares do governo ditatorial e fazer algumas intervenções a partir do campo, porém sua forma de atuar e suas reais intenções ainda carecem de muitos estudos acerca do que se esperava com a atuação na serra em Caparaó. A queda do grupo se deu após aproximadamente um ano de seu início, em abril de 1967, porém esta queda já havia sido anunciada meses antes com a desistência de alguns guerrilheiros.

Movimentos que deram origem a guerrilha do Caparaó em sua maioria eram o dos sargentos e marinheiros que optaram por fazer um movimento de resistência a ditadura militar. Antecedendo ao golpe tivemos alguns movimentos que demonstravam descontentamentos com relação aos rumos que a política nacional se encaminhava e dentro da corporação militar havia também alguns grupos insatisfeitos, dentre eles três foram os: movimentos dos oficiais nacionalistas, dos sargentos e o dos marinheiros e fuzileiros navais. Estes oficiais que já se rebelavam antes do golpe seriam cassados e expurgados das corporações com o golpe de 64.

Teresa Marques (2006) destaca que os exilados brasileiros acabaram encontrando muitas afinidades políticas com a sociedade uruguaia em geral, como a objeção ao golpe de Estado, o discurso nacionalista, o anti-imperialismo norte-americano, o apoio às questões trabalhistas e à Revolução Cubana.

Um dos órgãos responsáveis pelo controle dos exilados brasileiros no Uruguai foi o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), localizado na capital do estado, Porto Alegre, com sede no Palácio da Polícia. O DOPS/RS funcionava no interior do estado através das Seções de Ordem Política e Social (SOPS).

Através da análise da documentação das SOPS percebe-se a função informativa e repressiva que era desempenhada nessas delegacias regionais, em relação aos exilados brasileiros e aos chamados “pombos-correio” (pessoas vinculadas a Leonel Brizola que desempenhavam a função primordial de manter conexões políticas entre os brasileiros exilados no Uruguai e os que continuaram no Brasil, destacadamente no Rio Grande do Sul), tanto de um quanto do outro lado da fronteira. Nesse monitoramento, eram auxiliadas também pelos órgãos militares, segundo se apreende das listas emitidas de nomes de brasileiros exilados no Uruguai que estavam sofrendo processos instaurados pela ditadura, assim como de brasileiros que frequentavam reuniões, pelo III Exército:

É interessante observar como os órgãos brasileiros não se restringiam a obter informações somente de atividades ocorridas no Rio Grande do Sul. A amplitude dessa rede sofisticada chegava até o Uruguai. Pela ótica da vigilância do “inimigo interno” (mesmo que em outro país) e das “fronteiras ideológicas” isso era plenamente aceitável, dir-se-ia até, imprescindível. A averiguação das ações dos exilados brasileiros também pode ser observada na ordem de busca enviada pela Secretaria de Segurança Pública para a SOPS de Lagoa Vermelha:

Depois da queda da guerrilha, o MNR foi reestruturado apenas em São Paulo sob o comando do companheiro Onofre Pinto responsável, então, pela seção regional do movimento. (REBELLO, 1980).

Menos de um ano de atuação na serra e a guerrilha cairia sem ter tido de fato um confronto armado contra os militares. A prisão dos guerrilheiros da Serra de Caparaó provocou o esfalecimento do Movimento Revolucionário Nacionalista (MNR) e uma profunda divisão entre eles. (REBELLO, 1980). Depois da queda da guerrilha, o MNR foi reestruturado apenas em São Paulo sob o comando do companheiro Onofre Pinto responsável, então, pela seção regional do movimento (REBELLO, 1980).

A tentativa de derrubar a ditadura a partir da Guerrilha do Caparaó iria fracassar, mas o que se pode perceber do ponto de vista estratégico é que com o movimento de Caparaó há uma visibilidade de que nem todos no Brasil estavam satisfeitos com o sistema implantado pelos militares em 1964.

É inevitável a comparação com Cuba de por haver uma intenção de revolução a partir da zona rural é que ambas partiam do movimento da serra para a cidade, porem em Cuba os

moradores entenderam o que estava acontecendo e se solidarizaram na luta, diferentemente no Brasil onde os moradores tinham medo dos guerrilheiros e sofriam forte influência de soldados que pregavam naquele momento a ordem social.

A queda era iminente tendo em vista que os guerrilheiros saíram do campo de segurança e se arriscaram para além dos limites de proteção para eles e assim sendo os “Oito guerrilheiros que estavam acampados na Serra de Caparaó, na altura do município de Manhuaçu foram presos pelo 11º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais. O grupo era formado por sete militares cassados e uma civil”. (Estado de São Paulo 04/04/1967).

Depois da queda da guerrilha os integrantes foram presos e alguns retornaram a movimentos de resistência e o único civil que participará da guerrilha foi morto por motivos ainda suspeitos na prisão onde se encontrava, certo é que mesmo após a queda os integrantes direta ou indiretamente atuaram em resistência ao governo militar e tiveram suas vidas alteradas após a empreitada naquela serra.

### **Considerações Finais**

O papel dos guerrilheiros era limitado, de um lado, por medidas de segurança, de outro, por não haver uma cumplicidade dos moradores da região. A intenção de tal guerrilheiros em Caparaó ainda é algo para ser muito estudado pela historiografia recente, pois com certeza tal movimento possibilitou a outras organizações perceberem que era viável resistir em meio a um governo repressor.

A Guerrilha do Caparaó foi para alguns uma tentativa frustrada de resistir ao golpe, no entanto se observarmos que desde sua escolha territorial, sua organização no entorno da serra, a área de estoque tanto de alimentos quanto de armas o que podemos observar é que o grupo de ex-militares alcançou uma significativa expressão em todo território nacional.

Podemos compreender que o papel dos guerrilheiros era limitado, de um lado, por medidas de segurança, de outro, por não haver uma cumplicidade dos moradores da região. A intenção de tal guerrilheiros em Caparaó ainda é algo para ser muito estudado pela historiografia recente, pois com certeza tal movimento possibilitou a outras organizações perceberem que era viável resistir em meio a um governo repressor.

A Guerrilha do Caparaó foi para alguns uma tentativa frustrada de resistir ao golpe, no entanto, se observarmos que desde sua escolha territorial, sua organização no entorno da serra,

a área de estoque tanto de alimentos quanto de armas o que podemos observar é que o grupo de ex-militares alcançou uma significativa expressão em todo território nacional.

Fica então um convite a tentativa de apresentar uma história recente do Brasil, mas que ainda segue desconhecida da população brasileira. Para que se identifique a Guerrilha de Caparaó como marco fundamental na história contemporânea, como grande motivadora da explosão de diversos movimentos de resistência armada em todo o Brasil será preciso ainda estudos e pesquisa acerca da Guerrilha de Caparaó, afim de que possamos reconhecê-la como um movimento que fomentaria a resistência armada em todo território brasileiro.

### **Fontes Consultadas**

Arquivos do DOPS/ Arquivo Público Mineiro – Documentos referentes aos envolvidos na Guerrilha de Caparaó.

### **Referências Bibliográficas**

ANGELO, V. A. de. Luta armada no Brasil. São Paulo: Claridade, 2009.

BOITEUX, Bayard Demaria. A Guerrilha do Caparaó e outro relatos. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.il.

BRASIL NUNCA MAIS. Perfil dos atingidos. Petropolis: Vozes, 1985.

CAPARAÓ. Direção e roteiro: Flavio Frederico. Direção de produção: Priscila Torres. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

CAPITANI, Avelino Bioen. A rebelião dos marinheiros. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil (1964-1984). São Paulo: Difel, 1984. (Série Corpo e alma do Brasil). Coletânea que contém documentos de organizações em luta contra a ditadura.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exercito e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

COSTA, José Caldas da. Caparaó- a primeira guerrilha contra a ditadura.Prefacio de Carlos Heitor Cony. São Paulo: Boitempo, 2001. ISBN: 978-85-7559-095-9.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro. Revan/ Fapesp, 2002.

FICO, C. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a guerrilha do Caparaó / Plínio Ferreira Guimarães. – 2006.

MACIEL, Wilma Antunes. Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1964- 1974). Mestrado

MORAES, João Quartin. A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994.

PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Parma, 1979. Reportagem pioneira sobre a guerrilha do Araguaia. Publicada inicialmente no Jornal da Tarde, de São Paulo.

REBELLO, Gilson. A guerrilha de Caparaó. São Paulo: Alfa- Omega, 1980.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.;

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. 4a ed. São Paulo: Globo, 1999.

KUPERMAN, Esther. A guerrilha do Caparaó (1966-1967). Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Ensino de história e o livro didático: representações acerca das violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar

**Jessica Machado Martins**

Mestranda em Educação e Docência  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: jessicamachodomartins@gmail.com

**Resumo:** O núcleo central desse artigo consiste na análise das representações presentes nos livros didáticos acerca da ditadura, tendo como foco de análise das violações de direitos humanos durante a ditadura militar. De modo, a problematizar a relação entre a educação básica e os direitos humanos, bem como as representações presentes nos livros didáticos de história, trazendo como objetivo fundamental a percepção das disputas de memória e representações sociais presentes nos livros. Considerando que o período em questão foi e ainda é alvo de “guerras de memória”, faz-se importante analisar a posição dos livros didáticos frente a estas disputas e principalmente em função das demandas atuais da sociedade.

**Palavras Chave:** Educação básica, Ditadura militar, Educação em direitos humanos, livro didático.

**Abstract:** The focus of this work is the analysis of the textbook representations about the dictatorship, focusing on human rights violations during a military dictatorship. Thus, problematizing a relationship between basic education and human rights, as well as as representations in textbooks, bringing as a fundamental objective the perception of the disputes of memory and social representations present in the books. Considering that the period in question was and still the target of memory disputes, it is important to analyze a position of textbooks in the face of these disputes and especially in front of the current demands of society.

**Keywords:** Basic education, Military dictatorship, Human rights education, textbook.

### **Consolidação Histórica dos Direitos Humanos e atualidade: Desafios e Perspectivas**

A ideia de direitos humanos foi historicamente construída, esse processo se dá em duas esferas: a primeira consiste na criação da ideia da dignidade humana já a segunda se refere à sistematização e criação de instâncias jurídicas capazes de lutar contra violência, a exploração e a miséria. A criação da ideia de dignidade humana segundo Fábio Konder teve influência de três frentes: a religiosa, a filosófica e científica. A justificativa religiosa para a dignidade humana ganha força com a afirmação do monoteísmo, que propõe a existência de uma única divindade transcendente capaz de criar a tudo e a todos, com a concepção criacionista que põe o homem com a melhor parte do universo criado por Deus.

A filosofia promove a valorização da racionalidade, segundo Descartes em sua frase “Penso, logo existo” a existência humana só é possível por meio da reflexão contínua, de forma que o uso das capacidades reflexivas intelectuais é que diferenciam essencialmente o ser humano de outros animais. O processo de reflexão contínua propõe ao homem diversas questões na tentativa de compreender a sua essência e o mundo que o cerca, nesse contexto o surgimento



do evolucionismo apresenta uma nova ótica para a questão da natureza humana concluindo não ser uma coincidência o fato de a espécie humana ser o ápice de toda cadeia evolutiva.

Em sua obra, Fábio Konder, propõe-se a reconstruir historicamente as instituições e legislações que se propuseram ao longo da história a garantir direitos que hoje consideramos universais. O autor dedica-se analisar na introdução os fatos e civilizações que contribuíram para a criação da consciência histórica de direitos por meio da limitação do poder político, nesse sentido o autor resgata em sua introdução o que ele chama de proto-história dos direitos humanos nos séculos XI e X a.C.

Os ideais de liberdade e igualdade promovem gradativamente consciência setores marginalizados da sociedade da necessidade de conquista de direitos que até então eram aplicados como privilégios. É possível notar que a noção de dignidade humana é historicamente constituída, nesse sentido a experiência da 2ª Guerra mundial coloca em pauta a questão da dignidade humana e da garantia de direitos. A internacionalização dos debates sobre os direitos promoveu a conscientização da necessidade de zelar pela dignidade humana expandido de forma definitiva a aplicabilidade dos Direitos Humanos. A criação da ONU em 1945 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 marcam um novo momento na história dos direitos humanos, no qual criou-se a seguinte definição: direitos humanos são os direitos inerentes a qualquer ser humano, independente de cor, gênero, nacionalidade, religião, orientação sexual ou qualquer outra condição. No contexto pós criação da ONU e Declaração dos direitos Humanos, foram criadas várias convenções e tratados com objetivo de garantir internacionalmente direitos individuais, políticos, sociais e econômicos.

Embora as experiências vividas durante a 2ª Guerra tenham colocado em pauta a questão dos direitos humanos, as convenções e tratados criados pela ONU não foram suficientes para garantir de fato o respeito dos direitos assegurados. Atualmente no Brasil, país membro fundador da ONU e signatário das resoluções sobre direitos humanos, ainda não foi possível garantir a população brasileira os direitos básicos assegurados pela Declaração Universal. Além de não garantir direitos básicos, o Brasil vive um quadro de constante violação dos direitos humanos, seja pela cotidiana e sistemática violência que assola a juventude e a sociedade, seja pela discriminação e opressão a que são submetidas às minorias. O Estado e a força policial atuam constantemente com o intuito de manutenção do *status quo*, garantindo que uma minoria privilegiada continue a gozar de seus direitos, enquanto outros setores permanecem à margem.

A atual constituição brasileira promulgada em 1988, contexto pós-ditadura militar no qual era fundamental garantir a inviolabilidade dos direitos humanos bem como garantir a consolidação do sistema democrático. Ainda que tenham ocorrido avanços constitucionais em relação aos Direitos Humanos, não é acaso que o capítulo destinado à garantia de direitos fundamentais e DH é o mais extenso da história constitucional brasileira, existem barreiras sociais, políticas e econômicas na consolidação dos direitos que e infelizmente a existência da constituição não é suficiente para garanti-los. Mesmo que a houvesse um esforço jurídico que buscasse anular as barreiras econômicas, ainda haveriam desigualdades oriundas dos privilégios e injustiças características de nossa formação histórica.

Considerando que a democracia pressupõe como valores fundamentais a liberdade e a igualdade, é fundamental que a população tenha condições de exigir e reivindicar seus direitos. Se constatarmos que a constituição não é suficiente para garantir de fato os direitos básicos, é fundamental que a educação básica assuma papel protagonista na educação em direitos humanos promovendo a formação de cidadãos críticos e atuantes. Segundo Paulo Freire, a educação é a própria prática da liberdade de forma que a educação deve favorecer a consolidação da democracia por meio da criação de uma consciência coletiva de respeito aos direitos.

Atualmente no Brasil, o debate sobre os Direitos Humanos assim como o debate político, encontra-se polarizado. Embora tenha se tornado assunto recorrente, o debate esta acompanhado da ideologização e da radicalização, nesse contexto a temática dos direitos humanos é vista como uma pauta da “esquerda”, enfraquecendo o debate nas diversas camadas da sociedade. A relativização da aplicabilidade dos DH se manifesta em diversos setores da sociedade, um exemplo que permite compreender essa radicalização é o voto proferido pelo deputado Jair Bolsonaro, na ocasião dos votos dos deputados na câmara pela aprovação do processo de impeachment da ex presidente Dilma Rousseff no dia 17 de abril de 2016. O deputado em questão durante seu voto Jair Bolsonaro homenageou o Coronel Ustra, dizendo:

‘... Perderam em 64, perderam em 2016, pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de S.Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas

nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por um Deus acima de todos, eu voto sim'. (transcrição do voto do deputado).<sup>1</sup>

O homenageado no voto deputado em questão é reconhecido como responsável por dezenas de mortes, desaparecimentos e perseguições no DOI-CODI de São Paulo, inclusive foi torturador da ex-presidente da república Dilma Rousseff. Embora a democracia tenha como um dos seus pilares fundamentais a liberdade de expressão, fica claro a intensão de atingir Dilma e ao mesmo tempo legitimar o uso da violação de direitos humanos e da tortura como recursos válidos em alguns casos. Segundo a constituição da república a apologia a tortura é crime previsto, por se tratar de um deputado que possui foro privilegiado não houve nenhum tipo de responsabilização criminal.

A democracia e os direitos humanos são indissociáveis, segundo Genevois não há democracia sem garantia de direitos e não há meios de garantir direitos fora regime democrático. Com o fim da ditadura foi promulgada a constituição de 1988, com ampla participação social e com o compromisso de assegurar de forma ampla os direitos humanos e do cidadão. Nesse contexto, a assembleia constituinte tinha o de objetivo criar uma constituição que obrigasse ao Estado garantir direitos básicos e a dignidade humana, como forma de contornar as profundas desigualdades e injustiças históricas e estruturais existentes no país.

### **Direitos Humanos e Educação Básica**

Os Direitos humanos são direitos comuns a todos os seres sem distinção alguma e decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca a todas as pessoas. Historicamente, o Brasil viveu longos períodos de ditaduras em que os direitos individuais e coletivos eram constantemente violados, nesse sentido pode-se dizer que possuímos uma longa tradição política elitista e autoritária. Tratando-se de uma democracia recente, o Brasil tem como principal desafio a construção de uma sociedade democrática, o que implica na criação de estratégias e instituições que possam promover a consciência política.

Nesse contexto, a educação se constitui como ferramenta para formação de indivíduos conscientes, protagonistas políticos e defensores de direitos para todos. É da necessidade em formar cidadãos conscientes que surge um campo do conhecimento educacional denominado educação em direitos humanos, cujo objetivo é promover a consolidação da cidadania

---

<sup>1</sup> Discurso do deputado Jair Bolsonaro na ocasião da votação da aprovação do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no dia 17 de maio de 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HIMli\\_HzU\\_s](https://www.youtube.com/watch?v=HIMli_HzU_s)

democrática por meio da educação. Segundo a cartilha de Capacitação em direitos Humanos e Cidadania<sup>2</sup>, existem três dimensões que são indispensáveis para o desenvolvimento da educação em direitos humanos que são: Dimensão intelectual, Dimensão ética e Dimensão política.

A dimensão intelectual se relaciona diretamente com a educação, que é reconhecida pela ONU como direito de todos, uma vez que a “*a falta de informação ou insuficiência reforça as desigualdades, fomentando injustiças...*” Nesse sentido, a educação tem a capacidade de combater a falta de informações e conseqüentemente as injustiças promovendo a igualdade, valor fundamental em uma sociedade democrática. Já a dimensão ética é o desenvolvimento de uma consciência que permite o exercício dos valores democráticos por meio do respeito aos direitos e do cumprimento dos deveres. A dimensão política está fundamentalmente vinculada ao esforço governamental e das instituições na promoção da tolerância e do respeito aos direitos. Podemos constatar que a educação é ferramenta fundamental para formação de cidadãos críticos que sejam defensores dos valores democráticos.

Segundo o Parâmetro Curricular Nacional é objetivo do ensino de história promover o pensamento crítico e o exercício da cidadania é, portanto fundamental para atingir aos objetivos traçados a inclusão da temática dos direitos humanos na educação básica. O desenvolvimento do pensamento crítico permita aos cidadãos reconheçam a longa trajetória percorrida para garantir os direitos sociais e políticos e permaneçam alerta e lutando em diversas esferas de sociabilidade pela manutenção e conquistas de direitos. É fundamental que educação assuma o compromisso com um modelo mais justo e igual de sociedade e não discriminatória, dando voz à diversidade que a compõe.

### **Livro didático e as violações de direitos humanos durante a ditadura militar**

Para compreender as representações presentes nos livros didáticos é preciso primeiramente compreender seu papel no ensino de história, é importante considerar a utilização diversa que é feita do material visto que não há um modelo definido e homogêneo de leitura. Em muitos casos o livro didático pode ser o único material de consulta tanto de professores quanto de alunos, no cotidiano o livro didático possui um poder ideológico que potencializa na utilização sem mediações dos conteúdos por parte do professor.

---

<sup>2</sup> REDE BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, Capacitação em direitos humanos e cidadania: Fundamentos teórico-metodológicos, pág. 20, Recife, 2001

Embora o objetivo do ensino de história segundo os parâmetros curriculares seja a formação de cidadãos críticos e atuantes, o uso do livro didático como recurso exclusivo sem que ele esteja aberto ao diálogo e a reflexão acaba por se tornar um obstáculo ao cumprimento destes objetivos. Além das relações com os docentes e discentes, existe também a relação com os governos, à percepção do potencial que esses materiais possuíam na divulgação de ideologias e propagandas fez com que ocorresse a aproximação entre a dimensão política e a educacional. Segundo Moreira e Pereira (2006, p. 67) “Políticas públicas para a distribuição e confecção do livro didático não são, de fato, recentes. As mais antigas remontam ao Estado Novo, quando o livro didático era visto como auxiliar na formação da nacionalidade e na modelagem de conduta”.

Atualmente a relação entre o governo e o livro didático se dá principalmente por meio da elaboração do PNLD, que segundo o MEC tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico por meio da aquisição e distribuição de livros didáticos. O programa é realizado em várias etapas: inscrição das editoras ao edital, triagem, avaliação pedagógica, confecção dos guias, escolha pelos professores, pedido ao MEC, aquisição, produção, distribuição e por fim o uso em sala de aula.

A SEB é responsável pela escolha da equipe de especialistas que analisam as obras, essa etapa é realizada em parceria com as universidades conveniadas ao MEC. É nessa etapa do processo que as obras com erros graves são eliminadas, segundo Moreira e Pereira (2006, p. 68) “... nesse ponto, as obras com erros graves (equivocos conceituais, reprodução de preconceitos, desatualizações, etc) são excluídas”. A partir dos critérios estipulados pelo MEC para análise dos livros didáticos, tornou-se pertinente compreender como os livros se posicionam frente aos avanços historiográficos sobre o período, além de perceber as representações sobre as violações de direitos ocorridas durante a ditadura militar.

As investigações sobre os excessos e violações cometidas pelo Estado tiveram início ainda em 1985 com projeto que originou o livro “Brasil: Nunca Mais”, iniciativa que surgiu do Conselho Mundial de Igrejas e da arquidiocese de São Paulo que pesquisaram processos do Superior Tribunal Militar. A instalação da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ocorreu em 2012, foram criadas também comissões municipais que tiveram acesso a novos documentos e materiais que fornecerem novos elementos para novas discussões. Constitui-se o objetivo de pesquisa mensurar a apropriação dos livros didáticos escolhidos pelo PNLD dos avanços produzidos pelo Brasil Nunca mais e a Comissão da Verdade.

Tanto o projeto Brasil Nunca Mais, quanto a Comissão da Verdade são iniciativas que lutam pela memória e a justiça investigando, apurando e levando ao conhecimento público graves violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar. A construção do conhecimento histórico se dá principalmente pelo diálogo entre a experiência passada e a construção do presente, tendo em vista as expectativas futuras. Segundo Koselleck (2006) o presente se constitui diante da ressignificação constante do passado e das expectativas futuras. O presente possui papel importante nas problemáticas históricas, nesse contexto este trabalho tem como referencial o crescimento do conservadorismo e a difusão de memórias positivas sobre a ditadura militar.

A historiografia sobre a ditadura militar avançou muito nos últimos anos, Nos últimos anos a produção de conhecimento sobre o tema cresceu nas universidades as narrativas foram problematizadas e reconstruídas diversas vezes, entretanto, os conhecimentos e discussões produzidas no ambiente acadêmico muitas vezes não atingem o ensino de história e nem a produção de livros didáticos. O PNLD em seus editais exige uma série de requisitos para que a coleção seja aprovada, com objetivo de aprimorar o ensino de história no Brasil. retirar das coleções estereótipos e preconceitos e demais erros graves.

### **Considerações Parciais**

Este trabalho se propõe a discutir como são veiculadas nos livros didáticos as violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar. Durante a pesquisa nos livros didáticos percebi um relativo avanço nas abordagens sobre a ditadura militar, no caso da coleção do Projeto Teláris lançado em 2015 contempla que a CNV e traz como título a ditadura civil-militar termo que vem sendo discutido atualmente pela historiografia. A análise comparativa permitiu uma percepção mais crítica quanto conteúdo dos livros além permitir analisar a apropriação das discussões acadêmicas ao longo do tempo.

Em relação à questão dos direitos humanos foi possível notar que o tema só é abordado em casos de violação, e que as violações apresentadas se limitam a episódios específicos e ou esporádicos de tortura e a violência. Se considerarmos a declaração universal dos direitos criada pela ONU, é possível alargar a concepção de violação de forma a considerar outras iniciativas do Estado como violação de direitos humanos. A partir dessa concepção é possível listar uma série de violações tais como: cerceamento da liberdade, negação da dignidade, a tortura dos corpos e mentes, prisões arbitrárias, a negação de um julgamento justo, negação da presunção de inocência dentre muitos outros.

É urgente alargar as definições de direitos humanos e conseqüentemente das suas violações, promovendo a consciência em todos os setores da sociedade dos direitos que lhes foram assegurados. É fundamental promover a consciência sobre a ditadura militar para que nunca mais exista um governo que atue a revelia de direitos historicamente conquistados. Segundo os manuais educativos como o PCN o objetivo do ensino de história é promover o pensamento crítico e o exercício da cidadania, entretanto existe uma série de limitações que dificultam a conquista desses objetivos entre esses fatores destaca-se a ausência das discussões sobre direitos humanos na educação básica.

Conclui-se que é fundamental investigar a posição dos livros didáticos frente a questão dos direitos humanos como tem em geral e em relação à Ditadura Militar. Nesse sentido, é necessário potencializar as discussões frente aos problemas enfrentados pela inclusão da educação em direitos humanos na educação básica de forma a elaborar estratégias teórico-metodológicas. Considerando o contexto atual, em que crise política demanda consciência e engajamento dos brasileiros fica claro a necessidade de promover a formação de cidadãos conscientes, capazes de atuar na defesa dos próprios direitos e dos direitos coletivos. Não é possível consolidar a democracia sem consciência cidadã, a educação e os múltiplos elementos que constituem precisam assumir o compromisso com a formação de atores políticos, críticos e conscientes do papel que desempenham na sociedade.

### **Referências Bibliográficas:**

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre, Artmed, 1989.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo.. Projeto Têlaris: História: Ensino Fundamental 2. Editora Ática, São Paulo, 2015

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. *Proposições curriculares, Ensino Fundamental 3º Ciclo – história*. Belo Horizonte: SMES, 2008-2019.

BITTENCOURT, Circe & NADAI, ELZA. *Repensando a noção de tempo histórico no ensino*. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p.73-92.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo, Editora Cortez, 2004.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História: Das origens do homem à era digital*. Editora Moderna, 1ª Edição, São Paulo, 2011.



- BRASIL. Senado Federal. Lei de diretrizes e Bases da Educação: nº93394/99. Brasília: 1996
- CITRON, Suzanne. *Ensinar História hoje a memória perdida e reencontrada*. Lisboa, Editora Livros, Belo Horizonte, 1990.
- CERQUEIRA, Célia *et al.* Por dentro da História. Edições Escala Educacional, São Paulo, 2012
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos, Livraria Saraiva, São Paulo, 2012.
- COUTINHO, Francisco Ângelo; SILVA, Francisco Augusto Rodrigues e. *Sequências didáticas: propostas, discussões e reflexões teórico-metodológicas*. Belo Horizonte, FAE/UFMG, 2016
- JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. Construindo a democracia: Direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. Editora Universiadde de São Paulo, São Paulo, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 2006.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *HISTÓRIA E CIDADANIA por que ensinar história hoje?*. In: Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Editora casa da palavra, 2003.
- MONTOLLI, Carolina. *História, Discurso e Memória: Crimes da Ditadura Militar na Perspectiva Internacional*, Belo Horizonte, Editora D'plácido, 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, João Paulo Teixeira. Eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2014, Cidade do Porto. Anais eletrônicos, Cidade do Porto, 2014. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT4/GT4\\_Comunicacao/JoaoPauloTeixeiraOliveira\\_GT4\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT4/GT4_Comunicacao/JoaoPauloTeixeiraOliveira_GT4_integral.pdf)>. Acesso em 19/04/2017.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007
- Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 1997.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). In *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n.57. p.863-902, set/dez,2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0863.pdf>
- REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, Capacitação em direitos humanos e cidadania: Fundamentos teórico-metodológicos, Recife, 2001.

REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, 2014.

RIDENTE, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIZZI, Ester et al. *Coleção manual de direitos humanos - Direito Humano à educação*, Curitiba, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. In: FILHO, João Roberto Martins (org.). *O golpe de 1964 e o Regime Militar novas perspectivas*. São Carlos, Edufscar, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Os Parâmetros Curriculares e a formação do Professor: Algumas reflexões*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI (org.). *III Encontro Perspectivas do Ensino de História*. Curitiba, Editora aos quatros ventos, 1999.

SEFFNER, Fernando. *Teoria, metodologia e ensino de história*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (org.) *Questões de Teoria e Metodologia da História*, Rio Grande do Sul, Editora UFRGS, 2000.

SILVEIRA, Maria Godoy, et al. *Educação em direitos humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. Editora universitária, João Pessoa, 2007.

SIMAN, Lana Mara Castro et alii. *Proposta curricular, História: Conteúdo Básico Comum (CBC)*, Ensino Fundamental e Médio. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Visões críticas do golpe democracia e reformas no populismo*. São Paulo, Editora Unicamp, 1997.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Projeto Mosaico – História*. Editora Scipione, 1ª Edição, 2015.

## Um Exercício à Guisa de Reflexão Teórica: diferentes interpretações acerca do populismo no Brasil e sobre a ditadura militar brasileira

**Patrícia Costa de Alcântara**

Mestranda em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: [historiapca@gmail.com](mailto:historiapca@gmail.com)

**Resumo:** Para vários intelectuais, militantes e pesquisadores do Brasil e de outros países da América Latina o “populismo”, como categoria explicativa, teve como principal função responder o motivo do apoio dos trabalhadores aos governos de Vargas, Cárdenas e Perón e o estudo dos chamados “períodos populistas” foi considerado fundamental para a compreensão da instalação das posteriores ditaduras militares nestes países. A fim de refletir sobre como as relações entre Estado autoritário e sociedade tem sido entendidas pela historiografia, o trabalho tem como objetivo pensar como o processo de implantação da ditadura militar no Brasil e as experiências da luta armada neste país foram reinterpretadas pelas produções militantes, jornalísticas e acadêmicas ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Populismo; Historiografia; Ditadura.

**Abstract:** For several intellectuals, activists and researchers in Brazil and other Latin American countries, populism, as an explanatory category, had as its main function to answer the reason for the workers' support for the Vargas, Cárdenas and Perón governments and the study of the so-called "Populist periods" was considered fundamental for the understanding of the installation of the later military dictatorships in these countries. In order to reflect on how the relations between authoritarian state and society have been understood by historiography, the work aims to think how the process of implantation of the military dictatorship in Brazil and the experiences of the armed struggle in this country were reinterpreted by the militant, journalistic productions And academic over time.

**Keywords:** Populism; Historiography; Dictatorship.

No Brasil e em outros países da América Latina o “populismo”, como categoria explicativa, teve como principal função explicar as razões do apoio dos trabalhadores aos governos de Vargas, Cárdenas e Perón e o estudo dos chamados “períodos populistas” foi considerado por vários intelectuais, militantes e pesquisadores fundamental para a compreensão da instalação de posteriores ditaduras militares nestes países.

De acordo com Felipe Demier (2012, p. 206), no Brasil, “desde meados da década de 1960, particularmente após o Golpe de Estado de 1964, parcela expressiva de pesquisadores das áreas de sociologia e ciência política dedicou-se à compreensão do papel desempenhado pela classe trabalhadora em diversos âmbitos da vida nacional(...)”. No mesmo sentido, Angela de Castro Gomes afirma que após o impacto do movimento militar de 1964,

o fenômeno do populismo passa então a integrar, com destaque, a nova agenda de investigações que visava responder a uma grande e crucial questão: quais foram as razões do golpe? É nesse contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitavam raízes no esgotamento da experiência populista (...). (GOMES, 1996, p.33)

As preocupações de cientistas sociais e historiadores em torno das relações estabelecidas entre sociedade e Estado durante o Governo Vargas e no seu imediato posterior tornaram recorrente o uso do conceito de populismo para a compreensão do intervalo da história brasileira que se estende da Revolução de 1930 até o Golpe Militar de 1964. Tal conceito tem passado por críticas e revisões historiográficas, no entanto, continua presente em produções acadêmicas, na cultura política nacional, nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população.

Segundo Angela de Castro Gomes (1996), os interesses dos cientistas sociais em construir análises sobre a estrutura de poder nacional remontam da década de 1950 e as reuniões do Grupo Itatiaia<sup>1</sup>, sob uma perspectiva vanguardista e embalada pela teoria da modernização, formulariam as primeiras bases para o que convencionou-se chamar populismo no Brasil. Tais formulações teriam elencado uma série de variáveis histórico-sociológicas que possibilitariam a emergência do fenômeno no país:

um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural). (GOMES, 1996, p.4)

Já na década de 1960, principalmente após a deposição de João Goulart pelas tropas militares em 31 de março de 1964, muitos sociólogos e cientistas políticos, em sua maioria marxistas, dedicaram-se a estudos sobre a classe trabalhadora, a fim de explicar os motivos que teriam levado ao golpe militar. Partindo dessa premissa, importantes trabalhos foram realizados acerca de temas como urbanização, industrialização, empresariado, movimento operário, sindicalismo e Estado.

Tanto pra Gomes (1996) quanto para Felipe Demier (2012), dentro desse grupo, um dos mais importantes teóricos do populismo no Brasil teria sido Francisco Weffort, devido à proporção com que suas formulações influenciaram e ainda influenciam o meio acadêmico. Segundo Gomes: “Talvez se possa dizer que, só então, o populismo encontra (...) seu mais importante teórico no Brasil: o professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Weffort.” (1996, p. 6). Na mesma razão, afirma Demier que:

Muitos dos cientistas sociais dessa geração, com destaque para o cientista

---

<sup>1</sup> Segundo a autora, desde 1952, as reuniões do grupo eram financiadas pelo Ministério da Agricultura; em 1953, criam o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que daria origem posteriormente à organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

político Francisco Weffort e o sociólogo Octavio Ianni, se puseram a interpretar o processo de incorporação das massas populares ao processo político brasileiro no pós-1930, tomando por centro as políticas estatais de cunho social e, em especial, a formatação da estrutura sindical brasileira de matriz corporativista. “Manobrados” por intermédio das primeiras e controlados severamente pela segunda, os trabalhadores brasileiros foram vistos como um dos fundamentais elementos constitutivos de um período histórico (1930-1964) qualificado de “populista”. (2012, p. 206)

É importante levar em conta que tanto Francisco Weffort quanto Octavio Ianni escreveram num contexto de reorganização das esquerdas latino-americanas. Nesse momento, houve uma tendência à formulações de críticas ativas à atuação das esquerdas armadas, que teriam fracassado tanto pela falta de proximidade com as lideranças das classes populares quanto pelo peso do populismo iniciado por Vargas em 1930. Dessa forma, as esquerdas teriam sido derrotadas em 1935 e em 1964 porque, diante do populismo, os trabalhadores e populares comportavam-se como “massas”, incapazes de se organizar e compreender o que era proposto pela esquerda.

Devido à repercussão destas formulações, a revolução de 1930 foi entendida durante muito tempo como um marco que comprometeu a autonomia dos movimentos e lutas operárias, instaurando uma fase de apatia proletária e de dominação estatal dos trabalhadores, já que no período anterior a classe trabalhadora gozaria de certa autonomia organizativa, em contraste com o posterior desmantelamento e estagnação causados pela violência, eficácia propagandística e tutela estatal sobre o movimento sindical.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, acompanhando o processo de redemocratização do país, tal passividade passou a ser questionada. Uma variedade de estudos históricos sobre o movimento operário contestaram os argumentos tradicionais que insistiam na passividade e na incapacidade de organização da classe trabalhadora. Estes trabalhos mais recentes dedicaram-se a resgatar a agência e as estratégias elaboradas pelos trabalhadores frente às regulações estatais das relações laborais. Esta mudança de perspectiva, fundamentada em novas teorias e metodologias, gerou um debate intenso a respeito do conceito clássico de populismo, acerca do trabalhismo, dos limites da dominação estatal e da complexidade das relações entre Estado e classe trabalhadora<sup>2</sup>, ou, de forma mais geral, entre Estado e sociedade<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Sobre este debate, ver: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Ou ainda, sob outra perspectiva: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

<sup>3</sup> Eliana Regina de Freitas Dutra (1981), Carla Maria Junho Anastasia (1990), Fernando Teixeira da Silva (1995), Rinaldo José Varussa (2002), Ângela Maria Carneiro Araújo (2002), John French (2002), Alexandre Fortes,

Outra característica marcante desse processo de revisão historiográfica é que no lugar das grandes sínteses e generalizações teóricas que embasavam as análises sociológicas sobre o populismo, a historiografia mais recente tem preferido recortes mais específicos. Sobre esta última questão é importante ressaltar a ressonância da perspectiva metodológica da micro-história sobre a historiografia brasileira. Desde fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, com a chegada e difusão no mercado editorial brasileiro de *Jogos de escalas* (Jacques Revel, 1998) e *Herança imaterial* (Giovanni Levi, 2000) a micro-história apresentou uma alternativa de pesquisa que possibilitava um outro fazer historiográfico, que questiona a ordem sistemática das grandes sínteses históricas e é capaz de fazer emergir a figura do indivíduo e suas relações com o grupo e o contexto (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2009). Acompanhando estas críticas às metanarrativas,

Identificado como determinista, economicista, totalitário em sua ambição totalizante, estreito em seus horizontes de análise, teoricamente enrijecido, e incapaz de dialogar com a empiria sem impor-lhe conceitos e explicações teóricas preestabelecidas, o marxismo foi, entre nós [historiadores], especialmente a partir de fins da década de 1980, rechaçado pela maioria da produção historiográfica recente. (MATOS, p.83)

As mudanças de perspectiva mencionadas acima não atingiram apenas os estudos sobre a atuação dos trabalhadores frente às regulações das relações de trabalho empreendidas por Vargas, mas também suscitou debate entre os estudiosos das relações estabelecidas entre sociedade e Estado num outro período de governo autoritário, iniciado após o Golpe Militar de 1º de abril de 1964. Quanto a estudos desenvolvidos sobre esta temática, principalmente sobre a luta armada contra a ditadura, podemos acrescentar mais uma mudança historiográfica, apontada por Jean Rodrigues Sales. Segundo o autor, por volta dos anos 2000 tanto o “retorno” da história política quanto o desenvolvimento teórico da “história do tempo presente”, somados ao afastamento temporal, forneceram legitimidade acadêmica às investigações sobre a história recente no Brasil, o que teria resultado no aumento de trabalhos sobre a luta armada (SALES, 2015, p. 88-89).

O próprio movimento de revisão historiográfica acerca da ditadura militar e luta armada também tornou-se objeto de estudo no Brasil. A frustração com a derrota das esquerdas e o

---

(2004), Jorge Ferreira (2005), Magda Barros Biavaschi (2007), e tantos outros, são exemplos de autores e produções que tratam do comportamento dos trabalhadores frente às regulações do mundo do trabalho a partir desta perspectiva.



consequente paradigma pós-moderno foram identificados como as bases desse movimento de recaptulação nas análises brasileiras.

Segundo Marcelo Badaró Mattos (2014), no Brasil, muitos intelectuais, desiludidos com a decadência das esquerdas e com o esmorecimento do comunismo mundial acabaram por desistir das análises de cunho marxista e aproximaram-se do paradigma pós moderno, de onde surgem críticas às análises estruturalistas ou generalizantes das metanarrativas ou grandes relatos, identificados com o iluminismo, o idealismo, o funcionalismo ou, de maneira mais enfática, com o marxismo. Como consequência “o espaço da política se veria reduzido às causas específicas dos pequenos nós(...)” (MATTOS, p. 74-75). Em consonância com este último ponto, Jean Sales (2015) afirma que, em linhas gerais podemos apontar como características das pesquisas mais recentes “o fato de serem monográficas e não mais voltadas para a compreensão global da problemática, como suas antecessoras”(p. 99) e o fato de as temáticas abordadas, serem “extremamente variadas, voltando-se para a compreensão das organizações da esquerda revolucionária, da participação das mulheres, da produção literária e cinematográfica, entre outros assuntos.” (p. 100).

É no sentido de apresentar as transformações e controvérsias que perpassam a produção sobre a matéria no Brasil que, no seu artigo intitulado *Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*, Jean Rodrigues Sales (2015) busca apresentar um panorama dos estudos e debates brasileiros travados entre meados de 1970 até os dias atuais sobre a temática da luta armada contra a ditadura militar. Segundo o autor, a produção sobre a guerrilha armada no Brasil passou por diversos momentos, que ele organiza de forma sistemática e objetiva em três etapas. Num primeiro momento, definido como o dos anos 1970, teria início a produção sobre o tema, que teria se tratado, basicamente, do debate entre militantes e ex-militantes. No início os ex-militantes teriam dado um apoio crítico à luta armada, já que ela ainda acontecia no Brasil, mas depois adotaram uma visão que seria a predominante: a de que as esquerdas revolucionárias se afastaram da sociedade, o que as levou à derrota. (Sales, 2015).

Ainda segundo Sales (2015), em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 teria início as produções mais sistemáticas, acadêmicas, sobre o tema. Seriam os trabalhos de Jacob Gorender, (1998), Daniel Aarão Reis Filho (1990) e Marcelo Ridenti (1993) os clássicos sobre o tema neste período. Por fim, neste mesmo artigo, Sales pontua que já a produção atual, seria marcada por uma variedade temática e teórica, sob a qual ganhou destaque os conceitos de



“cultura política”, “memória” e “identidade”. Como demonstraremos, assim como se passa com o tema populismo, esses novos caminhos historiográficos são base de diversas controvérsias acadêmicas, tendo algumas inovações interpretativas recebido a pecha de “revisionistas”.

Nesse sentido, acreditamos que para efeito de um exercício de reflexão historiográfica que leve em conta as transformações mencionadas acima, é interessante analisar um trabalho de Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988* (2014). Afinal, trata-se de uma obra recente, publicada pela editora Zahar pela ocasião dos cinquenta anos do golpe militar que destituiu o governo constitucional de João Goulart em 1964, e também porque este autor - embora tenha sido um militante da esquerda armada - é hoje um dos mais apontados como agente da vertente de revisão historiográfica tachada como revisionista. Nessa obra podemos identificar, inclusive, os principais pontos que tem sido revisados na academia e a conseqüente polêmica historiográfica dessa recapitulação.

Logo no primeiro capítulo do livro, Aarão Reis Filho sugere que as certezas recorrentes sobre o tema estão mais ligadas à memória que à empiria do fazer historiográfico. Partindo desta premissa, o autor empreende uma série de revisões sobre temas que perpassam a ditadura militar brasileira: a construção da memória sobre o regime; o significado e as conseqüências das lutas armadas; os motivos que teriam originado o golpe; os limites da resistência democrática; o lugar da sociedade civil frente à intervenção militar e ao autoritarismo; a influência dos E.U.A. ou da U.R.S.S. nos conflitos políticos travados durante a Guerra Fria; a democracia e, até mesmo, os marcos temporais tradicionais que compreendem o período ditatorial entre 1964 e 1985.

Quanto às reconstruções da memória sobre o regime militar, ele apresenta três principais “deslocamentos de sentido”. Qualificar a luta armada como resistência democrática à ditadura, enquanto esta seria na verdade radicalizada, revolucionária e antidemocrática, seria o primeiro deslocamento de sentido, promovido pelas forças conciliadoras que após o regime militar visavam anistia ampla para a reconstrução da democracia. Daniel Aarão coloca em cheque, assim, a resistência das esquerdas revolucionárias à ditadura militar. Esta perspectiva não encontra consenso na historiografia e alguns autores, como Demian Bezerra de Melo e Marcelo Ridenti, por exemplo, apesar de considerarem pertinentes os empreendimentos como os de Daniel Aarão Reis que tem o propósito de desmistificar a atuação das esquerdas armadas, afirmam que interpretações que as recusam como resistência à ditadura têm sido utilizadas política e ideologicamente por setores da sociedade que tem o interesse de isentar a sociedade

civil de participação no golpe e por aqueles que justificam a ditadura militar em nome da democracia, como se fosse o resultado de uma contraofensiva às ações sanguinárias da esquerda. Desta forma, por mais que não compactue com a ideologia da resistência democrática, Marcelo Ridenti (2004) conclui que o mais adequado ao se tratar das esquerdas armadas é não rejeitar o substantivo “resistência”, mas utilizá-lo sem o acompanhamento do adjetivo “democrática”, já que, por mais que não tenha sido a intenção original, o fato é que, dado à fraqueza das esquerdas armadas, elas representaram objetivamente mais uma resistência que uma ofensiva revolucionária ao regime. Nas palavras do autor:

Independente da vontade revolucionárias das esquerdas armadas, pode-se constatar em retrospecto que elas eram pequenas e fracas demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de “resistência”. As oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências inconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura. (Ridenti, 2004, p. 57)

No entanto, apesar de evitar qualificar a resistência das esquerdas armadas brasileiras à ditadura como democrática, Marcelo Ridenti considera a exigência de uma postura democrática, as vezes tácita e outras explicitamente exigidas por Daniel Aarão Reis, como anacrônica. Segundo Ridente (2004, p. 62-63), a atuação das esquerdas armadas baseavam-se nas ações de vanguarda e algumas organizações realmente planejaram a ação armada ainda antes do golpe de 1964 e, por isso, de fato não propunham um retorno à democracia aos moldes do pré 1964. A luta pela revolução nos anos 1960/1970 na verdade não se reduziu à uma luta pela democracia atual. O objetivo não era só pôr fim à ditadura, mas acabar com a exploração de classe do capitalismo e instalar o socialismo. No entanto, alerta Ridente, é preciso reconhecer que apenas nos dias atuais o termo “democracia” ganhou relevância suficiente para desqualificar ações mais radicalizadas. Para ele é um anacronismo exigir das atuações do passado uma ideia de democracia estabelecida posteriormente, enquanto os temas que mais mobilizavam a sociedade no início dos anos 1960 seriam o das reformas de base e o da “revolução brasileira”. Da mesma forma, para Demian (2014, p. 177), a luta armada foi legítima em outros contextos e, por isso, não deve ser vista por um enfoque moralizante.

É nesse sentido que Pablo Pozzi (2013, p. 52) afirma que se pode fazer críticas às atuações das esquerdas, “mas tomando em conta o contexto histórico e político e a própria trajetória de suas organizações”. Desta forma, estes autores se opõe à interpretações como as das argentinas Claudia Hilb (2013) e Pilar Calveiro (2013), que compreendem a violência como oposição ou anulação da ação política; ou à interpretações intermediárias como as de Hugo

Vezzetti (2013) que, embora admita a violência como ferramenta política compartilhada pela militância revolucionária e pelas forças armadas, em última instância afirma que a persistência das esquerdas em ações políticas radicalizadas foram a causa de sua derrota na Argentina.

Um segundo deslocamento de sentido apresentado na obra de Daniel Aarão Reis teria sido desenvolvido pelas forças de direita a fim de apresentar a sociedade civil como vítima tanto da esquerda quanto da direita, de dois lados opostos e igualmente culpados, tal como sugeriria a “teoria dos dois demônios” - interpretação que permaneceu hegemônica durante muito tempo nas explicações sobre a ditadura na Argentina<sup>4</sup>. A consequência desse deslocamento resultaria num terceiro: a desculpabilização da “sociedade”, a construção social de que a ditadura nunca teria encontrado apoio civil, “de que a ditadura fora obra apenas dos militares, reconstruídos como bodes expiatórios.” (Reis Filho, 2014, p.127).

Sobre este último deslocamento de sentido, de acordo com Reis Filho, visões conciliadoras, elaboradas sobretudo a partir da década de 1980, teriam deixado de lado o debate sobre as bases sociais que sustentaram o regime militar. E, apegada a valores democráticos, a “sociedade” brasileira teria negado e/ou ocultado a sua colaboração ou silenciamento frente ao golpe. Essa interpretação forneceu as bases para que o autor pudesse preconizar a noção de “ditadura civil-militar”. Porém, de forma bem diferente do sentido original proposto por René Dreifuss<sup>5</sup>, Daniel Aarão Reis não problematiza os interesses de classe dos civis que teriam apoiado o golpe e, assim como Denise Rollemberg (2006), apresenta o apoio social conferido apenas ao projeto autoritário, militar e empresarial, desconsiderando a parcela da população brasileira que se identificava ou conferia legitimidade às ações da esquerda por almejar as reformas de base que foram travancadas pela instauração da ditadura ou porque aspirava a “revolução brasileira”. Ou, nas palavras de Marcelo Ridenti (2004, p. 64), “se olvidam as lutas pelas reformas de base, até hoje não realizadas, sem falar na então sonhada revolução brasileira, nas diversas acepções em que foi pensada e proposta.”.

---

<sup>4</sup> Durante muito tempo, predominou na Argentina a interpretação hegemônica da teoria dos dois demônios, que apresenta tanto o militarismo de direita quanto as guerrilhas de esquerda como organizações violentas e antidemocráticas que reprimiam e amedrontavam uma sociedade civil que assistia aos confrontos sem qualquer intromissão política.

<sup>5</sup> Ver: DREIFUSS, René Armand. 1964, A conquista do Estado: política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. De acordo com Demian Bezerra de Melo (2014, p. 160), René Dreifuss “foi o primeiro a insistir na natureza ‘civil-militar’ ou, mais precisamente, ‘empresarial-militar’ do golpe e da ditadura que se seguiu”. Segundo Marcelo Badaró Mattos (2014, p. 88), Dreifuss associava o elemento civil a um sentido de classe burguês/empresarial da articulação que trabalhou pela derrubada de Goulart e viu-se representada nos governos pós-64”.

Ainda sobre as bases sociais da ditadura, o termo “cultura política nacional-estatista”, utilizado por Reis Filho, também reforça a ideia de um amplo apoio da “sociedade” brasileira ao regime militar, pois, elaborada pelo Estado Novo e retomada e aprofundada pelos militares, tal cultura política teria feito crescer entre a população um consenso que apresenta “o Estado como melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional na direção de um processo autônomo de modernização.”(Reis Filho, 2014, p.9). Segundo o autor, entendendo o Estado e a legalidade como um canal eficaz de atendimento às demandas, a “sociedade” teria se sentido acuada pelo processo de radicalização da esquerda, o que teria desembocado na instauração do golpe e na subsequente ditadura. Esta interpretação acaba por responsabilizar a atuação das esquerdas pelo golpe militar de 1964 e as lutas armadas pelo endurecimento da ditadura. É importante dizer que dentre a historiografia recente existem interpretações contrárias a esta, segundo as quais tal “radicalidade” poderia ter sido combatida ou controlada dentro do viés institucional democrático, sem a necessidade de que uma ditadura fosse instalada sob o pretexto de proteger a democracia. Sobre este aspecto, Marcelo Ridenti (2004, p. 63) lembra que foram os golpistas que interromperam de forma violenta o processo de levar adiante as reformas de base do governo Jango e afirma que autores como Maria Aparecida Aquino chegaram à constatação evidente de que foram os militares que suspenderam a democracia.

No tocante à revisão dos marcos temporais tradicionais, de 1964 à 1985, sob a reinterpretção de Daniel Aarão Reis Filho, a ditadura passa a ter a sua existência objetiva entre 1968 (com a instauração do AI-5) e 1979 (com a revogação dos atos institucionais). O período compreendido entre 1979 e 1988 seria um período de “transição democrática” ou de um “Estado de direito autoritário” findo com a constituição de 1988. Nas palavras do autor, “(...) no período de transição já não havia ditadura, mas também não existia democracia”. (Reis Filho, 2014, p. 125). Demian Bezerra de Melo faz uma crítica a este encurtamento da ditadura. Para ele,

Esse suposto fim da ditadura não seria nem um pouco percebido pelo movimento operário que em março de 1979 incendiou a região do ABC paulista. [...] Propondo o encerramento da ditadura em 1979, deixa de fora episódios emblemáticos da luta contra a mesma, como os atentados terroristas na seção da OAB fluminense e do Rio-Centro, sem falar da campanha pelas Diretas Já, em 1984. (2014, p. 179)

Segundo Marcello Badaró Mattos (2014), autores ligados à Nova História Política e Cultural e que hoje exercem grande influência nos cursos de graduação e pós-graduação no país (tais como Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Peter Burke) deram suporte às interpretações de de um rol de autores, que, ao tratar da história política brasileira no pós 1930, travariam um

debate “desenvolvido a partir de teses cada vez mais difundidas, que combinam a rejeição da noção de populismo como chave explicativa para o período 1930-64 com uma releitura do golpe de 1964 e da ditadura por ele instalada”(2014, p. 86).

Nesse sentido, ressaltadas as colaborações mencionadas anteriormente, com relação ao resgate dos enfrentamentos cotidianos e da agência dos indivíduos frente as regulações e intervenções estatais, que durante muito tempo foram negligenciados pelos estudos marxistas dos anos 1960 e 1970, segundo Demian Bezerra de Melo (2014), “além de mistificação, tais interpretações pretensamente ‘novas’ na verdade revelam um notório empobrecimento conceitual e a marca do conservadorismo político na produção acadêmica dos últimos anos” (2014, p. 158).

Felipe Demier (2012) afirma que tais revisões, com o intuito de demonstrar a agência de pessoas comuns e a ineficácia e os perigos do uso do termo populismo, não tiveram os mesmos cuidados e análise crítica frente as próprias noções e termos empregados nas suas interpretações historiográficas. Na ânsia de demonstrar que os trabalhadores não devem ser vistos como um todo uniforme guiado pelo Estado, fazem usos de noções tais como “cumplicidade” e “solidariedade” para explicar as relações entre sociedade e Estado, tanto durante o Estado Novo quanto durante a ditadura militar. Para Demier, estes novos estudos mencionam as resistências e oposições ao regime de forma superficial e por tratarem “sociedade” de forma ampla, sem especificarem em momento algum qual parcela dessa sociedade teria agido com “cumplicidade”, acabam por ignorar a complexidade e a diversidade de interesses de classe que compõe a população brasileira. Tratadas dessa maneira, essas noções dão margem a interpretações que constroem a imagem de um amplo consentimento por parte da sociedade civil ao golpe militar e ao Estado Novo.

Dessa forma, um dos pontos mais preocupantes da revisão historiográfica por ora empreendida no Brasil é a possibilidade de passarmos de uma produção que insistia na culpa dos militares e na construção da esquerda como heroica, à uma produção que culpa a esquerda e também a sociedade pelo golpe militar. Assim, da mesma forma que alerta Alexandre Fortes (2007, p. 79), sobre correremos o “risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos o ‘populismo’ por ‘trabalhismo’”, devemos nos atentar para o fato de que trocar o termo “ditadura militar” por “ditadura civil-militar” pode acarretar o mesmo problema. É imprescindível que historiadores se posicionem frente a esta questão, afinal, apesar das polêmicas e controvérsias que abarcam os estudos sobre as ditaduras e as lutas armadas no Brasil, um ponto de

convergência entre os diversos autores, independente de suas orientações políticas e ideológicas, é o fato de que o exercício do historiador é parte da memória social em disputa. Desse forma, como diz Marcelo Ridenti (2004, p. 64), se "não há como controlar os usos feitos das pesquisas históricas nas lutas sociais do presente", há pelo menos como termos consciência durante o nosso fazer historiográfico que não apenas grupos sociais com interesses distintos fazem uso desta produção, mas que diferentes governos também tem se apropriado das memórias construídas sobre este período de acordo com seus interesses. Consciência imprescindível sobretudo neste momento em que assistimos no Brasil a deposição do cargo de presidência da república de uma ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar e a imediata investida do atual governo em mudanças na Comissão de Anistia, alterando a sua composição pela exoneração de antigos integrantes e pela nomeação arbitrária de novos membros, dos quais pelo menos um é, segundo matéria publicada pelo o jornal *O Globo* no dia 02 de setembro de 2016, suspeito de ter sido colaborador da ditadura militar.

### Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Corporativismo e cálculo político: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Instrução, 1990.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e Trabalhadores. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

CALVEIRO, Pilar. Política y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los años setenta. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo, in: *Mundos do Trabalho*, v.4, n.8, pp 204-229. 2012.

DREIFUSS, René Armand. 1964, A conquista do Estado: política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Alternativas do comportamento operário em Belo Horizonte e Juiz de Fora – 1917/1930. Belo Horizonte UFMG, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.

ÉBOLI, Evandro. Nomeado para a Comissão da Anistia aparece como colaborador da ditadura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 de set. 2016. Disponível em: <



<http://oglobo.globo.com/brasil/nomeado-para-comissao-da-anistia-aparece-como-colaborador-da-ditadura-20043410> > Acesso em: 10 de set. 2016.

FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In; FERREIRA, Jorge. (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Alexandre. Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n.2, p. 61-86, 2007.

FRENCH, John. Afogados em Leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre as trajetórias de um conceito. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. Ática, São Paulo, 1998.

HILB, Claudia. La responsabilidad como legado. In.: Usos del pasado: Qué hacemos hoy con los setenta. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2013.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

POZZI, Pablo. Para continuar con la polémica sobre la lucha armada. In.: Historia reciente y violencia política: Lucha armada en la Argentina (La revista). ELGUETA, Gloria; MARCHANT, Claudia (editoras.), 1a. ed.. Santiago: Tiempo robado, 2013.

REVEL, Jacques. Jogos de escala: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. Brasiliense, São Paulo, 1990.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. UNESP, São Paulo, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mitificação da Resistência Armada contra a Ditadura: armadilhas para pesquisadores. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ, Rodrigo Patto. (Orgs). O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois. (1964-2994). Bauru, SP. EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In.: FILHO, João Roberto Martins. (Org.). O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas perspectivas. São Paulo: EdUFSCar, 2006.

SALES, Jean (2015). Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, v. 4, n. 5, p. 87-109.

SILVA, Fernando Teixeira da. A carga e a culpa. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de relações fabris. In: História: São Paulo , v.21, jan 2002.

VEZZETTI, Hugo. Sobre la violencia revolucionaria: Memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

## Especificidades da contracultura no cinema brasileiro e tensões no campo artístico (1968-1969)

**Fábio Santiago Santos**

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: fabiosantiagosantos@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de apresentar algumas considerações sobre o cinema marginal, sobretudo quanto ao modo como esta tendência cinematográfica tentou se afirmar e delimitar uma posição no campo artístico-cultural brasileiro entre os anos 1960 e 1970. Busca-se, a partir da abordagem de alguns filmes marginais, como *O bandido da luz vermelha* (1968), *A mulher de todos* (1969) e *Meteorango Kid, o herói intergalático* (1969), bem como de depoimentos e entrevistas dos seus respectivos realizadores, mapear os posicionamentos acerca da realidade nacional daquele contexto, as reações possíveis frente ao autoritarismo militar e o papel social do cinema em meio a um período de grandes inflexões no tocante à cultura e à política. Mediante essa reflexão pode-se apontar alguns traços da contracultura – identificáveis nos movimentos de caráter internacional –, que se imbricam com o contexto brasileiro, representados nos filmes.

**Palavras-chave:** Contracultura; Ditadura; Cinema; Marginalidade.

**Abstract:** This work has the objective of presenting some considerations about the marginal cinema, especially as to the way in which this cinematographic tendency has tried to affirm and to delimit a position in the Brazilian artistic and cultural field between the years 1960 and 1970. It is sought, from the approach of some marginal films, like *O bandido da luz vermelha* (1968), *A mulher de todos* (1969) e *Meteorango Kid, o herói intergalático* (1969), as well as of testimonies and interviews of their respective filmmakers, mapping the positions on the national reality of that context, possible reactions to military authoritarianism and the social role of cinema amidst a period of great inflection in culture and politics. Through this reflection, it is possible to point out some traits of the counterculture - identifiable in the movements of an international character - that intertwine with the Brazilian context represented in the films.

**Keywords:** Counterculture; Dictatorship; Cinema; Marginality.

O presente trabalho desdobra-se de uma pesquisa de dissertação cujo objetivo consistiu na análise de representações da contracultura no cinema brasileiro produzido entre 1969 e 1970. Na pesquisa, interessou-nos as atribuições de sentido à realidade por meio de estratégias específicas do cinema marginal. Tentamos compreender as interligações e diálogos entre a narrativa fílmica – e sua abordagem baseada em linguagem e estética singulares – e a conjuntura sociopolítica em que atuaram os jovens diretores empenhados na realização de filmes de baixo orçamento e renovação estética.

O tratamento das fontes fílmicas visou a um entendimento do campo artístico brasileiro a partir das “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p.184). Na área cinematográfica, a atribuição de sentidos à realidade está intimamente

ligada às posições ocupadas pelos agentes e sujeitos históricos no âmbito do campo artístico-cultural. As posições e as disputas travadas no campo simbólico em torno da pretensão e necessidade de significar a realidade são fundamentais para o conhecimento sobre o papel dos artistas em um contexto marcado pelos esforços da ditadura militar para legitimar-se perante a opinião pública, o que incluía a controle do imaginário social por meio da propaganda e da censura.

Conforme o filósofo e historiador Bronislaw Baczko, qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder, uma vez que esta não parte de princípios físicos, biológicos ou naturais e todo o poder tem de se impor como poderoso e legítimo (BACZKO, 1985, p.310). Assim, observando a conjuntura sociopolítica brasileira do final da década de 1960, é importante refletir sobre as disputas simbólicas nas quais os diversos interessados criam estratégias de legitimação ou contestação, mobilizando e/ou subvertendo, à luz de seus objetivos, os recursos e princípios compartilhados em dado campo.

Nesse artigo, proponho uma reflexão sobre tais representações – e o seu lugar nos conflitos no âmbito do imaginário – a partir dos filmes *A mulher de todos* (1969) e *Meteorango Kid, o herói intergalático* (1969), tomados como fontes na dissertação, e acrescento ainda algumas considerações sobre o filme *O bandido da luz vermelha* (1968), que, embora não tenha composto o corpo documental da dissertação, é um interlocutor constante de grande parte da produção cinematográfica que convencionou-se chamar de “marginal”. A análise de elementos recorrentes nos três filmes, cotejados com informações extrafílmicas, tais como entrevistas e documentos de censura, possibilitou perceber traços e características do que pode ser considerada uma expressão da contracultura no Brasil. Para tal intento foi necessário, em um primeiro momento, um olhar panorâmico sobre o contexto histórico recortado e a dinâmica no campo artístico-cultural do país nesse período.

### **O campo artístico-cultural brasileiro: posições e estratégias**

No final da década de 1960, no meio artístico brasileiro, tensões, incertezas e o medo coexistiam com a criatividade e o desejo de inovação na linguagem e estética artísticas. A ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964, dava sinais de uma definitiva institucionalização, sobretudo com a decretação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional Número 5 (AI-5), responsável por fomentar nova onda de perseguições a opositores, cassações de mandatos, suspensão de direitos civis – como o de *habeas corpus* –, além do incremento da violência física sobre os militantes de esquerda, a exemplo dos casos de tortura e assassinatos,

e do fortalecimento da rede de vigilância e censura à imprensa e às manifestações artísticas e de entretenimento. Após o AI-5, a paranoia instalara-se entre músicos, cineastas, dramaturgos, diretores e outros, receosos de atuarem no campo artístico-cultural por meio de críticas ou contestações ao regime militar e seus subjacentes valores morais. A intimidação levada a cabo pelos agentes da repressão, mediante convocações para interrogatório, processos judiciais, ameaças e mesmo prisão e exílio – como nos casos de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que foram presos e expulsos do país, obrigados a interromper suas carreiras profissionais em ascensão, em 1968 – promoveu, dentre outros fatores, a necessidade de se repensar a resistência, o engajamento e a natureza do protesto nas artes.

No mesmo período, em grande parte do mundo ocidental emergiam formas inovadoras de contestação ao autoritarismo e aos pilares da sociedade industrial. Nos Estados Unidos e na Europa, o conceito de contracultura passou a ser utilizado para abranger inúmeros movimentos e práticas, coletivas ou individuais, que buscavam se opor aos parâmetros da sociedade tecnocrática, baseada na técnica, na racionalização, na modernização e no discurso cientificista (ROSZAK, 1971, p.22). Enquanto nos Estados Unidos, jovens de classe média começavam a recusar o “modo de vida americano”, contestando, de dentro, valores tão caros à autoimagem do país, como o nacionalismo e o sistema capitalista, com seus ideais de livre-iniciativa, individualismo e propriedade privada; na Europa, as agitações de 1968, principalmente em maio desse ano na França, ainda que fundamentadas em um ideário socialista tradicional, viram o fortalecimento de demandas e reivindicações promovidas por grupos minoritários historicamente excluídos, que transformaram a noção de política, estendendo-a ao cotidiano, à vida privada, aos corpos e suas manifestações.

No Brasil, sob as políticas modernizantes que incrementam inclusive a indústria cultural, a contracultura aporta ainda no final dos anos 1960, influenciando artistas, intelectuais e jovens estudantes da classe média urbana, embora o regime militar logo tenha se voltado contra as pautas dos movimentos, tidos como imorais ou agentes da subversão. É importante salientar, entretanto, que os elementos da contracultura incorporados no campo artístico-cultural brasileiro não consistiram em mera “tradução” de modismos e tendências do hemisfério norte, como se acusou à época. Mesclados a temas próprios à contracultura, como a sexualidade livre de normatizações religiosas e jurídicas, a crise da família tradicional e suas hierarquias históricas, a cultura jovem em ascensão e a crítica à racionalidade científica, aspectos da conjuntura social, política e cultural do Brasil atribuíram contornos específicos ao fenômeno

local, como é possível perceber na observação de filmes autorais, músicas tropicalistas e na literatura produzida à época, que se chocavam com a perspectiva nacionalista e revolucionária, à esquerda,<sup>1</sup> cuja hegemonia prevalecia mesmo após o golpe e a violenta ação para abolir os laços entre trabalhadores, movimentos sociais e os artistas e intelectuais que a eles tentavam se dirigir no começo dos anos 1960 (SCHWARZ, 1978, p.62). Desse modo, ainda que compartilhassem o desejo de combater um inimigo em comum – a ditadura – e a crença na ação interventora da arte na sociedade, setores e tendências artísticas se digladiavam em torno da legitimidade de suas ações e leituras do mundo social, além de reivindicarem para si os recursos mais prestigiados no que se refere aos parâmetros estéticos e formais.

De um lado, artistas ligados ao ideário nacional-popular buscavam meios de resistência ao novo regime. No final dos anos 1950 e começo dos anos 1960, circulava, entre estes, certa consciência de estarem na vanguarda de uma revolução, até então a utopia que animava a intelectualidade. Em sua concepção, a revolução deveria necessariamente resgatar valores perdidos no passado, mas ainda existentes no “coração do Brasil”, no homem simples do mundo rural e arcaico. Com base nessas raízes autênticas a modernidade deveria ser construída no país (RIDENTI, 2003, p.135). Essa visão do papel transformador do artista foi preponderante, sobretudo, nos Centros Populares de Cultura, ligados a União Nacional dos Estudantes (UNE), que se propunham a criar e propagar uma arte popular e revolucionária, pautada na ruptura com o subdesenvolvimento e na afirmação de uma identidade nacional (RIDENTI, 2003, p.140).

Em contrapartida, nos anos finais da década de 1960, novas propostas estéticas e temáticas passam a ser experimentadas por jovens artistas, contrariando as posições estabelecidas na frente de resistência cultural. A Tropicália, movimento surgido entre os anos de 1967 e 1968, é o exemplo mais conhecido desse momento de reavaliação do papel das artes no país. Baseados na antropofagia modernista de Oswald de Andrade, dos anos 1920, os tropicalistas refletiam sobre a nação mediante um novo olhar, que, ao contrário das esquerdas ortodoxas e da direita representada pelos militares e pela elite civil no poder, não acreditava na redenção da nação: a modernização imposta autoritariamente fundia-se às “reliquias” do país, resultando num amálgama moderno-arcaico, uma nação paralisada no tempo (NAPOLITANO, 2014, p.109).

---

<sup>1</sup> Segundo Marcos Napolitano, nos quatro primeiros anos do regime militar, a vida cultural estimulada pelas ideias de reforma do governo de João Goulart – e, é possível acrescentar, pela utopia da revolução que alimentava grande parte da intelectualidade – foi preservada, embora restrita em seu circuito mercadológico direcionado aos setores escolarizados da classe média (NAPOLITANO, 2014, p.101).

Os embates entre a esquerda artística tradicional, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao ideário nacional-popular, e as vanguardas surgidas no final da década se acirravam em meio às discussões sobre a necessidade de se posicionar contra a ditadura. Tais vanguardas eram acusadas de se desviarem de uma aliança necessária contra o autoritarismo ao apelar para estratégias de chocar a classe média e sua moralidade. Seus detratores, à esquerda, ainda afeitos à ideia de uma aliança de classes nacionalista, argumentavam que a classe média e a burguesia deveriam ser seduzidas à luta contra a ditadura, e o choque promovido por tropicalistas e marginais apenas afastavam-nas dessa possibilidade. Por seu turno, as vanguardas insistiam na crítica dos valores políticos e comportamentais burgueses (NAPOLITANO, 2014, p.176).

Os embates entre os dois grupos artísticos apresentados<sup>2</sup> – um alinhado a uma esquerda tradicional e outro às vanguardas contraculturais – podem ser compreendidos a partir do que o sociólogo Pierre Bourdieu (1992) definiu como tomada de posição dentro do campo cultural. O autor alerta que, no âmbito do campo,

A forma das relações que as diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com a sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos produtos dela derivados (BOURDIEU, 1992, p.154).

Nesse sentido, engajados e “desbundados” travavam no campo artístico-cultural ferrenhas disputas em torno da legitimidade tanto no que diz respeito aos critérios artísticos e estéticos, quanto ideológicos e políticos.<sup>3</sup> As vanguardas tomavam ambas as questões com tal imbricação que, muitas vezes, a transformação social era tida como decorrente da renovação e transformação da linguagem, o que causava impacto nos cânones e parâmetros artísticos consolidados pelos artistas engajados – outrora também (auto) designados vanguardistas. No âmbito da vanguarda contracultural, os artistas marginais, sobretudo, desempenharam um papel importante, posto que, optando pela marginalidade ou vendo-se nessa condição, puderam radicalizar suas estratégias de criação artística, abarcando princípios estéticos impensáveis para

---

<sup>2</sup> Ressaltamos que os dois grupos artísticos apresentados não são homogêneos. Por razões práticas, foram tratados de modo simplificado e esquemático, sem a atenção a devida atenção às divergências, divisões e aos conflitos internos a cada um.

<sup>3</sup> Essa radicalização ideológica e artística do final da década pode ser pensada a partir do que afirma Baczko sobre os conflitos no imaginário coletivo: as épocas de crise de um poder são os momentos em que prolifera a produção de imaginários sociais concorrentes e em que as representações de uma nova sociedade se tornam mais agressivas (BACZKO, 1985, p.310).

a indústria cultural ou abordando lírica e narrativamente temáticas pouco usuais na produção de caráter revolucionário.

### **Cinema Marginal: a contracultura nos “anos de chumbo”**

Na cultura marginal que ganha forma ao longo dos anos 1960 e emerge a partir de 1968, o cinema foi uma das manifestações de maior destaque, envolvendo-se em inúmeras polêmicas com a ditadura e com os desafetos provenientes do Cinema Novo, movimento cinematográfico surgido no fim dos anos 1950, que, após o golpe, buscava um novo lugar na ordem política, amenizando o discurso revolucionário que propagava em seus primórdios. As disputas e ataques entre o Cinema Marginal e o Cinema Novo atravessavam problemas estéticos, econômicos, políticos e ideológicos e contavam com partidários de outras manifestações artísticas. Na imprensa alternativa, por exemplo, os cineastas posicionavam-se acerca de sua prática, muitas vezes buscando delimitar seu espaço de atuação contrapondo-se aos “outros”, que, no caso do Cinema Marginal, podiam ser os diretores do Cinema Novo, o cinema comercial ou a própria cultura burguesa.

O diretor Rogério Sganzerla, que realizou em 1968, aos 22 anos, o filme tido como propulsor do Cinema Marginal, *O bandido da luz vermelha*, recorrentemente era instado a comentar sobre o Cinema Novo, alimentando a rivalidade e a tensão entre os artistas. Em entrevista concedida para o crítico de cinema Alex Vianny, em janeiro de 1970, publicada no periódico O Jornal, Sganzerla declarou: “Não tenho nada com o chamado movimento do Cinema Novo, pois não gosto de seus filmes. Faço uma pequena exceção para Glauber Rocha” (SGANZERLA, 2007, p.48). Já no mês seguinte, em uma longa entrevista concedida ao lado de sua esposa, a atriz Helena Ignez, para O Pasquim, Sganzerla aprofundou as críticas ao Cinema Novo, indo além da questão do “gosto pessoal”:

**Sérgio Cabral:** Por que a guerra com o Cinema Novo?

**Rogério Sganzerla:** Eu sou contra o Cinema Novo porque eu acho que depois dele ter apresentado as melhores ambições e o que tinha de melhor, de 1962 a 1965, atualmente ele é um movimento de elite, um movimento paternalizador, conservador, de direita [...] Hoje em dia, como eu estou num processo de vanguarda, eu sou um cineasta de 23 anos, eu estou querendo me ligar às expressões mais autênticas e mais profundas de uma vanguarda e eu acho que o Cinema Novo é exatamente antivanguarda (SGANZERLA, 1970, s/p).

Na oposição estabelecida entre o seu cinema – importante frisar que, embora cite nessa entrevista alguns jovens cineastas que, como ele, estavam rompendo com a linguagem do Cinema Novo, Sganzerla não menciona um movimento de “cinema marginal” – e o Cinema



Novo, o diretor atribui a si uma posição de vanguarda, ao contrário da tendência cinematográfica anterior, que, além de ultrapassada, renegava os princípios ideológicos que a fizera tão respeitada no meio artístico. Em outra passagem da entrevista, Sganzerla critica os filmes recém-lançados dos “velhos”, ao passo que destaca sua juventude e precocidade, como se estas corroborassem sua postura vanguardista.

As ideias de “vanguarda” e “juventude” são recorrentes nas declarações feitas à época e posteriormente, via imprensa ou nas manifestações dos próprios sujeitos envolvidos, para definir os artistas que radicalizaram estética e ideologicamente suas obras a partir de 1968. No contexto brasileiro, ambos os termos juntavam-se às reflexões sobre a transformação nos costumes e o protagonismo dos jovens na ação social. De fato, inúmeras são as ligações perceptíveis entre o Cinema Marginal e a contracultura. Além de a influência ser comentada por vários dos diretores e outros artistas participantes do Cinema Marginal, a observação dos filmes oferece algumas pistas do modo como a contracultura foi percebida, vivenciada e dada a ver nos meios jovens do cinema brasileiro, seja pela identificação de influências a outros movimentos cinematográficos de vanguarda, como a *Nouvelle Vague* francesa, seja pelos temas da cultura jovem em voga: hedonismo, valorização do sexo, psicodelismo e crítica às tradições ocidentais.

Os dois primeiros filmes de Rogério Sganzerla, *O bandido da luz vermelha* (1968) e *A mulher de todos* (1969), são exemplares da influência da “revolução cultural” do final dos anos 1960. Em ambos o diretor rompe com a narrativa do cinema clássico, estruturando suas histórias mediante estratégias de colagem e fragmentação e aproximando-as de outras manifestações artísticas ou de comunicação de massas, como as histórias em quadrinhos, o rádio e o próprio cinema. Rompe, ainda, com o cinema de gênero, tornando difícil a classificação das produções, embora seja notável o uso, ora em tom de pilhéria, ora como homenagem, de clichês e estruturas reconhecíveis do cinema policial, *noir*, *western* e comédia. *O bandido da luz vermelha* narra a trajetória criminosa de “Luz” (Paulo Villaça), o bandido referenciado no título, que em meio a uma profunda crise de identidade, ataca mansões de São Paulo e refugia-se na Boca do Lixo, local paradoxalmente “marginal” no centro da grande metrópole em transformação. *A mulher de todos*, por sua vez, conta a história de Ângela Carne e Osso (Helena Ignez), que transgride os papéis sociais de gênero mediante sua sexualidade exacerbada.

Uma primeira observação a ser feita refere-se a uma diferença desses personagens e dos locais onde se desenvolvem os enredos em relação ao que usualmente se via nos filmes

cinemanovistas: no primeiro filme, um assaltante que aterrorizava a burguesia paulistana; no segundo, uma mulher que, a despeito do título sugestivo, tomava as rédeas de sua vida, lançando-se ao hedonismo como forma de libertação pessoal. Nos dois exemplos uma diferença crucial, no nível das identidades, dos personagens comumente abordados pelo Cinema Novo: não mais os sertanejos em busca de terras ou alimentos ou os favelados cuja presença denunciava a um só tempo a miséria no campo e a árdua vida em adaptação nos centros urbanos. No lugar da classe e dos grupos subalternos potencialmente revolucionários – nos termos do marxismo e das perspectivas à esquerda tradicional – surgem outros sujeitos, novas identidades.

A representação do marginal é construída sobre novos parâmetros. O bandido da luz vermelha é despedido das pretensões sociológicas ou revolucionárias das personagens cinemanovistas. Na narrativa, sua angústia não reside na fome ou na pobreza, mas na crise de identidade e no mal-estar social: sozinho em São Paulo, diverte-se nos cinemas, em passeios na praia com a prostituta Janete Jane (Helena Ignez), sua namorada, ou nas possibilidades oferecidas pelo consumo fomentado pelo crescimento econômico dos governos militares. Ao mesmo tempo, foge da polícia e a sua caçada é anunciada e midiaticizada pelo rádio e pela TV, sempre de modo sensacionalista e desproporcional. Paralelamente à sua história, sequências em que são encenados o caos social e uma prenunciada crise do terceiro mundo são apresentadas, o que potencializa a tensão do enredo.

A personagem feminina em *A mulher de todos*, por sua vez, diverge do cinema engajado anterior e à época, posto que sua trama não abarca temas estritamente políticos ou sociais, mas é inovadora ao centralizar a personagem feminina e construí-la por meio de uma abordagem que realça suas características de autonomia e segurança em detrimento de outros traços também presentes, mas quase inteiramente ignorados, como o casamento e a maternidade. Na história, percebe-se que as personagens masculinas orbitam em torno de Ângela, mas não permanecem nem ditam o rumo de sua vida, com exceção de seu marido, Dr. Plirtz (Jô Soares), que, no entanto, é caracterizado com forte viés grotesco. Também em *A mulher de todos* há curtas sequências, apresentadas como esquetes, paralelas à história principal, mas nesse caso não se encena o caos social em forma de apocalipse, como no filme anterior do cineasta, mas a ascensão econômica de uma classe média ignorante: duas sequências que ao longo do filme entrecortam as “aventuras sexuais de Ângela Carne e Osso” apresentam um casal sentado na areia, à beira mar, cercado por sacolas plásticas, resto de comida e um rádio à pilha, observando a paisagem, lamentando o caos social e político da cidade de São Paulo – “aquelas passeata,

aqueles comunista, nunca mais volto pra lá”, diz o homem – e fazendo planos consumistas que ultrapassam a realidade, tais como poupar dinheiro para a compra de um lote na lua.

Os dois primeiros filmes de Rogério Sganzerla, desse modo, se distanciam gradativamente do Cinema Novo ao apresentar novos personagens e outras narrativas possíveis sobre a sociedade brasileira, recusando as pretensões do Cinema Novo acerca da conscientização popular que, conforme visto no trecho da entrevista para O Pasquim, o diretor considerava “paternalista”. O afastamento ideológico do Cinema Novo, porém, não significa um alheamento quanto à sociedade e suas mazelas, tampouco pode ser considerado como reacionarismo por parte dos cineastas marginais: sinaliza, antes, para um esgotamento, após o golpe de 1964, das utopias revolucionárias diante da derrota política e de suas consequências dramáticas. No contexto da segunda metade dos anos 1960, e particularmente na crise sociopolítica que leva ao agravamento da repressão em 1968, face à inoperância e aos limites cada vez mais claros das esquerdas institucionalizadas, a contracultura emergente oferece novo arsenal aos artistas interessados na crítica e na reflexão sociais.

Esse deslocamento é representado em outro filme de destaque no final dos anos 1960: *Meteorango Kid, o herói intergalático*, dirigido por André Luiz Oliveira em 1969. Trata-se da história de Lula, um jovem estudante que vive a vagar pelas ruas de Salvador. As temáticas da contracultura aparecem nesse filme de modo mais reverente, tornando mais notável a filiação às transformações socioculturais ligadas àquele momento. Lula é um jovem de classe média alta sem nenhuma perspectiva de vida: na faculdade, rechaça o movimento estudantil; na família, é sempre encenado como um *outsider*, destoando totalmente dos pais, com os quais não consegue se comunicar; entre os amigos, debocha do ex-militante fracassado, que já não sabe o que fazer da vida. Em uma vida sem qualquer sentido ou objetivo, seus prazeres se resumem a fumar maconha e ler histórias em quadrinhos.

Há uma sequência em *Meteorango Kid* cuja menção permite pensar a experiência coletiva de parte da juventude urbana da época. Em um pequeno quarto composto apenas por um colchão e um pequeno sofá, Lula e mais dois amigos conversam sobre a vida e o futuro. O diálogo é marcado pela oposição entre Lula e Caveira, que demonstram um niilismo radical, e Zé, mais politizado, porém extremamente desiludido. No diálogo é possível perceber nos três personagens a certeza de um futuro obscuro, do qual nada se pode esperar. Lula e Caveira, no entanto, são complacentes com a situação, aceitam-na como se não pudessem imaginar alternativas. Zé, por sua vez, embora consciente das dificuldades para encontrar soluções,

mostra-se melancólico e, ao mesmo tempo, indignado. Para justificar seu posicionamento em relação à vida, Lula cita em um momento do diálogo: “o bandido da luz vermelha já disse: quando a gente não pode fazer nada, a gente avacalha, avacalha e se esculhamba”. A intertextualidade nesse caso remete à ideia de um sentimento comum a segmentos sociais que se viam marginalizados social e politicamente e impossibilitados de uma ação prática e efetiva diante do horror da violência física, da vigilância e do controle impetrados pela ditadura militar.

A contracultura assume, assim, uma dimensão em que coexistem dois polos dessa experiência: de um lado, os prazeres relacionados ao corpo e a politização de práticas e identidades antes ignorados na esfera pública, o que abre o caminho para novos modos de resistência; de outro, o fechamento das vias que poderiam levar à constituição de projetos e participação sociopolítica: diante dessa restrição, o hedonismo perde sua faceta de libertação pessoal e torna-se, não raro, um escape autodestrutivo, mas que, ainda assim, contém a ideia de resistência, posto que a não-ação produtiva, a recusa radical à sociedade e a inadequação social oferecem o contraponto para o discurso ufanista construído e incentivado pela ditadura em anos de “milagre brasileiro” e de “país que vai para a frente”.

### **Considerações finais**

O cinema e outras expressões artísticas que tocaram em questões comportamentais e morais, nesse sentido, sofreram inúmeras formas de cerceamento, vigilância e boicote, constituindo-se, concomitantemente, como espaço de resistência e contestação possível diante das arbitrariedades ditatoriais, ainda que no âmbito do campo artístico-cultural essa vanguarda contracultural tenha sido amplamente criticada por setores artísticos ligados ao ideário nacional-popular e a uma esquerda ortodoxa.

Em tais condições, diretores de cinema autoral que se afastaram dos cânones cinemanovistas, marginalizando-se e sendo marginalizados, caminharam em direção a uma produção barata e rápida, que não exigisse comprometimento com a indústria cultural e o Estado. Nota-se nos filmes uma nova leitura sobre a realidade social, que evidencia outros aspectos da conjuntura sociopolítica, tensionando as noções de engajamento e resistência e oferecendo, por meio das significações inovadoras da contracultura, contrapontos a representações hegemônicas nos espectros políticos conservadores ou revolucionários do contexto enfocado.

### Referências:

- A mulher de todos. São Paulo, 1969, 93 min. Dir./Rot.: Rogério Sganzerla. Elenco: Helena Ignez, Jô Soares, Stênio Garcia, Paulo Villaça, Antônio Pitanga, Renato Corrêa de Castro. Produção: Servicine.
- BACZKO, Bronislaw. *A imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: MICELI, Sérgio (org.). *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. vol.5, n.11, p.173-191. São Paulo, 1991.
- MARCELINO, Douglas Atilla. *Subversivos e Pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- Meteorango Kid, o herói intergalático, Salvador, 1969, 85 min. Dir./Rot.: André Luiz Oliveira. Elenco: Antonio Luís Matins, Carlos Bastos, Milton Gaúcho, Manoel Costa Júnior, Antonio Vianna, Nilda Spencer.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- O bandido da luz vermelha. Direção e roteiro: Rogério Sganzerla. Intérpretes: Paulo Villaça, Helena Ignez, Pagano Sobrinho, Luiz Linhares, Roberto Luna, Sônia Braga: Distribuidora de filmes Urânio LTDA, 1968, 1 filme (92 min).
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-166.
- ROSZAK, Theodore. *Para uma contracultura*. Lisboa: Dom quixote, 1971.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: \_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SGANZERLA, Rogério, IGNEZ, Helena. Helena – a mulher de todos – e seu homem. Entrevista com Rogério Sganzerla e Helena Ignez. In: *O Pasquim*, nº 33, fev. 1970, p.5-11. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/27/sganpasquim.htm>>. Acesso em: 12 abril, 2017.

ST 06 - História e Linguagens:  
Biografia, Cultura Escrita e Teoria da Literatura

Ana Carolina de Azevedo Guedes  
Doutoranda em História  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
[anaazevedoguedes@gmail.com](mailto:anaazevedoguedes@gmail.com)

Edson Silva de Lima  
Mestrando em História Social  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
[edson\\_hist@yahoo.com.br](mailto:edson_hist@yahoo.com.br)

Evander Ruthieri da Silva  
Doutorando em História  
Universidade Federal do Paraná  
[evander.ruthieri@gmail.com](mailto:evander.ruthieri@gmail.com)

Maycon da Silva Tannis  
Mestre em História  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
[ms.tannis@yahoo.com](mailto:ms.tannis@yahoo.com)

**Proposta do Simpósio:**

O simpósio temático tem como objetivo central fomentar o diálogo e debate entre estudantes e pesquisadores que investigam fontes e problemas relacionados às dimensões da Biografia, da Literatura e da Cultura Escrita, ao tomar como ponto de partida e fio condutor a perspectiva de que estes objetos culturais fornecem evidências fragmentárias e pistas verossímeis a respeito das formas de sentir e pensar em determinado contexto sócio histórico. Além disso, o simpósio visa reunir trabalhos que dialoguem com os fundamentos teóricos constitutivos da formatividade literária, em continuidade aos debates iniciados no V Encontro de Pesquisa em História/UFMG: análises que concebam a possibilidade de uma escrita da história na qual Biografia, Sociologia da Literatura e da Cultura Escrita, Teoria da Literatura, estejam presentes em um diálogo abrangente e reunindo pesquisas e pesquisadores de várias frentes possíveis. Nos últimos anos, em um movimento que acompanha a expansão dos métodos e abordagens mobilizados por historiadores e historiadoras, as discussões a respeito das relações multifacetadas entre história, ficção e narrativa ganharam fôlego renovado, desdobrando-se em pesquisas dedicadas ao amplo universo de temas relacionados à literatura enquanto fonte histórica: estudos de trajetórias e itinerários sociais de literatos e editores, livreiros e leitores; análises dedicadas à materialidade dos livros e aos processos editoriais, à circulação e

mobilidade dos textos; articulações entre literatura e memória, imaginários sociais e sensibilidades; bem como a concepção expansiva entre uma possível escrita da história dentro da ficção. Isto é, rompendo com as amarras da dicotomia entre História e a Ficção, temos uma possibilidade de escrever a história em uma relação próxima onde haja, portanto, História, Ficção e Literatura. Todos esses eixos ligados pela relação em que a análise da vida do sujeito produtor, discursos e devir no mundo possa ser orientadora de sua prática teórica e escrita. Assim, o simpósio visa agregar trabalhos que lidem com esses temas e problemas, não de modos isolados, mas de forma a atravessar por um questionamento metodológico, pela via da linguagem, capaz de orientar uma escrita da história que tenha a sensibilidade de tocar temas que foram explorados com maiores minúcias a partir das transformações na relação entre historiador, epistemes e objeto de estudo.



“*Vergonhosa mulher que vós sois!*”  
*A melancolia romântica e a moralidade imposta a Lucrecia e a Beatriz*

**Ana Paula Silva Santana**

Mestranda

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: anapaulasantana.ufop@gmail.com

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é compreender o papel do feminino nas peças de Gonçalves Dias. Tendo por base a obra *Beatriz Cenci* (1843) estudaremos as personagens femininas construídas na trama do autor. Pensaremos a peça inserida na modernidade, momento de intensa “aceleração do tempo” e reorganização da linguagem, em que certas palavras adquirem um caráter de disputa e tornam-se conceitos, assim “mulher” e “feminino” assumem um novo papel quer na linguagem quer em certos espaços sociais.

**Palavas-chave:** Feminino, Mulher, Gonçalves Dias, Modernidade, Stimmung.

**Resumé:** L'objectif de cette recherche est de comprendre le rôle des femmes dans les régions Dias Gonçalves. Basé sur le travail de Beatriz Cenci (1843) étudier les personnages féminins construits dans l'intrigue de l'auteur. Nous pensons que la pièce insérée dans la modernité, moment intense de « accélération du temps » et la réorganisation de la langue, où certains mots prennent un caractère de conflit et deviennent des concepts, et “femme” sur un nouveau rôle à la fois dans la langue ou dans certains espaces sociaux.

**Palavas clé:** Femme, Gonçalves Dias, Modernity, Stimmung.

*Não temos nas nossas mãos as soluções para todos os problemas do mundo,  
mas diante de todos os problemas do mundo temos as nossas mãos.  
(Friedrich Schiller)*

Os “tempos históricos” marcados por mudanças significativas de estruturas, ressignificações de conceitos e percepções temporais ilustram também climas e atmosferas. Formas transcendentais de sentir e de se expressar que dizem muito sobre experiências temporais e acontecimentos históricos. Autores como Hans Ulrich Gumbrecht e Marcelo de Mello Rangel definem estes climas históricos como *Stimmung*, termo que retirado do alemão nos leva ao que se pode chamar de “voz interior”, clima, atmosfera.<sup>1</sup>

Mais do que apenas interpretar os dramas, pinturas e melodias de determinado artista, compreender a *stimmung* presente na arte significa experimentar o próprio ambiente emocional de seu autor. Utilizando-nos de Gumbrecht significa experienciar a temporalidade, o que nos permite conhecer parte do horizonte político e cultural de determinada época histórica.

---

<sup>1</sup>GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, stimmung: sobre o potencial oculto da literatura*. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2014

RANGEL, Marcelo de Mello. *Romantismo, Sattelzeit, melancolia e clima histórico* (Stimmung). Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 5, p. 58, 2014.

Assim o “tempo histórico” da modernidade foi marcado por grandes mudanças que para além do ideal de progresso e confiança no futuro trouxeram também a insatisfação e o medo, principalmente no período que se estende de 1750 a 1850. Tal fato provocou, segundo Marcelo de Mello Rangel, a *stimmung* da melancolia, sobretudo no que se refere à primeira geração de românticos do Brasil, composta primeiramente por Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto –Alegre. Atmosfera melancólica que observamos também ser fundamental a Gonçalves Dias, e isto através de uma leitura atenta do drama *Beatriz Cenci* assim como por considerações feitas pelo próprio autor em suas cartas.

Eu tinha um princípio de Melancolia, porém agora tem crescido muito. Gosto de passear sozinho e desconhecido pelas ruas desertas e silenciosas de Lisboa. Gosto de desfrutar a viração de uma noite de luar depois de um dia abafado. Gosto de contemplar parte da Cidades- do Cais do Sodré. Os edifícios que se encastelam- e que se desenham majestosos pelo mar, pelas casas circunvizinhas figurando objetos estranhos e gigantescos.<sup>2</sup>

O fragmento pertence a uma das cartas enviadas por Gonçalves Dias a seu amigo Teófilo, ainda no período em que nosso autor residia na Europa. Ao retornar ao Brasil em 1845, trouxe consigo *Beatriz Cenci*, a sua Beatriz, peça que escreveu em 1843 e que carregava as expectativas e sonhos de Dias em tornar-se um grande e reconhecido dramaturgo da literatura brasileira. Sonhos que não se realizaram tão prontamente como esperava. A peça foi recusada pelo Conservatório Dramático, foi considerada imoral e dotada de defeitos gramáticos e galicíssimos imperdoáveis, como explicita o próprio autor em suas cartas.

Beatriz, a protagonista da trama, é uma jovem e linda donzela que passara os primeiros tristes anos de sua vida trancafiada em um desterro, recebendo como visita apenas o pai, que segundo a personagem, tinha naquele tempo “um não sei o quê na voz que a intimidava”. Anos vivendo só, cismando e chorando, pensando ter sido abandonada pela madrasta por quem sentia o amor de mãe. Ao sair, já em idade de se casar, maravilha-se com as grandes, suntuosas e bem adornadas salas do palácio em que agora viverá. Descobre-se amada pela mãe, encanta-se com os saraus e como uma boa donzela do romantismo, apaixona-se, descobre o amor. Seu amado é nobre e gentil, e não havendo motivos iniciais que os possam separar, Dias contorna o destino da moça com um golpe cruel, capaz de retirar toda a alegria e leveza do coração da donzela.

---

<sup>2</sup>Correspondência ativa de Antonio de Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, vol 84. 1964 [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_084\\_1964.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_084_1964.pdf). Acesso em 22 de agosto de 2016.

Beatriz é desonrada pelo pai. Tendo seu corpo e sentimentos violados se vê perdida, em um triste destino infeliz, não sendo mais pura, respeitada e digna, não podendo mais amar. Assumindo assim uma nova personalidade, tornando-se agora triste, vingativa e melancólica.

D. Francisco, vedes vós este luto que eu visto? É porque desde ontem que não sois meu pai. Vós sois ... o que eu nunca julguei que homem nenhum pudesse ser! Escutai-me, cavaleiro, (direcionando-se agora para Marcio, seu grande amor) vós sois nobre- nobre de sangue- nobre de pensamento- nobre como não é (voz abafada), aquele homem que eu chamei meu pai. Escutai-me. Esse homem por minha desgraça me achou formosa e jurou manchar-me. Não se lhe deu de eu ser sua filha- leu, para me seduzir, histórias doutos tempos- contou-me lendas de santos incestuosos por tal arte que quem os ouvisse os julgará santos pelo crime e não apesar dele. Ímpio! Ímpio que ele é.<sup>3</sup>

Um caso de incesto que não apenas destruiu a família *Cenci*, mas que “escandalizou” também o conservatório dramático em 1845, de tal forma que se fizeram evidentes as queixas do autor.

A minha *Beatriz* teve pena de excomunhão máxima- isto é- está interdita de entrar no Santuário das artes- no Teatro. O Bivar que fulminou aquela tremenda excomunhão, encarregou-se da oração fúnebre: tem invenção, disposição e estilo, disse ele, mas é imoral- Não lhe posso querer mau por isso. Deu-me a entender bem claramente que a publicasse, o que foi sempre a minha intenção, e que é agora mais do que nunca.<sup>4</sup>

Sim, é imoral que uma donzela seja desonrada pelo pai, é imoral que este pai como se não bastasse o crime, exigisse ainda o seu amor e a sua presença, é imoral que nossa Beatriz outrora tão boa e singela se tornasse ríspida, amarga e vingativa, implorando até mesmo pelo cárcere de sua infância.

D. Francisco, vosso amor me horroriza! Quando vos escuto, minha alma se abisma num pego de terrores de pensamentos criminosos! - Atendei-me, D. Francisco; eu vos dizia que a clausura é uma necessidade para mim; é também uma necessidade para vós, D. Francisco! Eu sou vingativa- Vingativa em extremo- vingativa, como nem eu o sabia! Deixai-me, pois, onde eu não possa fazer mal. Notai que sou da vossa raça, e que o vosso sangue me corre nas veias.<sup>5</sup>

Gonçalves Dias tratou de construir uma protagonista que fora corrompida pelo próprio pai, sem que aja na peça uma só demonstração de culpa ou má índole da moça. Beatriz não o seduz de nenhuma forma, pelo contrário, é antes completamente pura. Não há aqui uma

---

<sup>3</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004.

<sup>4</sup>Fragmento da carta enviada por Gonçalves Dias a seu amigo Teófilo em 25 de outubro de 1846. Correspondência ativa de Antonio de Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, vol 84. 1964 [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_084\\_1964.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_084_1964.pdf). Acesso em 22 de agosto de 2016.

<sup>5</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004., p 233.

mensagem educativa, que ensine e dê exemplos de como uma mulher deve ou não se comportar. Nossa “mocinha” é antes de tudo inocente. Francisco Cenci sim, este é o vilão que para além da desonra da filha é responsável também pela infelicidade da esposa, a triste e melancólica Lucrécia.

D. Lucrécia é infeliz desde o primeiro ato do drama. Mulher de nome nobre casou-se com D. Francisco, acreditando poder encontrar uma boa e tranquila vida conjugal. Queixa-se agora pela vida que tem, queixa-se do marido grosseiro, infiel e agressor.

Mil vezes vos tenho dito que estou bem longe de vos ter amor, - depois daquele dia em que vos pedi reparação de um insulto que me fizera uma mulher de classe ínfima, e que vós me espancastes porque essa mulher era vossa manceba. Daí por diante para merecer igual tratamento do nobre cavalheiro, meu esposo, - não me tem sido preciso pedir reparação dos insultos que por suas amásias me são feitos.<sup>6</sup>

Sabe o quanto Francisco é cruel, sabe o quanto este homem quer mal aos filhos mais velhos e, sobretudo, sabe desde o início do drama que planeja um triste destino para Beatriz. Não se deixa enganar pelos saraus organizados em sua casa, não quer participar de seus planos ínfimos, quer antes de tudo alertar Beatriz. E quando toma conhecimento do crime, da violação do corpo da menina, que agora chora em seu colo, não mede palavras ao dizer “Eu já o sabia! .... Vinga-te.... Ah! D. Francisco, tiveste o arrojo de me insultar e estupidamente adormeceis no vosso leito. Oh... dormi, meu nobre esposo! Dormi tranquilo, que eu velarei solícita a vossa cabeceira. ”

Gonçalves Dias não deixa dúvidas acerca das culpas delegadas a Francisco, não deixa dúvidas de que Beatriz e Lucrécia são seus personagens injustiçados e principais. São “escravas”<sup>7</sup> do pai, do marido e da sociedade a que pertencem. Antes de tudo é uma mulher que dá nome ao drama e é sobre o tratamento egoísta dado ao feminino de sua época que este drama se constrói. Marcio, personagem que ainda nos falta apresentar, é mais do que o grande amor de Beatriz, é também aquele que decide amá-la e vingá-la apesar de sua violação.

Medroso- disseste vós. Porém, quando qualquer me insulta, tenho apenas de prudência quanto me basta para fechar os olhos e não ver as qualidades do homem com quem me vou bater. Ouço com prudência porque estou certo que antes que ela se esgote, eu me recordarei da espada que pende meu lado, e do sangue com que é preciso tingi-la. Entendeis-me – Mandai, pois, trazer a vossa espada.<sup>8</sup>

<sup>6</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004.,p 191

<sup>7</sup>“Escravas”, como explicita o próprio autor no prólogo de outra de suas peças *Leonor de Mendonça*.

<sup>8</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004. p 248.

Mas após fazer a ameaça, o duelo não se efetua. Marcio deixa a cena juntamente com o compromisso da vingança. Mais do que justo que ele não a fizesse ali naquele momento mesmo em que desejou limpar a honra de sua amada, mais do que justo que ela, Beatriz, a planeje. Foi contra ela o crime, contra seu corpo puro e casto, contra seus mais sinceros sentimentos de filha. Foi de Beatriz, da própria filha, nascida de seu sangue, carente de seus cuidados paternos que Francisco ousou infligir a honra. E agora a ela foi dado pelo autor o direito da vingança. Não, a coragem e decisão pela morte de Francisco não estava em Marcio, o homem, aquele que deveria lutar até a morte. Antes de tudo a coragem foi dada a Beatriz, e como o que lhe falta é a força, seja ela física, social ou moral, que a permita matá-lo com as próprias mãos, decide antes adormecê-lo, ainda que lhe custe a dor de matar o próprio pai.

Eu lhe perdoaria tudo! Eu lhe perdoaria a minha desonra- o meu futuro sem esperança- e a condenação de minha alma, que depois dessa noite fatal não pôde ter um pensamento de piedade nem de resignação. Mas porque me obrigou ele a corar diante de Márcio, - de meu nobre Márcio que eu tanto amava, que ainda amo tanto? Eu queria morrer, - já estava resolvida a isso; porém quisera que meu Márcio se fosse ajoelhar sobre a minha sepultura, e que ali orasse por mim; por mim que tanto o amara, e que morrera porque já o não podia amar! Que lhe respondesse ele: não quero; e eu rasgaria a sentença de sua condenação, e depois quando dentro da minha alma eu lhe houvesse perdoado, porque não queria ir para o céu com um pensamento de vingança- eu me deitaria resignada sobre a minha sepultura, esperando que a morte me levasse a vida. Mas ele não o quis assim! Insensato! Insensato!<sup>9</sup>

Com a ajuda de Lucrecia e de Marcio, sempre fiel a seu amor, Beatriz planeja a morte de Francisco sem nem ao menos titubear. “Já não há remédio, D. Lucrecia. Eu decidi a sua morte, - ele morrerá; decidi que havia de ser hoje, - será hoje, - não haverá compaixão nem arrependimento. ” Lucrecia, a mãe, se encarrega de trazer-lhe o ópio, Beatriz se incube de colocar para dentro da casa seu herói, que ao ver adormecido o cruel desonrador, o matará. Entretanto não é sabido que se subestime um bom vilão, o plano que parecia perfeito foi descoberto, Francisco mesmo o revelou.

Oh! O vosso plano era muito engenhoso, - muito engenhoso, melhor mesmo do que eu pensava pudesse sair de duas cabecinhas, como as vossas. (Pondo a mão no peito). Mas... que dor é esta? – O velho Cenci traz uma saia de malha muito bem tecida, e não há punhal que a vare: tu te incumbiste de dar ópio ao teu velho pai para que o outro com todo o seu vagar pudesse escolher o lugar em que lhe haveria de enterrar o punhal. – Não foi?<sup>10</sup>

<sup>9</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004. p. 258.

<sup>10</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004. p. 276.

D. Francisco descobrira os planos da menina pela boca de seu empregado fiel e uma mistura contrastou os efeitos do ópio. Marcio agora estava morto, findara-se o amor do jovem casal. Beatriz implorava-lhe mais uma vez a morte, mas Francisco demonstrava-se seguro em sua decisão. “Não. Posso eu viver sem ti? Ele me tinha roubado o seu coração, - matei-o”. E quando parecia ter findado o drama, as últimas páginas impressionam um pouco mais. Não foi apenas a Beatriz que se efetuou a crueldade do vilão. Lucrecia também a sofrera. Uma vida de dor, tristeza e melancolia que não poderia deixar nas mãos falhas de uma “menina” a certeza de sua vingança. Uma vingança que também deveria ser sua, foi contra ela que se levantou a traição e as pesadas mãos de seu esposo e a ela foi dado também o direito de agir, de se vingar. O que trouxera a Beatriz não fora ópio, mas um forte veneno que Francisco tratou de tomar, e assim sem antídoto, e sem prévias revelações, antecipara a morte de seu agressor. Uma vingança que não é filha do sobrenome Cenci, é antes de tudo filha de seus anos de humilhação e de dor.

Assim pois – o nobre – o valente – o poderoso D. Francisco – o terror dos salteadores- o terror da cúria romana – o vilão que a seu talante oprime a nobreza de Roma e de Nápoles – o vilão que chegou a emparelhar com os nobres, graças ao fruto das rapinas de seu pai, que de um vil barqueiro tornou-se um vil usurário, e de um vil usurário um nobre mais vil ainda... O nobre D. Francisco! .... Não viverá nem mais um dia, porque foi alvedrio de uma mulher assinar-lhe a sua última hora!<sup>11</sup>

Mas ao fim ainda que se considere as ações, coragem e indignações de Lucrecia tem-se que se considerar também o poder patriarcal. O veneno atingiu as veias de Francisco, mas o matou de forma lenta, deu a ele a força de agarrar pelo braço e apunhalar sua mulher. Sim, sua mulher, tão dele que foi a ele dado seu destino e súplica por perdão. “Oh! Senhor, eu vo-lo peço- por Deus- por tudo que fazei de mim o que vos aprouver, mas não me mateis. ” Inútil, sua súplica não foi ouvida.

Ao fim do drama é possível perceber em Beatriz e Lucrecia personagens ativas e humanas ainda que permanecessem subalternas ao poder patriarcal. Encontraram a melhor forma de agir dentro do espaço ordenado a que estavam submetidas. Não se calaram à moralidade egoísta a que foram expostas. Sim, a peça foi considerada imoral, foi recusada pelo Conservatório Dramático porque Gonçalves Dias retratara o incesto, o crime de um homem contra uma mulher, sua filha. Um vilão que não foi defendido, não foi redimido, foi antes de tudo cruel e vilão.

<sup>11</sup>DIAS, Gonçalves. *Beatriz Cenci*. 1843, In Giron, Luiz Antonio. Martins Fontes, 2004. p. 281.

Francisco desonrou a filha, a tratou de forma torpe, exigindo ainda seu amor e afeição. Agrediu e humilhou a esposa da qual sofreu o golpe de misericórdia, um golpe que carregou em si o desgaste e a dor de toda uma vida. Mas ao final, Lucrecia morre como um elo que apesar de protagonista e agente, demonstra-se fraco. “Elo fraco” porque morre e ao morrer, suplicando pela vida, morre também sua luta. E o que resta ao leitor de Dias é a compreensão de que apesar da insatisfação e da luta, apesar do espaço um tanto quanto maior conquistado pelas mulheres de seu tempo, apesar de serem vistas agora em álbuns, romances e salões, suas vozes ainda são abafadas e suas lutas são mortas pelo tratamento desigual dado à mulher.



## Literatura: Caminhos da História

Ana Paula Mendes Motta De Souza<sup>1</sup>

Especialista Em Docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar - UCAM

História e Cultura Afro-Brasileira - FINOM

E-mail: apmsouza@yahoo.com.br

**Resumo:** Projeto desenvolvido no ensino fundamental nível II, com ênfase no 8º ano, visa despertar o interesse pela literatura como algo prazeroso e conscientizar da sua importância como fonte histórica. O trabalho possui quatro etapas, na primeira a escolha é livre, as demais direcionadas, com três livros de autores brasileiros: *Um verso a cada passo* de Ângela Leite de Souza, *Poetisa* de Irineu Baroni e *O Príncipe Triste* de autor Rui de Oliveira. Ao finalizar o projeto uma roda de conversa com o autor de *Poetisa* despertou curiosidades e empolgou os alunos.

**Palavras chaves:** Literatura; História; Proposta Pedagógica.

**Abstract:** Project developed at the elementary school level II, with emphasis in the 8th year, aims to arouse interest in literature as something pleasurable and raise awareness of your importance as a historical source. The work has four steps, the first choice is free, the other directed, with three books of Brazilian authors: *A verse every step* of Angela Lam, *Poet of Irenaeus Baroni* and the *Prince sad* author Rui de Oliveira. At the end of the project a conversation with the author of *Poet* roused curiosities and wowed students.

**Key-words:** Literature; History; Pedagogical Proposal.

### Introdução

Em tempos de tecnologias proporcionando viagens sem sair do lugar, utilizar a literatura pode parecer algo arcaico e em desuso. Porém viajar nas páginas de um bom livro ainda nos alegra, proporciona conhecimento e enriquece a alma. Conhecer as lacunas históricas de uma forma livre, como apenas os poetas e autores literários nos permitem é fundamental na formação de uma educando. Com este objetivo o Projeto Literatura: Caminhos da História visa incentivar o conhecimento histórico através de fontes literárias.

Neste artigo encontra-se um breve relato dos três livros principais: *Poetisa*, *Um verso a cada passo* e *O Príncipe Triste*. Com exceção deste último livro todos os outros são poesias. Segue o roteiro das atividades anuais divididas por bimestre, sendo o fechamento das atividades, uma roda de conversa realizada na semana para a Vida no mês de dezembro, com o poeta Irineu Baroni, autor de *Poetisa*, o livro motivador do projeto,

---

<sup>1</sup>Licenciada em História pelo UNILESTE/MG, Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela FINOM e Docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar pela UCAM. Professora da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Email: [apmsouza@yahoo.com.br](mailto:apmsouza@yahoo.com.br)

Os embasamentos teóricos são fundamentados com diálogos entre BERNARDINO E SUAIDEN, LAGE, VÁLIO, VARGAS e SILVA afirmando a importância da leitura na formação e construção da cidadania, como também a participação do professor como agente motivador.

Finalizando com sugestões de sites e livros para o professor utilizar como referência de pesquisa teórica e sugestões de planos de aula. Para tanto é necessário ao docente estar na prática constante da leitura, somente assim será o motivador de seus alunos leitores.

### **Desenvolvimento**

Seguindo a ideia de ser a leitura uma rica fonte histórica, o projeto Literatura: caminhos da História objetiva a interação dos saberes e experiências dos discentes, através da leitura, escrita, relatos e análises comparativas dos textos com a realidade histórica e cotidiana. O autor literário ao contrário do historiador que nem sempre preenche as lacunas em torno do conhecimento por falta de dados, o autor literário conta com a arte para preenchimento destas lacunas, tornando algumas vezes a história mais interessante e rica.

O projeto com ênfase no 8º ano foi desenvolvido na Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá, de ensino fundamental nível II, instituição polo da cidade de Bela Vista de Minas localizada no Médio Rio Piracicaba, com uma população de 10 mil habitantes e de baixa renda, segundo dados do IBGE. A instituição é vinculada a 24ª Regional de Ensino, com sede em Nova Era.

De acordo com o PCN de História, o professor é o principal responsável por criar condições de saberes vivido como de trocas e integração com outras áreas de conhecimento, proporcionando concepções históricas. Sendo a biblioteca um lugar espaço importante de apropriação de saber variados, cabe ao docente o incentivo deste espaço para torna-lo aspecto cotidiano na vivência escolar dos seus alunos.

As Bibliotecas ao longo da história humana tiveram e tem um lugar especial como local para adquirir o conhecimento. Em muitas delas como a do Vaticano podemos encontrar fatos importantes da nossa existência e trajetória. Grandes instituições e organizações governamentais e não governamentais, contam com arquivos que podemos comparar com as bibliotecas. Nem sempre o acesso a estes acervos são permitidos a todos os cidadãos, por questão de cuidado com obras raras ou para manter alguns fatos em sigilo. é necessário levar ao conhecimento dos alunos sua importância para história humana, de forma a criar uma

aproximação entre este passo e seus alunos, propiciando que eles manuseiem a maior variedade de exemplares possíveis disponível, de todas as áreas do conhecimento.

Segundo LAGE (2003):

(...) A literatura tem sido, ao longo dos anos, uma das fontes mais importantes de que dispõe o homem não só para conhecer o mundo mas também para expressão, criação e recriação desse conhecimento. Lidando com o imaginário, trabalhando com os sentimentos, a literatura satisfaz as necessidades humanas de fantasia e de plenitude. Pela literatura fundem-se, portanto, conhecimento e prazer. (...) Pag. 15.

Continuando com o pensamento LAGE (2003) afirma ser a obra literária como um reflexo da sociedade. Pag.17. Neste contexto demonstrar a importância das bibliotecas para a história da humanidade como fonte de diversos saberes é importante aos alunos. SILVA também afirma ser *justamente na troca de experiências e histórias de leitura que, de fato, ocorre à interação entre textos e leitores.* (2003).

Para isto BERNARDINO E SUAIDEN (2011) afirmam ser:

(...) a informação que é processada através da leitura, somada ao aspecto significativo da representatividade das bibliotecas perante a comunidade, a fim de construir conhecimento e disseminar a cultura, torna-se um organismo único e indissociável. E, ainda, tomamos como base o pressuposto da missão da biblioteca pública apontada através do Manifesto da UNESCO, que a coloca como centro de construção do conhecimento, estabelecendo links com a educação e a cultura, essa relação se fortalece e permite a interação entre informação e conhecimento. (...) 37

### **Como surgiu**

No final de 2012, após término das avaliações, alguns alunos do 9º ano questionaram a cerca do livro que estava sobre a minha mesa, Poetisa – do autor Irineu Baroni, pois a capa chamou atenção. Foi relatado ser de poemas atuais, de uma mineiro de Vargem Linda, distrito da cidade de São Domingos do Prata, cidade de Bela Vista de Minas. Após algumas explicações, li alguns poemas e espantou-me o interesse dos alunos por este tipo de leitura, sendo jovens de 13 a 15 anos. Na outra aula os alunos propuseram a leitura de novos poemas. Foi explicado que teriam outras atividades e que organizaria um dia para irem à biblioteca e escolherem algum livro. Dias depois uma atividade paradidática foi realizada, leitura e comentar sobre o poema. Atividade foi aplicada em outras turmas e series.

No ano seguinte alguns alunos comentaram sobre atividade do final de ano e relataram terem interesse em ler mais livros. Algumas atividades de forma isolada durante o ano de 2013. Sugestões de livros foram sendo propostas pelos alunos e professora ao longo do ano.

Em 2014 sugestões de leitura realizadas pelos alunos do ano anterior foram incorporados ao projeto, para as turmas de 8º ano, sendo: “O Príncipe Triste” de autor Rui de Oliveira e “Um verso a cada passo” de Ângela Leite de Souza. O primeiro relata a vida do imperador D. Pedro II, em uma história de ficção e uma biografia do primeiro brasileiro a assumir o governo do País ainda enquanto monarquia. O segundo aborda os caminhos de Minas Gerais, com poemas sobre a Estrada Real ilustrado com fotografias de bordados retratando as paisagens mineiras.

Existia interesse de realizar com o poeta Baroni um trabalho em conjunto e somado ao interesse dos alunos, surge o projeto de Literatura: Caminhos da História. Em 2014 o projeto teve início com ênfase nas turmas de 8º ano/7ª série. O nome do projeto foi determinado em conversas com as turmas. Como próprio nome explica, seu objetivo é levar a compreensão da história através da literatura. Nas demais serie/ano foi realizado com leituras voltadas aos temas trabalhados paralelamente ao conteúdo curricular. Porém neste artigo a abordagem tratada das atividades com as turmas de 8º ano/7ª série e o ano de 2015.

### **Síntese dos Livros**

Livro: O Príncipe Triste dos autores Rui de Oliveira e Lilia Schwarz, com ilustrações de Rui de Oliveira, publicado pela editora DCL – Difusão Cultural do Livro, com o número de ISBN: 9788536803593, idioma Português, encadernação de Brochura, formato de 20,5 cm por 27,5 cm, contém 36 páginas, 1ª edição, ano 2010. Tem sua história é dividida em duas partes, a primeira fictícia, uma garota ganha um prêmio de redação da Escola, com direito de visitar o Palácio Imperial no Rio de Janeiro. Durante a visita ela encontra como Pedro, ainda menino, no dia da sua coroação, e logo após o reencontra, já D. Pedro II, no dia da sua expulsão do país, recente proclamada república. Na segunda parte um relato da vida real do cotidiano do pequeno príncipe, seus estudos preparatórios para assumir o Império Brasileiro. O interessante deste livro é a desmistificação da vivência a cerca da realidade da vida dos imperadores. Nos contos infantis sempre tratadas de maneira ilusória.

Livro: Um verso a cada passo – Estrada Real em versos, da autora Ângela Leite, publicado pela editora Autentica Infantil, 1ª edição, ano 2010, idioma Português, assunto

Poesia, com o número de ISBN: 8575263447, encadernação de Brochura, com largura de 21 cm por 27 cm, peso de 0,20, possui 48 páginas, faixa etária a partir de 12 anos. A Estrada Real contata em versos e ilustrada com fotografias de bordados manuais, utilizando materiais de costura e colagens, retratando as paisagens, cidades e detalhes desta história em grande parte mineira. A vantagem deste livro mesmo os alunos com defasagem de leitura consegue compreender com as imagens retratadas.

Ambos os livros estão presentes em quase todas as escolas públicas, pois fazem parte do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Terceiro Livro: Poetisa de Irineu Baroni, publicação de Paco Editorial, 1ª edição, ano de 2010, Coleção Novas Letras, assunto poesia, número ISBN: 978 85 63381 26 2, com 96 páginas. Contém 73 poemas de reflexão interior do ser humano e é uma homenagem a mulher do poeta. Ao conhecer a história do livro os alunos se interessaram em ler e conhecer um pouco do poeta.

### **A Escola**

A Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá, com funcionamento em dois turnos, com 12 turmas de ensino fundamental nível II, média de 35 alunos por turma, sendo a escola polo, atende alunos da zona urbana e rural da cidade, como também de cidades vizinhas com clientela variada e realidade distinta uma da outra. Está localizada em perímetro urbano, de uma cidade pequena e interiorana de Minas Gerais, Bela Vista de Minas com 10 mil habitantes segundo o último censo do IBGE.

No referente a vivência familiar, a maioria dos alunos possuem pais ausentes, semianalfabetos ou analfabetos e devido à baixa renda familiar, os jovens ficam em casa sozinhos para que os pais possam trabalhar, não estando presentes para ajudar os filhos nas atividades escolares. Parte dos alunos são filhos de pais separados e vivem com os avós. Todos estes fatores interferem diretamente no aprendizado dos educandos de forma negativa. Resultado demonstrado em vários diagnósticos realizados internamente pela Escola e por avaliações externas dos órgãos públicos, constatando defasagem no ensino-aprendizagem, sendo a leitura evidente como problema a ser solucionado por toda a equipe docente. O hábito de leitura é pouco incentivado pela família, interferindo na aprendizagem dos discentes, em todas as áreas do conhecimento.

## Abordagem pedagógica

A literatura deve ser prazerosa e agradável aos discentes, com atividades lúdicas e fáceis, fugindo das tradicionais fichas literárias e aprendizado focado para os vestibulares.

De acordo com LAGE (2003)

(...) o ensino da literatura não deve se concentrar apenas nas obras consagradas e nos textos do livro didático; não obstante, deve transformar a aprendizagem numa prática cotidiana de intercâmbio entre a linguagem literária e outras linguagens, insistindo na percepção dialética das relações entre várias manifestações artísticas, porque a sociedade exige um leitor apto a dar conta da multiplicidade de textos que o cerca. Quando a noção de literatura se amplia e acolhe outras modalidades de expressão, diversas das já consagradas ou sacramentadas, o ensino do nível secundário descobre perspectivas renovadas, capazes também de oferecer alternativas comprometidas não apenas com a mera adequação ao vestibular, mas sobretudo com formação de um cidadão crítico e consciente, capaz de ler o mundo que o cerca. (...) Pags. 118 e 119.

Neste projeto à leitura de livros atuais, com uma linguagem atrativa adequada aos adolescentes do ensino fundamental nível II. Afirma VÁLIO (1998) ao citar LOBATO, *a narrativa deve ser a galope, sem nenhum enfeite*. Pag. 10.

Considerando o afirmado por LAGE (2003) é:

(...) preciso que o professor leve em consideração o principal interesse no processo de ensino-aprendizagem, o aluno, e respeite suas necessidades enquanto leitor, numa sociedade em transformação. O trabalho tem que ser sistemático e prazeroso tanto para os estudantes quanto para os dinamizadores do ensino. (...) pag. 118.

Segundo VÁLIO (1998) (...) *questionar o texto, em interação com o autor e o contexto social; é criar um novo texto; é estabelecer um juízo, uma crítica, uma opinião sobre o escrito; é entender o mundo externo e do conteúdo textual*. (...) pag. 13.

SILVA (2009) descreve perfeitamente o significado da leitura ao citar COLASANTI afirmando ser *a literatura um texto de passagens secretas e tesouro escondido onde cada leitor tem uma leitura diferente*. Isto torna a literatura algo único.

No ano de 2015, os trabalhos deste projeto foram desenvolvidos dentro destas óticas. Dividido em quatro etapas seguindo os bimestres escolares, com pontuação de 25 em cada bimestral. Os pontos referentes a este trabalho somaram 20 pontos anuais, sendo 5,0 em cada um dos bimestres.

Segue atividades por bimestral.

**1ª Bimestral:** Livro: Poemas a escolha dos alunos. 9 horas/aulas.

Atividades:

- ✓ Explicação sobre a importância das bibliotecas para a história da humanidade, como local possível de consulta do conhecimento de vários períodos da vivência humana. Exemplos como das bibliotecas: do Vaticano – onde são encontrados livros caros e com acesso restrito-, de Alexandria no Egito, antiga Real Biblioteca Pública da Corte, do Império Português, dentre outras tantas é importante de serem destacadas.
- ✓ História da biblioteca da Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá, que leva o nome de um poeta mineiro de Itabira, cidade vizinha, o Carlos Drummond Andrade.
- ✓ Livros expostos sobre as mesas para os alunos apreciarem e folhiarem, de vários conteúdos e temas.
- ✓ Um pequeno texto pontuando as curiosidades sobre a biblioteca e quais livros gostariam de ler.
- ✓ Pesquisa sobre a vida de Carlos Drummond Andrade, o qual a biblioteca da Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá leva seu nome.
- ✓ Após escolha e leitura de livro, atividade indicando-o aos demais colegas. Eles têm liberdade para não indicar. Isto é importante, para terem suas próprias conclusões. Atividade desenvolvida foi ilustrar o poema lido.
- ✓ Utilização de vídeo sobre a montagem de livros de maneira manual.
- ✓ Montagem do Mural com as melhores atividades.

Não esteve vinculado a nenhum tópico do conteúdo curricular, atividades de intuito literário de incentivo a leitura.

**2º Bimestre:** livro: Um verso a cada passo – Estrada Real em Verso. 7 horas/aulas

Atividades:



- ✓ Apresentação do livro para turma realizando paralelo em os poemas e a Estrada Real. Combinar o local para cópia e passar arquivo em PDF aos alunos, via Bluetooth.
- ✓ Entrega da folha de atividade aos alunos. Escolhe o poema que mais gosto e ilustrá-lo. No verso da folha pequeno relato de sugestão de leitura com livre destacando os pontos que mais gostou.
- ✓ Montagem do Mural com as melhores atividades.

**3º Bimestre:** Livro: Poemas do Irineu Baroni. 7 horas/aulas

Atividades:

- ✓ Breve biografia do poeta Irineu Baroni. Passar pesquisa sobre o mesmo e ler alguns poemas com a turma. O poeta mandou áudio via WhatsApp para a turma avisando que em breve estaria com eles.
- ✓ Entrega dos livros que contém poemas do autor e pesquisa na internet. Tudo realizado em sala de aula.
- ✓ Áudio do poeta, falando as atividades que foram enviadas para ele. Agradece aos alunos e reafirma o encontro com a turma. Montagem do mural com as melhores ilustrações.
- ✓ Montagem do mural com os poemas ilustrados.
- ✓ Visita do poeta Irineu Baroni a escola, para uma roda de conversa com os alunos. Relato da vida, formas de fazer poesia, desafio de montar um poema em poucos minutos e no final, brindes aos alunos, com livros autografados. (A visita foi marcada para primeira semana de dezembro a pedido da Supervisora Pedagógica, para englobar a semana para vida determinada pela SRE.)

**Habilidade:** Não esteve vinculado a nenhum tópico do conteúdo curricular, atividades de intuito literário de incentivo a leitura. E conhecer um pouco da vida e obra do poeta Irineu Baroni.

**4º Bimestre:** Livro: O Príncipe Triste. 6 horas aulas

Atividades:

- ✓ Realizar levantamento de como imaginam ser a vida de um monarca. Realizar a leitura com a turma da primeira parte do livro. Combinar o local para cópia e passar arquivo em PDF aos alunos, via Bluetooth.
- ✓ Entrega da folha de atividade aos alunos. Atividade é montar uma nova capa para o livro, considerando todos os dados necessários para sua publicação.
- ✓ Montagem do mural com as atividades.
- ✓ Na avaliação bimestral uma questão sobre o livro de maneira dissertativa. (Após a leitura do livro e os estudos desenvolvidos, posicione-se sobre a vida de uma monarca. Considere a idade de D. Pedro II ao assumir o governo do país).

## Desafios

Adaptação é possível para todos os níveis de ensino, considerando a escolha dos estilos literários e indicações da faixa etária dos alunos. Para a realização deste projeto em outras instituições, pública ou privada é necessária a princípio iniciativa do professor, e o acesso a Biblioteca Escolar, livros literários, papel ofício para as atividades, lápis de cor, fita para a montagem do mural.

Alguns problemas são encontrados no decorrer do projeto como: números insuficientes de livros do mesmo título e o custo para compra ser relativamente alto para alunos de baixa renda, sendo em média no valor de R\$ 35 cada livro. Acesso restrito a biblioteca, por não ter professor de biblioteca nos horários de funcionamento da escola e alunos com defasagem na leitura. Sendo os alunos de inclusão, ainda não alfabetizados, tem acesso a livros com imagens e realizam atividades de acordo com suas habilidades ou em parceria com outros colegas de apoio. E esta segunda opção funcionou muito bem. Todos os alunos necessitam aprender a fazer os paralelos entre os textos e o mundo que o cerca.

Aos docentes interessados em fazer uso desta prática, sugiro comecem tornando-se leitores literários. As bibliotecas públicas das escolas, de cidade e inúmeros sites possibilitam o acesso a uma gama de autores e estilos gratuitamente. Nas escolas o Ministério da Educação, através do FNDE, disponibilizou nos últimos anos, uma variedade de livros inclusive de

clássicos da literatura mundial reescritos em linguagem contemporânea, fácil de compressão para os alunos.

No referente às práticas artigos, livros e sites estão disponíveis no mercado como: “Ler sem doer: perspectivas para a leitura do texto literário no ensino médio”, “Leitura: uma aprendizagem de prazer” e “Literatura infantil brasileira: um guia para professores e promotores de leitura”. Dentre os sites com propostas <http://educarparacrescer.abril.com.br/>, <http://leituramesquita.blogspot.com.br/>, <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/> e tantos outros de fácil acesso na grande biblioteca virtual o site [www.google.com.br](http://www.google.com.br).

Considerar sempre a diversidade cultural e social dos seus alunos e suas sugestões de leitura é importante no desenvolvimento dos trabalhos.

### **Conclusão**

O estudo da história humana consiste em interpretar os fatos. Neste contexto é fundamental a leitura e análise de textos, sendo assim um bom leitor será um bom conhecedor da própria história. No contexto escolar a literatura é uma importante fonte paradidática, devido sua diversidade de conhecimentos e por permitir interpretações variadas, considerando a vivência de cada aluno. Possibilitando a construção do entendimento a cerca das varias versões sobre um mesmo fato histórico. Ao realizar este trabalho em outras instituições, as dificuldades podem ser encontradas como as da Escola Podestá: falta de exemplares de uma mesma obra em número suficiente para todos os alunos de uma turma e falta de professor de Biblioteca auxiliando os trabalhos de empréstimos de livros. Porém com vontade o docente conseguirá bons resultados com este projeto.

### **Referência Bibliográfica**

BARONI, Irineu. *Poetisa*. São Paulo: Paco Editorial. 2010

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. SUAIDEN, Emir José. *O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998

[CBC/CURRICULO BASICO COMUM: Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA\\_CRV/index.aspx?id\\_projeto=27&id\\_objeto=38836&tipo=ob&cp=994d99&cb=&n1=&n2=Proposta%20Curricular%20-](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=38836&tipo=ob&cp=994d99&cb=&n1=&n2=Proposta%20Curricular%20-)

[%20CBC&n3=Fundamental%20-%206%C2%BA%20a%209%C2%BA&n4=Hist%C3%B3ria&b=s#>](#). Acesso em 31 de janeiro de 2014 as 3 horas.

\_\_\_\_ Parâmetros curriculares nacionais : história /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC /SEF, 1998.108 p.

LAGE, Micheline Madureira. *Ler sem doer: perspectivas para a leitura do Texto Literário no ensino médio*. – Coronel Fabriciano, Unileste – MG, 2003.

LEITE, Ângela. *Um verso a cada passo – Estrada Real em versos*. Editora Infantil. 1ª edição. 2010.

OLIVEIRA, Rui de. SCHAWARZ, Lilia. *O Príncipe Triste*. DCL –Difusão Cultural do Livro. 1ª edição. 2010

VÁLIO, Else Benetti Marques. (coord). *Base de dados em literatura infanto-juvenil*. – Campinas, SP: Editora Alénea, 1998.

## Narrativas sombrias: O gótico nos folhetins cariocas no século XIX

**Danielle Christine Othon Lacerda**

Mestranda em História Comparada  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
E-mail: danielledacerda@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo analisa a circulação da literatura gótica de autores franceses no Rio de Janeiro em meados do século XIX. É mister apontar que popularidade dos romances-folhetins ampliou o público-leitor, assim como a disseminação da cultura literária. Dentre a diversas temáticas abordadas nos romances populares folhetinescos, é possível encontrar vários elementos característicos da estética gótica, embora não houvesse uma segmentação específica para o gênero no contexto do mercado editorial carioca. Assim, pretende-se refletir sobre a relação entre os leitores cariocas e os romances góticos que eram publicados nos rodapés dos jornais no período que compreende 1840 a 1860.

**Palavras Chave:** Romance-folhetim; Gótico; Folhetim; Cultura Literária

**Résumé:** Cet article analyse le mouvement de la littérature gothique des auteurs français à Rio de Janeiro au milieu du XIXe siècle. Il faut souligner que la popularité des publications en série de romans a permis d'élargir le lectorat, ainsi que la diffusion de la culture littéraire. Parmi les différentes questions abordées dans les romans populaires folhetinescos, vous pouvez trouver différents éléments caractéristiques de l'esthétique gothique, cependant, il n'y avait pas de genre de ciblage spécifique dans le cadre de l'édition de Rio de Janeiro. Ainsi, nous avons l'intention de réfléchir sur la relation entre les lecteurs et les romans gothiques publiés dans des publications en série comprenant la période 1850-1870.

**Mots-Clés:** roman-feuilleton; gothique; feuilleton; culture littéraire.

O século XIX foi marcado pelo domínio dos campos jornalístico e editorial que cresceu, notadamente, após o fim da censura régia e a abertura de mercado no Rio de Janeiro, que motivou a migração de profissionais experientes, do meio editorial, como livreiros, editores, tipógrafos, muitos destes franceses<sup>1</sup>. Associado ao crescente interesse da população sobre as movimentações políticas que ocorriam diante de conservadores e opositores ao governo, percebe-se um vultoso crescimento do número de tipografias na sede do governo, que passou de apenas uma tipografia, a Imprensa Régia, que atuava sob o monopólio em 1820, para 30 firmas quarenta anos depois.<sup>2</sup>

O ano de 1836 marcou uma importante mudança no cenário do campo jornalístico e literário na França. Combinado com o avanço e consolidação do capitalismo, crescia o interesse

---

<sup>1</sup> A Revolução de 1830, ocorreu durante o reinado de Carlos X, que tentava restaurar o absolutismo com o fim da era de Napoleão. A insatisfação popular culminou com o movimento popular “Jornadas Gloriosas”, lideradas pelo duque Luís Felipe, com o apoio da burguesia, imprensa e estudantes, que conseguiu fazer o rei abdicar ao seu reinado. Este período de intensa movimentação, coincide com o intenso florescimento do romantismo e do utopismo (HARVEY, 2015, p. 87). Estes movimentos do pós-Revolução Francesa, serão importantes motivadores da vinda de profissionais do mercado editorial francês para o Brasil. Como exemplo, Hallewell cita Plancher, primeiro proprietário do *Jornal do Commercio* (2012, p. 149).

<sup>2</sup> HALLEWELL, Lawrence. O Livro no Brasil. São Paulo: Edusp, 2012, p. 837

por romances populares, que combinavam uma linguagem de fácil acesso, personagens carismáticos, fluência na escrita, uma certa dose de melodrama, que cativava a nova classe emergente e dominante, detentora do capital da sociedade francesa, a classe burguesa, formada por ricos industrial, comerciantes e banqueiros. Neste ano, constitui-se o que ficaria conhecido por “literatura industrial”, termo popularizado pelo crítico literário francês Charles Sainte-Bouve, que em um artigo polêmico escrito em 1839, atentava sobre a decadência da literatura francesa, posto que era produzida apenas para atender os interesses de editores que visavam apenas o lucro e não a qualidade<sup>3</sup>.

Assim, a literatura industrial criticada por Sainte-Bouve tem como seu marco de origem na criatividade do editor do jornal *La Presse*, Émile Girardin, que, em 1836 concebeu ideia de publicar, entre outras estratégias, romances populares de forma seriada no rodapé da primeira página do jornal, na já conhecida seção *le feuilleton*, que publicava temas variados como críticas literárias, teatrais, resenhas, crônicas. No Brasil, seguindo a mesma linha editorial dos jornais franceses, esta mesma seção ficou conhecida por Folhetim.

Outra estratégia comercial de Girardin, foi a redução do preço do *La Presse* pela metade, com relação aos principais jornais franceses como o *Journal des Débats*, que custavam 80 francos a assinatura anual. Neste sentido, Girardin tinha a intenção em ampliar a abrangência do jornal para um público mais popular, igualmente, ávido por notícias. Além disso, começou a vender espaço no jornal para anúncios diversos, semelhante ao que já ocorria na Inglaterra, para equilibrar as contas do jornal, devido à redução do preço da subscrição<sup>4</sup>. Tais estratégias implementadas por Girardin, atingiram de frente os grupos conservadores e tradicionais do campo literário e jornalístico, tanto pelo rápido crescimento de público, como pelo que Sainte-Bove havia criticado com relação à qualidade literária, ampliando a luta entre forças dentro do campo jornalístico e literário.

Conforme a análise de Meyer, a ideia da ficção publicada em partes, a cada edição do jornal, fez tanto sucesso que o modelo catalisou a formação de uma estrutura narrativa própria que estabeleceu o modelo conhecido por romance-folhetim.<sup>5</sup> O constante aprimoramento da narrativa produzida especialmente sob a demanda do jornal, consolidou-se mediante grandes

<sup>3</sup> SAINTE-BOUVE. Da Literatura Industrial. Tradução: Jefferson Cano. Revista Remate de Males, 29(2), Dossiê Literatura e Arquivos, jul./dez. 2009.

<sup>4</sup> Para ter uma ideia de comparação, em 1836, o preço do jornal *La Presse*, custava 40 francos a subscrição anual para o departamento de Paris e o valor cobrado por uma linha de anúncio custava 1,50 francos. *La Presse*, 15 avril 1838, p. 4

<sup>5</sup> MEYER, Marlyse. Folhetim: uma História. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.30-31

folhetinistas, escritores que se tornaram muito populares na época. Ao produzirem um romance, os folhetinistas precisavam seguir determinadas regras do jornal, como atende os limites de linhas para caber no espaço do jornal. Assim, era necessário suscitar interesse no leitor para que se mantivesse interessado pela ficção, assim estratégias narrativas como o suspense e a curiosidade estabeleceram o corte na narrativa, mediante a famosa fórmula do “continua no próximo capítulo”. Além disso, alguns autores buscavam uma maior interação com leitor, não sendo incomum, o autor se reportar ao leitor como se fosse um amigo. Criava-se, assim, empatia com o leitor para sustentar outro recurso que era alongar o texto quando o mesmo era bem aceito pelo público. Desta forma, era necessário trazer para perto do autor o seu leitor para que o mesmo mantivesse o mesmo interesse do início.

Diante disso, o alto retorno da publicação de romances-folhetins nos jornais, que além de elevar o número de assinaturas e de, posteriormente, número de vendas avulsas no mercado francês, reverberou na proliferação deste tipo de publicação em outros países, chegando ao Brasil, em 1838 com a publicação do romance *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, pelo *Jornal do Commercio*, nesta época, de propriedade do francês Julius Villeneuve. A partir deste momento, o principal periódico da corte, publicaria continuamente as ficções seriadas, em sua maioria de autores franceses. Selava-se assim, o destino dos romances-folhetins no país, popularizando esta fórmula para os principais jornais da corte, abrangendo outros jornais de províncias.

O grande fenômeno folhetinesco, de abrangência internacional, *Os Mistérios de Paris*, do já famoso escritor Eugène Sue, foi publicado no jornal de Villeneuve em outubro de 1844, seguindo por quase um ano e meio em meio à grande repercussão que o folhetim já havia adquirido em seu país de origem. Considerado atualmente por alguns pesquisadores como exemplo de literatura gótico, mais especificamente, o gótico urbano<sup>6</sup>, Sue traz questões e personagens que anteriormente não eram mencionadas nos romances. De tendência socialista, o escritor põe em primeiro plano criminosos, a classe operária, degredados, assim como espaços sociais, então desvalorizados pelo público leitor aristocrata e burguês, como os subúrbios de Paris.

O gótico literário popularmente reconhecido nos dias atuais encontra em suas origens na escola inglesa. De fato, apesar de muitas das obras góticas terem sido esquecidos pelo tempo,

---

<sup>6</sup> HUGUES, William. *Historical Dictionary of Gothic Literature*. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, 2013, p. 106-107.



percebe-se que, diante da prolífica obra dos hábeis folhetinistas, encontram-se algumas obras em que a estética gótica faz-se presente.

Primeiro porque a compreensão sobre o gótico literário, ainda é motivo de debates e discussões em torno de seus limites e abrangência, assim como suas características peculiares. Seguindo a linha de pensamento do Willian Hughes, um dos teóricos do gótico na literatura, entende-se que o gótico inicialmente está envolvido com fantasmas, sobrenatural, castelos sombrios e misteriosos, polêmicas religiosas, diante de uma tensão cultural<sup>7</sup>. Neste sentido, o gótico condensa o gosto popular com o erudito, suscita questões acerca do momento cultural, social e político, conforme o local e momento em que se produz. Segundo Camila Mello, o gótico é o gênero que abarca as estratégias narrativas que a pesquisadora considera elementos da narrativa gótica, como o fantástico, o terror, o horror, o grotesco, o sublime, a abjeção, que não necessariamente precisam aparecer em conjunto, mas que precisam estar dentro de um enredo em que os mistérios do passado retornem de forma a causar inquietações, assim como, a excessiva transgressão das personagens.<sup>8</sup> Toda a narrativa gótica requer uma grande dose de exagero, o que coaduna em boa dose com o melodrama dos romances-folhetins.

À despeito da falta de um consenso, entre outras questões, discute-se a ideia de que por um lado, a ficção gótica nada mais é do que uma “tendência literária efêmera” com pouco mérito intrínseco<sup>9</sup> ou ainda o seu distanciamento com o mundo real. Ora, como argumenta Mello “a ideia de escapismo ou extravagância sem profundidade só precede se o leitor não estiver a par dos movimentos históricos, culturais e filosóficos da época”<sup>10</sup>. Neste sentido, o gótico na literatura, não rompe com o mundo real, ao contrário, o “distanciamento” apresenta-se na forma peculiar da estética gótica para suscitar questões e reações presentes em determinado contexto.

Dito isto, o gótico literário se desdobra, ao longo do tempo, em diferentes vertentes, que, em alguns casos, são tratadas como gênero à parte, como o fantástico. Entretanto, como destacado por Hugues, a dificuldade em determinar uma forma conceitual para o gótico nos diferentes períodos históricos<sup>11</sup>. Assim, diferentes vertentes do gótico podem ser observadas nas narrativas produzidas ao longo do tempo. Exemplo disso é o gótico urbano, como

---

<sup>7</sup> HUGUES, William. *Historical Dictionary of Gothic Literature*. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, 2013, p. 6.

<sup>8</sup> MELLO, Camila. *Representações da família na narrativa gótica contemporânea*. Rio de Janeiro: Baluarte, 2013. p. 15.

<sup>9</sup> WATT, Ian. *A Ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 310.

<sup>10</sup> MELLO, Camila. *Representações da família em narrativas góticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Baluarte, 2013, p. 22.

<sup>11</sup> HUGUES. *Ibidem*, p.8.

mencionado anteriormente, em *Mistérios de Paris*. Inicialmente, a ação do gótico desenvolvia-se em ambientes domésticos, reclusos, como castelos, monastérios, abadias, no século XIX, o crescimento das cidades, a rápida urbanização e industrialização e seus problemas sociais associados, mobilizaram as cenas para o ambiente externo das cidades.

Nesta mesma tendência do gótico urbano, *O Judeu Errante*, também de autoria de Eugène Sue, é publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, em 1844. A narrativa também tratava de problemas das classes sociais, como os baixos salários, vida operária degradante, direitos dos trabalhadores, entre outras questões. O enredo do romance gira em torno de um jesuíta ambicioso que tramava conseguir a herança de uma rica família em favor da Companhia de Jesus. Sue aproveitava para criticar os católicos que queriam retomar o ensino religioso.

Na década de 1850, verifica-se a publicação de variados romances-folhetins que dialogam com o fantástico. Segundo Todorov, o fantástico emerge de uma “vacilação comum ao leitor e ao personagem, que devem decidir se o que percebem provém ou não da “realidade”, tal como existe para a opinião corrente”, ou seja, a ambiguidade e a dúvida se conectam diante da percepção distorcida ou não, que irá provocar a “vacilação” do leitor e do personagem. O fantástico não surge fora do texto, mas faz parte da construção textual que causará ou não determinados efeitos no leitor extratextual.<sup>12</sup> David Roas também entende que os dispositivos do fantástico presentes no texto como vampiros, mortos-vivos e o sobrenatural, retratam uma transgressão da ordem do mundo real, subvertendo o natural. Quando a transgressão está associada ao fantástico, esta “só pode ser produzida em narrativas ambientadas em nosso mundo, narrativas em que os narradores se esforçam por criar um espaço semelhante ao do leitor”.<sup>13</sup>

Prolíficos escritores franceses, famosos folhetinistas na época, apareceram nas páginas dos jornais cariocas mediante obras como *As Noites de Cemitério*, de Leon Gozlan, publicado por três meses, a partir do primeiro dia de janeiro de 1850, no *Jornal do Commercio*. O romance foi continuamente publicado, interrompido apenas por alguns dias, devido ao grande volume de comunicações oficiais na primeira página do jornal, relacionadas à movimentação política do período. Todos os capítulos, conforme a edição original francesa, *Nuits du Père La Chaise* (1845) foram publicados, primordialmente na primeira página com o texto distribuído em sete colunas da seção Folhetim. A continuidade do romance até o seu final e a publicação do texto

<sup>12</sup> TODOROV, Tzvetan. Introdução à Literatura Fantástica. São Paulo: Editora Moraes, 1977, p. 24

<sup>13</sup> ROAS, David. A Ameaça do Fantástico: aproximações teóricas. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.42

no rodapé em até duas páginas, sem interrupção definitiva, sugere que o romance-folhetim obteve uma boa recepção dos leitores do jornal.

Com uma temática que envolve mistério e segredos intrincados, em *Noites do Cemitério*, Gozlan inclui na narrativa, tipicamente folhetinesca, elementos do fantástico, que surge no enredo para dar conta de algum evento que suscita certa dúvida diante do real. A história revela uma trama intrincada que envolve assassinatos, segredos e túmulos profanados, narrada por um misterioso cavaleiro, conhecido por *De Profundis* para um curioso e jovem marquês de S-Lucas. Logo nos primeiros capítulos, ao discorrer sobre a sua fama do temível cavaleiro, prevê-se os possíveis diálogos com o fantástico intencionados pelo autor:

- Também eles tem medo de mim. Pozerão-me o appellido de *cavaleiro De Profundis*. Julgão ser eu um ente sinistro, sobrehumano. Também vós, talvez?
- Algum tanto, respondeu o moço.
- E isso é bem lisonjeiro para a minha pessoa.
- Uma noite dessas, em um circulo, certa velha atreveu-se a dizer... Porém não, não repetirei tal cousa.
- Dizei sempre (...)
- Um vampiro.
- Essa senhora enganou-se. Eu não sou vampiro, posto que acredite em vampiros.
- Acreditais nelles?
- E muito. Dous conheci eu. (...) <sup>14</sup>

Quatro anos após a publicação em folhetim, a principal livraria Garnier do Rio de Janeiro publicou um anúncio que divulgava a chegada de diversos livros disponíveis para venda na livraria. Dentre a profusão de títulos, em sua maioria de autores franceses, vertidos para o português, encontramos o romance-folhetim *Cemitério do Père Lachaise*, traduzido do francês por J. G. Sá Vianna, em dois volumes. <sup>15</sup> Neste mesmo anúncio, encontram-se ainda outras obras góticas anunciadas como *O Castelo de Otranto*, de W. Marshall, pseudônimo de Horace Walpole, *A casa Emparedada*, de Elie Berthet, *O Diabo Amoroso*, de Cazotte e *A Tulipa Negra* de Alexandre Dumas, entre outros possíveis títulos que, perdidos no tempo e no espaço, tornam-se impossível identificar as características da estética gótica.

Outros títulos góticos também podem ser encontrados nas páginas dos jornais, como *A Marquiza Ensanguentada*, da Condessa Dash, publicado em 1852 pelo *Jornal do Commercio*, romances de Xavier Montepin, como *O Castelo dos Fantomas* (1856), *Mademoiselle Lucifer* (1857), *O Castelo dos Espectros* (1857), publicados respectivamente pelo *Diário do Rio de*

<sup>14</sup> *Jornal do Commercio*, 03 de janeiro de 1850, seção Folhetim, p.1.

<sup>15</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 e 27 de dezembro de 1854, seção Anuncios, p. 3

*Janeiro*, e *Jornal do Commercio*, os dois últimos. Tem-se ainda *O Vampiro de Val de Grace*, de Leon Gozlan, publicado em 1862 pelo *Jornal do Commercio*.

O Gótico é um gênero em contínua atualização, considerado por muito tempo uma literatura menor, cujo consenso em sua definição está longe de se encontrar. Entretanto, os inúmeros estudiosos e pesquisadores sobre o gênero têm revigorado e retratado o gótico literário dentro do contexto da teoria literária. Embora ainda coexistam diversas caracterizações, por vezes oponentes, encontramos um sentido plausível na argumentação de que o gótico é o gênero que reúne todas as demais vertentes que surgiram a partir da estética gótica inglesa<sup>16</sup>. A profusão de termos e expressões que designam um determinado estilo de narrativa como a literatura *noir*, o fantástico, a literatura de horror, entre outros, muitas vezes considerados como gênero literário, não se desvinculam o gênero gótico. Neste sentido, ao longo do século XIX, diante das mudanças nas condições históricas, políticas, culturais e sociais, o gótico se reciclou, adquirindo novos contornos, temas e elementos, cuja vitalidade é perceptível ainda nos dias atuais.

Portanto, a circulação da literatura gótica francesa traduzida no Brasil, como se observa mais precisamente na sociedade carioca, em meados do oitocentos, é formada, notadamente, por romancista franceses populares, na sua grande maioria, folhetinistas. Embora não seja cunhada, naquele período, pelo termo “gótico”, é possível identificar a circulação de obras de estética góticas. Tais romances geralmente eram provenientes de romances-folhetins, o que demonstra o caráter popular e de fácil acesso à obra.

Porventura surgia a denominação “romance histórico” ou outras nomenclaturas como “novellas, romances, historietas, dramas, etc”. No anúncio publicado no Diário do Rio de Janeiro da livraria Garnier, é possível identificar no catálogo alguns dos romances de estética gótica como *Cemitério do Père Lachaise*, de Leon Gozlan, *A Casa Emparedada*, de Elie Berthet e *O diabo amoroso*, de Cazotte<sup>17</sup>.

Assim, o fato de considerar as narrativas dentro de uma classificação de maior abrangência, neste caso, o romance, o mercado editorial consegue alcançar um número de leitores, evitando restringir o público-alvo de seu negócio.

---

<sup>16</sup> MELLO, Camila. Representações da família em narrativas góticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Baluarte, 2013, p. 14.

<sup>17</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 05 de dezembro de 1854, p. 3.

Diante disto, a circulação de romances-folhetins em meados do oitocentos foi representada, em grande parte, por autores franceses populares que versavam sobre diversos temas em sua prolífica produção literária. Muitos dos mais populares autores franceses, como Poson du Terrail, Paul Feval (pai), Leon Gozlan e Xavier Montepin, além de escreverem romances tipicamente folhetinescos, repleto de aventuras, romances impossíveis e melodramáticos, introduziram elementos estéticos góticos, como o fantástico, o grotesco, o abjeto, o horror e o terror.

As diversas traduções destes romancistas populares que aportaram no mercado literário do Rio de Janeiro possibilitaram uma aproximação do público-leitor às temáticas góticas, que envolviam crimes, mistérios, situações inusitadas e inexplicáveis. Interessante notar, que por não haver uma segmentação para um público específico, qualquer leitor tinha contato com esta literatura. A princípio, entende-se que este contato, esta apropriação, deve-se primeiramente ao mercado editor, que selecionava os textos literários, traduzia, editava e disponibilizava mediante suportes específicos, como o livro e o folhetim. Tais intervenções editoriais e decisões estratégicas foram essenciais para a difusão da leitura e a aceitação destas ficções góticas pelos leitores cariocas.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HALLEWELL, Lawrence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

HENEBERG, Ilana. *A suite au prochain numéro : formation du roman-feuilleton brésilien, à partir des quotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)*. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/abstracts/ilana.htm> Acesso em: 30/04/2017.

HUGUES, William. *Historical Dictionary of Gothic Literature*. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, 2013.

MELLO, Camila. *Representações da família na narrativa gótica contemporânea*. Rio de Janeiro: Baluarte, 2013.

SAINTE-BOUVE. *Da Literatura Industrial*. Tradução: Jefferson Cano. *Revista Remate de Males*, 29(2), Dossiê Literatura e Arquivos, jul./dez. 2009.

ROAS, David. *A Ameaça do Fantástico: aproximações teóricas*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. São Paulo: Editora Moraes, 1977.

## Representações de Virtudes no Conto ‘A Gata Borralheira’ dos Irmãos Grimm

**Pedro Victor Silveira Ferreira**

Graduando em História  
Universidade Estadual de Montes Claros

**Resumo:** este trabalho faz parte de uma pesquisa de monografia em fase inicial. Pretendemos buscar no conto a Gata Borralheira feito pelos irmãos Grimm representações de virtudes do século XIX que estão no conto, ajudando-nos a entender o imaginário cultural e social do início dos oitocentos na Europa. A pesquisa serve como requisito parcial para a concessão do diploma de licenciado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros.

**Palavras-chave:** Grimm; representações; virtudes; oitocentos; Europa.

**Abstract:** This paper is part of a research in primary fase. We intend to seek in the tale Ahspüttel, made by Brothers Grimm, representations of virtues of the nineteen century, helping us to understand the cultural and social imaginary in the beginning of the eighttys in Europe. The research works as a partial requirement for University’s degree in History.

**Keywords:** Grimm; representations; virtues; eighttys; Europe.

### Introdução

A importância dos contos populares europeus é enorme para a história ocidental. Contos como “A Branca de Neve” e “A Bela Adormecida” moldaram o imaginário infantil a partir das adaptações do Wall Disney na metade do século XX. Robert Darnton ao fazer um estudo sobre os contos populares no período moderno conclui que “...as histórias pertenciam sempre a um fundo de cultura popular, que os camponeses foram acumulados através dos séculos” (DARNTON, 1988, p. 32). Estes contos registraram muito das percepções de vida dos camponeses, tanto o mundo material, quanto o seu universo mental.

Entre os mais importantes, estão os contos escritos pelos irmãos Grimm no início do século XIX. Jacob e Wilhelm Grimm foram autores da coletânea *Kinder- und Hausmärchen* ou *Contos Maravilhosos, Infantis e Domésticos*. Divididos em dois volumes, os contos publicados entre os anos de 1812 e 1815 possuem inúmeras adaptações das histórias que eram contadas pelos camponeses, mostrando uma visão diferente de mundo do que aquela já colocada séculos antes.

Neste contexto, levantamos o nosso problema de pesquisa: como a moral do século XIX é representada no conto “A Gata Borralheira”? Qual é o padrão de comportamento aceito socialmente? Pretendemos entender o imaginário cultural que povoou o início dos anos oitocentos na Europa e assim como esse imaginário é representado a partir de contos populares escritos.

## Contexto Histórico do Conto

A Gata Borralheira foi escrita na coletânea de contos dos irmãos Grimm em 1812, em um período que temos a emergência das novas ideias morais do século XIX: os novos papéis do gênero, as novas noções de infância e uma nova forma de difusão literária.

Darnton ao explicar sobre as influências que as novas formas de leitura têm no mundo contemporâneo afirma que os livros podem ser descritos como “...circuito de comunicação que vai do autor ao editor (...), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição.” (DARNTON, 1990, p. 112).

Os papéis de gênero são transformados neste período: a mulher como uma figura da família burguesa: casta, boa e que ganha um “final feliz” ao se casar com um homem são as novas figuras que povoam o imaginário oitocentista no qual o conto foi escrito.

Mais forte ainda, são os novos papéis atribuídos as crianças. Desde o século XVII, uma nova forma de se enxergar a infância toma forma no mundo europeu. Vê-se agora como uma etapa da vida, em que se deve ter cuidado e um caráter pedagógico próprio do período. O período infantil começa a ser visto como um período formador e a inocência da criança as coisas do mundo começa a tomar forma:

Ao longo do século XVII desenvolve-se na França toda uma corrente de devoção à infância de Cristo (...). Numa sociedade em que, durante três séculos, uma pastoral do medo sensibiliza para os perigos da carne, do corpo-sede do pecado, a imagem dessas crianças exemplares vem reforçar novas formas de devoção interior (GÉLIS, 2009 p. 316).

As mudanças políticas e sociais no qual se passa a Europa não devem ser ignoradas. O império napoleônico, com suas invasões aos diversos reinos da região germânica estimulou um crescente nacionalismo, vindo a culminar na formação do estado alemão em 1871. Um dos principais veículos de difusão desse nacionalismo foi a literatura romântica e maravilhosa, no qual o conto está inserido.

Para se ter uma percepção de como era este imaginário, a literatura do período se revele como uma fonte histórica extremamente importante. Sandra Jatahy Pesavento explica que a renovação dos paradigmas culturais trouxe a literatura como uma grande fonte de acesso a este imaginário:

...debruce-se ela sobre a escrita do texto, sobre a edição do livro ou sobre a leitura, permite reconstruir o passado como objeto de pesquisa, tentar atingir



a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores. Permite, inclusive, pensar a descontinuidade da História e a diferença, pondo tanto o Historiador como o leitor diante de uma alteridade de sentidos perante o mundo. (PESAVENTO, p. 42).

## **As Representações**

O novo conceito de representação vem a partir da crise de paradigmas ocorrida ao final dos anos 1980. Após essa crise, inúmeros campos da historiografia se renovaram, incluindo o campo da história cultural. Para Pesavento, o conceito das representações são um dos novos conceitos que irão guiar:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, p. 21).

Um dos maiores estudiosos do conceito de representações, especialmente dentro do texto literário, é o historiador francês Roger Chartier. Chartier escreve que, para que possamos entender o mundo literário como uma fonte histórica, devemos entender o exercício da leitura como um fruto entre a relação de autor e leitor, concluindo assim que:

...voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991 p. 180).

Chartier conclui ainda que as representações culturais são construções sociais próprias de tempo, espaço e de uma época, presentificando um objeto que não está ali.

## **Conclusões preliminares**

A pesquisa ainda está em seu estágio inicial. O conto da Gata Borracheira revela muito da mentalidade dos indivíduos na época em que ele fora escrito. Sabemos que os significados de um mesmo texto mudam ao longo tempo, por isso é necessária uma cuidadosa leitura bibliográfica sobre o período estudado.

Entender as representações da moralidade neste período é de extrema importância. O século XIX fundamenta toda a ideia do mundo contemporâneo capitalista e estas ideias se perpetuaram por ainda maior tempo, graças as adaptações do Wall Disney. É interessante que

possamos entender que significado tinha este conto para o período em que foi escrito e como podemos ver rupturas e continuidades com o tempo atual.

### Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

DARNTON, Robert. *A palavra impressa*. In: \_\_\_\_\_. *O Beijo de Lamourette*. 1ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 107-172.

DARNTON, Robert. *História que os camponeses contam: o significado da Mamã Ganso*. In: \_\_\_\_\_. *O grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1988, p. 21 – 103.

GÉLIS, Jacques. *A individualização da criança*. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da Vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Schwartz, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História e História Cultural*. 3ª ed, São Paulo: Autêntica (PDF file).

## Anemia do Tempo: Absurdo e o Caráter Distópico nas Obras “Adeus, Velho”, de Antônio Torres, e “Feliz Ano Novo”, de Rubem Fonseca

**Matheus Silva Marciano**

Graduando

DEHIS – Departamento de História – UFOP

E-mail: msilvamarciano@gmail.com

**Resumo:** Abordaremos a emergência de um *stimmung* melancólica nas obras de Antônio Torres e Rubem Fonseca. Propomos então pensar, a partir das obras “Adeus, velho” e “Feliz Ano Novo”, elementos que possam compor esta atmosfera, no caso o pessimismo e os enunciados distópicos que se apresentam nesta literatura. Debatendo-se constantemente estas partes constituintes desta atmosfera, uma questão orientará este artigo: seria possível – além dos sentimentos descritos nas obras –, a abertura de horizontes alternativos em um clima histórico que oferece determinadas leituras de mundo?

**Palavras-Chave:** *Stimmung*; melancolia; absurdo; pessimismo; distopia.

**Abstract:** It will be approached the emergency of a melancholic *stimmung* in the works of Antônio Torre and Rubem Fonseca. It is proposed to think from the works “Adeus, Velho” and “Feliz Ano Novo”, elements that are able to compose this atmosphere, in this case the pessimism and the dystopic enunciations that are presented in this literature. Constantly debating these constituent parts of this atmosphere, a question will be guiding this article: would it be possible – beyond the feelings described in the works – the opening of alternative horizons in a historical climate that offers determined readings of the world?

**Keywords:** *Stimmung*; melancholy; absurd; pessimism; dystopia.

### Introdução

O termo “anemia do tempo” fora apropriado do aforismo, “*Anjos Reacionários*” de Emil Cioran, em *O “Breviário de Decomposição”*, “os instantes se precipitam como vampiros sobre a anemia do tempo.”<sup>1</sup> (grifos meus). Esta terminologia será retomada mais a frente, mas já enuncia a tonalidade pessimista de um clima melancólico. Antes, devemos dar uma primeira, e última, resposta a nossa questão orientadora: se é possível à abertura de horizontes alternativos? Indiferente às questões relacionadas à *stimmung*, seja qual esta for, as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” “remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia ser imaginada.”<sup>2</sup>

A constituição destas categorias, enquanto mais ou menos alargadas, acontece a partir da tensão entre elas, pois “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre

---

<sup>1</sup> CIORAN, E. M. (Emile M.). *Breviário de decomposição*/ E. M. Cioran; tradução de José Thomas Brum. - Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 58.

<sup>2</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos* / Reinhart Koselleck ; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira ; revisão da tradução César Benjamin.- Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006. p. 308.

diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico.”<sup>3</sup>. É exatamente nesta tensão em que surge a possibilidade de emergência de diferentes stimmungen. Um stimmung, clima ou atmosfera, é “uma disposição geral”<sup>4</sup>, “um toque material, tipicamente muito leve sobre o corpo de alguém, [...]. Climas, sons, músicas, todos têm sobre nós um impacto material, embora invisível.”<sup>5</sup>.

É a partir desta relação, na tensão entre experiência e expectativa, e na emergência de determinado clima, de uma “sensibilidade objetiva”, que pensaremos os elementos que tornam possíveis a classificação desta como melancólica. Analisaremos as obras de Antônio Torres, “Adeus, Velho”<sup>6</sup>, e o conto “Feliz Ano Novo”<sup>7</sup> de Rubem Fonseca, a fim de buscar alguns elementos característico deste clima. O pensamento absurdo, presente na obra “O mito de Sísifo”<sup>8</sup>, de Albert Camus, e o pessimismo em “Breviário de Decomposição”, de Emil Cioran<sup>9</sup>, serão preponderantes para nossa análise. Além disto, o caráter distópico presente, principalmente no conto de Fonseca, será abordado através do uso da sátira em “Feliz Ano Novo”. Neste sentido a obra “Anatomia da Crítica”<sup>10</sup>, de Northrop Frye tem extrema importância para nossa abordagem. Sobre a melancolia, a obra “A tinta da melancolia: Uma história cultural da tristeza”<sup>11</sup>, de Jean Starobinski, trará uma consistência maior na qualificação deste clima emergente.

### **Absurdo e Pessimismo em “Adeus Velho”<sup>12</sup>**

Na obra de Antônio Torres, logo em suas primeiras páginas, encontramos o sentimento que nos ajudará a pensar tanto o pensamento e o sentimento absurdo e, também, um pessimismo latente. Como destacamos na introdução, a tensão entre o espaço de experiência e horizonte de expectativa nos dá a possibilidade de surgimento do tempo histórico. Ou seja, podemos identificar os possíveis encurtamentos e aberturas destas categorias. Ora, a tensão entre

<sup>3</sup> Id., 2, p. 313.

<sup>4</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente* / Hans Ulrich Gumbrecht; Tradução Ana Isabel Soares. – I. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 40.

<sup>5</sup> Id., 4, p. 42.

<sup>6</sup> TORRES, Antônio. *Adeus,velho: romance*. 3. ed. São Paulo: Ática 1985.

<sup>7</sup> FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo* / Rubem Fonseca – 2. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>8</sup> CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo* / Albert Camus; tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014.

<sup>9</sup> CIORAN, E. M. (Emile M.). *Breviário de decomposição*/ E. M. Cioran; tradução de José Thomas Brum. - Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

<sup>10</sup> FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix 1973.

<sup>11</sup> STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: Uma história cultural da tristeza* / Jean Starobinski ; tradução Rosa Freire d’Aguilar. - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

<sup>12</sup> TORRES, Antônio. *Adeus,velho: romance*. 3. ed. São Paulo: Ática 1985.

esperanças e lembranças também geram sentimentos e impressões com relação ao mundo, sendo o absurdo um deles. Como afirma Albert Camus,

“Cenários desabarem é coisa que acontece. Acordar, bonde, quatro horas no escritório ou na fábrica, almoço, bonde, quatro horas de trabalho, jantar, sono e segunda terça quarta quinta e sexta no mesmo ritmo, um percurso que transcorre sem problemas a maior parte do tempo. Um belo dia surge um ‘por quê’ e tudo começa a entrar numa lassidão tingida de assombro.”<sup>13</sup>

“Adeus, Velho” se inicia com um cenário que desaba. Antônio Torres cria a imagem de uma experiência comum, uma espécie de prólogo da história do Brasil que seria “enfim, um completo desengano a perder-se na linha de um horizonte desolado que cerca o nada.”<sup>14</sup> Mas que desengano? A de que seria nestas terras que os donos se assentariam e levariam uma vida tranquila, mas que ao final acabaram por escravizar uns aos outros e se aproveitariam dos menos favorecidos.

A vida da personagem Mirinho, uma espécie de analogia a este desengano, se inicia com sua ida a Salvador, assistir sua irmã que estava saindo da prisão, ela era acusada de assassinato. Encontrar Virinha era uma espécie de reconciliação com o passado, com sua família, que na verdade, para Zulmiro, se tornava cada vez mais distante. O fato é que ele sentia que não conhecia sua própria família.

“E o que era uma família, *sua* família? Uma multidão que começou com um pai e uma mãe e não terminava nele. Era capaz de saber, de cabeça, quantos sobrinhos e primos, quantos parentes e aderentes formavam o povo a que pertencia? Chegava mesmo a pertencer a uma raça própria? Quem eram seus irmãos, o que pensavam, o que sentiam, o que queriam da vida, de que maneira gostariam que o mundo fosse? Está certo, nosso dedos também são irmãos e não são iguais. Mas pelo menos eles se tocam. E até se entrelaçam.”<sup>15</sup>

Esperando um sinal de trânsito abrir para atravessar a rua, em Salvador, onde sua irmã morava, a vida urbanizada, idealizada, mostra sua face, “À sua frente, às suas costas, há todo um mundo real e concreto para o qual *desperta*: um mundo que marcha aos empurrões, solavancos e cotoveladas, barulhento e aflito.”(grifos meus)<sup>16</sup>. Um lugar insuportável para o coração, sujo, fedorento, uma “pobreza que ofende os olhos das ruas”, arrasador, mas ainda sim

---

<sup>13</sup> CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo* / Albert Camus; tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 27.

<sup>14</sup> TORRES, Antônio. *Adeus, velho: romance*. 3. ed. São Paulo: Ática 1985. p. 6-7.

<sup>15</sup> Id., 13, p. 37.

<sup>16</sup> Ibid., 13, p. 38.

era bonita como nos cartões-postais. Se no “por quê” se manifesta o pensamento absurdo, este desalento é também um sentimento absurdo.

“Mas num universo repentinamente privado de ilusões e de luzes, pelo contrário, o homem se sente um estrangeiro. É um exílio sem solução, porque está privado das lembranças de uma pária perdida ou da esperança de uma terra prometida. Esse *divórcio entre o homem e sua vida*, o ator e seu cenário é propriamente o sentimento absurdo.”(grifos meus)<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo em que se manifestava o sentimento absurdo, podemos encontrar uma tonalidade pessimista em seu pensamento. A personagem lembra-se de que a idealização de uma vida longe daquela terra arcaica em que nascera estava ligada a um retorno, “uma homenagem: a um pai, a um lugar, que teriam de volta não mais um menino amalucado, mas um homem feito, de passo firme, benevolente, [...] Tudo isso e um automóvel. E uma mulher.”<sup>18</sup>. Expectativas nunca materializadas. O “divórcio entre o homem e sua vida” é sentido por Mirinho por uma espécie de suspensão do tempo, o que vivera antes e o que vive no presente nunca chegaram a se encontrar, mas “se o resultado desse encontro era apenas uma pororoca tormentosa á sua cara, não conseguiria enxergar nenhuma diferença fundamental entre uma coisa e outra.”<sup>19</sup>.

O pessimismo se radicaliza, pois ele percebera que se havia “uma Via-Láctea a iluminar o caminho de cada um, agora havia a certeza de que o céu não fornecia o mesmo clarão para todos.”<sup>20</sup>. Esta é, como escreve Camus, a perda de um “sentido ilusório” da vida, ou de um destino nas palavras de Cioran. Sentia que seu passado e presente “iam ficando para trás, através de um espelho retrovisor”<sup>21</sup>. Esta sensação de incoerência entre o tempo externo, que sinalizava enquanto um desenvolvimento, uma melhora da vida, e o tempo interno, que parecia não haver diferença, são característicos dos melancólicos

“[...] uma das mais exatas figuras do que a psicologia considera como uma das características fundamentais da melancolia: a discordância entre tempo exterior e o tempo interior. [...] Um minuto de melancolia é mais longo que vários dias: ele vê se escoar um tempo interminável, que se soma inutilmente ao que já é o fim do mundo. A melancolia, em sua forma severa, é o sofrimento contínuo que nasce da sensação de que tudo é atacado de finitude.”<sup>22</sup>

<sup>17</sup> CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo* / Albert Camus; tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 20.

<sup>18</sup> TORRES, Antônio. *Adeus, velho: romance*. 3. ed. São Paulo: Ática 1985. p. 53.

<sup>19</sup> Id., 18, p. 87

<sup>20</sup> TORRES, Antônio. *Adeus, velho: romance*. 3. ed. São Paulo: Ática 1985. p. 86-87.

<sup>21</sup> Id., 20, p. 87.

<sup>22</sup> STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: Uma história cultural da tristeza* / Jean Starobinski ; tradução Rosa Freire d'Aguilar. - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2016. p. 469-470.

Esta questão do tempo é extremamente importante para Jean Starobinski. A melancolia seria uma mudança que interfere na “estrutura da objetividade temporal.” O melancólico perde o que colocaria seu presente em uma duração que o ligaria ao futuro, vendo “desmoronar o próprio fundamento de seu presente.”<sup>23</sup>. De certa maneira é esta a situação de Mirinho ao não encontrar seus laços com sua família e a desilusão com relação ao seu presente. O retorno a sua antiga cidade, devido a morte de seu pai mudará este quadro.

Tudo parecia, como o patriarca, meio velho ou meio morto, “Tudo se encolhera, *se reduzira à proporção dos tempos atuais*.[...]” (grifos meus)<sup>24</sup>. Até mesmo o grande, e um dia ameaçador, cruzeiro “Diminuíra. Envelhecera. [...] O cruzeiro também devia estar morto e ninguém havia se apercebido disso.”<sup>25</sup>. Um grande nada se abria a sua frente,

“Ao parar para beber mais um gole, correu os olhos de uma ponta à outra do horizonte, até onde a vista podia alcançar. Pensou: nada. O grandíssimo nada. Montanhas peladas. A verdadeira solidão das montanhas. No próximo município também era assim, e no anterior, no Nordeste inteiro e, daqui a pouco, em todo o Brasil. E depois? Seria o caso de apagar o verde da bandeira nacional e aguardar a seca eterna ou o dilúvio final.”<sup>26</sup>

Este nada é o fim do “sentido ilusório”, do salto para fora da curva, de um destino<sup>27</sup>. Assim como a condenação de Sísifo, “proletário dos deuses”, que, para Camus, trata seu destino com desprezo, e “Não há destino que não possa ser superado com desprezo.”<sup>28</sup>, o salto de Zulmiro é escrever um livro. Elvira lhe dá o início, “Um grande desengano”. Este é o movimento que Zulmiro faz para, como afirma, dar adeus aquilo tudo que o lugar onde nasceu o fazia lembrar.<sup>29</sup> Mas com relação a alguma transformação deste horizonte, somente a

<sup>23</sup> Id., 22, p. 493.

<sup>24</sup> Ibid., 20, p. 153-154.

<sup>25</sup> TORRES, Antônio. *Adeus, velho: romance*. 3. ed. São Paulo: Ática 1985. p. 154.

<sup>26</sup> Id., 25, p. 156.

<sup>27</sup> “Da mesma maneira, e em todos os dias de uma vida sem brilho, o tempo nos leva. Mas sempre chega uma hora em que temos de levá-lo. Vivemos no futuro: “amanhã”, “mais tarde”, “quando você conseguir uma posição”, “com o tempo vai entender”. Estas inconsequências são admiráveis, porque afinal trata-se de morrer. Chego o dia em que o homem constata e diz que tem trinta anos. Afirma assim a sua juventude. Mas, no mesmo movimento, situa-se em relação ao tempo. Ocupa nele seu lugar. Reconhece que está num certo momento de uma curva que, admite, precisa percorrer. Pertence ao tempo e reconhece seu pior inimigo nesse horror que o invade. O amanhã, ele ansiava o amanhã, quando tudo em si deveria rejeitá-lo. Essa revolta da carne é o absurdo. [...] No fundo de toda a beleza jaz algo de desumano, e essas colinas, a doçura do céu, esses desenhos de árvores, eis que no mesmo instante perdem o *sentido ilusório* com que revestimos, agora mais longínquos que um paraíso perdido.” (grifos meus). CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo* / Albert Camus; tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 28.

<sup>28</sup> Id., 27, p. 139.

<sup>29</sup> Ibid., 25, p. 156.



escrita, pois Mirinho retoma seu emprego, que havia se afastado devido ao processo envolvendo Elvira, e se fecha em seus próprios pensamentos.

### O Caráter Distópico em “Feliz Ano Novo”<sup>30</sup>

O conto selecionado para a análise é “Feliz Ano Novo”. Buscamos identificar neste conto o caráter distópico, característicos do que consideramos ser uma atmosfera melancólica. Partiremos do pressuposto de que o gênero utópico, como abordado por Koselleck, ao analisar a obra “O ano de 2440”, de Louis-Sébastien Mercier, destaca o elemento da “perfeitabilidade”. Koselleck aproxima este caráter, pode-se hoje dizer, desenvolvimentistas das filosofias da história, a partir deste conceito utilizado por Rousseau. “[...] a utopia futurista de Mercier é uma variante da filosofia progressista, seu fundamento teórico é a temporalização dos ideais perfectio.”<sup>31</sup>. Posteriormente, o historiador alemão analisa o texto de Carl Schmitt intitulado “Ensaio histórico-filosófico” e o caracteriza enquanto uma utopia negativa. “O conteúdo dessa paródia, ou, melhor, dessa sátira, pode ser caracterizado como utopia negativa.”<sup>32</sup>.

Se, por um lado, temos a idealização utópica através da “perfectionnement”<sup>33</sup>, tem-se que “àqueles que designam uma ficção diferente, que objetiva questionar as idéias apresentadas pela literatura utópica através da sátira, criam o que conhecemos como distopia”<sup>34</sup>. Neste sentido Koselleck expõe que “A ingênua utopia futurística transformou-se em uma utopia temporal negativa.”<sup>35</sup>. Se, como o historiador alemão afirma, uma ingenuidade idealiza um futuro ideal, as “distopias ampliam o caráter negativo do presente”<sup>36</sup>. Esta transformação, tratada por Azevedo enquanto evolução acontece, pois o gênero distópico “se adapta às mudanças das perspectivas históricas [...]”<sup>37</sup>.

A sátira é então um elemento fundamental na literatura distópica, uma maneira de atacar determinada ordem das coisas. Nas sátiras, como afirma Northrop Frye, as “normas morais são

<sup>30</sup> FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo* / Rubem Fonseca – 2. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>31</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo : estudos sobre a história* / Reinhart Koselleck ; tradução Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2014. p. 128

<sup>32</sup> Id., 31, p. 131.

<sup>33</sup> Ibid., 31, p. 127.

<sup>34</sup> SOUZA, José Bezerra de; Manguiera, José Vilian. *O gênero distopia numa relação ambígua entre 1984 e Harry Potter e as relíquias da morte*. E-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.7, Número 3, setembro-dezembro, 2016. p. 18.

<sup>35</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo : estudos sobre a história* / Reinhart Koselleck ; tradução Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2014. p. 138.

<sup>36</sup> AZEVEDO, Taiana Teixeira. *A Utopia e 1984: a evolução do gênero utópico sob a perspectiva das análises extrínsecas e intrínsecas*. E-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.7, Número 3, setembro-dezembro, 2016. p. 6.

<sup>37</sup> Id., 36, p. 6.

relativamente claras, e aceita critérios de acordo com os quais são medidos o grotesco e o absurdo<sup>38</sup>, pois

“A sátira requer pelo menos uma fantasia mínima, um conteúdo que o leitor reconhece como grotesco, e pelo menos um padrão moral implícito, sendo o último essencial, numa atitude combativa, para a experiência. Alguns fenômenos, como as devastações da doença, podem ser chamados grotesco, mas divertir-se com eles não seria uma sátira eficaz. O satirista tem de selecionar suas absurdidades, e o ato de selecionar é um ato moral.”<sup>39</sup>

Em “Feliz Ano Novo”, tratam-se de três ladrões, um apartamento decadente, e a caracterização das mulheres brancas, enunciam de diversas maneiras um abismo entre dois universos presentes na mesma sociedade. De um lado o narrador do conto diz que viu na televisão que “as lojas bacanas estavam vendendo roupas ricas para as madames vestirem no réveillon. Vi também que as casas de artigos finos para comer e beber tinham vendido todo o estoque.”<sup>40</sup>, de outro lado ele afirma a Pereba, outro ladrão, que iria “ter que esperar o dia raiar para apanhar cachaça, galinha morta e farofa dos macumbeiros.”<sup>41</sup>. Aqui se faz presente o humor característico das sátiras, o grotesco e o abismo entre duas realidades de vida.

A desproporção social e econômica fica clara e, como expõem Souza e Manguiera, “O mundo distópico é desequilibrado”<sup>42</sup> e é desproporcional. Por mais que neste conto de Rubem Fonseca não seja desequilibrado, no sentido abordado pelos autores, composto por “grupos com características comuns”, não se pode dizer que as diferenças, em ambos os contos, convivam com certa harmonia. Principalmente moralmente. Um exemplo é o imaginário dos ladrões sobre as mulheres brancas. Ao descrever que as brancas ricas, todas, dançavam de braços para o alto, com intenção de mostrarem os sovacos raspados, mas que queriam mesmo “mostrar a boceta mas não tem culhão.” e ainda afirmar que todas traem, o narrador apresenta seu imaginário sobre o que rege as vidas daquelas mulheres. Pereba, ao escutar, lamenta-se, “Pena que não tão dando pra gente.”. Mas como afirma o narrado do conto, Pereba é banguelo, vesgo, preto e pobre, logo, moralmente, ele tem todas as características que, como uma espécie de lei, o impossibilita de estar com as branquelas ricas<sup>43</sup>.

<sup>38</sup> FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix 1989. p. 219.

<sup>39</sup> Id. 38, p. 220.

<sup>40</sup> FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo* / Rubem Fonseca – 2. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13.

<sup>41</sup> Id., 40, p. 13.

<sup>42</sup> SOUZA, José Bezerra de; Manguiera, José Vilian. *O gênero distopia numa relação ambígua entre 1984 e Harry Potter e as relíquias da morte*. E-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.7, Número 3, setembro-dezembro, 2016. p. 19.

<sup>43</sup> *Ibid.*, 40, p. 13-14.

O elemento grotesco se apresenta em vários momentos do conto. No flagrante de Zequinha ao chegar ao apartamento e ver Pereba se masturbando, a espera na noite de ano novo para comer macumba no outro dia, e a própria linguagem utilizada pelos três assaltantes: “branquela”, “dando”, “frozô”, entre outros. A absurdidade acontece nos momentos mais violentos. Uma das vítimas do assalto, Maurício, disse para que os assaltantes não se irritassem e comessem a vontade e que poderiam levar o que quisessem. “Filha da puta.”, pensou o narrador, “As bebidas, as comidas, as jóias, o dinheiro, tudo aquilo para eles era migalha. Tinham muito mais no banco. Para eles, nós não passávamos de três moscas no açucareiro.”<sup>44</sup>.

Maurício serviu de corpo de prova para uma dúvida que os três ladrões tinham: um tiro de carabina calibre doze pode grudar alguém na parede? Não. Maurício não grudou na parede. Mas Zequinha disse que “Tem que ser na madeira, numa porta.”. Eles chamaram outro rapaz, desta vez um mais franzino, que ao levar o tiro, “Bateu com estrondo na porta e ficou ali grudado. Foi pouco tempo, mas o corpo do cara ficou preso pelo chumbo grosso na parede.”<sup>45</sup>. Chegando ao apartamento o narrador esperou o retorno de Pereba, que fora largar o carro em alguma rua deserta, encheu todos os copos e desejou, “que no próximo ano seja melhor. Feliz ano novo.”<sup>46</sup>.

A partir das características satíricas presentes no conto, destacamos seu caráter distópico, que abre espaço para o pensamento pessimista de Emil Cioran.

“A injustiça governa o universo. Tudo o que se constrói, tudo o que se desfaz, leva a marca de uma fragilidade imunda, como se a matéria fosse fruto de um escândalo no seio do nada. Cada ser nutre-se da agonia de outro ser; os instantes se precipitam como vampiros sobre a anemia do tempo; o mundo é um receptáculo de soluços... Neste matadouro, cruzar os braços ou sacar a espada são gestos igualmente vão. Nenhum soberbo arrebatamento saberia sacudir o espaço nem enobrecer as almas. Triunfos e fracassos sucedem-se segundo uma lei desconhecida que tem o nome de destino, nome o qual recorreremos quando, filosoficamente desguarnecidos, nossa estada neste mundo, ou não importa onde, parece-nos sem solução e como uma maldição que devemos sofrer, irracional e imerecida.”<sup>47</sup>

Percebe-se que ao não dar soluções morais para o absurdo e o grotesco, mas somente enunciá-las com um teor imoral, a fragilidade abordada por Cioran ganha relevância. A imoralidade, o não fracasso no destino daqueles que não seguem determinados valores, trazem

<sup>44</sup> FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo* / Rubem Fonseca – 2. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19.

<sup>45</sup> Id., 44, p. 19-20.

<sup>46</sup> Ibid., 44, p. 20-21.

<sup>47</sup> CIORAN, E. M. (Emile M.). *Breviário de decomposição*/ E. M. Cioran; tradução de José Thomas Brum. - Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 58.

a luz, em algum nível, na tensão entre subjetividade e objetividade, os limites, até mesmo o fracasso, de determinada ordem das coisas.

Retomando então o conceito de *stimmung*, a emergência da atmosfera melancólica, nestas obras, reside no cotidiano, na invisibilidade da pobreza, os estereótipos e a violência gratuita. Há todo um reforço da impossibilidade de uma vida justa no presente, sem espaços para a formação de um horizonte de transformação geral, apenas a repetição do que é considerado absurdo na sociedade, que no caso de Fonseca, não são superados ou apagados, mas vencedores. Simplesmente se enuncia, indiferentemente de se abrir espaço para solução ou não.

### Aberturas e Encurtamentos

Já afirmamos que é na tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas que surge o tempo histórico. Assim como é na tensão entre esperança e lembrança que o pessimismo e o absurdo se apresentam. No livro “Adeus, Velho” os movimentos, ou tensionamentos, são mais claros. Num primeiro momento um futuro aberto, mesmo com a possibilidade de falha latente, melhor que um presente, mas que se materializa em frustrações. Ao mesmo tempo é com a reconfiguração da experiência e da expectativa que a atmosfera melancólica emerge, quando “Incapaz de efetuar o ato “protensivo” que o liga a um futuro, o melancólico vê desmoronar o próprio fundamento de seu presente.”<sup>48</sup>.

Esta impossibilidade de realizar-se no presente que se manifesta na vida de Mirinho, na obra “Feliz Ano Novo”, Rubem Fonseca enuncia a absurdidade e o grotesco do presente, através da sátira. De certa maneira ampliando a negatividade do presente no agir, ignorando o passado e o futuro, pois o ataque reside na inevitabilidade da injustiça e da violência que se abre aos olhos das pessoas. Retomando a introdução do texto, o uso do termo “anemia do tempo” já caracteriza a atmosfera melancólica que queríamos mostrar. A vida aconteceria em meios a soluços, ampliações e encurtamentos, até que um nada se abre, “o nada que faz prolongar os atos é entretanto uma força superior a todos os absolutos; [...] é o todo. E esse nada, esse tudo não pode dar um sentido à vida, mas ao menos a faz perseverar no que é: *um estado de não suicídio*.”<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: Uma história cultural da tristeza* / Jean Starobinski ; tradução Rosa Freire d’Aguilar. - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2016. p. 493.

<sup>49</sup> CIORAN, E. M. (Emile M.). *Breviário de decomposição*/ E. M. Cioran; tradução de José Thomas Brum. - Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 33-34.

Pode-se dizer que esse é o salto, esta é a percepção que uma atmosfera melancólica fornece, uma revolta, “O caos melancólico com demasiada frequência se reergueu como organização persecutória.” São os ataques de Fonseca e o Livro de Zulmiro.

## O princípio da caridade no discurso institucional das irmãs de São Vicente de Paulo

**Melina Teixeira Souza**

Doutorando em História

UFF – Universidade Federal Fluminense

melufsj@yahoo.com.br

**Resumo:** Com o propósito de fundar o primeiro colégio feminino do Império em Minas Gerais, as Filhas da Caridade enfrentam meses de travessia marítima de Paris até o Rio de Janeiro e prosseguem viajando a cavalo. Irmã Dubost começa um diário de bordo e, ao chegar ao seu destino, prossegue escrevendo: envia correspondências mensais para os superiores franceses. O intuito de estudar a produção autorreferencial da religiosa motiva a análise da abordagem do princípio da caridade em um dos textos alicerçadores da confraria, as *Conferências às Filhas da Caridade*, escritas por São Vicente de Paulo, além de proporcionar a reflexão teórico-metodológica sobre a escrita de si, e suas implicações com o individualismo moderno. A investigação revela que dentre as delimitações identitárias mobilizadas pelo ato autobiográfico, o pertencimento à congregação se sobressai, o princípio da caridade une as freiras em torno das estratégias e desafios de sua jornada no Novo Mundo.

**Palavras-chave:** escrita de si; caridade; vicentinas, vida religiosa feminina.

**Abstract:** With the purpose of founding the first girls' school of the Empire in Minas Gerais, the Daughters of Charity face months of sea crossing from Paris to Rio de Janeiro and continue traveling on horseback. Sister Dubost begins a journal and, upon reaching her destination, keeps on writing: she sends a monthly correspondence to her French superiors. The purpose of studying the religious woman's self-referential production motivates an analysis of the approach of the principle of charity in one of the founding texts of the confraternity, *Conferences to the Daughters of Charity*, written by Saint Vincent de Paul, besides enabling a theoretical-methodological reflection on self-writing and its implications, under the modern individualism. The investigation reveals that, among the identity delimitations mobilized by the autobiographical act, belonging to the congregation stands out: the principle of charity unites the nuns around the strategies and challenges of their journey in the New World.

**Keywords:** self-writing; charity; Vincentians, women's religious life.

### 1. A chegada das Filhas da Caridade ao Brasil e a fundação do Providência

A Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo fundou sua primeira casa brasileira em 1849, em Mariana, Minas Gerais, após longa travessia do grupo de religiosas francesas, iniciada em Paris e marcada pela viagem a cavalo pelo interior, partindo do Rio de Janeiro até a chegada em Minas. O então bispo de Mariana, religioso da Congregação da Missão, Dom Antônio Ferreira Viçoso, era natural de Peniche, região próxima a Lisboa, e caracterizava-se por uma trajetória eclesiástica atrelada ao empenho no incremento da educação em solos tupiniquins, estando à frente da fundação e reforma de diversos estabelecimentos de

ensino.<sup>1</sup> O comprometimento do prelado na vinda das Filhas da Caridade ao Brasil representa uma iniciativa pioneira no tocante à instrução das mulheres, pois tal presença resultou na fundação do primeiro colégio religioso feminino do Império, o Providência, tratando-se, igualmente, de marco salutar na história da vida religiosa feminina, haja vista que até então, só se conhecia no país, a forma enclausurada de vida religiosa.

Consciente da densidade do encargo, Irmã Dubost, madre superiora da congregação no Brasil, começa um diário de bordo na travessia marítima, e, ao chegar a seu destino, prossegue escrevendo: envia correspondências mensais aos superiores franceses nos primeiros dez anos de estabelecimento do colégio Providência. A freira serve como porta-voz das expectativas de seus líderes na França: “dir-se-ia que elas [esperanças de êxito na missão] faziam parte do Conselho do Senhor numa antevisão das abundantes bênçãos que seriam derramadas sobre o povo do Brasil. Não sejam meus pecados obstáculos a essa expectativa”.<sup>2</sup> Irmã Dubost registra a intenção de enviar seu relato posteriormente aos seus Superiores em Paris, com a seguinte solicitação: “queria suprimir o que achardes em excesso e abençoar meu trabalho para que, começado por obediência, continue do mesmo modo com toda a simplicidade que caracteriza os verdadeiros filhos de São Vicente”<sup>3</sup>, mensagem que não deixa dúvidas quanto à expectativa de leitura da escrita da freira concentrar-se, sobretudo, em seus próprios pares. O propósito de investigar a produção autorreferencial da freira Dubost resulta no interesse no contexto de instituição da ordem das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, buscando entender as circunstâncias e particularidades da fundação da confraria, as quais desnudam as especificidades da organização religiosa, pioneira na rejeição ao claustro e aproximação dos problemas mais cotidianos dos fiéis católicos. Após tal análise, pretende-se ensaiar uma sucinta reflexão teórico-metodológica sobre a escrita de si, e suas implicações com o individualismo moderno.

## 2. Contexto de fundação da confraria vicentina: o princípio da caridade

A Companhia das Filhas da Caridade, instituída em Paris em 1633 pelo padre Vicente de Paulo, em parceria com a viúva Luísa de Marillac, distinguiu-se pela inclinação à vida

---

<sup>1</sup> ROCHA, Adair José dos Santos. *A educação feminina nos séculos XVIII E XIX*: intenções dos bispos para o recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas. 212 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 77.

<sup>2</sup> AEAM, Casa da Providência. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 12.

<sup>3</sup> AEAM, Casa da Providência. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 10.



prática, ativa e dialógica de seu fundador, além de se destacar pelo embasamento em “pobres aldeãs”. Tal proposição foi explicitada em muitas das *Conferências às Filhas da Caridade*<sup>4</sup>, maiormente naquela intitulada *Imitação das meninas do campo*:

Falar-vos-ei com mais gosto das virtudes das boas aldeãs, devido ao conhecimento que delas tenho, por experiência e por natureza, sendo filho de um pobre lavrador e tendo vivido no campo até a idade de quinze anos. [...] Não há nada que valha as pessoas que têm verdadeiramente o espírito dos camponeses; em parte alguma se encontra mais fé, mais recurso a Deus nas suas necessidades, mais gratidão a Ele na prosperidade.<sup>5</sup>

Padre Vicente de Paulo dedica longas meditações às virtudes que encontra nas meninas do campo: simplicidade, humildade, sobriedade, pureza de espírito, modéstia, pobreza e obediência. Ao tratar da virtude da pobreza, declara:

Deveis praticá-la nesse ponto: não vou preocupardes com o futuro: fazer as vossas despesas durante todo o ano como de costume e, se vos sobrar alguma coisa, trazê-la para Casa, para ajudar a formar Irmãs para servir os pobres. Não tendes direito senão a alimentar-vos e a vestir-vos; o que sobre pertence ao serviço dos pobres. Ó minhas Filhas, já ouvistes alguma vez dizer que Deus escolheu os pobres para os fazer ricos em fé? E que será essa escolha feita por Deus das meninas de aldeia? Até agora todas as meninas chamadas ao serviço de Deus eram filhas de famílias e ricas. Quem sabe, minhas Filhas, digo eu, se Deus, chamando-vos para Sua glória ao serviço dos pobres, não terá querido, na sua bondade, experimentar a vossa fidelidade, mostrando o seguinte: que Deus escolheu os pobres para os tornar ricos em fé?<sup>6</sup>

Nota-se que o líder espiritual da confraria apregoa o caráter virtuoso da pobreza, impondo uma política restritiva às necessidades materiais das freiras em benefício da comunhão com o sofrimento dos pobres. Tal panorama mostra-se essencialmente distinto da lógica protestante que distanciava caridade e remissão dos pecados. No entanto, o discurso institucional vicentino diferenciava-se, da mesma forma, do entendimento comum na história do catolicismo, evidenciado por Max Weber, segundo o qual “a esmola é tão absolutamente necessária para que o rico alcance a bem-aventurança que os pobres são considerados quase um “estamento” especial e indispensável dentro da Igreja”<sup>7</sup>, já que eleva a virtude da pobreza quando constrói a corporação com base na opção assumida por moças pobres, em detrimento

<sup>4</sup> Trata-se o documento de um compilado de orientações, a maioria organizada em forma de diálogo entre o religioso e as freiras, e grande parte delas registrada pela sua companheira Luísa de Marillac, primeira madre superiora da congregação e posteriormente tornada santa.

<sup>5</sup> ACP [Arquivo do Colégio Providência]. *Imitação das meninas do campo*. 22/04/1643. In: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952.

<sup>6</sup> ACP [Arquivo do Colégio Providência]. *Imitação das meninas do campo*. In: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952. p. 57.

<sup>7</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009. p. 388.

da preferência comum das demais ordens religiosas por “filhas de famílias e ricas”<sup>8</sup>, associando pobreza não apenas a sacrifício, mas à predileção do criador, e imputando um caráter positivo ao pauperismo. Em outra passagem, Vicente de Paulo chega a condicionar o interesse de moças provenientes de “famílias mais distintas” de compor a confraria, à sua adequação às festejadas virtudes das meninas aldeãs:

Se se apresentar alguém de família mais distinta, com o desejo de entrar na vossa Companhia [...] é preciso que seja para viver, de corpo e de espírito, com as meninas que tem verdadeiramente as virtudes das da aldeia, assim como a nossa grande santa Genoveva, hoje tão honrada pela sua simplicidade, humildade, sobriedade, modéstia, obediência, e todas as outras virtudes que vemos nas boas aldeãs.<sup>9</sup>

Além dessa consideração da pobreza, o discurso institucional vicentino reserva atenção especial à premissa da caridade. Divagando sobre os desígnios particulares de cada ordem religiosa, Vicente de Paulo anuncia:

O seu fim, na instituição dos Capuchinhos, foi o de formar homens que ensinassem a penitência pelo seu exemplo; suscitou os Cartuxos para honrar a sua solidão e cantar os seus louvores; os Jesuítas para levar a vida apostólica; e assim de muitos outros. Falta-nos, pois, ver os desígnios de Deus na nossa instituição. [...] A Providência permitiu que a primeira expressão das nossas regras seja esta: “a Companhia das Filhas da Caridade está estabelecida para amar a Deus, servi-lo e honrar a Nosso Senhor seu Amo, e a Santíssima Virgem”. E como O honrareis vós? A nossa regra vós diz, continuando a fazer-vos conhecer os desígnios de Deus na nossa instituição: “para servir os pobres doentes corporalmente, administrando-lhes tudo o que for necessário; e espiritualmente, procurando que vivam e morram em bom estado. [...] São Paulo nos ensinou: dai os vossos bens aos pobres, se não tiverdes Caridade, nada tereis feito; não ainda mesmo que dêsseis a vossa vida. [...] Assim, a vossa intenção, indo para a Caridade, deve ser ir puramente pelo amor e satisfação de Deus, e, enquanto nela permanecerdes, todas as vossas ações devem tender para esse mesmo amor.”<sup>10</sup>

O vocábulo “caridade” é constantemente mencionado nas *Conferências* com a inicial maiúscula. Observa-se que, mais que um dos preceitos fundadores do instituto vicentino, a caridade encontrava-se no centro de tudo que envolvia a ordem: Vicente de Paulo era chamado de “sua Caridade”, palavra também utilizada para se referir às freiras e a confraria de forma

<sup>8</sup> Parece que o padre Vicente de Paulo é bastante consciente do pioneirismo da Companhia, visto que afiança: “Desde as mulheres que serviram o Filho do Deus e aos Apóstolos, não se fundou na Igreja nenhuma instituição com esse fim.” In: ACP [Arquivo do Colégio Providência]. Sobre a vocação das Filhas da Caridade. 05/07/1640. IN: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952. p.10.

<sup>9</sup> ACP [Arquivo do Colégio Providência]. Imitação das meninas do campo. In: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952. p. 60.

<sup>10</sup> ACP [Arquivo do Colégio Providência]. Sobre a vocação das Filhas da Caridade. 19/07/1640. IN: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952. p.12-13.

geral. Ao explicitar o regulamento em sua primeira conferência, em 1634, ano posterior ao da edificação da Companhia, padre Vicente aborda as medidas necessárias para a longevidade do grupo, sendo a primeira a constante oração a Deus pelo futuro das religiosas, citando logo em seguida, a observância da regra de se viver em comunidade sempre com “cordialidade e caridade”: “Nosso Senhor disse aos Apóstolos: ‘[...] se quiserdes o que desejo desde toda a eternidade, conservai-vos em grande caridade’ [...], sois fracas é verdade, mas suportais às imperfeições das outras”. Além disso, Vicente de Paulo faz menção à disposição para viver em distintos locais sem se enraizar, ao despego em relação à família, e à necessidade de fazer o retiro anual e de prestar conta mensalmente à superiora geral designada a cada agrupamento.<sup>11</sup>

O roteiro esboçado para orientar o bom funcionamento da Companhia, como trechos de diversas conferências, denunciam a indissociabilidade entre o princípio estruturante da caridade e a propagada união vicentina, acrescentando-se à prescrição de sucesso variáveis como o despego de pessoas e lugares e a subserviência à autoridade institucional imediata. Ora, fazer parte de uma organização tão pioneira no questionamento de um dos pilares da concepção em voga de “vida religiosa”, o claustro, deveria pressupor um pertencimento institucional fortificado. Se para a confraria a caridade é salutar e seu efetivo exercício presume a busca do contato com os desvalidos, é necessário que haja uma sólida unidade das irmãs em torno da congregação, para se afastar o risco do esvaziamento doutrinal avizinhado pelo desenraizamento espacial. O objetivo do patrono vicentino é que as freiras, ao diferenciarem-se de outras congregações, mantenham-se fortemente conjugadas. A conferência *Sobre a Caridade mútua e o dever da reconciliação*, datada de 1658, mostra-se esclarecedora:

Lembrar-se-ão do nome das Filhas da Caridade que têm, procurando tornar-se dignas dele, por um santo amor a Deus e ao próximo. Sobretudo viverão muito unidas entre si, nunca murmurarão, nem se queixarão uma das outras, afastando prontamente todos os pensamentos de ódios que sentirem contra suas irmãs.<sup>12</sup>

Para Vicente de Paulo, a caridade é “uma espécie de vestido nupcial que adorna a alma e sem o qual não se pode ser agradável a Deus”, isto é, envolve tudo o que se refere à prática religiosa e à Companhia, além de ser indissociável ao princípio da união institucional.

<sup>11</sup> ACP [Arquivo do Colégio Providência]. Explicação do Regulamento. 31/07/1634. IN: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952. p. 7.

<sup>12</sup> ACP [Arquivo do Colégio Providência]. Sobre a Caridade mútua e o dever da reconciliação. 04/03/1658. IN: *Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952. p. 7.

### 3. A relevância da escrita de si na modernidade

O diário de bordo produzido por freira Dubost, assim como o conjunto de correspondências enviadas por ela aos seus superiores em Paris na primeira década de existência do Providência, possuem notável valor enquanto raros exemplares de escrita autorreferencial feminina no XIX, ainda mais tendo-se em vista que os diários escritos por mulheres foram muito mais comuns em países protestantes.<sup>13</sup> Assim, é mais que bem-vindo poder contar com fontes que reconstituam a versão das próprias mulheres a respeito de sua história, o que explica o ineditismo e a conseqüente valorização da produção autobiográfica de irmã Dubost. Os canais de expressão das mulheres nos séculos XVIII e XIX ainda eram bastante restritos, ainda mais tratando-se das religiosas.

No artigo que abre uma coletânea que se propõe incitar reflexões acerca da nomeada “produção de si” (leia-se cartas, diários íntimos e memórias) para o ofício historiográfico, a pesquisadora Ângela de Castro Gomes chama atenção para o que denomina “boom de publicações de caráter biográfico e autobiográfico”<sup>14</sup>, ou seja, o vigoroso crescimento do gênero dentro do mercado editorial, alavancado pela ânsia dos leitores em devorar uma escrita de tom confessional. A publicação organizada pela historiadora já completa mais de uma década e o que se observa no mercado editorial brasileiro é a confirmação de tal tendência, e até mesmo o seu recrudescimento. Contudo, no campo da História, mesmo que a escrita de si tenha sido constantemente utilizada como fonte de investigação, cabe acrescentar que a sistematização de um arcabouço teórico-metodológico para dar conta das especificidades deste tipo de produção ainda está em processo de construção pelos historiadores. Pioneira neste esforço, Ângela de Castro Gomes pondera que, mesmo que a escrita autorreferencial seja praticada desde a Antiguidade, ela se cristaliza em consonância à constituição do individualismo moderno: “é esse o sentido da feliz observação de Levillain, quando assinala que, se o ato de escrever sobre vidas é muito antigo, a ideia de que a vida é uma história, é mais recente”.<sup>15</sup>

A pesquisadora Hannah Arendt identifica o fenômeno da “ascendência da esfera social”, a partir da consolidação do Estado Nacional moderno. Sob tal prisma, a esfera social foi acrescida à esfera da vida privada, lócus da família e da solução das necessidades da vida biológica, e à esfera pública, terreno da política por excelência, delimitação presente ao menos

<sup>13</sup> MELLO, 1996: 386. Apud: GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 105.

<sup>14</sup> GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07.

<sup>15</sup> *Ibidem*. p. 12.

desde a *pólis* grega. A novidade moderna é que a privatividade foi contraposta à recém-chegada esfera social, e não à esfera pública.<sup>16</sup> Arendt assevera que o iluminista Jean-Jacques Rousseau considerava tanto o social quanto o íntimo “formas subjetivas da existência humana”, sendo que a intimidade não possuía um espaço tangível, devendo ser poupada, protegida da “insuportável perversão do coração humano pela sociedade”. Assim nasce o indivíduo moderno, irrompido por conflitos, entrecortado pela “incapacidade de sentir-se à vontade na sociedade ou de viver completamente fora dela”<sup>17</sup>.

Prosseguindo sua investigação, Arendt esmuiça o significado do termo “público”, relacionando-o ao encantamento do ser humano pela aparência, “aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos”, e associando aparência e realidade. O que escapa a essa noção de aparência, o que pertence a uma dimensão reputada ao “interior” do indivíduo, os pensamentos, sensações, sentimentos, estariam condenados a um tipo de “existência incerta e obscura”, condicionando-se a um processo de transformação, de “desprivatização” e “desindividualização” para enfim atingir à esfera pública, onde poderiam existir efetivamente.<sup>18</sup> Arendt cita a narração de histórias como a mais comum dessas transformações, estabelecendo então, uma conexão com as práticas de escrita de si. Não é sem motivo que entre meados do século XVIII e fins do XIX testemunhe-se a emergência da poesia, da música, e sobretudo do romance moderno, o qual Arendt trata como a “única forma de arte inteiramente social”.

A conclusão a que Arendt chega afinal é a que, no tempo presente pode-se observar a pungente dilatação da esfera social em prejuízo das esferas privada, pública e até mesmo da mais recente zona da intimidade. Nessa perspectiva, a esfera pública sobrevive apenas como função da esfera privada, a qual, por sua vez, surge como a única preocupação que se mantém. Arendt concebe a descoberta da intimidade como uma “fuga do mundo exterior como um todo para a subjetividade interior do indivíduo, subjetividade esta que antes fora abrigada e protegida pela esfera privada”.<sup>19</sup> Para Contardo Calligaris, a modernidade ocidental se define como “uma cultura na qual se espera que do sujeito venha a organização do mundo (e não do mundo, a organização do sujeito)”. Esse protagonismo do indivíduo, de acordo com o pesquisador, redimensiona a sinceridade como um valor em si, em uma instância até mesmo hierarquicamente superior à verdade factual, numa clara valorização da intenção de ser sincero,

<sup>16</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1987. p. 37.

<sup>17</sup> ARENDT, Hannah. Op. Cit. p. 48-49.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 50-60.

<sup>19</sup> ARENDT, Hannah. Op. Cit. p. 69.

autêntico. A escrita de si, portanto, adquire centralidade, seja ela em forma de diário ou de memórias: “falar ou escrever de si [...] é um dispositivo crucial da modernidade, uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito - subordinada à sua sinceridade”.<sup>20</sup>

O paradoxo moderno é que a sociedade é fundada também naquilo que procura negar: o indivíduo é tomado como um “fato que mantém uma relação de igualdade com outros fatos iguais a ele”, no entanto, essa separação entre “fato” e “valor” por si só já demonstra que o indivíduo surge enquanto “valor” na modernidade: “ele já nasceu como valor encompassador, apesar de firmado na igualdade; como totalizador, apesar de nivelado e fragmentado”. Se na modernidade ocidental o espaço da totalidade é ocupado pelo indivíduo, nossa cultura também se caracteriza por “[ter] como religião justamente o que seculariza, des-magiciza, racionaliza”. Ora, neste caso, podemos citar como exemplo a própria literatura. Em nossos tempos, pode-se dizer que os escritos literários são, de tal maneira, cultuados e sacralizados, que chegam a ocupar um domínio que outrora foi exclusivo da religião, no sentido de “[tornar-se] uma espécie de ‘escritura’, e o escritor, assim como os deuses, torna-se um imortal, porque detém, indecifrável, um dom especial”. É no espaço literário que os indivíduos têm a chance de ensaiar operações para ressignificar e totalizar a realidade fragmentada, processo análogo ao que se dá com os leitores, no momento em que, na solidão da leitura, entram em contato com a “obra impressa, independente e solitária, [que] guarda em si uma totalidade secreta”.<sup>21</sup>

Destarte, é sob tal prisma que deve-se compreender a emergência da escrita de si no tempo presente, tanto no tocante ao aumento do interesse dos leitores pelo consumo de tais produções, como tendo-se em vista o empenho dos sujeitos em produzir suas próprias memórias, falar de si, construir algum canal de expressão para seus devaneios e reminiscências, o qual, preferencialmente, possa funcionar como testemunho à posteridade. A prerrogativa desse tipo de escrita é a noção compartilhada de que “a vida se constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva”, ideia que o sociólogo Pierre Bourdieu ironicamente batizou de “ilusão biográfica”.<sup>22</sup> Na modernidade, o ato autobiográfico, bem como o romance, “dá notícia [...] da

<sup>20</sup> CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 83-97, 1997. p. 45.

<sup>21</sup> DUARTE, 1980: 6. Apud: ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991. p. 6-7.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191. p. 84.



profunda desorientação de quem vive”.<sup>23</sup> O indivíduo moderno tem na literatura, sobretudo nas produções autobiográficas, um espaço aberto para tentar conferir sentido à realidade, mais que isso, a folha em branco lhe oferece uma oportunidade de confrontar a fragmentação substancial que o mutila, e, por que não, de combatê-la, operando uma série de mecanismos de seleção, subtração e ênfase; no ato da escrita, enfim, o sujeito encontra a possibilidade de se constituir.

#### 4. Uma construção de si amparada na “caridade”

Se nos perguntarmos a respeito da motivação de Irmã Dubost em começar um diário de bordo concomitantemente ao enfunar de velas do “Estrela da Manhã”, a resposta para esta questão se relaciona, é claro, com a consciência que a freira devia ter do pioneirismo e da gravidade de sua missão, e o conseqüente desejo de deixar um registro escrito da empreitada. Todavia, se a irmã escreve, essa ação não pode ser desassociada da vitalidade da produção de si para o sujeito moderno, nem muito menos deve ser tomada apenas enquanto registro imparcial de episódios cotidianos. Como mecanismo de ordenação da realidade, o ato autobiográfico vem acompanhado de uma série de procedimentos característicos: omissões, acréscimos, adaptações. A produção autorreferencial da freira representa fonte privilegiada, portanto, para se investigar a construção da subjetividade feminina no período, ainda mais em se tratando de uma religiosa. Se a escrita feminina foi tradicionalmente relegada ao âmbito privado, limitando, em grande medida, a constituição de canais de expressão para o gênero, as mulheres religiosas, em particular, tiveram ainda menos possibilidades de serem ouvidas.

Dentre os processos de delimitações identitárias mobilizados pelo ato autobiográfico, o pertencimento da religiosa à congregação das Filhas da Caridade possui notável relevo. Observemos outro trecho do relato: ao aportar no Rio de Janeiro, a comitiva de religiosos é obrigada a passar algumas semanas no município, à espera dos preparativos da longa travessia a cavalo até Mariana. As freiras hospedam-se, então, com as “religiosas franciscanas, enclausuradas, com todas as suas Regras”:

Este mosteiro que era antigamente numeroso, conta hoje com 13 membros apenas, dos quais mais da metade idosas e enfermas que não podem assistir a nenhum exercício religioso. É para lamentar ver apenas quatro ou cinco religiosas cantarem os louvores de Deus neste vasto coro com suas cem cadeiras. Três ou quatro jovens religiosas mostram-se muito aflitas com essa situação e desejariam acompanhar-nos. Asseguro-vos que nossa permanência nesta casa, longe de nos atrair para a vida enclausurada, ao contrário, faz-nos

---

<sup>23</sup> BENJAMIN, 1969: 60. Apud: ALBERTI, Verena. Op. Cit. p. 09.



agradecer a Deus e bendizê-lo por nos ter escolhido para a pequena Companhia das Filhas da Caridade.<sup>24</sup>

Fazer parte de uma organização um tanto quanto precursora no questionamento de alguns pilares da “vida religiosa” devia mobilizar um pertencimento institucional latente. O que parece prevalecer no ato autobiográfico de Irmã Dubost é a (re)afirmação dos valores mais caros à sua congregação religiosa, logo, apregoa-se que, se no ato da escrita o sujeito se constitui, a religiosa o faz amparando-se, sobretudo, em sua identidade de freira vicentina. É necessário que haja uma solidificada união das irmãs em torno dos princípios da confraria, até mesmo para se afastar a possibilidade do esvaziamento institucional das novas casas fundadas em locais distantes. Ademais, ao relacionar vida religiosa feminina ao esforço missionário, as Filhas da Caridade ampliam o espaço de atuação do gênero justamente em uma instituição reticente ao protagonismo de mulheres, o que favorece a integração e o estabelecimento de fortes laços grupais entre as vicentinas. De fato, ao diferenciarem-se de outras ordens religiosas, as freiras mantiveram-se fortemente unidas.

### Referências Documentais

#### Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana [AEAM] - Mariana/MG

*Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849.

*Casa da Providência*. DUBOST, Irmã. Viagem por terra. Relatório enviado de Mariana, 15 de abril, ao nosso Diretor, Padre Aladael. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Mar/1849 a Abr/1849.

*Casa da Providência*. DUBOST, Irmã. Chegada a Mariana. Relatório dirigido à Irmã Mazin, Superiora. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Abr/1849.

ACP [Arquivo do Colégio Providência]

*Conferências às Filhas da Caridade*. PAULO, São Vicente de. Lisboa: Casa Central das Filhas da Caridade, 1952.

### Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

ARENDT, Hannah. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

---

<sup>24</sup> AEAM, Casa da Providência. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 40.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 83-97, 1997.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- LEITE, Márcia Maria da Silva. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- NUNES, Maria José Rosado. *Vida religiosa nos meios populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- ROCHA, Adair José dos Santos. *A educação feminina nos séculos XVIII E XIX: intenções dos bispos para o recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas*. 212 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- WEBER, Max. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

## Literatura e Revolução: *O mundo alucinante* de Reinaldo Arenas

**Jorge Luiz Teixeira Ribas**

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros/ Bolsista Capes

E-mail: Jorge\_luiz\_moa@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho faz parte de uma pesquisa de pós-graduação em desenvolvimento que se debruça em investigar a experiência do escritor cubano Reinaldo Arenas (1943-1990) durante as duas primeiras décadas da Revolução Cubana (1960-1980). Aqui se propõe apontar algumas reflexões primárias a respeito dos conflitos travados entre o regime revolucionário e Reinaldo Arenas em torno de seu romance *O mundo alucinante* (1966). Defende-se que o escritor utilizou da ficção para disputar a simbologia do discurso nacionalista oficial em Cuba, ao tempo que utilizou a literatura para denunciar a opressão contra os homossexuais, também servindo, portanto, como literatura de testemunho.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana; Literatura; O mundo alucinante.

**Resumen:** Este trabajo forma parte de una investigación de posgraduación en desarrollo que se centra en investigar la experiencia del escritor cubano Reinaldo Arenas (1943-1990) durante las dos primeras décadas de la Revolución Cubana (1960-1980). Aquí se propone apuntar algunas reflexiones primarias acerca de los conflictos travados entre el régimen revolucionario y Reinaldo Arenas en torno a su romance *O mundo alucinante* (1966). Se defiende que el escritor utilizó la ficción para disputar la simbología del discurso nacionalista oficial en Cuba, al tiempo que utilizó la literatura para denunciar la opresión contra los homosexuales, también sirviendo, por lo tanto, como literatura de testimonio.

**Palabras-chave:** Revolución Cubana; Literatura; O mundo alucinante.

Com o triunfo da Revolução Cubana em 1959, Cuba passou por transformações em diversas áreas. A mudança do regime político modificou profundamente as esferas sociais e econômicas na ilha, como também as relações culturais. Ao ser declarada comunista no contexto da Guerra Fria, a revolução tinha em frente enormes desafios. Além de suas bandeiras políticas originais de independência e a luta contra o imperialismo, mais que nunca entre seus objetivos estava construir uma sociedade nova, possível, pautada em novos valores, costumes, ideias. Buscou-se enfaticamente desenvolver uma nova concepção de sujeito, que foi idealizada na noção de “homem novo”, sujeito revolucionário ideal para a sociedade ideal. A nova sociedade que estava sendo construída estava também ameaçada por inimigos internos e externos e precisava, portanto, ser defendida. Assim, o sentimento nacionalista e patriótico foi profundamente mobilizado para desenvolver uma consciência nacional de defesa da revolução entre os cubanos.

A ideia de nação desenvolvida em Cuba foi sustentada num ideal revolucionário cuja expressão simbólica foi principalmente a figura dos guerrilheiros: homens barbudos, viris, másculos, preparados para a guerra, resistentes que derrotaram a ditadura de Fulgêncio Batista alinhada aos interesses dos Estados Unidos. Essas características físicas do revolucionário

foram incorporadas à ideia do “homem novo”, habitante da sociedade utópica, possível, que expressaria os novos valores, em defesa dos avanços da revolução. A afirmação desse modelo impulsionou políticas de segregação e perseguição a todos os indivíduos que não se enquadrassem aos seus termos. No entanto, da norma se produz dissidências, desvios, bem como resistências.

Assim, todos os hábitos vistos como nocivos à revolução, tidos como uma ameaça à integridade nacional, sofreram toda sorte de violências por parte do aparato policial do regime. Desde os primeiros anos, os homossexuais foram considerados uma escória social, um vício burguês, incompetentes para a causa revolucionária. Muitos homossexuais em Cuba foram enviados para campos de trabalhos forçados, conhecidos como UMAP (Unidades Militares de Ajuda à Produção), que existiram, segundo estimativas, entre os anos de 1963-1967 (YOUNG, 1984; MASEDA, s/d). Outros indivíduos também foram considerados desafetos ideológicos: afeminados, Testemunhas de Jeová, devotos de religiões de matriz africana, roqueiros, *hippies*, homens de cabelos compridos ou que usassem calças ajustadas, identificados como decadentes vestígios de uma sociedade burguesa ultrapassada.

Da construção desse imaginário revolucionário, que constituiu um ideal a ser seguido por todos, prosseguiu-se sua difusão por todos os meios de comunicação monopolizados pelo regime: televisão, cinema, rádio, literatura, música etc.

Para o nosso objetivo, cumpre dizer que com o advento revolucionário, os intelectuais foram mobilizados a participarem da construção da nova sociedade e afirmação dos novos valores, porém, eles nem sempre estavam em acordo com o projeto de revolução do regime, com sua ideia de “homem novo”, nem alinhados com os ideais comunistas que se tornaram hegemônicos. Assim, o campo da literatura foi utilizado para reforçar os ideais revolucionários, onde as publicações serviriam de ferramentas pedagógicas para educar a população, indicar as orientações revolucionárias e inculcar os valores nacionais, de luta de classes, do socialismo. Dessa forma o campo literário constituiu-se de um espaço de disputas, pois, os escritores e intelectuais nutriam-se de ideias variadas que em alguma medida se aproximava ou distanciava da ideologia do regime, quando não chocavam com os mandamentos revolucionários.

Reinaldo Arenas foi um intelectual perseguido pela revolução devido à sua sexualidade, pois era homossexual, mas também pelo teor de seus escritos. A história de sua vida foi narrada na autobiografia *Antes que anoiteça* (1995), onde são lembradas as prisões, torturas e censuras que sofreu. Nas próximas linhas procuraremos apontar, por meio de alguns excertos de seu

romance *O mundo alucinante* como o escritor, através da literatura, deslocava o discurso nacionalista em voga pela revolução, afirmando-se e resistindo, adicionando elementos da homossexualidade através da figura do protagonista da obra, Frey José Servando Teresa de Mier Noriega Y Guerra.

Frei Servando (1763-1827), figura histórica, um dos idealizadores da independência mexicana, teve a vida marcada pela fuga da Inquisição devido ao sermão em que reinterpretou a aparição da Virgem de Guadalupe, símbolo do catolicismo espanhol no México, com bases nacionalistas, remontando a santa à divindades astecas, portanto sendo anterior à chegada dos espanhóis, prescindindo de sua influência na cultura local. Nascido em Monterrey, Servando foi escritor, político, historiador e religioso pertencente à ordem dos dominicanos. Criollo, dizia ser descendente da nobreza indígena, mais precisamente de Cuauhtémoc, o derradeiro soberano asteca na cidade de Tenochtitlán. Seria assim uma síntese da identidade americana, o rosto próprio dos movimentos de independência. Conhecido por sua grande habilidade de oratória, o frei teve sua vida profundamente abalada no dia 12 de dezembro de 1794, data em que tradicionalmente se comemora a aparição da Virgem de Guadalupe desde o século XVI. Convidado para pronunciar o polêmico e célebre Sermão Guadalupano, na Colegiata de Guadalupe, frente às mais altas autoridades do México, o vice-rei Marquês de Branciforte e o arcebispo Alonso Nuñez de Haro, Frei Servando promoveu uma leitura profundamente enviesada aos seus interesses políticos independentistas, de uma maneira tão contundente que lhe rendeu a condenação por parte da Inquisição e sua expulsão do México para a distante Europa. Desde então, a vida do frei foi marcada pela travessia por diversos países, pela fuga e pelo planejamento de uma expedição ao México, em defesa do ideal de independência (ROCHA, 2008, p. 83-84).

Reinaldo Arenas reconta a trajetória do frei utilizando elementos surrealistas, como o autor costumava de dizer, ou elementos do maravilhoso, como observou Altamir Botoso (2011). Uma literatura que apelava a esses estilos de criação chocavam com o realismo socialista que então se firmava na cuba comunista, onde a arte deveria traduzir a realidade social para o povo, seu tema central, e apontar os caminhos de transformação social através da luta de classes e construção do comunismo. No entanto, não só isso acarretou a proibição do livro. Reinaldo Arenas tratou na obra justamente de um dos pilares da revolução, que diz respeito ao nacionalismo. A articulação entre nacionalismo e referências à homossexualidade teria gerado conflitos entre o autor e o regime revolucionário.

À guisa de exemplo, vejamos a seguinte passagem em que o protagonista em sua fuga atravessa a “Espanha dos mil pesares”, colonizadora do México, “terra da fome”, cuja capital Madri é descrita como uma cidade imunda, corrupta, imoral, tão horrorosamente estreita a ponto de o cruzamento entre duas pessoas numa rua gerar a morte de uma delas, tamanha a dificuldade. Não bastasse ser infestada por ladrões de toda sorte, prostituição e miséria, ainda era completa a falta de higiene, havendo “ali tantas pragas e o povo é tão feio, sem nunca chegar a seu completo desenvolvimento”. O assombro prossegue: “Aconteceu-me que uma vez fiquei a brincar com uma menina, que não media mais que dois pés, e quando lhe perguntei a idade, me disse: ‘pois eu, senhor, já completei os trinta anos’”. Em resumo, “não existe sobre a terra povo mais corrompido e sujo” desde o momento em que nascem, do mais humilde à pessoa do rei (p.113). Em sua luta pela sobrevivência em Madri, buscando sempre a corte e o rei para esclarecer suas ideias e se safar da inquisição, descreve mais uma “praga” que arrasava a cidade:

Outras das grandes pragas que assolam Madri é a sodomia, e quando chega a noite há ruas quais não se pode passar, pois a gente se arrisca a constatar tremendas surpresas. A polícia captura todas as noites uma centena dessas criaturas infelizes, e entre elas costuma sempre encontrar-se um conde ou uma grande personalidade. Este tipo de vício é castigado com a fogueira e nela vão parar os mais miseráveis e o que não tem quem o proteja (p. 115).

O termo “Polícia” é utilizado uma única vez, e somente nesta passagem, para designar as forças de segurança que em outras passagens são descritas em outros termos como “verdugos”, “soldados”, “exército”. Outro ponto que chama atenção é a desigualdade presente entre os praticantes da “sodomia”, palavra que aparece pela primeira e única vez no romance para designar as relações homoeróticas. Entre os sodomitas, havia pessoas de todas as hierarquias da sociedade, e aquele “que tem quem o proteja” consegue se livrar da fogueira da inquisição. Existe um tom de denúncia ao apontar a cumplicidade de uma elite envolvida nos vícios e imoralidades da sociedade mas que, pelos privilégios, mantém o povo na miséria e se safava de maiores consequências. A crítica sobre uma elite corrupta, obscena, imoral, parasitária é constante em todo o romance e se aplica a todas as elites europeias. Inclusive não poupa de culpar os menos afortunados por contribuírem com atos imitadamente desprezíveis, elidindo aquela sociedade infame. Ambos estão imbricados, povo e elite, relacionados formam um conjunto repugnante. Esse é o sentido que traz os relatos das percepções sobre a cidade de Madri, por exemplo. Porém, na passagem acima, a “praga” da sodomia nas cenas noturnas de Madri é coibida pela atividade igualmente diária de uma polícia que se ocupa em capturar não ladrões, mentirosos ou outras escórias observadas, mas as “criaturas infelizes”. Utiliza um tom

sanitarista, “uma praga”, porque são muitos, no entanto são indefesos, por falta de quem os proteja, sem culpa e “infelizes” devido a perseguição que sofrem. É o único vício paulista observado pelo líder nacionalista que seus praticantes foram caracterizados por “perseguidos”, “infelizes”, desprotegidos.

Com este exemplo quer-se demonstrar que no romance *O mundo alucinante*, Reinaldo Arenas utilizou da literatura não só para disputar o imaginário nacionalista, deslocando o discurso oficial, demarcando uma posição outra, como também a utiliza para testemunhar, de alguma maneira, as violências pelas quais passavam os homossexuais na Cuba revolucionária de seu tempo. Por testemunho entende-se quando a escrita ficcional, num contexto histórico dado, é utilizada para tratar de uma realidade observável que de outra maneira não seria possível ser dita, cumprindo assim uma função política de afirmação do eu e de desmistificação da história oficial. Quando, também, através da imaginação literária traduz-se uma memória coletiva de sujeitos marginalizados por algum tipo de opressão, resistindo através da palavra, denunciando a violência (PANICHELLI-BATALLA, 2011).

### **Considerações finais**

Através da trajetória do escritor e poeta homossexual cubano Reinaldo Arenas e seu romance *O mundo alucinante* (1966), pode-se esclarecer sobre a experiência de sujeitos perseguidos durante a Revolução Cubana devido serem homossexuais, bem como explorar a interação da literatura nesse contexto, o papel que lhe foi atribuído e que função cumpre em representar a sexualidade em relação à norma e o desvio. Faz-se, assim, necessário relacionar vida e obra do autor com o processo de constituição do “homem novo” revolucionário, base da sociedade comunista, abordando as ideias e percepções do escritor a respeito da revolução e seus significados, os possíveis reflexos dessas questões na sua produção literária, os embates e conflitos travados que lhe renderam perseguição e repressão sistemáticas. Por se tratar de uma obra censurada por um princípio moralizador – em razão de ser o autor homossexual - indica também, em certa dimensão, comportamentos e ideais que o governo revolucionário temia e perseguia, lançando luz à uma compreensão de um perfil mais profundo dos quais seriam de fato os objetivos da ideologia dominante que reprimia, em Cuba, diferentes formas de pensar e viver no mundo. Isso posto, vale dizer que a Literatura se apresenta como uma ferramenta inquestionavelmente útil para a História, permitindo ao historiador alcançar diferentes sensibilidades e visões de mundo numa determinada época, neste caso durante a Revolução Cubana, por meio da obra de Reinaldo Arenas.



**Referências bibliográficas:**

ARENAS, Reinaldo. Antes que anoiteça. Rio de Janeiro: Record, 1995.

ARENAS, Reinaldo. O mundo alucinante. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. 1984.

BOTOSO, Altamir. O realismo maravilhoso no romance O mundo alucinante, de Reinaldo Arenas. RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 03, nº 01, jan./jul, 2011.

MASEDA, Hector. Los trabajos forzados en Cuba. Dossier El presidio Político en Cuba. Revista Encuentro de la cultura Cubana, p. 24-27, 2001. Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/var/cubaencuentro.com/storage/original/application/12e2e61c1c35e565823af0e4d84a3191.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2017.

PANICHELLO-BATALLA, Stéphanie. Testimonio antes y después del alba. Revista Internacional d’Humanitats 23 out-dez 2011.

ROCHA, Carolina da Cunha. *Frei Servando Teresa de Mier e o exotismo às avessas - o selvagem ilustrado desbrava as terras do Velho Mundo*. Em Tempo de Histórias - PPG-HIS/UnB, n.13, Brasília, 2008.

YOUNG, Allen. Los gays bajo la revolución cubana. Ed. Playor, 1984.

## As comunas e associações contra o despotismo no ideário de Alexis de Tocqueville

**Sérgio Cruz de Castro Lima**

Mestre em História

Universidade Severino Sombra (Vassouras-RJ)

E-mail: sergiocruz0609@gmail.com

**Resumo:** O intuito desta comunicação é analisar o poder que Alexis de Tocqueville atribui às comunas e associações a fim de vitalizar as democracias e as repúblicas na modernidade. Para tal, utilizaremos como referência a análise tocquevilliana das causas da Revolução Francesa, exposta em *O Antigo Regime e a Revolução*, assim como sua análise da vida política nos EUA, presente em *A Democracia na América*. Conforme Tocqueville, o exercício de participação política nas comunas e associações poderia equilibrar os interesses privados, característicos da modernidade, com o interesse público, salvaguardando as formações sociais da possibilidade do despotismo democrático.

**Palavras-chave:** Tocqueville; Comunas; Associações; Despotismo; Democracia.

**Abstract:** The purpose of this communication is to analyze the power that Alexis de Tocqueville attributes to communes and associations in order to vitalize democracies and republics in modernity. To this end, we will use as a reference the tocquevillian analysis of the causes of the French Revolution, set out in *The Old Regime and The Revolution*, as well as his analysis of political life in the USA, present in *Democracy in America*. According to Tocqueville, the exercise of political participation in the communes and associations could balance the private interests, characteristic of modernity, with the public interest, safeguarding the social formations of the possibility of democratic despotism.

**Keywords:** Tocqueville; Communes; Associations; Despotism; Democracy.

Em *O Antigo Regime e a Revolução* fica evidente toda a contrariedade de Alexis de Tocqueville ante o processo revolucionário de 1789. A análise tocquevilliana da Revolução Francesa não se restringe a narrar os acontecimentos em curta duração. Pelo contrário. Analisa como a vida comunal e associativa foi perdendo vitalidade ao longo do tempo na sociedade francesa.<sup>1</sup>

Para Tocqueville, e este foi um aspecto relevante na deflagração do processo revolucionário, o exercício da liberdade política praticada em deliberações associativas foi se centralizando pouco a pouco nas mãos da burocracia estatal francesa. Ao mesmo tempo houve uma ascensão, em todos os níveis, de um modo de vida que se detinha estritamente numa preocupação em enriquecimento material e econômico: um modelo burguês.

Em contraposição ao caso francês, vislumbrou nos Estados Unidos da América, particularmente na região das 13 colônias, o que havia sido perdido na sociedade francesa: um

---

<sup>1</sup> Para um comentador da obra de Tocqueville sobre a Revolução Francesa, ver: FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

intenso modo de vida comunal e associativo. Em *A Democracia na América* Tocqueville encontra o que poderia salvaguardar as formações sociais da modernidade contra o que considerava inevitável: a igualdade de condições e os desvios que daí poderiam culminar em despotismo e tirania.<sup>2</sup>

Nesta comunicação iremos primeiro mostrar as associações e comunas na sociedade francesa antes de 1789. Num segundo momento verificaremos como estas estão presentes na vida americana tal qual colocada em *A Democracia na América*. Por último, mas não menos importante, faremos uma reflexão final sobre como os “corpos intermediários” são centrais na historiografia tocquevilliana<sup>3</sup>, assim como levantaremos algumas questões para reflexão.

### **Vida associativa e comunal na França**

NA FRANÇA, a liberdade municipal sobreviveu ao feudalismo. Quando os senhores já não administravam mais o campo, as cidades ainda conservavam o direito de se governar. Até o fim do século dezessete ainda encontramos cidades formando espécies de pequenas repúblicas democráticas, cujos magistrados são livremente eleitos pelo povo e responsáveis perante ele, onde a vida municipal é pública e ativa e onde a cidade mostra-se ciosa de seus direitos e de sua independência. As eleições foram abolidas pela primeira vez em 1692. Então as funções municipais foram colocadas em ofícios, quer dizer que o rei vendeu em cada cidade, a alguns habitantes, o direito de governar à perpetuidade todos os outros.<sup>4</sup>

É dessa forma que Tocqueville inicia o capítulo “como o que chamam hoje a tutela administrativa é uma instituição do antigo regime” de *o Antigo Regime e a Revolução*. Segundo ele, havia uma considerável participação nos assuntos e deliberações públicas, sendo que o centro decisório administrativo encontrava-se próximo ao cidadão.

Numa outra passagem, afirma que:

lembro-me que quando procurei pela primeira vez nos arquivos de uma intendência detalhes sobre uma paróquia do antigo regime, fiquei surpreso ao encontrar nesta comunidade tão pobre e tão dependente diversos traços que me impressionaram, outrora, nas comunas rurais da América e que então julgara erroneamente como sendo singularidade própria ao Novo Mundo. Nem uma nem outra possui uma representação permanente, um corpo municipal propriamente dito. Ambas são administradas por funcionários que

---

<sup>2</sup> Sobre o risco do despotismo e tirania no ideário tocquevilliano, ver: JASMIN, Marcelo G.. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 1997. Da mesma forma, ver: QUIRINO, Célia G.. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade*. São Paulo: Ed. Humanitas, 2001.

<sup>3</sup> Sobre o legado da historiografia tocquevilliana, ver: PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. Nessa obra o autor se utiliza de Tocqueville para demonstrar como a participação política foi vital para o desenvolvimento do norte italiano em oposição ao sul daquele país.

<sup>4</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997. p. 83.

agem separadamente sob a direção de toda a comunidade. Ambas têm, vez ou outra, assembléias gerais em que todos os habitantes reunidos num só corpo elegem seus magistrados e resolvem seus principais negócios.<sup>5</sup>

Podemos nos perguntar quem eram os tais funcionários citados por Tocqueville. Qual era a posição ocupada por eles dentro da estrutura social? Da mesma forma, cabe a indagação a respeito da participação de toda a comunidade, como colocado acima. Será que eram todos realmente ou grupos sociais específicos tinham mais influência em detrimento de outros? Diante da generalização feita por Tocqueville, ficam os questionamentos.

De todo modo, o interessante é que Tocqueville fez o trabalho inerente a um historiador. E, ao fazê-lo, pesquisando os arquivos, descobriu que o pensamento preconcebido fora modificado pela pesquisa histórica. Nesse sentido, o trabalho de historiador o ajudou a elucidar características gerais de participação política nas paróquias francesas. Até então, acreditava que sua percepção de interesse pelo bem comum, encontrada no Novo Mundo, não encontrava qualquer correlação com a sociedade francesa. Enaltece-se aqui a importância de pesquisar as fontes.

### **Centralização política e administrativa**

A narrativa de *O Antigo Regime e a Revolução* caminha num sentido em que, nos termos tocquevillianos, até o final do século XVII havia uma participação dos indivíduos nos assuntos públicos que se foi perdendo até culminar na Revolução de 1789. Ao longo do século XVIII a administração se centraliza cada vez mais e, correlato a tal fato, há um desinteresse pela vida pública. Já não se encontra ao alcance da população o poder de deliberação e de escolha. Uma administração centralizada, preocupada sobremaneira com a arrecadação de impostos, ofusca o poder comunal e associativo que se encontrava presente.

No século dezoito, o governo municipal das cidades tinha portanto degenerado por toda parte numa pequena oligarquia. Algumas famílias conduziam todos os negócios com vistas particulares, longe do olho do público e sem serem responsáveis perante ele. É uma doença que atinge a administração na França inteira. Todos os intendentos a assinalam, mas o único remédio que imaginam é sujeitar mais e mais os poderes locais ao governo central.<sup>6</sup>

No ideário tocquevilliano a descentralização é importante pois permite-se uma maior proximidade entre governo e população, ou seja, o cidadão está mais próximo do poder

---

<sup>5</sup> Ibid., p. 86

<sup>6</sup> Ibid., p. 85

decisório. Além disso, pode deliberar, como acontecia nas comunas, sobre os temas referentes à comunidade na qual vive.<sup>7</sup>

Paralelamente à centralização administrativa e governamental e junto a uma diminuição da participação nos assuntos públicos, há uma predominância cada vez maior de Paris sobre as outras cidades. Concentra-se em Paris, paulatinamente, a vida econômica, social e política da sociedade francesa.

Esse processo de concentração de poder, de diminuição da vida comunal e associativa, de uma predominância disseminada de interesses particulares, culmina, na visão de Tocqueville, no processo revolucionário de 1789: a revolução como uma precipitação e uma aceleração de um caminho que já vinha se consolidando. Uma conclusão que já se renunciava.

Apesar disso, sabe-se que a história não é feita apenas de fatores políticos isolados. Assim, entre as causas da Revolução Francesa de 1789, podemos questionar a análise de Tocqueville, sem desprezar sua análise política, no sentido de que falta uma análise econômica e social mais detalhada sobre os eventos que resultaram no processo revolucionário.

### **Vida comunal e associativa nos EUA**

Em oposição à França, Tocqueville verifica nos Estados Unidos da América o “tesouro perdido” na sociedade francesa: a intensa vida nas comunas. Contratado pelo governo francês, ao lado do amigo Gustave Beaumont, para fazer um estudo sobre o sistema penitenciário americano, interessa-se pela vida política e pela Democracia nos EUA.

O que impressiona Tocqueville é a preocupação dos americanos pelo bem comum. Tanto assim que sua estada o leva a redigir *A Democracia na América*. O que Tocqueville verifica nos EUA?

Se tomarmos como princípio que a grande preocupação dele era a possibilidade das sociedades em igualdade de condições entre os cidadãos se tornarem despóticas ou tirânicas, devido ao retraimento da esfera pública, não há dúvida de que na formação social americana encontrou características que impediriam o despotismo democrático.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Sobre a assunto, dentre outras obras, ver: RHEINARDT, Mark. *The art of being free: Taking Liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt*. New York: Cornell University Press, 1997.

<sup>8</sup> O despotismo democrático caracteriza-se, *grosso modo*, pela preocupação exclusiva dos indivíduos com a vida privada e, sendo assim, pela falta de participação política. Com isso os políticos governam sem qualquer pressão da sociedade. O povo é conduzido pelos ocupantes de cargos políticos conforme estes desejam. Nesse sentido, a liberdade restringe-se em adquirir bens para o âmbito privado.

Ao longo de *A Democracia na América* rememora a intensa vida política que permeia a vida dos cidadãos, sobretudo a participação em “corpos intermediários”: comunas e associações. Tocqueville enfatiza:

é na comuna que reside a força dos povos livres. As instituições comunais estão para a liberdade assim como as escolas primárias estão para a ciência: elas a colocam ao alcance do povo, fazem-no provar seu uso tranqüilo e habituam-no a empregá-la. Sem instituições comunais uma nação pode se dotar de um governo livre, mas não possui o espírito da liberdade. Paixões passageiras, interesses de um momento, o acaso das circunstâncias podem lhe dar as formas externas da independência; mas o despotismo reprimido no interior do corpo social cedo ou tarde volta à tona.<sup>9</sup>

Fica claro nesta passagem a relevância que Tocqueville confere às comunas. Em última instância, coloca em xeque até a liberdade sem a presença de uma vida comunal. E o mais importante: o espírito de liberdade se exerce nelas. Sem este exercício, na concepção tocquevilliana, não pode haver uma democracia duradoura. O sustentáculo de uma vida democrática sem despotismo reside nesta prática e não na mera presença de leis.

Tocqueville compara a Europa aos EUA:

acontece com frequência, na Europa, que os próprios governantes lamentem a ausência do espírito comunal; porque todos convêm que o espírito comunal é um grande elemento de ordem e de tranquilidade pública, mas não sabem como produzi-lo. Tornando a comuna forte e independente, temem dividir a potência social e expor o Estado à anarquia. Ora, tirem a força e a independência da comuna, e nunca encontrarão nela mais do que administrados, e não cidadãos.<sup>10</sup>

Tocqueville, nesse sentido, reforça o poder das comunas para o fortalecimento democrático, mas ressalta o receio dos governantes ante a presença desta instituição: a possibilidade de anarquia. Explica ele, então, o apego e amor à vida nas comunas que se faz presente nos Estados Unidos:

o habitante da Nova Inglaterra prende-se à sua comuna, porque ela é forte e independente; interessa-se por ela, porque colabora para dirigi-la; ama-a, porque não tem que queixar-se de sua sorte; deposita nela sua ambição e seu futuro; envolve-se em cada incidente da vida comunal. Nessa esfera restrita que está a seu alcance, ele tenta governar a sociedade, habitua-se às formas sem as quais a liberdade só procede por meio de revoluções, imbuí-se do espírito delas, toma gosto pela ordem, compreende a harmonia dos poderes e reúne enfim idéias claras e práticas sobre a natureza de seus deveres, bem como sobre a extensão de seus direitos.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. p. 71.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 80.

Ao aduzir que é da ausência de liberdade a proveniência das revoluções, Tocqueville elucida o que está em consonância com toda a sua obra, isto é, o processo revolucionário ocorre onde a participação política foi suprimida. Pode-se, não obstante, criticar a análise tocquevilliana no sentido de que fica a indagação sobre realmente quais os atores sociais aos quais ele faz referência. Todos realmente participavam ou há uma generalização insuficiente para chegarmos a uma conclusão como a que Tocqueville chegou? Quais eram as profissões de quem participava da vida comunal? Eram de uma classe social específica?

Seria importante se Tocqueville pormenorizasse a análise no sentido que colocamos acima, pois sabe-se que apesar de uma numerosa classe média presente na sociedade americana de então, nunca é demais lembrar que havia as desigualdades sociais e que tratava-se de uma formação social em que a escravidão estava presente. Um detalhamento maior sobre os participantes seria de grande valia para entendermos um pouco mais do processo político comunal sobre o qual Tocqueville escreve.

Esta questão é importante de ser colocada, pois sabemos, por exemplo, quando se fala na democracia grega, que apenas uma ínfima minoria participava da vida pública. Mulheres, por exemplo, não participavam. Na sociedade americana de *A Democracia na América* qual seria a presença das mulheres no trato dos assuntos públicos? Qual o papel reservado a elas numa formação social marcada por uma religiosidade puritana e conservadora?

Sentimos a falta, nesse sentido, de uma pesquisa mais ampla sobre o tema, uma vez que ficou vago e sujeito a questionamentos a análise que Tocqueville faz da vida comunal dos EUA. Nunca é demais lembrar que a história acontece de uma forma que engloba os âmbitos político, econômico, social e cultural e que todos esses aspectos relacionam-se. Se há especificidades nessas esferas<sup>12</sup>, não há como separá-las do restante dos outros aspectos.

De outra forma, podemos questionar se Tocqueville escreve em boa parte *A Democracia na América* pensando em seu contexto francês. Ou seja, a historiografia sobre os EUA serviria de exemplo, de modo pedagógico<sup>13</sup>, para lançar luzes sobre a formação social francesa. A obra funcionaria como um manual para os franceses prezarem pela sociedade livre, tal qual apresentada por Tocqueville em *A Democracia na América*.

---

<sup>12</sup> Sobre a especificidade do âmbito político, ver: LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>13</sup> Sobre a historiografia presentista de Tocqueville, ver: JASMIN, Marcelo G.. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Ed. ACESS, 1997.



## Considerações Finais

A fim de evitar a centralização administrativa, ou o despotismo democrático, a historiografia toquevilliana ressalta a relevância da vida comunal e associativa. Tais “corpos intermediários” fortaleceriam a democracia contra os perigos de uma apatia política e suas nefastas conseqüências.

Nas palavras de Tocqueville:

penso que a centralização administrativa só serve para debilitar os povos que a ela se submetem, porque tende sem cessar a diminuir entre eles o espírito de cidadania. A centralização administrativa, é verdade, consegue reunir em determinada época e em certo lugar todas as forças disponíveis da nação, mas é nociva à reprodução das forças. Ela a faz triunfar no dia do combate, mas diminui com o correr do tempo sua potência. Portanto, pode contribuir admiravelmente para a grandeza passageira de um homem, mas não para a prosperidade duradoura de um povo.<sup>14</sup>

Escrevendo no século XIX, preocupado com os rumos da modernidade, podemos ainda pensar com Tocqueville sobre igualdade, liberdade e, principalmente sobre como assegurar a vitalidade de uma democracia republicana. Mesmo tratando-se de um contexto diferente, escrevendo para outras formações sociais, nunca é demais lembrar que as idéias permanecem e através delas podemos analisar outros contextos, tomando o cuidado de não cair no anacronismo.

Nesse sentido, exercer a liberdade é também pensar com Tocqueville sobre a importância da participação da sociedade civil em comunas e associações como forma de fortalecer a república e a democracia nas formações sociais da atualidade.

## Referências bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

\_\_\_\_\_. *Da Revolução*. São Paulo/Brasília, Editora Ática/Editora da UnB, 1988.

\_\_\_\_\_. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Violência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

<sup>14</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. *A Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 99.

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. Unb, 1981
- BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- CHEVALIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. RJ: Agir, 1986.
- FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *A era da revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville. A historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 1997.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (Org.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2006.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, nº 10, 1992. p.134-146
- NELSON, Eric. *The Greek Tradition in Republican Thought*. Cambridge University Press, 2004.
- POCOCK, J.G.A.. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003.
- PUTNAM, Robert . *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- QUIRINO, Célia Galvão. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- RHEINARDT, Mark. *The art of being free: Taking Liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt*. New York: Cornell University Press, 1997.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

\_\_\_\_\_. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: Univercidade, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. O Problema do Americanismo em Tocqueville. In: *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

## Biografia em análise: a construção da imagem de Eduardo Gonçalves Ribeiro

**Geisimara Soares Matos**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS

E-mail: geisimara.soaresmatos@gmail.com

**Resumo:** O texto que apresentamos faz parte de uma pesquisa mais ampla que tem como objeto, a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Ao lidarmos com esse objeto é imprescindível que discussões em torno da memória se façam presentes. Sendo assim, escolhemos para este trabalho apresentar considerações iniciais, de como se construiu a imagem de Eduardo Ribeiro na obra mais famosa sobre sua vida: *Negritude e Modernidade*, de Mário Ypiranga Monteiro. Ao fim e ao cabo, observamos como esta obra propõe-se a criar um retrato positivo e branco de nossa personagem. Assim, ao analisar e considerar a obra como fonte, entramos no terreno da consolidação social da memória de Ribeiro.

**Palavras-Chave:** Eduardo Ribeiro; Amazonas; Memória; Trajetória

**Abstract:** The text that we present is part of a broader research whose object is the trajectory of Eduardo Gonçalves Ribeiro. In dealing with this object it is imperative that discussions about memory become present. Therefore, we have chosen to present the initial considerations of how the image of Eduardo Ribeiro was constructed in the most famous work about his life: *Negritude e Modernidade*, by Mario Ypiranga Monteiro. After all, we see how this work proposes to create a positive and white portrait of our character. Thereby, when analyzing and considering the work as a source, we enter the terrain of the social consolidation of Ribeiro's memory.

**Key-Words:** Eduardo Ribeiro; Amazonas; Memory; Trajectory.

### Introdução

Por muito tempo demonizado no meio histórico, o biografismo não deixou de existir. Sua dimensão histórica e social em que escritores de todos os estilos se interessam por uma individualidade nunca será perdida. Quando se escreve uma trajetória individual, sabemos que interesses e motivações estão envolvidos.

A trajetória de vida de Eduardo Gonçalves Ribeiro se apresenta como um exemplo emblemático das novas possibilidades da república brasileira. Homem negro, maranhense, de origem simples consegue com dificuldade concluir os estudos e se inserir, ainda em São Luís, em um meio intelectual ao participar do Jornal O Pensador, com figuras como a de Aluísio de Azevedo. Depois, ao ingressar na Escola Militar no Rio de Janeiro vivência com mais vigor o republicanismo e o positivismo até ser mandado para o Amazonas onde depois de vários embates políticos torna-se governador do Amazonas entre 1892-1896, fazendo uma administração conhecida pela ênfase na modernidade urbana.

Entre diversos textos, artigos e obras biográficas que se preocuparam em escrever sobre a vida de Eduardo Ribeiro, uma biografia, lançada em 1990, é uma das obras mais famosas a respeito de nossa personagem. Apesar da escrita prolixa do autor e do fato de ocultar

referências, a obra de Mário Ypiranga Monteiro, com seu *Negritude e Modernidade*, ainda é obra imprescindível para investigar a construção da memória póstuma de Eduardo Ribeiro. Assim, a escolha justifica-se por ser a primeira obra preocupada em fazer uma biografia completa de Ribeiro.

Apesar deste texto estar envolto de considerações iniciais, pensamos que as discussões aqui apresentadas podem nos dar uma perspectiva de como biografias podem configurar como ferramenta para consolidação e longevidade de uma memória. Procuramos, ao invés de fazer uma análise por capítulos, dividir nossa análise em temas. Sendo assim, escolhemos três temáticas que são abordadas na obra e que nos pareceu bem significativas para a construção da memória de Eduardo Ribeiro e que, ganharam longevidade na memória histórica do Amazonas.

Assim, nas próximas páginas objetivamos discutir: as polêmicas construídas em torno da vida e morte de Ribeiro; seu olhar visionário e a sua negritude. Tais temas se fazem presentes de forma inevitável e nos servem de exemplo para pensarmos como tais estigmas foram abordados em biografias anteriores, já que, a vida pessoal de Eduardo Ribeiro é sempre tratada como um fato curioso, fora do comum.

### 1) O visionário

Qualquer um quando questionado sobre quem foi Eduardo Gonçalves Ribeiro, irá atrelar sua figura a do homem que trouxe a modernidade para o Amazonas. E Mário Ypiranga não pensa diferente. Para ele, apesar de sua trajetória curtíssima a frente do governo do Amazonas, esta, teria sido, sem dúvidas, uma passagem brilhante.

Quando fala-se no olhar visionário de Eduardo Gonçalves Ribeiro trata-se em evidenciar um outro aspecto da Amazônia: seu lado selvagem. É recorrente acreditar que o Amazonas é um território atrasado, inóspito, ou seja, uma grande aldeia indígena, isso até a *Belle Epoque*, momento em que o Amazonas tomava contato com a modernidade, com o que de mais moderno acontecia na capital do país e até mesmo na Europa. Convencionou-se bater no peito com orgulho e dizer que Manaus foi uma das primeiras cidades a possuir luz elétrica. Em todos esses discursos nossa personagem é inserida, já que é convencional dizer que o Amazonas viu a modernidade a partir do olhar visionário de Eduardo Gonçalves Ribeiro.

É importante lembrar que Mário Ypiranga Monteiro faz parte de uma escrita historiográfica já ultrapassada, historiografia esta que, considerava agentes políticos como seres extraordinários. Apesar de Monteiro, por alguns momentos, considerar o possível desequilíbrio

mental de Eduardo Ribeiro, como fator importante para sua decadência no meio político e pessoal, em nenhum momento isso se sobrepõe ao caráter extraordinário de Ribeiro como um governador atento as necessidades do povo amazonense.

Monteiro enfatiza ao longo de seu livro que o enquanto Eduardo Ribeiro esteve a frente da administração de Manaus esta, viveu um momento promissor, mas acredita que ao admitir-se que tudo o que possui em Manaus de moderno ao ex-governador é negligenciar os avanços que a cidade teve ainda como província.

É suficiente uma leitura rápida pelos Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas, no período de 1852 a 1889, para ter-se uma ideia geral do entusiasmo com que nacionais e estrangeiros pretendiam modificar *a facies* da cidade, a cultura, a administração emperrada e os serviços que viriam beneficiar a população e o comércio. Não é vocação da República nem de governos ditos democratas-republicanos, apenas [...] <sup>1</sup>

Para ele, isso não implica em menosprezar a obra de Eduardo Ribeiro, mas seria um “erro histórico apadrinhar uma primazia afeta ao dinamismo do governador dr. Eduardo Ribeiro”. Sendo assim, dando a “César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, Mário Ypiranga transcreve uma lista de obras realizadas por Ribeiro e que foi publicada no jornal A Federação, de 30 de setembro de 1898. Na lista constam 30 obras, entre elas o edifício do Diário Oficial e o do Instituto Benjamin Constant, criação do hospício para alienados, Teatro Amazonas entre outros.

Mas a lista não se encerra por aí, mesmo querendo distanciar-se de outros escritores e da própria memória que se construiu de Eduardo Ribeiro, como grande artífice, Mário Ypiranga Monteiro dedica dois capítulos de seu livro ( Cinzas e diamantes, Antes do apenas moderno) para descrever as ações, políticas públicas realizadas durante o governo de Ribeiro e nos apresenta, em suas palavras uma administração “modelar”.

Ele possuía a febre da criação, seguia contaminado do vírus da capacidade construtiva. Mais que nenhum outro chefe de Estado, seu tempo de governo foi dedicado ao trabalho de dotar a cidade de melhoramentos e de comodidades. Já fizemos valer essa notória capacidade de trabalho, essa energia contaminadora [...] <sup>2</sup>

Os elogios à sua administração são notórios e, evidenciam um Eduardo Ribeiro criador, visionário, inteligente, preocupado com o bem estar da população amazonense, aliás, não só

---

<sup>1</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990. p. 95

<sup>2</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990. p. 100

com a população local, mas com seus conterrâneos maranhenses. Por diversas vezes Mário Ypiranga enfatiza a preocupação de Eduardo Ribeiro em proporcionar melhores condições de vida e trabalho na capital amazonense ao mandar vir colonos do Maranhão para trabalharem nas obras que exigiam grande força de trabalho.

Para Monteiro o mais importante na obra do administrador Eduardo Ribeiro, “foi a inclinação para o elemento humano desamparado” e o fato de não ter esquecido sua origem negra, tendo em vista ter feito uma política de migração do Maranhão, mas não só dos maranhenses, como também ter possibilitado a inserção de barbadianos, cubanos, haitianos em grande parcela no Amazonas. Aqui, mais do que sua inclinação para o majestoso, Mário Ypiranga nos apresenta um Eduardo Ribeiro filantropo, homem que buscou “fixar o homem na terra, a dar-lhe trabalho digno, a fazer a terra explodir em fartura [...]”<sup>3</sup>

É importante destacar que ao longo do livro, há várias imagens de projetos, como o do Palácio do Governo, fotos das fachadas de vários prédios que foram construídos, ou tiveram início em seu mandado como o do prédio da Chefatura de Política, Palácio da Justiça, ponte Benjamin Constant, entre outros. As imagens, sem dúvidas evidenciam a opulência de uma cidade em ascensão.

## 2) A face branca

Eduardo Gonçalves Ribeiro era negro. Talvez essa assertiva possa parecer óbvia para uns ou informação desnecessária para outros. Para nós, é imprescindível que seja dita.

Mário Ypiranga Monteiro inicia seu livro duvidando que um ataque violento em massa possa ter acontecido contra negros na Amazônia, apenas, talvez, tenham acontecido casos isolados de hostilidade pessoal. Para ele, esse fato justifica-se por “perceber-se a raridade da mancha escura na família”, aqui, nitidamente fazendo alusão a pouca presença negra na Amazônia.

Monteiro faz parte de uma historiografia que negligência ou considerava acessória a mão-de-obra africana na Amazônia, posto que estes tiveram um preço elevado e a concorrência com o índio e o caboclo era recorrente<sup>4</sup>. Estes fatos, para ele, teriam “elevado de muito o nível

---

<sup>3</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990. p. 103.

<sup>4</sup> Uma historiografia mais recente nos apresenta uma realidade diferenciada sobre esse assunto. Trabalhos como *Os Fios de Ariadne* de Patricia Melo Sampaio (2014) nos possibilita vislumbrar mais detidamente o papel dos escravos negros na Amazônia.



da sociedade amazonense da época e determinando uma triagem no pigmento selecionado pela avidez da terra”.<sup>5</sup> Observamos aqui mais uma vez a tentativa de exclusão do elemento negro na Amazônia.

E é sobre isso que iremos refletir nessa parte do trabalho. Eduardo Ribeiro teve sua negritude silenciada ou a cor muitas vezes foi branqueada, este último, muito evidente na escrita de Mário Ypiranga Monteiro. A partir disso, buscamos entender o processo de branqueamento de nossa personagem, e nesse sentido, a obra aqui analisada insere-se com papel importante nessa dinâmica de construção de um Eduardo Ribeiro mais claro.

Nesse sentido, o conceito de “cor” nos vem a tona. Como sabemos, palavras comportam conceitos muitas vezes abrangentes, variam no tempo e no espaço e são por excelência, discursos deixados por agentes históricos. Assim, palavras e conceitos podem revelar ou manter certos fatos e preconceitos invisíveis. Antonio Guimarães nos alerta que cor “nunca é um conceito analítico, a não ser talvez na pintura, na estética, na fotografia; [...] mas nas ciências sociais ele é sempre nativo, usado para classificar pessoas nas mais diversas sociedades”.<sup>6</sup> O que Guimarães quer salientar ao analisar esses conceitos é de que em algum momento na história, na medida em que o avanço social dos ex-escravos e de seus descendentes ia acontecendo, passou-se a considerar predominantemente como classificação social a cor da pele e não a raça.

Uma questão que cabe aqui seria como sabemos identificar raças, ou melhor, como se observa a cor da pele de uma pessoa? Essa pergunta é importante tendo em vista os vários tons de pele com que a personagem que analisamos é caracterizada, ou seja, é uma classificação dada por outrem e não temos nenhuma documentação feita pelo próprio Eduardo Ribeiro identificando sua origem, cor ou raça. Sendo assim, procurarei seguir a premissa de que sua ascendência negra é evidente na cor de sua pele mesmo que ele seja caracterizado com termos que designam uma cor mais clara.

Voltemos agora a nossa personagem. Monteiro não deixaria de nos apresentar as características psicológicas e físicas de Eduardo Ribeiro:

[...] chega-se á conclusão de que o absconso homem que não aparecia frequentemente nem mesmo no teatro que construía à custa de esforço e em

---

<sup>5</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990; p. 10.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107. Jan/jun. 2003. p. 98

tão pouco tempo pecava pelo ensimesmamento, pela talvez muito notada egolatria. As fotos do homem, em trajes civis normalmente e em militar raras vezes, mostram-no carrancudo, sobancelhas carregas, bigodes de guias empinadas, o biótipo do coronel (de Guarda Nacional) Ramalho Júnior, embora os temperamentos diferissem grandemente. Eduardo Ribeiro, homem culto, reservado, trazia a verônica enfeitada apenas pelo bigode. Calvo e redondo. Creio que a qualquer pessoa não escapam os olhos amortecidos de doente.<sup>7</sup>

Ainda sobre suas características psicológicas Monteiro nos diz que “o homem era de qualquer modo retraído, sóbrio, casmurro, irritável. Fechado como uma ostra [...]”<sup>8</sup>. As características psicológicas aqui expostas nos remetem a um homem equilibrado, condição essa que permitiu que um governo centrado pudesse existir e se estabelecer. Até aqui, nenhuma menção à cor de Ribeiro.

A primeira referência a cor da pele de pessoas feitas por Mário Ypiranga em seu livro é fazendo referência Lima Bacury, Raul de Azevedo e Pedro Freire.

Talvez, quero acreditar, fosse a colônia maranhense de Manaus, representada em quase sua totalidade por homens de cor (Lima Bacuri, Raul de Azevedo, mulato-claro; Pedro Freire, mulato-claro), o sustentáculo de sua vitoriosa carreira.<sup>9</sup>

O que nos chama atenção ainda nessa parte do livro é que o termo “homens de cor” não foi o suficiente para caracteriza-los, sendo assim, Monteiro utiliza-se do termo “mulato-claro” para Raul de Azevedo e Pedro Freire.<sup>10</sup> É importante lembrar que quando tratamos de um Eduardo Ribeiro mais claro, principalmente neste obra de Mário Ypiranga, estamos nos referindo a termos que historicamente foram sendo utilizados para designar a miscigenação, ou seja, o branqueamento da população negra. Assim, ainda podemos inferir que há uma representação social dos maranhenses baseada na cor da pele, mas essa menção a cor da pele, no livro de Monteiro só é feita quando o indivíduo passou por alguma forma de mestiçagem, configurando assim, uma tonalidade de pele mais claro. E Eduardo Ribeiro não estaria imune a isso.

---

<sup>7</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990. p. 20.

<sup>8</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990. p. 21

<sup>9</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990. p. 28

<sup>10</sup> A menção a Lima Bacury por Mário Ypiranga Monteiro deve ter sido feito por ser alguém próximo a Eduardo Ribeiro, tendo até escrito um trabalho relativo aos acontecimentos de 1892 e 1893, denominados de “Revolução de Manaus”, onde defende Ribeiro. Lima Bacury era amazonense e de família importante no Estado, e não era negro.

Nas páginas seguintes, mais precisamente no capítulo *Segredos e Mistérios*, Monteiro voltar a se interessar, de forma bastante curiosa, pela aparência física de Eduardo Ribeiro. Ao descrevê-lo como baixo e entroncado, com a cabeça enterrada nos ombros, Monteiro faz questão de expressar que essas características do fenótipo não demonstravam concordância com a inteligência e olhar visionário de Ribeiro. Mas, o que mais deixa, particularmente, Mário Ypiranga Monteiro interessado e instigado, é a origem de Eduardo Ribeiro. Ao tratar deste fato destaca que era envolto em um nebuloso mistério. Sobre isso diz:

Parece que ninguém quer falar ou usa transpor os limites da confidência. Daí supor-se inevitavelmente que sua origem fosse do tipo daquela que humilhava o grande Machado de Assis, filho de lavadeira e de mata-cachorro. As palavras estigmatizantes do major Araripe naquele artigo transcrito parecem levantar a ponta do véu que obscurece o mistério: filho de quem, pobre e sem nome, fez-se graças a um estímulo interior, escravo com toda certeza alforriado e também arrastando uma tara que se manifestaria no homem adulto.<sup>11</sup>

A escrita de Mário Ypiranga evidencia que havia uma dificuldade em se falar da cor da pele de Ribeiro já que esta característica possibilitaria falar também de sua origem africana. Talvez na tentativa de tratar desse assunto de forma mais “branda” diz que a origem de Ribeiro se assemelha a de Machado de Assis que, como sabemos, também era negro. A citação acima nos mostra a dificuldade de se falar na origem negra de nossa personagem, e quando se falava desse assunto era sem dúvidas para lhe humilhar e estigmatizar.

Isso aconteceu e reflete até hoje pois, processo de branqueamento de Eduardo Ribeiro ao longo da História pode ser observado já em poucas páginas desse trabalho, além, é claro, da sua representação branca pelos museus da cidade de Manaus. Isso nos demonstra que o emergir de uma elite que se alto denominou branca possibilitou escolher como tipo representativo de superioridade de nossa sociedade o branco europeu, e assim, o negro como tipo negativo e inferior, origem que ninguém queria associar-se.<sup>12</sup>

Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado socialmente repellido à medida que se aproxima do negro.<sup>13</sup>

Associar Eduardo Ribeiro, sua visão e inteligência à origem africana não poderia acontecer, e isso nos faz assistir ao silenciamento da sua cor configurando no branqueamento

---

<sup>11</sup>MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.1990. p. 89.

<sup>12</sup> MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1988. p. 62

<sup>13</sup> MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1988. p. 62

da mesma. Quando muitas das vezes se utiliza termos como “mulato”, “moreno”, “homem-de-cor” para referir-se a nossa personagem, observamos nitidamente a finalidade de destacar uma mistura racial que purificaria sua origem e o faria mais aceito. Ou seja, observamos a tentativa de se construir um governador mais claro, afinal de contas não poderíamos aceitar e nem nos identificar com um governado negro.

### **Considerações Finais**

Como sabemos, a memória é sempre seletiva, sendo assim, oculta evidências e modifica acontecimentos. Evidentemente o que observamos quando se fala de Eduardo Ribeiro é a intencionalidade, as escolhas em apresentar um Eduardo Ribeiro íntegro e benfeitor de Manaus.

Como tratamos para esse trabalho com a perspectiva da construção da memória, é importante destacar que a história da memória nos revela esquemas, e mais precisamente para essa pesquisa, estereótipos. Quando se fala em memória é importante que percebamos que seu objetivo é fixar uma determinada versão da história. Assim, foi possível identificar alguns dos esforços que diversos atores sociais ao longo da história fizeram para que fosse possível que essa pesquisa pudesse ser proposta. Sendo assim, nos alerta Peter Burke “À medida que os acontecimentos retrocedem no tempo, perdem algo de sua especificidade”<sup>14</sup>, a partir disso consideremos que a negritude de Eduardo Ribeiro foi perdendo sua especificidade no tempo e ao ser reelaborada perpetuou-se no tempo, custando-lhe a sua distorção.

Mário Ypiranga Monteiro, não muito diferente de outros autores que se dedicaram a escrever sobre Eduardo Ribeiro, destaca na maior parte de seu texto o olhar visionário de nossa personagem, fato que possibilitou que um momento de grande prestígio fosse vivido pelo Amazonas, ou seja, a reafirmação de um governante sagaz é recorrente em sua escrita. Monteiro utiliza-se também das várias polêmicas em torno da vida de Ribeiro para traçar observações, não há uma tentativa de solucionar esses mistérios (como a morte, filho bastardo), mas sim, de elencar esses fatos como traços curiosos, fatores que merecem destacar-se no intuito de chamar a atenção do leitor. Ou seja, tratou da vida de Eduardo Ribeiro sem considerar o meio social em que viveu, tratando sua vida como curiosidade para a história do Amazonas.

Quanto a negritude de Eduardo Ribeiro, não só Mário Ypiranga, mas os discursos desenvolvidos sobre ele trataram de modo bem superficial, muitas das vezes é fator também negligenciado, em vários momentos sua origem negra não é nem mencionada. Mais interessante

---

<sup>14</sup> BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. p. 88

do que observar o silenciamento quanto à cor de Ribeiro, é perceber como sua cor foi ao longo do século XX sendo branqueada. Nos poucos casos em que a cor de Eduardo Ribeiro é referenciada, termos como “pardo”, “moreno” e “mulato” são utilizados, nitidamente com o objetivo de clarear sua cor. Queria o Amazonas um herói negro?

### Referências

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. – São Paulo: Companhia das letras, 1990.

MATOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MESQUITA, Otoni. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação de Manaus (1890/1900)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

MONTEIRO, Mário Ypiranga Monteiro. *Negritude e Modernidade*. Manaus. Governo do Estado do Amazonas. 1990.

MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1988.

## José de Magalhães Pinto: a trajetória política do líder civil da ‘Revolução de 1964

**Esther Itaborahy Costa**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: esther.icosta@yahoo.com.br

**Resumo:** Recorrer aos estudos sobre biografia – ao analisar uma história de vida - nos permite identificar o indivíduo em seu lugar social, suas redes, seus grupos e as diversas instituições que este se insere a partir de suas relações com os demais. Neste sentido, objetivamos apresentar a trajetória política de José Magalhães Pinto – político mineiro ligado às elites do Estado, um dos fundadores da UDN e um dos principais líderes do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Analisaremos sua participação como signatário do Manifesto dos Mineiros (1943) contra o governo Vargas, como secretário de Finanças de Milton Campos (1947-1950) e como governador de Minas Gerais (1960), bem como sua atuação com ministro do governo de Costa e Silva (1967).

**Palavras-chave:** Magalhães Pinto; Manifesto dos Mineiros; trajetória

**Abstract:** Resort to studies about biography – to analyze a life story – allow us identify a person in his social place, networks, groups and his several institutions. To this end, we’ll to score José de Magalhães Pinto’s- a mining politician linked to the state elites, one of the founders of the UDN and one of the main leaders of the Civil-Military Coup of March 31, 1964. We will analyze his participation as a signatory of the Manifesto dos Mineiros (1943) against the Vargas government, as a finance secretary of Milton Campos (1947-1950) and as a governor of Minas Gerais (1960), as well his work as minister of Costa e Silva (1967).

**Keywords:** Magalhães Pinto; Manifesto dos Mineiros; trajectory

### Biografia e Indivíduo na História

Vários são os estudos sobre o surgimento do uso da biografia na História. Peter Burke, ao se deparar com tal questão afirma que o uso do termo remete-se à Grécia antiga e a ideia de ‘escrever vidas’ – tanto no âmbito privado quanto no público - utilizada pelos europeus a partir do século XVII<sup>1</sup>. Contudo, Arnaldo Momigliano afirma que o surgimento do termo biografia remete-se à Pérsia a partir das inscrições que o rei Dario teria feito de si a fim de se glorificar perante os deuses. Para o autor, a historiografia grega foi influenciada pela historiografia persa no tocante aos usos dos documentos e das autobiografias<sup>2</sup>.

No século XIX a escrita de biografias sobre os grandes homens eram aceitas já que, segundo Leopold Von Ranke, para ser interessante a biografia deveria narrar a existência individual de alguém que tivesse atingido uma existência universal e que, segundo Thomas

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter. A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista. In: Revista Estudos Históricos 1997/1 nº 19: Indivíduo, Biografia, História, p.7. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em: 29/05/2017.

<sup>2</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru: Edusc. p. 34, 2004

Carlyle, encarnassem o pensamento universal<sup>3</sup>. Assim, lançamos o questionamento: o que vem a ser o gênero biográfico?

Pierre Bourdieu, em *A ilusão biográfica*, afirma que a noção do senso comum sobre o que seria uma biografia adentrou o mundo científico e pode ser entendida como “[...] o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”<sup>4</sup>. Neste sentido, entende-se que uma história de vida acontece de forma linear onde o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, e toda sua existência se resume a acontecimentos organizados de forma cronológica, ou seja, sua história seria uma reunião de eventos estáveis onde seu fim seria predestinado. Para Bourdieu, essa seria a *ilusão biográfica*.

No campo historiográfico a crítica documental é a grande arma de trabalho. É através dela que, especificamente quando se trabalha com o gênero biográfico, somos capazes de criar uma razoável verdade histórica onde a realidade é fragmentada e permeada de contradições. Para Giovanni Levi, a realidade não tem estabilidade. A liberdade individual se dá devido a uma correlação desigual de forças que, por serem instáveis e contraditórias, geram desequilíbrios e permitem a ação do sujeito<sup>5</sup>.

Caminhando neste sentido, Bourdieu enfatiza a necessidade de contextualizar o sujeito para que se compreenda essa realidade trabalhada por Levi. Segundo o autor, ao se fazer uma história de vida é necessário levar em consideração todos os elementos sociais que agem sobre o indivíduo nos diversos campos sociais que está inserido. Assim, afirma que o sujeito não é passível de ser analisado de forma coerente, pois apresenta diversas formas de atuação nos diferentes campos, que também são mutáveis<sup>6</sup>. Ou seja, a vida não pode ser vista como uma sucessão de acontecimentos lineares vinculados somente ao indivíduo. As ações individuais devem ser analisadas para que se represente as múltiplas possibilidades de ação nos diferentes campos sociais. Para Maria Lúcia Paschoal Guimarães, o gênero biográfico devolve o lado humano da história ao se atentar para o indivíduo.

(...) A biografia assume assim uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, configurando-se como um exercício adequado para identificar uma figura num determinado meio, analisar as relações entre a

---

<sup>3</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques(org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 233-237, 1998.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (org). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 183, 2005.

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (org). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*



intenção pessoal e forças convergentes ou concorrentes, ou ainda dar um balanço entre o herdado e o adquirido<sup>7</sup>.

Assim, presenciamos nas últimas décadas um esforço no sentido de trazer o indivíduo para o centro das análises. Seja na história, na antropologia ou na sociologia, as ações, representações e estratégias individuais tornam-se cada vez mais foco de discussão<sup>8</sup>. Para tanto, encontramos em Norbert Elias nosso suporte teórico e metodológico quando este analisa a relação indissociável entre indivíduo e sociedade. Elias, afirma que é preciso romper a dualidade que separa as análises individuais das análises da sociedade, pois uma sociedade é uma sociedade de indivíduos ao mesmo tempo em que os indivíduos formam uma sociedade, ou seja, para Elias, os indivíduos dependem de maneira funcional de outros indivíduos<sup>9</sup>. Cada indivíduo representa um elo em relação a outras pessoas, direta ou indiretamente, essa dependência nos prende a outras pessoas. São cadeias mutáveis e variáveis, embora não visíveis, mas que são reais e fortes. Essa é a rede de funções que as pessoas desempenham uma em relação a outra. Isso é o que Elias define como sociedade<sup>10</sup>.

Tal relação é de suma importância para a análise das trajetórias individuais, pois nos afasta da ideia de analisar o indivíduo fora de sua inserção social como se este vagasse sozinho pelo tempo e espaço. Assim, afirma Pierre Bourdieu

[...] é impossível compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.<sup>11</sup>

Para compreendermos melhor essa relação entre indivíduo e sociedade, o conceito de redes sociais nos é caro neste estudo. Análises em torno das redes sociais (*social network analysis*) nos permite entender como se formam as cadeias de relações entre os indivíduos por meio de interações. Tal metodologia consente que observemos as dinâmicas sociais estabelecidas entre os grupos, como amigos ou familiares. Utilizado a partir dos anos 1960 por

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Biografia: a reabilitação de um gênero histórico. LPH: Revista de História, Mariana: UFOP, n. 16, p. 8, 2006.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 45, 2011.

<sup>9</sup> ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13 1994.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 190, 2005.

antropólogos e sociológicos, tal perspectiva de análise teórica e metodológica busca compreender os tipos e formas de relacionamentos mantidos pelas unidades de análise, sejam elas uma empresa, um grupo familiar, uma vila.

Segundo Elizabeth Bott, o conceito de rede é fundamental em situações em que a categoria grupo não dá conta da complexidade das relações sociais mantidas entre os sujeitos e por isso afirma que as redes atravessam todos os campos sociais. A autora ressalta que a utilização do conceito de redes sociais nos estudos sobre as relações, mais especificamente sobre o indivíduo em seu meio social, não tem como finalidade compreendê-lo enquanto tal, em seu aspecto psicológico, muitas vezes o foco está nas amizades ou nas relações de parentesco enquanto tais<sup>12</sup>.

O debate sobre redes gira em torno de questões relativas à medida, forma como a rede potencial é de fato, aproveitada, a intensidade das relações envolvidas em sua estrutura e à sua manutenção no tempo. Esse conjunto consiste nas formas de classificar os agentes, que propiciariam ao pesquisador identificar os grupos com um relativo grau de clareza e a partir de então, destacar mediadores, que atuam como conectores de grupos diferentes em diversos ambientes, em uma tentativa de avaliar o impacto dos laços sociais na vida das pessoas.<sup>13</sup>

### **Os anos 1940 e a fundação da UDN**

O quadro político-partidário desse período teve suas origens ainda na primeira metade da década de 1940: o referencial histórico inicial é o *Manifesto dos Mineiros*, de outubro de 1943, que desembocaria na formação da UDN, que segundo Benevides é a pedra fundamental para a história da UDN. A mesma autora afirma que o mesmo “tratava-se de uma resposta à espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas [que] traíra a Aliança Liberal”. Contudo, a motivação política mais profunda em torno do lançamento do manifesto, objetivava que Minas Gerais recuperasse a iniciativa perante as pretensões democratizantes de Vargas, que começavam a mudar com a possibilidade da vitória dos Aliados contra o Eixo<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> BOTT, Elizabeth. Família e Rede Social. Papéis, Normas e Relacionamentos Externos em Famílias Urbanas Comuns. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 23-26, 1976.

<sup>13</sup> GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 3 Nº 6, 2011.

<sup>14</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo – ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 35, 1981.

Assim manifesto foi um instrumento de luta pelo poder. De um lado, defendia todas as liberdades individuais e a instauração de um estado de bem-estar social e, de outro, reivindicava maior participação política e econômica para as elites.

[...] Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, de direito de voto e dos habeas-corpus. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional. Queremos espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais, a fim de que a Nação se enriqueça de homens experimentados e eficientes, inclusive de homens públicos, dentre os quais venham a surgir, no contínuo concurso das atividades políticas, os fadados a governá-la e enaltecê-la no concerto das grandes potências, para o qual rapidamente caminha. Queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político [...]<sup>15</sup>

O antigetulismo era a marca da UDN, que se organizara como uma composição heterogênea, na qual de um lado havia o grupo dos que se abrigaram sob a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência e, de outro, aqueles que não aceitaram a Revolução de 30, ou se sentiram traídos por ela e pela ditadura do Estado Novo. Os lenços brancos eram a sua marca, simbolizando a “luta contra a corrupção” e a pureza dos ideais democráticos e liberais. Em Minas Gerais, agregou o apoio de grande parte do empresariado regional, setores da intelectualidade, do meio acadêmico e do movimento estudantil<sup>16</sup>.

Observa-se, pois, que a UDN nasceu sob o signo de uma frente ampla, reunindo, em seu interior, um leque de posicionamentos ideológicos, personagens políticos e tendências históricas diferenciadas. Conforme Benevides, “adversários de tempos imperiais, velhos inimigos”, desafetos políticos se uniram e se abrigaram sob o “guarda-chuva” udenista, com o objetivo de apressar a deposição de Getúlio Vargas e a derrubada do Estado Novo”<sup>17</sup>. Skidmore afirma que a UDN preconizava uma volta aos princípios do liberalismo, tanto em política quanto em economia (o ‘liberalismo’ econômico na acepção de Manchester). Tendo como referência uma política cautelosa de industrialização, buscava a presença do capital estrangeiro, procurava minimizar a presença do Estado na economia, recomendava o cuidado em relação ao Partido Comunista e buscava romper com o que considerava as barreiras impostas no Governo Vargas em relação ao livre curso de homens e capitais<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*. CEMIG, Belo Horizonte, p. 270, 1994

<sup>16</sup> DULCI, Otávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, p.141, 1999.

<sup>17</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>18</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 86, 2003.

De sua fundação até a eclosão do Golpe Civil Militar de 1964 e sua extinção em 1965, a UDN manteve-se como o principal partido de oposição. Sua trajetória é marcada por contradições, pois abrigava liberais progressistas, de um lado, e reacionários antidemocráticos, de outro. Neste sentido, entendemos que Magalhães Pinto, ao longo de sua trajetória, atuou não somente como um representante do empresariado mineiro, mas também como um dos líderes da UDN – mesmo este sendo considerado o partido dos bacharéis – o que reforça a ambiguidade que marcou a trajetória udenista.

### **Magalhães Pinto: de bancário a aspirante à presidência**

Nascido em Santo Antônio do Monte em 1909, nosso personagem é filho do Coronel José Caetano Magalhães Pinto e D. Maria José Magalhães Pinto, ambos de família importante de Dolores do Indaiá. Aos 13 anos muda-se para Juiz de Fora e ingressa na Academia de Comércio matriculando-se no curso de Comercial livre, onde se forma em 1923. Ingressa no curso superior de ciências comerciais no Instituto Comercial Mineiro, hoje Colégio Machado Sobrinho, ainda em Juiz de Fora e se forma em novembro de 1925. Em 1926 é aprovado no concurso do Banco Hipotecário e Agrícola como bancário. Assim descreve Otto Lara Resende

O Dr. Magalhães começou a balançar a rede do destino no dia 28 de junho de 1909, na cidade de Santo Antônio do Monte, interior de Minas Gerais. Seu pai, José Caetano Magalhães Pinto era um pequeno negociante de cereais na zona do Alto São Francisco e com ele, naquele lugar afastado dos confortos, o menino José aprendeu desde cedo as dificuldades da vida. Aos oito anos Juquinha Pinto já ajudava o pai, Juca Pinto, separando sacos de cereais, servindo de menino de recados, descobrindo como se pesava a mercadoria que iria ser negociada fora das fronteiras de Minas, que ele, o menino Juquinha, sonhava vencer também<sup>19</sup>.

Segundo Roberto Drummond, após ser demitido do Banco da Lavoura, Magalhães não recua e passa a desenvolver a ideia de ter seu próprio banco e em 1944 funda o Banco Nacional de Minas Gerais<sup>20</sup>. Segundo seu filho Eduardo Magalhães Pinto, o *Manifesto dos Mineiros* possibilita a Magalhães a fundação do Nacional:

O Banco Nacional foi resultado do ‘Manifesto dos Mineiros’. Papai foi obrigado a sair do Lavoura e vários companheiros de trabalho resolveram acompanhá-lo nessa saída em solidariedade. Diante disso, ele resolveu fundar um banco [...] e a empreitada teve muito sucesso, tanto que em poucos dias papai conseguiu subscrever o total de capital, que era de 60 contos. Ele teve assim muita facilidade para fundar o banco e essa facilidade decorre do fato de que no contato diário com os clientes ele havia feito sólidas amizades<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> RESENDE, Otto Lara. Revista Homem Vogue Brasil, p. 44, 1977.

<sup>20</sup> DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Op. cit.* p. 145.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 45.

Contudo, é no mundo político que Magalhães ganha destaque nacional. Em 1946 é eleito constituinte federal pela UDN – partido que sempre esteve ligado e que sairá somente em 1965 com a outorga do AI-2. Magalhães não era um homem de fortuna, mas após o *Manifesto dos Mineiros*, não mais abandonou a política, nem suas funções empresariais<sup>22</sup>.

Participante ativo da campanha pela redemocratização e da organização da UDN, elegeu-se deputado federal constituinte em 1946. Na câmara fez parte da Comissão de Finanças e apresentou dois grandes projetos de lei para a economia mineira: o da valorização da Companhia Vale do Rio Doce e o da construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte. Com a vitória de Milton Campos para o governo do estado em 1947 é convidado para ser secretário de Finanças, licenciando-se do primeiro mandato parlamentar<sup>23</sup>.

Como secretário de Finanças Magalhães revisou todo o sistema tributário mineiro, buscando atender às principais demandas das classes produtoras, quais sejam a fixação e cobrança rígidas e equânimes de impostos. De um lado, era necessário o investimento no setor de infraestrutura – produção de energia e melhoria da rede viária – e aumento da capacidade de crédito agrícola e pessoal dos bancos estaduais. Do outro era mister assegurar que o sistema tributário não afetasse os produtores rurais e nem a burguesia emergente. Assim imperava o liberalismo clássico: os impostos deviam ser mínimos, mas o serviço de cobrança e fiscalização devia ser eficaz.

Como governador busca aumentar a eficiência dos órgãos governamentais a partir de um rigoroso planejamento para aplicar os recursos. Com a criação do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais, Codemig, cujo principal objetivo era promover estudos sobre a economia mineira para estimular e racionalizar investimentos públicos e privados, Magalhães apoia a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG, para garantir financiamento a médio e longo prazos para empreendimentos modernizantes. Monteiro define que a política econômica de Magalhães Pinto pressupunha o fortalecimento tanto da mentalidade de planejamento público como de sistema financeiro estadual.

Ainda como governador passa a conspirar com grupos nacionais e apoio americano. Segundo Carlos Fico existe farta documentação sobre a campanha de desestabilização do

---

<sup>22</sup> DULCI, Otávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, p.163, 1999

<sup>23</sup> MONTEIRO, Norma de Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais- período republicano (1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, p. 546. 1994.

governo de João Goulart já em 1961, mas não existem evidências que comprovem que todos os envolvidos, desde o início, planejavam sua derrubada. É certo que queriam enfraquecê-lo visando as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente em 1965<sup>24</sup>. Já o papel americano na tentativa de desestabilização veio por meio de apoio financeiro: US\$5 milhões teriam sido liberados pelos Estados Unidos para os governadores que fizessem oposição a Goulart. E nesta ‘negociação’ estava Magalhães Pinto, governador da ‘ilha de sanidade administrativa’ mais ativa na conspiração contra Jango, que viria em 1964 a ser um dos líderes civis do Golpe Civil-Militar de 31 de março.

Magalhães Pinto, apesar de fazer oposição a Goulart, era a favor do presidencialismo por considerar que somente com um executivo forte seria capaz de viabilizar as reformas de base propostas por João Goulart. Segundo Dulci, o Banco Nacional, chefiado por Magalhães foi o maior financiador da campanha do plebiscito<sup>25</sup>. Vale ressaltar que, todos os aspirantes à presidência nas eleições de 1965 – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros – eram favoráveis à restauração dos poderes de Jango o mais rápido possível.

Segundo Fico há fortes indícios de que Magalhães se comprometeu a agir de acordo com os interesses americanos. O primeiro diz respeito ao fato de que o governo dos EUA supunha, desde 1963, que se caso ocorresse a derrubada de João Goulart, um grande estado brasileiro deveria assumir um ‘governo alternativo provisório’, que lhe permitiria apoiar a queda de Jango com alguma constitucionalidade, caso que não era desconhecido do direito internacional, sobretudo quando um governo dito tirânico está sendo combatido internamente. Apesar de este não ser o caso, era exatamente o que os americanos necessitavam para derrubar Goulart<sup>26</sup>. Outro indício nos remete à movimentação das tropas saídas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Apesar da deflagração do golpe não ter dependido do apoio americano e ter sido tomado por iniciativa própria, é notável que os EUA tinha interesses em apoiar os golpistas. Magalhães, neste sentido, foi central para confirmar a influência comunista em torno de Goulart e consolidar o apoio americano a um eventual governo alternativo. Em seu manifesto dizia

Contra isso brada a formação do povo mineiro, que tem como seu ponto mais alto o amor à liberdade. Nossa atitude, neste momento histórico, não representa senão o dever de nos inclinar aos imperativos dessa vocação. E

<sup>24</sup> FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 32, 2014.

<sup>25</sup> DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, p. 186, 1986

<sup>26</sup> FICO, Carlos. *Op. cit.* p. 70.



Minas se empenhará com todas as suas forças e todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora<sup>27</sup>.

Magalhães é defensor da ‘revolução’ e da prorrogação do mandato de Castelo Branco, pois temia que, se as eleições fossem realizadas em 1965, Lacerda seria o candidato da UDN para a presidência. Com a edição do AI-2 e o fim do pluripartidarismo, transfere-se para a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e apoia a eleição de Costa e Silva para a presidência. Vence as eleições de 1966 para deputado federal e em 1967 é convidado para ser ministro das Relações Exteriores. Segundo Drummond, Magalhães defendia a ‘diplomacia para a prosperidade’, ou seja, intensificou a abertura de novos mercados para atrair recursos ao desenvolvimento interno visando ampliar seu espaço no mercado internacional<sup>28</sup>.

Em 1968 é um dos signatários do AI-5 e afirma que este ‘é produto de um equívoco’, ao mesmo tempo em que justifica sua posição favorável ao ato

[Costa e Silva] não conseguiu superar as contradições que viriam a explodir, num espasmo de violência na decretação do AI-5, produto de um equívoco. A minha formação política me levaria, naquela hora, à ruptura com a situação que se prenunciava. Porém, mais uma cisão no esquema revolucionário seria fatal. Prefiri aceitar o compromisso do Costa e Silva de que o ato autoritário teria vigência por seis ou oito meses<sup>29</sup>.

Ainda como ministro, tem papel de destaque nas negociações em torno da libertação do embaixador americano Charles Burke Elbrick e com a eleição de Médici retorna às funções de deputado federal, integrando a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, bem como o Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Em 1970 é eleito senador e em 1975 é eleito por unanimidade para a presidência do Senado, conferindo-lhe a presidência do Congresso Nacional. Para o líder do MDB, Franco Montoro, a passagem de Magalhães Pinto pelo Senado coincidiu com a afirmação da Câmara Alta na política brasileira ao mesmo tempo em que surgia como o ponto de união entre diferentes tendências. Em 1978 lança-se como candidato civil à presidência da república. É apoiado por setores da Arena e do MDB que veem nele o candidato da ‘conciliação nacional’, contudo, durante dois anos fez campanhas em torno da candidatura chegando a afirmar que a revolução de 64 foi feita para assegurar que as instituições absorvessem as mudanças sociais sem provocar a ruptura da ordem, ou seja, estava buscando

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>28</sup> DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*. CEMIG, Belo Horizonte, p. 171, 1994.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 173.



recolocar os princípios da democracia representativa que almejou em 64 e em outubro 1978 vê Figueiredo ser eleito pelo Congresso Nacional.

Com a derrota, concorre novamente como deputado federal e é eleito como o mais votado em Minas. Em fins de agosto de 1981 propõe extinguir os partidos políticos e recriar a UDN. Em 1982, agora pelo PDS, é eleito para seu último mandato eletivo como deputado federal, sendo o 12º mais votado no estado. Em 1984 lança campanha em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente e vota em Tancredo Neves que é eleito presidente da República. Sofre um derrame e deixa a Câmara. Falece em seis de março de 1996.

### Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo – ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social. Papéis, Normas e Relacionamentos Externos em Famílias Urbanas Comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BURKE, Peter. *A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista*. In: *Revista Estudos Históricos* 1997/1 n° 19: *Indivíduo, Biografia, História*,

DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*. CEMIG, Belo Horizonte, 1994.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

\_\_\_\_\_. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GIL, Tiago Luís. *Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 N° 6, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Biografia: a reabilitação de um gênero histórico. LPH: Revista de História, Mariana: UFOP, n. 16, 2006.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques(org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 233-237, 1998.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru: Edusc. p. 34, 2004.

MONTEIRO, Norma de Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais- período republicano (1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

## ST 07 - História Política, Cultura Impressa e Intelectuais

Adrianna Cristina Setemy  
Pós-Doutora em História  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[asetemy@gmail.com](mailto:asetemy@gmail.com)

Weder Ferreira da Silva  
Pós-Doutor em História  
Université Paris-Est Marne-la-Vallée  
[weder.socialrj@gmail.com](mailto:weder.socialrj@gmail.com)

Felipe Riccio Schiefler  
Doutorando Ciência Política  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[felipericcio22@gmail.com](mailto:felipericcio22@gmail.com)

Juliana Sayuri Ogassawara  
Doutora em História Social – USP e Pós-Doutoranda em História  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[julianasayuri.o@gmail.com](mailto:julianasayuri.o@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Após as interdições feitas à História Política pela Escola dos Annales, esta área do conhecimento histórico passou por uma renovação teórico-metodológica, sobretudo a partir dos anos 1970 com o chamado giro linguístico. No Brasil, mais especificamente, as transformações da historiografia a partir da década de 1980 provocaram uma renovação da História Política ao conferir à cultura impressa e à própria imprensa periódica uma nova dimensão heurística. No que toca às fontes de investigação histórica, recuperou-se a dimensão retórica do discurso político como elemento de análise da História Política. Assim, desde a última década do século XX até os dias atuais, historiadores e cientistas políticos de diversas instituições brasileiras têm se debruçado em analisar a História Política e o pensamento político brasileiro lançando mão de impressos não apenas como mero repertório de fontes para o acesso aos acontecimentos políticos, mas também como elemento fundamental para entender as múltiplas dimensões que envolvem a produção, a circulação de textos e os atos de fala neles contidos. No contexto da cultura impressa, diversos estudos focaram o papel dos intelectuais neste meio de produção de conhecimento e de divulgação das ideias.

Amadores, críticos, engajados, orgânicos, outsiders, utópicos, subversivos, revolucionários ou românticos, os intelectuais incorporaram diferentes representações ao longo da história. A cultura impressa compõe um observatório privilegiado de microcosmos

intelectuais e de análise do movimento das ideias. Assim, o presente simpósio temático busca reunir pesquisadores preocupados com temáticas vinculadas ao estudo da História Política e que tenham como fonte ou objeto de pesquisa os intelectuais e a cultura impressa – quais sejam, panfletos, libelos, discursos políticos, correspondências pessoais ou oficiais, periódicos e livros.

## Às luzes do *Revolución*: a constituição fotográfica dos camponeses cubanos (1959-1961)

“*A esta niña no podemos olvirdala*” e “*a machetazos vamos a defenderla*”: a constituição fotográfica dos camponeses cubanos às luzes do *Revolución*

**Edinaldo Aparecido Santos de Lima<sup>1</sup>**

Mestrando em História

UNESP – Assis / Bolsista CAPES

E-mail: limasantos91@gmail.com

**Resumo:** Gestado nas matas da *Sierra Maestra*, em meio aos conflitos entre rebeldes e a ditadura de Fulgencio Batista (1952-1958), o jornal *Revolución* dirigido por Carlos Franqui cumpria o papel de divulgar as conquistas e os ideais dos insurgentes. Com o triunfo da Revolução em 1959, o periódico deixou a clandestinidade e tornou-se um influente veículo de informação do período. Nele trabalharam vários profissionais entre os quais, fotógrafos cujos frutos de suas produções cooperaram na eternização da Revolução como um dos eventos significativos do século XX. Comida, informações da geografia local e braços para engrossar o exército rebelde, foram algumas das contribuições dos camponeses para com os insurgentes até o êxito em 1959. Desta data em diante, famílias camponesas receberam atenção especial do governo revolucionário que visava assegurar mudanças nas políticas de saneamento básico, redistribuição de terras, educação, saúde e etc. Como objetivo medular, essa pesquisa se esforçará em compreender como o *Revolución* construiu uma representação visual dos camponeses cubanos, no período que se estende de 1959 a 1961.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana; *Revolución*; Camponeses; Fotografia.

**Abstract:** Born in the jungle of the Sierra Maestra, amid conflicts between rebels and the dictatorship of Fulgencio Batista (1952-1958), the newspaper *Revolución* led by Carlos Franqui played the role of spreading the achievements and ideals of the rebels. With the triumph of the Revolution in 1959, the newspaper left the clandestinity and became an influential vehicle of information of the period. Worked in it several professionals among whom, photographers whose fruits of their productions cooperated in the eternalization of the Revolution (as) one of the significant events of century XX. Food, information from the local geography and arms to thicken the rebel army were some of the peasants' contributions to the insurgents until their success in 1959. From this time on, peasant families received special attention from the revolutionary government aimed at ensuring changes in the policies of Sanitation, land redistribution, education, health and so on. As a core objective, this research will strive to understand how the Revolution constructed a visual representation of the Cuban peasants in the period from 1959 to 1961.

**Keywords:** Cuban Revolution; *Revolución*; Peasants; Photography.

### Introdução

A literatura que trata de compreender os desdobramentos da Revolução Cubana, desde sua gestação até os dias atuais, é sem sombra de dúvidas imensurável. Nas universidades

---

<sup>1</sup> Orientado pelo Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa docente do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp – Assis.

brasileiras, de acordo com o artigo do historiador Renato C.S. Saiani,<sup>2</sup> o leque de pesquisas empenhadas em adensar o debate sobre a História de Cuba tem demonstrado avanços significativos. Todavia, o autor salienta que “algumas barreiras ainda precisam ser superadas”<sup>3</sup>. Em razão disso, percebemos a existência de uma seara de investigações que poderão tanto alcançar outros patamares, nos debates já existentes, quanto fazer vir à tona novos empreendimentos com fontes e abordagens teórico-metodológicas ainda pouco exploradas.

Tendo isso em vista, desenvolvemos no PPGH da UNESP-Assis uma pesquisa que busca compreender como o jornal *Revolución* construiu uma representação visual dos camponeses cubanos, no período que se estende de 1959 a 1961. O *corpus* fotográfico presente em suas páginas é o eixo central de nossa investigação e análise. A referida pesquisa encontra-se em processo de desenvolvimento e em virtude disso, neste trabalho, nos centraremos na célere exposição de duas fotografias. Consideramos que a veiculação de fotografias, por intermédio da mídia impressa, pode elaborar uma narrativa visual capaz de contribuir significativamente para a construção de um imaginário social, isto é, influenciar sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, canalizar as energias, orientar as esperanças, inculcar valores e crenças.<sup>4</sup>

Vale também ressaltar que se trata de um momento privilegiado para se pensar tal tema, pois a publicação do jornal tem como pano de fundo o contexto de consolidação da Revolução Cubana, as ações políticas do governo revolucionário dirigidas à população camponesa, os atritos de um mundo bipolarizado pela Guerra Fria e a efervescente produção fotográfica cubana.

### **A Revolução abraça os pequenos.**

Na primeira figura encontra-se recostada na porta de sua casa, uma criança cubana de cabelos e olhos escuros com aproximadamente dois anos de idade. Ela abraça um toco de madeira coberto por um pedaço de folha de jornal com seu braço direito enquanto mira fixamente para o fotógrafo. Instigado com essa cena, o fotógrafo teria questionado a pequenina camponesa sobre aquilo que levava em seus braços; e esta teria respondido que era sua boneca chamada *Nene* (figura 1). Na fotografia ao lado (figura 2) está um adulto numa postura altiva

---

<sup>2</sup>SAIANI, R. C. S. Cuba nas universidades brasileiras: análise da produção nos programas de pós-graduação em História (1971-2014). *Faces da História*, v. 2, p. 80-95, 2015.

<sup>3</sup>SAIANI, op. cit., 2015, p. 93.

<sup>4</sup>BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 313.

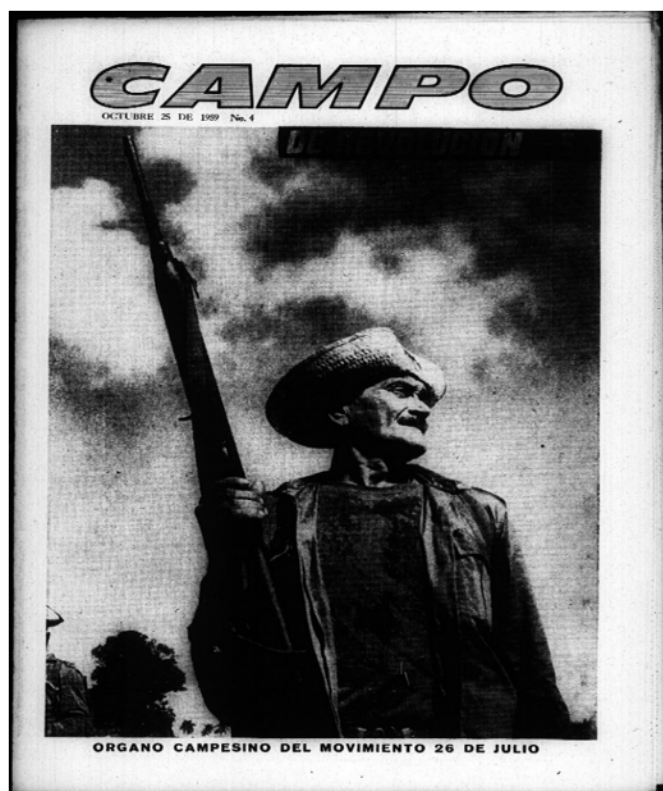


a segurar um rifle com sua mão direita. Localizada no centro da imagem, essa arma divide o registro fotográfico com o rosto do personagem – torna-se perceptivo se se cruzar duas linhas em cada ponta que formam um “X”. Sua cabeça voltada para a esquerda acompanha um típico chapéu de palha utilizado pelos camponeses cubanos, chamado *yarey*<sup>5</sup>. Seu olhar atento e vigilante a espreitar o horizonte é uma das primeiras referências que nos saltam a observação desta fotografia, que mais a frente retomaremos.

Para o momento, cabe destacar que ambas conservam uma característica em comum interessante de ser sublinhada logo de início - salvo as particularidades que carregam consigo e que necessitariam de uma profunda análise, mas que nem por isso deixaremos de abordar, mesmo que sumariamente - que é o fato de terem circulado no *Revolución*.



**Figura 1:** Foto de Korda. *Revolución*, Cuba, ano 2, nº 229, 2 de set. de 1959. Legenda: A esta niña no podemos olvidarla. Fonte: *Revolución*.



**Figura 2.** Sem autor. *Campo de Revolución*, Cuba, ano 1, nº 4, 25 de out. de 1959. Fonte: *Revolución*.

<sup>5</sup> O *sombrero de yarey* há muito tempo é utilizado pelos camponeses cubanos para amparar-lhes dos fortes raios do sol, é formado por abas largas, fresco, leve, barato e de fácil confecção. Também formou parte do uniforme dos guerrilheiros independentistas cubanos enquanto lutavam contra o colonialismo espanhol. Esses guerrilheiros, conhecidos por *mambises*, levavam o chapéu com uma diferença dos camponeses “comuns”: na parte frontal, a aba era virada para cima e nesse local colocava-se um escudo com a insígnia nacional.



## **Revolución: fotojornalismo e trajetória na Revolução**

Os fotojornalistas do *Revolución*, por nós considerados em sentido estrito (*stricto sensu*), isto é, como profissionais pertencentes a uma atividade que visa “informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer, ou ‘opinar’ através da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico”<sup>6</sup>, produziram um farto material no *Revolución*, dos quais destacamos dois.

Prestigiados nomes da fotografia cubana do século XX trabalharam neste periódico, dentre eles: Alberto Korda, Ernesto Fernández, Raúl Corral Varela (Corrales), Mario García Joya (Mayito), Osvaldo Salas Merino, entre outros. Todos compuseram fotografias que, tanto dentro quanto fora de Cuba, immortalizaram a Revolução Cubana. E, a serviço do periódico, nota-se que a produção fotográfica que circulou em suas páginas, nutria diversas temáticas: política, cotidiano, moda, esportes, artes e etc.

A entrada das tropas rebeldes em Havana no Ano Novo de 1959, que demarcara o fim da guerra com seu ditador Fulgencio Batista (1952-1959), fora também, em alguns casos, o alvorecer oportuno para realização de projetos pessoais e profissionais. No caso desses fotógrafos, alguns talvez levados pela euforia da novidade revolucionária enquanto outros se resguardassem frente a esta, viram neste novo horizonte a oportunidade de trabalhar em prol da revolução e, possivelmente correlato a isso, alçar suas carreiras. A alternativa de muitos foi recorrerem ao trabalho nos periódicos, tal como o *Revolución*, que registrava os feitos da Revolução, preservava amplo prestígio junto ao governo revolucionário e também adquiria satisfatória circulação dentro da Ilha.

Com o triunfo de 1959, os revolucionários deram início a inúmeras reformas prometidas ainda nos tempos da *Sierra Maestra*. A primeira delas, a sanção em maio de 1959 da Lei de Reforma Agrária, registrou um primeiro passo moderado para o desenvolvimento da economia cubana. Além de minar interesses de latifundiários nacionais e estrangeiros,<sup>7</sup> com essa lei, várias famílias do meio rural foram beneficiadas<sup>8</sup>. Embora alguns cubanos fossem

---

<sup>6</sup> SOUSA, Jorge Pedro. Uma história crítica do fotojornalismo ocidental. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p.12.

<sup>7</sup>Empresas e particulares norte-americanos dominavam no período cerca de 55% da superfície total da ilha e 48% da área de cultivo do açúcar. Todas concentradas em apenas treze companhias. DÍAZ, Ernesto Limia. La Reforma Agraria en Cuba: “El precio de un derecho”, 16 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2009/05/16/reforma-agraria-cuba/#.VINkMNirTIU>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

<sup>8</sup> Na prática a lei anulou o direito de empresas e indivíduos estrangeiros a adquirirem e possuírem terras em Cuba, salvo pequenos agricultores. Fixou-se também em 30 *caballerías* (402 hectares, aproximadamente 402.000m<sup>2</sup>) a

contra o governo recém-formado e abandonassem o país, muitos outros contribuíram nas mudanças da sociedade. A campanha de alfabetização, a reforma do sistema de saúde e a formação de organizações em massa marcaram esse período pelo voluntarismo.

A campanha contra o analfabetismo, assim como a aplicação de recursos na educação, especialmente em áreas rurais, levadas a cabo por todo o país desde o ano “um” da Revolução, estendeu-se para grande parte daqueles que antes não haviam tido a oportunidade de aprender a ler e a escrever.<sup>9</sup> De acordo com Gott, o impacto da campanha de alfabetização para os camponeses foi “arreatador”.<sup>10</sup>

Bem como a educação, o acesso à saúde e a qualidade de seus serviços careciam de transformações imediatas. Em janeiro de 1960, o governo criou o Serviço de Saúde Rural, instalando hospitais rurais e exigindo que todos os médicos graduados passassem um ano fazendo serviço social numa área rural menos favorecida.<sup>11</sup> Paralelo à etapa inicial de reformas, havia as ameaças externas a revolução. Para contê-las o governo canalizou esforços de parte da sociedade cubana e assim criou as Milícias Nacionais Revolucionárias e os *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR).<sup>12</sup>

---

extensão máxima de terra que cada pessoa poderia obter. Além disso, sob chefia do primeiro-ministro, ordenou-se a criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) para acompanhar a efetivação de tais medidas e auxiliar os trabalhadores na organização de cooperativas. No entanto, para Richard Gott, certo número de grandes criadores de gado foi isento assim como algumas plantações de açúcar e de tabaco reconhecidas pela sua produtividade excepcional. GOTT, Richard. Cuba: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.197.

<sup>9</sup> De acordo com os dados levantados por González González e Reyes Velázquez, em zonas rurais e urbanas, a diferença era notória: 50% das crianças em idade escolar, aproximadamente 800.000, não assistia as aulas. Existiam 17.000 salas, quando deveriam ser 35.000. Essas crianças viviam no campo. Cada ano aumentava o número de adultos analfabetos. Nos anos de 1959 e 1960, a matrícula das escolas municipais era de 582.198 alunos. Em apenas um ano, de 1960 a 1961 haviam sido criadas 15.000 salas novas em zonas rurais e a matrícula em escolas fundamentais haviam aumentado para 1.118.942 alunos. No momento de iniciar-se a *Campaña de Alfabetización*, havia um total de 844 centros com 2.832 professores e 19.075 alunos. GONZÁLEZ GONZÁLEZ, José Pedro e REYES VELÁZQUEZ Raúl, Desarrollo de la Educación en Cuba después del año 1959. Revista Complutense de Educación. Espanha, vol. 21, n. 1, p. 13-35, 2010, p. 17.

<sup>10</sup> Essa campanha poderia ter sido melhor, e certamente mais barata, viria admitir anos mais tarde Fidel Castro. Contudo, o que foi feito em 1961 ajudou a definir a imagem da Revolução nos seus anos iniciais, nacional e internacionalmente. GOTT, Richard. op. cit., 2006, p.217.

<sup>11</sup> No começo de 1960, apenas três meses depois de formados, mais de 300 médicos partiram para cumprir o Serviço Rural com uma mochila nas costas, um estetoscópio, alguns poucos instrumentos cirúrgicos e os medicamentos elementares que cada qual conseguiu. Eles respondiam, dessa forma, às solicitações, sugeridas nas assembleias de estudantes de Medicina, de que apresentassem solução para as condições sanitárias adversas da época. OSA, José A. de la. Um olhar para a saúde pública cubana. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-96, Agosto. 2011.

<sup>12</sup> De acordo com o site oficial do governo cubano, uma espécie de enciclopédia virtual para seus cidadãos, desde sua criação os CDRs canalizaram suas atividades às necessidades do povo, para defender as obras iniciadas pela Revolução. ECURED. Comités de Defensa de la Revolución, Disponível em: <[http://www.ecured.cu/Comit%C3%A9s\\_de\\_Defensa\\_de\\_la\\_Revoluci%C3%B3n](http://www.ecured.cu/Comit%C3%A9s_de_Defensa_de_la_Revoluci%C3%B3n)>. Acesso em: 15 de abr. de 2017.

O andamento dessas e de outras mudanças referidas acima, alcançaram toda a Ilha, adentrando os lares de milhares de famílias cubanas por meio da imprensa, especialmente por intermédio do *Revolución* (1956-1965). Engendrado por Carlos Franqui, ex-militante do Partido Socialista Popular (PSP), este jornal surgiu em Cuba em 1956, no contexto da luta popular encabeçada pelo Movimento 26 de Julho<sup>13</sup> contra a ditadura de Batista e logo após a vitória da resistência rebelde, o periódico que então circulava clandestinamente se tornou o porta-voz impresso do M-26.

Com o objetivo de organizar, orientar e divulgar a ideologia revolucionária aos cubanos, o *Revolución* juntamente com a *Radio Rebelde* (fundada em 1958) foram as alternativas clandestinas de comunicação que permitiram o contato dos revolucionários com toda a Ilha. Mesmo em meio ao controle que Batista exercia sobre a imprensa, tanto o *Revolución* quanto a *Radio Rebelde*: “[...] não só amplificaram como concederam cor e timbre às vozes revolucionárias, principalmente àquelas isoladas pelas densas e até então quase incomunicáveis matas da *Sierra Maestra*”.<sup>14</sup>

Inicialmente, o *Revolución* contou com poucos recursos técnicos e equipamentos adequados para sua reprodução, mesmo assim, nele eram expressos os feitos, as conquistas e os golpes infringidos à ditadura de Batista. A partir do triunfo da Revolução, o jornal deixou a ilegalidade para se tornar o órgão noticioso oficial do novo regime.<sup>15</sup> Impresso diariamente, contendo de início dez páginas e oito colunas – gradualmente aumentadas no decorrer de poucos meses - as edições do jornal adquiriram também com o tempo, suplementos semanais tais como o *Lunes de Revolución* e o *Campo de Revolución* que contemplavam diversos temas e públicos.

<sup>13</sup> O Movimento 26 de Julho (M-26/7) foi uma organização política e militar cubana criada em 1953 por indivíduos, dentre eles o advogado Fidel Castro, que atuaram inicialmente em ataques aos quartéis do exército do ditador Fulgencio Batista em Santiago de Cuba. Seguidores das ideais de José Martí os membros do M-26 derrubaram o governo de Batista no dia 31 de dezembro de 1958. Devido a amplitude ideológica e a seus objetivos o M-26 agregou jovens das mais diversas procedências políticas. Os primeiros membros do movimento como Fidel Castro, Haydée Santamaría e Antonio Níco López tiveram a colaboração de Che Guevara, Camilo Cienfuegos, Raúl Castro, Juan Almeida Bosque, Celia Sánchez, Huber Matos, Carlos Franqui entre outros. FAVATTO Jr. Barthon. *Entre o Doce e o Amargo: Memórias de exilados cubanos: Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 169.

<sup>14</sup> FAVATTO Jr., Barthon. op. cit., 2014, p. 91.

<sup>15</sup> Segundo a historiadora Patrícia Calvo González, na década de 1950, Cuba contava com dezenas de semanários de grande porte como também de periódicos promissores, entre eles *Bohemia*, com uma notável difusão. Com a chegada de Batista ao poder a partir de 1952, se inicia um período de restrições à imprensa. No ano seguinte, jornais de tendência de esquerda como *Hoy*, *Última hora*, *La Calle*, *Alerta* e *Tiempo en Cuba* foram desaparecendo gradualmente até 1959. Além desses havia também diários conservadores ou independentes tais como: *Diario de la Marina* (1839-1960), *El mundo* (1901-1980), *Prensa Libre* (1941-1960), *Información* (1933-1960), *El País* (1921-1959), *Avance* (1937- 1959), *Excelsior* (1922-1959), *El crisol* (1934-1960), assim como o diário em inglês *Havana Post* (1899-1959). GONZALEZ, Patrícia Calvo. *Visiones desde dentro. La insurrección cubana a través del Diario de la Marina y Bohemia (1956-1958)*. *História, Franca*, v. 33, n. 2, p. 346-379, Dec. 2014.

Nessa nova fase, o jornal passou de simples diário a um potente núcleo de informação, congregando além de outros veículos, boa parcela da intelectualidade revolucionária<sup>16</sup>.

Em outubro de 1965, o *Revolución* fundiu-se com o periódico do partido comunista chamado *Hoy* dando origem ao *Granma*, desde então, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba. Seu diretor, Carlos Franqui, assim como outros membros, foram remanejados para atividades funcionais secundárias dentro e fora de Cuba. O descontentamento desses com as decisões do governo castrista levou-os à opção final de romperem definitivamente com o regime cubano e partirem para o exílio, no caso de Carlos Franqui em 1968 para a Europa<sup>17</sup>.

### **Notas preliminares sobre a fotografia de imprensa**

Pertencente à comunidade das imagens, a fotografia diferencia-se das demais por conta da técnica de produção mecânica, da reprodutividade (produção de cópias), da ampla capacidade de circulação (imprensa, livro, outdoors, internet etc.) e pela apropriação por diferentes grupos sociais. Aliás, por muito tempo, a crença na fotografia como reflexo fidedigno da realidade devido, principalmente, a sua capacidade de operar uma cisão no tempo e no espaço, tornou-a um elemento *sui generis* dentro do universo de imagens. Porém, o fato de estar atada a materialidade não lhe isenta da parcialidade contida no seu âmago, logo ao manejá-la como documento de investigação histórica, não se deve considerá-la como objeto neutro.

Conforme Ulpiano B. de Meneses<sup>18</sup>, estudar as fotografias nas suas diversas formas e contingências de uso e apropriação, possibilita superar uma tênue inadequação epistemológica muito corrente entre os historiadores, principalmente no que tange aos estudos das imagens, ora como documentos, ora como componentes da vida social. Para Rouillé<sup>19</sup>, uma análise macroscópica “das funções sociais, das questões econômicas, dos códigos culturais e da estética” da fotografia, seriam mais úteis do que uma desmesurada atenção aos detalhes do suporte.

Introduzir ou subtrair elementos em uma fotografia podem alterar significativamente o sentido “puro” do instante de sua captura. No caso da introdução de uma legenda, a fotografia

---

<sup>16</sup> Dentre os jornalistas que trabalharam no *Revolución* estiveram presentes, além do diretor Carlos Franqui, Euclides Vázquez, Gregorio Ortega, Ernesto Vera, Ricardo Cardet, José Lezama Lima, Virgilio Piñera, repórteres esportivos como Fausto Miranda.

<sup>17</sup> No ano de 2010, Carlos Franqui faleceu em Porto Rico, de causas naturais.

<sup>18</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n.45, 2003, p. 18.

<sup>19</sup> ROUILLÉ, André. A fotografia entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009, p. 193.

deixa de ser objeto de livre interpretação por quem a recebe, para então, tomar contornos interpretativos mais delimitados, isto é, ela passa a ter uma compreensão direcionada.

Para Benjamin, fotografia e legenda formariam um todo indissociável, parte de um mesmo corpo. No entanto, a esta foi concedida uma existência imprescindível para o entendimento daquela; e nisso o autor foi categórico: “deve intervir a legenda, introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações de vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa”<sup>20</sup>.

Em vista disso, cientes das possíveis distorções que as fotografias da menina com sua boneca de madeira e o camponês com seu fuzil por ventura foram submetidas ou não pelos próprios fotógrafos<sup>21</sup>, interessa-nos de sobremaneira não somente as informações “extra-foto” em si (autor da foto, local do registro, acontecimento) - que são importantes para aquele que as observa iniciar seu processo de decodificação – mas, principalmente os elementos nelas contidas que auxiliam na construção do imaginário para o leitor-observador. Em outras palavras, atentar-nos-emos aos ingredientes presentes nas legendas e textos relacionados às fotografias que transformam uma menina e um camponês em sujeitos propositalmente distintos de modo a atingir determinados fins.

### **O sentido que se deve tomar.**

Na província de *Pinar del Río* o fotógrafo, que posteriormente foi mundialmente reconhecido pela fotografia de “Che” Guevara intitulado *Guerrillero heroico* (1960), Alberto Korda (1928-2001)<sup>22</sup> chegou à insólita região de *Sumidero* e descobriu a pequena Paula María Seijó Loaces (1958-1979), a protagonista de sua imagem predileta. Assim o fotógrafo recorda

---

<sup>20</sup> BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 107.

<sup>21</sup> Fato comum que vale ressaltar nesse contexto histórico da década de 1950 e 1960, os fotojornalistas, em sua maioria, tinham restrita autonomia dentro dos periódicos tanto para edições de seu material quanto para propostas de pautas para matérias jornalísticas. Recordemos o exemplo de Eugene Smith que, em 1955, abandonou a revista *Life* descontente pela “utilização descontextualizada” que, segundo ele, “a revista fazia das suas fotografias”, em outras palavras, Smith saiu da revista por conta das “alegadas alterações de sentido impostas às suas fotografias durante a edição”. SOUSA, op.cit., 2004, p. 110.

<sup>22</sup> Alberto Díaz Gutiérrez, mais conhecido como Alberto Korda foi fotógrafo de estúdio (*Korda Studios*, fundado em 1954 junto a seu colega Luis Peirce), trabalhando no ramo da publicidade e moda. Em 1959 se incorpora ao *Revolución*, e ao final desse ano acompanhou Fidel Castro em sua primeira viagem ao exterior, Venezuela. MORELL OTERO, Grethel, Absolut Revolution: revisitando la imagen cubana de los años 60 (1959-1969). Discursos fotográficos, Londrina, v. 5, n. 7. jul-dez 2009, p. 63.

esse encontro: “*Cuando vi a esta niña me convencí que debía consagrar mi trabajo a una revolución que transformara esas desigualdades*”<sup>23</sup>.

Em 1952, Nicolás Seijó, o pai de Paula, mudou-se para a região de *Sumidero* com a família depois de ser contratado para trabalhar no cultivo de tabaco nas dependências de um pequeno proprietário de terra. Seijó, junto com sua esposa e seus cinco filhos (entre eles, Paula), viviam na parte traseira da casa do patrão. Entrevistado em 2013 pelo periódico *Juventud Rebelde*, contando àquelas alturas com 86 anos, Seijó comentou como era a vida nos dias que precederam à Revolução:

En aquella etapa había que trabajar bastante para poder “escapar”, sembrar mucho, luchar para criar a una familia. Éramos mi mujer y yo, con los cinco niños, entre ellos Paulita... Óigame, la época estaba dura, había que hacer de todo para mantenerse, y andar aunque sea vestidito. ¡Qué muñeca le iba a comprar yo! ¡Ni pensarlo!<sup>24</sup>

A irmã de Paula, Aracelis, também rememora aqueles tempos:

Vivíamos con unas posibilidades pésimas, pero Paulita siempre inventaba. La situación económica no permitía una muñeca, ni siquiera de trapo. Sus juguetes eran resultado de su imaginación. No eran solo los pequeños maderos, también eran tusas de maíz con dos huequitos por ojos, y cuya pelusa alisaba con cuidado; o una botella con trapos. Pero la preferida era Nene, aquel trozo de madera que llamó la atención de Korda<sup>25</sup>.

Não apenas a atenção de Korda foi evocada, mas também do jornal que se demonstrou comovido com o caso da pequena Paula. “*A esta niña no podemos olvidarla*”, foi o título do texto que segue ao lado da fotografia:

Esta es una niña cubana...una guajirita. Por sus mejillas corren dos lágrimas. Sus tiernos bracitos abrazan un palo que quiere ser muñeca. Tiene dos años. Dos años sin sonrisas. Dos años sin más juguetes que los que su corazón de madrecita en ciernes ha creado. Esta es una guajirita; como ella hay miles...sin sonrisas...con un triste candor en la mirada. Esta foto, es la foto más triste que se ha tomado de nuestra campiña. A esta niña no podemos olvidarla, ni a ella, ni a su muñeca de palo<sup>26</sup>.

A delicada fotografia de Korda, aliada à legenda imbuída de lirismo e tragédia, visava a sensibilização do leitor, pois ampliava o caso de Paula para “*miles*” de crianças cubanas, tal como ela, que viviam “*sin sonrisas*”. A revolução que se construía e que se pretendia nova não

<sup>23</sup> CARDENTY, Mayra García. *Juventud Rebelde*. ¿quién era la niña de la muñeca de palo?. Disponível em: <<http://www.juventudrebelde.cu/cuba/2013-12-14/quien-era-la-nina-de-la-muneca-de-palo/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

<sup>24</sup> CARDENTY, Mayra García, op. cit., 2017.

<sup>25</sup> CARDENTY, Mayra García, op. cit., 2017.

<sup>26</sup> Korda. *A esta niña no podemos olvidarla*. *Revolución, Cuba*, ano 2, nº 229, 2 de set. de 1959.



poderia deixar que os pequenos fossem esquecidos. Para tanto, como parte desse processo de mudança o observador é impelido a participar dela e defendê-la. Outro fator interessante de ser sublinhado é a atribuição à menina sua inclinação à maternidade, “*su corazón de madrecita*”, isso denota o lugar social o qual naquela época esperava-se que fosse por ela ocupado na posteridade.

No seio da historiografia oficial, em geral, a relação do camponês cubano com a revolução e seus agentes caracterizou-se por uma relação amistosa. Quando os rebeldes sobreviventes da tentativa frustrada de desembarque do iate *Granma* em 1956 se embrenharam nas matas da *Sierra Maestra*, lá encontraram acolhimento de algumas famílias camponesas<sup>27</sup>. Com a saída de Batista do poder e a formação do governo revolucionário em 1959, deu-se início a um período em que o novo governo esforçava-se para concretizar algumas das promessas de transformação da vida de quem há tempos sobrevivia no e do campo como, por exemplo, a lei de reforma agrária assinada em maio de 1959. Contudo, evitar o retrocesso de tais medidas - pois parte delas colidia com interesses internos e externos - apresentava-se como algo primordial tanto para o governo quanto para setores da sociedade. Para tanto o apoio popular deveria ser o carro-chefe requisitado para defesa de qualquer tentativa de retrocesso de seus direitos recém-conquistados.

Segundo Roland Barthes, quando se posa para uma fotografia, instantaneamente aquele que será fotografado fabrica “outro corpo”. Metamorfoseado antecipadamente, esse “outro corpo” do, fotografado, camufla seu “eu” verdadeiro numa imagem em que o fotógrafo julga ter extraído parte de sua essência<sup>28</sup>. Ora quando não é de iniciativa do fotografado, a construção da pose também pode partir do fotógrafo como gerenciador de sentido.

A foto de capa publicada no *Campo de Revolución* (suplemento do *Revolución* voltado principalmente para o público camponês) no dia 25 de outubro de 1959, foi associada à matéria que no seu cerne exaltava o heroísmo de doze camponeses da província de *Píñar del Rio*

<sup>27</sup> Comida, informações da geografia local e braços para engrossar o exército rebelde, foram algumas das contribuições dos camponeses para com os insurgentes. Em contrapartida, conforme os rebeldes conquistavam trechos de terra esta era repartida e distribuída para famílias camponesas. Ademais, cabe destacar que essa “lua de mel” entre camponeses e rebeldes tivera seus contratempos. A discricção, considerada por Ernesto “che” Guevara como essencial tanto para as ações nas cidades quanto na Sierra, era considerado o “calcanhar de Aquiles” do camponês: “Nunca deve confiar-se demasiado na discricção camponesa, porque há uma lógica tendência de falar e a comentar os fatos com outras pessoas de confiança e da família”. GUEVARA, Che. Cartas. São Paulo: Edições Populares, 1987, p. 60.

<sup>28</sup> BARTHES, Roland. A câmara clara. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 19.



responsáveis por impedirem um grupo contrarrevolucionário de se organizarem nas mesmas montanhas que, em 1956, abrigaram os então líderes do novo governo.

À fotografia posada do camponês segurando uma arma de fogo principiouse a matéria da seguinte maneira:

El campesino se ha convertido en Centinela de la Revolución. Bajo el sol glorioso de nuestros campos, el filo de los machetes está brillando vigilante, dispuesto a defender a Cuba, como ayer, como siempre, de todos los enemigos de adentro y de afuera<sup>29</sup>.

Nesse excerto entende-se o camponês como aliado primoroso da revolução. Além do compromisso - chancelado há anos sob o fio de seus facões ou “*machetes*” – necessário para dar cabo das adversidades, aliaram-se também no texto outros atribuídos como: “*defensores de la democracia*” e não adeptos ao assassinato.

De rifle na mão e não um *machete*, talvez simbolizando a união camponesa-revolucionária-guerrillheira conquistada durante o processo revolucionário, o ângulo de captação da imagem, nesse caso um plano contrapicado (*contre-plongée*) - isto é, quando a imagem é tomada de baixo para cima, tendendo a valorizar o motivo fotografado que implica uma hierarquização positiva do sujeito e a construção de um sentido de superioridade do motivo fotografado em relação ao observador – vai ao encontro dos valores que lhe foram imputados textualmente.

Por fim, nem as terras, nem os tratores, nem as cooperativas, nem as escolas para que seus filhos “*campesinos también puedan aprender y ser cultos*”, nem a saúde e principalmente a “*libertad*” lhes seriam retirados afirmava a matéria, pois “*el campesinado unido y despierto, con el machete listo para defender a Cuba, es la garantía de la Revolución*”. Portanto, àqueles que ousassem ameaçá-los, foi dirigido o seguinte recado: “*que venga a discutir con nosotros. A machetazos! A machetazos vamos a defenderla!*”<sup>30</sup>.

### Fontes:

Korda. *A esta niña no podemos olvidarla. Revolución*, Cuba, ano 2, nº 229, 2 de set. de 1959.  
Sem autor. *Campo de Revolución*, Cuba, ano 1, nº 4, 25 de out. de 1959.  
Bibliografia

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>29</sup> *Campo de Revolución*. Cuba, ano 1, nº 4, 25 de out. de 1959, p.2.

<sup>30</sup> *Campo de Revolución*. op. cit., 1959, p.14.

BARTHES, Roland. A câmara clara. Lisboa: Edições 70, 2015.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 91-107, 1994.

DÍAZ, Ernesto Limia. La Reforma Agraria en Cuba: “El precio de un derecho”, 16 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2009/05/16/reforma-agraria-cuba/#.VINkMNirTIU>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

ECURED. Comités de Defensa de la Revolución, Disponível em: <[http://www.ecured.cu/Comit%C3%A9s\\_de\\_Defensa\\_de\\_la\\_Revoluci%C3%B3n](http://www.ecured.cu/Comit%C3%A9s_de_Defensa_de_la_Revoluci%C3%B3n)>. Acesso em: 15 de abr. de 2017.

FAVATTO Jr. Barthon. Entre o Doce e o Amargo: Memórias de exilados cubanos: Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. São Paulo: Alameda, 2014.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, José Pedro e REYES VELÁZQUEZ Raúl, Desarrollo de la Educación en Cuba después del año 1959. Revista Complutense de Educación. Espanha, vol. 21, n. 1, p. 13-35, 2010.

GONZALEZ, Patrícia Calvo. Visiones desde dentro. La insurrección cubana a través del Diario de la Marina y Bohemia (1956-1958). História, Franca, v. 33, n. 2, p. 346-379, Dec. 2014.

GOTT, Richard. Cuba: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUEVARA, Che. Cartas. São Paulo: Edições Populares, 1987.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, 2003.

MORELL OTERO, Grethel, Absolut Revolution: revisitando la imagen cubana de los años 60 (1959-1969). Discursos fotográficos, Londrina, v. 5, n. 7. jul-dez 2009, p. 57-76.

OSA, José A. de la. Um olhar para a saúde pública cubana. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-96, Agosto. 2011.

ROUILLÉ, André. A fotografia entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009, p. 193.

SAIANI, R. C. S. Cuba nas universidades brasileiras: análise da produção nos programas de pós-graduação em História (1971-2014). Faces da História, v. 2, p. 80-95, 2015.

## “Palavra de Ordem é Progresso”: Gazeta de Oliveira nos finais do século XIX

**Saulo Mendonça Marra Junior**

Mestrando em História

UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei

E-mail: saulomarra@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo trata do início do jornal Gazeta de Oliveira nessa cidade em Minas Gerais. Analisa o jornal dentro de sua proposta de um Órgão Comercial, Agrícola, Noticioso e Literário, fazendo apontamentos do discurso sobre o progresso e a modernidade para os fins de uma elite local no final do século XIX. Explora brevemente a economia regional entre os anos de 1887 e 1889, assim como a chegada da ferrovia Oeste de Minas em Oliveira, um tipo de consagração do ideário progressista e modernista para a cidade.

**Palavras-Chave:** Jornal; Oliveira; discurso; progresso; modernidade.

**Resumen:** Este artículo trata del inicio del Periódico Gazeta de Oliveira en esta ciudad, de Minas Gerais. Analiza el periódico por dentro de su propuesta de un Órgano Comercial, agrícola, Noticioso y Literario, haciendo apuntamientos del discurso y el progreso y la modernidad para fines de una elite ubicada acá a fines de siglo XIX. Explora brevemente la economía regional dentro los años de 1887 y 1889, así como la llegada de la férrea Oeste de Minas Gerais en Oliveira, un tipo de consagración del ideario progresista y modernista para la ciudad.

**Palabras-llave:** periódico, Oliveira, discurso, progreso, modernidad.

O jornal Gazeta de Oliveira<sup>1</sup> foi criado pelo português Antônio Fernal no mês de setembro de 1887. Conceituado pelo seu redator e editor-chefe de Órgão Comercial, Agrícola, Noticioso e Literário, trazia neste subtítulo uma proposta direcionada ao cenário socioeconômico, cultural e também político da cidade de Oliveira no final do século XIX. Através dessa folha percebemos ao longo de seus três primeiros anos de existência o uso corrente de um discurso progressista que havia por finalidade motivar a economia local atentando para os interesses de uma elite em específico. O próprio jornal publicaria naquela época, trechos de um pequeno livro de 1882 escrito por um antigo morador da cidade, Francisco de Paula Leite Oiticica, denominado “Notas sobre o município de Oliveira” que trazia informações da história, geografia e economia da cidade. Através dessas notas, transcritas entre os anos I e II do periódico, isto é, abrangendo os anos de 1887 e 1888, é que podemos ter uma prévia sobre como a cidade se organizava do ponto de vista comercial e agrícola.

Fazemos nossas as <Notas sobre o município de Oliveira> que em seguida transcrevemos, não só no intuito, aliás, um dever, que pretendíamos desempenhar, de tornar detalhadamente conhecida esta pequena parte do torrão mineiro, como também para difundir esse trabalho do ilustrado Dr.

---

<sup>1</sup> Os artigos da Gazeta de Oliveira, tinham por característica não trazer, em grande parte dos casos, os autores de seus artigos. Também ressaltamos que ao longo da citações optamos pelo português atual.

Francisco de Paula L. Oiticica que pôs sempre a serviço do progresso moral e material deste município a exuberância de sua bonita inteligência.<sup>2</sup>

Dessa maneira a Gazeta passa a ser nossa fonte, mas também objeto de pesquisa, numa proposição de análise sobre o discurso do progresso e da modernidade contidos no periódico. Ademais, como toda essa aposta no progresso material da cidade iria convergir para a chegada da ferrovia Oeste de Minas, uma espécie de consagração do espírito progressista oliveirense.

De acordo com as notas de Oiticica, o município de Oliveira destacava-se na região da comarca do Rio das Mortes por um comércio que, por mais modesto que parecesse, supria as necessidades internas da cidade, exportava gado vacum e porcos na forma de toucinho para São João del Rei, Ouro Preto e Sabará. O açúcar também era produzido em menor quantidade para o atendimento das necessidades do município, não obstante já fosse exportada alguma quantidade excedente aos vizinhos e em outros momentos importado da cidade de Pitangui. O café, carro chefe da economia imperial, mal chegava para as necessidades do município, o mesmo para o arroz, milho, feijão mandioca mamona, fumo e batata. Já as hortas eram repletas de frutos naturais da região além do cultivo de inhame, quiabo, cará, araruta, chuchu, taioba, ervilha, serralha, abóbora, rabanete, nabo, cenoura e moranga.<sup>3</sup>

As tropas de mulas, apesar de serem pouco eficientes, ainda era o meio único de transporte e urgia a necessidade de novos meios. Para o nível comercial da região da Comarca do Rio das Mortes, embora atendesse uma pequena demanda comercial, essa já requeria a modernização de seu traslado, de onde vieram as solicitações da elite mercantil local para que a Ferrovia do Oeste de Minas suprisse as necessidades do município e do mercado interno regional. Além do mais, havia a crença nos benefícios da velocidade dos transportes, do barateamento dos fretes e da facilidade de deslocamento de cargas e passageiros.

Em vários artigos publicados pela Gazeta entre 1887 e 1889, podemos observar o quão importante era para a cidade, a lavoura e o comércio e mais ainda, a esperança que a elite local depositava em tais empreendimentos e, como corolário de tais empreitadas, vislumbrava-se a indústria. Dado isso, a relevância da ferrovia.

Em continuação às transcrições do texto de Oiticica na Gazeta seu autor diz:

---

<sup>2</sup> Oiticica, José de. Notas sobre o Município de Oliveira. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano I. Número 13. p. 1, 1887.

<sup>3</sup> Oiticica, José de. Notas sobre o Município de Oliveira. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano I. Número 23.p.1, 1888.

A cidade de Oliveira está destinada a ser um dos bons centros de comércio da província de Minas quando for construída a estrada de ferro que há de ligá-la à Corte, pela via Oeste de Minas, projeto em realização, pois que, inovado o privilégio, único obstáculo á passagem de todas as ações, foi encarregada uma comissão de capitalistas da Corte, de fazer o novo contrato com o governo e levantar o capital, o que eles tem quase certeza de realizar.<sup>4</sup>

Aqui está uma das razões de existir do jornal: produzir um discurso noticioso motivador para modernizar e dinamizar a economia local, colocando parâmetros e paradigmas de progresso material que serviriam como aporte para a elite localista. Da mesma forma, transmitir um ideal econômico para a cidade convalidado no projeto da ferrovia.

A ideia de progresso parece estar inerente ao pensamento do homem moderno, parece ser ela o pano de fundo do século XIX, quando a crença na ciência e na tecnologia se integraram ao processo de consolidação do poder da classe burguesa. Acompanhada da filosofia pautada no cientificismo em voga e as cruciais modificações provocadas pela conciliação da técnica e da ciência peculiares da Revolução Industrial, criou-se, a partir daí, uma nova visão de sociedade e, conseqüentemente, novos símbolos surgiram para legitimar o discurso da classe.

Para Robert Nisbet, “pelo menos no começo do século XIX até umas décadas atrás, a crença no progresso da humanidade com a civilização ocidental na vanguarda foi, par todos os efeitos uma religião universal de ambos os lados do Atlântico<sup>5</sup>”. De acordo com o autor, a partir daquele século, a ideia de progresso tornou-se um dogma. Porém, antes disso, ela se dividiu em duas linhas de pensamento: uma que atingiu frontalmente a noção de lucidez do processo histórico e outra que se relaciona à condição moral e espiritual na Terra. Tal lucidez põe em relevo características do progresso como uma lei natural, uma sequência espontânea dos fatos que levam o homem do passado ao futuro sempre num sentido de superação no tempo. Já a segunda proposição seria uma espécie de acometimento humano que o leva à perfeição de sua natureza.

Desse ponto, então, aproxima-se a noção de modernidade que se ajusta tão perfeitamente àquela de progresso. Marsahl Berman, por seu turno, divide em três fases a história da modernidade em uma sequencia cronológica, onde a segunda fase, aquela de nosso interesse, inicia-se em 1790.

---

<sup>4</sup> Oiticica, José de. Notas sobre o Município de Oliveira. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano I, Número 16.p., 1887.

<sup>5</sup> NISBET, Robert. A história da ideia de progresso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 19

De acordo com Berman,

Com a Revolução francesa e suas reverberações, ganha vida de maneira abrupta e dramática um grande e moderno público. Esse público partilha o momento de viver em uma era revolucionária uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização<sup>6</sup>.

Como podemos notar, complementam-se a ideia de progresso e modernidade e, em outro ponto, adiciona-se a ideia de progresso de Nisbet – tanto no sentido de processo histórico quanto no sentido espiritual – a ideia da dicotomia que cabe a noção de modernidade sublinhada por Berman.

Nisbet prossegue na identificação da ideia de progresso durante o século XIX:

Durante o período que vai de 1750 a 1900 a ideia de progresso atingiu seu zênite no Ocidente. Tanto em círculos quanto em acadêmicos. Era um das ideias mais importantes do Ocidente e transformou-se na ideia dominante, mesmo levando-se em conta a importância crescente de outras ideias como igualdade, justiça social e soberania popular – cada uma das quais foi muito importante nesse período. Entretanto o conceito de progresso difere dos demais por sua influência: em torno dele articulava-se os outros e ele se torna o contexto de desenvolvimento das demais ideias<sup>7</sup>.

Acrescentamos, logo, o desenvolvimento da ideia de modernidade. Berman acredita que Baudelaire foi um dos principais modernistas. O autor complementa que apesar de Baudelaire ser um árduo repreensor da classe burguesa do século XIX, em *Salão de 1846* numa resenha crítica, este lisonjeia a burguesia por sua criatividade e visão universalista “uma vez que eles são impelidos pelos desejos de progresso na indústria e na política”<sup>8</sup> e não evidencia nenhum ponto negativo em relação às suas potencialidades econômicas e políticas. A partir desse ponto Berman enuncia o conceito de visão pastoral da burguesia para concatenar a ideia de modernização material e espiritual.

Ao longo de seus três primeiros anos de existência encontramos na Gazeta vários discursos vinculados à visão desses tipos de progresso e modernização. Além disso situava Oliveira dentro de um projeto maior:

---

<sup>6</sup> BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. P.17

<sup>7</sup> NISBET, Robert. Op. Cit. p. 181

<sup>8</sup> BERMAN, Marshal. Op. Cit. p. 155

O homem tanto na vida particular como social em qual quer posição que se coloque, depende e tem necessidade absoluta da lavoura e do comércio. Estes dois misteres primordiais da humanidade tem também uma dependência mútua para que se constituam verdadeiramente necessários ao homem. A natureza impõe-nos a necessidade do sustento corporal e este nos subministra a lavoura; a lavoura exige por sua vez uma qualquer soma monetária para a sua manutenção e esta soma lhe proporcionada pela venda de seus produtos, pelo comércio, portanto<sup>9</sup>.

Uma adaptação discursiva da indivisibilidade comercial e agrícola vinculada à natureza humana e ao seu trabalho. Era a mais clara alusão aos proveitos de um projeto da elite oliveirense para sua cidade. Podendo ser mais que isso, um nexos entre o rural e a vida citadina proveniente de um modesto centro comercial ao longo do Largo da Matriz, sua primeira praça. Ademais o reflexo de uma proposta para um modelo nacional:

Se em todas as cidades os habitantes se dividissem em lavradores, manufatores e comerciais, (o que não é impossível), todos teriam meio fácil de vida e satisfariam facilmente as necessidades de vida e progresso de um país seria rápido quanto desejado e o futuro da nação seria o mais brilhante que imaginar-se pode.<sup>10</sup>

No entanto, nada foi maior que a aposta no futuro através da chegada da locomotiva no município. Esta que fora o símbolo da modernização e da prosperidade do século XIX, era a marca do otimismo oliveirense. Portanto, era através dela que todos os problemas econômicos seriam sanados, o comércio largamente ampliado e a celeridade da entrada e saída dos produtos na cidade ajustado com aquela de uma nação desenvolvida.

Com efeito, o advento das ferrovias era algo que poderia simbolizar todo esse discurso modernista e progressista materializado. O trem de ferro foi a consubstanciação do ideário burguês sobre o progresso. Nas palavras de Foot Hardman, no século XIX, “o espetáculo das mercadorias sob a ótica ilusionista do maquinismo estava sendo montada<sup>11</sup>” ou como descreve Marshal Berman sobre o “fetichismo das mercadorias” uma mística que disfarça as relações entre os homens numa sociedade de mercado, como puramente físicas “objetivas”, relações inalteráveis entre coisas<sup>12</sup>”

---

<sup>9</sup>Artigo transcrito do jornal O Pombense . Lavoura e Comércio. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano I. Número 15. p.2,1887.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P.25.

<sup>12</sup> BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 132.



O surgimento das vias férreas era incorporado, decerto, aos discursos sobre a modernidade, todavia, não só o ser, mas também o parecer moderno fazia parte do diálogo entre as práticas e as representações de grupos dominantes no século XIX. Era uma necessidade de mostrar o poder da tecnologia e progresso ao seu favor através de imagens que impressionavam, e o trem era parte dessa exibição.

De acordo com Hardmam,

A máquina ali valia menos como meio de domínio de matéria que ela representa e padronização da natureza do que como artefato em si mesmo maravilhoso, projetada não sob a égide de uma eventual espírito do progresso, mas preencher escopo de matriz fugidia: festa, entretenimento de notáveis, mera surpresa mecânica.<sup>13</sup>

Os caminhos de ferro tiveram papel essencial não só como aquilo que traria celeridade e eficiência ao comércio e indústria, mas seu papel figurativo ou simbólico marcou extraordinariamente o contexto do século XIX. O fato de sua similitude material e performática com as aspirações progressistas está principalmente na ideia do avanço, da marcha, do ir sempre em frente.

Na cidade de Oliveira encontramos uma infinidade de artigos desde a associação dos trilhos brasileiros aos norte-americanos do mesmo período até uma verdadeira narrativa que podemos reconstruir através da somatória de seus artigos que falam da inquietação da elite local por sua chegada à construção das primeiras cumeeiras de suas estações. Presumivelmente, para todo anúncio, reconhecemos o tom carregado dos discursos sobre o progresso e a modernidade:

Estão começadas as obras da estação Oliveira, nesta cidade e já se acham bem adiantados os trabalhos de assentamento da ponte de ferro do Rio Jacaré, distante desta cidade cerca de 2 léguas. Espera-se pois que brevemente se faça a inauguração de toda a estrada, notando-se desde já na nossa cidade mais movimento e animação no comércio e na lavoura, sinais precursores de que para a Oliveira vai começar uma nova era de prosperidade<sup>14</sup>.

As inaugurações ocorreram a partir de 1889 e as notícias sobre cada uma delas da Gazeta entremeavam-se nos números de cada folha aclamavam a chegada dos trilhos:

Esplêndidas, deslumbrantes e fascinantes estiveram as festas de inaugurações das estações de Lavras e Oliveira e dos trabalhos do prolongamento da estrada de ferro Oeste de Minas ao alto São Francisco e os ramais a Pitangui e Itapeçerica.<sup>15</sup>

<sup>13</sup>HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.25

<sup>14</sup> Estrada de Ferro Oeste de Minas. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano II. N. 34.p.2, 1888.

<sup>15</sup>E.F. Oeste de Minas. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano III. N. 86.p.1, 1889

O Projeto da Estrada de Ferro d'Oeste de Minas partiu da ideia da criação de um percurso que ligaria Minas Gerais à Corte no Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro D. Pedro II. O transporte ferroviário e fluvial eram complementares, e por isso, seus percursos necessariamente se encontravam.

O propósito era alcançar o Rio Grande – parte de um projeto maior que consistia em cortar a província mineira de norte à sul – atingindo a cidade de São João del-Rei e, a partir daí direcionar-se ao norte através do Rio Pará . De acordo com Santos “entre as estações dessa linha, nessa configuração de “oeste de Minas” tínhamos Bom Sucesso, Oliveira, Carmo da Mata, Tamanduá (Itapecerica), Pitanguí”<sup>16</sup> . Era Oliveira, desta forma, contemplada no trajeto da sonhada ferrovia.

No entanto, o projeto do almejado projeto para Oliveira não foi concretizado qual o esplendor dos discursos da Gazeta. O sonho sucumbiu à uma forte crise comercial e agrícola que por muitos - podemos também observar essa discussão no jornal entre os anos de 1888 e 1889 – estava associado à lei de 13 de maio de 1888, mas para outros simplesmente não havia explicação plausível. A libertação dos cativos poderia ser um ponto chave para a justificativa do fracasso do mercadejo e lavradio na cidade e região.

Há várias reclamações sobre o valor dos fretes da Companhia ferroviária no decorrer de 1889. Muitos artigos surgiram no jornal cobrando uma postura das autoridade da Província e dos responsáveis pela ferrovia. Outros tentavam trazer uma justificativa verossímil:

Cidade [Oliveira], por excelência burguesa, pacata, sóbria e triste teve por um momento um arranco de vida, de alegria e de grandeza, dia em que as paralelas de ferro adelgaçaram as suas linhas trazendo a locomotiva a nossa pouco rumorosa cidade. Dissemos, por um momento porque parece que essa vitalidade, vai-se definhando , não sabemos porque, talvez por um mal congênito e inato ao torrão frio de Lambari.<sup>17</sup>

Todavia, nem a Lei Áurea, nem as tarifas, tampouco as autoridades, de acordo com a Gazeta. poderiam ser responsabilizados, mas os próprios comerciantes:

Atentado a tudo isso devemos convir e concluir que o comércio deve reformar as suas tabelas., passar da do cargueiro, para a moderna, para a do vapor. È este o motivo porque o comércio é acanhado, é restrito. Haverá compradores desde que a mercadoria baixar de preço.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> SANTOS, Welber Luiz dos. A estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del-Rei (1877-1898). Mariana: UFOP,2009, p.93.

<sup>17</sup> E.F. Oeste de Minas. Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano III. N.100.p.1, 1889

<sup>18</sup> Oliveira.Gazeta de Oliveira. Oliveira, Ano III. N.102.p.1.1889

De toda a forma os discursos progressistas e modernistas em seu ideário faziam parte de um plano, mas também de um contexto maior. Aquele enquadramento do final do século XIX, trazia toda a explicação. Nas palavras de Eugen Weber,

Porque *fin de siècle*, com a evidente conotação de que não apenas um século, mas uma época, uma era, um modo de vida, um mundo chegava ao fim? O século XIX tinha o hábito de encerrar as coisas. A cortina caía rapidamente sobre regimes, revoluções, classes dominantes e ideologias, erguia-se e baixava de novo [...] <sup>19</sup>

O autor define todas as transformações típicas do quartel com a expressão *fin de siècle* como aquele das mudanças e, por conseguinte, os das expectativas, dotado de um certo otimismo, das antigas representações transformando-se em novas. Para o comércio e a lavoura da cidade, a Estrada de Ferro pela pauta da Gazeta de Oliveira poderia ser talvez uma estratégia para uma elite manter a sua posição na sociedade numa disputa por notoriedade. Entretanto, teve mais de um esplendor romântico sobre o progresso e a modernidade do que adequadamente uma práxis que o conduziria a tal destino.

## Referências

### Fontes Primárias

Gazeta de Oliveira. Anos de 1887, 1888, 1889. Acervo Digital disponível em [www.gazetademinas.com.br](http://www.gazetademinas.com.br)

### Livros e Artigos

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NISBET, Robert. A história da ideia de progresso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

SANTOS, Welber Luiz dos. A estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del-Rei (1877-1898). Mariana: UFOP, 2009.

WEBER, Eugen Joseph. França finde siècle. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

---

<sup>19</sup> WEBER, Eugen Joseph. França finde siècle. São Paulo: Companhia das letras, 1988.p.9

## Entre jornais e guerras: perspectivas políticas de Cecília Meireles (Rio de Janeiro, 1930-1945)

**Denilson de Cássio Silva**

Doutorando em História e Culturas Políticas – UFMG

Professor de História e Pesquisador - CEFET MG

E-mail: denicult@hotmail.com

**Resumo:** Essa comunicação aborda as perspectivas políticas de Cecília Meireles em torno do fenômeno da guerra no período de 1930 a 1945. Tem-se o objetivo de problematizar e compreender as ideias dessa autora ao argumentar sobre conflitos bélicos e apontar alternativas. Foram selecionadas e analisadas oito crônicas, as quais, além de revelarem o pacifismo ativo de Meireles, indicaram sua inserção em diferentes jornais e círculos intelectuais.

**Palavras-chave:** Cecília Meireles; guerra; pacifismo; crônica.

**Abstract:** This communication approaches the Cecília Meireles political perspectives around the war phenomenon from the period 1930 to 1945. The objective is to problematize and to understand the ideas of this author when she argues about warlike conflicts and points out alternatives. Eight chronicles were selected and analyzed, which, in addition to revealing the Meireles active pacifism, indicated her insertion in different newspapers and intellectual circles.

**Keywords:** Cecília Meireles; war; pacifism; Chronic.

**Introdução** - Natural do Rio de Janeiro, nascida em 7 de novembro de 1901, Cecília Benevides de Carvalho Meireles é considerada pela crítica literária uma das mais significativas escritoras de língua portuguesa. No decurso de sua trajetória intelectual foi poeta, cronista, educadora, jornalista (DAMASCENO, 1972; LÔBO, 2010). Dentre as facetas irrompidas ao longo de sua trajetória, têm sido destacadas as de uma poetisa “diáfana” (BANDEIRA, 2001), “mais perto das nuvens que da cidade dos homens lá embaixo” (PAES, 1997, p. 35). A partir dos anos 1990, houve uma inflexão dos estudos sobre a trajetória e a obra cecilianas, explorando aspectos que, se não estavam completamente esquecidos, também não recebiam maior atenção. Foi destacado o engajamento da autora no movimento de renovação da educação (LÔBO, 1996) e no debate político (LAMEGO, 1996). Em 2001, por conta do centenário de seu nascimento, surgiram eventos acadêmicos e edições que contribuíram para a expansão da fortuna crítica (MEIRELES, 2001; GOUVÊA, 2007; NEVES et. al., 2001; OLIVEIRA, 2001). Desde então, importantes trabalhos têm sido produzidos (ALVES, 2012; CUNHA & SOUZA, 2011; MOURA, 2016; PIMENTA, 2008). A presente comunicação<sup>1</sup> insere-se nesse painel historiográfico, sobretudo, no que diz respeito às perspectivas políticas manifestadas por Cecília

---

<sup>1</sup> A pesquisa ora apresentada integra um projeto mais amplo de Doutorado em História, em fase inicial, junto ao PPGH da UFMG, sob o título provisório de “As guerras mundiais e o pensamento político de Cecília Meireles”.

Meireles ante a ocorrência e os desdobramentos das duas guerras mundiais, no período de 1930 a 1945. O objetivo precípua é compreender quais foram as concepções de mundo evocadas pela escritora, relacionando-se com determinadas culturas políticas no enfrentamento do drama humano da guerra. São aventadas as seguintes hipóteses: 1) Cecília Meireles entendeu as guerras como fenômeno histórico e político e, não, como uma fatalidade ou um evento transitório ou irrelevante. 2) Ao longo do período em questão, a autora encetou e manteve uma oposição ao belicismo e uma defesa do pacifismo ativo, incorporando elementos do idealismo crítico da teoria das relações internacionais. A seguir, serão feitas considerações de cunho metodológico-teórico.

**1 – O gênero “crônica” e a “agonia dos homens”<sup>2</sup>** - As principais fontes históricas ora utilizadas são crônicas de cunho dissertativo-argumentativo, publicadas por Cecília Meireles em jornais de grande circulação, a exemplo do “Diário de Notícias” (RJ) de 1930 a 1933, e, já na primeira metade dos anos de 1940, do “A Manhã” (RJ), da “Folha Carioca” (RJ) e do “Correio Paulistano” (SP). Portanto, embora não se perca de vista a dimensão da produção poética da autora, preocupa-nos, especialmente, o pensamento que se expressa mediante um texto de parágrafos curtos, de feitiço denotativo-objetivo, mais do que conotativo-figurado. Esse entendimento não significa dizer que a poesia esteja ausente de tais escritos e, sim, que ela pode se fazer presente nas entrelinhas e na forma de prosa e, não, na de poemas. A crônica é um gênero literário, em geral, assinalado pela variedade temática e pela brevidade, traços que a tornam um dos tipos de texto mais lidos e populares. Por outro lado, possui um aspecto de fugacidade, impregnado da contingência dos veículos de sua publicação, a exemplo dos jornais, dados ao descarte ligeiro (CUNHA, 2012, p. 9-11). Nessa direção, as crônicas que possuem maior valor literário e/ou de relato de seu tempo, podem ser retomadas pelos leitores e reunidas em volumes, como é o caso dos escritos de Cecília Meireles, aqui analisados. Para além de um enquadramento ou de uma demarcação cerrada entre a poesia espiritualizada, de traço simbolista-universalista, e o escrito atrelado à concretude do cotidiano<sup>3</sup>, Darcy Damasceno observa:

Registro do mundo circundante, a crônica de Cecília Meireles é também uma projeção de sua alma no universo das coisas. Alimenta-se da referencialidade, das coisas concretas, de fatos e situações que envolvem o ser humano em seu

<sup>2</sup> MEIRELES, 2001 e, p. 52.

<sup>3</sup> A tendência a aceitar um possível dualismo entre poesia e crônica, intelectual despolitizada e intelectual engajada, ressoa em obras como LAMEGO, 1996; SOUZA, 2014. Em nosso trabalho, adotamos uma concepção diferente dessas autoras, no que tange ao entendimento da ambiguidade e do dinamismo entre os diferentes períodos e esferas de ação da escritora.

comércio diário, mas matiza subjetivamente tudo isso (DAMASCENO, 1976, p. 10).

De modo análogo, Leogedário A. de Azevedo Filho pontua que Cecília

[...] afasta-se do espírito de reportagem, conferindo alto valor literário às suas crônicas, sempre perplexa diante do espetáculo da vida, dos seres e das coisas, mas também revoltada, às vezes, contra o desconcerto do mundo e as injustiças sociais. (FILHO, 1998, p. X-XI)

Dentre os assuntos e os problemas que pareciam compor o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” da escritora (KOSELLECK, 2006; 2014), avultam-se a guerra e a paz. De fato, muitos dos homens e das mulheres que viveram durante a primeira metade do século XX parecem ter sido, de uma forma ou de outra, atingidos pelo fenômeno bélico, especialmente, pelas duas Guerras Mundiais (ALEKSIÉVITCH, 2016; HECHT & SERVENT, 2016; QUÉTEL, 2012; SONDDHAUS, 2015). A sociedade brasileira de então, por exemplo, sobretudo nas cidades, foi amplamente informada pela imprensa escrita e/ou radiofônica sobre os movimentos das referidas guerras e os esforços pela paz (COMPAGNON, 2014; DARÓZ, 2016; DORATIOTO, 2012; FERRAZ, 2005; SILVA, 2010; PEREIRA, 2015). Nessa direção, considera-se, aqui, o “circuito das comunicações”, compreendido por Robert Darnton como um fenômeno marcado por diversos agentes e instâncias interativos, tais como autor, editor, fornecedores, distribuidores, leitores e, em um recorte mais lato, a conjuntura econômica e social, as sanções políticas e legais, as influências intelectuais e a publicidade (DARNTON, 2010, p. 127). Sem perder de vista esses elementos, buscar-se-á apreender determinados traços da visão política de Cecília Meireles ao se defrontar com os aludidos conflitos. Tais postulações, pois, serão entendidas como indícios de aproximação ou de distanciamento de determinadas culturas políticas, concebidas como “grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p.31). Nesse intuito foram selecionadas oito crônicas, quatro do início dos anos 1930 e quatro dos anos 1940, com base no critério de relevância temática para o estudo proposto.<sup>4</sup> A fim de beneficiar o desenvolvimento da análise, as datas, os títulos, frases e expressões desses textos foram organizados em dois quadros, que permitem vislumbrar a orientação dos principais argumentos esgrimidos pela autora.

---

<sup>4</sup> As crônicas utilizadas foram publicadas em MEIRELES, 1998; 2001. Parte delas também se encontra disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

**2 – A autora-leitora: Cecília Meireles e a Grande Guerra** - De 1930 a 1933, Cecília Meireles escreveu muito sobre a Grande Guerra, a política internacional e a conjuntura doméstica, junto ao “Diário de Notícias”. Embora um levantamento quantitativo esteja por ser feito, acerca do número e da frequência com que a autora tratou da guerra e da paz, sabe-se que a importância desse problema foi de tal monta a levar Leogedário A. de Azevedo Filho, quando da organização das crônicas de educação, a dedicar um núcleo temático específico para esse ponto (MEIRELES, 2001 d, p. 215-321). O quadro, abaixo, fornece uma amostra dessa produção e permite visualizar algumas tendências político-ideológicas de Cecília.

**Quadro 1 - Crônicas publicadas no “Diário de Notícias”**

<b>Data</b>	<b>Título e página</b>	<b>Expressões e frases</b>
12 jun. 1931	Uma página de Remarque – p. 219-221.	“inferno da guerra”; “crimes contra a liberdade de espírito”; “novos prenúncios de carnificina”.
26 fev. 1932	Dois poemas chineses – p. 253-255.	“[...] esse tempo [de guerra] nós mesmos que ainda o queremos fazer”; “[...] do troar dos canhões ao cair dos corpos, antes de cairmos também...”; “[...] frágil esperança”.
29 jun. 1932	Cartas de estudantes mortos na guerra – p. 261-265.	“visão trágica da guerra”; “exército de meninos partindo para um horror [...]”; “[...] a adoração patriótica, o exagero do preconceito cívico, o fanatismo da nacionalidade [...]”.
29 jul. 1932	A hora do fogo – p. 287-288.	“[...] o mais pavoroso dos massacres, que é a guerra civil [...]”; “[...] a luta de brasileiros é, para nós, tão lamentável e cruel como a Grande Guerra [...]”; “[...] De que eu profundos níveis se levanta essa calamidade [...] que o empenho de nossa vontade não pode, ao menos, fazer parar?”

**Fonte:** MEIRELES (2001 d, p. 219-188)

Um primeiro ponto a ser assinalado é o fato de Cecília valer-se de leituras e citações para engendrar sua análise do cenário político no Brasil e no mundo. Respectivamente, ela se refere a Erich Maria Remarque – ex-soldado alemão, pacifista e escritor – aos poetas chineses Tu-Fu e Wang Tchong – que escreveram sobre os sofrimentos da guerra, respectivamente, nos séculos VIII e XIII – a Paul Desjardins – escritor e pacifista francês – e ao comunicado do tenente-coronel Silva-Rocha, chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar – que informava sobre os mortos, feridos e prisioneiros, por ocasião dos combates da Revolução Constitucionalista em São Paulo. Entende-se que “[...] a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...]” (CHARTIER, 1999, p. 77), situada na encruzilhada polissêmica entre as intenções do autor e a liberdade do leitor. Nas palavras de Cecília:

[...] há muitas maneiras de ler. A mais simples e generalizada é a que se resume em unir consoantes às vogais, formando sílabas que, por sua vez, formam palavras. Daí adiante é que começa a ser difícil, porque a palavra é um



organismo vivo, segundo a maneira por que está colocada, mas, principalmente, segundo a maneira por que foi pensada, e aquela pela qual possa ser lida... (MEIRELES, 1998, p. 132).

Em “Uma página de Remarque”, a autora tece suas considerações sobre um fragmento do livro “O caminho de volta”, lançado naquele mesmo ano de 1931 (REMARQUE, 1958). Antes de publicar essa obra, Erich Maria Remarque havia se consagrado com a obra “Nada de novo no front”, de 1929, adaptada para o cinema em 1930, por Lewis Milestone (REMARQUE, 2004). Cecília Meireles mostrava-se atenta às vozes denunciadoras do desatino militarista e leitora interessada de autores europeus, que experimentaram de perto os efeitos da Grande Guerra. O referido excerto revelava a situação em que, “de volta do inferno da guerra”, o soldado, transformado em mestre-escola, questionava-se sobre o que teria para ensinar aos estudantes: “Que vos poderia eu ensinar? Vou ensinar-vos como se manejam granadas de mão e se lançam contra um semelhante? Qual é a melhor tática para cravar a faca no peito de outro, matá-lo de uma coronhada ou deixá-lo morder com um golpe de pá?” Ao comentar tais passagens, Cecília desenvolveu um discurso condenatório de tal violência e destacou que, tão grave quanto a morte física do corpo, é o extermínio da “liberdade de espírito”, mediante um conceito obsoleto de professor, visto como “burocrático”, incensado pela indiferença, despido de criatividade e de arte. Urgia, assim, repensar formação de jovens e crianças, bem como a função dos diferentes agentes pedagógicos.<sup>5</sup> A autora entrevia que, no cenário político de junho de 1931, descortinavam-se “novos prenúncios de carnificina”. Nessas linhas, podem ser percebidos traços de uma discussão coetânea mais dilatada sobre as condições para o estabelecimento de uma paz. Por um lado, predominava a ideia de que a normatização das ações interestatais garantiria um futuro seguro e livre de guerras. Exemplo maior dessa vertente era representado pela Sociedade das Nações (PEDERSEN, 2015; RESENDE, 2013). Por outro, havia uma tendência a se enfatizar papel dos interesses políticos concretos de cada nação, mais ou menos avessos a marcos jurídicos supranacionais. No decorrer dos anos 1930, essas questões assinalaram, respectivamente, as orientações idealista e realista da teoria das relações internacionais (NOGUEIRA & MESSARI, 2005; NOUR, 2004). A concepção cecilianiana de mundo, ao que parece, situava-se no limbo entre essas duas correntes em desenvolvimento, incorporando o idealismo, sem abdicar da crítica e da atenta apreciação da realidade histórica.

No texto seguinte, intitulado “Dois poemas chineses”, publicado cerca de oito meses depois, novamente um acontecimento bélico serve para o desenvolvimento da crítica. Entre

---

<sup>5</sup> Segundo Meireles, o professor ideal seria coerente com os valores da Escola Nova. Ver: SILVA, 2016.

1931 e 1932 o Japão invadiu a região chinesa da Manchúria, fato que, posteriormente, será considerado um dos marcos sinalizadores da disposição de retomada de um conflito generalizado.<sup>6</sup> Segundo Meireles, “[...] a China diz: ‘Nós não queremos a guerra. Mas combateremos até o último homem.’ E o Japão replica: ‘Nós não queremos a guerra. Mas precisamos defender-nos dos ultrajes.’” Nesse jogo de troca mútua de acusações e de desconfiança, segundo Meireles, continua-se praticando a guerra e se atualizando o quadro traçado por Tu-Fu e Tchong há mais de quinhentos anos. A guerra, assim, não seria uma fatalidade, mas uma escolha mantida pelos seres humanos, atingindo a todos os povos, para além de japoneses e de chineses. Por isso, a esperança seria “frágil”, mas também necessária à mudança, sempre possível, porque histórica, dos rumos da humanidade.

Quatro meses depois, em junho de 1932, Cecília publicou um dos textos mais incisivos de seu engajamento pacifista, baseado na leitura de cartas de estudantes alemães mortos na guerra, reunidas em obra pelo escritor e crítico literário alemão Philipp Witkop<sup>7</sup> e prefaciado por Paul Desjardins<sup>8</sup>. Nessa crônica, a guerra surge como uma “visão trágica”, um “horror”, consequência não de um movimento necessário para o desenvolvimento das nações, como apregoavam argumentos belicistas, e, sim, da “[...] adoração patriótica, [do] exagero do preconceito cívico, [do] fanatismo da nacionalidade [...]” Cecília Meireles, com tal assertiva, ia de encontro tanto às ideias de apologia à guerra quanto àquelas que propagavam a devoção acrílica ao nacionalismo no Brasil e em outros países.<sup>9</sup> Depreende-se que, da perspectiva

<sup>6</sup> Conforme sintetiza Eric Hobsbawm, em retrospectiva: “Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pela Itália em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia em março do mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 [...] e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra.” (HOBSBAWM, 1995, p. 44).

<sup>7</sup> Consultamos a versão em inglês, traduzida do original alemão em 1928. Nessa obra, evidencia-se o teor pacifista intentado por Witkop, que escreve na introdução: “[...] Should these letters help towards the establishment of justice and better understanding between nations, their deaths will not have been in vain.” (WITKOP, 2002).

<sup>8</sup> Essa crônica revela que a autora aquiescia ao esforço de interlocução entre franceses, alemães e outros, que ensejavam o rompimento com a radical desumanização do inimigo (a Alemanha), difundida durante a Grande Guerra. Nesse sentido, ela se aproximava tanto dos interesses da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, criada em 1922 no âmbito da Sociedade das Nações, quanto das diretrizes das Conferências ou Cursos de Estudos Universitários de Davos, ocorridos de 1928 a 1931, voltados para a compreensão internacional. Dentre os participantes das Conferências de Davos, constaram nomes como Albert Einstein, Marcel Mauss, Jean Piaget, Ernest Cassirer e Paul Desjardins, citado por Cecília. Com efeito, tanto as obras de Remarque quanto a seleção de cartas de estudantes, feita por Witkop, humanizam os que participaram da guerra e denunciam a crueldade física e mental da matança. Sobre a criação de imagens antitéticas assimétricas de “amigo” e “inimigo”, “civilização” e “barbárie”, ver: DAGAN, 2005; KOSELLECK, 2006; SCHMITT, 2015. Sobre as iniciativas de promoção do diálogo intelectual internacional, ver: EINSTEIN, 2016; RESENDE, 2013.

<sup>9</sup> Por exemplo, vale ressaltar que, em 1924, José Antônio Nogueira, em um capítulo do livro “À margem da história da República”, observara que: “[...] nacionalismo é sinônimo de patriotismo. [...] Foi preciso que surgissem ameaçadoramente atitudes mentais conhecidas por cosmopolitismo, humanitarismo, ou universalismo anarquista, para que o sentimento de pátria perdesse a tranquilidade e segurança de outrora e desfraldasse uma bandeira de

ceciliana, o patriotismo, o civismo e o nacionalismo não eram valores absolutos e somente poderiam concorrer para o benefício coletivo se comportassem em seu bojo a abertura para a tolerância, o diálogo e a apreciação das diferenças e das semelhanças entre os diversos povos. A concepção cosmopolita e universalista, que remanejavam as noções de Pátria e de Nação, conforme Meireles, sinalizaria a via desejável para se precaver contra a emersão do ódio<sup>10</sup>.

Esses valores ético-morais e políticos, outrossim, deitariam raízes na crônica intitulada “À hora do fogo”, de 29 de julho de 1932. Nesse escrito, Cecília empreendeu um movimento analítico, que vai do conceito de guerra, manifesta ao redor do mundo, para a realidade nacional, àquela altura, também marcada por uma guerra de caráter civil. Essa tipologia de confronto é descrita como “o mais pavoroso dos massacres”, visto como “loucura”. A autora usa como mote um comunicado oficial, relativo aos embates armados da Revolução Constitucionalista de São Paulo, então recentemente ocorrida e reprimida com rigor pelo Governo Provisório. E avalia: “[...] a luta de brasileiros é, para nós, tão lamentável e cruel como a Grande Guerra [...]”.

Nota-se que nas crônicas supracitadas há diferentes situações abordadas, desde as observações de Remarque sobre o retorno e a difícil adaptação de ex-soldados à vida civil, as alterações sino-japonesas, os relatos de estudantes antes de morrerem na guerra e a brutalidade da guerra civil. Rubrica comum a esses textos, a temática da beligrância, na qual, por sua vez, a Grande Guerra (1914-1918) revela-se como referência central para se pensar o mundo e os elos inter e intraestatais. Ao se desenrolar o pandemônio da Segunda Guerra Mundial, uma vez mais, as lembranças daquele primeiro conflito viriam à baila, acrescidas de novos elementos, que tornavam a “esperança” não menos “frágil”.

**3 – Uma pacifista inveterada** - Nos anos 1940, passados os governos Provisório e Constitucional de Vargas e instituída a ditadura do Estado Novo, Cecília continuou a discutir a

---

luta – o nacionalismo.” (NOGUEIRA. Apud: OLIVEIRA, 1980, p. 43). Sobre o nacionalismo ufanista e o cosmopolitismo na república precedente ao movimento político de 1930, ver: OLIVEIRA, 1990.

<sup>10</sup> O envolvimento de Cecília e de seu marido, Correia Dias, com o círculo intelectual da revista “Festa” (RJ), em finais da década de 1920, já sinalizava a simpatia da autora por uma perspectiva ética e estética afeita ao universalismo e ao cosmopolitismo. Em um dos editoriais, Tasso da Oliveira, nome-chave do periódico, explanava que os participantes reunidos em torno desse empreendimento “[...] consideram a realidade brasileira integrada na realidade universal, coparticipando dessa perene permuta de forças interiores entre os povos, que faz a complexa grandeza do mundo de nossos dias.” (OLIVEIRA, Tasso de. Apud: DAMASCENO, 1972, p. 9); DE LUCA (2011). Vale lembrar, igualmente, de que essa visão de patriotismo, mais complexa do que a homogeneidade hasteada pelo radicalismo chauvinista, encontrava respaldo na visão política de M. Gandhi, notoriamente uma das figuras públicas que mais exerceram influência sobre a visão de mundo ceciliana. Ver: GANDHI, 2007; OLIVEIRA, 2014.

condição humana, o Brasil e o mundo, às voltas com o problema da guerra.<sup>11</sup> O quadro abaixo expõe pistas acerca da posição assumida pela autora diante daqueles “tempos sombrios” (ARENDDT, 2008; 2012; FREUD, 2011; RUSSELL, 2014; ZWEIG, 2014; 2017).

**Quadro 2 – Crônicas sobre a Segunda Guerra Mundial**

Jornal/Data	Título e página	Expressões e frases
A Manhã (RJ) 12 set. 1941	Perguntas – p. 51-53.	“Senhores [...] que pretendeis, que pensais, que pedis? – disse-me em que vos pode servir um cronista de educação!”; “[...] barulhada dos canhões, [...] convulsão dos mares, [...] agonia dos homens.”; “[...] apesar da desgraça do mundo, todos os dias novas crianças abrem os olhos, e esperam.”
Correio Paulistano (SP) 20 abr. 1945	Dia a dia III – p. 133-135.	“[...] De um lado e de outro, o mundo avança para esmagar Berlim.”; “Os apologistas da guerra” [...]; “[...] os povos podem chegar facilmente a uma natural e compreensível auto-suficiência.”
Folha Carioca (RJ) 11 ago. 1945	Oh! A bomba... - p.188-189.	“[...] campos de concentração”; “[...] o nosso sentido de amor humano.”; “[...] a representação plástica do que uma parte da humanidade tem surdamente realizado [...]”.
Folha Carioca (RJ) 25 ago. 1945	[Ainda sobre a bomba atômica] – p. 190-191.	“Compreendeu-se de repente a razão [...] deste mal-estar dos mais sensíveis: assim como está não é mais suportável o mundo.”; “[...] falta de sentido da existência humana: é o problema total [...]”.

**Fontes:** (MEIRELES, 2001 e, p. 51-53); (MEIRELES, 1998, p. 133-191)

Como tantos de seus contemporâneos, Meireles parece não ter experimentado grande surpresa ante a retomada das hostilidades subjacentes ao Tratado de Versalhes de 1919. Durante praticamente toda a década de 1930, ela lera e escrevera sobre a premência de os Estados aprenderem com as duras lições da Grande Guerra e buscarem o desenvolvimento de meios pacíficos de convivência. Ao mesmo tempo, o próprio fato de ter se sentido impulsionada a discutir e a se opor publicamente ao fenômeno da guerra, enfatizando a necessidade de se buscar a paz<sup>12</sup>, sinalizava que os ânimos continuavam em uma espiral de hostilidade. Na crônica publicada em “A Manhã”, órgão oficial do Estado Novo, em setembro de 1941, perguntava aos

<sup>11</sup> A inserção de intelectuais nas estruturas do Estado Novo tem surtido pesquisas e debates diversos, que ora enfatizam a submissão aos ditames do regime, ora as margens de autonomia exploradas pelos intelectuais. Aqui, ao invés de aderir a chaves explicativas dicotômicas e/ou simplistas, adotamos o viés teórico sumarizado por Ângela de Castro Gomes, segundo o qual “A questão do envolvimento de intelectuais com regimes políticos – sobretudo autoritários, como o Estado Novo - é algo bem mais complexo e instigante”, comportando “uma variada gama de aproximações, distanciamentos e negociações.” (GOMES, 2007, p. 46-47). Sobre o referido debate, ver também: BASTOS & BOTELHO, 2010; BOMENY, 2001; MICELI, 1979; PÉCAULT, 1990; SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000; SEVCENKO, 2003; VELLOSO, 2015.

<sup>12</sup> A respeito do conceito de “paz”, ver: BOBBIO, 2016, p. 910-916; MAGNOLI, 2016.

leitores em que um cronista da educação poderia servir à sociedade. Segundo o texto, na ausência de respostas, devido ao “profundo sono” em que tantos se encontravam, imersos em um estado de esquecimento, aventava-se que “[...] Tudo isso deve ser da barulhada dos canhões, da convulsão dos mares, da agonia dos homens.” E encerrava o texto fitando a expectativa de um novo começo, à maneira agostiniana<sup>13</sup>, com um apelo: “[...] apesar da desgraça do mundo, todos os dias novas crianças abrem os olhos, e esperam. Mas esperam o quê? Se todos continuarem calados e adormecidos, que vai ser feito das gerações sobreviventes?”

Cerca de três anos e meio depois, em abril de 1945, a onipresença da guerra na mídia é testemunhada por Cecília: “Debruço-me sobre o mapa, ouvindo o noticiarista. De um lado e de outro, o mundo avança para esmagar Berlim.” Publicando sua crônica no “Correio Paulistano”, em um momento em que a Europa estava prestes a se libertar do nazismo, a autora lembrava-se dos belicistas: “Os apologistas da guerra extrairão desses acontecimentos mais uma razão favorável: pois desses encontros sangrentos não resultam sempre conhecimentos compensadores? [...]” Em seguida, desconstrói tal visão enaltecida da carnificina, apontando outros meios para se promover os saberes e a sabedoria. Com um argumento de fundo kantiano (NOUR, 2004; KANT, 2013), Cecília ponderou:

Favorecidos por situações econômicas, geográficas ou culturais privilegiadas, os povos podem chegar facilmente a uma natural e compreensível auto-suficiência. Mas veio esta guerra. E como os homens já estavam esquecidos do que se ensinara na outra! (MEIRELES, 1998, p. 133).

Dando continuidade à sua atividade de cronista da guerra e da paz, cinco dias após a bomba nuclear de urânio ter sido lançada sobre Hiroshima e dois dias após a explosão da bomba de plutônio em Nagasaki, Meireles comentou o assunto do momento:

[...] as damas que, para invernos imaginários se envolvem em peles da Sibéria, e não contemplam as fotografias dos campos de concentração para não terem pesadelos, até essas sensíveis senhoras se detiveram um momento – embora levemente incrédulas – divagando sobre as consequências da formidável explosão. (MEIRELES, 1998, p. 188)

Com tom de ironia e crítica ao *frisson* causado pela nova arma, adiante a autora torna grave sua escrita, salientando o poder de destruição e a perda de sentido:

O que a bomba encontra para arrasar [...] são as casas, as ruas, as criaturas, e os pobres animais, alheios à aventura humana, e ao mesmo tempo a ela tristemente escravizados. Mas somente isso. Porque o resto tem sido

<sup>13</sup> No dizer de Agostinho: *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”. Tal expressão é uma das mais valorizadas por Hannah Arendt. Ver: ARENDT, 2012, p. 639.

violentado, quebrado, esquecido propositadamente [...]. E o resto era muito mais importante que as casas e os arsenais. Era o nosso sentido de amor humano. (Idem)

E conclui: “A bomba atômica não deve causar tanta admiração nem tanto susto. Ela é apenas a representação plástica do que uma parte da humanidade tem surdamente realizado [...]”. Duas semanas depois, no mesmo jornal, após, provavelmente, ter lido e escutado mais informações sobre o artefato da “ciência”, que põe “na mesa em que se joga o destino humano, a carta com que talvez se ganhe o destino universal”, retomou a linha de pensamento presente naquele primeiro texto.

Compreendeu-se de repente a razão [...] deste mal-estar dos mais sensíveis: assim como está não é mais suportável o mundo. Não se trata de algum caso pessoal nem será mesmo a desordem social – é esta falta de sentido da existência humana: é o problema total, cujos fundamentos as filosofias e religiões têm explorado e entretido com uma certa piedade pelo desespero dos fracos, e cautela contra as agressões dos violentos. (MEIRELES, 1998, p. 190)

Constata-se que a pacifista, que há anos empenhava-se na imprensa brasileira a favor da paz e do impedimento da guerra, deixava entrever determinado cansaço diante da insistência da espécie humana em se autodestruir. Não obstante, Cecília ainda parece acreditar no futuro da humanidade, conquanto seja “[...] preciso muito cérebro, muito tempo e algumas universidades” para se “elucidar o sentido da condição humana” e a transformar o mundo, adjetivado como “triste, caduco e indigente...”.

**Conclusões** - O pacifismo ativo, distintamente do passivo, segundo Norberto Bobbio, é caracterizado por “uma tomada de posição que engaja pessoalmente, como toda tomada de posição moral, aquele que o assume.” (BOBBIO, 2003, p. 75). Tal pacifismo busca resolver o problema central da “eliminação da guerra e [da] instauração de uma paz perpétua”, movendo-se em três direções, a saber: “agindo sobre os *meios* ou sobre as *instituições* ou sobre os *homens*” (Idem, p. 97). Respectivamente, ter-se-ia um *pacifismo instrumental*, voltado para os meios de se evitar a guerra, como o desarmamento e o uso da não violência; um *pacifismo institucional*, relativo às tensões entre a autoridade do Estado e o estabelecimento da paz mediante a criação e a atuação de organizações supranacionais ou mediante revoluções sociais; e o *pacifismo finalista*, ligado à reforma ético-moral do ser humano, à criação de uma disposição para a convivência pacífica, mediante uma pedagogia centrada na tolerância e no diálogo. As crônicas cecilianas, ora analisadas, indicam que essas diferentes ênfases do pacifismo encontravam-se interligadas na ação da autora em demarcar lugar na cena pública, criticar as justificações da guerra e defender meios, instituições e finalidades em prol da paz. Escamoteando um pacifismo



passivo e/ou fatalista, Cecília revestiu-se de um pacifismo ativo, caracterizado pela convicção de que a paz deveria ser resultado de uma constante luta para se dirimir diferenças sem apelar para as armas e se fortalecer laços de cooperação. Sob esse ângulo, a autora estava próxima do idealismo crítico, que apostava na transformação do ser humano, mas não se furtava a encarar a realidade tal como se apresentava. A base argumentativa empregada pela autora apresentou convergência com o pensamento kantiano sobre paz e cosmopolitismo, manifestando a crença de que, a partir do uso da razão, as pessoas poderiam construir outra história, refratária às injunções da guerra. Na esteira dessa discussão, a partir da então Capital Federal, a escritora articulou-se com diferentes círculos intelectuais, tecendo uma rede de sociabilidade que a facultou ocupar tais espaços na imprensa carioca e paulista<sup>14</sup>. Em o “Diário de Notícias” (1930-1933, RJ), mantinha relação de amizade com pelo um dos proprietários, Nóbrega da Cunha, que apadrinhara uma de suas filhas com Correia Dias (LÔBO, 2010, p. 21). Em “A Manhã” (1941-1944, RJ), Cassiano Ricardo, diretor do periódico, já conheceu a obra ceciliana e fora o responsável maior pela premiação do livro de poesia “Viagem” pela Academia Brasileira de Letras, em 1938. Nos anos 1920, Ricardo também fora redator do “Correio Paulistano”, no qual Cecília, já nos anos 1940, publicou crônicas (RICARDO, 1970). Essas e outras questões deverão ser retomadas para se compreender de forma mais clara as perspectivas políticas adotadas por Cecília Meireles.

## Referências bibliográficas

### a) Teses e dissertações

ALVES, Daniela Utescher. A crônica de Cecília Meireles: uma viagem pela ponte de vidro do arco-íris. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Gisele Pereira de. Cecília Meireles e a Índia: das provisórias arquiteturas ao “êxtase longo de ilusão nenhuma”. 233 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2014.

PIMENTA, Jussara Santos. As duas margens do Atlântico: um projeto de integração entre dois povos na viagem de Cecília Meireles a Portugal (1934). 374 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

---

<sup>14</sup> Sobre os conceitos de sociabilidade e de intelectuais, ver: GOMES, 1993; SIRINELLI, 2003.



RESENDE, José Armando Zema de. A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2013.

SOUZA, Aline Vieira de. Análise retórica do discurso político-educacional de Cecília Meireles. 103 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

**b) Livros, capítulos e artigos**

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BANDEIRA, Manuel. Improviso. In: \_\_\_\_\_ Belo belo. São Paulo: Global, 2014, p. 33.

BASTOS, Elide Rugai & BOTELHO, André. Para uma Sociologia dos Intelectuais. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 4, 2010, p. 889-919.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília [et. al.] (orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. Pacifismo. In: BOBBIO, Norberto [et. al.] Dicionário de política. Tradução de Carmen C. Varriale [et. al.] Brasília: UNB, 1998, p. 875-877.

BOBBIO, Norberto. O problema da guerra e as vias da paz. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BOMENY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COMPAGON, Olivier. O adeus à Europa: A América Latina e Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939). Tradução Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2014.

CUNHA, Antonieta. A crônica. In: MEIRELES, Cecília. Crônicas para jovens. Seleção, prefácio e notas biobibliográficas por Antonieta Cunha. São Paulo: Global, 2012, p. 9-11.

CUNHA, Marcus Vinícius da & SOUZA, Aline Vieira de. Cecília Meireles e o temário da Escola Nova. *Cadernos de Pesquisa*. vol. 41. n. 144. set./dez. 2011, p. 850-865.

DAGAN, Yäel. Civilizados, bárbaros, europeus: três homens de letras em face do inimigo – 1914-1925. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p. 371-394, julho 2005.

DAMASCENO, Darcy. Poesia do sensível e do imaginário. Notícia biográfica. *Bibliografia In: MEIRELES, Cecília. Flor de poemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972, p. 9-57.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (re) vista (s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo: idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *História do Brasil-Nação (1808-2010): a abertura para o mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012, p. 133-171. Vol. 3.

EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Tradução H. P. de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FILHO, Leogedário A. de Azevedo. Apresentação. In: MEIRELES, Cecília. *Crônicas em geral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. IX-XIII.

FREUD, Sigmund. *O mau-estar na civilização*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GANDHI, Mohandas K. *An autobiography or the story of my experiments with truth*. London: Peguin Books, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... Intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

GOMES, Ângela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha et. al. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p 43-64.

GOUVÊA, Leila V. B. (Org.). *Ensaio sobre Cecília Meireles*. São Paulo: Humanitas, 2007.

HARTOG, François. O regime modernos de historicidade posto à prova pelas duas guerras mundiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 15-28.

- HECHT, Emmanuel & SERVENT, Pierre (orgs.). O século de sangue (1914-2014): as vinte guerras que mudaram o mundo. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KANT, Immanuel. A paz perpétua e outros opúsculos. Tradução Artur Mourão. Edições 70: Lisboa, 2013.
- KANT, Immanuel. Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita. Tradução Rodrigo Naves; Ricardo R. Terra. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma P. Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LAMEGO, Valéria. A farpa na lira: Cecília Meireles na Revolução de 30. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- LEFORT, Claude. Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Tradução Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LELYVELD, Joseph. Mahatma Gandhi e sua luta com a Índia. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político”. In: ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. Tradução Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 11-35.
- LÔBO, Yolanda. Memória e educação: o Espírito Victorioso de Cecília Meireles. R. bras. Est. pedag., Brasília, v.77, n.187, p.525-545, set./dez.. 1996.
- LÔBO, Yolanda. Cecília Meireles. Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 2010.
- MAGNOLI, Demétrio. (Org.). História da paz: os tratados que desenharam o planeta. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- MEIRELES, Cecília. Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. v. 1 e 2.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979.
- MOURA, Murilo Marcondes de. O mundo sitiado: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ed. 34, 2016.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NEVES, Margarida de Souza; LÔBO, Yolanda Lima & MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs.). Cecília Meireles: a Poética da Educação. Rio de Janeiro: Ed. PUC RJ: Loyola, 2001.

NOUR, Soraya. À paz perpétua de Kant: Filosofia do direito internacional e das relações internacionais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria Domingues. Estudo crítico da bibliografia sobre Cecília Meireles. São Paulo: Humanitas/USP, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAES, José Paulo. Poesia nas alturas. In: \_\_\_\_\_ Os perigos da poesia. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 35-36.

PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEDERSEN, Susan. The guardians: the league of nations and the crisis of empire. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2015.

QUÉTEL, Claude. História da II Guerra Mundial. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Ed. Texto & Grafia, 2012.

REMARQUE, Erich Maria. O caminho de volta. Tradução Bêlchior Cornélio da Silva. Rio de Janeiro: Record, 1958. (Originalmente publicado em alemão no ano de 1931).

REMARQUE, Erich Maria. Nada de novo do front. Tradução Helen Rumjaneck. Porto Alegre: L&PM, 2004. (Originalmente publicado em alemão no ano de 1929).

RÉMOND, René. Por uma história política. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICARDO, Cassiano. Viagem no tempo e no espaço (memórias). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. Tradução Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

RUSSEL, Bertrand. Por que os homens vão à guerra. Tradução Renato Prelorenzou. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SCHMITT, Carl. O conceito do político. Tradução, introdução e notas de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2015.

SCHORSKE, Carl. A história e o estudo da cultura. In: \_\_\_\_\_. Pensando com a história. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 241-255.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B. & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema: São Paulo: Paz e Terra: 2000.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Denilson de Cássio. Considerações de Cecília Meireles sobre o educador-professor: crônicas e confrontos por uma nova educação (Rio de Janeiro, 1930-1931). Anais Eletrônicos do V EPHIS Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais: Brasil em perspectiva: passado e presente Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 06 a 10 de Junho de 2016, p. 217-227.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et .al. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. Por uma História Política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SONDHAUS, Lawrence. A Primeira Guerra Mundial. Trad. Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2015.

VELLOSO, Mônica Ribeiro. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 145-180.

WITKOP, Philipp (org.). German students' war letters. Translated and arranged from the original edition of Dr. Philipp Witkop [by] A. F. Wedd. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. (Originally published: [London]: Methuen, 1929).

ZWEIG, Stefan. Autobiografia: o mundo de ontem: memórias de um europeu. Tradução Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ZWEIG, Stefan. A unidade espiritual do mundo: um grito pela paz no Brasil. Tradução Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig, 2017.

## Representações das Américas no periódico *Astro de Minas*, 1827-1839

**Paulo Vitor Soares da Silva**

Graduando em História

Universidade Federal de São João Del Rei

E-mail: paulo.vsoares@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho expõe uma análise das representações das novas “nações americanas” através das folhas do periódico *Astro de Minas*, publicado entre 1827 e 1839, em São João Del Rei. Diferentemente da historiografia que busca analisar a política externa numa perspectiva economicista ou política, pautamos a análise de um ponto de vista cultural, através da concepção de “Comunidade Imaginada” de Benedict Anderson. A partir da análise dos termos que a folha mineira utiliza para caracterizar os países americanos buscou-se compreender como ocorreram as representações dos países americanos, que semelhantemente ao Brasil também estavam num processo de construção de suas próprias nacionalidades. As fontes das notícias eram em parte oriundas de outros periódicos, em destaque *Aurora Fluminense*, o que elucidava como se dava a circulação das informações. A pesquisa transcorreu sempre tendo em mente o posicionamento político do periódico e o contexto político e econômico do Brasil e dos demais países.

**Palavras Chaves:** Representações, nacionalidades, periódico, comunidades imaginada.

**Abstract:** The following research shows an analysis of the representations of the new “American Nations” through the pages of the periodic “*Astro de Minas*”, published between 1827 and 1839, at São João Del Rei. Unlike the historiography that seeks to analyze the external politics through an economist and political perspective, we conduct an analysis from a cultural point of view, through the conception of “Imagined Community” from Benedict Anderson. From the analyses of the terms that “folha mineira” uses to characterize the American countries, a comprehension of how happened the representation of these countries was done. Like in Brazil, they were also in the building of their own nationality process. The sources of the news were, in parts, originated from other journals, in special “*Aurora Fluminense*”, what elucidates how the circulation of information was given. The research was developed always having in mind the political position of the periodic and the political and economic context of Brazil and the other countries.

**Key-words:** representations, nationalities, periodic, Imagined Community.

### Introdução

O presente trabalho expõe uma análise das representações das novas “nações americanas” através das folhas do periódico *Astro de Minas*, publicado entre 1827 e 1839, em São João Del Rei. A fonte em questão tratava-se de uma folha de caráter liberal, sendo Baptista Caetano de Almeida seu redator, o qual se declarava como iluminista<sup>1</sup>. Os periódicos deste período representam uma importante fonte de pesquisa para compreender as relações estabelecidas durante o Império, pois constituam um instrumento de mediação política, que facilitava o debate em nível local e regional. Diferentemente da historiografia tradicional que busca analisar a política externa numa perspectiva economicista ou política, pauto a análise de

---

<sup>1</sup> Ver Lombelo, 2008, p. 8.



um ponto de vista cultural, através da concepção de “Comunidade Imaginada” de Benedict Anderson.

A província de Minas Gerais naquele momento possuía grande relevância, devido à economia caracterizada pelo abastecimento interno – muito ligada à cidade do Rio de Janeiro. Além disso, continha o maior plantel escravista do Brasil e uma estreita relação entre lavoura e comércio. Constituída por uma elite política bastante heterogênea, com magistrados, fazendeiros, comerciantes, proprietários de terra e escravos, e padres, sendo que aqueles ligados à economia de abastecimento eram caracterizados por um liberalismo moderado.

Nesse sentido as leituras dos periódicos servem para elucidar as posições políticas, pois representa um instrumento de formação da opinião pública<sup>2</sup>, um veículo por onde as elites faziam circular opiniões e imagens a respeito de outros grupos políticos e de outras nações. Viso assim entender como se constituía a representação das jovens nações americanas, uma vez que, essas nações também passavam por vários problemas políticos semelhantes aos do Império no que tange a formação de uma nacionalidade. *O Astro de Minas* teve sua primeira publicação numa terça-feira, 20 de novembro de 1827.

### **Conjuntura política**

*O Astro de Minas* surgiu perante a Guerra da Cisplatina, conflito político-militar que abalava a conjuntura política do Brasil, por se tratar de um conflito político envolvendo o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, sendo um conflito pela disputa do território que atualmente corresponde ao Uruguai.

Em 1823, Pedro I recusou o pedido do governo de Buenos Aires para que as tropas brasileiras se retirassem da Banda Oriental, para ser esta incorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 1825, um grupo de revolucionários, liderados por Juan Antonio Lavalleja, vindos de Buenos Aires, desembarcou na Cisplatina, iniciando a luta pela independência do Brasil e logo solicitou a incorporação do território oriental às Províncias Unidas. O Congresso desta aceitou o pedido, o que provocou a reação de Pedro I de declarar guerra a elas. (DORATIOTO, 2014; 19)

A Guerra da Cisplatina (1825-1828) é sem dúvida dentro dos eventos políticos envolvendo outros países americanos que tem o maior destaque nas folhas do periódico mineiro. Mesmo o *Astro de Minas* tendo iniciado suas publicações poucos meses antes do término do conflito, ele faz menções a batalhas, a incidentes ocorridos, mas principalmente, a reclamações

---

<sup>2</sup> Ver Morel, 2016, p. 233.



ao acordo assinado entre o Império do Brasil e Buenos Aires dando fim ao conflito, e originando a formação da República Oriental do Uruguai.

A falta de perspectiva para o final da guerra, que prejudicava seu comércio na região, levou à Inglaterra a intervir diplomaticamente e impor a paz às partes em luta, levando o Império e as Províncias Unidas a aceitarem a independência da Banda Oriental. Em 27 de agosto de 1828, pela Convenção Preliminar de Paz, surgiu a República Oriental do Uruguai, cuja existência foi garantida perpetuamente por Inglaterra, Brasil e Províncias Unidas. (DORATIOTO, 2014, 21).

O interessante é que o periódico demonstra que não havia um consenso na sociedade brasileira sobre o término do conflito, pois através da transcrição de outros periódicos no *Astro de Minas* é possível perceber a pluralidade de opiniões sobre o término da guerra, como o *Corrier du Bresil*, que afirma que o Brasil e a Argentina poderiam estar disputando o primeiro lugar da América se não fosse a guerra, neste caso uma crítica clara ao conflito<sup>3</sup>. Todavia o *Astro de Minas* nunca escondeu seu posicionamento político, exercendo através de sua influência a “pedagogia liberal<sup>4</sup>”. Ao mesmo tempo alguns setores brasileiros se posicionavam contrários ao término do conflito, utilizando do argumento que a Cisplatina pertencia ao Brasil em virtude da Lei da Natureza<sup>5</sup>. Magnoli explica que naquele período existia o mito da ilha-Brasil: as pessoas acreditavam que os limites territoriais eram dois rios, o Amazonas e o rio da Prata, sendo assim o Brasil tratava-se de um “continente” isolado, cercado por dois extensos rios e o oceano atlântico, o que para ele demonstra que nos dois primeiros séculos de colonização os portugueses não tinham noções do território.

A menção à Guerra da Cisplatina continua mesmo durante o período regencial, isso demonstra um descontentamento do periódico com o acordo de paz. Após a abdicação ao trono brasileiro, D. Pedro I sofreu várias críticas por ter entrado neste conflito, situação que era pouco comum no primeiro reinado. Essas reclamações feitas na câmara dos deputados, por ministros da fazenda e também por alguns periódicos.

### **América pela América**

O *Astro de Minas* apresentava para os seus leitores informações sobre os países da América, tais como; Equador, Chile, Bolívia, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Venezuela, México, Peru e Paraguai. Essas publicações sempre destacavam a conjuntura política desses

---

<sup>3</sup> Publicado no *Astro de Minas* nº 133, em 23 de setembro de 1828, páginas 3 e 4, como o título “Rio de Janeiro 19 de agosto de 1828”.

<sup>4</sup> Ver Silva, 2005, p. 69.

<sup>5</sup> Ver Magnoli, 1997, p. 45.

Estados, informando sobre guerras internas, processos de sucessão no poder ou disputas políticas. Alguns acontecimentos são apresentados, primeiramente, como boatos, isso porque as notícias demoravam a chegar, e muitas das vezes as primeiras notícias chegavam de maneira informal através de cartas particulares ou de viajantes que passavam por São João Del Rei. Posteriormente algumas dessas informações eram confirmadas ou não. Por exemplo, Simón Bolívar é dado como morto numa publicação de 28/07/1829<sup>6</sup>, mas numa publicação de 1830<sup>7</sup> é informado aos leitores de medidas políticas que ele vinha tomando, o que demonstra a dificuldade para obter as notícias.

Mesmo perante aos conflitos políticos internos o *Astro de Minas* reportava sobre a conjuntura política da América, sendo que as disputas políticas que ocorriam na região do Rio da Prata apareciam com maior assiduidade para o público do periódico. Em algumas dessas publicações o redator fazia a defesa dos fatos narrados, outras vezes fazia duras crítica ao contexto político da América, críticas que também tinham a intenção de exaltar o Brasil ou alertas para possíveis perigos.

Neste sentido o periódico refletia sobre as consequências dos conflitos nacionais, como internacionais, através de suas concepções de Estado, neste caso uma concepção liberal moderada.

### **Rio da Prata e suas implicações**

Nas folhas do *Astro de Minas*, Buenos Aires<sup>8</sup>, Argentina e Rio da Prata representam os termos que tiveram maior destaque, não apenas pelo número de ocorrências, mas também por haver menções durante todo o tempo em que o periódico existiu. Esse destaque é evidente, primeiramente, devido às implicações que a Guerra da Cisplatina teve, tanto na política imperial, pois o conflito é considerado como sendo um dos fatores que acarretaram para o processo de abdicação do imperador, além disso, o conflito levou a um impacto negativo nos cofres públicos, sendo uma questão muito debatida durante a Regência, nos periódicos e nas assembleias.

No período regencial as menções a região da cisplatina continua com um caráter comparativo, a região que atualmente corresponde à Argentina, é apresentada aos leitores para

---

<sup>6</sup> *Astro de Minas* n° 264, terça feira 28 de julho de 1829, publicado na página 4. Título: Noticias extrahidas de varios periodicos. Ortografia idêntica ao original.

<sup>7</sup> *Astro de Minas* n° 412, sábado 10 de julho de 1830, publicado nas páginas 1, 2 e 3. Título do artigo: Artigos comunicado. Ortografia idêntica ao original.

<sup>8</sup> O termo aparece nas fontes grafadas como: “Buenos Ayres”.

demonstrar certa instabilidade política da nação vizinha, sendo assim, exaltava, por contraste, o Brasil. As menções continuavam para criticar determinados partidos, vinculando aquele cenário de “anarquia” as proposta de Estado defendida por aqueles que não fossem liberais moderados.

### **Conjuntura Externa**

As representações das Américas nas folhas do periódico são expostas tanto de forma positiva, quanto negativa, mas devo ressaltar que das reportagens analisadas poucas adjetivavam os povos vizinhos. Com a exceção dos Estados Unidos, os países americanos são apresentados como instáveis politicamente, sendo situações que eram demonstradas ao mesmo tempo em que os autores dos artigos publicados exaltavam o Brasil.

O termo “anarquia” aparece algumas vezes nas folhas do periódico, justamente para elucidar esta instabilidade, no mesmo sentido é utilizado o termo “despotismo”. Tais termos são utilizados com maior incidência no período posterior à Guerra da Cisplatina, período que tanto o Brasil e Buenos Aires passam por uma instabilidade dos seus regimes políticos, sendo assim mais uma forma de exaltação do Brasil perante a América, no sentido de exaltar sua política interna. Mas essas publicações também eram utilizadas para demonstrar uma instabilidade no Brasil, como nesta passagem:

Era a Liberdade e independencia, que invocarão os Alveres, os Doregos, e os chefes da banda oriental para tornar a desditosa Buenos Ayres o teatro de huma guerra fratricida. O Brasil tendo escapado aos horrores da anarchia em huma época famosa, ainda estará reservado à sofrer depois de dez anos os furores das facções? As lições, que nos derao os nosso visinhos devem sempre estar diante dos nossos olhos, a fim de fugir exaltação politica, e insurdecer aos gritos e clamores desses raivosos tribunos, que no interesse da sua ambição fazem violentos esforços para irritar o povo á excessos, e atija lo à enormidades. Temos hum Governo filho da eleição da maioria das Camaras, e composto de homens, que nos dividem, tinham o nome de Pais da Patria. Tem elles degenerados? Desvairou os o brilho do lugar que occupão? Em lugar de sanhudos satrapas, que erão enviados para reger as Provincias com bastão de ferro, vão hoje Presidentes honrados e patriotas, e que tem em seo favor os votos dessas mesmas Provincias; uma vez dos homens baixos e corrompidos, que erão escolhidos debaixo do Governo Imperial para os cargos públicos, sao hoje creados homens de probidade e luzes: nao duvidamos, que huma, ou outra vez tenha o Governo feito huma escolha menos digna, mas pela escolha do maior numero tem mostrado o desejo de acertar. (Sábado 17 de março de 1832)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Astro de Minas nº 673, sábado 17 de março de 1832, publicado nas páginas 3 e 4, originalmente publicado no Independente. Ortografia do texto idêntica ao original.

Os estados vizinhos serviam de exemplo para o caos que poderiam assolar o Brasil, sendo que o Brasil ainda não havia escapado totalmente dos perigos da anarquia, ao mesmo tempo o artigo crítica o Imperador. O *Astro de Minas* exaltava em algumas de suas reportagens as dificuldades do estabelecimento de um regime republicado nas Américas, pois criticava duramente os governos militares, sendo que muitos dos seus presidentes apareciam nas publicações ditadores.

“Ninguém está mais convencido do que nos das vantagens do systema, porque somos felizmente regidos; ninguém reconhece mais que todo o perigo das transições violentas, e a dificuldade, que há em se plantar o verdadeira governo Republicano entre Povos aviltados pelo despotismo e sem nenhuma educação politica. Nunca chamaremos Estados Livres e felizes aquelles, em que os partidos se sucedem, e degolao huns aos outros, em que a espada de S. Martin, de O’Higgins, ou de Bolivar manda mais que a Lei, e outros, e aonde senão poderão ainda firmar Instituições, que afiancem a segurança individual, e a ordem publica.” (28 de março de 1829).<sup>10</sup>

Essas críticas aos militares continuam na Regência.

As Americas Hespanholas retalharão se em tantas Republicas quantas quizerão os seos Generaes. A Columbia, e o Mexico, que apresentavão melhor aspecto, tem se subdividido, e ainda hoje sao a presa de Generaes ambiciosos, que se desputão a preferencia em domina las. (27 de dezembro de 1834).<sup>11</sup>

As notícias relacionadas às disputas políticas, em alguns casos, havia posicionamento favorável a algum dos lados, por exemplo, em uma publicação de maio de 1834 o opina favoravelmente à luta do Paraguai contra o “Ditador Francia”<sup>12</sup>. As primeiras publicações que rementem a Francia, ele é apresentado como Doutor Francia, mas em menos de um ano ele já aparece como o “Ditador Francia” nas páginas do *Astro de Minas*. Além disso, também era publicado sobre o envolvimento de certos políticos da região do Rio da Prata como políticos brasileiros.

A não fragmentação da América Portuguesa está diretamente relacionada com a vinda da corte portuguesa e da proclamação de D. Pedro I, enquanto que a América espanhola acabou se fragmentando devido a uma política da corte de Madrid de isolamentos dos crioulos, de forma que os vice-reinos não possuíam muitos vínculos entre si, contribuindo para a criação de

---

<sup>10</sup> *Astro de Minas* n° 213, sábado 28 de março de 1829, publicado nas páginas 3 e 4. Publicado originalmente no *Aurora*.

<sup>11</sup> Periódico: *Astro de Minas* n° 1109, sábado 27 dezembro de 1834, publicado nas páginas 3 e 4. Publicado originalmente no *Justiceiro*. Título do artigo: Causa da tranquilidade do Brasil.

<sup>12</sup> José Gaspar Rodríguez Francia.

várias Repúblicas. Os vice-reinos eram governados por pessoas nascidas na metrópole, os crioulos basicamente não tinham cargos administrativos.

### “As comunidades imaginadas”

As nomeações de nacionalidades americanas nas folhas do periódico são raras, com exceção do termo “argentinos”, que é registrado com certa frequência. Com relação às demais nacionalidades há apenas uma menção ao Peru, aparecendo o termo “peruviano” para se referir ao povo. O termo “argentinos” está presente durante todo o período que o *Astro de Minas* foi publicado, sendo o ano de 1828 o que mais apareceu publicações referente ao termo, aparecendo, por exemplo; “tropas argentinas”, “povo argentino” e “Estados Argentinos”. A primeira<sup>13</sup> menção refere-se a um combate que envolve tropas brasileiras e “tropas argentinas”, a segunda<sup>14</sup> tem um caráter interessante, uma vez que, afirma que o povo argentino deseja a paz, ou seja, seriam favoráveis ao término da Guerra da Cisplatina. A última<sup>15</sup> menciona que os Estados Argentinos defendem a guerra contra Dr. Francia.

A partir do conceito de “comunidade imaginadas” fica evidente que a utilização do termo “argentinos” passa a ideia de uma Argentina unida<sup>16</sup> para os leitores, situação que não existia naquele momento. Na região onde atualmente é a República Argentina existiam as Províncias Unidas do Rio da Prata, um conjunto de províncias com a sede administrativa em Buenos Aires. Até 1830 as Províncias Unidas se viam como herdeiras do Vice-Reinado do Rio da Prata, que incluía os atuais territórios da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A Bolívia se separou oficialmente em 1825 e o Uruguai foi criado em 1830. Já o Paraguai, contanto gozasse de auto-governo *de facto* desde 1811, só declarou sua independência em 1842. Sendo assim, não existia uma união no sentido de um estado nacional, pois existiam divergências políticas referentes à forma que deveria ser regido o governo central e sobre a autonomia das províncias e estados.

A expressão “americanos” é empregada de três maneiras diferentes, a primeira forma para questionar os leitores, pelo fato delas não se sentirem americanos, ou seja, não se envolveram nos conflitos políticos que vinham ocorrendo, principalmente, na América do Sul.

---

<sup>13</sup> *Astro de Minas* n° 94, terça feira 24 de Junho de 1828, publicado nas páginas 3 e 4, publicado originalmente no *Aurora*. Título: Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> *Astro de Minas* n° 128, quinta Feira 11 de setembro de 1828, publicado nas páginas 1 e 2, publicado originalmente no *Aurora*.

<sup>15</sup> *Astro de Minas* n° 174, sábado 27 de Dezembro de 1828, publicado nas páginas 3 e 4, publicado originalmente no *Aurora*.

<sup>16</sup> No sentido de Estado Nacional.

Sejamos de boa-fé Americanos; entendamos a Monarchia Constitucional, como ella dever ser entendida na America, como a estabeleceo a nossa Constituição, nao nos regosijemos como as catatrophes dos Paizes, que nos cercao; se o contagio mora he temível, porque não recaremos dalli nos venha o da anarchia, e da dissolução violenta dos laços sociaes? Olhar como inimigo nossos conterrâneos; fundar sobre os seos desastres o prospecto da nossa prosperidade, como espúrios, como nao formado élo na cadeira das novas sociedades politicas deste hemisfério; e então mal de nos! nao vemos aonde fixar as vistas para hum futuro venturoso; nem, em que ponto possa-nos reputar-nos seguros e tranquilos, para cuidarmos no nosso interno aperfeiçoamento, e em radicar bem profundamente a arvore majestosa da Monarchia Constituicional”. (31 de janeiro de 1829).<sup>17</sup>

Entretanto, o termo também foi utilizado com um sentido nacionalista, na defesa de uma união continental. Por último o termo “americanos”, representa também em determinadas publicações os países da América, com exceção do Brasil.

Provavelmente o mesmo nome de Bolívia dado à Republica em consideração ao Libertador será mudado, e os Povos Americanos apprenderao dessa lição mais que senão pisa nestas regiões impunemente os princípios e a Liberdade. He sobre a base da Liberdade e dos princípios professados sem dobrez, que se podem firmar os Estados, aonde não há nem corporações poderosas, nem Aristocracia, nem fanatismo dominador, que apoiem o mando absoluto. (25 de dezembro de 1828)<sup>18</sup>.

Estes exemplos deixam claros que ainda não havia uma ideia de América unificada, e nem de quem seriam os Americanos, sendo que uma “americanidade” aparece como um projeto de futuro.

### **Circulação das notícias:**

Devido às estradas não apresentarem as condições ideias, e as viagens serem feitas a cavalo ou mula, as notícias demoravam alguns meses para chegar de um lugar a outro. Além disso, muitas notícias chegavam através das embarcações que aportavam no Rio de Janeiro, em correspondências particulares ou através de marinheiros, poucas vezes eram em caráter oficial. Logo, eram comuns que as primeiras informações obtidas fossem na realidade, boatos, já que no primeiro momento era impossível confirma-las.

O periódico recebia e publicava cartas de leitores, mas a maioria tratava de questões voltadas para a província de Minas Gerais, diferentemente das sessões da câmara de deputados que muitas vezes eram publicadas integralmente, sendo de extrema relevância, pois

---

<sup>17</sup> Astro de Minas n° 189, sábado 31 de janeiro de 1829, publicado nas páginas 2,3 e 4, publicado originalmente Aurora. Ortografia idêntica ao original.

<sup>18</sup> Astro de Minas n° 173, quinta Feira 25 de dezembro de 1828, publicado nas páginas 3 e 4, publicado originalmente no Aurora. Ortografia idêntica ao original.

apresentavam os leitores as discursões políticas. Essas publicações não eram em vão, pois muitas das sessões publicadas criticavam D. Pedro I.

No *Astro de Minas* aparecem publicações de vários periódicos brasileiros, mas apenas um se destacava, devido ao maior número de publicações, e também porque as notícias sempre envolviam questões políticas. Este periódico é o *Aurora Fluminense*, provavelmente era o principal corresponde político do *Astro de Minas*. A republicação de periódicos estrangeiros ocorre com raríssima frequência.

### **Conclusão**

Após análise das publicações realizadas pelo *Astro de Minas* referente aos países americanos e seus agentes políticos de maior importância, torna-se evidente que existia por parte dessa folha uma compreensão da América, entretanto a questão territorial que em parte eram mal interpretadas, o significado de América também era bastante controverso. Ocorre de fato uma imaginação de certos elementos americanos por parte do *Astro de Minas*, obviamente também de seus leitores, devido à falta de informações e claro a defesa de um projeto político liberal, uma vez que é comum a crítica à conjuntura dos estados vizinhos, com o intuito de exaltar o Brasil perante o restante da América do Sul.

### **Referências bibliográficas:**

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMARAL, Alex Lombello. Cascudos e chimangos: imprensa e política em São João Del Rei (1876-1884). Juiz de Fora: dissertação de mestrado em História, UFJF, 2008.

BUVALOVAS, Thais. Hipólito da Costa na Filadélfia: imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro nos Estados Unidos (1798-1800). São Paulo: Hucitec, 2011.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2014.

FERREIRA, Tânia M. B; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GOLDMAN, Noemí. Nuevas Historia Argentina: Revolución, República, Confederación (1806-1852). Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 1998.



MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp, 1997.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editora, 2016.

PAMPLONA, Marco Antônio; MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (orgs.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828). 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SHUMWAY, Nicolas. A invenção da Argentina: história de uma idéia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Wlamir. “Amáveis patricias”: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 107-130, 2008.

\_\_\_\_\_. “Homens de cor!” os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regência. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. 31, n. 1, p. 61-77, junho 2005.

## “O deputado do povo”: A atuação parlamentar de Carlos Marighella e a cultura política comunista (1945-1956)

**Danyeleye Santos Dias**

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: danyelle.nayara@hotmail.com

**Resumo:** Este texto é parte de uma pesquisa maior de trabalho de pós-graduação que pretende analisar o pensamento e a cultura política na qual se insere Carlos Marighella a partir dos aportes da nova história política. Marighella ficou mais conhecido na história política do Brasil como o inimigo número um da ditadura civil-militar. Porém, o tempo de sua militância a partir do período no qual as condições políticas lhe permitiram uma participação legal, é pouco abordado pela historiografia. Neste sentido, nossa intenção é de analisar os valores, as motivações, paixões, projetos políticos, enfim, um conjunto de aspectos engendrados pela cultura política comunista. No que toca às fontes utilizadas nesta pesquisa, essas constituem-se de alguns dos discursos e pronunciamentos efetuados por Marighella nos debates proferidos na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e também nos impressos, como algumas edições da Revista Problemas, que circulou entre os anos de 1947 a 1956.

**Palavras-Chave:** História Política; Carlos Marighella; Revista Problemas; Constituinte de 1946.

**Resumen:** Este texto es parte de una investigación más grande de trabajo de posgrado que pretende analizar el pensamiento y la cultura política en que se inserta Carlos Marighella a partir de los aportes de la nueva historia política. Marighella se hizo más conocido en la historia política como el enemigo número uno de la dictadura civil-militar. Sin embargo, el tiempo de su militancia a partir del período en que las condiciones políticas le permitieron una participación legal, es poco abordado por la historiografía. En este sentido, nuestra intención es analizar los valores, las motivaciones, pasiones, proyectos políticos, en fin, un conjunto de aspectos engendrados por la cultura política comunista. Por lo que se refiere a las fuentes utilizadas en esta investigación, éstas se constituyen de algunos de los discursos y pronunciamentos efectuados por Marighella en los debates pronunciados en la Asamblea Nacional Constituyente de 1946 y también en los impresos, como algunas ediciones de la Revista Problemas, periódico que circuló entre los años de 1947 a 1956.

**Palabras Clave:** Historia Política; Carlos Marighella; Revista Problemas; Constituyente de 1946.

Carlos Marighella nasceu em Salvador, em 5 de dezembro de 1911. Envolveu-se no movimento estudantil, quando cursava engenharia na Escola Politécnica da Bahia, mas depois abandonou os estudos. Foi preso várias vezes e sofreu tortura durante a ditadura do Estado Novo. Na década de 1940 foi uma das principais lideranças do PCB. Em 1945, foi eleito como deputado federal pelo mesmo partido e participaria efetivamente da Assembleia Constituinte de 1946. Porém, teve o mandato cassado em 1948 pelo governo Dutra (1946-1951) devido a repressão aos comunistas. Nos anos 50, exerceu novamente a militância em São Paulo nas lutas populares do período. Já a partir de 1964, na ditadura civil-militar, com o combate aos comunistas e guerrilheiros, Marighella passou a ser apontado como inimigo público número e foi morto pelos militares em 4 de novembro de 1969.

Marighella ficou mais conhecido na história política do Brasil devido a sua participação nessa última fase, organizando a guerrilha na ditadura, como o inimigo número um da ditadura civil-militar. Porém, o tempo de sua militância a partir do período no qual as condições políticas lhe permitiram uma participação legal, é pouco abordado pela historiografia. Faz-se oportuno evidenciar que tomamos por objeto a militância dessa liderança comunista, não por este ser uma autoridade entre seus pares, mas para, dentre outras coisas, compreendermos as circunstâncias que o constituíram assim e que o fizeram, de fato, um mito dentro de uma cultura política em específico no Brasil: a cultura política comunista.

Questiona-se: Como aspectos da cultura política dos comunistas foram difundidos a partir da atuação de Carlos Marighella? Assim, a intenção é de analisar os valores, as motivações, paixões, projetos políticos, enfim, um conjunto de aspectos engendrados por essa cultura política. Entende-se que uma das conquistas da nova história política foi construir um diálogo efetivo com a história da cultura e isso se deu por meio dessa categoria.

Utiliza-se a formulação do historiador Serge Berstein acerca da cultura política e também do historiador Rodrigo Patto Sá Motta. Segundo Berstein: “A cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Também conforme Motta:

Uma definição adequada para cultura política (...), poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p.21).

Tendo como ponto de partida a atuação de Marighella, pretende-se reconstituir os passos daqueles sujeitos que estavam dispostos a doar sua vida pelo partido ou pela causa, no período de 1945 a 1956. A metodologia é baseada em bibliografia e análise documental e utilizam-se os aportes teóricos da nova história política com ênfase no estudo das culturas políticas. Para tanto, recorreu-se como fontes principais aos debates proferidos na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, encontrados na biblioteca digital da Câmara dos Deputados, arquivo intitulado: “Anais da Assembleia Constituinte, 1946”, distribuídos em mais de 26 volumes.

Além disso, utiliza-se como fontes complementares algumas edições da Revista *Problemas*, que foi definida por seu corpo editorial como uma “Revista Mensal de Cultura

Política” e dizia objetivar a divulgação e o debate de artigos e estudos marxista-leninista-stalinistas. Foi dirigida inicialmente por Carlos Marighella. A revista possui 73 cadernos, e circulou de agosto de 1947 a junho de 1956. Encontra-se na seção “Imprensa Proletária” do Arquivo marxista da internet. Precisamente nossa análise se volta para os artigos escritos por Marighella que estão disponíveis online, 13 Artigos, sendo 12 na Coluna I “Nossa Política” e um na edição 69 de agosto de 1955, intitulado: “O desenvolvimento da luta pela paz e o dever dos comunistas”. Os demais volumes encontram-se no Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Também, o livro organizado pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa “Carlos Marighella, o homem por trás do mito” e a obra de Mario Magalhães “Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo” nos são de grande importância a fim de conhecer sobre a sua trajetória política.

Para sustentação dessa pesquisa, toma-se como referencial teórico as análises de Jean François Sirinelli e Antônio Gramsci no tocante à função intelectual, de além de outros textos da nova história política, em especial que abordam as culturas políticas. Para Gramsci (1976), todos os homens são, potencialmente, intelectuais, mas nem todos desempenham essa função. Segundo este autor, intelectual é aquele que é agente organizador das classes, ajudando-as a se expressarem politicamente. Eles são fundamentais a qualquer organização.

À luz da teoria gramsciana, Carlos Marighella pode ser identificado como um intelectual orgânico de esquerda, orgânico por ser proveniente do seguimento social que o gerou, tornando-se seu especialista, seu organizador; (GRAMSCI, 1976, p. 23) Através da sua atuação como deputado eleito pelo partido comunista, representante de camadas populares, ele de fato cumpria essa função intelectual. No viés gramsciano, o partido político aparece também como um intelectual, um intelectual coletivo, fruto da concretização de uma vontade coletiva, e também um meio difusor de hegemonia, assim como um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) e são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”. (GRAMSCI, a política e o estado moderno, 1976, pp. 22-23).

Logo, a ação política se estende a outras formas de dominação inclusive cultural e, lutando por hegemonia, e, nesse viés, para conquistar a cultura é que comunistas como Marighella através de periódicos como a Revista *Problemas*, por exemplo.

Assim, alguns dos discursos de Marighella na assembleia constituinte ou na revista, podem ser melhor compreendidos à luz dos estudos da cultura política. Desta forma, à luz de Bernstein e Motta é possível inferir que tanto Marighella, quanto o PCB, comungavam de uma

mesma cultura política, pois tinham leituras comuns do passado, um conjunto de valores compartilhados coletivamente que faziam sentido dentro de sua militância, com normas, crenças, valores, vocabulário próprio, símbolos, gestos, dentre outros aspectos.

Quando Motta aponta que uma cultura política é constituída por leituras comuns do passado e projetos comuns para o futuro, resultado inclusive de tais leituras, não há como não recordar dos seguintes trechos, ambos proferidos pelo comunista Carlos Marighella, o primeiro quando Marighella era deputado e atuou na Constituinte de 1946, e o segundo, quando o mesmo atuava na ilegalidade constitucional falando através da Revista *Problemas*, que circulou entre os anos de 1947 a 1956 e que inicialmente foi dirigido pelo deputado:

O perigo são esses senhores imperialistas representados pelos setores mais reacionários da indústria e das finanças americanas, a que se filiam figuras conhecidas (...) devotadas ao trabalho ingrato de provocar a guerra contra a URSS. (...) O que causa apreensões são essas nossas bases ainda em mãos de tropas estrangeiras, permanente ameaça ao nosso sossego, ao soberano direito de dispormos dos nossos próprios destinos. (Anais da Assembleia Constituinte de 1946, Vol. XXVI- pg. 109).

Nossa política é, portanto, de resistência a tudo e a todos os que facilitam a ação do imperialismo. E, sobretudo de existência ativa, organizada ao governo inepto e incapaz que infelicita o país, por não saber defender a soberania de nossa Pátria e resolver os problemas do nosso povo. (MARIGHELLA, Revista *Problemas*, s/p, out. 1947).

Os trechos supracitados deixam claro que o comunista Carlos Marighella entende que grande parte dos problemas do Brasil se deve à exploração estrangeira, por ele qualificada como “imperialista”. Apresenta como soluções a esse “perigo” para o Brasil, dentre outras medidas, a resistência a esse “imperialismo”. Portanto, a partir dessa análise, é lícito sugerir que a defesa de uma política econômica nacionalista e a imputação de grande parte dos males brasileiros à exploração estrangeira também são elementos constitutivos da cultura política comunista. (MOTTA, 2013. pgs. 23-24).

À luz de Motta, podemos considerar que representações e valores comunistas foram produzidos e disseminados por diferentes veículos, ou, nos termos de Serge Beirstein, por diferentes vetores de socialização, e nesse caso a Revista *Problemas* é considerada como vetor de socialização para disseminar esses valores da cultura política comunista.

Conforme Sirinelli, o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, “um pequeno mundo estreito” onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. Para ele, as revistas conferem uma estrutura ao

campo intelectual por meio das forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influencia que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Também, ao mesmo tempo, um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, eles são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 2003. p.248, 249).

Por fim, em relação à análise das fontes- pretendo expor aqui, alguns pontos da atuação de Marighella enquanto deputado legal, que evidenciam a sua preocupação com a democracia e os trabalhadores, não é a toa que ele fora denominado pelo jornal “O momento” como o “deputado do povo”. Mas o que era bastante expressivo na fala de Marighella durante as várias sessões da daquela assembleia constituinte, era justamente a atenção creditada aos trabalhadores, segmento do qual ele se colocava como defensor e representante.

Como exemplo, ainda na sessão preparatória de instalação da Assembleia, Marighella, após fazer aquele protesto, ele tomou a palavra para declarar apoio à greve dos bancários que ocorria na época, fazendo uma crítica ao ministro do trabalho.

Desta forma, Marighella em sua atuação parlamentar, se colocou como porta- voz do povo, e para dar voz às demandas populares, muitas vezes ele tinha o costume de ler telegramas que recebia, os quais tratavam de problemas individuais e sociais. Foi o que ocorreu no seu discurso proferido no dia 12 de dezembro de 1946, quando ele pediu aos deputados presentes, soluções para alguns problemas pontuais do povo baiano, tais como: “médico da capital baiana informa que ali o pão e a carne se tornaram caros e escassos; perigo de seca ameaça piorar a situação do baiano; ex-empregados dos cassinos pedem solução para a falta de indenizações para sua categoria; moradores de diversas localidades da capital reivindicam melhorias urbanas”. (NÓVOA&NOVA, 1999. p. 62-63).

Também há o famoso “caso dos pães”, em que Marighella, após receber várias queixas da população dos preços elevados dos pães, de sua diminuição de tamanho e queda de qualidade, decide ir verificar, nas ruas, se se tratava de uma denúncia consistente. E para isso foi pedindo ao povo que lhe trouxesse os pães que pudessem comprovar o que estavam dizendo. E assim ele recolhe uma amostra desses pães, coloca-os dentro de uma maleta e decide levá-los à tribuna, num momento em que lhe cabia fazer um discurso sobre a questão do trigo e a

consequente falta de abastecimento de pães em São Paulo. Assim, a medida que ele ia discursando, ia retirando os pães, a fim de mostrar qual o tipo de pão que estava sendo vendido para o povo. (NÓVOA&NOVA, 1999. p. 62-63).

Enfim, esses exemplos demonstram a amplitude e o engajamento popular da atuação parlamentar de Marighella. Entretanto, apesar de Marighella apresentar cerca de 19 emendas ao projeto constitucional, na elaboração da constituinte em si, os comunistas não desempenharam um papel decisivo, pelo fato de serem minoria na Assembleia.

Mesmo assim, pode-se perceber ao menos de modo parcial, que, através de seus pronunciamentos durante a constituinte de 1946, Carlos Marighella aparece como um intelectual engajado, com uma atuação efetiva enquanto parlamentar com interesse na democracia que retornava à cena política brasileira, e, sobretudo, com as questões atinentes aos trabalhadores, segmento do qual ele se colocava como defensor e representante, e que, após isso, mesmo dada a ilegalidade do governo Dutra, ele continua a defender a democracia, a organização dos trabalhadores e os valores da cultura política comunista através da Revista *Problemas*.

Para concluir, pontuo que esta é ainda uma pesquisa em andamento, muito ainda há que ser feito. Mas espero que os estudos aqui realizados a partir do objeto de pesquisa, venham a contribuir para a construção do conhecimento histórico sobre esse tema.

### **Referências bibliográficas**

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BRAGA, Sérgio Soares. Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRASIL. Assembleia Constituinte. Anais da Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, v. 17. Disponível em < <http://bd.camara.leg.br/> >. Acesso em 15/06/2017

FERREIRA, Jorge. Os prisioneiros do mito: Cultura e imaginário políticos dos comunistas no Brasil (1930-1956). Jorge Ferreira. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD: 2002.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. O PCB na Assembleia Constituinte de 1946. São Paulo: Novos Rumos, 1986.



GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

MAGALHÃES, Mário. Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: Culturas Políticas na História: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista, alguns apontamentos. In: Comunistas Brasileiros, cultura política e produção cultural- Belo Horizonte: UFMG: 2013.

NOVA, C.; NÓVOA, J. (orgs). Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo: UNESP, 1999.

RÉMOND, René (org.). Por uma história Política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Revista Problemas (1947-1948).

## “Papagaio velho não aprende a falar”: representações dos parlamentares nas revistas *Careta* e *Fon-Fon* (1907-1930)

**Natascha Stefania Carvalho De Ostos\***

Doutora em História

Universidade Federal de Minas Gerais

nataschaostos@hotmail.com

**Resumo:** As revistas *Fon-Fon* e *Careta* foram publicações de grande sucesso no Brasil da primeira metade do século XX. Esses impressos tinham como proposta editorial informar o leitor e ao mesmo tempo diverti-lo, de modo que o conteúdo era permeado pelo humor, mesmo quando o assunto era a política. Assim, não faltaram representações sobre os parlamentares da época, retratando-os especialmente como papagaios, conformando uma série de alusões entre esses pássaros e os deputados e senadores. Tais correlações eram carregadas de sentidos, remetendo a percepções e valores sobre o poder Legislativo e os parlamentares.

**Palavras-chave:** imprensa, representações, parlamentares

**Resumen:** Las revistas *Fon-Fon* y *Careta* fueron publicaciones de gran éxito en el Brasil de la primera mitad del siglo XX. Estos impresos tenían como propuesta editorial informar al lector y al mismo tiempo divertirlo, de modo que el contenido estaba impregnado por el humor, incluso cuando el asunto era la política. Así, no faltaron representaciones sobre los parlamentarios de la época, retratándolos especialmente como loros, conformando una serie de alusiones entre esos pájaros y los diputados y senadores. Tales correlaciones eran cargadas de sentidos, remitiendo a percepciones y valores sobre el poder Legislativo y los parlamentarios.

**Palabras clave:** prensa, representaciones, parlamentários

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas, no que toca à imprensa nacional, pelo lançamento de muitas publicações. Os avanços tecnológicos viabilizavam a rápida impressão de uma grande quantidade de exemplares, ao mesmo tempo em que expandiram as possibilidades do design gráfico, agregando maior qualidade e vivacidade aos impressos, recheados de cores e imagens.

Dentre os impressos editados naquela época destacaram-se, pelo sucesso e pela popularidade, uma variada gama de revistas, particularmente aquelas que transitavam no campo do humor. Tais publicações se diferenciavam dos jornais em vários aspectos: edição semanal, formato menor (com aspecto semelhante ao de um livro, incluindo capa), papel quase sempre melhor do que o dos jornais diários, de forma que eram comercializadas a um preço mais alto. No caso das revistas ilustradas, elas traziam essa designação não apenas pela presença de imagens, mas, sobretudo, pelo fato de que sua linha editorial era caracterizada por uma forte

---

\* Pesquisa financiada pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)*, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (processo: 165936/2015-0).

identidade visual, aspecto sempre destacado pelas próprias publicações, trunfo para atrair o leitor.

*Careta*, editada semanalmente no Rio de Janeiro, foi lançada em junho de 1908, por Jorge Schmidt. Comprometida desde o início com o humor, a vida dessa revista foi impressionantemente longa, durou até o ano de 1960, conquistando leitores em todo o Brasil, pois era distribuída nacionalmente. Ao longo da sua existência os exemplares mantiveram uma média de 44 páginas, impressos em papel jornal, o que barateava os custos de produção. *Fon-Fon* teve seu primeiro número em abril de 1907, criada também por Jorge Schmidt, que logo deixou o empreendimento para se dedicar ao projeto de *Careta*. A partir de então *Fon-Fon* passou para a propriedade de Giovanni Fogliani e Alexandre Gasparoni, que em 1915 negociaram a revista para Antonio Sérgio de Silva Junior, tendo Gustavo Barroso assumindo a direção do periódico em 1916. Após a transição ocorrida em 1915 a revista assumiu um viés mais conservador, diminuindo a quantidade de espaço dedicado ao temário político, às charges e ao humor de modo geral. Trava-se de um semanário que desde o início procurou atingir um público variado, como *Careta*, contudo, alguns indícios apontam para a pretensão de conquistar leitores mais abastados, sendo impresso no caro papel *couché*, o que elevava seu preço, recheado de muitas imagens reproduzidas com qualidade, e de constantes referências a personagens e eventos da elite carioca. Impressa com uma média de 50 páginas, esse número podia chegar até 100 no caso de edições comemorativas, bastante luxuosas, lançadas em festividades como o Carnaval e o Ano Novo. Editada na cidade do Rio de Janeiro, mas circulando em todo o Brasil, *Fon-Fon* encerrou suas atividades no ano de 1958.

As duas revistas podem ser consideradas como um sucesso editorial, não apenas em razão da sua longevidade, evidenciando popularidade junto ao público, como também por serem empreendimentos comerciais que visavam lucro, e que, portanto, existiam na medida em que alcançavam seus objetivos econômicos. Para conquistar uma faixa mais ampla possível de leitores esses periódicos transitavam por diversos assuntos, publicando anedotas, dicas de moda, literatura, curiosidades, notícias. A grande quantidade de imagens que veiculavam tornavam-nas atrativas não apenas para um público letrado (ou que dominava minimamente habilidades de leitura), como também para o segmento não alfabetizado da população. Outro ponto definidor desses semanários foi a aposta que fizeram no humor; presente no texto escrito e nas imagens ele combinava com a proposta das revistas de veicular um conteúdo leve, acessível e, principalmente, arraigado ao cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, retratando seus

costumes, transitando por locais de sociabilidade, reproduzindo polêmicas, modas e o burburinho das ruas.

Coerentes com a sua proposta editorial, as revistas *Careta* e *Fon-Fon* mantiveram o viés humorístico e informal ao tratar do cenário político institucional brasileiro, pois o objetivo era informar e, ao mesmo tempo, divertir o público. Com base nessa intenção, a política que interessava aos impressos era aquela que se fazia no cotidiano, relacionada à sociabilidade dos políticos, em especial dos deputados e senadores federais, construindo uma espécie de crônica social do político. No acompanhamento da movimentação diária dos congressistas, essas revistas construíram percepções e sensibilidades relativas ao que significava ser um legislador no Brasil, sedimentando uma identidade parlamentar que, longe de ser uma substância, indica uma operação interpretativa por parte dos periódicos.

Pelo riso é possível não somente criticar os costumes e automatismos sociais, como defender valores conservadores, ele é capaz de ridicularizar (diminuindo uma pessoa ou um grupo) ou enaltecer alguém, podendo também expressar inconformismo com a ordem estabelecida. No rol das apreciações e avaliações realizadas sobre os parlamentares se destacava, pela recorrência e pela constância durante anos nas duas revistas, a identificação dos deputados e senadores com a figura do papagaio ou periquito. Tais animais, segundo Lilia Schwarcz, “parecem sempre merecer lugar destacado e reservado na iconologia que acabou por desenhar o país, assim como desfilam magnânimos nos relatos que foram dando cara e feição a esse projeto de nação”.<sup>1</sup> Imagem poderosa, que persistiu na história e adquiriu muitas feições, remetendo a sentidos que se reapresentam, mas que também mudam conforme o contexto e a situação que se deseja descrever ou qualificar.

O papagaio é um animal especial em razão da capacidade de alguns espécimes de imitar a fala humana, tensionando as fronteiras que supostamente isolam a humanidade dos demais seres vivos, suscitando questionamentos e comparações que de forma alguma se restringiram à história brasileira. A família *Psittacidae* engloba os papagaios, araras, periquitos, estando presente em diversas partes do mundo, variando em tamanho e cores, sendo o Brasil o país que mais possui representantes dessas aves, 70 espécies de um total de 344 no mundo todo.<sup>2</sup> Segundo relatos, sua introdução na Europa se deu pelas mãos de Alexandre, o Grande, que após

---

<sup>1</sup> In: A Terra Papagalis. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-terra-papagalis>>; acesso em: 10 set. 2015.

<sup>2</sup> SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira, uma introdução*, vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 291, p. 298.

retornar da Índia trouxe alguns exemplares com ele, de modo que o pássaro integrou, desde os primórdios, e do ponto de vista europeu, imagens de conquista, do estrangeiro e de exotismo. Daí em diante o papagaio povoou textos de filosofia, história natural, literatura, além de se fazer presente na pintura e na escultura.

Esse animal integrou o imaginário ocidental ao longo do tempo, de forma que as representações produzidas sobre ele no Brasil participam de uma longa tradição humana de observação e convivência, compreendendo sentidos partilhados, mas que nem por isso deixam de gerar novas associações de acordo com a especificidade da situação e do momento histórico. No caso do Brasil é sabido que após a chegada dos portugueses a terra foi batizada, dentre outras denominações, de *Terra dos Papagaios*, pela abundância dessas aves no local, que logo foram desenhadas nos mapas da região, marcando seu exotismo em relação à Europa. Daí em diante a ave não deixou de compor o relato de cronistas, viajantes e literatos, estrangeiros ou não, firmando-se como ave tipicamente brasileira (mesmo não sendo), e remetendo a noções de abundância, bulha, alegria, vibração, colorido e riqueza, mas também de algazarra, inconveniência, descontrole, vulgaridade.

No que toca às representações construídas por *Careta* e *Fon-Fon* elas estavam associadas à figura do parlamentar. Para essas revistas o Legislativo brasileiro não existia para o bem do povo, mas apenas para dar vazão aos projetos políticos e econômicos dos próprios deputados e senadores. Os legisladores seriam então os papagaios ou periquitos que devoravam avidamente o milho (cuja cor remetia ao ouro), que corresponderia ao dinheiro do povo, aos impostos ou ao tesouro nacional. Nos textos e desenhos publicados esses pássaros, com suas lindas penas e seu vivo alarido, eram uma praga, pois atacavam as plantações em grande número, devorando o produto do trabalho alheio e deixando para trás prejuízo e desolação.

Outro ponto fundamental da vinculação entre tais aves e os deputados e senadores seria a capacidade de falar. Contudo, essa habilidade seria vazia, destituída de sentido, pois os papagaios-parlamentares apenas repetiriam vocábulos humanos, o que também remete ao debate da época de que os legisladores reproduziam, de forma adestrada, os comandos do poder Executivo. A capacidade do papagaio de imitar a fala é tida extraordinária, porém imperfeita, de forma que, apesar do seu status superior com relação à maioria dos animais, ele é geralmente percebido como tosco e grosseiro em comparação ao ser humano, pois o papagaio imita, carecendo de espontaneidade e de autonomia. “A “linguagem” do papagaio é externa ao animal e carente de significação; inversamente, para o entorno humano, aparece como repetição da

forma, colocando o homem diante do aspecto mecânico, maquinal da própria fala”.<sup>3</sup> O detalhe da fala corrompida era destacado pelas revistas *Careta* e *Fon-Fon* a todo o momento, não era apenas o aspecto mecânico que expressava a pobreza da linguagem, sua decadência também residiria na degradação do tema, não se discutia política, e sim politicagem, versão apequenada e medíocre, sem utilidade para a sociedade. As charges publicadas nas revistas tratavam frequentemente do *palrar* dos legisladores, tagarelice barulhenta, mas aparentemente sem conteúdo relevante.

Assim, o papagaio e os legisladores foram sobrepostos em uma circularidade de projeções, compartilhando qualidades (quase sempre negativas), conformando uma miríade de sentidos que nos remetem a uma longa tradição. Tido como indiscreto, tagarela, inteligente, matreiro, imitador, boa vida, esperto, alegre, bagunceiro, voraz, o papagaio é em tudo representado como excesso, de cores e sons. Suas plumas coloridas e o gosto pela comida firmavam associações com luxo e riqueza, mas também com a indolência e a preguiça, já que em bando se alimentavam de plantações, fruto do trabalho de outros, e no cativeiro apreciavam boas iguarias. Interessante notar, portanto, que essa ave já era tida como “malandra” bem antes da criação do desenho do personagem *Zé Carioca* por Walt Disney nos anos 1940,<sup>4</sup> mas ao invés dela aplicar pequenos golpes a partir de uma condição economicamente desfavorecida, como o divertido *Zê*, os papagaios-parlamentares, segundo os periódicos, exerciam suas artimanhas nas altas rodas, não para sobreviver, e sim por ganância.

A associação entre os legisladores e os papagaios, abundante na imprensa e nas manifestações culturais da Primeira República, praticamente desapareceu nas décadas posteriores, sendo pouco mencionada até mesmo pelos historiadores. Nos anos 1940 o papagaio mudou-se para o morro, encarnando uma “simpática malandragem carioca, na recusa ao trabalho regular e na prática de expedientes temporários”.<sup>5</sup> Na nova ética de trabalho encampada pelo governo Vargas, já não ficava bem vincular os dirigentes do país a papagaios langorosos e cheios de truques, pois mesmo com o Congresso Nacional fechado a partir do

---

<sup>3</sup> DÓRIA, Carlos Alberto. Graciliano e o paradigma do papagaio. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 20.

<sup>4</sup> O “filme “Alô, amigos” (“Saludos amigos”, no original). Exibido em pré-estréia no Rio de Janeiro em 1942, o longa foi lançado nos Estados Unidos no ano seguinte”. MONTEIRO, Filipe; BENJAMIN, Mariana. Papagaio das antigas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/papagaio-das-antigas>; acesso em: 10 set. 2015.

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca, notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 8.

golpe do Estado Novo era preciso preservar a imagem das autoridades, tornando-as exemplos de empenho e dedicação.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOEHRER, Bruce Thomas. *Parrot Culture: our 2,500-year-long fascination with the world's most talkative bird*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

DIMAS, Antonio. *Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983.

DÓRIA, Carlos Alberto. Graciliano e o paradigma do papagaio. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 35, p. 19-34, 1993.

LUCA, Tania Regina De. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1), p. 59-79, 2003.

MONTEIRO, Filipe; BENJAMIN, Mariana. Papagaio das antigas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/emia/papagaio-das-antigas>; acesso em: 10 set. 2015.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. *Sociabilidade Parlamentar em cena: atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de Janeiro (1902-1930)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9RQLKL>>.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Terra Papagalís. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-terra-papagalis>; acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Complexo de Zé Carioca, notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 10, n. 29, p. 49-64, out. 1995.

SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira, uma introdução*, vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.



## A cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima: as ideias do senador intelectual Eduardo Suplicy (1990-2006)

**Glauber Eduardo Ribeiro Cruz**

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [glauberduardoribeirocruz@gmail.com](mailto:glauberduardoribeirocruz@gmail.com)

**Resumo:** A luta no Parlamento nacional por parte do senador Eduardo Suplicy teve dois temas norteadores da ação política: a cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima. Sua dedicação as temáticas se desenvolveu na atuação parlamentar por meio dos discursos – encontrados no Diário do Senado Federal – e na publicação de livros que podem ser considerados sínteses das suas reflexões políticas. O texto – de caráter introdutório – pretende analisar a concomitância entre o amadurecimento das ideias políticas, no parlamento, por meio dos discursos e a publicação de livros, numa ação intelectual, para defesa das práticas cidadãs. A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira nos proporciona conceber o Parlamento como local político propício para a defesa de propostas e ideais sociais para a implantação de leis que efetivamente possam alterar a realidade do país, no caso específico, a garantia de uma renda mínima para todo cidadão brasileiro.

**Palavras-Chave:** Intelectual; Senador; Programa de Garantia de Renda Mínima; Cidadania; Eduardo Suplicy.

**Abstract:** The struggle in the national parliament by Senator Eduardo Suplicy had two themes guiding political action: citizenship and the Minimum Income Guarantee Program. His dedication to the thematic has developed in the parliamentary performance through the speeches - found in the Diary of the Federal Senate - and in the publication of books that can be considered syntheses of his political reflections. The text - introductory - aims to analyze the concomitance between the maturing of political ideas in parliament, through speeches and the publication of books, in an intellectual action, to defend citizen practices. The expansion of spaces of sociability in Brazilian society allows us to conceive of Parliament as a political place conducive to the defense of proposals and social ideals for the implementation of laws that effectively change the reality of the country, in the specific case, the guarantee of a minimum income For every Brazilian citizen.

**Keywords:** Intellectual, Senator, Minimum Income Guarantee Program, Citizenship, Eduardo Suplicy.

### Introdução

O evento: a aprovação da Lei de Renda Básica de Cidadania pelo Congresso em 15 de dezembro de 2003 e sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004. A ação: a luta parlamentar desenvolvida pelo senador Eduardo Suplicy entre 1991 e 2004 por meio dos discursos, da apresentação de projetos de lei e de conquistas e de sofrimentos no cenário político nacional e a circulação de ideias por meio da publicação de livros. Assim podemos iniciar, ou começar algo novo, no viés arendtiano, com o intuito de percorrer a trajetória do senador e do intelectual Eduardo Suplicy na sua iniciativa de defender a causa da garantia de renda mínima e da cidadania no Parlamento nacional.

Contudo, a categoria intelectual merece uma reflexão para compreender como Suplicy se adequa ao conceito. Na historiografia, na segunda metade da década de 1970, os intelectuais surgem como campo aberto no cruzamento das histórias política, social e cultural. Para Sirinelli o intelectual é um mediador cultural, em sua visão ampla e engajada, sendo importante considerar trajetórias capazes de abranger seu campo de atuação. No caso francês, os intelectuais buscaram fugir da suspeição e do ostracismo dentro da política, definindo-se como grupo social, entusiasmado pelas massas e divulgando os seus trabalhos em periódicos, buscando a assimilação de suas ideias pela população. O autor alerta que para trabalhar com os intelectuais requer: “a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas” (SIRINELLI, 1996, p. 245).

Helenice Rodrigues mostrou como o caso Dreifus – capitão de origem judia e alsaciana, Alfred Dreifus é injustamente acusado de fornecer documentos secretos ao exército alemão. Preso em 1894, ele é julgado de maneira sumária e condenado à degradação militar e a deportação. Longe de ter sido somente um erro judiciário, o “caso Dreifus” correspondeu a uma das maiores crises políticas da III República francesa (RODRIGUES, 2005, p. 399) – consolidou o surgimento da categoria social, da relação com a luta contra o poder e do direito à palavra pública na França no fim do século XIX e início do XX para os intelectuais. Com o caso Dreifus, inauguraram-se valores morais no campo político, reforçados após a Segunda Guerra Mundial, onde o intelectual passou a reivindicar moral e politicamente a sua opinião no espaço público, cultivando o uso da razão em defesa da verdade. A sua ação efetiva e concreta no espaço público consolidou um engajamento político em defesa de princípios universais e de valores progressistas, reabilitando o homem em sua totalidade.

O intelectual como figura representativa deve ter coragem para denunciar e combater violações de liberdade e justiça por meio da sua experiência concreta no cotidiano e com ação baseada na língua e na sua intervenção. Para Edward Said “a questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p. 25). O autor demonstra a importância de atribuir aos intelectuais engajados a capacidade de esclarecer aos sujeitos oprimidos a sua tarefa de restituir um sentido às suas histórias e posicionar-se em sua causa “não tenho nenhuma dúvida de que o intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não tem representação” (SAID, 2005, p. 35).

A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira demonstrou a incipiência da discussão em torno de temáticas voltadas para a solução dos problemas sociais do país, em todo o século XX, e no seu final também adentrou no Parlamento, ganhando outro espaço de ação política.

### **Os anos 1980 e a perspectiva cidadã.**

A criação de algo novo tem como ponto de partida a irrupção iluminadora da sanção da lei defendida por cerca de treze anos por Eduardo Suplicy. Contudo, politicamente a luta tem início com o livro publicado no ano de 1988 *Da distribuição da renda e dos direitos a cidadania* que é um marco na análise do intelectual Suplicy sobre a questão da cidadania. Na década de 1980, em meio ao regime militar e seus resquícios no governo eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, o autor afirma que a ação governamental deve se tornar mais transparente e democrática para destinação de recursos para a população “antes do que em função dos objetivos de maximização de resultados das empresas que interagem com o governo” (SUPLICY, 1988, p. 10).

A luta pela cidadania, neste período, mostra como a década de 80 foi de crescente movimentação de organizações sociais como os destituídos da terra, da moradia, da educação, da saúde e da vida. Na análise de Suplicy é importante saber quem influencia e com que peso influencia as decisões de gastos, de participação nas decisões e de democratização no governo para garantir que os direitos universais se tornem uma realidade. Aqui, a prioridade governamental para investimentos públicos na área viária e o menosprezo pela questão da moradia evidencia como os governantes ignoravam as condições cotidianas para a prática da democracia, da sociedade justa e da igualdade de direitos.

Neste ponto, Eduardo Suplicy parece transitar em meio as ideias de Thomas Paine, político americano atuante durante o período de Independência dos Estados Unidos da América. Paine demonstra como a sociedade é produzida por necessidades, promove a felicidade e encoraja o intercâmbio entre as pessoas, e as finalidades governamentais são a segurança e a liberdade. Para o autor, na ordem da criação os seres humanos são iguais, porém “a igualdade deve ter sido destruída por alguma circunstância subsequente” (PAINE, 1979, p. 16) como a distinção entre ricos e pobres.

Ao refletir sobre a cidadania e relacioná-la a democracia, justiça e igualdade, o intelectual se coloca como ator político que reivindica os direitos aos outros e quer intervir na

sociedade a procura de soluções para os problemas, principalmente da desigualdade no Brasil, que pode melhorar “mas será difícil isto acontecer enquanto o conjunto da população não conquistar por si próprio o direito à cidadania que desde os tempos da senzala até os da favela continua sendo arrancado de suas mãos” (SUPLICY, 1988, p. 25).

O autor é categórico na forma e nas consequências da luta pela cidadania que “implica na possibilidade de participarem de qualquer decisão que diga respeito ao destino de suas vidas” (SUPLICY, 1988, p. 26). Nesta situação, as palavras de Hannah Arendt também se aproximam das expectativas de Eduardo Suplicy. Para a autora, a ação como condição humana só ocorre na esfera pública: “vêm à tona quando as pessoas estão com outras” (ARENDR, 1995, p. 192). E é neste espaço político, a esfera pública, que a luta permanece na década de 1980 e adentra a década posterior com mais ênfase.

### **A década de 1990 e o Programa de Garantia de Renda Mínima**

Na década de 1990, a prática neoliberal com a privatização sem limites do Estado e dos recursos públicos, os aumentos do desemprego e da miséria, que levam ao agravamento da fome para os trabalhadores, e a má qualidade dos serviços públicos mobilizaram três dimensões da cidadania: a luta por direitos, como igualdade e diferença; a experiência concreta cumulativa da construção da democracia; e o nexos constitutivo entre a transformação social e a construção democrática. Para Evelina Dagnino, a década de 1990 foi marcada pela dinâmica dos conflitos reais, pela luta e criação de novos direitos e pela constituição de sujeitos sociais ativos, características constituintes do conceito de cidadania que não se vinculou “a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo” (DAGNINO, 1994, p. 108).

Na perspectiva da autora, os anos de 1990 foram marcados pelo alargamento das relações sociais igualitárias, a ampliação e a inclusão da sociedade civil nas propostas de reformas com a participação efetiva nas definições políticas e a conquista simultânea dos direitos civis, políticos e sociais. Para Dagnino, a década de 1990 evidenciou a necessidade de redefinir a relação entre o Estado e a sociedade em um espaço público de conflito e compreender os movimentos sociais como redes políticas, múltiplas e heterogêneas, sob a perspectiva “representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, que revela uma alteração qualitativa nas suas práticas” (DAGNINO, 1994, p. 110).

O Partido dos Trabalhadores, ator político onde Eduardo Suplicy participou na década de 1990 como senador, definiu duas considerações acerca da cidadania nos anos 1990. A primeira no 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT defendeu no programa para o futuro governo, as reformas como medidas concretas para combater os monopólios, os latifúndios e os imperialistas, e se voltava “para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios proprietários” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551). A cidadania como proposta partidária foi defendida no Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), considerado importante instrumento para o combate da fome e da miséria e “com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551).

E na segunda, no 11º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, o PT afirmou a necessidade da luta contra o capitalismo por meio da ética, da política e da economia. Na economia, a proposta foi para a orientação do desenvolvimento para a produção de bens de consumo de massa e para os serviços públicos essenciais, incluindo milhões de brasileiros, e “que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 654).

A cidadania como proposta política na década de 1990 foi assimilada pelos partidos de esquerda no país, principalmente o Partido dos Trabalhadores, que construíram seus projetos políticos vinculando os movimentos sociais à institucionalidade democrática. Aqui, os partidos esclarecem aos seus legisladores que eles estão capacitados para a tarefa de lutar em defesa da cidadania. E Eduardo Suplicy seguirá incansavelmente esta orientação, indo ao Congresso para legislar, debater, negociar e persuadir os seus pares sobre a importância da votação favorável do projeto de lei apresentado no ano de 1991.

No Senado Federal, entre os anos de 1990 e 1994, Eduardo Suplicy defendeu a aprovação do projeto de lei que implantava o Programa de Garantia de Renda Mínima no país. O projeto foi aprovado em 16 de dezembro de 1991 com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e minimizar os graves problemas sociais no Brasil. Durante os cinco anos, o senador tentou aproximação entre o seu projeto e o do Governo Federal, por meio de estudos, de

conferências e de seminários com a participação da sociedade e do Executivo, este, o qual, não demonstrou nenhum interesse em dialogar e em regulamentar o projeto aprovado no Senado. Para o senador, “se esse programa já estivesse vigorando, um trabalhador que estivesse ganhando o salário mínimo teria direito a mais 30% da diferença entre o patamar, por exemplo, de 200,00 reais e o seu nível de renda, o que elevaria a sua remuneração para mais de 100,00 reais”.<sup>1</sup>

A divulgação do relatório do Banco Mundial em 1995 mostrou a situação da desigualdade social e da distribuição de renda no país e motivou a discussão do projeto sobre a renda mínima nos estados e nos municípios brasileiros. O PGRM estava fundamentado nas aspirações solidárias, justas e humanas com o objetivo de erradicar a miséria e a fome pelo acesso à cidadania de todos os habitantes do Brasil, garantindo o princípio de participação de todos os brasileiros na riqueza do país, pois “é instrumento que redistribui a renda de maneira eficaz e direta. Contribui decisivamente para erradicar a miséria, um objetivo prioritário explicitado no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal”.<sup>2</sup>

Para Eduardo Suplicy, a continuidade da defesa do projeto para a garantia da cidadania como um direito de todos mostrou sua convicção em um direito universal – um mínimo de renda garantido ou uma renda de cidadania. “Vamos por etapas; não há problemas de se progredir por etapas, mas precisamos progredir com muito mais energia do que até agora o Governo vem empreendendo”.<sup>3</sup>

Os valores defendidos por Eduardo Suplicy para o PGRM foram estímulos para a progressão das famílias na procura e na conquista do emprego, e no combate a ociosidade: “o benefício por família será uma proporção da diferença entre R\$60,00 vezes o número de pessoas na família”.<sup>4</sup> Contudo, o projeto do senador ficou sem apoio dos parlamentares no Congresso Nacional para aprovação.

O PFL, no ano eleitoral de 1998, divulgou no documento partidário a justificativa para o seu posicionamento político como liberalismo social, que buscava as aspirações de liberdade e justiça social. Para Gabriela Tarouco, “nesta concepção, surgida no período entre as duas grandes guerras mundiais, aparece a noção de *Estado necessário*, nem mínimo nem máximo,

---

<sup>1</sup> Diário do Congresso Nacional. Seção II, 19/01/1995, p. 844.

<sup>2</sup> Diário do Senado Federal. 1/5/1996, p. 7459.

<sup>3</sup> Diário do Senado Federal. 4/2/1997, p. 3741.

<sup>4</sup> Diário do Senado Federal. 12/12/1997, p. 27945.

deveria coexistir com a livre iniciativa e a economia de mercado, associando ao liberalismo a defesa dos princípios de igualdade” (TAROUCO, 1998, p. 69).

Nesta perspectiva, o senador Edison Lobão (PFL) considerou fundamental as privatizações e o projeto de renda mínima para a sociedade brasileira, o que atendeu aos legítimos interesses da sociedade e “quanto ao programa social, à medida em que o País se aprofunda na privatização - e essa é também uma iniciativa a que somos favoráveis - é preciso que o Estado, aí sim, ingresse mais ativamente no social”.<sup>5</sup> Suplicy considerou oportunismo eleitoral a divulgação do documento com o apoio ao PGRM e duvidou da efetividade da erradicação da miséria no país pelo PFL, mas caso o documento “estiver expressando um desejo sincero, convido o referido partido a passar da retórica à prática”.<sup>6</sup>

No livro de 1998, denominado *Programa de Garantia de Renda Mínima*, Eduardo Suplicy trouxe dentro da perspectiva gradualista, o critério da idade, a vinculação das pessoas que receberiam os benefícios do programa aos programas governamentais, a oferta de serviços e bens de consumo duráveis e ao treinamento para aperfeiçoar ou ingressar no mercado de trabalho, com a pretensão de “dignificar o cidadão” (SUPLICY, 1998, p. 13). Neste ponto, identificamos uma diferença em relação a perspectiva apresentada no ano de 1990 com os critérios de idade mínima de 25 anos e o recebimento de menos de 2 salários mínimos.

Nesta obra, o senador ainda ressalta a existência de programas similares em países e cidades/estados brasileiros, a sugestão do início do programa pelos estados de menor renda per capita e cita o caso de aplicação de programa semelhante no Alasca onde a “renda igual paga a todos os residentes como um direito a cidadania” (SUPLICY, 1998, p. 22) e a criação em 1986 da Rede Europeia de Renda Básica como um fórum de debates que defende uma “renda pequena, porém incondicional, a todas as pessoas, independente de sua origem, raça, sexo, situação civil, de emprego ou econômica” (SUPLICY, 1998, p. 22).

Enfim, o surgimento de critérios para o programa de garantia de renda mínima em vários níveis demonstra como a proposta mobiliza atores sociais que também pretendem intervir socialmente. Simultaneamente explicita como Suplicy é aberto para compreender a variedade de propostas e definir uma opção para o seu projeto de lei.

---

<sup>5</sup> Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2107.

<sup>6</sup> Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2109.



## O início dos anos 2000: rumo a Renda de Cidadania

A luta parlamentar continua no Senado Federal principalmente quando o Governo Federal não estabelece metas de longo prazo para a definição de uma ação política eficiente para o combate à miséria gerada pela política neoliberal, principalmente porque a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil mantinham números alarmantes. Eduardo Suplicy apresentou projeto de lei para a instituição da linha oficial de pobreza para a diminuição de desigualdades socioeconômicas por meio de critérios e metas que eram referências nas orientações das políticas sociais no país. Neste ponto, a efetivação do Programa de Garantia de Renda Mínima contribuiria para que todas as pessoas de país participassem da riqueza da nação, recebendo o suficiente para a sobrevivência.

Um complemento de renda seria garantido a cada família como um direito à cidadania, como um direito que a nenhum conselho ou grupo de pessoas seria possível retirar daquela família, uma vez que estaria bem definido, pelo Congresso Nacional, o direito inalienável daquela família, daquelas pessoas, daquelas crianças de estarem recebendo um mínimo de renda.<sup>7</sup>

As propostas para a erradicação da pobreza teriam a combinação do salário mínimo, da garantia de renda mínima, do imposto de renda negativo e do crédito fiscal por remuneração recebida. As opções mostradas por Eduardo Suplicy eram a forma de o Governo Federal examinar e definir a política ser adotada. As ações do Governo Federal foram modestas e insuficientes com o programa Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Cartão Cidadão, principalmente porque não se estendeu para todos os municípios brasileiros. Com este intuito, Eduardo Suplicy apresentou o projeto de lei que instituiria a renda básica incondicional e de cidadania com o objetivo de implantar a igualdade econômica com a participação de todos na partilha da riqueza da nação e de evitar a burocracia e o estigma da pobreza.

Quero assinalar um fato histórico hoje para o Congresso Nacional, para o Senado Federal: pela primeira vez na história das nações, o parlamento de uma nação votou a instituição de uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, a partir de 2005, pelo projeto de lei aprovado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo – há, porém, a necessidade de mais uma votação –, teremos o direito, todos os brasileiros e estrangeiros residentes há cinco anos ou mais no Brasil, de receber uma modesta renda - renda suficiente para nossas necessidades vitais. Caberá ao Poder Executivo estabelecer o montante dessa modesta renda, levando em consideração a capacidade econômica, a arrecadação financeira e o grau de desenvolvimento do país.

Tendo em vista que esta proposta está contida no Programa de Governo do PT, a partir de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saberá dar os

---

<sup>7</sup>Diário do Senado Federal. 20/11/1999, p. 31266.

passos graduais para erradicar a fome, a pobreza e garantir dignidade e liberdade a todos os brasileiros.<sup>8</sup>

O momento histórico ressaltado por Suplicy nos aproxima novamente do pensamento de Hannah Arendt, quando esta analisou o poder da Declaração de Independência dos Estados Unidos como a maneira em que a ação se concretiza em palavras, e onde na palavra escrita “o poder de ação é grande o suficiente para erigir seu próprio monumento” (ARENDR, 2011, p. 176). O senador Suplicy erigiu seu monumento ao conquistar a aprovação da lei que lutou por mais de dez anos no Congresso Nacional, mas também mostrou como a revelação da ação e do discurso acontece por meio da repetição, pois foram muitos discursos e muitos entraves até a aprovação da regra.

Com o projeto de Renda Básica de Cidadania apresentado em 2001, o senador Suplicy demonstrou como a luta no Parlamento visava o interesse público, ao atingir o maior grupo de pessoas possíveis por meio dos vínculos: a vacinação para as crianças, a garantia de frequência escolar para crianças e adolescentes e a alfabetização e a capacitação para o mercado de trabalho para os adultos. A perspectiva era atingir as camadas mais necessitadas da população e garantir a constitucionalidade do conteúdo da lei.

A crença do intelectual era na possibilidade da lei ser implantada por completo até 2008, pois os valores são menores que os juros da dívida pública e é possível também diminuir o índice de desigualdade medida pelo Banco Mundial e Gini, tornando a economia mais competitiva com a expansão do crescimento e as oportunidades de trabalho e a ampliação do grau de liberdade com a construção de uma sociedade mais justa.

Tenho a convicção de que a sua aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial corresponde ao extraordinário anseio demonstrado pelo povo, na eleição de Lula, de que é agora necessário se fazer justiça e o quanto antes dar prioridade à erradicação da fome, da pobreza absoluta e à melhoria da distribuição de renda e dos direitos à cidadania no Brasil (SUPLICY, 2004, p. 19).

Novamente, a convicção de Suplicy se aproxima do pensamento de outro revolucionário americano: Thomas Jefferson. Para este, o governo deve proteger e salvaguardar os direitos do povo, cuidando da vida e da felicidade humanas por meio de uma maioria livre de interesses privados e sob a égide da razão. Para Jefferson, a experiência de autogoverno – onde os homens de negócios podem ser retirados e colocados outros nos lugares que tenham a mesma

---

<sup>8</sup> Diário do Senado Federal. 11/12/2002, p. 25293.

capacidade – e a instrução da sociedade para a preservação da paz são elementos importantes para a manutenção do governo, pois “o povo é a única base de confiança para preservação de nossa liberdade” (JEFFERSON, 1964, p. 65).

Em si, a relação colocada em prática era possibilitar a liberdade da sociedade por meio de uma lei que garantiria uma renda básica para todos e simultaneamente, ter a participação social como foco importante na manutenção das políticas governamentais.

### **Considerações finais**

Neste trajeto percorrido, alguns pontos merecem mais espaço para análise como o projeto apresentado em 1990 tem critérios como a idade e o valor de dois salários mínimos; o projeto apresentado em 1998 tem critérios como a idade, a vinculação das pessoas aos programas governamentais, a oferta de serviços e bens de consumo duráveis e ao treinamento para aperfeiçoar ou ingressar no mercado de trabalho; o projeto aprovado em 2001 tem a vacinação, a frequência escolar e alfabetização e a capacitação para o mercado de trabalho; o critério defendido pela Rede Europeia de Renda Básica é a renda básica para todas as pessoas, independente de distinções; e os projetos aplicados em cidades, estados e países diferentes que se efetivam na prática mostram o quanto às opções políticas de Eduardo Suplicy precisam ser problematizadas e refletidas.

Contudo, também mostram como a ação do senador é humana e revelada pelas palavras e “só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer” (ARENDDT, 1995, p. 191). Isso constrói sua identidade pessoal e singular como ator político e reforça o pensamento de que não é possível prever o resultado e o fim da ação porque ela não tem fim, não é a aplicação da lei que fará o senador parar de lutar pela implantação da renda básica de cidadania. A imprevisibilidade da efetivação da lei é o que motiva o intelectual a continuar refletindo sobre a temática da cidadania por meio da sua faculdade de prometer e cumprir promessas. O livro *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento* publicado no ano de 2006 pode ser um exemplo de continuidade da luta, mas este já é um novo início, para uma nova reflexão.

### **Referências**

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. 348p.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 410p.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

JEFFERSON, Thomas. As bênçãos de um governo livre. In: JEFFERSON, Thomas. Escritos políticos. São Paulo: IBRASA, 1964. pp. 51-74.

PAINÉ, Thomas. O senso comum e a crise. In: JEFFERSON, Thomas; PAINÉ, Thomas; HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John; TOCQUEVILLE, Alexis de. Escritos políticos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp. 11-44.

Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. 703p.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no "campo" cultural francês: do caso Dreifuss aos tempos atuais. Varia História, UFMG - Belo Horizonte, v. 21, p. 395-413, 2005.

SAID, Edward. Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 127p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 231-296.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Da distribuição da renda e dos direitos a cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1988. 342p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programa de garantia de renda mínima. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. 87p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Renda de cidadania: a saída e pela porte. 3. ed. aum. São Paulo: Cortez: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 389p.

TAROUCO, Gabriela. O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999. 175f.

## Mundos do Trabalho & Imprensa: as celebrações do “Grande Dia” na imprensa amazonense durante a Primeira República

**Richard Kennedy Nascimento Candido**

Mestrando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ)

E-mail: richard\_lp13@hotmail.com

**Resumo:** O Primeiro de Maio é um dos fenômenos mais importantes e interessantes da História do Trabalho. As lutas e angústias dos trabalhadores e trabalhadoras eram externadas durante o movimento que, em seu nascimento foi pensado para ser o primeiro grande rito operário internacional. A data ganhou adesão rápida e grade por parte dos sindicatos e associações dos trabalhadores que se mobilizavam para fazer desta data o maior acontecimento da classe. Nesta comunicação pretendemos mostrar como as celebrações do Primeiro de Maio apareceram nos jornais da cidade de Manaus no período de 1890-1930 e analisar as nuances da classe trabalhadora acerca deste acontecimento tão importante, destacando todas as particularidades do uso de jornais como fontes. A dualidade “festa x luta” se tornou muito presente em nossas análises, inclusive na mudança de significação que a data passava constantemente.

**Palavras-Chave:** Manaus; Primeiro de Maio; Imprensa

**Abstract:** The May Day is one of the most important and interesting phenomena in the History of Labor. The struggles and anxieties of the workers were voiced during the movement which at its birth was thought to be the first great international workers' rite. The date gained fast and large adherence by unions and workers' associations that mobilized to make this date the biggest event in the class. In this communication we intend to show how the celebrations of the May Day appeared in the newspapers of the city of Manaus in the period of 1890-1930 and analyze the nuances of the working class about this important event, highlighting all the particularities of the use of newspapers as sources. The duality "party x fight" became very present in our analyzes, including the change of the meaning that the date passed constantly.

**Keywords:** Manaus; the May Day; Press

Este presente artigo tem como objetivo principal pensar nas problemáticas de meu projeto de mestrado que visa discutir as mudanças de sentidos do Primeiro de Maio em Manaus durante a Primeira República através da imprensa.

Essa problemática surgiu durante uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada de “*Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa amazonense (1890-1930)*” financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e por seu vasto volume de fonte foi renovada por mais um ano. Alguns resultados nos chamaram bastante atenção, como foi o caso do 1º de maio de 1914 em que foi possível observar a maior cobertura em jornais, tanto operários quanto da grande imprensa, da mobilização ao redor do dia do operariado. Os jornais narraram toda a movimentação deste dia, desde passeatas nos cemitérios até discursos sendo feitos em frente as fábricas; um caso em especial foi o ocorrido em frente a uma fábrica de roupas femininas onde as mesmas haviam

feito a primeira greve de mulheres na cidade no ano anterior, também ocorreu a tomada pelos trabalhadores de uma das praças mais importante da cidade, Praça de São Sebastião, eram trabalhadores dos mais variados ofícios. Foi também neste ano que encontramos a menção ao “*comité pró-primeiro de maio*”, grupo esse que era responsável por toda organização da data na cidade de Manaus.

Essa pesquisa anseia aprofundar sobre os estudos do Dia do Operariado Mundial em Manaus da forma que possamos compreender todas as redes de experiências dos trabalhadores. Mas que Manaus da virada para o século XX que iremos falar?

No fim do século XIX e início do século XX a cidade de Manaus passava por diversas mudanças estruturais e sociais. Edineia Mascarenhas Dias fala dessas mudanças e nos apresenta ao que chamamos por “*Paris dos Trópicos*”. Segundo Dias “a modernidade traria um novo estilo de vida e grandes transformações, não só materiais, como também espirituais e culturais<sup>1</sup>”.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro ao falar sobre as transformações da cidade durante a virada para o século XX nos apresenta o porto com um destaque fundamental. Segundo ela o porto “Desempenhava um papel vital na cidade, sendo a um só tempo ponto da ligação com o mundo e expressão do movimento modernizante que criou a possibilidade de uma vinculação mais efetiva da região com o mercado mundial”<sup>2</sup>.

Devido a cidade de Manaus se localizar às margens do Rio Negro, era pelo porto que as trocas de experiências aconteciam e era onde ocorria o primeiro contato com a cidade. Durante o período de grande impulsão da borracha “chegaram grandes contingentes de população pobre a procura de oportunidades de trabalho<sup>3</sup>.”

Com toda modernidade trazida com o “*boom*” da borracha, a sociedade pagaria um preço. Segundo Pinheiro

O preço do “progresso” estaria marcado nas lutas e nas fisionomias dos excluídos. Um olhar sobre eles permitirá revelar uma Manaus diferenciada, não tão bela ou culta, mas também sombria, pobre e conflituosa, possibilitando perceber os limites de uma pretensa identidade que pensava-se ter construído<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> DIAS, Edineia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1930. 2º Ed. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 28.

<sup>2</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 3º Ed. Manaus: FUA, 2015, p. 35.

<sup>3</sup> Ibidem, p.43.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 54.

Tanto no trabalho com a borracha, quanto nas obras de embelezamento da cidade e na construção do porto vemos os migrantes nodertinos, em sua maioria cearences, sendo a grande parcela de trabalhadores. Eram diversos os motivos da vinda dessas pessoas para a região amazônica, mas o fato é que eles vinham em busca de ganhar a vida e também pela falta de mão-de-obra na cidade<sup>5</sup>.

Corroborando com isso, Edinea Mascarenhas Dias fala dessa atração pela cidade e da busca por melhoraria de vida desses migrantes. Além disso, a autora também lista diversas categorias de trabalhadores que já atuavam na cidade.

Trabalhadores das mais diversas categorias como estivadores, caixeiros, cocheiros, ambulantes, funileiros, sapateiros, barbeiros, boleiros, eram paraenses, maranhenses, cearenses, pernambucanos, paraibanos, portugueses, espanhóis, que foram atraídos pelo grande “fausto”, esperando uma oportunidade para melhorar de vida<sup>6</sup>.

Dias cita os estrangeiros como fator decisivo para a ampliação das atividades na cidade. E que esse aumento e diversidade provocou medidas disciplinares para o trabalho urbano<sup>7</sup>. Também é colocado em pauta a invisibilização desses trabalhadores, “causando-lhes grandes prejuízos nas condições de viver, de morar e de trabalhar, no saneamento, em transportes, saúde e abastecimento<sup>8</sup>”.

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro mostra a contradição na história oficial com relação aos trabalhadores daquele período. Além de mostrar a precariedade da situação “a vida operária sofria com a falta de moradias e com o alto preço dos alugueis, inclusive os de ‘pensões de 3º classe’ e cortiços<sup>9</sup>”. Ainda segundo o autor, a classe trabalhadora se organizou e a foi à luta. E é nesse contexto que nossa pesquisa está inserida.

O Primeiro de Maio foi idealizado na França em 1889 dentro da Segunda Internacional de Paris. Michelle Perrot em seu livro *Os Excluídos da História* apresenta as principais ideias de criação da data e difusão dela para todo o mundo.

Essa manifestação não foi criada em qualquer momento ou de qualquer maneira. Foi precedida por proposições e experiências que, sob certos aspectos, ela cristaliza; assim é o caso da rica experiência americana com a qual, nessa época, o movimento operário se declara amplamente solidário. E

---

<sup>5</sup> Ibidem, 61.

<sup>6</sup> DIAS, 2007, op. Cit. 44.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>9</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha. *Canoa do Tempo*, v. 1, nº1, 2007, p. 5.



não só. Mas ainda, de modo mais indireto, ela se enraíza na combatividade do maio operário, mês recordista de greves, e talvez, a mais longo prazo, na tradição de primavera dos maios aldeões. Maio carrega toda uma simbologia que é preciso saber se e como foi levada em conta, a que nível de consciência ou do inconsciente coletivo.<sup>10</sup>

No Brasil essa data passou a ser realizada a partir de 1891, ou seja, um ano após sua primeira edição na França. Muito embora, os estudos sobre a história do Primeiro de Maio não sejam tão difundidos, contudo, podemos destacar o trabalho da historiadora Silvia Petersen que escreve sobre as origens desse mito no Brasil, nos mostrando que no ano de 1890 não houve notas em jornais que falassem de alguma comemoração realizada nessa data e que tão somente, no ano seguinte é que surgem os principais periódicos distribuídos nas grandes cidades brasileiras<sup>11</sup>.

O Primeiro de Maio em Manaus exigia algumas práticas para que os trabalhadores e trabalhadoras pudessem protestar ou festejar. Como podemos ver na nota a seguir

Nos jornais que circularam durante a Primeira República em Manaus conseguimos observar diversas formas de manifestações que remetiam ao grande dia do operariado mundial. Desde pequenas notas nos jornais, até jornais inteiros feitos para sujar a imagem de uma pessoa, além de matérias criticando aqueles trabalhadores que costumavam festejar a manifestarem-se pelos direitos da classe durante o Primeiro de Maio<sup>12</sup>.

Com base nas colocações anteriores é que foram pensados os objetivos a seguir. Devem ser o ponto de partida para o produto final que é a dissertação.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar na imprensa amazonense as representações produzidas acerca das celebrações do Primeiro de Maio durante a Primeira República, visando ampliar os conhecimentos e os debates a respeito da relação entre o movimento operário e a sociedade amazonense, por intermédio dos registros produzidos pelos periódicos de Manaus.

Como objetivos específicos, pensamos os três a seguir que podem ser úteis para nos ajudar a montar esse quebra-cabeças que é pensar a data na cidade de Manaus e também todas as suas particularidades.

---

<sup>10</sup> PERROT, Michele. “O Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário”. In: Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.

<sup>11</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Origens do 1º de Maio no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC, 1981. P. 27.

<sup>12</sup> CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. “Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manausa (1890-1930)”. IN: Hydra: Revista Discente Eletrônica Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, v1, n1, 2016, pag. 229.

- Compreender as tensões e as interações produzidas no interior do processo associativo da classe trabalhadora em Manaus tendo como base a forma como cada segmento desse grupo de trabalhadores pensou a causa e a luta operária, produzindo e projetando uma determinada perspectiva de celebração do Primeiro de Maio;
- Discutir a influência da imprensa amazonense nas organizações das celebrações dessa data;
- Confrontar os diferentes discursos vinculados na grande imprensa e nos jornais operários acerca do Primeiro de Maio.

Convém explicar que boa parte dos jornais que constituem os acervos de periódicos no Estado do Amazonas são compostos de títulos efêmeros e produção fragmentária. Nem todos, portanto, prestaram-se à pesquisa. Muitos sequer haviam tirado publicações no mês de maio, quando, frequentemente, a data do trabalho é explorada.

Levando isso em consideração, os jornais da imprensa operária que serão alvo de nossas análises são: *Guttenberg* (1891), o que contém as primeiras notícias sobre o tema; *Confederação do Trabalho* (1909); *A Lucta Social* (1914), jornal anarquista e defensor de um 1º de Maio combativo; *Vida Operária* (1920); *O Extremo Norte* (1920) e o *Primeiro de Maio* (1928).

Da imprensa diária, o jornal com uma base mais segura e completa é o *Jornal do Comércio*, iniciado em 1904 e que deve ser lido até 1930. Também pretendemos trabalhar com *A Federação* (1900-1902), *Folha do Amazonas* (1910-1915) e *Gazeta da Tarde* (1913-1923) todos da grande imprensa. Da leitura de todos esses jornais produziremos um inventário buscando identificar as relações dos trabalhadores com as celebrações do Primeiro de Maio, o que será necessário para mapear de maneira coerente todas as formas de manifestação desses trabalhadores.

Portanto, as propostas colocadas neste artigo deverão ser elucidadas durante os dois anos de pesquisa intensa na pós-graduação.

## **Bibliografia**

BARBOSA, Marivalda. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (Org). Cultura de Classes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. “Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930)”. IN: Hydra: Revista discente eletrônica da pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, v1, n1, 2016.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920. 2º Ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

HOBBSAWM, Eric. Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

HOBBSAWM, Eric. Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha. Canoa do Tempo, v. 1, nº 1, 2007, p. 11-32.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 3º Ed. Manaus: FUA, 2015.

PERROT, Michele. “O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário”. IN: Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 127-164.

PETERSON, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. Anos 90. Porto Alegre, nº3, jun. 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, Luciano Everton Costa. A Vida Operária: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920). Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2008;

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ZICMAN, René Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto História, n 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.

## Os Arautos Da Nação: O papel de intelectuais na educação patriótica paraibana durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

**Daviana Granjeiro da Silva**

UFPB

E-mail: [davianags@hotmail.com](mailto:davianags@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho apresenta reflexões acerca do papel exercido por intelectuais no projeto de educação nacionalista e patriótica no estado da Paraíba, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Atendendo à dinâmica nacional proposta pelo regime estado-novista, o governo paraibano buscou consolidar práticas educativas que favorecessem a construção de um sentimento de *brasilidade*, essencial para o incentivo à entrada do Brasil na guerra. Utilizando os meios de comunicação como instrumento educativo para a população, o governo disseminou ideias proferidas por intelectuais de destaque no cenário político e cultural – como Gilberto Freyre e José Américo de Almeida – que integrassem o projeto político vigente. Dentro da perspectiva da Nova História Política, a intenção é perceber/discutir a importância do posicionamento desses intelectuais e suas representações para a legitimação de discursos e de uma educação nacional.

**Palavras-Chave:** Educação patriótica. Intelectuais. Segunda Guerra Mundial.

**Abstract:** This work presents reflections on the role played by intellectuals in the project of nationalist and patriotic education in the state of Paraíba, in the context of World War II (1939-1945). According to the national dynamics proposed by the Estado Novo regime, the Paraíba government sought to consolidate educational practices that favored the construction of a feeling of being Brazilian, essential for encouraging Brazil's entry into the war. Using the media as an educational tool for the population, the government disseminated ideas delivered by prominent intellectuals in the political and cultural scene - such as Gilberto Freyre and José Américo - to integrate the current political project. Inside the New Political History perspective, we intend to discuss the importance of the positioning of these intellectuals and their representations for legitimate the discourses of a national education.

**Keywords:** Patriotic Education, Intellectuals, World War Two.

### Introdução

Durante o período da História do Brasil conhecido como Estado Novo (1937-1945), a educação no país foi repensada de modo a contemplar o projeto nacionalista característico do novo regime<sup>1</sup>. Deste modo, o governo brasileiro buscou construir uma educação patriótica que contribuísse para a legitimação e formação de uma identidade nacional específica. Somado a

---

<sup>1</sup> Sobre isso cabe destacar os estudos de Carmen Nava (2007), que em “Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945)” apresenta uma intensa análise de como o governo brasileiro incutiu valores morais e patrióticos no ensino durante o Estado Novo.

isso, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial<sup>2</sup> (1939-1945) em agosto de 1942 foi fator de intensificação<sup>3</sup> da política nacionalista e patriótica que já vinha em curso.

A educação patriótica pensada para o contexto brasileiro se deu de maneiras diversas, tanto nos espaços formais (escolas) como em espaços não formais. A população era educada sobre e para a guerra através de jornais<sup>4</sup>, propagandas, programas de rádios, cartilhas escolares, discursos de pessoas importantes, dentre outras formas de se educar uma nação. Com isso, gradativamente o amor pela pátria era disseminado em todo o país e isso era essencial ao contexto de beligerância pelo qual passava o Brasil.

Dentro desse processo, tornou-se notável o papel dos intelectuais no cenário político brasileiro, em grande medida, vistos como porta-vozes da nação. Acerca disso, Mônica Pimenta Velloso (2013) traz uma importante discussão em “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, onde diferencia e problematiza a participação dos intelectuais com os projetos de nação estabelecidos ao longo dos regimes políticos brasileiro, ora atuando como “guia na condução do processo de modernização da sociedade brasileira (p.147)”, ora representando o povo enquanto uma “consciência iluminada do nacional (p.148)”. Velloso enfatiza ainda que nos regimes autoritários “os intelectuais aparecem como porta-vozes dos anseios populares porque seriam capazes de captar o ‘subconsciente coletivo’ da nacionalidade” (p.156). Cabe destacar também a obra de Nicolau Sevcenko *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (2003) por apresentar um intenso panorama da produção de dois consagrados escritores brasileiros, Euclides da Cunha e Lima Barreto, e a participação destes na construção de uma leitura da Primeira República brasileira.

Importante destacar que as relações dos intelectuais com as culturas políticas<sup>5</sup> do Estado Novo não se deram de forma simples e de cima para baixo, tendo o Estado como impositor de

<sup>2</sup> Para a compreensão desse período da História mundial, vale salientar o aporte teórico de Eric Hobsbawm em “A Era dos Extremos” (1998). Acerca dos desdobramentos da guerra no cotidiano brasileiro, os estudos de Roney Cytrynowicz em “Guerra sem guerra” (2002) e Octávio Costa em “Trinta anos depois da volta” (1976) foram relevantes para esta pesquisa.

<sup>3</sup> Para maior detalhamento, ver dissertação de mestrado da autora, intitulada “A construção da pátria amada: Educação, Nacionalismo e Patriotismo durante a Segunda Guerra Mundial na Paraíba (1939-1945), que aborda esse processo de intensificação após a entrada do Brasil na guerra.

<sup>4</sup> No caso específico do estado da Paraíba, o órgão oficial do estado, o *A União*, era o periódico de grande destaque no período e que propagava as notícias sobre a guerra, as manifestações patrióticas escolares, os discursos do presidente Getúlio Vargas, bem como os do interventor Ruy Carneiro, as entrevistas de intelectuais com cunho patriótico, dentre outras práticas nacionalistas que contribuíam para o projeto educacional do período.

<sup>5</sup> Esse conceito é utilizado em consonância com os apontamentos dos autores Ângela de Castro Gomes (2007), Rodrigo de Sá Patto (2009) e Serge Berstein (2009). Em suma, o conceito de “cultura política” é apresentado no plural, pelo entendimento que há uma pluralidade de práticas que caracterizam o fenômeno. Entretanto, os autores

perfis desses “homens do saber”. O que pode ser percebido é uma relação de interesses mútuos, onde os artistas de maneira geral, atuavam na dinâmica estatal, como sujeitos também políticos e com pretensões diversas. Alguns deles trabalhavam nas repartições públicas e conciliavam seus papéis de funcionário do Estado e porta-voz da nação. Dentro de um regime de intensa repressão, é comum que os discursos proferidos pelos intelectuais contrários ao regime varguistas eram suprimidos e deste modo, os meios de comunicação controlados pelo DIP externavam, na grande maioria das vezes, os discursos convergentes com o governo.

Se por um lado havia a perseguição constante aos intelectuais contrários ao regime, as ideias proferidas por aqueles que estivessem de acordo com o regime foram disseminadas dentro da política nacionalista varguista, que utilizava os meios de comunicação como instrumento educativo para a população. Com isso, “a questão do nacionalismo, acirrada na conjuntura de guerra, funciona como poderoso elemento aglutinador, capaz de integrar quase toda a intelectualidade do período” (VELLOSO, 2013, p.170). Neste âmbito, o DIP, serviu como catalizador das práticas de propaganda e controle das informações veiculadas e agia fortemente nos diversos setores culturais da sociedade brasileira, com o intuito de homogeneizar o campo cultural e propagar a ideologia do Estado Novo.

No contexto específico paraibano, dois intelectuais se destacaram por suas atuações enquanto “arautos da nação”: Gilberto Freyre<sup>6</sup> e José Américo de Almeida<sup>7</sup>. Seus posicionamentos frente ao estado de beligerância e contra as forças do Eixo serviam como ferramenta de legitimação da entrada do Brasil na guerra e encorajamento no processo de convocação da sociedade civil para o conflito mundial. As entrevistas e pronunciamentos proferidos por ambos eram propagadas com vigor no periódico *A União*, órgão oficial do estado, e externadas como exemplos patrióticos a serem seguidos, como será detalhado ao longo deste artigo.

---

concordam que há uma cultura política predominante, com aspectos específicos que se sobressaem dentro do contexto em questão.

<sup>6</sup> Nasceu em 1900, na cidade do Recife (PE). É uma das grandes referências dos estudos sociológicos no Brasil. Sua obra mais conhecida é “Casa Grande & Senzala” (1933) e é considerada um marco para os estudos da formação da sociedade brasileira. Teve um vasto legado nas áreas da política e educação recebeu vários prêmios e homenagens nacionais e internacionais, em virtude de sua trajetória intelectual e profissional. Ver mais em: LIMA, Mário Hélio Gomes de. Gilberto Freyre. Coleção Educadores. MEC/Fundação Joaquim Nabuco: Recife-PE, Editora Massangana, 2010.

<sup>7</sup> Nascido em Areia (PB) no ano de 1887, José Américo de Almeida foi o escritor de “A Bagaceira”, obra que inaugura o período romancista no Brasil. Teve forte atuação na política da região e ocupou vários cargos no estado da Paraíba, inclusive o de interventor paraibano após o Movimento de 1930. Fonte: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose\\_americo\\_almeida](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida).



## Gilberto Freyre e a Representação do Homem Brasileiro

Desde os anos 20, com o Movimento Modernista, novas questões em torno da identidade nacional foram levantadas e a busca de representação do homem brasileiro se tornou emblemática por alguns intelectuais do período. Neste sentido, uma figura de grande destaque é Gilberto Freyre<sup>8</sup>, já que ele buscava defender a importância do regional para a composição do nacional.

No período getulista, essas ideias repercutiram de maneira positiva e compuseram o panorama político cultural do período e deste modo, muitos de seus posicionamentos apareceram nos jornais como sinônimo de legitimação da situação em que o país se encontrava. Em matéria do dia 26 de junho, o jornal *A União* exhibe trechos da entrevista com Gilberto Freyre acerca da espionagem no país, tema de grande recorrência no periódico:

Entrevistado sobre o problema do quinta-colunismo e da espionagem: o sr. Gilberto Freyre, frisou a necessidade de uma vigilância permanente e acentuou: “devemos estar alertas contra as fôrmas sutis e veladas das atividades anti-brasileiras”. Disse que o nosso maior perigo está naqueles que dissimulam seus atos com falsas palavras patrióticas. A seguir, adiantou: “Não é mistério. Agem entre nós, há anos, agentes estrangeiros disfarçados e empenhados sutilmente em solapar os nossos motivos tradicionais, a vida e os ideais cristãos, a nossa cultura e as nossas disposições democráticas. Quem ignora isso vive no mundo da lua. Ninguém pense que tais agentes gritam: “eu sou nazista?” Não nos devemos deixar arrastar pelos ingênuos que, condenando ou fingindo condenar o nazismo e o facismo, apontam para a educação nazista ou para a mocidade hitlerista como exemplos de educação a mocidade brasileira”. Referiu-se a seguir aos métodos de pilhagens e mentiras adotados por Hitler, que tiveram inspiração na filosofia dos espartanos, de instruir crianças na arte de roubar e de mentir, e concluiu: “Nesta hora tão cheia de angustias para a humanidade, os esforços de cada brasileiro devem orientar-se na luta sem tréguas contra as forças do mal”. (p. 6)

O depoimento de Gilberto Freyre acerca de uma preocupação constante para o governo brasileiro – a espionagem no país – se fez de grande relevância, pois era o posicionamento de um intelectual acerca dos rumos do país em um momento de grande tensão. Utilizando a repulsa de Freyre aos regimes totalitários, o governo explicitou pontos centrais da fala do entrevistado, especialmente nos pontos em que ele critica veemente o nazismo e o fascismo.

---

<sup>8</sup>Ricardo Luiz de Souza (2006) apresenta uma relevante discussão acerca do pensamento político de Gilberto Freyre e suas reflexões acerca da identidade nacional brasileira, bem como as suas colocações em torno do regime de governo que se delineou no Brasil no período em questão. Para mais detalhes, ver: SOUZA, Ricardo Luiz de. História, poder e identidade nacional em Gilberto Freyre. Universidade de Caxias do Sul: Métis: história & cultura, 2006. P.159-177.



Em diversos momentos no *A União* é possível perceber essa intencionalidade de veicular o posicionamento do Gilberto Freyre contrário às forças do Eixo. O periódico recorria a propagar discursos, entrevistas e notícias que remetessem à postura crítica desse intelectual, como uma tentativa de alertar e sensibilizar a população paraibana em prol da causa de guerra. Freyre era visto como um ícone de nacionalidade, um exemplo a ser seguido e uma referência de cidadão brasileiro, preocupado com os destinos da nação.

### **José Américo e a Intelectualidade Paraibana em Favor da Guerra**

O jornal oficial do estado cumpria sua função na busca pela transmissão dos ideais nacionalistas e buscava a todo momento externar nas suas edições o desenrolar da Guerra, apontando para o que denomina de “as vibrações” do povo paraibano, tendo em vista que em diversos momentos no periódico é possível perceber matérias discorrendo sobre movimentações de pessoas ilustres no período, proferindo substancial apoio ao governo. Nesse sentido, não deixaria de ser relatado, em coluna no jornal, a declaração do intelectual e 1º governante da Paraíba, escolhido pelo presidente Getúlio Vargas, José Américo de Almeida aos Diários Associados:

Há mil formas de servir à Pátria: cada qual com as suas faculdades, principalmente nas situações extremas, quando ela invoca como o mais sagrado dos deveres o concurso efetivo de todos os homens. Da minha parte não faltarei nessa hora decisiva com o sentimento público que me prezo de cultivar, onde ele parecer mais útil, conforme as circunstâncias indicarem (*A União*, 27 de Ago. de 1942, p.6).

Ao analisarmos o discurso de José Américo, é importante levarmos em conta as concepções de Ângela de Castro Gomes (2010) que discorreu e enfatizou a importância da figura do intelectual para a cultura política republicana predominante e a legitimação de discursos e educação nacional. Para ela:

Intelectuais seriam profissionais na produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos (cada vez menos afeitos ao uso da força), o que demarcaria um vínculo forte e indissolúvel entre cultura e política, entre história e memória, o que desenha relações, de vários matizes, nada mecânicas, nem simplistas entre poder e saber, entre políticos e intelectuais. (p.148)

Nesse sentido, é importante atentar para a figura de José Américo, pois uma análise mais enfática do sujeito nos permitirá refletir sobre as estratégias que o governo utilizou para causar

impacto e maior comoção à população paraibana. Além de um homem da política<sup>9</sup> e funcionário do governo Vargas, José Américo possuía duas importantes imagens a pesar para a construção do ideal patriótico: era um intelectual e escritor renomado cuja principal obra, *A Bagaceira*, marca um novo momento para a literatura nacional, considerada como marco inicial do regionalismo brasileiro. E além disso, era um ilustre paraibano, nascido na cidade de Areia, que possuía forte influência em sua região, devido sua linhagem, pois era também um *menino de engenho*.

Essas duas feições que se complementam e denotam uma forte representação para a história paraibana parecem constituir campo propício para as estratégias do governo no sentido de apelação popular e tentativa de construção do sentimento de *paraibanidade*, que no caso específico da Paraíba seria fundamental para o alcance da brasilidade<sup>10</sup> pretendida.

É notória nos jornais a ênfase que se dá aos ícones que façam menção ao estado paraibano, e sendo assim, os discursos proferidos por José Américo serão exemplos dessa configuração. Afinal, simbolicamente, a imagem de um político importante e intelectual renomado, filho da terra, teria grande peso para comoção popular nesse momento.

Uma leitura possível de se fazer acerca da utilização da imagem do discurso fervoroso de José Américo de Almeida é que este serviria como exemplo de um homem que estaria demonstrando amar a sua pátria. Este não apenas falava de si, mas sua linguagem parecia atingir a todos os compatriotas. Dessa forma, ele enfatizava que é nos momentos extremos como o que o país estava passando que se mostrava o sentimento de devir à nação.

## Considerações

Como vimos ao longo deste trabalho, o projeto de educação nacionalista e patriótica fomentado durante o Estado Novo teve forte participação de intelectuais brasileiros no sentido

---

<sup>9</sup>José Américo atuou na secretaria do governo, foi deputado federal, interventor, ministro da Viação e Obras públicas durante o governo Vargas e governador do estado da Paraíba. Para mais detalhes, ver: BARBOSA, Jivago Correia. *Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)*. Em sua dissertação, Barbosa apresenta um panorama da história política de José Américo, que compreende as duas décadas anteriores e nos ajuda a perceber o papel relevante que a figura deste político teve para a Paraíba no período aqui analisado.

<sup>10</sup>Aqui pensamos *brasilidade* em consonância com a discussão historiográfica protagonizada por Cláudia Engler Cury (2013) em seu livro “Abrindo o baú de Memórias”: Políticas Culturais – subsídios para construção de brasilidade – (1930-1990). Em seu primeiro capítulo, a autora disserta sobre a sociedade dos anos trinta do século XX e a construção de projetos de brasilidade, onde o Estado Centralizador durante o regime ditatorial varguista estabeleceu a eliminação das diferenças regionais em prol da “identidade da nação”. No entanto, as pesquisas para esta dissertação percebem que, no caso específico da Paraíba, e em virtude do contexto de guerra, se fez necessária a construção, a princípio, de um sentimento de pertencimento local, ou seja, um sentimento de *paraibanidade*, que então reforçaria o projeto de brasilidade pretendido para o contexto específico da guerra.

da legitimação do regime. Neste sentido, esses intelectuais eram vistos como os “porta-vozes” da nação, detentores e propagadores de conhecimento.

Com a entrada do Brasil na guerra em 1942, esse projeto foi intensificado e as variadas formas de educação patriótica tornaram-se cada vez mais fortes e recorrentes. No caso específico da Paraíba, as pesquisas apontam que o jornal oficial do estado, o *A União*, serviu como elemento crucial para tal intento e a interventoria paraibana, em consonância com o governo federal, buscou incentivar e mais do que isso, construir uma consciência patriótica na população paraibana em favor da guerra, através dos jornais. Dessa forma, várias matérias diárias do periódico tinham a intenção de divulgar exemplos de ícones nacionais, que serviam para sensibilizar e construir um sentimento de *paraibanidade*, e conseqüentemente, de *brasilidade*, essenciais para o clima de beligerância.

Com isso, o papel exercido pelos dois intelectuais aqui apresentados (Gilberto Freyre e José Américo de Almeida) foi de suma importância para a consolidação desse projeto nacional. As pesquisas nos mostraram que os discursos e posicionamentos desses escritores – tidos como ícones – eram repetidamente propagados pelo jornal *A União* e serviam para a construção patriótica pretendida pelo governo Vargas. Freyre era um exemplo de uma intelectualidade brasileira, que protagonizava um projeto regionalista e demonstrava preocupação com o país. José Américo de Almeida, por sua vez, era filho da terra, referência na literatura regional e engajado nas questões políticas locais e nacionais. As suas vozes ecoavam com relevância e legitimidade.

Cabe destacar que tanto o escritor pernambucano quanto o romancista paraibano fizeram parte de uma cultura política predominante durante o regime estado-novista e mesmo eles tendo rompido em um dado momento com o projeto ditatorial varguista, no contexto específico da Segunda Guerra Mundial eram vozes congruentes em favor da entrada do Brasil na guerra. Sendo assim, seus discursos foram fortemente utilizados e propagados pelo governo e é possível concluir que colaboraram sobremaneira para a educação patriótica em curso no país.

### Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et all (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

COSTA, Octávio. *Trinta anos depois da volta: O Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

CURY, Cláudia Engler. “Abrindo o Baú de Memórias”: políticas Culturais no Brasil – subsídios para construção de brasilidade – (1930-1990). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. PP.21-44.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAUERHASS, Ludwig Jr; NAVA. Carmem (org.). *Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras*. In: *Brasil Uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007. p.105-128.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. *Gilberto Freyre*. Coleção Educadores. MEC/Fundação Joaquim Nabuco: Recife-PE, Editora Massangana, 2010.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá; *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org). *Cultura Política na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp.13-37.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. *O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)*. João Pessoa, 2015. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

SILVA, Daviana Granjeiro da. *A construção do pátria amada: educação, patriotismo e nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. João Pessoa, Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2016.

SILVA, Jean Patrício. Práticas políticas durante a interventoria Ruy Carneiro: o populismo e solo paraibano (1940-1945). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

SOUZA, Ricardo Luiz de. História, poder e identidade nacional em Gilberto Freyre. Universidade de Caxias do Sul: Métis: história & cultura, 2006. P.159-177.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

**FONTES:**

Jornal A União. Ano de 1942.

## Em busca da Revolução: a trajetória do movimento nacionalista no Brasil (1961-1964)<sup>1</sup>

**Felipe Alves de Oliveira**  
Doutorando em História  
Universidade Federal de Ouro Preto

**Resumo:** O texto que ora se apresenta pretende analisar a trajetória do movimento nacionalista brasileiro na breve, mais intensa conjuntura de 1961 e 1964. Vale ressaltar que as instituições nacionalistas passaram a atuar de forma coletiva a partir de 1956 – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), periódico *O Semanário*, a Frente Parlamentar Nacionalista, União Nacional dos Estudantes e inúmeras ligas, entre outros –, sobretudo na defesa da manutenção do monopólio estatal sob a Petrobras. Mais a frente, novas demandas passarão a ser reivindicadas, sobretudo na conjuntura aqui analisada, um exemplo é a defesa intransigente das reformas de base, entendida como um dos caminhos para a superação do subdesenvolvimento. Por fim, é importante frisar a centralidade adquirida pelo conceito de revolução. Como mencionamos acima, este texto se restringe a análise do movimento nacionalista da posse de Jânio Quadros, no início de 1961 até queda do presidente João Goulart em abril de 1964.

**Palavras-chaves:** Nacionalismo, revolução, esquerdas.

**Abstract:** The present text intends to analyze the trajectory of the Brazilian nationalist movement in the brief, more intense conjuncture of 1961 and 1964. It is noteworthy that the nationalist institutions began to act collectively from 1956 - Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), The Semanário newspaper, Nationalist Parliamentary Front, National Student Union and countless leagues, among others - especially in defense of the maintenance of the state monopoly under Petrobras. Later on, new demands will come to be demanded, especially in the conjuncture analyzed here, an example is the uncompromising defense of basic reforms, understood as one of the ways to overcome underdevelopment. Finally, it is important to emphasize the centrality acquired by the concept of revolution. As we mentioned above, this text is restricted to the analysis of the nationalist movement of the possession of Jânio Quadros, in early 1961 until the fall of President João Goulart in April 1964.

**Keywords:** Nationalism, revolution, leftists.

Em 1963, em meio aos debates a respeito do plano trienal<sup>2</sup> elaborado por Santiago e Celso Furtado, *O Semanário*<sup>3</sup> se questionava “mas, que diabo, não é exatamente de uma de revolução que o Brasil precisa? Revolução no sentido de uma radical mudança de condições e não de luta armada, é preciso que se diga, antes que deformem nosso pensamento.”<sup>4</sup> A partir da derrota nas eleições em 1960, e principalmente, a experiência bem-sucedida em Cuba, fizeram com a tese da revolução tornasse um horizonte comum aos nacionalistas. Para o movimento,

---

<sup>1</sup>O texto é uma versão simplificada da dissertação de mestrado intitulada “Em busca da revolução: a trajetória do movimento nacionalista no Brasil (1956-1964), apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

<sup>2</sup> Sobre o plano trienal, ver:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plano\\_trienal\\_e\\_a\\_politica\\_economica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica)

<sup>3</sup> Com sede no Rio de Janeiro, e sob a direção de Oswaldo Costa, o periódico circulou por todo o país entre 1956 e 1964, tendo suas atividades encerradas a partir da quebra institucional em abril de 1964.

<sup>4</sup> Jornal *Semanário*, n.323. 21 a 27 de fevereiro de 1963, p.7.

tornava-se cada vez mais evidente que a vitória sobre o imperialismo não poderia se dar através de um plano de governo.

O debate sobre a revolução tornou-se hegemônico no movimento. O periódico nacionalista cedeu ampla cobertura a vitória de Fidel Castro na ilha caribenha. No meio acadêmico, apareceram importantes publicações, a saber: *Introdução à revolução brasileira* (1958) de Nelson Werneck Sodré, *A pré-revolução brasileira* (1962) de Celso Furtado e *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963) de Guerreiro Ramos.

A segunda fase (1961-1964) do movimento nacionalista situa-se num período denominado pelos seus contemporâneos como *tempos de crise*. Após seis meses de um governo que assustou até mesmo aqueles que o apoiaram, Jânio Quadros renunciou. Com isto, o vice-presidente, João Goulart assumiria o país, porém, numa manobra política, setores contrários à sua posse, conseguiram alterar o regime para o modelo parlamentarista. A vitória de Jânio em 1960, sua renúncia no ano seguinte, a posse de João Goulart sob o regime parlamentarista, a vitória do presidencialismo através de plebiscito alteraram substancialmente as estruturas políticas do país. Basicamente, o que se viu foi a radicalização de ambas as partes. Tanto os conservadores, quanto os nacionalistas e demais setores da esquerda, como os integrantes do PCB passariam a adotar posturas mais radicais. A crise além de política, foi também econômica. Neste período a economia brasileira registrou queda no crescimento do PIB e altas taxas de inflação, o que corroborou na constituição de uma atmosfera de instabilidade que caracterizou aqueles anos.

As crises brasileiras no início dos sessenta foram denominadas por Guerreiro Ramos como momentos de aceleração do tempo. Em *Mito e verdade sobre a revolução brasileira*, afirmava que “no Brasil de hoje, temos que andar depressa porque o processo histórico desatualiza rapidamente o que sobre ele escrevemos e pensamos<sup>5</sup>.” Diante deste cenário, o movimento nacionalista perdeu sua unidade organizativa. O debate sobre o plebiscito, e mais tarde a respeito do plano trienal elaborado por Celso Furtado, foram motivos de discórdia entre os nacionalistas. Em síntese, haviam setores mais radicais, ligados a tese da revolução cubana e outros, que entendiam que a via pacífica e ordeira seria o caminho mais eficaz.

A respeito do plebiscito, é possível que ele não tenha empolgado a militância nacionalista, como as eleições de 1958, 1960 e 1962. Isto porque, a ala mais radical do

---

<sup>5</sup> Ramos, Guerreiro. *Mito e verdade da Revolução Brasileira*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1963. p.15



movimento passaria a compreender que talvez a única via possível seria uma modificação estrutural da sociedade brasileira. Porém, para *O Semanário* era importante a “dizer não” no plebiscito. Mesmo concordando com a tese da revolução, o periódico entendia a importância da consulta,

Mal com Jango, pior com Lacerda. A vitória de Jango, no plebiscito, abre, pelo menos, perspectivas à realização das reformas. A vitória de Lacerda seria o fim de todas as esperanças. Não é, pos, academicamente, no puro plano teórico da doutrina prática, que devemos colocar o referendo, mas no plano da ação prática, objetiva, concreta daquela que mais se ajusta às realidades do momento crucial que atravessamos<sup>6</sup>.

Em 1963, após a vitória no plebiscito e o retorno ao presidencialismo, João Goulart e sua equipe econômica, liderada pelo economista Celso Furtado, lançaram o plano trienal com o objetivo de retomar o crescimento econômico. O plano foi recebido com críticas de todos os lados, conservadores e nacionalistas. Em texto publicado no primeiro mês daquele ano, Ivaldo Falconi fez uma defesa enfática ao plano trienal. Reconhecia que não tivera oportunidade de conhecê-lo na sua integridade, mas pelas diretrizes gerais apresentadas, o diagnóstico seria positivo, pois segundo ele, a partir dele poderíamos estabelecer uma programação econômica compatível com as nossas necessidades. Falconi, salientava a importância do pioneirismo do plano de metas de JK, mas também reconhecia suas limitações. Por fim, mesmo diante das incertezas acerca das ideias da equipe de Celso Furtado era importante apoiá-los, pois “tomar posição contra o plano trienal por questão de detalhes, por motivos secundários é fazer inconscientemente o jogo de O Globo e do Sr. Eugênio Gudin. O jornal do Sr. Roberto Martinho e seu comentarista econômico investem violentamente contra o plano trienal.”<sup>7</sup>

Já em fevereiro, em texto denominado *Advertência dos trabalhadores a Jango: “a coisa assim vai mal,”* o tom seria de críticas, “o plano trienal, como foi elaborado, é inaceitável pelas classes trabalhadoras<sup>8</sup>.” Segundo o artigo o plano era basicamente, uma defesa aos interesses econômicos e financeiros da burguesia industrial, pois ele não tocava em questões centrais, como por exemplo a reforma agrária e a regulamentação das remessas de lucro. O que se percebe a partir de 1963 é uma cisão no movimento nacionalista, dividido entre os que apoiavam Jango e viam em seu governo a possibilidade de conquistas e os que criticava-o, pois entendiam ser necessário radicalizar suas ações nos moldes adotados pela revolução cubana.

<sup>6</sup> Jornal Semanário, n.313. 13 a 19 de dezembro de 1962, p.2.

<sup>7</sup> Jornal Semanário, n.318. 17 a 23 de janeiro de 1963, p.3.

<sup>8</sup> Jornal Semanário, n.313. 13 a 19 de dezembro de 1962, p.2.

Um dos setores radicalizados do movimento foi o ISEB. Desde o fim do governo de JK o instituto vinha sofrendo inúmeros ataques. Em 1961, sofreu com a falta de verba que impossibilitou a realização dos cursos regulares e com endurecimento das críticas feita pelo *O Globo e Diário Associados*. Diante disso, o interesse pela revolução em Cuba crescia a cada dia. Em 1962, a instituição publicava um abaixo-assinado repudiando o bloqueio militar a ilha. Em 16 de setembro de 1963, o jornalista e advogado Raul Lins e Silva, que acabava de retornar de Havana, onde havia acompanhado aos festejos em comemoração a vitória sobre o imperialismo, faria uma palestra na sede do ISEB, onde discursaria a respeito da realidade cubana. Além disso, os dados estatísticos publicado pelo IBGE naquele mesmo ano, indicando a permanência da extrema desigualdade entre ricos e pobres, levou os membros do ISEB a uma autocrítica acerca do desenvolvimentismo, que ao fim e ao cabo, não havia alterado as bases estruturais da economia brasileira.

O ano de 1963 foi intenso e emblemático na conjuntura política e econômica brasileira. Neste ano, tem-se a inauguração de outra instituição nacionalista, desta vez, fundava-se o movimento nacionalista feminino em Brasília. No discurso de inauguração, exclamava uma das fundadoras, “assim como os homens, sem faltar às suas atividades normais, opinam e decidem, por que relegar as mulheres à velha tradição de cozinheira ou de simples dona de casa? Não constituímos mais da metade do proletariado brasileiro? E mesmo assim, que influência exercemos na política de nosso país?”<sup>9</sup> Neste mesmo ano as feministas nacionalistas marcharam em Brasília ao lado de inúmeros líderes sindicais e de camponeses, tendo como pauta comum a luta pelas reformas de base.

A radicalização em 1963 pode ser percebida a partir do uso recorrente de duas expressões, *reformas de base* e *golpe de direita*. Para os nacionalistas, após a derrota nas eleições em 1960 e a vitória da revolução cubana sobre o imperialismo, tornava-se cada vez mais evidente que a luta do movimento seria pelas reformas de base. O conjunto das reformas incluía inúmeras áreas, tais como a reforma política, bancária, administrativa, universitária, eleitoral mas a principal bandeira seria a reforma agrária. Segundo Osny Duarte Pereira, as reformas são um desdobramento das revoluções, que ao fim e ao cabo, buscam reorganizar as bases estruturais da sociedade. Como já mencionamos, nesta conjuntura, a tese da revolução brasileira tornou-se uma realidade entre os intelectuais da esquerda brasileira, ao passo que inúmeras publicações destinadas ao tema surgiram num curto espaço de tempo. Além disso, a

---

<sup>9</sup>Jornal Semanário, n.337. 13 a 19 de junho de 1963, p.7.

bandeira da revolução e das reformas de base conquistou os movimentos de rua, que passaram a ocupar os espaços públicos em busca da consolidação de suas reivindicações. Na contramão do movimento, estava a preocupação com um possível golpe de direita. Ao longo do ano de 1963, *O Semanário* já anunciava a articulação dos setores entreguistas contra as reformas de base. Um das estratégias para consumir o golpe seria o pedido de impeachment do presidente João Goulart, acusado de implementar no país a república sindicalista. Além do possível golpe da direita, o movimento nacionalista sofria com a perda de unidade, motivada pelos debates em torno do plano trienal.

A partir da conjuntura 61-64, o nacionalismo enraizou-se cada vez mais no seio dos movimentos sociais. Em agosto de 1962 surgiu, na cidade de São Paulo, o Comando-Geral dos Trabalhadores, nascida do IV Encontro Nacional Sindical dos trabalhadores. O CGT corroborava com as pautas do movimento nacionalista, porém, tinha a sua independência ideológica e organizacional. Além do comando, surgiu a Frente de Mobilização Popular, e novas lideranças políticas, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Na medida em que o nacionalismo tornava-se uma linguagem comum à diferentes grupos sociais, tornava-se cada vez mais complexo o estabelecimento da unidade. Além disso, a presença de João Goulart na presidência acirrava os debates em torno da natureza ideológico de seu governo, seria ele um representante das esquerdas? Para Oswaldo Costa, Jango não era um homem de esquerda, mas apenas um aliado, como foi Juscelino Kubitschek. A respeito da ideologia que orientava o movimento nacionalista, Costa afirmava que não eram de esquerda, nem socialistas, nem um movimento de luta de classes, mas sim, anti-imperialista, anti-colonialista, patriótico, da união das forças progressistas a favor da luta pela emancipação econômica do país<sup>10</sup>. A negação ao rótulo de movimento de esquerda, possivelmente esteja ligado a uma compreensão que os conceitos de direita e esquerda são limitadores e sectaristas, e em última instância, partidários. Ao longo de seus anos de militância, Oswaldo Costa mencionava com frequência que o nacionalismo não era um movimento de partidos, mas um bloco de classes interessadas na promoção do desenvolvimento sob bases nacionais.

Ainda em 1963, o Comando-geral dos trabalhadores, já mencionava a possibilidade de uma greve geral como forma de pressionar o congresso a aprovar as reformas de base. Porém, a luta pelas reformas exigia uma cooperação entre líderes e entidades de esquerda, que parecia ser cada vez mais improvável. Ao longo do ano várias lideranças discursaram à favor da

<sup>10</sup> *Jornal Semanário*, n.280. 1962, p.2.

constituição de uma Frente Única pelas reformas. No início de 1964, os discursos em prol da unidade tornaram-se frequentes. Em entrevista concedida ao periódico nacionalista, Roland Corbisier, deputado pelo PTB e ex-membro do ISEB, clamava pela união das esquerdas,

(...) Em nosso caso, o inimigo principal é representado pelo governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda. É contra ele que nos devemos voltar, é sobre ele que devemos concentrar nossos fogos, e não contra o presidente João Goulart, diariamente atacado, e com violência, pelos representantes da UDN e da reação. Considero um erro gravíssimo, que poderia ser fatal à sorte da revolução brasileira, deslocar o ataque da pessoa do sr. Carlos Lacerda para a pessoa do presidente João Goulart. (...) E de nós não depende estabelecer que a revolução se fará pacificamente ou pela violência. As circunstâncias mostrarão os caminhos. Até lá, entendo que devemos esgotar todas as possibilidades que a ordem democrática e as franquias constitucionais nos oferecem, prosseguindo na tarefa que depende de nós, isto é, o esclarecimento ideológico e a organização do povo brasileiro. Quer se tome o poder pelas eleições, quer se chegue a ele por movimento armado, tanto num caso quanto em outro, é indispensável ter perfeita consciência do que se vai fazer com o poder, e com que grupos e equipes se pretende realizar o programa da revolução<sup>11</sup>.

A unidade das forças nacionalistas se tornou possível no mês de março, quando empolgadas pela proximidade do Grande Comício do dia 13, esposaram apoio ao governo Goulart. Em seu penúltimo editorial, Oswaldo Costa esclarecia que a vitória dos setores nacionalistas só poderia ser possível mediante o esclarecimento das massas, que sem a devida conscientização, ficavam à mercê das publicidades golpistas. Terminava o editorial conclamando as lideranças a comparecerem no dia 13,

Compareçamos juntos e firmes, ao grande comício: Jango, Brizola, Arraes, FMP, CGT, FPN, companheiros de outros partidos, todos. Deixemos as nossas divergências para discutir na intimidade de nossos colóquios. Não haverá perigo em que abracemos uns aos outros, por algum tempo, em crédito de confiança. A rua, a praça pública, aí estão para acolher-nos e julgar-nos, quando e sempre que for necessário ajustarmos contas. Na hora certa. Não antes<sup>12</sup>.

No início do mês de março os sindicatos, através da CGT, encaminharam a convocatória para o grande comício do dia 13, em frente a Central do Brasil. Além do apoio às reformas de base, os trabalhadores reivindicavam a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, elegibilidade para todos os eleitores e anistia imediata a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais. O Jornal do Brasil, aliado dos setores reacionários, havia divulgado semanas atrás, um possível

<sup>11</sup> Jornal Semanário, n.375. 12 a 19 de março de 1964, p.7.

<sup>12</sup> Jornal Semanário, n.375. 12 a 19 de março de 1964, p.1.

racha das lideranças da esquerda com o presidente Jango. Mas, se aquela altura haviam divergências, estas foram deixadas de lado, pois as principais lideranças apareceram ao comício. Miguel Arraes, Leonel Brizola e João Goulart, subiram juntos ao palanque, em discurso para uma multidão de duzentas mil pessoas. Em sua última edição, *O Semanário* mostrava-se eufórico com “a sexta-feira negra dos gorilas.” Segundo o periódico o comício foi um grande sucesso, pela presença das lideranças, dos trabalhadores e principalmente pelas medidas anunciadas. Após o evento, o jornal reforçava seu apoio a Jango,

(...) Não o idealizamos, como com ninguém fazemos. Mas sempre reputamos um erro grave, gravíssimo combatê-lo, a pretexto de pressioná-lo, como se um líder trabalhista com um passado de lutas como o seu pudesse ser tratado no mesmo pé de igualdade que um fascista desvairado, um traidor como Lacerda. Nunca o poupamos as nossas críticas, mas estas foram e serão sempre construtivas, e não desagregadoras e divisionistas, com o que estaríamos levando água ao moinho dos “gorilas.”<sup>13</sup>

Apesar do clima eufórico após o comício do dia 13 de março na Central do Brasil, as esquerdas temiam uma contra ofensiva dos setores reacionários. A possibilidade do impeachment tornava-se real. A primeira vez que *O Semanário* noticiou algo relacionado ao impeachment foi em agosto de 1962. Isso significa que a ideia não era nova e estava sendo gestada há quase dois anos. Na segunda-feira, após o comício, os líderes sindicais, através da CGT apoiaram as medidas anunciadas por Jango e recomendaram que todos os sindicatos do país ficasse em alertar, a fim de responder a tentativa de impeachment com uma greve geral. Após o comício, Goulart encaminhou para apreciação do congresso, uma mensagem anual contendo medidas para a reforma da constituição, entre elas, a legalização do partido comunista, o direito de voto dos analfabetos e a polêmica reforma agrária.

Em 24 de março o PSD se reuniu em convenção nacional para discutir a sucessão de João Goulart. O candidato do partido seria Juscelino Kubitschek, que buscava adotar um discurso ameno e conciliador, colocando-se como uma figura capaz de administrar as radicalidades da direita, mas principalmente da esquerda. A UDN alimentava um discurso de que Goulart preparava um golpe para permanecer no poder além do prazo estimulado pela legislação. O clima naquele mês seria extremamente hostil a Jango e as forças nacionalistas. Segundo *O Jornal do Brasil*, o presidente representava uma ameaça a legalidade democrática do país. Foi com este discurso que no primeiro de abril, Goulart foi deposto pelas forças militares.

---

<sup>13</sup> Idem.

O Comando-geral dos trabalhadores, ainda segundo o mesmo jornal, deflagrou greve geral em resposta à deposição, mas a iniciativa foi contida logo em seguida. No dia 2 de abril, com bastante entusiasmo, o periódico publicou uma edição especial repercutindo a queda do presidente, com as seguintes manchetes: “vitória está nas ruas”, “a cidade saiu às ruas para comemorar vitória sobre Goulart”, “o fogo do povo – populares exaltados invadiram a sede da UNE, incendiando-a”, “euforia do povo”. Em um dos textos, o jornal relatava as comemorações no Rio de Janeiro, mesmo com clima chuvoso e em Belo Horizonte e São Paulo. Na capital fluminense, as comemorações foram predominantes em bairros da Zona Sul, como Botafogo, Ipanema e Copacabana.

No dia seguinte, publicou-se manchetes com a repercussão da “vitória da revolução” na imprensa estrangeira. O correspondente Fernando Sabino em Londres, noticiou que a imprensa inglesa comentava em editoriais a revolução no Brasil, destacando como causa de sua deflagração o desejo do presidente da República de efetuar “reformas drásticas.” O jornal *The Guardian* comentava que “o medo do comunismo causou a revolta direitista, que parece não resolver os problemas do Brasil.”

No dia 9 de abril, a dita revolução adquiriu contornos institucionais com a edição do Ato adicional 1, conhecido como AI-1. O ato dispunha a respeito da manutenção da constituição federal e estadual de 1946 e da necessidade de introduzir as mudanças trazidas pela revolução vitoriosa. Um texto introdutório, explicando a natureza da movimento, antecedia os dispositivos do ato,

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa,



representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.<sup>14</sup>

A busca pela revolução foi um dos dilemas da conjuntura 61-64. Movimentos nacionalistas, esquerdistas, direitistas, entreguistas, todos eles almejam consolidar a revolução. Neste campo de disputas, várias estratégias, alianças e táticas comum ao meio da política foram adotadas. A vitória de um dos lados no início de abril, parecia simbolizar um novo tempo para a democracia brasileira. 1964 mostrava-se como um divisor de águas na vida política nacional. João Goulart, antes da queda, dissera que aquela data precisaria ter a mesma significação dos anos que assinalaram a Independência, a Abolição, a República e a Promulgação das leis trabalhistas. De fato, 1964, acabou se tornando uma data emblemática na história do país, mas não da forma desejada pelas esquerdas. Acabava ali a trajetória de um dos principais movimentos de natureza política e social do país. A sede da UNE e também do jornal Última Hora sofreram atos de vandalismos.. *O Semanário* encerrou forçosamente seus trabalhos, assim como o ISEB e a Frente Parlamentar Nacionalista.

### Referências bibliográficas

- ALDANA, Ramón Losada. Dialética do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo; Companhia das Letras, 2008.
- BALAKRISHNAN, Gopal. (ORG). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

---

<sup>14</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)



BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Ed.5 2004

BOMFIM, Manoel. A América Latina: Males de Origem. Rio de Janeiro: Editora Topbooks. Edição do Centenário, 2005.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESCIANNI, Stella & NAXARRA (Org). Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora Unicamp 2.ed, 2004.

BRESCIANNI, Maria Stella Matins. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. 2ed. Rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. Pensadores que inventaram o Brasil. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARLOS REIS, José. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 9ed. Ampl. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CEBALLOS, Viviane Gomes. “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. (Dissertação de Mestrado). Unicamp, 2005.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho Franco. Ideologia e Mobilização popular. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CORBISIER, Roland. Brasília e o desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro, 1960.

CUNHA, Euclides da. Os sertões: Campanha de Canudos. 27a edição. 1963. Editora Universidade de Brasília

DUTRA, Eliana de Freitas, (Org); MOLLIER, Jean – Yves (Org). Política nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séc. XVIII-XX -São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo radical 1945 – 1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. O populismo e a sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

- FREYRE, Gilberto. *Brasília, Brasil, Brasília*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1968.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra - 4a edição, 1985
- \_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. Ed. 34, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1962.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- GUIRIERRI, Adolfo. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Editora Contraponto, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio - 10a edição, 1976.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. "História dos Intelectuais nos anos cinquenta." In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.
- LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961). Processo Planejamento e sistema político no Brasil*. Editora: FGV, 2002.
- LEITE, DANTE MOREIRA. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. 3ed. São Paulo, Pioneira, 1976.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário & e afirmação do romance*. Editora Companhia das Letras - 1a edição 1999.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Por que pensamento e não teoria? A imaginação política-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)*. *Revista Dados – Revista de Ciências Sociais*, RJ. Vol. 56, n.4, 2013. pp. 727 a 767.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.
- OLIVEIRA, Ricardo. *Ficção, ciência, história e a invenção da brasilidade sertaneja*. *Revista de Estudos Literários – UFJF*. Vol. 4. N. 1, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.44, PP.511-537, 2002.

- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. A Máquina da Memória - Almanaque Abril: O tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru, SP: EDUSC, 2009.
- PEREIRA, Osny Duarte. Estudos nacionalistas – Considerações à margem do Brasil Contemporâneo. Vol I e II. São Paulo. Editora Fulgor Ltda, 1960.
- PINHEIRO, Luis Adolfo. A consciência nacionalista. Brasília. Editora Gráfica Alvorada LTDA, 1971.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RÉMOND, René (dir.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Ed. FGV, 1996.
- RODRÍGUEZ, Octavio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. História da Vida Privada no Brasil. Vol. 4. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão – Tensões sociais e criações cultural na Primeira República. Editora Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. 3a edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TAVARES, Maria da Conceição Tavares. (Org). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- TOLEDO, Caio Navarro de. O nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. IN: SILVA, Marcos. (org.). Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira. São Paulo: Edusc, 2001
- \_\_\_\_\_. ISEB: Fábrica de ideologias. Editora Unicamp, 2006.
- \_\_\_\_\_.(org). Intelectuais e política no Brasil -a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional. 3ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da biblioteca nacional 1945 a 1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- WEFFORT, Francisco Corrêa O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

## A Censura a partir da Análise dos Pareceres da Mesa do Desembargo do Paço

**Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna**

Mestranda

PPGH/UERJ

E-mail: maira.villares@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho se propõe analisar a censura dentro do Império luso-brasileiro nos primeiros anos do século XIX (1808-1822): de que forma estava estruturada e as mudanças ocorridas com a instalação da Família Real no Rio de Janeiro. Destaca-se também o papel que os censores exerciam dentro de tal estrutura. As questões serão apresentadas a partir da análise dos pareceres dos censores régios, sobre os pedidos de licença, presentes no fundo da mesa do Desembargo do Paço do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

**Palavras-Chave:** Censura; Livros; Mesa do Desembargo do Paço

**Resumen:** El trabajo se propone analizar la censura dentro del Imperio luso-brasileño en los primeros años del siglo XIX (1808-1822): de qué forma estaba estructurada y los cambios ocurridos con la instalación de la Familia Real en Río de Janeiro. Se destaca también el papel que los censores ejercían dentro de dicha estructura. Las cuestiones serán presentadas a partir del análisis de los dictámenes de los censores reales acerca las solicitudes de licencia, presentes en el fondo de la mesa del Desembargo del Paço del Archivo Nacional de Río de Janeiro.

**Palabras Clave:** Censura; Libros; Mesa del Desembargo del Paço.

O estudo se debruça sobre a censura no Brasil no período de 1808-1822. Tal marco está definido a partir da chegada da Família Real e a Independência do Brasil em relação a Portugal, pois com essa ruptura se inaugura um novo ambiente político. Com a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, veio também todo o aparelho administrativo e burocrático, inclusive o censório. A realização da censura era exercida por três tribunais: Desembargo do Paço, Ordinário e Inquisição<sup>1</sup>. Além deles, a criação da Impressão Régia<sup>2</sup> alterou a vida cultural da cidade. Criada com a finalidade de dar publicidade aos atos do Governo, ficou sob jurisdição da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, mas não se limitou às publicações desse ministério. Cabia a ela a impressão de todos os tipos de obras: jornais, documentos oficiais, obras de cunho científico e literário, uma vez que era a única tipografia oficial no Brasil. Um maior controle da coroa em relação a impressão e circulação de livros acontecia desde antes das guerras napoleônicas, temendo-se que as ideias ilustradas se espalhassem pelo império luso-

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a censura ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004: 234-235.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a bibliografia da Impressão Régia ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. 2 v.

brasileiro e propagassem ideias revolucionárias, como ocorreu na França. Havia, portanto, um controle muito forte em relação às ideias que ferissem a religião, a moral e os bons costumes.<sup>3</sup>

Os primeiros anos do século XIX podem ser caracterizados ainda pela forte presença das ideias iluministas, surgidas no século anterior, que permearam e alteraram a vida da sociedade, destacando-se o papel do livro. Tais ideias deviam “esclarecer” o homem letrado<sup>4</sup>, sendo apresentadas como perigosas ao resto da população. Assim, a partir da análise das licenças<sup>5</sup> e pareceres contidos no fundo da mesa do Desembargo do Paço no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro<sup>6</sup>, problematizo e destaco o papel dos censores dentro desse processo, ou seja, como os princípios morais, religiosos e políticos de cada censor implicavam na classificação de uma obra como “proibida” ou não. Objetiva-se, portanto, analisar e demonstrar a ausência de normas e regras bem definidas em relação aos critérios que configuravam e determinavam a circulação dos livros, e destacar o acesso diferenciado às obras, uma vez que alguns indivíduos podiam realizar a leitura e ter a posse de obras consideradas proibidas.

A partir das características da censura mencionadas anteriormente, será feita uma análise comparativa objetivando identificar os traços comuns entre os seguintes documentos: Parecer<sup>7</sup> do censor régio Francisco de Borja Garção Stockler<sup>8</sup>, a pedido de D. João VI, sobre o

<sup>3</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Censura, circulação de ideias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1999.

<sup>4</sup> Eram homens instruídos que a partir dos estudos almejavam conquistar cargos burocráticos os possibilitavam uma posição privilegiada dentro da sociedade. Era uma forma de melhorar a posição social e de reafirmação, além de conferir status. A relação estabelecida com a coroa era a de mercês, ou seja, necessitavam de benesses reais para manterem seus status e se consagrarem perante a sociedade. Ver: DELMAS, Ana Carolina Galante. *Dissertação de mestrado: “Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino*. Rio de Janeiro, 2008: 147.

<sup>5</sup> As licenças eram concedidas pelo Desembargo do Paço referentes à posse e à leitura de livros. Quando se tratava da liberação de livros na alfândega todas as pessoas necessitavam de uma licença para despacha-los, independente de ser pequeno ou grande comerciante, clérigo e até mesmo um representante da coroa. Cabia aos censores a aprovação das listas e identificar as obras proibidas antes de conceder as licenças aos requerentes. Dentro de um contexto de sociedade caracterizada pela hierarquia e privilégios, a licença representava também uma graça concedida pelo monarca, já que os censores eram representantes escolhidos por ele. Dessa forma, era o rei que, em último caso, liberava as licenças solicitadas quando os livros eram suspeitos ou os censores não conseguiam chegar a um consenso. Para mais informações sobre as licenças ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004: 138.

<sup>6</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 818 (física), 168 (lógica) pac. 2 e 3. Doc. 83- 1820. Cx.169. Doc 7-1818. Cx. 170. Doc. 20 - 1818.

<sup>7</sup> Resposta ao pedido de licença solicitado pelos comerciantes ingleses Bourbon e Fry para a entrada de livros no Império luso-brasileiro. ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 818 (física), 168 (lógica) pac. 2 e 3. Doc. 83-1819

<sup>8</sup> Francisco de Borja Garção Stockler nasceu em Lisboa em 25 de Setembro de 1759, filho de Christiano Stockler e de Margarida Josepha Rita d’Orgiens Garção de Carvalho. Bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra, destacou-se, porém, pela sua carreira militar. Ocupou o cargo de comandante-geral das Baterias e Fortalezas e ocupou o cargo de secretário da Academia de Ciências de Lisboa, e após a transferência da corte para o Brasil continuou a desempenhar suas funções no Rio de Janeiro. Foi também censor e comendador da Ordem de

requerimento de Licenças dos comerciantes ingleses Bourbon e Fry para a entrada de livros no Império luso-brasileiro. Parecer<sup>9</sup> do censor régio José da Silva Lisboa<sup>10</sup> sobre o pedido de licença de Carlos Robillard, que solicitou por meio de José Bernardo Rodrigues d’Andrade, que fosse concedida a liberação de “vários livros” vindos de Paris, os quais se encontravam na Alfândega. E por último, o despacho<sup>11</sup> de José Balbino de Barbosa Araújo<sup>12</sup>, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em que desiste do pedido de entrada de livros proibidos que havia encomendado da França, transportados a bordo do Navio Dauphin; e sugere envia-los para fora do reino, a fim de encerrar o processo. Tal documentação apresenta em anexo, o parecer do censor Régio Silva Lisboa sobre o pedido de licença de José Balbino de Barbosa e Araújo, e também o parecer do escrivão da Real Câmara, Bernardo José de Souza Lobato<sup>13</sup> sobre os livros proibidos presentes na lista do solicitante. Todos os documentos serão analisados com o objetivo de obter informações sobre como ocorria o processo de censura, mas sempre destacando o papel do censor.

---

Cristo e secretário do Conselho Ultramarino. Em 1818 foi promovido ao posto de Tenente General dos Exércitos Reais. Posteriormente, em 1820 ocupou o cargo de governador e capitão-general dos Açores. Morreu em Lisboa em 6 de Março de 1829. ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004: 238.

<sup>9</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx.169. Doc 7- 1818.

<sup>10</sup> José da Silva Lisboa nasceu em 1756, na Bahia. Estudou filosofia racional e moral no Convento dos Frades além de se dedicar à música. Estudou retórica e outras disciplinas em Lisboa e em 1774 cursou a Faculdade de Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra. Em 1778, tornou-se professor substituto ordinário e interino de grego e hebraico no Real Colégio das Artes em Coimbra. Em 1779, formou-se em bacharel de direito e retornou a Lisboa com a finalidade de tentar a magistratura. Após seu regresso ao Brasil, estabeleceu-se na Bahia onde lecionou filosofia e grego até 1797. No mesmo ano obteve da coroa o título de distinção de Deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Cidade, o qual ocupou até início de 1808. Durante esse tempo se casou com D. Ana Benedita Figueiredo. Em Lisboa publicou algumas obras sobre os princípios Mercantil e de Economia Política. Encontrou-se com o príncipe regente D. João durante a estada na Bahia, em janeiro de 1808, sendo um dos defensores da abertura dos portos às Nações amigas da coroa Portuguesa. Viveu em grande parte no Rio de Janeiro e foi considerado um dos maiores advogados da causa do Brasil e da casa Bragança. Recebeu os títulos de primeiro Barão de Cairu, e de único Visconde de Cairu. E faleceu em 1835. Para mais informações sobre o censor, ver: DELMAS, Ana Carolina Galante. Tese de dissertação: “Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino. Rio de Janeiro, 2008: 218-234.

<sup>11</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 170. Doc. 20 - 1818.

<sup>12</sup> Nasceu em Lisboa em 1787. Desempenhou o cargo de oficial da Secretaria de Negócios do Reino. Foi, mais tarde do Conselho da rainha portuguesa D. Maria II, seu guarda roupa e porteiro da Real Câmara. Morreu em Lisboa em 1848.

<sup>13</sup> Bernardo José de Sousa Lobato foi o primeiro escrivão da câmara do Desembargo do Paço após o funcionamento da censura se instalar no Rio de Janeiro. Lobato deveria ter tomado posse do cargo em 27 de Maio de 1808, entretanto foi impedido, pois se encontrava preso no Castelo de São Jorge, prisioneiro dos Franceses. Foi, então, empossado no cargo seu filho, José Joaquim de Souza Lobato. A data referente a sua libertação é desconhecida sabendo-se apenas que em 1813 já se encontrava no exercício de sua função. Ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004: 234-235.



No início dos oitocentos, o temor dos *abomináveis princípios franceses*<sup>14</sup> difundidos pelos séculos das Luzes era ainda maior no Brasil, pois com a recém-chegada da família Real a circulação de ideias e livros se ampliou, principalmente depois da criação da Impressão Régia, que também influenciou na criação de espaços de sociabilidade e debates entre os membros da elite<sup>15</sup>. A intensificação da censura foi um dos mecanismos encontrados para se obter maior controle e evitar a difusão de tais ideias. No entanto, uma elite letrada, assim como homens que ocupavam cargos de destaque na burocracia ou dentro da instituição religiosa, tinha acesso a algumas dessas obras. A permissão concedida tinha como uma de suas finalidades a instrução desses homens a fim de combater tais ideias perigosas em relação ao resto da população. Por fazerem parte de uma elite política, não representariam ameaça à ordem pública ou ao governo por lerem tais obras. Dessa forma, além de instrução, o acesso às obras era um símbolo de status e de poder. Havia, portanto, uma distinção entre as pessoas consideradas dignas da leitura de obras “proibidas”, representadas por meio da concessão de licenças para a posse de tais livros. É possível perceber como o início do século XIX deu continuidade a essa ideia, ou seja, fazer da leitura um elemento elitizado. Era também excludente ao povo, havendo uma preocupação com a forma com que a palavra era apropriada de maneira distinta por aqueles que não detinham instrução adequada, levando-os a uma interpretação perigosa e ameaçadora à ordem, como demonstra Villalta no seguinte trecho:

Pode-se conjecturar que, em relação aos “filósofos”, portanto, havia uma gradação nas concessões que acompanhava a diferenciação do perfil dos beneficiários, prática perfeitamente lógica quando se tratava de uma sociedade estamental, em que as leis variavam conforme a posição social dos indivíduos e onde o acesso aos livros proibidos, por meio da posse e/ou apenas a leitura, constituía uma mercê régia, inscrita dentro da “economia do dom”; se o mecanismo da concessão de licenças, em si, já demonstra a vinculação entre livros e privilégios, as nuances da censura no que se refere à liberação dos livros dos “filósofos” vêm apenas confirmar tal vínculo.<sup>16</sup>

Como exemplo, pode-se utilizar o parecer de Stockler em resposta ao pedido de dois comerciantes ingleses, Bourbon e Frey, que desejavam adentrar com diversos livros no território do Império Luso-Brasileiro.

<sup>14</sup> FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. e NEVES, Lúcia Maria Bastos. O medo dos “Abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros no início do século XIX no Brasil. In: *Acervo: revista do arquivo nacional*. n. 4, p. 113-119, 1989.

<sup>15</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Um Silêncio Perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002: pp.121-152.

<sup>16</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-Brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015: 289.



Prescrever regras sobre este objeto não é da minha competência, o que me cumpre é conformar-me exatamente as que vossa Majestade me foram prescritas, mas como ignorar se algumas existem a este respeito; e julgo que devo em minhas censuras distinguir aqueles livros que a ninguém deve ser permitido dos que não devendo no meu conceito facilitar-se a universal literatura devem, contudo ser permitidos a aqueles homens que o possam pela sua idade, empregos, ou notória capacidade de dever possuindo os princípios necessários para poderem tirar deles a instrução que convém a ordem e atividade pública. Julguei necessário prevenir a Vossa Majestade dos princípios e considerações que sobre este objeto hão de dirigir a minha conduta, enquanto regras positivas e claras me não determinaram qual ela deva ser, e excluam assim todo o arbítrio ou intervenção de minhas particulares opiniões em semelhante matéria. [...] As Nações são como indivíduos, têm sua infância, sua puência, sua adolescência, sua idade madura, sua velhice e suas [Ilegível], e desgraçadamente também a sua morte, e assim como os mesmos alimentos não convém indistintamente a todas as idades do homem, assim, também as mesmas leituras e os mesmos meios de instrução não se acomodam perfeitamente a todos estados e circunstâncias das nações. A prudência exige que se evite o quanto se possa a Ilustração do espírito público entre as opiniões convenientes, e as opiniões prejudiciais à causa pública: e o meio de conseguir este importantíssimo fim não pode ser outro senão uma instrução regular dada aos povos por meio do qual eles adquiram os meios necessários para discernirem e avaliar ao justo essas opiniões. Daqui procede que ainda mesmo em uma nação aonde as escolas públicas se acham sendo bem organizadas e bem dirigidas, as mesmas leituras não convém, geralmente falando, aos homens de todas as idades e de todas as profissões, e que os mesmos livros que devem facilitar-se a uns devem dificultar-se, ou mesmo vedar-se a outros.<sup>17</sup>

O censor régio no fragmento acima faz uma comparação das fases da vida de uma pessoa relacionando com a alimentação que o corpo tem necessidade em cada uma de suas etapas. Procura demonstrar, portanto, que da mesma forma que se deve controlar e moderar a alimentação, restringindo alguns alimentos em determinadas fases, o mesmo ocorre com a leitura. Desse modo, defende que o acesso às ideias não deve ser o mesmo para todos, devendo haver controle, pois somente os mais instruídos têm a capacidade necessária para interpretar de forma correta, ou seja, manter as hierarquias e privilégios. Afinal, como aponta Villalta, os censores eram homens letrados, herdeiros das Luzes Ibéricas, que entendiam a ilustração não a partir da Revolução Francesa, mas como discurso que defendia um projeto político e cultural baseado no absolutismo ilustrado e direcionado para a felicidade pública e homogeneização das elites<sup>18</sup>. Nota-se, também, que os valores individuais de cada censor também interferiam na avaliação referente às obras proibidas, como aponta Lucia Bastos “ também ocorria que a

<sup>17</sup> ANRJ, cx. 818 (física), 168 (lógica) pac. 2 e 3. Doc. 83- 1819

<sup>18</sup> VILLALTA, Luiz Carlos Os leitores e os Usos dos livros na América Portuguesa. In ABREU, Marcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2002, pp.183-212.

opinião pessoal do censor interferisse na avaliação das obras, até mesmo quando não integrassem a lista dos livros proibidos, desde que pudessem dar margem a discussões ligadas aos princípios franceses”<sup>19</sup>.

Dentro do parecer dado por Stockler, ele menciona obras as quais não poderiam ser aprovadas por conter assuntos proibidos. Dentre as obras indicadas pelo censor por serem proibidas estão: *Le Citateur*, pois era considerada uma obra perigosa por atacar as bases da religião cristã; *Sistema da Natureza* de Hoclbach, proibida também em diversos países, como aponta Leila Algranti<sup>20</sup>, por apresentar ideias do materialismo filosófico como base para a construção do universo e, também, por negar a existência de Deus, e *Histoire de la Revolution*. Além disso, menciona que as *Oeuvres de Mably* merecem atenção, pois dentro da coleção se encontra o *Tratado dos Direitos e Deveres do Cidadão*, conteúdos os quais defendem o governo enquanto república. É importante destacar que assim como as listas analisadas esta se encontra incompleta, não contendo informações sobre os autores e lugares de publicação.

Villalta aponta em seus estudos que as licenças para a leitura e posse de livros proibidos representavam a mercê<sup>21</sup> da coroa, expressada pela “graça régia” e também um direito inerente à condição social ou categoria profissional dos que as solicitavam<sup>22</sup>. A partir da leitura do parecer do Censor Régio José da Silva Lisboa, sobre o pedido de licença para entrada de obras proibidas pelo oficial José Balbino de Barbosa Araújo, é possível identificar que havia a prática de solicitar mercês ao monarca com a finalidade de obter privilégios mediante a posição ocupada pelo indivíduo que solicitava, ou seja, o favorecimento à elite e também a membros da administração do reino que ocupavam, portanto, cargos burocráticos. Dessa forma, o censor régio argumentava em favor da posse dos livros proibidos requisitados por José Balbino de Barbosa Araújo, alegando que o cargo de oficial da secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que o solicitante ocupava lhe conferia as aptidões e instruções necessárias para a leitura das obras de Rousseau, Voltaire e de Abbé De Pratt o livro “Des Colonies”, o qual continha

<sup>19</sup> NEVES, Lucia Maria Bastos P. Um Silêncio Perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 126.

<sup>20</sup> *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004, p. 241.

<sup>21</sup> A prática de graças e mercês é característica do Antigo Regime, pois tem como base a sociedade organizada com base nos privilégios, os quais eram pautados nas relações políticas que o rei estabelecia com seus súditos a fim de manter as hierarquias as quais eram naturalmente desiguais perante a lei e o bem comum. Para mais informações ver: Ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004, p. 230.

<sup>22</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-Brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015: 276.

doutrinas políticas sediciosas. Além disso, a censura delas era pertinente às demais pessoas, mas no caso de ser alguém formado pela carreira diplomática e de se encarregar de assuntos de interesse do reino conferia ao dito confiança necessária para posse dos livros.

Parece-me estar o suplicante em circunstância de merecer a Graça que suplica por Mercê especial de Vossa Majestade, atenta a confiança soberana na brevidade e inteligência daquele empregado Público, a quem Vossa Majestade houve por bem proximamente de honrar na Carreira Diplomática, e em sua suplica declarar, que os ditos Livros são para seu uso. Por meio dever declarar, que na Lista se compreendem as obras de Voltaire e Rousseau, que são proibidas na maior parte e o deve ser a obra de Abe. De Pratt, intitulada ‘Des Colonies’, publicada no princípio do corrente ano em Paris, e mandada suprimir por sua Majestade cristianíssima, à requisitória do Ministro de sua Majestade católica, pelas doutrinas políticas sediciosas.<sup>23</sup>

O fragmento acima demonstra que a leitura de obras proibidas era um privilégio que apenas poucos adquiriam. E apesar do solicitante ser membro do aparelho administrativo e burocrático do Império luso-brasileiro, e ter contado com um parecer favorável do censor régio, Silva Lisboa, ainda assim desistiu do pedido de entrada dos livros requeridos. Apesar de não constar o motivo no documento, pode se levantar a hipótese de com o objetivo de ter acesso as demais obras requeridas o solicitante abriu mão de obter as obras de Rousseau e Voltaire, por serem proibidas e causarem lentidão no processo.

Após examinada as questões referentes aos privilégios presentes nos pareceres, a análise a seguir tem como objetivo identificar nos documentos selecionados as dificuldades dos censores em relação à elaboração dos pareceres devido a ausência de regras claras e bem definidas, assim como a falta de informação e conhecimento sobre todas as obras e autores proibidos, e ainda os problemas referentes às listas apresentadas pelos requerentes. Como aponta Leila Algranti<sup>24</sup>, os problemas para a liberação dos livros se iniciava com a elaboração das listas as quais eram enviadas ao Desembargo do Paço. Não havia normas sobre como elaborá-las, dessa forma, muitas listagens eram encaminhadas com títulos incompletos, em que raramente constavam o nome dos autores, a data e o local da edição. As listagens de livros eram mal feitas, sendo algumas obras estrangeiras apresentadas com títulos em português. Tudo isso atrapalhava o trabalho dos censores, além de confundi-los.

---

<sup>23</sup> Parecer do Censor Régio José da Silva Lisboa referente ao pedido de entrada de livros proibidos encomendados da França por José Balbino de Barbosa Araújo. ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, ex. 170 Doc. 22- 1818: 3

<sup>24</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821) In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002: 101.

No fragmento abaixo é possível identificar alguns dos problemas enfrentados pelos censores. Stockler no parecer sobre o pedido de entrada dos livros requisitados pelos comerciantes ingleses, Bourdon e Frey, expõe os problemas da lista apresentada pelos comerciantes, sendo imprecisas e resumidas demais, não indicando os autores e nem mesmo informações básicas da edição. Dessa forma o censor argumenta que a imprecisão da lista compromete, também, o juízo dos censores, pois gera incerteza sobre o conteúdo das obras. Ainda relata que tais tipos de erros não podem ser cometidos por aqueles que trabalham com o comércio de livros, pois como consequência também atrapalha os negócios.

(...) a relação de livros apresentada pelos suplicantes Bourdon e Frey é por extremo resumida, e imprópria para facilitar o juízo dos censores. Semelhantes relações não condizem ser uma simples indicação de títulos dos bens nelas compreendidos, sem declaração dos seus autores, do lugar e ano das edições por que tenho os mesmos assuntos sido tratados por diversos autores debaixo dos títulos idênticos, e tendo muitos também corrigidos, acrescentando ou mutilados as suas obras depois de impressos pela primeira vez, daqui resulta que entre as obras de uns mesmos títulos, e entre as diversas edições de uma mesma obra há algumas que devam ser permitidas, e outras que mereçam ser vedadas. É evidente que por meio de relações em que estas circunstâncias se não especificam não pode o juízo dos censores deixar de ficar incerto, e de retardar-se em consequência a expedição deste gênero de negócios.<sup>25</sup>

O parecer<sup>26</sup> do censor Régio, José da Silva Lisboa, encarregado de analisar o pedido de licença de Carlos Robillard, que solicitou, por meio de José Bernardo Rodrigues d'Andrade, que fosse concedida a liberação de “vários livros” vindos de Paris, os quais se encontravam na Alfândega, também, aponta problemas relacionados às listas apresentadas pelo requerente. A listagem de livros era incompleta, uma vez que apenas algumas obras tinham a indicação dos autores. Devido à ausência de informações, Silva Lisboa destacou o desconhecimento de algumas obras como: *Cours de Litterature, Oeuvres Morales, & Historiques de Cazot, Divers Journeaux, Letters de Labié [Ilegível] a ses amis, Le Caravanserail, Anecdotes, La Religion, Livre de musique, La Chute de Cartage, Memoires de Lable Georgér, Consideration sur la revolution, Litairature francaise, Leçons de Literatura, Literature considerée, Oeuvres de Reynard, Melanges de Politique, Nouvelle historique de mesa De Ligneus, Les douzes siecles e Oeuvres ou Bernard.*

<sup>25</sup> ANRJ. cx. 818 (física), 168 lógica pac. 2 e 3. Doc. 83- 1819

<sup>26</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 169 Doc. 7- 1820

No mesmo parecer, Silva Lisboa aponta que era necessário direcionar maior atenção não somente para as obras desconhecidas por eles, como também para as seis obras sinalizadas, por conter conteúdos proibidos.

1º Oeuvres du Jean Baptiste Rousseau. Deve-se examinar na Alfândega se são deste mesmo autor, ou Jean Jacques Rousseau que é proibida. 2º Le conservateur ou recueil de morceux rares. Não convém correr, por ter fragmentos de Voltaire, e de outros escritores suspeitos, ainda que estas têm curiosidades interessantes de Literatura. 3º Dta. De Beaumarchais. Não convém correr, pelas imoralidades. 4º Histoire du Commerce des Européens. Se é do Abbé Raynal - é proibida. 5º Lettres a Emile sur la mytologie. Ainda que esta obra pareça de literatura indiferente, tem muitos indecoros. 6º Minon de Lenclos. Não convém correr por imoral e ímpia.<sup>27</sup>

Devido ao desconhecimento de algumas obras e da necessidade de que fossem averiguadas as obras indicadas como proibidas, ocorreu a interferência do escrivão da Real Câmara, Bernardo José de Souza Lobato, com a finalidade de esclarecer tais dúvidas. Em anexo a documentação, se encontra o pedido de despacho do Desembargo do Paço ao Juiz da Alfândega, pedindo o envio dos livros suspeitos, além das considerações do escrivão sobre as questões abordadas pelo censor régio, podendo ser observada no seguinte fragmento:

Entro em dúvida se os livros indicados na pag. 2ª da lista junta ao requerimento de Carlos Robillard com o título “Oeuvres de J. Deslile” foram considerados pelos Censor Régio o Conselheiro José da Silva Lisboa, como obras do Poeta Delille, autor do poema dos Jardins, Imaginação etc; ou como obras de J. Delisle de Sales, autor das intituladas “Histoire philosophique du Monde primitif”, impressa em 1795, “De La Philophie du Bonheur” em 1796”, De La Philosophie de La Nature, ou Traité de Morale pour L’espece humaine, tiré de la philosophie et fonde sur la Nature em 1769 e 1804”, o que nesta incerteza julgo deveria apresentar a Vossa Magestade, até mesmo pela vária fortuna, que na França correu esta última Obra, e perseguição, que por causa dela se fez a seu autor, Censores, e Impressores, sendo o que ocasionou a mais dúvidas o ver escrita na da Lista a Letra inicial “J” que é a do nome do Filósofo, bem como o seu apelido “Delille” como tenho visto escrito o do Poeta.<sup>28</sup>

A outra obra indicada a pag. 3 da mesma Lista com título “Pensées de Pascal” não se acha declara se é, ou não “com notas de Voltaires, e Condorcet” que tendo as, não pode ser admitida a despacho, por ser notoriamente proibida. Por semelhante falta de declarações nas Listas há grandes riscos de serem licenciadas muitas obras da mais restrita proibição, como vossa majestade as da mesma página 3 debaixo do titulo “Oeuvres de Arraud” se não forem (como aliais me inclino a crer são) do bem conhecido Autor de Novelas, e Peças Dramáticas, não forem de outros Autores do mesmo nome, que são proibidas.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 169 Doc. 7- 1820

<sup>28</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 169 Doc. 7- 1820

<sup>29</sup> ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 169 Doc. 7- 1820

A partir da leitura dos fragmentos acima é possível verificar que a interferência do escrivão da mesa ia além dos pontos assinalados pelo censor régio. Lobato, ultrapassando suas funções de Escrivão da Câmara, apontava questionamentos sobre algumas das obras presentes na listagem e não assinaladas pelo censor régio, Silva Lisboa. Era uma oportunidade ainda de apresentar os conhecimentos enquanto um homem letrado, bem instruído. Segundo Leila Algranti<sup>30</sup>, havia situações em que o escrivão da câmara interferia com a finalidade de demonstrar conhecimento e aptidão em relação ao cargo que ocupava, reafirmando-se enquanto homem letrado e conhecedor dos livros. Mas demonstrava também uma interferência nos mecanismos da censura. Havia uma vontade do escrivão em se afirmar dentro da sociedade de corte, pois os conhecimentos garantiam o reconhecimento público e lugar de destaque entre os integrantes da nobreza que se encontravam em volta do monarca. Ao levantar questionamentos sobre as obras liberadas pelo censor régio, Silva Lisboa, apontava também conhecimento que os demais censores não possuíam, o que contribuía para intrigas, pois a função enquanto escrivão era de atualizar os censores sobre todas as obras passíveis de proibição.

A partir da análise dos pareceres foi possível verificar que a censura era um mecanismo utilizado pela monarquia para o combate de ideias que iam contra os preceitos políticos, religiosos e morais. Os censores também faziam parte de uma prática de mercês, benesses, privilégios, além de serem símbolos de status e poder. Eles tinham, portanto um papel de grande relevância, pois a eles cabia a tarefa de impedir que ideias contrárias aos preceitos defendidos pela Coroa fossem propagados dentro do império luso-brasileiro. Entretanto, tal tarefa nem sempre foi simples, pois além das disputas por dentro do aparelho censório havia também os problemas relacionados às normas e regras em que deviam se basear, ou seja, a ausência de mecanismos bem estabelecidos abria uma brecha que facilitava a interpretação subjetiva dos próprios censores, o que por vezes causava discórdias entre eles. Além disso, tal liberdade demonstrava que não havia uma rigidez tão grande com relação à todos os indivíduos, e contribuía para falhas no processo censório. Dessa forma, apesar da censura ser realizada em varias instâncias, ainda assim foi possível a entrada de obras proibidas dentro do território luso-brasileiro.

---

<sup>30</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821) In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002: 243.



## Fontes

ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 818 (física), 168 (lógica), 169 e 170.

## Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821) In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002: pp.91-118.

\_\_\_\_\_. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Censura e Comércio no período da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*. Coimbra:631-663, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. 2 v.

CAVALCANTE, Berenice. Itinerários de leitura: a formação de um ilustrado luso-brasileiro. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: 579-600, 1999.

CHARTIER, Roger. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma Revolução da Leitura no século XVIII?. In. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e impressos: retratos dos Setecentos e dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio: História da publicação da “Enciclopédia” 1775-1800*. Tradução: Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Edição e Sedição: O universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Censores em Ação: Como os Estados Influenciaram a Literatura*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DELMAS, Ana Carolina Galante. Dissertação de mestrado: “Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino. Rio de Janeiro, 2008: 147.

FAR, Alessandra El. *O Livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. e NEVES, Lúcia Maria Bastos. O medo dos “Abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros no início do século XIX no Brasil. In: *Acervo: revista do arquivo nacional*. n. 4, p. 113-119, 1989.

\_\_\_\_\_. A história do livro e da leitura; novas abordagens. *Floema (UESB)*, v. V, p. 99-114, 2009



NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Censura, circulação de ideias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1999.

\_\_\_\_\_. Um Silêncio Perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002: pp.121-152.

\_\_\_\_\_. Antídotos contra obras - “Ímpias e Sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In ABREU, Marcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP: pp.377-394,2002.

\_\_\_\_\_. Comércio de Livros e Censura de ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a Vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. Cultura Letrada e cultura da oralidade no Brasil do fim do século XVIII e início do XIX. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra:561-577, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-Brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

\_\_\_\_\_. Os leitores e os Usos dos livros na América Portuguesa. In ABREU, Marcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP: pp 183-212, 2002

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

## O pensamento histórico e político em *A dedication to sir Philip Sidney* (c.1610-1614) de Fulke Greville: Um balanço Bibliográfico

**Bruna Braga Fontes**

Mestranda em História Social

Universidade de São Paulo

E-mail: bruna.fontes@usp.br

**Resumo:** Esta comunicação é parte de um projeto de mestrado em andamento, o qual busca estudar a obra *A Dedication to Sir Phillip Sidney* (1654) de autoria de Fulke Greville. Escrita provavelmente entre 1610 e 1614, a obra é formada a partir de um conjunto de textos, possuindo três temas centrais: a história da vida de Sir Philip Sidney, uma história do reinado de Elizabeth e uma introdução a algumas das obras de Greville. O texto busca traçar algumas das principais interpretações de autores de várias áreas da Ciências Humanas sobre a obra e Greville, apresentando um balanço bibliográfico até o momento.

**Abstract:** This communication is part of a master's project to study Fulke Greville's work *A Dedication to Sir Phillip Sidney*, published in 1651 but written probably around 1610-1614. The work is composed of a series of texts, with three main themes: the history of the life of Sir Philip Sidney, a history of Elizabeth's reign and an introduction to some of Greville's other works. This text will try to trace some of the main interpretations of authors of several areas about Greville and his works, presenting a bibliographic overview of the subject.

**Palavras-chave:** História Inglesa; História das Idéias; História Política.

*A Dedication to Sir Phillip Sidney*, obra principal da pesquisa, é de autoria de Fulke Greville<sup>1</sup> e teve sua primeira referência em 31 de outubro de 1651, na Stationers' Register to Saile, uma publicação realizada por Henry Saile sob o nome *The Life of the Renowned Sir Phillip*<sup>2</sup>. A obra é composta por um conjunto de textos, que podem ser divididos em três eixos centrais: a história da vida de Sir Philip Sidney, uma história do reinado de Elizabeth e uma introdução a algumas obras de Greville.

Fulke Greville, que viria a ser o primeiro lorde Brooke, nasceu em 1554 na região de Warwickshire na Inglaterra, neto por parte materna do quarto Earl of Westmorland, e filho de Sir Fulke Greville, cuja mãe era filha do segundo Baron Willoughby de Broke. Sua família possuía grande influência na região, tendo a representado no Parlamento. Greville estudou na Shrewsbury School em sua infância, aonde veio a conhecer Sir Phillip Sidney, e frequentou Cambridge em 1568. Participou tanto da Câmara dos Comuns quanto da Camara dos Lordes, quando recebeu seu título em 1621, além de ter exercido cargos públicos como Treasurer of the Navy e Chancellor of

---

<sup>1</sup> Greville, Fulke (GRVL568F). A Cambridge Alumni Database. University of Cambridge. [venn.lib.cam.ac.uk/cgi-bin/search-2016.pl?sur=&suor=w&fir=&firo=c&cit=&cito=c&c=all&z=all&tex=GRVL568F&sy=&eye=&col=all&maxcount=50](http://venn.lib.cam.ac.uk/cgi-bin/search-2016.pl?sur=&suor=w&fir=&firo=c&cit=&cito=c&c=all&z=all&tex=GRVL568F&sy=&eye=&col=all&maxcount=50) acessado em 22.10.16 às 7:40.

<sup>2</sup> GOUWS, J. S. *Post-dated Early Modern English Printed Books, Fulke Greville, and Bibliographical Stability*. Notes and Queries. 61.3, 2014, p. 371-373.

the Exchequer ao longo de sua carreira. Sobre sua trajetória se destacam duas bibliografias, de Joan Rees e de Ronald Rebholz.

Gouws apresenta três dos manuscritos encontrados: o primeiro fazia parte da coleção pessoal de Dr. Juel-Jesen (J) e agora se encontra na biblioteca Bodleian; o segundo está em Trinity College em Cambridge (T); o terceiro se encontra nos arquivos de Shropshire, tendo sido encontrado em 1954 na biblioteca pública de Shrewsbury (S). Rigali refere à um novo manuscrito: recentemente descoberto por Peter Walne e examinado por Skretkowicz, se encontra em Hertford e tem escrita a data de 1699 (H). Rigali também aponta que os manuscritos S e J derivam de uma primeira versão que passou por uma extensa revisão de Greville resultando no que tanto os manuscritos H e T quanto a versão impressa de 1652 representam, embora seja possível notar menores diferenças, de transcrição e de revisão, entre todos eles. As maiores diferenças se encontram especificamente nos capítulos que abordam a “Vida de Elizabeth”, havendo para a autora uma continuidade tanto nos capítulos da vida de Sidney quanto na introdução de seus trabalhos ao se comparar entre S e J e entre H, T e 1652<sup>3</sup>.

Para Wilkes, Greville teria escrito o *Dedication* muito provavelmente entre os anos de 1610 e 1614<sup>4</sup>. Greville se retirou da política, principalmente por causa de Robert Cecil, Earl of Salisbury, até a sua morte, em 1612, assumindo em 1614 o cargo de *Chancellor of the Exchequer*. Gouws acredita que quando Greville iniciou a escrita da obra, ele tinha como objetivo fazer uma dedicatória de seus poemas filosóficos à memória de seu falecido amigo Sir Philip. Entretanto, quando seu projeto de narrar a vida de Elizabeth é inviabilizado por Cecil - devido a impossibilidade de acessar os arquivos reais -, ele decidiu adicioná-lo ao ainda incompleto *Dedication*. Gouws afirma que o resultado de tal trabalho híbrido pode ter levado ao seu abandono em 1612, sofrendo revisões até 1614<sup>5</sup>. Já Blair Worden sugere que Greville estava a escrever esta obra especialmente para o príncipe Henry, falecido em 1612, o que resultou no abandono deste projeto<sup>6</sup>.

Por outro lado, Rigali afirma que dentro desta explicação seria possível entender a perigosa atualidade desta obra, a qual contém críticas veladas a algumas das políticas mais controversas de

<sup>3</sup> GOUWS, J. S. *Early Readers of Fulke Greville, the Life of the Renowned Sir Philip Sidney (1652)*. Notes and Queries. 62.4, 2016, p. 595-597; RIGALI, Amanda. *The Plays of Fulke Greville in Context*. University of London, 2000, p. 17.

<sup>4</sup> A respeito do estabelecimento da época em que suas obras foram escritas, Wilkes destaca a grande dificuldade dada ausência de datação em todos os manuscritos e publicações encontrados (WILKES, 1959, p. 498).

<sup>5</sup> GOUWS, J. S. *Early Readers of Fulke Greville, the Life of the Renowned Sir Philip Sidney (1652)*. Notes and Queries. 62.4, 2016, p. 595-597.

<sup>6</sup> WORDEN, Blair. *Friend to Sir Philip Sidney*. Review of The Prose Works of Fulke Greville, Lord Brooke, edited by John Gouws. London Review of Books 8 n. 12, 1986, p. 19-22, <http://www.lrb.co.uk/v08/n12/blair-worden/friend-to-sir-philip-sidney>, p. 19-22.

James I, argumentando que as palavras de Greville teriam sido como conselhos da melhor forma de governar, buscando persuadir Henry a tomar uma direção diferente ao assumir o trono. A autora traça uma comparação com o trabalho que Bacon havia escrito para apresentar ao príncipe Henry, a partir da ideia que ambos desejavam aconselhá-lo. A referência à Essex na obra de Greville poderia ser associada ao conhecido interesse do príncipe sobre o nobre, como uma forma de enfatizar a postura negativa de Bacon em relação à Essex aos olhos do príncipe. Rigali também apresenta uma nova possibilidade: a obra como uma possível introdução escrita de um copilado dos manuscritos de *Alaham*, *Mustapha* e do *Treatise of Monarchy* para um patrono em particular<sup>7</sup>.

Diversos pesquisadores da figura de Greville, alguns destes abordando diretamente à obra *Dedication*, tentam entender certas particularidades do pensamento do autor. Herman enfatiza a tripla temporalidade presente em *Dedication*: o presente da história narrada por Greville; o presente em que a obra foi escrita; e o presente da publicação da obra. Focando-se nos dois últimos, o autor argumenta em seu artigo que Fulke Greville a escreveu baseando-se nos princípios da Antiga Constituição. Para isto, Herman analisa a construção das principais narrativas contidas na obra, mostrando paralelos com os ideais da Antiga Constituição. O autor acredita que as partes que abordam tanto a rainha Elizabeth quanto Essex não podem ser vistas como digressões da concepção original do texto de Greville. Para Herman, Greville formata sua narrativa sobre Sidney e Elizabeth partindo destes princípios e contrastando-os com o absolutismo francês (principalmente no capítulo que aborda o possível casamento com o Duque de Anjou), além de transformar a luta contra a Espanha e o mundo Católico como um todo em uma luta para proteger as liberdades inglesas contra a tirania que o absolutismo representava. O autor traz uma importante questão: ao estabelecer a família que publicou o texto de Greville como realista, Herman questiona o porquê de terem escolhido uma obra que faz tantas críticas ao absolutismo e, mesmo que indiretamente, às políticas praticadas por James I. A resposta do autor é que, durante os quase quarenta anos que separam o período em que a obra foi escrita e sua publicação, o cenário político havia-se modificado de tal forma que o debate era outro: não estava mais em pauta o específico do absolutismo, mas, a partir da experiência republicana, a própria monarquia<sup>8</sup>.

Meyer analisa a questão do poder político nas obras de Greville, dando destaque às tragédias. Para o autor, Greville estava mais preocupado com os problemas de ordem prática do que pela busca de uma esperança utópica, se aproximando de outros autores do período principalmente

<sup>7</sup> RIGALI, Amanda. *The Plays of Fulke Greville in Context*. University of London, 2000, p. 144-5.

<sup>8</sup> HERMAN, Peter C. "Bastard Children of Tyranny": the Ancient Constitution and Fulke Greville's "a Dedication to Sir Philip Sidney". *Renaissance Quarterly*. 55.3, 2002, p. 969-1004.

pela influência de Sêneca em seu trabalho e pelo interesse no mito da origem da política. De acordo com Meyer, Greville tem uma visão de mundo negativa, de imperfeição e decadência, parcialmente inspirada pelo Calvinismo, que vê a política como um mal necessário<sup>9</sup>.

Já Harris discute a influência do pensamento maquiavélico nos escritos de Greville. O autor descreve que muitas das pesquisas sobre a influência de novas correntes no período não são favoráveis ao impacto destas novas ideias ou evidenciam, apesar da presença destas novas correntes, o contínuo do poder de uma visão de mundo herdada do passado medieval. Harris afirma que o estudo de Greville, considerado pelo autor o mais maquiavélico do período elisabetano, traz evidências importantes para se pensar o quadro mais amplo, por tratar de um grande personagem elisabetano e da renascença, tipicamente envolvido na sociedade. O autor acredita que Greville interpreta o pensamento maquiavélico a partir de sua imaginação, de uma base cristã e tradicional, embora aparente na superfície ser apenas um “maquiavelismo estranho, diluído e parcial”. Entretanto, para Harris, essas são as características que comprovam a premissa da difusão das ideias de Maquiavel, e as possibilidades que elas levaram<sup>10</sup>.

Drennan aponta o desenvolvimento de um "mito" do maquiavelismo no período, o qual superou a figura histórica de Maquiavel. Surge também nesta época um sentimento “anti-maquiavélico”, principalmente após o Massacre de São Bartolomeu. O autor aborda, ao longo de sua tese, a influência das obras de Maquiavel e deste “anti-maquiavelismo” dentro do território inglês, discutindo algumas das figuras consideradas por ele como mais “maquiavélicas”. Drennan também estuda o grupo de amigos de Phillip Sidney, do qual Greville participava, apontando-os como tendo forte influência huguenote e calvinista. O autor analisa o *Tratado da Monarquia* e a peça *Mustapha*, ambos de autoria de Greville, comparando-os com trechos dos *Discorsi* e do *Príncipe* de Maquiavel. Drennan afirma que o maquiavelismo presente em Greville é pensado a partir de Calvino, onde apenas alguns elementos são incorporados enquanto outros são deixados de lado ou repensados a partir da moral calvinista. Entretanto, o autor discorda do argumento de haver um embate nos textos de Greville. Para Drennan, o pensamento de Greville é orgânico, pois as diferentes influências são adaptadas e dialogam<sup>11</sup>.

A interpretação de Farmer sobre uma troca de cartas entre Greville e Sir John Coke aborda

<sup>9</sup> MAYER, Jean-Christophe. “*bothe Kinge, and People Seem'd Conjoyn'd in One*”—*Fulke Greville and the Question of Political Power*. Cahiers Élisabéthains. 60.1, 2001, p. 43-52.

<sup>10</sup> HARRIS, Paul H. *Within Machiavellism*. Italice. 25.1, 1948, p. 28-41.

<sup>11</sup> DRENNAN, William Ryland. *Fulke Greville and the myth of Machiavellism*. (Univ. of South Florida) Ann Arbor, Mich: Univ. Microfilms Internat, 1983.

alguns tópicos muito interessantes como a concepção de História de Greville e o seu interesse no ensino superior, principalmente em Cambridge e Oxford. Para o autor, estes são indicadores de uma sensibilidade à historiografia em desenvolvimento naquele período. Ao analisar em específico o *Dedication*, Farmer acredita que Greville se utiliza da figura de Sir Philip, que se tornara uma personificação da virtude pública e de serviço ao Estado, como veículo para a instrução moral e política. O autor afirma que esta narrativa se entremeia com a concepção de História de Greville, a qual exige mais do que a mera apresentação dos fatos.

It must also supply, in accord with the accepted values of the times, a commentary on the moral implications of facts. As a prominent man of action Sidney offered an example which, it could be expected, would inspire others to strive for like eminence in virtue. And so far as Greville is concerned, his public responsibility as a biographer would be to persuade others, through examples drawn from the facts of Sidney's life, to adopt virtuous ideals and live by them<sup>12</sup>

Para Farmer, esta prática de Greville estava em consonância com o que era estabelecido pela literatura clássica de Políbio, Tácito e Sêneca. A narrativa que Greville escreve, enquanto aparenta apenas exaltar o homem, na verdade é um lembrete de que os feitos de Sidney forneciam um guia para a vida. O autor mostra o conceito de *Historia Magistra Vitae* na narrativa de Greville. Outra importante questão abordada por Farmer se refere à parte do *Dedication* em que Greville afirma que, apesar de seu desejo em escrever uma obra da história da rainha Elizabeth, sem o livre acesso aos relatórios do Conselho seria impossível escrevê-la de forma responsável e acurada. Para o autor, é possível traçar um paralelo entre a teoria da história desenvolvida por Greville e o pensamento de Bodin<sup>13</sup>.

Já Gouws aborda questões referentes aos relacionamentos cultivados por Greville e sua trajetória. Entre estes, o autor destaca uma aproximação de Greville com os Earls of Leicester e Essex, em diferentes momentos de sua vida. Um outro relacionamento apontado por Gouws, seria entre Greville e o duque de Buckingham, já no final de sua vida, e que se entremeia com o contexto do Spanish Match e com uma tensão entre aqueles que eram apoiadores de uma relação mais próxima com a Espanha. Gouws afirma a parte da obra que aborda a rainha Elizabeth se trataria de uma transcrição de seções do texto de William Camden, de quem Greville era patrono, e que traz uma nova forma de “história civil”: “In the second part of the 'Dedication' Greville attempts to write

<sup>12</sup> FARMER, Norman. *Fulke Greville and Sir John Coke: an Exchange of Letters on a History Lecture and Certain Latin Verses on Sir Philip Sidney*. Huntington Library Quarterly. 33.3, 1970, p. 217-236, p. 229.

<sup>13</sup> FARMER, Norman. *Fulke Greville and Sir John Coke: an Exchange of Letters on a History Lecture and Certain Latin Verses on Sir Philip Sidney*. Huntington Library Quarterly. 33.3, 1970, p. 217-236, p. 231.



a form of the new civil history that was being pioneered by his friend and client William Camden (...) For his material on the queen he simply translated passages from the Latin of Camden's manuscript 'Annals' (published in 1625).”<sup>14</sup>.

Para discutir o pensamento histórico presente na obra a ser estudada, a tese de Woolf se torna muito importante, tanto para estabelecer o pensamento do período, com suas mudanças e permanências, quanto para traçar a concepção de história de alguns contemporâneos de Greville. Para isso, o autor aborda as distinções do período entre antiquários e historiadores. Woolf afirma que historiadores do início do século XVII na Inglaterra compartilhavam algumas premissas sobre o passado, principalmente em relação ao seu significado, seus eventos e seus personagens, que foram herdadas de um passado medieval e do renascimento. O autor aponta a influência da tradição Tomista-aristotélica de cosmologia na forma em que os eventos do passado eram analisados e compreendidos, dentro de um número restrito de categorias e distinções. Dessa forma, sua tese defende que embora não tenha acontecido uma quebra radical à herança do pensamento histórico medieval, o significado da palavra história foi expandido para incluir a pesquisa antiquária e filológica. Woolf também destaca algumas das características dessa produção histórica como o pouco debate historiográfico, o asceticismo, e uma visão determinista e teleológica do passado<sup>15</sup>.

Partindo de Herman<sup>16</sup>, que apontou a relação entre a narrativa de Greville na obra *Dedication* e a Antiga Constituição e mostrou a noção de diferentes temporalidades no estudo da obra, é possível pensar a concepção de história e de política não apenas do próprio Greville, mas também dos movimentos e das linhas de pensamento que estavam se formando ao longo dos quase cem anos que separam seu nascimento da publicação do *Dedication*, traça-se um paralelo com os estudos de Woolf sobre pensamento histórico inglês.

Majoritariamente as pesquisas que se referem à figura de Fulke Greville e em específico à sua obra *A Dedication to Sir Phillip Sidney* foram realizadas por pesquisadores da área de Estudos Literários, e não há nenhum estudo sobre o autor no país. É objetivo do presente estudo tentar compreender os motivos que o levaram a escrever o mencionado livro, projetando a vida de Phillip Sidney no mesmo espaço literário no qual desenvolve uma história do reinado da rainha Elizabeth, assim como perceber as devidas motivações políticas para tais relações históricas. Tratando-se de

<sup>14</sup> GOUWS, J. S. Greville, Fulke, first Baron Brooke of Beauchamps Court (1554-1628), Oxford Dictionary of National Biography, Oxford University Press, 2004.

<sup>15</sup> WOOLF, D. R. *Change and Continuity in English Historical Thought C. 1590-1640*. University of Oxford, 1983.

<sup>16</sup> HERMAN, Peter C. "Bastard Children of Tyranny": the Ancient Constitution and Fulke Greville's "a Dedication to Sir Phillip Sidney". *Renaissance Quarterly*. 55.3, 2002, p. 969-1004.



um estudo na área da História das Ideias, será também levada em consideração a relação do autor com obras contemporâneas que o influenciaram, sobretudo os autores cujos escritos estiveram voltados para o universo da Política, marca referencial para se compreender o século XVII, conhecido como a centúria da grande crise.

A partir disto, este trabalho se propõe a reunir a bibliografia publicada sobre Greville nas diferentes áreas e fazer um balanço entre as consonâncias e diferenças no que inferem sobre o autor e sua obra, trançando um paralelo com a discussão historiográfica do período. Outro objetivo seria pesquisar as relações existentes entre Greville e seus contemporâneos europeus, pensando sobre possíveis influências em sua escrita e discutindo o pensamento histórico e político de Greville.

João Camilo de Oliveira Torres:  
A escrita militante e o movimento monarquista

**Marco Túlio Antunes Gomes**

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: mtantunesgomes@hotmail.com

**Resumo:** Intelectual de vasta produção científica e literária, João Camilo de Oliveira Torres consagrou-se entre a elite política liberal mineira e a intelectualidade católica e monarquista brasileira. Conciliando a carreira de funcionário público com os ofícios de escritor e professor, Torres publicou livros e artigos ostensivamente sobre temas filosóficos, literários, históricos, religiosos e políticos. Árduo defensor da restauração monárquica no país, o autor correspondia ativamente com descendentes da Família Real brasileira, organizações monarquistas e correligionários de todo o Brasil. A partir da correspondência analisada do autor, este trabalho se propõe a identificar como Torres e a produção camiliana se situam no microcosmo do movimento monarquista entre as décadas de 1930 e 1960.

**Palavras-chave:** João Camilo de Oliveira Torres; História intelectual; Monarquismo.

**Abstract:** Intellectual with vast scientific and literary production, João Camilo de Oliveira Torres was consecrated in the liberal elite political of Minas Gerais and the in intellectuality groups from catholics and Brazilian monarchists. He conciliated the career of a civil servant with the occupation of writer and teacher. Torres published books and articles ostensibly on philosophical, literacy, historical religious, and political subjects. An arduous defender of the monarchical restoration in the country, the author corresponded actively with descendants of the Brazilian Royal Family, monarchist organizations and coreligionists from all over Brazil. This work analyse the Torre's correspondence, identifying how he and his production are assimilated in the microcosm of the monarchist movement between the 1930 and 1960s.

**Keywords:** João Camilo de Oliveira Torres; Intellectual History; Monarchism.

## Introdução

João Camilo de Oliveira Torres nasceu em uma família tradicional da cidade de Itabira do Mato Dentro, interior de Minas Gerais, no dia 31 de julho de 1915. Seu avô, Luiz Camillo de Oliveira Penna, foi administrador da Fábrica do Girau, importante indústria de fundição de ferro criada em 1816. A ele o autor atribui seu despertar para o ideal monarquista, ainda na infância<sup>1</sup>.

Completado o ensino básico no Colégio Sul Americano de Itabira em 1931, João Camilo se mudou para Belo Horizonte, onde finalizou seus estudos secundários no Ginásio Mineiro. Os primeiro passo da trajetória intelectual é dado em 1936, quando publica o artigo intitulado “Sobre o Patrianovismo e representação”, na edição natalina do jornal católico *O Diário*. No texto, Torres se mostrava simpático ao movimento Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que

---

<sup>1</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *O homem interino*. Belo Horizonte: s/ed., 1998, p. 57.

propunha a instauração de uma monarquia corporativista no país. O autor, então com 18 anos de idade, adquire visibilidade dentre os círculos monarquistas.

Após 1930, os intelectuais exerceram diferentes formas de engajamento: alguns como ideólogos do autoritarismo, outros trilharam uma postura autônoma. Muitos, incluindo o jovem João Camilo, se alinham a associações, ligas e movimentos. Segundo Daniel Pécaut, o ativismo conquistou “intelectuais, de maior ou menos envergadura, católicos reacionários ou revolucionários, que aderiram às Legiões, fundaram centros, desencadearam movimentos e sonharam com a entrada do poder.”<sup>2</sup> Corroborando com tal acepção, Sergio Miceli observa que muitos dos jovens intelectuais que integram as organizações de direita eram “bacharéis ‘livres’ e letrados que estavam desorientados, carentes de apoio político e sem perspectiva de enquadramento profissional e ideológico”<sup>3</sup>, cuja infância e adolescência se deu fora dos grandes centros políticos e intelectuais. Torres, cuja trajetória em muito se assemelha à descrição dos autores, não se filia a nenhuma organização, mas passa a integrar a redação do jornal patrianovista *A Cruzada*, e também do católico *Mensagem*.

Em 1937, por influência do irmão Luiz Camilo de Oliveira Penna, Torres se torna jornalista do periódico *Folha de Minas*, na época dirigido por Luiz de Bessa Newton Prates. No mesmo período, torna-se colaborador do católico *O Diário*, que publica boa parte de seus artigos sobre política. Dessa forma, João Camilo inicia sua carreira na atividade jornalística, “forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores”<sup>4</sup>, como observa Angela de Castro Gomes.

João Camilo ingressa no magistério da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria em 1942, instituição que reunia nomes como Henriqueta Lisboa, Arduíno Bolívar e Aires da Mata Machado Filho. Assumiu inicialmente a cadeira de Sociologia e Ética, se transferido posteriormente para o Departamento de História, onde se torna titular da cadeira de História do Brasil, e depois dos cursos de Filosofia Moral e História de Minas Gerais na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.

Ainda no ano de ingresso no magistério, Torres se torna funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), atividade que exerce até o fim da vida. Em

---

<sup>2</sup> PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 75. (Temas; 16)

<sup>3</sup> MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 135.

<sup>4</sup> GOMES, Angela de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 45.

um período no qual a atividade intelectual não gozava de grande autonomia, a conciliação das carreiras de professor e funcionalismo público não era exclusividade do autor. Seu primo, Carlos Drummond de Andrade, assim como Augusto Meyer e Rodrigo Melo Franco compunham o grupo denominado por Miceli de “escritores-funcionários”, indivíduos que mantinham vínculos com membros da elite política estadual que havia liderado a Revolução de 1930, posteriormente convocados para integrar a burocracia do novo regime na capital federal<sup>5</sup>. Assim como os referidos autores, João Camilo também teceu suas redes de influência, tendo sido funcionário do ex-prefeito do Distrito Federal, Mário Casassanta, e amigo dos governadores Milton Campos e Magalhães Pinto.

### **Torres e o movimento monarquista**

João Camilo de Oliveira Torres foi um grande defensor da restauração da monarquia no Brasil, correspondendo ativamente com descendentes da Família Real brasileira, organizações monarquistas e indivíduos adeptos a causa de todo o país. A Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), organização pela qual o autor demonstra simpatia em sua juventude, é fundada em 1928 por Arlindo Veiga dos Santos, em São Paulo, e apresenta como projeto político o retorno da monarquia e a recatolização do país. De acordo com a historiadora Teresa Malatian, a AIPB foi um movimento restrito aos círculos intelectuais, atuante em congregações marianas e no Centro D. Vital de São Paulo<sup>6</sup>. Se expandiu para diversos estados brasileiros, com unidades em Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em setembro de 1949, Veiga dos Santos escreve a Torres solicitando que esse fosse organizador da sessão mineira da AIPB. A essa altura, o autor era reconhecido no movimento pelo artigo publicado no jornal *O Diário*. Defendendo o movimento das críticas que o consideram como defensor de uma ditadura, João Camilo afirma que

Um regime em que todos os interesses do povo sejam satisfeitos e que a autoridade seja de fato e de direito soberana, e uma justiça verdadeiramente cristã aplicada a todas as relações humanas, onde uma justa liberdade fica situada dentro dos limites da Razão e da Ordem é o que a Ação Imperial Patrianovista indica ao povo brasileiro<sup>7</sup>.

Com o tempo, porém, a afinidade do autor pela organização parece dissipar-se, e João Camilo não se envolve diretamente com o movimento. A AIPB defendia um monarquismo

---

<sup>5</sup> Miceli, 2008.

<sup>6</sup> MALATIAN, Teresa. Império e missão: um novo monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001. (Brasiliana novos estudos; 6)

<sup>7</sup> Patrianovismo e representação. *O Diário*, Belo Horizonte, ano II, n. 586, p. 3, 25 dez. 1936.

antiliberal, tendo como paradigma as monarquias medievais, nas quais "a Igreja tinha papel organizador e a sociedade se estruturava hierarquicamente, com a monarquia composta pelo rei como governante supremo e o povo reunido nas corporações, numa relação de totalidade orgânica, sem os conflitos próprios da sociedade capitalista"<sup>8</sup>. Por seu turno, Torres considera que não era possível ignorar a trajetória nacional, devendo ser considerado tanto o período monárquico brasileiro do século XIX quanto à experiência republicana conservadora em uma possível restauração:

a monarquia no Brasil sempre foi de esquerda e a república um movimento conservador, esta é uma situação de fato, uma tradição que devemos considerar. Afinal, trata-se de um regime para o Brasil, de acordo com a nossa história e os fatos vividos [...]. Tanto que um possível estabelecimento da monarquia deverá levar em conta como dado essencial à experiência republicana<sup>9</sup>.

O posicionamento de Torres sobre o movimento, publicado no periódico *O Diário*, gerou resposta do patrianovista José de Oliveira Pinho. Para esse, o liberalismo era muito recente e prejudicial ao país, encontrando-se na Idade Média a “verdadeira democracia”<sup>10</sup>, nos mesteres, nas corporações de ofício, onde floresceu a verdadeira representação política da nação organicamente constituída”<sup>11</sup>.

Os rumos do movimento renderam críticas e dissidências de outros monarquistas. Ainda em 1935, Sebastião Pagano, conselheiro geral do movimento que atuava como “aglutinador de monarquistas de outras tendências”<sup>12</sup>, foi expulso da AIPB após discordar de pontos ideológicos de outros membros diretores. Funda em São Paulo com o jornalista João Scatimburgo a Ação Monarquista Brasileira (AMB), que posteriormente se torna o Comitê de Estudos do Problema Monárquico. As estratégias do movimento em muito se assemelham as do patrianovismo, voltando-se para a arregimentação da intelectualidade. Em correspondência enviada a João Camilo, Pagano informa ter criado o Instituto Livre Superior de Ciências Sociais e Políticas, que objetivava organizar um programa de apostilas que pudesse nortear professores de todo o país na doutrina monárquica. Pagano também busca legitimar seu Comitê, afirmando ser esse

---

<sup>8</sup> MALATIAN, 2001, p. 93.

<sup>9</sup> Problemas monárquicos. *O Diário*, Belo Horizonte, ano XXI, n. 7841, 4 fev. 1955. p. 6.

<sup>10</sup> Grifos do autor.

<sup>11</sup> CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida, Caixa 34, pasta 1, doc. 449, 1956.

<sup>12</sup> MALATIAN, 2001, p. 52.

a única organização oficial, referindo-se ao Pátria-Nova como um movimento emperrado que “não ata nem desata”<sup>13</sup>. Torres, porém, não faz distinção entre os grupos mencionados:

Devo fazer, aqui uma séria crítica aos amigos Arlindo Veiga dos Santos e Sebastião Pagano: ao invés de inventarem corporativismos, deveriam ter feito a descoberta da monarquia brasileira e divulgado Pimenta Bueno e Uruguai. Isto talvez tivesse melhor resultado prático e, certamente, oferecido uma imagem autêntica da monarquia. Mais do que o programa patrianovista, e que, embora a única ideia original na vida política brasileira do tempo, era algo irrealista e utópico<sup>14</sup>.

Embora fosse mantido a par da organização desses movimentos monarquistas, João Camilo não chega a integrar nenhuma das organizações mencionadas. Contudo, mantém intensa correspondência com D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança<sup>15</sup>, tido entre o movimento monarquista como herdeiro da coroa em uma possível restauração. As primeiras cartas enviadas a João Camilo por D. Pedro Henrique datam da década de 40, muitas delas congratulações pelos artigos e livros escritos pelo autor. Torres dedicou muitas de suas obras ao período monárquico brasileiro, diversas delas contando com o auxílio de D. Pedro Henrique no “acesso a valiosos documentos de seu arquivo particular”<sup>16</sup>, além de indicações de documentos existentes no Museu Imperial.

As diversas cartas de tom amigável sugerem uma proximidade entre ambos. D. Pedro Henrique mostra-se interessado em uma obra ser lançada pelo autor, que considera importante para “fazer conhecer ou relembrar quanto o Império acompanhou e estimulou o progresso do Brasil, para que os Brasileiros tenham sempre em mente que o princípio de unidade, que a Monarquia representa.”<sup>17</sup> A militância intelectual do autor, assim como a de outros escritores, torna-se mais benquista entre o líder da causa monárquica do que as iniciativas de criação de movimentos políticos. Guilherme Auler, intelectual monarquista próximo do “herdeiro”, revela

---

<sup>13</sup> CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida, Cx 33, pasta 1/5, Doc. 339. 1953.

<sup>14</sup> TORRES, João Camillo de Oliveira. O homem interino. Belo Horizonte: s/ed., 1998. p. 140.

<sup>15</sup> Pedro Henrique de Orléans e Bragança nasceu no exílio, em 1909. Filho da princesa Isabel e do Conde D’Eu, mudou-se para o Brasil em 1945, fixando-se na cidade de Jacarezinho, interior do Paraná, e posteriormente em Petrópolis (RJ). Para mais, ler: SANTOS, Armando Alexandre. Dom Pedro Henrique: o condestável das saudades e da esperança. São Paulo: Artpress, 2006.

<sup>16</sup> CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 48, pasta 1, doc. 1246, 1964. p. 13.

<sup>17</sup> CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida, Caixa 33, pasta 4/5, doc. 418, 1952.

em carta que esse “Mandou às favas, os grupelhos do negro Veiga dos Santos, do Pagano, etc”<sup>18</sup>, passando a se apoiar em lideranças católicas como Plínio Correia de Oliveira. D. Pedro Henrique passa a comparecer nas reuniões da Semanas de Estudo do jornal *Catolicismo*, coordenadas por Correia de Oliveira<sup>19</sup>. Levando em conta a pouca eficiência das diversas organizações monarquistas existentes, dispersas em termos geográficos e ideológicos, é possível compreender que a militância intelectual cumpria um papel de maior relevância para D. Pedro Henrique, que passa a apoiar mais essas estratégias.

A instabilidade política do ano de 1964 é visto como uma oportunidade para muitos monarquistas. Em fevereiro, Rogério Lima sugere a Torres por carta que no momento de crise é necessário que os monarquistas ajam esclarecendo o povo brasileiro que “um governo de autoridade, justiça, equilíbrio e continuidade que somente o III Império pode dar”<sup>20</sup>. Lima sugere ainda que João Camilo mobilize a Família Real, crucial para aquele momento.<sup>21</sup> Após o golpe que destituiu João Goulart, Pagano solicita a João Camilo que os monarquistas de Minas Gerais “mandem mensagens ao governador Ademar de Barros pedindo-lhe a restauração da Monarquia”<sup>22</sup>, já que este seria o líder da Revolução. Na mesma carta, o monarquista revela planos de envolver militares na Restauração, e D. Pedro Henrique é “procurado por um grupo de prestigiosos chefes militares que pretendiam a restauração da monarquia por um golpe de Estado, e esperavam somente um ‘sinal verde’ de sua parte”<sup>23</sup>, mas esse teria recusado. Entrementes, Torres se mostra favorável ao governo militar, que afasta “o perigo da implantação de um regime totalitário no Brasil”.<sup>24</sup>

Assim como muitos de seus contemporâneos, o autor perceberia que o golpe militar de 1964 não seria algo provisório, e embora não tenha se posicionado contra a ditadura, não hesitou em acolher em sua casa a historiadora Maria Adalgisa Vieira do Rosário, perseguida pelo regime. O escritor-funcionário conciliou suas atividades profissionais até 1967, quando se aposentou da carreira de professor. Permanece na área de previdência social, na qual alcança o

---

<sup>18</sup> CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida, Caixa 32, pasta 7/7, doc. 330, 1955.

<sup>19</sup> SANTOS, 2006.

<sup>20</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 48, pasta 1, doc.1246. 1964.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 41, pasta 2, doc.1270. 1964.

<sup>23</sup> SANTOS, 2006, p. 10.

<sup>24</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 48, pasta 3, doc. 1280, 1964.



posto de superintendente regional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que exerce até o dia 31 de janeiro de 1973, quando é acometido por um infarto do miocárdio, falecendo em sua mesa de trabalho aos 58 anos de idade.

É possível aferir que ao longo de sua vida João Camilo de Oliveira Torres se estabeleceu como um intelectual renomado no seio do movimento monarquista, que sob a liderança de D. Pedro Henrique, passa a atuar principalmente por meio de suas produções que demonstram atitude crítica e problematizante<sup>25</sup> diante dos problemas nacionais. O próprio autor assim parece se considerar:

O que define o intelectual é sua capacidade de produzir símbolos. Outros fabricam coisas: o intelectual os símbolos por meio dos quais os homens expressam suas ideias e seus valores. É uma classe sobremodo importante, pois é a que fornece ao homem, essencialmente um animal racional, o alimento para suas mentes. Há símbolos que são dotados de grande capacidade de polarizar energia e de induzir os homens à ação.<sup>26</sup>

O papel desempenhado pelo autor, como o próprio demonstra ter consciência, é o de estimular a mobilização dos leitores a partir da criação e manipulação simbólicas, se aproximando da acepção de “poder simbólico” de Pierre Bourdieu.<sup>27</sup> A produção militante camiliana parece cumprir um duplo papel: primeiramente, a divulgação de informações para o público geral, a fim de obter-se maior adesão à causa monárquica. Em *A democracia coroada*, obra em que Torres analisa o sistema político brasileiro durante o período imperial, o leitor é advertido na introdução com a seguinte ideia:

Se destas investigações [da monarquia brasileira] ocorrerem lições aproveitáveis para os ‘males do presente’, tal proveito virá de acréscimo, e gratuito, já que outro não foi intento nosso que a satisfação desta curiosidade de saber e aprender<sup>28</sup>.

A estratégia do autor, adotada nessa e em outras produções, como *Do governo régio*, além de vários artigos publicados em inúmeros jornais, assume contornos pedagógicos, uma vez que busca explicar a forma de governo monarquista e seu sucesso no Brasil, e com isso obter adesões de seus leitores.

---

<sup>25</sup> MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco (Org.). Dicionário de política. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010. v. 1. p. 637.

<sup>26</sup> TORRES, 1998, p. 181.

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>28</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. p. 12.

Em segundo lugar, a produção intelectual de João Camilo intenta informar os próprios monarquistas, dispostos em várias cidades do país, que acompanham seus artigos e livros publicados para obterem mais informações históricas e políticas acerca do período imperial e contemporâneo, e da importância da restauração monárquica. De Petrópolis, D. Pedro Henrique revela ter lido os artigos do autor dos jornais *Folha de Minas* e *O Diário*. Em Ouro Preto, João Batista escreve dizendo ter “acompanhado com muito interesse os seus artigos”<sup>29</sup>. De São Paulo, Sebastião Pagano pede a Torres para organizar um inquérito sobre a monarquia, com perguntas a serem enviadas para diversos intelectuais de todo o país<sup>30</sup>. A própria resposta do Pátria-Nova de São Paulo às declarações do autor sobre o movimento, assim como os convites de ingresso às organizações monarquistas vindos de outros estados, e pedidos para escrever em periódicos monarquistas, como o *Tradição* de Guilherme Auler, sugerem uma atenção dos correligionários de outras regiões aos seus escritos. João Camilo era, portanto, uma referência no disperso movimento monarquista, ocupando um papel de grande prestígio junto a D. Pedro Henrique, que sempre o agradece “pela dedicação a causa monárquica”<sup>31</sup>.

Destarte, o escritor se encontrava imerso em redes de sociabilidade intelectual, que de acordo com Jean-François Sirinelli, dão formas a microclimas que correspondem a um microcosmo específico<sup>32</sup>. No caso de Torres, nos referimos ao microcosmo do movimento monarquista, composto por indivíduos como Guilherme Auler, Sebastião Pagano, João de Scantimburgo e Arlindo Veiga dos Santos, que comunicavam entre si através de cartas e artigos, defendendo suas ideias perante seus correligionários e também na busca por novos adeptos.

### Considerações finais

Entre os anos 30 e 70, Torres galgou uma posição de destaque no seio do movimento monarquista, tornando-se um de seus mais renomados intelectuais no período. A conciliação de sua escrita militante com produção católica agradava D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, liderança considerada herdeira do trono, e o autor fixou-se no epicentro do microcosmo dos movimentos monarquistas, notoriamente divididos por suas divergências políticas.

<sup>29</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 33, pasta 1, doc. 339, 1953.

<sup>30</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 48, pasta 3, doc.1280. 1964.

<sup>31</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. João Camillo de Oliveira Torres. Correspondência. Correspondência recebida. Caixa 48, pasta 3, doc. 1280, 1964.

<sup>32</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

Situada em meio a uma extensa rede de sociabilidade de intelectuais monarquistas, a produção camiliana é vista por muitos de seus leitores como a esperança para a obtenção de mais correligionários, ao passo que informa os antigos sobre os debates históricos e políticos do movimento. Assim como Torres, Veiga dos Santos, Pagano, Auler e outros indivíduos buscam agir da mesma forma por meio de suas publicações. Estudar a biografia e produção de João Camilo de Oliveira Torres, é trazer à tona esses atores políticos do pulverizado movimento monarquista, que agem marginalmente na esfera pública com o propósito de influenciar os rumos da política nacional.

## Memória e Poder: Severino e a Construção de um Capital Político em São Francisco/MG - 1970-2002

**Almir Ferreira Soares**

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

E-mail: [almir.fsoares@hotmail.com](mailto:almir.fsoares@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho teve por finalidade evidenciar o processo de construção do capital político exercido por Severino Gonçalves da Silva em São Francisco - MG, entre os anos de 1970 a 2002. A discussão foi empreendida a partir da análise dos recursos utilizados pelo político para manter-se no poder e os efeitos dessas ações na configuração de um capital político. Como metodologia foi utilizada a história oral e a análise de fontes escritas como jornais e livros memorialísticos e fontes imagéticas, como fotografias. Os dados observados indicaram que as estratégias utilizadas pelo político neste período configuram uma expressiva aceitação da sociedade, por ele se apresentar como o defensor dos mais humildes que traria o desenvolvimento para a cidade de São Francisco - MG.

**Palavras-chave:** Poder; Memória; Capital Político; Imprensa.

**Abstract:** This work aims to show the process of construction of the political capital exercised by Severino Gonçalves da Silva in São Francisco - MG, between the years of 1970 to 2002. The discussion was undertaken from the analysis of the resources used by the politician to remain in power and the effects of these actions in the configuration of political capital. As methodology was used oral history and analysis of written sources such as newspapers and memorial books and imagery sources, such as photographs. The observed data indicated that the strategies used by the politician in this period constitute an expressive acceptance of the society, because he presented himself as the defender of the most humble that would bring development to the city of São Francisco - MG.

**Keywords:** Power; Memory; Political Capital; Press.

O presente artigo busca trazer resultados do estudo sobre a construção do “capital político” (BOURDIEU, 2003) do ex-prefeito Severino Gonçalves da Silva na cidade de São Francisco-MG. Buscamos compreender como eram estabelecidas as relações entre o referido ex-prefeito e a sociedade, principalmente com os menos favorecidos e de que forma isso contribuiu na construção do seu capital político entre os anos de 1970 a 2002.

Severino Gonçalves da Silva é natural da Brasília de Minas – MG, filho de Fazendeiros e desde pequeno estava ligado ao campo e a atividades relacionadas à produção rural. A sua inserção na política de São Francisco aconteceu após uma disputa relacionada ao desentendimento das lideranças locais e a necessidade de dissidentes deste grupo de apoio a ser organizado para tomar o poder. Era clara a necessidade de ter um homem público com perfil de “bom político” e que havia se perdido com a administração do Dr. Oscar Caetano Jr. Diante do campo político que se desenhava na década de 1970 Brasiliano Braz, político e memorialista de São Francisco desempenhou papel decisivo para a inserção de Severino na política local. Não

menos importante e curioso é a figura de Oscar Caetano Jr. para essa disputa pelo poder político da cidade.

Severino acompanhava Oscar Caetano Jr. pelos distritos e localidades rurais de São Francisco nas eleições de 1970. No referido contexto houveram disputas que representaram muito do ponto de vista dos embates pelo poder político local, sendo que Severino e Oscar passaram de aliados a adversários ferrenhos. Sendo que Severino tornou-se o adversário implacável que a família Caetano encontrou em São Francisco. Para desenvolver a discussão acerca da conquista e exercício do poder por Severino e a construção de seu capital político utilizamos autores que tratam das possibilidades abertas pelas ciências sociais no que se refere à compreensão da sociologia de Pierre Bourdieu (2003).

No que se refere ao “retorno da história política” passo a elencar as contribuições de um dos maiores expoentes dessa Nova História Política, René Rémond. Este historiador francês buscou tratar das renovações que passou a historiografia na obra organizada por ele “*Por Uma História Política*” lançada na França em 1988. Sobre o espaço dessa vertente historiográfica alguns dos fatores estão inscritos na inclusão de sujeitos da história sendo esses camponeses, operários e entre outros deixados de lado pela História Positivista, mas atento para as novas possibilidades que se aproxima a história política e sua renovação tem o abandono da curta duração de eventos que escalonam no curto prazo. Rémond destaca aspectos que irão se somar para o retorno e para esse novo espaço ocupado pela história política. Na medida em que os poderes públicos eram levados a legislar, subvencionar, regulamentar, agir de forma constante na vida das pessoas foi ficando evidente que todos os agentes do social não poderiam ignorar a política, ela estava ali e era necessário reconhecer as suas implicações nas vidas das pessoas. (REMOND, 2003, p.24)

Corroborando com o que elencamos passo a ater ao que adverte Rémond sobre esse campo de pesquisa. Deste modo o que temos no nosso horizonte de pesquisa é a busca e conservação do poder político. De encontro a Rémond só é Política a relação com poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidades dos indivíduos e que habitam um espaço delimitado por fronteiras políticas. (2003, p. 444).

Nesse sentido o que vemos é a busca por delimitar o que é o domínio do político e as determinantes que o fazem ser um domínio que condensa as outras vertentes que compõem a história, as pressões dos aspectos econômicos, culturais, entidades de classe são importantes e não podem ser negligenciados. A história política tem vida própria uma vez que inscrita em

perspectiva global o político se torna o polo de condensação, as pressões existem sobre o campo político e são variadas e são estas que o faz ter uma consistência própria e autonomia. Rémond traz visibilidade às diversas contribuições de estudos da última década sobre os jogos de interesses, os grupos de pressão, as coincidências dos pertencimentos e escolhas políticas as quais o passa por diversos fatores os quais nem todos são políticos e vão da alienação da vontade política ao confisco do Estado (2003, p. 447 - 448).

Buscamos entender as possibilidades sobre os estudos da Nova História Política e quais foram os fatores que contribuíram com a construção do capital político de Severino Gonçalves da Silva. Procuramos evidenciar quais eram as experiências do eleitor, do morador, do ribeirinho de São Francisco de ter essas vivências e participar do jogo democrático, consequentemente da cena política local, pois segundo Rémond, o que buscamos na nova história política são os elementos que englobam os sistemas simbólicos e culturais. Diante deste entendimento as pesquisas em história política ganharam fôlego e passaram a englobar os grupos de força e coletividades.

Portanto assiste-se a uma renovação crescente da história política, uma vez que essa área não concentra mais nos eventos, nas revoluções e nas grandes personagens, mas nos fatos coletivos bem como no universo simbólico e valorativo das sociedades. (DIAS, 2012, p.15)

### **Severino Gonçalves da Silva: “O Jornal de São Francisco (SF)” como Instrumento de Construção do seu Capital Político**

As fontes as quais utilizamos foram jornais e entrevistas. Os jornais nos ajudaram a entender como as alianças com políticos e o domínio da imprensa tentou legitimar o discurso do prefeito. O Jornal de São Francisco (SF) foi uma das fontes ao passo que se tornou um instrumento político, meio de legitimar discursos e empreender a busca pelo poder político. Rémond contribuiu com uma passagem que elucida tal afirmação na consideração de como os meios de comunicação se tornam um instrumento político, “os meios de comunicação não são políticos, podem vir a sê-lo: torna - se político em virtude de sua destinação, como diz os instrumentos que podem se transformar em armas. (2003, p. 441).

Ao fazermos algumas considerações sobre a escrita da história e a importância de entendermos os diversos atores que a compõem, os estudos sobre a política revelaram aspectos importantes das relações entre os mais diversos políticos e a sociedade as quais se desenvolvem no plano pessoal ou até mesmo entre cidadãos. A dominação e o poder se expressam dessa

forma como espaço de elementos simbólicos e principalmente no nível pessoal podem ser compreendidos enquanto suportes para uma política excludente e personalista, não incluindo e propiciando que os diversos direitos fundamentais a vida não fossem adquiridos. Deste modo tentamos entender como a política é construída na sua realidade e quais os fatores estão convergindo para a exclusão dos diversos sujeitos históricos das instâncias de decisão em São Francisco no período estudado.

Bourdieu (2004) destaca que a institucionalização do capital político passa por uma longa trajetória de mobilização, reprodução, instrumentos e estratégias subordinados a organismos de poder local. Severino e seu grupo conseguiram mobilizar muito bem esse poder de fazer crer, reconhecer e ser reconhecido. Bourdieu destaca que:

O poder de impor as outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida em lutas anteriores. O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído aqueles que obtiveram reconhecimento suficientemente para ter condições de impor reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um novo mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo. (2004, p. 166).

Nossas atenções passam agora a entender uma série de fatores que nos levam às configurações políticas daquela época. Severino teve na sua inserção na política uma aliança que o possibilitou ter o apoio do maior jornal da cidade, sendo que este noticiário teve ação decisiva nas eleições para o primeiro cargo de prefeito no ano de 1982. A habilidade de Severino Gonçalves e as circunstâncias que foram encontradas por ele e por seus aliados foram cruciais, os meios que a conjuntura nacional, os desfechos históricos do discurso desenvolvimentista no Brasil também foram importantes para as eleições do ex-prefeito, a partir do discurso modernizador da cidade Severino teve amplo apoio do jornal local.

O Jornal de São Francisco (SF) empreendeu uma defesa feroz da candidatura de Severino à prefeitura municipal nas eleições de 1982, mas desde o governo de Edson Paraíso da Cunha que Severino teve sua expressividade política sendo construída. O que fica claro quando observamos o semanário é que ele se porta como o novo, o reformador o prefeito libertador que iria tirar o povo da opressão.

Severino Gonçalves foi assessor de planejamento de 1977 a 1982 no governo de Edson Paraíso da Cunha, muitos consideram que quem governava era ele, devido ao fato de disputar a eleição e não ter sido diplomado uma vez que sua candidatura não ter sido registrada, seu



discurso apregoava que “se não fosse prefeito de direito, seria prefeito de fato, se referindo ao cargo de assessor de planejamento no governo de Edson Paraíso da Cunha”. (SOUZA, p.39, 2012). Para a maioria dos entrevistados quem governava era Severino, Edson Paraíso só assinava os documentos. Brasiliano (1977) diz que fora um momento feliz, festivo para São Francisco aproximando-se do ano eleitoral de 1976, pois as mudanças do cenário político tinham novos atores.

Deste modo esses três irmãos foram um dos principais motivos do início dos desafetos entre Severino e os Caetanos devido ao fato de Severino ganhar mais visibilidade no cenário político. Brasiliano traz uma destas passagens ao dizer “mas então já havia se projetado naquela mesma região, quer no plano político, quer no econômico-financeiro, a figura de um novo líder Severino Gonçalves da Silva”. (BRAZ, p. 301, 1977). A conquista do prestígio político por Severino na década de 1970 e 1980 se inscreve na ajuda ao crescimento da cidade uma vez que o crescimento da sua popularidade ocorreu juntamente com o surgimento dos bairros mais carentes e periféricos, e na realização de obras de infraestrutura importantes que aumentaram os limites geográficos da cidade e o trabalho para suprir as carências dos moradores que nela chegavam. O que fica bem evidente a partir do que vimos nas páginas do jornal a partir da administração de Edson Paraíso da Cunha.

Abaixo segue o Jornal de São Francisco (SF) com slogan “*administração senso de progresso*” e que tem Severino como figura central de um governo o qual ele era assessor de planejamento. Durante todo o governo de Edson Paraíso o discurso do Semanário passou a exaltar a administração e impor um discurso desenvolvimentista. Nesta imagem Severino e sua figura pessoal são enaltecidos, uma vez que está ao centro, lugar de destaque para a qual as atenções deveriam se voltar para o destacado líder da municipalidade. Assim eram as menções ao assessor que posteriormente se tornaria prefeito em 1982.



**Imagem 1:** O jornal de São Francisco (SF), 1980, ano XX, nº 955. Arquivo: ONG Preservar.

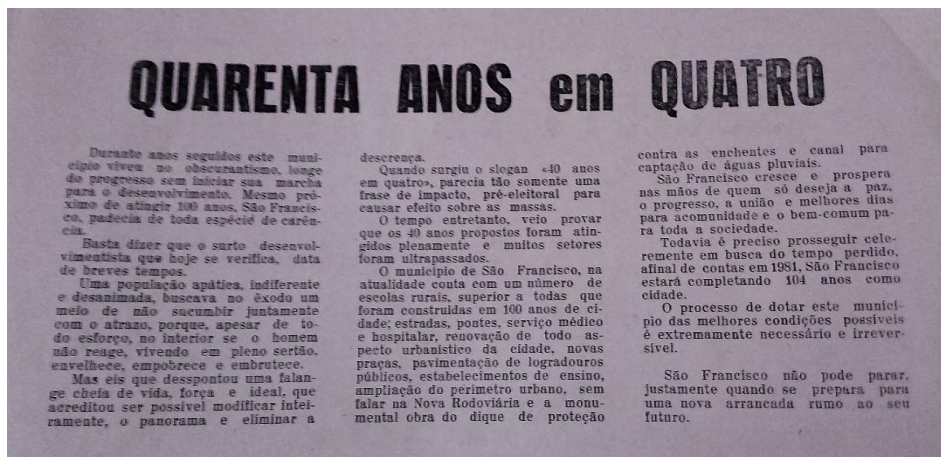
Além de dar centralidade à figura do homem público, jovem, moderno e com poder de se impor ao velho, velho representado por Oscar Caetano Jr. O SF tinha toda uma investida eleitoral, apontava as perspectivas de diversos cenários. Ao falar em eleições em 1981 ele buscava deixar claro que o futuro estava próximo e que teria forte liderança nos comandos da administração.

A imprensa é um espaço de luta e busca por hegemonia. Nelson Werneck Sodré aponta quais são as especificidades do desenvolvimento da imprensa no Brasil, enfatizando que ela expande e se confunde com a evolução da história da consolidação do capitalismo no Brasil. De acordo com esse autor, “por meio da imprensa é que aparece as mais diversas opiniões, grupos, instituições, de expressões culturais, classes sociais e aspirações políticas”. (SODRÉ, p. 3. 1998).

Severino sempre esteve presente em eventos públicos ao lado do prefeito Edson o que contribui para que aos poucos a sua imagem fosse sendo construída, ainda que de forma forçada. A ideia de desenvolvimento e de que São Francisco estava no caminho certo com a

administração ganhou uma potencialização naquele contexto e trouxe uma perspectiva de futuro que deixou as pessoas do município esperançosas. Nessa mesma edição o jornal deu destaque às disputas políticas com os adversários, o Dr. Oscar Caetanos Gomes. Segundo uma das colunas o deputado Humberto Souto teria reivindicado a autoria do projeto e execução da obra para o Dr. Oscar. O que se percebe é que fala-se na figura do prefeito Edson, porém a representação do governo vem pela presença de Severino em primeiro plano e pela centralidade na sua figura de jovem trabalhador, moderno.

Quanto à máxima do desenvolvimentismo, um dos lemas que a administração de 1977 a 1982 adotava era uma cópia adaptada do lema do governo de JK quando da construção de Brasília e do Plano de Metas. Segue a imagem do jornal de 28/06/1981, Ano XX, nº. 999.



**Imagem 2:** O Jornal de São Francisco (SF). Domingo 28/06/1981. Acervo: ONG. Preservar.

Nesta edição de 28/06/1981 o SF faz um destaque acerca da evolução que São Francisco passou durante a Administração de Edson Paraíso. Evidencia o obscurantismo que vivia a cidade e o progresso que se processou a partir de 1977. Dá destaque à vida sofrida dos sertanejos e ao êxodo rural pelos quais passava a região. E se esses não reagem às situações ele empobrece e embrutece. Simultaneamente dão destaque a prosperidade e as transformações que trouxeram esperança com o objetivo de eliminar a descrença.

#### **40 Anos em 4**

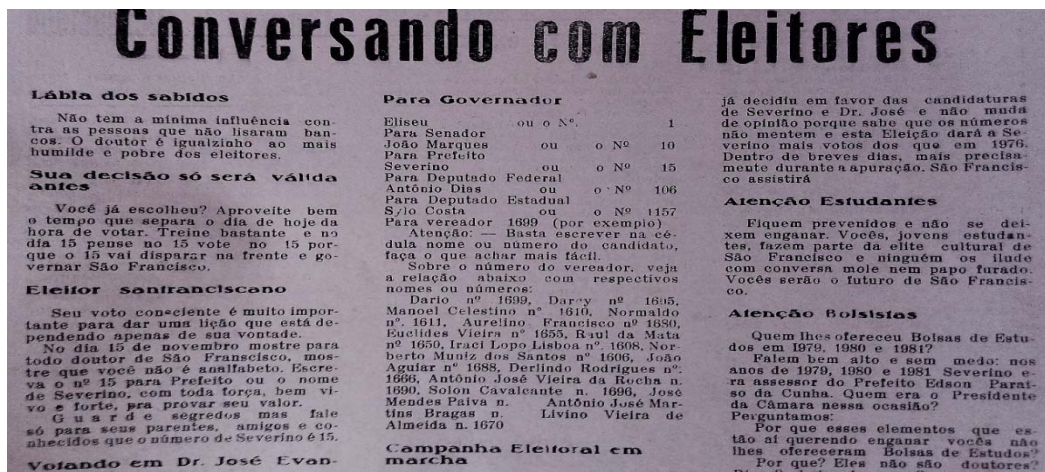
Quando surgiu o slogan <<40 anos em quatro>>, parecia tão somente uma frase de impacto, pré - eleitoral para causar efeito sobre as massas.



O tempo entretanto, veio provar que os 40 anos foram atingidos plenamente e muitos setores foram ultrapassados.  
(O Jornal de São Francisco (SF) /MG, domingo 28/06/1981.)

Seguindo o propósito de informar sobre os acontecimentos que ocorriam na cidade e região ele segue mostrando as realizações que serão as vitrines para a eleição de Severino. O que buscava-se era enaltecer a administração municipal por meio da exaltação e defesa da sua pessoa política, elevando-o como o reformador, outros como o construtor de São Francisco.

A imagem seguinte é da edição do jornal de São Francisco (SF) de Domingo 26/09/1982. Intitulada “Conversando com eleitores” esta matéria ocupava a terceira página do jornal.



**Imagem 3:** O jornal de São Francisco (SF), domingo 26/ 09/ 1982 ano XXI nº 1. 054.  
Acervo: ONG Preservar.

A matéria do dia 29/09/82 versa sobre a chapa de Severino Gonçalves e Dr. José Evangelista à prefeitura municipal. Há uma página inteira conclamando vários setores eleitorais a apoiarem a chapa de Severino e não deixarem se enganar por falsos boatos que estavam sendo divulgados pelos adversários. As eleições que estavam marcadas para o dia 15 de novembro de 1982, há mais de um mês das eleições observa-se na reportagem que o jornal tem um público específico o qual faz um apelo: os funcionários e as estudantes e bolsistas da cidade. Aos funcionários entendemos que foram convocados, e de uma maneira, que se não votassem em Severino e Dr. José Evangelista ficariam sem seu cargos, porque caso Dr. Oscar ganhasse seriam demitidos. Abaixo segue o trecho que refere-se aos funcionários:

### **Atenção Funcionários**

Cerrem filas ao lado de Severino e Dr. José, para que ninguém pense em tirá-los do cargo, conforme ameaças recebidas e espalhadas entre os amedrontados funcionários. (O SF o Jornal de São Francisco, 29/09/1982. P. 3.)

Em relação aos estudantes e bolsistas o SF faz questionamentos, principalmente aos menos favorecidos economicamente. Fazem perguntas sobre quem havia oferecido bolsa para eles estudarem em 1979, 1980 e 1981? E busca uma estrutura de texto que levasse as pessoas a memorizar e refletir. Assim se segue o trecho que está na matéria.

### **Atenção bolsistas**

“Falem bem alto e sem medo: nos anos de 1979, 1980 e 1981 Severino era o assessor de planejamento do prefeito Edson Paraíso da Cunha e quem era o presidente da câmara nessa ocasião?

Perguntamos:

Porque esses elementos que estão aí querendo enganar vocês não lhes ofereceram bolsas de estudo?

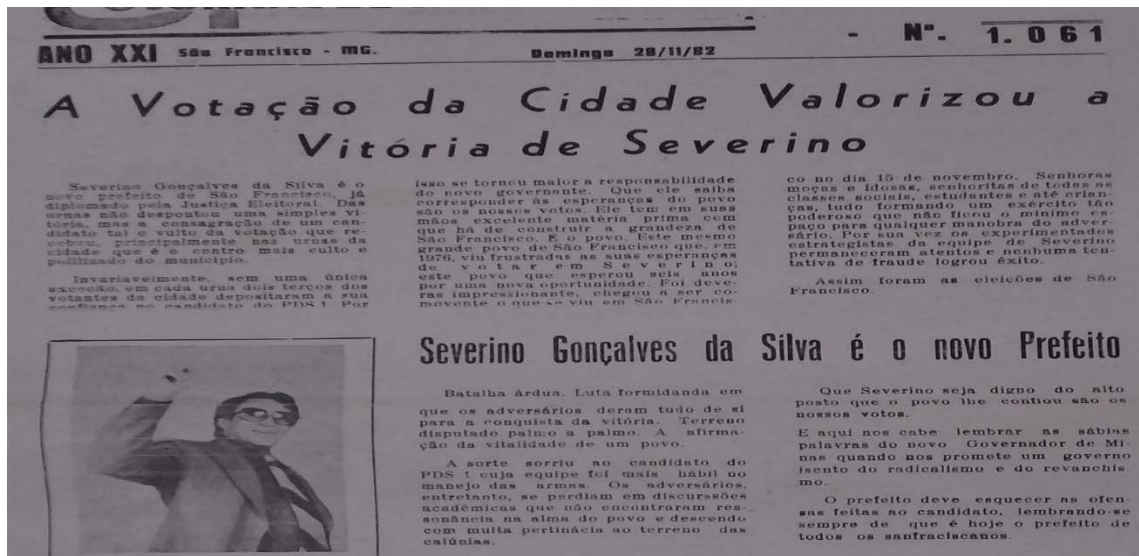
Ser bolsista é uma honra.

Severino é do campo, não é doutor mas tudo fará para que São Francisco tenha muitos técnicos e doutores.

(Fonte: O Jornal de São Francisco (SF), Domingo 29/09/1982. Acervo: ONG Preservar.)

Segundo essa matéria os bolsistas teriam que apoiar Severino pelo que ele havia feito e pelo fato dos seus adversários embora sendo doutores e ricos não tiveram a mesma iniciativa, e que levantavam falsas histórias contra ele no pleito. Na sequência da citação anterior a matéria fala das vontades de que São Francisco precise ter técnicos e doutores e que espere até a chegada de Severino e Dr. José à Prefeitura em 1983. Na sequência pede o apoio e busca por votos de amigos e familiares, já que confiar na juventude é confiar no futuro.

Para conseguir aglutinar opinião pública, a administração pública valia-se da imprensa por meio do jornal de São Francisco (SF) que estava vinculado à prefeitura, das barganhas com os deputados e fazendeiros locais, das diversas obras e transformações da memória. Em busca do esquecimento do velho que representou as transformações da Praça Oscar Caetano Gomes para Praça do Centenário aliada com o discurso Desenvolvimentista para elevar a alma do sertanejo foram fundamentais na conquista dos eleitores. O que se vê na imagem a seguir é um dos momentos eufóricos que ilustra a vitória da chapa. O jornal SF de domingo de 28/11/1982 trouxe uma foto de Severino com a mão elevada indicando com os dedos o V da vitória.



**Imagem 4:** O jornal de São Francisco (SF), Domingo 28 de Novembro de 1982. Acervo: ONG Preservar.

A matéria da primeira capa ilustra que “A votação da cidade valorizou a vitória de Severino” e trouxe a esperança que outrora tinha sido frustrada nas eleições de 1976. Observa-se que há ênfase nessa vontade do povo que esperou por seis anos e fez sua vontade triunfar. A possibilidade de uma manobra é explicitada na reportagem e a vontade de todas as pessoas, de jovens a idosos das diversas classes sociais estiveram mobilizadas para não permitir que o adversário tentasse uma falcatrua. Na mesma matéria ressalta-se que os adversários se empenharam pela conquista da eleição, mas a chapa vencedora usou com habilidade as armas para a vitória. Esperava-se que Severino fosse digno da responsabilidade que lhe foi confiada e que os vencedores tratariam os vencidos como São franciscanos e assim Severino passou a ser o prefeito.

### Considerações Finais

Consequentemente as vitórias de Severino na política São Franciscana nas décadas seguintes a 1970 ocorreram devido ao fato dele ser mais político e não só administrador como exigia a cartilha do jogo político na época. Temos outros aspectos como a força dos fazendeiros com seu poder econômico na busca de votos. O aparato midiático pró Severino no SF - O Jornal de São Francisco; o fato de Dr. Oscar Caetano ser mais administrador do que político proporcionou a ele construir um capital político e ampliá-lo ao ascender ao poder; chegando a ser considerado por muitos o construtor de São Francisco.

## Referências

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Cord.). Usos e Abusos da História Oral. 8º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- ANSART, Pierre. Mal – Estar ou fim dos Amores Políticos? História e Perspectivas, N. 25 e 26 – jul./dez. 2001/ jan./jun. 2002 – Uberlândia/MG.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In*: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. Por uma história cultural. Estampa: Lisboa, 1998.
- BOURDIEU. Pierre. O Poder Simbólico. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. Pierre. Coisas Ditas. SP. Brasiliense, 2004.
- BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Vol. 01, 11º Ed. Ed. Universidade de Brasília 1998.
- BOBBIO, Noberto. Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BURKE, Peter. A escrita da história. Novas Perspectivas: SP, Unesp, 2011.
- BRAZ, Brasileiro. São Francisco nos Caminhos da História. São Francisco: Lemi, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia (org). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política? *In*: VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro. Flamarion. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Jose Murilo de. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: Memória, Tempo, Identidades. Belo Horizonte: Ed: Autêntica, 2006.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Ed. Unicamp, Campinas São Paulo, 1990.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; Fontes, Virginia. História e Teoria Política. *In*: VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro. Flamarion. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MOTTA, Alexandre Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de Cultura política pela historiografia. *In*: Culturas Políticas na História: Novos Estudos. MOTTA, Alexandre Patto Sá. (org). Ed. UFMG, Belo Horizonte. 2009.



QUEIROZ, Marlon Junior Almeida. ESTA PRAÇA JÁ NÃO É MAIS A MESMA: Um estudo sobre política, obras públicas e memória em São Francisco-MG (1970-1990). São Francisco-MG, 2011.

SOUZA, Harilson Ferreira de. Dimensões do Agir Coletivo Contra a Pobreza e Exclusão Social: ação, poder e comunidade em São Francisco MG. Montes Claros-MG 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Disponível em : <[https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1AVNE\\_enBR694BR694&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=SOUZA%2C+Harilson+Ferreira+de.+DIMENS%C3%95ES+DO+AGIR+COLETIVO+CONTRA+A+POBREZA+E+EXCLUS%C3%83O+SOCIAL:+a%C3%A7%C3%A3o%2C+poder+e+comunidade+em+S%C3%A3o+FranciscoMG.+Montes+Claros+%E2%80%93+MG+2012.+](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1AVNE_enBR694BR694&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=SOUZA%2C+Harilson+Ferreira+de.+DIMENS%C3%95ES+DO+AGIR+COLETIVO+CONTRA+A+POBREZA+E+EXCLUS%C3%83O+SOCIAL:+a%C3%A7%C3%A3o%2C+poder+e+comunidade+em+S%C3%A3o+FranciscoMG.+Montes+Claros+%E2%80%93+MG+2012.+)> acesso em : 15/01/2017

RÉMOND, René. Por uma História Política (org). 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROSAVALON, Pierre. Por uma História conceitual do Político. Trad. Paulo Martinez. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v.15, n.30, p.9-22,1995.

SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araujo; SOUZA, Arilson Ferreira de. São Francisco em Perspectivas. (Org.) Montes Claros/MG: UNIMONTES 2010, 248 páginas.

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Poder Legítimo. Tradução de Artur Morão. s/a .Disponível em: <[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)> Acesso em: 20/06/2014.

## Estruturas de sociabilidade de intelectuais de extrema-direita: perspectivas a partir do caso do Institute for Historical Review (IHR)

**Luiz Paulo de Araújo Magalhães**

Mestrando em História

UFRRJ (PPHR/UFRRJ)

E-mail: luizpmagalhaesufr@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho é uma amostra da execução de uma pesquisa que venho desenvolvendo sobre um conjunto de intelectuais de extrema-direita. Nele eu pretendo demonstrar como certos produtores e divulgadores de materiais negacionistas se reuniram em torno de uma instituição, de práticas, de projetos políticos e de um conjunto de referenciais coletivos que, juntos, permitem tratar de uma forma do fenômeno negacionista. Faço isso através do caso das International Revisionist Conferences, organizadas pelo Institute for Historical Review entre 1979 e 2002.

**Palavras-chave:** Intelectuais; extrema-direita; negacionismo; Holocausto; Institute for Historical Review

**Abstract:** This paper is a sample of a working in progress research. It investigates the practices of holocaust denial intellectuals and its principles. My aim is show how the relations, institutions, values, political projects can shape the production and the spread of holocaust denial materials. To do so, the International Revisionist Conferences of the Institute of Historical Review are taken for case study.

**Key-words:** Holocaust denial; intellectuals; extrem-right. Institute for Historical Review

### Introdução

A negação de crimes contra humanidade é uma prática regular em nosso mundo. Não é raro que ela seja integrante dos processos de execução dos genocídios e atrocidades a que tenta fornecer guarita e fazer esquecer. Os casos, os agentes e os efeitos dessas “celebrações da destruição” são diversos<sup>1</sup>. Entretanto, quando se fala em negacionismo do Holocausto, já não estamos mais nesse acidentado domínio da negação genérica dos genocídios. Passamos a tratar de um fenômeno particular. Agora estamos lidando com um “campo político-intelectual internacionalmente articulado e uma prática<sup>2</sup>.”

Falar em negacionismo é falar em um movimento que tem agentes especializados, porta-vozes autorizados, produtores e reprodutores de esquemas de percepção de mundo, ideologias formalizadas, programas e projetos políticos articulados a formas institucionalizadas de agir no e sobre o mundo social. O mesmo é dizer que, de maneira mais específica, trata-se de um movimento ou de uma variante intelectual da extrema-direita do pós-guerra caracterizada

---

<sup>1</sup>C.f. CHARNY, I.W. Innocent denials of know genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. *Human Rights Review*, v. 1, n.3, p. 15-39, 2002; \_\_\_\_\_. A classification of denials of Holocaust and other genocides. *Journal of Genocide Research*, v. 5, n. 1, p. 11-34, 2003.

<sup>2</sup>MORAES, L.E.S. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, julho/2011, p.3.

pela prática da negação consciente e sistemática do processo e da política de exclusão e extermínio de judeus e de outros grupos de indesejáveis do nazismo durante o III Reich<sup>3</sup>.

As manifestações desse fenômeno são diferentes ao longo do tempo. No final dos anos 1970 os *produtores e divulgadores* das narrativas negacionistas passaram a apresentar-se publicamente como “historiadores revisionistas” e membros de uma suposta “escola revisionista da história”. Em função disso, o formato de suas narrativas também mudou. As elocubrações conspiracionistas passaram a dividir espaço com impressos que em nada ficavam devendo ao formato dos textos científicos, especialmente os historiográficos. A partir daí, o *passado falso* dos negacionistas é por eles representado e disseminado como *historiografia falsificada*<sup>4</sup>.

O sequestro dos referenciais de legitimidade da prática historiadora não é uma casualidade. Os negacionistas precisavam ocupar um lugar visível no espaço das disputas públicas pelo passado para produzir os resultados que visavam. E é nesse espaço e nesses projetos que a tática negacionista torna-se inteligível. O que eles pretendiam e ainda pretendem é definir quem pode falar sobre o passado e onde se deve falar sobre o passado. Só assim seriam possíveis as condições necessárias para a remoção do peso negativo do passado nazista sobre a afirmação dos projetos políticos da extrema-direita no presente<sup>5</sup>.

Uma série de organizações e instituições apresentadas como institutos de pesquisa, think-tanks etc. foram criadas para dar suporte às atividades negacionistas e a essas estratégias. Uma dessas foi o Institute for Historical Review (IHR), criado nos Estados Unidos em 1979. Até 2002 o IHR publicou o Journal for Historical Review (IHR), um periódico que imitava o formato das revistas científicas; promoveu com alguma regularidade as anuais IHR International Revisionist Conferences; publicou e editou um conjunto significativo de livros negacionistas e do universo mais amplo da extrema-direita por editora própria e incluiu em seus catálogos obras da mesma natureza produzidas por editoras parceiras; produziu e comercializou

---

<sup>3</sup>Idem; LIPSTADT, D. Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory. idem; LIPSTADT, D. *Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory*. Nova York: Plume, 1993, p. 12-31; ATKINS, S. *Holocaust Denial as an international movement*. Westport: Praeger Publisher, 2003, p. 1-8.

<sup>4</sup>MORAES, L.E.S. O negacionismo e as disputas da memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do Holocausto. In: XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro: *Anais do XVIII Encontro de História Anpuh-Rio*.

<sup>5</sup>Idem.

materiais áudio-visuais. Atualmente a organização se mantém ativa através de seu sítio eletrônico<sup>6</sup>.

O historiador Stephen Atkins sugeriu que essas atividades fizeram do IHR um tipo de fórum negacionista, capaz de financiar e promover atividades desse campo com um alcance internacional. Da mesma forma, a historiadora Deborah Lipstadt percebeu a organização como uma “espinha dorsal” do movimento. O historiador Pierre Vidal-Naquet, olhando para o IHR nos primeiros anos de suas manifestações, já o percebia como uma espécie de “Internacional Negacionista<sup>7</sup>”.

Eu executo uma pesquisa em que busco descrever e explicar como as práticas dos intelectuais negacionistas fazem sentido em relação ao acidentado campo da extrema-direita. Nessa pesquisa eu tomo como caso de estudo o IHR e busco investigar como, mais do que um fórum ou um sustentáculo do movimento, a organização forneceu a intelectuais de extrema-direita um *espaço de sociabilidade*. Em parte, isso significa dizer que eu busco investigar como certos intelectuais se reuniram em torno de projetos políticos, esquemas de percepção de mundo, ideologias formalizadas e práticas institucionalizadas, produzidas e reproduzidas no e através do IHR. Por outro lado, o que eu busco nessa investigação é criar condições para descrever e explicar como o IHR organizou as relações entre intelectuais nesse campo durante um determinado período.

Este trabalho é uma amostra dessa pesquisa. Ele é uma demonstração provisória de resultados colhidos em progresso no primeiro eixo da investigação. Aqui eu trato das IHR International Revisionist Conferences (IHR -IRC). Minha intenção é a descrever como um conjunto de produtores e divulgadores de materiais negacionistas se reuniu em torno do IHR em torno das IHR-IRC. Faço isso através da análise de um conjunto composto por séries de fontes primárias que incluem edições do JHR que, além de transcrições de palestras proferidas, contém relatos, notas editoriais e depoimentos sobre as conferências. Recorro também a outras publicações da extrema-direita e a jornais que cobriram os eventos ou desdobramentos deles. Na próxima seção eu apresento os eventos e em seguida demonstro, através desses materiais, quem esteve e como esteve nas IHR-IRC.

---

<sup>6</sup>C.f. ATKINS, 2009; LISPTADT, 1993.

<sup>7</sup>ATKINS, 2009, p. 163-192; LIPSTADT, 1993, p. 29; VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 129.

## As IHR International Revisionist Conferences

Entre 1979 e 2002 o IHR organizou e/ou participou da organização de pelo menos 16 conferências. Os diretores do IHR tiveram participação indireta na organização da “The Adelaid Institute Conference” e da Revisionism and Zionism”. A primeira dessas aconteceu na Austrália em 1997 e foi realizada por uma organização semelhante ao IHR. A segunda, que foi cancelada sob protestos, aconteceria em Beirut, em 2001. A organização por trás desse evento era a Vérité et Justice, organização ligada a Jürgen Graff e Ahmed Huber, dois importantes negacionistas baseados na Suíça e parceiros do IHR<sup>8</sup>. Os outros 14 eventos foram edições da IHR International Revisionist Conferences (IHR-IRC).

As IHR-IRC eram apresentadas como eventos de divulgação científica e assim eram vendidos pelos panfletos publicitários anexados às edições do JHR. As conferências aconteciam durante feriados prolongados e eram vendidas em pacotes que incluíam refeições, transporte, *meet and greet* com os conferencistas, acesso às solenidades, etc. Além das palestras, os programas das IHR-IRC ofertavam jantares de gala; premiações; exibição de filmes seguidas de debates com os conferencistas e mais outras atividades. Os pacotes eram vendidos a preços variavam entre 150 e 250 dólares. As fichas de inscrição deveriam ser requeridas via correio, preenchidas e reenviadas para o escritório do IHR com um cheque no valor do pacote assinado. Duas edições da IHR-IRC foram organizadas em ambientes universitários; a primeira no Instituto de Tecnologia Northrup, em 1979, e a segunda, em 1980, no Pomona College, ambos nas redondezas de Los Angeles. David McKalden, então diretor do IHR e editor do JHR, tentou reservar a terceira edição do evento em um dos Centros de Conferências da Universidade da Califórnia em Los Angeles. A tentativa não vingou e nunca mais os diretores do IHR puderam realizar as conferências em ambientes universitários e assim revestí-las de seriedade. A partir daí as reuniões passaram a ser organizado em centros de convenções de hotéis na Costa Oeste dos Estados Unidos, que, supostamente por motivos de segurança, não eram divulgados.<sup>9</sup>

Os conferencistas selecionados para participar das IHR-IRC tinham posições destacadas na constelação negacionista. Pelas transcrições e os relatos publicadas no JHR, ao longo do tempo em que foram realizadas, cerca de 90 negacionistas ocuparam o púlpito das IHR-IRC. Desse total, os cinco mais frequentes eram celebridades do negacionismo.

---

<sup>8</sup>C.f. ATKINS, 2009, p. 122-135; 223-225.

<sup>9</sup> LIPSTADT, 2009.

Robert Faurisson, ex-professor de literatura na Universidade de Lyon II é um dos campões de bilheteria. Faurisson ficou conhecido entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Nesse período ele começou a enviar cartas para jornais franceses de grande circulação dizendo ter descoberto no Holocausto uma “mentira histórica”. Ele declarava ter feito isso com uma equipe e através de trabalho científico. Suas cartas causaram uma comoção pública que foi alimentada por cartas em direito de resposta, manifestos assinados por intelectuais de renome etc. Conselheiro editorial permanente do JHR, Faurisson esteve presente em 8 das 14 edições da IHR-IRC, participou em vídeo e por telefone em uma e esteve presente em uma “mini-conferência”, realizada em Washington, em abril de 1992, em protesto contra a abertura do US Holocaust Memorial Museum.<sup>10</sup>

A atração especial dessa mini-conferência era David Irving, o famoso negacionista inglês. Irving começou a escrever livros não especializados de história militar na década de 1960. O sensacionalismo com o qual tratava de temas controversos teria feito de Irving um *best-seller*. Na década de 1970, a retórica anti-Aliados de seus livros ganha um novo fôlego com seu *Hitler's War*, um campeão de vendas que trazia citações e notas de roda-pé com arquivos inexistentes, ou isolados de sua situação, ou não verificáveis, usados para basear a ideia de Hitler não tinha culpa pelo Holocausto. Foi como propagador dessa imagem de Hitler que Irving participou de sua primeira IHR-IRC, em 1983. Um ano antes ele sua apresentação nos EUA, Irving já tinha feito uma turnê pela então República Federal da Alemanha falando do Hitler de seu livro para plateias da extrema-direita. Isso não impediu que Robert Faurisson dedicasse sua palestra na 5ª IHR-IRC de 1983 para criticar o que ele considerava ser a ingenuidade e falta de preparo em Irving: para Faurisson o quadro do Hitler inocente não bastava e não se completava ou tinha sentido, já que, para ele, não teriam havido crime algum para que ele fosse inocentado. Depois de um hiato de dois anos, Irving volta à Costa Oeste para falar na 8ª IHR-IRC e não mais deixou de vir até a última. Nessas ocasiões e nas que se seguiram, as ingenuidades que Faurisson havia acusado em Irving já não estavam lá<sup>11</sup>.

Outro habitué das IHR-IRC, das páginas do JHR e da prensa do IHR era Arthur Butz. Butz é uma figura de peso no negacionismo. Ele é um laureado professor de engenharia elétrica e computacional da Universidade de Northwestern e aparentemente não tinha ligações com a extrema-direita quando publicou seu *The Hoax of 20th Century*. A primeira edição desse livro

<sup>10</sup> WEBER, M. From editor. *Journal for Historical Review*, vol. 13, n.4, p. 2-4, jul/agosto de 1993; ATKINS, 2003, p. 92-96.

<sup>11</sup> ATKINS, 2009; LIPSTADT, 1993.

de Butz foi publicada pela Noontide Press de Willis Carto, o fundador do IHR, em 1976<sup>12</sup>. *The Hoax* foi escrito e publicado em um formato em que aparentemente nada deixa a desejar em relação a trabalhos científicos. Butz faz uma revisão de trabalhos negacionistas publicados antes dele e transforma, como um passe de mágica, as declarações negacionistas em elaborações científicas. Essa estratégia foi uma das coisas responsáveis pelo sucesso, pelo impacto do livro e pela posição de Butz no campo do negacionismo. Ele esteve na conferência de fundação do IHR e permaneceu como conselheiro editorial permanente do JHR. Ao todo, ele ofereceu palestras em cinco edições das IHR-IRC; participou através de vídeo na “The Adelaid Institute Conference”, da mini-conferência de 1992 do IHR, da International Conference to Review the Global Vision of the Holocaust, um grande evento negacionista promovido pelo governo iraniano em 2006<sup>13</sup>.

As IHR-IRC eram ponto de encontro de outros conhecidos negacionistas. Freed Leuchter, autor do conhecido *Leuchter Report*, um relatório tido pelos negacionistas como evidência científica que provaria que o assassinato em massa através de câmaras de gás era impossível, esteve em 4 edições das conferências, desde que esse seu livro foi publicado em 1988. Leuchter tinha formação universitária em história, mas trabalhava desenvolvendo equipamentos para execução via gás para presídios estadunidenses. Sua expertise nesse campo teria feito com que Faurisson e Germar Rudolf o tivessem incumbido de visitar campos de extermínio na Alemanha e na Polônia em busca de evidências que demonstrassem que as câmaras de gás não tinham existido. Esse documento pseudo-científico é uma peça importante para os negacionistas, embora tenha sido desacreditado inúmeras vezes.

Germar Rudolf e Ernst Zündel também se encontraram nas IHR-IRC Conventions. Talvez os dois tenham sido, durante a década de 1990, os mais proeminentes editores negacionistas. Rudolf tinha formação universitária em química e círculos sólidos em espaços institucionalizados da extrema-direita Alemã entre fins dos anos 1980 e início dos 1990. Por essa época ele começou a publicar materiais negacionistas e, em decorrência disso, enfrentar problemas legais na Alemanha. Rudolf transitou entre os EUA, Espanha e se fixou na Inglaterra, onde em 1997 ele lançou a Castle Hill Publishers e sua subsidiária nos EUA, a Thesis and Dissertation Press, donas de um vasto catálogo de títulos negacionistas e da extrema-direita no

---

<sup>12</sup>Atualmente o livro está em sua nona edição, publicada pela Thesis and Dissertation Press, editora do conhecido escritor e publicista negacionista alemão Germar Rudolf. C.f. BUTZ, A. *The Hoax of 20th Century – the case against the presumed extermination of European Jewry*. 9ª ed. Chicago: Thesis and Dissertation Press, 2003.

<sup>13</sup> C.f. ATKINS, 2009; LIPSTADT, 1993.



geral. Zündel começou suas atividades editoriais em 1976 e, através de suas táticas de divulgação, seus títulos tiveram ampla circulação. Ele também foi um dos pioneiros no uso da internet para divulgação de materiais negacionistas. Suas atividades fizeram com que o governo canadense o processasse criminalmente, em 1998. Ele adiou o julgamento se instalando nos EUA, até ser deportado em 2003 para a execução do julgamento que foi um dos mais famosos eventos negacionistas<sup>14</sup>.

O staff do IHR tinha participação ativa não só na organização logística do evento. Eles apresentavam palestras, serviam como mestres de cerimônia faziam discursos solenes, etc. Willis Carto esteve, por assim dizer, como diretor por trás das cortinas do IHR até 1993. Antes de fundar o IHR ele já tinha se firmado como uma figura de proa da extrema-direita estadunidense. Quando o IHR foi fundado ele operava o Liberty Lobby, uma espécie de grupo de pressão que atuava em Washington promovendo antissemitismo, publicava o periódico The Spotlight, operava a Noontide Press e desenvolvia uma série de outras atividades em uma espécie de rede que conectava uma diversidade de grupos e pessoas no campo da extrema-direita nos EUA. Não era incomum que ele abrisse as IHR-IRC e fizesse discursos destinados à arrecadação de fundos para as atividades da organização.<sup>15</sup>

Mark Weber foi, por assim dizer, o sucessor de Carto no IHR. Ele começou cedo na organização, no segundo número do JHR ele já tinha textos publicados. Suas atividades editoriais no campo da extrema-direita começaram em sua juventude, na década de 1970, quando ele foi editor de um periódico do grupo neonazista estadunidense National Alliance. Aparentemente, Weber tem formação de historiador e isso lhe garantiu certo espaço no IHR. Ele começou resenhando livros e fazendo obituários no JHR. Em pouco tempo ele passou a escrever artigos sobre temas não relacionados ao Holocausto, mas correlatos e no mesmo estilo negacionista, e, logo depois, tornou-se editor auxiliar, editor e diretor do IHR. Ele proferiu palestras e foi mestre de cerimônias em 8 edições das IHR- IRC<sup>16</sup>.

Os relatos sobre as convenções são nativos e dispersos. Fora deles, o que é mais regular são as notas editoriais que, ao introduzirem os volumes em que as transcrições de palestras eram publicadas, falavam de maneira vaga das IHR-IRC. Entretanto, tanto os relatos quanto as notas editoriais, têm uma estrutura referencial particular que não se altera significativamente com o

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem.

passar dos anos. Todas elas apresentam os eventos como atos que desafiam um *stablishment* que oprimiria e censuraria não só a verdade, mas a busca pela verdade. E esse *stablishment* seria, supostamente, produto da ação de pequenos grupos que agem através *do* sistema educacionais, *da* imprensa, *do* cinema, das agências e departamentos de governo, dos bancos etc., enfim, sistematicamente para suprimir a verdade e, em decorrência disso, a liberdade e uma boa sociedade.

É essa a tese apresentada por uma reportagem que cobriu a 1ª IHR-IRC em 1979. Publicada pela revista *Instauration*, um importante periódico da extrema-direita racista dos EUA, o testemunho do reporter trata a conferência como um marco: ele percebe que o evento marca o fim da dominação do “mito dos seis milhões” sobre o Ocidente e o começo de uma nova onda de “revisão histórica” que devolveria os fatos e a verdade à história<sup>17</sup>. Esse é o mesmo tom usado por Willis Carto no discurso de abertura da 5ª edição da IHR-IRC em 1983. Carto abre o discurso citando uma frase de Henry Ford, que supostamente teria dito que a história seria algo tolo e, afirmando, a partir da citação que a história tola é a história do *stablishment*, a história dos historiadores a quem ele chama de “exterminacionistas” a serviço do sionismo ou “dos judeus”. Uma história diferente dessa seria a feita pelo IHR, segundo ele, e eu o cito, “uma história verdadeira e positiva para a sociedade”, uma história que traz uma verdade que liberta, como aquela dos evangelhos cristãos. Fazer essa história, Carto sugere para os prováveis doadores, seria a causa das perseguições contra a organização que tinha como missão a verdade.<sup>18</sup>

Um relato que se apresenta como neutro, o de uma *outsider* na 5ª edição apresenta essa mesma tese, de maneira mais eufemizada. O relato é assinado por Elizabeth Kuesters, que se apresenta como jornalista e diz historiadora interessada em teorias da conspiração e na “versão da história dos revisionistas” que estaria pela primeira vez em um evento revisionista. O relato foi publicado num número do JHR em que alguns textos apresentados na conferência foram também publicados. De maneira confusa, no relato são misturadas impressões pessoais sobre o evento, extensas revisões de trabalhos de autores que se apresentaram na conferência e descrições do programa do evento. Ao contrário de sua apresentação como uma estranha e independente naquele espaço, ela demonstra familiaridade com o campo, especialmente quando começa a falar de alguma apresentação e logo começa a apresentar o conjunto de trabalhos do

<sup>17</sup> *Instauration*. World's first anti-holocaust conference. *Instauration*, vol 5. n.1, dez. 1979.

<sup>18</sup> CARTO, W. Toward History. *The Journal for Historical Review*, vol 5 n.1; p. 7-14; 1984.

palestrante objeto do comentário e nos significados que ela dá às conferências. Ela percebe as IHR-IRC como fóruns onde são discutidos trabalhos científicos dedicados à temas controversos da história, ela diz, como “o Holocausto, Hitler e suas estratégias militares (...), a influência política sionista (...).” Depois disso, ela sobre como e por que ela foi até a conferência por simples curiosidade. Então ela começa a falar do programa, do ambiente e dos trabalhos dos negacionistas que se apresentaram. Além da familiaridade com o tema, a proximidade da narrativa deixa ou quer fazer ver um tom de ingenuidade e inocência que são expressos na tese que se arranca do relato: os negacionistas seriam pessoas boas, pessoas interessadas *na* verdade e não sujeitos exóticos defensores de teorias extravagantes e que o que eles faziam não era nenhum mal, pelo contrário, ela diz acreditar, seria bom e libertador inclusive para “os seus amigos judeus”. Esses mesmos motivos baseados numa versão, por assim dizer, refinada do antisemitismo vão aparecer em todos os outros relatos sobre as IHR-IRC<sup>19</sup>.

### **Considerações Finais**

Esse trabalho é apenas uma amostra e por isso não produz resultados finais. A minha intenção até aqui foi a demonstrar certas coisas e fazendo isso, reunir condições de testar uma proposição: a de que os produtores e divulgadores de narrativas negacionistas fazem o que fazem em função e em relação a certas formas de estar no mundo, de perceber o mundo e de agir no e sobre o mundo social.

Sendo menos abstrato, através desses poucos mas representativos exemplos, eu espero ter demonstrado que os laços de solidariedade desses intelectuais se desenvolvem e se estruturam em ambientes da extrema-direita e que o IHR, a organização que estudo como caso, organizou esses laços de uma forma diferenciada e diferenciadora; nessa mesma via de mão dupla eu quis também quis demonstrar como os esquemas de percepção de mundo e os projetos políticos da extrema-direita são produzidos e reproduzidos nesses ambientes e como, em torno deles, os intelectuais negacionistas se reúnem para fazerem o que fazem.

Perceber o problema dessa forma, isso é, buscar os princípios das práticas negacionistas e encontrá-los nos projetos políticos da extrema-direita e em uma estrutura referencial coletiva desse campo político tem suas vantagens. A primeira é operacional. A perspectiva aqui testada e sugerida permite remover o negacionismo dos domínios da instituição histórica e impede que ele seja tratado como uma versão da história ou da historiografia. A segunda coisa é que a

---

<sup>19</sup> KUESTERS, E. Encountering the revisionists. *Journal for Historical Review*, vol. 5. n.2-4, p. 307-324, 1984.

perspectiva, para funcionar, precisa descobrir um mundo de produtores e de produtos culturais cuja as dinâmicas precisam ser codificadas.

A terceira vantagem está na situação desse microcosmo no nosso mundo. E aí nos perceberíamos o negacionismo como um das várias formas, por assim dizer, publicamente palatáveis da extrema-direita que têm se espalhado nos últimos anos. Lendo as práticas negacionistas a partir das relações, instituições e referências coletivas, descobrimos também quais e como um conjunto de valores desse campo político, tais como o racismo e a crítica à diversidade e à pluralidade, são produzidos, reproduzidos e disseminados através das narrativas negadoras do Holocausto.

### Referências Bibliográficas

AGULHON, M. *Historia vagabunda: etnologia e política em la Francia contemporânea*. San Juan Mixcoac, 1994.

\_\_\_\_\_. *El círculo burguês: la sociabilidade em Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

ATKINS, S. *Holocaust Denial as an international movement*. Westport: Praeger Publisher, 2009.

BAUMAN, Z. *Legisladores e interpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e os intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENZ, W. Holocaust Denial: anti-semitism as a refusal to accept reality. *Historiein*, vol. 11, 2011. 46

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. *The logic of practice*. Palo Alto: Stanford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª Ed. Campinas: Papius, 2008.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998

\_\_\_\_\_. O campo político. *Rev. Bras. Ciência. Política*, n.5, Brasília Jan./Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, pp. 1893-192

\_\_\_\_\_; WACQUANT, L. *An invitation to reflexive Sociology*. Oxford; Cambridge: Polity Prees; Blackwell Publishers: 1992.

CHARNY, Israel W. Innocent denials of know genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. *Human Rights Review*, Vol. 1. N.3, p. 15-39, abril/junho de 2002.

\_\_\_\_\_. A classification of denials of the Holocaust and other genocides. *Journal of Genocide Research*, vol 5, n.1, p. 11-34, 2003. 47

CHARTIER, R. A Instituição histórica. In: idem. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

CHURCHILL, W. Denials of the Holocaust. In: CHARNY, I. (Org.) *Encyclopedia of Genocide*. Vol. I. Santa Barbara: Abc-Clio, 1999, p. 167-174.

DAVIS, P.J. Institute for Historical Review, The. In: BLAMIRE, C.; JACKSON, P. (Orgs). *World fascism: a historical encyclopedia*. Vol. 1: A-K. Santa Barbara, 2006

EAGLESTONE, R. *The Holocaust and the the Post-Modern*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *Postmodernism and Holocaust Denial*. Cambridge: Icon Books, 2001.

GINZBURG, C. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 1; Tomo 4. Cidade do México: Ediciones Era, 1981.

EVANS, R. *Lying about Hitler: History, Holocaust, And The David Irving Trial*. New York: Basic Books, 2001;

HUGHES, E.C. A note on Georg Simmel. *Social Problems*, vol. 13, n. 02, Oakland, University of California Press, outono de 1965, pp. 117-118.

KAHN, R.A. *Holocaust Denial and the law: a comparative study*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2004;

KRAUZE-VILMAR. A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. In: VIZENTINI, P. (Org). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

LASSON, K. Defending truth: legal and psychological aspects of Holocaust Denial. *Current Psychology*, vol. 26, n.3, dez. 2007.

LIPSTADT, D. *Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory*. Nova York: Plume, 1993.

\_\_\_\_\_. *History on trial: my day in court wiht a Holocaust denier*. Nova York: Harper & Collins, 2004.

MANNHEIN, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MAYER, N. How to study political culture without naming it. In: ELGIE, R.; GROSSMAN, E.; MAZUR, A. G. (Orgs). *The Oxford Handbook of French Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 329- 348.

MEDVETZ, Thomas. *Think-tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012;

MICHEL, G. Right-wing extremism in the land of the free: repression and toleration in the USA. In: EATWLL, R.; MUUDDE, C. *Western democracies and the new extreme righth challenge*. Londres; Nova York: Routledge, 2004, parte II, cap. 8, pp. 172-192

MILLS, C.W. *The sociological imagination*. Ed. de 40º aniversário. Nova York: Oxford University Press, 2000.

MORAES, L.E.S. O negacionismo e problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, julho/2011. 49

\_\_\_\_\_. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. *Boletim do Tempo Presente*, Sergipe, n. 4, agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Pode haver racismo na esquerda: um estudo de caso. *História* [online], vol.33, n.2, 2014, pp.217-249.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989,

REMOND, R. (Org). *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003

RIOUX, J.P. A associação em política. In: REMOND, R. *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, cap. 5, pp. 99-140

SAID. E. *As representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Cia. Das Letras, 2007,

SARTORI, G. From the Sociology of Politics to Political Sociology. *Government and opposition: an international journal of comparative politics*, vol 4, n. 2, abril/1979, pp. 195-214.

SIMMEL, G. The Sociology of Sociability. Trad. Everett C. Hughes. *American Journal of Sociology*, vol. 55, n. 3, Chicago, University of Chicago Press, nov./1949.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

SIRINELLI, J.F. Os intelectuais. In: REMOND, R. *Por uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. Cap. 9, pp. 231-270.

VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*: CAMPINAS: Papyrus, 1988.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol 1. 4 ed. São Paulo, Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Pulo; Ed. UNB, 2004.

YAKIRA, E. *Post Zionism, post-Holocaust: Three essays on denial, forgetting, and the delegitimation of Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.



## Lewis Mumford: percurso intelectual e engajamento

**Ludmilla Magalhães Bueno**

Mestranda em História

Universidade Estadual de Campinas na

E-mail: bueno.ludmilla@gmail.com

**Resumo:** O trabalho apresentado pretende aproximar as discussões desenvolvidas em minha pesquisa de mestrado acerca da teoria urbana de Lewis Mumford em face à sua ação enquanto intelectual engajado no debate público norte americano. Envolvido em questões práticas do urbanismo, não se restringiu a apenas escrever academicamente sobre arquitetura e teoria urbana, o autor participou da formação da primeira organização de planejamento regional - *Regional Planning Association of America*, e se envolveu em diversos projetos relacionados, também atuou como colunista no *The New Yorker* e outros jornais. Com outros interesses como o antifascismo, Guerra Fria, educação, tecnologia, o autor se engajou de diversas formas, por meio de organizações, publicações em jornais ou livros, e pretendo investigar como seus posicionamentos públicos dialogam com os aspectos teóricos de sua obra, especialmente no que tange a idéia de restauração de valores comunitários e orgânicos perdidos na sociedade industrial pós capitalistas.

**Palavras Chave:** Lewis Mumford, teoria urbana, intelectuais públicos, valores orgânicos

**Abstract:** The paper presented intends to approximate the discussions developed in my master's research on the urban theory of Lewis Mumford in the face of his action as an intellectual engaged in the American public debate. Involved in practical issues of urbanism, he did not confine himself to just writing academically about architecture and urban theory, the author participated in the creation of the first regional planning organization - *Regional Planning Association of America*, and was involved in several related projects. Also served as columnist In *The New Yorker* and other newspapers. With other interests such as antifascism, Cold War, education, technology, the author has engaged in various forms, through organizations, publications in newspapers and books, and I intend to investigate how his public positions dialogue with the theoretical aspects of his work, especially in what concerns the idea of restoration of communitarian and organic values lost in the post-capitalist industrial society.

**Key-words:** Lewis Mumford, urban studies, public intellectuals, organic values

### Introdução

Lewis Mumford nasceu em 1895 em Long Island. Estudou o ensino médio no *City College of New York*, posteriormente fez aulas na Universidade de Nova York, *Columbia*, *New School*, mas não chegou a se graduar em nenhuma. Seus estudos foram praticamente autodirigidos e inspirados pelo biólogo Patrick Geddes, educador e urbanista de Edimburgo, que escreveu seu mais celebre trabalho *Cities in Evolution* (1915). Após sua entrada para a marinha durante a I Guerra Mundial em 1918-1919, Mumford se estabeleceu como jornalista escrevendo para jornais como *The New Yorker*, *The New Republic*, *The Dial*, *American Institute of Architects*, e alguns jornais alemães como *Die Form*. Inspirado nas *garden cities*, Lewis Mumford foi um dos membros criadores da *Regional Planning Association of America*,

associação de arquitetos, urbanistas e escritores com pretensões de pressionar o governo a tomar medidas para solucionar os problemas das grandes cidades pelo viés do planejamento regional.

Durante a década de 1930 o autor começou um embate público sobre a necessidade de engajamento dos Estados Unidos na II Guerra Mundial e no combate ao fascismo. Após a guerra manteve-se como grande crítico da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã, especialmente em relação ao perigo nuclear e ao que ele observou como alienação estabelecida entre homem e tecnologia. Também foi bastante crítico à cultura individualista dos subúrbios norte-americanos e da sociedade do carro, cujo desenvolvimento se intensificou no Pós-guerra. Mumford escreveu ao longo de sua carreira mais de mais de 1000 artigos, resenhas, excertos e trabalhos em colaboração<sup>1</sup>. Sobre a importância dos trabalhos de Mumford, Françoise Choay<sup>2</sup> destaca:

Não saberíamos sublinhar o bastante a importância quase revolucionária de pensadores como Patrick Geddes e Lewis Mumford, graças aos quais a complexidade dos problemas colocados em jogo pela criação e desenvolvimento das novas aglomerações impôs-se à consciência contemporânea. Sua influência contribuiu muito, nos países anglo-saxões e sobretudo nos Estados Unidos, para a constituição de um imenso *corpus* de informação sociológica relativa às cidades: os *urban studies*. (CHOAY, 1956. P 41)

Françoise Choay em *O urbanismo em questão* classifica o trabalho de Mumford como relacionado ao conceito de “antropopolis”, herdeiro do urbanismo naturalista e culturalista. De caráter humanista, pretendia estabelecer conexões entre os problemas urbanos e uma contextualização mais ampla em um viés antropológico, histórico, filosófico. Diferente do urbanismo progressista de caráter mais técnico praticado por engenheiros e médicos sanitaristas responsáveis pelas principais reformas urbanas. A autora aponta:

Assim, L Mumford ilustrou longamente o papel alienante e mutilador do que chamamos urbanismo progressista. Pôs em evidência os diversos aspectos tomados ali pela tecnolatria; citemos em particular: a ruptura das continuidades culturais, a desnaturalização das zonas rurais, o servilismo do homem à máquina através de planos concebidos para um uso máximo do automóvel. Sua crítica não é inspirada pelo passadismo, baseia-se num sólido conhecimento de economia e da tecnologia contemporâneas. Ele defende o cidadão contra o carro em nome de um conceito de circulação próximo do de Wright e inspirado pelos últimos progressos do gênio civil; à rigidez do habitat corbusieriano, opõe a suavidade, a alterabilidade e a flexibilidade das soluções que hoje tornam possíveis as técnicas da construção. Na procura de formulas novas L Mumford constantemente recorre a lições da história. A cidade bem circunscrita da época pré-industrial pareceu-lhe uma

<sup>1</sup> Site que mapeia toda a produção do autor foi organizado por Robert Wojtowicz para a Biblioteca da Pensilvânia: <http://www.library.upenn.edu/collections/rbm/mumford/>

<sup>2</sup> CHOAY, Françoise. *O urbanismo -, utopias e realidade, uma antologia*: São Paulo, Perspectiva: 1965.

forma melhor adaptadas que a megalópoles a um harmonioso desenvolvimento das aptidões intelectuais e coletivas. O esforço deveria, segundo L Mumford, numa espécie de planejamento, de adaptação ao presente daquela unidade de vida social que era a cidade préindustrial e que, tradicionalmente, foi o lugar da cultura. Consequentemente, ele preconizou um polinucleísmo urbano, com seu correlativo, o regionalismo. Afirmando que o “regionalismo pertence ao futuro”, adiantou-se uma tendência da geografia econômica atual. Da mesma forma, a história do planejamento das cidades medievais inspirou amplamente sua concepção de uma integração da natureza no meio urbano. (CHOAY, 1956. P.40)

Meu trabalho de mestrado pretende investigar como a perspectiva orgânica aparece na concepção sobre as cidades do autor Lewis Mumford, com o foco voltado para os livros *The City in History* (1961) e *The Culture of Cities* (1938). Para o melhor entendimento de sua concepção orgânica será importante a análise do conjunto de textos reunidos em *The Renewal of Life*, uma trilogia na qual se propôs a analisar uma síntese da história humana baseada na tríade das funções biológicas desenvolvida por Patrick Geddes – a tecnologia (*Technics and Civilization*, 1934), a cidade (o já citado *The Culture of Cities*, 1938) e a personalidade humana (*The Condition of Man*, 1944). A sequência de livros também contou com um quarto livro *The Conduct of Life*, de 1951, destinado a ser uma conclusão da série.

Ao se apropriar das análises biológicas de Patrick Geddes o autor faz uma análise da cidade histórica própria de uma perspectiva evolucionista, mas também defende que existem ciclos de decadência e uma possibilidade de regeneração, como se a evolução do tempo se desse em ciclos de decadência e regeneração. Sua análise mescla o desencanto com o presente com a busca de exemplos na cidade pré-capitalista para uma possível regeneração do momento de crise atual. Crítico a perspectiva fascista de autores como Spengler, o autor propõe uma espécie de “saída” para a argumentação de decadência da sociedade puramente desencantada, apesar de fazer um percurso argumentativo parecido.

Além deste ponto sobre a perspectiva do tempo analisado de forma “orgânica” ou com referencial da biologia, existe uma dimensão prática de seu pensamento: o urbanismo nas cidades industriais e megalópoles perdeu a interação com o meio ambiente, praças, parques, a dimensão pública, diálogo direto do autor com autores como Frank Lloyd Wright e Ebenezer Howard.

Pensando em como os vocabulários biológicos são abordados no pensamento sobre cidades, Gunn e Correia<sup>3</sup> apontam a seguinte análise sobre pontos levantados por Kevin Lynch, que identifica a metáfora orgânica como base do pensamento do Lewis Mumford e sua relação com os atuais debates ecológicos:

Kevin Lynch indica as raízes do termo “organismo” na biologia do século XIX e cita os grandes nomes responsáveis por sua divulgação: Haeckel e Herbert Spencer. Entre os que considera os “gigantes de teoria orgânica do assentamento” menciona Patrick Geddes, Lewis Mumford, Frederick L Omsted, Ebenezer Howard, H Odum, B MacKeye, C Perry, A Gliksom, H Wright e Raymond Unwin. O conceito de organismo, segundo Lynch, forneceu a base para as cidades novas inglesas, das greenbelt towns nos Estados Unidos, da cidade nova finlandesa de Tapiola, de Bedford Park e de Hamsted Garden Suburb na Inglaterra, de Radburn e Chatham Village nos Estados Unidos. O conceito também influenciou, na sua opinião, projetos como formas urbanas radicalmente opostas, como os casos de Chadigarh e Brasília. Avaliando a influência desta tradição na década de 1980, Lynch concluía que: “A força desta corrente persiste, como pode ser vista a influência crescente de ecologia, ou nas lutas acadêmicas sobre a subsunção de cultura humana no novo campo da sociobiologia (...). É o ponto de vista prevalente entre profissionais do urbanismo hoje em dia e o entusiasmo por este enfoque cresce diariamente entre os cidadãos leigos. (Lynch, 1981, pag 92).”. (GUNN, CORREIA, 2001. p.251)

A valorização da natureza e dos ideais de comunidade podem ser referenciados ao pensamento romântico do século XVIII e XIX, que alinharam as críticas às cidades à críticas ao processo de industrialização, e está presentes em autores ingleses como William Morris e John Ruskin<sup>4</sup>. O entendimento da sociedade enquanto organismo vivo remonta às teorias políticas modernas, como a teoria do Leviatã, mas o entendimento de cidade enquanto organismo vivo pode ser referenciado à influência de biólogos e médicos nas intervenções urbanas do século XIX<sup>5</sup>. A questão do contato com a natureza em detrimento da urbanização desenfreada e mecanização da vida foi tema dos autores românticos europeus, do anti-urbanismo e transcendentalismo norte americano, do movimento de *Art and Crafts* nos dois países, todos referências para Mumford. Sobre as influências românticas no pensamento sobre a cidade também podemos destacar a crítica à mecanização e às concepções industriais liberais

<sup>3</sup> GUNN, P. e CORREIA, T. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. in: BRESCIANI, Maria Stella. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

<sup>4</sup> BENEVOLO, Leonardo. O debate sobre a cidade industrial. In: *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

<sup>5</sup> BRESCIANI, Stella. *Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica*. In: Politeia: História e Sociedade Vitória da Conquista v. 9 n. 1 p. 21-50 2009.

focadas no individualismo e na produção. As cidades são descritas por metáforas que enaltecem suas características monstruosas em seus aspectos mecânicos e orgânicos:

Imagens contraditórias vão entretendo uma concepção de cidade: o crescimento lento, similar ao de uma formação de coral, contrapõe-se à imagem do crescimento rápido, violento e desmesurado, que desfigura esteticamente o traçado urbano e seus habitantes; a finitude de linhas geométricas e as concentrações humanas mecanicamente disciplinadas quando, no trabalho, contrapõem-se às multidões despidas das características de humanidade, disformes e moldadas pelas dimensões das ruas por onde se arrastam. Em todas essas imagens o recurso às metáforas é uma constante. Às ondas, às torrentes e às lavas vulcânicas, manifestações incontroláveis e pouco previsíveis do mundo físico, acrescentam-se também o curso ordenado dos rios; o molusco, a criatura monstruosa, e também o coração, o cérebro e a circulação sanguínea. Todas confluem numa representação da cidade onde os princípios da mecânica universal, o lento processo imutável da natureza e as figuras orgânicas de corpos e criaturas monstruosas, embora produzidas pelo homem, se confundem.

É difícil delinear uma nítida divisão entre representações mecânicas e orgânicas de maneira a estabelecer duas linhagens de sensibilidade. Até onde se pode afirmar, por exemplo, a independência da concepção mecânica da dupla circulação sanguínea, do corpo orgânico que a contém? (BRESCIANI, 1984/1185, p-56).

Carl Schorske aponta três esquemas de avaliação sobre as cidades:

Creio que se podem discernir três avaliações amplas das cidades nos últimos duzentos anos: a cidade como virtude, a cidade como vício e a cidade para além do bem e do mal. Essas atitudes aparecem em pensadores e artistas em sucessão temporal. O século XVIII desenvolveu, a partir da filosofia do Iluminismo, a visão da cidade como virtude. A industrialização do começo do século XIX trouxe a tona uma concepção oposta: a cidade como vício. Por fim, no contexto de uma nova cultura subjetivista nascida na metade do século XIX, surgiu uma atitude intelectual que colocava a cidade para além do bem e do mal. Nenhuma fase nova destruiu sua predecessora. (...) Além disso, à medida que as décadas passam, linhas de pensamento que eram vistas como antitéticas se fundem para formar novos pontos de partida para o pensamento sobre a cidade. Na história da ideia da cidade, como em outros ramos da história, o novo frutifica a partir do velho com mais frequência do que o destrói. (SCHORSKE, 1998. p. 53-54).

Mobilizando com cuidado esta análise, podemos considerar de maneira geral Mumford como um representante da ideia de cidade como vício e a cidade para além o bem e mal, porque apesar de ter uma perspectiva pessimista sobre a cidade contemporânea e o momento de crise que vivia, considera a possibilidade de renovação e a necessidade de adaptação às novas realidades.

Na introdução de seu livro *The Culture of the Cities*<sup>6</sup> de 1938, o autor aponta suas motivações ao se dedicar à história das cidades:

Hoje, o nosso mundo acha-se diante de uma crise: uma crise que, se as suas consequências forem tão graves como agora parecem, pode ainda não estar completamente resolvida antes de mais um século. Se as forças destruidoras da civilização ganharem predominância, a nossa nova cultura urbana será atingida de todos os lados. As nossas cidades, dinamitadas e desertas, serão cemitérios para os mortos; frios covis entregues às bestas menos destruidoras que o homem. Podemos, porém, evitar este destino: talvez que somente ao enfrentar um desafio assim desesperado, as forças criadoras venham a reunir-se eficientemente. Em vez de nos apegarmos às sardônicas torres funerárias das finanças metropolitanas, cabe-nos marchar para os campos recém-amanhados, criar novos modelos de ação política, alterar para propósitos humanos os pérfidos mecanismos do nosso regime econômico, conceber e germinar formas novas de cultura humana. (MUMFORD, 1938. p. 21)

Em *The Age of Crises of Man*<sup>7</sup> Mark Grief propõe estudar como intelectuais e escritores naturais ou residentes dos Estados Unidos abordaram a temática de crise da modernidade pré, durante, e depois da segunda guerra. Segundo o autor, surge nesse período um imenso número de trabalhos sobre a natureza e condição humana, sobre o futuro do homem, especialmente ligados à autores de tradição humanista. A crítica de Spengler à técnica e o apontamento de uma constante tragédia humana atravessou o oceano<sup>8</sup>, assim como a história cíclica de Toynbee, marcando o surgimento de muitos trabalhos de história de caráter historicista, comprometidos com a busca de aspectos civilizadores do passado, especialmente um resgate intelectual, marcados por um desencanto com o presente.

As referências de Mumford e sua perspectiva teórica são majoritariamente românticas. Michael Lowy em *Romantismo e Política*<sup>9</sup> identifica como principal traço do romantismo a oposição ao capitalismo. A crítica romântica a modernidade é marcada pelo desencanto com o mundo, a quantificação da realidade a partir de um *ethos* capitalista, a mecanização de mundo, as abstrações racionalistas, e a dissolução dos vínculos sociais. Proponho analisar a perspectiva de Mumford mais alinhado com os autores identificados ao romantismo desencantado, relativo

<sup>6</sup> MUMFORD, Lewis. *The Culture of Cities*. New York: Harcourt, Brace and Co., 1938. Edição brasileira *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

<sup>7</sup> GRIEF, Mark. *The Age of Crises of Man*. Thought and fiction in America, 1933-1973. Nova Jersey: Princeton University Press, 2015.

<sup>8</sup> Mumford escreve dois artigos sobre Spengler: *Books that Changed our Minds* (1938); *The Decline of the West* (1939).

<sup>9</sup> LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.



à autores como Simmel, Dickens, Toonies, mas suas referências também passam pelo que identificou como utópicos e restitutionalistas<sup>10</sup>.

Nesta breve apresentação seria difícil me estender nos detalhes desenvolvidos nos livros teóricos do autor citados anteriormente. Também seria difícil aprofundar, mesmo no mestrado, na grande lista de artigos de jornais, prefácios, textos lidos em conferências oficiais das organizações que o autor participou. Enquanto foi professor na Universidade da Pensilvânia durante a década de 1950, Lewis Mumford organizou seu arquivo pessoal e o doou para a biblioteca da instituição onde se encontram até hoje. Chamada “Lewis Mumford papers, Kislak Center for Special Collections, Rare Books and Manuscripts, University of Pennsylvania”<sup>11</sup> o arquivo contém especialmente suas cartas pessoais e manuscritos de livros. A Universidade de Monmouth em Nova Jersey adquiriu a biblioteca pessoal do autor, que conta com mais de 3500 livros e está aberta para consultas como *Lewis Mumford Collection*<sup>12</sup> na *Special Collections Reading Room*. Estas serão algumas das fontes para a pesquisa a ser desenvolvida no mestrado.

Para esta apresentação proponho discutir especificamente como Lewis Mumford elegeu a cidade como seu tema de estudos por enxergar nela, e especialmente na figura das cidades industriais e megalópoles, a insurgência das contradições da crise da modernidade. A crise da modernidade, para ele uma crise de valores, representada pela insurgência do fascismo e Segunda Guerra Mundial no cenário internacional, mas também representadas pelas modificações do convívio social urbano no contexto norte americano. Modificações estas moldadas por valores capitalistas, como: sociedade do carro em detrimento dos pedestres, arranha céus em detrimento de praças e espaços comuns de convivência, subúrbios pré-fabricados em detrimento de acesso a equipamentos culturais e político. Lewis Mumford buscou na história das cidades, primeiramente nas cidades medievais, posteriormente nas cidades desde sua origem<sup>13</sup>, a ideia de um desenvolvimento orgânico, natural, coletivo, comunitário, que foi sendo abandonado à medida que se intensificou o desenvolvimento capitalista e o individualismo se tornou a característica principal das interações sociais.

---

<sup>10</sup> O autor identifica as seguintes tipologias, que obviamente não devem ser lidas de forma dogmática: romantismo “restitutionalista”, romantismo “conservador”, romantismo “fascista”, romantismo “resignado”, romantismo “liberal”, romantismo revolucionário”, p. 29 – 33.

<sup>11</sup> *Lewis Mumford papers*. Finding aid prepared by Ellen Slack. Last update July 2015. Link para acessar a estruturação do arquivo: <http://status.library.upenn.edu/dla/>

<sup>12</sup> <http://library.monmouth.edu/main/content/lewirs-mumford-collection-0>

<sup>13</sup> O livro “A Cidade na História” de 1961 é uma adaptação do livro “A cultura das cidades” de 1938, tendo o autor acrescentado capítulos e análises antropológicas sobre o possível surgimento das cidades.



A geração posterior dos estudos urbanos em grande parte abandonou este tipo de perspectiva, de caráter quase historicista, que busca encontrar origens, e estabelece uma linha sequencial no desenvolvimento da história urbana. Além de outras críticas à sua metodologia ao abordar o conhecimento histórico, a principal crítica a seu trabalho pode ser identificada em Jane Jacobs<sup>14</sup> que viu nele um pessimista e nas propostas das cidades jardins e do planejamento regional uma espécie de nostalgia burguesa em relação a natureza e as pequenas cidades. As ideias propostas pela autora sobre a cidade densa são quase unânimes, porém, vemos um resgate de valores orgânicos no que tange os grupos de ecologia urbana e em alguns anarquistas como Murray Bookchin, que se valeu do mesmo esquema interpretativo de analisar as cidades do passado para propor a teoria do municipalismo libertário e ecologia social.

Michael Lowy e Robert Sayre apontam a permanência de ideais românticos nos dias de hoje e as veem nos ecologistas, em seu olhar pessimista para possíveis catástrofes que o progresso não será capaz de deter, assim como seus antecessores românticos críticos da modernidade:

Esse papel de Cassandra cabe agora aos ecologistas. Se há alguns anos o “bom senso” progressista e consenso modernizador pensavam que não teriam nenhuma dificuldade para refutar os prognósticos alarmantes, chamando os ecologistas de “românticos incuráveis” ou “espíritos retrógrados” – cujo programa nos levaria de volta “à idade das cavernas”-, esse não é mais o caso: mesmo que pouquíssimas medidas concretas sejam tomadas para proteger de fato o meio ambiente, não é mais possível para os poderes em exercício ignorar essas advertências. (LOWY, SAYRE, 1992. P 266)

Buscar em um passado pré-capitalista inspiração no que o autor interpretou como um “desenvolvimento orgânico da sociedade” pode parecer para alguns mero ato nostálgico, mas para Lewis Mumford foi uma forma de racionalizar as contradições do momento que viveu e de buscar alternativas de ação política reinterpretadas em vista às condições presentes.

Para concluir, cito Marshall Berman<sup>15</sup> e sua reflexão do porquê voltar à autores que viveram e se debruçaram sobre as contradições modernas e como isto pode nos ajudar a refletir sobre nossas questões presentes, algo que diz sobre os autores e referências mobilizadas por

<sup>14</sup> “Um livro como *The Culture of the Cities*, de Mumford, era em grande parte um catálogo mórbido e tendencioso de mazelas. A cidade grande era a Megalópole, a Tiranópole, a Necrópole, uma monstruosidade, uma tirania, uma morta viva. Deveria desaparecer.” (JACOBS, 1961. p.20)

<sup>15</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Mumford em suas análises, mas também sobre meu estudo e a identificação dos diálogos possíveis com questões e contradições atuais:

Pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante: lembrar os modernistas do século XIX talvez nos dê a visão e a coragem para criar os modernistas do século XXI. Esse ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o modernismo de volta às suas raízes, para que ele possa nutrir-se e renovar-se, tornando-se apto a enfrentar as aventuras e perigos que estão por vir. Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica as modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens e mulheres modernos – de amanhã e do dia depois de amanhã. (BERMAN, p. 35. 1982)

A permanência de visões desencantadas com a modernidade, o sentimento de crise urbana e crise da sociedade, não devem ser interpretados como mera nostalgia ou visão reacionária. O engajamento de Mumford em buscar formas de intervenção urbana voltada para valores comunitários e “orgânicos” ainda serve de base para debates contemporâneos, e ao analisar a rede estabelecida pelo autor e suas referências fica claro que as contradições apresentam permanências e novos desafios. Como intelectual dedicado ao tema, o autor buscou formas de se engajar coerentes e complementares aos estudos desenvolvidos. Seu percurso, além de um testemunho rico do debate intelectual norte americano e suas interações no cenário político no século XX, também pode lançar luz à algumas das inquietações que não cessaram no presente.

### **Bibliografia:**

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *História da Cidade*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica*. In: Politeia: História e Sociedade Vitória da Conquista v. 9 n. 1 p. 21-50 2009.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo -, utopias e realidade, uma antologia*: São Paulo, Perspectiva: 1965.

HUGHES, Thomas P.; HUGHES, Agatha C. *Lewis Mumford: Public Intellectual*. New York: Oxford University Press, 1990

GRIEF, Mark. *The Age of Crises of Man. Thought and fiction in America, 1933-1973*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2015.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo; 1ª edição, 2000.

MUMFORD, Lewis. *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*. New York: Harcourt, Brace and World, 1961.

\_\_\_\_\_. *The Culture of Cities*. New York: Harcourt, Brace and Co., 1938.

\_\_\_\_\_. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.

\_\_\_\_\_. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Editora, 2001.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história – Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## A conquista do direito ao sufrágio feminino no Brasil e na Argentina: discursos e paradoxos atinentes às lutas feministas

**Adriana do Carmo Figueiredo**

Doutoranda em Estudos Linguísticos  
Universidade Federal de Minas - PosLin/FALE-UFMG  
Doutorado em Direito Constitucional  
Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, UBA  
E-mail: acfigueiredo.prof@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa tem como proposta apresentar o cenário político-jurídico em que se deu a conquista do sufrágio feminino no Brasil, em 1932, e na Argentina, em 1947, tendo em vista aspectos históricos relativos às realidades específicas desses países. Serão analisados alguns dos discursos políticos que emergiram nessas épocas e também algumas das produções legislativas e literárias que contribuíram para a criação das bases embrionárias das políticas de gênero na América Latina. A metodologia é de natureza qualitativa e traz a análise do discurso como seu principal instrumento analítico.

**Palavras-chave:** sufrágio feminino; discurso; feminismo; cidadania.

**Resumen:** Esta investigación tiene como propuesta presentar el escenario político-jurídico en el que se dio la conquista del sufragio femenino en Brasil, en 1932, y en la Argentina, en 1947, teniendo en cuenta aspectos históricos relacionados a las realidades específicas de los países involucrados. Serán analizados algunos de los discursos políticos que surgieron en esas épocas y también algunas de las producciones legislativas y literarias que contribuyeron para la creación de las bases embrionarias de las políticas de género en América Latina. La metodología es de naturaleza cualitativa y trae el análisis del discurso como su principal instrumento analítico.

**Palabras-clave:** sufragio femenino; discurso; feminismo; ciudadanía.

### Introdução

O estudo histórico da conquista do direito ao sufrágio feminino no Brasil e na Argentina revela importantes reflexões que nos levam à compreensão da situação da mulher latino-americana na política em tempos atuais. Em meio a lutas feministas, discursos políticos, alianças e produções literário-jurídicas, nota-se a expressão significativa de mulheres que contribuíram para que a história da conquista do direito ao voto suplantasse os obstáculos dos discursos hegemônicos e patriarcais.

Neste estudo, destacaremos as figuras de Violante Bivar e Velasco, Nísia Floresta, Leolinda de Figueiredo Daltro, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura e Mietta Santiago, mulheres que deixaram importantes contribuições para a que a política brasileira tivesse as marcas das vozes militantes feministas; vozes estas que, sem dúvida, abriram os caminhos para que as mulheres brasileiras, em 1932, conquistassem o direito de votar no governo de Getúlio Vargas.

No cenário argentino, por sua vez, destacaremos a figura de Eva Perón e de alguns dos seus discursos que propiciaram a conquista do voto feminino na Argentina, em 1947, e que nos levam a associar referida conquista à ideologia peronista. Em meio ao conturbado constitucionalismo de 1949<sup>1</sup>, as mulheres argentinas foram às urnas, em 1951, e reelegeram Juan Domingo Perón como presidente.

Desse modo, buscaremos resgatar alguns dos fios da história de mulheres latino-americanas que, por meio das suas lutas pela cidadania e de seus paradoxos, desenharam o projeto da ampliação dos direitos políticos femininos no Brasil e na Argentina.

### **A conquista do sufrágio feminino no Brasil**

As primeiras organizações de mulheres surgiram, no Brasil, por volta de 1850 e tiveram como principais temáticas de luta o direito à educação e ao voto. Em 1852, foi fundado, na Bahia, o primeiro jornal dirigido por mulheres a cargo de Violante Bivar e Velasco (1816-1874). A voz feminista também se manifestou por meio da abolicionista e republicana Nísia Floresta (1809-1885) no Rio Grande do Norte, mulher responsável por denunciar as crueldades cometidas contra as mulheres. Em 1891, chegou ao Congresso Nacional a discussão a respeito do voto feminino apenas para as mulheres que possuíam diploma de curso superior e que não estivessem sob a custódia do pai. O resultado foi catastrófico, pois os congressistas viram a proposta como “anárquica”. O discurso político da época dizia que essa conquista seria impossível, em razão da inferioridade da mulher e dos perigos de dissolução da família (ANDREUCCI, 2012).

Em novembro de 1917, as ações da professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935) se destacaram. Ela foi fundadora do Partido Republicano Feminino, que liderou um protesto exigindo a extensão do voto para as mulheres. No entanto, o movimento decisivo para a conquista do voto feminino teve seu principal sucesso por meio das ações da bióloga Bertha Lutz que, em 1919, trouxe para o cenário brasileiro as ideias sufragistas francesas e seus ideais de igualdade de direitos entre homens e mulheres, aliando-se à militante anarquista Maria

---

<sup>1</sup> Durante a primeira presidência de Juan Domingo Perón, foi promulgada a Constituição argentina de 1949 com a perspectiva de um constitucionalismo social que trouxe a incorporação de importantes direitos trabalhistas e sociais, além da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Importante comentar que essa Constituição argentina de 1949 não cumpriu sequer uma década de vigência, pois houve uma revanche daqueles que estiveram excluídos do referido processo constitucional. Esse ato fez com que a Constituição de 1949 fosse deixada sem efeito por um grupo militar da *Revolución Libertadora* de 1955. Como resultado, houve o restabelecimento da Constituição histórica de 1853 com as reformas de 1860, 1866, 1898 e a incorporação do constitucionalismo social (artigo 14 bis) ao catálogo de direitos já consagrados no século XIX pelo clássico constitucionalismo liberal.

Lacerda de Moura. A partir de então, foi fundada a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* que, em 1922, passou a ser chamada de *Federação pelo Progresso Feminino*. Esses fatos, sem dúvida, anunciaram as grandes transformações que ocorreriam nos anos de 1930 (ANDREUCCI, 2012).

Os primeiros anos da atividade sufragista feminina organizada no Brasil trouxeram poucos resultados concretos. As lutas pelo voto feminino não foram propagadas somente por um seletivo movimento da classe média brasileira. Entretanto, a proximidade que as sufragistas brasileiras tiveram com a elite política facilitou, sem dúvida, a conquista do voto feminino no Brasil, (mais cedo do que a maioria dos países latino-americanos).

Em 1927, o Deputado Federal Lamartine de Faria, partidário do sufrágio feminino, anunciou sua plataforma eleitoral prometendo, em seus discursos, amplos direitos políticos às mulheres com a suposta conquista do sufrágio e declarou que a Constituição não as proibia de exercer seus direitos políticos. Lamartine de Faria terminou seu discurso afirmando ser inconstitucional a restrição e privação da metade da população brasileira do exercício dos seus direitos de cidadania política (D'ALKIMIN; AMARAL, 2006).

Nesse sentido, é importante destacar o papel da estudante de Direito de Minas Gerais, Mietta Santiago (pseudônimo de Maria Ernestina Carneiro Santiago) que, em 1928, descobriu que a proibição do voto das mulheres estava contra os preceitos do artigo 70 da Constituição brasileira de 24 de fevereiro de 1891, em vigência na ocasião. Referido texto constitucional determinava:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.  
§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:  
1º) os mendigos;  
2º) os analfabetos;  
3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;  
4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual (BRASIL, 1891).

Mietta Santiago, com o aval de uma sentença judicial (fato inédito no país), proferida em um Mandado de Segurança, conquistou o direito de votar e recebeu uma homenagem especial do poeta Carlos Drummond de Andrade. A voz poética de Drummond destacou a

conquista do voto feminino por uma sentença judicial e dedicou a Mietta o poema "Mulher Eleitora":

Mietta Santiago  
loura poeta bacharel  
Conquista, por sentença de Juiz,  
direito de votar e ser votada  
para vereador, deputado, senador,  
e até Presidente da República,  
Mulher votando?  
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?  
O escândalo abafa a Mantiqueira,  
faz tremerem os trilhos da Central  
e acende no Bairro dos Funcionários,  
melhor: na cidade inteira funcionária,  
a suspeita de que Minas endoidece,  
já endoideceu: o mundo acaba" (DRUMMOND, portal TST).<sup>2</sup>

O texto constitucional de 1891 não proibia o voto feminino, no entanto, no modo de pensar dos constituintes e da sociedade como um todo, não existia a ideia da mulher como um indivíduo dotado de direitos. Isso trouxe como consequência o fato de que muitas mulheres não obtiveram o alistamento eleitoral quando, na época, o solicitaram. A possibilidade de direito ao voto pelas mulheres foi abolida, porque predominou a ideia de que a política era uma atividade somente para homens e que o termo genérico “*cidadãos*” era sexista e se referia exclusivamente aos homens<sup>3</sup>.

Foi em 1932, no governo de Getúlio Vargas, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que se concretizou no ano seguinte. Esse fato se deu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932, que, além desta e de outras conquistas, incluiu a Justiça Eleitoral, que passou a regulamentar as eleições no país. O artigo 2º do Código Eleitoral preceituava: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL, 1932). A aprovação do Código de 1932 se deu por meio do Decreto nº 21.076, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

---

<sup>2</sup> Poema disponível em: <<http://www.tst.jus.br/home>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

<sup>3</sup> Nesse sentido, vale uma reflexão a respeito da baixa representatividade das mulheres no cenário político brasileiro atual, o que, sem dúvida, nos leva a concluir que ainda há posições muito sexistas nas instâncias políticas, no Congresso Nacional, no Poder Executivo e também nas câmaras de vereadores nos municípios brasileiros. No Congresso Nacional, por exemplo, a participação das mulheres encontra-se abaixo do esperado. No Senado, a atual representação feminina é de 12 senadoras entre os 81 eleitos para essa Casa Legislativa. Já na Câmara dos Deputados, as mulheres ocupam uma média de 50 cadeiras no universo de 513 parlamentares. Cf.: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-ainda-tem-baixa-representatividade-na-politica-diz-especialista>>/. Acesso em: 18 jun. 2017.



Somente dois anos depois, em 1934, quando se inaugurou o novo Estado Democrático de Direito, por meio da segunda Constituição da República, que esses direitos políticos conferidos às mulheres foram assentados em bases constitucionais. Entretanto, a nova Constituição, nos termos do artigo 109, restringiu o sufrágio feminino às mulheres que exerciam função pública remunerada. Assim dizia o artigo 109: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (BRASIL, 1934).

Na Constituição de 1946, o direito ao voto feminino foi finalmente ampliado a todas as mulheres, pois o artigo 131 considerava como eleitores “os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei” (BRASIL, 1946). E o artigo 133 preceituava: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei” (BRASIL, 1946). O voto secreto garantia o livre exercício do direito político pelas mulheres. Elas não necessitavam mais prestar contas sobre seu voto aos maridos e tampouco aos pais, mas ainda havia algumas brechas ou exceções na legislação da época que flexibilizava o valor da obrigatoriedade do voto, como o artigo 121 do Código Eleitoral de 1932 que preceituava: “Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral” (BRASIL, 1932). No que se refere a essa obrigatoriedade do voto feminino em âmbito infraconstitucional, isso se deu somente em 1965, com a edição do Código Eleitoral, lei 4.737, que está em vigência atualmente, e que preceitua no artigo 6º: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo” (BRASIL, 1965).

### **O sufrágio feminino na Argentina: a lei eleitoral de 1947**

Segundo Susana Bianchi (1986)<sup>4</sup>, o contexto político da conquista do sufrágio feminino na Argentina se deu em 23 de setembro de 1947, por meio de uma concentração convocada pela *Confederación General del Trabajo* na *Plaza de Mayo*, quando Perón fez a entrega da lei 13.010 sobre o sufrágio feminino a sua esposa, Eva Perón, que a recebeu e agradeceu em nome das mulheres argentinas. O gesto de Perón traz uma marca importante para a história da conquista do voto feminino que é o fato de “identificar os direitos políticos das mulheres com o peronismo. Em especial, busca-se apresentar o sufrágio feminino como o triunfo da luta pessoal

---

<sup>4</sup> Professora titular da disciplina *Historia Social General* e pesquisadora na *Universidad Nacional del Centro* (Tandil, Província de Buenos Aires). Publicou artigos em revistas especializadas nacionais e estrangeiras. Informação Disponível em: <<http://www.unq.edu.ar/comunidad/115-susana-bianchi.php>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

de Eva Perón a favor das mulheres” (BIANCHI, 1986, p. 255, trad. nossa). Bianchi destaca que não existem dúvidas a respeito do sucesso obtido por essa identificação, pois tanto “os simpatizantes do peronismo quanto seus críticos mais entusiastas” mantiveram o debate da “associação sufrágio feminino-Eva Perón, embora com a atribuição de distintas cargas valorativas” (BIANCHI, 1986, p. 255, trad. nossa).

Entretanto, é importante comentar que os direitos da mulher já haviam sido reivindicados pelos grupos socialistas argentinos no início do século XX. Bianchi enfatiza que

tanto o *Centro Socialista Femenino* (1902), fundado por Fenia Chertkoff, como a *Unión Feminista Nacional* (1918), presidida por Alicia Moreau de Justo, haviam desenvolvido campanhas ativas a favor dos direitos civis e políticos das mulheres e contra a exploração social e sexual (BIANCHI, 1986, p. 256, trad. nossa).

Os temas que foram propostos por esses grupos apresentavam, especialmente, as reivindicações das mulheres trabalhadoras. A Argentina não havia ficado afastada do desenvolvimento internacional do feminismo que se emergia no princípio do século XX. Por tanto, havia distintos grupos de mulheres que enfatizavam suas atividades em torno à defesa dos direitos femininos com uma luta contra todas as formas de exploração e discriminação. Destaca Bianchi:

Nesta perspectiva, Elvira Dellepiane de Rawson funda o *Centro Feminista* (1905), cujo objetivo era obter reformas legais que equiparassem a situação entre homens e mulheres. Surgem – entre outros similares – o *Comité Pro-Sufragio Femenino* (1907), a *Asociación Pro-Derechos de las Mujeres*, que conta com a participação de Alfonsina Storni (1918), e o *Partido Feminista Nacional* (1919) organizado por Julieta Lantieri como um partido político (BIANCHI, 1986, p. 256, trad. nossa).

Importante comentar que, em 1910, se celebrou em Buenos Aires, no marco da comemoração do Centenário, o Primeiro Congresso Feminista Internacional e, em 1926, as mulheres argentinas obtiveram uma de suas mais importantes reivindicações, ou seja, a reforma do Código Civil que retirou a situação de subalternidade da mulher frente ao marido.

No início da década de 1930, as lutas pelos direitos das mulheres se centraram nas reivindicações para a exclusividade da questão do sufrágio. Bianchi destaca que as organizações que lutaram por esses direitos estavam compostas, quase exclusivamente, “por mulheres de classe média e alta, universitárias ou de ativa participação na vida intelectual, despojadas do ‘obrerismo’ que, em outros tempos, incluía as socialistas” (BIANCHI, 1986, p. 257, trad. nossa), o que demonstra a rápida organização feminista formada por uma elite.

O golpe militar de 1943 trouxe uma situação política pouco favorável para certas inovações como o voto feminino. Houve a dissolução dos partidos políticos e o ensino religioso foi introduzido nas escolas estatais. Além disso, a retórica moralizante do governo militar reforçou uma linha autoritária e conservadora para a conquista do sufrágio feminino, que era associada frequentemente à perigosa ideia de dissolução dos lares argentinos.

Entretanto, os setores que levaram adiante o golpe de 1943 não partiram de um projeto político homogêneo. Assim, na medida em que o setor populista ia impondo-se dentro dos aparatos de Estado, a temática dos direitos políticos femininos voltou a ser retomada. Bianchi destaca que o projeto populista procurava centralizar as tendências efervescentes da sociedade com a incorporação dos setores mais marginalizados para que se evitassem os desvios de tendências revolucionárias. Desse modo, para conquistar os objetivos era necessário que se cumprissem certos requisitos:

Em primeiro lugar, era necessário obter o consenso daqueles para os quais se dirigia esta política e o apoio ao Estado benfeitor, apelando a seus legítimos motivos de ressentimento, ao mesmo tempo em que se solucionavam suas necessidades mais urgentes através da política de "justiça social". Mas, em segundo lugar, era necessário ampliar as bases de sustentação convocando aqueles que nunca haviam conseguido formular politicamente sua situação de postergação: aqueles cujo voto era desviado pela manipulação e pela fraude eleitoral e aqueles que nunca haviam votado, os setores subalternos das forças armadas e, fundamentalmente, essa maioria da população que constituíam as mulheres (BIANCHI, 1986, p. 260-261, trad. nossa)<sup>5</sup>.

O sufrágio feminino se tornava uma medida imprescindível para a ampliação da base política que requeria o populismo, “mediante a incorporação de forças novas que equilibrariam as velhas” (BIANCHI, 1986, p. 261, trad. nossa). Com essa perspectiva, Perón começou a desenhar uma política direcionada às mulheres e retomou a questão do sufrágio, que foi caracterizado como: “uma necessidade impostergável dentro da nossa evolução humanista e como uma continuação da nossa obra de justiça social e política” (PERÓN, 1945)<sup>6</sup>.

No início de 1947, Eva Perón foi colocada na dianteira de uma campanha a favor do sufrágio feminino. O jornal *Democracia* publicou uma série de artigos que traziam como manchete: "*La mujer argentina quiere votar*". Desse modo e também por meio dos discursos radiofônicos, no comando de Eva Perón, se instrumentalizou uma campanha a favor de uma

<sup>5</sup>Sobre o tema, a autora faz referência a Horowicz, A. *Los Cuatro Peronismos*. Buenos Aires: Legasa, 1985, p.118.

<sup>6</sup>Extraído de *Constitución Web*, 27 de julio de 1945. Disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2010/04/en-la-reunion-en-pro-del-sufragio.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

medida que já estava em progresso; campanha que inclusive adquiriu uma característica de forte luta contra supostos inimigos.

Por meio dessa campanha, Eva Perón pôde “ir definindo sua própria função política dentro do peronismo” (BIANCHI, 1986, p. 267, trad. nossa). Assim, ela começou a fazer parte da elite política com uma singular influência e um poder absolutamente excepcionais na história argentina. A era de Evita inaugurou um estilo militante que despertou, ao mesmo tempo, fortes críticas e firmes adesões. Isso lhe permitiu adquirir uma rápida parcela do poder, inclusive, sem estar integrada formalmente às estruturas governamentais.

Eva convocou, para seus discursos, dizeres como a mulher “que pode e deve votar” e que não deve ser somente “a espectadora dos movimentos políticos” (PERÓN, Eva, 1947, trad. nossa). Essa convocatória discursiva se deu a partir da visibilidade que o peronismo lhe concedeu e da posição que passou a ocupar na sociedade:

A mulher argentina superou o período das tutorias civis. Aquela que se fez notar na Plaza de Mayo no dia 17 de outubro; aquela que fez ouvir sua voz na fábrica, no escritório e na escola; aquela que, dia a dia, trabalha junto ao homem em toda gama de atividades de uma comunidade dinâmica, não pode ser somente a espectadora dos movimentos políticos (PERÓN, Eva, 1947, trad. nossa)<sup>7</sup>.

Segundo Susana Bianchi (1986), esse discurso de Eva Perón foi dirigido basicamente às mulheres peronistas, identificadas como sendo aquelas que faziam parte do povo. A elas, foi reconhecido o direito ao voto por sua visibilidade na sociedade e pela posição que ocupavam na história. Foi invocada sua capacidade de autonomia e, inclusive, foi reconhecido que o direito ao sufrágio era um desejo que convocou e unificou as mulheres argentinas.

Entretanto, aqui fazemos uma crítica a essa conquista pelo sufrágio: a campanha a favor do voto feminino, na Argentina, de fato se dirigiu às mulheres, mas, ao que parece ser, não as incluiu efetivamente. Na verdade, essa campanha apresentava contornos de uma questão pessoal de Eva Perón, que lutou pelas mulheres, mas sem a presença expressiva do núcleo feminino em sua totalidade. Desse modo, embora as mulheres saíssem da invisibilidade nessa histórica conquista do voto feminino, a participação delas foi reconhecida apenas como um "mecanismo de alento", "prestando seu apoio", "acompanhando" e "colaborando". “Elas

---

<sup>7</sup> Extraído de *SUTEBA*, 23 de septiembre de 1947. Disponível em: <<http://www.suteba.org.ar/23-de-septiembre-da-del-voto-femenino-7418.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

ajudaram os homens exercendo suas funções femininas: deram conselhos, bordaram, curaram feridas” (BIANCHI, 1986, p. 282, trad. nossa).

Sem dúvida, Eva Perón obteve triunfo para as mulheres argentinas. Isso consolidou a sua posição de mediadora entre Perón e as mulheres peronistas. Dentro do peronismo, parece que não se coloca em discussão o lugar relevante de Eva no movimento feminista e a identificação dos direitos políticos das mulheres como conquista pessoal de Eva Perón. Para seus simpatizantes, “a lei que concedeu o voto secreto e obrigatório aos homens se chamou Saenz Peña por causa do seu incentivador, esta (referindo-se à lei eleitoral de 1947) deveria chamar-se por justiça ‘ley Evita’” (DOS SANTOS, 1983, p. 22, trad. nossa).

Por outro lado, para seus adversários, o sufrágio feminino “era a dádiva de um governo ditatorial em que imperava a vontade de uma mulher ambiciosa” (SCHULTZ DE MANTOVANI, 1960, p. 25 *apud* BIANCHI, 1986, p. 290, trad. nossa). Essas diferentes perspectivas revelam como é um tema complexo compreender as bases valorativas do peronismo com seus distintos contornos interpretativos.

## **Conclusão**

Como pesquisadora do Feminismo, algumas questões dessa conquista do direito ao sufrágio feminino me parecem curiosas e revelam paradoxos ou contradições que se deixam entrever no interior das ações e dos discursos que se estabeleceram.

No Brasil, as lutas pela conquista do voto feminino não tiveram uma figura emblemática como a de Eva Perón na liderança do movimento. Houve um predomínio de mulheres, professoras, intelectuais e estudantes que travaram essa luta a partir do contexto político no qual se encontravam. Isso nos dá uma perspectiva menos centralizadora para a compreensão dessa conquista no Brasil, já que houve vozes militantes de diferentes mulheres que se destacaram ao longo da história. Sem dúvida, essa conquista parece ter brotado de vozes femininas pulverizadas em diferentes camadas sociais que, em algumas circunstâncias, também estabeleceram alianças com elites políticas para que lograssem êxito nesse projeto de inclusão das mulheres na política.

Embora o direito político ao sufrágio feminino no Brasil foi anterior a muitos países latino-americanos, podemos afirmar, com certeza, que ainda restam muitos desafios para que esse direito tenha realmente efetividade, como preceitua a atual Constituição Federal de 1988 no que se refere à igualdade entre homens e mulheres. Também é um grande desafio a

construção de uma política escrita por mulheres com discursos que sejam efetivamente feministas, na maioria das vezes, as mulheres brasileiras ainda repetem discursos patriarcais e se aliam a bases partidárias hegemônicas em busca dos apoios necessários para se elegerem.

No que diz respeito à Argentina, é importante comentar que há uma nítida centralização dessa conquista na figura de Eva Perón. Segundo as pesquisas realizadas, Eva parece ter realizado uma série de visitas a grêmios e grupos de trabalhadoras, além disso, ela pôde mobilizar a milhares de mulheres em direção à plaza del Congreso para que pudessem reclamar pelo direito ao voto. Dora Barrancos (2012) comenta que, no dia 30 de agosto de 1947, surgiu uma carta de Evita no diário *Democracia* dirigida “A las mujeres argentinas” as quais ela convocava para que se mobilizassem em direção ao Congresso. Essa atitude trouxe como consequência “uma das primeiras reuniões massivas realizadas pelo peronismo no poder” (BARRANCOS, 2012, p. 77, trad. nossa).

O que nos parece controverso no discurso de Eva é o fato de que se faziam considerações acerca do significado da igualdade entre homens e mulheres, mas também se ressaltava a ideia do voto feminino “para colaborar ativamente com nosso líder, o Grande Perón” (PERÓN, Eva, 1947, trad. nossa). Desse modo, notam-se ambiguidades nos discursos de Eva que parecem revelar as próprias incertezas e polêmicas que circulam em torno ao tema Peronismo. Muitas feministas argumentam que as mulheres queriam um tratamento parlamentar desse direito político que tivesse uma perspectiva de conquista. Por isso, criticam que o direito ao voto na Argentina surgiu como se fosse um “regalo” outorgado pelo Poder Executivo que parecia apresentar, na opinião de alguns, características fascistas. Assim, a propagação do peronismo no contexto político da Argentina, para certos núcleos feministas, foi um sinal do avance totalitário.

Por outro lado, alguns grupos feministas argentinos sustentam também que para se conhecer a verdadeira história de Eva Perón “é preciso ter vivido as experiências do povo e ter nascido no povo”<sup>8</sup>. Nesse sentido, argumentam que praticamente tudo que foi escrito sobre Eva Perón é produto do discurso hegemônico e que sua história precisa ser recontada para que adquira novos contornos.

---

<sup>8</sup> Este enunciado foi dito por um dos participantes presentes no evento *Ficción, Género y Derecho*, organizado pelo Departamento de Ciencias Sociales da Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, no dia 7 de junho de 2017, no qual estive presente.



## Referências Bibliográficas

ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. *Igualdade de Gênero e Ações Afirmativa – Desafios e perspectivas para as mulheres brasileiras pós Constituição de 1988*. São Paulo: LTr, 2012.

ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina de 1949*. Buenos Aires. Convención Nacional Constituyente - 11 de marzo de 1949. Disponível em: <<http://www.elhistoriador.com.ar/documentos>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ARGENTINA. *Ley 13.010 del Voto Femenino (1947)*. Disponível em: <<http://movimientoperonista.com/martacurone/ficheros>>. Acesso: 10 jan. 2016.

BARRANCOS, Dora. Eva Perón y las feministas. *TODO ES HISTORIA*, edición especial Eva Perón a 60 años de su muerte, Buenos Aires, CABA, n° 540, p. 74-78, julio de 2012.

BIANCHI, Susana. Peronismo y sufragio femenino: la ley electoral de 1947. *Anuario IEHS*, n. 1, Tandil, UNCPBA, p. 255-296, 1986.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Código Eleitoral de 1932*. Decreto n° 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. *Código Eleitoral de 1965*. Lei n° 4.737, de 15 de julho de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n° 12.034, de 29 de setembro de 2009*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (05 de outubro de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (24 de fevereiro de 1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (de 16 de julho de 1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

D'ALKMIN, Sônia Maria; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. A Conquista do Voto Feminino no Brasil. *ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA* - ISSN 21-76-8498, vol. 2, N° 2,



(2006). Disponível em:  
<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1219>>. Acesso em:  
20 jan. 2016.

DOS SANTOS, Estela. *Las Mujeres Peronistas*. Buenos Aires: Biblioteca Política Argentina, 1983.

FICCIÓN, GÉNERO Y DERECHO, 2017, Buenos Aires, Facultad de Derecho (UBA). *Seminario Permanente DESCOLONIA: Justicia, derecho y sociedad desde el sur*. Evento organizado pelo Departamento de Ciencias Sociales, Facultad de Derecho, Sala Vélez Sarfield, Universidad de Buenos Aires, 7 de junho de 2017.

GUY, Donna. *Las mujeres y la construcción del Estado de Bienestar*. Caridad y creación de derechos en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

Horowicz, Alejandro. *Los Cuatro Peronismos*. Buenos Aires: Legasa, 1985.

PERÓN, Eva (Discursos). *SUTEBA – Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires*, 23 de septiembre de 1947. Desenvolvido por SUTEBA. Apresenta notícias e serviços de sindicato. Disponível em: <<http://www.suteba.org.ar/23-de-septiembre-da-del-voto-femenino-7418.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

PERÓN, Juan Domingo (Discursos). *Constitución Web*, 27 de julio de 1945. Desenvolvido por Dres. Juan O. Pons y N. Florencia Pons Belmonte, 2009. Apresenta discursos históricos, base de dados, vídeos e documentos jurídicos. Disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2010/04/en-la-reunion-en-pro-del-sufragio.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

PORTAL Brasil. Desenvolvido pelo Planalto, Brasil, Governo Federal. Apresenta informações e notícias sobre cidadania e justiça. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-ainda-tem-baixa-representatividade-na-politica-diz-especialista>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PORTAL do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Desenvolvido por TST. Apresenta informações sobre a Justiça do Trabalho. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/home> >. Acesso em: 10 jun. 2017.

SCHULTZ DE MANTOVANI, Fryda. La mujer en los últimos treinta años. *SUR*. Universidad Nacional de San Martín, Argentina, n. 267, noviembre-diciembre, p. 25, 1960 *apud* BIANCHI, Susana. Peronismo y sufragio femenino: la ley electoral de 1947. *Anuario IEHS*, n. 1, Tandil, UNCPBA, p. 255-296, 1986.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES. *Comunidad UNQ*. Bernal, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <[www.unq.edu.ar/comunidad/115-susana-bianchi.php](http://www.unq.edu.ar/comunidad/115-susana-bianchi.php)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

## Thomas Edwards (1599-1647): Reflexões sobre uma História Intelectual antes da Autoria

**Patrícia Moreira Nogueira**

Mestranda em História

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

E-mail: patricia.moreiranogueira@gmail.com

**Resumo:** No decurso desta comunicação, discutirei a problemática da História Intelectual pensada para o século XVII, isto é, em um período anterior às noções de intelectualidade ou autoria, como entendidas nos dias atuais. Interessa aqui refletir sobre a trajetória de Thomas Edwards e o seu catálogo de heresias, *Gangraena*, publicado em 1646, durante a Guerra Civil Inglesa e que são objetos centrais para o desenvolvimento da minha atual pesquisa de mestrado. Durante tal pesquisa, percebeu-se a necessidade de tratar autor e obra, tendo em vista as particularidades dos protocolos de escrita e leitura daquele período para, então, discutir sobre as potencialidades analíticas ao se considerar as ideias de intelectualidade e autoria. Importa aqui atentar para essas possibilidades metodológicas disponíveis no escopo da História Intelectual, articulada a uma História da Leitura e aos debates sobre a autoria, para a compreensão dessas obras produzidas antes do século XVIII.

**Palavras-chave:** Heresias; Thomas Edwards; História Intelectual; História da Leitura; Autoria.

**Abstract:** During this presentation, it will be discussed the uses of an Intellectual History for the seventeenth century, that is, in a period prior to the notions of intellectuality or authorship, as understood nowadays. It is interesting here to reflect on the trajectory of Thomas Edwards and his catalog of heresies, *Gangraena*, published in 1646, during the English Civil War and which are central objects for the development of my current master's research. During this research, it was noticed the need to treat author and work, considering the particularities of the writing and reading protocols of that period, and then to discuss the analytical potentialities when working with the ideas of intellectuality and authorship. It is important to look at these methodological possibilities available in the scope of Intellectual History, linked to a History of Reading and to debates about authorship, in order to understand these works produced before the 18th century.

**Key-words:** Heresies; Thomas Edwards; Intellectual History; History of Reading; Authorship.

### 1. Introdução

No decurso desta comunicação, discutirei a problemática da História Intelectual pensada para o século XVII, isto é, em um período anterior às noções de intelectualidade ou propriamente, autoria, como entendidas nos dias atuais. Interessa aqui, portanto, refletir sobre a trajetória de Thomas Edwards e o seu catálogo de heresias, *Gangraena*, publicado em 1646, na Inglaterra durante a Guerra Civil Inglesa, objeto central para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado. Em tal investigação, cabe tratar o objeto, considerando as particularidades dos protocolos de escrita e leitura daquele período para, então, refletir sobre as potencialidades analíticas ao se trabalhar com esse objeto tendo em vista a autoria como um problema mais amplo. Importa, por fim, atentar para as possibilidades metodológicas e

analíticas disponíveis no escopo da História Intelectual, articulada a uma História da Leitura e aos debates sobre a autoria para a compreensão dessas obras produzidas antes do século XVIII.

## 2. História intelectual e autoria no século XVII

De início cabe compreender quais as possibilidades para essa dita História Intelectual. Segundo Helenice Rodrigues da Silva é preciso ter em mente as variáveis entre uma *Intellectual History*, mais focada na questão literária e linguística das obras e uma *Histoire Intellectuelle* que “procura inscrever historicamente o discurso dos intelectuais, tentando ultrapassar a alternativa entre explicações internas e externas”.<sup>1</sup> A prática francesa poderia, então, ser dividida em três vertentes: primeiramente, uma análise sociológica, que “tende a enfatizar tanto uma cartografia dos intelectuais (as redes de sociabilidade, os modos de filiações, as gerações intelectuais) como o ‘campo’ intelectual (a lógica dos lugares, dos interesses e das situações)”. Em seguida, uma abordagem histórica (também mais voltada à política) “enfatizando o ritual de petições, manifestos, manifestações” e por fim, a “vertente tende a elaborar uma hermenêutica das obras, ou melhor, uma análise do discurso intelectual”.<sup>2</sup> Desse modo, a História Intelectual Francesa, pretende avançar em dois campos: o discursivo, relativo à obra em si e o contextual, focando “as configurações, os campos, as genealogias, as práticas etc.”.<sup>3</sup>

Para melhor delinear essa metodologia, é interessante se apropriar, ainda, das questões relativas ao “funcionamento de uma sociedade intelectual (o ‘campo’, na versão de Pierre Bourdieu)”, refletindo “suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus *habitus*”, bem como atentar para “as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e de agir de uma comunidade intelectual”.<sup>4</sup>

Atentando-se às proposições de Bourdieu relativas ao conceito de “campo”, José Luis Bendicho Beired, aponta que:

Quatro princípios regem a existência de um campo: a) a existência de interesses específicos a defender; b) a existência de regras e agentes que as obedeçam; c) a posse de interesses em comum entre todos os membros, nem que seja unicamente a manutenção da existência do próprio campo; d) a

---

<sup>1</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15.

<sup>2</sup> Ibid. p. 16.

<sup>3</sup> Ibid. p. 16.

<sup>4</sup> Ibid. p. 16.

estrutura do campo específico – intelectual, jurídico, artístico – é homóloga ao campo social mais amplo, reproduzindo as suas divisões e conflitos.<sup>5</sup>

Desse modo, as práticas dos intelectuais devem ser percebidas considerando as regras e estratégias de determinado campo de atuação.

Para além da preocupação com o “campo”, também aparecem de forma demarcada às reflexões sobre as “redes de sociabilidades” por meio dos trabalhos de Pierre Bourdieu e, especialmente, Jean-François Sirinelli. Segundo Sirinelli, os intelectuais organizam-se “também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”.<sup>6</sup> Essas “estruturas de sociabilidade”, ainda que instáveis, uma vez que os lugares de sociabilidade tendem a variar ao longo do tempo, precisam ser sempre consideradas no decurso do trabalho historiográfico. Assim, “é possível e necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo, de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de ‘redes’ de intelectuais adultos”.<sup>7</sup> Não apenas os vínculos positivos, mas também os contrários, as rupturas e rivalidades também são imprescindíveis para os estudos acerca dos intelectuais.

Outro aspecto interessante dentro das propostas analíticas da História Intelectual refere-se aos debates promovidos por Roger Chartier, Robert Darnton e outros autores no que diz respeito à circulação das obras (tópico também relevante à História da Leitura). Dessa maneira, para entender as atuações dos intelectuais é preciso ponderar sobre o percurso de suas obras, tendo em vista a produção, a recepção, o consumo e as atribuições posteriores realizadas pelos leitores. Considerando as proposições de Roger Chartier, José Luis Bendicho Beired comenta, por exemplo, que o texto “expressa a historicidade de uma representação que não pode ser separada de suas condições de produção: ou seja, tanto o contexto mais imediato quanto o mais amplo, assim como a intencionalidade da sua escrita”.<sup>8</sup> Mais do que isso, cabe ao historiador uma verificação detalhada a respeito da produção das obras em relação às demais “produções

---

<sup>5</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. Vertentes da História Intelectual. *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Política nas Américas*. Vol. 1. Assis: FCL, Unesp Publicações, 2009. p. 89.

<sup>6</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 248.

<sup>7</sup> Ibid. p. 250.

<sup>8</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. Op. cit. p. 91.

culturais que lhe são contemporâneas, e, ao mesmo tempo, nas suas relações com os referentes situados em outras esferas da totalidade social (socioeconômica ou política)”.<sup>9</sup>

A questão começa a adensar-se, no entanto, quando temos de lidar com essas problemáticas referentes ao campo, as redes de sociabilidade e a produção intelectual em um período anterior à própria noção de intelectualidade e autoria, como ocorre no século XVII. Tal debate vincula-se, sobretudo, à célebre conferência de Michel Foucault realizada em 1969 e intitulada “O que é um Autor?”. Nesse momento, Foucault veio — junto a outros autores ligados à Filosofia da Linguagem e a Crítica Literária — propor uma nova concepção para a ideia de autoria, demonstrando como o “autor”, em termos hodiernos, surge somente no século XVIII. Desse modo, Foucault apresenta a noção de “função-autor”, isto é, as características “do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”.<sup>10</sup> Assim, percebe-se que o nome de um determinado autor “não passa, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu”.<sup>11</sup>

Como apontaria Roger Chartier em discussões mais recentes acerca dessas proposições de Foucault:

Considerando o autor ‘como uma função do discurso’, Foucault afirma que, longe de ser relevante a todos os textos, em todas as épocas, a atribuição de uma obra a um nome próprio não é nem universal, nem constante: ‘função de um autor é caracterizar a existência, a circulação e o funcionamento de certos discursos dentro da sociedade [a ênfase é minha]’. A ‘função-autor situa-se a uma certa distância da evidência empírica, segundo a qual cada texto foi escrito por alguém’. [...] A ‘função-autor’ é o resultado de procedimentos precisos e complexos, que posicionam a unidade e a coerência de uma obra (ou conjunto de obras) em relação à identidade de um sujeito construído.<sup>12</sup>

Além disso, a autoria se dava, muito constantemente, por meio do bom uso das antigas autoridades (*auctoritas*), ou seja, autores e textos “clássicos” constantemente referenciados e citados, bem como pela aplicação de “esquemas retóricos pressupostos por sua recepção contemporânea, ao menos pela sua recepção letrada”.<sup>13</sup> Isso, no entanto, não quer dizer que houvesse uma total ausência de noções de propriedade intelectual, porém, como comenta

<sup>9</sup> Ibid. p. 92.

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? (1969). In: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema (Coleção Ditos e Escritos III)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 274.

<sup>11</sup> Ibid. p. 274.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. História Intelectual do autor e da autoria. CHARTIER, Roger; FAULHABER, Priscila, (org.); LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Azougue, 2012. p. 38.

<sup>13</sup> HANSEN, João Adolfo. Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. *Ellipsis*, 12, 2014. p. 104.

Chartier, o direito sobre os escritos existia “no sentido de controlar a publicação [...] a fim de preservar sua privacidade, honra e reputação” e de garantir “o interesse econômico em um bem alienável”.<sup>14</sup>

Roger Chartier ainda avança em relação à acepção inicial de Foucault ao definir que a “função-autor”

não é somente uma função discursiva, mas também uma função da materialidade do texto. D.F. McKenzie escreveu: ‘Novos leitores produzem novos livros [...] e seu significado é função de suas novas formas’. Parafrazeando esta observação, podemos dizer que novos livros produzem novos autores, ou seja, a construção da autoria é função de uma nova forma de livros, cuja unidade é física e autoral. Foi essa a nova forma que estabeleceu na cultura ocidental, muito antes de Gutenberg, a necessária, instável e conflituosa relação entre o autor como indivíduo e o autor como uma ficção [...].<sup>15</sup>

Outra questão importante de se observar relaciona-se às, já mencionadas, condições de produção dos textos. Como demonstrou João Adolfo Hansen ao trabalhar com as obras atribuídas a Gregório de Matos e Guerra, no século XVII, mesmo a noção de publicação era diferenciada. O manuscrito, por exemplo, “também era publicação, diferentemente de agora, quando se entende pelo termo publicação o texto impresso”.<sup>16</sup> Além disso, muitos textos ao serem anteriormente publicados como manuscritos, tornavam-se “obras’ somente quando oralizadas em circunstâncias cerimoniais e polêmicas”.<sup>17</sup> Daí, portanto, vê-se a margem de variação entre os escritos de um “autor” no Antigo Regime e as apropriações de seu trabalho, digamos, “intelectual”.

Tendo em vista essas diferenciações concernentes aos protocolos de escrita e leitura anteriores ao século XVIII, o desafio ao se realizar uma História Intelectual parece ampliado. No entanto, ainda que as referências sejam outras, diversos mecanismos elencados pelos historiadores que se constituíram em torno dos debates sobre a intelectualidade são, sem dúvida, relevantes. A localização, por exemplo, do campo, das redes de sociabilidades e dos modos de circulação e de recepção das obras setecentistas parecem imprescindíveis para a compreensão desses discursos e de seu impacto político-religioso na realidade daqueles indivíduos. Ainda que seja sempre necessário atentar para o fato de que aqueles modelos de escrita fogem aos

---

<sup>14</sup> Ibid. pp. 51-52.

<sup>15</sup> Ibid. pp. 63-64.

<sup>16</sup> HANSEN, João Adolfo. Op. cit.. p. 96.

<sup>17</sup> Ibid. p. 96.



nossos referenciais contemporâneos, as metodologias atuais podem ser certamente muito profícuas.

### 3. Thomas Edwards (1599-1647): intelectual, autor ou polemista?

Considerando as discussões sobre a História Intelectual e a autoria na contemporaneidade, torna-se evidente que um escritor como Thomas Edwards não poderia, jamais, ser considerado intelectual ou autor nos sentidos estritos dessas concepções. Todavia, talvez de modo um tanto esquemático, porém, muito útil para a pesquisa de mestrado em atual desenvolvimento, cabe refletir sobre como essas abordagens de análise anteriormente mencionadas podem ser pertinentes ao se trabalhar à biografia de um sujeito moderno, como Thomas Edwards.

Tendo provavelmente nascido em Londres em 1599 — sabe-se ao menos que passou sua infância em tal localidade —, Thomas Edwards foi um clérigo universitário presbiteriano formado no nomeadamente puritano Queen's College, em Cambridge. Matriculou-se em 1618 e formou-se Bacharel em Artes em 1621-2 e Mestre em Artes em 1625. No ano de 1626 foi ordenado diácono e mudou-se para Oxford onde, posteriormente, foi licenciado como pregador na St. Botolph's, Aldersgate, em Londres, cargo do qual se veria suspenso logo depois pelo então Bispo de Londres, William Laud.<sup>18</sup>

Ao longo de sua formação, Edwards esteve em contato com muitos dos seus futuros oponentes, como William Bridge e Thomas Goodwin, com os quais debateu questões relativas às dissidências religiosas e aos Independentes<sup>19</sup> e que, sem dúvida, ajudaram a moldar as ideias posteriores do autor. Assim, cabe pensar sobre a organização das redes de sociabilidade do autor que, no sentido do que apontava Jean-François Sirinelli, pode ser constituída por amizades, mas também pela “hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor”.<sup>20</sup> As altercações com tais indivíduos contrários às posições de Edwards certamente também o ajudaram a formular alguns de seus pensamentos. Desse modo, ainda que tal abordagem seja delicada, não parece plausível abandoná-la totalmente.

---

<sup>18</sup> Informações retiradas de: Edwards, Thomas (1599-1648). *A Cambridge Alumni Database. University of Cambridge*. Disponível em: <<http://venn.lib.cam.ac.uk/acad/search-130418.html>>. Acesso em: jun. 2015.

<sup>19</sup> Observa-se que os Independentes vinculavam-se a Igrejas protestantes que não admitiam uma rígida tutela dos presbitérios. Assim, inspirados na Confissão de Fé de Westminster, por exemplo, esses homens produziram em 1658 a Declaração de Savoy sobre Fé e Ordem, na qual sublinharam os princípios congregacionais de autonomia da Igreja local.

<sup>20</sup> SIRINELLI, Jean-François. Op. cit. p. 250.



Cabe ainda observar que justamente na década de 1620 ocorreu a morte de Jaime I e a ascensão de Carlos I ao trono, ocasião marcada por fortes debates e desconfianças em torno do novo monarca. Seu casamento com Henriqueta Maria (uma católica) foi visto de forma alarmante para uma sociedade, cujas percepções se fundamentavam na Bíblia, um livro que “tinha muito a dizer contra o casamento com rainhas estrangeiras, especialmente de uma religião errada”.<sup>21</sup> É possível talvez conjecturar que tal contexto tenha influenciado algumas das posições de Edwards em relação, por exemplo, à tolerância religiosa e ao temor de uma influência católica renovada.

Mais de uma década depois, o escritor publicou o polêmico *Reasons Against the Independent government of Particular Congregations As also Against the Toleration of such Churches to be erected in this Kingdome* (1641), cujo conteúdo revelou a emergência de um tópico recorrente nos textos do autor: a tolerância. A partir desse período, Thomas Edwards considerou, de fato, a tolerância um mal imensurável, pois, “ninguém sabe onde esses sectários hão de parar ou ficar, nem a que princípios hão de se aferrar”.<sup>22</sup> Assim, para o autor, ao se adotar a tolerância, seriam abertos espaços para a instauração de todos os tipos de heresias.

A resposta mais imediata a *Reasons* foi realizada pela polemista religiosa Leveller,<sup>23</sup> Katherine Chidley, em *The Justification of the Independent Churches of Christ* (1641), algo que incomodou Edwards profundamente, por se tratar de um texto escrito por uma mulher.<sup>24</sup> O episódio é relevante, sobretudo, ao auxiliar na compreensão de outro assunto periódico nas publicações de Thomas Edwards: a inoportuna presença feminina em ambientes de pregação. Assim, cabe observar, por exemplo, como os grupos (quem sabe, “campos”) de atuação de Edwards foram, naturalmente, masculinos.

Em meio às divisões entre presbiterianos e independentes, Thomas Edwards publicou sua *Antapologia, or, A Full Answer to the ‘Apologeticall Narration’* (1644) em resposta ao texto *An Apologeticall Narration*, escrito por Thomas Goodwin (já mencionado antigo colega universitário na Queen’s College), Philip Nye, Sidrach Simpson, Jeremiah Burroughs e William

<sup>21</sup> HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 102.

<sup>22</sup> EDWARDS, Thomas. *Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time*. London: Printed by T.R. and E.M. for Ralph Smith, 1646, I, pp. 153-54. *apud* HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 109-110.

<sup>23</sup> Os levellers, ou niveladores, foram um importante grupo político-religioso que reivindicou a tolerância religiosa e a igualdade política por meio do voto universal masculino e da defesa da propriedade não coletivista.

<sup>24</sup> BAKER, P. R. S. *op. cit.* sem página.

Bridge em 1643. A controversa *Antapologia* intencionava afirmar a superioridade dos presbiterianos em oposição aos independentes, uma vez que, para Edwards, somente o presbiterianismo poderia conter aqueles “muitos erros, divisões e males” presentes na sociedade do período.<sup>25</sup>

De acordo com P. R. Baker, “os ministros presbiterianos de Londres moveram-se rapidamente para explorar essa notoriedade [que se dava por meio das recepções das obras do escritor polemista]” e criaram uma “palestra semanal para Edwards na Christ Church em Newgate”.<sup>26</sup> Parece plausível inferir que após essa ocasião, Thomas Edwards começou a executar uma posição mais prática e específica na campanha presbiteriana. Foi ainda em tal momento que o escritor começou a construir sua rede de simpatizantes na qual havia, por exemplo, ministros tais como Josiah Ricraft, Thomas Webbe, Thomas Alle e John Vicars que foram usados “como informantes para entregar-lhe relatos escabrosos e detalhes sobre a ameaça sectária”.<sup>27</sup> Extrapolando um pouco o conceito de Pierre Bourdieu, talvez seja possível então considerar a formação de um “campo” no que se refere às organizações presbiterianas da década de 1640, uma vez que se evidenciam os interesses específicos a serem defendidos, as regras e os agentes determinados e a percepção de divisões e de conflitos em um espaço que se confundia ao campo social.

Ao constatar uma crescente influência dos Independentes e do radicalismo religioso, Thomas Edwards envolveu-se diretamente nas campanhas presbiterianas que concorreram com os independentes em busca do apoio popular, publicando, *Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time*, em 1646. *Gangraena*, portanto, surgiu no decurso desses vários debates político-religiosos nos quais seu autor esteve envolvido.

---

<sup>25</sup> EDWARDS, Thomas. *Antapologia, or, A full answer to the Apologeticall narration of Mr Goodwin, Mr Nye, Mr Sympson, Mr Burroughs, Mr Bridge, members of the Assembly of Divines*. London: Printed by G.M. for John Bellamie, 1644. Disponível em: <<http://eebo.chadwyck.com/>>. Acesso em 20 mai. 2014. p. 152. Tradução livre [those many errors, divisions, evils which fall out in your way].

<sup>26</sup> BAKER, P. R. S. Op. cit. sem página. Tradução livre [the presbyterian ministers of London moved quickly to exploit this notoriety by establishing a weekly lecture for Edwards at Christ Church, Newgate].

<sup>27</sup> DYTON, Simon. Edwards, Thomas (1599–1647) [verbete]. In: BREMER, Francis J.; WEBSTER, Tom (eds.). *Puritans and Puritanism in Europe and America. A Comprehensive Encyclopedia*. Santa Barbara, Califórnia: ABC Clio, 2006. p. 86.

Dividido em três partes e impresso em Londres por Ralph Smith em Cornhill perto do Royal Exchange,<sup>28</sup> *Gangraena* foi um “best-seller” de seu tempo, tendo sido publicado rapidamente entre fevereiro, maio e dezembro de 1646. Essa publicação surgiu no ano em que se encerrava a Primeira Guerra Civil, cujos danos aos Regalistas foram severamente impingidos pelo Exército de Novo Tipo criado em 1645. Como apontou Mark Kishlansky, esse momento de intervenção do Exército acelerou a fragmentação da causa parlamentar unitária “em oposição aos partidos políticos, com liderança, organização, ideologia e eleitorado”.<sup>29</sup> A urgência de uma obra como *Gangraena* parece evidente quando “a partir de 1647, foi em mãos do Exército e não do Parlamento, menos ainda do clero presbiteriano, que esteve o poder decisório”.<sup>30</sup>

São poucas as informações remanescentes sobre as atividades de Edwards em meados de 1647 na ocasião da edição de sua última obra, *The Casting Down of the Last and Strongest Hold of Satan*, na qual o autor mais uma vez ressaltou os pontos sobre tolerância já abordados em outros momentos de sua carreira. No encerramento do verão de 1647, haja vista o clima pouco favorável aos presbiterianos, em meio ao predomínio do Exército, a prisão de Carlos I (que seria executado em 1649) e aos acalorados e radicais debates de Putney, Edwards fugiu para Amsterdã, onde permaneceu presumivelmente desiludido com a situação em Londres, até sua morte.<sup>31</sup> Cabe observar que a data do falecimento de Thomas Edwards não é uma unanimidade entre os biógrafos. O *Oxford Dictionary of National Biography* aponta para fevereiro de 1648, a enciclopédia *Puritans and Puritanism in Europe and America* postula o falecimento em 27 de Dezembro de 1647 e a *Cambridge Alumni Database* tem por base a data de 24 de Agosto de 1647. De todo modo, o registro de falecimento no Conselho Paroquial (*Parochial Church Council - PCC*) pontua somente o ano de 1648. Aqui também devem ser consideradas as diferenças de calendários e datações da época.

Por fim, não há dúvidas de que o autor esteve plenamente envolvido nas crescentes discussões sobre comportamentos heréticos em meio às dissidências religiosas, sobre tolerância e, ainda, sobre ideias independentes. Nesse sentido, seu principal trabalho, *Gangraena*, foi uma publicação de extrema relevância para pensar como essas questões tão caras ao “autor” foram

<sup>28</sup> EDWARDS, Thomas. *Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time*. London: Printed by T.R. and E.M. for Ralph Smith, 1646. (informação sobre a publicação contida na capa da obra).

<sup>29</sup> KISHLANSKY, M A. The Parliamentary Cause. In: \_\_\_\_\_. *The Rise of the New Model Army*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 16. Tradução livre [into opposing political parties, with leadership, organization, ideology, and constituency].

<sup>30</sup> HILL, Christopher. Op. cit., 1987. p. 167.

<sup>31</sup> BAKER, P. R. S. Op. cit., sem página.

lidas, recebidas e apropriadas em seu tempo, uma vez que, segundo a historiadora Ann Hughes, “*Gangraena* foi o mais famoso livro impresso em uma era revolucionária na qual os textos impressos desempenharam um papel crucial”.<sup>32</sup> Desse modo, a obra foi crucial para as mobilizações presbiterianas londrinas, estando no centro dos debates e das controvérsias do período e provocando diversas respostas panfletárias dos, já mencionados, oponentes de Edwards.

Observa-se como a obra de Thomas Edwards esteve impregnada de questões referentes à época. Esse foi um autor que possuiu, até mesmo, alguma inclinação para a liberdade de consciência na década de 1620, mas que mudou completamente após os eventos dos anos seguintes. O olhar de Edwards, portanto, foi marcado por diversas ocorrências, sendo necessário ter em mente que, mesmo as condutas heréticas elencadas com tanto afínco, responderam a essas visões e foram possibilitadas por um período muito particular e por redes de sociabilidades e influências muito particulares, construídas e desenvolvidas no seu campo de atuação específico.

#### 4. Considerações finais

No decurso desta breve apresentação, tentou-se, portanto, adequar, de modo prático, algumas questões teórico-metodológicas tão caras a História Intelectual e a História da Leitura (que passa pelos debates sobre a autoria) a um caso específico. Parece evidente que alguns conceitos exigem uma cuidadosa aplicação quando lidamos com regimes de produção e de recepção textuais tão diferentes daqueles aos quais alguns historiadores se voltavam quando desenvolveram os tópicos sobre a intelectualidade. De todo modo, as proposições desses autores tornam-se muito relevantes também para os pesquisadores dos períodos anteriores ao século XVIII, uma vez que noções como “redes de sociabilidade” e “campo” são plenamente adaptáveis e úteis para se trabalhar com outros protocolos textuais.

Dentre as inúmeras questões que poderiam ser levantadas a partir dessa sucinta biografia de Thomas Edwards, interessou-me particularmente refletir sobre os modos pelos quais podem ser localizados os efeitos de geração naquele período. Sem dúvida, como apontou Helenice Rodrigues da Silva, “o efeito de geração como complementar de uma idéia de temporalidade é intrínseco à concepção mesma de historicidade”.<sup>33</sup> Está claro que esses indivíduos — sejam

<sup>32</sup> HUGHES, Ann. *Gangraena and the Struggle for the English Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 02. Tradução livre. [*Gangraena* was the most famous printed book in a revolutionary era in which printed texts played a crucial role].

<sup>33</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. Op. cit. p. 22.

eles oponentes ou aliados de Edwards — foram marcados por acontecimentos de seu tempo, a começar, obviamente, pelo advento da Guerra Civil Inglesa.

No entanto, parece absolutamente instigante perceber como essa geração também não é uma unidade organizada meramente pela faixa etária, uma vez que homens de uma mesma formação universitária puderam trilhar caminhos tão diversos em suas controvérsias político-religiosas, tornando-se, até mesmo, oponentes. Fica, portanto, em aberto perceber como se dá, de fato, esse envolvimento geracional, postulando se em dadas temporalidades não poderia haver mais do que uma geração. Assim, talvez na década de 1640 seja possível identificar várias gerações distintas (porém contemporâneas no que diz respeito a faixa etária) em dois polos opostos do debate político-religioso – heréticos e divinos, nos termos de Edwards -, gerações essas que, sem dúvida, estabeleceram “um sistema de referências aceitas como sistema de identificação coletiva”.<sup>34</sup>

Isto posto, na esteira das colocações de Jean-François Sirinelli e Jacques Julliard, não parece demais relembrar “contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as idéias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”.<sup>35</sup> Esses conjuntos são, naturalmente, difíceis de desvendar e, muitas vezes, aparecem — como no caso inglês tão amplamente comentado — de modo inusitadamente plural. É preciso, por fim, delimitar muito claramente os níveis de análise para essa História Intelectual que passa por diversos planos da sociedade, desde a comunidade letrada até o mais simples sujeito iletrado que *ouviu dizer* algo sobre determinada polêmica.

## 5. Referências bibliográficas

### a) Fontes

EDWARDS, T. *Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time*. London: Printed by T.R. and E.M. for Ralph Smith, 1646, vol. I.

Edwards, Thomas (1599-1648). *A Cambridge Alumni Database. University of Cambridge*. Disponível em: <<http://venn.lib.cam.ac.uk/acad/search-130418.html>>. Acesso em: jun. 2015.

### b) Bibliografia

<sup>34</sup> Ibid. p. 24.

<sup>35</sup> SIRINELLI, Jean-François. Op. cit. p. 258.

BAKER, P. R. S. Edwards, Thomas (c.1599–1648), Church of England clergyman and religious controversialist. In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/8556>>. Acesso em: 10 set. 2013.

BEIRED, José Luis Bendicho. Vertentes da História Intelectual. *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Política nas Américas*. Vol. 1. Assis: FCL, Unesp Publicações, 2009, pp. 86-98.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. 1983. pp. 122-155.

CHARTIER, Roger. História Intelectual do autor e da autoria. CHARTIER, Roger; FAULHABER, Priscila, (org.); LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Azougue, 2012. pp. 37-64.

DYTON, Simon. Edwards, Thomas (1599–1647) [verbete]. In: BREMER, Francis J.; WEBSTER, Tom (eds.). *Puritans and Puritanism in Europe and America. A Comprehensive Encyclopedia*. Santa Barbara, Califórnia: ABC Clio, 2006. pp. 85-87.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? (1969). In: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema (Coleção Ditos e Escritos III)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. pp. 264-298.

HANSEN, João Adolfo. Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. *Ellipsis*, 12, 2014. pp. 91-117.

HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HUGHES, Ann. *Gangraena and the Struggle for the English Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

KISHLANSKY, M. A. *The Rise of the New Model Army*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-25.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, pp. 231-269.



## ST 08 - História do Esporte e das Práticas Corporais

Raphael Rajão Ribeiro  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais / Fundação Municipal de Cultura  
[rapraja@gmail.com](mailto:rapraja@gmail.com)

Marcus Vinícius Costa Lage  
Doutorando em História  
PUC Minas / UFMG  
[mvclage@gmail.com](mailto:mvclage@gmail.com)

Thiago Carlos Costa  
Mestre em Estudos Literários  
UFMG  
[thiagoc\\_costa@yahoo.com.br](mailto:thiagoc_costa@yahoo.com.br)

### **Proposta do Simpósio:**

O objetivo deste simpósio temático é promover a troca de ideias e experiências de pesquisa que têm o esporte e as práticas corporais como objeto de investigação. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a História do Esporte e das Práticas Corporais vem se consolidando no âmbito do campo acadêmico da História. A complexidade do campo esportivo e a aderência da população global despertaram o interesse de pesquisadores que vislumbram em tais fenômenos a possibilidade de ampliar a compreensão de contextos sociais complexos. Hoje, o tema encontrasse disseminado em programas de pós-graduação de diversas áreas, tais como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Letras, Educação Física e História. Destaca-se, sobretudo na última década, a criação de grupos de estudo e laboratórios em universidades de São Paulo, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, o que potencializou a publicação de livros, capítulos e artigos em periódicos. Nesse percurso, é fundamental a troca de experiências, debates e o compartilhamento de pontos de vista teóricos, metodológicos e epistemológicos entre os pesquisadores. Nos encontros nacionais e regionais de História, os simpósios dedicados ao tema estão estabelecidos desde o início dos anos 2000. Nessa medida, este Simpósio Temático busca congrega os pesquisadores interessados no esporte e nas diferentes práticas corporais institucionalizadas: dança, educação física, ginástica, atividades físicas “alternativas” (antiginástica, eutonia, ioga etc.), alguns fenômenos análogos de períodos anteriores à Era Moderna (as práticas de gregos, os gladiadores romanos, os torneios medievais, um grande número de manifestações lúdicas de longa existência), entre outras (como, por



exemplo, a capoeira). Estudos do lazer também serão contemplados, especialmente em suas articulações com os usos do corpo. Trabalha-se, assim, com a perspectiva de utilizar o esporte e as práticas corporais como uma chave para compreender, interpretar e/ou explicar cenários culturais, políticos, econômicos e sociais, sobretudo dos séculos XIX e XX.

## O calendário de jogos oficiais e as disparidades de desempenho entre os clubes de futebol de Belo Horizonte (1915-1958)

**Marcus Vinícius Costa Lage**

Doutorando em História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: mvclage@gmail.com

**Resumo:** Na presente comunicação apresento alguns apontamentos iniciais relativos à gênese das disparidades de desempenho esportivo entre os clubes de futebol de Minas Gerais, notadamente entre América e a dupla Atlético e Cruzeiro através da análise dos anuários de campeões e das tabelas das competições de futebol desde a realização do primeiro campeonato oficial no estado em 1915 até 1958, ano que a competição local passa por uma reconfiguração para atender às demandas da Taça Brasil de 1959, primeira competição de futebol nacional interclubes.

**Palavras-Chave:** futebol; calendário; política.

**Abstract:** In this communication, I present some initial notes regarding the genesis of disparities in sports performance among football clubs in Minas Gerais, notably between América and Atlético-Cruzeiro, through the analysis of the yearbooks of champions and the tables of football competitions since the performance of the first official championship in the state in 1915 until 1958, year that the local competition undergoes a reconfiguration to meet the demands of the Taça Brasil of 1959, the first interclubes national football competition.

**Keywords:** football; calendar; politics.

Quando falamos hoje de calendário no futebol nos reportamos automaticamente à organização dos jogos válidos por competições que são reconhecidas pelas federações estaduais de futebol, pela CBF e pela Fifa e que contam com ampla cobertura midiática e interesse público. Estamos falando portanto de um calendário como outro qualquer, cuja seleção de fatos considerados como necessários a serem recordados, no caso os jogos e competições formatados como espetáculos de massa e revestidos da condição de oficiais, não se dá “por motivos de ordem científica”<sup>1</sup>, e sim como “um dos grandes emblemas e instrumentos do poder”<sup>2</sup>. Mas, ao menos até meados dos anos 60, essas competições oficiais estavam longe de cobrir a maior parte do calendário de jogos dos principais clubes de futebol belo-horizontinos, como acontece atualmente. Não raras vezes, os jogos amistosos, envolvendo ou não premiações e títulos, superaram em quantidade os embates da competição oficial, representando o processo de consolidação do espetáculo na cidade e também a busca dos principais clubes da capital mineira

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. Calendário. In.: História e Memória. Trad. Bernardo Leitão *et al.* – Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 525.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. Calendário, 1990. p. 486.

pela conformação de um circuito clubístico<sup>3</sup> para além de suas fronteiras de origem, ensejando suas projeções estaduais, nacionais e mesmo internacional.

Mesmo com a relevância dos amistosos, quando buscamos hierarquizar esportivamente os clubes belo-horizontinos a primeira referência que encontramos possivelmente seja um anuário linear e progressivo de vencedores, que encarna a ideia de que o sucesso esportivo dos clubes é mensurado pelo resultado obtido em competições oficiais<sup>4</sup>, algo que está presente na própria constituição do esporte moderno. Em Belo Horizonte, essa relação entre sucesso e resultado em competição oficial é inaugurada em 1915, com o campeonato promovido pela Liga Mineira de Sports Athleticos. Esse ano e essa competição são considerados como uma espécie de ponto fixo de onde partem “os campeões locais de todos os tempos”, ou ainda o início da “era<sup>5</sup> dos campeonatos mineiros”.

Para se ter uma ideia da disparidade de desempenho dos clubes nessa competição, vamos a alguns números.<sup>6</sup> Dos 43 clubes que estiveram presentes nas 104 edições da competição já disputadas desde 1915, apenas seis se tornaram campeões, dos quais quatro o fizeram de forma sequencial. O América foi o primeiro deles, decacampeão entre 1916 e 1925. Desde então, Atlético e Cruzeiro se alternam na condição de campeões locais, constituindo-se nos maiores vencedores da competição oficial de futebol de Minas Gerais, com destaque para as sequências: atleticanas, do pentacampeonato entre 1952 e 1956, precedido por três bicampeonatos nos anos 40, e do hexacampeonato conquistado de 1978 a 1983, sucedido por dois bicampeonatos ainda nos anos 80; e cruzeirenses, do pentacampeonato entre 1965 e 1969, precedido por um tricampeonato de 1959 a 1961, e do tetracampeonato de 1972 a 1975. Apesar dessa primazia atleticana e cruzeirense, nos anos 1930 tiveram destaque os clubes operários interioranos: entre 1932 e 1935 o Villa Nova de Nova Lima sagrou-se tetracampeão e em 1937 o Siderúrgica de Sabará conquistou o título estadual pela primeira vez.

Esse anuário, entretanto, não permite uma caracterização política do calendário, a não ser pela perpetuação dos vencedores e pelos momentos de divisão de títulos, evidência de

---

<sup>3</sup> Sobre os circuitos clubísticos, ver DAMO, Arlei Sander; FERREIRA, Bernardo Saraiva. No tempo das excursões – o circuito clubístico porto-alegrense e a reconfiguração de suas fronteiras em meados do século XX. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa – RS, vol. 17, n. 2, 2012, p. 378-411.

<sup>4</sup> Me baseio aqui em Victor Andrade de Melo, Maurício Drumond, Rafael Forte e João Santos que chamam a atenção para a relação entre resultados esportivos e constituição dos esportes modernos. Cf. MELO, Victor Andrade de; *et al.* *Pesquisa histórica e História do Esporte*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 26.

<sup>5</sup> Sobre o caráter linear e progressivo das eras, ver LE GOFF, Jacques. *Calendário*, 1990. p. 521-522.

<sup>6</sup> O anuário de campeões mineiros utilizado a seguir pode ser consultada em: DIOGO, Julio Bovi; FREATTI, Claudio. *Minas Gerais State – List of Champions*. RSSSF Brazil. 07 maio 2017. Disponível em <<https://goo.gl/Jc4HKY>>. Acesso em: 15 maio 2017.

litígios e dissidências entre os clubes – *i.e.* 1926, 1932 e 1956, pelo menos. Além disso, ele muito pouco explica o por quê dessas conquistas sequenciais e, portanto, das disparidades históricas de desempenho entre os clubes. Acredito ser possível encontrar algumas pistas sobre isso em uma análise que contraponha questões regulamentares da competição, sua tabela de jogos e o contexto político e esportivo dos anos 10 a 50.

Em primeiro lugar, é preciso dizer dos desníveis regionais de participação dos clubes<sup>7</sup> reveladores de uma competição muito mais belo-horizontina do que mineira até 1958, algo escamoteado por essa simples listagem de campeões. Das 45 edições da competição disputadas até 1958, apenas 6 clubes estiveram presentes em mais de 60% delas, sendo o América, presente em todas elas, e o Atlético, ausente apenas em 1924, os mais assíduos. Realidade que não pode ser ignorada ao se ler uma lista de campeões de uma competição. Não por coincidência, desses seis clubes, cinco já venceram a competição – Atlético, Cruzeiro, América, Villa Nova e Siderúrgica, por ordem decrescente de títulos conquistados –, à exceção apenas do Sete de Setembro, restando ainda o caso do campeonato sem os clubes da capital, vencido pela Caldense em 2002 e do Ipatinga, “filial do Cruzeiro”, em 2005<sup>8</sup>.

É evidente que não podemos desconsiderar aqui a questão do desenvolvimento dos meios de transporte, aspecto que obviamente interfere na integração territorial dos clubes de futebol, principalmente em uma competição como essa cuja fórmula de disputa era a de pontos corridos, onde todas as equipes participantes deveriam se enfrentar duas vezes.<sup>9</sup> De qualquer forma, também é importante mencionar, por outro lado, que ao menos desde 1927 a entidade responsável pela organização da competição de futebol oficial em Minas Gerais, à essa altura a Liga Mineira de Desportos Terrestres, explicitamente majorou a competição dos clubes belo-horizontinos ao autorizar a realização de quatro campeonatos regionais a serem organizados por sub-ligas ou clubes de referência: os da Zona Sul e Triângulo Mineiro, dirigidos, respectivamente, pelos clubes Itajubense e Uberaba; e os do Centro e Zona da Mata, de

<sup>7</sup> Para a lista anual de clubes participantes da competição de futebol oficial em Minas Gerais e suas respectivas cidades de origem, ver: FRANCO JÚNIOR, Carlos Alberto; FREATTI, Claudio. Minas Gerais State League – List of Participants. RSSF Brazil. 14 maio 2017. Disponível em <<https://goo.gl/MPyLX5>>. Acesso em: 15 maio 2017.

<sup>8</sup> O Ipatinga em 2005 era conhecido como “filial do Cruzeiro” por ter 17 jogadores, além do técnico e do assistente técnico cedidos pelo clube da capital mineira. Ironicamente, a “filial” derrotou a “matriz” nas finais. Cf. PEIXOTO, Paulo. “Filial”, Ipatinga derrota Cruzeiro e ganha título inédito do Mineiro. Folha de S. Paulo, Esporte, São Paulo, 18 abr. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/uyKrfR>>. Acesso em: 15 maio 2017.

<sup>9</sup> Só para se ter uma ideia, apenas em 1951 mudou-se o formato de disputa da competição estadual, mantendo os pontos corridos na fase preliminar, mas instituindo uma fase final e eliminatória, também conhecida como mata-mata, para decidir o campeão. Cf. FREITAS, Wagner Augusto Álvares de; *et al.* Almanaque do Leão do Bonfim. Belo Horizonte: Edição do Editor, 2011, p. 127.

responsabilidade de antigas Sub-ligas criadas ainda em finais dos anos 10, respectivamente Sub-liga de Queluz e de Juiz de Fora. Enquanto só os clubes dessas zonas poderiam se inscrever nessas competições regionalizadas, no campeonato dos clubes de Belo Horizonte qualquer filiado à Liga Mineira poderia participar, desde que atendessem algumas exigências da entidade, tais como: ter campo próprio, sede social e quadro de associados. Além disso, os clubes da capital deveriam consentir em Assembleia quanto a essa participação, e ainda deliberar se iam ou não jogar no interior. Algo que só passou a ocorrer no início desse mesmo ano de 1927, sendo que em 1954 os clubes da capital exigiram um aumento na porcentagem do valor referente à bilheteria do jogo para visitarem os clubes do interior.<sup>10</sup>

Em 1941, o corporativista e autoritário Decreto-lei nº 3.199, promulgado pelo Estado Novo, regulamentou essa hierarquia esportiva entre interior e capital, ao definir que as federações, responsáveis pela “direção dos desportos em cada uma das unidades territoriais do país”<sup>11</sup>, seria sediada nas capitais estaduais, cabendo ao interior as ligas municipais subordinadas às federações. Ainda que seguisse uma lógica, não seria exagerado afirmarmos que a hierarquização instituída pela legislação varguista era regida por princípios políticos, e não esportivos.

Mas só a frequente participação na competição não explica as conquistas sequenciais. Começando pelo caso belo-horizontino, caberia inquirir: por que só três clubes da capital mineira permaneceram ativos e conquistaram a competição mineira oficial durante todo esse tempo? Avento ao menos uma hipótese a esse respeito: a de que os encargos da profissionalização do futebol, regulamentada em 1933, levou os demais clubes da cidade ao rebaixamento para a segunda divisão, exclusivamente amadora a partir de então, ou à exclusão do circuito futebolístico oficial, já que não contavam com o mesmo poderio econômico e político para nele competir, como possuíam, por exemplo, América, Atlético, Palestra Itália – de 1942 em diante, Cruzeiro – e, em menor escala, Sete de Setembro. Encargos que foram exponenciados se considerarmos não apenas as exigências regulamentares da profissionalização, como a contratação de atletas profissionais e a propriedade de praças de esportes, mas também a integração de três clubes da Sub-liga de Juiz de Fora na competição de 1933, o que significava que os clubes da capital deveriam visitar a cidade da Zona da Mata

<sup>10</sup> Sobre essas questões regulamentares, ver: FREITAS, Wagner Augusto Álvares de; *et al.* Almanaque do Leão do Bonfim, 2011. p. 32-36 e 147.

<sup>11</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<https://goo.gl/o65Y0e>>. Acesso em: 15 maio 2017.

mineira aos menos em três ocasiões.<sup>12</sup> Essa hipótese se sustenta quando observamos que nesse mesmo ano de 1933 o número de clubes belo-horizontinos participantes da competição caiu para três, se estabilizando no final da década em quatro, contrastando com os 14 que jogaram as competições oficiais de futebol em 1926 durante o dissídio protagonizado pelo Palestra Itália.

Se 1933 foi um divisor de águas para os clubes da capital, um ano antes, o dissídio de 1932<sup>13</sup> representou o marco de institucionalização da participação na competição dos clubes operários das cidades vizinhas, Nova Lima e Sabará, únicas localidades de fora da capital mineira que disputaram regularmente a competição até meados dos anos 40: o Villa estreou em 1918, mas sua participação só se tornou periódica a partir de 1927; já o debutante do futebol sabarense foi o Alves Nogueira em 1920, mas a cidade só passou a ter um clube com participação periódica nesse mesmo ano de 1932, com o Siderúrgica. Curioso observar que a participação frequente desses clubes operários também coincide com o início do tetracampeonato villa-novense, conquistado entre 1932 e 1935, sendo que em 1937 o Siderúrgica também sagra-se campeão da competição. Deixo aqui uma questão em aberto a esse respeito: poderíamos explicar o ingresso e as conquistas desses clubes no campeonato oficial durante esse período como um correlato da ascensão de uma cultura operária no país e do próprio investimento estatal no setor industrial nesse contexto?<sup>14</sup>

Para concluir, retorno ao trio da capital mineira, problematizando sobre as disparidades entre eles. É inegável que Atlético e Cruzeiro são as principais forças do estado, não apenas do ponto de vista esportivo, como também afetivo. Haveria uma relação entre expansão territorial desses dois clubismo considerando a regionalização da competição e as suas conquistas? Esclarecendo a questão, sustento uma hipótese nesse sentido tendo em vista a formação de um circuito oficial regionalizado no estado a partir dos anos 40 e institucionalizada em finais dos anos 50, momento que, como vimos, coincide com algumas das principais sequências de títulos do Atlético e, depois, do Cruzeiro. Em 1946, por exemplo, temos o ingresso do Metalusina de Barão de Cocais na competição, outro clube operário. Em 1951 foi a vez do Meridional de

<sup>12</sup> Para uma discussão do processo de profissionalização do futebol em Belo Horizonte ver: LAGE, Marcus Vinícius Costa. Deixem em paz os nossos “cracks”: análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

<sup>13</sup> Sobre esse dissídio, ver 3º capítulo de: LAGE, Marcus Vinícius Costa. Deixem em paz os nossos “cracks”, 2013, p. 63-98.

<sup>14</sup> Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano; vol. 2).

Conselheiro Lafaiete. No ano seguinte, a entrada do Asas de Lagoa Santa em 1952, clube da Aeronáutica, marca o momento que o interior passa a ser mais representado que a capital na competição. E em 1953, temos o ingresso do Democrata de Sete Lagoas. Isso, claro, considerando apenas os clubes que a partir dessas datas tiveram participações frequentes na competição.

Em 1956, o campeonato tem um desfecho judicial entre Atlético e Cruzeiro. Data desse período também a exigência da CBD de que cada estado definisse um representante para a participação na Taça Brasil, realizada em 1959 pela primeira vez. A partir de então, a competição estadual de futebol em Minas Gerais foi se aproximando de seu formato atual, com a integração cada vez maior dos clubes de fora da capital mineira. Me parece assim, que os títulos atleticanos e cruzeirenses teriam contribuído para a expansão territorial de suas torcidas em um momento que os clubes do interior do estado cada vez mais se integravam ao futebol oficial da capital mineira.

Por certo, que os apontamento aqui construídos sobre as disparidades dos clubes de Belo Horizonte envolve uma série de outros fatores, inclusive que permeiam o próprio calendário do futebol nacional, como o dissídio esportivo inaugurado em 1933 no Rio de Janeiro e São Paulo<sup>15</sup>. Também não posso deixar de reconhecer que uma análise nesse sentido deve ainda contemplar a leitura dos numerosos jogos amistosos realizados pelos clubes belo-horizontinos nesse período. Mas, por não serem chancelados por nenhuma agência controladora, como as ligas, associações ou federações de futebol, seus registros divergem nos levantamentos dos clubes, necessitando de um comentário especificamente a eles dedicado. Além disso, as tabelas e fichas técnicas de jogos, apesar de uma potencial fonte de pesquisa ainda pouco explorada pela historiografia do futebol, precisam ser cotejados com outras fontes, como os próprios periódicos, que reverberaram as representações construídas em torno dos jogos, bem como os próprios debates sobre a política do futebol local, o que, indubitavelmente, amplia a análise sobre essas hierarquias clubísticas. De qualquer maneira, acredito que com esses breves comentários o primeiro passo para debater esse assunto em Minas Gerais foi dado.

---

<sup>15</sup> Ver a esse respeito, os artigos da “Parte 2 – A profissionalização do futebol em Estados do Sudeste” de GOMES, Eduardo de Souza; PINHEIRO, Caio Lucas Morais (Org.). Olhares para a profissionalização do futebol: análises plurais. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015, p. 45-154. (Luminária Academia)



## O Estado Novo e o futebol: O Campeonato Brasileiro de Seleções e a Integração Nacional

**Diogo Pimenta Pereira Leite**

Mestrando

UFPB

E-mail: diogopimenta17@gmail.com

**Resumo:** Este artigo pretende refletir sobre o tema da centralização da gestão esportiva associando-o a organização do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, que embora já existisse desde 1922, a partir do período do Estado Novo (1937-1945), passa a ter um aumento de importância por representar em sua disputa uma suposta unidade nacional almejada pelo regime. Utilizando os debates propostos pelos pesquisadores Mauricio Drummond (2014), Eduardo Sarmiento (2006) Denaldo Alchorne de Souza (2008), pretendo problematizar a centralização política dos esportes em uma perspectiva da relevância do fator financeiro para as federações esportivas, e como que este projeto em si priorizava a concentração das rendas na região do Sudeste em contraposição as outras áreas do país.

**Palavras-Chave:** Estado Novo; Campeonato Brasileiro de Seleções; Futebol.

**Abstract:** This article intends to reflect about the centralization of the sports management, associating it with the organization of the Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais. Although this championship already existed, it was on the Estado Novo(1937-1945) period, that it represented in their dispute an assumed national unity sought by the regime. Using the debates of the historians Mauricio Drummond (2014), Eduardo Sarmiento (2006) Denaldo Alchorne de Souza (2008), I intend to problematize the political centralization of sports in a perspective of the relevance of the financial factor to the sports federations, and how this project in itself, prioritized the concentration of incomes in the Southeast region in contrast to other areas of the brazilian country.

**Keywords:** Estado Novo; Campeonato Brasileiro de Seleções; Football.

A excelente receptividade da imagem da seleção pela sociedade brasileira contribuiu para que o projeto do Estado Novo, a ditadura instaurada pelo próprio presidente Vargas com o golpe de 10 de novembro de 1937, para a área desportiva passasse a ser efetivamente implementado (...).Os principais ideólogos do regime do Estado Novo percebiam a importância de se amplificar a repercussão desse discurso e, para garantir que o esporte pudesse ser palco de expressões do espírito nacional, consideravam necessário que o Estado tivesse condições de dirigi-lo. Assim como acontecera com agências e instituições-modelo constituídas no regime varguista, a gestão estatal do esporte implantaria um modelo centralizado, hierarquizado e oficial, que dirigiria as ações desportivas em consonância com os interesses do Estado. (SARMIENTO, 2006, p.67)

A citação apresentada para facilitar a contextualização na qual a política brasileira passava, deve ser refletida com muito cuidado para evitar com que o historiador desatento caia nas armadilhas da falsa compreensão de uma suposta facilidade no controle do campo esportivo por parte do Estado brasileiro, a partir do início do regime do Estado Novo (1937-1945) no Brasil. Vale lembrar que a instauração de uma ditadura no país, por si só, não seria o suficiente

para explicarmos as diversas inter-relações de poderes e interesses que dialogavam entre si, na concretização de um projeto político específico para os esportes.

Fazendo parte de um processo da educação moral e cívica da nação, os desportos teriam uma função social de extrema importância para produzir exemplos para a juventude, manter a saúde dos corpos para o trabalho e despertar os ideais patrióticos nos cidadãos brasileiros, em função de sua capacidade regeneradora no qual o projeto estadonovista se inseria. Somente a partir desses preceitos é que se pode compreender a inserção do profissionalismo do futebol, dentro da estrita moralidade<sup>1</sup>, no intuito de pacificar as disputas políticas institucionais em seu seio, já que por ser a modalidade esportiva mais popular, acabava por figurar com maior destaque na vitrine propagandística do regime varguista.

Soma-se a isso a importância dada aos intelectuais do regime aos esportes coletivos, pois era possível construir uma maior representação da nação. A constância da prática dessas modalidades em grupos, resultaria em um aumento do sentimento de solidariedade e confraternização em prol de um objetivo comum, assim como o próprio caminho trilhado para a realização da vitória no esporte dependeria da transposição das dificuldades ao longo das partidas, gerando assim um ambiente favorável à formação de uma juventude “disciplinada e enérgica”. É nesse período inclusive que a educação física e os desportos passam a ter lugar de destaque na formação escolar dos jovens.

Não à toa, a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos no ano de 1939, ligada a Universidade do Brasil, tinha por objetivo formar profissionais e ser uma referência acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas, que pudessem contribuir para o aprimoramento técnico e científico em consonância com o pensamento da época. A preocupação com a forma e a estética corporal representada pelos constantes desfiles cívicos<sup>2</sup>, geralmente realizados em grandes praças esportivas<sup>3</sup> ao longo do período supracitado, também

---

<sup>1</sup> Termo usado no Decreto Lei n.3.199, de 14 de abril de 1941 que oficializa os esportes no país e instaura o profissionalismo no futebol brasileiro. Artigo 3º; B) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática dos desportos educativos por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro dos princípios da estrita moralidade. Diário oficial da União, 16 de abril de 1941.

<sup>2</sup> Para mais, ver: PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2009.

<sup>3</sup> A construção do estádio do Pacaembu em São Paulo, e sua inauguração no dia 27 de abril de 1940 foi uma festa nacional, com a presença do presidente Getúlio Vargas, além de várias figuras políticas de alto escalão tal como interventores federais de vários estados. (DRUMOND,2014, P.113)

denotariam a importância dada em representar o progresso físico e disciplinar da “raça” brasileira.

Essa preocupação estético-corporal vista na celebração de datas comemorativas do regime comandado por Getúlio Vargas, também deve ser associada a uma referência das representações baseadas em um modelo que tem em sua origem a releitura helênica dos jogos olímpicos praticados na Grécia antiga. João Lyra Filho, importante intelectual alinhado com a política esportiva estadonovista e presidente do Conselho Nacional dos Desportos<sup>4</sup> (CND), entre os anos de 1943 e 1950 utiliza em muitos dos seus trabalhos essa referência para explicitar a sua linha de pensamento sobre as raízes históricas da utilização cultural do elemento esportivo:

os espetáculos romanos não herdaram da Grécia subjugada nenhum acento que valorizasse as provas atléticas. Os jogos de pelota e os atrativos dos balneários foram privativos da classe rica. Nenhum esforço desinteressado prosperou. Os gladiadores de circo eram profissionais. (LYRA FILHO, 1973, P.5)

Ao utilizar uma comparação entre o império Romano e a Grécia antiga, o autor mostra um pouco da sua visão sobre o esporte moderno de forma a exemplificar a priorização por parte dos romanos de uma visão limitada dos esportes em sua sociedade. A não utilização de um modelo “desinteressado” atribuído aos gregos, que seria a prática esportiva sem fins lucrativos- semelhante a uma lógica amadora-, gerou para a sociedade romana uma política nociva, onde o “pão e circo” não tinham como prioridade desenvolver através do desporto seus cidadãos, e sim proporcionar apenas o divertimento das massas.

Essa comparação utilizada pelo autor mostra um pouco da visão não só do intelectual paraibano sobre a função social dos esportes, como segundo o pesquisador Denaldo Alchorne de Souza (2008), aparenta ser uma visão geral dos ideólogos do regime:

Os esportes eram vistos como parte integrante da educação física e social dos indivíduos, e nesse sentido não comportaria ganho salarial. A profissionalização do jogador de futebol era interpretada como uma degenerescência. O atleta era pago não porque simplesmente divertia as multidões. Pior, ele era pago para transformar o futebol de uma diversão ativa em uma atividade passiva. Nesses espetáculos, o torcedor se divertia sem participar do esforço físico. (SOUZA, 2008, p.92).

---

<sup>4</sup> A criação do Conselho Nacional dos Desportos, está prevista no Decreto Lei 3.199/41. Essa entidade era responsável por ser o órgão máximo da gestão esportiva. Sua função tinha um caráter extremamente disciplinador em um intuito de regular as associações e entidades esportivas no Brasil.

Ou seja, tomando de empréstimo a alegoria de Lyra Filho, a “romanização” do futebol brasileiro que compara gladiadores com jogadores de futebol profissionalizados, seria o oposto da educação física e social dos indivíduos, que tem em suas origens gregas a atividade despreziosa da prática de esportes que não visavam a comercialização do desporto.

Embora seja altamente discutível a colocação apresentada, ela em si não deixa de apresentar as facetas ideológicas que acabavam por demonstrar essa complexa rede de acontecimentos no qual o futebol brasileiro passava. Porém, para além do plano das ideias, a ação prática desses indivíduos nos cargos de comando da gestão esportiva nacional, muitas das vezes não possuía apenas o fundamento filantrópico de servir ao “bem da nação”. A centralização política que previa o fortalecimento da Confederação Brasileira de Desportos<sup>5</sup> (CBD) como a grande mentora dos esportes nacionais, também perpassava pelo aumento de suas rendas e a preocupação em angariar uma receita anual sustentável para a manutenção de seu poder frente as demais federações estaduais.

Uma das soluções encontradas para o problema pode ter sido a reestruturação do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, proposta pelo presidente da entidade Luis Aranha<sup>6</sup>, para realizar já no ano de 1942 um campeonato profissionalizado entre as representações estaduais, um ano após o decreto que oficializava os esportes. O que na prática seria uma tentativa de utilização dos jogadores profissionais dos clubes do país, para uma maior promoção do torneio, já que no nascente futebol espetacularizado, a reunião dos maiores craques dos clubes do Rio de Janeiro, por exemplo, em um só selecionado que representasse o antigo Distrito Federal, já era por si só, motivo para um aumento das rendas do certame.

Considerado como uma primeira tentativa de unificar o país através do futebol, este torneio já existia desde o ano de 1922, quando foi utilizado como uma seletiva de seleções das

---

<sup>5</sup> Criada no ano de 1916, a CBD era o órgão responsável por gerir todo o esporte nacional. Com a inserção do profissionalismo no futebol a partir do ano de 1933, este órgão passou a perder o seu poder, com a criação de várias entidades esportivas, como a Federação Brasileira de Futebol, que eram responsáveis por organizar os esportes em separado. Entre o ano de 1937 e 1941- ano do Decreto lei 3.199- é que vamos perceber um retorno da CBD a uma centralidade nas decisões político esportivas no Brasil, muito por influência de Luís Aranha, presidente da entidade a época. Para mais ver: SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues*; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

<sup>6</sup> Nascido em Itaqui (RS), Luís Aranha era irmão mais novo de Oswald Aranha, um dos principais nomes da “Revolução de 1930”. Luís Aranha, assumiu vários cargos importantes na administração ao longo do governo de Getúlio Vargas, como o Ministério da Justiça, e da Agricultura, além de a partir de 1935, defender o endurecimento da centralização política que acabou por culminar no Estado Novo em 1937. Fonte: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ARANHA,%20Lu%C3%ADs.pdf>> . Acesso em 03/05/2017.

delegações estaduais, filiadas à CBD, que participaram de um torneio visando a formação da seleção brasileira de futebol para a disputa do campeonato Sul-Americano do mesmo ano. Segundo o historiador João Manuel Casquinha Malaia dos Santos:

A seleção brasileira, inclusive a campeã sul-americana de 1919, em torneio também disputado no Brasil, costumava contar apenas com elementos cariocas e paulistas. No entanto, o racha das oligarquias fazia com que as autoridades, tanto do governo, quanto dos esportes, pensassem em uma maneira de unir o país através do futebol, particularmente através da formação de uma seleção com elementos fora do Eixo-Rio São Paulo. Pelo menos esse foi o discurso. Devido às dimensões continentais do país e ao seu precário sistema de transportes, seria impossível imaginar um torneio que congregasse as distantes regiões. No entanto, um projeto nacional de futebolurgia e a solução encontrada foi fazer um torneio de seleções estaduais, dividindo as seleções por regiões e com o campeão de cada região fazendo as finais em São Paulo e no Rio de Janeiro. (SANTOS,2011, p.13)

No ano de 1942, ou seja, vinte anos depois da realização da primeira disputa, a reformulação do campeonato brasileiro de seleções, que tinha como proposta aumentar o número de estados participantes, atingira o seu auge. Pela primeira vez, a participação de 20 selecionados estaduais<sup>7</sup> (SARMIENTO,2006, p.71) divididos em quatro regiões, sendo escolhidos os quatro melhores para um quadrangular a ser realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, demonstrava-se a vitória do modelo centralizado e oficial. Porém, os argumentos das demais federações continuavam a ressoar para a mudança na forma do campeonato em questão:

As causas fundamentais das queixas dos grandes clubes de football a respeito de sua situação financeira

(...) O futebol profissional no Brasil, desde a sua implantação, vem sofrendo os efeitos de sua péssima organização(...). Jamais tivemos calendário para a realização dos torneios oficiais e os clubes, embora houvesse aumento das arrecadações, sempre estão reclamando da situação em que se encontram(...). Agora forma-se um movimento, no Rio e em nossa capital, para que as coisas tomem um rumo diferente(...). Os grêmios bandeirantes não são contrários a realização do certame da CBD, mas desejam que o campeonato brasileiro de seleções seja transformado num certame inter-clubes (...). Julgam os dirigentes dos clubes locais que a realização do campeonato brasileiro de seleções acarreta prejuízos sem conta e para a solução do problema, apontam o certame inter-seleções, mas entre amadores, enquanto os clubes profissionais disputariam entre si o torneio dos campeões. Seria um meio de os clubes não perderem suas receitas, mas é certo que nesse caso, a CBD sofreria grandes prejuízos.

(...). Se os clubes, por um lado, estão agindo acertadamente, pois que, diante dos importantes compromissos que assumem com os futebolistas profissionais não podem, realmente, ficar inativos durante dois ou três meses, a CBD por

---

<sup>7</sup>Participaram do campeonato brasileiro de futebol as seleções do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. (SARMIENTO,2006, p.67)

sua vez, necessita de meios para poder movimentar o intercâmbio de outros esportes. (*O Jornal*, 28/09/1943, p.9)

Percebe-se no relato do periódico paulista *O Jornal*, a apresentação de outras propostas que pudessem atender melhor às necessidades das federações estaduais- especificamente no caso da matéria a Federação Paulista de Futebol-, como a criação de um campeonato entre os clubes campeões de seus estados, e a mudança do campeonato brasileiro de seleções do regime profissional para o amador. Porém, é possível também destrinchar algumas questões sobre a própria organização que previa a centralidade da CBD no controle do futebol nacional. As críticas a respeito da “péssima organização” do profissionalismo, a ausência de um calendário unificado para a realização dos torneios oficiais e o questionamento por parte dos clubes reclamantes da não realização de outros campeonatos nacionais em outras modalidades, acabam por levantar questões sobre a real melhora na organização da gestão esportiva após o decreto lei 3.199/1941.

Tomando como base a crítica sobre a não realização de torneios nacionais de outras modalidades, vê-se a importância dada a arrecadação por parte da entidade máxima dos esportes a época. Vale lembrar que a CBD também era responsável pela organização do tênis, do atletismo, do remo, da natação, do vôlei, do polo aquático e de qualquer outra modalidade desportiva que não se enquadrasse em nenhuma das outras confederações, que tinham competência administrativa sobre as modalidades descritas em sua nomeação<sup>8</sup>. Ou seja, a preocupação em realizar o campeonato brasileiro de seleções de futebol profissional, acabava por se sobrepor à organização de campeonatos de outras modalidades, já que todas as outras deviam ser entidades amadoras e conseqüentemente não gerariam renda, tanto por esse fato, quanto por também não serem tão populares quanto o futebol.

Outro fator passível de ser analisado no relato do periódico é a própria “queda de braços” entre CBD e os clubes do Rio de Janeiro e São Paulo, representados por suas respectivas federações desportivas. Enquanto os clubes reclamavam por ter a obrigatoriedade de ceder seus atletas para a disputa de um torneio que durava em média de dois a três meses- desde a convocação do selecionado a disputa das partidas finais-, as federações estaduais criticavam os custos na formação e preparação técnica dos jogadores. A CBD por outro lado, não estaria

---

<sup>8</sup> Confederações calcadas pelo Decreto Lei: I- Confederação Brasileira dos Desportos; II- Confederação Brasileira de Basquetebol; III- Confederação Brasileira de Pugilismo; IV- Confederação Brasileira de Vela e Motor; V- Confederação Brasileira de Esgrima; VI- Confederação Brasileira de Xadrez. Diário Oficial da União, 16 de abril de 1941.



interessada em abrir mão das receitas advindas do campeonato brasileiro de futebol e também qualquer alteração no formato idealizado por seus dirigentes seria uma demonstração de fraqueza do projeto de representar em um torneio a integração entre os estados da nação.

Saindo um pouco da órbita dos meandros centrais de controle do poder simbólico e econômico (BOURDIEU,2007) que partiam das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, a CBD também se via envolta em um problema relacionado a própria organização de um torneio nacional, em um país de tamanho continental como o Brasil. A opção por realizar o quadrangular final do campeonato na região sudeste, aparentava aos olhos das demais federações uma injustiça, já que os deslocamentos até os lugares onde se realizariam as competições não contariam com a presença de torcedores dos demais estados, e ainda cansaria os jogadores e a comissão técnica que teria que viajar para a disputa.

Além disso, somava-se o fato da própria divisão desigual das regiões brasileiras para o campeonato em questão, que fazia tanto a primeira como a segunda região terem que jogar mais vezes para poderem ser classificadas para o quadrangular final. Tomando como exemplo o campeonato de 1942, vamos ter na primeira região denominada Norte: PA, AM, CE, PI e MA, e na segunda região denominada Nordeste: RN, PB, PE, SE e AL. Já a terceira Região denominada Sudeste teria apenas ES, RJ e MG, por exemplo.

Vale ressaltar que tanto a seleção estadual do antigo Distrito Federal e a do estado de São Paulo já teriam vagas garantidas no dito quadrangular final, ou seja, das 4 vagas em disputa, duas já estariam garantidas pelos dois estados em questão. Por isso não é difícil perceber as revoltas das demais federações para com o sistema feito para o certame, tanto na desigual distribuição dos números de jogos, quanto nas receitas repartidas ao final do campeonato pela CBD as federações vencedoras.

Percebe-se com isso que a importância financeira, fator fundamental para a manutenção das federações desportivas e de seus respectivos campeonatos e clubes, acabava por ficar subjugada a um discurso de união entre os estados em consonância com o projeto nacional posto em prática a partir da oficialização dos esportes em 1941. Essa abordagem “demagógica” da função esportiva, inclusive era reiterada por alguns membros até das próprias federações lesadas financeiramente, já que a influência dos interventores estaduais associada à repressão do regime varguista impossibilitava uma real oposição dos clubes frente à escolha dos cargos de comando.



Pensando sobre isso é possível perceber uma maior concentração de poder simbólico e real por parte da região denominada centro, em relação as demais. A opção por se fazer um campeonato onde as duas maiores potências econômicas do esporte já estivessem garantidas nas fases finais, não só denota uma opção no sentido de manter as concentrações do campo esportivo nas mãos dos interesses da região central, como também a divisão desigual das rendas, favorecia a manutenção das desigualdades nas áreas mais distantes em relação a esse centro, em um sentido de evitar o crescimento de um poder simbólico e real que favorecesse a igualdade de oportunidades entre as demais representações estaduais. Nos termos de Pierre Bourdieu sobre o tema temos então:

Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer pela provação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar existência. (BOURDIEU, 2007, p.126)

A inter-relação entre o campo esportivo nacional e suas ramificações estaduais a partir de uma ótica centralizadora como dito no início do tópico não pode ser vista apenas como um projeto político para a gestão esportiva que como por mágica se efetivou para todas as fronteiras nacionais. A participação de intelectuais na idealização de um projeto ideológico muitas das vezes em conflito com questões econômicas que passam a fazer parte da realidade esportiva-especialmente no futebol-, associada ao aumento das rendas em disputa pelas diversas federações estaduais e seus respectivos clubes, demonstravam as várias correntes políticas que permaneciam tentando se legitimar territorialmente como parte do todo comum que se almejava representar a gestão esportiva nacional pelo projeto estadonovista. O campeonato brasileiro de seleções estaduais por isso pode ser um caminho historiográfico para compreender as especificidades desse processo, em recantos onde a supremacia do centro era ora minada, ora enaltecida, dependendo do contexto histórico e da região que se falava.

### **Referências Bibliográficas:**

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. O que é história Cultural?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DRUMMOND, Maurício. Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DRUMMOND, Maurício. Estado novo e esporte. A política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1940-1945). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego. Edições Biblioteca Nacional, 2004.

LYRA FILHO, João. Introdução a Sociologia dos Desportos. Rio de Janeiro: Bloch editores, 1973.

MANHÃES, Eduardo Dias. Políticas de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PARADA, Mauricio. Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro. Apicuri, 2009.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia dos. Campeonato Brasileiro de Seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932). In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 10 Jan-Jun 2011.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SCHEMES, Claudia. Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas(1937-1945) e Peron(1946-55). Novo Hamburgo:Feevale, 2005.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. O Brasil entra em campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 145-180.

**Fontes:**

*O Jornal*

## Futebol, Identidade e Nação no periódico paulista “Mundo Esportivo”

**Vinicius Garzon Tonet**

Mestrando em História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [vgtonet@gmail.com](mailto:vgtonet@gmail.com)

**Resumo:** Pretende-se investigar de que modo periódico paulista “Mundo Esportivo” foi atuante, a partir de seus editoriais, em embates que diziam respeito à identificação entre a seleção nacional de futebol e a própria nação brasileira, durante os anos de 1946 a 1951, tendo como eventos essenciais para o desenrolar desta produção discursiva a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil, e a derrota da Seleção na partida final do torneio. Interessa a possibilidade de explorar como meios de comunicação de massa impressos urdiram imagens sobre a nação, sendo parte ativa na configuração de determinado imaginário social a partir do futebol. Para isso, é imprescindível examinar a existência de tensões entre imaginários calcados em identidades regionais e como se constituía a relação entre o local e o nacional nos discursos em questão.

**Palavras-chave:** futebol; imaginário nacional; imaginário regional; imprensa

**Resumen:** Se pretende investigar de qué modo el periódico paulista “Mundo Esportivo” fue actuante en embates que se referían a la identificación entre la selección nacional de fútbol y la nación brasileña, durante los años 1946 a 1951, teniendo como eventos esenciales para el desarrollo de esta producción discursiva la Copa Mundial de 1950, realizada en Brasil, bien como la derrota de la selección en el partido final del torneo. Interesa la posibilidad de explorar como medios de comunicación de masas impresos urdieron imágenes sobre la nación, siendo parte activa en la configuración de determinado imaginario social a partir del fútbol. Para ello, es imprescindible examinar la existencia de tensiones entre imaginarios calcados en identidades regionales y cómo se constituía la relación entre lo local y lo nacional en los discursos en cuestión.

**Palabras clave:** fútbol; imaginario nacional; imaginário regional; prensa

Investigar como se deu a construção discursiva de identidades e das representações do nacional e do regional na imprensa, permite-nos refletir sobre diferentes concepções de Brasil.

Nesse sentido a obra de Durval Muniz de Albuquerque, *A invenção do nordeste*, nos ajuda a pensar na produção histórica de espaços sociais e afetivos, ou seja, a história torna-se instrumento analítico para evidenciar o que faz de certo espaço regional algo dizível e consolidado no plano das identidades. Em suma, como discursos são produtores de realidade.

Dessa forma, o que pretendemos é, assim como Albuquerque, realizar uma história fora do eixo da necessidade de produzir identificação. O empreendimento historiográfico não pode confundir sua voz com a voz dos agentes em análise. O estranhamento é fundamental para para que se possa compreender como um discurso identitário é mobilizado e como é construída a sua coesão interna. Enfim, colocar em questão o “nós” do emissor da mensagem, desnaturalizar a região ali construída e buscar a sua historicidade. Partimos do pressuposto de que não existem palavras vãs nas fontes analisadas, uma vez que são elas a nossa única fonte de acesso ao

passado que pretendemos entender. São os sinais de um tempo que já se passou e por isso são preciosas.

No *site* da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, estão disponíveis 827 edições, dos anos 1946 a 1956, do jornal em questão. O “Mundo Esportivo” era um semanário que circulava nas sextas-feiras tanto na capital quanto no interior do estado de São Paulo. Em suas páginas, notícias, crônicas, dados estatísticos, concursos para leitores, ilustrações, reportagens de rua e colunas memorialísticas sobre esporte, sendo o futebol a prática com maior destaque. O periódico procurava deixar o leitor familiarizado com o universo futebolístico a partir de análises objetivas sobre os jogos entre equipes e seleções bem como informações dos bastidores do esporte. Alguns indícios apontam que o semanário tinha grande circulação. A permanência de publicações constantes no período de dez anos, anúncios publicitários que iam do produto para o consumo mais banal e rotineiro à passagens aéreas e propagandas políticas eram frequentes nas páginas do “Mundo Esportivo”. Seu valor parecia com o de outros jornais paulistanos.

O jornal passa a ter um editorial, sob o título “A nossa opinião”, apenas em 1947, quando emite uma resposta a uma declaração do sambista e candidato a vereador pela UDN, Ari Barroso, em o famoso personagem declarava que a Confederação Brasileira de Desportos deveria proibir os times paulistas de jogarem fora do país para que os times representante do Brasil não continuassem sendo desmoralizados. O editorial declarava ao “despeitado inimigo” do futebol paulista, “‘superfializado’ pela mania do samba” e “esquecido lamentavelmente que o território brasileiro não se adapta mais à volta de atitudes totalitárias, que, “se o nosso gostoso e tropicalíssimo samba exige ritmo, o futebol, por seu lado, exige compreensão, como esporte democrático das massas”<sup>1</sup>. Interessante notar que o movimento feito pelo editorial cria oposições por contornos regionais (há quem está dentro e quem está fora de São Paulo), simbólicas (sendo o samba representante de uma outra cultura) e política (a crítica à postura “totalitária”, em provável referência ao regime ditatorial varguista). Desde então, o Rio de Janeiro e os cariocas aparecem sistematicamente nos editorias, além de em outros lugares no corpo do jornal, inclusive em uma coluna que atualizava o público paulista dos acontecimentos esportivos cariocas.

Rio de Janeiro e São Paulo eram os dois centros futebolísticos mais importantes do país tanto na relevância dos clubes e da qualidade das seleções estaduais. A rivalidade estava,

---

<sup>1</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 23, 24 de janeiro de 1947

portanto, instaurada num dado concreto: eram os adversários naturais por conta do sistema futebolístico que se consolidou. Além disso, embates político-institucionais inflamavam a rivalidade esportiva entre os estados. A CBD estava nas mãos dos cariocas e os paulistas se viam sem espaço para decidir os rumos do futebol brasileiro. Encontramos, então, um cenário esportivo calcado em relações eminentemente regionalizadas. A dimensão nacional dos confrontos está colocada nas disputas entre as equipes e as formas de associativismo esportivo são filtradas pela identificação regional. Ari Barroso, o samba, as inclinações autoritárias apareciam no plano do imaginário social paulista como representações do Rio de Janeiro, portanto estranhas ao universo paulista.

A configuração desse imaginário paulista passa pela evocação do passado para a afirmação da grandeza de São Paulo. As “proezas passadas” “manteriam viva” a nobreza do estado<sup>2</sup>. Os heróis e os feitos paulistas colocam São Paulo acima das corrupções do tempo. O passado bandeirante aparece como digno de imitação para aqueles que vislumbram o progresso. O sempre valorizado passado italiano teria contribuído para a constituição de um povo afeito ao trabalho e amante da ordem. A história constitui-se como o lugar em que a “função-nata” da “força criadora bandeirante” se revela<sup>3</sup>. O mundo dos esportes não estaria alheio a essa “província pioneira de grandes acontecimentos”<sup>4</sup>. O passado é o lugar em que o presente encontra a fonte para a ação, é ali que ele poderá situar a etapa da sua “marcha para a supremacia”<sup>5</sup>. A História com H maiúsculo do mundo político e social se realizaria, analogamente, em território esportivo. Esse passado mítico, de luta, honra e de “indômita fibra paulista”<sup>6</sup>, caminha, acompanhando as sociedades civilizadas do exterior, para o progresso.

No periódico, o futebol é apresentado como um instrumento do progresso, ou então, nas palavras do jornal, ajudaria a “cimentá-lo”<sup>7</sup>. O esporte caminha lado a lado das nações democráticas, em que o físico e o intelecto são valorizados para além de uma leitura bélica. Por isso, os governos brasileiro e estadual estariam em descompasso com as tendências mais “evoluídas” de políticas públicas não investindo no futebol e no esporte em geral. As mentes estreitas dos políticos brasileiros seriam, portanto, um empecilho para o progresso esportivo e efetivo brasileiro. Para além dessa leitura mais global do progresso, vinculado à evolução

<sup>2</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 29, 14 de março 1947.

<sup>3</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 123, 31 de dezembro de 1948.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 28, 07 de março de 1947.

<sup>7</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 50, 08 de agosto de 1947.

cultural, social, política do da nação e do estado como um todo, ela ganha positividade, também, nas leituras e análises de jogos entre as equipes de futebol.

A linguagem utilizada é invariavelmente marcada pela ideia de desenvolvimento controlado, “arquitetado”, lógico, “mais prático e racional”, ágil, veloz, objetivo, vertical, em suma, um inefável progresso. A imagem da locomotiva, tão cara ao imaginário paulista, não aparece nos textos analisados, mas parece estar presente a todo instante, uma vez que o que a caracteriza está em presente da definição de outros significantes. Além disso, o futebol estaria marcado pela sua função prática e coletiva, frente ao “individualismo”, “impraticidade”, “mania do dribling”<sup>8</sup>. O oposto ideal para essa concepção de jogo seria o jogo do “passe lateral”, da “filigrana”, do “bonito sem efeito prático”<sup>9</sup>. Esse seria o caminho para retomar a “supremacia”, a “hegemonia” do futebol brasileiro, dominado pelos cariocas. Ressalte-se que essa discussão contempla o futebol praticado no Brasil no geral e o jornal nomeiam a fórmula para mudar essa realidade.

Se a fórmula para o progresso se expressava em termos racionais, controláveis, mensuráveis, a “gente do rio” operaria por “manejos”, por “sentimentos de superioridade”, de manobras contra os “cálculos”, para “confundir planos” paulistas. Eram os cronistas irresponsáveis do Rio, que “disseminavam a discórdia” e se colocavam como “messias da crônica”<sup>10</sup>. Esses “maus brasileiros”, “cavalheiros místicos”, são marcados pela dimensão sobrenatural, sentimental, artilosa<sup>11</sup>. Esse outro é a negação do homem que planeja, calcula, usa das vias racionais para solucionar os problemas. Os paulistas se apresentam como ponderados e imparciais, contra a desmedida, contra as atitudes dramáticas desses cronistas que só sabem confundir. Os cariocas, “pregadores da desordem”<sup>12</sup>, por conta desse envolvimento sentimental seriam os geradores das querelas regionais, marcadas pela afetação. Quando o assunto é o técnico Flavio Costa, identificado com o futebol carioca, o vocabulário utilizado também retira do sujeito as capacidades racionais apregoadas pelos paulista. Ele é classificado como burro, teimoso, casmurro, estúpido.

Caminhando para a conclusão, o editorial que disserta sobre a derrota da seleção paulista para a carioca em 1950 concentra o que foi exposto na apresentação. O futebol é o reino do

---

<sup>8</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 75, 30 de janeiro de 1948.

<sup>9</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 105, 29 de julho de 1948.

<sup>10</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 27, 28 de fevereiro de 1947.

<sup>11</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 103, 13 de agosto de 1948.

<sup>12</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 31, 28 de março de 1947.

acaso e da contingência, todos os planos racionalizados, arquitetados pela cabeça humana podem sucumbir à inefável roda da fortuna. E os paulistas sabem disso. Quando a derrota dos paulistas para os cariocas é consumada, ela é lida sob a ótica do azar e da falta de sorte e advertem que no Rio os cronistas irão ignorar o acaso e transformar o jogo dos cariocas em uma “batalha épica”<sup>13</sup>.

E nesse confronto entre São Paulo e Rio de Janeiro como aparece o Brasil? O Brasil é norte das discussões, o seu ponto de chegada, o “ideal comum”, sempre atacado pelo “bairrismo doentio e repulsivo”<sup>14</sup> dos cariocas. Os interesses do Brasil devem ser defendidos, os paulistas do *Mundo Esportivo* consideram-se brasileiros, mas os termos em que essa identificação é construída remontam, por exemplo, ao imaginário mobilizado na Guerra Civil de 1932: “Por S. Paulo com o Brasil, se fôr possível; por S. Paulo contra o Brasil se fôr preciso!”<sup>15</sup>. Um imaginário coletivo constituído por discursos que colocavam São Paulo como “a locomotiva que puxa os vagões velhos e estragados da federação”<sup>16</sup>. Configurava-se, portanto, um sistema de representação identitária que pensava São Paulo não em *oposição* ao Brasil, mas *em relação* – normalmente em um estágio superior – ao coletivo nacional. Nessa *relação* é que o destino de São Paulo poderia manifestar “sua missão. A missão de tornar mais grande o Brasil”<sup>17</sup>. As lentes que percebem essa transfiguração configuram o Brasil como um *outro* que *não é* São Paulo.

### Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

CAPRARO, André Mendes. *Identidades imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX*. 2007. 383f. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

COUTINHO, Renato Soares. Introdução. In.: *Um Flamengo grande, um Brasil maior: o clube de Regatas do Flamengo e a construção do imaginário político nacionalista popular (1933-1955)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

<sup>13</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 187, 24 de março de 1950.

<sup>14</sup> Jornal *Mundo Esportivo*, “Nossa opinião”, Edição 31, 28 de março de 1947.

<sup>15</sup> Panfleto “Tudo por São Paulo!”, 1931. Disponível em SCHWARCZ; STARLING, Lilia; Heloisa. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p385.

<sup>16</sup> ANDRADE, Mario de. In: SCHWARCZ; STARLING, Lilia; Heloisa. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p364.

<sup>17</sup> *Mundo Esportivo*, São Paulo, 23/06/1950.



DAMO, Arlei. *Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França*. 2005. 324f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DAMO, Arlei. Ah, eu sou gaúcho! O nacional e o regional no futebol brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 23, 1999, p. 87-117.

FRANZINI, Fábio. Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa de 1950. *Revista de História*, São Paulo, n. 163, p. 243-274, jul./dez. 2010.

FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de. *No meio do caminho: tensões presentes nas representações sobre o futebol e o ideal de modernidade brasileira na década de 1950*. 2009. 330 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Pós-Graduação em História, Curitiba, PR.

LAGE, Marcus Vinícius Costa; COUTO, Euclides de Freitas. Representações do nacionalismo em tempos de Copa do Mundo: um estudo sobre a “grande imprensa” mineira (1949-1950). *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, . 1, p. 1-17, jan./jun. 2016.

MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

RIBEIRO, Luiz Carlos. História e historiografia do futebol brasileiro: da crise da tradição às novas epistemes. EFDportes.com, *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 15, n. 149, Out./2010. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd149/historia-e-historiografia-do-futebol-brasileiro.htm>. Acesso em 26 ago. 2016.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões. *Revista Tempo*, Dossiê Uma história do esporte para um país esportivo, Niterói, RJ, v. 17, n. 34, jan./jul. 2013, p. 19- 31. Disponível em Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/06/v17n34a03.pdf>. Acesso em 26 ago. 2016.

SCHWARCZ; STARLING, Lilia; Heloisa. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Marcelino Rodrigues. *Mil e uma noites de futebol: O Brasil moderno de Mario Filho*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

## “BH, A Capital do Século”: O Futebol Como Comemoração Do Centenário Da Cidade (1997)

**Davi Leonardo Mota**

Graduando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: davileomota@hotmail.com

**Gabriel Schunk Pereira**

Graduando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: gabrielschunk@hotmail.com

**Karina Fonseca Soares Rezende**

Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: kaa.rezende@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho pretendeu analisar o uso do futebol no seio das comemorações do centenário da cidade de Belo Horizonte, em 1997, com enfoque especial na Copa Centenário de futebol profissional. Tendo como fonte jornais que circulavam na cidade naquele período, buscamos compreender os principais motivos e intenções da Prefeitura belo-horizontina e da Federação Mineira de Futebol em mobilizar tal prática esportiva nas festividades da capital mineira, bem como o julgamento dos resultados de sua utilização. Ao recuperarmos brevemente o contexto de fundação de Belo Horizonte e a organização das comemorações do Centenário, podemos estabelecer relações entre os propósitos que a Prefeitura teve com as solenidades e o que ela pretendia ao usar o futebol como parte desses eventos.

**Palavras-chave:** Futebol; Belo Horizonte; Comemorações centenárias.

**Abstract:** The present article intends to analyse the utilisation of the football during the centenary celebrations of Belo Horizonte city, in 1997, with special focus in the “Copa Centenário” (Centenary cup) of professional football. Using the newspapers in circulation in the city in that moment as our sources, we want to understand the main reasons and intentions of the city government (Prefeitura de Belo Horizonte) and the Federação Mineira de Futebol (Football Federation of Minas Gerais) to mobilize such sports practice in the Minas Gerais capital festivities, as well as the judge of the results of this utilization. Knowing shortly the context of Belo Horizonte foundation and the arrangement of the celebration one hundred years after its creation, it was possible to link the city government desires for the celebrations and what it intended using the football as part of these events.

**Key words:** Football; Belo Horizonte; Centenary celebrations

### Introdução

No ano de 1997, a cidade de Belo Horizonte festejou cem anos de existência. As comemorações que permearam a cidade desde o mês de maio foram as mais diversas: eventos culturais, reforma de meios turísticos, festividades esportivas, dentre outros. A mídia fez-se de extrema relevância para o diálogo das instituições promotoras das festividades com a população. Para compreendermos o lugar dessa celebração no imaginário social e na esfera

política, é fundamental voltarmos ao momento de fundação da cidade, pois assim poderemos compreender quais ideias foram mobilizadas nas festividades um século após a fundação da capital mineira, sendo estas promovidas, principalmente, mas não unicamente, pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Fundada em 12 de dezembro de 1897, a Cidade de Minas<sup>1</sup> carregava em sua construção um grande simbolismo e uma série de significados. No dia 15 de novembro de 1889, os militares proclamaram a República no Brasil. Mais do que do mudar a forma de governo, esta significou também uma mudança no que tange à ideia do que se tinha por Nação. Sob uma orientação positivista, os militares empreenderam no país um novo projeto nacional, com base nos pensamentos comtianos que tinham primazia pelo cientificismo, racionalismo e pela modernidade. Estruturando-se nesses ideais, o país seria conduzido rumo ao progresso e à modernidade anunciada pelas nações europeias e almejadas pelos novos Estados-nação em formação. O progresso seria representado pelas cidades urbanizadas, pelas novas indústrias e por um novo comportamento cultural e político do cidadão.

Em Minas Gerais, um dos estados mais importantes do país à época, a elite política estadual acompanhou esse processo modernizador. Não obstante, já no início da década de 1890 algumas ideias sobre a construção de uma nova cidade, mais moderna e cosmopolita, circulavam no seio político. A então capital Ouro Preto passava por uma série de problemas de ordem econômica - devido à queda da mineração -, social, urbanística e sanitária<sup>2</sup>. A região não comportava mais o crescimento populacional e estava distante dos novos centros econômicos mineiros. Ademais, a cidade era parte da memória colonial e imperial que os republicanos queriam suprimir, julgando-a como atrasada e como um entrave ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Foi nesse contexto que começou uma articulação para a construção dessa nova cidade, republicana e moderna, que se tornaria também a capital do estado. No ano de 1894 foi instituída uma Comissão Construtora da Nova Capital de Minas, presidida pelo engenheiro Aarão Reis. O próprio presidente da Comissão também possuía uma formação positivista e, portanto, cientificista. A construção da nova cidade deveria acompanhar e representar o que havia de mais moderno naquele momento. Influenciados pelas reformas de Paris e Washington,

---

<sup>1</sup> Esse foi o primeiro nome da cidade, que passou a se chamar Belo Horizonte somente em 1901.

<sup>2</sup> COSTA, Ana Carolina Silva da.; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. *Universitas Humanas*, v. 5, 2009, p. 112.

os elaboradores construíram uma cidade que possuía na disposição dos seus quarteirões – em formas de xadrez, com ruas cortadas diagonalmente – o emprego de uma racionalidade que simbolizava todo esse ideal republicano positivista.

### O centenário

Completar cem anos implica não só em comemorar o aniversário do centenário com festas e eventos, mas, além disso, representa um momento singular para reflexão das experiências da cidade e dos cidadãos enquanto partícipes da construção cotidiana dos espaços públicos de experiência e vida política que conferem sentido e significados à cidade. Abrange um duplo significado do contar: o contar os anos de vivência, como um conceito matemático, e o contar as histórias das vivências aos outros, como um conceito narrativo-literário e de compartilhamento. Segundo Albuquerque, “existe a dimensão da comemoração, que significa trazer à tona a importância do objeto que faz aniversário, e de sua trajetória até aquele patamar”<sup>3</sup>. Sendo um espaço para meditação do que se passou, para pensar se a cidade atendeu às expectativas que tinha na sua fundação, o Centenário também se constitui como um espaço para se ensaiar o futuro, sobre o que se reserva para Belo Horizonte, qual o seu papel enquanto uma das principais cidades e polos econômicos do país e qual sua nova conduta no cenário internacional em um mundo agora globalizado<sup>4</sup>.

Outra dimensão do contar em uma celebração é o contar aos outros, publicizar a festividade<sup>5</sup>. A Prefeitura de Belo Horizonte foi a principal organizadora dos eventos relativos ao Centenário. Já nas gestões anteriores a da celebração, o tema fez parte da agenda pública dos prefeitos. Patrus Ananias (1993-1996), do Partido dos Trabalhadores, executou reformas em alguns pontos importantes da cidade com o objetivo de recuperar a memória da capital mineira. Também na sua gestão foi criado e divulgado o conceito “BH: a capital do século”<sup>6</sup>, que visou exatamente resgatar a memória de Belo Horizonte como a primeira cidade planejada, moderna e republicana do país, construída sobre as bases dos pensamentos republicanos que ditariam o ritmo do progresso brasileiro no século vindouro<sup>7</sup>. É, portanto, um símbolo de uma nova era

---

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A propaganda Institucional do Centenário de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/Fafich/Dep. Comunicação Social/Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, 1999, p. 3.

<sup>4</sup> Ibid., 1999, p. 7.

<sup>5</sup> SILVA, Regina Helena Alves da.; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. Projeto História, v. 17, 1998, p. 429-430

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A propaganda Institucional do Centenário de Belo Horizonte, p. 5.

<sup>7</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias republicanas. Revista do Arquivo Público Mineiro. v. 44, n. 2, jul./dez., 2008, p. 22-35.

para a nação, agora republicana, urbanizada e modernizada. A avenida Afonso Pena, uma das principais da cidade, é utilizada como metáfora desse avanço ao longo das décadas no Estado de Minas. O jornal afirmou que a avenida era como um “termômetro” do avanço e modernização da capital, que já estava pronta para o futuro<sup>8</sup>.

Já no mandato de Célio de Castro (1997-2000), do Partido Socialista Brasileiro, a Prefeitura organizou um calendário com todos os eventos que seriam realizados na cidade, começando no dia 1º de maio de 1997 e terminando apenas em julho do próximo ano. Shows, campeonatos esportivos, espetáculos artísticos ao ar livre e outros eventos foram realizados nesse período, organizados ora pela Prefeitura e ora em parcerias com outras instituições e organizações.

Com as mobilizações feitas nas comemorações, a Prefeitura belo-horizontina tinha duas intenções muito claras e importantes de serem trazidas para nossa discussão. Uma delas era a de que o cidadão belo-horizontino participasse ativamente das festividades e não apenas como espectador dos espetáculos e festas promovidas pelo poder público<sup>9</sup>. A outra intencionalidade carregada nas celebrações do centenário era a da internacionalização da marca *Belo Horizonte*. Nesse caminho, a cidade pretendia se afirmar no cenário mundial, no mundo globalizado, estando “em plena efervescência cultural, econômica e tecnocientífica, com qualidade na prestação de serviços e boas condições de segurança”<sup>10</sup>.

### **O futebol e o centenário da cidade**

Em meio às festividades, as práticas esportivas desempenham, em geral, papel importante, como atividade identitária daqueles que as praticam. Isso se tornou um marco celebrativo a partir do momento em que o esporte incorporou características nacionais, que representam determinadas sociedades. O futebol, no Brasil, ganhou notoriedade quando diversos setores urbanos, mais ou menos abastados, variando com o contexto, começaram a praticá-lo e fundaram os primeiros clubes de futebol. Alguns sobreviveram, outros não. Em Belo Horizonte, o futebol tem um destaque especial pelo nascimento e desenvolvimento da cidade ocorrerem concomitantemente com a formação de equipes de futebol. Belo Horizonte

---

<sup>8</sup> Jornal Diário da Tarde. Caderno especial BH 100: A passarela do século. Belo Horizonte, p. 14-15, 12 de dez. de 1997.

<sup>9</sup> ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A propaganda Institucional do Centenário de Belo Horizonte, p. 8.

<sup>10</sup> Jornal Diário da Tarde. Caderno especial BH 100: O sonho da internacionalização. Belo Horizonte, p. 2, 12 de dez. de 1997.

foi fundada em 1897, o primeiro clube de futebol, o *Sport Club*, foi organizado em 1904 por rapazes da alta sociedade local. Aliás, um aspecto importante a ser ressaltado é que em Belo Horizonte o futebol foi fundado como um esporte da elite, constantemente praticado geralmente no Parque Municipal. Além do Sport Club, que teve curta duração, surgiram outros clubes logo nas primeiras décadas: o Clube Atlético Mineiro, o América Futebol Clube, o Yale Atlético Clube, o Societá Sportiva Palestra Itália (atual Cruzeiro), entre outros. Sendo tão importante na história da cidade de Belo Horizonte, o futebol ganhou destaque nas comemorações centenárias por estar intimamente ligado à trajetória de Belo Horizonte<sup>11</sup>.

Percebe-se, portanto, que futebol é um fenômeno cultural que ultrapassa o jogo em si, sendo uma prática permeada de simbolismo. Tendo em sua gênese o anseio de ser uma atividade a ser praticada, o esporte tornou-se, principalmente com o crescimento dos meios de comunicação, um espetáculo inserido dentro de um sistema de consumo massificado<sup>12</sup>. A mídia, apropriando-se das demandas de informação esportiva presentes na sociedade, expõe, relata e qualifica aquilo que está presente no imaginário social, sendo o interesse por essa prática esportiva no Brasil utilizado pela mídia como um produto disponível, principalmente, a partir de eventos esportivos. É importante salientar que o interesse social pelo esporte não é uma invenção midiática ou manipulação da sociedade pelos veículos de comunicação, mas é, com toda certeza, incrementada e utilizada de diversas maneiras de acordo com o meio, a realidade e os interesses com os quais dialoga, maximizando ou reforçando o imaginário social sobre a prática esportiva<sup>13</sup>.

Os jornais, meio de circulação de ideias presente desde a ascensão da burguesia na era moderna, tinha, até a década de 1970, pouca entrada nos estudos historiográficos no Brasil<sup>14</sup>. Vista, por muitos, como uma imagem distorcida e subjetiva da realidade, percebe-se uma tentativa de hierarquização das fontes – algo ainda presente na historiografia, ainda que em menor escala – considerando que documentos provenientes de autoridades governamentais e instituições oficiais como atas, ofícios e memorandos possuem maior imparcialidade e

<sup>11</sup> COUTO, Euclides de Freitas. A cidade e o futebol: encontros e desencontros entre a bola e o tecido urbano belo-horizontino. In: OLIVEIRA, Leônidas José de. (org.). Belo Horizonte F.C.: trajetórias do futebol na capital mineira. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura/Museu Histórico Abílio Barreto, p. 35-42, 2013.

<sup>12</sup> GASTALDO, Edison Luis. Uma Arquibancada Eletrônica: reflexões sobre futebol, mídia e sociabilidade no Brasil. Campos (UFPR), Curitiba, PR, v. 6, p. 113-123, 2005, p. 115.

<sup>13</sup> Ibid, p. 120.

<sup>14</sup> Utilizamos como nossas fontes os cadernos de esportes dos jornais *Hoje em dia*, *O Tempo*, *Estado de Minas*, *Minas Gerais* (já extinto) presentes no Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte até dezembro de 2016 além de folhas comemorativas do aniversário de 100 anos da capital mineira dos jornais citados.



relevância para a análise do passado do que as enciclopédias do cotidiano<sup>15</sup>. O historiador, em seu ofício, não pode supor que o passado já é dado através das fontes, recebendo de forma acrítica os objetos os quais analisa. Da mesma maneira que a produção dos periódicos possui influências políticas, sociais e culturais em sua elaboração, circulação e leitura, o historiador deve se conscientizar que a pesquisa não parte de partes do passado para a compreensão do presente, mas sim de um entendimento do presente para dar lugar as partes do passado acessível a partir das fontes às quais o historiador previamente selecionou, já demonstrando uma clara opção em sua pesquisa<sup>16</sup>.

Caracterizados por Soares como importantes veículos para a manutenção e construção da memória, os jornais, muitas vezes, dialogam eventos do seu presente com o passado como uma estratégia narrativa jornalística<sup>17</sup>. É importante perceber como a seleção, edição e classificação de informações que circulam nesse meio são delimitadas pela demanda do público, exigências editoriais e a necessidade de fomentar um mercado. Ao resgatar certos nomes e imortalizar determinados lugares, imagens e sentidos em detrimento de outros, é, também, um dos meios do futebol se estabelecer como um dos símbolos da cultura brasileira<sup>18</sup>. A Prefeitura não atuou como única locutora dos eventos que ocorreram na cidade. Com uma mídia considerável – três jornais impressos, afiliadas locais de redes nacionais de televisão e inúmeras estações de rádio -, as celebrações do Centenário ocuparam um espaço relevante nos periódicos que circulavam na cidade.

A Copa Centenário está inserida no contexto de comemorações do Centenário belo-horizontino que, até certo momento do ano, estava passando despercebida aos olhos da população. Como afirma um artigo do jornal O Tempo:

A “Capital do Século” atravessou seis meses do ano de seu centenário, mas ainda pouco se viu de comemoração digna de fazer da cidade a meca nacional da cultura, como foi propalado pelo prefeito Célio de Castro, durante a campanha eleitoral<sup>19</sup>.

O enfoque das comemorações do centenário ocorreu principalmente no mês referente ao aniversário da cidade. Os eventos que aconteceram anteriormente, apesar de terem certa

---

<sup>15</sup> DE LUCCA, Tânia. História. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. Editora Contexto, São Paulo, 2006, p. 112.

<sup>16</sup> CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 78.

<sup>17</sup> HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge G.; SANTORO, Marco Antonio. Futebol, Imprensa e Memória. Revista Fronteira (UNISINOS), Unisinos, São Leopoldo, v. 6, p. 61-78, 2004, p. 63.

<sup>18</sup> DAMATTA, Roberto. Futebol: ópio do povo X drama de justiça social. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v.1, p. 54-60, 1982, p. 57.

<sup>19</sup> Jornal O Tempo. Centenário por enquanto passa batido. Belo Horizonte, p. 9, 03 de jun. de 1997.



visibilidade na mídia impressa, por exemplo, não conseguiram muita adesão popular. É nesse contexto que se insere a Copa Centenário de futebol profissional.

O evento aconteceu a partir de uma parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com a Federação Mineira de Futebol. Essa associação com uma instituição estadual, que permitiu que o evento pudesse ser organizado pela FMF, foi fundamental para o financiamento da Copa tendo em vista os gastos de R\$ 6,5 milhões estimados pela Federação<sup>20</sup>. Os gastos justificam-se principalmente levando em conta os times convidados e o interesse do estado de utilizar da Copa como um meio de publicização da cidade. As negociações entre o estado e o município foram acertadas no mês anterior, apesar das dificuldades enfrentadas. A desistência de times convidados para a competição como Barcelona, que já havia fechado contrato, Racing, que desistiu no mês de junho e River Plate e Boca Juniors, a mais de um mês, demonstra a dificuldade de se organizar um evento do porte desejado pelos organizadores no meio de temporada da maior parte dos times convidados. Percebe-se desde os nomes de clubes selecionados pelos interlocutores da comemoração a ambição de trazer a Belo Horizonte times de renome internacional que demonstrariam que a cidade uniria durante uma semana importantes nomes do mundo futebolístico profissional naquele momento, materializando o conceito de “Capital do Século” em “Capital Mundial do Futebol”.

O torneio, que acontecerá entre os dias 1º e 9º de agosto, vai reunir oito equipes nacionais e internacionais e pretende promover a cidade a capital mundial do futebol, com a chegada já confirmada de mais de 60 jornalistas e a transmissão de 72 redes de televisão para todo o mundo<sup>21</sup>.

No mesmo exemplar, aparece um trecho sob o título de “Competição dispendiosa” afirmando os altos custos do evento fora hospedagem, alimentação e gastos com os clubes participantes. O Estado de Minas afirma que a definição dos valores assim como os patrocinadores, a divulgação e a publicidade eram elementos importantes para o fracasso ou sucesso do evento.

Do trecho do Estado de Minas transcrito acima podemos ainda perceber uma das intenções fundamentais da promoção da Copa Centenário: a internacionalização da cidade e dos clubes. Após a recusa dos times citados, outros times internacionais foram convidados ao evento. A Copa, então, foi organizada de forma que os oito clubes fossem divididos em dois grupos, sendo o campeão de cada um os finalistas da competição. O primeiro grupo foi formado

<sup>20</sup> Jornal Minas Gerais. Estado viabiliza Copa Centenária. Belo Horizonte, p. 3, 24 de jul. de 1997.

<sup>21</sup> Jornal Estado de Minas. Copa Centenário é definida. Belo Horizonte, p. 17, 01 de jul. de 1997.

pelos clubes Benfica (Portugal), Cruzeiro, Flamengo e Olímpia (Paraguai) e o segundo pelo América, Atlético Mineiro, Corinthians e Milan (Itália). Os times internacionais posteriormente convidados reforçam o anseio de tornar Belo Horizonte o centro das atenções mundiais, no Brasil, naquele instante<sup>22</sup>. Fora isso, dois dos maiores clubes nacionais estariam presentes, reforçando o imaginário da capital centenária ser um dos principais centros daquele país ao lado da cidade de São Paulo, do Sport Club Corinthians Paulista, e do Rio de Janeiro, do Clube de Regatas do Flamengo.

A informação trazida que o evento seria transmitido para mais de 72 redes de televisão é relevante para observarmos a importância da Copa para os organizadores no sentido de internacionalização da cidade, colocando-a como um exemplo de capital no ritmo do mundo. Essa internacionalização dizia tanto respeito a cidade quanto aos clubes mineiros participantes. O Estado de Minas afirma que “para o presidente da Federação Mineira, a Copa é uma oportunidade de divulgação dos times mineiros já que os jogos serão transmitidos não só para o Brasil, mas também para outros países da América do Sul e da Europa”<sup>23</sup>.

A Copa Centenário iniciou num período que atendeu melhor aos clubes estrangeiros que os brasileiros. Em férias, os clubes europeus tiveram um calendário flexível, o que possibilitou a participação no evento. Os times brasileiros, em contrapartida, tiveram de conciliar diversos campeonatos com o calendário da Copa Centenário, apesar do Campeonato Brasileiro ter sido ajustado para atender os times que participaram da competição. O Atlético Mineiro, por exemplo, ainda participava do Campeonato Brasileiro (que na época contava com fases eliminatórias) e se preparava para a Copa Conmebol. O Cruzeiro jogava as finais da Copa Libertadores durante a comemoração. Flamengo, Corinthians e América, por sua vez, compunham o quadro de times do Campeonato Brasileiro, os dois primeiros na Série A e o último na Série B. Até para conciliar situações tão adversas entre os clubes, a Copa Centenário foi arquitetada para ocorrer em tempo curto: durou somente 9 dias.

Por ter se tornado um empreendimento caro e complexo em seu planejamento e execução, as expectativas para a Copa foram altas, sobretudo pela presença de clubes do exterior e pela importância que a festividade pudesse ter para os times da capital. Era esperado um grande público para os jogos e mobilização dos times mineiros para a conquista da taça neste campeonato. Entretanto, tais expectativas não foram atingidas por diversos fatores. Um

---

<sup>22</sup> Jornal Minas Gerais. Estado viabiliza Copa Centenária. Belo Horizonte, p. 3, 24 de jul. de 1997.

<sup>23</sup> Ibid, 24 de jul. de 1997, p. 3.

deles foi a permanência do foco dos clubes em campeonatos já consolidados na época, como o Campeonato Brasileiro e a Copa Libertadores da América. No entanto, o América foi, provavelmente, o time com calendário mais frouxo, visto que seu início na Série B foi retardado por conta da Copa. O evento não possuiu, para os clubes, a relevância que os organizadores esperavam. Além disso, a Copa ocorreu num curtíssimo espaço de tempo, com muitos jogos em uma mesma semana, o que tenderia a desgastar fisicamente os atletas dos times que tratassem a competição como algo mais sério e poderia prejudicar os times nos campeonatos nacionais e continentais em que disputavam até então.

Essa diferença de importância dos campeonatos refletiu também no público presente nas partidas. A única partida de público expressivo foi a final da Copa Centenário, entre Atlético e Cruzeiro, que contou com quase 50 mil pessoas sendo 70% deste público composto por atleticanos, segundo o Estado de Minas<sup>24</sup>. Algumas outras partidas tiveram bons públicos, mas ainda abaixo do esperado, como Atlético e Milan, que contou com mais de 30 mil pagantes. Os demais jogos, em sua maioria, não chegaram a contar com 10 mil torcedores. Os dirigentes da Federação Mineira de Futebol, à época, esperavam contar com um público de 20 mil nos jogos de Atlético e Cruzeiro e com 8 mil torcedores nas partidas do América<sup>25</sup>.

Ao fim da Copa, Élmer Guilherme, presidente da FMF, reconheceu publicamente o fracasso de público no campeonato<sup>26</sup>. Um motivo que pode ter sido preponderante para o baixo público (além da baixa relevância da Copa) é o preço dos ingressos para entrada, que custavam algo próximo de 8% do salário mínimo à época<sup>27</sup>. Além disso, os dias e horários dos jogos tinham de harmonizar com o calendário dos demais campeonatos nacionais e, até mesmo, com os horários padrões de partidas dos campeonatos internacionais. Isso significou, no período, jogos em dias e horários pouco viáveis à maioria da população economicamente ativa mineira, com partidas realizadas à tarde no meio da semana. A final, partida de maior público da Copa, ocorreu numa tarde de sábado e talvez isso explique a maior adesão dos torcedores. O colunista Silvio Scalioni afirma, em tom de crítica, que

A torcida do Galo, que costuma sempre comparecer em bom número, bem que gostaria de prestigiar tão interessante preliminar [jogo Corinthians X Milan]. Mas como? Parece que quem organizou a tabela não sabe que o torcedor, em

---

<sup>24</sup> Jornal Estado de Minas. Torcida deu cor e alegria ao espetáculo. Belo Horizonte, p. 11, 10 de ago. de 1997.

<sup>25</sup> Jornal O Tempo. Élmer reconhece fracasso de público. Belo Horizonte, p. 7, 10 de ago. de 1997.

<sup>26</sup> Ibid, 10 de ago. de 1997, p. 7.

<sup>27</sup> O salário mínimo instituído em maio de 1997 era de R\$120,00. O ticket custava R\$10.

sua grande maioria, é trabalhador. E que segunda-feira é de trabalhar. Ou então, o que menos importa é o torcedor estar em campo<sup>28</sup>.

Um dia após as finais da Copa, o Estado de Minas explica que os organizadores do evento não sabiam explicar o porquê do fracasso de público. Em uma declaração, o presidente da federação afirma que

Procuramos dar o melhor, trazendo equipes de renome internacional e os dois de maior torcida no Brasil, que são Flamengo e Corinthians. Infelizmente a torcida não compareceu<sup>29</sup>.

Percebe-se que em nenhum momento das reportagens analisadas os organizadores elencam o preço dos ingressos, os dias e horários e as outras competições as quais os clubes se dedicavam como entraves. Nesse trecho, a responsabilidade de não comparecimento recai sobre a torcida.

No mesmo exemplar, o jornal afirma que Élmer Guilherme declarou que acredita que a Copa havia atingido seus objetivos “que era homenagear o torcedor mineiro e promover a imagem dos clubes do estado no exterior”. De acordo com as propagandas e o discurso vinculado na organização do aniversário da cidade, uma das metas a serem cumpridas era a participação ativa da comunidade nas celebrações esportivas<sup>30</sup>. No entanto, os fatores como preço e horário em nenhum momento favoreceram a participação dos cidadãos, principalmente os de baixa renda.

A maximização da relevância do evento para os belo-horizontinos e para os clubes participantes também fica evidente nos periódicos. Na semana do evento, observamos as seguintes manchetes no jornal O Estado de Minas: “Espetáculo histórico no Mineirão” (03/07/1997), “Expressinho azul atropela o Benfica de US\$60 milhões” (04/07/1997), “Clássico é um presente para os belo-horizontinos” (09/07/1997). Todas as manchetes trazem aspectos de emoção ao evento, destacando o sucesso dos clubes da capital, seu destaque perante os clubes europeus e argentinos e o momento histórico que Belo Horizonte vivia com a realização da Copa.

---

<sup>28</sup> Jornal Estado de Minas. Emoção é que não falta. Belo Horizonte, p. ?, 04 de jul. de 1997.

<sup>29</sup> Jornal O Tempo. Atlético vence e é campeão da Copa Centenário de BH. Belo Horizonte, p. 27, 10 de ago. de 1997.

<sup>30</sup> ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A propaganda Institucional do Centenário de Belo Horizonte, p. 5.

### **Considerações finais**

Em suma, identifica-se na Copa Centenário de futebol profissional ambições políticas e institucionais que se detinham no sucesso do evento como manifestação de êxito da marca *Belo Horizonte*, bem como da aglutinação dos cidadãos nas comemorações centenárias. Entretanto, tais objetivos parecem não ter sido plenamente alcançados. Enquanto que a capacidade de envolver os belo-horizontinos fracassou, consideramos que a finalidade de divulgar a marca foi alcançada. Independentemente da dificuldade de levar público aos estádios, algo que se tornou cada vez mais constante entre os anos 90 e os dias atuais, a competição foi transmitida mundialmente e envolveu clubes nacionais e internacionais relevantes.

## A cidade projetada e seus novos hábitos: o lazer bello-horizontino na Revista Semana Ilustrada (1927)

**Andreza Gonzalez Rodrigues Mota**

Mestranda

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG)

E-mail: dezza\_rodrigues@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar a divulgação de práticas de lazer em Belo Horizonte, tendo a Revista Semana Ilustrada como fonte, privilegiando as publicações de 1927. O acervo consultado é o da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa (Belo Horizonte, MG). A presença da imprensa ilustrada no cotidiano brasileiro esteve muito presente no séc. XIX, ainda que de vida efêmera, fomentou novidades e continuidade dos modos modernos de viver, o que inclui o lazer (FIGUEIREDO, 2015). De caráter noticiário, artístico, humorístico, crítico e literário, a Revista Semana Ilustrada evidenciou em suas páginas os esportes, *footing*, cinemas, bares e *clubs*, como alguns dos principais divertimentos da época. Por fim, como considerações parciais de uma pesquisa em andamento, os lazeres bello-horizontinos aparecem como reflexos de um esforço da cidade em seguir o viés da civilidade, o anseio dos padrões da modernidade e equiparação com os grandes centros urbanos mundiais.

**Palavras-chave:** Belo Horizonte; Lazer; Revista Semana Ilustrada.

**Resumen:** Este artículo tiene por objeto presentar una divulgación de prácticas prácticas en Belo Horizonte, con una Revista Semana Ilustrada como fuente, publicado en 1927. O acervo consultado en la Hemeroteca Histórica de la Biblioteca Pública Luiz de Bessa (Belo Horizonte, MG) . La presencia de la prensa ilustrada no cotidiano brasileiro esteve muito presente no séc. XIX, aún en la vida real, fomentamos las novedades y la continuidad de los modos modernos de viver, o que incluye el ocio (FIGUEIREDO, 2015). De caráter noticiário, artístico, humorístico, crítico e literario, a Revista Semana Ilustrada evidenciou em sus páginas de los deportes, *footing*, cines, bares y *clubs*, como algunos de los principales divertimentos de la época. Por lo tanto, como consideraciones de una investigación en andamento, los sueños de bello-horizontinos aparecem como reflejos de un esfuerzo de la ciudad en seguir o viés de la civilización, o anseio de los estándares de modernidad y equiparación con los grandes centros urbanos mundiales.

**Palabras clave:** Belo Horizonte; Ocio; Revista Semana Ilustrada.

Construída no anseio dos padrões da modernidade, a constituição de Belo Horizonte como metrópole foi se dando juntamente com sua construção cultural e social, ao passo que as mudanças na cidade paralelamente aos hábitos e costumes dos indivíduos foram ocorrendo.

Um poeta-architecto com os olhos perdidos no futuro, traçou estas ruas, delineou estes jardins, imaginou estas praças. E Bello Horizonte, linda e singular, surgiu então como a rainha das cidades brasileiras- — A cidade das rosas e da juventude, do espirito e da cor. O seu progresso é a maravilha de um desdobramento suave e persistente, que tenta a perfeição. (...) (SEMANA ILLUSTRADA, 1927)

Marcante mas um tanto quanto efêmera, a imprensa ilustrada brasileira teve grande foco no país no séc. XIX. Por conseguinte, de caráter noticiário, artístico e literário, como também por vezes envolta de humor e crítica social, a *Revista Semana Ilustrada*, com grande conotação

popular na época na capital, foi escolhida como fonte principal do presente estudo. “As revistas ilustradas oitocentistas, assim como outros tipos de periódicos, têm recebido nas últimas duas décadas grande atenção nas pesquisas sobre a história do Brasil.” (FIGUEIRO, 2015). Entretanto, após pesquisa bibliográfica acerca do assunto, julgo como pouco utilizadas como fonte em trabalhos acadêmicos e publicações na área dos Estudos do Lazer e da história de Belo Horizonte.

*Semana Illustrada*, surgiu como continuação do *Jornal A Caveira* que existiu entre 04 de junho a 27 de agosto de 1927, contando com 13 números publicados. Apresentando seu primeiro número, o 14º de publicação geral, em 4 de setembro de 1927, a revista era a única revista semanal editada e uma das raras revistas semanais que seguiu uma certa regularidade. (LINHARES, 1995). Além de dialogar com o caráter moderno vigente que também caracteriza os fenômenos de lazer e da cidade, considero fascinante a possibilidade de se encontrar vestígios não só textuais, resultando num esforço de engrandecimento no cenário interpretativo na procura e análise dos dados nos periódicos.

“Revista de crítica social, humorismo, vida acadêmica, literatura, charges e sports”. Assim era descrita a *Revista Semana Illustrada* em seu Expediente. Tendo Delorizano Moraes como diretor-proprietário e J. E. de Las Casas como diretor-gerente, sua redação e administração se instalava na rua Rio Grande do Norte n. 53 – Belo Horizonte. Eleita como fonte protagonista da presente pesquisa, assim como a cidade, a revista foi elaborada como transformação para o moderno exigido pela sociedade, argumento este exposto em seu 1º número e 14º na numeração geral, a seguir:

#### Metamorphose

A metamorphose d' "A Caveira" em SEMANA ILLUSTRADA obedece á lei geral do transformismo. Não violentámos o meio, antes fomos conduzidos até aqui, lentamente, pela vontade do espirito urbano. Fossem-nos desfavoráveis as condições mesologicas, e depereceríamos nos entre-choques da concorrência. Mas persistimos, evoluindo. Nada mais eloqüente: favorece-nos o meio, prestigia-nos a opinião publica, revigora-nos o apoio dos nossos milhares de leitores. Sendo o numero dos seres vivos que nascem superior ao dos que a terra pôde alimentar, segundo Malthus, é natural que só escapem os que tirarem a sua força do proprio ambiente, como o fez "A Caveira" e como o fará SEMANA ILLUSTRADA, filha daquela e apenas diferenciada por novos orgams, que adqueriu por epigênese ... (MORAES, *Revista Semana Illustrada*, 1927, n.14)

Assim, considero a epigênese mencionada uma alusão a mudança do *Jornal A Caveira* em *Revista Semana Illustrada* como “novos organismos” que crescem progressivamente a partir



de alterações profundas que ocorrem a história da sociedade. É necessário esclarecer que o trabalho aqui exposto é parte de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer ainda em andamento, seguindo adiante alguns apontamentos e possíveis análises da abordagem do lazer em Belo Horizonte nas publicações da *Semana Ilustrada* do ano de 1927.

Dentre as práticas de lazer que eram comumente divulgadas em suas páginas, identificamos o espaço público, nos parques, praças e ruas, em que vivenciavam um dos principais divertimentos da época, os esportes. Concebido como provedor de saúde e modelo de modernidade se fez muito fomentado, o esporte também tinha prestígio na referida revista. Contando com a coluna “Sporte” em suas edições, o football, em especial o mineiro, é contemplado tendo as partidas do America F. C., Palestra Italia, Itabirense F. C, Juiz de Fora entre outros teams sinteticamente narradas, além de fotografadas. Chama a atenção a numerosa assistência em seus campos, inclusive o “belo sexo”<sup>1</sup>. Além do football, outros esportes tinham sua assistência impulsionada, como o hans-ball e o box, sobre este último:

A «nobre arte» já tem entre nós muitos aficionados. A prova desta foi a luta levada a efeito domingo passado, na Academia Mineira de Box. Mediram-se no ring os «batutas,s» José Baptista e Euclides de Souza. A pugna seria mais interessante se não fosse a grande superioridade de Euclides, que afinal prostrou o adversado K- O. A «turma» compareceu e a torcida foi quente. (SEMANA ILLUSTRADA, 1927)

Por sua vez, aconselhado até mesmo “as senhorinhas a sua prática, escudadas na garantia da sciencia physiologica em prol do preceito clássico “mens sana in corpore sana” o jogo de tennis ganhou grande impulso na capital, sendo crescente o número de praticantes. Foi notável o surto desse “aristocrático sport bretão”, onde “os adeptos desse proveitoso divertimento” se apropriaram principalmente do Parque Municipal. (SEMANA ILLUSTRADA, 1928, n.48). Os desportos eram tão ovacionados que, em meados de outubro de 1927, surgiu um rumor de um pedido da “mocidade esportiva: — qual seja a de crear, no Parque Municipal, uma vasta piscina para natação á maneira das inumeras que possuem os Estados Unidos.” (SEMANA ILLUSTRADA, 1927, n.20) sendo a ideia vista como benéfica, já que:

E' um problema de eugenia que é preciso ser solucionado de urgência. Filhos das montanhas, precisamos mais que todos os outros da cultura nautica, que faz a orthopeáia e o rythmo dos másculos, dando um aspecto sadio e

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada para referenciar o sexo feminino.

triumphador á physionomia e ao corpo (SEMANA ILLUSTRADA, 1927, n.20)

O *footing*, espécie de caminhada pelas ruas, parques e praças, também aparece de forma recorrente nas edições evidenciando ser uma importante atividade social da época. Bastante difundido na cidade, apresentando aspectos que se enquadravam na lógica de visibilidade do urbanismo moderno, o *footing* ganhou atenção especial na revista, sendo título tema de uma coluna denominada “Do ‘flirt’, do ‘footing’, da semana”, que através de prosas e poemas mostra pistas de como a sociedade belo-horizontina se aderiu a tal prática. Os costumes que seguiam o viés da civilidade além de adeptos tinham admiradores, como o autor Haroldo na 14<sup>o</sup> edição, que versa com entusiasmo sobre o *footing* como uma festa harmônica, onde muita gente bonita e elegante desfila e se encontra:

Que noite suave e boa!  
Tenho a impressão,—que encanto! —  
que estou sonhando...  
Concentro-me. Depois me espanto  
e volto à realidade.  
O que se passa, tudo quanto vejo,  
não é nada menos do que a cidade  
vibrando dentro do amável desejo  
de brincar...  
Bello Horizonte é uma adolescente,  
que está na idade de se divertir...  
E creia nesta historia quem quizer:  
numa noite assim vibrante e sorridente,  
eu amo esta cidade  
como si amasse uma mulher.. (HAROLDO, Semana Ilustrada, 1927, n.14)

Em contrapartida, críticas do perfil da cidade surgem em meio aos versos, junto aos elogios aparece o criticismo reflexivo sobre o cenário nacional, como na 31<sup>o</sup> edição:

E vem morrer de tédio para cá !  
E' o destino de todo brasileiro  
Que se agarra  
aos costumes do estrangeiro.. (SEMANA ILLUSTRADA, 1927, n.31)

Juntamente a coluna, os flagrantes de momentos apareciam em imagens, e, através delas é possível pontuar os locais e horários mais frequentados, por exemplo, assim como analisar o público majoritário e as relações entre ele. Com intuito de flertar e se divertir, noto que apesar da presença, principalmente de jovens, compartilhada entre rapazes e moças, existia uma certa divisão entre os gêneros, tanto na disposição nos espaços, como na forma de participar das atividades cotidianas, inclusive de lazer.

Outro fato também retratado de forma assídua pela revista através de fotografias era o espírito religioso da cidade. Enquanto as mulheres a tratavam a ida a missa como um importante evento e se dispunham com finas vestimentas, os homens a aguardavam do lado de fora das igrejas enquanto elas rezavam, “lendo jornal e falando mal da vida alheia” (SEMANA ILLUSTRADA, 1927, n.30).

Além da apropriação do espaço público como praças e parques, o lazer também é vivenciado nos teatros, cinemas, bares, *clubs* entre outros locais privados. Nos anúncios semanais, aparecem como opções de filmes e peças no Theatro Municipal, o Cine Gloria, Cinema Avenida, Cinema Pathé e Cinema Odeon. O associativismo aos *clubs* são considerados grandes centros civilizados, contando com a parte distinta e inconfundível da sociedade como o Automovel Club de Bello Horizonte, Ypiranga Club e Original Club. Na vida noturna da capital, o Cassino se consolida como ponto-chave. Ademais, bares como Stadt Wien e Bar Grande Hotel contavam com a fiel freguesia, reunindo a elite belo-horizontina.

Por fim, como considerações parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG, os lazers belo-horizontinos aparecem como reflexos de uma cidade que se esforçava em seguir o viés da civilidade, em que se queria constituir como “desenvolvida e avançada”, construída no anseio de equiparação com os grandes centros urbanos mundiais, como já apontado em estudos como os de Rodrigues (2006) e Vilhena (2008). Entretanto, ainda que tais trabalhos tenham contemplado a capital mineira e o divertimento como temas centrais de investigação, e contribuído de forma enriquecedora para a historiografia, maiores discussões a respeito das análises aqui mencionadas se fazem necessárias, pois além da pesquisa em questão ainda se encontrar em andamento, tal retórica permanece de grande importância a ser contemplada como objeto de estudo, a medida que novas contribuições podem corroborar, acrescentar ou até mesmo desmitificar os achados.

### Referências

FIGUEIREDO, Guilherme Elias. Como ler uma revista ilustrada? Uma proposta metodológica para o estudo de periódicos ilustrados publicados no Brasil oitocentista. Cadernos de História. Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 77-107, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/11074>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

HAROLDO. Footing. Semana Illustrada, Bello Horizonte, n.14, ano I, 4 set. 1927.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Itinerários da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. 1 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 612 p.

MORAES, Delorizano. Metamorphose. Revista Semana Ilustrada, Belo Horizonte, ano I, n.14, 4 set. 1927.

REVISTA Semana Ilustrada, Belo Horizonte, ano I, 1927.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). 338 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VILHENA, Kellen Nogueira. Entre “sãos expansões do espírito” e “sarrilhos dos diabos”: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 – 1922). 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

## A torcida e o jogo: Técnicas Sônicas para a aceleração e desaceleração de partidas do Clube Atlético Mineiro<sup>1</sup>

**Pedro Silva Marra**

Doutor em Comunicação Social pelo Ppgcom UFF  
Professor do Departamento de Comunicação Social da UFES  
pedromarra@gmail.com

**Resumo:** Este artigo explora as relações temporais da disputa futebolística e evidencia como o controle da passagem do tempo, mudanças de andamento da partida e transformações rítmicas a partir de eventos e lances do jogo introduzidas por jogadores e torcida são fundamentais para a constituição do resultado esportivo. Aqui exploro a dinâmica constituída pelo par de opostos aceleração/desaceleração, a partir da qual a necessidade de rapidez ou lentidão nas ações em campo são traduzidas ou delineadas por sonoridades de andamento rápido ou lento, ou por ritmos mais frenéticos ou cadenciados. Para tanto, acesso material coletado em trabalho de campo realizado em partidas do Clube Atlético Mineiro, entre 2008 e 2015, no Estádio Independência, Belo Horizonte durante pesquisa de doutoramento já concluída. A investigação parte do pressuposto de que torcida e jogo constroem-se mutuamente no espetáculo futebolístico por meio da manipulação de sonoridades, compreendidas como mediações técnicas entre corpos diferentes.

**Palavras Chave:** aceleração; Clube Atlético Mineiro; desaceleração; futebol; sonoridades.

**Abstract:** This paper explores temporal relations on soccer contests and elicits how the control of time, pace changes of a match and rhythm transformations according to the games' events and moves introduced by players and fans, are crucial to the constitution of the sports results. I explore the dynamics constituted by the opposing pair acceleration/deceleration in which the need for quick and slow actions in the field are translated or delineated by fast or slow sonorities, or frantic or clocked rhythms. To do so, I base my notes on data collected on field work made during Clube Atlético Mineiro's matches, between 2008 and 2015, at Independência Stadium, in Belo Horizonte, during my PhD research. This investigation takes the assumption that cheering practices and the game build each other up on the soccer spectacle by means of the manipulation of its sonorities, taken as technical mediations among different bodies.

**Key words:** acceleration, Clube Atlético Mineiro; deceleration; Soccer; Sonorities.

Dois tempos corridos de 45 minutos cada. 15 minutos de intervalo. Entre 1 e 5 minutos de acréscimo por período a fim de compensar os momentos nos quais a bola não está rolando em campo. Campeonatos distribuídos ao longo dos meses de temporadas anuais com fórmulas de disputa diversas nos quais a sequência de resultados pode ser definidora: vitórias seguidas – ou sua falta – no momento certo podem embalar uma campanha vitoriosa – ou frustrante – em torneios de pontos corridos, enquanto a administração de resultados e placares é essencial nas Copas organizadas em torno de partidas eliminatórias. A importância de um jogo: se vale uma posição de destaque na tabela, ou um título; se o campeonato já está decidido e o compromisso

---

<sup>1</sup> Esta discussão conecta-se à realizada em outro artigo (MARRA, 2016) que compartilha com este alguns trechos. Contudo, o presente trabalho amplia o primeiro, ao refinar certas discussões do anterior e ao debruçar-se sobre outras técnicas sônicas empregadas por torcidas no contexto do espetáculo esportivo.

esportivo serve apenas para cumprir tabela. Estes são alguns dados temporais com os quais os atores envolvidos na prática futebolística devem lidar a todo momento da disputa, o que evidencia que um controle apropriado do tempo de jogo se torna essencial para a conquista da vitória e de Campeonatos por parte das equipes.

A temática não escapa ao olhar da pesquisa acadêmica sobre o esporte. Diferentes trabalhos abordam a questão da dimensão temporal da prática esportiva, seja no que diz respeito às diversas formas como acontece a cronometragem e suas implicações na eficiência, aproveitamento e dinâmica das ações dos atletas ao longo da disputa (WISNIK, 2008); às diferentes qualidades perceptivas da passagem do tempo em sua prática e expectatorialidade de acordo com a situação do confronto no esporte em geral (GUMBRECHT, 2007) ou no futebol em específico (JÚNIOR, 2007); ou ainda no que diz respeito às formas como os meios de comunicação de massa lidam com estes diferentes regimes temporais (TELLES e SILVA, 2014; TELLES, 2014). Por meio deste breve levantamento da literatura acerca do assunto, percebemos pelo menos três eixos aos quais se articulam as dinâmicas temporais no futebol: a duração da disputa e os momentos da partida; as ações dos atores – jogadores, técnicos, torcedores, arbitragem – em campo; e a sequencialidade e relevância das partidas em uma temporada.

Em primeiro lugar, a longa duração de cada período da partida e o fato da contagem do tempo não se interromper junto com o jogo criam dinâmicas de urgência e ociosidade cuja administração transcende a questão do preparo físico necessário à prática esportiva e se torna um ponto fundamental para a delimitação da estratégia e tática de jogo de uma equipe (WISNIK, 2008, pp. 110-114). Assim, o controle da posse de bola muitas vezes é tomado como um parâmetro para se medir o domínio das ações por um time na análise jornalística: manter a bola nos pés por longo período pode ser um indício de uma melhor performance, já que tal atitude, em princípio, reduz o risco de sofrer e aumenta o de marcar gols. Tal fato delinea também atitudes diferentes das equipes ao longo da duração da partida e de acordo com o que acontece em campo. Marcar sob pressão nos 15 minutos iniciais ou trocar passes estudando o adversário no mesmo período a fim de aproveitar o melhor momento de atacar? Manter a pressão após assinalar um gol ou recuar esperando uma oportunidade de pegar a defesa adversária desprevenida em contrataque? Deixar o tempo passar nos minutos finais mantendo a bola no campo adversário ou por meio de catimba quando o resultado é satisfatório, ou sair

desesperadamente rumo ao ataque, com bolas alçadas na área, quando a busca pela vitória é imprescindível?

Tal variedade e articulação de temporalidades desce ao nível mais micro-estrutural da partida, propondo percepções e reações temporais diversas para cada agente envolvido no jogo. De um lado, Hilário Franco Júnior (2007, pp. 380-381) destaca que cada função tática do futebol lida com tempos discursivos diferentes: enquanto a defesa trabalha no condicional, buscando prever e antecipar os movimentos do adversário; a criação de jogadas lida com o futuro, no sentido que procura produzir possibilidades de definição da partida por meio de gols; e o ataque lida com o presente, pois tenta realizar estas virtualidades a cada momento em que se apresentam. O campo de estudos de motricidade busca avaliar tais questões no nível dos movimentos específicos e dos padrões de jogo (MACHADO, BARREIRA e GARGANTA, 2013) e da ocupação tática espaço-temporal (TRAVASSOS et alli, 2015), a fim de avaliar a eficácia de determinados padrões de jogo.

Técnicos, torcedores e arbitragem lidam a todo momento com passado, presente e futuro. Estes últimos não só devem tomar decisões imediatas sem se afobar e considerando resoluções tomadas em situações de jogo semelhantes anteriores, mas também intervêm diretamente na velocidade e andamento da disputa, de acordo com o critério que utiliza, por exemplo na marcação de faltas – todo encontro físico entre atletas será punido, ou o jogo correrá mais livremente? Os primeiros devem avaliar, a cada partida, o histórico recente de atuações do adversário, bem como avaliar no presente suas atitudes iniciais, a fim de intervir no curso de ações de modo a corrigi-las face a um objetivo futuro de vitória. Finalmente, a torcida não só se envolve em sua habitual rivalidade e jocosidade com o adversário (GASTALDO, 2010) que leva em consideração os confrontos anteriores com os oponentes, mas também envolve-se em ações durante o jogo visando avisar os jogadores de possibilidades que se apresentam ao longo das ações, ou antever lances futuros na esperança de que se realizem mais facilmente, bem como punir sonoramente um eventual erro dos atletas da equipe do coração ou caçoar o equívoco adversário. Destacamos ainda a percepção temporal que se comprime ou distende para todos estes atores do futebol de acordo com lances capitais da partida (GUMBRECHT, 2007), como a cobrança de um pênalti decisivo, ou os últimos minutos de uma partida de final de campeonato.

Mas o futebol também apresenta durações que se estendem para além do tempo de uma única partida. Muitas vezes, a equipe que se torna campeã ao final de um campeonato é aquela



que apresenta maior regularidade jogo a jogo, ou a que vence confrontos com adversários diretos na disputa pelo título<sup>2</sup>, ao invés daquela que desempenhou uma performance melhor ou mais bonita em disputas específicas. Assim, a sequência de resultados delimita momentos e períodos mais ou menos eufóricos para os times e torcida, que se aproveitam desta mais valia anímica proporcionada por tal momento de graça a fim de manter a coesão torcedora e consequentemente o alto desempenho. Inclusive, as agremiações que geralmente sagram-se campeãs de torneios de pontos corridos são exatamente aquelas que conseguem embalar mais de uma série de vitórias seguidas, intercaladas com poucos empates e derrotas. Esta dinâmica tem sua parte inclusive no fluxo de torcedores aos estádios para assistir às partidas e na sua atitude para com os jogadores. Portanto, uma série de derrotas pode por exemplo – de acordo com o momento do campeonato – induzir protestos contra o mal desempenho em campo, no início do torneio; ou catalisar a lotação do estádio na tentativa de interromper a série de infortúnios e empurrar o time contra um possível rebaixamento.

Mais do que qualidades temporais diversas delineadas por tais dinâmicas, o que toma a frente e que merece destaque para o andamento deste trabalho é que tal variação e articulação de temporalidades produz ritmos diferentes para a prática do futebol. Mais do que a ideia de ritmos longos ou curtos a que se refere Franco Júnior (2007, p. 344), interessa aqui a capacidade de cada um deles em embalar, sincronizar ou harmonizar os corpos dos agentes envolvidos no jogo, bem como o papel que a sua quebra, interrupção ou mudança podem ter na transformação do andamento dos lances do jogo. Henri Lefebvre (2013, p. 16) destaca que os ritmos constituem-se a partir de repetições e diferenças que marcam medidas e frequências nos quais os eventos reaparecem ou divergem. O autor busca compreender as formas como a vida social se imprime sobre e contagia os sujeitos a partir das repetições e diferenças articuladas nos ritmos da sociedade, explorando, por exemplo, a forma como os ritmos militares disciplinam corpos no exército, os fluxos midiáticos contemporâneos nos acostumam à imediatividade do cotidiano ou como as variações nas marés oceânicas ou de mares interiores imprimem uma vida urbana mais intensa ou regulada em cidades européias à beira do mediterrâneo ou do Oceano Atlântico.

Lefebvre (2013, p. 24) percebe o ritmo como uma manipulação de tempo e espaço de tal forma que as mudanças sociais de grande impacto produzidas pelas revoluções estão

---

<sup>2</sup> Em outro artigo (MARRA, 2015b) trabalhei a relação entre o grau de articulação da torcida no estádio, materializado em uníssonos em torno de uma mesma canção ou gritos de guerra, e a importância de uma partida de futebol específica.

diretamente ligadas a transformações rítmicas em que uma pulsação anterior é substituída por uma nova que deve ser incorporada pelos agentes envolvidos. Acreditamos que tal perspectiva se torna de grande valia para o nosso trabalho, na medida em que abre brechas para pensar como o andamento dos rumos de uma partida, campeonato ou temporada pode se alterar. Afinal, um zagueiro só aparece no ataque em condições de surpreender o adversário e marcar um gol se ele muda o registro temporal necessário para a o desempenho de cada uma das funções. O técnico obtém maior visibilidade acerca de sua participação no jogo quando realiza uma escalação inesperada ou uma substituição que transforma, respectivamente, o ritmo da equipe ou da disputa. Ou ainda a torcida se apresenta definidora a partir da variação de cânticos que mudam a cadência dos jogadores ou da sua interrupção em caóticos e intensos ruídos que podem desnortear um adversário resistente mas que mostra-se grogue após um lance de perigo.

Este último fato aponta para as sonoridades como força, como potência de se agir diretamente sobre os corpos de agentes. Martin Daughtry aponta este caminho em estudo sobre os sons da guerra no qual ressalta que neste contexto os “estímulos sensoriais atacam corpos embebidos em adrenalina, criando estados afetivos extremos de intensidade e vulnerabilidade, estímulo e degradação, agressão e medo” (2014, p. 25). O autor argumenta que as vibrações sônicas apresentam um duplo caráter de força e de signo a qual correspondem recepções gnósticas ou cognitivas e drásticas ou hápticas. Assim, além de produzir sentidos, o mundo sonoro produz impacto sobre os corpos, já que o som tem tamanho ao ocupar um espaço equivalente à área em que é escutado; possui massa na medida em que é percebido não só pelos ouvidos mas também na pele numa interface entre o audível e o tátil, sobretudo no que diz respeito às frequências graves; bem como apresenta tanto direcionalidade – objetivando um alvo – quanto omnidirecionalidade – voltando-se também a seu emissor. Neste sentido, algo que soa sempre pressupõe alguém que escuta e vibra em simpatia, de acordo não só com aquilo que se delinea pelas sonoridades em questão, mas também com a disponibilidade corporal dos sujeitos imersos em uma cultura. Simetricamente, a audição envolve ela também a produção de vibrações sonoras em uníssono, em consonância ou em reação àquilo que se ouve.

Em contextos sensíveis e audíveis extremos, como a guerra – com seus sons repentinos e muito intensos em meio ao silêncio do campo de batalha – ou eventos esportivos – onde multidões produzem uma sonoridade intensa e incessante – tais propriedades hápticas tomam a frente em relação ao aspecto cognitivo dos sons pois são “direcionados aos corpos o que lhes revela como frágeis e vulneráveis à violência com as quais ressoam” (DAUGHTRY, 2014, p.

32). Nestas situações, as sonoridades colonizam os corpos tornando-se capazes de suspender a racionalidade dos agentes e modular suas ações de acordo com aquilo que suas características acústicas delineiam. Tal estado de exasperação auditiva ativa também a memória, possivelmente retornando posteriormente quando sonoridades semelhantes são novamente acessadas. Pensar as sonoridades nestes termos aponta para um quadro teórico que lida com o som como afeto no qual os corpos imprimem e deixam-se imprimir efeitos uns pelos outros (THOMPSON e BIDDLE, 2013) a partir de afinidades que se desenrolam entre os planos físico-químico, biológico e cultural. Submetidos a tais condições por longos períodos, os corpos desenvolvem

habilidades sofisticadas de escuta (...) [que habilitam os agentes] a engajar-se em um tipo de hermenêutica cultural e topograficamente modulada (...) Neste sentido, o som ambiente serviu como uma fonte profundamente democrática de informação táctica para aqueles que possuem a habilidade de decodificá-la. (DAUGHTRY, 2014, p. 26)

Assim, o mundo sônico constitui-se como uma mediação técnica que viabiliza aos agentes que o manipulam realizar certas tarefas. Tia DeNora (2000), em trabalho etnográfico acerca dos usos cotidianos da música, mostra como esta forma cultural é empregada para regular diversas atividades humanas, inclusive a prática esportiva. Em seu trabalho de campo em aulas de ginástica aeróbica, a pesquisadora observa como a correta escolha e encadeamento de peças musicais – em termos não só da escolha de repertórios melódicos, rítmicos e de andamentos apropriados para cada momento da sequência física, mas também de sua correta ordenação – lançam e conduzem seus praticantes no exercício, a ponto de escolhas musicais equivocadas do instrutor atrapalharem o rendimento dos alunos. Desta forma, uma aula de ginástica sempre termina com o conjunto de composições de andamento mais lento de forma a coincidir com o momento de relaxamento. O seu início é ligeiramente mais veloz que o seu final, caminha acelerando até a metade de sua duração quando são realizados os movimentos de alto impacto da seção e enfim ralenta novamente. Os ritmos metronômicos e marcados e melodias simples e etéreas também embalam os movimentos. “A música aqui é uma mediação que descreve ‘como’ – como mover, como pensar, como incluir, como começar, como terminar, como misturar” (DENORA, 2000, p. 93).

Usualmente o som é definido por suas características temporais, embora a espacialidade também lhe seja inerente – propriedade que se apresenta à escuta em um segundo plano de atenção. Afinal, uma de suas definições correntes baseia-se em sua natureza ondulatória, a partir de suas características vibratórias que implicam na sua periodicidade, ou seja na repetição em

tempos determinados de estados de movimento específicos. Assim, uma boa parte do vocabulário utilizado para descrever as sonoridades – agudo, médio, grave, lento, rápido, cadenciado, marcado, etc – remete ao plano das frequências. Este parâmetro acústico define não só o recorte de tempo em que ocorrem tais reiterações de repouso, compressão e dilatação de pressão do meio em que o som caminha, mas também à velocidade e intervalos com a qual diferentes vibrações se sucedem ou repetem em uma determinada duração. Neste sentido, a composição de melodias, andamentos e ritmos aparecem como formas de manipulação das possibilidades temporais do mundo sônico. Tais formas sonoras aparecem na vida social para além do plano musical ou da dança, modulando ritmos corporais em diversas práticas sociais<sup>3</sup>. Contata-se que o parâmetro acústico da frequência é preferencialmente empregado sempre que tarefas que envolvem a harmonização e sincronização de corpos (MARRA, 2015a) estão em questão. Embalados por uma mesma vibração, os agentes agregam-se em torno de ações coletivas que apontam para um mesmo sentido. O emprego de músicas, gritos, palavras de ordem entre outros ruídos torna-se, portanto uma forma de agência, por meio da qual certos agentes fazem outros agentes atuarem de uma determinada forma, expondo o fato de que “em uma sociedade, nenhum indivíduo pode agir socialmente, nem se revelar de uma maneira qualquer sem a colaboração de um grande número de outros indivíduos, na maioria das vezes ignorados pelo primeiro” (TARDE, 2007, p. 90).

Neste sentido, existe uma correlação entre os ritmos marcados e rápidos e melodias circulares entoadas pela torcida do Galo durante o início do jogo e a tática adotada por certas equipes em campo durante esse período de acelerar as ações e pressionar o adversário; entre as canções cadenciadas e de melodia sinuosa e o toque de bola e posturas defensivas, enfim que deixam o tempo da partida passar quando o resultado favorável já está construído. Em ambos os casos, propriedades acústicas das sonoridades empregadas são mobilizadas com o intuito de afetar os atletas, que se animam ou atordoam com o impacto sonoro produzido. Estas sonoridades funcionam, portanto, de maneira análoga aos áudio vírus, nos termos propostos por Steve Goodman pois “seguem seus movimentos, continuamente modulando seu comportamento com sugestões, incrementos de humor, ativadores de memória e reafirmações” (GOODMAN, 2012, p. 123). O recurso à ideia de uma virologia auditiva nos parece aqui

---

<sup>3</sup> Em outros trabalhos (FRANCO e MARRA, 2011; GARCIA e MARRA, 2016), buscamos generalizar esta potência da música para o campo do sonoro por meio de pesquisas acerca das relações entre as sonoridades de pregões de produtos e serviços populares e a dos locais na cidade onde tais manifestações acontecem e do uso de som pelos habitantes da cidade e estabelecimentos comerciais como forma de disputar, compartilhar e lotear o espaço público da rua.

bastante oportuna, não só por remeter à capacidade de proliferação e disseminação que uma infecção viral pode ter, mas também por sua ambigüidade construtiva e destrutiva, a depender da situação e dos indivíduos contagiados.

A partir destas considerações acerca das dimensões temporais das partidas de futebol e das sonoridades, proponho neste artigo duas técnicas sônicas empregadas pela torcida do Clube Atlético Mineiro – mais conhecido como Galo, por sua mascote – em torno das quais costumam-se articular as práticas torcedoras dos amantes desta equipe mineira. Na *aceleração*, ritmos rápidos e marcados, com acentos nos tempos fortes dos bumbos tocados pelas Torcidas Organizadas, são empregados em conjunto com melodias mais retas e gritadas para imprimir velocidades rápidas à equipe em campo. Enquanto isso, a *desaceleração* consiste no acesso a canções mais lentas e cadenciadas, cujos acentos rítmicos também caem em tempos fracos, embalando melodias mais retas e sinuosas a fim de retardar as ações no jogo. Importante notar que o instrumento utilizado para marcar e dar métrica a tais ritmos é grave, porção do espectro audível melhor percebido pela pele, o que acentua os aspectos hápticos destas dinâmicas. Algumas canções empregadas para a aceleração são *Vai pra cima deles, Galô; Ganhar [o título em disputa], e vamos, vamos Galo; Atlético Mineiro, e da-lhe, da-lhe galo* e *O Galo é o Time da Virada*. Todas estas peças musicais são compostas por poucos versos que são repetidos por períodos prolongados, por vezes de até 5 minutos produzindo um estado semelhante ao de transe na torcida. A paródia da marchinha de carnaval *Mulata Bossa Nova* também produz aceleração, sendo entoada uma ou duas vezes a plenos pulmões usualmente quando o Galo quase marca. Já para a desaceleração utiliza-se em sua maioria paródias de canções e temas conhecidos, como *Valeu a pena*, do grupo carioca O Rappa; *Samba Rock do Molejão*, do conjunto de pagode homônimo; *Mas que nada*, de Jorge Ben Jor; a trilha sonora do filme *A ponte do rio Kwai*; e a composição popular norte americana *When the saints go marching in*. Enquanto estas são acessadas apenas em seus refrões, aquelas utilizam toda a letra da composição e são cantadas não mais do que duas vezes seguidas.

Durante pesquisa de campo realizada entre os anos de 2008 e 2015, na qual registramos em áudio as sonoridades das partidas do Galo nos estádios Independência e Mineirão em gravadores de som<sup>4</sup>, percebemos que a técnica de aceleração sempre é acessada no início da partida – sobretudo quando um determinado número de gols é necessário para garantir a

<sup>4</sup> Uma descrição e reflexão acerca dos procedimentos metodológicos da pesquisa pode ser encontrado em MARRA, 2015c.

classificação em partidas em fases eliminatórias de campeonatos – e é mantida pelo menos até os primeiros 15 minutos da partida, ou até que a equipe da casa marque um gol. Os 12 minutos iniciais da partida válida pelas Oitavas de Final da Copa do Brasil, entre os mineiros e o Palmeiras, de São Paulo, ocorrida em quatro de setembro de 2014, exemplificam bem a dinâmica. Nesta ocasião, a Galoucura passou este tempo cantando apenas dois versos, o “Vai pra cima deles Galo” e o “Da-lhe Galo”, acessando a canção “Mulata Bossa Nova” apenas uma vez, quando o Palmeiras chegou com perigo ao gol atleticano – a torcida alviverde presente em pequeno número se torna audível neste momento na parte alvinegra do setor das arquibancadas que ocupava. Em meio à cantoria, irromperam em todos os setores, ao sabor dos acontecimentos, outras sonoridades como vibrações, xieiras, xingamentos, vaias, incentivos, comentários, ordens e reclamações. No entanto, de tempos em tempos toda a arquibancada sintonizou-se com o som que vinha da Organizada que não perdia o compasso em momento algum – e foi sempre ouvida ao menos em segundo plano em todas as gravações – até que o primeiro gol da partida saiu em cobrança de escanteio

Quando os visitantes abrem o placar a torcida sempre responde ao acontecido com a canção *O galo é o time da virada*. Outras canções na mesma toada são acessadas a fim de manter a velocidade rápida do jogo, até que os atleticanos virem o placar. Um exemplo desta dinâmica aconteceu em partida contra o Independiente Santa Fé da Colômbia, disputada em 12 de fevereiro de 2014 e válida pela fase classificatória da Copa Libertadores daquele ano. Na ocasião, os colombianos abriram o placar e a torcida emendou ritmos rápidos e melodias cíclicas até que a virada fosse obtida, ao final da partida. Neste momento, as arquibancadas entoaram *Valeu a Pena* enquanto saíam do estádio marcando uma desaceleração após intensa rapidez. Durante o trabalho de campo, a paródia da canção do Rapa somente foi entoada em uma derrota, no jogo contra o Atlas do México, ocorrida em 25 de fevereiro de 2015 durante disputa da fase de grupos da Copa Libertadores de 2015. As outras paródias citadas acima também são mobilizadas durante outros jogos quando o placar já está construído, ou seja quando a vantagem de gols conquistada garante uma vitória tranquila sobre o adversário, e as ações em campo já não despertam tanto interesse dos torcedores. Ainda registramos a utilização desta técnica em casos em que a partida caminha para seu final e o adversário não parece ter fôlego para alterar o resultado. Nestes momentos, muitas vezes torna-se necessário esfriar as ações do oponente que ainda busca reduzir a desvantagem ou o empate. O seguinte quadro sistematiza tais dinâmicas:



Situação de jogo	Predomínio rítmico	Canções predominantes
Início da partida, após lance de perigo, necessidade de construir, virar, ou segurar um resultado apertado com o adversário exercendo pressão	Rápido e marcado (acento do surdo nos tempos fortes)	<i>Vai pra cima deles Galô Ganhar [o título em disputa], e vamos, vamos Galo Atlético Mineiro, e da-lhe, da- lhe galo O Galo é o time da virada Paródia de Mulata Bossa Nova</i>
No meio de partidas com resultado e número de gols alcançados, necessidade de administrar um resultado, ao final de uma partida ganha facilmente, necessidade de “esfriar” o jogo.	Lento e cadenciado (surdo pontua tempos fracos ou contratempos)	<i>Paródia de Valeu a Pena (O Rapa) Samba Rock do Molejão Paródia de Mas que Nada (Jorge Ben) Paródia da trilha do filme A ponte do Rio Kwai Paródia do tema popular When the saints go marching in</i>

Nota-se que nestas dinâmicas certos agentes desempenham papéis específicos, como as Torcidas Organizadas que assumem a função de maestro da arquibancada, a ocupar um espaço privilegiado na proposta do que o público deve cantar a cada momento da disputa. Evidencia-se também uma negociação e confronto entre grupos uniformizados pela sonoridade do Estádio, na medida em que parte da eficácia das técnicas de aceleração e desaceleração aqui delineadas envolve diferentes potencialidades destes coletivos em realizar o contágio dos demais torcedores com seus cânticos e, por conseguinte, afetos, valores e desejos produzindo o uníssono com o qual costuma-se descrever a atuação dos torcedores de futebol no Estádio. Vale ainda pontuar que, no caso dos jogos do Galo, o Estádio Independência parece potencializar ambas as técnicas por suas características arquitetônicas que aproximam a torcida do campo e produzem uma intensa reverberação o que dá a sensação de multiplicação do público.

Contudo, é deve-se levar em conta que a disputa esportiva sempre se realiza contra o esforço do oponente que busca resistir às artimanhas táticas, estratégicas e sensoriais do rival e do local onde se realiza a disputa. Neste processo, torcida e jogo constituem-se mutuamente no espetáculo futebolístico. Arlei Sander Damo (2005), nos lembra em sua etnografia da formação de atletas de futebol que os clubes costumam oferecer acompanhamento psicológico aos jovens para que se capacitem a resistir às pressões da profissão, inclusive às ofensas e assédio dos torcedores adversários. Portanto, para os jogadores muitas vezes se torna importante tornarem-se surdos para as sonoridades e insultos que vêm da arquibancada. Para tanto, é imprescindível



que os atores – atletas, torcedores, arbitragem – envolvidos na prática esportiva desenvolvam um estado de atenção corporificada (DENORA, 2000), no qual a percepção da “aparição de algo que está aparecendo” [...] [, se torna chave, formulando uma percepção estética que] “ancora a consciência (que é muito receptiva a abstrações, antecipações e retrospectivas) através de períodos de um intenso apelo à presença” (SEEL, 2014, p. 26-27), para que se tomem as atitudes necessárias de acordo com a oportunidade. Este definitivamente é um dos fatores que levam os jogadores à vitória ou a evitar a derrota, juízes e assistentes a tomarem as decisões corretas e amantes do esporte a empurrar sua equipe do coração rumo a seus objetivos.

### Referências:

- CUSICK, Suzane. Music as Torture. TRANS – Revista Transcultural de Música. Barcelona, v. 10, 2006.
- DAMO, Arley Sander. Do Dom à profissão: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- DAUGHTRY, Martin J. Thanatosonics: Ontologies of Acoustic Violence. Social Text, 119, vol. 32, n. 2 – Summer, p. 25-52, 2014.
- DENORA, Tia. Music in everyday life. Cambridge: Cambridge University Press, 2000
- FRANCO, Juliana Rocha e MARRA, Pedro Silva. Som e complexidade urbana: Apontamentos a partir de uma visão sistêmica das sonoridades do comércio popular no Hipercentro de Belo Horizonte. Ciberlegenda. Rio de Janeiro v. 24, n. 2, p. 146-159, 2011.
- GARCIA, Luis Henrique Assis e MARRA, Pedro Silva. Pracas polifônicas: o som e a música popular como tecnologias de comunicação no espaço urbano. Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 23, n.1, jan/abr., p. 1-24, 2016.
- GOODMAN, Steve. Sonic Warfare: Sound, Affect and the Ecology of Fear. Cambridge: MIT Press, 2012
- GASTALDO, Édison. As Relações Jocosas Futebolísticas. Futebol, Sociabilidade e Conflito no Brasil. Mana. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, oct, p: 311-325, 2010.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Elogio da Beleza Atlética. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JÚNIOR, Hilário Franco. A Dança dos Deuses: Futebol, Sociedade, Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEFEBVRE, Henry. Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life. New York: Bloomsbury, 2013.

MACHADO, João Cláudio; BARREIRA, Daniel; GARGANTA, Júlio. Eficácia ofensiva e variabilidade de padrões de jogo em futebol. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v. 27 n. 4, out/dez., p. 667-77, 2013.

MARRA, Pedro Silva. Materialidades Invisíveis: parâmetros sonoros como operadores analíticos em pesquisas acerca de sonoridades e sociedade. *TRANS. Revista Transcultural de Musica*. Barcelona, 19, p.1-19, 2015a.

\_\_\_\_\_. “Contagiando multidões”: Práticas sonoras, perfis torcedores e dinâmicas de (des)articulação de torcidas de futebol em partidas do Clube Atlético Mineiro. In: *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-21, 2015b.

\_\_\_\_\_. Fascínio nas arquibancadas: apontamentos metodológicos para uma cartografia dos afetos, materialidades sonoras e produção de presença na prática esportiva. In: HELAL, Ronaldo e AMARO, Fausto. *Esporte e mídia: Novas Perspectivas – A influência de Hans Ulrich Gumbrecht*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

\_\_\_\_\_. “A Galoucura nunca para de cantar”: Tortura sônica, inércia e temporalidades em partidas de futebol do Clube Atlético Mineiro. In.: SILVA, Silvio Ricardo da (org). *Anais do II Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer*. Belo Horizonte: EEFTO/UFMG, 2016.

SEEL, Martin. No Escopo da Experiência Estética. In PICADO, Benjamin; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; FILHO, Jorge Cardoso. *Experiência Estética e Performance*. Salvador: EDUFBA, p. 23-36, 2014.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia – e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TELLES, Márcio. O replay na teletransmissão esportiva a partir do “tempo morto” do futebol. *Mediação*. Belo Horizonte, v.16, n. 18, jan/jun., p. 61-76, 2014.

TELLES, Márcio e SILVA, Alexandre Rocha. Os tempos mortos do futebol na televisão. *E-compós*. Brasília, v. 17, n. 3, set/dez., p. 1-16, 2014.

TRAVASSOS, Bruno et alli. Sucesso defensivo no futebol: análise de tendências espaço-temporais. *Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Desportivo*. Portugal, pp.1-7, 2015.

THOMPSON, Marie e BIDDLE, Ian, orgs. *Sound, music, affect: Theorizing sonic experience*. Nova York: Bloomsbury, 2013.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: O Futebol no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

## As ruínas do Estádio Avanhard e os rastros do futebol em Pripyat como testemunhos da tragédia nuclear de Chernobyl

**Thiago Carlos Costa**

Mestre em Letras/UFMG

E-mail: thiagoc\_costa@yahoo.com.br

**Resumo:** Partindo do conceito de história proposto por Walter Benjamin, quando o mesmo afirma que; “a história é objeto de uma construção cujo, o lugar, não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras””. Assim, analisar eventos históricos se torna um desafio para o pesquisador, principalmente quando o que chama a atenção; são as ruínas, os rastros e as lacunas que em alguns momentos a escrita da história teima em suprimir. Portanto, nesta comunicação proporemos uma reflexão sobre como as ruínas do Estádio Avanhard levam a pensar e pesquisar sobre o futebol em Pripyat, a sua tragédia radiotiva e suas conexões com a sociabilidade local.

**Palavras-Chave:** Walter Benjamin; Futebol; História; Chernobyl; Memória.

**Abstract:** Starting from the concept of history proposed by Walter Benjamin, when the same affirms that; "History is the object of a construction whose place is not homogeneous and empty time, but a time saturated with" *nows*. "Thus, analyzing historical events becomes a challenge for the researcher, especially when what he calls In this communication we will propose a reflection on how the ruins of the Avanhard Stadium lead to thinking and researching about football in Pripyat, its history and its history. Radioactive tragedy and its connections with local sociability.

**Keywords:** Walter Benjamin; Soccer; History; Chernobyl; Memory.

Partindo do conceito de história proposto por Walter Benjamin, quando o mesmo afirma que; “a história é objeto de uma construção cujo o lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.”<sup>1</sup>. Assim analisar eventos históricos se torna um desafio para o pesquisador, principalmente quando o que chama a atenção são as ruínas, os rastros e as lacunas que em alguns momentos a escrita da história teima em suprimir. Portanto, neste breve texto proporemos uma reflexão sobre como as ruínas do Estádio Avanhard levam a pensar e pesquisar sobre o futebol em Pripyat, a sua tragédia radiotiva e suas conexões com a sociabilidade local.

No último dia 26 de abril de 2016 foram lembrados os 30 anos do acidente na Usina Nuclear de Chernobyl, localizada na Ucrânia, que à época integrava a extinta União Soviética. Ao longo destas três décadas foram produzidos diversos documentários, artigos e reportagens que tratam do tema da tragédia nuclear de Chernobyl, mas duas questões me chamaram a atenção. A primeira são as imagens das ruínas, e o avançado estado de deterioração das edificações, ruas, avenidas acompanhadas pelo avanço da vegetação e da vida selvagem na

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas. Volume 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.229.

região urbana de Pripyat nestes últimos trinta anos. Uma segunda questão me foi posta por indicação da minha esposa, quando me apresentou o livro, *Vozes de Tchernóbil: Crônica do futuro*<sup>2</sup>, escrito pela jornalista e escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch, premiada com o Nobel de Literatura em 2015. Neste livro a autora fez uma detalhada e profunda pesquisa de história oral com pessoas diretamente e indiretamente ligadas ao acidente nuclear de Chernobyl. Assim, Svetlana Aleksievitch consegue dar vozes para mulheres, operários, liquidadores, soldados, camponeses, cientistas e outras testemunhas oculares, protagonistas e vítimas desta tragédia. No livro são narradas cenas terríveis de uma história dramaticamente silenciada, mas que nesta obra ganhou força nos relatos das cenas indizíveis produzidas pelo acidente na usina. Este livro se configura talvez em uma das obras mais contundente sobre a tragédia de Chernobyl, pois dá voz às pessoas envolvidas neste evento traumático.



**Figura 1:** Mapa de Pripyat e Chernobyl. Fonte: reprodução internet

Retomando a questão do panorama das ruínas de Chernobyl e Pripyat, com suas ruas, avenidas, edificações e paisagens, que compõem hoje em 2016, um cenário fantasmagórico, podemos aqui refletir sobre a história do vazio, observando as ruínas das edificações e pesquisar nos rastros como índices para se pesquisar a memória constituída naquela sociedade. O livro de Svetlana Aleksievitch ajuda muito a compor esse contexto social de antes e depois do acidente, propondo uma leitura de alguns aspectos da sociedade de Pripyat e Chernobyl. Nestas cenas

<sup>2</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil: crônica do futuro*. Tradução: Sonia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

das ruínas podemos propor um diálogo com o passado destas duas cidades ucranianas e pelos rastros tentar visualizar alguns aspectos da vida local até a tragédia nuclear. Portanto, dentre as ruínas de Pripjat, as imagens de um estádio de futebol abandonado me chamaram a atenção para a prática do jogo e suas relações na sociedade local. A cidade de Pripjat foi inaugurada pelo governo da União Soviética (URSS) em fevereiro 1970 para servir de moradia para os trabalhadores (e para suas famílias) da Usina Nuclear, construída em Chernobyl, cidade que ficava a pouco mais de 5 quilômetros da nova cidade. Entre os anos de 1950 e 1980, havia na URSS um intenso trabalho em torno da energia nuclear para diversos fins, e uma série de usinas deste tipo e cidades para os trabalhadores foram construídas. A cidade de Pripjat fica cerca de 100km de distância de Kiev, capital da Ucrânia, e também aproximadamente menos de 20km da fronteira com a Belarus. Naquele momento a cidade de Pripjat foi à nona cidade deste tipo construída pelo governo soviético. Estas cidades eram providas de toda a infraestrutura necessária, como prédios residenciais, escolas, hospitais, transportes, praças, centros comerciais, espaços culturais e demais espaços de sociabilidade. A cidade de Pripjat chegou a ter uma população em torno de 50 mil habitantes às vésperas do acidente na usina nuclear.



**Figura 2:** Vista aérea da construção do Estádio Avanhard. 1985 - Fonte: Reprodução Internet



Inserido nesse contexto de crescente vida social na cidade de Pripjat foi criado em meados dos anos de 1970, o FC Stroitel Pripjat<sup>3</sup> time de futebol da recém-inaugurada cidade. O elenco e comissão técnica do time eram compostos por atletas de Chernobyl, Pripjat e de vilarejos próximos às duas cidades ucranianas. A trajetória do FC Stroitel Pripjat foi relativamente discreta, sendo que nos primeiros ele atuou em torneios locais de modo semiprofissional. A partir de 1981, o Stroitel Pripjat passou a jogar um campeonato regional na região de Kiev, que servia de etapa intermediária para o acesso a terceira divisão do forte campeonato soviético de futebol. Ao longo da primeira metade da década de 1980, o Stroitel conseguiu sua melhor colocação em 1985, quando ficou em segundo lugar, quase atingindo o seu objetivo, gerando uma expectativa de sucesso no time e na sua torcida. Até então, o Stroitel mandava seus jogos em um pequeno estádio, e com a boa campanha de 1985, conseguiu apoio para a construção do Estádio Avanhard, que teria capacidade para 5 mil pessoas. O desenvolvimento do time na promissora cidade de Pripjat era crescente, e o time já no início dos anos de 1980 contava já com atletas em times infantis e juvenis, formando suas divisões de base. O ano de 1986 parecia ser promissor para o futebol do Stroitel Pripjat que jogaria no seu novo estádio que seria inaugurado no 1º de maio daquele ano, colhendo as boas expectativas da temporada anterior.



**Figura 3:** Perspectiva do Estádio Avanhard em 1986. Fonte: Reprodução Internet.

<sup>3</sup> [http://www.sports.ru/tribuna/blogs/golden\\_ball/605515.html](http://www.sports.ru/tribuna/blogs/golden_ball/605515.html)

Mas em 26 de abril de 1986, ocorreu a explosão do reator 4 da Usina Nuclear em Chernobyl, jorrando uma nuvem radioativa que contaminou o ar, vegetação, solo e rios da região. Segundo informações<sup>4</sup>, o Stroitel teria um jogo contra Borodyanka no mesmo dia 26 de abril, pela Taça regional de Kiev, mas a partida foi cancelada por conta do acidente nuclear. Simultaneamente, o governo soviético tentou conter os desdobramentos do acidente na usina em Chernobyl com os trabalhos de bombeiros e soldados, mas começou a evacuar a região apenas 36 horas após a explosão do reator.



**Figura 4:** Time juvenil do F.C. Stroitel Pripyat. Fonte: Reprodução Internet.

A nuvem radioativa percorreu rapidamente a Europa, passando nos dois primeiros dias, pela Belarus, chegando à Alemanha, Suécia e França que deram o alerta de níveis de contaminação radioativa acima dos normais para a comunidade internacional. Imediatamente foi estipulada uma zona de exclusão de cerca de 30 km no entorno de Chernobyl e Pripyat, e os cerca de 50 mil habitantes da região foram retirados da região contaminada e levados para outras cidades soviéticas. A ação de rescaldo na Usina de Chernobyl e em Pripyat, foi iniciado de pronto, inclusive atletas e membros do Stroitel Pripyat participaram desse trabalho, - estas e outras pessoas que, desde o acidente trabalharam nesse rescaldo foram denominados; de

<sup>4</sup> <http://trivela.uol.com.br/chernobyl-30-anos-o-clube-que-sumiu-do-mapa-e-o-estadio-que-nunca-inaugurou/#6>



liquidadores. Passado o acidente, fora dessa zona de exclusão, foi criada a cidade de Slavutich<sup>5</sup> para abrigar os trabalhadores da usina nuclear. Cabe ressaltar que a explosão aconteceu no reator 4 da Usina, e haviam mais 3 reatores que foram mantidos em funcionamento até meados dos anos 2000. Obviamente o FC Stroitel Pripjat foi transferido para Slavutich e passou a se chamar FC Stroitel Slavutich. O time retomou suas atividades já em 1987, conseguindo um terceiro lugar na liga regional, mas em 1988, após uma fraca campanha, o time foi extinto. Há registros da retomada do futebol profissional em Slavutich em 1994, com o nome de FC Slavutich, o time atuou entre os anos de 1995 até 1998, quando encerrou suas atividades. Esta ruptura do futebol em Pripjat e o reinício em Slavutich, e a extinção do time, levantam uma série de questões sobre a prática do esporte. Qual foi o destino de seus jogadores, treinadores, além da sociabilidade proporcionada pelo jogo em paralelo a própria fragmentação política ocasionada pelo fim da União Soviética em 1991. De modo geral, antes do acidente radiativo, o futebol em Pripjat parecia estar em franco crescimento tendo em vista os relatos, imagens e cenas dos times infantis e juvenis na cidade, além do próprio desempenho do time principal na liga local. Mas obviamente o acidente na usina nuclear e o compulsório abandono de Pripjat fragmentaram o time, e os desdobramentos imediatos ao deslocamento para Slavutich demandaria uma pesquisa mais aprofundada.



**Figura 5** - Imagem dos atletas das divisões de base do F.C. Stroitel Pripjat, em 1986. Fonte: Reprodução Internet

<sup>5</sup><http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/conheca-cidade-construida-para-substituir-pripyat-perto-de-chernobyl.html>

Retomando ao início do ponto de partida desse texto sobre como as ruínas do Estádio Avanhard servem de gatilho para pesquisar os rastros do futebol em Pripyat para se refletir a sociabilidade local, concluímos que estas ruínas trazem consigo estes rastros, como relatos, imagens, documentos numa composição desse mosaico de uma ruptura violenta proporcionada pelo acidente nuclear. Conceitualmente pensar as ruínas e os rastros pelo viés benjaminiano e sua construção de sentido passa por;

“Fundir a visão alegórica à do historiador é crucial para Benjamin. Ele reitera a importância dessa fusão na descrição do caráter destrutivo que “converte em ruínas” as coisas do mundo para que, assim, possa ver “caminhos”, “significados” dentre elas. No seu sentimento de desconfiança da “marcha das coisas”, ele traz para si a possibilidade de “conhecimento” do malogro da história. Não ficando de olhos fechados para esse malogro, as ruínas são, para ele, alegóricas, já que podem ser transformadas, experimentadas de uma nova forma.”( OLIVEIRA ; 33, 2012)

Portanto, neste breve texto, tratamos como as lacunas proporcionadas pelas ruínas de um estádio de futebol que nem chegou a ser inaugurado serve de testemunho para se pensar o tempo histórico com suas rupturas, deslocamentos e ressignificados. Concluo que a escrita da história se torna fascinante justamente por essa possibilidade de construção de narrativas a partir de fragmentos teoricamente silenciados e postos em conjunto sendo paradoxal, pois a esse direcionamento é ora salvação, ora uma violência iconoclasta.



**Figura 6:** Ruínas das arquibancadas atuais do Estádio Avanhard, 2016. Fonte: Reprodução Internet.

### Referências Bibliográficas

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Vozes de Tchernóbil: crônica do futuro. Tradução: Sonia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas. Volume 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.229.

OLIVEIRA, Elane Abreu de. A ruína e a força histórico-destrutiva dos fragmentos em Walter Benjamin. In: Cadernos Walter Benjamin. ED. UECE. Periódico N.9, Julho a Dezembro de 2012.

## Cronistas Esportivos em Campo: Letras, Imprensa e Cultura no Jornal dos Sports (1950-1958)

**André Alexandre Guimarães Couto<sup>1</sup>**

Doutor em História (UFPR)

Professor e Pesquisador do CEFET/RJ

E-mail: guimaraescouto@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho investiu na investigação de um gênero híbrido de narrativa textual, no limite entre o jornalismo esportivo e a literatura: a crônica sobre os esportes. Para tanto, escolhemos uma série de autores/cronistas que atuaram no *Jornal dos Sports*, ao longo da década de 1950. O objetivo central da pesquisa foi perceber em que medida estes narradores tinham a autonomia suficiente para criar e recriar representações culturais e sociais em torno dos esportes, além de descobrir quais eram estas posições. Apesar de o futebol ter dominado as pautas da imprensa esportiva ao longo de todo o século XX, como os campeonatos regionais, as Copas do Mundo e a Copa Rio, entendemos que outros assuntos foram debatidos por estes cronistas como a cobertura dos Jogos Olímpicos, tudo isso sob a luz da linha editorial deste jornal, que valorizava a prática do denunciamento e a do clubismo, dentre outras.

**Palavras-chave:** Imprensa, Crônicas esportivas, *Jornal dos Sports*.

**Abstract:** The present work invested in the investigation of a hybrid genre of textual narrative, in the limit between sports journalism and literature: the chronicle about sports. To do so, we chose a series of authors/chroniclers who appeared in *Jornal dos Sports* throughout the 1950s. The main objective of the research was to understand to what extent these narrators had sufficient autonomy to create and re-create cultural and social representations around sports, as well as discovering what these positions were. Although football has dominated the sports media throughout the 20th century, such as the regional championships, the World Cups and the Rio Cup, we understand that other issues have been debated by these chroniclers such as the coverage of the Olympic Games, everything this under the light of the editorial line of this newspaper, which valued the practice of denunciament and that of club, among others.

**Keywords:** Press, Sports Chronicles, *Jornal dos Sports*.

O trabalho apresentado neste evento sobre pesquisa histórica traz uma discussão em torno das crônicas esportivas produzidas por uma série de autores/cronistas e publicadas no *Jornal dos Sports (JS)* na década de 1950. Neste periódico, as crônicas tornaram-se um dos principais elementos de composição do jornal, ao lado das matérias jornalísticas. Cabe informar, todavia, que o periódico em questão tornara-se um veículo de comunicação de bastante sucesso no Rio de Janeiro neste período. Criado em 1931 pelo jornalista Argemiro Bulcão, o *JS* tinha o objetivo de se consolidar como um diário especializado em esportes, um dos poucos em todo o Brasil.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Pesquisador do SPORT – Laboratório de História do Esporte e do Lazer da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o NEFS – Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o NEPESS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Esporte e Sociedade da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> Lembramos que a imprensa esportiva já existia desde o final do século XIX e se desenvolvera nas primeiras décadas do século XX. Todavia, vários periódicos e revistas esportivas tinham uma produção efêmera e não tinham



Nossa pesquisa vai ao encontro do aprofundamento da análise discursiva dos principais cronistas que atuaram no *JS* na década de 1950, quando o gênero crônica esportiva já estava consolidado.<sup>3</sup> Antes de apresentarmos nossa metodologia de classificação dos cronistas estudados no *JS* nos anos 1950, é importante salientar que tratamos aqui da crônica como gênero híbrido, no limite entre o jornalismo e a literatura. A década de 1950 apresentou-se como um período de modernização não apenas dos aparatos tecnológicos do setor gráfico, mas também de uma tentativa de criar representações autônomas do campo jornalístico e das comunicações.<sup>4</sup> Ou seja, em nome da possibilidade de ampliação do processo de autonomização do campo jornalístico, o discurso em torno da objetividade e neutralidade invadia as redações dos principais jornais do país. Todavia, a crônica, em especial a esportiva, ia de encontro a este processo, tendo em vista que se baseava no alto grau de subjetividade e de usos e abusos das paixões, das emoções e dos sentimentos. Em resumo, enquanto as crônicas se aproximavam do discurso literário, a chamada grande imprensa aperfeiçoava suas técnicas de distanciamento da literatura e da ficção.

A crônica esportiva, principalmente pela convivência com outras narrativas comunicacionais como o rádio, por exemplo, adotava cada vez mais nos anos 1950 uma complexidade de estilos discursivos que exploravam o campo esportivo a partir de visões apaixonadas da sociedade. Por vezes, concorrente, por outras complementar, a relação entre o rádio e o jornalismo impresso ampliava a cobertura dos eventos esportivos, aumentando, inclusive o mercado em torno do entretenimento.<sup>5</sup> Apesar de nossa pesquisa não ter investido no veículo rádio, foi possível perceber que programas e emissoras radiofônicas eram divulgadas nas páginas do *JS* com mais regularidade do que qualquer outro jornal.<sup>6</sup> Concluimos, então,

---

continuidade em um mercado ainda incerto e inseguro do ponto de vista econômico e empresarial. Sobre os primórdios do jornal ver: COUTO, André Alexandre Guimarães. *A hora e a vez dos esportes: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)*. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2011. Dissertação de Mestrado em História Social.

<sup>3</sup> Para os autores que pesquisam crônicas esportivas no Brasil, a década de 1940 é apontada como um período fértil para o surgimento de um modelo subjetivo e autoral que se consolidaria nas décadas seguintes. Ver: COUTO, André Alexandre Guimarães. *Cronistas Esportivos em Campo: Letras, Imprensa e Cultura no Jornal dos Sports (1950-1958)*. Curitiba: UFRJ, 2016. Tese de Doutorado em História. E também: CAPRARO, André Mendes. *Identidades Imaginadas: Futebol e Nação na Crônica Esportiva Brasileira do Século XX*. Curitiba: UFPR, 2007. Tese de Doutorado em História.

<sup>4</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>5</sup> Apesar do processo já ter iniciado nas décadas anteriores, percebemos cada vez mais espaços nas páginas do *JS* sendo preenchidos por uma gama de informações, anúncios e colunas destinadas a área artística, cultural e do entretenimento. Esportes e cultura conviviam no *JS*, apesar do periódico ser essencialmente de natureza esportiva desde 1931, ano de sua criação.

<sup>6</sup> Como exemplo, temos a *Rádio Tupi*. Dos demais jornais pesquisados, podemos citar *O Dia*, *Última Hora*, *Correio da Manhã* e *O Globo*.

apesar de forma ainda muito preliminar, que havia muito mais aproximações do que distanciamentos entre estes veículos de comunicação.

Pensamos, então, a partir daqui como dividimos nosso conjunto de cronistas em quatro principais grupos de atuação. Observamos que deixamos outros autores de fora desta classificação, por conta de usarmos os critérios de longevidade e de periodicidade nas colunas do *JS*. O primeiro grupo era composto por literatos e eruditos, formado por autores que já tinham experiência na área da literatura e da cultura. Deste grupo, destacamos Manoel Vargas Netto, sobrinho de Getúlio Vargas e considerado um dos principais expoentes da poesia regionalista do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup> Vargas Netto foi um dos mais longevos cronistas do *JS*. Fora do jornal ocupara vários cargos políticos como o de magistrado, promotor e deputado federal. Seus textos versavam sobre o lirismo do esporte e de como a disciplina e a organização do campo esportivo deveriam ser perseguidas. Tinha um estilo erudito e citava heróis e personagens míticos em suas crônicas. Vargas Netto foi presidente durante quase dez anos da Federação Metropolitana de Futebol (FMF), além de membro efetivo do Conselho Nacional de Desportos (CND) e vice-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) por oito anos.<sup>8</sup>

Outro expoente deste grupo era José Lins do Rego, conhecido literato, e também um dos mais frequentes cronistas do jornal. Apesar de reconhecido romancista regionalista em âmbito nacional, seus textos no *JS* versavam sobre aspectos bem objetivos e pontuais dos eventos esportivos. Uma das características mais importantes de suas crônicas é a brevidade com que conseguia informar suas visões sobre o esporte. Integrava o corpo de funcionários do CND (Conselho Nacional dos Desportos), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, na época sob a gestão de Gustavo Capanema.<sup>9</sup> Na década de 1950, pertenceu aos quadros da CBD (Confederação Brasileira de Desportos), chegando a presidi-la de forma interina.

Finalmente, também analisamos os textos de Antonio Olinto. Sua atuação na área da cultura ao longo da carreira é vastíssima, atuando como crítico literário e de cinema, além de ter escrito uma série de livros desde 1949. Posteriormente, assumiria uma série de compromissos com ocupações governamentais como, por exemplo, o cargo de Diretor do

<sup>7</sup> BRITO, Mário da Silva. Vargas Neto. In: *Poesia do modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>8</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do *Jornal dos Sports* entre 1930 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de e MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

<sup>9</sup> *Ibidem*. P. 93. De acordo com Hollanda, a indicação ao cargo no CND teria se realizado por intermédio do literato Carlos Drummond de Andrade, conhecido de José Lins e Chefe de Gabinete do Ministro Gustavo Capanema.

Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, durante o Governo Café Filho (1954), logo após o suicídio de Getúlio Vargas.<sup>10</sup>

Deste primeiro bloco de cronistas analisados, apontamos uma crônica como exemplo, a de Manoel Vargas Netto, celebrando o início da jornada da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol na Suíça, em 1954.

Alegrai-vos, cidadãos!

Um dos títulos que mais enobreciam os gregos era o de cidadão. O ostracismo era a cassação desse direito. Os escravos, os prisioneiros e os estrangeiros não eram cidadãos e, por isso mesmo, não possuíam direitos...

Depois de uma grande batalha campal, em que os gregos venceram pela sua excelente condição atlética, um emissário correu a pé de Maratona a Atenas, quarenta e dois quilômetros e meio, para dar notícias a seus concidadãos. Depois das canseiras do combate o soldado grego ainda teve fôlego para esse longo percurso, patenteando também a deferência que lhe mereciam os cidadãos. Chegou estenuado e bradou para os atenienses reunidos: “Alegrai-vos cidadãos! Vencemos!” E morreu feliz... Não pretendemos que nenhum cidadão ausente venha morrer no Rio, depois de dar uma alvissareira notícia!... Mesmo porque os aviões nos poupam os esforços de qualquer distancia... Entretanto nunca será demais salientar o prazer que uma notícia de vitória pode produzir no ânimo de toda gente.

A seleção brasileira vai iniciar a sua campanha no campeonato mundial de football, enfrentando os mexicanos. Todos sabem que os nossos fraternos amigos das terras aztecas não abrigam nenhuma ilusão sobre a conquista do campeonato. Talvez não pensem mesmo na vitória sobre os brasileiros, considerados, pelos conhecedores do assunto, como francos favoritos. Mas football é football... A nós agradaria muito a vitória sobre os mexicanos, embora eles não sejam considerados “fantasmas” desse certame. Quem vencer dos matches em sua “chave” já estará classificado para as quartas de final. Contávamos com os mexicanos e franceses para o nosso sossego...

Vamos torcer com o máximo de interesse pela nossa supremacia na batalha inaugural do campeonato. Esperemos com fé para ouvir alguém bradar, pelo rádio lá na Suíça: Alegrai-vos cidadãos! Vencemos!<sup>11</sup>

Neste texto, Vargas Netto clama à união do povo brasileiro em torno da expectativa da vitória da seleção brasileira logo na sua estreia contra o México. O cronista utilizava artifícios de estilo discursivo que o caracterizou no *JS*: adotava uma postura de intelectual erudito, procurando citar personagens ou situações da cultura universal. No texto acima, inicia seu diálogo com os seus leitores informando o conceito de cidadania na Grécia Antiga (apesar de não detalhar de que cidade-estado se tratava seu pensamento). Todavia, seu objetivo maior era

---

<sup>10</sup> ANTONIO OLINTO. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/antonio-olinto/biografia>>. Acesso em: 16/06/2016. Neste *site* da Academia Brasileira de Letras, podemos conhecer uma breve biografia de Olinto, tendo em vista que era integrante da ABL, desde 1997.

<sup>11</sup> VARGAS NETTO, Manoel. Alegrai-vos cidadãos. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, n.º 7.603, 16 de junho de 1954. P. 5. Coluna A Crônica de Vargas Netto.



citar a história de Fidípides (não citado no texto) que daria origem, inclusive, à prova de atletismo conhecida como maratona. O autor comparava a notícia dada pelo soldado ateniense às boas novas que aguardariam no Brasil sobre a estreia do selecionado nacional na Copa do Mundo realizada na Suíça.<sup>12</sup> Procurava, com isso, apontar de forma culta e erudita a importância da seleção como representação da nação, em um momento de disputa interna no jornal pela cobertura do evento. Ou seja, apesar do autor ter seu estilo narrativo próprio desde a década anterior, em momentos de grandes eventos esportivos, o número de crônicas que versavam sobre o assunto aumentava e o jornal, com isso, ampliava a quantidade de seus textos. Desta forma, convivia, então, grupos distintos de cronistas que “brigavam” por seus respectivos espaços no periódico. Adotar uma pauta de histórias paralelas ao evento tornava-se uma estratégia importante para esta convivência e para dar um ar de diversidade de temas em momentos de uma grande e específica cobertura.

Outro grupo importante no *JS* era formado por jornalistas e repórteres que já tinham uma determinada experiência na área, como era o caso de Geraldo Romualdo da Silva, que atuara como repórter desde o início do jornal e já em 1938, era o correspondente internacional para grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de futebol na França. Era também jornalista de redação e repórter de *O Globo* e da *Rádio Globo* e tornava-se um dos funcionários mais próximos do diretor e proprietário do jornal, Mário Filho. Seu discurso era bem objetivo, com uma aproximação de uma narrativa mais voltada para o jornalismo exercitado nas grandes redações do que de seus colegas cronistas. Uma de suas principais características, e que era do próprio jornal, era a defesa do clubismo. No seu caso, um clubismo mais voltado para as paixões clubísticas do que pela importância institucional do clube, da associação ou agremiação esportiva.

Outro nome relevante deste segundo grupo pode ser encontrado em Everardo Lopes, antigo colaborador do *JS* desde o ano inaugural do jornal/empresa. Era um dos profissionais de confiança do diretor Mário Filho e acumulava vários cargos em sua trajetória no jornal como, por exemplo, a de secretário, administrador de empresa, jornalista/repórter, correspondente internacional e redator chefe. Atuara ainda como comentarista na *Rádio Mayrink Veiga* durante a Copa do Mundo de 1950.<sup>13</sup> Em seu aniversário, no dia 24 de dezembro de 1952, o *JS* publicava

---

<sup>12</sup> Cabe destacar, também, a citação do rádio como o veículo que traria de forma mais ágil as possíveis boas notícias acerca da participação brasileira contra o México.

<sup>13</sup> HEIZER, Teixeira. *O Jogo Bruto das Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. Edição atualizada 2001. P. 82.

uma crônica em seu favor cujo trecho destacamos por aqui: “(...) O nosso Everardo Lopes é um homem sem defeitos. E se os tem, deixa-os à porta de entrada de JORNAL DOS SPORTS. Entre nós é aquele amigo correto e leal. Só não é um cronômetro de precisão protegida porque Everardo não conta os minutos e as horas de trabalho. (...)”<sup>14</sup>

Tinha um estilo discursivo que explorava bastante o próprio gênero crônica, transitando entre a narrativa literária e a jornalística, ou seja, construída a partir de textos híbridos, na fronteira entre ambas. Além disso, apontava um discurso popular e simples, tentando atingir um público bem amplo do jornal e trazendo para as linhas a experiência de repórter. Seus principais temas giravam em torno do futebol carioca, em especial na cobertura dos jogos do Botafogo, seu time de predileção. Sentimentos de paixão clubística se entrelaçavam com a necessidade de explorar o universo futebolístico da cidade do Rio de Janeiro.

Diferentemente do primeiro grupo aqui apresentado, estes jornalistas tinham pouca autonomia devido aos cargos de confiança e proximidade com Mário Filho. Discorriam, então, de temas alinhados com os editoriais do jornal e com o posicionamento de seu diretor, seja do ponto de vista político, seja nas visões sobre o esporte e o futebol em especial. Apontamos um terceiro nome que compõe este grupo, pertencente à família Rodrigues: Mário Júlio, filho de Mário Filho e jovem jornalista que tinha a pretensão de suceder seu pai na empresa. Assinava uma coluna chamada “Carnet do Fluminense” com as informações sociais deste clube, ainda em meados de 1946. Logo, assumiria a direção de publicidade da empresa e procuraria alçar vôos como cronista do *JS*. De textos mais objetivos e factuais, passaria a ter contato com os demais autores do periódico, levando para as páginas uma dose de lirismo e subjetividade em suas crônicas. Suas melhores atuações nesta função, entretanto, poderiam ser visualizadas em momentos de Copa do Mundo, quando era necessário ocupar espaços do jornal com temas periféricos à competição, principalmente por conta de tanta concorrência na tarefa de escrever sobre o campeonato.

Um terceiro e importante grupo pode ser exemplificado pelos chamados “cronistas polemistas”. Neste caso, destacamos Álvaro do Nascimento e Thomaz Mazzoni. Enquanto o primeiro tinha uma identificação maior com o jornal, por conta de atuar na empresa desde os primórdios, Mazzoni era um colaborador consagrado da cidade de São Paulo, pois atuava no A

---

<sup>14</sup> EVERARDO LOPES. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, n.º 7.157, 24 de dezembro de 1952. P. 6. Texto que não tinha assinatura, mas muito provavelmente escrito por Mário Filho devido a estima que tinha por seu funcionário e pelo fato de que o diretor já escrevera outros textos no jornal sem necessariamente se identificar, sem falar que esta crônica usava o nome do próprio jornal.

*Gazeta Esportiva*, um dos principais periódicos especializados no país. Ambos usavam pseudônimos para publicar seus textos. Nascimento assinava seu nome real na coluna “O Vasco em Dia”, com informações mais sociais deste clube mas era mais famoso em outra parte do jornal: a coluna “Uma pedrinha na shooteira”, onde assinava como “Zé de São Januário”. Neste espaço, que se tornou importante nas páginas do *JS*, pois inclusive publicava diariamente no mesmo, Nascimento ou “Zé” apontava suas críticas para os dirigentes esportivos ou políticos que tinham ou deveriam ter alguma relação com o esporte e a cidade do Rio de Janeiro.

Assumia uma das principais características do jornal que era a prática do denunciamento quando os cronistas de forma geral e em defesa do esporte cobravam providências diversas para a melhoria do campo esportivo, seja do ponto de vista urbano, da saúde ou da organização e disciplinarização das práticas esportivas. No entanto, tinha bastante autonomia em relação aos demais colegas e da própria direção do jornal ao criticar com frequência o excesso de atenção dada ao futebol em detrimento das demais modalidades esportivas.<sup>15</sup>

Já Thomaz Mazzoni, mais conhecido como “Olimpicus”, além da participação nos jornais impressos (no Rio e em São Paulo), atuara também na *Rádio Cruzeiro do Sul*.<sup>16</sup> Sua principal atuação no *JS* era a proposição de ataque ao sentimento clubístico em detrimento de uma organização nacional do futebol. Deixara de lado nos textos publicados neste jornal o seu posicionamento em defesa do futebol praticado em terras paulistas, mas apresentava uma visão mais conservadora e tradicionalista em relação à prática desta modalidade, um olhar quase mítico em relação à evolução do futebol, o que o aproximava do próprio Mário Filho, que o convidara para atuar no *JS*. Apesar do pseudônimo se referir ao olimpismo, Mazzoni escrevia quase exclusivamente no jornal carioca sobre futebol.

Finalmente, e não menos importante, trabalhamos com um quarto grupo: o das mulheres cronistas. Florita Costa e Inah de Moraes tornaram-se “vozes femininas” quase isoladas não só no *JS*, mas no mundo do cronismo esportivo carioca. Chegavam às páginas do jornal por dois principais caminhos: a influência de seus respectivos maridos no campo esportivo e sua atuação protagonista no esporte, por meio da inserção nos clubes e associações que participavam.

---

<sup>15</sup> Lembramos que o *JS* publicava colunas que cobriam outros esportes como o turfe, a natação e o basquetebol, por exemplos. Todavia, não eram diárias e sua publicação não tinha o mesmo destaque que as demais colunas que lidavam com o futebol.

<sup>16</sup> RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo – histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007. No Rio, Olimpicus escrevia também para *O Globo*.

Florita Costa era esposa de Flávio Costa, famoso treinador de clubes grandes do Rio de Janeiro como Flamengo e Vasco da Gama, além da própria seleção brasileira (fora técnico, inclusive da Copa do Mundo de 1950) e tinha uma participação influente na vida política e social do Flamengo, clube pela qual era apaixonada. Recebera a missão de escrever uma coluna social sobre este clube chamada “Diário do Flamengo”.<sup>17</sup> Devido ao destaque que criara no meio jornalístico, assumira outro espaço do jornal, mais autoral e com disponibilidade de escrever de forma mais subjetiva e pessoal. Desta forma, a coluna “O meu comentário” era a chance para Florita se destacar na criação de textos bem passionais e emotivos, girando quase sempre em torno do Flamengo, e explorando a popularidade deste time na cidade. Era comum também que utilizasse os seus textos para enaltecer o trabalho de Flávio Costa e dos atletas rubro-negros. Uma de suas principais características era a defesa da paixão clubística, dialogando como uma torcedora para os demais leitores/torcedores, conforme podemos perceber no texto abaixo:

(...) O que eu sinto é que existe má vontade, incompreensão por parte de alguns amigos – amigos do peito – os quais pelo vício de doutrinar cometem injustiças clamorosas. Eles querem do Flamengo aquilo que o Bangú ainda não conseguiu com milhões à disposição, cracks famosos e um técnico de indiscutível competência. Se a nossa torcida acreditar em Flavio e acompanhar com paciência que a direção máxima do clube vem realizando, no setor do football, terá, breve, motivo para muitas alegrias...<sup>18</sup>

Como apontamos, Florita buscava um canal de defesa do trabalho de seu marido e da equipe do Flamengo, realizando com isso um embate intersubjetivo com seus colegas de redação, tanto para dentro do *JS* como para fora dele. Chegava inclusive a questionar o verdadeiro papel do cronista/jornalista tendo em vista que em sua opinião, o principal era apoiar incondicionalmente os seus respectivos times de coração.

Por outro lado, Inah de Moraes também tinha semelhanças com Florita, porém na defesa de outra face do clubismo, a que valorizava a capacidade de organização, estruturação e disciplinarização do esporte. Inah era esposa de Prudente de Moraes Neto, jornalista e neto do ex-Presidente Prudente de Moraes (1894-1898).<sup>19</sup> Socialite e dona de haras em Itaipava (região serrana do estado do Rio de Janeiro) escrevia uma coluna chamada “Rondó dos Cavalões” em

<sup>17</sup> Escrevera nesta coluna entre 1945 e 1947, sendo substituída por Pedro Nunes.

<sup>18</sup> COSTA, Florita. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, n.º 6.911, 9 de março de 1952. P. 5. Coluna “O Meu Comentário”.

<sup>19</sup> Prudente de Moraes Neto era cronista esportivo do jornal *Diário Carioca* e de acordo com Luís Nassif, era assessorado por Inah quando o assunto era o hipismo. Ver: NASSIF, Luís. *O cronista do Rio*. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-cronista-do-rio-0>>. Acesso em: 6/07/2016.

homenagem ao seu amigo, Manuel Bandeira (que escrevera a poesia “Rondó dos Cavalinhos”).<sup>20</sup> Tinha uma boa entrada no meio cultural e esportivo, mantendo boas relações com nomes importantes da cultura brasileira como Candido Portinari, por exemplo.<sup>21</sup>

Suas crônicas eram baseadas no denunciamento das práticas irregulares dos *Jockeys Clubs* e das associações hípcas causadas por seus desafetos. Desta forma, escrevia utilizando as duas características importantes do jornal e dos demais cronistas: o denunciamento e o clubismo. No caso de Inah, suas críticas se alinhavam com a defesa das instituições e associações esportivas, na necessidade de regulação e supervisão dos esportes equestres e na denúncia das possíveis irregularidades neste campo. Mesmo na maior parte do tempo agindo em defesa dos seus interesses próprios, como proprietária de haras, adotara um discurso na fronteira do hibridismo entre literatura e jornalismo para contar suas histórias.

Enfim, podemos concluir este trabalho revelando a importância da análise discursiva destas fontes, pois as mesmas possibilitam pensar como o cronismo esportivo se desenvolveu na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para o incremento da própria imprensa esportiva como um todo e de como os textos do *JS* revelavam uma série de discursos diversos, convergentes ou divergentes entre eles e entre eles e a direção do jornal. A classificação em grupos é apenas uma das possibilidades de análise para compreendermos este período fértil do cronismo esportivo do *JS*.

Desta forma, parece-nos impossível pensar que o cronismo esportivo teria se desenvolvido a partir exclusivamente da criatividade, imaginação e brilhantismo de Mário Filho. Este jornalista, como diretor e proprietário do *JS* a partir de 1936 teve o mérito de reunir uma série de escritores e autoras que levaram o jornal a ser reconhecido nacionalmente, apesar de privilegiar as visões sobre a cidade do Rio de Janeiro. Porém, acreditar que existe uma “pedra fundamental” no jornalismo esportivo é um caminho tão mítico quanto as histórias que Mário Filho desenvolveu como cronista acerca da história do futebol brasileiro.

### Referências Bibliográficas:

ANTONIO OLINTO. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/antonio-olinto/biografia>>. Acesso em: 16/06/2016.

BRITO, Mário da Silva. Vargas Neto. In: *Poesia do modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

---

<sup>20</sup> A coluna era publicada tanto no *JS* como no jornal popular carioca *O Dia*.

<sup>21</sup> COUTO, André Alexandre Guimarães. 2016. *Op. Cit.* P. 186.

CAPRARO, André Mendes. *Identidades Imaginadas: Futebol e Nação na Crônica Esportiva Brasileira do Século XX*. Curitiba: UFPR, 2007. Tese de Doutorado em História.

COUTO, André Alexandre Guimarães. *A hora e a vez dos esportes: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)*. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2011. Dissertação de Mestrado em História Social.

\_\_\_\_\_. *Cronistas Esportivos em Campo: Letras, Imprensa e Cultura no Jornal dos Sports (1950-1958)*. Curitiba: UFRJ, 2016. Tese de Doutorado em História.

HEIZER, Teixeira. *O Jogo Bruto das Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. Edição atualizada 2001.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do *Jornal dos Sports* entre 1930 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de e MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

NASSIF, Luís. *O cronista do Rio*. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-cronista-do-rio-0>>. Acesso em: 6/07/2016.

RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo – histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Mil e uma noite de Futebol: o Brasil moderno de Mário Filho*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

#### **Fontes:**

COSTA, Florita. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, n.º 6.911, 9 de março de 1952. P. 5. Coluna “O Meu Comentário”.

EVERARDO LOPES. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, n.º 7.157, 24 de dezembro de 1952. P. 6.

VARGAS NETTO, Manoel. Alegrai-vos cidadãos. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, n.º 7.603, 16 de junho de 1954. P. 5. Coluna A Crônica de Vargas Netto.

## “¡Mirá Cómo Grita El Hinchá!”<sup>1</sup>: O Futebol e a Unidade Dos Povos Latino-Americanos<sup>2</sup>

**Iago Luan Braga Campos**

Graduando em História  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
E-mail: iago.lbc@gmail.com

**Pedro Henrique Gonçalves Pereira**

Graduando em História  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
E-mail: pedrosogekid@hotmail.com

**Thiago Tadeu Mendes**

Graduando em História  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
E-mail: thiagomendes70@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo estudar o futebol partindo do pressuposto de que este se coloca como um fenômeno dentro do contexto latino-americano. Nesse sentido, propusemos uma caminhada acerca das situações que possibilitaram sua implantação, com o incentivo da transposição do modelo europeu, na tentativa de modernizar e colocar a América Latina no cenário de destaque mundial. Dentro da consolidação do esporte, serão contempladas as discussões acerca da sua utilização para entorpecer o grande contingente populacional frente às tomadas de decisão dos governantes. No sentido de correlacionar o futebol enquanto meio de promover a unidade dos povos latino-americanos, utilizaremos alguns elementos para comprovar tal inferência, como a literatura, as particularidades e semelhanças entre os torcedores e o ideário criado no sentido de vislumbrar no esporte uma válvula de escape para atenuar os sofrimentos diários vividos por grande parte da população.

**Palavras-chave:** Futebol; América Latina; Torcidas; Literatura; Unidade.

**Abstract:** This article aims to study the football on the assumption that it arises as a phenomenon within the Latin American context. In this sense, we proposed a walk about the situations that enabled their implementation, with the encouragement of the implementation of the European model, in an attempt to modernize and put Latin America on the world's premier stage. Within the consolidation of the sport will be included discussions about their use to numb the large populations in the face of decision-making by governments. In order to correlate the football as a means of promoting the unity of the Latin American people, use some evidence to make such an inference, as literature, peculiarities and similarities between the fans and the ideas created in order to glimpse the sport a valve escape to alleviate the daily suffering experienced by much of the population.

**Keywords:** Football; Latin America; Football fans; Literature; Unity.

---

<sup>1</sup> A expressão alocada no título significa “olha só como grita o torcedor!”. Tradução nossa.

<sup>2</sup> Artigo desenvolvido e apresentado à disciplina América no século XIX, do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.



## Introdução

A bola, o campo, as traves e as chuteiras. Estes são elementos muito particulares, que logo remetem ao assunto principal deste artigo: o futebol. Baseando-nos em algumas máximas ao reproduzir o discurso do futebol como o “esporte das massas” e denotando em suas características o tom democrático e lúdico a possibilidade de ser visto como “o ópio do povo”, o estudo em si nos leva a repensar e caminhar em direção a novas proposições, nos comprometendo a analisar um outro personagem, igualmente importante e fundamental na composição do esporte. Os homens, em suas diversas posições neste evento ritualístico, preenchem a outra parte da equação, vivendo o futebol como trabalho, como diversão ou tendo neste a instituição de um viés praticamente religioso.

Nesta ótica, pretendemos analisar as bases do futebol na América Latina – mais especificamente, na Argentina – estudando a chegada do esporte, suas influências e dissonâncias do modelo tal como existe nos dias de hoje. A ideia é também mostrar que o futebol não é algo em si, com pessoas correndo pelo campo objetivando atingir as metas adversárias. Muito além disso, é um mecanismo de reivindicação de direitos, de dar voz às populações historicamente silenciadas frente a todas as injustiças e de criar esperança naqueles que se encontram subjugados pelas mazelas de suas localidades.

### 1 Futebol: Poder de Encantar e Entorpecer o Povo

Falar de futebol é deixar transparecer os sentimentos dos mais diversos. Alegria, tristeza, fúria, êxtase se fundem em um mesmo acontecimento semanal e ditam as regras de como será o dia seguinte destas pessoas que respiram o esporte. É inegável a capacidade que este tem de aglutinar multidões ao seu redor, seja nos estádios ou campos, ao redor da televisão ou com as famigeradas narrações de rádio que muitos insistem em não abandonar este ritual de longa data para acompanhar o clube de coração, desprezando a comodidade das transmissões em alta definição dos dias de hoje.

No intuito de iniciar as discussões sobre as possibilidades que permeiam o esporte, é essencial desmembrar as palavras que direcionam este tomo: *poder e entorpecer*. Com relação ao poder, mais especificamente, sobre o poder simbólico, Pierre Bourdieu parte do pressuposto de um poder onipresente no meio dos homens, mesmo que não seja possível visualizá-lo. Para aqueles que pretendem se apropriar deste poder, “é necessário saber descobri-lo onde ele se

deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido” (BOURDIEU, 1998, p.7).

Em uma sociedade industrial, as práticas de lazer se colocavam entre os artigos de luxo, levando em consideração o determinismo socioeconômico e as despesas de necessidade imediata da classe operária. Alimentação, moradia e saúde eram prioridades, relegando o lazer como segundo plano. O lazer se encontrava ligado a um status elitista. Os esportes e atividades que demandavam mais um maior poder aquisitivo eram muito pouco frequentados pelo povo. Com a redução do tempo de trabalho, o papel do lazer como abstração destinada aos trabalhadores em certos casos se distorce. O trabalho passa a ser entendido como um meio de atingir os prazeres que advém em sua decorrência, na tentativa destes menos abastados de vivenciar alguma prática que lhes dê satisfação e os entretenha.

Devido à simplicidade e facilidade de adaptação, o futebol se tornou um meio de lazer muito popular entre os operários e as famílias mais pobres, tanto no ato de jogar quanto no de assistir e torcer. Tendo apenas bola, uma pessoa sozinha ou na companhia de outras podem praticar o esporte. Dessa forma, o futebol é visto como uma forma de lazer democrática, não demandando grandes gastos para a sua prática e não restringindo as pessoas de participar de um jogo, nos dias de hoje, através de sua condição social.

Muito se discute sobre o papel do futebol dentro das sociedades ao longo da história. Diversas correntes de pensamento entendem-no como uma forma de alienação coletiva do povo, que se concentra essencialmente nas festividades do esporte enquanto evento e desenvolve um vínculo sentimental cada vez mais forte, constituindo, por sua vez, uma plataforma ideal para diversas lideranças condicionarem a massa a seu bel-prazer. O caráter de “pão e circo” existiu e ainda existe na atualidade, seríamos hipócritas em negá-lo. A diferença se encontra na forma em que este é implementado e difundido, usando de artifícios cada vez mais sutis e amistosos para atingir as pessoas que veem no futebol um refúgio.

Entretanto, valer-se de uma instituição esportiva tão grandiosa apenas em seu viés lúdico é agir de forma bastante reducionista, tanto que simpatizantes ou não do futebol concordam ao dizer que o esporte é muito mais do que onze homens de cada lado, lutando entre si para marcar a maior quantidade de gols. Reconhecem que por trás de tanto suor e cansaço dos atletas, existem os que são diretamente influenciados pelos jogadores, aqueles que representam a essência e a motivação principal de tamanha consolidação do futebol no âmbito mundial. São

os torcedores – homens, mulheres, crianças e idosos – que reforçam nas suas lutas diárias o papel do futebol enquanto modo de demonstrar suas insatisfações.

## 1.2 As Origens do Futebol na Argentina

Antes de estabelecermos as bases do futebol no contexto latino-americano – mais especificamente, na Argentina – é necessário elencar alguns fatores que possibilitaram a chegada e a influência dos anglo-saxões em solo argentino. Domingo Faustino Sarmiento, representante máximo do país no período entre 1868 a 1874, ao desempenhar seu plano civilizatório em pleno século XIX, necessitava de uma mão de obra especializada para possibilitar o ideal de uma sociedade moderna. O que havia de mais avançado naquele período era a possibilidade de integrar o país através das ferrovias pelo simples motivo de agilizar as comunicações, os transportes e o escoamento da produção. De tal maneira, os detentores da tecnologia relacionada às ferrovias eram justamente os ingleses. Além disso, Sarmiento percebia no imigrante um meio de ensinar os incultos homens dos pampas e a plebe das cidades o que havia de mais civilizado nos hábitos e incentivar o gosto pelo trabalho. Destes mesmos ingleses, capazes de ditar a métrica dos bons costumes e da tecnologia, além de conhecer sobre os mecanismos de instaurar a tão desejada industrialização, trouxeram em sua bagagem o germen do futebol, esporte que se espalharia junto ao traçado dos trens.

Em sua obra, intitulada *Facundo, ou civilização e barbárie*, Sarmiento, de forma subjetiva, valeu-se de sua obra como forma de inspiração, instigando seus leitores a construírem um espírito nacionalista e identitário com o país através de algumas referências utilizadas na biografia de Facundo. A obra concebe e dita um modelo modernizador e civilizatório para a Argentina do século XIX, pautado no “branqueamento” da população, na industrialização e na desconstrução do referencial do povo argentino enquanto representados pelo “selvagem inculto dos pampas”. Nesse aspecto, a “febre nacionalista” é tão eficaz e influente, ao aflorar o sentimento de uma irresistível ascensão da Argentina através da unidade dos povos pela nação, quanto a paixão desenvolvida e consolidada pelo futebol décadas após a publicação de Facundo.

Nesta mesma conjuntura, um esporte que ainda engatinhava na terra dos bretões e que estava longe da forma na qual o conhecemos atualmente veio nesta mesma leva populacional e encontrou nestas terras um ambiente propício para a sua posterior consolidação. Os primeiros a chegarem da Inglaterra perceberam a necessidade de criar um clube que serviria como ponto de encontro dos povos recém-chegados. No ano de 1864 foi fundado o Buenos Aires Cricket Club, como o próprio nome diz, voltado às práticas de críquete, um esporte bastante popular na

terra da Rainha. O futebol, que ainda se confundia com o rugby – já que as regras da Football Association há pouco haviam sido instituídas, gerando um hibridismo entre o esporte em que o uso das mãos era regulamentado e outro que não o permitia – chegou como uma atividade praticada entre amigos, com as mais diversas ocupações.

Movidos pela necessidade de manter viva a prática do esporte como era em sua terra natal, os sócios do Buenos Aires Cricket Club decidiram por organizar o que seria um marco para o futebol argentino e sul-americano: a realização da primeira partida em 1867. A partir do interesse, novos adeptos ao esporte surgiam, fazendo com que no dia 9 de junho de 1867 fosse instituído o Buenos Aires Football Club. Como não poderia ser diferente, as cores e o escudo da equipe remetiam às raízes britânicas – o distintivo era composto por azul, vermelho e branco, com um leão ao centro. A realização do primeiro campeonato argentino de futebol só veio a ocorrer anos mais tarde, em 1891. Mesmo possuindo o caráter de primeiro clube do país, o BAFC não teve o mesmo sucesso e terminou a competição em último lugar. Era a despedida de um clube responsável por lançar as bases do esporte no país, que a partir daquele momento se voltou em definitivo para o rugby.

A união do novo trazido pelos ingleses, em conjunto com o nativo e o seu hábitat, aliados com um esporte ainda incipiente nos dois continentes serviu de elemento formador e determinante para compor um esporte que pouco tempo depois seria eleito como paixão nacional dos argentinos e dos latino-americanos. A partir de então, o futebol fez reverência aos seus criadores, agradeceu-lhes e se emancipou, criando sua roupagem, sua forma de jogar e alma próprias, através do retrato do povo da bacia do Rio da Prata.

## 2 A Literatura e a Paixão Pelo Futebol

Não é nenhum segredo que a literatura tem o poder de despertar sentimentos dos mais diversos através da beleza e da intensidade de seus escritos. Para o futebol, ela foi uma aliada muito importante para consolidar e difundir este esporte que ainda engatinhava e aliciava adeptos no contexto platino e latino-americano como um todo. Eduardo Galeano, saudoso escritor e jornalista uruguaio – fanático por futebol, sendo, por excelência, um *hinja* das letras – apresenta-nos a visão da influência determinante do elemento literário no esporte, ao questionar: “Em que o futebol se parece com Deus? Na devoção que desperta em muitos crentes e na desconfiança que desperta em muitos intelectuais” (GALEANO, 2002, p. 51).

Muitos intelectuais conservadores apontavam em certo momento para a questão do futebol ligado à alienação das massas, defendendo que, com a bola nos pés não seriam capazes de pensar em nada além do jogo. Outros pensadores, mais à esquerda, desaconselhavam-no, porque, segundo eles “[o futebol] castra as massas e desvia sua energia revolucionária” (GALEANO, 2002), tornando-os mais fáceis de serem controlados. Todos estes intelectuais eram contundentes em seus posicionamentos e pareciam não enxergar o esporte através das suas entrelinhas e representações no meio social.

Na literatura, a influência foi clara, assim como que por força dos mitos, no papel de endeusar os jogadores, mesmo que poucos tenham chegado a esse status “sobrenatural” de ídolo. Estes raros “eleitos” influenciaram diversas composições literárias, como o romance fictício “Quando fui Morto em Cuba” escrito pelo jornalista Bernardo Borges, que influenciado pela mística de um jogador do Atlético Junior de Barranquilla, Heleno de Freitas. Segundo Hollanda (2010) ele era tido como um Deus aqui na terra, que “multiplicava gols como se fossem peixes”, ilustrando o caráter quase divino de tal ídolo, além de possuir um charme que conquistava todas as mulheres, onde quer que ele estivesse. Gabriel García Márquez, escritor ganhador do Nobel de Literatura em 1983, também foi cativado por Heleno de Freitas e sua genialidade, sendo seu fã declarado, o que o motivou a escrever vários textos sobre o jogador. (SILVA; SILVA; MARUCCI, 2012, p.4).

A literatura faz questão de ressaltar que as demandas políticas e sociais podem muito bem ser praticadas pelos times de futebol de forma prática e inspiradora, movidas por essa paixão que inflama o povo, em uma luta que age contra o terror da opressão e da guerra e se coloca como máquina de esperança aos feridos e oprimidos, abraçando assim, pátria e futebol, como nos apresenta Galeano:

Futebol e pátria, futebol e povo: em 1934, enquanto a Bolívia e o Paraguai se aniquilavam mutuamente na Guerra do Chaco, disputando um deserto pedaço de mapa, a Cruz Vermelha paraguaia organizou uma equipe de futebol, que jogou em várias cidades da Argentina e do Uruguai, e juntou dinheiro suficiente para atender os feridos de ambos os lados no campo de batalha. (GALEANO, 2002, p.54).

Com todas estas possibilidades motivadas pelo gênero literário, o futebol se ramificou e conquistou no âmbito da América Latina muitos adeptos não somente pela beleza de suas jogadas, como foi contemplado anteriormente, mas também pela riqueza de sua descrição, feita de forma apaixonada por tantos intelectuais que são, acima de tudo, fervorosos torcedores deste esporte entranhado na espinha dorsal do continente.

### 3 A *Hincha* como Particularidade das Torcidas Latino-Americanas

Através da ascensão do esporte no cenário latino-americano impulsionado, entre diversos fatores, pelo poder da literatura, é imprescindível mencionar o poder e a alma existentes nas arquibancadas. As torcidas são um espetáculo à parte no ritual semanal do futebol. Extremamente apaixonadas, são responsáveis por ser o cartão de visita aos seus espectadores, tanto para aqueles que assistem pela televisão quanto para os afortunados que a vivenciam de perto. Elas encarnam o espírito de luta e o transmite aos jogadores, seus representantes oficiais dentro das quatro linhas do campo. “Jogai por nós”, eles dizem, movendo mundos e fundos para acompanhar o time de coração. Apoiar o time, criar cânticos, espetáculos visuais e não desistir em momento algum são elementos particulares e pressupostos básicos de ser torcedor de futebol.

O significado do termo *hincha* se deu ao acaso, como não poderia ser diferente se tratando do futebol. Reza a lenda que um torcedor fervoroso do Club Nacional de Football de Montevideu, Prudencio Miguel Reyes<sup>3</sup>, um camponês, seleiro de profissão, havia sido contratado pelo clube com a simples função de inflar (*hinchar*) as bolas que seriam utilizadas nos treinamentos e nos jogos do Decano<sup>4</sup>, função esta relegada hoje às máquinas e aos roupeiros. Como vivia a realidade de um time que, gradualmente, ascendia e se tornava protagonista no cenário futebolístico do país, Reyes era um dos grandes entusiastas do Nacional, torcendo e apoiando o time como poucos. Através dessa característica marcante, os demais torcedores observavam-no e comentavam: “¡Mirá cómo grita el hincha!” (Olha só como grita o “hincha”!) usando o termo *hincha* associado à profissão de Prudencio Reyes. Assim, de boca em boca, o que havia sido um simples comentário tornou-se uma forma de remeter aos torcedores mais apaixonados, cruzando as extensões do Rio da Prata e desembarcando na Argentina, para depois ganhar uma proporção ainda maior, se espalhando por toda a América do Sul como forma de denominar os devotos da Igreja do Futebol.

Na Argentina, os *hinchas* contribuem para a construção de algumas das maiores rivalidades do futebol mundial. O *Superclásico*, como é conhecido o embate existente entre Boca Juniors e River Plate, é um acontecimento a parte na vida dos portenhos e dos argentinos

---

<sup>3</sup> El primer hincha de la historia: Patrimonio Nacional. Sitio Oficial del Club Nacional de Football. Disponível em <<https://www.nacional.uy/institucion/noticias/item/el-primer-hincha-de-la-historia-patrimonio-nacional.html>> Acesso em 28 maio 2016.

<sup>4</sup> Alcinha dada ao Club Nacional de Football, colocando-se, de tal forma, como o time mais antigo do Uruguai. O pioneirismo do primeiro clube do país é tema de embate entre os partidários do Nacional e do seu arquirrival, Peñarol.

de maneira geral. Somente estes dois clubes correspondem a mais de 70% dos simpatizantes por futebol no país<sup>5</sup>. A origem dos dois gigantes de Buenos Aires, bem como a de muitos times de futebol, remete ao período no qual o esporte assistia a um gradual aumento na participação popular, modificando o caráter elitista de seus primeiros dias de instituição na América. Ambas as agremiações foram fundadas no bairro de La Boca, zona portuária e marginalizada da capital argentina. O surgimento do River Plate data de 1901, batizado através de uma inscrição existente em uma caixa vinda da Escócia que se encontrava no Porto de Buenos Aires. Já o Boca Juniors foi fundado em 1905, formado por imigrantes genoveses que residiam e trabalhavam na região. Contudo, a partir do momento em que o River Plate se muda de uma região menos favorecida para o bairro nobre de Belgrano, em 1920, a rivalidade que já existia torna-se ainda mais latente. A partir de então, o clube recebe a alcunha de *Millonarios*, justamente por esta ascensão social realizada pelo time. Aqui se insere um caso que é bastante recorrente na história do futebol mundial: a instituição de uma “luta de classes” através do embate entre elite x povo, que, em outras situações, se deu pela união de operários a fim de formar um time que representasse a causa – o caso do surgimento do Club Atlético Independiente de Avellaneda – em contraposição às equipes compostas pelos patrões ou pela camada mais abastada.

As torcidas argentinas, além de contar com os famigerados hinchas, possui uma subdivisão semelhante a estes, porém com interesses distintos com relação a sua atuação no mundo do futebol. Os chamados *barras bravas*, assim como os hinchas, são devotos por seus times. Entretanto, se diferenciam quando utilizam métodos distintos de se organizar, não se estruturando por associados ou vestindo uniformes próprios, além de serem partidários de todo e qualquer tipo de violência para exprimir a superioridade de seus times e a virilidade que os compõe em detrimento de seus adversários. Muito se diz que as barras bravas, por não serem institucionalizadas, acabam por obter muitos recursos no envolvimento com o contrabando, tráfico de drogas e com a extorsão de representantes e até mesmo de jogadores dos clubes.

As formas de se viver o futebol na Argentina, através dos estudos sobre as hinchadas e as barras bravas, corroboram para traçar alguns elementos que as caracterizam dentro do contexto de seu país, porém abrem precedente para expandir seus conceitos e aplicá-los nas

---

<sup>5</sup> Segundo a pesquisa realizada pela Secretaria de Meios de Comunicação da Argentina, 73% dos torcedores argentinos se encontram entre estes dois clubes, sendo que 40% corresponde aos simpatizantes do Boca Juniors e os 33% restantes representam os torcedores do “El Más Grande”, River Plate. Disponível em <<http://www.ofutebolologo.com.br/2013/04/c-ontinuando-serie-sobre-os-grandes.html>> Acesso em 29 maio 2016.



realidades vivenciadas pelos países latino-americanos. Ainda que seja um continente diverso, elas contribuem para compor um ideário comum através dos modelos consolidados em sua gênese que foram reproduzidos e adaptados às realidades dos países.

#### **4 Existe uma Unidade da América Latina Pelo Futebol?**

Baseando-nos nas experiências obtidas pela análise do contexto histórico de surgimento e consolidação do esporte no continente, dos mecanismos utilizados para fomentar o encantamento pelo futebol e as vivências humanas dos torcedores ao considerarmos a singularidade das hinchadas, podemos afirmar que todos estes elementos corroboram para comprovar que o futebol, enquanto fenômeno e prática cultural é um importante veículo para promover ações comuns entre os povos da América Latina. Perdendo somente para a religião, que conseguiu atingir e fidelizar um número ainda maior de pessoas calcada no passado colonial que usou do Evangelho para cristianizar e humanizar os nativos americanos, o futebol enquanto instituição obteve na sua chegada as bases para criar raízes profundas como um importante componente cultural.

No que se refere às associações fundadas pelo continente, o esporte se enquadrando nos parâmetros burocráticos, fundando as diversas agremiações e confederações formadas na crista da onda do surgimento e da ascensão dos clubes. A CONMEBOL<sup>6</sup>, concebida em 1916 após representantes de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai reconhecerem o sucesso obtido no campeonato que comemorou os 100 anos da Independência da Argentina, gerencia o esporte dentro do contexto sul-americano. A Copa Libertadores da América – atualmente, CONMEBOL Libertadores Bridgestone, pelo uso dos direitos sobre o nome obtidos pela marca de pneus japonesa e pela reestruturação da nomenclatura e da identidade visual da competição – representa o sonho de todos os times de futebol da América do Sul, desde os pequenos e provincianos até os de grande renome nacional e mundial. Sucessora do Campeonato Sul-Americano de Clubes, a Libertadores foi oficialmente instituída no ano de 1960, batizada com este nome fazendo referência e homenageando as personalidades relacionadas à independência dos países sul-americanos<sup>7</sup>.

Uma forma de legitimar o caráter unitário da América Latina pelo futebol, através da Libertadores, encontra-se na iniciativa de uma possível inclusão de times da América Central e

---

<sup>6</sup> Sigla referente à Confederação Sul-Americana de Futebol, no espanhol, Confederación Sudamericana de Fútbol.  
<sup>7</sup> A competição foi batizada em referência àqueles que libertaram as nações da América do Sul, como José Artigas, Simón Bolívar, José de San Martín, José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro I, Antonio José de Sucre e Bernardo O'Higgins.

criação de uma disputa entre os campeões da Libertadores e da Copa dos Campeões da CONCACAF. Se tais medidas serão aprovadas pela associação que representa o esporte na América do Sul é algo incerto, mas a partir dela poderá ocorrer uma efetiva integração e uma institucionalização, por meios burocráticos – a princípio – da unidade dos povos latino-americanos.

### **Considerações Finais**

Através deste estudo sobre o futebol, foram sugeridos elementos capazes de analisar a sociedade e seu passado partindo do esporte. Comprovar que o futebol não é somente uma prática por meio de estudos e referências históricas é contribuir para o reconhecimento do seu papel crucial nas culturas e comunidades em que se encontra presente, enxergando-o também como uma forma de resistência contra as opressões, de reivindicação de direitos e de visibilidade e ascensão social. No contexto latino-americano, atua enquanto amálgama da sociedade, mesmo com a pluralidade de práticas e mentalidades existentes nas inúmeras culturas do continente. O futebol reitera, mesmo que implicitamente nos dizeres e nas ações das pessoas, a possibilidade de um refugio para as dificuldades existentes em ser habitante da América Latina, motivadas por um passado nefasto promovido pelo processo colonial. O futebol, além de tudo, se coloca como esperança, em sua forma mais plena.

### **Referências**

145 anos do primeiro clube de futebol da Argentina (e da América): o Buenos Aires Football Club. Futebol portenho – A história e a atualidade do futebol argentino. Disponível em <<http://www.futebolportenho.com.br/2012/08/09/145-anos-do-primeiro-clube-de-futebol-da-argentina-e-da-america-o-buenos-aires-football-club/>> Acesso em 20 maio 2016.

Boca Juniors x River Plate: O Superclássico do futebol argentino. O Futebolólogo. Disponível em < <http://www.ofutebolologo.com.br/2013/04/c-ontinuando-serie-sobre-os-grandes.html>> Acesso em 15 maio de 2016.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 2.ed, 322p.

Como torcer para o Boca – em 5 lições. Blog Márvio dos Anjos. Disponível em < <http://globoesporte.globo.com/platb/marvio-dos-anjos/2012/06/27/como-torcer-para-o-boca-em-5-licoes/>> Acesso em 26 maio 2016.

COUTO, Euclides de Freitas. Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927). Belo Horizonte: 2003. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrado em Ciências Sociais/Gestão de Cidades.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004, 3.ed, 333p.

Eduardo Galeano: “O gol é o orgasmo do futebol”. El País. Disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/19/cultura/1429461545\\_020476.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/19/cultura/1429461545_020476.html)> Acesso em 17 maio 2015

GALEANO, Eduardo. Futebol ao sol e à sombra. Tradução de Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. São Paulo: L&PM Pocket, 1995, 287p.

GRABIA, Gustavo. La Doce: a explosiva história da torcida organizada mais temida do mundo. São Paulo: Panda Books, 2012, 208p.

Independiente x Racing Club: o clássico de Avellaneda. O Futebolólogo. Disponível em <<http://www.ofutebolologo.com.br/2013/07/independiente-x-racing-club-o-classico.html>> Acesso em 15 maio 2016.

KFOURI, Juca. A emoção Corinthians. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, 77p. Coleção Tudo é História.

LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Tradução de Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, 1.ed, 207p.

MOREIRA, María Verónica. Aguante, generosidad y política en una hinchada de fútbol argentina. Universidad Nacional de Misiones. Avá. Revista de Antropología, n.12, julho de 2008, p. 79-94. Artigo de periódico.

MURRAY, Bill. Uma história do futebol. São Paulo: Hedra, 2000, 284p.

Porta 12, maior tragédia do futebol argentino, faz 45 anos. Futebol Portenho – A história e a atualidade do futebol argentino. Disponível em <<http://www.futebolportenho.com.br/2013/06/24/porta-12-maior-tragedia-do-futebol-argentino-faz-45-anos/>> Acesso em 25 maio 2016.

RODRIGUES, Nelson. A pátria de chuteiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013, 135p.

SILVA, Marcos Vinícius Oliveira da; SILVA, Miriam Barros Dias da; MARUCCI, Fábila dos Santos. A influência do futebol na cultura e na política da América do Sul. Rio de Janeiro: Revista Semioses, 2012, v.6, n.2. UNISUAM. Artigo de periódico.

ZUCAL, José Garriga. “Acá es así”. Hinchadas de fútbol, violencia y territorios. Universidad Nacional de Misiones. Avá. Revista de Antropología, n.9, agosto de 2006, p. 93-107. Artigo de periódico.

## A experiência do CEMEL na preservação, pesquisa e comunicação das memórias do esporte e do lazer da cidade de Belo Horizonte

**Cláudia Maria Calhau Teixeira Rocha**

Especialista

Centro de Memória do Esporte e do Lazer/SMEL/PBH

claudia.calhau@pbh.gov.br

**Marilita Aparecida Arantes Rodrigues**

Doutora

Centro de Memória do Esporte e do Lazer/SMEL/PBH

marilita.rodrigues@pbh.gov.br

**Rita Márcia de Oliveira**

Mestre

Centro de Memória do Esporte e do Lazer/SMEL/PBH

rita.marcia@pbh.gov.br

**Resumo:** O artigo tem por objetivo descrever a experiência do Centro de Memória do Esporte e do Lazer (CEMEL), criado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no seu papel em preservar, pesquisar e comunicar acerca das memórias do esporte e do lazer na cidade. Relata as ações deste lugar de memória, principalmente aquelas voltadas para a produção de fontes e saberes que possam contribuir para a pesquisa histórica sobre essas áreas. Nesse sentido, o CEMEL tem direcionado suas atividades para a organização e disponibilização de seu acervo, para a produção de fontes, bem como para a produção de conhecimento a partir da realização e divulgação de pesquisas. Seu desafio é possibilitar o acesso livre à informação científica, estabelecendo condições adequadas para a realização de pesquisas sobre o esporte e o lazer na cidade.

**Palavras-chave:** memória; esporte; lazer; Centro de Memória do Esporte do Lazer; Belo Horizonte.

**Abstract:** The aim of this article is to describe the role that the Center for Memory of Sport and Leisure (CEMEL), created at the Municipal Secretariat of Sport and Recreation (SMEL) of the Belo Horizonte City Hall, played in preserving, researching and communicating Memories of sport and leisure in the city. This article reports the actions of this place of memory, especially those aimed at producing sources and knowledge for historical research on these areas. In this sense, CEMEL has been directing its activities to organizing and assuring availability of its collection, for a production of sources, as well as for a production of knowledge from the realization and dissemination of researches. Its challenge is to enable free access to scientific information, adjusting adequate conditions for conducting research on sport and leisure in the city.

**Keywords:** memory; sport; leisure; Centro de Memória do Esporte do Lazer; Belo Horizonte.

O Centro de Memória do Esporte e do Lazer (CEMEL) foi criado em 2012, por uma iniciativa da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte (SMEL/PBH). Sua criação foi motivada pela promulgação da Lei n. 10.139/11, de 25 de março de 2011, originária do Projeto de Lei n. 102/09, de autoria do Vereador Alberto Rodrigues, que

autoriza o Executivo a criar o Museu Municipal de Esportes<sup>1</sup>. Com isso, a SMEL assumiu o protagonismo no sentido de buscar meios para efetivar a criação desse museu, fazendo do CEMEL o ponto de partida para a sua concretização.

A criação de centros de memória ligados a instituições é relativamente recente. Márcia Pazin, analisando a importância desses centros para as instituições e para sociedade, esclarece:

Nascidos a partir do conceito de centros de documentação – nome técnico dado às entidades responsáveis pela coleta, análise e preservação de informações sobre determinado tema –, esses centros de memória têm se desenvolvido de forma significativa ao longo dos anos 2000 como mecanismo de preservação da memória das organizações, sejam elas empresas ou entidades, visando, entre outras coisas, potencializar o seu uso como ferramenta estratégica de gestão.<sup>2</sup>

Assim, a implantação do CEMEL foi uma decisão de grande importância, não só para a preservação da memória institucional, mas, também, para a constituição de uma política pública para a preservação das memórias do esporte e do lazer para Belo Horizonte. Pensado como um centro de documentação e informação sobre a memória<sup>3</sup> dessas áreas na cidade o CEMEL, um misto de acervo arquivístico, museológico e bibliográfico, tem a missão de salvaguardar os documentos ligados à essa memória. Mas, mais do que isso, o centro de memória tem ainda a função de:

[...] pensar na trajetória da instituição a fim de elaborar formas de utilizar o conhecimento adquirido e produzir novos conteúdos, difundindo valores e refletindo a cultura organizacional. O trabalho de documentação e o de memória exigem competências distintas, mas complementares. [...]. As duas competências são fundamentais para, a partir do conhecimento e do entendimento de tudo o que é produzido pela instituição, definir quais são os documentos históricos relevantes e que devem ser reunidos no acervo.<sup>4</sup>

Com isso, os principais objetivos do CEMEL estão voltados para: a) formular e implementar uma política de preservação da memória do esporte e lazer para a cidade de Belo Horizonte; b) recuperar e preservar a memória das políticas públicas de esporte e lazer

---

<sup>1</sup>BELO HORIZONTE. Lei n. 10.139 de 25 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/10139/2011>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

<sup>2</sup> PAZIN, Márcia. *A importância dos centros de memória para as instituições e para sociedade*. 9ª Jornada Cultural. Itaú Cultural/Centro de Memória Bunge. Belo Horizonte: Casa Fiat de Cultura, 2015, p. 1.

<sup>3</sup> Memória, segundo Le Goff, “entendida como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, et al. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 423.

<sup>4</sup> Instituto Itaú Cultural. *Centros de memória: manual básico para implantação*. São Paulo: Itaú Cultural, 2013, p. 9.

realizadas pelos órgãos que foram e são por elas responsáveis; c) desenvolver estudos e pesquisas sobre a história do esporte e do lazer na cidade, recebendo, recuperando, reconstruindo, ordenando, preservando e divulgando documentos e artefatos diversos relativos à essa memória; d) estabelecer condições adequadas para disponibilização de fontes para a realização de pesquisas sobre essas temáticas; e) realizar seminários, exposições, mostras, que tematizem a memória do esporte e do lazer e f) articular, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, a criação do Museu Municipal do Esporte de Belo Horizonte.

Com a competência inicial voltada à recuperação, preservação, pesquisa e comunicação acerca da memória institucional das políticas públicas de esporte e lazer do município de Belo Horizonte, o CEMEL almeja constituir-se no lugar da memória<sup>5</sup> esportiva e do lazer da cidade, viabilizando a criação de coleções específicas relacionadas a essas áreas. Ainda em fase inicial de organização do seu acervo, que está sendo formado por documentos textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais, objetos e bibliográficos, tem recebido apoio do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), que é o órgão da Prefeitura responsável pela gestão, guarda, preservação e acesso dos documentos produzidos ou recebidos pelo poder executivo municipal. No CEMEL, o Fundo relativo às políticas de esporte e lazer do município, após passar pelo processo de digitalização e disponibilização em banco de dados, será encaminhado para a guarda do APCBH.

Se um centro de memória é um espaço privilegiado para a produção e a reprodução do conhecimento, caberá ao CEMEL recolher, reunir, conservar e difundir registros da história e da memória do esporte e do lazer em Belo Horizonte, de forma a institucionalizar e consolidar no seu espaço um conjunto de ações voltadas para a preservação, a investigação e a comunicação do seu acervo.

### **Preservação**

Segundo Mário Chagas, “o termo preservação está vinculado a ideia de ‘ver antecipadamente’ o perigo de destruição. Assim, preservação e destruição, à semelhança de memória e esquecimento, são indissociáveis”.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Cf. NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto/Galimard, 1997.

<sup>6</sup> CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 2, n. 2, maio 2009, p. 38. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

Com o desafio de preservar as possibilidades de informação ligadas às políticas municipais de esporte e lazer é que o CEMEL foi se estruturando. Essas políticas realizadas em Belo Horizonte, não tiveram, durante o desenvolvimento da sua história, ações voltadas na busca de salvaguardar seus registros. Até a criação do CEMEL pouco se fez no sentido de recuperar e preservar essa memória.

Os primeiros itens documentais do Centro de Memória tiveram sua procedência destacada pela doação de alguns funcionários da SMEL que, com um intuito de preservar a memória das ações por eles realizadas, guardaram, quer seja no local de trabalho ou mesmo em suas residências, os vestígios dessas ações. Houve uma campanha de convencimento para essas doações a partir de uma relação baseada na confiança estabelecida pela garantia da segurança dos acervos.

Aliado a isso, sua equipe de trabalho localizou um grande volume de documentos em um dos equipamentos da SMEL, responsável pela guarda do até então designado “Arquivo Morto” da Secretaria. Sem nenhuma organização e em precárias condições de armazenamento, muitas das vezes localizados em local aberto, expostos às condições do tempo, fotos, vídeos e documentos textuais foram recuperados.

Acrescido a esse acervo, novas coleções foram encaminhadas por meio de doações com a criação do projeto *Parceiros do CEMEL*, ao longo dos anos. Hoje, o acervo já conta com, aproximadamente, quarenta mil itens documentais.

Para que o CEMEL pudesse disponibilizar fontes históricas com informações fidedignas, criou o projeto *Jogando com a Memória* – ação destinada à identificação do acervo, por meio de convite a pessoas que vivenciaram ou vivenciam momentos da trajetória do esporte e lazer na cidade. Aproximadamente, das vinte e oito mil fontes iconográficas, vinte e cinco mil já foram identificadas, quer parcial ou na sua totalidade.

Mas, mais que preservar os acervos, suas ações estão voltadas à produção de fontes e saberes que possam contribuir para a pesquisa histórica. Atualmente, por meio do seu projeto *Atendimento ao Cidadão*, o CEMEL disponibiliza acesso ao seu acervo à pesquisadores, estudantes e ao público em geral interessados na temática, por meio de consultas locais, no entanto, tem como desafio o uso da tecnologia digital para a disponibilização, via um banco de dados, de todo o seu conjunto documental via *Web*.



O acervo está sendo estruturado a partir da organização de fundos e coleções. Entendendo que os fundos “são conjuntos de documentos organicamente produzidos e acumulados por uma pessoa física ou jurídica, em função de suas atividades” e que “os documentos pertencentes a um mesmo fundo guardam relação orgânica entre si, constituindo uma unidade distinta de outros documentos pertencentes a outro fundo”<sup>7</sup>, identificamos, a partir da massa documental, o Fundo Políticas de Esportes e Lazer, que contém documentos referentes às ações públicas municipais ligadas à essas áreas. A criação de coleções – “uma reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum”<sup>8</sup> – principalmente ligadas à documentação de origem privada, fez-se necessária, a partir da identificação de documentos com essas características.

A equipe de trabalho, priorizando a organização do Fundo, está definindo, ainda de forma embrionária, a estrutura do arranjo<sup>9</sup> que deve ser de uma forma híbrida funcional e estrutural, levando em conta as funções desempenhas pela Instituição, bem como a sua estrutura administrativa.

Parte significativa da documentação recolhida, já passou pelo processo higienização, e iniciou o processamento técnico. A meta é que ao final dessa etapa, todos os documentos sejam digitalizados e lançados em banco de dados.

A diversidade e a quantidade de documentos recebidos foram fatores determinantes para a criação de uma política de aquisição e descarte que está, também, em fase de elaboração, fruto de um trabalho coletivo do CEMEL, em parceria com o APCBH. Propõe-se a registrar e sistematizar princípios, métodos e procedimentos para nortear a organização do acervo, além de constituir-se em um instrumento decisivo para a obtenção de um maior conhecimento e controle nas atividades de seleção, avaliação, aquisição, manutenção, descarte e divulgação. Almeja-se, com isso, possibilitar a formação de fundos e coleções de acordo com os objetivos

<sup>7</sup> LOPASSO, Eise Ferraz. *Arquivos e documentos*. Belo Horizonte, 2000. p. 25. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=15718&lang=pt\\_BR&pg=6742&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=15718&lang=pt_BR&pg=6742&taxp=0&)>. Acesso em: 03 jul. 2017.

<sup>8</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 17.

<sup>9</sup> O arranjo caracteriza-se como uma “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 37.

da Instituição, permitindo um processo de seleção sistematizado e consistente, propiciando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do acervo.

Para que esse acervo possa ser disponibilizado de forma ampliada como uma atividade voltada a produção de conhecimento, assegurando uma visão crítica sobre os seus contextos e realidades de produção, se fazem necessários processos de produção de pesquisas.

## **Pesquisa**

Na análise de Mário Chagas o processo de investigação, amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação.

A pesquisa compreendida como produção de conhecimento pode PARTIR do documento, mas pode também CHEGAR a definir novos documentos. A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação.<sup>10</sup>

Nesse sentido, outra linha de trabalho do CEMEL é o desenvolvimento de pesquisas relacionadas com a memória do esporte e lazer na cultura da cidade e, especialmente a das políticas públicas municipais no setor. Trata-se de um processo de investigação contínuo para subsidiar não só as atividades especialmente ligadas à organização e disponibilização do seu acervo, mas, também, ao processo de avaliação das políticas da SMEL.

Além disso, há de se considerar, também, conforme argumenta Letícia Julião<sup>11</sup>, que o objetivo prioritário de museus, e acrescentamos aqui as instituições afins como os centros de memória, deve ser sempre a interação entre o acervo e o usuário. Portanto, para essa autora, um precedente trabalho de investigação e reflexão sobre o acervo tende a transformar a consulta do usuário, em uma experiência muito mais atraente e enriquecedora. Além de uma simples transmissão de informações, a propositura de um conceito, precedido de uma minuciosa análise investigativa, torna a disponibilização do acervo repleta de sentidos. Continuando seu raciocínio ela reforça que a implementação de um programa de pesquisa institucional permanente, é capaz de restituir o papel dos museus e instituições afins em espaços destinados à construção e disseminação do conhecimento na sociedade.

---

<sup>10</sup> CHAGAS, 2009, p. 39.

<sup>11</sup> JULIÃO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. In: CADERNO de diretrizes museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, 2 ed. p. 94.

Atualmente, no CEMEL, encontram-se em desenvolvimento dois projetos de pesquisa. O primeiro, realizado por meio de uma parceria da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer com a Fundação Municipal de Cultura. A proposta é reunir uma série de informações e dados históricos sobre os clubes e campos de futebol amador na cidade, com o objetivo subsidiar tanto o desenvolvimento das políticas públicas de esporte, quanto às medidas voltadas para o registro e a preservação do patrimônio cultural do município. Nesse sentido, as fontes levantadas serão disponibilizadas por meio do CEMEL, bem como subsidiarão o Inventário do Futebol Amador em Belo Horizonte, que passará por avaliação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município sobre a importância da prática do futebol amador e as eventuais medidas de proteção e salvaguarda que venha a receber.

O segundo, procura resgatar a história dos projetos desenvolvidos pela SMEL utilizando fontes documentais, história oral, relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte e estudos já produzidos sobre as intervenções do poder público municipal.

Além dessas ações, com relação à produção de fontes, merece destaque o projeto de história oral<sup>12</sup> *Memória Viva*, realizado com pessoas que vivenciaram ou vivenciam diferentes momentos das políticas públicas municipais de esporte e lazer, bem como de ações ligadas a essas áreas na cidade. Além de permitir a análise de ações específicas que foram desenvolvidas e em desenvolvimento, os depoimentos dessas pessoas serão fontes de consulta para pesquisadores e demais interessados na memória esportiva e do lazer da cidade.

Em se tratando de memória das instituições, Márcia Pazin nos lembra que o conhecimento de uma organização está nos seus documentos e também na sua equipe. O conhecimento presente nas experiências das pessoas, que para ela, é um saber não registrado, não documentado, representa uma parcela importante do conhecimento das organizações.

Por isso é um conhecimento volátil, que se perde rapidamente ou permanece escondido ‘na cabeça’ daquele que o detém. Ao registrar a memória oral de seus funcionários, as instituições produzem um registro fixo de uma parte desse conhecimento, que permite seu acesso futuro. Por isso, os projetos de história oral precisam valorizar o conhecimento de cada membro da equipe ao longo de sua jornada profissional.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Entendida como: “um método de pesquisa histórico, antropológico, sociológico etc., que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 18.

<sup>13</sup> PAZIN, Márcia. Memória e conhecimento. In: Instituto Itáú Cultural. *Centros de memória: manual básico para implantação*. São Paulo: Itáú Cultural, 2013, p.75.

Nesse sentido, para fundamentar os estudos sobre a memória das ações municipais no esporte e no lazer, o projeto ganha consistência ao produzir fontes e saberes com narrativas de ex e atuais servidores da SMEL.

Mas, é por meio da comunicação do conhecimento produzido que todos os processos de preservação e de pesquisa ganham o seu sentido pleno, ou seja, o de serem comunicados ao público e de receberem deste problematizações e interpretações que alimentarão novas pesquisas.

### **Comunicação**

O processo de comunicação é a base necessária para a produção de conhecimento a partir do bem cultural preservado. Com isso, com objetivo de divulgar seu acervo, suas pesquisas e informações relativas à memória do esporte e do lazer na cidade, o CEMEL vem criando ações significativas na divulgação desses saberes.

O projeto *Encontros com o CEMEL* é uma ação cultural que visa promover palestras informativas e de sensibilização sobre a necessidade da preservação da memória e a divulgação de pesquisas em andamento, bem como de trabalhos acadêmicos cujas temáticas abordem a memória do esporte e do lazer na cidade de Belo Horizonte ou as políticas desenvolvidas pela SMEL.

Nessa linha de ação o projeto *Comunicação e Divulgação* realiza palestras acerca da trajetória do esporte e do lazer, bem como das políticas públicas municipais no setor, para estudantes, principalmente do ensino universitário, em visita ao CEMEL. Contempla ainda a divulgação de informações no site da PBH e em redes sociais; organização de exposições e realização de seminários e eventos que promovam o intercâmbio e a divulgação de conhecimento, possibilitando o acesso livre à informação científica e estabelecendo condições adequadas para a realização de pesquisas sobre as áreas do esporte e do lazer, conferindo assim, maior visibilidade e acesso ao seu acervo.

Os pesquisadores do CEMEL, quer na produção de pesquisas internas ou realizadas em parceria com grupos de estudos ou instituições têm, também, participado comunicando esses estudos em mesas redondas, painéis ou temas livres, em eventos ligados à memória do esporte e do lazer.

Assim, o CEMEL vem se consolidando como um espaço de produção de fontes e saberes sobre a memória do esporte e do lazer em Belo Horizonte. Está se constituindo como

lugar para o desenvolvimento de estudos e pesquisas para os servidores da SMEL, bem como para estudantes, pesquisadores e o público em geral, criando condições para disponibilizar seu acervo de diversas formas: via digital, catálogos, exposições, palestras, oficinas e resultados de pesquisas. Se propõe a ser o lugar de guarda, preservação e divulgação do que seja considerado representativo da memória esportiva e do lazer do município.

O que merece ser destacado é que o CEMEL, ligado a um órgão municipal, não foi criado como um lugar celebrativo da memória do poder, mas um lugar da memória, voltado democraticamente para o trabalho com o poder da memória, a serviço do desenvolvimento social dos belo-horizontinos. Além de promover ações que visem a recuperação, preservação e divulgação da memória ainda ter como desafio, a formulação de uma Política Municipal de Preservação da Memória do Esporte e do Lazer para a cidade.

## A *gymnastica* escolar e a *gymnastica* dos clubes e sociedades: práticas corporais distintas ou semelhantes?

**Anna Luiza Ferreira Romão**

Mestre em Educação

FaE/UFMG

E-mail: annaluizafr@gmail.com

**Resumo:** A partir da circulação de Paulo Vidal e Vicente Casali por diversas instituições no Rio de Janeiro da segunda metade do XIX, busquei identificar e refletir sobre a prática corporal por eles forjada, ao mesmo tempo em que também se constituíam professores responsáveis pela sua sistematização e ensino. Tomando como referência a *Sociedade Franceza*, o *Club* e o *Congresso Gymnastico Portuguez*, o *Collegio Pedro II* e a *Escola Normal da Côrte*, pude identificar que nas escolas a *gymnastica* se caracterizava como uma prática corporal racional, higiênica, disciplinadora e moralizadora dos hábitos, sem excessos, sem dispêndio de energia. Já nas instituições não escolares, outra forma de exercícios se manifestava. Privilegiando o entretenimento, o espetáculo, essa *gymnastica* dialogava todo o tempo com diferentes esferas da sociedade. Assim, seus sentidos e significados eram outros. Todavia, mesmo esses sendo modos diferenciados de se educar o corpo, em alguns momentos, seus elementos característicos se misturavam.

**Palavras-chave:** Instituições escolares e não escolares; *gymnastica*; professores de *gymnastica*.

**Abstract:** From the circulation of Paulo Vidal and Vicente Casali by several institutions in Rio de Janeiro in the second half of the XIX, this research identify and reflect on the corporal practice they forged while they also are formed as teachers responsible for the gymnastic systematization and its teaching. Taking as a reference the French Society, the Club and the Portuguese Gymnastic Congress, the Collegio Pedro II and the Normal School of the Court, i was able to identify that gymnastics in the schools was characterized as a rational, hygienic, disciplinary and moralizing practice of habits, without excesses, without energy expenditure. In non-school institutions, another form of exercise was manifested. Privileging the entertainment, the spectacle, this gymnastics dialogued all the time with different spheres of society. Thus his senses and meanings were others. However, even these being differentiated ways of educating the body, at times, its characteristic elements mingled.

**Keywords:** Academic and non-academic institutions; *gymnastica*; *gymnastica* teachers.

### Introdução

Este artigo representa um desdobramento da minha dissertação de mestrado, defendida em julho de 2016, cujo título é: “Entre Escolas, *Clubs* e Sociedades: as *Gymnasticas* tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900)”. Nessa investigação tive como objetivo compreender de que maneira a *gymnastica* foi se forjando em terras fluminenses, entre as décadas de 1850 e 1900, a partir da circulação de dois professores: Paulo Vidal e Vicente Casali. Ao eleger esses dois sujeitos como eixos condutores daquela história, pude, inspirada em Ângela Maria de Castro Gomes (1993; 2004), identificar alguns dos elementos que constituíam as suas redes de sociabilidade, atentando para os encontros e as trocas que esses professores estabeleceram nas diversas esferas da sociedade fluminense pelas quais ambos circularam, no decorrer da segunda metade do século XIX.

Paulo Vidal, na sociedade da Corte, tornou-se um professor referência no ensino da *gymnastica*, principalmente no contexto escolar, atuando em importantes colégios, tais como: *Collegio Pedro II*, o *Collegio Aquino*, *Collegio Abilio*, *Collegio Queiroz*, *Menezes Vieira* e a *Escola Normal da Côrte*. Embora também tenha circulado por outras instituições não escolares. Vicente Casali, por sua vez, também foi professor de *gymnastica* em diversas instituições no Rio de Janeiro, compondo tanto o universo escolar quanto o não escolar. Atuou como professor de *gymnastica* em escolas, clubes, instituições assistenciais e, além disso, como artista circense. Foi integrante do *Circo Casali*, apresentou-se na *Sociedade Françeza de Gymnastica*, foi professor no *Club Gymnastico Portuguez* e no *Congresso Gymnastico Portuguez*, no *Collegio Pedro II*, no *Alberto Brandão*, no *Collegio Abilio* e na *Escola Normal da Côrte*, entre outras. Nas instituições assistenciais, foi professor no *Asylo Agricola*, na *Sociedade Recreativa São José* e no *Instituto de Surdos-Mudos*.

Neste estudo, especificamente, busquei identificar e refletir sobre a prática corporal forjada por Paulo Vidal e Vicente Casali na *Sociedade Françeza de Gymnastica*, no *Club Gymnastico Portuguez*, no *Congresso Gymnastico Portuguez*, no *Collegio Pedro II* e na *Escola Normal da Côrte*. Ao mesmo tempo em que também tive a intenção de compreender os caminhos que possibilitaram a ambos se forjarem como professores de *gymnastica*, responsáveis pela sua sistematização e pelo seu ensino, na sociedade fluminense, no decorrer dos anos oitocentistas.

### **As exhibições gymnasticas dos clubes e sociedades**

Tomando como referência as instituições não escolares, volto meu olhar para a *Sociedade Françeza de Gymnastica*, criada em 12 de agosto de 1863, para o *Club Gymnastico Portuguez*, de 31 de outubro de 1868, e para o *Congresso Gymnastico Portuguez*, de 10 de maio de 1874. Esses três lugares se constituíram no Rio de Janeiro como espaços de divertimento familiar. Embora as suas práticas fossem previamente determinadas e as formas de divertimento, constantemente, reguladas. Não se aceitava a realização de quaisquer práticas. Somente eram aceitas aquelas consideradas lícitas, pautadas na moralidade construída por aquele tempo e espaço. E, desse modo, tidas como legítimas e em consonância com aquele contexto que almejava a modernidade, a civilização e o progresso.

Compondo esse cenário de modernização, esses clubes também se constituíram como espaços educativos. Sem desconsiderar o divertimento e os momentos de encontro, era necessário, sim, pensar na constituição de um novo homem: civilizado, saudável e educado;



inclusive, corporalmente. Na *Sociedade Franceza*, no *Club* e no *Congresso Gymnastico Portuguez*, forjou-se uma determinada *gymnastica*, a qual, contando com as contribuições de alguns professores, entre eles, Paulo Vidal e Vicente Casali<sup>1</sup>, trazia para a cena a realização de uma prática corporal alegre, festiva e desafiadora, mas também controlada, racionalizada e que visava à ordem. Suas *exibições gymnasticas* pautavam-se na execução de *difficeis exercicios*, alguns, inclusive, *bastante perigosos*. Realizados na *barra fixa e horizontal*, nas *escadas perigosa e milagrosa*, no *trapezio*, no *trampolim*, nas *argolas*, no *arame* e no *bambu japonês*. Esses exercícios, compostos muitas vezes de *acrobacias e voos*, demandavam *arriscadas posições de equilibrio, força, agilidade*, tendo sido sempre executados com muita *perfeição, pericia, destreza e coragem*<sup>2</sup>. Esse conjunto de elementos revela um saber-fazer que se inscreve em comportamentos e rotinas adquiridas, na maior parte das vezes, por meio do trabalho cotidiano das escolas de *gymnastica* que cada um desses estabelecimentos possuía<sup>3</sup>.

Importa ainda destacar que, embora a *gymnastica* na *Sociedade Franceza*, no *Club* e no *Congresso Gymnastico Portuguez* tenha, pouco a pouco, agregado significados e se constituído como uma importante prática, não era apenas ela que despertava o interesse dos sócios. Compondo a oferta de atividades, também se faziam presentes: a esgrima, a música, bem como os jogos de bilhar e *outros recreios honestos*. Especificamente nos dias de bailes, as danças e quadrilhas também divertiam os presentes. Essas instituições, então, com o passar do tempo, foram se constituindo como espaços de formação voltados à sociabilidade, onde homens e mulheres reuniam-se em busca de diversão. Alguns praticavam, outros as frequentavam apenas como espectadores e/ou convidados pelos seus sócios. Sendo assim, considerá-las

<sup>1</sup> Na *Sociedade Franceza de Gymnastica*, Paulo Vidal foi professor em 1869; já Vicente Casali ali se apresentou como artista circense em 1884 e 1890. No *Club Gymnastico Portuguez*, Vidal foi professor entre 1872 e 1874 e Casali de 1879 a 1884. Por fim, no *Congresso Gymnastico Portuguez*, Vicente Casali foi professor no ano de 1882. Mais informações sobre os demais professores que também atuaram nessas instituições, consultar: ROMÃO, 2016.

<sup>2</sup> Jornais: *Diario do Rio de Janeiro*, 28/03/1871, p. 1 – Edição: 00086 (2); *Diario do Rio de Janeiro*, 13/08/1871, p. 2 – Edição: 00223 (1); *Diario do Rio de Janeiro*, 02/11/1873, p. 1 – Edição: 00301 (1); *Diario do Rio de Janeiro*, 17/11/1874, p. 2 – Edição: 00318 (1); *Gazeta de Noticias*, 10/12/1884, p. 1 – Edição: 00375 (1); *Diario de Noticias*, 02/11/1885, p. 2 – Edição: 00149 (1); *Gazeta de Noticias*, 02/11/1885, p. 2 – Edição: 00306 (1); *O Paiz*, 22/06/1886, p. 2 – Edição: 00171 (1); *Diario de Noticias*, 16/08/1886, p. 1 – Edição: 00434 (1); *Diario de Noticias*, 02/11/1887, p. 1 – Edição: 00876 (1).

<sup>3</sup> Estatuto da *Sociedade Franceza de Gymnastica: Collecção das Leis de Imperio do Brasil de 1881* – Disponível em: <http://books.googleusercontent.com/books/content>. Acesso em: 9 jan. 2016; Decretos que aprovam os estatutos do *Club Gymnastico Portuguez*: Dec. n. 5026, de 24 de julho de 1872 e Dec. n. 6680, de 12 de setembro de 1877 – Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58070&norma=73923>. Acesso em: 16 jul. 2014 e <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6680-12-setembro-1877-549205-publicacaooriginal-64585-pe.html>. Acesso em: 24 jun. 2013; Decreto que aprova os estatutos do *Congresso Gymnastico Portuguez*: Dec. n. 5873, de 13 de fevereiro de 1875 – Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56626&norma=72477>. Acesso em: 16 jul. 2014.

somente como instituições ginásticas é correr o risco de reduzir a sua pluralidade, já que elas eram, na verdade, *sociedades recreativas* que proporcionavam a seus sócios *toda a sorte de diversões*<sup>4</sup>, e que acolheram também a *gymnastica* em sua composição.

Revelando-se como expressões de um novo período pelo qual passava a cidade do Rio de Janeiro, no decorrer da segunda metade do século XIX, e estando imersos nas transformações nos planos social, político e cultural, essas três instituições, a *Sociedade Franceza de Gymnastica*, o *Club Gymnastico Portuguez* e o *Congresso Gymnastico Portuguez*, trouxeram à tona a valorização do entretenimento, da diversão, tendo contado com a presença da *gymnastica* para se concretizarem:

A 31 do passado festejou o Club Gymnastico Portugez o sexto anniversario de sua installação.

Sendo uma sociedade que cultiva a gymnastica, a musica e a esgrima, desejou mostrar seus progressos nessas tres artes, primeiro que as numerosas damas e cavalheiros presentes se entregassem ás delicias da parte dansante do programma.

Não se póde desejar mais de moços, que apenas em suas horas vagas se exercitam na obtenção daquellas prendas estimaveis. Alguns ha que as alcançaram em tão alto gráo, que bem parecem distinctos profissionaes; fazem grande honra a seus excellentes mestres Srs. Guimarães, Côrtes e Pontié.

Quantas vezes os espectadores lhes dispensaram calorosos applausos?... quantas vezes sentiram correr-lhes o frio de quem vê seu semelhante em terrivel perigo?... quantas vezes admiraram a coragem com que aquelles rapazes triumpharam das maiores difficuldades?

Para um amigo da meditação esse ousado e florescente grupo dava em grande assumpto. Todos os que se empenhavam nos exercicios gymnasticos não precisaram fazel-o, possuem corações cheios de amor e das maiores esperanças, passam a vida milagrosa e felicissima dos que trabalham, ganham honradamente o que gastam e sonham mil venturas possiveis e impossiveis.

No entanto arriscavam-se!... expunham-se a cahir desastradamente!... se, em uma dada occasião, lhes faltassem uma das mãos, roliariam de grande altura; bateriam de cabeça, morreriam nesse momento!...

Não perguntem porque são imprudentes, porque amam tão perigosa arte, porque affrontam as possibilidades de instantanea morte. A mocidade não sabe calcular, é filha legitima do enthusiasmo. Feliz della quando conserva-se bôa filha, quando mostra-se obediente a todos os impulsos que lhe communica aquelle sublime motor das mais raras virtudes!<sup>5</sup>

Essa *gymnastica* desafiadora, com traços de destreza, agilidade, correção e controle dos movimentos, atrelada ao divertimento, foi sendo forjada sob a influência do universo circense<sup>6</sup> e, dessa maneira, apresentava-se em sintonia com a nova reorganização social que estava em

<sup>4</sup> Jornal *Diario de Noticias*, 23/01/1886, p. 1 – Edição: 00231 (2).

<sup>5</sup> Jornal *Diario do Rio de Janeiro*, 08/11/1874, p. 1 – Edição: 00309 (1).

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre a relação entre ginástica e o universo circense no Rio de Janeiro dos anos mil e oitocentos, consultar: CABRAL, 2016.

curso, rumo à civilização e à modernidade. A influência do circo, o desafiar o corpo, o corpo em risco pautavam a constituição daquela *gymnastica*, a qual, paulatinamente, foi se constituindo e se afirmando na sociedade fluminense. Inclusive, quando essa prática corporal não se fazia presente, sobretudo nos momentos festivos promovidos pela *Sociedade Gymnastica*, pelo *Club* e *Congresso Gymnastico Portuguez*, críticas logo surgiam nas páginas dos jornais. BOB, por exemplo, que era um frequentador dos bailes promovidos por essas instituições, explicita sua decepção no Jornal *O Mosquito* quando percebe a ausência dos exercícios ginásticos – que tanto atraía os sócios e frequentadores do *Club Gymnastico Portuguez*:

Bastava-lhe que fosse como a que no outro sabbado teve o Club Gymnastico Portuguez, onde na verdade alguns amadores fizeram prova de merecimento em algumas sortes e exercicios d'armas.

Depois houve baile. **Foi para mim uma decepção. N'um club gymnastico, dansar como qualquer simples mortal, não satisfaz. Pelo menos deviam as quadrilhas ser dansadas sobre a corda bamba, e para as valsas andarem os pares com perna de pau.** BOB<sup>7</sup>. (Grifos meus).

Se por um lado parte da população fluminense, no correr dos anos mil e oitocentos, reconhecia a *gymnastica* como uma importante prática, capaz de divertir e entusiasmar não somente aqueles que a praticavam, mas também aqueles que a aplaudiam; por outro lado, críticas a sua manifestação não deixaram de existir. Para alguns médicos, educadores e intelectuais os excessos promovidos nessas *exibições gymnasticas* eram condenáveis, principalmente porque à *gymnastica* deveria se inculcar uma base moral e científica, que “servisse aos intuitos de controle, disciplina e desenvolvimento de hábitos higiênicos” (MELO & PERES, 2014, p. 38). Entretanto, no *Club Gymnastico Portuguez*, no *Congresso Gymnastico Portuguez* e na *Sociedade Franceza de Gymnastica* a sua prática seguia um curso de legitimidade e afirmação.

Diante disso, vale o questionamento: os traços constitutivos dessa *gymnastica* que se forjava nos clubes e sociedades no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX, não se fizeram presentes em outros contextos, mesmo que com diferentes ênfases? Tendo em vista que, em diferentes espaços, às vezes coincidia de serem os mesmos sujeitos responsáveis pelo seu ensino e sistematização?

Com este estudo, podemos afirmar que elementos constitutivos dessa prática corporal circulavam de um lugar para o outro, nos quais a *gymnastica* ia sendo sistematizada, tanto por

<sup>7</sup> Jornal *O Mosquito*, 18/04/1874, p. 6 – Edição: 00240 (1).

Paulo Vidal quanto por Vicente Casali. Para além dos clubes, também esses professores eram afetados por aquela *gymnastica*, pelos exercícios que compunham as suas apresentações. Força, destreza, agilidade, coragem, precisão e controle dos movimentos foram alguns dos elementos que os acompanharam, inclusive nas instituições escolares. Contando com a presença dos aparelhos que, anteriormente eram utilizados nos clubes, em suas aulas nas instituições escolares, os mesmos passaram a auxiliar a execução de determinados movimentos, evidenciando que havia sim uma linha tênue que separava as *gymnasticas*, mas que não provocava uma ruptura definitiva.

Tomando emprestadas as palavras de Carmen Lúcia Soares (2009), os corpos postos em movimento – as *exibições gymnasticas* –, principalmente a partir dos anos finais do século XIX, já não se configuravam apenas como entretenimento. Sua “espetacularização” passou a ser também objeto de atenção, e o corpo, em decorrência disso, passou a compor o “quadro de preocupações públicas”. O corpo passou a ser “objeto de uma gestão social”, a qual contou com a participação de muitos médicos, professores e intelectuais, que, por sua vez, contribuíram para a inserção da *gymnastica* nas instituições escolares. E, nesse processo, também as escolas ressignificavam a sua *gymnastica*.

### **A *gymnastica* racional das instituições escolares**

Para compreender o modo como a *gymnastica* se forjou no âmbito escolar, neste estudo, tomei como referências duas instituições de ensino e formação: o *Collegio Pedro II*, fundado em 1837, e a *Escola Normal da Corte*, criada em 1880. Entre as tantas instituições escolares que existiam no Rio de Janeiro, na época, foram essas as selecionadas, primeiro, porque por ambas circularam Paulo Vidal e Vicente Casali<sup>8</sup>; segundo, porque interessa-me olhar com mais cuidado para lugares que se dedicaram a distintas formas de ensino. O *Pedro II* por ser um colégio de ensino secundário, de referência na sociedade da Corte e voltado a atender a elite fluminense, e a *Escola Normal*, por se destinar à formação de professores e professoras que, futuramente, atuariam no ensino primário.

Ao me aproximar das regras e normatizações, das formas de organização e funcionamento dessas duas escolas, por meio da análise de seus regimentos e regulamentos internos, estatutos e programas de ensino, sobretudo, pude também identificar elementos que

---

<sup>8</sup> Paulo Vidal foi professor de *gymnastica* no *Collegio Pedro II* de 1875 a 1884 e na *Escola Normal da Corte* em 1884. Vicente Casali foi professor no *Pedro II* de 1881 a 1889 e na *Escola Normal da Corte* em 1884, em parceria com P. Vidal, e, em 1896, quando essa já havia se tornado *Escola Normal da Capital Federal*. Mais detalhes, consultar: ROMÃO, 2016.

caracterizavam, autorizavam e legitimavam a presença e afirmação da *gymnastica* nesses espaços.

No *Collegio Pedro II* e na *Escola Normal*, quando a *gymnastica* esteve “sob os cuidados” de Paulo Vidal e Vicente Casali, identificamos várias estratégias e investimentos adotados por esses professores para que sua prática fosse autorizada naquelas instituições de ensino. Para citar alguns, destaco: as várias alterações no quadro de horário e nas ênfases das disciplinas; as muitas reivindicações para que um espaço adequado à prática ginástica fosse construído; a elaboração de programas de ensino<sup>9</sup>; a aquisição e utilização de aparelhos ginásticos para que as aulas se tornassem mais práticas e, por conseguinte, mais atrativas, na visão dos alunos<sup>10</sup>, entre outros.

#### Exercícios disciplinares

1º Formatura dos alumnos por alturas da direita para esquerda n’uma fileira  
2º Principios elementares para o conhecimento da direita para a esquerda, da frente e retaguarda da linha  
[...].

#### Exercícios ordinais

1º Formatura em columnas de secções e pelotões: 1º em linha de frente, 2º em linha de flanco  
2º Augmento e diminuição da columnna  
[...].

#### Movimentos de corpo livre

##### Movimentos da cabeça

[...].

##### Movimentos do Tronco

[...].

##### Movimentos dos pés

[...].

##### Movimentos dos braços sem flexão

[...].

##### Movimentos das pernas sem flexão

[...]

Jogo gymnastico na aula: Passagem e Saltos na corda longa em rotação

##### Movimentos dos braços com flexão

[...].

##### Movimentos das pernas com flexão e distenção

[...]

Jogo gymnastico na aula: Saltos com a corda de linho

##### Movimentos combinados de braços e pernas

[...].

<sup>9</sup> Paulo Vidal foi o primeiro professor que, em 1879, elaborou um programa de ensino oficial da *gymnastica* no *Pedro II*, já na *Escola Normal* percebemos que houve uma série de acordos e trocas entre os professores para que a *gymnastica* fosse sistematizada naquela escola. Mesmo porque, diferentemente do *Pedro II*, na *Escola Normal* havia a prática ginástica tanto feminina quanto masculina. Mais detalhes, consultar: ROMÃO, 2016.

<sup>10</sup> Fala essa destacada por Paulo Vidal em uma carta encaminhada ao reitor do *Pedro II* em novembro de 1878 – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ – Códice: IE<sup>44</sup>.

Saltos

- 1º Saltinhar simultaneo e alternado
- 2º Saltos á pé juntos
- 3º Saltos precedidos de carreira

Alteres

Executar com os alteres os movimentos de flexão e distensão das extremidades superiores, os movimentos sem flexões e os seguintes:

- 1º Movimentos de pronação e supinação
- 2º As flexões e distensões, os braços partindo do hombro

Varas com espheras

Trabalhos com 1 vara

- 1º Levar a vara em posição vertical a direita e a esquerda do corpo o antebraço opposto em flexão ao peito

[...]

- 8º Inclinações lateraes. Passar a barra atraz do corpo avançando as pernas

Exercicios nos aparelhos

Mastros fixos e [pensiles]

- 1º Subir com auxilio dos pés e das mãos
- 2º Subir com o auxilio das mãos
- 3º Subir com o auxilio d'um só pé e das mãos

[...]

Cabos lisos, de nós e com casilhas

[...].

Argolas

- 1º Voltas e [vira-voltas]

[...]

- 4º Passagens alternadas das pernas sobre os antebraços

Trapezio

[...]

- 3º Voltas e viravoltas nos cabos
- 4º Suspensão na junta das curvas e dorso do pé
- 5º Varios modos de descer

Escadas horizontaes

[...].

Escadas inclinadas

[...].

Barras paralelas

[...].

Escola Normal da Côrte em 13 de Março de 1884. O professor de gymnastica, P. Vidal<sup>11</sup>. (Grifos meus).

Sistematizada desse modo, essa *gymnastica* se caracterizava como uma prática corporal racional, higiênica, regulada, elementar, disciplinadora e moralizadora dos hábitos, seus movimentos eram ordenados e metódicos, sem excessos, sem dispêndio de energia. Logo, educativa e obrigatória. Visando o fortalecimento do corpo e à sua regulação, seus exercícios partiam dos mais fáceis para os mais difíceis, do simples para o combinado, os quais eram prescritos de forma fragmentada; isto é, ora trabalhava-se a cabeça, ora o tronco; ora as

<sup>11</sup> Apresento aqui, apenas, alguns trechos do programa de ensino elaborado por Paulo Vidal. Para conhecê-lo integralmente, consultar: ROMÃO, 2016, p. 140-142.



extremidades superiores, ora as inferiores, contemplando-se, assim, a dimensão do todo, da harmonia corporal.

Também se levava em consideração a aquisição da destreza e da agilidade e, em decorrência dessas, desenvolvia-se o sistema respiratório, por meio da execução dos saltos, marchas e contramarchas. Por fim, o controle da vontade e a disciplina também se fizeram presentes na *gymnastica* desenvolvida nessas escolas, podendo ser identificados, por exemplo, por meio das posturas, da formação de pelotões e de diversas outras formaturas que eram cobradas dos alunos.

Capaz de educar, endireitar, corrigir e aperfeiçoar os corpos e, além disso, de intervir na formação do caráter e na aquisição de novos hábitos higiênicos e saudáveis, essa, como vimos, *gymnastica* culminou na elaboração de programas de ensino e na prescrição de lições, passando a ser aceita também como uma possibilidade educativa, forjando-se no interior das instituições escolares como uma *gymnastica* racional que, fundamentada pela ciência e coadunada pelos valores morais, prescrevia movimentos fragmentados, sequenciados, progressivos e repetitivos, buscando simetrias que fortalecessem e endireitassem o corpo, prevenindo-o contra deformações.

### **Considerações finais**

Nas instituições não escolares, nos clubes e sociedades, a *gymnastica* manifestava-se de um modo distinto daquele que se forjou nas instituições escolares. Privilegiando o entretenimento, o espetáculo, essa *gymnastica* dialogava todo o tempo com diferentes esferas da sociedade: o teatro, o canto, o baile e a encenação. Assim, sua finalidade, seus sentidos e significados eram outros. Todavia, mesmo esses sendo modos diferenciados de se educar o corpo, em alguns momentos, seus elementos característicos se misturavam. Portando uma “nova roupagem”, as acrobacias, os saltos e as piruetas executados nos clubes e sociedades passaram a ser controlados por aparelhos ginásticos. As demonstrações coletivas das proezas físicas que desafiavam os corpos de seus praticantes e encantavam aqueles que as assistiam, nos diversos espetáculos proporcionados pelos clubes, passaram a fazer parte também das festas escolares. Voltando-se ao espetáculo, sua dimensão do controle não era esquecida. Destinadas à formação do sujeito escolar, à aquisição de hábitos e comportamentos saudáveis, controlados e higiênicos, essa *gymnastica* não menosprezava o divertimento, mesmo porque a lógica do entretenimento se constituiu como um importante elemento na consolidação da sociedade fluminense no decorrer dos anos mil e oitocentos. Portanto, foi nessa linha tênue, entre tensões



e negociações de sentidos e significados, que se constituíram as *gymnasticas* no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

Reunir essas distintas instituições, a partir dos vestígios da circulação de Paulo Vidal e Vicente Casali pelo Rio de Janeiro, permitiu-me compreender como as suas experiências como professores de *gymnastica* foram se forjando, bem como o modo como esses professores contribuíram para o processo de constituição das *gymnasticas*, no qual ambos estiveram diretamente envolvidos. A partir dos vestígios de circulação pelo Rio de Janeiro da segunda metade do XIX por eles deixados, a partir de suas práticas e saberes produzidos, tanto Paulo Vidal quanto Vicente Casali contribuiu, cada um a seu modo e em consonância com as instituições por onde circularam, com o processo de sistematização e divulgação dessa prática corporal.

Diante disso, compreendo que as *gymnasticas* forjadas na sociedade fluminense contaram com as contribuições desses dois professores, estando encarnadas em suas experiências e em suas trajetórias. Isso evidencia que as *gymnasticas* não “nasceram” puras e, ainda, que, por assim ser, comportavam uma dimensão transformativa que se adequava ao espaço onde eram conformadas. Por fim, cumpre ressaltar que o Rio de Janeiro dos anos mil e oitocentos possibilitou que muitas *gymnasticas* se forjassem. No entanto, mesmo sendo muitas, elas dialogavam entre si, misturavam-se. E, nesse processo, foram sendo acolhidas por diferentes esferas da sociedade.

Neste trabalho, foi possível contemplar aquelas que se constituíram no *Collegio Pedro II*, na *Escola Normal da Côrte*, na *Sociedade Franceza*, no *Club Gymnastico Portuguez* e no *Congresso Gymnastico Portuguez*, tendo como eixo condutor os professores Paulo Vidal e Vicente Casali. Para se apreender outras formas de manifestação da *gymnastica* sistematizada por esses professores, é necessário atentar para as outras instituições por onde esses sujeitos também se fizeram presentes, expandindo, desse modo, as suas redes de sociabilidade que aqui começaram a ser tecidas.

## Referências

CABRAL, Pedro Luiz da Costa. A aliança dos contrários: A ginástica protagonizada no circo (Brasil, 1840-1880). 2016. 189 f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 378 p.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. *A gymnastica no tempo do Império*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. 205 p.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. *Entre Escolas, Clubs e Sociedades: as Gymnasticas tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900)*. 2016. 199 f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SOARES, Carmen Lúcia. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 133-178.

## Futebol e poder público em Belo Horizonte: o futebol como poder político na ocupação de Belo Horizonte entre 1910 e 1950

**Renata Alves Pinto Lemos**

Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas

Graduanda em História

PUC - MG

E-mail: reaplemos@gmail.com

**Resumo:** O futebol e a política sempre estiveram associados. A primeira metade do século XX é marcada por uma relação de ‘camaradagem’ entre dirigentes dos clubes de futebol e os políticos que assumiam o poder naquele momento. Os benefícios que Atlético, América e Cruzeiro receberam ao longo dos anos é inegável. A presente pesquisa tenta entender o universo em que essas relações e trocas aconteciam. Houve um incentivo ao esporte em geral em Belo Horizonte entre 1910 e 1950 ou os três clubes recebiam esses benefícios fora deste contexto maior? É isso que a análise tenta responder.

**Palavras-chave:** Futebol; Política; Belo Horizonte.

**Abstract:** Football and politics have always been associated. The first half of the 20th century is marked by a relationship of “camaderie” between the leaders of the football clubs and the politics who took power at that moment. The benefits Atlético, America and Cruzeiro received over the years are undeniable. The present research tries to understand the universe in which those relationships and changes happened. Was there an incentive to sport in general in Belo Horizonte between 1910 and 1950 or did the three clubs received those benefits outside this bigger context? That is what this analysis tries to answer.

**Key words:** Football; Politics; Belo Horizonte.

Ao submeter o trabalho para esta publicação, a pesquisa estava em andamento. Durante o percurso alguns obstáculos apareceram e novos caminhos foram surgindo para o desenvolvimento da mesma. Assim, a análise em relação a ocupação de Belo Horizonte foi deixada de lado e o rumo traçado foi um entendimento do incentivo recebido pelo esporte no recorte de 1910 a 1950 e a relação de destaque que Clube Atlético Mineiro, América Futebol Clube e Cruzeiro Esporte Clube recebem nesse contexto.

### **O esporte no nascimento de Belo Horizonte**

No século XIX o desejo pela modernidade permeava o contexto brasileiro. Se Belo Horizonte é planejada e construída sobre essa premissa, o esporte e o lazer vêm como reforço ao novo estilo de vida. O planejamento da cidade contava com espaços para a prática esportiva, como o Parque Municipal e o Hipódromo. Durante o século XX o esporte e o lazer foram sendo incorporados gradativamente como formas de agregar valor e produzir sentidos para aqueles que o praticam. Por se tratar de algo que permeia a vida social daquele novo imaginário ideal, setores da gestão pública assumiram responsabilidade sobre o tema.

Percebemos que o incentivo ao esporte nasceu junto à cidade, desde o momento de sua formulação. A criação de espaços para a sociabilidade e a prática esportiva (mesmo que nesse momento essa prática não incluía o futebol) estava presente desde o desenho da planta urbana de Aarão Reis. Não surpreendentemente, esses espaços se transformaram, inclusive com o aparecimento do futebol. O Prado Mineiro, antes pensado para o turfe, por exemplo, foi apropriado pelos jogos de futebol. O Parque Municipal foi tomado pelas “brincadeiras” com bolas de meia e virou local de reunião de garotos, de onde inclusive se inicia a ideia de fundação de um dos grandes clubes, o Atlético.

Se o esporte aparece nesse contexto do século XIX e XX como uma prática civilizatória e higienista, nada mais justificável do que o planejamento da cidade se importar com a implantação de práticas corporais. Segundo Rodrigues

A cidade idealizada na planta criada pela CCNC criara oportunidades de nela se praticar esporte, e para isso reservaram-se espaços em locais demarcados especificamente para a realização de duas modalidades esportivas que tinham, na época, grande repercussão na Europa, considerada o centro da civilização moderna: o ciclismo e o turfe. (RODRIGUES, 2006, p. 98).

### **O Esporte e o Estado Novo**

O Estado Novo foi marcado pelo incentivo ao esporte em todo o Brasil. A ideia de criar uma unidade nacional fez com que se criasse uma identidade nacional, forjada, mas que utilizava elementos da cultura brasileira. O futebol teve papel importante nesse sentido, o que fez com que muitos criticassem um aparelhamento desse esporte pelo governo. Outras modalidades esportivas e práticas corporais também foram incentivadas pelo governo federal durante o Estado Novo.

Segundo Schuffner, “a difusão do esporte, no Brasil, acelerou quando essa atividade, até então somente voltada para o lazer, foi integrada aos projetos políticos, econômicos e educacionais do Estado, nos anos de 1930” (SCHUFFNER, 2007, p. 28). No governo Vargas a prática esportiva tornou-se uma ferramenta pedagógica para vincular os valores cívicos na população. O esporte era atribuído a uma concepção militarista, onde o cidadão poderia adquirir noções de ordem, disciplina e estratégia, o que muito interessava em um período marcado pelo entre-guerras e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Em Minas Gerais, a industrialização, principalmente na década de 1940, fez surgir uma série de times operários, formados dentro das fábricas. De uma forma indireta, o incentivo ao desenvolvimento industrial fez com que o futebol também tivesse um crescimento com

surgimento de novos clubes que entravam para a disputa dos campeonatos mineiros organizados pela FMF.

Durante esses anos o prefeito Otacílio Negrão de Lima e o governador Benedito Valladares estimularam a construção de praças de esportes e clubes recreativos e esportivos na capital e no interior mineiro. Assim, percebemos um incentivo à prática esportiva tanto do governo municipal quanto estadual nesses governos. A extensão de locais para a prática corporal incentiva a população a se exercitar, e a se interessar por esportes variados.

Nos anos finais do Estado Novo, Juscelino Kubitschek assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, entre 1940 e 1945. Sua administração foi marcada por reformas urbanas. Dentre elas, destacou-se a construção do complexo da Pampulha, projeto encomendado por ele. Mesmo tendo como principal objetivo o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento da ideia de modernidade na sociedade belo-horizontina, também podemos entender como incentivo ao esporte na cidade. Ao criar o Complexo Arquitetônico da Pampulha, JK transformou o local de forma apropriada para o lazer, com foco para as práticas esportivas aquáticas.

### **Concessões**

Dentre o contexto esportivo, o futebol se destaca por sempre ter sido associado à política no Brasil. Nesse sentido, destaco os benefícios que América, Atlético e Cruzeiro receberam da Prefeitura de Belo Horizonte na primeira metade do século XX.

### **Concessões ao América Futebol Clube**

Em seis de outubro de 1920 o Prefeito Affonso Vaz de Mello sanciona a Lei nº 187 que dá direito ao América estabelecer seu campo de esporte e efetuar as construções necessárias no terreno que ocupava, terreno este onde em 1929 foi construído o Mercado Central de Belo Horizonte.

Quando o Presidente do Estado de Minas Gerais era Antônio Carlos, os estádios de Atlético (onde hoje é o Minascentro), do América e do Palestra Itália já existiam. Mas com a ideia de se construir um Mercado Municipal no terreno onde estava o estádio americano, a Prefeitura cede uma área desmembrada do Parque Municipal, na Avenida Araguaia, e o América constrói ali seu complexo esportivo, conhecido como Estádio da Alameda Ezequiel Dias que só veio a ser desativado em 1970.

Segundo a documentação, a Prefeitura se comprometeu a deixar o terreno concedido ao clube todo pronto para o uso, sem ônus a este pela mudança forçada pela Prefeitura. Assim, ela

se compromissou a entregar o terreno murado, com arquibancadas, campo de futebol, de tênis e de basquete, um barracão para o tomador de conta. Tais construções seriam de acordo com um projeto elaborado pela prefeitura. A meu ver, as autoridades preveniram conflitos com o América que havia batalhado para a construção do complexo antigo, tomado pelo município e que não deveria sair prejudicado. Assim, a Prefeitura elabora um projeto que comporte um complexo de nível semelhante ao antigo. Digo isso porque na reportagem do Jornal Estado de Minas, fica dito que o primeiro estádio, na Avenida Paraopeba, o América possuía quadras para diversas modalidades, assim como o projeto elaborado pela Prefeitura para o novo complexo, que possui quadra de tênis e basquete.

Em quatorze de agosto de 1939 há um registro de imóvel da compra do Estádio do América pela Prefeitura. A nova negociação põe o município como possuidor do imóvel, mas o América como arrendatário do mesmo com contrato válido por trinta anos. No acordo firmado, o clube só tem permissão para uso do espaço para fim esportivo, sendo negada a possibilidade de sublocação. O que me parece é que os clubes não conseguiam arcar com os custos (veremos isso mais claramente adiante) e a Prefeitura compra os imóveis, negociando um valor de parcelas do arrendamento para que América continuasse utilizando o espaço. Os benefícios em relação ao América são a diminuição dos custos com a manutenção, impostos, etc, e para a Prefeitura uma nova renda com a anuidade paga pelo clube. Entendo como uma forma de auxílio ao América para que suas finanças se destinassem ao desenvolvimento do futebol em si.

### **Concessões ao Clube Atlético Mineiro**

O Clube Atlético Mineiro teve, em 18 de outubro de 1916, homologada a lei nº 121 pelo então Prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello que dá os direitos do terreno localizado na Avenida Paraopeba (hoje Avenida Augusto de Lima), onde atualmente está o Minascentro, para o Atlético.

Em 1929, por uma troca com a Prefeitura, o Atlético passa a ter posse do terreno no Bairro de Lourdes, onde hoje existe o Shopping DiamondMall, e cede o antigo campo localizado em frente ao do América na Avenida Paraopeba no centro belo-horizontino. O clube construiu um estádio com capacidade para cinco mil pessoas no novo terreno. Ele recebeu o nome do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, que muito contribuiu para a construção do estádio, inclusive com recursos financeiros. Tais informações foram

retiradas da página do Centro de Memória Atléticano na internet por não ter sido encontrado nada relacionado na documentação coletada para esta pesquisa.

A documentação da Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte mostrou que a negociação de arrendamento entre município e clube aconteceu em 1935. Apesar de não encontrar o contrato desse acordo, há um relatório escrito em 1943 com informações sobre o arrendamento e as dívidas de Atlético e Cruzeiro com a Prefeitura naquele momento e cita a data do contrato entre a Prefeitura e o Atlético em doze de novembro de 1935.

O relatório de dívidas do clube alvinegro mostra que o acordo previa o pagamento de uma quantia anual e os juros caso ele não acontecesse. Segundo este documento, escrito em vinte e dois de julho de 1943, o Atlético realizou o pagamento da anuidade nos dois primeiros anos e, naquele momento, devia cinco anos da taxa do arrendamento, mais os juros relativo ao atraso. A Prefeitura de Belo Horizonte estabelece que o pagamento da dívida fosse realizado até quinze de agosto daquele ano, o que não acontece, e decide-se então intervir no repasse do recurso que o clube recebia da Loteria Mineira.

Interessante observar que muito provavelmente esta compra dos lotes pela Prefeitura foi uma solução para a dificuldade que os clubes estavam encontrando de manter seus estádios nos moldes anteriores. Da mesma forma que aconteceu com o América e também com o Cruzeiro, como veremos adiante, o contrato se faz parecer interessante para o clube que diminui despesas com impostos, por exemplo, mas continua usufruindo de seu estádio.

O que aconteceu foi que o clube contraiu uma dívida com o município, como visto no relatório de levantamento de dívida do Atlético com o município em 1943. Registro da Prefeitura mostra que em 1943, após cobrança do município pela dívida, os clubes justificam o débito com as dificuldades financeiras as quais os clubes passam nesse momento. Podemos relacionar essas carências dos clubes nas décadas de 1930 e 1940 como consequência do processo de profissionalização do futebol, que aconteceu em 1933 em Minas Gerais. Ao sair do amadorismo, as agremiações esportivas aumentam seus gastos ao criar uma folha de pagamentos aos atletas, além de todos os custos que um profissional gera a uma instituição.

O Atlético era proprietário também de terrenos na Pampulha chamado de “Quinta Elza”. A informação de quando e como houve tal aquisição não foi encontrada, mas em 17 de julho de 1950 a Lei 156 isenta o Atlético dos ônus de urbanização. O documento assinado pelo então Prefeito Otacílio Negrão de Lima diz o seguinte:



Art. 1º - Fica a Prefeitura de Belo Horizonte autorizada a isentar o Atlético dos ônus de urbanização previstos no art. 7º do Decreto Municipal nº 54, de 1935, com a nova redação constante do art. 17 da lei municipal nº 15 de março de 1948.

Art 2º - A isenção referida no artigo anterior diz respeito, tão somente, aos lotes resultantes da gleba de terreno de propriedade do aludido Clube, denominada Quinta Elza, na Pampulha, descrita na promessa de venda registrada no Cartório do 1º ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte...

Isso significa que a Prefeitura, mais uma vez, beneficiou o Atlético por isentá-lo de gastos com questões urbanas, como pagamentos de imposto como IPTU, relacionados a ‘Quinta Elza’. O suplemento especial dedicado ao Atlético da Revista Vida Esportiva (1947) traz um anúncio publicitário na página 14 de venda de terrenos de um novo loteamento na Região da Pampulha, nas proximidades da Cidade Universitária e do Aeroporto.

O anúncio ainda faz referência a proximidade do bairro com o Estádio do Atlético

O BAIRRO SANTA ROSA, que obedecendo os (sic) mais perfeitos requisitos de urbanização moderna, de acordo com a Prefeitura, rasga na PAMPULHA, ruas largas e amplas avenidas. Em situação privilegiada, de topografia magnífica, tem ainda como pontos de valorização, imediata a CIDADE UNIVERSITÁRIA em frente ao magestoso (sic) ESTADIO DO CLUBE ATLÉTICO MINEIROS ao seu lado. (REVISTA VIDA ESPORTIVA - SUPLEMENTO, 1947, p.14).

Na página ao lado há uma reportagem sobre a construção do referido Estádio do Atlético. Na época, anterior a construção do Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, o Atlético idealizou a construção de um estádio próprio com maior capacidade que o Estádio Antônio Carlos, que já não mais comportava sua torcida. Segundo a reportagem, o clube já havia contratado o arquiteto Dr. Icaro de Castro, que foi o idealizador do Pacaembu, também já havia começado os trabalhos de terraplanagem, mas ainda aguardava recursos financeiros. O estádio comportaria um complexo esportivo com quadras de diversas modalidades, piscina olímpica, ginásio, pistas de atletismo e um campo gramado adjacente ao estádio para os treinamentos. Ao que tudo indica, o projeto não saiu do papel. Dois anos depois foi construído o Estádio Independência para a realização de jogos da Copa do Mundo.

O que a documentação, a publicidade e a reportagem indicam é que a área onde foi construído o Bairro Santa Rosa e o terreno destinado ao Estádio do Atlético era o que a documentação cartorial se refere como “Quinta Elza”. Assim, a isenção dos ônus de urbanização indica a dispensa ao clube de abertura de vias, instalação de iluminação e quaisquer outros recursos necessários para a criação de um novo bairro.

A reportagem sobre o novo Estádio do Atlético ainda traz uma relação dos benefícios que a construção de um complexo nos moldes projetados trazem não apenas ao clubes e torcedores, mas também ao Estado. Assim,

Ademais, beneficiando-se a si, o Atlético beneficia o Estado, já que não possuímos um campo de esportes que condiga com a nossa evolução atlética. Vivemos a reclamar contra a precariedade de nossas canchas de há muito e só agora poderemos ter solucionado um dos maiores danos do futebol montanhês. (REVISTA VIDA ESPORTIVA – SUPLEMENTO, 1947, p. 15).

### **Concessões a Sociedade Sportiva Palestra Itália / Cruzeiro Esporte Clube**

A Prefeitura concede à Sociedade Sportiva Palestra Itália, em 1922, a posse do lote na mesma avenida dos clubes citados anteriormente. É em sete de abril daquele ano que o então Prefeito da cidade, Affonso Vaz de Mello, homologa a lei nº 213 nos mesmos moldes das doações já realizadas a clubes esportivos.

O lote, que ainda pertence ao Cruzeiro que tem no local seu clube, teve a construção do Estádio do Barro Preto na década de 1920 e foi o único estádio que o clube teve posse até hoje. Em treze de fevereiro de 1936 o então presidente do Palestra Itália, Dr. Miguel Perrella e o Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Otacílio Negrão de Lima, firmam contrato de compra e venda do terreno do Barro Preto e arrendamento do mesmo. O lote, que pertencia ao Palestra é vendido à Prefeitura da capital mineira e arrendado pelo clube pelo prazo de 30 anos, com pagamento anual, segundo a documentação de escritura de compra e venda existente na Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte.

Porém, assim como aconteceu com o Atlético, o clube não cumpriu suas obrigações quanto ao pagamento da anuidade do arrendamento negociado com a Prefeitura. No relatório escrito em 1943 com o levantamento das dívidas de Cruzeiro (já com novo nome) e Atlético, mostra que o time celeste nunca realizou o pagamento. O débito acumulado nos cinco anos somava Cr \$ 14129,80. Além disso, o contrato previa o pagamento de uma multa de Cr \$ 40000,00 pelo atraso do pagamento. Porém a Prefeitura propõe que as penalidades contratuais não fossem consideradas, a fim de que o pagamento da anuidade atrasada se realizasse. Não há confirmação da realização do pagamento ou não.

O que podemos concluir disso é que a Prefeitura de Belo Horizonte beneficiou o Cruzeiro, ou ainda Palestra Itália, assim como a outros clubes no momento em que doa os terrenos no centro da cidade para a realização de treinos e jogos. Em relação à construção do Estádio do Barro Preto não encontrei registro de auxílio governamental para tal, apenas esta

doação, assim como para os outros dois clubes analisados. Mais uma vez a Prefeitura compra o terreno posteriormente, o que me aparenta uma tentativa de auxílio ao clube, mas acaba gerando dívida do clube com o município.

### **Concessões a outros clubes**

Outros clubes da capital mineira aparecem beneficiados pelo poder público na documentação recolhida. São poucas menções, mas é necessário o registro. O Clube Lusitano, time formado no início do século XX por imigrantes portugueses em Belo Horizonte, recebeu doação do terreno que já ocupava, assim como Atlético e América (o Palestra Itália usava o Prado Mineiro para treino e adquiriu, perante doação municipal, o lote no Barro Preto). A doação foi homologada pela lei 223 de dezoito de abril de 1922.

O primeiro clube a conseguir junto ao município a doação do terreno ao qual ocupava para a prática do esporte na capital foi o Yale. O pedido do Yale para posse do lote que utilizava para seus treinos foi aceito e publicado pela Prefeitura em artigo 3º da Lei 53 de trinta de setembro de 1911, lei esta que trazia uma diversidade de assuntos, dos mais variados, separados por artigos.

O terceiro clube que aparece nas documentações e que ainda não foi referenciado é o Sete de Setembro. A documentação relacionada ao Estádio Independência, estádio construído para a Copa do Mundo de 1950 e arrendado ao clube, é um relatório de 22 de março de 1967 requerido pela Câmara Municipal. Segundo o relatório,

O ‘Estádio Independência’ foi construído pela Prefeitura por motivo de três jogos de futebol da Copa do Mundo de 1950, realizados na capital e também porque, considerando o auxílio poderoso que a Prefeitura e o Estado prestaram ao Atlético, ao Cruzeiro e ao América na aquisição de suas praças de esportes, o Sete de Setembro, antiga sociedade esportiva, estava, neste particular, em situação de abandono pelos poderes públicos.

O relatório admite os auxílios prestados a Atlético, América e Cruzeiro pelo poder público durante o crescimento e firmamento dos respectivos clubes e utiliza como pressuposto para a doação do novo estádio da capital para o Sete de Setembro. Segundo o mesmo relatório, o terreno onde o Estádio Independência foi erguido era de posse do Sete de Setembro, mas a construção, iniciada em 1949, na gestão do Prefeito Dr. Otacílio Negrão de Lima, foi custeada pelo poder público e, depois de pronto, o estádio foi entregue ao clube para usufruto. O Estádio ficou em posse do Sete de Setembro até que este encerrou suas atividades em 1997, quando o América o incorporou ao clube e o alviverde acorda uma concessão de trinta anos com o

Governo de Minas Gerais para a posse do estádio. Com a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, essa concessão é interrompida e renovada após a reforma do estádio.

Pode ser utilizado como justificativa para a posse do Sete de Setembro sobre o Estádio Independência a aquisição do terreno onde foi construído o estádio. Segundo documentação de cartório de 1972, o Sete de Setembro adquiriu parte do lote colonial n.5 da ex-colônia Américo Werneck em 1948, onde foi construído o estádio.

### **Considerações Finais**

Ao voltarmos o olhar para Belo Horizonte, em especial à documentação aqui utilizada, percebemos uma série de informações que nos remetem a uma hipótese de que essas relações entre dirigentes e políticos beneficiem os clubes aos quais eles estão ligados em detrimento de outros. Pode ser possível que esses subsídios a Atlético, América e Cruzeiro permitiram um crescimento maior dessas instituições e por isso elas se destacaram e destacam no futebol mineiro e se projetaram no cenário nacional e internacional. Também levantamos a questão de que os três clubes foram beneficiados fora de um contexto de incentivo ao esporte ou se esses subsídios estavam ligados a um investimento esportivo.

Diante das informações coletadas, o beneficiamento dos três clubes é inegável. Porém, ao perceber o contexto geral de investimento esportivo ao longo dos anos da primeira metade do século XX tanto no âmbito federal, estadual e municipal, traçado pela bibliografia existente, percebemos um investimento ao esporte em geral. Se Belo Horizonte nasce com a perspectiva da modernidade e, por isso, dedica espaços para o lazer e esporte, podemos entender que o investimento no esporte se inicia ainda no século XIX.

Além disso, com a entrada de Getúlio Vargas na presidência brasileira e a implementação do Estado Novo em 1937, o esporte se torna fundamental para o desenvolvimento corporal, moral e cívico. Visto o período entreguerras ao qual se contextualiza esse governo, a militarização do sujeito se torna importante para o Estado. Além disso, as mudanças da modernidade que, nesse momento, significa a industrialização do país, fizeram com que um novo homem seja formado. Um homem com preocupação com o corpo, para ser apto ao trabalho manual.

O desenvolvimento industrial no estado de Minas Gerais na década de 1940, indiretamente se concretiza com o aumento da incidência de clubes de futebol no espaço, clubes

formados nas fábricas que aparecem nesse momento. De uma maneira indireta, ao investir na industrialização se investe no crescimento do esporte no estado mineiro.

Por último, a prefeitura de Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte foi marcada pela construção do Complexo Arquitetônico da Pampulha. Sinal de modernidade tanto na arquitetura quanto na vida social daquele momento. Os esportes aquáticos fizeram parte da instituição desse novo estilo de vida, voltado para o lazer. Assim, as práticas corporais foram novamente incentivadas.

Portanto, observo que o esporte, de modo geral, foi sempre elemento de investimento, ao qual o poder público teve olhar especial, utilizando-o como mecanismos para o desenvolvimento de novas formas sociais aos quais se desejava em contextos diferentes. O esporte como símbolo moderno, como moral cívico, como desenvolvimento militar, dentre tantas outras possibilidades, foi utilizado pelos poderes políticos ao longo da primeira metade do século XX. Não podemos dizer, então, que o investimento ficou restrito aos três principais clubes de futebol da capital, ou restrito à modalidade futebolística.

Surge outro questionamento: se todos recebiam incentivos dos poderes municipal, estadual e federal, porque a política aparenta sempre associada ao futebol e não a outras modalidades? Essa é uma possibilidade de pesquisa que cabe estudo mais aprofundado. Arrisco-me a dizer que a visibilidade midiática e sua popularização na sociedade brasileira, fez com que o futebol se desenvolvesse de forma próxima à política. O que percebo ao longo dessa pesquisa é que o futebol se populariza e alcança um público maior que todas as outras modalidades. O vôlei, que hoje em dia é o segundo esporte mais popular do Brasil, por exemplo, só alcança esse público na década de 1990, principalmente com mudanças de regras que facilitam a transmissão pela televisão, análise que não cabe aqui.

Ao se popularizar, permear todas as camadas da sociedade e se tornar um ‘símbolo nacional’, o futebol tende a ser um instrumento de maior retorno para os poderes público em relação a outras modalidades esportivas. Em Belo Horizonte, por exemplo, percebemos uma série de esportes que aparecem entre 1910 e 1950, tem um momento de êxtase e depois se perde, como o ciclismo e o turfe.

Concluo dizendo que os três clubes se beneficiam por estarem em uma esfera que recebe olhar cuidadoso dos poderes políticos pelo que ela representa moral, social e corporalmente. Porém, com o desenvolvimento do futebol que se destaca no Brasil dentre tantas modalidades

existentes, seja pelo simbolismo que o Governo Vargas insere a ele, seja pela sua popularização tão discutida dentro da bibliografia, os três clubes acabam ganhando destaque em relação ao contexto que se inserem.

### Referências

BELO HORIZONTE. Lei 53. In: Anais da Câmara Municipal. 1911.

BELO HORIZONTE. Lei 121. In: Anais da Câmara Municipal. 1916.

BELO HORIZONTE. Lei 187. In: Anais da Câmara Municipal. 1920.

BELO HORIZONTE. Lei 213. In: Anais da Câmara Municipal. 1922.

BELO HORIZONTE. Lei 223. In: Anais da Câmara Municipal. 1922.

BELO HORIZONTE. Lei 156. 1950.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Informações prestadas ao Presidente sobre situação do Palestra e Atlético no tocante ao arrendamento dos terrenos onde se localizam seus campos. 1943.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. A Prefeitura beneficiando extraordinariamente os clubes Atlético e Palestra Itália, lhes arrendou respectivamente os quarteirões 13 da 9ª urbana e 16 da 8ª urbana. 1943.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Ficha de terreno onde se encontra o América Football Club. 1939.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Ficha de terreno arrendado ao Atlético, adquirido pela Prefeitura do mesmo clube, quarteirão 13, 9ª seção urbana. 1935.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Ficha de terreno Cruzeiro Esporte Clube – adquirido e arrendado ao vendedor. 1936.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Estádio Independência: histórico, domínio, infraestrutura, etc. 1967.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Processo referente à ‘quinta elza’, de propriedade do Clube Atlético Mineiro. 1954.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Cruzeiro – escritura de compra e venda e arrendamento entre Prefeitura de Belo Horizonte e Sociedade Sportiva Palestra Itália – quarteirão 16 da 8ª urbana. Registro (inscrição de hipoteca). 1942.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. América Futebol Clube – Carta de emissão a favor da Prefeitura extraída dos autos de ação executiva hipotecária que Almerio Gonçalves de

Amorim e s/m moveram à América Futebol Clubes, para título e conservação de seu direito. 1939.

REVISTA PLACAR 40 anos: futebol, história e paixão. São Paulo: Abril, MAB/FAAP, 2010. 111 p.

RODRIGUES, Marilita. Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). (Tese de doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, 2006.

SCHÜFFNER, Luciana Silva. O Minas Tênis Clube e o Estado Novo: moldando corpo e mente da juventude de Belo Horizonte (1935-1945). 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.



## Atividades recreativas e Ruas de Recreio: um estudo comparativo de ações da EEF-MG e da DEMG

**Maria Cristina Rosa**

Doutora

UFMG

E-mail: m.crosa@hotmail.com

**Jennyfer Thais Alves Ferreira**

Graduanda

UFMG

jennyferthais55@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho estuda ruas de recreio realizadas em Minas Gerais, de 1950-1980, relacionando ações de órgãos promotores, destacando a Diretoria de Esportes de Minas Gerais e a Escola de Educação Física de Minas Gerais. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG e no Centro de Memória do Esporte e do Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte. Em Minas Gerais, as ruas de recreio desempenharam papel fundamental na difusão de práticas recreativas para crianças e jovens. Em comum nas ruas de recreio dos dois órgãos eram as atividades esportivas e a presença da ginástica, diferenciando apenas a organização dos setores de acordo com as respectivas atividades. As ruas realizadas em parceria foram criadas em função da preocupação atribuída à educação e à ocupação de crianças e jovens em idade escolar.

**Palavras-chave:** Ruas de recreio; recreação; atividades recreativas; Escola de Educação Física de Minas Gerais; Diretoria de Esportes de Minas Gerais.

**Summary:** This work studies recreational streets held in Minas Gerais, from 1950 to 1980, relating actions of promoters, highlighting the Sports Directorate of Minas Gerais and the School of Physical Education of Minas Gerais. Bibliographical and documentary research was carried out at the Memory Center for Physical Education, Sports and Leisure at UFMG and at the Center for Memory of Sports and Recreation at Belo Horizonte City Hall. In Minas Gerais, recreational streets played a fundamental role in the diffusion of recreational practices for children and young people. In common in the recreational streets of the two organs were the sports activities and the presence of several gymnastic apparatuses, differentiating only the organization of the sectors of the activities. The streets made in partnership were created due to the concern attributed to the education and occupation of schoolchildren.

**Key-words:** Pleasure Streets; recreation; recreational activities; School of Physical Education of Minas Gerais; Board of Sports of Minas Gerais.

Este trabalho tem por objetivo estudar ruas de recreio realizadas na cidade de Belo Horizonte nas décadas de 1950-1980, estabelecendo relações entre ações dos órgãos que as promoviam, destacando a Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG) e a Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG).

O presente estudo seguiu procedimentos metodológicos da pesquisa historiográfica. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. Os arquivos consultados foram o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais,

especialmente o acervo da Coleção História Oral, dos Arquivos Institucionais e dos Arquivos Pessoais de Professores; e o Centro de Memória do Esporte e do Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte (Cemel).

Segundo o Jornal A Gazeta Esportiva (1959), em Minas a criação das ruas de recreio deu-se devido à existência de problemas relacionados à educação físico-esportiva das crianças e à inexistência de espaços úteis para realização de práticas corporais indispensáveis ao seu desenvolvimento, como jogos infantis, atividades esportivas convenientes e a prática da ginástica. Visavam à participação de crianças de maneira espontânea em atividades acompanhadas de uma boa orientação mediante a ação do professor de Educação Física.

De acordo com Munhoz (2004), as ruas de recreio passaram a ser largamente adotadas em todo o país após a implementação da Campanha Ruas de Recreio, cujo objetivo visava à promoção de atividades recreativas orientadas em ruas e praças dos centros urbanos. O intuito era divertir e relaxar os participantes, privilegiando para isso, as atividades físico-esportivas.

Caracterizadas pela realização de atividades recreativas e esportivas, orientadas, direcionadas e planejadas inicialmente para o público infantil, as ruas de recreio foram formas de intervenção de caráter político/social relevantes no âmbito da recreação nessa época. Pretendia-se levar a prática da recreação ao alcance e ao conhecimento da população mineira, sendo as ruas de recreio pensadas para serem realizadas em espaços públicos, como ruas e praças, como sugerem reportagens veiculadas nos Jornal Diário da Tarde (1962) e A Gazeta Esportiva (1959).

Segundo Rodrigues e Costa (2014) a criação das ruas de recreio ocorreram inicialmente com o objetivo de abarcar e ocupar crianças ociosas, através da mobilização e da promoção de atividades esportivo-recreativas em ruas e praças das cidades. Todavia, outros espaços públicos e privados, como escolas, fábricas, parques e campos de futebol passaram a serem utilizados para atender solicitantes, como diretores de escolas, prefeitos, líderes políticos e comunitários (FERREIRA; ROSA, 2016), que geralmente pediam a realização em datas comemorativas, como inauguração de uma praça, celebração da Semana da Pátria e na Semana da Criança.

A rua, entretanto, foi um dos principais locais de realização dessas ações, pois o intuito era ser ao ar livre, em espaços abertos e capazes de proporcionar boas condições de higiene aos participantes, sendo priorizado o contato com a natureza, o que poderia proporcionar a

participação de forma espontânea, além de diminuir a ociosidade de crianças e jovens (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 1962).

A organização espacial e metodológica das ruas de recreio ocorria através de setores que, além de caracterizar a ação, subdividia as atividades selecionadas para serem trabalhadas e vivenciadas pelos participantes. Cada setor era organizado de acordo com as atividades pré-selecionadas, cuja separação era feita de acordo com o sexo feminino e masculino. Em algumas ruas de recreio foram encontradas uma pretensão de separação do público-alvo conforme a faixa-etária, como, por exemplo, na rua realizada na cidade de Ouro Fino, em 1972 (Cemef, Cx.59/Pt. 09) Em Minas Gerais, elas desempenharam um papel fundamental na difusão de práticas recreativas entre as crianças, nas décadas de 1950 a 1980.

As ruas de recreio eram organizadas e realizadas por órgãos atrelados aos esportes e a educação física. Em Belo Horizonte, a EEF-MG e a DEMG participaram efetivamente na implantação das ruas de recreio, sendo atuantes na elaboração, organização e realização das mesmas.

A DEMG foi criada em 1943 como Diretoria Geral das Praças de Esportes de Minas Gerais (JORNAL PODIUM, 1972). Segundo o professor Owalder Rolim, *ex* aluno da EEF-MG e *ex* funcionário da DEMG, a diretoria teve início no governo do Dr. Benedito Valadares em 1939, tendo como uma de suas finalidades treinar equipes esportivas preferencialmente para alunos dos grupos escolares (CERIMONIAL, 2008). A Diretoria foi estruturada pelo decreto/lei nº 1.765 em 1946, passando de Diretoria Geral de Praças de Esportes para Diretoria de Esportes de Minas Gerais (Cemel, Cx.54/ Pt.41).

A Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG) foi criada em 1953 a partir da fusão da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais e a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, sendo mantida pela DEMG. Na década de 1960 ela enfrentou sérios problemas financeiros, ocorrendo em 1969 a sua federalização, quando é agregada a Universidade Federal de Minas Gerais. (NASCIMENTO, A. *et. alli*, 2013), passando a chamar Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais.

Embora houvesse pessoas que atuavam nesses dois órgãos, ações realizadas por cada um, em conjunto ou não, apresentavam características diferenciadas em relação aos objetivos e as atividades recreativas desenvolvidas. Procurou-se, pois, descobrir possíveis convergências e divergências existentes entre as ruas de recreio realizadas por eles.

Inicialmente foram realizadas ruas de recreio na cidade de Belo Horizonte, cidade pioneira na realização dessas práticas, sendo atendidos bairros da região central e periférica da cidade, espalhando-se posteriormente para o interior do estado. Pistas sobre esse pioneirismo da cidade, bem como da parceria entre a DEMG e a EEF-MG na promoção de ruas de recreio podem ser encontradas no Jornal Educação Física (1959), publicação oficial dessa Escola, que, segundo Lima (2012), era uma ação entre outras desenvolvida com objetivo de tornar a instituição e as atividades por elas realizadas mais conhecidas pelos mineiros.

Esse jornal traz a matéria “Ruas de Recreio alcançam a sua benéfica finalidade” sobre a primeira rua de recreio realizada na capital, na rua Irineu Marinho, realizada sob a orientação da EEF-MG juntamente com a iniciativa do jornal “O Globo” e da DEMG.

A primeira Rua de Recreio foi realizada na capital a 23 de abril último (Dia do Escoteiro), contando a sua inauguração com a presença do jornalista Roberto Marinho, diretor-redator-chefe de “O Globo”, filho do jornalista Irineu Marinho, nome dado à rua da capital, onde se desenvolve os exercícios (JORNAL EDUCAÇÃO FÍSICA, 1959, p. 4).

Segundo a reportagem, a finalidade rua de recreio era proporcionar à “petizada recreação e jogos compatíveis às idades”, mas desenvolvidos ao ar livre, nas vizinhanças de sua própria casa e sob a orientação de professores especializados de educação física e de assistentes sociais. O evento contou com brinquedos cantados, ginástica de solo, jogos coletivos, pequenos jogos e futebol de salão (JORNAL EDUCAÇÃO FÍSICA, 1959, p. 4).

O ex-aluno da EEF-MG, Owalder Rolim, é apontado como um dos responsáveis por essa reportagem e pela administração do jornal. Em entrevista sobre as ruas de recreio, Rolim faz menção a essa primeira rua:

Então essa aqui foi à primeira, a tal que eu falei com vocês. Que foi nessa Rua Irineu Marinho, que é da família do pessoal da rede Globo... A rede Globo também trabalhou, desde o início, trabalhou demais com as ruas de lazer. A gente fazia a rua de lazer: era a Diretoria de Esportes, a Educação Física e a rede Globo. A rede Globo divulgou naturalmente e ajudou em outras situações. A parte técnica toda era nossa (ROLIM, 2009).

Vale destacar que, apesar da reportagem dar destaque ao pioneirismo de Belo Horizonte e para essa primeira rua de recreio, não podemos afirmar que houve outras ruas de recreio em datas anteriores, pois estamos limitados aos conteúdos das fontes pesquisadas, nas quais foram mapeadas pelo menos 48 ruas de recreio realizadas entre as décadas de 1950 a 1980, principalmente em Belo Horizonte e em outras cidades de Minas, como Pará de Minas, Ibirité, Muzambinho, Ouro Preto, Ouro Fino e Pedro Leopoldo. Dessas, a maioria foi realizada pela

EEF-MG e pela Escola de Educação Física da Universidade de Minas Gerais. Isso ocorre especialmente devido a maioria das fontes encontradas serem do Cemef, que guarda documentação dessas instituições.

Esse mapeamento foi realizado a partir da identificação, análise e interpretação de diferentes tipos documentais, como manuscrito de professor, síntese de projeto, correspondência, bilhete, ementa de disciplina, diário de classe, entre outros, que não serão mobilizados neste trabalho. Neste texto vamos nos ater especialmente em planejamentos de ruas de recreio encontrados nos Arquivos Institucionais, nos Arquivos Pessoais de Professores (Acervos Fernando Campos Furtado e Odilon Barbosa, Acervo Iconográfico) do Cemef<sup>1</sup> e no acervo do Cemef para falar sobre especificidades das ruas de recreio organizadas pelos dois órgãos em análise.

Do total de nove planejamentos de ruas de recreio encontrados, três referem-se a ações realizadas pelos órgãos estudados, sendo uma realizada pela DEMG e duas em conjuntos pelos dois órgãos, EEF-MG e DEMG. Eles abrangem ações realizadas entre os anos de 1960 e 1962 (Quadro 1).

Os dois órgãos localizados na cidade de Belo Horizonte tinham em comum o vínculo institucional de professores de Educação Física que atuavam nas duas instituições, como o professor Fernando Campos Furtado e o professor Sylvio Raso. As parcerias na realização das ruas de recreio eram frequentes, mas isso não impedia que cada órgão realizasse ações independentes.

---

<sup>1</sup> Sobre a linha de acervo do Cemef, consultar <http://www.eeffto.ufmg.br/cemef/>.

**Quadro 1:** Planejamentos Ruas de Recreio (Cemef/UFMG)

<b>Data do Planejamento</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Cidade/ Local</b>	<b>Público Estimado</b>
12/10/1960	DEMG	Minas Gerais (Uberaba, Sacramento, Araxá, Uberlândia, Montes Claros, Corinto, Pará de Minas etc.).	Crianças
13/05/1962	EEF-MG / DEMG	Belo Horizonte/ Praça da Liberdade	Não consta
14/10/1962	EEF-MG / DEMG	Belo Horizonte/ Parque Municipal	10.000 crianças

**Fonte:** Acervo do Cemef (Arquivo Institucional e Arquivos Pessoais de Professores, Acervo do Professor Fernando Campos Furtado)

Nos planejamentos há informações sobre o calendário, delegação etc., mostrando informações sobre a organização da rua de recreio, como dia, horário, local, público estimado, atividades que seriam realizadas, local e horário de encontro da equipe organizadora para irem ao local da realização da rua de recreio. Consta também a equipe de trabalho, com nomes dos coordenadores; orientadores; de professores e alunos do curso de Educação Física da EEF-MG que iriam participar; de médicos, de funcionários e auxiliares; de monitores e de colaboradores responsáveis, dando-nos pistas importantes sobre a abrangência da ação, das pessoas e órgãos envolvidos, bem como dos profissionais que atuam na mesma.

Em alguns planejamentos há também um *croqui* constando desenho e localização do lugar destinado para a realização da rua de recreio, sendo que cada um apresenta um único e específico traçado, pois ruas de recreio diferentes utilizavam espaços físicos diferenciados. Nele também consta a organização do espaço, na maioria das vezes dividido em setores femininos e masculinos, de acordo com as atividades propostas no planejamento, além de professores e alunos responsáveis pelos respectivos setores.

O planejamento mais antigo data do ano de 1960 e refere-se a uma ação organizada pela DEMG, especialmente pela Divisão de Educação Física. Vale destacar que, segundo Regulamento da Diretoria de Esportes de Minas Gerais (1956), cabia à superintendência administrativa da DEMG, dirigida pelo superintendente, compreender os órgãos de Serviço Auxiliar, Divisão de Desportos, Divisão de Obras e Divisão de Educação Física (DEF). A DEF tinha uma seção de Ensino e de Recreação, responsável por:

Orientar, estimular e controlar a Educação Física nas escolas, nos núcleos de classes trabalhadora e órgãos de assistência social; promover e orientar a formação de pessoal especializado em Educação Física e Desportos, podendo recorrer a Escola de Educação Física de Minas Gerais e outras (Cemel Cx.54/Pt. 41).

A ação realizada em 1960, denominada “Plano Geral da Operação Difusora das ‘Ruas ou Praças de Recreio’ e Primeira Operação Orientada das Unidades Desportivas”, ocorreu no dia 12 de outubro, Dia das Crianças, simultaneamente em 100 cidades de Minas Gerais. O objetivo era difundir a recreação em cidades do interior do estado de Minas Gerais, utilizando, quando existentes, as Praças de Recreio.

O plano consistiu em dividir cerca de 8 cidades para cada professor orientador, sendo alguns desses professores e/ou ex-alunos da EEF-MG, como Odilon Barbosa, Fernando Campos Furtado, Owalder Rolim, Adolfo Guilherme e Lucio do Espírito Santo.

Nesta ação alguns fatores podem ser observados, como a preocupação em difundir conceitos e objetivos da recreação para proporcionar o máximo aproveitamento das horas de lazer das crianças. Quanto às atividades específicas presentes nessas ruas de recreio não há discriminação no planejamento, o que podemos observar é apenas uma organização geral da atividade em si, ou seja, da “Rua ou Praça de Recreio”.

Segundo este planejamento, as ruas de recreio previstas para acontecer em 1960 em cidades de Minas Gerais, como Uberaba, Sacramento, Araxá, Araguari, Uberlândia, Prata, Monte Alegre, Tupaciguara, Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas, Poços de Caldas, Machado, Alfenas e Muzambinho, estavam previstas para entrar em exercício entre os meses de fevereiro e março do referido ano, em dias e horários determinados pela direção das unidades desportivas de cada cidade, o que demonstra a amplitude da ação tanto no que se refere ao aspecto espacial quanto à quantidade de intervenções.

Os outros dois planejamentos são de ruas realizadas em parceria entre a DEMG e a EEF-MG. No documento analisado há o planejamento da “Manhã de Recreio” e do “Parque de Recreio” (Cemef, Cx.01/Pt. 19).<sup>2</sup>

A “Manhã de Recreio”, que contemplou uma rua de recreio realizada na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, foi realizada em homenagem as mães mineiras e com a finalidade de cumprir medidas para a valorização da criança. A ação foi divulgada em jornais

---

<sup>2</sup>Acervo Fernando Campos Furtado (Cemef).



de Belo Horizonte, como no Jornal Diário da Tarde (1962), na reportagem intitulada “Homenagem às mães na manhã de recreio” (Cemef, Cx.01/Pt.09). Além da DEMG e EEF-MG, envolveu a Secretaria da Educação.

As atividades eram divididas por sexo, que eram separados por agrupamentos. Entre as atividades realizadas, destacam os jogos, que tinham vários setores específicos, sendo contemplados jogos como com cordas, com maçãs, com bolas e com faixas, jogos calmantes e pequenos jogos com bastões; os esportes, como voleibol e futebol; ginástica de solo, banco sueco, plinto e trampolim, e combinado alemão; as atividades com música, como as danças, brinquedos cantados e bandinha, contemplando uma diversidade de atividades.

O “Parque de Recreio” foi programado para acontecer no dia 14 de outubro de 1962, na Semana da Criança, no Parque Municipal de Belo Horizonte. O objetivo era “cumprir diretrizes da campanha de valorização da criança no tocante a participação ativa de escolares em atividades recreativas de cunho educacional” (Cemef Cx.1/Pt.19).

Nessa ação também havia separação entre meninas e meninos, sendo prevista para acontecer desde o início da concentração dos escolares. A previsão era de 50 setores, sendo 25 femininos e 25 masculinos. Cada setor iria atender 200 crianças e cada monitor ficaria com 50 crianças.

Segundo o Histórico da DEMG (Cemel, Cx.54/Pt.41), de 1961 a 1966, através da Divisão de Educação Física deste órgão foram promovidas 12 atividades recreativas orientadas com a participação de 20.000 crianças. Entre essas ações constam as Manhãs de Recreio, que tinha como objetivo comemorar o dia das mães; e o Parque de Recreio, que tinha como objetivo comemorar a Semana da Criança. Em ambos a realização de ruas de recreio era a ação principal destinada aos estudantes da cidade de Belo Horizonte.

Neste contexto, para Rolim (2008) as ruas de recreio da DEMG em conjunto com a EEF-MG foram criadas pelo Governo em função da preocupação atribuída à educação e à ocupação de crianças e jovens em idade escolar, sendo as ruas de recreio uma forma de aula prática para os alunos que participavam dessas ações (Cemel, Cx.54/Pt. 41).

### **Fontes Documentais**

Arquivos Pessoais de Professores. Acervo Fernando Campos Furtado. Cemef, Cx.01/Pt.19.

CERIMONIAL – Experiências e memórias, as primeiras políticas públicas em Minas Gerais de 1940 a 1980. Palestrantes: Oswalder Rolim, Afonso Celso Raso e Adaíton Eustáquio Magalhães, 2008. Cemel, Cx.54/Pt. 41.

HISTÓRICO da Diretoria de Esportes de Minas Gerais. Cemel, Cx.54/Pt.41.

JORNAL A GAZETA ESPORTIVA. “Ruas de Recreio” e seu significado, 1959. (Cemef, Cx.02/Pt. 04)

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. “Homenagem às mães na manhã de recreio”, 1962. (Cemef, Cx.01/Pt. 09).

JORNAL EDUCAÇÃO FÍSICA. Órgão de divulgação da Escola de Educação Física de Minas Gerais. “Ruas de Recreio” alcançam a sua benéfica finalidade, ano III, n. 4, Belo Horizonte, out. 1959, p. 4.

PLANEJAMENTO de rua de recreio em Ouro Fino, 1972. Cemef, Cx.59/Pt. 09.

PODIUM. Jornal do professor de educação Física. Minas Gerais, ano I, nº 3. Brasília, set. 1972.

REGULAMENTO da Diretoria de Esportes de Minas Gerais, 1956. Cemel, Cx.54/Pt.41.

ROLIM, Oswalder. Entrevista concedida a Guilherme de Souza Lima Oliveira e Samuel Santos. Belo Horizonte, 13 mai. 2009. 28 p.

### Referências Bibliográficas

FERREIRA, J. T. A.; ROSA, M. C. Ruas de recreio e apropriação dos espaços urbanos: um estudo sobre Belo Horizonte. Anais do XIV Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Recreação, Campinas, SP: FEF/UNICAMP, 2016, p. 242-243.

LIMA, C. D. M. D. Ensino e formação: “os mais modernos conceitos e métodos”: em circulação nas Jornadas Internacionais de Educação Física (Belo Horizonte, 1957-1962). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (Faculdade de Educação), Belo Horizonte, 2012.

MUNHOZ, V. C. C. Rua de lazer. In: GOMES, C. L. (org). Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004. P. 203-206.

NASCIMENTO *et ali*. Investigando contextos: organizando os arquivos do CEMEF/UFMG. In: LINHALES e NASCIMENTO (orgs.). Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

RODRIGUES, M. A. A.; COSTA, L. C. L. Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987). In: RODRIGUES, M. A. A.; ISAYAMA, H. F. (orgs). Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006. 1. ed. Contagem: MJR Editora Gráfica, 2014, p. 47-117.

## Futebol amador, espaço urbano e políticas de esporte em Belo Horizonte: o caso da Praça de Esportes do Saudade

**Raphael Rajão Ribeiro**

Doutorando em História

Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte/ CPDOC-FGV

E-mail: raprajao@gmail.com

**Resumo:** A inauguração da Praça de Esportes do Saudade, em 1975, foi evento revelador de uma série de processos que tinham lugar em Belo Horizonte. A construção do que a princípio poderia parecer apenas mais um equipamento destinado à atividade física e ao lazer, a partir de exame mais detido, pode ser capaz de evidenciar questões que atravessavam a dinâmica do futebol amador, as mutações do tecido urbano, os embates entre os poderes executivo e legislativo municipal, bem como os novos rumos tomados pela política de esporte da cidade. A presente comunicação intenciona apresentar algumas leituras possíveis sobre esse fato, discutindo como ações aparentemente periféricas do cotidiano urbano podem ser interessantes pontos de partida para o exame de movimentos maiores que permearam o fenômeno de metropolização e a conseqüente transformação de sociabilidades vivenciados pela capital mineira em meados do século XX.

**Palavras-chave:** Futebol Amador; História do Esporte; Culturas Urbanas

**Abstract:** The opening of the “Praça de Esportes do Saudade”, in 1975, was a revealing event which expose a series of processes that have taken place in Belo Horizonte. The construction of something that in the first moment could be only one more equipment intended for physical activities and for leisure, in a further consideration, could be capable to demonstrate questions about the amateur football dynamics, the transformations of the urban fabric, the confrontations between executive and legislative powers, as well the new directions for the sports politics in the city. The present paper intends to report some possible readings about this fact, arguing that actions apparently less important in the urban daily routine could be interesting starting points to examine bigger movements of the metropolization phenomena and the consequent sociabilities transformations in the Minas Gerais’ capital city in the middle of the 20th century.

**Palavras-chave:** Amateur Football; Sport History; Urban Culture

### Introdução

No dia 13 de março de 1975, a Prefeitura de Belo Horizonte anunciava a inauguração do Conjunto Esportivo da Praça da Saudade<sup>1</sup>. O novo complexo foi instalado em frente ao cemitério que dava nome ao lugar e que fora criado para absorver a demanda de enterros na capital mineira que, nos anos 1940, extrapolava a capacidade de seu sítio funerário original, o Cemitério do Bonfim. Por aquela época, o bairro Saudade, a exemplo das áreas vizinhas como Pompéia e Paraíso, tratava-se de localidade que absorvia a população trabalhadora de Belo Horizonte, com a presença de muitas casas. Seus pequenos lotes foram delimitados a partir da normatização do que na cidade se chamou de “vilas operárias”, forma de ocupação que, desde

---

<sup>1</sup> Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 de março de 1975, p. 3.

a década de 1920, permitiu a expansão da área urbana do município para o que, em seu plano original, convencionou-se como zona rural. Por ali, foram aprovadas vilas como Novo Horizonte, Cruzeiro do Sul e Parque Cidade Jardim.

Segundo percepção do poder público da época, a construção do novo equipamento público tratava-se de medida para ofertar atividades esportivas, culturais, sociais e de lazer à população periférica carente de recursos financeiros<sup>2</sup>. Para conduzir as ações no Centro Comunitário da Praça da Saudade, como ficou conhecido, foi estabelecida parceria com a Associação Cristã de Moços – ACM, que mantinha pessoal responsável pelo desenvolvimento das iniciativas. Contando com um complexo de três quadras, além de ampla área de uso comum, o local oferecia extensa programação que não se restringia às práticas atléticas, mas que englobava recreação e apresentações artísticas. Em seu primeiro ano de funcionamento, teria atendido a um público de 20.000 jovens, segundo números da administradora do lugar<sup>3</sup>.

As medidas para a construção da Praça de Esportes do Saudade remontam a 1972. Nesse ano, deu-se início à remoção dos moradores de pequena favela que se formara no local<sup>4</sup>. As ações preparatórias prosseguiram com a interdição, em 1974, do campo de futebol de várzea utilizado pelas equipes do lugar, a exemplo do Cruzeiro do Sul, do Novo Horizonte e do Rei de Paus. Tal espaço de jogo, não foi incorporado ao projeto do centro comunitário, ficando os times sem um local para manter as atividades que desenvolviam ali havia cerca de 20 anos<sup>5</sup>.

A opção pelo lugar escolhido para a criação do Centro Comunitário da Praça da Saudade emerge como caso curioso, na medida em que a instalação do complexo esportivo se deu a partir da destruição de espaço que, a princípio, parecia ser da mesma natureza do novo equipamento e que tinha uso regular pela comunidade local. Nessa perspectiva, salta aos olhos do historiador a percepção de que, naquele momento, as duas opções que, inicialmente, seriam similares, em alguma medida, representavam concepções diferentes de ocupação do tecido urbano e de promoção das atividades atléticas. Neste artigo, tentar-se-á apontar alguns

---

<sup>2</sup> Cf. *Relatório do exercício de 1975*. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1976, p. 467.

<sup>3</sup> Cf. MARQUES, Edson; MOREIRA, Zu. *Uma praça, uma saudade: resgate histórico e sentimental da Praça de Esportes do Saudade*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003, p. 32-36.

<sup>4</sup> Cf. *Relatório do exercício de 1975*. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1976, p. 524.

<sup>5</sup> Cf. MARQUES, Edson; MOREIRA, Zu. *Uma praça, uma saudade: resgate histórico e sentimental da Praça de Esportes do Saudade*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003, p. 57-58.

caminhos para compreensão do contexto em que essa transformação ocorreu e quais seriam as divergências que perpassaram a sua implantação.

### **O advento de Belo Horizonte como metrópole e a reordenação do espaço urbano**

A inauguração do Centro Comunitário da Praça da Saudade não foi fato isolado no ano de 1975, inseria-se em um movimento mais amplo de transformações do tecido urbano de Belo Horizonte. Ação política promovida nos últimos dias do governo do Prefeito Oswaldo Pierucetti, abria extensa programação de entregas de obras e visitas a construções em andamento, que totalizavam 31 solenidades, com ou sem a presença do chefe do executivo. A mesma propaganda que anunciava essas medidas destacava, ainda, outras 35 realizações recentemente finalizadas<sup>6</sup>.

Prefeito indicado para a cidade pela segunda vez, já que ocupara o cargo entre 1964 e 1967, Oswaldo Pierucetti notabilizou-se, em seu segundo mandato, entre 1971 e o início de 1975, por diversas ações dedicadas ao planejamento e à transformação do espaço urbano de uma Belo Horizonte que via sua população saltar de 352.724 habitantes, em 1950, para 1.235.030, em 1970, aumento de mais de 250% em 20 anos<sup>7</sup>. Dentre as medidas tomadas durante sua gestão, destacavam-se o envolvimento da capital na elaboração do Plano Metropolitano de Belo Horizonte, em parceria com a Fundação João Pinheiro, ligada ao governo estadual; a concretização do setor de Cadastro Municipal, com amplo levantamento cartográfico e fundiário do município; uma série de obras viárias, especialmente baseadas na canalização de cursos d'água; a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, responsável por abrangente política de desfavelamento; e, por fim, a construção de diversos equipamentos públicos como praças, mercados e centros esportivos<sup>8</sup>.

Algumas das políticas adotadas pela gestão municipal se alinhavam a tendências nacionais, como foi o caso do estabelecimento do planejamento integrado, que se orientava pela Lei Federal Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu as regiões metropolitanas no Brasil<sup>9</sup>. Muitas das propostas desenvolvidas a partir dessa iniciativa tiveram repercussões em outras medidas de governo, a exemplo da política de desfavelamento que

---

<sup>6</sup> Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 de março de 1975, p. 3.

<sup>7</sup> IBGE – Censos 1950, 1960 e 1970.

<sup>8</sup> Cf. *Relatório do exercício de 1975*. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1976.

<sup>9</sup> Cf. *Idem*, p. 10.

direcionou boa parte de sua ação para remoção de famílias das margens do Ribeirão Arrudas, com vistas à construção de eixo expresso de circulação no sentido leste-oeste, que integrasse a cidade aos municípios vizinhos.

A atuação governamental, em que pese todas as escolhas envolvidas e o privilégio de alguns grupos em detrimento dos outros, procurava apresentar suas iniciativas como de caráter eminentemente técnico. Em um contexto de ditadura militar, com participação política restrita da população, o discurso de que as opções de gestão passavam por elementos exclusivamente racionais era recorrente. A noção de que a indicação desinteressada dos mandatários blindava a administração pública de objetivos eleitoreiros era constantemente evocada. Tal debate, por exemplo, orientava as discussões sobre o prefeito que sucederia Oswaldo Pierucetti. Entre os postulantes viam-se, de um lado, deputados estaduais e federais da ARENA, do outro, ocupantes de cargos em órgãos públicos, com formação em áreas como Engenharia e Administração. Nos jornais da época, a polêmica não passava despercebida, como evidencia a charge abaixo:



Dia-a-dia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 14 de março de 1975, p. 2.



Apresentando o diálogo entre duas figuras populares, o cartunista Son Salvador ressalta o debate que permeava os noticiários acerca da sucessão do executivo municipal. Após recente derrota da ARENA nas eleições legislativas de 1974, quando o MDB conquistou considerável vantagem sobre o partido do regime nas cadeiras para o Congresso Federal e a Assembleia Estadual, a escolha do novo prefeito era acompanhada com atenção por todos. Como o governador responderia à perda de prestígio popular do governo, com uma indicação técnica ou política?<sup>10</sup> À polêmica que rondava, a personagem da charge responde “Não tem trabalhador, não?”. Uma provocação que permite diferentes leituras, de um lado, a crítica à falta de dedicação dos gestores públicos e sua consequente insuficiência de bons resultados, de outro, a problematização da origem social dos indicados, com a ausência de representantes identificados como assalariados, a maioria da população.

Nesse momento de instabilidade para o regime e de fragilidade do governo, o fim do mandato de Oswaldo Pierucetti buscava demonstrar que o perfil técnico das gestões indicadas pelos militares era beneficiário à população, apresentando vasta programação de entregas de obras. Além da Praça de Esportes do Saudade, foram inauguradas, no mesmo dia, duas barragens, que continham as águas de dois cursos d’água recentemente canalizados, do Córrego do Leitão, no bairro Santa Lúcia, e do Córrego do Acaba Mundo, nas proximidades da vila de mesmo nome, no bairro Sion. Para que as obras fossem possíveis, igualmente observou-se um programa de remoções de famílias que viviam nas áreas que foram alagadas. Tais medidas de desfavelamento repetiram-se, ainda, na construção de outros equipamentos públicos, como mercados e praças, igualmente disponibilizadas ao público naquele dia<sup>11</sup>.

Seria uma daquelas duas barragens que exporia o governo Pierucetti, já que, menos de 48 horas após sua inauguração, a contenção do Córrego do Acaba Mundo rompeu-se, espalhando lama pela Avenida Uruguai, via construída a partir da canalização daquele curso d’água<sup>12</sup>. Tal incidente abriu espaço nas páginas dos jornais para série de críticas acerca do governo municipal, sendo os vereadores do MDB seus principais porta-vozes. À lista de realizações divulgada pela Prefeitura de Belo Horizonte dias antes, contrasta-se a enumeração das promessas não cumpridas pelo mandatário local. Apresentada pelo vereador opositorista

<sup>10</sup> Cf. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 11 de março de 1975, p. 4 e *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 de março de 1975, p. 1 e 5.

<sup>11</sup> Cf. *Relatório do exercício de 1975*. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1976.

<sup>12</sup> Cf. Barragem do Acaba Mundo estoura 48 horas após ter sido inaugurada. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 17 de março de 1975, p. 12.



Luís Otávio “Ziza” Valadares, a compilação indicava, além de diversas canalizações e aberturas de vias não efetivadas, uma demanda relativa ao futebol amador, evidenciando possíveis divergências nas propostas para a política de esportes local<sup>13</sup>.

### **Uma nova política de esportes para a cidade**

Em meio à enumeração de promessas não cumpridas apresentadas pelo vereador do MDB surgia a seguinte:

3 – Estádinhos para o futebol amador: Pierucetti prometeu ceder vários estádinhos para clubes de futebol amador, quando eles começaram a perder seus campos, tomados pelos proprietários dos terrenos onde se localizavam. O vereador Luís Otávio Valadares considera risível o número de estádinhos construídos, diante do grande número de times existentes em Belo Horizonte e que estão morrendo por falta de campo;<sup>14</sup>

Essa se tratava da reivindicação relativa ao esporte constante da enumeração apresentada pelo vereador. Ex-atleta de times de futebol amador de Belo Horizonte e jovem político, Luís Otávio “Ziza” Valadares recorrentemente evocava sua trajetória para falar em nome das agremiações de várzea locais. Ao ressaltar tal polêmica, mobilizava insatisfação que já havia sido demonstrada em episódios anteriores.

Um mês antes, publicava-se matéria acerca do descumprimento da Lei nº 1837 de 1970, que autorizava a prefeitura a construir pequenos estádios em bairros e vilas da cidade. O vereador, João Batista Cardoso, autor do projeto que originou a norma, questionava a atuação do executivo. Segundo a reportagem em que o caso foi apresentado:

– “Só se fala em “esporte amador”, nunca em “futebol amador”. O Grupo de Trabalho criado pelo prefeito reuniu só representantes do “esporte amador”, ou do “esporte especializado”, que desconheceu, simplesmente, a existência do futebol amador. Em virtude dessa parcialidade, Foad Caram, exonerou-se do Conselho Municipal de Esportes já que não entendia, também, a existência de um organismo de atividades paralelas às do Conselho Municipal de Esportes.<sup>15</sup>

Uma polêmica parecia estar colocada naquele instante, opondo membros do legislativo à política de esportes que vinha sendo desenvolvida pelo executivo municipal. Igualmente, representantes da Federação Mineira de Futebol, tais como Foad Caram, colocavam-se contra

---

<sup>13</sup> Cf. De como não cumprir, em quatro anos, o prometido. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 de março de 1975, p. 3.

<sup>14</sup> De como não cumprir, em quatro anos, o prometido. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 de março de 1975, p. 3.

<sup>15</sup> Vereador quer saber se o Prefeito cumpre a lei 1837. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 1975, p. 11.

a Prefeitura e o grupo de trabalho que formara. A crítica dirigia-se, entre outras, à atuação de um colegiado paralelo ao Conselho Municipal de Esportes, instância criada em 1948 e que, desde então, conduzia as ações públicas voltadas para o tema. À reclamação, seguia-se o questionamento sobre a atuação diversa do núcleo que até aquele momento havia promovido apenas a realização de um curso de liderança esportiva.<sup>16</sup>

Tal embate que perpassava os destinos das políticas de esporte do município pode ser examinado a luz de discussões mais amplas que marcavam o desenvolvimento desse setor em âmbito nacional. O início dos anos 1970 foi marcado por transformações nas medidas estatais voltadas às atividades físicas, nesse período, três iniciativas ganharam destaque: a criação do Departamento de Educação Física e Desportos – DED, vinculado ao MEC; o desenvolvimento do Plano de Educação Física e Desporto – PED e o lançamento da Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo – CNED. Desenvolvidas por profissionais de Educação Física vinculados às Forças Armadas propunham ações destinadas à massificação da atividade física e dos desportos<sup>17</sup>.

Tais iniciativas evocam regularmente seu caráter técnico como contraposição às práticas políticas identificadas nas diferentes federações e confederações que conduziam o esporte no país. Tal como destaca Meily Linhales:

Cabe aqui problematizar alguns elementos presentes nessas disputas de interesse e poder que se travavam entre os representantes políticos e econômicos do esporte formal, sustentados por interesses particularistas, e os representantes do esporte burocrático-autoritário, que tinham como uma de suas metas o combate aos resquícios do populismo. De um lado, o sistema esportivo formal, em que os presidentes de federações e confederações exercitavam, ainda, as relações de barganha, o clientelismo, a cartolagem e, conseqüentemente, a concentração do esporte numa determinada elite esportiva. Do outro lado, o Estado, o DED e a sua Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo, que reduziam a “democratização perseguida” para o esporte a um avolumado conjunto de ações publicitárias, sem que, de fato, se promovessem as condições estruturais necessárias ao “direito de participar”.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Cf. Vereador quer saber se o Prefeito cumpre a lei 1837. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 1975, p. 11. Sobre os cursos de lideranças esportivas, esses tinham o objetivo de formar jovens para atuarem em prol da difusão da prática atlética e contavam com a parceria da Associação Cristã de Moços – ACM. Cf. *Relatório do exercício de 1973 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti*. Março de 1974, p. 459.

<sup>17</sup> Cf. LINHALES, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. p. 139-144.

<sup>18</sup> LINHALES, Meily Assbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. p. 147.

Seria possível fazer a leitura do embate promovido entre os membros do legislativo e os representantes da federação de futebol em oposição ao executivo municipal e sua comissão de defensores dos esportes especializados a partir dessa divergência nacional?

Entende-se que essa é uma possibilidade explicativa. Há que se observar que a construção do Centro Comunitário da Praça da Saudade não foi a única entrega de um espaço esportivo anunciada naquele dia 13 de março de 1975. Outros dois equipamentos do gênero constavam da longa lista propagandeada pelo governo Pierucetti: o Centro Esportivo Frei Zacarias no Bairro Carlos Prates e o Centro Esportivo da Avenida Pedro II. No caso do segundo, informava-se que era resultado de um convênio com o Estado de Minas Gerais.<sup>19</sup>

Tal parceria mais uma vez reforçava a percepção de que se tratava de ampla política para o setor, já que a construção do Centro Esportivo da Avenida Pedro II articulava-se ao programa de construção de praças de esportes desenvolvido pelo Governo do Estado, o qual propunha uma série de ações fortemente alinhadas às diretrizes nacionais formuladas pelo DED. Tais medidas visavam à massificação da prática atlética, bem como à diversificação das modalidades.<sup>20</sup>

Observa-se que a construção dos centros esportivos tinha formatos similares. Ao privilegiarem a presença de quadras poliesportivas em detrimento dos tradicionais campos de terra, apontam para um investimento na diversificação, com a busca da massificação de outras modalidades para além do futebol. Orientadas por profissionais da Educação Física, formados tanto nos meios universitários, como nos militares, contrapunham-se à prática atlética não supervisionada promovida pelos diversos clubes criados nos bairros populares.

Uma nova percepção do desenvolvimento esportivo parecia emergir, contrapondo-se à prática improvisada das agremiações populares de futebol que, com a transformação do tecido da cidade, cada vez mais se mostrava inadequada às novas configurações urbanas e às sociabilidades que então se constituíam. Tais mudanças eram percebidas na própria imprensa. Mesmo o *Diário da Tarde* que se notabilizara pela cobertura da várzea local, envolvendo-se em campanhas em prol da manutenção e qualificação dos campos, passava, em meados dos anos

---

<sup>19</sup> Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 de março de 1975, p. 3.

<sup>20</sup> Cf. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes (org.). *Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927-2006*. Contagem: MJR, 2014.

1970, a se dedicar mais ao chamado esporte especializado, mantendo silêncio quase que completo sobre os incontáveis torneios que outrora ocupavam suas colunas regulares.

A noção de que a nova configuração esportiva vinha suplantar outra que se mostrava ultrapassada era evidenciada mais uma vez na própria definição dos espaços em que ela se instalava. Foi também o caso da construção do Centro Esportivo da Avenida Pedro II. Como informa o relatório final de gestão de Oswaldo Pierucetti, para a efetivação daquele equipamento deu-se a desapropriação de terreno pertencente ao Vasco da Gama Esporte Clube<sup>21</sup>, o conhecido Vasquinho do Carlos Prates. A tônica da política é evidenciada pela edição do ano seguinte, a primeira do novo prefeito, Luiz Verano, que em seu programa indicava: “24 – CENTROS ESPORTIVOS – Construção de 15 centros Esportivos, com o aproveitamento dos locais onde o povo já pratica as tradicionais ‘peladas’;”<sup>22</sup>.

Nessa medida, os antigos campos passariam a dar lugar não apenas para os empreendimentos imobiliários, como apontava o vereador “Ziza” Valadares, como também para modernos equipamentos esportivos, que visavam difundir outras modalidades e uma nova sociabilidade atlética.

Retornando ao caso do Centro Comunitário da Praça da Saudade, a polêmica acerca do modelo de política esportiva para cidade também esteve presente em sua implantação. Para garantir seu funcionamento, a Prefeitura enviou à Câmara Municipal um projeto de lei que autorizava crédito suplementar para custear a gestão do espaço pela ACM. A solicitação do executivo gerou reação imediata dos vereadores. Dentre eles estava o engenheiro Gil César Moreira, cuja carreira foi marcada pela proximidade com o futebol, especialmente pela condução das obras de construção do Mineirão. Acerca do tema, afirmou:

*(...) a construção das praças de esportes do bairro Carlos Prates, Saudade e da Avenida Pedro II representou um investimento público superior a seis milhões de cruzeiros, com resultados que podem ser considerados modestos salientando-se apenas aqueles que foram conseguidos pela ACM na administração do Centro Comunitário Praça de Esportes Saudade. Discordo frontalmente da política adotada no governo anterior (Oswaldo Pierucetti) no que diz respeito ao incentivo ao esporte.*<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Cf. *Relatório do quadriênio 1971-1974*. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pierucetti. Março de 1975, p. 573.

<sup>22</sup> *Relatório do exercício de 1975*. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1976, p. 284.

<sup>23</sup> MARQUES, Edson; MOREIRA, Zu. *Uma praça, uma saudade: resgate histórico e sentimental da Praça de Esportes do Saudade*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003, p. 53-54.

O vereador teria avaliado os impactos da referida política, segundo argumento de Edson Marque e Zu Moreira:

Em sua defesa para que a prefeitura cessasse o programa de construção de centros comunitários, o vereador Gil César Almeida (*sic*) de Abreu lembra ao presidente da ACM, Nilo Antônio Gazire, que, *em 1976, de 200 campos de futebol amador existentes na década de 40, restaram somente 20, com tendência desse número ser reduzido ainda mais.*<sup>24</sup>

Nessa medida, o debate acerca da atuação da ACM no Centro Comunitário da Praça da Saudade e dos repasses de recursos municipais para esse fim, mais uma vez, evidenciava a contraposição entre duas perspectivas de política esportiva que estavam postas em Belo Horizonte naquele momento. A forma como Gil César colocava a questão demonstrava se tratar de embate que estava claro para seus contendores. O antagonismo entre a proposta encampada pelo executivo e o ataque realizado pelo legislativo, parece indicar que para além de concepções divergentes sobre os destinos das práticas atléticas, vigiam interesses locais das bases de representação que suportavam os vereadores.

### **Considerações finais**

O caso do Centro Comunitário da Praça da Saudade pode parecer, a um primeiro olhar, apenas a ocorrência de uma dentre tantas obras que se realizam em bairros afastados de uma capital brasileira. Contudo, colocado sob perspectiva, ele é capaz de evidenciar diversos processos que se desenrolavam ao longo da metropolização de Belo Horizonte.

Sua realização articulou-se com outras medidas para a reconfiguração do tecido urbano da cidade que vivenciava os efeitos de uma considerável explosão demográfica e passava a ser pensada em perspectiva integrada com os municípios vizinhos. Num contexto de ditadura militar, a ênfase recorrente no caráter técnico das decisões administrativas mascarava as opções políticas que estavam por trás de iniciativas como os recorrentes desfavelamentos que atingiam regiões como aquela que recebera o Centro Comunitário da Praça da Saudade.

Os três equipamentos esportivos inaugurados em 1975 parecem ser uma das mais relevantes marcas da aplicação em Belo Horizonte da política para as atividades físicas que vigorou no Brasil em boa parte da década de 1970. Ainda que outras obras do tipo tenham sido identificadas nas décadas seguintes, integrando parques, praças ou mesmo articulando-se com

---

<sup>24</sup> Idem, p. 61-62.

campos de várzea, aqueles parecem ser os exemplares mais representativos da visão sobre o desporto que foi hegemônica naquele período.

O Centro Comunitário da Praça da Saudade emerge como caso mais bem sucedido entre os três, em parte pela gestão da ACM, que manteve intensa programação nos seus primeiros anos. Seu afastamento seu deu em meados da década de 1980, momento em que foi criada a Secretaria Municipal de Esportes. Naquele período, nova política ganhava corpo e dentre as ações empreendidas, observava-se a regularização dos campos de várzea mantidos em terrenos da Prefeitura.

As controvérsias que marcaram a instalação daqueles centros esportivos parecem ter atravessado a década. Ao que parece, o debate sobre as políticas voltadas às práticas atléticas mobilizava mais do que concepções sobre o seu desenvolvimento. Segundo evidenciam os discursos e a oposição criada entre o executivo e o legislativo municipal, poderiam articular noções de apropriação do espaço urbano e sentimentos de pertencimento aos bairros, os quais eram capitalizados pelos vereadores na construção das relações com suas bases eleitorais e nas barganhas que estabeleciam com seus apoiadores.

Conhecer o caso do Centro Comunitário da Praça da Saudade lança luzes sobre processo mais amplo vivenciado pelo futebol de várzea naquele período, o qual foi marcado pelo rápido desaparecimento de campos dedicados à prática. Nessa medida, o exame desse episódio oferece subsídios importantes para se compreender o lugar social e político ocupado, naquele instante, por essa versão popular da modalidade e os fenômenos por ela vivenciados.

## ST 09 - História, gênero e sexualidade: processos de constituição das Subjetividades na História

Cássio Bruno de Araujo Rocha  
Doutorando  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[caraujorocho@gmail.com](mailto:caraujorocho@gmail.com)

Átila Augusto Guerra de Freitas  
Mestrando  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[atilaaugustofreitas@gmail.com](mailto:atilaaugustofreitas@gmail.com)

Polyana Aparecida Valente Vareto  
Doutora  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
[polyvalente84@gmail.com](mailto:polyvalente84@gmail.com)

Isabela de Oliveira Dornelas  
Mestranda  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[Isadornelas@gmail.com](mailto:Isadornelas@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

O simpósio temático História, gênero e sexualidade chega à quarta edição, tendo se consolidado como um dos mais dinâmicos, amplos e produtivos dentre os simpósios do evento. Como nas edições anteriores, buscamos receber trabalhos de variadas perspectivas teóricas, com distintos objetos de pesquisa e recortes espaço-temporais diversos, desde que sejam comunicações que cruzem questões de gênero e sexualidade com a análise histórica. Pois mantemos a pretensão de consolidar este simpósio como um lugar privilegiado para as discussões de gênero e sexualidade no campo da história, sem ceder espaço aos temores - muitas vezes politicamente orientados - de anacronismo nos trabalhos nesta temática. Consideramos que aplicar as categorias de gênero e sexualidade aos estudos históricos não significa um anacronismo necessário, porque estas são categorias analíticas (e representacionais) que contribuem para a investigação dos processos históricos de constituição das subjetividades - segundo estas mesmas linhas de gênero e sexualidade. Seguindo as conceituações de gênero de autoras como Joan W. Scott, como uma categoria útil à análise histórica e um modo primário de significação das relações de poder, e de Judith Butler, como categoria performativamente constituída e constituinte dos sujeitos segundo as linhas da matriz sexo-gênero-desejo orquestradas pela heterossexualidade compulsória, queremos receber trabalhos que avancem



nas discussões sobre estes conceitos, dialogando com temáticas e recortes diversos. Acreditamos, assim, que os estudos de gênero na história podem ultrapassar a fronteira da história das mulheres (mantendo o diálogo com esta área pioneira e importante), compreendendo áreas como a teoria Queer, história das masculinidades, da ciência, das transexualidades e intersexualidades. Também serão bem-vindos estudos interseccionais que cruzem as esferas de gênero e sexualidade com as de raça, geração, classe, etc. Entendemos sexualidade como dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade capitalista, com vistas à constituição de sujeitos centrados em seu sexo - postulado como bastião de suas verdades. Assim, desejamos receber trabalhos que dialoguem criticamente com a perspectiva foucaultiana para a história da sexualidade, propondo caminhos e interpretações para a história das homossexualidades e das heterossexualidades, desnaturalizando ambas e percebendo a heterossexualidade, junto à Adrienne Rich, como um sistema compulsório de poder.

## Sexualidade na Idade Média: Uma leitura Histórico-Cultural sobre as “minorias” no medievo e seus paradigmas

**Lucas Rodrigues**

Pedagogo e licenciando em História  
Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ  
E-mail: lucasr.academico@gmail.com

**Resumo:** Este resumo apresenta uma leitura histórico-cultural das obras de Huizinga (2013) e Richards (1993) sobre as concepções de amor e sexo no fim da Idade Média. Acompanhada de outros autores – a exemplo de Le Goff (2007) - busca-se compreender de modo sucinto as representações, legitimações e estruturas sociais das minorias – tratados aqui os homossexuais, as bruxas e prostitutas – e as possíveis permanências de tal mentalidade na contemporaneidade.

**Palavras Chaves:** Sexualidade, Papéis Sociais, Gênero e Minorias, Idade Média.

**Resumen:** Este resumen presenta una lectura histórico-cultural de las obras de Huizinga (2013) y Richards (1993) sobre las concepciones de amor y sexo al final de la Edad Media. En el caso de Leopoldo (2007), se busca comprender de modo sucinto las representaciones, legitimidades y estructuras sociales de las minorías, tratados aquí los homosexuales, las brujas y las prostitutas, y las posibles permanencias de tal mentalidad en la contemporaneidad .

**Palabras claves:** Sexualidad, Papeles Sociales, Género y Minorias, Edad Media.

### Introdução

Ao se pensar a sexualidade na Europa medieval dos séculos XIV e XV do ponto de vista do Séc. XXI, não há metáfora ou figura de linguagem que ilustre necessariamente a mentalidade do homem medieval sobre ela. O risco de generalização e anacronismo se torna latente na medida em que se busca “materializar” o real sentido que o sexo e as relações afetuosas tinham no medievo. Porém, com o advento da ainda tímida “História de Gênero”, vista como um apêndice da História das Mulheres, há certos termos contemporâneos que explicitam bem os casos, o que é fruto de calorosos debates na academia quanto ao uso de certo “anacronismo velado”. Sob a ótica da História Cultural, será abordada aqui uma fonte primária: o excerto original do poema *Chastel d’amour* da obra *Roman de la Rose* de Lorrís e Meung. Sob as outras perspectivas, tratar-se-á aqui do debate historiográfico e das fontes levantadas pelos autores, sobretudo Johan Huizinga, J. Richards e J. Le Goff em suas respectivas obras citadas no decorrer do texto sobre as minorias tratadas e sexo em suas dimensões representativas.

### A estilização e normas de conduta do amor medieval na concepção Huizinguiana

O amor não é algo estático e um fim em si mesmo, mas, altera-se em forma e representação conforme a época e a mentalidade em questão.

O espírito medieval sofreu uma das mudanças mais importantes ao desenvolver pela primeira vez um ideal amoroso com uma tônica negativa. É certo que a Antiguidade também cantara o anseio e o sofrimento do amor; mas será que ali, na verdade, o anseio não era apenas encarado como o adiamento e o estímulo da indubitável realização? (HUIZINGA, 2013, p. 177)

Na realidade, a mentalidade medieval não imita a concepção de amor da Antiguidade, mas, a recria dentro dos parâmetros que marcam a época: a recorrente purgação dos desvios da vida, entre esses, o amor. As inúmeras visões do que seja amor, e do que seja o ato de amar são pontos culminantes de uma reinvenção para o medievo: uma estilização profunda, onde o amor tem caráter não mais sexualizado (comumente associado à Antiguidade) mas, agora, intrínseco, agonizante, profundo, e acima de tudo: belo.

Outro ponto importante de tal processo de reinvenção é a mudança do papel da mulher no medievo em termos de amor. Verifica-se obviamente que a mulher continua a ser um indivíduo sem direitos plenos, liberdade, voz social e prestígio intelectual (embora é notável a figura de St. Hildegarda<sup>1</sup> entre outras exceções) em comparação ao homem, haja vista que a sociedade é de orientação patriarcal, reforçada pelo papel do Deus pai pela Igreja. Na matéria de amor, a mulher, antes vista ao exemplo da *Mater Familiae* (do lar, reprodutora e posse do *Pater* romano) agora torna-se objeto inalcançável, utopia, sendo uma personificação das coisas mais misteriosas, deleitosas e profundas da humanidade. De acordo com Huizinga (2013) “Criara-se uma forma de pensamento erótico capaz de abranger uma profusão de aspirações éticas, sem por isso renunciar por completo à sua conexão com o amor natural das mulheres”. Do próprio amor sensual brotara a servidão cortês à mulher e a literatura da época explicitou toda essa mentalidade em versos e quadras rimadas. O mesmo autor afirma que “o amor passou a ser o campo em que se deixava florescer todo o aperfeiçoamento estético e moral”, nessa concepção é curioso notar que o amor passou a ter uma funcionalidade poética bem estilizada e transcendental. Daí, denota-se a supra valorização do matrimônio e dos frutos desta união, a prole. Neste sentido, espera-se uma valorização real da mulher e de sua dignidade, mas, no entanto, abriu-se um abismo social a partir de tal concepção de mulher. Cabe o questionamento: que mulher? Qual mulher? Disso, elencam-se qualidades e “tipos” de mulher. A mulher nobre – e plebeia - deve ser dotada de educação esmerada, de virtude inabalável, de beleza e doçura impar e, logicamente, portadora de uma intocada virgindade que deverá ser retirada apenas

---

<sup>1</sup> St. Hildegard Von Bingem – Importante figura feminina medieval, considera-se que Hildegard fora a precursora de um dito movimento proto feminista no contexto monacal na Idade Média. Monja, médica, musicista, botânica, teóloga, filósofa, astrônoma e portadora de conhecimentos que iam além da maioria das mulheres e homens cultos da Igreja.

dentro dos laços conjugais. Sendo assim, toda e qualquer mulher que não era compatível a tal modelo era, a priori, mulher objeto e de má procedência, sendo pejorativamente designada *persona non grata* na sociedade.

A Igreja, enquanto instituição social reguladora da vida interior e exterior do homem medieval, vai colocar o ideal cristão na personificação do amor.

Todas as virtudes cristãs e sociais, a estrutura inteira das formas de vida, foram encaixadas na moldura do “verdadeiro amor” pelo sistema de amor cortês. A perspectiva erótica da vida, seja na forma antiga, puramente cortês, (...) pode ser equiparada com a escolástica, sua contemporânea. Ambas representam a maior tentativa do espírito medieval de entender tudo o que faz parte da vida sob um único ponto de vista. (HUIZINGA, 2013, p. 179)

A visão do “verdadeiro amor” é um termo que explicita automaticamente a exclusão de todas as outras formas de amor, não levando em conta a variabilidade da sexualidade e das relações afetivas do ser humano. Ao contrário da concepção errante e em constante desuso pela historiografia atual de que a Idade Média é considerada a idade das trevas, Huizinga demonstra pelo exemplo da arte e da literatura que o homem medieval exteriorizava o amor em vivas cores e em uma rebuscada e constante exacerbação do amor estético nos poemas e trovas muito presentes na época

Todo o empenho em embelezar a vida se concentrava na apresentação colorida das formas de amor. Quem buscava a beleza na honra e na classe, quem queria enfeitar sua vida com pompa e esplendor, ou seja, quem procurava a graça da vida na vaidade, era constantemente lembrado da futilidade dessas coisas. Mas no amor parecia existir um propósito e uma essência para aqueles que não tinham desistido por completo da felicidade terrena, que era o próprio desfrutar da beleza. (HUIZINGA, 2013, p. 179)

Pode-se supor perante tal panorama que, uma das maiores fontes de alegria, o amor, deveria ser sempre mostrado e lembrado de maneira digna, sendo tal exteriorização revelação de uma necessidade de afirmar algo belo perante a lugubridade e tristeza da vida comum, uma fuga da realidade. Tal mentalidade é altamente confirmada enquanto uma recorrente necessidade psicológica do medievo pois, de acordo com Huizinga (2013) não era necessário criar beleza de vida a “partir de formas nobres ou valorizar um status elevado”; aqui residia a mais profunda beleza e a máxima felicidade em si, que apenas precisavam ganhar cor e estilo. “Cada elemento da beleza, cada flor e cada som podiam servir para construir a forma de vida do amor”. Toda essa necessidade de materializar e tornar palpável o amor parte do próprio anseio de demonstrar. Huizinga (2013) ainda trabalha as normas de conduta do amor enquanto regras fixas a serem seguidas na arte de cortejar e amar “nobrememente”. Tais regras vão além das

normas estabelecidas pela Igreja. O amar, enquanto ato clássico, de vida puramente romântica e de conduta patriarcal e heteronormativa surge da classe dominante perante a poesia, a trova, a literatura em si. Os “joguinhos amorosos” fazem parte da sexualidade masculina e feminina enquanto pré-requisito para o ato de amar. Embora tais jogos fossem a prévia para o ato sexual e para o cortejo num futuro enlace matrimonial, vira costume fazê-lo para legitimar o sentir de amor perante o outro. À exemplo, o *Roman de la rose* apresenta uma quadra de versos rimados onde os mesmos representam parte do diálogo entre os enamorados:

Do castelo do Amor vos pergunto:\Dizei-me o primeiro fundamento!\Amar lealmente.  
Citai agora o muro de arrimo,\Que o tornam lindo, sólido e forte.\Silenciar sabiamente.  
Dizei-me quais são os pináculos,\As janelas e as portas!\O olhar atraente.  
Amigo, dizei-me quem é o porteiro!\ - O perigo maledicente.\Qual é a chave que pode destrancá-lo?\Solicitar cortesmente. (HUIZINGA, 2013 apud LORRIS e MEUNG, p. 198)

O diálogo denota o ritual de conversação entre aquele que deseja o amor e aquela que pode dá-lo. Tal conversação era necessária para formalizar o cortejo e assim marcar tal enlace amoroso enquanto ato nobre, ideal e esteticamente belo. Embora o ato de amar não seja referenciado diretamente ao sexo, estes eram intimamente ligados na relação de causa e consequência. O amor era ideal, o sexo, transgressor, e, somente o amor poderia salvá-lo e elevá-lo.

### **O sexo na Idade Média**

Há de se notar que a relação do medievo com o sexo é um tanto obscura, mas, Richards (1993) aponta algumas fontes que evidenciam tal relação. Tais fontes são compostas por categorias: “(...) teóricas (textos médicos, tratados teológicos, códigos de leis), práticas (registros de tribunais, os manuais de penitência da Igreja) e culturais (poesia, prosa, anedotas, rimas)”. Como ponto de partida, cabe analisar a visão da Igreja e o pensamento cristão como um todo que se mostrava reticente quanto ao sexo e sua prática:

(...) a cristandade foi, desde seus primórdios, uma religião negativa quanto ao sexo. Isso significa dizer que os pensadores cristãos encaravam o sexo, na melhor das hipóteses, como uma espécie de mal necessário, lamentavelmente indispensável para a reprodução humana, mas que perturbava a verdadeira vocação de uma pessoa – a busca da perfeição espiritual, que é, por definição, não sexual e transcendente a carne. (RICHARDS, 1993, p. 34)

De acordo com essa nuance, era necessário limitar e controlar todos os anseios referentes ao sexo. Tal atitude necessita, logicamente, de uma legitimação, tal legitimação passará para o

campo da fé: a teologia moral reprodutiva. Disto, Richards (1993) aponta que os ensinamentos cristãos “exaltavam o celibato e a virgindade como as mais elevadas formas de vida”. O que marcou uma ruptura decisiva com a Antiguidade pagã, que se preocupava com a manutenção da população e com a perpetuação da família; conseqüentemente, dava pouco valor à virgindade perpétua. Os ensinamentos cristãos eram propagados desde a elite ao pobre camponês no campo, nisto, a mentalidade e a psicologia de massa empregada pela Igreja para que tal concepção fosse seguida à risca contou com uma série de estratégias bíblicas, discursivas e até escatológicas. A ideia de danação e perpétua pena no inferno em decorrência do sexo “não cristão” gerou na sociedade medieval tardia um profundo temor em relação ao como e quando se fazer sexo. O temor “generalizado” era reforçado ainda pela localidade temporal do sujeito. O calendário litúrgico determinava os dias do ano em que não se podia realizar o ato sexual. De acordo com Richards (1993) durante o ano haviam cerca de 273 festas (dias santos de guarda) e nestes era proibido fazer sexo sob pena de falta grave e penitência severa. Se contabilizarmos 273 dias de um ano composto por 365, temos 92 dias úteis para gozar do sexo<sup>2</sup>. De tais dados pode-se concluir que a coerção estava além da moral, mas também cívica e notoriamente pública.

Sobre a clara conotação misógina e machista na “obrigação” do sexo, é notável a predominância masculina sobre o corpo da mulher e com a função primordial de satisfazer-lhe os anseios carnis, mesmo sem o consentimento de sua parceira:

Os teólogos apresentaram a ideia do sexo como uma obrigação, uma ideia que remonta a São Paulo, o qual, usando a linguagem legal do credor e devedor, disse que o marido tinha de dar à esposa o que devia a ela e vice-versa. “A esposa não poderia reivindicar seu corpo como de sua propriedade; este pertencia ao marido e vice-versa”. (RICHARDS, 1993, p. 36)

A concepção era amplamente aceita pelo simples fato de ser produzida por uma sociedade estritamente patriarcal desde sua origem, de tal naturalidade que até mesmo as mulheres a legitimavam. A dita “naturalidade” era tanta que até mesmo era aceitável e considerada normal a lógica do que hoje caracteriza-se como “cultura do estupro<sup>3</sup>”:

(...) se um marido reconhecesse um desejo sexual da parte de sua parceira, deveria agir para satisfazê-lo, mesmo que isso não lhe tivesse sido pedido. Isto

<sup>2</sup> Curioso notar que se tais dias (os 92) caíssem num domingo, por lógica, não poderia se fazer sexo por tratar-se de um dia santo de guarda natural para a fé católica. Conclui-se que esse número de dias permitidos para o fazer sexo se limitava ainda mais.

<sup>3</sup> Embora o termo “Cultura do Estupro” seja algo próprio da cultura ocidental e da pós modernidade, o mesmo se aplica adequadamente ao contexto medieval. Mesmo passível de rupturas epistemológicas, sociais e principalmente históricas quanto a mentalidade, tal “cultura” do medievo “ainda permanece” no séc. XXI.

poderia mais uma vez implicar uma igualdade, mas sugere também que o marido tinha de tomar a iniciativa, pressupondo-se que a mulher fosse a parte passiva. Ficava claro também que os corpos das pessoas não lhes pertenciam para que fossem usados com qualquer outra pessoa conforme desejassem, mas que pertenciam a seus parceiros. (RICHARDS, 1993, p. 36)

A condição da mulher referente a escolha de seu *modus vivendi* era, simplesmente, o de não ter opção de escolha. Uma outra legitimação teológica que obteve sucesso perante o papel da mulher diante da sexualidade tratava-se da figura central da Igreja além da do Cristo, sua mãe:

A promoção do culto da Virgem Maria, a partir dos séculos XI e XII, propiciou às mulheres dois modelos de função enobrecedores: a virgindade, através da qual se poderia resistir de modo mais absoluto ao pecado de Eva, e a maternidade, a função perfeita para as mulheres que não se adaptavam à vida de uma religiosa celibatária. (RICHARDS, 1993, p. 36)

Neste sentido, até mesmo a iconografia cristã serviria de atributo de legitimação a uma determinação da vida feminina, principalmente sobre o aspecto da sexualidade. A sexualidade nesse período é heteronormativa, mas, e quanto a ação do ato sexual em si? A lógica teológica estava tão impregnada na psique humana que a moral estava presente até mesmo na cama dos indivíduos:

A Igreja prescrevia a forma apropriada da relação. A única forma permitida era a que se conhece hoje em dia como “a posição do missionário”, frente a frente com o homem por cima e a mulher embaixo. [...] A relação anal incorria numa penitência de sete anos. Havia uma penitência de três anos para o coito dorsal, com a mulher por cima; isto era considerado como contrário à natureza, a qual determinava que o homem deveria ocupar a posição dominante. [...] Os penitenciais incentivavam os casais a praticarem sexo somente a noite e mesmo assim parcialmente vestidos. (RICHARDS, 1993, p. 40)

Esta, talvez, seja a maior exemplificação da interferência de uma psicologia de massa externa agir dentro do âmbito da vida privada. Dentro desta manifestação extrínseca para o intrínseco do sujeito estava a questão do desvio. O desvio, ao exemplo da masturbação masculina e feminina era passível de uma severa punição penitencial pelo fato de ser uma relação solitária e infrutífera: um fim em si mesmo. A partir desse panorama totalmente controlado e enfeixado em regras pré-estabelecidas, cria-se o tabu e a norma universal: quem não se adapta a tal panorama, certamente é um herege, um apóstata ou uma ameaça à fé, quem são tais sujeitos senão as minorias?



## Bruxas e Prostitutas

O período medieval é caracterizado principalmente, pela mentalidade em torno da temática da bruxaria e como esta era encarada pela sociedade. O termo bruxaria, embora genérico para todo e qualquer tipo de arte mágica e religião pagã de cunho, em sua maioria, matriarcal, recebeu os estigmas sociais e teológicos dos mais diversos, entre esses, a concepção da sexualidade desenfreada. A bruxaria na Europa medieval recebe uma alcunha jamais vista em outros lugares: o culto associado ao diabo. O culto das bruxas às forças da natureza, com uma imensa maioria de adeptas mulheres (curandeiras, parteiras e afins) tinham como foco também a figura da deusa mãe. O medievo era proprietário de uma visão bastante abrangente acerca da bruxaria:

Era uma sociedade que acreditava no sobrenatural, no poder das trevas e na ação de Satã e de seus demônios no mundo. Acreditava também na bruxaria, que era uma explicação conveniente tanto para as catástrofes naturais súbitas [...] quanto para problemas familiares recorrentes, tais como impotência, infertilidade, crianças natimortas e mortalidade infantil. Estes últimos itens explicam por que as parteiras eram tão frequentemente o alvo das acusações de bruxaria. [...] (RICHARDS, 1993, p. 82)

Toda espécie de sistema religioso que fugisse da religião oficial era considerada herética. A bruxaria, atribuída generalizadamente às mulheres, fora tema de inúmeras e clássicas patologias discriminatórias, entre elas a mais presente: a misoginia. O exemplo do manual de caça às bruxas – *Malleus Maleficarum* – sintetiza que o mal advém da mulher, nisto cabe a ideia de que a mulher é mais suscetível a arte da bruxaria

Kramer e Sprenger identificavam a bruxaria frontalmente ao impulso sexual: “Toda bruxaria advém do desejo carnal, que é insaciável nas mulheres.” Eles explicavam que as mulheres eram muito mais inclinadas aos males da bruxaria e da adoração do demônio porque eram mais impressionáveis e crédulas do que os homens. As mulheres eram naturalmente dissimuladas, descontroladamente vaidosas, “intelectualmente como crianças” e, o mais importante, “mais carnis do que o homem”. Esta visão não era incomum. É na realidade a visão medieval “oficial” sobre o gênero feminino; a inferioridade das mulheres perpetuamente decretada por causa do Pecado Original de sua ancestral Eva. (RICHARDS, 1993, p. 83)

Neste sentido, é homogeneizada a figura da mulher em todas as instâncias, da nobre à plebeia. Os ofícios destinados às mulheres são sempre em comparação ao homem, relegando-as um lugar de recorrente inferioridade. Tal inferioridade é institucionalizada na representação social da mulher por meios das instituições sociais vigentes na época. Não menos diferente, da categoria de bruxa, a mulher que por opção própria ou não, se destina a trabalhar o sexo a fim

de obter lucro vive um papel dúbio na sociedade medieval: as prostitutas. As prostitutas gozavam de ampla aceitação da sociedade medieval pelo fato de que a comercialização do sexo ser algo, embora imoral, aceitável. Tal comércio sexual servia de iniciação sexual aos rapazes para tais afirmarem a sua sexualidade enquanto homens e para também aliviar a tensão sexual dos rapazes para que estes não se dirigissem para as moças de família, em sua maioria prometidas em casamento. Neste aspecto é verificável a sua notável participação na vida urbana

As prostitutas eram parte integrante da vida urbana na Idade Média, figuras familiares na literatura que sobreviveu – poemas, histórias, canções, crônicas e registros dos tribunais. Quase não existia uma cidade que não tivesse sua “boa casa”, como era às vezes conhecido o bordel. (RICHARDS, 1993, p. 121)

Para além dos prostíbulos, as prostitutas se disponibilizavam também nos lugares de maior circulação de pessoas como tavernas, praças, casas de banhos, até mesmo nas igrejas. O autor relata que havia também zonas conhecidas como da “luz vermelha”. “Até os dias de hoje, muitas cidades medievais antigas possuem uma Rua da Rosa, sua fragrante associação horticultural ocultando um passado mais sórdido”. Sobre os motivos do prostituir-se, é válido reiterar que, de acordo com Richards (1993) “na Idade Média, as mulheres entravam para a prostituição por razões basicamente iguais às que as levam a fazê-lo em qualquer época: pobreza, inclinação natural, perda de status, um passado familiar perturbado, violento ou incestuoso”. As causas da opção pela prostituição, as mais variadas possíveis, não são novas, porém, refletem um quadro geral e recorrente de uma sociedade regida por regras palpavelmente machistas, onde a mulher é levada a fazer uma opção que será automaticamente estigmatizada posteriormente. O papel da Igreja sobre a questão da prostituição é constituído de uma dupla e contraditória opinião que nunca se mostrou eficaz sobre o povo, vulgo: homens.

Provavelmente o maior grupo de clientes servidos pelas prostitutas da Europa medieval era a dos homens jovens e não-casados. Não importa o que a Igreja pudesse dizer sobre sexo, havia uma tolerância social generalizada da atividade sexual masculina pré-marital e extraconjugal no mundo medieval. (RICHARDS, 1993, p. 122)

E aqui se apresenta a incoerência da maioria do sexo masculino: a autoafirmação do homem (e conseqüentemente dos filhos homens) deveria ser provada e recorrentemente lembrada pelo uso sexual de uma prostituta. A presente moral instituída por homens para assegurar a fidelidade da mulher dentro do casamento não valia para os mesmos que mantinham até relações de concubinato com uma prostituta. Por dedução lógica, esses mesmos homens

criminalizavam um “produto” que eles mesmos consumiam. A própria Igreja acolhe o discurso dúbio na concepção de que a prostituição era um “mal necessário”

Um glossarista de Agostinho do século XIII acrescentou a seguinte observação expressiva: “A prostituta na sociedade é como o esgoto no palácio. Se se retirar o esgoto, o palácio inteiro será contaminado” Teólogos de destaque, como Tomás de Aquino e Tomás de Chobham, repetiam a analogia, argumentando que a prostituição evitava males maiores, tais como a sodomia e o assassinato. (RICHARDS, 1993, p. 123)

Ainda de acordo com Richards (1993) subentende-se que a prostituição evita os “impulsos masculinos” como a vontade do cometer estupros coletivos e outras bestialidades não concernentes ao homem de bem. Como anteriormente citado, a prostituição detinha uma função nobre que evitava o mal maior ao homem. Longe de ser considerado uma peculiaridade da sexualidade humana ou mesmo, por opção, (o que levava a sistemática perseguição) o maior medo consistia no aflorar da homossexualidade.

### **A Homossexualidade**

O homem afeminado, dito sodomita, era encarado pela sociedade como um todo como um animal, alguém desprovido de alma reta e entregue a um distúrbio mental severo e contagioso. A descrição bíblica acerca dos homossexuais no Antigo Testamento era clara: deles era o fogo do inferno. Tal afirmação justificou a recorrente perseguição a tal minoria. O que entra em debate é o fato de que a homossexualidade sempre fora presente na natureza (amplamente verificável entre o comportamento animal). A antiguidade é marcada pela homossexualidade presente no cotidiano da Pólis Grega onde a relação sexual entre homens na Grécia Antiga se manifestava na relação entre mestre e neófito e/ou na camaradagem dos guerreiros numa campanha militar. Embora a relação homossexual fosse punida como antinatural e prejudicial a sociedade, a mesma era amplamente “aceita” e até incentivada para o alvorecer da amizade masculina. A visão cristã demonstrava-se uma clara quebra e rejeição com a mentalidade da antiguidade em questão da sexualidade diferente da heteronormativa. Richards (1993) aponta que os pecados contra a natureza consistiam na bestialidade, na homossexualidade e inclusive, a masturbação. Todas essas modalidades eram lançadas dentro de um mesmo bojo como inerentes a pessoa do homossexual. Portanto, o mesmo tratava-se de uma perversão e um aborto da natureza em potencial.

Pecados contra a natureza, por conseguinte, assim como o pecado de Sodoma, são abomináveis e merecem punição sempre que forem cometidos, em qualquer lugar que sejam cometidos. Se todas as nações os cometessem, todas igualmente seriam culpadas da mesma acusação na lei de Deus, pois nosso

Criador não prescreveu que pudéssemos utilizar uns aos outros dessa maneira.  
(RICHARDS, apud AGOSTINHO, p. 136)

Após a afirmação de um dos maiores padres da Igreja, fica clara a posição institucional perante a homossexualidade como algo que afronta diretamente a Deus, comprometendo a relação natural do homem com Ele. Richards (1993) aponta que a radical opinião sobre a homossexualidade demonstra que tais coisas são “relativas e culturalmente construídas”. Importante ressaltar que o termo “homossexual” não é de conhecimento da Idade Média. De acordo com o autor, a condição em si não era inata, mas um hábito adquirido, sendo assim, era plausível a tentativa de “purgar” o pecador, afim de apagar, remir a culpa do indivíduo por sua escolha. Nesta óptica, muitas vezes a pessoa do homossexual assumia o seu erro prometendo emenda, ou acusava alguém por feitiçaria contra a sua virilidade. A literatura, de acordo com Richards (1993) apontava três grupos que eram regularmente mencionados nas práticas homossexuais: a nobreza, o próprio clero e os estudantes. Destacando o clero, a literatura medieval conta com o notável exemplo de São Pedro Damiano no famoso *Liber Gomorrhianus*, tratando da homossexualidade clerical. Em partes do texto, de acordo com Richards (1993) chega-se a indicar que o ato sexual entre homossexuais, principalmente se estes forem do clero, eram causa de inúmeras doenças, inclusive a peste negra. A partir de tal comparação, o homossexual passou a ser amplamente perseguido, tanto que ocorre genericamente entre a sociedade medieval a “patrulha comunitária”. Tal “patrulha” funcionava nos mesmos moldes da caça às bruxas. Um pavoroso sentimento de desconfiança entre as vizinhanças, onde o outro se dedicava a olhar a vida do outro e, se percebido tendências homossexuais eram rapidamente denunciados ao braço Inquisitorial. A situação fora tão dramática que delegações papais inquisitoriais terminaram por visitar países que, de acordo com Richards (1993) eram infectadas por vícios naturais, tais como a “imundície da lepra”. É notável que, talvez por uma má abordagem histórica, pensa-se que a perseguição às minorias se atenuou no findar da Idade Média. No Renascimento, mesmo com certa “flexibilização” da aura medieval, a homossexualidade continuou a ser considerada imoral e antinatural, e mesmo assim, continuou a existir.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, verifica-se que as mentalidades e concepções religiosas, sociais e culturais determinaram o *modus vivendi* de inúmeras pessoas, sem levar em conta suas subjetividades, desejos e anseios no fim da Idade Média. Longe de estigmatizar o medievo – onde sabemos que “os homens são filhos do seu tempo” - a preocupação da análise resulta em

levantar argumentos e visões afim de observar as rupturas e permanências ao longo da História, propondo reflexões sistemáticas na contemporaneidade, observando continuidades e transformando a análise histórica em ferramenta de luta contra sistemas e estruturas opressivas em relação às minorias.

### Referências Bibliográficas

HUIZINGA, Johan. A estilização do amor. In: O Outono da Idade Média. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

\_\_\_\_\_. As normas do conduta do amor. In: O Outono da Idade Média. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

LE GOFF, Jacques. Os cavaleiros, a dama e Nossa Senhora. In: A Idade Média explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

RICHARDS, Jeffrey. Bruxos. In Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. Homossexuais. In Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. Prostitutas. In Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. Sexo na Idade Média. In Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

## *Sobre o segredo das mulheres: a representação da anatomia e da fisiologia do corpo feminino na literatura médica-escolástica (século XIII)*

**Laila Lua Pissinati**

Licenciada em História

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: lailalua@outlook.com

**Resumo:** A tônica deste trabalho é a análise da representação do corpo feminino na obra médico-literária intitulada *De secretis mulierum* (Sobre os segredos das mulheres) atribuída a Alberto Magno, escritor teólogo da Igreja Católica. Compilado por volta do fim do século XIII, o *De secretis mulierum* é tratado médico que versa basicamente sobre questões ligadas a reprodução no corpo feminino. Partindo do conceito de representação de Roger Chartier e do conceito de gênero de Joan Scott, além dos pressupostos teóricos presentes na teoria da Dominação Masculina de Pierre Bourdieu, aqui é analisado os temas da anatomia e fisiologia do corpo feminino bem como o tema do fluido menstrual presentes na obra em questão.

**Palavras-chave:** corpo feminino; medicina; escolástica; representação.

**Abstract:** The focus of this work is the analysis of the female body representation in the medical-literary work entitled *De secretis mulierum* (On the secrets of women) attributed to Alberto Magno, a Catholic Church theologian writer. Compiled around the end of the thirteenth century, *De secretis mulierum* is a medical treatise that basically deals with questions associated to reproduction in the female body. Based on Roger Chartier's concept of representation and Joan Scott's concept of gender, in addition to the theoretical assumptions in Pierre Bourdieu's theory of male domination. This paper analyses the anatomy and physiology of the female body as well as the theme of the menstrual fluid present in the work in question.

**Keywords:** female body; medicine; scholasticism; representation.

Este trabalho está embasado na vertente historiográfica denominada História Cultural que faz uso do conceito de representações, que são os esforços em se construir a realidade e, por consequência, a identidade de um grupo específico e de outros que a ele se opõem ou que com ele concorrem, geralmente para consolidar o controle social e político (CHARTIER, 1990). Concordamos com Pierre Bourdieu que a dominação masculina naturaliza um processo que é histórico e social. Bourdieu fala de uma construção arbitrária do biológico. As relações de poder naturalizadas nos corpos. “As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 2014, p. 30). Ainda, partimos da teoria e conceito de gênero de Joan Scott que afirma que gênero é uma construção social. “Gênero é construído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, constituem-se no interior das relações de poder” (SIQUEIRA, 2008, p. 115).

### ***De secretis mulierum* de pseudo-Alberto Magno**

Por volta do fim do século XIII foi composta a obra literária médica intitulada *De secretis mulierum* (sobre o segredo das mulheres). A autoria da obra foi atribuída ao filósofo e teólogo da igreja católica Alberto Magno (c. 1208-1280). Contudo, embora os diversos manuscritos e edições nomeiem Alberto como autor da obra, os recentes estudos revelaram que ela foi, provavelmente, escrita por um dos discípulos do teólogo. Assim, aqui será chamado de pseudo-Alberto Magno, o autor do *De secretis mulierum*.

Para Lynn Thorndike (1934), o texto da obra em questão foi formado parcialmente pelos escritos de Alberto Magno e a outra parte modelada depois do trabalho de Alberto, completada com trechos de autores não identificados. Entretanto, o mais recente estudo da obra, desenvolvido por José Pablo Barragán Nieta (2012), chegou à conclusão de que o texto foi composto por um discípulo do teólogo, visto que são feitas diversas alusões a Alberto durante o tratado. Alguns nomes como Thomas de Brabant e Henry da Saxônia foram levantados como possíveis autores, mas o fato é que sua autoria permanece parcialmente incerta.

O termo pseudo-Alberto Magno cabe aqui, pois, apesar do conteúdo do tratado não ter sido escrito pelo próprio teólogo, o teor do conteúdo está ligado ao pensamento de Alberto, uma vez que a obra foi provavelmente escrita por um de seus discípulos. Segundo Margaret Schleissner (1987), a atribuição da autoria da obra a Alberto Magno assegurou o prestígio do conteúdo e garantiu sua ampla circulação durante os anos finais da Idade Média. A grande quantidade de edições e manuscritos demonstram que as ideias contidas na obra, apesar do seu caráter secreto, tiveram grande difusão e foram amplamente influenciadoras. Além da forma manuscrita, o *De secretis* difundiu-se também na forma impressa. Tanto em latim, quanto nas línguas vernáculas, circulou muito na região da atual Alemanha, até sua inclusão na lista de livros proibidos pela Igreja Católica, *Index librorum prohibitorum*, em 1604, pelo caráter luxurioso que foi atribuído ao texto (SANTOS, 2013, p. 11).

A versão da obra analisada neste trabalho foi traduzida para o inglês por Helen Rodnite Lemay. Essa tradução teve como base a edição de Lyons de 1580, versão mais publicada da obra e que, segundo Lemay (1992, p. 13), possui um latim mais claro. Somada a edição de Lyons, a tradutora recorreu a outros manuscritos para clarear trechos obscuros, principalmente aos manuscritos de Munique e à edição de Veneza de 1508. Com o título *Woman's Secret: a*



*translation of Pseudo-Albertus Magnus's de secretis mulierum with commentaries*, Helen Rodnite Lemay publica a sua obra de tradução em 1992, contendo o tratado original do *De secretis* e uma introdução escrita por ela onde expõe alguns dados gerais do tratado e promove uma pequena discussão historiográfica sobre ele.

Assim como a autoria do *De secretis mulierum* constitui um campo de investigação histórico parcialmente aberto, o ambiente em que a obra foi produzida se insere também numa problemática histórica. Entretanto, elementos no texto, bem como a estrutura textual, apontam para produção em um ambiente monástico. O autor, por vezes, faz menção às confissões: “[...] durante a confissão, um dos meus confrades me perguntou por que, quando ele dorme com sua amada jovem, ele encontra seu abdômen coberto com sangue na altura do umbigo depois que o ato terminou [...]” (PSEUDO-ALBERTO, cap. XI).

O tratado médico *De secretis mulierum* versa basicamente sobre questões ligadas a reprodução no corpo feminino. Tudo indica que essa obra foi destinada aos religiosos, isto é, produzida com o intuito de informar à comunidade religiosa sobre os mistérios que envolviam o corpo feminino e a reprodução. Tema recorrente nos estudos do século XIII, a busca por conhecer o assunto tinha como objetivo, segundo Jacques Dalarun (1993, p. 35-38), orientar a comunidade monacal quanto a natureza feminina, proteger os religiosos do perigo que o convívio e a cópula com elas poderiam representar, e fornecer subsídios para a realização de intervenções médicas, uma vez que parte dos monges e religiosos exerciam a função de físicos<sup>2</sup>. Em suma, essa obra apresenta as especulações e ideias que fizeram parte do pensamento acadêmico clerical do século XIII sobre o processo de reprodução no corpo feminino.

A versão do tratado analisada é disposta em treze capítulos cujo os títulos são, respectivamente: I. *Sobre a geração do embrião*; II. *Sobre a formação do feto*; III. *A respeito da influência dos planetas*; IV. *Sobre a geração de animais imperfeitos*; V. *Sobre a saída do feto do útero*; VI. *A respeito dos monstros da natureza*; VII. *Sobre os sinais da concepção*; VIII. *Sobre os sinais de ser macho ou fêmea no útero*; IX. *Sobre os sinais de corrupção da virgindade*; X. *Sobre os sinais da castidade*; XI. *A respeito dos defeitos no útero*; XII. *A respeito do impedimento da concepção*; XIII. *Sobre a geração do esperma*. Além dos 13 capítulos, a obra contém prefácio e índice final.

<sup>1</sup> Essa e todas as citações feitas de pseudo-Alberto Magno neste trabalho foram retiradas da dissertação (2012) de Lidiane Alves de Souza.

<sup>2</sup> *Physici*, especialista da natureza (*physis*), era a denominação dada aos médicos na Idade Média (GOULART e SANTOS, 2006, p. 2)

Todo o conteúdo do *De secretis mulierum* é acrescido de comentários de dois autores desconhecidos, que foram adicionados ao texto original durante as diversas compilações e edições impressas. Lemay os separou em Comentário A e Comentário B. O Comentário A é baseado na versão de Lyons, 1580, e o comentário B na edição de Veneza, 1508. Em virtude da presença dos comentários é possível sugerir que em certo momento a obra foi utilizada como texto escolástico, isto é, serviu como texto de instrução nas universidades da Europa (SOUZA, 2012, p. 95). A existência dos comentários, que é característico do ensino e estudo universitário, vem reforçar a importância da obra. É digno de nota que, por vezes, há discrepâncias entre a tradição do texto manuscrito e os comentários.

Apesar da obra ser caracterizada como médica, ela é mais filosófica que medicinal. Lemay reforça na introdução da obra que embora o *De Secretis* seja “parte filosófica e parte medicinal” (PSEUDO-ALBERTO, p. 4), a medicina na verdade possui um papel muito menor no método de pseudo-Alberto. O conhecimento médico exposto no tratado é baseado nas teorias filosóficas e anatômicas formuladas pelas autoridades médicas clássicas como Aristóteles, Galeno, Hipócrates, e na tradição médica muçulmana de Avicena e Averróis. Pseudo-Alberto Magno tem Aristóteles como sua autoridade principal.

### **A representação da fisiologia e da anatomia do corpo feminino**

O pensamento médico medieval, que se assentava sobre as tradições médico-filosóficas clássicas, compreendia o corpo fisiologicamente dentro dos preceitos da teoria humoral de Hipócrates e Galeno. O corpo continuou sendo admitido como um microcosmo constituído por quatro humores líquidos (sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma), sendo cada humor caracterizado pela combinação de duas qualidades (quente, seco, frio e úmido) e associados aos elementos do cosmo (fogo, terra, água e ar). Desses preceitos estabelecidos pelos antigos, o pensamento médico medieval assimilou também as diferenças fisiológicas entre o corpo masculino e feminino. Nessa lógica, o organismo masculino apresentava-se como naturalmente quente e seco enquanto o organismo feminino apresentava-se como frio e úmido (THOMASSET, 1993, p. 72 e 73).

No *De secretis mulierum*, o tema da fisiologia corporal é tratado na primeira parte da obra. Ao discutir a teoria aristotélica de que cada ser vivo gera um semelhante, o Comentador B afirma que se tratando de homens e mulheres isso não necessariamente ocorre, pois, embora homens e mulheres sejam semelhantes no que se refere à natureza e à essência da vida, não são semelhantes no que se refere à constituição corporal:

[...] a afirmação de que o homem e a mulher são o mesmo pode ser compreendida de duas formas, referindo-se à natureza específica ou à essência da vida, e então é verdade. Por outro lado, pode ser entendida significando que estes são os mesmos de acordo com a constituição corporal, então não é verdade [...] (PSEUDO-ALBERTO, prefácio).

No comentário seguinte, o mesmo comentador especifica a constituição corporal de ambos: “[...] que o masculino seja quente e de disposição seca em relação ao feminino que é frio e úmido [...]” (PSEUDO-ALBERTO, prefácio). Essa forma de tratar e diferenciar os corpos masculino e feminino é retomada durante todo o tratado. Não há divergência entre os comentadores e pseudo-Alberto quanto a esse assunto, ambos partilhavam dessa mesma opinião.

Herdado da ideia e do conceito de *complexio* de Galeno, os autores do *De secretis mulierum* consideravam as mulheres indivíduos com organismo naturalmente fleumático, isto é, com predomínio dos humores frios e úmidos: Comentador A: “[...] apesar de todas as mulheres serem de compleição fleumática, muitas têm mais características que outras [...]” (PSEUDO-ALBERTO, cap. I); Comentador B: “[...] talvez todas tenham uma natureza fria e fleumática” (PSEUDO-ALBERTO, cap. I).

Partindo desses pressupostos, pseudo-Alberto Magno e seus comentadores versaram sobre o sexo do feto, admitindo que era possível fazer a identificação do sexo ainda no interior do ventre. Dessa forma, no capítulo 8 intitulado *Sobre os sinais de ser macho ou fêmea no útero*, pseudo-Alberto relaciona o primeiro sinal ao calor. Para pseudo-Alberto, se a mulher grávida ficasse com a face avermelhada, o sexo de seu bebê seria masculino. O Comentador A explicita: “a razão para este primeiro sinal é que a cor vermelha é sinal de grande calor, se existe grande calor no útero, existe poder suficiente para produzir um macho [...]” (PSEUDO-ALBERTO, cap. VIII). Em seguida o Comentador B diz que “o primeiro sinal é devido à natureza do macho que é excessivamente quente e faz com que a mulher se torne quente” (PSEUDO-ALBERTO, cap. VIII).

Merece menção uma explicação feita pelo Comentador B no capítulo 5 – *Sobre a saída do feto do útero*. Recorrendo a Aristóteles para explicar os fatores capazes de afetar a disposição do feto no útero, ele afirma que

[...] a mulher é uma espécie de macho impotente [pois a] natureza sempre intenta produzir machos e não fêmeas. [...] [Logo] se uma mulher é gerada isso ocorre devido alguns fatores que impedem a disposição da matéria, e então se diz que as mulheres não são humanas, mas um monstro na natureza (PSEUDO-ALBERTO, cap. V).

Ao explicar a geração do sexo feminino como um erro na parte da obra que versa sobre a geração de seres monstruosos, o mesmo Comentador B afirma que as mulheres e seus corpos não atingiam o grau de desenvolvimento e perfeição intencionado pela natureza. Essa imperfeição, relacionada à frialdade e umidade do organismo delas expressava-se na inferioridade de seus aparelhos genitores. Por outro lado, fundamentado no pensamento natural de Aristóteles, os homens e seus corpos permaneceram como padrão de perfeição, sendo a referência dentro da humanidade.

### **O fluido menstrual**

O pensamento médico do baixo medievo dedicou um grande espaço para análise do fluido menstrual. Para explicar seu funcionamento e sua função, bem como explicar a exclusividade desse fluido no organismo feminino, os autores da escolástica médica recorreram aos escritos da tradição médica clássica e árabe. Nesses escritos, a origem e a razão do sangue menstrual foram atribuídas a natureza fria e úmida do corpo feminino. Pseudo-Alberto e seus comentadores, em consenso, se mostraram de acordo com tal ideia.

No *De secretis mulierum*, a associação entre a ausência de calor e o fluxo menstrual aparece de forma recorrente em várias passagens do texto. Na generalidade, entendiam a menstruação como um líquido excessivo originado do alimento não digerido, uma vez que admitiam que o corpo feminino não possuía calor suficiente para converter a matéria (alimento) em energia vital. Essa matéria não digerida se converteria em um fluido excessivo, a menstruação. O Comentador B, no trecho que pseudo-Alberto discute os líquidos envolvidos na geração do embrião, sintetiza que a menstruação

[...] é um tipo de super fluido e impureza originado do alimento não digerido. Porque uma mulher é fria por natureza, com calor insuficiente para digerir todo o alimento que é consumido, cada dia uma quantidade de fluido impuro é armazenada e o excesso deixa o corpo todo mês (PSEUDO-ALBERTO, cap. I).

Pseudo-Alberto Magno e seus comentadores parecem concordar quanto à referida passagem a respeito do conceito da menstruação, mas, de certa forma, parecem discordar quanto ao momento de formação do fluido menstrual. Para ambos, o líquido em questão se formava no fígado. Entretanto, o Comentador A defendia que o fluido menstrual era fruto de uma segunda digestão que ocorria no fígado, enquanto pseudo-Alberto e o Comentador B acreditam que a menstruação seria decorrente de uma terceira digestão.

Fato é que, apesar de algumas discrepâncias entre os autores, prevaleceu a ideia de que a menstruação era um mecanismo natural de eliminação dos resíduos da nutrição e, assim, do excesso de frieza do organismo feminino. Essa interpretação da menstruação embasava, por outro lado, a explicação da ausência desse líquido no organismo masculino e da exclusividade no organismo das mulheres. Uma vez que o corpo masculino foi admitido como quente e seco, admitiu-se também que seu organismo possuía calor suficiente para transformar a matéria em energia vital. Essa concepção pode ser verificada em um trecho do Comentador B:

Alguém pode perguntar, se os homens têm uma terceira digestão, por que eles não têm período menstrual? A resposta é que a terceira digestão ocorre no fígado, onde a maior quantidade de calor queima nos homens e, por essa razão, nenhuma impureza é deixada. Contudo, na mulher, o calor é fraco, e então restam superfluidos (PSEUDO-ALBERTO, cap; I).

No *De secretis mulierum*, a prática do coito é referida como benéfica para a saúde feminina. O texto do tratado reconhece que por meio das relações sexuais as mulheres poderiam equilibrar e/ou amenizar sua frialdade. Como afirma o Comentador A, “nas mulheres, o coito é benéfico porque, por meio dele, perdem o frio excessivo e recebem calor, o que tempera sua natureza frígida (cap. I)” e o Comentador B, “a maioria das mulheres que têm intercurso sexual tornam-se mais fortes, porque se tornam quentes devido ao movimento realizado pelo homem [...] (cap. IX)”. Trechos como esses podem explicar o motivo da inclusão desta obra à lista de livros proibidos pela Igreja Católica. Tal passagem vai de encontro com a tentativa de controle sexual da mulher por parte da Igreja do final da Idade Média.

O pensamento médico medieval, em geral, embasado na tradição médica clássica, reconhecia que a menstruação exercia diferentes funções no processo de reprodução. Acreditavam que durante a concepção a menstruação seria a matéria formativa do embrião e que, ao longo da gravidez, nutriria o feto na matriz, e após o nascimento do bebê, se converteria em leite nas mamas. Esses preceitos eram praticamente inquestionáveis dentro do fisiologismo medieval (SOUZA, 2013, p. 107). No *De secretis mulierum*, a concepção de que o fluido menstrual nutria o feto na matriz aparece interpretada de outra forma. Segundo o Comentador B, a menstruação era primeiro convertida em leite nos seios e só depois de abandonar seu caráter residual e de assumir a condição de nutriente, retornava ao útero para nutrir o feto.

Alguém pode perguntar por que a menstruação não flui em mulheres grávidas. A resposta é que a menstruação é convertida no interior em alguma coisa, para tanto o texto diz que duas veias vão do útero para os seios, e então o fluxo menstrual é transferido para os seios, onde ele é cozido e adquire a forma de

leite, e retorna pelas veias para nutrir o feto no útero da mãe (PSEUDO-ALBERTO, cap. I).

A dificuldade em admitir que o fluido menstrual nutria o feto sem antes ser submetido a um processo de transformação da sua natureza está associada a visão de nocividade do sangue menstrual disseminada no período medieval. O caráter negativo da menstruação presente no *De secretis* não é oriundo apenas da influência das ideias clássicas e árabes, mas também da forte influência religiosa do período e local (ambiente monástico) em que a obra foi composta. É grande o número de passagens no tratado em que são ressaltados os aspectos nocivos da menstruação. Esse fluido é concebido como uma espécie de veneno que poderia provocar enfermidades e levar a morte.

Logo no prefácio, especificamente no trecho em que pseudo-Alberto Magno elenca os fatores que motivaram a compilação do tratado, o Comentador A faz uma síntese dos principais malefícios da menstruação, afirmando que

A razão para isto é que as mulheres são totalmente venenosas no período de sua menstruação que elas envenenam animais pelo seu olhar; elas infectam crianças no berço; elas mancham o mais limpo espelho; e sempre que um homem tiver relações sexuais com elas, elas produzem leprosos e algumas vezes cancerosos (PSEUDO-ALBERTO, prefácio).

As concepções presentes nessa passagem são confirmadas em outros trechos da obra, como em: “o homem deve ter cuidado ao praticar sexo com as mulheres nessa condição [...]” escrito por pseudo-Alberto (PSEUDO-ALBERTO, cap. X) e o trecho formulado pelo Comentador B, “[...] a menstruação da mulher é extremamente venenosa e infecta o corpo, por isso Alberto fala-nos que, se a menstruação toca as folhas de uma árvore, essas imediatamente secam [...]” (PSEUDO-ALBERTO, cap. I).

De forma geral, no medievo perpetuou-se a visão negativa acerca do fluido menstrual que já se fazia presente na antiguidade e que é ainda um fato na contemporaneidade.

### **Considerações finais**

As observações sobre o corpo feminino e as diferenças entre este e o masculino contribuíram para dar ao saber medieval um aspecto ingênuo e incoerente. As afirmações não obedecem a qualquer verdade científica, mas encontra aparência lógica e apropriada para o contexto. Toda essa ideia da medicina sobre a mulher somada aos postulados eclesiásticos, não poderiam ter formado outra visão em relação às mulheres se não o de pecadora e corruptível. Isidoro de Sevilha julgou a palavra “feminina” como oriunda da palavra grega *fos*, cujo

significado é força que queima, por conta do forte desejo sexual que se atribuía ao sexo feminino. Acreditava-se que o pecado entrara no mundo por meio da mulher e de sua sexualidade. A carnalidade feminina fora temida por aquela sociedade. Seu corpo, sempre relacionado aos prazeres da carne, era visto de forma negativa.

O desenvolvimento deste trabalho nos permitiu chegar a algumas conclusões e nos levou a acertar algumas ideias equivocadas. Ao contrário do que é comum imaginar, a dominação masculina não tem sua origem ligada ao Cristianismo. Os postulados sobre o corpo feminino de Galeno e Aristóteles - a suposta origem dos sexos, disposição dos aparelhos reprodutores e sua função na reprodução - deixam isso claro. Ao longo da história esses postulados voltados para o corpo feminino e os ideais religiosos cristão se influenciaram de forma mútua. Não é possível determinar ao certo como se deu essa relação e se uma visão se sobrepôs à outra. A relação de poder atual entre os gêneros, carrega em si aspectos dessas duas visões. O que podemos concluir é que a Igreja Católica, de certa forma, através de seus dogmas e doutrinação do corpo, legitima a relação de poder já vigente.

#### **Referências bibliográficas:**

BARRAGÁN NIETO, José Pablo. *El De secretis mulierum* atribuido a Alberto Magno: estudio, edición crítica y traducción. Porto: Fédération Internationale des Instituts d'Études médiévales, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina. A condição feminina e a violência simbólica*. 2 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

GOULART, Halynne Alves e SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. *A relação entre magia e ciência na prática médica do século XIII*. Anais eletrônico do XIV Seminário de Iniciação Científica, Goiânia UFG, 2005.

PSEUDO-ALBERTO MAGNO. Trad. LEMAY, Helen Rodnite. *Women's secrets: a translation of Pseudo-Albertus Magnus's De secretis mulierum with commentaries*. Albany: University of New York, 1992.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarantes dos. *Saúde e enfermidades femininas nos escritos médicos (séculos XIII e XIV)*. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 7-20, 2013.

SCHLEISSNER, Margaret Rose. *Pseudo-Albertus Magnus. Secreta Mulierum cum comento, deutsch*. Critical Text and Commentary. Ph. D. diss., Princeton University, 1987.



SIQUEIRA, Tatiana Lima de. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. *Revista Ártemis*, v. 08, p. 110-117, 2008.

SOUZA, Lidiane Alves de. Incompleto e Imperfeito: as representações do corpo feminino nas obras médicas do século XIII. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

THORDIKE, Lynn. Three treatises ascribed to Albertus Magnus but usually considered spurious: *Experimenta Alberti*, *De Mirabilibus Mundi*, *De Secretis Mulierum*. In: *A history of magic and experimental science: during the first thirteen centuries of our era*. New York: Columbia University Press, 1934, v. 1. p. 720-750, 1934.

## Mulheres e Divertimentos em Barbacena (Até 1930)<sup>1</sup>

Igor Maciel da Silva<sup>2</sup>

Mestrando em Estudos do Lazer  
UFMG

E-mail: deigorparalaboratorios@gmail.com

**Resumo:** Como resultado parcial de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), narraremos aqui sobre a presença das mulheres nos divertimentos em Barbacena - MG. Com o *corpus documental* de reportagens do jornal local *Cidade de Barbacena*, o nosso objetivo será o de identificar possíveis sentidos e interesses subjacentes a presença do sexo feminino em alguns momentos dedicados a tais práticas até 1930.

**Palavras-chave:** Mulheres, Divertimentos, Barbacena.

**Abstract:** As a partial result of a master 's research developed at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), we will narrate here about the presence of women in the amusements in Barbacena - MG. With the documentary corpus of reports of the local newspaper *Cidade de Barbacena*, our objective will be to identify possible senses and interests underlying the presence of the female in some moments dedicated to such practices until 1930.

**Keywords:** Women, Fun, Barbacena.

Neste artigo apresentaremos resultados parciais de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG, em que questionamos os incentivos e interdições para que as mulheres estivessem nos momentos dedicados aos divertimentos em Barbacena – MG até a década de 1930. O *corpus documental* privilegiado são reportagens e anúncios do jornal *Cidade de Barbacena*, considerado o de maior circulação local desde a fundação da imprensa na cidade (RESENDE, 2012). O arquivo consultado é o da Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, localizado em Belo Horizonte - MG.

Barbacena é famosa pelo seu clima frio, equiparado ao europeu, e por tal motivo, a produção de rosas na região obtivera grande destaque nacional. Clima que também permitiu a oferta de tratamentos psiquiátricos desde os fins do século XVIII na cidade. Acreditava-se que esse fator ajudaria na recuperação dos internos, mas pelo excedente de pacientes, visto que a cidade passou a abrigar sujeitos de inúmeras localidades, principalmente no Hospital Colônia

---

<sup>1</sup> Este artigo contou com o fomento da CAPES. Agradeço a Luíza C. Miranda pela sempre disponibilidade de me ler, opinar, ouvir, confiar e rir comigo da insegurança que temos desse futuro acadêmico. Sua amizade é muito importante para mim.

<sup>2</sup> Mestrando em Estudos do Lazer (UFMG), linha de pesquisa Lazer, História e Memória. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7695738227562483> Contato eletrônico: [deigorparalaboratorios@gmail.com](mailto:deigorparalaboratorios@gmail.com).

(inaugurado em 1903), fez surgir um caos que apelida Barbacena de “cidade dos loucos” (CIMINO, 2015).

Este estudo se destaca pelo seu ineditismo, tanto pelo tema, pois segundo Rosa (2014) são escassas as pesquisas que versam sobre os divertimentos na primeira metade do século XX e em períodos anteriores no Brasil, e também por se tratar de Barbacena, que através de consultas em base de dados como a da CAPES, percebemos que a produção científica sobre a cidade se refere quase que exclusivamente ao seu histórico de atuação psiquiátrica. Desse modo, entendemos que estudar a relação entre mulheres e divertimentos virá a contribuir não somente com o campo dos estudos do lazer, divertimentos e história das mulheres, mas queremos cooperar principalmente com as pesquisas que envolvem o gênero como categoria analítica.

Entendemos tal campo de estudo, gênero, como o que quer dissertar, narrar, investigar as relações comuns ou não entre os lugares das mulheres e o dos homens nas sociedades. Esse termo pode ser entendido como categórico para denunciar diferenças, semelhanças, marcadores ideológicos identificados nas posturas, ações e prescrições para os sexos vivenciarem as sortidas formas de convívio e presença nas práticas sociais (SCOTT, 1990; GOELLNER, 2005).

A prática social em pauta serão os divertimentos, os quais consideramos como os momentos de entretenimento e distração dos sujeitos, opostos ou não ao momento de trabalho, e que podem acontecer em diversificados espaços: casa, ruas, clubes, teatros, cinematógrafos, associações esportivas etc. (ROSA, 2004).

Acessamos referências que denunciam a presença dos divertimentos em Barbacena, de forma sistematizada desde os finais do século XIX, em que uma festa datada de 1882 foi citada para celebrar a inauguração de um espaço de convívio público e de divertimento, o Jardim Municipal (SAVASSI, 1991). Sobre a presença das mulheres nas diversões, elas são referenciadas na primeira partida de futebol local em 1904, e também em outros momentos como na inauguração de um cinema sonoro na região em 1915, sendo essa última participação noticiada pela imprensa mediante a adjetivação de “galante” (SAVASSI, 1991).

Isto é, a presença das mulheres nos momentos de divertimento foi incentivada desde os primórdios do fenômeno em muitas regiões brasileiras, pois acreditava-se que tais práticas e tal presença concederiam um caráter moderno as cidades que desejavam se equiparar as práticas já presentes na Europa. Todavia, esses momentos, citados por Gilberto Freyre como momento

de lazer, em muitos lugares do Brasil desde o final do século XIX, sempre foram usados para a exposição pública e encontro. Era o momento de as mulheres casadas desfilarem com suas sedas e joias pelas ruas das cidades e oportunidade para as solteiras serem encontradas pelos seus futuros maridos, segundo o autor (FREYRE, 1998).

Ou seja, no período estudado, percebemos que começava a se instalar ou mesmo se concretizar de forma sistêmica a lógica da exposição social. O que inferia não somente na possibilidade de constituição de lugares para a oferta e desfrute de divertimentos, entretenimento, mas também fomentava a possibilidade da constituição de novas formas de se relacionar. Melhor dizendo, se antes os casamentos faziam parte de um combinado entre certas famílias, parece que a nossa pesquisa se situa em um tempo em que a formação de casais poderia acontecer também no espaço público, e os divertimentos, por em sua grande maioria acontecerem em tal espaço, mostravam-se propícios para essa intenção (GOELLNER, 1998).

Visto que a preocupação vigente no início do século XX era a de que as mulheres deveriam ser principalmente sujeitas ao lar, ao marido e a criação dos filhos, e os homens se atribuiriam do sustento da casa (MALUF; MOTT, 1998), pela excessiva oferta de opções de divertimento no espaço público, em muitos desses momentos percebemos que a presença do público feminino ali não era apenas para descontração, como tal fenômeno sugere, mas também para serem anunciadas como boas candidatas ao lar àqueles que procuravam mulheres dotadas de atributos que correspondessem aos de uma ótima esposa: cuidar das funções domésticas.

Sobre as práticas de divertimento em Barbacena e a presença das mulheres até 1930, já nos consta que elas estiveram nos cinematógrafos: a novidade do século XX (LINO, 2007). A imprensa local anunciou sessões franqueadas às cidadinas adjetivando-as de *Bello Sexo* (C.B., 1930, p.3)<sup>3</sup>. Com apenas essas duas informações conseguimos perceber que a entrada gratuita nas salas de cinema e a divulgação do atributo de beleza poderiam ser propícias ao comparecimento do sexo oposto em tal ocasião, em que além de casais heterossexuais tradicionais poderem ser formados - indo de encontro à ideologia vigente que se preocupava com a perpetuação da espécie (branca, sobretudo) com mulheres que tivessem o atributo de Beleza, pois se acreditava que a beleza estética proporcionaria a gestação de filhos com as mesmas características (SANT'ANNA, 2014) - tal convite poderia fazer parte também de uma 'lógica capital' para o aumento da renda do recinto.

---

<sup>3</sup> Como opção de escrita, para uma leitura menos cansativa, ao referenciar o jornal *Cidade de Barbacena* entre parênteses usaremos da sigla C.B.

Ainda sobre a presença das mulheres nos cinematógrafos, problematizamos, de forma muito insipiente, que na sociedade local, ou mesmo nesse divertimento, o lugar delas era o da passividade. Isto é, o de terem que ser belas e se exporem em um momento dedicado ao entretenimento, em que talvez o comparecimento ali fazia parte de uma espécie de ‘prolongamento’ da programação do filme do dia. Ao passo que o lugar do homem seria o da ação, uma oportunidade de se entreter com o filme e com as presentes. Tais considerações se aproximam da reflexão de que “o espetáculo, seja ele qual for, é o que predomina desde as primeiras décadas do século XX” (VIGARELLO, 2009, p. 448). Ou seja, se entreter incluía não só o ‘fenômeno’ em questão, mas também os envolvidos, o que transformava os espaços e os corpos em ‘peças’ claramente espetacularizadas, para a busca, exposição e encontro dos interesses.

O carnaval foi outro divertimento muito bem anunciado pela imprensa local. Durante o dia, as ruas eram ocupadas pelos desfiles de blocos organizados e formados por homens e mulheres, e também por blocos homogêneos, formados por ambos os sexos (C.B, 1920, p.1-2). A noite, as reuniões das pessoas elegantes de Barbacena aconteciam no *Club Barbacenense*.

Vale destacar que em uma reportagem divulgada nos dias que compreenderam o folguedo em 1917, o redator do *Cidade de Barbacena* apresentou que o cinematógrafo já era considerado um passatempo na cidade (C.B, 1918, p.2). Contudo, valemo-nos da afirmação de que em tais dias os cidadãos e as cidadinas estavam na folia, e as salas de cinema poderiam se encontrar mais esvaziadas e por isso permitiriam a fruição de maior liberdade dos que estivessem presentes nesse espaço. De tal modo que, anunciar o cinema como um passatempo poderia ser apenas uma estratégia da imprensa, corroborando com as ideologias vigentes, já que “a imprensa deve exaltar para melhor se difundir” (VIGARELLO, 2009, p. 455). Assim, as salas escuras não seriam a opção de entretenimento nos dias do carnaval, incentivando-se as relações vistas pelos olhos da sociedade local, uma espécie de educação dos corpos, um controle partindo de regras implícitas ou não, prescrições da imprensa para os homens e mulheres de Barbacena usufruir dos divertimentos.

No entanto, em 1920, o *Cidade de Barbacena* ao divulgar a programação do Cinema S. José nos dias que compreenderiam o carnaval daquele ano, afirma que: “a pedido dos Srs. Espectadores, a empresa resolveu, devido aos festejos carnavalescos, alterar para às 8 horas as sessões de sábado á terça-feira” (C.B., 1920, p.2). Tal ajuste pode indicar que o anúncio supra que apresenta o folguedo como um passatempo não fazia tanto sentido e corrobora com a nossa

reflexão. Assim, percebemos que carnaval e cinema dividiram o tempo da agenda festiva barbacenense, e as comemorações noturnas aconteceram não somente no *Club Barbacenense* como supracitado.

No *footing*, um divertimento que acontecia com uma caminhada descompromissada pelos passeios das ruas das cidades para proporcionar o encontro dos opostos (SILVA, 2015), as mulheres foram anunciadas como peça fundamental para a ocorrência da prática em Barbacena, visto que a formação de casais homossexuais iria contra as normas sociais do período. Desse modo, a imprensa barbacenense anunciou que melhorias na instalação elétrica das vias públicas estavam sendo realizadas, já que as “encantadoras” não queriam comparecer ao *footing vespertino* na então condição da iluminação pública que era precária:

Eureka! Eureka!

Aos que pensamos, está descoberto o motivo, pelo qual as nossas “encantadoras” viviam enclausuradas, muitas dentre ellas, em suas casas, negando-nos, num tremendo egoísmo, a alegria e a vida de suas presenças em o nosso “footing” vespertino pelas ruas da cidade. Achamos, por certo, a solução do grave problema, agora resolvido. Pois é de chamar atenção o maior movimento que, nestes ultimos dias, temos notado na cidade. A nova iluminação electrica é o “X” ambicionado, e, segundo nos parece, o seu valor corresponde á coragem das nossas “encantadoras”, coragem esta que, provavelmente, era problematica, diante da nossa parca e falha iluminação publica de outro’ra. Gloria, portanto, á nova usina de Ilhêos que, além de nos trazer o entusiasmo e a alegria de muita e bôa luz, nos permite o gozo de uma outra luz, sobre todas maravilhosas, - a de beleza e da graça das <<encantadoras>> barbacenenses! Rogerio de Alcantara (C.B, 1918, p.2).

Duas leituras fazemos a partir de tal fonte: as barbacenenses puderam escolher entre o ir e não ir ao *footing*, e sobretudo, exigir melhorias para poderem comparecer em tais momentos. Outra possível interpretação é a de que, mesmo posicionando-se, elas continuavam sendo adjetivadas com atributos como o de “encantadoras” pela imprensa. Tal adjetivação se remete a passividade, a função ornamental das mulheres no espaço público e nos momentos de divertimento, assim como apresentado nos cinematógrafos locais. Portanto, reforça o entendimento de que as mulheres eram convidadas para comparecerem em tais momentos como um elemento de desejo do sexo oposto.

Percebemos que nos esportes, esse que era considerado uma das principais práticas de divertimento do início do século XX, pois era entendido como moderno e passivo para os que iam ali para se divertir (MELO, 2004), as mulheres puderam adquirir mais autonomia do que em outras práticas de diversão, visto que grande parte dos divertimentos queriam-nas incluir mais explicitamente como elemento de desejo.

Em Barbacena, mesmo que as mulheres fossem convidadas para assumirem os postos de madrinhas de times esportivos locais, a presença delas nas arquibancadas foi algo que pode ter proporcionado maior fruição de liberdade de expressão. Lemos, por exemplo, que em um jogo de futebol sediado na cidade em 1904, elas se recusaram a comparecer e justificaram que só iriam se os rapazes jogassem de calças compridas. O que logo foi resolvido, mediante a importância que se dava a presença delas ali (SAVASSI, 1991). Mesmo que para elemento de desejo é importante percebermos que elas se posicionaram, ajustaram a sua presença. Ou seja, tal passividade das mulheres no espaço dos divertimentos pode começar a ser questionada. A questão é, será que existiram diferenças entre a presença delas nas salas de cinema e na assistência dos esportes, por exemplo? Ou mesmo, qual a credibilidade dessas informações, visto que temos como fonte a imprensa periódica, essa que possui em seu verso a intenção subjetiva e objetiva de quem a escreve.

Em estudos brasileiros sobre história do futebol em Belo Horizonte (NETO *et. al.*, 2013), Triângulo Mineiro (SILVA; LIMA, 2016), Rio de Janeiro (MELO, 2007) e Goiás (DIAS, 2013), percebemos que o espaço das arquibancadas no início do século XX possibilitou que as mulheres ali presentes adentrassem na efervescência das partidas e demonstrassem autonomia frente a muitas regras comportamentais vigentes. Elas torciam com a massa e até ganharam o apelido de torcedoras. Adjetivação que nasceu do fato de que por estarem com as roupas da moda da época, com muitos adereços que deveriam sugerir pompa e distinção, pois estamos falando de uma classe abastada presente em tais momentos, como o uso de luvas, as mulheres retiravam suas luvas e as torciam para aliviar um pouco do suor gerado pela efervescência dos momentos de jogo, por isso torcedoras (GOELLNER, 2014).

No entanto, valem da reflexão de que mesmo que fossem convidadas para estarem nas torcidas de Barbacena e se posicionassem como na partida de 1904, o fato de serem referenciadas pela imprensa como gentis torcedoras, pode ser para reforçar o ideal de mulher que se queria gestar: ‘gentil’, bonita, passiva. Deixando abalada a reflexão de que a presença nos divertimentos por esse público freqüentador permitia a constituição de maior autonomia de forma destacada.

À guisa de conclusão, ressaltamos que não queremos negar a possibilidade de fruição de liberdade das mulheres em tais momentos e nem mesmo desconsiderar a ambivalência de sentidos da presença feminina ali. Apenas enfatizamos que com a leitura do jornal *Cidade de Barbacena* interpretamos que os convites para que elas estivessem nos divertimentos eram



‘bordados’ a adjetivações que sugeriam tipos de mulheres para estarem em tais momentos, e ao pensar em um ideal de mulher, pensa-se também ao que elas deveriam estar destinadas. Em nossa reflexão, apostamos no matrimônio.

### Referências e Fontes

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910-1933). Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2007\\_2-358-DO.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2007_2-358-DO.pdf) Acesso 15 dez. 2016.

CIDADE DE BARBACENA. Barbacena, 7 de fev. 1918, n. 1393, p.2.

CIDADE DE BARBACENA. Barbacena, 20 jun. 1918, n. 1428, p.2.

CIDADE DE BARBACENA. Barbacena, 12 de fev. 1920, n. 1570, p.2.

CIDADE DE BARBACENA. Barbacena, 19 de fev. 1920, n. 1572, p.1-2.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 20 set. 1930, n. 2622, p.3.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. Revista de História Regional 18(1): 31-61, 2013, p.38. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000> Acesso em 14 mar. 2015.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano/ Gilberto Freyre; ilustrações de Lula Cardoso Ayres, M. Bandeira, Carlos Leão e do autor. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOELLNER, Silvana Vilodre. As atividades corporais e espor-tivas e a visibilidade das mulheres na sociedade brasileira no início deste século. Movimento, ano V, nº 9, 1998/2.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero. In: Dicionário crítico da Educação Física/ Org: Fernando Jaime González, Paulo Evaldo Fensterseifer. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol: entre bolas e bonecas, a dificuldade de inserção. Revista pré-Univesp, jun. 2014.

LINO, Sônia Cristina. Projetando um Brasil moderno. Cultura e cinema na década de 1930. Locus: Revista de História de Juiz de Fora, v. 13, n.2, p.161-178, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/95.pdf> Acesso em 4 mar. 2017.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: História da vida privada no Brasil/ Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organização do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

MELO, Victor Andrade de. Esporte. In: Dicionário crítico do lazer/ Organizadora: GOMES, C. L. – Belo horizonte: Autêntica, 2004, p.80-84.

MELO, Victor Andrade de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 127-152 – 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a08v2754.pdf> Acesso em 7 jan. 2017.

NETO, Georgino Jorge de Souza, *et al.* Das Senhoras e Senhorinhas nos “Grounds” do Sport Bretão: a história das mulheres nos campos de futebol em Belo Horizonte (1904-1920). *Licere*, Belo Horizonte, v.16, n.3, set/2013. Disponível em: [https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev16n03\\_a2.pdf](https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev16n03_a2.pdf) Acesso em 14 dez. 2016.

RESENDE, Edna Maria. Do debate político à notícia: a imprensa periódica em Barbacena – séculos XIX e XX. Revista Mal-Estar e Sociedade – Ano V – n.8 – Barbacena, janeiro/ junho 2012 – p.15-40. Disponível em <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/185> Acesso em 23 fev. 2016.

ROSA, Maria Cristina. Diversão. In: Dicionário crítico do lazer/ Organizadora: GOMES, C. L. – Belo horizonte: Autêntica, 2004, p.64-69.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. História da beleza no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014

SAVASSI, Altair José. Barbacena 200 anos. Editora Lemi S.A. Belo Horizonte, MG, 1991, v.1.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, jul. /dez. 1990, p.5-22.

SILVA, Aline de Figuerôa. O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX). *Historia Critica*, n. 56, Bogotá, abril – junho 2015, pp. 85-111.

SILVA, Igor Maciel da; LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. A bola rolando no ‘Triângulo’: apontamentos sobre a história regional do futebol no Triângulo Mineiro e seus diálogos com São Paulo no início do século XX. In: Revista Vozes Pretérito e Devir. 5ª edição, Universidade Federal do Piauí. Disponível em <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/viewFile/97/110> Acesso em 14 mar. 2017.

VIGARELLO, Georges. Estádios – O espetáculo das arquibancadas às telas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. História do corpo: As mutações do olhar: o século XX.3.ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009, p.445 – 480.

## As estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité (1885 à 1930)

**Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho**

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros - MG (UNIMONTES)

E-mail: jumaracarla@yahoo.com.br

**César Henrique de Queiroz Porto**

Professor Dr. Orientador do Mestrado

Universidade Estadual de Montes Claros – MG

E-mail: cesarqueirozporto@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho destina-se à análise das estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité no alto sertão da Bahia, entre os anos de 1885 -1930. Trata-se de um estudo realizado a partir das correspondências enviadas e recebidas pela família, as quais registram questões políticas de âmbito nacional, e, de forma articulada, as especificidades regionais da Primeira República em Caetité. A partir desta reflexão pretende demonstrar o quanto os documentos históricos produzidos em um momento específico podem ganhar sentidos mais amplos para a pesquisa tendo como base, o estudo das correspondências que questionam a (in) visibilidade feminina na política em um período em que, legalmente, essa participação ainda era vetada. Ao contrário disso, observa-se nas cartas, em questão, que mesmo sem o direito de voto garantido pela lei as mulheres participavam decisivamente do jogo político, ora como mensageiras, conselheiras, cabo eleitoral, posicionando-se frente aos embates que permearam esse período utilizando de estratégias e táticas de poder inseridas nas relações sociais e familiares consolidadas através das redes de apadrinhamento e compadrio solidificadas ao longo dos anos de vivência.

**Palavras-chaves:** Estratégia; Mulheres; Poder; Correspondência; República

**Abstract:** The present work is aimed at analyzing the power strategies of the Spínola Teixeira family women in Caetité in the high sertao of Bahia between the years 1885-1930. It is a study based on the correspondence sent and received by the family, which record political issues of national scope, and, in an articulated way, the regional specificities of the First Republic in Caetité. From this reflection it aims to demonstrate how much the historical documents produced in a specific moment can gain broader meanings for the research based on the study of the correspondences that question the feminine (in) visibility in politics in a period in which, legally, This participation was still vetoed. On the contrary, it is observed in the letters in question that even without the right to vote guaranteed by the law, women participated decisively in the political game, sometimes as messengers, counselors, electoral leaders, standing in the face of the clashes that permeated this period Using strategies and tactics of power inserted in consolidated social and family relations through the networks of patronage and compadrio solidified throughout the years of experience.

**Keywords:** Strategy; Women; Power; Correspondence; Republic

## As estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité/ Bahia (1885 a 1930)

A presente trabalho destina-se à análise das estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité no alto sertão da Bahia<sup>1</sup>, entre os anos de 1885 à 1930. Trata-se de um estudo a partir das correspondências enviadas e recebidas pela família Spínola Teixeira, as quais registram questões políticas de âmbito nacional, e, de forma articulada, as especificidades regionais da Primeira República em Caetité. Esta se destina ao estudo das estratégias de poder das mulheres<sup>2</sup> da família Spínola Teixeira em Caetité, Bahia – 1885 a 1930. O recorte, é referente a instalação da família na cidade até o falecimento de Deocleciano Pires Teixeira perpassando historicamente pela mudança da Monarquia para a República, apresentando-se como uma forma de análise da estruturação política não só em âmbito nacional, mas especialmente regional e local, em virtude dos laços de poder e das relações familiares registrado nas correspondências femininas.

A partir desta reflexão pretende-se demonstrar o quanto os documentos históricos produzidos em um momento específico podem ganhar sentidos mais amplos para a pesquisa a partir das análises das correspondências que questionam a (in) visibilidade feminina na política em um período em que, legalmente, essa participação ainda era vetada. Ao contrário disso, observa-se nas cartas em questão que mesmo sem o direito de voto garantido pela lei as mulheres participavam decisivamente do jogo político, ora como mensageiras, conselheiras, articuladoras e “cabos” eleitorais posicionando-se frente aos embates que permearam esses anos utilizando de estratégias e táticas<sup>3</sup> de poder. Assim, nesse trabalho, entendemos o poder conforme definição de Michel de Foucault, ou seja: o poder não está restrito às instituições políticas. O poder representa um “papel diretamente produtivo”, “ele vem de baixo”, “é

---

<sup>1</sup> Definido por NEVES da seguinte maneira: “geralmente definem região de modo pouco precisa, física ou socioeconomicamente, como área que se pretende delimitar, com critérios parciais da espacialidade, que recortam a base física: região semi-árida, demarcada por fenômenos climáticos, região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação, região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do Rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano, que ali projeta para maiores altitudes”. (NEVES, 1998, p. 22)

<sup>2</sup> Neste caso mais específico serão analisadas as correspondências de Ana de Souza Spínola Teixeira, esposa de Deocleciano Pires Teixeira, suas filhas Celsina Teixeira Ladeia e Hersília Spínola Teixeira, bem como outros sujeitos que aparecem nas relações conjugais, de parentela e compadrio no intuito de identificar as estratégias de poder utilizadas por essas mulheres dentro e fora do ambiente do lar.

<sup>3</sup> Segundo CERTEAU (2003, p.19): “É sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas. Nesta confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema à sua mobilidade tática, no respeito dado ao mais fraco, sem eira e nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro das operações, se esboça uma concepção política do agir e das relações igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos.” Neste sentido, é que a partir do estudo das fontes históricas que se pode conhecer os sujeitos históricos com suas “táticas e estratégias” inseridas no cotidiano.

multidirecional, funcionando de cima para baixo e também de baixo para cima” (FOUCAULT, 2010, p. 243). É a partir desse poder transcrito nas correspondências femininas que compreenderemos as manobras políticas das mulheres durante a República, especificamente no primeiro período.

Analisando as mudanças de caráter nacional, regional e local referente ao “novo” regime político no Brasil, com a adoção de uma forma republicana em substituição à monarquia, esta trouxe uma expectativa no que tange à legitimação dos direitos e deveres do cidadão e este fato provocou uma onda de incertezas nos diversos segmentos sociais, uma vez que: “Tratava-se da primeira grande mudança do regime político após a independência de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o prosclênio da atividade política.” (CARVALHO, 1987, p. 11)

Sabe-se, entretanto, que o regime implantado pouco tempo após a abolição criou um clima de divergência entre os ideais republicanos defendidos na forma da lei e a execução dos mesmos. Contudo, ainda que o idealizado ativismo político do “povo” – salientado por José Murilo de Carvalho – não tenha se concretizado como uma mudança efetiva na conduta política do país, a implantação da República ganhou matizes particulares nos diferentes lugares. Sendo assim, nota-se que em uma vasta bibliografia pesquisada em trabalhos anteriores, a Bahia mesmo aliada aos partidos Liberais e Conservadores ainda mantinham fortes resistências por parte das elites com relação as mudanças deste novo regime, pois, a maioria esmagadora da população baiana vivia no campo, em localidades praticamente isoladas umas das outras devido a precariedade dos meios de transportes e comunicação sem contar ainda, que essa população era analfabeta e sem participação política no que diz respeito ao voto. Por outro lado, a presença era marcante dos “chefes” políticos que dominavam muitas vezes o local e o regional através das relações de parentela, que alargavam e estreitavam seus poderes através de apadrinhamentos e compadrios, garantindo ou não o fortalecimento do poder político das elites e demais membros da parentela, pois para Kátia M. de Queiróz Mattoso a escolha dos padrinhos era de fundamental importância:

Numa sociedade em que as posições dependiam da ajuda de terceiros, a escolha de padrinho e madrinha bem-relacionados integrava uma estratégia de ascensão social ou, pelo menos, de preservação de uma condição já alcançada. Assim, consolidavam-se e estendiam-se os laços de solidariedade. Pais abastados escolhiam com frequência um membro da família – irmã- um irmão, tio ou avô -, o que reforçava as tendências endógamas das famílias baianas mais importantes. (MATTOSO, 1992, p. 175)

Partindo para o interior da capital podemos citar Caetité, que caracterizava-se à época como sendo mais uma das cidades interioranas composta por uma elite conservadora com fortes relações de parentela e compadrio e domínio da Igreja Católica. Essas relações de poder podem ser observadas a partir do estudo das correspondências mais precisamente a do gênero feminino, análise em questão, que registram essas estratégias de poderes e uma atenção dada às mulheres na política interna e externa dentro do seu próprio ambiente do lar criando formas de articular e atuar num cenário político exclusivamente masculino.

### **As ações femininas registradas nas correspondências**

Ao trabalhar as estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité (1885 à 1930), buscar-se à compreender como as mulheres se articularam criando estratégias de poder diante deste novo quadro político estabelecendo relações sociais e familiares através das redes de apadrinhamento e compadrio solidificadas ao longo dos anos de vivência. Essas ações femininas foram registradas em correspondências o que comprovam uma participação dessas mulheres na política.

[...]A casa está muito triste vces Evangelina tem feito muita falta. Hoje vces estão ahi assistindo a grande festa da chegada do Ruy. Tenho receio e de haver algum conflito, pelos telegramas, mas soube que já tinham arranjado cem contos para as festas; para estas couzas não falta dinheiro. Parece que agora não há duvida q o Ruy será eleito. Todos da casa estão com saúde. Oscar esteve muitos dias esperando a decisão do Governo qu hoje não decidindo nada está tratando da incanalisação d'agua, já tirou toda a planta da Cidade, assim elle terá serviço por uns 6 mezes. [...]<sup>4</sup>

[...] Hoje o C<sup>el</sup>. Antônio Valença esteve aqui em casa; eu mostrei sua carta a elle; esta muito sentido de nada ter podido fazer mas o voto d'elle foi do Dr Arthur Bernades; me disse que pediu ao Leonel de Britto (q' é mesário) p<sup>a</sup> ser a favor do seo candidacto, elle respondeu; que sem Juvencio, nem uma virgula e o Juvencio respondeu logo q (o Deocleciano depois de morto quer resuscitar) São palavras d'elle Juvencio: que se julga um politico de pedra e cal. [...]<sup>5</sup>

[...] Tenho estado tambem preocupada com a notícia dos revoltosos estarem tão perto e pretendendo ir até Caetité. Tenho pensado muito em Papae, que tanto trabalha pela bôa ordem e paz no nosso Sertão, quanto esta revolução irá

<sup>4</sup> Arquivo Público Municipal de Caetité: Anísio Teixeira Classificação: AT c 10/04/1919. Data: 10/04/1919 a 20/07/1934 Qtd de documentos: 14 (47 fl.). Correspondência entre Anísio Teixeira e Ana Spínola Teixeira sobre assuntos familiares.

<sup>5</sup> Arquivo Público Municipal de Caetité. Fundo: Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Caixa 04. Remetente: Maria Deolinda de Carvalho. Destinatário: Deocleciano Pires Teixeira. Local: Caculé. Data: 1922.



incommodal-o, tirando-lhe a tranqüillidade tão necessaria em sua longa idade.  
[...]<sup>6</sup>

Os documentos acima citados são fragmentos das correspondências pessoais<sup>7</sup> de mulheres enviadas e recebidas pela família Spínola Teixeira em Caetité<sup>8</sup>. Trata-se de uma família de elite, cujos membros ocuparam posições de destaque na sociedade baiana na Primeira República. Movimentaram e articularam a política local tendo como principal representante o Dr. Deocleciano Pires Teixeira<sup>9</sup>, médico, fazendeiro e chefe de uma grande parentela envolveu com a política local e alcançou grande projeção de nível estadual e apoio de nível federal. Casado com herdeiras de grandes fazendas na região muda para Caetité em 1885, com sua esposa Anna Spínola Teixeira e filhos.

Ao adentrar na pesquisa três correspondências foram utilizadas para a análise desse objeto de estudo. O primeiro documento trata-se de uma missiva feminina trocada entre a mãe Ana Spínola Teixeira<sup>10</sup> e seu filho Anísio Spínola Teixeira<sup>11</sup> evidenciando assuntos de caráter

---

<sup>6</sup> Arquivo Público Municipal de Caetité. Fundo: Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondência. Caixa 04. Remetente: Sor Maria de N. S. da Purificação Spínola Teixeira (Hersília). Destinatário: Rogociano Teixeira. Local: São Paulo (Mosteiro de N. S. de Caridade do Bom Pastor). Data: 1926.

<sup>7</sup> Todas as cartas utilizadas na pesquisa foram transcritas na íntegra.

<sup>8</sup> De acordo com SANTOS (2001, p. 35) “A cidade de Caetité situa-se na vertente oriental da Serra Geral, a 830 metros acima do nível do mar, e o município divide-se entre a zona das caatingas e a dos gerais, duas regiões distintas. A ocupação da região, segundo a tradição, remonta ao século XVIII, quando colonos portugueses se fixaram no Sítio do Caitates, que se tornou um lugar de pouso dos viajantes, sertanistas e bandeirantes, em busca do ouro e do comércio do gado”.

<sup>9</sup> Nasceu em Ituaçu, na Bahia, em 11/10/1844. Filho de Antônio José Teixeira e Maria Madalena da Silva Teixeira, cursou medicina e foi voluntário na Guerra do Paraguai em 1866, prestando seus serviços nos hospitais de sangue. Regressando, concluiu o curso e diplomou-se em 1870 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se em Caetité em 1885. Chefe de uma numerosa família, ingressou no Partido Liberal, a cujos chefes se ligou por laços familiares, tendo sua filha Alzira casada com o neto do Barão de Caetité e filho mais velho do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima que foi o primeiro governador da Bahia eleito pelo voto direto e também Celsina casada com o neto do Barão de Caetité e sobrinho do governador.

<sup>10</sup> Ana de Souza Spínola, filha de Antônio de Souza Spínola e Constança Pereira Teixeira residentes em Lençóis, na Bahia. Foi cunhada por duas vezes de Deocleciano Pires Teixeira em decorrência da morte de suas irmãs Mariana de Souza Spínola e Maria Rita de Souza Spínola. Casa-se com Deocleciano e passa a chamar Ana de Souza Spínola Teixeira Em 1885, muda para Caetité. (Ver informações no livro da memorialista Helena Lima Santos. Caetité: Pequenina e Ilustre, 1995).

<sup>11</sup> Filho de Deocleciano Pires Teixeira e Ana de Souza Spínola Teixeira. Nasceu em Caetité em 12 de julho de 1900. Foi jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Formou em Direito (1923), ocupou o cargo de Diretor da Instrução da Bahia, no governo de Góes Calmon, em 1924. Nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova. Reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro. Foi também um dos personagens de destaque no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório. Fundou a Universidade do distrito federal (RJ), em 1935, anos depois transformada em faculdade nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Foi Conselheiro Geral da UNESCO (1946); Secretário Geral da capes (1951); Foi um dos fundadores juntamente com Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, da qual se tornou reitor em 1963. No ano de 1964, com o golpe militar, afasta-se de suas atividades e muda para os Estados Unidos e passa a lecionar na Universidade de Colúmbia e da Califórnia. Retornou ao Brasil em 1966 e foi consultor da Fundação Getúlio Vargas. Faleceu em 1971, vítima de um acidente com o elevador,



político referente a candidatura de Rui Barbosa a presidente do Brasil na chapa contrária do paraibano Eptácio Pessoa, eleito em 13/04/1919. Na carta datada de 10/04/1919, dias antes do resultado das eleições, a matriarca da família evidencia uma preocupação com os filhos que estão assistindo a chegada do candidato na Bahia e possíveis conflitos já telegrafados. Menciona também uma preferência a favor de Rui Barbosa e antecede uma possível vitória política. Faz uma crítica com relação aos dinheiros da campanha reforçando que para esses fins nunca falta. Traz elementos de características familiares referente a saúde e espera de emprego para um filho.

Mesmo distante do grandes acontecimentos, Anna Spínola Teixeira, possuía uma série de informações adquiridas dentro do ambiente familiar através de conversas com o marido, então chefe político, dos telegramas, dos jornais e de outras correspondências trocadas entre membros da família que faziam com que as notícias circulassem com uma certa rapidez e proporcionava a essa mulher e outras participarem dos debates políticos.

Na segunda missiva trocada entre Maria Deolinda de Carvalho<sup>12</sup> e o chefe político Deocleciano Pires Teixeira trata-se de arranjos de votos na região de Caculé, localidade vizinha à cidade de Caetité, para o candidato a presidente da República Artur Bernardes, eleito em 1º de março de 1922. Nessa carta Maria Deolinda, articula-se como cabo eleitoral angariando votos e informando a disputa entre os chefes locais e uma possível posição de desvantagem política entre Deocleciano a Juvêncio “que se julga um político de pedra e cal”. Nessa correspondência fica evidente a luta de Deolinda na conquista dos votos e na credibilidade depositada em seu compadre.

Já a terceira carta trocada entre Hersília Spínola Teixeira<sup>13</sup> residente no Mosteiro de N. S. de Caridade do Bom Pastor, em São Paulo e seu tio Rogociano Teixeira<sup>14</sup> residente no Rio de Janeiro, traz informações da passagem dos revoltosos, a Coluna Prestes, em Caetité e região, bem como um sentimento de preocupação com a família, mais precisamente o pai, devido a sua longa idade. Ao analisar essa correspondência e a preocupação de Hersília nela esboçada dá-se

---

onde seu corpo foi encontrado no poço, em circunstâncias consideradas obscuras. Anísio Spínola Teixeira foi um educador de grande projeção nacional.

<sup>12</sup> Comadre e articuladora política de Deocleciano Pires Teixeira na localidade de Caculé/BA.

<sup>13</sup> Filha do casal Deocleciano Pires Teixeira e Ana de Souza Spínola Teixeira. Religiosa do Mosteiro de N. S. do Bom Pastor, em São Paulo.

<sup>14</sup> Filho de Antônio José Teixeira e Maria Magdalena da Silva Teixeira. Irmão mais novo de Deocleciano Pires Teixeira, possuía influências política no Rio de Janeiro. Estudou na Inglaterra, regressa para o Brasil na ocasião da baixa dos diamantes na região da Chapada Diamantina. Foi funcionário da Alfândega. Não se casou e faleceu em 1920. (Ver SANTOS, 1997, p. 123)

ao fato da posição de destaque que o pai e a família Spínola Teixeira possuía. Nota-se ainda, que mesmo longe da sua terra natal e enclausurada no mosteiro, a remetente, possuía informações que poderiam ser advindas das visitas de familiares, de outras correspondências e até quem sabe da leitura de jornais, pois era comum entre a família o envio de exemplares do *Jornal A Penna*<sup>15</sup> como forma de levar a notícia de Caetité e região até eles. **“Tudo aqui continua no mesmo. Vae a “Penna”, onde poderá ler as poucas novidades.”**<sup>16</sup> (Grifos meus)

Através das correspondências analisadas, nota-se o protagonismo feminino realizado a partir das “estratégias e táticas” defendidas por Michel de Certeau em um contexto social no qual as mulheres da família Spínola Teixeira estavam inseridas. Por meio de suas ações – expressas nas cartas – elas movimentaram a política local, dinamizaram laços de compadrio, parentela e amizade, intermediaram situações de ordem econômica, refletiram e opinaram sobre a política de âmbitos: federal, estadual e municipal, além de se preocuparem com educação, religião e saúde. A partir desses elementos contidos nas missivas femininas que contrapõe a visão da mulher alheia as questões políticas fica evidente a movimentação desses sujeitos dentro e fora do ambiente doméstico.

Dotadas de uma cultura letrada as mulheres da família Spínola Teixeira mobilizaram frente aos maridos, filhos, compadres e amigos relações de poderes que permitiram durante os anos de 1885 à 1930 atuarem em um período que a elas era negado o direito do voto, enfocando as relações sociais e as relações de poder vivenciadas entre homens e mulheres.

Nota-se que toda essa movimentação registrada nas correspondências femininas comprovam as articulações de poderes por elas tecidas, pois de acordo com Michel de Certeau a escrita epistolar, tornou-se bastante intensa e significativa a partir do século XIX como uma “prática mítica moderna” do mundo ocidental:

A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer uma história. (...) No Ocidente Moderno, não há mais discurso recebido que desempenhe este papel (de articular simbolicamente as práticas heterogêneas da sociedade), mas um movimento que é uma prática:

<sup>15</sup> O *Jornal A Penna*, editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1897 a 1943. De publicação quinzenal, se dizia o “Orgam dos Interesses Commerciaes, Agrícolas e Civilizadores do Alto Sertão” Era impresso na *Typografia d’A Penna*, de propriedade de João Antônio dos Santos Gumes. Jornalista, romancista e dramaturgo, tendo exercido os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal. Atuou ao lado de diversos governos municipais e seus artigos expressavam o pensamento da elite dominante da época. (SANTOS, 1974)

<sup>16</sup> Grupo: José Antônio Gomes Ladeia. Série: Correspondências. Caixa; Maço 1; Correspondência 83. Remetente: Celsina. Destinatário: Juca. Data: Caetité, 18 de setembro de 1914.

escrever. A origem não é mais aquilo que se narra, mas a atividade multiforme e murmurante de produtos do texto e de produzir a sociedade como texto. (CERTEAU, 1994, p. 224).

Nesta perspectiva, ao analisar a escrita das correspondências citadas pelo autor acima, percebe-se o quanto essa prática ganhou dimensões e se estendeu por todos os cantos do Ocidente chegando desde as grandes e desenvolvidas cidades até as mais longínquas e pequenas vilas. Evidenciar essas mulheres na estrutura do poder em Caetité é mostrar como elas a partir de suas ações cotidianas criaram possibilidades de movimento seja na criação dos filhos, nos negócios e na política elas agiram poderes através de pedidos e favores em prol de interesses familiares.

Nas correspondências trocadas entre as mulheres da família Spínola Teixeira, curiosamente, pouco se retrata sobre os afazeres domésticos. Dessa forma, compreende-se o quanto os assuntos de suposto interesse masculino não foram exclusivos a esse gênero. Ao contrário, o processo da escrita epistolar pode ser entendida, conforme BASTOS (2008, p. 87), como um processo de inclusão da mulher em certas esferas que, como o âmbito político, pareciam ligadas ao homem:

A correspondência familiar apresenta-se, definitivamente, como o lugar estratégico onde se realiza, se inculca e se transmite uma visão dual de um mundo para si, a ser protegido do exterior. Ilustra através das palavras, esse processo de inclusão e exclusão.

Ao se debruçar sobre essas fontes muitas questões envolvem o pesquisador: Quem são os sujeitos relacionados no documento? Para quem as mulheres escrevem? Quais os assuntos contidos nas correspondências? Qual o cenário político, social e econômico da época? Qual a intenção das autoras na escrita dessas cartas? Quem entregavam essas correspondências com os assuntos confidenciais de trabalho, de negócios, de pedidos, etc? Esses questionamentos e as fontes sinalizadas abrem um leque de possibilidades para um estudo inovador sobre as estratégias de poder das mulheres da família Spínola Teixeira em Caetité no período de 1885 à 1930.

A medida que a pesquisa avança o historiador entra em contato mais íntimo com as fontes, sendo este um trabalho minucioso, encantador e ao mesmo tempo passível de revisão, pois nenhum trabalho traduz verdades absolutas e sim perspectivas da realidade onde o objeto de estudo não se esgota.

### Referências:

- BASTOS, Maria Helena Câmara (et all). Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não se foi. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: artes do fazer. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 24 ed. São Paulo: Edições Graal. 2007<sup>a</sup>.
- MATTOSO, KÁTIA M. de Queiroz. Sistemas de parentesco e alianças matrimoniais. In: Bahia – Século XIX uma província no Império. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 2<sup>a</sup> edição. 1992.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo da história regional e local). Salvador; UFBA/UEFS, 1998.
- \_\_\_\_\_. História regional e local: Fragmentação e Recomposição da História na Crise da Modernidade. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. Salvador; Arcádia, 2002.
- SANTOS, Helena Lima. Caetité: Pequena e Ilustre. Tribuna do Sertão: Salvador, 1976.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. Cidade e Memória: Dimensões da Vida Urbana – Caetité 1940-1960. Rio de Janeiro; UNRIO, 2001, p.35. (Mestrado em 2001)

## Emancipação e participação política para mulheres na segunda metade do século XIX no Brasil

**Cristiane Ribeiro**

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho propõe-se a analisar a discussão acerca da participação política para mulheres na segunda metade do século XIX no Brasil. Para isso, partimos de um documento publicado em 1868 na cidade do Rio de Janeiro, por uma mulher que se escondeu sobre as iniciais A.R.T.S, intitulado, *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Em suma, tal documento propõe que as mulheres devem buscar sua emancipação, não apenas na educação e no mercado de trabalho, mas também no sistema representativo, sendo eleitoras e também candidatas aos cargos públicos. Para entender esta proposta, buscaremos elencar os discursos femininos no período, sendo o tratado publicado em 1868, fundamental. Nosso trabalho pretende então, contribuir para, preencher a lacuna que se encontra, no que tange a historiografia sobre participação política feminina no Brasil durante o século XIX.

**Palavras-Chave:** História das Mulheres; Direito ao Voto; Participação Política.

**Abstract:** This paper proposes to analyze the discussion about political participation for women in the second half of the nineteenth century in Brazil. For this, we start with a document published in 1868 in the city of Rio de Janeiro, by a woman who hid with the initials A.R.T.S, entitled, *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. This document proposes that women should seek their emancipation, not only in education and the labor market, but also in the representative system, being electors and also candidates for public office. To understand this proposal, we will seek to list the feminine discourses in the period, being fundamentally the treaty published in 1868. Our paper, therefore, intends to contribute to fill the gap that is found, regarding the historiography about female political participation in Brazil during the nineteenth century.

**Keywords:** Women's History; Right of Vote; Political Participation.

### Uma breve contextualização:

Uma história dita das Mulheres ou do Gênero, só começou a ganhar espaço no Brasil à partir das décadas de 1970 e 1980. Maria Odila Leite, Margareth Rago e Rachel Soihet, podem ser consideradas percussoras, onde as mesmas propuseram análises e contribuições significativas em suas obras, dentre as quais, muitas são utilizadas por historiadores contemporâneos. Atualmente os estudos com a temática, tem levado à produção de inúmeras dissertações, teses, livros e artigos, com o intuito de dar nova abordagem a história tradicional e seu conceito de sujeito universal.

Nesse sentido, cabe atentarmos, para como tais pesquisas tem sido desenvolvidas com as fontes e seus aportes teóricos. Segundo Rachel Soihet, a falta de vestígios sobre as mulheres inicialmente:

[...] constituiu-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores [pois] encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. Daí a maior ênfase na realização de análise visando a captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhe são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina. [...] constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino [os documentos policiais e] também os jornais não devem ser esquecidos.<sup>1</sup>

Com o avanço das pesquisas sobre gênero, muito destes problemas tem sido sanados. Neste sentido, fontes antes ignoradas, começaram a aparecer e fazer com que a dificuldade para o acesso das mesmas não seja um fator que impossibilite. Até as fontes oficiais tem nos falado muito e contribuído para tirar da invisibilidade as mulheres na história, além do mais, muitos escritos femininos tem sido resgatados, assim como suas autorias. Segundo Margareth Rago, isso se deu graças ao feminismo, que tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, além de propor um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera.<sup>2</sup> Segundo a autora: “É na luta pela visibilidade da ‘questão feminina’, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contra discurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento.”

Para corroborar, cabe destaque para a americana Joan Scott (1990) e a publicação de seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*<sup>3</sup>, na qual a autora define o gênero como uma categoria útil de análise histórica, construída através das relações sociais que se fundam nas diferenças presentes entre os sexos, com principal atenção para os sistemas de significação, isto é, maneiras como as sociedades representam o gênero, e que, para isso devemos nos atentar para a complexa relação entre homens e mulheres. Todas essas intelectuais entendiam, que o fato de serem pesquisadoras do sexo feminino, não alterava em nada a maneira como estudara e recortara o objeto "mulher". Neste sentido, os estudos sobre gênero possibilitaram um novo olhar para a história, propondo uma nova relação entre teoria e prática.

Ao expormos tudo isso, propomos contribuir com este artigo, na discussão acerca da participação política feminina durante a segunda metade do século XIX, um período em que as

---

<sup>1</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) Domínios da história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 295.

<sup>2</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) Masculino, feminino, Plural. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

<sup>3</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

mulheres não tinham direitos fundamentais. Buscaremos aplicar as concepções de gênero das historiadoras, Scott, Rago e Soihet. Sendo assim, traremos à tona Anna Rosa Termacsics do Szanto, uma mulher de letras do século XIX, que escreve em 1868 um opúsculo intitulado *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*<sup>4</sup>, propondo um debate de participação política, num contexto regido pelo sistema monárquico e a base da escravidão. Tal proposta coloca para a historiografia a discussão anteriormente à Proclamação da República, não posteriormente, como tem sido analisado.

### **O século XIX e as mulheres de letras**

As mulheres do século XIX no Brasil são consideradas pioneiras na escrita por reivindicação de direitos no país, que posteriormente contribuíram para disseminar e levar ao surgimento de uma imprensa estritamente feminina. Percebe-se, que o conteúdo de seus escritos atesta para mulheres com uma consciência política bastante esclarecida acerca da sociedade, principalmente no que concerne à desigualdade de instrução das mesmas em comparação aos homens. Em contrapartida, é importante destacarmos, que o desempenho da mulher escritora, sofreu e, ainda sofre os reflexos dos condicionamentos históricos, que lhes impõe determinados padrões sobre o ser mulher e todas suas implicações.

Sobre os estudos acerca dos escritos dessas mulheres, alguns rastros, como obras, publicações em jornais, panfletos e os próprios diários encontrados, levaram ao desenvolvimento de pesquisas diversas, em que tais mulheres são alçadas no centro do debate, participando de movimentos como o abolicionista e o republicano, que vinham se tornando cada vez mais fortes durante todo o correr do século. Porém, é importante antes de qualquer coisa, destacar algumas questões: o mundo das Letras, a imprensa e a política, ou seja, o espaço público, sempre foi um lugar destinado ao sexo masculino, sendo o discurso, a atividade intelectual e a participação política, reservados desde sempre aos mesmos. A inserção da mulher nesse meio não foi fácil, passando por processos árduos de não aceitação, o conhecimento feminino era tido como perigoso. Suas escritas são consideradas como resposta ao que estava sendo posto, denunciando desigualdades de um discurso masculinista que se passava como hegemônico. A mulher, para nós, passa a ser vista como o outro, o outro ser social e intelectual que começa a adentrar em espaços renegados.



Acerca da historiografia de mulheres no século XIX, percebemos que a mesma deteve-se durante muito tempo apenas sobre a figura de Nísia Floresta. Desde meados da década de 1980, Constância Lima Duarte (1995)<sup>5</sup> desenvolveu trabalhos sobre sua vida e obras, afim de buscar a produção intelectual da mulher em suas mais diferentes modalidades no início do século XIX. A partir dela, outros trabalhos importantes foram feitos sobre a atuação de Nísia Floresta nas reivindicações de direitos femininos, como o de Rachel Soihet (2005)<sup>6</sup>. Mais recentemente, o trabalho de Ludmila de Souza (2016)<sup>7</sup> sobre Nísia Floresta, nos traz algumas questões, até então não exploradas, nos fazendo pensar as mulheres escritoras do século XIX não enquanto categorias excepcionais ou ditas “a frente de seu tempo”, mas inseridas em seus respectivos contextos, nos mostrando que havia a circulação de ideias que perpassassem direitos e reivindicações femininas e, que cada vez mais, mulheres vinham ocupando espaços e incorporando questões. A circulação de tais ideais pode ser vistas devido à forte influência advinda da Modernidade Ocidental dos Estados Unidos e da Europa. Outro aspecto importante do trabalho da autora e que encaixa em nossa proposta, foi o de mostrar outras mulheres do período para além de Nísia Floresta, e que permaneceram esquecidas, como o caso da francesa Adèle Toussaint-Samson, que teve um papel significativo no Brasil durante o período proposto para análise.

Dentre as inúmeras mulheres que foram importantes no período, vamos nos atentar rapidamente para algumas. Dionísia de Faria Rocha, mais conhecida como *Nísia Floresta Brasileira Augusta*<sup>8</sup>, como já dito, é considerada a pioneira nas reivindicações pelo direito à educação para mulheres. *Joana Paula Manso de Noronha*<sup>9</sup> foi à fundadora e editora do *Jornal das Senhoras* em 1852, no Rio de Janeiro, importante veículo que tinha como propósito contribuir para educação e emancipação moral da mulher. *Francisca Senhorinha da Motta Diniz*, fundadora do periódico *O Sexo Feminino* em Minas Gerais, que foi outro meio que trabalhou as reivindicações sobre a emancipação da mulher e contribuiu para que escritas

<sup>5</sup> DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

<sup>6</sup> SOIHET, Rachel. *Nísia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v.13, n.1, p. 179-199, jan./abr.2005.

<sup>7</sup> MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. (Tese) Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2016.

<sup>8</sup> Tem como principal obra *Reivindicação das mulheres e injustiças dos homens*, considerada por grande parte de seus estudiosos como uma tradução do livro da inglesa Mary Wollstonecraft: *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Diferente da inglesa, a obra da brasileira não toca no direito ao voto extensivo para mulheres, que faz com que alguns pesquisadores trabalhem que a obra de Floresta não era uma tradução literal de Nísia Floresta.

<sup>9</sup> Redatora do *Jornal das Senhoras*, que é considerado o primeiro jornal a ser escrito, dirigido e direcionado para as mulheres a circular no país.

femininas circulassem no público, sendo formadoras de opiniões. Dentre estas e várias outras senhoras, é importante destacarmos que nenhuma “ousou” reivindicar o direito ao voto no período. Apenas o periódico dirigido por *Josephina Álvares de Azevedo*, intitulado *A Família*, aborda a discussão em fins da década de 1880, o que pode ser visto para muitos, devido ao fortalecimento dos movimentos republicanos. Segundo a americana June Hahner (1981), a luta só começou a ser travada no Brasil no final da década de 1880, quando:

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta. Com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política.<sup>10</sup>

A educação seria então, a principal reivindicação dessas mulheres durante todo o correr do século. Educação essa, que não fosse pautada apenas nos requisitos de boas mães e esposas, com aulas de corte, costura e dança, para embelezar os salões ao lado de seus companheiros; mas sim, uma educação que perpassasse a emancipação, na qual mulheres seriam educadas de maneira igual aos homens, tendo as mesmas oportunidades sem serem inferiorizadas devido ao sexo.

Foram muitas as mulheres letradas do século XIX importantes em prol dos seus direitos levantadas pela historiografia. Mulheres cada qual com suas especificidades, que estiveram escrevendo e se mobilizando, seja pelo direito a educação, divórcio, mercado de trabalho e pela conquista do sufrágio. Entretanto, a história desconhece tantas outras mulheres que tiveram uma atuação importante em prol de direitos e que seus escritos permanecem desconhecidos, deixando muitas lacunas que necessitam de serem preenchidas.

Em contrapartida, por outro lado, muitas pesquisas têm se concentrado no período pós-Proclamação da República e início do século XX, período em que a discussão acerca do sufrágio feminino se amplia significativamente, contanto com figuras como, Leoninda Daltro e Bertha Luz, consideradas uma das principais figuras no movimento pelo sufrágio no Brasil. Historiadoras como o de Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino (1986)<sup>11</sup> e Mônica Karawejczyk (2014)<sup>12</sup>, se preocuparam em trabalhar a luta dessas mulheres em prol de direitos,

---

<sup>10</sup> HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>11</sup> LINO, Sônia Cristina da Fonseca Machado. As ideias feministas no Brasil (1918-1932). (Dissertação) Mestrado em História do Brasil - Departamento de História, Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 1986.

<sup>12</sup> KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leoninda Figueiredo Daltro. Revista de estudos Ibero Americanos, PUCRS, v.40, n.1, p.64-84; jan-jun 2014.

com principal atenção para o sufrágio. Devido à essa abordagem, muitas outras mulheres, tão importantes quanto Nísia, Joana, Josephina, Leoninda e Bertha, principalmente no contexto do século XIX, permaneceram esquecidas no passado.

***"Tratado Sobre emancipação política da mulher e direito de votar": uma publicação em prol do sufrágio universal no Império.***

O documento *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* foi publicado em 1868 na cidade do Rio de Janeiro, e sua autora se escondeu sobre as iniciais A.R.T.S. A descoberta do mesmo se deu através de uma publicação do blog da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin<sup>13</sup>, que nos chamou atenção.

A escrita de tratados políticos por mulheres era uma prática comum em países como Inglaterra, França e Estados Unidos durante o século XVIII, devido, principalmente, aos acontecimentos como a Revolução Francesa, no qual entra em pauta um novo modelo de governo que perpassasse mais direitos, o Republicanismo. Nesse contexto é importante destacarmos a inglesa Mary Wollstonecraft e a francesa Olympe de Gouges. Ambas, “ousaram” quebrar com o que era ser mulher, proposto por um modelo hegemônico, no qual as mulheres eram negligenciadas e reservadas ao lar.

No Brasil, não podia ter sido diferente, uma vez que, as senhoras aristocráticas que viviam aqui, tinham contatos com esses ideais europeus propiciados pelo iluminismo, ou então, saíam de lá para residir aqui. De uma forma, ou de outra, seria impossível negar o contato com os discursos de emancipação e participação política feminina que ecoavam pelo mundo ocidental.

A autoria do *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, como já dito, publicado no Brasil, é colocada como, A.R.T.S , as iniciais de Anna Rosa Termacsics do Szanto, uma mulher letrada do século XIX, professora de piano, canto e idiomas. Foi possível descobrir tal informação através do Almanak Laemmaert, documento fundamental para compreensão do século XIX, que era descrito como, *"Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabeto da morada de seus principais habitantes, altos funcionários, empregados,*

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2015/tratado-sobre-a-emancipacao-da-mulher-uma-feminista-no-brasil-de-1868-2/> Acessado em 12 de nov 2015.

*anunciantes, capitalistas, proprietários, fabricantes, artistas, industriais, etc.*"<sup>14</sup> E anúncios da imprensa que noticiaram a venda do tratado em sua casa

RECOMENDA-SE aos Srs. Pais de família que desejam fazer um futuro as suas filhas, e também as Sras. Ilustradas o *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e o Direito de Votar*. Vende-se em todas as livrarias e em casa da autora: na **Rua Sete de Setembro, n.223** pelo preço de 2\$000. [grifo meu]<sup>15</sup>

Sobre o uso do anonimato, Raquel Machado G. Campos (2016)<sup>16</sup> levanta que o uso do pseudônimo no período poderia se dar por diversos fatores, sendo um deles a falta de legitimidade social tida na prática literária. Segundo ela, se esconder não significava que a sua identidade fosse permanecer ignorada ou desconhecida. Ao sabermos o endereço de morada da autora, o Almanak Laemmert nos ajudou a descobrir seu nome. O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial ou o Almanak Laemmert foi fundado em 1844 no Rio de Janeiro pelos irmãos Eduardo e Heinrich Laemmert e funcionou até o ano de 1889. Em suas páginas eram publicadas informações sobre os Ministérios do Império, Casa Imperial, anúncios de serviços como agricultura, indústria e comércio, informações referente à corte imperial, publicações oficiais como leis e decretos, além de informações sobre serviços ligados a educação.

O nome de Anna Rosa, aparecia em anúncios da imprensa do período, oferecendo serviços, como vemos: “**Piano e canto**: *A professora Anna Rosa Termacsics do Santo* mudou-se para a travessa da Barreira n.5, onde continua a dar lições em casas particulares como em colégios; também ensina diferentes idiomas. Recados todos por escrito.”<sup>17</sup>[grifo meu].

A descoberta da autoria do tratado foi para nós, de suma importância para compreensão de sua inserção em um endereço movimentado, no qual Anna Rosa não devia passar despercebida no contexto em questão. Comprovando-nos a hipótese de que as mulheres vinham ocupando espaços antes renegados, fazendo com que suas ideias circulassem e fossem lidas por um público específico. Ao ser impressa e colocada para venda noticiada na imprensa, a obra fez que a reivindicação sobre direitos femininos fosse aceita ou não pela população, gerando, a nosso ver, comentários.

---

<sup>14</sup> Almanak Laemmert –Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844-1889). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

<sup>15</sup> Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro, n.193. 14 de jul. 1868.

<sup>16</sup> CAMPOS. Raquel Machado Gonçalves. O nome do autor: anonimato e pseudônimo no Brasil oitocentista. ANPUH 2016.

<sup>17</sup> Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n.188, 10 de jul.1862.

Descobrimos que uma versão da obra de Anna Rosa, encontra-se hoje na Biblioteca Britânica em Londres, adquirida no ano de 1869, ou seja, um ano após sua publicação no Brasil, de uma importadora de livros americanos, intitulada Trubners. Uma informação significativa para nossa pesquisa, uma vez que, sua obra para além do Brasil, nos confirma mais uma vez a circularidade e a discussão sobre direitos femininos por todo o mundo, onde diversas mulheres ilustradas vinham se juntando em prol de seus direitos.

Adentrando o tratado brasileiro, "*A mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros*", assim a autora o começa. Percebe-se que a pauta da liberdade encontra-se em seu cerne. Entretanto, o contexto social de sua publicação, compreendido dentro da segunda metade do século XIX, faz com que mulheres não consigam exercer tal liberdade, ainda sem nem mesmo possuírem direitos fundamentais, como a educação. A disseminação pelos ideais de liberdade, propiciados fundamentalmente pelo liberalismo, encontram-se presentes em todo o mundo, inclusive no Brasil, o filósofo liberal inglês Stuart Mill, foi um dos principais nomes a circular nas publicações da imprensa, estando presente seu nome e influência na escrita de Anna Rosa.

A autora trabalha questões e conceitos no tratado, que ainda hoje são debatidas na luta das mulheres por direitos, como Democracia e Liberalismo, pontos chaves que afetam diretamente suas vida e que eram colocados como conceitos progressistas frente aos partidos conservadores. O mesmo documento é dividido em três Seções, num total de 128 páginas, tendo como pauta central a emancipação política da mulher, colocando-as como sujeito político com direito a voto e a elegibilidade num contexto regido pelo sistema monárquico, além de perpassar por pontos como, divórcio, educação, mercado de trabalho, liberdade de escolha, direitos civis e políticos, prostituição, casamento e padrões de beleza.

A escrita da obra foi feita em forma de manifesto, ou seja, uma escrita em que a autora escreveu para expressar o que vinha sentindo, devido à sua experiência enquanto mulher. A questão política, além de ser a nosso ver, sua defesa principal, está presente em toda sua argumentação como forma de proteção para as mulheres. Segundo ela: “[...]o direito de votar é na minha opinião a pedra angular da empresa desde que não só procuramos proteger a mulher mas antes pô-la em uma posição de se proteger ella mesma.” (A.R.T.S. p.03). Percebe-se que a autora acreditava na necessidade da representação das mulheres, e que em meio a isso, as mesmas deviam participar das discussões públicas, que interessavam a ambos os sexos.

Anna Rosa vinha de um meio intelectual com fortes saberes ocidentais. A infinidade de nomes e países citados no decorrer de sua obra nos leva à sua excelente formação, o que para

as mulheres do período era inexistente. A autora buscou citar nomes de mulheres que tiveram importância significativa na história, desde a Idade Média, a exemplos de: *Elisabeth Ranet* da Prússia, *Flora Magdonald* do Reino Unido, *Manoelita* filha do governador da província Juan Manuel Rosas na Argentina, *Margarida d'Anjou*, *Rainha Bess*, *Vitória e Elisabeth*, todas da Inglaterra, *Lucrecia Borgia* e *Vitória Collona* da Itália, *Suzana Drasowch* da Hungria, *duquesa de Vurtemberg* da Alemanha, *Mme. Pompadour e Mme Maintenon* da França. Além de escritoras importantíssimas como a francesa *George Sand* e a americana *Harriet B Stowe*, esta última sendo autora de uma obra importante que circulou o mundo, intitulada *A Cabana de Pai Tomás*<sup>18</sup>.

### **Em vias de conclusão.**

Em meio à ascensão de pesquisas trabalhando questões de gênero, a fim de dar novas abordagens às pesquisas desenvolvidas no âmbito da Academia, acreditamos que nosso trabalho seja de relevância significativa. Trabalhar uma mulher no contexto do século XIX no Brasil, reivindicando o sufrágio universal, durante muito tempo pareceu algo impossível, visto que pelo fato do Brasil ter vindo de uma cultura em que, por muito tempo, negligenciou temas que vinham sendo discutidos num âmbito internacional, como a emancipação da mulher.

Ao encontrarmos o documento *Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, percebemos que uma grande lacuna se encontra no que concerne aos primórdios das lutas femininas pelo sufrágio universal, conquista tida apenas no ano de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, e fruto de uma incessante batalha de mulheres, organizando associações, promovendo atos, recolhendo assinaturas e afrontando parlamentares, isso tudo apenas a partir do século XX. Entretanto, durante o correr do século XIX, as manifestações escritas, vinham acontecendo e podem ser vistas como responsáveis por movimentos futuros.

Por fim, este trabalho é um resultado inicial, fruto de uma pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no curso de História, e que, no correr de dois anos, buscará trabalhar questões relacionadas à emancipação e participação política para mulheres durante o século XIX, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

---

<sup>18</sup> A obra da Sr. Stowe, *A Cabana do Pai Tomás*, foi de uma importância e circulação significativa no contexto do século XIX em todo o mundo. Harriete B. Stowe, era uma abolicionista americana que vinha contribuindo para a emancipação feminina, principalmente no que tange à educação. Doou parte dos fundos recebidos pelos direitos autorais de sua obra para uma escola destinada a educação de crianças negras, sobre a administração de Myrtila Miner.



**Fontes:**

Almanak Laemmert – Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844-1889). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

Szanto, Anna Rosa T. Tratado Sobre Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar. Rio de Janeiro: Typografia Paula Brito, 1868. Disponibilizado digitalizado pela Biblioteca Brasileira Mindln e José Guita, Universidade de São Paulo.

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

**Referências Bibliográficas:**

BERNARDES, Maria Thereza Cayubi C. Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. O nome do autor: anonimato e pseudônimo no Brasil oitocentista. ANPUH 2016.

CAMPOS, Y.S. de Sousa. Gênero e educação no século XIX: O ofício da mulher em foco nas fontes históricas. Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte- Rio-Grandense/UFRN, n.1, fev.2010.

CHARTIER, Roger. O homem de letras. O homem do Iluminismo. Lisboa: Presença, 1997.

DUARTE, Constância L. Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. Nísia Floresta, vida e obra. Natal: UFRN,1995.

FLORESTA, Nísia. Direito das Mulheres e injustiças dos homens. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leoninda Figueiredo Daltro. Revista de estudos Ibero Americanos, PUCRS, v.40, n.1, p.64-84; jan-jun 2014.

LINO. Sônia Cristina da Fonseca Machado. As ideias feministas no Brasil (1918-1932). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Departamento de História, Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 1986.

MAIA, Ludmila de Souza. Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX). (tese) Doutorado apresentada ao



Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) Masculino, feminino, Plural. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) Domínios da história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 295.

SOIHET, Rachel. Nisia Floresta e mulheres de letras do Rio Grande do Norte: pioneiras na luta por cidadania. Estudos Feministas, Florianópolis, SC, v.13, n.1, p. 179-199, jan./abr.2005.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “Senhoras do seu destino”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894). Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

STOWE, Harriet B. A Cabana do Pai Tomás. São Paulo: Clube do Livro, 1969.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos Direitos da Mulher. São Paulo: Boitempo, 2016.

## A construção social do que é ser mulher em nossa sociedade: um estudo a partir da leitura de jornais católicos em Juiz de Fora/MG 1930-1945

**Mônica Euzébio da Costa**

Mestranda em História  
Universidade Federal de Ouro Preto

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é em um primeiro momento, fazer uma breve discussão sobre os jornais e sua relevância como fontes históricas, e em seguida fazer um estudo acerca da construção social do que é ser mulher em nossa sociedade, a partir da leitura de dois jornais católicos na cidade de Juiz de Fora denominados, O Lampadario e O Lar Católico, e assim analisar essa temática dentro do regime republicano dito laico, no período que concerne de 1930 a 1945.

**Palavras- Chave:** Igreja Católica; Mulher; Imprensa.

**Abstract:** The purpose of the present work is, in a first moment, to make a brief discussion about the newspapers and their relevance as historical sources, and then to make a study about the social construction of what it is to be a woman in our society, from the reading of two newspapers Catholics in the city of Juiz de Fora denominated, The Lampadario and The Catholic Home, and thus to analyze this subject within the republican regime said laic, in the period that concerns from 1930 to 1945.

**Keywords:** Catholic Church; Woman; Press.

### 1.1 Os jornais como fontes históricas: O surgimento da Imprensa Católica no Brasil.

De acordo com a historiografia, temos notícias de que o primeiro jornal brasileiro surgiu em 1808 e, era chamado de Correio Brasiliense publicado em Londres, em virtude da censura imposta pela Coroa Portuguesa, uma vez que, o mesmo fazia algumas críticas ao governo vigente. “Desde seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizaram e temem, por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais”.<sup>1</sup>

Ao longo dos tempos tivemos em nosso país uma proliferação de periódicos e, isso foi algo muito produtivo em nossa sociedade, pois os jornais são um meio de conhecermos a nossa história, e vemos como os fatos históricos foram vivenciados por cada agente histórico, uma vez que “A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado”.<sup>2</sup>

A imprensa é um instrumento de suma importância para a pesquisa histórica, uma vez que, ela é objeto da história no sentido, de ser uma fonte de consulta, e sujeito histórico na medida em que a mesma se constitui em meio de manipulação da sociedade. Contudo, é

<sup>1</sup> CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988, p.13.

<sup>2</sup> LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p.8.

importante ressaltarmos que por muito tempo os periódicos foram alvo de críticas e muita desconfiança no meio acadêmico, já que era visto como uma fonte tendenciosa e não passível de confiança. De acordo com a historiadora Tânia Regina de Luca, na década de 1970 era relativamente ínfimo o número de trabalhos que se utilizavam dos jornais como fonte para a investigação histórica, “[...] não era nova a preocupação de se escrever a História da Imprensa, mas relutava-se em mobiliza-lós para a escrita da história por meio da imprensa”.<sup>3</sup> Logo, os estudos nos jornais tinham um caráter mais confirmativo, pois ele não era a fonte principal e sim secundária. Para a referida autora, isso se justifica em virtude das tradições que dominavam o estudo de história até então, no qual se prezavam pelo uso de fontes que trariam a “verdade absoluta”, sem serem fontes tendenciosas, como se acreditavam serem os jornais, “Nesse contexto o historiador tinha por método a análise de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, e distanciadas de seu próprio tempo”.<sup>4</sup> Todavia, a prática historiográfica, teve profundas mudanças a partir dos anos finais do século XX, a partir da terceira geração da Escola dos Annales, que teve por escopo, propor uma pesquisa com novas abordagens, objetos e problemas. A partir de então, os periódicos começaram a ganhar mais espaço em meio acadêmico, não mais como fontes confirmativas e secundárias, mas sim como fontes principais nas pesquisas históricas.

Além dos estados contarem com seus jornais, matutinos e vespertinos, e estes serem de origem laica, ao longo dos tempos, a Igreja Católica, começou a divulgar seus próprios jornais no Brasil, sempre com o intuito de normatizar a sociedade de acordo com seus preceitos. No regime republicano, no qual, não tínhamos mais o Sistema de Padroado, e o poder espiritual estava desvinculado do poder temporal, a Igreja Católica fez uso da imprensa, como instrumento de manipulação da sociedade. Em um momento, em que a Igreja Católica estava remodelando suas formas de ação perante a população, uma vez que, ao mesmo tempo em que a separação com o Estado, trouxera insegurança trouxe também a liberdade de ação que essa instituição religiosa precisava.

De acordo com o pesquisador Oscar Lustosa, o mesmo identifica três fases para a implantação da Imprensa Católica no Brasil. Segundo Lustosa, a primeira fase esta inserida no período de 1830 a 1860, e ele dá o nome de Fase de Iniciação, no qual segundo o autor, esse

---

<sup>3</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanefi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p.111.

<sup>4</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanefi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p.111.

período é marcado pelo “primarismo da técnica de impressão”<sup>5</sup>, desse modo, podemos observar que a primeira fase, foi um momento de organização da Imprensa Católica no Brasil. Já a segunda fase denominada de Fase de Consolidação, que correspondeu ao período de 1870 a 1900, o autor identifica uma proliferação de periódicos católicos, que tentavam introduzir em nossa sociedade os pensamentos do poder eclesiástico, e fazer com que a população estivesse de acordo com tais pensamentos. Por fim a última fase intitulada de Fase da organização, que correspondeu ao período de 1900 a 1945, tem como um dos marcos mais significativos a criação do Centro e Liga da boa imprensa, que teve por finalidade máxima “orientar” tanto os jornais confessionais, quanto os periódicos ditos leigos, numa clara tentativa de induzir o jornais ao que deveria ser escrito e publicado nos mesmos.

Assim, podemos compreender que a imprensa foi e é um instrumento utilizado por diversos agentes sociais, na tentativa de manipular determinado grupo social, e que, portanto, a Igreja Católica com a propagação da imprensa brasileira, fez uso da mesma na tentativa de instruir seus fiéis tanto no período em que a mesma ainda gozava de mais autoridade na sociedade no chamado Sistema de Padroado, quanto no período republicano em a mesma teve que se adaptar a realidade de um sistema sem “alianças” explícitas com o poder temporal.

## **1.2 O Lar Católico e O Lampadario em Juiz de Fora/MG: a construção social das mulheres**

Na cidade de Juiz de Fora, tivemos vários jornais católicos em circulação, alguns com mais longevidade e outros com menos. No presente trabalho, iremos dar ênfase a dois periódicos católicos, o primeiro denominado de O Lar Católico e o segundo intitulado de O Lampadario, que tiveram longa vida e também se constituem em fontes de suma importância para a análise histórica do presente artigo, pois é importante ressaltar como os mesmos fizeram parte do imaginário e das construções simbólicas de nossa sociedade.

O Lar Católico teve dois momentos na cidade de Juiz de Fora. Em 1892 por iniciativa do Padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café, foi colocado em circulação o jornal Lar Católico, foi um jornal bissemanal que teve duração de aproximadamente um ano. Já em 1912, sobre a direção da Congregação do Verbo Divino temos a segunda fase do jornal.<sup>6</sup> Com relação à segunda fase do referido período a historiadora Mabel Salgado Pereira, destaca que:

---

<sup>5</sup> LUSTOSA, Oscar. Os bispos no Brasil e a imprensa. São Paulo: Edições Loyola, 1983, p.13.

<sup>6</sup> JUNQUEIRA, Lígia de Souza. Educação e Imprensa Católica: a influência dos periódicos O Lar Católico e o Lampadario no município de Juiz de Fora. Anais de III Encontro nacional do GT História das Religiões e das

Outra obra de destaque dos verbitas na qual também mostraram seu espírito reformador, referere-se à imprensa. Nesse sentido seguiam as orientações do episcopado brasileiro, enviando quantias anuais para a diocese em auxílio à Boa Imprensa, além de criar um jornal católico semanal para a cidade. O novo jornal ganhou o nome do antigo Lar Catholico, acrescentando apenas o artigo “O”, porém ao longo do tempo, houve mudanças e passou a se chamar A Bússola, voltando depois a ser O Lar Catholico [...]<sup>7</sup>

O jornal O Lar Católico, em sua segunda fase, foi um periódico semanal, normalmente tinha de quatro a seis páginas, nas quais além dos eventos religiosos que eram anunciados, também se tinham orientações para as famílias, bem como, se ter um bom casamento, a criação dos filhos, as roupas e comportamentos adequados para as mulheres, também tínhamos a parte de publicidade, que ajudou o jornal a circular na cidade de Juiz de Fora até o ano de 1986, quando foi transferido para Belo Horizonte.

Com relação ao jornal O Lampadario, o mesmo teve seu primeiro exemplar em circulação, no mês de março de 1926, o referido periódico foi uma iniciativa do bispo Dom Justino José de Sant’ana, que acreditava ser fundamental a diocese ter seu próprio jornal, a fim de produzir e difundir a ideologia católica na cidade de Juiz de Fora. O referido jornal também era semanal, circulava um novo exemplar na cidade a cada sábado, geralmente tinha de quatro a seis páginas, contanto com artigos relacionados à conduta familiar, assim como o outro periódico também tinha uma parte destinada a publicidade que ajudou em sua manutenção até a década de 1960, quando se tornou boletim do jornal O Lar Católico.

De acordo com as pesquisas de Riolando Azzi, ele identifica que:

Apesar da propalada necessidade de uma maior presença da Igreja Católica entre os meios de comunicação social, O Lampadario apresenta-se com uma marca profundamente “diocesana e paroquial”, ou seja, limitando suas notícias à esfera eclesiástica, e apresentando-se assim como um periódico marcadamente clerical. De qualquer forma, essa visão de bilota estreita coadunava-se perfeitamente com o modelo da restauração católica e da neocristandade, em fase de implantação. Se competia à hierarquia católica marcar as diretrizes para a vida social e moral do país, era importante também que as pessoas tomassem cada vez maior conhecimento sobre o funcionamento e as atividades da instituição católica.<sup>8</sup>

---

Religiosidades –ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859, p.4.

<sup>7</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924). Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004, p.95.

<sup>8</sup> AZZI, Riolando. Sob o báculo episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000, p.282.

Desse modo, tanto O Lar Católico quanto O Lampadario, estavam juntos nesse processo reformador da Igreja Católica, no qual, a imprensa se constituía em um instrumento de suma importância para a propagação dos preceitos católicos. Pois, o poder eclesial muito preocupado com a formação moral e religiosa das pessoas, se utilizou dos jornais como uma ferramenta de instrução para a sociedade.

Logo, é importante ressaltar que ambos periódicos tinham por escritores de seus artigos os próprios clérigos e que raras vezes pessoas desvinculadas do clero escreveram nos referidos jornais, e que também os mesmos eram de assinatura, desse modo não eram destinados a massa popular como um todo, mas sim aos grupos detentores de poder econômico e cultural em nossa sociedade.

Ambos os períodos tinham uma grande preocupação com a formação moral das mulheres, em pleno regime republicano a Igreja Católica tentava normatizar as relações no espaço e no tempo, identificando que o espaço público seria relegado para os homens, no qual os mesmos exerceriam atividades em prol da manutenção de suas respectivas famílias, e para as mulheres seria “mais adequado” realizar tarefas domésticas, ou seja, ficarem reclusas ao ambiente de casa, sendo consideradas as “Rainhas do lar”, “Considerando a mulher como um ser incapaz de se autogovernar, os prelados atribuíam a si a tarefa e a missão de orientá-las em sua vida particular e social”.<sup>9</sup>

O próprio código civil referente ao período de análise do presente artigo classificava os homens como “capazes” e as mulheres como “incapazes”, mais uma vez reforçando a orientação da Igreja Católica em fazer com que as mulheres ficassem reclusas dentro de suas casas. Assim, como enfatiza a pesquisadora Keila Grinberg, “[...] Diferenciando homens e mulheres entre capazes e incapazes, filhos legítimos e ilegítimos, o código não só contribuiu para perpetuar antigas relações patriarcais como também introduziu conteúdos morais [...]”.<sup>10</sup>

Em um artigo do jornal O Lar Catolico de 25 de janeiro de 1942, intitulado de Matrimônio cristão: deveres dos pais para com os filhos, é enfatizado a importância de se pensar no futuro dos filhos, que o melhor patrimônio que os pais podem deixar para os mesmos é a educação moral e religiosa, ainda no referido artigo temos uma crítica as mulheres que gastam dinheiro com roupas caras ao invés de gastarem com destino a seus lares. Nesse artigo, é

---

<sup>9</sup> AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p.129.

<sup>10</sup> GRINBERG, Keila. Código civil e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.47.



reforçado que não se pode ter interesses individuais mas sim coletivos em prol da família, e que em grande medida a mediadora dessa situação serão as mulheres que são responsáveis pela manutenção da harmonia do lar, de acordo com a ideologia católica.

Em um segundo artigo ainda do jornal O Lar Católico, do dia 25 de abril de 1943, intitulado de A Mulher, temos a seguinte frase “[...] As mulheres formarão os novos homens si elas se conservarem religiosas e educadas na grandeza moral de Jesus”. Também é enfatizado o quão frágeis são as mesmas e que por isso precisam ser orientadas, pois estão pretensas a cair em tentações bem como o amor livre. Podemos observar que ambos os artigos, irão enfatizar a importância das mulheres nas famílias, pois as mesmas que tem a “obrigação” de cuidar de seus filhos e de seus maridos para que os seus respectivos lares tenham harmonia.

Ainda no mesmo jornal, temos um artigo do dia 30 de julho de 1944, intitulado de Lar e Família, nele temos uma figura que faz alusão, ao que seria um modelo ideal de esposa. Na referida ilustração podemos observar uma mulher servindo o que deve ser provavelmente o jantar, a seu marido, isso faz menção segundo ao pensamento católico, que a mulher deve realizar suas tarefas exclusivamente em ambiente privado, já que o trabalho fora de casa estaria relegado ao homem, assim a mesma estaria contribuindo para a harmonia de seu lar, uma vez que, ao trabalhar fora de casa estaria deixando sua “missão” de ser uma boa mãe, esposa e dona de casa.





Já no jornal O Lampadario, também temos um discurso de valorização da mulher no ambiente doméstico, sendo veementemente criticado o trabalho da mesma fora de casa, uma vez que, ao fazerem isso estaria deixando sua “missão” de lado, que seria ser uma boa mãe, esposa e dona de casa exemplar. O artigo do dia 25 de fevereiro de 1939, intitulado de A Mulher, diz,

Da educação do berço depende o caráter de futuros cidadãos que, mais tarde, no desempenho de sua missão, atuarão como elementos valiosos ou máus. Parece exagero falar-se desse modo mas a pratica de todos os dias nos mostra que assim sucede. O homem quando é sábio nas ciências profanas, sem amor e temor a Deus, é sempre um orgulhoso e, como tal, veiculo de desordem e perdição. O exemplo do que estão colocados em situação eminente, materialmente falando, tem sempre maior repercussão. Disse alguém muito conhecedor, da sociedade, sacerdote, que as coisas, caminham melhor. Graças a Deus que se apiedou de nós e que, em que talvez, em atenção aos justos, nos vem poupando de grandes horrores. Mas, se o futuro é assim, promissor, muito ainda se tem a fazer na educação da família. Vejamos uma moça educada para o mundo. Jamais será uma excelente mãe, na verdadeira acepção do termo. Como poderá dar aquilo que não recebeu? Mães há que, indiferentes ao que trás as verdadeiras vantagens as filhas e a si, que é dar-lhes uma educação christã, descuram por completo dessa matéria. E o que se vê como triste resultado? Moças que vivem exclusivamente para as coisas do século, incapazes de se mortificar, falidas para a execução de qualquer obra bôa e meritória, que exija algum sacrificio. Há bem pouco, no despontar de uma aurora brilhante de progresso, a entrada do ensino religioso nas escolas, uma multidão de professoras negaram-se a ensinar a religião. Que tristeza? Educadoras que não educam! A Ação Católica é exercida por cada um no seu estado. Sómente assim, com um Brasil de bôas mães, poderemos contar com um futuro digno para os brasileiros.

Ainda em outro artigo do dia 26 de outubro de 1940, intitulado de O lar e a mulher, temos o seguinte prenúncio,

Somos dos que continuam a pensar que a mulher deve ser o “Anjo do lar” e não concordamos com a evolução do século atual ser uma “pieguice romantica” entrando na luta aspera da vida, trabalhando ombro a ombro com o homem, sendo enfim uma concorrente do homem na febril época atual, muitas vezes em contradição com a sua delicada psicologia. Há quem pense que a mulher que não trabalha fóra do Lar, é uma parasita, só consome e não produz! Então procura um emprego publico, comercial ou outro que renda o suficiente para a sua manutenção, seja enfim independente! Mas valerá mesmo a pena deixar o recato do seu lar, masculinizar-se procurando igualar-se ao homem?

Logo, é possível observar que ambos os artigos enfatizam a importância da permanência das mulheres em suas respectivas casas, pois ao trabalharem fora das mesmas estariam deixando para trás, os cuidados com seus lares e a educação moral e religiosa de seus filhos.

Muitos acreditavam, ao lado de teóricos e economicistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas se trabalhassem fora do lar [...]<sup>11</sup>

Desse modo, podemos identificar que ambos os jornais tentam fazer uma construção social do que é ser mulher em nossa sociedade, a Igreja Católica embasada por seu próprio discurso normativo, com auxílio do discurso jurídico que definiu as mulheres como seres “incapazes”, vai definir que o espaço “condizente” para as mulheres é o espaço privado, ou seja, o espaço do lar. Assim, como enfatiza Bourdieu que, “o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação”.<sup>12</sup>

Agora, temos que pensar que esse discurso normativo não cabia a todas as mulheres de nossa sociedade, uma vez que, quando estudamos a História das Mulheres, temos que levar em consideração as especificidades das mesmas, dos grupos aos quais as mesmas pertencem. Já que assim como enfatiza Rachel Soihet, “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres só [...].”<sup>13</sup> Logo, como falado no início, ambos os jornais utilizados para a feitura desse artigo eram destinados a determinados grupos sociais, e não a população como um todo, na medida em que eram jornais de assinatura e seu discurso não cabia a todas as famílias. Assim, temos uma construção social do que deveria ser um modelo ideal de mulher que não atendia a demanda de toda a população, logo aquelas mulheres que não poderiam se encaixar nesse modelo seriam inferiorizadas e como diria a pesquisadora Cláudia Fonseca, “[...] Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava a sofrer o pejo da mulher pública”. Em um mundo marcado pela dicotomia do público para os homens e o privado para as mulheres essa visão tinha por finalidade construir um sistema normativo para as mulheres.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009, p. 585.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.17.

<sup>13</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009, p. 362.

<sup>14</sup> FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009, p.516.

## Considerações Finais

Desse modo, podemos concluir em um primeiro momento que, no que se refere aos jornais como fontes históricas, os mesmos tem grande legitimidade em meio acadêmico hoje em dia, uma vez que, são parte constitutiva da sociedade, e logo devem ser analisados como instrumentos de construção do pensamento historiográfico, trazendo consigo novas problemáticas para os historiadores. Pois é de suma importância ressaltar que, os jornais foram e são instrumentos utilizados por diversos agentes históricos, a fim de serem produtores e difusores de ideais.

Já com relação à construção social do papel da mulher em nossa sociedade, promovida pelos jornais católicos da cidade de Juiz de Fora, que foram utilizados para a presente pesquisa, é importante ressaltar, que a ideologia normativa do poder eclesiástico não cabia a todas as mulheres de nossa sociedade, uma vez que, os grupos sociais formados pelas mesmas tinham suas especificidades. Contudo, essa ideologia não deixou de transitar em nossa sociedade, fazendo assim surgir na mesma uma construção social do modelo ideal de mulher, categorizando as mesmas de acordo com sua “postura”.

Assim, podemos concluir que as mulheres a partir da leitura dos jornais citados para essa pesquisa, tinham regras e comportamentos a serem seguidas a partir da instrução católica, e que aquelas que por ventura não as seguiam poderiam ser julgadas, pois em um mundo com esferas tão definidas para homens e para mulheres, aquelas que estivessem no lugar “dito masculino”, teriam sua moral questionada.

## Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando; GRIPJ, Klaus van der. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Sob o báculo episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.p.510.553.

GRINBERG, Keila. Código civil e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JUNQUEIRA, Lígia de Souza. Educação e Imprensa Católica: a influência dos periódicos Lar Católico e o Lampadario no município de Juiz de Fora. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES –ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859.

LUCA, Tania Regina de; Martins, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanefi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Oscar. Os bispos no Brasil e a imprensa. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

PEREIRA, Mabel Salgado. Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924). Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.p. 578-606.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362- 400.

## Um estudo sobre o gênero feminino na produção das artistas Cindy Sherman e Sophie Calle

**Natalia da Silva Candido**

Mestre em arte

UERJ

E-mail: nataliacandido@gmail.com

**Resumo:** Investigar a relação de poder que há entre os gêneros e como pode afetar os trabalhos artísticos das artistas escolhidas, podendo ser de maneira sutil ou exagerada. Se há algum desejo de pertencimento a essa identidade de gênero ou se escapa. Porque é preciso entender que identidade é uma narrativa e um personagem que atuamos na sociedade para assim cumprir nossa função nela ou escapar a ela criando uma outra coisa.

**Palavra-chave:** gênero; arte; feminino; corpo.

**Abstract:** This work seeks to investigate the relation of power that exists between the genres and how it can affect the artistic works of the chosen artists, being able to be of subtle or exaggerated way. If there is any desire to belong to this gender identity or it escapes. Because we have to understand that identity is a narrative and a character that we act in society to fulfill our function in it or escape from it by creating something else.

**Keyword:** genre; art; female; body.

Como diretriz da sociabilidade, “o estereótipo dá acesso a uma ‘identidade’ baseada tanto na dominação e no prazer”<sup>1</sup>, operam como uma categoria discursiva de repetição de signo acentuando ora a repetição de uma norma, fato ativado pelo processo civilizatório, ora a subversão marcada, muitas vezes, pela diferença cultural. Dentro de um processo civilizatório, as performatividades de gênero tornam-se uma forma de reconhecimento e identificação de algo facilmente repetido e que apenas possuem validade na ordem do discurso. Dessa forma cria-se uma série de práticas baseada em falas de hierarquização cultural, cujo sujeito vem a ser aceito ou negado a uma singularidade de práticas normativas, de diferença, percebidos como múltiplas. Porém, o estereótipo traz consigo a sensação de um porto seguro na identificação. Uma construção que se dá a partir do reconhecimento de uma origem comum ou partilhada em grupo ou com pessoas. O processo se dá na marcação de fronteiras simbólicas em contraste ao diferente, a partir de aceitações de um coletivo capaz de garantir o pertencimento. Seguindo o esquema cultural de diferenciação, podemos concluir que há sim uma diferenciação. A estimulação por aparato cultural e midiático tem como principal meio condutor a manutenção do pensamento vigente.

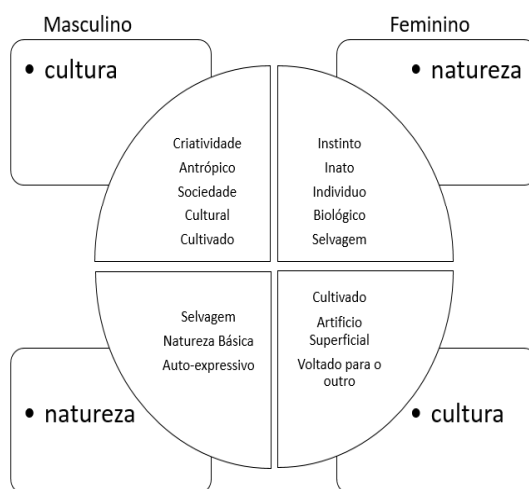
---

<sup>1</sup> Bhabha, Homi K.. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2 ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 130.

Os sintomas do contemporâneo sobre gênero estão ocultos nas naturezas subjetivas das diferenciações culturais apresentadas. A partir de fraturas, fissuras e dissensões, as imposições de gênero passam a ser questionadas junto às cicatrizes do próprio sistema patriarcal e de relações de poder. Crenças limitantes definem a base do que vivemos. Quando pensamos nos dois objetos de estudo deste trabalho, Sophie Calle e Cindy Sherman, compreendemos a dimensão que se pode evidenciar quando se resolve tratar na primeira a revolta, a insurgência, e na segunda as várias facetas que o feminino pode adquirir.

As formas arraigadas de diferenciação cultural binária, home-mulher, masculino-feminino, são demonstradas por um esquema exemplificado no livro *O efeito etnográfico e outros ensaios*, de Marilyn Strather. A antropóloga estuda a organização cultural da tribo Hagen e traça um pequeno esquema organizado de maneira sistemática para assimilar culturalmente aquela sociedade. Ao ler está passagem o esquema e a forma pareceram peculiares e possivelmente adaptativos para nossa sociedade. Entretanto, um detalhe importante em nossa cultura ocidental em relação à distinção dos Hagen, seria onde a relação entre masculinidade e negócios, indústria, leis e ciências. Ou seja, historicamente, o homem esteve ligado à ação, ao empreendimento e ao progresso. Sendo assim, à feminilidade caberia todo o oposto como à experiência subjetiva, emocional e passiva, nunca como objetiva, irônica e com controle de suas escolhas estéticas.

### Masculino-Feminino como símbolo de cultura e natureza



Assim podemos entender o conceito de gênero, introduzindo o pensamento de Judith Butler no qual as construções de gênero se fazem a partir do contato que marcaria as diferenças. Como reflexão sobre si mesmo, a ideia de gênero não se mostra como algo absoluto e universal, essência ou substância do sujeito, mas sim uma construção de si próprio. Segundo Butler, citada por Vladimir Safatle:

*“[ becoming gendered ] (que é sempre, em certo sentido, tornar-se gênero para os outros) estabelece um campo de enredamento ético com outros”<sup>2</sup>* Vemos que para a autora a consciência do gênero está em uma experiência, onde a substância, o gênero, se estabelece pelo movimento ao se fazer um outro para si, e assumir esse “ser-gênero”. O interior das coisas é entendido como desejo em Judith Butler e há “*uma relação radical e constitutiva da alteridade*”.

O intuito de tais teorias seria dar voz aos sujeitos dominados e subjugados pelas classes dominantes de cada sociedade em que se vive. Os gêneros, então, guardam as divisões injustas e desiguais que a sociedade impõe, mantendo-se, não somente, o privilégio geográfico, mas a primazia da diferenciação cultural. Quanto ao pensamos de Butler percebemos que uma sociedade realmente livre é onde seres vivem em absoluta conformidade com a auto atribuições, cada qual segundo sua história. Pode-se, então, compreender e encaixar diversas singularidades e originalidades, justamente, por não se comportarem dentro de limites padronizados. Em, Sem Título #276, Cindy Sherman está vestida com um vestido branco, um véu e uma flor na mão como se fosse uma noiva. Porém, o estranhamento vem por ela estar com sangue menstrual aparente, onde as manchas do vestido remetem à sujeira, algo que não condiz com o que se espera e se imagina de uma noiva, principalmente se levarmos em conta os mitos da virgindade pré-nupcial. Tal imagem, no senso comum, se coloca para além do que sentimos confortáveis de ver e do que se espera que uma representação artística feminina deve parecer.

A crítica de Butler se caracteriza pela crítica ao sistema padronizado atual em que vivemos, pois há falhas ao não se abarcar a totalidade, as diferentes identidades e características de cada indivíduo, cada ser. O multiculturalismo e os múltiplos processos de identidades tornaram-se um problema ao sistema capitalista atual, que enraizou em seu processo características e *modus operandi* do que deve ser e colocou-o em contraposição a todos que não acompanham ou não cumparam com os pré-requisitos do esperado. Porém, a mesma lógica refutada pelo capitalismo, pode, em seguida, ser cooptada como comportamento do

<sup>2</sup> Butler, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004<sup>a</sup>. p.19.



consumidor. Antes disso, vemos que vários grupos estão fora ou vivem à margem do sistema, percebendo-se marginais quando o discurso se torna um adereço do poder através de discursos de ódio: homofobia, violência contra a mulher.

Quando se pensa em “feminino” fora do padrão, pensamos que o padrão se estabelece a partir do homem, com discursos que beiram a anomalia formando uma narrativa animalesca e descontrolada. A mulher torna-se um grande “outro”, torna-se a minoria dentro da sociedade, aquele ser que se transforma dentro de sua experiência. Impor ideias e normas nos relacionamentos interpessoais entre homens e mulheres, tinha e tem como objetivo a hegemonia social fundada no controle e na dominação masculina enclausurando a tarefa feminina na reprodução, partindo-se, principalmente, dos dogmas religiosos. Colocar como tarefa feminina o recôndito privado, tira da mulher o lugar da cidade e vida pública, seu lugar de discursar, de ter voz, limitando seu poder de atuação na vida política e pública. Ao tomar posse do seu lugar de fala, a mulher se torna masculina aos olhos da sociedade, e ao homem quando se cala para ouvir o clamar se desmasculiniza, portanto, as definições de gênero são perturbadas.

O ato da fala só pode ser reivindicado pela mulher quando a própria entende as relações de poder impostas a ela, assumindo sua voz contra as normas coercitivas. Em *Histórias Reais*, Sophie Calle, narra histórias de sua juventude, casamento e divórcio (não sabemos se essas histórias são reais ou não). Seu papel como narradora e personagem vem a ser central e insubordinado, contrariando os reforços dos conceitos sobre o corpo e atitudes femininas que eram endossados pela sociedade. Neste livro Sophie Calle utiliza um jogo de palavras entre a contradição de sua vida e sua insubordinação aos estereótipos.

Butler afirma em seu mais recente livro lançado no Brasil, *Quadros de guerra*, que a relação com a alteridade surge junto com a ideia de modernidade. Segundo a autora, quando ditamos o que deveria ser modernidade estamos dizendo quais seriam os pertencentes das sociedades avançadas e infantilizando quem não compactua e não faz parte desse círculo. Se você cumpriu com o seu dever de civilização e evoluiu e amadureceu o bastante para pertencer a este século, fica de fora do que poderia ser moderno. A própria modernidade é um sistema de forças e de dominação que reprime o sujeito e, em especial, os sujeitos femininos. Experiência comum de subjugação muitas vezes vivida pelas mulheres.

A crítica feminista parte do interior dos movimentos sociais e em suas premissas fundacionais abarcando a compreensão das bases normativas referentes aos seres que se identificam pelo gênero feminino. Em particular, a discussão se desenvolve dentro do âmbito

“sobre gênero e a sexualidade, feita no quadro teórico do feminismo”<sup>3</sup>. O estudo sobre o gênero feminino destina-se a entender as disparidades e desigualdades de gênero, seja no campo imaginário e no filosófico. Vemos que identidade se estabelece pelo movimento ao se contornar um outro, do mesmo modo que se estabelecem as diferenciações entre os gêneros. Assim podemos entender o conceito de identidade para Butler. Ou seja, imaginamos esse tornar-se gênero para construir-se diante do outro. Se as construções de gênero se fazem a partir do contato, um gênero difere-se dos demais ao se comparar com os demais indivíduos. Como reflexão sobre si mesmo, a ideia de gênero não se mostra como algo absoluto e universal, essência ou substância do sujeito, mas sim uma construção de si próprio.

Como exemplo dessas discussões, podemos refletir sobre as ações do coletivo nova-iorquino Guerrilla Girls. Formado no ano de 1985 por artistas mascaradas, disfarçadas de gorila, usando codinomes de artistas mulheres do passado, o grupo vai aos museus e galerias questionar as práticas no mundo da arte. Levam panfletos e cartazes questionando o motivo de a maioria dos artistas expostos em Nova Iorque ser branco, homem, europeu ou americano. Outra referência são as performances da artista Ana Mendieta que usava seu corpo como suporte para suas ações. Denominava-as de “Earth-body”, performances explorando sua identidade feminina e como mulher imigrante latina, querendo evocar “a mágica, conhecimento, e o poder da arte primitiva...para expressar imediatamente a vida e a eternidade da natureza”<sup>4</sup>, como a própria artista disse certa vez. Mas suas produções artísticas iam além de um puro misticismo, a própria artista procurava questionar as relações dentro do que acontecia nas negociações entre galerias e museus. Para uma exposição de 2004, o crítico Holland Cotter do *The New York Times* escreveu sobre Mendieta:

“veio como um alerta, era uma artista ambiciosa, que absorva em suas ideias e agia com as seguintes ideias: estéticas, étnicas, sexual, religiosa, política. Dentre suas melhores imagens, há uma em que seu corpo nu parece como um jardim de flores. Trata-se da morte e da transfiguração, e são, ao mesmo tempo, como corações partidos escritos na água de linha de poemas.”<sup>5</sup>

Quando o indivíduo constrói sua história através desses encontros e demais alteridades são criadas novas formas para a história da arte:

<sup>3</sup> Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In.: Silva, Tomaz Tadeu da. Quem precisa da identidade? In Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward, 15ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2014. Pág., 129.

<sup>4</sup>Tradução livre <https://www.artsy.net/artist/ana-mendieta>

<sup>5</sup> Tradução livre <http://observer.com/2015/11/three-decades-after-her-sordid-death-ana-mendietas-work-is-finally-getting-its-due/>

“instituindo um ‘eu’ cuja vida passada procura-se contar, narrar. O ‘eu’ narrativo contribui efetivamente com a história toda vez que tenta falar de modo ampliado, pois o ‘eu’ aparece de novo como perspectiva narrativa, e essa contribuição não pode ser totalmente narrada no momento em que fornece a âncora de perspectiva para a narração em questão.”<sup>6</sup>



**Imagem 1:** de Yagul, 1973 Lifetime color photograph, The Estate of Ana Mendieta Collectio.

Aqui, procura-se mostrar que o discurso sobre si mesmo nos trabalhos que lidam com arte e gênero feminino está compreendido na construção através do relato, e este relato será parcial a partir do ponto de vista em que a história é contada, como aponta Butler em seu livro *Relatar a si mesmo*. Por isso, sempre haverá motivos para a revisão desse relato e haverá algo do qual não deverá ser contado ou relatado através de palavras, pois estamos contando uma história através da arte. Há um eminente fracasso nesse relato, pois há um filtro em quem relata até no ouvinte que ouve este relato, e em ambos os casos a arte pode atravessar as duas instâncias. Uma fala e outra escuta à sua maneira e de acordo com o que já vivenciaram e do ponto de vista escolhido para ser narrado. Nisso, sempre haverá uma parcialidade.

Todas as identidades operam por meio da marginalização, ao construírem discursivamente os sujeitos abjetos, subordinados e marginalizados de acordo com o discurso simbólico atribuído a eles. Estas diferenciações definem o que seria a norma. Todo processo de construção do ser vem da reflexão sobre si mesmo em confronto, conflito, com o mundo externo. Isto estimula a construção da ideia de sujeito, ao se construir após reflexão, como uma

<sup>6</sup> Ibidem, p. 55.

universalização de todas as identidades, e mais como uma proliferação e aceitação dessas várias universalidades que são sua substancialização discursiva.

A exclusão das várias identidades marginais da sociedade vem sendo um dos problemas correntes do capitalismo, aumentando o processo da desigualdade, contribuindo para o aumento da pobreza, criando a polarização social. As vozes da opressão só vêm mudando de forma, mas sempre existiram, como nos processos da escravidão, das castas inferiores na Índia, dos que não possuíam “raça pura”, etc. A identidade que temos é compartilhada com o grupo, um aspecto que temos e torna-se compartilhado por outros. E a arte lida com tal identidade como conceito a ser transformado em imagem, partilhado, compartilhado como pensamento, protesto, revolta, patrulha. Todos transitamos por uma comunidade de ideais e valores, nossas múltiplas identidades culturais que estão sempre em negociação no local aonde vivemos, ligando a todos pelo sentimento do coletivo. Com o multiculturalismo; termo que sugere a existência de muitas culturas; isto se dá de modo ainda mais intenso e não menos conflituoso. A construção dá-se através da luta para edificar uma espécie de babel e reforçar a identidade individual no encontro de várias outras, já que a identidade permanece nessa frágil condição transitória, tornando-se uma assimilação forçada por alegorias.

A relação de poder que há entre os gêneros e como pode afetar os trabalhos artísticos das artistas escolhidas, podendo apresentar-se de maneira sutil ou exagerada. Pendulamos entre algum desejo de pertencimento a essa identidade de gênero ou o escape da mesma. É preciso entender que identidade é, ao mesmo tempo, narrador e o personagem da trama em que atuamos na sociedade para assim cumprir nossa função nela ou escapar a ela criando uma outra via. Constroem-se a ideia do grande outro da cultura ocidental, a mulher, justamente, na construção dessa ideia de outro. E a arte problematiza a subjetividade quando atingida pela alteridade e por sua força estética. Mostra-se, então, nesta poética de aproximação, o olhar desse outro com o objetivo de enfraquecer a identidade do dominante, não se submetendo as alegorias a normas arraigadas. Na poética do feminino praticada por artistas contemporâneas, as vivências viram escrita, objeto artístico, construindo e reinventando os próprios signos de identificação. É nesta zona de contatos que investigamos e buscamos reconhecer aonde o discurso da identidade de gênero transforma-se numa zona de contato. Em tais discursos, muitas vezes, o estranho e o diferente será rechaçado, alocado para fora. Em Sem Título #177 há um manequim com as nádegas cheias de purulências, não dá para saber o que seria, apenas podemos supor que sejam de manequim e com vestes femininas.



**Imagem 2:** Sem título #177, Cindy Sherman, reprodução fotográfica, 1987.

A o gesto da entrega do presente em nossa cultura é considerado uma dádiva ou lembrança, ou seja, uma coisa que é oferecida a outra pessoa como sinal de apreciação. Conforme feita a segunda apresentação em que digo que culturalmente a mulher é voltado para o outro, remete ao tempo em que as mulheres eram as cuidadoras da comunidade enquanto os outros iam caçar. Para os seres do sexo feminino era relegado ao cuidado com o outro o dever do cuidado. Todos os conflitos que vivemos nos dias atuais vem do conflito gerado pela mudança de lógicas e paradigmas que está em plena transformação nos dias de hoje. Há uma busca por suas diferenças e afinidades, porém, ainda estamos presos em arquétipos passados o que ainda nos mantem fixados aos delírios culturais de gênero.

A invenção das linguagens masculina e feminina, ou dos seus arquétipos, exprime em sua lógica. O feminino e masculino são invenções da cultura para domesticar os corpos e torná-los mansos. A busca pela igualdade pareceu ser a primeira fase da transgressão, mas vemos hoje a mudança para uma busca pela diferença em sua identidade culturais e naturais, ditas.

Caso déssemos como certos a divisão de natureza e cultura determinasse uma certeza de realidade, essa ciência da realidade e dos engessamos que nos cercam delimitam nossos espaços de atuação dentro do que entendemos como sociedade. Os esquemas acima descrevem engessamentos dentro da noção cultura e natureza no imaginário dos papeis dados a determinados agente. A falta de sinalização mostrando uma fluência ou travessia entre esses papeis deve se ao fato de pretender ser uma tentativa de mostrar o exílio em que se agarrar a essas identidades pode trazer.

A importância da reflexão de Butler traz à tona a diferenciação entre identidade e políticas indenitárias, que sua diferença está baseada na exclusão dentro da construção do

discurso e produz sujeitos abjetos e marginalizados no campo simbólico. O próprio discurso seria o responsável por manter e regulamentar a norma, também inclui na argumentação de Butler a heteronormatividade como algo natural e compulsório do ser humano. E a inclui a ideia de gênero como algo performático. A identidade para ela está na relação do uso de uma base universal e na exclusão do diferente e privilégios.

Quando Sophie Calle convida outras mulheres para reagir por meio dela, está usando a identificação que todas possuem em comum, lembrando que há também um animal, o fato de se identificarem com o gênero feminino. Assim, estão interligadas pela identificação e a diferenciação cultural se dá pelo fato de que as respostas de ambas estão assumindo a voz dela, todas dão respostas indignadas ao homem em questão, o que acontece aqui seria uma inversão. O direito de resposta pública e compartilhada foi dado a estas mulheres, tornar público o direito a fala e linguagem desestabiliza a ordem dos privilégios.

Este dialogo crítico e reflexivo sobre a posição de como o estereótipo trabalha junto com o imaginário, deixando com que o lado de tomada da linguagem e do ato criador como sendo algo exclusivo ao sexo, em Cuide-se, há uma inversão, esse movimento está dado aos seres que se identificam e compartilham a experiência como se fosse parte da sua própria vivência. Tomam conhecimento do lugar da vivência e se colocam na zona do outro que sofre a ação e desse locam torna se invertem o sentimento de vítima e viram atores, incorporam o poder da linguagem. A artista ganha poder ao incorporar as normas e criar um produto artístico que ao mesmo tempo se torna uma exposição, transita entre a criação artística e curadoria, essas duas formas concebem uma estratégia de poder. Nem toda tomada de poder torna se opressora, neste caso, vemos que pode dar voz a todas como se fossem unificadas.

Cindy Sherman ao usar manequins assume o alegórico do sexo feminino, porque o discurso está em nós agindo para identificarmos aquilo como sendo algo de determinado gênero sem nem ao menos ter um corpo definido, como se faltassem suas partes. Aqui, cabe considerar que, muitas vezes, o discurso de gênero como estereótipo não flexibiliza qualquer tomada de posição, pois quando são encarnadas essas normatizações vêm como ameaça qualquer possibilidade de ruptura.

Ao falar sobre poder não estamos falando em um poder soberano sobre as coisas, mas sim, na ideia de um jogo de forças diante de vários pontos de resistência. O poder não age de uma maneira única e sistematizada, pois o fracasso da tentativa dos estereótipos de estabilizar os gêneros produz singularidades. Portanto, uma tomada de posição discursiva contrária será



vista como uma ameaça a essa zona complexa de rigidez. Essa forma limitante circula e constrói o discurso fetichista do outro, discriminando.

Esses jogos nos agenciamentos colocam nossa relação de cada um com o outro, ligando o fetiche como algo desejável. O estereótipo de gênero também pode ser como uma forma fixa em que se coloca uma das pontas do objeto político.

### Referências Bibliográficas

Aliaga, Juan Vicente. Orden Fático: Androcentrismo y violencia de género en las prácticas artísticas Del siglo XX. Madrid – Espanha, Akai, 2007.

Archer, Michael. Ideologia, identidade e diferenças, In.: Arte Contemporânea: Uma História Concisa. Tradução: Alexandre Krug e Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bhabha, Homi K.. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2 ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Bauman, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

Beauvoir, Simone de. O segundo sexo. Tradução: Sérgio Millet. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2009.

Belting, Hans. Antropologia da imagem. Tradução: Artur Mourão. 1ª Edição. Lisboa, Portugal. KKYM+EAUM, 2014.

Berger, Peter L.. Luckmann, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Editora Vozes: Petrópolis, 2014.

Butler, Judith. Undoing Gender. New York: Routledge, 2004.

Butler, Judith. Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?. Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução Marina Vargas. 1ª edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Butler, Judith. Problemas de gênero; feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 9ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

Butler, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução: Rogério Bettoni. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Calle, Sophie. Histórias reais. Tradução Hortencia Santos Lancaster. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

Elias, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade/ Norbert Elias e John L. Scotson; tradução: Vera Ribeiro; tradução do



posfácio à edição alemã, Pedro Süssenkind; apresentação e revisão técnica, Frederico Neiburg. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2000.

Cesar, Marisa Flórido. Nós, o outro, o distante na arte contemporânea brasileira. Rio de Janeiro, Editora Circuito, 2014.

García Canclini, Néstor. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. – 3ª Edição. 1 reimp. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

Jeudy, Henri-Pierre, O corpo como objeto de arte. Tradução: Tereza Lourenço. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 Edição, 1ª reimpressão, Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2015.

Hall, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva ( org. ). Stuart Hall, Kathryn Woodward, 15ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

Huyssen, Andreas. Memórias do modernismo. Tradução: Patricia Farias. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

Maffesoli, Michel. A transfiguração do Político: a tribalização do mundo. Tradução de Juremir Machado da Silva. – 3 edição – Porto Alegre: Sulina, 2005.

Pevsner, Nikolas. Academia de arte: passado e presente. Tradução: Vera Maria Pereira; Coordenação: Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Silva, Tomaz Tadeu da. Quem precisa da identidade? in Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva ( org. ). Stuart Hall, Kathryn Woodward, 15ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

Strathern, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo; Cosac Naify, 2014.

## Mulheres talhadas para a sociedade: representações e imaginários em manuais de boas maneiras

**Márcia Regina dos Santos**

Doutoranda em História

Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC

E-mail: marcia0705@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo problematizar questões relativas à elaboração das representações as quais configuraram imaginários sociais acerca das mulheres e suas condições nos âmbitos público e privado por meio da análise de dois manuais de etiqueta e boas maneiras das décadas de 1960 e 1990. Para tanto, o estudo foi desenvolvido a partir dos livros Aprenda as Boas Maneiras de Dora Maria (1961) e Na sala com Danuza de Danuza Leão (1992), sob a perspectiva da cultura escrita, considerada como um elemento mediador na elaboração de representações e da História do Tempo Presente, em uma análise multitemporal. A pesquisa buscou evidenciar a duração das prescrições formativas direcionadas às mulheres nesse tipo de literatura, bem como, os deslocamentos e as permanências identificadas no que tange ao comportamento esperado pelas mulheres dos períodos em que os livros foram produzidos.

**Palavras-chave:** mulheres; tempo presente; imaginários; representações.

**Abstract:** The present work has the objective to problematize questions related to the elaboration of the representations which have shaped social imaginaries about women and their conditions in the public and private spheres through the analysis of two etiquette manuals and good manners of the 1960s and 1990s. The study was developed from the books Learn the Good Ways of Dora Maria (1961) and In the room with Danuza Leão (1992), from the perspective of written culture, considered as a mediating element in the elaboration of representations and the History of Time Present, in a multitemporal analysis. The research sought to highlight the duration of the training prescriptions directed to women in this type of literature, as well as the displacements and permanences identified in what refers to the behavior expected by women from the periods in which the books were produced.

**Keywords:** women; time present; imaginary; representations.

Ainda que o poder de ler possa ser considerado um campo sem fronteiras, determinados tipos de leituras têm um público alvo e, algumas são direcionadas a funções e objetivos específicos. Os livros de etiquetas e boas maneiras são produtos culturais editados e difundidos no Brasil desde o final do século XIX e, em cada período representaram os sujeitos e os fazeres de um tempo. O potencial mobilizador da escrita pode ser vislumbrado em diversas relações que organizam, qualificam e estratificam os meios sociais. A escrita como instituição de poder delimita formas e sentidos valendo-se da sua característica de perenidade. Se foi escrito, pode ser guardado, reproduzido, difundido ou reapropriado. Os manuais de etiqueta e boas maneiras, nesse sentido, estabelecem identificação entre o representado e a representação que se alternam em negociação constante em torno de outros objetivos finais, como, por exemplo, a elaboração de imaginários coletivos (BACZKO, 1985). Em meio aos embates, algumas características tem

emergência no processo de mediação entre leitura e apropriação, possibilitado no universo do leitor, e, com o tempo naturalizado.

O presente estudo foi desenvolvido a partir dos livros *Aprenda as Boas Maneiras*, de Dora Maria (1961) e *Na sala com Danuza*, de Danuza Leão (1992), sob a perspectiva da cultura escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2002), considerada como um elemento mediador na elaboração de representações (CHARTIER, 1990) e da História do Tempo Presente<sup>1</sup>, com um diálogo multitemporal que reporta à presença de passados na configuração do presente e do futuro. Os manuais de Dora Maria (1961) e de Danuza Leão (1992), não obstante a distância temporal entre as duas edições, ambos anunciam portar estratégias de comportamento adequadas a convivência e às demandas sociais circulantes nos dois períodos. O objetivo de selecionar dois documentos com um considerável intervalo de tempo entre suas edições (31 anos) é de subjetivar os deslocamentos das prescrições destinadas às mulheres, haja vista as mudanças, lutas e resistências<sup>2</sup> ocorridas no período que separa a escrita dos dois livros.

Sob a condição de serem suportes que possibilitam a perenidade das palavras e a disseminação das ideias, a análise dos manuais está alocada na perspectiva da cultura escrita, na qual Antonio Castillo Gómez infere sobre a necessidade compreender as “consequências sociais e culturais da entrada no mundo do escrito” (2002, p. 18), num exercício subjetivo de construir interfaces entre as leituras e os leitores por meio da investigação das práticas sociais e culturais, as formas com se instituem e permanecem. Nesse sentido, se estabelece o diálogo com os estudos de Roger Chartier que entendem a construção de representação como uma disputa “onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social” (1990, p. 23). Portanto, os processos que desenvolvem caminhos para as transformações

---

<sup>1</sup> Esse campo da escrita historiográfica foi constituído a partir do uso do conceito de “tempo presente”, nomeado por Jacques Le Goff, na década de 1970, quando presidia a seção de História do Centro Nacional da Pesquisa Científica (CNRS), na França. O uso do termo configurou novas maneiras de fazer história e teve sua afirmação com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), fundado em 1978, na França. Novas perspectivas foram enfatizadas, destacando pesquisas e pesquisadores que se tornariam referências para a área, demarcando um campo de estudos sobre o tempo presente. Entre muitos autores, Henry Rousso (1991; 2009; 2016) afirmou ser uma história que não passa, René Remond (1996) defendeu o retorno do político como categoria de análise histórica, François Hartog (2013) se reportou aos múltiplos regimes de historicidade, Reinhart Koselleck (2006; 2014) inferiu sobre a semântica dos tempos históricos e François Dosse (2001; 2013) discutiu a contemporaneidade do não contemporâneo.

<sup>2</sup> Para saber mais sobre o assunto, quero destacar o livro “Nova história das mulheres no Brasil” (2013), organizado pelas pesquisadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, o qual apresentou artigos de várias outras pesquisadoras e pesquisadores que contemplaram os movimentos de transformação da condição das mulheres, suas lutas sociais, bem como a conquista de direitos igualitários.

são tão tensos quanto os que engendram as permanências, e, a produção de uma presença, nesse caso, uma representação, se constitui pelas vias das sutilezas e da produção de sentidos.

A forma como foram organizados os dois manuais apontam para essas sutilezas na elaboração da escrita. O manual de Dora Maria tem um índice com 13 itens e, apenas um deles está dirigido especificamente às mulheres, intitulado *A Mulher que trabalha*. Já o manual de Danuza Leão, está organizado em 25 capítulos e, apenas no último capítulo se faz uma referência à mulheres, sob o título *Mães e crianças*. Ainda que as referências sejam mínimas a textos escritos especificamente sobre e para mulheres, os dois manuais têm inúmeros diálogos que remetem a um público feminino, evidenciando práticas e espaços delineados como, preferencialmente femininos. Entretanto, como publicações que têm objetivos mercadológicos, necessitavam minimizar esses indícios, não fazendo distinções ou delimitações de público leitor.

Este livro não se destina à alta sociedade. É um livrinho genuinamente popular, que você deverá ter em casa, guardar em sua gaveta de trabalho ou levá-lo consigo no bolso ou na bolsa, para consultá-lo uma, duas, três ou dez vezes por dia, conforme se tornar necessário, durante suas atribuições no lar ou fora dele. (MARIA, 1961, p. 7).

Este livro quer facilitar a vida de uma tribo que trabalha, tem dinheiro mas não muito, deseja saber das coisas mas não tem tempo nem paciência para decorar regras. Gente que divide contas em restaurantes que, quando vai passar o fim de semana em casa de amigos, combinam ‘cada leva o quê’. [...] Também às vezes me dirijo aos homens, outras vezes às mulheres. Vocês vão entender, claro. Não gostaria de dirigir o livro a um só sexo, já que existem tantos”. (LEÃO, 1992, p. 15).

As duas publicações se dirigem a um público indistinto de gênero ou classe, entretanto, os conteúdos abordados, os exemplos utilizados para ilustrar situações, o aparato que constitui as prescrições de comportamento pensadas pelas autoras, configuram elementos de recortes nesse “todo” ao qual se dirigem as autoras. A concepção dos livros de etiqueta mantem um vínculo espesso com as motivações dos diversos tipos de suportes em que que as “regras de civilidade” começaram a circular há alguns séculos. Identificados com maior circulação provavelmente desde o século XVI, sob os mesmos princípios, esses manuais eram portadores de conjuntos prescritivos para as diversas circunstâncias da vida, tomando como base, a vida na sociedade de corte. Segundo Pilla, sobre as remodelações promovidas pelo rei francês Francisco I, em Paris

Esse empreendimento ‘civilizatório’ trazia em seu bojo também uma crescente preocupação em relação ao refinamento dos costumes, pois se

acreditava que as civilidades, sua aprendizagem e prática, influíam nas relações entre as pessoas e seriam ingredientes eficientes para a construção de um mundo mais agradável. Através de guias de conduta, a sociedade europeia do período procurou construir padrões de comportamento capazes de regulamentar a vida das pessoas frente a um período de transição. Não apenas as maneiras de falar e de pensar, as posturas, gestos, mas os comportamentos em geral acompanhando o curso de um processo civilizador. (PILLA, 2016, p. 152).

Esse período está, predominantemente, circunscrito a um tempo linear no qual a evolução é sinônimo de melhoria. Era previsto que as sociedades rumassem para condições mais aprazíveis, tanto no âmbito material, quanto espiritual e cultural. O refinamento dos hábitos era uma percurso a ser seguido pelos indivíduos no sentido de dar continuidade e um processo civilizador (ELIAS, 1993). Visão esta que se deslocou no tempo, de acordo com as conjunturas vigentes, no entanto, prevaleceu o foco que compreende como necessária a preparação dos indivíduos para uma convivência cordial e polida, bem como, a penetração em círculos sociais mais restritos. E, para tanto, continuaram a ser produzidos manuais.

Essa suposta educação fornecida pelos manuais de civilidade, tem como permanência as prescrições específicas para as mulheres. No âmbito privado, no trato com a casa, uma área compartilhada com a família, na década de 1960 recaía sobre as mulheres o dever de organização, manutenção, recepção de convidados, enfim, os afazeres relacionados a esse ambiente, eram de inteira responsabilidade das mulheres. Empenhar-se em desenvolver tais habilidades era uma garantia de que seriam bem sucedidas na administração de seus lares e, por conseguinte, na manutenção de seus casamentos. Essa perspectiva se fazia possível a partir de uma construção cultural a qual delineava o percurso de vida dos homens para uma formação profissional, empreendimento na carreira, formação e provimento de uma família e, para as mulheres, a preservação de uma reputação respeitável, a aprendizagem de afazeres domésticos e o casamento. Nesse sentido, os eventos ocorridos no ambiente da família eram de estrita responsabilidade das mulheres e, estas deveriam dispor de informações e práticas que tornassem o momento agradável para os presentes.

Toda a responsabilidade sobre o brilho de um jantar, recai na dona da casa, por isso cabe-lhe um grande esforço, no sentido de que tudo corra admiravelmente, quer conte com grande número de criados, quer disponha de apenas uma ajudante. (MARIA, 1961, p. 60).

Durante as visitas a dona da casa não deve ausentar-se da sala. (MARIA, 1961, p. 122).

A ênfase sobre os atributos da dona de casa embasava os julgamentos que conferiam o sucesso ou fracasso das reuniões sociais realizadas no ambiente familiar. Essas situações eram

o cenário dos convívios mais amistosos e descomprometidos, bem como, de oportunidades mais íntimas de se constituir novos laços sociais com objetivos específicos. Portanto, o desempenho da dona de casa na recepção era um fator importante para garantir o sucesso do evento, fosse o mesmo de qualquer natureza. Da década de 1960 para o final do século XX, é possível perceber algumas mudanças nos conteúdos do manual da autora Danuza Leão. O bom funcionamento do evento não permaneceu restrito à responsabilidade somente da anfitriã e, a colaboração das pessoas no serviço era vista como uma possibilidade de interação entre o grupo. Na abordagem sobre o mesmo tema, três décadas mais tarde, os homens foram sugeridos como participantes nas atividades. Segundo a autora, “é natural que fique um pouquinho nervosa no dia do seu jantar. [...] Se você mora sozinha. Encarregue um amigo do capítulo bar. Para isso os homens são muito prestativos” (LEÃO, 1992, p. 120-121). Ainda que, eles apareçam desempenhando alguma função, não há protagonismo. A disponibilidade era apenas no sentido de que se preciso for, poderiam auxiliar a dona da casa, a qual permanecia como responsável pelo evento.

O comportamento idealizado para as mulheres, nessas literaturas, era relacional e, não raro, em função da presença masculina. No manual de Dora Maria, quanto aos locais ou eventos públicos, também era possível identificar essa disparidade acerca das iniciativas e das escolhas.

Por mais pobres que sejam os pais, têm o dever de zelar por suas filhas moças e para que elas brinquem o Carnaval, estes devem pertencer a um clube onde as mesmas se divirtam sob suas vistas, dentro dos exatos limites que, por ingenuidade, não conseguem distinguir. (MARIA, 1961, p. 71).

Uma jovem que recusa uma dança com determinado par, não deverá fazê-lo com qualquer outro, pois seria extrema falta de delicadeza. (MARIA, 1961, p. 76).

Segundo Dora Maria, as jovens deveriam estar atentas para a forma como seriam observadas – e, talvez, julgadas – nos ambientes públicos. O comportamento das moças era atrelado a outras pessoas, as quais insidiam sobre as suas escolhas e atitudes. Não eram consideradas autônomas para distinguir situações de risco e deveriam mostrar-se sempre afáveis, para não desagradar ou causar incômodo ao grupo no qual participava. A forma como eram em sociedade lhes garantia a invisibilidade diante dos comentários pejorativos ou lhes condenava aos estereótipos negativos, era o embate entre a “moça de família X moça leviana”, constante no estudo de Bassanezi (2007), com base nas revistas “O Cruzeiro” e “Jornal das moças”. O exercício de contenção das emoções era sobremaneira cobrado das mulheres, uma vez que, a elas era atribuída uma natureza passional. Os ímpetos e as iniciativas eram reservados



aos rapazes, que, nos anos 60, majoritariamente, procediam as escolhas. Tempos mais tarde, os sentimentos e emoções ainda eram alvos de alguns critérios.

Namore, viaje, tenha filhos, more junto, até case. Mas cuidado para não se apaixonar. E falando em paixão: nunca se apaixone por um homem que não seja capaz de se emocionar. Não confie em ninguém, aliás, imune a emoções. (LEÃO, 1992, p. 151).

As controversas dicas de Danuza Leão, remetem aos percalços das relações amorosas, bem como, às dificuldades de as mulheres superarem o estereótipo da passionalidade. A autora ressalta a autonomia que as mulheres devem ter, no entanto, dá indícios da insegurança causada pela falta de confiança nos homens. A naturalização dos modos, legitimam e possibilitam a reprodução dos comportamentos, segregando mulheres e homens a serem de determinadas formas. Esse imaginário produz “pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz” (BACZKO, 1985, p. 309), constituindo, dessa forma, os valores sobre os quais se organizam e desenvolvem os diversos grupos sociais. Os manuais elaboram narrativas em que as funções e espaços de mulheres e homens são instituídos e as tensões pretendem ser minimizadas. Isso não difere nos ambientes profissionais, nas quais as relações delineadas entre empregados e empregadores, comumente, citavam as mulheres nos cargos auxiliares, constituindo na figura da secretária, um ícone da presença feminina no campo de trabalho.

As moças apresentam-se no escritório, usando saia e blusa, sem artifícios exagerados de maquilagem e não penteadas como se fossem a uma festa. Atendem aos chefes e patrões naturalmente, sem a intenção preconcebida – que, infelizmente impera entre nós – de agradá-lo, para merecer atenções particulares, lidando com as demais colegas com atitudes de prevenção que teriam para com rivais... (MARIA, 1961, p. 35).

A roupa das mulheres no ambiente de trabalho adquire uma conotação qualitativa quanto a sua postura para a execução de uma tarefa profissional. A adequação ao ambiente se define pelo não chamar a atenção do sexo oposto que, segundo o excerto de Dora Maria, geralmente está em cargos superiores de chefia e, não deve incorrer nos riscos do assédio. Não se deveria despertar os ímpetus masculinos, os quais eram e, por alguns grupos são, considerados íntimos – guardada uma dose exagerada de naturalização e preconceito. A vestimenta feminina para o trabalho circunscreve a concepção de masculinidade que atribuía aos homens as funções de proteção, sustento e superioridade na relação. Danuza Leão destaca que a disciplina deve ser imposta pelo homem que está no cargo de chefia, da mesma forma, que a discricção deve ser uma das qualidades observadas por parte da subordinada. Uma trama de subjetividades se intercalam, naturalizando a prática, comumente masculina, de inebriar-se pela



imagem e, ao mesmo passo, impõe um estereótipo de contenção de feminilidade às que ousam adentrar e permanecer no universo profissional ainda hoje em embates para desconstruir imaginários misóginos e desiguais.

Você é o patrão. Então, proíba sua secretária de dizer, ao telefone [...] Instrua sua secretária para quando você não quiser ou não puder atender ao telefone. [...] No ambiente de trabalho, deve-se evitar: salto muito alto, tênis; cores berrantes, elétricas; saia muito justa, muito curta; batom, esmalte vermelho; cabelos compridos e soltos. (LEÃO, 1992, p. 135-136).

A condição profissional das mulheres é personificada pela imagem da secretária, imaginada como uma mulher de boa aparência, bem vestida, com modos refinados, que pode conviver entre executivos de altos escalões. Portanto, ajustada a um padrão visual que delimita as suas construções identitárias e as suas preferências pessoais. A matéria vestimenta feminina é vislumbrada por intermédio de diversas inferências, que vão desde a adequação ao cargo profissional até observação de limites temporais.

A mulher inteligente, não se permite adotar qualquer característica da moda, pois os feitios, as tonalidades e as colorações, variam de acordo com cada tipo. Todas as idades têm seu encanto e Honoré Balzac tinha razão, quando elogiava a mulher de 30 anos... Por isso, é vão e pouco hábil por parte da mulher que deseja parecer mais jovem, adotar um modo de vestir-se adequado a quem conta 10 anos a menos! (MARIA, 1961, p. 148).

A imposição de normas consideradas adequadas ao biotipo e a idade das mulheres constitui um lugar específico das discussões sobre as condições sociais das mulheres<sup>3</sup> e os diversos tipos de violências simbólicas sofridas. A disciplinarização dos corpos de mulheres se vincula ao imaginário de vestimentas ideais, e, nesse sentido, as autoras corroboram da ideia de que aparência deve performatizar o modo como as mulheres querem ser tratadas e concebidas em seus grupos sociais. Para além da civilidade e o bom convívio, há intuítos de padronização e normatização, que, por conseguinte, condenam à discriminação as mulheres, que, por vezes, não estão de acordo com a prescrição. A questão estética também é abordada pelo foco de uma mulher idealizada.

---

<sup>3</sup> Entre as décadas de 1960 e 2000 foram inúmeros os eventos acadêmicos e institucionais que reportaram-se a criação, garantia, preservação e manutenção dos espaços e direitos das mulheres. Nessa esteira, desde 1992, é publicada a Revista de Estudos Feministas-REF, um periódico acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, apresentando relevantes discussões acerca das temáticas que envolvem a condição das mulheres. A publicação é disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>. E, ainda, sem o intuito de realizar uma revisão bibliográfica sobre o assunto destaco aqui alguns estudos da área da História (SOHIET, 1989; 2015) (DEL PRIORE; BASSANEZI, 2004) (PINSKY; PEDRO, 2012), da Antropologia (SARTI, 2001) (MACHADO, 2010), das Ciências Sociais (ALVAREZ, 1990,2000), os quais vêm contribuindo para a construção de reflexões acerca das representações sobre mulheres e seus lugares sociais.

Se você vai fazer uma plástica, é aconselhável que, na volta do hospital, um dos dois vá passar uma temporada em casa de amigos, ou num hotel. Só apareça quando a derradeira mancha roxa já estiver desaparecido. Quando estiver uma deusa. (LEÃO, 1992, p. 167).

Segundo a autora, as leitoras com as quais está dialogando, deveriam dispensar seus esforços sobre a preservação da aparência física. O ideal de beleza construído pela juventude é como um atributo que lhes qualifica diante de um companheiro, portanto, deve ser cultivado de forma discreta e incisiva, se for preciso – como é o caso de cirurgias plásticas. Novamente a etiqueta e as boas maneiras direcionadas às mulheres é apresentada de forma relacional, na qual os vestígios de um passado em que as jovens deveriam ter o cuidado de não desagradar os rapazes ao lhes recusar uma dança, emergem com a ideia de que deparar-se com os “roxos” de uma cirurgia plástica no corpo feminino pode causar desgosto ou, qualquer outro tipo de reação aos olhos masculinos.

Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum. (BACZKO, 1985, p. 311).

Em relação aos dois livros utilizados para este estudo, a escrita permanece em sua função de perenizar, divulgar, representar, instituir e dar a ver, ideias e discursos pertencentes ao universo em que se instala a relação entre a leitura e o leitor. Depreende-se dessa relação um diálogo possível entre os passados e presentes que condicionam, produzem e tensionam o lugar das mulheres em sociedade. A partir dessas leituras, foi possível vislumbrar sob quais balizas se desenha o lugar social de mulheres segundo a concepção das duas autoras que evidenciam as relações pertinentes ao seu tempo e ao tempo de sua escrita. No entanto, mais do que isso, emergem dessas escritas passados/presentes e presentes/passados que se cruzam e se confundem numa perspectiva de hierarquização de papéis e numa tentativa de enquadramento de comportamentos e atitudes que são e, não sei por quanto tempo serão, esperados das mulheres talhadas para a sociedade.

## Referências

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 607-639.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *História de la Cultura Escrita*. Madrid: Ediciones Trea, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- MARIA, Dora. *Aprenda as boas maneiras*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1961.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume 2: Formação d Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- LEÃO, Danuza. *Na sala com Danuza*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Elementos para a construção do *Honnêthomme* na França do século XVII: civilidade, *bienséance* e domínio da palavra. *Revista NUPEM, Campo Mourão*, v. 8, n. 14, jan./jun. 2016. p. 151-170.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 513-544.

## A homofobia nos projetos políticos da extrema-direita online: o caso do Stormfront.org.

**Luiz Paulo de Araújo Magalhães**

Mestrando em História

UFRRJ (PPHR/UFRRJ)

E-mail: luizpmagalhaesufr@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho eu descrevo e explico como aspectos programáticos do campo da extrema-direita têm sido divulgados através da Internet. Faço isso estudando o caso de discursos homofóbicos em um sítio eletrônico particular, o stormfront.org. Através dessa investigação experimental e restrita, vou sugerir que, apesar de variáveis, as manifestações de violência contra pessoas homossexuais e homossexualidades encontram seu princípio nos projetos políticos e nos esquemas de percepção de mundo característico desse acidentado campo.

**Palavras-chave:** Extrema-direita; Internet; Homofobia; stormfront.org.

**Abstract:** This paper describes and explains how programmatic aspects of contemporary manifestations of extreme-rightwing groups are spread on the Internet. It studies the case of homophobic discourses in a particular web site, the stormfront.org. By doing so, it is suggested that despite its variations, the violences against homosexual people and homosexualities perceived on extreme-right field have features in common, wich can be related to the field's political projects and worldviews.

**Key-words:** extreme-right; homophobia; internet; stormfront.

### I- Introdução

Nossas relações com as tecnologias e os suportes de informação e comunicação digitais são uma marca de nosso mundo – um mundo *multimídia*. Desde meados da década de 1990, falar dessas multifacetadas relações e desse mundo sem falar da Internet tornou-se uma coisa difícil<sup>1</sup>. Produto da ação humana e de processos difusos de desenvolvimento, a Internet, como sugeriu o sociólogo Manuel Castells, tornou-se uma espécie de tecido de nossas vidas. Além de poder abarcar nossas atividades, ela pode organizá-las<sup>2</sup>.

Os cientistas sociais percebem esse potencial de várias formas. Variadas são também as formas pelas quais eles têm lidado com essas relações. Por exemplo, em um terreno desse campo, eles têm buscado compreender os efeitos, as implicações, as consequências etc. dos usos difusos que fazemos dessas tecnologias em termos de participação política. Mas não é só isso. Os cientistas sociais também têm se preocupado cada vez mais com a relação da Internet com as formas do Político: como instituições, partidos, movimentos sociais, campanhas

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.p. 312-320.

<sup>2</sup> C.f. CASTELLS, Maunuel. *The Internet galaxy: reflections on the Internet, business, and society*. Nova Iorque: Oxford Universidade Press, 2001.

eleitorais, organizações civis etc., têm sido impactados pela Internet?<sup>3</sup> As respostas não são menos diversas que o léxico de cyber ou e-palavras em que elas são dadas. Entretanto, por assim dizer, parece ser um lugar comum a ideia de que a Internet produz efeitos e implicações sobre as formas do Político e sobre os comportamentos políticos<sup>4</sup>.

Os pesquisadores das manifestações contemporâneas da extrema-direita não estão alheios a essa premissa. Alguns deles têm sugerido que a Internet tornou-se uma ferramenta organizativa privilegiada e estratégica para grupos que, de outra forma, encontrariam restrições no espaço público<sup>5</sup>. Os trabalhos empíricos que aprofundam esse apontamento são poucos, mas o confirmam. Por exemplo, o trabalho de Burris, Smith e Strahn, através da análise de redes social (*social network analysis*) em um sítio eletrônico particular, mostrou como grupos da extrema-direita têm usado a rede para criar, além de interconexões, uma estrutura organizacional e mobilizadora eficiente<sup>6</sup>. Trabalhos de Manuela Caiani em cooperação com outros cientistas têm mostrado como esses grupos têm usado a Internet de maneira variada tanto para internacionalização, organização, propaganda, quanto para recrutamento e financiamento<sup>7</sup>. O trabalho conjunto de De Koster e Houtman<sup>8</sup> e o de Thompson<sup>9</sup>, através de abordagens diferentes, mostram como laços de solidariedade, identidade e comunidade são formados entre usuários de um mesmo sítio eletrônico que se percebem isolados e preteridos *off-line*.

<sup>3</sup> C.f. CHADWICK, A. HOWARD, P.H (Orgs.). *Routledge Handbook of Internet Politics*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

<sup>4</sup> C.f. por exemplo: idem; DIJCK, J. *The culture of connectivity: a cultural history of social media*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013; CASTELLS, M. *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. Cambridge: Polity, 2015; COLEMAN, S; BLUMER, J.G. *The Internet and the democratic citizenship: theory, practice, and policy*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009; BUCKLER, S. DOLOWITZ, D. *Politics on the Internet: a student guide*. Nova Iorque: Routledge, 2005; HOFF, J.; HORROCKS, I; TOPID, P. (Orgs) *Democratic governance and the new technological mediated innovations in political practice in Western Europe*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2000.

<sup>5</sup> C.f. por exemplo, WEINBERG, Leonard. Violence by the far-right: the American experience. In: TAYLOR, M.; HOLBROOK, D.; CURRIE, P.M. (Orgs.). *Extreme right wing political violence and terrorism*. Nova Iorque, Londres: Bloomsbury Academic, 2013, Cap. 2, p. 25-26; EATWELL, R. Surfing the great white wave: the internet, extremism and the problem of control. *Patterns of Prejudice*, v. 30, n.1, p. 61-71, 1996.

<sup>6</sup> BURRIS, Val; SMITH, Emery; STRAHM, Ann. White Supremacist networks on the Internet. *Sociological Focus*, vol. 33, n. 2, 2000.

<sup>7</sup> CAIANI, M.; KOREL, P. A Transnational Extreme Right? New Right-Wing tactics and the use of the Internet. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, vol. 39 n.3, 2014; \_\_\_\_; PARENTI, L. The cyber-hate in Spain: Extreme Right organizations and the Internet. *Análise Social*, vol.46, n. 201, 2011; \_\_\_\_; \_\_\_\_ The dark side of the web: Italian right-wing extremist groups and the Internet. *South European Society & Politics*, vol. 14, n.3, Setembro de 2009; \_\_\_\_; WAGEMANN, C. Online networks of the Italian and German Extreme Right: an explorative study with Social Network Analysis. *Information, Communication & Society*, vol.12, n.1, 2009.

<sup>8</sup> KOSTER, Willem De; HOUTMAN, Dick; ‘Stormfront is like a second home to me’. *Information, Communication & Society*, vol. 11, n.8.

<sup>9</sup> THOMPSON, K.C. Watching the stormfront: white nationalist and the building of community in cyberspace. *Social Analysis: The International Journal of Social and Cultural Practice*, vol 45, n.1, Abril de 2001.

Estes trabalhos lidam com efeitos e implicações propriamente organizacionais dos usos da Internet por grupos e pessoas ligadas à extrema-direita. Ainda não foram produzidos trabalhos que tratem das formas pelas quais os programas políticos, as ideologias formalizadas e os esquemas de percepção de mundo são disseminados, produzidos e reproduzidos através dos usos dessas tecnologias e de seus suportes por grupos de extrema-direita. Partindo dessa vaga, eu proponho aqui uma investigação experimental que visa descrever e explicar como, em um caso particular, aspectos programáticos da extrema-direita são circulados *on-line*.

Para tornar viável a investigação, eu tomo como caso para estudo a manifestação de discursos homofóbicos no stormfront.org, um sítio eletrônico hospedado e operado dos EUA. Nas duas próximas seções eu instrumentalizo os conceitos e as ferramentas analíticas que uso para o caso e apresento os resultados das investigações.

## II- Extrema-Direita e Homofobia

Falar de extrema-direita e falar de homofobia é, entre outras coisas, falar de territórios acidentados, conceitos polivalentes e polissêmicos. Considerando isso e os potenciais problemas da refração desse caráter no trabalho de pesquisa, eu operei uma síntese levou em conta regularidades teóricas de categorias de análise amplamente aceitas e o material empírico colhido no processo de investigação. O que proponho são conceitos provisórios e operacionais, capazes de servir como ferramentas descritivas e explicativas eficazes no caso que estudo.

Os cientistas sociais que lidam com as manifestações contemporâneas da extrema-direita usam diferentes unidades de análise e métodos. Uns classificam o fenômeno através de abordagens topológicas, outros produzem tipologias variadas, seja em relação a um sistema político seja em relação à sociedade englobante, seja em relação a aspectos ideológicos ou ainda a um estilo político particular (anti-sistema, populista, etc.). Em alguns casos, a imprecisão da noção ou dos usos do termo “extrema-direita” e de outros alternativos a ele parecem formar uma espécie de “Torre de Babel”, como sugeriu Pierro Ignazi<sup>10</sup>.

Entretanto, olhando, por assim dizer, em perspectiva para o conjunto desses trabalhos, das definições e dos aparatos conceituais que eles produzem, a operacionalização de uma noção

---

<sup>10</sup>IGNAZI, P. The extreme-right: defining the object and assessing the causes. In: ZOLBERG, A.; SCHAIN, M.; HOSSAY, P. (Orgs.) *Shadows over Europe: the development and impact of extreme-right in Western Europe*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002, cap.2. pp.21-38. C.f. também: TAYLOR, M.; HOLBROOK, D. The political extreme right wing: dissecting conceptual ambiguities. In: TAYLOR, M.; HOLBROOK, D.; CURRIE, P.M. (Orgs.). *Extreme right wing political violence and terrorism*. Nova Iorque, Londres: Bloomsbury Academic, 2013, Introduction, pp. 1 -15.



de extrema-direita torna-se possível sem que haja desfalques no caso que estudo. Essa definição possível é provisória e programática, produzida a partir de uma síntese dos trabalhos de referência e do material colhido na investigação empírica<sup>11</sup>.

Assim, de maneira controlada, eu partirei do pressuposto de que falar de extrema-direita é falar de um campo político de fronteiras difusas, ocupado por grupos diversos em diferentes posições. Mais precisamente, suponho que falar da extrema-direita é falar de grupos, movimentos, partidos ou organizações diversas que defendem projetos de políticos e compartilham percepções do mundo social baseadas em racismo, em nacionalismos excludentes e na oposição a valores, princípios ou práticas consideradas típicas das democracias liberais, tais como os de igualdade e dignidade humana.

No caso do conceito de homofobia os problemas não são menores. De diversas formas, e desde os anos 1970, o termo tem sido usado para descrever violências contra pessoas homossexuais e homossexualidades. No seu uso original, o termo diagnosticava um transtorno mental ou de personalidade caracterizado pelo medo ou pela aversão a pessoas homossexuais. Na medida em que esse uso foi sendo criticado pelos reducionismos ou substancialismos que produz como diagnóstico pessoal e patológico, novas formas de tratar do problema foram sendo sugeridas sem prejuízo do termo, que, entretanto, passou a receber usos cada vez mais difusos<sup>12</sup>.

O sociólogo Barry D. Adam propôs uma forma de resolver esse problema e alguns outros derivados de abordagens alternativas amplamente usadas. Ele produziu uma revisão crítica de trabalhos que tratam da homofobia, organizando-os em três grandes categorias analíticas não unitárias: a dos estudos estruturalistas, a dos estudos *queer* e a de estudos sócio-

<sup>11</sup>EATWELL,R; MUDDE,C.(Org). *Western democracies and the new extreme right challenge*. Nova Iorque: Routledge, 2004; HAINSWORTH, P. *The extreme right in Western Europe*. Nova York: Routledge, 2008; KLANDERMANS, B; MAYER, N.(Org). *Extreme right activists in Europe: through the magnifying glass*. Nova Iorque: Routledge, 2006; MULOY, D.J. *American extremism: history, politics and the militia movement*. Nova Iorque: Routledge, 2005; DAVIES, P; LYNCH, D. *Routledge companion to fascism and far right*. Nova York: Routledge, 2003; MUDDE, C. *The ideology of extreme-right*. Manchester: Manchester University Press, 2000; \_\_\_\_\_. *Populist radical parties in Europe*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007; DURHAN, M. *White rage: the extreme right and the American Politics*. Nova Iorque: Routledge, 2007. IGNAZI, P. *Extreme right parties in Western Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

<sup>12</sup> C.f. BRYANT, VIDAL-ORITZ,. Introduction to retheorizing homofobias, *Sexualities*, v.2, n.4. 2008, p.p. 389-390 RUBIN, G. The traffic in women: notes of the “political economy” of sex. In: REITER, R.(Org.) *Toward an anthropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review, 1975. WITTIG, M. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 2002; RICH, A. *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*. Denver: Antelope Publications, 1982; HALL, D. E. ; JAGOSE, A. *The Routledge queer studies reader*. Londres, Routledge, 2013; MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n.21, jan/jun. 2009; WERNER, M. (Org.) *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993; SEDJWICK, K. E. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, jan/jun. 2007.



históricos. Nesse exercício, ele identificou e isolou as premissas, as variáveis particulares e as unidades de análise que são operadas em cada uma dessas categorias. Fazendo isso e um balanço de trabalhos, por assim dizer, paradigmáticos, Adam percebeu que, em cada caso, tanto as variáveis quanto as unidades eram fixas e funcionavam como fronteiras disciplinares, o que fazia com que as premissas fossem fragmentárias e limitadas a seus próprios campos disciplinares. Entretanto, essa separação só existe aparentemente. Foi isso o que Adam demonstrou ao colocar as unidades de cada uma das categorias cooperarem em um modelo relacional que trata da homofobia em termos de *projetos heterossexistas* que podem ser identificados em microcosmo social. A identificação desses projetos leva em conta as relações entre as variantes e variáveis estruturais, discursivas e experienciais que cada uma das categorias mobiliza. Nesse modelo relacional, as violências contra pessoas homossexuais e homossexualidades aparecem como um conjunto instável e descentralizado de sentidos sociais que precisam ser buscados no mundo de relações e posições em que elas encontram sua inteligibilidade. O que se propõe é que os sentidos da homofobia sejam buscados nas experiências dos agentes sociais em um espaço de relações de poder; nos códigos e nos modos pelos quais eles são usados para descrever essas experiências; e no mundo que organiza essas experiências e os discursos sobre elas<sup>13</sup>.

Eu usei esse modelo aberto fornecido por Adam para investigar a disseminação de discursos homofóbicos no microcosmo da extrema-direita que estudo como caso. Assim foi possível investigar os sentidos da homofobia em relação aos projetos políticos da extrema-direita. Fazendo isso, eu produzi uma definição provisória, baseada tanto na síntese proposta por Adam, quanto nos resultados colhidos na investigação. Os resultados desse procedimento experimental não podem ser generalizáveis, conquanto não se expanda o número de casos investigados. De qualquer forma, no caso que estudo, a homofobia faz parte de diversos trabalhos e processos de inviabilização de sexualidades e identidades não heterossexuais particulares. Foi possível perceber que esses processos se manifestam através de diferentes sistemas de produção e reprodução de estigma ou de desumanização de pessoas homossexuais e das homossexualidades.

Em todas as variantes das manifestações desse processo, é constante a ideia de que os homossexuais constituem um singular coletivo. O mesmo é dizer: um grupo homogêneo definido por fronteiras auto-evidentes, visíveis e identificáveis através de um caráter

---

<sup>13</sup> ADAM, B.D. Theorizing homophobia. *Sexualities*, v. 1, n. 4, 1998.

essencialmente negativo. Essa ideia é o pressuposto de diferentes interações no stormfront.org, que, no geral, apresentam os homossexuais e as homossexualidades como sinais de uma ordem decadente ou como anomia social que precisaria e/ou deveria ser extirpada e combatida para que o mundo possa ser um bom mundo.

Essa estratégia de substancialização coletiva apriorística e essencialista pode ser comum em processos de estigmatização<sup>14</sup>. No caso que estudo isso não é diferente. Ela aparece em uma série de discursos que percebem “o homossexual” ou o “o homossexualismo” como produtos ou efeitos da ação de determinados grupos. Esses grupos também são percebidos como coletivos substancializados que, por um destino ou prática essencialmente ligada à sua substancia, visariam a destruição de uma raça superior através da destruição de seus supostos valores e princípios ou pela inviabilização de sua reprodução. Na próxima seção eu mostro as estruturas através das quais essas imagens são comunicadas e falo sobre como elas são comunicadas.

### III- A homofobia no storfront

O stormfront.org está hospedado nos EUA e de lá funciona desde 1995. Em 2008, o sítio eletrônico tinha cerca de onze mil usuários inscritos. Em 2015 a quantidade de cadastros estava em torno de trezentos mil, dos quais vinte mil seriam de usuários ativos. Ele foi criado e é administrado por Don Black, uma das figuras de proa da cena extremista de direita nos Estados Unidos. Segundo Black, os objetivos de seu sítio eletrônico são o de criar uma comunidade de ativistas e o de fornecer notícias e informações que supostamente seriam censuradas pela “mídia” que ele acredita ser controlada por “os judeus”<sup>15</sup>.

O sítio eletrônico funciona como um fórum de discussões temáticas e rede social. Ele abriga páginas pessoais nas quais os usuários publicam ou reproduzem textos que podem ser comentados; disponibiliza ferramentas de busca e de trocas de mensagem, além de servir de elo para outros de sítios da extrema-direita e para atividades paralelas de Black e seus parceiros, tais como podcasts e programas de web-rádio. Esses serviços são oferecidos através de uma interface simples e que privilegia a interatividade entre os usuários, os quais são separados e classificados entre membros doadores, usuários comuns e usuários convidados. Os usuários

---

<sup>14</sup> C.f. ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder em uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010; GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

<sup>15</sup> SOUTHER POVERTY LAW CENTER (SPLC). Stormfront. Disponível em <<https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/group/stormfront>> ; acessado em 12/05/17.

doadores são classificados de acordo com as cotas de doação que assumem, enquanto os usuários comuns são graduados de acordo com quantidades de posts e de tempo de cadastro, e os usuários convidados, que usam o sítio sem terem se cadastrado, podem interagir apenas em publicações “abertas”. As interações no sítio são moderadas e os moderadores são, geralmente, membros financiadores que seguem um conjunto de diretrizes gerais que regulam as interações nos fóruns ou nos blogs da página.

Durante a investigação, eu fiz um mapeamento do conteúdo geral do sítio eletrônico. A partir desse exercício eu selecionei para análise 30 interações entre usuários em fóruns de discussão e páginas pessoais. Apesar de ser variado e difuso, o conteúdo homofóbico dessas interações tem um princípio comum. Todas as representações homofóbicas neles reproduzidas são baseados em esquemas racistas e anti-pluralistas de percepção de mundo e em projetos políticos que são deles derivados. Entre os mais diversos sentidos que as violências contra pessoas homossexuais e homossexualidades recebem no caso, todas elas dependem da ideia de que um bom mundo é mundo racialmente homogêneo, um mundo em que princípios e valores também homogêneos deveriam ser determinados pela raça e em função do “melhoramento” da raça.

É possível reunir as manifestações que partem desse princípio em dois conjuntos. No primeiro desses grupos possíveis, o objeto são os movimentos e organizações LGBT’s e determinadas pessoas que supostamente seriam a eles ligados. No segundo estão os materiais que tratam da homossexualidade como um problema moral, como pecado ou como degeneração biológica e/ou moral que precisaria ser extirpada para que uma sociedade tida como saudável possa ser estabelecida.

Os recursos retóricos identificados nesses conjuntos de interações são diversos e geralmente combinam operações metonímicas e uma linguagem conspiracionista comum ao universo da extrema-direita. Em ambas as categorias, é comum a substancialização coletiva dos objetos a que se referem, sejam os movimentos políticos LGBTs (o que é marcado através de expressões de grande difusão, tais como “*gay agenda*” ou “*gay lobby*”) seja “o homossexual” (“*the homo*”, “*the fag*”, “*the queer*”, “*the lesbian*” etc., bem como em seus correlatos igualmente construídos e apresentados como auto-evidentes, naturais e essencialmente constitutivos do

grupo, tais como “*the pedophile*”, “*the sodomite*”, the “*pervert*”, “*the filth*”, “*the cancer*” etc.)<sup>16</sup>.

Na primeira categoria estão interações que falam de uma “agenda gay” ou de um “lobby gay”. Definidos de maneiras difusas e apresentados como coisas auto-evidentes, esses termos são usados para falar de supostos projetos e agentes alegadamente identificados com os movimentos sociais e organizações civis LGBTs. Tanto os supostos projetos quanto os seus agentes são apresentados como se fossem controlados e apoiados “pelos judeus”, que teriam, segundo o conteúdo da interações, a finalidade de impor, através de legislação, de programas educacionais inclusivos e anti-homofóbicos etc. uma moralidade destruidora dos valores de uma sociedade percebida como sadia, i.e., de uma sociedade apresentada como sendo *branca e/ou cristã* e/ou para impedir a o que os usuários chamam de reprodução e evolução/melhoramento biológico da raça<sup>17</sup>.

Essa ideia é a premissa de uma entrada (*thread*) intitulada “Jews created the homosexuality”, online desde fevereiro de 2014. As interações, comentários e repostas se desenvolvem aí a partir do texto (*original post – o.p*) de um usuário financiador e moderador do stormfront.org que se identifica como “Gilamut”. Nesse texto o usuário tenta explicar o porquê de “a homossexualidade” ser uma coisa que deve ser combatida e extirpada de uma sociedade racialmente pura. Sua “tese” é a ideia de que o quer que façam “os judeus”, eles o fariam contra os nacionalistas brancos e em vantagem própria. Derivada dessa premissa é a que considera então que “os judeus” atuam nos movimentos e organizações LGBTs para promover “a homossexualidade” como “um estilo de vida” e “uma prática” legítima” tendo em vista a destruição da “raça branca”. Assim, tanto judeus como homossexuais deveriam ser combatidos por serem percebidos como nocivos aos projetos dos nacionalistas brancos. Todas as 31

<sup>16</sup> Sobre retórica conspiracionista e extrema-direita, c.f. PETER, K. (Org.). *Conspiracy Theories in American History*. Santa Bárbara, ABC Clio, 2003. Sobre os discursos anti-homossexuais em um campo da direita estadunidense, c.f. BIRKEN, L. Homosexuality and totalitarianism. *Journal of Homosexuality*, v. 33, n.1, 1997.

<sup>17</sup> A ideia de que “os judeus”, como coletivo substantivo, atuam por detrás de poderes estabelecidos em função de seu interesse próprio tem uma longa história. Sua forma moderna pertence a uma linhagem que tem como referencial “Os protocolos dos sábios de Sião”, uma clássica produção do anti-semitismo do século XIX. Refrações dessa ideia não são raras no universo da extrema-direita. No stormfront.org há inúmeras sessões dedicadas a temas relacionados ao “judeu internacional”, à “conspiração judaica”, ao “Governo de Ocupação Sionista” etc. Sobre “Os protocolos...” e outras falsificações desse tipo, c.f. MORAES, L.E.S. Pode haver racismo na esquerda – um estudo de caso. *História*, vol.33, n.2, 2014.

interações, mesmo com divagações diversas, concordam com as declarações do texto de original<sup>18</sup>.

No segundo conjunto estão textos que falam dos homossexuais e das homossexualidades em termos doença mental ou física, transtornos morais ou como sinais de um mundo decadente e de uma sociedade caótica. As interações e textos incluídos nessa categoria foram recolhidos de fóruns e blogs com temas ligados à religião e comportamento. Uma coisa que essa categoria tem em comum com a anterior é ideia de que “a homossexualidade” ou “o homossexualismo” impediriam o desenvolvimento biológico ótimo da “raça/espécie” por não permitirem relações que visassem a reprodução ou não poderem se enquadrar no conjunto de valores necessários para tais, sendo assim instrumentos de fragmentação.

Uma publicação do usuário que se identifica como CaspianC num blog hospedado pelo stormfront.org é um exemplo das manifestações dessa categoria. Na entrada intitulada “Sexo e poder” (*Sex and Power*), esse usuário apresenta um importante texto programático da extrema-direita estadunidense. Trata-se dos “88 Preceitos”, de David Lane. Lane foi um destacado membro da cena nazista dos EUA e, entre outros materiais, produziu esse conjunto de princípios, todos tidos como leis naturais, como guia de ação e de comportamento revolucionário. Dos 88 pontos desse texto-manual, os pontos 34, 35, 36, e 88 dizem sobre sexualidade e condutas sexuais desejadas, i.e, normais e viáveis, e estabelece as que não são aceitas e condenadas. Desses princípios, o primeiro apresenta como “*instinto sexual perfeito*” e natural aquele que visa à reprodução, percebida como responsabilidade inalienável e instintiva das mulheres. Lane ainda considera que a homossexualidade é um “crime contra a natureza” por ela violar esse instinto e que a masculinidade deve ser direcionada apenas à “*posse*” de mulheres e de bens que as mantenham. O ponto 88 sumariza o manifesto/manual de Lane, contendo outros 14 pontos que permitiriam reconhecer uma nação decadente e a desonestidade de seus dirigentes. Desses 14, a homossexualidade é penúltimo<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> STORMFRONT. “*Jews created homosexuality*”; disponível em [www.stormfront.org/forum/t1025819](http://www.stormfront.org/forum/t1025819); acessado pela última vez em 12 de maio de 2017. Alguns outros exemplos de interações dessa categoria podem ser conferidos em: \_\_\_\_\_. *The homosexual question*”, disponível em <[www.stormfront.org/forum/t1029831/](http://www.stormfront.org/forum/t1029831/)>; \_\_\_\_\_. *The danger of homosexuality and it’s a anti-white movement*”; disponível em <[www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3037/](http://www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3037/)>; \_\_\_\_\_. “*The pedophile agenda*”; disponível em <[www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3038/](http://www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3038/)>; \_\_\_\_\_. *Judaism and homosexuality: a marriage made in hell*”; disponível em <[www.stormfront.org/forum/t810609/](http://www.stormfront.org/forum/t810609/)>.

<sup>19</sup>STORMFRONT. Adolf Hitler, *National-Socialism and the Laws of Nature: Rockwell's 'Laws of the Tribe'*. Disponível em < <https://www.stormfront.org/forum/blogs/u224711-e3236/> >, acessado pela última vez em 12/05/2017. Para exemplos de outros materiais incluídos nessa seção, c.f. \_\_\_\_\_. “*How homosexuality is unnatural?*”, disponível em < [www.stormfront.org/forum/t1037970-6/#post12063518](http://www.stormfront.org/forum/t1037970-6/#post12063518) >; \_\_\_\_\_. “*Homosexual*

#### IV- Considerações Finais

Até aqui eu busquei responder como determinados aspectos programáticos da extrema-direita são disseminados na Internet. Através de um caso, eu descrevi como discursos homofóbicos são circulados em um sítio eletrônico particular, o stormfront.org. Os resultados da investigação mostraram que apesar de o conteúdo dessas manifestações serem diversos, os seus princípios são regulares.

O conteúdo dessas manifestações, em ambas as categorias aqui expostas de maneira experimental, não pode ser compreendido fora dos esquemas racistas de percepção de mundo e dos projetos políticos para uma sociedade homogênea e excludente, como os defendidos por grupos dos mais diversos tipos e das mais variadas maneiras no terreno acidentado que é o da extrema-direita. Fora dessas variáveis, esses “rumores sobre os judeus”<sup>20</sup>, sobre as organizações e movimentos sociais LGBTs e sobre as pessoas homossexuais, sobre feministas e negros, podem parecer absurdos e só rumores.

Ainda que os resultados que apresentei não sejam generalizáveis e sejam provisórios, levá-los a sério importa. E importa porque, em nossos dias, representações do mesmo tipo que acabei de descrever encontram não só canais virtuais de amplo alcance, mas também ambientes institucionalizados e porta-vozes autorizados. Plataformas de campanhas eleitorais, decisões governamentais, programas partidários e mais uma série de vetores e atores que gozam de ampla aceitação pública recorrem a essas mesmas estratégias como armas em suas lutas “entre representações pelo monopólio de fazer ver e crer, de fazer conhecer e reconhecer, de impor a definição legítima do mundo social”, em suma, pelo monopólio de “estabelecer o sentido e o consenso sobre o sentido” do mundo social<sup>21</sup>.

Levar a sério esses discursos e investigar qual o sentido deles, é acessar o mundo em que esses sentidos são produzidos e reproduzidos. Nesse lugar nos deparamos com contatos e refrações das mais diversas. Aí nos deparamos com valores que rejeitam os princípios de

---

*indocrination of your youth*”, disponível em < [www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3117](http://www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3117) >; \_\_\_\_\_. *What has white nationalists got do with homosexuality?*”; disponível em < [www.stormfront.org/forum/t1000152/](http://www.stormfront.org/forum/t1000152/) >; \_\_\_\_\_. *Women and homosexual men*; disponível em < [www.stormfront.org/forum/t691235](http://www.stormfront.org/forum/t691235) >; \_\_\_\_\_. *Homosexual facts and statistics*; disponível em < [www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3046](http://www.stormfront.org/forum/blogs/u232894-e3046) >

<sup>20</sup> ADORNO, T. *Minina moralia: reflections from damaged life*. Londres, Nova Iorque: Verso, 2005, p. 110.

<sup>21</sup> BOURDIEU, P. A força da representação. \_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998, Parte III, Cap. 3, p. 108.



diversidade, de igualdade, de dignidade humana e até mesmo os princípios da democracia liberal. E esse pacote de valores, nós temos testemunhado isto, não têm cabido nas margens.

### Referências Bibliográficas

ADORNO, T. *Minina moralia: reflections from damaged life*. Londres, Nova Iorque: Verso, 2005.

BIRKEN, L. Homosexuality and totalitarianism. *Journal of Homosexuality*, v. 33, n.1, p. 1-16, 1997.

BUCKLER, S. DOLOWITZ, D. *Politics on the Internet: a student guide*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

BURRIS, Val; SMITH, Emery; STRAHM, Ann. White Supremacist networks on the Internet. *Sociological Focus*, v. 33, n. 2, p. 215-235, 2000.

BRYANT, VIDAL-ORITZ,. Introduction to retheorizing homofobias, *Sexualities*, v.2, n.4.,p. 387-396, 2008.

CAIANI, M.; KOREL, P. A Transnational Extreme Right? New Right-Wing tactics and the use of the Internet. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, vol. 39 n.3, p. 321-251, 2014.

\_\_\_\_\_; PARENTI, L. The cyber-hate in Spain: Extreme Right organizations and the Internet. *Análise Social*, vol.46, n. 201, p. 719-740, 2011.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ The dark side of the web: Italian right-wing extremist groups and the Internet. *South European Society & Politics*, vol. 14, n.3, p. 273-294, 2009.

; \_\_\_\_\_; WAGEMANN, C. Online networks of the Italian and German Extreme Right: an explorative study with Social Network Analysis. *Information, Communication & Society*, vol.12, n.1, p. 66-109, 2009.

CASTELLS, M. *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. Cambridge: Polity, 2015.

CHADWICK, A. HOWARD, P.H (Orgs.). *Routledge Handbook of Internet Politics*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

COLEMAN, S; BLUMER, J.G. *The Internet and the democratic citizenship: theory; practice, and policy*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.



DAVIES, P; LYNCH, D. *Routledge companion to fascism and far right*. Nova York: Routledge, 2003.

DIJCK, J. *The culture of connectivity: a cultural history of social media*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

EATWELL, R. Surfing the great white wave: the internet, extremism and the problem of control. *Patterns of Prejudice*, v. 30, n.1, p. 61–71, 1996.

\_\_\_\_\_. ; MUDDE, C. (Org). *Western democracies and the new extreme right challenge*. Nova Iorque: Routledge, 2004.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder em uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

HALL, D. E. ; JAGOSE, A. *The Routledge queer studies reader*. Londres, Routledge, 2013.

HAINSWORTH, P. *The extreme right in Western Europe*. Nova York: Routledge, 2008.

HOFF, J.; HORROCKS, I; TOPID, P. (Orgs) *Democratic governance and the new technological mediated innovations in political practice in Western Europe*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2000.

IGNAZI, P. *Extreme right parties in Western Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. The extreme-right: defining the object and assessing the causes. In: ZOLBERG, A.; SCHAIN, M.; HOSSAY, P. (Orgs.) *Shadows over Eurppe: the development and impact of extreme-right in Western Europe*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002, cap.2. pp.21-38.

KLANDERMANS, B; MAYER, N.(Org). *Extrme right activists in Europe: through the magnifying glass*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

KOSTER, Willem De; HOUTMAN, Dick; ‘Stormfront is like a second home to me’. *Information, Communication & Society*, vol. 11, n.8, p. 1153-1175, 2008.

MORAES, L.E.S. Pode haver racismo na esquerda – um estudo de caso. *História*, vol.33, n.2, p. 217-249, 2014.

MUDDE, C. *The ideology of extreme-right*. Manchester: Manchester University Press, 2000;

\_\_\_\_\_. *Populist radical parties in Europe*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

MULOY, D.J. *American extremism: history, politics and the militia movement*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, ano 11, n.21, p. 150-182, jan/jun. 2009.

PETER, K. (Org.). *Conspiracy Theories in American History*. Santa Bárbara, ABC Clio, 2003

RICH, A. *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*. Denver: Antelope Publications, 1982.

RUBIN, G. The traffic in women: notes of the “political economy” of sex. In: REITER, R.(Org.) *Toward an antropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review, 1975.

SEDJWICK, K. E. Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p.19-54, jan/jun. 2007.

SOUTHER POVERTY LAW CENTER (SPLC). Stormfront. Disponível em < <https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/group/stormfront> >; acessado em 12/05/17.

TAYLOR, M.; HOLBROOK, D. The political extreme right wing: dissecatin conceptual ambiguities. In: TAYLOR, M.; HOLBROOK, D.; CURRIE, P.M. (Orgs.). *Extreme right wing political violence and terrorism*. Nova Iorque, Londres: Bloonsbury Academic, 2013, Introduction, pp. 1 -15.

THOMPSON, K.C. Watching the stormfront: white nationalist and the building of community in cyberspace. *Social Analysis: The International Journal of Social and Cultural Practice*, vol 45, n.1, p. 32-52, Abril de 2001.

WERNER, M. (Org.) *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WITTIG, M. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 2002.

## Nós, os *Ninguém*: por uma existência pós-identitária

**Gustavo Henrique Ramos Silva**

Mestrando em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: gustavoramoscontato@gmail.com

**Resumo:** As identidades são históricas. Michel Foucault, em sua História da sexualidade, aponta como as identidades e os lugares sociais do sujeito são definidos pelas suas práticas sexuais. A presente pesquisa segue a trajetória contrária e elabora um comentário filosófico que objetiva uma análise da dissolução das identidades a partir da desestabilização do dispositivo da sexualidade, operacionada pelas práticas das subculturas sexuais, “os novos proletários de uma possível revolução sexual”. Tal análise se dá a partir dos aportes teóricos pós-estruturalistas, como Judith Butler, Paul-Beatriz Preciado, Gilles Deleuze e Michel Foucault.

**Palavras-Chave:** Gênero; História; Filosofia; Teoria *queer*; Sexualidade.

**Resumen:** Las identidades son históricas. Michel Foucault, en su Historia de la sexualidad, apunta como las identidades y los lugares sociales del sujeto son definidos por sus prácticas sexuales. La presente investigación sigue la trayectoria contraria y elabora un comentario filosófico que objetiva un análisis de la disolución de las identidades a partir de la desestabilización del dispositivo de la sexualidad, opera por las prácticas de las subculturas sexuales, “los nuevos proletarios de una posible revolución sexual”. Este análisis se hace a partir de los aportes teóricos post-estructuralistas, como Judith Butler, Paul-Beatriz Preciado, Gilles Deleuze y Michel Foucault.

**Palabras Clave:** Género; Historia; Filosofía; Teoría *queer*; Sexualidad.

São inúmeros os demarcadores de precariedade, mas poucos foram produzidos por uma tecnologia do poder tão grande quanto os demarcadores do sexo, do gênero e do desejo. O dispositivo da sexualidade instituiu a norma, e o racismo investiu-se da voz que diz “vida!”; e as dissidências, às quais o racismo diz “morte!” Para a pergunta “o que é o racismo?”, respondo que a sua função é a de introduzir uma relação positiva, do tipo “quanto mais você matar, mais você fará morrer”, “quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá”, ou “ainda, se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar” (FOUCAULT, 2005). Quanto mais as dissidências tenderem a desaparecer, quanto mais o estranho for eliminado, menos degenerados haverá em relação à espécie. Os gritos de “pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado/má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!”<sup>1</sup> não protegem o indivíduo que brada, protegem a espécie.

Para com a dissidência, há apenas a potencialização da vulnerabilidade e da violência, verificáveis em relatórios como o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e

---

<sup>1</sup> Citação dos versos da música Não Recomendado (Caio Prado, 2014).

dos Direitos Humanos no ano de 2016 com dados do ano de 2013<sup>2</sup>. O documento apresenta a distribuição das vítimas por sexo<sup>3</sup>, segundo dados do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos – SDH/PR: 73,0% são do sexo masculino e 16,8% são do sexo feminino. Os dados são ainda mais reveladores quando se considera que, entre os 73,0% das vítimas do sexo biológico masculino estão aquelas cuja expressão de gênero se apresenta na forma de signos femininos. Encontramos nas pesquisas<sup>4</sup> sobre feminicídio da antropóloga argentina Rita Segato uma possibilidade de dialogo com os dados. Para Segato, a violência vê no corpo feminino “un tapiz sobre el cual escribir un mensaje”<sup>5</sup>, o corpo feminino é, nesse sentido, “texto y territorio de una violencia que se escribe privilegiadamente ahí”<sup>6</sup> (SEGATO, 2015, n.p.), a partir dele se emite uma mensagem: o ódio às mulheres, ódio praticado não apenas na eliminação da vida, mas na eliminação dos signos do feminino portado pelo corpo. É o momento em que a análise permite a união de mulheres e dissidentes de gênero contra o inimigo comum: a cultural patriarcal e as hierarquias de gênero.

Ainda segundo os dados, já na distribuição das vítimas por identidade sexual, 46,8% são categorizados como “Não informado”, enquanto 24,5% são categorizados como gays, 11,9% como travestis, 8,6% como lésbicas, 5,9% como transexuais e 2,3% como bissexuais. Em outro relatório mais recente, produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), e que data de 2015<sup>7</sup>, foram assassinados no Brasil 318 dissidentes de gênero e de sexualidade: 52% gays. 37% travestis, 16% lésbicas e 10% bissexuais. É um crime de ódio a cada 27 horas. E um número curioso: 7% heterossexuais confundidos com gay, dado que nos permite concluir que, mais que sobre o desejo e a prática sexual, é sobre a identidade que incide a violência. É verificável também como, em uma ordem de vulnerabilidade, um/uma dissidente de gênero é mais vulnerável que um/uma dissidente de sexualidade: o risco de travestis e transexuais serem assassinadas é maximizado 14 vezes em relação a um gay.

São vidas passíveis de luto? Judith Butler responderá que, se uma vida nunca esteve viva, não poderá ser considerada perdida (BUTLER, 2015). Não, não são passíveis de luto, mas

<sup>2</sup> O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013, da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos completo está disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em 15 mar. 2017.

<sup>3</sup> Apesar da discussão sobre as categorias (sexo biológico e identidade sexual) que empreendemos, optamos por reproduzir o documento nos termos publicado.

<sup>4</sup> Cf. SEGATO, 2003.

<sup>5</sup> Em português: “um tapete sobre o qual escrever uma mensagem”.

<sup>6</sup> Em português: “texto e território de uma violência que se escreve privilegiadamente aí”.

<sup>7</sup> O relatório 2015 Assassinatos de LGBT no Brasil, do Grupo Gay da Bahia (GGB) completo está disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>. Acesso em: 15 mar. 2017.

“não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que o que se combate é abominável. É a ligação com a realidade (e não sua fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária” (FOUCAULT, 1977, p. 9-14). Para essas vidas, não tenho um minuto de silêncio; para essas vidas, tenho a duração dessa comunicação, 20min, de grito! Da minha posição de precariedade ao ler este texto, para todos nós, suscito novos acontecimentos; para todos nós, engendro novos espaços-tempo!

Enquanto a norma mata a dissidência, também, a primeira, só pode ser definida em oposição à segunda. Aqui, refino a concepção de norma como *sujeito* e de dissidência como *abjeção*. O termo *abjeção* é recorrente nas produções teóricas que versam sobre as subjetividades, e é a partir de Butler que lemos o conceito. A teórica o explicitou em *Problemas de gênero* (2015 [1990]) e em *Bodies that Matter* (1993), influenciada pela leitura da psicanalista e filósofa búlgaro-francesa Julia Kristeva e sua obra *The Powers of Horror* (1982); no entanto, é na tradução da introdução de *Bodies that Matter*, publicada como *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* no livro *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2000), sob organização de Guacira Lopes Louro, que o conceito melhor dialoga conosco:

o abjeto designa precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeitos, mas cujo habitar do signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000, p. 11).

É a Metrópolis da subjetividade. Em que corpos trocam de turno nas profundezas da cidade dos trabalhadores, uma zona abissal que circunscribe o alto edifício conhecido o “Clube dos Filhos”, “neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito” (BUTLER, 2000, p. 112). Ao passo em que a abjeção é repelida, é também atraída; ao passo em que é repulsiva porque interroga um quadro de referências aceitas, é também atrativa. A relação entre o sujeito e a abjeção é paradoxal: “o terror que dissimula, o ódio que sorri, a paixão que usa o corpo para troca, ao invés de inflamá-lo, um devedor que te vende, um amigo que te apunha-la...” (KRISTEVA, 1982, p. 4)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> No original: “a terror that dissembles, a hatred that smiles, a passion that uses the body for barter instead of inflaming it, a debtor who sells you up, a friend who stabs you...”

Ao inserir o demarcador sexual, é perceptível como no imperativo sexual que institui o sujeito heterossexual, outras formas de sexualidade são controladas e selecionadas, impedidas ou negadas. No entanto, o sujeito heterossexual precisa do abjeto para a sua própria definição. O sujeito heterossexual pode-se definir apenas em oposição àquilo que não é, o abjeto: a bicha, o veado, a sapatão. Assim, significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema, já está dentro dele o que parece ser natural é histórico<sup>9</sup>. De forma que a morte, define a vida, não mais apenas o assassinio direto, mas o indireto, o que acrescenta à assimétrica precariedade a subalternidade para a sua manutenção.

*Pode o subalterno falar?* Para a indagação que dá título à obra de Gayatri Spivak, a autora – mulher, portanto, nessa assimetria, subalterna; responde: não! No entanto, o *não* é performativo, porque dizer “não” já é dizer algo. Spivak nos leva à irremediável conclusão: toda a *fala* do subalterno é um sinal de insurgência. É a insurgência do abjeto-precário-subalterno, a insurgência desse *Ninguém*, como Odisseu o foi contra Polifemo, na Odisseia, que introduz uma estaca afiada no olho da norma, o olho-natureza. A norma é cegada! É, também, em *A roupa nova do imperador*, a insurgência da criança que, dentre a multidão aponta e exclama “Mas o imperador está nu!”, seguida da multidão que concorda, aponta e ri, é esse abjeto-precário-subalterno, que aponta para a nudez da norma, despida da sua roupa-natureza. A norma está nua! Sorria ao invés de se curvar! “Não existe natureza alguma, apenas efeitos de natureza: desnaturalização ou naturalização”.

As práticas das subculturas sexuais sadomasoquistas ou fetichistas, nesse sentido, são disruptivas porque, quando praticadas, a natureza é questionada, os argumentos biológicos são obrigados a ser interrogar sobre seus próprios fundamentos, “ou sobre suas práticas, ou a se calar, ou a renunciar, ou a apelar a outro sistema de referência, ou a inventar uma casuística” (FOUCAULT, 2001, p. 80)<sup>10</sup>. Sobre a sexualidade estão assentadas as identidades, tal qual a crosta – sólida, sobre o manto – líquido; é esse o momento em que a crosta é desestabilizada pela pressão interna do magma. Abalos sísmicos. Vulcões. Novos planaltos, novas planícies, novas depressões. Quem seria capaz de dizer que estávamos sobre uma placa instável de espessura capilar, sobre fogo líquido em movimento, desde o momento em que foi dito “é um

<sup>9</sup> Cf. DERRIDA, 2004. Para o conceito de *suplementaridade*.

<sup>10</sup> Cf. FOUCAULT, 2001, p. 69-100. Operamos uma assimilação da tensão construída por Foucault entre a monstruosidade e o direito e a deslocamos para a construção de um tensão entre as práticas sexuais desviantes e a natureza.



menino” ou “é uma menina”? Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis são apenas efeitos do discurso dominante, produzidos como abjetos, assim como o próprio sujeito.

O abjeto, em sua insurgência, perturba a identidade, o sistema, a ordem, mas é imperativo compreendermos que essa perturbação não é um questionamento permanente das referências sociais, “mas, ao invés disso, [é] como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas” (BUTLER, 2010, p. 112). Aqui, apresento sobre a homossexualidade para interrogar os pressupostos heterossexuais, em um empenho mais que pós-moderno, mas pós-humano. No entanto, a continuidade requer precisamente que eu exceda uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual) e que aponte para “uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’” (PRECIADO, 2011, p. 16), uma multiplicidade de potências de vida; corpos que resistem e que se desviam das formas de subjetivação sexopolíticas.

Acompanho com Michel Foucault o nascimento do biopoder e o seu crescimento com o exercício de uma biopolítica: quando a vida entrou no cálculo do poder; agora, acompanho a sua emancipação, quando o sexo – compreendido enquanto órgãos “sexuais”, práticas sexuais, códigos de masculinidade e feminilidade e identidades sexuais normais e desviantes, é assimilado por esse mesmo cálculo. Olho nos olhos de uma sexopolítica. Mas não a olho nos olhos, porque não há olhos, não há córneas, cristalinos, íris e nervos ópticos. Olhos-substância. E, se existem, são mil olhos que se abrem e que se fecham ininterruptamente. Mas não a olho nos olhos porque, sobretudo, no ato de olhar, já não olho *para* ela, mas *através* dela. A vida é regulada pelo sexo, enquanto categoria, e, se o sexo é desde o início normativo, a vida será observada pelos mil olhos do que Foucault chamou de *ideal regulatório*: “o ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas” (BUTLER, 2010, p. 110).

A concepção de sexopolítica é construída sobre o paradoxo: ao passo em que parte de Foucault, também contesta a concepção de política nele. Para Foucault, o biopoder se restringe à produção disciplinar de normalização e à determinação de como os indivíduos objetivam o próprio eu e como se constituem como sujeitos, ou seja, das formas de subjetivação. Mas, se lá onde há poder, há resistência, acrescento: potência. É o ponto em que a dilação teórica permite o contato com o avanço promovido por Maurizio Lazzarato<sup>11</sup> – apontado por Beatriz Preciado –, que constrói uma distinção entre o biopoder e a potência de vida: “podemos compreender os

---

<sup>11</sup> Cf. LAZZARATO, 2002.



corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos do discurso”.

Na esteira do Império Sexual<sup>12</sup>, deslizam perfilados corpos produzidos por uma tecnologia biopolítica, a tecnologia que produz corpos *straight*<sup>13</sup>; quando finalmente irrompe *um* corpo. Um padre e um médico assistem ao deslizar da criatura, enquanto nele identificam aquele que jamais cumprirá a eficácia do coito heterossexual: jamais replicará a vida no processo de geração e jamais externará a vida no processo do parto. A criatura será uma ameaça, afinal “aparelho excretor não reproduz”, e o mais próximo de uma reprodução será apenas excreção: excretas, nada discretas, natimortas. Esse corpo não será distinguido como *a minoria* pelo número, já que, continuamente, nas esteiras, insurgem poetas que bradam desviantes: “a revolução virá!”; mas será constituído *minoria* em oposição a um padrão aceito. O padrão – esse falso profeta, esse gestor da guerra –, sobre o qual este império ruirá<sup>14</sup>.

O conceito de potência política me permite: (1) tecer um novo nó, direto, que é a concepção de uma ofensiva dos “anormais” e (2) tecer um novo nó, indireto, “se a sexualidade tornou-se fator de inteligibilidade nas sociedades modernas, assim, todas as pessoas, agora aprisionadas em corpos naturalizados e sexuados, estão obrigadas a uma prática sexual, pois é ela que define o sujeito, lhe atribui uma identidade” (MAIA, 2007, p. 258), é a partir da sexualidade que se constituirá uma ofensiva dos “anormais”.

O dispositivo da sexualidade está operante. A identidade [o corpo *straight*] é produzida. De volta ao Império Sexual, qual é o instrumento indispensável à sua linha de montagem? Ora, não é outro senão a tesoura. Aquela representada por Rembrandt em *A Lição de Anatomia do Dr. Tulp*. Sobre o primeiro corpo, a heteronormatividade posiciona a tesoura, recorta uma área e sobre ela diz: pênis e testículos. Sobre o segundo corpo, diante dos alunos que ouvem atentos ou tomam notas – já que reproduzirão as incisões como aprendido, a heteronormatividade posiciona a tesoura, recorta uma área e sobre ela diz: vagina, clitóris, pequenos lábios e grandes lábios. Essas áreas serão identificadas como centros naturais e anatômicos da diferença sexual e do desejo. Vimos apenas um segmento da linha de produção mas, de cima, contemplaríamos os outros: no primeiro seguimento – produção, a tecnologia social produz uma noção de

---

<sup>12</sup> O termo é empregado por Beatriz Preciado “para ressexualizar o Império de Hardt e de Negri” (PRECIADO, 2011, p. 12).

<sup>13</sup> Opto pelo uso da expressão em inglês (*straight*) pela sua pluralidade: (adj) (1) reto, (2) direito, (3) ereto, direito, (4) heterossexual.

<sup>14</sup> Apropriação dos versos da música Golpe (Lineker, 2017).

natureza humana e passa ao segundo seguimento – reprodução, que, por sua vez, reproduz uma equação natureza = heterossexualidade, e passa ao terceiro seguimento – recorte, que descrevi inicialmente. É o que institui a ordem compulsória entre o sexo, o gênero e o desejo e que assegura a identidade do corpo *straight*. É quase possível ouvir os ecos da voz de Jacques Derrida ainda dizendo “desnaturalização ou naturalização...”.

Queremos, ainda, uma identidade? Quem precisa da identidade? Quem tem nostalgia da identidade? E o que vem depois dela? Se não há natureza, apenas tecnologia, como interromper essa ordem que age metonimicamente, ao selecionar, recortar, diferenciar, hierarquizar e reduzir a totalidade da potência da vida a uma identidade definida pelo seu sexo?

Ora, se “o sexo como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural”, mas sim, “uma tecnologia de dominação heterossocial, que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas” (PRECIADO, 2014, p. 25), logo, uma desterritorialização desse recorte arbitrário, a partir da prática do desejo, como operado pelas subculturas sadomasoquistas ou fetichistas, desestabilizará o sexo e o gênero. É o colapso do corpo *straight*, o colapso da identidade, fixa, estável, construída a partir de uma prática sexual. Ao final da esteira da linha de produção, tal qual pela toca do coelho, o corpo cai, em queda livre. Embaixo dele não o aguarda uma caixa que o conformará, apenas espaço. Espaço de criação.

Nenhuma criação existe sem experiência. Se o corpo é um texto socialmente construído, se “o corpo está organizado em torno de um único eixo semântico-sexual que deve ser excitado mecanicamente seguidas vezes” (PRECIADO, 2014, p. 59), proponho, em uníssono com Spinoza, Artaud, Deleuze e Guattari, a subversão da inscrição textual sobre o recorte corporal pela experimentação; a completa subversão dos órgãos sexuais e das suas reações biopolíticas. Declaro que toda a superfície corporal é uma superfície erótica: células-eróticas, tecidos-eróticos, sistemas-eróticos. Gozo-sinapses, gozo-suor, gozo-lágrima, gozo-urina, gozo-esperma, gozo-sangue, gozo-fezes, gozo-experimento. Experimentação.

E quando a experimentação encontra o maior de todos os órgãos, a pele, essa superfície que define nossos contornos e limita as nossas práticas? É o momento de expandirmos essa superfície com indecentes interpenetrações, promíscuos acoplamentos e desavergonhadas conjunções. É o momento de expandirmos o limite dessa superfície com a tecnologia e

interrogar as fronteiras entre o humano e a máquina. Desde a possibilidade de imprimir um órgão sexual com uma impressora biológica 3D até os brinquedos sexuais, afinal, o que pode ser mais disruptivo que dois corpos, identificados como homens, conectados pelo ânus por um dildo de dupla terminação? Em movimentos ritmados, o primeiro corpo é penetrado pelo segundo enquanto penetra o primeiro. Não há uma diferença que pressuponha uma identidade e um aparato valorativo. Assim,

a “história da humanidade” se beneficiaria se fosse rebatizada como “história das tecnologias” (...). Essa “história das tecnologias” mostra que “a Natureza Humana” não é senão um efeito de negociação permanente das fronteiras entre humano e animal, corpo e máquina (Donna Haraway, 1995), mas também entre órgão e plástico (PRECIADO, 2014, p. 23).

Se as portas da percepção se descerrassem, cada identidade pareceria à humanidade como é – Ninguém; cada coisa pareceria à humanidade como é – infinita.

### Referências bibliográficas

ASSASSINATOS DE LGBT NO BRASIL. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Cuerpos que inportan. Buenos Aires: Paidós, 2008.

\_\_\_\_\_. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Preface. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Anti-Oedipus : Capitalism and Schizophrenia. New York : Viking Press, 1977, p. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto.

KRISTEVA, Julia. *The Powers of Horror: an Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

LAZZARATO, Maurizio. *Puissances de l'invention: la psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 2002.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. 2007. 319f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

\_\_\_\_\_. *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*. Revista Estudos Feministas. Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL: ANO 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em 15 mar. 2017.

SEGATO, Rita Laura. *La pedagogía de la crueldad: entrevista*. [29 de maio de 2015]. Argentina: Página 12. Entrevista concedida a Veronica Gago.

\_\_\_\_\_. *Las estructuras elementares de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo y Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar? Belo Horizonte?* Editora UFMG, 2010. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. In *Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York/London: Routledge, 1988.

## Sexualidades, Soropositividades e o Morrer

Ítalo Vinícius Gonçalves

Graduando em Antropologia Social

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: italovinicius@rocketmail.com

**Resumo:** O presente ensaio tem como principal objetivo discutir a morte em relação às construções das sexualidades, com enfoque especial às pessoas com HIV positivo diagnosticadas no período conhecido como “Boom da AIDS”. Este período, que ocorreu no início da década de 80, é caracterizado por uma grande incerteza acerca da doença e sua disseminação, associada à diversos discursos que colocam a AIDS no lugar da morte. Assim, pretendo discutir como a morte foi trazida novamente à esfera pública pela emergência da AIDS e como essa nova doença foi elemento marcante na produção das subjetividades dos homossexuais da época. Logo, esses indivíduos passaram a carregar o estigma da AIDS e, por extensão, a corporificação da morte.

**Palavras-chave:** Antropologia da morte; Identidades homoeróticas; Boom da AIDS; História da morte.

**Abstract:** The present study has as its main goal discussing death in relation to sexuality constructions, with special attention to HIV-positive people diagnosed in a period called “AIDS boom”. This period, that occurred in the early 80’s, is known for a huge uncertainty about the disease and its dissemination, associated with many speeches that place AIDS as death itself. Thus, I intend to discuss how death was brought again into public sphere by AIDS raise, and how this new disease changed the way homosexuals were treated by the society, that started to think about them as HIV carriers and, therefore, as death itself.

**Keywords:** Anthropology of death; homoerotic identities; “AIDS boom”; History of death.

### A morte dos outros

Mais que um ente psicopompo ou a personificação do tempo, especificamente o fim dele, a morte assume outras facetas considerando-se para quem ela decide se mostrar, afinal, a morte não é a mesma para todos que a veem. A vida oferece algumas alternativas para que sua presença não seja tão conflitante, alguns a aceitam de bom grado na medida em que o desfrutar da existência seja aproveitado, em outros casos o tempo é entendido como muito curto para que a morte exista de forma plenamente justa, sendo assim, a interdição poderia ser a melhor maneira de se colocá-la de lado face a imediatez da vida e preocupações mais rotineiras. Contudo, minha análise será outra, quero discutir a morte que se apresenta, apesar de sua interdição, àqueles aos quais o ocidente não pôde estabilizar, de forma a garantir a conservação da ideia do sujeito universal, a morte que, para esses sujeitos, é constituinte também da forma de como enxergam suas identidades e gerem suas vidas.

A presença iminente da morte foi marcante para a população homossexual a partir da década de 80, derivado do surgimento epidêmico e boom da AIDS, fragilizando muitas das conquistas até então alcançadas e a visibilidade colocada em pauta pelos movimentos sociais

atuantes tanto nas décadas de 60 e 70 a fim de se legitimar uma maior autonomia sobre os corpos, as sexualidades e as identidades que por aí vinham agregadas. Com essa nova forma de se encarar as práticas e vivências homoeróticas, subjetividades foram produzidas a partir da intensa proliferação dos discursos que colocavam a homossexualidade atrelada a AIDS e, conseqüentemente, ao destino certo da morte imediata, da morte pronunciadamente destinada àquelas pessoas por conta de seus atos. Assim, o modo com que a população homossexual passou a se perceber em meio a uma crise provocada pela recém descoberta da doença, fez com que a iminência da morte estivesse presente, tanto na produção de suas subjetividades, quanto nos processos de sociabilização homoeróticos estabelecidos entre esses sujeitos. Diante da morte, a população homossexual via-se numa encruzilhada: refrear as novas formas homoeróticas de liberdade sexual que a comunidade tanto lutou para alcançar ou enrijecer-se em meio ao perigo condenatório que suas vidas enfrentavam por conta dessa dilatação de suas vivências? A morte se tornou menos um adiável vir-a-ser do que uma latente presença.

### **Os modelos de morte**

Ariès (1977), historiador que se debruça sobre o tema da morte, evoca uma série de elementos que contam como estratégia de uma reconstrução do pensar a morte no “Ocidente”. Em seu livro intitulado *História da morte no Ocidente*, o autor aponta para o processo, cada vez mais visível, de individualização da morte e do morrer. Isso acontece, a partir dos elementos que nos são mostrados, pela retirada da morte da cena pública para uma acomodação à esfera do privado e, com isso, de um sistema em que a morte é encarada como parte natural da vida para uma interdição de sua existência, ou seja, a evitação máxima da ideia do morrer.

A morte, ao longo de todo o processo de interdição, tem sido colocada à margem em meio a uma vida social rotineira que não a cabe mais algum espaço, que não caiba mais alguma tentativa de fazer as pazes com a sua eventual presença futura. Essa varrição da presença da morte no âmbito social é evidenciada pelo historiador que nos situa de como ela foi e tem sido apagada discursivamente e materialmente. Como exemplos desses afastamentos, podemos pensar a questão dos cemitérios, os quais, primordialmente construídos com a intenção de se manter os corpos em poder da igreja, salvo que sua matéria e seus destinos últimos eram de responsabilidade divina, foram sendo levados para fora das delimitações municipais. Sua visitação, que antes era conciliável com a ocupação territorial de lazer, foi restrita à prática de recordação e homenagem aos mesmos, sendo vedado qualquer outro uso em tom de festejo ou coisa similar.

Discursivamente, a morte também foi sendo eliminada da esfera pública e do tom compassivo de sua existência, à medida em que novos campos do saber passariam a ditar as normas adequadas ao seu processo de enlutamento. Com isso, cada vez mais a ideia de uma morte domesticada, lúcida, em que o enfermo estivesse consciente de seu caso e de seu vir-a-morrer, até ao ponto de o próprio preparar esse momento como um evento público e natural, foi dando lugar a um embate com a mesma, evitando ao máximo que o enfermo tivesse a consciência de sua situação e de seu morrer iminente; a preparação de seu fim sob responsabilidade da família do moribundo, tal como a evitação de um processo de enlutamento que se tornasse desgastante, improdutivo e fora dos padrões de normalidade (dentro de uma lógica medicalizada).

Pensando-se nas generalizações feitas por Ariès (1977) em relação aos modelos de morte (da morte domesticada ao interdito) no Ocidente, creio que possamos inferir algumas pontuações, assim como refletir sobre essas ideias de morte dentro de um escopo que considere como a morte teve (e ainda tem) um papel constitutivo para a produção das subjetividades e práticas homoeróticas desde o enfrentamento à AIDS na década de 80.

### **A representação pública da morte no contexto da emergência da AIDS e a produção de sexualidades diante do morrer**

Partindo-se da fissura provocada pela AIDS ao modelo interdito da morte, podemos tomar como consideração que, por mais que esses dois paradigmas sejam fontes de explicação para um certo pensar e agir sobre a morte e o morrer, também pode-se constatar que, ao longo do tempo, epidemias de grandes proporções trouxeram a vista aquilo que se buscava ser escondido. Tendo em vista que o modelo de morte interdita tomou seu lugar a partir de meados do século XIX, sem dúvida a AIDS tem um lugar em especial na realocação da morte na esfera do público num contexto específico, uma vez que, com seu surgimento e rápida expansão, houve um maior grau de incerteza em relação à vida e um processo de repensar o “saber-agir” diante de sua iminência.

Trago à discussão, para ilustrar esse momento conhecido como “boom da AIDS” e de uma emergência na questão da morte “à espreita” do homossexual, alguns exemplos vistos em filmes dessa temática, em maior medida, *The Normal Heart* e outras fontes de reflexão como alguns relatos presentes na dissertação intitulada *O jeito de levar a vida: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada* (SEFFNER, 1995).



Contudo, antes de iniciar uma discussão sobre como a presença da morte se encontra no diagnóstico de soropositividade, devo alertar sobre meu estado de plena consciência de que, independentemente de saber que essa confirmação cause um estado de mal-estar e da ideia incisiva de uma imediatez da morte seja em homossexuais ou heterossexuais, me proponho aqui a analisar um contexto específico em que, a doença estava diretamente ligada ao grupo específico de pessoas com comportamento de risco por práticas homoeróticas. Assim como não se havia descoberto muitas informações acerca da doença, como origem, contágio, sintomas, prevenção ou tratamento, logo, a desinformação, tal como a propagação midiática de que a AIDS seria um “câncer gay”, delimitava bastante o modo de se pensar em relação a doença e o que ela significava para os homossexuais que se viam nesse estado. Logo, por um lado me interessa analisar como a doença foi constitutiva de um certo modo de se perceber da população homossexual infectada por ela, como de outro, verificar a AIDS como algo que reacomodou a morte na esfera pública e provocou uma série de modos de se pensar em relação a ela.

Seffner (1995) teve apoio de 38 soropositivos que, mediante entrevistas, ajudaram em sua execução da dissertação de mestrado que contava com as seguintes questões: a) que restrições ocorrem na vida de um indivíduo a partir do momento em que ele é notificado como sendo portador do vírus da AIDS? b) como atuam sobre o indivíduo soropositivo os processos de morte anunciada e morte civil? A partir desses questionamentos, tomo aqui algumas falas para tentar diagnosticar concepções a respeito da morte e do processo de morrer em consequência da infecção pelo vírus da AIDS. Muitas questões são suscitadas pelo estudo de Seffner, logo, me concentrarei em algumas delas como base para a discussão.

O trabalho sociológico foi feito com base no apoio de soropositivos encontrados no grupo de ajuda mútua GAPA/RS, tendo envolvimento de pessoas de ambos os sexos e idade jovem na média dos 30 anos. A primeira enunciação que fazem ao invocar suas experiências em relação à descoberta de sua situação soropositiva é a de que a imagem da morte lhe veio à mente. Com isso, eles nos contam algumas ideias como:

*“eu achei que eu tinha três horas de vida, no máximo três semanas, por aí.”*  
(Mário, auxiliar de serviços gerais, 30 anos)

*“eu pedi a Deus que me desse pelo menos três meses, mais do que isso eu achava impossível, pois eu precisava ajeitar tanta coisa na vida dos meus filhos.”* (Carla, funcionária pública, 36 anos)

*“eu saí do ambulatório e me deu uma pressa, eu caminhava ligeiro, me veio na cabeça tanta coisa que eu tinha que fazer, pensei que eu tinha só poucos dias para fazer tudo, eu ia morrer logo.” (Roberto, professor, 32 anos)*

*“o ônibus começou a demorar, me deu um desespero, peguei logo um táxi, era tanta coisa pra fazer, e tão pouco tempo.” (Valéria, funcionária pública, 39 anos)*

A partir dessas falas podemos perceber que, após a confirmação da infecção pelo vírus, todas essas pessoas tinham a ideia fixa da morte próxima e que, pelo menos, ela pudesse dar algum tempo para que eles resolvessem tanto suas pendências, quanto para se despedir dos entes e amigos queridos (isso fica mais claro em outras falas que não estão ou estarão aqui, mas presentes no trabalho de Seffner). Assim, a ideia do moribundo tomar consciência e ser o responsável pelo preparo de sua própria morte, nos aproxima muito do modelo de morte domesticada de Ariès (1977), mesmo que a contragosto da ideia do morrer, essas pessoas assumem um momento de reflexão no qual o preparo do terreno para quando se forem, é algo imprescindível. Assim, receber o diagnóstico é receber a carta da morte, a carta que anuncia a proximidade de sua morte, tal como a morte (entidade cuja assinatura se dá com “m” minúsculo pelas razões que só ela sabe) em *As intermitências da morte*, de José Saramago (2005), quando, após um momento de reflexão da própria morte, ela decide colocar em prática um novo modelo de morrer, que consiste em receber o aviso prévio de uma semana de sua hora final.

Nesses momentos iniciais pós-descoberta da doença, o conflito em aceitar sua condição também é muito comum e muito angustiante, alguns relatam a perda dos sentidos<sup>1</sup>, de não saber como agir, muitos deles se dão conta que finalmente estão na pele de Caio, na pele que sempre lhes pareceu tão distante, na abstração que agora se sedimentava em realidade... “Caio é um homem, os homens são mortais, logo Caio é mortal”<sup>2</sup>.

Com isso, nos vemos diante de relatos em que novas “estratégias de vida” (SEFFNER, 1995, p. 164) são postas em questão pelos sujeitos de pesquisa e, assim, como a AIDS reformula o entendimento do viver e de como deve portar-se daqui para frente. Duas atitudes são muito recorrentes perante as falas dos entrevistados, a primeira, e mais presente, é a de que, a partir da realidade da doença, a atitude de estar mais próximo consigo mesmo, ou seja, de saber estar só e apreciar essa solidão, é mais tranquila e mais esperada, uma vez que aumenta-se a ideia de

---

<sup>1</sup> Com relação aos efeitos físicos causados com a ideia de morte após o recebimento do diagnóstico do exame de HIV, assim como a associação da doença com a morte, propriamente dita, podemos lembrar das discussões de MAUSS (2001) relatando o ‘efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade’

<sup>2</sup> Reflexão também presente quando Ivan Ilitch (TOLSTÓI, 1998) finalmente reconhece o fato de que sua morte se aproxima.

não conseguir arranjar algum parceiro que lhe aceite. Outro discurso, menos comum, mas também visto é o de que, conforme diagnóstico positivo, a vida deve passar a ser curtida numa intensidade muito maior que antes, e, não somente, deva-se realizar todas as vontades até então não executadas, sem muita preocupação aos riscos que podem aparecer.

Partindo-se da ideia mais frequente e quase absoluta de curtir uma vida mais pacata, encontra-se um discurso muito recorrente a partir do surgimento da AIDS, podendo-se ver isso tanto na fala dos entrevistados, quanto em algumas cenas de *The Normal Heart*. Consiste no discurso que começa a se propagar de que a monogamia é uma estratégia, em curto prazo, contra o risco à infecção ao HIV. Muitos centros de apoio a homossexuais dispersam essa mensagem como uma forma de controle e cuidado ao risco iminente da doença. Assim, pensando em Foucault (2015), corpos, sexualidades e subjetividades passariam por mais um esquema de controle e docilidade a partir da emergência da AIDS, entregando-se a legitimidade do discurso sobre o corpo em poder da autoridade médica e do Estado, como os representantes, por direito, das normas do que deveria ser um saber-agir frente àquela situação. Muitas falas da pesquisa de Seffner também mostram como a ideia de uma promiscuidade estava atrelada ao HIV (ideia que não sumiu em grande medida da nossa sociedade até os dias atuais) e até mesmo que o amor seria uma medida de proteção à doença.

*“como eu estava apaixonado eu achei desnecessário usar preservativo, pois eu estaria fazendo sexo onde existia o amor (...) o amor torna mais puro o sexo... eu não conseguia naquela época ver a diferença (...)”* (Ricardo, contador bancário, 25 anos)

A morte também enuncia para muitos dos que deram seus relatos um processo de reconhecimento sobre eles mesmos, como se, marcados pela sentença que a morte se aproxima, muitos começaram a se averiguar, procurar sinais de sua aproximação, nisso, sua relação com o corpo fora, de algum modo, modificada. Por muitas vezes, procurando sinais de avanço da doença, pessoas contam como nunca tinham percebido seus corpos como eles sempre foram. Midiaticamente, como também podemos ver em *The Normal Heart*, a AIDS foi corporificada em um sistema simbólico em que o corpo magro, fraco, cheio de ínguas e com olheiras era representado como o corpo não somente da Aids, mas como também o corpo da morte. A morte, durante o surgimento e expansão da doença podia ser constantemente associada às vítimas do

HIV, e, mais do que um corpo, o HIV e, em extensão a morte, tinham também uma sexualidade, com isso, a personificação da morte tomou literalmente um corpo aidético e homossexual.<sup>3</sup>

Muito recorrente eram as tentativas de se tentar enganar esse espectro de morte corporificada nos corpos dos soropositivos, alguns deles contam que uma estratégia comum era a gordura como forma de “desidentificador” (SEFFNER, 1995, p. 251). “A distância entre a vida e a morte, no limite, pode ser medida numa diferença de peso também, como um corpo que vai se reduzindo” (SEFFNER, 1995, p. 249). Tais tentativas eram muitas vezes também encorajadas pelos médicos

*“(...) e eu digo pro meu médico, mas ele diz que eu não posso mais ser magra porque as pessoas vão dizer que eu tô aidética. (...) eu pedi para os meus dois médicos uma dieta, mas de jeito nenhum, eles só dizem come, come, come, mas não faz dieta.”* (Carla, funcionária pública, 36 anos).

Desse modo, como diz Seffner (1995), aquilo que muda em relação do aidético para o restante da sociedade são os limites, limites estes verificados por esse conjunto de falas, que perpassam tanto os comportamentos daquilo que se deve ou não fazer, tanto quanto limites do corpo, a pessoa aidética ou soropositiva se vê dentro de uma zona que a separa do restante da vida em sociedade porque em certo limite, ela se encaminha mais para um outro lado, um lado em direção à morte.

Assim, os corpos em sociedade que traziam consigo a marca da morte, expuseram-na a retiraram do segredo que deveria ser protegido, moveram-se em direção ao público de tal modo que sua evitação fora, pelo menos com seu aparecimento e busca por respostas, suspensa, não por vontade, mas por imposição da própria morte. Identificar essas fissuras no modelo de morte interdita é importante, tanto para nos situar da não-homogeneidade do paradigma trazido por Ariès (1977), tanto quanto para se pensar sobre como a morte pode assumir uma forma, um corpo, em relação à produção de alteridades vigente em nosso contexto moderno e ocidental.

### Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. As atitudes perante a morte in *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro Francisco Alves, 1977

---

<sup>3</sup> Corpo esse não muito diferente das observações de BLUM (1996) sobre a personificação da morte representada na forma de uma caveira, vestida de uma capa preta, acompanhada de uma gadanha.

BLUM, Claude. A loucura e a morte no imaginário coletivo da Idade Média e do começo do Renascimento (Séculos XII-XVI) In Herman BRAET & Werner VERBEKE (eds) *A morte na Idade Média*. São Paulo: EdUSP, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade vol. 1: a vontade de saber*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MAUSS, Marcel. Efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade (Austrália, Nova Zelândia) In *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2001.

SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.

SEFFNER, Fernando. *O jeito de levar a vida: histórias de vida de soropositivos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto Alegre, 1995.

TOLSTÓI, León. *A morte de Ivan Ilitch*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

**Filmes:**

“*The Normal Heart*”. Dirigido por: Ryan Murphy, 133 min, 16 anos, 2014.

## Os impactos da ditadura brasileira nas populações LGBT: discurso moralista, políticas públicas, repressão e resistência (1964-1985)

**Bruno Michael Pereira de Abreu**

Graduando

UFMG

E-mail: brunompabreu@gmail.com

**Luis Otávio Silva Botelho**

Graduando

UFMG

E-mail: luis.silvabotelho@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é traçar breve panorama sobre os impactos da instauração da ditadura militar no Brasil na vida dos homossexuais durante os anos do regime, a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema e análise do Jornal Lâmpião da Esquina (imprensa LGBT alternativa que surgiu à época). Como a vida cotidiana das pessoas que performatizavam noções não-hegemônicas de gênero foi afetada? Quais foram os tratamentos dados aos corpos homossexuais ao longo do regime? Partindo destas questões, pretendemos contrapor dois conceitos-chave à compreensão do período, os de repressão e resistência, priorizando qual a forma que estes grupos - que estavam em processo de formação identitária e de incipiente organização coletiva - encontraram para se opor à ofensiva conservadora e moralista que se formou no Estado Brasileiro entre 1964 e 1985 e como foram construídos espaços alternativos de convivência e solidariedade.

**Palavras-chave:** Ditadura; homossexualidade; gênero; repressão; resistência.

**Abstract:** This article provides a general description of the impact of the establishment of the military dictatorship in Brazil on the life of gay men and women during the years of the regime, based on a bibliographical review and analysis of the Lâmpião da Esquina newspaper (LGBT alternative press which arose in the period). Starting with two main questions – how was the daily life of people who performed non-hegemonic notions of gender affected? And how were gay people's bodies treated throughout the regime? –, we intend to interpose two key concepts to understand the period: repression and resistance. This article will focus on the ways these groups – which were in a process to create their identity and had incipient collective organization – managed to oppose the conservative and moralistic offensive by the Brazilian dictatorship between 1964 and 1985, and how alternative spaces of coexistence and solidarity were constructed.

**Keywords:** Dictatorship; homosexuality; gender; repression; resistance.

### Os Aparatos Repressivos do Estado

Em março de 1964 o Brasil começava uma experiência que, sem dúvida nenhuma, marcou a história do país e mudou os rumos da política nacional apreendida até então pelo governo de João Goulart. Num contexto de Guerra Fria, anti-comunismo e golpes militares na América Latina, as Forças Armadas Brasileiras se sentiram no papel de intervir, tomar o poder por meio de um golpe militar e assegurar que a normalidade continuasse estabelecida. Era um Brasil de efervescência política, o governo de Jango estava sinalizando reformas que preocupavam os donos da velha política oligárquica e, lá do norte global, chegava todo tipo de

apoio a uma tentativa de intervenção militar nesses termos. Contudo, cabe perguntar quais foram os efeitos dessa investida pelo poder na vida da população brasileira, como se sentiu, pelas cinco regiões do país, a realidade do novo programa político que ocupava o Palácio do Planalto. Cabe, mais ainda, questionar como essa nova realidade refletiu nos diferentes corpos que ocupam e constroem esse país, se considerarmos que o Brasil é conhecido desde sua fundação enquanto Estado-nação por ser multicultural, multifacetado e diverso. Este trabalho pretende, portanto, contribuir minimamente pra questão, trazendo à tona um grupo que é historicamente invisibilizado pela historiografia tradicional e reiteradamente marginalizado no cotidiano das pessoas. Quais foram os impactos da instauração da ditadura na vida das pessoas homossexuais? Como se refletiu nos corpos que performativizavam noções não-hegemônicas de gênero? Quais foram as políticas públicas específicas do Estado conservador pra essas populações e, mais importante, quais foram as formas que elas encontraram de resistir?

Essas são questões que nos parecem de fundamental importância para uma compreensão mais complexa da realidade do regime e suas implicações na realidade brasileira. Foi partindo desses incômodos que surgiu a ideia de fazer um trabalho que procurasse sistematizar, mesmo que de maneira panorâmica e superficial, as formas de resistência encontradas para se contrapor ao regime. Primeiro nós consideramos importante dizer que a instauração do Estado ditatorial no Brasil em 1964 não significou somente uma guinada à direita na condução econômica do país, como a suspensão dos projetos de reformas de base de João Goulart, a abertura ao capital estrangeiro e etc. Significou, mais ainda, a implementação de um governo que defende e considera indispensável que se proteja e conserve a moral e os bons costumes, que são as bases fundamentais da instituição mais preciosa da sociedade: a família. Isso aparece não só na retórica do discurso dos militares como também nas práticas públicas, como o famoso e triste episódio onde o então ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, durante o governo Costa e Silva, mandou estabelecer uma Comissão de Investigação Sumária para investigar, dentre outros, casos de “homossexualismo” e “incontinência pública escandalosa” no quadro de funcionários do Itamaraty. Este episódio se deu pouco depois da instauração do Ato Institucional número 5, em 1968, que ficou conhecido por endurecer muito mais a repressão dos governos militares. A ideia era prevenir quaisquer tipos de “desvio moral” ou “subversão” dentro do governo, algo como dar o exemplo.

Além disso, fazia parte da retórica do regime associar o anti-comunismo latente na sociedade com a prática subversiva da homossexualidade. Neste sentido, o governo defendia



que havia uma clara conexão entre a subversão e o desvios morais, logo, proteger-se do perigo comunista passava necessariamente por rechaçar a homossexualidade ou qualquer diferença na performatividade de gênero. Nos anos 60, o discurso era de que a homossexualidade é, além de pecado, uma patologia. Com o avançar do regime militar, houve uma mudança neste discurso com a intenção de acionar a sociedade contra esses inimigos do Estado, inflamar os ditos cidadãos de bem a se revoltarem contra a revolução sexual, vinda muito como influência norte-americana. Foi neste momento que a homossexualidade passou a ser então associada a subversão, unindo a visão política do Brasil conservador do período com o moralismo social profundamente impregnado na nossa sociedade.

O curioso, no entanto, é que a prática homossexual era atacada tanto por esse projeto moralista de sociedade quanto por grande parte das forças de esquerda tradicionais da época. Os partidos com orientação marxista ortodoxa consideravam que pautar questões identitárias era um desvio de foco da luta maior, que era derrubar a ditadura. As esquerdas, com seus projetos que iam desde oposição democrática até a luta armada, tendiam a não reconhecer as “lutas individuais”; o coletivo se sobrepunha a quaisquer tipos de demandas pessoais. Somava-se a isso, obviamente, toda uma concepção machista e homofóbica de sociedade da qual esses grupos não estavam isentos por serem de esquerda, muito pelo contrário, no ideal do homem novo revolucionário, muito presente e influenciado pela Revolução Cubana, a homossexualidade era vista como um “desvio burguês”. Um exemplo claro disso está relatado no capítulo do autor James Green, que organizou uma coletânea junto com Renan Quinalha de artigos que tratam da relação entre homossexualidade e ditadura, em que ele explicita um conflito que houve na USP em 1979 quando o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da instituição propôs “um ciclo de debates sobre as ‘minorias’, termo usado para se referir a mulheres, negros, índios e homossexuais”. (GREEN e QUINALHA, 2014, p. 190). E depois completa: “os grupos esquerdistas, que viam a homossexualidade como um desvio burguês ou uma doença, simplesmente decidiram ignorar o evento”. (GREEN e QUINALHA, 2014, p. 191).

É preciso dizer que, no nosso entendimento, a ditadura brasileira empreendeu um esforço sistemático em perseguir e rechaçar os homossexuais, sem, contudo, sistematizar essa repressão. Após análise das ações pontuais da ditadura de ataque direto às populações LGBT, fica claro que fazia parte da agenda militar combater e repudiar os comportamentos “desviantes”. No entanto, em termos de institucionalização, nenhuma lei foi aprovada no

sentindo de normatizar e especificar esses ataques dentro do aparelho burocrático do Estado. Isso não é novidade, dado que a maior parte da repressão e violência dos governos militares foram executadas nos famosos “porões da ditadura”, sem passar pelo crivo do congresso ou mesmo dos atos institucionais que orientaram a práxis destes governos. Contudo, é um equívoco considerar que, devido a falta de institucionalização dessas políticas, não havia perseguição aos grupos LGBT. Em breve levantamento que fizemos a respeito do assunto (sendo muitos exemplos tirados do já citado livro “Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”, organizado por James Green e Renan Quinalha), nota-se que, desde a esfera federal até a municipal, se deram seguidas investidas diretas em ataque às populações LGBT, com especial ênfase no grupo já majoritariamente marginalizado das travestis e transexuais. Vejamos: em São Paulo, sob o governo de Paulo Maluf (ARENA, 1979-1982), a Polícia Militar realizava repetidas rondas que não raro culminavam em prisões arbitrárias de travestis, sendo o delegado Wilson Richetti o responsável pelas operações; a escritora paulista Cassandra Rios foi alvo recorrente da censura dos órgãos do regime militar, questão que se explica em grande medida pelo teor erótico das suas publicações e pelo fato da escritora ser lésbica; por meio da Lei de Imprensa, atualizada pelo governo militar em 1967, diversas foram as vezes que se impediu que assuntos como homossexualidade e outras questões de gênero pudessem ser discutidas nas publicações de revistas e jornais pelo Brasil, como foi o caso em 1979 quando nove jornalistas da revista Isto É foram processados e enquadrados na Lei de Imprensa por terem assinado uma reportagem que abordava a questão da homossexualidade. A Polícia Federal também empreendia investigações pontuais sobre periódicos desafetos ao regime; os redatores do jornal Lâmpião da Esquina (primeira imprensa LGBT a ter alcance nacional ainda durante a ditadura, cuja trajetória analisaremos de maneira mais profunda um pouco mais à frente) eram constantemente intimados a depor e respondiam por diversos processos por propagarem a “depravação dos costumes” em suas publicações. Estes exemplos, somados aos diversos tipos de repressão política praticados sistematicamente pela ditadura, explicitam que as ações dos militares não visavam apenas coibir a formação de grupos subversivos, elas incidiam normativamente na vida e no cotidiano das pessoas, com sua régua moralizadora que definia muito claramente as formas corretas de ser e de existir. Fugir disso é um desvio, são arestas que os militares intentaram grandemente aparar.

## **A Resistência**

Nos primeiros anos do regime militar, estava sendo calculadamente formado o aparato de repressão por parte do Estado à fins de impedir a subversão e instituir uma sociedade de valores morais comuns e livre dos desvios de comportamento. É neste contexto que se insere o AI-5, assinado em 1968 pelo então presidente General Costa e Silva e que muito contribuiu pra intensa desmobilização dos movimentos sociais, partidos e sindicatos que estivessem buscando resistir. Os grupos de esquerda que intentavam lutar passaram a se organizar clandestinamente, o que dificultava muito sua ampliação a setores ainda não atingidos da sociedade. O mesmo ocorreu com os grupos de contestação sexual. Já se ensaiava desde o início da década de 60 diversas forças que publicavam em pequenos periódicos artigos a respeito da revolução sexual, uso de drogas, homossexualidade e feminismo, porém esse movimento que tendia a crescer foi abruptamente interrompido pelo advento do AI-5 e o recrudescimento das forças repressoras estatais. Somente quase uma década depois, durante a conhecida abertura “lenta, gradual e segura” do governo de Ernesto Geisel, é que esses grupos puderam voltar a se organizar de forma não-clandestina, o que, somado ao desgaste do regime perante a sociedade e a crescente movimentação por parte de alguns militantes, permitiu que surgissem de forma mais organizada os primeiros grupos de resistência pautando especificamente a homossexualidade e lesbianidade como luta política. Vamos analisar neste artigo dois dos principais destes grupos que se insurgiram contra o regime militar de duas formas bastante distintas, mas igualmente importantes. O primeiro é o grupo SOMOS, surgido em 1978 e com atuação militante em prol dos direitos LGBT principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois, o jornal Lampião da Esquina, criado também em 78, sendo o primeiro periódico de circulação nacional a pautar questões sexuais, de gênero, de diversidade e progressistas.

### **O Grupo Somos**

No início dos anos 1970, os movimentos sociais passaram a se reorganizar lentamente, mobilizando-se em conjunto com a ala progressista da Igreja Católica contra a ditadura. Esses movimentos retomam as ruas para protestar contra a morte do estudante Alexandre Vannucchi, em 1973; a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, reivindicando a volta de um regime democrático. Com a pressão dessas manifestações, a publicização e denúncia pela violação dos direitos humanos, é anunciada uma “distensão lenta, gradual e segura” pelo então presidente Ernesto Geisel (1974-79). É nesse contexto, em 1978, que surge o SOMOS - primeiro movimento social de afirmação LGBT - durante a ditadura militar. O nome do grupo é em

homenagem ao boletim SOMOS da Frente de Libertação Homossexual (FLH), que atuou na Argentina na década de 1970. A abertura transmitida por Geisel foi entendida pela comunidade LGBT como a possibilidade de abertura do discurso também. Sendo assim, seria importante afrontar publicamente os discursos médicos e cristãos que viam a homossexualidade como doença, ou pecado, além do discurso de uma esquerda ortodoxa que viam a homossexualidade como um desvio burguês. Os redatores do jornal Lâmpião da Esquina também fizeram parte do coletivo como dirigentes desde sua formação. Dentro do movimento havia um grupo chamado Facção Homossexual da Convergência Socialista, dirigido por James N. Green.

A perspectiva teórica que orientava o grupo combinava a análise trotskista-marxista com conceitos das novas esquerdas norte-americanas e européias. Eles sustentaram o argumento de que o movimento LGBT deveria forjar conexões, laços e até alianças com outros movimentos sociais representantes de “setores oprimidos” – negros, mulheres e índios -, além de uma orientação de que o movimento homossexual deveria elaborar uma política para a classe trabalhadora. Logo essa orientação foi adotada por todo o grupo, afinal existe homossexualidade em todas as classes sociais. A partir de 1979, o SOMOS cresce e em 1980 passa a tomar as ruas articulado com os outros movimentos sociais. Neste mesmo ano gays e lésbicas do grupo participaram de uma grande manifestação no dia 1º de maio, em São Bernardo do Campo. Em junho do mesmo ano é organizada por grupo de ativistas a primeira passeata GLS, em protesto contra a repressão a travestis, prostitutas e homossexuais, no centro de São Paulo.

### **O Lâmpião da Esquina**

Durante a ditadura, vários periódicos e jornais alternativos surgiram em contrapartida da grande mídia que pretendia monopolizar os meios de informação e, claro, numa perspectiva amigável ao governo militar. Eram os chamados “nanicos”, muitas vezes pequenos jornais de contestação, deboche, provocação política e crítica a ditadura. Dentre eles, o mais famoso foi O Pasquim (1969), que ironizava os governos militares sempre num tom muito criativo e inovador pra linguagem jornalística, o que garantiu sua entrada pra história como um jornal-modelo deste segmento.

Talvez seja seguro afirmar, no entanto, que o Lâmpião da Esquina, jornal que durou de 1978 a 1981, foi o mais revolucionário na categoria dos nanicos. A primeira edição teve uma tiragem de 10 mil exemplares, número que foi progressivamente aumentando ao longo da existência do jornal e que desembocou, ao final, com um grande público de leitores assíduos

em todas as regiões do Brasil. Dizemos que ele foi o mais revolucionário em consonância com um autor que foi de grande relevância pra nossa pesquisa, Jorge Caê Rodrigues, em capítulo dedicado exatamente ao Lampião, onde ele discute a ideia de que um jornal escolhe abordar seus temas na intenção de orientar a constituição e o fortalecimento das identidades de determinado grupo, neste sentido é notória a contribuição do Lampião da Esquina na intenção de criar uma espécie de “consciência homossexual”.

Afinal, pra quê um jornal gay? Pros editores do Lampião que trataram deste assunto no jornal por meio dos editoriais e colunas de opinião, era preciso sair do gueto e destruir a imagem padrão do homossexual. Falando do posicionamento individual dos editores, cumpre destacar quem eram as pessoas que faziam parte do corpo editorial do Lampião. O jornal tinha basicamente dois núcleos, um no RJ e um em SP, sendo o do Rio comandado principalmente por Aguinaldo Silva e o de São Paulo por Darcy Penteadó e João Silvério Trevisan, que escreveu o livro “Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade” que também foi base importante pra escrita deste artigo.

Seguindo na intenção de destruir a imagem estereotipada do que é ser homossexual é que o jornal procurava não pré-definir o que seria, afinal, ser uma bicha ou sapatão. Segundo o autor Stuart Hall, a identidade pode ser entendida mais como o produto da marcação da diferença e da exclusão, do que o signo de uma unidade naturalmente constituída. A identidade LGBT, por assim dizer, se formaria a partir do reconhecimento da diferença em relação a outra parte da sociedade, que, embora estivesse também sob um regime ditatorial, performativizavam noções aceitas de gênero e se relacionavam com o sexo oposto. Por se reconhecer diferentes é que, enfim, os grupos identitários se formam.

Outra faceta interessante do Lampião é que, principalmente por influência de Aguinaldo Silva, que era quem fechava as edições, o jornal mostrava uma certa desconfiança ao “ativismo guei”, por temerem que fosse uma estratégia de cooptação por parte dos grupos envolvidos na luta contra a ditadura. Receio esse que pode ser um pouco mais entendido se a gente pensar na hostilidade que diversos, se não a maioria, dos setores da esquerda demonstravam com essas pautas. João Silvério Trevisan era contra qualquer tipo de partidarismo, inclusive por achar que isto sufocaria o verdadeiro potencial subversor presente no grupo.

Contudo, dada a heterogeneidade das populações LGBT em termos de raça, classe, escolaridade, posições políticas e etc., os conflitos e rachas eram parte importantíssima do próprio processo de formação identitária. Cabe destacar aqui que os editores do Lampião tinham

uma certa tendência a recusar o que viesse na onda do “made in USA”, como os periódicos gays que surgiam de lá, por entenderem que questões relativas à sexualidade também deveriam ser contextualizadas na política e na geografia de cada país. Em tempos de capitalismo e imperialismo cultural, precisávamos de uma cultura GUEI, não gay.

Por fim, faz-se importante frisar que o desenvolvimento de uma mídia específica para determinado grupo, mais do que um instrumento de luta, é também extremamente vantajoso no sentido de abrir para as possibilidades identitárias de cada um dentro de seu complexo universo subjetivo e pessoal, mas também social e coletivo.

### **Conclusão**

A intenção deste artigo foi traçar um panorama das políticas de repressão de um Estado violento e autoritário contra grupos específicos que eram identificados como inimigos, mas tentando priorizar as formas que eles encontraram pra resistir, e como, durante este processo, foram surgindo as bases para se criar e fortalecer um movimento atuante e forte no Brasil, bem como uma identidade gay e, mais recentemente, LGBT. É nossa esperança que, voltando os olhos pra toda essa violência desse passado quase nada distante, a gente encontre também a beleza e a força provenientes da resistência e que elas nos animem a seguir lutando e seguir existindo.

### **Bibliografia**

GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 332 p.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed. revista e ampliada. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I- A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

## ST 10 - Indígenas, camponeses e quilombolas: métodos e abordagens na construção da historiografia brasileira

Ayalla Oliveira Silva  
Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[ayallasilva@yahoo.com.br](mailto:ayallasilva@yahoo.com.br)

Grazieli Eurich  
Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá  
Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[graeurich@hotmail.com](mailto:graeurich@hotmail.com)

Tatiana Gonçalves de Oliveira  
Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora  
Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[tatih.oliveira@hotmail.com](mailto:tatih.oliveira@hotmail.com)

George Leonardo Seabra Coelho  
Doutor em História  
Universidade Federal do Tocantins  
[george.coelho@hotmail.com](mailto:george.coelho@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Pretendemos neste simpósio discutir questões epistemológicas e dar vozes às narrativas silenciadas pelas relações de poder advindas da colonização europeia. Pelo menos até a década de 1970, historiadores e antropólogos tenderam a analisar as relações do pós-contato colonial como o encontro no qual os colonizadores teriam imposto sua cultura, organização social aos “dominados”, sobretudo, índios e negros escravizados, que tentavam manter, sem sucesso, o seu modo de viver. Portanto, era a história do choque entre mundos opostos, no qual seria enviesada a crônica da destruição, de submissão à “razão civilizatória”. Por muito tempo estas disciplinas produziram o silêncio dos diversos atores e apagaram suas trajetórias históricas. Desse modo, parecia ainda muito arraigada na historiografia brasileira a afirmação de meados do século XIX, de que os índios, quilombolas e camponeses não tinham História. Contudo, a década de 1980 foi palco de uma reorientação de pressupostos teóricos e metodológicos com correspondência com a própria luta dos movimentos sociais no Brasil, o que provocou reconfigurações decisivas na pesquisa histórica, principalmente, através da exploração de novos arquivos e documentos. Também o diálogo entre diferentes disciplinas, como a história e a antropologia, foram capazes de tirar essas comunidades tradicionais da condição de simples objetos da colonização ou povos em vias de desaparecimento pela modernização da sociedade. Com a visibilidade de pesquisas cada vez mais crescentes acerca do protagonismo dos



“esquecidos da história”, enquanto sujeitos históricos, as temáticas sobre índios, escravos e escravidão, quilombolas, comunidades camponesas, mulheres, pobres, dentre outras, deixaram o lugar marginal que ocuparam na historiografia brasileira. Nesse sentido, a presente proposta temática almeja ser um espaço para apresentação de pesquisas novas e em andamento, fomentando o debate sobre perspectivas conceituais, metodológicas e dialógicas que colaborem no entendimento dessas comunidades na História do Brasil. Para melhor direcionar o trabalho a ser desenvolvido nesse simpósio, priorizamos, além de pesquisas voltadas para a temática indígena, campesina e quilombola, também estudos que se dediquem aos movimentos migratórios decorrentes de perseguições religiosas e étnicas, políticas ou econômicas, em contextos e temporalidades amplas.

## A Educação e Formação de Professores: Contradições Referentes à Inclusão Digital nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás

**Silvania Ferreira Nunes Mandú**

Graduanda em Educação do Campo: Artes Visuais e Música

Universidade Federal do Tocantins

E-mail: silva.fnm@hotmail.com; silvania.fnm@gmail.com

**Resumo:** As contradições da educação referentes à inclusão digital nas escolas são fator existente por quase todo o Brasil. Visa-se com a presente pesquisa contribuir para reflexão em relação a implementação de laboratório de informática nas escolas das comunidades quilombolas Kalunga. Como metodologia de pesquisa foi utilizada o estudo de caso e para coleta de dados foram feitas visitas e entrevistas a moradores da comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, professores, coordenadora e representante da comunidade bem como análise do Projeto Pedagógico da Escola. Foi possível observar que ao utilizar os aparatos tecnológicos que visem o ensino aprendizagem, os professores devem priorizar a cultura, os ritos e as crenças que envolvem as comunidades descendentes de povos africanos e remanescentes quilombolas. A partir dessas considerações, é necessário promover a inclusão digital e consequente melhoria da qualidade da educação escolar através da inserção de recursos tecnológicos incorporados a programas pedagógicos.

**Palavras-chave:** informática; tecnologia educacional; tradição.

**Abstract:** The contradictions of education regarding digital inclusion in schools are a factor that exists throughout most of Brazil. The aim of this research is to contribute to the reflection on the implementation of a computer laboratory in the schools of the Kalunga Quilombola communities. As a research methodology, the case study was used and for data collection visits and interviews were made to residents of the Kalunga community of Monte Alegre de Goiás, teachers, coordinator and representative of the community as well as analysis of the Pedagogical Project of the School. It was possible to observe that when using technological devices that aim at teaching learning, teachers should prioritize the culture, the rites and beliefs that surround the communities descendants of African and remaining quilombolas. From these considerations, it is necessary to promote the digital inclusion and consequent improvement of the quality of school education through the insertion of technological resources incorporated into pedagogical programs.

**Keywords:** computer science; educational technology; tradition.

### Introdução e justificativa

As contradições educacionais referentes à inclusão digital nas escolas é fator existente por quase todo o Brasil. Deste modo, as contradições educacionais se faz presente na comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, tendo em vista as colocações das diretrizes voltadas para a educação emitidas pelo Ministério da Educação. Castilho (2006) discorre sobre o processo de subjugação do negro na sociedade, onde existe por parte desse autor uma aparente denúncia quanto a exclusão sofrida pelos povos descendentes de escravos, considerando que a falta de acesso as novas tecnologias digitais representam outra forma de exclusão, por meio da qual se submete o descende de escravo a um processo contínuo de restrição do acesso a uma educação de qualidade apoiada na utilização de recursos tecnológicos.

A exclusão se faz tema presente na comunidade Kalunga, pois esta comunidade “nasce com africanos – escravos fugidos das minas – e, mais tarde, expande-se com migrações, sobretudo, de escravos alforriados, mas também, de outras pessoas que adquirem terras” (BAIOCCHI, 2013, p. 43). São povos que habitam localizações de difícil acesso, denominadas comunidades quilombolas. Nesse caso, muitas das comunidades não possuem energia elétrica, nem saneamento básico, muito menos internet, com isso as condições de vida e de estudo são precárias. Em se tratando da utilização de recursos tecnológicos e sua importância no contexto escolar, Mercado (2002, p. 136) enfatiza que “[...] o laboratório de informática deve ser um ambiente que promova e facilite o processo de ensino e aprendizagem”. Baseando nas ideias desse autor, acredita-se que o laboratório de informática auxilia na desenvoltura do aluno quanto ao despertar de curiosidade e habilidades para utilização das ferramentas virtuais em conjunto com informações visuais (imagens de televisores, celulares e computadores, internet e etc.), na promoção da construção do conhecimento de maneira crítica e autônoma.

### **Objetivo**

Visa-se com a presente pesquisa contribuir para reflexão em relação a implementação de laboratório de informática nas escolas das comunidades quilombolas Kalunga.

### **Acesso à informação e a comunicação: direito garantido por lei**

De acordo com o capítulo IV da Lei Federal que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências nº 8.069 de 1990, o qual ressalta o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao Lazer, mais precisamente no art. 53, estão dispostos os direitos cabíveis à criança e ao adolescente, desse modo “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1990). No art. 54, estão descritas as afirmações referentes ao direito da criança e do adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; [...] VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional- Proinfo é um programa educacional que possui como objetivo a promoção do uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Esse programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos

educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias, como por exemplo: saber utilizar serviços de busca, dicionários on-line, montagem de slides, imagem e som edição de vídeo, criação de textos e planilhas, uso de mapas na internet, e ainda de jogos e simuladores.

Almeida (2008) afirma que o governo federal juntamente com o MEC criou mecanismos para orientar a implementação e orientação do uso das TIC no Brasil, tanto nos grandes centros quanto nas comunidades mais longínquas no país, com isso a autora ressalta que para receber essas tecnologias as escolas precisam possuir estruturas básicas para o bom funcionamento dos recursos tecnológicos adquiridos através desse processo. Sendo assim, Almeida (2008, p. 31) afirma que

Em números absolutos é inegável o esforço de brasileiros para implementar novos laboratórios de informática nas escolas. No entanto, a situação é extremamente desfavorável, pois apesar do volume de computadores adquiridos pelo governo nos últimos anos, de acordo com o senso escolar 2005 havia em torno de 350 alunos para cada computador[...] Os esforços empreendido pelo governo do Brasil para alterar esse quadro são apontados pelo senso escolar 2006, no qual constam 36.816 escolas públicas com laboratório de informática (aumento próximo a 35% em relação a 2005) e 29.890 conectadas à internet.

Almeida (2008) ainda cita que apesar do empenho por parte do governo brasileiro para implementar essas tecnologias, percebe-se que há uma defasagem estrutural principalmente quando relacionada a estrutura local, na qual a escola está inserida, sendo essa uma realidade extremamente presente em regiões brasileiras com grau elevado de dificuldade de acesso as escolas. A essa defasagem estrutural e ainda defasagem por parte do quadro de funcionários capacitados, cabe ressaltar que possivelmente esteja relacionada com a falta de políticas públicas de qualidade que possibilite o funcionamento adequado das novas tecnologias nas escolas.

Na comunidade quilombola Kalunga, o sistema educacional segue o mesmo modelo de ensino empregado nas escolas urbanas existentes por todo o país, com isso compromete-se o aprendizado das crianças na comunidade, pois sua visão de mundo nesse caso se encontra limitada, pelo fato de essas crianças não possuírem acesso direto com a realidade externa a sua comunidade de origem. A esse motivo possivelmente influencia ao fato de problemas como a desmotivação e evasão escolar, pois existe diferenças entre a cultura e o conhecimento existentes no meio urbano em contraste com as comunidades remanescentes de quilombo. Sendo assim a matriz curricular não prioriza como deveria a cultura desses povos descendentes

de africanos, nem sua história, suas crenças seus ritos. Com isso surge a importância do uso das novas tecnologias da comunicação e informação e implantação de políticas públicas, bem como programas do governo que objetivem promover uma educação qualificada adaptada à inclusão digital, de modo a favorecer a autonomia cultural desses povos, através da implantação das metodologias apontadas pelo Proinfo que amplificam possibilidades de melhoria na educação.

### **Aspectos metodológicos**

Para desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado como procedimento metodológico o estudo de caso, que de acordo com Yin (2001) caracteriza-se pela análise de um caso específico, que pode ser uma pessoa, uma disciplina, um curso, uma instituição, um sistema educativo, uma política ou qualquer outra unidade social. Seu poder diferenciador está na sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências: documentos, artefatos, entrevistas e observações. Busca reunir informações numerosas e detalhadas a fim de compreender a totalidade da situação. É uma investigação que se assume particular, pois através dela procura-se descobrir o que há mais de essencial e característico, contribuindo assim para a compreensão global do fenômeno de interesse. Como instrumento de coleta de dados, contou-se com visitas e entrevistas a moradores, professores, coordenadora e representantes da comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, bem como análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Tinguizal, e ainda através do acesso a vídeos elaborados a partir de perspectivas voltadas para a valorização da cultura de povos remanescentes de quilombos descendentes de africanos.

### **Resultados e discussão**

Em visita a algumas das comunidades constatou-se que existe grande defasagem em termos de estrutura nas escolas e ainda com a pesquisa in loco observou-se que a metodologia de ensino aplicada ao ensino dessas crianças Kalunga, não priorizam de maneira amplificada sua cultura suas crenças, seus ritos; e quanto as tecnologias utilizadas de maneira pedagógica, as condições de acesso são limitadas e quando a escola as possuem esse recurso, não conseguem fazer uso, devido à falta de estrutura, eletricidade e profissional capacitado.

O programa Governo Federal *Brasil Quilombola*, oferece possibilidades para reverter o quadro de disparidades entre os dados observados e a realidade apresentada nas comunidades, pois contata-se que diante da realidade vivenciada pelos moradores das comunidades, e ainda das condições de infraestrutura e de apoio a educação, percebe-se que possivelmente essa

realidade esteja obscurecida entre interesses de gestão dos recursos. Sendo assim, segundo Castilho (2006, p.9),

As políticas públicas voltadas para as comunidades, como as atualmente existentes no Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, são fundamentais para reverter a situação de vulnerabilidade dessas comunidades, historicamente invisibilizadas e excluídas do acesso a seus direitos.

Existem outros recursos destinados ao apoio as comunidades quilombolas Kalunga, embora os dados observados in loco ofereçam uma discrepância, referente aos recursos destinados para a educação. Como pode ser confirmado na citação que se segue:

- h) Apoio à distribuição de material didático e paradidático para o ensino fundamental em escolas situadas nas comunidades remanescentes de quilombos; (p. 26).
- i) Apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades remanescentes de quilombos, todas as três a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério da Educação (CASTILHO, 2006, p. 27).

Diante do uso das novas tecnologias TIC, em relação ao conhecimento, pode-se constatar que o professor se faz personagem principal, no que diz respeito ao uso das novas metodologias de ensino, pois a aplicação de recurso de maneira didática cabe ao professor em sala de aula e diretamente com o aluno. Para tanto se faz necessário que esse processo de introdução das ferramentas da TIC, seja feito de maneira crítica com objetivos predeterminados de gerenciamento da TI quanto ao uso consciente dos recursos, a fim de motivar o aluno rumo ao conhecimento, sem provocar uma dependência desse recurso, ou seja, faz-se necessário que o aluno tenha autonomia para utilizar as novas tecnologias em conformidade com os meios de ensino tradicional. Para Castilho (2006, p.30)

Os recursos das ações de elaboração e distribuição de materiais didático, capacitação de professores em relação a lei nº 10.639/2003 e de construção de escolas nas comunidades podem ser acessados da apresentação de propostas de convênios elaborados pelos governos municipais e Estaduais e remetidos à coordenação de diversidade da SECADI/ Ministério da Educação.

Para se utilizar das novas tecnologias de ensino precisa-se levar em conta a infraestrutura oferecida por cada grupo escolar (em nível geral das comunidades) e ainda o material didático dado deve ser pensado em nível de nova dinâmica de aula, levando em conta a cultura e o saberes a ser aplicado para cada turma, de modo que o material ofertado proporcione resposta positiva para os alunos, de acordo com sua faixa etária e seus interesses pessoais.

Para tanto o professor precisa ser inovador, desenvolver uma postura crítica, quanto a importância do seu trabalho em sala de aula, bem como diante do uso das TIC, devem ainda ter autonomia para ministrar os conteúdos aos alunos, (evitando que os mesmos se dispersem do foco objetivado), e ainda ter habilidades para tornar as aulas atrativas e com isso motivar os alunos a pesquisa de maneira crítica e agradável. Sendo assim o professor pode utilizar de recursos como matérias e dinâmicas educativas, tais como: jogos, filmes, vídeos, músicas, danças, contos, poemas, pesquisas predeterminadas e cursos, criação de blogs para interação entre a turma e soluções de dúvidas referentes ao conteúdo aplicado em sala de aula, entre outros.

Ao aplicar metodologias tecnológicas que visem o ensino aprendizagem, os professores devem priorizar a cultura, os ritos e as crenças que envolvem as comunidades descendentes de povos africanos e remanescentes quilombolas. Faz-se necessário ainda à apresentação de proposta de emendas parlamentares, aos ministérios referentes ao atendimento às comunidades quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás, para o aproveitamento de recursos destinado para a educação, a fim de se aplicar os recursos destinados as necessidades da educação nas comunidades. Tendo em vista que o governo obtém recursos destinadas a suprir as demandas referentes a educação, bem como promoção de tais benefícios destinados a mesma, garantidos por lei.

Portanto observa-se que a introdução das novas tecnologias como as TIC, TI, em parceria com programas como o Proinfo, na educação através do laboratório de informática promove uma gama de conhecimento aos alunos, desde que os recursos sejam utilizados de maneira consciente com objetivos predeterminados, voltados para a promoção do conhecimento crítico e autônomo. Para tanto se faz necessário que os professores obtenham formação continuada e uma postura crítica inovadora, amplo conhecimento e habilidades para despertar no aluno a autonomia para utilizar o computador e outras tecnologias e com isso alcançar autonomia pessoal, necessária a manutenção da capacidade crítica diante da tomada de decisões ao longo de sua vida e em qualquer contexto que esse se encontre inserido, dentro e fora do campo.



### Referências bibliográficas:

BAIOCCHI, Mari de N. *Kalunga: povo da terra*. Goiânia (GO): editora da UFG, 2013.

BRASIL. *Programa Nacional de Informática na Educação. Proinfo Integrado*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=13156](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13156)>.

\_\_\_\_\_, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 11 Jan. 2017.

CASTILHO, Manoel L. V. de. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, Comunidades Quilombolas Brasileiras. *Regularização Fundiária e Políticas Públicas. Programa Brasil quilombola*. Brasília, DF, 24 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>>. Acesso em: 12 Dez. 2015. Acesso em: 12 Dez. 2015.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.). *Novas Tecnologias na Educação: reflexões sobre a prática*. Maceió: EDUFAL, 2002.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## Uma visão dos indígenas do sul de Minas nos relatos de alguns memorialistas

**Gustavo Uchôas Guimarães**

Pós-graduando em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (UNINTER)

Pós-graduado em Metodologia do Ensino de História e Geografia (Univ. Barão de Mauá)

E-mail: virginenseuchoas@bol.com.br

**Resumo:** A pesquisa sobre a história das localidades do sul de Minas Gerais revela diversos relatos de memorialistas que contam a história dos municípios sul-mineiros e oferecem um panorama da formação do sul de Minas. Vamos analisar como a presença indígena no sul das Gerais é abordada pelos memorialistas Luís Barcelos de Toledo e Monsenhor José do Patrocínio Lefort, além do jornalista Bernardo Saturnino da Veiga e da historiadora Thalita de Oliveira Casadei. A análise dos relatos destes autores possibilita-nos ter um panorama do pensamento sobre o indígena e das formas como se o mencionam ou estudam fora do meio acadêmico e oferece o enriquecimento das informações e conhecimentos sobre a presença indígena no sul de Minas, ajudando no esforço de resgate da história indígena em pequenas localidades interioranas.

**Palavras-chave:** Indígenas; Memorialistas; Ponto de vista.

**Resumen:** La investigación sobre la historia de las localidades del sur de Minas Gerais revela diversos relatos de memorialistas que cuentan la historia de los municipios sur-mineros y ofrecen un panorama de la formación del sur de Minas. Vamos a analizar como la presencia indígena en el sur de las Gerais es abordada por los memorialistas Luís Barcellos de Toledo y Monseñor José do Patrocínio Lefort, además del periodista Bernardo Saturnino da Veiga y la historiadora Thalita de Oliveira Casadei. El análisis de los relatos de estos autores nos permite tener un panorama del pensamiento sobre el indígena y de las formas como se lo mencionan o estudian fuera del medio académico y ofrece el enriquecimiento de las informaciones y conocimientos sobre la presencia indígena en el sur de Minas, ayudando en el esfuerzo de rescate de la historia indígena en pequeñas localidades interiores.

**Palabras clave:** Indígenas; Memorialistas; Punto de vista.

### Introdução

O estudo da presença indígena no sul de Minas traz a tona escritores que registram momentos da vida indígena sul-mineira, seja focando nesta presença ou em função dos relatos sobre a formação de vilas e cidades no sul das Gerais.

O sul de Minas<sup>1</sup> tem sua formação a partir da fundação da Freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde<sup>2</sup>, nas primeiras décadas do século XVIII, com a busca e exploração de ouro na região do rio Verde<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> De acordo com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o sul de Minas tem atualmente 155 municípios. Para saber mais: <[https://www.almg.gov.br/consulte/info\\_sobre\\_minas/index.html?aba=js\\_tabMacrorregioes&stlMacroregiao=3](https://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMacrorregioes&stlMacroregiao=3)> Acesso em: 10 fev.2017.

<sup>2</sup> O nome consta no primeiro livro de assentamentos de batismo da paróquia de Santo Antônio (Campanha), contendo o livro registros de 1748 a 1777 e estando presente no Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha.

<sup>3</sup> Utilizando nomes de localidades atuais, o rio Verde nasce na divisa dos municípios de Itanhandu e Passa Quatro e deságua no lago de Furnas, na divisa entre Três Pontas e Elói Mendes.

Antes, porém, que se constituísse um território chamado "Sul de Minas Gerais", havia uma presença indígena que se manifestava em diversos povos. Paula (1966) expressa esta diversidade ao informar vários nomes e características de povos indígenas da região sul-mineira: Cataguás, Abatinguaras, Mandiboias, Moropaks, Lopo, Guanhões, Caxinés, Purimirins e Mariquilás, entre outros, alguns habitando o vale do rio Verde, outros as regiões em torno dos rios Grande e Sapucaí e outros ainda na região da Serra da Mantiqueira.

Tal presença indígena ainda hoje se nota, por exemplo, nas informações censitárias quanto ao número de indígenas nos municípios sul-mineiros<sup>4</sup>. Mas, apesar da atual presença atestada de forma censitária e dos relatos conhecidos que mencionam a figura indígena no processo histórico sul-mineiro, além das evidências desta presença muito antes de termos um recorte territorial conhecido como "Sul de Minas", é necessário cada vez mais o resgate da história indígena sul-mineira por pesquisadores que venham a se interessar pelo tema e possam contribuir para a valorização das experiências históricas de pequenas localidades.

Nesta pesquisa, abordaremos brevemente a presença indígena sob o olhar de quatro escritores que incluíram menções aos indígenas em suas descrições do processo de formação da região sul-mineira ou, na ausência de menções, também mostram o posicionamento em relação à importância do indígena nos processos históricos regionais. Estes escritores analisados são o jornalista Bernardo Saturnino da Veiga<sup>5</sup>, o memorialista Luiz Barcellos de Toledo (1848-1922)<sup>6</sup>, o monsenhor José do Patrocínio Lefort (1914-1997)<sup>7</sup> e a historiadora Thalita de Oliveira Casadei (1921-2014)<sup>8</sup>. A pesquisa se deu mediante análise documental e bibliográfica, com a leitura de obras escritas pelos três autores acima citados, sendo estas encontradas tanto em arquivos - tais como o Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort<sup>9</sup> e o Arquivo da Cúria Diocesana, ambos em Campanha - quanto em sites - como o acervo digitalizado do Arquivo Público Mineiro.

---

<sup>4</sup> Em pesquisa feita por este autor no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dedicado às informações sobre populações indígenas, constatou-se que, no Censo de 2010, um total de 1950 habitantes dos 155 municípios sul-mineiros se declararam indígenas.

<sup>5</sup> Natural da cidade sul-mineira da Campanha, foi autor do Almanach Sul-Mineiro (1874 / 1884) e seu nome consta nas origens do município sul-mineiro de São Lourenço.

<sup>6</sup> Natural da cidade sul-mineira de Cristina, foi autor do livro O Passado da Christina, uma série de anotações sobre a história cristinense até o início do século XX.

<sup>7</sup> Natural da Campanha, foi autor de várias obras sobre a história de localidades e famílias sul-mineiras, tendo sido também chanceler do Bispado da Campanha.

<sup>8</sup> Natural da cidade fluminense de Campos dos Goytacazes e casada com o jurista campanhense Antônio Casadei (1909-1997), com quem escreveu Aspectos Históricos da Cidade da Campanha.

<sup>9</sup> O Centro de Estudos tem grande acervo de publicações referentes ao sul de Minas, com destaque para jornais sul-mineiros dos séculos XIX e XX e livros escritos por memorialistas de vários municípios da região.

No primeiro capítulo, "Problemáticas memoriais", abordaremos questões referentes aos memorialistas escolhidos para serem analisados neste estudo (por exemplo, razão da escolha dos autores e questões que geraram esta abordagem). No segundo capítulo, "De Veiga a Casadei", analisaremos como Bernardo Saturnino da Veiga e Luiz Barcellos de Toledo tratam o elemento indígena na formação sul-mineira, além de abordar a visão sobre a presença indígena sul-mineira a partir das obras do monsenhor José do Patrocínio Lefort e analisar o que Thalita de Oliveira Casadei (junto com seu esposo Antônio Casadei) apresenta sobre os indígenas em sua obra a respeito de Campanha. Por fim, as últimas considerações retomarão o abordado nos capítulos anteriores, chamando novamente a atenção para a necessidade do resgate da história indígena em pequenas localidades.

### **1. Problemáticas Memoriais**

No trabalho com memorialistas, dá-se atenção ao que cada autor tinha em mente como resultado das interações culturais, políticas e sociais de sua época, pois isto é refletido na obra que o autor escreve. Esta característica pode ser percebida nos memorialistas escolhidos para o presente estudo, como perceberemos ao longo dos capítulos seguintes.

A escolha de Veiga, Lefort e Casadei para esta análise e a própria análise feita destes autores é um desdobramento da pesquisa realizada em torno da presença indígena no município de Virgínia/MG<sup>10</sup>, donde vêm sobressaindo estes autores na medida em que se busca um entendimento mais detalhado da dinâmica de ocupação indígena e relacionamento do mesmo com os colonizadores na bacia do rio Verde. Já a escolha de Toledo é também um desdobramento da referida pesquisa, porém trata-se de um autor que é aqui analisado por não mencionar indígenas em sua obra, conforme veremos adiante.

Feitas as considerações acima, parte-se para o que se quer aqui abordar, trazendo a tona os questionamentos: Como é analisar o indígena tendo o memorialista como lente? Levando em conta que há várias óticas pelas quais enxergar os indígenas (o colonizador, o clérigo ou, principalmente, o próprio indígena), como ficam os mesmos sob a ótica do memorialista? Qual a importância de se perceber o indígena e seus processos históricos, culturais e sociais através de relatos de não-índios?

---

<sup>10</sup> A pesquisa iniciou em 2015 com a participação deste autor no curso "Cultura e História dos Povos Indígenas" (UFSJ) e teve os primeiros resultados apresentados na XIV Semana de História da UFSJ (2016).

No caso específico desta pesquisa e análise, temos o olhar dos quatro memorialistas escolhidos como óticas para percebermos a presença do indígena na formação do território que hoje chamamos de "sul de Minas" e como este indígena era percebido e abordado no relato dos processos históricos regionais. Tais óticas podem contribuir para entendermos as mentalidades e projetos em torno dos indígenas na época de cada memorialista aqui analisado, partindo das próprias mentalidades e projetos que cada um carrega e representa ao mencionar (ou não) o elemento indígena na formação sul-mineira.

## 2. De Veiga a Casadei

Como os demais autores aqui analisados, Bernardo Saturnino da Veiga e Luís Barcellos de Toledo não focavam o elemento indígena em seus relatos. Esta omissão em relação aos indígenas diz muito a respeito da forma como os indígenas apareciam aos olhos de quem descrevia processos históricos até o século XX, época em que se dá maior relevo à história indígena como campo de reflexão (OLIVEIRA; CAVALCANTE, 2015).

Bernardo Saturnino da Veiga publicou o Almanach Sul-Mineiro em 1874 e 1884, detalhando aspectos históricos, geográficos, naturais, sociais, econômicos e culturais dos municípios e seus distritos que compunham, à época, o sul de Minas Gerais. As edições do Almanach trazem, para a maioria dos municípios, ricos detalhes sobre os aspectos mencionados acima, inclusive com os nomes de pessoas mais importantes de cada município ou distrito (padres, juízes, advogados, médicos, fazendeiros, comerciantes, etc). Porém, as edições do Almanach mantêm um quase total silêncio sobre presença indígena na região.

Este silêncio sobre os indígenas é quebrado apenas por esparsas menções, como na referência ao nome de Itajubá: "descobrirão a Pedra vermelha, formoso rochedo que visto ao longe tem aquella côr, mas que examinado de perto é todo listrado de uma linda côr amarella, pelo que mais propriamente a denominavão os indígenas Ita-jubá (pedra amarella)" (VEIGA, 1874, p. 281). Outra menção importante refere-se a Baependi:

É tradição do lugar [Baependi] que no anno de 1692 [...] residião na villa de Taubaté [...] Antonio Delgado da Veiga, seu filho João da Veiga e Manoel Garcia, que entranharão-se pelo sertão para aprehenderem gentios [indígenas] [...].

Desses indígenas ouvirão elles, que além da serra que ao sul de Minas se levanta, [...] havia muito ouro, [...] onde o selvagem campeava descuidoso e livre.

Nessa excursão acompanhavão aos aventureiros alguns índios domesticados, guias de caminho e intérpretes de linguagem desconhecida.

Vadeado o Parahyba, nas fraldas da serra encontrarão um aldeamento de índios e ali pernoitarão no alto de um morro, dando o nome de Pouso-Alto ao lugar onde hoje existe a freguezia desta denominação.

Seguindo caminho a margem do rio Verde, encontrarão um outro rio que nelle despejava suas águas, e na margem opposta do rio tributário avistarão um índio, a quem um dos intérpretes dirigiu a seguinte pergunta: - Bae pendency? - que na linguagem daquelles filhos das florestas significava - que nação de gente é a tua?

Os paulistas acharão graciosa a interrogação e derão á esse rio o nome de Baependency [...]. (VEIGA, 1874, p. 395-396)

Uma história semelhante é relatada por Veiga no mesmo livro (p. 425), envolvendo exploradores vindos de Taubaté, no entanto estes acabaram se envolvendo em um conflito com indígenas e os mataram, no contexto da origem da localidade sul-mineira de Aiuruoca. Estas e outras dispersas menções nas edições do Almanach Sul-Mineiro<sup>11</sup> mostram a pouca importância dada à história indígena no século XIX, em uma mentalidade que tratava o indígena como "selvagem", "gentio" ou até mesmo referindo-se aos indígenas com termos que normalmente utilizamos hoje em relação a animais ("índios domesticados").

O elemento indígena no sul de Minas quase desaparece do relato de Bernardo Saturnino da Veiga quando, no histórico da maioria dos municípios sul-mineiros, apresenta tais municípios como tendo brancos por primeiros povoadores (sejam paulistas, portugueses ou brasileiros oriundos de outras regiões do país).

Luís Barcellos de Toledo não faz diferente de Bernardo Saturnino da Veiga. Em sua obra O Passado da Christina, Barcellos, além de não se referir aos indígenas no contexto histórico cristinense, afirma o seguinte: "Baependency, Ayuruoca e Pouso Alto e outros povoados de Minas contavam mais de meio século de vida e o nosso Sertão estava ainda deserto." (TEIXEIRA, 2013, p. 296).

Apesar da informação dada por Barcellos sobre uma possível inexistência de indígenas em Cristina ("o Sertão estava ainda deserto"), Teixeira (2013, p. 66) relata que em Cristina havia indígenas Puri e Coroados, que "eram encontrados em todo o território do chamado Sertão da Pedra Branca, onde se localizam Cristina e suas cidades vizinhas". Teixeira ainda menciona vestígios rupestres e arqueológicos que comprovam presença indígena em Cristina e arredores antes dos Puri e dos Coroados habitarem a região.

---

<sup>11</sup> As duas edições relatam as mesmas histórias aqui mencionadas.

Monsenhor José do Patrocínio Lefort deixou várias obras sobre localidades e genealogias sul-mineiras, mas neste estudo vamos nos ater às obras "A Diocese da Campanha", "Cidade da Campanha" e "O Sul de Minas e as Bandeiras".

"A Diocese da Campanha" traz detalhes sobre origens de cada paróquia da Diocese que intitula o livro. As menções aos indígenas estão dispersas pelo livro: menções à origem dos nomes Aiuruoca (p. 35), Baependi (p. 50), Caxambu (p. 117), Mutuca, atual Elói Mendes (p. 165), e Catandubas, atual Varginha (p. 327); a informação de que havia "6 índios casados" em Cristina no ano de 1825<sup>12</sup> (p. 146); possível referência a indígenas escravizados onde hoje é Cruzília (p. 152); uma menção da caça a índios feita por bandeirantes quando chegaram a Pouso Alto (p. 241); referência a indígenas que auxiliaram Gaspar Vás da Cunha, explorador que estaria na origem de São Gonçalo do Sapucaí (p. 267); e a possível atribuição aos indígenas das inscrições encontradas em São Thomé das Letras (p. 290).

Já em Cidade da Campanha, Lefort faz apenas uma menção a indígenas: "Notadamente os paulistas muito concorreram para o povoamento de Minas. Primeiro, em busca de índios; depois, de minérios e pedras preciosas; os bandeirantes levaram bem longe a civilização e o progresso". (p. 17).

Em O Sul de Minas e as Bandeiras, Lefort aborda os indígenas no contexto das bandeiras que vieram ao sul de Minas atrás de índios e de pedras preciosas. Chega-se a usar elogios a personagens que exploraram o interior, descrevendo, por exemplo, o português Jaques Félix como "destemido sertanista" (1996, p.8). Lefort também aborda a lenda de Sabaraboçu - "grande pedra reluzente" (1996, p. 5) -, que moveu exploradores para o interior em busca de ouro e outras pedras preciosas, e traz informações sobre povos indígenas que viviam na serra da Mantiqueira à época do bandeirantismo<sup>13</sup>. Na descrição de características deste indígenas, Lefort destaca os Cataguás (segundo ele, descendentes dos Tremembés e vindos do Jaguaribe, região do Ceará), atribuindo-lhes uma "ferocidade comprovada por muitas vitórias e pelo seu temperamento agressivo" (p. 7), o que fez dos Cataguás um alvo a ser combatido pelos bandeirantes em suas tentativas de capturar e escravizar indígenas. No mais, o autor descreve os caminhos de algumas bandeiras pelo sul de Minas, mencionando o contato dos bandeirantes com os indígenas em episódios como a expedição de Lourenço Castanho Taques combatendo

---

<sup>12</sup> O dado foi levantado em 1825 pelo padre José Maria Fajardo de Assis, que atuava em Pouso Alto.

<sup>13</sup> São os mesmos povos mencionados por Paula (1966), conforme já referido na Introdução deste texto.



os Cataguás (1669) e o encontro da bandeira de Antônio Delgado da Veiga com um aldeamento indígena (1692), onde hoje é a cidade de Pouso Alto.

Dentre as obras de Thalita de Oliveira Casadei e Antônio Casadei, abordaremos especificamente Aspectos Históricos da Cidade da Campanha, que traz muitas informações sobre a presença indígena no sul de Minas durante a colonização portuguesa.

Nos subtítulos O Elemento Indígena no Sul de Minas (1989, p. 29-30), Portugueses, Paulistas, Negros, Além dos Índios no Sul de Minas (p. 30-32) e Índios no Município de Liberdade (p. 32-34), Casadei descreve aspectos que envolviam os indígenas na região sul-mineira, como, por exemplo, a atribuição de nomes como carijós e gentios da terra.

A abordagem também traz registros de batismo de indígenas de Baependi, mostrando o contato logo estabelecido entre culturas indígenas e catolicismo assim que os exploradores portugueses e paulistas começaram a trazer suas bandeiras para o sul de Minas. Inclusive, nestes registros de batismo constam casos de indígenas que tiveram padrinhos negros, como no caso a seguir: "1743 - José, filho de Catarina carijó, administrada que foi de Pedro da Silva. Os padrinhos eram escravos de Manuel de Sá e de Maria Leme do Prado" (1989, p. 30). Além disso, dá-se também a entender que havia casos de indígenas em Baependi que tinham a seu serviço negros escravizados: "Bento, filho de Juliana carijó, administrada de Baltasar Fernandes. Os padrinhos foram os escravos de Maria Leme e Antônia carijó, administrada de José Martins" (p. 30).

Sobre a palavra "administrado" em registros apontados por Casadei, ela ressalta que "o índio era livre e, muitas vezes, aparece administrado por certas famílias ou empregado" (p. 30), indicando que tais indígenas podiam estar aos cuidados de famílias "brancas" ou líderes religiosos que os civilizariam. A ideia volta no mesmo parágrafo, quando menciona a "aldeia dos Padres da Campanha [...]. Acreditamos tratar-se de uma missão religiosa".

Na descrição da presença indígena no sul de Minas e a relação com outros componentes da população, é interessante notar a menção de casamentos entre negros e indígenas: "Manoel, filho de Amaro, carijó e sua mulher Rita, de nação mina, Vidal, filho de Gaspar preto de nação congo e sua mulher Catarina, carijó" (p. 31).

Por fim, o subtítulo Índios no Município de Liberdade traz informações sobre indígenas na região de Liberdade, que no século XIX fazia parte de Aiuruoca. Na verdade, é um apanhado de registros de batismo coletado de um livro de assentamentos do período de 1808 a 1817,

fazendo menção principalmente a dois grupos indígenas às quais teriam pertencido os indígenas mencionados nos registros: Caxixanas<sup>14</sup> e Moriguites<sup>15</sup>; neste último caso, há até uma referência ao batismo de um "chefe hereditário da Nação Moriguite" (p. 32), chamado José dos Santos Moriguite e que teria 70 anos ao receber o batismo católico.

### 3. Considerações Finais

Os registros e menções de indígenas em território sul-mineiro refletem os contextos historiográfico e de pensamentos nos quais viveram os autores aqui analisados.

Em Bernardo Saturnino da Veiga e Luís Barcellos de Toledo, vemos uma quase indiferença em relação aos indígenas, mencionando-os esparsa ou raramente nos seus relatos, valorizando o "elemento branco" na formação dos municípios do sul de Minas e, no caso de Bernardo Saturnino da Veiga, reproduzindo o pensamento oitocentista do indígena como selvagem (aliás, até hoje há quem veja os indígenas como em estado de selvageria).

Monsenhor Lefort, nas poucas menções aos indígenas, os expõe no contexto do bandeirantismo e da formação dos municípios sul-mineiros, chegando a apresentar o bandeirante como alguém que leva progresso e civilização para o interior da colônia, em contraponto ao temperamento agressivo de alguns povos indígenas.

Os autores mencionados acima normalmente apresentam a formação de municípios sul-mineiros como iniciativa de povoadores brancos. Esta forma de relatar traz a nós algumas questões a serem feitas e analisadas.

A primeira delas refere-se aos interesses destes autores no contexto dos projetos que se desenvolviam para o indígena em suas épocas. No caso de Veiga e Toledo, os contextos de suas obras (último quarto do século XIX e primeiro quarto do XX) se caracterizavam pelo "apagamento" do indígena e consequente construção de um nacionalismo com moldes europeus (ALMEIDA, 2012, p.22). No caso de Lefort, o contexto de suas obras (terceiro quarto do século XX) ainda evidenciava um pensamento de desesperança em relação ao futuro dos povos

---

<sup>14</sup> Em pesquisa feita pelo autor deste texto no site de buscas *Google* (06 de maio de 2017), o termo "caxixana" aparece em apenas três resultados, sendo um deles referente a um livro, em língua francesa, intitulado *Le Pays des Amazones, de Santa-Anna Nery* (1885). O livro traz, na página 205, uma gravura de um indígena com a legenda "Indien Caxixana". O acesso ao livro pode ser feito pelo link:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or304420/or304420.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or304420/or304420.pdf)>

<sup>15</sup> Em pesquisa feita pelo autor deste texto no site de buscas *Google* (06 de maio de 2017), o termo "moriguite" aparece em apenas quatro resultados, sendo um deles referente a uma publicação, em língua alemã, intitulada *Wissenschaftliches Magazin für Jünglinge* (1791). A revista traz, na página 176, menção aos Moriguites no contexto de uma explanação sobre povos sul-americanos. O acesso ao livro pode ser feito pelo link:

<<https://books.google.com.br/books?id=r3JIAAAAcAAJ>>

indígenas, tratando-os como extintos aos poucos e fadados ao completo extermínio (seja pela violência ou pela integração à "civilização brasileira"), além de carregar antigos pensamentos de que a violência dos colonizadores (por vezes elogiados pela coragem e bravura) era própria de sua época, podendo esta violência ter uma análise amenizada ou até ser "perdoada" se comparada com a violência contra os indígenas das colônias espanholas (PORTELA, 2009, p. 152-153).

Outra questão sobre a formação do sul de Minas ser atribuída a povoadores brancos tange à característica nômade de vários povos indígenas que viviam no que hoje é território sul-mineiro. Ribeiro (2008, p. 51), ao falar dos indígenas que viviam no século XVIII no território de Minas, aponta que "a migração era como um estilo de vida dos índios". Os memorialistas analisados (em especial Veiga, Toledo e Lefort) tinham em mente esta característica nômade de alguns povos? Eles pensavam nesta característica como razão para se atribuir o povoamento do sul de Minas a quem efetivamente tomava posse das terras (por quaisquer meios), assentando-se nelas e formando núcleos populacionais sedentários? São questões a serem refletidas e dissertadas em futuras pesquisas e abordagens.

Já Thalita Casadei apresenta, junto com Antônio Casadei, um panorama da presença indígena principalmente com dados de assentos paroquiais. O que Casadei resgata para compor seu relato no contexto da história campanhense revela importantes características das relações dos povos indígenas com os colonizadores que chegaram ao sul de Minas. Uma destas características é o contato dos indígenas com pregadores católicos, levando a conversão até mesmo de chefes de grupos indígenas e de muitos adultos, como podemos ver no trecho referente ao município de Liberdade, em que Casadei apresenta registros de indígenas batizados já na fase adulta (1989, p. 32-34):

Félix Soares, índio silvestre, Moriguite de Nação, filho de pais pagãos e representava ter idade de 40 anos [...].  
Margarida Francisca, índia de Nação, 34 anos [...].  
Miguel Ferreira de nação Moriguite, filho de pais falecidos no Paganismo, que representava 36 anos de idade [...].  
José Maria, Caxixana de nação; que representava vinte e seis anos de idade[...].

Vemos aqui evidência do trabalho missionário no sul de Minas, pela conversão dos indígenas ao catolicismo, e da reprodução da mentalidade de que o indígena não católico é pagão. Converter os indígenas era também uma forma de trazer ao Estado português o apoio para a interiorização do projeto colonizador. Este processo de trazer os indígenas à causa

colonizadora era normalmente chamada de "domesticação", como vemos, por exemplo, em documento do Conselho Ultramarino recomendando a catequização dos Puri para que fossem "domesticados" os Botocudo, tidos no documento como ferozes e antropófagos (AVISO..., 1801, in: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1897, p. 687). Além de olharmos a catequização como caracterizada acima, deve-se considerar que o indígena nem sempre se converte de forma passiva. Quanto aos indígenas mencionados por Casadei, por exemplo, podemos conjecturar até que ponto as conversões não podem ter sido uma iniciativa premeditada de aproximação como forma de resistência, ou ainda, pensar nas possibilidades das formas rituais ou dos costumes e mentalidades não terem sido totalmente retirados do meio indígena que se converteu ao catolicismo naquela localidade.

Além do fator religioso nas relações entre indígenas e colonizadores, também vemos em Casadei a menção a casamentos entre negros e indígenas, evidenciando ainda mais o processo de formação do sul de Minas como resultado de entrelaçamentos culturais, e a referência a povos que migravam pelo sul de Minas ou vinham de fora da região, como podemos hipotetizar ao pesquisarmos mais a fundo os nomes Caxixana e Moriguite<sup>16</sup>.

Casadei, mesmo sendo historiadora (IHGB, s/d), foi incluída entre os memorialistas neste estudo dado o caráter da sua obra aqui analisada, visto que, ao abordar o elemento indígena no território sul-mineiro, faz apenas uma memória deste elemento, ou seja, expõe dados e fatos sem aprofundá-los à luz da historiografia de sua época, apresentando apenas um panorama da presença indígena no contexto das origens de Campanha.

Nos autores aqui analisados, percebemos que suas abordagens são "filhas de seu tempo", ou seja, reproduzem o que era tendência em suas épocas, desde o destaque, no século XIX, ao indígena como selvagem a ser "domesticado", até a visão mais aberta na década de 1980, com uma maior consciência da importância de se resgatar a história indígena: "a pesquisa sobre o elemento indígena que habitou o território hoje mineiro é pequeno [sic] e qualquer contribuição, por menor que seja, ajuda a elucidar os nomes das primitivas tribos e suas localizações e migrações" (CASADEI e CASADEI, 1989, p. 32).

---

<sup>16</sup> No livro referido na nota 14 desta pesquisa, o nome Caxixana é mencionado no contexto da análise sobre indígenas do Amazonas. Já na revista mencionada na nota 15, o nome Moriguite é mencionado no contexto de uma referência a Pernambuco. Isto gera uma conjectura a respeito de uma possível migração de grupos indígenas amazônicos e nordestinos em direção a Minas Gerais (expulsos pelos colonizadores, por exemplo) ou gera uma dúvida em relação aos próprios nomes "caxixana" e "moriguite", no sentido de pensarmos se podem ser atribuídos a povos específicos ou se são termos genéricos para se referir a vários povos.

Um estudo como este procura contribuir com as abordagens que vêm sendo realizadas a respeito do indígena no sul de Minas. Tal contribuição deve motivar outros pesquisadores para que trabalhem no resgate da história indígena sul-mineira e no fortalecimento da ideia de protagonismo do indígena nos processos históricos regionais.

### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, nº 2, 2012, p. 21-39. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/39/29>> Acesso em: 18 jun.2017.

AVISO do secretário do Conselho Ultramarino José Gomes de Carvalho aos governadores e vice-governadores do Brasil referente de escola para catequizar os índios de Minas Gerais sobre a coordenação do padre Francisco da Silva Campos, Lisboa, 18 de setembro de 1801. In: *Catechese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Geraes*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 2, número 4, out./dez.1897. Pág. 685-733. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=95&mid=31&full\\_pdf=1](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=95&mid=31&full_pdf=1)> Acesso em: 22 jan.2017.

CASADEI, Antônio; CASADEI, Thalita de Oliveira. Aspectos históricos da cidade da Campanha. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Thalita de Oliveira Casadei. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/TOCasadei.html>> Acesso em: 18 jun.2017.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. A Diocese da Campanha. Campanha: 1993.

\_\_\_\_\_. Cidade da Campanha - Monografia histórica. Campanha: 1970.

\_\_\_\_\_. O sul de Minas e as bandeiras. In: PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA. *Campanhenses ilustres*. Campanha: 1996. Volume nº 8.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, nº 1, jan/jun. 2009, p. 151-160. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/3170/4939>> Acesso em: 18 jun.2017.

RIBEIRO, Núbia Braga. Os povos indígenas e os sertões das Minas do Ouro no século XVIII. 2008. 405 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanach Sul-Mineiro para 1874. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

\_\_\_\_\_. Almanach Sul-Mineiro para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

## De encontro com a política: As lideranças indígenas Kaingang na demarcação de seus territórios no Paraná, final do séc. XIX e início do XX

**Grazieli Eurich**

Doutoranda em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
E-mail: graeurich@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho abordará as estratégias de alguns grupos indígenas no Paraná na tentativa de manutenção de parte de seus territórios diante das frentes de povoamento de colonos nacionais e estrangeiros e do projeto assimilacionista implementado nos oitocentos. Tem como foco principal as várias viagens de lideranças indígenas à Curitiba, capital do estado do Paraná, reivindicando junto ao poder político estadual da época a demarcação de seus territórios e as terras de aldeamentos garantidas a eles pelo Império. Na resistência contra a ocupação de seus territórios, os indígenas lançaram mão não apenas de ataques e ameaças, mas também de outros expedientes, como a negociação política. O trabalho vincula-se a pesquisa de doutorado sobre o conflito ocorrido na região central do Paraná em 1923 entre os Kaingang e os povoadores da Vila da Pitanga.

**Palavras-chave:** Índigenas; Terra; Kaingang; Lideranças; Paraná.

**Abstract:** The present work will address the strategies of some indigenous groups in Paraná in the attempt to maintain part of their old territories against of the settlement of national and foreign settlers and the assimilationist project implemented in the eight hundred. It has as main focus the several trips of indigenous leaderships to Curitiba, capital of the state of Paraná, claiming to the state political power of the time the demarcation of its territories and the lands of the villages guaranteed to them by the Empire. In the resistance against the occupation of their territories, the indigenous used not only attack and threats, but also other expedients, such as political negotiation. The work is linked to doctoral research on the conflict occurred in the central region of the state in 1923 between the Kaingang and the settlers of Pitanga village.

**Keywords:** Indigenous; Lands; Kaingang; Leaderships; Paraná.

O primeiro presidente da província do Paraná o Sr. Zacarias de Goes Vasconcelos, escreveu, em seu relatório em 1854,

He huma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os índios selvagens aos milhares (a camara municipal de Guarapuava avalia em mais de dez mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitam o território de certos municípios<sup>1</sup>

Segundo Mota (2008, p.101), os edis da Câmara Municipal de Guarapuava poderiam estar superestimando o número de indígenas para obtenção de mais recursos para serem utilizados contra os próprios índios que os importunavam, atacando fazendas e matando fazendeiros. Contudo, ao falar da existência de milhares de indígenas, o presidente Zacarias reportava-se aos vários ofícios que chegavam até ele das mais distantes vilas da província,

---

<sup>1</sup> Zacarias de Goes e VASCONCELOS. Relatório de 15/7/1854. Publicado no Boletim do Arquivo do Paraná, ano 6, n. 8, 1981, p. 11. In: MOTA, 2008, p.101.



relatando ataques e ameaças dos índios.

Em 1855, a Câmara Municipal de Guarapuava escreveu ao presidente da província sobre a ameaça dos índios às vilas de Guarapuava e Palmas e aos moradores de suas adjacências. Os índios vinham dos campos do Payquerê, pequenos campos localizados a oeste de Guarapuava, em direção ao vale do rio Piquiri (MOTA, 2008, p.101).

Muitos indígenas estavam espalhados pelas fazendas locais, como comunicou o Barão de Antonina ao presidente da província em 1854 (MOTA, 1998, p.332). Com a destruição do aldeamento de Atalaia, os fazendeiros começaram ocupando e se apossando das terras que foram dadas aos índios em sesmaria, em 1816. As terras doadas em sesmaria e outras concessões do governo, segundo a própria Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18/09/1850), em seu Art. 3.º (§ 2º), não seriam consideradas terras devolutas, logo, deveriam ser garantidas suas posses (ITCG, 2008, p.196).

De acordo com Wilmar da Rocha D'Angelis (2003), cabe lembrar que desde a criação da Lei de Terras pelo Governo Imperial, as usurpações da terra dos índios começam a se processar em um regime legal.

Segundo D'Angelis, a nova legislação favoreceu o empreendimento colonizador e estabeleceu a especulação imobiliária no país, voltando-se contra as formas tradicionais de apropriação de terras, que eram: as sesmarias, a posse direta (morar e usar a terra) e a ocupação indígena.

O cacique Francisco Luiz Tigre foi em 1862 até à capital da província reivindicando a posse das terras de Atalaia em seu nome e de seus companheiros indígenas. Ele era filho de Luiz Tigre Gacon, liderança Kaingang importante no aldeamento Atalaia, sucessor do índio Pahy e, que foi morto em 1825 quando índios não aldeados invadiram Atalaia e destruíram o aldeamento.

O cacique reclamou<sup>2</sup> que os fazendeiros tiveram acesso à terra indígena primeiramente na forma de arrendamento, tomando posse definitiva posteriormente. Relatou sobre as promessas de “bala”, ou seja, de violência armada contra os índios que reivindicavam suas terras. Os índios são claros ao dizer que as terras eram deles e que foram expulsos dela. Segundo Takatuzi (2005, p.137), o governo provincial tentou resolver a questão oferecendo terrenos em

---

<sup>2</sup> Correspondência datada de Curitiba, 13 de janeiro de 1862, de Francisco Luis Tigre Gacon “da tribo dos coroados de Guarapuava” In: Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava. Doc. 014, caixa 10 Apud TAKATUZI, 2005, p.135-136.



outras localidades, mas os Kaingang insistiam na posse do terreno de Atalaia, pois diziam querer ficar próximo à Freguesia. As pressões dos indígenas para que suas terras fossem legitimadas e demarcadas se refletiam nas ações contra os proprietários dos campos de Atalaia.

Os índios começam uma nova forma de luta: a pressão política para a demarcação de suas terras. De acordo com Mota, por toda a província apareceram indícios que os Kaingang mudaram a forma de agir, lutando pela demarcação de suas terras, “não era mais somente o ataque contra as fazendas e viajantes, e também não eram apenas as exigências por mais recursos nos aldeamentos oficiais” (MOTA; NOVAK, 2008, p.70). Em 1875, na garantia de seus territórios diante do avanço dos brancos, 19 índios Kaingang de Guarapuava vão à Curitiba<sup>3</sup>.

Um ofício do delegado de Guarapuava informa que os índios ameaçavam a cidade, em 1877. A ameaça de invasão à Guarapuava foi utilizada pelos indígenas como forma de pressionar as autoridades. Em outro ofício do mesmo ano, o juiz de Guarapuava, Antônio Marcelino Carvalho, avisou que os índios não “esqueciam suas pretensões sobre um campo que lhe dizem pertencer”.<sup>4</sup> Esse campo era denominado de Atalaia, além de seu território tradicional, provavelmente, nas terras do antigo aldeamento.

A mobilização dos Kaingang continuou. De acordo com as fontes, no mesmo ano se reuniram 150 índios, “mansos” e “bravos”, com disposições hostis ao redor de Guarapuava (MOTA; NOVAK, 2008, p.71).

O presidente da província Joaquim B. de Oliveira Jr. autorizou a concessão de terras aos índios em 1878. Contudo, não foi possível a “compra” dos campos de Atalaia e Sepultura, desejados pelos índios. Os índios negavam substituir Atalaia e Sepultura por outras terras e se diziam dispostos a ir à Curitiba para falar com o presidente e até mesmo ir ao Rio de Janeiro para falar com o imperador (MOTA; NOVAK, 2008, p.75).

Os caciques Francisco Gacon, Paulino Dotahy<sup>5</sup> e Joaquim Lehereu estiveram efetivamente em Curitiba, em 1879. Enquanto havia uma mobilização de grupos para reaver seus territórios ancestrais em Atalaia e Sepultura nas proximidades de Guarapuava, outros

---

<sup>3</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 8 jun. 1875. p.64. Documento manuscrito. Trecho encontrado em MOTA; NOVAK, 2008, p.70.

<sup>4</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 5 set. 1877. p.33. Documento manuscrito. Trecho encontrado em MOTA; NOVAK, 2008, p.71.

<sup>5</sup> Paulino Dotahy também chamado de Arak-xó, com variações na escrita: Arakxó, Arakchó. Posteriormente, veremos a atuação desse cacique na demarcação das terras indígenas no vale do Ivaí.

grupos Kaingang egressos dos aldeamentos de São Jerônimo, São Pedro de Alcântara e índios independentes dos campos de Paiquerê estavam ocupando terras no vale alto do Ivaí e nas proximidades do rio Marrecas (MOTA; NOVAK, 2008, p.77).

Com a inexistência da diretoria na região, o juiz de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, solicitou a nomeação de um diretor dos índios para a localidade. Estava interessado em sua própria nomeação. Sua nomeação foi indicada pelo diretor geral dos índios da província, Hipólito Alves de Araújo e, aceita pelo presidente da província Dantas Filho.

Como diretor geral dos índios, Luiz Daniel Cleve conseguiu convencer os índios a aceitar o novo sítio e medir o aldeamento de Marrecas, escolhendo como cacique dos índios Francisco Luís Tigre.

Os índios foram atraídos para a região do rio Marrecas pelas promessas de terras, mercadorias, aldeamentos organizados, equipamentos e patentes e salários militares aos caciques. Todavia, ao chegarem lá não viram nem receberam o que lhes fora prometido.

Com os brancos ocupando e colonizando cada vez mais terras, os índios entendiam que era necessário a defesa de pelo menos parte de seus territórios. A Terra Indígena Marrecas foi a primeira área reservada a um grupo indígena ainda no Paraná província.

Muitos outros grupos seguiram reivindicando seus territórios posteriormente, como os grupos Kaingang do Ivaí. Em 1879, índios Kaingang dos campos entre os rios Ivaí e Iguaçu também estiveram em Curitiba reivindicando recursos e terras. Um mês depois, índios Kaingang da localidade Campo do Moron (Campo Mourão) também aparecem pedindo ferramentas, roupas e armas.<sup>6</sup> Pelos pedidos, os indígenas mostraram conhecer o sistema de funcionamento dos aldeamentos, muitos deles podiam ser egressos ou mesmo tido contato com outros índios dos aldeamentos São Jerônimo e São Pedro de Alcântara.

Nas margens do rio Ivaí, os Kaingang começaram a ocupar os tradicionais territórios Xetá após a expansão das fazendas de gado nos Campos Gerais e na região de Guarapuava. O povoamento não indígena, também começa a adentrar o território e aproximar-se das matas das serras do vale do Ivaí, com a fundação da Colônia francesa Tereza Cristina, em 1847, pelo médico francês Jean Maurice Faivre. Segundo Mota e Novak (2008, p.105), apoiando e incentivando a implantação das colônias estrangeiras, o Império praticava uma de suas políticas

---

<sup>6</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 16 ago. 1879. p.172. Documento manuscrito. Em MOTA; NOVAK, 2008, p.85.

de ocupação de territórios indígenas no Paraná. A colônia Tereza Cristina foi localizada as margens do rio Ivaí, na região central do Paraná, sendo hoje um distrito do município de Cândido de Abreu.

Em meados da década de 1870, vários grupos Kaingang fixaram-se em localidades do alto rio Ivaí, nas imediações da colônia Tereza Cristina. O relatório do diretor da colônia, Joscelyn Borba, informa que a população branca era de 350 pessoas brancas e haviam 67 índios Kaingang nas proximidades<sup>7</sup>.

A proximidade entre colonos da colônia Tereza Cristina e grupos indígenas gerou, em 1879, conflitos e tensões. Moradores da colônia fizeram um abaixo-assinado ao Diretor de índios de Guarapuava, Luís Daniel Cleve, “denunciando que os Kaingang estavam ocupando terras reservadas para a colônia, e pediram ao diretor que escolhesse um local para eles”<sup>8</sup>.

Outros grupos estavam reivindicando seus territórios junto ao governo provincial. O cacique Felisbino do Toldo<sup>9</sup> Barra Vermelha, que estava em terras cobiçadas por sua fertilidade entre Guarapuava e Ponta Grossa, esteve três vezes em Curitiba, nos anos de 1878, 1879, 1880, solicitando ajuda em ferramentas e equipamentos para o fabrico de rapadura e aguardente. Em outra ida à Curitiba, entre 1885 e 1886, além de solicitar ferramentas, roupas e dinheiro, o cacique informa que seu grupo tinha sido maltratado por brasileiros e despojados das terras que lhe pertenciam (MOTA; NOVAK, 2008, p.113).

As terras que os caciques Paulino e Felisbino reclamavam por demarcação, desde 1880, e que os vereadores de Ponta Grossa tinham avaliado como fertilíssimas, estavam sendo apropriadas pelos nacionais, conforme denunciavam os Kaingang (MOTA; NOVAK, 2008, p.114).

O cacique Paulino Arakxó estava no território do Ivaí, na localidade de Porteirinha (atualmente município de Ivaí). Intitulava-se cacique dos índios de Terezina, um grupo de 95 indivíduos na época. Em 1880 ele levou suas reivindicações às autoridades de Ponta Grossa e, segundo o documento da Câmara Municipal, o cacique prometia que, com a concessão de terras,

---

<sup>7</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 19 jul. 1871. p.96. Documento manuscrito. In: MOTA; NOVAK, 2008, p.105.

<sup>8</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 23 abr. 1879. p.120-121. Documento manuscrito. In: MOTA; NOVAK, 2008, p.108.

<sup>9</sup> Acampamentos estabelecidos que reuniam um considerável número de índios comandados por um cacique. Os toldos eram contados pelo governo e nominados segundo a região ou pelo nome da liderança.

os índios ajudariam no aldeamento de outros índios que vagavam pelo sertão<sup>10</sup>.

Através da declaração de que os índios desejavam dedicar-se ao trabalho da lavoura, fixar-se e ainda ajudar no aldeamento de outros índios que ‘vagavam’ pelos sertões, o cacique Paulino Arakxó tentava persuadir os edis de Ponta Grossa na sua campanha de concessão de terras a seu grupo pelo governo provincial.

O documento da Câmara Municipal de Ponta Grossa revela que os vereadores intercederam junto ao presidente de província, chamando os índios chefiados por Paulino de laboriosos, pacíficos e morigerados em costumes. Pediram ao presidente que fossem concedidas terras aos índios, cumprindo-se seus pedidos.

No período de 1868 a 1878, foram instalados mais de 60 núcleos de colonização estrangeira por toda a província do Paraná. Em 1896, o cacique Arakxó encontrou com o general José Cândido Muricy que viajava pelo vale do Ivaí. O cacique vivia nas proximidades de Tereza Cristina, no Toldo Ubá. O general ficou intrigado com os conhecimentos políticos do índio.

Conversou sobre política, eleições, falou da República e da Monarquia; pediu informações sobre a Revolução, a estabilidade do Governador do Estado e do Presidente da República, se ainda estavam no poder, e porque íamos fugindo para o Paraguai (MURICY, 1975, p.78 Apud MOTA; NOVAK, 2008, p.133).

Com o fim do Império, nos primeiros anos da República, a estratégia dos governantes continuou a mesma: agrupar os índios em aldeamentos, “civilizá-los” por meio do trabalho e da catequese e apropriar-se dos territórios ocupados por eles. Tanto que, em 1891, tenta-se, sem sucesso, criar mais um aldeamento no extremo oeste do Paraná: o aldeamento de Catanduvas, o qual teve vida curta. Os aldeamentos em funcionamento no Paraná, no começo da República, eram os de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara. Ambos continuaram recebendo alimentos, ferramentas e demais objetos mesmo com o fim do Império e mudança de regime (MOTA; NOVAK, 2008, p.138).

Os kaingang do rio Ivaí, chefiados por Paulino de Arakxó e Pedro dos Santos, conseguiram, durante o governo de Francisco Xavier da Silva, a reserva de uma área de terras. Através do Decreto nº8 de 09 de setembro de 1901, determinou-se do território desses índios em região localizado na margem direita do rio, no então município de Guarapuava.

Decreto nº 8 – de 9 de Setembro de 1901

---

<sup>10</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 17 mar. 1880. p.29. Documento manuscrito. In: MOTA; NOVAK, 2008, p.116.

O Governador do Estado do Paraná, considerando que diversas famílias da tribu Coroados, das quaes são chefes Paulino Arak-xó e Pedro dos Santos, se acham estabelecidas em terras sitas à margem direita do rio Ivahy dedicando-se à lavoura e considerando que é de equidade que lhes seja mantida a posse das referidas terras, demonstrada pela cultura effectiva e morada habitual e que ao mesmo tempo lhes sejam concedidas terras adjacentes em que possam desenvolver os seus trabalhos de agricultura e se estabelecer mais famílias da mesma tribu, e de outras; Usando da attribuição que lhe confere o art. 29 da lei n.68 de 20 de Dezembro de 1892<sup>11</sup>, decreta: Artigo Único. Ficam reservadas para estabelecimento de indígenas da tribu Coroados, sob o mando de Paulino Arak-xó e Pedro dos Santos e de outras tribus, as terras devolutas sitas entre o rio do Peixe, ou Ubásinho, desde a sua cabeceira até a sa fóz no rio Ivahy, este rio até a fóz do ribeirão do Jacaré, este á sua cabeceira e o cume da serra da Apucarana no município de Guarapuava. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 9 de Setembro de 1901.

Francisco Xavier da Silva.

Arthur Pedreira de Cerqueira<sup>12</sup>

A reserva de áreas para os índios era interessante para o estado, que queria agrupá-los. Por meio da política de catequese e civilização, o governo pretendia mudar a forma de vida dos índios, aperfeiçoando-os no trabalho agrícola para que eles abandonassem suas atividades que demandavam um imenso território, como a coleta, a pesca e a caça. Territorializados e em pequenos espaços, os indígenas, além de oferecerem mão de obra aos colonizadores, também desocupariam terras para a expansão da imigração.

Contudo, o governo não contava com o protagonismo dos próprios índios. A demarcação de uma área específica para eles não determinou a imobilidade dos Kaingang pelo território central.

Apesar de estarem com seus toldos na margem direita do Ivaí, os Kaingang faziam incursões constantes nos extensos e férteis territórios da margem esquerda do rio Ivaí. Subiam as escarpas fronteiriças aos seus *emá* no rio Ubazinho e chegavam nos planaltos divisores das águas do Ivaí e do Corumbataí, na Serra da Pitanga, repletos de araucárias, produzindo enormes quantidades de pinhões e fartos de vários tipos de caça apreciadas pelos Kaingang (MOTA; NOVAK, 2008, p.143).

O cacique Paulino Arakxó já era conhecido entre as autoridades governamentais por sua atuação na reivindicação de terras para os indígenas. Em maio de 1912, ele entra novamente em ação e encaminha um requerimento ao governo, propondo a permuta de parte das terras da

---

<sup>11</sup> Art. 29. O Governo reservará as terras devolutas que forem julgadas necessárias para a fundação de colônias, povoações, patrimônios municipais, abertura de estradas, cortes de madeiras de construção naval e quaisquer servidões públicas, e bem assim o território pertencente à União, na forma do art. 64 da Constituição Federal, que for indispensável para a defesa das fronteiras e estrada de ferro federais. LEI Nº 68 – De 20 de novembro 1892.

<sup>12</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Decreto nº.8, de 9 de setembro de 1901. Curitiba. In: MOTA; NOVAK, 2008, p.143.

margem direita do rio Ivaí, concedidas pelo Decreto nº8 de 1901, por outras terras na outra margem. Acrescenta, além disso, que alguns índios de seu grupo já ocupariam o lugar.

Segundo Mota e Novak (2008, p.146), a proposta do cacique parecia ser vantajosa para os Kaingang, aumentando sua área. Mas era também interessante para o governo, que intencionava as terras da margem direita para o estabelecimento de núcleos coloniais. Pouco depois esse interesse do governo é confirmado adiante com a instalação do Núcleo Cândido de Abreu. Sendo assim, dias antes da proposta do cacique Paulino Arakxó completar um ano, a permuta das terras é concedida pelo Decreto nº 294 de 17 de abril de 1913.

Decreto nº. 294 de 17 de Abril de 1913

O Presidente do Estado do Paraná tendo em vista a representação feita pela Inspetoria do Povoamento do Solo neste Estado, encaminhando uma petição de uma das tribus de índios moradores na margem direita do rio Ivahy, entre os rios Peixe e Jacaré, e bem assim informações favoráveis prestadas pela Inspectoria do Serviço de Proteção aos índios e localização de Trabalhadores Nacionaes, a respeito do assumpto constante da referida petição, e, autorizado pela Lei nº1198 de 16 de Abril deste anno, decreta:

Art. 1º. Fica concedida permuta de reserva das terras ocupadas pelos índios ao mando do cacique Paulino Arak-xó. Sitas entre os rios Ivahy, Peixe, Jacaré, Baile e uma linha que liga a cabeceira deste ultimo ribeirão ao rio Jacaré e que constituem parte daquele trata o Decreto nº.8 de 9 de Setembro de 1901, pela reserva de terras devolutas fronteiriças, em área equivalente, situada na margem esquerda do rio Ivahy e compreendida entre os rios Barra Preta e Marrequinhas, ficando porém garantidas em sua plenitude, nesta ultima área, as posses ahi existentes e que foram apoiadas em documentos legaes.

Art. 2º. As posses a que se refere o artigo precedente, deverão ser medidas e demarcadas, immediatamente, pela Inspectoria do Povoamento do Solo e de accordo com os respectivos proprietarios.

Art. 3º. As terras compreendidas entre os rios Ivahy, Peixe, Baile e Jacaré de que trata o art. 1º do presente decreto, passam a pertencer o dominio da União, para os effeitos da localização de immigrants, devendo a Inspectoria do Povoamento do Solo respeitar integralmente a área ocupada pelos índios ao mando do cacique Pedro dos Santos, a que se refere o Decreto n.º8 de 9 de Setembro de 1901 e sitas entre os rios Peixe, Baile, Jacaré e Serra do Apucarana.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 17 de Abril de 1913; 25º da Republica.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque

José Niepce da Silva<sup>13</sup>

O decreto do governo determinou a troca das terras e respeitou os limites da área ocupada pelos índios da margem direita do rio Ivaí, chefiado pelo cacique Pedro dos Santos. Além disso, o governo do Estado pediu a imediata demarcação das terras dos índios à Inspetoria

---

<sup>13</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Decreto nº.294, de 17 de abril de 1913. Curitiba. In: MOTA;NOVAK, 2008, p.147.



de Povoamento do Solo. A antiga área pertenceria à União e estava direcionada ao estabelecimento de imigrantes. O grupo de Pedro dos Santos ficou com uma área de 19.205 ha, posteriormente denominada de Terra Indígena Faxinal. A nova área de Paulino Arakxó, na margem esquerda do rio Ivaí, estava situada entre os rios Barra Preta e Marrequinha e, segundo Mota e Novak (2008, p.147), tinha uma área de aproximadamente 67.247 ha.

No entanto, a demarcação não foi feita. Na realidade, nem o governo do Estado – responsável pela reserva e demarcação das terras dos índios, em 1901 e em 1913 – nem o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910, concretizaram a demarcação das terras Kaingang. Posteriormente, isso criará crescente tensão entre os Kaingang e os povoadores da Vila da Pitanga, que se tornavam cada vez mais numerosos com a chegada de imigrantes a partir de 1914<sup>14</sup>.

Soma-se a isso o fato de que, ao conceder terras na margem esquerda do rio Ivaí aos Kaingang, o Decreto nº 294 reconheceu a possibilidade de existência de propriedades particulares dentro da área reservada aos Kaingang. De acordo com o decreto, estariam “garantidas em sua plenitude nesta última área, as posses ahi existentes e que foram apoiadas em documentos legais”<sup>15</sup>. A não demarcação das terras indígenas da margem esquerda do Ivaí, permutadas pelo Decreto nº 294, provocou um clima de tensão crescente, que mais tarde desencadeará o conflito entre índios e colonos na vila, em 1923.

Diante do exposto, fica evidente que os índios Kaingang começaram uma nova forma de luta: a pressão política para a demarcação de suas terras. Segundo Mota e Novak (2008, p.120), as ações dos Kaingang devem ser consideradas, nesse contexto, como atos políticos, atos que fazem parte do projeto de continuidade de sua existência, ações frente a um processo de expansão territorial do Império e continuado na República. Dentro desse cenário, os índios mantiveram a resistência contra a ocupação de seus territórios. Para isso, lançaram mão não apenas de ataque e ameaças, mas também de expedientes como a negociação política.

---

<sup>14</sup> Mais informações sobre o povoamento da Vila da Pitanga ver o trabalho de minha autoria: EURICH, Grazieli. O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila da Pitanga (1923). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2012.

<sup>15</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Decreto nº.294, de 17 de abril de 1913. Curitiba. In: MOTA; NOVAK, 2008, p.156.



### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O Lugar dos Índios na História entre Múltiplos Usos do Passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, Rachel [et al.] (org.). Mitos, Projetos e Práticas Políticas: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.207-230.

\_\_\_\_\_. Os Índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 2010. 168p.

\_\_\_\_\_. Os Índios na História do Brasil no Século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História Hoje, v. 1, p. n.2, 2013.

AMOROSO, Marta. Guerra e Mercadorias: os Kaingang nas Cenas da Conquista de Guarapuava. In:

AMOROSO, Marta. Guerra e Mercadorias: os Kaingang nas Cenas da Conquista de Guarapuava. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes, AMOROSO, Marta Rosa, SEVCENKO, Nicolau & PICCOLI, Valéria. Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no Século XVIII. São Paulo: BNP-Paribas, 2003.

\_\_\_\_\_. Terra de Índio: Imagens em Aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. 244p.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BARABAS, Alicia M. Utopías Indias. Movimientos sociorreligiosos en México. Editorial Grijalbo, S.A. 1ªed. 1989.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: O guru, o iniciador, e outras variações antropológicas. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTHELMESS, Verner Arthur Conrado. O massacre da Serra da Pitanga. Exumação de um genocídio. Curitiba: Serviços Gráficos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1997.

BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso colonial. In: O local da cultura. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

\_\_\_\_\_. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D' ANGELIS, Wilmar Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Cadernos do CEOM. Ano.19, n.23. 2003. p.265-343.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011.

GAGLIARDI, José Mauro. O Índigena e a República. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado e Cultura. São Paulo-SP, 1989.

HILL, Jonathan. Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past. University of Illinois Press, 1988.

\_\_\_\_\_. History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. University Of Iowa Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 35-70, 2013.

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Terra e cidadania. TERRA E CIDADANIA Coletânea de Legislação e Estudos. Curitiba : ITCG, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e Revolta: Povos Botocudo e Indigenismo Missionário na Província de Minas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2002. 577p.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 58.

\_\_\_\_\_. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência em área de Etnologia, subárea História Indígena e do Indigenismo), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

\_\_\_\_\_. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 02, n. 1, 1997.

\_\_\_\_\_; NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. Revista GeoNotas, Maringá, v. 3, n. 3, jul./set.1999.

\_\_\_\_\_(Org). Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí-PR. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações - Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História/UEM, 2003.

\_\_\_\_\_. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2008. 298 p.

\_\_\_\_\_; NOVAK, Eder da Silva. Os Kaingang do vale do rio Ivaí PR: história e relações

interculturais. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

NIMUENDAJU, Curt. Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié- Xavante e os índios do Pará. Campinas: Unicamp, 1993. 160 p.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA, v.4/1, abr. 1998.

\_\_\_\_\_. Ação indigenista e utopia milenarista: As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticunas. In: ALBERT, B. (Org.) Pacificando o branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Oséias de. Índios e jesuítas no Guairá: a redução como espaço de reinterpretação cultural (século XVII). Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2003. 221 f.

POMPA, Cristina. Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001.

QUADROS, Telêmaco da Silva. Histórico de Pitanga. Curitiba: Revista Paranaense dos Municípios. LTDA, 1979.

RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TAKATUZI, Tatiana. Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2005.

TOMMASINO, Kimiye. Os povos indígenas no Paraná: 500 anos de encobrimento. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (org). Geografia social e agricultura no Paraná. Maringá: EDUEM, 2001.

## ST 11 - Histórias, Memórias e Representações nas Américas entre os séculos XIX e XXI

Caroline Maria Ferreira Drummond  
Mestranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[caroldrummond@gmail.com](mailto:caroldrummond@gmail.com)

Carolline Martins de Andrade  
Mestranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[carollmandrade@hotmail.com](mailto:carollmandrade@hotmail.com)

Luan Mendes de Medeiros Siqueira  
Mestrando em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[luan.mendes94@gmail.com](mailto:luan.mendes94@gmail.com)

Raphael Coelho Neto  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[raphaelcneto@yahoo.com.br](mailto:raphaelcneto@yahoo.com.br)

Fernanda Luiza Teixeira Lima  
Mestre em História/UFOP - Doutoranda  
Universidade Estadual de Campinas  
[fernandaluizatlima@yahoo.com.br](mailto:fernandaluizatlima@yahoo.com.br)

Ivania Valim Susin  
Mestre em História - Doutoranda  
Universidade Estadual de Campinas  
[ivaniavalim@gmail.com](mailto:ivaniavalim@gmail.com)

Marina Maria de Lira Rocha  
Doutoranda em História Social  
USP  
[mmlrocha@hotmail.com](mailto:mmlrocha@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Buscando sedimentar um espaço perene e profícuo para os debates em torno de temáticas pertencentes ao campo da historiografia das Américas no EPHIS, propomos, nesta nova edição, um Simpósio que reúna pesquisadores e interessados nas temáticas da História das Américas entre os séculos XIX e XXI. Tendo em vista as variadas investigações possíveis no que tange às diversas perspectivas teórico-metodológicas, construiremos três eixos de discussões.

O primeiro eixo se dedicará aos fenômenos políticos, tais como as independências; as formações dos Estados Nacionais; as organizações e mobilizações das sociedades civis; as revoluções; as ditaduras; as construções democráticas; os novos desafios da globalização e dos movimentos sociais no século XXI, suas relações com as dinâmicas culturais, de valores, crenças, normas e representações. Nesse eixo, também, serão discutidas as construções de identidades nacionais e continentais, multiculturalismos e identidades de minorias. Dentre as quais se destacam os estudos sobre indígenas, negros, gênero e sexualidade, ampliando, assim, a compreensão sobre a participação desses sujeitos no devir histórico do continente.

O segundo eixo proposto versará sobre as memórias das violências, físicas e simbólicas nas Américas, atentando para suas narrativas e representações. Desde os processos de colonizações e independências, é notório que a História das Américas foi marcada pela cultura da violência, resultado de escravidões, guerras civis-militares, violências estatais etc. Dessa forma, pretende-se debater trabalhos com diversos suportes narrativos da representação do trauma gerado pela violência e a estética dessa representação: documentos visuais – como o cinema, a fotografia e as artes plásticas -, documentos arquitetônicos - incluindo a arquitetura cemiterial, e o imaginário veiculado em livros didáticos ou na literatura.

Por fim, o terceiro eixo, pretende debater trabalhos sobre as lutas pela memória e pelos territórios de memória, em projetos que visem a educação aos direitos humanos na região. Percebendo os direitos humanos como centrais em diversas lutas políticas, serão debatidos estudos que tomem o reconhecimento das histórias de populações vulneráveis, aquelas que sofreram ou ainda sofrem violações em seus direitos, e estratégias públicas de reconhecimento das vítimas (de genocídio, de crimes de lesa humanidade, de terrorismo de Estado e demais violações), aproximando o passado das questões ainda abertas sobre políticas de memória e sua relação entre democracia e direitos humanos.

## Protagonismo e demandas das mulheres na insurgência do movimento Zapatista<sup>1</sup>

**Luana Vieira da Silva**

Graduanda em História

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: luana\_vieiras@hotmail.com

**Resumo:** Ao fazer uma inflexão sobre os costumes que atentavam contra a dignidade da mulher indígena, o zapatismo agregou a pauta sobre os problemas relacionados ao gênero à sua luta. A presença de mulheres, tanto em combate quanto em altos cargos do exército, nas cidades ocupadas pelo EZLN a partir de 1994, chamou atenção dos civis. Buscamos analisar alguns comunicados femininos entre a data do levante e 2001, na tentativa de identificar quais as demandas específicas de mulheres e qual a importância da participação das mesmas dentro do movimento.

**Palavras Chave:** Zapatismo; Mulheres indígenas; México.

**Resumen:** Al hacer una inflexión sobre las costumbres que atentaban contra la dignidad de la mujer indígena, el zapatismo agregó la pauta sobre los problemas relacionados al género a su lucha. La presencia de mujeres, tanto en combate como en altos cargos del ejército, en las ciudades ocupadas por el EZLN a partir de 1994, llamó la atención de los civiles. Buscamos analizar algunos comunicados femininos entre la fecha del levantamiento y el 2001, en el intento de identificar cuáles son las demandas específicas de mujeres y cuál es la importancia de la participación de las mismas dentro del movimiento.

**Palabras Clave:** Zapatismo; Mujeres indígenas; México.

Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) realizou seu primeiro ato público, através da ocupação de seis cidades na região de Chiapas, México. Suas demandas iniciais eram por trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, liberdade, democracia, justiça e paz (HAAR, 2005, p. 1). Seus comunicados eram emitidos via internet e rapidamente chamaram a atenção da comunidade internacional para as demandas de gênero, que, pela primeira vez, ocupavam lugar de destaque em uma guerrilha latino-americana. Ademais, a questão étnica começaria a ser discutida dentro da problemática de gênero.

A pesquisadora Priscila da Silva Nascimento, em seu artigo “*Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas*”, trata da distinção de gênero, criada desde a primeira infância, nas etnias que compõem o EZLN. Os homens indígenas tinham privilégios como o acesso à educação, a uma melhor alimentação e à vida pública na comunidade. Nos comunicados, em geral, nota-se uma dificuldade das mulheres sem e expressar por meio do espanhol, que chamam de *castilla*, justamente pela escassa instrução recebida desde a infância. Com relação ao trabalho, os homens eram responsáveis pelo cultivo, mas, se fosse necessário, as mulheres deveriam auxiliá-

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado da Iniciação Científica intitulada “O protagonismo feminino dentro do movimento Zapatista e as demandas das mulheres entre 1994 e 2001”.

los, enquanto que se elas necessitassem de ajuda nos trabalhos domésticos, os homens não tinham obrigação de ajuda-las em tais tarefas. As mulheres, desde cedo, foram ensinadas a cuidar dos afazeres domésticos e dos irmãos mais novos para exercerem a função de mães e domésticas.

Durante uma entrevista com Guiomar Rovira<sup>2</sup> em 2001, a comandanta Esther<sup>3</sup>, da comunidade tzeltal, enfatiza o seguinte:

Quando já estava crescida comecei a ver a situação dentro de casa, vi que não tínhamos alimentação adequada, vi que outros têm e nós porque será que não? [...] Vi que tinha 4 ou 5 irmãozinhos que morreram, então foi quando me dei conta, porque será que morreram meus irmãozinhos? Vi que é necessário lutar, porque se não faço nada, vão seguir morrendo mais irmãos, isso pensei, e me decidi. E não só eu, há mulheres que decidiram ser soldadas e essas mulheres agora tem grau insurgente de capitã, de major, de tenente. Assim vemos que sim nós mulheres podemos (Comandanta Esther, 2001, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Através dessa afirmação, podemos ver como as mulheres se encontravam apenas no ambiente doméstico e as questões familiares eram de seu dia a dia, pois ainda na infância já cuidavam dos irmãos. Através dos comunicados e entrevistas que dão voz a essas indígenas, podemos perceber que a pobreza era algo comum nas comunidades, e que afetava a vida dos que habitavam as regiões indígenas desde a primeira infância. Nesse fragmento podemos associar a pobreza à desnutrição e altos índices de mortalidade infantil. Surge daí a indignação e a motivação para tentar mudar a situação de pobreza por meio da organização zapatista.

Podemos observar que para essas mulheres, o EZLN surgiu como um meio de transformação, permitindo que lutassem para que houvesse condições humanitárias naquele contexto de pobreza, e que reivindicassem os direitos das mulheres dentro das comunidades indígenas.

Quando passaram a participar do movimento zapatista, estas mulheres assumiram relações sociais diversificadas: uma mulher tzotzil que pela cultura não pode falar com outros homens ou uma mulher tzeltal, que só pode falar quando o marido lhe autoriza, começam a dialogar com os homens da

---

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais fez uma série de entrevistas com mulheres nas comunidades zapatistas. Escreveu livros como *Mujeres de Maíz, Zapatistas sin fronteras* e *!Zapata Vive! La rebelión indígena de Chiapas contada por sus protagonistas*.

<sup>3</sup> Uma das 4 comandantes mulheres de uma delegação de 24 zapatistas que em 2001 caminharam até o Distrito Federal do México em protesto contra o governo.

<sup>4</sup> “Cuando ya estoy grande empecé a ver la situación dentro de la casa, veo que no tenemos alimentación adecuada, veo que otros sí tienen y nosotros ¿por qué será que no? [...] Vi que tenía 4 o 5 hermanitos que se murieron, entonces es ahí donde me di cuenta, ¿por qué será que se mueren mis hermanitos? Vi que es necesario luchar, porque si no hago nada, van a seguir muriendo los demás hermanos, eso pensé, y me decidí. Y no solo yo, hay mujeres que se decidieron a ser soldados y esas mujeres ahora ya tienen grado insurgente de capitán, de mayor, de teniente. Ahí vemos que sí las mujeres podemos.”



comunidade, rompendo-se assim, uma cultura de temor em relação aos homens (NASCIMENTO, 2011, p.7).

Esse novo diálogo entre homens e mulheres propagou novas vivências femininas nas comunidades. A subtenente Elena, em março de 1994, revela que o movimento lhe deu uma oportunidade de aprender a ler, escrever e falar espanhol, possibilidade que não seria possível na tradição indígena. Em um comunicado também de 1994 a capitã Elisa diz:

Porque não é como estar em um povoado, que divide de um lado os homens e, de outro, as mulheres. Ali não, ali convivemos junto com os homens e fazemos o trabalho igual. [...] As mulheres também podem fazer os trabalhos, também podem ter cargo, também podem dirigir como o homem, por isso nós estamos lutando, para que as mulheres também tenham essa oportunidade de fazer esses trabalhos (La situación de las mujeres, 1994, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Para a capitã Elisa, na comunidade, ainda existiam espaços definidos para os gêneros e, no exército, ao contrário, havia igualdade e reconhecimento do trabalho feminino. Em se tratando de um comunicado do primeiro ano do levante, devemos considerar que a construção da participação e do protagonismo feminino ainda era muito recente e, por isso, ainda vemos traços de uma dominação masculina. Apesar disso, as mulheres começavam a conquistar espaços nos altos cargos de comando e emitiam comunicados denunciando as formas de opressão em que viviam.

Dessa maneira, as militares ficaram encarregadas de dar voz ao sofrimento daquelas que ainda viviam sob o jugo patriarcal. Esse protagonismo possibilitou uma propagação dos ideais de igualdade de gênero dentro e fora do movimento zapatista e também serviu de exemplo para que as mulheres das bases de apoio pudessem exigir equidade dentro de suas comunidades.

Para reafirmar a presença feminina no movimento zapatista e garantir a mudança nos costumes que lhes faziam mal, foi criada a *Ley Revolucionaria de Mujeres* que analisaremos mais a frente. Antes de analisar esta lei, é necessário compreender quem eram essas mulheres que participavam do movimento zapatista.

Segundo a pesquisadora do movimento feminino zapatista Sarri Vuorisalo Tiitinen, existe uma divisão das mulheres zapatistas em dois grupos maiores: militares e bases de apoio. As militares podem ser subdivididas em milicianas, insurgentes, capitãs, tenentes, majores e

---

<sup>5</sup>“Pues no es igual como estar en un Pueblo, que aparte los hombres, aparte las mujeres. Allí no, allí convivimos juntos, con los hombres y hacemos el trabajo igual. [...] Eso es lo que estamos buscando ahorita. [...] También las mujeres pueden hacer los trabajos, también puede tener cargo, también puede dirigir igual que el hombre, por eso nosotros estamos luchando para que las mujeres también tengan esa oportunidad de hacer esos trabajos”.

comandantes. As milicianas aprendiam as táticas do exército e eram convocadas aos acampamentos zapatistas quando necessário. Deste modo, não precisavam abandonar suas famílias, visto que existiam outros cargos em que havia dedicação exclusiva ao exército. As demais categorias tinham funções ligadas as forças armadas zapatista. É o caso das insurgentes, que eram porta vozes dos comunicados do EZLN, guerrilheiras que participavam das forças zapatistas. Capitães e tenentes comandavam grupos de homens e mulheres. Majores eram mulheres capazes de comandar diferentes povos de toda uma região, como foi o caso da Major Ana María que comandou as tropas que invadiram San Critóbal de las Casas em janeiro de 1994. As comandantes participavam do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) e decidiam como avançar com o movimento, pois eram intermediadoras entre as demandas populares e o EZLN.

As mulheres das bases de apoio viviam nos povoados, formavam coletivos para benefício da comunidade como, cooperativas de artesanato para sustento familiar e emancipação econômica. Além disso, essas mulheres participavam das assembleias e se propuseram a rejeitar qualquer ajuda do Estado que fosse contrária aos seus ideais, visto que enxergavam no mal governo a motivação da sua situação de extrema pobreza e consideravam que as políticas assistencialistas visavam a incorporação dos indígenas à lógica capitalista de produção, desviando os objetivos das comunidades para a lógica da venda e do consumo. Em um contexto de pobreza rejeitar o assistencialismo se tornava um ato revolucionário.

### **Ley Revolucionaria de Mujeres**

Em dezembro de 1993 o EZLN emitiu as leis que regulamentaram a guerra contra o Estado mexicano e definia como os insurgentes deveriam se portar perante a sociedade civil. Dentre as leis emitidas, estava a *Ley Revolucionaria de Mujeres* que tratava da conduta social dos insurgentes e das bases de apoio dentro das comunidades em relação à suas companheiras de luta modificando a lógica de espaços de gênero dentro da guerrilha.

Tal documento foi organizado pelas comandantas Ramona e Susana que percorreram por mais de dois anos a região norte de Chiapas, recolhendo informações das indígenas a respeito das situações e atos que as humilhavam como mulheres na sua tradição e cultura (BELAUSTEGUIGOITIA, 2006, p. 121). O processo de construção da lei foi importante justamente pela participação massiva de mulheres, processo este que exigiu uma reflexão sobre as violências sofridas por elas através do Estado, dos companheiros e dos homens mestiços da região. Tal lei surgiu como eixo de identificação e ponto de partida de novas discussões e ações,

de tal maneira que em 1996 foram acrescentados outros 35 pontos na lei (DAMIÁN, 2009, p. 20).

Na lei publicada em 1993, a mulher foi posta em condição de igualdade em relação ao homem, tanto na participação da luta revolucionária, quanto nas políticas da comunidade, independentemente de sua etnia, credo, cor ou filiação política. Esta prática, prevista na lei, a prática pode ser percebida no exército visto que, como já mencionamos, as mulheres ocupavam cargos como capitãs, majores e comandantes. As fontes analisadas, até o momento, não permitiu identificar se havia, nas comunidades, intensa participação de mulheres naqueles primeiros anos do levante zapatista.

Outros pontos abordados na lei se referem à participação nos assuntos da comunidade, ao direito de poder se candidatar e se eleger democraticamente a cargos políticos civis e ocupar cargos de direção nas forças armadas revolucionárias, e de trabalhar e receber remunerações justas. A partir de então, a divisão sexual do trabalho praticada anteriormente nas comunidades não seria mais um determinante para alocar as mulheres apenas no espaço doméstico. Além de questões políticas e trabalhistas, a lei também tratou de assuntos do âmbito privado, como a proibição da violência contra a mulher, o fim do casamento forçado e a opção das mulheres de poder decidir quantos filhos ter.

### **Ampliação da lei**

Em 6 de maio de 1996 foi publicado no jornal *La Jornada* um acréscimo à *Ley Revolucionaria de Mujeres* de 1994 (LA JORNADA, (06/05/1996) apud TIITINEN, 2001. p. 131-132). A ampliação tratou de assuntos como a independência econômica das mulheres indígenas. Elas passaram a ter, por exemplo, o direito de ter, herdar e trabalhar na terra, o direito a receber créditos e impulsionar projetos produtivos e, por fim, em caso de separação, deveria ocorrer a divisão de bens de forma igualitária entre as partes envolvidas (incluindo os filhos).

Permaneceu em voga a questão do planejamento familiar, dessa vez reafirmando a necessidade do uso de métodos contraceptivos artificiais ou naturais, e que o homem não pode se opor a essa vontade. Ficou proibido também o maltrato às mulheres que não tem filhos homens, o que demonstra a luta persistente contra o patriarcalismo que valoriza o masculino em detrimento do feminino.

Para além das questões de concepção, também ficou definido que se a mulher necessitasse fazer algum trabalho para a organização ou quando fosse a alguma reunião, seria

dever do homem cuidar das crianças e da casa, propiciando certa equidade de participação nos assuntos políticos. Apesar de ser uma conquista, a obrigação de participação masculina nas tarefas familiares, só se dava no momento em que a mulher estivesse exercendo outras funções, ou seja, a mulher ainda era a principal responsável na criação das crianças e o pai teria apenas uma função secundária.

A educação feminina também foi declarada como um direito. A mulher poderia se ausentar do ambiente doméstico sempre que necessário para seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Reforça-se também a ideia de que as mulheres casadas podem e devem participar das assembleias sem que nada as impeça.

A violência é tratada em pelo menos 7 pontos lei ampliada, passando a ser um direito a defesa verbal. Isso foi importante visto que, até então, impediam algumas mulheres de se dirigirem aos homens em palavras. Também foi proibido o consumo de álcool, com a justificativa de que a mulher era a que mais sofria as consequências de abandono, violência e pobreza advindos do abuso do álcool pelos homens, e foi garantido, às mulheres, o direito a se defender fisicamente quando atacadas ou agredidas por pessoas da família. A lei também previa que os homens que agredissem, abandonassem ou insultassem as mulheres seriam castigados.

Os trinta e um pontos que foram adicionados tratavam, sobretudo, do âmbito privado. Isso porque ainda poucas mulheres ocupavam cargos civis e militares e as maiores violações aconteciam dentro da família, ou seja, na vida privada. Nesse sentido, podemos considerar que essa ampliação visava resguardar as mulheres das bases de apoio, na medida em que, as mulheres do exército – mesmo sendo poucas – tinham certos privilégios como acesso à educação e promoção em cargos militares.

Existem relatos de algumas insurgentes que afirmam que muitos homens não compreendiam a participação feminina na luta. Em 2001, a comandante Esther descreve como foi trabalhoso ensinar aos homens que as mulheres deviam ser tratadas como iguais, pois a partir daquele momento a atuação feminina era uma exigência que se tornava realidade:

Alguns homens diziam que não estava tudo bem, que as mulheres não tinham direito de participar, que a mulher é uma tonta. [...] Eu sempre enfrentei isso, lhes explicava que não é certo, que sim somos mulheres, mas sim podemos fazer outros trabalhos. Então assim pouco a pouco os homens entenderam e as mulheres também, por isso agora estão lutando as mulheres, por isso vocês

sabem que aqui em nossa luta não só os homens estão lutando, mas sim que estamos lutando juntos (COMANDANTA ESTHER, 2001, tradução nossa) <sup>6</sup>.

Certamente as mudanças citadas pela comandante fazem parte de um esforço de mudança gradual que tem contribuído positivamente para a mudança de postura em relação às mulheres. A inclusão de mulheres nos postos de autoridade, na participação da vida comunitária além do espaço doméstico é uma proposta política zapatista. Não apenas “mais uma” entre as prioridades organizadas hierarquicamente, mas sim como uma prática que é interdependente das outras demandas dos povos e não deve ser considerada menos importante que as outras.

Essa inclusão como proposta política zapatista pode ser justificada por meio do ideal indígena de indivíduo. Segundo a pesquisadora Sylvia Marcos, em seu artigo *Feminismo ayer y hoy*, “nas referências cosmológicas e nas práticas contemporâneas das lutas sociais indígenas, não existe o conceito de indivíduo autossuficiente nem para a mulher e nem para o homem” (MARCOS, 2010, p.19, tradução nossa) <sup>7</sup>. Esta citação deixa claro que o homem e a mulher indígenas não são autossuficientes, o feminino não pode existir sem o masculino e vice-versa e o coletivo está acima do individual. Essa visão de mundo valida as intenções do movimento feminino dentro do zapatismo. Essa proposta política de igualdade entre os gêneros então se tornou essencial a toda comunidade, não apenas às mulheres.

Apesar das críticas, as demandas das mulheres revolucionárias indígenas não estão desalinhadas às das feministas urbanas no que tange aos assuntos de concepção, violência contra mulher, independência financeira, acesso à educação e a cargos políticos. Mas como mulheres indígenas exigem também o fim do genocídio e da exploração de seu povo, que o Estado defenda seus interesses em detrimento das empresas multinacionais e dos latifundiários da região, assim como o fim da discriminação que sofrem por sua etnia, questões estas distantes ao feminismo urbano.

A *Ley Revolucionaria de Mujeres* foi construída com o protagonismo das mulheres zapatistas, tanto das bases de apoio como das militares. Através dos comunidades, as vozes destas mulheres transmitem os desejos das comunidades. A lei surgiu em um contexto de guerra

---

<sup>6</sup> “Algunos hombres decían que no está bien, que las mujeres no tienen derecho de participar, que la mujer es una tonta. [...] Yo siempre enfrenté eso, les explicaba que no es cierto, que sí somos mujeres pero sí podemos hacer otros trabajos. Entonces así poco a poco entendieron los hombres y las mujeres también, por eso ahorita están luchando las mujeres, por eso ustedes saben que aquí en nuestra lucha no nada más los hombres están luchando sino que estamos luchando juntos.”

<sup>7</sup> “En las referencias cosmológicas y en las prácticas contemporâneas de las luchas sociales indígenas, no existe el concepto de individuo auto-contenido ni para la mujer ni para el varón”.

contra o governo mexicano, o que exigiu uma postura diferenciada dos próprios indígenas. A situação revolucionária zapatista permitiu um alcance ainda não conquistado pelas feministas urbanas.

Em termos quantitativos é difícil afirmar a magnitude da participação dessas mulheres nas comunidades zapatistas, mas o surgimento da lei comprova uma conquista de espaço na legislação como agenda política do movimento social. Ademais, as mulheres militares ocuparam os espaços públicos e altos cargos de comando, demonstrando, na prática, que podem trabalhar como iguais com seus companheiros e que merecem o devido respeito enquanto mulheres.

### Referências Bibliográficas:

BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa. Ramona: el derecho a descansar. Debate Feminista, México, v.33, p. 119-127, 2006.

CCRI, Celebración del día de la mujer que lucha de la mujer digna, mar, 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/03/08/celebracion-del-dia-de-la-mujer-que-lucha-de-la-mujer-digna/>> . Acesso em: 17 abr 2017.

Comandanta Esther, entrevista com Guiomar Rovira, fev, 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/22/comandanta-esther-entrevista-con-guiomar-rovira/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Comandantas Esther, Yolanda y Susana: Día Internacional de la Mujer Rebelde, mar, 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/08/8-de-marzo-dia-internacional-de-la-mujer-rebelde/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DAMIÁN, Gisela Espinosa. Movimiento de mujeres indígenas y populares en México. Encuentros y desencuentros con la izquierda y el feminismo. Laberinto, México, n. 29, p. 9-28, 2009.

HAAR, Gemma van der. El movimiento zapatista de Chiapas: dimensiones de su lucha. Labour Again Publications. 2005. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/vanderhaar.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

La situación de las mujeres, 8 mar. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/la-situacion-de-las-mujeres>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

Ley Revolucionaria de Mujeres, dez, 1993. Disponível em: <[http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993\\_12\\_g.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993_12_g.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

MARCOS, Sylvia. Feminismos ayer y hoy. In: CASANOVA, Pablo Gonzáles. Conceptos fundamentales de nuestro tempo, ISS Universidade Autônoma do México (UNAM), março de 2010, p. 1-20.

MASSON, Sabine. Sexo/gênero, classe, raza: feminismo descolonial frente a la globalización: Reflexiones inspiradas a partir de la lucha de las mujeres indígenas en Chiapas. Andamios, México, v. 8, n. 17, p. 145-177, dic. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-00632011000300008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632011000300008&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 30 abr 2017.

NASCIMENTO, Priscila da Silva. Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir das experiências das mulheres indígenas zapatistas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

TIITINEN, Sarri Vuorisalo. ¿Feminismo indígena? Un análisis crítico del discurso sobre los textos de la mujer en el movimiento zapatista 1994-2009. 2011. 310 f. Dissertação (Doutorado em Estudos da América Latina) - Departamento de Culturas do Mundo - Universidade de Helsinki, 2011.

TIITINEN, Sarri Vuorisalo. Un análisis crítico del discurso sobre el problema del ser mujer e indígena en México - La respuesta de las mujeres zapatistas a la reestructuración neoliberal. Serie Haina, Suécia, n 6, 2007. p. 197-215, Disponível em <<https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/9969>> Acesso em 25 fev 2017.



## Martín Luis Guzmán: entre a Revolução e a “raiz dos males mexicanos”<sup>1</sup>

Carolline Martins de Andrade

Mestranda em História  
UFMG<sup>2</sup>

E-mail: carollmandrade@hotmail.com

**Resumo:** Na presente proposta de trabalho intencionamos analisar o primeiro livro do escritor mexicano Martín Luis Guzmán: *La querrela de México*, publicado originalmente em 1915. Temos como objetivo principal investigar a forma como Guzmán compreendia os problemas do México naquele momento, poucos meses após sua saída dos conflitos revolucionários que marcaram a década de 1910 no país. Juntamente a isso, intencionamos também observar o ambiente cultural e de ideias políticas e sociais das duas primeiras décadas do século XX no México, tendo em vista relacioná-las com as perspectivas esboçadas pelo escritor chihuahuense no livro em questão.

**Palavras-chave:** Revolução Mexicana; problemas mexicanos; História Intelectual; Martín Luis Guzmán.

**Abstract:** In this work we intend to analyze the first book of the Mexican writer Martín Luis Guzmán: *La querrela de México*, first published in 1915. Our main objective is to investigate the way in which Guzmán understood the Mexican problems at that time, a few months after leaving the revolutionary conflicts that marked the decade of 1910 in Mexico. Along with this, we also intend to understand the cultural environment of political and social ideas in the two decades of initial of twenty century in Mexico, in order to relate them to the perspectives outlined by Chihuahuense writer in the book in question.

**Keywords:** Mexican Revolution; Mexican problems; Intellectual History; Martín Luis Guzmán

O objetivo deste texto consiste em apresentar as perspectivas de Martín Luis Guzmán enunciadas em seu primeiro livro, *La querrela de México*, publicado em 1915. De tal forma que, o ponto central é compreender as possíveis relações entre as formulações contidas em *La querrela* e a Revolução Mexicana na década de 1910 no pensamento do escritor chihuahuense.

Martín Luis Guzmán foi um importante prosista mexicano do século XX. Nascido no estado de Chihuahua – norte do México – em 1887, o escritor se formou nos últimos anos do porfiriismo<sup>3</sup> e também compôs o grupo de jovens intelectuais chamado Ateneu da Juventude, que viria a se destacar no ambiente cultural mexicano – e em certa medida, também na América Latina – na primeira metade do século XX. Esse grupo foi composto por nomes como Alfonso Reyes, o dominicano Pedro Henríquez Ureña e José Vasconcelos.<sup>4</sup> Temos concluído que o fato

---

<sup>1</sup> Tendo em vista que este texto resulta da apresentação no Simpósio Temático “História, Memória e representações nas Américas entre os séculos XIX e XXI”, optamos por manter sua organização e linguagem inicial, apenas modificando quando necessário às normas de publicação.

<sup>2</sup> Bolsista CAPES/PROEX.

<sup>3</sup> O Porfiriato foi o longo governo exercido pelo general Porfirio Díaz no México, entre os anos de 1886 a 1911.

<sup>4</sup> José Vasconcelos (1882-1959), nascido no estado de Oaxaca, México, foi advogado, filósofo, educador. Teve um papel significativo no campo cultural e intelectual mexicano nas primeiras décadas do XX. Além de ter sido um dos presidentes do *Ateneo de la Juventud/Ateneo de México*, foi responsável pela formulação de projetos educativos importantes como secretário da SEP, durante o governo de Obregón (1920-1924), bem como atraiu e

de Guzmán ter se formado no ambiente porfirista e sob o raio de influência ateneísta trouxe elementos significativos para o opúsculo que analisamos neste texto e, também, para suas obras de juventude. As influências que nos interessam nesse momento são o espiritualismo, o idealismo e o combate ao positivismo.<sup>5</sup>

*La querella de México* foi escrita após a “deserção” ou “afastamento” de Guzmán dos conflitos armados, que aconteceu logo no início de 1915. Quando já estava nítido o rompimento entre os convencionistas/villistas e carrancistas (também chamados de constitucionalistas). Todos esses grupos eram revolucionários e haviam combatido o general Victoriano Huerta, que liderou o quartelazo e o assassinato do presidente Francisco I. Madero, em 1913, usurpando, então, a presidência da República. Até a derrubada de Huerta, em agosto de 1914, todos os grupos revolucionários supracitados – embora mantivessem certa autonomia – se encontravam incorporados ao constitucionalismo –, isto é, defendiam a Constituição de 1857 e o governo democraticamente eleito em 1911.

*La querella de México* foi publicado em dezembro de 1915 por uma editora madrilenha chamada Imprenta Clásica Española. Guzmán vivia seu primeiro exílio na Espanha. Assim, conforme aponta Carlos Betancourt:

[Guzmán] se autodestierra en la vida real de manera voluntaria “para no

---

estimulou o envolvimento de intelectuais e artistas com Estado pós-revolucionário nesse período. Sobre José Vasconcelos ver: CRESPO, Regina Aída. *Intinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. México: UNAM, 2004.; MOTTA, Romilda Costa. *José Vasconcelos: as memórias de um “profeta rejeitado”*. São Paulo: Alameda, 2015. Alfonso Reyes (1889-1959), nasceu em Monterrey, estado de Nuevo León, México. Filho do militar e político Bernardo Reyes – também candidato a sucessor de Porfírio Díaz –, que morreu no início dos conflitos da *Decena Trágica*, em 1913. Alfonso Reyes foi um dos mais destacados poetas e ensaístas da literatura mexicana do século XX. Devido ao envolvimento e morte de seu pai nos conflitos revolucionários, Reyes saiu do país e durante boa parte de sua vida atuou como embaixador do México em países como Espanha, Argentina, Brasil. Tendo sido responsável pelo estabelecimento de interessantes relações e intercâmbios culturais. Sobre Alfonso Reyes ver: DIAS, Nattaly Vieira; BAGGIO. *A revolução mexicana nos debates político-intelectuais brasileiros: projeções, leituras e apropriações (1910-1941)*. Tese de doutorado em História (UFMG). Orientadora Katia Gerab Baggio. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.; Pedro Henriquez Ureña (1884-1949), nasceu em Santo Domingo, República Dominicana. Filho da poeta Salomé Ureña e de Francisco Henríquez y Carvajal (médico, político, escritor, presidente da República na República Dominicana). Henriquez Ureña já se encontrava envolvido com o cenário cultural e intelectual na República Dominicana, tendo publicado seu primeiro livro em 1905. Quando se estabeleceu na Cidade do México em 1906, passa a fomentar ali, entre os jovens, as atividades relacionadas a discussões filosóficas e literárias, recebendo o apelido de “Sócrates”. De acordo com Fernando Curiel (1994, p.16), Ureña conduz duas das três passeatas (tomas de la calle) que conferiria aos futuros ateneístas tanta notoriedade.

<sup>5</sup> É preciso matizar o combate ao positivismo. Esse era a corrente filosófica predominante durante o regime de Porfírio Díaz (1867-1910), governo de características autoritárias e que teve longa duração. Com efeito, o positivismo foi elemento constituinte da formação dos jovens ateneístas; porém, ele era combatido por apresentar caráter restritivo. Como política de governo e projeto educacional, o positivismo retirava os conteúdos das humanidades do currículo escolar e enfatizava a formação técnica e profissional. Apesar dessas contestações, deve-se ter em mente que figuras de relevo da burocracia porfirista apoiavam os ateneístas, tal era o caso do secretário de Instrução Pública, Justo Sierra.

intervenir en la lucha faccional que divide a México en villistas, convencionista y carrancistas”<sup>6</sup> y emprende una aventura en el extranjero, viajando a España vía Estados Unidos para, al pasar casi un año, regresar a este último país y radicar hasta 1919 en la ciudad de Nueva York; experiencia de exilio que servirá para encauzar su labor intelectual ante la página en blanco, en la demanda de explicaciones sobre la realidad que lo circundaba y que había vivido.<sup>7</sup>

Sendo assim, consideramos que muitas reflexões que o Guzmán realiza em *La querella* se notabilizam por sua, então, recente experiência revolucionária e por sua primeira experiência no exílio (1915-1919). Ao contrário do que afirmou o estudioso Aguilar Mora<sup>8</sup> ao indicar *La querella de México* como um ensaio pré-revolucionário, entendemos que o opúsculo é um texto portador de elementos e ideários anteriores a Revolução, porém que busca trazer posicionamentos sobre as experiências políticas contemporâneas à Revolução. Portanto, o adjetivo “pré-revolucionário” é inadequado pois desqualifica a análise empreendida por Guzmán como forma de ação política no presente da escrita, ponto esse que é crucial para nossas propostas interpretativas acerca das obras do escritor.

O prefácio desse livro foi escrito por seu companheiro de Ateneu, Alfonso Reyes, mas somente muitos anos depois essa informação foi divulgada, em 1958, em uma entrevista dada por Reyes ao crítico literário Emmanuel Carballo. Na primeira edição, o prefácio vem assinado como sendo de Martín Luis Guzmán e diz:

Estas breves notas forman parte de una obra em que se estudam, à luz da história, as questões palpitantes do México e as principais figuras da última revolução. Dois motivos me obrigam a não dar à apresentação a maior parte da mencionada obra: primeiramente, o fato de eu ter participado na Revolução; em segundo lugar, meu desejo de suspender, nesse momento, todos os juízos sobre as pessoas, salvo em casos específicos/indispensáveis. Como exponho um mal, faço, em alguns momentos, abstrações das qualidades do povo mexicano e somente me ocupo em apresentar alguns de seus defeitos. Do que servirá o artifício retórico de ir escrevendo um elogio – por merecido e justo que seja – ao lado de cada censura? O respeito à seriedade do assunto, o respeito à categoria de leitores a que destino essa publicação, orientam-me

<sup>6</sup> Essa nota encontra-se no trabalho de Carlos Betancourt, devido a importância que guarda com a citação presente no corpo do texto, estamos reproduzindo-a aqui: “Estas palabras entre comillas son extraídas extraídas de la cronología que realizó Abreu Gómez para su libro *Martín Luis Guzmán*, p. 302, que fue seguramente revisado por el propio don Martín para su salida a prensa, por lo que deben considerarse como la versión autorizada de su actuación, aunque, como observamos en los párrafos anteriores, todavía quedan muchas cosas por develar en la interesante vida de este mexicano del siglo XX”. (Nota de rodapé nº 202, p. 114-115).

<sup>7</sup> BETANCOURT CID, Carlos. Tras la sombra de una personalidad. El aprendizaje político de Martín Luis Guzmán. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, p. 114-115.

<sup>8</sup> AGUILAR MORA, Jorge. El fantasma de Martín Luis Guzmán. In: GUZMÁN, Martín Luis; OLEA FRANCO, Rafael (org.) *La sombra del Caudillo*. Ed. Crítica. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José, Caracas: ALLCA XX, 2002.

a fugir de semelhante abuso.

A tarefa, assim reduzida ao papel de censura, não poderia ser menos penosa e, em todos os sentidos da palavra, impopular. Por isso, dei a essas notas uma publicação limitada, buscando que, apenas cheguem a quem seja capaz de lê-las sem ira e com proveito.<sup>9</sup>

No caso, o próprio Alfonso Reyes ressalta o diálogo que o ensaio de Guzmán estabeleceu com o momento vivenciado pelo México e o seu caráter de censura e repreensão. O opúsculo possuiu uma circulação muito limitada, tendo chegado sobretudo aos seus companheiros ateneístas. Esse elemento pode ser mapeado por meio de correspondências, aspecto sobre o qual o pesquisador Carlos Betancourt já realizou.

Diante desse preâmbulo, expomos as questões centrais que norteiam nossa análise de *La querella de México*, a saber: quais são as raízes dos males mexicanos segundo Martín Luis Guzmán? Como o escritor relacionou esses males com a Revolução? Esta representaria uma possível solução? Qual o projeto que existe em *La querella de México*? De que forma *La querella de México* se relaciona com a Revolução?

O primeiro ponto que almejamos ressaltar é o fato de *La querella* não possuir como tema principal a Revolução. Sendo assim, o aspecto que mais nos interessa pensar é: como a Revolução dispõe os problemas para Martín Luis Guzmán? Nesse sentido, o ensaio em análise é um texto profícuo em virtude do diálogo e reflexão que estabeleceu com seu contexto de produção, pois o que o escritor mexicano faz é interpretar o México e suas mazelas a partir dos conflitos que o país vivenciava.

Além disso, é importante dizer que o escritor não é o inaugurador do tema. Assim como no Brasil e em outros países do continente americano, havia muitos intelectuais e estudiosos interessados em compreender as raízes dos males nacionais. *La querella* se caracteriza por conter análises de cunho histórico e sociológico, muito marcados pelas correntes idealistas, espiritualistas do XIX e início do XX.

Na concepção de Guzmán, existia um engano quanto à raiz dos males mexicanos. Ao observarmos muitos dos estudos e explicações sobre a Revolução Mexicana, apontam seu aspecto social e econômico, isso já em sua época. Não obstante para Guzmán as razões eram outras. Nessa obra de juventude, o escritor assinala que o aspecto primordial dos problemas mexicanos é de cunho espiritual e não econômico.

---

<sup>9</sup> GUZMÁN FRANCO, Martín Luis. *La querella de México*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. 4ª ed. México: FCE, INEHRM, 2010. Vol. I. (Coleção Letras Mexicanas), p. 370. [Tradução nossa]

Nessa perspectiva, um problema de ordem espiritual é resolvido somente por intermédio da educação. Para o escritor chihuahuense, enquanto a natureza espiritual não fosse transformada, as desordens materiais e econômicas se manteriam. Guzmán operacionalizou a distinção entre matéria e espírito cujo referente se encontrava nas correntes filosóficas do século XIX, tais como idealismo e metafísica, as quais, haviam sido retomadas entre os anos de 1906 e 1912 em combate ao positivismo. No campo da matéria – no ensaio guzmaniano –, encontravam-se a economia, a violência, os indígenas em seu estado de natureza. Enquanto no plano do “espírito”, figuravam os valores sociais, as virtudes democráticas, a moral, a educação dos “criollos” e mestiços.

A transformação espiritual na perspectiva guzmaniana – de fundo ateneísta – era movida pela educação. Em uma síntese, Guzmán afirmou:

As fontes do mal estão em outra parte: estão nos espíritos débeis e imorais da classe dirigente anterior [isto é, porfirista]; no espírito do “criollo”, no espírito do mestiço, para quem se deve pensar a obra educativa. Entretanto, a opinião materialista ainda reina e, compreendida de outro modo, tem constituído, sincera ou falsamente, a razão formal de nossos movimentos armados de 1910.<sup>10</sup>

Temos, portanto, alguns enunciados importantes: a) a fonte dos males residia nos espíritos débeis da classe dirigente, a qual era formada sobretudo pelos referidos “criollos” e mestiços. b) O projeto de educação responsável pela transformação espiritual, segundo Guzmán, deveria ser pensado para esses dois grupos sociais.

Com efeito, desejamos salientar um outro aspecto. Para Guzmán, um engano alimentado pelo porfirismo se encontrava no argumento muito proferido durante o XIX e também na primeira metade do XX, de que o obstáculo ao desenvolvimento mexicano eram os indígenas. Pois para ele, os indígenas eram moralmente inconscientes, um “estorvo” para o país. Na perspectiva do autor, os indígenas nada tinham a oferecer além de obediência cega ao “criollo” ou “amo”. No México ideal de Guzmán não havia espaço para os indígenas. Sendo assim, os projetos governamentais que buscassem incorporar os indígenas à República mexicana não resolveriam as enfermidades nacionais. A medida correta, para o chihuahuense, era um tipo de educação que aperfeiçoasse e preparasse os “criollos” para a vida cívica.

Podemos, então, concluir um primeiro ponto: as razões econômicas que já se mostravam

<sup>10</sup> GUZMÁN FRANCO, Martín Luis. *La querrela de México*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. 4ª ed. México: FCE, INEHRM, 2010. Vol. I, p. 371. [Tradução nossa]

como justificativa para a Revolução em sua própria conjuntura de desenvolvimento não eram, para Guzmán, as raízes (ou razões fundamentais) do conflito vivido pelo país naquele período. Não necessariamente as questões materiais deixavam de ser problemas reais para o escritor. Mas, as enfermidades fundamentais, na perspectiva do autor, eram de cunho espiritual, da debilidade das classes “criollas” e mestiças.

Estendendo-nos um pouco mais sobre as interpretações sobre os conflitos armados da década de 1910 mexicana enunciadas por Martín Luis Guzmán, os distintos grupos revolucionários – carrancistas, villistas, convencionistas, zapatistas, entre outros – não traziam soluções para os problemas mexicanos. Nesse sentido, ele escreveu:

Nenhum grupo revolucionário traz em seu seio, a despeito do que afirmam seus planos e seus homens, um novo procedimento, uma nova ideia, um novo sentir que alentem a esperança do ressurgimento. A vida interna de todos esses partidos não é melhor, nem pior que a proverbial de nossas tiranias oligárquicas. Assim como nestas, vivem neles [grupos revolucionários] a mesma ambição ruim, a mesma injustiça metódica, a mesma brutalidade, a mesma cegueira, o mesmo afã de lucro; em uma palavra: a mesma ausência do sentimento e da ideia de pátria.<sup>11</sup>

Dessa maneira, apreendemos com esse fragmento que Guzmán não via nos diferentes grupos revolucionários ou nos planos por eles propostos a potência de transformação política e social no México. Posto que continuavam reproduzindo certos comportamentos e, mais que isso, não estavam afinados com um “sentimento e ideia de pátria”.

O autor retomou elementos da história mexicana desde o período colonial até o seu presente mexicano [1915] para ilustrar os desacertos e vícios mexicanos na construção nacional. Emerge, então, do ensaio de Guzmán uma possível solução para os problemas nacionais: o conhecimento da história nacional. Por intermédio do conhecimento/estudo da história se daria a revisão “sincera” dos “valores sociais mexicanos”, os quais deveriam, em suas palavras: “iluminar o caminho que se estava por seguir”, de tal forma a “não mais polir a fábula histórica” mexicana. Temos a forte noção de história “mestra da vida”, que não era incomum naquele momento e que em Guzmán aparece bastante atrelada às noções do conhecimento histórico produzido no século XIX. Segundo Reinhart Koselleck, a crença de que era possível aprender lições com a história teve longa duração (na Europa). Por meio dessa crença que possui um caráter marcadamente pedagógico para história, esta seria responsável por impedir a repetição

---

<sup>11</sup> GUZMÁN FRANCO, Martín Luis. *La querrela de México*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. 4ª ed. México: FCE, INEHRM, 2010. Vol. I, p. 372. [Tradução nossa]



dos erros do passado no presente, porém nos deixaria livres para repetir sucessos de outrora. Assim, temos compreendido que Guzmán estabeleceu uma relação entre conhecimento histórico do México como forma de reorientar o futuro.

Embora não aponte um programa delimitado de soluções para os “males” nacionais, vislumbramos nas páginas de *La querella* ideias que abrem espaço para que o escritor perceba novos horizontes possíveis. Em face do que discutimos acima, podemos dizer que *La querella* tem um objetivo evidente: combater o *mal* moral dos “criollos” e mestiços mexicanos. O projeto para solução dos “males mexicanos” e, conseqüentemente, da transformação espiritual e moral do país repousava sobre a educação, na chave defendida pelos ateneístas: formação educativa e cultural ampla. Esse projeto – não um programa – não é descrito passo-a-passo. As impressões que observamos são de um olhar marcado pelas concepções filosóficas idealistas e espiritualistas, trazendo uma visão excludente para o processo de disseminação cultural. Afinal, no ensaio guzmaniano, os indígenas são desconsiderados e desumanizados. Em relação a esse ponto, sublinhamos que as proposições fortalecidas por José Vasconcelos na Secretaria de Educação Pública, durante a década de 1920, embora se tratando de projetos educacionais via de regra autoritários, romperam com essa perspectiva segregacionista delineada por Martín Luis Guzmán.

Por fim, ao empreender esse esforço de interpretação, podemos considerar que Guzmán estabelece uma relação entre o conhecimento da história mexicana e a resolução dos “males” do país. Aspecto para o qual o olhar do escritor chihuahuense se voltou muitas vezes ao longo da sua vida, tendo em vista que a história do México seria retomada em uma quantidade significativa de suas obras. Mas, o olhar que Guzmán lança para a história não é um olhar de historiador, mas sim de alguém que busca conferir sentido às suas experiências a procura de um horizonte mais estável politicamente. Ademais, a relação estabelecida entre nação (ou pátria) e Revolução em *La querella de México* não encontra um caminho passível de regeneração espiritual para o país. A vitória dos carrancistas sobre a Convenção de Aguascalientes demonstrou o trajeto íngreme que seria percorrido pelo México na perspectiva de Guzmán. Visto que, para o escritor, Carranza representava a antiga elite porfirista, personificando em muitos momentos o próprio “Caudilho da Pax”.



## Referências bibliográficas

- AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.
- AGUILAR MORA, Jorge. El fantasma de Martín Luis Guzmán. In: GUZMÁN, Martín Luis; OLEA FRANCO, Rafael (org.) *La sombra del Caudillo*. Ed. Crítica. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José, Caracas: ALLCA XX, 2002.
- BARBOSA, Carlos A. S. *A Revolução Mexicana*. Direção [da série] COSTA, Emília Viotti da. São Paulo: UNESP, 2010.
- BETANCOURT CID, Carlos. *Tras la sombra de una personalidad. El aprendizaje político de Martín Luis Guzmán*. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Revolução Mexicana (1910-1917)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 1997.
- CURIEL DEFOSSÉ, Fernando. *La querella de Martín Luis Guzmán*. México: Oasis, 1987.
- FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- GARCIADIEGO DANTAN, Javier. Los intelectuales y la Revolución mexicana: protagonistas, testigos y críticos. In: \_\_\_\_\_. *Autores, editoriales, instituciones y libros. Estudio de historia intelectual*. México, D.F.: El Colegio de México, 2015.
- GUZMÁN FRANCO, Martín Luis. *La querella de México*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. 4ª ed. México: FCE, INEHRM, 2010. Vol. I. (Coleção Letras Mexicanas)
- HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. *La influencia de la Revolución en la vida intelectual de México*. In: \_\_\_\_\_. *La utopía de América*. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. São Paulo: Contraponto, 2006.
- KRAUZE, Enrique. *Caudillos Culturales en la Revolución Mexicana*. 5a. ed., México: Siglo XXI, 1985.
- LISBONA GUILLÉN, Miguel. *Transformar desde la educación: el ejemplo de la Universidad Popular Mexicana en la Revolución*. In: *Península*, vol. V, nº 12, otoño de 2010. (Reseña).
- MONSIVÁIS, Carlos. *Historia mínima de la cultura mexicana en el siglo XX* (edición preparada por Eugenia Huerta). México: El Colegio de México, 2010.

QUINTANILLA, Susana. *A Salto de mata. Martín Luis Guzmán en la Revolución Mexicana*. México: Tusquets, 2009.

ZERMEÑO, Guillermo. Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México. In: PALACIOS, Guillermo (coord.). *La nación y su historia. Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México: El Colegio de México, 2009.

## A mitificação da revolucionária Haydée Santamaría na história cubana<sup>1</sup>

**Carolina de Azevedo Müller**

Graduanda em História

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

E-mail: carolina.azeller@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo examina parte do processo de mitificação da heroína cubana Haydée Santamaría na história oficial cubana. Analisamos como os textos, publicados em sites oficiais cubanos, constroem sua imagem de heroína nacional e como determinadas atividades e/ou períodos históricos que Haydée participou foram frequentemente ressaltados. Ainda, buscamos demonstrar como tal processo traz referenciais de biografias do século XIX acerca das heroínas latino-americanas, bem como, de questões de gênero.

**Palavras-chave:** Haydée Santamaría, mulheres guerrilheiras, Revolução Cubana, Casa de las Américas.

**Abstract:** This article examines part of the Cuban heroine Haydée Santamaria's mythification process in the official Cuban history. We will analyse how the texts, which were published in official Cuban websites, built her image of national heroine and how certain activities and/or historical periods Haydée has participated are often emphasized. Furthermore, we will analyse how this process brings references from XIX century biographies about the latin-american heroines, as well as genders issues.

**Keywords:** Haydée Santamaría, guerrillera women, Cuban Revolution, Casa de las Américas.

### Introdução

Nas fileiras da Revolução Cubana de 1959 houve participação de um pequeno de mulheres na luta armada. Mulheres guerrilheiras, dentre as quais, algumas foram alcançadas à categoria de heroínas. Após a Revolução, atuação destas mulheres foi consagrada historicamente, entretanto, com um discurso baseado em estereótipos de feminilidade<sup>2</sup>.

Considerada uma das heroínas nacionais da Revolução de 1959<sup>3</sup>, a cubana Haydée Santamaría Cuadrado, nascida em 30 de dezembro de 1922 em Las Villas (atual Villa Clara), integrou o embrião da organização rebelde, o futuro Movimiento 26 de Julio, liderado pelo advogado Fidel Castro (1926-2016). Ela se mudou para Havana na década de 1950 para morar com seu irmão mais novo, Abel Santamaría Cuadrado (1927-53), em um apartamento localizado na rua 25 y O, espaço que se tornaria o principal local de encontro dos rebeldes.

Atuou clandestinamente em diversas atividades contrárias ao governo ditatorial de

---

<sup>1</sup> Este artigo refere-se ao desenvolvimento de um ano de pesquisa da Iniciação Científica, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Martins Villaça (Unifesp), que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) desde 2016.

<sup>2</sup> SCHAETAE, Andréa Mazurok. “Mulheres Guerrilheiras”: gênero e ideal de feminilidade na biografia da cubana Celia Sánchez. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2012, pp. 5-6.

<sup>3</sup> Apenas quatro guerrilheiras do M-26 foram consideradas heroínas nacionais: Haydée (1922-80), Melba Hernández (1921-2014), Vilma Espín (1930-2007) e Celia Sánchez (1920-80).

Fulgêncio Batista (governo de 1940-44 e golpe de Estado em 1952), na publicação dos periódicos clandestinos *Somos los mismos* e *El Acusador*<sup>4</sup>. Auxiliou na organização e do ataque ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1953, ocasião na qual foi enfermeira num hospital próximo ao quartel, tomado para auxiliar os rebeldes. O ataque fracassou após o confronto inesperado com soldados batistianos que iam em direção ao quartel, acarretando num conflito armado. Muitos rebeldes foram assassinados e outros foram aprisionados, inclusive os principais líderes, como Fidel e Abel<sup>5</sup>. Haydée também foi aprisionada, junto com Melba Hernández (1921-2014), outra militante que participou do assalto ao Moncada. Enquanto esteve presa, seu irmão, Abel, e seu noivo, Boris Luis Santa Coloma (1928-53), foram torturados e assassinados pelos soldados de Batista.

Após ser libertada da prisão, foi designada para imprimir e divulgar os manifestos de Castro em Cuba, “*Mensaje al pueblo que sufre*” (denunciando as práticas dos soldados de Batista contra os rebeldes) e “*La historia me absolverá*” (programa de atividades políticas, econômicas e sociais que seriam executadas após a tomada do poder pelos rebeldes). Além disso, durante grande parte da luta insurrecional, Haydée ficou responsável por construir relações com figuras políticas cubanas importantes para o movimento e angariar armas e fundos para o movimento rebelde<sup>6</sup>.

Em 1955, foi uma das fundadoras do Movimiento 26 de Julio, organização estruturada após a anistia dos rebeldes aprisionados. Haydée desempenhou, logo após a estruturação da organização, atividades clandestinas para o movimento. Em novembro de 1956 participou do levantamento rebelde, liderado por Frank País (1934-57), em Santiago de Cuba, para apoiar o desembarque do iate Granma – em que estava Castro e diversos outros rebeldes –, vindo do México, que também fracassou, devido ao atraso da embarcação ao chegar em Cuba. Participou da expedição para levar o jornalista estadunidense Herbert Matthews, do *New York Times*, para entrevistar Castro e demonstrar a existência de um movimento rebelde contrário a Batista, estabelecido na Sierra Maestra<sup>7</sup>.

Nos anos finais da luta insurrecional (1952-8), Haydée foi indicada para trabalhar clandestinamente em Miami, Estados Unidos. Sua função era estabelecer laços com exilados

---

<sup>4</sup> GARCÍA, Pedro Antonio. Haydée Santamária Cuadrado: sensibilidad y pasión hechos mujer. Cuba: *Revista Bohemia*, 2012.

<sup>5</sup> AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, pp. 29-34.

<sup>6</sup> SWEIG, Julie E. *Inside the Cuban Revolution: Fidel Castro and the urban underground*. EUA: Harvard University Press, 2004.

<sup>7</sup> GARCÍA, Pedro Antonio. *Op. Cit.*

cubanos para o M-26 e angariar armamento para os rebeldes em Cuba. Sua articulação política foi de profunda importância para o M-26, conseguindo se encontrar com o ex-presidente cubano Carlos Prío Socárras (1903-77), entre outros indivíduos colaboradores<sup>8</sup>.

Após poucos meses dos rebeldes terem tomado o governo em 1 de janeiro de 1959, Haydée foi designada à presidência da instituição cultural Casa de las Américas, num período de abertura de novos espaços culturais em Cuba, após o fim da censura, promovida às artes pelo de Batista<sup>9</sup>. A temática da Revolução era profundamente requisitada nestas instituições culturais. A *Casa* (como comumente ainda é denominada) foi responsável por estreitar laços com intelectuais, artistas e escritores de outros países latino-americanos. Haydée permaneceu como presidente da Casa até sua morte, em julho de 1980.

Haydée também fez parte do executivo da Federación de las Mujeres Cubanas (FMC) em 1961, foi uma das fundadoras do Partido Comunista Cubano (PCC) em 1965. Já em 1966 participou do Congresso do Partido Comunista da União Soviética e visitou a República Democrática do Vietnã, e, em 1967 presidiu a Conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS)<sup>10</sup>, evento responsável por centralizar diversos movimentos antiimperialistas latino-americanos que compartilhavam determinadas afinidades ideológicas com a Revolução Cubana e estavam dispostos a encampar a guerra de guerrilhas.

Haydée se suicidou em julho de 1980 (o dia exato é controverso, há versões que afirmam que o dia exato foi no 27º aniversário do assalto ao quartel Moncada), por razões não esclarecidas, algo referido por sua filha, Celia Martíá Hart Santamaría (1963-2008), “es pues, al menos, una forma muy humana de morir<sup>11</sup>”. Isto causou grande comoção popular e acarretou numa intensa produção textual em memória à Haydée, responsáveis por construir sua imagem como heroína nacional.

Estes textos, em geral, biográficos, foram produzidos por ex-companheiros guerrilheiros, amigos de infância, pessoas que a conheceram por intermédio de sua atuação na Casa, familiares e admiradores, tanto cubanos quanto estrangeiros. Foram publicados desde em 1980 até os dias atuais, em sites oficiais cubanos – revistas eletrônicas –, logo, integram parte

---

<sup>8</sup> SWEIG, Julie E. *Op. Cit.*.

<sup>9</sup> MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 12.

<sup>10</sup> ANÔNIMO. *Biografía de Haydée Santamaría Cuadrado*. Disponível: [www.encaribe.org/es/article/haydee-santamariacuadrado/210](http://www.encaribe.org/es/article/haydee-santamariacuadrado/210) Acesso em 24/05/17.

<sup>11</sup> HART SANTAMARÍA, Celia María. Este, el prólogo. Cuba: *Cuba Debate*, 2005.

da memória oficial cubana.

Haydée é descrita, nestes textos, como essencial para a guerrilha e para a Revolução Cubana. Também, como uma mulher que amava e vivia pela Revolução (de acordo com Hart Santamaría: “[a] Revolución (...) fue la razón de toda su existencia<sup>12</sup>”), generosa, humana, carinhosa (entre outras denominações), enfatizando, desta forma, passionalidade em sua trajetória política. Haydée, segundo Mario Benedetti (1920-2009) “significa un mundo, una actitud, una sensibilidad y también una Revolución<sup>13</sup>”. Assim, sua imagem é construída como um mito e um exemplo de mulher cubana, “Haydée, que es igual a decir Revolución, que es igual a decir pueblo que se yergue y multiplica sueños<sup>14</sup>”.

### A construção biográfica

O processo de mitificação de Haydée está atrelado às construções biográficas sobre os líderes independentistas latino-americanos, bem como, acerca das mulheres que atuaram nestas lutas, produzidas desde o século XIX. Segundo o historiador Rafael Saddi, tais construções biográficas auxiliaram aos rebeldes do século XX a estruturarem as “qualidades” de seus heróis pós-Revolução e a construírem a memória sobre os mesmos<sup>15</sup>.

As biografias produzidas no século XIX, por homens, acerca das mulheres que foram agentes políticas na América Latina nas Guerras de Independências latino-americanas, afirmam que elas participavam da luta movidas por profundos sentimentos de paixão pela pátria, e não por razões políticas ou sociais. Também eram retratadas como modelos de mães e esposas e como presenças constantes na vida de algum homem<sup>16</sup>. Esse tipo de construção podemos notar no texto de Pedro Antonio García “desde muy joven Haydée se *senbilizó* con los problemas sociales que asolaban a Cuba. *Junto con Abel*, ingresó en las filas de la Juventud Ortodoxa<sup>17</sup>”. Algo recorrente nos textos redigidos sobre Haydée é a visão de que esta, embora destinada a ser uma heroína desde sua infância – algo que discutiremos posteriormente –, precisou do auxílio intelectual de Abel e Castro para desenvolver seus conhecimentos sobre política e luta armada.

<sup>12</sup> *Idem*.

<sup>13</sup> RODRÍGUEZ, Roxana. Haydée, la fundadora. Cuba: *Revista Bohemia*, 2009.

<sup>14</sup> ANÔNIMO. “Casa de las Américas, la casa de todos”. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2009.

<sup>15</sup> SADDI, Rafael. *O ascetismo revolucionário do Movimento 26 de Julho: o sacrifício e o corpo na Revolução Cubana (1952-1958)*. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

<sup>16</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: EdUSP/Bauru: EDUSC, 1999.

<sup>17</sup> GARCÍA, Pedro Antonio. *Op. Cit.*. (Grifo meu).

Além disso, cabe destacar que a representação da mulher *mambisa* (atuante da Guerra de Independência cubana, no século XIX), como mãe, patriota, exemplo no núcleo familiar e guerreira, foi utilizada em diversos momentos pelos discursos cubanos no século XX<sup>18</sup>, estando também presente nos discursos construídos sobre Haydée.

As biografias constroem padrões de comportamento em função do momento em que foram produzidas. Como salienta Andréa Mazurok Schactae, as biografias construídas no século XIX sobre os independentistas latino-americanos apresentam a noção de predestinação dos indivíduos de se tornarem heróis ou heroínas<sup>19</sup>.

Posto que iremos discutir as construções biográficas de Haydée, dialogaremos com a problematização acerca de biografias proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo o autor, as biografias, construídas de forma linear, com começo, meio e fim já definidos, e com a coerência dos acontecimentos, acabam por estruturar um sentido artificial ao indivíduo biografado<sup>20</sup>.

#### **As relações de gênero e a construção generificada em torno de Haydée**

É possível compreender que os ideais de Estado e nação foram construídos com noções de gênero, dada a associação da guerra e política como questões masculinas. Isto também está relacionado às concepções de homem viril e seu oposto, o homem afeminado, que seria incapaz de se sacrificar pela pátria e estaria ligado ao ambiente privado<sup>21</sup>.

Como argumenta Saddi e Melo, os rebeldes do século XX utilizaram as noções de gênero presentes nas biografias do século XIX para edificarem as suas relações de gênero<sup>22</sup>. Analisando as normas de conduta do movimento rebelde, as mulheres, associadas à fragilidade, foram designadas para papéis secundários, como Haydée e Melba, que não participaram com armas no ataque ao Quartel Moncada em 1952, mas sim trabalhando como enfermeiras no hospital ao lado. Ambas ficaram responsáveis por confeccionar os uniformes dos rebeldes e limpar o espaço que os rebeldes ocupavam. Contudo, a memória oficial cubana, após a Revolução em 1959, afirmou que não havia distinções de funções entre os sexos no movimento

---

<sup>18</sup> VASSI, Cássia. A mulher cubana e sua sociedade: da independência à revolução. *Dimensões*, n. 19, NPIH/Ufes, Vitória, 2007, p. 168.

<sup>19</sup> SCHACTAE, Andréa Mazurok. *Op. Cit.*.

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996, pp. 74-82.

<sup>21</sup> SADDI, Rafael; MELO, Érica. Gênero e Revolução Cubana: reflexões sobre as relações de gênero no Exército Rebelde. *Diálogos*, v. 16, n. 3, Maringá, 2012.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 2174.



rebelde<sup>23</sup>. Podemos atentar a tal situação no texto de Marilys Suárez Moreno:

enemigos de prejuicios, los jóvenes comandados por Fidel adoptaron el comportamiento preciso para que Melba y Haydée no fueran marginadas en la batalla inmediata ni en la que habría de librarse para construir la nueva sociedad. Con aquellos compañeros entrañables, listos para cualquier sacrificio por la patria, irían ellas a donde fuera, hasta las últimas consecuencias<sup>24</sup>.

Posteriormente à Revolução em 1959, a historiografia cubana buscou exaltar a imagem da mulher, sendo ela heroica, forte e atuante em todo o período histórico cubano. Este processo está relacionado com o desenvolvimento da “nova sociedade” cubana, em que a mulher, responsável por ensinar as crianças os valores da nova Cuba, teria importante papel. Ela, a partir de então, continuaria lutando, mas dentro nas novas perspectivas revolucionárias<sup>25</sup>. A respeito da mitificação de Haydée, para Luis Hernández Serrano

Abel Santamaría decía a su hermana Haydée y a Melba Hernández que la mujer revolucionaria debe ser exigente con ella misma, mantener la moral más alta que nunca: “Ustedes son las primeras y por el ejemplo de ustedes las demás mujeres van a sumarse o no a la lucha armada”<sup>26</sup>.

Dentro deste processo, ocorreram importantes avanços na legislação cubana, como a criação da Fundación de las Mujeres Cubanas (FMC), presidida por outra guerrilheira posteriormente considerada heroína da Revolução, Vilma Espín (1930-2007). Em um discurso proferido por Espín, em 1977, em nome da FMC no Ministério de Justiça, atentamos aos novos valores da mulher cubana: trabalhadora, mãe, lutadora da vida e do lar, e responsável pela formação dos “novos” cidadãos cubanos<sup>27</sup>. O emblema oficial da FMC também representa esta defesa de ideais, dado apresentar uma mulher, carregando uma arma em um braço e um bebê no outro, com as roupas coloridas de acordo com as cores da bandeira cubana. Isto demonstra a associação da mulher cubana com a militarização e maternidade, além da necessidade de defesa da pátria<sup>28</sup>. Podemos atentar essas características também nos textos produzidos sobre Haydée, como a constante afirmação de que ela era uma guerrilheira, agia como uma “mãe” e estava sempre disposta a defender a Revolução e seu líder:

“ojos (...) agresivos de amor ante la catástrofe inminente de una injusticia intolerable”, y añade “(...) en verdad Haydée era ante todo madre”.

<sup>23</sup> SADDI, Rafael. *Op. Cit.*, p. 162.

<sup>24</sup> SUÁREZ MORENO, Marilys. Haydée y Melba, las compañeras. Cuba: *Revista Mujeres*, s/d.

<sup>25</sup> VASSI, Cássia. *Op. Cit.*.

<sup>26</sup> HERNÁNDEZ SERRANO, Luis. Las dos heroínas del 26. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2013.

<sup>27</sup> VASSI, Cássia. *Op. Cit.*, p. 182.

<sup>28</sup> SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. A revolução cubana e as representações de gênero. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, jan./jun. 2013, pp. 278-9.

(...)

Es la mujer que supo que “el pueblo entiende la belleza más que nadie”, porque ella misma llegó a luchar contra la tiranía por pura sensibilidad, por intuición de que el sacrificio es ascenso en la escala humana y de que es bello<sup>29</sup>.

Nesse mesmo sentido, buscando propor um ideal de mulher cubana, algumas revistas (como a *Revista Mujeres*, da FMC) apresentam uma dupla concepção de mulher cubana: mãe e guerrilheira<sup>30</sup>. Tal concepção também é empregada nos textos sobre Haydée – como dito, uma guerrilheira e uma “mãe” na Casa –, o que demonstra a especificidade dessa representação da mulher “rebelde” cubana, dado as heroínas serem retratadas com aspectos masculinos e femininos<sup>31</sup>.

### A mitificação de Haydée: resultados parciais

Este trabalho refere-se ao desenvolvimento de um ano de uma pesquisa de Iniciação Científica, portanto, aqui iremos apresentar alguns dos resultados parciais alcançados acerca da reflexão do processo de mitificação de Haydée na memória oficial cubana<sup>32</sup>. Constatamos que a mitificação abrange toda a construção de sua trajetória de vida, delineando suas características e desejos. Porém, essa trajetória é marcada por exaltações e omissões de determinados acontecimentos. Constatamos também a presença de certos modelos de comportamento, que remontam às descrições sobre as heroínas latino-americanas desde o século XIX.

Sua família e a boa estabilidade econômica desta<sup>33</sup> são mencionadas quando os autores pretendem realçar seu patriotismo e a organização baseada na divisão de alimentos e objetos. “[Haydée e seus irmãos] fueron criados y educados con profundo amor filial y meticulosamente en el respeto, decencia, honestidad y fervor patriótico<sup>34</sup>”.

No que diz respeito à relação pessoal entre as guerrilheiras, diversos autores enfatizam a “amizade revolucionária” entre Haydée e Melba, mencionando que ambas se conectaram

<sup>29</sup> RIVERO, Mónica. Haydée: morir sin una bala en el rifle. Cuba: *Cuba Debate*, 2014.

<sup>30</sup> SCHACTAE, Andréa Mazurok. “Mulheres guerreiras” e o(s) feminino(s) nas instituições armadas de em Cuba e no Brasil nos anos de 1970 e 1980. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO*, s/d, p. 11.

<sup>31</sup> SCHACTAE, Andréa Mazurok. *Op. Cit.*, 2012, p. 4.

<sup>32</sup> No total de todas as nossas fontes, analisamos 69 textos publicados em sites oficiais cubanos, localizados em: *Revista Mujeres*, *Revista Bohemia*, *Juventud Rebelde*, *Somos Jovenes*, *Cuba Debate*, *CubArte*, *La Ventana*, *Granma* e *La Jiribilla*.

<sup>33</sup> Seu pai, Begnino Santamaría, trabalhava como carpinteiro e capataz numa fazenda de açúcar em Las Villas. RANDALL, Margaret. *Haydée Santamaría, cuban revolutionary: she led by transgression*. EUA: Duke University Press, 2015, pp. 40-1.

<sup>34</sup> ORAMAS CAMERO, Angela. *La pasión llevó a Haydée al Moncada*. Cuba: *CubArte*, 2011.

fortemente uma com a outra logo na primeira vez em que se encontraram em 1952. Essas duas situações representam a ideia de predestinação de Haydée e Melba de se tornarem heroínas.

Sua atuação no ataque ao quartel Moncada é lembrada por todos os autores analisados até o momento<sup>35</sup>. O período em que atuou como guerrilheira é descrito detalhadamente, realçando-se diversos eventos desde a preparação para o ataque, aos assassinatos de entes queridos de Haydée pelos soldados batistianos. Um aspecto curioso é que poucos textos mencionam que Haydée, nos anos finais da luta insurrecional, atuou clandestinamente nos EUA, porém, sem informar o que de fato ela realizou lá. Negligenciam-se, portanto, algumas ações políticas importantes realizadas por ela. A razão para essa omissão ainda está entre nossos objetivos de investigação.

Haydée, que não completou seus estudos seria uma pessoa sensível para a arte, portanto, foi capaz de presidir uma instituição cultural. Ela também é descrita por grande quantidade dos textos analisados como sendo sempre profundamente justiceira, buscando sempre enfrentar situações em que a mesma considerava que não estavam corretas: por exemplo, quando Haydée e Melba queriam participar do ataque de Moncada e os líderes masculinos as impedirem de participar do ataque, no entanto, ambas argumentaram que estavam lutando contra injustiças e não deveriam reafirmar outras<sup>36</sup>. Como também, quando organizou um movimento internacional para libertar alguns artistas presos na Bolívia<sup>37</sup>.

Muitos textos afirmam que Haydée sempre foi profundamente defensora dos ideais de José Martí<sup>38</sup>, algo que teria sido essencial para ser presidente da Casa. Ademais, também constatamos que todos os textos (até então analisados) ressaltam sobre o período em que Haydée foi guerrilheira – e de forma profundamente detalhada –, entretanto, o papel institucional de Haydée é considerado mais importante, devido a sua atuação no campo cultural latino-americano. Para Graziela Pologotti

Para quienes no tuvieron la oportunidad de conocerla personalmente, el nombre de Haydée Santamaría se asocia a un epíteto: heroína del Moncada. Rara vez exploramos en lo profundo del alma de los héroes y lo que los

<sup>35</sup> Com exceção de um texto que realça apenas sobre a Casa e a atuação de Haydée nela. Ver SÁNCHEZ SOLER, Ana Margarita. 55 años de Casa de las Américas. Cuba: *Revista Mujeres*, 2014.

<sup>36</sup> HERNÁNDEZ SERRANO, Luis. *Op. Cit.*

<sup>37</sup> A data deste acontecimento não foi mencionada pela autora. RODRÍGUEZ, Roxana. *Op. Cit.*

<sup>38</sup> José Martí (1808-42), atuante da Guerra de Independência cubana no século XIX, teve grande influência no movimento rebelde liderado por Castro. Considerado um herói em Cuba, Martí se tornou um símbolo contra o colonialismo espanhol e o poderio estadunidense. Assim como, devido suas atuações políticas, sua imagem foi construída na memória cubana como um símbolo de liberdade e união latino-americana. (Sobre a importância da figura de Martí: VILLAÇA, Mariana M. *José Martí*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008).

conduce a arrostrar todos los riesgos y todos los sacrificios. Es el misterio que intenté en vano develar cuando la observaba en los trajines de la Casa de las Américas<sup>39</sup>.

A profunda fidelidade ao Fidel Castro durante toda sua vida, também é enfatizada por diversos autores. Segundo sua filha “muchas veces me dijo que desde el inicio confió en Fidel de forma total<sup>40</sup>”. Tal aspecto nos leva a salientar que os textos não mencionam se Haydée questionou alguma atitude de Castro, como também, nenhum texto trata sobre o que Haydée pensava da aproximação de Cuba com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É como se ela tivesse se “fechado” nas atividades da Casa, sem se preocupar com o que havia além dela. Isto acaba por desvalorizar a atuação política da mesma em uma importante instituição, como a Casa. Além disso, possivelmente, por enfatizarem constantemente que Haydée era como uma “mãe” na Casa, os textos buscam preencher este vazio com a descrição de características sentimentais.

A questão de seu suicídio é controversa no tocante à data do ato. De acordo com Cabrera Infante (1929-2005), o governo cubano divulgou sendo 27 ou 28 de julho de 1980, embora tivesse sido no dia 26 (no 27º aniversário do assalto ao quartel Moncada), algo que posteriormente teria sido revelado, segundo esse autor. Isto se torna mais complexo segundo o relato de Cabrera Infante, de que Fidel não foi ao enterro de Haydée<sup>41</sup>. Desta forma, muitos textos não mencionam seu suicídio e a data. Frequentemente os textos apenas mencionam sua morte, sem especificar que foi um suicídio e, quando realçam, não declaram como ou porque ocorreu. A ideia de “desaparecimento físico” também é constante – isto também sem relatar a forma de sua morte. Transparece a ideia de que se sua alma ainda habita a Casa de las Américas e a própria ilha.

Como foi mencionado, o suicídio de Haydée é constantemente relacionado às suas decepções amorosas, essencialmente, ao assassinato de seu irmão e noivo após o ataque de Moncada, em 1952. Ainda, para Pologotti, a dor que a mesma sentiu durante toda sua vida, teriam se convertido em lealdade aos ideais revolucionários.

Pocos seres humanos han tenido que luchar tanto como ella para preservar el deseo de vivir, de fundar familia, de proseguir en el empeño de construir un mundo mejor para Cuba y para la América Latina toda. Con perversidad macabra, los esbirros del Moncada intentaron pulverizar su alma al mostrarle las pruebas tangibles de las espantosas torturas infligidas a Boris Luis, su

<sup>39</sup> POLOGOTTI, Graziela. Yeyé. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2013.

<sup>40</sup> HART SANTAMARÍA, Celia María. *Op. Cit.*

<sup>41</sup> CABRERA INFANTE, Guillermo. *Mea Cuba*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 208.

novio, y a Abel, el más querido entre todos los hermanos. En el dolor fraguaron pasión y lealtad inquebrantable a los ideales revolucionarios<sup>42</sup>.

Os textos também descrevem que Haydée, posteriormente o assalto ao Moncada, nunca mais teria sido a mesma e, todas as mortes seguintes, como a de Che Guevara em outubro de 1967 e da Celia Sánchez em janeiro de 1980, teriam piorado ainda mais sua saúde psicológica, acarretando em seu suicídio no dia 26 de julho de 1980<sup>43</sup>.

### Considerações finais

O processo de mitificação de Haydée é responsável por consagrar sua imagem como heroína nacional. Considerada uma das heroínas nacionais da Revolução de 1959, Haydée, devido a sua morte trágica – algo não esperado de um herói nacional que “deve morrer” se sacrificando pela pátria –, acarretou numa intensa produção textual que integra parte da memória oficial cubana.

O processo de mitificação de Haydée está interligado com a necessidade de reafirmação da legitimação do decurso revolucionário, demonstrando como a memória oficial cubana busca retratar sua heroína. Na mitologia política, para Girardet, a figura do herói é construída relacionada a diversos símbolos para sua legitimação, e, acompanha as leituras e situações históricas do período em que foi construído e constantemente reafirmado, assim como, o mito político pode estar relacionado com as preocupações políticas do período<sup>44</sup>.

Ao tratar da trajetória de vida pessoal e política de Haydée desta maneira, exaltando determinados acontecimentos e omitindo outros, além de realçar características que tradicionalmente são designadas às mulheres que tiveram alguma atuação política na América Latina, seria essa uma forma da memória oficial cubana de lidar com a morte inesperada e singular de uma de suas heroínas nacionais?

Podemos considerar que o mito político, ligado à noção da imagem do Salvador, pode demonstrar as concepções defendidas por uma sociedade, assim como seus anseios<sup>45</sup>. O processo de mitificação de Haydée, de certo modo, pode demonstrar a preocupação do governo cubano de construir sua história oficial – exaltando uma mulher que jamais, nesse discurso, deixou de acreditar e defender a Revolução e seu líder, independentemente das situações

---

<sup>42</sup> POLOGOTTI, Graziela. *Op. Cit.*

<sup>43</sup> Como, por exemplo, o de ANÔNIMO. Haydée Santamaría: lo tremendo y lo profundo. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2007.

<sup>44</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, pp. 11-2.

<sup>45</sup> *Idem*.

políticas de Cuba ao longo das décadas.

A trajetória de Haydée é construída como se seus atos já a destinassem a se tornar heroína, seja pelo apoio intelectual de seu irmão, seja por causa da estrutura sua família, pela convicção da vitória dos rebeldes e fé em Fidel. Suas atividades na Casa também foram interpretadas como pré-definidas, devido a condição de Haydée como uma martiana e ao fato de que ela era sensível às artes desde a infância. Todas suas ações, ao longo de sua vida, demonstram, por esse discurso, que ela estava pré-destinada a se tornar guerrilheira e presidente de uma instituição cultural. A trajetória de vida de Haydée é pautada, pela memória oficial cubana, por profundos sentimentalismos, recorrentes em toda sua vida. Portanto, podemos aqui identificar a “ilusão biográfica” definida por Bourdieu, quando uma biografia é construída com o objetivo de dar um sentido cabal ao indivíduo<sup>46</sup>.

Desta forma, esta pesquisa pretende compreender historicamente e problematizar os discursos produzidos sobre ela.

### Fontes citadas

- ANÔNIMO. Haydée Santamaría: lo tremendo y lo profundo. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2007.
- ANÔNIMO. “Casa de las Américas, la casa de todos”. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2009.
- GARCÍA, Pedro Antonio. Sensibilidad y pasión hechos mujer: Haydée Santamaría. Cuba: *Revista Mujeres*, n. 623, 2013.
- HART SANTAMARÍA, Celia María. Este, el prólogo. Cuba: *Cuba Debate*, 2005.
- HERNÁNDEZ SERRANO, Luis. Las dos heroínas del 26. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2013.
- ORAMAS CAMERO, Angela. La pasión llevó a Haydée al Moncada. Cuba: *CubArte*, 2011.
- POLOGOTTI, Graziela. Yeyé. Cuba: *Juventud Rebelde*, 2013.
- RIVERO, Mónica. Haydée: morir sin una bala en el rifle. Cuba: *Cuba Debate*, 2014.
- RODRÍGUEZ, Roxana. Haydée, la fundadora. Cuba: *Revista Bohemia*, 2009.
- SÁNCHEZ SOLER, Ana Margarita. 55 años de Casa de las Américas. Cuba: *Revista Mujeres*, 2014.
- SUÁREZ MORENO, Marilys. Haydée y Melba, las compañeras. Cuba: *Revista Mujeres*, s/d.

### Referências bibliográficas

---

<sup>46</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*.



ANÔNIMO. *Biografia de Haydée Santamaría Cuadrado*. Disponível em: [www.encaribe.org/es/article/haydee-santamariacuadrado/210](http://www.encaribe.org/es/article/haydee-santamariacuadrado/210) Acesso em 24/05/17.

AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996, pp. 74-82.

CABRERA INFANTE, Guillermo. *Mea Cuba*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOREJÓN, Idália. *Política y polémica en América Latina: las revistas Casa de las Américas y Mundo Nuevo*. México: Educación y Cultura, Asesoría y Promoción, S.C., 2010.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

RANDALL, Margaret. *Haydée Santamaría, cuban revolutionary: she led by transgression*. EUA: Duke University Press, 2015.

SADDI, Rafael. O ascetismo revolucionário do Movimento 26 de Julho: o sacrifício e o corpo na Revolução Cubana (1952-1958). Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. A revolução cubana e as representações de gênero. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 265-286, jan./jun. 2013.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. “Mulheres guerreiras” e o(s) feminino(s) nas instituições armadas de em Cuba e no Brasil nos anos de 1970 e 1980. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO*, s/d.

\_\_\_\_\_. “Mulheres Guerrilheiras”: gênero e ideal de feminilidade na biografia da cubana Celia Sánchez. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2012.

SWEIG, Julie E. *Inside the Cuban Revolution: Fidel Castro and the urban underground*. EUA: Harvard University Press, 2004.

VASSI, Cássia. A mulher cubana e sua sociedade: da independência à revolução. *Dimensões*, n. 19, NPIH/Ufes, Vitória, 2007, pp. 157-185.

VILLAÇA, Mariana Martins. *José Martí*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.



## Trajectoria e representações políticas do Partido Socialista Popular cubano no ano de 1952

**Ana Paula Cecon Calegari**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: anapccalegari@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo, trataremos a representação feita pelo Partido Socialista Popular (PSP) do cenário político cubano durante o ano de 1952, dando ênfase ao movimento dos partidos nacionais diante das eleições que deveriam ter ocorrido naquela ocasião e a reação dos comunistas frente ao golpe de estado de 10 março de 1952, que colocou o general Fulgencio Batista no poder e marcou o início de uma ditadura. Aqueles acontecimentos foram fundamentais na transformação da trajetória do PSP, em especial quanto às mudanças táticas e programáticas, o que teve fundamental importância no posicionamento político do partido em relação à revolução que se acercava.

**Palavras-chave:** Partido Socialista Popular; Cuba; Trajetória; Projeto Político.

**Resumen:** Este artículo se ocupará de la representación presentada por el Partido Socialista (PSP) de la escena política cubana durante 1952, haciendo hincapié en el movimiento de los partidos nacionales antes de las elecciones que deberían haber tenido lugar en aquel momento y la reacción de los comunistas contra el golpe estado de 10 de marzo de 1952, que colocó el general Fulgencio Batista en el poder y marcó el comienzo de una dictadura. Esos acontecimientos fueron fundamentales en la transformación de la trayectoria de la PSP, en particular con respecto a los cambios tácticos y los programas del partido, que tuvieron una importancia fundamental en la posición política del partido en relación con la revolución que se acercaba.

**Palabras clave:** Partido Socialista Popular; Cuba; Trayectoria, Proyecto Político.

O Partido Socialista Popular (PSP) era a agrupação política dos comunistas cubanos e também a sessão da Terceira Internacional dentro de Cuba, e, como instituição, remontava sua fundação ao ano de 1925, quando o Partido Comunista Cubano (PCC) foi fundado.<sup>1</sup> Desde então, manteve-se ativo no cenário político, ainda que em grande parte deste tempo, estivesse na clandestinidade. Durante a década de 1940, época de normalidade eleitoral e de garantias democráticas, a vida partidária foi bastante ativa, tendo o PSP participado de três pleitos presidenciais, atuando diretamente na administração do executivo nacional entre 1940 e 1944 como parte da coalizão vitoriosa nas eleições, e lançando candidatos próprios em outros momentos.

Quando iniciou-se o ano de 1952, os membros do partido estavam mobilizados em prol das campanhas eleitorais para o senado, a câmara dos representantes (deputados) e a presidência da república que aconteceriam em junho daquele ano. Muitos socialistas populares já haviam

---

<sup>1</sup> O nome do partido foi alterado em algumas situações. Em 1938, com volta da legalidade partidária, o membros do PPC decidiram registrar o *Partido Unión Revolucionaria Comunista*. E em 1944, o nome Partido Socialista Popular foi adotado e permaneceu desta forma até sua dissolução em 1961.

sido lançados como candidatos em algumas cidades e províncias, mas, apesar da mobilização interna, sabiam que a vitória dependia das coalizações. Naquelas circunstâncias a principal bandeira dos comunistas era a necessidade de união dos partidos de oposição para concorrerem numa frente única contra o Partido Autêntico, que estava no poder desde 1944, o ano eleitoral havia começado sem que os arranjos políticos estivessem definidos. As fontes partidárias indicam, por um lado, uma intensa movimentação das agremiações em busca de alianças que garantissem a ocupação das cadeiras senatoriais e de representantes, as negociações quanto a troca de favores e, conseqüentemente, a abdicação de alguns cargos para conseguir apoio, e por outro lado, o isolamento do Partido do Povo Cubano (ortodoxo) e seu esforço para garantir o mínimo de cadeiras possíveis. Dentro deste quadro, o Partido Socialista Popular procurou dialogar com todos os elementos políticos e ainda apregoava a tática de Frente Única Opositorista, defendida pela agremiação desde os anos de 1930. Os socialistas populares pretendiam isolar o Partido Revolucionário Cubano (PRC), também conhecido como autênticos, combater Carlos Prío Socarrás, então presidente de Cuba, e Carlos Hevia, candidato dos autênticos nas eleições. A busca por apoio se direcionava, principalmente, aos ortodoxos, ao *Partido Acción Unitaria* (PAU ou paupistas), *Partido Nacional Cubano* (PNC) e ao *Partido de la Cubanidad*. E o tratamento para cada um deles era bem diferente, o que mostra as intenções partidárias e os vínculos políticos a partir de uma perspectiva pessepista.

A formação da Frente Única estava se desenvolvendo e aproximando o PSP do Partido Ação Unitária e do Partido Nacional Cubano. Por meio dos comitês de bairro, os membros da base dos três partidos realizaram alguns encontros nos quais levantavam a bandeira da frente oposicionista para derrubar o PRC e seu candidato nas eleições. Além da movimentação eleitoral, Angelina Rojas Blaquier destacou que, para os comunistas, a tarefa principal dos comitês não era somente preparar os trabalhadores para a ação de massas, mas sim para o combate ideológico, dada a necessidade “de vencer o inimigo no terreno político e não só no sindical e na luta econômica.”<sup>2</sup> O jornal *Noticias de Hoy* de 10 de janeiro de 1952 anunciava que naquele mesmo dia, os partidos citados acima iriam se reunir no bairro Manuel de la Cruz para firmar uma coalizão eleitoral. Porém, aparentemente, as cúpulas desses partidos não agiam da mesma forma que suas massas. O presidente da PAU na época era Fulgencio Batista e, de acordo com o foi noticiado pelo jornal, as relações dos comunistas com Batista não eram as melhores. O PSP acusava o general de apoiar as ações militares dos Estados Unidos e de

<sup>2</sup> Blaquier, Angelina Rojas. *Historia del primer partido comunista de Cuba*. Tomo III. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010, p. 26.

pretender enviar cubanos para combater ao lado dos estadunidenses na Guerra da Correia. Sobre a representação de Fulgencio, consta no jornal: “Batista confessa que ele não opina sobre os problemas cubanos atendendo a vontade de nosso povo, mas só e, exclusivamente, a vontade do imperialismo ianque, que para ele é dono e soberano. Por isso Batista nos ataca. Por isso, Batista nos provoca e se nega a realizar a frente única...”<sup>3</sup> Em várias ocasiões, políticos cubanos foram representados como “lacaio” dos Estados Unidos, principalmente aqueles partidos (PAU, PRC, PL, PD) considerados pelos comunistas como burgueses ou pequeno-burgueses. O PSP insistia na ideia de que Batista pretendia formar uma coalização que o lançasse como candidato presidencial, que estava decidido de qualquer forma a ser presidente de Cuba e por isso buscava apoio de algumas legendas, indo inclusive à redação de *Notícias de Hoy* em Havana para uma visita.<sup>4</sup> A respeito das ações de Batista naquele cenário, os jornalistas de *Hoy* comentaram, em 26 de fevereiro de 1952, que foi publicado na imprensa estadunidense informações sobre os preparativos de um golpe militar que pretendia colocá-lo no poder, mas como ele mesmo negou a intenção, a notícia foi deixada de lado. A postura do general oscilava entre ataques verbais à inúmeras figuras políticas e entrevistas e troca de cartas que pretendiam firmar acordos eleitoreiros. Apesar dos evidentes conflitos, os comunistas alegavam que aceitariam Batista dentro da Frente Única. Entretanto, na visão do partido, o general ficou cada vez mais isolado do cenário político, após fracassados contatos que objetivavam uma aliança presidencial que o levasse como candidato.

Outro foco das análises partidárias era o PRC (Partido Revolucionário Cubano), os autênticos, aqueles que estava ocupando a presidência do país desde a eleição, primeiro, de Grau San Martín em 1944, e depois de Carlos Prío Socarrás em 1948. O partido era representando como o responsável pelos principais males sociais que o país enfrentava: o gangsterismo, a corrupção, a concentração de terras e a penetração do capital norteamericano na ilha. Ademais, os socialistas populares consideravam a candidatura de Carlos Hevia uma ação em prol do “imperialismo dos Estados Unidos.” Diziam que a vitória autêntica:

[...] significaria a persistência de todos os males que afogam o nosso país nos momentos atuais, desde a submissão vergonhosa ao imperialismo ianque que é a tônica dos líderes autênticos até o roubo desenfreado do tesouro público, passando por atropelos dos trabalhadores, a imposição de dirigentes por

<sup>3</sup> Escalante, Aníbal. *Notas do diretor: quién localiza a quién*. Notícias de Hoy. 10 de Janeiro de 1952, p. 6.

<sup>4</sup> Ver Partido Socialista Popular. *Visita del general Batista a Hoy*. Notícias de Hoy. 1º de fevereiro de 1952, p. 1.

decreto e a invalidação das conquistas sociais e pelo gangsterismo e o crime impune.<sup>5</sup>

A projeção de um governo autêntico era feita com base nos mandatos anteriores de seus presidentes, caracterizados pelos comunistas com o seguinte vocabulário: falsa paz, discriminação racial, desemprego, direitista, reacionário, antinacional, latrocínio, contrabando, diminuição dos salários, facilidades para as companhias imperialistas, e atestavam que estes vícios persistiam dentro daquele partido desde a década de 1930 e, conseqüentemente, a vitória de Hevia implicaria a continuidade dos mesmos. Além disso, foi durante o governo de Grau que ocorreu a divisão do movimento sindical, quando os comunistas perderam a direção da Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC) para a liderança autêntica de Eusebio Mujal. Após este evento, o PSP passou a denunciar o caráter retrógrado das políticas trabalhistas e a falsidade da representação sindical.

Os comunistas também dialogavam e criticavam o Partido do Povo Cubano. Os ortodoxos, como ficaram conhecidos, saíram do Partido Autêntico em 1947 pela iniciativa de Eduardo Chibás e defendiam a linha de isolamento político, a negação de pactos e coalizões e um programa de combate a corrupção e honestidade administrativa. O partido teve um crescimento grande nos primeiros anos de sua existência atraindo parte, principalmente, dos grupos de esquerda dentro da ilha. O PSP apontou para as dificuldades do partido se organizar devido as correntes internas do PPC, que se dividiam entre aqueles que aceitavam coalizões e a presidência do partido, ocupada por Roberto Agramonte, contrária aos pactos políticos. Na representação desta divisão, os comunistas colocavam de um lado os “verdadeiros revolucionários” e as massas ortodoxas que queriam derrubar Prío e, do outro, “os politiqueiros, os oportunistas que querem combinar com as minorias.”<sup>6</sup> Com isso, defendiam que os revolucionários eram aqueles que se dispunham às coalizões, enquanto a linha isolacionista seria responsável pela derrota da oposição por causa de sua negação em realizar acordos. A insistência do PSP numa aproximação com o PPC devia-se ao reconhecimento da adesão popular ao partido, principalmente após o suicídio de Chibás. Blas Roca evidenciou uma das formas como os ortodoxos eram vistos, disse ele:

O PPC foi, em certo sentido, o partido que maior respaldo de massas recebeu na campanha de filiação. Com esse respaldo, com a força de 300 mil filiados,

---

<sup>5</sup> Escalante, Anibal. *Notas do diretor*: El PRC e la comparsa de Hevia. *Notícias de Hoy*, 10 de fevereiro de 1952, p. 1.

<sup>6</sup> Almeida, Arnaldo Escalona. *Política e políticos*. *Notícias de Hoy*. 12 de Janeiro de 1952, p. 4.

com o ardor dos jovens ortodoxos, o PPC pode ser forjador da derrota do governo, o organizador da ação de todo o povo contra o governo.<sup>7</sup>

Na perspectiva do PSP, a derrota do governo dependia da mobilização que os ortodoxos iriam realizar junto à sua massa de votantes e a todo momento os socialistas populares se colocaram disponíveis à uma coalizão com PPC. Como os ortodoxos não respondiam as tentativas de diálogo, os comunistas começaram a conjecturar que aqueles desejavam somente algumas cadeiras senatoriais como a única justificativa para o isolamento do partido e o responsabilizavam pela perda da oportunidade da oposição chegar ao poder.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo, como estratégia, há várias publicações no jornal *Notícias de Hoy* de cidadãos cubanos pedindo a união entre o PSP e o PPC. Qual motivo, senão a vontade dos comunistas de realizar um pacto, levaria o partido a publicar constantemente o clamor popular por aquele ato? A postura do PSP em relação aos ortodoxos foi mudando. Se no começo de 1952, os pedidos pela Frente única eram constantes, em 21 de fevereiro, Arnaldo Escalona escreveu o seguinte:

Se trata de que o Partido Ortodoxo, mesmo sem pactos, propicie a unidade popular se apresenta um programa que atenda as demandas das massas, que seja contrário a política do governo, e se chama com amplitude as forças opositoristas a atuar a fim de fazer possível a derrota do governo nas próximas eleições gerais.<sup>9</sup>

Vê-se que os pessepistas aderem a uma posição de conciliação sem acordos oficiais, o que foi afirmado mais claramente nas resoluções da VII Assembleia do Partido Socialista Popular realizada entre 23 e 24 de fevereiro de 1952. Na linha partidária acertada em assembleia ficou decidido que os comunistas votariam contra o governo no nível do executivo nacional e apoiariam o candidato lançado pelo Partido Ortodoxo, mas votariam nos senadores e deputados do PSP. Outras consignas era fortalecer os comitês de Frente Única já constituídos, ampliar sua luta e aumentar a pressão à ortodoxia para que aquele partido adotasse um programa que atendesse aos anseios populares. Esta proximidade se dava também com o PAU, que aparece no programa partidário como uma força opositorista e é convidado a fazer a mesma coisa que os comunistas defendiam. Apesar dos esforços, nem Agramonte (PPC), nem Batista (PAU) deram sinais de que tinham alguma intenção de se aproximar dos comunistas.

---

<sup>7</sup> Roca, Blas. *La dirección burguesa y las masas*. Notícias de Hoy. 20 de Janeiro de 1952, p. 6.

<sup>8</sup> “Sua será a principal responsabilidade se a frente única não se integra, se não se estabelece alguma fórmula que propicie a unidade das massas populares opositoristas. Se o absurdo isolamento e o jogo minoritário, como poderiam conduzir, a uma repetição de 1948, a imposição, como uma minoria de votos governistas, de uma candidatura presidencial repudiada, o povo terá direito a odiar e maldizer aos responsáveis de tal calamidade.” (Roca, Blas. *La responsabilidad del partido ortodoxo*. Notícias de Hoy, 27 de Janeiro de 1952, p. 6.)

<sup>9</sup> Almeida, Arnaldo Escalona. *Política e políticos*. Notícias de Hoy. 21 de fevereiro de 1952, p. 4.

Na véspera do golpe, em 9 de março, Arnaldo Escalona Almeida escreveu em sua coluna que os líderes do PAU anunciariam naquela semana os tickets senatoriais, destacou que Batista ainda não havia contestado a petição para que não postulasse sua candidatura e assegurou que o general sabia o que o povo queria, isto é, que o governo autêntico fosse derrotado. Na madrugada do dia 10, o exército reunido no acampamento militar de Columbia, em Havana, foi tomado por tropas lideradas por Fulgencio Batista, que logo recebeu a adesão da marinha e da polícia. De lá, enviaram as duas primeiras medidas do regime: suspensão das garantias constitucionais e dissolução do congresso. A partir daí, a tomada efetiva do poder ocorreu sem muitas resistências: Carlos Prío abandonou o Palácio presidencial e fugiu de Cuba uns dias depois, as forças armadas se mantiveram aquarteladas em Columbia e apenas uma parte da sociedade civil e dos partidos se voltou para a condenação do ato. Foram poucas as ações desenvolvidas pela oposição imediatamente ao evento.

Na perspectiva do PSP, desenvolvida nos dias seguintes, o golpe militar de 10 de março havia ocorrido por três motivos: Batista sabia que não venceria as eleições, por isso tomou o poder pela força, os Estados Unidos financiavam golpes e políticos vinculados aos interesses econômicos de Washington e participaram daquela tomada de poder para garantir sua posição na ilha, e a situação política interna marcada pela corrupção, pelo gangsterismo, controle dos sindicatos, acentuada pelo governo de Grau San Martín e Carlos Prío, gerou o golpe.

Em um artigo de novembro de 1951 de Blas Roca publicado na revista teórica do PSP chamada *Fundamentos* e republicado em *Notícias de Hoy* em 13 de março de 1952, o líder socialista acusou os Estados Unidos de fomentarem os golpes de estado na América Latina e a instalação de regimes militares vinculados aos interesses norteamericanos. Apontou para a ação direta de agentes estadunidense no golpe cubano, o que foi motivado, além das causas citadas, pelo “crescimento da autoridade do PSP, o desprestígio de Prío e a ascensão do movimento político ortodoxo de base popular”<sup>10</sup> As dúvidas que o novo cenário gerou levaram os comunistas a se questionarem se o regime de Batista poderia ser pior do que o governo de Prío. Assim que este deixou Cuba, Aníbal Escalante, diretor do jornal partidário, escreveu: “Ninguém quis mover um dedo se isso servia para voltar ao poder o regime podre, corrupto, odiado, que se derrubava” e “por isso é que quando agora tontos” que falam da volta de Prío para restaurar a constitucionalidade, o povo move a cabeça negativamente com ira e com desprezo.”<sup>11</sup> As

<sup>10</sup> Comitê Executivo Nacional do Partido Socialista Popular. *El ‘madrugón’ del 10 de marzo tuvo un largo proceso de gestación*. Notícias de Hoy, 15 de março de 1952, p. 1.

<sup>11</sup> Escalante, Aníbal. *Notas do diretor: nadie lo siente*. Notícias de Hoy, 14 de março de 1952, p. 4.



palavras de Escalante mostram os aspectos da representação do governo autêntico que os comunistas privilegiavam, sempre enfatizando a desvinculação entre a vontade popular e as ações dos representantes políticos. Além disso, acreditavam que em meados de fevereiro ficou evidente que nem Hevia nem Batista ganhariam as eleições, mas sim Roberto Agramonte. De acordo com a documentação, Prío e alguns políticos próximos a ele viram como única saída a realização de um golpe de estado. Batista, por sua parte, também viu como única solução para alcançar o poder efetuar um golpe “preventivo” para evitar a permanência dos autênticos na presidência. Então, outra motivação do 10 de março foi evitar “mudanças profundas e importantes na orientação do país” provocada pela possível vitória dos ortodoxos e colocar Batista no poder para ele pudesse reagrupar as forças políticas e organizar eleições fraudulentas com o resultado predeterminado.

Após o golpe, o *Notícias de Hoy* foi inundado com conteúdo político. Os espaços das propagandas diminuíram para dar lugar a análises de comunistas que quase não apareceram nos meses anteriores. Estes se esforçaram para denunciar o caráter autoritário do golpe, as falácias do discurso político de Batista e de seus assessores, narraram as ações da polícia contra militantes e sedes dos partidos e acusavam a todo o tempo os Estados Unidos de estarem por detrás do golpe e das mazelas sociais que se estendiam por décadas de contato econômico e diplomático entre a ilha e o Pentágono. Consideravam que o golpe havia gerado uma mudança de homens no poder, mas não de procedimentos, pois os problemas sociais não foram resolvidos, mas pioraram. Durante aquele ano, o novo regime realizou mudanças significativas na estrutura política de Cuba. Batista outorgou os ‘estatutos,’ um corpo de leis que substituiu a constituição de 1940 e os políticos que não juraram ao documento tiveram seus mandatos cassados. Criou ainda um novo código eleitoral, que obrigava os partidos a se reorganizarem somente se tivessem 6% de filiação do eleitorado nacional. Após o fechamento definitivo do congresso nacional, instituiu-se um conselho de ministros com faculdades executivas e legislativas e um conselho consultivo com 52 membros. Além disso, o governo proibiu reuniões, assembleias e manifestações políticas, e suspendeu as transmissões políticas nas rádios.

A perspectiva tática dos comunistas continuou sendo a formação da frente única, não mais para participar das eleições, muito menos para pedir o retorno do governo autêntico, mas sim para lutar pelo crescimento do movimento popular e pelas eleições ainda naquele ano. A linha partidária para enfrentar a situação incluía as seguintes demandas imediatas:



Restituição plena da constituição, restabelecimento das garantias constitucionais, respeito ao congresso e suas prerrogativas e funções, dissolução efetiva das organizações de gangsteres e prisão dos gangsteres, democracia para os trabalhadores a fim de que possam sem imposições, nem interferências governamentais, sacudir as diretivas que lhes foram impostas e escolher, mediante o voto democrático, seus dirigentes; respeito ao direito de greve e de luta dos trabalhadores por suas reivindicações, direitos e seu melhoramento; respeito a autonomia municipal; convocatória das eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral para antes de setembro, a fim de evitar o fechamento do congresso e rechaçar as fórmulas que se propõem de prorrogar seus termos aos representantes e senadores.<sup>12</sup>

Para os socialistas populares, estas consignas só seriam possíveis mediante duas condições: a realização da frente única e o convencimento das massas de aceitarem o programa e lutar contra o governo. Quando, em junho, o PPC, o PRC e a FEU (Federação dos Estudantes Universitários) lançaram na imprensa manifestos pedindo que Batista entregasse a presidência e a formação de um governo neutro, os comunistas acusaram o caráter reacionário e pró-imperialista dessa medida, alegando que estava desvinculada da vontade das massas e era ineficiente para resolver os problemas do país.<sup>13</sup> Diziam que o caráter burguês e pequeno burguês de tais agrupações era responsável pelo privilégio de ação das elites políticas em detrimento das massas, representadas como a causa do medo daqueles partidos. Durante o ano de 1952, outras tentativas de formação de um governo neutro foram levadas a cabo por Cosme de la Torriente<sup>14</sup> e por alguns órgãos de imprensa,<sup>15</sup> que passaram a mobilizar a oposição em favor de uma coalizão de partidos que deveria sentar-se com Batista e chegar a uma solução para a crise política.

Outra possibilidade levantada no cenário nacional foi a organização de intentonas encabeçadas por alguns elementos políticos, com base em boatos de que Carlos Prío organizava um golpe de Estado desde os Estados Unidos e com o apoio dos norte-americanos. Sobre esta estratégia, os socialistas populares a representaram como projetos personalistas, revanchistas,

---

<sup>12</sup> Partido Socialista Popular. *El 'madrugón' del 10 de marzo, sus orígenes, sus objetivos e sus perspectivas*. Resolução da Comissão Executiva Nacional do PSP. Documentos do PSP. Para a Frente única de Massas para Salvar a Cuba, 1952, p. 13.

<sup>13</sup> Roca, Blas. *La lucha en el PPC por un pacto con los auténticos y la necesidad del Frente Único*. Revista Fundamentos, Agosto de 1952, p. 684

<sup>14</sup> Participou da guerra de independência de Cuba de 1895 e iniciou sua carreira política no início do período republicano. Durante a ditadura de Batista, criou a *Sociedad de los amigos de la República*, organização que objetivava conseguir uma mediação entre as forças da oposição e Fulgencio Batista.

<sup>15</sup> Participaram da mobilização para a formação do *Bloque de la prensa* os jornais *Diario de la Marina*, *El Mundo*, *Información* e *Carteles*.

aventureiros, que representavam anseios sem princípios, “disposto a varrer os últimos vestígios de organização democrática e de respeito a vontade popular.”<sup>16</sup> E sustentavam que:

O caminho de Cuba não está nem no contragolpe aventureiro nem na transação conciliadora que os dirigentes autênticos e ortodoxos apresentam como a única alternativa. O caminho de Cuba se encontra da unidade das massas e na coordenação das atividades da classe obreira, os estudantes, os ortodoxos, autênticos, democratas, liberais e cubanos de todas as ideias.<sup>17</sup>

A tática partidária não mudou com o golpe de Estado. Continuaram acreditando na formação de uma Frente Única de Massas e assim como antes foram rechaçados pelas forças políticas nacionais quando sugeriam a formação da frente. Passaram a condenar táticas que não fossem pacíficas e que não tivessem como objetivo o retorno da legalidade democrática e constitucional. No decorrer do segundo semestre, algumas fórmulas de conciliação política foram tentadas por grupos políticos e civis, o PSP condenou todas as tentativas e se empenhou em desmobilizar a opinião pública contra os demais partidos. A raiz de suas denúncias estava na acusação de submissão dos políticos ao imperialismo yanque e a reação dos mesmos se as massas assumissem a frente do processo histórico de derrubada do governo e, com isso, acusava as demais organizações de reacionárias, submissas e mediacionistas.

A partir de setembro de 1952, várias greves sacudiram o país e os comunistas as interpretavam como o aguçamento da luta de classes, o aumento da consciência dos trabalhadores, o que abria caminho e dava ensejo a formação da Frente. Porém, tais perspectivas não se concretizaram, a repressão ao movimento dos trabalhadores ficou cada vez mais violenta e as ações do SIM (Serviço de Inteligência Militar) se voltavam para as prisões e perseguições ao partido devido a sua defesa e seu estímulo constante à luta trabalhista. Naquele mesmo semestre, o partido enfrentava problemas financeiros e acusava o governo cubano e estadunidense de sufocarem seus meios de comunicação, por exemplo, ameaçando comerciantes que anunciavam no jornal *Notícias de Hoy*, além dos assaltos às sedes do partido em vários municípios. Por volta de maio, o PSP iniciou uma campanha de arrecadação a fim de evitar que o citado jornal saísse de circulação. Como causas desta crise, os comunistas também alegaram a negação dos fornecedores de vender o papel comprado nos anos anteriores e que naquelas circunstâncias os custos de impressão eram maiores que o valor do jornal. A situação

---

<sup>16</sup> Partido Socialista Popular. *Todos unidos para impedir los golpes aventureiros! Denunciamos todas las intenciones golpistas como perjudiciales al Pueblo*. Notícias de Hoy, 4 de outubro de 1952, p. 4.

<sup>17</sup> Partido Socialista Popular. *Condena el Partido Socialista Popular la aventura contragolpista del Dr. Prío*. Notícias de Hoy, 3 de dezembro de 1952, p. 6.

ficou ainda pior quando os vereadores, prefeitos, deputados e senados do PSP foram destituídos de seus cargos ao não jurar os estatutos de Batista. Parte do salário desses representantes ia para o fundo partidário, e conseqüentemente, a ação do governo acabou com esta fonte de renda.

Na perspectiva de Angelina Rojas Blaquier dois fatores foram decisivos para delimitação do comportamento político dos socialistas populares, além, é claro, da orientação tática concebida de acordo com o movimento comunista internacional. O primeiro deles é o isolamento do cenário político e a negação dos grupos burgueses de se aproximarem do PSP. E o segundo é o anticomunismo crescente dentro do continente no início da Guerra Fria e latente em Cuba devido às relações políticas muito próximas dos governos cubanos com os Estados Unidos. Além destas questões, Rojas apontou a difícil situação do movimento sindical, em especial da CTC, *lócus* de ação histórica dos comunistas, ocupado por Eusebio Mujal e vinculado aos autênticos, o que dificultava a organização dos trabalhadores.<sup>18</sup>

Sobre o isolamento do PSP, Cariedad Massón Sena também comentou, além das questões já citadas, que a prisão, a repressão e o assassinato hostilizavam os militantes do partido, existiam dúvidas sobre a potencialidade e a viabilidade de um poder comunista próximo aos Estados Unidos, além de certo repúdio e incompreensão em uma parte dos cubanos a respeito da aliança política estabelecida entre os socialistas populares e Batista nas eleições de 1940.<sup>19</sup> Esta preocupação, aparentemente, também era compartilhada pela embaixada estadunidense, que em 22 de março de 1952, remeteu um memorando escrito pelo embaixador Beaulac, relatando uma entrevista com o Ministro do Exterior Miguel Angel de la Campa, o qual, ao ser inquerido sobre uma possível aproximação entre Batista e o PSP, respondeu que o governo provisional e ele mesmo fariam o que fosse preciso para eliminar a liberdade e os privilégios que os comunistas tinham adquirido em Cuba.<sup>20</sup>

O golpe de Estado de Batista provocou grandes mudanças nos arranjos políticos, os quais foram percebidos e constantemente avaliados pelos socialistas populares. Para o PSP, a ilegalidade e posteriormente a aprovação do código eleitoral impossibilitaram sua reorganização e participação nas eleições que ocorreram em 1953, de modo que permaneceram na clandestinidade até janeiro de 1959. Além disso, as perseguições, prisões arbitrárias e toda

<sup>18</sup> Blaquier, Angelina Rojas. *Historia del primer partido comunista de Cuba*. Tomo III. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010, p. 32.

<sup>19</sup> Sena, Caridad Massón. *O Partido Socialista Popular y la Revolución Cubana*. Revista Caliban, n° VII, abril-junio, 2010.

<sup>20</sup> *Memorandum of Conversation, by the Ambassador in Cuba*. 737.02/3-2452. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d326>. Acesso em 24 de Junho de 2017.

uma série de dificuldades foram impostas aos militantes. Ao menos em 1952, apesar de todo infortúnio que se abateu sobre a vida política nacional, os socialistas populares desempenharam um trabalho constante de denúncia do regime, de conscientização das massas, de destaque aos problemas cubanos, de fomento às ações partidárias e, a despeito de não terem respondido aos chamados para a formação de um governo neutro, já que acreditavam que esta não era a saída da crise política, se mantiveram abertos ao diálogo com os demais partidos e levantaram bandeiras progressistas diariamente em *Notícias de Hoy*, que, mesmo com dificuldades econômicas, não deixou de ser publicado um dia sequer durante aquele ano.

### Bibliografia

Almeida, Arnaldo Escalona. *Política e políticos*. Notícias de Hoy. 12 de Janeiro de 1952.

Almeida, Arnaldo Escalona. *Política e políticos*. Notícias de Hoy. 21 de fevereiro de 1952.

Blaquier, Angelina Rojas. *Historia del primer partido comunista de Cuba*. Tomo III. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010.

Comitê Executivo Nacional do Partido Socialista Popular. *El 'madrugón' del 10 de marzo tuvo un largo proceso de gestación*. Notícias de Hoy, 15 de março de 1952.

Department of State. *Memorandum of Conversation, by the Ambassador in Cuba. 737.02/3-2452*. Foreign Relations Of The United States, 1952-1954, The American Republics, Volume IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d326>. Acesso em 24 de Junho de 2017.

Escalante, Aníbal. *Notas do diretor: El PRC e la comparsa de Hevia*. Notícias de Hoy, 10 de fevereiro de 1952.

Escalante, Aníbal. *Notas do diretor: nadie lo siente*. Notícias de Hoy, 14 de março de 1952.

Escalante, Aníbal. *Notas do diretor: quién localiza a quién*. Notícias de Hoy. 10 de Janeiro de 1952.

Partido Socialista Popular. *Condena el Partido Socialista Popular la aventura contragolpista del Dr. Prío*. Notícias de Hoy, 3 de dezembro de 1952.

Partido Socialista Popular. *El 'madrugón' del 10 de marzo, sus orígenes, sus objetivos e sus perspectivas*. Resolução da Comissão Executiva Nacional do PSP. Documentos do PSP. Frente única de Massas para Salvar a Cuba, 1952.

Partido Socialista Popular. *Todos unidos para impedir los golpes aventureiros! Denunciamos todas las intentonas golpistas como perjudiciales al Pueblo*. Notícias de Hoy, 4 de outubro de 1952.

Partido Socialista Popular. *Visita del general Batista a Hoy*. Notícias de Hoy. 1º de fevereiro de 1952.

Roca, Blas. *La dirección burguesa y las masas*. Notícias de Hoy. 20 de Janeiro de 1952.

Roca, Blas. *La lucha en el PPC por un pacto con los auténticos y la necesidad del Frente Único*. Revista Fundamentos, agosto de 1952.

Roca, Blas. *La responsabilidad del partido ortodoxo*. Notícias de Hoy, 27 de Janeiro de 1952.

Sena, Caridad Massón. *O Partido Socialista Popular y la Revolución Cubana*. Revista Caliban, nº VII, abril-junio, 2010.

## Augusto César Sandino e a luta de classes na Nicarágua

Igor Santos Garcia

Mestrando

PPGHIS UFMG

E-mail: igorsangarcia@gmail.com

**Resumo:** A experiência guerrilheira comandada por Augusto César Sandino na Nicarágua entre os anos de 1926 e 1934, bem como o pensamento político de seu líder, foi apropriada pela organização guerrilheira nicaraguense fundada na década de 1960. A Frente Sandinista de Libertação Nacional, como indica a própria nomenclatura, inspirou-se na guerrilha anterior e se propôs, a partir da produção intelectual de seus militantes, a reler a história nacional a partir da influência do marxismo. Assim sendo, identificou no movimento sandinista fundador o acirramento da luta de classes na Nicarágua e também as origens da luta contra o imperialismo norte-americano.

**Palavras-chave:** Sandinismo; Frente Sandinista de Libertação Nacional; História da Nicarágua.

**Resumen:** La experiencia guerrillera comandada por Augusto César Sandino en Nicaragua entre los años 1926 y 1934, así como el pensamiento político de su líder, fue apropiada por la organización guerrillera nicaragüense fundada en los años 1960. El Frente Sandinista de Liberación Nacional, como indica su nomenclatura, se inspiró en la guerrilla anterior y se propuso, a partir de la producción intelectual de sus militantes, a releer la historia nacional bajo la influencia del marxismo. Así que, identificaron en el movimiento sandinista fundador el agravamiento de la lucha de clases en Nicaragua y también los orígenes de la lucha contra el imperialismo norteamericano.

**Palabras-clave:** Sandinismo; Frente Sandinista de Liberación Nacional; Historia de Nicaragua.

### Introdução

O artigo tem como objetivo principal analisar o resgate da ideologia de Augusto César Sandino pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Interessa-nos, sobretudo, o papel de destaque dado à condição classista da luta de Sandino identificado na produção intelectual da FSLN. Para tanto, dois textos serão, doravante, utilizados como objeto de interpretação.

Os textos selecionados foram escolhidos pelo fato de, a partir do conhecimento documental referente à FSLN, serem considerados referências dentro da produção intelectual sandinista. O caso mais emblemático é o livro *Nicaragua: Imperialismo y Dictadura* do comandante da revolução Jaime Wheelock, identificado como referência quase obrigatória para a intelectualidade sandinista, sendo sempre citado em referências bibliográficas. O motivo, nos parece, é sua autoridade, digamos, de nascença, pois consiste em uma análise sistemática da dinâmica econômica nicaraguense desde o período pós-colonial até a ditadura somozista. Outro texto considerado uma importante referência é *Viva Sandino*, de Carlos Fonseca Amador. O

ensaio foi escrito antes do triunfo revolucionário em 1979 e talvez tenha sido o primeiro esforço de resgate do pensamento de Augusto C. Sandino.<sup>1</sup>

Propomos, afinal, uma análise dos textos mencionados que procure ressaltar o papel classista do movimento guerrilheiro de Sandino, atuante entre os anos 1926 e 1934. A guerrilha em questão se desenvolveu a partir da guerra civil entre liberais e conservadores na Nicarágua e a subsequente intervenção militar norte-americana. O objetivo central do trabalho é demonstrar como a Frente Sandinista buscou na experiência de Sandino uma fonte de legitimação de sua defesa do socialismo. Ora, reler a história nacional a partir de uma ótica marxista garantiu à FSLN legitimação e afirmação de uma identidade política, que no caso do sandinismo passa, inexoravelmente, pela defesa do socialismo.

A seguir, abordaremos as obras já mencionadas, com a ressalva de que esse pequeno trabalho não se propõe a realizar um estudo completo de cada uma, devido às suas extensões. Nos comprometemos, no entanto, em trazer à tona os aspectos principais em que cada uma faz alusão ao papel classista da guerrilha das décadas de 20 e 30. Analisaremos cada texto separadamente, para que seja possível uma breve discussão acerca do contexto de produção, usos recorrentes etc.

### **Nicaragua: Imperialismo e Dictadura**

Publicado originalmente em 1975, pela editora Siglo XXI, no México, *Imperialismo y Dictadura* tornou-se uma grande referência para o estudo da história da Nicarágua, tanto para os próprios sandinistas, quanto para estudiosos estrangeiros. É, como já dissemos anteriormente, uma referência quase obrigatória quando se estuda o país do sandinismo. Foi escrito antes do triunfo revolucionário de 1979 e, portanto, não pôde, em sua primeira edição, ser publicado na Nicarágua, a essa altura sob o jugo da ditadura de Anastasio Somoza Debayle. O autor, Jaime Wheelock Román, foi um dos nove comandantes da direção nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional e o líder da chamada Tendência Proletária<sup>2</sup>. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais nas Universidades da Nicarágua e do Chile e possui pós-graduação e mestrado nas universidades do Chile e Harvard, respectivamente. O livro em si se

---

<sup>1</sup> As referências completas das obras encontram-se no final do artigo, nas referências bibliográficas.

<sup>2</sup> A FSLN, a partir de 1976, ano da morte do líder máximo do partido, Carlos Fonseca Amador, sofreu sérios problemas de unidade. Três tendências internas passaram a trabalhar de maneira relativamente autônoma, só ocorrendo a restauração de comando em 1979, ao que tudo indica, com a ajuda de Fidel Castro em Cuba. As três tendências eram: Tendência Proletária, Tendência Guerra Popular Prolongada e Tendência Insurrecional ou “Terceirista”. Após a unidade em 1979, uma direção nacional foi organizada, composta por nove membros, os chamados Comandantes da Revolução, sendo três de cada tendência.



dedica principalmente à análise econômica nicaraguense, iniciando a proposta em meados do século XIX com a expansão do cultivo de café. Destaca-se por fazer uso de ampla base de dados, com extensas notas de rodapé e grande utilização do recurso de tabelas. Não se restringe apenas a isso, no entanto, dando atenção também às condições sociais subsequentes ao contexto econômico e as implicações políticas do imperialismo. Assim sendo, transita da análise econômica, preponderante, às reflexões sobre a sociedade e o cenário político.

Já na introdução do livro, Wheelock demonstra que pretende situar a Nicarágua na história da América Latina, pois, assim como os demais países latino americanos, suporta as sequelas da dominação colonialista e da presença do imperialismo. Propõe, entretanto, que alguns fatores distintos dariam à Nicarágua uma “fisionomia singular”, sendo eles:

Las sangrientas y constantes intervenciones armadas norteamericanas que se remontan desde meados del siglo XIX [...] y por otra parte, los cuarenta años de dictadura militar ininterrumpida que sufre el país, cuyo carácter feroz no tiene paralelo en la historia de los pueblos americanos. Um tercer factor, secundario pero curioso, lo constituye la extraordinaria continuidad de los grupos aristocráticos locales, cuyo mimetismo les ha permitido controlar significativas cuotas de poder local desde los tiempos de la colonia española. (WHEELLOCK ROMÁN, 1980, p. 09)

A atenção às singularidades da história da Nicarágua é o ponto de partida para o estudo proposto. Legítima, se é que estudos desse tipo tem essa necessidade, uma análise minuciosa da sociedade nicaraguense, que será desenvolvida pelo autor a partir da formação do capitalismo na economia nacional. Aí se encontra o primeiro ponto que desejamos discutir, pois apesar de não estar diretamente relacionado com a ideologia de Augusto César Sandino, trata, como veremos, da formação do proletariado rural na Nicarágua e do imperialismo.

No regate da ideologia de Sandino feito pela FSLN muito se destaca a filiação classista de sua guerrilha. O estudo de Jaime Wheelock, portanto, dá essa grande contribuição à intelectualidade sandinista, pois demonstra como a guerrilha sandinista pôde se desenvolver já no seio de um proletariado rural definido em oposição à aristocracia nacional. Para compreender a formação do proletariado, o autor se volta para a formação da economia agroexportadora sedimentada pela cultura do café. A produção cafeeira teve início em meados do século XIX e se generalizou nos últimos anos do mesmo século. Como reflexo mais imediato, são apontadas as reformas dos regimes de propriedade de terra e a inserção da Nicarágua no sistema de dominação capitalista, a partir de sua relação definitiva com o mercado mundial. Em suma,

Desde que se introdujo el café en Nicaragua, y a partir de su incidencia como cultivo para el comercio exterior, ocurren una serie de fenómenos económicos

y sociales que venieron a modificar la estructura productiva del país, dando lugar a cambios correlativos en el orden político, social y cultural. (WHEELLOCK ROMÁN, 1980, p. 15)

A importância da inserção definitiva da Nicarágua no mercado mundial a partir da produção cafeeira tem reflexos sociais e políticos intrinsecamente ligados ao papel político da guerrilha sandinista das décadas de 20 e 30. Se por um lado o café permitiu uma melhor competitividade da economia nicaraguense no cenário internacional, além de impulsionar a modernização produtiva, por outro, intensificou a dependência econômica e política do país centro-americano. Nas palavras do autor:

La burguesía agrícola nacida con el café no puede desligarse, en el sentido de su existencia y su reproducción como clase, de los fuertes nexos con el exterior [...] profundizando en lo económico la abierta dominación que en orden político-estratégico pesaba sobre Nicaragua...(WHEELLOCK ROMÁN, 1980, p. 20)

Por outro lado, a agricultura cafeeira e suas consequências acabaram por estabelecer uma nova configuração social no campo. São aspectos importantes desse processo o surgimento de uma burguesia rural latifundiária e a formação de um proletariado agrícola, como diria Karl Marx (1985), “livre como os pássaros”. A formação do proletariado rural e a intensificação da dependência nicaraguense, ou seja, os males do imperialismo, são dois dos aspectos mais relevantes no resgate da ideologia de Sandino pela FSLN. Por um lado, exalta-se sua luta contra o imperialismo, materializada no combate direto contra as tropas norte-americanas invasoras e suas ideias relacionadas à soberania nacional. Por outro, a filiação de classe do movimento liderado por Augusto C. Sandino é constantemente trazido à tona, procurando assim demarcar o antagonismo com as elites oligárquicas da Nicarágua. Não seria possível a Sandino lutar ao lado do proletariado nicaraguense se este não existisse objetivamente. A conclusão parece óbvia, e em alguma medida é, naturalmente. Entretanto, analisando sob o aspecto político, reivindicar uma classe operária em um determinado tempo histórico é claramente buscar uma legitimação teórica da luta de classes. A classe para si, como sabemos, só pode existir quando existe em si. Consideramos, assim, essa contribuição de Jaime Wheelock como chave para o resgate da ideologia de Sandino pela Frente Sandinista. Esse estudo pôde garantir uma referência segura e de certa autoridade a estudos que levassem em conta a dinâmica da luta de classes na história da Nicarágua e dos malefícios do imperialismo. Por isso, permitiu, e de certa forma moldou, uma interpretação específica da conjuntura imediatamente anterior à formação do Exército Defensor da Soberania Nacional encabeçado por Sandino, garantindo papel de

destaque a ação do imperialismo na economia e os reflexos do mesmo na configuração social do país.

No próprio livro, mais à frente, especificamente em um item intitulado *Un ejército del pueblo contra la oligarquía y el imperialismo*, a visão de Sandino como catalisador das contradições de classe já pode ser claramente identificada. O título da seção demonstra isso, pois chama a guerrilha sandinista de “exército do povo”, numa clara demarcação de classe em oposição à oligarquia e ao imperialismo. Esta visão, como veremos, será intensamente retomada na produção intelectual sandinista. Wheelock, ao analisar a guerra oligárquica na qual Sandino participou, entre 1926 e 1927, já considera o destacamento guerrilheiro sandinista motivado por pretensões políticas distintas do comando burguês. Diz que apesar do fato de Sandino não encontrar “razón contraria para insertar su destacamento dentro de esta lucha antigobierista”, a luta de seu grupo foi sempre “protagonizada por las clases explotadas y oprimidas” (WHEELLOCK ROMÁN, 1980, p. 121). Para o autor, Sandino soube sempre utilizar sua visão classista para enfrentar o imperialismo norte-americano. Assim sendo, escolheu combater, ao que tudo indica com consciência política e militar, em uma zona geográfica que lhe garantisse condições para o enfrentamento com tropas imensamente superiores, os *marines* norte-americanos. Segundo essa ideia, foi a consciência de classe do General que determinou a escolha da região de *Las Segovias* como sua área de influência guerrilheira, pois assim obteve grande apoio dos camponeses locais. Sobre a região, diz o autor:

[...] las condiciones económico-sociales en estas zonas, desde los tiempos de expansión cafetalera eran las más crudas y difíciles para los trabajadores del campo. Además de las expropiaciones masivas que se venían realizando con más énfasis desde la expedición de la ley agraria de 1877, a este campesinado se le sometía periódicamente al reclutamiento forzoso para el trabajo en los cortes de café y en haciendas de la oligarquía tradicional... (WHEELLOCK ROMÁN, 1980, p. 121)

De maneira geral, acreditamos ter apresentado com relativa atenção os pontos principais em que a obra realiza o resgate classista da experiência de Augusto C. Sandino. Seria possível apontar outras referências, entretanto, a análise completa do livro não é o objetivo principal do artigo. Basta chamar atenção para um último ponto: o título do livro, *Imperialismo y dictadura*. A leitura completa nos faz concluir que a ditadura somocista, com a qual lutou a FSLN a partir de 1960, é vista pelo autor como um desdobramento do imperialismo localizado na formação do capitalismo nicaraguense. Assim sendo, a ditadura que a FSLN pretendia derrubar, nada mais era que a continuidade do imperialismo com o qual lutou Sandino, dando à luta da Frente

Sandinista nas décadas de 60 e 70 o caráter de continuidade da luta empreendida anos antes contra a invasão norte-americana.

### **Viva Sandino**

Como dito na introdução, o texto de Carlos Fonseca Amador foi provavelmente o primeiro ensaio sobre Sandino escrito na Nicarágua<sup>3</sup>. O autor foi um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional em 1960 e também seu principal dirigente. Até sua morte em 1976 (em combate guerrilheiro), Fonseca Amador foi secretário geral da FSLN e o líder incontestável da organização. O ensaio *Viva Sandino* foi escrito enquanto o autor vivia clandestinamente, devido à perseguição política e, por isso, só pôde ser publicado após o triunfo revolucionário. Trata-se de um ensaio histórico que visava apresentar a luta de Augusto C. Sandino e também discutir as origens do imperialismo na Nicarágua. Destaca-se pela linguagem simples e o teor panfletário, que mitificou Sandino como herói nacional e exemplo máximo de patriotismo e moral revolucionária.

A principal preocupação de Carlos Fonseca com o texto foi a de apresentar Sandino como herói nacional e situá-lo em uma história de resistência latino-americana. Chama atenção, primeiramente, para o fato de que o revolucionário nicaraguense era uma referência na história da América Latina, sendo muito valorizado pelos revolucionários cubanos, por exemplo. Para o autor, o estudo de Sandino era como uma obrigação para os revolucionários nicaraguenses, pois, para ele, conhecer a história nacional era o primeiro passo para qualquer organização revolucionária. Tinha conhecimento sobre o livro sobre Sandino escrito pelo argentino Gregório Selser e sobre isso, diz:

A referência ao nome do autor argentino leva a uma necessária dedução: durante longos anos, os próprios nicaraguenses ignoraram a si próprios. Talvez estejamos começando a recobrar a noção de nós mesmos, em consequência do início da nova batalha pela libertação cuja primeira vitória teve Cuba como cenário (FONSECA AMADOR, 2008, p. 27).

Conforme o trecho citado acima é possível notar que o ensaio destinava-se a apresentar Sandino aos militantes da FSLN segundo uma ótica revolucionária. Para isso, Carlos Fonseca buscou destacar pontos da história de Sandino (e seu movimento guerrilheiro) de maneira a ressaltar sua filiação de classe. Mais que um herói nacional, a figura do revolucionário

---

<sup>3</sup> Um livro anterior sobre Augusto César Sandino, bastante conhecido, foi publicado em 1956, na Argentina. *Sandino, general de homens livres*, de Gregório Selser serviu como primeira leitura sobre a guerrilha sandinista para muitos comandantes da FSLN. Entretanto, não há relatos de sua circulação na Nicarágua enquanto vigorou a ditadura somozista, pelo menos oficialmente.

nicaraguense é construída pelo autor a partir de uma lógica classista. Assim sendo, Fonseca não pôde deixar de notar na biografia de Sandino um indicativo de seu pensamento político:

As rajadas do vento proletário do outubro bolchevique, já tênues ao chegar às distantes latitudes americanas, chegam a Veracruz, principal porto mexicano no Atlântico, perto do qual, em Cerro Azul, trabalha e sonha Sandino. Embora não se possa dizer que outubro tenha sido determinante no caminho que ele viria a escolher, é inegável que o espírito proletário, que, pela primeira vez, espalhou-se pelo planeta, perpassou seu sensível coração operário-camponês (FONSECA AMADOR, 2008, p. 52).

De maneira similar ao trecho supracitado, em vários momentos Carlos Fonseca procura adjetivar Sandino com relação à sua condição dentro da sociedade de classes. Naturalmente, a imagem construída, ao final, é bastante conectada com a dinâmica da luta de classes. O herói nicaraguense, por fim, é sempre tratado como um proletário, camponês ou operário. Conseqüentemente, a luta liderada por Sandino, direta ou indiretamente, é apresentada em relação a esse mesmo pressuposto: uma luta entre classes.

A história do movimento guerrilheiro sandinista é também colocada pelo autor no esquema marxista. Se por um lado Sandino, proletário, lutou pelo povo, seus inimigos eram burgueses, aristocráticos e filiados ao imperialismo. Ao citar a chamada “Traição de Espino Negro”<sup>4</sup>, Carlos Fonseca indica que apenas o movimento popular poderia ser considerado revolucionário na Nicarágua, pois a traição “sepultaria como classe revolucionária a burguesia nacional da Nicarágua, que optou por se associar às classes feudais e reacionárias, fundindo-se indissolúvelmente com elas” (FONSECA AMADOR, 2008, p. 57). Segundo o autor, o próprio assassinato de Augusto C. Sandino em 1934 poderia ser visto como acontecimento representativo da luta de classes, uma vez que a “cumplicidade unânime dos oligarcas no assassinato do herói nacional, ao mesmo tempo em que expressava “a asquerosa submissão ao amo imperialista”, indicava “o ódio que professavam aos oprimidos e explorados da Nicarágua” (FONSECA AMADOR, 2008, p. 99).

O ensaio escrito por Carlos Fonseca, apesar de panfletário, teve também objetivo de revisar a história nacional. Nesse sentido, além de exaltar a figura de Augusto César Sandino, procurou refletir sobre toda a história da Nicarágua. O autor, portanto, inscreve os movimentos sandinistas – tanto o de Sandino como o da FSLN – dentro de um processo histórico que remonta ao passado colonialista. A regressão ao período colonial permite, em sua retórica

---

<sup>4</sup> Ocorrida em 04 de maio de 1927, a chamada Traição de Espino Negro é o momento em que as forças aristocráticas que lutavam contra a invasão norte-americana (junto com Sandino) decidiram depor as armas após um acordo. Dessa data em diante, a guerrilha sandinista lutou sozinha contra as tropas invasoras.

própria, a construção de uma narrativa que apresenta aos militantes revolucionários uma concepção muito bem demarcada do antagonismo de classes no país centro-americano. Por um lado as classes subalternas, majoritariamente camponesa, e por outro, uma elite aristocrática que desde os tempos mais remotos se reproduzem como classe dominante.

O texto *Viva Sandino*, por fim, tem suma importância para o sandinismo. Provavelmente, vários militantes foram formados politicamente a partir de uma narrativa que, se não fosse essa própria, era de uma natureza muito similar. Como sabemos, Carlos Fonseca Amador, até sua morte, ditou a direção política ideológica da FSLN e, portanto, seu principal escrito sobre Sandino a guerrilha das décadas de 20 e 30 formou toda uma geração da esquerda nicaraguense.

### **Conclusão:**

Os dois textos utilizados como fonte de análise apontam para uma releitura marxista da história nicaraguense empreendida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. Muitos outros textos poderiam ser analisados, pois, como defendemos, o processo de apropriação do pensamento de Sandino foi um dos eixos principais da produção intelectual sandinista. Entretanto, o pequeno artigo desenvolvido não nos permitiu acrescentar outras obras, por motivos de extensão do trabalho.

Esperamos, por fim, que os dois exemplos apresentados possibilitem ao leitor concluir que a apropriação de pensamento aqui referida se pautou na interpretação da história segundo a chave da luta de classes. Dessa maneira, a imagem de Augusto C. Sandino e de seu movimento guerrilheiro foi construída pela FSLN como exemplo histórico de um programa revolucionário tipicamente nicaraguense.

### **Referências bibliográficas**

CAMACHO NAVARRO, Enrique. *Los usos de Sandino*. México: Dirección General de Publicaciones, 1991.

FONSECA AMADOR, Carlos. *Viva Sandino*. In STEDILE, João Pedro, BALODANO, Mónica (orgs.). *Sandinista: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WHEELOCK ROMÁN, Jaime. *Nicaragua: Imperialismo y Dictadura*. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980.

ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. Trad. Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ZIMMERMANN, Matilde. *Carlos Fonseca e a revolução nicaraguense*. Trad. Ana Corbisier. São Paulo: Expressão Popular, 2012.



## De Seattle ao Occupy Wall Street: A transformação da organização dos movimentos sociais

**Marcio Bernardi**

Mestrando em História

PUC-SP

E-mail: [bernardi@bernardimarcio.com.br](mailto:bernardi@bernardimarcio.com.br)

**Resumo:** Este trabalho analisa a transformação nos movimentos sociais na virada do Séc. XX, XXI levando em conta a ideia de aceleração no tempo de urgência e o advento de novas tecnologias. Para esta pesquisa foram utilizados dois eventos que aconteceram nos Estados Unidos.

**Palavras chaves:** Manifestações, Século XX, Batalha de Seattle, Occupy Wall Street, Século XXI.

**Résumé:** Cet article analyse la transformation des mouvements sociaux au tournant du siècle. XX, XXI prenant en compte l'accélération de l'urgence d'idée du temps et l'avènement des nouvelles technologies. Pour cette recherche, nous avons utilisé deux événements qui se sont produits aux États-Unis.

**Mots clés:** Démonstrations, siècle XX, la bataille de Seattle, Occupy Wall Street, siècle XXI.

O trabalho consiste em analisar as mudanças da maneira de atuação dos movimentos sociais pós queda do muro de Berlim, para isso será utilizado dois movimentos norte-americanos que contêm semelhanças e diferenças nas formas de atuação e de agir perante a manifestação.

Para isso temos que recorrer a ideia de aceleração do tempo que existe é apresentada no livro de Paulo Arantes “O Novo tempo do mundo”. Neste livro ele relata que desde meados do século XV , XVI a sociedade tem uma sensação de aumento de velocidade dos acontecimentos. Esta sensação pode ser explicada no século XV e XVI, por exemplo, com a chegada dos Europeus a novos continentes causando assim uma transformação de costumes durante o período. (ARANTES; 2014)

Com o passar do tempo essa sensação de aceleração no tempo tem aumento com as descobertas advindos do campo científico e tecnológico. Fatores políticos também contribuiriam para que esta visão ganhasse consistência em nossa sociedade. Em nosso período além dos fatores científicos e tecnológicos o grande fator político que contribuiu para essa visão ocorreu no início da década de noventa com o fim da União Soviética, levando a crer que a sociedade teria uma nova aceleração no tempo e que praticas de atuação política deixariam de existir, pois não se faria mais necessário nesta nova sociedade que esta se moldando.

Além do fim da URSS, a década de noventa tinha contêm duas características importantes a primeira vem a ser o início da popularização da internet, como nos apresenta

Manuel Castells, em seu livro *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*:

No início da década de 1990 muitos provedores de serviços da Internet montaram suas próprias redes e estabeleceram suas próprias portas de comunicação em bases comerciais. A partir de então, a Internet cresceu rapidamente como uma rede global de redes de computadores. (CASTELLS, 2003, p.15)

Com a internet se popularizando e o fim do Estado Soviético a aceleração no tempo de urgência se torna algo palpável principalmente com a segunda característica do período que vem a ser os anos finais do século XX e o início de um novo século que no imaginário popular se apresenta com um período de calma na política afinal a disputa com o Comunismo/Socialismo chegou ao fim.

A virada para o século XXI, se apresenta com inúmeras possibilidades e desejos para aqueles se viveram essa passagem, garantindo assim uma nova aceleração no tempo. Partindo deste paradigma de possibilidades abertas que este novo século se apresentava para a sociedade o texto pretende analisar dois momentos distintos e tentar compreender no que este novo século afetou nas formas de manifestações e de organização dos movimentos sociais.

Para isso vamos trabalhar com duas manifestações que ocorreram nos Estados Unidos, a primeira recebeu o nome de “Batalha de Seattle” uma das últimas que ocorreram no século XX, que tinha como objetivo dentre outros questionar a estruturação econômica que estava sendo proposta para o século XXI. A segunda manifestação recebeu o nome de “Occupy Wall Street” que questionava a maneira com que o sistema financeiro interfere nas ações políticas norte americanas. Eric Hobsbawm, em seu texto intitulado *Guerra, paz e hegemonia no início do século XXI*, apresenta as transformações que ocorreram na sociedade desde século XIX, que vem a ser importante ressaltar.

Refiro-me ao forte declínio do campesinato, que até o século XIX formava a grande base da raça humana e o alicerce da economia; à correspondente ascensão de uma sociedade predominantemente urbana e sobretudo ao aparecimento das hipercidades, cuja população se mede em oito cifras; à substituição de um mundo de comunicação oral por um mundo baseado na leitura e na escrita universais, à mão ou à máquina; e, finalmente, à transformação da situação das mulheres. (HOBSBAWM, 2007, p.37)

Estas mudanças apresentadas por Hobsbawm, pode ser utilizada para compreender a necessidade e a facilidade das pessoas se organizarem em movimentos para reivindicar direitos, afinal com um maior aglomerado urbano e com a mudança no alicerce econômico do campo

para a cidade e com novas formas de exploração, grupos com interesses convergentes tem maior facilidade para se encontrar e formar uma frente de reivindicação.

Esta é uma das características do primeiro movimento que recebe o nome de Batalha de Seattle. Durante o período de 29 de novembro até o dia 3 de dezembro de 1999, na cidade de Seattle se tornaria sede da 3ª Conferência Ministerial encontro esse da OMC (Organização Mundial do Comércio) que tinha como objetivo como apresenta o artigo de Benjamin Steinbruch “preparar o mercado mundial para a chamada Rodada do Milênio e suas promessas de estímulo às trocas internacionais e de limitações às barreiras que atravessam o comércio exterior.”<sup>1</sup> (FOLHA DE S. PAULO, 16, nov 1999. MERCADO,p.0).

Este encontro tinha como objetivo, criar uma agenda econômica para um comércio com menores amarras e protecionismo dos países, assegurando desta forma uma circulação de produtos a fim de garantir uma nova economia com uma concorrência ampla entre os países tidos “desenvolvidos” e países “em desenvolvimento”. Antes de chegar a rodada final de Seattle que pretendia resolver esta equação, ocorreu um encontro em Genebra que já demonstrava a dificuldade de se chegar a um consenso sobre como deve funcionar a economia e que mesmo antes de começar, membros da OMC já não detinham tantas esperanças sobre essa reunião como demonstra a reportagem da folha:

A verdade é que Mike Moore, diretor-geral da OMC, se disse preocupado com o possível fracasso "por falta de flexibilidade nas negociações preliminares". Na prévia de Genebra, na semana passada, representantes da União Européia e delegados de mais uma dúzia de países de outros continentes terminaram suas discussões em um impasse. Foi simples: os japoneses se negaram a incluir nos debates de Seattle a abertura de seu mercado de produtos agrícolas. Os europeus, na mesma linha, pleitearam inclusive discutir medidas destinadas a ampliar, ao invés de reduzir, suas barreiras e exigências. (STEINBRUCH, B. A BATALHA DE SEATTLE. FOLHA DE S. PAULO, 16, nov 1999. MERCADO,p.0)

Enquanto líderes mundiais se reuniam para dar uma nova dinâmica ao capitalismo e tentar resolver as diferenças para um melhor funcionamento do mercado, uma série de grupos se reuniam para fazer ações para questionar as pautas do encontro da OMC. A partir da dissertação de Julia Ruiz Di Giovanni intitulada “Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua.” podemos ter a noção do âmbito de movimentos envolvido com “A presença simultânea nas ruas de sindicatos, ambientalistas, feministas,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1611199905.htm>> Último acesso realizado no dia 11 Abr 2017.

organizações estudantis e grupos anarquistas, além de uma grande variedade de grupos de jovens.” (DI GIOVANNI, 2007, p.40)

Com um grupo tão grande e diferenciado, seria quase impossível uma organização de evento centralizada e rígida, afinal a única unidade existente nestes grupos eram sempre o mesmo - a crítica ao funcionamento da economia mundial - seja ela a partir do viés, por exemplo, ambiental ou trabalhista, sua ligação sempre ocorria na crítica à economia e suas organizações continuaram ativas durante todo o processo de manifestações, esta unidade ficou conhecida como dia de ação global como nos apresenta a dissertação Julia Ruiz Di Giovanni:

Diversos, mas unidos. A noção de “dia de ação global” adquire esse mesmo sentido. Como veremos nos exemplos a seguir, os protestos contra os grandes eventos oficiais globais foram organizados na forma de uma coordenação mais ou menos frouxa de ações de protesto cuja forma e orientação não eram definidas de maneira centralizada. Essa forma diversa é rica em contrastes, nuances e me parece importante para entender os processos de construção de sentido envolvidos nos protestos. Como afirma Sidney Tarrow, na segunda metade dos anos 90, via-se a formação do que ele chama de “coalizões de evento” (*Event coalitions*) em torno das cúpulas do G8, do FMI, do Banco Mundial etc., que se desdobram como uma forma de coordenação à distância de eventos sequenciais ou simultâneos contra o mesmo alvo. A tipologia das coalizões de Tarrow combina duas variáveis: a duração e a intensidade do envolvimento das pessoas (TARROW, 2005, p. 167). As “coalizões de evento”, diz ele, são coalizões de curto prazo, baseadas num grau elevado de envolvimento, cujo o modelo é desenhado a partir da coalizão que bloqueou a reunião ministerial da OMC em 1999. (DI GIOVANNI, 2007, p.39)

As manifestações de Seattle, revive dois aspectos o primeiro é a noção de luta global e o segundo é uma organização com características anárquicas sem lideranças que vem a dirigir os acontecimentos de forma fechada determinando cada passo em uma linha vertical de comando, garantindo assim uma heterogeneidade de manifestante que pode ser compreendida pelo seu cartaz que lhe garantiu a unidade e ao mesmo tempo lhe garantiu as diferenças existe em cada grupo ““Teamsters and Trutle together at last!”; “caminhoneiros e tartarufas enfim juntos!” ”(DI GIOVANNI, 2007, p.41), se os manifestantes eram variados então suas formas de atuação também seguiam a mesma forma e apesar das diferenças entre os manifestantes e a não centralidade de liderança ela seguia uma organização:

Nem todos os grupos ativistas participaram ações e confrontos de rua: Várias organizações internacionais participaram de uma coalizão de lobby e pressão, articulada em torno da idéia de Comércio Justo e centrada na reforma das regras da OMC ou na introdução da cláusulas ambientais e trabalhistas nos acordos comerciais. Uma coalizão chamada People for Fair Trade trabalhava a partir de um escritório, encabeçado pela organização Public Citizen, ligada a Ralph Nader. Grandes organizações sindicais compartilharam uma opção

pelo *advocacy* e afastaram-se das ações de rua assim que o confronto com as forças policiais tomou corpo. Em mais de um relato (Ludd,2002,p.69), afirma-se que membros de base desses mesmos sindicatos teriam desobedecido ordens de dirigentes e participado de ações de rua junto com outros grupos. Outras organizações sindicais, mencionadas pelo ativista e escritor Jeffrey St. Clair em seu “Diário de Seattle” como “mais militantes”, participaram do contingente que organizava e/ou apoiava diversas ações de bloqueio. (DI GIOVANNI, 2007, p.40-1).

Seattle demonstrou que é quase impossível centralizar todas as formas de ações e maneiras de se manifestar, afinal os interesses, formas de agir e maneira de se observar durante as manifestações. Mesmo não sendo um movimento centralizado e com uma organização parecidas com células com atuações independentes, os movimentos ou manifestantes tinham um ponto de referência onde se encontrar “O quartel-general das ONGs e sindicatos “de base” (*grassroots*) era uma igreja, a *United Methodist Church*” (DI GIOVANNI, 2007, p.41). Deste local de encontro saiu as primeiras manifestações (DI GIOVANNI, 2007) e o encontro de manifestantes como ambientalistas e sindicatos:

Ao lado das tartarugas, marchavam membros de sindicatos de estivadores e metalúrgicos, usando jaqueta azul. Uma das frases mais populares que se referem aos protestos de Seattle e inspiradora de iniciativas de convergência novas entre setores do ativismo simbolicamente distantes é atribuída por St. Clair a um cartaz exibido na ocasião pelas mãos um estivador de Tacoma (estado de Washington): .(DI GIOVANNI, 2007, p.41)

O Cartaz em questão foi o apresentado acima sobre a união entre caminhoneiros e ambientalistas. Seattle apresenta em seu processo de construção e ação dois aspectos importantes: O primeiro vem é justamente mostrar que a luta anticapitalista não chegou ao seu fim e que grupos sociais ainda mantém viva esta disputa política e ideológica o segundo ponto vem a ser desmontar a ilusão de que as lutas sociais em um âmbito global tinham chagado ao fim depois da dissolução do Estado soviético.

Estes dois tópicos foi de extrema importância para movimentos contestadores ao redor do mundo afinal este movimento apesar de ser analisado e ser reconhecido com os acontecimentos em Seattle pois ali foi seu desfecho e ele apresenta que a luta também esta ocorrendo no país irradiador/símbolo do que seria o capitalismo e a sociedade a partir daquele momento. Apesar da importância deste momento não se pode esquecer que as manifestações contra esta reunião foi uma jornada mundial com eventos em diversos países.

Partindo desta quebra do idealismo do virada do século e do futuro promissor que o capitalismo apresentava para a sociedade versos a necessidade de luta e o aumento da

tecnológica que garante uma sensação de aceleração do tempo (ARANTES; 2014) principalmente com a popularização da internet em grande parte do globo de maneira rápida como apresenta Hobsbawm, “Basta pensar na velocidade da revolução das comunicações, que virtualmente aboliu o tempo e a distância. Em 2004, a internet mal completou dez anos (...).” (HOBSBAWM, 2007, p.37). foi possível um aumento no contato entre grupos de manifestantes e apoiadores e divulgação de pautas.

Partindo deste aumento de pessoas em redes sociais e conexões de câmeras na internet temos em 17 de setembro de 2011 em New York com foco de concentração no Zuccotti Park próximo ao local mais importante da economia especulativa mundial o distrito de Manhattan na rua Wall Street uma manifestação que acabou recebendo o nome de Occupy Wall Street.

Esta manifestação contou com um grande apoio a partir da internet e deixando famoso o slogan utilizado durante as manifestações “We are the 99%” ( “Nós somos os 99%”). Este slogan tem como objetivo questionar o fato de apenas de 1% da população deter toda a riqueza dos outros 99%, e o fato de o governo ser influenciado por essa minoria, influência esta tão grande que David Harvey, em seu artigo “ Os rebeldes na rua: O partido de Wall Street encontra sua nêmesis\*<sup>2</sup>” publicado no livro “Occupy movimentos de protesto que tomaram as ruas” definiu como “O Partido de Wall Street ”(HARVEY, 2013, p. 57.) e tendo como característica:

O Partido de Wall Street tem um princípio universal de dominação: não pode haver nenhum adversário sério ao poder absoluto do dinheiro de dominar absolutamente. E esse poder tem de ser exercido com um único objetivo: seus detentores não devem apenas ter o privilégio de acumular riqueza sem fim e à vontade, mas também o direito de herdar o planeta, com domínio direto ou indireto da terra, de todos os seus recursos e das potencialidades produtivas que nela residem, bem como de assumir o controle absoluto, direta ou indiretamente, sobre o trabalho e as potencialidades criativas de todos os outros que sejam necessários. O resto da humanidade se tornará supérfluo. (HARVEY,2013,p.58)

A crítica de David Harvey, ao que ele chama de Partido de Wall Street vem do perigo da financeirização na vida das pessoas e o fato de apenas uma pequena parcela da sociedade conseguir se beneficiar deste montante financeiro que se encontra nos mercados de ações. Para garantir seus lucros essa pequena minoria se apresenta disposta ao fazer uso de violência dentre outras coisas sempre com a utilização do discurso legalista.

---

<sup>2</sup> Grifo do livro: \* Traduzido por João Alexandre Peschanski a partir de “Rebels on the Street: The Party of Wall Street Meets its Nemesis”, publicado originalmente no blog da Verso Books (<http://www.versobooks.com/blogs/777>), em 28 out. 2011. Disponível também em [www.boitempoeditorial.wordpress.com/category/colaboracoes-especiais/david-harvey](http://www.boitempoeditorial.wordpress.com/category/colaboracoes-especiais/david-harvey).(N.E.)



Com o questionamento levantado com as manifestações do “Occupy”, podemos questionar o que de fato vem a ser essa a ideia de democracia participativa atual e para quem serve realmente esse conceito de totalitarismo, com participação dos mais variados tipos de manifestantes como nos apresenta o o livro: 20 centavos: a luta contra o aumento com autoria de Elena Judensnaider, Luciana Lima, Marcelo Pomar, Pablo Ortellato:

Em 2011, a revista canadense *Adbusters* divulgou um cartaz no qual uma bailarina dançava sobre o touro que simboliza a bolsa de valores de Nova York, convocando ativistas a ocuparem Wall Street. No alto do cartaz, lia-se a instigante pergunta: “Qual é a nossa única demanda?” O objetivo da provocação era estimular os futuros ocupantes a mimetizar a mobilização egípcia que tinha tomado a Praça Tahir com uma demanda única e clara: a saída de Mubarak. Será que a objetividade de propósitos dos egípcios poderia inspirar os ativistas dos novos movimentos? As discussões iniciadas sobre qual seria a demanda única do Occupy Wall Street giraram em torno da taxa Tobin e da criação de uma comissão presencial para tratar da dominação do poder econômico sobre o sistema político. Mas nenhuma das sugestões parecia contentar as insatisfações. No quinto comunicado, o movimento anuncia sua única demanda: “Acabar com a pena de morte é nossa única demanda... Acabar com a desigualdade de renda é nossa única demanda... Acabar com a pobreza é nossa única demanda... Acabar com a guerra é nossa única demanda.” Os sonhos dos ocupantes não cabiam em uma demanda única. (JUDENSNAIDER, LIMA, ORTELLADO, POMAR, 2013,p.231-2)

Assim como foi na Batalha de Seattle, o movimento Occupy Wall Street, contem uma pluralidade de visões fazendo com que a sua pauta fosse encontrasse de maneira plural mais não antagônicas e tendo chegando mostrado que a única maneira de se acabar com todas essas demandas seria uma união contra a forma de funcionamento do mercado financeiro. Na tentativa de Na manifestação Occupy Wall Street, a violência se deu na retirada dos manifestantes do parque Zuccotti local em que os manifestantes se encontravam acampados a aproximadamente dois meses. Em reportagem de Michelle Nichols, do site do G1<sup>3</sup> que leva o titulo de “Polícia de NY expulsa manifestantes de Wall Street” (NICHOLS,M. POLÍCIA DE NY EXPLUSA MANIFESTANTES DE WALL STREET G1, 15 nov 2011. MUNDO. p.0). Ao longo da reportagem relata como foi o processo de retirada dos manifestantes do local e que outros locais que tinham acampamento se encontravam fazendo o mesmo e relata o caso de violência policial ocorrido na cidade de Okland na Califórnia onde a policia se utilizou de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral (NICHOLS,M. POLÍCIA DE NY EXPLUSA MANIFESTANTES DE WALL STREET G1, 15 nov 2011. MUNDO. p.0).

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/policia-de-ny-expulsa-manifestantes-de-wall-street.html?id=2011/11/policia-de-ny-expulsa-manifestantes-de-wall-street.html&type=noticia&section=mundo&hash=2>> Último acesso realizado no dia: 18 Out 2016.



A reportagem apresenta que os manifestantes serão retirados do parque, devido a uma posição em conjunto entre poder público e os detentores do direito sobre a propriedade. Essa ação em conjunto não vem apresentar que o questionamento do movimento se faz verdadeiro? “O prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, e a companhia imobiliária Brookfield Office Properties, que é dona do parque, concluíram que os manifestantes se tornaram uma ameaça à saúde da comunidade local.” (NICHOLS, M. POLÍCIA DE NY EXPLUSA MANIFESTANTES DE WALL STREET G1, 15 nov 2011. MUNDO. p.0). Em outras palavras o Occupy Wall Street conseguiu demonstrar na prática o funcionamento do Estado dentro do capitalismo, ou melhor, usando o seu slogan como funciona a sociedade dos 99%.

A retirada dos manifestantes do parque ocorreu poucos dias de um evento que o grupo pretendia fazer e que teria como objetivo comemorar os dois meses que o movimento se encontrava acampado no parque:

A remoção do acampamento no parque Zuccotti aconteceu antes dos planos dos manifestantes de tentar paralisar Wall Street na quinta-feira. A ideia era realizar um carnaval de rua no local que abriga a Bolsa de Valores de Nova York, para marcar o aniversário de dois meses da campanha. Algumas centenas de pessoas se reagruparam depois da expulsão em uma praça das redondezas e continuaram a marchar nas ruas de Manhattan antes de parar para protestar em outro parque, onde uma série de manifestantes foram presos. (NICHOLS, M. POLÍCIA DE NY EXPLUSA MANIFESTANTES DE WALL STREET G1, 15 nov 2011. MUNDO. p.0)

A comemoração com um carnaval nas imediações da bolsa de valores poderia produzir, um efeito similar ao que ocorreu em Seattle, impedindo que a bolsa tivesse seu funcionamento iniciado o que assim como os eventos de Seattle afetaria o mundo todo afinal grande parte da economia especulativa mundial ocorre neste local. Para evitar um paralisação da economia global a polícia teve que intervir para garantir não apenas o funcionamento de um bairro em uma cidade mas sim do próprio capitalismo.

O Occupy Wall Street, e outras manifestações começaram a ganhar força com o a utilização da rede mundial de computadores, se encontraram com um poder tão grande em suas mãos, não só em países que eram tidos como ditaduras como em países que são considerados democráticos, que fez com que fosse lançado um manifesto, assinado por Anne Applebaum<sup>4</sup>, que fala do perigo que as manifestações da Inglaterra tomaram ao questionar diretamente a

---

<sup>4</sup> Jornalista norte americana

democracia inglesa, como demonstra Slavoj Žižek, em seu livro *O ano que sonhamos perigosamente*:

Os ativistas “globais”, se não forem cuidadosos, acelerarão seu declínio. Manifestantes em Londres gritam “Precisamos de um processo!” Bem, eles já têm um processo: chama-se sistema político britânico. E, se não souberem usá-lo, simplesmente enfraquecerão. (ŽIŽEK, 2012; p. 91).

Levando em consideração a fala de Anne Applebaum, o argumento do Occupy Wall Street, do 1% da população realmente controla todo o globo a partir da esfera econômica isso não é uma democracia, mas sim um caso de ditadura, da pior espécie, pois se trata de um evento que validamos em todas as eleições ou quando concordamos com toda e qualquer repressão estatal para manutenção da ordem vigente, que é sustentada apenas por uma tênue relação simbólica em acreditar que isso é o ‘melhor para todos’ e que não se existe um além depois da democracia.

Se durante a década de 90 com movimento de Seattle, temos uma luta contra o capital com novos atores políticos, e visões de organização começam a surgir novas formas de se ver a necessidade de lutar contra o capital além das lutas de classes como meio ambiente, e a tida superação do capitalismo passa a ser defendida não como uma necessidade de uma sociedade com maior justiça social, mas também como algo para a nossa sobrevivência na Terra.

As instituições de deliberações partidárias e movimentos sociais perdem espaço para o debate em função dessa nova preocupação de setores da sociedade, em seu lugar surgem ONGS (Organizações não governamentais), as praxes de uma visão de movimento não centralizado e com uma fragmentação de ações e discursos, onde sua ação como tal é ‘contribuir’ para o setor de seu interesse.

Com o advento da internet e a virtualização da sociedade no século XXI movimentos como Occupy Wall Street, poderá se tornar mais forte e constante. A atuação dos movimentos sociais não terminaram com o fim da URSS, e não se enfraqueceu deste então ela se mostrou presente na década de noventa após a queda do muro e se mostra permanente nesta geração que cresce com a utilização do ambiente virtual, podemos perceber isso pela quantidade de filmes que contem esta temática de mudança de ordem social dentre as quais podemos destacar o filme: *V for Vendetta*, que acaba tendo na máscara de Guy Fawkes, um símbolo dos protestos a partir do movimento anonymous, além de séries televisivas como, por exemplo, *Mr. Robot*, que tem apresentado essa temática da possibilidade da internet poder vir a ser utilizada como ferramenta, como um meio de se destruir o capital. Esses são alguns dos exemplos de como a sociedade

vem debatendo sem perceber, a possibilidade de uma mudança de paradigma resta-nos saber se assim permanecerá pelos próximos anos e quais efeitos deixarão em um longo prazo.

### Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014. (Estado de Sítio)

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. De A. Borges; Revisão Paulo Vaz- Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz . Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-04072008-143738/>>. Acesso em: 20 Out. 2016.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: *Occupy movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Tradução: João Alexandre Peschanski. 1ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 57- 65

HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Tradução: José Viegas - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUDENSNAIDER, Elena, LIMA, Luciana, POMAR, Marcelo, ORTELLADO, Pablo. *Vinte centavos: A luta contra o aumento*. 1.ed. São Paulo: Veneta, 2013.

NICHOLS, Michelle. G1. Polícia de NY expulsa manifestantes de Wall Street. Mundo 15 nov 2011. Disponível em: Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/policia-de-ny-expulsa-manifestantes-de-wall-street.html?id=2011/11/policia-de-ny-expulsa-manifestantes-de-wall-street.html&type=noticia&section=mundo&hash=2>> Último acesso realizado no dia: 18 Out 2016.

STEINBRUCH, Benjamin. FOLHA DE S. PAULO. Batalha de Seattle. Mercado 16 nov 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1611199905.htm>>. Último acesso realizado no dia 11 Abr 2017

ŽIŽEK, Slavoj. *O ano que sonhamos perigosamente*. Tradução: Rogério Bettoni. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2012

## A guerra do Paraguai: uma análise interdisciplinar

**Walisson Deoclecio Quadros**

Graduando em Licenciatura em História e Geografia  
Universidade do Estado da Bahia / Universidade do Norte do Paraná  
E-mail: walissonquadros@gmail.com

**Resumo:** No século XIX, a Guerra do Paraguai se caracterizou por fatores políticos, econômicos e disputas territoriais, envolvendo indiretamente o cenário internacional no contexto da Tríplice Aliança. Os resultados da Guerra tiveram consequências importantes para a contemporaneidade, uma vez que seus reflexos afligiram e ainda afligem os que habitam em seus limites territoriais, o que dificulta a recuperação do País. Uma análise da Guerra do Paraguai deve situar-se numa perspectiva interdisciplinar, haja vista as disputas territoriais e econômicas estarem presentes na região desde os primeiros registros de contatos com os homens que habitavam as Américas, estando às fronteiras estipuladas a partir de tratados elaborados na Europa. Com base em revisão bibliográfica, com auxílio da Cartografia, percebem-se algumas distorções que justificam os motivos para a deflagração da Guerra.

**Palavras Chaves:** Guerra, Paraguai, Tratados, Territórios.

**Abstract:** In the century XIX, the Paraguayan War is characterized by political, economic and disputed territories, involving indirectly or international scenario in the context of the Triple Alliance. The results of the War have as important consequences for a contemporaneity, since its reflexes have afflicted and still afflict those who live in its territorial limits, which makes difficult the recovery of the Country. An analysis of the War of Paraguay must be placed in an interdisciplinary perspective, Given that territorial and economic disputes are present in the region from initial records of contacts with the men who inhabited the Americas, being at the borders stipulated by treaties drawn up in Europe. Based on a bibliographical review, with the aid of Cartography, we can see some distortions that justify the vectors for a deflagration of the War.

**Key Words:** War, Paraguai, Treated, Territory

### 1. Introdução

A América do Sul possui uma larga e sangrenta história quando o ponto analisado é disputas de territórios, a partir deste fator é de suma importância discorrer os fatores históricos que determinam cada linha que o estado deve agir, tentamos derreter e abrir metodicamente os empenhos de toda a região brasileira e desde as ascendências do seu passado, buscando também delinear seus alicerces geopolíticos<sup>1</sup> de desenvolvimento.

O mito do descobrimento do Brasil é um aspecto principal para ser analisado antes do estudo das relações dos mapas políticos do país, o tratado de Tordesilhas realizado no dia 7 de junho de 1494, entre D. João II representando Portugal e os Reis Católicos da Espanha, buscavam analisar os fatores da ciência náutica, geográfica e cartográfica da era dos Grandes descobrimentos, ambos os cientistas em suas expectativas se frustraram em delimitar uma área

---

<sup>1</sup> Estudo das influências que o meio físico exerce sobre a vida política de uma nação, determinando-lhe os efeitos.

de léguas necessárias para chegar à rota das índias, onde os mesmos buscavam especiarias. (ALBUQUERQUE, 1973). As relações geopolíticas do Brasil começaram a ganhar destaque a partir da Independência do país (1822), pois, analisar as condições políticas do mesmo encaminha qualquer mérito a Portugal, as questões da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) no século XV ao XIX afirmam isso. As negociações do Brasil com a economia exterior são demandadas como dependência econômica mesmo com sua independência política central, isso se reflete até o século XX e posteriormente até na contemporaneidade.

Este artigo possui como objetivo analisar a guerra do Paraguai no contexto das disputas espaciais que envolveram as rotas de navegação do país no século XIX estas fronteiras que foram delimitadas a partir de tratados realizados na Europa entre Portugal e Espanha, partindo de um pressuposto de que os não cumprimentos dos mesmos influenciaram diretamente na guerra do Paraguai, pois o país buscava novas rotas para chegar à região litorânea do continente, neste período o país passava por uma ascensão econômica e política, atraindo atenções internacionais para estes fatores. Com o auxílio de (CORTESÃO, 1995), (ALBUQUERQUE, 1973) e (MARQUES, 1994) (LUCCI, 1985) (PEREIRA, 1987) (FURTADO, 2000) podemos destrinchar os principais acontecimentos que antecederam o período e que acabaram decorrendo ao mesmo.

## 2. O Tratado de Tordesilhas: Suas Relações com as Invasões no Século XVIII e XIX

Após o descobrimento da América em 1492 as relações da posse do território “desconhecido” estavam em conflito, pois em 1493 o papa Alexandre VI delimitou a partir de uma *bula* que Portugal só agiria sobre 100 léguas da nova terra. A Espanha em 1494 cedeu o pedido feito pela coroa Portuguesa para revisar a delimitação de terras e assinou o Tratado de Tordesilhas.

[...] que se faça e assinale polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber, do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente, por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais nem menos[...].(TORDESILHAS, 1494).

A partir deste acordo, Portugal recebe 370 léguas das ilhas do cabo verde, este acordo foi feito para que nenhum país entrasse em área do outro para não ocorrer guerras e conflitos futuros, a imagem abaixo ilustra como foi dividida a América do sul.



**Imagem 01:** Tratado de Tordesilhas.  
Disponível na internet em:  
[http://2.bp.blogspot.com/\\_xq0jLp69uJw/Rwp3emvzOSI/AAAAAAAAASK/jREMjzOXJY/s320/Esquema%2Bd%2Ba%2Blinha%2Bde%2Bdemarca%C3%A7%C3%A3o%2Bdo%2BTratado%2Bde%2BTordesilhas.gif](http://2.bp.blogspot.com/_xq0jLp69uJw/Rwp3emvzOSI/AAAAAAAAASK/jREMjzOXJY/s320/Esquema%2Bd%2Ba%2Blinha%2Bde%2Bdemarca%C3%A7%C3%A3o%2Bdo%2BTratado%2Bde%2BTordesilhas.gif)

Com o acordo feito entre os dois países a Espanha “desligou-se” em monitorar as invasões de Portugal nas suas terras, os exploradores portugueses até moradores recém-chegados não respeitaram essas linhas, expandindo ainda mais o território Português, na imagem (1 – Tratado de Tordesilhas) o leste do mapa segundo o Tratado de Tordesilhas pertencia a Portugal.

O atrelamento de tal apartamento longitudinal<sup>2</sup>, em uma ocasião onde não se obtém ainda recursos para se medir uma localização precisa, atribuirá não apenas a oportunidade de discutir o modo desta separação, bem como absolverá que tal alcance seja violado. E aos zelados em vê-lo evoluir, a determinação de conhecer novas terras.

## 2.1. O *Uti Possideti* e o tratado de Madrid 1750

Na extensão sobre a terra, sem se implicar com uma linha fantasiosa, sobressaíram-se os bandeirantes, que saíram de São Paulo em fins do século XVI. Adentraram em diferentes

<sup>2</sup> Relativo à ou próprio da longitude. Ângulo diedro formado, para um lugar ou astro determinado, pelo plano meridiano desse ponto com um plano meridiano tomado por origem. Para um ponto terrestre, o meridiano de origem convencional é muito próximo do plano meridiano que passa por uma das lunetas meridianas do Observatório de Greenwich. As longitudes terrestres são contadas, a partir desse meridiano, positivamente para o oeste, negativamente para o leste, de 0 a 12 h ou, o que dá no mesmo, de 0 a 180°.



direções na investigação de prata e ouro, que não depararam num primeiro andamento, dedicando-se então à perseguição dos índios, preferencialmente nas aldeias dos jesuíticos, que assolaram, no Guairá (1628) e Tape (1635). (CORTESÃO, 2006.)

No fim desse século encontraram o ouro em Minas Gerais e posteriormente em Cuiabá e Goiás. Múltiplos são os percursos que levaram os vales do Tocantins e São Francisco, incluindo em seu trajeto a vias fluviais da Madeira e Amazonas. Isso foi assinalar-se uma preferência portuguesa na descoberta, o desenho de passagens terrestres ou fluviais e certa posse da terra, demarcando as raias sul e oeste com a América espanhola. Com as expansões e buscas por ouro Portugal utiliza-se do termo *Uti Possideti* “o direito a posse”, ou seja, a terra poderia ser apossada por indivíduos que já se localizavam colocados nela, com casa fixa e realizando atividades econômicas nos arredores.

Todas as velhas disputas entre demarcadores portugueses e espanhóis reviveram então; e os diários das partidas, os mapas das regiões limítrofes, traçados pelos demarcadores, ou as actas de protestos foram invocadas de parte a parte como outros tantos títulos de soberania. (...) Ao longo da divisória entre as duas coroas, espanhola e portuguesa, traçou o cartógrafo, em todos os trechos sobre que houve disputa, a linha fronteira por duas formas: conforme entendiam os espanhóis e conforme os portugueses. (CORTESÃO, 2009, pg. 404).



**Imagem 02:** O mapa das cortes de 1759, foi a base para o tratado de Madrid de 1750. Disponível em: [http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/11/Memoria\\_Mapa-das-Cortes1.jpg](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/11/Memoria_Mapa-das-Cortes1.jpg)



No século XIX, no andamento em que a multiplicidade das regiões sul americanas passa a adotar a forma de países independentes, ainda se forma um limite meridiano único e já é conhecida há um período como um “embaraço invencível” (Cortesão, 2009, pg. 274), o conceito de delimitar um limite linear breve, também está em vigor. Na passagem do século XVIII, a ciclo de tratados como o de Madrid em 1750 que foi o tratado que substituiu o de Tordesilhas por não ser respeitada por Portugal, neste novo tratado a Espanha teve prejuízos e favoreceu as colônias de Portugal, pois os diplomatas portugueses utilizavam do princípio do *Uti Possidetis*<sup>3</sup>, pois quem já estava na terra (trabalhando, com residência fixa e etc.) deveria continuar naquele território, com este tratado Portugal adquiriu por meio legal os estados atuais de Santa Catarina, Rio grande do Sul e o Mato Grosso do Sul, estes que pertenciam no tratado de Tordesilhas à região do Paraguai, este tratado foi importante para Portugal, pois delimitou basicamente a área que atualmente é o Brasil.

O tratado São Ildefonso em 1777 foi marcado como um acordo de paz entre colônias da Espanha e Portugal, pois as disputas territoriais ainda se faziam presentes, mesmo com o tratado de Madrid. Este tratado teve como objetivo delimitar a qual país iria pertencer à colônia do sacramento (atualmente no Uruguai) intermediado entre Inglaterra e França, pois possuíam interesses políticos ao fim do conflito entre as colônias, a colônia do sacramento foi designada para a Espanha, e Portugal conseguiu retomar a margem esquerda do rio da prata. Após esses tratados são adotados por empreitadas de mapeamento admiráveis, sem que as raias arranjem significações únicas.

### 3. Ascensão do Paraguai

No século XIX o Paraguai já se mostrava diferente dos seus países vizinhos, conquistando sua independência em 1811, sem pedir auxílio ao capital internacional deixou o país em uma situação financeira confortável para um desenvolvimento invejável para outras nações sul-americanas”.

Em 1840, o Paraguai praticamente não possuía analfabetos. Seu desenvolvimento agrícola permitia-lhe produzir tudo quanto sua população necessitava e sua atividade industrial era capaz de produzir ferramentais, armas e outros utensílios (LUCCI, 1985, p. 36-37).

Sem dívidas externas, o Paraguai conseguiu criar seu próprio parque industrial com siderúrgicas, fábricas de armas, pólvora, tecidos, tintas entre outros serviços industriais básicos

---

<sup>3</sup> Direito a posse.

para a sociedade local e internacional. O desenvolvimento interno do país superava qualquer país sul-americano, a igreja católica já deixara de ser influenciadora, a rede de telegrafia era eficiente, o país oferecia educação gratuita, não possuía escravos, o índice de analfabetismo estava abaixo de toda a América do Sul, as estradas de ferro percorriam grande território e as estâncias da pátria<sup>4</sup> ajudaram no desenvolvimento econômico do país. (FURTADO, 2000.).

#### **4. Guerra do Paraguai**

##### **4.1. Interesses políticos externos.**

No século XIX na fase da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) o Paraguai estava tomando um lugar em que os países de centro não estavam satisfeitos em tal desenvolvimento de um país considerado emergente. A Inglaterra era considerada o país mais desenvolvido do século XIX, onde os países sul-americanos importavam os seus produtos e solicitavam empréstimos aos seus bancos, exceto o Paraguai, os Ingleses se incomodaram com o desenvolvimento paraguaio, pois afetava diretamente a sua hegemonia capitalista.

Mas, o interesse do Brasil estava longe do objetivo da Inglaterra. O interesse do Brasil era de dominar o Paraguai e tomar o seu território, expandindo os seus limites cartográficos. “Um acordo secreto entre o Brasil e a Argentina previa a distribuição de territórios em que correspondiam a mais da metade do Paraguai” (MOTA, 1995, p. 256.).

Do Paraguai com Solano López possuía planos de expansão territorial, com o chamado projeto “Paraguai Maior” onde Osvaldo de Souza relata que o “Grande Paraguai” iria até os “Andes do Atlântico” “[...] abrangendo o Uruguai, províncias Argentinas e, no Brasil, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. (SOUZA, 1987, p.48).

Solano López buscava novas rotas para exportação o rio Iguaçu ou rio Uruguai serviam para navegação e exportação para o mar, por este objetivo, ele projetava uma possível invasão e conquista destes territórios.

---

<sup>4</sup> Ferramentas de Trabalho e terras distribuídas pelo estado aos cidadãos e camponeses em troca da metade da produção.



**Imagem 04:** Imagem Mapa hídrico. Disponível em:  
<http://cdn.portalsaofrancisco.com.br/wp-content/uploads/2016/08/3.jpg>

O plano de Solano López constituía-se em criar uma faixa territorial até o mar atlântico para melhorar suas rotas de exportações, o país estava necessitando de outras rotas, pois a Argentina estava dificultando os negócios do Paraguai pelo o rio da *Plata*, o seu plano incluía invadir e conquistar parte do rio da *plata* que pertence à Argentina.



**Imagem 04:** Território do Paraguai no século XIX, mostrando a foz do rio *la plata*. Disponível em:  
[http://st.depositphotos.com/1733706/1329/i/950/depositphotos\\_13291928-stock-photo-south-america.jpg](http://st.depositphotos.com/1733706/1329/i/950/depositphotos_13291928-stock-photo-south-america.jpg)

#### 4.2. O desfecho da Guerra

As colônias espanholas sofreram com a “esperteza” de Portugal a expandir seu território para além das linhas de acordo com o tratado, assim, o atual Paraguai não possuía rota de saída para o mar, única rota para chegar ao mar era chamada rota do rio da *Plata*, que fica em Buenos Aires, o Paraguai não estava satisfeito com a dependência da Argentina para manter relações exteriores. Os ditadores Francia, Carlos Antônio López e seu filho Francisco Sonalo Lopéz desenvolveram uma política interna a fim de mudar essa realidade do Paraguai. (FURTADO, 2000.)

Durante o período do século XIX o Paraguai possuía uma forte economia e política interna, isto não estava nos interesses de países de centro. “A solução foi uma resposta à ameaça portenha contra a independência Paraguai, e não se deve concluir que o modelo de desenvolvimento econômico foi livre opção de ditadores afeiçoados ao povo.” (PERREIRA, 1987, p.222.) O rápido desenvolvimento do Paraguai assustou o cenário internacional, imagine se a moda paraguaia pega? A Inglaterra financiou um tratado para a destruição da economia do país, a tríplice aliança<sup>5</sup>, que esta já estava formada um ano antes de sua publicação, o Brasil, teve um papel importante na consolidação do imperialismo Inglês na América do sul, pois assinando esse tratado estavam colaborando com os interesses da Inglaterra, mesmo possuindo os seus próprios em conquistar territórios.

O problema mesmo da origem da guerra e da natureza dos expansionismos regionais também deve ser posto desde logo. Por outro lado, em que pese o caráter de genocídio bárbaro, de hecatombe demográfica, que a guerra assumiu contra o Paraguai, impõe-se sejam reestudados os componentes e a história da nação paraguaia em sua devida dimensão. Tal abordagem nos conduz desde logo para a análise da inserção das nações envolvidas - Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai - no quadro dos imperialismos europeus da segunda metade do século passado (MOTA, 1995).

O Brasil que ainda não possuía grandes recursos militares necessitava da ajuda intensa dos argentinos para uma possível vitória contra o Paraguai, no tratado da tríplice aliança, a Argentina se comprometeu em ajudar o Brasil em forças militares, o Paraguai possuía um exército forte no século XIX, nenhum país sul-americano conseguiria derrotá-lo sozinho. Em

---

<sup>5</sup> Tratado assinado por Brasil, Argentina e Uruguai.

dezembro de 1864, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e obtiveram vitórias nos primeiros anos da guerra, o Brasil por sua vez foi financiado pelos Ingleses, à Inglaterra emprestou dinheiro ao Brasil para que o país comprasse armas e barcos da própria Inglaterra, pois estes não estavam satisfeitos com a ascendência do Paraguai, a tríplice aliança lutaram contra o Paraguai para derrubar a economia e população local, mas, a Argentina sentindo superioridade do exército guarani decidiu abandonar a guerra utilizando um discurso de que seus soldados se recusaram a lutar ao lado dos “macacos brasileiros”<sup>6</sup> em 1865 na batalha do Riachuelo<sup>7</sup> o Brasil obteve uma vitória importante que decidiu o vencedor da guerra, em 1869 o Brasil chega a Assunção<sup>8</sup> e em 1870 a guerra acaba com a morte do ditador Solano López.

O Paraguai estava encaminhando para uma grande economia se conseguisse expandir seu território, já que dependia da Argentina para realizar negociações internacionais, mas não conseguiu por conta da derrota na guerra do Paraguai determinando o fim de sua forte economia. Pois, a guerra resultou em uma grande ruína para o país, suas fabricas estavam totalmente destruídas, e uma grande parte da população foi dizimada durante o período da guerra, sem possuir muitos recursos pós-guerra, o país pediu empréstimos aos Bancos ingleses para se reconstruir, aumentando a hegemonia e imperialismo da Inglaterra na América do Sul.

## 5. Considerações Finais

A guerra do Paraguai não resultou em conquistas para os protagonistas do conflito, o destaque para o motivo da guerra fica definido em três pontos: O primeiro, o plano “Paraguai Maior” uma ameaça para os países vizinhos, pois o ditador Solano López pretendia expandir o seu território e isso gerava tensões nas fronteiras, o segundo, a interferência inglesa, onde pretendiam estabelecer sua hegemonia dentro do continente sul-americano, sendo a principal capital de compra para produtos industriais, e o terceiro ponto, os interesses territoriais do Brasil e Argentina para expandir o seu território. O acordo da tríplice aliança teve total ajuda da Inglaterra, sendo que o Uruguai teve participação insignificante na guerra, já a Inglaterra teve uma total influência, pois os aliados não venceriam sem este apoio.

Encontramos contradições entre os motivos que levaram a guerra, mas pode-se pontuar que todos os motivos particulares de cada país construíram um motivo maior para a

---

<sup>6</sup> MILANESI, 2004.

<sup>7</sup> Batalha que aconteceu às margens do Riachuelo, um afluente do rio Paraguai. De um lado da margem estavam os brasileiros, do outro os paraguaios, quem vencesse este confronto teria passagem para a invasão de outros territórios.

<sup>8</sup> Capital do Paraguai.

consolidação da guerra, as tensões já cercavam as fronteiras, desde os primeiros contatos, a guerra pelas raias já aconteciam, e a guerra do Paraguai foi um reflexo desses conflitos dos séculos passados, pois na divisão das colônias no século XV e XVI as colônias espanholas saíram prejudicadas por estes conflitos territoriais, e por fim resultou em conflitos posteriores que colocam em prática a posição geográfica de cada país.

## 6. Referências

- SOUZA, Osvaldo de. Guerra do Paraguai (1864-1870). In: História do Brasil. São Paulo: Ática, 1987. p. 48-51.
- LUCCI, Elian. História do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 34-73.
- PEREIRA, Denise. História do Brasil. São Paulo: Atual, 1987. p.220-224.
- MARQUES, A. P., “Regimento das Léguas”, Luís de Albuquerque [dir.], Dicionário de História dos Descobrimentos. Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- IBGE - Carta do Brasil ao milionésimo, 3ª ed. (1999), acesso no dia 04 de janeiro de 2017 disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/topo\\_doc3.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/topo_doc3.shtm)
- CORTESÃO, J. História do Brasil nos velhos mapas. 2v. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, 1965.
- CORTESÃO, J. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, 2v. São Paulo: Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- CORTESÃO, J. 1955 A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1955.
- FURTADO, Joaci Pereira. A Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Saraiva, 2000.
- ALBUQUERQUE, L. O Tratado de Tordesilhas e dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1973.
- MOTA, Guilherme Maia. Guerra do Paraguai: história e polêmica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a12.pdf> acesso no dia 12/02/2016.



## A participação feminina no grupo armado argentino “Partido Revolucionário dos Trabalhadores - Exército Revolucionário do Povo” -PRT-ERP (1969-1980)

**Amanda Monteiro Diniz Carneiro**

Mestre em Ciências Humanas

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

E-mail: amandamondiniz@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo tem como objeto, analisar a participação das mulheres no grupo de esquerda da Argentina, denominado Partido Revolucionário dos Trabalhadores -Exército Revolucionário do Povo, no período de 1969 a 1980. O estudo da atuação das mulheres, principalmente em grupos políticos que se denominam revolucionários, torna-se fundamental para problematizar os espaços masculinizados da política. A partir de uma pesquisa preliminar, constatamos que muitas vezes mulheres e homens atuavam reforçando e reproduzindo espaços de dominação machista da sociedade. Ainda são poucos os estudos historiográficos que discutem sobre a condição feminina nos espaços políticos, como por exemplo, nos partidos, sindicatos, etc, durante esse período. Geralmente, debates são realizados sem diferenciar a questão de gênero, seus impactos e diferenças na militância e no interior das organizações políticas. Nesse contexto, buscamos novas perspectivas para pensar as mulheres como personagens históricos, principalmente no movimento popular e no jogo político.

**Palavras-Chaves:** Participação das mulheres; política; espaços masculinizados.

**Resumen:** El presente artículo tiene como objeto analizar la participación de las mujeres en el grupo de izquierda de Argentina, denominado Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo, en el período de 1969 a 1980. El estudio de la actuación de las mujeres, principalmente en grupos políticos que se denominan revolucionarios, se vuelve fundamental para problematizar los espacios masculinizados de la política. A partir de una investigación preliminar, constatamos que muchas veces mujeres y hombres actuaban reforzando y reproduciendo espacios de dominación machista de la sociedad. Los estudios historiográficos que discuten sobre la condición femenina en los espacios políticos, como por ejemplo, en los partidos, sindicatos, etc., durante ese período. Generalmente, los debates se realizan sin diferenciar la cuestión de género, sus impactos y diferencias en la militancia y dentro de las organizaciones políticas. En ese contexto, buscamos nuevas perspectivas para pensar a las mujeres como personajes históricos, principalmente en el movimiento popular y en el juego político.

**Palabras Claves:** Participación de las mujeres, política, espacios masculinizados.

### Introdução

O grupo armado Partido Revolucionário dos Trabalhadores - Exército Revolucionário do Povo PRT-ERP se organizou em fins dos anos de 1960. O contexto argentino nesse período era de intensa agitação política e social, basta lembrarmos o radicalismo da ditadura de 1966, o retorno de Perón do exílio em 1973 e a ditadura civil-militar de 1976. No entanto, é importante ressaltar que essa intensa agitação teve origens bem anteriores, desde de meados da década de 1950 com o golpe de estado conhecido como “Revolução Libertadora” (nome dado pelos próprios militares envolvidos), Perón foi deposto do poder e todas as formas de repressão se fizeram presentes. No entanto, além das influências específicas do contexto da Argentina,



influxos externos também moldaram a identidade do grupo. Partindo desse princípio, podemos destacar como influência externa a urgência revolucionária trazida pela Revolução Cubana, principalmente no que se refere à luta armada. Dessa maneira, podemos entender um pouco da formação dos grupos armados no período, incluindo PRT-ERP.

A partir de consultas a materiais bibliográficos, pode-se perceber que nas décadas de 1960 e 1970 muitas mulheres jovens estavam envolvidas na luta política e em muitos dos grupos de esquerda existentes no momento, inclusive no PRT-ERP. Dessa maneira, levando em consideração o contexto de formação dos grupos armados e a grande inserção de mulheres neles, principalmente a partir da década de 1970, buscamos entender suas atuações e participações em espaços “masculinizados” e “reservados aos homens”.

Para alcançar os objetivos propostos organizamos o artigo em três partes ou subtítulos. Na primeira, abordamos o contexto político da época e os elementos que influenciaram e propiciaram a formação do grupo PRT-ERP com a sua configuração específica. Na segunda, apresentamos o grupo PRT-ERP, suas origens e suas formas de atuação. Por fim, na última parte, apresentamos as atuações femininas no grupo simultaneamente aos impactos de uma sociedade ligada a questões de cunho machista.

### **As influências da Revolução Cubana e o contexto argentino: a formação de grupos armados na Argentina a partir da década de 1970**

A Revolução Cubana ocorreu em 1959, em reação à ditadura de Fulgêncio Batista (1901-1973). O governo de Batista representava todas as formas de exploração social, tendo sido alicerçado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que estimulava a corrupção e a desigualdade social. Segundo Reis (2011), Cuba vivia sob forte dependência política e econômica dos Estados Unidos. Economicamente, foi montada uma estrutura rigorosamente voltada para o mercado estadunidense. São exemplos dessa dependência econômica, as grandes empresas de proprietários americanos, muitas delas com o monopólio da produção açucareira, principal produto de exportação vendido para o mercado norte-americano praticamente com exclusividade e a preços vantajosos e preferenciais.

A partir desse contexto, pode-se pensar as bases que deram sustentação à oposição ditatorial, que logo culminou na Revolução Cubana. Para Reis (2011), o grupo revolucionário inicial, com liderança de Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara, tinha como princípios básicos o fim do imperialismo, a liberdade e a autonomia da nação. O grupo era constituído por

muitos jovens e pessoas diretamente afetadas pela situação precária em que se encontrava o país. Levando em consideração esse contexto de ditadura e de grande influência exercida pelos Estados Unidos em Cuba, os revolucionários viram na luta armada e na guerra de guerrilhas os únicos caminhos possíveis para se fazer a revolução e alcançar o poder.

O momento vivido em toda a América Latina não era muito diferente daquele de Cuba, uma vez que, nesse período (década de 1950 até 1970), se estabelece uma forte competição internacional por mercados. Os países da América Latina, por conseguinte, haviam construído mercados nacionalistas e, a partir de então, começam a sofrer pressões para a abertura de mercado, prejudicando a continuidade do desenvolvimento nacional e ficando, assim, cada vez mais dependente do mercado internacional. (AYERBE, 2004). Essa situação vai ao encontro do contexto cubano, uma vez que seu mercado, como vimos anteriormente, está totalmente influenciado pelo sistema internacional.

Dessa forma, a Revolução Cubana de 1959 se torna uma referência de luta para toda a América Latina, um exemplo de rompimento com o imperialismo e o estabelecimento da liberdade nacional.

Na Argentina, as ideias de revolução, de violência justa, de guerrilhas urbanas e rurais, de transformação política, bem como o anti-imperialismo foram de fundamental importância para a formação dos novos grupos de esquerda radicalizados. (ADAMOVSKY, 2012). Além disso, o cenário argentino descrito por Adamovsky (2012) como de desigualdade social, exploração nacional por parte das empresas internacionais e injustiças sociais, sofridas principalmente pelos setores pauperizados, também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de tais grupos. Os jovens que formavam a nova esquerda<sup>1</sup> acreditavam que a única saída para a Argentina seria através da luta armada. (ARAÚJO, 2008).

A partir dos anos 1960, muitos foram os grupos radicalizados de esquerda que se formaram, vários deles provenientes do peronismo, mais especificamente da esquerda peronista<sup>2</sup>. Entre esses grupos estavam Montoneros, Juventude Peronista (JP), Forças Armadas

---

<sup>1</sup> De acordo com Araújo (2008), a nova esquerda era constituída em sua maioria, por jovens que se organizaram em grupos críticos aos partidos socialistas e comunistas. A construção da nova esquerda se baseava em novas práticas e novos valores em que o fundamental era a ação direta sem intermediários, o pragmatismo e o confronto.

<sup>2</sup> O peronismo englobava uma direita e uma esquerda com diferentes ideais. A direita peronista era constituída pela corrente sindical-burocrata e por grupos empresariais que se beneficiavam com a política protecionista e antiliberal estabelecida pelos governos de Perón (1946-1955, 1973-1974). Além desses, a direita era constituída também por organizações paramilitares que incitavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já a esquerda peronista era composta, em sua maioria, por jovens que acreditavam que a luta dos trabalhadores seria o alicerce principal para a luta - inspirada na revolução e não na democracia - contra o imperialismo e o fim do capitalismo.

Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e outros. No entanto, como afirma Adamovsky (2012), é nos fins da década de 1960 que a formação desses grupos se intensifica. Segundo o autor, “As coisas, no entanto, mudaram rapidamente a partir do fim dos anos sessenta, sobretudo devido ao impacto do *Cordobazo*.” (ADAMOVSKY, 2012, p. 259, tradução nossa).<sup>3</sup> Assim, de acordo com Adamovsky, nos fins da década de 1960 havia se formado mais de quinze organizações guerrilheiras que propunham como método a luta armada.

Sobre a experiência e escolha pela opção da luta armada como melhor método de luta no momento, explica Araújo,

No caso da Argentina, a experiência da luta armada foi, digamos assim, “entre dois golpes” – posterior à ditadura de Onganía, mas anterior ao golpe de 1976. Mas, sem dúvida, a instauração de regimes militares arbitrários, violentos e repressivos fez recrudescer a opção pela luta armada e pela guerrilha na região latino-americana. (ARAÚJO, 2008, p. 252).

Em virtude de todo esse cenário repressivo e das influências externas a que nos referimos anteriormente, a luta armada foi eleita como a via possível para trazer justiça, dignidade e autonomia para o povo argentino. (ADAMOVSKY, 2012; ARAÚJO, 2008).

### **Formação e organização do Exército Revolucionário do Povo- Partido dos Trabalhadores ERP-PRT**

O PRT-ERP, se formou através da fusão de dois grupos: FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino e Parabra Obrera, organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. Dessa maneira em 1965 ocorreu a fusão dos referidos grupos e a formação do PRT. No entanto, PRT-ERP se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Assim, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o ERP (com a adesão da luta armada) e assim se originou o PRT-ERP.

De acordo com Pozzi (2009), o PRT-ERP foi uma das principais organizações guerrilheiras do período na Argentina, era constituída principalmente por jovens estudantes e

---

Era caracterizada como um grupo que se sustentava na figura de Perón, mesmo que esse não compartilhasse da sua posição ideológica. Dessa maneira, a esquerda utilizava-se dos discursos peronistas a fim de alcançar o apoio das classes trabalhadoras para se legitimarem enquanto movimento social ou partidário. (ROCHA, 2011).

<sup>3</sup> Las cosas, sin embargo, cambiaron rápidamente a partir de fines de los sesenta, sobre todo gracias al impacto del Cordobazo.

trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. No entanto, de todos os grupos que surgiram no momento, o PRT-ERP se configurava em um caso diferente, na medida que se apresentava como uma alternativa marxista para uma classe trabalhadora peronista. (POZZI, 2009).

A partir de 1975 o PRT-ERP tinha participação em mais de quatrocentas das principais fábricas da grande Buenos Aires. Obteve êxito na organização dos grupos dos trabalhadores industriais de Córdoba, dos metalúrgicos, dos trabalhadores da carne, dos petroquímicos de Rosário e dos petroleiros patagônicos. Além disso, tinha grupos muito ativos no movimento estudantil. (POZZI, 2009).

No que se refere à esfera militar o grupo, a partir de 1975, estava organizado em numerosas esquadras locais e fabris. Além disso, construiu uma espécie de parceria com os grupos Tupamaros (do Uruguai), MIR (do Chile) e PRT- ELN (da Bolívia). Os referidos grupos juntamente com o PRT-ERP, instalaram uma fábrica de armas na Argentina, lá eram produzidos: explosivos, granadas e submetralhadoras JCR1. Os quatro grupos se apoiavam mutuamente, principalmente no financeiro e no político. Nesse sentido, entre 1969 e 1977 o PRT-ERP realizou diversas ações armadas na Argentina, tais como: ataques a quartéis militares, desarmamento de policiais, roubo (de veículos, dinheiro e alimentos, que depois eram repartidos em bairros pobres), assassinatos de repressores e empresários, sequestros, atentados com explosivos, entre outras ações. (POZZI, 2009; CARNOVALE, 2011).

Por fim, é importante ressaltar as dificuldades encontradas no que se refere à precisão de dados da organização, como por exemplo, o número exato de membros homens e mulheres que atuaram no grupo. Além da questão da clandestinidade (1973) e dos atos repressivos do estado, que geravam problemas gravíssimos em relação a esta precisão, várias questões relacionadas ao machismo reproduzido na organização, impediu, em muitos momentos, a participação das mulheres nos quadros de direção e liderança do grupo. Muitas vezes colaboravam da mesma forma que os homens, mas pelo fato de serem mulheres não alcançavam reconhecimento e não apareciam nem mesmo como militantes do referido grupo. Assim, o resultado era a redução do número de mulheres atuantes nos registros (documentos internos) da organização. Tal situação alterava totalmente os números e dados do grupo. Dessa forma, entendemos umas das razões do silêncio da participação feminina em muitos dos documentos analisados.

Em virtude de tudo isso, analisamos os números e dados do grupo, pensando a questão da masculinização do espaço e problematizando as questões de gênero.

### **A Participação Feminina no Partido Revolucionário dos Trabalhadores- Exército Revolucionário do Povo -PRT-ERP-**

A partir da década de 1960 as relações entre homens e mulheres e os papéis sociais estabelecidos para cada um deles começaram a serem questionados pela geração mais jovem: a “moral tradicional” foi criticada em todas as suas formas. Assuntos como igualdade de gênero, subordinação das mulheres ao poder masculino, repressão sexual feminina e todas as formas de discriminação da mulher estavam na ordem do dia. Os referidos questionamentos estavam inseridos no contexto de deflagração da Segunda Onda Feminista,<sup>4</sup> que se desenvolveu nos países da América Latina, aproximadamente no início da década de 1970. Não que essas discussões se iniciassem apenas nesse momento, mas se sustentaram nessa base, que condicionou a radicalização de muitas premissas.

Entretanto, os grupos de esquerda da década de 1970, incluindo o PRT-ERP também reproduziam normas sociais conservadoras. Essa reprodução, em muitos momentos, não acontecia de forma explícita, mas estava presente em vários momentos no interior dessas organizações. A questão dos filhos de militantes, por exemplo, pode ilustrar a reprodução de espaços de dominação. Na maior parte dos relatos de militantes em que o pai e a mãe militavam, o cuidado dos filhos era atribuição apenas das mães. Abaixo, segue o relato da militante Alicia, que aborda o referido assunto.

Nós vivíamos em casas operativas e mesmo que os companheiros tentassem ajudar ou dissessem que ajudavam, sempre o serviço da casa ficava para a mulher... a cozinha, a limpeza, o cuidado com as crianças... éramos nós as que estávamos carregando as crianças para todos os lados. (GÓMEZ, 2011, p. 28.)<sup>5</sup>

Como podemos observar, os espaços domésticos continuavam sendo reservados às mulheres. Dessa forma, se quisessem militar, tinham que conseguir conciliar os dois planos: o doméstico e o político.

---

<sup>4</sup> De acordo com Pedro (2010), a Primeira Onda Feminista esteve centrada principalmente na reivindicação de direitos políticos, como o de votar e ser eleita. A Segunda Onda surgiu, por sua vez, após a Segunda Guerra Mundial e tinha como prioridade as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.

<sup>5</sup> As militantes entrevistadas são apresentadas apenas por seu primeiro nome.

Outro aspecto de reprodução da lógica social no interior dos grupos de esquerda, se refere ao cuidado dispensado às mulheres. Abaixo, um militante do PRT-ERP relata sobre o assunto.

Além disso, quando estava se fazendo algo em conjunto, aí é onde talvez se perceba o machismo. Por exemplo, quando você vai a uma ação e você talvez não pega na mão do companheiro, pega na mão da companheira, porque talvez você acredita que fisicamente não pode correr como você corre. Então aí é onde você vê um pouquinho de fraqueza, viu, entendeu? Eu acho que talvez aí as companheiras, você pegava na mão e dizia “tudo bem, vamos.” (Varón, PRT-ERP *apud* PASQUALI<sup>6</sup>, 2008, p. 62-63, tradução nossa).<sup>7</sup>

Nesse sentido, pode-se perceber que a condição feminina por si só, independente da atuação, expressava debilidade aos olhos de muitos militantes homens. Por essa razão, muitas mulheres, para serem respeitadas e aceitas de forma igualitária em relação aos homens, se masculinizavam. De acordo com Belej, Huerta, Martin e Silveira (2005), a “masculinização” foi a única alternativa encontrada por essas mulheres para alcançar níveis de igualdade em relação aos homens, tendo em vista que naquele momento as discussões de gênero não eram tratadas em grupos de esquerda. Essas discussões eram vistas como práticas burguesas e antirrevolucionárias. Para Destuet e Valle (2005), as reivindicações dos grupos estavam relacionadas com o social; outras questões, como a discussão de gênero, por exemplo, eram secundárias. Segundo as referidas autoras, as próprias mulheres demoraram muitos anos para perceber que as problemáticas de gênero estavam diretamente envolvidas em seus contextos de atuação.

Por outro lado, a “condição social feminina” foi explorada com o objetivo de angariar benefícios aos grupos de esquerda. Para Noguera (2013, p. 19, tradução nossa)<sup>8</sup>, “A utilização de estereótipos genéricos tradicionais, como a mãe, a puta ou a namorada, foi explorada pelas organizações para não levantar suspeitas à hora de checar objetivos, gerar distração ou facilitar o acesso a lugares e pessoas.” Dessa maneira, a “condição social feminina” era tão “cristalizada” naquele momento que se tornou uma estratégia de atuação para alguns grupos.

---

<sup>6</sup> A referida autora não nomeia os(as) militantes entrevistados(as). Utiliza as palavras varão e mulher para identificá-los(as).

<sup>7</sup> Aparte cuando se estaba haciendo algo en conjunto, ahí es dónde se ve por ahí el machismo, por ejemplo cuando vos vas a una acción y vos a lo mejor no lo agarrás de la mano al compañero, la agarrás de la mano a la compañera, porque a lo mejor vos creés que fisicamente no puede correr como corrés vos. Entonces ahí es dónde vos ves un poquito de debilidad, viste, ¿entendés? Yo creo que por ahí las compañeras, vos la agarrabas de la mano y decías “bueno, vamos.”

<sup>8</sup> La utilización de estereotipos genéricos tradicionales, como la madre, la puta o la novia, fue explotado por las organizaciones para no levantar sospechas a la hora de chequear objetivos, generar distracción o facilitar el acceso a lugares y personas.



Uma militante citada por Noguera (2013) relata que se uma mulher levasse uma arma debaixo da manta de um bebê, ninguém desconfiaria de tal situação.

Outro artifício em que a “condição feminina” foi explorada como estratégia foi relatado pela militante do PRT-ERP Elena, citada por Diana<sup>9</sup>, como segue abaixo:

[...] Tomei um ônibus com meu bebê e uma bolsa cheia de armas e material. Fiquei presa em um pino e pararam o ônibus. Quando chegou a minha vez, eu, que não tinha documentos, pedi ao policial que esperasse um momentinho porque não os achava na bolsa. Eu enfiava a mão e simulava procurá-los, mas quando mexia na bolsa escutava-se o barulho dos ferros que levava. No fim, pedi-lhe desculpas e disse que não os achava, e entre a carinha de circunstância, o neném que chorava e o sorriso, não sei, tudo ficou por isso mesmo. (ELENA *apud* DIANA, 1998, p. 165, tradução nossa).<sup>10</sup>

A respeito desse tipo de situação, vários relatos foram encontrados: muitas mulheres conseguiram sair de ocasiões difíceis utilizando a “condição feminina”.

O tema dos espaços masculinizados é problematizado em vários relatos de militantes do PRT-ERP. Uma militante do referido grupo fala das dificuldades encontradas pelas mulheres para atuar como um atuante “normal” no grupo, independente da condição feminina.

[...] nós mulheres temos alguns problemas para poder ocupar cargos, somos discriminadas em alguns aspectos, temos muitos problemas para poder avançar em certas carreiras, inclusive, dentro das organizações tínhamos problemas para avançar. Nós, as companheiras, éramos descartadas de algumas tarefas, sempre havia um jeito de dizer.... Eu sempre dizia aos homens que eles tinham o discurso: “Sim, as companheiras mulheres que se integram à luta, tudo bem, mas a minha não, que me acompanhe *ma non tropo*.” (PASQUALI,<sup>11</sup> 2005, p. 131, tradução nossa).<sup>12</sup>

Como podemos observar, esses espaços eram bem marcados por posicionamentos machistas. Independentemente de qualquer motivo, a atuação, só por ser feminina, já era considerada inferior. Assim, em muitos casos, o fato de as mulheres não ocuparem cargos

---

<sup>9</sup> Os nomes das militantes entrevistadas por Marta Diana não são reais nem “nomes de guerra”, são inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Nélide Augier e Graciela Daleo.

<sup>10</sup> Me subí a un colectivo con mi bebé y un bolso lleno de armas e material. Me agarra una pinza y paran el colectivo. Cuandome toca a mí, que no tenía documentos, le pido al policía que esperara un momentito porque no los encontraba en el bolso. Yo metía la mano y simulaba buscarlos, pero al revolver el bolso se escuchaba el ruido del fierrierío que llevaba. Al final le pedí disculpas y le dije que no los encontraba, y entre carita de circunstancias, y nene que lloraba, y sonrisa, no sé ahí quedo.

<sup>11</sup> A referida autora não nomeia os(as) militantes entrevistados(as). Faz as identificações utilizando a palavra militante acompanhada dos artigos “o” e “a”.

<sup>12</sup> [...] las mujeres tenemos algunos problemas para poder ocupar cargos, somos discriminadas en algunos aspectos, tenemos muchos problemas para poder avanzar en ciertas carreras, incluso dentro de las organizaciones teníamos problemas para avanzar. Siempre las compañeras éramos relevadas de algunas tareas, siempre estaba la onda de decir... Yo siempre le decía a los varones que ellos tenían un discurso “Si, las compañera mujeres, que se integran a la lucha, todo bien, pero la mía no, que me acompañe *ma non tropo*.”



importantes não era consequência de sua atuação, mas de uma concepção machista de dominação reproduzida socialmente e no interior dos grupos. De acordo com Ramona, militante do PRT-ERP, “Havia companheiras muito capacitadas que se arriscavam com as armas; no entanto, não chegavam aos altos cargos.” (RAMONA *apud* DIANA, 1997, p. 85, tradução nossa).<sup>13</sup> Outros relatos apresentados por Diana mostram ex-chefes de distintas organizações reconhecendo a pouca inserção das mulheres em âmbitos militares e defendendo a ideia de que muitas mulheres foram tão boas quanto os homens.

Outra militante do PRT-ERP relatou para Diana a situação do machismo nos grupos de esquerda e a vontade, por parte de militantes mulheres, de erradicá-lo. Ela afirma:

Não nego que nas organizações tenha havido machismo. Erradicá-lo foi justamente a tarefa que tentamos dentro do novo estilo de relações que propúnhamos entre um homem e uma mulher novos. Existia uma vontade expressa de considerar a mulher igual. O que acontece é que há uma questão com os filhos que é um tema muito difícil de resolver, e que também nós não fizemos. Dada a relação entre o filho e a mãe, parece que por lei e direito corresponde a ela quase tudo, e é o que acontecia geralmente. (LILIANA CALLIZO *apud* DIANA, 1997, p. 115, tradução nossa).<sup>14</sup>

Dessa maneira, como podemos notar, o PRT-ERP se apresentava de forma muito machista. As mulheres tiveram que se adaptar das mais diversas formas aos espaços masculinizados presentes na sociedade e no referido grupo. Só assim garantiam suas participações.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, mesmo com todas as formas de hierarquização de gênero presentes no interior dos grupos de esquerda da década de 1970, foram significativas as mudanças sociais, principalmente no que diz respeito aos espaços destinados às mulheres naquela sociedade. Para Noguera,

Tanto no ERP quanto em Montoneros podemos reconhecer uma ativa participação das mulheres que, no contexto da militância, quebraram os papéis tradicionais que as relegavam ao âmbito doméstico, para participar conscientemente na vida pública e política. (NOGUERA, 2013, p. 22, tradução nossa).<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Había compañeras muy capacitadas que se jugaban con las armas; sin embargo no llegaban a los puestos altos.

<sup>14</sup> No niego que en las organizaciones haya habido machismo. Erradicarlo fue justamente la tarea que intentamos dentro del nuevo estilo de relaciones que planteamos entre un hombre y una mujer nuevos. Existía una voluntad expresa de considerar igual a la mujer. Lo que pasa es que hay una cuestión con los hijos que es un tema muy difícil de resolver, y tampoco nosotros lo hicimos. Dada la relación entre el hijo y la madre parece que por ley y derecho a ella le corresponde casi todo, y es lo que pasaba generalmente.

<sup>15</sup> Tanto en el ERP como en Montoneros podemos reconocer una activa participación de las mujeres que, en el marco de la militancia, rompieron con los papeles tradicionales que las relegaban al ámbito doméstico, para participar conscientemente en la vida pública y política.

Destarte, é necessário termos em mente que se a atuação das mulheres foi, em alguns momentos, limitada, isso se deve principalmente à exploração e repressão desses sujeitos por sua “condição social”, não por falhas ou falta de capacidade individual. Ademais, levando em consideração as condições estabelecidas socialmente, esses sujeitos conseguiram ganhos significativos e contribuíram intensamente na luta por melhores condições.

### **Considerações Finais**

Através dos testemunhos dos militantes do grupo PRT-ERP, pudemos perceber que as mulheres atuaram em vários momentos da mesma forma que os homens, mostrando suas capacidades em diversas frentes, mesmo com as inúmeras formas de desigualdade de gênero.

No entanto, isso não aparece de forma clara na historiografia. As mulheres, os negros, além de outras “minorias”, foram ocultadas de vários processos de construção histórica. Segundo Pedro e Soihet (2007), alguns autores acreditavam que, ao falar dos homens, as mulheres também eram contempladas.

Partindo do presente artigo e da bibliografia consultada, podemos considerar que esse tipo de afirmação se torna um problema, pois excluímos dos processos históricos sujeitos que atuaram significativamente e que contribuíram para chegar aonde estamos hoje. Assim, reduzimos também a capacidade de compreensão da história como um todo, uma vez que é através da interação dos diferentes sujeitos que constituem a história que podemos chegar a uma compreensão satisfatória. Nesse sentido, pode-se entender a importância deste tema não apenas para a história, mas para pensarmos em um mundo mais humano, com menos hierarquias, preconceitos, discriminações e, sobretudo, com menos violência e dominação de um sujeito sobre outro.

### **Referências**

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos *et al.* *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

BELEJ, Cecilia; HUERTA, Silvia Escanilla; MARTÍN, Ana Laura; SILVEIRA, Alina. *Muestra gráfica mujeres en acción. Política y feminismos en la década de 1970*. In: DOMINGUEZ, Nora *et al.* *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 524-531.

CARNOVALE, Vera. Los combatientes: historia del PRT-ERP. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

DIANA, Marta. Mujeres guerrilleras. Buenos Aires: Planeta, 1997.

DESTUET, Graciela; VALLE, María Rosa. La visibilidad de la mujer en la creación política. In: DOMINGUEZ, Nora *et al.* Historia, género y política en los '70. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 407-432.

GÓMEZ, María Rosa (Org.). Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. p. 28 (CUADERNOS DE LA MEMÓRIA, 5) Disponível em: <[http://www.dirdocumentacion.com.ar/repo/modulos/buscador/documentos/cuadernos5\\_MemoriasDeMujeres.pdf](http://www.dirdocumentacion.com.ar/repo/modulos/buscador/documentos/cuadernos5_MemoriasDeMujeres.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2016.

NOGUERA, Ana. La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973. TALLER - Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 9-22, jul. 2013. Disponível em: <<http://tallersegundaepoca.org/taller/article/view/72>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PASQUALI, Laura. Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla. Revista Temas de Mujeres, Tucumán, n. 4, p. 49-75, 2008. Disponível em: <<http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/23>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

POZZI, Pablo A. Una persona entregada en cuerpo y alma a la revolución ¿quiénes eran los guerrilleros del prt-erp de argentina?. Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Tempo e Argumento, Florianópolis, v.1, n.2, p. 101-121, 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/search/titles?searchPage=3>. Acesso em: 15 jul. 2016.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, D. *et al.* A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 363-393.

ROCHA, Marina Maria de L. Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República: os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975 - março de 1976). 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <[www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

## Fronteiras em Disputa no Conflito Cisplatino

**Luan Mendes de Medeiros Siqueira**

Mestrando em História pelo  
PPHR/ UFRRJ

E-mail: luan.mendes94@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar algumas correspondências durante o início do conflito cisplatino (1825), dialogadas entre os ministros dos negócios estrangeiros do Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Nesses documentos, temos como tarefa central investigar e problematizar as questões de fronteira, debatidas por tais autoridades. Ver a fronteira não apenas como algo pronto ou simples critério geográfico é observarmos também que é uma construção simbólica, coletiva, espaço e arena de conflitos, além de ser um dos principais elementos para a formação de um Estado.

**Palavras- chave:** Império do Brasil; Fronteiras; Províncias Unidas do Rio da Prata.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es analizar algunas coincidencias durante el inicio de conflicto cisplatino (1825), dialogadas entre los ministros de los negocios extranjeros de Imperio de Brasil y las Provincias Unidas de lo Río de la Plata. Néstes documentos, temos como tarefa central investigar y problematizar las cuestiones de frontera, discutidas por tales autoridades. Ve la frontera no sólo como algo pronto ou simples criterio geográfico es observarmos también que es una construcción simbólica, coletiva, espacio y arena de conflictos, además de ser un de los principaes elementos para la formación de un Estado.

**Palabras- clave:** Imperio del Brasil; Fronteras; Provincias Unidas del Río de la Plata.

Quando pensamos em Estado, pensamos também em suas múltiplas dimensões e nos diversos elementos que o formam em sua totalidade. Um desses aspectos refere-se à questão das fronteiras. Ao falarmos da fronteira, não entendemos apenas como uma simples divisão territorial que separa um país do outro. A distintas visões de fronteira envolvem as relações de pertencimento que determinado indivíduo tem com uma região.

O historiador Cesar Guazzelli define alguns apontamentos sobre o conceito de fronteiras. Guazzelli estuda as áreas de fronteira especificamente na parte meridional do Brasil, não apenas como uma questão de territorialidade mas também na relações de pertencimento entre os indivíduos que residem nessas áreas. Segundo Guazzelli:

Se a fronteira é um espaço, é necessário pensar na formação deste espaço; se é o fronteiriço quem o constrói e o controla mais necessário ainda é tratar das relações entre os homens e a natureza, mais ainda aquelas dos homens entre si no processo de apropriação e exploração das paisagens.<sup>1</sup>

De acordo com autor, as fronteiras, mais do que limites, são zonas de passagem

---

<sup>1</sup> GUAZZELLI, Cesar. História e Fronteira nas fronteiras da Literatura: João Simões Lopes Neto e “Lendas do Sul”. *XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)*. Rio Grande do Norte, Natal – 22 a 26 de julho de 2013, p. 2.

ambíguas, e não divisas dadas a priori, não devendo ser “naturalizadas”<sup>2</sup>. Conforme aponta Guazzeli, as distintas construções históricas sobre a fronteira reforçam a necessidade estudarmos cada vez mais os chamados homens de fronteira<sup>3</sup>; já que são eles os verdadeiros atores sociais diante da configuração de demarcação dos territórios e principalmente na existência de conflitos em tais espaços.

O conflito cisplatino, por sua vez, dada a sua magnitude no que diz respeito ao envolvimento de questões fronteiriças no sul do Brasil, fazia parte das pretensões do expansionismo brasileiro em todo o estuário platino. Guazzeli teve como grande contribuição a problematização desse estudo sobre as fronteiras já que, quando falamos de Guerra da Cisplatina, não podemos deixar de ressaltar que muitas das instabilidades políticas e interesses comerciais ocorreram na parte meridional do Brasil Império, espaços também de pluralidades étnicas. O processo de formação do Brasil imperial como Estado esteve intrinsecamente ligado às resoluções de fronteiras na província do Rio Grande do Sul.

Para as historiadoras Heloisa Rachel e Ieda Gutfreind, o conflito entre brasileiros e portenhos trouxe problema para os dois governos: do lado dos argentinos, o envolvimento dos unitários portenhos provocou o reinício da guerra civil interna em Buenos Aires, os federalistas, liderado por Dorrego e Rosas, reclamavam do envolvimento do governo unitário de Rivadavia com os interesses externos<sup>4</sup>. Já no lado do Brasil, as manifestações de descontentamento com os gastos financeiros dessa guerra serviam apenas para preservar uma herança colonial portuguesa<sup>5</sup>. Na concepção de Gutfreind e Reichel, o conflito cisplatino pela primeira vez exprimiu interesses nacionais em torno do Prata:

A Guerra da Cisplatina evidenciou que os antagonismos e a disputa pelos privilégios e pela dominação dos territórios foram herdados pelos novos países que se formavam. Mostrou, também, no espaço platino, que o sentimento nacional, em vez de constituir a origem desses Estados independentes, se construiu a partir do nascimento deles.<sup>6</sup>

Uma das grandes contribuições dessas autoras, não apenas para os estudos sobre o conflito cisplatino mas também para as pesquisas em relação a região do Rio da Prata, foi promover uma ampla discussão sobre as fronteiras; áreas de litígios não apenas entre as próprias questões internas políticas no sul do Brasil, como também na relação com os outros países

---

<sup>2</sup>*Ibid*, p. 1.

<sup>3</sup>*Ibid*, p. 2.

<sup>4</sup> REICHEL, Heloísa J., e GUTFREIND, Ieda. Fronteiras e guerra no Prata. São Paulo: Atual, 2006. p. 35- 36.

<sup>5</sup> *Ibid*, p. 36.

<sup>6</sup> *Ibid*, p. 36

platinos. A discussão das fronteiras como espaço de integração e a criação de formação étnica tornam-se fundamentais ao nos debruçarmos sobre o estudo das diversas questões platinas.

A fronteira, por sua vez, era uma temática que que fazia presente nos acalorados debates em algumas das correspondências diplomáticas. Como, por exemplo, em resposta à correspondência do vice almirante e comandante em Chefe das Forças Navais no Rio da Prata, Rodrigo José Ferreira Lobo, Manuel Garcia rebateu grande parte das questões referentes às supostas reclamações de Lobo: o roubo das embarcações no Porto de Buenos Aires e as hostilidades provocadas pelos revolucionários na Banda Oriental.

García critica ainda a pessoa do vice-almirante se comportar como um ministro das relações internacionais já que esse último era apenas vice-almirante da esquadra e comandante das forças navais brasileiras no Rio da Prata. O embaixador portenho disse que não competia a Lobo e que não tinha autoridade alguma para tratar dos assuntos externos:

Posto não ser a prática do Governo das Províncias Unidas a entrar em explicações diplomáticas com um chefe militar, que além de não achar-se caracterizado em forma para esse fim, se apresenta mandando uma força armada, e uma atitude verdadeiramente hostil, convém agora a dignidade do Governo das Províncias Unidas, que todas as mais do mundo não tenham motivo para pensar que ele recusa de modo algum a desmentir em toda a ocasião a imputação, que se lhe faz de haver promovido a sublevação atual dos povos da banda Oriental do Rio da Prata; e por isso o abaixo assinado está autorizado para negar solenemente tal fato.<sup>7</sup>

Além disso, o ministro portenho coloca em questão o problema da delimitação das fronteiras, o não reconhecimento do governo imperial brasileiro em ter o poder sobre o território cisplatino e o pouco caso que os brasileiros faziam dos cidadãos da Província Cisplatina. A referida carta data de 8 de julho de 1825, três dias após a correspondência do chefe militar brasileiro. No trecho a seguir, García afirma:

Pelo que é relativo aos súditos destas provincias empregadas, segundo se diz, na Banda Oriental, o Governo o ignora, carece além disso de autoridade sobre eles, porque os cidadãos das Provincias Unidas são livres para aonde lhes pareça; e ainda quando fosse compatível com as instituições liberais desta República a intervenção do Governo nos atos e deliberações puramente privadas dos cidadãos, ele não poderia força- los a voltar de um território sobre o qual não exerce poder algum.<sup>8</sup>

García, ainda na correspondência, alude aos problemas políticos que a República das

---

<sup>7</sup>Correspondência de Manoel José García para Rodrigo José Ferreira Lobo em 6 de julho de 1825. *Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty*, Rio de Janeiro, p. 1.

<sup>8</sup>*Ibid*, p. 1.



Províncias Unidas do Rio da Prata estava atravessando naquele período, em parte devido às tensões que estavam ocorrendo na Banda Oriental. O Brasil era o que semeava a discórdia em tal região, sendo também, de maneira indireta, um dos responsáveis pelas instabilidades vividas nas Províncias do Prata. De acordo com o ministro portenho:

Finalmente, e para marcar nesta ocasião importante de um modo mais positivo ainda o verdadeiro caráter do governo das Províncias Unidas, não divida o abaixo assinado fazer saber o senhor Vice Almirante, que não podendo ser uma matéria indiferente para o governo das Províncias Unidas, o atual estado da Banda Oriental, o qual afeta em demasia a tranquilidade das demais províncias da República, e sendo por isso, cada vez mais urgente estabelecer definitivamente as futuras relações desta República com a Corte do Brasil.<sup>9</sup>

O representante dos negócios estrangeiros de Buenos Aires, nos dois últimos fragmentos, nos coloca algumas indagações. O primeiro trecho citado nos mostra ideia de um projeto político na qual a Cisplatina seria incorporada a partir de um sistema republicano. Analisarmos o conceito de república definido pelas Províncias do Prata em inícios do século XIX a partir da concepção republicana dos dias de hoje seria um grande anacronismo. É preciso entender como era pensado o modelo de república idealizado pelos grupos políticos de Buenos Aires.

Mesmo com sucessivos estudos sobre a resolução das fronteiras sobre a questão Cisplatina, poderemos nos perguntar se essas questões foram resolvidas definitivamente e os tratados sobre limites no estuário platino firmaram-se da melhor forma possível. Pelo contrário, a guerra da Cisplatina inaugurou uma série de eventos políticos que giraram em torno da disputa de domínio das áreas de litígio e atores que protagonizaram alguns conflitos políticos internos, como por exemplo: A Guerra Grande, a Revolução Farroupilha e as tensões entre Blancos e Colorados pelo poder no recém- Uruguai. A historiadora Gabriela Ferreira nos diz que a delimitação de limites na área platina foi uma discussão que tangenciou constantemente o século XIX:

A delimitação definitiva dos limites do Brasil com todas as repúblicas vizinhas ainda estava por fazer em meados do século XIX. Disputas territoriais travadas ainda estava entre Portugal e Espanha foram herdadas pelos países surgidos dos processos de independência política. Na região platina, a disputa teve como epicentro a Colônia de Sacramento, fundada pelos portugueses e, como já foi dito, objeto de grandes contendas militares e diplomáticas.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> *Ibid*, p. 2.

<sup>10</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 66.



O autor afirma que a Questão Cisplatina, com toda a sua evidente singularidade, deve ser inserida no quadro maior de confronto platino entre o Império e a Argentina, cujas raízes encontram-se na própria criação do Vice- Reinado do Rio da Prata, extensa região platino-pampeana e que constituiu por longo tempo um espaço periférico, quase à margem na estruturação do império-hispanoamericano<sup>11</sup>. Magnoli diz que a Guerra Cisplatina teve como uma das prerrogativas o controle da região pelo Império do Brasil e o conflito com Buenos Aires<sup>12</sup>. De acordo com Magnoli:

A Questão Cisplatina ilumina a posição de cada um dos atores e esclarece as relações entre o Império e a Grã- Bretanha. A independência uruguaia – cuja legitimidade política foi atestada, desde o início, pela popularidade de Artigas – não correspondia ao interesse de nenhuma das potências platinas. A Argentina, engajada no projeto das Províncias Unidas, a encarava como mais um episódio da fragmentação do antigo vice-reinado, manipulado do exterior pela diabólica aliança entre Grã- Bretanha e o Brasil. O Império, por seu turno, a interpretava como perda de acesso ao estuário, que passava ao controle indisputado da Argentina. Entretanto, o Uruguai independente, identificava-se plenamente com os objetivos da Grã- Bretanha, cuja política visava, simultaneamente, afastar o Brasil do Rio da Prata e evitar que as duas margens do estuário ficassem sob domínio argentino.<sup>13</sup>

O recente Estado imperial, pautava a sua soberania em toda a região platina através da doutrina das fronteiras naturais. Para Magnoli, essa doutrina sustentava a tese de que a força da ideia de fronteiras naturais emana não de considerações racionais mas de consensos imaginários<sup>14</sup>. Com isso, o Império já teria por direito natural o acesso e o domínio à região da Cisplatina. Dentre os mitos fundadores do território brasileiro, Magnoli menciona o mito da ilha- brasil, enunciado por Jaime Cortesão, que, por sua vez, defendia a ideia de que o Brasil apresentava um território separado e delimitado por dois grandes rios que formavam um lago em comum: o rio Amazonas e o Prata.

Portanto, estudar a discussão das fronteiras durante o conflito cisplatino é fundamental pois entenderemos as raízes históricas entre as divergências de Brasil e Argentina, o futuro Uruguai e o Paraguai no domínio geopolítico pela região do Rio da Prata. Sabemos que tais questões tem origens no período da colonização dos países ibéricos sobre a referida área, mas as disputas acirraram-se entre esses Estados na condição de independentes. A guerra não resolveu de forma alguma as questões de fronteira, pelo contrário, abriu uma nova época de

---

<sup>11</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista / Moderna, 1997.

<sup>12</sup> *Ibid*, p. 149

<sup>13</sup> *Ibid* p. 148. t

<sup>14</sup> *Ibid*, p. 42

disputas pela consolidação e legitimação de poder sobre o estuário platino, paralelamente acompanhado da formação dos Estados Nacionais platinos.

### **Referências Bibliográficas**

#### **Fontes**

Correspondência de Manoel José García para Rodrigo José Ferreira Lobo em 6 de julho de 1825. *Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty*, Rio de Janeiro.

#### **Bibliografia**

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GUAZZELLI, Cesar. História e Fronteira nas fronteiras da Literatura: João Simões Lopes Neto e “Lendas do Sul”. *XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)*. Rio Grande do Norte, Natal – 22 a 26 de julho de 2013.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista / Moderna, 1997.

REICHEL, Heloísa J., e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerra no Prata*. São Paulo: Atual, 2006.

## Representações das Américas no Periódico *O Universal*, 1825-1842

**João Eduardo Jardim Filho**

Graduando em História

Universidade Federal de São João del-Rei

E-mail: joao.eduardojardim@outlook.com

**Resumo:** Este trabalho é um relato das análises feitas acerca das representações das Américas no periódico *O Universal* de Ouro Preto, que circulou em Minas Gerais entre 1825 a 1842, no contexto histórico da formação dos estados nacionais na América do Sul. Desta maneira, analisam-se as representações de outros países americanos na imprensa do Brasil, investigando o seu papel na construção de noções sobre a nação brasileira e a preocupação do periódico com a continuidade de publicações acerca de acontecimentos e processos relacionados aos países vizinhos. Para tanto, utiliza-se o conceito de “comunidades políticas imaginadas”, desenvolvido por Benedict Anderson, na interpretação dos termos referentes às nações encontrados na fonte. Portanto, infere-se que a partir desses vocábulos se delimitavam noções de uma “nação brasileira” no imaginário do público leitor, já que a nação nesse momento ainda não havia sido definida, mas estava em vias de construção.

**Palavras-chave:** Representações; América; Nação; Imprensa

**Resumen:** Este trabajo es un relato de los análisis egendrados acerca de las representaciones de las Américas en el periódico *O Universal* de Ouro Preto, que circuló en Minas Gerais entre 1825 y 1842, en el contexto histórico de la formación de los estados nacionales de América del Sur. De esta manera, se analizan las representaciones de otros países americanos en la prensa de Brasil, investigando su papel en la construcción de nociones acerca da la nación brasileña y su peocupación con la continuidad de las publicaciones al respecto de los hechos relacionados a los países vecinos, utilizando com ese fin el concepto de “comunidades políticas imaginadas”, desarrollado por Benedict Anderson. Por consiguiente, se infiere que a partir de esos términos se delimitaban nociones de uma “nación brasileña” en el imaginario del público lector, ya que la nación en este momento estaba em vías de construcción.

**Palabras clave:** Representaciones; América; Nación; Prensa

### Introdução

No contexto da independência e do primeiro reinado se estabelece uma cultura política que encontrou nos folhetos políticos, jornais e panfletos, os veículos de propagação de palavras, idéias, conceitos, valores e símbolos. Dessa forma, o surgimento da opinião pública fez com que os periódicos passassem a influenciar as decisões políticas do Estado em formação. Por isso, a importância da escolha de um periódico para analisar as influências das representações americanas na criação de noções de uma nação brasileira. Desta forma, o conceito de representação:

foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as praticas e os signos que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um

poder; por ultimo, as formas pelas quais uns representantes (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.( CHARTIER, 2011, p. 20)

Visando analisar essas representações foi escolhido como fonte o periódico “*O Universal*”. Esse jornal era impresso em Ouro Preto e circulou de 1825 a 1842, constituiu também um dos periódicos mineiros mais influentes do período e com o maior número de edições. Seu posicionamento político era de caráter liberal moderado, situando-se entre o “absolutismo” e a “democracia”. O período que o jornal engloba faz parte do processo de formação dos Estados nacionais rio-platenses. Desta maneira, se examina as formas de tratamento desses países representadas na imprensa do Brasil, a preocupação com a permanência de acontecimentos e processos nos países vizinhos, assim como, sua influência na construção de uma “nação” brasileira no imaginário do publico leitor.

Deste modo, o exame do periódico indica uma interconexão entre os debates políticos sobre efervescentes temas das primeiras décadas do Império e do contexto político de países americanos. Essa leitura se torna possível pela ampla disponibilidade de consulta, não apenas do *O Universal*, mais de inúmeros outros periódicos, no sítio da “Hemeroteca Digital” da Biblioteca Nacional<sup>1</sup>.

Nesta perspectiva, para analisar esses verbetes referentes aos Estados nacionais foi utilizado o conceito de “comunidades imaginadas”, desenvolvido por Benedict Anderson, onde o autor defende que:

[...] la convergencia del capitalismo y la tecnología impresa en la fatal diversidad del lenguaje humano hizo posible una nueva forma de comunidad imaginada, que en su morfología básica preparó el escenario de la nación moderna [...] (ANDERSON, 1993, p. 75)

Desta maneira, a nação moderna foi definida como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Ela é entendida como imaginada porque até mesmo os membros da menor nação jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, entretanto no imaginário de cada um deles vive a consciência de sua comunhão. Entende-se como limitada porque até a maior das comunidades possui fronteiras finitas e que além delas se encontram outras nações. Imagina-se soberana porque o conceito nasceu em uma época em que a ilustração e a revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente ordenado, e, portanto, a

---

<sup>1</sup> <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

garantia da liberdade e do seu emblema se encontra no Estado Moderno. Por fim, se imagina como uma comunidade porque a nação sempre é concebida como um companheirismo profundo e horizontal, ou seja, como fraternal (ANDERSON, 1993).

Por conseguinte, ao questionar como eram representadas as nações em formação, que enfrentavam problemas semelhantes aos brasileiros, espera-se levantar novos elementos que contribuam para o entendimento das noções acerca da nacionalidade brasileira no Império e a respeito da política exterior no contexto do Primeiro Reinado e Regência.

### **Desenvolvimento**

Esta pesquisa se deu, a princípio, pela leitura da bibliografia do projeto, acerca dos processos de formação dos Estados nacionais no Brasil e na região do Rio da Prata, sobre os debates travados entre as distintas facções e seu posicionamento na imprensa do período, além de buscar na idéia de “comunidades imaginadas” desenvolvida por Benedict Anderson, o alicerce para analisar as referências a países americanos no periódico “*O Universal*”. Em seguida, empregou-se a leitura da fonte, levantando e identificando todas as referências feitas a tais países e inserindo essas informações em fichas descritivas. Nestas fichas, estão contidas as datas de publicação, a página, a autoria, os países mencionados, os nomes mencionados, o assunto do artigo e o resumo do artigo. Por último, passamos a análise das fontes, à revisão bibliográfica e à redação do presente trabalho. Ademais, como uma maneira de facilitar a localização espacial e temporal do tema, fez-se três recortes do período que o periódico “*O Universal*” abarca, dos anos de 1825 aos de 1842.

Entre os anos de 1825-1828<sup>2</sup> foram reportadas pelo “*O Universal*” questões relacionadas à Argentina, Banda Oriental ou Província Cisplatina – atual Uruguai – e Império do Brasil. Em sua maioria, os temas tratados eram sobre a Guerra Cisplatina, os confrontos entre as forças Imperiais e as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata. Tratava de explicar também, sobre a política interna de algumas dessas províncias, relatando sublevações internas e conflitos intestinos contra “Buenos Aires”. Na leitura das notícias desse período foram identificadas diversas palavras que se referiam a origem de pessoas, de governos e embarcações. Constatou-se, a preponderância de ocorrências que se referem à região do Rio da Prata. Dentre elas, sobressaíam os termos, “argentino<sup>3</sup>”, que em geral aludia a embarcações e

---

<sup>2</sup> Período da Guerra Cisplatina no qual o periódico “*O Universal*” circulou.

<sup>3</sup> O *Universal*, Ouro Preto, nº 22, 263 – 1827; nº 203 – 1828.

cargos do governo, ou o próprio governo; e “argentina<sup>4</sup>” que remetia a embarcações e às próprias “províncias argentinas”. Outros vocábulos – com menor frequência – foram encontrados, tais como: “orientaes<sup>5</sup>”, “cisplatinos<sup>6</sup>”, “portenhos<sup>7</sup>” e “paraguayenses<sup>8</sup>” termos que remetiam às pessoas que viviam no território do atual Uruguai (os dois primeiros), na cidade de Buenos Aires e no Paraguai; “columbiano<sup>9</sup>” e “americano<sup>10</sup>”, aludiam à proveniência de embarcações variadas. Constituem-se, portanto, formas variadas de identificar comunidades geográficas ou políticas limítrofes (no duplo sentido de além-fronteiras e de territórios nas fronteiras), na construção de um imaginário do público leitor no qual as comunidades distintas da brasileira ainda eram variadas e incertas, concorrendo para uma noção de nação brasileira ainda não formada.

O território da Província Cisplatina para o Império brasileiro, ou da Banda Oriental para as Províncias Unidas do Rio da Prata, foi objeto de disputa entre os dois “países” naquele momento (Slemian, 2009). Neste sentido, percebe-se a presença de dois tipos de representação para pessoas que provêm dessa mesma localidade, “Orientaes” e “Cisplatinos”. Isso se deve à incerteza da posse efetiva desse território, que era disputado não apenas fisicamente através da guerra da Cisplatina, mas também no imaginário dos leitores do *O Universal*. Desta forma, verifica-se a tentativa de construção de uma “comunidade imaginada” brasileira em oposição à escolha do sistema político e o grau de civilização dos países circundantes.

Exemplo desse processo de delineamento de uma comunidade imaginária brasileira em oposição a outras “nações”, se encontra em uma notícia acerca do recebimento de uma delegação de representantes brasileiros no Paraguai, na qual, o periódico avalia que um governo que quisesse estabelecer a verdadeira liberdade política dos povos, não se encontrava nas Províncias Unidas, pelo “furor do cego liberalismo” que ali foi aderido, qualificando-a negativamente em comparação com o governo do Paraguai que seria uma nação confiável para se negociar com o Império do Brasil, e, que, portanto, seria uma potência “civilizada, philanthropica e infinitamente respeitadora do Direito das Gentes” (O Universal, nº 103 – 1826).

---

<sup>4</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 38 – 1827; nº 180 – 1828.

<sup>5</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 2, 72, 254 – 1827.

<sup>6</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 254 – 1827.

<sup>7</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 2, 72, 254 – 1827.

<sup>8</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 103 – 1826.

<sup>9</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 63 – 1825.

<sup>10</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 17, 52, 238, 249 – 1827.

Percebe-se a valorização da moderação como ação política adequada, com a denúncia do liberalismo extremado, o que possuía claros ecos na política interna brasileira do período.

Evidencia-se também, a possibilidade da utilização de notícias acerca de escaramuças entre as forças navais do Império e das Províncias Unidas, para qualificar negativamente o sistema político adotado no país adversário. Neste sentido, numa publicação de uma série de incidentes com corsários de Buenos Aires, nos quais, as embarcações brasileiras foram aprisionadas, o periódico analisa, questiona e opina sobre esses acontecimentos, dizendo:

[...] Não nos estenderemos mais em semelhantes interrogações, porque estamos assaz persuadidos que grande culpa deve ter havido na direcção da nossa Esquadra, e Embarcações de guerra, porque do contrario não pode imaginar-se como huma pequena Republica, que começou com duas barcas velhas tenha podido obter tantas vantagens e superioridade sobre nossa Marinha muito mais florente [...] (O Universal, nº 8, p. 4 – 1827)

De outro modo, surge no período entre guerras 1829-1834<sup>11</sup>, através de um acordo mediado pela Grã-Bretanha, a República Oriental do Uruguai, como um Estado tampão. A paz na região era de suma importância para o governo do Império, pois se acreditava que apenas dessa maneira se conseguiria o desenvolvimento necessário para a consolidação do Estado nacional brasileiro. Ademais, temia-se a possível pretensão de Juan Manuel Rosas de retornar o território da República Argentina às dimensões do antigo vice-reino do Rio da Prata (Slemian, 2009; Goldman, 1998). Com a abdicação de D. Pedro e o pacto federal que instituiu a Confederação Argentina, no ano de 1831, e o crescente aumento das tensões políticas que se instauraram no período regencial, principalmente na província do Rio Grande nos dá uma pista, do porque da continuidade de publicações acerca dos acontecimentos na região.

Nessa lógica, destaca-se a partir da utilização do exemplo dos Estados Unidos, essa necessidade da paz para o desenvolvimento e consolidação do Estado nacional brasileiro, contido em uma publicação onde o jornal se posiciona contrariamente às propostas de se fazer guerra a D. Miguel em Portugal, argumentando que:

[...] Os Ministeriaes nos não iludem com a simples e doce exigência de *algumas fragatas, e algum dinheiro*. Concedido isto, em pouco veríamos esgotado esse resto que nos ficou da Guerra Argentina, e pouco seria o Brasil todo para sustentar por um anno a guerra com Portugal [...] o Imperio cançado com 7 annos de desordens, de guerra, e de comições politicas , altamente reclama paz, protecção de boas Leis e do Governo para entrar na carreira tão dezejada de prosperidade e ventura; observemos a marchados dos nossos vizinhos, em circumstancias idênticas [...] Com a paz de 1815 extirparão-se os

---

<sup>11</sup> Período entre a Guerra Cisplatina e a Guerra Farroupilha.



partidos nos Estados Unidos, e começou uma inalterável serenidade em todo seu território [...] **[propiciou]** a moderação nas Leis, a liberdade de pensar, de fallar, e de obrar, da aos Americanos um vigor de espirito admiravel, e uma leve rusticidade que algumas vezes choca os Europeus,, Destas couzas é que o nosso governo deve tratar, e nunca de expedições quixoticas para a Europa. (O Universal, Ouro Preto, nº 251, p. 1-3 – 18/02/1829)

Neste sentido, “*O Universal*” aludia sobre a situação político-econômica interna de províncias da República Argentina, noticiando sobre a alfândega, os conflitos com os índios, acerca de golpes políticos e a respeito de Juan Manuel Rosas e seus poderes. Sobre o Estado Oriental, fala-se da sua política interna relatando as eleições presidenciais, os conflitos entre “blancos” e “colorados<sup>12</sup>”, acerca da análise de sua Constituição pela República Argentina e o Império brasileiro e em relação às tensões na fronteira com a província do Rio Grande. A respeito de outras nações americanas relata-se um terremoto na Dominicana. Neste recorte, novamente se percebe que o periódico continuou atribuindo maior importância a questões relacionadas ao Rio da Prata.

Desta maneira, os vocábulos de origem encontrados referem-se predominantemente a “argentino, argentinos<sup>13</sup>” e a “argentina e argentinas<sup>14</sup>”. Ao utilizar esses termos “*O Universal*” está se referindo a pessoas, gerais, províncias, guerra e independência “argentinas”. Outras ocorrências em menor número remetem a “americana, americanos<sup>15</sup>” e “chilenos<sup>16</sup>” como sendo pessoas que provêm dos Estados Unidos da América ou da nação Americana e do Chile; “americanas e americanos<sup>17</sup>” para as repúblicas do continente americano ou para governos americanos; e “mexicana<sup>18</sup>” para mencionar a bandeira desse país em uma embarcação, identificando-a.

Diferentemente, entre 1835-1842<sup>19</sup> são noticiados os acontecimentos da guerra dos Farrapos, a relação mantida entre forças rio-grandenses sublevadas e forças uruguaias e argentinas em conflito, tanto no Estado Oriental, como na Confederação Argentina e as

<sup>12</sup> “Blancos” e “colorados” são termos que representam partidos políticos opositores – ambos fundados em 1836 – que se enfrentavam nesse momento no Estado Oriental. O “Partido Nacional” ou “blancos” se localizavam politicamente próximos ao nacionalismo anti-liberal, tinham como um de seus principais líderes a Manuel Oribe, que recebia o apoio de Juan Manuel Rosas, líder da Confederação Argentina. O “Partido Colorado” ou “colorados” se aproximavam do liberalismo e tinham a sua frente como um de seus membros mais influentes Fructuoso Rivera que mantinha boas relações com os farroupilhas ( Doratioto, 2014).

<sup>13</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 257 – 1829; nº 652 – 1831.

<sup>14</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 541, 660 – 1831; nº 907 – 1833; nº 1033 – 1834.

<sup>15</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 251 – 1829; nº 660 – 1831.

<sup>16</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 652 – 1831.

<sup>17</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 776 – 1832.

<sup>18</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 821 – 1832.

<sup>19</sup> Período no qual ocorreram a Guerra Farroupilha e a Guerra Grande ou Guerra civil Uruguiaia.

conseqüências trazidas para os interesses do Império. Ademais, quando da conflagração da Guerra Grande – entre Argentina e Uruguai – sucedeu-se a publicação de narrativas das escaramuças, os impactos econômicos para o Império e acerca da diplomacia imperial na região rio-platense. Reporta-se também revoluções, guerras civis, conflitos internacionais e a diplomacia de outras nações americanas, como Peru, Chile, Bolívia, México e Estados Unidos.

Este foi o período onde as expressões que designam o pertencimento a uma localidade apareceram com maior freqüência e intensidade. Os verbetes “argentina, argentino, argentinas, argentinos<sup>20</sup>” se destacaram durante a observação das notícias publicadas. Desta forma, o vocábulo “argentinos” se reportava a pessoas, a posicionamentos políticos, chefes militares e administrativos, ao próprio exército, ao estado e ao território “argentino”. Enquanto as palavras “argentina, argentinas” referiam-se à República, às províncias, à intervenções, à Confederação, às forças, e à nação. Assim como nos outros dois recortes temporais, outros países e regiões foram noticiados – em menor intensidade – para se referir à “nação chilena, peruanos, chilenos e índios chilenos<sup>21</sup>”, “comissários mexicanos, mexicanos<sup>22</sup>”; “americano e forças americanas<sup>23</sup>” aludindo a embarcações e forças militares provenientes dos Estados Unidos da América; e “povo oriental, povo uruguayense, orientaes e rebelião oriental<sup>24</sup>” apontando tanto para pessoas, forças militares, quanto para embarcações originárias dessa localidade – atual Uruguai.

Esse período histórico abarca o início da guerra dos farrapos em 1835, da Guerra Grande em 1839, além de inúmeras revoluções, sublevações, tentativas de golpe na Confederação Argentina, sob o comando de Juan Manuel Rosas. Ademais, nesse momento as fronteiras ainda não estavam totalmente delimitadas, elas não eram fechadas, pelo contrario eram porosas. Tal característica foi o que proporcionou a internacionalização dos partidos, fazendo com que idéias e alianças políticas fossem possíveis, entre os três atuais estados do Rio da Prata Brasil, Argentina e Uruguai (Slemian, 2009; Goldman, 1998). Neste sentido, verifica-se a possibilidade de que a maior intensidade de ocorrências de termos de nacionalidade nesse período esteja relacionada ao aumento das tensões na região e à falta de limites claros em termos de fronteiras físicas e em termos da política interna de cada Estado.

---

<sup>20</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 10 – 1836; nº 68, 72, 80, 115, 117, 133, 144 – 1838; nº 51, 84, 110, 125, 138, 142, 157, 172, 173, 181 – 1839; nº 9, 19, 25 – 1840; nº 64, 79 – 1841.

<sup>21</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 133 – 1838; nº 84, 147 – 1839.

<sup>22</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 3 – 1837; nº 79 – 1839.

<sup>23</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 90, 110 – 1939.

<sup>24</sup> O Universal, Ouro Preto, nº 155, 156 – 1838; nº 78, 110, 181 – 1839; nº 19, 115 – 1840.

Ao analisar esse período percebeu-se que a maioria das informações referentes ao Rio da Prata chegavam através de embarcações que partiam dali em direção à Corte no Rio de Janeiro. No entanto, apesar de constatar a possibilidade de que parte dessas publicações vinham de periódicos estrangeiros, a maior parte vinha de jornais brasileiros, precipuamente da *Aurora*<sup>25</sup>. Neste sentido, não se afirma a localidade exata onde tais folhas foram impressas porque as fontes não nos apontaram tal direcionamento, ficando essa análise para pesquisas futuras. Entretanto, é possível afirmar que tanto nos periódicos estrangeiros quanto nos nacionais que foram utilizados pelo *O Universal*, como também em suas publicações originais, a maior parte do conteúdo publicado chegava através de correspondências.

Até o momento foram tratadas as questões culturais referentes às representações da América, doravante se tratará das questões políticas relacionadas ao período abarcado pela fonte e ao seu posicionamento.

Após a independência em 1822, o Império com D. Pedro a frente, passou por um período em que tentava se afirmar sobre as outras províncias como poder central, entre 1822-1831. Dessa forma, o periódico se utiliza das publicações do período, para prestar apoio a D. Pedro e ao sistema Constitucional, e, para tanto se utiliza de comparações com outras nações americanas que optaram pela república. Contrapondo assim, a desordem vivida nas repúblicas, com a paz proporcionado pela Monarquia Constitucional, utilizando, por exemplo, a defesa da constituição de 1824 e de seus princípios de liberdade e de salvaguarda dos Direitos dos cidadãos. Para tanto, se utiliza de exemplos da liberdade, de civilização e de moral, tal como os Estados Unidos e demais países americanos:

Da importancia, de que são para o gozo da liberdade, a civilização e a moral, temos exemplos vivos ao redor de nós; e basta, para conhecermos, que se lancem os olhos para o povo moralizado e trabalhador, e de hábitos simples que cultivava as antigas colônias da Inglaterra, e outro, decendente dos orgulhosos e fidalgos Heganhoes, que também vivem na terra que habitamos, nesse grande Continente, sobre a mão da Natureza derramou tantos beneficios, e que ela não destinou nem para o mando absoluto de um despota, nem para a tirania popular [...] Aquelles tiverão liberdade, ordem, e governo regrado; estes porém em busca da liberdade andão, como ás apalpadelas, cahindo a cada passo em abismos, e derramando loucamente o sangue de seus melhores cidadãos [...] A pretexto de *unidade*, ou *federação* quantas desordens se tem cometido nas províncias Argentinas! [...] Desvelemo-nos por manter a Constituição que jurámos: tudo quanto ha de liberal, ahi se encontra e só carece de pratica, e civilização, que a harmonise com os costumes [...] Não é para vingar-nos que somo liberaes; é para tratarmos seriamente do bem da pátria, sacrificando-lhe, primeiro que tudo, nossas paixões e colera [...]

---

<sup>25</sup> Trata-se provavelmente do periódico “*A Aurora Fluminense*” publicado no Rio de Janeiro entre 1827 e 1839.

Queremos liberdade como a querem os *Laffayetes*, e os *Dupont de l'Eure*; como a quizerão os *Washington*, e os *Francklin* [...] (O Universal, nº 541, p. 1-3 – 1831)

Apesar de se constatar através das fontes e dos acontecimentos relacionados ao Rio da Prata, que esses vocábulos de nacionalidade foram utilizados como forma de representar o outro, o diferente, a república, em oposição ao brasileiro, ao semelhante e à monarquia constitucional, estabelecendo assim, padrões de comparação que contribuíram para a construção de uma comunidade política imaginada brasileira, pensada como nação, no imaginário do público leitor do *Universal*; outras formas de representação foram utilizadas com o mesmo intuito.

Nesta perspectiva, no período regencial estavam em disputa diferentes forças políticas com distintos posicionamentos políticos, que através do embate de idéias na imprensa intentaram construir uma hegemonia liberal exaltada, liberal moderada, caramuru ou restauradora, utilizando-se de termos como anarquia, anarquistas, restauradores, corcundas, constitucionais etc. Portanto, a cultura política desse momento permaneceu na tensão entre o despotismo e o liberalismo-constitucionalismo (Basile, 2006; Neves, 2003).

*O Universal* se posiciona de modo implícito como um periódico liberal moderado, situando-se ao centro do campo político imperial, adotando o princípio do justo meio, ou seja, um equilíbrio racional entre os extremistas. Neste sentido, defendiam postulados clássicos do liberalismo, situando-se entre o absolutismo e a democracia, pleiteando assim, uma Monarquia constitucional isenta de extremismos, que oscilava entre a centralização e a descentralização. Neste sentido, a nação para os moderados seria composta pelo povo, ou seja, o conjunto dos homens bons, dotados de liberdade, propriedade e educação. Excluía desta maneira, a plebe e estabelecia a igualdade dos indivíduos apenas em termos jurídicos e de oportunidades. A cidadania para os moderados tinha uma clivagem social, mas não étnica - assim negros e mulatos livres tinham direitos a cidadania, desde que, se encaixassem no grupo dos homens bons (Basile, 2006). Os liberais moderados sustentavam, por conseguinte:

[...] que os direitos naturais universais dos indivíduos encontravam seus limites na organização da sociedade mediante o pacto social, e que, para além das leis naturais metafísicas, o direito racional positivo deveria, concreta e utilitariamente, conformar-se ao bem-estar da nação (Basile, 2006, p. 65)

Percebe-se então que, para além de representar os países limítrofes por sua importância no contexto de formação do Estado nacional brasileiro – e com isso contribuindo para a construção da nação – o periódico *O Universal* utilizou-se do embate na imprensa para

representar seus adversários políticos internos e externos, como forma de construir no imaginário do público leitor o seu próprio posicionamento político em oposição ao posicionamento de seus opositores. Sendo assim, levanta-se a questão de que o periódico desenvolveu uma pedagogia liberal-moderada que intentava educar seu público leitor (Wlamir, 2008). Isso se evidencia quando o jornal se utiliza, por exemplo, de notícias do Rio da Prata para se posicionar contra governos democráticos:

[...] O' vós que consideraes o Democratico o melhor de todos os governos, mirai-vos neste espelho, e reconhecei o quanto ele é precário, e mais que todos sujeitos a guerras intestinas, que uma longa experiencia tem mostrado, finalizarem sempre pelo mais desastroso despotismo. (O Universal, n° 478, p. 4 – 1830)

De outro modo, se posiciona ao noticiar o surgimento de um novo periódico –“*O Constitucional Riograndense*” – de Porto Alegre, que é apresentado aos leitores pelo “*O Universal*”. Espera-se que o nascente jornal “[...] seja mais um soldado da Liberdade Constitucional; pronto a erguer a voz contra os abusos, a defender o oprimido, e a pugnar na defesa da ordem, da justiça, e da Lei [...]” (O Universal, n° 187, p. 3 – 1828).

### **Conclusão**

Em suma, evidenciou-se em todo o período abarcado pelo periódico as representações na forma de tratamento acerca dos demais países da América, principalmente aos países localizados na região do Rio da Prata. Constatou-se também, que tais representações contribuíram para a criação de noções de nação, na forma de comunidade política imaginada. Ademais, levantou-se a hipótese de o “*O Universal*” se utilizar das publicações acerca do Rio da Prata para representar negativamente os sujeitos históricos da região que não possuíam o mesmo posicionamento político, para criar uma pedagogia liberal moderada. No entanto, é provável que o quadro traçado até aqui se altere com futuras pesquisas, pois não foi possível fazer a busca de todos os termos relacionados à América.

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo*. México, DF: Fondo De Cultura económica, S. A., 1993. Disponível em: [http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/anderson\\_benedict-\\_comunidades\\_imaginadas.pdf](http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/anderson_benedict-_comunidades_imaginadas.pdf)

ANDRADE, Marcos Ferreira de; Silva, J.C. “Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835)”. *Revista*

*Almanack*, v. 4, p. 130-148, 2012. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/viewFile/834/pdf>

BASILE, Marcello, “O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c. 1830-1835)”, *Vária História*, Belo Horizonte, (27) 45, jan/jun 2011, pp.17-45.

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: Lúcia Maria Bastos P. das Neves; Marco Morel; e Tânia Maria Bessone da C. Ferreira. (ORG). *História da imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração do conceito da noção de representação. *Fronteiras, Dourados, MS*, v. 13, n. 23, jan/jun. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf>

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. 1a. ed. Brasília: FUNAG, 2014. v. 1. 188p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1089-O\\_Brasil\\_no\\_Rio\\_da\\_Prata.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf)

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOLDMAN, Noemí (ORG). *Nueva Historia Argentina: revolución, república, confederación 1806-1852*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A., 1998.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. *Revista de História das Ideias (Coimbra)*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

João Paulo G. Pimenta - A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825), em PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereiras das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência 1820-1822*. Rio de Janeiro: Revan. FAPERJ, 2003.

SILVA, Ana Rosa Coclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiro na crise do antigo regime português: 1750-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Wlamir. “Amáveis patricias”: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). *Revista Brasileira de História*, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=263305506>

SILVA, Wlamir. “Homens de cor!” os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regência. *Estudos Ibero-Americanos*. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134618600305>

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.



## Irmãos Latinos ou Parentes Distantes: A Construção Nacional e a Identidade Latino-Americana Pela Ótica do General Abreu e Lima

**Monique Santana de Oliveira Sousa**  
Mestranda em História Social  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
E-mail: moniquesousa.ial@gmail.com

**Resumo:** O General brasileiro Abreu e Lima teve grande destaque nos processos de emancipação e formação do caráter nacional, todavia, seu nome não é lembrado com tanta importância e acaba por ficar no quadro dos esquecidos da história.

Forte ator político e contribuinte da historiografia nacional, Abreu e Lima foi militar, membro honorário do IHGB, combatente ao lado de Simon Bolívar e recebeu dele o título de General, foi grande articulador das ideias políticas e de nação por meio dos jornais.

Portanto, este trabalho visa estudar as bases da nação nas obras de Abreu e Lima, analisando as mudanças e permanências dos seus discursos ao longo de sua trajetória, e ainda, as suas ideias de união da América do Sul.

**Palavras Chaves:** Abreu e Lima; nação; América;

**Resumen:** El general brasileño Abreu y Lima tuvo gran destaque en los procesos de emancipación y formación del carácter nacional, sin embargo, su nombre no es recordado con tanta importancia y acaba por quedarse en el cuadro de los olvidados de la historia.

Un fuerte actor político y contribuyente de la historiografía nacional, Abreu y Lima fue militar, miembro honorario del IHGB, combatiente al lado de Simón Bolívar y recibió de él el título de General, fue gran articulador de las ideas políticas y de nación a través de los periódicos.

Por lo tanto, este trabajo busca estudiar las bases de la nación en las obras de Abreu y Lima, analizando los cambios y permanencias de sus discursos a lo largo de su trayectoria, y aún, sus ideas de unión de América del Sur.

**Palabras claves:** Abreu y Lima; Nación; América;

### Irmãos Latinos ou Parentes Distantes

O título “Irmãos Latinos ou Parentes Distantes” demonstra a dicotomia do pensamento e discurso do General Abreu e Lima. Os brasileiros são irmãos dos hispânicos que tem laços rígidos ou meros parentes distantes que tem certa ligação!?! É um questionamento que perpetua até os dias de hoje. Assim como Simon Bolívar, o General Abreu e Lima também defendia a integração dos países da América do Sul.

América, Novo Mundo, América do Sul, Hispano América, Indo América, Ibero América, América Latina, são inúmeros nomes, cada um deles com suas ideologias, símbolos, significados e representações. O termo América Latina, se propagou após a Segunda Guerra Mundial. A América de Colombo perdeu o seu nome de batismo para a América em ascensão, os Estados Unidos.



Apesar dos esforços de Bolívar e outros que queriam integrar a América do Sul , a ideia de união era uma representação que não estava na consciência cultural e política dos próprios Sul-Americanos. A partir da perspectiva europeia de Novo Mundo se construiu a ideologia de uma América inferior, explorada e subdesenvolvida.

Era necessário uma identidade Americana para se opor aos europeus e também contra as ações imperialistas Norte-Americanas a partir da Doutrina Monroe sob o lema “América para os Americanos”.

Contudo, para além do nome, há todo um processo de construção simbólica, luta territorial, raça, representação de identidade, e, sobretudo a transição do termo latino de adjetivo para substantivo.

O distanciamento do Brasil das outras nações da América do Sul em termos políticos e culturais foi ocasionado pelas divergentes influencias a começar pelo processo de colonização, que se estabelecia como um dos motivos que, segundo Abreu e Lima, impedia o Brasil de tornar-se república.

Para a nação brasileira a sociedade ideal estava no modelo europeu, e as interpretações que se tinha do mundo hispânico eram associadas á barbárie e atrasos.

A ótica do Brasil sobre a América hispânica era de nações fragmentadas e desordenadas devido ao seu sistema de governo republicano, e do outro lado, havia a estranheza dos hispânicos de um Império, com laços rígidos com a metrópole, com um número exorbitante de escravos e com a monarquia constitucional como sistema de governo.

A construção de identidade nacional brasileira foi moldada nos padrões europeus, a integração Sul-Americana e sua identidade como tal era uma imagem negativa e o Brasil se constituía de modo a negar ou a minimizar o seu passado colonial.

### **Abreu e Lima e o ponto de partida**

O General Abreu e Lima, era de família nobre, nasceu no Recife em Pernambuco em 1794, redator de periódicos e livro entre eles os periódicos: *A Torre de Babel* (1833), *Arca de Noé* (1833), e *Barca de São Pedro* (1848) e os livros: *O Socialismo* (1855), *Resumo Histórico da ultima ditadura do Libertador Simon Bolívar* (1828), *Bosquejo Histórico, político e literário do Brasil* (1835) e,etc, aluno da Real Academia Militar no Rio de Janeiro onde se formou em artilharia, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exilado político

em Fernando de Noronha acusado de ser participante da Revolução Praieira de 1848 e foi combatente nas guerras por independência hispânica ao lado de Simon Bolívar.

Abreu e Lima estava sempre envolvido em alguma polemica, pois dedicou a vida às questões políticas, este caráter político-revolucionário de certa forma, foi moldado pelo seu pai, o Padre Roma, e acredito que seja este o ponto de partida: “[...] camaradas eu vos perdo a minha morte. Lembrai-vos na pontaria que aqui( pondo a mão no coração) é a fonte da vida; atirai!” (MARTINS,1853,p.236)<sup>1</sup>

José Inácio Ribeiro Abreu e Lima era conhecido como Padre Roma, por ter sido padre, feito teologia em Coimbra e ter deixado a função para trabalhava como advogado em Pernambuco. O Padre Roma foi participante da Revolução de 1817 em Pernambuco, todavia quando foi propagar às outras províncias as ideias da independência foi preso e condenado a morte.

O seu filho também Abreu e Lima, estava preso em Salvador por assuada, e foi obrigado a assistir o fuzilamento de seu pai. Esse fato, não atoa, foi lembrado por Abreu e Lima quase em todos os seus escritos.

Após a morte de seu pai, Abreu e Lima consegue sair da prisão com a ajuda da maçonaria e enviou uma carta a Bolívar no intuito de somar-se a seu exército.

**“[...]Sacrificarse por la independencia y libertad de Venezuela y de toda la America del Sur[...].”(VILA,1953,p.55)<sup>2</sup>**

Abreu e Lima, antes de lutar no exercito, contribuiu com o jornal *Correo Del Orinoco*, este jornal existe até hoje na Venezuela e foi um periódico de grande importância na época das guerras por independência, localizado em Angostura, hoje Ciudad Bolívar, era o local onde ficava o quartel general de Bolívar. *O Correo Del Orinoco* era um veículo de expansão das ideias e noticias da independência, era a conexão das lutas por liberdade que ocorriam na América do Sul, tinha edições em espanhol, inglês e francês no objetivo de alcançar a todos e fazia oposição ao jornal *Gaceta de Caracas* que era de domínio espanhol.

No *Orinoco* Abreu e Lima escrevia muito sobre o Brasil e em especial sobre Pernambuco, os ocorridos de 1817 e seus reflexos, Pernambuco estava tanto na fala de Abreu

---

<sup>1</sup> Fala do Padre Roma aos granadeiros no dia em que foi morto fuzilado.

<sup>2</sup> Carta de Abreu e Lima. Ver : VILA, MANUEL PEREZ. Bolívar y suépoca: cartas y testimonios de extranjeros notables. Décima conferencia interamericana.n.10.tomo I,1953,p.55.

e Lima que se tornou até motivo de afronta por seus opositores, em especial Guzmán<sup>3</sup>, um jornalista o qual Abreu e Lima brigou fisicamente e acabou sendo preso por isso.

Para além do Correo Del Orinoco a atuação do General Abreu e Lima não ficava só no papel, suas guerras também eram de sangue, foi destaque no campo de batalha, em especial na de Carabobo em 1821 onde foi atingido e ainda assim prosseguiu e devido a isso foi honrado com o título de tenente-coronel.

Em linhas gerais, ao lado de Bolívar, Abreu e Lima defendia a liberdade, a independência e a integração dos países da América do Sul. Contribuiu para a formação da República da Grã- Colômbia, que para a sua infelicidade, após a morte do Libertador, foi fragmentada e o General, por desavenças políticas, já não poderia mais ficar ali.

### **O Retorno ao Brasil**

*“Os governos são criados para os povos e não os povos para certa classe de governo.”*  
(ABREU E LIMA, 1835, p.38).

Para o General Abreu e Lima, o ideal era adequar o governo ao povo e o que encaixaria na sociedade brasileira era o sistema monárquico. Segundo ele, os problemas vão além da questão da educação, eles estão localizados desde os primórdios da formação da nação, ele compara a colonização portuguesa com a espanhola, a forma de organização da colônia, a forma de explorar e investir.<sup>4</sup>

Segundo ele, não caberia implantar uma república uma vez que a escravidão persistia no cenário brasileiro, visto que, no Brasil, metade da população era escrava e se não havia liberdade total, para todos os membros da nação, não seria possível uma liberdade política, e o fim da escravidão representaria a destruição do estado naquele momento, pois a economia estava na dialética da escravidão, qualquer outra forma de governo conduziria a uma anarquia e a fragmentação territorial.

---

<sup>3</sup> Ver: CHACON, Vamireh. Abreu e Lima: General de Bolívar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

<sup>4</sup> Sérgio Buarque de Holanda dedicou um capítulo no livro *Raízes do Brasil* intitulado *O Ladrilhador e o Semeador* a tratar da diferença da colonização portuguesa e espanhola. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

## Ideias no Papel: Mudanças e Permanências

O General Abreu e Lima no decorrer da sua trajetória de vida acompanhou inícios e fins de conjunturas políticas distintas, dessa forma, a sua dicotomia entre monarquia e república e entre o conservadorismo e o liberalismo se explicam por meio das suas vivências.

Contribuiu no *Correo Del Orinoco*, expandindo as ideias de independência pela América do Sul e reforçando os ideais da Revolução de 1817, quando retornou ao Brasil, fundou e escreveu no periódico *Torre de Babel* em 1833, nele as suas ideias se diferenciavam nitidamente do que era defendido na Grã Colômbia, era a monarquia constitucional o governo em questão, que de acordo com ele era o essencial para a ordem e bom funcionamento da nação. Na *Arca de Noé*, também em 1833, o General destacou os conflitos entre os partidos Exaltados, Moderados e Caramurus, afirmando que tal como a Arca de Noé em que diferentes espécies viviam em perfeita harmonia dentro de uma arca seria possível que o Brasil tivesse apenas um partido.

Em 1848, na *Barca de São Pedro*, novas mudanças, o jornal era um apoio ao partido dos praieiros, nele o general enfatizava reformas, porém dentro no que caberia na Constituição.

Na *Cartilha do Povo*, em 1849 Abreu e Lima afirmava que era necessário desportuguesar o Brasil, dando a nação em formação novos traços, eliminar os resquícios negativos da metrópole, arquitetar características próprias da nação.

O discurso do General se divide em três momentos, no primeiro ao lado de Bolívar, ainda no calor do que foi vivido em 1817, com o ímpeto revolucionário de seu pai, com as ideias de república e de independência. No segundo, ao ver o início de projeto de integração Sul-Americana, a Grã Colômbia, fragmentada, o seu retorno forçado ao Brasil, à defesa da Monarquia Constitucional. E o terceiro momento, seria a partir de 1848 com a Revolução Praieira e o seu exílio em Fernando de Noronha com o discurso de manutenção da nação, de remodelar o Brasil e dar a face de Brasil e não de Portugal.

O que permanece nesses discursos é a preocupação dos rumos da nação, o polêmico General das Massas viveu em prol do bem do povo e do bom funcionamento da nação. Foi um herói esquecido e tratado como estrangeiro em seu país quando o sepultaram no Cemitério dos Ingleses em Pernambuco devido as suas opiniões de liberdade religiosa.

## Bibliografia

### Sites:

www.institutoabreuelima.com.br

www.bn.gov.br

### Jornais:

A Arca de Noé (1833)

Barca de São Pedro (1848)

Cartilha do Povo (1849)

Correo Del Orinoco (1819)

A Torre de Babel (1833)

### Livros e Artigos:

ABREU E LIMA, José Inácio de. Bosquejo histórico, político e literário do Império do Brasil. Niterói: Tipografia Niterói do Rego e Companhia, 1835.

\_\_\_\_\_. Resumen Histórico de la última dictadura Del Libertador Simon Bolívar: Comprobada com documentos. Caracas. 1922

CHACON, Vamireh. Abreu e Lima: General de Bolívar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, Emília Viottida. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em perspectiva. SP: DIFEL, 1985, p.64-125.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26 ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

O`GORMAN, Edmundo. A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir. São Paulo, UNESP, 1992.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”. Revista de História, no. 145, 2º semestre de 2001.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. História da América Latina. São Paulo, Contexto. 2014.

SOUSA, Monique Santana de Oliveira. O Dicotômico Abreu e Lima: Monarquia Brasileira e Repúblicas Sul-Americanas no Século XIX, 2016 Disponível em: <<http://www.institutoabreuelima.com.br/wpcontent/uploads/2015/08/MonografiaMonique-Sousa-O-Dicot%C3%B4mico-Abreu-e-Lima-Monarquia-Brasileira-e-Rep%C3%ABlicas-Sul-Am%C3%A9ricanas-no-S%C3%A9culo-XIX.pdf>>

## ST 12 - História da África e seu ensino no Brasil

Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Mestre em História Social da Cultura  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[fmalacco@hotmail.com](mailto:fmalacco@hotmail.com)

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas  
Mestre em História Social  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[jeocasta@hotmail.com](mailto:jeocasta@hotmail.com)

Taciana Almeida Garrido de Resende  
Doutoranda em História Social  
Universidade de São Paulo  
[tacianagarrido@gmail.com](mailto:tacianagarrido@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Este simpósio tem como proposta a continuidade do diálogo entre pesquisadores dedicados ao estudo da História da África e/ou seu ensino no Brasil, iniciado neste evento em 2013. Procuraremos promover e renovar o intercâmbio de visões e recortes distintos ou complementares de temáticas e metodologias dos estudos africanistas, cujo maior crescimento se deu no país nos últimos anos e que, na Universidade Federal de Minas Gerais, encontram-se num processo de desenvolvimento promissor.

Após mais de uma década da criação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos na educação básica, tempo no qual os esforços de se construir uma narrativa histórica por um prisma africanista e não eurocêntrico se multiplicaram nas universidades, pareceu-nos premente a manutenção de uma mesa de debate acerca do tema no EPHIS. A proposta é garantir e perenizar a existência de espaços de troca e diálogo dedicados ao tema da presença dos africanos na construção da história como atores e autores. Entendemos que o crescimento da importância da área na graduação e pós-graduação em História deve ser parte central da discussão, pois representa dimensão direta da relação entre produção científica e acadêmica e o mundo social.

Por se tratar de um campo em formação, cuja expansão encontra-se vinculada à lenta modificação das instituições de ensino superior e básico de todo o país, este simpósio possui propositalmente ampla receptividade de comunicações. Gostaríamos de mantê-lo como um simpósio temático plural, que inclua trabalhos sobre diferentes recortes cronológicos e

geográficos e uma esforços de pesquisadores que queiram compreender as culturas africanas em sua historicidade.

Propomos, assim, a reunião de variados marcos cronológicos e objetos de pesquisa desenvolvidos em torno da História da África, bem como de seu ensino. Espera-se que diferentes perspectivas temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões a se desenvolverem. Almejamos, por fim, dar continuidade neste VI EPHIS a um simpósio cujo foco central é a História africana, estabelecendo-se um espaço importante de abertura dos campos e dos olhares a perspectivas interdisciplinares, promovendo e afirmando a temática na pesquisa em história na UFMG.



## Os Sentidos das Palavras *Estorya* e *Memorya* em um texto de Gomes Eanes de Zurara

**Keila Natacha Silva de Lima**

Mestranda em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: keilanlima3428@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho analisará o uso dos vocábulos *estorya* e *memorya* no prólogo da *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, escrita por Gomes Eanes de Zurara, cronista oficial do rei português, D. Afonso V (1448-1481). O estudo buscará refletir sobre os significados das palavras citadas acima na apresentação de um texto requerido pelo poder régio, durante o século XV.

**Palavras chave:** História – Memória – Gomes Eanes de Zurara – Crônicas quatrocentistas.

**Abstract:** This article will analyze the use of the words *estorya* and *memorya* in the prologue of the Chronicle of the discovery and conquest of Guinea, written by Gomes Eanes de Zurara, official chronicler of the Portuguese king, D. Afonso V (1448-1481). This study will seek to reflect on the meanings of the words quoted above in the presentation of a text required by royal power, during the 15th century.

**Keywords:** History – Memory – Gomes Eanes de Zurara - Fourteenth-century chronics.

Este trabalho visa explorar os possíveis sentidos atribuídos às palavras *estorya* e *memorya* no *capitollo primeiro*<sup>1</sup> na *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, escrito por Gomes Eanes de Zurara.

A escolha deste *capitollo primeiro* se deu, pois, nesta parte do texto o autor preocupou-se em apresentar os motivos pelos quais a obra foi idealizada, desta forma, entende-se que a análise desta seção do texto ajudará a elucidar os sentidos dos usos dos vocábulos *estorya* e *memorya*.

A crônica estudada foi terminada em 1453<sup>2</sup>, é um documento que discorre sobre os principais acontecimentos que teriam contribuído para presença progressiva de portugueses na Costa da África.

---

<sup>1</sup> Na edição usada por esta pesquisa, é seguido pelo subtítulo: “Que he o prologo no qual o autor mostra qual será sua entençaõ em esta obra” in: ZURARA, Gomes Eanes De. *Chronica do descobrimento e conquista de guine* / Gomes Eanes De Zurara ; Introducao E Notas Do Visconde Santarem. E-book- ED. IL. . - Paris : Casa de j. p. aillaud, editor, 1841.

<sup>2</sup> GOMES, Saul Antônio. *D. Afonso V, o africano*. Coleção Reis de Portugal, Temas e debates. 1ª ed. 2009 . Pág.189.

A escrita desta crônica foi encomendada pelo rei D. Afonso V<sup>3</sup> ao seu cronista-mor Gomes Eanes de Zurara, foi a segunda obra feita a pedido do monarca para o cronista, sendo precedida pela *Crônica da Tomada de Ceuta*<sup>4</sup>, e, sucedida pelos textos *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*<sup>5</sup> e *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*<sup>6</sup>.

Gomes Eanes de Zurara exerceu o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, a partir de 1454, como também acumulou o ofício de bibliotecário-mor da livraria régia<sup>7</sup>. Antes de tornar-se cronista oficial do reino, Zurara, segundo Saul Gomes, esteve ligado à casa de D. Henrique<sup>8</sup>, fato este, que seria atestado pelas comendas que possuía da Ordem de Cristo, da qual D. Henrique era governador. Além destas comendas, durante sua vida, Zurara, ainda receberia outras benesses do monarca português<sup>9</sup>.

A obra textual de Gomes Eanes de Zurara estava em consonância com a produção cronística de fins da Idade Média. De acordo com Roger Chartier<sup>10</sup> foi a partir dos séculos XII e XIII, na Inglaterra, que o Estado substituiu a declaração oral pela fixação escrita, bem como na Península itálica, onde ocorreu a substituição dos notários pelas chancelarias. No dizer de Chartier, a constituição de uma documentação administrativa e a escrita de crônicas representaram um progresso nas cidades- estados italianas. Segundo Clínio do Amaral e Ana

<sup>3</sup> D. Afonso V, foi o terceiro rei da dinastia de Avis, décimo segundo monarca português e governou o reino entre os anos de 1448 a 1481. Seu reinado foi marcado pelo início conturbado, no qual ele e seu tio D. Pedro, antigo regente, enfrentaram-se em campo de batalha, episódio que ficou conhecido como Batalha de Alfarrobeira, em 1449. Embora, D. Afonso V tenha saído vitorioso do conflito, a batalha contra o duque de Coimbra abalou a confiança no novo rei, com destaque para os reinos estrangeiros, visto que, D. Pedro era reconhecido como um homem proeminente por suas viagens, seus textos e pela governança do reino a época da regência. Passado, estes primeiros tempos, D. Afonso V aventurou-se na conquista de cidades africanas. A alcunha que recebeu, *o Africano*, advém do incremento da presença portuguesa em seu reinado. Já o fim de seu governo foi marcado por problemas com Castela e derrotas militares, e, pela progressiva entrada de D. João II, seu filho e sucessor, nos assuntos da governança do reino.

<sup>4</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Cronica da tomada de Ceuta por el rei d. João I*/ Gomes Eanes de Zurara; Introdução e Notas de Alfredo Pimenta. – Lisboa: Liv. Clássica editora de A. M. Teixeira, 1942.

<sup>5</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da tomada de Ceuta*. Edição comemorativa ao VI Centenário da Tomada de Ceuta: INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.

<sup>6</sup> ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Duarte de Menezes*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978.

<sup>7</sup> Idem. 2

<sup>8</sup> D. Henrique, filho do monarca D. João I, primeiro rei da dinastia de Avis, subiu ao trono após a Revolução de Avis, em 1385. Dentre os principais títulos de D. Henrique estão o ducado de Viseu e o governo da Ordem de Cristo. Recebeu a alcunha de *o navegador* pela atuação destacada no esforço das conquistas marinhas. Sobre isso ver: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova história da expansão portuguesa*. Vol.2: A expansão quatrocentista. 1ª Ed. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>9</sup> Sobre isso ver: Idem. 4.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. 1990.

Carolina Lima Almeida<sup>11</sup>, na região da Península Itálica, se formou uma tradição de textos ligados ao humanismo, preocupados na condução dos assuntos da cidade. No entanto, as crônicas portuguesas ligaram-se à outra tradição, enunciada por Pierre Nora, em seu trabalho *Entre história e memória*<sup>12</sup>, quando tratou das *Grandes Chronicas de France*, produzidas no século XIII, diz o autor, eram produzidas como memória dinástica e estabeleceram o modelo de vários séculos de trabalho.

Clinio do Amaral comenta sobre o caráter deste tipo de documentação, tratava-se de promover uma determinada memória do reino. Em seu livro *A construção do discurso de santidade do Infante em Portugal*<sup>13</sup> assim nos diz o autor:

A memória apresentada por essas crônicas é que os súditos deveriam servir a sei rei e a sua grei, por que eles são representados como pessoas sagradas que lutam pela fé cristã e, por conseguinte, pelo engrandecimento da nação. Enfim, o cronista é o depositário da memória da nação e sua maior obrigação é perpetuá-la à posteridade por meio dos exemplos. A fabricação das crônicas, no final da idade média, estaria diretamente ligada aos mecanismos de produção de memória e identidade. Havia, portanto, subjacente ao ato de escrever uma crônica, um projeto de intervenção da realidade, no sentido de criar uma história verídica sobre determinado acontecimento.

Neste sentido, os textos das crônicas ajudaram a criar uma forma de reunir determinados fatos, por meio de narrativas, que contribuíram para estabelecer a identidade do reino, ou melhor, identidade do reino sob a perspectiva da casa reinante.

Foi a partir da ascensão da Dinastia de Avis que, segundo Susani França que a produção cronística consolidou-se:

Vale aqui um parêntesis para lembrar que, no século XV, em Portugal, graças ao empenho dos príncipes de Avis – D. João I (1383/85-1433) e seus sucessores, D. Duarte (1433-1438), o Infante D. Pedro (1439-1448), D. Afonso V (1448-1481) e D. João II (1481-1495) –, nota-se pela primeira vez o desenvolvimento de uma atividade literária (...).

Estes textos mostravam a continuidade vitoriosa da dinastia, a começar na vitória no interior do próprio reino, na ocasião da Revolução de Avis, e depois, narraram as vitórias em solo africano. A respeito desse esforço em evidenciar os triunfos avisinos, o caso apresentado

---

<sup>11</sup> AMARAL, Clínio e Almeida, Ana Carolina Lima. A ideia de virtude no final da idade média: Um estudo comparativo entre o seu uso político em Florença, no século XIV, e em Portugal na segunda metade do século XV. *Revista Signum*, 2011, vol. 12, n. 2.

<sup>12</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez.1993.

<sup>13</sup> AMARAL, Clínio. *A construção do discurso de santidade do Infante em Portugal: Os indícios da “criação” de um santo dinástico*. Novas edições acadêmicas, 2016. P.75

por Geoges Duby em *As três ordens e o imaginário do feudalismo*<sup>14</sup> mostra como o bispo Gerardo de Cambrai, em um contexto de questionamento do papel do bispado, utilizou-se do recurso às bibliotecas e às Escrituras para combater seus opositores, isto se deu, segundo Duby, pois: *recordando o passado para fornecer as provas de uma posse legítima*.<sup>15</sup>

A partir da leitura destes textos é possível perceber a importância das narrativas contidas das crônicas, pois, foram formadas sob estas duas finalidades. Isto é, primeiramente, possuía a função de legitimar a governança da casa de Avis, bem como mostrar sua história modelar, assim sendo, os feitos que serviriam de exemplo para o reino.

Sendo assim, entende-se ser importante lançar sobre o texto cronístico um olhar cuidadoso, pois, sendo um documento oficial, feito sob orientação do poder régio. Não se quer dizer com isso que as crônicas ocupem-se de demonstrar a evoluções das instituições que formalizaram o regime monárquico, pois, como foi apresentado por Chartier os limites entre o que era assunto de foro íntimo e de foro público<sup>16</sup> não estavam delimitados.

Antes de prosseguir, faz-se necessários alguns apontamentos sobre o usos das palavras história, memória e crônicas. Nos quatrocentos, de acordo com Joaquim Carvalho de Sousa<sup>17</sup> há uma espécie de anarquia ortográfica, em favor, da fonética, o que quer dizer que era comum que a mesma palavra fosse grafada de forma diferente. Sendo assim, pode-se encontrar palavras escritas de diversas formas sem que se altere o sentido. Como também há vocábulos que permaneceram com a escrita e o significado praticamente inalteradas. Daí que o autor não se preocupou em apontar em seu livro as definições de *estorya* e *memorya*.

No entanto, quanto aos escritores de história, o autor aponta duas formas de grafia: *hystorico* e *historiães*. Este definido apenas como a palavra equivalente a *historiador*, aquele, no entanto, Sousa definiu como *historiador* e *cronista*. Diante disso, poderia se apontar que o uso de ambas as palavras revelariam o mesmo sentido, ao passo que, não causaria estranheza Zurara referir-se ao seu trabalho como de *historiador*<sup>18</sup>. Já que tanto o cronista, como o historiador teriam a mesma função, a produção da história do reino.

<sup>14</sup> DUBY, Georges *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2ª edição. Lisboa. Editorial Estampa, 1994. <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

<sup>15</sup> Idem. 14.

<sup>16</sup> Sobre as diferentes formas de dominação e a constituição do Estado, caracterizado pela burocracia e racionalidade ver: WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília, Ed. UnB, 1994.

<sup>17</sup> SOUSA, Joaquim Carvalho. *Dicionário da Língua portuguesa medieval*. Eduep- Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2ª Ed, 2009.

<sup>18</sup> Idem. 17.

Contudo, Guenée fez alguns importantes apontamentos em seu texto<sup>19</sup>, no qual ele sinaliza, primeiramente, o historiador na Idade Média era um erudito, assim sendo, para dar forma a um texto reconhecido como histórico era preciso dispor de tempo para os estudos, para o conhecimento dos textos. Mas também, para ouvir o relato, visto que, no período medieval a oralidade era deverás importante. Com isso, se quer dizer que não era um trabalho profissional, para tanto, para exercê-lo era necessário um patrono que o apoiasse. O que também não significava apoio contínuo.

Tal quadro apenas se alterou a partir do estabelecimento de monarquias mais fortes e menos efêmeras, que marcaram os últimos séculos da Idade Média, quando se formou uma burocracia laica, em que o patrono, o rei poderia manter escritores especializados neste tipo de ofício. Também, é no final do período medieval em que os textos ocupados em narrar as histórias do reino ganham prólogos, onde seus escritores apresentam seus textos, conscientes da função do seu ofício e de sua obra, e, portanto, da importância do trabalho.

A maneira como escreviam seguiam a referência deixada por Eusébio de Cesária, que no século VI havia definido que um texto histórico seria caracterizado por um relato pomposo, notadamente, dos feitos militares. Já a crônica seria uma coletânea de datas e acontecimento, assim sendo menos preocupada com a narrativa. No entanto, com o passar do tempo, a feitura dos textos históricos demandou maior rigor da ordem cronológica do que havia ocorrido, já o texto cronístico passou a correlacionar as datas dispersas. A altura do trabalho de Zurara, a crônica já havia se estabelecido como um gênero histórico, isto é, um tipo de produção preocupada tanto com a verdade dos fatos. Daí o empenho dos cronistas em ouvir os relatos, está nos lugares e utilizar do material escrito que dispunha, ao passo que estes fatos também precisaram ser narrados, encadeados em uma relação de causas e efeitos.

Já a importância da memória permeava as obras medievais, pois, mais do que produzir uma forma para o texto, a memória estava atrelada ao significado do texto. Nesse sentido, Geary<sup>20</sup> aponta os principais sentidos atribuídos à memória, eram eles ligados ao evento litúrgico, isto é, servia para repetição dos ritos e das palavras do texto bíblico. A memória também significava o repositório das lembranças comemorativas, isto é, o que deveria ser festejado. Como também, a memória oferecia a legitimidade, sustentava a validade de

---

<sup>19</sup> GUENÉE, Bernard. "História". In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. vol. 1. Bauru: EDUSC, 2006. P. 523- 537.

<sup>20</sup> GEARY, Patrick. "Memória". In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. vol. 2. Bauru: EDUSC, 2006.

determinadas leis e conformações territoriais, por fim a memória produzia a consciência, principalmente em relação aos erros que não deveriam ser cometidos.

No prólogo da *Crônica da Guiné*, o autor apresenta suas intenções para escrever a obra, além de apontar que o registro foi feito a partir da ordenação do rei D. Afonso V para que se ficassem anotados *todollos feitos notavees*<sup>21</sup> de D. Henrique, duque de Viseu.

Para tanto, chama a atenção neste início de obra, a utilização de dois termos, *estorya* e *memorya* para justificar a escrita do texto. Neste prólogo de oito páginas, Zurara utilizou-se duas vezes da palavra *estorya* e quatro vezes da palavra *memorya*. Com isso, pode-se perceber a importância de contar a história e guardar a memória do reino para obra que se apresentava.

O termo *estorya* apareceu da seguinte forma:

(...) per seu mandado foe sobre Tanger , onde se passaram muytas e muy notavees cousas, de que em sua **estorya** he feita mençam, por que todo o que se segue foe feito per sua ordenança e mandano, non sem grandes despesas e trabalhos, a elle propriemebte pode seer atribuyda, ca sem embargo de se em todollos regnos fazerem geeraaes crônicas do rex delles, non se leixa poren screver apartadamente os feitos dalgu~us seus vassalod, quando o grandor delles he assy notável se que se com razom deve fazer scriptura.<sup>22</sup>

Nos dois casos, a *estorya* significa a narrativa de um feito notável, que neste contexto, é uma ação, primordialmente, militar. Sendo assim, ao usar o termo *estorya* o autor o enquadra na perspectiva de que o texto de história se ocupa em expor um determinado evento do início até o seu final, e, como já dito, esse episódio ligava-se a um esforço militar, desde a justificativa para o empreendimento, até a descrição da batalha.

Já o uso do termo *memorya*, no texto de Zurara aparece de duas formas ora ligado ao termo *autorizada*, ora como contrário ao *esquecimento*. Da primeira maneira tem-se o seguinte exemplo:

(...)viu e soube os grandes feitos do senhor iffante do Henrique duc de Viseu e sñor de Covilhaã, seu muito preçado e amado tyo, os quaes lhe parecerom assy specyaaes antre muytos que algu~us principes xpaãos em este mundo fezerom, pareceolhe dos home~es autorisada memorya, specialmente pellos grandes serviços que o dicto sñor sempre fazera aos reis passados, e polla grande bem feitoria que pollo sei aazo receberem seus naturaes<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> ZURARA, Gomes Eanes De. *Chronica do descobrimento e conquista de guine* / Gomes Eanes De Zurara ; Introducao E Notas Do Visconde Santarem. E-book- ED. IL. . - Paris : Casa de j. aillaud, editor, 1841.

<sup>22</sup> Idem 21, P. 4

<sup>23</sup> Idem 21, P. 3



A partir da leitura deste trecho, pode-se perceber que *autorizada memória* é a escritura de um determinado relato, mas, que não admite diversidade na sua composição, isto é, caberia ao cronista selecionar, qual era a verdade do fato, já que ele não poderia ser reproduzido de várias maneiras, portanto, a memória autorizada cristaliza um determinado fato, que é o que deveria ser perpetuada pelo registro escrito.

Quanto ao segundo uso de *memorya* no texto, como aquilo que é contrário ao esquecimento, se manifesta de duas formas. Ora apresentando os motivos pelos quais determinados feitos não deveriam ser esquecidos do passado do reino, de maneira geral, ora expondo os motivos pelos quais os descobrimentos e conquista da Guiné não deveriam ser esquecidos. Da primeira forma tem-se o seguinte texto:

E porque tornemos a bemeitoyra per agradecimento a aquelle de que a recebemos, como em começo deste capitollo comecey descrever, seguiremos per exemplo aquelle sancto profeta Mouses, oqual desejando de non esquecerem os be~es que Deos outorgou ao povoo dIsrael, per muytas vezes mandava aos recebedores que os screvessem em seus corações, assy com em livro que pode mostrar aos esguardadores o que teem scripto. (...) E consiirando ainda algu~us como per taaes sinaaes nom eram conhecido perfeitamente o que fora feito, segundo veemos que os esteos de Hercolles nom dam a quantos a veem certo saber que os poderm em lembrança de serr conhecido que per elle a Espanha foe conquistada, tomarom costume screver o que doutra guisa compridamente se nom podya lembrar. Em provaçom desto se conta em o livro da rainha Ester que el Rey Assuyero trazia scriotps os notavees serviços que lhe eram feitos, e em certos tempos os fazia leer por laggardoar o que os fezerom. Semelhantemente elRey dom Ramiro, desejando de nom scoregar da memorya do Espanhoes a grande ajuda que lhe fez o bemaaventurado apostollo Santyago, quando os livros do poderyo dos mouros, e prometeo de seer nosso ajudador em todallas batallas que com elles ouvesssemos; fez escreve a estorya desta acontecimento em os privilegios que outorgou dos vodos, os quaaes agora recebe a igreja de Santiago, de todaa a Espanha em que entonces vivyam xpaãos<sup>24</sup>

Pode-se perceber quatro feitos que não deveriam ser esquecidos, no primeiro deles, o cronista compara seu trabalho com o que fora feito por Moisés no Antigo Testamento, isto é, guardar os feitos divinos em favor do povo. Com isso, Zurara aponta o caráter divinal da formação do reino, pois, a lembrança do que receberam no passado revelariam o favor de Deus para com este povo.

Na segunda parte do texto, o autor reclama não poder acessar a lembrança da conquista de Hércules na Espanha, pois, a memória do fato legítima o domínio, e por isso também, as

<sup>24</sup> ZURARA, Gomes Eanes De. *Chronica do descobrimento e conquista de guine* / Gomes Eanes De Zurara ; Introducao E Notas Do Visconde Santarem. E-book- ED. IL. . - Paris : Casa de j. p. aillaud, editor, 1841., P. 6 e 7



conquistas, neste contexto do fim da Idade Média, não podiam cair no esquecimento, visto que, esta memória legitimava o controle de determinados territórios.

Em terceiro lugar, ao descrever o procedimento de Assuero em relação ao tratamento dos escritos, Zurara indica que o registro da memória também servia para confirmação de alianças, baseadas no oferecimento de serviços e na obrigatoriedade do agradecimento. Em fins da Idade Média, em Portugal, isto significava o registro dos serviços dos vassallos, bem como da gratidão régia, que envolvia os atores sociais em uma imbricada relação de obrigações de serviços e gratidão.

Por fim, ao descrever o que fora feito por *EIDom Ramiro*, Zurara chama a atenção a especialidade do reino, pois, este sempre teria seus principais momentos acompanhados de milagres, de um sinal do céu, que ratificaria que o reino teria um grande destino, sobretudo, em relação com o enfrentamento com outros povos, sobretudo, muçulmanos.

Quanto a memória dos descobrimentos e conquista da Guiné, assim justifica Zurara<sup>25</sup>:

A primeira por muytas almas que se salvarom, e aynda salvaróm, da linhagem daquestes que já teemos em poder: a segunda por grande beneffcios que delles geeralmente recebemos em nossa serventya: a terceira pella grande honra que o nosso regno geeralmente recebe em muytas parte, sojugando tamanho poder de inimigos tan longe de nossa terra.

Sendo assim, o cronista aponta os motivos pelos quais os registros dos acontecimentos em África são importantes, primeiro porque confirmaria o favor divino em relação ao reino, enquanto o céu lhes ajuda com a vitória, os reinóis apressam-se em promover a salvação dos povos conquistados. A segunda razão seria porque os registros mostram o acréscimo das riquezas do reino, após as conquistas africanas, o que poderia justificar novos avanços. E, por fim, porque tais conquistas aumentariam o prestígio do reino português em relação aos outros reinos europeus.

Pôde-se perceber que o uso das palavras *estorya* e *memorya* tem importantes significados na obra de Gomes Eanes de Zurara, ajudam a entender a preferência de determinados temas, ao contrário de outros, como também permitem explorar a relação entre o texto e a contexto de sua época. O uso destes vocábulos denotam a escolha do cronista de conformar um determinado relato sobre o reino de Portugal no século XV. Sua escrita estava em consonância com a produção cronística do período em sua forma, um registro do gênero

---

<sup>25</sup> Ainda que coloque que o texto serviria, sobretudo, para louvor a Deus e a D. Henrique. *Idem* 3, P. 7

histórico, permeada de interesses dinásticos de louvor às conquistas africanas, empreendidas pelos portugueses.

### Fonte primária

ZURARA, Gomes Eanes De. *Chronica do descobrimento e conquista de guine* / Gomes Eanes De Zurara ; Introducao E Notas Do Visconde Santarem. E-book- ED. IL. . - Paris : Casa de j. p. aillaud, editor, 1841.

### Bibliografia

AMARAL, Clínio. *A construção do discurso de santidade do Infante em Portugal: Os indícios da “criação” de um santo dinástico*. Novas edições acadêmicas, 2016. P.75

AMARAL, Clínio e Almeida, Ana Carolina Lima. A ideia de virtude no final da idade média: Um estudo comparativo entre o seu uso político em Florença, no século XIV, e em Portugal na segunda metade do século XV. *Revista Signum*, 2011, vol. 12, n. 2.

AMARAL, Clínio de Oliveira e BERRIEL, Marcelo Santiago. *Religião e Religiosidades na Idade Média: poder e práticas discursivas*. 1ª edição, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. 1990.

COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría* v. 10, n. 18, jul. dez. 2007, p. 703- 727.

DUBY, Georges *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2ª edição. Lisboa. Editorial Estampa, 1994.  
<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

GEARY, Patrick. ”Memória”. In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. vol. 2. Bauru: EDUSC, 2006.

GOMES, Saul Antônio. *D. Afonso V, o africano*. Coleção Reis de Portugal, Temas e debates. 1ª ed. 2009 .

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez.1993.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova história da expansão portuguesa*. Vol.2: A expansão quatrocentista. 1ª Ed. Lisboa: Estampa, 1998.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília, Ed. UnB, 1994.

## História da religiosidade na África Ocidental: a nação Arriata nos séculos XVI e XVII<sup>1</sup>

**Clara Abrahão Leonardo Pereira**  
Graduanda  
FAFICH/UFMG  
E-mail: claraalpereira@gmail.com

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é desvelar a religião da nação Arriata da província da Guiné entre os séculos XVI e XVII, através da análise de registros documentais escritos, advindos especialmente dos relatos de viagem de portugueses dos séculos em questão. Nos parece especialmente interessante estudar suas manifestações religiosas, já que esse aspecto social é responsável não apenas por dar coesão à uma sociedade, mas, na medida em que a constitui, também a traduz, em parte. Tal noção pode levar à uma compreensão expandida acerca de aspectos fundantes das práticas sociais das nações guineenses, que revelam inclusive suas formas de adaptação ao novo contexto atlântico em que se inseriram a partir do século XV.

**Palavras-chave:** religião, província da Guiné, nação Arriata.

**Abstract:** The purpose of this work is to uncover the religion of the Arriata nation of the province of Guinea between the sixteenth and seventeenth centuries, through the analysis of written documentary records, especially arising from the travel accounts of Portuguese in the centuries in question. We find it especially interesting to study its religious manifestations, since this social aspect is responsible not only for giving cohesion to a society, but, insofar as it constitutes it, also translates it in part. Such a notion can lead to an expanded understanding of the foundational aspects of the social practices of the Guinean nations, which may even reveal their forms of adaptation to the new Atlantic context in which they were inserted from the fifteenth century.

**Keywords:** religion, province of Guinea, Arriata nation.

A história das nações da costa da Guiné e suas religiões entre os séculos XVI e XVII é tópico silencioso para a historiografia, especialmente das que não mantinham práticas islâmicas ou não eram reconhecidas pelos europeus como islamizadas. Isso ocorre por dois motivos: primeiro, porque as nações islamizadas detinham, em geral, maior poder político, bélico e econômico, o que fazia com que fossem mais extensa e detalhadamente descritas nas fontes europeias. O segundo, porque a religião africana ocupa uma posição ambígua nessas fontes, na medida em que, mesmo sendo foco de missão religiosa católica<sup>2</sup>, não têm a sua *religião* descrita de maneira sistemática e, por vezes, nem reconhecida como tal.

---

<sup>1</sup> A inspiração para essa comunicação veio da disciplina lecionada no primeiro semestre de 2017 pela Profa. Dr. Vanicleia Silva Santos, “Senegâmbia no século XVII: fontes e historiografia para um estudo da religião e comércio na região”, da qual participei como ouvinte.

<sup>2</sup> Os missionários católicos acreditavam que as nações “não-islamizadas” ou “gentias” seriam convertidas mais facilmente ao catolicismo. Essa perspectiva é confirmada pelo trabalho de diversos historiadores, como por exemplo, Jeocasta Freitas. FREITAS, Jeocasta. A religião dos barbacin, casangas, banhuns e papeis nos relatos de viagem na guiné (1560-1625). 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, p.15.

Essa afirmação pode ser compreendida caso se faça a devida distinção entre “*práticas religiosas*” e “*religião*”. Creio que as nações que eram foco da missionação católica tinham suas *práticas religiosas* descritas, muitas vezes em detalhes: cultos fúnebres, ritos de iniciação, julgamentos e juramentos, etc. Essas práticas, entretanto, são o reflexo de uma *religião* – universo de crenças complexo – que não foi descrita nas fontes. Os missionários não procuravam compreender o sistema de doutrinas e crenças das nações da Guiné, mas apenas a tradução desse sistema em práticas rituais ou na postura moral dos crentes.

Cabe ao historiador, portanto, buscar compreender como esses ritos e práticas faziam parte de uma religião concreta, por mais distante que seja das religiões monoteístas que “conhecemos”, como o islamismo, catolicismo, judaísmo. Assim, considerando a importância da religião para a compreensão social e cultural de qualquer grupo histórico, é preciso incluí-la como aspecto fundante dessas nações; especialmente na Guiné do século XVII, onde não havia separação clara entre a esfera social e religiosa. Por isso, selecionei a nação Arriata para realizar um estudo historiográfico, com objetivo de compreender sua religião, e como as esferas social e religiosa se relacionavam, pelos motivos que seguem.

As fontes utilizadas para esse estudo são relatos de viagem e cartas de missionários e comerciantes europeus, que percorreram a costa da província Guiné e descreveram suas experiências. Nomeadamente, tratarei aqui de fontes produzidas por missionários e comerciantes europeus do século XVI e XVII, principalmente portugueses e cabo-verdianos. Fazem parte desse estudo os relatos de André Alvares d’Almada, comerciante cabo-verdiano, escrito em 1594<sup>3</sup>; André Donelha, também comerciante cabo-verdiano, redação de 1625<sup>4</sup>; de Duarte Pacheco Pereira<sup>5</sup>, navegador e militar português, redigido em 1506; de Francisco de Lemos Coelho<sup>6</sup>, navegador português, em duas versões manuscritas de 1669 e de 1684.

É importante destacar, sobre a presença dos arriatas nas fontes, que sua frequência é diminuta em relação à outras nações, como Fula ou Mandinga. Isso ocorre pois não mantinham

<sup>3</sup> ALMADA. *Tratado dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana de todas as Nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras.*. In: Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1570-1600). Coligida e anotada pelo padre Antonio Brasio. Vol. III. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1965.

<sup>4</sup> DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde* (1625). Edição do texto português, introdução, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota. Notas por P. E. H. Hair. Tradução francesa por Leon Bourdon. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

<sup>5</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Introdução e anotações históricas pelo acadêmico Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1983. (páginas XIII-XXIX. Int e 93-160.

<sup>6</sup> COELHO, Francisco de Lemos. *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné* [1684]. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953.

comércio com as nações europeias, e, outrossim, porque estavam em frequente conflito com os mandingas<sup>7</sup>.

Pelo fato de não comercializar com os portugueses, e serem considerados “hostis” aos mesmos, pouca informação pôde ser adquirida sobre os arriatas pelo contato direto. Para recolher essas informações, os viajantes consultavam os mandingas<sup>8</sup>, o que fez com que a “voz” que ecoa nos relatos de viagem seja não apenas europeia, mas também mandinga. Portanto, considerando a inimizade entre mandingas e arriatas, é possível compreender o espaço reduzido que os últimos ocupavam nas fontes europeias, assim como a descrição pejorativa que têm nesses relatos, em geral.

A escolha dos arriatas se deu, portanto, por alguns motivos que aqui gostaria de explicitar. Em primeiro lugar, sua oposição à presença europeia e mandinga pode ser explicada como uma resistência à desfiguração de sua cultura e religião por meio dos contatos interpessoais, comerciais e culturais que acarretariam. Compreendemos que este não é o único motivo para as desavenças e inimizades citadas, mas pode ser um fator explicativo de relevância. Outro aspecto importante para a escolha da nação é que não era islâmica e, por isso, como dito anteriormente, não tinha a sua religião (ou mesmo suas práticas religiosas) analisadas de maneira sistemática pela historiografia.

Considero importante o estudo da religião da nação Arriata, na medida em que essa pesquisa pode revelar aspectos importantes sobre sua vida social e cultural – considerando que na Guiné do século XVII a separação entre esfera religiosa e social era praticamente nula. Além disso, a compreensão de sua religião possibilita um entendimento mais aprofundado da esfera diplomática das nações guineenses, na medida em que serve como *uma* das chaves de leitura para a presença europeia no continente europeu; para os conflitos das nações da Guiné entre si e para a compreensão e inserção social dos membros da religião em questão. O que afirmo aqui é que, a partir da religião, é possível compreender, mesmo que em parte, a própria existência

---

<sup>7</sup> O relato que mais detalhadamente descreve a inimizade com os portugueses e o conflito com os mandingas é de Almada. ALMADA. *Tratado dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana de todas as Nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras..* In: Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1570-1600). Coligida e anotada pelo padre Antonio Brasio. Vol. III. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1965.

<sup>8</sup> Este processo é conhecido por “malinkização das fontes”. A malinkização pode ser definida como apropriação de elementos culturais e religiosos do Império do Mali, que tiveram como dignitários os mandingas e é melhor descrito por Toby Green. GREEN, Toby. *The rise of the Trans-Atlantic slave trade in Western Africa, 1330-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. 323p.

da nação Arriata na Guiné, justificar sua presença (ou a falta dela) nas fontes europeias, e, por fim, compreender porque a historiografia silenciou sobre o assunto ao longo do tempo.

Os arriatas, tidos pelos lusitanos - e, de maneira geral, pelos cristãos - como "idólatras" ou "gentios", não praticavam o islamismo, religião pela qual a maior parte das nações acima do Rio Gâmbia havia se convertido naquele momento. Se localizavam logo abaixo do Rio Gâmbia, próximos à costa ocidental, e se inseriam no que Walter Hawthorne designou "core beliefs"<sup>9</sup>: crenças comuns a todos os povos da Alta Guiné entre os séculos XVI e XVII. O autor procura descrever, no capítulo "Spiritual beliefs"<sup>10</sup> um panorama geral do que chama de "crenças espirituais" dos povos da Guiné, mesmo não tratando de nenhuma nação de maneira específica. Hawthorne defende que não havia uma distinção tão grande entre as religiões das nações guineenses que justificasse que fossem consideradas religiões distintas.

De acordo com Hawthorne, todas as religiões da Alta Guiné nos séculos XVI e XVII postulam uma relação direta entre a saúde física e espiritual de seus praticantes. Dessa forma, o mal-estar físico e até a morte são explicados pelas relações espirituais que o acometido por esses males tinha com o mundo dos espíritos, ou que seus inimigos poderiam ter, utilizando desse universo sobrenatural para causar males. Essa relação com o mundo espiritual justifica a não-separação entre a esfera social e religiosa dessas sociedades, que se estendia para outras, como a política, diplomática e até econômica.

Outrossim, de acordo com Hawthorne, todos os povos da Alta Guiné acreditavam que havia um Deus criador, mas que era distante de suas criaturas, não interferindo diretamente nos assuntos humanos. Os elementos sobrenaturais que de fato detinham poder direto na sociedade seriam os espíritos, que o autor distingue em dois grupos: os espíritos naturais e ancestrais. Os primeiros seriam pertencentes ao mundo biológico e natural, como o oceano, o céu, determinados animais<sup>11</sup> e árvores; o poilão, por exemplo, árvore comum na região, era um importante receptáculo de espíritos naturais. Os segundos seriam os espíritos de indivíduos

---

<sup>9</sup> HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil culture, identity an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge Universitt Press, 2010.

<sup>10</sup> HAWTHORNE, Walter. *Spiritual Beliefs*. In: *From Africa to Brazil culture, identity an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge Universitt Press, 2010. (208-54).

<sup>11</sup> Sobre os animais como receptáculos para o espírito humano, diz Almada "Parece que o demónio ordena isto de maneira que o creiam, e já me aconteceu perguntar a alguns desta geração: Vem cá: adonde tinhas metida na tua terra a tua alma? E respondeu-me, dizendo: Em um leão; ou no outro animal. E tornei-lhe a perguntar: E agora onde a tens?" ALMADA. *Tratado dos Rios de Guiné do Cabo Verde dêz do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana de todas as Nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras..* In: *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1570-1600)*. Coligida e anotada pelo padre Antonio Brasio. Vol. III. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1965.P.341.



falecidos, pertencentes ou não ao núcleo familiar, e que seriam os dignitários de homenagens, cultos e oferendas; os receptáculos desses espíritos seriam as *chinas*, objetos que permitiam a comunicação entre os entes vivos e mortos.

Hawthorne conclui que toda a sociedade se organizava entorno do culto à essas entidades, que respeitavam a regionalidade das nações guineenses, ou seja, permaneciam circunscritos à comunidade local. Não havia, portanto, uma noção universalista da atuação desses espíritos, o que fazia com que não houvesse uma missionação por parte dos crentes ou dos “religiosos”. O elemento mais próximo à um padre ou religioso (para utilizar conceitos ocidentais) seria, assim, um jambacouce, indivíduo responsável pela comunicação entre o mundo físico e o mundo sobrenatural. Eram os jambacouces também os responsáveis pela cura espiritual e física dos indivíduos, além de serem consultados em questões políticas e bélicas.

Por fim, é importante notar que apesar da atuação dos missionários católicos e dos bexirins islâmicos, a religião local das nações da Guiné se mantinha, ou seja, não havia nulidade em adotar uma religião monoteísta, mas sim um acréscimo ao “panteão” de divindades a se prestar culto. Isso porque Hawthorne afirma que a evangelização cristã na região foi falha, dada não apenas essa aceitação de outras crenças, mas pelo próprio tipo de poder político guineense. O batismo dos reis, comentado extensamente pelas cartas missionárias seria dado mais pelas “facilidades” políticas que poderiam gerar – proteção portuguesa, criação de linhas de comércio, etc. – do que por uma conversão efetiva, como podemos observar na “Carta do Rei Balamá de Guinala a El-Rei D. Felipe II”:

(...)prometendolhe compriria tudo quanto elle antes me tinha pedido e me fazia christaõ, e largaria todas as er[r]onias chinas que os da minha naçaõ costumauaõ ter, reduzindome á fee de Christo, conforme sou delle e dos Padres da Companhia emcaminhado, *cõ tanto que ponhas os olhos em o detrimento que passa este Rejno, porque mo tem destruído e [a] sette Rejs súbditos meus*, os Bijagós, cõ assaltos que de noite daõ, matando e abrasando tudo, por ser gente que está em huãs ylhas, onde lhe naõ posso fazer guerra por terra. [grifo meu]

É necessário considerar que os aspectos supracitados muito provavelmente faziam parte do universo religioso dos arriatas, mas que esses povos praticavam religiões distintas do resto da Guiné. O que me propus, nesse trabalho, foi alcançar as singularidades de suas religiões, sem esquecer, entretanto, todos os aspectos gerais aqui comentados.

Infelizmente, poucas são as informações disponíveis sobre os arriatas no que concerne as suas práticas religiosas específicas. Acredito que a compreensão dessas práticas e ritos pode



conduzir à compreensão da religião dessas nações, mas, como quase nenhum rito é descrito nas fontes, buscarei analisar as poucas informações disponibilizadas pelos viajantes e missionários portugueses.

O único trecho encontrado em que localizei citações acerca das práticas religiosas dos arriatas é no relato de André Alvares d'Almada: “Estes Arriatas não se circuncidão como os mais. Estão naquele beira-mar cingidos dos Mandingas por cima. Occupão-se nas suas searas e pescarias, e tem por officio estas cousas”<sup>12</sup>.

O que podemos afirmar categoricamente acerca dos arriatas é sua não-islamização, pelo menos não da forma e extensão de nações islamizadas, como Mandinga e Fula. Também é possível notar que fazia parte do grupo de nações que praticavam as religiões locais, e provavelmente estavam inseridos no universo das “core beliefs” citadas por Hawthorne.

Para corroborar essa opinião, o relato de Almada informa que os arriatas não se circuncidam como os mandingas, ou mesmo como os felupes – considerando que Almada estava lidando com as duas nações em conjunto em seu capítulo, o fato de notar que os arriatas “não se circuncidão como os mais” parece denotar uma diferença entre eles e os felupes – o que indica que adotavam poucos ou nenhum preceito islâmico. A circuncisão significa, para os crentes islâmicos, a entrada na vida adulta.

Thiago Mota nota, em sua dissertação “A Outra Cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)”<sup>13</sup> nota que as práticas religiosas islâmicas foram frequentemente mescladas com as tradições africanas, como a linhagem matrilinear e os juramentos – o juramento da água vermelha ou do fogo – conduzidos pelos jambacouces. Não existia, portanto, um conflito que inviabilizava a prática das duas religiões simultaneamente, mas não parece que havia, entre os arriatas, a aceitação do islamismo em sua nação.

Não há informações específicas sobre mais práticas religiosas dos arriatas, o que não nos permite a formulação de hipóteses específicas. É possível, entretanto, que participassem de julgamentos e juramentos, que os jambacouces detivessem um elevado *status* social, por

---

<sup>12</sup> ALMADA. *Tratado dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana de todas as Nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras.* In: Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1570-1600). Coligida e anotada pelo padre Antonio Brasio. Vol. III. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1965. P. 288.

<sup>13</sup> MOTA, Thiago Henrique. *A Outra Cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. 2014. 281f.

intermediarem o mundo espiritual e o físico, e que se utilizassem de chinês e outros elementos da natureza como receptáculos espirituais. Entretanto, apenas um estudo que combine a análise de diversas fontes, como a oral, arqueológica, linguística e escrita, por exemplo, poderá revelar novas informações para essa pesquisa, o que não deve, entretanto, desanimar o historiador em sua busca.

Em conclusão, é vital considerar a importância das religiões locais da Guiné, que muito podem revelar para o campo da História Atlântica. Como busquei demonstrar, a vida social e religiosa dos povos da Guiné se imbricava inexoravelmente, mas respondia a dinâmicas políticas e econômicas mutáveis, o que torna necessária uma análise que considere essas relações não apenas entre os europeus e guineenses, mas entre guineenses e guineenses, que respondiam à diversas agendas distintas. Dessa forma, considerar a geografia, a política, a diplomacia e as atividades econômicas servem para o entendimento da religião, que serve por sua vez, para uma compreensão mais ampla acerca da sociedade.

Por mais incipiente e incompleto que esteja este trabalho, o que busquei demonstrar, é a necessidade inescapável de uma ampla análise histórica e historiográfica, que poderá levar a conclusão do objetivo final da obra: compreender a religião dos arriatas no século XVII.

## Libertação da Mulher em Moçambique Reflexões Sobre o Discurso de Samora Machel em 1973

**Jacqueline Maia dos Santos**

Graduada em Licenciatura em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
jacqueline.historia@gmail.com

**Resumo:** Estudar o projeto de libertação da mulher em Moçambique durante o período da Guerra da Independência (1964 – 1975) é importante para compreender a atuação das mulheres no conflito bem como o seu papel na construção da identidade nacional moçambicana. Neste contexto, a leitura do discurso do líder Samora Machel nos permite conhecer as bases do que viria ser o projeto de emancipação feminina e sua importância para a conquista da independência do país, bem como avaliar suas contradições e suas consequências na vida das mulheres moçambicanas.

**Palavras Chaves:** Mulheres; Moçambique; Libertação; Emancipação

**Abstract:** Studying the women's liberation project in Mozambique during the period of the War of Independence (1964-1975) is important to understand the role of women in the conflict as well as their role in building Mozambican national identity. In this context, reading the speech of the leader Samora Machel allows us to know the bases of what would become the project of female emancipation and its importance for the conquest of independence of the country, as well as assess their contradictions and their consequences in the lives of Mozambican women.

**Key Words:** Women; Mozambique; Liberation; Emancipation

### Introdução

Na atualidade, existe o reconhecimento de que o colonialismo europeu deixou marcas duradouras e difíceis de serem extinguidas no continente africano. No que se refere as mulheres, situações de submissão e abuso sob a qual as mesmas estavam inseridas de certa forma se agravaram, e se tornaram mais complexas, já que a colonização culminou na tentativa de padronização social e imposição de costumes europeus, desmontando e transformando a diversidade de padrões nos quais as comunidades e famílias eram estruturadas nas diversas sociedades africanas.

Foi a partir da Conferência de Berlim, ocorrida entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, que se estipularam as regras de ocupação da África pelos colonizadores, além do fomento de uma ação imperialista, embora não tenha sido ela a dar início às investidas europeias. Anteriormente havia colônias de exploração, tráfico de escravos, entrepostos comerciais, a atuação das missões religiosas e tratados com dirigentes africanos. Após a Conferência essas redes de relacionamento migraram de forma incisiva para a prática de dominação e ocupação dos europeus na África.

A população africana não aceitou de forma passiva a dominação europeia; existiram resistências africanas de diversas formas, desde as tentativas diplomáticas até a resistência bélica, todavia, em um contexto onde prevaleceu principalmente a dominação econômica europeia, a situação da mulher africana ficou ainda mais fragilizada.

A recuperação da autonomia dos países africanos se iniciou na década de 50 do século passado, facilitada sobretudo pela fragilidade econômica dos colonizadores nos pós Segunda Guerra Mundial aliado ao apoio ideológico e moral, e em menor escala financeiro, do pan-africanismo<sup>1</sup> e dos negros na diáspora. O pan-africanismo contribuiu para a ideia de reconstrução das identidades nacionais. Todavia, as amarras da colonização demoraram a ser rompidas e as sequelas de anos de ocupação colonial ainda repercutem nas sociedades do território africano, principalmente no que concerne a opressão de gênero.

Diante disso, para uma análise da situação feminina na África no período da Guerras de Independência e considerando a amplitude do continente e suas particularidades, foi escolhido apenas um país, Moçambique, que assim como o Brasil, também foi colonizado por Portugal. A proposta central do trabalho é analisar o papel da mulher na construção da identidade nacional moçambicana, bem como o projeto de emancipação feminina da FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana), a partir da leitura do discurso “A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo” proferido pelo líder Samora Machel em 04 de março de 1973, ainda no contexto da longa guerra pela independência, que durou de 1964 a 1975.

### **A FRELIMO e a conquista da independência**

A FRELIMO foi constituída em 1962, na Tânzania, a partir de associações de refugiados de diversos países e reunindo diversos movimentos que lutavam contra o colonialismo português e pela libertação nacional.

A proximidade com o bloco soviético se iniciou quando a frente política estava sob a liderança de Eduardo Mondlane, porém após o assassinato do mesmo em 1969, a mesma passa a ser liderada por Samora Machel em 1970. Este passa a adotar um viés nitidamente marxista – leninista aliado a uma intensificação da luta armada.

---

<sup>1</sup> Pode-se afirmar que o pan-africanismo foi um movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano.

O ideário pan-africanista foi importante para o rompimento com as teses de inferioridade africana difundidas pelo colonialismo, através do que o intelectual M´bah Abogo chamou de pentágono de negações que se refere a: o não ao racismo, não ao escravismo, não a marginalização social, não a marginalização religiosa e não à colonização.<sup>2</sup> Todavia numa perspectiva política alinhada ao marxismo observa-se que a luta de classes prevalece sobre reflexões sobre gênero e raça.

Neste contexto a FRELIMO se revestiu de um discurso que centralizava o combate a prática da exploração do homem pelo homem. Procurava ainda trabalhar para que as multiplicidades étnicas de Moçambique fossem abstraídas em prol de uma unidade nacional.

As mulheres tiveram atuação importante neste projeto, tanto através da mobilização de pessoas como na atuação direta na luta armada. A LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique) foi a primeira organização feminina ligada a FRELIMO, e tinha objetivo de apoiar as famílias que se juntavam a causa e explicar os propósitos da luta. A partir do ano de 1966 houve a criação do Destacamento Feminino (DF), e a partir daquele momento as mulheres passaram a realizar treinos militares, viver nos campos de treino, usar calças, participar de combates e principalmente conviver com pessoas que não eram do grupo de parentesco.

A existência deste novo efetivo de mulheres dentro da organização da FRELIMO levou a reflexões mais contundentes sobre o papel da mulher na guerrilha, e a necessidade de se exigir avanços e transformações. Segundo a historiadora Isabel Casemiro:

- A libertação da mulher havia sido até ali concebida por homens, progressistas ou não, que a consideravam um fator decisivo para o avanço da FRELIMO, mas em que as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras duma nova ideologia;
  - A criação da DF e as necessidades de redefinição de tarefas, competências, espaços a ocupar, levou algumas mulheres a tomarem posição e a questionarem a subalternização a que continuavam sujeitas, em termos de acesso e controle de recursos, entre os quais, o poder político.
- (CASEMIRO, 2014, p.230).

O avanço da luta fez com que a direção da FRELIMO sentisse necessidade de criar uma organização mais abrangente. O discurso proferido por Samora Machel na I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, realizado em 04 de março de 1973 se tornou o documento de base sobre gênero, e é ainda o marco da criação da OMM, a Organização da Mulher Moçambicana.

---

<sup>2</sup> M´BAH Abogo, PANAFRICANISMO CLÁSICO: Identidad y reconocimiento. Nsibidi, 2004. p. 13

## O discurso de Samora Machel e o projeto de emancipação feminina

O discurso do Samora Machel, intitulado “A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo” coincidiu com a celebração do oitavo aniversário do começo da luta armada. O documento no qual estão transcritas suas falas é precedido de uma introdução redigida pelo Departamento do Trabalho Ideológico em 1979, e destaca que a este o objetivo era elucidar e preparar para a nova fase da revolução. E para que o avanço da Revolução acontecesse, era necessária a eliminação total da exploração e a edificação da sociedade socialista. E essa fase da Revolução, na perspectiva da FRELIMO passava necessariamente pela libertação da mulher. A introdução deixa claro que a questão da emancipação da mulher é uma das questões centrais da revolução.

Na conferência já se discutia as oposições que existentes no que concernia a causa da libertação da mulher: todos os esforços deveriam ser focados na luta contra o colonialismo; a tarefa de emancipação da mulher era secundária; o baixo nível de mulheres instruídas não dava base suficiente para um ponto de partida e que por fim, a maioria das mulheres eram indiferentes ao assunto. É interessante observar que mesmo as mulheres tendo atuado firmemente nas mais diversas frentes de lutas, os argumentos contra sua necessidade de emancipação ainda eram fortes.

O que Samora Machel demonstra é que seria contraditória uma revolução cujo objetivo era a destruição do sistema de exploração e a construção de uma sociedade libertadora, que desconsiderasse emancipar as mulheres. Não seria possível liquidar um sistema de exploração mantendo uma grande parte da sociedade explorada. A revolução para ser feita deveria mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também.

A premissa do discurso é positiva na medida que reconhece que a mulher é oprimida. Todavia o viés marxista-leninista da análise aliada a um machismo estrutural, faz com que argumentos contraditórios sejam usados como justificativa para a emancipação da mulher. Um trecho problemático do documento fala:

Considerando ainda a necessidade fundamental de a Revolução ser prosseguida pelas novas gerações, como poderemos assegurar a formação revolucionária das gerações de continuadores, se a mãe, primeira educadora, se encontra a margem do processo revolucionário. (MACHEL, 1979).

Esta fala demonstra como apesar de se falar em um projeto de emancipação da mulher ainda havia necessidade de avanços nas discussões sobre os papéis de gênero.

No discurso também é feita uma crítica a uma prática tradicional de Moçambique, a poligamia. Essa seria um fator de exploração já que casar com muitas mulheres numa sociedade de economia agrária torna-se um meio certo para acumular muitas riquezas. O marido assegura-se de uma mão de obra gratuita que não reclama e nem se revolta contra a exploração e também é ainda fonte de prazer e produtora de outros trabalhadores. A sociedade moçambicana tem características matrilineares, o homem paga uma espécie de dote pela mulher, já que ao se casar, a família perde uma trabalhadora. Os filhos gerados pela mulher pertencem a família da mãe e isso é citado no documento. O repúdio a prática da poligamia está alinhado não apenas a uma consciência sobre a exploração da mulher, mas também ao repúdio as práticas culturais tradicionais do país em detrimento de um modelo de família orgânico que privilegiasse a propagação do ideário da Revolução.

É importante ressaltar ainda que não é levado em conta no contexto do discurso que o homem também explora a mulher por se sentir subjetivamente superior a ela, na estrutura de machismo que se reproduz. Essa perspectiva não é considerada e nem debatida, uma vez que uma perspectiva diretamente influenciada pelo feminismo internacional seria considerada reacionária. O feminismo no modelo ocidental tornaria homens e mulheres rivais. O antagonismo entre homens e mulheres tiraria o foco e os dividiria no combate a sociedade exploradora.

Existe também uma crítica a emancipação mecânica, isto é, homens e mulheres dividiram as tarefas doméstica de uma forma que não consideraria possíveis particularidades e a emancipação por acumulação de diplomas. Essas formas de libertação da mulher seriam as erradas e superficiais. A única forma de libertação válida e eficaz seria um engajamento político consciente por meio da adesão as práticas da FRELIMO.

O combate ao racismo também não deveria ser central, já que “o inimigo não tem cor.”. Falar de racismo também era uma posição reacionária e dividiria a atenção em relação a luta de classes. A ironia desta fala é pensar que uma importante parte da mobilização pelas independências nacionais na África surgem a partir das reflexões de raça e racismo propostas pelo pan-africanismo.

O discurso fala ainda da necessidade de educação da mulher para que fossem relegadas as superstições e as religiões. Afirma, de forma pejorativa, que o esoterismo e obscurantismo seio fértil na mulher, por isso elas precisavam estudar. Negar a educação também era um



mecanismo de opressão, mas mesmo quando fala algo bom vem acompanhado de um viés machista.

A criação da OMM oficializada no discurso estudado e teve como objetivo ser o novo braço da FRELIMO para alcançar e engajar todos os setores femininos, inclusive os que supostamente não estavam engajados. Diferente do DF que a priori, focava nas práticas militares. Segundo Samora Machel:

O Destacamento Feminino não é a Organização da Mulher Moçambicana e esta não é o Destacamento Feminino. O Destacamento Feminino é uma parte integrante do nosso exército, das Forças Populares de Libertação de Moçambique, é um corpo político armado. A Organização da Mulher Moçambicana, em contrapartida, engaja todas as mulheres, das que até hoje se encontram à margem da luta até àquelas que são combatentes na frente da Saúde, da Educação, da Produção, do Exército, etc. ( MACHEL, 1979).

A leitura do discurso de Samora Machel nos permite compreender que apesar de apregoar a emancipação da mulher, o foco são as classes e as lutas de classes. Não há uma análise aprofundada sobre as relações de gênero, e nem abertura para isso, já que a opressão da mulher é considerada um fenômeno secundário, consequência da transformação da sociedade capitalista. O fim da opressão da mulher estaria condicionado ao fim da exploração de homens entre homens e a existência de uma sociedade sem classes.

Ao se inviabilizar o aprofundamento das discussões sobre gênero, não se considera que a dominação masculina não se tinha originado do capitalismo, mas reproduzia suas estruturas. Logo, substituir o capitalismo pelo socialismo não era o suficiente para superar a submissão da mulher na sociedade.

Além disso, quando vemos uma política sobre mulheres sendo descrita e propagada a partir de um homem, podemos entender que as mulheres são beneficiárias e não agentes e um discurso sobre emancipação da mulher. É maleficamente simbólico que o discurso tenha sido proferido pelo líder.

Por fim, a historiadora Jacimara Souza Santana destaca que “o verdadeiro sentido da emancipação não consistia no descuido dos seus deveres caseiros ou no desleixo antes de vestir-se, mas em assumir sua responsabilidade de cidadã, mãe, esposa e filha”.<sup>3</sup> Isso nos permite compreender que o projeto de emancipação da mulher da FRELIMO, trouxe para as

---

<sup>3</sup> SANTANA, Jacimara Souza. *Reinvenções de emancipação feminina na Revista Tempo*. Estudos Moçambicanos. Volume 23. Especial. Ano 2012. Disponível em <http://www.mozambiquehistory.net/> Acesso em 20 de fevereiro de 2016. p.79

moçambicanas conquistas de direitos, mas que também ainda houve permanências do sentido de acúmulo de atividades e responsabilidades para as mulheres, que tinha que dar conta de administrar uma vida política e engajada e uma vida doméstica.

## Conclusão

A perda da autonomia das mulheres começou no período colonial, mas o ápice da perda, o golpe final, foram das elites que herdaram essas estruturas no pós-independência, e que em níveis diferentes mantiveram a máquina colonial de exploração e opressão. Neste contexto um discurso e um projeto político, que posteriormente se tornou política de estado, como ocorreu com a FRELIMO em Moçambique apresenta ares de inovação.

O objetivo era oficializar e consolidar a emancipação da mulher e isto estava associado à concretização da revolução social. Todavia, observa-se que as estruturas de opressão de gênero ainda permaneceram. Além disso a limitação a um ideário de luta de classes paralelo a invisibilização de um discurso sobre raça e racismo desconsidera o quanto o colonialismo e seus ideários de inferiorização da raça negra contribuíram para a manutenção de uma desigualdade social.

Desta forma, o discurso “A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo” é de vanguarda na medida que propõem discussões sobre desigualdade de gênero numa sociedade como a moçambicana, que possui estruturas diversas e complexas em relação ao tratamento dado a mulher. Em contrapartida este discurso é falho e se torna incompleto ao desconsiderar os elementos de raça, e ao fazer da opressão de gênero um elemento secundário a opressão de classe.

## Referências Bibliográficas

ASANTE, S. K. B. *O Pan-africanismo e a Integração Regional*. In: MAZRUI, Eli. A; WONDJI, Christophe (Orgs.). *História Geral da África, Vol. VIII: África desde 1935-2010*. Brasília: UNESCO, 2010.

CASEMIRO, Isabel Maria. *Paz na terra, guerra em casa*. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Recife. Editora UFPE, 2014.

MACHEL, Samora. *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*. 1974. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2016.

M'BAH Abogo, PANAFRICANISMO CLÁSICO: Identidad y reconocimiento. Nsibidi, 2004.

M'BOKOLO, E. *Conquistas europeias e resistências africanas*. África Negra: História e Civilizações, até ao século XVIII, Tomo I : Lisboa, Vulgata, 2003.

PAREDES, Marçal de Menezes. *A construção da identidade nacional moçambicana no pós independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n. 40, p.131-161, dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90> Acesso em 19 de Julho de 2016.

RANGER, T. O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). História Geral da África, Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª Ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.

SANTANA, Jacimara Souza. Reinvenções de emancipação feminina na Revista Tempo. Estudos Moçambicanos. Volume 23. Especial. Ano 2012. Disponível em <http://www.mozambiquehistory.net/> Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

## Um “significado único na nossa História”: Representações do massacre de Mueda nas páginas do jornal *Notícias* (1975-1986)

**Cintia Mary de Oliveira**

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [cintia\\_mary@hotmail.com](mailto:cintia_mary@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem como finalidade a análise dos discursos e representações produzidos a respeito do Massacre de Mueda presentes no jornal moçambicano *Notícias* após a independência, entre os anos de 1975 e 1986. Através da análise deste jornal, pretendemos refletir sobre a inserção do Massacre de Mueda nas narrativas nacionais e a atuação da imprensa no processo de construção da identidade nacional moçambicana.

**Palavras-chave:** Moçambique; Massacre de Mueda; Nacionalismo; Identidade Nacional;

**Abstract:** This assignment aims to analyze the discourses and representations produced about the Massacre of Mueda present in the Mozambican newspaper *Notícias* after independence, between 1975 and 1986. Analyzing this newspaper, we intend to ponder about the insertion of the Massacre of Mueda on the national narratives and the role of the press in the Mozambican process of building national identity.

**Keywords:** Mozambique; Massacre of Mueda; Nationalism; National identity;

No dia 16 de junho de 1960, ainda sob o jugo colonial, a população local se reuniu na sede do distrito de Mueda, região norte de Moçambique, para participar de uma reunião com a administração portuguesa, na qual reivindicaram mudanças na situação colonial. Após algumas tentativas de negociação e a inflexibilidade mostrada pelo governo colonial em atender as reivindicações dos colonizados, ocorreu um enfrentamento entre a multidão, armada de pedras e areia, e o aparato militar colonial ali presente, que causou muitas mortes.<sup>1</sup> Sobre esse episódio, que ficou conhecido como Massacre de Mueda, criou-se um significado simbólico. Ainda no período de luta anticolonial (1964-1975), foi apontado pelo discurso oficial nacionalista como o primeiro momento em que a população se uniu contra o colonialismo em busca da independência, passando a enxergar a luta armada como a única via para a libertação da opressão colonial

Em 1975, Moçambique tornou-se independente sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique - Frelimo, após cerca de dez anos de resistência armada. Nesse contexto, a construção de uma identidade nacional e a manutenção da unidade eram demandas importantes no país. Nesse sentido, a mobilização do Massacre de Mueda pelo discurso nacionalista

---

<sup>1</sup>HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. A Luta Anticolonial, 1955-1961. In: HEDGES, David (coord.). *História de Moçambique*, Volume 2: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961. Maputo: Livraria Universitária, 1999, p. 238-248.

continuou a ser feita e foi importante, visto que um retorno a um passado em comum – o da opressão colonial – servia como instrumento de coesão e fortalecimento da moçambicanidade<sup>2</sup>. Este trabalho, através da análise das publicações do jornal *Notícias* entre os anos de 1975 e 1986, pretende indicar como o Massacre de Mueda esteve inserido nas narrativas nacionais e refletir sobre a atuação da imprensa no processo de construção da identidade nacional moçambicana.

O recorte temporal compreende um período essencial para a construção da identidade nacional no país. O ponto de partida para a análise é 1975, quando ocorreu a independência de Moçambique. Nesse momento, a Frelimo subiu ao poder, sob a liderança de Samora Machel, e buscou colocar em prática um projeto nacional de caráter socialista, que buscava a formação de uma nova sociedade revolucionária. A análise termina em 1986, com a morte do presidente Samora Machel. Esse momento foi marcado por uma “reconversão do projeto nacional”, fruto das condições político-econômicas que vinham ocorrendo a nível interno, regional e internacional na década de 1980, e a consequente erosão do projeto socialista.<sup>3</sup>

Após a independência, a Frelimo posicionou-se como representante máxima e guia do povo moçambicano. No entanto, a construção nacional ainda era uma tarefa a ser realizada. Se durante a luta anticolonial, tinha havido certa coesão nacional, com a agregação de diferentes grupos e interesses em torno da causa nacionalista em Moçambique, após a conquista da independência, as diferenças políticas e étnicas se acentuaram, e diferentes projetos de nação entraram em disputa. Assim, para manter a unidade conseguida, era necessário que o grupo que assumiu o poder buscasse formas de constituição de uma identidade nacional.

Concebeu-se um projeto identitário de caráter maniqueísta, que procurava criar um “homem novo”, uma sociedade revolucionária nova, em contraposição ao velho passado colonial. Ainda, visava deixar para trás os “vícios” herdados do período colonial português. Eram rejeitadas as concepções do racismo e do capitalismo, consideradas perversões do colonialismo. Mas também os valores tradicionais - como o *lobolo*<sup>4</sup>, a poligamia e ritos de iniciação - e a diversidade étnica e regional. Estes elementos atrasavam o desenvolvimento do Estado Nação moçambicano, e deveriam ser descartados pelo “homem novo”. Tal projeto

---

<sup>2</sup> A moçambicanidade pode ser definida como a expressão da identidade nacional moçambicana, pelas diferentes formas de pensar e sentir dos moçambicanos.

<sup>3</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio. *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013. p. 140.

<sup>4</sup> Espécie de dote que o noivo paga aos familiares da noiva, muito comum na região sul de Moçambique.

identitário era essencialmente uniformizador, visto que não considerava o passado, a realidade e as características dos diversos grupos étnicos e sociais que ocupavam o território moçambicano.<sup>5</sup>

### A imprensa e o jornal *Notícias*

Para a consolidação deste projeto identitário era essencial uma produção cultural que exaltasse os elementos da nacionalidade moçambicana e (re)produzisse as narrativas nacionais. Diante disso, o Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo (DIP), criado ainda durante a luta anticolonial, era o responsável pela regulação dos diversos meios de comunicação e deveria por meio da informação e da propaganda mobilizar recursos, principalmente o homem, para a construção da nação. Em 1975, Jorge Rebelo, secretário do DIP, afirmava que os intelectuais moçambicanos deveriam se enquadrar na linha ideológica do partido. Já a imprensa, deveria “informar e formar politicamente, educar, contribuir para as transformações em curso” naquele momento.<sup>6</sup> Dessa forma, a cultura poderia, e deveria, ser utilizada para fomentar os sentimentos e fidelidades nacionais entre a população.

Assim, o controle da imprensa foi considerado essencial para a defesa dos interesses nacionais. Através da imprensa, as ideias e ideais do novo regime seriam transmitidas, enquanto práticas indesejáveis seriam desencorajadas ou controladas.<sup>7</sup> Ocorreu certa subordinação da cultura e dos agentes culturais, como os jornalistas e artistas, ao grupo político no poder. Os agentes culturais passaram a ocupar posições importantes no aparelho do Estado, entretanto, tiveram as suas instituições representativas, como associações e sindicatos, fortemente submetidas ao Estado, que acabava por estabelecer “o que se considerava ideologicamente em condições de ser promovido ou divulgado”.<sup>8</sup>

Nesse sentido, cabe analisarmos o jornal *Notícias*. O jornal teve o seu primeiro exemplar publicado ainda em 1926 em Lourenço Marques, então capital da colônia portuguesa, e prosperou ao longo do período colonial, tornando-se um dos jornais mais lidos da província de

<sup>5</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio. *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013. p. 121-158.

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.

<sup>6</sup> FRELIMO. *Discursos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda*. Macomia: Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo, 1975. p. 12.

<sup>7</sup> CHICHAVA, Sérgio; POHLMANN, Jonas. Uma breve análise da imprensa moçambicana. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA Sérgio; FRANCISCO, António (Org.). *Desafios para Moçambique, 2010*. Maputo: IESE-Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2009. p. 127-138.

<sup>8</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio. *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013 p. 136.

Moçambique sob as mãos da família do capitão Manuel Simões Vaz. Em 1963 passou por um processo de estatização realizado através do Banco Nacional Ultramarino. Com a evidente independência das colônias portuguesas, em 1974, o editorial passou a apresentar posições em favor da independência, sob a direção de Pedro Pereira Coutinho.<sup>9</sup> Após a independência, sob o controle do governo da Frelimo, o *Notícias* continuou a ser um dos jornais mais lidos de Moçambique. Ao longo do período analisado, manteve uma publicação diária na cidade de Maputo, em formato grande, contendo habitualmente oito páginas que traziam notícias nacionais e internacionais.

Os jornalistas do *Notícias* eram impedidos de falar sobre os descontentamentos e problemas da sociedade recém-independente. Aqueles que acabavam por dar voz a estas questões eram repreendidos, castigados. Já no ano de 1976, o jornal teria passado por turbulências em sua relação com o governo. Devido a publicações sobre ações abusivas praticadas pelo novo regime, o jornal acabou por ter seu diretor despedido, que foi acompanhado da saída de mais de vinte jornalistas. Machado da Graça afirma que esse episódio em 1976 foi exemplar, “o sucedido no *Notícias* foi uma mensagem clara para todos sobre como deveriam trabalhar”. Nesse período o *Notícias* “passou a ser conhecido por um jornal cinzento”.<sup>10</sup> Ainda, ao longo de todo o período analisado, jornalistas teriam sido transferidos de setor, ao adotar uma posição mais crítica com relação à realidade do país.

É claro que existiam críticas da imprensa à realidade socioeconômica do país e à censura imposta pelo governo. Entretanto, naquele momento, não havia questionamentos diretos, por parte dos jornalistas, com relação ao projeto de nação que era então colocado em prática pela FRELIMO. Sobre essa confiabilidade dos jornalistas no regime do partido, o jornalista Machado da Graça explica que

“Enquanto no período colonial, o governo era o inimigo a abater, após a Independência os jornalistas estavam, na sua esmagadora maioria, de acordo com os objectivos da Frelimo. Havia, da parte dos jornalistas, uma solidariedade com a política governamental que fazia com que a luta pela liberdade de imprensa fosse uma luta de dentro do sistema”.<sup>11</sup>

Dessa forma, o jornal acabava por (re)produzir as narrativas nacionalistas. Assim, cabe a nós compreender como o Massacre de Mueda foi apropriado pelo discurso nacionalista e

<sup>9</sup> ROCHA, Ilídio. *A Imprensa de Moçambique*. Lisboa: Edição Livros do Brasil. 2000, 435 p.

<sup>10</sup> DA GRAÇA, Machado. Luta pela liberdade de imprensa em Moçambique desde a independência. *INTEROM – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XV, n. 2, jul/dez 1992. p. 196.

<sup>11</sup> RIBEIRO, Fátima; SOPA, Antônio. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e Relatos*. Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa (AMOLP). 1996. p. 187.



inserido nessas narrativas. Ao longo do período analisado, o Massacre de Mueda esteve representado no *Notícias* de diferentes formas, em especial nos meses de maio e junho, quando eram organizadas comemorações em torno do aniversário do Massacre. Parte das referências ao Massacre são reportagens sobre as comemorações do seu aniversário, como visitas presidenciais, encenações, passeatas, etc. Além disso, são apresentadas reportagens que descrevem o Massacre de Mueda, muitas vezes acompanhadas de relatos de pessoas que moravam na região e sobreviveram ao acontecido e de reflexões sobre o significado desse acontecimento para os moçambicanos.

As referências ao Massacre de Mueda nas páginas do *Notícias* seguem três caminhos discursivos diferentes. O primeiro é a sua inserção na narrativa de libertação nacional, quando o Massacre é apontado como um fator de coesão da população para o início da luta armada. O segundo é a associação do Massacre de Mueda ao Massacre de Soweto ocorrido na África do Sul em 1976. Os dois eventos ocorreram no mesmo dia e mês e proporcionou reflexões que aproximavam os dois eventos. O terceiro é a escolha do aniversário do Massacre de Mueda em 1980 para o lançamento de uma nova moeda em Moçambique, o Metical. Esses três caminhos discursivos serão melhor explorados a seguir.

### **Mueda e as narrativas de libertação nacional**

Na maior parte das reportagens o Massacre é apontado como o primeiro momento em que a população se uniu contra o colonialismo em busca da independência, passando a enxergar a luta armada como a única via para a libertação da opressão colonial. Essa análise do Massacre de Mueda como elemento de coesão nacional reproduz um discurso oficial nacionalista que já era feito no período da luta armada.<sup>12</sup>

Nesse caminho, o Massacre de Mueda é inserido na narrativa de libertação nacional de Moçambique. O historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho aponta que a luta de libertação nacional em Moçambique foi codificada em uma grande narrativa nacionalista que foi amplamente divulgada nos meios de comunicação e escolas.<sup>13</sup> Essa narrativa foi importante na concretização do projeto nacional e na legitimação do poder pela Frelimo, tendo permitido o surgimento de uma identidade nacional entre os moçambicanos, apesar das tensões e confrontos entre as diversas memórias da luta de libertação. Ainda, tal narrativa apresenta uma

---

<sup>12</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1975, 252 p.

<sup>13</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, p. 10-19, jan. 2013.

linguagem clara e simples e é marcada por uma série de binarismos que opõem o velho ao novo, o reacionário ao revolucionário, etc.

Assim, em vários momentos ao tratar sobre Mueda, o jornal coloca ao leitor que o Massacre serviu para provar “que o único meio de que o povo moçambicano dispunha para se libertar do jugo criminoso do fascismo e do colonialismo era a luta armada, era opor contra a *violência reaccionária* e fascista a *violência revolucionária*”.<sup>14</sup> Nesta lógica, o colonialismo é sempre relacionado ao mal, ao reacionário, ao velho, enquanto a Frelimo traria uma nova sociedade, revolucionária, rumo ao desenvolvimento.

Nesse caminho é comum encontrar dois elementos no discurso da imprensa: o primeiro é a alusão à independência, junto da comparação com o passado colonial português, e o segundo, é o traçado de um futuro melhor que estaria por vir para o povo moçambicano, sendo algo quase que predeterminado pela História.<sup>15</sup> Essa relação passado-futuro que permeava a narrativa nacional, desembocou num dos maiores lemas do governo pós-independente, o de que “a luta continua”. Nesse sentido, as publicações do jornal traziam a idéia de que Mueda foi só o início, a luta anticolonial não teria terminado com a proclamação de independência de Moçambique em 1975, mas havia ainda “um longo e intenso processo de reconversão de expectativas no qual a construção de novas práticas sociais deveria justamente refletir a ascensão da almejada soberania”.<sup>16</sup>

### **16 de Junho, um “Dia da Resistência”: Mueda e o Massacre de Soweto**

Um segundo caminho é a associação do Massacre de Mueda ao Massacre de Soweto ocorrido da África do Sul em 1976. A África do Sul, que até então tinha conseguido manter estável um regime de segregação racial, começou a entrar em crise na década de 1970, momento de grande agitação social dentro do próprio país e de ampliação das críticas internacionais. Neste contexto, ocorre em 16 de junho de 1976 um protesto dos estudantes negros contra a obrigatoriedade do ensino da língua oficial *africânder* nas escolas, que acaba reprimido pela polícia, deixando dezenas de jovens mortos. A este protesto, seguiram-se outros pelos guetos sul-africanos, ficando conhecida essa série de revoltas como Revolta de Soweto.<sup>17</sup> O

---

<sup>14</sup> O massacre de Mueda foi há quinze anos. *Notícias*, Maputo, 17 Jun. 1975, p.1. Grifos meus.

<sup>15</sup> RIBEIRO, Fátima; SOPA, Antônio. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e Relatos*. p. 139.

<sup>16</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, dez. 2014. p. 154.

<sup>17</sup> BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 84.

acontecimento rapidamente repercutiu nas páginas do *Notícias*, ampliando as críticas ao *apartheid* sul-africano que já vinham sendo feitas desde a independência.

As referências aos eventos ocorridos na África do Sul não são em vão. Esse discurso contrário ao *apartheid* sul-africano é um reflexo da situação vivida em Moçambique e na África Austral nas décadas de 1970 e 1980. A África do Sul até a década de 1960 era cercada por “cordão sanitário”, composto pela Angola, Moçambique, Rodésia e Namíbia, que a afastava dos demais países africanos marcados por movimentos nacionalistas negros. Entretanto, com a independência dos países colonizados por Portugal, o perigo do nacionalismo negro se aproximava. Com isso, a África do Sul desenvolveu uma política externa agressiva na região, através de invasões e da desestabilização política dos países vizinhos recém-independentes, inclusive Moçambique, onde apoiou a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).<sup>18</sup>

Além das fortes críticas ao caráter racista e imperialista do governo sul-africano, o jornal *Notícias* trazia um discurso que associava diretamente o Massacre de Mueda ao Massacre de Soweto. Já a partir de 1977, quando o acontecimento em Soweto completava um ano, o jornal passou a publicar matérias “comemorando” as datas dos dois acontecimentos. Tais matérias atribuíam ao Massacre de Soweto um significado similar ao que era atribuído ao Massacre de Mueda. Ambos marcavam uma vitória para a libertação dos povos africanos.

A aproximação entre os dois eventos é levada a tal ponto que em 1977 o 16 de junho é comemorado como “Dia da Resistência”, data que envolve “um sentimento de tristeza, mas ao mesmo tempo de entusiasmo”.<sup>19</sup> Pois, ao mesmo tempo em que marca a opressão do povo africano, também mostra a sua resistência, a luta para por fim aos regimes opressivos:

“Mueda, em 1960, Soweto em 1976, mostram que a luta que o Povo sul-africano trava, tem a mesma natureza que a luta que o Povo moçambicano travou pela libertação da sua Pátria; mostram que o caráter desumano do inimigo dos povos é o mesmo e que a sua linguagem é a mesma – humilhação, exploração e a repressão.

Soweto e Mueda são em última análise um símbolo as luta comum que os povos de todo o mundo trava, contra um mesmo inimigo – o imperialismo e o sistema capitalista em decomposição e que lhe está subjacente; Soweto e Mueda são símbolos dos Povos que lutam pelo mesmo objectivo – a paz, a democracia, a Independência Nacional e o progresso social.”<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Grupo de oposição com quem a Frelimo manteve uma guerra civil entre 1977 e 1992.

<sup>19</sup> 16 de Junho: Responder à opressão com violência revolucionária. *Notícias*, Maputo, 16 Jun. 1977. p. 1

<sup>20</sup> 16 de Junho: Marco na História da Luta dos Povos da África Austral. *Notícias*, Maputo, 15 Jun. 1979, p. 4.

Outro fator ainda a se considerar é a realização de eventos homenageando Mueda e Soweto. São noticiados eventos realizados pela Organização da Juventude Moçambicana (OJM), participando em alguns desses eventos membros do *African National Congress*.<sup>21</sup> Em algumas das publicações que noticiam esses eventos, Mueda é relacionado à Soweto, seja pra simplesmente falar da data, ou ainda porque seriam comemorados os dois episódios nos eventos. Eram realizados desfiles, coroas de flores eram depositadas em nome dos mártires, havia apresentação de peças teatrais que representavam os massacres, e também exposições fotográficas. A realização de atividades culturais nesses eventos era um instrumento estratégico usado na consolidação de uma memória e identidade nacional.

### **Mueda e o Metical**

Outro momento associado ao Massacre de Mueda foi a criação de uma moeda nacional, o Metical, em junho de 1980. A data para a criação da nova moeda moçambicana foi escolhida de forma totalmente consciente pelo regime. Samora Machel, num discurso publicado no *Notícias* em 1980 sobre a criação da nova moeda, explicou que a escolha desta data deveu-se ao fato de ser o momento de comemoração do vigésimo aniversário do Massacre de Mueda.

Mais que uma homenagem ao Massacre de Mueda e sua importância, a escolha da data é muito esclarecedora no que diz respeito ao significado de uma moeda nacional para o país. Até aquele momento Moçambique mantinha a moeda dos tempos coloniais, o Escudo. Junto a isso, o país, independente a cinco anos, não havia encontrado o caminho para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a criação de uma nova moeda trazia esperanças de melhorias para o país.

O Metical, de acordo com uma publicação no jornal em 1984, seria a “quebra de mais um vínculo que nos ligava ao período colonial. Na realidade diária de até então, desde a nossa independência, a moeda colonial funcionava como um instrumento de desestabilização da nossa economia”.<sup>22</sup> Assim, na medida em que Mueda teria sido uma “viragem decisiva na luta patriótica”, que possibilitou o rompimento do “povo” com o colonialismo e a partida para uma luta armada unificada, a moeda nacional também ajudaria a romper com um passado colonial. Portanto, a relação entre a criação do Metical e o Massacre, está intimamente ligada à questão nacional em Moçambique, que por sua vez, está relacionada à negação do colonialismo.

<sup>21</sup> A Frelimo apoiava o *African National Congress* (ANC), principal organização política negra contrária ao governo segregacionista sul-africano.

<sup>22</sup> Metical criado há quatro anos. *Notícias*, Maputo, 18 Jun. 1984, s/p.

## Considerações finais

O Massacre de Mueda foi utilizado como um elemento importante nas narrativas nacionais de Moçambique, assumindo o papel de uma espécie de mito fundador da nação. Nesse sentido, as representações construídas e veiculadas sobre o Massacre de Mueda permitiram a criação de um vínculo em comum entre os moçambicanos. A retórica em torno do Massacre de Mueda, associada à experiência de opressão colonial compartilhada entre a população, serviu como instrumento de coesão e fortalecimento de uma identidade nacional moçambicana.

Ainda, no contexto analisado, o Massacre de Mueda teve seus significados redimensionados através de sua associação a outros dois eventos - o Massacre de Soweto na África do Sul (1976) e a criação de uma nova moeda em Moçambique (1980). Esse redimensionamento dos significados de Mueda tem uma relação direta com os problemas internos e externos enfrentados por Moçambique durante o período pós-independência. E indica a mobilidade dessas narrativas nacionais, através da seleção de novos elementos e construção de novos discursos, de acordo com as circunstâncias vividas em cada momento histórico.

Por fim, ressalta-se a importância da imprensa em Moçambique no período analisado. O jornal *Notícias* foi um elemento relevante no processo de construção nacional moçambicano, na medida em que (re)produzia as narrativas nacionais criadas pela nova nação. Junto de outros meios de comunicação, a imprensa atuou ativamente no processo de construção da identidade nacional, influenciando na constituição e circulação de uma consciência histórica, modos de vida, ideias e comportamentos.

## Reflexões sobre a ideia de fundamentalismos na obra “O Destino”, de Youssef Chahine

**Alaor Souza Oliveira**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: oliveira.his@outlook.com

**Resumo:** O presente artigo tenciona refletir historicamente sobre O Destino (*Al Massir*), filme do diretor egípcio Youssef Chahine de 1997, tomando essa obra cinematográfica como uma intervenção pública do diretor no contexto de ascensão dos fundamentalismos no Egito, na virada para o século XXI. Para isso, buscamos compreender como Chahine entende a ideia de fundamentalismos em sua obra e de que forma tencionou intervir sobre o contexto com a qual dialogou.

**Abstract:** This article intends to ponder historically on Destiny (*Al Massir*), 1997's Egyptian film director Youssef Chahine, considering this work as a public intervention of the film director in the context of rising of fundamentalisms in Egypt, at the turn of the 21th century. In this regard, we seek to comprehend how Chahine conceives the idea of fundamentalisms in its work and how he intended to intervene in the context which he interacted with.

Afirmou certa vez Marc Ferro (1992, p.17), em um texto já célebre, que “assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História”. Sim, história: roteiro, trama, intriga; e, também, História: historiografia. Além disso, também afirmou o mesmo autor ser o cinema primeiramente um *agente da história*, não apenas por sua inovação técnica e tecnológica, mas principalmente por seus usos sociais, seja como instrumento a serviço da ideologia, seja como manifesto de independência ante as próprias ideologias.

Assim sendo, seria “preciso dizer que a utilização e a prática de modos de escrita específica”, como é o caso da *linguagem* cinematográfica, “são, assim, armas de combate ligadas à sociedade que produz o filme, à sociedade que o recebe” (FERRO, 1992, p.16), pois o cinema se trata, por excelência, de elaborações conscientes de um discurso sobre a realidade histórica.

O texto ao qual referenciamos, *Coordenadas para uma pesquisa*, que serve de introdução à obra *Cinema e História*, é de 1976. Para o leitor contemporâneo, as considerações supracitadas soam, em certo sentido, um tanto evidentes, se não atentar para o fato de que Marc Ferro circunscreveu nessa obra o cinema como fonte de pesquisa para o historiador. É nesse sentido que o objetivo do presente texto é precisamente tomar o filme O Destino (*Al-Massir*, 1997), do diretor egípcio Youssef Chahine, como fonte para refletir sobre questões que se impuseram sobre sociedades e intelectuais africanos na virada para o século XXI.

Youssef Chahine (1926-2008) é talvez, ainda, o cineasta egípcio mais conhecido no Ocidente, tendo sido agraciado com alguns importantes prêmios em festivais de cinema, como o Grand Prix do Juri do Festival de Berlim (1979) e o grande prêmio do 50º aniversário do Festival de Cannes pelo conjunto da sua obra. Chahine produziu ativamente desde 1949, quando lançou o seu primeiro filme, *Baba Amin*, e prosseguiu até 2007, quando, antes de morrer, lançou *Heya Fadwa...?* no Festival de Veneza.

No contexto do cinema egípcio, por sua vez, Youssef Chahine foi um iconoclasta, por ter sempre trabalhado independentemente dos estúdios de cinema comerciais do Egito e, por essa razão, sentia frequentemente a pressão desse sistema (KIERNAN, 1995).

Chahine, de origens grega e libanesa e pertencente à minoria cristã católica, nasceu em Alexandria em 1926. Frequentou uma escola britânica e um liceu católico naquela cidade e casou-se com uma mulher de ascendência francesa. Crescido em uma família *effendyyia*<sup>1</sup>, seu pai queria que se tornasse um engenheiro, mas ao sair da escola, Chahine viajou aos Estados Unidos, onde estudou atuação na Pasadena Playhouse, na Califórnia.

Youssef Chahine costumava definir a si mesmo como um “alexandrino”. Kiernan (1995, p.131) explica essa autoinscrição da seguinte forma: “a maioria dos habitantes urbanos no Egito residem no Cairo e o Cairo é considerado o centro, o pulso do país – em árabe, Cairo e Egito frequentemente são designados pela mesma palavra, ‘misr’. Alexandria, dada sua localização geográfica passada e presente, continua a ser associada com multiculturalismo – ela sustenta um tipo de contraponto ao Cairo, o coração do Egito”. Por essa razão, o multiculturalismo e uma pluralidade de línguas são elementos comuns de seus filmes. Seu projeto de cinema é definido essencialmente por Lekatsas (2015, p.126) como “inquieto e mudando de posições em seu trabalho como um camaleão, o qual divulga sua própria condição estrangeira [*foreignness*], de plano de fundo privilegiado com tendências socialistas, e identitariamente membro de uma minoria”.

Nesse sentido, *O Destino* pode ser lido como uma defesa pública de um projeto multiculturalista, cosmopolita (LEKATSAS, 2014; APPIAH, 1997), em resposta à ascensão de

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para se referir às novas elites urbanas surgidas a partir da colonização britânica do Egito. “A palavra *afandi* era usada entre os egípcios no início do século XX para designar uma ‘classe média nativa’, urbana e educada em escolas com currículo inspirado no europeu. O termo podia abranger vários grupos que passaram por escolas secundárias e universidades ocidentalizadas, funcionários da burocracia governamental e professores do sistema público, além de comerciantes atuantes no setor terciário. Poderiam ainda ser incluídos trabalhadores como comerciários, escriturários, auxiliares administrativos e da indústria que também passaram por escolas com o novo currículo” (CASTRO, 2014, p.79)



projetos políticos fundamentalistas em partes da África e do Oriente Médio em fins do século XX. Nessa atmosfera de ascensão dos fundamentalismos, intelectuais egípcios tornaram-se alvos de ataques diretos promovidos por defensores de projetos políticos religiosamente dogmáticos. Dentre eles, Nasr Abou Zeid – perseguido por uma interpretação pretensamente blasfema do Corão -, Nawal Saadawi – feminista, perseguida por combater a prática da circuncisão feminina -, Nagib Mahfouz – Nobel de literatura que explorava em suas obras histórias apaixonadas sobre prostitutas e homossexuais, em uma exaltação das classes trabalhadoras -, e, também, o próprio Youssef Chahine, que em 1994 foi levado a julgamento pelo seu filme *O Exilado (Al Mouhager)*, por ter nele apresentado o profeta José.

Além disso, anos antes, nas eleições parlamentares egípcias de 1986, a Irmandade Muçulmana, ainda que na ilegalidade, conseguira ocupar expressivos 60 assentos, tornando-se a segunda força política do parlamento. Esse avanço levaria, por pressão, ao Ministério da Cultura do Egito a delegar a censura moral ao Sheikh da Mesquita de Al Azhar. Tal evento levaria Nagib Mahfouz a afirmar que “a censura no Egito não é apenas do Estado. Ela é a arma dos fundamentalistas” (AYUBI, 1993; KHOURI, 2006). É significativo considerar ainda a guerra civil argelina dos anos 1990.

Nesse sentido, partindo novamente do preceito de Marc Ferro (1992, p.19), para quem interrogação da relação entre cinema e história deve ser feita por meio da “leitura histórica do filme” e da “leitura cinematográfica da história”, perguntamo-nos primeiramente de que forma Youssef Chahine entende o fenômeno dos fundamentalismos, com o qual dialoga em sua obra *O Destino (1997)*.

A princípio, utilizamos a ideia de fundamentalismos de uma forma frouxa e apenas porque a bibliografia a partir da qual este trabalho se baseia também a utiliza. Porém, até que nossa argumentação possa apresentar um significado que sustente o uso do conceito de fundamentalismos na obra de Chahine, empregamos arriscadamente a palavra com o sentido que o leitor contemporâneo apreende sem que lhe seja apresentada uma definição em particular.

## §

*O Destino (Al Massir)* se passa em Córdoba, no século XII, e apresenta um combate entre um grupo de fundamentalistas religiosos e o filósofo Averróis e os seguidores de sua escola. A primeira cena, contudo, se passa no interior de uma catedral cristã do Languedoc, onde um seguidor de Averróis está para ser queimado junto com os seus escritos. O homem

condenado então ordena que Joseph/Youssef fuja com a mãe para Córdoba, onde deveria se encontrar com o próprio Averróis. O resto da cena é dominado pelos rostos indiferentes dos expectadores do suplício e seu silêncio, rompido apenas pelos gritos agonizantes do condenado. A indiferença dos expectadores, bem como seu silêncio, indica uma chave para se compreender o filme: o fundamentalismo é um vazio de pensamentos.

Durante o suplício, o título, em árabe, surge na tela para lembrar ao expectador que essa não é uma história ocidental.

Passado o flashback, Joseph/Youssef chega então a Córdoba. Há que se perceber que se trata de um “francês” cristão em uma cidade muçulmana. Talvez não fortuitamente este personagem se chame Youssef, homonimamente a Youssef Chahine. Possivelmente, trata-se de um elemento autobiográfico de Chahine – o que não seria de se estranhar, já que o diretor fizera ao longo dos anos 1980 uma trilogia autobiográfica: a trilogia de Alexandria<sup>2</sup> - o que reforça a existência de uma intervenção consciente e dirigida sobre o filme, advogando um projeto cosmopolita.

Esse projeto cosmopolita é representado pela própria casa de Averróis, onde o jovem Youssef se estabelece ao chegar em Córdoba. Trata-se de um ambiente dominado pelos prazeres da vida e frequentada por diversas pessoas, dentre os quais Abdallah, filho do Khalifa al Mansour. A casa é o palco de um jogo de afetividades, em que combinam amores, jogos, danças, música e, também, línguas diferentes – árabe, espanhol, cigano, flamengo e francês -, o que reforça o compromisso de Chahine com o multiculturalismo.

Um dos personagens centrais da obra é Marwan, o cantor, cuja música entoava uma exaltação aos prazeres e às alegrias da vida. Esse é ambiente no qual a história se desenrola. Ainda que com o passar do tempo se veja a consolidação de um grupo fundamentalista pelas ruas de Córdoba, que coopta Abdallah tenta assassinar o cantor Marwan duas vezes, a ambientação e a fotografia do filme, que apresentam cenas claras e paisagens belas e verdejantes, atuam como elementos subversivos em relação ao roteiro, que se torna gradualmente denso e carregado de negatividade.

O objetivo dessa construção é precisamente criar uma antítese entre a vida em Córdoba e o credo do grupo fundamentalista. Para esses, a música e a dança seriam incompatíveis com

---

<sup>2</sup> Alexandria... Why? (*Iskanderija... lih?*, 1979), An Egyptian Story (*Hadduta misrija*, 1982) e Alexandria Again and Forever (*Iskanderija kaman oue kaman*, 1990).

as tradições islâmicas, de forma que condenam as alegrias da vida tanto quanto a tristeza. O melhor quadro da forma como Chahine pinta os fundamentalistas ocorre quando Abdallah resolve juntar-se ao grupo. Na única cena de todo o filme gravada com a câmera em mãos, segue-se uma trilha escura em um castelo velho<sup>3</sup>, que leva a um local onde o grupo realiza um de seus rituais. O tom é macabro, gerando a sensação de apreensão e ansiedade. Na sequência, aparece o líder do grupo, al-Amir, que teria uma santidade e poder reconhecidos pelo grupo.

Este "Amir" "aparece" uma vez por ano e este advento é acompanhado por uma celebração em grande escala impecavelmente coreografada para reafirmar o mito sobre sua estatura angelical super-humana e para enfatizar sua piedade religiosa aos olhos de seus seguidores. Um dos partidários do Amir proclama: "al-Amir comanda o conhecimento de tudo e é capaz de ver e interpretar o passado, o presente e o futuro". Nosso primeiro vislumbre do homem o apresenta vestido com uma túnica branca, cavalo branco e cabeça e barba limpas. Um outro de seus seguidores informa que a dieta do Amir consiste apenas de uma porção por dia! Aos olhos de suas coortes esta aparência semelhantemente neonazista é um de alguma forma a de um anjo! Aqui é que esta sequência nos apresenta ao líder do grupo fundamentalista através de uma interpretação convincente do poder da iconografia como ela informa e é informada pela manipulação da "filosofia do senso comum" das massas subalternas e como essa manipulação em última análise aumenta a sua submissão à ideologia hegemônica. A alusão aos significantes visuais e culturais da pureza e do desprezo pelos prazeres da vida, associada à veste branca e ao cavalo do Amir, juntamente com a referência à sua abstenção dietética (jejum), demonstra como os simbolismos de relevância cultural e religiosa de longa data aumentam a hegemonia consenso. (KHOURI, 2006, s/p, tradução nossa)

O discurso do grupo fundamentalista é antirracional: quando questionados, os personagens membros do grupo respondem apaticamente com versos corânicos. Averróis é o inimigo a ser combatido, porque prega uma forma de interpretação holística e não literal da jurisprudência islâmica (*fikh*). Ou seja, tal como o condenado no início do filme, não só Averróis mas também suas ideias deveriam desaparecer.

A partir desses elementos, portanto, podemos tentar formular uma resposta para a questão inicial deste ensaio. Como Chahine entende o fundamentalismo? Os elementos presentes em *O Destino* permitem concluir que, para esse intelectual, o fundamentalismo é essencialmente uma recusa radical da alteridade. Essa recusa só é possível por uma ausência de pensamento - porque é um credo dogmático - e, portanto, incapaz de lidar positivamente com a realidade múltipla e diversa. Consequentemente, torna-se uma ansiedade ante a realidade, que se expressa sob a forma de uma violência, que na maior parte das vezes cala, cerceia, censura.

---

<sup>3</sup> Na verdade, é o *Crack des Chevalliers*, na Síria. Grande parte do filme foi gravado na Síria e no Líbano.

§

Marc Ferro (1992), já citamos, entende que o cinema é um agente da história e que os cineastas, conscientemente ou não, estão a serviço de uma causa. No caso de Youssef Chahine, em *O Destino*, há explicitamente a tomada de consciência sobre uma causa e uma intervenção sobre um problema coetâneo. Afinal, se na definição de fundamentalismos a qual podemos chegar a partir de *O Destino* a violência, a censura e o silêncio são elementos chave, é porque, como citei ao início deste ensaio, o próprio Chahine – e outros intelectuais pós-coloniais - foi vítima de tal censura. Por essa razão, a obra de Chahine, ao militar por um projeto cosmopolita, não apenas apresenta uma visão sobre o problema dos fundamentalismos, como também propõe uma solução cosmopolita.

Citamos também, anteriormente, a importância do significado de Alexandria para a obra de Chahine. Nesse sentido, Lekatsas (2014, p.148) argumenta que o cosmopolitismo em Chahine significa “um humanismo básico forjado pela própria natureza e a longa história de intercâmbio de [...] povos que definiu a bacia mediterrânea e lançou a civilização”. Embora essa definição soe um tanto ufanista, já mencionamos que Chahine realmente enxergou sua obra e sua relação com Alexandria em termos análogos. Exemplo disso é um diálogo entre Yahia (personagem autobiográfico de Chahine na trilogia de Alexandria) e Nadia em *Alexandria Again and Forever* (1990):

“Em certo momento Nadia pergunta-lhe: “Você escreve em inglês?”. Ele responde “O diálogo é em árabe... isso é irrelevante. Francês para as cenas de amor, inglês para precisão, e, vindo de Alexandria, eu sobrevivo em grego, claro”. (LEKATSAS, 2014, p.147, tradução nossa).

Nesse sentido, o cosmopolitismo de Chahine é essencialmente multicultural, de forma que as identidades culturais desempenham um papel eminentemente híbrido. Essa perspectiva aproxima-se de forma bastante interessante da perspectiva de Edward Said (1992), que ao igualmente afirmar o caráter híbrido, imbricado e sem qualquer monolitismo das culturas, forjam-se “territórios sobrepostos”.

É em função dessa ideia dos “territórios sobrepostos” e dos empréstimos que caracterizam as culturas que Said pôde sustentar que uma visão mais integrativa da comunidade humana e da libertação humana faz parte dos temas da cultura de resistência. Tomamos Said para a discussão porque Youssef Chahine, sob esse aspecto, segue o mesmo caminho que aquele autor em *O Destino*.

Mencionamos anteriormente que no filme é construído um ambiente integrativo dos indivíduos e alimentado continuamente pelos prazeres da vida que, ainda que o roteiro se desenvolva em um sentido cada vez mais denso e negativo, torna-se um contraponto à negação do outro feita pelo grupo fundamentalista. Khouri (2006) atribui essa construção positiva à uma pretensa defesa de um projeto pan-arabista por parte do diretor. Essa visão parece um tanto equivocada, porque o personagem Joseph/Youssef é precisamente o elemento que desafia qualquer ideia de identidades estanques. Trata-se de um ocidental, cristão, que diante do fundamentalismo da sua própria comunidade, cruza as fronteiras culturais, identitárias e religiosas em busca de ideias. E tendo habitado a casa de Averrois, volta ao Languedoc com as ideias desse filósofo em livros, num movimento dinâmico e contínuo de empréstimos culturais.

Edward Said (1992, p.274-277) considera que os fundamentalismos são uma reação nacionalista nativista, que afirma a essência, o fundamento, de um “nós”. A forma de superar essa visão equivocada, essencializante, é precisamente reconhecer os empréstimos e os “territórios sobrepostos” sobre os quais as culturas e as identidades são erigidas. A isso se chamaria de libertação, que é muito maior que a resistência em si, pois opera no rumo de “diferentes destinos políticos, diferentes histórias e geografias”.

Youssef Chahine, por sua vez, afirma uma proposta análoga, ainda que em termos diferentes. Se os fundamentalismos são a princípio uma negação do outro, pois provocada por um vazio de pensamento, então a superação dos fundamentalismos depende do reconhecimento do outro, que só pode acontecer a partir do estabelecimento de um território comum de circulação de ideias. Afinal, como afirma com a citação que encerra *O Destino*, “as ideias têm asas. Ninguém pode parar seu voo”.

Quiçá a sensível diferença em relação à Said, é que sendo um cineasta, intelectual pós-colonial terceiro-mundista, Youssef Chahine advogava especialmente, nas entrelinhas da sua proposta, a liberdade de expressão como condição essencial para a tolerância.

### **Referências Bibliográficas**

APPIAH, Kwame Anthony. Estados alterados. In: *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 221-241.

CASTRO, I. C. S. *Do Islã à política: a expansão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos no Egito (1936-1949)*. 2014. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FANON, Frantz. Desventuras da consciência nacional. In: Os condenados da terra. 2ª ed. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 121-167.

FERRO, Marc. Coordenadas para uma pesquisa. In: Cinema e História. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992, pp.13-19.

KHOURI, Malek. Anxieties of fundamentalismo and the dyamics of modernist resistance: Youssef Chahine's Al Maseer (The Destiny). In: CineAction, Spring, 2006, Issue 69, p.12-23.

KIERNAN, Maureen. Cultural Hegemony and National Film Language: Youssef Chahine. In: Alif: Journal of Comparative Poetics. No. 15, 1995, pp.130-151.

LEKATSAS, Barbara. La pensée de midi: Mediterranean Cosmopolitanism in the Work of Camus, Cavafy, and Chahine. In: Alif: Journal of Comparative Poetics. No. 34, 2014, pp.125-150.

O DESTINO (Al-Massir). Direção: Youssef Chahine. França; Egito. France 2 Cinéma; MISR International Films; Ognon Pictures, 1997. (135 min)

SAID, Edward. Resistência e oposição. In: Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 302-431.

## ST 13 - Ditaduras militares no Cone Sul: entre a memória, a história e o esquecimento

João Batista Teófilo Silva  
Doutorando  
UFMG  
[joateofilo.hist@gmail.com](mailto:joateofilo.hist@gmail.com)

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes  
Doutorando  
USP  
[aiuavasconcelos@gmail.com](mailto:aiuavasconcelos@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Memória, história e esquecimento têm sido dimensões importantes nas reflexões feitas sobre as recentes ditaduras militares que assolaram o Cone Sul nas décadas de 1960, 70 e 80 do século passado. Por seu profundo impacto, no passado e no presente, o tema das ditaduras continua sendo objeto de disputa, ensejando variadas interpretações no ambiente acadêmico e um conflito incessante entre memória e esquecimento na sociedade. Novos questionamentos e abordagens têm sido incorporados ao debate que já vem sendo feito por estudiosos de diversas áreas, evidenciando o seu potencial interdisciplinar e a necessidade de se debruçar sobre aspectos até então pouco conhecidos. Pensar essas experiências ditatoriais no Cone Sul, em separado ou articuladamente, propicia o intercâmbio de informações que ajuda a refletir sobre essas ditaduras em suas variadas dimensões, pensando em quais histórias, memórias e esquecimentos foram sendo criados, tanto em anos anteriores, quanto nesses novos tempos, nos quais as disputas por verdade e justiça reforçam a importância de um tema que não está restrito apenas ao debate acadêmico, mas que é social e, sobretudo, urgente. Assim, este simpósio visa agregar pesquisadores das mais diversas áreas que têm se debruçado sobre o assunto em questão, fomentar discussões de cunho teórico-metodológica, documental e temático, refletir sobre as distintas abordagens já construídas e, quiçá, pensar em novas perspectivas. Para tanto, pretendesse discutir tais ditaduras não somente em seus aspectos mais pontuais, que correspondem ao período em que vigoram, mas, também, a partir de questões mais atuais ligadas às suas heranças e às suas construções memorialísticas, refletindo sobre seus impactos no tempo presente de cada país e da América Latina como um todo.



## *La Tribuna* e a política energética do governo de Alfredo Stroessner no Paraguai

**Paulo Alves Pereira Júnior**

Mestrando em História

Universidade Estadual Paulista

E-mail: paulopereira\_pf@hotmail.com

**Resumo:** Entre 1978 e 1983, o diário paraguaio *La Tribuna* foi dirigido por Oscar Paciello. Nessa gestão, o jornal contestou o modelo político-econômico do governo de Alfredo Stroessner e apresentou soluções aos problemas socioeconômicos nacionais. Em 1979, um dos temas mais discutidos pela gazeta foi a manutenção do imposto que incidiu sobre a eletricidade produzida pela Usina Hidrelétrica de Acaray. A partir de reportagens e artigos opinativos, analisaremos o posicionamento do periódico frente ao aumento da energia elétrica ocasionado pelo regime de Stroessner.

**Palavras-chave:** Paraguai; Imprensa; Política energética.

**Resumen:** Entre 1978 y 1983, el periódico paraguayo *La Tribuna* fue dirigido por Oscar Paciello. En esta gestión el diario contestó el modelo político-económico del gobierno de Alfredo Stroessner y presentó soluciones a los problemas socioeconómicos nacionales. En 1979 uno de los temas más debatidos por el periódico fue la mantención del impuesto que incidió sobre la electricidad producida por la Usina Hidroeléctrica de Acaray. A partir de reportajes y artículos de opinión, analizaremos el posicionamiento del diario frente al aumento de la energía eléctrica ocasionado por el régimen de Stroessner.

**Palabras clave:** Paraguay, Prensa, Política energética.

Para Ciro Marcondes Filho, o objetivo de um veículo de comunicação é disseminar as posições de certos grupos políticos ou econômicos através de uma estrutura industrial-tecnológica que se proclama como detentora da “verdade”.<sup>1</sup> Juarez Bahia, por sua vez, afirma que a preocupação da imprensa se relaciona com as questões ideológicas, com as exigências do lucro e com o controle propagandístico.<sup>2</sup> Tais visões caracterizam a trajetória histórica do diário paraguaio *La Tribuna*.

Criado em 31 de dezembro de 1925 pelo ex-presidente Eduardo Schaerer, o jornal tinha a função de atender aos interesses da ala conservadora do Partido Liberal,<sup>3</sup> à qual Schaerer pertencia, e aos anseios de grandes proprietários de terras e dos comerciantes residentes em Assunção.<sup>4</sup> Em seus primeiros anos, *La Tribuna* desenvolveu uma sólida administração que lhe permitiu estabilidade financeira e a organização de uma estrutura de distribuição nacional. Com

<sup>1</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 11

<sup>2</sup> BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Editora Martins, 1971, p. 39.

<sup>3</sup> ORUÉ POZZO, Aníbal; FALABELLA, Florencia; FOGUEL, Ramón. *Género y dictadura en Paraguay. Los primeros años del stronismo: El caso de los 108*. Asunción: Editorial Arandurã, 2016, p. 157.

<sup>4</sup> COLMÁN, Emilio Alapanian. *Identidades em confronto: imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 24.

o passar do tempo, deixou de ser porta-voz dos membros da facção conservadora do Partido Liberal e voltou-se às informações gerais da sociedade paraguaia.<sup>5</sup> Em meados da década de 1940, Arturo Schaerer – filho de Eduardo Schaerer – assumiu a direção do jornal e o transformou em uma empresa independente<sup>6</sup> que conquistou a hegemonia do mercado jornalístico do país.<sup>7</sup>

Essa nova gestão construiu a ideia de “objetividade” e “independência” como estratégia narrativa.<sup>8</sup> Dessa forma, *La Tribuna* passou a dar mais destaque às notícias internacionais e a ignorar as discussões políticas nacionais.<sup>9</sup> Eliminando esse espaço e produzindo textos acríticos, o diário deixou de ser um veículo reconhecido por seu “campo de discussão” sociopolítico e se transformou em um meio de comunicação preocupado com acontecimentos triviais.<sup>10</sup> A posição de Arturo garantiu a sobrevivência da empresa em meio a sucessivos regimes autoritários.<sup>11</sup>

Em 1954, Alfredo Stroessner – comandante-em-chefe das Forças Armadas – orquestrou uma quartelada contra o presidente Federico Chávez e, meses depois, foi “eleito” presidente em um processo eleitoral em que era o único candidato.<sup>12</sup> Em seus primeiros anos, o governo cívico-militar<sup>13</sup> de Stroessner criou um programa de estabilização econômica para controlar a inflação, beneficiando o agronegócio e congelando os salários e as verbas públicas.<sup>14</sup> Tais planos permitiram a introdução do capital externo no país que, anos depois, financiou as principais obras de infraestrutura paraguaias.<sup>15</sup>

---

<sup>5</sup> GONZÁLEZ DE BOSIO, Beatriz. *Periodismo Escrito Paraguayo. 1845-2001 de la ficción a la profesión*. Asunción: Intercontinental Editora, 2008, p. 232.

<sup>6</sup> Hector Borrat entende o periódico independente como um veículo que só depende de seu grupo empresarial (BORRAT, Hector. “El periódico, actor del sistema político”. *Análisi: Quaderns de comunicació i cultura*, nº 12, 1989, p. 67).

<sup>7</sup> “LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida”. *La Tribuna*, Asunción, Sexta-feira, 31 de dezembro de 1965, p. 20-21.

<sup>8</sup> ORUÉ POZZO, Aníbal. “Comercialización de la noticia y la objetividad. Las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970”. *Pauta Geral – revista brasileira de Jornalismo*. Salvador: Editora Calandra, número 9, 2007, p. 99-121.

<sup>9</sup> COLMÁN, op. cit. p. 28.

<sup>10</sup> ORUÉ POZZO, op. cit., p. 170.

<sup>11</sup> COLMÁN, op. cit. p. 28.

<sup>12</sup> PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. Política, silenciamento e representações: os setores populares na historiografia sobre o regime stronista. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*: v. 18, 2015, p. 26-27.

<sup>13</sup> Benjamín Arditi (1992) afirma que o governo de Alfredo Stroessner contou com o apoio de uma parte da sociedade paraguaia e das Forças Armadas. Deste modo, utilizaremos o conceito de “regime cívico-militar”.

<sup>14</sup> NICKSON, Andrew. “El régimen de Stroessner (1954-1989)”. In: TELESKA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 267.

<sup>15</sup> MASI, Fernando. *Stroessner: La extinción de un modelo político en Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 1989, p. 50-51.

Desde o término da década de 1960, a economia do Paraguai obteve um crescimento de 03% – superior ao impulso populacional (2,4% entre 1962 e 1972) –<sup>16</sup> e, entre 1973 e 1980, teve seu Produto Interno Bruto aumentado em quase 600%.<sup>17</sup> Nesse período, a renda per capita elevou-se de 326 dólares, em 1972, a 1.903 dólares, em 1980, e a taxa de inflação passou de 25%, no ano de 1974, a 9%, em 1977.<sup>18</sup> Entre 1978 e 1979, o custo de vida alcançou o índice de 10,6%.<sup>19</sup> Apesar da estabilidade financeira do país, a política econômica do governo de Stroessner concedeu divisas fiscais a determinadas esferas sociais e permitiu a importação de certos produtos sem o pagamento de impostos.<sup>20</sup> Além disso, o crescimento econômico não impactou no cotidiano da população, já que o custo de vida no período elevou-se, mesmo com o aumento salarial de 33,3% e com uma baixa incidência de desempregados, 04% no biênio 1977/1978.<sup>21</sup>

*La Tribuna*, neste período, possuía uma tiragem média de sessenta mil exemplares<sup>22</sup> e era composto por seções destinadas às notícias internacional e nacionais, aos esportes, às mulheres, ao empresariado, às atividades da Igreja Católica e à vida artístico-cultural do país.<sup>23</sup> Aos domingos esta parte do diário ampliava-se e reunia notícias sobre o interior paraguaio, informes destinados ao público feminino e histórias em quadrinho.<sup>24</sup> Em 1967 apareceu um novo jornal no Paraguai, intitulado *ABC Color*. Apresentando um formato técnico moderno, esse diário provocou o início do processo de decadência de *La Tribuna*, que deixou de ser o principal órgão da grande imprensa paraguaia. Um decênio depois, a gazeta encerrou suas atividades e publicou uma nota explicando que retornaria modificado em alguns meses.<sup>25</sup>

Em novembro de 1978, o periódico voltou apresentando duas novidades: seu novo proprietário era Oscar Paciello, um conhecido advogado e membro do Partido Colorado (agremiação do governo), e seu conteúdo era mais crítico. Com cerca de vinte páginas, o jornal

<sup>16</sup> ARDITI, Benjamín. *Adíos a Stroessner. La Reconstrucción de la política en el Paraguay*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992, p. 73.

<sup>17</sup> NERI FARINA, Bernardo. *El Último Supremo: La Crónica de Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2003, p. 287.

<sup>18</sup> MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 13.

<sup>19</sup> “Principales indicadores económico-financieros en la década del 70”. *La Tribuna*, Asunción, Segunda-feira, 31 de dezembro de 1979, p. 17.

<sup>20</sup> NERI FARINA, op. cit., p. 288.

<sup>21</sup> LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. Traducción: María T. Góngora Barba. México: FCE, 1986, p. 311-312.

<sup>22</sup> “LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida”. *La Tribuna*, op. cit., p. 21.

<sup>23</sup> ORUÉ POZZO, op. cit., p. 150-153.

<sup>24</sup> COLMÁN, op. cit., p. 43-44.

<sup>25</sup> “Una Pausa, nada más”. *La Tribuna*, Asunción, Sábado, 24 de dezembro de 1977, p. 01.

dividia-se em vinte seções: política, governo, economia, tecnologia, Igreja, indigenismo, educação, saúde, editorial, opinião, empresarial, cidade, exterior, arte/espetáculos, interior, sociais, esportes, feminina/mulher, suplemento cultural e *La Tribuna Económica*. O preço do jornal passou de vinte guaranis em 1978 para cinquenta em 1983 e cerca de vinte empresas anunciavam em suas páginas. A quantidade de exemplares não era informada, mas acreditamos que foi mantida a média de sessenta mil exemplares. Publicada pela “Editorial Gráfica S.A.”, a gazeta afirmava-se como formadora de uma opinião pública crítica.<sup>26</sup>

Na seção de opinião de *La Tribuna*, colaboradores apresentavam suas perspectivas sobre a realidade paraguaia, defendiam a liberdade e os direitos humanos e, também, condenavam o Estado autoritário. A postura do jornal incomodou o regime de Stroessner que, em 18 de junho de 1979, suspendeu por um mês sua impressão e circulação, alegando que realizava uma crítica parcial contra os organismos governamentais e gerava um clima de desmoralização através de suas notícias “falsas”. Trinta dias depois, o diário voltou a ser impresso e comercializado, mas diferentemente do que o Poder Executivo esperava manteve suas opiniões contrárias ao governo.

A equipe de *La Tribuna* era formada por Carlos Talavera (chefe de redação), César Guido González Ravetti (secretário de redação), Eduardo Rolón (coordenador), José Luis Appleyard (cultura), Bernardo Neri Farina (política), Luis Sixto Alén (economia), Luis Carlos Simancas (sociedade), Primitivo Cabañas (internacional), Bartolomé Amarilla (esportes), Nila López (feminina), Justo Meza (nacional), Adolfo Díaz (diagramação e arte) e Miguel Houdin (fotografia).

Apesar do investimento tecnológico durante o início da gestão de Paciello, a qualidade de *La Tribuna* diminuiu nos anos seguintes. A partir de 1982, mudanças aconteceram: redução na quantidade de páginas das edições, utilização de um papel mais simples e queda de anúncios realizados por empresas. O jornal enfrentou uma escassa circulação em virtude do aparecimento de novos veículos impressos. Após cinquenta e sete anos de atuação no cenário nacional e com 19.999 números impressos, o diário fechou definitivamente suas portas em 24 de setembro de 1983.

O fato de Paciello não ter conseguido estabilizar economicamente a administração de *La Tribuna* foi a razão de o jornal ter sido fechado.<sup>27</sup> Após o fim do diário, suas instalações

<sup>26</sup> PACIELLO, Oscar. “Nuestra reaparición”. *La Tribuna*, Asunción, Domingo, 19 de novembro de 1978, p. 16.

<sup>27</sup> GOIRIZ, Roberto *et al.* *Historia del humor gráfico en Paraguay*. Lleida: Editorial Milenio, 2008, p. 85.

foram vendidas para o empresário Nicolás Bo que, em 12 de junho de 1984, lançou a gazeta *Noticias*. O mais longo periódico da imprensa paraguaia apresentou parte dos processos sociopolíticos do país no século XX e, em seus anos finais, manifestou críticas ao regime cívico-militar de Alfredo Stroessner.

A partir dessas informações, esse texto tem como objetivo apresentar a posição de *La Tribuna* frente ao aumento do valor da energia elétrica produzida pela Usina Hidrelétrica de Acaray através de reportagens encontradas na seção de “economia” e editoriais escritos por Oscar Paciello. As edições do diário consultadas para esse trabalho estão disponíveis na hemeroteca “Carlos Antonio López” da *Biblioteca Nacional del Paraguay*. Evidenciaremos os primeiros resultados da dissertação em andamento, intitulada “O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: ideologia e política em ‘La Tribuna’ (1978-1983)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

A Administração Nacional de Eletricidade (ANDE) foi um monopólio estatal de energia elétrica financiado pelo capital estrangeiro<sup>28</sup> criado durante o governo de Juan Natalicio González (1948-1949).<sup>29</sup> Essa empresa tinha como objetivo projetar, construir e adquirir obras de geração, transmissão e distribuição elétrica no Paraguai. Além disso, relacionava-se com o Poder Executivo através do Ministério de Obras Públicas e Comunicações.<sup>30</sup>

Em meados da década de 1960, *La Tribuna* associou os projetos de eletricidade ao desenvolvimento industrial no Paraguai e defendeu os investimentos públicos e privados nesse setor. Um desses empreendimentos foi a Usina Hidrelétrica do Rio Acaray, localizada no Alto Paraná. Para a sua construção, o regime de Stroessner pediu um empréstimo de milhões de dólares ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – e, também, a bancos nacionais e internacionais. Para o diário, essa hidroelétrica resolveria os problemas econômicos estatais do período.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> BÁEZ CARÍSIMO, Julia. “Crisis energética: su impacto en Paraguay”. In: *Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía*. Vol. 12, No. 46, 1981, p. 137-138.

<sup>29</sup> NERI FARINA, op. cit., p. 353.

<sup>30</sup> REPÚBLICA DEL PARAGUAY. *Plan Nacional de Energía. Volumen I*. Secretaria Técnica de Planificación, 1992, p. 36-37.

<sup>31</sup> COLMÁN, op. cit. p. 40-42.

Inaugurada em 1969, a usina de Acaray deu início ao processo de eletrificação no país e ao aumento no consumo de energia elétrica. Ademais, a crise hídrica do Rio Acaray, em virtude da seca que assolou a região do Alto Paraná na década de 1970, fez com que o governo projetasse alternativas para resolver os problemas decorrentes dessa situação. Autorizada pelo Poder Executivo, ANDE aplicou um imposto ao preço da energia elétrica para tentar reduzir o consumo entre a população. A medida entrou em vigor em 22 de junho de 1977 e teve como prazo de duração três meses, já que os estudos realizados pelo governo garantiram que a seca na região acabaria nesse período. Entretanto, essa taxa foi mantida até 07 de novembro de 1979, quando o Conselho de Coordenação Econômica substituiu a antiga tarifa por uma nova.<sup>32</sup>

*La Tribuna* cobriu a polêmica sobre o aumento do preço da eletricidade no Paraguai e criticou o regime de Stroessner e os funcionários estatais responsáveis pelo setor energético. No início de janeiro de 1979, Enzo Debernardi, presidente da ANDE, apresentou aos ministros e a Stroessner a situação do Rio Acaray e sugeriu que a tarifa da energia elétrica fosse reduzida em cinquenta por cento ao setor empresarial.<sup>33</sup> Sobre essa situação, o Conselho Diretivo da União Industrial Paraguaia agendou uma reunião para debater sobre a taxa térmica e para elaborar uma proposta a ser encaminhada ao Poder Executivo.<sup>34</sup>

*La Tribuna* assegurou que a implementação da tarifa térmica foi uma forma de a ANDE recolher fundos para os seus projetos de ampliar o acesso à eletricidade em território paraguaio e para sanar suas dívidas financeiras com entidades internacionais e, também, afirmou que o resultado da manutenção dessa cobrança seria o atraso econômico, uma vez que havia a possibilidade de o setor industrial desistir de seus investimentos e o país ter que importar mercadorias.<sup>35</sup> Sobre a decisão da companhia elétrica em manter a taxa, o empresariado ressaltou que essa decisão resultaria no aumento dos produtos e, conseqüentemente, desencadearia um processo inflacionário. Frente a isso, o diário sugeriu que Debernardi aceitasse os pedidos dos industriais.<sup>36</sup>

Oscar Paciello questionou a justificativa oficial de que a escassez de chuva seria a causa do aumento do valor da eletricidade, assegurou que a decisão de manter essa taxa afetaria a população carente, afirmou que os estudos técnicos eram desconhecidos e cobrou do governo

<sup>32</sup> NERI FARINA, op. cit., p. 137-138.

<sup>33</sup> “Debernardi habló ayer acerca del sobreprecio”. *La Tribuna*, Asunción, Sábado, 06 de janeiro de 1979, p. 07.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> “ANDE y UIP continuarán negociando reducción”. *La Tribuna*, Asunción, Sábado, 06 de janeiro de 1979, p. 06.



de Stroessner respostas às dúvidas dos cidadãos sobre o tema.<sup>37</sup> Em assembleia, o Conselho de Coordenação Econômica anunciou que a manutenção da elevação do preço da energia elétrica seria por tempo indeterminado e pediu a Debernardi para que apresentasse aos veículos de comunicação todos os detalhes da reunião. Entretanto, este esquivou-se dos jornalistas ao fim da assembleia.<sup>38</sup>

*La Tribuna*, sobre a atitude de Debernardi, criticou certos funcionários públicos que omitiram informações à imprensa e contestou o discurso das autoridades de que os consumidores de baixa renda não sofreriam com a manutenção da taxa, pois esta influenciaria no custo dos produtos locais.<sup>39</sup> Ao analisar um memorando escrito por Debernardi, o jornal apontou que a justificativa para a manutenção da tarifa era inexata, uma vez que apresentava cifras questionáveis.<sup>40</sup> Duvidando dos dados da ANDE e reagindo à manutenção do tributo, o setor industrial decidiu aumentar o valor das mercadorias.<sup>41</sup>

Em virtude da pressão do setor empresarial, o governo de Stroessner declarou que estudaria a possibilidade de diminuir o valor da energia elétrica das empresas geradoras de produtos de primeira necessidade para evitar o encarecimento destes.<sup>42</sup> Apesar da proposta do regime, ANDE declarou que a taxa sobre a eletricidade continuaria. Funcionários públicos consultados por *La Tribuna* declararam que a elevação do preço da energia elétrica associava-se ao programa de eletrificação no interior conduzido pela instituição estatal.<sup>43</sup>

Ao investigar a comercialização térmica entre o Paraguai e seus vizinhos, *La Tribuna* afirmou que Argentina e Brasil compravam energia elétrica paraguaia a um valor abaixo do estipulado pelo mercado e questionou o fato de os paraguaios terem que pagar a taxa imposta pela ANDE.<sup>44</sup> Além disso, o diário denunciou a contradição encontrada nos dados divulgados pela ANDE – sugerindo que a empresa teria manipulado os índices –, assegurou que a crise hídrica no Alto Paraná não obteve o impacto exposto nos documentos oficiais, destacou que a

<sup>37</sup> PACIELLO, Oscar. “Sobrepeso y dudas”. *La Tribuna*, Asunción, Domingo, 07 de janeiro de 1979, p. 10.

<sup>38</sup> “El sobrepeso térmico continua vigente para todo tipo de usuario”. *La Tribuna*, Asunción, Terça-feira, 09 de janeiro de 1979, p. 04.

<sup>39</sup> “Es perentoria la necesidad de mayor apertura informativa en la ANDE”. *La Tribuna*, idem.

<sup>40</sup> “Incidencia económica y social del recargo es mínima, según la ANDE”. *La Tribuna*, Asunción, Terça-feira, 09 de janeiro de 1979, p. 05.

<sup>41</sup> “Industriales alzarán precios de los productos”. *La Tribuna*, idem.

<sup>42</sup> “Gobierno bajará sobrepeso para productos controlados”. *La Tribuna*, Asunción, Terça-feira, 16 de janeiro de 1979, p. 05.

<sup>43</sup> “Sobrepeso de ANDE ligado a electrificación”. *La Tribuna*, Asunción, Sábado, 20 de janeiro de 1979, p. 06.

<sup>44</sup> “Análisis de costos de ANDE prueba que el aumento de tarifas fue innecesario”. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 15 de fevereiro de 1979, p. 06.



elevação do valor da eletricidade associou-se ao esvaziamento da Usina de Acaray – decorrente da comercialização de energia elétrica com os Estados argentino e brasileiro –<sup>45</sup> e comentou sobre a possibilidade de um racionamento de eletricidade no país.<sup>46</sup>

Além de não reduzir em 50% a taxa sobre a energia elétrica ao empresariado,<sup>47</sup> ANDE manteve a cobrança, apesar do alto índice de chuvas no Alto Paraná,<sup>48</sup> justificou a necessidade de implementar uma nova tarifa ao consumidor residencial como uma forma de diminuir o consumo de eletricidade no país<sup>49</sup> e sugeriu às empresas que adquirissem geradores elétricos.<sup>50</sup>

Em uma entrevista coletiva convocada pela ANDE, Debernardi foi interrogado por Bernardo Neri Farina – responsável pela seção de “economia” de *La Tribuna* – sobre o informe que seria enviado ao governo. Ao invés de responder o questionamento, Debernardi acusou o jornalista de ser o responsável pelas injúrias à empresa na imprensa.<sup>51</sup> No dia seguinte, Neri Farina explicou a situação, afirmando que a última entrevista com o presidente da ANDE foi finalizada sem respostas às perguntas feitas e, por conta disso, buscou outras fontes que respondessem suas dúvidas. Essa atitude teria enfurecido o presidente da ANDE. Além disso, Neri Farina destacou que o problema da taxa de energia elétrica atingia a sociedade e os meios de comunicação tinham o dever de questionar os funcionários públicos e de buscar informações que explicassem o tributo.<sup>52</sup> Sobre o ocorrido, *La Tribuna* ressaltou que o papel da mídia seria informar a população acerca da forma como são administrados os negócios estatais.<sup>53</sup>

*La Tribuna* criticou os projetos de expansão da ANDE<sup>54</sup> e Oscar Paciello se opôs às ações do governo de Stroessner em relação à situação e sugeriu a criação de uma política energética e de organismos que considerassem os interesses nacionais.<sup>55</sup> A partir de dados oficiais e de opiniões externas à ANDE, o diário assegurou que o nível de reserva na Usina de

<sup>45</sup> “Crisis pluvial no justifica aumento de tarifas”. *La Tribuna*, Asunción, Terça-feira, 20 de fevereiro de 1979, p. 06.

<sup>46</sup> “Había el racionamiento de energía”. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 22 de fevereiro de 1979, p. 06.

<sup>47</sup> ““Un día que siga el sobreprecio es un día que se posterga el desarrollo nacional””. *La Tribuna*, Asunción, Domingo, 01 de abril de 1979, p. 06.

<sup>48</sup> “Sobreprecio térmico: no se avizora levantamiento”. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 05 de abril de 1979, p. 05.

<sup>49</sup> “El sobreprecio térmico sería sustituido por una nueva tarifa”. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 07 de junho de 1979, p. 05.

<sup>50</sup> “ANDE sugerirá que las industrias traten de autoabastecerse en energía eléctrica”. *La Tribuna*, Asunción, Sábado, 09 de junho de 1979, p. 04.

<sup>51</sup> “Debernardi increpó a periodista”. *La Tribuna*, Asunción, Sexta-feira, 12 de junho de 1979, p. 06.

<sup>52</sup> NERI FARINA, Bernardo. “La satisfacción y el orgullo de no sabernos mentirosos”. *La Tribuna*, idem.

<sup>53</sup> “En una democracia el puesto público no implica impunidad”. *La Tribuna*, idem.

<sup>54</sup> “ANDE habría cometido errores”. *La Tribuna*, Asunción, Quarta-feira, 25 de julho de 1979, p. 04.

<sup>55</sup> PACIELLO, Oscar. “Cuestión energética”. *La Tribuna*, Asunción, Quarta-feira, 25 de julho de 1979, p. 10.

Acaray se normalizou no início de 1979 e que a razão da manutenção da tarifa foi a amortização dos empréstimos nacionais e internacionais destinados à construção da hidroelétrica e ao programa de eletrificação no interior paraguaio.<sup>56</sup>

Em exposição à Comissão de Fazenda e de Orçamento da Câmara de Representantes, ocorrida em outubro de 1979, Debernardi afirmou que a situação em relação à tarifa térmica seria solucionada.<sup>57</sup> No mês seguinte, o Conselho Nacional de Coordenação Econômica anunciou a redução em termos reais do custo de eletricidade para os consumidores residenciais e industriais em todo o país<sup>58</sup>, após dois anos e meio de vigência, e a sua substituição por uma nova tarifa destinada ao consumo residencial e industrial.<sup>59</sup>

No contexto da polêmica sobre a elevação do valor da energia elétrica implementada pela ANDE, notamos que a política fiscal contracionista do governo de Stroessner foi rechaçada por *La Tribuna*. Essa discussão se concentrou em Assunção e teve os seguintes atores sociais envolvidos: funcionários estatais, empresários, políticos e jornalistas. O diário de Paciello destinou um amplo espaço à discussão da implementação da tarifa térmica por ser um assunto que atendia aos interesses dos residentes da capital do país. Assim, informou ao seu público-leitor – localizado, majoritariamente, em Assunção – sobre a má gestão dos funcionários da ANDE, que manipulavam índices, ocultavam informações e coagiam os meios de comunicação.

*La Tribuna* não se preocupou com a situação das áreas rurais que careciam de energia elétrica, pois destacou que o projeto de eletrificação no interior era importante, mas que teria sido mantido pelo tributo implementado pelo governo de Stroessner.<sup>60</sup> Ao criticar o aumento do preço da eletricidade, o periódico atendeu aos interesses dos empresários e industriais de Assunção que não aceitavam arcar com os programas estatais de condução de energia elétrica nas regiões interioranas do país.

<sup>56</sup> “El sobreprecio demuestra situación de ANDE”. *La Tribuna*, Asunción, Domingo, 19 de agosto de 1979, p. 04.

<sup>57</sup> “Sobreprecio: podría haber ‘cambios en la situación’”. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 11 de outubro de 1979, p. 05.

<sup>58</sup> “Sin medidas económicas de fondo”. *La Tribuna*, La Tribuna Económica, Asunción, Domingo, 11 de novembro de 1979, p. 02-03.

<sup>59</sup> “Una nueva tarifa sustituye al sobreprecio térmico”. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 08 de novembro de 1979, p. 07.

<sup>60</sup> “Es necesaria una claridad de objetivos en ANDE”. *La Tribuna*, Asunción, Sábado, 06 de janeiro de 1979, p. 07.

## As transformações na ALN no-pós AI 5. (1968 – 1969)

**Carlos Eduardo Malaguti Camacho**

Mestrando em História

Unifesp

E-mail: [cmalagutti@gmail.com](mailto:cmalagutti@gmail.com)

**Resumo:** A Ação Libertadora Nacional (ALN), foi a mais importante organização de luta armada que surgiu no Brasil durante o período de radicalização das esquerdas, que levou diversos grupos a aderir a via armada como metodologia para implantar a revolução socialista. Sua importância histórica se materializou em aspectos simbólicos. Entretanto, a ALN muitas vezes é vista como uma organização unívoca, que percorreu um sentido direto desde seu surgimento, até sua derrota militar, em 1974.

A proposta dessa apresentação é problematizar a trajetória da ALN, analisando as transformações que o grupo passou no período do pós-AI-5, utilizando manifestos e cartas produzidos pela própria organização, colocando-os em diálogo com o endurecimento do regime militar brasileiro. Com essa análise, foi possível levantar certas hipóteses para compreender o paradoxo da ALN, que é reconhecida pela historiografia como um grupo de luta urbana, mas que tinha como projeto revolucionário a atuação no campo. Assim, espera-se contribuir para preencher certas lacunas da historiografia sobre o tema.

**Palavras-chave:** guerrilha, esquerdas, Ditadura-Militar.

**Resumen:** La *Ação Libertadora Nacional – ALN* – fue la más grande organización de lucha armada que surgió en Brasil durante el período de radicalización de las izquierdas, que llevó a distintos grupos adherirse la vía armada como metodología para implantar la revolución socialista. Su importancia histórica se materializó en aspectos simbólicos. Sin embargo, la ALN es vista, muchas veces, como una organización unívoca, que recorrió un sentido directo desde su surgimiento, hasta su derrota militar, en 1974.

La propuesta de esta presentación es problematizar la trayectoria de la ALN, analizando las transformaciones que el grupo pasó en el período posterior al *Ato Institucional Número 5*. Para esto, se utilizará de los manifiestos y cartas producidos por la propia organización, colocándolos en diálogo con el endurecimiento del régimen militar brasileño. Con ese análisis, fue posible levantar ciertas hipótesis para comprender la paradoja de la ALN, que es reconocida por la historiografía como un grupo de lucha urbana, pero que tenía como proyecto revolucionario la actuación en el campo. Así, se espera rellenar ciertas lagunas de la historiografía sobre el tema.

**Palabras-clave:** guerrilla; izquierdas; dictadura-militar.

### Introdução

A Ação Libertadora Nacional foi uma organização de luta armada formada no ano de 1967 de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro liderada por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, e demais integrantes do *Partidão*. Entre os anos de 1960 e 1970, ela foi a principal organização da esquerda armada no Brasil, destacando-se sobretudo pela quantidade de membros que conseguiu incorporar durante seus anos de atuação, além da forte estrutura construída. Assim, conseguiu realizar importantes ações de cunho radical, como assaltos a bancos, com o intuito de financiar a guerrilha, e sequestros de figuras públicas, que tinham como objetivo a troca com militantes presos. A ALN também se destacou por ter se tratado da organização, vista pelo regime militar, como o principal grupo a ser reprimida, dentre

outras coisas, por contar com aquele que, na visão da repressão, era o inimigo público do governo, Carlos Marighella.

O objetivo deste texto é analisar como a ALN elaborou seu projeto revolucionário e quais foram suas perspectivas de atuação diante da realidade brasileira, focando principalmente sobre o tema da instalação da guerrilha no campo, objetivo central do grupo. Posteriormente, será observado como as transformações da própria Ditadura Militar - de modo especial, a promulgação do AI-5 e a formação da *Operação Bandeirantes*, a OBAN - impactam decisivamente o projeto revolucionário da organização, fazendo com que ela passasse a incorporar novas estratégias e que o próprio objetivo da implementação da guerrilha rural fosse ressignificado. Através dessa análise empírica, objetiva-se formar uma interpretação que procura pensar os grupos de luta armada apontando suas nuances e transformações internas e não de maneira estanque. E de modo ainda mais decisivo, procura refletir como os próprios governos ditatoriais moldaram a forma de atuação dos grupos. Para isso, será apresentado um conjunto de fontes produzidas pela própria ALN, que revelam aspectos relevantes da sua cultura política<sup>1</sup>. A partir dessa investigação será possível observar em que medida o acirramento da Ditadura Militar contribuiu para uma transformação da própria guerrilha.

### **A guerrilha rural como necessidade estratégica da revolução.**

O primeiro documento a ser analisado é o texto intitulado *Pronunciamento do agrupamento comunista em São Paulo*. Ele foi publicado em 1968, e circulou internamente nos órgãos de discussão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste documento, o grupo de militantes anunciou o rompimento definitivo com o Comitê Central do PCB, alegando como motivo a discordância da posição pacífica escolhida pelo partido para resistir à Ditadura. Nota-se que no momento de fundação do grupo, estabeleceu-se o operário e o camponês como sendo os principais agentes da revolução, ainda que cada um guardasse sua especificidade. E assim como o operário e o camponês têm lugares distintos no projeto revolucionário, a cidade e o campo também se destacam e se distinguem.

É dito que:

“(…)há uma importância decisiva no trabalho da área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade. Por sua vez,

---

<sup>1</sup> Por cultura política, utiliza-se a definição sistematizada por Rodrigo Patto Sá Motta, que diz que o conceito “pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos”. CF: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH Revista de História*, 1996. p. 92

o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se ela não estiver intrinsecamente vinculada a eles e não contar com seu apoio”<sup>2</sup>.

Compreende-se que o princípio norteador do movimento guerrilheiro é o de organizar e radicalizar a luta no meio rural contando com o apoio da cidade. Nessa relação entre cidade e campo, a primeira cumpriria a função tática de angariar meios materiais para implementar a guerrilha e a segunda se apresentaria como fase estratégica mais importante, constituindo de fato o processo revolucionário, e se tornou uma das mais importantes fundamentações ideológicas da ALN.

Tendo apontado esse aspecto geral, é importante salientar que esse documento possuiu o objetivo de dar visibilidade para a nova organização nos ambientes da esquerda. Analisando o texto, é possível concluir, através dos termos e das linguagens utilizadas, que ele possui um interlocutor bem definido, que é o próprio militante comunista. Observa-se o uso do linguajar característico desse setor, o que revela que não havia ali a intenção de falar ao público mais amplo. Além disso, o final do documento passa a elencar uma série de “tarefas revolucionárias”, que tomam o sentido de convocação aos militantes. Portanto, o papel desse primeiro documento do Agrupamento Comunista, que iria se transformar na Ação Libertadora Nacional, é o de afirmar o projeto da via armada:

“Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiriam outro Comitê Central, com os mesmos vícios e deformações, já por demais conhecidas.”<sup>3</sup>

Por um lado, tal discurso precisa ser compreendido como um exercício de retórica para se estabelecer perante a hegemonia da esquerda partidária existente, pois ainda que a crítica se refira ao imobilismo das organizações partidárias e das discussões teóricas, os grupos de guerrilha não escapavam de possuir certa burocracia organizativa, além de ter diversas discussões sobre as estratégias e táticas<sup>4</sup>. Por outro lado, Marcelo Ridenti chama atenção que essa concepção seria uma reação direta às longas horas de discussão dentro do partido<sup>5</sup>. De uma

---

<sup>2</sup> *Pronunciamento do Agrupamento Comunista*. 1968. CEDEM/Unesp.

<sup>3</sup> *Pronunciamento do Agrupamento Comunista*. 1968. CEDEM/Unesp.

<sup>4</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Editora Brasiliense, 1990.

<sup>5</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993. pp.31 - 32

forma ou de outra, é bastante clara a intenção de estabelecer um ponto de ruptura com a estrutura partidária que tinha a hegemonia na cultura política de esquerda no Brasil<sup>6</sup>.

Entretanto, mesmo antes de divulgar esse manifesto que situou a ALN dentro da esquerda e que tornou público o projeto para os seus demais simpatizantes, o grupo já havia empreendido uma ação, que ficou conhecida como *justiçamento*. Tal ação é vista como o ato fundador da organização e demonstra como estava engendrada na mesma a ideia de que o *camponês* seria o agente a se radicalizar e construir a revolução social.

O evento em questão foi o assassinato de um fazendeiro, que aconteceu no município de Presidente Epitácio, interior de São Paulo. Naquela fazenda, havia um conflito entre o fazendeiro e os demais camponeses da região, uma vez que o dono da fazenda estava invadindo terras de camponeses, confiscando-as, e chegando inclusive a matar uma família que tentou se opor. Os demais trabalhadores rurais daquela região, para tentar resistir aos desmandos de José Conceição Gonçalves – o fazendeiro em questão - se articularam junto ao advogado Cícero Vianna, que havia feito parte do comitê de reforma agrária durante o Governo de João Goulart. O advogado, porém, também integrava o PCB e se reuniu com Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Frati e Edmur Camargo, que defenderam que era preciso assassinar o fazendeiro. A ação foi realizada por Camargo em conjunto com aproximadamente outros dez camponeses da região<sup>7</sup>.

À época, nenhuma organização reivindicou o assassinato do fazendeiro e o caso foi noticiado pelos jornais como sendo uma resposta aos desmandos e aos próprios assassinatos cometidos por Gonçalves. Porém, como pode ser observado na primeira edição do jornal *O Guerrilheiro*, aquela morte foi saudada como sendo a primeira ação “que visaria deflagrar a luta revolucionária”, além de afirmar que “é um direito das vítimas das injustiças fazer justiça com as próprias mãos”<sup>8</sup>. A escolha de atuar sobre o conflito que acontecia em território rural já é um indício desse aspecto fundamental que o campo possuía para a ALN. Isso se nota em outros documentos da organização como, por exemplo, em dois textos datados de 1968 e

---

<sup>6</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: MOTTA, R.; NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-37, p. 15

<sup>7</sup> Folha de São Paulo. 24 de Setembro de 1967. Repositório Online.

<sup>8</sup> *O Guerrilheiro*. Edição 1. OS0001. Arquivo Público do Estado de São Paulo.



assinados pelo próprio Marighella, intitulados *Das questões de organização*<sup>9</sup> e *Algumas questões sobre guerrilha no Brasil*<sup>10</sup>.

O último texto foi escrito por Carlos Marighella em outubro de 1967 e publicado apenas em fevereiro de 1968, tendo circulado no *Jornal do Brasil*. O fato do texto ter sido publicado em um jornal de grande circulação lhe imprime algumas características próprias no que diz respeito a sua divulgação e público alvo. Ao ser veiculado em tal espaço, o texto se dirige não somente aos integrantes da organização ou mesmo aos setores da esquerda no Brasil, mas sim a população de modo geral. Nesse caso, seu objetivo era explicar às massas quais seriam os caminhos que a luta revolucionária trilharia.

Outra vez se destacava a aliança entre o camponês e o operário, que seria a forma de criar a revolução nas terras brasileiras. Porém, há um trecho no qual se nota que apesar de tentar incorporar os operários na tática guerrilheira, o verdadeiro agente revolucionário vislumbrado pela ALN é o camponês:

A guerrilha deve viver e nutrir-se no meio dos camponeses, identificando-se com eles e respeitando seus costumes e religião. Explicar-lhes a natureza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político. Organizar entre eles o trabalho de informação e o apoio logístico da guerrilha<sup>11</sup>

“Nutrir-se no meio dos camponeses” expressa claramente a compreensão de que os trabalhadores rurais brasileiros são os sujeitos da revolução, justamente por se tratar da classe social mais explorada da sociedade brasileira. Ainda assim, o próprio texto demonstra que mesmo respeitando seus costumes, cabe a organização guerrilheira “explicar-lhes” a natureza de classe do inimigo. Portanto, ainda que ele seja fundamental no processo revolucionário, implicitamente há uma ideia de que é a organização política que vai esclarecer e organizar a luta.

O outro texto é uma carta escrita por Marighella para os integrantes do grupo, e revela a maneira pela qual a ALN estava fisicamente estruturada, expressando assim suas divisões e setores internos. E essa própria divisão interna da organização torna claro o quanto que a criação da guerrilha rural era fundamental para o projeto revolucionário.

---

<sup>9</sup> Esse texto circulou internamente entre os partidários da luta armada. A versão aqui utilizada foi aprendida em posse de militantes da ALN em São Paulo.

<sup>10</sup> Publicada no *Jornal do Brasil*, em setembro de 1968. Outras edições também circularam em periódicos fora do Brasil, como foi o caso da versão publicada no *Semanário Marcha*, do Uruguai.

<sup>11</sup> *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*. 1967. Cedem/UNESP.



Conforme relataram os militantes que concederam depoimentos para Marcelo Ridenti, o grupo possuía três setores. O primeiro era o grupo de ação, responsável por realizar os contatos com os diversos setores da sociedade, compreendidos de maneira generalista como “setor de massas”. O segundo grupo era chamado de “tático armado”, e tinha como objetivo realizar as ações armadas no meio urbano, visando, sobretudo, angariar meios materiais para a organização. Por fim, existia o “grupo de trabalho estratégico”, com a função de preparar o lançamento da guerrilha no meio rural, vista como objetivo essencial para que a guerrilha tivesse sucesso. Coordenando esses três agrupamentos, havia o conjunto regional e finalmente, o conjunto nacional, órgão máximo de comando da ALN, cujo controle estava nas mãos de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira<sup>12</sup>. Observando essas informações e fazendo a leitura do documento, é possível perceber tal estrutura na carta escrita por Marighella.

Articulando os grupos existentes, surgiu a antiga coordenação urbana, que se ampliou com outros tipos de coordenação, surgidos com o avanço do movimento. Simultaneamente, em vários pontos do país, pequenas organizações revolucionárias com vida própria, alguns setores de atividades revolucionárias, incluindo uma parte de eclesiásticos, e revolucionários independentes decidiram integrar nossa organização<sup>13</sup>.

Esses setores descritos no trecho acima compõem o grupo de ação. Eles possuíam autonomia para se articular com diversos setores da sociedade que supostamente se interessariam em apoiar a organização. O trecho, porém, se apressa em defender que esses grupos possuem uma ligação direta com os demais setores da organização, o grupo tático e o grupo estratégico: “Toda esta parte de nossa organização é dedicada à atividade local e mantém com a parte estratégica e tática móvel um elo permanente de ligação”.

Observa-se claramente que o autor revela que a separação organizacional obedece a um sentido único, que é a estruturação da guerrilha no campo, ação essa vista como decisiva para conseguir a vitória.

E isto que permite a colaboração e o apoio mútuo entre a atividade estratégica e tática móvel e a atividade local, em benefício do objetivo comum, ou seja a estratégia da guerrilha<sup>14</sup>.

Portanto, depois de aproximadamente sete meses de atuação, a ALN, nas palavras de seu líder, ainda possuía o objetivo inicial que era implantar a guerrilha no campo e nesse sentido, subordinava as demais estruturas organizacionais do grupo a essa questão central. Esse

---

<sup>12</sup> RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 1993. pp 34-35

<sup>13</sup> CEDEM/Unesp. Das questões de organização. Dez de 1968

<sup>14</sup> Ibidem.

aspecto passaria por uma subjetiva, mas importante, modificação no ano seguinte, respondendo diretamente as transformações do próprio regime militar brasileiro.

### **A ALN após o AI-5: inflexão nas ações armadas, endurecimento do regime e entrada de militantes**

A promulgação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, desdobrou-se em uma inflexão para toda a esquerda brasileira. Diversos setores contrários ao regime militar enxergaram que, de fato, a saída seria partir para a luta armada, uma vez que para muitos, havia se esgotado as formas de resistência ditas como legais<sup>15</sup>. Nesse quadro, o radicalismo dos grupos contrários ao regime se intensificaram, e após o AI-5 é possível identificar uma tendência de grande parcela da esquerda no Brasil de seguir o radicalismo da luta armada. Assim, a ALN passa a ganhar mais adeptos, se consolidando como a organização de luta armada mais importante, ganhando corpo para suas ações<sup>16</sup>. Por outro lado, o AI-5 e a institucionalização da repressão<sup>17</sup>, também moldaram mecanismos ainda mais eficazes para combater as organizações guerrilheiras.

No entanto, o AI-5 é apenas uma faceta desse processo de intensificação da repressão pela qual a Ditadura Militar passou entre os anos de 1968 e 1969. Diversas diretrizes repressivas passaram a compor o quadro do governo, e o combate as organizações guerrilheiras foi o principal foco desse momento, com a organização da Operação Bandeirante e posteriormente sua institucionalização através do DOI-CODI<sup>18</sup>. Foi através da Operação Bandeirante que os grupos guerrilheiros passaram a ser vistos como os principais inimigos da Ditadura e foi a partir daí que começou o emprego sistemático dos métodos de tortura<sup>19</sup>.

Outro aspecto fundamental para compreender essa transformação pela qual a organização passou é a própria constituição da Operação Bandeirante. Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de

<sup>15</sup> DO VALLE, Maria Ribeiro. 1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Editora da Unicamp, 1999. pp. 23 - 24

<sup>16</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 67

<sup>17</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DE FREIXO, Adriano; VENTAPANE, Jacqueline. " Tempo negro, temperatura sufocante": estado e sociedade no Brasil do AI-5. ED. PUC-Rio, 2008.

<sup>18</sup> WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.

<sup>19</sup> A tortura foi praticada durante todo o regime militar. Com a Operação Bandeirante ela caminhou para sua institucionalização, transformando-se assim em uma política de estado. CF: JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

esquerda armada através da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos “terroristas”. A autora afirma que:

“Para os órgãos repressivos, tratava-se ao mesmo tempo de acumular conhecimentos sobre as organizações de esquerda e suas formas de atuação, e aprimorar as técnicas de extração de dados dos militantes capturados em sessões de interrogatórios mais bem preparadas. Esse intento foi alcançado com a criação da Operação Bandeirante e depois com a instituição dos sistema DOI-Codi em diversas capitais do país”<sup>20</sup>.

A autora destaca que para combater as ações realizadas pela guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações, que por sua vez, seriam coletadas através da tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os processos que tinham como alvo militantes de organizações armadas<sup>21</sup>. A partir da formação desse núcleo especializado, diversos militantes das organizações clandestinas já atuantes – principalmente da ALN – começaram a ser presos, resultando assim em severas baixas para as organizações.

Porém, a própria Joffily mostra que esse esforço foi apenas a base para a criação de um aparato muito maior e mais complexo, que foi a *Operação Bandeirante*. A OBAN foi criada oficialmente em 1º de julho de 1969, com os destacamentos dos três setores das forças armadas: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, além de reunir os demais órgãos da Segurança Pública. Tinha como objetivo “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”<sup>22</sup>. Dessa forma, se percebe que com a criação dessa operação, os militantes de luta armada passariam a sofrer com uma repressão especializada e que tinha como claro objetivo dismantelar suas organizações.

Com essa perseguição institucionalizada e direcionada decisivamente para os grupos guerrilheiros, a luta armada passou por momentos de intensa repressão, tendo que enfrentar, pela primeira vez, o regime militar munido de ferramentas próprias para combater suas ações. Não foi por acaso que a ALN, em específico, investiu de maneira quase que irrestrita, nas estratégias que significavam as maiores vitórias do grupo, as chamadas expropriações através

---

<sup>20</sup> JOFFILY, Mariana. 2013. Opus Cit. pp 39 - 40

<sup>21</sup> Ibidem

<sup>22</sup> *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. Arquivo Público do Estado. 50 – Z – 9 – 86 - 16084

dos assaltos aos bancos. Esse aspecto acabou por forjar uma identidade muito forte na ALN, fazendo com que a mesma passasse a ser vista como uma organização de guerrilha urbana, ainda que, como será discutido a partir de agora, o foco do grupo jamais deixou de ser a luta no campo.

### **O papel da luta na cidade: o minimanual do guerrilheiro urbano**

Como visto anteriormente, a guerrilha realizada na cidade era vista como a parte tática defendida pela ALN para instituir a fase decisiva da guerra revolucionária no meio rural, que seria onde se desencadearia a luta revolucionária. Por isso as ações no meio urbano seriam exclusivas para angariar condições materiais que garantiriam a sobrevivência da chamada fase estratégica da revolução. Mesmo que esse fim nunca tenha sido abandonado na concepção guerrilheira, houve uma crescente adesão da ALN pelas ações armadas realizadas no espaço urbano, sendo inclusive expressada por meio de dois importantes documentos.

Em dezembro de 1968, no texto intitulado *Quem samba fica, quem não samba vai embora*, assinado por Marighella e direcionado para “todos os revolucionários de São Paulo”, se observa como a função das ações no meio urbano são consideradas como complementares a guerrilha rural.

“Outro gasto a se fazer é com a área estratégica. Esta área é mais importante que a cidade. É decisiva. A cidade é complementar. No caminho que seguimos no Brasil, não devemos deixar a cidade abandonada. Sem a cidade não haverá êxito na área estratégica rural. Mas a cidade trabalha para permitir o lançamento da área estratégica”<sup>23</sup>.

Apesar de a guerrilha rural ser vista como central para fazer a revolução, não se pode deixar de notar a valorização que a cidade ganha nesse registro. Essa valorização da luta na cidade é sintomática do processo que a ALN viveu, de intensas ações durante todo aquele ano em que se constituiu em uma rápida e forte ascensão do grupo. Em outro trecho do documento se reitera a necessidade de seguir agindo na cidade.

“Temos que ir empregando algo na cidade, sem perder o campo de vista, esperando o momento de lançar a área estratégica rural. Uma vez esta lançada, a cidade é arrastada.”<sup>24</sup>

O princípio ideológico de luta no meio rural como fase decisiva para realizar a revolução foi sendo adiado. O ápice da valorização da luta no espaço urbano é representado pela

---

<sup>23</sup> *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. Cedem/Unesp.

<sup>24</sup> *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. Cedem/Unesp.

publicização do texto *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella. O livro, que tem o objetivo de servir como base para todo o guerrilheiro atuar na luta armada foi constituído a partir da experiência do próprio líder da organização e dos demais integrantes, abordando o que dava certo e advertindo sobre os erros cometidos.

Essa obra, que foi finalizada em junho de 1969, acabou valorizando ainda mais a atuação nas cidades e consolidando a visão da ALN como sendo um grupo de guerrilha urbana. Assim, ainda que no plano ideológico continue existindo a perspectiva de luta no campo, a ALN acabou se tornando, na prática, uma organização de luta urbana, e diversos fatores podem ter contribuído para isso. A criação das guerrilhas nas áreas rurais seria intensamente trabalhosa e por isso o grupo seguiu atuando onde já tinha meios de seguir com resultados positivos. Dessa forma, a guerrilha urbana acabou se constituindo em uma característica muito importante para a organização e certamente compôs a cultura política da mesma. Por outro lado, a intensificação da repressão e o cada vez mais acirrado cerco feito às organizações de luta armada começaram a minar o horizonte de atuação dos grupos guerrilheiros no geral, e da ALN em particular. Diante desse impacto, o grupo passou a se constituir quase que exclusivamente como uma organização guerrilheira de luta urbana<sup>25</sup>.

## Conclusão

A questão a ser levantada com essa discussão é entender que a ALN é sempre caracterizada pela historiografia como um grupo urbano<sup>26</sup>. Entretanto, como foi reiterado seguidas vezes até aqui, o projeto revolucionário propunha claramente o campo como o lugar a ser desenvolvida a revolução. É nesse sentido que se busca problematizar as próprias pesquisas sobre essas experiências radicalizadas, no que diz respeito as escolhas entre analisar a concepção ideológica e estratégica, ou como ela se apresentou no desenvolvimento da sua trajetória.

Dessa forma, compreender as transformações da ALN em diálogo com a inflexão do próprio regime militar, revela quanto que a composição da cultura política dos grupos de luta armada foi impactada pela radicalidade da violência do dia a dia vivenciado pelos seus militantes, pois mesmo defendendo em todos os textos e manifestos o objetivo de lançar a

---

<sup>25</sup> RIDENTI, Marcelo. 1993. Opus Cit. pp. 40 e 41

<sup>26</sup> As bibliografias de referência sobre o tema indicam, muitas vezes nos próprios títulos, essa definição para a ALN. Obras gerais que falam sobre o tema da lua armada caracterizaram o grupo como sendo “a principal expressão desse tipo de luta”, como se nota em: SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. UNESP, 2000. pp. 200 e 201.

campanha de guerrilha rural, as condições materiais acabaram impregnando de tal maneira a ALN que ela se tornou exclusivamente uma guerrilha urbana.

Portanto, é seguro afirmar que desde o final de 1970, a ALN se tornou uma organização política de luta armada totalmente distinta daquela que começou as atividades em 1967. E essas transformações foram consequências das modificações internas pelas quais a própria Ditadura passou. Sendo assim, é notório que a constituição dos elementos que caracterizaram uma cultura política própria da esquerda radicalizada foram diretamente impactadas e moldadas pela própria repressão, e com isso é possível concluir que dentro de um horizonte de atuação extremo como é o da luta armada, sobra pouco espaço para questões estratégicas. É o violento e incerto cotidiano que acaba por forjar a forma pela qual o grupo se organiza.

### **Bibliografia**

DO VALLE, Maria Ribeiro. 1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Editora da Unicamp, 1999.

JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: MOTTA, R.; NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R. Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH Revista de História*, 1996.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DE FREIXO, Adriano; VENTAPANE, Jacqueline. "Tempo negro, temperatura sufocante": estado e sociedade no Brasil do AI-5. ED. PUC-Rio, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. Editora Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. UNESP, 2000. pp. 200 e 201.

WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.



## Imagem e História na América Latina: Um Estudo Sobre o Dever de Memória em Nostalgia Da Luz, de Patricio Guzmán

**Samuel Torres Bueno**

Graduando em História

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

E-mail: samueltorresbueno@gmail.com

**Resumo:** O artigo pretende compreender as batalhas da memória que envolvem a ditadura militar no Chile (1973-1990) a partir da análise do filme documental “Nostalgia Da Luz” (2010), dirigido por Patricio Guzmán. Através dessa fonte cinematográfica, iremos enfatizar a relação história-memória como fundamental no entendimento das ditaduras de segurança nacional implantadas no Cone Sul nas décadas de 1960/1970 e compreender os embates que se estabelecem em torno de um passado traumático. Sendo assim, a pesquisa se depara com um “passado que não passou”, que é objeto das “batalhas da memória”, que mobilizam diferentes atores em torno do quê e de como lembrar. Também esperamos contribuir para o diálogo entre a história e as produções audiovisuais.

**Palavras chaves:** Patricio Guzmán; memória; documentário.

**Resumen:** El artículo pretende comprender las batallas de la memoria que envuelven la dictadura en Chile (1973-1990) a partir del análisis del documental “Nostalgia De La Luz” (2010), dirigido por Patricio Guzmán. A través de esta obra cinematográfica, vamos a enfatizar en la relación historia-memoria como fundamental en la comprensión de las dictaduras de seguridad nacional implantadas en el Cono Sul en las décadas de 1960 y entender los hechos que se establecieron alrededor de un pasado traumático. Siendo así, la investigación se depara con un “pasado que no pasó”, y que es objeto de las batallas de la memoria, que movilizan diferentes actores alrededor del que y del como recordar. También esperamos contribuir para el diálogo entre la historia y las producciones audiovisuales.

**Palavras claves:** Patricio Guzmán; memoria; documental.

Este trabalho está dentro dos quadros da História do Tempo Presente, que é a modalidade historiográfica onde a relação história e memória assume um papel central. Nesse sentido, em países como o Chile, que passaram por experiências autoritárias, o passado recente, conforme argumentam Marina Franco e Florencia Levín, “se trata de um passado abierto, de algún modo inclocuso, cuyos efectos en los procesos individuales y colectivos se extienden hacia nosotros y se nos vuelven presentes<sup>1</sup>”. Portanto, o entrelaçamento entre história e memória acontece porque muitos atores importantes durante a ditadura de Pinochet continuam a ter uma atuação de destaque hoje. Um desses atores é o cineasta Patricio Guzmán, um dos maiores documentaristas da atualidade.

Aqui, cabe fazer um breve relato da trajetória do Patricio Guzmán, indicando algumas das suas principais obras. Ele é um cineasta nascido em Santiago em 1941 especializado em

---

<sup>1</sup> FRANCO, Marina, LEVÍN, Florencia apud BAUER, Caroline Silveira. Apresentação à Segunda Edição. In: *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas da Memória*. 2ª edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014, p.11



documentários. Em 1970, conclui o curso de cinema na Escuela Oficial de Cinematografía de Madrid. No mesmo ano, Salvador Allende ganha as eleições presidenciais pela Unidade Popular, uma coligação de partidos e grupos de esquerda<sup>2</sup>. O programa da Unidade Popular era baseado na chamada “via chilena para o socialismo<sup>3</sup>”. A vitória de Allende gerou uma euforia: vários intelectuais e militantes de esquerda foram experimentar *in loco* a experiência que combinava socialismo e democracia.

Nesse contexto, Guzmán regressa ao seu país natal e dirige em 1971 o seu primeiro documentário, “O Primeiro Ano”<sup>4</sup>, uma espécie de “ensaio” para a antológica trilogia “A Batalha do Chile<sup>5</sup>”, que projetou o nome de Patricio Guzmán internacionalmente. “A Batalha do Chile” é considerado o melhor documentário produzido no Chile<sup>6</sup> e foi considerado pela revista estadunidense *Cineaste* um dos 10 melhores filmes políticos da história<sup>7</sup>. O documentário registra de maneira visceral e direta a ascensão, as crises do governo Allende e o desfecho trágico da “via chilena para o socialismo”: o golpe militar de 11 de setembro de 1973 liderado pelo general Augusto Pinochet.

Logo depois do golpe, durante duas semanas, Guzmán foi preso e sofreu ameaças de fuzilamento no Estádio Nacional em Santiago. No entanto, com a ajuda de Chris Marker, cineasta francês que produziu “A Batalha do Chile”, Guzmán consegue exílio na França, onde fixou residência. Em 1997, já com o fim da ditadura, o cineasta lança “Chile, A Memória Obstinada<sup>8</sup>”.

---

<sup>2</sup> A Unidade Popular era composta entre outras forças, pelo Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Socialdemocrata e pela Esquerda Cristã.

<sup>3</sup> Havia a percepção de que devido à histórica estabilidade política e pelo crescimento eleitoral da esquerda, se poderia fazer no Chile uma transição para o socialismo através de reformas estruturais no sistema econômico com respeito à legalidade democrática, à liberdade de imprensa e de expressão. Se em Cuba, o caminho para o socialismo foi traçado pela via da guerrilha e da ruptura violenta, no Chile o socialismo seria implantado dentro dos limites reformistas e das vias institucionais.

<sup>4</sup> Esse documentário registra as realizações do governo Allende durante os seus doze primeiros meses: a reforma agrária e a estatização de setores econômicos estratégicos, como a extração de cobre.

<sup>5</sup> As gravações de “A Batalha do Chile” aconteceram durante os conturbados anos do governo Allende. É um documentário composto por três partes: “A Insurreição da Burguesia”, de 1975, “O Golpe de Estado”, de 1977, e “O Poder Popular”, de 1979.

<sup>6</sup> Agência Télam. *Cinema Chileno Teve Papel de denúncia e Resistência À Ditadura Pinochet*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/09/cinema-chileno-teve-papel-de-denuncia-e-resistencia-a-ditadura>. Acesso em 08 dez. 2016

<sup>7</sup> *Ibidem*

<sup>8</sup> Esse documentário captura a reação à primeira exibição pública de “A Batalha De Chile” em escolas (ou seja, para estudantes que não viveram o golpe) e o reencontro de Guzmán com protagonistas da trilogia.

Em 2001, é lançado “El Caso Pinochet”<sup>9</sup>, e três anos depois, Guzmán dirige “Salvador Allende”<sup>10</sup>. Em 2010, o cineasta lança “Nostalgia da Luz”, a principal fonte dessa pesquisa, que juntamente com “A Batalha do Chile” está na lista elaborada pela revista britânica Sight & Sound dos 50 melhores documentários de todos os tempos<sup>11</sup>.

Nesse sentido, a partir da análise de “Nostalgia da Luz”, veremos como se dão as disputas em torno dos significados dos dezessete anos de autoritarismo no Chile. Sendo assim, se a função da história não é julgar, tampouco é se afastar de questões que colocam um problema moral e político.

Entendemos que o uso de um documentário como fonte se justifica pelo fato de a relação entre história e cinema, e mais especificamente, o gênero do documentário, ainda não é muito bem explorada e cabe aprimorar essa relação. É verdade que devido à ampliação documental, os historiadores estão trabalhando com o cinema, tanto com obras de ficção quanto com obras documentais<sup>12</sup>. No entanto, na comparação com as outras ciências humanas, a história ainda não desenvolveu as boas possibilidades que vêm do uso de fontes visuais<sup>13</sup>.

Conforme aponta Ulpiano Toledo de Bezerra de Meneses, “o campo de estudos da cultura visual, como se caracterizou acima, pode em muito beneficiar o historiador e enriquecer consideravelmente o conhecimento que ele deve produzir”<sup>14</sup>. Portanto, cabe à história considerar que o nosso cotidiano é imagético e que estamos cada vez mais permeados por uma cultura visual.

Os lugares de produção do discurso histórico se expandiram para além das universidades. A história acadêmica deve se voltar para as formas não acadêmicas de narrativa do passado, inclusive as produções audiovisuais. A historiografia deve ficar atenta às formas de construção de sentidos para o passado que escapam do suporte textual acadêmico e se

---

<sup>9</sup> “O Caso Pinochet” narra o processo de prisão de Pinochet por crimes contra a humanidade. Em outubro de 1998, o ex-ditador estava em Londres passando por tratamentos médicos quando foi detido sob ordens do juiz espanhol Baltazar Gárzon. Pinochet ficou 503 dias sob prisão domiciliar na capital inglesa até que em março de 2000, houve a sua extradição para o Chile.

<sup>10</sup> “Salvador Allende”, como o título indica, é uma tentativa de resgatar a memória do ex-presidente socialista que foi apagada durante a ditadura. O documentário foi lançado logo depois da efeméride dos trinta anos do golpe de 1973 e da posterior ditadura.

<sup>11</sup> BRITISH FILM INSTITUTE (BFI). *Critics’ 50 Greatest Documentaries of All Time*. Disponível em: <http://www.bfi.org.uk/sight-sound-magazine/greatest-docs>. Acesso em 08 dez. 2016

<sup>12</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: Balanço Provisório, Propostas Cautelares. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n°45, p.22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>. Acesso em 6 dez. 2016

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.20

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.27

aproximar de uma “história pública”. Sabemos que no mundo imagético contemporâneo, a academia não é mais o único “lugar de produção” dos sentidos do passado, ou seja, é necessário que a história acadêmica seja capaz de dialogar com as apropriações históricas feitas além dos muros institucionais.

As imagens iniciais do documentário se passam no interior de uma casa. Enquanto vemos os móveis e objetos, ouvimos a voz em *over* de Guzmán recordar a infância: os objetos mostrados poderiam fazer parte da decoração da sua casa quando era uma criança; a vida provinciana chilena, a sua paixão pela astronomia o grande interesse pela ficção científica. Esse tempo pacato da infância acabou por conta de um “vento revolucionário que nos lançou ao centro do mundo”. Esse vento revolucionário corresponderia ao governo de Salvador Allende. Depois, o cenário se desloca para o Deserto do Atacama. Nos primeiros minutos do filme, Guzmán realiza uma aproximação entre dois grupos que trabalham no deserto: os astrônomos e os arqueólogos.

Em seguida, o olhar se volta para as ruínas de Chacabuco, uma antiga fábrica de salitre, que foi transformado no maior campo de concentração da ditadura. Nessas ruínas, Guzmán entrevista Luís Henríquez, um sobrevivente, que fazia parte de um grupo de prisioneiros que fizeram um curso de astronomia sob a orientação de um médico. Luís conta que se sentia livre quando praticava a astronomia, e que os militares cancelaram o curso, pensando que as estrelas poderiam auxiliar na fuga dos presos.

A cena seguinte se passa dentro de um apartamento e vemos Miguel Lawner, um arquiteto que passou por cinco centros de detenções (entre eles a Vila Grimaldi e o campo da Ilha de Dawson, dois dos mais conhecidos 1.132 lugares<sup>15</sup> em que se praticava prisão política, tortura e outras modalidades repressivas) medindo o espaço dos cômodos a partir dos seus passos. Esse foi o método utilizado por ele para calcular o tamanho das prisões e assim, poder desenhá-las como forma de denúncia. Logo depois, vemos Miguel e sua esposa, que possui mal de Parkinson, sentados em um banco, enquanto ouvimos a voz em *over* de Guzmán: “Miguel e sua esposa são, para mim, como uma metáfora do Chile. Miguel é a lembrança, enquanto Anita é o esquecimento”.

É preciso ressaltar que lembrar não é o único atributo da memória. Suprimir e silenciar também são práticas memorialísticas. Os militares e civis envolvidos na concretização do golpe

---

<sup>15</sup>*Informe de La Comisión Nacional Sobre Prisión Política y Tortura*, p.301. Disponível: <http://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em 23 nov. 2016.

de 1973 e na legitimação da posterior ditadura ocultaram sistematicamente as atrocidades cometidas. As ditaduras de segurança nacional instaladas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970 buscariam uma amnésia coletiva, de forma vertical, de cima para baixo. Impedir o direito à memória e conseqüentemente induzir o silêncio é prática recorrente dos responsáveis (militares e civis) pelo autoritarismo.

Continuamos agora com a descrição do documentário. Somos apresentados a Víctor González, um engenheiro, que é filho de uma exilada. Logo em seguida, vemos a mãe de Víctor, que auxilia vítimas da repressão. Durante a cena em que a mãe de Víctor massageia uma mulher, escutamos, ao fundo, a voz do diretor: “uma comissão oficial determinou que há 30.000 extorturados no Chile. Se estima que há outros 30.000 que não foram declarados”. Guzmán se refere a Comissão Nacional Sobre Prisão Política e Tortura, que foi instituída em 2003. No ano seguinte, é publicado o Informe da Comissão, que reconheceu 27.255 pessoas como vítimas de prisão política ou tortura<sup>16</sup>.

A próxima cena se passa em uma cozinha. Vemos Víctor e sua mãe, que faz o seguinte relato: “As mulheres que procuram os seus mortos exigem uma resposta em relação à responsabilidade diante daqueles que desapareceram”. Será através desse relato que tomaremos contato com o terceiro grupo que faz do deserto o local da investigação do passado. Trata-se das mulheres que vasculham o Atacama procurando os restos de seus entes queridos desaparecidos durante a ditadura. Os fragmentos e restos encontrados por essas mulheres buscadoras serviram justamente como a prova material de que os corpos dos desaparecidos foram enterrados e depois desenterrados.

As ditaduras de segurança nacional que vigoraram no Cone Sul foram caracterizadas pelo terror de Estado, combinou diversas modalidades repressivas: tortura física e psicológica, morte, prisões arbitrárias, censura e sequestro de crianças, como na Argentina. Mas nenhuma outra modalidade repressiva teria sido tão eficiente quanto o desaparecimento forçado de pessoas para a implantação da violência política e da formação de uma “cultura do medo” que fragilizava as resistências e denúncias. Os desaparecimentos se tornaram a maior metáfora do

---

<sup>16</sup> Ibidem, p.561. Disponível em: <http://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em 23 nov. 2016.

terrorismo estatal<sup>17</sup>, pois segundo a lógica dos perpetradores, não há vítima se não há corpo, e se não há corpo, não há crimes e, portanto, não há culpados<sup>18</sup>.

Outro trecho do relato da mãe de Víctor Gonzáles é o seguinte: “os torturadores passeiam livremente pelas ruas [...] esse tipo de situação retraumatiza as pessoas”. A situação descrita acima se relaciona com a passagem da ditadura para a democracia no Chile, que é comumente apontada como uma transição pactuada e conservadora, na qual o regime ditatorial não sofreu uma queda institucional, como na Argentina, mas garantiu a existência de “enclaves autoritários<sup>19</sup>”.

O documentário se encerra com uma tomada área de Santiago à noite e com as seguintes reflexões do diretor: “Estou convencido que a memória tem a força da gravidade. Ela sempre nos atrai. Os que tem memória são capazes de viver no frágil tempo presente. Os que não a têm não vivem em nenhuma parte”.

Patricio Guzmán realiza em “Nostalgia da Luz” o resgate da luta dessas mulheres buscadoras que simbolizam as demandas pelos direitos à memória, verdade e justiça, duas décadas depois do fim da ditadura. O documentário buscar dar voz a sujeitos, portadores de memórias subterrâneas<sup>20</sup> que durante muito tempo foram impedidas de serem manifestadas no espaço público. Se “a memória é um bem comum, um dever [...] e uma necessidade jurídica, moral e política<sup>21</sup>”, conforme argumenta Beatriz Sarlo, entendemos que em “Nostalgia da Luz” Guzmán realizaria esse dever de memória, pois ele se opõe à amnésia social e aos discursos negacionistas/revisionistas, que justificam as violências e a dominações<sup>22</sup>.

Quando o cineasta compartilha a sua própria experiência como preso e exilado pela ditadura e a experiência das mulheres buscadoras com aqueles que não viveram o contexto do

---

<sup>17</sup> PADRÓS, Enrique Serra, Repressão e Violência: Segurança e Terror de Estado nas Ditaduras Latino-Americanas. In: ARAUJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Vaz (orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro, 2008, p.162

<sup>18</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Op. Cit*, p.88

<sup>19</sup> Os enclaves autoritários são os “elementos que pertencem, por definição, ao regime autoritário e que perduram na situação democrática que o sucede [...] Trata-se, assim, de uma intervenção direta por parte do regime precedente [...] na vida democrática”. In: AGGIO, Alberto. Pós-Escrito: As Complexas Dimensões do Chile Atual. In: *Democracia e Socialismo: A Experiência Chilena*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2002, p.177

<sup>20</sup> POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, nº 2, p.4. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em 26 nov. 2016

<sup>21</sup> SARLO, Beatriz. A Retórica Testemunhal. In: *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.47

<sup>22</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova Direita? Guerras de Memória Em Tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.31, nº 57, set/dez 2015, p.866. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0863.pdf>. Acesso em 26 nov. 2016.

golpe e da ditadura, compreendemos que haveria uma preocupação com o futuro da memória. Então, se a derrubada de Allende e dos posteriores anos de chumbo é parte de uma vivência indireta para muitos indivíduos, Guzmán intenta criar uma lembrança daquilo que não se viveu. É o que Mariane Hirsch denomina de pós-memória<sup>23</sup>.

As lutas pela memória são ações políticas importantes que ficam acesas por muito tempo e em diferentes campos<sup>24</sup>, como o cinema. As produções cinematográficas, ficcionais ou documentais, vêm desempenhando papéis importantes na construção de uma memória de ruptura do esquecimento oficial<sup>25</sup>.

Dessa maneira, poderíamos compreender “Nostalgia da Luz” um documentário de arquivo passível de ser classificado como um “lugar de memória”<sup>26</sup>. Aliás, temáticas relacionadas à memória individual ou coletivas são recorrentes nos documentários produzidos na América Latina<sup>27</sup>.

Concordamos com Todorov: “el pasado no tiene derechos en sí, deve ser puesto al servicio del presente, así como el deber de memoria ha de quedar sometido al justicia”<sup>28</sup>. Dessa forma, Patricio Guzmán traduziria esta afirmação de Todorov na narrativa cinematográfica presente em “Nostalgia da Luz”.

Também entendemos que a análise externa (o que se narra) é tão importante quanto a análise interna (como se narra). Por isso os recursos técnicos empregados (fotografia, trilha sonora, enquadramentos de câmera...) tanto quanto as palavras ajudam a compor a narrativa presente em “Nostalgia da Luz”. Embasamos essa hipótese a partir de um depoimento do próprio Patricio Guzmán:

Eu acredito que o mais importante é refletir sobre um problema político, mas com um sentido artístico. Se você deixa de lado o sentido artístico, o filme fica ruim. É necessário filmar a sociedade, os problemas sociais, políticos e ideológicos, mas do ponto de vista de um poeta. Se você não faz isso com

<sup>23</sup>HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. Disponível em: [http://historiaaudiovisual.weebly.com/uploads/1/7/7/4/17746215/hirsch\\_postmemory.pdf](http://historiaaudiovisual.weebly.com/uploads/1/7/7/4/17746215/hirsch_postmemory.pdf). Acesso em 20 nov. 2016

<sup>24</sup>SHAFIR, Isabel Piper. Memórias de la Violencia Política en Chile: 1970-2014. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.22, nº 42, dez/2015 p.181

<sup>25</sup>BAUER, Caroline Silveira, *Op.Cit*, p.226

<sup>26</sup>AGUIAR, Carolina Amaral de. *Cinema e História: Documentário de Arquivo Como Lugar de Memória*. In: *Revista Brasileira de História*, v.31, nº 62, 2011, p.246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a13v31n62.pdf>. Acesso em 06 mar. 2017

<sup>27</sup>VALENZUELA, Valeria. Yo Te Digo Que El Mundo Es Así: Giro Performativo En El Documental Chileno Contemporáneo. In: *Doc On-Line: Revista Digital de Cinema Documentário*. Disponível em: [http://www.doc.ubi.pt/01/artigo\\_valeria\\_valenzuela.pdf](http://www.doc.ubi.pt/01/artigo_valeria_valenzuela.pdf). Acesso em 11 abr. 17

<sup>28</sup>TODOROV, Tzvetan. *La Memoria Del Mal*. In: Unesco El Correo, diciembre 1999, Año LII. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001182/118279s.pdf>. Acesso em 04 nov. 2016

sentido cinematográfico, o resultado é um panfleto ou um filme que vai durar pouco tempo [...] se não há arte em um filme social, dura pouco.<sup>29</sup> (tradução nossa)

Nesse sentido, a fotografia que captura a beleza do deserto, imagens de arquivos da NASA, o impacto da trilha sonora, o caráter introspectivo das recordações pessoais do diretor faz com que “Nostalgia da Luz” faça uma interpretação imagética do passado com vários e complexos recursos narrativos e não como uma mera ilustração. Portanto, Patricio Guzmán se converte em um intérprete da história recente de seu país, e deixa transparecer o seu próprio engajamento. Dessa forma, observamos uma pluralidade temática narrada a partir de uma forte subjetividade do cineasta.

---

<sup>29</sup> *Entrevista a Patricio Guzmán, Documental Como Reconstructor De La Memoria*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBJ9UrnpL80>. Acesso em 08 dez. 2016



## Memória, História e Cinema Miguel Littín - Cineasta Clandestino no Chile de 1985

**Geraldo Homero do Couto Neto**

Graduando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

E-mail: geraldohomero6@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo tem como finalidade uma análise sobre memória, história e cinema. Relacionando a parcialidade da memória, a memória coletiva e a clandestinidade do cinema como forma de ação para reafirmação de uma memória em disputa. Com base no filme documentário "*Acta General do Chile*" (1986) realizado por Miguel Littín em seis semanas de 1985 de forma clandestina no Chile em plena ditadura de Pinochet (1973–1990), e no livro-reportagem de Gabriel García Márquez "*As Aventuras de Miguel Littín clandestino no Chile*", para revermos os caminhos sinuosos da memória e do cinema como fontes importantes para os historiadores.

**Palavras-Chave:** cinema; documentário; Littín; memória; ditadura;

**Abstract:** This article aims to analyze memory, history and cinema. Relating the partiality of memory, the collective memory and the clandestinity of the cinema as a form of action to reaffirm a memory in dispute. Based on the documentary film "*Acta General de Chile*" (1986) by Miguel Littín in six weeks of 1985 clandestinely in Chile during the dictatorship of Pinochet (1973-1990), and in the book-report by Gabriel García Márquez "*Clandestine in Chile: The Adventures of Miguel Littín*" to review the sinuous paths of memory and cinema as important sources for historians.

**Keywords:** cinema; documentary; Littín; memory; dictatorship.

### Introdução

Brevemente será analisado as intersecções entre memória, história e cinema no filme de Miguel Littín, "*Acta General de Chile*" de 1986, não optando por fazer uma análise fílmica propriamente dita, mas utilizando de partes centrais do documentário para uma discussão mais voltada à memória. Sendo um artigo breve, a tentativa de esmiuçar as grandes possibilidades do tema ficará a cargo de uma futura monografia de conclusão de curso. É um tema extremamente pertinente e rico que cabe um olhar mais aprofundado.

Miguel Ernesto Littín Cucumides foi exilado em diversos países da Europa e da América Latina quando o golpe militar tomou de forma arrasadora a capital Santiago em 1973. Littín teve sorte de sair vivo do país, pois teve um passado de afiliação com a esquerda chilena, a unidade popular do Presidente Salvador Allende, além de ter sido diretor da Chile Films em 1971. Isso não o impediu de voltar ao país para filmar seu projeto ousado de registro da verdadeira face da ditadura pinochetista.

Contando com ajuda de núcleos de resistência e redes de solidariedade fora do país conseguiu, de forma ilegal, entrar no Chile em maio de 1985, doze anos após o começo da

ditadura de Pinochet. Comandou três equipes de italianos, franceses e argentinos para as filmagens clandestinas, e ainda conta com suporte da resistência juvenil interna (MARQUEZ, 2008, p. 9). Mudou completamente sua aparência e seu modo de ser alternativo, para uma transfiguração completa, transformando-se em um industrial burguês uruguaiano de barba feita e cabelo bem aparado, além de ter de parar de rir, por ter uma risada bastante característica, o que, segundo o livro de García Márquez, faria com que ele passasse despercebido pelo país.

Para Littín a ideia de voltar para o Chile e fazer tal documentário:

[...] era um sonho que dava voltas em minha cabeça há muito tempo, porque a imagem do país tinha-se perdido para mim nos nevoeiros da nostalgia, e para um homem de cinema não há nada mais certo de recuperar a pátria perdida que voltar e filmá-la por dentro. (MÁRQUEZ, 1996, p. 9)

O cineasta gravou mais de sete quilômetros de filme. Seu documentário completo teve um total de quatro horas para a TV e sua outra versão para o cinema teve duas horas. A série foi planejada para exibição em televisão, buscando maior audiência, uma vez que a TV tornou-se uma "poderosa experiência social." (SILVA, 2015, p. 170)

O diretor, ainda, para comprovar sua clandestinidade no país, coloca-se em quadro a todo momento no filme, seja quando ele aparece com seus entrevistados clandestinos, seja quando aparece ao lado de algumas figuras importantes da resistência política como forma de legitimar seu pertencimento enquanto membro da resistência à ditadura, como explicado no livro de Márquez.

Gabriel García Márquez, conhecido como Gabo pelos amigos, logo cedo desenvolveu um gosto apurado por cinema e considerava-se um cineasta frustrado. Fez vários roteiros, que posteriormente foram sendo filmados por amigos latino-americanos, além de vários de seus livros e contos serem, também, adaptados à telona. Foi presidente da Fundação do Novo Cinema Latino-Americano e da Escola Internacional de Cinema, Televisão e Vídeo, que visavam motivar "os cineastas latino-americanos a contarem suas próprias histórias em filmes de ficção ou documentário, em programas de TV ou em vídeo e qualificar novos profissionais oriundos da Ásia, África e América Latina." (CAETANO, 1997, p. 39). Nunca deixou de amar o cinema, seja em suas diversas formas e variedades seja no seu potencial de abrir novas possibilidades para as vozes latino-americanas.

Márquez, ao escrever seu livro "As aventuras de Miguel Littín, clandestino no Chile" procurou manter a narrativa em primeira pessoa, para dar um caráter mais pessoal à reportagem.

O escritor entrevistou o cineasta para a realização de seu livro que deram mais de 18 horas de áudio. Gabo não tinha pretensões históricas ao escrever sua reportagem clandestina de Littín, mas podemos retirar dela um plano de fundo amplo para a criação de um imaginário acerca das aventuras de cineasta no Chile, além de podermos perceber como ele pensava a respeito de viver em um país em pleno regime militar, conhecendo suas aflições de andar na rua próximo ao horário do toque de recolher e seus anseios para a criação e realização de seu documentário.

### **Memória e Documentário**

Não podemos esquecer que o documentário, seja ele qual for, é um ponto de vista. A câmera, então, tem o papel de um historiador, procurando significados e significantes para a elaboração de uma ideia, ou de uma representação da ideia. Miguel Littín é o interlocutor-narrador do filme, seus planos não estão ali por acaso, ou por estilo. Estão lá para dizer algo e, a partir daí, mostrar que, diferentemente de Gabriel García Márquez, tinha uma pretensão histórica, pois queria redigir e mostrar, a partir de suas memórias e ideologias, como o Chile transformou-se em um país em que sua história havia-se deslizado por suas ruas sem deixar rastros.

Definir o que é documentário é uma tarefa difícil. Não é possível mostrar uma realidade pura e verdadeira. O documentário seria uma representação. Quando a câmera enquadra algo, ela necessariamente deixa de enquadrar algo. Fazer um filme é, então, saber desta limitação imposta pela câmera e, a partir dela, construir uma narrativa de interpretação da realidade a partir das características que se quer elaborar, mostrar ou analisar. Dessa forma, podemos dizer que Littín faz uma interpretação da realidade de seu país a partir de sua memória e de suas ideologias.

Para o chileno, seu país entrara em um estado de ausência e esquecimento. As ruas de Santiago estavam mudadas, não eram mais aquelas mesmas ruas que presenciaram uma história trágica e violenta de repressão. Bombardeios, policiais nas ruas a todo instante e os olhares agoniados dos habitantes de Santiago. Mas era, naquele momento, calma, tranquila e sem rostos nas multidões. Seus habitantes estavam calados e reprimidos. Miguel Littín, então, queria buscar, com seu filme uma resposta:

De repente, com uma nitidez pavorosa, começa a aparecer a verdadeira face da cidade oculta. Santiago do Chile, o país fadado, o país do sorriso ausente, o país morto, o país da guerra subterrânea. Cheio de perguntas vou às ruas, buscando em cada esquina, uma face, um sorriso, um olhar, por fim, uma resposta: o que pensavam de si mesmos os chilenos? O que significava viver

abaixo de uma ditadura? (Fala de Miguel Littín no primeiro capítulo de "*Acta General de Chile*")

Littín, através de entrevistas, *inserts* artísticos, poemas, filmagens e utilização ampla de documentação fílmica, afirma seu ponto de vista. A narrativa de seu documentário é baseada na busca pela identificação com seu espectador, seja utilizando a voz *over* a todo momento para mediar a realidade, seja com o "intuito de motivar o espectador a identificar-se com a luta dos opositores do regime." (SILVA, 2015, p. 174) seja utilizando uma subjetividade que afirma sua posição política, ou a sua "autorrepresentação", colocando a pessoa que assiste a perceber o que o narrador está vendo: "Com essa estratégia, busca-se transmitir ao espectador o sentimento de reencontrar o país de origem, compartilhar seu olhar e convidá-lo a ingressar nas fileiras da oposição."(SILVA, 2015, p. 176-177). O observador sente-se testemunhando os eventos, mas nisso reside um problema. Como Peter Burke pontuou, a sensação de testemunhar é ilusória: o diretor molda a experiência, mobilizando seus espectadores à se sentirem parte de sua experiência. (BURKE, 2004, p. 198)

Um documentário seria um modo de deixar gravado em suporte fílmico a memória que seria mais propícia para manter viva as lembranças de um determinado grupo, uma vez que a memória só é capaz de existir enquanto fizer parte da consciência do grupo que a mantém. (OLIOTA & ROCHA, 2011, p. 4). *Acta General de Chile* busca construir uma memória clandestina, gerando, como diria Pollack, uma disputa pela memória:

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. (POLLACK, 1989, p. 6)

Littín observa a ausência de seu povo perante a ditadura. Rostos calados e ideias silenciadas esperando o momento propício para serem expressas. Podemos ver este silêncio como uma forma de defesa das memórias, que continuam a ser expressas de forma clandestina, oralmente e de geração para geração como uma forma de ainda permanecerem vivas diante dos discursos oficiais do regime ditatorial. Para Pollack "o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais." (POLLACK, 1989, p. 6). Esquecer também faz parte da memória. Esquecer propositalmente seria, então, não querer se recordar de tristezas e anseios, ou, até mesmo, não querer contá-las por medo de represália e medo de não ter quem as escute. Logo no primeiro capítulo de seu documentário somos postos a ouvir um ex-agente do governo, que

presenciara diversos atos de torturadores. Somos postos a ouvir uma memória clandestina e proibida, que com o decorrer do filme, fica cada vez mais claro o ponto de vista de seu diretor.

Littín mostra os bairros pobres de seu país como uma forma de reafirmar sua perspectiva de que o Chile entrou em uma estagnação econômica e que há diversas partes da sociedade sofrendo com tais medidas do governo de Pinochet. Mostra a vida de familiares que tiveram entes queridos mortos, desaparecidos ou exilados pelo governo, além de grupos de solidariedade que compravam alimentos para abastecer pequenas cidades ou partes afastadas da cidade. Tais abordagens do diretor reforça ainda mais esse caráter de trazer seu espectador para perto de seu filme, criando empatia com aqueles que aparecem em quadro, aqueles que estão sofrendo com o regime.

Como é dito no livro de García Márquez, Littín, ao sair do aeroporto de Santiago se depara com uma faixa azul em um edifício escrito "*Chile avanza en orden y paz*" (MÁRQUEZ, 1996, p. 19). Seu documentário vem como negação à essa frase, à essa ideia e à essa memória. Littín afirma que logo depois de alguns dias ele começara a ver nas ruas, em pontos estratégicos, patrulhas de choque escondidas em algumas ruas e caminhões de água para repressão de manifestações. Isso mostra que o regime estava a espreita, o regime continuava em ação.

Segundo Marc Ferro, o filme teria a capacidade de derrubar o que "diversas gerações de Homens de estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio", e ainda afirma que "Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera desvenda o segredo, apresenta o avesso da sociedade, seus lapsos. (FERRO, 1992, p. 86)

No documentário há cenas de revoltas populares contra o governo, indicando que o país não estava de todo modo calado e passivo. Em suas entranhas, Chile estava borbulhando e prestes a explodir. Grupos como FPMR (Frente Patriótico Manuel Rodríguez), aliada do PCCh (Partido Comunista do Chile), fizeram diversas ações armadas no país, como apagões e desvios de cargas de alimento para distribuição nas *poblaciones*, com o fim de desestabilizar o governo militar (SILVA apud ÁLVAREZ, 2015, p. 35). Nesse ponto, vale lembrar que parte da Frente Patriótico Manuel Rodríguez foi composta por chilenos exilados que receberam treinamento militar em Cuba e na Nicarágua, além de outras experiências bélicas no exterior. Eles acreditavam que era necessário qualquer tipo de ação para destituir o atual governo, e que apesar do Chile parecer pacífico, o país estava entrando em erupção. Quando Littín pergunta aos membros da Frente sobre qual seria o significado da figura de Allende para eles, a imagem

icônica de Allende vem à tona com uma grande reverência: é uma das últimas fotos tiradas do presidente no *Palacio de la Moneda* quando começaram os ataques de 11 de setembro de 1973, preparado para a guerra, fuzil na mão e capacete militar.

O que salta aos olhos neste exemplo são os atos de contraviolência. Como Pollack afirma, enquadrar uma memória marginal aos moldes de uma memória nacional única é impor uma interpretação da história à todos os grupos de sociabilidade gerando, certamente, reações diversas:

Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. [...] Ainda que quase sempre *os dominantes* (grifo nosso) acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência. (POLLACK, 1989, p. 10)

Uma importante análise do documentário se dá no seu terceiro episódio, em que há uma grande exaltação e reverência ao Presidente Salvador Allende. A série compara a estagnação econômica do Chile em plena ditadura em relação ao governo de Unidade Popular de Allende, que tinha como meta a diminuição da desigualdade social dentro do país. Littín, ainda, tenta justificar, a partir da repressão intensa do Estado, a luta armada como uma possível forma de derrubar o regime de Pinochet. (SILVA, 2015, p. 255).

Cabe abrir espaço à uma reflexão sobre as relações entre Littín e as ideias do Presidente Salvador Allende. O cineasta não compartilhava das mesmas ideologias que o presidente, como por exemplo a "via democrática para o socialismo", de que o Chile, por sua grande e longa tradição democrática, abriria espaço para uma revolução única partir da via eleitoral, menos traumática que uma insurreição política. "Assim sendo, em nome da 'unidade na luta' em 1986, temas incômodos do passado foram deixados de lado." (SILVA, 2015, p. 212), uma vez que Littín reafirma as memórias de Salvador Allende, entrevistando familiares e amigos, para abrir espaço a uma história comum a todos os movimentos de esquerda de antes do regime. Cria, assim, uma unidade de pensamento e um ponto de apoio em seu antigo presidente. Para o diretor o "presidente mártir era o melhor ponto de referência para estabelecer a posição de cada chileno em relação ao país atual e às suas possibilidades futuras" (MÁRQUES, 1996, p. 35), sendo assim, sempre que possível, interrogar as pessoas sobre Allende.

O documentário de Littín e o livro de Gabriel García Márquez foram lançados no mesmo ano de 1986, considerado como o "*año decisivo*" da oposição à ditadura de Pinochet, "eles visavam somar esforços para a resistência aos militares." (SILVA, 2015, p. 215). Mas o documentário não teve uma grande visibilidade pela crítica em seu lançamento, somente depois do atentado à vida de Pinochet que o trabalho do diretor ganha uma maior atenção. Como aponta Silva (2015, p. 2015), a ditadura incendiou quase 15.000 edições do livro de Garcia Márquez sobre a aventura de Miguel Littín em dezembro do "*año decisivo*", em Valparaíso, o que aumentou a fama da experiência do chileno e alavancou o sucesso de vendas em todo o mundo

### **Considerações finais**

O documentário acusa a ditadura, tentando mostrar sua verdadeira face, a não oficial. Ele molda sua abordagem para criar mais empatia com seu espectador e traçar uma via mais pessoal para seu filme. Como diria Marc Ferro (1996, p. 27), o cinema é uma forma de acusar a inutilidade de alguns discursos. E, até mesmo, a partir de uma memória individual, reafirmar as forças de uma memória coletiva silenciada. A memória torna-se fluida e volátil, como pontua Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente *evolução*, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (BARROS apud NORA, 2011, p. 320)

Concomitantemente às gravações do documentário de Littín, historiadores na Europa começavam a se questionar sobre o papel do cinema na História, tanto como fonte histórica quanto como agente histórico. O historiador sempre pensou em como escrever a História, mas, como apontou Ferro, ele esquece muitas vezes de refletir sobre sua função, que está muitas vezes ligada às fontes utilizadas. O cinema é capaz de dar voz aos esquecidos, ao não dito, às "zonas de sombras" e isso é uma função social do ofício do historiador.

A câmera é a cada dia mais acessível. Mais histórias serão contadas, a partir de vidas reprimidas pela hegemonia de memórias e fontes históricas dominantes. A memória está em constante litígio, tentamos aqui não torna-la hegemônica, mas tentar reviver, reinserir e repensar os caminhos sinuosos que ela perpassa pela história. O campo cinematográfico torna-se uma via de luta para os reprimidos assim como um modo de leitura do passado, uma vez que as autoridades sempre tentam tornar o cinema submisso, mas o mesmo afirma-se a todo momento como autônomo.



O que podemos retirar da experiência cinematográfica clandestina de Miguel Littín seria a sua autonomia diante de uma memória hegemônica, mostrando a seus espectadores outras formas de se reviver uma História silenciada. Littín quer ouvir seus entrevistados, mas ao mesmo tempo ele quer dizer a seus espectadores suas angústias e questionamentos. Acima de tudo, quer que o público participe de seu filme como personagens históricos, seja mostrando a face oculta da ditadura ou colocando Allende como alicerce de uma luta unida dos chilenos.

### **Referências Bibliográficas:**

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: Uma Discussão Conceitual. Tempos históricos, volume 15, p. 317-343, 2011.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru, São Paulo: EDUSC, Coleção História, 2004.

CAETANO, Maria do Rosário. Cineastas latino-americanos: entrevistas e filmes. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

FERRO, Marc. História e Cinema. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MÁRQUEZ, Gabriel García. As Aventuras de Miguel Littín Clandestino no Chile. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986.

OLITA, Rúbia; ROCHA, Larissa Leda. Memória, História e Documentário: Delimitações e Interações Conceituais. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió – AL – 15 a 17 de junho 2011.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

SILVA, Alexsandro de Sousa e. A filmografia de Miguel Littín entre o exílio e a clandestinidade (1973-1990), 2015, 284 f. (Tese Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

## As leis de Pinochet no Chile Atual

**Anderson Macena de Souza**

Licenciando

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

E-mail: 00macena@gmail.com

**Resumo:** Nos anos 60 e 70 inspirado pela a revolução cubana os Estados patrocinou militares a tomarem o poder de seus respectivos países, no que talvez tenha sido o ato histórico mais sangrento da história do continente pós-colonização europeia. Brasil, Chile e Argentina se unem não só nas dores e nas perdas dos parentes dos mortos, mas em repressão sofrida e a destruição de suas democracias são pontos em comuns que se juntam aos resquícios presentes nos dias atuais no pós-ditadura.

**Palavras-chave:** Ditadura; Chile; Pós-colonização.

**Resumen:** En los años 60 y 70 inspirado por la revolución cubana los Estados patrocinó a militares a tomar el poder de sus respectivos países, en lo que tal vez fue el acto histórico más sangriento de la historia del continente post colonización europea. Brasil, Chile y Argentina se unen no sólo en los dolores y en las pérdidas de los parientes de los muertos, pero en represión sufrida y la destrucción de sus democracias son puntos en común que se juntan a los resquicios presentes en los días actuales en la post-dictadura.

**Palabras clave:** Dictadura; Chile; Posterior a la colonización.

Durante a ditadura militar chilena, de 1973 á 1990, Augusto Pinochet criou uma nova constituição para Chile e nesta nova carta que regeria a população chilena ele criou leis, decretos de leis e decretos e os tachou como secreto tais leis continuam em vigor até os dias atuais, e quando se vai pesquisar sobre elas no site da biblioteca do congresso chileno qualquer uma dessas leis aparece a seguinte mensagem “LA PRESENTE LEY TIENE EL CARÁCTER DE SECRETA Y POR CONSIGUIENTE, SU TEXTO HÁ SIDO PUBLICADO EM UMA EDICION RESTRINGIDA DEL DIARIO OFICIAL.” (lei ali presentes e, portanto, tem o caráter secreto, seu texto e foi publicado na edição restrita do diário oficial.), no total são 57 leis, 40 decretos de leis e 28 decretos taxados como secretos pela constituição chilena de 1980, algumas dessas leis tiveram seus resumos básicos divulgados por conta da lei da transparência criada no Chile nos anos 2000, dentre essa leis á decretos que beneficiam financeiramente a marinha e as forças armadas chilenas, como os decretos leis abaixo;

- "O Decreto-Lei nº 1.589, de 1976, que autorizou a transferência de 1.017 milhões de dólares em bônus para cima na Marinha"

- "O Decreto-Lei nº 1.599, de 1976, que autorizou a transferência para a Marinha de 150.000 dólares americanos de bônus para policia equipamentos militares e manobras de manipulação."

- "O Decreto-Lei nº 2.576, de 1979, que autorizou o IRS para contratar com o Banco Central do Chile empréstimos até 100 milhões de dólares para a Força Aérea do Chile “.

- "O Decreto-Lei nº 2.822, de 1979, que autorizou o IRS para contratar com o Banco Central do Chile empréstimos de até US \$ 100 milhões para o Exército"

- "O Decreto-Lei nº 2.823, de 1979, que autorizou o presidente a contratar com o Banco Central do Chile empréstimos até 80 milhões de dólares para a Marinha"

- "O Decreto-Lei nº 3.466 de 1980, que autorizou o Presidente da República do tempo para assumir compromissos no exterior até o valor de mil 259 milhões de xelins austríacos ou 640 mil dólares americanos. A finalidade deste decreto-lei, obviamente, não há nenhuma informação.”

- "O Decreto-Lei nº 3.527 de 1980, que prevê que o Tesouro Geral da República irá alocar 50 milhões de dólares para o Ministério da Defesa Nacional, a fim de cobrir a diferença gerada pela aquisição de equipamento militar".

- "Lei nº 18.090, que aloca \$ 100 milhões para o Ministério da Defesa Nacional."

Alem desses decretos de leis os militares imoulseram na transição para democracia a lei de anistia, que segundo os representantes da ditadura não se poderia pensar no futuro se não “esquecessem” o passado e como parte disso o perdão seria dado os membros da ditadura. Outras duas leis repercutem até os dias atuais no Chile e fora dele, principalmente por serem aplicadas com vigor atualmente, são a lei do cobre e a lei de antiterrorismo.

O Chile é o principal produtor de cobre do mundo, no ano de 1958 criou- a lei do cobre, mas durante a ditadura militar está lei foi reforçada e “atualizada” de acordo com os interesses dos militares, dentre essas atualizações foi instituído que 10% da receita total da Corporação Nacional do Cobre do Chile (Codelco) fosse revertida para financiar as forças armadas. Nos dias atuais e segundo uma pesquisa feita pelo Cadem 58% dos chilenos conhecem sabem das leis secretas e deste total 57% é a favor que esta lei seja revogada, ainda segundo a pesquisa 45% dos chilenos pesquisados culpam está lei pela crise financeira vivida na Codelco além da má gestão da estatal. Enquanto sofre com a má gestão de sua estatal os chilenos vivem outra grande controvérsia em território, a lei do antiterrorismo, é talvez a mais polêmica e a mais debatida no país e fora dele, principalmente quando aplicada ao povo Mapuche. A lei do antiterrorismo foi promulgada em 1984, ainda sobre o regime de Pinochet, ela tinha como principal objetivo na época coibir manifestantes contrários a governo militar levando-os a

prisão e como em sua maioria a tortura e a morte, em 1991 quando o país voltou a ser uma democracia essa lei sofreu algumas alterações, removendo principalmente os aspectos ideológicos, mas mantendo alguns pontos controversos e que estavam ligados ao período militar. A lei do antiterrorismo determina que “a conduta terrorista e estabelece a pena, visa a criminalizar a conduta ou delitos terroristas e estabelecer penalidades mais severas do que os crimes comuns. Desde 2010, os estabelece que constituem infrações terroristas o homicídio, lesão, sequestro, rapto de crianças, o envio de carta escrita ou cargas explosivas, incêndio e destruição, infrações contra a saúde pública e o descarrilamento, como desde que o fato está comprometida com o objetivo de vitimar a população ou parte dele é justificado temor de ser uma vítima de crime da mesma espécie, é por natureza e os efeitos dos meios empregados, seja pela evidência de que segue um plano de ataque premeditado uma categoria ou grupo de pessoas, é que ele tem o compromisso de iniciar ou inibir a autoridade resoluções ou impor requisitos.”

Os mapuches são um povo indígena da região centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina. No Chile o povo mapuches luta para que aja a devolução das suas terras ancestrais que no século XIX foi dada pelo estado a indivíduos particulares, essas terras ficam na região do sul do rio Biobío, los rios, Araucanía e los Lagos, esta luta tem causado muitas prisões e revoltas. Os mapuches representam 83% dos cerca de um milhão de índios existentes no Chile, atualmente existem 49 deles acusados ou cumprindo pena por crimes investigados sob a lei do terrorismo, em 2010, 32 mapuches, considerados presos políticos, fazem greve de fome muito por conta que a lei antiterrorismo está sendo aplicada. Em 2013 eles foram acusados de causar um incêndio criminoso que culminou com a morte de um casal de idosos que eram proprietários de um território em que os mapuches reivindicam ser uma parte de suas terras ancestrais, neste caso específico a lei do antiterrorismo não foi invocada, mas um chefe mapuche foi condenado a 18 de prisão. A principal reclamação dos mapuches é que a lei antiterrorista é aplicada a eles de forma injusta e que não respeitam nem os direitos das crianças e adolescentes – como em 2008, onde cinco adolescentes mapuches, menores de 18 anos, tiveram a lei aplicada contra eles -, outra crítica é dentro dessa disputa dos entre mapuches e governo apenas índios tem morrido, como disse Maria Tralcal, representante dos mapuches que fazem greve de fome, em entrevista ao site chileno IPS notícias "Internacionalmente terrorismo é quando as pessoas ameaçam a integridade humana, contra o povo, e até agora nas mãos de um Mapuche não caiu nenhum civil, nenhum policial, os únicos que morreram são irmãos mapuches pela polícia". Por conta da grande repercussão do caso mapuches houve muitas manifestações contrárias a esta lei,

principalmente de pessoas relacionadas aos direitos humanos e éticos, uma dessas pessoas foi José Venturelli, porta-voz do comitê secretariado Europeu de ética contra a tortura – CECT-SE) – que quando esteve no Chile para uma palestra deu a seguinte declaração "Pela Lei do Terrorismo, têm sido capazes de manter a pressão sobre qualquer tipo de protesto (??). Na verdade, legalmente o que eles têm desenvolvido é o que é chamado o direito penal do inimigo", apontando a inconsistência da regra com o sistema democrático, outra declaração contrária a esta lei veio do parlamento chileno, "A capacidade de reunir provas através de testemunhas e especialistas protegidas, que por sua vez suporta a ser dada uma consideração financeira" corrompe a essência das provas e imparcialidade, incentivando informantes "em troca de dinheiro e fabricação teste arbitrária", se colocando contra uma regra a onde uma pessoa pode testemunhar contra os acusados sem mostrar seu rosto e em troca de dinheiro, Tralcal cita um incidente em que procuradores traziam pessoas da Colômbia para depor contra os mapuches sendo que nunca tiveram nenhum contato ou os viram cometer nenhum crime.

Em 2013 quando estava concorrendo à presidência Chile a então candidata Michelle Bachelet fez a seguinte promessa de campanha, que iria convocar uma comissão para mudança na constituição chilena, essa mudança se daria em fases; a primeira fase (que já foi concluída) focaria na formação da população em assuntos cívico-constitucionais, na segunda fase seria de diálogos com o povo chileno de onde se tiraria um conselho de cidadãos para acompanhar as mudanças na constituição garantindo assim a transparência e eficácia do processo e na terceira e última etapa (que este em andamento atualmente) consistiria em uma síntese nacional dos diálogos com os cidadãos, que seriam recorrigidos em um documento e entregue a presidência e base um processo de nova constituição seria formulada e depois de pronto um projeto de lei, entraria no Congresso Nacional do Chile na segunda metade de 2017, com esse plano Bachelet foi eleita e assumiu em 2014 e iniciou tal processo, mas que durante o caminho as etapas atrasaram e data para a entrada do congresso mudou para 2018 quando já teria terminado o atual mandato da presidente gerando assim um grande temor na população que alega que sem ela no comando do país o futuro presidente poderia engavetar este processo deixando o país com a mesma legislação.

### Referências bibliográficas:

Porta da biblioteca del congreso nacional de Chile, DETERMINA CONDUCTAS TERRORISTAS Y FIJA SU PENALIDAD. Disponível em <<HTTPS://WWW.LEYCHILE.CL/NAVEGAR?IDNORMA=29731>>. Acessado em 5 de maio de 2017.

Portal da biblioteca del congreso nacional de Chile, LEY N°. 18024, DE 1981. Disponível em <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238583>>. Acessado em 5 de maio de 2017.

Portal BCC mundo, Los problemas de Chile y su ley antiterrorista. Disponível em <[http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/08/140801\\_chile\\_ley\\_antiterrorista\\_nc](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/08/140801_chile_ley_antiterrorista_nc)>. Acessado em 23 de abril de 2017.

Portal agencia de noticia IPS, La justicia carga herencia de la ditadura. Disponível em <http://www.ipsnoticias.net/2011/05/chile-la-justicia-carga-herencia-de-la-dictadura/>. Acessado em 23 de abril de 2017.

Portal agencia de noticia IPS, Mapuches en huelga de hambre demandan diálogo. Disponível em <<http://www.ipsnoticias.net/2010/08/chile-mapuches-en-huelga-de-hambre-demandan-dialogo/>>. Acessado em 23 de abril de 2017.

Portal Suputinik mundo, La mayoría de los chilenos está em contra de la ley del cobre heredada de la ditadura. Disponível em <<https://mundo.sputniknews.com/americalatina/201609051063272756-chile-dictadura/>>. Acessado em 24 de abril de 2017.

Portal Telesur, ¿Chile ha avanzado en la reforma a la Constitución de Pinochet?. Disponível em <<http://www.telesurtv.net/news/Chile-ha-avanzado-en-la-reforma-a-la-Constitucion-de-Pinochet-20161004-0014.html>>. Acessado em 24 de abril de 2017

Portal Telesur, Leyes de Augusto Pinochet siguen vigentes em Chile. Disponível em <http://www.telesurtv.net/news/Leyes-de-Augusto-Pinochet-siguen-vigentes-en-Chile--20161209-0016.html>>. Acessado em 24 de abril de 2017.

Portal Biobio Chile, Las leyes secretas de la dictadura que siguen ocultas a 25 años del regreso a la democracia. Disponível em <<http://www.biobiochile.cl/noticias/2015/07/15/las-leyes-secretas-de-la-dictadura-que-siguen-ocultas-a-25-anos-del-regreso-a-la-democracia.shtml>>. Acessado em 24 de abril de 2017.

## Memória, história, esquecimento: Repensar a ditadura e a transição no Chile a partir da atualidade dos movimentos sociais e a crise de representatividade do sistema democrático

**Yerko Antonio Aravena Constanzo**  
Magister en Historia  
Universidad de Concepción (Chile)  
E-mail: yerkoaravenac@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho vamos refletir sobre a tensão entre “memória” e “esquecimento” existente nos processos de ditadura e transição democrática desenvolvidos no Chile, em relação aos elementos de continuidade e mudança histórica existente neles. Isso será visto desde os pilares estruturais, os conflitos sociopolíticos e a atividade dos movimentos sociais que constituem dito contexto. Para isso propomos uma análise sobre: I) o esquecimento sistemático dirigido pelos governos chilenos em relação ao passado recente; II) a memória que reinterpreta o período ditatorial para entender as problemáticas sociopolíticas de nosso presente; e III) a historiografia vista como parte daquelas tensões como consequência do processo histórico em curso.

**Palavras-chave:** Memória; esquecimento; ditadura civil-militar; transição; crise de representatividade.

**Resumen:** En este trabajo reflexionaremos sobre la tensión entre “memoria” y “olvido” tras los procesos de dictadura y transición democrática desarrollados en Chile, visto desde los conflictos sociopolíticos, la reactivación de los movimientos sociales y la crisis de representatividad que se enmarcan en dicho contexto. Para ello proponemos un análisis sobre: I) el olvido sistemático impulsado por los gobiernos chilenos en los últimos 27 años como forma de preservación del ordenamiento posautoritario; II) la memoria que reinterpreta el período dictatorial para comprender las problemáticas sociopolíticas de nuestro presente; y III) la historiografía vista como parte integrante de aquella tensión, por iniciativa o como consecuencia del proceso histórico en curso.

**Palabras clave:** Memoria; olvido; dictadura cívico-militar; transición; crisis de representatividad.

### Introdução

O impacto que gerou a ditadura civil-militar implantada no Chile em 1973 fez com que por décadas se silenciasse sobre ela. Durante os anos noventa do século passado, os governos em exercício propuseram a “reconciliação nacional”, baseada no perdão aos agressores e, definitivamente, a impunidade e o esquecimento sistemático. Isso fez com que paulatinamente diminuísse a tensão sobre o modelo implantado na ditadura, respaldado no novo consenso social imposto por um acordo entre os grupos hegemônicos<sup>1</sup>. Apenas no ano de 2003, motivado pelo aniversário do golpe de Estado, começa-se a instalar novamente na opinião pública o debate sobre os Direitos Humanos, mas também com muito ceticismo social; a base social que a direita obteve nos setores médios e populares durante a ditadura, somado a um governo composto por ex-militantes de esquerda que atualmente aderem ao neoliberalismo, debilitaram o debate sobre

---

<sup>1</sup> GODOY, Óscar. La transición chilena a la democracia: pactada. *Estudios Públicos*, N° 74, pp. 79-106, 1999



o tema. Porém, apresentou-se paralelamente um ressurgir progressivo da mobilização social que com o tempo questionou os pilares do modelo vigente com seus cimentos criados na ditadura. Este processo estourou no ano de 2011 com mobilizações de vários tipos, as que, somado aos numerosos casos de corrupção, decantou atualmente no rechaço da cidadania às instituições políticas e à participação no sistema democrático, propiciando uma crise de representatividade ainda em curso<sup>2</sup>.

Dito isso, não é de se estranhar que a produção historiográfica sobre a ditadura tenha aumentado exponencialmente desde o começo do século até o momento, entendendo isso como uma consequência dos questionamentos ao modelo vigente, o ressurgir dos movimentos sociais, a crise política existente e as exigências que a sociedade apresenta à academia. Por isso, propomos uma análise sobre: I) as políticas de esquecimento impulsionadas pelos governos que estiveram buscando gerar omissões na compreensão do passado recente; II) a tensão existente entre a memória que retoma e reinterpreta a experiência ditatorial chilena para explicar e atender às problemáticas sociais do presente; III) a produção historiográfica vista como um terreno de disputa entre ambas arestas e influenciada por aquela dinâmica.

### **Autoritarismo, democracia e a continuidade dos pilares da ditadura**

A ditadura civil-militar que se instaurou no Chile com o golpe de Estado do ano de 1973, tinha pelo menos quatro objetivos centrais: I) Instaurar o projeto de modernização capitalista criado pela direita e o empresariado; II) Devolver a este setor o controle do sistema político e o ordem social; III) Remover aos sectores de oposição, dissolvendo-os para que eles não fossem capazes de disputar o poder; e IV) Instaurar uma institucionalidade política que tivesse segurança do cumprimento dos objetivos anteriores e, fundamentalmente, permitindo sua extensão no tempo<sup>3</sup>. Para atingir isso, foi necessário usar a violência política; pelas condições históricas presentes nos inícios dos anos setenta do século passado –uma esquerda no governo com um importante crescimento eleitoral, um movimento popular em ascensão, aumento da conflitividade social, etc.– isso não poderia ser levado a cabo já que a direita e o empresariado passavam por uma crise de hegemonia e, por extensão, também faltou apoio suficiente para reverter o processo mediante vias constitucionais. Definitivamente, foi um processo de refundação capitalista, que se materializou com uma eficácia projetada após o fim da ditadura,

---

<sup>2</sup> TORRES, Osvaldo. ¿El fin del milagro chileno? Disponível em: <http://nuso.org/articulo/el-fin-del-milagro-chileno/>; Revisado o dia 22 de junho de 2017.

<sup>3</sup> CORVALÁN MÁRQUEZ, Luis. *Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile. Izquierda, centro y derecha en la lucha entre los proyectos globales. 1950-2000*. Santiago do Chile: Editorial Sudamericana, 2001

tanto pela ampla base social construída pela direita ao longo dos 17 anos de regime autoritário, como pelos acordos com a oposição da ditadura que chegou ao governo posteriormente<sup>4</sup>.

Dessa forma, como dito pelo sociólogo Tomás Moulian, as problemáticas do Chile atual têm de ser analisadas mediante a vinculação histórica entre o Chile pós-autoritário com seu passado ditatorial. Particularmente, dito nexos tem ligação com o longo processo em que os civis e militares da ditadura prepararam a continuidade das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais implantadas durante os 17 anos de regime autoritário<sup>5</sup>. Com isso, Moulian quer dizer que, embora haja havido um processo de mudança após o fim da ditadura, este foi somente uma transformação de “forma”, mas não “no profundo”, já que continuam as estruturas fundamentais da ditadura, coartando qualquer possibilidade de gestação de um processo democrático de transformação. Dito de outra forma, foi criado um sistema com matizes democráticos, mas somente reprodutor do disposto pela ditadura e que em sua composição estavam as ferramentas para bloquear qualquer intenção de mudança<sup>6</sup>.

Da mesma forma, durante a década de 1990 desenvolveu-se uma estabilização social pós-ditatorial mediante cinco formas complementares: I) um discurso de reconciliação e superação do passado do que, grosso modo, levantou como forma de resolução de conflitos a ideia de deixar sua abordagem, permitindo a impunidade dos crimes executados por agentes do Estado durante a ditadura; II) a desmontagem da organização social e política populares, ligado ao processo de despolitização e atomização da antiga força social herdada da luta contra a ditadura; III) cooptação de profissionais e dirigentes sociais que durante os anos oitenta do século passado apoiaram a oposição à ditadura, incorporando eles à burocracia do governo ou integrando-os eles à rede de assistencialismo do Estado subsidiário; IV) a criação de novas agências de inteligência estatal substituindo as antigas agências de repressão ditatoriais, mas continuando sua lógica de violência política seletiva; e V) criminalização do protesto social e repressão a grupos e individualidades que foram críticos ou dissidentes àquele acordo entre os novos governos e os líderes da ditadura. Isso constituiu uma “democracia restringida” que

---

<sup>4</sup> GOICOVIC, Igor. la refundación del capitalismo y la transición democrática en Chile. *La Sociología en sus Escenarios*, N° 19, pp. 1-22, 2009

<sup>5</sup> MOULIAN, Tomás. *Chile actual: Anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2002.

<sup>6</sup> MOULIÁN, Tomás. Limitaciones de la transición a la democracia en Chile. *Proposiciones*, N° 25, pp. 25-33, 1994.

permitiu a consolidação e aprofundamento do modelo neoliberal e o decaimento do movimento social<sup>7</sup>.

Isso foi justificado até pelo menos o ano de 2003 –no contexto dos 30 anos do golpe de Estado– mediante duas linhas argumentativas. A primeira delas diz que o legado ditatorial, pelo menos em termos econômicos, foi excepcionalmente brilhante. Embora seja considerado que a violência foi “lamentável”, desde esta perspectiva, o resulta do após o fim daquele processo constitutivo do neoliberalismo no Chile foi positivo. O anteriormente exposto desloca o problema da violência política e o controle social a um segundo plano, e consistente com isso, desconhece deliberadamente o negativo impacto social como consequência das políticas econômicas neoliberais. Isso aconteceu, como diz o sociólogo Felipe Portales, porque a “Concertación de Partidos por la Democracia<sup>8</sup>”, aliança que governou no Chile entre os anos de 1990 e de 2010, passou de criticar a ditadura durante a década dos anos de 1980, a ser os administradores do modelo criado durante esse período e, a partir daquele cenário, deixaram de interpretar ao projeto institucional da ditadura como antidemocrático, para considerá-lo como uma democracia aperfeiçoável, assumindo desta forma a conformação de uma ordem sob as linhas que vinham articuladas desde os líderes civis e militares da ditadura e tomando um papel ativo no aprofundamento das políticas privatizadoras, as restrições democráticas e a impunidade aos crimes contra a humanidade. Nas palavras do autor:

[...] esta visión positiva del modelo económico de la dictadura es la que explica el término de la prioridad y la urgencia en lograr las reformas constitucionales democratizadoras, así como la modificación misma del concepto de democracia. Si ya no se veía como negativa la esencia de la obra económica de la dictadura ¿qué urgencia podía tener una transformación política que además de convertirse en secundaria, iba a implicar múltiples tensiones con la derecha, los grandes empresarios y las cúpulas de las Fuerzas Armadas?<sup>9</sup>

<sup>7</sup> ARAVENA, Yerko y FIERRO, Eduardo. El proceso de “transición a la democracia” como negociación y consolidación hegemónica en Chile: impacto sociocultural en la subalternidad y decaída del movimiento social. *Historia en Movimiento*, N° 2, pp. 68-77, 2013

<sup>8</sup>A “Concertación de Partidos por la Democracia” –também conhecida por “Concertación”– foi uma aliança composta pelos Partido Demócrata Cristiano (PDC), Partido Socialista (PS), Partido Radical SocialDemócrata (PRSD) e Partido por la Democracia (PPD). Foi fundada com o objetivo de ganhar a eleição presidencial de depois do plebiscito com que a ditadura chegou a seu fim. Esta aliança foi condutora do poder Executivo durante 20 anos, entre o ano de 1990 e de 2010. Após perder as eleições de 2010 com a “Alianza por Chile” –representante da direita chilena– a “Concertación” foi auto-dissolvida para criar uma nova aliança que governa no Chile desde 2014 até momento, chamada “Nueva Mayoría”, que reúne a antiga “Concertación”, mais outros partidos políticos, como o Partido Comunista (PC), Izquierda Ciudadana (IC) e o Movimiento Amplio Social (MAS)

<sup>9</sup> PORTALES, Felipe. La inexistencia de la democracia en Chile. *Polis: Revista latinoamericana*, N° 10, pp. 1-15, 2005

Por outro lado, se construiu um discurso para justificar o anteriormente dito, em que foi necessário escrever e narrar uma “História oficial” que omitisse os elementos mais polêmicos daquele pacto entre os civis e os militares. Para isso, o conceito de "reconciliação nacional" foi posicionado, cuja lógica é a seguinte: Para que haja paz, deve haver reconciliação, para que exista reconciliação, deve haver perdão. Isso deixou a porta aberta à impunidade aos crimes praticados pelo terrorismo de Estado acontecido durante a ditadura e, além disso, transferiu a pressão moral às vítimas<sup>10</sup> em vez de aos vitimários, dada sua suposta "incapacidade de superar o passado". Definitivamente, se considera-se que a obra criada pela ditadura é tremendamente positiva e é somado o fato que esta haveria sido impossível de implementar sem as práticas de violência política e controle social ditatoriais, é inevitável que as violações aos Direitos Humanos tenham menos valor para as autoridades daquele momento, considerando-as menos graves e ressignificando-as como de segunda importância, da mesma forma que a possibilidade de transformação do regime pós-autoritário.

### **A tensão entre história, memória e esquecimento no processo pós-autoritário**

Após o fim da ditadura, defendeu-se que ela já havia terminado definitivamente em termos históricos, por isso os governos subsequentes negaram qualquer elemento de continuidade. Dessa forma foi dito explicitamente pelo ex-presidente Patricio Aylwin<sup>11</sup>, quem afirmou após tomar posse de seu mandato que “la transición ya está hecha. En Chile vivimos en democracia” o que abriu momentaneamente um debate nas Ciências Políticas sobre o conceito de transição, mas caindo no que Rodrigo Araya chama como um “‘presentismo’ historiográfico y en autojustificaciones, en especial las realizadas por intelectuales vinculados al bloque de poder gobernante”<sup>12</sup>. Embora as declarações de Patricio Aylwin fizessem referência principalmente à impossibilidade do retorno de uma intervenção militar imediata, nas entrelinhas indica um discurso contraditório em relação às bases democráticas que a mesma aliança de governo tinha definido previamente e, além disso, diz claramente sua visão da

---

<sup>10</sup>Um dos debates nesta comunicação foi sobre o problema do conceito de “vítima”. Diante disso, é muito comum despolitizar o que rodeia aos feitos de violência já que eles são vistos unicamente a partir da perspectiva criminológica, desconhecendo que foi usada como ferramenta de imposição e aqueles que receberam essa violência o foram por defender um ideal e um projeto político de transformação oposto aos interesses dos grupos hegemônicos nacionais e estrangeiros, por isso nem todos se consideram como vítimas. Porém, pensamos que aquela consideração é certa, mas não diminui o valor e importância ao feito de que foram criticados socialmente por não quer participar desta política de reconciliação forçada.

<sup>11</sup>Foi o primeiro presidente da República depois do fim da ditadura e seu período de governo se desenvolveu entre os anos de 1990 e de 1994

<sup>12</sup> ARAYA, Rodrigo. *Del combate a la dictadura a la preservación de la democracia. Movimiento sindical y políticas de concertación social. Los casos de Chile y España (1975-1994)*. Tese (Doutorado em História) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2012.

transição. Seu objetivo era simplesmente o fim da ditadura, mas sem uma mudança real daquilo que vinha por trás dela, menos evidente, mas fundamental para o desenvolvimento do país. Com efeito, o anterior diz de forma explícita que a transição finalizou com a chegada à democracia, portanto, depois disso, não havia muito mais por fazer, terminando assim apenas começados os governos democráticos. Definitivamente, os que foram em seu momento requisitos indispensáveis para a constituição de uma democracia, passaram a ser simples fatores prescindíveis<sup>13</sup>.

No escopo historiográfico o tema da transição continuou sem ocupar as prioridades na produção intelectual; entretanto os historiadores próximos à esquerda refletiram principalmente para fazer uma revisão e reinterpretção da história republicana e do movimento popular chileno, procurando responder por que seu processo de ascensão terminou com uma derrota militar mediante uma ditadura<sup>14</sup>, a direita hegemonizou as interpretações do passado recente. O fato mais evidente sobre isso foi que o historiador Gonzalo Vial Correa<sup>15</sup> –abertamente direitista, conservador e próximo à Junta Militar– foi o responsável por realizar a contextualização histórica do “Informe de la Comisión de Verdad y Reconciliación”<sup>16</sup>. Este diz o que no Chile é conhecido como a “teoria do empate” –equivalente à “teoria dos dois demônios” amplamente significativa nas transições da Argentina e do Brasil– que afirma que todos foram culpados pela crise existente entre as décadas de 1960 e de 1970 por permitir os extremismos de direitas e esquerdas.

Esta visão do processo foi na prática “una medida para repartir ambiguamente las culpas, de forma de provocar un empate imaginario de responsabilidades y un aplacamiento –no carente de hipocresía– de la conciencia de terceros aparente o realmente no involucrados en los

<sup>13</sup> PORTALES, Felipe. La inexistencia de la democracia en Chile, pp. 2-3

<sup>14</sup> PONCE, José y PÉREZ, Aníbal. La revitalización de la historiografía política chilena. *Polis: Revista Latinoamericana*, Vol. 12, Nº 36, pp. 453-476, 2013

<sup>15</sup> Além disso, ele reconheceu ser o autor do *Libro Blanco del cambio de gobierno en Chile* –livro publicado anonimamente com o patrocínio da Junta Militar do Governo –usado pelos militares para justificar o golpe de Estado argumentando uma suposta conspiração da esquerda para realizar um auto golpe de Estado, tomar o poder pela força e assassinar aos militantes dos partidos de direita, a oficialidade das Forças Armadas e dirigentes dos grêmios da oposição ao governo de Salvador Allende. Não obstante, verificou-se pela Justiça e pela historiografia que foi uma montagem. Ver MAGASICH, Jorge. *Los que dijeron NO. Historia del Movimiento de los marinos antigolpistas de 1973* (Vol. I), Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2008

<sup>16</sup> A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* foi o organismo criado o dia 25 de abril de 1990 por Patricio Aylwin Azócar com o fim de realizar uma investigação que fizesse um esclarecimento sobre os fatos acontecidos entre o 11 de setembro de 1973 e o 11 de março de 1990, tempo de duração da ditadura, com o objetivo ultimo de encontrar uma “reconciliação nacional” entre as partes envolvidas diretamente, assim como quem viveu nesse período. É conhecida também como “Comisión Rettig”, por que foi liderada pelo jurista Raúl Rettig.

conflictos del pasado”<sup>17</sup>, além de culpar a sociedade em sua totalidade por não reagir oportunamente e prevenir que aquela crise se desenvolvesse, o que sem dúvida criou um clima de impunidade pois todos –e desta forma ninguém– foram responsáveis pela existência do terrorismo de Estado ditatorial. Isto foi acompanhado de omissões e lacunas que, deliberadas ou não, no concreto enumeraram uma série de violações aos direitos humanos mas sem inquirir sobre quem foram os responsáveis destas, nutrido pelo que foi chamado como “pactos do silêncio” no interior das Forças Armadas e da classe política chilena<sup>18</sup>.

Não obstante, ao reconhecer que existiu repressão contra a esquerda e os setores populares, fez com que poucos anos depois a discussão passasse do campo político ao campo historiográfico, o qual tomou mais força entre a captura de Augusto Pinochet no Londres no ano de 1998 e a comemoração dos 30 anos do golpe de Estado em 2003. Por um lado, um grupo de historiadores publicaram no ano de 1999 o “Manifiesto de Historiadores”<sup>19</sup>, com o qual levantaram uma primeira crítica aberta e formal desde a academia ao processo de esquecimento sistemático que acontecia no país naquele momento, denunciando o que era considerado como uma manipulação histórica em defesa de interesses privados permitido pelo acesso de grupos de direita aos meios de comunicação em massa, cooptação de postos acadêmicos e financiamento desde os centros de poder econômico, o que se manifestou, segundo esses historiadores, numa manobra para legitimar o que era impossível de legitimar: os 17 anos de ditadura e os privilégios econômicos, políticos e sociais de seus gestores.

Segundo aquele manifesto, aquela manipulação pode evidenciar-se em três interpretações históricas fundamentais: I) No relacionado com o período democrático prévio ao golpe de Estado do ano de 1973; II) O processo político ditatorial que começou com aquele golpe de Estado e durou até o ano de 1990; e III) sobre os problemas de direitos humanos e soberania durante e depois daquela ditadura. Concretamente, segundo esta perspectiva, isso foi mais visível e explícito através de três ícones: I) A “Carta a los Chilenos”, escrita por Augusto Pinochet após de ser capturado no Londres, em que diz que a ditadura foi uma “façanha patriótica” e que seus agentes foram “heróis”; II) os fascículos de história publicados pelo citado Gonzalo Vial no jornal *La Segunda*; e III) Nas alegações de civis e militares no Parlamento com relação a problemas de direitos humanos no Chile, no contexto da prisão de Pinochet em

<sup>17</sup> DUTRÉNIT, Silvia y VARELA, Gonzalo. *Tramitando el pasado: Violaciones a los Derechos Humanos y agendas gubernamentales en casos latinoamericanos*. México: FLACSO, 2012

<sup>18</sup> WINN, Peter. El pasado está presente: Historia y memoria en el Chile contemporáneo. *Historizar el pasado vivo en América Latina*, pp. 1-48, 2007

<sup>19</sup> GREZ, Sergio y Salazar, Gabriel. *Manifiesto de Historiadores*. Santiago do Chile: LOM Ediciones, 1999



Londres e em que a direita exigiu a liberação do ex-ditador, fato concretado após ser extraditado da Inglaterra para o Chile sob a promessa de ser julgado no país, o que não aconteceu.

Num extremo oposto, a historiadora Patricia Arancibia, apoiada pelo centro de pesquisa “Libertad y Desarrollo” –ligado à direita chilena– seguiu a linha de Gonzalo Vial e Gonzalo Rojas<sup>20</sup> ao tentar provar em dois livros<sup>21</sup> que a esquerda foi a responsável da “espiral de violência” que caracterizou a história do século XX chileno, particularmente a partir da década dos anos 60, o que finalizou com o “Pronunciamento militar” –um eufemismo da direita para falar da ditadura– de 1973. Esta declaração tem o seguinte teor: I) A violência e o consecutivo aumento dela, foi dada num contexto de abertura sociopolítica e aumento dos direitos sociais, declarando que o aumento da atividade política foi diretamente proporcional ao crescimento do uso da violência social; II) Por isso o golpe de Estado e a subsequente ditadura seriam uma consequência inevitável da crise existente; e III) após o anterior, a esquerda foi a impulsora da crise daquele momento, o que explica a resolução do conflito mediante uma intervenção militar para reordenar o país.

Em geral, os debates historiográficos sobre esta temática que foram desenvolvidos naquele momento, oscilaram entre estas duas interpretações. Porém, a partir do ano de 2003 o cenário político começou a mudar progressivamente. Gradualmente a inação foi abandonada, começando a reaparecer as mobilizações dos “pobladores”<sup>22</sup>, se reativa a mobilização pelas demandas territoriais do povo mapuche e começa uma onda de mobilizações de estudantes cada vez mais maciças e com demandas mais profundas, somado à iniciação, embora de criação lenta e difícil, de um movimento sindical paralelo ao conduzido pelos partidos oficialistas. Por sua

<sup>20</sup> ROJAS SÁNCHEZ, Gonzalo. *Chile escoge la libertad: la presidencia de Augusto Pinochet Ugarte*. Santiago do Chile: Editorial Zig-Zag, 1998

<sup>21</sup> ARANCIBIA, Patricia. *Los orígenes de la Violencia Política en Chile*. Santiago do Chile: Fundación Libertad y Desarrollo/Universidad Finis Terrae, 2001; ARANCIBIA, Patricia. *Los hechos de violencia en Chile: del discurso a la acción*. Santiago do Chile: Libertad/Desarrollo Universidad Finis Terrae, 2003

<sup>22</sup> O conceito de “poblador”, para o caso chileno, é amplo. Faz referência às pessoas dos setores populares que vivem no espaço urbano –trabalhadores, desempregados, migrantes rurais, setores marginados, famílias sem teto, etc.– geralmente ligado ao processo de modernização capitalista que começou a partir da primeira metade do século XX. Podem-se considerar tanto aos habitantes de ocupações, favelas, casas de trabalhadores, entre outras possibilidades do mesmo tipo. O conceito de “Movimiento de pobladores” enfatiza os grupos organizados e mobilizados dentro deste amplo setor popular. Este começou com diferentes ocupações nas principais áreas industrializadas do Chile na década de 1950, mas em seguida tomou outras expressões, como a organização política local, a luta pela habitação digna, grupos de jovens e mulheres organizados territorialmente, etc. Desde o final da década de 1960, converteram-se numa força social importante, e enquanto que com a ditadura não pararam as ocupações e a organização local, estas foram reprimidas e controladas até os anos de transição democrática, e após do fim de século XX começaram a mostrar novas expressões de organização incipientemente autônomas. Ver GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio: El movimiento de pobladores de Santiago. 1957-1970*. Santiago do Chile: LOM Ediciones, 2002; GARCÉS, Mario. *Los movimientos sociales populares en el siglo XX: Balances y perspectivas*. *Política*, N° 43, pp. 13-33, 2004



parte, na atualidade, foram criados diversos movimentos locais contra o extrativismo mineiro e florestal por suas negativas consequências socioambientais, além da articulação de um movimento contra as Asociaciones de Fondos de Pensiones (AFP), instituições privadas que administram a previdência social dos trabalhadores do Chile, o que mobilizou a mais de um milhão de pessoas nas últimas marchas e greves gerais<sup>23</sup>.

Esses movimentos têm em comum que suas demandas surgiram e foram desenvolvidas por problemáticas associadas aos pilares econômicos do neoliberalismo implantado em ditadura, decantando progressivamente numa crítica ou um rechaço ao mesmo. Agora, esta crítica também se reflete num desafeto e desconfiança da população às instituições políticas, representado nas altas taxas de desaprovação às instituições e partidos políticos do país e no crescimento progressivo da abstenção eleitoral<sup>24</sup>, atingindo 65% nas últimas eleições de autoridades, cifra que tem um crescimento constante, sendo essa a mais alta desde que o voto é voluntário no Chile. Por tudo isso, no contexto da comemoração dos 40 anos do golpe de Estado durante o ano de 2013, o discurso oficial que foi construído dez anos antes perdeu sua efetividade e funcionalidade; já não era coerente –com o clima sociopolítico e a vigente crise de hegemonia– dar certeza de que a ditadura trouxe uma melhor economia para toda a população o que deu solução aos problemas econômicos herdados pelo modelo de desenvolvimento econômico anterior.

Sendo assim, respondeu-se com três novos elementos centrais: I) Em quase todas as emissoras de televisão foram expostos múltiplos casos de violações aos direitos humanos, por cerca de quatro semanas, com depoimentos de vítimas, reabertura de casos de violência política fechados pela justiça e prisão de alguns membros das agências repressivas da ditadura; II) mudou o discurso de interpretação sobre ela: já não era vista como algo positivo, mas sim como um período “escuro”; III) Porém, metodologicamente se fez revisão mediante a particularização da violência, quer dizer, a sobre-exposição de vítimas e vitimários, mas sem fazer uma maior análise a respeito e omitindo a direta relação da violência ditatorial com o projeto político, econômico, social e cultural neoliberal.

---

<sup>23</sup> GARCÉS, MARIO. *El despertar de la sociedad. Los movimientos sociales de América Latina y Chile*. Santiago do Chile: LOM Ediciones, 2012; MAYOL, Alberto; AZÓCAR, Carla. Politización del malestar, movilización social y transformación ideológica: el caso "Chile 2011". *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, Vol. 10, Nº 30, pp. 163-184, 2011.

<sup>24</sup> MONSÁLVEZ, Danny. Chile reciente. crisis de representatividad y legitimidad: un análisis en clave gramsciana. *Derecho y Humanidades*, Nº 20, pp. 279-297, 2012

Da mesma forma, ainda são omitidas as várias expressões de violência implantada pelo Estado durante a pós-ditadura e os negócios que cruzam as alianças políticas que administraram até o momento o modelo, o que é individualizado, atenuando uma corrupção que hoje em dia é conhecida publicamente, mas sem maiores implicações legais, embora com uma sanção social expressada na negação por parte importante da população a participar no sistema eleitoral, o que tem resultados contraditórios: tem destruído de uma forma importante a confiança e apoio a aqueles grupos dominantes, mas eles continuam a manter o controle sobre o poder político.

A propósito disso, o cenário acadêmico mudou entre os anos de 2003 e de 2013. Aqueles e aquelas que haviam começado pesquisas sobre estas problemáticas a partir do final do século XX, no ano de 2013 já dispunham de avançados e numerosos trabalhos a respeito, junto a uma nova geração de historiadores que começaram a dar uma maior atenção às problemáticas próprias da ditadura e transição. Desta forma, se pode observar uma diversidade de disciplinas contribuindo à história recente do Chile, liderados principalmente pelo jornalismo investigativo e sociologia, além de outros trabalhos focalizados nos aspectos biográficos e memórias militantes<sup>25</sup>. Junto a isso, foram desenvolvidos nos últimos anos alguns centros de estudos que além de analisar sistematicamente o modelo neoliberal de uma maneira crítica, vários deles têm vinculação com movimentos políticos e sociais<sup>26</sup>.

Esses centros de pesquisa –e outros grupos e individualidades– compostos interdisciplinarmente por historiadores, advogados, economistas, cientistas políticos e sociólogos –entre outros– surgem nesse contexto de reativação e progressiva re-politização do descontentamento social e os novos discursos de esquecimento dos governos em exercício. Seu trabalho principal tem sido dar embasamento técnico, teórico e científico a várias das consignas dos movimentos sociais e, em alguns casos, chegam a propor algumas reivindicações mais profundas. O anterior tem um valor interessante sendo que, a dar profundidade, maior conteúdo e cientificidade às demandas sociais, estas têm conseguido se instalar na opinião pública, nos meios de comunicação em massa e a geração de debate, o que tem sido impossível de evitar pelas autoridades políticas inclinadas ao modelo neoliberal, em que adicionalmente, diversos

<sup>25</sup> MONSÁLVEZ, Danny. La Historia reciente en Chile: Un balance desde la nueva historia política. *Historia* 396, Vol. 6, Nº 1, pp. 111-139, 2016

<sup>26</sup>Entre eles se destacam: *Fundación Sol*, focalizada nos estudos sobre matérias trabalhistas; *Nodo XXI* não tem uma ênfase declarada, mas sua maior atenção tem sido no sistema educacional chileno. *Estudios Nueva Economía* (ENE) tem uma focalização no estudo dos pilares econômicos do sistema neoliberal chileno mostrando algumas das injustiças que causa. *Fundación Crea* tem uma ênfase multifacetada, pesquisando diversas problemáticas sociais e ambientais.

cientistas sociais tiveram a oportunidade de se apresentar na televisão pública e até mesmo criticar às autoridades por seu silêncio ante a relação direta entre o neoliberalismo, a institucionalidade política vigente e os problemas sociais não resolvidos.

## Conclusões

Isso nos permite emitir algumas conclusões. Em primeiro lugar, embora após o fim da ditadura existisse uma mudança na “forma” de governar ao país, pois efetivamente são outras as lógicas de organização administrativas e quem as dirigem, isso não foi junto a uma transformação no “pano de fundo” dos pilares neoliberais desenhados pelos militares e – sobretudo – os civis da ditadura. Por isso, mais do que uma ruptura ou um período de transição real e efetiva, o que podemos ver é um período pós-autoritário de continuidade histórica das estruturas autoritárias fundamentais. Dito de outra forma, considerando as questões levantadas pelo historiador Manuel Gárate<sup>27</sup>, o processo que é aberto a partir do ano de 1990, não é mais que a continuação do mesmo grande processo de transformação radical da sociedade chilena começado em 1973 com o golpe de Estado, mas executado mediante outros meios.

Em relação à mudança discursiva sobre a ditadura pelos grupos dominantes no contexto do ano 2013, podemos dizer que a sobre-exposição da violência política ditatorial pode ser vista como uma forma para distrair a atenção das problemáticas associadas e no abordar sua relação como o sistema neoliberal no Chile. Desta forma, não se fala da violência como uma ferramenta para impor, consolidar e aprofundar o projeto da ditadura, mas sim como uma série de “excessos” vistos de maneira despolitizada e individualizada. Além disso, se sustenta implicitamente uma valorização do sistema democrático vigente mediante a sua desvinculação de seus problemas com a herança autoritária e, desta forma, desconecta as demandas sociais e a crise política com o modelo neoliberal para que este último não seja questionado.

Porém, a partir da segunda metade da primeira década deste século, começou a configurar-se gradualmente uma crise de hegemonia: desmorona-se o mito de fundação da democracia “na medida do possível” – frase característica dos primeiros governos da pós-ditadura –, os atores sociais retomam o espaço público para manifestar seu descontentamento, as demandas passaram da reivindicação particular a criticar os pilares do modelo neoliberal e também começam a surgir, embora muito recente para ter um maior apoio popular, as primeiras alternativas políticas mais claras para substituir àquela velha classe política. Entretanto, isso

---

<sup>27</sup> GÁRATE, Manuel. *La Revolución Capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012

está cruzado por um processo interessante: a desconfiança aos partidos políticos, sua negação para mudar o legado ditatorial e a elevação dos problemas sociais, tem mobilizado a vastos setores com uma autonomia relativa ou liderados em alguns casos por movimentos que desconhecem ou condicionam sua participação na política formal, propondo novas formas de pensar e fazer política.

Finalmente, grande parte dos historiadores estiveram relativamente à margem do debate por questões epistemológicas, metodológicas e ideológicas. Aqueles que dedicaram seu trabalho a abordar aspectos de nosso passado recente ainda não podem superar as barreiras interpostas para o estudo do presente histórico, como são argumentos sobre a falta de objetividade, a distância temporal o a suposta necessidade de neutralidade, ideias que permanecem fortemente usadas para deslegitimar este tipo de pesquisa sobre a história do Chile. Não obstante, a atividade dos movimentos sociais e suas demandas cada vez mais profundas, acompanhado da evidente crise de legitimidade que está acontecendo no país, têm permitido que esta historiografia vá tomando um lugar importante na reflexão atual, obrigando a aproximação das diferentes disciplinas das ciências sociais e que estas pouco a pouco vão quebrando as fictícias divisões entre elas.

## ST 14 - O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)

Lucas Samuel Quadros  
Doutorando em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[lucassquadros@yahoo.com.br](mailto:lucassquadros@yahoo.com.br)

Ana Tereza Landolfi Toledo  
Mestre  
Universidad de Salamanca  
[landolfiat@gmail.com](mailto:landolfiat@gmail.com)

Adriano Soares Rodrigues  
Graduado em História - Mestrando em História  
Universidade Federal de Viçosa  
[adrianosrodrigues88@gmail.com](mailto:adrianosrodrigues88@gmail.com)

Wéllington Rodrigues e Silva  
Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - Mestrando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[wrsdivmg@hotmail.com](mailto:wrsdivmg@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

O presente simpósio temático objetiva promover debates sobre trabalhos que se debruçam no entendimento do século XIX no Brasil, tendo como marco temporal o período que estende a crise do sistema colonial à crise do Estado monárquico brasileiro, bem como a crise do sistema escravista (1808 – 1889).

Compreendendo o século XIX como um período de grandes transformações para o Brasil, observa-se o notável o crescimento da produção historiográfica sobre o período, tendo em destaque, os temas da crise do absolutismo monárquico na América, a transição da Colônia para o Império, o traslado da família real portuguesa à Colônia, a formação multifacetada da nação, assim como a as formas de administração e autonomias locais, a independência do Brasil, as rebeliões regenciais, o código comercial de 1850, processos políticos e sociais que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República.

Em suma, trata-se de um período permeado de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, que tem sido amplamente revisitado pela historiografia atual. Desta maneira, objetiva-se aqui, reunir trabalhos que tratem das seguintes temáticas: a) organização social do trabalho e reorientações econômicas: envolvendo escravidão, abolição, trabalho livre e imigração; b) disputas políticas: fim do sistema colonial e império luso-brasileiro,

republicanismo, democracia, atuações administrativas regionais e entre as nações; c)cultura letrada: pensamento ilustrado, ideologização do progresso, academias de ciências e instrução escolar; d)cultura popular e sociabilidades: festividades, religiosidades e vida privada. Tratando-se de um espaço de trocas de experiência acadêmica com diferentes propostas e objetos de pesquisa, agregados pelo fio condutor do estudo do século XIX no Brasil, acredita-se que o Simpósio Temático “O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)” contribuirá de forma positiva para dar novas perspectivas as pesquisas acerca do oitocentos no Brasil. Assim sendo, a principal finalidade deste simpósio é promover o debate acerca do contexto, buscando intercambiar conhecimentos e reexames da produção historiográfica sobre o século XIX nos últimos anos.

## Fugas de escravos: quebra e reconstrução de laços familiares e afetivos (1871-1888)

**Adriano Soares Rodrigues**

Graduado em História

UFV

E-mail: [adrianosrodrigues88@gmail.com](mailto:adrianosrodrigues88@gmail.com)

**Resumo:** No presente trabalho apresentaremos um estudo de caso de escravos que optaram pela fuga do cativo como maneira de reconstrução de laços familiares e afetivos ou pelo restabelecimento de direitos perdidos ocasionados pela sua venda ou transferência de cativo. Analisaremos alguns anúncios de fugas publicados em periódico de três localidades distintas, no final do século XIX (1871-1888): Ouro Preto, Juiz de Fora e São Paulo. Apresentaremos alguns casos que podem ser interpretados como ação frente à previsibilidade da ruptura de laços ou perda de direitos causados pela lógica interna da escravidão.

**Palavras-chave:** Escravidão; Fuga de escravos; Família escrava; Século XIX.

**Abstract:** In this paper we will analyze a case study of slaves who chose to escape from captivity as a way of reconstructing family and affective ties or for the restoration of lost rights caused by their sale or captivity's transference. We will analyze some announcements of fugues published in some periodical of three different locations, at the end of the 19th century (1871-1888): Ouro Preto, Juiz de Fora and São Paulo. We will present some cases that can be interpreted as action against the predictability of the rupture of ties or loss rights caused by the internal logic of slavery.

**Keywords:** Slavery; Escape from slaves; Slave family; 19th century.

A historiografia sobre escravidão negra no Brasil vem estabelecendo debates sobre o caráter da escravidão pelo menos desde o início do século passado. Discussões que versaram sobre o paternalismo como regente da relação senhor/escravo foram atacadas por aqueles que defendiam o extremo oposto. A percepção da violência sistêmica como o principal motor daquela relação acabou por transformar o escravo em um indivíduo ausente de vontade própria, as ações individuais e coletivas seriam respostas diretas aos estímulos cruéis da instituição escrava, para tanto, a *rebeldia* escrava percebível em suas diversas formas seria o gatilho que tornaria o *escravo-coisa* em *humano*. O debate prosseguiu e visões menos cristalizadas pelos determinismos *paternalista* ou *materialista ortodoxo* ampliaram o escopo da relação senhor/escravo, dando a ela um caráter mais complexo. Num espaço permeado por negociações, resistências e acomodações, a ação dos mancipios passa a ser encarada como uma forma de expressão da autonomia. A partir desta abordagem, tanto nos casos de manutenção de relações paternalistas dentro do sistema, criação ou estabelecimento de sociabilidades como a famílias e irmandades, quanto nos casos de busca pela alforria, rebeliões, assassinatos ou fugas, são interpretados como ações motivadas e estabelecidas dentro dos próprios termos e vivências dos indivíduos, portanto, uma ação política consciente.



Assim como nas pesquisas sobre a relação senhor/escravo, as análises sobre ações específicas de rebeldia escrava foram ampliadas sob um prisma mais complexo. Dentro desta lógica, as fugas, como ações pontuais, poderiam apresentar diversas nuances do descontentamento com a condição cativa, desde uma forma de acomodação e negociação do escravo com seu proprietário (fugas reivindicatórias<sup>1</sup>) até o pretense rompimento da relação senhor/escravo e consequente resistência direta à instituição escrava.

Atentando-se principalmente para a formação de quilombos, a evasão do cativo foi vista pela historiografia, pelo menos até meados da década de 1970, como uma forma de reconstrução e estabelecimento de novos laços entre os escravizados na tentativa de se criar uma nova África no Brasil. Utilizando-se da premissa que esta forma de resistência sempre esteve presente, tanto período colonial quanto no imperial, generalizaram e desconsideraram as possibilidades de inserção social geradas por uma sociedade mais urbanizada e diversificada no último quartel do século XIX, em relação ao período colonial. Foram excluídas da análise aquelas que objetivavam o questionamento interno da ordem escravista, forçado pelos fugitivos.

Esta última visão, trazida ao debate pela historiografia mais recente, também estabeleceu uma distinção entre dois tipos de fugas. A *petit marronage* e a *grand marronage*, conceitos utilizados por Gabriel Debien<sup>2</sup>, Eugene Genovese<sup>3</sup> e boa parte da historiografia sobre escravidão no Caribe e Estados Unidos na década 1970, ganharam fôlego nas produções que versavam sobre o Brasil nas décadas seguintes. A *petit marronage* refere-se às escapas de curta duração, uma saída mais prolongada que usual onde o escravo poderia vivenciar uma liberdade temporária, porém, retornaria em seguida. Já a *grand marronage* é definida pela a evasão definitiva, seja ela para fora ou dentro do sistema, nestes casos o fugitivo não estaria tentando alguma forma de negociação que previsse seu retorno, seu objetivo era cortar relações com seu senhor abandonando o cativo.

Ao tratar das fugas que ocorreram ao final do século XIX na região de Campinas, Ademir Gebara argumenta que as fugas de pequena duração foram mais frequentes que as prolongadas. O autor analisou o caso da Fazenda São Pedro por meio de registros feitos em um diário, no qual em dez anos de anotações foram encontrados, apenas, trinta tentativas de fugas.

---

<sup>1</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 62-70.

<sup>2</sup> DEBIEN, Gabriel. *Marronage in the French Caribben*. In: PRICE, Richard. *Marron societies: rebel slave communities in the Americas*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1979.

<sup>3</sup> GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra, 1988.

Argumenta que “a expressão ‘tentativa’ é usada porque em quase todos os casos essas fugas eram de apenas um ou dois dias, com retorno em seguida.”<sup>4</sup> Estas ausências curtas não seriam ocorrências raras nos fins de semana. A pesquisa de Gebara nos possibilita perceber as reações dos senhores às escapadas. As de curta duração contariam com certo nível de consentimento do proprietário, porém, quando elas se tornavam mais prolongadas e a impossibilidade de retorno do cativo começava a se tornar mais nítida, algumas medidas eram tomadas na tentativa de reaver o fugitivo. Tais medidas iniciariam com recuso a interpelações pela vizinhança, depois outros *escravos* ou capitães seriam mandados a procura do prófugo um destino presumível. Esgotadas as possibilidades de captura por meios próprios ao domínio do proprietário, empregasse o último recurso, a publicação do anúncio de fuga. Esta última medida transforma a *tentativa* em um proeminente abandono do cativo. Nossa análise versa especificamente sobre os casos de fugas publicadas, portanto, empreitadas onde o proprietário do cativo não via mais a possibilidade do retorno espontâneo.

Verticalizaremos nosso olhar sobre alguns casos particulares, que nos possibilitam perceber os anseios dos cativos ao utilizar da fuga como uma maneira de se esvaír do sistema. Para facilitar a análise, categorizamos a ato da fuga em estágios. São eles: primeiro estágio, a *motivação*, pode estar relacionada ao retorno à procedência ou antigo senhor, à busca por laços familiares ou à possibilidade de ocupar um lugar no mercado de trabalho livre; segundo estágio, o *planejamento*, são os indícios apresentados que nos possibilitam perceber quais passos o escravo tomou antes de se tornar um foragido como, por exemplo, quais objetos levou na fuga; terceiro estágio, a *execução*, a fuga em si, onde identificamos se houve ou não ajuda na fuga (de livres ou de escravos), sua relação com a sociedade livre ou escrava, se foi uma empreitada individual ou coletiva, bem como, a direção tomada pelo cativo; e, por último, as *estratégias de permanências*, ou seja, as maneiras pelas quais os cativos procuravam se manter em fuga como, se passar por livre, infiltrar-se no mercado de trabalho, mudar de nome ou portar documento/carta de liberdade falsos.

Sob influência de uma historiografia mais recente, pretendemos ampliar a questão das fugas para além dos limites impostos pela premissa de que se trataria de uma resposta à violência sistêmica. Não queremos, contudo, diluir o caráter violento da instituição escrava. Os casos de fugas *motivadas* pelos maus tratos, péssimas condições de sobrevivência, alimentação, castigos e excesso de violência - que extrapolaria a questão física - não foram raros. Também

<sup>4</sup> GEBARA, Ademar. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p. 128.

não foram escassos os casos de prófugos reincidentes, tão logo presos e castigados pela sua tentativa de empreitada tornavam a evadir-se do cativo, em vários casos, levando presos ao corpo os objetos e artefatos que os castigavam. No entanto, as *motivações* das fugas extrapolam a questão do castigo. Como indicam João José Reis e Eduardo Silva

Dos primórdios da colonização até a década de 1870, mais ou menos, isto é, sob a vigência do paradigma ideológico colonial, a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados. Existia em cada escravo ideias claras, baseadas nos costumes e em conquistas individuais, do que seria, digamos, uma dominação aceitável. (...) A quebra do acordo podia coincidir com o uso da chibata, mas nem sempre a chibata foi um fator determinante.<sup>5</sup>

Sabemos que os anúncios de fugas eram uma produção que parte do ponto de vista do proprietário, portanto, reproduz a lógica escravista. No entanto, eles nos permitem, mesmo que subjetivamente, estabelecer algumas hipóteses sobre o que motivou a evasão. No processo de análise dos anúncios foram identificadas quinze motivações distintas, algumas imbricadas e inter-relacionadas, outras isoladas. A transferência de cativo, ocasionada pela venda, foi representada em diversos casos onde os prófugos direcionavam-se para a casa do antigo proprietário, para o local onde já trabalharam em empreitadas ou onde eram “muito conhecidos”, assim como, aqueles que intentavam a reconstrução de laços familiares. Alguns anúncios não traziam informações sobre o provável destino, mas indicavam claramente que aquele escravo tinha sido adquirido recentemente, portanto, o fator motivador foi a mudança gerada pela venda. No entanto, englobar todos estes fatores em uma única categoria poderia eliminar as possibilidades de percepção das nuances da fuga. Focaremos nossa análise em uma das motivações que levaram alguns escravos a optar pela fuga como forma de vivenciar a liberdade: a reconstrução ou construção de laços afetivo-familiares.

A fuga ligada à questão da família escrava esteve mais relacionada com a tentativa de *reconstrução* de laços familiares quebrados pela mudança de cativo, que ao abandono do cativo *em família*. A maioria dos anúncios trazia publicada evasão de escravos solteiros e do sexo masculino. Os casos em que uma família fuge do cativo ocorreram, mas com uma incidência bem menor que as tentativas de reconstrução individual de laços.

Existe uma tendência na historiografia em relacionar a fuga acompanhada de filhos apenas ao gênero feminino. Como no caso da escrava Leopoldina, de 30 anos, que evadiu da

---

<sup>5</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 67.

fazenda Pouso Alegre, região de Juiz de Fora, levando seu filho de 8 anos, o pardo Bento.<sup>6</sup> Já Margarida, fula de 30 anos, fugiu da casa de seu proprietário na cidade de São João do Rio Claro, em São Paulo, juntamente com seu filho de 12 anos, que era bem parecido com a mãe. O anúncio ainda menciona que seu filho André a chama pelo apelido de Ida e alerta aos leitores para terem cuidado no trato com a cativa, pois seria muito artilosa e naquele momento inculca-se liberta.<sup>7</sup> Um caso particular poderia servir como exemplo da argumentação que a fuga com a prole estaria vinculada a uma questão materna.

Em julho de 1876, Joaquim Sampaio Góes publicou<sup>8</sup> a fuga de seu escravo Rufino, que havia evadido de sua fazenda no município de Campinas há três anos. Rufino era um cativo oriundo do norte do Império e um dos raros casos de fugitivos casados. Seu proprietário alerta que ele poderia estar preso em alguma cadeia da província ou trabalhando em qualquer construção de linha férrea. O ponto curioso deste prófugo é que, apesar de ele ser casado com uma escrava da mesma fazenda, por nome Mariana, ela não o acompanhou na empreitada. Chama mais ainda atenção o fato de Rufino ter deixado sua esposa na fazenda, deixando também uma “filhinha”. O incentivo à construção de laços familiares dentro do ambiente do cativo teria sido uma maneira de fixar a escravaria, de certa forma, um dos contornos na tentativa de controle social por parte dos proprietários. Quando algo ameaçava a união destas famílias elas optariam pela fuga como uma forma de manter a continuidade destes laços. Poderia ser o caso do casal José e Manuella. Pertencentes ao cônego José Victoriano de Souza Azevedo, no município da Limeira, o baiano José, de 30 a 40 anos e que possuía um sinal na testa, evadiu juntamente com sua esposa Manuella, de “feições miúdas”<sup>9</sup>. No entanto, este não parece ser o caso de Rufino. É possível que sua fuga foi motivada por outro fator, não relacionado a questão familiar, ou mesmo, pode significar que o ambiente do cativo, naquele momento, fosse mais seguro a sua filha e esposa que uma empreitada incerta. Talvez, o fato de Mariana e sua filha não terem acompanhado Rufino esteja ligado a percepção de que as chances de obtenção da liberdade fossem mais certas por meio da alforria.

Em contraste com o caso de Rufino e sua esposa Mariana, os escravos Francisco e Rita, abandonaram o cativo levando seus três filhos ingênuos. O anunciante, que oferece a recompensa de 200\$00 pela captura dos dois, enfatiza a notícia obtida por ele de que a família

<sup>6</sup> *O Pharol*, 13 de Jun. de 1877, número 45, p. 3.

<sup>7</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 3 de Abr. de 1879, número 1235, p. 3.

<sup>8</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 18 de Jul. de 1876, número 440, p. 3.

<sup>9</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 de Dez. de 1876, número 564, p. 3.

andava pelos lados da cidade de São Paulo onde havia encontrado quem os acoutasse ali.<sup>10</sup> Neste caso, parece nítido que a possibilidade de ter um destino mais certo e com um pouco mais de segurança garantida pelo acobertamento de outras pessoas abre o espaço de possibilidades de sucesso para a fuga em família.

O acoitamento por parte de membros da família também estiveram presentes nos anúncios. Nestes casos, a reconstrução de laços familiares soma-se a possibilidade de proteção. Os prófugos Barnabé<sup>11</sup>, “cabra bem feito de corpo”, e sua esposa Marcolina, que aparentava “não ser bem ladina”, abandonaram o cativo levando consigo seus dois filhos “ingênuos, Antonio de 7 anos, bem mulato e Celestina, de 1 ano mais ou menos.” O proprietário, morador em Ponte Nova, município de Itatiba (São Paulo), adverte que nenhum deles possuíam sinais de castigo e afirma ter recebido notícia de que a família havia fugido há três meses e que foram avistados em São João do Atibaia, posteriormente, teria chegado informações de que eles haviam estado em Santo Antônio da Cachoeira, o anunciante atenta-se para a existência de parentes do casal naquele município. Por esta razão supõe que eles se encontrem no “bairro do Selado”, localidade onde moravam seus parentes.

A maioria dos anúncios de fugas eram de empreitadas de escravos solteiros e do gênero masculino. Porém, a questão familiar ainda continua a ser um motivador das evasões. A questão agora não é a fuga com a família, mas em direção a ela. Assim, a motivação passa a ser vista como uma forma de *reconstruir* laços familiares.

A lavadeira Anna, de 40 anos, fugiu da casa de seu senhor, em Serra Negra para o município de Ytu. O anunciante informa que a referida escrava foi comprada ao sr. Luiz Galvão, morador em Salto do Ytu, localidade muito próxima ao destino de Anna. Porém, o que mais chama a atenção é a constatação de ela teria filhos forros morando naquele local. No entanto, o autor indica não ter certeza sobre a informação de que seus filhos seriam forros.<sup>12</sup> De qualquer forma, parece que Anna abandona a casa de seu proprietário na tentativa de ficar mais próxima aos filhos, supostamente forros.

Caso semelhante, a fuga de Joaquim foi anunciada por 100\$000 réis, dois meses após sua ocorrência em janeiro de 1883, na fazenda Brejaubas, em S. José do Chopotó pertencente ao município de Piranga (Minas). Pardo de 30 anos, Joaquim era um hábil tocador de tropa,

---

<sup>10</sup> A *Província de São Paulo*, São Paulo, 1 de Set. de 1883, número 2536, p. 3.

<sup>11</sup> A *Província de São Paulo*, São Paulo, 8 de Nov. de 1883, número 2591, p. 3.

<sup>12</sup> A *Província de São Paulo*, São Paulo, 27 de Out. de 1878, número 1107, p. 3.

sabia arrear, ferrar animais e “atalhar bem cangalhos”, além disso, o anunciante declarou que o fugitivo “gostava muito de montar animais bravos”<sup>13</sup> e que por isso seria inclinado a domá-los. Anunciante declarou estar desconfiado que Joaquim evadiu-se para os lados de Santo Amaro (atual Santo Amaro de Minas) “aonde tem sua mãe e irmãos”. Em um novo anúncio<sup>14</sup>, publicado um mês após o primeiro, o proprietário, Francisco Gonçalves Couto, informa que além de possuir parentes naquele possível destino, o escravo pertenceu a Mariano Teixeira, morador daquela cidade, onde o escravo havia sido matriculado. Portanto, sua fuga objetivaria o restabelecimento de laços anterior a mudança de cativo. Da mesma forma, o escravo Custódio, de 46 a 50 anos e que desenvolvia as atividades de falquejador, ferrador e “todo mais serviço”, abandonou a fazenda Ipiranga, em Juiz de Fora, e seguiu em direção a seus parentes. O anunciante supõe que o cativo rumou em direção a Sabará “de onde é filho e tem ali mãe e irmãos.”<sup>15</sup>

O “avalentado” Estavam, carpinteiro “ordinário”, porém, um bom carreiro e ótimo nos serviços de roça, fugiu da fazenda de seu proprietário, na comarca de Mogy-mirim (São Paulo) em outubro de 1878. Sofreu pena de castigo imposta pelo júri de Pouso Alegre, razão pela qual o anunciante adverte o leitor sobre a presença de cicatrizes. Seu proprietário, Francisco Libanio de Salles Bueno, indica que o escravo seria “crioulo do Tambahú, adeante Casa-Branca, ou das Cóvas adeante da Franca, tendo parentes nestes logares, onde desconfia-se estar acoutado.”<sup>16</sup> Apesar da incerteza sobre o local de naturalidade do escravo, seu proprietário orienta a população leitora sobre o seu possível acoitamento nos dois supostos locais de origem do cativo. Nestes últimos casos analisados, podemos perceber que a fuga poderia ter sido *motivada* pela reconstrução de laços familiares, que serviriam também como uma forma de *estratégia* para permanecer longe do cativo.

Motivada pela reconstrução dos seus laços, a cativa Custódia, que possuía “um semblante um pouco carrancudo quando está séria”<sup>17</sup> e sabia “lavar, engomar e cozinhar”, estava em sua segunda fuga. O anunciante afirma que na primeira empreitada ela abandonou o cativo, no Taboleiro do Pomba (Minas), e foi em direção à Juiz de Fora, porém, foi capturada no distrito de Chapéu das Uvas. Em seguida, Custódia torna a fugir. Nesta segunda escapada, seu proprietário demora quatro meses para publicar o anúncio. Nesse intercurso, entre a fuga e

<sup>13</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 22 de Mar. de 1883, número 144, p. 4.

<sup>14</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 12 de Abr. de 1883, número 144, p. 4.

<sup>15</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 13 de Jun. de 1877, número 45, p. 3.

<sup>16</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 19 de Nov. de 1879, número 1423, p. 3.

<sup>17</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 10 de Fev. de 1876, número 12, p. 3.



o anúncio, José Martins de Moura afirma que ter recebido notícias sobre seu paradeiro. A prófuga teria sido vista no distrito do Piauí, “onde tem irmãos e padraço” e segue com a suspeita de ela estar por “ali homizada”.

Ainda sobre a questão familiar encontramos um caso específico onde alguns laços teriam sido estabelecidos após a fuga, portanto, a pretensa efetivação dos mesmos também poderiam ser fatores *motivadores*. Acostumado a fugir e sempre mudar de nome para não ser identificado, o escravo Braz preparou-se bem para sua nova fuga, levou em uma “mala de algodão riscado, calça de brim riscadinho, camisa de chita e ceroula ordinária.”<sup>18</sup> Em sua última evasão, da fazenda Lagoa em Mercês do Pomba (Minas), o escravo havia conseguido ficar oito meses escondido em Santa Rita do Ibitipoca. No entanto, foi preso quando seguia para Caratinga. Braz, seguia em companhia de uma “família preta” (não fica claro se ela seria livre, liberta ou escrava), ele não pertencia aquela família, não buscava restabelecer laços com sua estrutura originária. A particularidade do caso reside nos objetivos de Braz, o anunciante deixa claro que as pretensões do fugitivo era se casar com uma “creoula da mesma família”. A interrupção dos seus planos, ocasionados pela captura, foi apenas passageira. *Motivado* pela construção de novos laços, o escravo preparou sua mala e tornara a fugir mais uma vez, com destino a sua pretensa amásia. As pretensões do fugitivo se tornam mais efetivas quando o anunciante alerta aos leitores e seria muito provável que ele tenha procurado ir para Caratinga ou Santa Rita do Ibitipoca, na tentativa de localizá-la.

Outro caso particular nos possibilita visualizar a pressuposta busca pelo restabelecimento de parentesco, mas nesse caso o fugitivo teria sido “*aliciado*”. O escravo Antônio, pertencente a Sra. D. Thereza Perpetua de Jesus Ferreira e Filhos moradora em uma fazenda de Ponte Nova (Minas), era “inclinado a batuques e tocador de viola”, trabalhava em carapina e nos serviços de roça. O anúncio traz a suposição de que ele teria fugido para Abre Campo ou Carangola, onde tinha parentes. O fator que determina a diferença da fuga de Antônio das outras que também estavam ligadas à família é o papel que o anunciante dá a ação dos seus parentes. Antônio fugiu para próximo da família, porém, ele teria sido “seduzido por parentes que lá tem.”<sup>19</sup>

Aliciar alguém significa que um terceiro agente atua propositalmente sobre um indivíduo, supostamente, desprovido de vontade ou capacidade de julgamentos próprios com

<sup>18</sup> A *Província de Minas*, Ouro Preto, 28 de Nov. 1886, número 393, p.4

<sup>19</sup> A *Província de Minas*, Ouro Preto, 14 de Nov. de 1883, número 175, p.4



intuito de fazê-lo agir de maneira que extrapole sua previsibilidade usual, ou seja, alguém o influenciaria a tomar certo caminho. Apesar de termos utilizado uma palavra derivada do verbo *aliciar*, o verbo utilizado pelos anunciantes quando tratavam desta questão era *seduzir*, alguns fugitivos teriam sido *seduzidos* por pessoas externas ao ambiente do cativo, portanto, para eles teria ocorrido um caso de coerção.

Os casos em que os escravos fogem em companhia de pessoas livres não são numericamente expressivos dentro do montante de anúncios das três regiões analisadas. Marcolino, de 22 anos de idade, possuía algumas artimanhas na tentativa de enganar quem estava a sua volta. O anunciante o descreve como uma pessoa que se faz de tolo, porém, era muito esperto para furto. E mesmo tendo as pernas arqueadas era, também, esperto para correr, um alerta a quem tentasse lhe capturar. Não era “de bebidas espirituosas, e nem do café, mas é amante dos doces, e fuma cigarros”.<sup>20</sup> Marcolino abandonou o cativo em companhia de um ex-soldado, posteriormente, teve-se a notícia de que havia se ajustado com um tropeiro e seguiu para Paracatu. Diferentemente de Antônio, Marcolino não havia sido *seduzido*, ele estabeleceu as relações que lhe propiciariam melhor sucesso na fuga.

O anúncio era produzido por um proprietário que queria reaver sua posse. Aspirar dele as vontades dos egressos do cativo é uma operação subjetiva. Ao afirmar que seu escravo havia sido *seduzido* estamos lidando com a concepção do proprietário sobre seu escravo, onde ele tentaria justificar os motivos que levaram o escravo a fugir. Contudo, os senhores poderiam ignorar as aspirações dos cativos ao dizer que eles foram coagidos por terceiros. Provavelmente, nos casos em que a *motivação* foi externa, estamos tratando com a concepção do senhor sobre o próprio cativo. A partir do que ele define como condições aceitáveis, seu cativo não teria os subsídios necessários para proporcionar uma fuga, necessitando, portanto, da ação de indivíduos externos para manifestar no cativo a vontade de fugir.

---

<sup>20</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 05 de Jun. de 1884, número 209, p. 4.

## Produção e circulação nas Minas Oitocentistas: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba após 1860 e suas conexões\*

**Ulisses Henrique Tizoco**

Mestrando em História

UFMG

E-mail: uht2286@gmail.com

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo apresentar os dados iniciais de uma pesquisa em curso que visa esmiuçar as características do mercado local de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG), bem como identificar as conexões estabelecidas com mercados de outras regiões, durante as três décadas finais da escravidão. Parte-se do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos “ociosos” de áreas “decadentes” para áreas economicamente mais dinâmicas.

**Palavras-chave:** Tráfico interno de escravos; Décadas finais da escravidão no Brasil; Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG); Comerciantes de escravos.

**Abstract:** This paper aims to present the initial data of an ongoing research that analyzes the characteristics of the local slave market of the City of Bonfim do Paraopeba (MG), as well as to identify the connections established with markets in other regions during the three final decades of slavery in Brazil. Presupposes itself that the internal movements of captives operated in southeastern Brazil, and in the province of Minas Gerais in particular, after the cessation of the Atlantic Slave Trade in 1850, are part of processes that are much larger and more complex than a simple transfer of “unnecessary” slaves from “decadent” areas to economically more dynamic areas.

**Keywords:** Slaves internal traffic; Final decades of slavery in Brazil; City of Bonfim do Paraopeba (MG); Slave traders.

### Introdução

Ao longo do século XIX, ao mesmo tempo em que a escravidão perdia força e era abolida na maior parte do Ocidente, em três regiões do continente americano - o Sul da República dos Estados Unidos da América, a colônia espanhola de Cuba e o Império do Brasil – tal instituição viveu seu apogeu. Nesse período, o tráfico atlântico de mão de obra escravizada também alcançou cifras inéditas e, quando suprimido, deu lugar a um tráfico interno de dimensões jamais vistas, sobretudo nos EUA e no Brasil. Em geral, associa-se a força da escravidão nessas áreas ao crescimento do consumo mundial das *commodities* algodão (cujo maior exportador era o Sul dos EUA), açúcar (que tinha Cuba como maior exportador) e café (cujas exportações eram lideradas pelo Brasil), capitaneado pela expansão da Revolução Industrial, pelo aumento populacional e pela expansão da urbanização no Ocidente.

No caso do Brasil, uma historiografia mais antiga<sup>1</sup> chegou a vincular a persistência da escravidão no país ao longo do XIX unicamente ao *boom* da produção cafeeira. Contudo, a produção historiográfica mais recente vem demonstrando que, embora o café tenha desempenhado importante papel na manutenção da robustez da instituição escravista em algumas áreas do país (notadamente as regiões de *plantation* das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), havia outras regiões brasileiras, não exportadoras de café (e em certos casos nem mesmo diretamente vinculadas a qualquer tipo de produção para exportação), onde a escravidão manteve sua vitalidade até os últimos momentos de sua existência. Grande parte da extensa província mineira teria sido um delas.<sup>2</sup>

A região do Médio Vale do Paraopeba, por exemplo, ocupada pelo então município de Bonfim, desenvolveu, ao longo das três últimas décadas da escravidão, um significativo comércio de escravos que, como se discutirá adiante, não estaria simplesmente drenando os escravos de uma região de economia menos dinâmica para as pujantes regiões cafeeiras, sempre ávidas por mão de obra.

Localizada na região Mineradora Central Oeste<sup>3</sup>, a Cidade do Bonfim do Paraopeba figurava numa posição intermediária entre os municípios da província mineira no tocante ao tamanho de sua população escrava<sup>4</sup> e não estava diretamente vinculada à economia de

<sup>1</sup> Ver principalmente FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967 e SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1978. CONRAD (1975), além de corroborar tal raciocínio, argumenta ainda que, nas décadas finais da escravidão, o interesse pela manutenção do escravismo variava conforme a importância que a produção cafeeira apresentava em cada região.

<sup>2</sup> Ver principalmente MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. (Texto para Discussão nº 10); MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, jan-abr 1983, pp. 181-209; MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994. (Texto para Discussão nº 70); LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; entre outros.

<sup>3</sup> Para uma discussão acerca da proposta de regionalização aqui adotada, ver principalmente PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002 e RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado).

<sup>4</sup> Vizinha a Ouro Preto e Sabará, Bonfim foi elevada a Vila através da Lei Provincial nº 134, de 16/03/1839, tornando-se Cidade pela Lei Provincial nº 1094, de 07/10/1860. De acordo com os dados do Recenseamento de 1872 (disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html?jsessionid=7957da67ce24b5a9d5bbb8a5be>. Acesso em 08/09/2016), sua população compunha-se de 29762 livres e 5824 escravos. Em relação à população escrava, os extremos da província eram Leopoldina, com 15253 (e 26633livres), e São Romão, com 433 (e 6940 livres). Comparando-se o percentual de escravos em relação à população total, Leopoldina apresentaria 36% (superada apenas por Mar de Espanha, com 39%, e Juiz de Fora, 37%), São Romão aparece com 5% (o menor percentual da província) e Bonfim, 16% (percentual bastante próximo daquele apresentado pela província, 18%).

exportação, apresentando, desde suas origens setecentistas, uma produção eminentemente agropecuária voltada para o abastecimento<sup>5</sup>.

O presente trabalho resulta da análise dos quatro Livros de Notas Especiais para Escrituras de Compra e Venda de Escravos existentes no Arquivo Público Municipal de Bonfim - APMB<sup>6</sup>, que cobrem os períodos de 1861 a 1872 e 1881 a 1888. Visando atenuar a pouca cobertura da década de 1870 nos livros de compra e venda, foram utilizadas também as procurações que envolviam negociação de escravos presentes nos Livros de Procurações do 1º e 2º Tabeliães, que cobrem o período de 1875 a 1888.

Como salienta SCHEFFER (2013), tais fontes apresentam um caráter complementar, uma vez que uma possibilita contornar parcialmente as limitações da outra. Neste sentido, a principal limitação das escrituras de compra e venda residiria na sub-representação das transações realizadas entre pessoas de diferentes localidades, uma vez que apenas uma transação seria registrada: ou a saída ou a chegada do escravo. Quanto às procurações, a principal limitação diz respeito à impossibilidade de saber, em muitos dos casos, se a intenção que motivou a produção de tal documento foi de fato concretizada e, se foi, como e por quem.

A despeito de suas limitações, tais fontes nos permitem grandes possibilidades de pesquisa, sobretudo quando combinadas com fontes de outras naturezas, como anúncios de jornais e o Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes<sup>7</sup>, bem como outros livros de notas e processos judiciais existentes no APMB. Estes documentos, relacionados aos principais negociantes de escravos de Bonfim, apoiarão a presente análise.

O banco de dados formado a partir das escrituras e procurações<sup>8</sup> permitiu delinear o perfil dos indivíduos comercializados e padrões do próprio comércio, bem como levantar informações acerca dos proprietários e também dos principais negociantes de escravos que

---

<sup>5</sup> Cf. MARTINEZ, 2007. A mesma autora destaca ainda a fabricação de fios de algodão e tecidos, possivelmente a principal atividade de transformação desenvolvida na localidade, e as intensas relações comerciais que Bonfim mantinha com Ouro Preto e com a Corte ao longo do século XIX.

<sup>6</sup> Ao todo existiram seis livros do 1º Tabelionato destinados especificamente ao registro de escrituras de compra e venda de escravos, porém o quarto e o quinto, que cobrem o período de 1872 a 1881 não foram localizados. No acervo referente ao 2º Tabelionato de Notas não foram localizados quaisquer livros com esta finalidade.

<sup>7</sup> Os jornais *A Actualidade* e *Diário de Minas*, de Ouro Preto, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*, publicados na Corte, e *Pharol*, de Juiz de Fora, além das cinco edições do *Almanak* (1864, 1865, 1870, 1873 e 1875) encontram-se digitalizadas, disponíveis para consulta no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>).

<sup>8</sup> A saber, 118 escrituras, envolvendo 180 cativos e oito ingênuos, e 87 procurações, abarcando mais 106 escravos e sete ingênuos.

atuavam na região, conforme exposto por TIZOCO (2017)<sup>9</sup>. Os resultados apresentados pelo autor aproximam-se bastante daqueles encontrados por FLAUSINO (2006) para o município de Mariana (também localizado na região Mineradora Central Oeste) entre 1850 e 1886, e por CAMPOS (2011) para o município de Barbacena entre 1870 e 1888.

### Os principais negociantes e suas formas de atuação

Três grupos de negociantes de escravos merecem destaque por, juntos, serem mencionados em 1/5 das escrituras de compra e venda e em 3/4 das procurações, negociando pelo menos 1/3 do total de 286 escravos mencionados nas duas fontes (conforme Tabela 1, abaixo).

**Tabela 1 – Principais grupos de negociantes bonfinenses segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados (1861-1888)**

Grupos de negociantes e seus períodos de atuação	Ocorrências em escrituras*	% do total de escrituras	Ocorrências em procurações**	% do total de procurações	Quantidade de escravos e ingênuos efetivamente negociados***	% do total de escravos e ingênuos
<b>A</b> (décadas de 1860-80)	9	7,6%	9	10,3%	11 escravos	3,8% dos escravos
<b>B</b> (década de 1870)	7	5,9%	6	6,9%	21 escravos	7,3% dos escravos
<b>C</b> (décadas de 1870-80)	8	6,8%	50	57,5%	59 escravos e 6 ingênuos	20,6% dos escravos e 40% dos ingênuos
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>20,3%</b>	<b>65</b>	<b>74,7%</b>	<b>91 escravos e 6 ingênuos</b>	<b>31,8% dos escravos e 40% dos ingênuos</b>

**Fonte:** Livros especiais de compra e venda de escravos e livros de procurações, APMB, 1º e 2º ofícios.

\*Como comprador, vendedor ou procurador.

\*\* Como outorgante, outorgado ou adquirente/ transmitente.

\*\*\*Para o cômputo de escravos e ingênuos efetivamente negociados não foram considerados os escravos mencionados nas procurações que nomeiam mais de um procurador, por não ser possível saber qual (is) deles (s) efetivou (aram) o negócio. Portanto, a quantidade de indivíduos negociados por estes sujeitos pode ter sido maior que a acima mencionada.

<sup>9</sup> Em linhas gerais, entre os escravos negociados, cuja maioria esmagadora havia nascido no Brasil, observa-se o predomínio dos homens com idades entre 15 e 39 anos. Os homens predominam em todas as faixas etárias, exceto nas faixas 5-9 e 30-39. Vale ressaltar a participação significativa de crianças na década de 1860 e, no tocante aos escravos mencionados nas procurações, a ocorrência do predomínio geral das mulheres. Entre os escravos com ocupação mencionada, predominam os “sem ofício”. Entre os homens com ofício, destaca-se a ocupação roceiro / lavrador / serviço de roça. Entre as mulheres, predominou a ocupação fiadeira / fiandeira / fiadeira de algodão. Verifica-se o ápice de preço entre os homens na faixa etária 20-24 e, entre as mulheres, na faixa 15-19, sendo que crioulos tendiam a apresentar preços mais elevados que africanos do mesmo sexo e faixa etária. Constata-se ainda o predomínio absoluto das transações envolvendo apenas um ou dois escravos. Especificamente no caso das escrituras de compra e venda, quanto aos transmitentes e adquirentes observa-se a mesma pulverização: entre os primeiros, 108 nomes distintos foram mencionados; entre os últimos, 87. À análise dos locais de residência desses transmitentes e adquirentes vislumbra-se um comércio eminentemente local: mais de 90% dos escravos mencionados nas escrituras teriam circulado em um raio de até 150 km da sede municipal de Bonfim.

O chamado **grupo A** é formado por José Marques da Silveira e seu filho José Marques da Silveira Junior. Nascido provavelmente em 1825 na Ilha Terceira do Reino de Portugal, Silveira aparece nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como negociante de fazendas secas. Na década seguinte, é citado no *Almanak* como proprietário de depósito de sal (edições de 1870, 1873 e 1874) e negociante de secos e molhados (edições de 1873 e 1874). Em 01/05/1873, sua casa de negócio, provavelmente situada à Rua dos Passos, sofreu arrombamento, contudo, pouco lhe foi roubado, por estar o “importante negociante de partida para a Corte, onde estão seus capitais”<sup>10</sup>. Nos livros de escrituras, o negociante atua em seis ocorrências diretas (adquirindo cinco escravos e vendendo um) e três atuações como procurador (duas representando o transmitente e uma o adquirente, nas quais movimentou mais quatro cativos). Nos livros de procurações, Silveira é o outorgante de três delas (uma tencionando vender três escravos e um ingênuo na província do Rio, outra objetivando haver um escravo penhorado e uma outra destinada a “fazer compra de escravos e aceitar escrituras de compras dos mesmos, tanto na Corte do Rio como em qualquer parte deste Império”<sup>11</sup>), além de receber poderes *in solidum* em cinco procurações. Silveira Junior, por sua vez, recebe poderes em cinco procurações (em três delas, juntamente com seu pai). Aparentemente, portanto, esse grupo conectaria os mercados de escravos da região de Bonfim e arredores aos da Corte.

O **grupo B** é encabeçado pela firma Andrade e Silva, Lobato & Cia. e seu sócio-gerente, Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva. Sediada em Bonfim (provavelmente à Rua dos Passos, onde residia seu sócio-gerente) e na cidade de Oliveira, a firma aparentemente conectaria mercados regionais na província. A companhia participa de quatro transações de compra e venda, adquirindo oito escravos, além de ser a outorgante de duas procurações (vendendo uma escrava e tencionando trocar outro). Liberal, o Capitão Francisco é citado nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como capitalista (quando ainda era tenente). Ele é mencionado em três escrituras, comprando 11 escravos, e recebe poderes em quatro procurações.

O **grupo C** diz respeito às firmas Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão, além de seus principais sócios, os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves. A quantidade de ocorrências desse grupo faz dos irmãos Baeta Neves os maiores negociantes de escravos bonfinenses e, possivelmente, dois dos principais nomes do ramo nos âmbitos

---

<sup>10</sup> Jornal Diário de Minas, 19/05/1873, p. 3.

<sup>11</sup> APMB, Livro 4º de Procurações do 1º Tabelião, p. 4-4v.



provincial e mesmo nacional: Francisco aparece recebendo poderes em 13 procurações (vendendo 18 escravos e quatro ingênuos), sendo o procurador com o maior número de ocorrências, além de atuar como outorgante em outras duas (uma tencionando comprar escravos e outra desistindo da compra que fizera de quatro escravos); Caetano é mencionado em seis escrituras, adquirindo quatro escravos e vendendo dois acompanhados de dois ingênuos, além de receber poderes em três procurações (em uma delas juntamente com seu irmão), atuar como outorgante em outra (vendendo uma escrava) e tratar da compra de duas escravas com procuradores; a firma Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza vendeu um cativo, recebeu poderes em cinco procurações (vendendo três escravos e ajustando outro), atuou como outorgante em 16 procurações (comprando cinco escravos, vendendo sete e tencionando comprar outros tantos) além de tratar de uma compra e uma venda com procuradores; já a companhia Baeta Neves & Irmão é mencionada em uma escritura adquirindo dois cativos, além de atuar como outorgante em sete procurações (trocando uma escrava, comprando outras duas e tencionando comprar outros tantos). Suas conexões envolviam mercados de várias regiões de Minas à região da Mata e também à província do Rio de Janeiro e Corte.

Naturais do Termo de Pedrógão Grande<sup>12</sup>, Reino de Portugal, Francisco teria nascido provavelmente em 1839. A época do nascimento de Caetano, bem como a da chegada de ambos ao Brasil ainda é desconhecida. Sabe-se que no início da década de 1860 eles já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial (embora, ao que parece, ainda não negociando escravos).

No início de 1863, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução da sociedade, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais. Em meados de 1870, este teria retirado, de sua boiada de cerca de 260 cabeças, uma parte para enviar ao mercado da Mata ou do Rio.

---

<sup>12</sup> O atual município de Pedrógão Grande situa-se no extremo noroeste do distrito de Leiria, quase no centro geográfico de Portugal. (Disponível em <<https://www.cimregiaodeleiria.pt/index.php/pedrogao-grande>>, acesso em 10 dez. 2016)



Outrora um “simples mascate”<sup>13</sup>, em 1872 Francisco já era proprietário de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”<sup>14</sup>, situado à Rua do Fogo, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”<sup>15</sup>.

Caetano, em 1879, era tido como um “negociante conceituado e em grande escala”<sup>16</sup>. “Negociante matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”<sup>17</sup>, em sua casa comercial, instalada à Rua do Comércio, era possível encontrar “grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos” (MARTINEZ, 2007, p. 130).

Em 01/06/1879, Caetano Baeta Neves, “assaz conhecido e estabelecido na cidade de Bomfim” através do *A Actualidade*<sup>18</sup>, informava que se encontrava em Barbacena “com porção de escravos a venda e de partida para a Matta”. Alguns dias depois, as edições dos dias 15, 19 e 22<sup>19</sup> do mesmo mês do juiz-forano *Pharol*, noticiavam que “no Rancho da Tapera desta cidade acham-se Baeta Neves & Irmão, com 70 escravos para vender; porção grande de negras de 12 a 16 anos, para mucamas, peças de primeira ordem. Vendem por preços muito moderados”. Alguns meses depois, já em 1880, a edição de 11 de fevereiro do *Jornal do Commercio*<sup>20</sup> trazia um anúncio assinado por Manoel Ribeiro Salgado, morador em São José do Rio Preto<sup>21</sup>, informando ter “feito perante o juiz municipal do Juiz de Fora um protesto contra a validade da compra de três escravas, que com mais 17 me venderam os Srs. Baeta Neves & Irmão, em liquidação”. Através do anúncio, o comprador objetivava levar o fato ao conhecimento público “para que de hoje em diante não faça qualquer transação sobre o crédito por mim firmado àqueles senhores a 22 de julho de 1879, porque tenho justos motivos para não pagá-lo integralmente à vista dos vícios redibitórios que tenho contra a compra das três escravas”. Dois meses se passaram e os problemas relativos à compra das escravas continuavam, levando Salgado a publicar, na edição de 07/04 do mesmo jornal<sup>22</sup>, um novo informe:

---

<sup>13</sup> APMB ACA-0258

<sup>14</sup> APMB CSO 27(527)1

<sup>15</sup> APMB ACA-0258

<sup>16</sup> APMB CSO 23(459)

<sup>17</sup> APMB, 1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais, pp. 1-2v.

<sup>18</sup> Edição de 04/06/1879, p. 3.

<sup>19</sup> Respectivamente páginas 3, 2 e 3.

<sup>20</sup> P. 4.

<sup>21</sup> Uma das freguesias do município de Juiz de Fora.

<sup>22</sup> P. 4.

Achando-se em meu poder três escravas em depósito contra o Sr. Caetano Baeta Neves, faleceram Camelia e Pulcinia [...] Declaro mais que das mesmas escravas compradas ao Sr. Neves existem duas, Barbara e Maria, das quais me deram escritura, sem declarar que foram separadas de suas filhas menores.

Confrontando tais informações com os registros existentes nos livros de escrituras e de procurações, parece ser pouco viável que aqueles 70 escravos (ou mesmo os 20 que, em meados de 1877, seu irmão Francisco vendera em Rio Preto, município cafeeiro da Mata mineira<sup>23</sup>), fossem todos oriundos do município de Bonfim. É bastante provável que muitos deles tivessem sido adquiridos em diversas localidades da província mineira, ou mesmo de outras províncias. Infelizmente, ignoramos a quantidade de escravos que Neves levou consigo ao iniciar a viagem, contudo, é possível especular que ele poderia ter efetuado várias transações de compra e venda nas diferentes localidades pelas quais passou em seu trajeto até Juiz de Fora. Durante a parada em Barbacena, por exemplo, poderia ter vendido e adquirido outras tantas “peças”.

Das negociações acima reproduzidas, vale destacar ainda a forma de pagamento utilizada pelo senhor que comprou de uma única vez 20 escravos: títulos de crédito, os quais o negociante faria circular por meio de outras transações comerciais. Trata-se de um detalhe que diz muito a respeito das grandes transações comerciais e contrasta com as informações retiradas dos livros de compra e venda, que retratam as pequenas transações. Nestas últimas, o “dinheiro corrente”, entregue no ato da compra, foi a quase unânime forma de pagamento.

Os quatro anúncios a seguir reproduzidos, publicados nos jornais *do Commercio e Diário de Minas*, trazem referência a mais alguns cativos negociados pelos Baeta Neves e pela Andrade, Silva, Lobato & Cia. em outras localidades que não Bonfim. Nos dois primeiros, por meio das vendas efetuadas, os escravos foram destinados a municípios cafeeiros das regiões da Mata fluminense e mineira, de onde acabaram fugindo. No segundo anúncio chamam atenção ainda o elevado valor oferecido como gratificação e as sucessivas transferências de proprietário às quais Estevão esteve sujeito, o que demonstra a necessidade de se atentar para a importância, para este comércio, das chamadas “transações precedentes”, como apontado por MACHADO (2002, p. 18)<sup>24</sup>. No terceiro, aparentemente os escravos estariam alugados em Barbacena, ou teriam sido fruto de alguma venda informal que ainda não teria gerado a escritura de transferência da propriedade. No quarto anúncio, republicado em várias edições posteriores do

---

<sup>23</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto, 09/11/1878, p. 3.

<sup>24</sup> Analisando o tráfico para Juiz de Fora, MACHADO (2002, p. 17-19) encontra 59% das transações e 42,5% dos escravos negociados oriundos do próprio município ou de municípios da região da Mata, sugerindo ainda que Juiz de Fora teria se constituído num importante entreposto comercial da mercadoria escrava.

mesmo jornal, é interessante notar que todos os cativos foram adquiridos fora de Bonfim, no caso em municípios vizinhos, evidenciando a capilaridade dos negócios desses grandes comerciantes de escravos.

Anúncio 1:

**FUGIO** da fazenda Santa Cruz, no município da Sapucaia, o escravo Antonio Mathias, tropeiro, de estatura regular, rosto meio achatado, barbado, mal encarado, cabra escuro, acaboclado, e soffre de uma hernia, e levou calça e camisa de algodão branco, paletó de baéta verde e chapéo de palha mineiro: foi comprado ha alguns mezes, a Baéta Neves & Irmão, de Minas-Geraes; quem o apprehender ou delle der noticias certas a Manoel Antonio Esteves & Filho, á rua de Bragança n. 29, nesta córte, ou na Sapucaia, rua Municipal n. 5, será bem gratiucado. (.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 15/08/1878, p. 7.

Anúncio 2:

**RIO-NOVO.  
300\$0000.**

Acha-se fugido, desde o dia 28 de Agosto de 1876, o escravo de nome Estevão, pertencente ao abaixo assignado, com os seguintes signaes: pardo, alto, cheio de corpo, imberbe, cabellos enroscados, bons dentes e é bem parecido, pertenceu ao Sr. Joaquim Antonio (fazenda dos Quatis) e depois ao Sr. Jacintho Alves, do municipio de Pitanguy, foi comprado aos Srs. Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza, da cidade do Bonfim, suppõe-se estar em Pitanguy, para os lados de S. Romão ou na mata como tocador de tropas; gratifica-se com a quantia acima a quem o apprehender e levar a presença de seu senhor, ou na córte aos Srs. Teixeira de Castro & Malafaia, rua Municipal n. 12.

Rio-Novo, 14 de Março de 1877.—Francisco Anastacio Dutra. (.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 17/03/1877, p.

Anúncio 3:

**500\$ DE GRATIFICAÇÃO**

Fugirão da fazenda de Francisco Delgado Motta, nas Dôres do Rio do Peixe, municipio de Barbacena, cinco escravos pertencentes a Francisco Baéta Neves, tendo os referidos escravos os nomes e os seguintes signaes: 1º, de nome Germano, cõr fula, 24 annos de idade, mais ou menos, corpulento, cabellos carapinhados, rosto redondo, boca grande e bons dentes; 2º, de nome Manoel, cõr parda, 19 annos de idade, bom cabello, rosto comprido, nariz afilado, altura regular e pés grandes; 3º, de nome Henrique, cõr fula, estatura regular, cabello ruim, rosto bexiguento, orelhas um pouco grossas, pouca barba e pés grandes; 4º, de nome Domingos, cõr preta, 25 annos de idade, altura regular, bem parecido, bons dentes e pés bem feitos; 5º, de nome Laurentino, cõr preta, 27 annos de idade, alto, barbado, rosto pequeno, bons dentes e é muito cortez; quem os apprehender e levar á fazenda acima referida do Sr. Motta receberá a gratificação de 500\$000.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 04/04/1877, p. 6.

Anúncio 4:

**Escravos fugidos.**

Achão-se fugidos, ha mais de anno, os escravos seguintes pertencentes a firma social Andrade Silva, Lobato & C.ª os quaes são os seguintes:

Pedro, cabra de 30 annos, altura regular, barbado e bem esperto de corpo, foi comprado em Sabará á José Marciano d'Aquino por intermedio de Candido Ferreira, e consta o dito escravo estar ora pelo Jequitibá.

Francisco, crioulo de 40 annos, altura regular, barba já pintando, foi comprado no Capim Branco ao major Antonino Pinto Mascarenhas: consta ter ido para allí, e depois seguido para o centro da provincia com outros escravos do dito major.

Rafael, crioulo de 25 annos, altura regular, pouca barba, tem uma pequena grossura no pescoço, entende alguma cousa do officio de ferreiro e de carapinteiro, ferra e atalha, tudo mal, é mettido a pião, consta estar pelos lados do Curvello como forro: este rapaz foi comprado na Contagem a D. Silvana, e vendido pelo mesmo ao major José Augusto de Rezende, do Juiz de Fóra.

O abaixo assignado, socio gerente d'aquella firma social, vende os ditos escravos por preços muito rasoaveis: a pessoa que os prender e os levar á cidade do Bom Fim de Queluz, receberá 200\$ de gratificação por cada um, e quem os prender e puzer em alguma cadeia ou der noticia certa receberá por cada um 100\$.

Outrosim protesta, com todo o rigor da lei, contra quem os acoiatar.

Cidade do Bonfim de Queluz, 8 de Março de 1873.

Francisco Joaquim de Andrade Silva.

Diário de Minas. Ouro Preto, 14/03/1873, p. 3.

Entre 1879 e 1880 Francisco parece ter se retirado dos negócios de escravos e se mudado da cidade para sua fazenda na região do Fecho do Funil<sup>25</sup>, dedicando-se à criação de gado para venda, aonde veio a falecer a 11/08/1896, após passar um longo período doente.

Caetano, ao contrário de seu irmão, adentraria a década final da escravidão ainda negociando escravos, embora em proporções bem menores que nos anos anteriores. Após a Abolição, buscou diversificar seu ramo de atuação para além do comércio de secos e molhados e dos investimentos em bens de raiz, investindo, por exemplo, em exploração de minas de ouro e carvão em Bonfim e municípios vizinhos e numa companhia manufatureira de tecidos a ser instalada nas redondezas. Ainda grande proprietário de terras e imóveis, nos anos 1890 hipotecou alguns desses bens e pôs outros à venda para saldar dívidas que se avolumavam (principalmente com credores cariocas). Nomeado Coronel Comandante Superior para a Guarda Nacional na Comarca de Bonfim com o advento da República, faleceu em Belo Horizonte a 06/08/1897, vitimado por uma súbita enfermidade<sup>26</sup>.

### **Considerações finais**

Se os três principais grupos de comerciantes bonfinenses concentram 1/3 do total de escravos negociados, os outros 2/3 estão pulverizados em negociações envolvendo cerca de uma centena de compradores diferentes que apenas uma ou duas vezes ao longo de três décadas aparecem nos registros.

Embora se tenha constatado que a maioria das transações ocorreu a nível local, há que se levar em conta que, obviamente, seria bastante provável que compradores residentes em Bonfim ou em municípios vizinhos pudessem ter revendido os escravos lá adquiridos em outras regiões da província ou mesmo do Império. A presença de negociantes e companhias comerciais nos registros seria um forte argumento ao encontro de tal hipótese. Por outro lado, a grande quantidade de transmitentes e adquirentes diferentes, vários deles com uma única participação neste mercado ao longo das três décadas, além do predomínio de transações envolvendo um único escravo seriam fortes indícios de que, embora houvesse escravos de fato sendo transferidos para outras regiões, como as cafeeiras, por exemplo, a maioria estaria participando de uma redistribuição dentro do próprio município (ou entre freguesias de diferentes municípios, porém circunvizinhos), como conclui FLAUSINO (2006, pp. 187-188) para a

---

<sup>25</sup> Localidade situada às margens do Rio Paraopeba, na divisa entre os então municípios de Bonfim, Sabará, Ouro Preto e Pará. Atualmente, marca a divisa entre os municípios de Brumadinho, Mário Campos e São Joaquim de Bicas.

<sup>26</sup> Jornal Minas Geraes, 22/08/1897, p. 6.



região de Mariana, com possível concentração de escravos entre os grandes proprietários e dissolução paulatina das pequenas posses, como sugerido por CAMPOS (2011, p. 196) para Barbacena. Logo, o mais provável é que os grandes fazendeiros locais, ligados à produção para o abastecimento, estivessem conseguindo reter no município a maior parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados a esse mercado. Competiam, dessa forma, com os grandes comerciantes que se destinavam a suprir a demanda por mão-de-obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo aqueles ligados à produção para exportação.

Confirma-se ainda que, além de intensas relações comerciais mantidas com municípios próximos, sobretudo aqueles das regiões Mineradora Central Oeste, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, Bonfim mantinha intenso contato comercial com as regiões Sudeste, Mata e com a província fluminense.

Articulando tais particularidades da economia bonfinense a uma lógica econômica e a sistemas de trocas e intercâmbios mais amplos, deve-se ressaltar a necessidade de se compreender as regiões abastecedoras, como Bonfim, como partes fundamentais dentro de uma divisão internacional da produção no capitalismo global do século XIX. Mesmo sendo a província mais populosa durante todo o período imperial, Minas Gerais conseguiu ser autossuficiente na produção de alimentos e bens como panos de algodão e artefatos de ferro (MARTINS, 1994, p.22), além de ocupar importante papel no abastecimento de regiões vizinhas, como a província do Rio. Levando-se em conta uma produção de tal magnitude, não é de se estranhar, portanto, que a produção para abastecimento demandasse braços suficientes para “rivalizar” com a demanda da produção para exportação. Isso evidencia um mercado interno extremamente forte e importante.

### Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Leonardo França. *Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. *X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina, 2002.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994. (Texto para Discussão nº 70).

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

\_\_\_\_\_; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Natal, 2013.

TIZOCO, Ulisses Henrique. Notas sobre o tráfico interno numa economia de abastecimento: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) na segunda metade do século XIX (1861-1888). *Anais do II Seminário Internacional da SEO*. Londrina, 2017. ISSN 2447-0333. Disponível em:

[http://www.seo.uff.br/images/Anais/Anais\\_II\\_Encontro/Ulisses\\_Tizoco\\_completo.pdf](http://www.seo.uff.br/images/Anais/Anais_II_Encontro/Ulisses_Tizoco_completo.pdf).

Acesso em 03/05/2017.

## Imprensa cidadã e antirracismo no período regencial do Império do Brasil

**Wéllington Silva**

Especialista em Gênero e Diversidade na Escola  
wrsdivmg@hotmail.com

**Resumo:** Problematizando a constituição da cidadania no período regencial, esta comunicação pretende discutir a criação e a circulação das publicações periódicas *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Publicados na capital do Império do Brasil durante o ano de 1833. Nosso objetivo principal é compreender o antirracismo e a luta contra o reconhecimento público da categoria de raça no Período da Regência.

**Palavras-Chave:** Brasil Império; Período das regências (1831-1840); Imprensa cidadã; Raça.

**Abstract:** Questioning the constitution of citizenship in the Regency Period this talks discusses the creation and circulation of periodicals *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Published in the capital of the Empire of Brazil in the year of 1833. Our main goal is to understand the anti-racism and the fight against public recognition of the race category in the Regency Period.

**Keywords:** Brazil Empire; Period of regencies (1831-1840); citizen media; Race.

Os debates ocorridos durante o período das regências foram profícuos no que tange à publicização de ideias e identidades de grupos específicos. Vemos surgir, na imprensa, uma série de periódicos destinados a públicos distintos da esfera pública agitada de então. Lançar um periódico era consolidar uma forma de atuação política no interior da sociedade. A palavra impressa foi uma forma de atuação política importante para vários segmentos da população do Brasil, principalmente nas grandes cidades. No nosso recorte temporal, a imprensa periódica é bem diferente do momento inicial de sua produção. A liberdade de imprensa fez surgir no palco do *teatro da política* parcelas da população que viviam nas ruas da cidade e que, todavia, não alcançavam visibilidade política. A imprensa que surge em números grandiosos no início da década de 1830 permite alcançar vozes dissonantes na cena pública. Nesse conjunto de jornais que surgem na década de 1830 podemos observar uma crescente de títulos que apresentam matizes sociais e políticas típicas do período e da criação de sentimentos políticos compartilhados entre grupos específicos.

É importante verificar como as tipografias e livrarias assumem o papel importantíssimo de lugar de encontros e de compartilhamento de posições políticas. Na capital do Império, elas assumem esse papel central de debate político, mas vale a apreciação que elas não assumem tendências políticas a princípio. Como não possuidora de uma posição política específica, elas assumem um papel de diversidade no interior da política. Essas tipografias inseriam-se num sistema de produção jornalística já preocupada com formas de produção e consumo pautadas



em uma lógica do lucro. Dessa maneira, mais que assumirem bandeiras em prol de determinados partidos políticos, era importante a produção para subsistência, contando com um público leitor, que não se diferia de um público consumidor. Na seção deste capítulo dedicada à Tipografia Fluminense, essa situação será evidenciada. Sem aprofundar o que será desenvolvido nessa seção, podemos adiantar que a subsistência do “negócio” tipografia foi importante para a política por ela praticada.

Nesta comunicação, apresentaremos os traços principais de um modelo de imprensa criado no seio de parte da sociedade que despontava como agente político, a população negra livre, que vivia de uma maneira marginalizada na capital do Império e sofria com recorrentes ataques por parte da população que buscava a restauração e dos que se organizavam em traços políticos conservadores. Os dados demográficos dessa última parcela da população permitem reconhecê-la como constituída por detentores de posses e também essencialmente por brancos<sup>1</sup>. Voltando a falar sobre a população negra livre, ela estava enredada em uma teia significativa que àquele período discutia a integração da *cidadania* no império brasileiro. A Constituição de 1824 assimilou de forma bastante ampla a ideia de cidadania dentro das perspectivas nacionais. “Cidadão”, de acordo com a Carta, seriam todos os indivíduos de nacionalidade brasileira. Todavia, ela separava os cidadãos ativos dos demais cidadãos. Conferiu, dessa maneira, prerrogativas a essa parcela da população. Ainda assim, deixou, como parte do todo, o maior número de cidadãos em sentido amplo, isto é, do número de nacionais. O cidadão ativo, o cidadão no gozo dos direitos políticos, deveria participar da massa dos cidadãos em sentido lato. Nem todos os cidadãos eram cidadãos ativos, mas todo cidadão ativo tinha que preencher as exigências da nacionalidade.

O *Povo* e a *Plebe* não eram iguais entre si e nem no interior de seu próprio mundo. A semelhança entre os dois se restringia à liberdade e dentro do mundo da plebe e dentro do mundo do povo havia também diferenças internas. “À marca da liberdade que distinguia a ambos dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos e, sobretudo, os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer” (VIEIRA, 2014, p. 138). Esses fatores diferenciavam um mundo do outro e hierarquizavam os indivíduos dentro de cada mundo.

---

<sup>1</sup>Para essas definições, ver RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado, principalmente os capítulos 3 e 4.*

Outro ponto importante para reconhecermos os lugares dos “homem de cor” na sociedade imperial está na separação existente entre *povo* e *plebe*. Essa clivagem, como observa Ilmar Mattos, é funcional na distinção da sociedade entre a *boa sociedade* – o conjunto de *homens bons* organizados no limite da ordem, dotados de propriedade, liberdade e educação – e a massa desorganizada – propensa à desordem, pobre, iletrada e dependente. As seções do capítulo estão divididas a fim de argumentarmos no sentido de que essa população buscou, por meio de ações políticas existentes no campo da imprensa periódica, legitimar uma posição de reconhecimento social.

### **A linguagem racializada da política do oitocentos**

Lançar uma visão mais detida sobre a linguagem que era mobilizada pelos periódicos na década de 1830 representa, em alguma medida, escolher algumas palavras mais importantes e buscar traçar alguns apontamentos sobre elas. Algumas são notoriamente importantes, tais como, por exemplo, “brasileiro”. A utilização dessa palavra deve ser compreendida como sendo possuidora de um papel crucial para a identificação de um projeto político. Junte-se a ela algum adjetivo e é possível que se passe de *brasileiro nato* a *brasileiro adotivo*; ora se é um “filho da pátria”, ora se é apontado como um forasteiro que apoia a emancipação do Brasil. Da mesma maneira a palavra cidadão dotava-se de extrema complexidade. Ser cidadão estava definido e garantido na Constituição. Todavia, havia separações de início entre *cidadão ativos* e os *outros cidadãos*, que, por sua vez, podiam ser divididos em *povo* e *plebe*, cada um desses designativo compreendendo um modelo específico de “cidadão brasileiro”. A disputa pelo reconhecimento, nesse contexto, foi essencial para a imprensa cidadã.

Esse momento da história do Brasil é marcado por uma proeminência das cores dos brasileiros, e seus sentidos hierarquizantes herdados do Império português aparecem como eixo dos combates de muitos dos jornais e panfletos com orientação política liberal exaltada, marcando a emergência de uma linguagem racial da política. No interior dos embates travados no palco do teatro da política, os debates produzidos pelos pasquins que constituem objeto neste texto permitiam a certas camadas da população argumentar sobre o sentido que a condição de mestiço assumia, tomando-se como sendo a de verdadeiros brasileiros e, com isso, reforçando um caráter diferente do português, aqui associado à figura do colonizador.

No *Homem de Cor*, por exemplo, temos uma passagem que demonstra bem essa condição do mestiço, e ela surge como a busca da compreensão sobre os desdobramentos do sete de abril. A memória do sete de abril foi também alvo da disputa política, ora reconhecida

como “gloriosa revolução”, ora reconhecida como “revolução regeneradora”. Entre os *exaltados*, é encarado como a grande questão que lhes foi inculcada pelos *moderados*. Seria interpretado como uma falsa aliança, falsas promessas de mudança que, no rearranjo político com a saída de d. Pedro I e a ascensão da Regência, pouco se efetivaram. O argumento da falsa mudança está inteiramente conectado com a possibilidade de busca de reivindicações específicas, como o caso dos “empregos nacionais” e a participação na Guarda Nacional. Segundo Lima (2003, p. 13), ela significava estatuto simbólico combinado à liberação do recrutamento obrigatório para outros corpos militares. Aliadas às questões específicas também se puderam notar questões mais amplas, tais como as que propunham um pacto federativo para a organização política do Estado. Ainda nesse contexto, os pasquins assumidamente *exaltados* chegam a questionar a proposta de união das raças para derrotar os “inimigos do Brasil”. Vejamos essa passagem do Brasileiro Pardo:

[...] Os tais patriotas, daqueles tempos, gritavam contra os adotivos em todos os seus discursos, gazetas, conversações; e eu, pobre patinho, ia caindo no logro, e à semelhança do carneiro, seguia a direção dos então pastores: amigo do meu país, extremoso pelos princípios livres, e zeloso por o que eles então chamavam nacionalidade, já aborrecia os adotivos, e ainda que não fosse acostumado a chamar ninguém por alcunhas, contudo em vendo um adotivo quase que já estava na minha mão o deixar o de chamá-lo – maroto, marinheiro, chumbo, etc. – vieram as garrafadas, e eu fiquei doido de todo! O Melo Miranda, o Guerra, o Areias, e outros que tais que, segundo a fama, então se distinguiram, se eu os houvesse pilhado, não sei o que teria feito: os nossos Evaristos gritaram-nos em gazetas – sangue pede sangue – o caboclinho Republico berrava – mata chumbo – numa palavra, para encurtarmos razões, que todos sabem, a tal coisa de chumbo, maroto e marinheiro, levou as coisas ao ponto de D. Pedro abdicar (BP, vol. 1, p. 1).

O *Brasileiro Pardo* pretende desconstruir tal união nacional, ou pensar em termos diferentes. Daí, junto a outros discursos, tematizar o preconceito racial, a relação entre critério social ou critério de cor ou raça.

A separação inerente às cores dos cidadãos mantinha-se, porém, agora, era usada contra os cidadãos com postura política *exaltada*. Usados como armas contra os *exaltados*, esses discursos mobilizados partem de panfletos com uma retórica conservadora e apelam diretamente para as designações dos homens livres de cor. Dessa maneira, e a partir de uma interiorização dessa parte da população, as denominações passam a designar características inerentes de um determinado tipo de “cidadão de cor”.

No *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, defensor de uma postura *moderada*, facilmente agredia-se qualquer oposição chamando-a de *caramuru*, ou *restaurador*. É o que

ocorreu com o *Verdadeiro Patriota*, apelidado por ele de *Verdadeiro Caramuru*, ao afirmar que “O Fundador da Monarquia e Independência Brasileira foi obrigado por uma torpe sedição de tropa, e garotos, envolvidos até com negros de ganho, ou de Ele assinar a lei fundamental nas escolhas de seus ministros, ou de ser assassinado”. O contra-argumento de Evaristo foi o seguinte:

Sobre a insolência com que o V. Caramuru se exprime acerca da gente que teve parte na revolução de 7 de Abril, o que diremos, quando a imprudência e cegueira de alguns desses mesmos lhe insuflam a ousadia? As nossas tristes divisões têm dado aos escravos uma audácia que cairá por si mesma, logo que os liberais conheçam seus verdadeiros interesses e esqueçam intrigas miseráveis para se ocuparem com os destinos da pátria, e para tratarem de impedir que as influências retrógradas preponderem outra vez no país. Os negros de ganho não estavam no Campo da Honra na madrugada de 7 de Abril: nada tendo a ganhar numa ordem de coisas que só prometia liberdade, eles se escondiam assustados e receosos da vingança do povo que suas negridões tinham irritado. Era tal sua covardia que o rapaz de menos força e de condição mais humilde se atrevia a insulta lós em massa, sem que eles fossem ousados a dar mínima resposta. Só imploravam perdão e lastimavam o engano em que tinham vivido a respeito do ex-Monarca, que cobriam agora de injúrias e de baldões. Desses negros de ganho; conhecemos centos; mas nem um só podemos descobrir no Campo da Honra na célebre noite, que tanto os traspassou de medo (AF, n. 791, p. 3368).

A busca de Evaristo da Veiga foi então de ridicularizar a participação do negro nos acontecimentos de sete de abril. “Para garantir o sucesso do espetáculo, era preciso escamotear certos “deslizes”, que por óbvio não estavam no *script* do conservadorismo”, assim interpretou Ana Magalhães Pinto o tipo de atitude que leva Evaristo a esse ataque rasteiro (PINTO, 2006, p. 61). O argumento é embasado então num incômodo provocado na população branca – o *povo brasileiro* – com a menor possibilidade de alguma ação política realizada por negros – a *plebe* –, de qualquer condição social.

O cidadão de cor, que lutava pelos mesmos direitos constitucionais que os cidadãos brasileiros brancos, combatendo o tráfico negreiro e buscando desracializar a existência legal da escravidão no país, deveria se manter apenas em nome do direito de propriedade. “No Brasil não há mais que escravos e cidadãos”; “O título 2 da Constituição não distinguiu o roxo do amarelo, o vermelho do preto”; “no Brasil não há brancos, nem mulatos, há cidadãos brasileiros, ingênuos e libertos!”: essas são algumas das enfáticas declarações impressas nos jornais exaltados. Como o redator de *O Homem de Cor* deixa claro, o intento do presidente moderado daquela província era criar batalhões segundo “os quilates da cor” – um de “intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos”. Mas todos sabiam que a Constituição não

distinguia os cidadãos, pois com ela as distinções ficavam por conta de seus talentos e méritos individuais. Por isso mesmo, cabia aos *exaltados* e também aos brancos não *moderados* unir-se em defesa da Constituição, pois agora “a balança” pendia “em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis”.

Delineava-se, assim, um homem de cor que não se identificava, pois escrevia usando o recurso do anonimato e que recusava identificações raciais. Para ele, a igualdade entre os cidadãos brasileiros só poderia se efetivar através do silêncio sobre as marcas hierarquizantes, sentido isso expresso desde a época pombalina, que proibia que “os ditos meus vassallos casados com as índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de caboclos, ou outro semelhante que possa ser injurioso”. Isso reforça ainda a ideia da cidadania desracializada, que já apresentamos.

Uma série de definições ligadas à cor da pele é observada nos debates da imprensa do período. Eles proporcionam uma visão diferenciada sobre a compreensão da sociedade altamente miscigenada e amalgamada, que desde o início da colonização se desenvolvia no Brasil. Essa multiplicidade de denominações, que têm como principal objetivo separar brancos de não brancos e, ainda, hierarquizar os não brancos, mostra como a “democracia racial” na sociedade brasileira é mais próxima de um mito que um fato histórico. A polissemia com que foram tratadas as possibilidades de exclusão na sociedade regencial mostra-nos uma variedade de formulações importantíssimas para pensarmos a compreensão da situação da população negra naquele período.

Para Ivana Lima, não seria possível reduzir toda a polissemia sobre a ideia vaga de “questão racial”:

armadilha contida na ideia de uma “questão racial” que atravessaria a história é exatamente naturalizar essa “questão”, como se ela guardasse certa essência, que iria apenas tomando formas variadas ao longo das mudanças sociais, políticas e culturais. Procurando uma dimensão mais apropriada para analisar os códigos e práticas do momento histórico enfocado, propõe-se uma mudança de perspectiva. Inicialmente, evitar tomar essa questão como um dado natural, ou como uma questão invariável. Em segundo lugar, ao invés de perceber a história da formação da sociedade brasileira como composta por brancos, negros, índios e mestiços, conceber uma história dos termos branco, negro, índio e mestiço e de tantos outros. Outro cuidado é não subestimar o léxico profuso de designações raciais, nem reduzi-lo a termos que tornem pobre a dinâmica social. Tudo isso aponta, em síntese, para a historicidade e complexidade das percepções e classificações raciais. (1998, p. 17).

Ao mobilizar uma linguagem racializada que denunciava os atos políticos de “brancos” *moderados* recém-chegados ao poder, as definições apresentadas pelo *Homem de Cor* são mais uma vez caras ao nosso ponto: a união de *exaltados* e *brancos não moderados*, em favor de uma Constituição que fosse cega às cores e que, assim, também não “enxergasse” qualquer hierarquia de raças. Sobre essa representação do *Homem de Cor*, Azevedo definiu quatro pontos que são relevantes para concluirmos essa seção: 1) uma radicalização das posições políticas, os *exaltados* seriam os “não brancos”, e os brancos poderiam ser ou *moderados* e, por extensão de sentido, adversários dos “não brancos” – como o “Branco Presidente da província de Pernambuco” –, ou *não moderados*, os que se aliam aos *exaltados* (mas não o são pela raça), na defesa da Constituição e da cidadania universal. O segundo ponto: 2) há uma associação dos termos “preto” e “mulato”, pedindo-se que quando fossem “servidos; mulatos e pretos tomais vosso lugar, sois maioria atrevida, dente de chinelo e cacete” (HC, vol. 1, 1833, p. 3). Aqui, certamente a definição de pretos está associada com o escravizado. Em terceiro lugar: 3) há também uma associação entre os “exaltados” e a defesa da continuidade do regime monárquico de governo, na medida em que se defendia a Constituição que lhes fora legada pelo império de d. Pedro I. Em quarto lugar: 4) a defesa da Constituição pelos redatores dos pasquins antirracistas deixaria entrever uma omissão política deliberada: a escravidão. Todavia, ela estaria apoiada na lógica segundo a qual, ao reconhecer o liberto como cidadão brasileiro, a Constituição deixava margem para projetos legislativos de abolição gradual da escravidão, desde que, é claro, não colidissem com um dos direitos civis nela previstos, o direito de propriedade.

### Fontes

BRASILEIRO PARDO. Rio de Janeiro, 1833.  
O CABRITO. Rio de Janeiro, 1833.  
O HOMEM DE COR. Rio de Janeiro, 1833.  
O LAFUENTE. Rio de Janeiro, 1833.  
O MULATO, OU O HOMEM DE COR. Rio de Janeiro, 1833.

### Bibliografia

LIMA, Ivana Stolze. Com a palavra, a cidade mestiça. In: Mattos, Ilmar Rohloff de (org.). Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 161-184.

\_\_\_\_\_. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

PINTO, Ana Flávia. De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899). 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.



## As mudanças da imprensa e os jornais *áulicos* da Corte fluminense (1823-31).

Nelson Ferreira Marques Júnior

Doutorando em História

UFRRJ-PPHR

E-mail: nelsonfmarquesjr@hotmail.com

**Resumo:** Esse artigo foi fruto de discussões preliminares sobre o primeiro e segundo capítulo da minha tese, intitulada: “*O despertar do novo império independente*”: *áulicos* e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). O intuito deste artigo foi evidenciar o que é ser *áulico* e o papel da imprensa *áulica* para sustentação do governo imperial e da monarquia constitucional centralizada, dirigida pela figura do imperador d. Pedro I.

**Palavras-chave:** *Áulicos*; Ideias; Imprensa.

**Abstract:** This article was the result of preliminary discussions on the first chapter of my thesis entitled: “The awakening of the new independent empire ” : *áulicos* and the formation of a Brazil project in the state Court ( 1822-1831 ) . The purpose of this article was to demonstrate who the *áulicos* and the role of *áulica* press to support the imperial government and centralized constitutional monarchy headed by the emperor d. Pedro I.

**Keywords:** *Áulicos*; Ideas; Press.

### *Áulicos*

Os *áulicos* no Primeiro Reinado foram responsáveis por apoiar politicamente d. Pedro I, cuja soberania gozava de poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais, por meio do Poder Moderador. Esses homens ocupavam diferentes espaços: na imprensa, no Legislativo, especialmente no Senado, no Executivo, nos serviços domésticos da Casa Imperial do Brasil, nas ruas, de maneira difusa, através de seus simpatizantes, e foram de suma importância para manutenção do imperador no poder, da imagem viva de uma monarquia integrada, mesmo com os inúmeros conflitos provinciais no período. Vale ressaltar que o foco do artigo será na atuação dos *áulicos* na imprensa

Entende-se que os *áulicos* se fizeram presentes no Primeiro Reinado, mesmo sendo, estruturalmente, desfalcados de um núcleo rígido organizado, ou seja, a presença do grupo foi uma representação, na qual sua parte física foi pouco ou quase nada percebida<sup>1</sup>. Não há um amplo partido formalizado, institucionalizado, com reuniões periódicas para encaminhamento de propostas. Mesmo que tivesse, só corroboraria a parte física do grupo. Na verdade, percebeu-se a presença do grupo não por sua materialidade, mas pelo conjunto de ações, valores, ideias,

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que a representação de um grupo ou de uma cultura política pode se representar e apresentar de maneira sensorial (direta) ou fazer-se presente, mesmo sendo ausente fisicamente. FALCON, Francisco. História e Representação. In: FLAMARION, Ciro; MALERBA, Jurandir. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, 46.

tradições, linguagens que foram propaladas por esses indivíduos na imprensa e no Legislativo<sup>2</sup>, ambos considerados *vetores de socialização*<sup>3</sup> por excelência, mobilizando, portanto, símbolos, discursos e uma identidade coletiva que fornecia inspiração para a identificação de um projeto político de grupo, transformando em uma poderosa arma de defesa da monarquia constitucional perante a opinião pública. A participação política conjunta desses homens, nesse caso, foi decorrente da identificação aos valores defendidos, motivados por um conjunto de escolhas políticas que estavam em constante mudança. Contudo, tinham como princípio básico, a fidelidade que disponibilizaram ao Estado imperial e a d. Pedro I.

Compreendem-se os *áulicos* como grupo, com várias linhas de fuga (imprensa, Legislativo, Servidores da Casa Imperial), que escapavam das organizações partidárias. A força da política *áulica* vinha dos bastidores do funcionalismo imperial, dos discursos nas Assembleias, da imprensa, das ruas, que se constituíam também como centros de poder. Esses núcleos de poder refletiam uma *cobertura* homogênea da Monarquia de d. Pedro I, mas, em seu interior, ocultavam-se diversas hastes, em fluxos diversos, responsáveis pela força e o poder de decisão que manteve aquela imagem. Esses indivíduos se ligaram pelas ideias centrais, mesmo que alguns não tivessem posições fixas ao longo do tempo<sup>4</sup>. Como um grande mosaico, dependendo da distância, a imagem externa formada é bastante nítida e rica em detalhes, mas as pessoas que sustentam a representação ocupam e são de diferentes lugares, segmentos sociais e ideias. Todavia, a mensagem principal foi passada e veiculada. Essa comparação torna-se bastante perceptível na imprensa.

É importante ressaltar que, em geral, o apoio a d. Pedro I se deu de forma instável e oscilante. Além disso, a maioria da população que não estava no círculo dos debates políticos, por vezes, pouco inteiradas dos assuntos, também poderiam se identificar de outras formas com *os áulicos*. Isso acontece na medida em que, para a maioria da população, boa parte da concordância com os governos se dá menos pelas ideias e mais pelos valores, tradições e costumes que são pregados e representados pelo grupo. A defesa dos *áulicos* também se deu

<sup>2</sup> O artigo terá por base apenas o estudo da imprensa. O trabalho com Legislativo vem sendo desenvolvido na minha tese, com previsão de término no primeiro semestre de 2018. MARQUES JR., Nelson “O despertar do império independente”: *áulicos* e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Rio de Janeiro: UFRRJ, cap III e IV.

<sup>3</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Estampa, 1998, p. 356-357.

<sup>4</sup> BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Bastos das. Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 329-351.

via valores tradicionais do conservadorismo político<sup>5</sup>, mesclado ao constitucionalismo, com reformas pontuais, vagarosas e necessárias. Em um mundo que se transformava de maneira rápida, o conservadorismo liberal atuava como freio que dosava o ritmo da aceleração. A opinião pública, acostumada com suas práticas e costumes mais tradicionais, viu nessa mudança controlada algo seguro. Foi no medo de uma mudança brusca, acompanhado dos distúrbios sociais difíceis de controlar que os *áulicos* ganharam força no cenário fluminense que necessitava de proteção.

A definição de um grupo, por mais que se faça uma construção bastante delimitada e recortada, é um trabalho árduo e que remonta o próprio sentido da palavra *áulico*<sup>6</sup>. Observa-se que tanto no dicionário de língua portuguesa de d. Rafael Bluteau revisado e acrescido por Antônio Moraes e Silva (1755-1824), publicado em 1789<sup>7</sup>, quanto no dicionário de língua brasileira, redigido por Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), publicado em 1832<sup>8</sup>, o vocábulo *áulico* possui o mesmo significado gramatical; palaciano, cortesão. Contudo, eventos como, a permanência d. Pedro como regente e as discussões na Assembleia Constituinte de 1823 foram elementos circunstanciais para que esse adjetivo, no campo político, fosse ressignificado e ganhasse novos tons.

O termo *áulico* apareceu em alguns jornais, mas carregado de referências do Antigo Regime, ou seja, homens ligados às tradições absolutistas, visto como validos, demagogos, parasitas e males da boa governança<sup>9</sup>. O termo caminha próximo ao significado dado pelos dicionários.

<sup>5</sup>Entende-se o conservadorismo político como um fenômeno que surgiu no século XVIII, em contraposição ao radicalismo iluminista. Conservadores como, Edmund Burke, vivenciaram as mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas que vinham ocorrendo desde o século XVI, devido à progressiva racionalização da vida (*mundanização*), contudo, não se afastaram do ideal de um universo moral, estável e ligado a um sistema de valores transcendentais. Ver. BONAZZI, Tiziano. “Conservadorismo”. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicolau; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). Dicionário de política. 8ª ed. v. I. Brasília: Editora UNB, 1995, p. 243-245.

<sup>6</sup> A evolução dos estudos sobre os *áulicos* deve-se principalmente ao projeto de pesquisa que participei durante a graduação, orientado e coordenado pelo Prof. Dr. Marcello O. Neri de Campos Basile, intitulado: *A Fação áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824-1831)* e a dissertação defendida em 2013, intitulada: MARQUES JR, Nelson. Ferreira. “Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação”: *áulicos*, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826). Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

<sup>7</sup> Dicionário da língua portuguesa, composto pelo padre d. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, p.174. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>.

<sup>8</sup> Dicionário da língua brasileira, composto por Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto-MG, Tipografia de Silva, 1832, p.128. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>.

<sup>9</sup> *Império do Brasil: diário do governo*, nº 76, v. I, 7 de abril de 1823; nº 142, v. I, 30 de junho de 1823; nº 52, v. II, 1º de setembro de 1823. *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa expadaxina*, nº 17, 17 de junho de 1828.

Os *corcundas* foram aqueles que apoiavam o governo de d. João e a monarquia luso-brasileira, pautada em um modelo de Antigo Regime, favoráveis ao absolutismo e avesso às ideias Constitucionais<sup>10</sup>. Entretanto, com a entrada da folha impressa como principal meio de difusão de ideias, costumes e práticas políticas, o regresso de d. João VI para Portugal, a coroação de d. Pedro em primeiro de dezembro de 1822 como soberano legítimo do Brasil e sua promessa de elaborar uma Constituição permitiram que outros tipos de monarquia, com preceitos constitucionais, viessem a despontar fortemente no Brasil. O ápice dessas novas ideias constitucionais, no entanto, manifestou-se somente no ano de 1823, quando se iniciou a discussão dos projetos de monarquias constitucionais na Assembleia Constituinte. A chegada dos ares constitucionais pelo atlântico abriu novos caminhos políticos de governo no Brasil.

As ideias que representavam os *corcundas* no período joanino não são as mesmas ideias dos *áulicos* do Primeiro Reinado, apesar de boa parte dos homens egressos de d. João VI terem mudado para a ala constitucional, unindo forças a seu filho d. Pedro. Para esses que migraram, além da atração pelas novas ideias vindas de Portugal, havia o interesse em manter seus privilégios. Todos esses fatores culminaram para que o significado político de *áulico e corcunda* seguissem caminhos opostos.

Os *áulicos* não se autodeterminavam como uma facção política. Eles não usaram o termo *áulico* para se auto identificar como um grupo. Contudo, mesmo esses indivíduos não se automeando como *áulicos*, tiveram suas ideias e práticas políticas em comum, permitindo reconhecê-los como um grupo<sup>11</sup>. Esses homens gravitavam em torno de d. Pedro I e as suas órbitas ajudaram a direcionar muitos posicionamentos do imperador, isto é, não se tratava apenas de uma relação comensal dos *áulicos*, todos tinham participação na manutenção do Primeiro Reinado. A defesa dos *áulicos* por uma monarquia constitucional centralizada nas de d. Pedro começou a ser discutida na Assembleia Constituinte de 1823, mas somente foi posta em prática após da dissolução da Constituinte de 1823, ordenada por d. Pedro I e a outorga da Constituição de 1824.

Foi defendido pelos *áulicos* do Primeiro Reinado a divisão de quatro poderes: três poderes fundamentados em Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário), por meio de uma monarquia constitucional, e o quarto poder chamado de Poder Moderador, baseado nas

---

<sup>10</sup> NEVES, Lucia Bastos. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003. p. 132.

<sup>11</sup> Como foi evidenciado, os grupos de oposição enxergavam os *áulicos* como facção, termo esse considerado pejorativo.

ideias de Benjamin Constant de Poder Real ou Neutro, mas, que, no contexto brasileiro, foi ressignificado. Para Constant, o Poder Real servia para controlar os excessos dos outros poderes e mantê-los em equilíbrio<sup>12</sup>. Pretendia conciliar a monarquia tradicional com o moderno governo representativo, afastando-se de qualquer radicalismo. José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, relator do projeto da Constituição de 1824, representante do Conselho de Estado, *áulico*, também enfatizava que no Brasil a única forma de manter a ordem e evitar o livre curso das paixões humanas era um equilíbrio sistêmico, cuja modalidade fosse a monarquia constitucional e representativa, uma espécie de governo misto em que o Poder Moderador manteria o equilíbrio político, explicava Caravelas<sup>13</sup>. Além dele, outro célebre político *áulico*, senador vitalício a partir de 1826 e redator desde a chegada da imprensa no Brasil, foi José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú. Ele reforçou a defesa de d. Pedro I ao dizer que o Poder Moderador era: "*a mais brilhante joia do diadema imperial*"<sup>14</sup> e que sem essa força o Brasil desviaria da rota da paz e da ordem. O Poder Moderador foi além das ideias do Poder Real e trouxe um tipo de organização política em que os outros três poderes giravam em torno dele, além de incentivar a integração do monarca no processo legislativo. Esse quarto poder concebido no Brasil apoiou o veto imperial e concedeu poderes extraordinários ao imperador.

No Poder Executivo d. Pedro tinha direito que também favoreceram os *áulicos*, como: nomear magistrados, prover mais empregos civis e políticos, nomear os comandantes da força de terra e mar, nomear embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais, conceder títulos, honrarias, ordens militares e distinções, nomear bispos e prover benefícios eclesiásticos. Todos esses cargos e benefícios fazem parte de um grande tabuleiro de xadrez imperial, em que o rei possuía peças nobres e peões que serviram de estratégicas linhas de defesa da casa imperial contra os ataques dos oponentes. Diante disso, evidencia-se a relevância em abordar os membros da imprensa *áulica* e os seus periódicos como principal veículo condutor das propostas e ideias *áulicas*.

Uma vez mais, a imprensa *áulica* atuou de forma incisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política definida. O objetivo comum era circular o maior número

<sup>12</sup> CONSTANT, Benjamin. Princípios de política aplicáveis a todos os governos. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. pp. 39-77.

<sup>13</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836). Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 90-92.

<sup>14</sup> VIANNA, Helio. Contribuição à história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.359.

de notícias que coadunassem com os preceitos da política imperial, a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo.

### **A transformação da imprensa e os jornais *áulicos***

O Rio de Janeiro constituiu-se, nos anos de 1820, o cenário principal das atividades ligadas à imprensa política. Inúmeros jornais divulgavam suas ideias, sendo responsáveis pela difusão de um tipo de imprensa política-pedagógica. Nesses espaços públicos em construção, a imprensa assumiu a dianteira como principal veículo de comunicação, retirando as discussões políticas do domínio privado e erguendo novos espaços públicos de sociabilidade (cafés, livrarias, clubes, sociedades secretas), transformando as discussões políticas em coisa pública<sup>15</sup>. Diante dessa gradual mudança dos espaços públicos, a opinião pública veio a reboque como uma poderosa ferramenta política, fruto dessas práticas modernas de publicidade.

Ao longo do Primeiro Reinado foram publicados 69 periódicos, fora os outros tipos de impressos<sup>16</sup>. Desse total, 21 jornais foram de tendência política *áulica*, isso equivale, aproximadamente, a 31% de todos os periódicos fluminenses do período. Se analisarmos, contudo, somente os jornais políticos, a porcentagem de jornais *áulicos* aumentaria de forma considerável, visto que dentro desse número total de jornais, existiram diversos periódicos que não eram de cunho político, tratavam apenas de notícias locais e do exterior, literatura, ciências, comércio etc.

O volume de jornais *áulicos* foi identificado a partir da investigação das temáticas centrais que circulavam nas folhas do Rio de Janeiro de 1823 a 1831. O posicionamento de natureza política do redator, sendo recorrentemente favorável ao governo de d. Pedro em diversos pontos, tais como: questão da soberania do imperador; apoio a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; defesa da Constituição de 1824, manutenção da Cisplatina no corpo do Império; os ataques aos redatores que defendiam a Confederação do Equador foram os principais critérios para reconhecer a existência de uma imprensa *áulica*. A auto identificação do redator com algum grupo político, ex: *moderados* ou *exaltados*<sup>17</sup> foi respeitada, sendo levados em consideração e tomando os devidos cuidados com os aspectos retóricos presente

---

<sup>15</sup> NEVES, Lucia Bastos. Opinião Pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernandes. (dir). Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1012.

<sup>16</sup> BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos (orgs.). Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 41.

<sup>17</sup> Vale lembrar que os *áulicos* não se auto identificavam como tais.



nos jornais, principalmente, no que concerne a utilização das figuras de linguagem, como a ironia. Outro ponto observado foi à utilização dos redatores da ideia de *afirmação pela negação*, ou seja, eles apontam a quais grupos não pertencem e rejeitam, todavia não revelam categoricamente suas preferências políticas, podendo ser enxergado apenas nas entrelinhas dos jornais.

Os jornais *áulicos* foram pesquisados a partir de meados de 1823 até o sete de abril de 1831. São eles: *Atalaia; A Estrela Brasileira; Império do Brasil: Diário do Governo e Diário Fluminense; o Propugnador; O Spectador Brasileiro; O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro; Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas; O Constitucional Brasileiro; Gazeta do Brasil; O Sol; O Analista; O Conciliador; Le Courier du Brésil. Feuille Politique, Commerciale et Littéraire; O Censor Brasileiro; Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Astrea Expadaxina; O Moderador, o novo Correio do Brasil; O Brasileiro Imparcial; O Verdadeiro Patriota; O Novo Brasileiro Imparcial e O Novo Censor: Jornal Analytico*. Vale ressaltar que, apesar da pesquisa ter sido feita, periódico por periódico, a análise foi refinada a partir do conjunto das principais ideias circuladas nos jornais, isto é, foi compreendido o somatório das ideias centrais ventiladas nos jornais *áulicos*.

A intenção do estudo da imprensa *áulica* não foi para enaltecer o Império, mas mostrar que, mesmo passando por momentos difíceis como a censura, as perseguições políticas, as sublevações nas províncias, as crises econômicas e políticas, a Monarquia constitucional centralizada perdurou por nove anos. Isso demonstrou que a censura às liberdades, que oscilou a sua intensidade durante o Primeiro Reinado, teve dupla consequência: uma negativa e outra positiva. De um lado, a censura desgastava politicamente o império, refletindo nas ruas a imagem de um rei autoritário e avesso às liberdades; de outro, essa forte regulação do governo abriu maiores *janelas de oportunidades* para a imprensa *áulica* trabalhar, contando, inclusive, com o financiamento de algumas folhas pelo governo. A forte concorrência ideológica na imprensa não intimidou a impregnação de um projeto político favorável ao império pelas folhas.

Nas folhas *áulicas*, evidenciou-se em todas elas a defesa constante da figura do imperador e de um Estado centralizado. Os pedidos de centralização da Monarquia constitucional feitos ainda pelos deputados *áulicos* na Assembleia em 1823 passaram a ser reportados nos periódicos *áulicos* e percorreu todo o Primeiro Reinado. Outras questões caras veiculadas nos jornais *áulicos* foram: a manutenção da integridade territorial do Império e a liberdade de imprensa.



## Considerações finais

Os apontamentos desses componentes iluminam como era feito o processo de proteção da imagem e do governo imperial. Paralelamente às suas atividades de publicista, esses homens passaram em diversas instâncias de poder (administrativo, político e imprensa), muitas vezes, assumiam, simultaneamente, a batalha nesses diferentes espaços para ampliar seus canais de comunicação e convencimento. A homogeneidade da elite intelectual *áulica*, não se dava propriamente pela sua formação, instituição formadora ou carreira, mas sim por princípios e ideias nodais que norteavam um esboço de projeto político *áulico* comum, pautado na manutenção do Estado imperial capitaneado por d. Pedro I.

## Referenciais Bibliográficos

ANDRADE, Santiago Silva de. *Domus Regis: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Tese (Doutorado em História Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

BAKER, Keith. M. Introduction. In: K. M. Baker (ed). *The french revolution and the creation of modern political culture*. v.1. Oxford: Pergamon Press, 1987.

BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

\_\_\_\_\_. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: José M. de Carvalho e Adriana P. Campos (Org). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. In: José. M de Carvalho; Miriam H. Pereira; Gladys. S. Ribeiro e Maria J. Vaz (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 174.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Estampa, 1998. p. 350-352.

\_\_\_\_\_. Os partidos. In: RÉMOND, R (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 8ª ed. v. I. Brasília: Editora UNB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

CALMON, Pedro. História do Brasil: o império e a ordem liberal. vol. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

\_\_\_\_\_. O Rei cavaleiro: vida de d. Pedro I. Rio de Janeiro: Saraiva, 1948.

CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

CARVALHO, José. Murilo. A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial – 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Cidadania: tipos e percursos. In: Estudos históricos, v. 9 - nº 18. 1996.

\_\_\_\_\_. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: Topoi: revista de história, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Organização e introdução. In: Visconde do Uruguai. Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L (orgs.). Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CONSTANT, Benjamin. Princípios de política aplicáveis a todos os governos. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de ; CAMPOS, Pedro Moacyr. História geral da civilização brasileira, t.II- O Brasil monárquico, o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

FONSECA, S. C. P. B; CORRÊA, M. L.(Orgs.). 200 anos de imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLEWELL, L. O livro no Brasil: sua história. – 3º ed. – São Paulo: EDUSP, 2012.

HEINZ, F. M. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo who's who em pesquisa prosopográfica. In: Flávio M. Heinz (Org.). História social de elites. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. A Herança colonial – sua desagregação. In: Sérgio Buarque de Hollanda (dir.), e Pedro Moacyr Campos (assist.), História geral da civilização brasileira, t. II- O Brasil monárquico, 1º v.- O Processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: Jurandir Malerba (org.). A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LESSA, M. L. & FONSECA, S.C.P. de B. (orgs.). Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil – e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das letras, 2000.

\_\_\_\_\_. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MARQUES JR, Nelson Ferreira. Os verdadeiros Constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826) – dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

MONTEIRO, Tobias do Rego. História do Império: o 1º Reinado. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1982.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte – MG: Fino traço, 2014.

NEVES, Lucia M. Bastos Pereira. “A guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Opinión Pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, J. F. (dir). Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org). Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

NOVAIS, Fernando. A.; MOTA, G. C. A independência política do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

PEREIRA, Christiane Peres. A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830). 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

PEREIRA, Vantuil. Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro 1822-1831. São Paulo: Alameda, 2010.

PERROT, Michelle. (org.). História da vida privada, 4 : Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras , 2009.

PINSKY, Carla B.; et al. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_.; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, M.P.B. Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

POCOCK, J.G.A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2001.

PUJOL, Xavier. G. La historia política de La Edad Moderna europea, hoy: Progressos y minimalismo. In: BARROS, Carlos (ed). Historia a debate. Actas Del Congreso Internacional “ a historia a debate”. Santiago de Compostela: historia a debate, 1995.

RÉMOND, René. (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys. Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. & PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org). O Brasil Imperial – vol. 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: Marcelo G. Jasmin & João Feres Jr. (org.). História dos Conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2006.

SEBASTIÁN, J. F & CAPELLÁN, G. M. (eds.). Language, tiempo y modernidad. Ensayos de historia conceptual. Chile: Globo Editores, 2011.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio. A vida de d. Pedro I. Rio de Janeiro: José Olympio, 3 vs, 1972.

VIANNA, Hélio. Contribuição à história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

## A Estética Fotográfica do Brasil Imperial: a construção da imagem de uma nação moderna

**Thiago Sobreira Vailati Silva**

Mestrando em História Política e Cultura

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: [thiosobreira@gmail.com](mailto:thiosobreira@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo busca fomentar um debate sobre a prática fotográfica brasileiro no final do século XIX. Partindo do contexto da circularidade das ideias de Modernidade e observando a atuação do Estado Imperial junto as agências de produção intelectual e cultural, pretende-se analisar qual tipo de imagem nacional está sendo construída e quais jogos políticos e identitários estão inseridos nessa construção. Para isso serão analisadas tanto imagens oficiais do Estado quanto imagens de particulares, além de traçar paralelos com demais produções nos demais países periféricos.

**Palavras-Chave:** Modernidade, Fotografia, Representação Política e Identidade Nacional.

**Abstract:** This article aims to stimulate a discussion about Brazilian photography practice at the end of XIX century. From the context of circularity of ideas in Modernity and observing the Imperial State action on the agencies of intellectual and cultural production, we intend to analyze what kind of national image is being built and what political and identities dispute are inserted in this construction. For this purpose, both official State images and images of private individuals will be analyzed, as well as parallels with other productions in the other peripheral countries.

**Keywords:** Modernity, Photography, Political Representation and National Identity

As fotografias carregam uma ampla capacidade de significações, parte por sua versatilidade de usos, mas especialmente devido a sua própria natureza mnemônica<sup>1</sup> e sua característica de imagem/documento e imagem/monumento<sup>2</sup>. A percepção das fotografias<sup>3</sup> como documento-monumentos nos permite reconhecer traços do imaginário social<sup>4</sup> que são

---

<sup>1</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 13, p. 243-262.

<sup>2</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e fotografia.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 14, p. 263-281. Maud e Lopes mobilizando Jacques Le Goff e a teoria do documento/monumento, ressaltam que a fotografia deve ser considerada simultaneamente uma imagem/documento e imagem/monumento, onde a imagem/documento será a “marca de uma materialidade passada, que nos informa sobre determinados aspectos desse passado, como condições de vida (...)” E a imagem/monumento será um “símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro” p. 264

<sup>3</sup> Neste caso, usarei a definição de Mauad (1996, p. 80) onde a fotografia é: resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções signílicas diferenciadas de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto no local que ocupam no interior da própria mensagem.

<sup>4</sup> BACZKO, Bronislaw. “A Imaginação Social”. In: LEACH, Edmund *et alii*. Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995. Segundo o autor “imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle

chave para a compreensão de aspectos de uma cultura política em nosso próprio tempo histórico. Com o cuidado, claro, para “não ler o passado com lentes exclusivamente voltadas para o próprio momento ou para os interesses do pesquisador”.<sup>5</sup>

Segundo Mauad, a fotografia no século XIX é uma das responsáveis pela tematização do perfil urbano e moderno. Foi também nesse período que a fotografia desempenhou um papel central nas novas formas de controle social com as práticas da fotografia policial, médica, geográfica e etnográfica, as quais davam base as teorias racialistas e higienistas que faziam parte dos discursos imperialistas e civilizatórios daquele período.

Mauad ainda complementa que a fotografia oitocentista estava pautada fundamentalmente em dois tipos de produção: retratos e paisagens. Onde “os retratos fotográficos atualizam a tradição dos pintados a óleo, das miniaturas em porcelana (...) É um fenômeno moderno, da mesma natureza das reformas urbanas das grandes capitais, do trem a vapor, da lâmpada elétrica e do cinematógrafo”.<sup>6</sup>

Em suas teses Pinney defende que a fotografia traz à tona as realidades existentes naquele teatro perante a câmera e no caso das sociedades coloniais e pós-coloniais, ela também atua de forma massificadora dos povos, tornando-os todos iguais nas representações<sup>7</sup>. Essa relação é bem perceptível ao observamos as produções fotográficas brasileiras deste momento. A exaltação ao exótico, a natureza e ao indígena romântico são os elementos estéticos chave para a representação do Brasil perante às demais nações.

Os “indígenas personificavam, no contexto de finais do XIX, a representação da ‘infância da humanidade’, ou, ainda, na imagem de um certo exotismo em vias de desaparecimento”.<sup>8</sup> Veloso e Madeira observam que “as imagens revelam o quanto a formação do olhar americano foi emoldurada pela perspectiva europeia. Enfatizando o exotismo das nossas diferenças, construiu-se aqui um imaginário extremamente demarcado”.<sup>9</sup> Poignant

---

da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”. p. 309

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.04, n.02, p. 391-431, out, 2014. p. 422.

<sup>6</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e fotografia.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 14, p. 263-281. p. 270.

<sup>7</sup> PINNEY, Christopher. *Seven theses on photography*. In: *Thesis Eleven* 113(1), 2012, 141–156.

<sup>8</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.04, n.02, p. 391-431, out, 2014 p.401.

<sup>9</sup> VELOSO, Mariza. MADEIRA, Angela. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p 62.



demonstra que nos anos 1880, as histórias que contribuíram com o estereótipo de selvagem “tem alimentado a narrativa imperialista sobre o triunfo da civilização sobre a selvageria (ou barbárie) em um grande número de fronteiras, incluindo Austrália e o Pacífico, África e também América”<sup>10</sup>.

Além disso, o final do século XIX é o período dos espetáculos como as grandes feiras europeias. Nesses espetáculos, este exótico dos países coloniais tem grande aceitação enquanto caráter tanto científico quanto mercadológico<sup>11</sup> reforçando a construção dos imaginários nacionais para a construção de sua *Comunidade Imaginada*<sup>12</sup>. Nesse aspecto, há a possibilidade de a fotografia brasileira estar consoante com as práticas fotográficas coloniais e etnográficas tendo em vista que por aqui também circulavam membros e ideias das comunidades científicas acreditavam que as populações nativas, fossem elas americanas, africanas ou australianas, deveriam ser rapidamente registradas e documentadas tornando a fotografia um dos principais mecanismos de preservação. Um exemplo que podemos observar é o da representação de povos nativos considerados hostis como é o caso dos aborígenes australianos e os índios Bororos abaixo:



**Figura 1:** First Group of North Queensland Aborigines.  
Fonte: Fotografia desconhecida. Apud. POIGNANT, 2003  
p. 58

<sup>10</sup> POIGNANT, Roslyn. The Making of Professional ‘Savages’: From P.T. Barnum (1883) to the Sunday Times (1998). In: PINNEY, C.; PETERSON, N. *Photography Other Histories*. Duke University Press, 2003, p. 63 – Tradução livre.

<sup>11</sup> *Ibidem*

<sup>12</sup> ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



“*These are the six Manbarra from the Palm Islands*”<sup>13</sup>. Poignant demonstra em seu trabalho a trajetória deste grupo de aborígenes australianos expostos nos espetáculos da Inglaterra. Percebe-se nessa trajetória a relação do domínio europeu, na maior parte das vezes envolto da retórica de modernidade e civilidade, em relação aos demais países. Uma mesma forma de estereotipar pode ser observada na fotografia de Marc Ferrez dos indígenas Bororós.



**Figura 2:** Índios Bororos. Fonte: FERREZ apud SCHWARCZ, 2014 p. 405.

Tanto na imagem de Ferrez quanto na imagem apresentada por Poignant é possível destacarmos muitas semelhanças quanto a produção da fotografia. O provável líder masculino do grupo é colocado na posição central perante os demais indivíduos; uma fileira de guerreiros é colocada logo atrás, todos em pé e alguns segurando seus utensílios de caça e guerra, dotando o grupo de força física e virilidade; os corpos nus e pés descalços são um importante componente da imagem, reafirmando a não civilidade desses povos retratados.

Partindo do princípio que as “imagens não contribuem apenas para representar o passado, mas também para construí-lo”<sup>14</sup>, a escolha da angulação ao registrar a grandiosidade natural dos trópicos e seus tipos pode atender além dos fatores estéticos, aos fatores político-culturais como a idealização da força dos elementos da natureza remetendo ao próprio poder da

<sup>13</sup> Em Tradução livre: “*Esses são os seis Manbarra da Ilha de Palm*” POIGNANT, Roslyn. The Making of Professional ‘Savages’: From P.T. Barnum (1883) to the Sunday Times (1998). In: PINNEY, C.; PETERSON, N. Photography Other Histories. Duke University Press, 2003, p. 58

<sup>14</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 259.

nação ou do governo que buscava projetar<sup>15</sup> ideias de monumentalidade daquele momento histórico.

Outro exemplo da estetização do selvagem para atender a ideia de exotismo tropical ao mesmo tempo que dialoga com o projeto do Romantismo, é esta fotografia produzida por Ferrez em seu estúdio. Na imagem percebemos exatamente esta retórica do indígena estetizado, servindo ao papel de herói nacional. Uma criança indígena é vestida com todos os ornamentos que se espera de um índio tropical. Não bastando a isso, sua posição é triunfante e uma onça é colocada aos seus pés, como que simbolizando a sua vitória sob a caça, ou ainda, a vitória do homem sob a selvageria.



**Figura 3:** Jovem índio do Mato Grosso. Fonte: FERREZ apud SCHWARCZ, 2014 p. 403.

Tendo por base a estética da grandiosidade da natureza para a composição dos imaginários nacionais, “os discursos literários e científicos de então foram responsáveis pela criação da ideologia nativista, que se desdobrou em narrativas e imagens da natureza tropical e do índio, presentes nas obras dos nossos pintores e escritores românticos”.<sup>16</sup> Segundo Veloso e Madeira, o Romantismo e a Modernidade tem sua gestação simultânea na Alemanha, Inglaterra

<sup>15</sup> Para Meneses (2012) é possível pensarmos em uma terceirização de memórias onde “a imagem padroniza os modos de ver e promover lembrança subjetiva que já estava paradoxalmente prevista (...) na partilha de uma memória objetivada a serviço de uma narrativa.” p. 258

<sup>16</sup> VELOSO, Mariza. MADEIRA, Angela. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 62.

e França, sendo esta última a que mais dissemina os ideais românticos que chegam ao Brasil na geração de 1870.<sup>17</sup> O bom selvagem rousseauiano servirá diretamente como referência aos ideais civilizatórios que circulavam no Brasil, dando força ao movimento estético do indianismo em que o indígena será a representação tropical da nobreza e valentia e encontra terreno fértil na já formada tradição e deslumbramento pelo exotismo nas imagens.

Devido ao seu alto custo inicial, somada ao pertencimento a uma sociedade em boa parte iletrada e a uma cultura de Corte<sup>18</sup> onde o poder simbólico<sup>19</sup> é muito presente, o daguerreotipo e a fotografia tem forte aceitação entre as elites agrárias. Porém, contrariando o desejo do Imperador e das diretrizes das Instituições de Cultura e Arte por ele tutoriadas, muitos dos membros da aristocracia rural brasileira faziam questão de apresentar-se enquanto orgulhosos proprietários de negros escravizados. Schwarcz nos traz uma análise de um ótimo exemplo deste caso:

Ligeiramente à frente está o senhor, com sua expressão cerrada e digna, traje completo, braços cruzados, barba e cabelos aparados, botas e gravata a diferenciá-lo dos demais. Com sua postura corporal e adereços selecionados, ele mostra onde reside a hierarquia. (...) Trata-se indubitavelmente de escravos, pois os companheiros de foto não calçam sapatos e estão numa linha simbólica sutilmente demarcada: ligeiramente atrás do senhor que lhes dá as costas.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>18</sup> ELIAS, Nobert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. O autor demonstra que as sociedades das cortes constituíam uma aristocracia única onde “(...) os membros dessa sociedade multiforme falam a mesma língua (...) leem os mesmos livros, têm os mesmos gostos, as mesmas maneiras e – com diferença de grau – o mesmo estilo de vida”. p. 18.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Segundo o autor “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. p. 09

<sup>20</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.04, n.02, out, 2014. p. 418.



**Figura 4:** Senhor e seus escravos. Fonte: AZEVEDO apud SCHWARCZ, 2014 p.419.

Walter Benjamin<sup>21</sup> aponta que “nada seria inacessível, e até mesmo a pobreza e sofrimento seriam estetizados pelos ângulos elegantes e pelas bem cuidadas reproduções. Nesse contexto, a fotografia serviria à estetização do mundo”.<sup>22</sup>

A atuação das agências de produção de imagens e das instituições de cultura é crucial na formação e expansão dos ideais do romantismo brasileiro onde se localizam a natureza grandiosa e exuberante, o índio estetizado, o português heroico e o negro segregado. Cabia, porém, ao Estado o papel de agente da modernização nacional, organizando as ações de particulares dentro dos espaços urbanos ou por financiamento e tutela de centros e instituições artísticas e culturais como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Academia Imperial de Belas-Artes e dos estúdios particulares de fotografia. Segundo estudo realizado por Schwarcz a:

fotografia permitirá agilizar um modelo de representação já testado na literatura palaciana e nas telas da Academia Imperial de Belas Artes: o indigenismo romântico. Tratava-se de implementar um projeto nacional pautado em duas grandes bases – a natureza e seus naturais – e tendo como vértice do triângulo o próprio monarca, a orquestrar tal projeto.<sup>23</sup>

Neste aspecto, prática aqui observada na contribuição da construção da imagem nacional é a do agenciamento imperial quanto a produção e circulação de fotografias. Partindo

<sup>21</sup> Segundo Benjamin (2008) *apud* Mauad e Lopes (2012), a invenção e prática da fotografia, devido ao seu caráter de fácil reprodutibilidade, rompe com valor cultural - a aura - da arte, permitindo maior acesso e circularidade das imagens, porém sem o caráter de unicidade pertencente às pinturas e esculturas.

<sup>22</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e fotografia.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 14, p. 266.

<sup>23</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.04, n.02, out, 2014. p. 397.

dos espaços e padrões artísticos já estabelecidos, “a produção de vistas fotográficas apoiava-se nos cânones da pintura de paisagem, utilizando chapas de formato médio e grande, operadas por fotógrafos que se capacitavam no ofício”<sup>24</sup>. A fotografia de paisagem<sup>25</sup> herda diretamente a retórica do gigante tropical criada pelas imagens como dos naturalistas viajantes dos séculos anteriores<sup>26</sup>. Veloso e Madeira demonstram que os relatos das expedições científicas moldaram a percepção tanto europeia quanto dos americanos sobre a América.<sup>27</sup> Já a fotografia enquanto prática sociocultural ganha força no Brasil a partir do início dos anos 1860.

As fotografias de Marc Ferrez “se prestavam a construir representações de domínios imperiais e conquistas empresariais, por parte dos aparatos do poder do Estado e da economia”<sup>28</sup>. A caracterização do exotismo, do selvagem<sup>29</sup> e do belo foram captados e cooptados por suas lentes assim, “se a paisagem aparece embrulhada para presente, também os nativos surgem totalmente enquadrados pelas lentes e vestidos a caráter: exóticos, estão prontos para a admiração geral e para uma cena que não lhes compete”<sup>30</sup>.

Ao dotarmos o corpo – do selvagem, do negro, do natural – de sentido, comparando com outras referências – demais fotografias, imagens, literaturas, histórias – compomos um *Corpus* fotográfico e, com isso, acionamos o Regime de Visualidade<sup>31</sup> observando as relações

<sup>24</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e fotografia.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 14, p. 271

<sup>25</sup> Segundo Schwarcz (2014, p. 398.) “o auge desse movimento de elevação da natureza como “paisagem” (...) se dá em pleno século XIX, quando, na conformação de modelos identitários, a representação do território natural assume o lugar da própria nacionalidade”. A ausência de catedrais e castelos medievais é compensada pelas exuberâncias e grandiosidades naturais. Estas paisagens evocam relações de afetos e sensibilidades que permitiram a identificação dos diferentes grupos sociais e culturais no projeto estético imperial.

<sup>26</sup> Na obra GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Ginzburg lança um debate com Gombrich, partindo da Pathosformel de Warburg e com base no método indiciário – reconhecer naquelas imagens observadas não somente as características evidentes de um tempo histórico, mas os indícios de uma continuidade daquele passado ao longo de um recorte temporal, traços de um artista que muitas vezes nem mesmo o próprio pode perceber produzir - defende que assim como os símbolos, os movimentos artísticos também buscam referências nas práticas pictóricas anteriores, garantindo as novas obras a aceitação de seu público consumidor.

<sup>27</sup> VELOSO, Mariza. MADEIRA, Angela. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p 62.

<sup>28</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e fotografia.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 14, p. 271.

<sup>29</sup> Cabe aqui um breve debate traçado por Pinney (2012) inspirado em Roland Barthes sobre o ‘Corpo e o Corpus’ fotográfico. Para Barthes, o corpo presente na fotografia representa um corpo que esteve na frente da câmera, uma coisa no tempo e espaço que já não existe mais, nesta abordagem, a fotografia e a câmera possuem caráter neutros, pois as escolhas de composição – posicionamento do corpo, da câmera, escolha da luz – são inteiramente humanas assim como a análise ou dotação de sentido ao corpo na imagem.

<sup>30</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando Imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v.04, n.02, p. 391-431, out, 2014. p.400.

<sup>31</sup> Meneses (2012), apropriando-se do conceito de Regime de Historicidade de François Hartog elabora o conceito de Regimes de Visualidade que seria a composição das variadas maneiras de representação imagética para definir

entre as obras daquele dado momento e os elementos signícos e simbólicos que compõem aquele tipo de imagem. A fotografia atua como um mediador direto com o passado, carregando consigo todos símbolos e estéticas ali registradas em um determinado espaço-tempo. Nesse sentido a natureza da fotografia<sup>32</sup> está na pose<sup>33</sup> produzida pelo sujeito-objeto durante aquele espaço-tempo.

E é exatamente na questão da pose que reside um belo embate<sup>34</sup> entre a vontade indentitária do negro escravizado, a demonstração de poder da aristocracia rural e o projeto nacional do romantismo tutelado pelo Estado que buscava anular a presença da imagem da escravidão no país. Um embate direto entre o desejo do Imperador de construir a imagem de uma nação civilizada com sua base política ainda era muito ligado aos costumes e práticas coloniais. Neste caso, podemos observar a presença do negro em duas situações diferentes. A primeira como símbolo de poder (figura 4) e a segunda como unidade de medida (figura 7).



**Figura 7:** Ipanema Fonte: FERREZ, 1895.  
Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/artista/colecao/marc-ferrez/obra/2484>>.

uma consciência de si e para compreendermos quais símbolos e signos são coerentes para aquela determinada imagem e momento no qual ela foi produzida e é analisada.

<sup>32</sup> Para MAUAD e LOPES (2012, p. 263) é coerente pensarmos que “a evidência histórica e a imagem são constituídas por investimento de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado”

<sup>33</sup> Em sua obra BARTHES, Roland. A câmara clara: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. O autor alerta que a pose está mais relacionada com a intenção de leitura – criação da imagem do eu – que o sujeito-objeto produz do que com a postura ou situações fotográficas.

<sup>34</sup> A permanência da escravidão após 1870 representava o oposto da imagem civilizada e progressista que o país procurava veicular, porém, representava o próprio símbolo de poder das aristocracias rurais que dominavam o campo político e econômico.



Na fotografia de Ferrez, da vista da praia de Ipanema é possível percebemos o elemento humano em pequena proporção perante os morros Dois Irmãos e Pedra da Gávea. Prática esta comum entre as fotografias de paisagem para dar noção de proporção e grandiosidade aos elementos naturais e, na maior parte das vezes, eram usados negros escravizados como elemento de medida e proporção, como marcos visuais. A fotografia irá cumprir um papel de construtora da imagem e imaginário nacional, dando ênfase aos diálogos entre a já formada comunidade de imaginação<sup>35</sup>, o imaginário local e os projetos identitários de nação em andamento.<sup>36</sup>

O Imperador e as instituições atuaram mais que somente como construtores de uma imagem, mas como fabricantes de memórias e monumentos cuidadosamente selecionados, criando representações culturais que rapidamente se consolidaram entre os imaginários nacionais. Como bem nos lembra Barthes, a centelha do acaso, ou o *punctum* se faz presente quando algo escapa as intenções do discurso – político, identitários, social, fotográfico – tornando aquele corpo um elemento de trânsito entre o presente e o passado, ferindo o presente com lembranças ou detalhes que de forma direta ou indireta, os artificios da memória tentaram apagar. A fotografia brasileira do final do século XIX, apesar de em ressonância com as demais práticas intelectuais e artísticas do romantismo e modernidade, nos permitem observar não somente os corpos prostrados em estúdio e diante as câmeras sob direções morais e estéticas, mas também perceber as nuances dos teatros da nação, assim como os embates identitários, no caso dos indígenas e dos negros, e político sociais no caso dos senhores e seus negros escravizados. A construção da imagem da nação moderna e civilizada ao gosto do imperador acontece e tem sucesso, nos tornamos o gigante tropical, porém, nossos povos se fazem presente nestas que deveriam ser apenas fotografias de paisagem.

### **Bibliografia:**

ANDERSON, Benedict R. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

---

<sup>35</sup> Segundo Baczko (1995), a comunidade de imaginação é o sistema onde símbolos e signos que, ao atravessarem por diferentes processos político-históricos, não somente perduraram, mas passaram a dar sentido, legitimar ou negar as existências de novas práticas sociais, simbólicas e ritualísticas.

<sup>36</sup> Anderson (2008) e Baczko (1985) abordam a importância de aspectos simbólicos serem partilhados coletivamente criando um laço imaginário e emocional entre aqueles que o partilham. Esse laço é o caminho necessário na construção de uma *comunidade imaginada* que irá compor as várias identidades nacionais.



- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al (Orgs.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 296-332.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.91-107. (Obras Escolhidas, vol.1).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.
- MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 14, p. 263-281.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 13, p. 243-262.
- PINNEY, Christopher. Seven theses on photography. In: *ThesisEleven* 113(1), 2012, 141–156.
- POIGNANT, Roslyn. The Making of Professional ‘Savages’: From P.T. Barnum (1883) to the Sunday Times (1998). In: PINNEY, C.; PETERSON, N. *Photography Other Histories*. Duke University Press, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando Imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.04, n.02, p. 391-431, out, 2014.
- VELOSO, Mariza. MADEIRA, Ângela. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

## Entre o chocalho e o chicote: representações dos carregadores de café no Brasil oitocentista

**Vitória dos Santos Acerbi**

Graduanda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: [vitoriaacerbi@gmail.com](mailto:vitoriaacerbi@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho visa a examinar quatro representações oitocentistas de carregadores de café. Todas compartilham, além das personagens representadas, sua conformação no espaço e adereços, o modo protagonista e atuante em que são retratados, a data (meados do oitocentos) e a feitura por um olhar estrangeiro, de viajante a registrar artisticamente a realidade que lhe chegava às vistas, sempre carregando a sua imagem com referências de sua bagagem e repertório visual e cultural anterior. Buscaremos aqui destrinchar e decodificar alguns de seus possíveis significados sociais e artísticos por comparações imagéticas, por passagens de literaturas do XIX e historiografia.

**Palavras-chave:** carregadores de café; negro; representações; artistas-viajantes; oitocentos.

**Abstract:** This essay aims to analyse four nineteenth-century representations of coffee carriers. They all share, besides the central characters represented, the compositional arrangement and objects they carried, the protagonist and active manner in which they are portrayed, the date (middle nineteenth-century) and the foreign authorship, by a traveller artist that artistically records the reality that filled his vision, always putting into the final image references of his previous visual and cultural repertoire. We will try here to unravel and decode some of the possible social and artistic meanings of the representations by comparing images, by passages of nineteenth-century literature and historiography.

**Key-words:** coffee carriers; black people; representations; traveller-artists; nineteenth-century.

Entre telenovelas, romances da época e romances de época, os trabalhadores do café se tornaram personagens muito conhecidas da história brasileira, sobretudo da fase mais difundida, romanceada, retratada, das lavouras de café na região sudeste no século XIX, em que o cenário compunha-se de carreiras e mais carreiras de pés do “ouro-negro” a perder de vista, muitos escravos a nelas trabalharem e uns poucos senhores a mirarem tudo de sua casa-grande. Contudo, aquilo que mais pensamos conhecer é não raro aquilo que conhecemos mal e, por isso mesmo, nunca é demais voltar atenção a tema como este, aparentemente tão batido, mas com tanto ainda a explorar. Neste artigo, objetivamos volver os olhos a algumas representações visuais do momento do carregamento de café - entre a lavoura e a tulha, entre a carroça e o navio, entre o campo e a urbe; em marcha cantante, em grupos bem juntos, com sacos na cabeça, chocalho e bandeira na mão, junto a um líder a apontar o caminho - em paisagem rural e urbana.

Estas imagens surgiram a nós no decorrer de outro estudo, ou nos desdobramentos dele<sup>1</sup>. Estávamos averiguando a produção de Paul Harro-Harring, artista-revolucionário teuto-

---

<sup>1</sup> ACERBI, Vitória; GOMES, Leonardo. A humanidade das personagens negras nas aquarelas brasileiras de Paul Harro-Harring. In: *Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

[www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)

dinamarquês que veio ao Brasil em três ocasiões e numa delas, em 1840, passou três meses no Rio de Janeiro a produzir imagens sobre o cotidiano dos negros na cidade como correspondente do jornal abolicionista inglês *The African Colonizer*<sup>2</sup>. Dentre as vinte e quatro aquarelas geradas nessa missão, uma em especial nos cativou a atenção de modo inelutável.



**Figura 1:** Paul Harro Haring. Negros carregadores de café indo receber o pagamento de seu dia. Negra vendendo bananas e laranjas. Eclesiástico em cabriolé se entretendo com dois irmãos de Santo Antônio. Aquarela. 1840. I.M.S. Rio de Janeiro.

Uma observação desavisada, ou militante, verá nessa imagem, antes do norte oferecido pela legenda, uma cena de revolta, manifestação, motim. A comitiva negra está coesa e unida, marcha com expressões de face e corpo decididas e cheias de força. Eles têm os olhos voltados para frente carregados de atitude, e as bocas abertas como quem canta, ou se manifesta em coletivo grito. A cena tem movimento e vibração. Até o cavalo do cabriolé parece agitado com o inusitado que presencia. Por outro lado, a bandeira que tremula ao centro próxima a um objeto que parece uma imagem coberta de santo e a presença dos padres no canto direito também

2016, p. 1323-1338. Disponível em: <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Anais-UFJF1.pdf> Acesso em: jun. 2017.

<sup>2</sup> FRANCESCHI, Fernando de. *Paul Harro-Haring: Esboços tropicais do Brasil*. São Paulo: IMS, 2001.

podem sugerir que a cena se trata de um cortejo religioso, procissão festiva, ocasião não de todo incomum realizada pelas irmandades negras que existiam em toda parte nos tempos do império.

De todo modo, estávamos incomodados com o mistério que esta aquarela apresentava. Malgrado o seu título, malgrado a tranquilidade da negra no primeiro plano sentada na calçada a vender suas frutas e a passagem corriqueira de um eclesiástico com seu cocheiro e escravos (que, evidenciando testemunho de um evento rotineiro que não causa estranheza nem mobiliza respeito, quase interdita a leitura de uma manifestação ou procissão negra ali), ainda persistia alfinetando-nos um sentimento de incongruência entre o que representa o trabalho e o nome dado a ele.

Para trabalhar este incômodo, decidimos procurar entre as produções de artistas-viajantes no Brasil do mesmo período se havia mais representações de carregadores de café em similar composição. A busca não se mostrou ingrata:



**Figura 2:** Jean Baptiste Debret. *Escravos voltando da plantação de café*. 1826. Aquarela. Rio de Janeiro.

Pertencente ao acervo do museu Castro Maya, localizada hoje na Chácara do Céu, no Rio de Janeiro, a aquarela desfez toda e qualquer desconfiança de nossa parte quanto à cena da obra de Paul Harro-Harring. As semelhanças não deixam dúvidas. Vemos aqui mais uma vez um grupo de negros aglutinado a caminhar numa direção, encabeçados por um negro cuja figura



indica movimento com sua postura e gesto, portando um acessório de formato triangular semelhante a aquele esboçado nas mãos do líder no trabalho anterior e um expansivo galho de folhas, bem alto. Logo atrás dele, o segundo negro porta na mão direita uma bandeira, como o terceiro membro do séquito retratado por Harro-Harring.

As diferenças são evidentes: em primeiro lugar, esta imagem esfacela estranhamento porque os carregadores de café são delineados pelo elemento mais marcante de seu trabalho: as sacas de café sobre suas cabeças, ausentes na obra ponto de partida de nossa análise. Além disso, esta cena se passa no campo, caracterizado pelo relevo e a vegetação que preenchem os seus três planos, ao passo que a anterior era uma ocorrência urbana. Apesar destas distinções, as similaridades nos apontavam para a existência de um padrão representativo.

Ao buscarmos nas palavras de Debret alguma descrição que complementasse o retratado em linhas, formas e cores, tampouco nos decepcionamos:

Para facilitar ainda mais a venda de café, tão comum no Rio de Janeiro, existem armazéns bem abastecidos onde os compradores podem escolher e tratar com os proprietários ou os comissários.

Quanto ao transporte, penoso muitas vezes em virtude da extensão do trajeto, é necessário, para efetuá-lo sem inconvenientes, não somente um número de carregadores igual ao de sacos, mas ainda um chefe entusiasta, capaz de animar os homens com suas canções improvisadas. Em geral o primeiro carregador é o porta-bandeira e se distingue por um lenço amarrado a uma vara.

Toda a coluna é guiada pelo chefe que costuma munir-se de um chifre de boi ou de carneiro, um troféu que tem a mão e é, para ele, um talismã contra todas as infelicidades que poderiam ameaçar a marcha do grupo, um amuleto que alimenta a superstição dos soldados da ocasião. Entretanto, depois da coluna chegar a seu destino e ser paga, a igualdade volta a imperar e a confraternização se faz na venda mais próxima.<sup>3</sup>

Não estávamos enganados! Nem um protesto nem uma procissão religiosa, mas tampouco uma simples marcha de escravos compartilhando uma mesma ocupação, o séquito

---

<sup>3</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome II. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. p. 117. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520>. Acesso em: jun. 2017. Tradução livre de

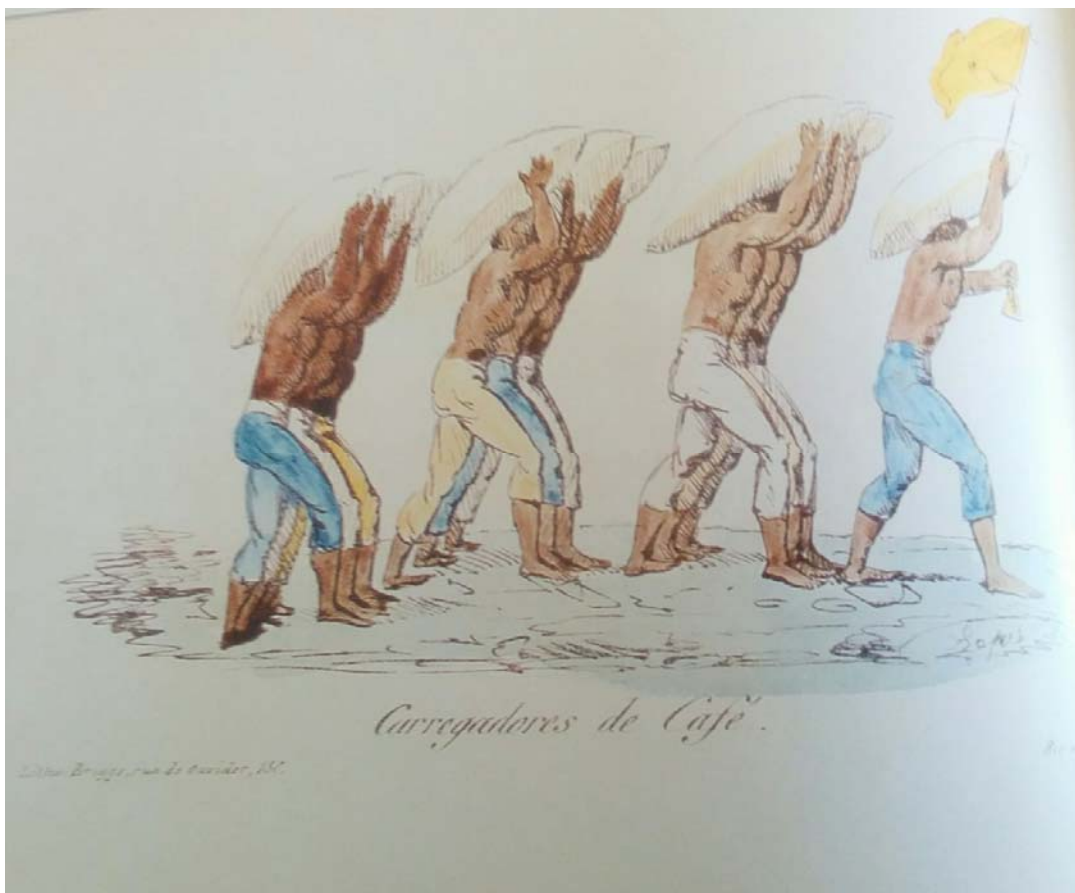
“Pour faciliter encore la vente déjà si commune du café à Rio-Janeiro, on y trouve des entrepôts de ce genre, bien approvisionnés, où les acheteurs peuvent choisir et traiter avec les propriétaires ou les courtiers.

Quant au transport, souvent pénible en raison de la longueur du trajet, il faut, pour l'effectuer sans inconvénient, non-seulement se procurer un nombre de porteurs égal à celui des sacs, mais surtout un chef entraînant, capable d'animer la troupe par ses chants improvisés. Ordinairement le premier porteur est le porte-étendard, et se distingue par son mouchoir noué à une baguette.

Toute la colonne est dirigée par un camarade chef, habile à se munir d'une corne de bœuf ou de bélier, trophée protecteur qu'il tient à la main : c'est pour lui un talisman contre tous les malheurs qui pourraient menacer sa troupe en marche, et qui anime sa verve em même temps qu'il entretient la superstition de ses soldats de circonstance; mais une fois la colonne arrivée à sa destination et payée, l'égalité reprend ses droits, et la fraternise au cabaret le plus voisin.”

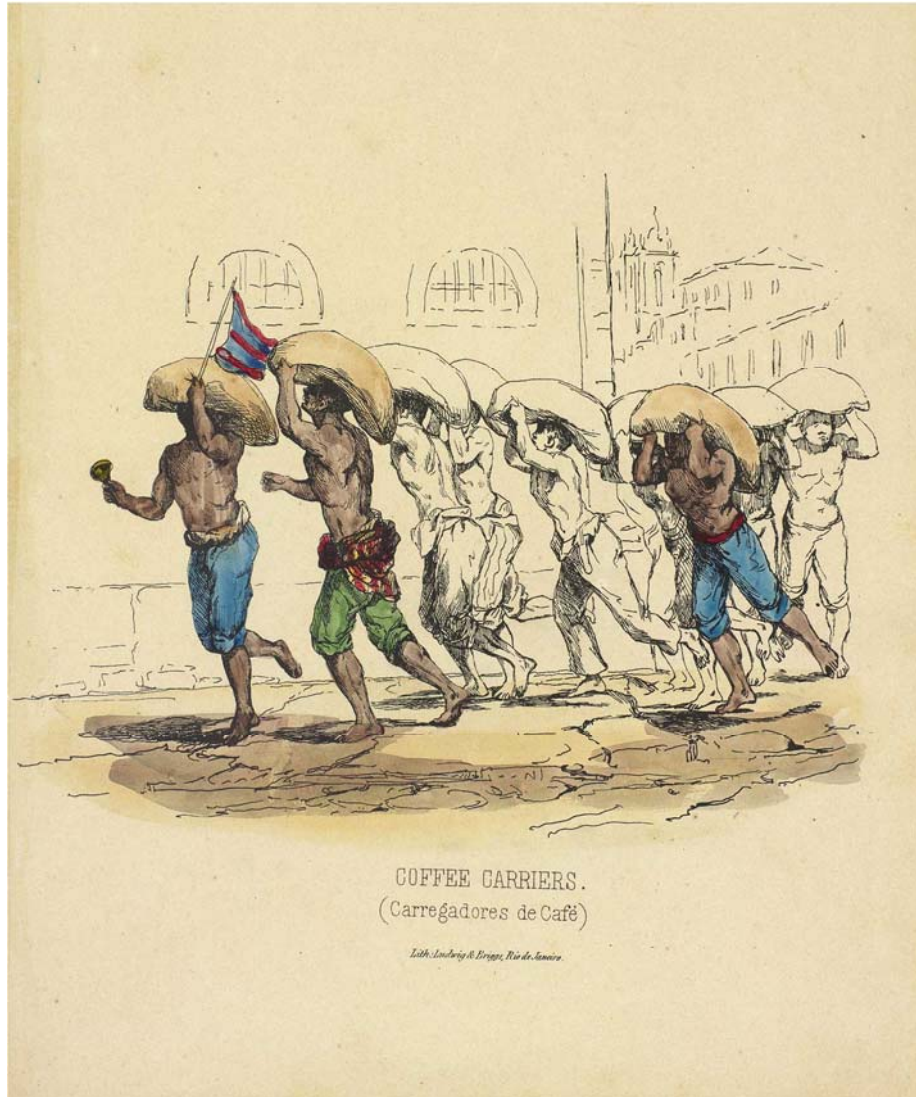
retratado por Harro-Harring e Debret dos carregadores de café realizava um ritual de trabalho, dotado de ânimo e significado, com música cantada, como desconfiávamos, e personagens destacadas em sua linha de frente, como imaginávamos.

Nossa curiosidade farejava a existência de mais evidências a confirmarem esta hipótese em construção. Ora, tantos foram os artistas-cronistas viajantes que vieram ao país ao longo do XIX a registrarem visualmente a realidade científica, ecológica, topográfica e social brasileira<sup>4</sup>, que cena tão típica e tão rica não poderia capturar somente os olhos de um ou dois.



**Figura 3:** Litografia Briggs. *Carregadores de café*. Gravura. 1840.

<sup>4</sup> ADES, Dawn. *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997. p. 48-63.



**Figura 4:** Litografia Ludwig & Briggs. *Carregadores de café*. Gravura. 1845.

A Litografia Briggs, fundada em 1840 na cidade do Rio de Janeiro e transformada em Ludwig & Briggs em 1843, com a adição do sócio Peter Ludwig, litógrafo prussiano, foi uma casa de muito importante atuação no desenvolvimento da técnica da litografia assim como na divulgação das estampas litográficas no Brasil. Seu principal nome, Frederico Guilherme Briggs, brasileiro de ascendência inglesa, foi estudante da Academia Imperial de Belas Artes antes de enveredar-se na seara da litografia.<sup>5</sup>

As duas gravuras mostradas acima são fruto de diferentes trabalhos. A primeira é a trigésima-nona estampa de *Costumes Brasileiros*, compilado de cinquenta gravuras coloridas

<sup>5</sup> TURAZZI, Maria Inez (org.). *Tipos e cenas no Brasil imperial: a litografia Briggs na coleção Geyer*. Petrópolis: Museu Imperial, 2002. p. 38-43.



representando diversos tipos urbanos produzidas por Briggs a partir de desenhos originais de Joaquim Lopes de Barro Cabral<sup>6</sup>. A segunda é parte de *The Brazilian Souvenir: a selection of the most peculiar costumes of the Brazil*, reunião de outras trinta litogravuras de teor parecido, publicado em 1843, baseando-se em desenhos do alemão Eduard Hildebrandt (1818-1869)<sup>7</sup>.

Mais uma vez, mais semelhanças que diferenças unem as obras, que nos confirmam as peculiaridades que configuram o momento do carregamento do café, com os negros congregados a andar – com mais dinamismo na primeira que na segunda – e a bandeira e o chocalho na mão do primeiro do grupo. A primeira imagem ainda nos fez pensar em mais um traço distintivo entre os membros do cortejo, além dos acessórios portados: o líder nos parece ser o negro de pele mais clara. À medida que avançamos os olhos para as carreiras de trás, percebemos que mais escuras são suas peles. Isso também se insinua na aquarela de Debret, embora, à primeira vista, tenhamos pensado que possa ter sido devido à sombra que as sacas de café faziam nos últimos e não nos primeiros. Permanece a indagação, a ser resolvida, ou expandida, em trabalhos futuros: existia uma gradação de cores entre os próprios negros carregadores que fosse parâmetro para estabelecer entre eles uma hierarquia?

Continuando nossas buscas, mais um relato verbal encontramos. Segundo Turazzi<sup>8</sup>, algumas ilustrações que compuseram o supracitado álbum *Costumes Brasileiros* também estiveram presentes na publicação *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches*<sup>9</sup>, de Daniel Parish Kidder e James Coole Jr, publicado na Filadélfia em 1857. O primeiro dos dois nomes publicou um livro próprio acerca de suas impressões do Brasil. Depois de comentar quão agitada era a cidade do Rio no ínterim compreendido entre as nove da manhã e as duas da tarde, em virtude do funcionamento da Alfândega, Kidder nos apresentava com uma narrativa detalhada e nada econômica do carregamento de café que presenciava na urbe e que não podia senão deixar-lhe forte marca na memória:

<sup>6</sup> SANTOS, Renata. *A imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. p. 93.

TURAZZI, Maria Inez. A representação de tipos e cenas do Brasil imperial pela Litografia Briggs. In: *Caiana. Revista de História del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*. N° 3/2013. Disponível em: [http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article\\_2.php&obj=120&vol=3](http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_2.php&obj=120&vol=3). Acesso em: mai. 2017.

<sup>7</sup> LUDWIG, Peter & BRIGGS, William. *Lembranças do Brasil*. Introdução por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Sedegra. S/d. Apud TURAZZI, 2002, p. 45.

<sup>8</sup> TURAZZI, 2002, p. 46.

<sup>9</sup> KIDDER, Daniel P; FLETCHER, James C. *The Brazil and The Brazilians – Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*, New York: Childs & Patterson, 1857. Disponível em: <https://archive.org/details/brazilbrazilians00kidd> Acesso em: jun. 2017.

Os carregadores de café andam geralmente em magotes de dez ou vinte negros sob a direção de um que se intitula capitão.

São em geral os latagões mais robustos dentre os africanos. Quando em serviço, raramente usam outra peça de roupa além de um calçãozinho curto; põem de lado a camisa, para não incomodar. Cada um leva na cabeça uma saca de café pesando cento e duas libras (73 kg, N. do T.) e, quando todos estão prontos, partem num trote cadenciado que logo se transforma em carreira. Sendo suficiente apenas uma das mãos para equilibrar o saco, muitos deles levam, na outra, instrumentos parecidos com chocalhos de criança, que sacodem marcando o ritmo de alguma canção selvagem de suas pátrias distantes. A música tem, em elevado grau, a faculdade de espairar o espírito dos negros, e, naturalmente que ninguém lhes pretenderia negar o direito de suavizar sua dura sorte cantando essas todas que lhes são tão caras quão desagradáveis aos ouvidos dos outros.

Consta que certa vez se pretendeu proibir que os negros cantassem, para não perturbar o sossego público. Diminuiu, porém, de tal forma a sua capacidade de trabalho que a medida foi logo suspensa.<sup>10</sup>

Kidder descreve vaga e algo depreciativamente o personagem ponteiro da comitiva, o capitão, como aquele dotado de maior robustez, deixando-nos a pensar se a cor da pele, ademais de altura e torneio do corpo, entraria nessa qualificação. Sublinha também a musicalidade como elemento primordial constitutivo e característico de sua marcha, a tal ponto que esta foi comprometida quando da interdição daquela. Apesar do matiz enviesado que tinge suas palavras e tende a equiparar os negros a animais, movidos muito fortemente pelos ímpetos selvagens de sua natureza, não podemos negar que esta descrição corrobora com a imagem dos carregadores de café em movimento que vimos nos outros artistas.

Por fim, resta-nos apenas amarrar este pequeno ensaio com o laço da modéstia. Pois, pouco ambicioso foi nosso estudo, que percebeu elementos pares entre diferentes imagens e iniciou uma incursão quanto a seu significado. Porém, pouco assertivas conclusões apresentamos além daquelas surgidas das próprias fontes primárias consultadas, cujos pontos se ligaram quase acidentalmente pelo faro curioso de nossa análise. Deixamos aqui apresentada à comunidade estudiosa o ritual do carregamento de café, constituído de pano de fundo sonoro, de um movimento a aglutinar um grupo de pessoas atrás de uma ou algumas figuras cardeais e alguns elementos simbólicos significativos. Urge estudo de escopo a um só tempo mais amplo e mais vertical, talvez auxiliado por leituras ligadas à história do café, à escuta talvez dos vários ritos que podem ter sido realizados ante as diferentes fases do plantio e da colheita, das celebrações em torno dos estágios de cultivo, consumo, venda do café, bem como ancorado em

---

<sup>10</sup> KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Rio de Janeiro e província de São Paulo). Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p. 64 Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1050/591395.pdf?sequence=4>. Acesso em mai. 2017.

uma recente historiografia social da escravidão que busca auscultar e rastrear, através dos interstícios, os hábitos e costumes e valores do cotidiano das pessoas escravizadas.

Perguntas e questões mais específicas restam, muitas, entre elas, prementes para mim neste momento, por exemplo, se a cor da pele era um eixo a partir do qual se organizavam os carregadores ou não, se a marcha se dava da mesma forma em paisagens rurais e urbanas, e o que significavam as bandeiras levantadas por eles. Seriam ligadas a seus locais de origem na África, ou às novas nações que se conformaram no Novo Mundo<sup>11</sup>, reorganizando-se de maneira mais inclusiva, identificada às circunstâncias, ofício, local, propriedade em que se encontravam agora? Seriam bandeiras com brasões das famílias em cujo serviço estavam ou dos navios para onde iriam o café? Nas imagens apresentadas, elas têm cores diferentes, o que nos sugere que não eram signos representativos de algo grande e comum, como o Império do Brasil. Podemos verificar seu significado, ao certo; podemos identificar qual é cada uma, nas diferentes imagens?

Não há escassez de mistérios a desvendar, de indagações a fazer, de dúvidas a esclarecer, nesta e noutras histórias que às vezes pensamos entender tão perfeita e completamente.

---

<sup>11</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. O império de Santo Estebão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 59-83. P. 60

## A Rendição de Uruguaiana, de Pedro Américo, e as litografias na Guerra do Paraguai: questões iniciais

Álvaro Saluan da Cunha

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: asaluan@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo, parte de um projeto de mestrado, busca estudar a reprodução litográfica baseada na pintura histórica de Pedro Américo, A Rendição de Uruguaiana e as litografias encontradas agrupadas em uma coleção denominada “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Busca-se então a compreensão iconográfica e iconológica das obras e, além disso, perceber de qual maneira elas dialogam umas com as outras. As gravuras estão situadas na Biblioteca Nacional e em outros acervos na cidade do Rio de Janeiro, além do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora-MG. Objetiva-se através desta pesquisa ainda em andamento contribuir para o entendimento da produção, circulação e consumo das imagens litográficas da Guerra do Paraguai.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai, Pedro Américo, litografia, pintura histórica.

**Abstract:** The present article, part of a master's project, aims to study lithographic reproduction based on the historical painting of Pedro Américo, The Uruguayan Rendering and the lithographs found grouped in a collection called "Historical Pictures of the Paraguayan War". It seeks the iconographic and iconological understanding of the works and, furthermore, to perceive in which way they dialog with each other. The engravings are located in the National Library and other collections in the city of Rio de Janeiro, in addition to the Mariano Procópio Museum, in Juiz de Fora-MG. The objective of this research is to contribute to the understanding of the production, circulation and consumption of lithographic images of the Paraguayan War.

**Keywords:** Paraguayan War, Pedro Américo, lithography, history painting.

### 1. Introdução

O presente artigo trata-se de parte de um projeto de pesquisa iniciado em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Algumas das fontes e resultados já haviam sido levantados anteriormente durante a graduação, auxiliando assim a avaliação da possibilidade de efetivação da investigação durante os dois anos correntes do mestrado, sobretudo por questões logísticas de acesso às fontes.

O ponto de partida desta pesquisa foi a gravura baseada na *Rendição de Uruguaiana*, de Pedro Américo. Esta reprodução nos colocou em contato com um acervo de nove litografias que nos abriu um leque de possibilidades que serão explicadas brevemente ao longo do texto. Isso será visível ao se observar que temos mais informações desta gravura do que das outras – algo que será mais desenvolvido ao longo da pesquisa.

Nas linhas que se seguirão estão ideias básicas que nortearam o início da pesquisa. Naturalmente, com as inúmeras experiências que se ocorrerão ao longo do processo de investigação, muitas questões poderão ser modificadas.

## 2. *A Rendição de Uruguaiana: Breve Histórico*



**Figura 1:** MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. *A Rendição de Uruguaiana*, 1873. Litografia por Vida Fluminense Of. Litogr. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

*A Rendição de Uruguaiana*, quadro que nos levou à coleção que será posteriormente citada, consiste em uma tela pintado por Pedro Américo<sup>1</sup>, de 1871 a 1873, por decisão própria<sup>2</sup>, na cidade de Florença<sup>3</sup>, Itália. A obra tem como base um episódio da Guerra do Paraguai (1864-1870), o cerco da cidade de Uruguaiana, ocorrido entre 16 de julho a 18 de setembro de 1865<sup>4</sup> quando tropas da Tríplice Aliança retomavam a cidade de Uruguaiana-RS do domínio paraguaio ao renderem o coronel Estigarribia e seus homens, após longo período de sítio, em que o inimigo se encontrava sem recursos e assombrado pela fome. A vitória da Tríplice Aliança frustrou os planos de uma ofensiva em território brasileiro, planejada pelo presidente Solano López.

<sup>1</sup> Pedro Américo de Figueiredo e Melo (Areia, Paraíba, 28 abr. 1843 – Florença, Itália, 07. out. 1905).

<sup>2</sup> Ou seja, não era uma encomenda do Estado, como as endereçadas a Victor Meirelles, pintor oficial do Estado, cargo que posteriormente também seria dado a Pedro Américo.

<sup>3</sup> MELLO JÚNIOR, Donato. Pedro Américo de Figueiredo e Melo 1843-1905. São Paulo: Pinakotheke. 1983.

<sup>4</sup> DORATIOTO, Francisco. O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

A gravura demonstra a rendição do general paraguaio e seus homens diante do imperador D. Pedro II e dos generais das repúblicas argentina e uruguaia e outros personagens importantes na história do Brasil. Faz-se importante enfatizar a presença do imperador brasileiro em um episódio da guerra, deslocando-se da distante capital da Corte até a região Sul do país. Nota-se em seus variados personagens duas expressões distintas: a postura dos paraguaios, derrotados, cabisbaixos, em que o padre Ignacio Duarte encontra-se de joelhos pedindo clemência; enquanto os vencedores situam-se em um plano elevado, montados em seus cavalos, transmitindo a ideia de superioridade diante de seus inimigos<sup>5</sup>. Percebemos, assim, o elemento antitético e tradicional com que o artista constrói sua composição, opondo através de seu gestual os vencedores e os vencidos.

Sobre a tela original, não se tem nenhum registro de que a obra tenha sido exposta nas Exposições Gerais<sup>6</sup> do período, embora Gonzaga Duque em *Mocidade Morta*<sup>7</sup>, romance de teor autobiográfico escrito em 1899, descreva uma possível exposição em que “Telésforo de Andrade”, *alter ego* geralmente associado pela crítica a Pedro Américo, em que se “(...) expunha à admiração patricia o seu novo quadro, um vasto painel estendido por 14 metros, contando 12 de altura (...) Olhos fixavam, parvamente, na tarja baixa da moldura, um círculo de louros entrelaçados ao redor do dístico: *Rendição de Uruguaiana*”. Tal fato sugere a possibilidade de a obra ter sido exposta ao público de outra forma, como ele mesmo já havia feito com *A Batalha de Avaí*, em 1877, em uma construção de madeira fabricada especialmente para a ocasião na Praça Pedro II, no Rio de Janeiro<sup>8</sup>, criando uma espécie de salão itinerante, muito comum na França. Entretanto, para atestarem-se tais possibilidades torna-se necessária uma pesquisa mais aprofundada nos arquivos históricos da cidade do Rio de Janeiro.

Após a expulsão da Família Imperial do país, com a Proclamação da República em 1889, parte dos bens deixados no interior do palácio de São Cristóvão foram leiloados. Segundo o *Anuário do Museu Imperial*<sup>9</sup>, a pintura original do episódio foi atirada no pátio da Quinta da Boa Vista e partida em quatro pedaços, juntamente com sua rica moldura. A obra deveria seguir

<sup>5</sup> Aqui faz-se necessário citar todos os personagens que se encontram na obra. Ao fundo: a cidade de Uruguaiana. No plano principal: o padre Ignacio Duarte, o coronel Estigarribia, o conselheiro Angelo Muniz, o imperador D. Pedro II, o general Venâncio Flores, o general Bartolomeu Mitre, o Conde D’Eu, o Duque de Caxias e o Conde de Porto Alegre. Sabe-se disso pois, abaixo da litografia, encontram-se estes nomes.

<sup>6</sup> Entre 1840 e 1884 a Academia Imperial de Belas Artes organizou 26 Exposições Gerais de Belas Artes.

<sup>7</sup> ESTRADA, Luis Gonzaga Duque. *Mocidade Morta*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1995.

<sup>8</sup> ZACCARA, Madalena. Pedro Américo: Um artista brasileiro do século XIX, pp. 111-112. Recife: Universitária UFPE, 2011.

<sup>9</sup> SANTOS, Francisco Marques. O leilão do paço imperial. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: 1940, v. 1, p. 151-316.



para a França, como desejava D. Pedro II, não ficando para o Leilão do Paço, mas acabou sendo destruída. Porém, graças aos registros litográficos do período, a reprodução da obra encontra-se sob a tutela de diversos museus e instituições, tais como o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

### 3. Os Acervos e as questões acerca das Litografias

Nesse sentido, os acervos se configuram como locus privilegiado para os estudos sobre a *Rendição de Uruguaiana*, seu autor e o papel das litografias no período da Guerra do Paraguai. Na Biblioteca Nacional, por exemplo, localiza-se o acervo do jornal *Suplemento da Semana Illustrada* e da *Vida Fluminense*, assim como outros depositados no mesmo lote, não sendo especificados pela ficha técnica disponibilizada. Estes acervos constituem-se de conjuntos de litografias referentes à guerra, incluindo ilustrações e reproduções de pintura histórica. A *Rendição de Uruguaiana* encontra-se juntamente a estes dois acervos.

Os “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”, série da *Vida Fluminense* que também foi reproduzida por outros litógrafos, reúne em nove partes um breve histórico dos episódios da guerra. São eles: “I. *Combate Naval do Riachuelo*, sem indicação de autor; II. *A Rendição de Uruguaiana*, sem indicação de autor; III. *O ataque da ilha da Cabrita ou da Redenção*, pelo Dr. Pinheiros Guimarães; IV. *A passagem de Curuzu*, sem indicação de autor; V. *A passagem de Humaitá*, por O. P.; VI. *A tomada de Curuzu*, sem indicação de autor; VII. *O reconhecimento de Humaitá*, por F. Ferreira; VIII. *A passagem do Passo da Pátria*, sem indicação de autor; IX. *A tomada do forte Establecimiento*, sem indicação de autor”<sup>10</sup>.

Ao falar da litografia no cenário brasileiro do século XIX torna-se importante contextualizar seu papel político, social e artístico. Segundo Ipanema, faz-se necessário analisar todo o panorama das gravuras desde o Renascimento até sua vinda, juntamente com a corte portuguesa, para o território brasileiro<sup>11</sup>, em 1808. A autora realça também a questão da autoria das obras e do seu papel reprodutivo, lembrando Platão: “A gravura não é a cópia da cópia da ideia”, como afirma o filósofo, “ela é a instituição intelectualizada da arte, com o projeto da

---

<sup>10</sup> Todas as litografias serão analisadas ao longo da pesquisa, porém por questão de espaço, este trabalho analisará de forma mais direta o episódio da rendição, que foi o ponto de partida da pesquisa.

<sup>11</sup> Considera-se em termos oficiais a cidade do Rio de Janeiro como sede da corte a partir do “*Manifesto, ou exposição fundada, e justificativa do procedimento da corte de Portugal a respeito da França...*”, em 1º de maio de 1808. CABRAL, Alfredo do Vale. *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808-1822*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. verbete n. 15, p. 6.



multiplicação”<sup>12</sup>. Na perspectiva desta pesquisa, a gravura de reprodução tem ampla função além da mera repetição: tem o papel de difundir as imagens em larga escala, com o intuito de disseminar para além de onde se encontra a obra original, seja como produção estilística decorativa, seja como um meio de apresentar ao público uma obra que não se encontra em exposição.

E o Brasil vivenciava um momento histórico conturbado, tanto com a escravatura quanto com a guerra. Neste caso, a imprensa teve papel importante para além da difusão da arte que, no período, inspirava-se no conflito armado, sendo também fundamental no que diz respeito à cobertura da guerra, tanto na difusão de notícias, quanto de imagens. O cenário artístico voltava-se em grande parte para o conflito, produzindo uma série de gravuras. A partir desse cenário, a imprensa tornava-se cada vez mais ilustrada<sup>13</sup>.

Jorge Coli, diz que “(...) a arte se instala em nosso mundo por meio do aparato cultural que envolve os objetos: o discurso, o local, as atitudes de admiração, etc.<sup>14</sup>”. Partindo desse pressuposto pode-se notar que, com o pequeno espaço aberto para as gravuras nas Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes, as mesmas tomaram uma considerável proporção artística, embora ainda fossem vistas pela Academia como uma forma de arte “menor”.

Ipanema explicita que a musealização das gravuras é algo que remete ao século XVII quando se arregimentavam em gabinetes e museus volantes, sendo expostas à parte, longe das obras de arte. Ressalta também a importância da reprodução dos quadros em pranchas impressas, o que garantiria a visibilidade da obra, identificada com os dados do original, utilizada para o manuseio prático das belas artes. Tornava-se aí a imagem impressa um objeto de valor próprio e distinto, além do valor artístico que fora constituído no mundo das coleções<sup>15</sup>.

O presente trabalho funda-se então nestes dados. Busca-se compreender estas litografias, tendo como ponto de partida a gravura baseada na pintura de Pedro Américo, a partir de um estudo descritivo da representação de seus símbolos, dialogando com o período, analisando o seu papel dentro dos acervos encontrados na Biblioteca Nacional e em outras instituições, contextualizando assim sua importância no cenário político e artístico da Guerra do Paraguai.

---

<sup>12</sup> IPANEMA, Rogéria Moreira de. A arte da imagem impressa: a contribuição da ordem autoral e a gravura no Brasil do século XIX, p. 147. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2007.

<sup>13</sup> SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: memórias e imagens. São Paulo: Miguel de Cervantes, 2003.

<sup>14</sup> COLI, Jorge. O que é arte, p. 11. 15ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>15</sup> IPANEMA, Rogéria Moreira de. op. cit., pp. 54.57.

#### 4. Justificativa

Essa investigação é importante para o conhecimento do período, pois busca, a partir das fontes, contextualizar o papel das litografias na divulgação e percepção dos episódios da Guerra do Paraguai, seja por meio da imprensa ou das casas litográficas.

Também se colocará em evidência a pintura de Pedro Américo, *Rendição de Uruguaiana*, obra pouco conhecida devido ao seu destino trágico, porém registrada graças às reproduções litográficas que resistiram ao tempo e tornaram-se objeto de estudo desta pesquisa, permitindo uma maior compreensão da produção do artista sobre o tema, reaproximando a obra de suas congêneres: *A Batalha do Campo Grande*<sup>16</sup>, *A Batalha do Avaí*<sup>17</sup> e a *Passagem do Charco*<sup>18</sup>.

Os estudos sobre a pintura histórica no Brasil, particularmente referentes à Guerra do Paraguai, ainda não se detiveram no processo de circulação das imagens, por intermédio de cópias litográficas que as divulgavam. Grande parte da eficácia pedagógica da pintura histórica dependia, exatamente, de sua difusão pelos meios mais variados possível.

Autores como Giulio Argan e Walter Benjamin são cruciais para se compreender de forma mais específica como se dava a dinâmica das reproduções. O primeiro trabalha com o conceito de gravura de tradução, ou seja, o litógrafo buscava interpretar e colocar as ideias de uma obra de tamanhos colossais, rica em cores, em uma folha de proporções muito inferiores, traduzindo assim em *chiaroscuro* a obra que via, claramente não sendo idêntica ao original, mas transmitindo a ideia que deveria se ter ao analisar a obra em toda a sua plenitude. Com isso temos inúmeras litografias de telas que hoje não existem mais, como o próprio caso aqui estudado<sup>19</sup>.

Já Benjamin trabalha com a questão da reprodutibilidade técnica<sup>20</sup>, acreditando que, no momento em que a obra se reproduz, ela corre o risco de ser banalizada. Porém, no caso aqui

---

<sup>16</sup> MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. *Bataille de Campo Grande, 1871*. Óleo sobre tela, 530x332 cm, Museu Imperial de Petrópolis.

<sup>17</sup> Idem. *A batalha do Avaí, 1877*. Óleo sobre tela, 600x1100 cm, Museu Nacional de Belas Artes.

<sup>18</sup> Idem. *Passagem do Chaco, 1871*. Óleo sobre tela, 198x240 cm. Museu Histórico Nacional.

<sup>19</sup> ARGAN, Giulio Carlo. “O valor crítico da “gravura de tradução””, In: *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

<sup>20</sup> BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (segunda versão publicada em 1955). Disponível em: [https://cei1011.files.wordpress.com/2010/08/benjamin\\_a-obra-de-arte-na-epoca.pdf](https://cei1011.files.wordpress.com/2010/08/benjamin_a-obra-de-arte-na-epoca.pdf). Acessada em 10/04/2017.

estudado, há a hipótese de se ocorrer justamente o contrário<sup>21</sup>: o público ao obter contato com a reprodução, logo busca a sua matriz. Isto sem contar que, dessa forma, a obra de arte é tirada de seu ritual, sendo colocada ao alcance de mais pessoas, trazendo prestígio e visibilidade aos trabalhos de inúmeros artistas. Porém, isto não faz com que a reprodução ainda seja idêntica ao original.

Sabe-se que a *Rendição de Uruguaiana* e as litografias em geral circulavam de duas formas específicas: por jornais e seus suplementos ou por meio de impressões em papel vendidas em casas litográficas, tendo tanto valor informativo quanto valor estético, decorativo e intelectual. Assim, a obra enaltece as glórias do império, a expansão da arte brasileira e uma nova fase na imprensa ilustrada.

## 5. Objetivos da Pesquisa

Sabe-se que a veiculação de imagens sobre a guerra foi de extrema importância para o crescimento da litografia no país e, além disso, para o comércio de gravuras por meio das oficinas litográficas<sup>22</sup>, sendo esse fenômeno semelhante ao ocorrido anteriormente na França, mantendo vivas diversas pinturas perdidas<sup>23</sup>.

Dadas tantas questões, criam-se objetivos específicos para a presente pesquisa, dentre os quais:

- Fazer uma análise iconográfica e iconológica das litografias e situá-las com o período da Guerra do Paraguai em seu contexto histórico e artístico, buscando compreender qual mensagem os autores queriam passar;
- Pesquisar os acervos do *Suplemento da Semana Ilustrada* e outros e da *Vida Fluminense*, ambos situados na Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional e o Museu Mariano Procópio, por exemplo, e compreender sua conjuntura, ou seja, por qual motivo estão reunidas da forma em que se encontram;
- Compreender o papel da litografia no século XIX, na difusão em larga escala de diversas obras, incluindo as pinturas históricas, a partir de um caso específico – a obra de Pedro Américo;

---

<sup>21</sup> GOMES, Filipa. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica: revisão crítica. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.arte.com.pt>.

<sup>22</sup> IPANEMA, Rogéria Moreira de. op. cit..

<sup>23</sup> BANN, Stephen; PACCOUD, Stéphane (Dir.). *L'invention du passé: Histoires de coeur et d'épée en Europe, 1802-1850*. Paris: Hazan, Musée de Beaux-Arts de Lyon, 2014, v. 2.

- Explicitar, ao longo da redação da pesquisa, a conjuntura do cenário político, social e artístico, bem como compreender de que maneira se consolidava a imprensa no período imperial, com as novas abordagens críticas na defesa ou na oposição ante o regime monárquico.

## 6. Fontes, recortes e metodologia

O recorte temporal da pesquisa abrange da segunda metade do século XIX, englobando assim a Guerra do Paraguai e os anos posteriores à proclamação da República, em 1889.

Inicialmente, é necessária a inserção d'A *Rendição de Uruguaiana* e das outras litografias no conjunto da produção artística de Pedro Américo e dos outros autores que ilustram a coleção *Quadros Históricos da Guerra do Paraguai*. Devemos compreender também que não estamos diante das obras originais em si, mas de suas cópias litográfica, ou seja, de suas ideias traduzidas de telas, desenhos, fotografias, dentre outros para uma folha de menor proporção e em larga escala de produção. Nesse sentido, será importante o diálogo com os estudos de Jorge Coli<sup>24</sup> e Maraliz Christo<sup>25</sup> relativos à temática para a compreensão do papel da pintura histórica brasileira no período, bem como o papel didático que se buscava nela.

Ainda quanto à construção da imagem por Pedro Américo, a narrativa da rendição assemelha-se muito às retratadas nas Guerras Napoleônicas, obras que se tornaram importantes na construção do imaginário do povo francês, fenômeno semelhante ao ocorrido com as pinturas históricas no Brasil. Sendo assim, é necessário se comparar *A Rendição de Uruguaiana* com a produção internacional sobre o tema “rendições”.

A partir das fontes encontradas na Biblioteca Nacional, no Museu Histórico Nacional e em outros acervos ainda em consulta, pode-se dizer que as litografias foram divulgadas em boletins do período e, além disso, comercializada por oficinas litográficas, como a própria *Vida Fluminense*, uma das fontes utilizadas. A partir das obras consultadas, pode-se atestar que a litografia se difundia não só pela imprensa, mas pelo mercado das gravuras sendo sua venda amplamente divulgada nos folhetins, em que se tem como exemplo o *Suplemento da Semana Ilustrada*.

---

<sup>24</sup> COLI, Jorge. O sentido da batalha: Avahy de Pedro Américo. Projeto História, São Paulo, (24), jun. 2002.

<sup>25</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e “Tiradentes Esquartejado”. Campinas: UNICAMP, 2005.

Aqui é necessário pesquisar a *Vida Fluminense* e a *Semana Illustrada*, principalmente seu papel na divulgação do desenrolar da Guerra do Paraguai; assim como, estudar a feitura das litografias (buscando identificar, se possível, os profissionais envolvidos), sua forma de distribuição e recepção. É importante localizar-se o maior número possível das cópias litográficas d'A *Rendição de Uruguaiana*, para que seja possível identificar suas variações. Assim como analisar sua posição no conjunto das imagens litografadas da Guerra do Paraguai, distribuídas pela *Vida Fluminense* e *Semana Illustrada*.

Em síntese, *A Rendição de Uruguaiana* e as litografais da Guerra do Paraguai serão estudadas em três situações: primeiro como vestígios de seus originais (caso não fossem gravuras inéditas, algo plausível, de acordo com dados encontrados), identificando-se os seus processos de construção iconográfica e iconológica, inserindo-as enquanto conjunto da produção de Pedro Américo e outros autores sobre o tema. Além disso, comparando-a com o subgênero da pintura histórica, com as representações de rendições e cenas de batalha, identificando semelhanças e especificidades com a produção internacional. Segundo, como cópias litográficas, buscando identificar sua forma de produção, bem como as suas dinâmicas, ressaltando as diferenças das reproduções para os originais. Terceiro, como integrante do conjunto de imagens da Guerra do Paraguai litografadas e distribuídas pelas oficinas litográficas e os periódicos já explicitados anteriormente.

Ao estudar-se a iconografia e iconologia da obra, se tomará como base a metodologia do autor Erwin Panofski<sup>26</sup>, que divide o estudo de uma obra de arte em três extratos. O primeiro é uma descrição pré-iconográfica, em que se constitui o tema primário ou natural. A partir da primeira análise, pode-se reconhecer os motivos da obra, estabelecendo os significados factuais e expressivos – a litografia baseada na obra somada ao conhecimento de seu contexto dá a entender assim diversos aspectos. Com base no primeiro extrato é possível então compreender que o objeto estudado é uma representação, uma imagem e a partir disso se investigará as alegorias formuladas através de um estudo iconográfico – o segundo extrato. No terceiro extrato, percebe-se o conteúdo da obra, o efeito de uma interpretação iconológica. Sua natureza essencial se dá de forma isolada, isto é, ela só pode ser o que é por conta das condições na qual foi feita. Porém, só se conseguirá compreender de fato o que a obra remete se for considerado o contexto em que ela fora criada. Ou seja, o estudo iconológico é algo que está na obra, porém não se limita a ela. A visão de Panofsky dialoga diretamente com o que se busca na pesquisa:

---

<sup>26</sup> PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais, pp. 47-87. São Paulo: Perspectiva, 1976.

compreender a temática, as alegorias, o que o autor busca exprimir dentro de sua criação e como tudo isso dialoga com o período histórico.

O autor Michael Baxandall<sup>27</sup> é uma das referências para o desenvolvimento desta pesquisa. Embora seus estudos sejam voltados para a pintura na Renascença, busca-se utilizar sua metodologia no estudo das litografias e suas formas de divulgação. O espaço ocupado pelas gravuras eram as páginas de periódicos e o mercado de gravuras, permitindo sua rápida exposição ao público em geral. Em sua análise, Baxandall diz que uma obra é impactada pelas diferentes formas interpretativas de seu público e sua carga cultural, que será determinante na sua compreensão da obra. Sendo assim, o artista buscaria se ater à sociedade e seus valores, devendo se apoiar também na capacidade visual de seu público.

Ao se pesquisar em bases *on-line*, foram encontrados diferentes formatos das obras. Um exemplo é o da própria *Rendição de Uruguaiana*, encontrada em colorações diferente, bem como com a imagem espelhada, apresentando assim a Tríplice Aliança à esquerda e os paraguaios à direita. Tais obras encontradas virtualmente carecem de maiores informações.

O trabalho com as fontes primárias torna-se viável graças aos esforços do Museu Histórico Nacional, da Biblioteca Nacional e de outras instituições que salvaguardam inúmeros documentos extremamente importantes não só para esta pesquisa, mas para toda a história do Brasil, além de possibilitar de forma mediada o acesso a tais obras para um estudo mais aprofundado. Vale ressaltar que no livro do historiador Ricardo Salles intitulado *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*<sup>28</sup> também é possível de se encontrar algumas destas litografias situadas em ambos acervos aqui citados.

## 7. Conclusão

Como foi aqui explicitado, a pesquisa ainda se encontra em processo inicial, especificamente no levantamento e processamento das fontes, muitas destas descobertas recentes que impactaram extremamente tanto os objetivos quanto as formas de análise.

As questões levantadas pouco a pouco vão sendo processadas, nos levando a caminhos cada vez mais satisfatórios. Um exemplo disso são as fichas catalográficas das nove litografias

---

<sup>27</sup> BAXANDALL, Michael. O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>28</sup> SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: memórias e imagens. São Paulo: Miguel de Cervantes, 2003.

encontradas em alguns catálogos de exposições do século XIX, ajudando a elucidar perguntas que ainda não tinham resposta – no caso de algumas obras, nem nomes ou autores.

Podemos concluir então que a pesquisa agora precisa se focar na análise das litografias, bem como em compreender as dinâmicas de circulação destas gravuras e quem as consumia (incluindo questões econômicas), tanto pela compra quanto pelo contato visual feito em exposições, casas de família e outros lugares.



## A criação das Assembleias Legislativas e a consolidação do poder provincial: Minas Gerais, 1835-1837

**Kelly Eleutério Machado Oliveira**

Doutoranda em História

UFOP

E-mail: kelly.eleuterio@uol.com.br

**Resumo:** São dois os objetivos deste artigo. Primeiro, apresentar, de forma geral, como se deu a estruturação do governo das províncias desde a criação das Juntas Provinciais, em 1821, até a promulgação do Ato Adicional, em 1834, que reformou a Constituição brasileira substituindo os Conselhos Gerais por Assembleias Legislativas Provinciais. Em segundo lugar, partindo da análise de atas, projetos, pareceres, correspondências, Regimento Interno, leis e outras fontes, todas disponíveis para consulta on-line no site do Arquivo Público Mineiro, exporemos como se organizou e funcionou a Assembleia mineira entre os anos de 1835-1837, sua primeira legislatura. Em síntese, trata-se de discutir a consolidação do poder provincial no Brasil do oitocentos. Com essa exposição gostaríamos de propor a interpretação de que a criação de instituições eletivas no âmbito da província, dotando esse espaço de certa representação, visava viabilizar e garantir a unidade política e territorial do Império do Brasil.

**Palavras-Chave:** Organização do Governo das províncias, Constituição do Brasil, Ato Adicional e Assembleia provincial de Minas Gerais

**Abstract:** There are two objectives for this article. The first is to present, in a general way, how the provincial government was structured, from the creation of the Provincial Boards, in 1821, to the enactment of the Additional Act in 1834, which reformed the Brazilian Constitution by replacing the General Councils with Provincial Legislative Assemblies. The second objective is to explain how the Minas Gerais Legislative Assembly was organized and functioned between the years of 1835-1837, when its first legislature took place, based on the analysis of minutes, projects, evaluations, correspondence, Rules of Procedure, laws and other sources, all available for online verification on the Arquivo Público Mineiro website. In summary, it is about discussing the consolidation of the provincial power in Brazil in the nineteenth century. With this exposition, we would like to propose the interpretation that the creation of elective institutions within the province, providing this space with a certain representation, aimed to make feasible and to guarantee the political and territorial unity of the Empire of Brazil.

**Keywords:** Organization of the government of the provinces, Brazilian Constitution, Additional Act and Provincial Legislative Assembly of Minas Gerais.

### Considerações iniciais

*Província*, de acordo com o dicionário do Brasil Imperial, é a unidade territorial político-administrativa do Império brasileiro. Segundo Maria de Fátima Gouvêa, autora do verbete, entre os anos de 1808-1822, contexto do Império luso-brasileiro, os termos província e capitania, designação da unidade territorial da época colonial, foram usados de forma indistinta e alternada<sup>1</sup>. Consumada a separação política entre Brasil e Portugal, o termo província tornou-se preponderante, tanto que a Constituição brasileira de 1824 assegurou a divisão do território

---

<sup>1</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. Províncias. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 597-599.

brasileiro em províncias. Capitania se tornava cada vez mais um termo associado à condição colonial e, por esse motivo, diante da Nação recém independente, parecia fora de lugar.

Objetivando, sobretudo, apresentar as instituições criadas em âmbito provincial, Gouvêa afirmou, no referido dicionário, que a principal descontinuidade a ser apontada, em relação ao período colonial, é que no século XIX haviam se constituído espaços de representação dos interesses regionais/provinciais, o que no período colonial se restringia ao espaço das Câmaras Municipais. Feita essa consideração, a autora apresentou um panorama geral das instituições provinciais: desde a criação das Juntas de Governo, em 1821, passando pelo Conselho dos Procuradores Gerais de Província, em 1822, pelo cargo de Presidente e Conselho da Presidência em 1823, pelos Conselhos Gerais criados pela Constituição em 1824 até chegar às Assembleias Legislativas em 1834. Apesar de não definir etimologicamente a palavra província<sup>2</sup>, o verbete escrito por Maria de Fátima Gouvêa oferece informações relevantes acerca das instituições provinciais do Brasil do oitocentos.

As províncias eram mais que circunscrições territoriais, elas tornaram-se unidades políticas importantes do Estado imperial brasileiro<sup>3</sup>. A criação de instituições eletivas na esfera regional visava, assim, assegurar a unidade política e territorial do Império do Brasil. De um lado oferecia às províncias mais autonomia para gerir seus negócios internos e, de outro, as submetiam à uma autoridade nomeada pelo Centro, o Presidente de província.

### **Breves apontamentos historiográficos sobre o governo das províncias**

Um dos primeiros trabalhos sobre as Assembleias provinciais e, mais precisamente, sobre a Assembleia de Minas Gerais, foi a tese intitulada “política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889”, publicada em 1958, de autoria de Francisco Iglesias<sup>4</sup>. O argumento utilizado por Iglesias para defender esse tema de pesquisa foi que a maioria dos estudos até aquele momento havia privilegiado o período colonial, em outras palavras, se detinha na observância das capitanias. Assim, para ele, já era o momento de “incorporar a província à História”, era tempo de eleger o século XIX como ponto de partida e também de

---

<sup>2</sup> Do latim *vincere*, território vencido, conquistado. Também se chamava província um território de jurisdição eclesiástica, provincial era adjetivo de padre, aquele que governa os religiosos de uma província. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v, p.807.

<sup>3</sup> O decreto de 18 de setembro de 1822 criou o escudo de armas do Brasil definindo nele 19 estrelas de prata no firmamento azul, simbolizando o conjunto de províncias do novo país. GOUVÊA, Maria de Fátima. O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008, p.122.

<sup>4</sup> IGLESIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

chegada das pesquisas. Partindo desse propósito, Iglesias empreendeu um estudo de política econômica procurando dar visibilidade a uma história que tinha como foco a província e não a Corte no Rio de Janeiro. Mesmo defendendo que o Ato Adicional, ao manter nas mãos do Centro o poder de escolha dos Presidentes de província, não questionou a centralização, Iglesias apontou que foi um passo importante na instituição de um governo próprio nas províncias, mais descentralizado e autônomo.

De lá pra cá, como era de se esperar, inúmeros trabalhos, desde os clássicos - como as teses de Maria de Fátima Gouvêa, Miriam Dolhnikoff, Maria Fernanda Martins, Patrícia Genovês<sup>5</sup>, apenas para citarmos alguns, cujos textos procuraram apontar a dinâmica da política provincial e sua importância para a construção do Estado brasileiro - até produções recentes<sup>6</sup>, vêm questionando a visão de uma monarquia centralizada no Rio Janeiro responsável de maneira unilateral pelos rumos da Nação brasileira destacando, assim, o papel das instituições provinciais nesse processo. Os trabalhos referenciados acima, surgidos na senda daquela proposta feita por Iglesias há anos, indicam que, de fato, parece ter chegado o tempo da *província*.

### **O Governo das províncias: panorama geral**

A preocupação com a organização do governo das províncias remonta ao contexto de crise do Império luso-brasileiro quando as Cortes reunidas em Lisboa criaram oficialmente, em setembro de 1821, as Juntas Governativas, instituições eleitas, ao contrário do cargo de Governador Capitão-general, nomeado pela Coroa, que elas vieram a substituir. O objetivo era assegurar o apoio das províncias à causa constitucional<sup>7</sup>. Posteriormente, em um momento cujas pretensões “colonizadoras” das Cortes se tornavam evidentes, D. Pedro, a essa altura príncipe

---

<sup>5</sup> Ver respectivamente: DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A Velha Arte de Governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007 e GENOVEZ, Patrícia Falco. O espelho da Monarquia: a Corte e a elite de Minas Gerais no Segundo Reinado. Niterói: UFF, 2003 (Tese de doutorado).

<sup>6</sup> Alguns exemplos são: FERNANDES, Renata Silva. O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de província nos debates parlamentares (1823-1834). UFJF, Juiz de Fora, 2014 (dissertação de mestrado); OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Homens da província, políticos da Nação: a questão provincial no parlamento (1828-1834). Revista Antíteses. Vol.8, n.15, jan-jun de 2015, p. 345-368. Disponível online; SILVA, Wlamir. É crime dar vivas à federação? Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano L, número 2, Belo Horizonte: Rona Editora Ltda, 2014, p.53-67; SILVA, Ana Rosa Cloctet. Império, província e periferia. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano L, n.º 2. Julho-Dezembro. Belo Horizonte, 2014, p. 34-51.

<sup>7</sup> Buscando responder, entre outras questões, a pergunta sobre qual teria sido o significado do ponto de vista político e administrativo da implantação do sistema de Juntas, Bernardes contribuiu para o debate acerca da relação entre a criação de instâncias de poder regional e a unidade política e territorial. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec, 2006.

regente, promulgou um lei em 16 de fevereiro de 1822, criando o Conselho dos Procuradores Gerais das províncias<sup>8</sup>. O futuro imperador do Brasil objetivava fazer frente ao poder Juntas, muitas das quais, declarando-se leais à Lisboa, representariam uma ameaça à unidade do território do Brasil<sup>9</sup>.

Nota-se, com isso, que a criação de instituições eletivas no âmbito da província parecia indicar um possível caminho para a conquista da unidade. Para as Cortes, as Juntas, como representantes das províncias ultramarinas, contribuiriam para a construção da grande Nação portuguesa e, por consequência, para a manutenção do Império luso-brasileiro. Para D. Pedro, por outro lado, o Conselho dos Procuradores de província era uma tentativa de garantir o apoio das províncias à sua causa, de uma monarquia sediada no Rio de Janeiro. Nos dois casos, creditava-se às instâncias regionais a capacidade de arregimentar apoio que, em última análise, asseguraria a unidade política e territorial.

Posteriormente, consumada a separação política entre Brasil e Portugal e convocada a Constituinte em 1823, a Assembleia promulgou a lei de 20 de Outubro de 1823 que deu forma ao Governo das províncias do Brasil. A referida lei revogou aquela de 22 de fevereiro que estabeleceu o Conselho dos Procuradores e também extinguiu as Juntas de Governo. Em seus lugares foram criados o Conselho de Governo, composto por 6 membros eleitos, e o cargo de Presidente de província, autoridade executiva, nomeada pelo Centro<sup>10</sup>. Começava-se aqui a estrutura, no que diz respeito a organização do governo das províncias, que perduraria por todo o período imperial: instituições eletivas e autoridades executivas nomeadas. Era preciso dar às províncias alguma representação nesse Império de grandes proporções, ao mesmo tempo, nas

---

<sup>8</sup> A escolha dos membros desse Conselho se dava da seguinte maneira: as províncias que tivessem até 4 deputados nas Corte nomeariam 1, as que tivessem entre 4 e 8 deputados, dois, e assim por diante. Decreto de 16 de fevereiro de 1822. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38926-16-fevereiro-1822-568227-publicacaooriginal-91623-pe.html>.

<sup>9</sup> A Bahia e o Pará foram as primeiras províncias a declarar apoio à causa constitucional. A província de Minas Gerais, por outro lado, elegeu uma Junta Provisória que intentou uma postura mais autonomista, não se alinhando nem ao Rio de Janeiro nem tampouco a Lisboa. Posteriormente, acabou aderindo à causa de D. Pedro. Sobre esse assunto ver, entre outros: SILVA, Ana Rosa Cloclet. Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (org). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005, p 515-555.

<sup>10</sup> Cabia aos Presidentes de província em Conselho propor o estabelecimento de Câmaras Municipais, fomentar a agricultura, comércio, indústria, salubridade e comodidade geral, promover a educação da mocidade, promover a catequização dos índios, colonização dos estrangeiros, laboração das minas e estabelecimento de fábricas minerais, fazer censos e estatísticas etc. Conferir: Lei n.20 de outubro de 1823 que dá forma ao Governo das províncias. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/sn/antioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html>

palavras de Gouvêa, era necessário minimizar o risco de ruptura política e territorial (GOUVÊA, 2002, p. 598).

### **O artigo 71 da Constituição outorgada em 1824: o estabelecimento do Conselho Geral de Província**

A Constituição outorgada em 1824 não revogou as leis anteriores que davam forma ao governo das províncias. Foram mantidos, assim, o cargo de Presidente e o Conselho de Governo<sup>11</sup>. A essas duas instituições, somou-se outra, o Conselho Geral de província<sup>12</sup>. Todas elas funcionaram concomitantemente até 1834 quando o Conselho de Governo foi extinto pela Lei de 3 de Outubro e o Conselho Geral foi substituído pelas Assembleias Legislativas.

Com a criação dos Conselhos Gerais, compostos por 21 membros nas províncias mais populosas e 13 nas demais, com atribuições propositivas e deliberativas, os cidadãos puderam intervir nos negócios de suas províncias como lhes garantiu a Constituição. Além disso, ao dividir os poderes entre o Centro e as regiões, a Assembleia Geral foi desonerada da ampla demanda oriunda das partes constitutivas do Império brasileiro. Essas instituições foram importantes na estruturação do poder do Estado, sendo elas um meio de articulação dos interesses locais/regionais e o da União. Apesar de a Constituição ter assegurado a existência de uma instituição representativa no âmbito da província, ela manteve nas mãos da Assembleia Geral o poder de aprovar as suas resoluções e propostas. Sem dúvida, isso aumentou a pressão por maior autonomia.

### **A reforma da Constituição: o Ato Adicional**

Pretendida desde a época em que o primeiro imperador deixou o trono do Brasil, em 1831, a reforma da Constituição apenas veio à lume em 1834, na forma de Ato Adicional<sup>13</sup>. A principal inovação dessa lei, número 16 de 12 de Agosto, foi ter criado instituições legislativas

---

<sup>11</sup> Sobre o cargo de presidente de província e seu Conselho ver: SLEMIAN, Andréa. Delegados do chefe da nação: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). Almanack Braziliense, n. 6, 2007, p. 20-38.

<sup>12</sup> Apesar de criados pela Constituição, os Conselhos só começaram a funcionar em 1828. Sobre o Conselho de Minas Gerais ver, dentre outros: FERNANDES, Renata Silva. O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de província nos debates parlamentares (1823-1834). Juiz de Fora: UFJF, 2014; SILVA, Ana Rosa Clochet. Império, província e periferia. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano L. Número 2. Julho-Dezembro. Belo Horizonte, 2014.

<sup>13</sup> O Ato Adicional está disponível para consulta on-line no portal da Câmara dos Deputados ou no seguinte endereço: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

no âmbito das províncias, dotando essas unidades de poder político, além é claro de ter estabelecido a Regência Una e de ter decretado o fim do Conselho de Estado<sup>14</sup>.

O segundo artigo do Ato Adicional de 1834 definiu o número de membros que deveriam ter cada uma das Assembleias Legislativas Provinciais: as províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, contariam com 36 deputados. As províncias do Pará, Paraíba, Maranhão, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Sul deveriam ter 28 membros. Todas as outras teriam 20 membros. Em relação às eleições, o artigo 4º, definiu que seriam feitas da mesma maneira que a eleição para os deputados da Assembleia Geral, eleição de segundo grau. Nesse tipo de eleição indireta, os votantes escolhiam os Eleitores de Paróquia e estes votavam nos deputados. No entanto, cada legislatura provincial duraria apenas 2 anos, podendo, seus membros, serem reeleitos. Em cada um desses anos haveria uma sessão cuja duração seria de dois meses, podendo ser prorrogadas ou não pelo Presidente de Província.

O Ato Adicional concedeu, dentre outras atribuições, maior autonomia tributária e orçamentária para as Assembleias o que significou, sem dúvida, um grande avanço. Também estabeleceu que essas instituições legislariam sobre supressão, nomeação e criação de empregados, bem como a demissão de magistrados. Essa atribuição, no entanto, foi revista com a Lei de Interpretação do Ato em 12 de Maio de 1840. Apesar disso, como apontou Miriam Dolhnikoff, as Assembleias continuaram desempenhando amplas funções.

Os projetos propostos pela Assembleia, com exceção daqueles relacionados às despesas e impostos, à fiscalização das rendas, à organização do Regimento Interno, à suspensão e demissão dos magistrados acusados de crime de responsabilidade, deveriam ser sancionados pelo Presidente de província. A Assembleia Geral, sediada no Rio de Janeiro, se entendesse que a matéria extrapolava o âmbito provincial, fosse interferindo em outras províncias ou intervindo na sua jurisdição, poderia negar as determinações da Assembleia. Apesar disso, dava-se um passo importante na estruturação do poder *nas* e *das* províncias.

A criação das Assembleias representou um marco importante na organização do Estado brasileiro e estava em consonância com os preceitos liberais que propunham, dentre outras questões, a divisão de funções e a desconcentração de poderes. Em outras palavras, desonerava a Assembleia Geral das demandas provinciais e, ao mesmo tempo, transferia para as províncias a responsabilidade de geri-las. Se o Ato Adicional com a descentralização do poder que ele

---

<sup>14</sup> Sobre essa instituição ver: MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.



operou não conseguiu impedir a eclosão de revoltas, ao contrário, muitos contemporâneos atribuíram a ele o motivo delas, é possível que as manifestações tenham se dado não necessariamente contra as reformas da Constituição, mas justamente em razão dos pontos que ela não conseguiu reformar, a exemplo da continuidade de escolha dos Presidentes de província por parte do Governo Central. O reforço do poder das províncias vinha justamente no sentido de viabilizar a unidade e não o contrário. A instalação das Assembleias provinciais deve ser entendida nesse sentido.

### ***O dia primeiro da história de Minas: a instalação e a organização da Assembleia mineira***

Anunciada pela artilharia com 101 tiros de canhão, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi instalada no dia primeiro de fevereiro de 1835, na capital da província, Ouro Preto. O evento marcou, para o periódico liberal *O Universal*, o dia primeiro da História de Minas, dia em que “os representantes do povo mineiro” juraram nas mãos do Bispo Diocesano “promover fielmente o bem geral da província dentro dos limites marcados pela Constituição”<sup>15</sup>. Depois de assistirem a missa do Espírito Santo na igreja do Carmo, os deputados dirigiram-se para o Palácio do Governo para dar início aos trabalhos legislativos. Na sala das sessões, eles ouviram o quadro traçado pelo Presidente da província, Limpo de Abreu, sobre o que havia sido feito na província até aquele momento, bem como as suas necessidades futuras. Era preciso conhecer para legislar. Logo após informar a Assembleia sobre os negócios urgentes da província, Limpo de Abreu retirou-se e o Presidente da Assembleia, José Joaquim Fernandes Torres, declarou que estava instalada a primeira instituição legislativa da província mineira<sup>16</sup>.

Informados sobre o estado de Minas Gerais, os deputados propoíam os projetos que julgavam necessários à “prosperidade da província”. Contudo, antes de “pensar em Minas” era preciso organizar o funcionamento da instituição, sendo urgente arranjar a Assembleia. Assim, a prioridade foi o estabelecimento da Mesa - composta por dois secretários, um presidente e um vice-presidente -, e dos funcionários da Casa – um porteiro permanente responsável pela limpeza da casa e por guardar todos os móveis pertencentes à Assembleia, um oficial maior da secretaria, amanuenses, contínuos e um policial a cavalo responsável pelo serviço de correio – bem como a elaboração do Regimento Interno, talvez o mais importante de todos, pois ele era

<sup>15</sup> Arquivo Público Mineiro. Jornais Mineiros. Suplemento. *O Universal*. Edição: 1140. 04/02/1835, p.1.

<sup>16</sup> A primeira legislatura da Assembleia mineira foi instalada em 1º de fevereiro de 1835 e o encerramento da 27ª, e última, ocorreu em 10 de agosto de 1889. As Assembleias provinciais foram extintas pelo governo provisório, por meio do decreto número 7, de 20 de novembro de 1889. Em seu lugar foi criado o Congresso Mineiro.



um instrumento relevante na regulamentação dos trabalhos. Diferentemente do Regimento dos Conselhos Gerais, elaborado pela Assembleia Geral, o Regimento das Assembleias provinciais foi por ela proposto e aprovado. Ele lançou as bases sobre as quais deveriam se assentar a atuação política dos deputados mineiros.

### **O projeto de Regimento Interno**

O projeto de Regimento Interno foi apresentado à Assembleia no dia quatro de fevereiro de 1835 pelo deputado José Pedro Dias de Carvalho e, depois de muito discutido, foi aprovado no dia 23 do mesmo mês<sup>17</sup>. De forma geral, o Regimento, composto por 20 títulos e 282 artigos, versou sobre as sessões; sobre a nomeação dos deputados para as comissões; sobre a função dos membros da Casa; sobre os projetos de lei e resoluções, requerimentos e indicações; sobre a comunicação da Assembleia com a Assembleia Geral, dentre outros. Estabeleceu, ainda, a criação de 11 comissões permanentes, a saber: Poderes e Infrações da Constituição e das leis; Fazenda Provincial; Fazenda Municipal; Propostas e Representação das Câmaras; Estatística, Catequese e Civilização dos Indígenas; Instrução Pública; Estradas, pontes, canais e navegação interior de rios; Negócios Eclesiásticos; Força Pública; Polícia e Redação. Cada uma delas deveria ter entre três e cinco membros. A Comissão de Redação teria apenas um membro. A reunião em Comissões era a força de trabalho da Assembleia.

O Regimento Interno da Assembleia de Minas Gerais foi categórico em relação às atas das sessões determinando que elas “conterão somente o resultado das deliberações da Assembleia e nunca opiniões dos seus membros e poderão ser publicadas pela imprensa (...)” (REGIMENTO, 1835, título 11, art.97). A primeira implicação dessa determinação acerca das atas é a impossibilidade de, unicamente por meio delas, traçar os posicionamentos políticos, acusações e defesas dos deputados. Sabe-se apenas da deliberação do conjunto, da Assembleia. Apesar disso, elas são relevantes para se compreender o cotidiano da instituição nos informando sobre a organização, o funcionamento e sobre os assuntos discutidos na Casa. As atas registram, assim, “as intervenções da Assembleia” funcionando, como apontou João Adolfo Hansen, “como arquivamento de decisões”. São intervenções de uma prática administrativa e protocolar. Hansen, refere-se às atas, e também às cartas como “discursos, geralmente mal escritos, banais e padronizados que, independentemente da sua qualidade, permitem estabelecer prescrições e

---

<sup>17</sup> O Regimento Interno da Assembleia provincial de Minas Gerais foi publicado em: Arquivo Público Mineiro. Livro das Leis Mineiras. Lei n.15 de 30 de março de 1835. Disponível on-line.

temas locais...” (HANSEN, 1989, p.72)<sup>18</sup>. Dessa forma, se a pesquisa com as atas não revela os “conflitos”, ela aponta, por outro lado, os temas que foram considerados prioridades pelos deputados.

No final da ata é apresentado a “ordem do dia” em que aparece os projetos propostos e os pareceres, lembrando que só consta o registro da discussão. Todo projeto, de acordo com o Regimento, deveria ser discutido três vezes. A primeira discussão decidia sobre a conveniência da medida a ser adotada; na segunda o objeto era julgado objeto de deliberação e, por último, ele era aprovado, ou não, sendo enviado para a Comissão de Redação que, depois de redigi-lo, o encaminhava para a sanção do Presidente de província. Publicado o Regimento, estavam criadas as bases sobre as quais a Assembleia procuraria legitimar sua autoridade e garantir o bom funcionamento da instituição.

### **Os primeiros projetos mandados à Mesa**

Em 1835, por exemplo, os deputados leram e mandaram à Mesa quase cem projetos. O primeiro deles foi proposto por Teófilo Benedito Otoni e previa a demarcação dos novos limites entre os municípios da Vila de Itabira e do Príncipe. Dos 24 projetos aprovados em 1835, seis foram propostos por Otoni. De forma geral, os outros versaram sobre a criação de impostos e estradas (mais de um projeto sobre estradas); sobre a forma como deveriam ser publicadas as leis e resoluções da Assembleia; sobre suas sessões; sobre a redução de distritos de paz; sobre o pagamento de pensões; sobre a autorização das Câmaras para contratar caminheiros<sup>19</sup>; sobre exploração e navegação dos rios; sobre o subsídio que os deputados deveriam receber e sobre as contas das Câmaras. A aprovação desses projetos indica que duas questões foram entendidas como urgentes: a organização da Casa e os “melhoramentos materiais”, como se referiam os deputados às necessidades de melhorar as estradas e pontes da província tão caras ao desenvolvimento do comércio.

### **Considerações finais**

Os projetos propostos e aprovados na primeira legislatura da Assembleia provincial de Minas Gerais apontaram para o empenho dos deputados, em um primeiro momento, na organização e no funcionamento da Casa, a exemplo da promulgação do Regimento Interno e

---

<sup>18</sup> João Adolfo Hansen, buscando analisar a sátira barroca, pesquisou, entre outros documentos, as atas das Câmaras da cidade de Salvador, Bahia, nos séculos XVII e XVIII. HANSEN, João Adolfo. A murmuração do corpo místico. In: A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia dos séculos XVII. Cidade: Companhia das Letras, 1989, p. 71-142.

<sup>19</sup> Responsáveis pela condução de ofícios aos lugares onde não chegavam os Correios.

do Livro das Leis Mineiras. Em segundo lugar, os projetos sobre estradas, pensões, impostos, instrução pública, entre outros, além de informar sobre a prática política, evidenciaram a importância dessa nova instituição legislativa na organização do poder do Estado brasileiro.

A criação de Assembleias legislativas provinciais no Brasil é um indício, também, que a elite política brasileira foi mais construtora do que herdeira<sup>20</sup> porque à herança portuguesa do nome, “Império do Brasil”, e do território, ela implantou instituições representativas e, a partir de 1834, legislativas, no âmbito regional, o que não aconteceu em Portugal, por exemplo, onde as províncias careciam de conotação política sendo empregadas (o termo província) apenas na acepção corográfica<sup>21</sup>. A organização do governo das províncias, com o estabelecimento de instituições eletivas submetidas a autoridades nomeadas, viabilizou e assegurou a unidade política e territorial do Império brasileiro.

---

<sup>20</sup> A alusão é ao texto de Ilmar Matos. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política. São Paulo: Almanack Braziliense, 2005, p. 8-26.

<sup>21</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004, p.149.

## Entre o Local e o Provincial: Os debates políticos sobre a construção dos cemitérios extramuros em instituições municipais e provinciais de Minas Gerais

**Pâmela Campos Ferreira**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: pamelacamposf@hotmail.com

**Resumo:** Procuraremos discutir sobre a patente preocupação com as questões relacionadas à saúde no Império (sobretudo a partir da discussão levada a cabo pelo deputado e médico baiano Lino Coutinho na Câmara dos Deputados), e, portanto, a necessidade da elaboração de projetos de lei ou planos de saúde que tratassem de medidas higiênicas principalmente no meio citadino, visando-se em última instância a preservação da saúde dos corpos. Percebemos o nascimento de uma medicina preocupada em diagnosticar e tratar das doenças surgidas no meio urbano. Como bem salientou Michel Foucault, a medicina urbana tinha como objetivo analisar os lugares de acúmulo e amontoado de coisas que pudessem provocar doenças, e prejuízos à saúde; lugares de difusão de doenças epidêmicas deveriam ser prontamente combatidos, e sem dúvida, as inumações intramuros, tal como ocorriam, se configuravam como prejudiciais à saúde humana.

**Palavras-Chave:** Saúde Pública, Saúde no Império, Inumações intramuros.

**Abstract:** We will try to discuss the patent concern about issues related to health in the Empire (especially from the discussion carried out by the deputy and doctor from Bahia Lino Coutinho in the Chamber of Deputies), and, therefore, the need for drafting bills or plans Health measures that deal with hygienic measures mainly in the urban environment, aiming ultimately to preserve the health of bodies. We perceive the birth of a medicine that is concerned with diagnosing and treating diseases that have arisen in urban areas. As Michel Foucault pointed out, urban medicine had as its objective to analyze the places of accumulation and accumulation of things that could cause illnesses and damages to health; Places of diffusion of epidemic diseases should be promptly combated, and undoubtedly the intramural burials, as they occurred, were considered to be harmful to human health.

**Keywords:** Public Health, Health in the Empire, Intramural Inumations.

*A reforma sanitária é a base de todas as reformas e inclui todas as outras. Promovê-la, portanto, é a filantropia mais apurada. John Domslen, 1878.<sup>1</sup>*

Podemos alocar em fins dos anos 70 em plena efervescência da História Social, e do sucesso historiográfico de Edward Thompson, como sendo o período em que os estudos voltados para temas como as políticas de saúde pública, instituições médicas e a organização do espaço público a partir de medidas higienistas tiveram lugar. O primeiro deles foi a *Danação da Norma* (1978) de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy, em que os autores consideram que a medicina social aparece aliada às práticas governamentais. Tal medicina tornou-se um instrumento de poder que normatizava as diferentes instituições brasileiras. Especificamente no caso do Rio de Janeiro, o médico agia como uma espécie de

---

<sup>1</sup> Domslen, John. *Salubridade pública: observações sobre a vital importância da saúde pública em relação à riqueza, poder e prosperidade deste Império*. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1878, p. 68.

agente policial, reconhecendo se as doenças provinham de um comportamento social inadequado.

Outra obra que tratou das questões relativas à higiene e à saúde, foi *Ordem médica e norma familiar* (1979) de Jurandir Freire Costa. O autor buscou analisar a atuação da medicina na normatização e disciplinarização dos corpos no meio urbano, como o controlador do comportamento individual e familiar. Temporalmente sua análise se pauta no período regencial, de modo que o mesmo reconhece e frisa o papel da medicina social ou higienista que tomou conta do espaço urbano. A higiene conseguiria impor seus preceitos sanitários, graças aos altos índices de mortalidade infantil e às condições precárias de saúde dos adultos.

Percebemos que a partir da década de 1830, a medicina torna-se um forte tema político no Império do Brasil. Citamos como um dos vários exemplos,<sup>2</sup> as diversas vezes em que a Câmara de Ouro Preto solicitava a compra da lâmina de pus vacínico, por ser muita necessária à Província. Na nova formatação, engendrada pela legislação de 1º de outubro de 1828, caberia às câmaras municipais, além de diversas outras questões a seu encargo, gerir as questões de saúde pública das localidades. Boa parte dos médicos reunidos na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, envolvidos em questões políticas, criticavam os vereadores e as suas decisões sobre salubridade urbana, argumentando em favor de leis que favorecessem o desenvolvimento de políticas consideradas “civilizatórias”.

Embora as câmaras tenham perdido a tal jurisdição contenciosa, que exerciam no período colonial, às mesmas foram delegadas atribuições “meramente administrativas”, que em seu conjunto, constituíam uma gama respeitável de competências. São elas, nos termos do Título III da referida lei – “posturas policiais” – [...] que assim classificaríamos: a) urbanismo em geral e obras públicas; b) saúde pública; c) assistência social; d) polícia “social”; e) proteção ao trabalho e à propriedade.<sup>3</sup> Como percebemos pelo exposto acima, todas as questões relacionadas à saúde, salubridade e higiene fariam parte dos novos encargos municipais.

---

<sup>2</sup> Entre a pauta que abarcava a temática de Saúde Pública, percebemos a constante solicitação pelo estabelecimento de Hospitais próprios para curar a doença de Elefantíase na província de Minas Gerais, bem como a regulamentação do trabalho exercido pelas parteiras e etc. Entre essas temáticas tratadas nas instituições municipais e provinciais de Minas Gerais, sem dúvidas, a discussão sobre a necessidade da construção de cemitérios fora do perímetro urbano, passou a ganhar fôlego, sobretudo na década de 1830, tal tema estava alicerçado à noção de salubridade e higiene, pontos tão caros à uma boa vivência nas localidades (assim entendido pelos políticos).

<sup>3</sup> TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte / Brasília: Lemi / INL, vol. 2, 1980, p. 939 e 943.

Colocadas essas questões iniciais, nos deteremos mais propriamente nas fontes que elencamos que tratam da matéria referente ao plano geral de saúde, que visava à melhoria da saúde dos povos. Os poderes municipais sofreram um processo de “reconfiguração” em suas atribuições, e na maneira pela qual se dariam as discussões. Uma de suas novas atribuições, sem dúvidas, diz respeito ao serviço médico-higienista, que caberia à mesma executar.

Para situarmo-nos empiricamente sobre o início dos debates que tiveram lugar na Câmara dos Deputados, enfatizaremos a sessão de 09 de Maio de 1828. Na referida data, diversas pautas foram discutidas pelos deputados na Casa Baixa, sempre num tom de pensar os rearranjos dos poderes em construção para o novo Império. No final de uma discussão específica sobre o Projeto de Lei que previa a extinção do cargo da Intendência Geral da Polícia, uma vez que as atribuições dos intendentes eram muito próximas do que os juizes almotacés já exerciam nas câmaras,<sup>4</sup> o deputado José Lino Coutinho ofereceu um Plano Geral de Saúde Pública para o Império, remetendo-o à Comissão de Saúde Pública, a fim de que a mesma interpusesse seu parecer.

É relevante ressaltarmos que José Lino Coutinho, deputado pela Bahia, formou-se médico pela Universidade de Coimbra, partindo por um curto período para Inglaterra e França. Atuou como membro da Junta Provincial da Bahia e foi eleito deputado das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de Lisboa em 1821. Foi eleito deputado geral pela Bahia para as duas primeiras legislaturas 1826-1829, e 1830-1833.

Nomeado lente de patologia externa da Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1825), tornou-se em 1832 diretor da Faculdade de Medicina. Foi conselheiro do imperador, médico honorário da Imperial Câmara, cavaleiro da ordem de Cristo e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Traduziu e escreveu inúmeras obras, entre elas: *Observações sobre as afecções catarrais de Cabanis* (1816), *Projeto reformando as Escolas de Medicina* (1826), *Topografia médica da Bahia* (1832), *Coleção dos principais fatos na história da epidemia do cólera morbus* (1833), *Memória sobre as águas naturais da Bahia*, *Memória sobre a doutrina de Broussais*, *Parecer da comissão da Câmara dos deputados* (1822), *Sustentação das acusações que na sua respectiva câmara fez o deputado*

---

<sup>4</sup> No tocante à esta questão, a fala de Bernardo Pereira de Vasconcellos é significativa ao afirmar que: “Não é o ramo da Saúde Pública da inspeção das municipalidades, e não declara a Lei das Justiças de Paz, que elas os executores das outras policias das câmaras? Nem, Senhores podem ser privadas as municipalidades desta atribuição sem manifesta infração da Constituição. [...]”. Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 09 de Maio de 1828.

*José Lino Coutinho ao Marquês de Baependi (1827), Cartas sobre a educação de Cora (1849), além de poemas.*<sup>5</sup>

Tomamos nota então, que Lino Coutinho além de atuar na esfera política como deputado, também possuía formação na área da medicina. E foi como médico que ofereceu o Plano Geral de Saúde Pública à Comissão de Saúde, e na sessão de 20 de Junho de 1828, entre outras diversas questões referentes à ordem do dia, entrou em pauta a discussão sobre parte do Projeto de Lei, já discutido no Senado, do Regimento das Câmaras Municipais.

A discussão se deu no que tange especificamente às Posturas Policiais, e, portanto, ao governo econômico dos municípios, ou seja, quais exatamente seriam os encargos dos vereadores no cotidiano citadino e das vilas. Em relação a tal discussão, o termo *polícia*, foi largamente discutido e pensado. A discussão principiou com o Projeto de Lei sobre as Municipalidades remetido pelo Senado à Câmara dos Deputados, com a emenda da Comissão Especial. À época havia entrado em discussão o artigo 54, que no projeto de lei dizia respeito à polícia administrativa que caberia às câmaras exercer. É relevante abrirmos um parêntesis para pontuarmos o que seria a chamada “polícia médica”. Tal termo nos remete ao fim do século XVIII, e se configuraria como sendo um conjunto de teorias e ações no âmbito político e administrativo organizados para manter a segurança da saúde da população, no momento que as doenças passaram a ser encaradas pelo Estado como um problema econômico e social.<sup>6</sup> Feitas essas considerações voltemos ao assinalado pela documentação.

Em relação aos debates acerca da polícia das câmaras, é perceptível que em grande parte os deputados entendiam que os vereadores em sua ignorância, não detinham alguns conhecimentos específicos de determinadas áreas. O Senhor Cunha Mattos discordando do Senhor Ferreira de Mello quanto à ideia de que “[...] nas câmaras haviam muitas pessoas com vastos conhecimentos de economia policial”,<sup>7</sup> exemplificou que na verdade os vereadores não eram tão instruídos como pensava Ferreira e Mello, servindo-se do exemplo de sua Província –

---

<sup>5</sup> Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. “José Lino Coutinho”. In : Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7 v. Vol 5. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>; SANTANA, Flávio Carreiro de. Civilidade, sensibilidade e cotidiano familiar no Brasil Império: O exemplo das ‘Cartas sobre a educação de Cora’. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: ver, sentir, narrar; VIEIRA, Germano Martins. “Da transmigração à modernização. D. João e a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro”. Disponível em: <[www.gnarusrevistadehistoria.com.br](http://www.gnarusrevistadehistoria.com.br)> . Vol. IV, n. 4, dezembro de 2014.

<sup>6</sup> Tal definição foi feita, tendo por base a exposição de Roberto Machado sobre o assunto (1978), p. 159-168.

<sup>7</sup> Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de Junho de 1828.



Goiás. Em Goiás os ocupantes dos cargos municipais quase nada sabiam acerca de economia policial.

O Senhor Lino Coutinho raciocinava nesse sentido ao defender que a policia se ramificava em diversas partes, portanto, “Como é que as câmaras podem entender, por exemplo, da polícia médica? Elas podem entender alguma coisa disso?”.<sup>8</sup> Coutinho ainda defendia o fato de que existiria uma polícia específica das câmaras, e que ela dizia respeito à limpeza das ruas, o cuidado em se evitar pântanos pestilentos e etc.<sup>9</sup>

Fazendo referência à seu Plano Geral de Saúde Pública, Lino Coutinho argumentava que o mesmo previa a maneira pela qual a polícia médica se organizaria, e lembrava que em seu projeto, ele dividia a polícia médica em pequena e alta,<sup>10</sup> a alta estaria ao encargo das autoridades responsáveis em promover a saúde pública, e a pequena aos vereadores reunidos nas câmaras.

Lino Coutinho entendia e defendia que os vereadores não estivessem encarregados da execução da chamada *polícia médica*, por entender que esses homens eram em sua maioria ignorantes e desprovidos de maiores instruções. Em seu raciocínio os vereadores não possuíam maiores entendimentos sobre a área da saúde pública para ter autoridade de discutir sobre tal tema, argumentando que “[...] não posso de maneira nenhuma convir que os vereadores das câmaras sejam em geral encarregados de toda a polícia médica, por isso que eles nada entendem de medicina [...]”.<sup>11</sup>

A discussão girava em torno das reais competências dos vereadores nas câmaras, e no que tange especificamente à saúde pública para o deputado Lino Coutinho tal atribuição não deveria estar entre os encargos das municipalidades. Uma das questões que norteava o raciocínio e fala dos deputados, era questionar quem de fato compunha os cargos camarários, e nesse sentido, a conclusão que todos compartilharam era que tais cargos (pós Lei de 1º de outubro de 1828, tornaram-se eletivos) eram ocupados por homens da terra, ligados aos negócios de suas fazendas, e na maioria das vezes sem formação acadêmica que lhes imputasse autoridade em discutir determinado assunto.

---

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> É relevante ressaltarmos que embora saibamos da existência do Plano Geral de Saúde Pública apresentado por Lino Coutinho à Câmara dos Deputados, não tivemos acesso a ele, exceto pelas referências que encontramos em determinadas sessões da Casa Baixa, portanto, o que temos de informação sobre tal projeto diz respeito às próprias falas enunciadas por esses atores.

<sup>11</sup> Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de Junho de 1828.

O Senhor Ferreira de Mello mandou uma emenda em que solicitava a supressão do artigo 54 em todos os seus parágrafos, e que este fosse substituído pelo artigo 59 da comissão, que possuía um teor mais geral em relação ao que as câmaras deveriam fazer. Nesse sentido o Senhor Araújo Bastos discordava da emenda de Ferreira de Mello, por entender ser necessária a discussão sobre as matérias do artigo 54, com seus números, a fim de se esclarecer às municipalidades sobre a polícia que de fato executariam em seus municípios. Posto o artigo 54 à votação, foi aprovado o entender de Araújo Bastos, ficando prejudicada a emenda de Ferreira de Mello.<sup>12</sup>

O artigo 54 que em seus números sofreu discussão fazia referência na forma final da lei de 1º de Outubro de 1828, ao artigo 66 do Título Terceiro (das Posturas Policiais). Cada um dos parágrafos abarcados por esse artigo foram discutidos, mas o que nos interessa especificamente é o parágrafo segundo que tratava sobre os cemitérios. A maneira pela qual foi abordada a temática cemiterial no projeto de lei, concedia às câmaras municipais o arbítrio de escolher o terreno mais adequado para o estabelecimento do Cemitério Geral.<sup>13</sup>

Se no Senado o parágrafo que versava sobre a maneira pela qual se estabeleceriam os cemitérios não foi alvo de grandes discussões, na Câmara dos Deputados o mesmo não se deu. O deputado Lino Coutinho, além de argumentar que nem toda a polícia deveria estar a cargo das municipalidades, em grande medida por sua falta de instrução e conhecimentos específicos, se opôs ferrenhamente à maneira como foi tratada a questão da construção dos cemitérios no projeto de lei.

O parágrafo segundo, como já assinalamos nos trechos iniciais do presente capítulo, não tratava apenas sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, mas também sobre o esgotamento de pântanos, estagnação de águas infectas, matadouros públicos e demais

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Nota explicativa: Quando falo em “Cemitério Geral” é preciso ressaltar que as fontes analisadas na pesquisa, as atas da câmara municipal de Ouro Preto, bem como as correspondências recebidas de Irmandades e Ordens, correspondência recebida das instâncias províncias (tanto o Conselho Geral como a Assembleia Legislativa Provincial), resoluções expedidas e recebidas, pareceres de Comissões internas, ofícios, correspondência recebida da Presidência da Província, correspondência recebida do Governo Imperial e da Assembleia Geral Legislativa, e Posturas Municipais; atas das sessões do Conselho de Governo e do Conselho Geral, bem como a documentação enviada pelas câmaras municipais, autoridades eclesiásticas, Ordens e Irmandades à Assembleia Provincial, toda essa gama documental faz referência ao termo “Cemitério Geral”, provavelmente como uma forma de distinguir os cemitérios (extramuros) que a lei previa de outra categoria, que era a dos cemitérios particulares pertencentes às Ordens e Irmandades religiosas. Nesse sentido é preciso lembrar que os cemitérios das confrarias já existiam em Minas desde o setecentos, uma vez que estas organizações fraternais atravessaram o século XVIII como fundamentais pilares de sustentação da fé católica local. Para um aprofundamento sobre o estabelecimento das Confrarias nas Minas Gerais ver: BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

questões relativas à manutenção da salubridade nas localidades. Para Lino Coutinho este parágrafo deveria ser suprimido em parte, especificamente na maneira pela qual tratava o estabelecimento dos cemitérios.

Neste sentido o deputado lembrou o projeto de lei que havia apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 09 de Maio de 1828, ou seja, no mês anterior. Em seu Plano Geral de Saúde, Coutinho marcava a maneira pela qual deveriam se estabelecer os cemitérios, e tal atribuição não seria da alçada das câmaras, pois caberia ao inspetor nas províncias e o sub-inspetor nas câmaras estar encarregados da saúde pública na província, e na falta destes o médico do partido tendo a assistência de uma junta de professores, nas localidades onde houvessem professores.

No projeto de saúde pública elaborado por Coutinho, caberia às câmaras apenas pagarem os terrenos escolhidos para a construção dos cemitérios. No seu entender caberia ao corpo de saúde pública examinar e julgar qual o melhor terreno (fora das povoações) para que se construíssem os cemitérios, pois a junta médica sim teria autoridade o suficiente para discorrer sobre tal matéria, afinal “[...] uma câmara não tem conhecimentos para poder marcar semelhante lugar é que me parece se deve suprimir esta segunda parte do número segundo”.<sup>14</sup> Coutinho discordava do previsto no projeto de lei quanto à construção dos cemitérios, pois entendia que as câmaras não deveriam ter por atribuição a escolha do terreno, uma vez que tal escolha implicava em um conhecimento das correntes de ar, da melhor localização para que a putrefação dos corpos não entrasse em contato com o meio urbano, um conhecimento de cunho geográfico, químico e médico que os vereadores não detinham, por serem homens da terra, não possuidores de uma especialização de um saber científico.

Às municipalidades caberia apenas a fatura dos ditos cemitérios, e não a escolha do terreno em que os mesmos seriam construídos. Essa era a ideia formada por Lino Coutinho no que tange ao encargo dos vereadores, sobre a matéria da construção dos cemitérios nas localidades. Após sua fala Coutinho mandou uma emenda à Mesa, em que requeria a supressão da parte relativa aos cemitérios tal como estava disposta no projeto de lei. Teve apoio em sua emenda, mas, o Senhor Paula e Sousa entendia que embora tal objeto fosse de extrema importância, por se tratar de uma questão de saúde pública nas províncias, lembrava o fato de

---

<sup>14</sup> Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de junho de 1828.

que “Nós ainda não sabemos quando essa Lei se fará, portanto, entendo que o artigo deve passar [como estava]”.<sup>15</sup>

No mesmo sentido de Paula e Sousa, o deputado Augusto Xavier argumentava que em seu entender, deveriam ser atribuições das câmaras a escolha dos terrenos, e em caso das mesmas necessitarem de maiores esclarecimentos, procurariam os médicos onde os houver mais próximos das localidades. Defendia, ao contrário do raciocínio desenvolvido por Coutinho que, as juntas médicas não deveriam ter ingerência sobre competências próprias das câmaras, de modo, que apenas deveriam informar às municipalidades sobre as possíveis dúvidas que surgissem no processo de escolha. Finalizou votando inteiramente pelo artigo, pois “[...] tudo quanto nele se diz são atribuições próprias das Câmaras, e economia do Município”.<sup>16</sup>

Ainda sobre esta temática, o Senhor Duarte Silva alertava para o fato de que as ideias esposadas por Lino Coutinho, não deveriam ser desprezadas em hipótese alguma, no entanto, o parágrafo poderia passar com uma emenda, pois “[...] a Lei há de fazer-se forçosamente”.<sup>17</sup> Como o Plano Geral de Saúde Pública de Coutinho, ainda não fora analisado pela Comissão de Saúde Pública, e o regimento das Câmaras Municipais urgia ser sancionado, a fim de se marcar efetivamente as novas atribuições camarárias, o parágrafo passou como estava previsto inicialmente, ou seja, caberia às municipalidades a escolha do terreno bem como a fatura dos mesmos,<sup>18</sup> e em caso de dúvidas os vereadores poderiam contar com o auxílio de uma junta médica (em caso de haver médicos nas localidades).

Ainda sobre a discussão do regimento das municipalidades, na sessão de 21 de Junho de 1828, Lino Coutinho (o debate versava sobre o poder ou não das câmaras terem ampla liberdade sobre suas deliberações, não consultando as instâncias provinciais) defendia que as câmaras devessem consultar médicos ou cirurgiões nos casos relativos à saúde pública nas localidades, pelo fato das mesmas não terem autoridade de formação para discorrer sobre a pauta. As Comissões, normalmente formadas de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, teriam como objetivo discutir sobre temas específicos sobre o qual, os ditos membros eram versados, e portanto, teriam conhecimento de causa. Além disso, as comissões estavam destinadas ao

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Em relação à fatura dos cemitérios, é relevante ressaltarmos que as Posturas Municipais, elaboradas pelas câmaras, assinalavam a forma pela qual se daria tal pagamento. Na maioria das vezes, percebemos a partir da leitura de tais Posturas que os cemitérios seriam feitos à custa das Fábricas e Matrizes das Irmandades, e que no caso das mesmas se recusarem a construção estaria ao encargo de uma empresa.

trabalho em exame, apresentar pareceres que minorassem ou facilitassem os trabalhos das instituições.

Coutinho interpelara o presidente da sessão no seguinte tom “Como há de, um município composto ordinariamente de homens chãos e bons, mas não de grandes talentos fazer tudo sem consultar alguém”.<sup>19</sup> No entender de Lino, se as instâncias provinciais e a câmara dos deputados criam comissões externas, “[...] também as municipalidades devem consultar os perigos naquilo que quiserem fazer”.<sup>20</sup>

Como se tratava de pensar os rearranjos de poder no interior das municipalidades, como as mesmas trabalhariam, quais seus encargos e funções frente ao Estado em construção, todas estas questões estavam na ordem do dia na Casa Baixa. Sobre o Projeto de Lei apresentado por Lino Coutinho à Comissão de Saúde Pública em 09 de Maio de 1828, o deputado iria lembrar à Comissão, em sessão de 05 de Junho de 1830, cerca de dois anos após a apresentação do projeto, que a mesma não interpôs seu parecer. Lembrava que seu Plano previa o tratamento dos males que afligiam os povos do imenso Império. Com certa dose irônica dizia *Nós temos visto como estão as ruas das cidades do Brasil, aonde não há limpeza nenhuma, o que me faz dizer, que o país do Brasil é o país mais sadio que há, porque há vista de imundices que há nas ruas, não sei como tudo não morre de peste [...]*.<sup>21</sup>

Coutinho cobrava um parecer da Comissão de Saúde Pública quanto à seu projeto, lembrando que nele tratava sobre os expostos, a saúde pública em geral, e a maneira como se dariam as inumações extramuros. Esta foi a última referência que encontramos do Plano Geral de Saúde Pública de Lino, nas discussões da Câmara dos Deputados. Fica patente a preocupação do dito deputado com as condições higiênicas em que o Império do Brasil se encontrava, preocupação esta que se materializou na forma de um projeto de lei (que entre outros pontos abordava a maneira pela qual se deveria estabelecer os cemitérios extramuros), não levado à cabo efetivamente pelas autoridades centrais, nos anos iniciais da Monarquia Brasileira.

### Referências Bibliográficas:

BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

---

<sup>19</sup> ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de Junho de 1828.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 05 de Junho de 1830.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma familiar*. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Biblioteca de filosofia e história das ciências. Editora: Graal, 2009.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 375-492.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte / Brasília: Lemi / INL, vol. 2, 1980, p. 939 e 943.  
Coletânea:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. “José Lino Coutinho”. In : *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7 v. Vol 5. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>; SANTANA, Flávio Carreiro de. *Civilidade, sensibilidade e cotidiano familiar no Brasil Império: O exemplo das ‘Cartas sobre a educação de Cora’*. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural. *Escritas da História: ver, sentir, narrar*; VIEIRA, Germano Martins. “Da transmigração à modernização. D. João e a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro”. Disponível em: <[www.gnarusrevistadehistoria.com.br](http://www.gnarusrevistadehistoria.com.br)> . Vol. IV, n. 4, dezembro de 2014.

## O pensamento federalista na Geração de 1870: questões temporais ao projeto republicano

**Lucas Neto Teixeira**

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: lucasnetoteixeira@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho se insere no contexto da década de 1870 no Brasil, momento em que os republicanos propunham ideias de como seria o novo modelo de estado. Dessa maneira, busca-se, em fase inicial analisar os manifestos republicanos como o do Pará, Itu e o do Rio de Janeiro, buscando nestes a compreensão de qual era o ideal de federalismo a estes republicanos, procurando aqui neste artigo esboçar algumas das ideias presentes já tratadas pela historiografia. Os manifestos continham em si uma ampla camada de demandas existentes, dessa forma os republicanos brasileiros buscavam orientar seus movimentos e espalhar suas ideias. O federalismo era um dos assuntos centrais ao desafio da construção de uma nova república na América do Sul.

**Palavras-chave:** Manifestos, Federalismo, República, Estado, Brasil.

**Abstract:** This article is inserted in the context of the 1870s in Brazil, when Brazilian Republicans proposed ideas about what the new state model would look like. In this way, it is sought, in the initial phase, to analyze republican manifestoes such as that of Pará, Itu and Rio de Janeiro, seeking in them an understanding of the ideal of federalism to these republicans, looking here in this article sketch some of the ideas already treated by historiography. The manifestos contained within them a broad layer of existing demands, so that Brazilian Republicans sought to guide their movements and spread their ideas. The federalism was one of the central issues for the challenge of building a new republic in South America.

**Keywords:** Manifestos, Federalism, Republican, State, Brazil.

O ideal federalista nas Américas emergiu logo após o contexto de Independência dos Estados Unidos em 1776. Posteriormente, a Convenção da Filadélfia de 1787 levou ao processo de unificação das Treze Colônias inglesas, ofereceu também a estas unidades territoriais garantias de autonomia política. Estas deveriam ser de alguma maneira limitadas. Nesta convenção se discutiram as bases do federalismo, ou seja, a construção desse novo modelo de administração política de estado que se baseava em uma esfera nacional e uma subnacional. De maneira que todos os estados-membros unificados teriam que respeitar a constituição federal, mesmo que obtendo suas próprias constituições locais. Essas ideias foram publicadas no livro *O Federalista* (The Federalist Papers) coletânea que reúne 85 artigos sobre diversos temas da administração estatal, e o federalismo é uma das principais novidades naquele século. Entre os autores que escreveram artigos destaca-se: Alexander Hamilton, James Madison e John Jay.

A trajetória percorrida pelos norte-americanos, no que tange à questão de formação de uma estrutura de Estado, teve reflexos nos países sul-americanos, que após seus processos de independência no século XIX, buscaram um novo modelo organizacional que contemplasse as



demandas almeçadas anteriormente, como: maior equilíbrio fiscal nas esferas subnacionais e também menor controle do Estado sobre as províncias (SOARES, 1998: 4-9). O centralismo, modelo anterior, não contemplava os anseios destes novos países em seus processos pós-independência. Dessa forma, o federalismo, modelo de Estado consolidado nos Estados Unidos, em conjunto com a República, trouxe consigo um novo modelo político capaz de satisfazer as demandas então vigentes.

Nesse sentido, procura-se conhecer o conceito de federalismo no Brasil através dos manifestos republicanos, que expressam como os intelectuais pensavam e definiam o conceito. Busca-se aqui, uma análise historiográfica acerca do tema do federalismo no Brasil, o que de maneira nenhuma pretende esgotá-la. O conceito tem a sua importância devido ao fato de estar estritamente ligado a ideia de República que se torna mais presente e real com o advento das discussões da Geração de 1870. Muitos desses políticos, intelectuais e partidários da ideia republicana discutiam o conceito, o interpretavam e de certa maneira o colocava a luz da ideia original, mas também eram importantes as experiências dos próprios países latino americanos.

No Brasil os manifestos republicanos são uma amálgama de processos anteriores que vieram a convergir num projeto sobre a República, sobretudo na década de 1870, viu-se a formação de documentos com a categorização de manifestos, na cidade do Rio de Janeiro, capital do império e de outros dois aqui destacados, o da província do Grão-Pará e Itu, interior de São Paulo. Estes são um produto consensual de diversas disputas políticas e de demandas de alguns setores descontentes com as políticas imperiais já próximo ao fim do século (VISCARDI, 2015: 16-17).

O federalismo, prática de Estado que se difundira pelas Américas, também era colocada com bastante firmeza pelos republicanos brasileiros da década de 1870. O projeto federalista já havia sido debatido diversas vezes pelos deputados brasileiros e já era de alguma forma percebido durante a primeira constituinte em 1823, projeto este que não vai à frente com a dissolução da câmara e a outorga da constituição por d. Pedro I (COSER, 2008: 941-45).

O conceito de federalismo durante a primeira constituinte era pauta nos debates. Sua compreensão era dúbia e o conceito era seguido pela questão da descentralização administrativa, também confundido com a experiências confederalistas. Em 1823 os debates apontavam para que o termo fosse compreendido como uma confederação (COSER, 2008: 941), termo que designa outra forma administrativa. Dessa maneira, a ideia e conceito de confederação era entendida naquele momento como federação. Nesse sentido devemos salientar

as experiências que eram então conhecidas como a Confederação Helvética de 1291, atual Suíça, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos de 1551, lugares aos quais mais tardiamente foram considerados organizações confederalistas (SOARES, 1998: 147).

Com o *Código do Processo* (1832) no Brasil, ampliou-se as liberdades civis, tendo por base o conceito de federalismo. O Ato adicional trouxe consigo algumas afirmações no que tange à discussão do federalismo. Apesar da crítica posta ao Código do Processo, podemos considerar que a experiência norte-americana foi percebida pelos parlamentares brasileiros (COSER, 2008: 956).

Posteriormente na Reforma Constitucional em 1834, momento pelo qual o federalismo adentrou ao sistema durante o império, destaca-se que foram adotados alguns ideais como: a inclusão prerrogativas em que o país passasse a ter assembleias provinciais, divisão das receitas fiscais, dentre outros. Ressalta-se que as questões mais pertinentes como o fim do caráter vitalício do senado e a extinção do poder moderador, além da criação de executivos municipais ficaram de fora. Podemos compreender que as reformas eram moderadas e não atendiam as expectativas pretendidas (CARVALHO, 1993: 61), pois as políticas mais criticadas como a falta de representação da sociedade no Estado, permaneceram ainda ligadas a corte e a favores. As províncias ainda permaneciam muito intimamente ligadas as políticas centralistas, dessa maneira possuíram pouco impacto na política do império.

A confusão perpassava e se dava por dois fatores: o primeiro era que o termo federalismo era um novo conceito e sua transmissão ecoava de diversas experiências, não só a norte-americana, e segundo que de maneira nenhuma era a única a se utilizar do modelo. Países como México (1824) e mais posteriormente no cone sul a Argentina (1853), já haviam estabelecido o federalismo em conjunto da República, como forma de administração do Estado. Podemos assim caracterizar o processo de formação federalista a partir de processos de interações em que muitas propostas de outros contextos confluem para a construção deste modelo, levando em conta necessidades e também suas realidades regionais e locais (CARMAGNANI, 1993: 397-98).

Assim, o grupo de intelectuais que surgiu por volta de 1870, levou a construção do movimento que conhecemos como “Geração de 1870”. Esse grupo de intelectuais buscava uma maior representatividade dentro do regime imperial, que podemos considerar minoria, mas apesar de grande análise desta geração, discorda-se da ideia de marginalização – questão proposta por Alonso (2002). Discorda-se da proposta de Ângela Alonso, pois mesmo que este

grupo fosse minoria, não devem ser considerados marginais, já que se tratavam de indivíduos, na maioria dos casos, vindos de famílias abastadas ou que já participavam das políticas locais em suas províncias. Dessa maneira, mesmo estando a margem, como coloca Alonso, este grupo possuía de certa forma mobilidade dentro do império.

Seu processo de representação era colocado por meio de escritos, livros, panfletos, jornais que pertenciam a alguns desses intelectuais. Os manifestos possuíam, “atos de fala”, como aborda Quentin Skinner (SILVA, 2010: 299) método que contribui para entendermos como eram formadas as opiniões e as construções sociais advindas destes (VISCARDI, 2015: 13). As análises desta Geração baseavam-se no cientificismo e em sua educação, mesmo que considerada “tradicional”, buscava-se um ensino mais técnico, que se distanciasse do catolicismo preponderante à época (ALONSO, 2002: 152-153).

O mundo passava por diversas modificações desde a Revolução Francesa, o iluminismo e posteriormente e contemporânea à época a fundação da Terceira República Francesa (1870), os processos de independência nas Américas fizeram com esses intelectuais, assim como outros no continente europeu e americano, de alguma forma, percebessem que havia uma profunda mudança ocorrendo no seio social. Assim, a monarquia absolutista, feudalismo e catolicismo representavam a antiga estrutura, a modernidade se contemplaria e um regime que fosse representativo, com novas formas de produção industriais, de sociabilidades nas cidades, além disso acreditava-se no avanço do cientificismo que superaria o misticismo (NISBET apud ALONSO, 2002: 170).

As manifestações sobre o federalismo eram bem claras no manifesto de 1870, podemos perceber que as principais demandas do primeiro manifesto republicano nacional era a fundação de um partido nacional e a expansão das ideias republicanas. Naquele momento, era necessário atrair cada vez mais adeptos, os manifestos são criados nesse sentido, do qual busca-se a atração de um público que possuísse o mesmo status desse grupo que havia escrito o manifesto. Sua recepção ao público geral é difícil, pois não há a disponibilidade de fontes para sabermos se a ideia republicana era aceita ou não (VISCARDI, 2015: 16).

O federalismo foi um dos pontos destacados pelo manifesto de 1870, a conjugação entre expansão da cidadania ou representação e descentralização das províncias, faz com que a proposta federal fosse a mais sólida. O centralismo, segundo os intelectuais do manifesto, fazia com que as províncias ficassem relegadas a uma pífia administração, e ao estrangulamento econômico, questões bastantes contestadas no manifesto. Além disso, o discurso federalista era

também relegado ao regime democrático, em via que o modelo imperial era contestado como absolutista, podemos compreender nesse sentido alguns atos de fala sobre o como a federação era uma necessidade democrática no Manifesto de 1870:

“Desde 1824 até 1848, desde a federação do Equador até a revolução de Pernambuco, póde-se dizer que a corrente electrica que perpassou pelas provicias, abalando o organismo sócial, partio de um só fôco – o sentimento de independencia local, a idéa da federação, o pensamento da autonomia provincial – Manifesto Republicano de 1870 (PESSOA, 1973: 54) ”.

Neste outro trecho os republicanos ressaltam a ideia da autonomia baseados nos interesses das províncias, podemos compreender a associação do centralismo imperial ao absolutismo:

“A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarchisa os espiritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de facto a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados ao grande astro da corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem economica e administrativa” – Manifesto Republicano de 1870 (PESSOA, 1973: 55).

As concepções republicanas publicadas no primeiro manifesto expostas no jornal *A República*, no Rio de Janeiro, repercutiram logo que suas tiragens foram chegando as principais cidades das províncias brasileiras. Nesse sentido, nasce também o Manifesto de Itu, a partir de articulações do Clube Republicano, em São Paulo com as cidades interioranas da província. O clube estabeleceu fortes ligações com o movimento ocorrido no Rio de Janeiro, desde 1870. A recepção em São Paulo do manifesto de 1870, levou também a concepção de um manifesto na cidade de Itu no ano de 1873. Neste manifesto se colocava quais as mesmas concepções sobre o federalismo do manifesto nacional, compreendido com a expressão da descentralização administrativa e da maior necessidade de representação e cidadania (MOTTA FILHO, 1970: 24-25), o manifesto na província paulista traz no seu artigo primeiro o tema federalismo:

“1º - Em respeito ao principio da união federativa cada provincia realizará a reforma de acordo com seus interesses peculiares mais ou menos lentamente [...]” (PESSOA, 1973: 65).

Desde a publicação do manifesto em 1873 até a Convenção Republicana de Itu, responsável pela fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), houve grande adesão de pessoas as atividades do Clube Republicano de São Paulo. O movimento ganha ainda mais

força a partir das cidades interioranas, relegadas aos grandes fazendeiros. Os periódicos tornaram as ideias ainda mais divulgadas, levando ao desdobramento dos ideais republicanos, reproduzindo as críticas e opiniões, podemos citar: *O correio Paulistano*, *a Gazeta de Campinas*, *O Sorocabano de Sorocaba*, *O Paulista de Taubaté*, *A imprensa e o Democrata de Santos*, foram os principais vetores da propaganda republicana na província paulista (MOTTA FILHO, 1970: 27-28).

O manifesto do Pará, veio de uma região completamente distante dos centros urbanos do império. A província era quase que marginal situada ao norte do país, seu manifesto por sua vez saía mais tardiamente em 1886, já em fins do império. O federalismo proposto pelos paraenses trazia consigo questões dos dois primeiros manifestos. Porém, sua proposta evoca também a ideia de federação conjugada ao municipalismo e nele o individualismo.

Dessa maneira, podemos conceber que o Manifesto do Pará possuía em sua ideia de uma espécie de federalismo que se baseava em uma autonomia do indivíduo contra o Estado e também o municipalismo, e conforme aponta Viscardi, seria a descentralização administrativa e política que se basearia em “local self-government”, teoria difundida por Tavares Bastos em sua obra *A Província* (VISCARDI, 2015: 55). Dessa maneira podemos conceber que o Manifesto do Pará possuía uma ideia de espécie de federalismo que se baseava em uma autonomia do indivíduo contra o Estado como podemos perceber neste trecho:

“A federação é a forma por meio da qual se afirma a força do individualismo e essa há de ser no futuro, como se deduz na sucessão histórica, o modelo geral por via do qual se hão reorganizar todas as nações livres”. - Manifesto Republicano do Pará (PESSOA, 1971: 80)

Afirmando ainda a descentralização e o municipalismo:

“Queremos o regime da federação, que garanta a autonomia e independência das províncias, e alargue a esfera das municipalidades. Queremos o movimento e a vida que é a descentralização em lugar da paralisia e da morte que é a centralização. - Manifesto Republicano do Pará (PESSOA, 1971: 80).

Mesmo que anteriormente o federalismo pudesse ser um modelo que compactuasse com a monarquia, depois da construção dos discursos provenientes dos manifestos, levou-se a ideia de que se tornará impossível a sua associação com o império. Como podemos perceber na leitura dos manifestos, essa associação somente seria possível no sistema republicano que era relegado a democracia e a representação. De maneira que o centralismo presente em todos os discursos nos manifestos previa somente a ideia absolutista de controle do Estado nacional.

Portanto, o que se avalia destes manifestos destacados: o nacional do Rio de Janeiro, de Itu e do Pará, é que embora o projeto federalista havia sido compreendido como vetor de uma nova era, o conceito era a chave do republicanismo país. Todavia, o federalismo passou por alterações e por novas colocações devido a fatores regionais, que eram ligados a realidade do país, a sua formação. Logo não é um modelo transplantado. Consequentemente as aspirações do federalismo levaram a concepções de ideais e a criação de novas condições e adaptações ao conceito como podemos perceber nos Manifestos republicanos.

Mesmo que a experiência tenha sido estrangeira, a ideia, concepção, as mudanças são formas de compreensão do conceito. O que não elimina, de certa maneira, uma originalidade. Isto posto, mesmo com a sua dubiedade anterior que ligava o conceito de federalismo ao termo confederal, podemos compreender que o conceito cada vez mais se deslocou para a sua forma que podemos entender como “original” de uma estrutura federal composta por estados, de maneira em que houvesse representação popular e descentralização frente a Nação. O que se torna patente nas análises aqui estudadas é que a função do projeto federalista era eliminar os entraves à cidadania participativa, a representação civil perante ao Estado e a autonomia das províncias e municípios.

Dessa forma, os manifestos são instrumentos importantes da concepção de país que almejavam os intelectuais brasileiros. Essas condições levaram a construção de um discurso que abrangia parte da população letrada e que estava inserida na política nacional. Esses atos tem de serem analisados e trazidos a luz de novas metodologias que nos auxiliem no conhecimento e na transformação da historiografia.

### Referências Bibliográfica

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, 392 pp.

CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos latino-americanos: México/Brasil/Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 1993.

COSER, Ivo. *O conceito de Federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 4, 2008, pp. 941 a 981.

HAMILTON, Alexander. *O federalista, por Alexandre Hamilton, James Madison e John Jay*. Trad. de Heitor Almeida Herrera. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.

MOTTA FILHO, Cândido. *O Manifesto Republicano de 1870 e sua repercussão em São Paulo*. R. Ci. pol., Rio de Janeiro, 4(4) 23-28, out./dez. 1970.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro. Gramond. 2012.

SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº2, 2010, pp. 299 a 355.

SOARES, Márcia Miranda. *Federalismo, democracia e instituições políticas*. Lua nova, no. 44, São Paulo, 1998.

VISCARDI, Claudia M. R. *As muitas faces da república: o ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico (1870-1902)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Tese Titular – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.



## Rui Barbosa e o discurso político sobre a educação feminina no Segundo Reinado

**Amanda de Paula Birindiba Araújo**

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: amandabirindiba@gmail.com

**Resumo:** Em meados do século XIX, propostas de reformas educacionais fizeram parte do discurso político e dos projetos de modernização da Nação formulados por intelectuais brasileiros. Tais reformas, contudo, não eram pensadas da mesma maneira para as diferentes classes sociais nem para os diferentes gêneros. Neste sentido, buscamos investigar as propostas políticas com relação à educação de mulheres a partir da produção de Rui Barbosa (1849-1923). Importante personagem político do período imperial, Rui Barbosa dedicou-se ao tema da educação no último quartel do século XIX com a produção de pareceres, discursos e ensaios a respeito do estado da instrução pública nacional. Temos por objetivo analisar as aproximações e divergências entre Rui Barbosa e as propostas de seus contemporâneos, e averiguar em que medida seu projeto de reforma pode ter representado avanços em relação ao estado normativo dos papéis de gênero no contexto imperial.

**Palavras-chave:** Brasil Império; história da educação; história da educação feminina; modernização do Brasil; Rui Barbosa.

**Abstract:** In the mid-nineteenth century, proposals for educational reform were part of the political discourse and of Brazilian intellectuals' projects for the Nation's modernization. Such reforms, however, were not considered in the same light for the different social classes, nor for the different genders. In this regard, we seek to investigate the political proposals relating to women's education, starting from Rui Barbosa's (1849-1923) writings. Rui Barbosa – an important political character from the imperial period – dedicated himself to the subject of education during the last quarter of the nineteenth century, producing technical analyses, speeches and essays which dealt with the state of the public instruction system. Our goal is to analyze the similarities and discrepancies between Barbosa and the proposals of his contemporaries, as well as to ascertain to what measure his reform project might have meant an advance in relation to the normative state of gender roles in the imperial context.

**Keywords:** Imperial Brazil; history of education; history of women's education; modernization of Brazil; Rui Barbosa.

### Introdução

“A cultura da mulher sobreleva em importância à do homem; todos os extremos, todos os sacrifícios, todas as honras do Estado são poucas para a educação feminil” (BARBOSA, 1948, p. 265). As palavras de Rui Barbosa sobre a educação feminina, proclamadas em novembro de 1882, revelam elementos do pensamento modernizador do intelectual e político baiano. O discurso de Rui Barbosa se insere numa temática mais ampla da necessidade de reformas na educação para a modernização do Brasil, à qual dedicou importante produção.

Por possuir uma vasta obra que cobre diversos temas e assuntos, Rui Barbosa tornou-se objeto de estudos nas mais diferentes áreas do conhecimento. Ele representa uma referência política e intelectual tanto para o período imperial quanto para os primeiros anos da República.

Seu discurso sobre a instrução público e sobre a educação feminina se insere na temática reformista própria da intelectualidade brasileira no final do século XIX, no contexto da Geração 1870 (ALONSO, 2002).

A década de 1870 foi o momento de formação de Rui enquanto bacharel em Direito e enquanto político, com seu envolvimento no jornalismo e, no final da década, sua eleição como deputado da Assembleia Provincial da Bahia. Nesse período, formou-se na intelectualidade brasileira um movimento favorável à modernização e reformas em torno de aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A preocupação desses intelectuais aparece como fruto do contato e da circulação de novas ideias, teorias e projetos educacionais de intelectuais europeus e norte-americanos. Muitos dos integrantes desta geração, assim como Rui Barbosa, tornaram-se políticos e transmitiram suas ideias reformadoras nos debates parlamentares.

A intenção das propostas reformistas da Geração 1870 era a inserção do Brasil no “concerto das nações” modernas e civilizadas, uma vez que, “diagnosticando o atraso nacional, os radicais brasileiros pregavam reformas para acelerar o tempo histórico e aproximar o país daquele estado de civilização em que estariam os chamados países cultos” (LYNCH, 2010, p. 45-46). Evidentemente, as leituras das experiências europeias eram feitas a partir das especificidades do Estado brasileiro, que vivia um regime monárquico e escravista.

Com o fim do tráfico internacional de escravos em 1850, inicia-se um período de transição do trabalho escravo para o livre, durante o qual aumenta a entrada de imigrantes no Brasil e também a preocupação com a questão da formação do trabalhador nacional. Além disso, a perspectiva da abolição e a incipiente modernização do país – que passava também pelos investimentos nas manufaturas e fábricas – modificaram a cultura do trabalho no Brasil, que precisou adaptar-se às exigências do capitalismo, em consolidação no mundo ocidental. Assim, tanto o Estado quanto organizações particulares passam a investir na criação de escolas e institutos para a educação básica da população, bem como para uma instrução profissional que fosse capaz de capacitar minimamente os brasileiros para as novas relações e valores de trabalho.

### **Os projetos de reforma educacional no Segundo Reinado**

A partir da metade do século XIX, portanto, diversos políticos e intelectuais começam a se preocupar com questão da responsabilidade do Estado para com a instrução da sociedade. Essa elite intelectual inicia a produção de projetos que apontavam a necessidade de maiores

investimentos do Império nas instituições escolares primárias e secundárias (essas últimas eram, em sua maioria, fruto da iniciativa privada e contavam com pouco subsídio imperial). Essas produções quase sempre incluíam panoramas da educação no Império, com muitas críticas com relação à negligência governamental para com o ensino e o pouco interesse da população com relação à instrução. Nesse sentido, por mais que buscassem incentivar o Estado a investir mais nas instituições escolares, os projetos desses intelectuais visavam, principalmente, legitimar a importância da educação nas civilizações modernas e industriais.

Na mesma época, reflexões sobre a organização administrativa e pedagógica da instrução pública tomavam conta dos congressos de instrução e das Exposições Universais realizados na Europa e nos Estados Unidos, bem como dos relatórios governamentais, livros, ensaios e publicações em periódicos especializados em educação. Tais debates indicavam a existência de uma conexão inevitável entre a renovação educacional e o desenvolvimento dos países. A produção de Rui Barbosa se insere nesse contexto por dialogar com as experiências modernizadoras estrangeiras e os projetos políticos de seus contemporâneos no Brasil.

As propostas de reformas educacionais no Brasil tratavam não apenas de mudanças institucionais, mas também dos métodos de ensino e da perspectiva da população sobre a necessidade e importância da instrução. Estava em pauta uma verdadeira transformação do papel da educação na sociedade, uma vez que figurava no horizonte de expectativa do mundo ocidental os fenômenos da popularização do ensino, da escolarização em massa, da responsabilidade dos Estados com relação à instrução pública, da obrigatoriedade da educação e da escola como instituição de difusão dos valores morais, ideológicos, políticos e culturais na Nação.

O envolvimento de Rui Barbosa com a questão educacional foi uma de suas primeiras ações como deputado da Assembleia da Corte, cargo que assume em 1879. Nesse período, Rui Barbosa era deputado na Assembleia da Corte (desde 1879) pelo Partido Liberal. Logo no início de seu mandato, em 1880, Rui Barbosa passou a fazer parte da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Durante dois anos, ficou responsável pela consulta a uma vasta bibliografia sobre os métodos pedagógicos mais modernos e elaborou pareceres em que consolidou propostas reformistas e modernizadoras para o sistema educacional brasileiro.

Como relator da Comissão, Rui Barbosa apresentou o parecer sobre o decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, do ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho, membro do gabinete liberal presidido por Cansanção de Sinimbu. O decreto promovia a reforma do ensino

primário e secundário no Município Neutro e do ensino superior em todo o país, e representava uma das principais questões do gabinete liberal. Nos pareceres, Rui Barbosa traça um panorama do estado da instrução pública no Brasil naquele momento e aponta a necessidade de largos investimentos governamentais na educação. A partir da apresentação de experiências ocorridas na Europa e nos Estados Unidos, Rui Barbosa propõe um projeto substitutivo ao da reforma Leôncio de Carvalho, argumentando pela criação de um sistema de educação pública nacional.

Para o relator, em matéria de educação, muito precisava ser feito, sobretudo em comparação com outros países. Era necessário ampliar os investimentos estatais em educação, buscando a difusão da instrução pública no país. A criação do ensino técnico e científico, sobretudo com a inserção do ensino do desenho e da arte industrial no currículo, seria a principal modificação a favor de uma educação que contribuísse para o progresso econômico, material e social do Brasil. Rui Barbosa apresenta dados estatísticos e análises de experiências estrangeiras para demonstrar como a preocupação com a formação técnica e profissional da população seria responsáveis por benefícios à longo prazo.

É perceptível nos Pareceres a preocupação com a transformação da sociedade por meio da inteligência nacional. A reforma educacional prepararia os trabalhadores para as novas relações de trabalho (tendo em vista a perspectiva da abolição e a adoção do trabalho livre nas indústrias e lavouras) em termos práticos e morais. Ao pensar numa combinação do ensino clássico com o ensino técnico, Rui Barbosa estava propondo a educação do corpo e da mente do trabalhador brasileiro tendo em vista as transformações políticas que avultavam o futuro brasileiro: o fim do trabalho escravo, o desenvolvimento econômico e a democracia.

### **A educação feminina em Rui Barbosa**

Entendemos que Rui Barbosa pensava na escola como uma preparação para a vida. E aqui verificamos a construção de um discurso político em prol do progresso econômico, da estabilidade social e da moralização da Nação. A preocupação com a instrução das mulheres se relaciona com todas essas questões. Em discurso no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em novembro de 1882, Rui Barbosa aponta como a questão da educação feminina é primordial para o seu pensamento modernizador e reformador.

Em seu discurso, Rui faz grande elogio ao Liceu do RJ que, para ele, teria compreendido a "cura à raiz do mal": a educação da mulher. Para ele, a mulher é o ponto de partida da sociedade e o fundamento da cultura das gerações vindouras. A mulher é "mãe, amante, esposa,

filha, mestra, ela é a explicação do indivíduo e da sociedade". Para ele, a educação feminil e a proclamação da igualdade entre os dois sexos é urgente e "impõe-se como a legenda suprema da nossa propaganda" (BARBOSA, 1948, p. 263-264). Ao fim do discurso, louva o Liceu por aliar a cultura artística com a cultura feminil.

As poucas palavras de Rui Barbosa dizem muito sobre o seu lugar de fala, sua perspectiva modernizadora e o discurso político que ele pretendia construir em torno dos investimentos à instrução pública. Primeiramente, é preciso pensar que no contexto da segunda metade do século XIX, a situação da educação feminina era mais problemática do que a do ensino primário no geral. Isso porque era um privilégio de uma minoria muito seleta de mulheres o acesso à instrução escolar. As instituições públicas para meninas eram, em número, muito mais escassas do que as de meninos. As famílias abastadas, além de preocuparem-se com o ensino de prendas domésticas para as meninas, geralmente pagavam professores particulares para o letramento das mesmas (além de outras atividades, como aulas de piano e línguas estrangeiras, por exemplo). Já as famílias pobres, muitas vezes distantes de alguma instituição pública de ensino feminino, buscavam preparar suas filhas para o cuidado do lar e das crianças (CUNHA; SILVA, 2010, p. 102).

Na primeira metade do século XIX, algumas Escolas Normais foram criadas pelo Império, com o objetivo de ensinar conteúdos elementares e algumas noções pedagógicas às mulheres. Também existiam organizações de caráter assistencial mantidas pelo Estado e por Ordens Religiosas, em sua maioria direcionadas para meninas de classes populares. Foram criadas também algumas escolas secundárias femininas (em número muito menor que as masculinas), e poucas delas preocupavam-se verdadeiramente com a instrução das mulheres (CUNHA; SILVA, 2010, p. 100).

Desse modo, além de ser encarada como supérflua pelo Estado e pela sociedade, a educação feminina era diferenciada ainda conforme a classe social a qual a mulher pertencia. Numa sociedade em que as funções primordiais das mulheres eram o matrimônio e a maternidade, a fase escolar tornava-se opcional. A educação feminina formal esbarrava em relações de gênero historicamente estabelecidas na sociedade brasileira e no mundo ocidental como um todo. Os projetos educacionais reformistas dos intelectuais brasileiros pouco propunham a respeito da instrução pública de mulheres. Quando se debruçavam sobre o tema, geralmente apontavam a necessidade de ampliação das instituições de educação básica, para o ensino das primeiras letras à grande parte da população. Contudo, esses homens pouco se

preocupavam com a formação continuada dessas mulheres (nos ensinos secundário e superior) nem com a capacitação das mesmas para as profissões formais. As propostas mantinham, ainda, em sua maioria, a defesa de escolas separadas para meninos e meninas, com currículos e métodos diferenciados de ensino para os gêneros.

Desse modo, percebemos que a preocupação de grande parte dos intelectuais reformistas durante o Império relacionava-se com a modernização do país a partir da formação básica dos trabalhadores brasileiros. As relações de gênero que caracterizavam as mulheres como inferiores e destinadas à vida no lar impediam a inserção das mesmas nos projetos de ampliação da instrução pública (ou garantiam uma inclusão mínima, bastante inferior aos homens). O propósito desses intelectuais era o de formular programas de educação que favorecessem a inclusão do Brasil no “concerto das nações” modernas e industrializadas por meio de reformas da educação, que não eram pensadas da mesma maneira para as diferentes classes sociais nem para os diferentes gêneros.

No intuito de valorizar a educação da mulher, Rui Barbosa evoca o seu papel de “mãe, amante, esposa, filha, mestra”, sendo a base constitutiva e formadora dos indivíduos e da sociedade como um todo. Esse discurso muito remete ao pensamento positivista que ganhava cada vez mais adeptos no final do século XIX e que considerava que a educação das mulheres era primordial para qualquer transformação social. Nesse sentido, a educação feminina financiada pelo Estado era uma garantia de uma boa formação dos cidadãos pelas suas mães e esposas. Ou seja, mesmo no movimento de valorização da educação feminina, a concepção do estereótipo da mulher naturalmente destinada à maternidade e ao matrimônio é fundamental para dar sentido à sua instrução.

Uma vez que o contexto do autor é indissociável de sua produção e ação, seria anacrônico esperar que a proposta de educação feminina de Rui Barbosa não reproduzisse esses padrões de gênero e os papéis sociais historicamente delegados à mulher. Rui afirma que “a cultura da mulher sobreleva em importância à do homem; todos os extremos, todos os sacrifícios, todas as honras do Estado são poucas para a educação feminil” (BARBOSA, 1948, p. 265).

A instrução feminina era, até então, o meio de propiciar a formação moral das mulheres, mais do que com a educação intelectual das mesmas. Em Rui Barbosa, contudo, verificamos a preocupação com a capacitação das mulheres para o mundo do trabalho e para o mundo moderno. O seu discurso político em prol da modernização do Estado brasileiro acaba

promovendo, no âmbito educacional, a igualdade entre os dois sexos. Rui Barbosa faz propostas mais veementes em seus Pareceres e discursos a respeito disso, às quais dedica poucas páginas, mas que mostram-se suficientes para identificar no discurso do autor ideias e influências diferentes daquelas compartilhadas pela intelectualidade brasileira.

Enquanto as propostas de seus contemporâneos contemplavam apenas o ensino primário para as mulheres, em classes exclusivamente femininas, e com currículos que ainda priorizavam o aprendizado das prendas domésticas, Rui Barbosa considera que a mulher seria digna de uma educação não inferior àquela oferecida aos homens. Para tanto, seria necessária a criação e difusão das instituições de ensino misto. Até o final do século XIX, a co-educação dos sexos era uma prática incomum nas instituições escolares brasileiras. O ensino público primário, até o momento da reforma analisada nos *Pareceres* de Rui, era dividido em classes de meninos e meninas, devido a uma preocupação higienista e religiosa. Entendemos que, na lógica do discurso reformista de Rui Barbosa, igualar a educação dos sexos e propiciar que ela ocorresse no mesmo ambiente e seguindo o mesmo currículo era a garantia de uma formação moral e prática única do trabalhador brasileiro, independente do gênero.

Embora Rui Barbosa possa continuar reproduzindo a ideia de inferioridade e incapacidade feminina em outros aspectos da vida, ele considera que, na educação, deve haver um olhar igualitário para as mulheres em relação aos homens. Ainda que o político busque proclamar a igualdade da formação educacional de homens e mulheres, não se pode dizer o mesmo com relação aos papéis dos mesmos na sociedade, à valorização do trabalho exercido por eles e às liberdades políticas e civis. Rui Barbosa estaria produzindo, em seu discurso, uma perspectiva própria das relações de gênero dentro do ambiente escolar, perspectiva essa que não seria extensível para a sociedade em geral. Contudo, consideramos importante a presença da defesa da coeducação dos sexos na proposta de Rui, que foi oficializada pelos Pareceres e marcou historicamente a posição de um parlamentar sobre transformações de alguns aspectos da condição feminina na sociedade imperial.

### **Considerações finais**

Nossa intenção foi a de preencher lacunas das pesquisas historiográficas sobre Rui Barbosa, pois pretendemos historicizar o seu discurso político retomando a intencionalidade autoral em sua produção. Localizando os escritos do intelectual num contexto específico de vivências, leituras, circulação de ideias e debates políticos, buscamos nos desprender de uma leitura ortodoxa de seus textos. Buscamos um olhar orientado pela história do discurso político,



defendida pelos historiadores John Pocock (2003) e Quentin Skinner (2009) e que favorece uma nova abordagem do pensamento de Rui Barbosa. Tal forma de construção do objeto nos serve à análise dos Pareceres uma vez que permite a identificação da intencionalidade do autor no ato de sua produção intelectual, buscando suas pretensões e as problematizações por ele realizadas. Sob essa perspectiva, é possível buscar uma maior interlocução entre texto e contexto, evidenciando as conexões do discurso intelectual com as vivências, leituras e influências do autor. Assim, relativizamos a influência do contexto sobre as ideias do autor, eliminando um suposto determinismo existente nesta relação. O objeto de análise historiográfica deixa de ser o texto e passa a ser o próprio autor e sua performance dentro de um contexto intelectual e político bastante específico.

Além disso, este trabalho teve a intenção de verificar os entrelaçamentos do pensamento de Rui Barbosa com as relações de gênero existentes no período imperial, compreendendo sua postura intelectual como reprodutora, mas também como produtora de estereótipos e papéis de gênero para homens e mulheres nas instituições escolares. Realizamos leitura da produção de Rui Barbosa a partir do aporte teórico oferecido pela historiadora norte-americana Joan Scott (1986). Segundo ela, o gênero apresenta-se como uma categoria útil de análise para estudos historiográficos, pois oferece a possibilidade de questionamento da suposta imutabilidade das categorias dos gêneros masculino e feminino ao longo da história. Dessa maneira, é possível analisar o pensamento de Rui Barbosa desnaturalizando as concepções defendidas por ele e permitindo a percepção da produção das relações de gênero em seu discurso.

Assim como consideramos na introdução, a análise do pensamento de Rui Barbosa sobre a instrução feminina deve ser feita relacionando sua posição sobre esse assunto com um conjunto mais amplo de ideias e concepções defendidas por este autor. Também buscamos delimitar o contexto intelectual e político de Rui Barbosa a partir da análise de seus *Pareceres* e discursos sobre a educação, compreendendo a dinâmica de circulação e articulação das ideias por ele evocadas, bem como a sua inserção numa ampla rede de intelectuais e políticos reformadores. Procuramos também analisar a construção do discurso político de Rui Barbosa a partir de sua retórica, vocabulário, influências teórico-ideológicas e condições de enunciação, buscando identificar o modo como se dá a formulação das concepções desse intelectual acerca dos papéis de gênero na sociedade imperial brasileira.

## Referências bibliográficas

- ALONSO, A. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, R. Abolicionismo. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Vol. XII. Tomo I.
- BARBOSA, R. Emancipação dos escravos: parecer formulado pelo deputado Ruy Barbosa como relator das Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.
- BARBOSA, R. O desenho e a arte industrial. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948. Vol. IX. Tomo II.
- BARBOSA, R. Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. Vol. X. Tomo I ao IV.
- BARBOSA, R. Reforma do ensino secundário e superior. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. Vol. IX. Tomo I.
- BLAKE, A. V. A. S. Dicionário biobibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, v. 7.
- CHAMON, C. S. Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CUNHA, W. D. S; SILVA, R. J. V. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. Gênero, Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, jul/dez 2010.
- JASMIM, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, fev. 2005, pp. 27-38.
- LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURENÇO FILHO, M. B. A pedagogia de Rui Barbosa. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- MACHADO, M. C. G. Pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- MAGALHÃES, R. M. M. de A. As ideias abolicionistas de Rui. Disponível em: <https://goo.gl/2oyuvn>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- MOACYR, P. A instrução e o Império. São Paulo: Nacional, 1936.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.

SCOTT, J. Gender as a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986. (Tradução disponível em: <https://goo.gl/JZYrA6>. Acesso em: 15 mar. 2016).

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the History of Ideas. In: *History and Theory*, vol. 8, n° 1, 1969, pp. 3-53.

SKINNER, Q. As fundações do pensamento político moderno. SP: Cia das Letras, 2009.

SOUZA, R. F. de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, v. 51, n. 9, novembro/2000.

VALDEMARIN, V. T. O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

## ST 15 - A história das ciências e seus discursos historiográficos: perspectivas de estudos (XVI-XX)

Ana Carolina Rezende Fonseca  
Mestra em História  
UFMG  
[aninharezende@msn.com](mailto:aninharezende@msn.com)

Valquiria Ferreira da Silva  
Doutoranda em História  
UFMG  
[historiaival@hotmail.com](mailto:historiaival@hotmail.com)

Manuela Pereira de Sousa Sobral  
Mestre em História Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[manuela.sobral@ymail.com](mailto:manuela.sobral@ymail.com)

Júlia Maria Correia Gaspar  
Mestranda em História Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[juliamaria.gaspar@gmail.com](mailto:juliamaria.gaspar@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

A produção do conhecimento científico tem sido abordada como objeto historiográfico privilegiado, para se compreender os diversos aspectos que compõem distintas sociedades em determinadas épocas. Este simpósio tem por objetivo a troca de experiências entre pesquisadores que se interessam pela temática da História das Ciências, e a utilizam como ferramenta de análise. Pretendemos colocar em debate pesquisas que abordem a compreensão do papel da prática científica como uma construção histórica, na qual os agentes envolvidos estabelecem uma multiplicidade de relações, sejam elas: culturais, econômicas ou políticas. Entre essas perspectivas, podemos destacar a política, desde o nascimento da ciência moderna onde a ciência desempenhou importante papel na consolidação dos estados modernos, até o século XX, onde é possível mapear a publicação de importantes trabalhos que abordam a ciência e a atuação dos cientistas na criação de agendas políticas. Este simpósio reunirá trabalhos que abordem questões relacionadas ao papel do cientista, enquanto agência na elaboração de pautas políticas; da ciência nas pretensões geopolíticas; os processos de produção e apropriação do conhecimento científico; o funcionamento de redes científicas; o papel das instituições científicas; saberes relacionados às práticas de cura (científicos e populares); representações científico-sociais das doenças em contextos epidêmicos e endêmicos e etc.

## Médicos ou Charlatães: Uma Síntese do Processo de Institucionalização da Medicina no Brasil

**Cássia Regina da S. Rodrigues de Souza**

Mestranda

PPGHCS/COC-FIOCRUZ

E-mail: cassiarsrodrigues@yahoo.com.br

**Resumo:** O quadro dos agentes de cura no Brasil até por volta de finais do século XIX foi marcado pela complexidade que se traduzia muitas vezes por tensões, convivências e negociações entre os praticantes de saberes tidos como tradicionais e o da medicina oficial representado pelos médicos acadêmicos. Este artigo pretende examinar o processo de institucionalização da medicina, procurando identificar as diferenciações estabelecidas pela medicina oficial entre os médicos e charlatães nesse período.

**Palavras-chave:** Médico; charlatão; institucionalização da medicina.

**Abstract:** By around late 19<sup>th</sup> century, the board of healing agents in Brazil was marked by complexity that many times was translated into tensions, interaction and negotiations between practitioners of knowledges considered as traditional and of the official medicine represented by academic doctors. This article aims at examining the process of medicine institutionalization, seeking to identify the differentiations established between doctors and charlatans in that period.

**Keywords:** Doctor; charlatan; institutionalization of medicine.

O quadro dos agentes de cura no Brasil até por volta de finais do século XIX foi marcado pela complexidade que se traduzia muitas vezes por tensões, convivências e negociações entre os praticantes de saberes tidos como tradicionais e o da medicina oficial representado pelos médicos acadêmicos. Entre os chamados terapeutas populares, categoria pouco precisa, destacam-se as parteiras, cirurgiões, barbeiros, boticários ou farmacêuticos, curandeiros e curadores, feiticeiros, entre outros. Sob essa categoria, diversos indivíduos eram incluídos, entre eles, os que baseavam o seu tratamento em crenças religiosas ou em conhecimentos acadêmicos adquiridos por meios de divulgação de folhetos, livros e periódicos, na experiência com ervas medicinais, ou na combinação dessas (PIMENTA, 2004:69). As parteiras e os cirurgiões possuíam o direito de legalizar suas atividades, para tanto, um pedido deveria ser feito, juntamente com a apresentação de um atestado do mestre com quem foi realizado as aulas práticas. Esse atestado poderia ser substituído pelo testemunho de terceiros. Um auto do exame feito pela Fisicatura-Mor também era requerido e por fim, a ordem para a emissão da carta ou da licença. Essa carta apresentava os limites de atuação de cada classe, além dos instrumentos que cada uma podia utilizar (PIMENTA, 1998, 2004). Dentre essas categorias que exigiam licença, os cirurgiões cumpriram o papel destinado aos médicos nos tempos coloniais. Com o intuito de fornecer um conhecimento formal a esses profissionais, foram criadas em 1808,

escolas na Bahia e na Corte que ministravam aulas de medicina, anatomia e fisiologia. Mais tarde, a inauguração das escolas médico-cirúrgicas formaria os cirurgiões após um período de cinco a sete anos. Em 1848, um decreto garantiria aos cirurgiões formados, o direito de exercer a medicina.

As parteiras constituíam um dos grupos que mais contavam com privilégios, isso deveu-se, sobretudo, devido a sua clientela. Mesmo já no Império, os médicos tinham pouco acesso ao tratamento das doenças femininas e aos partos propriamente ditos. Esses, eram normalmente chamados somente quando o parto sofria complicações.

A vida profissional de uma parteira muitas vezes iniciava-se muito cedo, entre os familiares e a vizinhança. Seus conhecimentos abrangiam às questões referentes à gravidez, ao parto, às ervas abortivas e orientação às mães nos cuidados com as crianças.

Os barbeiros, além de cortar cabelos e barbas, também sangravam e faziam pequenas cirurgias, como extração de dentes, de tumores, aplicação de ventosas e por vezes, se aventuravam como médicos na ausência desses. Sem instrução e pertencentes as camadas baixas da população, entre eles, contavam-se os negros escravos e mulatos libertos.

Outra categoria bem presente no universo da cura eram os boticários ou farmacêuticos. Inicialmente, esses termos eram utilizados para fazer referência a todos aqueles profissionais que manipulavam fórmulas médicas e vendiam-nas nas boticas. Porém, como indica Guimarães (2016:27), farmacêuticos passaram a ser aqueles que haviam cursado a faculdade, entretanto, as licenças continuaram a ser expedidas aos práticos, desde que esses comprovassem o exercício da profissão há mais de seis anos. Os boticários gozaram de prestígio durante um longo período, em alguns casos, chegavam a atuar como médicos, amparados por formulários ou manuais, como os de Chernoviz, Buchan, entre outros.

Por fim, encontramos os curandeiros ou curadores e os feiticeiros, dentre essas categorias podiam-se identificar diversos atores praticantes das crenças africanas e até mesmo curiosos que mesclavam essas crenças com o conhecimento proveniente da medicina oficial. Rosilene Farias afirma que, especialmente em tempos de epidemia, a incapacidade dos médicos de conter a doença estimulava à procura por outras terapias, nesse caso, a busca pelo curandeirismo (p.219). Essas terapias, praticadas na maioria das vezes por cativos ou ex-cativos, constituíam práticas fortemente arraigadas na população e entre a sua clientela era comum a procura por mais de uma terapia. Um exemplo de sua popularidade é a frequência de

anúncios de curandeiros oferecendo seus serviços nos jornais da Corte, demonstrando a permanência da receptividade dessas práticas no seio da sociedade dos oitocentos (WITTER, 2006:21; FARIAS, 2012:224).

Diante da grande composição do quadro dos agentes de cura e da pequena presença de médicos com formação acadêmica, as fronteiras entre a medicina culta e a medicina popular eram frequentemente transpostas constituindo um obstáculo ao estabelecimento da autoridade da médica. Luiz Otávio Ferreira (1993:44) assinala que até finais do século XVIII havia todo um aparato técnico de cura que nem os médicos nem a medicina controlavam por pertencerem a empíricos fiéis às suas receitas, números e símbolos, isso constituía a principal causa da fragmentação intelectual da medicina, impedindo-a assim de tornar-se uma prática unificada até cerca de meados dos XIX, permanecendo a hegemonia das práticas terapêuticas populares em relação à medicina científica. Tânia Salgado Pimenta (2004:68) amplia essa ideia ao destacar que ainda durante o funcionamento da Fisicatura-mor, órgão do governo responsável pela fiscalização e regulamentação das artes de curar, esses atores faziam parte do mundo oficial das artes de curar, ocorrendo nesse período, a liberação de licenças, a delimitação de suas atividades e a hierarquização entre essas categorias, onde os médicos ocupariam as posições mais prestigiadas e parteiras e sangradores entre outros, as mais subalternas. Devido ao número insuficiente de médicos e cirurgiões e seu alto custo, outros agentes de cura seriam “tolerados” pela burocracia. Rosilene Farias prossegue, afirmando que:

a forte concorrência das diversas artes de curar presentes no Brasil, a pequena quantidade de médicos disponíveis e o baixo poder de cura que a medicina dos doutores oferecia, levavam até meados do século XIX, à hegemonia das práticas terapêuticas populares em relação à medicina científica. (FARIAS, 2012:221)

Uma das estratégias da medicina oficial para estabelecer sua autoridade foi a tentativa de demarcação das inúmeras terapias, reunindo sob uma única categoria, os diversos sujeitos que as praticavam. O “charlatão”, foi a denominação atribuída à uma categoria abrangente que englobava curandeiros, homeopatas, boticários, parteiras, médicos não habilitados pelas escolas de medicina, práticos leigos fabricantes de remédios, entre outros. O termo denominava uma “figura hostil em oposição à identidade do médico, portador dos saberes da ciência e único profissional confiável para questões de saúde” (SAMPAIO, 2001:30 *apud* FARIAS:224). Dessa forma, os médicos podiam cobrar das autoridades providências contra todos aqueles que se encontravam inseridos nessa categoria. No entanto, a historiografia atesta sobre a frouxidão



das leis, que sem o respaldo social, acabavam por permitir o livre exercício das artes de curar, indicando a continuidade desse ofício mesmo em meio à proibições.

A redefinição das práticas de cura juntamente à alguns marcos, tais como: criação dos cursos de formação de médicos na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808 e a fundação em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), mais tarde transformada em Academia Imperial de Medicina (AIM), e a publicação de periódicos médicos contribuíram no processo de institucionalização do saber médico, marcando assim, uma mudança na relação entre governo, médicos acadêmicos e terapeutas populares. A partir desse momento, verifica-se o avanço da prática médica em direção a uma contínua especialização, onde o saber médico é cada vez mais identificado com um saber erudito e sistematizado, ocorrendo assim um distanciamento paulatino do conhecimento popular. No entanto, como já vimos, esse processo foi lento e conflituoso, marcado pela convivência das terapias populares e da medicina acadêmica. A lei de 1832<sup>1</sup> é apontada como uma das principais responsáveis no estabelecimento do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos. No entanto, devido à ausência de uma nítida demarcação com relação ao exercício das atividades terapêuticas populares, essas poderiam ser tratadas de diferentes maneiras pelas autoridades. Nem todo aparato burocrático era suficiente para reprimir as atividades consideradas ilegais. Esses terapeutas constituíam a maioria e seus serviços continuavam a ser requisitados pela população.

A literatura médica, destaque dado para os periódicos e os manuais, também constitui uma tentativa de legitimação do saber médico oficial junto à sociedade. Os periódicos no Brasil seguiram o modelo dos europeus, difundindo o conhecimento médico através da publicação de textos médicos, correspondências entre médicos, artigos e notícias de jornais estrangeiros, além da divulgação dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina. Um meio de diálogo com sociedade foi a publicação de matérias que versavam de interesse do público formado por leigos letrados. A Higiene, eleita como campo de interlocução, demonstrou como determinadas doenças se tornaram assuntos de relevância social e a forma como foram tratadas pelo saber oficial. FERREIRA (1999:332) afirma que esse diálogo com a sociedade constitui uma forma

---

<sup>1</sup> A Lei de 03/10/1832 foi responsável pela transformação das academias médico-cirúrgicas em faculdades e concederia os títulos de doutor em medicina, farmacêutico e parteira, sem os quais ninguém poderia exercer a profissão, excetuando os ofícios legalmente autorizados em virtude da lei anterior. (PIMENTA, *op.cit.*, p. 72). Coleção das Leis do Império do Brasil. Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 18 de fev.2017

de legitimação social, pois a ciência como qualquer outra atividade social precisa conquistar uma audiência ampla não restrita ao público especializado.

Os manuais de medicina, tornaram-se outro meio de inserção do conhecimento legitimado pelas instituições médicas na sociedade. Esses tratados serviram de guia de medicina no cotidiano da população sendo utilizados por diversos sujeitos como cirurgiões, parteiras, boticários e até senhores de escravos. Tais publicações possuíam contornos pedagógicos que revelavam a preocupação da medicina oficial em intervir nesse cotidiano, muitas vezes, distantes da presença dos esculápios (ABREU, 2007:766; WITTER, 2006:18). Esse tipo de literatura atuou também na ampliação da medicina oficial e contribuiu juntamente na pulverização do conhecimento legitimado pelas instituições médicas oficiais que abrigava a elite médica do Império. Desde o século XVII chegaram aos portos do Brasil, inúmeros manuais que pretendiam cuidar da saúde do povo, bem como impedir a atuação de charlatões. Dentre eles, os manuais de medicina doméstica, em destaque para o *Domestic Medicine* de Willian Buchan traduzido para o português em 1788 em 4 volumes como *Medicina Doméstica, ou Tratado de Prevenir, e Curar as Enfermidades com Regimento, e Medicamentos Simples*. Na obra, Buchan tinha como um dos principais objetivos, assegurar que as pessoas instruídas tivessem o conhecimento dos “princípios gerais da medicina, para que pudessem aproveitar aquelas vantagens com que está adornada, e guardar-se ao mesmo tempo das destruidoras influências da ignorância, da superstição e charlatanaria (BUCHAN, 1801, p. XXI *apud* MARQUES, 2004:40).

O *Erário Mineral* (1735) de Luís Gomes Ferreira, editado pela primeira vez em Lisboa foi um dos primeiros tratados de medicina brasileira escrito em língua portuguesa. A obra reúne as experiências do cirurgião-barbeiro na capitania de Minas Gerais, a descrição das doenças, tratamentos e o inventário dos medicamentos mais utilizados na época e suas respectivas funções. Outra parte importante do livro é a composta de informações detalhadas obre a vida dos escravos: características, alimentação, hábitos, doenças, trabalho e moradia, dentre outros aspectos. Escrito dentro de um ramo considerado mais prático da medicina portuguesa desempenhando por cirurgiões, parteiras, barbeiros, o autor ressaltou a experiência como a base tanto para a medicina quanto para a cirurgia. (*Erário Mineral*, v. 1, p. 183). Porém, dentre aqueles manuais de grande tiragem e circulação no Brasil estão os escritos pelo médico polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, formado em Montpellier, na França em 1837. Logo após sua chegada ao Brasil em 1840 se associou à Academia Imperial de Medicina, o que lhe trouxe logo

êxito social e profissional. Lançou o *Formulário ou Guia Médico* e o *Dicionário de Medicina Popular*, o primeiro dirigia-se aos iniciados na medicina e o último, aos leigos, ambos, no entanto, ficaram conhecidos como “o Chernoviz”.

Embora todas as tentativas de regulamentação e de legitimação da prática médica oficial e todo aparato burocrático existente, não eram suficientes para reprimir as atividades consideradas ilegais. Para Tânia Pimenta (2004:70) havia uma correspondência entre os tratamentos oferecidos pelos terapeutas populares e as necessidades de quem recorria a eles, isso punha obstáculos a qualquer tentativa de repressão. Esses terapeutas constituíam a maioria e seus serviços continuavam a ser requisitados pela população. Em suma, a medicina acadêmica representava apenas mais uma das possibilidades de terapia, não sendo também a mais popular.

A afirmação de Sidney Chalhoub fornece uma síntese e leva-nos à compreender o estado da medicina oficial no século XIX:

A medicina oficial era uma arena de conflitos, fragmentada pelas disputas entre os diferentes sistemas médicos, dividida quanto às terapêuticas mais eficazes para várias doenças e confusa quanto as formas de prevenir e combater a propagação de doenças epidêmicas (SAMPAIO, 2001)

A historiografia da saúde nos apresenta a fragilidade desse processo durante todo os oitocentos, marcado pela diminuta presença dos médicos e grande oferta das artes de cura populares onde, a interseção e as tensões entre essas classes eram constantes.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia Enferma e a Saúde dos Povos: A Medicina das ‘Luzes’ e as informações sobre as Enfermidades da América Portuguesa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul-set.2007;

CHALHOUB, Sidney. Prefácio – SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001;

EDLER, Flávio C. O debate em torno da Medicina Experimental no Segundo Reinado. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2000.

FARIAS, Rosilene. Pai Manuel, curandeiro africano, e a Medicina no Pernambuco Imperial. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl.2012;

FERREIRA, Luiz Otávio. Das Doutrinas à Experimentação: Rumos e Metamorfoses da Medicina no Século XIX. *Revista da SBHC*, n.10, p.43-52, 1993. Disponível em: [www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=261](http://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=261);

\_\_\_\_\_, Luiz Otávio. Os Periódicos Médicos e a Invenção de uma Agenda Sanitária para o Brasil (1827-1843). *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, 1999;

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império. *Fontes*. v.12, n.12, p.501-14, mai-ago, 2005;

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Instruir para Fazer a Ciência e a Medicina Chegar ao Povo nos Setecentos. *Varia História*, n.32, julho/2004;

WITTER, Nickelen. Dos Cuidados e das Curas: A Negociação das Liberdades e as Práticas de Saúde entre Escravos, Senhores e Libertos (Rio Grande do Sul, século XIX). *História Unisinos* 10 (1):14-25, Janeiro/Abril, 2006;

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro durante a Primeira Metade dos Oitocentos. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11(supl.1), 2004.

## Caridade, ciência e poder: a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (século XIX)

**Maciel Antonio Silveira Fonseca**

Mestrando História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar a assistência à saúde em Juiz de Fora na transição do século XIX para o século XX, conhecido como o período da "belle-époque", a partir da análise da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. O período foi marcado por uma intensa transformação na estrutura do hospital. Novas proposições no campo científico dotaram a instituição com um caráter adverso ao modelo lusófono. Interessa-nos investigar neste estudo a forma como a instituição se desenvolvia, mostrando como os seus membros lidavam com a crescente demanda pelo atendimento, apontando novos e velhos atores que compuseram esta relação da dádiva, para que assim seja possível entender a modernização como um processo de diversificação do atendimento, pautando-se nos relatórios anuais da instituição.

**Palavras-chave:** Assistência, modernização, hospital, Santa Casa de Misericórdia.

**Abstract:** The aim of this paper is to present to health care in Juiz de Fora in the transition from the 19th to the 20th century, known as the period of "belle époque-", from the analysis of Holy House of Mercy from Juiz de Fora. The period was marked by an intense transformation in the hospital structure. New propositions in the scientific field have endowed the institution with an adverse character to Lusophone model. We are interested in investigating this study how the institution developed, showing how its members dealt with the growing demand for the service, pointing out new and old actors who made up this relationship of the gift, so that we can understand the modernization as a process diversification of care, basing on the annual reports of the institution.

**Keywords:** Assistance, modernization, hospital, Holy House of Mercy.

### Introdução

Este trabalho faz parte de mais um projeto de pesquisa que tem por escopo compreender a formação de Juiz de Fora e o seu desenvolvimento, que neste caso busca analisar a assistência aos pobres, tendo como objeto específico a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (SCMJF). O período escolhido foi a transição do século XIX para o século XX, precisamente quando o Provedor Braz Bernardino assume a instituição, em 1897. O principal motivo para este período é o fato de somente a partir de sua gestão que a instituição começou a produzir os relatórios anuais, documentos responsáveis pelo levantamento quantitativo e qualitativo do funcionamento do hospital; tratava o número de assistidos, o sexo, as moléstias (TRAVASSOS, 1993:74). Apresentava, também, a receita da Santa Casa, das despesas, das compras, das dívidas, das formas como propuseram pagar tais dívidas, reuniões do Egrégio Conselho, número de óbitos, entrada e saída de indivíduos, doações recebidas, quais tipos de doações, e assim por diante.

No caso deste projeto, trabalha-se a relação entre doador e donatário observando o conceito de reciprocidade que é trabalhado principalmente por Marcel Mauss (2008: 64), quando diz que nenhuma ação é desinteressada e, portanto, quando se pratica a caridade há um sentimento de obrigação de retribuição ao passo em que o doador amplia a sua rede clientelar. Sob semelhante perspectiva, Bourdieu (1973: 38-53) vai abordar o tema sob a ótica webberiana com a verticalização da assistência, quando uma esfera da sociedade estabelece relações com uma outra de posição inferior ou superior, não se atendo aos seus pares, mas sim àqueles que podem lhes render algum prestígio ou que possa lhe enriquecer socialmente.

No caso específico do trabalho apresentado, é tratado a assistência à saúde em Juiz de Fora no período da belle-époque. O recorte temporal se dá do período entre a posse de Braz Bernardino na provedoria da SCMJF até a data que se atribui ao fim do período denominado belle-époque. A intenção é estudar as transformações ocorridas na instituição e que foram fundamentais para ampliar a assistência aos pobres na cidade, por meio da expansão física do hospital, da incorporação de novos equipamentos para melhor prestar os serviços inerentes à instituição, ao novo quadro de funcionários atuantes no hospital e nas relações estabelecidas com credores para que as dívidas fossem quitadas, permitindo novos empréstimos para financiar este processo de modernização.

### **A Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e o seu impacto na assistência**

A instituição surgiu com o nome de "Casa de Caridade", por iniciativa do comendador José Antônio da Silva Pinto, posteriormente Barão da Bertioga, no ano de 1854 (LESSA, 1985: 95). Este, sem ter descendentes, designava parte da sua fortuna acumulada pela prática da cafeicultura em irmandades leigas de caráter religioso, como Irmandade do Carmo do Rio de Janeiro, Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e Nossa Senhora Mãe dos Homens, de Barbacena (TRAVASSOS, 1993:36). Enquanto vereador de Juiz de Fora, entre 1853 e 1853, destinou uma série de recursos para melhoria e modernização da cidade; posteriormente, designou considerável fortuna para a criação do cemitério municipal (OLIVEIRA, 1953:32), construção de uma coluna hidráulica, que era responsável pelo fornecimento de água gratuita à população (TRAVASSOS, 1993: 29-32), e a Casa de Caridade, cujos recursos foram elencados a partir do investimento de seus recursos e escravos na criação do chamado "Teatro da Misericórdia", cujo objetivo principal era a captação de recursos que financiariam, em parte, a construção da casa de acolhimento aos enfermos (LESSA, 1985: 95).

A irmandade Nosso Senhor dos Passos foi criada em 1855 com a finalidade de "promover o culto religioso e a socorrer os pobres", constando no 1º artigo do Compromisso estabelecido (FONTES, 1855) ficando também responsável pela manutenção da Casa de Caridade, conforme previsto no artigo 40º do mesmo Compromisso. Quando criou este documento, Silva Pinto ocupou a posição de provedor perpétuo, conforme consta em seu artigo 9º, e enquanto este vivesse, não poderia haver eleição de novo provedor.

Sua gestão durou pelos próximos 16 anos, até a sua morte em 1870. Em testamento, deixou uma série de imóveis para a instituição, além de apólices estatais, escravos e dinheiro para a manutenção da caridade, que se propõe no artigo 1º do compromisso e cujas doações eram semelhantes ainda em vida (TRAVASSOS, 1993: 52-60; LESSA, 1985:96). Contudo, estes 27 anos seguintes foram marcados pela decadência da instituição, que chegou a fechar suas portas e deixar de atender os necessitados por alguns meses, em vista da falta de recursos que impossibilitava o oferecimento de alimentação aos enfermos, de lençóis, toalhas e até mesmo materiais de limpeza. Este fato pode ser evidenciado a partir da leitura de uma reportagem do jornal "O Pharol"(FONTES, 1877), que parece chamar a atenção em edições anteriores sobre as mazelas da instituição, o que fazia necessário a criação de entidades associativas para promover a assistência mútua, difundida pelo jornal como pode ser visto a seguir:

A existência de uma casa de misericórdia faz com que algumas pessoas julguem supérfluo um estabelecimento de beneficência e para o qual temos procurado chamar a atenção dos nossos leitores.

Não entendemos porém que seja assim.

Por motivos que ignoramos a casa da misericórdia desta cidade poucos ou nenhum serviço tem prestado; existe de nome somente, não deve pois servir de exemplo e em nada pode obstar à criação da associação que nos ocupamos.  
(...)

Neste período constatei que dos 16 Provedores que assumiram a gestão do hospital, 8 deles, ou seja, metade (50%) era composta por Vereadores da Câmara, que não necessariamente atuaram em paralelo com o seu mandato, o que dificulta dizer se utilizaram a posição de Provedor como pedestal para alcançar o cargo público. Tal posição era sinal de privilégio a quem quer que a assumisse, dado ao prestígio de se manter à frente de tão importante instituição. Destes, 25% eram proprietários de terra e cafeicultores, sendo inclusive dois deles sobrinhos do Barão e um deles irmão do Barão, que também ocupou o cargo de Vereador do município, conforme pode ser visto na tabela abaixo.



**Quadro 1**  
**Profissão dos dirigentes (1854 - 1896)**

Provedor	Ocupação	Cargo Político	Período de Gestão
Comendador Antônio José da Silva Pinto	Cafeicultor	Vereador 1853-1856	1854 - 1870
Elias Antônio Monteiro da Silva	Cafeicultor	X	1870 - 1871
José Vieira de Figueiredo e Silva	Cafeicultor	X	1873-1874
Cristóvão de Andrade	Cafeicultor e Comerciante	X	1874-1876
Gervásio Monteiro da Silva	Cafeicultor	Vereador 1877-1880	1876-1877
Coronel João José Vieira	Cafeicultor e Investidor Mobiliário	X	1877-1886
Geraldo Augusto de Miranda Resende - Barão do Retiro	Cafeicultor	Vereador 1869-1872 Prefeito 1880-1889 Presidente da Câmara	1887-1888
José Joaquim Fernandes Torres	X	X	1888-1889
Lindolpho de Assis	X	X	1890
Joaquim Martins Ferreira	Empresário, Investidor Imobiliário	X	1891
Comendador Manoel José Pereira da Silva	X	Vereador 1881-1884	1891
José Caetano de Moraes e Castro	Advogado	Vereador 1860-1864/ 1873-1878	1891
Manoel Antônio Lopes	X	X	1892
José Caetano de Moraes e Castro	Advogado	Vereador 1860-1864/ 1873-1878	1892-1893
Francisco Cândido da Gama Jr	X	Vereador 1895- 1898/1901-1904	1893
Coronel Francisco Pereira Sygmaringa	X	Vereador 1895-1898	1894-1895
Capitão Antônio Pinto Monteiro	X	Vereador 1892- 1895/1895- 1898/1901-1904	1895-1896 <sup>1</sup>

**Fonte:** Elaboração própria com base na bibliografia local (PROCÓPIO Filho, 1979: 179, 84, 167, 131, 175, 230, 182; FONTES, 2016).

Em 1897, em vista da crise na qual a Santa Casa estava inserida, decidiram convidar Feliciano Pena, Senador da República e Juiz de Direito, que também atuava como jornalista no "O Pharol" e lecionava na Academia do Comércio (PROCÓPIO Filho, 1979: 109-110; TRAVASSOS, 1993: 68-70). Este, alegou incapacidade para ocupar tal cargo em vista das inúmeras atividades que exercia e que, segundo ele, consumia todo o seu tempo e seus esforços. Na ocasião, decidiu indicar outro juiz da comarca de Juiz de Fora, que apesar de gênio forte, ríspido e intransigente, possuía um inigualável senso de gestão de ordem e que, poderia realizar esta tarefa melhor do que ele. No caso, indicava Braz Bernardino Loureiro Tavares.

Em seu primeiro ano de provedoria, foi perceptível a melhoria no hospital e nas relações que mantinha com a sociedade civil. Alterou o quadro de funcionários, fazendo um corte de gastos que julgou menos importante naquele momento; também membro de uma série de irmandades leigas de caráter religioso, entrou em contato com um irmão Franciscano de Petrópolis com quem firmou contrato aderindo os serviços de três irmãs de Santa Catarina, que foram trazidas da Alemanha exclusivamente para administrar as alas do hospital e zelar por seu funcionamento (TRAVASSOS, 1993: 75-76; TAVARES, 1897: 12). Não demorou a regularizar juridicamente a instituição, enquadrando-a nos moldes dos hospitais modernos ao passo que garantiu credibilidade aos credores. Por meio de pedidos de donativos à população, foi possível dar início à construção de duas novas alas do edifício, tendo em vista a ampliação no acesso à saúde, abrangendo a capacidade de assistência aos necessitados (TAVARES, 1898: 19).

Em seu relatório referente ao ano que assumiu, relata uma série de irregularidades na parte financeira. As dívidas eram muitas, os equipamentos precários e o quadro de profissionais defasados, sem especialização ou conhecimento apropriado ao cargo que exerciam. Por conta disto, no ano de 1898 tomou a iniciativa de reformar o estatuto da Mesa Administrativa, atribuindo aos irmãos dirigentes novas funções e legando a cada um deles o pagamento da jóia ao assumir e os valores da anuência, além de solicitar o levantamento de fundos através da arrecadação das esmolas para que fosse possível executar os projetos que tinha elaborado (TAVARES, 1898: 14).

Neste mesmo ano, conseguiu estabelecer relações com Bernardo Mascarenhas que, juntamente com a ajuda do Dr. Constantino Paletta que era membro da Mesa Administrativa, substituiu a querosene pela luz elétrica gratuitamente, doando à Casa de Caridade toda a instalação, materiais e equipamentos para que fosse possível a utilização da energia elétrica.

Não obstante, conseguiu a doação de um aparelho telefônico, na época objeto altamente custoso mas igualmente necessário para a melhoria da comunicação com outras entidades ou membros da elite que pudessem doar para a irmandade. Por fim, ainda neste ano, firmou contrato com a Câmara Municipal, que passou a custear todos os remédios da farmácia que se destinavam à prescrição de pacientes pobres (TAVARES, 1898: 14-18 apud TRAVASSOS, 1993: 76-77) .

Os anos que correspondem entre 1901 a 1907 foram marcados por intensas transformações na prestação da assistência e nas melhorias das condições de trabalho e da prestação da assistência. em 1901 o Dr. Hermenegildo Villaça é nomeado cirurgião da Santa Casa, que até então realizava os procedimentos mesmo sem a necessária especialização para tal. No ano seguinte, cria-se um pavilhão de isolamento para evitar que o enfermo entrasse em contato com outro de grave moléstia ou aquele que se encontrava em profunda dor e, por conta disso, causava pânico aos demais por conta de seus gritos intermináveis (TAVARES, 1901: 8-9; TAVARES, 1902: 11-13).

A Capela, tão importante para a manutenção do culto religioso, foi reformada gratuitamente, assumindo as dívidas o Coronel Manoel Honório. Outra melhoria para o espaço físico, naquele mesmo ano, foi a criação do jardim central, possibilitando aos visitantes um espaço para descanso e para aliviar a tensão de se visitar um ente enfermo (TAVARES, 1905: 13-16). No ano de 1907, com a visita do Dr. Hermenegildo Villaça em centros médicos da Europa, foi incorporado à Santa Casa um novo arsenal cirúrgico que o Dr. Villaça trouxe de Berlim e Paris (TAVARES, 1907: 11).

No relatório de 1908, Braz anuncia que todas as dívidas da Santa Casa estavam solvidas (TRAVASSOS, 1993: 79). Neste momento a receita interna da instituição aumentou significativamente, permitindo a importação de fármacos de Nova Iorque e possibilita a criação de um gabinete dentário, sob o comando do Dr. Clóvis Jaguaribe e a inauguração da maternidade, ficando responsável por esta o Dr. Edgard Quinet.

Em 1910 é iniciado um processo de aquisição de terrenos para a construção de imóveis a fim de gerar lucros através de arrendatários. Estes imóveis se concentrava na região central da cidade, em específico na Halfeld, Avenida Rio Branco e na Batista de Oliveira. Com isso, foi possível adquirir mais apólices estatais que geravam grandes lucros à instituição, permitindo a compra de novos equipamentos e um atendimento mais rápido e eficaz aos pacientes (VILLAÇA, 1910: 19-26).

Com esta renda, foi possível financiar a construção do sanatório, que atendia principalmente às vítimas do Cólera Morbus e tísica, que então se tornavam crescentes na sociedade juizforana. Tendo sido Pantaleone Arcuri membro da Mesa Administrativa, este firmou parceria com a Santa Casa na elaboração e execução dos projetos, juntamente com a Companhia Henrique Surerus & Irmãos. Se encontrando em estado de avançada deterioração, foi necessário a remoção das duas torres da antiga capela Nosso Senhor dos Passos. Sob projeto de Rafael Arcuri e execução de Henrique Surerus, o fachada da capela foi remodelada ao que podemos ver atualmente, concentrando-se o campanário em apenas uma única torre central. Ainda neste processo, foi construída mais duas alas de enfermaria, dado o grande fluxo pacientes que buscavam socorro na instituição (VILLAÇA, 1910: 17-19).

O relatório de 1914 atesta uma prosperidade que o hospital jamais havia vislumbrado, mesmo durante o período do Barão da Bertioga. Com a descrição de um completo arsenal cirúrgico, farmácia equipada e corpo médico especializado em diversas áreas da medicina, o fluxo de pacientes praticamente triplicou desde que Braz Bernardino assumiu a provedoria. Ao fim deste período, contava-se nove o número de irmãs de Santa Catarina trazidas da Alemanha e que cuidavam dos diversos afazeres da instituição, garantindo uma alimentação saudável, roupas limpas, equipamentos desinfetados e maior distribuição dos leitos para atender a grandes demandas. Este período foi de notável prosperidade, garantindo a credibilidade necessária para estar aptas a receber novas doações de seus beneméritos e benfeitores (TAVARES, 1914: 29-35).

### **Conclusão**

Foi perceptível o empenho do provedor Braz Bernardino Loureiro Tavares (1897 - 1919) em reestruturar a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Tendo notória posição no cargo de juiz ordinário do município somado à sua participação em outras irmandades, o que ampliava o seu leque de sociabilidade, foi possível abater as vultuosas dívidas que a instituição contraiu durante os 27 anos que seguiram da morte do Barão da Bertioga.

Sua ampliação do corpo médico, especialização da assistência e a dissonância das diretrizes que caracterizava o modelo luso das Misericórdias no qual se priorizavam a caridade em observância às 14 obras da misericórdia, tornava-se agora elementos secundários na administração. Esta característica acompanhou o processo de modernização da cidade, cuja ruptura com o sistema imperial buscou se colocar a par dos grandes centros de desenvolvimento que estabeleciam novos padrões a parâmetros do ideal e do moderno.

Esta modernidade refletiu no intercâmbio de funcionários nestes centros urbanos, incorporando aos seus conhecimentos e aplicando-os na assistência local, garantindo melhorias, eficiência e agilidade no atendimento. Também, possibilitou a melhoria nos equipamentos e a expansão do espaço físico, promovendo a abertura de novas alas e centros de especializações.

### Referências

- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FONTES. Arquivo da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora. Compromisso da Irmandade Nosso Senhor dos Passos, 1855.
- FONTES. Reportagem do jornal "O PHAROL". Ano XI n.35. 06 de maio de 1877.
- FONTES. Sítio Virtual da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Legislaturas Anteriores. Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.camarajf.mg.gov.br/legislaturas-passadas.php>>. Acesso dia 29/09/2016.
- LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação. Juiz de Fora: FUNALFA Edições. 1985.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições 70. 2008.
- OLIVEIRA, Paulino. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Companhia dias Cardoso, 1953.
- PROCÓPIO Filho, José. Salvo erro ou omissão. Gente Juiz-Forana. 1979.
- TAVARES, Braz Bernardino Loureiro. Relatório da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao ano compromissal de 1897 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 26 de dezembro de 1897 pelo provedor dr. Braz Bernardino. Typographia. Mattoso, 1897.
- \_\_\_\_\_. Relatório da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao ano compromissal de 1898 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 25 de dezembro de 1898 pelo provedor dr. Braz Bernardino. Typographia Mattoso, 1898.
- \_\_\_\_\_. Relatório da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao ano compromissal de 1901 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1902 pelo provedor dr. Braz Bernardino. Typographia Mattoso, 1901.
- \_\_\_\_\_. Relatório da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao ano compromissal de 1902 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1903 pelo provedor dr. Braz Bernardino. Typographia Mattoso, 1902.

\_\_\_\_\_. Relatório da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1905 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1906 pelo provedor dr. Braz Bernardino. Typographia Mattoso, 1905.

\_\_\_\_\_. Relatório da administração da irmandade do senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1906 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 1 de janeiro de 1907 pelo provedor dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares. Typographia Brazil, 1907.

\_\_\_\_\_. Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do anno de 1913 apresentado pelo provedor dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1914 e unanimemente aprovado. Typographia Brazil, 1914.

TRAVASSOS, Miriam. Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

VILLAÇA, Hermenegildo Rodrigues. Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do anno de 1909 apresentado pelo provedor dr. Hermenegildo Rodrigues Vilaça à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1910. Typographia Brazil, 1909.

## A Ciência e a concepção de Natureza Renascentista no *Tratado da Sphaera* de D. João de Castro

**Diego Pimentel de Souza Dutra**

Doutorando em História Social  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
E-mail: diego\_hist@hotmail.com

**Resumo:** Nessa apresentação discutiremos a respeito da visão de Natureza a qual se inseria o intelectual no limiar da modernidade e de que maneira a noção de experiência renascentista veio a contribuir para a mudança dessa visão de mundo. Tomando como palco o cenário português na primeira metade do século XVI, e partindo de uma análise do *Tratado da Sphaera* de D. João de Castro, buscaremos compreender como se dava a relação do intelectual renascentista com o universo ao seu redor, bem como a sua noção de conhecimento, tentando demonstrar que todo esse saber anterior ao nascimento da Ciência Moderna, ainda que estivesse, naquele momento, passando por um processo de críticas, mostrava-se, todavia, ancorado em sólidas bases físicas e metafísicas.

**Palavras-chave:** D. João de Castro; *Tratado da Sphaera*; Natureza Renascentista; Experiência; Ciência Moderna.

**Abstract:** In this article, we will discuss about the vision of Nature that the intellectual inserted in the threshold of modernity and in what way the notion of Renaissance experience came to contribute to the change of this vision of the world. Taking the Portuguese scene as a stage in the first half of the sixteenth century, and starting from an analysis of the Treaty of Sphaera by D. João de Castro, we will try to understand how the relation of the Renaissance intellectual with the universe around him was given, as well as his The notion of knowledge, trying to demonstrate that all this knowledge prior to the birth of Modern Science, even though it was at that moment undergoing a process of criticism, was nevertheless anchored in solid physical and metaphysical foundations.

**Keywords:** D. João de Castro; *The Sphere*; Renaissance Nature; Experience; Modern Science.

### Introdução

A apresentação a seguir faz parte da minha tese de Doutorado, onde busco trabalhar o impacto epistemológico dos Descobrimentos marítimos portugueses no que diz respeito a produção de conhecimento científico. Analiso assim, a importância que esse processo histórico desempenhou para o nascimento da Ciência moderna por meio da valorização do conceito de experiência enquanto novo critério de verdade.

A fim de elucidar as questões apresentadas acima, buscamos escolher um personagem de estudo que estivesse inserido em todo esse contexto histórico e, simultaneamente, tivesse participado diretamente no processo dos Descobrimentos. Selecionamos, portanto, um português quinhentista chamado D. João de Castro.

Nobre e homem de vida pública, Castro foi um erudito que se dedicou a assuntos de diversas naturezas. No âmbito do conhecimento científico, foi um dos maiores estudiosos do



magnetismo terrestre, fenômeno não totalmente conhecido pelos homens do século XVI. Também se dedicou a questões políticas e governamentais, tendo sido nomeado, inclusive, o 13º Governador e 4º Vice-Rei do Estado Português da Índia. Menciona-se ainda o seu viés militar e de homem do mar, participando de inúmeras expedições marítimas com os objetivos de reconhecimento territorial e acima de tudo, de descercar as armadas inimigas pelo Mediterrâneo e pela costa das Índias portuguesas.

Castro é um caso típico de homem que oscilava entre o universo erudito e o mundo prático da náutica. Soldado, navegador, mais tarde vice-rei e governador das Índias, o nosso cosmógrafo português, ainda que não estivesse dentro do ambiente universitário, mantinha estreitos laços com os mais renomados intelectuais da época, como Pedro Nunes, matemático e cosmógrafo-mor português. Ao mesmo tempo em que possuía conhecimento sobre as mais elaboradas teorias de Nunes, Castro tratava de coloca-las em prática no momento em que se lançava ao mar. É um personagem, portanto, que conseguia dialogar o saber teórico-científico com o prático da marinharia, por estar inserido nesses dois ambientes. Assim sendo, sua escolha se mostra pertinente, na medida em que nos permite analisar o diálogo existente entre esses dois campos epistemológicos.

Para tanto, utilizaremos nesta apresentação um tratado científico produzido por Castro intitulado *Tratado da Sphaera, por perguntas e respostas a modo de Dialogo*. Essa obra consiste em um breve texto de introdução à física, à matemática e à astronomia. É tanto uma tradução, quanto uma adaptação do famoso *Tractatus de sphaera* de Johannes de Sacrobosco, clérigo de origem inglesa que ensinou na Universidade de Paris, por volta do século XIII.

O tratado de Sacrobosco consistia em um texto elementar, cujo conteúdo abordava temas relacionado à matemática e à astronomia. Era um breve compêndio destinado a ensinar as noções básicas que envolviam o universo, como o seu formato, os elementos que os formavam e as leis que o regiam, bem como a divulgar e implantar o sistema aristotélico, a grande autoridade em termos científico no ocidente. Esse tratado foi um dos principais manuais de ensino utilizado nas universidades europeias, sendo usado entre os séculos XIII e XVII, fato que demonstra a sua grande importância e aceitação.

Diante de sua grande influência, conheceu inúmeras traduções, sínteses e comentários, tanto na Europa quanto em Portugal. E D. João de Castro foi um dos muitos autores que traduziram essa obra. Entretanto, dentre todos os trabalhos do tipo, o de Castro é um dos que apresenta maior grau de originalidade. Primeiramente pela estrutura adotada na forma de

diálogo entre dois personagens: um *Mestre*, detentor do saber aristotélico e responsável por difundir esse saber (seria a personificação do próprio Castro), e seu *Discípulo*, o homem de senso comum e que deseja ter acesso ao saber verdadeiro. A forma dialogada tem uma função pedagógica, isto é, atende a um propósito que é o de ensinar com mais facilidade, indo das questões mais simples até as mais complexas.

E em segundo, por possuir uma maior autonomia temática e textual, isto é, por aprofundar temas até então mencionados superficialmente, ou sequer citados por Sacrobosco, introduzindo notas, correções e comentários pessoais, principalmente aquelas ligadas à problemática dos Descobrimentos e de seu impacto político, econômico e cultural.

O *Tratado da Sphaera* nos apresenta assim, como uma importante fonte para o estudo da concepção hegemônica de Natureza do intelectual renascentista. Natureza esta que, diga-se de passagem, desde a Baixa Idade Média passou a ser alvo de estudo do Homem, que dotado de razão, juntamente com a fé, seria agora capaz de compreender as suas leis, diferentemente da Alta Idade Média, onde era vista como um conjunto desordenado de coisas e portanto, incapaz de ser compreendida. Além disso, é um excelente recurso para criticar uma dupla interpretação da historiografia tradicional que não só vê a Renascença como um período ausente de qualquer critério de cientificidade<sup>1</sup>, como também encara a experiência renascentista como um obstáculo ao nascimento da Ciência Moderna<sup>2</sup>.

Dessa maneira, essa comunicação apresenta um duplo objetivo. Primeiramente, buscar compreender como se dava a relação do erudito renascentista com o mundo ao seu redor, sua visão de Cosmo, sua interação com a Natureza, bem como a sua noção de conhecimento, tentando demonstrar que todo esse saber anterior ao nascimento da Ciência Moderna ainda que começasse a passar por um processo de críticas, se mostrava ancorado em sólidas bases físicas e metafísicas. E em segundo lugar, demonstrar como o processo dos Descobrimentos marítimos, ancorado na experiência sensível e principalmente visual, permitiu a formação de novos saberes, contribuindo, de certa forma, para o nascimento da Ciência Moderna.

---

<sup>1</sup> Alexandre Koyré, por exemplo, argumenta que na Renascença, a ontologia aristotélica fora completamente destruída pelo pensamento humanista. A partir do momento em que não havia um paradigma de conhecimento que distinguísse o correto do errado, o período se viu entregue a uma credulidade ilimitada, onde tudo era possível em termos explicativos, permitindo, inclusive, o domínio exagerado da magia. Ver: KOYRÉ, Alexandre. Estudos de história do pensamento científico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 46 – 48.

<sup>2</sup> Novamente Koyré, ao diferenciar a experiência renascentista do experimentalismo moderno (o que concordamos plenamente), acaba por atribuir ao primeiro, erroneamente, aspectos pejorativos. A experiência e seu sentido mais empírico e observacional atuaria como um obstáculo ao desenvolvimento da própria ciência. Ver: KOYRÉ, Alexandre. Estudos de história do pensamento científico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 272.

## Breve noção do universo renascentista

O *Tratado da Sphaera* de Castro segue um raciocínio aristotélico. Isso significa que a visão de mundo a qual pertence o *Mestre* dentro do diálogo, é delimitada tendo como alicerce a Lógica e a Física de Aristóteles.

A partir da Baixa Idade Média, com a incorporação das ideias aristotélicas, passou a ser muito comum a representação do universo dividido em duas esferas, a *supralunar* (localizada acima da Lua, englobando todos os demais planetas, incluindo o Sol, até o Firmamento) e a *sublunar* (região dos elementos, englobando desde a superfície terrestre até a Lua). O universo apresentava um caráter harmônico e qualitativo, formado pelos elementos naturais (terra, água, ar e fogo), juntamente com o elemento celeste, a “quinta substância”. E para o sábio renascentista, a Natureza ainda representava esse Cosmo, isto é, um todo que abrangia tanto o plano sublunar, quanto o supralunar.

Pelo título “*Tratado da Sphaera*” já podemos averiguar que tanto a Terra, quanto o restante do universo (incluindo o próprio universo) apresentavam um formato esférico. “Toda esta machina do mundo he huma perfectissima sphaera”<sup>3</sup>, já dizia Castro. Esta concepção, de cunho nitidamente aristotélico, já triunfara no ocidente desde a Baixa Idade Média e concebia o cosmos formado por inúmeras esferas concêntricas representando os lugares onde se localizavam os planetas de maneira hierárquica, partindo da Terra que se localizava no centro, até chegar na última esfera.

Destaca-se que no limiar da Modernidade, a Geometria era a ciência matemática por excelência. Para os pensadores da época, a utilização de uma linguagem geométrica, isto é, de representação espacial da realidade significava, entre outras razões, reduzir figuras complexas a simples, pensamento condizente com o princípio de simplicidade por qual se constituía o mundo natural. A própria noção de infinito não condizia com o universo renascentista por justamente ir contra o princípio de simplicidade, enquanto sinônimo de harmonia, pelo qual a Natureza era regida.

Por essa lógica, a esfera seria a representação de uma figura geométrica perfeita, por não apresentar lados ou partes diferentes entre si, sendo igual como um todo. Portanto, nada mais natural que conceber a perfeição de um universo criado por Deus por meio da mais perfeita

---

<sup>3</sup> CORTESÃO, Armando; ALBUQUERQUE, Luís de. Obras Completas de D. João de Castro. v. 1. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968, p. 24.

de todas as figuras geométricas. Segundo o filósofo Edwin Burtt, é possível encontrar na Astronomia tamanha redução à Geometria. Para os sentidos, “os céus parecem expressar o reino da geometria em sua forma mais pura. O Sol e a Lua parecem círculos perfeitos e as estrelas, pontos luminosos no espaço puro”<sup>4</sup>. A Astronomia era semelhante à Geometria, ou melhor, era a *Geometria dos Céus*. Sendo assim, o que fosse verdadeiro para uma, necessariamente deveria ser para a outra. “Isso se devia, em parte, à maior dignidade atribuída aos corpos celestes e ao fato de que os usos principais da aritmética eram comerciais”<sup>5</sup>.

Em síntese, o universo era finito e formado por um conjunto dez esferas concêntricas e hierárquicas, onde a de cima era maior que a de baixo, exercendo movimento e influência sobre ela. Cada um desses céus se assemelhava a extensas “cascas de cristais” que continham dentro os planetas, estando todos “conectados”, de modo que quando a esfera mais externa se movia, carregava consigo a que estava mais abaixo.

As explicações que levam em consideração as qualidades de cada elemento é o que marca a física aristotélica e a visão qualitativa de mundo. Pela lógica aristotélica, todo corpo tende seguir até o seu lugar natural e essa posição depende das suas qualidades físicas (se é leve ou pesado, se é quente ou úmido). Uma vez alcançada essa posição, permanece em repouso. Sendo assim, se a Terra (elemento mais pesado dentre todos) está fixa no espaço é porque alcançou sua posição natural. A Imobilidade da Terra é explicada, portanto, pelo fato dela se encontrar no centro do universo. Uma vez atingido seu lugar natural, lá descansa e permanece em repouso.

Somente a partir da primeira metade do século XVII que os acadêmicos passaram a entrar em acordo a respeito da Natureza ser concebida como uma máquina e não mais como um organismo vivo movido por suas qualidades. É importante ressaltar, contudo, que a analogia a uma máquina nunca fora uma novidade introduzida pela Ciência Moderna. Desde a Antiguidade, os mecânicos já introduziam explicações “mecanicistas” sobre determinados fenômenos naturais. Inclusive, no *Tratado da Sphaera* pode-se encontrar por inúmeras vezes o termo *machina do mundo* para se referir ao universo, demonstrando que essa analogia comumente feita fora bem anterior à consolidação do paradigma mecanicista.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> BURTT, Edwin A. *As Bases Metafísicas da Ciência Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 36.

<sup>5</sup> BURTT. *As Bases Metafísicas da Ciência Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 36.

<sup>6</sup> CORTESÃO, Armando; ALBUQUERQUE, Luís de. *Obras Completas de D. João de Castro*. v. 1. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968, p. 24.

Dessa forma, a visão organicista de mundo estava sendo penetrada e eventualmente substituída por uma visão mecanicista que tendia a considerar, mesmo os seres vivos, análogos a mecanismos. Essa concepção consagrou uma inovadora e inédita “relação de exterioridade e alteridade entre o Homem e a Natureza”<sup>7</sup>. Esta, agora vista como exterior ao Homem, passaria a ter seus próprios mecanismos e leis, sem nenhuma relação com os desejos humanos, sendo possível estudá-la com o “intuito de prever e controlar os fenômenos conhecidos e aproveitá-los o máximo possível para assegurar o bem estar do homem que assim tornar-se-ia seu dono e senhor”<sup>8</sup>, o sujeito dos acontecimentos. Atenta-se para o fato de que esta penetração não adquiriu um caráter brusco e revolucionário.

### **O impacto da experiência no discurso renascentista**

Algo que chama a atenção no *Tratado da Sphaera* é quando seu autor enaltece o processo dos Descobrimientos marítimos, em especial o português, e como esse processo contribuiu para a construção de conhecimento e, ao mesmo tempo, para a crítica das autoridades antigas.

A Expansão Ultramarina mudou completamente a imagem do mundo. Ela foi obra de homens que, em sua maioria, guiavam-se mais pela experiência, isto é, pelo sentido prático da vida do que pela cultura acadêmica e erudita. Aos poucos, os marinheiros ibéricos foram desmistificando os postulados vistos como infalíveis. Primeiramente, demonstraram que os mares eram inteiramente navegáveis e de condição bem parecidas em todas as partes. Depois descobriram que os trópicos eram habitáveis, rompendo com a teoria da zona tórrida inabitável e intransponível. Posteriormente verificaram que havia terras ao sul do Equador e que a quantidade de terra seca no globo terrestre era muito maior do que haviam ensinado, e que a forma dos continentes era bem diferente daquela representada nos mapas desde a antiguidade. Enfim, várias premissas foram colocadas em xeque.

Portanto, fora por meio dos Descobrimientos marítimos e da experiência sensível que os marinheiros averiguaram a existência de um mundo desconhecido ou conhecidos de maneira errônea e incompleta. Em outras palavras, recusaram os argumentos das Autoridades, propondo

---

<sup>7</sup> SOARES, Luiz Carlos. O Nascimento da Ciência Moderna: os Diversos Caminhos da Revolução Científica nos Séculos XVI e XVII, In: SOARES, Luiz Carlos (Org.). Da Revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco Ensaio de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Editora HUCITEC, p. 17 – 66, 2001, p. 32.

<sup>8</sup> SOARES, Luiz Carlos. O Nascimento da Ciência Moderna: os Diversos Caminhos da Revolução Científica nos Séculos XVI e XVII, In: SOARES, Luiz Carlos (Org.). Da Revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco Ensaio de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Editora HUCITEC, p. 17 – 66, 2001, p. 32.

novas realidades. A sua prática cotidiana ensinava que os autores antigos eram tão falíveis quanto os seus contemporâneos.

Autores consagrados passaram a ser criticados e questionados. Platão, Santo Agostinho, Aristóteles, Ptolomeu, entre diversos outros, apresentavam falhas que pela primeira vez estavam sendo corrigidas com os dados obtidos por meio dos Descobrimentos (Castro critica muito os dois primeiros). Nesse momento, presencia-se não apenas a abertura do globo terrestre, como também a abertura da mente dos homens, iniciando assim, a crítica ao saber vigente e a construção de um novo paradigma de saber.

Em suma, a experiência passa a ser o novo critério de verdade, uma nova ferramenta que critica a pura especulação teórica. A postura epistêmica de Castro é que a teoria seja colocada em prática pela experiência, afim de ambas produzirem um conhecimento verdadeiro sobre as coisas.

Atenta-se, contudo, que por mais críticas que Aristóteles e tantos outros autores clássicos passaram a receber, o pensador peripatético continuava a ser a grande autoridade em termos explicativos dos fenômenos naturais. Não houve o seu abandono, mas antes a sua adequação a uma nova realidade. O universo renascentista era dotado de lógica e sentido, e não algo desordenado. Se tomarmos como exemplo o caso de Copérnico, veremos que, no momento em que defendia sua hipótese heliocêntrica, a recusa do meio erudito em cima de seu pensamento se deu em critérios físicos e astronômicos, e não religiosos, como muitos são levados a pensar. Na realidade, Copérnico estava propondo algo que ia contra uma ciência, que bem ou mal, apresentava uma construção sólida, edificada por séculos e que de certa forma, funcionava.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE, Luís de. Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

\_\_\_\_\_. Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses – séculos XV e XVI. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987.

ANDRADA, Jacinto Freire de. Vida de Dom João de Castro. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.

BARRETO, Luís Filipe. Os Descobrimentos e a Ordem do Saber: Uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva Publicações, 1989.

\_\_\_\_\_. Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista. Problemas da Cultura dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

BOORSTIN, Daniel J. Os descobridores. De como o homem procurou conhecer a si mesmo e ao mundo. Lisboa: Gradiva, 1987.

BOXER, C. R. O império marítimo português, 1415 – 1825. Lisboa: Edições 70, 2001.

BURTT, Edwin A. As Bases Metafísicas da Ciência Moderna. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CARDOSO, Walmir Thomazi. Conceitos e Fontes do Tratado da Esfera em forma de Diálogo Atribuído a João de Castro. São Paulo: Educ - Editora da PUC- SP, 2004.

CORTESÃO, Armando; ALBUQUERQUE, Luís de. Obras Completas de D. João de Castro. v. 1. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968.

GARIN, Eugênio. Idade Média e Renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

HALL, A. Rupert. A Revolução na Ciência: 1500-1750. Lisboa: Edições 70, 1988.

HOOYKAAS, Reyer. Contexto e razões do surgimento da Ciência Moderna. In: BARRETO, Luis Filipe & DOMINGUES, Francisco Contente (Org.). A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimientos europeus em homenagem a Luís de Albuquerque. Lisboa: Presença, p. 165 – 184, 1986.

KOYRÉ, Alexandre. Estudos de história do pensamento científico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LE GOFF, Jacques. Os Intelectuais na Idade Média. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

LENOBLE, Robert. História da Idéia de Natureza. Lisboa: Edições 70, 1990.

SILVA DIAS, José Sebastião da. Influencia de los Descubrimientos em la Vida Cultural del Siglo XVI. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

SOARES, Luiz Carlos. O Nascimento da Ciência Moderna: os Diversos Caminhos da Revolução Científica nos Séculos XVI e XVII, In: SOARES, Luiz Carlos (Org.). Da Revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco Ensaios de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Editora HUCITEC, p. 17 – 66, 2001.



## A tentativa de se escrever uma História das Ciências antes da criação das ciências

**Manuela Pereira de Sousa Sobral**

Mestre em História social

PPGHIS/UFRRJ

E-mail: manuela.sobral@ymail.com

**Resumo:** O presente artigo trata-se de um excerto de artigo em desenvolvimento e cujos resultados parciais foram apresentados no V EPHIS em Maio de 2017. No centro da discussão está o debate entre as diferentes maneiras de se pensar a relação ciência-filosofia no período de transição da idade moderna para a contemporaneidade, dando especial ênfase aos trabalhos que se concentram nos séculos XVI, XVII e XVIII. A hipótese defendida é a da necessidade de se questionar os cânones acerca da ciência moderna e seus patriarcas.

**Palavras-chave:** História das Ciências; movimento anti-canônico; História Intelectual; Margaret J. Osler; Betty Dobbs.

**Abstract:** The following paper consists on an excerpt of an on-going article whose partial results were presented at the 5<sup>th</sup> EPHIS in May of 2017. At the core of the discussion lays the debate between the different paths through one can think the correlation between science and philosophy during the period comprehended between the Early Modern Ages and the 20<sup>th</sup> century and on, giving special emphasis to the papers and works that concentrate on the 16<sup>th</sup>, 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries. Hence, the hypothesis here sustained is the presence of a need to question the canonical view of early modern science and its patriarch.

**Key-words:** History of Sciences; anti-canonical view; Intellectual History; Margaret J. Osler; Betty Dobbs.

Quando propus um simpósio em História das Ciências que fosse cronologicamente amplo a ideia era experimentar um debate que unisse eixos temáticos semelhantes, como a botânica ou a astronomia, mas aplicados à diferentes períodos históricos, de modo à verificar os limites do diálogo comum em História das Ciências para diferentes temporalidades. Como meus estudos de graduação e pós sempre seguiram o eixo cronológico do período entre o nascimento da ciência moderna e a vitória do estoicismo sobre o platonismo e o aristotelismo, em algum lugar incerto do século XVII. O excerto que segue abaixo é o resumo do que apresentei no simpósio que coordenei em conjunto com pesquisadores da UFRJ e UFMG. Ele também é parte integrante de um artigo em construção que debate as consequências da derrota filosófica do neoplatonismo para a maneira de se conjugar ciência e filosofia hoje.

Quando “*Rethinking the Scientific Revolution*” de Margaret J. Osler, importante professora da Universidade de Calgary, veio a lume em 2000 a proposta oficial era um tributo à sua colega e mentora Betty Jo Teeter Dobbs, que nas décadas de 1970 e 1980 fora um expoente daquela geração que redefiniu a História das Ciências no pós-guerra, e que falecera

precocemente em 1994. Betty Dobbs, como era conhecida, defendia uma proposta de investigação histórica que privilegiasse os pressupostos e suposições “científicos” de seus atores históricos como eles mesmos as compreendiam em vez de uma análise que focasse naquilo que “sobreviveu” daquelas ideias porque ainda era considerado ciência no século XX.

Especialista em Isaac Newton, seu mais famoso estudo, “*Alchemical Death and Resurrection*”, é uma cronologia de disciplinas como a alquimia, que sendo tão importante para a vida intelectual de Newton, seus contemporâneos e predecessores, fora completamente extirpada da historiografia newtoniana quando deixou de pertencer ao panteão das ciências. Ora pois, se Newton hoje é conhecido por sua física é essa disciplina que o faz objeto de interesse para a maior parte dos historiadores das ciências, e esse era o combate de Dobbs. Tendo em consideração que o aspecto beligerante da Guerra Fria é compreensível que o interesse geral estivesse voltado para aquelas disciplinas que fizessem sentido no campo do “desenvolvimento científico e tecnológico” e não obstante era para esse campo de estudos que se concentrava a maior parte das bolsas de pesquisa para História das Ciências.

Uma década depois da extinção da União Soviética o mundo se reorganizava de outra forma e os reflexos dessa reorganização se desvelava sobre os motivos e percepções dos estudos históricos em quase todos os gêneros dessa disciplina, exceto no campo da História das Ciências. Ainda que o incentivo conjuntural das décadas de 1970 e 1980 tivesse cessado a muito, a comodidade de se pensar na história dos vencedores é um lugar fácil de entrar e repousar, mas difícil de sair. Assim, quando Margaret J. Osler ofereceu um livro em tributo à Dobbs, no plano de fundo o tributo era também ao seu legado intelectual e uma tentativa de reavivar o debate acerca da metodologia de pesquisa em História das Ciências.

Composto de artigos de diversos autores canônicos e anti-canônicos, é dessa dicotomia que Osler faz seu ponto de partida no artigo de abertura, escrito pela própria, intitulado “O imperativo canônico”. De acordo com a pesquisadora canadense, o pensamento canônico está fundamentado na ideia de que a mentalidade de um determinado indivíduo de destaque histórico é intrinsecamente igual ao dos demais homens desempenhando as mesmas atividades naquele período. O problema com essa ideia se coloca em duas categorias: a primeira é o fato de que homens diferentes se interessam por correntes filosóficas e ideias diferentes, portanto pensar um pelo todo é sempre arriscado e a análise acaba beirando a superficialidade, o segundo problema é o fato de que os historiadores canônicos só estudam aquilo que consideram

relevante, e com frequência o relevante no passado é aquilo cuja relevância se faz justificar no presente.

Essa dicotomia entre o cânone e a concepção anti-canônica é também a essência desse trabalho, que visa explorar as dificuldades de comunicação metodológica e intelectual entre aqueles que praticam uma pesquisa historiográfica que cobre o século XIX em diante e aqueles que trabalham do século XVIII para trás. Osler divide os campos em dois tipos distintos de approach, eu proponho três a vista que a problemática da canonização tenha se estendido também para a história das ciências contemporâneas. Na verdade essa extensão se deu de tal forma que é praticamente inexistente o trabalho de destaque sobre a ciência do século XX que não seja baseada na canonização dos grandes cientistas ou projetos e políticas voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico; não há uma história intelectual das ciências no século XX que seja descolada desse desenvolvimentismo.

Acredito que a primeira categoria seja exatamente essa que trabalha com a ciência contemporânea, e que portanto, na melhor das hipóteses, consegue compreender sua integração com a política, mas que não contempla seu aspecto filosófico. Em grande parte esse aspecto é apresentado como “dado” ou se baseia em teses igualmente políticas. A filosofia e a religião desaparecem completamente posto que a ciência precisa ser “pura” e separada de credices – salve raríssimas exceções no campo da História da Medicina, e mesmo assim quase sempre na fronteira com a História Ambiental, já emancipada da História das Ciências.

A segunda categoria enquadra aqueles que trabalham com as definições de ciência pré-científicas, ou seja, anteriores ao século XIX, mas que quase sempre residem no limite cronológico da ciência moderna. Essa delimitação cronológica específica se deve justamente à delimitação filosófica com qual trabalham tais historiadores. Considerados “*forward-looking*” aquilo que desperta seu interesse não está no passado, mas no presente. O que faz com que determinado astrônomo ou físico seja digno de ser objeto de estudo é sua contribuição direta para a astronomia ou física praticadas no século XX, ainda que sirvam apenas de contraponto.

No caso de Newton, por exemplo, essa metodologia se serve dos estudos de física e matemática do inglês. Suas teorias, o desdobramento científico delas e seu legado histórico são seu problema, mas a contextualização do local que essas disciplinas ocuparam na obra newtoniana como um todo não é levado em conta. Se Newton era também alquimista e se foi uma preocupação com esse assunto que ocasionou seu eventual sucesso em física não é

importante, especialmente porque disciplinas não-canônicas, como a alquimia, mais tendem a manchar a memória de um cientista do que torna-la cativante.

A terceira categoria de historiadores das ciências é um contraponto às outras duas. Cronologicamente também assume o século XVIII como seu limite, mas no retrocesso não se limita à ciência moderna. Isso porque o que os preocupa não é a possível correlação entre os “avanços tecnológicos” do passado e a ciência como a conhecemos hoje. Antes, o objeto de seu estudo é a vida intelectual dos atores científicos, suas preocupações e projetos, científicos ou não; sobretudo, colocam no centro de sua análise exatamente aquilo que os “forward-looking” deixam de lado, o lugar que estes atores davam as diferentes disciplinas com as quais trabalhavam. Por essa razão são chamados “back-looking”.

Esse último grupo é aquele que em geral desafia princípios básicos do pensamento canônico, como aquela ideia de que um expoente intelectual singulariza o pensamento dos outros intelectuais do período. Em vez de buscar as semelhanças que unem passado e presente eles buscam as diferenças perdidas no tempo, cientes de que elas revelarão aquilo que nossa concepção de ciência já não é capaz de revelar. A alquimia e a teologia de Newton são mais importantes aqui do que sua física, já visto que a física era para ele mesmo apenas uma ferramenta para responder questões mais importantes ligadas a conflitos teológicos.

Embora o teor deste texto possa soar definitivamente em prol do grupo conhecido como “back-looking” ou anti-canônicos, e embora seja essa linha de pesquisa com a qual mais me identifico em meus próprios trabalhos, é importante reconhecer que os cânones têm sua importância na construção do passado histórico das ciências. Com frequência esquecemos que mesmo uma História que não se pautar pelo utilitarismo precisa ter coerência e ter sua relevância minimamente justificada, especialmente quando se fala em trabalhos financiados por agências públicas – os resultados precisam contribuir com o desenvolvimento do Estado de alguma forma e os historiadores canônicos o fazem com mais facilidade.

Por outro lado, com frequência vemos trabalhos canônicos terminarem por não explicar aquilo a que se propõe estudar simplesmente porque a compreensão de determinadas perspectivas está franqueada somente àquele que admite a possibilidade de escutar vozes anti-canônicas. É o caso de Tycho Brahe, por exemplo, que mesmo tendo morrido em Praga como médico do imperador Rodolfo II teve tal episódio eclipsado de suas biografias. Sendo a medicina praticada por Brahe baseada no paraselcismo, uma vertente filosófica derrotada na virada cientificista do século XIX, sobrou aos biógrafos do médico dinamarquês retratá-lo tão

somente como astrônomo. Alguns diriam que a astronomia foi o que levou Tycho Brahe ao panteão dos fundadores da ciência moderna, e que portanto é apenas natural que seja como astrônomo que se pensa sua memória. Todavia, o que não se percebe com essa colocação é que sem compreender o local da filosofia paracelsista em Tycho Brahe não se compreenderá no todo a sua astronomia.

Por fim acredito que o ideal seja um equilíbrio entre as perspectivas. Ainda que seja impossível trabalhar simultaneamente com ambas é importante que ao escolher uma a outra não esteja completamente fora do horizonte.

### **Referências:**

OSLER, M. J. The Canonical Imperative: Rethinking the Scientific Revolution. In Rethinking the Scientific Revolution. Cambridge University Press. pp. 3--24 (2000).

## Concepções científicas nas missões demarcatórias dos limites de Portugal e Espanha de meados do século XVIII

**Valquiria Ferreira da Silva**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: historiaval@hotmail.com

**Resumo:** Este texto tem como alvo principal discutir as concepções científicas e políticas adotadas pela coroa portuguesa referente às delimitações das fronteiras da América meridional, quando da assinatura do Tratado de Madri em Julho de 1750. Para a realização desta reflexão, além do diálogo com a historiografia pertinente, foram contrastados a “*Instrução*” passada ao frei João Alvares de Gusmão, ainda no reinado de Dom João V, que regulamentava as contratações de geógrafos, e uma das “*Cartas Secretíssima*” que o primeiro-ministro de Dom José, Sebastião de Carvalho e Melo, enviou ao governador Gomes Freire de Andrade com determinações referentes à maneira como os recém-contratados deveriam contribuir para a execução do Tratado.

**Palavras-Chave:** Cartografia, concepções científicas, período pombalino.

**Abstract:** This text has as main objective to discuss the scientific and political conceptions adopted by the Portuguese crown referring to the delimitations of the borders of South America, when the Treaty of Madrid was signed in July of 1750. For the realization of this reflection, besides the dialogue with the In the relevant historiography, the “*Instrução*” [“*Instruction*”] passed to Fr. João Alvares de Gusmão, still in the reign of Dom João V, who regulated the contracting of geographers, and one of the “*Cartas Secretíssimas*” [“*Letters Secretíssima*”] that the prime minister of Dom José, Sebastião de Carvalho and Melo, sent to Gomes Freire de Andrade with determinations regarding how the new contractors should contribute to the implementation of the Treaty.

**Key Words:** Cartography, scientific conceptions, Pombal period.

Esta comunicação é parte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História desta faculdade, na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História, sob a orientação da Professora Júnia Ferreira Furtado. A pesquisa se encontra em fase inicial, desta forma, foram apresentados o objeto e uma das perspectivas que está sendo cogitada até este momento.

O projeto *Extraído do Original: Arte, ciência e técnica no mapa da América Portuguesa do Padre Cocleo* tem como objeto de pesquisa o mapa, hoje desaparecido, que foi confeccionado pelo padre jesuíta francês Jacob Cocleo (1628-1710), em 1700. Uma interpretação linear e evolucionista da arte da cartografia fez com que esse mapa fosse interpretado como um lugar de “compilação de lugares lendários consagrados pela tradição”.<sup>1</sup> Assim, uma das intenções deste projeto será o de desconstruir o pressuposto, cristalizado em

---

<sup>1</sup> DELVAUX, Marcelo Motta. Cartografia Imaginária do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.46, v.2, p.75-87, jul-dez de 2010, p.81.

grande medida pela historiografia, que atribui o início da produção de conhecimento cartográfico da América portuguesa, sob feições iluministas, somente após a chegada a Lisboa, em 1722, dos Padres Matemáticos contratados pela Coroa portuguesa — os jesuítas italianos Giovanni Batista Carbone e Domenico Capacci.<sup>2</sup>

Uma das fontes que auxiliará no desenvolvimento deste projeto se encontra, atualmente, no acervo do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma cópia coeva do mapa do Padre Cocleo, possivelmente confeccionada em 1725, intitulada *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*.<sup>3</sup>

Jacob Cocleo era natural do departamento de Marne, na França. Aos 21 anos entrou para a Companhia Jesus, e dez anos depois, em 1660, encontrava-se catequizando os índios Cariris do Ceará. Foi reitor do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro entre 1683-1685;<sup>4</sup> depois disso regressou ao nordeste, morando em Pernambuco e na Bahia, onde faleceu em 1710.<sup>5</sup> Por volta de 1700, o então governador-geral do Brasil, dom João Lencastre (1690-1702), utilizou a carta confeccionada pelo padre como base para a “definição dos limites entre o Arcebispado da Bahia e do Bispado do Rio de Janeiro, quando disputavam a jurisdição eclesiástica das novas minas nas cabeceiras do Rio das Velhas”.<sup>6</sup>

Em 1746, outro governador-geral, Gomes Freire de Andrade (1735-1763), também utilizou os conhecimentos produzidos pelo jesuíta, quando mandou produzir um mapa intitulado *Descrição do continente da América meridional, que nos pertence com os rios, e montes que os Certanejos mais experimentados dizer ter encontrado cuja a divisão se faz*.<sup>7</sup> Três

<sup>2</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. Os jesuítas italianos em Portugal e a política científica de D. João V. In *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.85-100; COSTA, Gilberto Antônio; FURTADO, Júnia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald e SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista das Minas Gerais do território das Minas*, p.147; e OLIVEIRA, Ricardo de. Política, diplomacia e o império colonial português na primeira metade do século XVIII. *História: Questão & Debate*, Curitiba, n.36, p.251-278, 2002.

<sup>3</sup> Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Exército. n. 23-24.2798; CEH 1530. *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*, ca.1700. Reprodução dessa cópia pode ser vista em COSTA, Gilberto Antônio (org.); FURTADO, Júnia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald e SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista das Minas Gerais do território das Minas*, p.140-141.

<sup>4</sup> COSTA, Gilberto Antônio; FURTADO, Júnia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald e SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista das Minas Gerais do território das Minas*. Lisboa/ Belo Horizonte: Kappa/ UFMG, 2004, p.139.

<sup>5</sup> CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto e OLIVEIRA, Rafael Henrique de. O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica. Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013\\_1379350586.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf). Belo Horizonte, Centro de Referência Cartografia histórica – UFMG. Acesso em 17 julho de 2015.

<sup>6</sup> COSTA, Gilberto Antônio; FURTADO, Júnia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald e SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista das Minas Gerais do território das Minas*, p.139.

<sup>7</sup> *Descrição do continente da América meridional, que nos pertence com os rios, e montes que os Certanejos mais*



anos depois, em 1749, essa descrição serviu de subsídio para a confecção do *Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa Espanhola na América Meridional* ou *Mapa das Cortes*,<sup>8</sup> que auxiliou as negociações de divisão dos limites territoriais entre portugueses e espanhóis acordados em janeiro de 1750, na cidade Madrid.<sup>9</sup> Apesar do Tratado de Madrid ter sido revogado em fevereiro de 1761, quando da assinatura do Tratado de El Pardo, os anos que o circundam a sua assinatura revelaram ações que, quando analisadas em um contexto mais amplo, são capazes de expor algumas crenças e práticas dos membros pertencentes a essa cultura.

Os portugueses que tinham se antecipado ao ajuste das delimitações das fronteiras da América meridional desde a década de 1720<sup>10</sup> passaram por mudanças fundamentais na hora de cumprir o que havia sido acordado em Madrid. A tese cogitada nesta comunicação é a de que a ascensão de dom José ao trono após a morte de dom João V, em julho de 1750, e, por conseguinte, o afastamento de Alexandre de Gusmão em detrimento do novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo, desfavorável ao acordado em Madri,<sup>11</sup> não alteraram significativamente a política portuguesa nesses assuntos. Ou seja, em grande medida, as ações tomadas pelo futuro Marquês de Pombal significaram uma continuidade das concepções científicas que haviam sendo praticadas no reino.

Para refletir sobre essa assertiva, além do diálogo com a historiografia pertinente foram contrastados a Instrução passada ao frei João Alvares de Gusmão.<sup>12</sup> que regulamentava as contratações de geógrafos, e uma das Cartas Secretíssima que Sebastião de Carvalho enviou ao

---

*experimentados dizer ter encontrado cuja a divisão se faz.* 5 dezembro de 1746. Biblioteca Guita José Mindlin.

<sup>8</sup> *Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional.* Ajudante e Engenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, 1752. 1 mapa manuscrito, aquarelado, 58,0x50,0 cm em folha de 59,6x51,0 cm. Biblioteca Nacional ARC.030,01,009.

<sup>9</sup> Ver FURTADO, Júnia Ferreira. Uma guerra de imagens. In *Oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.505-527.

<sup>10</sup> CF Ver FURTADO, Júnia Ferreira. Uma guerra de imagens. In *Oráculos da geografia iluminista*, p.505-527; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O desenho do território. In *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822).* São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, p.298-325; e OLIVEIRA, Ricardo de. Notas Sobre Alexandre de Gusmão, o homem que inventou o território brasileiro. *Ci. Huma. e Soc. Em Rev. Seropédica*, v.33, n.1, p.241-250, janeiro/junho de 2011.

<sup>11</sup> Sobre esta oposição o historiador André Ferrand de Almeida afirma que dada animosidade entre Alexandre de Gusmão e Pombal, este, por falta de informações teria prosseguido com as negociações nos mesmos acordos do primeiro. ALMEIDA, André Ferrand. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.215-235, Julho-Dezembro de 2009, p.229.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos (AHU – A). 003, Cx.12, doc.1035. OFÍCIO [do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra] Marco Antônio de Azevedo Coutinho, ao geógrafo, frei João Alvares Gusmão, encaminhando-lhe as instruções para contratar geógrafos para o real serviço. Anexo: ofícios (cópias), listas, instrução, memórias. Lisboa, 11 de abril de 1750.

governador Gomes Freire de Andrade com determinações referentes à maneira como esses recém-contratados deveriam contribuir para a execução do Tratado de Madrid.<sup>13</sup>

### **A contratação dos geógrafos**

Além de revogar todos os atos firmados entre as duas coroas<sup>14</sup>o Tratado de Madrid celebrado entre os reis dom João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, assinado em 13 de janeiro de 1750, instituiu uma nova forma de definição dos limites coloniais da América Meridional fundamentada nas balizas naturais e no princípio do *uti possidetis ita possidetis*.<sup>15</sup> Além disso, o tratado também determinava que fossem organizadas duas comissões com representantes portugueses e espanhóis para percorrer toda a linha demarcatória do Mapa das Cortes, cuja a principal função seria explorar e estabelecer *in loco* os limites entre as duas coroas.

Assim que o tratado foi assinado, Portugal acionou os seus agentes no exterior para a contratação de “homens inteligentes dos estudos matemáticos e geográficos”, que fossem “práticos em fazer observações astronômicas”. E um desses agentes foi o carmelita descalçado frei João Álvares de Gusmão, caçula dos 12 filhos dos cristãos-velhos, dona Maria Álvares e o homem de negócio ou cirurgião-mor da vila do Porto de Santos,<sup>16</sup> Francisco Lourenço. Dois de seus irmãos foram importantes personagens do reinado de dom João V: Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), o “padre voador”, e o diplomata Alexandre de Gusmão (1795-1753) que, além de secretário particular do rei, foi o principal responsável pelas negociações do tratado de Madrid de 1750.

Quando da assinatura do tratado, o frei — que se encontrava na Itália — foi imediatamente encarregado de percorrer o país e, caso fosse necessário, deveria ir até ao Tirol, Catões e regiões próximas para encontrar profissionais que estivessem dispostos a passar para o Brasil e produzir mapas de todo o continente dentro de dois ou três anos, no mais tardar. Essa

---

<sup>13</sup> Arquivo Histórico Ultramarino – Eduardo Castro (AHU – EC). Cx.65, doc.15195-15198. SEGUNDA carta secretíssima de Sebastião de Carvalho para Gomes Freire de Andrade, sobre os oficiais militares que se lhe enviaram, assim nacionais, como estrangeiros, com o motivo da execução do Tratado dos Limites. Lisboa, 21 de setembro de 1750.

<sup>14</sup> Os atos revogados foram: Escritura e venda outorgada em Saragoça, de 22 abril de 1529; os Tratados de Lisboa de 13 de fevereiro de 1668 e o de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715. Ver: Documentos sobre o tratado de 1750, v.1. In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LII, p.3, 1930.

<sup>15</sup> “Se já possuíis, continuai possuindo”. In BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio*, p.300.

<sup>16</sup> Jaime Cortesão levanta dúvidas sobre a profissão exercida pelo progenitor da família, de acordo com o autor a este foram atribuídos profissões como: Homem de negócio, Reitor do Colégio da Companhia (1724-1725), Cirurgião-mor. Ver: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid, 1750. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001, v1, p.124.

não foi, todavia, a única missão da qual o frei fora incumbido, tendo ainda outras duas importantes. Uma delas era investigar e cooptar os “professores de primeira nota”, reputados e peritos nos estudos matemáticos, para que dom João V pudesse “tirar deles os mesmos frutos que as outras nações” estavam colhendo no “progresso e aperfeiçoamento das ciências e artes”. Além disso, o carmelita deveria se informar sobre os métodos que regiam as Escolas de Matemática e enviar à Portugal seus estatutos, impressos ou copiados. A outra tarefa do frei seria investigar os observatórios astronômicos da Europa e enviar para a metrópole as plantas dos mais notáveis, assim como uma relação dos instrumentos incomuns e de notória utilidade desses institutos.

Voltemos à tarefa da contratação de geógrafos. Com relação à nacionalidade, estes não poderiam ser espanhóis, franceses, holandeses nem ingleses. Eram preferíveis os italianos da Bolonha aos napolitanos, sicilianos e parmesãos, especialmente por causa da dependência que estes últimos tinham com a Espanha, a Alemanha e a Suíça. Os protestantes e calvinistas só poderiam ser aceitos se não houvesse nenhum católico capaz de desempenhar a tarefa. Entre os que professavam a fé católica, os jesuítas deveriam ter a prioridade “sobretudo se tiverem a vocação de empregar-se nas Missões”, pois, uma vez acabada a diligência, poderiam estes “naquele Santo Ofício fazer a Deus um grande serviço aproveitando as Almas e civilizando os costumes daquela gentildade”. Além de serem peritos nos estudos da Matemática, Geografia e Observações astronômicas e geográficas, a Instrução acrescentava que o frei João Alvares de Gusmão deveria preferir aqueles que fossem “mais versados na filosofia Experimental”, pois, assim, poderiam produzir maior utilidade ao mundo literário” e créditos ao Reino; alguns ainda deveriam ser práticos em medicina — especialmente em Botânica — e, preferencialmente, bons desenhadores, para “tirarem vistas dos lugares mais notáveis e debuxarem as plantas, animais e outras coisas desconhecidas e dignas de notícia; e que fossem engenheiros.

### **A atuação dos geógrafos contratados**

A morte de dom João V, em 31 de julho de 1750, e a do próprio Alexandre de Gusmão, dois anos depois (1753), foram alguns dos fatores que contribuíram para o atraso no início dos trabalhos da Comissão dos Limites que seriam responsáveis pela demarcação dos limites da fronteira. Todavia, apesar desses eventos, em 1751 o futuro marques de Pombal já passava suas instruções aos responsáveis portugueses.

A segunda Carta Secretíssima que o Marquês de Pombal enviou ao Governador Geral Gomes Freire de Andrada, oficial português responsável pela expedição sul, é significativa, e

resume a política adotada por Portugal para a delimitação das fronteiras. Nela, Pombal deixa claro que as direções das expedições não poderiam, de forma alguma, cair nas mãos dos contratados estrangeiros, uma vez que, por serem movidos pelo dinheiro, estes poderiam — até mesmo depois de terminada a tarefa — repassar as informações “oculares e exatas” às diversas potências, que tinham “inveja da riqueza e fertilidade do vasto Império”. Dessa forma, os estrangeiros deveriam ser encarregados somente daquilo que pertencesse “à curiosidade e à erudição, como são a História do País, as observações físicas e astronômica que respeitam ao adiantamento das ciências”. Além disso, para o Marquês, a demarcação se tratava apenas de uma operação mecânica, uma vez que os limites já estavam traçados no Mapas das Cortes. “Portanto, qualquer rapaz poderia aprender em 15 dias como entender uma carta geográfica e os rumos que por ela se devem dirigir de um lugar a outro”. Em contrapartida, para que merecessem o soldo combinado na contratação, os estrangeiros deveriam ministrar aulas das suas profissões.

O padre João Ângelo Brunelli foi um dos contratados pelo Frei João Álvares de Gusmão. Ele e outro italiano muito conhecido, Antônio José Landi, chegaram à colônia portuguesa em 1753 para trabalhar na demarcação do Norte. Ambos eram arquitetos e desenhadores, mas Brunelli se diferenciava porque, além de saber Matemática e Astronomia, também era um hábil pintor. O padre residiu na América até 1761, quando regressou para a metrópole onde ministrou aulas de matemática e aritmética nas principais instituições, até que se aposentou em 1769 e só então retornou para Bolonha, sua terra natal, onde faleceu em 1804.

## **Conclusão**

A trajetória individual do padre astrônomo e matemático João Ângelo Brunelli, assim como a de vários outros geógrafos contratados em 1750, associadas à presença significativa de engenheiros brasileiros e portugueses nesse período, revelam que o Ministro português, em linhas gerais, continuou a compartilhar da preocupação presente no governo de Dom João V. Este, com o intuito de manter Portugal alinhado cientificamente com as outras potências europeias, não mediu esforços na criação da Academia Real Portuguesa, em 1720, logo após a leitura dos trabalhos de Deslie na Real Academia Francesa. Nesse mesmo contexto, a criação da Biblioteca Real e todo o esforço para a reunião de Instrumentos científicos e de cientistas reconhecidos, assim como a criação da Curso de Esphera e a publicação do Engenheiro Português pelo engenheiro Mor, demonstram a preocupação de D. João V com a atualização dos estudos em Portugal, e os desdobramentos dessas novas análises na demarcação dos limites das

colônias portuguesas. As ações conjuntas do marques de Pombal, embora tenha emitido ordens específicas sobre as tarefas a serem desenvolvidas pelos cientistas nas demarcações, e apesar do seu desentendimento com os jesuítas — chegando até a prender alguns, como foi o caso do jesuíta Ignácio Szentmártonyi (jesuíta croata), outro importante astrônomo da expedição — confirmam que, à sua maneira, o ministro também estava preocupado em alinhar o conhecimento científico português com o conhecimento das outras nações.

## ST 16 - Poder, fé e temporalidades na Antiguidade Tardia e na Idade Média

Aléssio Alonso Alves  
Mestre  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[alessioaalves@gmail.com](mailto:alessioaalves@gmail.com)

Felipe Augusto Ribeiro  
Mestre  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[felipeaur@gmail.com](mailto:felipeaur@gmail.com)

Pamela Emilse Naumann Gorga  
Mestre  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[pnaumanngorga@gmail.com](mailto:pnaumanngorga@gmail.com)

Paulo Renato de Silva Andrade  
Graduado  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[paulorsdeandrade@gmail.com](mailto:paulorsdeandrade@gmail.com)

Fabício de Paula Gomes Moreira  
Doutorando em História  
Universidade Estadual de Campinas  
[fabricao.moreirahis@gmail.com](mailto:fabricao.moreirahis@gmail.com)

Rafael Bosch Batista  
Doutorando em História  
Universidade Estadual de Campinas  
[rafael.bosch@outlook.com](mailto:rafael.bosch@outlook.com)

### **Proposta do Simpósio:**

A proposta desse Simpósio Temático é consolidar os Encontros de Pesquisa em História da UFMG como espaço para debate, meio de intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas sobre os períodos convencionados como Antiguidade Tardia e a Idade Média realizadas no Brasil. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é contribuir para a compreensão das relações entre poder e fé nos períodos supramencionados. As comunidades políticas do medievo possuíam especificidades no que diz respeito ao exercício do poder e ao lugar que as três grandes religiões monoteístas, no Ocidente e no Oriente, ocupavam nas relações cotidianas. Reflexões relacionadas à estruturação desses dois tópicos, em suas múltiplas dimensões, permitiriam a

compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como o “Outro”, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, o governo urbano, entre outros. Ressalta-se, ainda, o papel que tais religiões tiveram nas transformações das noções e categorias de tempo e na construção de meios para sistematizar a sua passagem, bem como nas formas de apreendê-lo e de interpretar a história humana. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas, regiões e tempos diversos. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, o que permita a troca experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas temporalidades em áreas do conhecimento como Teologia, Direito, Artes, Literatura, Lingüística, Filosofia e afins. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações, agrupadas, pelos coordenadores, tendo como base a proximidade temática, seguida por debates, possibilitando a participação dos ouvintes.



## Espaço, corpo e poder no Império Tardo-Antigo: o teatro e o ofício do palco em Antioquia segundo João Crisóstomo

**Agnes Soares Moschen**

Mestranda em História

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: agnes.moschen@gmail.com

**Resumo:** João Crisóstomo foi um teólogo cristão famoso pelo excelente domínio da retórica. Dentre os tópicos mais recorrentes em seus discursos, o teatro ocupava lugar de destaque e era frequentemente condenado por ele. Neste contexto, nos propomos, por intermédio da análise das homilias ao Evangelho de Mateus de João Crisóstomo, a compreender a representação do corpo e a repressão ao ofício do palco, diante da nova configuração da sociedade romana na Antiguidade Tardia e da cristianização do Império Romano, investigando em que medida João Crisóstomo construiu um discurso para desmoralizar o teatro romano, promovendo críticas ao corpo dos atores e das atrizes e ao comportamento dos frequentadores dos espetáculos, numa tentativa de promover a fé cristã em Antioquia através da condenação do teatro como um espaço imoral e perigoso.

**Palavras chave:** Antiguidade Tardia; Antioquia; João Crisóstomo; Teatro.

**Abstract:** John Chrysostom was a christian theologian famous for his excellent mastery of rhetoric. Among the most recurrent topics in his speeches, theater occupied a prominent place and was often condemned by him. In this context, we propose, through the analysis of the homilies on the Gospel of Matthew of John Chrysostom, to understand the representation of the body and the repression to the metier of the stage, in view of the new configuration of Roman society in Late Antiquity and the Christianization of the Roman Empire, investigating to what extent John Chrysostom constructed a discourse to demoralize the Roman theater, promoting criticism to the body of the actors and actresses and to the behaviour of the spectators, in an attempt to promote the Christian faith in Antioch by condemning the theater as a immoral and dangerous space.

**Keywords:** Late Antiquity; Antioch; John Chrysostom; Theater.

A passagem do século III para o IV configura uma nova realidade na História Romana, caracterizada pela reestruturação em todos os âmbitos da política e da sociedade, o que levou à instituição do *Dominato*<sup>1</sup>. Este período foi marcado pelo crescimento da influência da Igreja, que passa a interferir não apenas na religião, mas também na sociedade, já que, a partir de 312 d. C., Constantino começa uma política favorável aos cristãos, assegurando liberdade de culto, isenções ao clero e concessão de recursos públicos para a construção de igrejas. Assim, pouco a pouco o cristianismo vai conquistando espaço na vida cidadina e o Império se torna palco de um processo de expansão do cristianismo e de conversão das massas. Este processo de conversão e de reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império é tido por historiadores, a exemplo de Aude Busine (2015), como um processo de cristianização, que, cumpre ressaltar, não se configurou como um avanço ininterrupto, mas sim foi caracterizado

---

<sup>1</sup> Um novo sistema político-ideológico que se forma a partir da ação restauradora de Diocleciano e sucessores.

também por rupturas e retrocessos, de acordo com as particularidades de cada região de um Império multifacetado.

Conforme destaca Silva (2013, p. 33), a cristianização “se fez, em larga medida, por meio de toda sorte de empréstimos culturais, de hibridismos e negociações que rompem com qualquer pretensão de pureza por parte dos cristãos”, num esforço de tornar o cristianismo dominante e superior frente às demais religiões. Uma série de medidas foi efetivada para o alcance deste objetivo, dentre as quais destacamos aqui a elaboração de um discurso cristão de caráter repressor com o intuito de depreciar os cultos pagãos e judaicos. No século IV, adquirido o direito de professar sua fé livremente, os cristãos passam não só a difundir a palavra de Deus e a converter pessoas, como também implementam ataques rotineiros às demais religiões e intervêm cada vez mais na organização da sociedade devido à associação que mantêm com o poder imperial.

Neste contexto, um dos maiores expoentes do processo de cristianização foi João Crisóstomo. Nascido em Antioquia, provavelmente entre 344 e 354, numa família de boas condições financeiras, Crisóstomo perdeu o pai ainda criança, de modo que sua educação foi bastante influenciada por sua mãe, uma jovem viúva de concepções cristãs. Foi educado na cultura clássica e, conforme crescia, interessava-se cada vez mais pelo cristianismo até abraçar o ascetismo<sup>2</sup> no início da idade adulta (KELLY, 1995, p. 4-20).

Famoso por sua habilidade oratória, João Crisóstomo foi ordenado presbítero da congregação de Antioquia em 386, cargo que exerceu até 397, quando foi nomeado bispo de Constantinopla. É importante ressaltar que Antioquia era o centro administrativo da província da Síria e, desde sua fundação, em 300 a. C., por Seleuco I Nicátor, sofreu grande influência da cultura grega, contando inclusive com uma escola de retórica, administrada por Libânio, na época de João Crisóstomo, que chegou a ser seu aluno (KONDOLEON, 2000, p. 4).

Antioquia era uma metrópole de localização privilegiada, mas também refém de constantes terremotos. A reforma do centro urbano deve muito a César. Na medida em que a cidade o apoiou na campanha contra Pompeu, em 47 a. C., Antioquia foi agraciada com a construção e reforma de diversos prédios públicos, dentre eles um teatro (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 3).

---

<sup>2</sup> Doutrina que considera a disciplina e o autocontrole estritos do corpo e do espírito, um caminho imprescindível em direção a Deus, à verdade ou à virtude. É uma filosofia de vida na qual são refreados os prazeres mundanos, onde se propõem a austeridade.

O cristianismo, mesmo após instituir-se como a nova ordem religiosa oficial do Império Romano, não conseguiu esvaziar a carga valorativa do teatro para a vida cívica cidadina. As atividades cênicas eram uma forma de expressão da cultura daquela sociedade, de transmissão da moral e dos costumes. Além disso, a própria estrutura arquitetônica do teatro representava um espaço de importância dentro da cidade, tornando-se um ponto de referência em virtude das construções arrojadas que podiam ser encontradas na maioria dos centros urbanos do Império (BARNES, 2010, p. 215).

O apreço pelos espetáculos em Antioquia e demais cidades da Síria é uma herança da cultura grega, segundo a qual o teatro era considerado não apenas uma forma de entretenimento, mas também um meio para transmissão de mitos e de valores morais, tornando-se parte do cotidiano da cidade e uma verdadeira expressão da *paideia*<sup>3</sup>. Por sua vez, em Roma, embora o teatro houvesse se tornado um dos principais entretenimentos da vida urbana, era encarado, por alguns tradicionalistas, com preconceito, em virtude de ser uma atividade estrangeira e contrária à ordem e à moralidade pública (SILVA, 2013, p. 3-4).

Tendo em vista que a cultura clássica era tão presente no *ethos* urbano, o cristianismo, contando com a proteção do poder imperial, iniciou uma campanha de censura ao estilo de vida cidadão. Conforme Silva (2006, p. 259), “à medida que avança a cristianização do Império, a tendência é a de que os bispos e demais líderes cristãos assumam uma posição cada vez mais intolerante para com os pagãos”. Ou seja, o cristianismo, para se afirmar como a nova ordem religiosa oficial do Império Romano e superior aos demais credos, lançou mão de um discurso que censurava a cultura pagã e judaica.

No caso de Crisóstomo, a repressão recaiu principalmente sobre as formas de entretenimento público, em especial o teatro. Nas *Homilias sobre o Evangelho de Mateus*, João estabelece uma representação cristã sobre o teatro, através da análise de seus argumentos que difamam as performances teatrais em duas vias: a primeira por ser o palco um lugar degradado, de profanação e de pecado, em oposição à igreja, que era o lugar do sagrado e da purificação divina; e a segunda pelo fato de o teatro subverter o corpo em seus aspectos físico e emocional, e isso tanto no caso dos atores, quanto no caso dos espectadores, haja vista que, segundo ele, o ambiente do teatro contamina os atores quando estes assumem papéis que não lhes foram naturalmente destinados, atuando em posições que divergem daquelas concebidas por Deus. As

---

<sup>3</sup> Formação ética e cultural do cidadão greco-romano nos moldes da educação clássica.

atrizes, por sua vez, corrompem a plateia, despertando desejos e incentivando o adultério, como o fazem as prostitutas.

Por meio de sua pregação, é possível inferir que João Crisóstomo temia, acima de tudo, que o comportamento dos atores e as mensagens transmitidas pelas obras teatrais abalasses uma das instituições basilares do cristianismo: o casamento. Crisóstomo é severo ao afirmar que cobrir os olhos com lama não deveria causar tanto mal quanto ser espectador das transgressões que se operam no palco. Para o pregador, frequentar o teatro é um insulto ao olhar, uma vez que os aplausos, as gritarias e as risadas que tomam lugar no palco são ultrajantes, impuras e ousadas. As cenas consistem no cometimento de um adultério tão sujo, que João chega a questionar como os mesmos olhos que testemunharam tamanha ignomínia são capazes de contemplar a esposa em casa (Jo. Chrys., *Hom. in Mat.* VI, 10).

De acordo com João, a iniquidade do teatro residia tanto no fato de homens interpretarem mulheres, quanto no fato de mulheres aparecerem em cena com a cabeça descoberta, sem vergonha alguma, o que fazia propagar a desgraça e a falta de decoro entre a audiência. Crisóstomo (*Hom. In Mat.* XXXVII, 9) ressalta, porém, que a corrupção dos espectadores não é culpa exclusiva dos atores e atrizes – as quais eram taxadas por ele de prostitutas devido ao ambiente teatral, à liberdade de costumes (as atrizes não podiam contrair matrimônio) e ao modo pelo qual se apresentavam no palco (geralmente nuas ou seminuas) –, pois se não houvesse plateia, certamente não haveria trabalho para os atores.

Dessa forma, João desaprova a lascívia com a qual as atrizes se portavam nos palcos, seja por atuarem com as cabeças descobertas – o uso do véu era “um símbolo de sujeição diante da autoridade masculina” (SILVA, 2011, p. 302) – ou com trajes indecentes que contrariavam a moda sóbria adotada por mulheres honrosas, seja por ocupar um espaço impróprio para mulheres decentes e encenar atividades que não condizem com sua complexão frágil. Quanto aos atores, o pregador defende que o desempenho de papéis femininos por homens no palco corrompe a natureza viril.

A influência das atrizes, todavia, não se dava tão somente sobre os homens, mas também sobre as mulheres, que admiravam a indumentária e o modo de se portar que era apresentado no palco, e tratavam de imitar o comportamento das atrizes. Estas, por conseguinte, tinham a habilidade de lançar tendências. Em razão de grande parte dos trajes serem inconvenientes para os padrões da época, Crisóstomo os considerava uma ameaça para preservação da dignidade das mulheres de respeito (SILVA, 2011, p. 305).

Segundo João, é preciso que o fiel esteja atento e reconheça o mal em frequentar tais espetáculos, devendo recorrer de imediato a Deus e reportar seus pecados ao presbítero. Devido a esta ênfase na confissão, supomos que João Crisóstomo assume para si, na qualidade de presbítero em Antioquia, a responsabilidade de cuidar para que sua congregação não caísse novamente em tentação, sob pena de ser punido posteriormente por ser omissivo. Por esta razão ele se comprometeu a purificar a assembleia dos males do teatro, estimulando entretenimentos castos e não degradantes (*Hom. In Mat.* VII, 8), condenando os divertimentos pecaminosos, como o teatro, e recomendando o usufruto do prazer de forma moderada.

Àqueles que insistem em permanecer no ambiente visto pelo presbítero como desgraçado e ilegal dos teatros, Crisóstomo prevê punições, que podem culminar até mesmo na expulsão da pessoa do recinto da igreja. E João promete não cessar enquanto ele não houver purificado a assembleia dos males do teatro. Ele proibiu a frequência aos teatros “da mesma forma que ele condenou visitas a cartomantes ou tabernas, jogos com dados, e palavrões” (LEYERLE, 2001, p. 43).

Para Zisis (2006, p. 166), o fanatismo ascético de João não nos permite taxá-lo como inimigo de toda diversão e prazer. Crisóstomo não era contra o sentimento de prazer, desde que este fosse obtido através de procedimentos castos e não degradantes (*Hom. In Mat.* VII, 8). Como “o cristianismo introduziu um novo modo de vida e de existência profundamente escatológico e centrado em Cristo” (ZISIS, 2006, p. 167), João Crisóstomo acredita ser incabível que o cristão busque prazer e contentamento em ambientes pagãos. Ou seja, Crisóstomo propõe que os cristãos deixem de frequentar o teatro e se abstenham do divertimento mundano para alcançar prazer em termos espirituais.

O teatro, portanto, era visto como uma ameaça à população, pois tanto as mulheres quanto os homens eram incitados a pecar quando assistiam aos espetáculos. Esses porque cobiçavam as mulheres do palco e aquelas porque aspiravam a se portar e se vestir como as atrizes. Assim, a livre expressão corporal no teatro dá ensejo a que este se torne um espaço onde o corpo pode sofrer mutações aparentes e ser exposto ao público sem restrições, incentivando os cidadãos a despender o seu tempo neste lugar de prazeres mundanos. Importante destacar, contudo, que é perceptível, no discurso de Crisóstomo, a preocupação em coibir a influência que o teatro exercia sobre os espectadores, pois João é consciente de que o teatro é um meio eficaz de transmissão de valores, mesmo que estes não estejam de acordo com a moral cristã, razão pela qual ele é tão insistente na punição dos espectadores.

Silva (2013, p. 14) nos traz uma contribuição relevante a este debate ao afirmar que “é possível supor também que o teatro, ao conferir voz e visibilidade ao ator, colocando-o no centro das atenções, se apresentava como um franco concorrente ao trabalho dos oradores cristãos”. Essa consideração seria mais uma justificativa para o embate ferrenho de Crisóstomo com os espetáculos teatrais, uma vez que tanto a igreja quanto o teatro disputavam a atenção e a assiduidade da audiência, sendo que ambos, atores e clérigos, utilizavam-se de artifícios cênicos e retóricos para atrair o público.

A Igreja percebia o teatro como um rival perigoso da cristianização; e que a referida rivalidade provinha da ameaça que as performances cênicas representavam à moral cristã. Easterling e Miles (1999, p. 100) relatam que “João Crisóstomo se queixa de que em dias de teatro em Antioquia sua igreja está vazia e que: ‘os gritos veementes, carregado no ar daquele lugar, ressoou contra os salmos que cantávamos aqui’”, sendo comum o confronto direto entre o coro dos espetáculos e o coro monástico.

Destarte, por mais que o clero tenha tentado convencer os fieis a se abster de frequentar o teatro por meio de uma campanha que condenava este tipo de entretenimento, a cristianização do Império não ensejou, de imediato, a destruição dos teatros ou seu fechamento, havendo muitos cristãos adeptos dos espetáculos, visto que as performances cênicas constituíam uma importante faceta da vida cívica e cultural no Império Romano, ainda na Antiguidade Tardia.

As admoestações de Crisóstomo se destinavam, primeiramente, aos cristãos, com foco na condenação do adultério e na valorização da autoridade masculina, que era muitas vezes satirizada no palco. Deste modo, João visava a resgatar um valor romano tradicional, qual seja, o patriarcalismo. Concomitantemente, ele censurava o riso e o aplauso, quando estes advinham de encenações pecaminosas.

Não podemos ignorar ainda que João Crisóstomo se dedica a reprimir os homens e as mulheres do palco, mas são as atrizes que recebem as maiores críticas, o que reforça ainda mais a hipótese acima discutida de defesa do patriarcalismo, já que a mulher, na condição de atriz, poderia galgar algum espaço na sociedade romana, ainda que, em virtude de sua condição de infame, não deixasse de ser diminuída, pois seu ofício era equiparado ao das prostitutas.

## Referências Bibliográficas

### Documentação textual

ST. JOHN CHRYSOSTOM. *The homilies of St. John Chrysostom, Archbishop of Constantinople, on the gospel of St. Matthew*. Tradução de George Prevost. Edinburgh: T&T

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

[www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)

Clarck, 1888. Vol. 10. (A Select Library of the Nicene and Post-Nicene fathers of the Christian Church).

### Obras de apoio

BARNES, T. D. Christians and the theater. In: SLATER, W. J. (Ed.). *Roman theater and society*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2010, p. 315-324.

BUSINE, A. (Ed.). *Religious practices and Christianization of the late antique city (4th-7th cent.)*. Leiden: Brill, 2015.

EASTERLING, P.; MILES, R. Dramatic identities: tragedy in Late Antiquity. In: MILES, Richard (Ed.). *Constructing identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999, p. 95-111.

KELLY, J.N.D. *Golden mouth: the story of John Chrysostom – ascetic, preacher, bishop*. Cornell University Press, 1998.

KONDOLEON, C. *Antioch: the lost ancient city*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LEYERLE, B. *Theatrical shows and ascetic lives: John Chrysostom's attack on spiritual marriage*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2001.

SILVA, E. C. M. *Igreja, conflito e poder no século IV: João Crisóstomo e o levante das estátuas em Antioquia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

SILVA, G. V. 'Purificando' a Cidade Antiga: João Crisóstomo e a censura ao teatro e às atrizes. In: SOUZA, Alice Maria de; GONÇALVES, Ana Teresa Marques; MATA, Gisele Moreira da (Org.). *Dinâmicas socioculturais na antiguidade mediterrânea: memórias, identidades, imaginários sociais*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

SILVA, G. V. O teatro como fonte de "stasis": um olhar sobre a cristianização de Antioquia segundo João Crisóstomo. *XIV Jornadas Interescuelas/ Departamentos de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofia y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

SILVA, G. V. A cristianização e seus limites: o caso de Antioquia na Antiguidade Tardia. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan-jun, 2013, p. 32-49.

WALLACE-HADRILL, D. S. *Christian Antioch: a study of early Christian thought in the East*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ZISIS, T. Diversão mundana e cristã segundo João Crisóstomo. *Scripta Clássica*, Belo Horizonte, n. 2, p. 145-171, 2006.



## *Velatio uirginis*: a construção da santidade feminina na Antiguidade Tardia (século IV)

**Larissa Rodrigues Sathler Dias<sup>1</sup>**

Mestranda em História

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: lary.sat@hotmail.com

**Resumo:** Nos discursos morais produzidos pela elite episcopal do século IV, a mulher era representada como portadora de uma natureza inferior se comparada ao homem. Sendo assim, para ingressar no mundo espiritual, ela necessitava passar por um intenso processo de transformação corporal. Ao analisar os tratados ascéticos de Ambrósio, bispo da sé de Milão entre os anos de 374 e 397, pretendemos compreender não apenas o processo de disciplina que viabilizava essa transformação, mas também os símbolos, dentre eles a cerimônia de consagração das virgens -*Velatio uirginis*-, por meio dos quais a mulher devota garantia a sacralização de seu corpo em meio à congregação cristã da Antiguidade Tardia.

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia; Representação; Virgens; Ambrósio de Milão.

**Resumen:** En los discursos morales producidos por la élite episcopal del siglo IV, la mujer fue representada como portadora de una naturaleza inferior en comparación con el hombre. Por lo tanto, para entrar en el mundo espiritual, la mujer tenía que pasar por un intenso proceso de transformación del cuerpo. Mediante el análisis de los tratados ascéticos de Ambrosio, obispo de la sede de Milán, entre los años 374 y 397, queremos entender no sólo el proceso de disciplina que hace posible esta transformación, sino también los símbolos, incluyendo la ceremonia de consagración de las vírgenes -*Velatio uirginis*- por la cual la mujer devota garantiza la santidad de su cuerpo en medio de la congregación cristiana de la Antigüedad Tardía.

**Palabras clave:** Antigüedad Tardía; Representación; Mujeres; Vírgenes; Ambrosio de Milán.

### **Introdução**

Repensar o movimento cristão primitivo em uma perspectiva feminina suscita certa dificuldade textual e histórica já que os discursos patrísticos são produtos de uma história patriarcal responsáveis por ocultar as mulheres e suas experiências religiosas na sociedade romana da Antiguidade Tardia. Escrita majoritariamente por homens, a História das Mulheres em geral, e, por conseguinte, das devotas romanas do século IV, passa pelo filtro do olhar masculino. Logo, podemos dizer que há uma real distância entre a imagem produzida nos discursos episcopais e a verdadeira atuação das mulheres nas comunidades cristãs primitivas. Em todo o caso, sabemos que estes discursos, que de longe eram neutros, acabavam por incorrer em estratégias e práticas sociais que são ao mesmo tempo determinantes e determinadas, o que

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciada em História pela mesma instituição. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR). Atualmente desenvolve o projeto: Disciplinando os corpos das virgens e viúvas: Ambrósio e a formação de uma hierarquia feminina na congregação milanesa (Séc. IV), orientado pelo Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva.

nos permite captá-las no momento de suas exteriorizações (CHARTIER, 2002, p. 17); (SILVA, 2004, p. 14).

Em conformidade com o período de sua produção, os discursos de Ambrósio, nos quais é formulada a representação das virgens, também expressam os moldes de uma sociedade patriarcal e revelam apreensões de mundo próprias do grupo ao qual o bispo pertence. Em outras palavras, estes discursos revelam a forma pela qual a elite episcopal via as mulheres e, como toda representação, esta também exprime as relações de poder de uma época, visto que demonstra o interesse do episcopado na difusão de uma ordem social apoiada no enquadramento cristão da conduta feminina.

### ***Uelatio uirginis: o casamento entre Cristo e a Virgem***

A situação que envolve as virgens nos tratados de Ambrósio é típica de uma fase em que a Igreja está preocupada em fixar sua doutrina e estabelecer os papéis dos fiéis na comunidade cristã. É desse período a elaboração de inúmeras teorias que privilegiam a virgindade em detrimento do matrimônio e da procriação. Todavia, em Milão, essas teorias em prol das práticas ascéticas não foram facilmente aceitas, encontrando barreiras entre os próprios cristãos: “Pois conosco há muitas donzelas que querem me escutar e suas mães as proíbem, e o que é mais grave, as viúvas, as que agora me dirijo” (Ambrósio, *De Virginibus*, I, 58).

Afim de contornar essa situação, Ambrósio lançou mão de um discurso propagandístico que fez da virgindade o ápice de uma vida espiritualizada. Logo, será muito comum nos seus tratados ascéticos um certo número de atributos que configuram o que as diversas categorias de mulher deveriam ser, tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista físico. As virgens, em especial, figuram no seu discurso um modelo de virtude cristã a ser seguido pelos demais fiéis, sendo assim, as imagens literárias utilizadas para santificá-las são imponentes. “Mártires”, “próxima aos anjos”, “altar de Deus”, as virgens também são denominadas *sponsa Christi*:

Considera também outro mérito da virgindade: Cristo é o esposo de uma virgem, e, se pode falar assim, Cristo é o esposo da castidade virginal, pois a virgindade pertence a Cristo, não Cristo à virgindade. Uma virgem é, portanto, sua esposa [...] (Ambr., *Virgb.*, I, 11, 22, 31).

Para melhor fixar esse último atributo, Ambrósio utilizou alguns símbolos e termos nupciais que aproximavam o rito de consagração de uma virgem à uma *uelatio* matrimonial. Inicialmente, podemos dizer que, a *uelatio uirginis*, nos escritos ambrosianos, estava conectada

à ideia de imposição do véu. Assim, a expressão *uelare* ou por o véu<sup>2</sup> era sinônimo do termo *consecrare* ou consagrar, sendo que ambas as denominações representavam um ato litúrgico que tinha por efeito não apenas tornar público o voto de castidade dessas jovens mulheres, mas também oficializar sua condição de seres sacros (METZ, 2001, p. 70).

Quanto ao uso do véu em si, sabemos que ele representava um elemento de grande importância, pois foi utilizado intencionalmente para evocar a cerimônia de uma boda (RAMOS-LISSÓN, 1999, p. 26). Visava-se aqui, garantir entre os fiéis uma maior aceitação da linguagem referente ao casamento místico entre as virgens e Cristo, e com isso dar ainda mais voz à santificação das devotas.

Não sabemos com precisão quando o véu foi inserido nestas cerimônias de consagração, porém este acessório já era utilizado pelas noivas pagãs desde a época dos gregos e dos etruscos, sendo mantido pelos romanos como símbolo da união conjugal (VIZAMANOS, 1949, p. 160). Ao que tudo indica, o traje da noiva era composto por uma *tunica recta* branca e comprida; um cinturão (*cingulum*) que na ponta era unido por um nó especial (*nodus herculeus*); em sua cabeça, caía um véu avermelhado chamado pelos latinos de *flammeum* (PAOLI, 1990, p. 161). Ainda de acordo com Vizamanos (1949, p. 161), o termo *flammeum* está relacionado ao traje utilizado pela esposa do alto sacerdote de Júpiter, o flâmine dial, a quem não estava permitido o divórcio. Sendo assim, quando Ambrósio empregou o mesmo termo para designar o véu virginal imposto às jovens consagradas, buscou demonstrar que também as devotas firmavam um voto de caráter indissolúvel.<sup>3</sup>

Na *uelatio uirginis*, embora não mantivesse o mesmo tom avermelhado, o véu, um pano branco com bordas e franjas púrpuras, era abençoado primeiro e depois colocado sobre o altar. Em seguida, perante toda assembleia, a virgem era conduzida até o altar para receber do bispo não apenas o véu que ali estava, como também a oração consagratória das virgens. Finalizado o ritual, a jovem que professou seu voto publicamente passava a representar, dentro da sua comunidade, um objeto de interdição. De acordo com José Carlos Rodrigues (2006, p. 30), "[...] tudo que é objeto de interdição é sagrado, ao passo que o profano é aquilo a que estas interdições se aplicam". Nesse sentido, após a consagração, as virgens tornavam-se seres sagrados, seres

<sup>2</sup> Em Ambrósio, encontramos as seguintes variações para a expressão "tomar o véu": *velentur* (Ambr., *Virgb.*, I, 57), *velabiti* (*Virgb.*, I, 65), *velandas* e *veletur* (*De Virginitate*, 39).

<sup>3</sup> "[...] *Plus talis decet flammeus, in quo caput omnium Christus cotidie consecratur [...]*" (Ambr., *Virgb.*, I, 65).

proibidos que não poderiam ser violados pelo contato com o profano ou, do contrário, os atributos que as faziam santas desapareceriam.

Ao analisar as homilias de João Crisóstomo acerca das virgens, Silva (2011, p. 43) diz que a aparição de uma virgem em público seria uma verdadeira manifestação do sagrado, podendo produzir sobre a audiência um forte impacto. Para Mircea Eliade (2012, p. 17), a manifestação do sagrado é chamada de hierofania e a história das religiões está repleta desta. Seja de forma elementar ou de forma suprema, as hierofanias condizem à manifestação de algo que não pertence ao mundo profano. Logo, podemos conjecturar que, ao serem consagradas, as virgens não eram mais reconhecidas como simples fiéis, mas como hierofanias, pois seus corpos passavam a representar dentro da comunidade algo que já não era humano, vinculado ao profano, mas divino.

### O surgimento do voto público

Acerca do surgimento do rito de consagração como um voto público, carregado de simbolismo e responsável por tornar oficialmente as virgens em mulheres sacras, a opinião dos autores é divergente. Para Vizmanos (1949, p. 142-4), desde o século I, o voto era anunciado por meio de uma cerimônia que contava com a participação da comunidade e o reconhecimento de uma autoridade religiosa. Já Rene Metz (2001, p. 28-35) diz que, até o século IV, a *uelatio uirginis* não foi uma realidade bem definida entre os cristãos. Segundo o autor, os registros deixados por pensadores cristãos, como Orígenes, Clemente de Alexandria, Tertuliano e Cipriano de Cartago, não nos permitem afirmar com precisão que as virgens cristãs emitiam desde então um voto público. Aqui, a ausência ou aparição do epíteto *sacra* é o que define para Metz se estas mulheres foram submetidas a um rito ou não.

Certamente, Tertuliano e Cipriano foram os que lançaram no Ocidente toda uma terminologia sobre as virgens que, posteriormente, será utilizada na literatura cristã. Nesse caso, é possível perceber no *De Virginibus Velandis* do primeiro autor expressões como, *uirgines sanctae ancillae Christi* (servas de Cristo),<sup>4</sup> enquanto no *De Habitu Virginum* do bispo

<sup>4</sup>[...] *Tam sancti viri est subfundi, si virginem viderit, quam sanctae virginis, si a viro visa sit (De virginibusvelandis, 2, grifo nosso); [...] Propter huiusmodi igitur capita nundinaticia trahantur uirgines sanctae in ecclesiam, erubescetes, quod cognoscantur in medio, paventes, quod detegantur accersitae quasi ad stuprum? [...] (De virginibusvelandis, 3, grifo nosso); [...] Ambiunt uirgines hominum adversus uirgines dei, nuda plane fronte temerarie <in> audaciam excitatae, et uirgines videntur, quae aliquid a viro petere possunt, nedum tale factum, ut scilicet aemulae earum, tanto magis liberae quanto Christisoliis ancillae, dedantur illis! (De Virginibus Velandis, 3, grifo nosso).*

cartaginês aparece o termo *puella et uirgines Christi* (filhas e virgens de Cristo).<sup>5</sup> O emprego desses vocábulos não deixam dúvidas sobre o compromisso assumido pelas virgens, ou seja, a promessa feita à Deus de manterem-se perpetuamente castas. Porém, não nos fornece melhores informações sobre o modo pelo qual os demais fiéis tinham o conhecimento do compromisso assumido por essas mulheres, o que possibilita a compreensão de que o voto se fazia em privado e o bispo se encarregava de comunicar essa decisão para a congregação.

Com a chegada do século IV, esta realidade será alterada. Nesse período, é possível perceber não apenas um aumento considerável do número de devotas, como também a emissão do voto de castidade passou a ocorrer no transcurso de uma cerimônia litúrgica. Provas disso são os vestígios deixados por Ambrósio que, em seu *De Virginibus*, nos fornece uma noção sobre como aconteciam o ritual de consagração de uma virgem:

Vem à nossa memória o caso recente de uma jovem nobre no mundo, agora todavia mais nobre diante de Deus, que sendo instada por seus pais e parentes a contrair matrimônio, **correu para refugiar-se no santo altar**; porque, onde melhor poderia fazê-lo uma virgem, senão **onde se oferece o sacrifício da virgindade**? Porém, não termina aqui sua audácia. Estava junto ao altar de Deus a hóstia da pureza, a vítima da castidade; e **colocava sobre sua cabeça a mão do bispo, pedindo a oração**; impaciente pelo obrigado atraso, colocava sob o altar a extremidade da cabeça. Acaso, dizia-me, cobrirá melhor o véu que o altar que santifica os mesmos véus? (Ambr., *Virgb.* I, 65, grifo nosso).

Além disso, se a teoria de Metz está correta, podemos comprovar que a comunidade milanesa da IV centúria conhecia tal cerimônia pública, tendo em vista que os tratados ascéticos ambrosianos, como é o caso do *De Virginibus* e do *De Institutione Virginis*, são marcados pela presença do termo *sacra*.<sup>6</sup>

De qualquer modo, ao nosso ver, fosse o voto algo público, exprimido durante uma cerimônia oficial, ou então apenas um compromisso emitido em privado, a verdade é que, tanto em Ambrósio quanto nos pensadores cristãos da geração anterior, as virgens foram

<sup>5</sup> [...] *Redargiut te cultus improbus et impudicus ornatus, nec computari jam potes inter puellas et virgenes Christi, quae sic vivis ut possis adamari* (*De Habitu Virginum*, 9, grifo nosso).

<sup>6</sup> *Sed facessat his sacris uirginibus metus, quibus tanta praesidia tribuit primum ecclesia, quae tenerae prolis sollicita successu [...]* (Ambr., *Virgb.*, I, 49, grifo nosso); *Cernere erat lingentem pedes bestiam cubitare humi, muto testificantem sono quod sacrum uirginis corpus uiolare non posset [...]* (Ambr., *Virgb.*, II, 20, grifo nosso); [...] *In te quoque sincerum sacramentum confert uirginitatis [...]* (Ambr., *Virgb.*, III, 1, grifo nosso); *Excipite igitur, excipite, sacrae uirgines [...]* (Ambr., *Inst. u.*, 82, grifo nosso); [...] *Christi lilia sunt, specialiter sacrae uirgines, quarum est splendida et immaculata uirginitas [...]* (Ambr., *Inst. u.*, 15.93, grifo nosso); *Succingat sacrae uirginitatis crinem modestia, sobrietas, continentia [...]* (Ambr., *Inst. u.*, 109, grifo nosso); *Tu, domine, adiunge alios sacrae uirginitatis ornatus, adiunge sedulos pios cultus, ut nouerit possidere uas suum [...]* (Ambr., *Inst. u.*, 112, grifo nosso).

representadas como uma categoria distinta das demais mulheres. Inclusive, no que se refere à congregação milanesa, é bem provável que a virgem tenha alcançado o cume de uma hierarquia feminina, sendo seguida pelas viúvas e, somente depois, pelas casadas.

### **A santificação do corpo virginal e o poder de atuação das virgens**

Todo o prestígio alcançado pelas virgens no paleocristianismo esteve diretamente ligado ao conceito que o cristianismo tinha de corpo. Segundo Peter Brown (1990, p. 33-5), na concepção clássica, o corpo deveria ser governado pela alma de uma forma branda e não por um controle excessivamente meticuloso e rígido. Nem tampouco sua imagem revelava a fragilidade humana, da mesma forma que nem todos os desejos eram vistos sob um olhar de reprovação. O que a medicina e a filosofia pagãs propunham era uma simbiose entre corpo e alma, ou seja, o primeiro não poderia impor suas necessidades à mente tranquila e a mente, por sua vez, devia aprimorar-se constantemente para que não viesse a participar da labilidade da carne. De qualquer modo, quebrar estas regras não acarretava uma consequência negativa para o corpo, diferentemente do pensamento cristão (HIDALGO DE LA VEGA, 1993, p.231).

De certo, a ascensão do cristianismo no mundo romano proporcionou uma nova forma de ver o corpo. Talvez, a maior mudança neste sentido fosse a possibilidade de transformação de sua matéria. Para os cristãos primitivos, o corpo estava separado da alma, mas a alma habitava no corpo (um espaço sujo que deve ser “limpo” diariamente para não a contaminar). Aqui entra a importância das práticas ascéticas como algo decisivo na transformação desse corpo impuro.

Se pensarmos em que sentido essa mudança de pensamento atingiu a mulher cristã do século IV, perceberemos que pelo menos uma parcela, mesmo que restrita, alcançou certo prestígio social em meio à uma sociedade patriarcal. Em linhas gerais, podemos dizer que, o ascetismo permitiu que as virgens cristãs, se comparadas às outras categorias de mulher, alcançassem não apenas um modelo de vida ideal, mas uma forma mais livre de dispor sobre seu próprio corpo, principalmente no que se refere ao matrimônio e a procriação.

Mas será que isso é suficiente para entendermos o cristianismo como uma doutrina que contribuiu para a emancipação, mesmo que de um grupo restrito de mulheres? Ao que parece, as comunidades cristãs dos séculos II e III tenderam para uma participação feminina mais



próxima ao ideal de igualdade em relação aos homens.<sup>7</sup> Contudo, com a institucionalização da doutrina ortodoxa, essa suposta “emancipação” da mulher foi limitada com a implantação de modelos ascéticos rígidos que previam uma completa devoção por meio da abstinência sexual, da moderação ao comer (Ambr., *Virgb.*, III, 8), do controle do sono (Ambr., *Virgb.*, II, 8), da reclusão (Ambr., *Virgb.*, II, 9), do silêncio (Ambr., *Virgb.*, III, 11 - 13), da moderação no trabalho (Ambr., *Virgb.*, III, 16), do controle da dança (Ambr., *Virgb.*, III, 25 - 31), do dever da piedade (Ambrósio, *De Viduis*, 11) e também da economia com adornos em prol da esmola (Ambr., *Vid.*, 28). Ou seja, através do controle de tudo que pudesse remontar (na visão cristã) a uma imagem de impureza de uma mulher próxima à representação de Eva.<sup>8</sup>

Além disso, por mais que os discursos patrísticos comprovassem na teoria a superioridade da virgem consagrada, concedendo-lhes atributos como o de santas e esposas de Cristo, ou garantindo-lhes uma origem divina e assexuada, na prática, dentro da congregação milanesa do século IV, marcada pela fé ortodoxa, a função da mulher sempre esteve submetida à dos homens, uma vez que estavam proibidas de evangelizar, de batizar e de administrar os sacramentos. Por esse ângulo, é necessário assumir que a Igreja da Antiguidade Tardia ainda ficava muito atrás em questões de paridade, pois, mesmo que a opção de se manterem virgens tivesse ampliado o espaço de atuação dessas mulheres, não deixou de ser uma saída cheia de medidas restritivas e submetida à constante vigilância episcopal (SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 2010, p. 3).

## Conclusões

Os documentos sobre as mulheres, analisados pelos estudiosos da religião antiga, são quase que exclusivamente escritos por homens. Inclui-se aqui o tratado utilizado nesta comunicação, o *De Virginitibus*, escrito por Ambrósio de Milão, em 377. Carregado de uma ideologia que tem seu valor na simbologia cristã, esse tratado precisa ser analisado com cautela no que diz respeito à reprodução de uma realidade concreta. Na verdade, o que alcançamos condiz mais com uma aproximação indireta e fragmentada da questão que investigamos acerca da representação das virgens nas congregações milanesas.

<sup>7</sup>Sobre isto ver Sánchez Martínéz (2010), *La educación de las mujeres durante los primeros siglos del cristianismo: carta de san Jerónimo*; Hidalgo De La Vega (1993), *Mujeres, carisma y castidad em el cristianismo primitivo*; Fiorenza (1992), *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*.

<sup>8</sup> Não nos esquecendo que o cristianismo tem essencialmente dois paradigmas que representam todo o universo feminino. Tais paradigmas seriam encarnados na figura de Eva e Maria, sendo a primeira redimida pela presença da segunda. Todavia, a religião cristã assume “Eva como aquilo que a Igreja define o que a mulher é, e Maria como um modelo daquilo que a mulher deveria ser” (TEDESCHI, 2008, p. 67-8).



Em todo o caso, percebemos no discurso ambrosiano que, através do ascetismo, a mulher devota ao ser consagrada não apenas conquistou um posto destacado no imaginário cristão, como também passou a ocupar uma hierarquia feminina que se desenvolveu em meio à comunidade milanesa do século IV. Se comparadas às casadas, as virgens consagradas alcançaram uma liberdade da condição prevista pelo casamento terreno e pela procriação, quiçá conquistaram também algum grau de poder sobre seus próprios corpos e, por extensão, sobre suas vidas (SALISBURY, 1995, p. 16). Contudo, esta liberdade não dissolveu o domínio que o episcopado tinha sobre seus corpos e isso nos faz repensar se o cristianismo de fato contribuiu para emancipação da mulher na sociedade tardo-antiga. Sendo assim, concluímos que, embora alcançassem um patamar superior, as esposas de Cristo, tidas como verdadeiras hierofanias, sempre estiveram submetidas ao controle masculino. Como propõe Teja (1999, p.227), talvez o mais correto a se pensar é que os limites da promoção da mulher, na teoria e na prática da Igreja, não permitiram que ela ultrapassasse a fronteira da subordinação.

### Referências

#### Documentação textual

AMBROSIO DE MILAN. *Sobre las virgenes y sobre las viudas*. Introducción, traducción y notas de Domingo Ramos-Lissón. Texto latino y español. Madrid: Ciudad Nueva, 1999.

AMBROSIO DE MILAN. *La virgindad, la educación de la virgen y exhortación a la virgindad*. Introducción, traducción y notas de Domingo Ramos-Lissón. Texto latino y español. Madrid: Ciudad Nueva, 2007.

CYPRIANUS. *De habitu uirginum*. Texto latino disponível em: [http://www.documenta catholicaomnia.eu/02m/0200-0258,\\_Cyprianus\\_Carthaginensis,\\_Liber\\_de\\_Habitu\\_Virginum,\\_MLT.pdf](http://www.documenta catholicaomnia.eu/02m/0200-0258,_Cyprianus_Carthaginensis,_Liber_de_Habitu_Virginum,_MLT.pdf)

TERTULLIANUS. *De virginibus uelendis*. Texto latino disponível em: [http://www.tertullian.org/latin/de\\_virginibus\\_uelandis.htm](http://www.tertullian.org/latin/de_virginibus_uelandis.htm)

TERTULLIANUS. *De oratione*. Texto latino disponível em: [http://www.tertullian.org/articles/evans\\_orat/evans\\_orat\\_03latin.htm](http://www.tertullian.org/articles/evans_orat/evans_orat_03latin.htm)

#### Bibliografias

BROWN, P. Antiguidade Tardia. In: ARIES, P.; DUBY, G. (org.). *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 225-299.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

FIORINZA, E. S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Mujeres, carisma y castidad em el cristianismo primitivo*. Madrid: *Gerión*, n.11, p. 229-244, 1993.

PAOLI, U. E. *Urbs: la vida en la Roma antigua*. Barcelona: Iberia, 1990.

RAMOS-LISSÓN, D. Introdução. In: Ambrosio de Milán. *Sobre las vírgenes y sobre las viudas*. Madrid: Ciudad Nueva, 1999, p. 15-39.

RODRIGUES, J.C. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SALISBURY, J. E. *Pais da Igreja, virgens independentes*. São Paulo: Scritta, 1995.

SÁNCHEZ MARTINÉZ, N. S. La educación de las mujeres durante los primeros siglos del cristianismo: carta de san Jerônimo, In: CONGRESSO VIRTUAL SOBRE HISTORIA DE LAS MUJERES, II. *Anais...* Jaén: Códice - Revista de Investigación Histórica y Archivística Asociación de Amigos del Archivo Histórico Diocesano de Jaén, abr. 2010, p.1-21. Disponível: <[http://www.revistacodice.es/publi\\_virtuales/ii\\_congreso\\_mujeres/comunicaciones/SANCHEZMARTINEZ.pdf](http://www.revistacodice.es/publi_virtuales/ii_congreso_mujeres/comunicaciones/SANCHEZMARTINEZ.pdf)>. Acesso em: 03 de agosto de 2015.

SILVA, G. V. As mulheres e os perigos da cidade: casamento espiritual, virgindade e prostituição segundo João Crisóstomo. In: LEITE, L.R.; SILVA, G. V.; FRANCALANCI, C.; CARVALHO, R.N.B. (Orgs.). *Figurações do masculino e do feminino na Antiguidade*. Vitória: PPGL, 2011, 32-50.

SILVA, G. V. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. (Orgs.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e cultura, 2004, p. 13-30.

TEDESCHI, L. A. *História das mulheres e as representações do feminino*. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2008.

TEJA, R. *Emperadores, obispos, monjes y mujeres*. Madrid: Trotta, 1999.

VIZMANOS, F. B. *Las virgenes cristianas de la iglesia primitiva*. Madrid: Editorial Catolica, 1949.

## A Ortodoxia sou eu, a Heterodoxia é o Outro: A Relação Entre Ocidente e Oriente Durante o Conflito Ariano

**Melissa Moreira Melo Vieira<sup>1</sup>**

Mestranda em História

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: melissa.ufes@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo pretende apresentar uma discussão sobre a relação entre o Oriente e Ocidente no Império Romano no contexto do arianismo, um conflito político-doutrinário que dividiu o episcopado e evidenciou as diferenças e rivalidades entre os bispos orientais e ocidentais. Para isso, abordaremos os conceitos de ortodoxia e heterodoxia como construções discursivas de afirmação de identidades e diferenças entre os partidos ariano e niceno.

**Palavras-chave:** Arianismo; Ortodoxia; Identidade; Constância II.

**Resumé:** Cet article vise à présenter une discussion sur les relations entre l'Orient et l'Occident dans l'Empire romain dans le contexte de l'arianisme, un conflit politico-doctrinal qui a divisé l'Épiscopat et a mis en évidence les différences et les rivalités entre les évêques orientaux et occidentaux. Pour cela, nous allons couvrir les concepts de l'orthodoxie et hétérodoxie comme des constructions discursives des identités de revendications et les différences entre les parties ariens et Nicée.

**Mots-clés:** Arianisme; Orthodoxie; Identité; Constance II.

O conflito ariano surgiu a partir da negação da vinculação entre o Pai e o Filho pelo presbítero Ário de Alexandria e posteriormente tornou-se uma disputa ideológica em torno do poder imperial envolvendo suas concepções dogmáticas, em que cada partido procurou cooptar o apoio de diversos bispos para representar o outro como fora do limite de um cristianismo legítimo (FRIGHETTO, 2010, p. 120). A doutrina ariana contestava a existência de uma Trindade consubstancial, já que o Filho não deveria ser considerado divino como o verdadeiro Deus, pois estes não tinham a mesma substância e natureza. Os escritos de Ário foram perdidos e os fragmentos existentes de sua obra – que incluem três cartas e diversos poemas musicados, como a *Thalia* - são mencionados por Atanásio, bispo de Alexandria (MAGALHÃES, 2009, p. 105). Sendo assim, a teologia ariana nos é conhecida essencialmente por meio de tratados de bispos que a condenavam.

Atanásio apresenta a negação da divindade do Filho como a principal característica do arianismo. Para Ário, o Filho não é eterno ou imutável e não tem uma exata visão, compreensão e conhecimento do Pai. Por ter surgido do nada, o Pai não foi sempre Pai. Por ser criação/criatura, o Filho não se assemelha à substância do Criador (WILES, 2001, p. 6). Dentre

---

<sup>1</sup> A autora é membro do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano (LEIR)/Seção-ES. Esse artigo é um fragmento do projeto de dissertação com o tema “Identidade, poder e rede de sociabilidade na Antiguidade Tardia: a dinâmica das querelas religiosas segundo Hilário de Poitiers no contexto do conflito ariano ocidental (343-361)”.

os bispos orientais envolvidos na querela em seus primeiros anos, Atanásio destacou-se como o principal opositor do arianismo no Oriente e também o principal alvo de acusações por parte dos arianos, o que o levou ao exílio por cinco vezes (ENTRINGER, 2009, p. 60; MAGALHÃES, 2009, p. 18). O bispo de Alexandria, que por cerca de meio século dedicou-se a refutar doutrinas subordinacionistas e criticar a interferência imperial nos assuntos da igreja, foi enviado para o Ocidente durante tais exílios e a partir disso construiu uma forte rede de apoio no episcopado ocidental que passou a atuar, a partir da década de 330, a favor de Atanásio dentro dos concílios e sínodos.

Silva (2001, p. 99) afirma que, contexto do século IV, o processo de desenvolvimento dos aspectos políticos e doutrinários do cristianismo passou a exigir com uma intensidade cada vez maior que os credos religiosos devessem ser uniformizados. Além disso, a tensão dentro das comunidades cristãs era uma ameaça à pretensão de unidade imperial e Constantino, que era imperador durante o início do conflito ariano, passou a se preocupar em definir uma ortodoxia que cessasse<sup>2</sup> as divergências teológicas (CAMERON, 1994, p. 22). É a partir dessa preocupação que o cristianismo “começa a assumir os contornos de uma religião pelo estabelecimento de dogmas e pela exclusão do que se consideraria heterodoxo” (BRANDÃO, 2014, p. 22).

Com o intuito de alcançar um consenso nas discussões doutrinárias, o imperador convocou um concílio ecumênico<sup>3</sup> em Niceia, na Ásia Menor. O concílio de Niceia foi o maior símbolo da profunda mudança nas bases político-religiosas do império, visto que “de religião perseguida pelo Estado até 311, quatorze anos mais tarde é protegida e privilegiada por este mesmo estado com um imperador que qualifica-se como “bispo e décimo terceiro apóstolo” (TEJA, 2006, p. 4). No concílio estavam presentes, em sua maioria, bispos das regiões da Palestina, Síria, Egito, África do Norte e das regiões próximas da Bitínia.

Ao adotar como ortodoxa a noção de consubstancialidade entre Pai e Filho no credo de Niceia<sup>4</sup>, o que foi promulgado com pesar e sob pressão imperial para muitos bispos orientais

---

<sup>2</sup> Compreendemos que mesmo após a oficialização do credo niceno no Concílio de Constantinopla (381) as divergências teológicas permaneceram. A regularização de uma determinada fórmula de fé não excluiu, portanto, a diversidade de interpretações doutrinárias que existiam dentro das comunidades cristãs. Ela apenas colocou no âmbito das heresias os credos não-ortodoxos e legitimou a condenação de bispos e fieis que adotavam tais fórmulas de fé.

<sup>3</sup> O concílio de Niceia foi considerado ecumênico por dois motivos: o número de bispos presentes (aproximadamente 220 clérigos de diversas partes do império) e a diversidade de assuntos que tratou. (BARNARD, 1983, p. 346)

<sup>4</sup> O cânone de Niceia instituiu o seguinte credo: “Cremos em um só Deus, Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado unigênito do Pai, isto é, da

que consideraram esse termo não-bíblico, o concílio não consegue fechar o debate teológico, de modo que a doutrina de Ário continuaria em plena expansão dentro das comunidades cristãs (ENTRINGER, 2009, p. 39). As diversas interpretações entre os signatários do credo e a falta de interesse de Constantino em garantir um acordo doutrinal entre os bispos na sequência do concílio tornou o credo de Niceia e o aparente consenso de 325 irrelevantes. A vitória do concílio sobre as opiniões da maioria dos bispos foi uma vitória apenas na aparência (BECKWITH, 2008, p. 20; SCHAFF, 1995, p. 632). A atmosfera de harmonia oficial criada por Constantino e pelos bispos não-arianos (agora denominados nicenos) ocultou as diferenças teológicas que estavam presentes e que alimentavam novas discussões e rivalidades pessoais, deslocando políticas imperiais em um império dividido e marcado por manipulações do poder imperial pelos membros do episcopado (DUNZL, 2007, p. 61; HESS, 2002, p. 95)

## II

Assim como afirma Meslin (1967, p. 32), é necessária cautela ao abordar os partidos envolvidos no conflito ariano, visto que imputar a um bispo que se opôs ao credo ariano como essencialmente niceno - e vice-versa - simplifica a multiplicidade de interpretações e grupos envolvidos. Tais grupos eram fluidos, não estruturados e cujos pensamentos não podem ser amarrados a um ou outra coligação (AYRES, 2004, p. 432). Os grupos anti-nicenos, mesmo que sempre designados como “arianos” por seus adversários, eram um grupo heterogêneo com diversas divisões, já que Ário não deixou uma escola de discípulos e, como tal, não houve um partido único e coerente. Como exemplo podemos citar a decisão dos bispos eusebianos – partidários de Eusébio de Nicomédia durante o concílio de Niceia – em manter distância tanto dos nicenos quanto dos arianos considerados por eles radicais<sup>5</sup> (MAGALHÃES, 2009, p. 113; TEODORO MOURA, 2017, p. 91).

---

substância do Pai; Deus de Deus, luz de luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não feito, consubstancial ao Pai; por quem foram feitas todas as coisas que estão no céu ou na terra. O qual por nós homens e para nossa salvação, desceu, se encarnou e se fez homem. Padeceu e ressuscitou ao terceiro dia e subiu aos céus. Ele virá para julgar os vivos e os mortos. E no Espírito Santo. E quem quer que diga que houve um tempo em que o Filho de Deus não existia, ou que antes que fosse gerado ele não existia, ou que ele foi criado daquilo que não existia, ou que ele é de uma substância ou essência diferente (do Pai), ou que ele é uma criatura, ou sujeito à mudança ou transformação, todos os que falem assim, são anatematizados pela Igreja Católica.” (PAPA, 2009, p. 44).

<sup>5</sup> Vinte anos após a morte de Ário, sua doutrina passou por modificações a partir de diversas interpretações a respeito da “geração” (*gennêma*) ou “não geração” (*agénetos*) do Filho, dentre elas as de Aécio e Eunômio de Cízico, que pregavam que o Filho, gerado pelo Pai em um dado momento - era completamente diferente (*ανομοιος*) (*anomoios*) – em relação à natureza e à substância - do Pai. Papa (2009, p. 37) classifica os membros desse grupo como *anomeus* (*ανομοιος* poderia ser traduzido como *anomoios* ou diferente).

Além disso, a tendência das fontes encontradas atualmente sobre a querela – em sua maioria nicenas – pressionam a tremenda complexidade da história eclesiástica do século IV em uma simples dicotomia de nicenos contra arianos ou ortodoxia contra heresia, apresentando os bispos ocidentais<sup>6</sup> como naturais e leais defensores do credo de Niceia durante todo o quarto século (AYRES, 2004, p. 136). Uma leitura das obras dos bispos nicenos, como Atanásio ou Hilário de Poitiers, revela pouco interesse por parte desses em avaliar cuidadosa e individualmente as críticas ao credo niceno. A premissa era: caso um bispo não fosse niceno, ele era definitivamente ariano (BECKWITH, 2008, p. 31).

O termo “ariano”, aplicado para explicar a doutrina teológica, foi utilizado de formas distintas em duas etapas do conflito: após as pregações de Ário e a mobilização na cidade de Alexandria, Atanásio utiliza-o para se referir àqueles bispos alexandrinos que foram excomungados com Ário. A designação do termo “ariano” para identificar um determinado bispo posterior à Ário que defendia a sua doutrina passou a ser utilizada por Atanásio apenas a partir da década de 340 em sua obra *Orationes contra Arianos*. Nessa obra, Ário é apresentado como o fundador de uma nova heresia e constrói a imagem de si mesmo como o defensor de uma tradição teológica coerente às escrituras sagradas e, portanto, ortodoxa. Ayres (2004, p. 107) argumenta que Atanásio começou a utilizar a terminologia “arianos” para atacar seus próprios adversários, cujas teologias sequer poderiam ser classificadas como equivalentes à visão de Ário. Dentre estes adversários, Atanásio cita em *Contra Arianos* (1.2) Eusébio de Nicomédia e o aponta como um dos autores e porta-voz do arianismo (WILES, 2001, p. 5).

Deve-se compreender, portanto, que a classificação de um determinado bispo ou imperador como ariano era uma acusação não necessariamente teológica, mas partidária. Eusébio de Nicomédia fora, portanto, identificado não apenas como um bispo ariano, mas como o cérebro por trás de um movimento eclesiástico que defendia uma heresia e uma agenda política de estabelecimento do arianismo como religião oficial do império (AYRES, 2004, p. 107). Atanásio utilizava, além de “arianos”, os termos “ariomaníacos (Ἀρειομανίται) ou “arianos loucos” (*Contra Arianos*. 1. 9–10), que posteriormente foram adotados por bispos nicenos no Ocidente, dentre eles Hilário de Poitiers na obra *Adversus Valentem et Ursacium*. É necessário reconhecer também que a preocupação com a unidade político-religiosa do império durante o conflito ariano era situacional e fluida no que se refere ao apoio e corroboração a uma

<sup>6</sup> A obra *Les Ariens d'Occident* (1967), de Michel Meslin, representou um marco nos estudos sobre o conflito ariano no ocidente e foca na análise individuais de bispos arianos radicais e homoianos que se posicionaram contra seus adversários dentro dos concílios.



determinada doutrina. Constantino, que em 325 endossou o homoousianismo em Niceia, dez anos mais tarde voltou-se contra Atanásio e seus bispos apoiantes da teologia nicena, reconciliando-se com Ário, Eusébio de Nicomédia e outros bispos que haviam sido condenados (GADDIS, 2005, p. 62).

A dicotomia entre Ocidente e Oriente no conflito ariano – reforçada pelas fontes e reafirmada pela historiografia – adquire novas proporções se analisada à luz da rivalidade entre as cidades de Roma e Constantinopla. A fundação de Constantinopla em 330 fomentou um período de oscilações na relação entre as duas partes do império, que potencializaram significativamente as controvérsias doutrinárias e disciplinares do quarto século. O mito da *translatio imperii* – a transferência do poder romano de Roma para Constantinopla – foi perpetuado por inúmeras obras da historiografia moderna, que afirmam que a fundação de Constantinopla como a Nova Roma confirmou o deslocamento do foco do poder romano para o Oriente (GRIG; KELLY, 2012, p. 4).

Concordamos com a visão de Dominique Pieri (2012) de que, desde a fundação de Constantinopla, Constantino e seus sucessores esforçaram-se para empreender melhorias nas condições políticas, sociais e econômicas que favoreceram, sem dúvidas, o Mediterrâneo Oriental. Isso não representava, no entanto, o detrimento do poder romano e o total deslocamento da atenção imperial à Constantinopla. Novos focos de poder surgiram tanto no Ocidente como no Oriente, que passaram a lutar por espaços de domínio no império (DIJKSTRA; POPPEL; SLOOTJES, 2015, p. 1). As divergências e rivalidades dividiram ainda mais as duas metades do império, cujo conflito mútuo foi formalizado por meio das controvérsias doutrinárias. Tais conflitos, aliados a diversos fatores políticos, etno-linguísticos, eclesiástico-jurisdicionais e eclesiológicos são importantes mecanismos de análise do processo de bifurcação entre as partes oriental e ocidental do império (ACERBI, 2009, p. 33).

Ao afirmarem que Roma havia adquirido o primado e posição de destaque na hierarquia eclesiástica apenas por conta de sua condição de primeira igreja, os bispos de Constantinopla forçaram o episcopado romano a reafirmar cada vez mais seu estatuto apostólico da sé de Pedro, que biblicamente era “a pedra na qual Cristo edificou a sua Igreja” (KÖTTER, 2012, p. 2) A utilização da figura do apóstolo Pedro passou a ser crucial para que Roma – e, portanto, o Ocidente - demonstrasse sua primazia perante às igrejas orientais, corroborando a sucessão apostólica que ligava os bispos romanos ao Cristo terreno (SÁGHY, 2012, p. 17). No que se referia às questões doutrinárias, a eclesiologia nicena ocidental, ancorada nesta legitimidade



instituída pelo apóstolo Pedro enfatizou que a autoridade dos bispos derivava de Cristo, Deus Filho. Essa visão contrastava com a própria doutrina ariana que, na busca por um discurso de legitimidade do poder episcopal, poderia justificar sua autoridade apenas como derivada de um “semideus”, Jesus Cristo, inferior em substância ao Pai (WILLIAMS, 1951, p. 5);

A luta pelos espaços de poder entre Roma e Constantinopla é analisada por Grig e Kelly (2012, p. 23) a partir das posses de relíquias sagradas, monumentos e religiosos e locais de culto, que eram importantes meios de auto representação e promoção do cristianismo. Segundo ele, bispos e escritores cristãos utilizavam a posse de relíquias como parâmetro de comparação e rivalidade entre as duas cidades, o que adquiriu um significado simbólico a partir do relato de Amiano Marcelino sobre a realocação de relíquias apostólicas de Timóteo, Lucas e André determinada por Constâncio em 356, numa clara tentativa de dar à Nova Roma uma influência religiosa de cidade santa.

Como pode ser observado, a indivisibilidade da igreja era mantida apenas em um nível teórico, sendo as diferenças entre o Oriente e o Ocidente inquestionáveis (DIJKSTRA; POPPEL; SLOOTJES, 2015, p. 4). Além da separação geográfica, as igrejas latinas e gregas, influenciadas por seus condicionamentos culturais, linguísticos e sociais, distinguiam-se em questões intelectuais e teológicas. As igrejas orientais, mais independentes e moldadas de acordo com as circunstâncias locais, distinguiam-se das sés ocidentais, inclinadas para um comportamento mais legalista e focado na uniformidade (MERRILL, 1919, p. 120). No que se referia às questões teológicas, as comunidades cristãs no Oriente e Ocidente apresentavam distinções linguísticas que contribuíram para a confusão terminológica e desacordo dentro das reuniões conciliares. Os orientais desprezavam as capacidades intelectuais dos ocidentais, considerando a teologia latina ingênua e cega. Os bispos ocidentais, por outro lado, duvidavam das questões semânticas do grego, visto que a tradução do termo *ousia* (substância) para o grego soava triteísta, uma vez que três *hypostasis* eram interpretadas em latim como três substâncias (CHADWICK, 1980, p. 138).

O discurso de unidade fazia parte do processo de construção da identidade cristã e foi sistematicamente utilizado contra aqueles que foram acusados de heresias e cismas, como uma forma de estabelecer limites e excluir tais indivíduos da comunhão com a igreja verdadeira, bem como para diferenciar o homem cristão do pagão e judeu (INGLEBERT, 2002, p. 19). Tal identidade era, no entanto, definida de formas distintas por nicenos e arianos. Atanásio representou a imagem de seus oponentes políticos como homens que rejeitavam Cristo e, a

partir disso, redefiniu o próprio conceito de comunidade cristã, restringindo-a somente àqueles que aceitavam a doutrina trinitária de Niceia e que permaneceram em comunhão com o próprio bispo de Alexandria. Todos os outros foram empurrados para fora do limite da ortodoxia e classificados como perseguidores similares aos pagãos dos séculos anteriores.

Em contraste aos discursos de defesa da unidade, surgirão classificações estigmatizadoras aos que “romperam a unidade e separaram a igreja”, os “hereges”, “cismáticos” e “falsos profetas” (SANTOS, 2016, p. 5). No decorrer dessas controvérsias, o que é classificado como ortodoxo define o heterodoxo. O conceito de ortodoxia depende não só do contexto de um determinado conflito no qual este emerge como fórmula oficial de fé – o que dependia da fé imposta pelos imperadores a partir de suas orientações político-religiosas – mas também do contexto a partir do qual a história dessa controvérsia é observada.

A acusação de ameaça à ordem social causada por um determinado grupo é também uma ferramenta de estigmatização e classificação dos mesmos como ímpios e dissidentes. Os bispos nicenos ocidentais, que acusaram diversas vezes os bispos orientais arianos e semiarianos de falsos boatos, perseguições, manipulações e torturas certamente estavam cientes do peso que tais alegações possuíam tanto para o poder imperial – preocupado com a coesão social e a *pax deorum* – quanto para as camadas urbanas – temerosas diante de qualquer possibilidade de sublevação que ameaçasse sua segurança e até mesmo sua salvação divina.

Ao definir um determinado credo como ortodoxo – seja a partir da oficialização pelo poder imperial ou pela própria afirmação e aceitação de um determinado grupo a favor dessa ortodoxia, os diferentes credos existentes passam a assumir um caráter de heterodoxos. Sendo assim, é visível a relação de construção de uma identidade ortodoxa em detrimento à diferença, observada a partir da estigmatização e rotulação de um credo como herético, em vista da negação da “fé verdadeira”. A principal razão para conceituarmos uma determinada visão como ortodoxa é que ela foi apoiada pela igreja romana e o papado, igreja esta que sobreviveu aos desastres políticos num processo lento, gradual e muitas vezes violento. Nos debates a respeito da natureza de Cristo, arianos também se denominavam como ortodoxos, e se as coisas tivessem trabalhado de forma diferente, talvez esse partido tivesse vencido o debate (JENKINGS, 2010, p. 17).

Bauer (1996, p. 73-77) afirma que a heresia é a “a ortodoxia que teve a má sorte de se misturar com as pessoas erradas”, tendo um lado ganhado força e reforçado suas visões como a ortodoxia. Por mais simplista que esse tipo de interpretação possa parecer, ela parte da

premissa de que o capital do poder religioso foi detido por aqueles que tiveram o poder de impor seus pontos de vista mediante as circunstâncias e reforçaram suas ideias (MCGRATH, 2009, p. 196), visto que, como afirma Norbert Elias (2000, p. 23), “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. A posição de privilégio do nicenismo – posteriormente reconhecido como catolicismo – foi determinante para que fosse construída a identidade de uma Igreja “verdadeira e universal” com base nas visões de mundo de tal grupo, o que resultou em uma construção discursiva que estigmatizou grupos oponentes.

É importante também analisar os contextos de ortodoxia e heresia dentro do conflito ariano a partir da interpretação de que até mesmo os bispos que posteriormente foram classificados como hereges eram, muitas vezes, clérigos ativos e comprometidos com suas comunidades e preocupados com a fidelidade e eficácia do discurso cristão. Diante de uma historiografia que durante séculos reforçou a ideia de que os arianos eram indivíduos outsiders que tentaram subverter ou destruir a igreja, deve-se compreender que, em um contexto de luta pelo capital religioso e liberdade de culto, em suas próprias mentes todos são “ortodoxos”. (JENKINGS, 2010, p. 43; MCGRATH, 2009, p. 58)

A tradição literária cristã conservou e reverenciou durante mais de 1500 anos obras nicenas que denunciavam o arianismo, enquanto suprimiu – e em alguns casos, destruiu – os escritos arianos, perpetuando a ideia de que os ocidentais, apresentados como uniformemente nicenos, derrotaram os arianos e as ameaças de Constâncio II por meio de uma resistência heroica (BROWN, 2013, p. 80; PAGELS, 1989, 102). Essa antiga historiografia, que se debruçou durante séculos nas fontes produzidas por personagens antiarianos como Atanásio de Alexandria e Hilário de Poitiers, tendia a assumir que tais heresias eram criações divergentes de uma ortodoxia atemporal e imutável (AYRES, 2004, p. 78).

Fundamentados na Nova História Cultural, a renovação nos estudos historiográficos com foco na estreita relação entre a Igreja e o Estado durante tais períodos de construção do discurso cristão e estabelecimento de uma hierarquia eclesiástica passou a compreender as práticas religiosas como parte integrante da esfera política. As discussões acerca do monopólio da ortodoxia passaram a ser analisadas à luz de um contexto de luta político-religiosa<sup>7</sup>, já que,

---

<sup>7</sup> A respeito dessa renovação no campo da História Política no que se refere ao caráter político cultural das práticas religiosas, Papa (2009, p. 26) cita Aline Coutrot (2003, p. 331): “Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores socioeconômicos.”

como afirmamos no início do capítulo, qualquer afirmação doutrinária evidenciava um posicionamento político acerca de questões de legitimidade do poder imperial, eclesial e da detenção do capital religioso. Desse modo, a heresia não é mais vista como uma noção invariavelmente cristã, mas como um fenômeno social amplo que reflete tais questões de poder e influência (MCGRATH, 2009, p. 196).

A obra *Orientalismo* de Edward Said insere-se em um contexto de renovação de interesse nessa dicotomia entre Oriente e Ocidente e na compreensão das causas que levaram as duas partes do império a se distanciarem nos âmbitos político, eclesiástico e eclesiológico. Sua análise propõe a discussão da constituição do Oriente e Ocidente como distintas representações produzidas dentro de uma relação de poder e dominação<sup>8</sup> em que o Oriente, ainda que remeta a um lugar geográfico, refere-se mais a uma geografia imaginativa<sup>9</sup> que define o sentido e delimita as fronteiras<sup>10</sup> entre o Nós e Eles por meio de um vínculo que o representa como caricatura, estereótipo e tradução do que o Ocidente não é e nem quer ser (ACERBI, 2009, p. 32; SAID, 1985, p. 90).

Argumentamos que as construções discursivas a partir dos termos de ortodoxia e heresia, encontradas em diversas fontes referentes aos bispos nicenos no Ocidente, contribuíram não apenas para a intensificação da rivalidade entre os ocidentais e orientais, mas também para o redimensionamento do próprio conflito anos após a morte de Constâncio. A classificação dos bispos em ocidentais ou orientais, mais do que uma divisão sócio-política e geográfica, possuiu, durante o conflito ariano, um peso de estigmatização de tais grupos. Os bispos nicenos ocidentais passaram a construir uma imagem dos bispos orientais mediante suas características teológicas desprezadas pelos ocidentais, criando, assim, uma representação estigmatizada dos aspectos doutrinários do Oriente.

### Referências Bibliográficas

AYRES, L. *Nicaea and Its Legacy: An approach to Fourth-Century Trinitarian Theology*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

---

<sup>8</sup> Um dos objetivos de Said em *Orientalismo* é justamente demonstrar que a construção da identidade Ocidental a partir da diferenciação com o Oriente – subalterno e *outsider* - foi decisiva para que a cultura ocidental ganhasse força

<sup>9</sup> Interpretar o *Orientalismo* como uma construção humana não significa, no entanto, afirmar que essa divisão é ficcional

<sup>10</sup> Ver: MACEDO, Oriente, Ocidente e Ocidentalização: Discutindo conceitos.

- BARNARD, L. W. *Council of Serdica*, 343 A.D. Sofia: Synodal Publishing House, 1983.
- BAUER, W. *Orthodoxy and Heresy in Earliest Christianity*. Mifflintown: Sigler Press, 1996.
- BECKWITH, C. *Hilary of Poitiers on the Trinity: From De Fide to De Trinitate*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BRANDÃO, J. L. *Em nome da (in)diferença: o mito grego e os apologistas cristãos do segundo século*. São Paulo: Unicamp, 2014.
- BROWN, P. *The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity A.D. 200-1000*. Oxford: Wiley-Blackwell Publishing, 2013.
- CAMERON, A. *Christianity and the rhetoric of Empire: The development of Christian discourse*. London: University of California Press, 1994.
- COUTROUT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/FGV, 2003, p. 331-363.
- DUNZL, F. *A brief history of the doctrine of the Trinity in the early Church*. London: T&T Clark, 2007.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENTRINGER, G. *Violência e intolerância sob o governo de Constâncio II: As implicações sociopolíticas do arianismo*. Dissertação de Mestrado, Vitória: UFES, 2009.
- GADDIS, M. *There Is No Crime for Those Who Have Christ*. Los Angeles: University of California Press, 2005.
- GRIG, L.; KELLY, G. *Two Romes: Rome and Constantinople in Late Antiquity*. New York: Oxford University Press, 2012.
- HESS, H. *The Early Development of Canon Law and the Council of Serdica*. New York: Oxford University Press, 2002.
- INGLEBERT, H. *Idéologies et valeurs civiques dans le Monde romain*. Paris: Picard, 2002.
- JENKINS, J. P. *Jesus Wars: How Four Patriarchs, Three Queens, and Two Emperors Decided What Christians Would Believe for the Next 1,500 years*. New York: Harper One, 2010.
- MAGALHÃES, J. C. O. Arianistas. In: FUNARI, P. P. (Org.). *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 87-101.
- MCGRATH, A. *Heresy: A History of Defending the Truth*. New York: Harper One, 2009.
- MESLIN, M. *Les ariens d'Occident*. Paris: Du Seuil, 1967.
- PAGELS, E. *The Gnostic Gospels*. New York: Random House, 1989.

PAPA, H. A. *Cristianismo ortodoxo versus cristianismo heterodoxo: uma análise político-religiosa da contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV D.C.)*. Dissertação de Mestrado, Franca: UNESP, 2009.

SCHAFF, P. *The seven ecumenical councils*. Peabody: Hendrickson, 1995.

TEODORO MOURA, F. D. *Quid Sit Christianum Esse? A Batalha pela Memória Cristã no Adversus Arrianos Libri de Hilário de Poitiers (séc. IV)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, PPGHIS, 2017.

WILES, M. *Archetypal Heresy: Arianism Through the Centuries*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

#### **Artigos publicados em periódicos:**

ACERBI, S. *La ruptura entre oriente y occidente al final de la antigüedad: Roma, Constantinopla y las Ecclesiae Separatae (siglos V-VII)*. La investigación sobre la Antigüedad Tardía en España: Estado de los estudios y nuevas perspectivas, n. 31, 2009, p. 29-29.

CHADWICK, H. *The Role of the Christian Bishop in Ancient Society*. Protocol of the 35th Colloquy of Center for Hermeneutical Studies, n° 35, 1980, p. 1-14,

DIJKSTRA, R.; POPPEL, S.; SLOOTJES, D. *East and West in the Roman Empire of the Fourth Century: An End to Unity?*. Bryn Mawr Classical Review, n.5, 2016, p. 1-30.

FRIGHETTO, R. *Religião e Política na Antiguidade Tardia: Os godos entre o arianismo e o Paganismo no século IV*. Dimensões, n° 25, p. 114-130, 2010.

KÖTTER, J. M. *Former Capital or See of St Peter? Rome seen by the Church of Constantinople*. Bose, 2012. AGUARDAR RESPOSTA

MACEDO, H. A. M. *Oriente, Ocidente e Ocidentalização: Discutindo conceitos*. Revista da Faculdade do Seridó, v.1, n.0, 2006, p. 2-22.

MERRILL, E. T. *The Church in the Fourth Century*. Transactions and Proceedings of the American Philological Association, v. 50, 1919, p. 101-121.

SAID, E. W. *Orientalism Reconsidered*. Cultural Critique, no. 1. Univeristy of Minnesota Press, 1985, p. 89-107.

SILVA, G. V. *Intolerância e conflito religioso no Baixo Império romano: Constâncio II e a perseguição aos nicenos em Alexandria*. Boletim do CPA (UNICAMP), Campinas, v. 11, 2001, p. 97-120.

TEJA, R. *Iglesia y poder: El mito de Constantino y el Papado Romano*. Actas y Comunicaciones del Instituto de Historia Antigua y Medieval, v. 2, n. 1, 2006, p. 1-12.

WILLIAMS, G. H. *Christology and Church-State Relations in the Fourth Century*. Church History, v. 20, n. 4, 1951, p. 3-26.



## A problemática política da dinastia carolíngia através de um pequeno estudo hagiográfico da Vita prima Bonifacii

**Sabrina Budweg Duarte**

Graduanda / Filiada ao LEME

E-mail: budweg.sabrina@gmail.com

**Resumo:** Esse artigo buscou clarear alguns pontos sobre o período de transição dinástica entre a família Merovíngia e a Carolíngia no Império Franco, na Alta Idade Média. Considerando a importância tanto da religião católica quanto da ação político-militar dos Carolíngios para o sucesso desse projeto, visou-se a compreensão das ideias e propostas de ambos os lados e como elas se desenvolveram e se beneficiaram mutuamente. O discurso hagiográfico foi muito utilizado na Idade Média, edificando a moral da sociedade bem como servido muitas vezes para fins políticos, assim, utilizou-se de um texto hagiográfico sobre um missionário anglo-saxônico, Bonifácio, que atuou fortemente na expansão e consolidação da fé católica e teve contato junto à Corte e ao Papa, tornando possível a sucessão Carolíngia.

**Palavras-chave:** São Bonifácio; Império Carolíngio; hagiografia; Idade Média

**Abstract:** This article tries to clear some ideas about the transition of the Frankish Empire in the Early Middle Ages between the Merovingian and the Carolingian dynasty. Considering the importance of the Catholic faith and Carolingian's political and military strength, this work tried to comprehend the ideas of both sides and how they worked together and in mutual benefit. The hagiographical style was much used in the Middle Ages, building the moral of society but also being used for political ends. By this, we analysed a hagiography about an Anglo-Saxon missionary, Boniface, that worked for the expansion and consolidation of the Catholic faith and had contact to both kings and popes, making possible the succession of the Carolingian family.

**Key-words:** Boniface; Carolingian Empire; hagiography; Middle Ages

### **Introdução:**

O objetivo do trabalho apresentado foi buscar compreender um pouco mais a política Carolíngia através do estudo de Vidas de Bonifácio, entretanto a reflexão aqui se refere apenas ao primeiro texto hagiográfico sobre ele, escrito nos anos seguintes à sua morte. Bonifácio foi um missionário e depois bispo anglo-saxônico que atuou, no início do século VIII, na região onde hoje é a Alemanha e os Países Baixos. Nasceu no sudoeste da Inglaterra numa abastada família na década de 670 e, ainda jovem, iniciou seus estudos religiosos em um mosteiro em Exeter, tendo ali contato com a regra beneditina. Na Europa continental, atuou como reformador da Igreja franca. A ele se atribui a criação de uma Europa, pelo menos no sentido de uma unidade cristã contra “o outro” – o não cristão, o muçulmano, o pagão – e também a aliança com o papado que possibilitou a ascensão régia da família Carolíngia, também considerada por muitos formadora de tal identidade europeia<sup>1</sup>, a partir do golpe de 751, orquestrado pelo *major*

---

<sup>1</sup> WICKHAM, Chris. *The inheritance of Rome*



*domus* da Austrásia Pepino, O Breve (c.714-768), pai de Carlos Magno (742-814). Bonifácio foi assassinado em 754 ou 755 na Frísia, região compreendida pelo litoral nordeste dos Países Baixos e norte da Alemanha.

Por brevidade aqui analisaremos apenas a primeira hagiografia escrita após a morte de Bonifácio<sup>2</sup>. Valorizamos mais a análise da narrativa da vida do santo e buscamos relacioná-la ao contexto político do período.

### **Desenvolvimento:**

No Brasil há poucos estudos sobre a figura de Bonifácio, malgrado a sua importância para a transição dinástica e as mudanças na Igreja franca. Como um de seus reformadores, foi um dos responsáveis por aproximá-la do culto romano e corrigir seus costumes, dentre eles a ausência da convocação de concílios por aproximadamente 80 anos (MOORE). Em suas missões, buscou converter pagãos e arianos ao catolicismo romano e foi encarregado pelo papa Gregório II (669-731) de organizar a evangelização da Frísia, processo que contou com a ajuda de outro missionário anglo-saxônico, Willibrord (658-739). A partir de então Bonifácio passou a contar com a proteção político-militar de Carlos Martel (690-741), então *major domus* (prefeito do palácio) austrasiano, e depois partiu para a conversão das regiões de Hessen e Turíngia. Desse modo, o bispo foi uma peça importante para a união em torno de uma religião comum no centro europeu, em oposição aos não católicos. Os filhos de Carlos Martel, Carlomano (c.715-751) e Pepino, o Breve – que também tiveram um importante papel na reforma da Igreja franca, na expansão da Igreja e consolidação da nova dinastia – receberam a influência do missionário na construção de seus projetos políticos (MOORE).

O uso de um texto hagiográfico para a análise do período pode se mostrar interessante, ainda mais se considerarmos que foram escritas diversas *vitae* do santo em questão, indicando a importância do homem para a época e, por terem sido reescritas ao longo de toda a Idade Média, percebeu-se a preocupação em manter o discurso sobre ele atualizado, principalmente em contextos de mudanças políticas e religiosas. Segundo André Miatello, uma *vita* é um relato sobre a vida, os feitos e a morte, seja ela martirial ou não, de santos; pessoas que tiveram uma vida exemplar. Ou seja, não é apenas um relato para manter o passado vivo, “mas uma efetivação da moral cristã” (p. 38). Por sabermos que a escolha dos acontecimentos relatados e a forma com que são apresentados é arbitrária, fez sentido buscar compreender um pouco mais

---

<sup>2</sup> *Sancti Willibaldi Episcopi Eichstadiani Liber de vita S. Bonifacii Martyris, Germanorum Apostoli, Archiepiscopi Moguntini*

a política e a sociedade do período em que foi escrita através de uma análise do documento hagiográfico. A memória de Bonifácio recebeu, como já mencionado, grande atenção ao longo dos anos, aumentando o número de transcrições e novas versões principalmente em períodos de transição dinástica ou qualquer outro tipo de rearranjo de poderes. Isso nos sugeriu que a memória dele e de suas ações tenham tido considerada importância na construção moral da sociedade, incluindo-se evidentemente a política, uma vez que se entende não ser possível estruturar uma política sem moral.

A *vita* aqui analisada é a primeira escrita após a morte do bispo. Ela foi escrita por Willibald (c.700-c. 787), também um missionário anglo-saxônico e ordenado pelo bispo, em 765, cerca de 10 anos após o assassinato de Bonifácio no mosteiro em que Bonifácio também viveu. Escrita já no período de consolidação do poder carolíngio, fica claro nela a preocupação com a conduta e a formação religiosa: Bonifácio é descrito portador de uma conduta pura e de uma vida casta, ressaltando que a fé teria sido responsável por evitar “as paixões sedutoras de sua juventude e controlar os assaltos que a vontade carnal”<sup>3</sup> em sua adolescência (*VITA BONIFACII*, p. 32).

Willibald apresenta o missionário como um exemplo para os outros, levando uma vida virtuosa, suas características, suas virtudes, sua humildade, aparecem como nos demais escritos hagiográficos. Porém, quando menciona as características dos sermões supostamente escritos por Bonifácio, ressalta que, na posição de pregador, Bonifácio não apenas viveu de acordo com a moral cristã, mas também a pregou, levando aos seus ouvintes o valor e a importância das virtudes (GALLE), além de enaltecer diversas vezes a eficácia e a beleza das palavras do santo. O hagiógrafo, portanto, não escreveu somente para celebrar um santo e manter sua memória viva, mas tinha clareza do momento político e religioso em que estava inserido; ele sabia que o texto não era apenas a retratação das virtudes de um homem, Willibald provavelmente sabia da importância que Pepino e, depois, Carlos Magno davam à pregação para a expansão do território franco e conversão e consolidação da fé católica.

Bonifácio foi, segundo o documento, e como o esperado por se tratar de uma hagiografia, um homem de extrema humildade, recusando cargos quando lhe são oferecidos, por exemplo. Sendo muito bem visto por seus irmãos ainda na Inglaterra, pedem que assuma a direção do mosteiro, mas ele recusa dizendo que Deus lhe quer missionário (*VITA BONIFACII*). Em 722, Willibrord, outro missionário inglês, tendo admirado muito o homem que o ajudou na

---

<sup>3</sup> Tradução própria

evangelização da Frísia, ofereceu um bispado a Bonifácio para que ele pudesse, a partir dali, continuar com o processo de evangelização, mas mais uma vez Bonifácio recusou uma oferta que recebeu (*VITA BONIFACII*).

Ao longo da *vita*, relações de aproximação entre Bonifácio e São Paulo são frequentes. Ambos foram pregadores e buscaram converter pessoas e o hagiógrafo procura enaltecer essas semelhanças ao longo do texto. Além disso, os dois são iconograficamente retratados com um livro e uma espada na mão. Mas a aproximação paulina não é a única feita; também há remissões à vida de Cristo: Bonifácio, por exemplo, soube de sua morte antes dela acontecer e deixou indicações aos seus seguidores. No momento de sua morte, se entregou à vontade de Deus, acreditando estar nos seus planos e sabendo que seu martírio salvaria pessoas – teria ocorrido uma conversão em massa nos dias seguintes à sua morte (*GALLE*). As comparações são feitas para enaltecer o santo: ele teria tido um papel tão relevante quanto o de São Paulo na conversão e na pregação, assim como uma vida tão pura quanto a de Cristo.

A luta de Bonifácio contra elementos não católicos também aparece constantemente. Desde o início de sua vida ele teria se sentido atraído por Deus e desejava, desde pequeno, seguir a vida religiosa e tinha carinho e curiosidade enorme pela pregação, desejando desde muito novo converter as pessoas à fé católica, motivo pelo qual ele não ficou na Inglaterra como seus irmãos pediram quando o abade de seu mosteiro morreu, mas foi para o continente. Tendo problemas com o rei dos frísios, Radbod, um pagão, Bonifácio e seus companheiros se dirigiram a Roma e retornaram com o apoio do papa Gregório II e a proteção político-militar de Carlos Martel, sendo bem-sucedidos em sua conversão dessa vez (*VITA BONIFACII*).

Talvez a ação mais famosa de Bonifácio na luta contra elementos pagãos tenha sido a derrubada do carvalho de Thor, uma árvore de adoração ao deus do trovão que reunia diversos povos germânicos. Segundo a *vita*, Bonifácio teria começado a derrubá-la quando soprou um vento muito forte e a jogou ao chão, mas a força da verdadeira fé não permitiu que o vento derrubasse o santo (*VITA BONIFACII*). Ao ver isso os pagãos, que antes amaldiçoavam a ação, se converteram instantaneamente e no local, com a madeira da árvore, Bonifácio construiu um oratório a São Paulo (mais uma aproximação entre os dois). A própria construção de algo cristão com algo pagão e/ou no local de adoração pagão vinha dos ensinamentos do papa Gregório Magno (590-604) e era praticado por missionários no mundo anglo-saxônico desde então. Não seria de se espantar que Bonifácio, um missionário anglo-saxônico, tivesse a mesma orientação e a colocasse em prática.

Outro ponto interessante da luta contra elementos não católicos foi o próprio nome de Bonifácio: seu nome de nascimento era Winfrid, mas ele o mudou para Bonifácio – o fazedor de bem – abandonando seu nome saxão e adotando um romano/cristão.

Lendo a historiografia, percebe-se uma divergência principalmente quanto ao papel da religião para a ascensão carolíngia sendo para alguns a atuação dela, por consequência de missionários como Bonifácio, relevante, compreendendo se tratar de uma poderosa força política e social, enquanto outros consideram a religião apenas uma ferramenta utilizada para alcançar tal fim. Há uma tendência entre os historiadores franceses, como Jean Favier, de buscar diminuir a importância que a religião, até mesmo os missionários a leste do reino, teve na expansão do domínio franco. Enquanto a fonte enaltece a sabedoria, o conhecimento e a habilidade de conseguir tirar algo positivo para o processo de conversão e unificação dos povos de Bonifácio, Favier parece retratar tanto o santo quanto a religião como ferramentas para a expansão Carolíngia habilmente manipulada por tal família para derrubar os Merovíngios. Carlomano e Pepino, o Breve, parecem apoiar Bonifácio e possibilitam o desenvolvimento de seu projeto, mas mais por reconhecer na situação um modo de beneficiar-se, mais do que de ajuda mútua entre as duas forças. Os concílios que convocam entre 742 e 744, por exemplo, são para organizar a Igreja do modo que lhes melhor convinha, organizando a vida comunitária em torno de bispos a eles favoráveis – afastando os apoiadores dos Meroveus – e, assim, exercer um controle maior sobre os clérigos (p. 121-123). Outro significativo momento em que os Carolíngios teriam feito uso da religião teria sido o golpe de Estado e a coroação de Pepino, o Breve, em 751, pois utilizam o papa (Zacarias) para legitimar a nova dinastia.

Para Michael Edward Moore (p. 203), a balança entre Carolíngios e Igreja estaria mais equilibrada no processo. As incursões de Carlos Martel na Frísia, Turíngia e Bavária assumiram diversas vezes um tom religioso como se quisessem proteger e cooperar com os missionários da região, sabendo que os missionários e bispos eram de crucial importância para a expansão de seu domínio, e apoiou-se na expansão e na reforma religiosa que ocorria simultaneamente ao processo de ascensão, embebendo essa nova forma de realeza em simbologia religiosa. Do mesmo modo, os missionários também sabiam que precisavam do apoio militar para a conversão religiosa e expansão da fé católica.

O próprio Bonifácio teria sentido a necessidade das duas andarem juntas, pois, em sua primeira visita à Frísia, em 719, teria encontrado enormes problemas com o rei Radbod, só conseguindo entrar novamente no território com o apoio do papa Gregório II (669-731) e de

Carlos Martel, que havia derrubado Radbod, e só então conseguiu converter a população. Outra questão que indica que o santo tivesse conhecimento da necessidade de ajuda mútua é uma carta que escreveu a um bispo na Inglaterra dizendo que precisava de apoio do príncipe franco para governar as pessoas da Igreja, pois sem sua ajuda não seria capaz de proibir os rituais pagãos. Todavia, a pergunta que se coloca diante disso é: por que Bonifácio e o papa passaram a apoiar os Carolíngios e não os Merovíngios, que tinham direito ao trono? Para Moore, pois, é provável que os missionários tenham julgado os Merovíngios “bárbaros” demais e muito pecaminosos, indignos de estabelecer o reino de Deus na terra, até porque não haviam se incomodado com a ausência de concílios por quase 80 anos e julgavam sua capacidade de governar. Assim o autor argumenta que, se os missionários foram capazes, principalmente quando ajudados por soldados, de afastar funções públicas de elites pagãs, tanto a expansão e a unificação da fé católica quanto a expansão territorial do Império e a centralização Carolíngia, o movimento foi mútuo e benéfico às duas forças, contrário ao que Favier demonstra.

Mas essa não é a única questão que aparece ao se confrontarem os dois autores e a *vita*. O ano da morte do santo é indicado como sendo em 754, outras vezes em 755. A primeira hagiografia escrita após sua morte e aqui analisada datou sua morte a 755, entretanto Willibald afirma, no capítulo que fala do martírio, que o bispo de Mainz, Bonifácio, havia escolhido o mosteiro de Fulda como local para o sepultamento, mas que o abade não estava presente quando chegou o corpo, pois estava no palácio do rei. Acontece que em 755, Pepino havia convocado um concílio, podendo ter sido este o motivo do abade não se encontrar lá quando o corpo chegou. Tal explicação parece plausível, ainda mais quando se compara a própria narrativa da *Vita* com a historiografia, seja ela nacionalista como a de Favier ou não, sobre o período.

Curioso também o fato de que a *vita* diz que em 722 Willibrord, missionário com quem Bonifácio trabalhou na conversão dos frísios, desejou nomeá-lo bispo. Bonifácio recusa, como já mencionado anteriormente, entretanto foi consagrado bispo no mesmo ano por Gregório II. Até o momento, não pudemos avaliar se se tratou de uma lacuna na fonte ou se ele aceita o segundo convite por alguma outra questão não mencionada, como talvez uma maior autoridade do papa. Ainda na visita ao papa em que foi nomeado bispo, Bonifácio, segundo a hagiografia, abandonou seu nome saxão e assumiu o romano, entretanto a historiografia diz que ele abandonou o ‘Winfrid’ em sua primeira estadia em Roma, em 719; para comprovar que a mudança de nome ocorreu em sua primeira estadia em Roma temos sua correspondência, assinada desde então com ‘Bonifácio’.

## Conclusão:

Contrapondo historiografia e hagiografia, esse trabalho percebeu haver pontos em comum, bem como discrepâncias. Era de se esperar, considerando-se o forte caráter francocêntrico entre historiadores franceses, que buscassem minuar a importância da religião, bem como da atuação de estrangeiros, os missionários anglo-saxônicos, no processo de instauração de uma das dinastias, segundo eles, mais importante da história francesa. Por outro lado, Moore, preocupado em escrever uma história eclesiástica principalmente do período Carolíngio, proporcionou um equilíbrio à interpretação quanto à participação de ambos os lados ao processo de ascensão da nova dinastia e da expansão e consolidação da fé católica no centro da Europa. Assim percebeu-se que pesquisas externas ao Velho Mundo podem vir a contribuir à discussão historiografia, não por acreditar-se em uma suposta neutralidade, mas pelo menos por estar menos inserida em questões nacionalistas. Desse modo, o trabalho aqui realizado buscou mais a compreensão dos acontecimentos do que enaltecer ou diminuir participações de quaisquer forças nos processos acima mencionados.

Percebeu-se que, tanto Carolíngios quanto papas e a igreja católica romana, e missionários anglo-saxônicos tinham projetos para a expansão de seus interesses. Tais projetos e forças políticas, sociais e religiosas interagiram de acordo com seus interesses e defendiam suas questões. As diferentes historiografias bem como os conflitos de informações podem indicar a dificuldade de se analisar os atores envolvidos e como todas essas forças atuaram de formas diferentes ao longo dos anos sendo capazes, até hoje, de criar seus defensores e apoiadores.

As questões que apresentaram informações conflitantes entre a historiografia e a hagiografia como a aceitação do nome latino, bem como o ano da morte do santo também merecem atenção. A adoção do nome romano, entretanto, pode estar relacionado ao momento de adoção do projeto romano de expansão; existe a possibilidade da historiografia considerar um evento como marco de tal transição e a hagiografia outro? É possível que Willibald tivesse errado a data de morte do santo cuja *vita* escrevia, ou se tratou de um erro de transcrição em algum momento da história? O trabalho realizado até o momento, entretanto, não encontrou respostas a tais questões.

A partir da análise da *Vita Bonifacii* e da historiografia encontrou-se diversas questões para trabalhos futuros. Ainda que não se considere bem-sucedido na questão de clarear a imagem da política no período, acredita-se que a discussão historiográfica aqui realizada poderá

contribuir no levantamento de novas perguntas bem como poderá produzir novos conhecimentos futuramente.

**Bibliografia:**

FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004  
GALLE, Christoph. *Bonifatius als Prediger: Zum Wandel des Predigtamtes und zur Entwicklung eines Predigerideals anhand hagiographischer Quellen des 8. Bis 11. Jahrhunderts*. In.: HERBERS, Klaus (Org.), *Archiv für Kulturgeschichte*, vol. 97, p. 5-45. Nurembergue, 2015

MIATELLO, André Luís Pereira. *Santos e pregadores nas cidades medievais italianas: retórica cívica e hagiografia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013

MOORE, Michael Edward. *A Sacred Kingdom: Bishops and the Rise of Frankish Kingship, 300-850*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2011

WICKHAM, Chris. *The Inheritance of Rome: A History of Europe from 400 to 1000*. Nova Iorque: Penguin Books, 2009.



## Conflitos Políticos e Transições Sociais no Retrato de Godofredo de Anjou

**Thales Henrique Barbosa Pinto**

Graduando

FAFICH/UFMG

E-mail: thp56@hotmail.com

**Resumo:** O uso da imagem pelo historiador pode abrir caminhos bastante ricos de análise, especialmente no entrecruzamento deste tipo de fonte com outros documentos históricos. A iconografia medieval, por exemplo, é um campo de grandes possibilidades de pesquisa, no qual é possível perceber a relação de conceitos e forças que regiam os homens daqueles tempos. A lousa sepulcral de Godofredo de Anjou é vestígio de conflitos políticos marcantes no século XII e da influência da guerra santa na construção de uma imagem da nobreza e da cavalaria em ascensão. Meu objetivo nessa comunicação é mostrar como Godofredo estabeleceu vínculos com os acontecimentos de sua época, através de elementos imagéticos aparentemente irrelevantes.

**Palavras-Chave:** Idade Média; Iconografia; Pensamento Político e Social

**Abstract:** The use of the image by the historian can open very rich paths of analysis, especially in the intersection of this type of source with other historic documents. The medieval iconography, by example, is a field of great research possibilities, in which is possible to perceive the relation of concepts and forces that ruled the men of those times. Geoffrey of Anjou's gravestone is a trace of outstanding political conflicts in the XII century and the holy war's influence in the making of an image of the nobility and the rising chivalry. My objective in this communication is to show how Geoffrey established bonds with the happenings of his time, through apparently irrelevant image elements.

**Keywords:** Middle Age; Iconography; Political and Social Thinking

### Introdução



**Imagem 1** – Foto da lousa sepulcral de Godofredo de Anjou.  
Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/1/12/Geoffrey\\_of\\_Anjou\\_Monument.jpg/215px-Geoffrey\\_of\\_Anjou\\_Monument.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/1/12/Geoffrey_of_Anjou_Monument.jpg/215px-Geoffrey_of_Anjou_Monument.jpg)

Nada mais apropriado com que começar um trabalho sobre uma imagem do que a própria imagem. Ou melhor, uma reprodução digitalizada dela. Eu a vi pela primeira vez (novamente, uma reprodução da imagem) no meu livro de história da sexta série, hoje sétimo ano, com uma legenda que dava o homem retratado como o rei Ricardo Coração de Leão. Anos depois, encontrei-a no segundo volume de uma enciclopédia chamada Grandes Personagens – História Universal, na primeira página de um capítulo destinado ao mesmo Ricardo, mas com uma legenda não só dizendo que o retrato era de Godofredo, mas descrevendo a origem do nome da dinastia de reis ingleses que ele originou, a dinastia Plantageneta.

Esse trabalho surgiu em outubro do ano passado, quando eu escolhi essa imagem para um exercício de análise iconográfica entre colegas da licenciatura. Ela parecia ser bastante simples e não ter muitos elementos de grande significado, e foi por isso que eu dei a mim mesmo e aos meus colegas o desafio de estudá-la, e este exercício me fez descobrir muitas coisas interessantes a respeito da Idade Média e fez surgir uma vontade de pesquisar mais a fundo sobre essa imagem e quem ela retrata. A primeira e principal questão que guiou meu trabalho é: o que ela pode mostrar sobre Godofredo e aqueles interessados em sua memória? Não pretendo criar uma biografia baseada somente na imagem, mas cruzar o que é possível dizer sobre ela, através dos estudos iconográficos, com o que é possível dizer sobre Godofredo, com procedimentos dos estudos medievais. Outra questão que surgiu durante a pesquisa, necessária para responder à primeira questão, foi: qual o significado que tinham seus elementos, sua localização e finalidade? Aqui, a história do pensamento político e social precisou cooperar com a iconografia para fazer desse estudo uma possibilidade de compreensão de uma sociedade com códigos de pensamento, relação e ação tão diferentes dos nossos.

Se ainda faltam algumas lacunas a preencher e materiais a consultar, é porque essa pesquisa está em seu estágio inicial e foi conduzida, até o momento, sem a finalidade de terminar em um artigo ou tese, e também não contei com um orientador ou supervisor, apesar de ter sido ajudado em diversos momentos por professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

### **Esmiuçando a Imagem**

A primeira coisa que quero destacar é que se trata de uma lousa sepulcral, ou placa tumular, cujo lugar original era a Catedral de Le Mans e que hoje está no Museu de Arqueologia e História de Le Mans, ambos na França. Quer dizer que estamos falando de um suporte de pedra que cobre um túmulo, dentro de uma igreja. Na Idade Média, era costume enterrar os

mortos nas terras das igrejas, senão dentro delas, e retratá-los, caso fossem pessoas de muita importância, dentro na cobertura de seus túmulos, com pinturas ou alto-relevo. Isso diz muito sobre a função da imagem: a celebração à memória dos mortos era – e ainda é – um instrumento de afirmação e do lugar assumido na sociedade pelos vivos, de um lado, e pelos mortos com quem eles acreditam ter laços, de outro. Sendo assim, posso dizer que a imagem retrata alguém de status elevado, cuja memória está, de certa forma, sendo construída por meio da imagem.

Outra coisa é em relação ao material. A imagem foi pintada com esmalte de Limoges, o esmalte mais famoso da Europa no século XII, ainda que não necessariamente o de melhor qualidade.<sup>1</sup> Originário da cidade homônima, na França, era uma técnica de esmalte champlevé, ou seja, aplicação de uma pasta vítrea – o esmalte – nos espaços escavados com um cinzel no suporte.<sup>2</sup>

Ditos os detalhes técnicos gerais, analisarei os elementos imagéticos que compõem a imagem, dando sentido a eles a partir de relações com aspectos da história de Godofredo. Começo por um elemento que permite deduzir que a figura masculina é Godofredo, e é o brasão que está no escudo. Supondo que o escudo está parcialmente de lado, ou seja, que não o vemos inteiramente, vemos quatro leões num fundo azul, na hipótese de que há mais leões do outro lado do escudo.

Se pudéssemos ver o brasão inteiro, ele provavelmente seria assim:



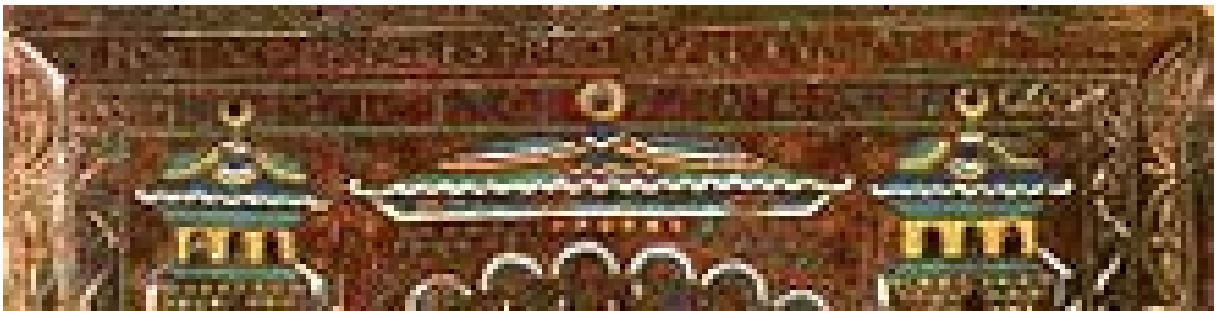
**Imagem 2** - Brasão no escudo de Godofredo. Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Geoffrey\\_Plantagenet%2C\\_Count\\_of\\_Anjou.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Geoffrey_Plantagenet%2C_Count_of_Anjou.png)

<sup>1</sup> ADDISON, Julia de Wolf Gibbs. *Arts and Crafts in the Middle Ages: A Description of Mediaeval Workmanship in Several of the Departments of Applied Art, Together with Some Account of Special Artisans in the Early Renaissance*. 5. ed. Boston: The Colonial Press, 1921, p. 103.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 94.

Esse não só foi o brasão da casa de Anjou, como foi também o brasão usado por vários descendentes de Godofredo, que foram reis da Inglaterra até o século XV, após um período de conflito sucessório entre Matilde, filha de Henrique I, e Estevão de Blois, sobrinho deste, que terminou com um acordo em que Estevão seria rei, mas sucedido pelo filho de Matilde e Godofredo, Henrique. Sabendo que Godofredo morreu em 1153, e que essa pintura foi finalizada dois anos depois, durante o reinado de seu filho, Henrique II, creio que dá para concluir que o homem retratado é Godofredo.

A espada é um símbolo da cavalaria, de dignidade, pompa e combate à injustiça, e sua túnica remete à tradição romana das vestimentas de dirigentes políticos. Ou seja, Godofredo é mostrado em uma dimensão política e outra militar. O minarete de estilo árabe ao fundo, estranho à maior parte da iconografia cristã nesse período, só pode ser entendido levando-se em conta o contexto das cruzadas. Não só temos um apelo à ideia de guerra santa que mobiliza os homens de armas e dá novo sentido à cavalaria e à nobreza, pois estas começam a se aproximar e até se confundir, em termos de lugar social atribuído e ocupado, como temos questões dinásticas sobre o reino de Jerusalém que interessam a Godofredo: aos quinze anos, recebeu o condado de Anjou por abdicação do pai, que partiu à terra santa para casar-se com a rainha de Jerusalém.



**Imagem 3** - Detalhe na parte superior da Imagem 1. “Ens.tvo.princeps.predonvm tvrba.fvgatvr.eccletis q'.qvies pace vicente datvrias

Na parte superior da placa, acima do minarete, é possível ver uma inscrição talhada na pedra. É uma inscrição em latim que, traduzindo, seria algo como “Por tua espada, príncipe, a multidão de ladrões é afugentada e pela tua paz vigilante, o descanso é dado às igrejas”.<sup>3</sup> Aqui ficam claros a ligação entre a justiça e a espada, pois com ela se afugenta os ladrões, e o papel

<sup>3</sup> Tradução minha, feita a partir de uma tradução para o francês feita pelo Museu de Arqueologia e História de Le Mans: “Par ton épée, prince, la foule des pillards est mise en fuite et par ta paix vigilante, le repôs est donné aux églises.”

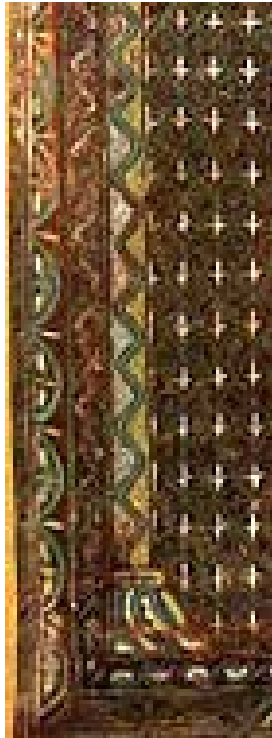


dos cavaleiros perante a Igreja, pois, como guerreiros santos, eles protegem os templos, e isso dá mais um significado ao ato de se enterrar dentro da igreja, porque o soldado cristão serve à Igreja e a defende com seu corpo.

Não à toa, Godofredo foi enterrado numa catedral. Mas não é uma catedral em Jerusalém, no reino de seu pai, nem na Inglaterra, reino de seus descendentes. É na França, em Le Mans. Como um conde de Anjou, parece óbvio que seria mais apropriado que seu túmulo fosse em suas terras. Mas é intrigante pensar que não tenha sido em algum daqueles lugares mencionados, com os quais ele tem algum laço. Quando da morte de Godofredo, suas terras passaram para Henrique, rei da Inglaterra, acrescentando-se a outras possessões inglesas no continente, como a Bretanha, a Normandia e, a Aquitânia.



**Imagem 4** - Mapa político da França em 1154. Fonte: [http://www.cartesfrance.fr/cartes/carte\\_france\\_satellite.jpg](http://www.cartesfrance.fr/cartes/carte_france_satellite.jpg). Edição minha.



**Imagem 5** - Detalhe no canto inferior esquerdo na Imagem 1

Somo a isso a presença de um elemento discreto no fundo da imagem: as flores-de-lis, símbolo típico da monarquia francesa, que decoram o interior do minarete, envolvendo Godofredo. Pensando nisso e no já comentado significado dado aos túmulos nessa época, considerando que a imagem é construída e usada para reforçar ou afirmar coisas que nem sempre estão muito evidentes, acredito que a presença desse corpo em solo francês é um reforço à reivindicação da linhagem de Godofredo àquelas terras. É uma forma de legitimar um direito, a terras que estavam sendo, e continuariam sendo pelo menos até o século XV, contestadas e disputadas entre ingleses e franceses.

### **Considerações Finais**

Esse exercício imagético que mostrei é apenas um de vários trabalhos possíveis com essa fonte. Um campo muito fértil não explorado é a apreensão dessa imagem no presente. Se, nas bibliografias atuais, Ricardo Coração de Leão é tido como o retratado nesse documento, é porque houve um jogo de memória e esquecimento que deu um outro significado à imagem, e os estudos da memória se beneficiariam bastante de um trabalho como esse.

O leitor e observador atento terá provavelmente notado que algumas informações da vida de Godofredo, como sua participação na luta sucessória na Inglaterra, não foram tiradas nem inferidas a partir do documento trabalhado. É porque, por mais que eu tenha pretendido realçar aspectos práticos de uma análise imagética, direcionando a atenção o máximo possível à imagem, como eu disse na introdução desse trabalho, trata-se de cruzar o que é possível dizer sobre o documento com o que é possível dizer sobre Godofredo. Como a imagem dificilmente é uma fonte completa, que pode informar tudo sobre algo ou alguém, é necessário recorrer a outras fontes e cruzá-las. A respeito dos elementos imagéticos, reconheço que faz falta falar dos significados das cores, especialmente na túnica de Godofredo, ou do barrete frígio ou barretina que ele usa na cabeça, mas são campos que ainda não consegui material para pesquisar, portanto achei melhor não tocar nesses assuntos.

Mantendo-me fiel ao princípio de que a pesquisa acadêmica precisa ter relevância social, e acreditando na necessidade de diálogo entre a produção acadêmica e a prática escolar, e de que exercícios de análise imagética como este podem ser muito úteis no ensino de história na educação básica, acredito que um exercício de análise de imagem como esse pode ser bem frutífero se usado em sala de aula, para exercitar a leitura e interpretação documental, coisa de que todos precisam para desenvolver senso crítico, e para trabalhar temas que reverberam na atualidade, como território político, legados da Cruzada, relações políticas entre França e Inglaterra, etc.



## A representação da figura do diabo no tríptico “juízo final” (1482) de Hieronymus Bosch

**Grasiela Prado Duarte**  
Mestranda – História da Arte  
Universidade Federal de São Paulo  
grasidoliveira@hotmail.com

**Resumo:** Neste trabalho buscamos a relação da figura do Diabo com o Juízo Final no contexto da sociedade ocidental do Medieval, tendo como base o Tríptico “O Juízo Final” (1482) do artista Hieronymus Bosch (1450 – 1516). A análise será concebida por meio do estudo histórico do Diabo e do conceito do tema Juízo Final, levantando informações para chegarmos ao imaginário de Juízo Final cristão criado por Bosch, no qual a religiosidade é forjada pela repulsa às imagens contidas e às cenas alegóricas e imorais representadas pelo diabo em muitas delas, especialmente neste Tríptico “O Juízo Final”. O fato de a sociedade da época considerar este tipo de trabalho moralizante, mostra o quanto a ideia de religiosidade tinha relação com temor, sempre presente no tema apresentado.

**Palavras-chave:** Diabo; Juízo Final; Hieronymus Bosch.

**Abstract:** In this work we look for the relation between the figure of the Devil and the Last Judgment in the context of Western Medieval society, based on the Triptych "Last Judgment" (1482) painted by the artist Hieronymus Bosch (1450-1516). The analysis will be conceived through the historical study of the devil and the concept of the Last Judgment theme, raising information to arrive at the imaginary of Christian Final Judgment created by Bosch, in which religiosity is forged by the repulsion to contained images and the allegorical and immoral scenes Represented by the devil in many of them, especially in this Triptych "Last Judgment." The fact of that society at that time considers this type of moralizing work shows how much the idea of religiosity was related to fear, always present in the theme presented.

**Key-words:** Devil; Last Judgement; Hieronymus Bosch.

O presente texto é um vislumbre de uma pesquisa recém-iniciada para o mestrado em História da Arte e contempla questões pontuais que comporão uma dissertação. Portanto focaremos em aspectos fundamentais dos componentes do estudo, a começar pelo evento do Juízo Final, passando pelos retábulos nos Países Baixos e Hieronymus Bosch. O elemento diabólico manifesta-se no decorrer do texto.

O Juízo Final é um tema citado no Novo Testamento, mais profundamente em Apocalipse, a qual deriva do termo grego *apokalypsis*, que significa *revelação*. Este livro aborda o Juízo Final de forma explicativa que se soma ao contexto do fim dos tempos. Como afirma Quírico, há de se distinguir o Apocalipse, conceitualmente fim dos tempos, do tema Juízo Final, parúsia e julgamento dos vivos e mortos (QUÍRICO, 2013, p. 23), pois o Juízo Final é um dos eventos ocorridos no processo do Apocalipse.

A grande questão no momento do Juízo Final em relação aos demais acontecimentos bíblicos, é o fato de que ele está por vir, não se realizou ainda. No século V, em sua obra “Cidade

de Deus”, Santo Agostinho dedicou-se à questão da construção do ideário do Além, citando, por exemplo, o evento do Cristo Juiz de São Mateus 25:32-34, no capítulo V do livro XX – Juízo Final. Tal episódio bíblico foi representado no século VI no Mosaico da Igreja de Santo Apolinário Novo, em Ravenna, Itália. A campanha para o desenvolvimento do Além foi endossada por teólogos medievais tanto quanto foi por Agostinho.

Apesar da escassez da iconografia do tema Juízo Final no período da Alta Idade Média como cita Baschet: “a história da representação do Juízo Final se abre por uma longa ausência” (1993, p. 137), observa-se a frutificação da iconografia do tema Juízo Final especialmente com a proximidade do ano mil, quando a crença no evento do julgamento divino na virada do milênio causa temor ao público, e aproxima os fiéis da igreja (QUÍRICO, 2013, p. 25). No início da Baixa Idade Média, segundo Baschet,

a iconografia indica que a ameaça infernal torna-se mais insistente ao longo dos séculos medievais. Se a representação do inferno aparece, por vezes no século IX, seu verdadeiro desenvolvimento pode ser situado no século XI, no momento em que a iconografia do Juízo Final começa a se firmar (2006, p. 397).

A construção e reformas das igrejas Católicas prosperaram grandemente a partir do século XI, especialmente na Itália e França, e com isso, a ornamentação das igrejas. Daí o crescimento de representações do Juízo Final nos tímpanos das catedrais românicas francesas e afrescos italianos. Neste contexto da Idade Média os altares das igrejas passaram por uma evolução e aumento de tamanho de sua área a partir do ano 1000, e passou-se a utilizar o espaço de trás e suas laterais para colocação de painéis ornamentados com figuras sacras, desta forma originando o retábulo (NAGEL, 2013, p. 707).

Segundo Daniel P. DeGreve, o retábulo teve origem nas tradições litúrgicas, e desenvolveu-se como artefato artístico derivado de antigas convenções de imagens sagradas, colocadas para reforço visual contribuindo para entendimento e devoção dos fiéis à Eucaristia e comunhão com os Santos (2010, p. 12). O retábulo podia ser chamado de díptico, tríptico ou políptico dependendo do número de painéis. Sua função estava ligada à decoração do templo, visto que podia colocar-se como suporte para esculturas, relicários, e também dialogar com pinturas afrescadas nas próprias paredes dos recintos. O material do qual era feito um retábulo na Europa era comumente a madeira, mas há registros de utilização do marfim, terracota, metal, rocha e alabastro (NAGEL, 2013, p. 707).

O repertório dos Países Baixos de pinturas em retábulos se amplia no século XIV, e temas bíblicos como a Anunciação, Lamentação, Visitação, e Juízo Final tornam-se proeminentes em obras de artistas da região. Jan van Eyck (1390-1441), Rogier van der Weyden (1400-1464), Hans Memling (1430- 1494) e Dieric Bouts (1415-1475) são alguns dos artistas flamengos que realizaram notáveis trabalhos em retábulos com temática do Juízo Final. Este último citado representou o Juízo Final, em que o Paraíso remete a um painel do artista flamengo Hieronymus Bosch, abordado a seguir.

Seu nome era Jeroen van Anthoniszoon Aken, porém utilizava o pseudônimo Hieronymus Bosch. Há dúvidas a respeito da data de seu nascimento, estima-se que seja em meados do século XV (1450). Hieronymus Bosch nascera na cidade de 's-Hertogenbosch, de onde emprestou seu nome, também conhecida por Bois-le-Duc, localizada no Brabante.

Bosch nascera numa família de pintores, e em 1481, aproximadamente, já trabalhava como autônomo. Alguns anos depois o pintor ingressa em um grupo, no qual permanece até sua morte, chamado irmandade de Nossa Senhora, filiada à Catedral São João, em 's-Hertogenbosch. Hieronymus Bosch morreu em 1516, como fora encontrado nos registros da irmandade de Nossa Senhora. Os trabalhos de Bosch colocam-se no divisor de águas entre a mentalidade religiosa da Idade Média e o Humanismo do Renascimento. Suas tendências moralizantes derivam da tradição popular dos séculos XII a XIV, e são uma expressão de fé completamente condicionada pelo medo da danação, e traduzida pelas mentes férteis dos artistas, numa representação de contínua luta entre o homem e seu reflexo pecaminoso, que aparece trajado numa infinidade de formas: o diabo, monstros, seres fantásticos, meio-homem e meio-fera, entre outros. (BENEZIT, 2006, p. 906)

O Juízo Final foi um tema que Bosch utilizou mais de uma vez para pintura em retábulo. Sua datação provável deste que analisamos é 1482. A obra encontra-se atualmente no acervo da Akademie der Bildende Künste de Viena, Áustria. Ela representa uma *Visão de Túndalo* boschiana, e seria uma cópia de outro Juízo Final do próprio autor (LIVIERI, 1992, p. 78). Nas palavras de Huizinga, Bosch nos carrega para esse ambiente de julgamento com uma imensidão de trevas e danação, em meio ao cheiro infernal do enxofre confundindo-se com os castigos da farsa (2011, p. 146).

No volante exterior esquerdo da obra, temos a figura de São Tiago de Compostela, e no exterior direito temos São Bavo de Gante. Nas pinturas internas, no volante esquerdo há a Queda dos Anjos, Criação de Eva, Pecado Original e Expulsão do Paraíso. No volante direito

o Inferno. No painel central, o Juízo Final. Podemos observar que a figura do Diabo está presente nos três painéis da obra. Lynn Jacobs explica que as pinturas de Bosch estão de forma dualista, justapostas entre o santificado e o pecaminoso, céu e inferno, beleza e feiura, e quando em seus picos de tensão, as ideias se revezam entre o raso e o profundo (2000, p. 1009). Abaixo podemos observar o Tríptico aberto.



Hieronymus Bosch - *O Juízo Final* – Óleo sobre madeira, 167 x 60 (volante direito); 167,7 x 60 (volante esquerdo); 163,7 x 127 (painel central). Akademie der bildenden Künste, Viena. Disponível em: <[https://akbild.ac.at/Portalgemaeldegalerie/aktuellfuerhungen\\_veranstaltungen/hieronymus-bosch.-zwischen-wahn-und-wirkcheit](https://akbild.ac.at/Portalgemaeldegalerie/aktuellfuerhungen_veranstaltungen/hieronymus-bosch.-zwischen-wahn-und-wirkcheit)> Acesso em: 28/08/2016.

O repertório essencial das obras Hieronymus Bosch consiste nas figuras de Deus, Diabo, anjos, e os demônios do inferno, especialmente no tocante ao Juízo Final (SILVER, 2009, p. 2). Não há equilíbrio destes dois extremos, a escuridão predomina no “Juízo Final” de Bosch, mesmo no volante correspondente ao Paraíso, pois vemos anjos caindo para o abismo, tentação Adão e Eva, seguido do pecado original e expulsão do Paraíso.

O Paraíso num retábulo do Juízo Final era mais comumente retratado pela ascensão dos escolhidos aos céus, como é observado em obras similares de alguns de seus conterrâneos, Weyden, Memling, van Eyck.

O Inferno é ambientado numa noite interminável e num terreno arenoso de onde saem labaredas de fogo e gases. No trecho inferior do painel vemos um pequeno edifício cujo interior está atulhado de condenados sofrendo toda sorte de punições pelos demônios de várias formas. Da porta do abrigo infernal vemos Lúcifer, o anjo caído, príncipe do Inferno. Sua aparência é animalésca, lembra garras e fronte de morcego, trajado nobremente com manto em tom de verde ligado a um turbante em sua cabeça, similar a uma coroa.

No quadro central não há a paisagem das almas nem a figura do Arcanjo Miguel, tradicional dos Juízos Finais, o que vemos é uma quantidade maior de personagens sendo torturados e em mais detalhes, além, é claro, dos diversificados tipos de criaturas demoníacas que cumprem suas tarefas das formas mais bizarras possíveis. Para Bosing,

Bosch enriquecia esta fauna infernal mais ou menos convencional com espécies novas e mais assustadoras, cujas formas complexas ultrapassavam qualquer imaginação. Muitas delas eram combinações bizarras da anatomia humana e de animais irracionais, por vezes, de objetos inanimados. A este grupo pertence um monstro do painel central, semelhante a um pássaro que ajuda a carregar uma faca gigantesca; o seu rosto acaba num rabo de peixe, de onde saem duas pernas humanas, metidas dentro de jarras. (2010, pag. 35)

Ao analisar o conjunto da obra de Bosch, os estudiosos apontam para diversos aspectos, como a religiosidade extrema do artista, perversão, heresia e simbolismo consciente. Caterina Viridis, em *Le Delizie dell'Inferno*, nos diz:

É preciso lembrar ainda do mundo da alquimia que Bosch dava mostras de conhecer, bem como o ocultismo do tarô. Mas, sobretudo, e particularmente nos últimos anos, uma importante corrente da crítica descobriu e aprofundou as ligações entre a vocação moralista de Bosch e os temas típicos do Renascimento nórdico, que propõem uma dialética entre a sabedoria e a loucura. (1992, p. 76)

A presença de cenas grotescas e situações embaraçosas na arte de Bosch são caracterizadas por Dick Heesen (2010 *apud* ZUIDDAM, 2014, p. 3) como sendo uma crítica à corrupção na Igreja Católica Romana e sociedade cristã de seu tempo, utilizando simbolismo bíblico nas suas pinturas. O historiador da arte e autor belga Roger Marijnissen nos explica que apesar do pandemônio existente na arte de Bosch, ele é um pintor profissional que trabalha para clientes, e que nem tudo do que é visto em suas obras é fruto do impulso de sonhos (2011, p. 148).

Este estudo terá como objetivo analisar a figura do Diabo e como ela se apresenta na obra de Hieronymus Bosch, especificamente em seu tríptico “Juízo Final”, bem como perceber as transferências artísticas da temática escatológica e diabólica na região flamenga no tardo



medieval. Os materiais usados para a obra, o retábulo, as escolhas das cores, integrarão a análise da obra na pesquisa. Realizaremos um estudo do artista em relação ao contexto do período. Isto envolve uma pesquisa orientada para o entendimento de fatores como, o período tardo medieval, século XV, como espaço de convergências culturais, observando o refinamento dos estilos e técnicas artísticas. Apesar do presente esmero e cultivo das artes, a conjuntura de Guerras, rivalidades religiosas, enfermidades e ladeiras são pontos que culminam neste período. Nas palavras de Huizinga:

O século XV é uma época de enorme depressão emocional e profundo pessimismo. (...) Esse século viveu a eterna angústia diante da injustiça e da violência, do inferno e do Juízo Final, peste, fogo e fome, diabo e bruxas. (HUIZINGA, 2010, p 431)

Ainda que adversidades perseverassem neste momento histórico, a classe monárquica passava tal período em supervalorização de sua camada social em detrimento das castas mais baixas (HUIZINGA, 1996, p. 58). Desta forma, a arte, que serve aos pagantes, segue e evolui em termos de estética e técnica.

A região do Flandres, palco de importantes estilos e artistas como Robert Campin, Rogier van der Weyden, Hans Memling, os irmãos van Eyck, Dieric Bouts, que também pintaram retábulos com temática do Juízo Final, contribuirão para a composição do parâmetro e análise desta modalidade de pintura dos Países Baixos. O Realismo, então emergindo dos pincéis destes pintores, é incorporado à arte sacra, de modo que o trabalho de tais artistas ganha notoriedade em outras regiões da Europa. A técnica é aprimorada, e como legado dos van Eyck, observou-se a riqueza de detalhes com que pintavam as paisagens, e ainda o desenvolvimento de novos materiais, como a tinta óleo (GOMBRICH, 2012, p. 239-240). De acordo com o catálogo de exposição organizado pelo Detroit Institute of Arts e a Cidade de Bruges, desde o princípio os pintores holandeses conheceram um sucesso grandioso, e suas obras encontraram seu caminho nos demais países em tais proporções que vale a pena examinar a razão para seu reconhecimento como “Flamengos Primitivos”. (1960, p. 44)

O cerne da análise desta obra é o Diabo presente no imaginário medieval, e sua representação. A abordagem deste assunto expõe-se a partir da queda de Roma que influenciou na concepção de Satanás, pois representou o colapso da ordem civil e moral tal como era entendida no século V (RUSSEL, 1998, 17’16’’). A tradução da Bíblia para o latim, terminada no século V por São Jerônimo (Vulgata) traduz o *filho da luz*, Lúcifer, como estrela caída, chefe da rebelião dos anjos, em Isaías 14:12.

A Bíblia Vulgata compreende algumas passagens em Isaías (13:21), II Crônicas (11:15) e Levítico (17:7), aludindo às palavras “peludo” ou “bode”, em referência aos sátiros, traduzidos como “diabos” na Bíblia de João Ferreira de Almeida (BÍBLIA SAGRADA, 2000, p. 661, 453, 123). Sátiros são criaturas da mitologia clássica com corpos parte homem parte bode, que vêm a ser a imagem de Pã, espírito das montanhas e florestas segundo a Mitologia Grega. Essa foi uma das respostas à forma do Diabo na iconografia medieval. Os chifres, cascos, orelhas, rabo e parte inferior do corpo com pelos e sua lascívia são características vívidas da descrição de Pã, e conseqüentemente também do Diabo (LINK, 1998, p. 60).

Nos séculos que se sucederam, houve uma enorme dificuldade por parte dos artistas em representar visualmente o Diabo. A confusão de fontes literárias incompletas e a inexistência de iconografia do assunto emaranhavam o Diabo, Satã, Lúcifer e demônios, inibindo a representação dessas imagens (LINK, 1998, p. 53). A questão visual do Inferno e mesmo da aparência do Diabo permanece indefinida até a Baixa Idade Média (BASCHET, 1993, p. 135-136).

A imagética do Diabo tornou-se mais difusa a partir do século IX, e habituou-se a vê-lo em construções cristãs, especialmente em representações do Juízo Final. O poder e ferocidade diabólicos são mostrados à vista de todos nas igrejas de abadias, catedrais românicas, góticas, em pinturas afrescadas, esculturas e retábulos.

Sobre a representação do diabo na Idade Média ocidental, Jeffrey Russel aponta que:

Esforços para localizar o desenvolvimento das representações artísticas do Diabo não rendem nenhum resultado claro. Tendências são principalmente locais no tempo e no espaço e frequentemente se contradizem. Até o século XI o Diabo foi retratado geralmente ou como um humano ou como um duende, e esta tendência persistiu na arte bizantina. No Ocidente, começando na Inglaterra aproximadamente no ano 1000 e se espalhando para a Alemanha, aproximadamente no ano 1020 e além, o Diabo tende a ser uma combinação monstruosa de humano e animal. O grotesco foi trazido a padrões artísticos nos séculos XV e XVI por Derek Bouts, Van Eycks, Hans Memling, Hieronymus Bosch, Peter Brueghel, Jan Mandyn e Peter Huys. (2003, p. 202)

Outro fator elementar para realização da pesquisa é a obra de Giotto, referência tanto em seu caráter artístico quanto exemplo temático para este estudo. O próprio Dante em sua “Divina Comédia” invoca o nome de Giotto, descrevendo-o como o maior artista vivo de seu tempo (CAVENDISH, 1991, p. 9). Segundo Gombrich, “Giotto redescobriu a arte de criar a ilusão de profundidade numa superfície plana” (2012, p. 201). Seu “Juízo Final” afrescado na Capela Scrovengni contribuirá para o desdobramento das estruturas de tal temática e sua



transferência para os retábulos dos Países Baixos. O Inferno pintado por Giotto nesta referida capela trata de uma questão importante e usada por Bosch no “Juízo Final”, a representação da punição por Pecados Capitais.

O aspecto da cultura do medo incentivada pelo discurso religioso e pelas figurações apocalípticas compõe o cenário deste estudo. De acordo com Delumeau o período que se estende do século IX ao século XI tinha proporcionado à Europa uma colheita de calamidade (DELUMEAU, 1989, p. 319), ao mesmo tempo em que proporcionou a obsessão pelo medo do fim do mundo e a vinda do Anticristo, atingindo grandes camadas da população.

O “Juízo Final” de Hieronymus Bosch é nosso potencial agente, e a soma desses fatores nos dão subsídios para essa investigação. Um exame detalhado acerca das figuras contidas no tríptico e uma visão do conjunto delineada pelo conhecimento pormenorizado acarretarão numa análise mais acurada do Juízo Final de Hieronymus Bosch.

### **Bibliografia**

ALIGHIERI, D. A Divina Comédia (trad. Cristiano Martins). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

BALDASS, L. Hieronymus Bosch. Vienna, 1943. In: BOSCH. Coleção Mestres da Pintura. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1977, p. 6.

BARRET, K. Boschian Bruegel, Bruegelian Bosch: Hieronymus Cock’s Production of “Bosch” Prints. *Journal of Historians of Netherlandish Art*. Vol. 5, Issue 2, 2013.

BASCHET, J. A civilização feudal (trad. M. Rede). São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. Les justices de l’au-delà: Les représentations de l’enfer en France et en Italie (XIIe-XVe siècle). Roma: École Française de Rome, 1993.

BENEZIT, E. Dictionary of Artists. Vol. 2. Paris: Gründ, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. (trad. João Ferreira de Almeida) 7ª ed. São Paulo: Gráfica Simplificada, 2000.

BOSCH, H. O Juízo Final (Tríptico). Óleo sobre madeira, 1482. Volante esquerdo: 167,7 x 60 cm; Volante direito: 167 x 60 cm; Painel central: 163,7 x 127 cm. Akademie der Bildende Künste, Viena, Áustria.

BOSING, W. Bosch: A Obra de Pintura. (trad. Casa das Línguas, Lda). Editora Taschen, 2010.

CARUS, P. The History of the Devil. United States: Dover Publications, 2015.

- DELUMEAU, J. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada (trad. Maria Lucia Machado, Heloisa Jahn). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEGREVE, D. Retro Tablum: The Origins and Role of the Altarpiece in the Liturgy. Journal of the Institute for Sacred Architecture. Issue 17, 2010, p. 12-18.
- GOMBRICH, E. H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.
- GUEVARA, F. Los Comentarios de la Pintura. 1560. In: Grandes Mestres – Bosch. São Paulo: Abril, 2011, p. 146.
- HARTAU, J. Bosch and the Jews. Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas. N. 86, 2005, p. 29-53.
- HILL, J. História do Cristianismo. (trad. Rachel kopit Cunha, Juliana A. Saad, Marcos Capano). São Paulo: Edições Rosari, 2008.
- HUIZINGA, J. O Outono da Idade Média. 1919. In: Grandes Mestres – Bosch. São Paulo: Abril, 2011, p. 146.
- JACOBS, L. The Triptychs of Hieronymus Bosch. The Sixteenth Century Journal. Vol. 31, n. 4, 2000, p. 1009-1041.
- LE GOFF, J. As Raízes Medievais da Europa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. O Nascimento do Purgatório. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- LINFERT, C. Hieronymus Bosch. New York: Abrams, 1989.
- LINK, L. O Diabo: A máscara sem rosto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARIJNISSEN, R. Bosch: the complete works. 1999 In: Grandes Mestres - Bosch. São Paulo: Abril, 2011, p. 148.
- MICHELET, J. Historia del satanismo y la brujería. Disponível em: <[www.elaleph.com](http://www.elaleph.com)>. Acesso em: 03/06/2016.
- NAGEL, A. Altarpiece (Definition and History). In: Grove Encyclopedia of Art and Architecture. Oxford University, 2013.
- NOGUEIRA, C. R. F. O diabo no imaginário cristão. Bauru: EDUSC, 2000.
- QUÍRICO, T. A representação do Juízo Final como imagem devocional. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, SC, 2015.

\_\_\_\_\_. A representação do Cristo juiz em pinturas toscanas do Trecento ao Cinquecento. *Revista Concinnitas (UERJ)*, n. 23, vol. 2, 2013.

\_\_\_\_\_. As funções do Juízo final como imagem religiosa. 2010. Disponível em: <[www.academia.edu/1063139/As funções do Juízo final como imagem religiosa](http://www.academia.edu/1063139/As_funções_do_Juízo_final_como_imagem_religiosa)>. Acesso em: 20/08/2016.

RUSSEL, J. B. *Lúcifer: O Diabo na Idade Média*. São Paulo: Madras Editora, 2003.

RUSSEL, J. B. In: *Satan: Prince of Darkness*. 44 minutos. The Biography Channel, USA & Canada. 1998. 17'16''.

SILVA, V. C. A Morte e o Medo na Obra de Hieronymus Bosch. Disponível em: <[www.uel.br](http://www.uel.br)>. Acesso em: 20/03/2016.

SILVER, L. Jheronymus Bosch and the Issue of Origins. *Journal of Historians of Netherlandish Art*. Vol. 1, Issue 1. 2009.

SCHMITT, J; LE GOFF, J. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval I*. (trad. Vivian Coutinho de Almeida). Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

STRÖHER, C; KREMER, C. Os pecados e os prazeres terrenos no Jardim das Delícias de Bosch. *Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*. Vol. 3, n. 7, fevereiro 2011.

VERMET, B. *Hieronymus Bosch: New insights into his life and Work*. Rotterdam: Nai Publishers, 2001.

VIRDIS, C. L. *Le delizie dell'Inferno*. Veneza: Editora Imprint, 1992.

ZUIDDAM, B. The Devil and his Works: the Owl in Hieronymus Bosch (c. 1450-1516). *SAJAH*. Vol. 29, n. 2. 2014, p. 1-17.

## A representação do sermão e o debate religioso da Inglaterra do século XIV no “Conto do Pároco” de Geoffrey Chaucer

**Gabriel Oberdá Leão**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: gabrieloфинegan@gmail.com

**Resumo:** O artigo visa demonstrar alguns indícios, através de uma análise dos capítulos *Parson's Prologue* e *Parson's Tale*, ambos inseridos na obra *Canterbury Tales*, da relação do leigo Geoffrey Chaucer no debate religioso da Inglaterra do Século XIV. O conto escolhido, uma representação de sermão em prosa escrita pelo autor como último capítulo do livro em que se encontra, não está presente em todas as edições da obra e pode ter algo a dizer a respeito do papel social da pregação, do papel de tutela moral do clero regular, bem como da percepção do autor a respeito das questões religiosas do período.

**Palavras-Chave:** Pregação; Chaucer; Tutela Moral; Contos da Cantuária; Pároco.

**Abstract:** This article intends to demonstrate a few indications, through the analysis of the two chapters “The Parson's Prologue” and “The Parson's Tale”, both part of the work “Canterbury Tales”, of Geoffrey Chaucer's relations with the religious debate in 14<sup>th</sup> century England. The chosen tale, a representation of a sermon in prose, written by the author as the last chapter of the previously mentioned book, is not present in every edition of Chaucer's work. In spite of that, it might have something to tell us about the social role of preaching, about the role of moral guardianship played by the regular clergy and about the author's perception of the religious debate of his time.

**Keywords:** Preaching; Chaucer; Moral Guardianship; Canterbury Tales; Parson.

Muito se estuda sobre Geoffrey Chaucer e sua obra. O mais notável de seus escritos é o livro *Contos da Cantuária*, publicado após sua morte, e que consiste em uma peregrinação saindo da região de Southwark, em Londres, até a cidade da Cantuária com o objetivo de visitar o túmulo de São Thomas Beckett. O grupo, composto por diversos personagens de diversas origens sociais, recebe a sugestão de um anfitrião para contar histórias e tornar o período da viagem menos maçante. Um desses personagens, um pároco, guarda sua fala por último, sendo esta, uma pregação. Após um curto prólogo em verso, o Pároco começa uma reflexão, que chama de “*meditacioun*”, já em prosa, uma das únicas duas histórias a ser contadas nesse estilo. Em grande parte das edições o conto é omitido e a principal alegação é de este conto possuir uma “qualidade inferior” em termos literários, e por isso não recebe a devida atenção.

Cresce hoje o estudo dos sermões no período medieval. A ótica que os enxergamos mudou, e passamos a não aceitar de pronto as alegações de uma historiografia tradicional. Análises filológicas renovadas, compreensão do sermão como instrumento político, são exemplos desses novos esforços. Estudos renovados e atentos à historiografia mais recente aparecem com uma frequência cada vez maior na academia, e, no entanto, pouco se fala sobre

a recepção desses sermões pela população, ao menos na região da Britânia. Seria esse, portanto, um dos objetivos deste trabalho. O outro seria questionar uma premissa que, por quase cem anos, foi base para os estudos da obra de Geoffrey Chaucer: Seria o autor um homem à frente de seu tempo? Seria Chaucer um arauto do movimento da reforma protestante?

Como colocado por Hartog em *O Espelho de Heródoto*, muitas vezes a representação escrita de um determinado objeto pode dizer muito sobre seu autor e a sociedade em que vive. Seguindo esta lógica, sendo o foco desta pesquisa tentar compreender o papel social da pregação na Inglaterra ao fim da Idade Média, o conto pareceu uma escolha natural, já que é uma representação escrita por um leigo de uma pregação dada por um membro do clero secular. Pretendo, à partir daí, tentar ampliar um pouco a nossa compreensão a respeito da recepção das pregações e seu papel na sociedade daquela geografia específica e de um recorte que seleciona os séculos XIV e XV como escopo.

Em primeiro lugar deve-se atentar para alguns fatores. O primeiro deles é que Chaucer não é um indivíduo de biografia desprezível. Astrônomo, filósofo, e escritor, foi também ativo na política britânica, tendo agido como diplomata e tesoureiro. Foi enterrado na Abadia de Westminster, a maior honra póstuma possível na Inglaterra. Deu início ao “Poet’s Corner”, seção da abadia destinada a poetas e escritores. Portanto, Chaucer não era um sujeito comum, e mesmo que não fosse de família nobre, era um cortesão e aparentemente gozava de certo prestígio dentro da corte.

O segundo fator diz respeito ao uso da linguagem. Chaucer possui uma predileção pela língua inglesa em relação ao Latim e ao Francês. Tal questão fica clara em quase todas as suas obras, bem como em *Contos da Cantuária*. Isso demonstra o caráter de transição cultural deste período. Um apreço maior pelas línguas vernáculas pode ser notado já nos séculos XIV e XV, e se o autor não estava inserido nesse contexto, sem dúvida ajudou a consolidá-lo.

Como terceiro aspecto deve-se levar em consideração religiosidade de Chaucer. O inglês viveu num tempo de constante debate entre a tradicional valorização da contemplação e da ascese “heroica” como valores ideais, e a valorização do indivíduo leigo. É um período de crescimento da ideia que Nicholas Watson<sup>1</sup> chama de “espiritualidade afetiva”, mais inclusiva, e que desde o século XII vinha sendo pauta de uma extensa discussão teológica. Ou seja, já havia algum tempo que um debate em torno da individualização da fé – sobretudo com a

---

<sup>1</sup> WATSON, Nicholas. “Christian Ideologies” In: BROWN (Org.), Peter, *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

piedade afetiva – e a ideia de que experimentar a fé e a Deus seria possível a todo crente e, portanto, apesar de a ascese continuar sendo um valor de grande importância, bem como o estudo acadêmico da teologia, o leigo passa a ganhar espaço como indivíduo no contexto cristão. A percepção de que a perfeição só era alcançada através da contemplação e deserção das tentações urbanas, ou do celibato e da dedicação constante ao debate teológico aprofundado já não era mais a única existente. Para Giordano di Pisa, por exemplo, apesar de haver uma hierarquia na comunidade, cada um tem um papel na salvação – que para ele é comunitária e cidadã<sup>2</sup>. Raimundo Lúlio também terá uma preocupação com essas questões, e definirá que apesar de o homem ascético ser mais perfeito, mais santo, o homem leigo também o é, à sua própria maneira<sup>3</sup>. Alguns especialistas inclusive afirmam que um movimento cristão “puritano” – e é importante afirmar que o termo não está ligado ao puritanismo institucional do Século XVII em questão – na Inglaterra do Século XIV<sup>4</sup>.

O conto começa com um prólogo, anunciando o fim do Conto do Comerciante – o Pároco se manifesta a respeito da história que o personagem anterior havia contado. Segundo o religioso, tudo o que havia sido dito até ali era profano, e afirma que os presentes não se interessariam em ouvir suas reflexões – recurso retórico aparentemente comum para o período. De fato há um momento em que o Marinheiro interrompe uma fala do religioso alegando que muitos ali presentes não compreenderiam as palavras por ele ditas. O Anfitrião, personagem que parece possuir uma certa autoridade sobre o resto dos peregrinos, insiste que o Pároco se expresse, compartilhe sua sabedoria, e que todos ouçam o que seria dito<sup>5</sup>. O pároco diz então que não iria rimar, mas faria algo melhor<sup>6</sup> e que, com reverência a Cristo e da melhor forma possível<sup>7</sup>, terminaria os contos com uma de forma virtuosa<sup>8</sup> com uma prece<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, é exigido do religioso que seja breve, já que o sol está se pondo. Este trecho salta aos olhos, pois, embora os personagens pareçam desinteressados em ouvir uma pregação, é exigido daquele membro do clero, que se manifeste assim mesmo. O curioso é que não parece um ato de benevolência, mas sim o reconhecimento da autoridade da figura, e da necessidade de ouvir

<sup>2</sup> PISA, Giordano di. “Predica XLV”

<sup>3</sup> LLULL, Ramón. “Sermo LIII”

<sup>4</sup> WATSON, Nicholas. “Christian Ideologies” In.: *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 80.

<sup>5</sup> Our host hadde the wordes for us alle:— ‘Sir preest,’ quod he, ‘now fayre yow bifalle! Sey what yow list, and we wol gladly here’—

<sup>6</sup> *I can nat geste—rum, ram, ruf—by lettre, Ne, god wot, rym holde I but litel bettre.*

<sup>7</sup> *I wol ful fayn, at Cristes reverence, Do yow plesaunce leefful, as I can.*

<sup>8</sup> To enden in som vertuous sentence, And for to yeve him space and audience;

<sup>9</sup> And bede our host he sholde to him seye, That alle we to telle his tale him preye.

as reflexões daquele homem, reconhecendo nele autoridade e sabedoria. Além disso, o conto é extremamente longo, ainda mais se comparado aos outros da obra e a sermões do período e, mesmo sendo exigido do pároco que fosse breve, seus ouvintes aceitam que o personagem despenda um longo tempo em sua pregação.

A preocupação com o profano, o herético, por parte de um indivíduo membro do clero secular em relação a leigos, é vista por alguns como uma aproximação de Chaucer com o que viria a ser o protestantismo. Por muito tempo este trecho foi lido como indício de uma proximidade ideológica com ideais lolardos (seguidores da doutrina de John Wycliffe), mas parece mais uma consequência do debate acerca da fé individual e da ideia de religião inclusiva e afetiva do com que noções reformistas posteriores. A expectativa em relação ao leigo parece muito ligada a essa querela, já que ele também devia buscar a sua salvação através da virtude e da fé. Não afirmo aqui que a correlação entre estes debates e o ideário protestante que viria a nascer no século XVI seja inexistente, mas é de fato possível enxergar Chaucer mais próximo desta polêmica que se insere na Baixa Idade Média do que das preocupações teológicas e a noção de homem no princípio da modernidade. Um padre que espera uma vida virtuosa por parte dos leigos, e os considera como fatia participante da cristandade não era um fenômeno novo, mas algo que já vinha sendo discutido havia pelo menos dois séculos.

Desde Inocêncio III já havia uma reflexão a respeito da legitimidade de algumas profissões leigas, sendo a atividade mercantil uma delas. O papa, canoniza então Homobono de Cremona, mercador leigo, alterando portanto o *ethos* do mercador na sociedade medieval. Isso demonstra parte de um aspecto de caráter transitório no período.

O sermão em si pode ser longo, maçante, às vezes desagradável, mas parece ser necessário dentro do contexto. Isso também vai na linha da sociedade da época: o sermão era uma ação comunitária, e ouvir a uma pregação – embora não obrigatório – era costumeiro, e, por isso, não poderia ser deixado de lado. Tem-se aqui um indício relevante, pois a presença numa pregação como parte da vida pública é um traço forte ao longo da Baixa Idade Média. Não afirmo que há uma substituição desta prática após o advento das fés protestantes, no entanto, é possível enxergar uma substituição parcial e gradual, bem como uma alteração metodológica na pregação. Talvez conscientemente, talvez apenas por costume, o anfitrião faz questão de exigir de todos que ouvissem o que o pároco tinha a dizer:

Nosso anfitrião tinha algo a dizer a nós todos:  
‘Diga, enunciou ele, ‘sua reflexão,  
Mas sejais breve, pois o sol está a se pôr,



Que sejas frutuoso neste pequeno espaço de tempo,  
 E para que o faça bem, que a graça do Senhor esteja convosco<sup>10</sup>

Encerra-se então o prólogo.

O conto começa com uma citação em latim de um capítulo de Jeremias que diz: “Ponde-vos nos caminhos, e vede, e perguntai pelas veredas antigas, qual é o bom caminho, e andai por ele; e achareis descanso para as vossas almas”<sup>11</sup>. Esta pequena citação, que faz parte da metodologia do sermão de modo geral, invoca a autoridade do evangelho e dá a entender que será um tratado moral, sobre os caminhos a serem seguidos pelos homens. O tema, portanto, parece definido por aquele que prega e vai muitas vezes obedecer ao calendário litúrgico – embora nesse caso seja difícil definir se de fato o segue. O curioso aqui é o uso de um trecho do I Testamento, quando o mais usual era se pregar com temas do II.

A narrativa começa explicando o sacramento da penitência. Segundo o Pároco, há três tipos de penitência: a solene, a comunitária e a privada. Para cada uma, a personagem dá um exemplo de pecado correspondente, e a consequência para tal. O pecado solene é exemplificado como o aborto ou infanticídio. Para se livrar deste, deve-se remover o indivíduo da igreja durante a quaresma, ou coisas do tipo – “*and swich maner thing*”. Na dimensão da penitência comunitária estão aqueles pecados que se tornam famosos na comunidade, como membros do clero que “gostassem da companhia masculina em certos casos” – “*preestes enioinen men comunly in certeyn caas*” – e neste caso a penitência seria, por exemplo, realizar uma peregrinação nu, ou descalço. Por último são as expiações referentes a pecados privados. Com exemplos menos explícitos, a descrição dada pelo religioso é: “Penitência privada é aquela para os pecados cometidos privativamente no dia-a-dia, pelos quais nos reconciliamos com nós mesmos e, assim, recebemos uma penitência particular”. Esta última, embora pouco específica, dá a entender, segundo alguns estudos como o de Nicholas Watson<sup>12</sup> a respeito de Chaucer e o debate entre a fé mais individual – mas não individualista – e a fé tradicional, que são aqueles pequenos, como os pecados veniais, em pensamento, ou que não são tão expressivos para a comunidade.

<sup>10</sup> “And bede our host he sholde him seye, That alle we to telle his tale him preye. Our host hadde the wordes for us alle: - ‘Telleth, ‘ quod he, ‘your meditacioun. But hasteth yow, the sonne wol adoun; Beth fructuous, and that in litel space, And to do wel god sende yow his grace!’”

<sup>11</sup> State super vias et videte et interrogate de viis antiquis, que sit via bona; et ambulate in ea, et inuenietis refrigerium animabus vestris &c

<sup>12</sup> WATSON, Nicholas. “Christian Ideologies” In.: BROWN (Org.), Peter, *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

Em seguida, o religioso apresenta uma definição para a penitência e atenta para sua relevância. Segundo o Pároco, a Penitência é um sacramento que agracia apenas aqueles que passam por três fases, como era de comum compreensão na época, notável por exemplo em Boaventura, em seu Brevilóquio. O penitente deveria passar pelas seguintes etapas: Contrição, confissão oral e satisfação, necessariamente nessa ordem. Para explanar esta, que parece a parte mais abstrata do sermão, o pregador faz um trocadilho com as palavras *tree* e *three*. Como são três fases, o Pároco traz uma analogia que compara a penitência a uma árvore. A Contrição, consiste numa culpa interna. A comparação, portanto, é com uma raiz, que como a contrição – escondida sob a carne, no coração – se esconde sob a terra e ambos são responsáveis pela base, pela sustentação. Dessa raiz, sai o tronco, os galhos e as folhas, que seriam, como a confissão oral. Dos galhos e folhas, nascem os frutos, que são a satisfação – no sentido de atender a uma exigência – e apenas através desse fruto, podemos conhecer a graça de Deus, e obter a remissão dos pecados. Levando em consideração o período da peregrinação em questão – a quaresma – fica perceptível que Chaucer estava atento à questão litúrgica do período, sendo que a preocupação com a penitência é um tema típico das pregações ocorridas nesse recorte do ano litúrgico<sup>13</sup>.

O sermão continua, e segue comentando os pecados capitais um por um, e seus respectivos “remédios”. No que tange por exemplo à Gula, esta consiste na queda do homem no prazer excessivo associado à bebida e à comida, e seu remédio é a abstinência e o controle sobre a alimentação. A luxúria consiste no prazer em coisas mundanas, e para isso, o remédio seria o controle sobre os desejos do corpo e sobre o prazer ligado a estes desejos. Os remédios, em todos os casos são ligados ao controle da carne, e é a respeito disso que o resto da pregação irá tratar. Daí em diante não há nada que se destaque, ao menos a título dessa análise e seus objetivos. Este parece também um tema recorrente para os sermões da quaresma na Inglaterra do Século XIV.

Um ponto de grande relevância é a observação da estrutura do conto. Ele segue a tradição do *sermo modernus*. Um fato também curioso é que o Pároco prega de forma simples. Apesar de a pregação ser extremamente longa e um tanto repetitiva, a preocupação do Marinheiro, por exemplo, com a complexidade do que ali seria dito e as palavras usadas, se apresenta desnecessária. Utilizando um vocabulário que pode ser encontrado no resto da obra,

---

<sup>13</sup> WENZEL, Siegfried. *Preaching in the Age of Chaucer: Selected Sermons in Translation (Medieval Texts in Translation Series)*. Washington D.C., The Catholic University of America Press. 2008.

com pouquíssimas palavras específicas (muito bem empregadas por Chaucer), e analogias bem simples para assuntos difíceis, fica claro que não é um sermão tão denso quanto foi antecipado pelo personagem. Outra prática que parece se associar muito a pregadores do período, com exceção dos Wyclifitas, grupo ao qual Chaucer é frequentemente associado e que tende a fazer pregações extremamente densas e carregadas de um teor teológico mais profundo do que a maioria dos outros sermonários.

Corremos o risco, ao trabalhar com representações, de cair no erro de acreditarmos que o que ali está escrito é absolutamente real, ou que aqueles objetos são certos. No entanto, podemos aproveitar de indícios deixados pelo autor sobre sua época, o objeto de sua escrita, e mesmo sobre ele mesmo. Nesse caso temos uma representação que nos dá alguns indícios importantes para a compreensão do que o sermão representava naquele período. Um indício é a insistência de um personagem laico em ouvir a pregação, e seu pedido para que todos que estivessem presentes naquele momento também dessem atenção ao que seria dito. Outro indício é a preocupação de outro personagem de origem social menos prestigiosa acerca da complexidade do que seria dito. Não fica claro se o que o confunde é a estrutura, o vocabulário, o desconhecimento do latim – língua mais comum nas pregações inglesas<sup>14</sup> – ou a temática, mas em nenhum dos casos esta parece ser complexa, o que nos leva ao terceiro indício; a pregação ocorre em língua vernácula, a estrutura parece pouco elaborada, o vocabulário não diverge daquele já apresentado no resto do livro e a temática não exige alto nível de conhecimento prévio. Um outro ponto que deve ser destacado, é que o Pároco opta pelo uso do sermão como forma de passar conhecimento, prática que é lugar comum durante a Baixa Idade Média.

Chaucer não opta por representar um sermão gratuitamente. Além de sua educação catequética, e a atenção dada ao debate religioso em voga no período – presente ao longo de toda obra – o autor parece reconhecer na pregação um lugar social comum, que ocorre com frequência suficiente para estar presente em sua obra. É claro que existem outras possibilidades, como, por exemplo, alguns estudos que afirmam que este conto é um esforço de penitência (como o de Patterson, de 1976), mas levando em consideração os indícios apresentados, é razoável enxergar na obra do Inglês uma tentativa de representar uma situação pouco fantástica,

---

<sup>14</sup> SPENCER, H. L. “Middle English Sermon” in.. KIENZLE (Org.), Beverly, *The Sermon*. Turnout: Brepols, 2000.

e muito permeada por discussões altamente contemporâneas ao autor. Novamente, vemos aí uma tendência que se assemelha a uma tradição já consolidada.

Com todos os indícios apresentados, Chaucer portanto, pode ser de fato aproximado de seu contexto. Nas palavras de Nicholas Watson: “A ligação de Chaucer com a Cristandade não era mais extraordinária do que a da própria Baixa Idade Média”<sup>15</sup>. A atenção do escritor inglês à questão da heresia e da valorização da fé individual parece ser compartilhada por seu período não como um pré-reformismo, mas como uma consequência do pensamento reformista afetivo do Século XII. Em outras palavras, seguir na contramão do esforço de diversos historiadores do Século XX, parece possível. Enxergar Chaucer como um homem de seu tempo, inserido nas discussões pertinentes ao período em que viveu, e não um arauto da reforma e da modernidade, ou no mínimo pensar que é uma questão que possui diversas nuances que não foram levadas em conta por muito tempo, parece uma reflexão conveniente e necessária.

#### Referências Bibliográficas:

BOAVENTURA apud KARRIS, Robert J. *Breviloquium*. Ashland: Bookmasters. 2005.

CHAUCER, Geoffrey. The Parson’s Prologue. In: \_\_\_\_\_. *Canterbury Tales*. Disponível em: <<http://sacred-texts.com/neu/eng/mect/mect46.htm>>. Acesso em: Março de 2015.

CHAUCER, Geoffrey. The Parson’s Tale. In: \_\_\_\_\_. *Canterbury Tales*. Disponível em: <<http://sacred-texts.com/neu/eng/mect/mect46.htm>>. Acesso em: Março de 2015.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

RUST, Leandro Duarte. *A Reforma Papal (1050-1150)*: Cuiabá, EdUFMT, 2013.

SPENCER, H.L. “Middle English Sermon” in. KIENZLE (org.), Beverly, *The Sermon..* Turnout: Brepols, 2000.

WATSON, Nicholas. “Christian Ideologies” In. BROWN (Org.), Peter, *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

WENZEL, Siegfried. *Preaching in the Age of Chaucer: Selected Sermons in Translation (Medieval Texts in Translation Series)*. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 2008.

---

<sup>15</sup> WATSON, Nicholas. “Christian Ideologies” In. BROWN (Org), Peter, *A Companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 76.

## Os Escolhidos de uma Era: Os heróis da Escandinávia Medieval por Saxo Grammaticus

**Fábio Henrique Ribeiro Barbosa**

Licenciado em História pela PUC-MG

E-mail: fillodok@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre a busca pelos aspectos relacionados ao belicismo, em associação com a formação da identidade cultural danesa durante o período medieval. Através de análise da *Gesta Danorum*, foram analisadas as figuras heroicas presentes nos nove primeiros livros componentes da obra, sendo forte a interlocução dessas figuras com o contexto histórico em que a fonte foi produzida.

**Palavras-Chave:** Vikings; *Gesta Danorum*; Heróis.

**Abstract:** The present work deals with the search for aspects related to warmongering, in association with the formation of Scandinavian cultural identity during the medieval period. Through analysis of the *Gesta Danorum*, the heroic figures present in the first nine component books of the work were analyzed, being strong the interlocution of these figures with the historical context in which the source was produced.

**Key Words:** Vikings; *Gesta Danorum*; Heroes.

Sendo *belicismo* doutrina e que advoga a guerra, pode-se perceber através dos relatos de Saxo Grammaticus, na *Gesta Danorum*, uma grande presença da prática desta tendência nos séculos anteriores, mas, sendo relatos relacionados tão aproximados de um caráter mitológico, a *Gesta* pode ser entendida como uma representação da mentalidade e da cultura da Dinamarca no século XII e início do XIII. Em seus nove primeiros livros, que foram analisados para este trabalho em mais de um momento, pode-se perceber uma glorificação da prática da guerra e, apesar de Saxo em sua introdução se posicionar como um mero cronista dos eventos que buscou narrar, é perceptível um forte juízo de valor do autor. Saxo exalta os grandes reis guerreiros em seus textos e em determinado momento, critica a paz, apontando que a falta do exercício da guerra pode levar os homens aos excessos, a atividades pecaminosas, à entrega à crueldade e luxúria, como relata no quinto livro ao narrar a trajetória do rei Frode.

Através da historiografia que se refere à cultura e à religião cultuada na Dinamarca e no restante da Escandinávia no período pré-cristão, também temos indicativos do belicismo como identidade cultural. A primeira guerra do mundo, de acordo com seus mitos, se deu no início do mundo, quando os deuses atacaram e mataram um inimigo, o gigante Ymir e dele construíram o mundo, como afirmam Roesdahl e Sørensen: “The first living creature was the primeval giant Ymir. The gods, themselves of giant race on their mothers’ side, killed him and created the world from his body” (ROESDAHL, 2008, p. 131). Da mesma forma, a crença era

de que o mundo também acabaria em guerra, o *Ragnarok*. Estes homens, mortos em guerra, seriam levados pelas Valquírias, servas do deus Odin, para seu Grande Salão onde lutariam todos os dias, morreriam e renasceriam, se preparando para a batalha final.

The Valkyries are Odin's maidservants, who in times of war choose those men who will die and ride to Valhall, Odin's realm of the dead. Tenth-century graves, with the dead man buried with his weapons and his horse, are perhaps evidence of this belief 14 (Plate 8). According to the myths, the dead warriors will fight together with the gods in their last battle against the forces of chaos at Ragnarok 'the doom of the gods' (ROESDAHL, 2008, p. 130).

Outras evidências que nos permitem pensar que o belicismo está estritamente relacionado à identidade cultural dos dinamarqueses são as próprias expedições Vikings, incursões de saque e colonização na Europa do século VIII ao XII. Tais expedições constituíram inúmeros ataques em vários reinos, tais como a *Frankia* e os reinos das Ilhas Britânicas (todos conquistados a exceção de Wessex), Irlanda, indo mesmo à Península Ibérica e ao mar mediterrâneo.

A vingança também tinha um papel importante na sociedade, neste período. Era um dever e não se vingar acarretava na perda da honra, o que levava a sérias consequências para o status social da pessoa ou do grupo de que ela fazia parte. Roesdahl e Sørensen afirmam que a vingança era levada até mesmo contra não ofensores que se correlacionavam com o ofensor (ROESDAHL, 2008, p. 132).

Mesmo após a Era Viking, no período já cristão da Dinamarca, talvez por serem desencorajados a realizarem expedições contra reinos cristãos, os Dinamarqueses se dedicaram a realizar cruzadas contra os eslavos pagãos. De acordo com Inge Skovgaard-Petersen, o Arcebispo Absalon participa destes ataques, sendo exaltado por Saxo, que afirma que "He was just as much a Viking as a Bishop" (SKOVGAARD-PETERSEN, 2008, p. 355).

É importante frisar que Saxo, na *Gesta Danorum*, como narrador do passado da Dinamarca, vivia em um período onde o cristianismo era predominante na Escandinávia e, portanto, sua narrativa está impregnada por valores do seu próprio tempo. Sendo ele um membro do clero, sobretudo tendo escrito os dezesseis livros que compõe a Gesta a pedido do Arcebispo Absalon e, posteriormente, dedicando a obra ao seu sucessor, Arcebispo Anders Sunesen, é inevitável que valores relacionados ao cristianismo sejam explícitos na obra. Um exemplo disso é a retratação da figura feminina, em sua maior parte como ser leviano, corrupto, responsável pelo mal do homem. Mas, o que aqui nos interessa é a injeção destes valores nos

reis-heróis. Até o livro nove, as virtudes cardinais são um destaque na maior parte das ações dos personagens centrais de cada livro, sobretudo a *prudência* e a *coragem*.

A prudência é uma das principais virtudes cardinais pois, apesar de elas estarem todas correlacionadas, nenhuma delas faz sentido sem a esta. O corajoso, sem a prudência, seria apenas um louco a se atirar no perigo sem refletir o melhor caminho a se tomar. Assim como a prudência, sem a coragem, é apenas covardia. André Comte-Sponville, em sua obra *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*, afirma que “a prudência é a disposição que permite deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para o homem (não em si, mas no mundo tal como o é, não em geral, mas em determinada situação) e agir em consequência como convier (COMTE-SPONVILLE, 2004, p.38).

A prudência pode ser percebida em diversos momentos da Gesta, como no primeiro livro, quando Gram se disfarça com vestimentas que lhe conferem uma aparência horrenda, afim de espantar a todos em seu caminho, no momento de interceptar a viagem da princesa a ser entregue em aliança profana a um gigante.

Porém, o maior exemplo desta virtude está em Erik que, desde o princípio de sua narrativa, nunca está disposto a se lançar ao perigo sem pensar no melhor curso para encará-lo. Isto pode ser percebido quando o rei Gotar decide atacar a Dinamarca para tomar o reino de Frode, e Erik sugere que ele mande primeiro incursões para avaliar a situação, para que uma medida melhor possa ser tomada. Ou quando ele prepara calçados especiais e decide que seu desafio será travado sobre água congelada, e estes calçados impedem que ele deslize, prudência que falta a seus adversários apesar de serem corajosos. Os adversários deslizam e perdem o desafio, morrendo por conta disso. Assim, “a prudência é o que separa a ação do impulso, o herói do desmiolado” (COMTE-SPONVILLE, 2004, p.41).

Mas a coragem também é presente, pois de nada vale a prudência, sem as outras virtudes para guiá-la. A coragem é a virtude dos heróis, então nada mais comum do que a presença exacerbada dela nos reis-heróis da Gesta Danorum. A coragem é o risco corrido ou aceito sem motivações egoístas, e “os antigos a consideravam marca da virilidade” (COMTE-SPONVILLE, 2004, p.41). Em muitos momentos da Gesta, os duelos são propostos no lugar de uma luta aberta entre exércitos inimigos. Reis ou seus campeões se enfrentam em lutas nas quais, no lugar da matança, o destino do reino é traçado pelo embate de apenas duas figuras. O exemplo de coragem está explícito nestes duelos, onde o risco é aceito em prol de todo o exército. Mas também, partindo do ponto de vista que a honra não é apenas subjetiva, mas que



engloba os grupos, a ponto que estes grupos têm até mesmo o dever de vingar uma morte a risco de acarretar a perda de honra para ele, o risco aceito pela honra, deixa de ser um risco subjetivo também, passando a atender a todos. Pela honra do seu reino, o rei se vê obrigado a aceitar os duelos e os encara com coragem.

Há muitos outros exemplos de coragem que fogem do âmbito do duelo na Gesta Danorum. Ragnar, logo antes de receber a alcunha de Lodbrog, vai até o reino vizinho que está em risco por conta de duas serpentes gigantes e venenosas. Desejando se casar com a filha do rei, Ragnar encara as serpentes sozinho em prol de liberar o reino da pestilência. Neste relato sobre tal façanha, percebemos com clareza a prudência aliada à coragem, pois Ragnar não se joga cegamente em luta contra as serpentes. Primeiro, preparou vestimentas especiais, as reforçou para que ficassem mais duras e pudessem repelir os ataques venenosos das serpentes e, assim, as matou.

No caso de Frode, no quinto livro, também se percebe a coragem do governante após se libertar de sua corte. O rei diversas vezes se joga no perigo, em suas conquistas, muitas destas vezes atendendo a pedido de socorros, outras vezes para acabar com as lutas internas que Saxo já deixa claro que não são guerras boas. Mesmo a conquista de Frode a outros reinos mais distantes deixa de ser algo egoísta, pois Frode busca estender as leis do seu império a estas novas terras em melhoria destes povos. E “as outras virtudes seriam loucas sem a prudência, sem a coragem seriam vãs ou covardes. O justo sem a prudência não saberia como combater a injustiça, mas sem a coragem, não ousaria combatê-la. (COMTE-SPONVILLE, 2004, p.57).

Apesar de em menor medida, temos também a presença da *temperança* e da *justiça* nos livros, e muitas vezes os adversários dos heróis são caracterizados pela falta destas qualidades. É importante notar como estas duas virtudes, em especial – *prudência* e *coragem* – estão intimamente relacionadas ao belicismo e como os heróis dotados destas duas realizam muito mais feitos honrosos e bons do que os outros, a quem faltam as virtudes.

Durante a era Valdemariana, que corresponde ao reino de Valdemar I (1157-1182) e seus filhos, Knud VI (1182-1202), e Valdemar II (1202-1241), a Dinamarca cresceu a ponto de se tornar um importante poder no norte da Europa. Porém, antes deste período, entre 1131 e 1157, a Dinamarca passou por uma violenta guerra civil envolvendo dois diferentes ramos da família real. Tal guerra começou após o assassinato de Knud Lavard por um grupo de conspiradores. O crime foi, então, considerado como um ato de agressão contra o grupo ao qual Lavard fazia parte, o que originou uma revolta do mesmo grupo contra o rei Niels. Em 1146,

Svend Gathre sucedeu ao trono, mas teve de travar ainda várias batalhas contra Knud Magnusen. Valdemar I e seus aliados, que a princípio eram aliado de Svend, mudam de lado na guerra e passam a apoiar Magnusen. Então, após a morte de Knud, Valdemar I consegue derrotar o inimigo, se tornando o rei.

E é na Era Valdemariana o período em que Saxo escreve a *Gesta Danorum*. Hermanson afirma que, por muito tempo, a historiografia apontava que Saxo, com seu trabalho, buscava advogar em favor da monarquia vertical, onde o rei estava acima de todos. Mas, uma visão diferente surge na historiografia, apontando que Saxo, na verdade, buscava ressaltar a importância dos laços de amizade entre os reis e seus aliados para governar defendendo um regime horizontal, constituído por uma rede de poderes.

Defendendo que a *Gesta Danorum* tem um propósito didático, podendo ser considerada como um “espelho de reis”, Lars Hermanson explica que Saxo deu uma importância exorbitante ao laço de amizade e do amor entre amigos. Como exemplo, ele ressalta o laço de amizade entre o Bispo William e o Rei Svend, apontando como um demonstrava total devoção e amor ao outro. O Bispo William era, além de mão direita do rei, o seu protetor e conselheiro e, “in this way, Bishop William incarnate justice (iustitia), to which the king, in his friendship with the bishop, humbly submits”. (HEMANSON, 2005, p. 268). Assim:

On two occasions their friendship is subjected to severe tests. First: when, contrary to canon law, the king marries a Swedish queen to whom he is related; secondly: when, in a church, the king, has a group of magnates killed on suspicion of treason. However, in both cases Svend Estridcounsel" sen deeply and regretted "persistent histeaching" deeds when rebuked by the bishop. William's "holy finally made the king listen to his "instructor" and renounce his Swedish wife (51). The bishop exhorted the king to atone for his "infamous crime" against the magnates, denying Svend entrance to the Church, and then excommunicating him. To gain the bishop's forgiveness the king was forced to do penance and, like Henry IV, to make a barefoot journey of repentance before the bishop absolved him from his sins (52). (HEMANSON, 2005, p. 268).

O que Hermanson busca mostrar é que Saxo, ao advogar tal relação entre o rei e o bispo, não buscava apenas defender a relação da amizade entre o rei e o grupo *Skjalm* (grupo de nobres amigos do rei que governam junto dele), mas uma relação intrínseca entre o poder secular e o poder eclesiástico, onde um deveria governar junto do outro.

A relação entre o Bispo William e o rei Svend serve para fazer um paralelo entre a relação de Valdemar I e o Arcebispo Absalon. É neste período que o grupo *Skjalm* tem uma posição mais eminente no reino, sendo Absalon o seu representante. Outra análise de

Hermanson mostra como Saxo, para defender o governo de Valdemar I e dos seus filhos, busca justificar a mudança do primeiro de lado durante a guerra civil, o que corrobora com as suas afirmativas. Ele aponta que Saxo Grammaticus explica esta mudança de lado atribuindo características negativas e pecaminosas a Svend (como a *ganância*) e, também, afirmando que ele ignorava os laços de amizade e não governava de acordo com a alta aristocracia, não podendo esperar nenhuma lealdade deles. (HERMANSON, 2005, p.274).

A partir da minha análise e da leitura da bibliografia, não posso deixar de traçar alguns paralelos com o artigo de Hermanson. Porém, onde o autor fala da relação de amizade, eu aponto para um caminho diferente. Mesmo afirmando que a paz e a falta de exercícios levava os homens ao excesso e à luxúria, Saxo defendia que a guerra deveria ser feita fora da Dinamarca, como oi feita contra os eslavos em suas cruzadas, e não uma guerra civil como a que se instaurou por tanto tempo. E, assim como a Gesta Danorum pode ser vista como um “guia” para mostrar aos reis como governar – a exemplo da importância dos laços de amizade e de um governo horizontal, evitando assim a tirania – Saxo também mostrou nos nove primeiros livros de sua obra como deveria ser um rei, atribuindo as virtudes cardinais aos atos de heroísmo de muitos deles e dando uma importância muito maior para aqueles reis que foram heróis, dotados de prudência e coragem.

### **Referências Bibliográficas:**

#### **Fonte:**

SAXO GRAMMATICUS. The Danish History, Books I-IX. Tradução de Douglas B. Killings e David Widger, 2006.

#### **Bibliografia:**

BARTHÉLEMY, Dominique. A Cavalaria: Da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: Unicamp, 2010. 621 p.

BEREND, Nora (ed.). Christianization and the Rise of Christian Monarchy: Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900-1200. New York: Cambridge University Press, 2007.

BUMKE, Joachim. Courtly Culture: Literature and Society in the high Middle Ages. Woodstock & New York: The Overlook Press, 2000.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. 2. ed. Algs: Difel, 2002.

FRIIS-JENSEN, Karsten (ed.). Saxo Grammaticus: A medieval author between Norse and Latin Culture. Copenhagen, 1981.

Hermanson, Lars. Friendship and Politics in Saxo Grammaticus' Gesta Danorum. In: Revue Belge de philologie et d'histoire; tome 83 fasc. 2, 2005. Hisoire médiévale, moderne et contemporaine – Middeleeuwese, moderne em hedendaagse geschiedenis. Pp. 261-284. Disponível em [www.persee.fr/web/revues/home/orescruot/article/rbph\\_0035-0818\\_2005\\_num\\_83\\_2\\_4922](http://www.persee.fr/web/revues/home/orescruot/article/rbph_0035-0818_2005_num_83_2_4922) acesso em 10/05/2017.

GELTING, Michael H. The Kingdom of Denmark. In: BEREND, Nora (ed.). Christianization and the Rise of Christian Monarchy: Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900-1200. New York: Cambridge University Press, 2007.

LANGER, Johnni. Guerreiras de Óðinn: As Valkyrjor na Mitologia Viking. Brathair [Rio de Janeiro], v. 4, n.1, p. 41-57, 2004.

LANGER, J.; NEIVA, W. . Valquírias versus gigantas: modelos marciais femininos na mitologia escandinava, revista brasileira de história das religiões N. 13, 2012, ISSN: 1983-2850. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 5, p. 03-27, 2012.

MUCENIECKS, André Szczawlińska. Virtude e Conselho na Pena de Saxo Grammaticus (XII-XIII). 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <[http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/14475/Dissertacao\\_Andre\\_Muceniecks.pdf?sequence=1](http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/14475/Dissertacao_Andre_Muceniecks.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10 maio 2017.

SAWYER, Peter (ed.). The Oxford Illustrated History of the Vikings. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SAWYER, Birgit; SAWYER Peter. Scandinavia enters Christian Europe. In: HELLE, Knut (Org.). Cambridge History of Scandinavia Vol. 1. New York: Cambridge University Press, 2008.

## Judeus nas *cantigas de Santa Maria*: o olhar do Rei Afonso X sobre esta minoria religiosa

**Ingrid Alves Pereira**

Mestranda

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

E-mail: ingridap\_@hotmail.com

**Resumo:** Este breve artigo tem a pretensão de analisar as *Cantigas de Santa Maria*, destacando os poemas em que há participação judaica. Acredita-se que a imagem dos judeus refletida nas *Cantigas* expressa uma tradição em que os mesmos são vistos como os assassinos de Cristo, além de odiarem a Virgem por ser sua mãe. Sendo assim, as *Cantigas* constroem uma imagem negativa dos judeus ligando-os a avareza por praticarem a usura, a falsidade, traição e maldade. Por possuírem tais características, seu tratamento nas *Cantigas* de Afonso X, o Sábio, varia entre a condenação sem reservas e a perspectiva da salvação pela Virgem Maria.

**Palavras-chave:** Judeus; *Cantigas de Santa Maria*; Afonso X

**Resumen:** Este breve artículo tiene la pretensión de analizar las *Cantigas de Santa María*, destacando los poemas en que hay participación judía. Se cree que las imágenes de los judíos reflejada en las *Cantigas* expresa una tradición en la que los mismos son vistos como los asesinos de Cristo, además de odiar a la Virgen por ser su madre. Siendo así, las *Cantigas* construyen una imagen negativa de los judíos ligándolos a la avaricia por practicar la usura, la falsedad, la traición y la maldad. Por poseer tales características, su tratamiento en las *Cantigas* de Alfonso X, el Sabio, varía entre la condena sin reservas y la perspectiva de la salvación por la Virgen María.

**Palabras claves:** Judíos; *Cantigas de Santa María*; Alfonso X

As *Cantigas de Santa Maria* fazem parte de uma literatura mariológica muito forte nos séculos XII e XIII, sendo estes, a idade de ouro do culto a Maria no Ocidente (LEÃO, 2011, p.17). O rei Afonso X, denominado como o Sábio<sup>1</sup>, vivendo nesse tempo foi influenciado pelo culto mariano, tendo dedicado-se a escrita desta rica obra. Esses séculos são testemunha da proliferação intensa do gênero das compilações de milagres marianos, dos quais os reis hispânicos não poderiam estar de fora. Em Castela destacam entre todos eles os *Milagres de Nossa Senhora* de Berceo, o *Liber Maria* de Gil de Zamora e, particularmente, as *Cantigas de Santa Maria* de Alfonso X. Estas últimas chegaram até nós através de quatro manuscritos ricamente decorados (RODRÍGUEZ BARRAL, 2007, p.214).

Afonso X, inovou com a escrita das *Cantigas de Santa Maria*, dando a sua coletânea um formato de um rosário, pois a cada dez narrativas de milagres insere uma cantiga de louvor a Virgem. Esta obra confere um andamento circular, apresentando assim uma coerência

---

<sup>1</sup> Sobre a “autoria” das *Cantigas de Santa Maria*, há um questionamento se são da lavra do próprio Rei, se ele compôs uma grande parte ou se atuou apenas como o coordenador do amplo projeto de reunir milagres em louvor da Virgem.

tamanha em quaisquer que sejam os horizontes temáticos, sempre se retorna a Nossa Senhora, de quem o rei se fez trovador. Afonso X utiliza como língua na escrita das *Cantigas* o galego português, idioma de prestígio reservado a produção poética peninsular na Idade Média (MONGELLI, 2009, p.282).

As *Cantigas de Santa Maria*, obra literária de Afonso X nos conta sobre lendas piedosas e histórias de milagres operados pela Virgem. Mesmo com seu estilo voltado para a poesia e literatura, possui também uma função política na idealização de unificação do reino. Porém esse aspecto é mais presente nas obras jurídicas e historiográficas (KLEINE, 2005, p.51).

Dentre as muitas poesias referentes ao Rei Sábio, seus familiares e antepassados, encontramos nas *Cantigas de Santa Maria* uma quantidade de onze poemas que abordam de alguma forma a minoria judaica. Em algumas cantigas são personagens principais e em outras apenas se faz referência a eles passageiramente. Acredita-se que a imagem dos judeus refletida nas *Cantigas* expressam uma tradição judaica manifesta em outros textos de época, tradição esta que o rei não teria como fugir (CORREIA, 2006, p.77). Nos poemas, atribuí-se aos judeus acusações por terem protagonizado o assassinato de Cristo e de odiarem a Virgem por ser a mãe Jesus. As *Cantigas* constroem uma imagem negativa dos judeus ligando-os a avareza por praticarem a usura, a falsidade, traição e maldade. Por possuírem vãs característica seu tratamento nas *Cantigas* de Afonso X varia entre a condenação sem reservas e a perspectiva da salvação (RODRÍGUEZ BARRAL, 2007, p.215).

Os autores como Rodríguez Barral e Angela Correia comungam do mesmo pensamento em relação ao destino final dado para os judeus nas *Cantigas*, ou são mortos ou se convertem ao cristianismo. Em geral, os judeus são associados a uma imagem extremamente negativa, mas clássica do antijudaísmo medieval como a aliança com o diabo, o infanticídio, o crime ritual, a profanação sacrílega e o logro alheio para proveito próprio.

Observamos uma contradição em relação ao judaísmo no reinado de Afonso X, marcado pela imagem pejorativa dos judeus refletida em suas obras como nas *Cantigas* e nas *Partidas*, mas também marcado pela colaboração deles nas empresas culturais e científicas do rei e em importantes cargos administrativos. Angela Correia se interroga sobre se a antipatia em relação aos judeus seria pessoal, mesmo se decorrente da cultura do seu tempo, ou se seria consequência da necessidade de cativar a atenção de um público para o qual o antijudaísmo era um dado adquirido (CORREIA, 2006, p.79).

Os judeus são representados em 11 *Cantigas* e desempenham um papel secundário. Além da figura caricaturada do judeu medieval, existe uma projeção visual dos mitos que contribuíram para forjar o imaginário cristão dos judeus em seus aspectos mais negativos (RODRÍGUEZ BARRAL, 2007, p.215).

São vários os exemplos encontrados nas *Cantigas* representando essa parcela da sociedade negativamente.

Na *Cantiga* de número 3 encontramos representada a associação do judeu com o demônio, fato muito recorrente na literatura antijudaica medieval. Esta passagem descreve como Teófilo, um cristão, dá ouvido a um judeu, que teria o encantado a estabelecer um pacto com o demônio, com o objetivo de alcançar poder e realização. Fazendo isso, Teófilo renega a Virgem e a Deus compactuando com o Satã. Porém, após muitos anos de servidão ao demônio, Teófilo se arrepende e pede perdão a Virgem.

Muitos foram os mitos criados sobre os judeus na Idade Média, um deles é sobre a necessidade de sangue inocente para a fabricação de pães ázimos a serem consumidos na Páscoa. Existia também uma crença de que os judeus tinham hemorragias e por isso necessitavam de sangue. Sobre o crime ritual nas *Cantigas*, são encontrados em algumas passagens nas *Cantigas* de número 6 e 12. Na primeira, os judeus se irritam com o excepcional talento de um menino para cantar e arquitetam um plano para matá-lo. Na segunda, uma imagem da Virgem acusa os judeus pelo crime que cometeram contra o seu filho. Nos dois casos, há punição exemplar aos judeus pelos crimes que cometeram.

A *Cantiga* de número 4 conta acerca de um judeu, o vidreiro de Bourges que lança seu filho na fornalha por ele ter recebido a comunhão. No poema o menino é salvo graças ao intermédio da Virgem que o livra do fogo ardente da fornalha. O pai, por sua vez, é castigado pela Virgem. Nesta *Cantiga*, há uma demonstração extrema do ódio judaico pelo cristianismo, quando o pai lança o próprio filho na fornalha por ele ter recebido a comunhão. A *Cantiga* como parte de uma historiografia mariológica, exalta o milagre da Virgem ao proteger o menino e sua posterior conversão ao cristianismo.

Outro tema recorrente nas *Cantigas* a respeito dos judeus é a profanação das hóstias consagradas, imagens e crucifixos. Profanar significa tratar com irreverência ou sem respeito coisas sagradas; macular. Esse tratamento com relação ao sagrado esta ligado com a reafirmação do dogma da transubstanciação pelo IV Concílio de Latrão em 1215, que acredita



na presença real de Cristo na Eucaristia a partir da consagração dos elementos utilizados. No medievo, uma acusação comum aos judeus era a profanação das representações marianas, e as *Cantigas*, como reflexo da visão medieval sobre os judeus nos conta sobre isso na *Cantiga* de número 34, quando um judeu de Constantinopla rouba uma imagem da Virgem e a lança em uma latrina. Em seguida é castigado, sendo morto pelo diabo que o leva consigo. Tempos depois, a imagem é encontrada por um cristão, livre de toda a agressão que o judeu a fez passar. O cristão leva a imagem para sua casa, a lava e a coloca em um lugar de destaque.

Nessa *Cantiga* a legenda que a acompanha faz referência de “*Como o judeo deitou a omage de Sancta María na privada per consello do demo*”. O judeu é tido assim, como um agente do demônio e que age segundo o seu conselho.

O destino final dos judeus também é tratado nas *Cantigas de Santa Maria*, o fim mais comum dado a eles é a punição com a morte tendo o inferno como destino principal, porém, há alguns poucos casos em que os judeus se arrependem e convertem ao cristianismo, exemplo das *Cantigas* (89, 107 e 25). Já a *Cantiga* de número 108 relata a incredulidade judaica que nega converter-se a Cristo, na figura do personagem Caifás, demonstrando a tradicional malignidade do povo judeu.

Sendo assim, torna-se necessário refletir sobre os ideais que são transmitidos pela poesia e sobre o grupo social que esses ideais representavam. Pois o autor ao falar, está inserido em um contexto social que precisa ser levado em consideração. Numa sociedade de maioria iletrada, a arte de ser poeta era geralmente da aristocracia, no entanto, se difundia para as camadas populares principalmente por meio da oralidade, atingindo diferentes grupos sociais, além de popularizar os temas e as questões abordadas (KLEINE, 2005, p.27).

As *Cantigas de Santa Maria* foram uma das obras poéticas mais importantes de Afonso X, tendo um amplo alcance na sociedade de sua época. Assim, por meio da oralidade, cada vez mais ia se difundindo no pensamento das pessoas os mitos reproduzidos por essa literatura, atingindo espaço não só na Idade Média, como também na contemporaneidade. O fim do século XIV experimentou a crescente intolerância antijudaica que conseqüentemente levou à expulsão dos judeus da Península Ibérica.

### Referências Bibliográficas:

CORREIA, Ângela. *O judeu nas cantigas de Santa Maria: uma análise comparativa*. Cadernos de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” - Faculdade de letras da universidade de Lisboa, Vol. 6, 2006, pp. 77-100.

KLEINE, Marina. *EL REY QUE ES FERMOSURA DE ESPANNA: IMAGENS DO PODER REAL NA OBRA DE AFONSO X, O SÁBIO (1221-1284)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

LEÃO, Ângela Tonelli Vaz. *Cantigas de Afonso X a Santa Maria* (antologia, tradução, comentários). 1. ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011.

MONGELLI, Lênia Márcia. *Fremosos Cantares*. Antologia da lírica medieval galego-portuguesa. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

RODRÍGUEZ BARRAL, Paulino. *La dialéctica texto-imagen. A propósito de la representación del judío en las “Cantigas de Santa María” de Alfonso X*. Anuario de estudios medievales, v. 37, n. 1, 2007, pp. 213-243.

## A Península Ibérica pós-concílio de Latrão: o ambiente de produção do *Livro das confissões* de Martin Pérez e suas sanções acerca da carnalidade

**Anny Barcelos Mazioli<sup>1</sup>**

Mestrado em andamento

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: anny.mazioli@hotmail.com

**Resumo:** A fim de elucidar o contexto histórico que proporcionou a produção do Livro das Confissões de Martin Pérez, bem como sua preocupação com as relações carnis e o sacramento do matrimônio, propõe-se trazer uma elaboração feita a partir de textos e/ou documentos que versem sobre o contexto social e religioso da Península Ibérica nos séculos seguintes ao Concílio de Latrão IV (1215). As perguntas que tentar-se-á responder neste texto são: 1) por que houve a necessidade de se escrever um livro como o Livro das Confissões? 2) Qual foi o contexto de recepção do referido documento? O objetivo desse texto é apresentar o conceito de pecado e a força que ele exerceu nas sociedades ibéricas dos séculos XIII e XIV. A intenção é mostrar o contexto de produção de novas obras sobre o pecado, e como o contexto social e o contexto religioso se influenciaram nesses séculos.

**Palavras-chave:** Península Ibérica; baixo-medieval, pecado.

**Abstract:** In order to elucidate the historical context that provided the production of the Book of Confessions, as well as his concern with carnal relations and the sacrament of marriage, it is proposed to bring an elaboration made from texts and/or documents on the social and religious context of the Iberian Peninsula in the centuries following the Lateran Council IV (1215). The questions that will be answered in this text are: 1) why was there a need to write a book like the Book of confessions? 2) What was the context of receipt of the document? The purpose of this text is to present the concept of sin and the force that it exerted in the Iberian societies of the thirteenth and fourteenth centuries. The intention is to show the context of production of new works on sin, and how the social context and religious context influenced those centuries.

**Keywords:** Iberian Peninsula; Late Middle Ages; Sin.

Um trabalho vinculado à Nova História Cultural, segundo Geraldo Antônio Soares (1999, p. 53), ao problematizar o medieval, deve considerar o medo do inferno como um dos grandes fatos sociais da época, visto que essa é uma das maneiras de se aproximar do imaginário dessa era que tem o pecado e a danação eterna como aspectos essenciais do cotidiano e de sua sociedade. Todo imaginário marcado pela regra tem, por conseguinte, as formas de expiação. Dessa forma, nesse presente trabalho apresentamos o contexto histórico propício à produção e recepção de exemplares dos manuais de confissão do baixo-medieval, em especial, o Livro das Confissões.

---

<sup>1</sup> Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES.

A necessidade de se escrever um livro como o livro das Confissões<sup>2</sup> advém do cânone XXI do IV concílio de Latrão, que propunha uma nova prática de confissão: a confissão auricular obrigatória. A prática penitencial vai se construindo ao longo do medievo até chegar nesta modalidade. Apesar da penitência e do perdão dos pecados já serem propostos pela Igreja, o IV Concílio de Latrão estabeleceu algumas mudanças que aprofundaram ainda mais o controle da vida do laicato pela figura da instituição religiosa: passou-se a ser obrigatória a comunhão ao menos uma vez ao ano, essa medida foi acompanhada da proibição de receber a eucaristia sem estar previamente purificado de seus pecados (BASCHET, 2006, p. 217).

A produção do Livro das Confissões data do início do século XIV, sendo lançado em 1316. Assim, percebe-se que após as novas práticas estabelecidas em Latrão quarto os clérigos foram sendo confrontados com a necessidade de saber receber uma confissão auricular questionando ao máximo os detalhes da ação, pensamento ou omissões cometidas pelo fiel sem fazer com a que a vergonha atrapalhasse a confissão, sempre mantendo a contrição que o leigo apresentasse. Questiona-se, para além do eixo religioso, o que tornaria o Livro das Confissões uma preocupação social da época. A fim de responder a essa pergunta elencamos alguns eixos de análise da sociedade ibérica do tardo-medievo, trazendo as causas da possibilidade de escrita de um texto como o do referido confessional e da razão para o ambiente propício a recepção das ideias do livro.

### **O outono da Idade Média e suas crises: produção e recepção do *Livro das Confissões***

O tempo anterior à publicação do Livro das Confissões na Península Ibérica é marcado por conflitos de diversas ordens, a análise contextual empreendida nesse trabalho se esforça por compreender os acontecimentos entre 1250-1350, visto que o documento aqui analisado foi produzido no ano de 1316.

O século XIII e as primeiras décadas do século XIV são repletos de cenários de instabilidades<sup>3</sup> como as crises sucessórias tanto na Coroa de Castela quanto na Coroa portuguesa, os conflitos constantes que dão o tom à Guerra de Reconquista, as crises econômicas ocasionadas pelos gastos ostensivos com o ofensivo militar contra os mouros que

---

<sup>2</sup> Produzido em 1316 por Martin Pérez, que era conhecido como um homem da Igreja, clérigo secular, provavelmente graduado na universidade de Salamanca. É uma obra de consulta para os confessores, um tratado de moral e direito positivo.

<sup>3</sup> A palavra crise aparecerá diversas vezes nessa discussão contextual, visto que as bibliografias aqui utilizadas trabalham com diversas facetas de instabilidades se referindo a elas como crises, como, por exemplo, as crises sucessórias, a crise demográfica, entre outros fatores que tornam o centenário em questão um tempo de dificuldades diversas na Península Ibérica.

ainda ocupavam o território, além dos ciclos de fomes e pestilências que assolavam a península (IRADIEL et al., 2010, p. 393).

Começaremos, então, a tratar do período em questão através do reinado de Afonso X (1252-1284): segundo Curtis Giordani (1974, p. 418ss), a Fernando III (1201-1252) sucedeu seu filho Afonso<sup>4</sup> conhecido como “o Sábio”. O reinado de Afonso X é reconhecidamente marcado por uma valorização do mundo jurídico. Na intenção de implantar um direito territorial que anulasse as diversidades jurídicas dos distintos territórios da Coroa, Afonso X renovou o direito local a partir de inspirações do direito romano, o que ampliou e reforçou a autoridade régia (BORGE, 2010, p. 151).

A partir dessa renovação legislativa foi possível estabelecer a criação do modelo de Universidade: as universidades se definem como estudos gerais e suas características ficaram muito bem refletidas nas Sete Partidas, o grande código legal impulsionado pelo rei castelhano (BORGE, 2010, p. 338). Durante a Baixa Idade Média, as universidades adquiriram um notável protagonismo na difusão e na transmissão de saber. (MIRANDA GARCÍA; GUERRERO NAVARRETE, 2008, p. 427). Em Castela as universidades mais antigas foram as de Palencia e a de Salamanca, fundada em 1218 por Alfonso X de Leão<sup>5</sup>:

Pouco depois que a [universidade] de Palencia, se estabeleceu também o estudo geral de Salamanca, a finais de 1218 ou começos de 1219, por Afonso IX de Leão. Sua estrutura e organização ficou fixada em 1254 mediante um privilégio de Afonso X que, entre outras coisas estabelecia em onze o número de cátedras: três de direito canônico, uma de direito civil, duas de lógica, duas de gramática, duas de medicina e uma de música. [...] De todas elas, foi a [universidade] de Salamanca que teve maior projeção nessa época (BORGE, 2010, p. 338, 339).

Outro tópico válido a destacar é a ascensão das línguas vernáculas no âmbito da difusão do saber, Guerrero Navarrete diz que o esplendor das línguas vernáculas se deu no século XV (2008, p. 426), no entanto, o Livro das Confissões foi produzido em língua vernácula e publicado no início do século XIV, mostrando que já estava inserido nesse contexto de democratização e laicização do acesso ao saber, acompanhado da presença cada vez maior de leigos nas universidades. Um dos aspectos da crescente popularização do saber é a mudança dos materiais utilizados na confecção dos livros, essa mudança barateou os custos e o preço final dos mesmos (GUERRERO NAVARRETE, 2008, p. 426).

---

<sup>4</sup> Viveu entre 1221-1284, reinou entre os anos de 1252-1284.

<sup>5</sup> Em um primeiro momento Salamanca está no reino de Leão, mas logo após os reinos de Castela e Leão se unirem, Salamanca passou a ser uma das principais universidades de Castela.

Entre os séculos XIV e XV, os livros, por textualizar um complexo corpus doutrinário, destacaram-se como um dos principais mecanismos dirigidos para o ordenamento social, ajudando a promover as normas de conduta que precisavam ser aceitas pelos príncipes, nobres e eclesiásticos (TEODORO, 2014, p. 4). Ao descrever os pecados com detalhes para diferenciar as possíveis penitências, os confessionais se tornam verdadeiros manuais de conduta, mostrando a potencialidade de si como instrumento de controle sócio-institucional da Igreja. Livros como os manuais de confissão então estabelecem duplas funções: disciplinar e mostrar o que é proibido, bem como estabelecer as formas de redenção e reconciliação com Deus através da remissão dos pecados.

Presume-se que o Livro das Confissões tenha sido escrito no âmbito da universidade de Salamanca, constituindo um tratado de moral e de direito positivo. Ou seja, a valorização do mundo do direito, incluindo o direito canônico, e a formação das Universidades são fatores que possibilitaram a produção do Livro das Confissões.

Em retomada ao tópico anterior para finalizar o reinado de Afonso X, apresentamos que o cenário político o qual marcou o entorno da produção do Livro das Confissões foi de instabilidade visto que segundo Martin (1990, p. 35), houveram demasiadas revoltas da nobreza que aconteciam na tentativa de controlar o rei frente a política monárquica de centralização do poder baseada no Direito Romano. Um dos episódios de notável importância acontecido já no fim do reinado de Afonso X foi a revolta de seu filho Sancho, o futuro Sancho IV (1258-1295):

Nesse mesmo ano [1282], Afonso X tinha que fazer frente à sublevação de seu filho Sancho IV, que se considerava com direito ao trono depois da morte de seu irmão Fernando, enquanto o monarca e uma parte da nobreza consideravam herdeiros aos filhos de Fernando, os infantes de La Cerda (MARTIN, 1990, p. 26).

De acordo com Borge (2010, p. 150), a situação se agravou a ponto de se tornar uma guerra civil que durou de 1282 até a morte do rei Afonso X em abril de 1284. Iradiel (2010, p. 397) descreve a guerra civil dizendo que Castela se dividiu perante a questão e Afonso X contava com o apoio exterior do monarca francês (tio dos filhos de Fernando, os infantes de La Cerda), de alguns nobres e das cidades de Sevilha e Múrcia; já Sancho IV teria a seu lado grande parte da nobreza, dos eclesiásticos e das cidades castelhanas e leonesas. Diante de tamanho apoio a Sancho a despeito da posição do rei, Borge (2010, p. 151) salienta que a sublevação de Sancho e a guerra civil iam além de uma mera disputa sucessória:

Em torno da sucessão se formaram bandos e facções que eram reflexo de uma situação de crise que vinha alastrando-se durante todo o reinado de Afonso X,

tal como refletiam outras sublevações e revoltas nobiliárquicas que temos mencionado. Sublevações e revoltas que começam, portanto, durante o reinado de Afonso X, crescendo em importância à medida que, durante boa parte da primeira metade do século XIV, refletia a nível político uma situação de crise que funde suas raízes em causas sociais e econômicas. (BORGE, 2010, p. 151).

O reinado de Sancho IV necessitava se esforçar para fundar sua legitimidade, visto a forma como este acendeu ao poder. Dessa forma, deu-se início a um movimento de retorno da monarquia ao seio da religião, produzindo:

o primeiro marco cultural de raiz castelhana que se constrói no reinado de Sancho IV e Maria de Molina com o fim de corrigir o modelo letrado de Afonso X e definir os valores de legitimação da nova dinastia reinante, assentada em firmes princípios de religiosidade (REDONDO, 2012, p. 45).

A esse movimento chama-se *Molinismo*, em referência à Maria de Molina, esposa de Dom Sancho IV que foi tutora dos dois monarcas que sucederam seu marido e usou as referências criadas nos anos de vida de Sancho IV para legitimar sua descendência. Dizemos então que Sancho encarou a tarefa, em produções bibliográficas, de definir um programa político e de requerer um respaldo teológico para afirmar os direitos sucessórios de uma linhagem régia, uma espécie de propaganda letrada para respaldar uma identidade, como é o caso do livro *Castigos*:

E nós, el rey don Sancho, que fizimos este libro, heredamos los regnos que avie nuestro padre el rey don Alfonso porque el infante don Fernando era mayor que nós, seyendo él casado e aviendo hijos, murió grand tienpo ante que el rey nuestro padre finase. Ca si él un día visquiera más que nuestro padre, non oviéramos nós ningund derecho en el regno. Mas ordenamiento fue de Dios que fuese así. E a lo que Él ordena non puede nin debe pasar ninguno contra ello, ca Él es aquel que sabe qué es lo que faz (1952, p. 166)

Essa correção ou retorno aos valores religiosos que marcarão os reinados ibéricos até o fim da menoridade de Afonso XI nos é interessante, pois dá lugar político para a produção do Livro das Confissões, tornando o ambiente castelhano propício não só para a produção como para a aceitação do documento em questão.

Após a morte de Sancho IV, em 1295, se sucede um período de menoridade do infante Fernando IV (1285-1312), herdeiro do trono. Segundo González Mínguez (1998, p. 1071-1072), “a menoridade é um período especialmente propício para que se disparem todo tipo de ambições e lutas pelo poder, a cargo dos mais altos setores nobiliárquicos”, gerando um cenário anárquico que pode ser agravado por guerras civis, abusos de poder da Igreja e intervenções de reinos vizinhos:



Durante a longa menoridade do filho de Sancho IV coube a sua mãe rainha Dona Maria de Molina enfrentar os perigos que ameaçavam o trono de Fernando: a anarquia reinante em Castela agravada pelas pretensões à coroa de D. Alonso de La Cerda e de D. João, o traidor de Tarifa, e pelas ambições de D. Jaime II de Aragão. (CURTIS GIORDANI, 1974, p. 420)

Ao excerto acima, complementa Benevides (1860, p. 2) em seu prólogo às Memórias de Fernando IV: “a história dessa contenda tão prolongada como fecunda é a história do reinado de Fernando IV, em cuja menor idade os grandes aspiraram à supremacia aristocrática, a Igreja à sua prepotência absoluta e os municípios à sua mais pronta emancipação”. Segundo Martin (1990, p. 37), em Castela a pressão nobiliárquica se acentuou tanto na menoridade de Fernando IV como na de seu filho Afonso XI, entre 1295 e 1325, visto que o reino se dividiu em bandos entre os tutores ocasionando um período de guerra civil e anarquia.

O governo pessoal do rei Fernando IV, por sua vez, situa-se entre 1301-1312, ao passo que Benevides (1860, p. 2) o descreve como “turbulento”. De acordo com González Mínguez (2006, p. 455-456), “durante o reinado de Fernando IV são perceptíveis alguns sintomas que refletem as dificuldades pelas quais estava passando o reino nesses momentos, expressão de uma tendência recessiva de caráter geral”, o autor diz isso no seu texto que aborda uma diminuição demográfica durante o reinado de Fernando IV, seja por migrações ou mortes. González Mínguez (2006, p. 456) cita também adversidades climáticas que causaram fome e carestia durante o reinado, para o autor “estamos, sem dúvida, diante da primeira de uma série de maus anos que ficaram conhecidos como a crise do século XIV”.

Após a morte de Fernando IV, em 1312, Afonso XI sucedeu a seu pai com a idade de um ano (CURTIS GIORDANI, 1974, p. 420): “a regência foi exercida pelos infantes D. Juan (filho de Afonso X) e D. Pedro (filho de Sancho IV) e a tutela coube a Dona Maria Molina, avó do rei. Graças à energia desta última foram evitados conflitos”:

O reino estava praticamente dividido e cada um dos tutores ministrava justiça, reunia Cortes e fazia importantes concessões aos conselhos e cidades de sua zona de influência. Mais nos territórios controlados pelo infante Pedro e Maria de Molina que nos domínios reais administrados pelo infante Juan, os conselhos dominaram a situação, obrigaram a criação de um conselho, composto por cavaleiros, ou prelados, e homens bons das cidades e exerceram, através das Cortes, um verdadeiro controle sobre os tutores e sobre os territórios da realeza (IRADIEL et al, 2010, p. 399-400)

De acordo com Vidotte e Rui (2016, p. 104), “os conflitos sucessórios com a participação dos Infantes de la Cerda estenderam-se também durante a menoridade de Afonso XI, colocando em risco o poder desse rei”.

Um período de sucessivas revoltas nobiliárquicas, crises sucessórias e menoridades reais é um tempo marcado pela instabilidade e pela sensação de anarquia, as disputas pelo poder tornam a vivência cotidiana cada vez mais dificultosa levando os cidadãos a estarem cada vez mais ligados ao poder cultural que a Igreja exerce, buscando outras formas de autoridade e paz na vida, encontrando algo parecido com isso na autoridade eclesiástica. Os modelos de vida proposto pela Igreja ganham força em períodos de vácuo de identidade e poder como esses. Elucidamos, assim os comentários acerca da realidade política castelhano-leonesa entre os anos de 1250 até a publicação do livro das confissões, contando que a apresentação de um cenário marcado por instabilidades, conflitos e períodos de anarquia mantém uma cultura propícia ao surgimento de um manual de comportamentos como referido documento.

### **A morte no cotidiano: a proximidade da Guerra de Reconquista e as pestilências recorrentes**

Antes de começar a falar da Guerra de Reconquista em si, é importante destacar a explicação construída pela Igreja para a Invasão muçulmana à Península Ibérica no século VIII. Nesse passo, a primeira informação a ser destacada é que a formação do reino peninsular ibérico está ligada intrinsecamente ao discurso religioso. Segundo Adeline Rucquoi (1995, p. 215) a Reconquista tinha um caráter de “missão divina” e os reis legitimariam seu reinado através das conquistas contra os muçulmanos, já que essas “constituíam uma prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos”. A Reconquista adquire contornos de “Guerra Santa” e se constitui como uma tônica de unificação e identidade dos diferentes reinos ibéricos (RUCQUOI, 1995, p. 216).

Há um caráter das explicações sobre a invasão muçulmana que nos é ainda mais interessante, o discurso religioso atribuiu à invasão muçulmana a dois fatores e entre eles está a degeneração da sociedade visigoda: “Mais importante, contudo, pela aparição nas três crônicas, e constituindo-se a grande novidade do século III, é a culpabilidade dos judeus na **degeneração** [*grifo nosso*] da sociedade goda e sua traiçoeira colaboração com o muçulmano invasor” (NOGUEIRA, 2001, p. 286).

A partir do proposto por Nogueira, podemos presumir que no âmbito do discurso religioso a Reconquista pode ter adquirido um certo caráter moralizante, a fim de levar os cristãos ibéricos a retornarem ao comportamento anterior à invasão muçulmana merecendo a conquista do território novamente. González Mínguez e Palacios Martínez (2006, p. 458) ao trabalharem as crises demográficas presentes na Coroa de Castela contribuem para pensar os

efeitos da guerra de reconquista “Diferente valoração merecem as sequelas ou efeitos secundários das guerras, pois nos lugares onde se localizam os conflitos bélicos a destruição de bens do entorno é muito importante”. Dessa forma, conflitos freqüentes só resultariam em agravamento das crises sociais.

Podemos afirmar, então, que o século XIII e a primeira metade do século XIV são temporalidades conturbadas que mantêm o sentimento de guerra, conflito e proximidade com a morte. A proximidade com a morte está vinculada não só à guerra de reconquista e às instabilidades políticas, mas também a recorrência de fomes e pestilências.

### **O peso do pecado carnal e a disciplinarização do corpo**

Pensar sobre o peso do pecado carnal e sobre as razões para a preocupação com o corpo é pensar que o comportamento é marcado por um conjunto de “discursos civilizadores” que exercem um embate à natureza humana e seus impulsos. A batalha dicotômica persistente entre a “civilização” e a “barbárie”, entre o que está mais próximo do animalesco e mais próximo do racional, é representada no corpo, pois é através do controle dos impulsos corporais que se pretende chegar ao ideal social de civilização (RODRIGUES, 1972, p. 23 ).

A sociedade e suas respectivas instituições tratam de regular as práticas corporais, controlar o uso dos corpos e nesse decurso a Igreja anula a legitimidade do prazer se ocupando dessa regulamentação, prescrevendo o permitido e o condenável dentro da prática sexual. O corpo e a sexualidade, assim sendo, são objetos de um discurso *disciplinarizador*<sup>6</sup> enunciado pelas instituições que detém o poder sócio-cultural numa determinada localidade e tempo histórico.

O matrimônio na sociedade ibérica baixo-medieval era peça chave na constituição do marco principal de relação social do baixo-medieval: a família. Ao longo dos séculos medievais o matrimônio foi se construindo como sacramento, monogâmico e indissolúvel. No eixo social, o matrimônio é um instrumento de alianças utilizado para estreitar laços de amizade entre linhagens e famílias, contribuindo para ampliar e dignificar esta instituição: “os matrimônios endogâmicos, cujo objetivo é estreitar alianças e ampliar o patrimônio familiar, são uma

---

<sup>6</sup> A palavra *disciplinarização* é um conceito formulado por Foucault, em sua obra *Vigiar e punir*, que concerne a “uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos” (1987, p. 118).

constante entre a aristocracia nobiliárquica e o patriarcado urbano” (GUERRERO NAVARRETE, 2008, p. 313).

No eixo religioso, as mudanças nas regras e na cultura do matrimônio vão transformando-o no instrumento por excelência do controle da sexualidade. Sobre o pecado da “fornicação”, Pérez afirma: “o sexto mandamento é não farás fornicção, do ‘*trespassamento*’ deste ‘*foy assaz dicto*’ no pecado da luxúria.” (PÉREZ, 2012, P.198). Para o autor, aqueles que não guardarem o sexto mandamento e “fornicarem” cairão no pecado capital da Luxúria.

Martin Pérez (2012, p. 432) chama atenção dos clérigos e dos leigos para os escritos dos padres da patrística que apontam o que seria o pecado da fornicção, e dizem quando os encontros sexuais feitos pelos casados se tornam pecado mortal: “São Jerônimo<sup>7</sup> diz assim: em sua mulher é fornicador, o que a ama com grande ardor”, pois para Jerônimo deve-se amar à sua mulher com o coração e não com o desejo carnal. Além da proibição de fazer reinar, dentro do casamento, a cobiça do deleite da carne: “São Jerônimo [...] diz que os deleites desordenados dos casados são desavergonhados e desonestos, diante Deus por *çugidade*<sup>8</sup> e por luxúria estão na escritura de Deus nomeadas.” Ele continua ainda: “Que coisa pode ser mais suja, que amar a mulher legítima como outra secular.” (PERÉZ, 2012, p. 432). Martín Pérez (2012, p. 432) traz também a posição de Agostinho dizendo: “Santo Agostinho diz quanto da *achegança* carnal desordenada, e todos os usos desordenados dos membros naturais são de Deus proibidos e por fornicção julgados”.

A partir dos trechos retirados do manual de confissão de Martin Pérez, podemos perceber o quanto as proposições clericais, almejam controlar e cercear a sociedade, principalmente a vida dos casados, determinando o permitido e o proibido no que tange à sexualidade das pessoas. O penitencial continua suas prescrições rigoristas, e detalha cada vez mais o que deve e o que não deve ser feito, esquadrinhando a vida íntima do laicato. Pede-se não só a temperança como a racionalidade, bem como a proibição estrita do deleite sexual e a determinação de como, quando e onde são permitidas as relações sexuais. Ao longo da obra, nota-se cada vez mais as estratégias utilizadas pela Igreja para entrar nos quartos, nos corpos e nas mentes dos leigos baixo-medievais.

---

<sup>7</sup> São Jerônimo é contado entre os maiores Doutores da Igreja dos primeiros séculos. Foi escritor, filósofo, teólogo, exegeta e doutor nas Sagradas Escrituras. É considerado um dos padres da Patrística.

<sup>8</sup> Expressão usada no livro das confissões; está relacionada aos pecados da humanidade, aos atos poluídos, maculados e, portanto, sujos, tidos como pecado.

## Conclusão

A criação das universidades, a importância dada às cátedras de direito, além de movimentos políticos de reencontro com a religiosidade, como o Molinismo, e a guerra de Reconquista, vista como uma guerra santa, permitem-nos dizer que o ambiente era muito propício à produção do Livro das Confissões. Não é diferente com o ambiente de recepção visto que uma sociedade não se desfaz de suas marcas culturais em uma ou duas gerações somente, além disso, temos a ascensão de uma nobreza letrada, que com o barateamento nos custos dos livros e o ambiente do entorno estará cada vez mais interessada a consumir informações como as presentes no referido confessional.

Um cenário social marcado por incertezas, insegurança e sofrimento traz à realidade o peso cada vez maior do pecado e em especial do pecado carnal. Reafirmar o peso do pecado corporal emitindo livros em língua vernácula e intencionando chegar aos leigos ou ao clero secular de base mostram a tentativa de chegar de maneira cada vez mais efetiva às intimidades dos fiéis. Há uma procura e uma demanda de parte dos próprios leigos por conta do quadro geral de literaturas como o Livro das Confissões.

O Livro das Confissões, por sua vez, está inserido num contexto de ressignificação do casamento que passa a ser não mais apenas uma instituição social e vai adquirindo o status de instituição religiosa por conta das mudanças nos ritos e da transformação e construção paulatina deste em sacramento. Em suma concluir esse trabalho é ter a dimensão de que através de todo um imaginário propício, a Igreja se tornou uma instituição cada vez mais poderosa tanto no eixo político e teológico quanto no âmbito das representações e do cotidiano tardo-medieval.

## Referências Bibliográficas

### Documentos:

AGOSTINHO. De libero arbítrio. Tradução, organização, introdução e notas de Nair de Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995.

BENEVIDES, Antonio. Memorias de Dom Fernando IV de Castilla. Tomo I. n. 9. Madrid: Imprensa de José Rodrigues, 1860. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=f5qgdQsvxcsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=f5qgdQsvxcsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) Acesso em: 09 de junho de 2017.

Crónica de Fernando IV. Crónicas de los Reyes de Castilla. Madrid: Atlas, 1953.

COLMENARES, Diego de. Historia de la insigne ciudad de Segovia y compendio de las historias de Castilla. Segovia: Biblioteca virtual universal, 1970. Disponível em: <http://biblioteca.org.ar/libros/154833.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2017.

REY, A. Castigos e documentos para bien vivir ordenados por el rey don Sancho IV. Bloomington: Agapito Rey Indiana University, 1952.

Obras:

ÁLVAREZ BORGE, Ignácio. La plena Edad Media: siglos XII-XIII. Madrid: Sintesis, 2010.

BYNUM, Caroline W. Jesus as a mother: studies in the spirituality of the high middle Ages. Berkeley: University of California press, 1982.

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: LE GOFF, J. SCHMIDTT, J. Dicionário temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CURTIS GIORDANI, Mário. História do mundo feudal: acontecimentos políticos. Petrópolis: Vozes, 1974.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800 – uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

GOMEZ REDONDO, Fernando. El molinismo: un sistema de pensamiento letrado (1284-1350). In: MARTÍNEZ PÉREZ, Antonia; BAQUERO ESCUDERO, Ana Luisa. Coord. Estudios de literatura medieval: 25 años de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. p. 45-81.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. La minoría de Fernando IV de Castilla (1295-1301). Revista da Faculdade de Letras. História, série II, vol. 15, nº. 2. Bizkaia: Universidade do país basco, 1998. p. 1071-1084 Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4049.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2017.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. Fernando IV de Castilla (1295-1312): perfil de un reinado. In: Espacio, Tiempo y Forma. Serie III, t. 17. Madrid: Facultad de Geografía e Historia, 2004. p. 223-244.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. Las luchas por el poder en la corona de Castilla: nobleza vs. monarquía (1252-1369). Clio & Crímen: Revista del Centro de História del Crimen de Durango. N. 6. Durango: 2009. p. 36-51.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César; PALACIOS MARTÍNEZ, Roberto. Reflexiones sobre la crisis demográfica en la Corona de Castilla durante el reinado de Fernando IV (1295-1312). Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 1, Bizkaia: Universidade do país Basco, 2006. P. 453-464. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4840.pdf> Acesso em 19 de junho de 2017.

IRADIEL, Paulino; SALUSTIANO, Moreta; SARASA, Esteban. Historia medieval de la España Cristiana. Madrid: Cátedra, 2010.

MARTIN, José Luis. La Edad Media en España: el predomínio Cristiano – siglos XIII-XIV. Madrid: Anaya, 1990.

MORRIS, Collin. The Discovery of the Individual, 1050-1200. Toronto: University Toronto, 1987.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. Historia, Instituciones, Documentos, n. 28. Sevilha: Universidade de Sevilha, 2001. Disponível em: <https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/2576> Acesso em: 16 de junho de 2017.

RANKE-HEINEMANN, Uta. Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja católica; tradução Paulo Fróes - 3.ed. – Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1996.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Elena E. La industria Del libro manuscrito em Castilla: fabricantes y vendedores de pergamino (ss XII-XV). Historia, Instituciones, Documentos, n. 28. Sevilha: Universidade de Sevilha, 2001. Disponível em: <https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/2576> Acesso em: 16 de junho de 2017.

RUCQUOI, Adeline. História medieval da Península Ibérica. Lisboa: Estampa, 1995.

VIDOTTE, Adriana; RUI, Adailson José. Lei, tradição e memória na controversa sucessão de Afonso X (1252-1284). Revista da Faculdade de Direito da UFG. V. 40, n.2, jul. / dez. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016. p. 92-110.



## ST 17 - Cultos, ritos, narrativas e práticas religiosas: religiões e religiosidades e suas possibilidades nas pesquisas históricas

Leonildo José Figueira  
Mestre em História  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)  
[leo.hist@gmail.com](mailto:leo.hist@gmail.com)

Simone Aparecida Dupla  
Doutoranda em História  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
[cathain\\_celta@hotmail.com](mailto:cathain_celta@hotmail.com)

Vanderley de Paula Rocha  
Doutorando em História  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
[vanderleypr05@yahoo.com.br](mailto:vanderleypr05@yahoo.com.br)

Rafaela Arienti Barbieri  
Mestranda em História  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
[rafaelaarientibarbieri@hotmail.com](mailto:rafaelaarientibarbieri@hotmail.com)

Tiago Ferreira dos Santos  
Mestre em História  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
[thiagofersan23@hotmail.com](mailto:thiagofersan23@hotmail.com)

Bárbara Santana Nogueira  
Mestranda em História  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
[barbarasantana2007@hotmail.com](mailto:barbarasantana2007@hotmail.com)

André Rocha Cordeiro  
Mestrando  
Universidade Estadual de Maringá - UEM  
[andrerochacordeiro@hotmail.com](mailto:andrerochacordeiro@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Diante da diversidade religiosa existente no Brasil e no mundo contemporâneo se faz necessário a discussão histórica acerca das trajetórias, vivências, experiências e práticas das religiões e suas especificidades. Expressando-se enquanto uma atividade humana, ferramenta de sociabilização e de relações sociais as religiões e religiosidades estão presentes em vários contextos culturais e históricos, de modo a se demonstrarem objetos históricos e de análises de historiadores, que buscam formas de compreender e interpretar a atuação dos sujeitos históricos

em suas múltiplas vivências. Surgindo no século XIX enquanto disciplina a História das Religiões expandiu-se, posteriormente, enquanto campo de pesquisa, por meio de fundação de periódico e revistas científicas, publicação de livros, instituição de cátedras de estudos, congressos e eventos acadêmicos. Com a terceira geração da École des Annales, da década de 1960, a História das Religiões e Religiosidades ganhou novo fôlego tornando, desse modo, possível ao historiador resgatar práticas e estratégias, conflitos e acordos, que permeiam as formas de contato com o sagrado e marcam as experiências vividas em grupo ou individualmente, dado que as múltiplas culturas humanas possuem suas noções acerca do divino. Compreendendo a variedade de abordagens, fontes e objetos que perpassam a História das Religiões e Religiosidades, este simpósio tem como objetivo pensar o fenômeno religioso em seus múltiplos aspectos teórico, conceitual e metodológico, reunindo os diversos trabalhos e pesquisas sobre religiões, religiosidades e crenças que vem sendo desenvolvidas no campo da história e das ciências humanas, a fim de proporcionar, aos participantes, possibilidades de trocas epistemológicas e possíveis reflexões e diálogos trans/interdisciplinares.

## A palavra oral e a música: os vilancicos portugueses do século XVII (1640-1656)

**Lais Morgado Marcoje**

Mestranda

PPGHIS/UFRJ e bolsista CNPq

E-mail: laismarcoje@gmail.com

**Resumo:** Sendo um gênero poético musical, os vilancicos continham elementos considerados profanos, mas que no decorrer de sua existência foram incorporados no cotidiano religioso ibérico. Foram considerados música de Estado no reino espanhol, segundo o musicólogo Pablo L. Rodríguez. Diversas questões permeiam o uso do vilancico pelo reino português na Restauração Portuguesa, iniciada em 1640, sendo seu período de maior destaque. Era apresentado na Capela Real, em datas específicas como o Natal, a Epifania e o dia da Nossa Senhora da Conceição. Sendo o rei o principal responsável pela escolha das músicas que compunham sua biblioteca, haveria algum tipo de representação de sua imagem nesses vilancicos? Para esta apresentação pretende-se desenvolver a ideia do uso da palavra oral e suas implicações no mundo moderno, relacionando-a com a ascensão do vilancico em Portugal como uma forma de comunicação entre os músicos de d. João IV e os espectadores da Capela Real.

**Palavras-chave:** oralidade; d. João IV; vilancico.

**Abstract:** Being a poetic and musical genre, the vilancicos had profane elements, but around the Modern Age, sacred elements were being incorporated. In Spain, they were denominated State's music by the musicologist Pablo L. Rodríguez. There are a lot of questions about the vilancico in Portugal before the Restoration of 1640, period that this genre became more famous. First, their practice started on Royal Chapel, in Christmas' day, Epiphany's day and in the day of Our Holy Lady of Conception. The portuguese king, d. John IV, was who choose the musics of his musical library, so is it possible there were a kind of representation of the king in that vilancicos? To this presentation we going to develop the idea of the oral words and their uses and implications on Portugal that could be a type of communication between the musical players' d. John IV and the Royal Chapel' spectators.

**Keywords:** orality; d. John IV; vilancico.

O historiador espanhol Fernando Bouza<sup>1</sup> trabalha com a ideia de que o período moderno foi a era da palavra falada. Os sermões, a música e o teatro são exemplos claros da importância da oralidade na sociedade moderna ibérica. Em tais sociedades se viam por meio de gestos, lugares, aparências e vozes.<sup>2</sup> Como afirma Fernando Bouza Álvarez, “el simil de la vida como representación teatral vuelve a parecer el más pertinente”.<sup>3</sup> Neste presente trabalho, discutir-se-á a importância da palavra oral, tendo como fonte principal o vilancico, um gênero poético musical.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup>ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Palabra e imagen en la corte: cultura oral y visual de la nobleza em el siglo de Oro*. Madrid: ABADA Editores, 2003. (Lecturas de Historia)

<sup>2</sup>ÁLVAREZ, *Op. Cit.*

<sup>3</sup>*Idem*, p. 16

<sup>4</sup>SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Os vilancicos portugueses nos séculos XVII e XVIII: documentos para uma história do culto dos Santos. *Acervo*: Rio de Janeiro, v.24, p.113-128, 2011.

A importância da oralidade era sentida, não apenas na comunicação entre gerações<sup>5</sup>, mas da comunidade para com a própria comunidade, quando havia algum excomungado na comunidade era importante evitar qualquer tipo de comunicação para com esse indivíduo.<sup>6</sup> A excomunhão, a máxima pena da Igreja, implicava, desde a Idade Média, na exclusão do pecador na comunidade crente, o que implica no emprego do silêncio para com o pecador.<sup>7</sup>

Entre os grupos que formavam a sociedade moderna, o convívio se dava fortemente em festas religiosas, solenes e procissões. Desse modo, a comunicação era mediada pela voz, incluindo a música – explicitada aqui nos vilancicos<sup>8</sup> -, os espetáculos teatrais e a dança, o que contribuía para a autoconsciência que essas sociedades tinham “de su riqueza en formas de comunicación, conocimiento e memoria”.<sup>9</sup> Segundo o historiador citado, Fernando Bouza, a voz explicitava os mais íntimos sentimentos, a alma do ser humano, utilizando-se dos nossos outros sentidos para a transmissão da mensagem.<sup>10</sup>

Devido à importância da oralidade, a retórica era objeto de cuidados:

Haveria, pois, uma dimensão específica na atividade retórica, que envolve o estudo do comportamento humano (objeto comum à ética e à psicologia, se pensarmos nos termos das ciências modernas); e uma dimensão transversal e universal, logo formal e uma não específica, que interessa a todos os discursos (históricos, filosóficos, científicos), enquanto trata dos procedimentos necessários à formulação dos diversos tipos de conhecimento. A retórica, entendida filosoficamente, como fizeram Aristóteles e Isócrates, forma o cidadão justo e prestante e, ao mesmo tempo, o orador perito na arte do mover eficazmente os corações e as mentes dos ouvintes.<sup>11</sup>

Para Aristóteles, a retórica está relacionada com as emoções.<sup>12</sup> O ato de falar, expor por meio de palavras não deve estar desassociado das paixões, das emoções. Mas estas não podem ser exageradas, precisam ser controladas. Nada muito diferente do que se via nos grandes

---

<sup>5</sup>Cabe lembrar que a poesia surgiu como um mecanismo de comunicação, em que o conteúdo podia ser passado de forma mais fácil devido às rimas. Cf.: SARAIVA, António José. LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. Porto: Porto Editora, 1978.

<sup>6</sup>ALVAREZ, *Op. Cit.*

<sup>7</sup>*Idem.*

<sup>8</sup>TORRENTE, Álvaro. Function and liturgical context of the villancico in Salamanca Cathedral. In: *Devotional music in the Iberian World, 1450-1800: the villancico and related genres*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2007.

<sup>9</sup>*Idem*, p. 27.

<sup>10</sup>ÁLVAREZ, *Op. Cit.*, p. 29-30.

<sup>11</sup>BOSSI. Introdução In: VIEIRA, Padre Antônio. *Essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. (Clássicos) p.16

<sup>12</sup>MEYER, Michel. Prefácio: Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Clássicos)

oradores modernos que criavam seus sermões com base nas três regras: ensinar a doutrina, entreter e persuadir - *decere, delectere e movere*, respectivamente.<sup>13</sup>

Tendo a voz como principal veículo da retórica, o orador, então, podia expor seu sermão com suas paixões aparentes. A retórica era essencial para fornecer valores, formando ouvintes virtuosos. Todo esse cuidado é facilmente visto nos sermões, como a própria historiografia moderna vem analisando. Mas como seria no caso da música, tal como pretendemos abordar aqui neste trabalho?

A música no ápice de sua execução provoca emoções e sentimentos nos seus ouvintes. É preciso desenvolver essa percepção ao longo dessa pesquisa. Contudo, temos acesso apenas às letras dos vilancicos e não a outras fontes que poderiam nos informar, caso essas fontes existam, como esses vilancicos foram ouvidos e compreendidos pelos ouvintes e espectadores. Mais à frente ficará mais claro porque estamos usando também a palavra espectador.

Assim como havia a preocupação em torno do sermão, com a música não seria diferente. Podemos observar nas palavras do já citado historiador Fernando Bouza como a música estava relacionada com a virtude humana:

As duas formas superiores de música, ou seja, a *mundana* e a *humana*, só podiam ser executadas pelos homens mediante actos do intelecto, devido à falta de comprimento físico de que informavam os seus ouvidos (*angustia aurium*). Todavia, e devido ao facto de as três expressões musicais possuírem uma misteriosa correspondência entre si, a música prática dos instrumentos reflectia a harmonia cósmica do universo, mas também a harmonia do homem, e tanto podia elevar o ouvinte até o êxtase da contemplação da divindade, como devolver a harmonia perdida ao seu corpo doente, curando-o de todos os seus males.<sup>14</sup>

Consta-se então, a partir da perspectiva de Fernando Álvarez, que a havia um cuidado com a música, relacionando-a com o divino, com a virtude e com o homem. É claro que a relação da música com o homem era cuidadosa. A música mundana não era benéfica à alma humana. A música deveria estar a serviço da elevação da alma, do alcance ao divino por meio das harmonias sonoras. Desse modo, o papel da música não está distante da Igreja. Pelo contrário, a música pode ser vista como um auxílio durante as festividades religiosas e as missas. O momento musical provoca sensações e emoções que muitas vezes não são sentidas

---

<sup>13</sup>PAIVA, José Pedro. Episcopado e pregação no Portugal Moderno: formas de actuação e de vigilância. *Via Spiritus*: Porto. 16v. 2009.

<sup>14</sup>ÁLVAREZ, *Op. Cit.* p. 260.

durante a evocação da palavra divina. A música corrobora para a ligação do homem com o divino. Era um dos elos.

Por conta dessa forma de pensamento sobre a música que o duque de Bragança, que se tornou d. João IV após a Restauração portuguesa de 1640, teve uma parte da sua educação voltada para o aprendizado dos conhecimentos musicais. Seu pai, o duque d. Teodósio foi o responsável pela insistência para que o futuro d. João IV apreciasse a boa música. Seu filho acabou construindo uma das maiores biblioteca musical de toda a Europa.<sup>15</sup> Era responsável pela escolha das músicas que constituíram o seu repertório musical. Também é considerado autor de um tratado sobre música moderna.<sup>16</sup>

Dentre do que nos é conhecido desse repertório, o vilancico era um dos gêneros predominantes no seu catálogo musical.<sup>17</sup> Tal questão demonstra o quão importante esse gênero foi ao longo do século XVII.<sup>18</sup> Essas fontes estão concentradas hoje em duas grandes bibliotecas, a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN) e a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).<sup>19</sup> Boa parte delas é idêntica entre um arquivo e outro, o que indica que são cópias.

Os vilancicos dessas duas grandes bibliotecas são em sua maioria impressos em forma de folhetos que foram encadernados em série cronológica, “contendo letras de vilancicos que foram cantados nas sés e igrejas paroquiais de Lisboa e Coimbra por altura das festas de maior solenidade do calendário litúrgico, como o Natal e a Epifania, bem como a comemoração de santos e patronos locais”.<sup>20</sup>

Os vilancicos continham conteúdos religiosos, sacros. Porém sua origem é marcada pela profanidade, seja nas letras, seja nos instrumentos. No decorrer dos séculos XVI e XVII, temos vilancicos cada vez mais sacros, estando presentes no cotidiano festivo das igrejas ibéricas. A demarcação ibérica como característica dos vilancicos é importante. Isso porque é um gênero

---

<sup>15</sup> *Idem.*

<sup>16</sup> *Defensa de la musica moderna contra la errada opinión del obispo Cyrilo Franco.*

<sup>17</sup> Cf.: IGLESIAS, Alejandro L. em *La Colección de Villancicos de João IV, Rey de Portugal*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2002. 2 vols. e LOPES, Rui Miguel Cabral. *O vilancico na capela real portuguesa (1640-1716): o testemunho das fontes textuais*. 2006. Tese (Doutoramento em Música e Musicologia), Universidade de Évora, Évora.

<sup>18</sup> Cabe ressaltar que diversos musicólogos consideram o período de maior destaque do vilancico em Portugal entre o século XVII e o século XVIII. Neste último século sua prática foi proibida pelo rei d. João V.

<sup>19</sup> LOPES, Rui Miguel Cabral. O repertório de vilancicos da Capela Real portuguesa (1640 - 1716): vetores sociolinguísticos, implicações musicais e representação simbólica do poder régio. *Revista Brasileira de Música*: Rio de Janeiro, v.25, n.2, Jul./Dez. 2012. Disponível em <<http://rbm.musica.ufrj.br/edicoes/rbm25-2/rbm25-2-01.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2015.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 278.

muito característico da Península Ibérica. Desse modo, formas determinadas de religiosidade, cultos a santos, uso de alguns instrumentos na execução do vilancico e outros elementos demarcam o que podemos chamar de “ibericidade” desse gênero, mas com gêneros equivalentes em outras culturas, como a inglesa e a francesa. O vilancico esteve também presente fora da Europa, mas dentro dos territórios dos impérios portugueses e espanhóis.<sup>21</sup> Essa demarcação “social” do vilancico fica clara nas palavras de Rui Lopes:

A mensagem religiosa não pode ser dissociada do imenso complexo social e cultural que caracteriza toda a vivência do cotidiano porque o que se pretende, acima de tudo, é um modelo de integração o mais completo possível, através do qual o indivíduo se possa rever no universo social circundante e assimilar os limites da sua própria intervenção nesse mesmo universo. Desta forma, são constantes as estratégias de consolidação da hierarquia social e de poderes junto da sociedade em geral, obtidas por recurso à representação terrena de Deus, do Menino Jesus e da Virgem Maria. É com vista neste objetivo, a que se alia o exemplo incontestável de virtudes transmitido pelo Rei e pela família real, que se compara frequentemente o Menino Jesus a um “monarca” onipotente, ou a um “infante soldado” que vai lutar contra o mal e as vicissitudes humanas, ao lado dos Reis Magos. Outros personagens, como marinheiros, músicos, soldados, escravos negros e ciganos, abundam nas histórias, permitindo a identificação constante do espectador com algum aspecto do cenário recriado, qualquer que seja o seu estrato social.<sup>22</sup>

Além da forte raiz ibérica dos vilancicos, esse trecho destaca a importância da análise dos conteúdos dos mesmos, cabendo um estudo mais profundo da poética disseminada. Deve-se ter em mente que o vilancico, além de ser um gênero musical, continha uma poética específica para dias específicos do calendário litúrgico. Em Portugal, o vilancico apareceu com força nas festas do Natal (25 de dezembro), da Epifania (06 de janeiro) e no dia da Nossa Senhora da Conceição (08 de novembro).<sup>23</sup> Essas foram as primeiras festas em que o vilancico esteve presente após o incentivo do rei d. João IV. Contudo, podemos observar e afirmar, por meio dos diversos vilancicos que compõem os arquivos citados e de trabalhos desenvolvidos por Álvaro Torrente<sup>24</sup> e Beatriz Catão Cruz Santos, que havia vilancicos para outras festividades como *Corpus Christi* e vilancicos devocionais como os de São Gonçalo do Amarante.

<sup>21</sup> Cf.: IRVING, David. *Historical and literary vestiges of the villancico in the early modern Philippines*. In: KNIGHTON, T. TORRENTE, A. *Devotional Music In The Iberian World, 1450–1800: The Villancico and Related Genre*. Yorkshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

<sup>22</sup> LOPES, *Op. Cit.* p. 281

<sup>23</sup> *Idem.*

<sup>24</sup> TORRENTE, Álvaro. Function and liturgical context of the vilancico in Salamanca Cathedral. In: KNIGHTON, T. TORRENTE, A. *Devotional Music In The Iberian World, 1450–1800: The Villancico and Related Genre*. Yorkshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.



Os vilancicos foram um gênero extremamente relacionado às festas religiosas, às cerimônias e aos ritos. Práticas comuns nas sociedades desde muitos séculos atrás. Desde o período medieval, as sociedades da Europa tendiam à forte hierarquização dos homens e à idealização da sociedade.<sup>25</sup> A cada grupo de indivíduos que compunha a sociedade cabia a tentativa de

corresponder ao máximo aos atributos ideais da sua figura. Cada homem, para corresponder à ordem divina, devia ser a cópia fiel de uma imagem ideal, devia portanto seguir com o maior empenho possível, já que estava em jogo a sua própria salvação, as atitudes que conduzissem àquele ideal.<sup>26</sup>

Trazendo como herança do período medieval, as sociedades europeias, durante o período moderno, mantiveram seu caráter ritualístico. Foram nos momentos de espetáculos religiosos que se notavam os desvios religiosos, ou seja, eram perceptíveis, em alguns casos, práticas profanas em meio às práticas sacras.<sup>27</sup>

Abordar cerimônias implica em compreender o significado próprio do ritual ou rito. De acordo com o medievalista francês Jean-Claude Schmitt “o rito é uma sequência ordenada de gestos, sons (palavras e música) e objetos, estabelecida por um grupo social com finalidades simbólicas”.<sup>28</sup> Em um rito há elementos teatrais, orais e outros dessa natureza que produziram um determinado significado ou simbologia para o momento do rito.<sup>29</sup> Além disso, é possível notar por meio dos ritos a relação dos fieis leigos com o divino e a sua relação com os membros do clero. Ficavam notórias, então, as divisões sociais e quais papéis cada grupo desempenham na sociedade.<sup>30</sup>

Para exemplificar como o vilancico estava intimamente relacionado com o cotidiano moderno, Rui Bessa afirma que

num ambiente cortesão de festa e euforia, o vilancico criava ambientes líricos pela temática do amor, momentos de riso pela sátira, às vezes exagerada em que a crítica mordaz dos poetas cortesãos desmascaravam, com primor, as fraquezas amorosas, a vaidade desmedida dos nobres e a vida mundana de

---

<sup>25</sup> Renata de Araújo traz reflexões sobre o caráter ritualístico em Portugal. Dados dessa natureza são de grande importância às pesquisas sobre os vilancicos, sendo, como podemos destacar um gênero fortemente ligado às práticas ritualísticas e festivas do período moderno. Cf.: ARAÚJO, Renata de. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1963.

<sup>26</sup> *Idem*, p.30.

<sup>27</sup> *Idem*.

<sup>28</sup> SCHMITT, Jean Claude. *Ritos*. In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude (orgs). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. v.2 p.415.

<sup>29</sup> *Idem*.

<sup>30</sup> *Idem*.

muitos clérigos, como se depreende dos cancioneiros e da obra de Gil Vicente.<sup>31</sup>

Para além dos usos feitos no vilancico, a afirmativa acima indica também a relação entre o vilancico, a festa e o teatro.

A dimensão ritualística e festiva do vilancico e do teatro fica mais nítida no trabalho do musicólogo Álvaro Torrente,<sup>32</sup> em que descrição de diversas festividades fixas no calendário litúrgico, como o Natal, a Epifania e a procissão de *Corpus Christi* demonstra a força da música, que no caso dele e no desta pesquisa é o vilancico, na demarcação de um momento de maior liberdade dos fieis. Isso porque, além do vilancico estar em língua vernácula, o que permitia uma maior compreensão por parte dos espectadores, era permitido na festa um momento de descontração. Contudo, não sabemos até que ponto os membros do clero concediam essa “liberdade” e o que era feito para combater os desvios religiosos e de conduta.

Jacques Le Goff<sup>33</sup> já afirmava que controlar o tempo é deter o poder sobre os homens. Segundo ele, a “conquista do tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos de controle do universo pelo homem”<sup>34</sup>. Sendo o tempo sinônimo de poder, estes eram somente os “reis, padres, revolucionários”<sup>35</sup>. Temos, durante séculos e séculos, a Igreja como grande detentora e controladora do poder sobre o tempo medido. É esse tempo, com “raízes profundas no sagrado”<sup>36</sup>, que guia e organiza a vida das sociedades, pois toda “a vida cotidiana, afetiva, fantástica, de uma sociedade depende de seu calendário”<sup>37</sup>, e as festas religiosas, como estamos tratando, era um dos mecanismos de percepção do tempo, além das estações do ano.

Ainda seguindo o tema das festas é intrigante destacar que estes momentos eram considerados uma concessão da Igreja, sendo interpretados por alguns intelectuais, como Freud e Girard,<sup>38</sup> como momentos de transgressão. Muitas festas podiam, entretanto, reforçar as hierarquias e posições sociais.<sup>39</sup>

---

<sup>31</sup> BESSA, *Op. Cit.* p.53

<sup>32</sup> TORRENTE, Álvaro. *Op. Cit.*

<sup>33</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 442.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 442.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 444.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 448.

<sup>38</sup> Cf.: VALERI, Valerio. *Op. Cit.*

<sup>39</sup> *Idem*.

Nas festas, o sagrado era indivisível e exterior ao tempo. Como conciliar o tempo, divisível, com o sagrado indivisível? Essa conciliação se dava por meio das festas. O tempo era sagrado, contínuo e indivisível. As festas ditavam o ritmo do tempo. Havia a associação do tempo sagrado indivisível com a divisibilidade do profano, tornando o tempo rítmico e pendular. Essa percepção pressupõe o tempo divisível, em que “as festas criam a própria sociabilidade da percepção de um tempo colectivo, quer cíclico quer irreversível, introduzindo descontinuidades colectivas nas percepções individuais da duração”.<sup>40</sup>

Cabe ressaltar que a relação do sacro com o profano era determinada com as festas, em que o tempo era vivido de forma coletiva,

Com efeito, não só as festas se opõem aos intervalos que as separam como o sagrado se opõe ao profano mas a passagem do profano ao sagrado, que abre a festa, e passagem do sagrado ao profano, que a fecha, constituem outro par de contraste. Cada um destes contrastes corresponde a comportamentos diversos. O sagrado é caracterizado por um comportamento inverso do profano, a que se opõe: por isso, no auge da festa é associado uma inversão de papéis; os homens se vestem de mulheres, anda-se de trás para frente, etc. Quanto ao rito de entrada e ao rito de saída, um é caracterizado por um comportamento mais formal, o outro por uma mascarada. O pêndulo temporal é, pois, realizado por comportamentos que se sucedem seguindo uma ordem preestabelecida.<sup>41</sup>

Como podemos afirmar a partir do que estamos discutindo, os vilancicos possuem vieses religioso e profano, além de elementos do cotidiano das sociedades portuguesas e espanholas do período moderno. Para exemplificar, trataremos de analisar um dos vilancicos que foi apresentado no ano de 1644 na Sé de Lisboa, na noite de Natal.

O ano em questão está inserido no período Restauração Portuguesa, em que d. João IV se rebelou/subleva e se apossa do trono português. A partir do título de *Vilancicos, que se cantaram na Sancta Sé desta cidade de Lisboa, nas Matinas da noite do Natal deste anno de 1644*,<sup>42</sup> já temos informações importantes, sobre onde, quando e qual festa tal vilancico foi apresentado. Como visto no trabalho de Álvaro Torrete,<sup>43</sup> os vilancicos eram tocados e junto grupos dançavam, festejando a data com certa “liberdade” concedida pela Igreja.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 407.

<sup>41</sup> *Idem*, p.407.

<sup>42</sup> A grafia foi mantida no original. *Vilancicos, que se cantaram na Sancta Sé desta cidade de Lisboa, nas Matinas da noite do Natal deste anno de 1644*. - Em Lisboa : na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644. - [11] f. ; 8° (15 cm). Disponível em: <<http://purl.pt/22877>> Acessado em 15 de novembro de 2016.

<sup>43</sup> TORRENTE, Op. Cit.

O primeiro vilancico desse folheto tem como tema principal a ideia de paz. Devido ao seu conteúdo e a referência à ideia de Sé Vacante, podemos compreender que a noção de paz não era apenas para Portugal, mas também para a relação entre Portugal e a Igreja. Sabe-se, por meio dos trabalhos de José Pedro Paiva,<sup>44</sup> que o período pós-Restauração não foi um momento conturbado entre a Santa Sé e o reino sublevado. O trono sob o poder dos Braganças só foi reconhecido anos mais tarde, após o fim da guerra de Restauração em 1668:

*Que será? que será?  
que parece novidade,  
que hagan la Sede Vacante  
los sinos este descante,  
y tocando a maitines  
los divinos Clarines  
dispertam con su risueño,  
todo el poblado del sueño  
y sin tener mayoral  
por Dios es gran novedad<sup>45</sup>*

Após esses versos, destacamos os seguintes em que um novo período de paz é anunciado:

*Pax, Pax en la tierra  
acabasse la guerra  
y viva Portugal.<sup>46</sup>*

Nesse mesmo vilancico, temos o engrandecimento de Deus e do novo Pontífice. Do ponto de vista religioso, podemos compreender o novo pontífice como Jesus, mas nesse caso estamos interpretando como uma associação direta ao novo rei português, que no momento da apresentação desse vilancico já governava Portugal há quatro anos.

O novo Pontífice, ressaltado como sendo inocente, pobre, humano e majestoso, trouxe consigo novos perdões, novas indulgências, pois o reino é de Deus. Os versos seguintes contam que o menino veio salvar Portugal, cumprindo com a palavra divina.

Personagens que podem ser considerados “ideais”, por estarem presentes em diversos outros vilancicos desempenhando papéis de homens comuns, de fieis e seguidores da boa nova, como Anton e Gil são convocados a cantarem e festejarem a novidade:

<sup>44</sup> PAIVA, Pedro Paiva. *As relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração: A correspondência de D. João IV para o Cabido da Sé de Évora*. Revista de História das Ideias, Coimbra, v.22, 2001, p. 107-131.

<sup>45</sup> Villancicos, que se cantaram na Sancta Sé desta cidade de Lisboa, nas Matinas da noite do Natal deste anno de 1644. - Em Lisboa : na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644. - [11] f. ; 8° (15 cm). Disponível em: <<http://purl.pt/22877>> Acessado em 15 de novembro de 2016. f.2

<sup>46</sup> *Idem*. f.2v.

*Y este nuevo Innocente  
que es Dios omnipotente  
El nuevo Mayoral  
que oi nace en un Portal  
que es gloria de la tierra  
Que es paz de nuestra guerra  
favor de Portugal.  
Pax, pax, etc.  
Toca, toca, ripica.<sup>47</sup>*

Temos então nesse vilancico a evocação de diversos elementos que compõem a história do Natal, sobretudo a ideia de paz que veio junto como o nascimento do filho de Deus. O seu nascimento vai abençoar Portugal. É dia de festa. Dia de cantarem e se alegrarem pelo bem que Deus estava fazendo ao seu povo eleito.

Podemos dizer que era um gênero musical mais acessível. E por este em questão ter sido destinado à Catedral de Lisboa indica também que o público que poderia participar da festa do Natal era muito mais diversificado do que no caso da Capela Real, cujo público era seletivo e reforçava a hierarquia da sociedade moderna e portuguesa.<sup>48</sup>

Para concluir essa breve reflexão, os vilancicos trazem uma poética em suas letras de forma sutil e que merece ser estudada e trabalhada com maior ênfase. Não era um gênero desconhecido no período. Por estar nos festejos religiosos e ainda serem elaborados em línguas vernáculas, podemos afirmar que era um gênero, digamos, popular. As danças e a teatralidade que acompanhava sua execução poderiam nos fornecer mais elementos para análise festiva com os vilancicos.

## Referências

### 1. Fonte:

Vilancicos, que se cantaram na Sancta Sé desta cidade de Lisboa, nas Matinas da noite do Natal deste anno de 1644. - Em Lisboa : na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644. - [11] f. ; 8° (15 cm). Disponível em: <<http://purl.pt/22877>> Acessado em 15 de novembro de 2016.

### 2. Bibliográficas:

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

---

<sup>47</sup> *Idem*. f.3v.

<sup>48</sup> CURTO, Diogo Ramada. A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII). *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas*, Anexo V: Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, p.143-154, 1993.

\_\_\_\_\_. *Palabra e imagen en la corte: cultura oral y visual de la nobleza em el siglo de Oro*. Madrid: ABADA Editores, 2003. (Lecturas de Historia)

ARAÚJO, Renata de. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1963.

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Clássicos)

BRITO, Manuel Carlos de. *As origens e a evolução do vilancico religioso até 1700*. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de história da música em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BESSA, Rui. Vilancicos portugueses do século XIV ao XVIII. *Revista Música, Psicologia e Educação*. Porto, n.5, 2003. Disponível em <[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/3140/1/ART\\_RuiBessa\\_2003.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/3140/1/ART_RuiBessa_2003.pdf)> Acessado em 09 de abril de 2016.

BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo português-castelhano na época moderna. *Hispania*, Madrid, LXIV/1, n.216, 2004.

CUNHA, Mafalada Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000.

\_\_\_\_\_. Bragança e a Casa Ducal. Comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII, *Monumentos*, Sacavém, nº 32, Dezembro 2011, pp. 42-51.

CUNHA, Mafalda Soares da. FREIRE, Leonor. *D. João IV (1604-1656)*. Lisboa: Temas e debates, 2008.

\_\_\_\_\_. *Linhagem, parentesco e poder: Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990.

CURTO, Diogo Ramada. A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII). *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas*, Anexo V: Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, p.143-154, 1993.

FARIA, João André de Araújo. *A Restauração de Portugal Prodigiosa, 1640-1668*. 116p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2010. Disponível em <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/files/2013/02/FARIA-JO%C3%83O-ANDR%C3%89.-2010.-Dissertacao-MESTRADO.-UFRRJ.pdf>> Acessado em 01 de novembro de 2015.

FERNANDES, Cristina Isabel Vieira. *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*. 548p. Tese (Doutorado em Música e Musicologia), Universidade de Évora, 2010, vol.1.

FERNANDES, Geraldo Augusto. O vilancete no cancionero geral de garça Resende: tradição e inovação. *Signum*, Belo Horizonte, v. 15, n1, 2014.



FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal da época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal dos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os cois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLESIAS, Alejandro L. em *La Colección de Villancicos de João IV, Rey de Portugal*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2002. 2 vols.

LAIRD, Paul. *Towards a History of the spanish villancico*. Michigan: Harmonie Park Press, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernado Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOPES, Rui Miguel Cabral. *O vilancico na capela real portuguesa (1640-1716): o testemunho das fontes textuais*. 2006. Tese (Doutoramento em Música e Musicologia), Universidade de Évora, Évora.

\_\_\_\_\_. O repertório de vilancicos da Capela Real portuguesa (1640 - 1716): vetores sociolinguísticos, implicações musicais e representação simbólica do poder régio. *Revista Brasileira de Música*: Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 277-285, Jul./Dez. 2012. Disponível em <<http://rbm.musica.ufrj.br/edicoes/rbm25-2/rbm25-2-01.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2015.

MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Restauração Portuguesa: a revolta e a mentalidade*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. Volume I.

NERY, Rui Vieira. *The music manuscripts in the library of king D. João IV of Portugal (1640-1656): a study of Iberian music repertoire in the sixteenth and seventeenth centuries*. TESE (Doutoramento em Música). Austin: University of Texas, 1990.

PAIVA, Pedro Paiva. *As relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração: A correspondência de D. João IV para o Cabido da Sé de Évora*. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v.22, 2001, p. 107-131.

\_\_\_\_\_. Um Corpo Entre Outros Corpos Sociais: O Clero. Coimbra: *Revista de História das Ideias*, v.33, 2012, p.166.

\_\_\_\_\_. *The role and doctrines of Portuguese court preachers (1495-1580)*. In: MILLÁN, Joaé Martínez. RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. VERSTEEGEN, Gijis. (orgs). *La corte en Europa: política y religión (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012.

OLIVEIRA, António. *Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990.

PÉCORA, Alcir. *À guisa do manifesto*. In: \_\_\_\_\_. *Máquina de gêneros: novamente descoberta*



*e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Avarenga e Bocage*. São Paulo: Edusp. 2001.

RODRÍGUEZ, Pablo L. *The villancico as music of state in 17th-century Sapain*. In: KNIGHTON, T. TORRENTE, A. *Devotional Music In The Iberian World, 1450–1800: The Villancico and Related Genre*. Yorkshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

\_\_\_\_\_. *Villancicos and Personal Networks in Seventeenth-century Spain*. New York: Journal of the Institute of Romance Studies, VIII, 2000. p.79-89.

\_\_\_\_\_. Sólo Madrid es Corte: Villancicos de las Capillas Reales de Carlos II em La Catedral de Segovia. *Artigrama*, n.12, 1996-1997, p.237-256.

RYAN, Michael. John IV of Portugal, king and musician: an anniversary assessment. *The Musical Times*, vol. 145, n. 1887, 2004.

\_\_\_\_\_. *Music in the Chapel of Dukes of Bragança, Vila Viçosa, Portugal c.1571-1640*. Londres: University of London Press, 2001.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Os vilancicos portugueses nos séculos XVII e XVIII: documentos para uma história do culto dos Santos. *Acervo*: Rio de Janeiro, v.24, p.113-128, 2011.

SARAIVA, António José. LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1978.

SILVA, Hugo Ribeiro da. *O cabido da Sé de Coimbra: os homens e a instituição, 1620-1670*. Lisboa: ICS, 2010.

\_\_\_\_\_. *O clero catedralício português e os equilíbrios sociais de poder (1564-1670)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa: Universidade Católica Portuguesa, 2013.

SCHMITT, Jean Claude. *Ritos*. In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude (orgs). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. v.2

TORGAL, Luís Manuel Reis. A Restauração: breves reflexões sobre a sua historiografia. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, vol.1, 1977, p.23-40.

TORGAL, Luís Reis. Restauração e Razão de Estado. Lisboa: *Penélope, Fazer e Desfazer a História*. vol.9/10, 1993.

\_\_\_\_\_. Acerca do significado sociopolítico da ‘Revolução de 1640’. *Revista de História das Ideias*, 6, 1984, p.301-319.

TORRENTE, Álvaro. The early history of villancico. *Musicology today: problems and perspective*. Kyvi, 2009. p.326-336.

\_\_\_\_\_. Function and liturgical context of the villancico in Salamanca Cathedral. In: KNIGHTON, T. TORRENTE, A. *Devotional Music In The Iberian World, 1450–1800: The Villancico and Related Genre*. Yorkshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

\_\_\_\_\_. *The sacred villancico in the early eighteenth-century Spain: the repertory os Salamanca cathedral*. TESE (Doutoramento em Música). Cambridge: University of Cambridge, 1998.

VALERI, Valerio. Festa. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990. Vol. 30.

VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa: Esfera do Livro, 2006.

VIEIRA, Padre Antônio. *Essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. (Clássicos)

WARDROPPER, Bruce W. Historia de la poesia lírica a lo divino en la cristandad occidental. *Revista de Occidente*, Madrid. 1958.

## “A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo”: Igreja Confessante e sua oposição ao Terceiro Reich alemão

**Karina Fonseca Soares Rezende**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

kaa.rezende@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo pretende trabalhar a gênese e a resistência religiosa da Igreja Confessante na Alemanha Nazista a partir de 1933 tendo como base a Declaração Teológica de Barmen, documento inaugural da Igreja. As reações às interferências dos “Cristãos Alemães” e da Igreja Nacional do Reich nas igrejas protestantes alemãs e os discursos sobre a bíblia e a figura de Jesus como possíveis evidências das perspectivas políticas dos grupos serão objetos de análise no artigo. Dialogaremos brevemente com a atuação do pastor e teólogo Dietrich Bonhoeffer, analisando o documento tendo em vista as contribuições de seu pensamento teológico.

**Palavras-chave:** Igreja Confessante; Resistência; Nazismo; Teologia; Protestantismo.

**Abstract:** The current article intends to study the genesis and the religious resistance of Confessing Church in Nazi Germany since 1933 based on Barmen Theological Declaration, inaugural document of this church. The reactions to the interferences of the “German Christians” and the Reich National Church on the protestants Germans churches and the speeches about the bible and Jesus how possible evidences of the political perspectives of the groups will be our studies object here. In conclusion, it will be shortly mentioned the action of the preacher and theologian Dietrich Bonhoeffer, analyzing the document based on the contribution of his theological thoughts.

**Keywords:** Confessing Church; Resistance; Nazism; Theology; Protestantism.

### Introdução

Em um momento no qual o desrespeito pauta muitas das práticas e discursos de grupos fundamentalistas religiosos em nosso país, observarmos experiências de fé em contextos políticos, culturais e sociais extremos, como os regimes totalitários do século XX, pode ser um interessante canal de análise para perceber a pluralidade de pensamentos e práticas dentro de uma mesma religião. O protestantismo alemão foi vivenciado de diversas maneiras sob domínio do Terceiro Reich. Esse ensaio pretende focar-se nos movimentos minoritários de resistência teológica, e, algumas vezes, política, de membros e pastores da Igreja Protestante Alemã.

A divisão confessional alemã, onde as igrejas eram segmentadas regionalmente era, na concepção totalitária de pretensão de união e aglutinação dos homens ao máximo, um fator prejudicial para a vontade nacional. Segunda Hannah Arendt, o totalitarismo é a negação mais radical da liberdade. Sendo o terror a essência de um governo totalitário, acredita-se, dentro dessa ideologia, que “as leis da Natureza ou da História realizarão seu fim de produzir uma

“Humanidade” única”<sup>1</sup>. Para isso, é necessário tornar todos os seres humanos indivíduos exemplares da espécie. A Igreja e a própria teologia, portanto, deveriam contribuir para a disseminação de um pensamento que caminhasse no ritmo proposto pelo regime. Que como um anel de ferro prendesse os indivíduos “com tanta força que parece fundi-los entre si, como se fossem um único homem”<sup>2</sup>. A perspectiva de política apresentada no trabalho dialogará com a ideia de política da autora. Para Arendt, sendo a política o espaço da liberdade, o terror totalitário pretende erradicar completamente o espaço da ação livre. “Nenhum grupo ou instituição do país fica ileso, não só porque têm de se coordenar com o regime no poder e apoiá-lo explicitamente [...] mas porque, a longo prazo, deixarão literalmente de existir”<sup>3</sup>. A Igreja permanece existindo enquanto instituição durante todo o período, mas foi, segundo os próprios confessantes, deixando de ser Igreja.

A Alemanha possuía cerca de 65 milhões de habitantes no princípio da década de 1930, sendo 150 mil membros de igrejas livres (como batistas e metodistas) e entre 41 e 48 milhões membros de 28 igrejas territoriais independentes (luteranos e reformados)<sup>4</sup>. Para parte do clero protestante alemão, nacionalismo e protestantismo estavam ligados intricadamente e boa parte dos pastores e teólogos no período anterior a ascensão de Hitler proferiam um discurso de repulsa a República de Weimar.<sup>5</sup> Um bom exemplo disso é Martin Niemöller, que viria a fazer parte da resistência ao nazismo na década de 1930 mas que viu, durante boa parte de sua vida, uma saída estratégica e salvadora dos males econômicos e sociais no ultranacionalismo defendido pelo Partido Nazista, vendo no Führer um enviado de Deus<sup>6</sup>.

A união das igrejas em uma instituição única sob domínio estatal como desejava a cúpula nazista ocorreu no ano de 1933 com a constituição da Igreja do Reich (*Reichskirche*) sob coordenação do movimento dos *Deutsche Christen* – os “Cristãos Alemães” –, movimento teológico e religioso liberal pró-nazista. A perspectiva teológica desse grupo, calcada nas reinterpretações da fé cristã e da figura de Jesus Cristo proposta pelo cristianismo positivo ascendente na Europa desde o século XIX, era influenciada por ideólogos antisemitas como Houston Chamberlain, com proposições como a eliminação de quaisquer elementos judeus das

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 359.

<sup>2</sup> ARENDT, Hannah. Compreender: formação, exílio e totalitarismo, p. 362.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. Compreender: formação, exílio e totalitarismo, p. 366.

<sup>4</sup> BARNETT apud FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a Disputa pela Igreja (1933-1937). Fides reformata. São Paulo, 15, n°1, 2010, p. 14.

<sup>5</sup> EVANS, Richard J. O Terceiro Reich no poder. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2013, p. 260.

<sup>6</sup> Ibid., p. 261.

Igrejas Protestantes e da própria Bíblia<sup>7</sup>. As diferentes visões da imagem de Jesus Cristo nos meios protestantes desse período podem ser evidência de algumas perspectivas distintas de política. No pronunciamento de Reinhard Krause no Comício em Berlim em novembro de 1933, o membro da Igreja do Reich sugere a remoção do Velho Testamento e das cartas paulinas da Bíblia e defende a proveniência ariana de Jesus Cristo<sup>8</sup>. A reinterpretação da figura do redentor cristão dava ênfase a distinção entre o Cristo divino da Fé e o Jesus Histórico, rejeitando qualquer caracterização que pudesse relacioná-lo a vulnerabilidade ou fracasso humano. Por outro lado, um dos membros da oposição religiosa ao Terceiro Reich, Dietrich Bonhoeffer, deixa evidente desde sua tese acadêmica *Sactorum Communio* que a cruz de Cristo é o sinal de que Deus se compadece e se identifica com os excluídos e sofredores, tendo em vista a imagem de um Cristo que se identificaria muito mais com os judeus que estavam sendo oprimidos do que com membros do partido nazista sendo, segundo Bonhoeffer, o “sentido da história encontrado no Cristo humilhado”<sup>9</sup>.

É importante ressaltar a disputa pela definição das características de Cristo durante os embates entre os segmentos vinculados a Igreja do Reich e os que se opunham a ela pois, em termos, pode ter sido a partir dessas que esses grupos – tanto os Cristãos Alemães quanto membros da oposição a eles, a Igreja Confessante – puderam mobilizar – ou não - sua retórica sobre a exclusão e futura disseminação de judeus e outros grupos minoritários, as políticas de interferência nas instituições eclesiásticas e, algumas vezes, sobre o próprio regime nazista.

Tendo em vista o crescimento dessa ala teológica liberal dentro da Igreja Protestante desde o início da década de 1930, alguns pastores, estudantes de teologia e teólogos se manifestaram de formas diversas. Karl Barth, pastor e teólogo reformado membro da resistência confessante, escreveu em maio e junho de 1933 dois textos: “O primeiro mandamento como axioma teológico” e “A existência teológica hoje” onde o teólogo critica o fato da Igreja Evangélica Alemã ter caído na “poderosa tentação deste tempo, que desponta em todas as formas possíveis”<sup>10</sup>. Dietrich Bonhoeffer em fevereiro de 1933 fez um discurso em rádio denunciando o perigo da idolatria da imagem de um líder, dois dias após a posse de Hitler como

<sup>7</sup> GRIGG, Russel. Did the Nazis rewrite the Bible?. Journal of Creation. Camberra: v. 26, nº 2, 2012, p. 110.

<sup>8</sup> NICOSIA, Francis R.; STOKES, Lawrence D. Germans against Nazism: nonconformity, opposition and resistance in the Third Reich: essays in honour of Peter Hoffmann. New York: Berg Publishers, 1990, p. 121.

<sup>9</sup> CALDAS, Carlos. Dietrich Bonhoeffer e a Teologia Pública no Brasil. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016, p. 142.

<sup>10</sup> BARTH apud SILVA, Julio César Silveira da. Karl Barth: um chamado cristão a desobediência civil, 2011, 162p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 127

Chanceler. Ambos são exemplos de oposição teológica e política anteriores a organização que ficaria no imaginário pós-guerra como o grupo que resistiu ao Terceiro Reich alemão: A Igreja Confessante. Inclusive, houveram tentativas de forçar no período pós 1945 a ideia de que a Igreja Confessante representou o que foi a Igreja Evangélica Alemã, muitas vezes fazendo-se uma relação direta, e equivocada, da oposição política de membros como Dietrich Bonhoeffer a oposição feita pela Igreja Confessante<sup>11</sup>.

O mês de setembro de 1933 foi o ponto de partida para o início das mobilizações de oposição às interferências da Igreja Nacional do Reich nas igrejas. O Sínodo Pardo nos dias 05 e 06 promoveu a adoção da cláusula ariana pelas Igrejas Evangélicas e o Sínodo de Wittenberg elegeu Ludwig Muller, nome indicado por Adolf Hitler, para o cargo de Bispo do Reich. Em meio a esse conturbado contexto, surgem grupos de membros de igrejas protestantes como o Movimento de Jovens Reformadores e a Liga Pastoral de Emergência<sup>12</sup>. Esses movimentos e a própria Igreja Confessante surgem em oposição às interferências do Estado nas igrejas alemãs, como a exclusão de membros do clero que tinham ascendência judia. No entanto, não são mencionadas questões relacionadas a judeus não-convertidos pela maior parte dos confessantes.

Pastores de diversas igrejas evangélicas do território alemão se reuniram em um sínodo independente no distrito de Barmen, na Alemanha, onde aprovam por unanimidade o documento inaugural da Igreja Confessante Alemã: A Declaração Teológica de Barmen. Essa declaração de fé se colocava como opositora às interferências teológicas e doutrinárias dos Cristãos Alemães na Igreja Evangélica Alemã como um todo, não tratando diretamente da questão política e social do período nem pretendendo propor uma cisão na Igreja Protestante. Podemos, todavia, observar críticas veladas ao governo principalmente tendo a vista a possível influência dos escritos de Dietrich Bonhoeffer na elaboração de duas das seis teses.

### **A Declaração Teológica de Barmen**

A Declaração Teológica de Barmen é um breve documento formado por um preâmbulo, seis teses - sendo cada uma delas formadas por uma estrutura similar de Versículo-Afirmação-Negação - e uma conclusão. O comitê teológico responsável pela elaboração do documento foi formado pelos luteranos Thomas Breit, Hans Assmussen e pelo pastor reformado Karl Barth, sendo o último o principal redator e influenciador teológico do documento. A formação do

---

<sup>11</sup> NICOSIA, Francis R.; STOKES, Lawrence D. Germans against Nazism, p. 116.

<sup>12</sup> HOCKENOS, Matthew D. The Church Struggle and the Confessing Church: An Introduction to Bonhoeffer's Context. Studies in Christian-Jewish Relations. Boston, v. 2, nº 1, 2011, p. 8.

comitê é um momento marcante para a história da Igreja pois é a primeira vez após a Reforma Protestante que reformados, luteranos e unidos (Igreja do antigo território da Prússia formada pelas duas vertentes teológicas) se uniram como iguais em torno de uma mensagem comum<sup>13</sup>. O documento é dividido em duas partes no plano geral: a primeira, sob título de “Um apelo às congregações evangélicas e aos cristãos da Alemanha”, justifica a elaboração do documento e a importância da unidade da Igreja – mas não homogeneidade – perante a figura de Jesus Cristo:

Representantes de todas as Igrejas Confessionais alemãs reuniram-se unanimemente numa confissão do único Senhor da Igreja uma, santa e apostólica. Fiéis à sua confissão de fé, membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida procuraram redigir uma mensagem comum para ir ao encontro das necessidades e tentação da Igreja em nossos dias.<sup>14</sup>

A necessidade de união das diferentes correntes protestantes na redação e proclamação do documento é defendida por conta das “[...] tentativas de estabelecer a unidade da Igreja Evangélica Alemã mediante uma falsa doutrina, fazendo uso da força e de práticas insinceras”<sup>15</sup>. Desde a posse de Adolf Hitler como chanceler em janeiro de 1933 já era possível perceber alguns elementos referentes ao partido nazista incorporados nas Igrejas. Em abril de 1933, a Igreja Protestante da Baviera determinou que fossem penduradas bandeiras com a suástica nazista em todos seus prédios em homenagem ao aniversário de Hitler assim como era possível encontrar pastores cristãos pregando com uniformes da S.A. ou da S.S<sup>16</sup>.

É perceptível que a questão central de discussão neste preâmbulo é sobre qual o fundamento da Igreja Protestante Alemã. Os redatores do documento reafirmam sua busca pela unidade do corpo de Cristo não sob falsas doutrinas, como o cristianismo positivo e interpretações bíblicas calcadas na ideologia nazista, mas sim sob a palavra de Deus ao clamar ao povo alemão que não acreditassem nos boatos de que os pastores em oposição aos Cristão Alemães e a Igreja do Reich se opusessem a unidade do povo: “Não deis ouvidos aos sedutores que pervertem nossas intenções, dando a impressão de que desejaríamos quebrar a unidade da Igreja Evangélica Alemã ou abandonar as Confissões dos Pais da Igreja.”<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> RENDERS, Helmut. Compromisso pastoral, clareza teológica e cidadania: Declaração Teológica de Barmen como resultado de interação entre Igreja e academia teológica. *Caminhando*. São Paulo, v. 14, nº 2, 2009, p. 114.

<sup>14</sup> BARTH, Karl. Declaração Teológica de Barmen. *São Leopoldo*, v. 24, n. 2, 1984. Disponível em: <[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1266/1221](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1266/1221)>. Acesso em 28 de abril de 2017, p. 1

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>16</sup> EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2013, p. 264.

<sup>17</sup> BARTH, Karl. Declaração Teológica de Barmen, p.1.



A segunda parte do documento intitulada “Declaração teológica a respeito da situação da Igreja Evangélica Alemã” é o coração da declaração, aonde estão as seis teses. É interessante perceber que os redatores do documento citam as palavras iniciais da Constituição da Igreja Nacional do Reich promulgada em julho de 1933 como argumento para a elaboração do documento e prova de não estarem forjando uma cisão eclesiástica.

Artigo 1º: A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo, conforme nos é atestado nas Sagradas Escrituras e trazido novamente à luz nas Confissões da Reforma. Todos os poderes necessários à Igreja para cumprir sua missão por ele são determinados e limitados<sup>18</sup>.

Segundo Silva, quando os redatores do documento reafirmam esses dois primeiros artigos da declaração, que defendem o Evangelho como base da Igreja e que todos os poderes desta instituição são limitados e definidos por este, os confessantes acusam os Cristãos Alemães, sob liderança de Ludwig Muller, de terem violado essa base da Igreja ao colocarem como fundamento teológico as reinterpretações da bíblia inspiradas no Cristianismo Positivo<sup>19</sup>. Assim, a ruptura institucional a qual os confessantes estavam sendo acusados de cometer é colocada na declaração sob a perspectiva de ser promovida pelos próprios Cristãos Alemães.

[A igreja] se acha ameaçada pelos métodos de ensino e de ação do partido eclesiástico dominante dos “cristãos alemães” e pela administração da Igreja conduzido por ele. [...] Essa ameaça reside no fato de que a base teológica da unidade da Igreja Evangélica Alemã tem sido contrariada contínua e sistematicamente e tornada ineficaz por meio de doutrinas estranhas, da parte dos líderes e porta vozes dos cristãos alemães, bem como da parte da administração da Igreja<sup>20</sup>.

A grande preocupação expressa nesse trecho reside no fato da Igreja deixar de ser Igreja, deixar sua essência e tradição. A definição de Igreja presente no documento contempla a noção da Bíblia como base doutrinária, conduzindo suas ações tanto nas pregações e profissões de fé quanto na própria administração eclesiástica, veementemente criticada pelo documento nesse primeiro ano de existência da Igreja Evangélica Alemã estabelecida em julho de 1933.

O eixo central do documento reside nas seis teses elaboradas pelo comitê. São estruturadas de maneira similar: As teses iniciam com um versículo do Novo Testamento; em sequência, há uma afirmação teológica e por fim, a negação de uma falsa doutrina ora relacionada a Igreja, ora ao Estado, ora a existência humana. Cinco das seis teses da Declaração

---

<sup>18</sup> BARTH, Karl. Declaração Teológica de Barmen. p. 2.

<sup>19</sup> SILVA, Julio César Silveira da. Karl Barth: um chamado cristão a desobediência civil, p. 124.

<sup>20</sup> Ibid., p. 2.

concentram sua rejeição às falsas doutrinas relacionadas a vida eclesiástica. Sendo a declaração o documento inaugural da Igreja Confessante é sintomática a oposição religiosa, mas, mesmo dentre os mais radicais da Igreja, poucos o eram no sentido político. A oposição e a crítica da Igreja Confessante ao Estado se concentrava em pontos específicos como a condução da Igreja como parte estatal do Terceiro Reich, a eutanásia proposta pelos nazistas no fim da década de 1930 e o policiamento nazista nas Igrejas<sup>21</sup>. Este documento é uma das principais fontes no estudo do protestantismo no período e não há menção a perseguição dos judeus. Durante a década de 1930 e 1940, apenas um documento público condenatório relacionado ao Holocausto foi elaborado, justamente na Igreja que pertencia a Dietrich Bonhoeffer em Breslau no 12º sínodo confessante da Igreja em outubro de 1943<sup>22</sup>.

A primeira tese da Declaração Teológica de Barmen traz dois versículos do evangelho de João<sup>23</sup> que dão ênfase a Jesus como a “única Palavra de Deus”. Com essa afirmação e rejeição do reconhecimento de outros poderes, acontecimentos e personagens como fontes divina, Barth, Breit e Assmussen retomam o axioma *Sola Scriptura*, defendendo que a palavra dita em nome de Deus tem que estar totalmente em consonância com a Bíblia. A primeira tese da Declaração de Barmen rejeita o lugar da suástica próximo a cruz, a do Terceiro Reich próximo ao Império de Deus ou de Hitler próximo a Cristo na proclamação da Igreja.<sup>24</sup>

Se a primeira tese mostra Cristo como Palavra de Deus, a segunda o mostra como o elo a partir do versículo de 1 Coríntios 1:30. Ao afirmar que a união está em, para e a partir de Deus, nega-se que o Reich seja o ponto de união dos cristãos da Alemanha. No entanto, essa tese se diferencia em certa medida das outras cinco por rejeitar uma falsa doutrina que atinja diretamente a existência dos indivíduos: “Rejeitamos a falsa doutrina de que, em nossa existência haveriam áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores [...]”<sup>25</sup>. Ao afirmar que todas as áreas estão sob o domínio de Cristo, é interessante perceber que a tese ultrapassa a dimensão eclesiástica que a própria declaração propõe. O senhorio de Jesus Cristo é colocado em contraste com as pretensões de dominação totalitária do ser humano proposta pela ideologia nazista.

---

<sup>21</sup> HOCKENOS, Matthew D. *The Church Struggle and the Confessing Church*, p. 8.

<sup>22</sup> HOCKENOS, Matthew D. *The Church Struggle and the Confessing Church*, p. 19.

<sup>23</sup> Cf. Jo 14:6; Jo 10:1;9.

<sup>24</sup> HOCKENOS, Matthew D. *The Church Struggle and the Confessing Church*, p. 13.

<sup>25</sup> BARTH, Karl. *Declaração Teológica de Barmen*, p.3.

A terceira tese da Declaração Teológica afirma o dever da Igreja, como corpo formado por pecadores, de testemunhar sua justificação a partir de Cristo. A rejeição feita nessa tese pode ser vista como o cerne da declaração. Rejeita-se que seria permitido a Igreja “substituir a forma da sua mensagem a organização, a seu bel prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.”<sup>26</sup>. A principal crítica aos Cristão Alemães, analisadas anteriormente no preâmbulo, é mais uma vez reforçada pela preocupação dos confessantes da Igreja deixar de ser igreja e se organizar da maneira que o Estado ou grupos desejem. Pastores da oposição usavam do púlpito para falar em suas pregações contra a cristandade nazificada, rejeitando de vez a Igreja do Reich e as proposições feitas. A adoção da cláusula ariana no Sínodo Pardo em 1933 que impedia pastores de ascendência judia de permanecerem em seus cargos eclesiásticos ou de assumi-los foi um dos principais motes para a formação da oposição religiosa, como já citado, assim como para o diálogo estabelecido pela Declaração Teológica de Barmen. A sexta tese apresenta uma denúncia muito similar a esta: a Igreja não pode colocar a Palavra e a obra de Deus a serviço de desejos, propósitos e planos quaisquer sendo que “A Palavra de Deus não se deixa acorrentar”<sup>27</sup>.

Servidão, submissão e humildade são elementos elencados pelo versículo selecionado para compor a quarta tese. Ao admitir que há uma igualdade nos serviços dos indivíduos na Igreja, o trecho traz a rejeição dos confessantes a líderes especiais revestidos de poder de mando<sup>28</sup>. O trecho contrapõe o estabelecimento do poder na política e o estabelecimento de poder na Igreja. O sentido político-ideológico que estava presente no cargo de Bispo do Reich desempenhado por Muller não correspondia ao ministério confiado a Igreja. Este Fuhrer eclesiástico possuía autonomia política e teológica para intervir e decidir pela Igreja, sem obrigação de justificar seus atos a concílios nem ser fiel a nenhuma tradição ou confissão de fé além de não dever obediência a nenhuma outra instância a não ser ao próprio Hitler<sup>29</sup>.

Das seis teses, a quinta é a mais importante dentro do debate político e teológico do período, segundo Hockenos. “Tenham temor a Deus, respeitem o rei!”<sup>30</sup> é o versículo escolhido. Os confessantes explicam, a partir deste trecho, o lugar de atuação das autoridades espirituais e seculares. O trecho estabelece o dever do Estado como o de “zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido”, sendo este o detentor da força. A igreja deve chamar a atenção

<sup>26</sup> BARTH, Karl. Declaração Teológica de Barmen, p.4.

<sup>27</sup> Cf.2 Tim. 2:9.

<sup>28</sup> BARTH, Karl. Declaração Teológica de Barmen, p. 4.

<sup>29</sup> SILVA, Julio César Silveira da. Karl Barth: um chamado cristão a desobediência civil, p. 133.

<sup>30</sup> Cf. 1 Pe 2:17.

para a “responsabilidade de governantes e governados”. Das seis teses, é a única que apresenta uma rejeição dupla, tanto em relação a Igreja, como ocorre anteriormente, como ao Estado.

Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se um directriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir, desse modo, a missão confiada à Igreja.  
Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado<sup>31</sup>.

Essa afirmação pode ser vista como uma interpretação alternativa da doutrina dos dois reinos de Lutero. Pertence à Igreja a missão evangélica de pregação da Palavra de Deus enquanto aos governantes a responsabilidade de gerenciar o mundo ainda não redimido, sendo o primeiro participante dele e submisso ao Estado em questões não-eclesiásticas<sup>32</sup>. Deus, na perspectiva luterana, cria um governo além do espiritual para preservar a vida e a propriedade no mundo que ainda não está redimido. Os dois são simultaneamente reinos de Deus.

A tese acusa os dois reinos de se emanciparem de atividades que não correspondem ao seu dever. A crítica às intenções do Estado de se tornar uma dimensão única e totalitária do ser humano ultrapassa a esfera da interferência religiosa. No entanto, a denúncia principal da tese e da declaração em si é a mudança no caráter da Igreja e a tentativa de torna-la um instrumento do Estado a ser utilizado e manipulado de acordo com as pretensões do nazismo. O trecho sugere que a autoridade secular está condicionada a ser respeitada e obedecida tendo em vista o cumprimento do Estado das tarefas instituídas por Deus com base nos princípios cristãos<sup>33</sup>. As acusações, apesar de terem indícios de críticas mais amplas, pautam-se à assuntos relacionados a política e administração eclesiástica, tendo um olhar bem menos (e às vezes nada) cuidadoso para aqueles que não estavam inseridos nas igrejas protestantes.

Entretanto, a Igreja Confessante possui algumas figuras de destaque na resistência político-religiosa. É possível afirmar que a Declaração Teológica de Barmen tem influências, mesmo que não diretas, do pensamento de Dietrich Bonhoeffer, amigo próximo de Karl Barth. O jovem teólogo é um exemplo da ocorrência de resistência política ao regime de maneira individual entre os membros da Igreja Confessante. O pastor trabalhou na ala radical da Igreja Confessante, dirigindo o seminário ilegal da Igreja em Finkenwalde que, em 1937, foi fechado pela Gestapo. Na década de 1940, Bonhoeffer foi recrutado para uma conspiração contra a vida

<sup>31</sup> BARTH, Karl. Declaração Teológica de Barmen, p. 4.

<sup>32</sup> FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a Disputa pela Igreja, p. 10.

<sup>33</sup> HOCKENOS, Matthew D. The Church Struggle and the Confessing Church, p. 15.

de Adolf Hitler, usando de suas frequentes viagens ecumênicas internacionais para angariar apoio à resistência alemã. Preso por conspirar contra a vida de Hitler e auxiliar judeus em fugas para fora da Alemanha, morreu enforcado no campo de Bunchenwald poucos dias antes do suicídio de Adolf Hitler.

No início de 1933, o pastor luterano já agia em oposição ao regime: “The Younger Generation’s Altered View of the Concept of Fuhrer”, discurso onde critica a possível idolatria de um líder pelo seu povo e o o artigo “The Church and The Jewish Question” em abril de 1933 quando trata as ações da Igreja alemã com o povo judeu. Este texto, de acordo com Matthew Hockenos, apresenta uma linguagem anti-judaica enraizada no luteranismo alemão, relembrando sempre a necessidade de conversão a Cristo do “povo escolhido”<sup>34</sup>. No entanto, em sua escrita, Bonhoeffer se opõe a implementação da legislação racial na Igreja, estabelecida pelo parágrafo ariano, clamando ao povo cristão sua responsabilidade diante de Cristo de assistir aos judeus. Além disso, coloca em questão a legitimidade do Estado Nazista diante das ações tomadas pelos governantes. Bonhoeffer rompe com um modelo de teologia luterana praticado até então, sendo considerado por alguns como *pseudoluterano* ao defender que se o Estado age com injustiça cabe à Igreja amparar as vítimas mesmo que não pertencentes à comunidade cristã<sup>35</sup>.

As críticas de Bonhoeffer ao Estado Nazista ecoam na primeira e quinta tese da Declaração Teológica de Barmen. O pastor denunciava de maneira veemente “a morte da Igreja” na Alemanha.<sup>36</sup> Seus discursos e escritos teológicos criticavam o contexto político inclusive a partir da seleção de passagens bíblicas, elencando elementos da tradição judaico-cristã como centrais em muitos discursos. Sua defesa de visão de mundo “a partir de baixo, da perspectiva dos excluídos”<sup>37</sup> fez de Dietrich Bonhoeffer um ponto fora da curva até mesmo dentro da Igreja Confessante.

### Considerações Finais

Percebe-se, a partir da análise da Declaração Teológica de Barmen, o grande documento da Igreja Confessante, que há preocupações que vão um pouco além dos assuntos eclesiásticos, importando-se em falar sobre a existência humana, por exemplo. Todavia, no objetivo, no diálogo que estabelece e na própria elaboração do documento transparecem preocupações

<sup>34</sup> HOCKENOS, Matthew D. The Church Struggle and the Confessing Church, p. 10.

<sup>35</sup> CALDAS, Carlos. Dietrich Bonhoeffer e a Teologia Pública no Brasil., p. 100.

<sup>36</sup> BONHOEFFER, Dietrich. Prédicas e Alocuções. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007, p. 45.

<sup>37</sup> BONHOEFFER apud CALDAS, Carlos. Dietrich Bonhoeffer e a Teologia Pública no Brasil. p. 203.

particulares do grupo religioso, não atentando, muitas vezes, para questões externas à Igreja latentes do período, inclusive nos anos posteriores de sua existência. A Igreja Confessante não se manifestou de maneira clara contra o Estado e o Holocausto, por exemplo. Desde sua gênese, a preocupação com a liberdade da ação da Igreja é visível assim como a não fundação ou ruptura com as estruturas eclesiais de então. Robert Eriksen faz crítica a resistência – e até a complexidade de definir essa oposição da Igreja Confessante como resistência – pois, tendo em vista Barmen, a chamada de *Disputa pela Igreja* parece mais algo da política eclesial do que da política num geral<sup>38</sup>. É principalmente em ações individuais, não vinculadas à Igreja, que encontramos homens e mulheres que, como Dietrich Bonhoeffer, proferiram um “não” mais decisivo ao estado de sonho ariano que os nazistas pretendiam instaurar não só na Igreja Evangélica, mas em toda a sociedade alemã<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> ERICKSEN, Robert P. *A Radical Minority: Resistance in the German Protestant Church*. p. 130.

<sup>39</sup> Cf Entrevista de Karl Barth para o filme "JA und NEIN, Karl Barth zum Gedächtnis" em 1986. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=uJ-8q\\_UUgjU](https://www.youtube.com/watch?v=uJ-8q_UUgjU)>. Acesso em 29 de junho de 2017.

## A trajetória do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR) em Maringá - PR

**André Rocha Cordeiro**

Mestre em História  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

**Rafaela Arienti Barbieri**

Mestranda em História  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

**Resumo:** Buscamos, por meio desta comunicação, apresentar a trajetória do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR), da Universidade Estadual de Maringá –UEM. O referido espaço de discussões, pesquisas e trocas epistemológicas foi criado em 2003, sob a liderança da Professora Doutora Solange Ramos de Andrade, o qual procurava viabilizar o contato com outras áreas do conhecimento, pensar o fenômeno religioso, as relações do homem com o sagrado, bem como contribuir para a consolidação da disciplina de História das Religiões e Religiosidade enquanto um campo do saber. Tem-se em mente a criação do LERR no contexto de elaboração do Grupo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões (CNPq) e do Grupo de Trabalho História das Religiões e das Religiosidades. Dessa forma, serão elencados os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao LERR tanto na Graduação, como também no Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, destacando as temáticas desenvolvidas, fontes utilizadas e aportes teórico-metodológicos abordados.

**Palavras-chave:** História das Religiões e das Religiosidades; LERR; Universidade Estadual de Maringá.

**Resumen:** Intentamos, por medio de eso comunicaci3n, presentar la trayectoria del Laboratorio de Investigaciones en Religiones y Religiosidades (LERR), de la Universidad Estatal de Maringá. El referido espacio de discusiones, investigaciones y cambios epistemol3gicos fue instituido en el a3o de 2003, debajo de la liderazgo de la Profesora Doctora Solange Ramos de Andrade, el cual buscaba viabilizar el contacto con otras áreas del conocimiento, pensar el fenómeno religioso, las relaciones del hombre con el sagrado, bien como contribuir para la consolidaci3n de la asignatura de Historia de las Religiones y Religiosidades en cuanto un campo del saber. Se tiene en mente la creaci3n del LERR en lo contexto de elaboraci3n del Grupo de Investigaciones en Historia Religiosa y de las Religiones (CNPq) y del Grupo de Trabajo Historia de las Religiones y Religiosidades. De esta manera, serán presentados los trabajos desarrollados por los investigadores vinculados al LERR tanto en la Graduaci3n, como en el Máster, Doctorado y Pos-Doctorado, destacando las temáticas desarrolladas, fuentes utilizadas, aportes teórico-metodológicos abordados.

**Palabras-clave:** Historia de las Religiones y de las Religiosidades; LERR; Universidad Estatal de Maringá.

O Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR) foi criado em 2003, vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob a orientação da professora doutora Solange Ramos de Andrade, formada pela Universidade Estadual Paulista Julho de Mesquita Filho



(UNESP – Assis) e atuante nas áreas de História do Brasil, História Igreja Católica, religiosidade católica e discurso eclesiástico<sup>1</sup>.

O laboratório constitui-se enquanto um espaço para o desenvolvimento de leituras, reflexões e pesquisas no campo de pesquisas acerca das religiões e das religiosidades, sendo um de seus objetivos proporcionar um diálogo não apenas multidisciplinar, mas antes transdisciplinar, envolvendo outras áreas do conhecimento, como: a Sociologia, Antropologia, Filosofia, Etnologia, Linguística, entre outras. O LERR foi criado em meio ao contexto de elaboração do Grupo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões (CNPq) e do Grupo de Trabalho História das Religiões e das Religiosidades (ANPUH). O Grupo de Trabalho de História das Religiões e das Religiosidades da ANPUH<sup>2</sup> foi criado na cidade de Dourados -MS, no ano de 2003, quando se realizou o I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura. Tal evento teve enquanto organizados diferentes professores universitários vinculados a instituições públicas dos Regionais da ANPUH, no qual destacamos as Seções Regionais do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.

O GT História das Religiões e das Religiosidades teve sua primeira reunião em nível nacional no XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, que foi realizado na cidade de Londrina – PR, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no ano de 2005, Na ocasião os participantes da reunião realizaram a eleição da primeira gestão de coordenadores (2005-2007).

Por seu turno o Núcleo Regional Paraná (GTHRRPR) foi estabelecido no ano de 2007, no I Encontro Nacional do GT de História das Religiões e das Religiosidades, na cidade de Maringá, PR. Atualmente, a coordenação do Núcleo Paranaense está sob a coordenação das Professoras Doutoras Vanda Fortuna Serafim e Solange Ramos de Andrade, ambas vinculadas à Universidade Estadual de Maringá - UEM. Já o Núcleo Regional de Santa Catarina foi instituído durante a realização do II Encontro Nacional do GT de História das Religiões e das Religiosidades, na Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho de Franca – SP, no ano de 2008. Estão na coordenação do Núcleo Regional de Santa Catarina os Professores Doutores Artur César Isaia, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e Gerson Machado, do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/Fundação Cultural de Joinville.

---

<sup>1</sup> Disponível: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797490T8> Acesso: 30/06/2017

<sup>2</sup> Sigla da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH, foi fundada, na cidade de Marília, estado de São Paulo, em 19 de outubro de 1961.

Durante o II Encontro Nacional do GT de História das Religiões e das Religiosidades, em Florianópolis, em 2010, foi criado o Núcleo Regional do Rio de Janeiro, sendo que a sua instalação se deu após dois anos, ou seja em 2012, durante o Encontro Estadual da ANPUH. Os professores doutores Edgard Leite Ferreira Neto (UERJ- UNIRIO- ABF) e Francisco José da Silva Gomes (UFRJ) são os atuais coordenadores da referida seção regional.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, o Núcleo Regional foi estabelecido em 2011, na Sede da Anpuh-RS. Seus atuais coordenadores são: Professoras Doutoradas Gizele Zanotto (UPF) e Eliane D. Fleck (UNISINOS) e Professores Doutores Mauro Dilmann (FURG) e Vitor Biasoli (UFSM). Na Bahia, por sua vez, o Núcleo Regional foi estabelecido em 2011, na reunião administrativa do GT, durante o XXVI Simpósio Nacional de História, organizado pela ANPUH, em São Paulo – SP, e instalado no ano de 2014, quando se realizou V Encontro Nacional do GT, na Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador – BA. O Núcleo Regional da Bahia conta, enquanto coordenadoras, com as Professora Doutoradas Edilece Souza Couto (UFBA) e Elizete da Silva (UEFS).

O papel dos Núcleos Regionais é reunir pesquisadores e estimular a produção acadêmica na área de História das Religiões e das Religiosidades, fomentando-a no âmbito regional. Os seus encontros acadêmicos regionais, realizados entre os encontros nacionais da ANPUH, são peças fundamentais, portanto, no desenvolvimento da área em escala nacional, ao propiciarem o necessário espaço para trocas e reflexões entre pesquisadores.

Os encontros Regionais, em escala nacional, até o momento foram feitos na Universidade Estadual de Londrina (2009), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2012), na Universidade Estadual de Maringá (2013), Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2014) e na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

Por sua vez, os encontros nacionais ocorreram na Universidade Estadual de Maringá - UEM, com o tema “identidades religiosas” (2007); na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Franca - SP, com o tema “Tolerância e intolerância nas manifestações religiosas” (2008); na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com a temática “Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades” (2010), na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, quando se abordou o tema “Memórias e narrativas nas religiões e religiosidades”; na Universidade Federal da Bahia - UFBA, cuja temática foi “Devoções, festas e sociabilidades” (2014), e na Universidade Estadual do Rio de

Janeiro - UERJ, sendo “História das Religiões, Literatura, Conceitos, Identidades” (2016) a temática norteadora das discussões do encontro.

Os apontamentos realizados acima acerca dos Encontros Científicos e Acadêmicos, demonstram, alguns dos aspectos do estudo das religiões e das religiosidades que vem sendo realizado no espaço brasileiro, bem como este campo de pesquisa e investigações se faz, na atualidade, consolidado.

O estudo da história das religiões e das religiosidades no Brasil é, sem dúvida, atualmente, um campo consolidado. Os historiadores brasileiros preocupados com o fenômeno religioso já estão inseridos em instituições de ensino e pesquisa, grupos de pesquisa ou trabalho e associações. Há, ainda, a realização de encontros regionais, nacionais e internacionais para debater a temática. As chamadas constantes para dossiês em periódicos científicos das ciências humanas, as quantidades - cada vez mais significativas - de iniciações científicas, monografias, dissertações e teses sobre a temática, e a presença de linhas de pesquisa em programas de pós-graduações, são indicativos dos espaços assumidos por esta vertente dentro da Historiografia (SERAFIM, 2013, p. 11).

Por meio das reflexões de Vanda Fortuna Serafim (2013) pode-se observar que os espaços de discussões acerca das Religiões e Religiosidades são variados: encontros, pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, bem como periódicos e revistas científicas. Dentre os períodos especializados sobre a temática, destaca-se, neste texto, a Revista Brasileira de História das Religiões (RBHR) sediada no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (DHI-UEM). Instituída no ano de 2008, e se faz um periódico vinculado ao GT de História das Religiões e das Religiosidades da ANPUH, voltado especificamente para os estudos em religiões e religiosidades. Necessário, se faz, destacar que os trabalhos do referido período preza pelo diálogo entre as mais distintas áreas do saber (Sociologia, Antropologia, Teologia, Filosofia, Geografia e Literatura, entre outras) e possui enquanto missão proporcionar o registro em domínio público do conhecimento e sua preservação acerca do fenômeno religioso. No que concerne a estrutura da Revista Brasileira de História da Religiões, esta contempla artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, dossiês temáticos, resenhas, relatos de pesquisa, estudos de caso, entrevistas. Segundo levantamento realizado junto à página web (website) da Revista Brasileira de Religiões, no ano de 2015 o periódico publicou, em domínio público gratuito, trinta e nove artigos científicos de diferentes pesquisadores doutores nacionais e internacionais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 30/06/2017.

Nesse panorama histórico de construção e consolidação dos estudos sobre religiões, religiosidades e crenças, e em consonância com as propostas do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), os núcleos e laboratórios de pesquisas vinculados as mais diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, se expressam enquanto espaços primordiais para a fomentação e ampliação dos estudos e reflexões acerca da referida temática, sendo que dentre os vários grupos existentes destacamos o Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Maringá.

Atualmente o LERR conta com a participação de estudantes e pesquisadores de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, desse modo pretendemos explicar, de forma sucinta, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no presente momento neste espaço de reflexões, discussões, encontros e trabalhos acerca dos estudos das religiões e religiosidades. A Professora Doutora Edilece de Souza Couto, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, atualmente faz sua pesquisa de pós-doutoramento vinculado ao LERR e ao Programa de Pós-Graduação da UEM. A professora desenvolve desde 2013 a pesquisa intitulada “Devoção e compromisso: irmandades em Salvador (1918 – 1968)”, a qual versa sobre as práticas religiosas dos leigos, os discursos sobre as mesmas produzidas pelos arcebispos de Salvador e as normas estabelecidas pela Sé Romana; bem como pelo clero católico brasileiro para definir e regulamentar o culto e o funcionamento das instituições geridas pelas autoridades eclesiásticas e pelos leigos reunidos em irmandades, confrarias, devoções e ordens terceiras. A pesquisadora apoia-se, para isso, nas reflexões de Caio Boschi (1986), Sara Oliveira Farias (1997) e Manuel Mesquita dos Santos (1933), entre outros.

Estão vinculados ao Programa de Pós Graduação em História cinco alunos de Mestrado e dois de Doutorado. Os alunos de Mestrado são: Ana Paula de Souza, que desenvolve a pesquisa intitulada *Os ritos de iniciação afro-brasileiros em Nina Rodrigues e João do Rio (Brasil - Primeira República)*, no qual a pesquisadora foca nas obras *O animismo fetichista dos negros bahianos* (1935), de Nina Rodrigues, e *As religiões no Rio* (1960), de João do Rio, visando desenvolver um estudo sobre a cultura e religiosidade de matriz africana. Entre os autores utilizados estão Mircea Eliade (2010), Mary Douglas (1998) e Emile Durkheim (1996).

Giovane Marrafon Gonzaga, por sua vez, desenvolve a pesquisa *Crenças e manifestações religiosas afro-brasileiras em Maringá-PR (1947-2014)*. O pesquisador objetiva mapear os espaços de crenças e manifestações religiosas na cidade de Maringá-PR, percebendo as relações entre tais práticas e a tradição católica maringaense. Entre seus aportes teóricos

encontram-se Michel de Certeau (1994), Roger Chartier (2002), Mircea Eliade (1992) e Carlo Ginzburg (1990).

Carolina Imediato possui a pesquisa intitulada *As manifestações religiosas espíritas no Paraná: a Casa Espírita Paulo de Tarso (Marialva /2006-2016)*, no qual a pesquisadora procura compreender as manifestações religiosas espíritas na cidade de Marialva-PR, a partir da fundação da Casa Espírita Paulo de Tarso, no ano de 2006, percebendo a historicidade da criação e manutenção da Casa. Alguns dos autores utilizados são Michel de Certeau (1998), Mircea Eliade (1992) e Roger Chartier (2002).

Já Andressa Paula desenvolve a pesquisa *Igreja Católica e a Boa Imprensa no Paraná: análise a partir da revista A Cruzada (1926 - 1934)*. A pesquisa objetiva analisar as publicações do periódico curitibano *A Cruzada*, entre os anos de 1926 a 1934, identificando discursos católicos em nome da “Boa Imprensa”. Entre os aportes teóricos utilizados encontram-se Peter Berger (1985), Romualdo Dias (1993) e Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1995).

Rafaela Arienti Barbieri desenvolve a pesquisa *Seitas, alucinógenos, possessões e suas representações na década de 1960 nos Estados Unidos a partir do filme O bebê de Rosemary*. O objetivo do trabalho é compreender como os grupos denominados seitas e o uso de alucinógenos são representados na película em questão, não perdendo de vista a historicidade desses objetos e o contexto histórico no qual essas representações estão sendo elaboradas: a década de 1960 nos Estados Unidos. Entre os aportes teóricos encontram-se Roger Chartier (2002), Danièle Heriveu-Léger (2008) e Michel de Certeau (1998, 2006).

Cabe aqui destacar, também, os recentes trabalhos defendidos (março de 2017) em nível de Mestrado de três pesquisadores do LERR: Tônia Picolli, Maria Helena Ferreira e André Cordeiro.

A pesquisa de mestrado de Tônia Kio Fuzihara Piccoli, defendida sob o título de *Maria Bueno: apropriações de uma crença híbrida (Paraná, séculos XIX-XXI)*, buscou compreender a personagem curitibana de Maria Bueno enquanto uma santa de cemitério; bem como abordou como fontes históricas o cemitério São Francisco de Paula de Curitiba-PR - um espaço de culto e devoção, questionários aplicados e ex-votos encontrados no local (PICCOLI, 2017). Entre seus aportes teóricos encontram-se Michel de Certeau (1998), Roger Chartier (1990, 2002) e Solange Ramos de Andrade (2010).

Maria Helena Azevedo Ferreira desenvolveu o trabalho *Ateísmo, neo-ateísmo e o “problema” da religião no século XXI: uma análise da obra Deus, um delírio (2007) de Richard Dawkins*. Sua pesquisa consistiu em perceber como Richard Dawkins apropria-se de um vocabulário religioso no momento em que propõe uma postura e organização ateia. Atentou-se também para as questões de pertença e não-pertença nos Estados Unidos, público ao qual Dawkins se dirige (FERREIRA, 2017). Para isso, utilizou as reflexões de Michel de Certeau (1982), Pierre Bourdieu (1998) e Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2004).

Por seu turno André Rocha Cordeiro, atualmente aluno de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, defendeu a dissertação intitulada *Mater, Virgo et Regina: frei Nicolau Dias e o Rosário da Virgem Maria (Portugal – 1573)*. O pesquisador analisou as representações da Virgem Maria constantes na obra intitulado *Livro do Rosário de Nossa Senhora (1573)*, de autoria do frade dominicano Nicolau Dias, e realizou uma análise de como o discurso do autor propõe-se enquanto difusor do Rosário dominicano frente à outras devoções de contos católicos (CORDEIRO, 2017). Dentre os aportes teóricos utilizados pelo pesquisador, destacam-se: Roger Chartier (1990), Pierre Bourdieu (1998) e Michel de Certeau (1982).

Por sua vez, os alunos de doutoramento se constituem nos seguintes pesquisadores: Simone Aparecida Dupla, Vanderley de Paula Rocha e Leide Barbosa Rocha Schuelter. Simone Aparecida Dupla desenvolve a pesquisa *Imaginário e devoção no culto à deusa mesopotâmica Inanna/Ishtar (2112 – 1600 a. C)*, na qual busca compreender as formas de produção de sentidos presentes no culto à deusa Inanna/Ishtar e suas configurações simbólicas a partir de Ur III, atendendo a produção imagética, literária e ao contexto político/religioso que compunham o cenário mesopotâmico. Entre seus aportes teóricos encontram-se Mircea Eliade (2002), Jean Bottero (2004) e Mario Liverani (2006).

Vanderley de Paula Rocha realiza a pesquisa *Vivência do sagrado: as múltiplas práticas em louvor ao Divino Espírito Santo na cidade de Ponta Grossa/PR (1882-2016)*. O pesquisador objetiva investigar as práticas de religiosidade dedicadas ao *Divino Espírito Santo*, na cidade paranaense de Ponta Grossa, atentando para a relação que a Igreja Católica constrói com a Casa do Divino e seus fiéis. Entre os autores utilizados encontram-se Ivan Aparecido Manoel (2004), Pierre Bourdieu (2007) e E. P. Thompson (1998).

A pesquisa de doutoramento de Leide Barbosa Rocha Schuelter, parte, enquanto fontes históricas, as correspondências trocadas entre frades carmelitas descalço desde Paranavaí à sua



sede religiosa na Alemanha. A pesquisadora busca realizar discussões acerca do projeto missionário efetuado por freis carmelitas alemães - Frei Ulrico Goevert, Frei Henrique Wunderlich, Frei Alberto Foerst, Frei Adalbert Deckert - na cidade de Paranavaí-PR e como é construído tal discurso missionário católico, visando práticas religiosas e o cotidiano da população local.

O Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidade conta, também, com estudantes de graduação em História que desenvolvem pesquisas vinculadas aos programas de PIC (Programa de Iniciação Científica) ou PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Hoje, os estudantes de graduação envolvidos em pesquisas são:

Mariane Emerenciano, estudante do quarto ano do curso de História na UEM, desenvolve a pesquisa intitulada *Festa e religiosidade: reflexões acerca do Hallel (Maringá/PR, 1995-2016)*, analisando o evento de música católica, o Hallel, na cidade Maringá. Para o desenvolvimento de tal pesquisa, são utilizadas as reflexões de Danièle Hervieu-Léger (2008) a respeito da discussão sobre “modernidade” e “crenças”, assim como as abordagens de Mircea Eliade (2010) sobre o “sagrado” e o “profano”.

Carlos Alberto Plath Júnior, graduando do quarto ano de História na UEM, desenvolve a pesquisa *Escatologia e História: considerações metodológicas sobre o filme O planeta dos Macacos (1968)*, partindo da fonte cinematográfica *O Planeta dos Macacos*, dirigido por Franklin J. Schaffner e lançado em 1968, para compreender a representação do medo e das narrativas escatológicas. O trabalho parte das abordagens de Roger Chartier (2002), Yi-Fu Tuan (2005) e Jean Delumeau (2008).

Ana Carolina Lamosa Paes, também do quarto ano de graduação em História na UEM, aborda de forma historiográfica a fonte literária *As brumas de Avalon*, obra da escritora estadunidense Marion Zimmer Bradley lançada em 1979. Seu trabalho, intitulado *História e literatura: as narrativas mitológicas em As Brumas de Avalon* consiste em analisar as narrativas mitológicas e rituais na fonte em questão, partindo das reflexões de Mircea Eliade (1992), Joseph Campbell (1990) e Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1993).

Estudante do terceiro ano de História na UEM, Mariana Valentini Rodrigues, parte da película *O milagre das águas*, dirigido por Ronoaldo Pelaquim e Marcos J. Jorge e lançado em 1987. Sua pesquisa intitula-se *A representação do escravo no filme O milagre das águas e sua relação com a Nossa Senhora Aparecida*, e baseia-se nas reflexões de Roger Chartier (2002),



Marcel Martin (2005) e Sandra Pesavento (2008) na perspectiva de compreender como são tecidas as relações e a representação do negro na narrativa fílmica de Pelaquim.

Fernanda Silveira, graduanda do terceiro ano do curso de História na UEM, utiliza como fonte histórica o filme *Carrie, a estranha*, dirigido por Brian de Palma e lançado em 1976 nos Estados Unidos. O título do projeto é *A representação feminina por meio da adaptação cinematográfica Carrie, a estranha (1976)*. O objetivo de seu trabalho é pensar a “representação” feminina no filme, partindo do conceito de Roger Chartier (2002), caracterizando, também, os mecanismos do medo e da repulsa, característicos do gênero do terror, sob a perspectiva de Noël Carroll (1999).

Lucas Passoni, estudante do terceiro ano do curso de História na UEM, desenvolve a pesquisa intitulada *Análise das concepções sobre a morte na década de 1950, por meio da obra: O homem e a morte de Edgar Morin (1948-1950)*, que objetiva pensar o contexto histórico de produção da obra, compreender a tríade conceitual espécie/indivíduo/sociedade, e analisar os rito mortuário associado ao evento da afirmação da individualidade. Para tanto, os aportes teóricos eleitos consistem em Paul Ricoeur (2007) e Mary Douglas (1998).

Também graduanda do terceiro ano de História na UEM, Gabriela Bertami,, desenvolve o projeto de pesquisa intitulado *Práticas híbridas religiosas no documentário Santo Forte (1999) de Eduardo Coutinho*, articulando o conceito de “hibridismo” a partir de Peter Burke (2003), bem como utilizando as reflexões de Mircea Eliade (1992), Danièle Hervieu-Léger (2008) e Bruno Latour (2002).

Vitor Santelli, graduando do terceiro ano de História na UEM, desenvolve a pesquisa de nome *Intolerância religiosa: o conflito entre umbandistas e católicos em Terra Rica – PR (1960)*, buscando analisar o conflito, expresso no título do trabalho, por meio das reflexões de Pierre Birnbaum (1995), Sérgio da Mata (2010) e Mircea Eliade (1992).

Por fim, Bruno Refundini, graduando do segundo ano de História na UEM, utiliza enquanto fonte histórica o anime *Death Note*, dirigido por Tetsurō Araki e lançado no Japão em 2006. Seu projeto intitula-se *Crenças orientais: uma análise temática de Death Note (Japão - 2006)*, e parte fundamentalmente das análises de Joseph Campbell (1990) e Roy Willis (2007) para pensar a narrativa mítica do documento em questão.

Em suma, o presente artigo objetivou apresentar e explicar, entretanto não esgotando, algumas das discussões realizadas no Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidade, em

consonância com as instituições de Grupos e Núcleos de Pesquisa (Regionais e Nacionais). Partindo de uma proposta de diálogo com outras áreas do saber, as pesquisas realizadas pelos LERR visam compreender o fenômeno religioso pelos múltiplos vieses interpretativos, a partir de discussões teóricas e metodológicas plurais.

### Referências:

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano III n. 7, Mai, 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. P. 131-145.

ANDRADE, Solange Ramos de; SERAFIM, Vanda Fortuna. A religiosidade católica e seus santos: o Cemitério Municipal de Maringá PR como espaço de devoção. In: *História Agora*, v. 10, 2010, P. 103 – 136

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24 ed. trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Editora Paulinas, 1985.

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. BOUDON, Raymond (dir.) 1995. *Tratado de Sociologia*. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro: 1995.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOTTÉRO, Jean; KRAMER, S. N. *Cuando los dioses hacían de hombres*. Madrid: Akkal, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. 1ª ed. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARROLL, Noël. *A filosofia do Horror ou paradoxos do coração*. São Paulo: Papyrus, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *La debilidad de creer*. Buenos Aires: Katz, 2006.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *Textos, impressão, leituras*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. (Tradução de Raul de Sá Barbosa; Vera da Costa e Silva; Angela Melin; Lucia Melin). Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

CORDEIRO, André Rocha. *Mater, Virgo et Regina: Frei Nicolau Dias e o Rosário da Virgem Maria (Portugal-1573)*. 2017, 180 f.. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, 2017.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no ocidente: 1300 – 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Romualdo. “*Cor unum et anima una*”: A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935). Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993, 285 f.

DOUGLAS, M. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1998.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia: séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade federal da Bahia, Salvador, BA, 1997.

FERREIRA, Maria Helena Azevedo. *Ateísmo, neo-ateísmo e o “problema” da religião no século XXI: uma análise da obra Deus, um delírio (2007) de Richard Dawkins*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, 2017.

- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* In: GINZBURG, Carlo, Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. RJ: Vozes, 2008.
- LIVERANI, Mario. *Mito y politica en la historiografia del Próximo Oriente Antigo*. Barcelona: Bellaterra, 2006.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: Tempo e a eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.
- MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. SP: Brasiliense, 2005.
- MATA, Sérgio Da. *História & Religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010
- PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. pp. 99-122.
- PICCOLI, Tônia Kio Fuzihara. *Maria Bueno: apropriações de uma crença híbrida (Paraná, séculos XIX-XXI)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, 2017.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007
- SANTOS, Manuel Mesquita dos. *A Sé primacial do Brasil: notícias históricas*. Salvador: Cia Editora e Gráfica da Bahia S. A., 1933
- SERAFIM, Vanda Fortuna. *Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras: A “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Pós-Graduação de História – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005
- WILLIS, R. (org.). *Mitologias*. São Paulo: Publifolha, 2007.

## Jovens negros e a inserção em coletivos evangélicos

**Moisés Ferreira Geraldo**

Mestre em educação – FaE/UFMG

Secretária de Estado Educação de Minas Gerais - SEEMG

E-mail: prof.moisesgeraldo@gmail.com

**Resumo:** A proposta tem como objetivo estudar as relações identitárias construídas por jovens negros participantes de um coletivo cultural evangélico do Conjunto Habitacional Palmital, localizado na periferia da cidade de Santa Luzia na região metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. O coletivo cultural busca na cultura *hip hop* seu eixo de trabalho, ou seja, rimas que abordam temas evangélicos e ao mesmo tempo questões cotidianas do bairro, um canal de comunicação importante, que influencia suas ações, agregando os jovens do bairro. Pertencer a uma igreja evangélica *pentecostal* e ser adepto da cultura *hip hop* gerava em determinados momentos um campo de tensão. O estudo guarda esse aspecto de contradição como eixo de análise, trazendo a categoria juventude negra e a interlocução entre religião evangélica e cultura de rua.

**Palavras-chave:** identidade, Coletivos Evangélicos, Juventude negra

**Abstract:** The purpose of this study is to study the identity relationships built by young blacks participating in an evangelical cultural collective of the Palmital Housing Complex, located on the outskirts of the city of Santa Luzia in the metropolitan area of Belo Horizonte in the state of Minas Gerais. The cultural collective seeks in hip hop culture its axis of work, that is, rhymes that approach evangelical themes and at the same time daily issues of the neighborhood, an important communication channel that influences their actions, adding the youth of the neighborhood. Belonging to a Pentecostal evangelical church and being an adept of hip hop culture at certain times generated a field of tension. The study keeps this aspect of contradiction as an axis of analysis, bringing the category of black youth and the interlocution between evangelical religion and street culture.

**Key Words:** Identity, Evangelical Collectives, Black Youth

### 1. Introdução

O artigo tem como objetivo estudar as relações identitárias construídas por jovens negros participantes de um coletivo cultural evangélico do Conjunto Habitacional Palmital, localizado na periferia da cidade de Santa Luzia na região metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou a metodologia da história oral, na modalidade relatos orais de vida. São utilizadas narrativas de dois jovens negros cantores de rap pertencentes a um coletivo cultural evangélico.

O coletivo cultural busca na cultura *hip hop* seu eixo de trabalho, ou seja, rimas que abordam temas evangélicos e ao mesmo tempo questões cotidianas do bairro, um canal de comunicação importante, que influencia suas ações, agregando os jovens do bairro. Conforme os dados do IBGE-2010, no intervalo de dez anos (2000 a 2010), o número de evangélicos no Brasil cresceu de maneira significativa, 26,2 milhões para 42,3 milhões em 2010. Isso significa que 22,2% da população são evangélicas. Esse mesmo estudo do IBGE-2010 mostra que o

crescimento dos evangélicos se dá com maior peso entre a população jovem. Dai a importância de compreendermos a partir dos jovens o significado atribuído de ser evangélico.

As narrativas dos jovens do coletivo cultural trazem a marca de um novo perfil de jovens evangélicos, ressignificando o espaço através de elementos que não faziam parte do cotidiano dessas igrejas. Pertencer a uma igreja evangélica *pentecostal* e ser adepto da cultura *hip hop* gerava em determinados momentos um campo de tensão. Nos eventos religiosos, os jovens pesquisados utilizavam a estratégia de evitar um estilo típico da cultura *hip hop*, evitando gírias e termos específicos da cultura. Nos eventos de rua, o comportamento modificava-se, evitando pregar maciçamente a bíblia para não quebrar o clima do evento, buscando compreender qual o público presente e criar estratégias para que arte desenvolvida fosse a mais compatível com seus estilos e valores. A relação dos jovens entre a igreja e a cultura *hip hop* destacou-se pela dimensão da contradição e não da ambiguidade. O estudo guarda esse aspecto de contradição como eixo de análise, trazendo a categoria juventude negra e a interlocução entre religião evangélica e cultura de rua.

## 2. Os jovens do coletivo *hip hop* evangélico

O coletivo *hip hop* evangélico é composto por sete jovens na faixa etária entre 25 e 29 anos. Todos são oriundos de grupos de rap gospel trazendo essa bagagem de experiência em suas trajetórias. Os jovens do coletivo trazem também, nas trajetórias individuais, vínculos fortes com o Palmital, como lugar das experiências. Desse modo, o coletivo tem como eixo de trabalho a ligação com o bairro, a cultura *hip hop* e a doutrina cristã. Para o artigo selecionamos duas narrativas que demonstra a relação entre o coletivo de *hip hop* e a doutrina evangélica.

### 2.1 Paula<sup>1</sup>

Cantora de rap, integrante de um coletivo de *hip hop* evangélico. Se autodeclarou negra. Casada, não tinha filhos; seu marido trabalhava de garçom em um restaurante de Belo Horizonte, no período da noite. Paula trabalhava como representante de uma clínica médica e completou o Ensino Médio na escola do próprio bairro, sem registro de nenhuma reprovação na sua trajetória escolar. O cotidiano de Paula se divide entre suas atividades ligadas à família, ao trabalho, à igreja e às suas atividades artísticas com a música.

Sua trajetória no rap evangélico se deu em 2001, participou de um grupo de rap gospel, com um conteúdo religioso. Nas apresentações o grupo causava impacto, pois trazia toda a

---

<sup>1</sup> Nome fictício



performance e estética da cultura *hip hop* para o espaço religioso, “(...)tudo que é novo é assustador, né?... a gente andava de correntão e roupona, assim e tal, ...então, assim, foi um grupo que veio e quebrou preconceitos.

Como Paula narra, no princípio essa experiência não era bem aceita, que Paula frequentava, pois ainda se guardava, no imaginário das pessoas da igreja, um conceito de que quem cantava rap era viciado em drogas, isto é, esse perfil para os membros da igreja não era bem visto. As letras do coletivo não faziam apologia às drogas, mas buscavam orientar para as coisas positivas e, principalmente, com uma pegada religiosa. Mesmo com essa proposta, o coletivo era visto de forma marginalizada, principalmente pelas pessoas mais velhas da igreja, porque “(...)a linguagem do rap e às vezes é porque é muito rápido e às vezes a fala sai de uma forma agressiva”.

A performance do grupo também quebrava a rotina da igreja, pois a forma de cantar e com “olhar” fechado e com palavras rápidas, confrontava com a forma implantada nos cultos de mais tranquilidade e harmonia. Na verdade os jovens traziam para dentro da igreja um movimento que era muito forte no bairro, a cultura *hip hop*. Um movimento que se fixou nas periferias do Brasil, através da música, da dança, do desenho e do DJ e no Palmital não era diferente, um movimento que tem como origem o espaço da Praça da Savassi. Esse estranhamento permaneceu por um bom tempo, pois era um comportamento inaceitável, segundo as regras da igreja, “(...)mas como esse pessoal vai subir no altar fazendo esse barulho, foram barreiras que precisou ser quebrada além de ter preconceito da sociedade tinha um preconceito dá igreja (...)”.

A permanência nessa primeira experiência no rap evangélico foi de dois anos, entre 2001 e 2003. Nesse intervalo, até retomar o rap novamente, foram sete anos longe da música. O motivo foi à morte do amigo que fez com que Paula abandonasse muitas coisas no bairro inclusive a música rap. O retorno se deu a partir do convite de amigos do rap participar de um novo coletivo, “(...) fui convidada a participar dos ensaios e fui efetivada como membro do grupo”. Inclusive, a primeira música apresentada no novo grupo de rap, foi de autoria de Paula, fazendo uma homenagem ao amigo assassinado.



## 2.2 Roberto<sup>2</sup>

Cantor de rap, integrante de um coletivo de *hip hop* evangélico, desde 2010. Se autodeclara negro. Solteiro é o filho mais velho entre os dois irmãos por parte de mãe, morando todos em um apartamento no Palmital. Roberto terminou o Ensino Médio na escola do bairro. Inicialmente abandonara a escola no segundo ano do ensino médio, para trabalhar, mas retornou tempos depois, para sua conclusão. O seu cotidiano é bem corrido, pois divide seu tempo entre o trabalho, o estudo, a família, igreja e a música.

Com a entrada no coletivo *hip hop* da Igreja Quadrangular, Roberto se viu dentro da igreja como membro e também participante de um grupo de rap gospel. Esse processo se caracterizou como um momento tenso, na medida em que

(...) Era uma coisa complicada, pois permanecer na igreja pelas coisas que a gente vivia, era um convite de voltar naquele tempo que eu bebia vinho e participava das festas que tinha e que ainda rolava...eu gostava de vinho, então era uma tentação ver tudo aquilo e saber que vício não era permitido.

Com o passar do tempo, essa interação com a doutrina da igreja estava mais absorvida no seu cotidiano, sendo uma etapa mais tranquila em relação à doutrina evangélica. Era um momento de preparação, na medida em que os participantes debatiam entre si sobre a bíblia, como um grupo de estudo. “(...)Comecei a dedicar mais, pesquisar, ler mais... eles gostava das coisas que estava escrevendo e que eles já faziam...”.

Para Douglas, participar de um coletivo cultural a partir de uma denominação religiosa passa por alguns desafios, como ser e seguir a doutrina cristã e atender a um público evangélico e, ao mesmo tempo, estar inserido na cultura *hip hop*, com suas características. Para Douglas essa situação, cria contradições,

Pelo tradicionalismo da igreja e não se corromper, entendeu?... Aquele que se constitui amigo do mundo se constitui inimigo de Deus e pra igreja de certa forma a cultura é algo mundano. Eles não aceitam, mas ainda falta chegar neles a compreensão de que Deus é multicultural.

Essa diversidade, então pregada nas músicas rap gospel, se compatibiliza com a doutrina evangélica pentecostal: “(...)Assim os pastores continuam nas igrejas cuidando do rebanho e nós temos esse chamado de ir pra fora mesmo e de não ficar encafuado em igreja dizendo coisas pra inflar o seu ego...”. A partir desse discurso, há um conflito com a cultura *hip hop* e a condição de ser cristão, na medida em que ocorre a sobreposição de um ou de outro.

---

<sup>2</sup> Nome fictício

(...) muitas vezes, de mente fechada, chegava em eventos culturais pregando pesado demais a palavra de Deus dizendo que aquilo tava errado que isso que você tá vivendo é passageiro, ia contra aquilo que eles acreditavam há muito tempo, aquilo que era promovido há tantos anos, então houve muitos conflitos.

Estar entre a doutrina da igreja e a cultura *hip hop* é colocado por Douglas como um ponto de conflito, pelo fato de se dividir em alguns momentos e não poder vivenciar cem por cento ambas as culturas. A experiência de estar entre um e outro ambiente, passa ser a estratégia para conciliar duas ideologias que ora convergem, ora divergem.

### **3. Jovens do Palmital e a inserção em coletivos evangélicos**

Podemos então avançar nesse campo de análise entendendo que a construção das identidades não se realiza de forma simples, pois é uma relação permeada de tensão entre o mundo interior e exterior. Louro (1999) explica que somos sujeitos de muitas identidades sociais e essas múltiplas identidades podem ser, também, rejeitadas e abandonadas em dados momentos e situações.

As identidades, nesse contexto, ganham o poder de se tornarem instáveis, isto é, não são mais determinadas por grupos sociais, deixando de representar um modelo de estabilidade da dimensão social. As identidades negras (e, neste caso usa-se do termo no plural) representam a dinâmica desse processo, na medida em que se tornam tarefa individual, processo de busca de sentidos que colocam o sujeito em uma rede de significados individuais que harmonizam ou tensionam com o conceito coletivo de identidade negra. Esse contexto, vivenciado pelos jovens da pesquisa, traz para suas trajetórias pontos de contradição, quando observamos a sua inserção em coletivos culturais ligados às igrejas evangélicas pentecostais localizadas no próprio Palmital, como o território/espço da sua construção identitária, em relação ao seu pertencimento racial e de lugar. Podemos até denominar esse fenômeno como formação de identidades negras evangélicas.

O pertencimento a uma denominação pentecostal<sup>3</sup> revela muitas coisas que compatibilizam com as narrativas dos jovens em relação ao seu posicionamento diante dos

---

<sup>3</sup> Segundo PACE (2012) o movimento pentecostal tem sua origem no início do século XX e teve, em sua história, três momentos importantes para sua consolidação. O primeiro momento se deu com a formação de pequenos grupos em torno de um líder carismático. O segundo momento, a expansão de grupos pentecostais como forma de institucionalização. Por fim, a ampliação de redes e de mais redes de grupos de devotos para outras localidades. O grupo pentecostal nasce no ano de 1901, no estado de Kansas, nos Estados Unidos e tem como seu fundador o pastor metodista Charles Fox Parham. O contexto de origem do Pentecostalismo se dá em uma sociedade com atrito racial, apesar de que os Estados Unidos já vinham enfrentando conflitos raciais por causa da posição do negro na sociedade americana. Em função disso, a manifestação religiosa refletia essa diferença, com a existência de igrejas para negros (metodistas e batistas) e igrejas para brancos. A igreja pentecostal vai ser a primeira a não

coletivos e nos eventos de que participam. O pentecostalismo se caracteriza por uma doutrina de valor prático; pelo menos no Brasil, sua inserção se dá inicialmente nos meios sociais marginalizados, em condições de pobreza. Muitos estudos sobre pentecostalismo apontam uma relação direta com um cenário de pobreza, porém, recentemente outros vêm contrariando essa relação (RIVERA, 2010; FOERSTER, 2010). Para Rivera (2010), em seus estudos sobre religião e desigualdade social, o pentecostalismo ganha sentidos diferenciados conforme a localização do bairro em que se encontra, sendo típica a instalação em vilas, favelas e bairros pobres. No Palmital, consta que as primeiras igrejas evangélicas pentecostais surgiram nos primeiros anos do bairro, entre 1985 e 1986, vivenciando os problemas do lugar juntamente com diversas famílias que para lá foram direcionadas.

Os primeiros protestantes no Brasil traziam uma visão estigmatizada do povo negro, considerando-o como pessoas de costumes degenerados<sup>4</sup>, totalmente contrários à cultura cristã. O processo de evangelização, portanto, tinha o objetivo de introjetar neles uma postura de submissão e obediência. A evangelização tinha como objetivo a “integração, conversão e educação do negro dentro da cultura protestante” (BRANCHINI, 2013). Para Alcantara e Silva (2008) ser negro e protestante significa, em alguns casos, não ser mais praticante de macumba ou umbanda e aceito pelos demais “irmãos” brancos, que o vêem como um negro diferente dos demais, um “negro de alma branca”. A relação entre religião e pertencimento racial é forte, na medida em que, para se converter à doutrina evangélica o negro tem que negar parte da sua história e (re)significar sua negritude a partir da ideologia cristã. A religião, nesse contexto, se apresenta como dimensão de conversão e inserção negra, sendo as igrejas evangélicas constituintes de uma grande parcela de negros.

Branchini (2013), em seus estudos sobre a cultura negra na religião protestante, nos revela um quadro hostil, no que tange à expressão da condição de negro. A história do cristianismo mostra uma relação conturbada em relação às religiões africanas. Isto ainda é frequente nos discursos teológicos, onde persiste uma postura de intolerância à cultura e às religiões de matrizes africanas, como o Candomblé, visto e classificado como algo satânico. Dessa maneira, a religião cristã apresenta uma postura contraditória em relação à população

---

impor barreiras entre os seus frequentadores, aceitando, então, jovens afro-americanos pobres. Surge a figura de um jovem negro Willian Seymour que abre um centro de oração em Los Angeles, lugar conhecido como “*os dons do espírito*”, expandindo-se posteriormente para fora dos Estados Unidos e chegando à América Latina, África e Ásia. Só a igreja Assembleia de Deus possui hoje mais de sessenta milhões de adeptos no mundo inteiro.

<sup>4</sup> Ver MUNANGA, 1999.

negra brasileira, um discurso de amor e fraternidade e, ao mesmo tempo, apoio às forças de opressão.

A conversão do negro à cultura evangélica direciona para uma construção identitária nova, na medida em que este assume uma nova postura, de rompimento com os vínculos culturais africanos e afro-brasileiros, negando, em certa medida, o corpo, gerando uma oposição entre este e a religião. Paula, por exemplo, traz em sua narrativa o choque entre o modo de vestir, cantar e expressar a música rap dentro da igreja, em relação aos hinos tradicionais. Calça larga, cabelo Black Power e forma de cantar agressiva e rápida, são considerados, por muitos membros da igreja, como usuários de drogas, pela forma diferente de representar o ser “crente”.

Para Roberto, a relação entre a doutrina da igreja e a cultura *hip hop* se faz entre um campo de tensão, isto é, por um lado, uma parte da igreja evangélica, que a considera uma cultura vinda das ruas, portanto “coisas do mundo”, mesmo sendo uma releitura do estilo, a partir do gospel. A expressão urbana oriunda da cultura negra encontra barreiras, na medida em que tais temas não são abordados dentro da igreja, sendo que o único espaço disponível para expressar essas questões é a rua. Os jovens, adeptos da cultura *hip hop* como uma cultura oriunda das ruas e dos guetos, traziam na sua história a marca da população negra, das periferias e favelas, o que muitas vezes não era reconhecido sem conflitos pelos outros membros das igrejas a que pertenciam.

Ao mesmo tempo, as entradas da música, da dança e das diferentes formas de exaltação emocional evidenciam um processo de transformação do meio evangélico na atualidade, com o surgimento de novas formas de participação nas ações da igreja, gerando uma noção de corporalidade e de maleabilidade comportamental, até então não pensada para esse espaço.

É um processo de estranhamento, por parte da igreja evangélica, em torno dessas mudanças. As roupas, os cabelos, as falas e as maneiras de expressar a religiosidade, em muitos dos casos, chocam-se com o discurso tradicional e institucional do evangelismo. A identidade negra expressada na doutrina evangélica evidencia uma construção a partir de um processo de ressignificação, conforme o local, os interesses e os objetivos em jogo e, portanto, uma identidade negra negociada conforme a situação vivenciada. Os jovens pesquisados podem até negar as religiões de matrizes africanas, porém, outros aspectos da cultura negra como a expressão, o cabelo e o corpo são elementos destacados, através do ser negro e se sentir negro.

#### 4. Conclusões

É importante salientar também que os jovens trazem a marca de um novo perfil de jovens evangélicos, ressignificando o espaço através de elementos que não faziam parte do cotidiano dessas igrejas. Segundo os próprios, nos eventos religiosos, eles utilizavam a estratégia de evitar um estilo típico da cultura *hip hop*, evitando gírias e termos específicos da cultura *Hip Hop*. Neste sentido, manipulam sua representação, ao pesquisar qual a denominação da igreja (mais tradicional ou mais flexível), e adequar seu desempenho aquilo que é esperado. Nos eventos de rua, o comportamento modificava-se, evitando pregar maciçamente a bíblia para não quebrar o clima do evento, buscando compreender qual o público presente e criar estratégias para que a arte desenvolvida fosse a mais compatível possível com os seus estilos e valores. Essa relação de estar, ora na dimensão cristã e ora numa dimensão cultural de rua, exigia dos jovens uma manipulação das representações, o que implica dizer que, em certos momentos eles faziam uso de um discurso compatível com ideologia cristã, tendo os ensinamentos de Jesus Cristo e o papel de evangelizar como eixo de trabalho, e em outros eles se viam imersos em uma cultura de rua, nascida das periferias urbanas, expressão de um grupo negro como maneira de mostrar a cultura e os problemas das áreas periféricas, representada pelas roupas e os cabelos. Para os jovens, o fato de pertencerem a uma denominação evangélica nunca foi um impedimento para inserção na cultura *hip hop*, até por que já cantavam mesmo antes de uma inserção na igreja evangélica. Mais do que pertencer a um espaço ou outro, o relevante parece ser o fato de que havia uma prática de administrar diferentes pertencimentos, num exercício de negociação de práticas, estilos, comportamentos e valores.

Trazem nos discurso uma marca e uma pegada de contestação de uma realidade de desigualdade, expressam através do corpo sua negritude. As narrativas nos mostram que esses elementos não são suficientes para construir-se como negro como resultado exato. O fato de estarem imersos em uma instituição evangélica, que traz em sua marca pouca expressão de uma identidade negra, na medida em que justifica que todos são iguais perante Deus, e, por outro lado, imersos na cultura *hip hop*, que traz desde sua origem a cultura urbana e negra como eixo de expressão, implica em um constante tencionamento; ainda que não verbalizado cotidianamente.

Os jovens são de religiões neopentecostais e que trazem particularidades em sua condução. O fato de se assumirem como cristãos e serem reconhecidos pelo bairro lhe traz uma identidade positiva, o diferenciando dos outros jovens apontados como “perdidos”, gerando um

trânsito livre no bairro. A relação dos jovens da pesquisa entre a igreja e a cultura *hip hop* guarda uma contradição e não uma ambiguidade, isto é, a religião nesse contexto funcionando como possibilidade de colocar em suspensão os limites impostos pelo fato de morarem no bairro e de pertencerem ao grupo racial negro, acreditando numa dimensão espiritual para além de uma questão terrena para solucionar os problemas. As narrativas nos revelam que as identidades são acionadas conforme o lugar, ou seja, na igreja o que ganha mais destaque é a identidade religiosa e nos eventos de rua o que ganha mais destaque é a identidade negra.

### 5. Referência bibliográfica

ALCANTARA, Claudio Sales de; SILVA, Geraldo Magela de Oliveira. Educação protestante e cultura afro-descendente: Uma relação conturbada. Revista Eletronica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia. V.17. set/dez. de 2008.

BRANCHINI, Diná da Silva. A propósito dos 125 anos da lei áurea: inserção no segmento evangélico. Revista Caminhando, v.18, n.1, p.13-23, Jan.2013.

FOERSTER, Norbert. Evangélicos da congregação cristã no Brasil em situação de alta vulnerabilidade na periferia do município de São Bernardo do Campo. In: RIVERA, Dario Paulo Barrera. Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: Estudos de Sociologia e Antropologia Urbana. 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOASSAB, Andreia. Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip hop. São Paulo: EDUC, 2011.

PACE, Enzo. Prefácio. In: RIVERA, D.P. Barrera. (org). Evangélicos e periferias urbanas em São Paulo e Rio de Janeiro: Estudos de Sociologia e Antropologia Urbana. 1.ed. – Curitiba, PR:CRV, 2012. P. 7-10.

PAULA, Robson Rodrigues de. O mercado da música gospel no Brasil: aspectos organizacionais e estruturais. Revista Uniabeu. Belford Roxo. V.5 , n.9, Jan./Abr. 2012. P.02.

RESGALA, G. Formas de produção do espaço periférico metropolitano: Um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte. 2011, 170p. (Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

RIVERA, Dario Paulo Barrera. Religião e Desigualdades Sociais no município de São Bernardo do Campo: Estudo comparativo de grupos evangélicos em dois bairros de condições sociais e econômicas opostas. In: RIVERA, D.P. Barrera. (org). Evangélicos e periferias urbanas em São Paulo e Rio de Janeiro: Estudos de Sociologia e Antropologia Urbana. 1.ed. – Curitiba, PR:CRV, 2012. P.17-64.



## Entre chocalhos e rosários: sincretismo religioso na santidade de Jaguaripe

**Willian Dias da Silva**

Graduando Ciências Humanas  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Letícia Maia Dias**

Licenciatura em História com Habilitação em Patrimônio  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: leticiamaiadias@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo busca traçar uma reflexão acerca dos aspectos sincréticos que passaram a integrar o universo do culto indígena, em detrimento do processo de catequização jesuítica. Desta forma, através da imposição, assimilação e incorporação das práticas católicas, a cultura indígena foi a primeira a compor o que se denomina como a “Matriz da Religiosidade Brasileira”. A constituição desta matriz no Brasil, cuja gênese se encontra na dominação colonial empreendida por intermédio da Igreja Católica, tem como principal consequência o sincretismo religioso, que caracteriza fortemente a realidade identitária e foi responsável pela emergência do movimento denominado de “Santidade de Jaguaripe” por volta de 1580, na região ao sul do recôncavo baiano, sob a liderança do índio batizado pelos jesuítas de Antônio.

**Palavras-chave:** Jaguaripe; Santidade ;Sincretismo.

**Abstract:** This article seeks to reflect on the syncretic aspects that have come to integrate the universe of indigenous worship, to the detriment of the process of Jesuit catechesi. Thus, through the imposition, assimilation and incorporation of Catholic practices, the indigenous culture was the first to compose what is known as the "Matrix of Brazilian Religiosity". The constitution of this matrix in Brazil, whose genesis is in colonial domination undertaken through the Catholic Church, has as its main consequence the religious syncretism, which strongly characterizes the identity reality and was responsible for the emergence of the movement called "Holiness of Jaguaripe" by Around 1580, in the region south of the Bahian recôncavo, under the leadership of the Indian baptized by the Jesuits of Antonio.

**Keywords:** Jaguaripe; Holiness ; Sincretismo.

### Introdução

O sincretismo ultrapassou o caráter religioso, tornando-se um fenômeno social, antropológico e histórico, responsável por originar o movimento denominado de "Santidade de Jaguaripe". Todavia, mesmo com o fim do movimento em 1595 e as posteriores sentenças atribuídas a alguns de seus integrantes pelo Tribunal do Santo Ofício, a “Santidade de Jaguaripe” evidencia-se enquanto uma forma expressiva de resistência aos quais os índios recorreram, no sentido de lidar com o domínio dos colonizadores portugueses, atribuindo novos significados aos costumes e práticas tanto do contexto religioso cristão quanto do indígena.

Portanto, este “catolicismo a maneira indígena” expressado pelo movimento, traz a tona a possibilidade de trabalhar tal temática mediante uma abordagem histórica e também interdisciplinar, uma vez que a documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício e pelos



jesuítas mostra a capacidade de mobilização indígena e a complexidade existente no âmbito da sociedade colonial, onde a convivência e assimilação cultural e religiosa faziam-se profundamente presente.

### **O Processo de Catequização Jesuítica**

No contexto do século XVI, marcado pelo surgimento dos movimentos protestantes e da Contra-Reforma, a Companhia de Jesus fundada em 1534 e reconhecida por intermédio de uma bula papal em 1540, consolidou-se enquanto um instrumento missionário e doutrinário da Igreja Católica. A Ordem se expandiu, se instalando também nas Américas, visto que os jesuítas acreditavam que somente neste "Novo Mundo" poderiam realizar efetivamente sua missão de salvação e evangelização.

Os jesuítas catequizavam e estruturavam os nativos a partir dos aldeamentos. Na maioria dos casos, comunidades indígenas distintas foram obrigadas a migrar de suas terras para estas aldeias, onde tinham que estudar os preceitos da Igreja, e posteriormente eram batizados com nome de santos e santas. Porém, a tentativa destes religiosos de impor o cristianismo também evidenciou certos limites no que se refere principalmente a forma como estas práticas e tradições católicas se interiorizaram na realidade indígena.

A comunicação entre índios e estes religiosos configurou-se então como uma das maiores dificuldades criadas em detrimento das atividades catequéticas. No entanto, esta dificuldade marcou de maneira significativa a realidade colonial e as relações sociais estabelecidas, explicando o caráter sincrético que o movimento de "Santidade de Jaguaripe" assumiu.

Viu-se que foi nos aldeamentos da Companhia de Jesus que padres e índios construíram a base da idolatria ameríndia. Construíram-na por meio de traduções do catolicismo para o tupi e vice-versa; por meio das circularidades entre os símbolos culturais cristãos e os indígenas (VAINFAS, 1995: 150).

Portanto, em decorrência desta dificuldade e como uma estratégia de catequização, os padres abandonaram o latim oficial e buscaram aprender a língua nativa, empregando-a nas celebrações, músicas e nas encenações teatrais, como forma de inculturação dos nativos aos rituais católicos. Apesar disso, os padres perceberam que o trabalho missionário seria árduo e perigoso (VAINFAS; SOUZA, 2000), já que o universo religioso era percebido de modo totalmente diferente pelos indígenas.

## Os Caraíbas

No que se refere a "Santidade de Jaguaripe" torna-se fundamental entender a função exercida pelos índios denominados de "Caraíbas". Estes, eram homens de prestígio entre os nativos, que percorriam as aldeias pregando uma mensagem profética sobre a existência de um paraíso onde se encontravam os ancestrais e não havia escravidão.

Pregavam em transe, após sorverem a fumaça de certas ervas, e de conversar baixinho com suas cabaças mágicas, todas enfeitadas de penas, pintadas com olhos, nariz e boca, pois eram elas afinal que alojavam o espírito dos deuses (...) (VAINFAS, 1995: 13).

Os jesuítas passaram a chamar estes caraíbas e seus rituais de "santidades", fato que acabou por gerar uma grande confusão, já que a afirmação de que os índios não possuíam religião era frequente nas narrativas de viajantes e religiosos. A partir da década de 1580, estes rituais começaram a se mostrar cada vez mais presentes, despertando um certo temor dos missionários, autoridades e proprietários de terras, que interpretavam estas manifestações como cerimônias e idolatrias demoníacas, e deste modo, "passaram da perplexidade ao medo, do desconhecimento ao pânico" (VAINFAS, 1995:14).

## Sincretismo Religioso como Principal Característica do Movimento

A "Santidade de Jaguaripe" foi um dos mais conhecidos e registrados do século XVI, sendo citada várias vezes em diversas crônicas na Europa, assim como em documentos oficiais do governo colonial. Entretanto, é nas dezenas de processos e cartas de denúncias nos arquivos do Tribunal do Santo Ofício e nas cartas jesuíticas onde se encontram a maior parte dos dados acerca deste movimento.

Contudo, mesmo tendo destaque à época, "A Santidade" e suas especificidades são pouco trabalhadas pelos historiadores, tendo um maior destaque entre os antropólogos e etnólogos, que procuram apresentar o movimento como um episódio de caráter cultural, assinalado pelo sincretismo religioso.

Neste sentido, buscamos no decorrer deste trabalho, trabalhar e compreender este movimento como um acontecimento essencialmente cultural, marcado sobretudo por um forte sincretismo religioso.

O sincretismo pode ser visto com o aquela parte do processo de transformação de símbolos religiosos em que a inspiração para esta mudança vem de fora, quer de uma outra religião ou de outras religiões, quer da estrutura social ou da sociedade secular. Trata-se não só da mistura de ideias ou práticas

religiosas, mas da atividade do homem que brinca com os símbolos da sua própria religião e com os de outras religiões (DROGERS,1981:148)<sup>1</sup>.

Este sincretismo torna-se então um elemento presente não apenas nesta santidade, mas em toda a sociedade que se desenvolveu nos primórdios do período colonial.

Serge Gruzinski<sup>2</sup> trabalha com a perspectiva de um processo de cristianização que se deu através da religião, e embora seu recorte de pesquisa seja dedicado a colonização espanhola no México, podemos usar suas análises também para compreender como este processo se deu na colonização portuguesa no Brasil.

A denominada "realidade" colonial transcorria em um tempo e espaço distinto, e era pautada em princípios sociais e de poder, onde cada indivíduo teria sua própria percepção acerca do divino, do real e do além. Este distanciamento existente entre os sistemas de representação ou de poder estaria então diretamente vinculado a maneira com que as sociedades em questão "percebiam, memorizavam e comunicavam aquilo que concebiam como realidade, ou melhor, como a sua realidade" (GRUZINSKI, 2003: 271).

Por conseguinte, ao empreenderem sua missão evangelizadora, os colonizadores almejavam algo que Gruzinski afirma ser simultaneamente fácil e impossível: a incorporação do sobrenatural cristão na realidade exótica dos índios. A facilidade se dava porque mesmo havendo uma distância entre estas sociedades, as duas enalteciam o aspecto surreal concebendo-o enquanto realidade essencial e indiscutível do ordenamento das coisas. Todavia, impossível devido a forma como o concebiam, que era totalmente distinta, e o que acabou por causar um desentendimento geral.

Estes aspectos também podem ser verificados no contexto colonial brasileiro, dado que, tanto os portugueses- principalmente os jesuítas - como os índios passaram a projetar sobre a "realidade" do outro seus costumes, práticas e representações culturais. Os índios passaram a interpretar este universo cristão enquanto um elemento novo e complementar a sua própria

---

<sup>1</sup> André Droogers é professor de Antropologia da Religião na Universidade Livre de Amsterdam. Foi docente de Estudos da Religião na Escola Superior de Teologia (EST) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Ex- Presidente da Associação de Antropologia da Holanda.

<sup>2</sup> Historiador, arquivista e paleontólogo nascido na França em 1949. Pertencente ao ramo da história das mentalidades e se dedica ao estudo sobretudo de questões latino-americanas. Diretor do núcleo de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique e professor na École de Hautes Études em Sciences Sociales. Em 2015, se tornou o primeiro historiador a receber o Prêmio Internacional de História, considerado como o prêmio Nobel da História.

religiosidade, adotando assim, alguns rituais, objetos e personagens pertencentes e essenciais para a fé católica.

Os portugueses também fizeram suas projeções em relação a realidade nativa. Entretanto, estas projeções em sua maioria, inferiorizavam e desconsideravam a cultura indígena, por exemplo ao compreenderem seus diversos deuses enquanto manifestações do demônio, responsabilizados por incentivar os índios a se revoltarem e pelo não cumprimento das normas do cristianismo:

(...) os jesuítas também pensaram que os nativos da costa brasileira "não tinham fé, nem lei, nem rei", fórmula usada por vários cronistas do primeiro século para descrever os Tupinambá. O próprio Nóbrega, primeiro provincial dos inacianos no Brasil, chegou a escrever, em uma de suas cartas, que os "índios eram como papel em branco onde se poderia escrever à vontade" (...) O costume da antropofagia - a vingança ritual que conferia lógica à guerra entre os Tupinambá - era o exemplo principal de que, na verdade, longe de serem *tabula rasa*, poderiam estar governados pelo demônio. Seria preciso domestica-los, "pacifica-los" (...) Em certos documentos, vemos os padres tentando desmerecer os que chamavam "feiticeiros", os pajés da cultura tupi, que agiam como curandeiros ou presidiam grandes cerimônias de comunhão com os ancestrais mortos. E faziam-no dizendo que eram eles, padres, os verdadeiros pajés (VAINFAS; SOUZA, 2000: 12-13).

Destarte, esta tentativa de promover e impor uma "cristianização" a cultura e sobretudo a religiosidade nativa, acabou por desencadear uma complexidade as relações sociais que se desenvolveram, condicionando a existência de uma nova cultura religiosa, sendo o sincretismo seu elemento central.

A comunidade tupi do litoral no século XVI sob o domínio lusitano enfrentou nos primeiros passos do projeto português relativa superioridade dos armamentos bélicos, perplexidade e o medo provocado pelo desconhecido, além da prática do cerco, queima das aldeias e destruição das roças. Para, além disso, elementos novos foram sendo introduzido na esfera colonial (...) Os traumas psicológicos e as práticas de dominação sofridas por esses povos fez emergir um sentimento de perplexidade e de despossessão dado a destruição do seu mundo clássico e da sua autoimagem positiva a partir do momento em que se estabeleciam novas formas de relação hierarquizadas, para tanto, o processo serviu de guia para que os povos ameríndios buscassem novas formas de relacionamento e reorientarem novos paradigmas ( JESUS, 2013: 4).

O sincretismo constitui-se então como característica central da "Santidade de Jaguaripe", e se manifesta no discurso usado, nos elementos e objetos empregados no culto, na sua própria constituição e em seus principais personagens, o índio caraíba Antônio e o senhor de engenho português Fernão Cabral de Taíde. O índio Antônio enquanto líder da "Santidade de Jaguaripe", empregou um discurso milenarista em que se autodenominava "Tamanduaire",

que na mitologia indígena era um dos mais importantes ancestrais do povo tupinambá. No entanto, por ter sido catequizado pelos jesuítas, Antônio acabou assimilando os valores cristãos, incorporando-os aos indígenas, fato que reforçou o cunho sincrético do movimento.

Antônio se considerava o herói indígena, mas simultaneamente, dizia ser também o Papa, nomeando outros índios como bispos, e batizando-os com nome de santos. Logo, faziam uso de alguns objetos e rituais sagrados do cristianismo como a oração do rosário e adoração as cruzes e também de objetos indígenas como os maracás e o culto ao ídolo de pedra denominado "Tupanaçu" que localizava-se no centro da igreja construída nas terras de Fernão Cabral.

De acordo com Vainfas (1995), além de atribuir nomes de santos aos demais integrantes do movimento, Antônio teria designado o nome de Santa Maria Mãe de Deus a própria mulher, e assim o clero que constituía a "Santidade de Jaguaripe" configurava-se como um verdadeira corte celeste católica.

Neste sentido, é interessante notar como as celebrações batismais realizadas pelo líder caraíba, podem ser entendidas enquanto uma maneira de resistência ao batismo cristão imposto pelos jesuítas ou de afirmação da prática católica. Contudo, a perspectiva do batismo como resistência ao catolicismo figura-se como a explicação mais adequada, dado que os índios acreditavam que conduzia a morte, e o rebatismo pela santidade significaria a vida eterna.

(VAINFAS, 1995: 121).

Elementos mais genuinamente indígenas, nós encontramos na virtude do caraíba de falar com os espíritos, na separação entre homens, mulheres e crianças, durante os cortejos que seguiam o líder, nos bailes, no uso da erva-santa, nas possessões, nos cantos e nas defumações. Sobre esses componentes não há equívoco quanto a sua origem nativa (SILVA, 1995: 66).

Mediante ao contexto de um movimento marcado significativamente pelo sincretismo, a religião torna-se elemento crucial, visto que a dominação colonial portuguesa contou com o apoio dos missionários jesuítas para interiorizar-se, mesmo que através da violência e da imposição na realidade indígena. Assim, a emergência do movimento se deu como uma resposta a esta dominação.

Convém assinalar a propósito, que embora sua mensagem anticolonialista possuísse forte conotação étnica e social — pois pregava a morte ou a escravização da "gente branca" —, era no domínio religioso que a rebelião afirmava sua identidade construindo-a por oposição à Igreja católica. Utilizava-se, pois, um rito católico — o batismo — para invertê-lo e neutralizá-lo. Se o batismo dos jesuítas simbolizava o ingresso dos índios na comunidade

cristã, o rebatismo da santidade procurava anular aquele trânsito cultural, limpando os neófitos da nódoa mortal do sacramento cristão. (VAINFAS, 1995: 121).

Portanto, através da imposição, assimilação e incorporação das práticas católicas, a cultura indígena foi a primeira a compor o que se denomina como “Matriz da Religiosidade Brasileira”, resultante de uma amalgama com a religião católica dos colonizadores europeus. Conseqüentemente, a constituição desta matriz no Brasil teve como resultado o sincretismo religioso, que até os dias atuais caracteriza fortemente a realidade histórica e identitária brasileira.

### **O Movimento**

É dentro deste contexto que em 1580, o movimento surge no sul do Recôncavo Baiano revelando desde o começo seu aspecto sincrético. Enquanto a mais significativa revolta ameríndia do período do Brasil Colonial, a "Santidade de Jaguaripe" foi liderada pelo índio caraíba batizado como Antônio.

Antônio teria fugido de seu aldeamento e a partir daí muitos seguidores não só indígenas, mas pertencentes a outros segmentos como mamelucos, escravos negros vindos da Guiné e brancos ( pobres e possuidores de terras ) aderiram ao movimento, o que acabou por intensificar as fugas dos nativos escravizados, os incêndios nas propriedades de terra e assassinatos dos senhores de engenho.

Além disso, o movimento encontrou na figura controversa do senhor de engenho Fernão Cabral de Taíde, um grande apoio e proteção. Fidalgo nascido no sul de Portugal, e segundo alguns estudiosos detentores de uma relação de parentesco direta com Pedro Álvares Cabra. Taíde abrigou em suas terras o movimento, permitindo até mesmo a construção de uma igreja pelos próprios índios.

A atuação e as motivações que levaram de Fernão de Cabral a aderir ao movimento desperta muitas hipóteses entre os estudiosos. As mais frequentes referem-se a possibilidade que o senhor de engenho teria de, ao apoiar o movimento, conseguir maior contingente de mão-de-obra ao seu dispor. Entretanto, Vainfas (1995) acredita que ele vivia num contínuo dilema, caracterizado pela ambição de conseguir cada vez mais índios para posteriormente explorá-los e a necessidade de cultuar a santidade, fazendo com que os índios continuassem acreditando que sua fazenda era o paraíso que tanto procuravam.

Entretanto:

É possível que, caso o restante da santidade viesse a ter mesmo a seu engenho, Fernão Cabral, com o tempo, destruísse a seita e cativasse todos os índios: os seguidores da santidade, os escravos alheios, os forros das missões, todos os nativos, enfim, que se aglomeravam em Jaguaripe. O certo porém é que perdeu completamente o controle da situação: multiplicavam-se as fileiras de adeptos em seus domínios, e ele, ao invés de explorá-los como supostamente desejava, só fazia adular o clero indígena e render culto ao seu ídolo (VAINFAS, 1995: 98).

Posto isto, trabalhamos com a hipótese também sustentada por Vainfas, de que o próprio senhor de engenho acabou por aderir ao movimento, mediante a aspiração de se tornar o maior e mais poderoso senhor de escravos da Bahia.

O Governador Geral Manuel Teles Barreto após uma grande pressão dos colonos, dos senhores de engenho e dos Jesuítas, que ficaram muito apreensivos devido ao crescimento do movimento, determinou uma primeira expedição sob o comando de Álvaro Rodrigues, com a finalidade de combater o movimento da Santidade. Porém, persuadido pelo Senhor de Engenho Fernão Cabral de Ataíde para trocar de estratégia no combate, o Governador nomeia o próprio Cabral para combater o movimento. Todavia, Cabral passa a proteger a Santidade, o que atrai a ira do Governador que nomeia Bernaldim Ribeiro, para derrotar de vez a Santidade.

Em 1585, a expedição obtém êxito e não encontra nenhuma reação por parte dos índios e tão pouco por Fernão Cabral. Segundo Vainfas (1995), o ídolo e objetos de culto construídos confiscados, a igreja construída foi incendiada, os índios foram novamente escravizados e devolvidos aos antigos senhores ou aos jesuítas, sendo seus principais líderes aprisionados, com exceção de Antônio, que desaparecera sem deixar rastro.

Sendo assim, tanto os índios como o senhor de engenho tiveram seus sonhos destruídos com o fim do movimento. Os índios não tinham mais um lugar onde poderiam viver com tranquilidade, longe da dominação colonial, e Fernão Cabral por sua vez, não tinha mais uma grande quantidade de pessoas que posteriormente poderia trabalhar em suas terras, aumentando sua influência e poder. Enfim, os índios perderam o sonho de não serem dominados e Fernão de dominar (RAMOS; MORAIS, 2010).

### **Tribunal do Santo Ofício e a Santidade de Jaguaripe**

A função principal do Tribunal do Santo Ofício era zelar pela doutrina da Igreja Católica, combater as heresias, o judaísmo, o protestantismo e as feitiçarias, além de punir e castigar os hereges. O método de atuação inquisitorial era baseado na denúncia e no segredo e o processo era aberto mantendo o acusador desconhecido e às vezes até mesmo a acusação.



O Tribunal do Santo Ofício Português foi instituído pelo Papa Paulo III em 1536 e sua atuação se estendeu até 1821. É importante compreender que a atuação deste Tribunal também foi percebida nas colônias, que estavam submetidas ao Tribunal de Lisboa. Logo, a primeira visita oficial do Tribunal ao Brasil se deu em 29 de julho de 1591 na Bahia, através do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, que permaneceu em terras brasileiras até 1593.

A primeira providência tomada pelo Visitador Furtado de Mendonça na cidade da Bahia foi obrigar a todas autoridades eclesiásticas e civis a curvarem-se obedientes à autoridade maior do Santo Ofício: o próprio Bispo da Bahia, o cisterciense Dom Antônio Barreiros, (1575-1600), o terceiro da diocese e único dos Brasis, foi incumbido de ler publicamente a Provisão da Visita, beijando o manuscrito e colocando-o por sobre sua cabeça em sinal de respeito e obediência. É contudo aos 28 de julho deste mesmo ano do Senhor de 1591, domingo da Oitava de Pentecostes, que tem lugar o primeiro Auto-de-Fé que se celebrou no Brasil: fora previamente preparado, pois em todas as mais de sessenta igrejas e capelanias espalhadas pelo recôncavo baiano, os párcos haviam estimulado previamente aos fiéis que se dirigissem a Salvador naquele domingo fatídico, a fim de com suas presenças, demonstrarem o respeito que tributavam à Santa Inquisição. De fato, a pequenina capital da América Portuguesa nunca presenciara tamanha aglomeração humana e tanta pompa como naquele domingo invernososo (MOTT,2010:19).

### **Alguns Processos Relacionados à Santidade de Jaguaripe**

No decorrer desta visita, o Tribunal recebeu algumas denúncias referentes a atuação da "Santidade de Jaguaripe". Tais denúncias originaram diversos processos inquisitoriais, que atualmente estão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Estes processos constituem-se enquanto importantes fontes de estudo sobre o movimento e sobre o sincretismo religioso que caracterizou fortemente o recôncavo baiano principalmente nas décadas finais do século XVI. Entre os vários processos destacamos o do senhor de engenho Fernão Cabral de Ataíde.

O processo de Fernão Cabral de Ataíde foi instaurado pelo Tribunal do Santo Ofício anos após a derrota do movimento e da reconciliação de Cabral com o Governador Teles Barreto. Cabral foi denunciado, preso e processado por causa do seu comportamento durante o período em que o movimento esteve localizado em suas terras. Na identificação dos seus processos constam estes registros:

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 17065 (476 Folhas)  
Datas 1591-09-05 - 1593-04-13  
Estatuto social: cristão-velho Idade: 50 anos  
Crime/Acusação: heresia  
Naturalidade: Silves, Algarve Morada: Jaguaripe, capitania da Baía, Brasil  
Pai: Diogo Fernandes Cabral Mãe: D. Ana de Almada. Estado civil: casado

Cônjuge: D. Margarida da Costa, cristã-velha.

Data da prisão: 19/09/1591

Sentença: [auto-da-fê privado] de 23/08/1592. Abjuração de leve, penitências espirituais, pagamento de mil cruzados para despesas do Santo ofício, degredado para fóra do Brasil .Preso no cárcere do Santo Ofício. Este processo é todo ele do trâmite da Inquisição em Salvador da Baía."

Nos autos inquisitoriais do processo número 11036, de Pantalião Ribeiro, encontram depoimentos relacionados aos rituais da "Santidade" que acontecia nas terras de Fernão Cabral:

(...) denunciando disse que houvera quatro ou cinco anos que Domingos Fernandes Nobre casado com Isabel Beliaga o qual é língua dos gentios e chamam lhe Tomacauna disse a ela denunciante que no sertão adorava o ídolo dos gentios e que chamam Santidade e se pusera de joelhos três vezes diante dele ele ofertara facas e anzóis e que o rebatizara o gentio a que chamam Papa ele pusera nome Luis e lhe disse mais que divina e humanamente se podia conversar aquele negro chamado papa, porque trazia contas e adorou as cruces e assim lhe disse mais que o dito chamado papa rebatizara também o Patalião Ribeiro e a outros, e denunciando mais disse que dona Margarida mulher do dito Fernão Cabral no tempo que na sua fazenda estava a dita chamada Santidade dos gentios indo lhe a gentia a que chamavam mãe de Deus pedir licença para ela batizar outra índia da terra já cristã lhe concedeu a dita licença, e ela denunciante que presente estava repreendeu daquilo.

## Conclusão

Posto isto, podemos compreender a "Santidade de Jaguaripe " e seu aspecto sincrético enquanto uma resistência sociocultural, já que, ao mesmo tempo utilizava costumes do contexto cristão e indígena, atribuindo-lhes novos significados. Como exemplo podemos citar o fato do líder se considerar papa e assim, denominar alguns índios como santos e a idolatria a Tupanaçu, uma imagem feita de pedra.

Portanto, mesmo com o extermínio do movimento em 1595, e as posteriores sentenças atribuídas a alguns de seus integrantes pelo Tribunal do Santo Ofício, a "Santidade de Jaguaripe" evidencia-se enquanto uma forma expressiva de resistência ao qual os índios recorreram no sentido de lidar com o domínio dos colonizadores portugueses , através do aparato religioso.

Enfim, este "catolicismo a maneira indígena", destacou a complexidade existente no âmbito da sociedade colonial, onde a convivência e assimilação cultural faziam-se profundamente presentes. Neste contexto, entre chocalhos e rosários aconteceu o sincretismo religioso na Santidade de Jaguaripe, no início da formação da matriz religiosa brasileira no século XVI.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de . Capítulos de história colonial (1500-1800): os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5ª edição . Rio de Janeiro : Sociedade Capistrano de Abreu , 1969 .
- ANDRADE. Maristela Oliveira de. 500 anos de catolicismos e sincretismos no Brasil. João Pessoa. Editora Universitária, 2002.
- ANTT, Inquisição em Lisboa processos nºs11036 e 17065.Disponível em : <<http://digitalq.arquivos.pt>>Acesso em 28/08/2016.
- DROOGERS, André. "Sincretismo." *Estudos Teológicos* 21.3 (1981): 139-150.Disponível em < [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1335](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1335)>Acesso em 26/08/2016
- FILHO, José Bittencourt . Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e Mudança Social. Editora Vozes: Petrópolis, RJ , 2003.
- GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GRUZINSKI, Serge. A Cristianização do Imaginário. In: A Colonização do Imaginário : sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos: XVI- XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 271-294.
- JESUS, Edvaldo Nascimento de. Antagonismo Colonial : A santidade de Jaguaripe e a Construção da liberdade no século XVI no recôncavo baiano. In: II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais :2013,UFRB. Salvador. Disponível em : <[http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto\\_Edvaldo\\_Nascimento.pdf](http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto_Edvaldo_Nascimento.pdf). >Acesso em: 23/08/2016
- MASSIMI, Marina. A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das ideias psicológicas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. Bahia Inquisição e Sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010.
- NOVINSKY, Anita. A Inquisição.2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- RAMOS, Fábio Pestana; MORAIS, Marcus Vinícius. Eles formaram o Brasil. São Paulo : Contexto, 2010.
- SILVA,Isabelle Braz Peixoto do. A santidade de Jaguaripe, pp.65- 70. *Revista de Ciências Sociais*, nº: 1-2, v. 26, 1995, p. 65-70.
- SIQUEIRA, Sônia Aparecida de.A inquisição portuguesa e a sociedade colonial.São Paulo: Ed. Ática, 1978.
- SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (org.). Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios : catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Juliana Beatriz de. Brasil de todos os Santos. 1ª edição . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

## O processo de individualização da religião na sociedade contemporânea: o *neopentecostalismo* e suas representações sociais

**Stella Sousa Moreira**

Especialista em Ciências da Religião

E-mail: ssmstella@oi.com.br)

**Thiago Lucas R. Martins**

Mestre em Educação UFMG

E-mail: thiagolucasmartins@yahoo.com.br

**Resumo:** O objetivo deste artigo é abordar o processo de individualização presente nas religiões cristãs ocidentais a partir do catolicismo durante o advento da modernidade em paralelo com o fenômeno do neopentecostalismo contemporâneo. Para tratar do neopentecostalismo e suas vertentes sociais analisar-se-á a diferença entre individualismo religioso e individualismo moderno. Tendo em vista que o presente trabalho se trata de item obrigatório para a conclusão de curso a nível de especialização para a função de professor, entender os aspectos e as especificidades das religiões, suas formas de mobilização e como se situam no tempo e no espaço é tarefa urgente para professores e educadores. Dessa forma é importante buscar identificações entre a análise histórica do processo de individualização contido no cristianismo ocidental com o fenômeno contemporâneo: *neopentecostalismo*.

**Palavras-chave:** neopentecostalismo. Individualismo. Modernidade. Cristianismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to address the process of this individualization in western Christian religions from Catholicism during the advent of modernity in parallel with the contemporary neopentecostalism phenomenon. To treat of neopentecostalism and its social aspects, the text will analyze up-the difference between religious individualism and modern individualism. Considering that the present work it is must for completion of course the level of expertise to the teaching function, understand the aspects and characteristics of religions, their forms of mobilization and how are located in time and space is urgent task for teachers and educators. Thus, it is important to seek identification between the historical analyses of the individualization process contained in Western Christianity with contemporary phenomenon: neopentecostalism

**Key words:** neopentecostalism. Individualism. Modernity. Christianity

### Introdução

O artigo se trata da evolução da sociedade cristã ocidental. Na tentativa de entender os problemas de representação do sagrado nas manifestações coletivas nesta sociedade, o texto estabelecerá a relação entre a transição da coletividade presente nas sociedades agrárias e o processo de individualização contido na sociedade moderna<sup>1</sup>. Neste emaranhado de diferentes

---

<sup>1</sup>De acordo com as periodizações da temporalidade histórica podemos considerar as transições do percurso do homem no tempo, como Sociedades agrárias e ou Primitivismo, Mundo Antigo, Idade Média, Idade Moderna e Período Contemporâneo para enfim tratar dos dias atuais. É claro que essas periodizações mudam de autor para autor ou de marcos históricos específicos para cada tipo de leitura da sociedade, seja ela histórica ou sociológico. Por exemplo, podemos considerar a queda do Muro de Berlin como marco histórico para a Idade contemporânea. No entanto, outro autor para tratar da mesma finalidade considera a Primeira Grande Guerra de 1914. Voegelin é que auxilia nesta compreensão de periodizações no presente trabalho. Embora o autor aborde a temporalidade por uma perspectiva complexa sobre o símbolo da trindade ao curso da História. Ele encara a concepção da História

facetas do individualismo moderno enquanto fenômeno histórico surge a relação adversa entre individualismo religioso e individualismo moderno. Diferença essa fundamental para entender o cenário precursor do presente trabalho: o neopentecostalismo enquanto fenômeno religioso, e sua relação coletiva com o indivíduo dentro do contexto cristão ocidental contemporâneo.

Levando em consideração a tentativa de análise do neopentecostalismo num cenário contemporâneo, este artigo tentará realizar uma abordagem conceitual do tema. Isso dar-se-á devido as limitações e barreiras em pesquisar um tema tão amplo em sua origem e manifestação notória no ocidente cristão. Também é importante ressaltar que a feitura deste trabalho se deu a partir do exercício constante de observações das realidades cotidianas que me cercam enquanto ser vivente.

### **Individualismo e o advento da modernidade**

A sociedade e o indivíduo não são opostos. Todo indivíduo pertence a um contexto social e as instituições sociais, que como representações deste elemento agregador são exemplos desta inserção. Inseridos em um meio social o indivíduo tem suas ações pautadas pelo seu contexto sociocultural não puramente em seu aspecto biológico. Certamente suas decisões não são meramente individuais considerando a relação sociedade e indivíduo. (LAKATOS, 1990). O Individualismo abordado no presente artigo está relacionado a modernidade religiosa, ou seja, ao Individualismo religioso, tratado no próximo item. Essa tipologia do individualismo religioso é diferente do individualismo ético<sup>2</sup>.

O homem tem sido moldado pelos diferentes processos de socialização contidos ao longo das trajetórias históricas. No advento da modernidade surge o ideal do homem civilizado. A partir de então o indivíduo desligado da sociedade seria incapaz de falar e de pensar. As

---

como um conjunto de três eras. Traz a sua análise Turgot e Comte: Teológica, metafísica e científica. História antiga, medieval e moderna, também discorre sobre o reino do Pai, Filho e Espírito Santo. Aponta a dialética de Hegel; liberdade, realização espiritual e auto reflexiva. Não poderíamos deixar de lado a citação do autor com a emblemática análise de Marx do comunismo primitivo, sociedade de classes e o Comunismo final. No seu texto “*A natureza da modernidade*” Voegelin apresenta que a vida moderna tem suas raízes no cristianismo e ainda rememora Joaquim de Flora 1132-1202 e sua criação do conjunto de símbolos que preside, até hoje, ou seja, nas palavras do autor; “a auto interpretação da sociedade moderna”. (VOUGELING, 1982, p.87-89)

<sup>2</sup> Lakatos aproxima do conceito de individualismo ético levantado por Vougeling, quando em seu ensaio a autora analisa o Isolamento Estrutural ligado as sociedade industrialmente desenvolvidas. Relacionado ao comportamento do indivíduo em sociedade. Diferente do individualismo religioso que detém o poder de ação de um determinado grupo. (1990,p.78) Porém a literatura é vasta para tratar esse assunto, Rudolf Steiner trabalhou com o que chamou de **individualismo ético**. Para Steiner e seus seguidores, o indivíduo para ser completo precisaria estar sempre em busca do que é melhor para si, para que ao final, de posse de boas referências e aquisições pessoais pudesse, como efeito, ser útil a sociedade em que vive.

sociedades simples anteriores a revolução industrial, ou aquém destas, são uniformes, por isso são coletivas.

Essa transição coletiva-individual é analisada por Hervieu-Léger (2008). A autora revela a principal característica desta mudança estrutural; a integração do modelo individual em vários aspectos sociais, religiosos e de pensamento. “A paisagem religiosa da modernidade é caracterizada por um movimento irresistível de individualização e de subjetivação das crenças e das práticas. A modernidade religiosa é o indivíduo.” (HARVIEU-LÁGER, 2008, p.139)

O processo de individualização através do agir, pensar e viver em sociedade é trazido à tona como escolha racional<sup>3</sup>. Sobre a racionalização advinda do renascimento:

Todos os povos sem exceção receberam a palavra divina – e define a vida religiosa como uma busca individual da comunicação. Seu tratado de 1782, intitulado *Quadro natural das relações que existem entre Deus, o homem e o universo*, constrói uma teologia espiritual individualista suscetível de satisfazer igualmente o espírito das Luzes e os impulsos pré-românticos que se revelam ao mesmo tempo. O desenvolvimento desses novos movimentos (poderíamos citar muitos outros) que proliferam na França nas vésperas da Revolução faz eco à busca de uma nova aliança - inclusive de uma combinação – entre a busca espiritual e o projeto do conhecimento científico e de domínio técnico do mundo que geralmente se identifica como um traço específico das correntes religiosas mais contemporâneas. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p.155)

A perspectiva religiosa da trajetória cristã ocidental de individualização segundo Hervieu-Láger (2008) se inicia com João Calvino. A autora diferencia a religião ritual, que consiste na observação das práticas prescritas de uma religião. Em outras palavras o campo da religião do mundo místico. Na da religião da interioridade, predomina-se a ética, ou seja, a apropriação pessoal das verdades religiosas. O indivíduo é quem define sua concepção religiosa do mundo. Hervieu generaliza essa máxima entre religião ritual e religião da interioridade para todas as religiões mesmo antes da modernidade. Na perspectiva mística de individualização dentro da evolução histórica do cristianismo, é o indivíduo que deve despojar-se de si mesmo para uma união com Deus. Esse é o tipo de individualismo místico outrora mencionado. Estabelecida esta diferenciação o foco da presente análise se revela no individualismo moderno. A *priore* surge essa terminologia com Calvino. Note um pouco sobre esta definição de individualismo moderno;

---

<sup>3</sup> Ideia da razão também compõe esse cenário da modernidade embora artistas e estudiosos do século 20 já criticavam o ideal civilizador trazido com o advento do individualismo.



No cristianismo foi o Calvinismo que impeliu mais longe essa lógica ética da individualização religiosa, desenvolvendo a ideia de que cada um deve encontrar, em todos os aspectos de sua vida cotidiana no mundo e particularmente em sua vida profissional a confirmação de que ele está pessoalmente salvo. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p.140)

Utilizando Weber (1996) para estabelecer um tipo de individualismo ético moderno, buscando inspiração na via mística a autora constrói um paralelo entre a via mística e ética do individualismo. Veja;

De um lado, portanto, a via mística, desenvolvida ao longo dos séculos da história cristã, constitui um caminho extremo de individualização da experiência religiosa, reservado – de fato – a um pequeno número de virtuosos, portadores, como diria Max Weber, de um “carisma místico”. De outro lado, é através da “atuação racional e metódica” da vida do indivíduo que a via ética o constitui enquanto sujeito crente. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p.140)

Estes conceitos de individualismo religioso e individualismo moderno estão relacionados a transição da época medieval, em que prevalecia o misticismo, para a era da modernidade. O período medieval está ligado ao sobrenatural e a natureza. A modernidade apresenta a reforma protestante e a separação entre Deus e homem - *o ser individual*. Ainda sobre o surgimento da modernidade, é quando se iniciam as periodizações<sup>4</sup> dentro da perspectiva de evolução religiosa:

O tempo da “salvação comum”, identificado por Dupront como a primeira etapa da trajetória Histórica do cristianismo, foi tipicamente o da validação institucional da fé. A segunda etapa, a da confirmação, selada pela reforma, de uma concepção individual da salvação, foi a etapa do conflito entre um regime de validação institucional do crer e regimes múltiplos de validação comunitária do crer. A terceira etapa é a da modernidade religiosa, também chamada como a absorção do individualismo moderno, que se harmoniza com uma concepção intramundana e subjetivada da salvação individual. É também a etapa do advento de um regime de validação mútua do crer, que faz do intercâmbio de experiências pessoais o ponto de acesso subjetivo de cada um à “sua” verdade. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p.162)

A relação entre essas etapas históricas pode indicar que o individualismo sempre existiu como o movimento do sujeito de se desprender de si para se entregar a Deus. A autora diferencia a religião ritual (observação das práticas prescritas) de uma religião da interioridade que implica o mundo místico ou ético para enfim tratar o individualismo advindo da modernidade; o calvinista. Individualismo calvinista que repousará então na perspectiva contemporânea do ser individual que encontraremos inserido no neopentecostalismo atual. Dessa forma, na concepção

---

<sup>4</sup> Pois todo homem é um ser moderno de seu tempo. Na era das Revolução Industriais ou o período moderno é quando se delimita o antigo e o novo.

de Hervieu estamos no nosso tempo entre dois mundos<sup>5</sup>: O de Deus e o do homem. Observaremos melhor essa diferença do conceito de indivíduo e a relação com o neopentecostalismo no segundo tópico.

### **Individualismo Religioso e Individualismo Moderno**

O fenômeno da individualização nas religiões cristãs ocidentais está diretamente ligado ao advento da modernidade em seu percurso histórico. A relação dos termos individualismo religioso e individualismo moderno pode ser compreendida como uma integração. Seria como se o primeiro conceito sincretizasse as características do percurso histórico da formação do individualismo moderno, tornando-se parte um do outro. “ O individualismo religioso não é mais criador da Modernidade do que a Modernidade é inventora do individualismo religioso. ” (HERVIEU-LÁRGER, 2008, p. 143). De acordo com a autora, o individualismo religioso é fruto da modernidade, e o resultado desse encontro seria o individualismo moderno. Hervieu-Lárger (2008) esclarece;

“A questão que se coloca, é a de saber quais formas de sociabilidade religiosa podem ainda existir quando se impõe, de maneira tão massiva, um individualismo religioso plenamente integrado ao individualismo moderno. (HERVIEU-LÁRGER, 2008, p.156)

Sobre essas formas de imposição social está a experiência espiritual. Concebida como um modo de expressão do poder que o indivíduo pode exercer sobre o mundo e sobre si mesmo. Apresenta-se então a denominação<sup>6</sup> religiosa pentecostal, que vem contrapor de certo modo a forma de sociabilidade do Deísmo proposta pela autora. E através de uma denominação religiosa que os anseios individuais do crente<sup>7</sup> se revelam enquanto coletividade.

Hervieu-Lárger (2008) apresenta que o peso do poder individual consegue atingir por si mesmo a religiosidade do indivíduo, mesmo que este esteja necessariamente fora de uma igreja em particular. Ele denominou esse fenômeno a partir do conceito de F. Champion: *Nebulosa místico esotérica*<sup>8</sup>, que constitui uma religiosidade inteiramente centrada no indivíduo e sua realização individual.

---

<sup>5</sup> Deísmo: doutrina que considera a razão como a única via capaz de nos assegurar da existência de Deus, rejeitando, para tal fim, o ensinamento ou a prática de qualquer religião organizada.

<sup>6</sup> Lakatos denomina a instituição religiosa conforme item 2. A denominação religiosa é uma ramificação das instituições religiosas. <http://www.ia-cs.com/2014/05/definindo-religiao-igreja-denominacao.html>

<sup>7</sup> Crente aqui é utilizado, assim como no trabalho de Hervieu, como aquele que crer em certa denominação religiosa.

<sup>8</sup> Na resenha o professor Rodrigo Coppe explica bem a constituição desta unidade religiosa inteiramente centrada no indivíduo. “Utilizando o conceito de “nebulosa místico-esotérica” de F. Champion, para falar sobre as mutações

A salvação visada por esse trabalho de auto aperfeiçoamento diz respeito exclusivamente a vida aqui de baixo. Trata-se de atingir por si mesmo, da maneira mais complexa possível, os objetivos que a sociedade moderna oferece como horizonte a todos: a saúde, o bem-estar, a vitalidade e a beleza. (HERVIEU-LÁRGER, 2008, p.144)

Contudo Souza, traz à tona que “as categorias temporais são produtos das relações sociais, ou seja, não existem fora do mundo social, como poderia pensar o naturalismo ingênuo” (SOUZA, 2012, p.318). Na maior parte da história humana as sociedades não produziam expectativa de lutar por um futuro que fosse diferente do prescrito desde a introdução da vida social. O individualismo religioso moderno se caracteriza como já abordado, pela tônica da realização pessoal do indivíduo. Mas igualmente pelo reconhecimento que dá as realidades do mundo no qual esse indivíduo se move de maneira autônoma. A boa vida esperada não poderia estar em outro lugar senão no presente. Souza (2012) como um autor contemporâneo consegue captar as vicissitudes do capitalismo para apresentar que somente com a invenção moderna da individualização das construções biográficas é que isso se tornou possível e de modo generalizado. O reflexo do individualismo contemporâneo no neopentecostalismo é a figura do batalhador<sup>9</sup>. Porém para essa figura emblemática, conceituada por Jessé de Souza como o batalhador tem uma crença no futuro, que não é óbvia, devido as condições de classe em que o mesmo está inserido. Como elemento agregador para o batalhador entra em cena a religião, pois a crença do batalhador é legitimada pela coletividade, embora suas motivações sejam individuais. Veja:

A preocupação de ser e de dar o exemplo para o outro (o que pode ser feito tanto entre “especialistas” e “leigos” como somente entre “leigos”) parece comunicar a quem recebe o exemplo que as outras pessoas esperam e acreditam que ele mudará sua vida pessoal para melhor. Dito de outro modo: o “destinatário da promessa exemplar” é confrontado com expectativas sobre sua própria formação como pessoa, com a expectativa de que ele alimente para si mesmo expectativas novas, de que incorpore a disposição para crer no futuro. Em resumo: com a exemplaridade parece que a ideia de que “Deus tem um propósito em sua vida” pode ser trazida para uma relação prática e cotidiana de identificação com uma outra pessoa que represente a realização

---

ocorridas no individualismo, Hervieu-Léger aponta uma das principais características da “modernidade religiosa”. [...] A questão não é aderir a uma verdade A ou B, mas experimentar, a partir de si mesmo, sua própria verdade, fora de enquadramentos e ortodoxias. Segundo a socióloga, essa “nebulosa” leva às últimas consequências as tendências expressas anteriormente. Elas desembocam, por um lado, na “valorização do mundo”, a partir de uma noção de salvação que visa exclusivamente à vida terrestre, e por outro, na “afirmação da autonomia do sujeito crente”. Dessa operação, surge a modernidade religiosa.

<sup>9</sup> O Batalhador para Jessé Souza é o indivíduo cuja a vida religiosa no neopentecostalismo foi fundada a construir uma fé no futuro, pois não partilham da “estabilidade social” das classes dominantes. Correndo um risco de rebaixamento social (o autor também define o que seria esse rebaixamento e categoriza como a ralé estrutural, título de outro livro) o batalhador luta por um futuro digno estruturado na Religião Pentecostal e seu conjunto de recompensas imediatas.

adjacente e encorajadora, antecipada e tornada visível no agora, desse propósito divino para o amanhã de cada um. (SOUZA,2012, p.321)

Contrariamente ao que se poderia espontaneamente pensar, o crescimento do individualismo religioso, que torna cada um responsável por sua fé, contribuiu para reforçar a afirmação e a pluralização dos regimes comunitários do crer unindo, contratualmente indivíduos igualmente comprometidos em sua vida religiosa; o Pentecostalismo é um exemplo dessa pluralização.

### **O Pentecostalismo: um encontro coletivo marcado por motivações individuais**

O Pentecostalismo abordado por Jessé Souza tem a sua fé estabelecida no futuro. O Pentecostalismo é fruto da sociedade capitalista, sendo uma denominação religiosa moderna. Sua origem está ligada ao movimento iniciado por Charles Prahm porém é seu aluno William Joseph Seymour que é tido como o fundador do pentecostalismo moderno. (2012,p.315)

O reflexo do individualismo no pentecostalismo é a figura do batalhador. Esse conjunto de indivíduos motivados por interesses distintos validam a ação do crer, permanecendo uma tarefa individual: a cada um à sua verdade. Porém este regimento puramente subjetivo da busca individual é o que liga os batalhadores ao Pentecostalismo. Essa oferta de “serviços mágicos” relacionados as demandas imediatas da vida cotidiana, fruto do capitalismo motivam esses indivíduos a continuar na fé. “Os batalhadores se encontram na periferia do capitalismo. Por não se situarem a um lugar fixo na lógica de produção<sup>10</sup> pertencem a um não lugar” (SOUZA, 2012, p.315). Segundo o autor o elemento que dá liga é o *habitus de classe* comum, que surge no estabelecimento desta nova classe social na dinâmica do capitalismo;

[...]se perceber a relação do pentecostalismo com a classe social é o de perceber a existência de uma classe que tradicionalmente foi concebida como uma subclasse, com um papel coadjuvante na dinâmica da vida social, ou mesmo associada equivocadamente a categorias como pré-moderno, atrasado, como se estas fossem resíduos de vestígios tradicionais que desapareceriam frente à expansão da modernização. É essa grande classe esquecida, ou essa massa de *subintegrados* à sociedade capitalista, a qual temos chamado de ralé estrutural e agora batalhadores, e que de certo modo as teorias tradicionais chamavam respectivamente de lumpesinato e subproletariado, que forma o elemento central da dinâmica da vida social da periferia do capitalismo. (SOUZA, 2012,p.312)

---

<sup>10</sup> O autor pontua os batalhadores enquanto classe social trabalhadora. As características dessa classe estão relacionadas as lutas cotidianas para se manterem no emprego, por exemplo. Essa luta cotidiana é amenizada nos encontros coletivos na Igreja em que se espera pela conduta ética diária um conjunto de recompensas efetivado pela troca de experiências e relatos com os irmãos destas comunidades cristãs.

Hervieu-Lárger (2008) defende que o ato de crer não está diretamente relacionado ao pertencer, veja:

“Essa disjunção entre a crença e a pertença é evidentemente ainda mais nítida naqueles casos todos em que o sujeito crente reivindica poder escolher, entre essas diferentes tradições, a que melhor lhe convém. Em certo sentido, podemos imaginar que a lógica da “bricolagem da fé” torna impossível a constituição de comunidades crentes reunidas em torno de uma fé comum” (HERVIEU-LÁRGER, 2008, p.156 -157)

Contudo Jessé Souza coloca a tônica sobre o valor da busca e da apropriação pessoal do sentido, ele dilui praticamente e contesta a noção de “obrigação” vinculada a essas crenças e as essas práticas. Se existe comunidade, ela não tem por vocação atestar uma homogeneidade de crenças postuladas *a priori*, mas manifestar a convergência. Justifica ainda que é através de motivações individuais que esses sujeitos, os batalhadores se identificam enquanto grupo;

O seu discurso e prática se moldam a partir das ansiedades de classe que são produzidas pelas novas teias sociais da sociedade capitalista. Esses traços estão claros desde sua fundação nos Estados Unidos como movimento não só religioso, mas também social, e também na maneira pela qual e para onde essa religiosidade se expandiu no mundo. (SOUZA, 2012, p.312)

As ansiedades de classes é que unem esses indivíduos, neste caso também suas divergências. O *habitus de classe* é constituído então pode ser constituído pelo encontro antagônico entre esses sujeitos de classe e as vicissitudes que caracterizam sua vida cotidiana. A única aposta em comum é manter-se firme na fé no futuro;

[...]se perceber a relação do pentecostalismo com a classe social é o de perceber a existência de uma classe que tradicionalmente foi concebida como uma subclasse, com um papel coadjuvante na dinâmica da vida social, ou mesmo associada equivocadamente a categorias como pré-moderno, atrasado, como se estas fossem resíduos de vestígios tradicionais que desapareceriam frente à expansão da modernização. É essa grande classe esquecida, ou essa massa de *subintegrados* à sociedade capitalista, a qual temos chamado de ralé estrutural e agora batalhadores, e que de certo modo as teorias tradicionais chamavam respectivamente de lumpesinato e subproletariado, que forma o elemento central da dinâmica da vida social da periferia do capitalismo. (SOUZA, 2012,p.312)

## Conclusão

O presente trabalho versou sobre o individualismo e algumas de suas formas de manifestações sociais. A partir de sua origem na sociabilidade religiosa da Reforma Protestante, o individualismo ganhou novas classificações com o advento da contemporaneidade. Uma dessas formas de classificação pode ser representada pela figura do “batalhador”, analisada por

Jessé Souza. Esse indivíduo inserido na lógica social do capitalismo, se depara com sua religiosidade ligada ao status de classe social. Em outras palavras é movido pelas vicissitudes do capital a buscar respostas imediatas a suas necessidades cotidianas. Inseridos numa realidade sócio econômica em que sua busca os próprios batalhadores entendem como sendo uma vida melhor, faz com que a crença no futuro não pareça óbvia, por isso busca familiarização com outros indivíduos na religião Pentecostal. Diferentemente do Individualismo vinculado ao deísmo que Herviéu trabalha em sua obra.

A religião Pentecostal embora celebre as características individuais para a busca do transcendental, revigora-se ao culto ao encontro com o antagônico para promover seja a inspiração pela luta diária ou a própria redenção. E celebra por fim a partilha desta busca em comunhão com os demais batalhadores. Tornando-se coletiva com motivações individuais.

### **Referências Bibliográficas**

- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Edição 70. Lisboa. 1991.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. In: Ortiz, R. (org.) Bourdieu; sociologia. São Paulo, Ática, 1983.
- BUBIO, A. Unidade da pluralidade. SP. Paulus, 2006.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. RESENHA. Horizonte, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 177-181, jan./mar. 2010 - ISSN: 2175-5841
- DUMONT, Louis. O individualismo; uma perspectiva da antropologia moderna. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco. 1985.
- DURKHEIM, Emile.. O dualismo da natureza humana e suas condições sociais. In: A ciência social e a ação. Amadora, Bertrand 1975b p. 289-303.
- GALLI, Fernando. Definido religião, igreja denominação, seita e heresia. Disponível em <http://www.ia-cs.com/2014/05/definindo-religiao-igreja-denominacao.html>. Acesso em : 23 de Janeiro de 2016
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral I Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi, colaboradora. -- 6. ed. rev. e ampl. -- São Paulo : Atlas, 1990.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião. In: \_\_\_\_ *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2.ed. rev. amp. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari...[et. al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012 404 p. – (Humanitas).

VOEGELIN, Evic. *A nova ciência da política*. Brasília: UNB, 1982.

WEBER, M. *Sociologie religions*. Paris: Gallimard, 1996, p. 143.



## Comunidades Eclesiais de Base: Compreensão inicial de um viés católico dentro da América latina

**Ana Maria Coutinho**

Mestre

Professora do departamento de História da PUC Minas

E-mail: anacoutinhopuc@gmail.com

**Artur Lemos Campos**

Graduando

PUC Minas

E-mail: arturlemoscamos@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho pretende discutir as tensões nos cenários religioso e político, bem como a posição da Igreja que se aproxima dos oprimidos para buscar sua libertação. Este como um dos papéis da Igreja e dos eclesiásticos. Sendo essa a perspectiva do segmento da Igreja Católica que pretendemos estudar, estamos cientes de que esta não era uma visão única, e muito menos que houve pouca resistência no seio da Igreja a todo esse movimento. Da mesma forma, compreendemos que não se trata apenas de um debate teológico, mas de uma disputa no campo político de libertação de toda a América Latina. Faremos este estudo através da articulação entre perspectivas historiográficas, sociológicas e teológicas associadas às Comunidades Eclesiais de Base [CEBs].

**Palavras-chave:** Comunidade Eclesial de Base; CEBs; Teologia da Libertação; América Latina; Igreja Católica

**Abstract:** The religious and politic domain merge, the Church get closer to the oppressed ones to find their liberation, as the main role of Church and ecclesiastic. Beeing a knowled get his is one of a vast amount of Catholic Church's moviments, we admit that it's not the only perspective, and there are controversals and resistences even inside those Catholic's moviments. Besides that, conceiving that it's not only about theological discussion, but a political battle around Latin America's liberation. This research is based through different perspectives - historical, sociological and theological - associated to the Basic Ecclesial Community [CEB].

**Keywords:** Basic Ecclesial Community; CEB; Theology of Liberation; Latin America; Catholic Church

As discussões políticas, sociais e teológicas em torno da Igreja Católica e do cenário da América Latina no século XX se fundem. É tarefa difícil a distinção entre os debates teológicos desse período que não perpassem por questões políticas. Da mesma forma, trabalhar questões políticas e movimentos sociais desconsiderando qualquer ação e influência católica é descartar um agente histórico, seja ele direto ou indireto. Assim, o eixo a ser percebido é justamente o fruto da articulação da força eclesial e leiga dentro do contexto social e político da América Latina no século XX, principalmente na segunda metade do mesmo, em um paralelo da Igreja Católica do Brasil e o caminhar do continente. Para realização de tal tarefa serão levantadas três discussões: quanto ao contexto da América Latina, quanto ao Concílio Vaticano II e quanto à Teologia da Libertação. As três problemáticas em questão servirão como alicerce para posteriormente culminar no ponto principal do trabalho: as Comunidades Eclesiais de Base.

Em um primeiro momento vamos nos ater ao contexto latino-americano. Na obra de Beozzo (1993) dois eventos marcantes na vida do cristão na América Latina na década de 1950 são apresentados: a criação do Conselho Episcopal Latino- Americano (CELAM) – no campo eclesial; a revolução cubana – no campo político social. O autor ainda mostrará um Brasil economicamente otimista com o presidente Kubistchek e, da mesma forma, uma Igreja esperançosa com a expansão da ação da Igreja Católica que “consolida o peso e a influência do laicato organizado na vida da Igreja no Brasil” (BEOZZO, 1993).

Considerando a especificidade do nosso foco, Sérgio da Mata (1998) pensará em um *continuum*, mas um “contínuo” que liga os conflitos entre as facções católicas leigas. Conflitos, estes, que não serão fruto somente dos embates político-religiosos. Mostra-nos uma Belo Horizonte dinâmica e conflituosa frente à corrente que pretende “deselitizar” suas práticas para inserir o leigo na experiência do sagrado. Corrente esta - denominada pelo autor como “liturgistas” - que enfrentará a resistência do segmento tradicionalista da capital mineira fazendo com que as encíclicas de Pio XII e o próprio *ethos* tradicionalista do catolicismo mineiro sejam seus argumentos. Mas:

“a sucessão de Pio XII aparentemente inverte o jogo de forças. João XXIII oxigena a iniciativa de todos aqueles que no meio católico, pretendiam dar uma dimensão mais participante e social à Igreja e seus movimentos” (MATA, 1998, p.67).

O autor completa seu pensamento quanto a uma peculiaridade do Brasil: “no país o andar da carruagem ia de encontro aos anseios dos católicos tradicionalistas, enquanto que no âmbito da Igreja Romana dava-se o oposto” (Ibid, idem).

Nessas afirmativas os dois autores não se contradizem, pelo contrário, se complementam. Sérgio da Mata (1998) dá um panorama de acordo com seu estudo específico de Belo Horizonte, deixando clara a especificidade dos eclesiais mineiros, enquanto Beozzo (1993) se propõem a pensar de maneira abrangente uma “Igreja no Brasil”.

O historiador Sandro Ramon Ferreira Silva (2013) permitirá a compreensão das próximas décadas, com o recorte de 1960 a 1990 (muito caro à discussão que pretendemos desenvolver na pesquisa). Visto que trabalha as “transformações da Igreja Católica Romana durante o século XX”. E afirma que destas transformações “brota o ideal de libertação das classes empobrecidas e das nações latino-americanas”. Concebe a Teologia da Libertação como “uma nova reflexão teológica voltada para os anseios e necessidades desse homem e dessa sociedade” (SILVA, 2006).

Michael Löwy, na obra “*A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*” (2000), realiza um debate quanto ao marco na história das relações entre religião e política da América Latina até a eleição do Papa João XXIII, com a vitória da Revolução Cubana. Tal obra possibilita muitas das reflexões necessárias referentes à forma como se encontra a América Latina no século XX - mas não é a nossa intenção. O que nos é caro, nesse estudo, trata-se da atenção que o autor dedica aos “Movimentos religiosos comprometidos com os objetivos de emancipação social”, considerando a teologia mais do que uma corrente teológica, um “vasto movimento social” - pensamento, este, que vemos reforçado pelo texto do teólogo e estudioso da História da Igreja, Beozzo (1993), já mencionado.

E estes movimentos religiosos encontram respaldo para além da América Latina. O Concílio Vaticano II, que ocorre em 1961, traz um novo posicionamento da Igreja, com outros objetivos e uma nova forma de ser Igreja. O teólogo jesuíta João Batista Libanio (2005), um dos teóricos da teologia da libertação, trabalha em sua obra *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão* o momento deste Concílio e o que ele representa. Traz o Concílio contendo duas opções de leituras contrastantes: as continuidades dos concílios anteriores – Trento e Vaticano I – e, outra, o eixo de ruptura. O autor prefere refletir sobre esta segunda opção, ruptura, por acentuar mais as novidades a respeito deste “novo sujeito social”.

Libanio (2005) sustenta a tese de que

o Concílio Vaticano II dirigiu-se a um sujeito social diferente daquele com quem até então a Igreja católica dialogava predominantemente. O Sujeito anterior construíra-se na pré-modernidade, enquanto o novo sujeito social era moderno. Aí está uma diferença significativa que merece o nome de ruptura.

Logo, Libanio concebe o Vaticano II como ruptura e surgimento de um novo paradigma, pois mudaria o sujeito social da Igreja católica, sendo o “pré-moderno” aquele que vê a Igreja como uma “Arca de Noé”, cuja única função é ser o único meio de salvação. Enquanto que o sujeito social,

não são indivíduos considerados em sua singularidade, mas na qualidade de grupos ou classes sociais que assumem, desempenha papel decisivo e primordial em certo momento da história (LIBANIO, 2005).

O novo sujeito de que Libanio trata é uma pessoa ativa, convergindo com Silva (2006), que defende esta reflexão teológica como gestante de uma nova prática do clero. Prática que irá dialogar, ao mesmo tempo, com os documentos do Concílio do Vaticano II e com as encíclicas de João XXIII e Paulo VI (*Pacem in terris* e *Populorum Progressio*), e com:

as novas concepções políticas que surgem no continente, a vitória de Fidel Castro e com a elaboração da teoria da Dependência – que pressupõe a ruptura com os grandes centros financeiros do capitalismo como única forma de libertar a América Latina da condição de opressão (SILVA, 2006).

Desenvolve, de maneira mais profunda, a Teologia da Libertação utilizada como um suporte teórico das esquerdas católicas da América Latina - padres, bispos, religiosos e leigos. Estes “compartilham vivamente uma nova cultura política que redefina continuamente a maneira do cristão estar no mundo e sua visão sobre ele” (SILVA, 2013). Mundo este, latino-americano, que será o palco de sua tese. Parafraseando-o, uma América Latina a partir de 1960 como um período de transformações, devido ao crescente número de golpes e contragolpes de Estado e a questão da modernização conservadora do capitalismo que agrava as condições de vida da maioria da população. E a visão sobre este tema inspirada por um romantismo revolucionário como o sucesso da Revolução Cubana; a crença da construção de uma modernidade alternativa para a América Latina; com forte conexão entre fé e vida, religiosidade e lutas sociais. Enquanto que a leitura da bíblia a partir de uma nova chave de interpretação projeta “novas representações coletivas”<sup>1</sup>.

Inicialmente, vê-se necessária uma maior discussão acerca da Teologia da Libertação, nosso terceiro eixo explicativo. Para tal, utilizaremos de Gustavo Gutierrez (1985) - o principal teórico da libertação, que cunha o termo *Teologia da Libertação* - sua obra *Teologia da Libertação: perspectivas*. Onde define do que se trataria essa nova forma de leitura e posicionamento. Afirma quanto à práxis da Teologia da Libertação:

nos deixarmos julgar pela palavra do Senhor, de pensar nossa fé, tornar mais pleno nosso amor e dar razão de nossa esperança a partir de um compromisso que se quer mais radical, total e eficaz. Trata-se de retomar os grandes temas da vida cristã na radical mudança de perspectivas e dentro da nova problemática levantada por esse compromisso (GUTIERREZ, 1985).

O autor reflete sobre a função crítica da teologia “com relação à presença e atuação do homem na história”; a noção bíblica de libertação; a participação dos leigos - ponto fundamental para as Comunidades Eclesiais de Base -; e defende que “a indagação da significação teológica da libertação é, na realidade, uma questão sobre o próprio sentido do cristianismo e sobre a missão da Igreja” (GUTIERREZ, 1985).

---

<sup>1</sup>Silva muito irá trabalhar com o imaginário social e as representações coletivas de um “Jesus Revolucionário” e um “Moisés Guerrilheiro”. Para tal, faz uso de pressupostos da história cultural, linguística, sociologia e antropologia social.

Essa nova visão da bíblia criará arestas dentro do seio da Igreja Católica, “gera adesões e rejeições dentro da Igreja, da Imprensa e nos meios sociais”. Arestas, essas, que “geraram grande debate ideológico-religioso que se mantém extremamente intenso até os anos 1990” (SILVA, 2013). Dentro desse contexto da América Latina de grandes conflitos, golpes e contragolpes, da modernização do capitalismo, do novo modo de se pensar a bíblia associada a uma nova ótica, é que se inserem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), embasadas na Teologia da Libertação.

Silva tratará as CEBs como “pequenos grupos de fiéis, geralmente variando de dez a quarenta pessoas, que se reúnem em torno da leitura da Bíblia”. E as verá, também, como “espaços de sociabilidades no qual os indivíduos procuram viver uma experiência mística, mas com forte conotação social, no qual muitos problemas pessoais ou locais são assumidos como problemas da coletividade” (SILVA, 2013).

O teólogo Faustino Teixeira (1988), em sua obra “*Comunidades Eclesiais de Base: bases teológicas*”, fará uma incursão principalmente no trato ao leigo e aos oprimidos da América Latina. As Comunidades Eclesiais de Base serão “visualizadas como uma expressão concreta de vontade de vida que anima os pobres em sua caminhada de libertação” (TEIXEIRA, 1988, p.18).

Para além desta, há algumas especificidades intrínsecas às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) - visíveis em seu próprio nome - que Teixeira (1988) trabalhará. Primeiramente, a indissociabilidade entre o aspecto comunitário e o aspecto eclesial. Há uma “dimensão comunitária” de oração, celebração e vida sacramental, na própria sociedade “será salientada a eclesialidade como princípio essencial: constituinte e estruturante das comunidades”. Em relação à base, trabalha-se a “experiência da eclesiogênese, ou seja, deste novo modo de ser Igreja que renasce a partir da base sob a ação vivificante do Espírito, e que impulsiona toda a Igreja ao movimento de conversão aos pobres” (TEIXEIRA, 1988).

Em resumo, a participação do leigo, do pobre e da comunidade constituída é o que:

“desenvolverá o tema da emergência do leigo como criador de valores eclesiológicos. A presença e participação dos leigos constituem um dos traços mais importantes na experiência das CEBs. Estas comunidades abriram um novo e fecundo espaço de participação dos leigos na Igreja” (TEIXEIRA, Faustino, 1988, p.18).

Michael Löwy (2000) faz a discussão de um panorama mais amplo e reconhece em seu próprio livro a importância de um estudo de caso, e é nesse aspecto que se faz presente a

necessidade da realização da pesquisa sobre as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil durante a década de 1980, no meio acadêmico.

As CEBs possuem notória relevância para o entendimento da participação de parcela da Igreja Católica em movimentos sociais, inclusive presente até os dias de hoje. As articulações das partes da Igreja Católica são de fundamental importância não só para compreender a atividade política e de mobilização durante a década de 80, mas para o cenário político atual. O estudo das Comunidades Eclesiais de Base nos faz pensar a possibilidade da retomada da consciência crítica frente aos processos de alienação no momento atual. A Igreja Católica se fez presente nos períodos de maior turbulência do Brasil, no século XX, e aprofundar sobre os fazeres católicos destes períodos de nossa história significa, também, conceber a Igreja como algo fundamental no fazer político e social.

### Referência Bibliográfica

BEOZZO, José Óscar (org.) *A Igreja Latino-Americana às Vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATA, Sérgio da. JUC e MMC: *polaridade político-religiosa em Belo Horizonte*. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 3, n.1, p. 65-86, 1998.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira. *Teologia da libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja*. 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

\_\_\_\_\_. *O tempo das Utopias: Religião e Romantismo Revolucionário no Imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. 293 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades eclesiais de base: bases teológicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.



## O hinduísmo e suas práticas nas escritas jesuíticas (Século XVII)

Ana Paula Sena Gomide

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo:** Enviados para o Oriente a partir de 1542 com o propósito de auxiliar os trabalhos de conversão religiosa, a Companhia de Jesus assumiu um importante papel no processo de evangelização dos territórios do além-mar português. Na Índia os jesuítas se depararam com um universo religioso e cultural indiano rico e de estruturas complexas, na qual muitos se tornaram verdadeiros mediadores culturais, buscando se aproximar e conhecer o outro e suas práticas. O objetivo é analisar as escritas jesuíticas e o modo como missionários jesuítas buscaram compreender o conjunto de costumes e práticas do hinduísmo que eram vivenciados pelos indianos com os quais entravam em contato.

**Palavras-Chaves:** Hinduísmo; Companhia de Jesus; Conversão; Escrita

**Abstract:** Sent to the East from 1542 onwards for the purpose of assisting religious conversion work, the Society of Jesus assumed an important role in the process of evangelization of the Portuguese overseas territories. In India the Jesuits encountered a rich Indian religious and cultural universe of complex structures, in which many became true cultural mediators, seeking to get closer and to know each other and their practices. The purpose is to analyze the Jesuit writings and the manner in which Jesuit missionaries sought to understand the set of customs and practices of Hinduism that were experienced by the Indians with whom they came in contact.

**KeyWords:** Hinduism; Company of Jesus; Conversion; Writing

Enviados para o Oriente a partir de 1542 com o propósito de auxiliar os trabalhos de conversão religiosa, a Companhia de Jesus assumiu um importante papel no processo de evangelização dos territórios do além-mar português. Estabelecida como uma ordem preparada para lidar com os desafios impostos pela Reforma Protestante, os missionários jesuítas empenharam-se para traduzir e transmitir a mensagem evangélica, no difícil trabalho de não se deixarem levar pelo fascínio exercido pela curiosidade das tradições orientais e nem pela repulsa ao mundo selvagem das Américas<sup>1</sup>.

Em Goa, principal possessão portuguesa no Oriente, os jesuítas se depararam com um universo religioso e cultural indiano rico e de estruturas complexas, na qual muitos se tornaram verdadeiros mediadores culturais, buscando se aproximar e conhecer o outro e suas práticas.

Na Índia as missões jesuíticas foram divididas em dois grandes centros: Norte da Índia com o centro em Goa, e Sul da Índia, tendo Cochim como eixo principal de encontro dos missionários. De acordo com Maria de Deus Beites Manso as missões jesuíticas giravam em torno de Damão, Baçaim e Chaul, na chamada Província do Norte, onde a presença dos

---

<sup>1</sup> AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (século XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007. p. 214.



portugueses era intensa, o que não eliminava, por sua vez, a dificuldade em fazer a evangelização. Segundo a autora, muitos missionários reclamavam da diversidade dos povos e da não aceitação ao cristianismo<sup>2</sup>. Já para a região mais ao sul, especialmente em torno do Malabar, a atuação religiosa foi mais difícil.

Diferente da região de Goa, a presença portuguesa na área do Malabar foi de intensa negociação com os poderes locais, o que muito dificultava as relações da coroa portuguesa nessa região, principalmente em seu interior, onde o domínio hindu e muçulmano ditavam as práticas comerciais, políticas e religiosas.

Dispersos nas várias regiões da Índia, os jesuítas tiveram de lidar com distintas realidades para que o trabalho missionário pudesse ser desenvolvido, dispondo de diferentes mecanismos de cristianização frente às populações locais. Neste sentido, é preciso destacar que a Companhia de Jesus fez uso do ensino e da ciência como importante ferramenta de transmissão da mensagem cristã. Conforme apontou Maria de Deus Beites Manso, colégios e seminários foram essenciais não apenas para formação de naturais, mas também como meios de divulgação dos valores ocidentais cristãos<sup>3</sup>.

Outro importante instrumento evangelizador dos jesuítas foi o aprendizado da língua local. Para Célia Tavares, este domínio se baseou em dois principais objetivos: estabelecer comunicação direta com os cristãos da terra, dispensando o uso de intérpretes, e divulgação da doutrina cristã através de livros de catecismos e manuais<sup>4</sup>. Neste sentido, podemos destacar o trabalho pioneiro de Francisco Xavier que, enquanto esteve na Costa da Pescaria, compreendeu a importância do aprendizado da língua Malavar, transferindo esta difícil tarefa para o jesuíta português Henrique Henriques, que dedicou todo seu trabalho em traduções e elaboração de dicionários e gramáticas em língua local.

Se o aprendizado da língua local era uma importante ferramenta de aproximação religiosa, e por muitas vezes incentivada pelos superiores da ordem, nem sempre essa foi uma postura adotada por todos os missionários. Segundo João Paulo Oliveira e Costa, a mesma companhia militante e dinâmica, que se deslocava para áreas mais distantes da Índia portuguesa, e que procurou se integrar junto à população local, mostrou-se intolerante em relação às

---

<sup>2</sup> MANSO, Maria de Deus Beites. *A companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais*. Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009. p. 23.

<sup>3</sup> MANSO, Maria de Deus Beites. *op.cit.*, nota 93. p. 48

<sup>4</sup> TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e Inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004. p. 130.

populações não cristãs, assumindo “particular destaque as medidas tendentes a fazer desaparecer os templos gentios dos territórios administrados pelos portugueses”<sup>5</sup>.

Destruição de templos e imagens hindus e a separação física entre cristãos e não-cristãos foram algumas das medidas de caráter mais violento adotadas por missionários, e que tiveram o apoio régio, para que o cristianismo fosse difundido entre as populações locais<sup>6</sup>.

Ao se estudar, assim, a atuação missionária jesuítica na Índia, é de suma importância ressaltar essas singularidades e de como os diferentes espaços territoriais indianos implicavam em complexas redes de relações políticas, econômicas e culturais delimitadas pelo contato dos indianos com as populações locais<sup>7</sup>. É necessário entender que a introdução do cristianismo e a sua expansão nos diversos espaços alcançados pelos missionários, desde o tempo de Xavier e de suas viagens para o interior da Índia e do Extremo Oriente, não se fez de modo simples e rápido, pelo contrário, exigiram dos jesuítas intensos esforços de acomodação aos diversos elementos das culturas locais.

Diante das práticas culturais as quais se deparam durante os séculos que estiveram no Oriente, os jesuítas deixaram muitos registros sobre tais costumes e sobre as sociedades que as praticavam. Vale aqui, ressaltar que a escrita jesuítica assumiu, nas suas diferentes formas – seja através de cartas, relatórios ou tratados – um importante instrumento missionário presente ao longo da modernidade, especialmente na virada do século XVII. Foi através da escrita que muitos jesuítas descreveram as mais diversas sociedades e suas culturas, como as sociedades asiáticas<sup>8</sup>. Como lembra Diogo Ramada Curto, no início do século XVII as representações literárias se direcionavam, em sua grande maioria, para o Oriente, assumindo maior destaque para os feitos portugueses em território indiano<sup>9</sup>.

Podemos mencionar, por exemplo, a obra *Le Istorie delle Indie Orientali* de autoria do jesuíta italiano Giovanni Pietro Maffei do ano de 1589, com uma edição latina do ano de 1588,

---

<sup>5</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e. O eurocentrismo predominante e as vozes dissonantes. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). *História Religiosa de Portugal: humanismos e reformas*. 2 V. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa: Circulo de Leitores, 2000. p. 278.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> MANSO, Maria de Deus Beites. *Op.cit.*p. 23.

<sup>8</sup> ŽUPANOV, Inês. *Missionary Tropics, Jesuit Frontier in India (16th-17th century)*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005. p.172.

<sup>9</sup> CURTO, Diogo Ramada. Cultura Escrita e Práticas de Identidades. In: BETHECOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Navarra: Circulo de Leitores e Letras, 1998, vol. II, 1998. p. 458.

intitulada *Historiarum Indicarum Libri Duodecimus*, que consiste em uma das grandes representações realizada por jesuítas dos feitos portugueses<sup>10</sup>.

Descrições das ações missionárias também ocuparam boa parte das narrativas jesuíticas, e tão logo se tornaram importantes para a construção de uma história e memória das missões edificada nos grandes feitos dos membros da Companhia de Jesus.

Neste sentido, podemos destacar de forma breve a obra *História dos religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram como a divina graça na conversão dos infiéis à nossa santa fé católica nos reinos e províncias da Índia Oriental*. Escrita entre os anos de 1604 a 1614, de Sebastião Gonçalves, jesuíta português, que teve por intuito maior a divulgação da atuação jesuítica no Oriente, em destaque para as regiões de Salsete, localizada perto de Goa, e da Costa da Pescaria, ao sul da costa ocidental da Índia<sup>11</sup>. De acordo com a historiadora Célia Cristina Tavares, além de exaltar a ação jesuíta na Índia, Gonçalves dedicou sua obra à análise dos costumes e cerimônias indianas<sup>12</sup>.

Destacamos também, a obra de Jacome Fenício, do ano de 1608, denominada *O primeiro livro da seita oriental dos indianos, especialmente dos Malabares*<sup>13</sup>. Atuando na região do Malabar, o jesuíta redigiu um compêndio de informações sobre os indianos. Segundo Inês Županov, Jacome Fenício não chegou a afirmar a autoria de seus textos, talvez porque considerasse que seus escritos serviram como uma ferramenta missionária de uso coletivo, uma forma de introduzir os novos jesuítas às práticas e tradições indianas para que, assim, as futuras conversões fossem facilitadas<sup>14</sup>.

O hinduísmo foi um dos grandes tópicos de interesse jesuíta em suas escritas sobre a sociedade indiana durante os séculos XVI e XVII. O padre português Gonçalo Fernandes Trancoso, que atuou na missão do Maduré ao sul do território indiano entre os anos de 1596 e 1621, foi um dos missionários que dedicaram sua trajetória em analisar as estruturas da religião hindu durante seu trabalho de conversão local.

---

<sup>10</sup> Ibidem. p. 470.

<sup>11</sup> TAVARES, Célia Cristina da Silva. Sebastião Gonçalves e a história da Companhia de Jesus no Oriente. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. Alameda: São Paulo, 2009. p. 70.

<sup>12</sup> Ibidem. p.71.

<sup>13</sup> ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750* Stanford University Press Stanford, California 1996. p. 300.

<sup>14</sup> ŽUPANOV, Inês. *Missionary Tropics, Jesuit Frontier in India (16th-17th century)*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005. p. 175.

Publicado pelo também jesuíta José Wicki, no início dos anos 70 do século XX, o *Tratado do Padre Gonçalo Fernandes sobre o Hinduísmo* pode ser considerado uma síntese dos anos em que viveu no interior da Índia. Assim como outros jesuítas que estavam instruídos a escrever sobre suas missões a seus superiores de ordem, Gonçalo Fernandes redigiu seu tratado sobre o hinduísmo a cargo de seu Provincial Pedro Francisco, quando este o visitou em Maduré no ano de 1614<sup>15</sup>.

Na intenção de descrever o hinduísmo e a sociedade indiana, sua obra se dividiu em duas partes. A primeira parte consta de 39 capítulos, na qual o jesuíta fez uma descrição minuciosa das cerimônias indianas que um brâmane percorre ao longo da vida, desde o seu nascimento até sua morte. Na segunda parte, através de 8 capítulos, narrou as leis e punições pelas quais um brâmane estava sujeito, caso infringisse alguma das regras do hinduísmo.

Ao longo de seu texto, Gonçalo Fernandes Trancoso se utilizou de orações e livros sagrados do hinduísmo, sendo a maioria, como lembra José Wicki, escritos originalmente em sânscrito. Contudo, é o próprio Wicki quem faz esta ressalva, Fernandes não sabia ler em sânscrito, utilizando-se, portanto, de informantes locais que sabiam e traduziam para o tâmul, língua que Fernandes dominava. Assim, deve-se ter em mente que o acesso aos diversos textos citados ao longo do tratado de Fernandes não se deu de forma direta, mas através de intermediários.

Dos pontos centrais da análise de Gonçalo Fernandes está o fato que seu tratado sobre o hinduísmo foi guiada pelo destaque que conferiu à casta bramânica. As descrições dos costumes e práticas dos brâmanes, que foram relatadas desde o período do nascimento até a morte, são o que, para Fernandes, se apresentam como o de melhor que se pode reunir sobre o hinduísmo. As demais *castas* só mereceram atenção do jesuíta em seu tratado a fim de reafirmar a submissão destas. Como mesmo indicou na introdução de sua obra, “porque toda a mais gente é tida por incapaz de mérito algum, nem de coisa pela qual se alcance a glória”<sup>16</sup>. Trata-se, portanto, de uma interpretação jesuítica que favoreceu uma única *casta*, e que dela retirou os aspectos centrais que caracterizava o seu entender sobre o hinduísmo e a sociedade baseada nesta religião.

---

<sup>15</sup> WICKI, José. *Tratado do padre Gonçalo Fernandes Trancoso sobre o hinduísmo* (Maduré,1616), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973. p. XIX.

<sup>16</sup> WICKI, José . *op.cit*, nota 265. p. 5

Se os brâmanes foram o foco central na narrativa de Fernandes sobre o hinduísmo, as devoções dos indianos aos ídolos junto aos sacrifícios realizados nos rituais aparecerem também como aspectos importantes em seu tratado e que demarcam, em consequência, um aspecto essencial na sua atuação como missionária.

Ao reportar a seu superior na Companhia de Jesus os ritos e práticas hindus, Fernandes procurou ressaltar o que considerava como essência de toda gente indiana: a sua gentilidade. As práticas religiosas descritas por Fernandes foram associadas

Parece, assim, que ao longo da descrição sobre as mais variadas cerimônias bramânicas, o padre jesuíta português não deixou de identificar elementos pertencentes a práticas idólatras. Há uma recorrência constante de menções aos deuses do hinduísmo e que por eles os indianos nutriam um sentimento de adoração. É em nome de Vishnu, por exemplo, que Fernandes descreveu que os brâmanes purificavam sua alma<sup>17</sup> ou que os *saniasses* têm por Brama, honra e veneração<sup>18</sup>. Brama também é descrito inúmeras vezes por Fernandes como “senhor de todas as coisas”<sup>19</sup>.

O hinduísmo e suas práticas também foram alvo de interesse do jesuíta italiano Roberto de Nobili, que se tornou famoso por sua aproximação cultural e dos seus métodos de conversão pautados pela “tolerância” aos costumes hindus.

Companheiro de Fernandes na missão de Maduré, Nobili foi um estudioso de duas principais línguas indianas: o tâmul e o sânscrito. Seus conhecimentos a respeito das línguas locais facilitaram a leitura de muitos textos sagrados da religião hindu, como o livro de Manu, citado por Nobili em várias passagens de sua obra.

Com o objetivo de defender sua prática missionária regida pela chamada acomodação cultural, ou seja, pela aproximação e “respeito” entre a cultura local e o cristianismo. Nobili traçou vários paralelos entre os mais diferentes hábitos hindus e católicos, a fim de diferenciar o que era considerado de caráter civil e religioso.

Dessa forma escreveu em 1616 um relatório sobre os costumes da nação indiana, que foi dividido em onze capítulos, sendo os seis primeiros relativos à estrutura da sociedade indiana, ou seja, uma análise referente às *castas*. Nos cinco últimos capítulos, Nobili descreveu alguns dos costumes indianos, como o uso da pasta de sândalo e do kudumi, expondo toda a

---

<sup>17</sup> Ibidem. p. 66.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 126.

<sup>19</sup> Ibidem. p. 170.

sua compreensão de que grande parte dos hábitos indianos eram reflexos de um trivial hábito dos indianos e não necessariamente resultado de uma prática religiosa destes.

Ao descrever a sociedade indiana e seus costumes, Roberto de Nobili ressaltou logo de início o caráter de divisão social que as *castas* representavam para aquela sociedade. Trata-se, portanto, de um ponto importante para entendermos a maneira pela qual o missionário interpretou todo o conjunto de práticas e costumes indianos, interpretando-os, na sua grande maioria, a partir de caracteres que não revelavam quaisquer aproximações com sinais de *idolatria*.

Se, para muitos missionários, viajantes e cronistas, o sistema de *castas* configurou-se em uma lógica pautada pela religião, outros enxergaram em sua natureza apenas o seu sentido de organização a partir do elemento social. Louis Dumont nos chama atenção para este aspecto, destacando que, desde o século XVII, houve momentos em que se discutiu a verdadeira essência das *castas*, se esta era um produto de caráter religioso ou não<sup>20</sup>.

Parece, pois, que Nobili pode ser encarado, neste debate de interpretações a respeito das *castas*, como um forte exemplo, ao contrário do que foi percebido no tratado de Gonçalo Fernandes, de quem as interpretou sob a ótica de uma ordem hierárquica em que a religião não era a base fundamental. Em linhas gerais, Roberto de Nobili defendeu que a divisão das castas era uma forma externa de distinção entre pares e de suas funções na sociedade indiana. Outros pensadores posteriores ao jesuíta italiano se debruçaram sobre a mesma questão.

Na descrição do jesuíta sobre as diferenças das *castas* residem no modo como cada uma acabava por preencher um determinado ofício dentro da sociedade indiana, divididos em maior ou menor grau:

finalmente, os costumes e modos dessas pessoas, considerando os ofícios havíamos comentado que é um termo um tanto peculiares atribuído por cada ordem social mantém também para seus respectivos hábitos em relação ao vestir, comer, e outros aspectos de cuidados corporais. Correspondente ao nível de cargo maior ou menor e da caracterização do padrão social de cada classe individual é encontrado um nível de refinamento maior ou menor, e uma peculiar limpeza para cada classe. Assim, vemos que os costumes dos brâmanes são considerados os mais seletos de todos; próximo na classificação, vêm os governantes, em seguida, os da classe dos respeitáveis comerciantes, e no último lugar, as das outras ordens<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*: O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 73.

<sup>21</sup> CLOONEY, Francis X, AMALADASS, Anand. *Preaching wisdom to the wise: Three Treatises by Roberto de Nobili, S.J., Missionary and Scholar in 17th Century India*. St.Louis The Institute of Jesuit Sources, 2000. p. 62.

Interpretar a forma como as castas hindus se organizavam era, no entender de Nobili, perceber uma hierarquia voltada desde a distinção de ofícios até o uso dos hábitos e costumes existentes entre os hindus. Ainda para o missionário, esta divisão da sociedade indiana era similar aos níveis de nobreza presentes na Europa do Antigo Regime. Tratava-se, portanto, de uma forte analogia promovida por Nobili com a tradição de estamentos existentes no mundo europeu naquele período.

É importante observar que ao tomar o sistema de *castas* como algo semelhante a uma ideia existente no Ocidente, a da noção de nobreza, Nobili procurou se distanciar da influência da religião sobre este sistema, conferindo um caráter social e político para a esta organização presente na sociedade indiana.

Contudo, é importante mencionar que Nobili, mesmo reafirmando o caráter ornamental que as práticas dos brâmanes possuíam, não deixou de ressaltar elementos dentro do sistema hindu interpretados por ele como idolatria. Sua visão da sociedade indiana não era totalmente esvaziada de um conteúdo religioso, tal como afirmou Inês Županov<sup>22</sup> embora a presença deste não tenha assumido como ponto central de sua narrativa

Sua posição a respeito de algumas divindades integrantes desse sistema é um exemplo de que sua interpretação não estava desvinculada totalmente de um olhar religioso. A adoração de alguns segmentos da *casta* brâmane aos deuses Vishnu, Brama, Maya e Rudra chamou a atenção do jesuíta para a necessidade de apontar sinais de idolatria também entre a *casta* mais alta<sup>23</sup>.

Nesse sentido, é equivocado pensar toda a matéria hindu interpretada pelo jesuíta como uma separação completa de um arcabouço religioso tampouco pensar que o hinduísmo analisado por Nobili era compreendido somente por esse viés. Apenas uma parte do sistema hindu e de um segmento da *casta* brâmane foram alvo da total distinção entre religião e o que era considerado pelo jesuíta como uma distinção ou hierarquia entre os hindus.

---

<sup>22</sup> Županov, Inês. *Disputed Mission: Jesuit experiments in brahmanical knowledge in seventeenth century India*. New Delhi: Oxford University Press, 1999. p. 99-100.

<sup>23</sup> NOBILI, Roberto de. Reporting of Certain Customs of the Indian Nation. In: CLOONEY, Francis X, AMALADASS, Anand. *Preaching wisdom to the wise: Three Treatises by Roberto de Nobili, SJ., Missionary and Scholar in 17th Century India*. St.Louis The Institute of Jesuit Sources, 2000. p. 96.



Mas o que chama atenção em toda escrita do jesuíta em relação ao hinduísmo e algumas de suas práticas para os fins que cada uma possui entre os indianos, fins esses, que são colocados pelo missionário como fins puramente ornamentais e de identificação de casta.

Assim foi, por exemplo, a sua análise do uso da linha bramânica<sup>24</sup>, na qual descreveu como uma marca distintiva dos brâmanes, que segundo Nobili, “constitui em nada mais que uma prática de uso público”<sup>25</sup>. Para provar seu argumento Nobili buscou apoio em livros e autores indianos, bem como no uso das tradições e, sobretudo, na sua própria convivência com os brâmanes de Maduré. Segundo o missionário: “durante os últimos três anos eu tive o cuidado de checar não somente nos testemunhos abundantes dos livros, mas, qual é o seu proposto afinal, o seu uso real e nas práticas comuns dos brâmanes”<sup>26</sup>. Para Nobili, a linha nada mais era do que um “distintivo usado pelos brâmanes como sinal da sua alta posição e ofício”<sup>27</sup>, representando, assim, o status diferenciado dos homens do conhecimento e da sabedoria

Outro costume analisado por Nobili foi o Kudumi, ou o tufo de cabelo utilizado entre os hindus. Para o jesuíta, tal utilização pelos indianos era uma forma de marcação de distinção entre *castas*, introduzido pelas várias famílias nobres entre os brâmanes, governantes e comerciantes que queriam externar sua alta posição. Tomando as leis de Manu como base, Nobili apontou que “para todas as três ordens superiores o kudumi é a marca distintiva dentro de cada casta particular”<sup>28</sup>.

Para Nobili é tão importante perceber que o uso do kudumi entre os indianos não possuía uma ordem religiosa que, proibir esta tradição, impossibilitaria a própria conversão dos indianos ao catolicismo. Segundo o jesuíta:

[...] assim como proibindo o uso do fio, toda a esperança (humanamente e normalmente falando) de conversão da aristocracia de Cristo se vai, assim também proibindo o uso do tufo de cabelo resta absolutamente nenhuma esperança de converter qualquer parte da população em que a semente da doutrina celeste poderia ser proveitosamente lançada. Como os indianos têm repetidamente jogado em minha cara, fazem isso, sem qualquer razão

<sup>24</sup> De acordo com Célia Tavares, a linha bramânica corresponde a um tríplice cordão de algodão trazida da esquerda para a direita a tiracolo pelos brâmanes. Cf: TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A Cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004. p. 138.

<sup>25</sup> NOBILI, Roberto de. Reporting of Certain Customs of the Indian Nation. In: CLOONEY, Francis X, AMALADASS, Anand. *Preaching wisdom to the wise: Three Treatises by Roberto de Nobili, SJ., Missionary and Scholar in 17th Century India*. St.Louis The Institute of Jesuit Sources, 2000. p. 147.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 147.

<sup>27</sup> Ibidem p. 148.

<sup>28</sup> NOBILI, Roberto de. Reporting of Certain Customs of the Indian Nation. In: CLOONEY, Francis X, AMALADASS, Anand. *Preaching wisdom to the wise: Three Treatises by Roberto de Nobili, SJ., Missionary and Scholar in 17th Century India*. St.Louis The Institute of Jesuit Sources, 2000. p. 172.

plausível, uma vez que é impossível apresentar qualquer evidência de um caráter de superstição neste ou em usos semelhantes em geral<sup>29</sup>.

A difícil missão de evangelizar em uma região que não esteve sob o domínio português, tal como era a região de Maduré, fez com que Nobili utilizasse da aproximação, do conhecimento e da permissão de que muito dos costumes continuassem a serem utilizados pelos indianos como a principal ferramenta de integração com os habitantes locais.

Os escritos jesuítas produzidos nos séculos XVI e XVII sobre o hinduísmo são uma fonte riquíssima para os historiadores entenderem, não somente as práticas religiosas vivenciadas pela sociedade indiana naquele período, mas compreender como esses registros demonstram o olhar cultural ocidental e cristão sobre o outro. Como já destacado, tais escritas foram um dos pilares da propaganda da ordem para seu desenvolvimento e que sustentaram todo trabalho missionário de conversão religiosa pelos quatros cantos do mundo.

Era preciso reforçar a religião cristã como única e universal, e o conhecimento das demais culturas e de seus sistemas culturais foram essenciais, não somente para facilitar a conversão, mas para intensificar o cristianismo como religião verdadeira. Para Fernandes era preciso, pois, eliminar os vestígios da antiga crença e impor o catolicismo e seu tratado foi elaborado tendo esse objetivo. Por sua vez, Nobili estudou e escreveu sobre o hinduísmo e seus aspectos para justificar sua própria prática de conversão, que perpassava pela discussão entre o que era de nível civil e religioso.

As escritas missionárias tiveram suas diferenças, mas a obrigatoriedade institucional de escrever atendia a exigências de diversas naturezas: a de difusão e de “propaganda” dos resultados da catequese, a de controle do governo central da ordem sobre os membros dispersos e, finalmente, a de reconfirmação permanente da identidade desses membros diante das sociedades espalhadas nas Américas, África e Ásia.

### **Referências Bibliográficas:**

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (século XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750* Stanford University Press Stanford, California 1996.

---

<sup>29</sup> Ibidem. p. 173-174.

CLOONEY, Francis X, AMALADASS, Anand. Preaching wisdom to the wise: Three Treatises by Roberto de Nobili, SJ., Missionary and Scholar in 17th Century India. St.Louis The Institute of Jesuit Sources, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e. O eurocentrismo predominante e as vozes dissonantes. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). *História Religiosa de Portugal: humanismos e reformas*. 2 V. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa: Circulo de Leitores, 2000.

CURTO, Diogo Ramada. Cultura Escrita e Práticas de Identidades. In: BETHECOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores e Letras, 1998, vol. II, 1998.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.

MANSO, Maria de Deus Beites. *A companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais*. Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A Cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. Sebastião Gonçalves e a história da Companhia de Jesus no Oriente. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. Alameda: São Paulo, 2009.

WICKI, José. *Tratado do padre Gonçalo Fernandes Trancoso sobre o hinduísmo (Maduré,1616)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973

Županov, Inês. *Disputed Mission: Jesuit experiments in brahmanical knowledge in seventeenth century India*. New Delhi: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Missionary Tropics, Jesuit Frontier in India (16th-17th century)*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

## Jesus morreu no Japão: as narrativas sobre Jesus no cristianismo japonês

**Leonardo Souza Alves**

Graduando em História

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP

E-mail: souza\_leo@outlook.com

**Gabriel Cavallari Cortilho**

Bacharel em História

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP

E-mail: velhoriobaldo@gmail.com

**André Stahl de Goés**

Graduando em História

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP

E-mail: andrestahlgoes@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho analisa as reivindicações teológicas do vilarejo de Shingo, na província de Aomori no Japão, onde as histórias locais afirmam que Jesus não morreu crucificado, mas, na verdade, seu irmão Isukiri morreu em seu lugar enquanto Jesus fugiu para o Japão, para viver onde hoje se localiza o vilarejo de Shingo. O trabalho discute as interpretações acerca de Shingo e o túmulo de Jesus, localizado no mesmo vilarejo e o impacto local, assim como a análise do "Takenouchi Monjo", importante documento traduzido do japonês antigo, pela família Isohara. O desenvolvimento deste trabalho observa não apenas os objetos já mencionados, mas também obras mais expoentes sobre o cristianismo no Japão e a história japonesa, mas traçando paralelos com o fazer historiográfico de um modo geral, de forma que o paradigma indiciário, também possa contribuir para o trabalho, procurando realizar uma análise sobre a narrativa e a construção desta identidade local.

**Palavras-chave:** Japão; Cristianismo; Narrativas.

**Abstract:** The present work analyses the theological revindications of the Shingo village, in the Aomori Province in Japan, where local history says that Christ did not die on the cross, but instead, his brother Isukiri took his place whereas his brother took off to Japan, where he became a rice farmer and built a family, where is localized the today's village of Shingo. This article discusses the interpretations of Shingo and the tomb of Christ, set on the same village, and the local repercussions and the analysis of the "Takenouchi Monjo", an important document translated from ancient Japanese made by the Isohara family. The development of this work surveys not only the already spoken of documents, but also important works about christianity in Japan, tracing parallels with all the historiographic works, in a manner that the indicial paradigm, can also contribute to this work. Going beyond the interpretations, analysing the narrative and this construction of a new local identity.

**Keywords:** Japan; Christianity; Narratives.

### Introdução

Em 1928 o documento Takenouchi, ou *Takenouchi Bunken* foi revelado ao público pelo sacerdote Takenouchi (ou Isohara) Kiyomaru, que alegava ser o sexagésimo sexto de Takenouchi no Sukune, um herói lendário da história do Japão, descendente do Imperador

Kōgen, servindo ao menos cinco imperadores lendários e considerado um kami<sup>1</sup> do xintoísmo. O documento ainda, foi supostamente escrito no sistema *jindai moji* (caracteres da Era dos Deuses), utilizado antes da adoção dos caracteres chineses, e que, segundo o documento, continha elementos das principais línguas utilizadas no mundo, incluindo Hebraico, grego, hieróglifos egípcios, sumério, alfabeto romano, sânscrito e chinês.

No ano de 1937, no livro publicado por Yamane Kikuko, *Hikari wa Toho Yori* (A luz sai do oriente) um testamento “inspirado” por Jesus Cristo foi encontrado na posse dos documentos da família Takenouchi<sup>2</sup>. Estes documentos, foram traduzidos para o japonês e publicados sob o nome de *Shindai Hisshi* (a história secreta da era dos deuses). Apesar do pequeno interesse da historiografia sobre o documento em si, David G. Goodman, pesquisador da literatura e da arte japonesa na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, conceitua o documento em seu livro “*Jews in the Japanese mind*” como:

“Takenouchi Bunken, também conhecido como Takenouchi bunsho ou ainda Isohara bunsho, é um documento apócrifo, em posse dos auto-proclamados descendentes de Takenouchi no Sukune, uma figura semi-histórica do terceiro ou quarto século da Era Comum (EC). O documento é supostamente escrito na linguagem mística da era dos deuses (sic) (*jindai moji*), cujos defensores afirmam ter existido no Japão antes da adoção dos caracteres chineses, e que deveria conter todos os elementos de todas as línguas humanas, incluindo o Hebraico, Grego, a escrita hieroglífica Egípcia, Suméria, o alfabeto romano, Sânscrito e chinês (Esta não é uma afirmação científica sobre o kamiyo moji, mas sim esotérica) De acordo com todos estes elementos, o documento Takenouchi demonstra que o Japão foi a fonte de toda a civilização humana, unindo dentro de si todas as culturas do mundo, de forma pacífica e harmoniosa. Porém, por culpa de uma série de catástrofes naturais o poder do governo Japonês foi diminuído, e o mesmo foi forçado a abri mão de sua hegemonia global.

No sétimo século Antes da Era Comum (B.C.E), com a ascensão do primeiro imperador Jimmu, o Japão foi constituído, e todas as lideranças religiosas mundiais incluindo Moisés, Buda, Lao-Tzu, Confúcio, Cristo e o profeta Maomé (sic-- fato aistórico de acordo com a suposta data do documento), vieram para o Japão para estudar, antes de voltarem aos respectivos países para pregar o Wa (harmonia) para os seus respectivos povos. O Documento Takenouchi continua a ser citado por teóricos da origem comum universal e outros místicos dos dias de Hoje.” (GOODMAN, 2000, p.157)

---

<sup>1</sup> Apesar da palavra “deus” ser usada comumente para traduzir a palavra kami, esta palavra não corresponde ao que o nosso vocabulário entende como “deus”, ou seja: um sentido de transcendência e superioridade, habitante de um mundo superior. Apesar de conceitos semelhantes existirem no xintoísmo, a tradução mais correta seria a de “todo tipo de espíritos invisíveis e poderosos”.

<sup>2</sup> Palmer, Spencer J. “Did Christ Visit Japan?” *Brigham Young University Studies*, vol. 10, no. 2, 1970, pp. 135–158.

Segundo a narrativa, a família Takenouchi, manteve sob sua guarda este documento que narra acontecimentos datados antes mesmo de Kojiki e Nihongi (712 e 720 d.C respectivamente), as mais antigas crônicas sobre o Japão que se tem notícia. Segundo a história narrada pela família Takenouchi, no ano 505, o budismo prosperou ao ponto de colocar a história dos documentos em perigo de ser perdida ou destruída. Então, Takenouchi no Sukune, entregou o documento para o seu Neto, Heiguri no Matori, que o levou para a província de Toyama, e a partir de então, ficou sob a posse da família Isohara.<sup>3</sup> até a sua revelação em 1928 na província de Ibaraki, cerca de 484 quilômetros de Toyama, ambas na ilha de Honshu, a maior do arquipélago japonês.

Em Aomori, é dito que a tradução de alguns caracteres no sistema de escrita shinda hisshi foi realizada pelo artista Banzan Toyo de Aomori, assim descobrindo dois túmulos localizados no topo de uma colina remota no vilarejo Herai (cujo nome foi modificado para Shingo em 1955) também localizado na ilha de Honshu, no extremo norte da ilha. Os dois túmulos contém os restos de Jesus Cristo e um pouco do cabelo de seu irmão respectivamente. Os moradores do vilarejo chamam um dos túmulos de Toraizuka (onde estaria enterrado Jesus Cristo) e o outro de Judaibaka ou Judaibo.

Ao pé da colina onde estão localizados os túmulos, encontra-se uma pequena placa que apresenta um trecho do que seria um testamento de Jesus Cristo, tanto em japonês quanto uma versão traduzida (apesar de existirem alguns erros na tradução) para o inglês:

Quando Jesus Cristo tinha 21 anos de idade, veio ao Japão buscando conhecimento sobre a teologia por 12 anos. Ele voltou para a Judeia aos 33, e começou a sua missão. No entanto, na época as pessoas da Judeia não aceitaram os ensinamentos de Cristo. Então, eles o prenderam e tentaram crucificá-lo em uma cruz. Seu irmão mais jovem, Isukiri casualmente [sic] tomou seu lugar e morreu na cruz.

Cristo, que escapou da sua crucificação, passou pelas dificuldades da viagem e novamente voltou ao Japão. Ele assentou-se aqui, onde é chamado hoje o vilarejo Herai e morreu aos 106 anos.

Neste local sagrado, existe um túmulo na direita para deificar Cristo, e um túmulo na esquerda para deificar Isukiri.

A descrição acima foi dada em um testamento por Jesus Cristo. (Tradução própria, monumento consultado em 15 de dezembro de 2016)

Ainda no local do monumento, uma placa localizada entre as duas tumbas foi dada como presente pela cidade de Jerusalém, onde se lê: “Esta placa é um presente da cidade de Jerusalém,

---

<sup>3</sup> Palmer, Spencer J. “Did Christ Visit Japan?” *Brigham Young University Studies*, vol. 10, no. 2, 1970, pp. 135–137.

como símbolo de amizade entre o Estado de Israel, a cidade de Jerusalém e Shingo” (Tradução própria, consultado em 15 de dezembro de 2016).

Spencer J. Palmer, PhD em história oriental, missionário da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecida também como Igreja Mórmon, foi um dos primeiros estudiosos a estudar o caso peculiar de Shingo, nos anos 70 em seu artigo *Did Christ visit Japan?* (Brigham Young University Studies, 1970). Apesar do contato de outros missionários da Igreja Mórmon anteriormente em 1959 com a família Takenouchi, os estudos de Palmer foram capazes de condensar vários dos relatos orais, e histórias locais sobre o caso do vilarejo de Shingo.

De acordo ainda com a história contada por Yamane Kikuko em sua obra, os descendentes de Cristo, eram conhecidos no vilarejo como Miko no ato (descendentes dos Augustos), e são enfatizados os traços físicos europeus dos descendentes de Cristo, a família Sawaguchi. Além dos traços, são apontadas diversas tradições tanto por Yamane, quanto pelos relatos colhidos por Palmer.

O primeiro é o costume da família Sawaguchi, os ditos descendentes de Cristo, de colocarem o símbolo da Judéia, a estrela de David sobre suas portas e a prática de costurar o símbolo na parte traseira do colarinho (chanjanko) dos casacos das crianças. Outra é a utilização de cruces vermelhas nas testas de crianças recém-nascidas. Apesar deste costume aparentemente ter desaparecido completamente da área hoje, um antigo nativo local chamado Sasaki Kozo me disse em 24 de Fevereiro de 1969: “Quando eu era jovem, os garotos costumavam usar cruces em suas testas. Era comum que ao completar um ano de idade, uma cruz era colocada nas testas das crianças ao saírem pela primeira vez de casa”. (PALMER, 1970 p. 143)

Logicamente, as contribuições dos estudos sobre o cristianismo poderiam contribuir para o estudo da narrativa e dos depoimentos recolhidos por Palmer. Os trabalhos de investigação crítica acerca dos textos bíblicos e da concepção de um “Jesus histórico”, questionariam por exemplo, o fato dos descendentes da família Sawaguchi terem traços europeus, enquanto evidências sobre Jesus ser branco são praticamente inexistentes, e o fato em si é considerado improvável. Da mesma forma, apesar dos trabalhos da diplomática e da paleografia não poderem ser mais realizados, devido ao fato do documento original da família Takenouchi ter sido perdido, pesquisadores como Goodman e Palmer limitaram-se apontado algumas inconsistências como erros nas datas dos documentos, ou rejeitando de maneira sarcástica a narrativa.



A partir do livro de Yamane, alguns artigos em periódicos japoneses tiveram uma curta circulação no final dos anos 30, só sendo retomada em 1952 no periódico “Nippon Times”, publicado em inglês, e por volta dos anos 60, a história já havia chegado aos jornais estadunidenses<sup>4</sup>. Para Palmer, existem diferentes reações quanto aos estudiosos do caso. A legitimidade da história para alguns estaria no fato do vilarejo não ter tentado lucrar de maneira alguma na história até então, e outros não enxergam veracidade nem na história nem nas provas trazidas por Yamane.

A identidade regional porém, foi aos poucos moldada com a popularidade da história. A popularidade dos festivais e danças do vilarejo cresceu, mesmo que a população tenha uma pequena parcela de cristãos, incluindo os membros da família Sawaguchi, que afirmam serem budistas, e não cristãos<sup>5</sup>. O turismo, e a criação de um museu contando a história de cristo e a história do vilarejo, contribuíram de forma a serem elementos criadores de uma nova identidade, ou a retomada da identidade cristã do vilarejo. Depoimentos recentes contam o retorno da tradição de se desenhar a cruz na testa das crianças, assim como festivais anuais celebrando a história do vilarejo. De fato, a relação entre o vilarejo e os monumentos, potencializados com o turismo local, criaram um fenômeno não entrelaçado somente à capacidade de absorção e plasticidade da crença japonesa, mas é também uma fronteira entre o que é controlado de forma inata e controlado culturalmente no pensamento humano.

### **Bibliografia**

GOODMAN, David G. *Jews in the Japanese Mind: The History and Uses of a Cultural Stereotype*. Nova Iorque, Lexington Books 2000.

MULLINS, Mark R. *Christianity made in Japan: A study of indigenous movements*. Honolulu, University of Hawaii Press, 1998

GEERTZ Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978

PALMER, Spencer J. Did Christ visit Japan? *Brigham Young University Studies* Provo v 10 n 2, 135-158, 1970.

GORDON, Andrew. *A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present*. Oxford University Press, 2014.

---

<sup>4</sup>Palmer, Spencer J. “Did Christ Visit Japan?” *Brigham Young University Studies*, vol. 10, no. 2, 1970, pp. 144.

<sup>5</sup> BIRD, Winifred. Behold! Christ’s grave in Shingo, Aomori Prefecture. *Japan Times*, disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/life/2011/12/25/life/behold-christs-grave-in-shingo-aomori-prefecture/#.WUg5crpFyUk>

## Ritos e Cosmogonia: Um estudo sobre religiosidades em *As Brumas De Avalon* (1982)

**Ana Carolina Lamosa Paes**

Graduanda em História

UEM

E-mail: anacapaes@hotmail.com

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo analisar a obra *As brumas de Avalon*, escrita por Marion Zimmer Bradley e publicada no ano de 1982. A trama da obra se passa na Idade Média, durante os conflitos da Bretanha com os saxões invasores. Trata-se de uma releitura da lenda arturiana, tendo como fonte de inspiração a obra de Sir Thomas Malory, *La mort d'Artur* (1470), porém, adotando uma abordagem distinta, onde abre espaço para as mulheres da lenda, colocando-as em evidência. Com o intuito de maior compreensão dos elementos presentes, buscaremos analisar a obra por meio da História das Religiões. Em função da problematização da narrativa, a partir de Mircea Eliade (1992), utilizamos os conceitos de “hierofania” e “cosmogonia”. Partimos, também, dos estudos de Roy Willis (2007) e Joseph Campbell (1990) acerca da interpretação de elementos presentes nos ritos.

**Palavras-chave:** *As brumas de Avalon*. Cosmogonia. Hierofania. História das Religiões.

**Abstract:** The purpose of the present study is to analyze the book *The Mists of Avalon*, written by Marion Zimmer Bradley and published in 1982. The plot of the work takes place in the Middle Ages, during the conflicts of Brittany with the invading Saxons. It is a re-reading of the Arthurian's legend, inspired by the work of Sir Thomas Malory, "La mort d'Artur" (1470), but adopting a distinct approach, where it opens space for the women of the legend, placing Them in evidence. In order to better understand the present elements, we will analyze the work through the History of Religions. Due to the problematization of the narrative, from Mircea Eliade (1992), we use the concepts of "hierophany" and "cosmogony". We also draw from the studies of Roy Willis (2007) and Joseph Campbell (1990) on the interpretation of elements present in rites.

**Key-words:** *The Mists of Avalon*. Cosmogony. Hierophany. History of Religions.

### Introdução

O presente estudo que será aqui explanado está vinculado ao Projeto de Iniciação Científica, intitulado: “História e Literatura: as narrativas mitológicas em *As brumas de Avalon* (1982)”, tendo como fonte a obra *As brumas de Avalon*, escrita por Marion Zimmer Bradley, no ano de 1982. Trata-se de uma releitura da lenda arturiana, porém, adotando uma abordagem distinta, onde abre espaço para as mulheres da lenda, colocando-as em evidência. Com intuito de observarmos elementos presentes na obra e analisa-los pela perspectiva da história das religiões, iremos nos apropriar do conceito de Cosmogonia de Mircea Eliade, a fim de analisar um dos ritos presentes na obra.

A obra trata da lenda arturiana, tendo como fonte de inspiração a obra de Sir Thomas Malory, “La mort d'Artur”, destoando um pouco da história mais comumente conhecida por nós, através da animação norte-americana “A espada era a lei” (*The Sword in the Stone*),

dirigido por Wolfgang Reitherman, baseado no livro de mesmo nome, primeiro dos cinco volumes que compõem "O Único e eterno rei", de T. H. White e produzida pela Disney em dezembro de 1963. A animação conta a história da espada fincada na pedra e que só poderia ser retirada pelo verdadeiro herdeiro do trono. Usando uma abordagem inovadora, Bradley abre espaço para as mulheres da lenda, sendo este um significativo diferencial da história habitualmente conhecida. Ao criar a sua versão, a autora as coloca no centro de toda a mudança cultural e religiosa da época, restaura Morgana e a Senhora do Lago como partes ativas, reais e integrais do drama.

A trama se desdobra no período Medieval, durante os conflitos da Bretanha, resistindo aos saxões invasores. Junto destes povos, vem também sua crença, o cristianismo, e a partir deste conflito inicia-se uma tentativa de manutenção dos cultos à Deusa, tradicionais da região da Bretanha e o avanço crescente da fé cristã.

O ponto de partida do enredo são as filhas de Avalon: Viviane, a Senhora de Avalon; Morgouse, sua irmã; Igraine, mãe de Artur e Morgana, aquela que deverá substituir Viviane, após sua morte, como Senhora de Avalon. O fato histórico perpassado pela lenda é a busca pela unificação da Bretanha, com o fim de lutar contra a invasão saxônica, e a disputa entre a fé cristã em ascensão e os cultos pagãos tradicionais da região. Tal rivalidade é representada na obra por Gwenhwyfar, esposa cristã e bastante submissa de Artur, e Morgana, que vive a liberdade e autonomia proporcionada pelos cultos pagãos. A lenda do Rei Artur é contada do ponto de vista das mulheres, por meio das vidas, visões e percepções, especialmente, por Viviane e Morgana.

Após seu lançamento, a coletânea esteve na lista dos Best Sellers do *New York Times* por três meses e, devido a seu sucesso, foi adaptada para filme no ano de 2001, sob direção de Uli Edel, roteiro de Gavin Scott, produção de Bernd Eichinger e Gideon Amir, com fotografia de Vilmos Zsigmond e trilha sonora de Lee Holdridge. Sob título "The Mists of Avalon", o drama com duração de 183min, foi trazido ao Brasil com o nome de *As brumas de Avalon*, sendo distribuído pelos estúdios Warner Bros. Pictures, e conta com nomes como Anjelica Houston no papel de Viviane, Julianna Margulies como Morgana, Caroline Goodall como Igraine, e Edward Atterton atuando como Artur. (PINHEIRO, 2011)

Marion Eleanor Zimmer Bradley, autora do romance, nasceu em 3 de junho de 1930, em Albany, Nova Iorque. Sua infância se dá logo após a grande depressão econômica de 1929, o que a faz crescer num lar bastante humilde. Ao completar 16 anos, Marion ganha como

presente de aniversário sua primeira máquina de escrever e, a partir daí, exercita o ato e o hábito da escrita (PINHEIRO, 2011). Durante muito tempo escreveu literaturas de fácil tiragem, sendo livros de conteúdo erótico e romances de ficção científica, para garantir o sustento de sua família. Em 1958, obteve certo reconhecimento, ao publicar o primeiro romance da série Darkover, intitulado *The Planet Savers* (1958). Mas é nos anos 80 que Bradley marca sua carreira ao publicar *The Mists of Avalon* (*As brumas de Avalon*).

### **Entrecho e organização da obra**

O objeto de estudo para produção do presente artigo é “A Senhora da Magia”, primeiro livro da coletânea *As brumas de Avalon*. A obra conta a história de Igraine, filha de Avalon, que é dada em casamento a Gorlois, duque da Cornualha, no intuito de selar uma união entre a fé cristã e o povo de Avalon.

A história tem início com Gorlois lutando em batalhas persistentes na região da Bretanha, e Igraine recebendo em Tintagel, seu palácio, a visita de Viviane, Alta Sacerdotisa, acompanhada de seu pai Taliesin, o Merlin. Nessa visita, Viviane revela a Igraine que tivera uma visão na qual Gorlois morreria em alguns meses sem deixar herdeiros, e lhe diz também que ela irá gerar o líder que salvará a Bretanha, mas que esse filho não será fruto do seu casamento com Gorlois e sim com um homem que usa o símbolo do dragão ou serpente e que não é saudosos dos cultos cristãos, o rei Uther Pendragon.

Igraine se sente usada e mostra-se contrária, dizendo sentir-se como fantoche dos desejos da Deusa, mas com o retorno de Gorlois e anúncio da iminente morte do Rei da Bretanha, percebe que será difícil de escapar ao seu destino. Ambos viajam e quando chegam para se despedir do rei, Igraine conhece Uther e sente-se atraída por ele. Com a ajuda da magia e de Merlin eles conseguem enganar a todos em Tintagel, proporcionando, assim, ao casal, a noite na qual Igraine concebe o filho. Casam-se imediatamente após a morte de Gorlois, que acontece logo em seguida a tais fatos. Desta união nasce Artur, aquele que irá tornar-se Rei da Bretanha.

Algum tempo depois, Viviane tem outra visão e descobre que a vida de Artur está correndo risco e, imediatamente, vai ao seu encontro. Ao chegar, descobre que o garoto sofreu tentativas de morte e então propõe a Uther mandá-lo para ser criado com outra família; embora relutante, ele aceita o conselho. Viviane aproveitando o momento da visita e ao observar que Morgana, filha de Igraine e Gorlois, já se tornara uma adolescente, pede para levá-la a Avalon

para treiná-la como sacerdotisa e sua sucessora. Recebendo aprovação do rei, ela volta a Avalon acompanhada da sobrinha, que pouco a pouco vai questionando os aprendizados cristãos e incorporando os valores pagãos.

Depois de anos de treinamento, Morgana se torna uma sacerdotisa e lentamente avança para a substituição de Viviane como Senhora de Avalon. Nesse momento, ambas recebem a visita de Lancelot, chamado de Galahad em Avalon, filho único de Viviane e fruto do casamento sagrado. Neste encontro Morgana se apaixona por Lancelot e este quase a corresponde, mas após o encontro com Gwenhwyfar se vê imediatamente preso aos seus encantos. Tal situação causa profundo desgosto em Morgana que, a partir daquele momento, torna-se uma mulher bastante fria quanto aos assuntos do coração.

Por sua vez, Artur, criado por outra família, é chamado para reivindicar o trono da Bretanha, já que Uther se aproxima da morte. Para cumprir a profecia, Artur deve passar pelo ritual do Gamo-Rei e, se obtido o sucesso, receber a espada Excalibur, vinda da lenda, como forma de selar o acordo de que governaria tanto para os cristãos quanto para Avalon.

A ilha de Avalon é o centro pagão do poder e um mundo invisível e resguardado pelas brumas, porém ameaçado pelo cristianismo que avança pela Inglaterra. Viviane, com a intenção de salvar Avalon, toma uma difícil decisão que irá atingir Morgana de forma pessoal e causará uma grande cicatriz no relacionamento de ambas. Na tentativa de unir a linhagem de Avalon com a de Artur, Viviane trama para que Morgana, como parte do seu treinamento de sacerdotisa, participe de um ritual de fertilidade durante as festividades do início da Primavera. Durante o ritual, acontece o chamado Grande Casamento, que é quando Morgana, a Donzela Caçadora, e Artur, o Galhudo – a Deusa e o Deus – deverão consumir o ato sexual. O que Morgana não sabe é que o homem escolhido é seu irmão Artur. Aos primeiros raios de sol da manhã, já como humanos e não como deuses, é quando eles percebem quem são realmente. Morgana retorna a Avalon tomada por um profundo sentimento de traição da parte de Viviane e, sem sucesso, busca confrontá-la.

Morgana e outros de Avalon vão à cerimônia de coroação de Artur e lá reencontra sua mãe Igraine e a Tia Morgouse, que logo percebe que sua sobrinha está gestante, e busca descobrir informações sobre a gravidez. Morgana fica ainda mais perplexa, pois desconhecia tal fato, e assim nada revela à tia Morgouse, que se oferece para ajudar com o bebê.

Este primeiro livro da coletânea se encerra com a busca de Morgana por ervas e raízes que usaria para abortar o bebê. Contudo, é interrompida e alertada por uma mulher, que ela percebe não ser totalmente humana por ter o domínio da visão maior ainda que o dela mesma. Morgana, então, acaba desistindo e voltando para Avalon. Encaminha-se para a corte do Rei Lot onde sua tia Morgouse a acolhe para que passe todo o período em que gestará o herdeiro do Rei da Bretanha.

### **O ritual do Gamo-Rei e do Grande Casamento**

A fim de analisar o livro *As brumas de Avalon*, enquanto documento histórico, na perspectiva da história das religiões, partimos do conceito de “hierofania”, tal qual definido teoricamente por Mircea Eliade, para pensar tanto os espaços sagrados presentes na obra quanto a hierofania e a repetição da cosmogonia inicial. Assim, a partir destes conceitos, faremos o recorte do capítulo XV da obra, onde encontramos os rituais do Gamo-Rei e do Grande Casamento, em cujo texto podemos identificar as referidas concepções, para então buscar desvelar uma maior compreensão das significações e simbologias por trás de ambos.

Com relação à interpretação através dos objetos simbólicos apresentados na obra, podemos evidenciar, num primeiro olhar, a presença do Gamo, uma espécie de mamífero da família dos cervídeos, encontrado no Sul da Europa, com cerca de 1,75m de comprimento, chifres em forma de galhada plana, com várias pontas, e pelagem castanha manchada de branco. Parte do ritual constitui-se pela luta entre o consorte masculino escolhido e o maior e mais forte gamo do bando. É preciso matar o gamo para substituí-lo, enquanto galhudo, e assim derramar o sangue, isto é, consumir o sacrifício.

Ele triunfou, ele matou...  
...o sangue de nossa Mãe jorrou sobre a terra...  
... o sangue do Deus foi derramado sobre a terra...  
... e ele se levantará e reinará para sempre...  
... ele triunfou e triunfará para sempre até o fim do mundo... (BRADLEY, 2008, p.192).

Em Roy Willis (2007) encontramos uma referência a respeito da imagem do cervo e dos chifres, quando ele chama de “Cernunnos, o Chifrudo” sendo atribuído a uma deidade masculina, representando fertilidade e abundância, e também o provedor:

Outras imagens gaulesas mostram o deus chifrudo sentado, entrelaçado por duas serpentes com cabeça de carneiro que comem uma pilha de frutos em seu colo [...]. Um relevo em pedra do sudoeste da Inglaterra mostra o deus com duas grandes serpentes com cabeça de carneiro formando suas pernas; estas se erguem perto de bolsas de dinheiro abertas, de cada lado dele. Uma moeda



de prata de c. 20 d.C, do sul da Inglaterra, mostra a deidade com uma roda entre seus chifres. Como a roda é um símbolo solar, esta imagem talvez represente a fertilidade e o renascimento da terra na primavera. A associação com a serpente é sugestiva, pois a serpente é um símbolo generalizado de fertilidade e renascimento, ligado ao mundo subterrâneo. Na tradição gaélica, ela ressurge no dia de Santa Brígida, marcando o retorno da primavera. A serpente de cabeça de carneiro ligada a Cernunnos simboliza duplamente, portanto, virilidade e renovação (WILLIS, 2007, p.179).

O autor também traz uma contribuição acerca da lenda arturiana, bastante enraizada na tradição céltica, mas que, segundo ele, só se tornou prestigiosa e popular quando caiu nos gostos da literatura medieval da Europa Continental. “No entanto, Artur já era uma figura conhecida na tradição galesa pelo menos desde o início do século VIII. Em uma das referências mais antigas, a de Nennius em sua história dos bretões, Artur é um líder guerreiro que defende seu país contra os invasores saxões” (WILLIS, 2007, p.189). Entretanto, Willis (2007) afirma que grande parte dos contos sobre Artur são situados como “mito” e “folclore”, embora haja alguma referência a “Artures” guerreiros. Ademais, encontra-se juntamente desta referência a imagem de uma ilustração medieval onde a Excalibur é atirada ao lago e é pega pela Senhora do Lago antes mesmo de atingir a água, que nos faz perceber que, embora um tanto quanto diferentes, as histórias coincidem em alguns pontos.

Encontramos também referências de interpretações possíveis acerca do animal gamo, na obra de Chevalier (1993), onde ele nos conta que muitas vezes o cervo é comparado a árvore da vida, já que em sua galhada podemos identificar pontos como a renovação periódica. “Simboliza a fecundidade, os ritos de crescimento, os renascimentos. [O cervo é uma imagem arcaica da renovação cíclica]” (ELII *apud* CHEVALIER, 1993, p.223). O chifre carrega a simbologia do poder. Evoca os prestígios da força vital, da criação periódica, da vida inesgotável e da fecundidade; o que reflete diretamente as características por trás do ritual, que tem um caráter bastante acentuado no que diz respeito a fertilidade e celebração da vida (CHEVALIER, 1993).

Pensando nesta noção de “criação periódica”, podemos nos recordar de Mircea Eliade (1992) e seu conceito de cosmogonia. A cosmogonia constitui-se pela fundação de um Cosmo, que pode vir a se dar a partir de uma hierofania. Pela definição do referido autor, podemos conceituar “hierofania” como sendo a anunciação do sagrado: “O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano” (ELIADE, 1992, p.13).



A hierofania, portanto, é caracterizada como o momento em que o sagrado se manifesta e, a partir desse efeito, é criado um espaço sagrado, ou seja, que é sacralizado pela manifestação do sagrado. A partir do que Eliade (2008) caracteriza como hierofania, podemos identificar sua ocorrência durante o ritual do Grande Casamento, em que homem e mulher, sendo tomados pelos Deuses, a partir dessa tomada não mais controlam seus atos, já que agora são movidos pelos desejos divinos:

Ofuscada, aterrorizada, semiconsciente apenas, sentiu a força da vida tomar posse de ambos, movendo seu corpo sem vontade, movendo-o também, guiando-o vigorosamente para dentro dela, até que ambos começaram a se mexer, sem saber que força os dominava (BRADLEY, 2008, p.193).

No trecho apresentado acima percebemos que a personagem Morgana sofre uma ausência do controle de si, para conceder lugar apenas à presença dos deuses. Nesta passagem, é passível de observação que Morgana presencia uma manifestação do sagrado, dos deuses, em seu próprio corpo. A partir desse momento, o corpo de Morgana torna-se uma hierofania, pois os deuses o utilizam para compor seus desejos, como parte do plano sagrado. Morgana, tomada pela presença sagrada, é preparada para o ritual de uma forma em que se configura uma purificação: “Foi levada da ilha ao amanhecer, em silêncio, envolta em mantos e véus de tal modo que nenhum olhar profano pudesse ver a consagrada, numa liteira fechada, de maneira que nem mesmo o sol poderia brilhar em seu rosto” (BRADLEY, 2008, p.229).

Desse modo, a partir da ocorrência da hierofania temos então a fundação de um espaço sagrado, e este espaço dura por toda a noite em que ambos nele estão, e em poder dos deuses, manifestando-se. “Todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente” (ELIADE, 1992, p.20).

A manifestação do sagrado implica também, de acordo com Eliade (1992), a instauração de um tempo mítico, ligado à carência cronológica comum no âmbito do profano. Durante a narrativa do Grande Casamento, a questão do tempo é um fator bastante representativo durante o ritual. A percepção do tempo por Morgana é alterada e ela já não tem mais a noção de sua passagem: “o tempo arrastando-se e correndo, sucessivamente, Morgana começou a ver – e de muito longe parecia ter visto isso antes, numa visão, alguma vez, em algum lugar, há muito tempo [...]” (BRADLEY, 2008, p.234).

Podemos perceber que, como Morgana está em contato com a Deusa e apresenta características de uma imersão num tempo passado, já ocorrido, nos primórdios do mundo,

constitui-se um tempo mítico. O ritual, o tempo mítico e a purificação são elementos fundamentais para atingir o que Eliade (1992) conceitua como “cosmogonia”, pois é preciso estar preparado para alcançar a restauração do tempo original:

[...] a criação cósmica, ou pelo menos sua realização, é o resultado de uma hierogamia entre o Deus Céu e a Terra Mãe. Este mito cosmogônico, bastante difundido, é encontrado sobretudo na Oceania da Indonésia à Micronésia – ,mas também na Ásia, na África e nas duas Américas. Ora, como vimos, o mitocsmogônico é o mito exemplar por excelência: serve de modelo ao comportamentodos homens. É por isso que o casamento humano é considerado uma imitação da hierogamia cósmica (ELIADE, 1992, p.72).

Tendo como base estas noções de Eliade (1992), conseguimos perceber o ritual do Grande Casamento como a manifestação de uma criação cósmica, ou seja, de uma cosmogonia. Isso é evidenciado pela tomada do corpo de Morgana e Artur pela Deusa e pelo Deus, ambos tomados pelo sagrado, no qual a ritualística do casamento e do sexo, levando à cosmogonia, sendo uma hierogamia cósmica.

Durante o ritual, Morgana faz diversas observações que nos servem de pistas para interpretar a ocorrência do Grande Casamento sob a perspectiva cosmogônica, pois, afinal, este ritual ocorre na Primavera, momento em que tudo ganha ou retorna à vida:

Estavam num morro, a cavaleiro de um vale coberto por floresta espessa, vazio e silencioso, mas Morgana pôde sentir a vida que palpitava lá dentro – os gamos movendo-se com pés silenciosos e leves, os animais subindo nas árvores, os pássaros nos ninhos, alçando voo, movimentando-se, o pulsar da vida do início da fase da primeira lua cheia da primavera (BRADLEY, 2008, p.232).

Sendo muito forte a ligação da mulher com a terra, Mircea Eliade (1992, p.69) nos fala sobre este elo estabelecido entre o “dar a vida” que cabe à mulher tal qual reflete a característica do solo, a tarefa da maternidade: “Mas como ousaria eu cortar a cabeleira de minha mãe?”. Na narrativa do ritual, logo no início, enquanto Morgana é preparada para uma nova fase do rito, identificamos um momento em que ela recebe um arranjo, feito com as primeiras flores colhidas naquela estação: “[...] coroaram-na com as primeiras flores da primavera” (BRADLEY, 2008, p.233).

A relação mulher-fertilidade-terra-vida está latente durante toda a narrativa da obra e, a partir dela, evidenciamos diversos símbolos, possíveis de serem interpretados individualmente, encontrando relações mútuas, levando a uma compreensão da totalidade do ritual enquanto celebração da fertilidade. “As modificações que o calendário sofreu no decurso dos tempos escondem, por vezes, um pouco este elemento de regeneração, de ‘novo começo’ que é possível

vislumbrar em inúmeros costumes da primavera. O aparecimento da vegetação inaugura um novo ciclo temporal: a vida vegetativa renasce com cada primavera, ‘recomeça’” (ELIADE, 1993, p.274).

Outra característica muito interessante a se pensar a respeito das simbologias presentes na narrativa do ritual é acerca da lua. O ciclo lunar tem grande significação ao se pensar sua relação com a mulher. A lua regula o ciclo das marés e o ciclo da menstruação, por exemplo. “O ciclo menstrual contribuiu, sem dúvida, para tornar popular a crença segundo a qual a Lua é o primeiro esposo das mulheres. Os papus consideram a menstruação como uma prova das ligações que as mulheres e as moças têm com a Lua [...]” (ELIADE, 1993, p.137).

### **Considerações finais**

O presente artigo procurou demonstrar, por meio de levantamentos no *corpus*, diversos apontamentos e indagações possíveis a se fazer na obra literária *As brumas de Avalon* (1982), buscando analisar a referida obra, a partir da perspectiva da História das Religiões e operacionalizando conceitos como o da “Cosmogonia”.

Ao realizarmos um recorte do capítulo XV, percebemos que os ritos do Gamo-Rei e o Grande Casamento podem se apresentar enquanto narrativas mitológicas. Com isso, algumas evidências no decorrer do capítulo nos levam a perceber como, no caso de Morgana, ocorre a manifestação do sagrado, ou seja, uma hierofania. Além disso, o ritual que precede o Grande Casamento, assim como o ato que o consuma, podem ser entendidos como uma cosmogonia.

Tendo em vista estes aspectos, os conceitos apresentados pelo historiador das religiões, Mircea Eliade (1992), podem ser de grande auxílio teórico ao olharmos para uma fonte literária como é o caso de *As brumas de Avalon*. Contudo, ressaltamos que as considerações de Eliade sobre hierofania e cosmogonia, são apenas possibilidades, não anulando as demais perspectivas que podem ser usadas ao observarmos a totalidade da fonte.

### **Referências:**

BRADLEY, Marion. *As brumas de Avalon: A senhora da magia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Betty Sue Flowers (Org.). (Tradução de Carlos Felipe Moisés). São Paulo, Palas Athena, 1990.

CHEVALIER, J. GHEERBRANT, A., RODRIGUES, C., & GUERRA, A.. *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. (Tradução de Raul

de Sá Barbosa; Vera da Costa e Silva; Angela Melin; Lucia Melin). Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

ELIADE, Mircea. Tratado de história das religiões. (Tradução de Fernando Tomaz e Natalia Nunes). São Paulo, Martins Fontes, 1993.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. (Tradução de Rogério Fernandes). São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. (Tradução de Sandra Cristina Tamer). São Paulo, Martins Fontes, 1991.

ELIADE, Mircea. História das crenças e das ideias religiosas. Volume I. Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis. (Tradução de Roberto C. de Lacerda). Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

PINHEIRO, Renata Kabke. Viviane e Morgana: uma nova dicotomia em meio à tensão discursiva de as Brumas de Avalon. Tese (doutorado) Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011. p.351

WILLIS, Roy. Mitologias: deuses, heróis e xamãs nas tradições e lendas de todo o mundo. (Tradução de Tháís Costa e Luiz Roberto Mendes Gonçalves). São Paulo, Publifolha, 2007.

## Da devoção ao rosário de Maria à patrimonialização do Congado em Minas Gerais: relações de poder, sociabilidades e fé

**Ariel Lucas Silva**

Mestre em Cultura e Sociedade  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Email: silva.ariellucas@gmail.com

**Resumo:** A devoção ao Santo Rosário é promovida pelos frades dominicanos desde o século XIII e constituiu importante elemento de conversão ao cristianismo católico, principalmente durante o processo de colonização na África e no Brasil. As reflexões sobre as heranças portuguesas e africanas tem sido desenvolvidas por diversas vertentes da academia. Em geral, ressaltam-se os conteúdos dos processos de colonização exploratória portuguesa e das matrizes religiosas africanas. A proposta desta comunicação parte da devoção ao rosário de Maria, entendida como universo comum de representações que possibilita sociabilidades e a compreensão dos comportamentos humanos (inteligibilidade). O Congado é uma das expressões da devoção a Maria, a São Benedito e a Santa Efigênia e uma importante referência cultural de Minas Gerais e de outros estados do Brasil. Trata-se de fenômeno urbano, com algumas exceções próprias da diversidade cultural e do contexto social onde está presente, e suas festas são uma oportunidade para tomar contato com a história das culturas e de refletir a formação de laços de identidade, ferramentas de sociabilização e de relações sociais. Assim como outras formas de religiosidades, está presente em vários contextos culturais e históricos, de modo a se demonstrarem objetos históricos e de análises de historiadores que buscam formas de compreender e interpretar a atuação dos sujeitos históricos em suas múltiplas vivências. Compreender a constituição do Congado em Minas Gerais por essa perspectiva desloca o olhar em direção à percepção das continuidades e descontinuidades que marcam o processo histórico, uma dinâmica que não pode ser apreendida através da linearidade dos acontecimentos e que escapa à causalidade das relações.

**Palavras-chave:** festa, Nossa Senhora do Rosário, Minas Gerais, patrimônio cultural.

O interior da América portuguesa e demais espaços de comércio longínquos transformaram-se em lugares de diálogo e trocas culturais. A intensa chegada de africanos e europeus em larga escala proporcionou novos campos de sociabilidades dinamizadoras de mestiçagens que não podem ser compreendidas sem que sejam consideradas as dinâmicas da escravidão em todas as suas relações de coexistência, trocas, superposições e resistências.

É nesse contexto de formação de um mundo Ibero-americano (Paiva, 2015) que a devoção a Nossa Senhora do Rosário se originou e se desenvolveu no início do século XVII em Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro do Frio, Capitania de Minas Gerais, tornando-se, para mim, na contemporaneidade, espaço de observação e de pesquisas.

Corroboro da idéia de que as novas formas de ser e de viver no mundo ibero-americano incentivaram o rompimento das fronteiras de crenças e de práticas religiosas, fomentando novos espaços mesclados e mestiços tonificados por tradições de distintas origens, como sugere Isnara Ivo (Ivo, 2016).

No início do século XVI as Coroas católicas portuguesa e espanhola iniciaram um processo de “mundialização” que aproximou gentes das quatro partes do mundo (Gruzinski, 2014). A descoberta do ouro no sertão norte da Capitania das Minas Gerais nos finais do século XVII e início do XVIII, juntamente com a intensificação do processo de urbanização que lhe é correspondente, deu renovadas forças às tradições festivas já características de nossa formação histórico-cultural. Com o apogeu da mineração, as festas adquirem uma feição ainda mais exibicionista e pomposa – espetaculares. Sabe-se, por exemplo, das ferrenhas disputas entre irmandades religiosas pela realização da mais rica e exuberante festa de santo padroeiro. É a festa barroca que irrompe na cena societal mineira (Miguez, 2002).

Muitos daqueles que foram atraídos pela busca do ouro e se deslocaram para a Comarca do Serro do Frio – bem como para os sertões da Bahia – eram cristãos e trouxeram para cá “um sentimento religioso e uma singela piedade, que nem sempre se aliava à moral na vida prática” (Ivo *apud* Lima Junior, 2016, p. 185). Essas novas terras dos sertões eram repletas de riquezas, principalmente as contidas na região onde hoje é a cidade do Serro, MG: “nas próprias Minas do Sul o opulento Serro Frio que tem mais partos de ouro que o Potosi<sup>1</sup> teve de prata” (PITA, 1976, p.20 e 21). A região das Minas Gerais concentrou a maior aglomeração de escravos e libertos entre as capitanias do Brasil e era uma das mais importantes, se não a mais importante, de todo Novo Mundo escravista no século XVIII.

Jacinta Siqueira chegou às terras do Serro do Frio, vinda da Bahia, já alforriada, em fins do século XVII ou primeiros do XVIII. Era natural da Costa da Mina, na África, onde foi escravizada e trazida para o Brasil, certamente com algum conhecimento do garimpo, atividade comum em seu país de origem. Depois de alforriada, Jacinta Siqueira constituiu com orgulho uma grande família, deixando extensa lista de descendentes na Vila do Príncipe (Serro, MG). Gilberto Freyre (2006), em “Casa Grande e Senzala”, baseado em anotações do Alferes Luis Pinto, destaca: “É assim que Jacintha de Siqueira (sic), a célebre mulher africana quem em fins do século XVII ou primeiros do XVIII veio com diversos bandeirantes da Bahia” e a quem “se deve o descobrimento do ouro no córrego dos Quatro Vinténs e ereção do Arraial à Villa Nova do Príncipe.” (Freyre, 2006, p. 202). Jacinta Siqueira mandou construir em local nobre da Vila

---

<sup>1</sup> A Cidade de Potosí é a capital da Província de Tomás Frías e do Departamento de Potosí, na Bolívia. Foi fundada em 1546 e em 1611, já era a maior produtora de prata do mundo e tinha à volta de 150 000 habitantes. Alcançou seu apogeu durante o século XVII, tornando-se a segunda cidade mais populosa (atrás de Paris) e a mais rica do mundo, devido à exploração de prata enviada à Espanha.

do Príncipe uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Purificação<sup>2</sup>, em sinal da religiosidade católica associada à devoção à Maria levada pelos negros à região da Comarca do Serro do Frio desde as primeiras notícias de descoberta de ouro e diamantes na região. Jacinta Siqueira aparece identificada como o tronco, por assim dizer matriarcal, de todo um grupo de ilustres famílias do nosso país. Jacinta morreu em 15 de abril de 1751 deixando muitos filhos de relacionamentos com “homens importantes e ricos e muitos figuram entre homens da governança.” (Freyre, 2006, p. 202).

A mais antiga festa dedicada a Maria na Comarca do Serro do Frio é a festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro. Em 1722, Antônio Pinheiro da Silva, recebeu comunicação do Ilmo. D. Frei Antônio de Guadalupe do Rio de Janeiro “o livro que há de servir de Compromisso à Irmandade do Rosário sita na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe do Serro do Frio, para numerar e rubricar.” (Compromisso, 1728). Diante desse preâmbulo que precede os vinte e um capítulos do Compromisso, verifica-se que a Irmandade já existia anteriormente a 1722. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia da Conceição da Vila do Príncipe de Serro do Frio foi aprovada por D. Frei Antônio de Guadalupe, bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro e do conselho de S. Majestade D. João V - Rei de Portugal - em 10 de fevereiro de 1729 e confirmada sua ereção pelo Rei D José I em 14 de setembro de 1767.

Outras trajetórias que se destacam no contexto da devoção e das mestiçagens na comarca do Serro do Frio é a do português preto forro (negro alforriado) João Gonçalves da Costa, que, junto com pardo e também português João da Silva Guimarães, adentrou as capitanias de Minas Gerais e da Bahia durante o século XVIII em busca de ouro e outros metais preciosos. Talvez inspirados pelas lendas acerca da existência de prata na Bahia, esses homens abriram caminhos de conexões entre estes sertões, efetuando grandes conquistas para a Coroa portuguesa. Essas entradas e conquistas foram comandadas por Pedro Leolino Mariz, nascido na Itália e Superintendente da Comarca do Serro do Frio durante quase todo século XVIII.

---

<sup>2</sup> O ano presumido de sua conclusão (1742) é contestado por alguns autores, que a consideram anterior a 1720. Existem também indicações do ano de 1711 e de 1719 (quando um "mestre do risco" já trabalhava em sua construção). A Igreja possuía obras valiosas de pintura, escultura e arquitetura. Conta-se que os seus restos foram se pulverizando, transferidos para outras igrejas ou vendidos aos poucos para colecionadores, negociantes e interessados. Diz Aluizio Miranda que "o seu lindo e artístico altar de talha está hoje em Diamantina, na capela do Palácio Arquiepiscopal". Algumas imagens e restos de madeira se encontram hoje em uma sala especial do Museu Regional Casa dos Ottoni, na cidade do Serro, MG.



João Gonçalves da Costa foi um negro português alforriado que se tornou um grande homem de posses de terras e de escravos, além de possuir intensa influência política de sua parentela no decorrer de todo século XIX e XX. Considerado o principal responsável pela conquista do Sertão da Ressaca na Bahia, foi a ele atribuída a devoção a Nossa Senhora das Vitórias no Arraial de Nossa Senhora das Vitórias (Vitória da Conquista, BA). A presença de João Gonçalves da Costa nos sertões baianos está vinculada à presença de Pedro Leolino Mariz como Superintendente da Comarca do Serro do Frio desde o início do século XVIII.

Isnara Pereira Ivo (2016), transcrevendo o que está expresso na carta patente de João Gonçalves da Costa, emitida em 1744, diz:

Consideração que em fez Pedro Leolino Mariz, esperando dele que nas obrigações por este emprego se fará muito conforme a confiança que faço do seu procedimento [...] elejo e nomeio, capitão da gente preta que servirá naquela conquista subordinado às ordens do dito mestre-de-campo João da Silva Guimarães, para que o seja, use e exerça com todas as honras, graças, franquezas [...] ordeno ao mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz que lhe dê a posse e juramento de que se fará junto nas costas destas (Ivo, 2016, p. 190).

A historiografia a respeito nos permite afirmar que Costa era um capitão-mor não branco, que junto com outros dois proprietários do Sertão da Ressaca (Antônio Ferreira Campos e Antônio Dias de Miranda, filho de Costa), possuíam “cento e vinte escravos ou mais” e que sendo devoto a Nossa Senhora das Vitórias, a Ela mandou construir uma igreja no Arraial de Nossa Senhora das Vitórias, deixando após seu falecimento determinada a doação das terras para a construção da igreja.

Esses dados das trajetórias de Pedro Leolino Mariz e de João Gonçalves da Costa passariam despercebidos no estudo sobre as festas do Rosário em Minas Gerais, não fosse Pedro Mariz o Superintendente da Comarca do Serro do Frio no período em que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro se constituiu e Costa devoto de Nossa Senhora das Vitórias.

A evocação a Nossa Senhora das Vitórias existe em Portugal desde o tempo de Dom João I (1357–1433), quando foi alcançada a vitória contra os espanhóis na Batalha de Aljubarrota (1385)<sup>3</sup>. Em agradecimento, o rei mandou construir um mosteiro com o nome de

---

<sup>3</sup> A Batalha de Aljubarrota decorreu no dia 14 de agosto de 1385 entre tropas portuguesas com aliados ingleses, comandadas por D. João Mestre de Avis e o seu condestável D. Nuno Álvares Pereira, e o exército castelhano e seus aliados liderados por D. João I de Castela. A batalha deu-se no campo de São Jorge, pertencente à freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós, nas imediações da vila de Aljubarrota, entre o referido conselho e Alcobaça.

Santa Maria da Vitória. Em 1572, o Papa Pio V (1504-1572) instituiu "Nossa Senhora da Vitória" como uma festa litúrgica para comemorar a vitória da Batalha de Lepanto, devido ao fato de que na noite do dia 7 de outubro de 1571, foi realizada uma procissão e rezas dedicadas ao rosário de Maria na Praça de São Pedro no Vaticano. Semanas depois chegou a notícia que na mesma noite as esquadras da Liga Santa venceram os mulçumanos ao redor da ilha de Lepanto, na Grécia. Querendo que se perpetuasse na igreja a memória da batalha de Lepanto associada ao poder do rosário de Maria, em 1573, o Papa Gregório XIII (1502-1585) mudou o título da comemoração para "Festa do Santo Rosário" e esta festa foi estendida pelo Papa Clemente XII (1652-1740) à Igreja Universal. Após as reformas do Concílio Vaticano Segundo (1962 a 1965) a festa foi renomeada para Nossa Senhora do Rosário. A festa tem a classificação litúrgica de memória universal e é comemorada dia 7 de outubro, aniversário da batalha de Lepanto. O Senado veneziano pôs debaixo do quadro que representava a batalha de Lepanto a seguinte frase: *“Non virtus, non arma, non duces, sed Maria Rosarii Victores nos fecit”*. “Nem as tropas, nem as armas, nem os comandantes, mas a Virgem Maria do Rosário é que nos deu a vitória“. Gênova e outras cidades mandaram pintar em suas portas a efigie da Virgem do Rosário. O dia 7 de outubro ficava consagrado a Nossa Senhora da Vitória, e mais tarde ao Santo Rosário. Na Ladainha Lauretana era acrescentada a invocação que nascera pela *“vox populi”* no momento da grande proeza: *“Auxilium Christianorum”*. Capelas com a invocação de Nossa Senhora das Vitórias começaram a surgir na Espanha e na Itália a partir de então.

No Compromisso da Irmandade do Rosário do Serro, datado de 1728 e modificado em 1979, encontramos que a origem da devoção dos negros a Nossa Senhora do Rosário remonta aos sete dias do mês de outubro de 1571 e a referência ao episódio em que o Papa Pio V, “pressentindo a vitória de uma grande batalha entre cristãos e mulçumanos, disse: ‘é tempo agora de agradecer a Deus, a nossa esquadra acaba de vencer os inimigos” (Compromisso, 1979). Alguns dias depois, ainda de acordo com o que informa o Compromisso da Irmandade, o fato é confirmado com a vitória dos cristãos sobre os Turcos Otomanos na Batalha de Lepanto, “alcançada não pela força das armas, mas pela estratégia dos comandantes e assistência de Nossa Senhora do Rosário” (Compromisso, 1979), uma clara referência à expressão impressa no quadro do Senado de Veneza.

Temos, portanto, a presença da evocação à Maria desde as primeiras notícias de descoberta de ouro na região, a exemplo da exibicionista Jacinta Siqueira e sua pomposa igreja dedicada a Nossa Senhora da Purificação em Vila do Príncipe (Serro, MG); a devoção e a igreja

de Nossa Senhora das Vitórias no Arraial de Nossa Senhora das Vitória (Vitória da Conquista, BA) e a devoção, pedido de Assentamento, Abertura de Livros de Compromisso e a realização de festa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro.

Essas conexões nos provocam a estudar as festas de Nossa Senhora do Rosário em Minas Gerais sob o prisma da história da escravidão e das mestiçagens. Após ter estudado a festa do Rosário da cidade do Serro por 10 (dez) anos e dela participado por mais de 25 (vinte e cinco), tento, agora, deslocar meu olhar em direção à percepção das continuidades e descontinuidades que marcam o seu processo histórico, uma dinâmica que não pode ser apreendida através da linearidade dos acontecimentos e que escapa à causalidade das relações.

**“No tempo do cativeiro, quando o senhor me batia (...)”**

O deslocamento das observações para os processos históricos de constituição de determinadas festas e celebrações religiosas conduzem a uma compreensão que exige que se acionem outro construto importante para as análises sobre festas e sociabilidades: o tempo.

Pensar sobre o tempo constitui uma tarefa complexa. Pensar sobre o tempo associado aos sentidos do festejar, mais ainda. O tempo é elemento da festa que deve ser considerado junto ao seu caráter coletivo. O tempo da festa aparece como outro critério classificatório de maneira que, durante a realização da festa, quanto mais relações se formam, (sejam elas religiosas, lúdicas, profanas, econômicas), mais podemos diferenciá-la de uma simples cerimônia.

Quando se propõe a pensar sobre o tempo da festa numa perspectiva comparada e relacionada ao tempo passado, é necessária a abertura às contribuições de outras áreas. Implica dialogar com a disciplina histórica, seus modelos e métodos de análise e a multiplicidade de temporalidades de modo a possibilitar o entendimento das festas como um universo cultural dinâmico no próprio tempo e no espaço. Assim, busco compreender a devoção e as festas dedicadas ao rosário de Maria em Minas Gerais como prática histórica que molda o cotidiano das relações sociais, forjando celebrações profundamente mestiças. A pesquisa científica envolve, então, a delimitação de uma realidade que se torna objeto de investigação, onde o tempo é importante elemento.

João José Reis (1996), ao tratar de identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão, diz que:

A história das irmandades abre uma porta à melhor compreensão da experiência negra no Brasil da escravidão. Para penetrá-la é preciso admitir, como temos feito, que elas espelhavam tensões e alianças sociais que permeavam a sociedade escravocrata em geral e o setor negro em particular” (Reis, 1996, p. 18).

Reis (1996) vale-se de farta documentação histórica e historiográfica que lhe expõem relatos de acontecimento durante festas realizadas por irmandades de negros em Cachoeira, interior da Bahia. Essa documentação revela *qualidades e condições* de todo tipo de gente que se organizava, socializava, misturava e se mesclava em torno da festa.

As análises desenvolvidas estruturam-se na compreensão da festa a partir da comparação de visões de diferentes autores acerca desse tema apoiada no desenvolvimento teórico sobre o conceito de festa e cidade. As reflexões apontadas fundamentaram e justificaram a discussão centrada em espaços cada vez mais múltiplos e com uma pluralidade de vozes cada vez maior e é justamente nestes espaços, múltiplos e plurais, que encontrei terreno fértil para analisar festas religiosas em conexão com a história da escravidão e das mestiçagens.

Para tanto, já se sabe, será necessário evocar conceitos fundamentais para o estudo dessa temática, tais como trânsitos e trocas culturais, sociabilidades, convivências e coexistências, superposições, negociações, mundialização e, como nova perspectiva teórico-metodológica, o conceito de dinâmicas de mestiçagens.

A complexa tríade chão + gente + cultura se apresenta, então, como um dos fios condutores de minhas análises. Esta tríade pode ser tomada como uma coincidência de fatores que, em seu conjunto e conectados, podem ser tomados como constitutivos do processo de elaboração cultural que encontra nas vilas e cidades não somente o documento material que lhes possibilita a análise em profundidade, mas, além disso, em virtude do modo peculiar pelo qual o fazem, assume o sentido e a expressão de verdadeira “experiência social”.

### **Devoção e patrimonialização da fé**

A Festa do Rosário do Serro proporciona ainda a ampliação do conceito de cidadania, que implica no reconhecimento dos direitos culturais dos diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também o reconhecimento de que produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociedade, o que possibilita, ainda, o entendimento da festa como patrimônio cultural.

Definindo este como um bem que é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003).

No caso do patrimônio cultural imaterial, a relação entre as vertentes da preservação e a vertente da criação é uma relação próxima, pois os bens culturais de natureza imaterial se caracterizam como processos, constantemente atualizados e recriados, e não como produtos a que cabe guardar, proteger, conservar e, quando for o caso, restaurar. (UNESCO, 2003). Por esse motivo, um dos critérios para a patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial é a comprovação da continuidade histórica desses processos, sua reiteração ao longo do tempo, e seu reconhecimento como referência identitária de uma coletividade. Por outro lado, a idéia de continuidade não se confunde com a de imutabilidade, ou mesmo a de autenticidade, pois já se sabe atualmente que uma das condições para que uma manifestação cultural sobreviva é a sua capacidade de adaptação às transformações no contexto onde ocorre. Ou seja, nesse sentido, é evidente que a mudança/adaptação pode significar a possibilidade de permanência.

A cidade do Serro, antiga Vila do Príncipe, concentra um rico e conservado sítio arquitetônico e urbanístico – patrimônio material do Brasil desde 1938, como já citado anteriormente -, por sua vez, a Festa do Rosário do Serro apresenta características de patrimônio cultural imaterial entendidas como sistema de práticas tradicionais, caracterizando identidades coletivas. Sua autenticidade não está em uma data de início pré-definida, mas, na recuperação, recriação singular e expressiva das danças, músicas, indumentárias, artefatos e orações de uma festa tricentenária. Existe uma dificuldade em identificar a ideologia por trás da manifestação uma vez que, por se tratar de uma forma de expressão da cultura popular, a tradição é passada oralmente, fazendo com que o povo misture ficção e memória nos relatos que são transmitidos.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro, além de ser um patrimônio cultural rico, é também uma “representação” que se move através da memória e das identidades culturais que permeiam a história. Retomando as contribuições de Flávio de Ligório Silva (2011) sobre simulacros e representações, o autor, citando Jovchelovitch (2008), diz que “as representações aglutinam a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas. Elas se inscrevem nas memórias sociais e nas narrativas e modelam os sentimentos de pertença que reafirmam a membros individuais sua inserção em um espaço humano.” (Jovchelovitch, 2008 apud Silva,

2011, p. 45). Neste sentido, forma, função e processos são inseparáveis. Uma rua sem o sentido social não existe.

Desde 2008, o Congado de Minas Gerais está em processo de registro como patrimônio cultural do Brasil. Configurar-se, portanto, como uma oportunidade para se pensar a relação entre as vertentes da preservação do patrimônio cultural e a vertente da criação em uma relação próxima, pois as festas de congado se caracterizam como processos, constantemente atualizados e recriados, e não como produto que cabe guardar, proteger, conservar e, quando for o caso, restaurar. Por esse motivo, um dos critérios para a patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial é a comprovação da continuidade histórica desses processos, sua reiteração ao longo do tempo, e seu reconhecimento como referência identitária de uma coletividade.

### **Bibliografia**

COMPROMISSO da Irmandade De Nossa Senhora do Rosário na Freguesia da Conceição da Vila do Príncipe do Serro Frio, ano de 1728.

COMPROMISSO Reformado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade do Serro Frio, 1979.

ESTATUTO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (reformado ). Belo Horizonte: Ed. Cultura. 1995.

ESTATUTO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

IVO, Isnara Pereira, Org.; PAIVA, Eduardo França, Org.; AMANTINO, Márcia, Org. *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

MIGUEZ, Paulo. A organização da cultura na “Cidade da Bahia”, tese de doutorado, UFBA. 2002.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Da universidade de São Paulo, 1976.

REIS, João José. *Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 7-33.

SANCHIS, Pierre. Arraial: festa de um povo: as romarias portuguesas. Lisboa, Publicações Dom Quixote. 1983.

### Fontes

Anais da Biblioteca Nacional, v. 38. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por Eduardo da Castro Almeida. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa. 31.03.1807. p. 455.

Boletim "Projeto de Pesquisa Genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira"

Detalhes da Citação: Ano 06 - No. 06 01/09/2000 - p. 5 e seguintes.

Censo do Distrito do Serro – 1840. MP Caixa 09 Pacote 15. Detalhes da Citação: Fogos 246 e 247a de 14.

Registros Eclesiásticos da Vila do Príncipe, Minas Gerais (Serro). Detalhes da Citação: Livro de Óbitos - 1836/1837 - fl. 03.

Registros Eclesiásticos da Vila do Príncipe, Minas Gerais (Serro). Detalhes da Citação: Livro de Casamentos - 1878/1896 - fls. 50 e 50v.



## Entre ritos e símbolos: festejos do Divino na Cidade de Ponta Grossa/PR<sup>1</sup>

**Vanderley de Paula Rocha**

Doutorando em História

PPH/UEM

E-mail: vanderleypr05@yahoo.com.br

**Resumo:** Este texto problematiza as práticas religiosas, realizadas em Ponta Grossa/PR, para homenagear o Divino Espírito Santo. Focamos nas manifestações ocorridas na Casa do Divino, local que ganhou esse título após Maria Júlia Cesarina Xavier ter abrigado em seu interior a imagem da representação do Divino Espírito Santo, uma pomba de asas abertas, gravada em um pedaço de madeira que encontrara em um rio. Assim, essas manifestações estão presentes nessa cidade desde 1882 prevalecendo até os dias de hoje. Objetivamos discutir as relações que homens e mulheres estabeleceram com o sagrado por meio de manifestações festivas em louvor ao Divino e identificar o posicionamento das autoridades eclesiásticas locais em relação a essas práticas desenvolvidas por esses féis. Para tanto, utilizamos como fontes periódicos locais, programas dos festejos, entrevistas e o processo de tombamento do imóvel Casa do Divino.

**Palavras chave:** Ritos; Símbolos; Divino; Sagrado.

**Résumé:** Ce texte traite des pratiques religieuses, tenues à Ponta Grossa / PR, pour honorer le Saint-Esprit. Nous nous concentrons dans les manifestations qui ont eu lieu à la Chambre du Divin, un endroit qui a remporté ce titre après Maria Julia Cesarina Xavier ont logé à l'intérieur de la représentation de l'image du Saint-Esprit, une colombe aux ailes déployées, enregistrée sur un morceau de bois trouvés dans une rivière. Ainsi, ces manifestations sont présentes dans cette ville depuis 1882 prévalut jusqu'à nos jours. Cet article traite de la relation que les hommes et les femmes ont mis en place avec le sacré à travers des événements festifs en l'honneur du Divin et d'identifier le positionnement des autorités ecclésiastiques locales par rapport à ces pratiques développées par ces fidèles. Par conséquent, nous utilisons les journaux locaux comme sources, les programmes des festivals, des interviews et le processus de basculement de la maison de la propriété du Divin.

**Mots clés:** Rites; Symboles; Divin; Sacré.

Era com grande expectativa que os devotos do Divino esperavam por um dos momentos da festa: a quermesse, que ocorria no domingo de Pentecostes, também percebido pelos participantes do evento como um instante de homenagear o Divino Espírito Santo.

Sua origem está na Idade Média e ligada à religião católica, pois se iniciou nas festas em honra aos santos. No Brasil, é uma herança lusitana que se espalhou por todo território nacional, adquirindo características diversas dependendo da região em que se desenvolveu<sup>2</sup>.

Para os festeiros do Divino em Ponta Grossa, a quermesse começava bem cedo, a partir das 6h00, com o foguetório. Sobre a queima de fogos na festa, era feito de forma modesta uma

---

<sup>1</sup>Esse texto trata-se de uma reflexão modesta sobre os festejos do Divino na cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Trato com maior complexidade desse objeto em minha Dissertação de Mestrado.

<sup>2</sup>PETRUSKI, Maura Regina. Julho Chegou e a Festa também... Sant'Anna e suas comemorações na cidade de Ponta Grossa. Tese (Doutorado). Curitiba: UFPR, 2009.

vez que a Casa do Divino está localizada bem no centro da cidade e isso poderia causar conflitos com os vizinhos próximos.

Logo após o foguetório, os festeiros continuavam a organização do espaço para a realização da quermesse, visto que no dia anterior esses trabalhos já haviam sido iniciados. Durante o período analisado, a quermesse do Divino ocorreu em dois espaços: em frente à Casa do Divino, na Rua Santos Dumont, e na Praça Marechal Floriano Peixoto, localizada em frente à Catedral.

Oficialmente, a atividade começava após o meio-dia. No entanto, desde as primeiras horas da manhã, assim que o espaço já estivesse organizado, os festeiros já vendiam os primeiros lanches nas barraquinhas de *comes e bebes* como divulgou um dos folhetos da festa às 9 h00 – Abertura da Casa do Divino e barraquinhas de pastel e lanches<sup>3</sup>.

Os indivíduos que queriam participar do almoço deveriam comprar um cartão que dava o direito a um prato com arroz, salada (tomate), maionese e um espetinho de carne. O valor do cartão, durante o período analisado, custou entre R\$10,00 a R\$ 15,00.

As pessoas que almoçavam ali faziam isso nas mesas de plástico colocadas em baixo das tendas. Nessas mesas cabiam até seis pessoas e, geralmente, cada família se reunia em uma mesa para partilhar os alimentos comprados. Quando a família era maior, juntavam-se as mesas.

Comer e beber sempre estiveram presentes nas festas religiosas. Frei Alberto Beckhauser afirmou que esses dois elementos são bastante significativos para o cristianismo, porque permeiam a união, a aliança, o encontro e o convívio<sup>4</sup>. O estar reunido para a festa também desperta a une entre as pessoas, pois o trabalho em grupo fortalece os laços sociais e desenvolve o espírito de fraternidade entre os devotos e o momento de fazer, de vender ou de comprar os alimentos contribui neste fortalecimento.

Essa característica se destaca na quermesse do Divino na cidade de Ponta Grossa, pois várias pessoas se dedicam a ajudar na organização, despertando a união social desse grupo, “Ontem uma equipe de voluntários acertou os últimos detalhes para a série de atividades que serão realizadas no dia de hoje”. As atividades realizadas foram à ornamentação do espaço para que a quermesse ocorresse.

---

<sup>3</sup>Folheto de Divulgação dos Festejos do Divino, Ponta Grossa, 2003.

<sup>4</sup>BECKHAUSER, Frei Alberto. *Símbolos Litúrgicos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 25.

Segundo o jornal *Diário dos Campos*, no ano de 2008 a festa reuniu cerca de cinco mil pessoas, “a festa vem crescendo bastante e ganhando força, com o apoio do Governo do Estado, Prefeitura e Diocese”<sup>5</sup>. As fontes revelam que a ajuda do Estado foi inserido da Casa do Divino na rota do turismo religioso do Estado do Paraná, o apoio da Prefeitura se apresentava pelo empréstimo de equipamentos para a realização da festa como as tendas e os equipamentos de som. A Diocese, por sua vez, inseriu os festejos do Divino no calendário oficial da instituição no mesmo período do Cêntuplo Diocesano.

Milhares de pessoas participavam da quermesse, inclusive indivíduos vindos de outros logradouros, a citar a Caravana da Paróquia de São Sebastião, da cidade de Teixeira Soares, que prestigiou a festa de 2013. Muitos devotos dessa localidade trouxeram doações como prendas para o leilão. Foi possível identificá-los na quermesse porque trouxeram cartazes com a inscrição de seu lugar de origem e a presença desses foi agradecida por Lídia Hoffmann no aparelho de som da festa.

Durante a festividade, era o momento em que as relações se modificavam ou se invertiam as tensões se minimizavam e as distâncias sociais eram momentaneamente extintas, pois estavam ali como os mesmos objetivos de se divertir e de homenagear o Divino. A festa é capaz de romper a ordem hierárquica social e fazer com que a realidade e ficção se misturem. Portanto, a quermesse religiosa também é um momento de se divertir. Muitas pessoas estão ali não somente para rezar, mas também para se descontraírem e é neste sentido que “a festa é um momento recreativo do ritual religioso”<sup>6</sup>. / nesse contexto que parte da Rua Santos Dumont em Ponta Grossa • tomada por barracas de quermesse e por um palco montado no meio da rua, onde sobem cantores e tocadores que vieram entreterendo os devotos que ali comem, cantam, rezam, conversam, enfim se sociabilizam.

Além de ser um momento de religiosidade, ou seja, um instante de comunhão com o sagrado, a quermesse também era o momento de encontrar os amigos, compartilhar informações, se divertir, enfim, era um momento de se sociabilizar, confirmando, assim, o que Émile Durkheim afirma sobre as festividades. Para esse autor, a festa proporciona ao indivíduo

---

<sup>5</sup>SILVA, Marcos. Festa do Divino espera reunir 3 mil pessoas hoje. *Jornal Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 27 e 28 de maio de 2007.

<sup>6</sup>DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 413.

momentos de socialização, aproximação social dos diferentes grupos<sup>7</sup>. A festa quebra as diferenças e o indivíduo desenvolve um sentimento de pertencimento ao todo social.

Durante a quermesse, outras pessoas, além dos festeiros, se vestiam com roupas vermelhas e brancas, sendo essa mais uma forma de homenagear o Divino e dos indivíduos se identificarem enquanto devotos do Espírito Santo. Faz parte que os mesmos, em dia de festa, se vistam de vermelho e branco, pois as celebrações religiosas se dão em um determinado espaço, por um determinado grupo que se integram e, juntos, passam a legitimar enquanto comunidade religiosa suas escolhas.

Após o almoço, realizavam-se as apresentações culturais, desde as realizadas pelos festeiros do Divino com músicas religiosas e “folclóricas”, passando por bandas locais até duplas sertanejas.

Durante o período analisado, várias foram as atrações da quermesse. No ano de 2003, foi grupo gospel Unitá, juntamente com o grupo de dança da Fundação Municipal de Cultura que apresentou a “Dança das fitas” os responsáveis por animar a quermesse, no final da tarde, a Banda Lyra dos Campos encerrou as apresentações culturais da festa.

O Grupo Folclórico “Galpão Nativo” juntamente com o “Trio Horizontino”, do bairro de Uvaranas, foram os responsáveis por animar a quermesse em 2004. Em 2010, a festa contou com as apresentações da Fanfarra do Colégio Estadual José Elias da Rocha e da Banda “Ministério Vocare”, entre outras apresentações culturais proporcionadas pela Fundação Municipal de Cultura.

Em 2012, foi à vez das bandas “NCJ” e “JP2” animarem os participantes da quermesse. Esses diversos grupos sempre revezam as apresentações com a “Banda Divinus”, criada pela filha de D. Lídia Hoffmann, Amanda Hoffmann Chaves, com o objetivo de tocar e cantar músicas religiosas e para animar as quermesses.

No meio da tarde realizavam-se o leilão e o bingo beneficente, ambos comandados por Lídia Hoffmann. Ela era a responsável por “provocar” as pessoas em busca de um melhor lance no leilão e por “gritar” as pedras do bingo, subia no palco montado em frente à Casa do Divino para realizar essas atividades. Os prêmios do bingo e produtos arrematados durante o leilão

---

<sup>7</sup>Idem.

eram doados pelos devotos ou pelos patrocinadores da festa que, dias antes da quermesse ou até mesmo no próprio domingo, levava-os à Casa do Divino.

De acordo com Antônio Freitas, os leilões, os bingos e a queima de rojões eram muito presentes nas festas do Divino.

Leilões de prendas, levantamento do indefectível ‘pau de sebo’ e do ‘mastro’, do Divino com as tradicionais salvas de “roqueira”, queima de rojões e ‘fogueiras’ que a sinonímia indígena converteu em ‘caiera’ finalizando com o insubstituível ‘cateretê’ entre a caipirada, e baile à europeia para os convidados mais grados do festeiro, terminando tudo em, opípara ceia para todos, na ‘casa do império’, e vasta distribuição de gêneros alimentícios aos pobres<sup>8</sup>.

Durante toda a quermesse, a Casa do Divino ficava aberta para os fiéis entrarem e rezarem, mas também para a aquisição de artigos devocionais expostos na “Lojinha do Divino”, pois essa era outra forma de arrecadar fundos para a casa. Nos anos de 2005 e 2006, a quermesse ocorreu em frente à Catedral. Assim, foi montada uma barraquinha na praça para vender esses artigos.

Em 2014, o dia festivo contou com uma novidade: foi sorteada uma viagem nacional entre as pessoas que participavam da festa. Cada participante da quermesse que comprou ou doou algo ganhou um número que, no fim da festa, foi sorteado. Já no ano de 2015, durante a festa, foi lançado o documentário *A virtude da Fé: a devoção ao Divino Espírito Santo em Ponta Grossa*. A partir dessas referências, no dia da quermesse são acrescentados alguns elementos que diferem de um ano para o outro e, dessa forma, essas mudanças e o acréscimo de atrações no desenrolar das quermesses são entendidas como táticas utilizadas pelos festeiros para atrair pessoas para o festejo.

A partir disso, pode-se afirmar que as festas se tornaram elemento importante nas manifestações religiosas, haja vista que nelas, assim como na religião, o indivíduo desaparece no grupo e passa a ser uma expressão do coletivo. Neste instante, são reafirmadas as crenças grupais e as regras de convivência como o respeito mútuo entre os participantes das celebrações que tornaram possível a convivência na sociedade e nesse espaço sagrado. Assim, por meio do objeto festivo é possível perceber e analisar o povo e sua inserção no coletivo.

---

<sup>8</sup>FREITAS, Afonso Antônio de. *Tradições e Reminiscências Paulistana (1868-1930)*. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 169.

Além de revelar a visão de mundo de seus participantes, a festa é também a celebração de sua memória coletiva, pois, segundo Maurice Halbwachs, toda memória individual que não esteja em contínua relação com a memória de um determinado grupo é esquecida. Demonstrando a importância da pertença a uma *comunidade afetiva*<sup>9</sup>, essa contribui no fortalecimento da memória desse grupo.

Tal conjuntura ocorreu com as pessoas em Ponta Grossa quando participam das quermesses dedicadas ao Divino. Tornam-se, portanto, o lugar onde a reconstrução desta comunidade afetiva se torna possível, pois nelas uma multiplicidade de relações era acionada, de maneira simultânea, proporcionando a cada participante, experiências diferenciadas, sobre esse mesmo evento festivo.

Na festividade, percebe-se a maior participação dos devotos, seja através do auxílio na realização das novenas (em preparação para a festa), cuidando da ornamentação do espaço, da limpeza, das barraquinhas da quermesse ou, ainda, como espectador anônimo. Nesse momento festivo, os devotos se reúnem, contribuem para que a homenagem ao Divino – a festa – seja realizada com sucesso, portanto seja boa.

Para Pierre Sanchis, as identidades, sobretudo as religiosas, são vistas como sentido de noção e pertencimento, ou seja, o indivíduo participa de determinada prática religiosa para pertencer e ser reconhecido por um determinado grupo<sup>10</sup>. Por outro lado, Stuart Hall alerta que as identidades são conflitantes e, por vezes, contraditórias<sup>11</sup>.

Assim, se por um lado a festa propicia uma unidade em torno de uma identificação, pois muitas pessoas estão participando da festa para homenagear o Divino, por outro lado ela explicita as diferenças, uma vez que outros indivíduos estão ali com outros propósitos, o de se divertir, por exemplo.

Como começou, a festa termina com uma queima de fogos por volta das 20h00. Gradativamente, parte dos fiéis retornava para suas residências e os que permaneciam no local ajudavam a desmontar as barracas da quermesse, a tirar os enfeites das paredes e desmontar o palco. Liberam a Rua Santos Dumont que volta a ter seu sentido normal: um espaço comercial.

---

<sup>9</sup>HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1993.

<sup>10</sup>SANCHES, Pierre. Tramas Sincréticas da História: sincretismos e modernidades no espaço luso-brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Anpocs, n. 28, 1995.

<sup>11</sup>HALL, Stuart. Identidades Culturais na pós-modernidade. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Ao fim da festa, o devoto do Divino tem a certeza de que o Espírito Santo o acompanha até sua casa, pois a sua parte foi cumprida, ou seja, a festa foi realizada.

### **Referências Bibliográficas**

BECKHAUSER, Frei Alberto. Símbolos Litúrgicos. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 2002.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.

FREITAS, Afonso Antônio de. Tradições e Reminiscências Paulistana (1868-1930). São Paulo: EDUSP, 1985.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1993.

HALL, Stuart. Identidades Culturais na pós-modernidade. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

PETRUSKI, Maura Regina. Julho Chegou e a Festa também... Sant'Anna e suas comemorações na cidade de Ponta Grossa. Tese (Doutorado). Curitiba: UFPR, 2009.

SANCHES, Pierre. Tramas Sincréticas da História: sincretismos e modernidades no espaço luso-brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Anpocs, n. 28, 1995.

SILVA, Marcos. Festa do Divino espera reunir 3 mil pessoas hoje. Jornal Diário dos Campos. Ponta Grossa, 27 e 28 de maio de 2007.



## Festa, culto e trezena a Santo Antônio: mulheres que rezam em família, memória, tradição e identidade

**Simone dos Santos Borges**

Aluna Especial do Mestrado em Cultura e Sociedade

Universidade Federal da Bahia

E-mail: simoneucsal@hotmail.com

**Resumo:** Neste trabalho buscamos *compreender os processos e mecanismos de transmissão da memória religiosa através de mulheres, que rezam a Santo Antonio como herança familiar durante o mês de junho em Salvador – BA*. Realizamos um estudo histórico-antropológico, que nos permitirá compreender e identificar como uma devoção desse tipo transpôs os séculos sendo reinventada por quem a celebra; os elementos que são usados para isso; e, buscar continuidades e rupturas nas formas de fazer e celebrar esta tradição. Utilizamos a metodologia qualitativa, pois nosso objeto de estudo é dotado de subjetividade, que exige a participação dos investigados, na tentativa de *identificarmos quem são essas mulheres, que papéis sociais desempenham, os elementos simbólicos que estão presentes no ritual e que permitem a transmissão deste culto a novas gerações*.

**Palavras-chave:** Mulheres; Reza; Devoção; Tradição; Santo Antonio.

**Résumé:** Dans ce travail, nous cherchons à comprendre les processus et les mécanismes de transmission de la mémoire religieuse par les femmes qui prient à Saint Antoine comme patrimoine familial au cours du mois de Juin à Salvador - BA. Nous avons mené une étude histoire-anthropologique, ce qui nous permettra de comprendre et d'identifier comment une dévotion traduisirent les siècles réinventées par ceux qui célèbrent; les éléments qui sont utilisés à cet effet; et chercher continuités et les ruptures dans les façons de faire et de célébrer cette tradition. Nous avons utilisé une méthodologie qualitative, comme objet d'étude est doté de la subjectivité, ce qui nécessite la participation de l'enquête pour tenter d'identifier qui sont ces femmes, que les rôles sociaux jouent, les éléments symboliques qui sont présents dans le rituel et qui permettent la transmission de cette culte aux nouvelles générations.

**Mots-clés:** Femmes; Prie; Dévotion; Tradition; Saint Antoine.

O presente artigo é fruto do desenrolar de uma pesquisa com o título de “Caminhos da fé: festa e devoção a Santo Antonio. Um estudo dos cultos e trezenas”, na feitura deste trabalho percebemos que as mulheres são protagonistas nesta manifestação religiosa de caráter popular, que tem como principal mecanismo de transmissão da memória, a oralidade, e a observação de ritos, repetidos e re-significados pelas gerações que os representa.

Por isso, é preciso entender como essa transmissão ocorre dentro de um grupo ou comunidade, que signos ou símbolos são necessários para que este processo ocorra, e também, como essa manifestação é construída e representada por aqueles que a significam. Assim, pretendemos identificar quem são essas mulheres, e quais papéis sociais ocupam, questões que tentaremos responder nas sessões deste artigo.

Tendo em vista nosso objeto de estudo, temos nos debruçado sobre o campo teórico da História Cultural, por que compreendemos a “festa, culto e trezena a Santo Antonio” como um

elemento da religiosidade popular dos soteropolitanos. E, escolhemos como método investigativo a etnografia com abordagem qualitativa, pois são “abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade, e que sugerem novas e interessantes maneiras de tirar o máximo proveito das memórias, em benefício da pesquisa histórica e sociológica” (THOMSON, 1997. p. 54).

É possível perceber, também, aproximações entre o método etnográfico e a História Cultural, uma vez que,

Ambas [, história e etnografia,] estudam sociedades que são *outras* que não aquelas que vivemos. [...] [E]m ambos os casos, lida-se com sistemas de representações que diferem para cada membro do grupo, e que, em conjunto, diferem das representações do investigador. [...]. Tudo o que o historiador e o etnógrafo conseguem fazer, e tudo o que se pode pedir-lhes para fazer, é alargar uma experiência particular às dimensões de uma experiência (...) mais geral (LÉVI-STRAUSS 1975: 32 *apud* CAMAROFF, 2010. p. 8,9).

Nesse sentido, as memórias e as histórias produzidas por essas mulheres, que rezam a Santo Antonio, são inteligíveis e próximas a todos nós, tendo em vista que estamos lidando com processos sociais elaborados, classificados, delimitados e construídos a partir de vivências cotidianas próprias dos grupos que celebram esse festejo, mas que não estão dissociadas de outras dinâmicas sociais, por vezes homogeneizadoras e globalizantes.

Para dar conta de realizar esse exercício teórico metodológico de pesquisa histórico-antropológica, entrevistamos quatorze mulheres e um homem, que organizam, realizam ou frequentam “festas, culto e trezenas a Santo Antonio” desde a infância, por influência de suas avós ou mães, ou ainda de alguma vizinha próxima. Elas autorizaram gravar seus depoimentos, os quais foram orientados por um questionário semiestruturado que nos permitiu confirmar hipóteses anteriores a essas entrevistas, ou ainda revê-los.

Das quinze entrevistadas<sup>1</sup>, duas não autorizam uso do nome na pesquisa, e duas, deixaram ao critério daquela que faz a investigação como seriam identificadas neste trabalho, por isso, quando houver necessidade de transcrever as informações que elas apresentaram sobre suas práticas religiosas, serão identificadas como Donas da Noite<sup>2</sup>, diferenciando-as pela idade,

---

<sup>1</sup> Usamos o substantivo no feminino pelo fato de estarmos falando de mulheres e terem sido essas o objeto desse estudo, mesmo tendo contado com a vivência e contribuição de um homem na realização das “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio”, mas que através de seu depoimento confirma o protagonismo dessas mulheres na dinâmica de construção e transmissão desta memória tão presente no imaginário popular.

<sup>2</sup> A escolha do termo deve-se ao material coletado nas entrevistas, o qual as depoentes se referem a dona da casa, onde estão sendo rezadas as trezenas ou tríduos itinerantes como “dona da noite”, pois a cada noite a reza é feita em uma casa diferente, bem como, quando realizada na mesma casa, com uma intenção diferente.

profissão e datas em que os depoimentos foram colhidos, em respeito a autonomia que essas mulheres têm como protagonistas de suas histórias. As demais entrevistadas autorizam o uso de seus nomes, desejo que será mantido.

Vale ressaltar, que uma das depoentes D. Cleonice de Oliveira Ribeiro, costureira, 62 anos, faleceu em 2013, e seu nome e depoimento constam neste trabalho, a partir da autorização de seus familiares, pois se trata da primeira mulher entrevistada a respeito das “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio”, tendo em vista que foi a partir de sua fala, que esse texto começou a ser construído, e pudemos dar voz a outras mulheres, que como todos os sujeitos silenciados pela história oficial, a partir de pesquisas com base na oralidade ganharam vozes e, por isso, estão sendo empoderadas de seus discursos, práticas socioculturais e produção de conhecimento.

### **Caminhos Da Fé: Festa e Devoção a Santo Antonio. Um Breve Resumo Etnografico**

Na história da devoção a Santo Antonio no Brasil a historiografia aponta que ao mesmo foram atribuídas missões militares, casamenteiras, evangelizadoras, no auxílio de colheitas, resoluto em encontrar o que está perdido, defensor e protetor de fiéis em perigo, santo justiceiro, e intercessor entre os fiéis e Deus transmitindo mensagens entre eles, e de acordo com Antonio Vieira (*apud* Mott, 1996) resoluto até na tomada de “bens alheios”.

Mott (1996) ressalta que essas representações, no imaginário popular mudaram, e continua mudando, com o passar dos anos, e que “as representações milagreiras do santo neste campo se reduziram apenas aos pedidos de casamentos feitos por mulheres solteiras”.

Significação que, diante da tentativa de (d)escrever etnograficamente a história dessa tradição, percebemos não ser bem assim, e a imagem de santo protetor, intercessor e resoluto em encontrar o que foi perdido, continua presente na forma como as fiéis e devotas significam Santo Antonio.

D. Valda Cecília Abude Vila Nova, pedagoga, 74 anos, em 23/03/2017, afirma que realizava a trezena em homenagem a Santo Antonio desde sua infância, uma vez que via sua mãe realizar a festa em casa e quando adulta deu continuidade à tradição familiar, em sua história de devoção a mesma nos informa que quando seu filho mais velho, apresentou uma doença nos olhos e quase perdeu a visão. Ela reza a Santo Antonio e pede sua intercessão, e de acordo com a mesma, durante a trezena, ele intercedeu por seu filho, retirando-lhe a moléstia.

Igualmente, D. Maria Assunção Moreira Dias, dona de casa, 83 anos, em 10/03/2017, afirma que hoje reza o tríduo a Santo Antonio para agradecer ao santo por ter intercedido por seu filho, e desfeito um nódulo em sua moleira quando ainda era bebê. Sua devoção começa, também, na infância, quando uma de suas vizinhas pede a seu pai para que ela a acompanhe numa reza na casa de outra vizinha, aos 12 anos, e desde então a mesma continua com sua devoção.

Enquanto a Dona da Noite, 58 anos, pós-graduada em História, em 25/01/2017, diz que seu “casamento veio por intermédio de Santo Antonio, não durou muito, mas veio por intermédio dele”, porém, quando questionada sobre “para que serve fazer uma trezena” a mesma responde:

Depende do objetivo de cada um, eu vou falar de mim. Eh! Eu faço por gratidão, por agradecimento, por queee, eu não falo isso pelo casamento, eu falo isso por outras coisas que eu consegui por intermédio de Santo Antonio.  
- Você vê como sua obrigação de devota?  
Eu não vejo como obrigação, não gosto de fazer nada por obrigação, nem mesmo ir à igreja por obrigação. Eu vou, eu faço por gratidão mesmo, entendeu! É uma maneira de dizer obrigado pelo que você (Santo Antonio) me fez, pelo que você (Santo Antonio) me deu (Dona da Noite, 58 anos, pós-graduada em História, depoimento coletado em 25/01/2017).

Tais depoimentos deixam claro que as mulheres que rezam a trezena, ou suas variações, a Santo Antonio nem sempre estão ocupadas a pedir maridos, trata-se, como elas dizem, do seu momento de agradecer, de um momento de alegria, da lembrança de suas infâncias, e, ainda, confraternizar com suas famílias e amigos.

Outro elemento, que é possível apreender até aqui é que essas mulheres são maioria no construto devocional e na transmissão dessa tradição a seus familiares e membros de suas comunidades, através de um ritual encenado dentro de casa, no terreiro de candomblé, ou ainda na igreja. Festa e culto que pode ser itinerante, variar entre trezenas, tríduo e reza, ser cantada ou lida, mas que demanda sempre de treze atos, como numa peça teatral, em qualquer dos espaços onde é realizada.

Diante disso, é preciso esclarecer como é a organização desse ritual religioso, primeiro explicaremos sobre o fato da festa e culto ser itinerante, significa que ela pode ser feita em treze casas diferente durante as treze noites de reza, que vai de 1º a 13 de junho, culminando em grande festejo regado à procissão, muita comida e bebida, danças, fogueira e folgedos.

Mas, nem todas as devotas realizam uma trezena, de acordo com seus depoimentos trata-se de um ritual muito cansativo, por isso, muitas dão preferência ao tríduo, que é a mesma encenação da trezena, realizada nos dias 11, 12 e 13 de junho, mas somente se o santo permitir<sup>3</sup>. Ainda tem aquelas que preferem fazer apenas a reza, no dia 13 de junho, seguindo os mesmos atos, cânticos, ladainhas e festejos das que fazem a trezena ou o tríduo.

As “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio” rememora a tradição cristã portuguesa, em que os santos são convocados para auxílio dos devotos em suas vidas particulares como protetores, intercessores, ou desde o encontro de objetos perdidos, cura, manutenção da saúde, casamentos ou vingança.

As aproximações com as religiões de matriz africanas, e com a própria dinâmica de inserção do indivíduo negro na sociedade brasileira, também, aparecem nessa pesquisa, através, por exemplo, das comidas servidas após reza, que mesmo não sendo obrigatória, é quase sempre regada por alimentos introduzidos na dieta brasileira com o tempero africano e indígena, uma vez que são servidos mingais (milho, tapioca, mugunzá), lêlê, cuscuz (milho e tapioca) e no último dia de reza o tradicional feijão ou feijoada de Santo Antonio.

Uma manifestação de fé doméstica e íntima admitida por que em dado momento da construção da memória religiosa brasileira, segundo Souza (1986) aqui se admitiu e tolerou o sincretismo, principalmente, quando este servia de pacificador de possíveis rebeliões de populações escravizadas ou oprimidas pela elite católica. Além disso, todos os elementos dos cultos africanos e indígenas, que se incorporaram as práticas de cultos cristãos, estão relacionados à vivência religiosa dos grupos que tiveram a sua fé suplantada para “defenderem” um cristianismo católico a portuguesa.

Elementos que podemos observar nas “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio”, é um ritual religioso que chega até nossos dias através da transmissão da memória e da tradição oral, e nos permite compreender como essas devotas

[...]. Significam seu passado, seu presente e seu futuro. As marcas da oralidade informam os elementos do ritual e as significações coletivas e individuais

---

<sup>3</sup>A escolha de realizar a trezena, o tríduo ou reza varia conforme o acordo que foi celebrado entre a devota e Santo Antonio durante um pedido ou graça alcançada, acordo que só pode ser modificado com a autorização do santo. Como aconteceu com D. Jumeire, 55 anos, que no ato de sua promessa diz ao santo que lhe fará treze dias de homenagens, ao alcançar a graça, e dar início ao pagamento da promessa percebe ser este um ritual muito cansativo e que sempre chegava ao final da festa sem voz, então conversa com Santo Antonio e pede que este lhe dê um sinal, em sonho, ou de alguma forma lhe autorizando a mudar de trezena para tríduo. Pedido que é atendido, e, a mesma completa aproximadamente 13 anos festejando e rezando Santo Antonio.

sobre o ritual [...] e sobre a relação do indivíduo com as potências divinas.  
[...].  
[...] O saber presente na tradição oral é repassado a medida em que as situações são apresentadas na vivência [...].  
[...] Aprendizado falado, escutado e aprendido através do acontecimento (MORAIS, 2010 Acesso em 25/04/2017).

Nesse sentido, as mulheres, protagonistas nessa devoção, normalmente com mais de 30 anos, criam os mais diversos símbolos de transmissão de memória, que vai da repetição do ritual, a escrita de cadernos com a seqüência das rezas e ladainhas. E, junto a elas estão suas filhas e netas que na maioria das vezes dão continuidade a devoção familiar, ou, ainda, são mulheres que aprenderam o fazer da reza com suas vizinhas e seguem rezando em família, e todas aprenderam este fazer em sua infância, com outras mulheres.

### **As Donas da Noite, Fé e Tradição**

“A “Dona da Noite” é assim que chama”, adverte D. Valda Cecília Abude Vila Nova, 74 anos, pedagoga, em depoimento no dia 23/03/2017, sobre as mulheres que abrem suas casas para as “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio”, mulheres que desempenham papéis de protagonismo, e, por vezes, de liderança religiosa nas comunidades em que vivem.

Mulheres de contextos sociais multifacetados, que constroem através da “festa, culto e trezena a Santo Antonio” espaços de sociabilidades, que tem no elemento religioso devoção e fé, mas que ao festejá-lo, estão, também, em um momento de lazer e divertimento, tendo em vista as restrições sociais imputadas às mulheres ao frequentar o espaço público em determinados períodos históricos.

Essas que iniciaram sua devoção ainda na infância viam no elemento religioso a possibilidade de entretenimento, por isso, recordam deste momento com alegria, lembram das brincadeiras, e da espera ansiosa pelos doces, mingais e outras guloseimas ofertadas ao final da reza. Acreditamos, por isso, que “a vizinha” apareceu como a introdutora da devoção a Santo Antonio na vida de pelo menos sete, das quinze mulheres entrevistadas.

Conhecimento iniciado através de cânticos e ladainhas decorados e que eram ensinados assim, até que o processo de escrita é introduzido, com a elaboração de “cadernos feitos a mão”, com zelo e capricho, por aquela que tivesse a letra mais bonita. Os quais foram sendo escritos a partir da geração que avançava na celebração da tradição, e que marcam as múltiplas formas de preservação das memórias, pois, “[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os

processos; ela é um contexto, algo dentro do qual podem ser descritos de forma inteligível – [...]” (GEERTZ, 1989, p. 24).

E diante do contexto da modernidade, os “cadernos feitos a mão” vem sendo substituídos por cópias digitadas, fotocopiadas, encadernadas ou grampeadas, tais cadernos, no século XXI, já podem ser encontrados em sites hospedados na internet, de acordo com Dona da Noite, 35 anos, relações públicas, em depoimento coletado no dia 09/03/2017.

Mas, vale destacar que o grande elemento de transmissão deste culto é a repetição e a observação do ritual, ou seja, a vivência, pois, as mulheres entrevistadas para esse trabalho afirmam que assim aprenderam a fazer a trezena, tríduo ou reza, de ver fazer, de sempre participar, como nos apresenta Dona da Noite, 30 anos, produtora cultural, em 19/04/2017, ao dizer que acredita realizar a trezena a “a 30 anos, a idade que tenho hoje, é o tempo que tenho de reza” tendo em vista que “quando nasci minha avó já rezava e toda família participava, conseqüentemente eu estava lá então quando tomei consciência do que acontecia já estava envolvida e apaixonada pelo santo, pela reza e rituais” (Dona da Noite. 30 anos, produtora cultural, em depoimento no dia 19/04/2017).

Outro elemento a ser destacado na identificação de quem são essas mulheres, foi perceber através de seus depoimentos que elas etnicamente auto declaram-se como negras ou pardas, de classe média ou classe média baixa, e, talvez, por isso, tenhamos dentro dos elementos que significam o ritual das “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio” tantos signos que simbolizam o culto a Ogum na Bahia, tais como as cores utilizadas na preparação do altar predominando, branco e azul, e a oferta da feijoada, comida votiva ao orixá, no dia 13 de junho<sup>4</sup>.

Fenômeno que, talvez, explique o temor de algumas dessas mulheres frente aos cultos neopentecostais e a perseguição, que no dizer delas, é promovido aos fiéis e devotos de culto a santos católicos no cotidiano das práticas religiosas em Salvador-BA, algumas delas demonstram, em seus depoimentos, que a partir da ação evangelizadora desta designação cristã tem ocorrido um esvaziamento das trezenas, tríduos e rezas, inclusive, por que, pessoas que puxavam essas rezas, hoje vem abandonando a prática em função da conversão ao cristianismo neopentecostal que demoniza os cultos a santos católicos.

---

<sup>4</sup> É preciso deixar claro que não compreendemos a partir das falas das mulheres aqui entrevistadas que Santo Antonio é Ogum e vice-versa, pois entendemos esse processo religioso como um fenômeno de hibridismo cultural, no qual ocorre fusão inter-religiosa, a partir de contatos interculturais, em que há “adesão simultânea a vários sistemas de crenças, não só religiosas, [...]” (CANCLINI, Nestor, 2013. p. XXVIII).



Diante disso, é importante destacar sobre a maneira como essas mulheres se relacionam com Santo Antonio, pois descrevem-no como seu amigo e protetor, ou como apresentava D. Cleonice, 62 anos, costureira, em depoimento coletado em agosto de 2011, “na vida eu nem sei descrever, por que desde criança, que eu tenho uma devoção assim separada com Santo Antonio, [...]. (Ele) sempre veio a mim, sempre nos sonhos, ele me mostra as coisas, sempre que eu chamo por ele, ele me socorre”.

Dona da Noite, 50 anos, cientista social, em depoimento no dia 26/01/2017, o personifica ao dizer que ele “é meu compadre, é meu amigo, e (é) essa a relação que eu tenho com Santo Antonio, esse carinho, é esse carinho de amizade [...]. Sabe!” Nesse sentido, Santo Antonio, deixa de estar no plano sobrenatural, personificando-se, numa relação em que é válido qualquer sacrifício para estar com ele, rezar com ele sua trezena, tríduo ou reza, inclusive apresentar atestados médicos falsos ao trabalho, como nos afirma Dona da Noite, 50 anos, cientista social, em 26/01/2017,

Olha tinha uma época que eu brigava até com o trabalho por que eu só conseguia pensar: era treze dias sem querer ir trabalhar, [...]. Hoje eu já estou um pouco mais disciplinada, nesse sentido, mas digamos assim a 16 anos, a 17 anos atrás eu dava um jeitinho arranjava um atestado, [...], por que eu tinha que me dedicar, eram muitas casas para cantar Santo Antonio [...] (Dona da Noite, 50 anos, cientista social, depoimento em 26/01/2017).

Elementos como esse, bem como as variações nas formas de fazer/celebrar Santo Antonio, nos permite entender que essas devotas, tentam conciliar suas obrigações de fé com as demandas da vida moderna, uma vez que ausentar-se do trabalho, ou de suas obrigações cotidianas não é possível, e por isso, elas relatam que não há alteração da rotina durante as “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio”, mas podemos perceber que as demandas cotidianas dessas mulheres implicam em determinar, por exemplo, o horário da reza, que deve ser sempre a noite, pois é o tempo de deslocamento de ônibus do trabalho para casa.

Ainda no que concerne as dinâmicas de transmissão da memória presente na celebração a Santo Antonio, inquirimos essas mulheres sobre a necessidade de deixar esse legado religioso através da constituição de uma herdeira, e, em alguns casos, fica claro que as filhas e netas já estão assumindo esse papel, sem imposição da matriarca, são aqueles casos em que essas meninas/mulheres vêm acompanhando suas mães e avós desde a infância na reza a Santo Antonio em suas casas.

## Considerações

A minha memória está viva (D. Maria Assunção Moreira Dias, 83 anos, dona de casa, em depoimento no dia 10/032017). Tal afirmação nos permite entender que a memória histórica, social, cultural ou identitária de uma pessoa, grupo, comunidade, ou classe social não é estanque, pelo contrário ela, a memória, esta em constante processo de construção e, por isso, é passível de transformar realidades sociais e histórias.

Diante disso, vemos através das mulheres que participam das “festas, cultos e trezenas a Santo Antonio” diversas possibilidades de compreensão da história dessa devoção e, por sua vez da história religiosa dos brasileiros. Através desta manifestação religiosa popular compreendemos as várias nuances, e percursos das mulheres nesse processo de construção de sua identidade religiosa, que em vários momentos históricos precisou hibridar-se para manter-se viva, como disse nossa depoente no início desta consideração.

O dialogo teórico-prático, que, realizamos nesta pesquisa, nos permitiu perceber que tais mulheres representam uma parcela importante da formação sociocultural brasileira, que com suas praticas religiosas e familiares compreendemos os diversos papéis históricos ocupados por mulheres, como protagonistas, nas esferas sociais em que atuam e preocupadas em preservar e transmitir o conhecimento que produzem, seja por repetição, observação ou oralidade.

Outro elemento possível de perceber no diálogo entre teoria e prática, é que essas mulheres vêem seu protagonismo religioso ameaçado, por uma outra pratica religiosa, e que precisa ser melhor estudada, estamos falando da dinâmica evangelizadora das religiões neopentecostais, que segundo as devotas de Santo Antonio, esse movimento religioso começa ganhar lugar no imaginário das/os devotas/os, ao ponto de segundo elas, promoverem um esvaziamentos nos cultos domésticos ao santos católicos.

Foi possível, também, perceber que na maioria dos casos de mulheres que aprenderam a prática de fazer a trezena com a avó, o culto já está na quarta geração da mesma família. Organizando e rezando a Santo Antonio, com a transmissão do culto, continuando da mesma maneira, repetição e observação do rito. Mas, não podemos dizer o mesmo dos elementos simbólicos, pois cada uma delas significam esses elementos de acordo com os contextos históricos, sociais culturais e identitários de suas gerações, como vimos no exemplo do “caderno feito a mão” com as rezas e ladainhas do culto.

Também, percebemos que a variação da celebração do festejo, não é apenas por causa do tipo do contrato que o fiel define com o santo – se trezena, tríduo ou reza – pois na dinâmica das sociedades modernas e capitalistas, um indivíduo não tem como se ausentar 13 dias dos postos de trabalho para manter-se em prática religiosa, assim, muitas mulheres que frequentam as festas acabam dando preferência ao tríduo. É um processo de adaptação da vida religiosa as demandas de quem vive nas grandes cidades, em que o tempo é acelerado, progressivo e linear, e muito difere do tempo religioso.

Essas são questões que ainda precisam ser melhor trabalhadas por historiadores e cientistas sociais, pois uma pesquisa dessa natureza nos oferece muitas possibilidades de análises, os quais são impossíveis de contemplar em um único artigo, ficando aqui a abertura de dialogo com novas potencialidades acadêmicas na produção de um saber que se pretende histórico e antropológico.

#### **Referências:**

- CAMAROFF, Jean e John. Etnografia e imaginação histórica. Revista Proa, nº02, vol.01, 2010. <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. Disponível em < <file:///C:/Users/SIMONE/Downloads/2360-6540-1-SM.pdf> > Acesso em: 30/04/2017.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP. 2013.
- CHARTIER, Roger. Introdução. In: A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988. p. 19-28.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: editora Guanabara. 1989. p. 14-41.
- MORAIS. Marluce Lima de. Tempo, memória e tradição oral. Disponível em < <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/639/550> > Acesso em: 25/04/2017.
- MOTT, Luis. Santo Antonio, o divino capitão do mato. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p. 110-135.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira. 2ª ed – São Paulo: Sele Negro. 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e. Religiosidade popular na colônia. In: O diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras. 1986. p. 86-150.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a mem6ria: Quest6es sobre a rela76o entre a Hist6ria Oral e a mem6ria. Proj. Hist6ria, S6o Paulo, (15) abr. 1997. p. 51-84. Dispon6vel em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11216/8224> > Acesso em 20/04/2017.

WERLE, Fl6via Obino C6rrea. Genealogia feminina: di6logo silencioso entre gera76es. Hist. Educ. [Online] Porto Alegre v. 18 n. 43 Maio/ago. 2014 p. 127-143. Dispon6vel em < <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/08.pdf> > Acesso em 21/04/2017.

VAINFAS. Ronaldo. Santo Antonio na Am6rica Portuguesa. Religiosidade e Pol6tica. REVISTA USP, S6o Paulo, n.57, p. 28-37, mar76o/maio 2003. p. 28-37. Dispon6vel em < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/33831/36564> > Acesso em 25/04/2017.

## Paisagens religiosas: um estudo sobre as manifestações do congado em Estrela do Sul – MG

**André Luiz Borges de Ávila**

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal de Uberlândia -MG  
Email: andre.luiz.avila@hotmail.com

**Resumo:** Na perspectiva apresentada pelo tema das manifestações do Congado que se realizam na Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e na Igreja de Santa Rita em Estrela do Sul – MG, torna-se salutar e de fundamental importância a associação e o diálogo sobre os termos memória e patrimônio, tecendo essas relações com a percepção dos lugares e os bens Culturais inseridos da paisagem religiosa.

**Palavras Chave:** Congado; Estrela do Sul; Patrimônio Cultural; Paisagem Religiosa.

**Resumen:** En la perspectiva presentada por el tema de las manifestaciones del Congo que se realizan en la Capilla de Nuestra Señora del Rosario y San Benito y en la Iglesia de Santa Rita en Estrela do Sul - MG, se vuelve saludable y de fundamental importancia la asociación y el diálogo sobre los términos memoria y patrimonio, tejiendo esas relaciones con la percepción de los lugares y los bienes culturales insertados del paisaje religioso.

**Palabras Clave:** Congado; Estrela do Sul; Patrimonio cultural; Paisaje Religioso.

### **Natureza e cultura: Paisagem Religiosa**

No presente estudo, considera-se a cidade de Estrela do Sul<sup>1</sup> como espaço urbano analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas (CORREA, 2004) presentes na forma urbana relacionados com o ambiente natural, numa possibilidade de análise que considera como forma espacial esses conjuntos com a estrutura social, processos e funções urbanas. Nessas relações, os espaços religiosos surgem como materialidades dessas dinâmicas. Como suporte físico, o meio natural apresenta-se como um dos agentes principais na configuração da paisagem cultural. A premissa que se tem dessa interação, é de que são grandes e variadas as possibilidades dos arranjos espaciais, que são condicionados fundamentalmente pela intensidade e qualidade da intervenção humana no espaço e de sua influência nas manifestações dela decorrentes (TORELLY, 2008). A paisagem então, não participa apenas como suporte, mas como parte existente, integrante e testemunha dessa dinâmica cultural que se ajusta e se remodela no tempo.

---

<sup>1</sup> Estrela do Sul – MG têm fundação atribuída em 1722 pelo bandeirante João Leite da Silva Ortiz, genro de Anhangüera. A cidade possui um legado histórico cultural de extrema relevância na região do Triângulo Mineiro. Sua iniciação como aglomerado social, se deu pela exploração de garimpos aluvionares, o que lhe conferiu importância e protagonismo econômico na região, porém afetando intensamente seu cenário urbano-ambiental. Entretanto com a descoberta das jazidas africanas, a cidade passou por um processo de estagnação econômica, com atividades baseadas principalmente na agropecuária. Situa-se na região do Triângulo Mineiro.

Os templos e os espaços religiosos evocam nos indivíduos e nos grupos, sentimento de pertencimento permitindo-lhes a experiência com o sagrado, a manutenção dos valores, sejam sociais ou religiosos, e através das paisagens em que estão inseridas, conectam a memória individual ao do grupo, facilitando sua perpetuação. Essas identidades religiosas podem ser entendidas na concepção de Filho (GIL FILHO, 2008):

O desenvolvimento da identidade religiosa está condicionado a uma determinada temporalidade e espacialidade e perpassa o reconhecimento institucional da religião. Já a ideia de pertença permite um reconhecimento não necessariamente institucional da opção religiosa. A identidade religiosa refere-se a uma imagem institucional necessária e demonstra a materialidade da religião e a representação pela qual o indivíduo e o grupo se identificam. Todavia, ao destacarmos a identidade religiosa, também estamos diante de uma construção que remete à materialidade histórica, à memória coletiva, à espacialidade da própria revelação religiosa processada em determinada cultura.

O território é também, assim como a identidade, configurado por processos e apresenta múltiplas dinâmicas ao longo do tempo. Os símbolos estão, pois, calcados nesses referências materiais, e paralelamente fazem parte do imaginário (CASTORIADIS, 1995). Esse poder simbólico que permite a construção das identidades deve considerar o espaço, pois nele se concretiza a identidade cultural. No mesmo sentido, Cosgrove (2004) destaca que “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”. Introduzindo o tema da religião na paisagem, utilizamos da afirmativa de Rosendahl (2001, p.27), de que “o impacto da religião na paisagem não está limitado somente às características visíveis”, citando como exemplo os locais de culto, apesar destes se mostrarem mais claramente nas formas e funções religiosas, mas também na experiência da fé.

Nessa perspectiva, a paisagem religiosa, se apresenta além da materialidade produzida pela religião, pois seu significado emerge a partir de suas representações e de suas tradições. Utiliza-se desse conceito, pois a paisagem religiosa configura uma expressão, através da simbiose entre os bens culturais e os símbolos e práticas religiosas, exercendo uma demarcação no lugar, traduzindo os valores e as crenças. As percepções e memórias vivenciadas, construídas e compartilhadas no grupo são também elementos de compreensão da espacialidade religiosa.

Torna-se necessário que uma futura análise sobre a materialidade e da ambiência dos espaços desses bens culturais sejam discutidas através de trabalhos posteriores a esse, uma vez que os templos catalisam uma rede de manifestações culturais diversas.

### **Tradição e fé: o rito do Congado em Estrela do Sul**

Na análise a que se propõe este estudo, a festa do Congado em Estrela do Sul, adquire uma dimensão sócio-cultural, resultante das práticas e das simbologias que carrega, transformando a paisagem em que é inserida.

Congado: sistema religioso que se institui entre os sistemas religiosos cristãos e africanos, de origem banto, através do qual a devoção a certos santos católicos é exercida por meio de performances rituais de estilo africano. “Surge assim, o sincretismo religioso, como forma de manter os cultos de suas divindades agora representadas por nomes de santos portugueses, camuflando a permanência dos rituais religiosos de origem”. (GÓIS, 2008)

Em Minas Gerais, a propaganda difundida pelo Concílio de Trento, era a de incentivar a difusão das Irmandades do Rosário, mantendo a devoção aos santos católicos, agora transmutados pelo sincretismo. As novas espacialidades e relações de poder que os núcleos mineradores formavam e construíam configuravam-se como um lugar de intensa movimentação, onde se realizavam as trocas comerciais, agindo como suporte às necessidades de produção. Nessa interação a inserção do catecismo católico concretizava-se. Fato é que em Estrela do Sul não há registros oficiais de Irmandades do Rosário, mas não impediu que as manifestações religiosas praticadas por elas florescessem na cidade.

O Congado possui uma estrutura hierárquica<sup>2</sup> que simboliza as reminiscências e organização social das sociedades africanas, que remete ao papel e função do poder dessas sociedades, à ligação e à mediação entre a comunidade, os ancestrais e as divindades (MARTINS, 2002).

A lenda<sup>3</sup> presente no imaginário popular dos grupos de Congado culminam para uma origem em comum. Através do mito de origem que permeia a festa, os membros reforçam as relações do grupo, denunciam as relações raciais no espaço geográfico por meio de símbolos

---

<sup>2</sup>A celebração do Congado ocorre por meio de uma estrutura simbólica e litúrgica complexa. Utiliza-se em sua composição partes, conjuntos e/ou grupos distintos: terno, reinado e congado.

<sup>3</sup> Para esse assunto consultar: MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela; ARBAX, Marcia (Orgs.). Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.



ancestrais e memória de lugares, utilizando a festa ainda, como expressão de enfrentamento a sociedade que o discrimina e exclui e adaptação às transformações sócio-culturais.

A manifestação do Congado em Estrela do Sul, influenciada pelas dinâmicas culturais e religiosas, pode ser percebida em 3 momentos distintos:

1º- século XIX até a década de 1940;

2º- década de 1940 até final do século XX;

3º- início do século XXI aos dias atuais;

O primeiro momento tem sua origem na população africana que foram trazidos para o trabalho escravo que, juntamente com habitantes locais e oriundos de outras partes, dedicaram-se também à extração de pedras preciosas nas minas da cidade no início do século XIX. Em Estrela do Sul, o garimpo era predominantemente artesanal durante o período de exploração. Não havia maquinários, nem regras ou regulamentos específicos de mineração. O trabalho de mineração era, mesmo em meio à aparente desordem, onde se estabeleciam os mais variados vínculos entre diferentes culturas e com a natureza. O Código de Posturas da Bagagem (1870) já evidenciava as manifestações culturais de sincretismo religioso, estabelecendo aos escravos no “Art.146. São permitidos os quimbetes<sup>4</sup>, ou reinados, que costumão fazer os escravos, acompanhando os juizes-mores das Irmandades do Rozario e S. Benedicto, comtanto que não seja de noite (pag.37)”.

A capela que atualmente recebe os grupos de congado localiza-se no Distrito de Santa Rita da Estrela, construída em 1870 sendo a entronização consagrada a São Benedito (remanescente) posicionando-se na paisagem margeando o Rio Bagagem. Segundo o livro de Tombo (1916, folha nº40) a entronização original era Capela de São Benedito sendo associado à Nossa Senhora do Rosário posteriormente.

---

<sup>4</sup>s. m. (ê )(Bras., Minas Gerais) Espécie de batuque ou dança de negros. Ex.: “— Isto é o tatu, isto é a saramba, isto é o quimbete, isto é a tirana,... isto é... o corta-jaca, o fandango, o sarrabalho?” (Martins Fontes, *A Dança*, p. 90.)



**Imagem 01:** Congadeiros e Procissão na Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Observa-se as imagens em andores, a presença de elementos litúrgicos católicos (corinhas e cruzeiros). As figuras do Rei e Rainha Congo apresentam-se posicionados em frente aos andores. Fonte: acervo Museu Municipal de Estrela do Sul, sem data.

O trajeto do cortejo de hoje é distinto do que ocorria no século XIX. Da Capela partem duas ruas laterais, que após projeto de requalificação proposto pela administração local para a Praça do Rosário, ganharam contornos mais demarcados, mantendo o traçado original. Uma das ruas, de nome Rua Dois, chegava, nos tempos da mineração, a transpor o Rio Bagagem pela Ponte da Liberdade, também com construção atribuída aos escravos. Os caminhos que os grupos de Congado se utilizam para a representação do rito, são os vestígios e traços culturais e simbólicos ainda preservados no traçado urbano. Os trajetos auxiliares, ou seja, aqueles que configuram o cortejo dos festeiros Rei e Rainha Congo, modifica-se ao longo do tempo.

No *Anuário<sup>5</sup> da Bagagem<sup>6</sup> (1849 a 1922)*, encontra-se uma nota sobre a construção da Ponte da Liberdade. Essa informação foi posteriormente transcrita no *Jornal Revista do*

<sup>5</sup>s. m.l. Publicação anual que registra informações sobre um ou vários ramos de atividade, tais como ciências, artes, literatura, profissões, economia etc.

<sup>6</sup>O Nome “Bagagem”, foi dado ao rio e ao povoado que surgiu no século XIX e sugere o fato de, os aventureiros que chegavam e não tendo onde ficar depositavam seus pertences guardados em um determinado local. O nome esteve presente também quando ainda “Distrito de Paz no Arraial da Bagagem”, pertencente à Comarca de Patrocínio, pela Lei Nº575 de 04 de maio de 1852 e na denominação “Diamantino da Bagagem”, distrito criado pela Lei Provincial nº 667, de 27 de abril de 1854.

*Sesquicentenário* (2006), organizado por Mário Lúcio Rosa<sup>7</sup>. Segue a transcrição do Jornal Revista:

Em comemoração à Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, o Major José Theodoro Moreira, dois anos depois, construiu no Joaquim Antônio, uma ponte de madeira que une as duas partes do conglomerado, bem acima da Pinguela dos Inocentes. Para abrilhantar a inauguração, o Major passou carta de alforria a seus escravos Cambinda, Floriana, Rosária, Claudina e Adão, filho desta. Na ocasião, festejou-se com brilhantismo o Divino Espírito Santo, havendo missa cantada, procissão, sermão, música, teatro, congados e moçambiques. A obra batizada de Ponte da Liberdade, têm um tráfego intenso e as solenes procissões de Santa Rita e de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito cruzam por ela nas festas religiosas.

Observa-se que o culto origina-se apropriando-se dos espaços urbanos, acontecendo entre as ruas da cidade de forma fluida, permitindo a identificação dos grupos, recriando trajetos, visitando espaços simbólicos para os ancestrais e para o presente. Essa primeira forma de manifestação foi perdendo-se com o tempo, provavelmente com a criação das leis de libertação escrava e a consequente dispersão dos indivíduos que realizavam a festa, mudanças de hábitos e/ou de localidades. Esses locais evocam memórias e fortalecem o vínculo com o lugar, interligando regiões e áreas com sintonias sócio-culturais semelhantes.

O segundo momento da festa do Congado acontece com a chegada de famílias da região norte de Minas Gerais, das cidades de Resende Costa e São Francisco de Oliveira aproximadamente na década de 1940. Destaca-se entre essas famílias, a de Luiz Bernardo fundador do terno de Congado e de Folia de Reis, sendo seu filho Joaquim Luiz Bernardes<sup>8</sup> o posterior capitão. Em entrevista<sup>9</sup> com suas filhas Maria Auxiliadora<sup>10</sup> e Maria Aparecida<sup>11</sup>, pode-se identificar essa introdução de novos ritos religiosos na cidade, na fala de Maria Auxiliadora. No depoimento, Maria Auxiliadora nos dá informações peculiares sobre o rito.

---

<sup>7</sup>Mário Lúcio Rosa nasceu em Araguari-MG no dia 26 de julho de 1957, é formado em Letras e historiador e memorialista por vocação. Personalidade responsável por inúmeras ações de preservação e valorização do patrimônio cultural de Estrela do Sul atualmente preside o Movimento de Resgate da Identidade Cultural de Estrela do Sul.

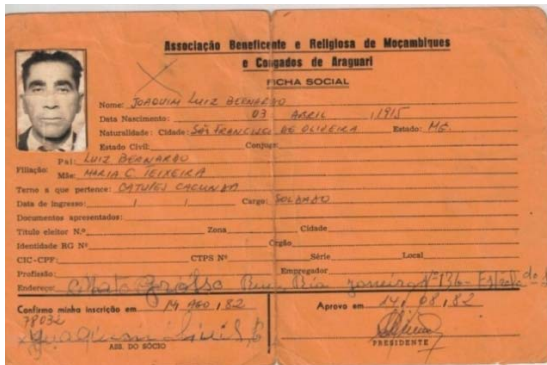
<sup>8</sup>Joaquim Luiz Bernardes era filho de Luiz Bernardo e Maria Gervácia. Nasceu em São Francisco de Paula (MG) no dia 21 de maio de 1917. Era agricultor e posteriormente trabalhou na Prefeitura Municipal. Além de ter a responsabilidade de perpetuar as manifestações do Congado, dedicou-se também a realização de festas tradicionais como Folia de Reis e Judas, iniciada na década de 1960, todas com a ajuda de Wantuil José de Paiva. Faleceu no dia 16 de julho de 1988.

<sup>9</sup>Entrevista realizada na residência de Maria Auxiliadora Bernardes Cortes, residente na Rua São Paulo, número 156, bairro Mato Grosso, Estrela do Sul-MG, no dia 21 de dezembro de 2016.

<sup>10</sup>Maria Auxiliadora Bernardes Cortes, filha de Joaquim Luiz Bernardes, nasceu em 29 de dezembro de 1950, trabalha com serviços gerais e festeira das festas de Congado e Folia de Reis.

<sup>11</sup>Maria Aparecida Bernardes da Silva, filha de Joaquim Luiz Bernardes, nasceu em 14 de julho de 1955, trabalha com serviços gerais e festeira das festas de Congado e Folia de Reis.

Esclarece que seu avô fundou um novo grupo de congo em Estrela do Sul, o Catupé<sup>12</sup> Cacunda<sup>13</sup>, ficando a cargo de seu pai Joaquim Luiz Bernardes a responsabilidade da festa após sua morte. Essas reminiscências são observadas também quando a festa propiciava interações na cidade de origem e essas tradições culturais são transferidas para Estrela do Sul, numa tentativa de manter as memórias sobre o congo original do século XIX.



(a)

(b)

Conjunto de imagens 02:

- (a) Ficha da Associação Beneficente e Religiosa de Moçambiques e Congados de Araguari de Joaquim Luiz Bernardes. A ficha confirma a existência das associações de congado na região reforçando os laços e interações. Foi para a cidade de Araguari que Chico Mané, um dos únicos integrantes do grupo de Catupé Cacunda de Estrela do Sul foi fixar residência e responsável pela reunião dos integrantes para realizar a festa do Congado. Fonte: acervo particular Maria Auxiliadora Bernardes Cortes. 1982.
- (b) Terno de Congo Catupé Cacunda no adro da Igreja de Santa Rita de Cássia. Todos os integrantes apresentam indumentárias compondo um conjunto de camisa, calça e chapéus, que, junto com os instrumentos, caracterizam os elementos típicos de catupés. O estandarte com o santo é levado por um integrante e os reis Congo, as coroas repousadas em pratos. Fonte: acervo particular Maria Auxiliadora Bernardes Cortes. Final da década de 1970.

O terceiro momento, atual, relaciona-se com os arranjos produzidos pelas tradições e religiosidades distintas com as novas formas de organização da festa, o convite aos grupos de cidades vizinhas e o reconhecimento pelas instituições de proteção patrimonial. Esse momento

<sup>12</sup>Catupé possui etimologia segundo Nei Lopes, var. de *catopê*, voc. de provável orig. banta, significando uma variedade de congo com importância ímpar comparável a dos Moçambiques, pois eles têm uma relação com o povo da terra, no caso os índios. Tem como responsabilidades, guiar o Reinado do Congado se no momento faltar um Moçambique (o responsável principal). As indumentárias dos Catupés são azuis bebê e/ou rosa bebê, presentes em uniformes compostos de calças e camisas, completados por chapéus e capas com estandartes sempre da mesma cor padrão do terno.

<sup>13</sup>O nome do Catupé Cacunda, não leva, pois, um santo de devoção, e sim uma expressão de passo de dança de origem africana “eles batiam costa com costa na hora da dança, “cacunda” com “cacunda”. Corcunda, corcova, costas. ”Assim é o mundo! Uns selados e outros cacundos”. Provérbio nordestino. Memória das palavras / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006/

é marcado pela nova hierarquia dos grupos e a escolha dos novos reis Congo, com o rito sendo transferido para novos festeiros.

A importância da fé e da religião fica presente na entrevista<sup>14</sup> de Elaine Rosa<sup>15</sup> que, juntamente com Márcio Pereira Rosa<sup>16</sup>, foram coroados os atuais Rei e Rainha Congo de Estrela do Sul. Observa-se na fala da Rainha Conga Elaine elementos que remetem à religiosidade e ao sagrado, as iconografias das vestimentas, a organização e a transformação da festa. Após a família Bernardes ter passado a coroa para os avós de Elaine, o terno ficou sob responsabilidade de Chico Mané, morador de Estrela do Sul, que posteriormente mudou-se para Araguari-MG. Com a dispersão dos dançadores do congado, Chico conseguiu reunir todos os anos na cidade de Araguari um grupo de dançadores e instrumentistas que somam-se aos poucos ainda presentes em Estrela do Sul, criando um grupo temporário que oficializa o Catupé Cacunda. Essa reunião pode ser interpretada como uma prática cultural que materializam uma interação de formas simbólicas, de experiências da fé e da tradição. Essa contribuição reforça e reafirma as identidades dos grupos presentes nesse cotidiano do ser religioso e fortalece os laços regionais.

O Congado na cidade foi registrado no Livro de Tombo da Igreja Matriz aberto em 1916. O registro mais antigo inscrito no livro data de 1939 (pag. 29) somando duas anotações, ambas no mês de outubro. Interessante notar que pelo registro, a imagem de Nossa Senhora do Rosário era, até então, entronizada na capela de mesmo nome no Joaquim Antônio e a imagem de São Benedito na Capela da Imaculada Conceição no bairro Bagaginha. Essa entronização não era a original, tal fato era referente à necessidade de reforma e manutenção no templo religioso, realizando-se a festa na Capela de Santa Rita:

1 de outubro – Festa de São Benedito na Capella de Estrella do Sul / Bagaginha. A capella deve ser reconstruída. Havia muito respeito.  
29 de outubro – Festa de Nossa Senhora do Rosário em Joaquim Antônio (12 comum.). Mandei pôr os bancos dessa Capella na Capella de Santa Rita e fazer uma reformação.

Os templos religiosos configuram-se como testemunhos de uma temporalidade, historicidade e memória, agindo como sinais e pontos que permitem o acesso ao passado,

---

<sup>14</sup>Entrevista realizada na residência de Elaine Rosa, residente na Rua de Pedestres, número 94, bairro Mato Grosso, Estrela do Sul-MG, no dia 21 de dezembro de 2016.

<sup>15</sup>Elaine Rosa é doméstica e festeira da festa de Congado. Herdou a coroa de Rainha Conga após pedido do avô.

<sup>16</sup>Márcio Pereira Rosa é mecânico e festeiro da festa de Congado. Possuem em seu acervo as coroas que compõem a indumentária e as que participam do cortejo. Os grupos de moçambiques, no dia da festa, a buscam em sua residência e realizam o cortejo até os espaços de manifestação da festa.



fomentam ritos, práticas e objetos em materialidades da experiência humana construída na e sobre as paisagens. A Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Igreja de Santa Rita se articulam, além de outras práticas culturais e de religiosidade, como referenciais, elementos estruturadores do percurso e para as representações do rito do Congado, revelando-se como eixos que congregam o espaço construído da religião presente na paisagem.

A capela encontra-se abandonada por cerca de 20 anos, o que não impede seu uso nos dias de festa do Congado. Durante o período da festa, promove-se limpeza e caiação das alvenarias externas, bem como pintura de esquadrias e ornamentos. A importância que ela representa para os grupos alinha-se com os valores definidos por Grabar (1988), que ao discorrer sobre o espaço da religião, representa-a pela imbricação de três valores solidários entre si:

- (a) O espiritual, que congrega os significados místicos e éticos atávicos da religião que simbolicamente se refletem em forma, imagem e prática social;
- (b) O cultural, que emerge das práticas sociais e dos costumes, conferindo o seu caráter de representação. Remete a consciência do seu passado e situação geográfica;
- (c) O estético, que é a forma de expressão e imagem inspirada em valores religiosos e que possuem uma diversidade devido ao contexto histórico do lugar.

Em entrevista<sup>17</sup>, o memorialista Mário Lúcio Rosa, que após alguns anos fora da cidade, retorna e traça um breve resgate sobre famílias responsáveis pelos festejos do Congado reunidos no documentário<sup>18</sup> “Matarum de Orongoia”.

O Congado é registrado no meio do vídeo, iniciando a seção do vídeo documentário onde se apresenta o patrimônio cultural imaterial da cidade. Nas imagens pode-se observar o cortejo aos santos padroeiros, a travessia da Ponte Quebrada, evidenciando o sincretismo religioso quando o congadeiro canta e dança a santa católica e as divindades africanas onde fragmentos afro religiosos são observados, com o grupo andando de costas, um pedido licença à passagem do cortejo às divindades africanas das águas, Oxum, “as nanãs das águas africanas, Zâmbi, o supremo Deus banto, os antepassados e toda a sofisticada gnosis africana resultado de

---

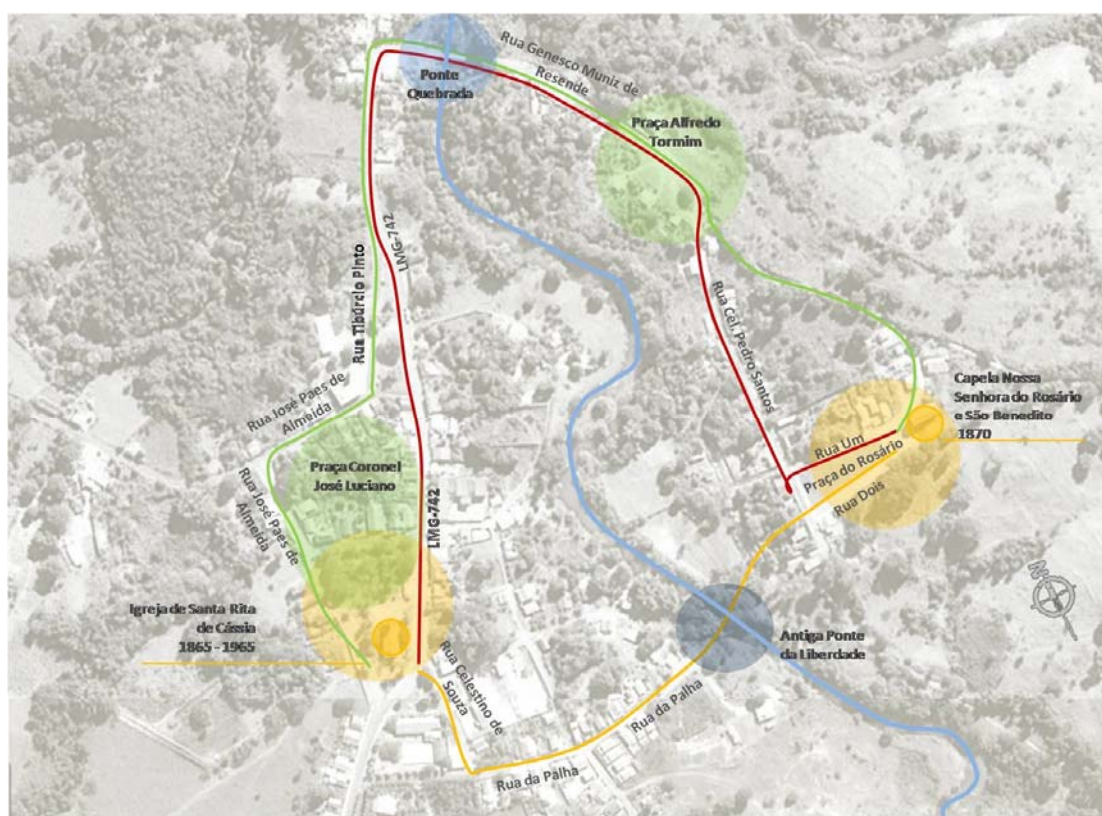
<sup>17</sup>Entrevista realizada com Mário Lúcio Rosa, através de contato por e-mail em Estrela do Sul-MG, no dia 21 de dezembro de 2016.

<sup>18</sup>O Vídeo documentário foi gravado no ano de 1987, com produção do Movimento Cultural Preserv / Ação e do Grupo Teatral Sensala, ambos com direção de Mário Lúcio Rosa, pesquisa realizada por Pedro Divino Rosa e direção de vídeo de Almir Antônio Rosa, caracterizando o que se conhece na cidade como “Irmãos Rosa”. Fazia parte de um movimento cultural e artístico iniciado no ano de 1984, com a criação da Casa da Cultura, numa parceria com grupos estudantis.

uma filosofia telúrica que reconhece na natureza uma certa medida do humano...” (MARTINS, 2002).

A ambiência do caminho principal se faz por entre ruas com presença de bens arquitetônicos de estilo tradicional, eclético e moderno, além de casas simples e discretas, sendo esses conjuntos urbanos emoldurados por morros e cortados pelo Rio Bagagem. Os trajetos que se fazem das casas dos festeiros para os templos religiosos, acontecem nas adjacências do bairro e modificam-se conforme os festeiros são modificados.

Esses lugares permitem acessar a memória e caracterizam a ambiência das capelas e suas paisagens transformadas e de entorno. Esses elementos da paisagem religiosa, ao serem experienciados, formam redes culturais fragmentadas e articuladas inseridas na estrutura da religião sincrética e na morfologia urbana da cidade. Há, pois, uma transição da espacialidade no nível das percepções para a espacialidade das representações no lugar.



**Imagem 03:** Detalhe do caminho percorrido pelos grupos de Congado entre a Igreja Santa Rita de Cássia e a Capela Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (ambas em destaque laranja). A linha vermelha indica o cortejo para buscar as imagens partindo da Igreja de Santa Rita. A linha verde indica a procissão e cortejo das imagens saindo da Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A linha azul indica o Rio Bagagem, a linha laranja indica o trajeto pela antiga Ponte da Liberdade. Fonte: Software Google Earth (adaptado pelo autor), 2016.





**Imagem 04:** Panorâmica Praça do Rosário e adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Fonte: autor, 2017.



(a)



(b)



(c)

Conjunto de imagens 05. :

- (a) Andor de São Benedito levado por fiéis e ternos de Congos Santa Efigênia e Marujeiros (Catalão) na Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: acervo particular Alexandre Galante, 2015;
- (b) Manifestação dos ternos de Congo Santa Efigênia (Catalão) no adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Fonte: acervo particular Alexandre Galante, 2015;
- (c) Manifestação dos ternos de Congo Catupé Santa Efigênia (Catalão) no adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Observa-se a forte presença de fitas nas indumentárias, outra característica dos catupés na composição dos uniformes. Fonte: acervo particular Alexandre Galante, 2015.

Para que a proteção de um patrimônio cultural se cumpra efetivamente, torna-se necessário que as ações de proteção sejam precedidas por ações de identificação e registro. Tais práticas viabilizam a reapropriação simbólica e, em muitos casos, fomentam meios de preservação. No caso das manifestações de cultural imaterial, sejam festas, danças, celebrações, mais importa para os grupos sociais assegurar a continuidade de um processo de reprodução e o respeito a valores como o do ritual religioso, por exemplo, do que a proteção física do bem. Todavia, os bens materiais servem como elementos que propiciam vivências dos ritos das manifestações, evocam memórias, resignificam e inter-relaciona o homem com o lugar. Os templos religiosos da cidade, a Capela Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Igreja Santa Rita de Cássia, locais de manifestação do Congado, compõem o acervo dos bens culturais

de Estrela do Sul, sendo protegidos pela Lei de Proteção do Patrimônio Cultural nº581/97 de 25 de Agosto de 1997.



(a)



(b)

Conjunto de imagens 06: Grupos de Congo. Fonte: Acervo particular Flávio Barros In.: Documentação Fotográfica do Relatório de Atividades Culturais, 2006.

- (a) Encontro dos Congos Azul e Rosa (Araguari) na escadaria da Igreja Santa Rita de Cássia. Nota-se que a maioria dos grupos possuem com adornos chapéus;
- (b) Saída em Procissão dos Congos Azul, Rosa e Ouro (Araguari). O andor com São Benedito pode ser observado em segundo plano a esquerda com grupos de cores predominantemente amarelas (relacionadas ao santo);

### Considerações finais

A festa do Congado em Estrela do Sul se caracteriza pela recriação de memórias, sejam culturais, sociais, simbólicas ou religiosas, numa constante transmissão entre as gerações por meio de falas, cantos, danças, indumentárias, ritos e diferentes movimentos que se entrecruzam e complementam-se. Essas memórias, de rituais, de simbologias, de etnias, sociais, configuram-se como coleção de figuras mentais que o tempo adiciona outros valores, buscando no passado reconhecer o tempo presente. A memória é vista como construção social e é parte necessária para constituição e reforço da identidade.

Observa-se que o Congado, um patrimônio imaterial dinâmico está entrelaçado ao imaginário popular, à tradição oral, seus mitos, crenças e interpretações, reforçado pela constante formação do grupo do terno de Congo Catupé Cacunda, através de portadores das memórias, dos ritos e da tradição da festa, que movimentam-se pelo território, apoiados pelos espaços sagrados de manifestação que fornecem as premissas de reconhecimento e transmissão do sentido identitário, vitalizam as imagens e lembranças.

Como referência desse estudo, as heranças culturais do Congado e seus aspectos ritualísticos, torna-se ainda uma contribuição de análise dessas manifestações. Como primeiro

ensaio sobre o tema, espera-se iluminar sua representação e organização social que efetiva-se pela comunidade e sintetiza a simbologia da memória dos grupos e suas variações que, ao buscar evidências históricas e identitárias, sobrevive como reconstrução social e cultural das origens africanas e das tradições adquiridas e remodeladas.

A paisagem religiosa observada como resultante desses processos de recriação social, cultural e simbólica são a espacialização onde o rito de uma memória-história pode ressuscitar lembranças, reavivar imaginações, legitimar identidade e livre para as (re) significações.

### Referências bibliográficas

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. 3. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 418p.

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GIL FILHO, S. F. Espaço sagrado: estudos em geografia da religião. Curitiba: Ibplex, 2008.

GÓIS, Aurino José. O diálogo inter-religioso entre o Cristianismo e as tradições afro-brasileiras. In: AMÂNCIO, Íris Maria da (Org.). África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2008, p. 86-97.

GRABAR, O. O sentido do Sagrado. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, v. 16 n 10, out. 1988, p.27-31.

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela; ARBAX, Marcia (Orgs.). Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p.69-91.

Posturas da Câmara Municipal da Bagagem. Rio de Janeiro, Typographia de A. Goncalves Guimaraes & C.a. 1870.

ROSA, Mário Lúcio. Jornal revista do sesquicentenário. Estrela do Sul: Editora Gráfica Carmelitana, 2006.

ROSENDAHL, Zeny. Diversidade, Religião e Política. In: Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, nº 11-12, 2001. p.27-32

TEIXEIRA, Antônio Dias. Anuário da Bagagem (1849 – 1922). Revisão José Guimarães.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate. In.: Portal Vitruvius. Ano 09, v. 04, novembro de 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc240/mc240.asp>

**Fontes Primárias**

Arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens de Estrela do Sul: Livros de Tombo, 1916, 1937-1971, Nº2 digo 3 1978.

Arquivo Público Museu Municipal de Estrela do Sul.

## A questão religiosa no Pará: um esboço do Periódico Católico a Boa Nova

**Raynara Cintia Coelho Ribeiro**

Mestranda em História Social da Amazônia

Universidade Federal do Pará

E mail: nara\_ribeiro@ymail.com

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar de forma preliminar devido à pesquisa se encontrar em processo de desenvolvimento, o jornal católico *A Boa Nova* que circulou entre 1871 a 1883, na cidade de Belém. Periódico este que era sucessor do jornal *Estrella da manhã*, utilizado por Dom Macedo Costa para alertar os fiéis contra os eventuais inimigos da igreja católica a maçonaria. Almeja-se através deste estudo compreender aspectos relevantes que envolvem desde o papel da imprensa católica até a proporção como estas notícias circularam no período de 1874, buscando por meio desta pesquisa ampliar o olhar sobre as fontes.

**Palavras-chaves:** questão religiosa, maçonaria, igreja e imprensa.

**Abstract:** This article aims to analyze in a preliminary way due to the research being in development process, the Catholic newspaper *A Boa Nova* that circulated between 1871 and 1883, in the city of Belém. This newspaper was the successor of the newspaper *Estrella da manhã*, Used by Dom Macedo Costa to alert the faithful against possible enemies of the Catholic Church to Freemasonry. It is hoped by this study to understand relevant aspects that range from the role of the Catholic press to the extent to which this news circulated in the period of 1874, seeking through this research to broaden the view on the sources.

**Keywords:** religious issue, freemasonry, church and press.

### Introdução

No século XIX o cenário religioso na Província do Pará pautava-se em torno de vários acontecimentos, entre os quais estava, o conflito entre o poder civil e eclesiástico, o florescimento da denominada Questão Religiosa no Brasil, e o estabelecimento das doutrinas romanizadoras, de Dom Macedo Costa, que provocava tensões com a política, em especial o envolvimento dos clérigos nesta, e as crenças populares. Através das fontes percebe-se que a origem da Questão Religiosa se encontra no Rio de Janeiro em 1872, quando o Padre Almeida Martins é suspenso pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda por ter realizado um sermão numa reunião maçônica.<sup>1</sup> Assim, eclode a crise religiosa em Pernambuco com D. Vital, e em seguida ocorre no Pará com D. Macedo Costa, através do lançamento de interditos decretados pelos bispos que ordenaram o banimento de todos os maçons das irmandades e confrarias.

---

<sup>1</sup> HOLANDA, S. B. Do império á República. In: Holanda, Sérgio de (org.). *História geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. São Paulo, DIFEL, 1972.



Nesta perspectiva, o conflito entre os bispos Dom Macedo Costa e Dom Vital contra a maçonaria foi tomando corpo e se desenrolou na imprensa paraense, no qual de um lado estavam os bispos ultramontanos usando jornais católicos como: *Synopsis Ecclesiastica* (1848-1849), *A Estrella do Norte* (1863-1869), *A Boa Nova* (1872-1883), *Estrella D'Alva* (1860-1869) e *A regeneração* (1873-1876) para deferirem seus ataques ferrenhos aos maçons. Por outro lado, estavam os maçons utilizando-se de jornais como: *O Pelicano* (1872-1889), *O filho da viúva* (1873), *A Flamigera* (1873), *O Santo Offício* (1870- 1889) e *O estímulo* (1877) para responder aos ataques sofridos pela imprensa católica, neste contexto nota-se a importância da imprensa no desenvolvimento deste conflito, pelo ele circulou e ganhou dimensões de pauta nacional.

### **A Estrutura do Jornal A Boa Nova**

Criado em 1871 *A Boa Nova* era um jornal que defendia as ideias católicas e tinha como lema ou divisa “Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo santo e amavel” extraída do livro da bíblia “Epístola aos Filipenses”, capítulo 4, versículo 8, além de possuía um formato com as seguintes: dimensões de 53 cm por 37 cm. O jornal tinha uma periodicidade semanal e bissetimaneal, com publicações duas vezes por semanas, as quartas-feiras e aos sábados, de janeiro a dezembro, impresso, inicialmente, na tipografia do largo da Sé, com a primeira edição em circulação no dia 04 de outubro de 1871 e tendo sua última edição no dia 20 de maio de 1883. Com relação a sua assinatura por semestre era 6,000 e por ano 12,000.

De acordo com a Biblioteca Pública do Pará (1985), o periódico tinha como editor Antonio Ferreira Rabello e seus redatores eram os cônegos José Lourenço da Costa Aguiar, Luiz Barroso de Bastos e dr. José de Andrade Pinheiro. Era administrado pelo cônego Clementino José Pinheiro e pelo padre Raimundo Amâncio de Miranda. O periódico apresentava-se bem organizado, possuindo um sumário contendo os assuntos que seriam tratados no transcorrer do jornal, sendo publicado as quartas e aos sábados de cada semana, além de possuir na maior parte de suas páginas uma divisão em três colunas de conteúdo.

Como observa Freitas<sup>2</sup> ao trabalhar com periódicos devemos estar atentos a diversos aspectos como, conhecer o jornal com que vou trabalhar, não apenas de forma superficial, mas buscar entender todo o processo de construção do jornal, pois precisamos olharmos para o

---

<sup>2</sup> FREITAS, Marcus Vinícius de. *Contradições da modernidade: o jornal Aurora Brasileira (1873-1875)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

documento como fonte procurando ir além de uma leitura aparente, atentando para detalhes como: quem assinava cada artigo, qual era a tipografia ou até mesmo quem são seus articulistas.

Neste contexto, cabe ao pesquisador realizar uma investigação mais detalhada do próprio jornal, em termos de formato, tamanho, principais artigos, autores, ideias e relações constitutivas. Para que assim consiga obter uma compreensão devida do periódico, uma vez que se deve avalia-lo no conjunto de seus textos e no âmbito das “relações que eles estabelecem entre si, para daí compreender o papel que cada uma de suas partes exerce como agente no campo da cultura e da sociedade brasileira que almeja a modernidade e a civilização”.<sup>3</sup>

### **Articuladores do Jornal A Boa Nova**

O jornal *A Boa Nova* era composto pelas seguintes pessoas: o editor Antonio Ferreira Rabello, Redatores: Conego Jose Lourenço de Aguiar, Luiz de Bastos e Dr. Jose de Andrade Pinheiro, além de seus administradores: conego Clementino Jose Pinheiro e pelo padre Raimundo Amancio de Miranda. As notas biográficas sobre esses colaboradores são bastante escassas. O que se tem de informação é a respeito de um de seus redatores o bispo da igreja católica José Lourenço da Costa Aguiar que nasceu na vila Distinta e Real de Sobral, na província do Ceará, filho do negociante Boaventura da Costa Aguiar e de Joana Virgínia de Paula, a qual viveu seus últimos anos na companhia do filho no Amazonas. Aos dezessete anos, matriculou-se no seminário de Fortaleza, recebendo ordens do presbítero em 30 de novembro de 1870.

A convite de D. Antônio de Macedo Costa, transferiu-se para Belém do Pará, onde o referido bispo diocesano o fez cônego do cabido da Catedral, também foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, do asilo de Alienados e Lazareto de Tucunduba. Como jornalista foi redator e proprietário dos jornais Boa Nova, A Constituição e Diário do Grão-Pará. Em Fortaleza, fora redator da Tribuna Católica. Por vários biênios, foi deputado pelo primeiro distrito de Belém à Câmara dos Deputados. Partiu para Roma e ali se matriculou no Colégio dos Nobres para obtenção do doutorado em direito civil e canônico. De volta ao Brasil, em junho de 1893, foi eleito bispo do Amazonas, esteve presente no Concílio Plenário da América Latina, realizado em Roma. Em 1905, partiu para a Europa para tratar da diabetes, faleceu e seu corpo foi sepultado na Catedral de Manaus.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p.46.



A respeito disso Barbosa <sup>4</sup> alerta para os cuidados que se deve ter ao trabalhar com jornais, assim é de suma importância saber quem escrevia esses jornais e qual imagem era construída por eles, pois sabemos que não existe imparcialidade na imprensa uma vez que, ao escrever em um periódico o jornalista seleciona fatos, assim ele deixa de lado alguns acontecimentos e prioriza outros. Por isso, é fundamental conhecermos a imagem construída por esses jornais.

Nesta perspectiva, ao trabalharmos com a imprensa periódica torna-se imprescindível alguns cuidados como: conhecer a estrutura do jornal, quem são os redatores, quais partidos eles pertencem, como foi produzido e o que estava por detrás de cada discurso. Portanto, devemos estar atentos para diversos aspectos, que envolvem desde o processo da construção deste jornal até a forma como vou trabalhar com essas fontes. Observa-se que para além do fornecimento das informações os jornais articulam-se como atores sociais e frequentemente, assumem um comportamento partidário ocupado inclusive, o status e a importância do partido ao qual encontra-se alinhado. Desta maneira, ao analisarmos estes periódicos devemos estar atentos a este tipo de relação e buscar refletir sobre a documentação.

### **A Boa Nova como Veículo de Ideologia**

Num período de constantes disputas entre Igreja e Estado, a imprensa paraense é utilizada como uma das principais vias de circulação de informações acerca do conflito entre Igreja Católica e Maçonaria. Neste cenário, os maçons usavam o jornal *O Pelicano* para exporem seu ponto de vista acerca do conflito com os bispos, no qual eles “fazem da imprensa um símbolo para esclarecer a todos quem prezam a verdade, eles usam os instrumentos modernos à disposição para fundamentar seus pressupostos”.<sup>5</sup> Assim, os membros da Maçonaria resolvem reagir frente aos ataques no púlpito e na imprensa provocados pela igreja.

E como resposta a Igreja católica também se utiliza da imprensa para responder as críticas deferidas pelos jornais maçônicos e faz do jornal *A Boa Nova* seu veículo para defender sua visão frente ao conflito e assim no transcorrer deste período os encontros entre a igreja católica e a maçonaria eram constantes seja na imprensa periódica ou no púlpito evidenciando o antagonismo que a cada dia só crescia até culminar na denominada “Questão religiosa”

---

<sup>4</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 273.

“quando o poder eclesiástico vedou o uso das capelas por abrigarem entre os membros das irmandades uma plêiade de maçons.”<sup>6</sup>

De acordo com Barbosa, é importante entendermos quem escreviam nos jornais no século XIX como por exemplo nos periódicos: *O filho da viúva*, *O Pelicano*, *A Boa Nova* e entre outros, para compreendermos de que lugar eles falam e o que está acontecendo nesse período, como é caso da crise religiosa deflagrada em 1873 que provocou no cenário religioso na Província do Pará uma série de transformações que culminou na separação entre Igreja e Estado. Se tratando de um assunto tão relevante para compreensão do deflagrar do conflito religioso no século XIX é necessário percebermos que é a escrita de um jornal não é inocente, uma vez que seus autores possuem intenções ao escreverem sobre determinado assunto, assim através desta investigação não pretendo legitimar o papel da igreja como detentora do poder, mas me proponho a analisar as ideias vinculadas aos discursos religiosos e políticos.

### **Imprensa Católica: A Boa Nova**

Inicialmente a imprensa católica foi fundada pela hierarquia com o intuito de se preocupar com assuntos relacionados a Igreja, ou seja, no que diz respeito ao campo católico, além de defender a preservação da autonomia para os bispos administrarem as dioceses sem desagregar completamente esta maneira de ser Igreja. Entretanto, com a denominada Questão Religiosa este propósito se modificou e no transcorrer do século XIX a imprensa católica tornou-se um dos principais veículos de informação e debate, em que as discussões em torno da crise religiosa encontram-se bastante acaloradas nos periódicos como, *O Liberal* é utilizado pelos liberais para promover uma violenta campanha contra o posicionamento dos bispos, com o intuito de defender o liberalismo, encampando todos os argumentos e teses defendidas pela maçonaria. E o jornal *A Boa Nova*, utilizado por Dom Macedo Costa para responder aos ataques dos adversários, usando uma linguagem bastante dura.<sup>7</sup>

Luca,<sup>8</sup> ao analisar o jornal literário Dom Casmurro Ressalta aspectos importantes quando trabalhamos com periódicos, visto que ela se propõe a compreender detalhes como: quem são os responsáveis pelo jornal, quais são seus objetivos, qual a sua trajetória, quais são as principais características do periódico. Assim, devemos estar atentos para aspectos como, o

---

<sup>6</sup>Ibidem, p.169.

<sup>7</sup> SANTOS, J. A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: HOORNAERT, E. (coord.). História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992. p.319.

<sup>8</sup> LUCA, Tania Regina de. “Bricio de Abreu e o jornal literário Dom Casmurro”. IN: Varia História, Belo Horizonte, vol.29, nº 49, p.277-301, jan/abr 2013.

período de circulação, os assuntos de que eram abordados no jornal, seus idealizadores, o público a quem é dirigido, as características do periódico e entre outras informações mostramos o quando é importante fugir de uma análise superficial das fontes, pois ao nos debruçarmos no trabalho com os jornais é necessário conhecermos muito bem nosso objeto de pesquisa.

### **A Questão Religiosa no Jornal A Boa Nova**

Ao emprendermos uma análise em torno do jornal *A Boa Nova* identifica-se que D. Macedo intensifica a voz da imprensa católica para interromper esta ausência ao espírito do catolicismo, no entanto que encontrava morada nas hostes liberais tanto no parlamento como na imprensa e mesmo perto ao trono imperial, assim entre os conservadores, tinha alguns que possuíam alguma simpatia por estes assuntos, embora, “a maioria da Câmara dos representantes da nação fosse católica, eles foram convencidos do acerto em não separar a esfera espiritualidade da esfera da secularidade permanecendo o matrimônio e o sacramento”.<sup>9</sup>

Na década de 1874 o jornal apresenta-se repleto de intensos debates em torno da questão religiosa e o partido liberal, no qual o partido liberal vai se defender afirmando que não hostiliza a religião católica apostólica romana. Porém o que os liberais reivindicam são mudanças em torno da relação entre Igreja e Estado, assim através da leitura das fontes entende-se que crise religiosa que abalou profundamente os alicerces do Império tinha diversas ideias e opiniões, não somente dentro do partido liberal, como também no conservador e no republicano, propiciando nesse período constantes debates na imprensa paraense pelo conflito de tais opiniões que na maior parte eram mais filosóficas do que políticas.<sup>10</sup>

De acordo com Damacena e Arthur, o periódico “*A Boa Nova*” entendia que os jornais “*O liberal do Pará*”, “*A tribuna*” e o “*Santo Offício*” como seus inimigos declarados por discordarem das orientações do bispo, não somente em matéria de fé e religião, mas também de visão de mundo. Deste modo, compreendemos que a análise da imprensa católica releva como Dom Macedo Costa compreendia seus inimigos e os tratava com o rigor do enquadramento nas hóstias anti-católicas.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Romualdo, José e Antônio: Bispos na Amazônia do oitocentos*. Belém: Editora UFPA, 2015.p. 236.

<sup>10</sup> Jornal A Boa Nova. Sabado 25 de Abril de 1874. Tipografia do Largo da Sé, Belém, 1874.Número 32, Anno IV.

<sup>11</sup> DAMACENA Rodrigues e Fernando Arthur. Protestantes na Amazônia Querelas do bispado ultramontanos de Dom Macedo Costa (1863-1873). Revista: história e história, 18 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br>. Acesso em: 13 de Agosto de 2016.

Para Kushnir,<sup>12</sup> é necessário compreender o papel social deste periódico como por exemplo: *A Boa Nova* era um jornal da Igreja católica, deste modo criasse um objetivo de mostrar qual era o papel social do poder espiritual dentro desse contexto, além de outros aspectos que devemos observar como, quais grupos sociais que produzem esses jornais e qual era sua vinculação política, lembrando que a vinculação não é estática, ou seja, não necessariamente um jornal está vinculado a um partido político. Dessa forma, a autora chama atenção para quando analisarmos jornais devemos estar atentos as suas particularidades, como: a sua periodicidade, seus responsáveis, seus jornalistas, suas estratégias e seu papel social, visto que, é necessário compreender o periódico com o seu aparato, pois só assim alcançaremos uma análise precisa das fontes.

### **A Condenação dos Bispos do Pará e de Olinda**

A condenação dos bispos se deu pelo fato de que ambos praticaram violência no exercício da jurisdição e poder espiritual, no qual os bispos determinaram a confraria do sacramento que expulsasse do seu grêmio os maçons que ali encontrava-se e aqueles que desobedecesse deparavam com o interdito, cujos efeitos o governo procurava destruir. Para o bispo de Olinda, o ato que se fez pouca referência que seria usurpar jurisdição e poder temporal, tratava-se no que diz respeito à autoridade civil fiscalizar a composição das confrarias e determinara a expulsão dos sectários de doutrinas infensas à religião católicas, neste caso o bispo chamava para si esta atribuição. Nesta perspectiva, observa-se que a igreja católica extrapolou seu limite de jurisdição, passando por cima da autoridade civil para pôr em prática seu plano de eliminar de uma vez por todas a maçonaria das irmandades e confrarias religiosas.<sup>13</sup>

No entanto, o poder civil alerta que nunca teve autonomia para intervir na averiguação dos costumes e doutrinas dos membros das confrarias e assim excluírem de seu seio a título de erro e de perigo dessas doutrinas. Deste modo, com relação à maçonaria, no que diz respeito a toda sociedade secreta em geral, a autoridade temporal, no desígnio de resguardar a ordem e segurança pública, limita-se a exigir comunicação do fim da sociedade e protesto de não se opor à ordem social.

---

<sup>12</sup> KUSHNIR, Beatriz. “Os donos do tempo: jornalistas e historiadores”. IN: *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

<sup>13</sup> Jornal *A Boa Nova*. Quarta-feira 14 de janeiro de 1874. Tipografia do Largo da Sé, Belém, 1874. Num. 4, Ano IV.

Nesta conjuntura, a jurisdição e poder temporal não compreende a atribuição de limpar o culto a cargo das confrarias de interferência de membros daquela sociedade secreta, é certo que o bispo de Olinda ordenado a expulsão dos maçons do seio das confrarias e impondo o interdito não usurpou a jurisdição e poder espiritual. Com base nessas informações percebe-se que a igreja católica utiliza-se do jornal *A Boa Nova* para rebater as acusações de usurpação de jurisdição, pois na sua visão a nenhuma autoridade é dado usurpar jurisdição e poder de outra, se esta não possui poder e jurisdição.

Para Barbosa a “imprensa na verdade cria condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação”<sup>14</sup>. Por outro lado, os jornais, utilizam-se desses profissionais com a expectativa de alcançar um público maior, conseguindo com isso, mais anunciantes, prestígios e poder. Assim, por meio de construções repetidamente referendadas e cristalizadas, a população compõe uma imagem da imprensa que na verdade, era estabelecida pelos próprios periódicos.

### **A Repercussão das Prisões dos Bispos do Pará e de Olinda**

De acordo com as notícias publicadas pelo jornal *A Boa Nova* a prisão do bispo do Pará aconteceu no dia 29 de abril de 1874 em torno das 9 horas da manhã, quando o senhor Pedro Cunha, então chefe d’ esquadra efetivou a ordem de prisão contra a reverendo o senhor D. Antonio Macedo Costa, bispo da diocese do Grão-Pará.<sup>15</sup> Outra prisão efetivada neste mesmo ano foi a do Bispo de Olinda D. Vital que gerou grande repercussão no cenário religioso, envolvendo vários sujeitos que forma acusados de conspirar contra a esfera espiritual, entre os quais estavam Saldanha Marinho e o senhor Visconde Do Rio Branco que eram retratados pela imprensa católica como indivíduos que se combinavam perfeitamente quando o assunto era conspirar contra a Igreja e conseqüentemente contra o trono. Assim, eles eram considerados como conspiradores que espalhavam boatos da absolvição da maçonaria, para pôr em prática seu tenebroso plano de perseguição contra os bispos.<sup>16</sup> Nesta perspectiva, percebemos o quanto a igreja católica utilizava-se dos periódicos para manipular as informações e transformar os bispos em vítimas dos terríveis inimigos da igreja os maçons, que na sua visão pretendiam destruir a instituição monárquica, depois de algemar e encarcerar os bispos brasileiros.

<sup>14</sup> BARBOSA, Marialva. “Quem são os jornalistas?” In: *Os donos do Rio: imprensa, poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p.52.

<sup>15</sup> Jornal *A Boa Nova*. Quarta-feira 29 de abril de 1874. Tipografia do Largo da Sé, Belém. Num. 33. Ano IV.

<sup>16</sup> Jornal *A Boa Nova*. Quarta-feira 19 de janeiro de 1874. Tipografia do Largo da Sé, Belém. Num 9. Ano IV.

Deste modo, a crise religiosa é julgada pela imprensa sobre uma visão negativa, no qual a maçonaria é vista como um estranho espetáculo sendo dirigida pelos miseráveis diretores deste império, fazendo ostentação de religião, enchendo as igrejas e comparecendo as cerimônias e a todas as solenidades do povo cristão. Neste sentido, observa-se o quanto a presença dos maçons no seio da Igreja Católica incomodava a ponto de se utilizarem da imprensa católica para lançarem ferrenhas críticas a presença maçônica nas irmandades e confrarias religiosas.<sup>17</sup>

De acordo com Barbosa, os jornais também “cumpram a “missão” não apenas de disseminar ideias, mas ao transportar o relato da narrativa para o nível do real, são responsáveis pela criação de uma outra realidade”.<sup>18</sup> Nesta perspectiva, é importante lembrar que o jornalista, ao selecionar fatos, prioriza alguns e relega outros ao esquecimento, assim “escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar e esquecer”.<sup>19</sup> Deste modo, a escrita precisa ser observada como componente fundamental de construção seletiva da memória que engendra, principalmente, a questão do poder.

## Conclusão

Portanto, com base nos argumentos aqui expostos podemos compreender que o cenário religioso na Província do Pará foi completamente sacudido pelo conflito que gerou ampla repercussão e debate na imprensa paraense. Mediante a este contexto percebe-se o quanto a imprensa teve um papel relevante para o desenvolvimento da tensão entre Igreja Católica versus Maçonaria, pois é por meio desse veículo de informações que está crise circula e ganha dimensões de pauta nacional do Império.

Por isso, é de suma importância que ao trabalharmos com jornais a nossa visão quanto o objeto de pesquisa possa ser ampliada e assim devemos empreender uma pesquisa que nos permita ter uma visão mais detalhada das fontes, pois só conhecendo aspectos como: estrutura do jornal, redatores, tipografia, periodicidade, vinculação política, grupos sociais que produzem, papel social e entre outras características, que fugiremos de uma análise superficial do

---

<sup>17</sup> Jornal A Boa Nova. Quarta-feira 7 de outubro de 1874. Tipografia do Largo da Sé, Belém. Num. 79. Anno IV.

<sup>18</sup> BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder. In: *Os donos do Rio: imprensa, poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.p.106.

<sup>19</sup> Ibidem, p.107.

documento, no qual apenas reproduzimos aquilo que foi escrito legitimado pelos seus redatores.

Deste modo, ao empreender uma análise mesmo que de forma preliminar em torno da questão religiosa no jornal *A Boa Nova* na década de 1874, pode-se observar alguns aspectos relevante sobre a imprensa católica neste período como, o fato da igreja católica se utilizar da imprensa como seu aliado na luta contra a maçonaria, no qual está usava várias páginas de seu jornal para deferir duras críticas a presença dos maçons nas irmandades e confrarias religiosas, colocados sempre como inimigos da paz, além de serem representados em várias publicações como uma ameaça a ser combatida. Diante disso, entende-se que a escrita de um jornal não é inocente, visto que o redator ao escrever sobre determinado assunto tende a expor sua concepção e assim defende aquilo que acredita tentando legitimar sua ideia.

Mediante aquilo que foi expresso percebemos o quanto a imprensa foi essencial para a divulgação de informações sobre o que estava ocorrendo em torno do conflito entre igreja católica e maçonaria. Além, da forma como estas noticiais circularam e ganharam contornos de pauta central sendo amplamente debatida tanto pela imprensa como pelo parlamento revelando aspectos importantes deste conflito que se tornou um dos elementos catalizadores para a separação definitiva entre poder temporal e espiritual.

### **Bibliografia:**

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

DAMACENA Rodrigues e ARTHUR Fernando. Protestantes na Amazônia Querelas do bispado ultramontanos de Dom Macedo Costa (1863-1873). Revista: história e história, 18 de maio 2012. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br>. Acesso em: 13 de Agosto de 2016.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Contradições da modernidade: o jornal Aurora Brasileira (1873-1875)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. LUCA, Tania Regina de. “Brício de Abreu e o jornal literário Dom Casmurro”. IN: *Varia História*, Belo Horizonte, vol.29, nº 49, p.277-301, jan/abr 2013.

HOORNAERT, E. (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. p.319.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. “Ver, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro na década de 1950”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, nº 55, p.19-40,2008.



MELO, Maria Tereza Chaves de. “O sorriso da intrusa: a ideia de República como cultura democrática e científica”. IN: *A República consentida: cultura democrática e científica no final do império*. Rio de Janeiro: Editora FG/Editora EDUR, 2007.

NETO, Vitor. *A questão Religiosa no parlamento*, Volume I (1821-1910), Editora: Leya, 2009, p.151.

ROCHA, Marina Maria de Lira. “A Corneta, a Opinião e a Nação: sobre jornais e comunicados na Argentina de julho de 1975 a março de 1976”. IN: 1º Seminário[recurso eletrônico] de Pós-graduandos em História da UFF/ organizado por Júlia Bianchi Reis Insuela, Marina Maria de Lira Rocha, Matheus Serva Pereira Natália de Santanna Guerellus, Pedro Krause Ribeiro, Roberta Pedroso Triches. -Niterói, RJ: PPGHISTÒRIA-UFF, 2012.

SANTOS, J. A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Romualdo, José e Antônio: Bispos na Amazônia do oitocentos*. Belém: Editora UFPA, 2015.p. 236.

SILVA, da Saraiva Lorena. O círio civil na imprensa paraense: um estudo dos jornais A Boa Nova, A constituição e O Liberal do Pará. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

KUSHNIR, Beatriz. “Os donos do tempo: jornalistas e historiadores”. IN: *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

## As representações dos pecados na *Summa Theologica*

**Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira**

Mestrando em História

Universidade Federal do Maranhão

E-mail: Gattpablo@gmail.com

**Resumo:** Anteriormente ao período denominado de Idade Média, as questões acerca do que venham a ser um ato pecaminoso já estavam em voga. Os ditames medievais estiveram repletos de discursos teológicos negativos a respeito de certas transgressões, como a condenação do sexo praticado por prazer ou fora da instituição matrimonial, única via em que se era permitido a prática do ato sexual, em que o mesmo deveria estar direcionado apenas para a reprodução. Contudo, no movimento chamado de Escolástica e com o seu principal expoente, Tomás de Aquino, podemos ter a clareza do que se classificaram como atos pecaminosos no período medieval, assim como a gravidade de cada pecado e a categoria em que o mesmo se encaixa.

**Palavras-chave:** *Summa Theologica*; Pecados; Tomás de Aquino.

**Abstract:** Prior to the so-called Middle Ages period, questions about what became a sinful act were already in vogue. The medieval dictates were filled with negative theological discourses about certain transgressions, such as the condemnation of sex practiced for pleasure or outside the institution of marriage, the only way in which sexual intercourse was permitted, where it should be directed only for playback. However, no movement called scholasticism and its main exponent, Thomas Aquinas, can have a clarity of what was classified as sinful acts in the medieval period, as well as a seriousness of each sin and a category in which the even fits.

**Keywords:** *Summa Theologica*; Sins; Thomas Aquinas.

Comentando acerca de diversos temas, a *Summa Theologica* escrita por Tomás de Aquino entre os anos de 1265-1273, aborda questões relacionadas desde a natureza divina, os meios de se afastar ou alcançar a Deus e enfatiza os pecados e os seus conceitos e concepções, terminando nos estudos dos sacramentos, nas questões morais para a qual somos chamados e a natureza de Jesus. Embora a obra não tenha sido finalizada, segundo Jean-Pierre Torrell em sua obra *Iniciação a Santo Tomás de Aquino* (1999), as informações contidas na fonte, nos dão base para esclarecermos o que venha a ser o conceito de pecado proposto de Aquino, assim como seus graus de gravidade e as categorias aos quais se encaixam e é a partir dessas informações que nos propomos a escrever o presente artigo.

Tomás de Aquino, o monge dominicano, dedicou os últimos anos de sua vida para a escrita de sua obra inacabada, *Summa Theologica*. Entretanto, os pontos que são de nosso interesse neste trabalho encontram-se completos em seus escritos. Os pecados como ponto de análise principal deste artigo, tanto quanto as suas definições, as suas causas, os meios pelos

quais são praticados, seus objetos<sup>1</sup> e suas ordens foram descritos pelo monge dominicano na *Summa Theologica*, em que encontrará uma série de questões envolvendo os pecados, sejam eles carnis, espirituais, cometidos pela vontade ou não, pecados ligados a presença do Diabo ou pecados veniais ou mortais.

Sendo assim, buscaremos elucidar o conceito de pecado segundo Tomás de Aquino, analisando suas concepções através de sua obra *Summa Theologica*. De acordo com cada questão elaborada pelo dominicano, serão extraídos fragmentos que comprovem o que venha a ser pecado para o autor, adiantando, que os pecados são quaisquer atos contra a vontade de Deus.

Segundo Tomás de Aquino, pecado é um ato privado contra a ordem ou lei de Deus. Cometendo um pecado estamos desprezando a Deus e ao praticar esse ato, somos seres ingratos da glória e razão de Deus. Pecados são as maldades, carecendo de ordem, são enfermidades da alma, em que tais pecados se distinguem pelos seus objetos diversos, pelos seus atos e pelos seus fins. Esses pecados podem ser cometidos pela maldade do homem ou através de algo que o levou a cometer o pecado, seja pela tentação imposta no caminho do indivíduo pela figura do Diabo ou não. Para Tomás de Aquino, o motivo que levou o homem a pecar sempre terá um fim e um objeto do pecado, em que diversas circunstâncias causam diversos pecados, sempre havendo um motivo diferente que leva o homem a pecar.

Mas, em contrário, pecado é dito, feito ou desejado contra a lei de Deus. Ora, o dito, feito ou desejado distingue-se, especificamente, pelos seus objetos diversos, pois, pelos objetos é que se distinguem os atos, como já disse (q.18, a.5). Logo, também os pecados se distinguem especificamente pelos seus objetos. (AQUINO, 2001, p. 02)

De um modo geral, Tomás de Aquino, classifica os pecados e os distinguem pelos seus objetos e pelos seus fins, uma vez nem todos os pecados são iguais. Os pecados se dão pelo desejo desordenado, sejam esses desejos de cunho carnal ou espiritual, sendo que em alguns casos, os pecados cometidos pelo desejo sexual têm a sua essência na alma. São essas desordens que classificam o pecado como venial ou mortal, em que o pecado mortal é cometido com mais ódio do que o pecado venial, digno de perdão, de salvação, em contrapartida, o pecado mortal é aquele desordenado com a alma, é irreparável, como por exemplo, o adultério, cometido pela vontade. Os pecados mortais se opõem aos veniais e vice-versa. Podemos classificar se um pecado é mortal comparando-o a uma doença, se tiver cura é um pecado venial, se não tiver, é

---

<sup>1</sup> Artificio ao qual o pensamento ou a ação é dirigida.

tido como um pecado mortal, ou seja, são irreparáveis, já os pecados veniais conservam a ordem e são reparáveis. Nota-se que ambos os pecados são totalmente diferentes, não podendo um se tornar o outro. Os pecados veniais são os desvios menos prejudiciais ao contato com a ordem de Deus, em contrapartida aos pecados de cunho mortal, ou seja, a circunstância não pode tornar um pecado mortal em um pecado venial, pois o pecado venial está ligado a tudo envolto do seu ato, ao meio pelo qual age, abarcando todas as circunstâncias e o pecado mortal ao fim último da desordem.

A concepção do que venha a ser pecado para Tomás de Aquino, foi amplamente acatada no seio da Igreja Católica medieval. Suas abordagens sobre tipos de pecados, sejam eles mortais ou veniais, espirituais ou carnisais, capitais ou não, tomaram grandes proporções e são aceitas até os dias atuais, segundo Jean-Pierre Torrell em sua obra *Iniciação a Santo Tomás de Aquino* (1999). Tomás de Aquino classifica, em resumo, pecados como um ato contra a vontade de Deus, que carecem de ordem, sendo os mesmos, uma enfermidade da alma. Seus relatos sobre pecados, expostos na *Summa Theologica* dão base para uma série de repressões de cunho religioso praticadas nas confissões medievais<sup>2</sup>. O dominicano, ao elaborar a *Summa Theologica*, elucida que todos os pecados carecem da ordem de Deus, em que as suas raízes estão presentes na cobiça ou avareza, sendo o princípio de todo o pecado a própria soberba, o desejo da própria excelência, o se afastar de Deus.

A conexão dos pecados se dá de acordo com a sua espécie, de acordo com a sua causa. Para Tomás de Aquino, nem todos os vícios e os pecados são conexos entre si, para serem conexos entre si, dependem da intenção do pecador, podendo ser contrários às vezes. Entretanto, as virtudes são iguais e tem conexões entre si em um mesmo sujeito, se opondo a maior virtude ao mais grave dos pecados. Entretanto, se todos os pecados fossem iguais ou conexos, os graus no inferno seriam os mesmos, sendo assim, Tomás de Aquino comenta que existem pecados maiores que os outros. “Mas em contrário, o senhor diz a Pilatos (Jo, 19, 11): o que me entregou a ti tem maior pecado; e, contudo, é certo que também Pilatos, agindo como agiu, pecou. Logo, um pecado é maior que o outro.” (AQUINO, 2001, p. 23)

Aquino comenta que existe uma linha tênue que classifica a gravidade dos pecados, em que um pecado pode ser maior que o outro dependendo da gravidade em desviar-se da razão

---

<sup>2</sup> As confissões foram instituídas como obrigatórias a todos no século XII, servindo como mecanismos de verificação do discurso católico. As práticas das confissões pelos leigos aos membros da Igreja Católica medieval eram tidas como meios de verificar se o discurso religioso estava sendo aceito pelos fieis, servindo de modo para que certos pecados fossem corrigidos através das penitências dadas pelos padres da igreja.

reta, ou seja, a vontade de Deus. A gravidade do pecado se dá pelo fato da pessoa estar muito unida a Deus, quanto mais próxima de Deus, mais errada estará ao cometer um ato pecaminoso, justamente por estar no seio da razão e saber o que seria certo ou errado.

Pois, não pode permanecer a substância do ato ou afeto do agente, sem permanecer algo da ordem da razão. E, portanto, importa muito, para a gravidade do pecado, o desviar-se, se mais ou menos, da razão reta. E sendo assim, devemos concluir que nem todos os pecados são iguais. (AQUINO, 2001, p. 24)

Para Aquino, quanto maior a desordem, mais ilícito o pecado é. Alguns pecados são mais graves, como o homicídio, suas gravidades variam de acordo com o seu objeto. Tais pecados, cometidos por vontade própria ou porque fomos levados a pecar, consistem em diversos graus, já que, quanto maior a causa do pecado, maior será a sua gravidade, ou seja, quanto mais for a vontade de pecar, maior será a gravidade do mesmo, sendo que todo princípio de um ato pecaminoso é à vontade.

Os pecados são cometidos quando não observamos as devidas circunstâncias que nos afastam da razão, pois o ideal aristotélico de razão está presente na Summa Theologica. Sendo assim, o pecado só irá aumentar de acordo com o que nos afastamos das circunstâncias da razão e é essa mesma circunstância que vai mudar o gênero do pecado, ela agrava o pecado e impõe mais malícia a prática pecaminosa, quanto mais longe da razão, maior a circunstância pecaminosa.

Mas, em contrário. – Os pecados se especificam pelos seus objetos, como do sobredito resulta (q 62, a. 1). Ora, uns são especificamente mais graves que outros; assim, o homicídio, do que o furto. Logo, a gravidade deles varia com os seus objetos. (AQUINO, 2001, p. 25)

Nota-se que os pecados, quanto mais atingem a linha da razão, mais grave são, podendo ou não ser conexos entre si, dependendo do objeto ao qual estão destinados, sendo mais graves ainda aqueles pecados que são cometidos contra Deus.

Por onde, o pecado recai sobre a substância da mesma do homem, como o homicídio, é mais grave do que outro cuja objeto são as coisas exteriores, como o furto. Mas ainda é mais grave o cometido diretamente contra Deus, como a infidelidade, a blasfêmia e outros. E na ordem desses pecados, cada um é mais ou menos grave segundo recai sobre o mais ou menos principal. E como os pecados se especificam pelos seus objetos, a diferença da gravidade nestes fundada é a primária e a principal, sendo quase consequente à espécie. (AQUINO, 2001, p. 26).

A convicção de Aquino que nem todos os pecados são iguais e que variam de acordo com os seus objetos é tão explícita, que em todas as questões o frade dominicano deixa esse

ponto claro. Além de elucidar que nem todos os pecados são iguais, o monge dominicano relata que os pecados cometidos pelo espírito, ou seja, pela vontade, são mais culposos, pois eles se afastam mais de Deus.

Os pecados espirituais implicam maior culpa que os carnis. Mas isto não quer dizer que qualquer pecado espiritual implique maior culpa que qualquer carnal; senão que, considerada só a diferença entre a espiritualidade e a carnalidade, os espirituais são, em igualdades de condições, mais graves que os carnis. (AQUINO, 2001, p. 29)

Sabemos que os pecados não são iguais, que cada um tem o seu gênero, que podem ser cometidos pela própria vontade ou por algo que nos leve a pecar, sabemos também que quanto mais longe da razão maior o pecado e mais grave, maior é o pecado também de acordo com o seu dano causado e que todos os pecados são atos contra as leis e ordens de Deus. A parte disso, todos os danos, causados pelos pecados, podem ser previstos ou intencionados, dando uma gravidade maior ao pecado. Esses danos podem ser também previstos e não intencionados, em que o pecado estaria classificado sem a intenção de ser realizado. Por fim o dano pode não ser previsto e nem intencionado, classificando o pecado como acidental.

Assim, às vezes o dano proveniente do pecado é previsto e intencionado; tal o caso de quem, como o homicida ou o ladrão, age com o ânimo de danificar a outrem [...] Outras vezes, porém o dano é previsto, mas não intencionado. Tal o caso de quem, atravessando um campo para poder mais expedito cometer a fornicção danifica cientemente as sementeiras, embora sem a intenção de o fazer. [...] Outras vezes ainda, não é o dano previsto nem intencionado. E então, se relacionado cm o pecado acidentalmente, não o agrava, de modo direto. (AQUINO, 2001, p. 35)

As intenções pecaminosas são diversas, variam os tipos de pecados, porém, o conceito de pecado não se modifica, sendo sempre um ato contra a lei e ordem de Deus. Contudo, se cometemos um pecado, de algum lugar ele tem de vir, de alguma fonte ou de algum impulso. Tomás de Aquino elucidada que a raiz de todos os males é a avareza. Essa avareza, propiciada pela desordem da alma, é colocada com um desejo desordenado pelas coisas materiais, constituindo um gênero de todos os pecados, inclinando o homem para a natureza corrupta. “E, então se diz que a cobiça é a raiz de todos os pecados, por semelhança com a raiz da árvore, que tira da terra o alimento. Do mesmo modo, todos os pecados nascem do amor das coisas temporais.” (AQUINO, 2001, p.66)

É essa avareza que para Aquino nos leva a pecar, é a avareza pela riqueza, que nos leva a ser ingratos da glória e honra de Deus. Entretanto, as virtudes e os pecados não têm a mesma origem, pois é o amor de Deus a raiz de todas as virtudes, segundo o dominicano.

Se a raiz de todos os pecados é a avareza, o princípio e o que leva o ato pecaminoso a acontecer, é a soberba. Essa soberba é classificada como um desprezo atual a Deus ou como uma forma de corromper a natureza, é considerada a rainha de todos os vícios e o início de todos os pecados. Praticando os atos da soberba, estamos nos afastando de Deus, a soberba é tida como o início da excelência, considerada o amor próprio, ou seja, pecado.

Certos consideram a soberba em tríplice acepção. Numa, significa o desejo desordenado da própria excelência, e então a têm como pecado especial. Noutra, importa um certo desprezo atual de Deus, quanto ao seu efeito, que consiste em não nos sujeitarmos à lei divina; e então a consideram como um pecado geral. Noutra enfim, implica uma inclinação para esse referido desprezo, pela corrupção da natureza; e então a consideram como o início de todos os pecados. E difere da cobiça, que implica o pecado por prender-se aos bens mutáveis, o que, de certo modo, nutre e favorece o pecado; e por isso é considerada como raiz dele. Ao passo que a soberba implica o pecado por afastar de Deus, a cujo preceito o homem recusa submeter-se; e é chamada início do pecado, porque esse afastamento é o início do mal. (AQUINO, 2001, p. 68)

Aqui Tomás de Aquino além de diferenciar a soberba como o princípio de todos os pecados, da avareza como a raiz de todos os pecados, classifica também a própria soberba como o início do mal em nós. Ainda nesse contexto, Aquino enfatiza que os pecados capitais são aqueles derivados da cabeça, do pensamento, pois é na cabeça que se encontram todos os princípios do pensamento e da ação. Esse pecado capital é aquele que dirige e chefia os demais pecados.

A presença dos pecados, seja em âmbito medieval, seja na própria confecção da *Summa Theologica*, confere uma importância demasiada a sua concepção e aos seus tipos. Tomás de Aquino, procurou desmistificar e caracterizar o que venha a ser pecado, através da soberba e da cobiça, assimilando-os aos atos praticados pela vontade ou por impulso e alinhando-os ao afastamento de Deus.

Tomás de Aquino, como representante da teologia católica medieval esboça um conceito para a palavra pecado que é usado até os dias de hoje. Todo ato contra a vontade ou a ordem de Deus, para o dominicano, é considerado pecado, podendo ele variar quanto ao seu mal alcançado. Quanto mais longe da ordem e da lei de Deus for o pecado, o mesmo, é considerado como mortal, pois causou um mal que não é reparável, porém, os pecados que não prejudicam muito a Deus e ao próximo, são considerados veniais, podendo ser redimíveis de culpa. Quanto aos pecados, todos têm a sua raiz na avareza e o seu princípio sempre será a soberba, resultando no afastamento de Deus, seja um pecado mortal ou venial.



## Referências

TOMÁS DE AQUINO. *Suma de Teológica II*. 2º ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

TORRELL, Jean-Pierre. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: sua pessoa e obra*. São Paulo: Loyola, 1999.

## A fé e as incertezas do ano mil: uma análise da cristandade medieval na obra de Georges Duby

**Leonildo José Figueira**  
Mestre  
UEPG  
E-mail: leo.hist@gmail.com

**Simone Aparecida Dupla**  
Doutoranda  
UEM  
E-mail: cathain\_celta@hotmail.com

**Resumo:** Os que viveram a dez ou mais séculos antes de nós, não eram menos inquietos frente aos acontecimentos do mundo e sobre as expectativas futuras. Nesse sentido verificaremos os medos, as incertezas, a fé e as inquietações que faziam parte do cotidiano medieval, especialmente suas impressões e sentimentos em relação à chegada do ano mil, na obra de Georges Duby. No medievo os homens temiam a miséria, o outro, as epidemias, a violência, o além, entre outros tantos medos que ainda não foram superados e podem ser observados na contemporaneidade. Evidentemente não seria possível esgotar todas as questões caras aos temores do homem medieval, pois trata-se de um campo de abordagem e análise bastante extenso, tal como afirmara Duby.

**Palavras-chave:** Idade Média, Ano Mil, Georges Duby

**Abstract:** Those who lived ten or more centuries before us were no less anxious about the events of the world and about future expectations. In this sense, we will verify the fears, the uncertainties, the faith and the anxieties that were part of the medieval daily life, especially his impressions and feelings regarding the arrival of the thousand year, in the work of Georges Duby. In the Middle Ages men feared misery, the other, epidemics, violence, the beyond, among many other fears that have not yet been overcome and can be observed in the contemporary world. Obviously, it would not be possible to exhaust all the issues, which are dear to medieval man's fears, since it is a field of very extensive approach, and analysis, as Duby had put it.

**Keywords:** Middle Ages, Year Thousand, Georges Duby

Estudar a obra ou mesmo os conceitos de um historiador como Georges Duby, é um trabalho pertinente, especialmente se levarmos em conta a diversidade religiosa existente no Brasil e no mundo contemporâneo, bem como as inúmeras possibilidades de estudos em relação as práticas religiosas. Em outras palavras, o presente artigo visa colaborar com a discussão proposta no simpósio temático acerca dos cultos, ritos e narrativas religiosas para a pesquisa histórica. Nesse sentido, se faz necessário a discussão histórica acerca das trajetórias, vivências, experiências e práticas das religiões e suas especificidades. Expressando-se enquanto uma atividade humana, ferramenta de sociabilização e de relações sociais as religiões e religiosidades estão presentes em vários contextos culturais e históricos, de modo a se demonstrarem objetos históricos e de análises de historiadores, que buscam formas de compreender e interpretar a atuação dos sujeitos históricos em suas múltiplas vivências. A

saber, surgindo no século XIX enquanto disciplina, a História das Religiões expandiu-se, posteriormente, enquanto campo de pesquisa, por meio de fundação de periódico e revistas científicas, publicação de livros, instituição de cátedras de estudos, congressos e eventos acadêmicos.

Com a terceira geração da *École des Annales*, da década de 1960, a História das Religiões e Religiosidades ganhou novo fôlego tornando, desse modo, possível ao historiador resgatar práticas e estratégias, conflitos e acordos, que permeiam as formas de contato com o sagrado e marcam as experiências vividas em grupo ou individualmente, dado que as múltiplas culturas humanas possuem suas noções acerca do divino. Compreendendo a variedade de abordagens, fontes e objetos que perpassam a História das Religiões e Religiosidades, este simpósio tem como objetivo pensar o fenômeno religioso em seus múltiplos aspectos teórico, conceitual e metodológico, reunindo os diversos trabalhos e pesquisas sobre religiões, religiosidades e crenças que vem sendo desenvolvidas no campo da história e das ciências humanas, a fim de proporcionar, aos participantes, possibilidades de trocas epistemológicas e possíveis reflexões e diálogos interdisciplinares.

Para Georges Duby, “a História é vista como uma construção, em seu interior existem elementos passíveis de análises que podem acrescentar e enriquecer o conhecimento, reorganizando o espaço, elucidando e clareando regiões em penumbra, sem com isto perder a determinação em se construir uma história o mais possível totalizante”.<sup>1</sup> Pode-se afirmar ainda que “a posição teórica resulta de um profundo conhecimento das ciências humanas, em geral, e da antropologia social, em particular”.<sup>2</sup>

Georges Duby nasceu em Paris (França) em 7 de Outubro de 1919. Filho de uma família de artesãos, Duby cursou seus estudos no Instituto de Macôn. Sua simpatia de estudos voltou-se desde cedo para a Idade Média e as relações estabelecidas na sociedade feudal da Europa, com notáveis influências de Michelet e Marx.

Partidário do método micheletiano, que fundia lucidez e paixão. Serviu-se da obra de Marx para estudar a economia medieval, o que considerou “uma projeção arbitrária (que) revelou-se extremamente eficaz”. Foi amigo de Althusser, de quem também sofreu influência no que concerne às formulações

---

<sup>1</sup> SANT'ANNA, Luiz Alberto Sciamarella. Georges Duby e a construção do saber histórico. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 10

<sup>2</sup> SANT'ANNA. Op. Cit. p. 10

sobre as superestruturas e, em especial, as ideologias e valores, utilizadas nos seus inúmeros estudos sobre mentalidade medieval.<sup>3</sup>

Luiz Alberto Sant'Anna afirma que o itinerário profissional de Duby tem início como *agregé* na Faculdade de Letras de Lyon, em 1942. Segundo Sant'Anna,

Em 1953, passa a ocupar o cargo de professor titular de História da Idade Média na Faculdade de Letras em *Aix-en-Provence*, assumiu a cátedra de professor titular no *Collège de France* ( história das sociedades medievais), em 1970 Entra para a Academie Française, em 1987, também membro da *Academie des Inscriptions et Belles-Lettres*, do *Conseil National des Langues et Cultures Régionales*, e do *Conseil Supérieur de la Langue Française*. A trajetória profissional de Duby não se caracterizou tão somente pela existência de cargos honoríficos e obras escritas. Essas serão citadas, e, as principais terão comentários dentro do propósito deste trabalho, que é de analisar o fazer historiográfico do historiador; mas, também, torna-se necessário para que se tenha uma visão mais abrangente da atuação do historiador, em áreas outras, que as citadas neste trabalho, como as incursões do autor nas produções audiovisuais, onde obras suas foram traduzidas em imagens, imagens em movimento.<sup>4</sup>

A posição teórica de Duby resulta de um notável conhecimento das ciências humanas, mais especificamente da antropologia social. Duby apresentava-se simpático à obras de Mauss, Polanyi, Lévi-Strauss, Dumézil, Bourdieu e Foucault. De modo geral a operação historiográfica de Duby “inclui os aspectos da produção material da vida, sem desprezar as manifestações culturais mais representativas, tais como ritos, mitos, relações de parentescos, em resumo, todas as concepções de mundo predominantes em uma época”.<sup>5</sup>

A escolha da Idade Média ocorreu também por ser, naquele momento, um excelente espaço de investigação e reflexão metodológica, era “um terreno praticamente virgem e onde era possível colocar questões novas, totalmente novas”. O início com a geografia, “ciência do ar livre” que se encontrava no auge, marcou muito sua visão e prática como historiador, como relembra:

[...] primeiro, por me ter assiduamente interrogado diante dos mapas, das cartas, contraí a necessidade de dar, desde que possível, consistência visual aos fenômenos de sociabilidade, situando-os, inscrevendo-os exatamente no espaço. Segundo, (...) em toda a atividade humana encontram-se indissociavelmente ligados o que vem do material e o que não vem, aquilo que é da natureza e o que é da cultura.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Idem. p. 10

<sup>4</sup> Idem. p. 11

<sup>5</sup> Idem. p. 11

<sup>6</sup> DUBY, Georges. O prazer do historiador. In: *Ensaio de ego-história*, p. 117.

Da Escola dos *Annales*, “vêm as possibilidades de um trabalho histórico orientado de modo a afastar-se definitivamente das explicações finalistas e franqueado à contribuição de todas as ciências humanas”.<sup>7</sup> Deste exercício de conhecimento, surge a ideia de interdisciplinaridade e o desaparecimento de fronteiras entre a História e as demais ciências humanas. A história pode ser entendida como uma narrativa de acontecimentos envolvendo o homem. Porém uma narração, na qual o historiador é livre para selecionar os fatos e problematizá-los. Esta seleção de fatos permite organizar e simplificar de tal forma a resumir um século em uma página.<sup>8</sup>

Após os anos finais do século XX, a história passou a ter um novo desdobramento no que tange no seu ofício; passou a se interessar por toda e qualquer atividade humana, considerando que tudo tem uma história<sup>9</sup>. A partir de então, passou a trabalhar com determinadas questões que antes não eram observadas ou se eram, não eram consideradas como possuidoras de uma história, como, por exemplo, “a infância, a morte, a loucura, o clima os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio”<sup>10</sup>, entre outros. O que não era visto, agora é observado como uma construção cultural, um efeito determinante do tempo e do espaço.<sup>11</sup>

Talvez o maior diferenciador da história, a partir de então, em relação ao conjunto das ciências humanas passou a ser o caráter auto reflexivo; exigindo ao profissional de história um “exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento sobre qualquer tema que se investigue”.<sup>12</sup> O historiador tende a ser crítico (crítica esta que pode ser feita de diferentes formas), sempre levantando questões em seu tempo presente, e são estas questões que o possibilitará produzir o conhecimento.

<sup>7</sup> SANT’ANNA. Op. Cit. p. 11

<sup>8</sup> VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a historia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 14

<sup>9</sup> A chamada nova história, criada na França por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, juntamente com a revista *Annales*, apresentara uma nova interpretação de como trabalhar a história, renegando o paradigma tradicional que se tinha no século XIX; segundo o qual a historiador não produz a história e sim narra a história como se o passado estivesse pronto; ele não questiona, não indaga e a história é produzida a partir do documento, sem a possibilidade de contestação. A nova história, por sua vez, cria a noção de método para a produção do conhecimento histórico; porém, com tal mudança passou a haver um alargamento de fontes, a possibilidade de discutir e articular os documentos, descartando-os se necessário. Entretanto, embora o historiador não possa inventar fontes ele tem a liberdade de escolher e utilizá-las da melhor forma.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. *A escrita da Historia: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992. p. 11

<sup>11</sup> Idem, p.11

<sup>12</sup> MALERBA, Jurandir. *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, 2009. p. 15

Uma das maiores referências no que diz respeito aos estudos medievais, Georges Duby ocupa posição de destaque na historiografia francesa. Realizou importantes investigações em torno das instituições sociais, econômicas e culturais dos séculos XI e XII, renovando as abordagens da Idade Média e do Feudalismo. Dedicando-se, em seus trabalhos acadêmicos, a desvendar e imaginar uma sociedade europeia, começou estudando geografia e, acabou enveredando-se para a história, devido ao trabalho realizado com seu orientador, Jean Déniau.

Segundo Duby, a escolha da Idade Média, entre outros fatores, ocorreu por ser, naquele momento, um excelente espaço de investigação e reflexão metodológica. Era “um terreno praticamente virgem e onde era possível colocar questões novas, totalmente novas” (DUBY, 1993 p- 28). De acordo com o historiador Luiz Alberto Sciamarella Sant’Anna:

Seguindo as lições de Lucien Febvre, sobre o caminho para se empreender a história das mentalidades, e com o acompanhamento de Robert Mandrou, Duby lança-se, desde o final da década de 50, ao estudo do que se chamou história das ‘mentalidades’. Esse termo, segundo Duby, não dá conta da abrangência do que se pretende estudar. O conceito de mentalidade é um conceito que tem sua origem na linguagem comum, sendo um termo da linguagem ordinária, se referindo a comportamentos, a sistemas de atitudes e visões de mundo. Em verdade expressa apenas aquilo que condiciona, que determina comportamentos, as formas de compreensão do mundo, os sistemas de atitudes principalmente coletivos.<sup>13</sup>

Duby acreditava que não faria sentido escrever a História, se não fosse para ajudar nossos contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abandonar com mais recursos as dificuldades encontradas cotidianamente, afirma, ainda, que “o historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas de seu tempo”.<sup>14</sup> Ao indagar-se sobre os medos das pessoas que viveram o ano mil, ou a expectativa antes de sua chegada, Duby reflete a inquietude dessas pessoas; em que acreditavam esses homens e mulheres, quais eram seus sentimentos e como eles viam o mundo.

Nas leituras das obras de Duby, percebemos uma notável simpatia marxista, uma influência muito peculiar que pode ser notada nas análises feitas por Ana Paula Peters Portella, Andrea Dal Pra de Deus, Elaine Cristina Senko, Janira Feliciano Pohlmann e Otávio Luiz Vieira Pinto, num artigo intitulado “*A História é uma Arte, com Georges Duby*”:

Livre de ortodoxias estanques e relativamente livre para se relacionar com outras idéias e outras correntes sem diluir o pensamento de Duby mas, pelo

<sup>13</sup> SANT’ANNA. Op. Cit. p. 42

<sup>14</sup> DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo, Unesp. 1999. P. 09

contrário, solidificá-lo em posições cada vez mais próprias e pessoais. Assim, o materialismo marxista une-se ao filão do imaginário, do imaterial e da influência do invisível apregoados pelas primeiras gerações dos *Annales*, mais precisamente por Marc Bloch e Lucien Febvre. A preocupação dispensada por Duby ao estudo do imaginário, desta maneira, une de forma harmoniosa estas diferentes correntes – ao invés de caírem em contradição ou esbarrarem num superficial cadinho teórico, evidenciam a tentativa do historiador de obter uma compreensão mais ampla da sociedade, absorvida de forma “orgânica” em seus variados aspectos, sem dissociá-los ou valorá-los. Material e imaterial, portanto, caminham *pari passu*.<sup>15</sup>

O ecletismo de Georges Duby não é apenas cultural, mas também epistemológico. O autor forma-se a partir da vontade de atingir um melhor esclarecimento de uma época, de uma realidade vivida com cautela necessária para não cair nas amarras teóricas em que muitos de sua geração soçobraram. Esta postura de Duby, que perpassa sua obra, demonstra ter sido sempre avesso às sistematizações rigorosas no campo da teoria e o coloca dentro da tradição dos *Annales*. Em seu fazer historiográfico, as transposições de fronteiras de novas áreas de conhecimento abrem possibilidades novas de saber que objetivam um maior entendimento de uma realidade sócio-histórica.<sup>16</sup>

Na obra “Ano 1000 ano 2000, na pista de nossos medos”, Duby compara os medos e as expectativas vividas, sentidas e experienciadas nestes dois tempos; ambos com suas particularidades, ambiguidades, mas que tem no cristianismo seu ponto de partida e análise. Seriam vários os medos vividos pela sociedade, a saber, o medo do outro, da epidemia, da violência, do além, etc. Para o historiador Marco Vinício Pereira do Espírito Santo,

Embora fossem tempos difíceis, a solidão era impensável, com exceção dos eremitas que eram considerados santos. O andante solitário era tido como louco ou criminoso. Nas choupanas onde viviam os camponeses, não havia divisões e dormiam próximos uns aos outros, esses laços de solidariedade para com o próximo fortalecem o homem do ano mil, a religiosidade forte, ensinava a suportar as privações do corpo em prol dos benefícios do espírito, é nessa proximidade entre as pessoas que se desenvolve a capacidade de colocar-se no lugar do outro, proporcionar conforto àquele que está próximo, é a união pra enfrentar a vida, as privações e as provações de que falam os clérigos. Maior que o a dor da privação é o medo da falta, o medo da miséria.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> PORTELLA Ana Paula Peters, DEUS Andrea Dal Pra de, SENKO Elaine Cristina, POHLMANN Janira Feliciano, PINTO Otávio Luiz Vieira. *A História é uma Arte, com Georges Duby*. A História é uma Arte com Georges Duby. Artigo produzido na Disciplina de História e Historiografia do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2010. p. 6

<sup>16</sup> SANT’ANNA, L. A. Op. Cit. p. 98

<sup>17</sup> ESPIRITO SANTO, Marco Vinício Pereira do. Na pista de nossos medos. Anais do V Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2011. p. 2554



Ainda referente ao ano mil o crescimento das cidades passou a ser um importante fator relacionado às mudanças e reformas da época.

A miséria e a doenças nas periferias inspiram o surgimento das ordens medicantes. Os medicantes não são monges, mas irmãos que vivem entre os homens e não na solidão. No início apontados como hereges, os medicantes “reformam” o cristianismo para enfrentar os novos tempos. A solidariedade agora precisava ser reforçada, surgem as santas casas, os albergues, a antiga malha da solidariedade agora é refeita nos novos bairros periféricos.<sup>18</sup>

Devido ao grande movimento de urbanização vividos nos séculos XII e XIII as novas ordens procuram os centros urbanos (grande parte da Europa). Com isso, “um novo mundo urbano se afirma através de novos valores e de comportamentos, do gosto pelas trocas, sejam elas comerciais ou intelectuais, do preço do trabalho, do tempo e do dinheiro”.<sup>19</sup>

No mundo medieval, fatores como a pobreza, doenças, estavam difundidos e em maior medida na sociedade mas eram suportáveis dado a forma de solidariedade que caracterizava o mundo medieval naquelas sociedades. Havia mecanismos de solidariedade entre os grupos sociais; a caridade naquele contexto era um dever. Ao pensar o século XX, Duby compara a condição de povos do continente africanos, os quais foram explorados por nações dominantes, cujo contexto de muitos, nota-se ausência do progresso econômico, entre uma série de problemas sociais que contrastam a sua condição, se comparados aos países desenvolvidos; portanto não se aplica a mesma solidariedade identificada no contexto medieval.

Não se trata de estabelecer comparações diretas, mas sim verificar temores e vivências muito parecidas e indiscutivelmente presentes na virada do terceiro milênio; como por exemplo a questão da miséria, das diferenças raciais, doenças, violência, insegurança espiritual entre tantas outras aproximações e distanciamentos. Contudo, Duby compõe uma obra vasta que permite ao historiador refletir num sem número de questões e de respostas na relação com o passado.

### Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

---

<sup>18</sup> ESPIRITO SANTO, M. V. P. Op. Cit. p. 2554

<sup>19</sup> Idem p. 2554

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório; revisão do texto em português Ester Mambrini. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Ano Mil*. Tradução de Teresa Matos. Lisboa: Edições 70, 1967.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. In: Signum – Revista da ABREM. São Paulo: ABREM, n° 10, 2008, p.63-72.

SANT'ANNA, Luiz Alberto Sciamarella. *Georges Duby e a construção do saber histórico*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. 1 ed., 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTELLA Ana Paula Peters, DEUS Andrea Dal Pra de, SENKO Elaine Cristina, POHLMANN Janira Feliciano, PINTO Otávio Luiz Vieira. *A História é uma Arte, com Georges Duby*. A História é uma Arte com Georges Duby. Artigo produzido na Disciplina de História e Historiografia do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2010.

## Feitiçaria nas Minas setecentistas: a prática do calundu na Comarca do Rio das Velhas (1726-1800)

**Kalinka Brant da Silva**  
Graduada em História  
UNIBH  
kalinkabrant@yahoo.com.br

**Thábata Araújo de Alvarenga**  
Mestre em História Social  
FFLCH/USP  
thabata.alvarenga@gmail.com

**Resumo:** Este artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada sobre os rituais de calundu considerados prática de feitiçaria, na região da Comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, no século XVIII (1726-1800). Utilizando como fonte primária para o desenvolvimento deste trabalho as Devassas Eclesiásticas do Arquivo da Arquidiocese de Mariana, especificamente os livros de testemunha, procurou-se relacionar o já bastante estudado caso de calundu de Luzia Pinta aos de outros acusados de feitiçaria. Os casos foram agrupados, conforme classificação proposta por Laura de Mello e Souza em calundus evidentes, calundus sugeridos e elementos dispersos do calundu. Além disso, foi possível identificar relações pessoais entre os acusados e seus delatores – embora as devassas tentassem evitar esse tipo de associação, um número inexpressivo de mulheres como testemunhas nas denúncias e, ainda, esboçar o perfil social dos denunciantes.

**Palavras-chave:** Feitiçaria; Calundu; Comarca do Rio das Velhas; Religiosidade Popular.

**Abstract:** This article presents the results of the research carried out on the rituals of Calundu considered as a practice of witchcraft, in the region of Rio das Velhas District, Captainship of Minas Gerais, in the XVIII century (1726-1800). Using as a primary source for the development of this work the Ecclesiastical Devasses of the Archive of the Archdiocese of Mariana, specifically the witness books, sought to relate the already well-studied case of Calundu by Luzia Pinta to other cases of people being accused of witchcraft. The cases were grouped, according to the classification proposed by Laura de Mello e Souza in clear calundus, suggested calundus and dispersed elements of calundu. In addition, it was possible to identify personal relationships between the accused and their informers - although the defenders tried to avoid this type of association, an inexpressive number of women as witnesses in the denunciations and also to outline the social profile of the complainants.

**Keywords:** Witchcraft ; Calundu; Comarca do Rio das Velhas; Popular Religiosity.

### 1. O Calundu de Luzia Pinta: Considerações Gerais

A historiografia que trata da religiosidade na América Portuguesa adverte-nos que “mais de uma centena de colonos do Brasil, entre africanos, crioulos, mestiços, brancos e índios, de ambos os sexos, foram denunciados à Inquisição, acusados de praticar rituais heterodoxos: feitiçaria, pacto com o diabo, calundu, batuque, “dança de tunda”, mandinga, etc.”.<sup>1</sup> Dentre os azarados que caíram na malha fina do Tribunal do Santo Ofício encontra-se “Luzia Pinta ou

---

<sup>1</sup> MOTT, Luiz. O calundu – Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. Revista do IAC, Ouro Preto, n.1, dez 1994, p.74.

Luiza Pinta” – as duas formas aparecem indistintamente no processo inquisitorial de nº252, mo. 26<sup>2</sup> depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Era uma preta forra e solteira que, sendo natural de Angola, morava na vila de Sabará, junto à capela de Nossa Senhora da Soledade, Minas Gerais. Segundo consta no processo era filha de Manuel da Graça, de nação Angola, e de Maria da Conceição, do Congo<sup>3</sup>. No final do ano de 1742, a Inquisição de Lisboa deu início ao processo inquisitorial contra Luzia Pinta, que havia sido denunciada como feiticeira. Luiz Mott<sup>4</sup> adverte que, além do processo inquisitorial, pode ser que outros manuscritos façam referência a Luzia Pinta, como os Registros Paroquiais, os Livros de Notas e as Alforrias.

Nos Livros de Devassa de testemunhas do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana encontram-se registros de pequenas denúncias contra Luzia Pinta, embora possa se questionar se era a mesma pessoa, já que Luzia Pinta poderia ser um nome comum naquele período. O primeiro registro encontrado de acusação contra Luzia Pinta vem de Manoel Ferreira da Cruz.<sup>5</sup> Em outra denúncia, Luzia Pinta é acusada e admoestada por fazer “calundres”, na visitação de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 1738<sup>6</sup>. Essas pequenas denúncias levam a crer que muito antes da denúncia que a levaria a ser julgada pelo Santo Ofício, Luzia Pinta já havia sido advertida sobre suas “práticas heréticas”. Mas afinal o que era o calundu? E como as testemunhas descreviam o ritual de Luzia Pinta?

“Os calundus eram um tipo de ritual mágico- religioso realizado por africanos na América Portuguesa, bastante difundido nos séculos XVII e XVIII, especialmente nas regiões de Minas Gerais e da Bahia”.<sup>7</sup> Vários procedimentos rituais distintos entre si recebiam por vezes a denominação de “calundu”, mas apresentavam elementos em comum, como o acompanhamento musical de atabaques, com a possessão ritual por espíritos e os objetivos da adivinhação e da cura.

---

<sup>2</sup> O processo de Luzia Pinta se encontra digitalizado na internet para consulta no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2300124>> Acesso em: 23 jun. 2017.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo nº 252, fl. 1 e fl.3.

<sup>4</sup> MOTT, op.cit., p.74.

<sup>5</sup> A página se encontra muito apagada, mas o documento nos permite ler a seguinte frase: “item dito que Luzia Pinta negra forra é moradora...” Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Devassa de testemunha (1727-1748), fl. 38 v, Vila de Sabará.

<sup>6</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Devassas de testemunha Z1 (maio-dezembro, 1738). Nossa Senhora da Conceição de Sabará, início da visitação 20 de junho de 1738, fl.38 v.

<sup>7</sup> MARCUSSI, Alexandre Almeida. Iniciações Rituais nas Minas Gerais do século XVIII: os calundus de Luzia Pinta. Revista Brasileira de História das religiões, Maringá (PR), v.1, n.3, 2009. p.6. Disponível em: <[http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/iniciacoes\\_rituais\\_nas\\_minas\\_gerais.pdf](http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/iniciacoes_rituais_nas_minas_gerais.pdf)> Acesso em: 23 jun.2017.

As testemunhas da acusação de Luzia Pinta assim descreviam o ritual:

Vestida com trajes considerados inusitados (“à turquesa”), ela entrava em transe ao som de atabaques tocados por ajudantes negros, escravos seus, bebia vinho e começava a realizar adivinhações. “Respondia às perguntas que lhe eram endereçadas pelos clientes, diagnosticava doentes prostrados ao chão e lhes ministrava remédios diversos, tudo isso por intermédio de uns ventos de adivinhar” que lhe vinham pelos ouvidos.<sup>8</sup>

Sobre sua indumentária ritual os vizinhos descreviam:

Vestia-se com certos trajes não usados nesta terra... Vestida à moda de anjo, trazia na mão uma fita larga, amarrada na cabeça e arcadas, as pontas para traz... Vestia várias invenções, à moda turquesa, com trunfa (turbante composto de faixa ou cinta enrolada, espécie de touca mourisca) a modo de meia lua na cabeça e com um espadim na mão.<sup>9</sup>

“Para o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa transformou-se numa questão fundamental adequar as práticas mágicas de Luzia Pinta aos padrões e estereótipos cunhados pela demonologia erudita ao qual se pautavam os inquisidores”.<sup>10</sup> Ao final do processo, em 20 de julho de 1744, Luzia Pinta foi culpada de leve suspeita na fé e foi degredada para o Algarve.<sup>11</sup>

## 2. As Devassas na Comarca do Rio Das Velhas: Os Testemunhos Contra a Feitiçaria

As devassas eclesiásticas<sup>12</sup> existentes no Arquivo da Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais, são de inestimável valor para o estudo da vida cotidiana da população mineira setecentista. As práticas mágicas compreendem boa parte dos delitos presentes nos 50 códices existentes nesse arquivo. Tal pesquisa nesse acervo foi realizada em 10 livros de devassas de testemunha, relativos aos anos compreendidos entre 1726 e 1800. A análise quantitativa dos dados coletados das devassas eclesiásticas possibilitou demonstrar o número de acusações de feitiçaria ocorridas nas vilas que compõem a Comarca do Rio das Velhas. A tabela 1 arrola o número de denúncias ocorridas nas diferentes vilas, freguesias e arraiais da Comarca do Rio das Velhas, bem como o ano em que ocorreram e as devassas pesquisadas.

---

<sup>8</sup> MARCUSSI, Alexandre Almeida. Estratégias de mediação simbólica em um calundu Colonial. *Revista de História* nº155, 2006, p.105. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19036>> Acesso em: 23 jun. 2017.

<sup>9</sup> MOTT, Luiz. O calundu – Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do IAC*, Ouro Preto, n.1, dez 1994. p.94.

<sup>10</sup> MARCUSSI, op.cit., p.104.

<sup>11</sup> MARCUSSI, 2009, p. 2.

<sup>12</sup> Ver os artigos de: FIGUEIREDO, Luciano de. Segredos de Mariana: pesquisando a inquisição mineira. *Acervo, Rio de Janeiro*, n. 02, p1-16, jul./dez. 1987. FIGUEIREDO, Luciano de. Peccata Mundi: a “pequena inquisição” mineira e as devassas episcopais. *In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs). As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.109-128.*

**Tabela 1:**  
Número de acusações ocorridas nas freguesias, arraiais e vilas da Comarca do Rio das Velhas (1727-1777)

Freguesias, Arraiais, vilas.	Nº de denúncias	Ano	Devassa
Freguesia de São Miguel do Mato Dentro	4	1727	Identificação 1726-1743
Nossa Senhora da Congonha do Sabará	6	1753	Identificação 1726-1743
Sabará	8	1727	Identificação 1727-1748
Arraial de Nossa Senhora das Mercês do Andrequicê	1	1734	Identificação (junho-outubro 1734)
Nossa Senhora da Conceição do Sabará	1	1738	Identificação: Z1 (maio - dezembro 1738)
Santo Antonio da Mouraria do Arraial do Velho	1	1727	Identificação 1727-1748
Freguesia de Nossa Senhora de Boa Viagem do Curral Del Rei	1	1738	Identificação: Z1 (maio - dezembro 1738)
Arraial de Nossa Senhora de Boa Viagem	6	1756	Identificação: Z8 (1756-1757)
Freguesia de Nossa Senhora do Bom Retiro de Roça Grande	4	1748	Identificação: Z4 (junho de 1748- abril de 1749)
Arraial Santo Antonio do Bom Retiro de Roça Grande	2	1777	Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777)
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Raposos	3	1748	Identificação: Z4 (junho de 1748- abril de 1749)
Freguesia de Santo Antonio do Rio Acima	3	1748-1749	Identificação: Z4 (junho de 1748- abril de 1749)
Freguesia de Santo Antonio do Rio Acima	5	1756	Identificação: Z8 (1756-1757)
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras	5	1749	Identificação: Z4 (junho de 1748- abril de 1749)
Freguesia de Pitangui	2	1756	Identificação: Z8 (1756-1757)
Freguesia de Pitangui	1	1759	Identificação: Z9 (1759)
Freguesia de Pitangui	4	1777	Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777)
Freguesia da Nossa Senhora do Bom Sucesso do Caethé	1	1756	Identificação: Z8 (1756-1757)
Vila Nova da Rainha do Caethé	1	1777	Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777)
Freguesia de São João do Morro Grande	5	1757	Identificação: Z8 (1756-1757)
Freguesia de São Miguel	1	1757	Identificação: Z8 (1756-1757)
Freguesia de São Miguel de Piracicaba	4	1759	Identificação: Z9 (1759)
Freguesia de São Miguel de Piracicaba	3	1767	Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777)
Freguesia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara/ Arraial de São Gonçalo do Rio Abaixo	1	1757	Identificação: Z8 (1756-1757)
Freguesia de Santa Bárbara	1	1777	Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777)

**Fonte:** Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, livros de Devassa de Testemunha. (1727-1777)

Além das pessoas se apresentarem espontaneamente à mesa para denunciar alguém, a mesa também poderia convocar as pessoas que deveriam ser moradores socialmente bem posicionados, com alguma expressão econômica, por indicação do vigário local<sup>13</sup>. O que se nota nas devassas é que os denunciante faziam parte de um grupo intermediário da sociedade, não faziam parte de um grupo de figuras de alto relevo, como doutores ou funcionários da justiça local.<sup>14</sup> Assim sendo, das denúncias coletadas, e das que foram possíveis identificar o perfil

<sup>13</sup> *Ib.*, p.116.

<sup>14</sup> *Ib.*, p.116.

social<sup>15</sup>, os denunciante foram agrupados nas seguintes categorias: sapateiro, ferrador, carpinteiro, que vive de roça, cobrador, que vive de seu negócio ou agência, que vive de minerar, que vive de sua estalagem, cirurgião, padre, capitão-mor. Dados que demonstram e confirmam o nível modesto dos depoentes. Embora a amostragem possa ser pequena, limitada a apenas uma Comarca e ao caso específico da denúncia de feitiçaria, ela pode nos informar que a composição social dos que testemunhavam não parece ter escapado muito desses padrões. As mulheres como testemunha são em número bem inexpressivo. “Elas só eram convocadas perante o Tribunal quando a Mesa queria esclarecer casos mais sérios”.<sup>16</sup> Além disso, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* ressaltavam que quando “se fizerem inquirições, as examinem com cuidado, excluindo aquelas que notoriamente forem inábeis para testemunharem”.<sup>17</sup>

Por “inábeis para testemunharem” a igreja entendia a parcela pobre da população, aqueles sem atividade econômica expressiva e as mulheres. Não porque fossem poucas as mulheres na região, mas porque seu papel secundário e a sua fragilidade aos olhos da Igreja não as habilitava a uma tarefa que exigia responsabilidade.<sup>18</sup>

Das 74 denúncias de feitiçaria encontradas na Comarca, apenas duas testemunhas são mulheres, ambas pertencentes ao mesmo Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem na Freguesia de Curral de El Rei. Suas denúncias ocorreram em 1756. Rita dos Prazeres, de idade de 21 anos, denuncia Antonio crioulo de ser feiticeiro “porque ela denunciante em uma ocasião ouviu este com uma cantiga com a qual o mesmo disse que chamava o demônio, porém ela testemunha não viu o dito demônio” e “ouviu dizer a um moleque chamado Mateus escravo de Manoel Rodrigues Correa que o mesmo fazia andar um pau no chão sem que ninguém pegasse nele”.<sup>19</sup>

Nas devassas eclesiásticas é bastante comum encontrar mais de uma denúncia contra um acusado de feitiçaria. Nesse caso, em que Rita dos Prazeres testemunha contra Antonio Crioulo, a única denúncia encontrada foi a de Rita. Na pronúncia (uma espécie de síntese ou sinopse final da visitação de uma determinada localidade, com a lista dos culpados ou

<sup>15</sup> Convém ressaltar que nem toda denúncia trazia as informações referentes à categoria social. Assim sendo, nossa análise se presta, sobretudo, a apresentar uma tipologia do denunciante, já que não há possibilidade de trabalhar os dados com rigor estatístico.

<sup>16</sup> FIGUEIREDO, Luciano de. Segredos de Mariana: pesquisando a inquisição mineira. Acervo, Rio de Janeiro, n. 02, jul./dez. 1987, p.4.

<sup>17</sup> *Ib.*, p.4

<sup>18</sup> *Ib.*, p.4

<sup>19</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z8 (1756-1757), fls. 95v,96.



admoestados) diz que a acusação de feitiçaria contra Antonio Crioulo ficaria em aberto por falta de prova legal <sup>20</sup>, Dessa forma, o que talvez se pode inferir desse caso, é que o fato dessa denúncia ter sido feita apenas por uma mulher, no caso a Rita dos Prazeres, a denúncia deixou de ter legalidade, confirmando o entendimento da Igreja em relação as mulheres como “ináveis para testemunharem”.

A segunda denúncia é de Aoca [?] Alvares da Rocha, escrava de Francisco Fernandes da Rocha, ela denuncia Francisca Correa e Manoel da Rocha, afirmando que “Francisca Correa não era boa cristã e que tinha uma panela no teto da casa, uma no batente e outra no terreiro”, e “que punha água e se lavava e pedia a um Zumbi que na língua de Angola é um santo, e que era público e notório que os escravos eram tidos, havidos e reputados como feiticeiros”. <sup>21</sup> Há mais quatro denúncias contra Francisca Correa que vivia amancebada com Manoel, escravo de Ignácio Xavier da Rocha, e que também é acusado de feitiçaria. Em função de haver muitas denúncias contra eles fez-se necessário convocar essa escrava para testemunhar e, dessa forma, confirmar as denúncias.

Em alguns casos, muitas das testemunhas citam os nomes das pessoas acusadas, denunciam, mas em outros, não têm certeza se o que estão dizendo é verdade. Nesse sentido, a veracidade da denúncia era objeto que merecia atenção, como nos explica Luciano Figueiredo:

É bastante plausível que, nesses ambientes urbanizados, as antipatias pessoais fossem utilizadas perante o visitador para incriminar algum contendor. Atentos para que interesses pessoais não se sobrepusessem à função pastoral, os visitadores incluíam entre as punições algumas para crimes relativos à própria devassa. O item 38 do interrogatório inquiria: “Se sabem ou ouviram dizer que alguma pessoa intimidasse testemunhas que viessem ou houvessem de vir à visitação, para que não dissessem a verdade ou depois de testemunharem os tratassem mal com palavras ou obras”. Alcançar a verdade era um tema obsessivo no processo de devassa <sup>22</sup>.

Em algumas denúncias é nítida a irritação com o acusado de feitiçaria, por não ter conseguido curar ou achar os negros, por não ter achado ouro, por causar feitiços. Em uma das denúncias contra José Soares Cobai, Antonio da Silva Costa Guimarães parecia insatisfeito com os rituais de cura de José Cobai, “disse que sabia por ser público e notório que um negro

---

<sup>20</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, livro de devassa de testemunha, Identificação: Z8 (1756-1757), fl. 100.

<sup>21</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, livro de devassa de testemunha, Identificação: Z8 (1756-1757), fls. 95v,96.

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, Luciano de. Peccata Mundi: a “pequena inquisição” mineira e as devassas episcopais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs). As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.118.

chamado José Soares Cobai é feiticeiro” e, “ele testemunha, ele deu por uma vez dezoito oitavas e por outra quatro para ele curar um negro, porém que não obstante a cura que o dito Cobai lhe fizera o sempre o dito negro morrerá”.<sup>23</sup>

Em São Miguel de Piracicaba, em 1767, o cirurgião Luiz Ferreira de Castro parecia estar perdendo os pacientes para um negro feiticeiro Francisco de Castro. Afirmava a testemunha que era “fama pública que cura de feitiçaria com palavras e benze”, “que usava de certas raízes para o fim da cura” e “acreditando que com elas poderão os enfermos a ver saúde”.<sup>24</sup>

Em Santa Bárbara, no ano de 1777, Manoel Borges nos demonstra que as “irritações com as sogras” já datam de séculos. Manoel Borges acusava a sogra de ter chamado um negro para curá-lo, e que ele testemunha suspeitava que o negro fosse feiticeiro e que desta “cura resultou ficar tolhido e nunca mais poder trabalhar pelo seu ofício e tem mais de assim o suspeita porque a dita sua sogra alcovitava homens para a sua filha mulher dele testemunha”.<sup>25</sup> Mariana Maia, sua sogra, acabou sendo acusada de consentidora.

Embora as devassas tivessem tentado evitar que as pessoas fossem denunciar por ódios, antipatias ou desafetos, inclusive punindo-as caso percebessem esses aspectos nas denúncias, parece-nos que em alguns casos, como os citados anteriormente, as denúncias foram motivadas por irritações pessoais.

### 3. A Presença do Calundu nas Práticas Mágicas da Comarca do Rio das Velhas

O calundu se caracteriza por um ritual com alusão a danças, batuques, sujeição de vontades, recurso a espíritos mortos, envolvendo a cura e a adivinhação. É um ritual de caráter coletivo, onde um oficiante tem o papel de destaque. Assim como o calundu de Luzia Pinta e os demais que temos notícia, desenrola-se num espaço privado, que pode ser aberto ao público. Acontece numa casa e não em um espaço aberto - florestas, campos ou vales, como nos Sabás europeus dos séculos XVI e XVII. Ao analisar as variações da prática do calundu, Laura de Mello e Souza sugere três categorias: *calundus evidentes*, *calundus sugeridos* e *elementos*

---

<sup>23</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z8 (1756-1757) fls. 197, 197v.

<sup>24</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z 12 (Janeiro de 1767-1777) fl. 3.

<sup>25</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z 12 (Janeiro de 1767-1777) fl. 22.

*dispersos do calundu*<sup>26</sup>. Além da referência do calundu de Luzia Pinta, essa tipologia cunhada por Souza foi fundamental para analisar os casos encontrados na Comarca do Rio das Velhas.

A autora trata os casos evidentes quando há explícita sujeição à prática e nas próprias denúncias as acusações são referentes ao ritual calundu. Das denúncias de feitiçaria coletadas para essa pesquisa e apresentadas aqui nesse trabalho, o primeiro registro incluído nos casos de calundu evidentes ocorreu em 1734, no Arraial da Nossa Senhora das Mercês do Andrequicê. Manoel Antunes Lourato [?] morador da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro começa seu testemunho dizendo que quando era morador em São Gonçalo (localidade que pertencia a Comarca do Rio das Velhas) “ouvia dizer a algumas pessoas que ele não lembra quem são que uma crioula forra por nome Violante e vizinha moradora dançava e fazia calundures” e que “ele vira em casa negros tangendo atabaques”.<sup>27</sup>

Nesta outra denúncia, em Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 1738, José Rodrigues da Silva acusa Margarida Correa de curar e usar de bezenduras. A identificação desse caso como calundu evidente se deu em função das pronúncias, isto é, ao final da visitação, Margarida Correa e Luzia Pinta são admoestadas por fazer calundures.<sup>28</sup>

O outro caso é a denúncia contra Francisca Correa e o escravo de Ignácio Xavier de Souza (já mencionado anteriormente), no qual uma escrava é convocada para testemunhar. Nesta denúncia, quem os acusa de feitiçeiros é José Rodrigues. A testemunha disse que tinha ouvido de uma negra chamada Roza Capetiva, que os acusados tinham uma panela no teto da casa “a qual adora e lhe põem a massa e os mais guisados e trastes e depois lhe pede licença para comer e ao redor da mesma panela fazem suas festas e calundures”.<sup>29</sup>

E o que há de verdadeiramente em comum nesses casos é o fato de serem associados ao vocábulo calundu e ainda fazerem referência a danças, festas, instrumentos musicais, curas e adivinhações.

<sup>26</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Revisitando o Calundu. USP, São Paulo, 2002. p.1-20. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/pos/hs/images/stories/docentes/LauraSouza/CALUNDU.pdf>> Acesso em: 25 jun.2017.

<sup>27</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha- Identificação : Junho – outubro de 1734, fls. 96 v, 97

<sup>28</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha Z1 (maio-dezembro, 1738). Em parágrafo anterior neste artigo, foram mencionados os registros encontrados de denúncias contra Luiza Pinta nas Devassas eclesiais, antes dela ser oficialmente denunciada ao Tribunal do Santo Ofício.

<sup>29</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z8 (1756-1757) fls. 96, 96v.

Em relação aos calundus sugeridos, apresentamos um caso que não faz menção ao vocábulo calundu, mas o que permite enquadrá-lo nessa categoria são os rituais de cura e adivinhação, o uso de penachos e fitas com trapos, muito parecidos com a fita e os penachos que Luzia Pinta usava. Antonio Dias Teixeira das Neves, em 1777, na freguesia de Pitangui, acusa Timótea Nogueira de “vir a sua presença o demônio todas as vezes que queria” e ainda acusa o preto Gregório e o escravo de Antonio Gonçalves Fraga de serem curadores e adivinhadores “o que ele testemunha sabe por ter ele visto várias feitiçarias que ele testemunha percebeu mais do que uma fita com uns trapos, uns penachos e outras embutisses”.<sup>30</sup>

Nos casos de elementos dispersos do calundu, notadamente, alguns apresentam cura ritual, com manipulação de objetos, animais, invocação de espíritos e investigação causal de patologias (os “feitiços” causadores de doença). “Esses casos sugerem uma transição para um complexo mágico distinto e dotado de traços que, mesmo se aparentados ao calundu, talvez apresentassem especificidade própria”.<sup>31</sup> Em São Miguel de Piracicaba, no ano de 1767, Francisco, assistente de Antonio Macedo de Castro é acusado por Manoel Pereira de Sampaio de ser “curador e adivinhador, utilizar raízes, pós, curar os feitiços das pessoas”.<sup>32</sup> Em outra denúncia de Manoel Vilela de Carvalho, diz que o tal benzedor e curador “lançando uns pós em água depois de cavar na terra tirando debaixo dela um bolo de cera da terra com vários cabelos e mostrando as pessoas que tinham feito feitiços contra as pessoas”.<sup>33</sup>

Bento Lima, em Roça Grande, no ano de 1777, também curava usando raízes e outros elementos. Manoel Rodrigues disse que Bento de Lima “curava de feitiços com umas raízes e que ele testemunha observara que uma negra a quem ele deu a beber as tais raízes lhe fez bater com elas dois pedaços de pentes, uma argola de ferro e uns bolos de cera e unha de galo e outras semelhantes feitiçarias”.<sup>34</sup> “Outros casos vão quase imperceptivelmente migrando do âmbito das curas mágico-rituais para o dos malefícios. Há, ainda, os que remetem exclusivamente ao lado negativo”.<sup>35</sup> Na Freguesia de Santo Antonio do Rio Acima em 1756, Catharina de Souza Rego é acusada de matar alguns negros usando feitiçarias. Manoel Nunes Rebelo, disse ser

<sup>30</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777) fl.67 e 67v.

<sup>31</sup> SOUZA, 2002, p.15.

<sup>32</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777) fl.3.

<sup>33</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777) fls.3v, 4.

<sup>34</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777) fl.54

<sup>35</sup> SOUZA, op.cit., p.17.

público e notório que Catharina de Souza Rego “preta forra de nação mina é tida e havida por feiticeira e que dela se queixou um negro de Francisco Teixeira Paços, o qual morreu e também tinha ouvido dizer de Luiza Gonçalves que a mesma lhe matou um negro”.<sup>36</sup> Em Pitangui, no ano de 1777, Rita Maria é acusada de causar feitiços e matar as pessoas. Domingos Moreira da Cunha, testemunha, ouviu de Domingos Ferreira Pacheco que a dita “Rita Maria lhe matou uma filha de feitiços e a Escolástico Vieira Antunes também ouviu dizer que a dita era feiticeira por lhe ter feito mal a sua mulher e filhos”.<sup>37</sup> Talvez a maior parte desses casos do último grupo (elementos dispersos do calundu), que tem como característica a utilização de raízes, pós, águas, feitiços e feitiços provocadores de malefícios, tivesse mais relação com outros ritos de origem africana do que com o próprio calundu. Mas, o que justifica sua análise é o fato de alguns casos tão pouco característicos, como, por exemplo, o de Margarida Correa constar nas pronunciações como configurando práticas do calundu.

#### 4. Considerações Finais

A proposta deste artigo foi apresentar alguns casos de denúncias de feitiçaria ocorridas na Comarca do Rio das Velhas no século XVIII e relacionadas ao ritual de cura e adivinhação conhecido como calundu. Percebe-se que no período colonial, sobretudo em Minas Gerais, o enorme contingente de negros africanos das mais diversas etnias ao relacionar-se com outros grupos oriundos de outras regiões contribuíram para que se formasse uma religiosidade popular. Para uma análise mais acurada em relação às denúncias que apresentam manifestações relacionadas ao calundu seria necessário estudar a fundo outras práticas-mágicas de origem africana, outros exemplos de calundu e não apenas o de Luzia Pinta. Nesse sentido, acredita-se que essa pesquisa possa contribuir para a compreensão de que essas práticas-mágicas eram parte da vivência dessa população colonial, pois foi a partir delas que as pessoas buscaram os meios para resolver os problemas da vida cotidiana e foi por meio delas que se relacionaram com o mundo sagrado.

---

<sup>36</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z8 (1756-1757), fls. 121v, 122.

<sup>37</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de devassa de testemunha, Identificação: Z12 (janeiro de 1767-1777) fls. 64v, 65, 65v.

## Antijudaísmo na Primeira Cruzada: entre o Kidush HaShem e os libelos de sangue

**Karla Constancio de Souza<sup>1</sup>**

Mestranda

Universidade Federal do Espírito Santo

karla.constancio.s@gmail.com

**Resumo:** Neste texto sintetizamos os principais aspectos de nossa pesquisa de mestrado, que consiste na criação de um novo martirologio judaico em consequência do contexto em que os judeus foram inseridos durante as movimentações da Primeira Cruzada. Submetidos à escolha entre a conversão ou a apostasia, a maior parte dos judeus renanos decidiram pela prática do Kidush HaShem, uma palavra e conceito religioso do hebraico para significar o suicídio ritual. Em contrapartida, analisamos como a imagem dos suicídios coletivos acabaram sendo representados no imaginário cristão do próximo século de maneira a contribuir para a criação do boato de assassinato ritual, ou libelo de sangue, no norte da Europa.

**Palavras-chave:** judaísmo; martírio; Kidush HaShem; Germânia; ashkenazi

**Abstract:** In this article we summarize the main aspects of our Master's research, which consists in the creation of a new Jewish martyrology as a result of the context in which Jews were inserted during the First Crusade. Under the choice between conversion or apostasy, most of the Rhenish Jews decided to practice Kiddush HaShem, a word and religious concept of the Hebrew language to signify ritual suicide. On the other hand, we analyze how the image of collective suicides ended up being represented in the Christian imaginary of the next century in order to contribute to the creation of a ritual murder's rumor, or blood libel, in the north of Europe.

**Keywords:** judaism; martyrdom; Kiddush HaShem; Germany; ashkenazi

### Introdução

A abordagem proposta neste artigo lança mão do viés sociocultural das *representações* de Chartier (1990), a partir das diversas construções narrativas sobre os eventos da Primeira Cruzada que levaram aos massacres e martírio dos judeus ashkenazi na Renânia do século XI. Focamos no *conflito discursivo* dentro das esferas que compunham o clero no que concerne a questão judaica, para isso buscamos o auxílio da metodologia da *Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENAU. 2004). Tal conflito parece surgir em torno do que identificamos como um caso de *circULARIDADE das idéias*, de acordo com a teoria proposta por Ginzburg (1987), e ocorre em dois âmbitos: primeiro, nos dois segmentos clericais que defendiam ou contrariavam a violência contra judeus e batismos forçados, respectivamente, o clero letrado, representado pela alta hierarquia da Igreja; e o clero iletrado, de origem popular. Em segunda instância, ocorre na influência religiosa e cultural mútua entre a população de

---

<sup>1</sup>Pesquisadora do Letamis (Laboratório de Estudos Tardo Antigos e Medievais Ibéricos/Sefaradi).

cristãos e judeus citadinos, bem como na demarcação das *identidades* e *alteridades* próprias das relações entre o judaísmo e o cristianismo no Medievo Central.

No tocante as nossas fontes, utilizamos dois conjuntos de crônicas. Para analisar o discurso judaico, elencamos as *crônicas hebraicas*, escritas aproximadamente entre o final do século XI e a metade do XII, por três diferentes autores – rabi Salomão bar Sansão, rabi Eliezer bar Nathan, e o Anônimo de Mainz. Quanto a investigação do discurso cristão, empregamos quatro textos latinos de clérigos que narraram ou comentaram os massacres; a exemplo de duas crônicas escritas contemporâneas ao evento, na década final do século XI, de autoria dos monges Bernold von St. Blasien e Fruitolf von Michelsberg, e outra escrita entre os anos de 1125 e 1150 pelo cônego e historiador medieval Albert de Aix-la-Chapelle.

Devemos salientar, ainda, que os eventos ocorrem em sua maioria no ambiente urbano e atingiram os guetos das comunidades *ashkenazim*<sup>2</sup> das principais cidades germânicas do Vale do Reno, no Sacro Império Romano-Germânico, a saber: Colônia (Köln), Spira (Speyer), Worms, Tréveris (Trier), Metz e Ratisbona (Regensburg), com ênfase no bispado de Mogúncia (Mainz). Apesar de, tradicionalmente, a Idade Média europeia ser representada pelo feudalismo como modelo sócio político e econômico vigente, e, em consequência, por um espaço localizado e ruralizado em sua essência, sabemos que esta é uma interpretação altamente contestável. As cidades de uma das instituições mais poderosas da Idade Média Central, o Sacro Império, eram importantes e expressivas. Segundo Baschet (2009, p. 349), é necessário superar a visão de um universo feudal localizado e preferir a noção mais complexa de espaço polarizado, que engloba a autonomia e a particularidade de cada entidade local em uma organização espacial de conjunto, heterogênea e hierarquizada.

Em vista da apresentação dos principais aspectos desta pesquisa, discutamos agora as questões acerca de nosso objeto, interpretações e hipóteses sobre os acontecimentos da chamada Cruzada Germânica que vitimou as comunidades ashkenazim, suas consequências e discursos em torno dos eventos.

### 1. “Então os cruzados começaram a profanar em nome do pendurado”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Palavra transliterada do hebraico para significar אשכנזי, ashkenazi; ou plural אשכנזים, ashkenazim. A cultura ashkenazi diz respeito à etnia judaica mormente presente no norte da Europa, e vem do termo *Ashkenaz*, vocábulo também do hebraico medieval que dava nome a todo esse território, compreendido pelo Sacro Império Romano-Germânico, norte da França, Inglaterra, e até mesmo algumas regiões da Escandinávia. Os judeus ashkenazim partilharam uma cultura comum e também um idioma, o *yiddish*, dialeto de base hebraica que possuía influências do latim e alemão.

<sup>3</sup> *Crônica de Rabi Salomão bar Sansão*. Trad. de Nachman Falbel, 2001, p. 88



Sobre as informações factuais disponíveis, sabe-se que o Papa Urbano II lançou a Primeira Cruzada em discurso durante o Concílio de Clermont a 27 de novembro de 1095, e partiu em viagem pela Europa pregando a Cruzada à cristandade, sem suspeitar, como afirma Poliakov (1979), da prodigiosa ressonância que seu apelo alcançaria. Apesar disso, não houve o mínimo planejamento na empresa do primeiro movimento cruzadista, e este caráter desorganizado deu espaço para discursos populares inflamados, promovidos por monges itinerantes representantes da baixa hierarquia da Igreja, elevando os ânimos das populações; por consequência, vemos uma movimentação caótica, principalmente na Europa Central, em direção à Jerusalém (CARDINI, 2006, p. 475; FALBEL, 2001, p. 104 e ss.; ROUSSET, 1980, p. 14). Esses monges e pequenos clérigos estavam mais próximos de um discurso popular, do que propriamente daquele veiculado entre a alta hierarquia eclesiástica – que até mesmo proibira a participação de monges e mulheres num primeiro momento da deflagração da Cruzada (NORWICH, 1996).

Durante o verão de 1096, cruzados e levantes populares lançaram-se em perseguição a toda comunidade de judeus ao longo do Vale do Reno, e algumas das cidades atingidas foram Mainz, Speyer, Worms, Colônia, Trier, Metz e Regensburg. Segundo Falbel (2001, p. 76-78), no bispado de Mainz, que sofreu as maiores perdas em números de mortos, há estimativas de que as vítimas podem ter se aproximado de mil e duzentas; na cidade de Speyer, por sua vez, o bispo conseguiu salvar os judeus sob sua proteção. À vista disso, o corolário da Cruzada Germânica apresenta-se na reação dos judeus ashkenazim frente ao desafio da conversão *versus* apostasia, e concerne às origens de nosso objeto neste estudo; pois, ao subjugar as judiarias renanas, a ação dos cruzados contribuiu para desencadear uma prática largamente utilizada pelos judeus nas situações de escolha entre conversão ou morte que ocorreram durante os massacres de 1096, isto é, preferiram cometer o suicídio ritual em santificação do Nome de Deus, ao invés de cometer a apostasia da conversão. Desta maneira, os judeus martirizados reagiram da forma mais fiel ao judaísmo que conseguiram. A construção desta prática religiosa ficou conhecida pelo nome de Kidush Hashem, e deu aos ashkenazi o status de forma mais pura do judaísmo (FALBEL, 2001, p. 98-112; p. 66-73).

Se atentarmos para outras produções historiográficas sobre a questão dos massacres, podemos identificar, por exemplo, nos estudos de David Malkiel (2002, p. 257), algumas críticas em relação a ideologia tradicional sobre o caráter da fidelidade religiosa asquenazita. Em oposição à Yitzhak Baer, que afirma “os judeus ashkenazim parecem a personificação mais

pura do povo de Deus”, nos deparamos com uma interpretação mais aceita atualmente, que é a noção de um maior imbricamento entre as culturas cristã e judaica no período medieval, e não a ideia tradicional do não-contato, da exclusão mútua entre elas, responsável por garantir a suposta pureza da religiosidade ashkenazi. Outra leitura importante que Malkiel faz dos massacres, é a de que os judeus renanos não foram confrontados com a escolha entre conversão ou morte logo no início das perseguições. O autor argumenta, que, de acordo com as fontes disponíveis e com o teor do discurso cristão presente, por exemplo nas crônicas hebraicas e latinas, o objetivo inicial dos cruzados era matar os judeus, e a opção do batismo como alternativa à morte foi introduzida apenas após os massacres iniciais (MALKIEL, 2002, p. 259). No início da crônica de rabi Salomão bar Sansão, o cronista relata que os cruzados declararam o desejo de vingança contra aqueles que assassinaram Cristo, portanto deveriam varrer sua nação da face da terra.

E, ao passarem pelos lugares onde viviam os judeus, disseram uns aos outros: “Eis que vamos a um lugar longínquo procurar defender os nossos lugares santos e vingar-nos dos ismaelitas enquanto os judeus estão aqui entre nós, e seus antepassados mataram e crucificaram Cristo em vão. Vinguemo-nos antes e os destruamos como povo para que o nome de Israel não seja mais lembrado (Sl. 83:5), ou para que reconheçam e aceitem nossa fé” (*Crônica de Rabi Salomão bar Sansão*. Trad. de Nachman Falbel, 2001, p. 74).

## 2. Ideologia e Martírio

As crônicas hebraicas nos dão uma ideia muito detalhada, e também ideológica, do que foram os massacres de 1096 nas cidades da Renânia. Sobre isso, destacamos um estudo importantíssimo sobre a ideologia das crônicas, publicado por Lena Roos em 2006. A autora traz um foco diferente nos estudos da temática, porém necessário, que consiste em tratar a ideologia do martírio contida na narrativa, como um fenômeno literário. Na introdução de *God wants it!: the ideology of martyrdom of the Hebrew crusade chronicles and its Jewish and Christian background*, Roos se preocupa em salientar a diferença entre o ato do martírio com o texto que comemora esse ato, e a ideologia por trás dele. Considera as crônicas como “textos de mártires”, e revela que comparativos com outros textos mais antigos do mesmo assunto nos mostram certas similaridades, mas também diferenças. Assim, a importância da narrativa se revela no fenômeno social do martírio, uma vez que o martirologista dota a morte do mártir com uma significância duradoura (2006, p. 4). Esta é uma noção teórica endossada pela autora a partir das análises teóricas de Anita e Eugene Wiener (1991, p. 15), que determinam o martírio essencialmente como uma história; esta história ou narrativa é uma transmissão de

acontecimentos estruturada dentro do corpo de tradições orais e escritas. Nesta perspectiva, o texto é considerado o elemento mais importante do martírio, legando uma importância secundária à veracidade dos eventos registrados, pois, uma vez que determinadas informações são incorporadas ao texto, o fato de que elas podem não ter ocorrido, não deprecia o poder de persuasão ou a impressão que o texto causa. Isto posto, o intuito de Roos é fazer entender que as descrições das crônicas não se limitam a um mero reflexo dos eventos, mas foram projetadas com certo propósito em mente, o de criar um martirologio judaico.

Esta visão é compartilhada por Falbel (2001, p. 66-69), que considera as narrativas hebraicas dotadas da finalidade de fortificar a fé daqueles que haviam perdido a coragem e o ânimo após os eventos que levaram à destruição de parte das comunidades ashkenazim. Além disso, diz que Baer aventa a possibilidade de parte dessas narrativas serem lidas nas sinagogas como forma de poesia litúrgica (*piyut*) de dor e lamento (*kinot*); suspeita, ainda, que os redatores das crônicas possam ter exagerado em narrar o apego extremo das vítimas à religião, o que acabou transformando exemplos e símbolos religiosos em uma realidade concreta. Apesar do Kidush HaShem ter tido outros precedentes na história judaica, como por exemplo, no cerco de Massada, e portanto, não se tratar de algo inédito, a singularidade dos martírios de 1096 residem no fato de que os autores das narrativas deram continuidade ao pensamento religioso aberto no passado, mas, por outro lado, acrescentaram conceitos e terminologia novos, transformando-os nos criadores de uma nova concepção de martirologio adotada por muitas gerações posteriores.<sup>4</sup>

### 3. Do Kidush HaShem aos libelos de sangue

Desde a década de 50, na primeira edição de *História do Antissemitismo I: de Cristo aos judeus da corte*, Leon Poliakov já levantava a hipótese de um fio condutor que ligava a impressão que os cristãos fizeram dos martírios de Kidush HaShem, com o surgimento das primeiras acusações de crime ou assassinato ritual contra cristãos, aliando esta acusação também a de profanação das hóstias. Próximo aos anos de emergência da Segunda Cruzada (1147-1149), surge em dois lugares diferentes, Inglaterra e Alemanha, a acusação de assassinato ritual. O primeiro caso foi o de Norwich em 1144, onde, próximo a Páscoa, fora descoberto o corpo de uma criança cristã num bosque. Em decorrência disso judeus foram acusados do crime, e um importante judeu da comunidade foi morto por um cavaleiro, que, segundo Poliakov

<sup>4</sup> Nachman Falbel cita tais constatações de Baer a partir de uma introdução que o autor escreve para o livro de A. M. Habermann, *Sefer Gzeirot Ashkenaz veTzarfat (O livro das perseguições na Alemanha e na França)* em 1971.

(1979, p. 49), era seu devedor. A segunda ocorrência se deu na Germânia, em Würzburg, durante a pregação da Segunda Cruzada, quando aparece o cadáver de um cristão no rio Meno, sendo novamente os judeus apontados como culpados, perseguidos e alguns acabaram mortos. De acordo com o autor, a acusação se dispersa pela Europa e depois de alguns anos de incubação, mas logo vemos episódios surgirem em Blois (1171), em Bray-sur-Seine (1191), todos levando a morte de dezenas ou centenas de judeus. No século seguinte o boato e suas características já estavam consolidados, de maneira que o próprio imperador Frederico II e a Santa Sé, através de bula promulgada por Inocêncio III, se ocupam de tentar eliminar as calúnias e acusações. O autor considera que os esforços não foram suficientes para suprimir tal ideia cristã sobre os judeus, e, doravante, os casos de crimes rituais ou hóstia profanada, substituíram as Cruzadas enquanto pretexto para exterminação em massa (POLIAKOV, 1979 p. 42-52).

Toda esta perspectiva presente já na década de 50 encontra eco nos estudos historiográficos mais recentes, incluindo a análise de fontes latinas feita por Israel J. Yuval em *Two nations in your womb: perceptions of Jews and Christians in late antiquity and the Middle Ages*, de 2006. O autor admite que não há muitas fontes indicando a natureza do impacto dos martírios na opinião pública cristã, mas há evidências suficientes de que o comportamento dos judeus causou uma impressão negativa na opinião pública cristã. Alguns dos principais cronistas latinos no período mencionam os acontecimentos, confirmando as informações presentes nas crônicas hebraicas, e expondo, por sua vez, suas próprias impressões em relação aos martírios. Observemos a crônica de Albert de Aix-la-Chapelle, ou Albertus Aquensis:

Judaei vero, videntes Christianos hostes in se suosque parvulos insurgere, et nulli aetati parcere, ipsi quoque in se suosque confratres, natosque, mulieres, martres et sorores irruerunt, et multua caede se peremerunt. Matres pueris lactentibus, quod dictu nefas est, guttura ferro secabant, alios transforabant, volentes potius sic propriis manibus perire, quam incircumcisorum armis exstingui.

Quando os judeus viram que os inimigos cristãos os atacavam e às suas crianças, e não mostravam misericórdia a ninguém, eles levantaram-se uns contra os outros, suas crianças, suas esposas, suas mães e suas irmãs, e então cada um pereceu na mão de seu companheiro. Mães, é horrível dizer isso, cortaram as gargantas de seus bebês lactantes e esfaquearam outros, preferindo que eles morressem por suas mãos e não pelas armas de incircuncisos (*Recueil des historiens des croisades. Historiens occidentaux*, v. 4, p. 293, tradução nossa)<sup>5</sup>

A crônica de Fruitolf von Michelsberg, por sua vez, em passagem sobre o fato de muitos terem negado o batismo forçado e voltado ao judaísmo depois da ameaça cruzada, declara que

<sup>5</sup> Disponível em: <https://archive.org/details/RecueilDesHistoriensDesCroisadesOccidentaux12>

os judeus eram “[...] ímpios que são verdadeiramente inimigos que a Igreja tolera em seu seio. Houve um certo número deles que retornou ao judaísmo como cães a seus vômitos”. A partir da investigação de algumas crônicas latinas e análise do teor do conteúdo relacionado aos martírios da Primeira Cruzada, Yuval (2006, p. 163-164) acredita que o lugar central do ritual de sangue (Kidush HaShem) na consciência da geração pós 1096, bem como a atitude cristã negativa em relação a esse ritual, pode lançar luz sobre o aparecimento, precisamente naquele momento, de mais uma interpretação cristã hostil e distorcida do martirologio judaico, isto é, o surgimento da acusação de assassinato ritual. O crime de Norwich aconteceu, como mencionado, em 1144 na Inglaterra; porém, a informação sobre a acusação de crime ritual chegou na Germânia somente em cerca de 1147, e neste mesmo ano o, também já mencionado, judeu de Wurzburg é acusado do mesmo crime (2006, p. 168). Segundo as descrições dos *Annales Herbipolenses*,<sup>6</sup> e de rabi Efraim ben Jacob de Bonn, no *Sefer Zechirá* [Livro da Recordação]<sup>7</sup>, os eventos ocorreram durante os pogroms da Segunda Cruzada, e os rumores eram de que o cadáver do cristão morto encontrado no rio estava operando milagres. Yuval acredita que os cristãos retiveram a imagem do comportamento judeu da Primeira Cruzada, e na memória cristã há uma nova emergência da imagem dos judeus matando a si próprios e os seus entes queridos.

### Notas Conclusivas

Considerando a construção de nosso argumento, utilizamos de uma vasta bibliografia e corpo documental para garantir a lógica do trabalho historiográfico em pretensão; porém, foi necessário limitar o volume de obras aqui analisadas em função do caráter breve deste artigo. Defendemos, assim como os autores apresentados, e a partir da análise dos discursos e ideologias presentes nas fontes, uma possível ligação entre o surgimento, ou ressignificação de um novo martirologio judaico presente no conceito do Kidush HaShem. A ressignificação ocorre no próprio âmbito do judaísmo, que toma os precedentes do suicídio ritual em sua própria história e cria-lhe um novo sentido; bem como se dá no meio cristão, que instrumentaliza a sua interpretação dos martírios judaicos para criar o boato ou acusação de assassinato ritual. Os discursos cristãos que defendem ou atacam presença dos judeus em meio a cristandade se movimentam entre a camada popular (os discursos de monges e clérigos populares) e a camada erudita e letrada (a alta hierarquia da Igreja e os cronistas latinos). É possível identificar a

<sup>6</sup> MGH SS, XVI, 3 (Hannover, 1859).

<sup>7</sup> O *Sefer Zechirá* compõe, junto com as crônicas hebraicas da Primeira Cruzada, a obra de tradução de Nachman Falbel (2001).

circularidade dos discursos quando observamos o teor de antijudaísmo nas falas de alguns cronistas, como de Fruitolf von Michelsberg, por exemplo, o qual escolhemos para analisar neste artigo. Em síntese, acreditamos que os discursos e as barreiras que judeus e cristãos supostamente cerraram entre si para garantir a manutenção de sua cultura e costumes, são fluidas e garantiram o contato de ambos em sociedade, apesar da exclusão e dos conflitos em torno da alteridade.

### Referências:

BASCHE, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. Globo: São Paulo, 2009.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, Jacques; SHIMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário temático do ocidente medieval*, vol. 1. Bauru: Edusc, 2006, p. 473-487.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique (Orgs.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

FALBEL, Nachman. *Kidush Hashem: Crônicas hebraicas sobre as Cruzadas*. São Paulo: Edusp, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HABERMANN, Abraham Meir. *Sefer Gzeirot Ashkenaz veTzarfat (O livro das perseguições na Alemanha e na França)*. Tarshish Books: Jerusalém, 1971.

MALKIEL, David. Destruction or Conversion Intention and reaction, Crusaders and Jews, in 1096. *Jewish History*. v. 15, n. 3, p. 257-280, 2002.

MCCARTHY, Thomas John Henry. *Chronicles of the Investiture Contest: Fruitolf of Michelsberg and his continuators*. Manchester: Manchester University Press, 2013.

POLIAKOV, León. *História do Antissemitismo I: de cristo aos judeus da corte*. Perspectiva: São Paulo, 1955.

ROOS, Lena. *God wants it!: the ideology of martyrdom of the Hebrew crusade chronicles and its Jewish and Christian background*. Brepols: Turnhout, 2006.

ROUSSET, Paul. *História das Cruzadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas*, vol. 1: a Primeira Cruzada e a fundação do reino de Jerusalém. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

YUVAL, Israel Jacob. *Two nations in your womb: perceptions of Jews and Christians in late antiquity and the Middle Ages*. London: University of California Press, 2006.

WEINER, Anita; WEINER, Eugene. *The martyr's conviction: a sociological analysis*. Scholars: Atlanta, 1991.



## Ela deseja a leito: símbolos e metáforas dos devotos de Inanna

**Simone Aparecida Dupla**

Doutoranda em História  
UEM

E-mail: cathain\_celta@hotmail.com

**Leonildo José Figueira**

Mestre em História  
UEPG

E-mail: leo.hist@gmail.com

**Resumo:** Inanna, a deusa tutelar da cidade de Uruk, na Antiga Mesopotâmia foi uma divindade multifacetada que os autores clássicos gostavam de chamar de deusa da guerra e do amor, no entanto seus atributos e funções foram muito além do sexo conjugal ou dos campos de batalha. Entre os símbolos relacionados à divindade, o leito foi um dos mais antigos atribuídos a Inanna. A cama foi um dos símbolos de sua hierofania, pois nela o Abraço Sagrado de Inanna ocorria, nela a deusa se manifestava em todo o seu poder de estrela do Entardecer, a deusa das práticas noturnas, do coito mágico dos poderes femininos. O presente aborda o simbolismo do leito presente nos mitos, hinos e iconografia da deusa Inanna. Para tanto, se utilizou dos conceitos de representação de Roger Chartier, imaginário de Sandra Pesavento, além dos conceitos de sagrado, mito e hierofania de Mircea Eliade.

**Palavras-chave:** leito, Inanna, Mesopotâmia, representação.

**Abstract:** Inanna, the tutelary goddess of the city of Uruk in Ancient Mesopotamia was a multifaceted deity that the classical authors liked to call the goddess of war and love, yet their attributes and functions went far beyond conjugal sex or battlefields. Among the symbols related to the deity, the bed was one of the oldest attributed to Inanna. The bed was one of the symbol of his hierophany, for in it Inanna's Sacred Embrace took place, in her the goddess manifested in all her star power of the Evening, the goddess of nightly practices, of the magical coitus of female powers. The present addresses the symbolism of the bed present in the myths, hymns and iconography of the goddess Inanna. For that, we used the concepts of representation of Roger Chartier, imaginary of Sandra Pesavento, and the concepts of sacred, myth and hierophany of Mircea Eliade.

**Keywords:** bed, Inanna, Mesopotamia, representation.

Uruk, é uma das mais antigas cidades da Mesopotâmia, foi construída sobre uma plataforma de bambu<sup>1</sup>, foi o locus privilegiado da vida cidadina, dos comércios intensos, dos intercâmbios culturais e expansão colonialista para muitos territórios. De acordo com os estudos recentes de Guendolyn Leick, esta cidade possuía as mais antigas, imponentes e numerosas construções arquitetônicas da Mesopotâmia<sup>2</sup>. Suas ruínas cobrem uma extensão de 550 hectares e já foram contadas entre 18 a 20 metros de camadas de assentamentos.

---

<sup>1</sup> Uruk, foi o nome dado ao sítio arqueológico descoberto em 1856 (na atualidade Warka), é também o nome de umas das mais antigas cidades sumérias ao sul da Mesopotâmia.

<sup>2</sup> Leick, Mesopotâmia: a invenção da cidade. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 111.

Os documentos apontam que Uruk foi um importante centro político e cerimonial, cuja superioridade permaneceu até o século VII, antes de ser conquistado definitivamente pelos árabes, em 654 e repousar sob os *tells* até meados do século XIX da nossa era, quando os exploradores modernos a reencontraram para perdê-la novamente a partir da Guerra do Golfo (1991).

O principal centro religioso de Uruk foi denominado de E-anna, templo/lar deusa *Inanna* desde muito cedo, como demonstra a ligação dessa divindade com a cidade que pode ser atestada por diversas fontes, entre elas, *A árvore de Hullupu*, já mencionada, *Inanna e Enki*, *O descenso de Inanna* e hinos dedicados à deidade.

A patrona de Uruk teve templos erigidos em diversas cidades e tornou-se protótipo de outras divindades para além das muralhas de sua cidade e do território mesopotâmico. Este texto aborda o simbolismo do leito presente nos mitos, hinos e iconografia referente à deusa *Inanna* e consequentemente sua relação com os devotos, no entanto, alertamos que o mesmo constitui apenas um pequeno esboço de uma discussão mais profunda em andamento. Acreditamos que a relação da divindade com seus fiéis, sua personalidade, atributos e atuação devem ser examinados em conjunto com sua ligação com o lugar, pois dizem respeito às construções religiosas coletivas cujas narrativas mitológicas demonstram toda a engenhosidade e criatividade dos habitantes da Antiga Mesopotâmia.

### **Entre leitos e lençóis: o espaço sagrado como jardim das delícias.**

Um dos mitos do chamado ciclo de *Inanna*, intitulado “A árvore de *Huluppu*” relata que a divindade esperou por anos para transformar o pequeno arbusto em seu leito e trono. Mas, após esta espera, a deusa se deparou com algumas dificuldades, pois personagens mitológicos da cultura mesopotâmica também resolveram tomar sua árvore, entre eles, o pássaro *Anzu*, que fez seu ninho nos galhos e a donzela *Lilith* que teria encontrado abrigo em seu tronco. Então “a jovem mulher que amava sorrir chorou, como *Inanna* chorou, mas eles não abandonaram a sua árvore<sup>3</sup>”. A divindade procurou a ajuda do deus sol *Utu*, seu irmão, mas ele não quis ajudá-la.

Em busca de auxílio, a deusa procurou o herói da cidade, o guerreiro Gilgamesh, que vestiu sua pesada armadura, e em posse de seu pesado machado, entrou no Jardim Sagrado da deusa. Após ter expulsado os invasores, o herói esculpiu para sua sagrada irmã um trono e uma

---

<sup>3</sup> WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna* queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer. New York: Harper & Row, 1988, p.06.

cama<sup>4</sup>. Em agradecimento pelos feitos de Gilgamesh, a deusa esculpiu para ele um *pukku*<sup>5</sup> e um *mekkû*<sup>6</sup>.

Interessante notar, que as personagens que ocuparam a árvore têm suas origens em povos que não eram originários desse espaço, eles eram estrangeiros, como Lilith, cuja origem era semita. Ao longo da história dessa localidade, diversos povos ali se estabeleceram um dos principais deles, os semitas, inclusive assumindo o comando em muitos momentos, como Sargão I (2350), de Acade, fundador do primeiro império mesopotâmico.

Em seu mito de origem, Uruk já salientava suas disputas territoriais, lamentava a chegada de outros povos e os combatia. *Inanna* chorou, a cidade chorou, os outros deuses não interferiram, foi o herói de Uruk, seguido dos filhos da cidade que se reuniram e a libertaram. *Unug*<sup>7</sup> era de *Inanna*, era dos urukenses.

Então um trono foi esculpido para a divindade e um leito foi confeccionado da madeira da árvore, o espaço foi conquistado, demarcado e sacralizado. Vê-se que desde o primeiro momento a divindade chama às armas e às práticas sexuais. Ela quer uma cama para repousar, um leito que alegre o coração, como diz um dos relatos<sup>8</sup>.

Na Corte de *Inana e Dumuzi*<sup>9</sup>, por exemplo, os detalhes do leito nupcial são evocados, como paradigma às núbeis mesopotâmicas, mas também como demarcação de um aspecto de sua sacralidade. De acordo com esse relato a divindade estava preocupada com seus esponsais, que deveria ocorrer na época da colheita, logo na festa do Ano Novo, o *akiti*, de acordo com o calendário mesopotâmico e o próprio mito, onde a divindade inicia o diálogo com seu irmão, o deus sol, atestando que as flores de linho eram lindas e que estas estavam em ponto de serem ceifadas.

<sup>4</sup> Para mais detalhes do mito ver: WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna* queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer. New York: Harper & Row, 1988, p. 4-5.

<sup>5</sup> Tambor.

<sup>6</sup> Baqueta. Pukku e Mekkû são denominações semitas, os vocábulos sumérios são respectivamente <sup>gi</sup>ellag e <sup>gi</sup>e-ke<sub>4</sub>-kèma. Há uma divergência entre os estudiosos sobre a função ou mesmo o que seriam esses objetos. Kramer, por exemplo, acreditava que seriam a baqueta e o tambor. Recentemente Vermaak propôs que seriam peças de tabuleiros de jogos relacionados aos símbolos de *Inanna/Ishtar*. Para detalhes ver: VERMAAK, P.S. A new interpretation of the playing objects in the Gilgamesh Epic. *Journal for Semitics*: 20/1 (2011) pp. 109-138. Mas se realmente esses objetos se referem a um jogo de tabuleiro, minha opinião, devido aos símbolos envolvidos (leão, árvore, humanos) e as descrição de Vermaak das peças, é que seria um jogo comemorativo do mito *A árvore de Huluppu*, onde as peças e objetivos do jogo lembrariam o relato mitológico.

<sup>7</sup> Nome sumério de Uruk, hoje Warka.

<sup>8</sup> WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna* queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer. New York: Harper & Row, 1988, p. 42.

<sup>9</sup> Ver: WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna* queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer. New York: Harper & Row, 1988.

*Utu* responde que colherá o linho para a divindade, mas *Inanna* continua questionando sobre a fiação e preparação deste. O texto aponta os artifícios da deusa que busca fugir a todo o momento das bodas, pois não quer fiar o linho, o qual o irmão diz que o fará, também não quer trançá-lo, tecê-lo ou clareá-lo para que se torne um lençol para o leito nupcial. Por fim, questiona quem iria para o leito com ela e contrariada acaba aceitando as bodas com o pastor *Dumuzi*. Importante notar nesse relato a presença novamente da cama, a qual deveria ser coberta com um lençol de linho branco, ricamente trabalhado e confeccionado para este fim.

O jardim aparece, como metáfora para a consumação do casamento e como *locus* privilegiado onde ele deve ocorrer. *Dumuzi* deseja seguir até o esse local acompanhado da divindade, ele quer ir até o pomar, e sob a macieira plantar “a doce semente coberta de mel<sup>10</sup>”. Isso nos faz pensar se o leito deveria ser colocado em meio ao jardim, ou se a câmara nupcial deveria evocar a ideia de um jardim das delícias, pois o mito evoca essa possibilidade. Além disso, aponta com precisão em relação ao tempo que isso deveria ocorrer: à noite, horário privilegiado dos amantes, dos encontros noturnos na taberna, nas ruas, nos lares. Nesse trecho, a divindade discorre:

Ontem à noite, eu, a rainha, estava brilhando,  
 Ontem à noite, eu, a Rainha do Céu, estava brilhando  
 Como eu estava brilhando e dançando,  
 Cantando louvores por ocasião da vinda da noite.  
 Ele me encontrou - ele me conheceu!  
 Meu senhor Dumuzi me encontrou.  
 Ele colocou a mão na minha mão.  
 Ele apertou seu pescoço contra o meu<sup>11</sup>.

*Inanna* continua sua narrativa dizendo que o rei chamou-a para a cama, e qualifica o leito de diversas formas: como a cama da realeza, da doçura dos quadris, a cama que alegra o coração<sup>12</sup>. Assim, ela chama o rei para o leito onde ela própria teria estendido os lençóis. Ela deseja o leito, desde o princípio um de seus domínios, construído pelo herói da cidade<sup>13</sup>, desejado e esperado pela deusa quando a *huluppu* ainda era pequena. Símbolo que a acompanhou durante toda sua trajetória, um leito estilizado transformado em ex-votos onde dois amantes se acariciam (figura 01), por vezes onde uma figura feminina nua se encontra

<sup>10</sup> WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna* queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer. New York: Harper & Row, 1988, p. 40.

<sup>11</sup> Idem, p. 41.

<sup>12</sup> Ibidem, p.42.

<sup>13</sup> Gilgamesh.

sozinha no centro ou simplesmente um triângulo (figura 02), evocação da deusa e representação da divindade traçado no interior.

Nota-se nas figuras, os símbolos referentes à divindade voltados para seus aspectos eróticos, como o triângulo de cabeça para baixo, o colar<sup>14</sup>, mas principalmente a demarcação do leito, pois era nele que o sexo sagrado acontecia. Como deusa das práticas sexuais, Inanna exigia tributo para uma de suas características sagradas: o ato sexual. O sexo era uma forma de encontro com o divino, uma maneira de obter favores da divindade e proteção desta, ao mesmo tempo ele era condição indispensável para louvar e honrar a divindade. Assim, o leito demarcava um território, ele apresentava um limiar, era preciso ultrapassar as marcas que o cercavam para adentrar ao espaço sagrado, um espaço também criado para o deleite.



**Figura 01:** Placa de terracota. Proveniente de Susa, II Milênio. Hoje no museu do Louvre. Fonte: LEICK, G. Sex and eroticism in Mesopotamian literature. New York: Taylor & Francis, 2003.

<sup>14</sup> O colar “Vem homem vem”, uma das insígnias de poder da divindade, que ela é obrigada a despir ao entrar no Grande Abaixo, reino de Ereskigal, no mito “O descenso de Inanna”.



**Figura 02:** Placa de argila. Fragmento de ex-voto, escavado na região de Diyala. Período Babilônico Antigo. Fonte: JACOBSEN, Thorkild et al. *Old Babylonian public buildings in the Diyala region*. The University of Chicago Oriental Institute Publications 98. Chicago: University Chicago, 1990, p. 231.

Nas narrativas imagéticas mesopotâmicas relativas à vida sexual (representações) temos diversos artefatos confeccionados de materiais diversos. As imagens dos ex-votos dedicados a *Inanna* e sua presença em templos e na fachada das portas, dos lares mesopotâmicos atestam a importância do sexo para os povos que viveram entre os dois rios. Assumem por vezes, as funções de amuletos de proteção, de desejos emoldurados em barro, identificavam os devotos da divindade e suas formas de contato com sua padroeira.

Um hino dedicado à divindade, Dumuzid-Inana D1, traz a relação entre imagem e texto no que se refere à cama votiva. *Inanna* protagoniza a cena arrumando a cama com lençóis e ervas aromáticas, da mesma forma que preparava seu leito, preparava também seu corpo para o abraço sagrado. O rei também aparecia fazendo as purificações para o encontro com a divindade:

No dia do desaparecimento da lua, o dia marcado (?), O dia em que o leito será inspecionado, o dia em que o senhor vai fazer amor, (...)

Ela (*Inanna*) o deseja, ela o deseja, ela deseja o leito. Ela deseja o leito que alegria o coração, ela deseja o leito. Ela deseja o leito do doce abraço, ela deseja o leito. Ela deseja o leito real, ela deseja o leito. Ela deseja o leito de rainha, ela deseja o leito.

Quando ela faz confortavelmente, quando ela faz confortavelmente, quando ela faz confortavelmente no leito; quando ela faz confortavelmente no leito que alegria o coração, quando ela faz no leito confortável; quando ela faz no leito do doce abraço confortável, quando ela faz confortavelmente no leito; (...)



ela cobre o leito para ele ....., cobre o leito para ele; ela cobre o leito para ele ....., cobre o leito para ele; ela chama o rei para seu doce leito, ela chama o amado<sup>15</sup>(...)

Nota-se que a repetição faz parte desse tipo de laudatória, como a recitação de um sortilégio, a recorrência das frases evoca o poder da sexualidade, eram encantamentos que tinham um fim duplo, testemunhar a força da relação sexual ao se invocar o nome da divindade e seus elementos de poder e ratificar uma prática por meio da sabatina de seus atributos principais.

A cama, o leito florido, purificado, espargido com ervas era o um dos locus privilegiados onde um dos poderes de *Inanna* age, o poder feminino da sensualidade, da sexualidade conjugal, da consumação do hierogamos. Mas esta cama não podia ser qualquer uma, devia ser aquela que alegrava do coração, pois precisava estar purificada, abençoada, tratada de forma adequada para que o coito mágico acontecesse. A cama era símbolo de uma hierofania, pois nela o abraço sagrado de *Inanna* ocorria, nela a deusa se manifestava em todo o seu poder de estrela do Entardecer, a deusa das práticas noturnas, do coito mágico dos poderes femininos.

O leito estilizado trazia entalhes e adornos, exalava perfumes, tinha a palha macia, era confortável. Ele podia trazer também lençóis de linho ricamente trabalhado salpicado de ervas. Um hino ao templo se refere a este como a casa de *Inanna*, a casa “onde ervas brilhantes estão espalhadas sobre a cama florida, o quarto de dormir da santa *Inanna*, onde a senhora da planície se refresca<sup>16</sup>”.

A cama era, portanto, símbolo e atributo, lugar de poder e de encontro com o divino. Dessa forma, o hierogamos de *Inanna* não era apenas um rito de passagem e empoderamento real, ele era uma prática mágica, um símbolo da magia sexual praticada e reproduzida por todas as classes sociais com intenções diversas. Não era apenas o rei que essa prática beneficiava ao legitimar seu reinado e atribuir fertilidade, mas também as pessoas comuns que reencenavam em escala microscópica os ritos do casamento sagrado, evocando o poder da divindade em causa própria.

<sup>15</sup> ETCSL: T.4.08.30, A song of Inana and Dumuzid (Dumuzid-Inana D1). Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.4.08.30#>

<sup>16</sup> ETCSL: c.4.80.1, The temple hymns. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=c.4.80.1&display=Crit&charenc=gcirc&lineid=c4801.210#c4801.210>.



Como portal, como divindade limiar, *Inanna* defende contra os maus presságios, era uma divindade protetora. Ao ultrapassar o limite, das portas, dos portões, da cama, da abertura sexual, o praticante entrava em um ambiente divino, mágico, o espaço onde a divindade reinava e onde seu poder emanava sem véus.

As funções e atributos de *Inanna* eram complexos e variados. Como disse Thorkild Jacobsen, embora a divindade tenha sido considerada, deusa da chuva, da guerra, estrela do amanhecer e do entardecer e deusa das prostitutas, estes epítetos ainda estão longe de esgotar sua natureza. “Ela parece ter uma mão em quase tudo e é justamente denominada Nin-me-sarra, ‘Senhora de uma miríade de serviços’<sup>17</sup>”. O autor ainda se surpreende dizendo que:

É notável que nesta mistura de traços contraditórios, o processo de humanização dos mitos e contos, deveria ter sido capaz de encontrar uma unidade interna para apresentar sua infinita variedade, mas que facetas de uma personalidade divina crível. No entanto, de forma muito considerável que é o caso. O que não pode ser absorvida ou foi considerada periférica parece ter se tornado serviços que a deusa detinha, em vez de traços de seu caráter<sup>18</sup>.

*Inanna* teve diversos símbolos que giravam em torno de sua personalidade, cada qual voltado a um aspecto de seus domínios, como o leão subjulgado a seus pés e o planeta Vênus. Voltado ao cotidiano dos relacionamentos, o leito foi um importante meio de evocar a divindade, de pedir sua proteção e favores relacionados à prática sexual.

### **Algumas considerações:**

Durante muito tempo o olhar dos pesquisadores percebeu o ritual sexual destituído da categoria do sagrado, despindo o manto do divino que existia nessas práticas, o encaravam como uma manifestação primitiva e orgiástica. Esta concepção anula o significado do ritual, dando a ele apenas um estatuto profano quando sua prática e gerência são legítimas.

Essa compreensão do hierogamos como algo sem relação com sagrado foram frutos de muitas concepções modernas e pós-modernas que apresentava a atividade sexual como um meio de reprodução da espécie e uma garantia de herança de bens e tradições construídas em diversos contextos históricos.

Para as culturas mesopotâmicas desde a criação de seus primeiros mitos a prática sexual era uma manifestação da vontade e da criação divina, logo essa atividade era prenhe de força

---

<sup>17</sup> JACOBSEN, Thorkild. *The Treasures of Darkness: a history of mesopotamian religion*. New Haven and London: Yale University Press, 1976, p. 141.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 141.

mágica, fazia parte do universo religioso, era fruto da esfera divina. A natureza mágica e espiritual das práticas sexuais na Mesopotâmia não era um dado era um produto de suas crenças. Ao revestir a sexualidade e todas as suas formas com o manto do sagrado, conferia a esta significados metafísicos que os mesopotâmicos compreendiam como uma forma de aproximação e manifestação da divindade.

Assim, não há como separar toda carga simbólica do leito de Inanna das práticas sexuais que são partes integrantes de seu culto. As referências que remetem aos prazeres da carne são as mesmas que evocam a presença e relação com o divino.

### Referências:

ASSANTE, J. Sex, Magic and the Liminal Body in the Erotic Art and Texts of the Old Babylonian Period. Rencontre Assyriologique Internationale. Helsinki, July 2-6, 2002.

BLACK, J.; GREEN, A. Gods, demons and symbols of ancient Mesopotamia: an illustrated dictionary. London: British Museum Press, 2003.

BOTTERO, Jean. La escritura, la razón y los dioses. Madrid: Cátedra, 2004.

\_\_\_\_\_. La religión más antigua: Mesopotamia. Madrid: Trotta, 2001.

\_\_\_\_\_. No princípio eram os deuses. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOTTÉRO, Jean; KRAMER, S. N. Cuando los dioses hacían de hombres. Madrid: Akkal, 2004.

BUREN, E. Douglas Van. Religious rites and ritual in the time of Uruk IV – III. Archiv für Orientforschung/Institut für Orientalistik Stable: 13 Bd (1939-1941), pp. 32-45. URL: <http://www.jstor.org/stable/41680376>. Acessado: 03/05/2014.

CHARTIER, Roger. História Cultural: Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COLLINS, Paul. The Sumerian goddess *Inanna* (3400-2200 BC). UCL: Institute of Archaeology, 5, 1994.

ELIADE, Micea. Aspectos do mito. Rio de Janeiro: Perspectivas do Homem/edição 70, 1967.

\_\_\_\_\_. Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOYS, Ana M<sup>a</sup> Vasquez. Historia de las religiones antiguas. Tomo I (Próximo Oriente). Madrid: Sanz & Torres, 2006.

KRAMER, S. N. Le Rite de Mariage Sacré Dumuzi-*Inanna*. *Revue de l'histoire des religions*: v. 181, n. 02, p.121-146, 1972.

\_\_\_\_\_. *A história começa na Suméria*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

\_\_\_\_\_. *El Matrimonio Sagrado em la Antigua Sumer*. Barcelona: AUSA, 1999.

\_\_\_\_\_. *The Sumerians: their history, culture, and character*. London: The University of Chicago Press, 1963.

LEICK, G. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*. New York: Taylor & Francis, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

NISSEN, Hans J. The archaic text from *Uruk*. *JSTOR: World Archaeology*, vol.17, n.03, fev/2005.

NEUNFELDT, E. *Inanna/Ishtar- uma deusa de simultâneas formas*. *Revista Mandragora*. São Bernardo dos Campos: UMESP, v.1, n.1 (1994).

OPPENHEIM, A. Leo. *La Antigua Mesopotamia: retrato de una civilización extinguida*. Madrid: Gredos, 2003.

PERSUATTI, F.R.C. Transtextualidades en la literatura mesopotámica. Vínculos palimpsestuosos entre *El descenso de Inanna al Inframundo* y la himnología real neo-sumeria y paleo-balilónica. *Revista Mundo Antigo* : Ano IV, V. 4, N° 07 , Junho, 2015, p. 70-102.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. São Paulo: *Revista Brasileira de História*: v.15, n. 29, 1995.

\_\_\_\_\_. *Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história*. Rio de Janeiro: *Estudos históricos*, n.30, 2002

\_\_\_\_\_. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PONGRATZ-LEISTEN, B. Sacred Marriage and the Transfer of Divine Knowledge: Alliances between the Gods and the King in Ancient Mesopotamia. In: *Sagred Marriages: Divine-Human Sexual Metaphor from Sumer to Early Christianity*. Indiana: Eisenbrauns, 2008.

SZARZYNSKA, Krystyna. Offerings for the Goddess *Inanna* in Archaic *Uruk*. In: *Revue d'Assyriologie*. Paris: Gabala, 87, 1993, p. 7-29.

TEPPO, Saana. Sacred Marriage and the Devotees of Istar. In: *Sacred Marriages: The Divine-Human Sexual Metaphor form Sumer to Early Christianity*. Indiana: Eisenbrauns: 2008.

VERHOEVEN, Marc. The many dimensions of ritual. In: INSOLL, Timothy. *The archaeology of ritual and religion*. OXFORD: University Press, 2011.

VERMAAK, P.S. A new interpretation of the playing objects in the Gilgamesh Epic. *Journal for Semitics*: 20/1 (2011) pp. 109-138.

VEYNE, Paul. *Como se faz a história*. Brasília: FUNB, 1998.

WESTENHOLZ, J. G. Goddesses of the Ancient Near East 3000-1000 BC. In: GOODISON, L.; MORRIS, Christine. *Ancient Goddesses: the myths and the evidence*. London: British Museum Press, 1998.

WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna* queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer. New York: Harper & Row, 1988

## ST 18 - Desafios e perspectivas da História da Educação no Brasil atual

Fabício Vinhas Manini Angelo  
Doutorando em Educação  
FAE/UFMG  
[fabriciovinhas@gmail.com](mailto:fabriciovinhas@gmail.com)

Leonardo Ribeiro Gomes  
Doutorando em Educação  
FAE/UFMG  
[leorigomes@hotmail.com](mailto:leorigomes@hotmail.com)

Luísa Marques de Paula  
Mestranda em Educação  
FAE/UFMG  
[luisadepaulam@gmail.com](mailto:luisadepaulam@gmail.com)

Sidmar dos Santos Meurer  
Doutorando em Educação  
FAE/UFMG  
[sid\\_meurer@terra.com.br](mailto:sid_meurer@terra.com.br)

### **Proposta do Simpósio:**

A História da Educação tem investido nos questionamentos sobre os rumos trilhados pela educação no Brasil, especialmente problematizando temas caros ao debate em torno desse universo, como o direito de acesso à educação e a qualidade da escola pública, as relações de poder (étnicas, de classe, de gênero) e suas implicações em práticas e processos formativos, entre outros. Nesse sentido, o crescimento de pesquisas que ajudam a consolidar e a (re)definir a área de História da Educação, vêm investindo no alargamento da concepção de educação, compreendida como um conjunto de práticas e processos sociais e culturais, provocando, assim, a ampliação das investigações que se voltam para objetos tão diversos como as diferentes práticas de ensino e aprendizagem, a História da constituição das disciplinas escolares e dos currículos escolares, a formação de professores e/ou outros agentes culturais, as práticas de leitura e escrita, as dinâmicas de circulação de impressos e artefatos culturais, além da resignificação de temáticas tradicionais da história educacional como as políticas educacionais, o investimento público em educação, e a circulação de ideias pedagógicas. Além disso, crescem o número de investigações que se voltam às diferentes formas de se educar para além da escola, como através da imprensa, da música, do teatro, cinema; e a construção de laços de sociabilidade e redes de sentimentos ligados a relações de identidade e pertencimento mediados por organizações de classe, costumes populares, manifestações religiosas, etc. Nesse

sentido, o propósito desse Simpósio Temático é o de, pelo segundo ano seguido, estabelecer um diálogo sobre os sentidos destas diferentes formas de educar, pensadas na clivagem das permanências, rupturas e transições de representações e práticas. Para tanto, pretende congrega pesquisas em torno da temática educacional a partir de múltiplos agentes, recortes, conceitos e metodologias, estreitando os laços e as trocas nos estudos nas Ciências Humanas, em especial no diálogo entre a Educação e a História. Acreditamos, pois, que a articulação entre jovens pesquisadores que se dedicam aos diversos fenômenos indicados anteriormente, assim como aos modos como a educação e as práticas educativas foram apropriadas e representadas pelos agentes históricos e pela historiografia, pode sustentar um debate que nos permite compreender os significados históricos das diferentes formas de se educar no Brasil.

## Estratégias educativas das famílias em relação aos seus “descendentes” nas comarcas do Rio da Velhas e de Vila Rica no século XVIII

**Fabrizio Vinhas Manini Angelo**

Doutorando em Educação

UFMG

E-mail: [fabriciovinhas@gmail.com](mailto:fabriciovinhas@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho busca apresentar as principais estratégias educativas das famílias em relação a sua descendência para as comarcas do Rio da Velhas e de Vila Rica no século XVIII. A partir do aparato conceitual cunhado por Pierre Bourdieu, o objetivo do trabalho é compreender os sentidos destas estratégias, principalmente, em relação a busca e manutenção da distinção social. A partir dos testamentos é possível mapear uma série de estratégias na busca ou manutenção desta distinção social. Para isto é necessário ir além da ideia que contemporaneamente se tem sobre educação e que praticamente se restringe a sua concepção escolar, pois esta e outras instituições de seu tipo eram bem menos comuns e em geral restritas a grupos sociais muito específicos no período. Desta maneira, o que se pretende aqui é compreender como a educação em seu sentido amplo, a escola, mestres e professores funcionavam para estas famílias na intenção de educarem seus descendentes em uma região na qual não existiam colégios ou ordens religiosas atuando e também ainda não existiam políticas estatais tão claras sobre esta matéria.

**Palavras-chave:** Estratégias, estratégias educativas, Bourdieu, século XVIII

**Abstract:** The present paper tries has the main goal to present the educative strategies of the families in relation to their descendants in the comarca of Rio das Velhas and in the comarca of Vila Rica in the eighteenth century. In this paper, the conceptual apparatus coined by Pierre Bourdieu will be used. The main objective of the paper is to understand the meanings of these strategies, especially in relation to the achieve and maintain the social distinction. From the wills it is possible to map several strategies. However, it is necessary to go beyond the idea that we have at the present time about education is possible only in the schools, this and other institutions similar were not common in this time. In general this sort of institutions were restricted to very specific social groups in this region and age. In this way, what is intended here is to understand how school and teachers worked for these families in order to educate their descendants. In addition, it seeks to understand how these families were organized to ensure the education of their descendants in a period and region that did not exist, schools or colleges do not operate in Minas and also there were not yet clear state policies for education.

**Key words:** Strategies, educational strategies, Bourdieu, eighteenth century.

### **Acerca das estratégias, da família e da educação.**

O presente trabalho pretende apresentar os primeiros resultados da pesquisa de doutoramento e que busca discutir o papel da família na longevidade educacional de seus descendentes, bem como compreender a função da educação para a família e para os educandos e as relações estabelecidas entre as gerações familiares. Para este trabalho utilizar-se-á dos testamentos mineiros do século XVIII como fonte manuscrita de pesquisa. A partir destes documentos é possível apreender alguns dos sentidos da educação para as famílias bem como o papel da família na educação de suas futuras gerações. Neste sentido, é importante apresentar



como Fonseca caracteriza práticas educativas para, posteriormente, entender o sentido desse conceito nesta pesquisa:

[...]considero adequadas aos meus propósitos suas[de autores como Bourdieu, De Certeau e Chartier] definições das práticas como “maneiras de fazer” cotidianas dos sujeitos históricos, relacionadas social e culturalmente, na construção de seus espaços, suas posições e suas identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias, entendidas de forma genérica como os movimentos de elaboração/execução das práticas. (FONSECA, 2009c, p.:12)

Relacionado ao conceito de prática está a noção de estratégia que Fonseca (2009: 13) apresenta da seguinte maneira “prefiro utilizar a ideia de estratégia para qualificar práticas educativas como ações de grupos ou de indivíduos, de diferentes segmentos, relacionadas com as diversas esferas diferenciadas de poder, institucionalizado ou não.” Sendo assim, Fonseca caracteriza estratégia da seguinte maneira: “[...] como [não sendo] o produto consciente de um cálculo custo/benefício, mas tampouco como o mero efeito de determinações estruturais. Se certas ações podem ser fruto de decisões explícitas e racionais, outras decorrem do processo de interiorização das regras do jogo social” (NOGUEIRA, 2002, cap. 3, apud. FONSECA, 2009: 13).

Apresentadas deste modo, as noções de práticas e de estratégias educativas contribuirão para a compreensão dos sentidos das ações dos agentes históricos/testadores em relação a seus herdeiros. Por isso, como já se ressaltou, pretende-se verticalizar o estudo sobre a maneira como as relações estabelecidas do seio familiar, muitas vezes entre pessoas ou grupos oriundos de *universos culturais* distintos, contribuíram para a conformação das estratégias educativas nesta capitania. Nesse sentido é bastante esclarecedor o que Fonseca diz a respeito,

Muitas vezes, crianças expostas acabavam tendo sua origem revelada nos testamentos e inventários *post-mortem*, como filhos naturais de homens abastados com mulheres negras ou mestiças. O reconhecimento desses filhos muitas vezes refletia-se numa alteração das estratégias educativas a eles destinadas, quando os pais expressavam em testamento seu desejo de vê-los na escola de primeiras letras, sem que, no entanto, se descartasse a via da educação profissional, inclusive para as meninas, enviadas muito frequentemente para as mestras de costura, quando não para o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas. (FONSECA, 2009c: 112).

Interessa, portanto, conhecer melhor as estratégias educativas empregados pelas famílias daquela sociedade em um contexto de profunda mestiçagem. Por isso, é importante compreender estas famílias em toda a sua complexidade. A partir das observações realizadas neste estudo é importante primeiro afirmar que família desse período investigado significa

convivência para além de laços sanguíneos. Isto é, a família nesse período inclui, além dos parentes consanguíneo, os afillhados, os criados, agregados e mesmo os escravos<sup>1</sup>.

Definição que reafirma o apresentado é a de Antônio Manuel Hespanha (1993, p. 250-80) que aponta que o conceito de família para o período é: “filhos são, antes de mais, os que o são pelo sangue, independentemente de terem nascido na constância do casamento.” Isto é importante, pois em Portugal “os filhos naturais de plebeus estão equiparados aos legítimos, pelo menos no plano sucessório”. Este caráter insular, totalitários e organicista, determina o que é família. Além disso, ainda segundo Hespanha, tratar de família para o período é falar “sobre o especial laço com a qual a Natureza ligara os seus elementos por normas inderrogáveis. Este elemento era o amor”. Ainda para Hespanha: “O amor (ou piedade) familiar desdobrava-se em vários sentimentos recíprocos. O amor dos pais pelos filhos, superior a todos os outros, funda-se no sentimento de que os pais se continuam nos filhos.” Portanto, família é sim laços sanguíneos, mas também sentimentos recíprocos. Os laços de sentimentos, de consanguinidade não se rompem nem, mesmo quando da morte do pai (Cf. HESPANHA, 1993, p. 274), caso o filho seja menor ou incapaz o filho passava ao estado de *allieni iuris* (isto é, sujeito ao pátrio poder) do avô ou, na falta dele, de um tutor ou de um curador que podia ser um parente como tio ou primo. Em que pese esta preponderância dada o *pater família* no direito português, ou seja, é o que determina a lei, a norma, mas que muitas vezes não se sustenta nas fontes aqui trabalhadas, o que busca-se enfatizar com isto é que família para o período é muito mais que pai, mãe e filhos. Isto vai ficar mais claro quando passar-se a analisar a fontes. Por enquanto, buscar-se-á entender o que é educação no período e para isso também é fundamental a citação de Hespanha:

Os principais deveres do pater famílias para com os filhos eram: i) o de os educar, espiritualmente, moralmente, civilmente, fazendo-lhes aprender as letras (pelo menos, os estudos menores, ensinar um ofício e, caso nisso concorressem as qualidades das famílias e as aptidões do filho, estudos maiores); ii) prestar-lhes alimentos, nisso se incluindo a bebida, a comida, a habitação e tudo o mais que pertence ao sustento, como vestir, calçar e medicamentos; dotá-los para o matrimônio carnal ou religioso. (HESPANHA, 1996, p. 275)

---

<sup>1</sup> A partir das reflexões anteriores sobre as fontes que foram trabalhadas ao longo deste trabalho é possível perceber que família inclui todos aqueles que estão vinculados por sentimentos, laços sanguíneos e por afinidades. Porém, para os objetivos deste trabalho trabalha-se, principalmente, com aquelas relações que enfatizam as estratégias educativas conjuntas.

Complementando o que foi dito por Hespanha, Fonseca, a partir de suas pesquisas sobre circulação e apropriação de concepções educativas para os séculos XVIII e XIX, apresenta que

Uma importante produção intelectual influenciada pelo pensamento moderno, entre os séculos XVII e XVIII, deu destaque às proposições acerca dos métodos de estudos e seu papel no desenvolvimento de ideias sobre as condutas sociais e a educação desejáveis para os diferentes grupos sociais. Elas influenciaram o processo político de intervenções ocorridas em vários estados europeus na segunda metade dos setecentos, tanto em contextos revolucionários quanto reformadores. À educação era dada a missão de “modelar uma nova humanidade” conforme expressão de Condorcet. Nesta perspectiva universalista e ilustrada, a educação seria um instrumento para a organização harmoniosa da sociedade por meio da disseminação de valores e normas de comportamento. Ainda herdeiras das preocupações modernas acerca da construção da civilidade e da formação de um “novo homem”, muitas proposições expressas na produção intelectual, nas leis, nas determinações administrativas, bem como na produção de obras de caráter pedagógico, davam ênfase às questões relacionadas à civilização e à civilidade, alvos últimos dos processos formativos, ou seja, da educação. (FONSECA, 2016, p.: 10)

No entanto, as concepções sobre educação, ainda no século XVIII, circularam por outras instâncias que deram sentidos distintos à está prática, o educar. Neste sentido, as conclusões de Fonseca (cf. 2016, p.: 18) são elucidativas, pois ao analisar fontes diversas a autora buscou apresentar a historicidade desses conceitos (educação, instrução, formação e etc.) e desnaturalizar a educação como algo dado, homogêneo e universal. Outra coisa importante para a autora é desvincular, para o período, educação de escola ou de escolarização. Essa proposta analítica permite perceber a presença das concepções educacionais correntes em diferentes instâncias do Estado e da Igreja e diluídas pela sociedade e que nem sempre estavam vinculadas à ideia de educação institucionalizada, sobretudo a escolar. Para a autora o fato de que o debate sobre educação e instrução tenham vindo do pensamento moderno, forjado na Europa (entre o século XVI e XVIII), não excluía ideias contrárias à mudanças ou que fossem conservadoras. Portanto, a educação não era, segunda a autora, tema de menor importância e ocupava as preocupações de pessoas em diferentes posições e funções na sociedade do Antigo Regime. Isso ocorria, pois isto implicava, segunda as concepções da época, na formação da qualidade dos súditos, e no estabelecimento de uma melhor ordem para o Estado.

Os sentidos que a educação assume nos testamentos das Minas setecentistas não estão expostos como em um dicionário ou mesmo como nas instruções que o rei mandava ao governador da capitania. No entanto, estando atento ao que se apresenta nas entrelinhas, aos principais sentidos relacionados à educação, às estratégias educativas das famílias em relação

às gerações seguintes, fica evidente os sentidos ali presentes. Portanto, claro que as ordenações filipinas determinam e limitam as obrigações dos pais, mas também muitos outros sentidos e estratégias estão presentes nos testamentos do período e endossam as posições de Fonseca e Hespanha sobre a multiplicidade de sentidos que a educação tinha no período.

### **Estratégias educativas das famílias de Minas em relação à sua descendência**

O perfil das famílias e das estratégias educativas traçados por estas que emergem dos 413 testamentos pesquisados nas comarcas de Rio das Velhas e de Vila Rica apontam para um grande preocupação em cumprir com o que é determinado pela legislação como apresentado anteriormente. Para dar continuidade à análise cabe fazer uma breve apresentação dos perfil familiar dos testadores pesquisados para o período e região em tela. Neste sentido, é bastante significativos constatar o grande número de testadores que se dizem solteiros e que não admitiram ter filhos, portanto, sendo, solteiros celibatários, 105 indivíduos. Entre aqueles que constituíram família e tiveram filhos estão os demais 308 indivíduos. Porém, mais informativo são os dados que se tem a respeito da quantidade de filhos que os testadores tiveram.

O padrão de uniões existentes entre os testadores da amostra aqui trabalhada é bastante interessante. Pode-se perceber que são relativamente poucos os testadores que estiveram uma vez casados no período. Somando todas as categorias, há 150 indivíduos em um universo de 413 testadores, incluindo aqueles que admitiram ter, em algum momento, relacionamentos ilícitos. De outro lado, 186 indivíduos que permaneceram solteiros até a feitura dos seus testamentos. No entanto, isso não quer dizer que esses herdeiros/filhos ou algum tipo de relacionamento não existissem. Além disso, ser um solteiro/celibatário não significa que ele não tivesse outros familiares, mesmo que de gerações seguintes, nos quais não pudessem depositar sua confiança, sua esperança ou seus sentimentos. Muitos desses indivíduos deixam legados para seus sobrinhos, afilhados ou escravos que criaram em suas casas. No entanto, é importante perceber que um grande número de testadores, 71 indivíduos, que admitiram ter filhos naturais e que não haviam casado-se. Somando todas as categorias em que houve o registro de filhos ilegítimos tem-se 95 testadores.

Outro aspecto dessas uniões é a pequena média de filhos por testador. Neste caso verifica-se a média de filhos entre os testadores, naturais ou legítimos, é relativamente pequena e muito próxima tanto para Sabará e quanto para Ouro Preto. Os dados apresentam uma média de cerca de pouco mais 3 filhos para cada testador. Se for levado em consideração a estrutura de paternidade/maternidade entre os testadores, um grande número de testadores nem mesmo

registrou terem filhos. O que parece indicar uma dificuldade de constituir uma família nuclear minimamente estável. Talvez isto esteja relacionado a constante migração presente nesta sociedade ou mesmo a sua, ainda muito forte, instabilidade. Proporcionada muitas vezes pela busca de veios mais ricos em ouro ou mesmo a migração de comerciantes e caixeiros para fornecer produtos e serviços para núcleos populacionais ainda recém-instalados. Neste sentido, não é surpreendente que 239 testadores da amostra não tenham registrado em seus testamentos filhos/herdeiros descendentes. De qualquer modo, existe uma concentração de testadores com até 5 filhos. Nesta faixa estão 139 testadores e apenas 35 tiveram mais de 5 filhos. Isto é, as famílias constituídas entre os testadores nas comarcas pesquisadas eram relativamente pequenas, tendo em geral, até 5 filhos.

Claro que isso está relacionado com um quadro de alta natalidade e também de alta mortalidade infantil, isso fica claro quando alguns testadores informam que tiveram outros filhos, mas, no momento da feitura do testamento, apenas alguns eram vivos<sup>2</sup>. Também é interessante, entretanto, que apenas 35 testadores tenham reconhecido que tinham seis ou mais filhos. A grande quantidade de indivíduos que não declararam filhos parece indicar uma tentativa de não deixar herdeiros ou que o número desses herdeiros não fosse muito grande. Com isto podia-se distribuir seus bens de maneira concentrada aos herdeiros que o testador acreditava ser seu legítimo herdeiro simbólico ou de maneira mais pulverizadas a parentes próximos, mas que contribuiria para a manutenção ou busca da distinção social para aquela família. Isto é, vários parentes podiam fazer doações para poucos herdeiros, já que não tinham descendes.

Quando compara-se a média de filhos para cada uma das comarcas e para o tipo de relacionamento no qual eles foram concebidos as estratégias ficam ainda mais claras. Para Ouro Preto registra-se que os testadores tiveram ao total 319 filhos sendo que 240 eram filhos legítimos e 79 ilegítimos. Já para Sabará, foram registrados 245 filhos, sendo 98 legítimos e 147 ilegítimos. Para Ouro Preto 43 indivíduos admitiram terem apenas filhos legítimos que totalizam 193 dando uma média simples de 4,48 filhos para cada testador. 38 indivíduos admitiram terem apenas filhos ilegítimos que totalizam 63 filhos dando uma média simples de 1,65 filhos para cada testador. Para Sabará 24 indivíduos admitiram terem apenas filhos

---

<sup>2</sup> Aqui se utiliza o conceito de mortalidade infantil da Demografia histórica. Porém, aqui se busca enfatizar tão somente a alta taxa de mortalidade gerada pelas péssimas condições de higiene, da gestação, do parto e da alimentação das crianças. Ainda compreende-se que talvez infância e infantil não traduza muito bem as situações vividas pelos agentes históricos.

legítimos que totalizam 92 dando uma média simples de 3,83 filhos para cada testador. 53 indivíduos que admitiram terem apenas filhos ilegítimos que totalizam 140 filhos dando uma média simples de 2,64 filhos para cada testador. Portanto, ao que tudo indica as uniões sancionadas pela igreja parecem ser mais prolíficas em filhos, enquanto as uniões consensuais tendem a gerar muito menos filhos. Além disso, qual o motivo de a proporção de filhos naturais e legítimos ser praticamente invertida entre as comarcas. Sem a intenção de colocar um ponto final neste debate, parece que isto tem a ver com a proximidade das autoridades religiosas (seminário e sede do bispado) que controlavam melhor a vida familiar dos moradores da comarca de Vila Rica. Sem contar que a comarca do Rio das Velhas era muito mais extensa dificultando a fiscalização sobre a vida familiar na região.

Portanto, ao que parece, em que pese o grande número uniões consensuais, pouca quantidade de filhos por casal, mas grande número de filhos naturais, percebe-se a intensa mobilização da família para educar suas futuras gerações. Claro que para isso deve-se compreender educação em seu sentido lato e tendo isso em mente percebe-se as famílias buscando várias maneiras de incentiva os jovens a estudar, a se ordenar ou, no caso das mulheres, tomar estado de casada ou de religiosa. De maneira geral existe uma forte preocupação dos testadores em relação ao futuro da família e a possibilidade de sua reprodução e de sua distinção. No testamento é possível mapear uma série de estratégias para que este objetivo ocorra e aqui até trata-se de algumas dela, no entanto, o principal objetivo deste texto é apresentar as principais estratégias educativas para que o objetivo da distinção social seja alcançado. Para isso, é necessário lembrar que o testamento apresenta o condicional, mas também fala do vivido e por isso não é, como muitas vezes se enfatiza, apenas uma carta de boas intenções. Isto está registrado no testamento de André Rodrigues Serra Vianna que informa:

Item deixo a minha sobrinha Gregoria filha de minha Irmã Maria Rodrigues dous mil cruzados para ajuda de seo dote ou de cazamento, ou de Relligioza. Item deixo quatro mil cruzados a minha Irma Maria Rodrigues, para que os reparta igualmente em seis emtre si, e todos os seos filhos, excepta a filha Gregoria a quem já tenho deixado, enfim dêsse numero entrarão também os filhos mortos sendo que tenham deixado herdei/ros. (IBRAM-MI-AHCP - AUTO 6513-4 - Testamento de André Rodrigues Serra Vianna 07/04/1733)

Portanto, percebe-se com esta passagem que o testamento registra uma estratégia que já foi executada. O documento, portanto, trata do que foi efetivado e como deve ocorrer a divisão entre aqueles que receberão o legado e tendo em vista que parte dos herdeiros já foram dotados



permitindo, desta maneira, casamento de suas sobrinhas e portanto indicando um caminho correto a seguir.

Caminhando agora para entender melhor as estratégias educativas familiares de Minas no período é importante enfatizar que estas estratégias recorrentemente ultrapassavam a relação pais e filhos e muitas vezes tios, padrinhos e avós interferiam diretamente nos projetos educativos legando valores para que as futuras gerações pudessem alcançar ou manter a distinção social daquela família. Neste sentido, recorrentemente encontra-se avôs e avós interferindo naquilo que parece ser um projeto até intergeracional. Um exemplo disso está registrado no Testamento de Francisco de Abreu Ferreira<sup>3</sup>, no qual informa que: “todo o resto da minha terssa; deixo a minha neta Maria filha da dita minha filha Anna de Abreu em o dito acessimo de minha terssa, instituo a dita minha neta Maria por minha Universsal herdeira.” Era muito comum parentes mais distantes como sobrinhos ou mesmo primos, afilhados, crianças que foram criadas na casa do testador, principalmente enjeitados, filhos de agregados e de escravos, serem tratados como gente da mesma família. Por isso, não era raro encontrar estas pessoas sendo beneficiadas nos testamentos. Muitas vezes era exigido um certo comportamento para receber o benefício ou em outros casos este benefício já era o prêmio por um bom comportamento. Como fica claro nos testamento em geral este legados eram estratégias, ou seja, tentativas de que tudo corresse bem, mas claro que nem sempre isso foi possível, por isso o condicional para efetivação dos legados ou mesmo a repreensão dos legatários. Um exemplo está no testamento de Costodio Francisco Moreira<sup>4</sup> no qual informa que “Item deixo a minha afilhada Maria filha do meu Compadre João Ferreira da Silva morador nesta Villa de esmolla sem mil reis para ajuda de seu dote e se entregarão ao Pai com esta declaração. Mais adiante o mesmo Costodio informa:

deixo ao meu afilhado Domingos Gomes pardo forro morador na caza do Guarda Mor Manoel Gomes de Oliveira nas Congonhas do Rio abaixo trinta mil reis. Item que se ao tempo do meu falecimento tiver mais alguns afilhados ou afilhadas, as femias sendo brancas sincoenta mil reis, e Maxos a trinta mil reis, e sendo pardos, a vinte e sinco mil reis. Item que deixo a Joze Ferreira da Silva meu primo morador na cidade do Porto na rua do Bom Jardim sem mil reis para ajuda de cazar algua filha, em primeiro lugar a mais velha ou ordenar algum filho cazo não tenha filhas. (IBRAM-MI-AHCP – código 460: Autos 9734 a 9767 – Testamento de Costodio Francisco Moreira – 08/12/1760)

<sup>3</sup> IBRAM/MI-AHCP- codice 460: Auto 9752 – Test. de Francisco de Abreu Ferreira 20/05/1762.

<sup>4</sup> IBRAM-MI-AHCP - código 460: Autos 9734 a 9767 – Test. de Costodio Francisco Moreira – 08/12/1760.



Tendo visto o apresentado até aqui, é importante perceber que se estes exemplos não indicam uma forma escolar de educar aponta as práticas educativas daquele grupo social. Isto é, com estas passagens indicavam-se os caminhos corretos a seguir. Muitas vezes significava o controle do comportamento e das paixões das futuras gerações. Muitas vezes determinava, especialmente para as meninas, o casamento como o melhor caminho para ela e para a família buscar ou manter sua distinção social. Também o comportamento podia ser controlado mediante a possibilidade de um prêmio financeiro. Fica evidente que o legar algo a alguém pode alongar a educação para depois da morte e deixar algo a alguém desde que esta pessoa comporte-se ou aja da forma “adequada”.

Percebendo isso, passa-se agora para análise de uma educação mais formal. Neste sentido, a estratégia educativa é muito bem planejada por meio da indicação de tutores, busca de pessoas responsáveis pela educação dos jovens, e da indicação de meios para coagir ou castigar os jovens para os fazer cumprir as determinações do testamento. Isto é evidente independentemente do tipo de relação que está expressa no testamento e fica evidente uma forte preocupação deste grupo social com o comportamento de sua descendência. Sendo assim, os testadores têm muito cuidado na escolha dos tutores dos herdeiros, aqueles que vão supervisionar o comportamento de seus filhos. Exemplo disso está no testamento do Sargento Mor Domingos de Amorim, no qual informa:

Declaro que se sobrar da minha terça se darão sem mil reis a meu filho natural Sebastiam de Amorim por elle me ter servido bem e obedecido. Declaro que Instituo por Tutora de meus filhos a minha mulher Dona Maria Pereira de Castro e se necessário for a abono com os remanescentes de minha terça pello achar com suficiente capacidade para a tal adeministração da Tutoria e de tudo o expreçado neste meu Testamento. (IBRAM/MI-AHCP- Codice 460/LT-20 – Auto 9747 – Testamento do Sargento Mor Domingos de Amorim 03/09/1761)

Retomando agora com um exemplo relacionado ao planejamento de uma educação mais formal está no testamento de Domingos Fernandes da Costa<sup>5</sup>, no qual informa: “Declaro a meu sobrinho por nome Manoel Francisco morador em Evora Cidade des mil reis. Deixo a minha sobrinha por nome a Madre Thereza de Santa Luzia no convento de Monte Mor novo des mil reis de esmolla.” Seria uma preocupação com os estudos? Obviamente não fica claro no testamento, mas é possível aventar que a intenção destas doações era a manutenção de seus sobrinhos enquanto estudam, pois é possível os dois estão onde estão para estudar ou aprender.

---

<sup>5</sup> IBRAM/MI-AHCP- Codice 460 – Testamento de Domingos Fernandes da Costa, 21/07/1762.

Afinal a cidade de Évora é sede da Universidade e a sobrinha está em um convento. Outro exemplo está registrado no testamento de Manoel Francisco da Costa Barros<sup>6</sup>: “Item declaro que devo ao lencenciado João Lopes da Fonceca de ensino de huma menina quize oitavas pelo ensino de dois annos e meyo e assim mais o ensino da minha filha Inocencia”.

Em seu testamento Paulo registra sua preocupação com seus filhos, em especial José, e nomeia por tutor de seus filhos o seu compadre Manoel Luis de Oliveira “a quem pesso pello amor de Deos os eduque e Castigue como filhos seus e se o meo filho Joze for mal prossedido e por[auvilho] quero que o dito tutor o repreenda e castigue e se não tiver emenda pesso ao Senhor General o detremine para a Collonia ou India”<sup>7</sup>. É interessante que o pai mesmo deixa claro que tipo de punição do filho deve receber caso não siga aquilo que é recomendado. Isto é, tem-se uma recomendação educacional muito clara para o tutor que passava pela educação e a punição. Tendo em vista a proximidade e confiança que o testador tinha no jesuíta como aponta o trecho a seguir.

Deicho a hua sobrinha de minha molher chamada Antonia Bernardina do Anunciada natural da Ilha Treseira duzentos mil reis e se compre hua morada de cazas na Cidade na paragem mais conveniente que dever cuja morada de cazas serão para a dita Antonia Bernardina e dela passarão pera digo passarão a hua filha da dita e desta hirão sempre correndo pella linha femenina da linha reta sempre e nunca se possa tirar da dita linha femenina cuja compra correrão por eyleyssão dos Reverendos Padres da Companhia de Jezus da Ilha Tresseira e so assim poderá algua das possuidoras das ditas cazas se tiver hum filho só este se quizer ordenar o poderá fazer fazendo patrimônio nas ditas cazas não tendo Irmã femia e se acabar a gerassam am alua sem susessam feminina se poderão entam vender as cazas o produto dellas manda-lo dizer em missas pellas almas de sua obrigassam e do Porgatorio. Deicho a Sam Francisco Xavier no Convento da Companhia da Ilha [...] des mil reis em remonerassão dos trabalhos que os Reverendos Padres am de ter com a compra das cazas que assim digo cujo dinheiro de hua e outra- // de hua e outra esmolla o meu Testamenteiro entregará ao Reveremdo Padre Reitor do Collegio do Rio de Janeiro puder este o remeter para o Colegio da Ilha Tresseira e com recibo do dito Reitor do Rio se levará em conta o meu Testamenteiro e cazo que o dito Legatario seja fallecido ficando-lhe filha femia se lhe dará as ditas cazas peferindo sempre a mais velha ou a mais necessitada. (IBRAM-MI-AHCP-LRT-Volume 1922- Testamento de Paullo Machado Portella 05/10/1747).

Tendo em vista esse tipo de relação e mesmo a nomeação do Padre Jozé Luis de Oliveira como seu testador, é provável que a educação que Paulo queria para seu filho José passava em algum momento pela ida a um Colégio da Companhia de Jesus, no Rio ou nos Açores. Talvez por isso deixa uma casa a sua sobrinha e outras parentes na Ilha Terceira, isto seria uma forma

<sup>6</sup> IBRAM/MI-AHCP- Codice 460 – Testamento do Ten. Cel. Manoel Francisco da Costa Barros, 10/10/1761.

<sup>7</sup> IBRAM-MI-AHCP-LRT-Volume 1922- Testamento de Paullo Machado Portella 05/10/1747.

de pagamento e uma forma de garantir a estadia do filho na região. Ainda que o tutor de seu filho fosse seu compadre Manoel Luis de Oliveira, pode-se aventar inclusive que José e Manoel fossem parentes ou, ao menos, indica uma aliança entre as duas famílias para garantir a educação das gerações seguintes. Pesando ainda nessa interpretação, parece que Paulo fazia questão de transmitir a valorização da educação e do aprendizado da escrita, assim como alguém fez com ele anteriormente, pois em seu testamento está registrado que, apesar de ter pedido a Pedro Gomes [Bruque?] fizesse seu testamento, “avia assinado com o seu nome”<sup>8</sup>. Com esse exemplo aponta-se uma tendência que parece se confirmar nos testamentos de Minas que é a de que filhos de pais com algum capital cultural significativo (saberem ler ou exercerem profissões que exijam contato com a escrita constante como negociantes, homens de Estado, advogados e profissões ligadas às artes liberais) seguirem os caminhos do pai, mesmo os filhos não sendo legítimos como neste caso é tratado.

### **Considerações finais**

Para estudar as práticas educativas deve-se ir além da concepção contemporânea que reduziram educação à escola. Neste período, as práticas educativas estavam em outro locais e deve-se estar atento a todas elas. A educação tinha múltiplos sentidos para dos diversos agentes históricos do período e para as famílias aqui pesquisadas a educação visava a busca e a manutenção da distinção daquela família. Por isso, contribuir para o casamento das herdeiras era tão importante, assim como garantir a educação dos herdeiros e, quando possível, mesmo que eles estudassem o máximo possível. A função da educação no século XVIII já possibilitava a distinção na sociedade, não gratuitamente a burguesia, deste período, foi a que mais investiu nesta estratégia. Sendo assim, isso não foi diferente nos sertões da América portuguesa. Para finalizar o presente trabalho não estou dizendo que esta sociedade era idealmente justa e que todos independentemente de sua origem, classe social, qualidade ou condição tinham chances de buscarem a educação sendo ela mais formal ou não. Antes pelo contrário, nesta sociedade que tinha algumas características de Antigo Regime a diferença e a desigualdade eram normatizadas. Por isso, havia uma hierarquia legitimada pelas concepções da época. No entanto, algumas dessas concepções e hierarquias podiam ser subvertidas dependendo de como os agentes históricos se implementavam suas estratégias e estratégias educativas e com isso se inseriam naqueles grupos e naquela sociedade. Indicativos destas hierarquias pode ser

---

<sup>8</sup> IBRAM-MI-AHCP-LRT-Volume 1922- Testamento de Paullo Machado Portella 05/10/1747.

observado quando percebe-se que os pais faziam de tudo para que seus filhos, mesmos naturais ou mulatos, alcançassem a mesma distinção que seus pais e seus antepassados tinham.

### Fontes e referências bibliográficas

#### Manuscritas

No AEPNSPOP -

Livros de Testamento – 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1943 e 1944.

No AEPNSCADOP -

Códices - 5.2.1.4, 6.19.94 e 6.12.1

No APM

Fundo CMS – Códices de livros de testamento 020, 190 e 200.

No IBRAM/MO/AHCBG

Fundo CPO – Livros de testamento -

01(1), 02(6), 3(8), 05(11), 04(9), 06(12), 07(13), 08(16), 12(21), 20(33),

No IBRAM/MI/AHCP

Livros de Registro de Testamento

Códices – 93-460 e Volumes – 001-011 e 3299-3305-,

#### Bibliografia

FONSECA, Thais. N. L. E. . Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. *Revista lusófona de educação*, v. 14, p. 111-124, 2009a.

FONSECA, Thais. N. L. E. . História da Educação no Brasil: abordagens e tendências de pesquisa. *LPH (UFOP)*, v. 19, p. 08-41, 2009b.

FONSECA, Thais. N. L. E. . Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009c.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII e XIX). *Educação em Revista (UFMG)*, v. 32, p. 167-185, 2016.

HESPANHA, António Manuel. Fundamentos antropológicos da família do Antigo Regime: os sentimentos familiares. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 339-349.

## A influência dos tutores na educação de órfãos em Mariana (1790-1822)

**Leandro Silva de Paula**

Doutor em Educação

UFMG

E-mail: leandroufop204@yahoo.com.br

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é investigar o papel e a importância que os tutores exerciam na educação e na inserção social de seus tutelados no termo de Mariana, região pertencente à comarca de Vila Rica (Capitania das Minas Gerais), no final do século XVIII e início do XIX. A proposta é analisar se a educação direcionada aos órfãos era uma estratégia educativa, uma vontade ou influência do tutor, ou estava apenas relacionada às condições socioeconômicas e de nascimento dos órfãos.

**Palavras-chave:** Tutores-Tutela; Educação de Órfãos; Minas Gerais colonial.

**Abstract:** The objective of this research is to investigate the role and importance that tutors had in the education and social inclusion of their wards in Mariana, region belonging to the district of Vila Rica (Captaincy of Minas Gerais), in the late eighteenth and early nineteenth centuries. The goal is to analyze if the education directed at the orphans was an educational strategy, a will or influence of the tutor, or was merely related to social, economic and birth status of the orphans.

**Keywords:** Tutors-wardship; Orphans Education; Colonial Minas Gerais.

Na América Portuguesa, as Ordenações Filipinas, código de leis aplicado tanto em Portugal quanto em suas colônias, delegavam aos pais responsabilidades e poderes sobre os filhos até que eles completassem 25 anos, se casassem ou então se emancipassem por algum outro motivo. Somente na ausência da figura paterna, é que crianças e jovens eram considerados órfãos. Nesse caso, as Ordenações Filipinas indicavam a escolha de tutores, para serem responsáveis pelos cuidados e pela administração dos bens pertencentes ao órfão. Os tutores nomeados para cuidar desses órfãos tinham diversas obrigações e precisavam prestar contas à Justiça sobre os serviços realizados por eles. Era função dos tutores fazer o inventário de todos os bens do falecido, prestar cuidados relativos à alimentação, saúde e vestuário e oferecer algum tipo de educação a seus tutelados. Ao investigar a educação destinada aos órfãos durante o período de tutela, constatei que, apesar de haver, nas Ordenações Filipinas, a indicação de que os órfãos deveriam receber uma preparação compatível com seu nível social de origem e voltada para exercer um ofício semelhante ao de seus pais, na região das Minas, muitas vezes, havia uma série de fatores e interesses que levavam alguns tutores a escolherem uma educação que ia além daquilo que simplesmente era exigido na lei.

O objetivo principal deste trabalho<sup>1</sup> é apresentar qual foi o papel e a importância que os tutores exerciam na educação e na inserção social de órfãos no termo de Mariana, região pertencente à comarca de Vila Rica (Capitania das Minas Gerais), no final do século XVIII e início do XIX. A proposta é analisar o exercício da tutela de vinte e sete tutores<sup>2</sup> que residiam em Mariana e constatar em quais momentos a educação direcionada aos órfãos era resultado de estratégias ou intervenções dos tutores e quando estava determinada pela *qualidade das pessoas e fazendas* dos tutelados.

Inicialmente, investiguei a educação de órfãos segundo a *qualidade de suas pessoas e fazendas*, detectando as condições econômicas<sup>3</sup> e o sexo dos tutelados como duas variáveis que determinavam significativamente a educação que lhes era destinada, estando presentes, inclusive, nas escolhas e estratégias de todos os tutores analisados por este trabalho. Após uma vasta pesquisa documental realizada em contas de tutela existentes no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana identifiquei que os tutores responsáveis por órfãos pobres ou com poucas rendas costumavam encaminhar seus tutelados para o aprendizado de um ofício; por sua vez, órfãos abastados e detentores de bens/fortunas recebiam o ensino das letras com uma maior frequência. Do mesmo modo, as diferenças sociais e culturais existentes entre o sexo masculino e feminino determinavam a educação destinada aos órfãos: homens e mulheres eram instruídos e educados no aprendizado de ofícios tipicamente considerados adequados ao seu sexo. No entanto, diversos eram os motivos que levavam os tutores a exercerem suas escolhas de formas distintas e havia uma variedade de articulações e estratégias educativas em torno do exercício da tutela. Nesse período, destaco que as distintas formas de educação oferecidas aos órfãos também estavam fortemente vinculadas a um discurso civilizador:

As distinções apareciam muito claramente entre a educação letrada e a educação para o trabalho, expressando os valores que separavam o trabalho

---

<sup>1</sup> Os resultados apresentados por este trabalho foram obtidos durante a realização da minha tese de doutorado na UFMG - 2016. "O papel dos tutores na educação e na inserção de órfãos no termo de Mariana (1790-1822)"

<sup>2</sup> Refiro-me as tutelas exercidas por Ana Maria da Silva (1817-1820); Antonio Leme da Silva Pontes (1817-1820); Joaquina Rosa de Santa Helena (1812-1819); José Martins Vieira (1813-1820); Miguel Antonio Gonçalves Leal (1806-1820); Ana Maria do Nascimento (1816-1819); Eugênio da Cunha Osório (1815-1819); Caetana Ferreira da Silva (1811-1818); Brás Francisco da Cunha Osório (1820-1822); Manoel Gomes Lima (1814-1820); Manoel da Costa Monteiro (1814-1819); Matheus Homem da Costa (1805-1820); José Antônio de Barros (1820-1823); Luiz Rodrigues Duarte (1810-1820); Joaquim Nunes das Neves (1808-1820); Clara Lima dos Santos (1814-1820); Thomaz Duarte Rodrigues (1801-1804); Domingo Ferreira Marques (1802-1814); Joaquina da Cunha (1805-1819); Francisca de Souza (1810-1819); Maria Vieira Leal (1814-1818), José de Souza Braga ( ); Eufrásia Maria Pereira de Jesus (1816-1819); João Ferreira da Silva (1791-1795); Antonio Pereira Vitarains (1814-1819); Francisco Ferreira Fialho (1803-1806).

<sup>3</sup> Para classificar as fortunas dos órfãos, recorri aos inventários dos familiares dos órfãos, investiguei o montemor, ou seja, o valor monetário de todos os bens que os indivíduos analisados conseguiram acumular durante suas vidas e a quantidade de escravos que possuíam.



intelectual do trabalho manual. Mas ainda assim, sobretudo na capitania de Minas Gerais, as formas adquiridas pela sociedade engendrada pela mineração, pela escravidão e pela urbanização pervertiam os valores e os padrões sociais e culturais europeus, exigindo constante observação, reflexão e tentativas de ordenamento por parte das autoridades. Era nesse movimento que as diferentes modalidades de educação apareciam como solução, frequentemente mais nos discursos que nas ações práticas (FONSECA, 2009, p. 47).

As Ordenações Filipinas, código de leis aplicado em todo o império português, permitiam certa “flexibilidade” nas escolhas relacionadas à educação dos órfãos. Sendo assim, caberia ao tutor interpretar, obedecer e prestar conta do que era exigido pela lei, enviando os seus tutelados para algum tipo de educação doméstica ou para a instrução dos professores e mestres que viviam naquela região. As práticas educativas mais recorrentes identificadas por esta pesquisa foram: a instrução nas primeiras letras e em gramática, o aprendizado de ofícios manuais e mecânicos, e a inserção dos tutelados nos costumes e preceitos da religião católica. Chamou-me atenção a complexidade e dinamicidade da região de Mariana e a variedade das combinações de práticas educativas distintas oferecidas a alguns dos órfãos analisados. Diante todo esse contexto, foi possível analisar as estratégias educativas dos tutores relacionadas à busca por distinção ou inserção social de seus tutelados. Um dos casos pesquisados por este trabalho foi o do tutor José de Souza Braga, sujeito responsável por um órfão pobre chamado Francisco que, além de se preocupar em possibilitar a este ingressar como soldado no regimento de infantaria dos homens pardos, apresentou despesas constantes com o aprendizado das letras. A educação direcionada a esse órfão pode ser uma possível estratégia do tutor em proporcionar a inserção ou distinção social ao seu tutelado.

Durante o exercício da tutela, diversos eram os motivos que poderiam levar alguns tutores a irem além do que simplesmente a lei exigia ou então recorrerem até mesmo aos seus recursos para assegurarem uma boa educação aos órfãos. Preocupações como a garantia de que o órfão conseguisse prover o próprio sustento ou então que alcançasse alguma ascensão social faziam parte do cotidiano dos tutores. Dessa forma, mesmo que o tutor aparentemente estivesse simplesmente cumprindo a prescrição da lei de educar seu tutelado, seus interesses e estratégias poderiam se fazer presentes na escolha da ocupação mais apropriada para cada órfão e o meio pelo qual essas crianças e jovens exerceriam alguma atividade ou obteriam destaque na sociedade mineira.

Com esta pesquisa, observa-se também quanto é necessário investir maiores estudos relacionados à dimensão da cultura escrita e à educação voltada para as letras na região das



Minas. Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que “no Brasil colonial a educação literária foi ministrada a um número muito restrito de crianças e jovens e, até a segunda década do século XIX, estes eram exclusivamente do sexo masculino” (SILVA, 1998, p. 219). O predomínio do sexo masculino no aprendizado das letras foi corroborado por esta pesquisa, mas, por outro lado, os resultados obtidos demonstram um considerável número de tutores que encaminharam seus tutelados para se instruírem nas letras, o que demonstra que esse aprendizado, possivelmente, não era algo tão restrito como aponta a historiografia.

Apesar da dinamicidade da vida social que possibilita a existência de casos que fogem à regra, Bourdieu, em seus estudos, considera que famílias detentoras de capital cultural tendem a adotar estratégias visando reproduzir em seus descendentes o gosto pela cultura e educação. Essa teoria de Bourdieu explica que os indivíduos, ao optarem por determinadas estratégias, não precisam fazer isso por meio de cálculos conscientes e racionais nem ser influenciados pelo meio externo, uma vez que pelo *habitus* eles adquirem um conhecimento prático sobre como lidar com as situações e preservar ou elevar sua posição social. [...] os indivíduos iriam aprendendo desde cedo, na prática, que determinadas estratégias ou objetivos são possíveis ou mesmo desejáveis para alguém com a sua posição social e que outros são inalcançáveis (NOGUEIRA, 2004, p. 54).

Ao analisar a documentação referente à educação de órfãos na América portuguesa, pude constatar com o caso da tutora Ana Maria da Silva, viúva de João Caetano Ribeiro (homem que não dominava a escrita), a importância que suas experiências prévias e o contato que ela teve com as letras exerceram em suas escolhas relacionadas à educação dos filhos que estavam sob a sua tutela. Conjuntamente, os dados obtidos durante a minha investigação apontam o direcionamento dos órfãos para as letras como escolha frequente tanto na tutela exercida por mulheres que detinham familiaridade com a escrita quanto por aquelas que não possuíam sequer a capacidade de grafar os próprios nomes. Em relação à instrução dos órfãos em gramática, identifiquei casos de tutores que possivelmente possuíam altos níveis de letramento ou estreitos laços com membros ou cargos da Igreja e que por isso investiam tanto na educação de seus tutelados. De acordo com a perspectiva de Bourdieu, as ações dos sujeitos estão significativamente vinculadas às suas experiências como membro de um grupo social específico e a subjetividade de suas escolhas está fortemente ligada à posição social que estes ocupam. Ao investigar a tutela exercida por homens que pertenciam às posições de destaque na sociedade

mineira, não foi possível identificar uma relação direta entre a posse de patentes pelos tutores e alguma educação diferenciada ou que estivesse voltada para a distinção dos órfãos.

Outra constatação deste trabalho foi a forte presença da figura materna na tutela dos filhos. Identifiquei considerável número de mães indicadas em testamento pela sua capacidade de tutelar a família, assim como de mãe que recorria à Justiça com essa finalidade. Houve casos em que mães tiveram papel importante como tutoras, adotando variadas estratégias para assegurar alguma forma de educação dos filhos. Na ausência ou impossibilidade das mães ou de algum parente próximo exercer essa função, muito maior era a dificuldade em se nomear um tutor recorrendo-se apenas a parentes distantes, laços de amizade, desconhecidos ou imposição da Justiça.

Após assumirem a responsabilidade pelos órfãos, uma forma de intervenção dos tutores na educação dos tutelados era por intermédio de suas relações sociais e dos seus contatos familiares para obter dinheiro, auxílio destinado à instrução e cuidados com o órfão, e mestres de ensino ou de ofício. Vale destacar o caso da tutora Maria Vieira Leal, que recorreu ao auxílio financeiro de seu irmão, ou melhor, do tio dos órfãos, para possibilitar que os seus filhos João e Manoel passassem anos na escola. A tutora fez uso de suas redes de sociabilidade com o intuito de direcionar os órfãos sob seus cuidados a alguma instrução. Além desse caso, saliento a tutela exercida por Luiz Rodrigues Duarte que solicitou auxílio de sua mãe nos cuidados com os órfãos e as estratégias do tutor Eugênio da Cunha Osório que utilizou de sua rede de parentesco, composta por diversos mestres e padres, para assegurar educação a seu tutelado conforme pode-se constatar no recibo a seguir.

Recebi de meu tio o senhor alferes Eugênio da Cunha Osório a quantia de dezesseis mil quatrocentos e trinta e seis réis por conta do sustento e ensino do menino Vicente, de quem o meu tio é tutor, tendo recebido eu anteriormente de meu primo o Pe. Francisco da Cunha Osório filho do meu tio a quantia de quarenta e um mil quatrocentos e setenta e nove réis PR [sic] vezes que tudo faz a quantia de cinquenta e sete mil novecentos e quinze réis [...]. Mariana 26 de fevereiro de 1820 o cônego Antônio Joaquim da Cunha e Castro.<sup>4</sup>

Logo, quanto maior então o volume do capital social de um tutor, capital esse baseado na quantidade e na qualidade das relações desse sujeito, maior seria a possibilidade de ele recorrer aos seus contatos com o intuito de instruir, cuidar ou viabilizar a inserção social dos órfãos sob sua tutela.

---

<sup>4</sup> Códice 168, Auto 4030, Segundo Ofício, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Além disso, observei como os laços de proximidade ou de parentesco possibilitavam uma melhor percepção dos tutores sobre as habilidades e características de cada órfão. Exemplo disso é o papel que o tutor Manoel da Costa Monteiro teve na escolha da educação diferenciada ofertada a seus irmãos Lizardo, Domingos e Severino, que segundo a documentação pesquisada ocorreu graças ao beneplácito desse sujeito e variava entre letras e ofícios. Com esse caso, foi possível constatar o relevante papel do tutor na educação dos órfãos, uma vez que caberia a ele concordar ou não com o aprendizado recebido pelos seus tutelados e decidir se esta preparação estava de acordo com as capacidades de seus protegidos. Provavelmente, somente um tutor que se preocupasse ou possuísse laços de parentesco ou de proximidade com seus tutelados é que conseguiria fazer escolhas específicas e personalizadas para cada um dos órfãos sob seus cuidados. Outro caso que ilustra indícios da vontade e preocupação de alguns tutores nas escolhas relacionadas à educação de tutelados com os quais possuíam relacionamento mais próximo é o caso de Thomaz Duarte Rodrigues, quanto ao órfão sob sua tutela ser encaminhado para os estudos maiores. Outro exemplo é da tutora Joaquina Rosa de Santa Helena, que indicou preocupação com a escolha de bons mestres para seus filhos, demonstrando cuidado e afetividade.

Referentemente à apropriação da educação recebida durante a tutela pelos órfãos na fase adulta, pude comprovar que alguns deles que receberam a instrução pelas letras grafavam seus nomes e alguns tutelados passaram a exercer algumas ocupações como a de carpinteiro, caixeiro e soldado após o período da tutela. Dessa forma, temos evidências de que a educação destinada aos órfãos tornou-se um diferencial na vida deles.

Chegamos ao fim desta pesquisa com muitas dúvidas e novos problemas. Diversos eram os motivos que levavam os tutores a assumirem suas escolhas e adotarem estratégias variadas, e inúmeros eram os fatores que determinavam a educação recebida pelos órfãos. Ao investigar em quais momentos a educação direcionada aos órfãos era resultado de estratégias ou intervenções dos tutores e quando estava determinada pela *qualidade das pessoas e fazendas* dos tutelados, o que eu constatei é que essas duas situações se entrecruzavam e combinavam frequentemente. Diante do vasto campo de investigação que é a educação no período colonial, este trabalho é apenas uma pequena contribuição aos estudos referentes à educação de órfãos na América portuguesa.

## Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção crítica social do julgamento*, São Paulo editora Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas: Pierre Bourdieu*, São Paulo, Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes. 2013.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte, Autentica, 2009.
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Bourdieu e a educação*. Belo horizonte, Autêntica, 2004.
- NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Alfredo (orgs). *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

## "Ecos" das reformas educacionais: sistemas de avaliação nacional e a criação do Enem

**Juliana Miranda da Silva**

Doutoranda em História

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-mail: jumirandasilva@gmail.com

**Resumo:** A proposta do presente trabalho consiste em analisar a conjuntura histórica de criação do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, tendo em vista os objetivos contidos em seu documento básico, a criação de um sistema de avaliação nacional e o cenário de reformas educacionais da década de 1990. Além da documentação oficial consoante ao Enem, também serão tomadas como fontes de análise pronunciamentos veiculados pela grande imprensa acerca da realização desta avaliação. Objetiva-se discutir ainda, as dimensões tomada pelo Enem como ferramenta de acesso aos programas governamentais e alternativa aos tradicionais vestibulares.

**Palavras-chave:** Enem; Reformas educacionais; Avaliação; Ensino Médio.

**Resumen:** La propuesta del presente trabajo consiste en analizar la coyuntura histórica de creación del Enem - Examen Nacional de la Enseñanza Media, teniendo en vista los objetivos contenidos en su documento básico, la creación de un sistema de evaluación nacional y el escenario de reformas educativas de la década de 1990. Además de la documentación oficial según el Enem, también se tomarán como fuentes de análisis los pronunciamentos difundidos por la gran prensa, acerca de la realización de esta evaluación. Se pretenden discutir aún, las dimensiones tomadas por el examen como herramienta de acceso a los programas gubernamentales, y las alternativas a los tradicionales vestibulares.

**Palabras clave:** Enem; Reformas educativas; Evaluación; Enseñanza Media.

### Considerações iniciais

Aplicado pela primeira vez no ano de 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi e continua sendo um exame facultativo, realizado mediante inscrição voluntária dos participantes, sejam eles egressos ou concluintes do Ensino Médio. Desde então, o Enem é aplicado anualmente, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal que tem como objetivos promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro a fim de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional e produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral<sup>1</sup>.

O Enem é apenas um dos exames que compõem o sistema de avaliações em larga escala, gerido ao longo da década de 1990, e vai ao encontro de um novo modelo de gestão pública, que vê na atuação do Estado o papel muito maior de regulador do que de provedor. Sob forte

---

<sup>1</sup> Informações consultadas no sítio do INEP, disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/conheca-o-inep>  
Acesso em 06 de junho de 2017.

influência de organismos internacionais, foram operacionalizadas reformas consoantes às novas dinâmicas do capitalismo e à reestruturação do setor produtivo, disseminando discursos bastante preocupados com as questões de custos x benefícios da aplicação de recursos públicos e a necessidade de medições mais detalhadas dos resultados. No campo educacional, as avaliações em larga escala passaram a integrar o calendário anual das diferentes etapas da educação básica e superior. Enquanto consolidavam-se como práticas recorrentes, ano após ano, as mídias ampliam a divulgação de informações e resultados ligados aos exames, criando inclusive, canais permanentes de comunicação aos interessados.

Para além de uma avaliação proposta para mensurar os estudantes na etapa final do Ensino Médio, o Enem se tornou também, ferramenta de acesso a diferentes programas governamentais. Extrapolando os objetivos propostos em seu Documento Básico<sup>2</sup>, que priorizava a autoavaliação do concluinte da escolaridade básica, a utilização da nota do Enem para acesso às vagas no Ensino Superior ou no Ensino Técnico continuado, por exemplo, foram responsáveis por um significativo aumento de interessados em realizar o exame. Incentivos aos estudantes da rede pública, como a isenção de taxa de matrícula e o fomento de programas inclusivos, que ampliaram a reserva de vagas nas universidades também são vistos como motivadores para a ampliação do número de participantes.

A ampliação das funções do exame nos permite vislumbrar alterações no cenário político e educacional do país. Nesse sentido, a presente comunicação propõe identificar de maneira breve as alterações sofridas pelo Exame Nacional do Ensino Médio desde a sua criação e que corroboraram para a ampliação das funções do exame. As reflexões aqui expostas fazem parte de análises mais profícuas, que estão sendo realizadas ao longo da pesquisa para a tese de doutorado, ainda em andamento, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Assim, em um primeiro momento, busco situar o cenário das reformas educacionais realizadas ao longo dos anos 1990, década na qual o Enem foi criado. A seguir, apresento as mais significativas alterações sofridas pelo exame e o impacto de tais mudanças na estrutura das provas e, conseqüentemente na utilização desta pelos participantes. Por fim, proponho uma breve reflexão sobre o cenário político educacional no qual ocorreram a criação e as alterações do exame.

---

<sup>2</sup> BRASIL. Documento Básico – Exame Nacional do Ensino Médio. 2002.

## Os anos 1990 e o extenso programa de reformas

O cenário educacional foi apenas um dos palcos no qual as reformas foram encenadas. A adequação do Estado à reestruturação do setor produtivo e a expansão de um mercado global exige alterações em diversas frentes, buscando reduzir a atuação de programas assistências mantendo, contudo, o poder dos governos no que concerne às medidas capazes de assegurar os interesses do capital internacional. Carregadas de um discurso de apelo democrático, liberal e descentralizador, as reformas são apresentadas à sociedade como necessárias à racionalização tanto dos investimentos como da gestão pública e a descentralização do sistema educacional, reformulando o papel do Estado, no sentido de atribuir-lhe a coordenação e regulamentação<sup>3</sup>, necessárias e esses novos tempos, abrindo à iniciativa privada a participação e a oferta de vagas.

Segundo Shiroma<sup>4</sup>, a preocupação primordial do governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para seu primeiro mandato em 1995, consistia em assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Para tanto, foram colocados em prática diversos programas nos planos pedagógico, de financiamento, de gestão e de levantamento de dados por meio de processos avaliativos externos. Ainda segundo a referida autora, criação do Bolsa Escola, que concedia auxílio financeiro à famílias de baixa renda mediante matrícula e frequência de crianças em idade escolar no Ensino Fundamental teve papel significativo. Segue como característica desse momento o aprofundamento da compreensão de que a escola possui papel primordial na formação do futuro trabalhador e, portanto, os conhecimentos adquiridos em ambiente escolar devem estar conectados às necessidades do mercado.

As normativas da época, como a LDBEN 9394/1996<sup>5</sup> e o próprio Documento Básico do ENEM atribuem a necessidade de ampliação dos conhecimentos adquiridos em ambiente escolar para uma efetiva prática cidadã. Contudo, também salientam, por meio de termos que passaram a ser bastante utilizados, a necessidade de um perfil “flexível” deste futuro trabalhador, que precisará desenvolver aptidões, adequando-se a cenários de mudanças característicos da virada do século.

---

<sup>3</sup> KRAWCZYK, Nora Rut & VIEIRA, Vera Lúcia. A reforma educacional na América Latina nos anos 90. Uma perspectiva histórico-sociológica. Revista Latinoamericana de História Comparada. Año 1, nº 1, 2010.

<sup>4</sup> SHIRONA, Eneida Oto et al. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 10 mar. 2017.



Considera-se ainda, a influência de organismos internacionais que influenciam decisões internas e que engrossam a lista de um vocabulário originário de relatórios econômicos e administrativos que passa a ser usado no campo educacional. A “eficiência” do ensino, o “custo-benefício” dos recursos alocados à educação, o “treinamento” de professores, as relações de “produtividade” e “qualidade” são exemplos de expressões que se consolidaram como recorrentes em seu uso pedagógico. Carregadas de vasto teor gerencialista, vão pouco a pouco se amalgamando em um ambiente que originariamente não era o seu.

Assim, por meio da disponibilização de recursos financeiros ou via assistência especializada prestada por técnicos, a influência de organismos como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi significativa no agenciamento das reformas e na construção de normativas que viabilizaram a adequação do setor educacional aos interesses internacionais.

Elaborada como resultado do encontro de mais de 150 países, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos<sup>6</sup> tornou-se um dos documentos mais citados como referência ao modelo de educação que se ensejava consolidar. Realizado em março de 1990 na Tailândia, o evento organizado pela UNESCO acentuava a importância que deveria ser dada à educação como ferramenta essencial no combate à pobreza e às desigualdades. O Art. 4º da Declaração expressa a preocupação que se deve ter quanto a implementação de sistemas de avaliação de desempenho durante a educação básica, com vistas aos “resultados efetivos de aprendizagem”<sup>7</sup> e, mais adiante, defende a construção de redes colaborativas em diferentes poderes e esferas da sociedade, bem como a necessidade de reformas na política educacional.

Outro documento de considerável influência foi publicado pelo Banco Mundial no ano de 1996. *Prioridades y estrategias para la Educación*<sup>8</sup> compila outras publicações do banco e defende a realização de um “esforço coletivo” rumo ao desenvolvimento da educação formal nos países periféricos e a necessidade de aplicação racional de recursos na educação, com ênfase nos cuidados à educação básica. Ao longo do documento são realizadas afirmações que não deixam dúvidas acerca dos ideais de educação preconizados pelo banco. Atender a demanda

---

<sup>6</sup> UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990.

<sup>7</sup> UNESCO, 1990, p.4.

<sup>8</sup> BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington, DC: Banco Mundial, 1996.

de trabalhadores aptos ao mercado, produtivos e capazes de adquirir novos conhecimentos rapidamente, em síntese, figuram como missão primordial da educação básica. Ao priorizar os investimentos na educação básica, o documento defende a participação de fomentos privados para os níveis mais elevados de ensino e a utilização de indicadores econômicos na gestão escolar. Defende ainda, o aprofundamento de sistemas avaliativos, capazes de diagnosticar se os recursos destinados à educação estão obtendo o devido retorno.

O Banco Mundial apresenta-se como apoiador em expansão da educação em todo o Globo, todavia, seja por meio de concessão de empréstimos ou pela venda de consultoria técnica, cobra caro por seus serviços. Segundo as análises de Helena Altmann<sup>9</sup>, os pesados encargos cobrados evidenciam que os créditos concedidos à educação são do tipo convencional e somam-se ao montante da dívida externa de um país para com instituições internacionais fornecedoras de crédito. Ou seja, o “apoio” não passaria de disponibilização de recursos financeiros ou consultoria de “especialistas” via operações taxadas que garantiriam rentabilidade ao Banco.

Os principais documentos nacionais elaborados na conjuntura das reformas educacionais evidenciam influência de documentos desenvolvidos sob tutela de organismos internacionais. Seja pelo caráter utilitário da educação, aquém do desenvolvimento intelectual e crítico, ou pela ênfase dada à submissão que o mercado exige, as normativas brasileiras alimentaram-se de documentos redigidos internacionalmente. Contudo, há que se admitir que fruto de embates, nossas normativas não cessam de sofrer alterações, que em alguns casos, admitem um olhar mais amplo para os objetivos da educação escolar e extrapolam os ditames impostos por documentos referenciais construídos a partir de interesses externos. Há que se considerar também, que sem agentes internos conectados aos ditames do mercado, as referidas reformas não se dariam. Nesse sentido, observar que ao longo dos anos 1990 foi operacionalizada, via reformas estruturais, a adequação do Estado brasileiro a um redirecionamento convergente ao neoliberalismo não significa dizer que não existiram resistências e embates em direções opostas.

### **O Enem como demanda do “Estado-avaliador”**

Numa lógica que entende que a educação precisa contemplar resultados que justifiquem os investimentos públicos alocados para o seu desenvolvimento, as avaliações externas

---

<sup>9</sup> ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

aparecem como demanda a ser atendida. Os anseios por “qualidade” na educação prestada também figuram como pretexto às implementações de sistemas avaliativos. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206º expõe como um dos princípios basilares nos quais o ensino deve ser ministrado a garantia de padrão de qualidade na educação e mais adiante, no Art. 209º coloca como exigência à oferta de ensino pela iniciativa privada a realização de avaliação de qualidade pelo poder público.

A LDBEN 9394/96 reforça a conexão entre a qualidade do ensino e a realização de processo nacional de avaliação do rendimento escolar em seu Art. 9º, inciso VI, a ser realizado em todos os níveis de educação. Nesse sentido, podemos afirmar que o Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998 como instrumento avaliativo buscava, juntamente com outros exames, responder às demandas do período por avaliações do sistema educacional. Contudo, ao longo de sua existência o Enem ampliou suas funções deixando de ser apenas um instrumento avaliativo, passando a ser utilizado como ferramenta de acesso à diferentes programas governamentais.

Conforme já mencionado, o Enem teve sua primeira edição em 1998, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo seu Documento Básico, o exame segue tendências avaliativas internacionais, como o PISA - *Programme for International Student Assessment* ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Desde sua criação, os idealizadores do Enem esboçavam a intenção de utilizar o exame como alternativa aos vestibulares. Havia, porém, grande desconfiança por parte das universidades quanto a uma possível adesão a utilização dos dados de uma avaliação realizada em nível tão amplo. Em declaração ao jornal *Folha de S. Paulo*<sup>10</sup>, a então coordenadora do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Maria Bernadete Marques Abaurre afirmou que as universidades públicas deveriam “proceder com cautela” pois seria um ato de irresponsabilidade tomar uma decisão como a de passar a utilizar os resultados dos exames” de imediato.

Ao longo de sua existência, o exame ampliou o número de inscritos e uma série de ações podem explicar o aumento de interessados em prestar a prova. A partir do ano de 2000, o número de universidades federais que passaram a utilizar os resultados obtidos no Enem como

---

<sup>10</sup> Folha de S. Paulo, 30 ago. 1998, p. 7.

veículo de acesso às vagas cresceu e, como isso, o número de interessados em prestar o exame também. A isenção de taxa de inscrição para alunos da rede pública a partir de 2001 e a certificação do Ensino Médio, a partir de 2012, via pontuação mínima também estimularam o aumento de inscritos. No ano de 2004, durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores – PT, em 2002, foi criado o Programa Universidade para Todos – ProUni, que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica utilizando como classificador a pontuação obtida no Enem. O registro recorde de inscritos se deu em 2014, com 9.490.952 inscrições formalizadas. Entre os programas que utilizam a nota do Enem, além dos já citados destacam-se o Ciências sem Fronteira, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o Sisu (Sistema de Seleção Unificada ) e o Sisutec (Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Em relação a sua estrutura, o Enem sofreu uma grande reformulação em 2009, quando passou a ser chamado de “Novo Enem”. Com as reformulações do exame reforça-se o discurso segundo o qual, além de avaliar, o Enem buscaria democratizar as oportunidades de acesso à Educação Superior, tendo em vista que o exame consolidar-se-ia como ferramenta de acesso a programas governamentais e como complemento ou alternativa ao sistema de vestibulares. Também chama atenção o fato de constar entre os objetivos do Novo Enem a possível utilização deste como ferramenta aos processos de seleção “nos diferentes setores do mundo do trabalho”<sup>11</sup>. Nesse sentido, encontramos novos indícios de que as avaliações propostas e aplicadas pelo governo vão ao encontro das recomendações realizadas por organismos internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial em suas publicações sobre a educação básica.

No ano da reformulação do Enem, o então Ministro da Educação Fernando Haddad reuniu-se com os reitores das universidades federais com o intuito de promover a adesão das instituições de ensino ao uso dos resultados desse novo modelo de prova, na qual as competências e habilidades continuariam a ser o foco avaliativo, mas que contariam com um detalhamento maior dos aspectos a serem avaliados. Evidenciou-se certa apreensão quanto à autonomia das instituições e insegurança com a dimensão da realização de provas realizadas

---

<sup>11</sup> BRASIL. Portaria nº 109, DE 27 DE MAIO DE 2009. Sistematiza a realização do Exame Nacional do Ensino Médio.

em nível nacional. Abaixo do esperado, a adesão ao uso do Enem foi justificada de diferentes maneiras. O então presidente da Andifes, Alan Barbieiro declarou<sup>12</sup> que encararia esse primeiro momento após as mudanças como “um teste” e via possibilidades de ampliação do uso dos resultados nos anos seguintes. Seja por meio de utilização parcial da nota, com pesos diferentes ou apenas aplicado às vagas remanescentes, nos anos seguintes a adesão ao uso dos resultados do Enem passou a ser feita pela maioria das instituições de Ensino Superior da rede federal.

### **Considerações Finais**

Atualmente, em se tratando de número de participantes o Enem está entre as maiores avaliações do mundo e consolida-se como ferramenta de acesso a programas governamentais e vagas nas disputadas instituições de ensino superior públicas. Diferentes questões colaboraram para a insegurança quanto à consistência do uso de seus resultados. Tendo em vista o espaço limitado para discussões que exigem desdobramentos analíticos e conjunturais, cito apenas alguns casos como os vazamentos de provas ou temas de redação, a maneira abrupta como as mudanças na aplicação e metodologia da prova se deram e ainda, o desejo de determinadas universidades em manterem seus consolidados sistemas de seleção como entraves à aplicação do Enem.

Para além de sua aceitação como forma de acesso às vagas nas universidades, há que se lembrar que a instituição responsável pelo exame, o INEP propõe utilizar os dados levantados como forma de fomentar políticas educacionais com vistas à melhoria da qualidade de ensino no país. Contudo, os exames, conforme brevemente discutido no presente trabalho, também respondem a interesses que abreviam sob muitos aspectos os sentidos atribuídos a educação escolar. Assim como o Enem, outros sistemas avaliativos e de indicadores educacionais foram implementados no país, ao longo das duas últimas décadas. Mas é preciso levar em conta a influência complexa de outros indicadores para buscarmos soluções que convirjam para a formação de crianças e jovens capazes de realizar leituras críticas do mundo que os cerca, ao mesmo tempo em que enxerguem no ato de aprender uma forma de também conhecerem-se e conhecer a comunidade em que vivem.

Nesse sentido, concordando com Freitas<sup>13</sup>, a crescente utilização de testes de eficácia educacional usada como instrumento punitivo para políticas de responsabilização enquadra-se

---

<sup>12</sup> Folha de S. Paulo, 17 mar. 2009, p. 3.

<sup>13</sup> Luis Carlos Freitas. Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

em uma perspectiva rasa. Quando nos deparamos com realidades conjunturais que extrapolam a simples mensuração, percebemos que fatores como a formação e valorização profissional dos professores e demais profissionais da educação, bem como os objetivos finais de se passar tanto tempo em uma sala de aula adquirindo conhecimentos específicos complexificam a questão.

Considera-se ainda o momento atual como o de ruptura e incertezas no que se refere ao campo educacional. É preciso admitir que se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o número de crianças nas escolas foi significativamente ampliado foi durante os governos de Lula e Dilma Rousseff que demarcaram um maciço investimento público nos diferentes níveis da educação e a busca de inserção de camadas sociais até então excluídas. A retomada da expansão do Ensino Superior e dos Institutos Federais possibilitaram a criação de novas vagas nos níveis mais altos de ensino. Assim, considerando-se que as políticas educacionais estão atreladas ao projeto de nação ensejado por determinado governo, vivenciamos um novo conjunto de reformas em trâmite. Novamente, propõem readequações propagandeadas como necessárias, mas que trazem no bojo de seus projetos o retrocesso em direitos conquistados e o achatamento de garantias até então asseguradas como dever do Estado para com seus cidadãos e cidadãs. Nesse cenário, os objetivos do Enem podem novamente sofrer significativas alterações, tendo em vista a insegurança quanto a continuidade de outros programas governamentais, a reforma do Ensino Médio e as políticas de acesso ao Ensino Superior.

## Helena Antipoff e a constituição da Cademe

**Esther Augusta Nunes Barbosa**

Mestranda em Educação

UFMG

E-mail: augustaesther@gmail.com

**Adriana Pereira Araújo Borges**

Doutora Em Educação

UFMG

E-mail: adriana.borges@terra.com.br

**Resumo:** A Campanha Nacional de Habilitação e Reabilitação do Deficiente Mental (CADEME) foi instituída no ano de 1960. Sua criação sofreu influência das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e das Sociedades Pestalozzi. A primeira comissão diretora foi formada por três membros, sendo um deles, Helena Antipoff. Através da análise de fontes primárias, foi possível reafirmar o importante papel exercido por ela na elaboração das políticas públicas de educação especial do período. Concluiu-se que Helena Antipoff não limitou sua atuação ao estado de Minas Gerais. Pioneira na formação de professores para alunos com deficiência, Antipoff soube utilizar sua influência junto ao poder público para reivindicar melhorias para o setor.

**Palavras chave:** Educação Especial; CADEME; Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, Helena Antipoff.

**Abstract:** The National Campaign for Qualification and Rehabilitation of the Mentally Disabled (CADEME) was instituted in 1960. Its creation was influenced by the Associations of Parents and Friends of the Exceptional (APAEs) and the Pestalozzi Societies. The first steering committee was formed by three members, one of them, Helena Antipoff. Through the analysis of primary sources, it was possible to reaffirm the important role played by her in the elaboration of the public policies of special education of the time. It was concluded that Helena Antipoff did not limit her performance to the state of Minas Gerais. A pioneer in teacher training for students with disabilities, Antipoff was able to use her influence with the public power to claim improvements for the sector.

**Keywords:** Special Education; CADEME; Pestalozzi Society of Minas Gerais, Helena Antipoff.

Helena Antipoff foi uma educadora e psicóloga russa e desembarcou no Brasil em 1929, a convite do governo Mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade para trabalhar na implementação da Reforma de Ensino de 1927, empreendida pelo secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado de Minas Gerais Francisco Campos (JANNUZZI, 1985).

Em 1932, sob liderança de Antipoff, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG)<sup>1</sup> foi fundada, sendo uma associação civil que tinha por objetivo acolher a infância anormal e preservar a sociedade do perigo da anormalidade. Antipoff esteve à frente da Sociedade Pestalozzi. Prestou atendimento a infância desassistida do estado de Minas Gerais por meio do

---

<sup>1</sup>Fundada com o nome Sociedade Pestalozzi em 1932, em 21 de dezembro de 1961 passou a se chamar Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, especificando a região para evitar confusão com outras entidades. ANTIPOFF, Helena, *Infância Excepcional, Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais*, 1963. P. 26



atendimento em escolas, internatos, semi-internatos, consultórios, além da realização de pesquisas e outras ações que acolheram crianças com deficiência, órfãs e crianças de rua. A partir de sua abertura, outras instituições para acolhimento e assistência da infância anormal foram criadas, também no âmbito da filantropia (BORGES, 2015).

Em 1940, Helena Antipoff recebeu os primeiros internos em uma fazenda, que mais tarde seria denominada de Fazenda do Rosário, em Ibirité. Patrocinada pela Sociedade Pestalozzi, a Escola Rural da Fazenda do Rosário pretendia acolher os excepcionais educando-os segundo os métodos da Escola Ativa em um local adequado, promovendo capacitações de cunho profissionalizante. Com o tempo, outras atividades e instituições foram integradas ao projeto inicial, formando o Complexo Educacional do Rosário (CAMPOS, 2010).

Convidada por Gustavo Lessa, médico e funcionário do Ministério da Educação e Saúde, Helena Antipoff se muda para o Rio de Janeiro, então capital do país, em 1944. Nesse mesmo ano, iniciou seus trabalhos junto ao Departamento Nacional da Criança, onde organizou o Centro de Orientação Juvenil (COJ), destinado ao atendimento da criança e do adolescente desajustado (RAFANTE, 2010). A partir do contato de familiares de jovens excepcionais do Rio de Janeiro, Helena Antipoff liderou em 1945 a criação da Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Na década de 1960, Helena Antipoff foi convidada para ser membro da primeira comissão diretora da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). No final da década de 1950 e início da década de 1960, o governo federal publicou três decretos em favor da educação das pessoas com deficiência, assumindo explicitamente, a nível nacional, o atendimento educacional do excepcional (MAZZOTA, 1995). Cada um deles instituiu: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, em 1958; e a Campanha Nacional de Habilitação e Reabilitação de Deficientes Mentais em 1960. Essas Campanhas faziam parte de um contexto de políticas públicas federais que objetivavam resolver problemas sociais ligados à educação (MAZZOTA, 1995; RAFANTE, 2015).

Para criação e funcionamento da CADEME, Helena Antipoff, Gustavo Lessa e Helena Dias Carneiro pressionaram o Ministério da Educação (RAFANTE, 2015). O artigo 3º, do Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, instituiu que a CADEME tinha “(...) por finalidade, promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo (...)” (BRASIL, 1960), cooperando, estimulando, incentivando, mantendo parcerias,

com instituições públicas e privadas que se ocupavam das crianças com deficiência mental. Assim a CADEME, sem participar diretamente, fomentaria as ações promovidas pelas instituições públicas e privadas.

A gestão da CADEME ficou sob a responsabilidade de uma comissão composta de 3 membros, sendo um deles Helena Antipoff. Cabe explicitar a presença de Antipoff na primeira Comissão Diretora da CADEME, representando o Movimento Pestalozziano na primeira organização da educação especial a nível federal, levando a experiência acumulada por meio de instituições não governamentais desde a década de 1930. A finalidade da CADEME era “promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas<sup>2</sup> e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo (...)” (BRASIL, 1960). A forma de concretização da sua finalidade se dava por meio de incentivos através de convênios com instituições existentes que já se dedicavam ao excepcional; pelo estímulo à criação de associações e fundações destinadas às crianças retardadas; estimulando pesquisas e sensos (RAFANTE, 2015).

Portanto, a CADEME não tomou para si a responsabilidade pela educação do deficiente mental, mas reforçou o atendimento já existente por meio de iniciativas particulares e filantrópicas:

A C.A.D.E.M.E. não levará a efeito, sob qualquer forma, atividades puramente assistenciais, nem manterá ou dirigirá diretamente serviços limitando-se apenas<sup>3</sup> à cooperação técnica e financeira. (BRASIL, 1960).

Até a década de 1950, os textos oficiais incumbiam à federação a responsabilidade de fiscalizar as instituições que ofertavam o ensino emendativo<sup>4</sup>, sem o compromisso de organizá-lo ou assumi-lo. Quando o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de fazê-lo, não

---

<sup>2</sup> Mantido o termo utilizado na legislação.

<sup>3</sup> Grifo nosso

<sup>4</sup> A partir de 1930, muitos educadores envolvidos com a educação de deficientes empregaram a expressão ensino emendativo. Como exemplo disso, destacamos o livro de Armando Lacerda, diretor do Instituto dos Surdos-Mudos (ISM) de 1930 a 1947: *A pedagogia emendativa do surdo-mudo : considerações gerais*, Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1934 (apud Soares, 1999). Ainda em fins de 1960 e princípios de 1970, o termo emendativo foi utilizado para designar escolas destinadas aos alunos deficientes, como por exemplo, O Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário, em 1964, instituição especializada, localizada na zona rural de Ibirité – MG; em Carangola, a Escola Estadual de Ensino Emendativo, em 1967; em Pará de Minas Gerais, a Escola Municipal de Educação Emendativa Doutor Lage, em 1972. A expressão ensino emendativo foi usada em 1974, no jornal *O Estado de Minas*. Em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP (JANNUZZI, 2006, p. 69). Optamos por utilizar a expressão Educação Especial para designar o atendimento especializado no período de nosso estudo. No entanto, não desconsideramos o sentido que o termo ensino emendativo tinha e que orientou o trabalho educativo na época: “emendare (latim), que significa corrigir falta, tirar defeito” (JANNUZZI, 2006, p. 70). (MORATO, 2008).

o fez como mantenedor e implementador de uma educação voltada para os excepcionais, mas com incentivos financeiros e técnicos para que outras instituições executassem. A CADEME não promoveu, portanto, uma política que inovasse no atendimento educacional no excepcional, mas ratificou ações já existentes por meio da iniciativa privada. No entanto, ela foi capaz de ampliar a discussão acerca da educação especial a nível nacional (RAFANTE, 2015).

Por meio de pesquisa documental realizada no acervo do centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), localizado em Ibirité e na Sala Helena Antipoff, da biblioteca central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram encontrados exemplares do periódico semestral “Infância Excepcional”<sup>5</sup>, que trazem registros importantes sobre o assunto pesquisado. Nos periódicos, foi possível localizar a divulgação de cursos, palestras, seminários e eventos diversos promovidos pela SPMG e financiados pela CADEME. Foi encontrada correspondência<sup>6</sup> enviada por uma professora da cidade de Rio Claro, em São Paulo, no ano de 1967 para Helena Antipoff. Na carta, a professora informava que soube por meio do Boletim a respeito dos cursos promovidos pela Fazenda do Rosário com convênio com a CADEME e que teria interesse em fazê-los. Estes documentos mostram que as ações da CADEME, apesar de restrita à convênios e financiamento, foram efetivadas através de instituições filantrópicas como a SPMG, conforme previsto em seu decreto.

Em uma carta enviada no ano de 1963 por Helena Antipoff, ao então Ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso, Antipoff informa que existiam verbas da União destinadas à CADEME que ainda não haviam sido disponibilizadas às devidas instituições. Cobrando assim, que o orçamento fosse colocado à disposição para uso. Dezesete dias após ser escrita a referida carta, um convenio é firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e a Sociedades Pestalozzi do Brasil e de Minas Gerais. Neste, foram estabelecidas as condições para que as instituições fizessem uso da verba destinada, devendo as Sociedades garantir a gratuidade de 50% das vagas dos cursos que seriam ofertados e prestar contas dos gastos.

## Conclusão

Helena Antipoff é um nome importante na história da educação especial, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil. Como professora da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, participou da implementação das primeiras classes especiais em Minas Gerais.

---

<sup>5</sup> Boletim da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Passou a ser publicado semestralmente a partir de 1963, com o intuito de divulgar as ações da SPMG e das produções nacionais e mundiais em prol da infância excepcional. Os exemplares analisados estavam disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA).

<sup>6</sup> Encontrada no Memorial Helena Antipoff da Fundação Helena Antipoff.

Esteve à frente da SPMG, colaborando com diversas ações que esta instituição promoveu. Trabalhou no Distrito Federal e na constituição da CADEME. Exerceu um importante papel político, pressionando o governo federal para que as ações da CADEME saíssem do papel. Por fim, fez uso dos recursos e possibilidades que a Campanha instituiu em prol dos excepcionais, contribuindo com a formação de gerações de professores especializados em educação especial.

Fica evidenciado por essa breve análise que a educação especial no Brasil se constituiu a partir das relações entre o poder público e os setores privados, representados pelas instituições filantrópicas. Helena Antipoff utilizou sua influência junto ao poder público no sentido de garantir direitos às pessoas com deficiência, principalmente, o direito à educação.

### **Bibliografia**

ANTIPOFF, Helena – Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: 1932 – 1962 – Notas por Helena Antipoff. Infância Excepcional. Belo Horizonte, MG, nº 01, p. 10 – 27. 1963. Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.

BORGES, Adriana Araújo Pereira - De anormais a excepcionais: História de um conceito e de práticas inovadoras em educação especial. Curitiba, PR: 2015. Ed. CRV.

BRASIL/MEC. Decreto 48.961, de 22 de setembro de 1960 – institui a Campanha

Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Brasília, 1960

CAMPOS, Regina Helena Freitas - Helena Antipoff. Coleção Educadores MEC. Recife: Editora Massangana, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

MORATO, Andréa. A constituição da Educação Especial Destinada aos Excepcionais no Sistema Público de Ensino do Estado de Minas Gerais na Década de 1930. Dissertação – UFMG – 2008

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff no Departamento Nacional da Criança: a psicologia no Centro de Orientação Juvenil (1946-1956). Psicol. educ., São Paulo, n.30, p. 25-42, jun. 2010. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141469752010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 26 abr. 2017.

RAFANTE, Heulalia Charalo – Política de Educação Especial no Brasil: A Relação entre o Estado, a Sociedade Civil e as Agências Internacionais na Criação do CENESP. 37ª Reunião Nacional da Anped. 2015

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. 2. ed. Campinas: SP: Editora Autores Associados, 1985.

## ST 19 - Ensino de História Relações de Poder: diversidade, inclusão, consciência histórica, currículo e propostas metodológicas

Paulo Júnior Debom Garcia  
Doutor em História  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
[paulodebom@gmail.com](mailto:paulodebom@gmail.com)

Larissa Freire Pereira  
Mestre em História  
Universidade Federal de São João del Rei  
[larissafreirepereira@hotmail.com](mailto:larissafreirepereira@hotmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

O Ensino de História tem ocupado cada vez mais um lugar de destaque nos congressos científicos e na produção historiográfica. A discussão tem se mostrado extremamente enriquecedora por ser um objeto fértil de pesquisa no qual a multiplicidade temática e a interdisciplinaridade tornaram-se pontos de referência. As fronteiras entre os saberes acadêmicos e os saberes escolares são cada vez mais tênues, fato que tem gerado um crescimento do interesse pela área. Diante das discussões sobre a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e o projeto Escola sem Partido, vivenciamos um momento extraordinariamente delicado onde propostas de uma educação inclusiva e emancipadora estão ameaçadas. Faz-se urgente garantir um Ensino de História que prime pela defesa da diversidade, do multiculturalismo, da liberdade de opinião, da crítica às questões sociais e pelo respeito às diferenças. A partir das múltiplas experiências culturais é essencial refletir sobre as estratégias, fontes, linguagens e personagens ligados ao ensinar e ao aprender História, seja em sala de aula ou fora dela, demonstrando não apenas o que está visível, mas também o que foi silenciado. O que propomos debater neste ST tem como ponto de partida a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, entre a historiografia escolar e a historiografia acadêmica e entre a teoria e a prática da sala de aula. As linguagens das práticas pedagógicas, a didática, a formação de professores e sua autonomia intelectual, as políticas públicas, a composição do currículo escolar e a educação para a diversidade também são focos deste simpósio. Partindo desta multiplicidade que compõe o cenário deste campo de pesquisa, receberemos comunicações que tenham por objetivo abordar as diferentes relações de poder que se encontram presentes nas arenas do Ensino de História.

## A inseparabilidade dos saberes acadêmicos e escolares: estudantes da E.M. Anne Frank construindo seu próprio conhecimento

**Luíza Rabelo Parreira**  
Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: luizarabeloparreira@hotmail.com

**Moacir Fagundes de Freitas**  
Graduado em História e Museologia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: feitasmoacir13@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto “Entre o diário e a HQ: estudantes construindo a história de seu bairro”, realizado na Escola Municipal Anne Frank, com estudantes de sétimo ano. O projeto pretende possibilitar o desenvolvimento do protagonismo juvenil, promovendo uma experiência pedagógica fundada no conceito do educando como sujeito da construção do próprio conhecimento.

**Palavras-chave:** história local; Bairro Confisco; Educação Básica; protagonismo estudantil, Ensino de História.

**Abstract:** The present work aims to present the project "Between the daily and the HQ: students building the history of their neighborhood", held at the Anne Frank Municipal School, with seventh year students. The project intends to enable the development of youth protagonism, promoting a pedagogical experience based on the concept of the learner as subject of the construction of own knowledge.

**Keywords:** Local history; Confisco Neighborhood; Basic education; Student protagonism, History Teaching.

### Perspectivas iniciais

Pode ser a história de Anne, de Maria das Graças, de Dona Geralda, do Seu Luiz, enfim, de várias pessoas que habitam um canto do mundo, da Europa, do Brasil, de um bairro de Belo Horizonte. Frequentam escolas e vivem em comunidade. E dessa forma, escola e comunidade se misturam, se fundem. Isso acontece com a Escola Municipal Anne Frank e a comunidade do Confisco, um pequeno bairro, localizado em uma área limítrofe entre as grandiosas cidades de Belo Horizonte e Contagem. E é na labuta diária de, em certos momentos, pertencer a duas cidades, e por isso, quase sempre, não pertencer a nenhuma, que vivem pessoas como a Maria das Graças, líder comunitária, apaixonada por esse bairro. Além de moradora, Graça é estudante da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Anne Frank, fundindo coerentemente, em sua pessoa, a escola e a comunidade.

Dos vários sonhos de Maria das Graças, um deles era escrever a história do bairro Confisco em quadrinhos. Enquanto Graça acalentava seu sonho, a Escola, às voltas com seus horários, avaliações e metas, arrisca aqui e ali algumas investidas e pesquisas sobre a história



do bairro: fez o Cordel do Confisco, entrevistas com moradores e outras ações que apenas "arranharam" a possibilidade maior de uma narrativa da história do Confisco. Até que, em certo momento da história, o sonho de Graça "desembarcou" e foi acolhido pela escola.

Neste projeto, juntos estarão, a dona do sonho, os estudantes, professores, e outras pessoas da comunidade, todos dispostos a dar corpo e voz a essa história. E foi justamente nas aulas de história que detectamos um preocupante problema de identidade e, por conseguinte, autoestima e memória. Vigorava entre os estudantes uma enorme rejeição ao lugar onde moram. Ninguém era capaz de se assumir como morador do Confisco. *"Que é isso, morar nessa favela? Quem mora é o fulano de tal, eu só estudo aqui..."*. Essas falas sempre acompanhadas de palavrões e ofensas predominavam.

No início de 2016, encontraram-se, a dona do sonho, os estudantes, professores, e outras pessoas da comunidade, todos dispostos a dar corpo e voz a essa história. Porém, antes de criar as personagens, os desenhos, o roteiro, era preciso conhecer a história que se pretendia contar. Aliás, a história em suas várias versões. Para tanto, estudantes tornaram-se pesquisadores, historiadores, quadrinistas, entrevistadores, etc. Como ferramentas usaram a história oral, a pesquisa de opinião, a leitura, o fichamento, a pesquisa de campo, a curadoria e outras formas de conhecer, registrar e comunicar.

Mas como registrar e contar essa história em construção? Nada mais apropriado que mirar na adolescente que nomeia nossa escola. Além da adolescência, algumas similitudes ligam, no tempo e no espaço, o diário à HQ, Anne aos nossos estudantes. As minuciosas referências de Anne à sua escola, aos professores, aos colegas de turma, podem bem sair das bocas de nossos adolescentes. Nos dois casos, mesmo que os comentários não sejam tão otimistas, deixam escapar a importância da escola em suas vidas. Certamente, a Escola Anne Frank, estará presente como lugar-personagem na história em quadrinhos.

Entretanto, outra linha nos liga a Anne e seu Diário. Claro que com matizes e gradações diferentes, a situação de exclusão, de opressão, segregação, repete-se de forma atualizada e, mais subliminar. Como se todos os moradores do bairro portassem também uma estrela de Davi. Como se a Belo Horizonte, fosse uma Holanda ocupada, e o Confisco um gueto, um campo... Ser morador do Confisco é o suficiente para ser discriminado, é ser vítima de preconceito, ser alvo dos olhares dos seguranças nas lojas. É viver segregado do centro da cidade, é estar à margem. É ser impedido de se apropriar dos lugares e equipamentos públicos..., por coerção, por constrangimento, por desconhecimento de que é um direito. Vivem no Confisco, na cidade



de Belo Horizonte, vários e várias Anne's, confinados, confiscados dos seus direitos. Morre no gueto do Confisco, uma juventude negra que é dizimada cotidianamente, sem tempo de escrever seu diário ou sua HQ. É por querer acabar com essa guerra e acreditar que não precisamos "esperar um único momento para começar a melhorar o mundo" que seguiremos em frente escrevendo histórias e diários.

A primeira aula do projeto foi realizada na arquibancada da escola, no pátio, ou seja, ao ar livre. Foram expostas duas maquetes pertencentes à escola, que foram feitas em outra ocasião e estavam "esquecidas" na biblioteca. Uma era do bairro e outra da escola. Os estudantes ficaram fascinados e iam com o dedo tentando localizar suas casas e outras referências do bairro, como o campo, a nascente, etc. A partir daí, a motivação desencadeou-se com a instauração da pergunta: “Alguém sabe porque nosso bairro se chama Confisco?” Algumas hipóteses foram levantadas pelos estudantes, mas todas elas eram insuficientes e repletas de incertezas. Essa aula coincidiu com a presença na escola da líder comunitária Graça - primeira idealizadora do projeto - que ia participar de uma reunião do Conselho de Segurança. Como os estudantes não conseguiam responder satisfatoriamente à pergunta, colocamos o desafio: como descobriríamos a resposta? Ante esse desafio, aconteceu algo muito legal: no início de março, ao trabalharmos com o "Dia Internacional das Mulheres", eles haviam entrevistado as mulheres "invisíveis" da escola, ou seja, as trabalhadoras da cantina, da limpeza, da secretaria, e monitoras de alguns projetos. Nessas entrevistas conheceram melhor essas mulheres, descobrindo, desde a época em que ingressaram na escola até o que a escola representa para elas. Vários estudantes se propuseram a ir atrás dessas senhoras em busca da resposta. Trouxeram duas que consideravam as mais vividas, além da Graça que foi "surpreendida" em reunião.

Neste ponto quem assumiu a fala foram as três interlocutoras: a Isabel, a Ilda (funcionárias da escola) e a Graça, que em momentos de emoção relataram suas vivências. A "aula" ficou interessantíssima e perguntas choveram de todos os lados da arquibancada. Dos relatos dessas personagens, destacamos as seguintes aprendizagens:

- O comprometimento da líder comunitária Graça, seus sonhos e sua incansável luta pelos direitos da comunidade;
- A luta do início do bairro, as mobilizações e ações políticas;

- O dilema de duplo pertencimento, comum em regiões de fronteira, os moradores, em muitos casos tornam-se joguetes do poder público. "Tem casa que a conta de água é de BH e a de luz de Contagem". Pertencer a dois municípios é, em muitos casos, pertencer a nenhum.

- A descoberta da discriminação sofrida pelos moradores oriundos da Vila Mariquinhas, para quem era negado acesso aos materiais de construção e outros benefícios (relato emocionado da Isabel). Descortinou-se assim, a figura de "marginalizados dos marginalizados", ou seja, aqueles que ficaram "à margem da margem";

- A criação do conceito de "Pessoa-livro", construído com os estudantes, para designar aquelas pessoas que possuem sabedoria e com as quais podemos aprender a história do bairro.

O projeto contou, desde o início, com a presença de alguns estudantes do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. São estudantes curso de licenciatura e que têm em seu currículo a exigência da realização de um estágio de observação e exercício da prática de docente. Presentes desde o primeiro momento, esses estudantes se envolveram de forma surpreendente com o projeto. A tal ponto que iniciaram uma pesquisa paralela no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, onde descobriram vários documentos sobre o bairro Confisco, como fotografias, notícias de jornais, relatórios oficiais. Essas fontes foram utilizadas na montagem das aulas. Além disso, participaram efetivamente das pesquisas de opinião no bairro, acompanhando e coordenando os nossos estudantes.

Vale ressaltar o envolvimento desses novos atores, por considerarmos a importância dessa relação. Se por um lado, nossos estudantes e o projeto, contribuem com a formação desses futuros professores; por outro, os universitários apresentam aos estudantes da Escola Anne Frank um outro universo possível a se descortinar, a saber, o universo e a possibilidade de uma trajetória de estudos na universidade. Além disso, efetiva um intercâmbio de saberes entre a academia e a escola.

No desenvolvimento do projeto foram utilizadas metodologias como a leitura do Diário de Anne Frank, a história oral, a pesquisa de opinião pública (entrevistas com moradores), a linguagem dos quadrinhos, e ainda as linguagens fotográficas e expográficas. A leitura do "Diário de Anne Frank", já realizada pelos estudantes em outros momentos, foi proposta forma diferente. Foi distribuída para cada dupla de estudantes a leitura de algumas datas do diário. A tarefa consistia em sintetizar em um "quadro" de meia página o assunto ou os assuntos

abordados por Anne naqueles dias. Assim os estudantes, além da leitura, acabavam exercitando as capacidades de interpretação, síntese e escrita.

O próximo passo foi elaborar um formulário de entrevistas para se fazer com a comunidade. Ficou decidido que as perguntas deveriam procurar nos informar sobre o perfil dos entrevistados (com dados mínimos: nome, idade, profissão, escolaridade e endereço); sobre a relação de pertencimento (identidade) ao bairro Confisco; sobre a imagem que os moradores têm do lugar (bairro, favela, comunidade...); sobre a imagem que "os de fora" têm do bairro, e por último, a indicação de pessoas-livro, ou seja, de antigos moradores que seriam fontes para a história oral do bairro. Vale ressaltar que várias dessas perguntas vinham acompanhadas de um "Por quê?", a fim de justificar o posicionamento do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas no horário das aulas, em três partes diferentes do bairro, visando maior pluralidade nas respostas. Essas entrevistas foram momentos de grande envolvimento dos estudantes. Sentiram-se à vontade por estarem em uma "aula ao ar livre", mas também por perceberem que a história, antes algo abstrato, distante nos livros; tornava-se agora palpável, imbricado no cotidiano. Talvez se sentissem construtores de uma outra história. A história encontrada na esquina de casa, das ruas das quais, eles agora se apropriavam. Foi comum encontrarem com vizinhos, parentes...



Nas aulas seguintes, agora em sala, foi o momento de fazer, coletivamente, a tabulação dos resultados. Após a apuração das respostas, os estudantes analisaram os dados elencados. Nesta tarefa, inicialmente tiveram dificuldades, depois foram se soltando e fizeram boas análises. Por vezes, discordavam das análises ou das justificativas dos entrevistados, o que gerava um bom debate e, às vezes, até acirramento dos ânimos. De forma sintética, foi concluído que:

- a maioria dos moradores considera o lugar como sendo um bairro;
- a maioria não tem vergonha de morar no Confisco;
- a imagem que "os de fora" têm do bairro não é boa e que a grande responsável por isso é a mídia;
- que existem várias pessoas-livro capazes de contar a história do bairro;

Sendo assim, os estudantes fizeram uma triagem visando definir aquelas pessoas que seriam nossas fontes orais. A partir de então, a escola providenciou o contato e operacionalizou as entrevistas. Os estudantes atuaram como pesquisadores, entrevistadores, apropriando-se dessa produção e da coleta documental. Foram identificadas dez moradoras que participaram da fundação do bairro. Dessas moradoras - nossas fontes orais - nove foram recebidas pelos estudantes em sua sala de aula, onde foram entrevistadas. Apenas uma das entrevistas foi realizada na casa de uma das fundadoras.

No bojo desse processo de construção de conhecimento - e, portanto, de ensino-aprendizagem - descobrimos/criamos uma preciosidade: decidimos conceder a cada mulher entrevistada o título de PESSOA-LIVRO. A criação do conceito de "Pessoa-livro" foi construído com os estudantes, para designar aquelas pessoas que possuem sabedoria e com as quais podemos aprender a história do bairro. Quem melhor definiu esse conceito foi a estudante Rayanne: "É do tipo... a gente tá fazendo o trabalho da história do bairro. A gente quer saber mais coisas sobre o bairro, e pra isso tem as pessoas-livro; ao invés da gente ir em livro pra aprender, a gente pergunta as pessoas...".

Esse título fortalecia o sentido de fonte e de "lugar de memória" das narradoras daquela história, como que as tornando patrimônio vivo do bairro. Foram nossas Pessoas-livro: Dona Celeste, Dona Cuta, Dona Fátima, Dona Maura, Dona Zezé, Graça, Izabel, Luna, Rita e Vilma. Outra preciosidade garimpada foi a constatação de que a história do bairro Confisco é uma "História de Mulheres". Quando fazíamos a triagem das pessoas indicadas nas entrevistas como

sendo potenciais fontes, deparamos com uma singularidade: a imensa maioria das indicações era de mulheres.

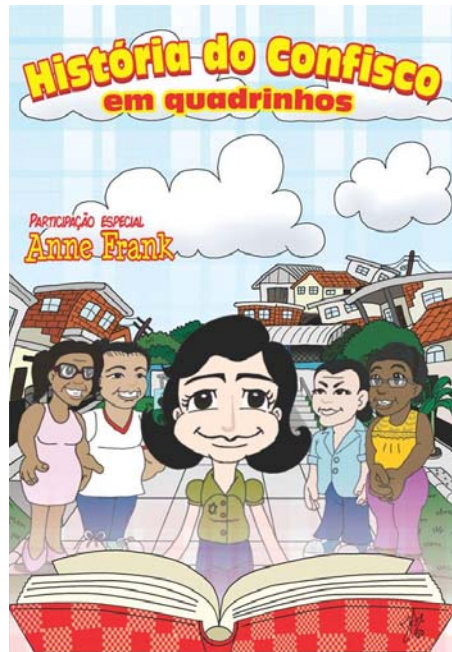
Em uma das aulas, Graça levou um mapa do bairro para os estudantes analisarem. Assim, tiveram a oportunidade de confrontar o mapa oficial do bairro com o seu espaço real. Além de possibilitar aos estudantes a compreensão ampla do lugar onde moram, provocou a comparação entre a toponímia das ruas - antes identificadas por números e letras e hoje, em parte, contendo nomes de pessoas. Certamente, acessar esse saber do mapa, possibilitará conhecer e compreender, de forma bastante explícita, a premente questão de ser um lugar de fronteira entre duas cidades: Belo Horizonte e Contagem. Os dilemas relatados pela moradora Isabel - e por outros - de se ter uma mesma casa com taxas de luz e água de municípios diferentes, da negação de serviços e direitos básicos em um cruel "jogo de empurra" e discriminação, fragiliza sobremaneira o exercício da cidadania.



Para elaborar a história em quadrinhos foram empreendidas ações voltadas para a formação dos estudantes, visando a familiarização dos estudantes com esse tipo de narrativa. Realizamos então, duas oficinas que foram ministradas por dois quadrinistas: Luiz Felipe Garrocho e Rebeca Prado. Estas oficinas tiveram o objetivo de desmitificar a ideia de que fazer quadrinhos é possível apenas a alguns privilegiados. Os estudantes foram desafiados a fazer quadrinhos, o que propiciou a abertura para essa criação artística. O resultado foi surpreendente.



Mesmo aqueles que se diziam incapazes de realizar qualquer desenho acabaram se rendendo à liberdade da proposta de criação.



Além da criação da HQ, o projeto rendeu um outro produto cultural: a exposição fotográfica "Confisco Pelo Confisco". Essa ação surgiu ao longo do projeto. Em uma das aulas ministradas por estudantes do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais veio à tona uma importante questão. Foram apresentadas aos estudantes algumas manchetes de jornais da época de fundação do bairro. Ao verem a forma como aquelas mídias se referiam ao bairro Confisco, ficaram indignados. Coube a nós, educadores, explorar essa situação de aprendizagem e "jogar" para o grupo a construção de possíveis "saídas" para esse problema. Decidimos então que deveríamos sair pelo bairro para fotografar (registrar) o dia a dia, com o objetivo de mostrar que o bairro possui outra imagem daquela disseminada pelos jornais.

Para desenvolver esta ação, estabelecemos uma parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Imagem (NINFA/UFMG). Gislaíne Gonçalves e Luíza Parreira ministraram oficina de fotografia para os estudantes das turmas envolvidas no projeto. O resultado dessa ação foi a criação de um acervo de cerca de 700 fotos e a montagem de uma exposição intitulada "Confisco pelo Confisco", que é o olhar dos estudantes como contraponto da imagem-estereótipo vendida pela grande mídia. A exposição foi montada na escola com a ajuda da

Professora de Artes Luciana Sampaio e a comunidade pode visitá-la e se encantar com o resultado.



Devido ao sucesso das fotos, inscrevemos o agora “Coletivo Fotógrafos Frank” para uma seleção para expor as fotos na fachada digital do Espaço do Conhecimento, localizado na Praça da Liberdade. O projeto foi aprovado e bastante elogiado. Na mesma oportunidade, os estudantes aproveitaram para fotografar a Praça da Liberdade, o que culminou numa outra série fotográfica denominada “Liberdade pelo Confisco”. Além disso, a exposição foi montada na *Fafich* durante o *VI Ephis*, dando maior visibilidade ao projeto no meio acadêmico.

### Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Editor, 1979.  
*Favela é isso aí!* Informativo da Associação de Moradores de Favelas de Belo Horizonte.

FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank: edição integral*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.  
Tradução de Ivanir Alves Calado. 352 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

História [de] bairros de Belo Horizonte: Regional Pampulha. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. RIBEIRO, Raphael Rajão (Coordenadores). Belo Horizonte: APCB; ACAP/BH, 2008. Contendo linha do tempo e mapas.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *O ensino de História Regional nas escolas brasileiras*. publicado em 29 de maio de 2017. <http://www.cafehistoria.com.br/historia-regional>. Último acesso em 30/06/2017.



Nossa escola pesquisa sua opinião: manual do professor. editores Ana Lúcia D'Império Lima et al., 3ª ed. São Paulo: Global, 2010.

Projeto História 15 - A Ética [e] História Oral. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP. São Paulo, nº. 15, abr/1997.

SOBRANSKI, Adriane de Quadros; CHAVES, Edilson Aparecido; BERTOLINI, João Luis da Silva, FRONZA, Marcelo. Ensinar e aprender história: histórias em quadrinhos e canções. Curitiba: Base Editorial, 2009.

## Ensino de história e arquivos: experiências no Arquivo Público Mineiro<sup>1</sup>

**Isabela Rodrigues Silva Ribeiro**

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: isabela.riba@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o uso da instituição arquivística como espaço para o ensino de história e do documento de arquivo como fonte em sala de aula. Para fazer essa análise, tomo como objeto de estudo o centenário Arquivo Público Mineiro, traçando o seu histórico e os desafios que se colocam para continuar exercendo suas importantes funções e para abranger outras demandas que surgem, e também, compartilho duas experiências docentes que vivenciei na Instituição.

**Palavras-chave:** Ensino de história; arquivos; Arquivo Público Mineiro.

**Abstract:** This article aims to reflect on the use of the archival institution as a space for the history teaching and the archival document as a source in the classroom. In order to do this analysis, I take as object of study the centenary “Arquivo Público Mineiro”, tracing its history and the challenges that are posed to continue exercising its important functions and to cover other demands that arise, and also, I share two teaching experiences that I experienced in the Institution.

**Keywords:** History teaching; archives; “Arquivo Público Mineiro”.

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o uso da instituição arquivística como espaço para o ensino de história e do documento de arquivo como fonte em sala de aula da educação básica. Para fazer essa análise, tomo como objeto de estudo o Arquivo Público Mineiro e compartilho duas experiências docentes que desenvolvi nessa Instituição.

O Arquivo Público Mineiro (APM), instituição cultural mais antiga do estado de Minas Gerais, foi criado em 1895, na cidade de Ouro Preto, no contexto de construção da identidade da recém-implantada República brasileira. O APM acumulava, inicialmente, as funções de arquivo, museu e biblioteca e recolhia “documentos referentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia e às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado”<sup>2</sup>. Ao longo dos anos, o Arquivo recolheu documentos do poder executivo e legislativo do Estado desde a época da capitania. Em 2011, foi promulgada a Lei 19.420, estabelecendo a política estadual de arquivos, a qual o APM é responsável por sua implementação e acompanhamento no âmbito do Poder Executivo.

---

<sup>1</sup> Este artigo corresponde a uma comunicação apresentada durante o Simpósio Temático Ensino de História & Relações de Poder: diversidade, inclusão, consciência histórica, currículo e propostas metodológicas, ofertado durante o VI EPHIS, organizados pelos discentes do programa de Graduação e Pós-graduação em História da UFMG. Como resultado de um diálogo e da troca de ideias realizada nesta ocasião, o texto passou por algumas modificações, mas preservando o uso da primeira pessoa.

<sup>2</sup> Disponível em SIAAPM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Último acesso em 28 jun. 2017

Atualmente, a Instituição está atrelada à Secretaria de Estado de Cultura e tem como competência recolher, além dos documentos públicos do Poder Executivo, documentos privados de interesse público e social. Cerca de 1,6 quilômetro de documentos públicos e 94,34 metros de documentos privados estão disponíveis para acesso, totalizando uma média de 7.168.000 páginas, segundo dados da Diretoria de Arquivos Permanentes do Arquivo<sup>3</sup>. Além de toda essa documentação que já foi recolhida, tratada e disponibilizada para acesso, existem em torno de 75 mil metros lineares de documentos acumulados pelo Poder Executivo desde a década de 1940, que não foram recolhidos (salvo algumas exceções), devido à falta de espaço e suporte técnico na Instituição.<sup>4</sup>

Vários desafios impõem-se ao APM, além do problema citado em relação à falta de estrutura, as inovações tecnológicas abrem novas possibilidades de consulta e pesquisa, exigindo que o Arquivo se adeque para atender às demandas dos consulentes, levando à necessidade de renovação de seus equipamentos e aparelhos. Além disso, a carência de recursos financeiros e humanos dificulta a implantação do setor educativo, demanda também crescente nas instituições arquivísticas de todo o país.

O APM recebe o público de segunda a sexta-feira de 09:00 às 17:00 horas. Para realizar pesquisa não é necessário agendamento e o acesso é franqueado a todos os cidadãos. Para a realização de visitas, é necessário o agendamento prévio através do contato junto à Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa<sup>5</sup>. São ofertadas visitas técnicas com o objetivo de apresentar o histórico da Instituição, suas instalações, o trabalho realizado, bem como uma amostra de seu variado acervo. Os grupos que visitam o Arquivo são, na maioria, alunos de graduação (principalmente os cursos de história, arquivologia, conservação e restauração, arquitetura) e alunos de cursos técnicos. A Instituição recebe poucas visitas ao longo do ano e, proporcionalmente, poucas turmas da Educação Básica, conforme mostram os gráficos abaixo com dados das visitas realizadas ao Arquivo nos anos de 2014, 2015 e 2016 (fornecidos pela Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa):

---

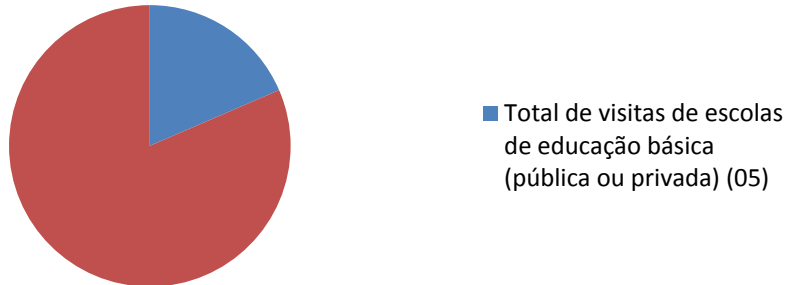
<sup>3</sup> A Diretoria de Arquivos Permanentes é responsável por coordenar, planejar e promover as atividades de organização e guarda dos documentos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

<sup>4</sup> SANTOS, Vilma Moreira dos; VENANCIO, Renato Pinto. Patrimônio, pesquisa e cidadania. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano LI, nº1, p. 20-21, jan.-jun. 2015.

<sup>5</sup> A Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa é responsável por planejar, coordenar e promover o acesso aos acervos do Arquivo Público Mineiro e desenvolver atividades de pesquisa, publicação e divulgação.

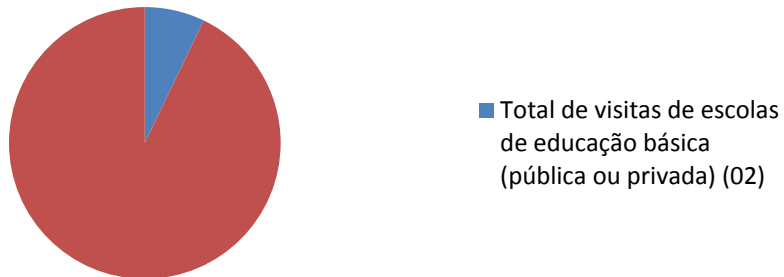
## Visitas realizadas em 2014

Total: 2



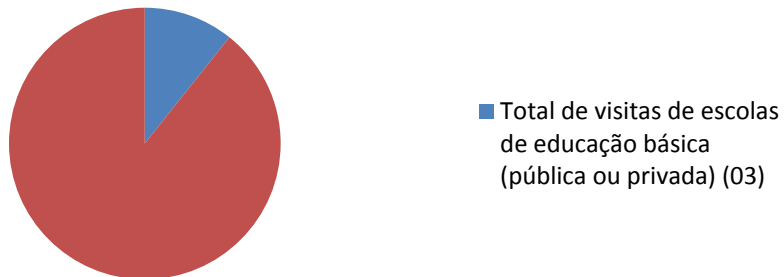
## Visitas realizadas em 2015

Total: 2



## Visitas realizadas em 2016

Total: 2



No Simpósio Temático *Ensino de História & Relações de Poder: diversidade, inclusão, consciência histórica, currículo e propostas metodológicas*, do VI EPHIS, eu tive a oportunidade de compartilhar duas experiências docentes no Arquivo. Paralela à minha atuação no APM, no ano de 2015 trabalhei em um curso pré-vestibular da região metropolitana de Belo Horizonte. Dentre as minhas atividades, atuei ministrando aulas temáticas para aprofundar em determinados assuntos mais frequentes no Enem e demais vestibulares. Para fundamentar e enriquecer as aulas, disponibilizei variadas fontes como músicas, filmes, textos e documentos de arquivos. Ao levar para a sala de aula a transcrição de documentos sobre diversas sedições que ocorreram em Minas Gerais no período colonial, pude perceber nos alunos o desejo de conhecer o local onde estavam abrigados esses documentos. Marcamos, então, a “Aula de História no Arquivo Público Mineiro”, da qual cerca de vinte alunos participaram, o que se pode considerar um número razoável para comportar dentro das instalações do APM.

#### **“Aula de História no Arquivo Público Mineiro”**

Para a “Aula de História no Arquivo Público Mineiro” foi elaborado um roteiro de atividade diferente do que é ofertado dentro das visitas técnicas habituais ofertadas no APM. Apresentou-se aos estudantes o histórico da Instituição através do vídeo institucional<sup>6</sup> e também de palestras realizadas pela equipe de mediação. Após a apresentação, os alunos foram levados à sala da Diretoria de Arquivos Permanentes, onde tiveram a oportunidade de analisar diversas tipologias documentais. Para essa atividade, foram separados documentos relacionados aos temas estudados no pré-vestibular, como escravidão, revoltas e sedições, imigração, Revolução de 30, visitas diplomáticas de ex-presidentes, ditadura militar, Diretas Já, entre outros. O destaque foi a vassourinha usada como símbolo na campanha presidencial de Jânio Quadros. O exemplar apresentado aos estudantes pertenceu ao seu ex-Secretário Particular, José Aparecido de Oliveira, cujo acervo foi doado ao Arquivo por sua viúva Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, no ano de 2008.

Após a apresentação e análise dos documentos, foi ministrada, na sala de multimeios, uma aula sobre Ditadura Militar, resgatando com os alunos os documentos analisados. Ao término da visita, pude perceber o quanto o espaço do arquivo pode ser potencializado e se tornar essencial à prática docente. Além disso, vale destacar que o Arquivo pertence à sociedade

---

<sup>6</sup> O vídeo institucional está disponível no link [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/x\\_movie/x\\_movie\\_view.php?cid=2&lid=2](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/x_movie/x_movie_view.php?cid=2&lid=2)

e deve, portanto, ser apropriado e utilizado por todos os cidadãos. Devemos nos atentar, porém, às palavras de Heloisa Bellotto:

É preciso que fique bem claro para os administradores, os historiadores e para o público em geral que os arquivos das repartições públicas devem atender fundamentalmente às necessidades das administrações a que servem: representam o seu arsenal, constituem sua base operacional, seja na idade corrente, dos arquivos de gestão, seja já nas instâncias da inatividade, quando ainda – e sempre – guardam sua validade informacional. Nenhum arquivo público sobreviverá em prestígio e em dotações orçamentárias, se se esquecer dessa máxima. Não alcançará a dimensão que lhe é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural onde bem-sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições.<sup>7</sup>

### **Visita da EJA ao Arquivo Público Mineiro**

A segunda experiência apresentada no Simpósio Temático, foi referente a uma atividade desenvolvida no Arquivo com os alunos da Educação de jovens e adultos do Centro Pedagógico da UFMG (CP-UFMG), onde atuei como docente durante o segundo semestre de 2016. A proposta desta visita era levar os estudantes para conhecer a instituição cultural mais antiga do estado de Minas Gerais e apresentá-los a um espaço onde muitos deles passavam em frente frequentemente, mas não sabiam que se tratava do Arquivo Público Mineiro. Em sala de aula, ao falar do APM, a maioria dos alunos não sabia de suas atribuições ou, mesmo de sua existência. Durante a visita, por exemplo, uma das alunas afirmou: "eu passava aqui na porta todo dia e achava que a entrada era proibida".

Assim como na primeira atividade citada – a “Aula de História no Arquivo Público Mineiro” –, conduzimos os estudantes da EJA à sala da Diretoria de Arquivos Permanentes para discutirmos e analisarmos os diferentes documentos. Além de contribuírem com seus conhecimentos sobre os assuntos trabalhados, os estudantes contavam casos de parentes, amigos e pessoas próximas que tinham vivenciado algum momento retratado ou abordado na documentação analisada, o que foi bastante enriquecedor para o debate. A esse respeito, Fernando Seffner nos lembra que,

um professor de História, mais do que ensinar datas e fatos (que são importantes, mas não deve constituir-se na razão única do ensino de História na escola), é alguém que coloca o aluno “em contato com os processos de construção / reconstrução do passado, ou, em outras palavras, abre um diálogo

---

<sup>7</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. – 2. Ed. rev. e ampl. p. 227 – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

acerca do presente valendo-se das reinterpretações a que é submetida a produção do conhecimento histórico”<sup>8</sup>.

Levar ao Arquivo uma turma de alunos mais velhos, na faixa dos 40 a 70 anos, se mostrou uma experiência bastante significativa, uma vez que se tratava de uma geração coeva a acontecimentos tais como a imigração, aos primeiros anos de construção de Belo Horizonte, ao período Vargas, além de terem vivenciado a ditadura militar e o período de redemocratização, entre outros.

## Conclusão

Através da realização das duas visitas, percebi como a atuação do Arquivo tem sido limitada a uma pequena parcela da população. É necessário difundirmos o conhecimento acerca dessa Instituição, de suas atribuições e quais são os documentos sob sua guarda e as possibilidades de utilização deste acervo, seja para suporte à pesquisa, seja para auxiliar os professores em suas práticas docentes. Nesse sentido, um dos caminhos possíveis, que pode contribuir para estimular a utilização do Arquivo Público, perpassa pelo uso do seu acervo pela rede de educação escolar básica. Afinal, um dos eixos norteadores do ensino de História é a Pesquisa e Produção do Conhecimento Histórico Escolar, cujas capacidades básicas são: desenvolver procedimentos de pesquisa; conhecer diferentes fontes históricas, apropriando-se de alguns procedimentos de leitura e interpretação; desenvolver habilidade de análise de fontes. Além de levar os estudantes aos arquivos, os arquivos podem ir até a sala de aula, através do uso das fontes documentais, como pontuou a professora Carla Ferretti<sup>9</sup> na palestra “Ensino de História e Arquivos”, ministrada no APM, na *I Semana Nacional de Arquivos*<sup>10</sup>.

O ensino de história deve se constituir como um canal de compreensão e acolhimento das diferenças sem transformá-las em desigualdades. Trata-se de um conhecimento capaz de produzir a alteridade no estudante. A potencialidade da história reside em sua capacidade de reconhecer o diferente – de promover o encontro com ou “outro”, ainda que este “outro” se situe em diferentes épocas ou culturas. A disciplina de História deve contribuir para que o estudante consiga compreender e aceitar as diferenças sem transformá-las em desigualdades. Nesse sentido, os múltiplos documentos ofertados pelos arquivos, tais como fotos, cartas,

---

<sup>8</sup> SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000 p. 2.

<sup>9</sup> Professora e Diretora do Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>10</sup> Iniciativa do Arquivo Nacional e da Fundação Casa de Rui Barbosa, o evento aconteceu entre 5 e 10 de junho de 2017, nos arquivos de todo o Brasil.



mapas, documentos institucionais, entre outros, permitem ao estudante se apropriarem de forma mais significativa do passado. Trata-se de suportes que, em certa medida, podem funcionar como mediadores entre as diferentes épocas. Sem perder de vista, porém, que é a partir do presente que o historiador constrói o saber histórico. O passado que explica e confere legitimidade ao presente é aquele visto como um processo de mudanças – um passado que não se apresenta como algo inerte e estático. A história deve ser vista e entendida como um processo, acontecimentos sociais resultantes de um conjunto de ações humanas.

## Ensino de história em museus: a experiência da mediação na formação de professores

**Priscila Lopes d'Avila Borges**

Mestranda em Políticas Públicas e Formação Humana

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: priscila.ld.borges@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo se propõe a examinar o Ensino de História em espaços educativos não formais, especificamente museus, privilegiando a atuação dos mediadores que trabalham como facilitadores do acesso democrático as exposições. Neste sentido, será apresentado um estudo de caso da exposição permanente do Palácio Tiradentes, intitulada: “Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro”, para averiguação do impacto do ensino de história em museus, tanto sobre o público escolar quanto sobre os mediadores oriundos do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Palavras Chave:** Ensino de história; Mediação; Palácio Tiradentes; Museus.

**Abstract:** This article proposes to examine the Teaching of History in non-formal educational spaces, specifically museums, privileging the performance of mediators who works as facilitators of democratic access to exhibitions. In this context, a case study of the permanent exhibition of Tiradentes Palace, titled: "Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro", will be presented to investigate the impact of the history teaching in museums on school students and on the mediators from the History course of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Keywords:** History teaching; Mediation; Tiradentes Palace; Museums.

### Apontamentos Iniciais

Nas últimas décadas o número de pesquisas que analisam a educação em espaços não formais teve um significativo crescimento, e o surgimento de projetos pedagógicos museais voltados para o público escolar também ganhou um novo fôlego. Os museus ganham novos contornos no âmbito da educação, apresentando-se como lugares privilegiados para o ensino de história e discussões para formação cidadã, espaços onde ocorre o movimento de tensão entre conhecimento e reconhecimento, a partir da interação entre a memória pessoal, local e coletiva, construindo uma teia de saberes.

O museu por muito tempo carregou a ideia de lugar de velharias, esperando por visitantes curiosos de ver ou rever objetos obsoletos e há muito sem utilidade. Hoje os museus são entendidos como um ambiente dinamizador de memórias, e se tornou um ambiente de conhecimento e de aprendizagem (CAETANO, 2012, p. 1).

Os museus foram por muito tempo espécies de teatros de memória, onde os objetos, a arquitetura e as imagens se articulavam para garantir a memorização e absorção de fatos. Meneses (2010, p.51) defende que o museu de história deveria ser “em vez de teatro, laboratório, com tudo aquilo de criador que essa ideia contém”, sendo assim, a memória

deixaria de ser tratada como objetivo e passaria a ser um objeto para o visitante. A narrativa museal deve ser criticada ao longo de uma visita escolar, os professores e/ou mediadores devem problematizar a construção desta narrativa, enfatizando que ela é fruto de uma seleção, isto é, que ela pressupõe memória e esquecimento, e que os objetos apresentados no museu podem ter a intenção de contar apenas uma história. Conforme o exposto, a seguir, por Larissa Salgado Chicareli, a compreensão das narrativas museais é fundamental.

(...) reflexões e questionamentos sobre as narrativas são muito relevantes, pois, como implicam visões, memórias, objetos, entre outros, podemos levantar perguntas e hipóteses, buscando analisar qual narrativa está presente nesse espaço, quem está sendo representado, por que esse objeto está aqui e não em outro local, de modo a levar o estudante a se socializar e buscar inquietações para responder a tais levantamentos. Esse espaço é então pensado realmente como potencial de ensino/aprendizagem, e não como mera ilustração da verdade pronta e acabada ou a ilustração da realidade. (CHICARELI, 2014, p.88).

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2015, p.57) o professor de história é o responsável por ensinar o aluno a valorizar e captar a diversidade de pontos de vista, dando condições para que os mesmos participem do processo de “fazer História”, isto é, empoderando o aluno enquanto sujeito histórico. Na utilização de museus para o ensino de história é necessário que o aluno compreenda que os objetos não podem “falar por si” e que tudo, o visto e o não visto deve ser problematizado para construção do conhecimento. Portanto, a visita ao museu pode contribuir com o aprendizado de conteúdos históricos, não só por representar imgeticamente o que é abordado em sala de aula, mas também por propiciar um espaço fértil de debate e exercício da capacidade crítica dos discentes.

### **Estudo de Caso: Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro**

A exposição “Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro” foi criada em 1998, organizada a partir de uma parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas, e contou com um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do qual selecionava anualmente vinte estagiários<sup>1</sup>, provenientes dos cursos de história e ciências sociais, para atuação como mediadores na exposição. Tendo em vista que este trabalho é um estudo de caso, o impacto do estágio em

---

<sup>1</sup> Desde fevereiro de 2017, o vínculo entre a exposição e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi suspenso, sem garantias de retorno, e todos os funcionários e estagiários da exposição foram demitidos. A justificativa oficial notificada pelo setor cultural da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro foi a impossibilidade de funcionamento do projeto mediante as constantes manifestações populares que ocorrem em frente ao edifício, e o necessário corte de gastos públicos motivado pela crise financeira do Estado. Esta situação estava mantida no momento da realização do presente trabalho.

mediação cultural que será exposto ficará circunscrito aos alunos oriundos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para entendermos a potência educativa da exposição é fundamental que seja apresentado um breve resumo sobre a história do edifício e sua importância no cenário político republicano.

Ao longo dos anos, o papel de cidade-capital e a sua capitalidade fizeram do Rio de Janeiro um palco privilegiado de debates políticos e intelectuais de questões de ordem nacional e propiciaram que a cidade fosse símbolo de diversos momentos marcantes para a história do Brasil. No período republicano, a cidade foi mais uma vez ponto de convergência de interesses político-econômicos já que, como capital do país refletia simbolicamente a velha cidade incompatível com as aspirações republicanas, protagonizando uma transformação drástica da sua urbe, que culminou na passagem da imagem de cidade febril, em vigor no século XIX, para cidade maravilhosa, pós reformas urbanas no início do século XX.

Na praça XV, a fachada do edifício conhecido como Cadeia Velha, que ocupava a região era a perfeita metáfora para o desgaste da Colônia e do Império, uma memória que não merecia destaque e nem tampouco preservação, sendo incapaz de acomodar física e ideologicamente a Câmara dos Deputados Federal, defensora da modernização da cidade. No local onde antes reinava uma típica construção colonial, ergue-se o Palácio Tiradentes, símbolo do frescor e progresso republicano, o qual faz uma alusão ao herói nacional concebido pelos republicanos, correspondendo ao processo de legitimação do novo regime político. A escolha de um herói é fundamental, uma vez que esta figura encarna as aspirações e ideias do grupo que alcança o poder, servindo de referência pra construção de uma memória coletiva. Uma série de nomes foi cogitada para o papel, todavia Carvalho (2013, p. 67) considera que o fator geográfico foi relevante na escolha de Tiradentes, por ser um nome conhecido na região centro-sul do Brasil, e declara ainda a importância de outro fator, o misticismo que envolveu a morte do alferes, levando a possível construção de uma imagem de vítima - um mártir identificado com *Cristo*, conforme podemos verificar nas palavras do autor:

O patriota virou místico. (...) Assumiu explicitamente a figura de mártir, identificou-se abertamente com Cristo. O cerimonial de enforcamento, o cadafalso, a forca erguida à altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O fato de não ter a conjuração passado a ação concreta poupou-lhe ter derramado sangue. (...) Tiradentes era “o mártir ideal e imaculado na brancura de sua túnica de condenado. (CARVALHO, 2013, p. 68).

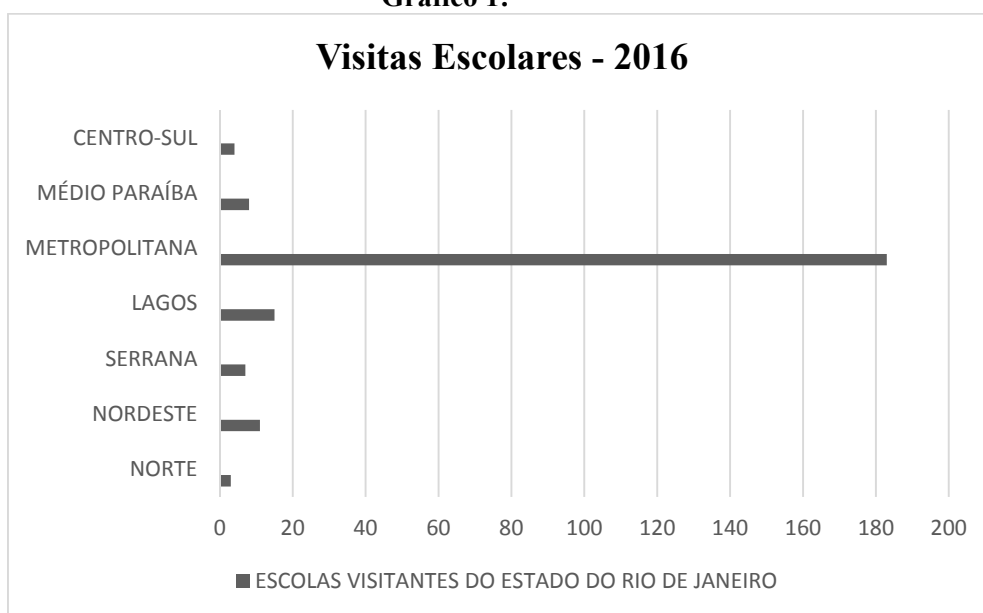
O Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926, surge inserido em um momento de efervescência cultural, marcado por uma arquitetura eclética, projetada por Archimedes Memória e Francisco Couchet, contudo é importante ressaltar que mais do que um projeto arquitetônico, a construção compõe o projeto político republicano do que deve ser lembrado na formação da memória nacional. Como abrigo da memória nacional republicana, o Palácio Tiradentes organizou a exposição permanente “Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro”, onde o público pode acompanhar passo a passo alguns acontecimentos importantes que marcaram a política nacional. A exposição montada por meio de painéis, que conjugam textos e imagens, divididos em blocos da história do Brasil, com ênfase nas constituições brasileiras e na história do local, é beneficiada por um diferencial, uma vez que o Palácio é um lugar de memória vivo, onde novas histórias são escritas diariamente pelo funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um espaço que foi testemunha da política no passado, e onde se faz política no presente.

A exposição recebia até três grupos escolares de quarenta e quatro alunos por dia, além de estar aberta à visita para outros públicos. A equipe de estagiários era composta por estudantes que falavam fluentemente inglês, espanhol e/ou francês, atendendo aos visitantes estrangeiros, entretanto o grande diferencial da casa é a oferta de ônibus e lanches para alunos da rede pública estadual, desde 2001, garantindo o acesso do público escolar a visita. No ano de 2016<sup>2</sup>, a Exposição Permanente recebeu o total de 27.332 visitantes espontâneos e escolares, dos quais 18.357 optaram por conhecer as dependências do Palácio por meio de visitas mediadas. No total, 235 escolas de todo estado visitaram a exposição, distribuídas como veremos a seguir:

---

<sup>2</sup> O número total de escolas foi inferior, se comparado a outros anos, devido a diversos fatores, especialmente, ao fechamento do Palácio Tiradentes ao público em geral, a partir do início do mês de novembro. Além disso, houve também a greve dos professores da rede pública de ensino estadual e os Jogos Olímpicos, que desviaram o foco dos turistas e cidadãos cariocas para os diversos eventos olímpicos e demais atividades culturais.

Gráfico 1:<sup>3</sup>



Contudo, apesar da exposição viabilizar o acesso de estudantes, conforme o exposto por Costa (2009, p. 10) “não basta apenas garantir a democratização do acesso aos museus brasileiros para assegurar o processo de aprendizagem. É preciso formar leitores críticos aptos à função, à compreensão de mensagens, à desconstrução de discursos”. Ainda sobre o processo de democratização pelo qual os museus estão passando, o museólogo Mário Chagas (2011, p. 05) defende que não se trata apenas de facilitar o acesso aos museus, mas sim de democratizar o próprio museu, entendido aqui como tecnologia para uma relação nova e criativa com o passado, o presente e o futuro. Uma das ações possíveis para viabilizar essa democratização é a mediação, não no sentido de transmissão de saberes, onde o aluno é mero receptor de conteúdos expostos, mas como um caminho onde as atividades museais têm por objetivo o diálogo, isto é, estabelecendo uma via de mão dupla entre o mediador e o público, com uma abordagem provocativa. A visita oferece uma visão ampla sobre a história da política brasileira, entretanto, o principal instrumento de ressignificação do espaço é a atuação dos mediadores, tendo em vista que o olhar do espectador não é capaz de captar as curiosidades e reentrâncias ocultas no edifício. O mediador age sobre as tensões entre memória e esquecimento, passado e presente, poder e resistência, problematizando o que está cristalizado na exposição.

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo Departamento Cultural da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Após uma breve ambientação dos alunos, formam-se grupos de até 20 alunos que são direcionados a um mediador, o qual acompanha a turma até o primeiro de três corredores de painéis que compõe a exposição. A primeira proposta feita pelos mediadores consiste na observação de uma foto emoldurada da antiga Cadeia Velha, seguida da participação dos alunos que opinam sobre que lugar está representado na fotografia. Esta etapa faz parte do bloco inicial da exposição, que propõe a localização do visitante no tempo/espaço, integrando-se a análise de uma série de imagens da Praça XV, onde o Palácio foi construído, em comparação com a realidade vista no caminho até a exposição e pela janela do edifício. A seguir o percurso se destina a problematização da história política brasileira, com enfoque em nomes emblemáticos, como: d. Pedro I, d. Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e na relação dessas personalidades com a construção dos nossos modos de governo, isto é, fazendo recortes destinados ao Império, a República e as ditaduras, com ênfase nas Constituições Federais, e na obtenção de direitos políticos e sociais.

Conforme exposto anteriormente, a apresentação se dá através do diálogo constante com os alunos, a análise de charges, fotos e maquetes, aliada ao conhecimento dos mediadores a respeito de elementos que não compõe a exposição, como curiosidades sobre a cultura e sociedade brasileira dão tom à visita guiada. A terceira etapa do trajeto se debruça sobre a arquitetura e símbolos do Salão Nobre da casa, onde diversas questões ressurgem por meio de esculturas, pinturas e mobiliário, os ares da Primeira República são sensíveis ao olhar do visitante e o interesse dos alunos é aguçado pelas falas do mediador. O ápice da exposição ocorre no plenário do Palácio Tiradentes, a visão do espaço em si é um deleite para o observador, mas o protagonismo deste espaço está muito aquém do que ele proporciona esteticamente. Durante a visita são inseridos momentos de relaxamento, nos quais os alunos podem circular livremente, apropriando-se dos conteúdos expressos sem a interferência do professor ou do mediador, esses intervalos são importantes para que os alunos troquem impressões entre si, e tornem-se sujeitos de sua própria aprendizagem, no plenário ocorre a maior lacuna dedicada a investigação não mediada. Em seguida os alunos sentam-se na galeria central, de onde podem contemplar todo o espaço, e o mediador inicia uma conversa sobre política brasileira e o papel dos alunos enquanto sujeitos políticos. São discutidos os conceitos de cidadania, democracia e a importância do poder Legislativo, realizando um debate *in loco* a respeito da relevância de uma participação dos sujeitos, através do voto e da fiscalização do trabalho dos políticos.



A mediação realizada na exposição permanente viabiliza, inúmeras vezes, o primeiro contato dos estudantes com seus direitos políticos, e por meio do diálogo presta-se a formação de cidadãos. Os mediadores que atuam na exposição podem contribuir com o ensino de história integrando o quadro de conceitos e análises abordados na escola e, conseqüentemente, cooperando na formação de sujeitos conscientes de seu papel social e histórico. De acordo com Circe Bittencourt (2003, p. 186) “o objetivo da história escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e permanências ao longo do tempo e, nesse processo, emerge o homem político entendido como sujeito coletivo”. Na exposição os alunos entram em contato com a transformação e conservação de uma série de práticas políticas no cenário brasileiro, sendo incentivados a questionarem este estado de coisas e seu papel enquanto sujeitos.

### **Formação de Professores e Mediação Cultural: Um Campo de Interlocução**

O trabalho do mediador realizado enquanto prática de estágio docente é fundamental, por permitir a união da teoria e prática, fornecendo ao estudante de licenciatura a oportunidade de desenvolver habilidades no uso de espaços não formais, aproximando o graduando de um dos lócus da sua atuação. Felício e Oliveira (2008, p. 221) indicam que “a formação docente não se constrói apenas por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas por meio de um trabalho de reflexão crítica”, logo através de novos campos de prática profissional o estudante pode ampliar seus horizontes, expandir suas opções metodológicas, e desfrutar do híbrido de teoria, prática, observação, orientação e aprendizado proporcionados pelo ambiente do estágio supervisionado.

Para os estagiários, que atuam como mediadores, a experiência é uma chance de exercício da docência e do contato com públicos diversificados, que ampliam a formação destes estudantes permitindo que os mesmos desenvolvam no futuro práticas capazes de articular saberes entre o espaço escolar e os espaços não formais de educação na atuação docente. O estágio em museus é aqui entendido, portanto, como uma oportunidade de potencializar a atuação docente, contribuindo para formação de profissionais atentos a polifonia presente no Ensino de História.

Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou de um reprodutor de um saber produzido externamente. (...) os professores mobilizam em seu ofício os saberes das disciplinas, os saberes curriculares, os saberes da formação profissional e os saberes da experiência. A pluralidade

desse saber corresponde a um trabalho profissional que se define como saber docente. (BITTENCOURT, 2011, p.50-51).

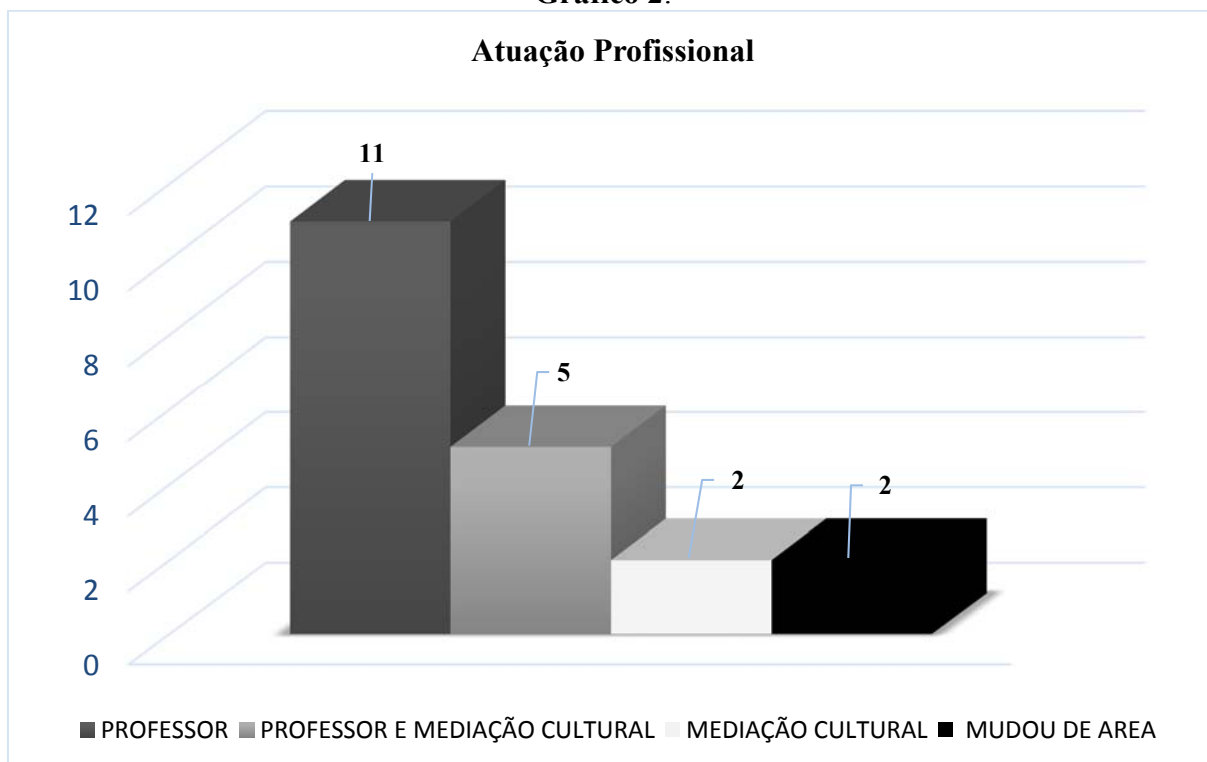
Na realização da presente pesquisa, foram entrevistados vinte antigos mediadores da Exposição Permanente do Palácio Tiradentes. Entre os mesmos, foi unânime que a experiência em mediação cultural foi transformadora em suas formações, tanto profissionais, quanto como sujeitos, tendo em vista o contato com diferentes públicos e o exercício da análise crítica constante. Uma das entrevistadas, que hoje trabalha como professora em uma escola privada no segundo segmento, relatou que:

“Antes de trabalhar na ALERJ eu era travada para falar em público, depois da experiência eu reuni a didática, os conhecimentos da faculdade e os que adquiri no meu tempo na exposição, lá eu tinha que falar com públicos diferentes duas vezes por semana, (...) quando dei minha primeira aula o nervosismo que eu podia sentir diminuiu muito”.

Esta entrevistada trabalha hoje como docente e com mediação cultural, já tendo atuado em outros espaços culturais na cidade do Rio de Janeiro. Em outro depoimento, foi relatado que “ sempre me perguntavam se eu não ficava entediado por fazer a mesma visita várias vezes, eu sempre dizia que não, porque cada grupo transformava a visita em uma experiência única, e acrescentava na minha formação”. Neste último caso, o interesse pela área de mediação foi tão grande que o antigo estagiário optou por realizar uma pós-graduação em museologia, e trabalha no Museu do Amanhã no Rio de Janeiro.

Outro dado relevante é a formação dos estagiários para função de mediadores. Pelos depoimentos coletados e pesquisas realizadas no campo da formação de educadores museais, pode-se concluir que os mediadores se formam por meio da observação do trabalho de outros educadores mais antigos, pesquisas pessoais e materiais produzidos pelos museus. No caso do Palácio Tiradentes ocorre uma preparação de aproximadamente um mês, na qual os estagiários observam os colegas mais experientes e posteriormente começam a atuar recebendo grupos. A utilidade mais citada nas entrevistas para formação acadêmica foi meramente conteudista, sem relatos de impacto metodológico para educação museal, todavia, a maioria dos entrevistados relatou que no fim da graduação realizaram uma disciplina chamada Estágio Supervisionado II, na qual as atividades feitas por professores em museus eram discutidas, e que esses conhecimentos lembravam em muito suas práticas de estágio. Quanto a atividade profissional atual do grupo analisado, segue o gráfico a seguir:

Gráfico 2: <sup>4</sup>



### Considerações Finais

No artigo 22 da lei 9394/96 (BRASIL, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação básica deve “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Portanto, de acordo com Bezerra (2015, p.37) os objetivos da escola, não se restringem a assimilação de conteúdos prefixados, “mas se comprometem a articular conhecimento, competências e valores, com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem-se das informações para a (...) efetiva transformação da sociedade”. Não é coerente, entretanto, esperar que os museus desempenhem o papel da escola, nem tampouco este é o interesse do museu, sendo fundamental a percepção clara dos professores quanto aos seus usos e funções.

“ (...) as escolas não deveriam tentar transferir seus métodos escolares para o ambiente educativo não-formal dos museus, mas sim reconhecer a natureza complementar das experiências de aprendizagem não-formal relativamente ao ensino formal”. (STUDART, 2005, p. 64).

<sup>4</sup> Os dados são resultado da pesquisa de campo realizada para este trabalho.

A relação entre os saberes escolares e museais é fundamental na construção de uma rede de conhecimentos que trabalhe a favor do desenvolvimento dos alunos. Ao receber uma escola, o museu não pode ignorar sua peculiaridade, nem tampouco a escola deve utilizar o espaço cultural sem a preparação adequada. Ambos podem atuar em separado, pois possuem objetivos e saberes próprios, todavia quando os propósitos se dirigem aos alunos, enquanto público que frequenta o museu graças a uma iniciativa da escola, a cooperação é o caminho mais enriquecedor para o desenvolvimento cognitivo do público escolar.

O museu é um recurso didático de imenso potencial, pode servir para discutir conteúdos aprendidos em sala de aula, para debates e reflexões. É sem dúvidas útil aos interesses de formação cidadã, mas atua também na formação dos profissionais que estagiam em seus setores educativos, uma vez que oferece a oportunidade de prática pedagógica e da interlocução com outro campo de produção de conhecimento, facilitando a atividade futura dos docentes. Portanto, por excelência pode-se afirmar que o museu é uma casa de saberes, aprendidos pela narrativa, problematização e trocas de experiências.

### **Bibliografia:**

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (org.). História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CAETANO, José Carlos Gonçalves. O museu histórico como um espaço de ensino e aprendizagem para a história: o museu Ernesto Bertoldi como proposta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA. Maringá: 2012.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHAGAS, Mário. Museus, educação e movimentos sociais: só a antropofagia nos une. In: Cadernos de Sociomuseologia, n.41. Lisboa: 2011.

CHICARELI, Larissa Salgado. Museu e ensino de História: pensar o museu como local de conhecimento e aprendizagem. In: Revista Confluências Culturais. v.3, n.2. Joinville: Univille, 2014.

COSTA, Carina Martins. Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio. In: Revista Mosaico. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009.

FELÍCIO, H. M. dos S.; OLIVEIRA, R. A. de. A formação prática de professores no estágio curricular. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

MENESES, Ulpiano T.B. A exposição Museológica e o conhecimento histórico, In: Museus-do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. IN: BITTENCOURT, Circe. (org). O saber histórico na sala de aula. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

STUDART, Denise C. Museus e famílias: percepções e comportamentos de crianças e seus familiares em exposições para o público infantil. In: História, Ciências, Saúde. v. 12. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

## Jogo e teias de construção imaginativa no museu

**Isabella Carvalho de Menezes**

Mestre em Educação

FaE/UEMG

E-mail: memorebh@gmail.com

**Frederico Luiz Moreira**

Mestre em Educação

FaE/UEMG

E-mail: fredmoreir@gmail.com

**Resumo:** Apresentamos parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação, com a finalidade de descrever o processo de criação do material de um jogo dedicado ao ambiente do Museu do Ouro (Sabará, Minas Gerais). Na metodologia de criação do material, foram reunidos especialistas para debater os conteúdos pertinentes ao jogo e colocaram-se em debate as possibilidades de ampliação da narrativa histórica tradicional do museu. Como resultado, personagens que figuravam na exposição do museu, em pinturas ou esculturas, ganharam vida no jogo e os grandes eixos temáticos em discussão foram transmutados em forma de suas memórias. O material serviu como ponto de partida para a criação da trama do jogo, por estudantes do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Jogo; museu; imaginação histórica; educação.

**Abstract:** We presented part of a master degree in education research, with the purpose to describe the process of creation of a game material dedicated to Museu do Ouro environment (Sabará, Minas Gerais). In the methodology to create the material, were gathered experts to debate the relevant content to the game and debated the possibilities to enlarge from the historical narrative of the museum. As result, characters that figured in the museum exhibition, in paintings or sculptures, gained life in the game and the discussion axes were transmuted in the shape of their memories. The material worked as the bottom line to create the plot of the game by elementary school students.

**Key words:** Game, museum, historical imagination, education.

### Introdução

O estudo apresentado partiu do pressuposto de que o uso de jogos relacionados a acervos de museus, cujas tramas sejam construídas por estudantes, apresenta o potencial de neles instaurar predisposições favoráveis para o desenvolvimento da imaginação histórica. O método os aproxima do modo narrativo da História, que implica a articulação de acontecimentos e de personagens, no tempo e no espaço. Para isso, foi construída e colocada em prática, no Museu do Ouro (Sabará, Minas Gerais), uma estratégia diferente da habitual visita guiada. A metodologia empregada consistiu na organização de um painel de discussão com especialistas, a fim de se obter sugestões para a elaboração do material introdutório do jogo. Em seguida, um convite foi feito a um grupo de alunos para a criação da trama, na modalidade de grupos focais. A análise da implicação dos alunos no jogo permitiu observar a dimensão das relações que eles estabeleceram com o museu e seu acervo, além dos sentidos emergidos da experiência. Será

apresentada a seguir uma parte do trabalho desenvolvido, referente ao processo de criação do material do jogo.

### **Cenário da pesquisa**

O Museu do Ouro está instalado na antiga Casa de Intendência e Fundação do Ouro da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, órgão da Coroa Portuguesa criado na década de 1730, para a cunhagem e tributação do ouro extraído na Comarca do Rio das Velhas. O museu foi inaugurado em 1946 e, desde 2009, é uma unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia do Governo do Brasil, vinculada ao Ministério da Cultura. A concepção museológica do Museu do Ouro foi estabelecida nas décadas de 1930 e 1940, nos primórdios da implantação da política de patrimônio no Brasil, quando um grupo de artistas e intelectuais modernistas estava à frente da política preservacionista do Estado Novo. Naquele momento, coube ao grupo modernista mineiro “consagrar o barroco e a sociedade setecentista das Minas como símbolos incontestáveis do passado histórico e artístico na nação” (JULIÃO, 2008, p.12). Nesse sentido, a narrativa histórica do museu colocou em evidência a cultura das famílias abastadas de origem portuguesa da região mineradora, como representativa do todo social. Na formação da coleção o museu, o objetivo de maior destaque, segundo Julião (200, p.19) foi conferir “materialidade à ideia de civilização mineira, por meio de um acervo capaz de expressar o requinte, o engenho e a arte da vida na região mineradora”. A expografia do Museu do Ouro passou por atualizações desde então, no entanto, as mudanças até hoje realizadas não incidiram, de forma significativa, sobre a sua narrativa histórica. Siman (2003, p.190) aponta que a própria cultura museológica encontra-se em processo de transformação, buscando “identificar e preservar [...] a multiplicidade das experiências humanas, em oposição ao entendimento [...] de preservação apenas da memória das elites, do estado-nação”. É nessa discussão que o museu se insere no momento atual, repensando o seu papel na sociedade não apenas como símbolo de poder e conquista, mas como elemento plural e democrático de integração e difusão cultural.

### **A origem do incômodo e a proposta da pesquisa**

Partimos de um incômodo observado na atividade de visitação do museu, em especial, nas visitas escolares, que diz respeito ao modo formatado como essas visitas acontecem, com tempos e roteiros definidos, orientadas para a “explicação do museu” e sem momentos de pausa para sentir, descobrir ou imaginar. Nesse tipo de visita guiada, geralmente “[...] não há tempo para explorar livremente o espaço desconhecido, descobrir os seus esconderijos, suas peças



curiosas, seus lugares de prazer e de imaginação” (SIMAN, 2003, p.187). Desse modo, colocamos em prática uma estratégia que altera as condições usuais da relação entre os estudantes e o Museu do Ouro. Convidamos um pequeno grupo de alunos para criar a trama de um jogo dedicado ao ambiente do museu. A ideia caminhou no sentido de instaurar predisposições favoráveis para o desenvolvimento da imaginação histórica (COLLINGWOOD, 1972) e para a ampliação da empatia história e museal. Nossa preocupação fundamental foi compreender como os estudantes se implicaram na proposta e os sentidos emergidos da experiência. A pesquisa se estruturou em torno de duas etapas metodológicas principais: a criação do material introdutório do jogo e a construção da trama do jogo. Como dito, aqui serão apresentados aspectos do desenvolvimento da primeira etapa.

### **Um painel polifônico**

O material introdutório do jogo foi pensado para cumprir a função-chave de introduzir no grupo de alunos alguns elementos de contexto, importantes para a aproximação imaginativa com o ambiente histórico na qual a trama do jogo se passaria. E ainda, para ampliar os conteúdos apresentados na exposição, na medida em que intencionamos incluir temas silenciados na narrativa do museu. Estimamos produzir um conjunto de estampas ilustradas, à espécie de cartas de baralho, contendo imagens relacionadas ao acervo do museu. Nas estampas haveria três classes de cartas, a saber: objetos presentes na exposição do museu, elementos ausentes e personagens. Para que a escolha dos conteúdos fosse enriquecida por vozes diversas, convidamos um grupo de especialistas para participar de um painel de discussão no museu. O painel foi realizado com a presença de dezesseis pessoas, entre membros da equipe do Museu do Ouro, professores da educação básica e pesquisadores do campo da História e da Educação Museal. Na metodologia proposta para o painel, cada participante retirou de uma caixinha uma carta indutora, onde estava sugerido o que ele deveria observar na exposição do museu. As cartas indutoras continham expressões como: “objeto inusitado”, “objeto envolto em lenda”; “silenciamentos”, “lacunas”, “vazios”; “personagem esquecida”, “personagem representada”, entre outras. Em seguida, os participantes realizaram livremente as suas observações na exposição. Num segundo momento, todos se reuniram para revelar o tema da carta e comentar as suas escolhas. Desse debate emergiu o fundamento conceitual assumido no jogo.

Os interlocutores do painel de discussão enfatizaram a necessidade de problematização da narrativa do museu. Esse mote costurou, direta ou indiretamente, as diversas argumentações, em especial, quando provocamos a revisitação de vazios, silenciamentos e omissões. As

narrativas dos museus são incompletas e falíveis, visto que operadas a partir de escolhas, recortes e seleções, mas ainda assim é possível caminhar no sentido de uma interrogação permanente do trabalho dessas instituições com a história e com a memória (BRAGA; PEREIRA, 2015, p.96). Então, uma primeira sugestão, tomada como diretriz para o desenvolvimento da nossa proposta, foi a de pensar o jogo como “*possibilidade de trazer problemas para a narrativa e não só confirmar uma narrativa que já é triunfalista, que já se baseia na ideia do fausto minerador*” (Participante do Painel de Discussão, 2015). Na medida em que foi construída sobre a ideia do fausto do ouro, a narrativa do museu se encarregou de silenciar discussões sobre as classes mais baixas da região mineradora, a contribuição do negro na sociedade, os conflitos, as resistências e subversões, as outras religiões, outros hábitos alimentares, os encontros, as trocas e as relações sociais, entre outras ausências salientadas pelos participantes do painel. O caldeirão de questionamentos e de contribuições trazidos pelo painel de discussão nos levou a redimensionar o formato inicial do material previsto para o jogo, tornando-o mais abrangente e potente para o trabalho junto aos alunos.

### **Os Guardiões – Cartas indutoras da imaginação**

Os “Guardiões” – como denominamos, em função do jogo, algumas pinturas figurativas ou esculturas presentes na exposição do Museu do Ouro – forneceram uma chave possível para o redimensionamento do nosso material. Transformamos essas figuras numa classe de personagens – a única mantida no jogo – e transferimos para o domínio de conhecimento de cada “Guardião” as discussões sobre temas lacunosos da narrativa do museu. Entre os Guardiões estão representados personagens como o escravo, a índia, a donzela, a griô. Por intermédio dos Guardiões, introduzimos os grandes eixos temáticos do jogo, transmutados na forma de suas memórias. Essas figuras cumpriram o papel de municiar os estudantes com determinados elementos que auxiliaram no desenvolvimento da trama do jogo. Os Guardiões canalizaram os temas que foram discutidos no Painel de Discussão, entre outros, para o contexto do jogo, mantendo a prerrogativa de trazer novos problemas ou enfoques para a narrativa museológica. Por meio desses personagens fantásticos e de suas histórias, que partiram da coleção do museu, mas a transcenderam, buscamos favorecer o estabelecimento de conexões e aguçar a imaginação dos estudantes. Criamos dezesseis personagens e lhes atribuímos caracterizações alusivas aos temas escolhidos e por fim produzimos as cartas com a estampa desses personagens. O exercício requereu uma dosagem de imaginação e de pesquisa histórica.

Uma vez elaborado o material, partimos para a construção da trama do jogo, em conjunto com alunos do Ensino Fundamental, sujeitos do estudo.

### **Considerações finais**

Consideramos que o material produzido ao longo da pesquisa para o jogo permitiu a abordagem de outros assuntos, além daqueles já retratados na narrativa histórica do museu, favorecendo o aparecimento de diversos sujeitos sociais, acontecimentos, relações e conflitos que permearam o período minerador e outros períodos relacionados à própria história do casarão e da criação do Museu do Ouro. Além disso, a metodologia que desenvolvemos ao longo da pesquisa, com a elaboração e o emprego das cartas indutoras da imaginação possui potencial para ser acolhida por outros museus, desde que sejam identificados e caracterizados os Guardiões próprios do lugar. Na etapa seguinte da pesquisa, solicitamos aos estudantes para imaginarem histórias contadas pelos Guardiões e assim mobilizamos a potência das cartas indutoras, como instrumentos de uma tarefa especial: imaginar o passado. O objeto do museu compareceu nas narrativas criadas pelos alunos, sugerindo-lhes materialidade, ao passo que as histórias conferiram alma e deram movimento aos objetos expostos.

### **Referências Bibliográficas:**

BRAGA, J. L. M.; PEREIRA, J. S. Abre-se o Céu Entre Estrelas e Cantorias Entretecidas num Museu e Seus Trabalhos de Memória. Educação em Foco. Juiz de Fora: nov. 2014 – fev. 2015. v. 19, n. 3. p. 95-122.

COLLINGWOOD, R.G. A imaginação histórica. In: A ideia de história. Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 287-306.

JULIÃO, L. Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG. Belo Horizonte, 2008.

SIMAN, L.M.C. Práticas culturais e práticas escolares: aproximações e especificidades no ensino de história. História & Ensino, Londrina, v.9, p.185-204, out. 2003.

## Memória do ano, memória do futuro: um relato sobre um curso de Literatura

**Paulo Roberto Barreto Caetano**

Doutor em Teoria da Literatura

UFMG

E-mail: paulorcaetano@yahoo.com.br

**Resumo:** O texto ao qual este resumo se refere consiste num “relato ensaístico” acerca do que foi a disciplina Literatura em um colégio técnico de Belo Horizonte. Observando a abertura do programa da instituição (o qual fomenta o diálogo com a cultura, com outros discursos artísticos) e a abertura que a corrente crítica intitulada Estudos Culturais proporciona, o texto que se segue trará conexões feitas entre o conteúdo do terceiro ano do Ensino Médio (literatura marginal, teatro brasileiro do século XX) com textos vários a fim de discutir de modo associativo os temas trazidos pelos poemas, peças, romances indicados. Por fim, conclui-se que o fios perceptíveis nos textos indicados permitem pensar questões políticas *via* texto literário não só do contexto citado, mas também da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Literatura marginal, relato de experiência, Estudos Culturais, memória.

**Abstract:** The text to which this abstract refers is an "essay report" about what was the subject of Literature at a technical college in a Brazilian city called Belo Horizonte. Observing the opening of the institution's program (which fosters dialogue with culture, with other artistic discourses) and the opening that the critical current entitled Cultural Studies provides, the following text will bring connections made between the contents of the third year of High school (marginal literature, Brazilian theater of the twentieth century) with various texts in order to discuss in an associative way the themes brought by poems, plays, and novels. Finally, it can be concluded that the deductible threads in indicated texts allow us to think political questions by means of the literary text not only of the context mentioned, but also of contemporaneity.

**Keywords:** marginal literature, experience report, Cultural Studies, memory.

### Introdução

Aqui se desenhará um “relato-ensaístico” de como foram determinadas aulas de literatura na terceira série, numa escola pública de Belo Horizonte (CEFET-BH), em 2016. Tendo como conteúdo programático no segundo semestre a literatura (tida como) marginal e a (que foi chamada de) literatura contemporânea, as aulas procuraram relacionar o contexto histórico com textos literários, bem como com manifestações artísticas de outras naturezas (como a música, as artes plásticas), ensejando assim um aprendizado que não hierarquiza a literatura em detrimento de outras linguagens (cf. Eneida em *Crítica Cult*). A literatura marginal procurou lidar com a repressão do momento (a ditadura brasileira de 1964 a 1985), o que levou parte “lado progressista”, por assim dizer, a usar de estratégias distintas – o que abre espaço para discutir a atuação de grupos de resistência (nos diferentes espectros que a resistência pode ter). Este texto então relatará o conteúdo trabalhado bem como as conexões (algumas talvez improváveis no Ensino Médio brasileiro) propostas ao corpo discente.

Os Estudos Culturais colaboraram para repensar a noção de cânone e da suposta supremacia da literatura frente a outros discursos. Se por tempo considerável o *mainstream* literário era (como se vê em Harold Bloom (1995), pautado em valores ocidentais, pautados de limitadamente numa suposta autonomia estética, cf. Guinzburg (2004), cujo paradigma encontra-se em Shakespeare, ou como coloca Leila Perrone-Moisés (1990) valores como a exatidão, a precisão técnica<sup>1</sup>), correntes críticas (o Feminismo, o Pós-colonialismo) questionaram esse *establishment* ao colocarem que o cânone diz muito de quem o concebe, ou seja, os critérios, num desenho tautológico, acabam por criar a seleção, e eles então forçariam a beatificação de algumas obras e escritores cujos aspectos satisfariam os critérios determinados. Ou seja, a emblematização é da ordem da construção, e assim não haveria algo essencialmente bom. Nesse sentido, o esquecimento sistemático por décadas de parte considerável da, por exemplo, produção africana é fruto, dentre outros fatores (como questões econômicas que inviabilizam expedientes pragmáticos como a distribuição) da maneira como a literatura é (ou era, em alguns casos) encarada. O cânone, como coloca Avelar (2011), inevitavelmente passa pela valoração estética. Assim o ensino de literatura pode ser uma máquina de esquecimento ao não atentar para o mérito (singular, quiçá) de escritores de países (tidos como) periféricos (economicamente), ao não atentar para o mérito de escritoras mulheres, de escritores indígenas, de *queers* dentre outros.

Tal desconsideração apontada por parte dessas correntes críticas pode ser somada a uma forçosa hierarquização que porção da crítica insistiu em fazer, alçando o texto a um topo diante de outros discursos (tais como o cinema, as artes plásticas, a performance), conforme coloca Souza (p. 11, 2007), para quem a noção de valor é construída por regras sociais. A literatura, em sua aparente singularidade de trabalhar com a palavra, pode gerar efeitos que eventualmente o cinema não o faria (o que se vê aqui como afirmativa problemática tendo em vista que há filmes como, por exemplo, “O livro de cabeceira”, de Peter Greenaway, que trabalham a palavra de modo bastante intenso, imaginativo, pictórico), todavia, tal diferença não seria base para se pensar que os efeitos provocados no leitor sejam mais nobres dos que são usualmente provocados no espectador.

Tendo em vista essas duas “ressalvas”, pretende-se neste ensaio expor como foi trabalhada a literatura em algumas turmas da terceira série do ensino médio no Cefet-MG em

---

<sup>1</sup> Perrone-Moisés (1990, p. 155 – 173) comenta dez valores, para os escritores-críticos, que a literatura deveria ter, tais como a maestria técnica, a concisão, a exatidão, a visualidade e a sonoridade, a intensidade, a completude e a fragmentação, a intransitividade, a utilidade, a impessoalidade, a universalidade, a novidade.

2016. A etapa, de cerca de dois meses, foi tematizada como “Imagem, margens”, e teve sua primeira metade ocupada por aulas expositivas sobre o conteúdo. A segunda metade, por sua vez, ocupou-se com avaliações: um debate, uma prova, um trabalho. Este (objeto deste ensaio) deu-se em grupo de cerca de cinco integrantes, os quais deveriam discutir os tópicos arrolados, percebendo/construindo um fio que os unisse. O primeiro grupo tinha como objeto a poesia concreta. Contudo, a ideia era expandir a noção de imagem poética tendo como base o longa-metragem “O livro de cabeceira”, de Peter Greenaway, o qual trabalha com ideogramas e a corporeidade da escrita, já que o corpo passa a ser suporte do texto, bem como trabalha a ideia de simultaneidade (com as janelas que irrompem na tela), características de cunho tecnológico – aspecto que se vê recorrentemente na poesia visual (brasileira, com mais incidência no Concretismo). Dessa maneira, o primeiro grupo pôde discutir, usando de um texto da professora Maria Esther Maciel, como uma imagem pode ser poética (já que um dos propósitos do movimento concretista, em seu afã tautológico de fazer texto verbal se aproximar de texto visual, é a atomização do sentido, o que passa concentração de sentidos que a imagem traz), usando, por exemplo, da semantização do branco da página.

Já o segundo grupo ficou encarregado de trabalhar a poesia tida como marginal: caberia a ele escolher poemas de Ana Cristina César, Wally Salomão e/ou Chacal. A fim de suscitar um debate com algo mais próximo do universo discente, foi proposto que a noção de marginalidade fosse discutida ainda em grupos musicais contemporâneos como os Racionais MCs e um tradicional evento de Belo Horizonte intitulado “Duelo de Mcs<sup>2</sup>”. O grupo discente ainda deveria discutir um contundente vídeo<sup>3</sup> (de um programa jornalístico) sobre um indivíduo acusado de iniciar um incêndio num ônibus coletivo. O detido, numa delegacia, ao ser inquirido, pelo jornalista, acerca da suposta “ação pirotécnica” afirma que iria fazer isso como ato de rebeldia civil contra o abuso do empresariado (do transporte “público”) que abusaria da população pobre, argumentando, o detido, que um ônibus em chamas (como imagem) seria um poema concreto.

O terceiro grupo, por sua vez, seguindo o conteúdo programático da instituição, abordou o teatro de Nelson Rodrigues. A peça indicada foi *Os sete gatinhos*, o que demandou dos estudantes (tendo em vista o tema da etapa) discutir a imagem da família tendo como ponto de partida o texto literário. Na época da apresentação esteve em discussão no âmbito federal o

<sup>2</sup> <https://www.facebook.com/familiadrua>

<sup>3</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=J2c5P\\_JqR7Q](https://www.youtube.com/watch?v=J2c5P_JqR7Q)

Estatuto da Família (projeto que propõe regras jurídicas para um específico e tradicional formato de família, deixando à margem formatos por não contemplados). Do grupo ainda foi demandado atentar para dois textos: o poema “A casa”, de José Paulo Paes (o qual, basicamente, fala de parentes mortos observados por um menino a experimentar a morte, a falta, em contraposição aos hábitos consolidados por cada parente), e assistir ao longa-metragem “Beleza americana”, de Sam Mendes, o qual, basicamente, fala da ruína de uma família (bem como do *American way of life*) e, principalmente, das peculiares relações que um pai de família têm com alguns adolescentes (o que tematicamente se aproxima da peça). A literatura então foi mote para discutir questões que perpassam o âmbito jurídico, o político, o social – âmbito que provavelmente encontram eco na experiência do corpo discente.

Coube ao quarto grupo, o penúltimo, fazer umas das exposições mais contundentes: partindo do poema “Mulher depois”, presente em *Um útero é do tamanho de um punho*, de Angélica Freitas, os estudantes deveriam discorrer sobre a noção de corpo na contemporaneidade (o programa do Cefet indica que deve ser trabalhada literatura contemporânea; daí a opção pela poeta de Pelotas, e também pelo fato de o livro dessa autora trazer uma poetização instigante no que tange ao corpo). Para isso, inicialmente, o corpo discente teria como base os textos *Antropologia do corpo*, de David Le Breton, e *Manifesto Contrassexual*, de Beatriz Preciado. Feita essa reflexão, caberia ao grupo analisar como se dava o tratamento dado à figura feminina em “Azul é a cor mais quente” (película que mesmo abordando uma relação de amor não hegemônica – o que poderia ser um mérito – acabou sendo depreciado por trazer uma suposta fetichização de um relacionamento voltado para homens héteros, e também por, supostamente, a direção ter sido machista<sup>4</sup> e violenta<sup>5</sup> para com as atrizes), para, por fim, discutir a contribuição do grêmio do Cefet na aceitação da diversidade dentro da instituição. Essa organização estudantil (para além da atuação política, o que não é pouco) tem um intenso e sistemático trabalho de desconstrução de preconceitos e de intervenção em relações abusivas no âmbito institucional, fazendo com que a escola seja, ao que parece, um lugar onde a homofobia, a transfobia, a misoginia se deem de modo diferente (senão mais ameno, pelo menos mais combatido) do que em colégios mais tradicionalistas, nos quais os grêmios atuam mais comumente como meros organizadores de festas. Tais objetos de estudo permitiriam pensar a autonomia e politização dos corpos.

<sup>4</sup> <https://culturaemarxismo.wordpress.com/2014/02/26/duas-criticas-ao-filme-azul-e-a-cor-mais-quente/>

<sup>5</sup> <http://blogueirasfeministas.com/2013/12/azul-e-a-cor-mais-quente-e-o-cinema-de-violencia-e-falta-de-representatividade/>



Por fim, foi proposto ao quinto grupo trabalhar as relações entre literatura contemporânea e meio ambiente. Para tal, os estudantes tinham como mote a pergunta “Que pode a poesia diante do extermínio do índio e do meio ambiente?”. Os objetos do grupo eram o poema “Totem”, de André Vallias, uma entrevista com Viveiros de Castro acerca do Antropoceno. Como sugestão, havia também uma imagem oriunda de um *post* da página do facebook intitulada “Ministério da verdade”, na qual há uma contagem diária do tempo decorrido desde que a cidade de Bento Rodrigues (distrito de Mariana, em Minas Gerais) foi destruída (e até o momento não julgada, segundo a página) pelo rompimento da barragem de uma empresa de mineração. Com isso, esperou-se que o grupo reflita qual o impacto da poesia diante de um mundo de ecocídeos.

Uma abordagem que abrange diferentes discursos ou sistemas semióticos permite, portanto, não só que estudantes de vocações várias reflitam sobre determinados temas, mas enseja também pensar no diálogo (e desnecessária hierarquização) do texto literário com outras linguagens. Com isso, foi possível ver que imagens os alunos construíam lendo os objetos propostos. Observou-se o tratamento dado ao corpo, à família, ao meio ambiente em diferentes textos, sugerindo que o exercício crítico passa, mesmo que seja pelo recorte e associação propostos, por algum exercício criativo.

### Referências bibliográficas:

AVELAR, Idelber. Cânone Literário e Valor Estético: notas sobre um debate de nosso tempo. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.15, 2009. Disponível em <http://idelberavelar.com/canone-abralic-2011.pdf> acesso em 5/7/17.

BLOOM, H. O cânone ocidental. São Paulo: Objetiva, 1995.

GUINZBURG, Jaime. Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura. In: Revista de Letras, São Paulo, 44. 2004.

MACIEL, Maria Esther. Corpo, escrita, imagem. rev. ufmg, belo horizonte, v.19, n.1 e 2, p.76 - 91, jan./dez. 2012. Disponível em:

[https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA\\_19\\_web\\_76-91.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA_19_web_76-91.pdf) acesso em 8/7/17.

Ministério da verdade. <https://www.facebook.com/ministerioverdaderiodoce/> acesso em 8/7/17.

PERRONE-MOISÉS. Leyla. Altas literaturas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Eneida Maria de. Crítica Cult. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

## Entre o escrito e o ensinado: rede municipal, nível fundamental e ensino de história local na cidade de Sabará/MG

**Sérgio Augusto de Lima Júnior**

Especialista em Ensino de História

PUC-Minas

E-mail: junior.historia@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho realizou um estudo sobre o ensino de história local na cidade de Sabará/MG, tendo como objeto de estudo as escolas públicas municipais da cidade que oferecem o ensino de história de nível fundamental em seus últimos anos (6º ao 9º ano). Seu objetivo foi analisar as relações existentes entre o “escrito” e o que de fato é “ensinado” aos alunos da rede. E também, se há de fato, uma valorização deste tipo de prática pedagógica (história local) no currículo oficial da disciplina de história fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), bem como, o exercício deste tipo de prática pedagógica por parte dos professores de história que atuam no município. A escolha da cidade de Sabará/MG recaiu pelo potencial que o município tem a oferecer, configurando-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento da prática pedagógica da história local e por ser uma emblemática cidade histórica mineira.

**Palavras-chave:** Ensino de história, História local, Prática pedagógica.

**Abstract:** The present work carried out a study about the teaching of local history in the city of Sabará, Minas Gerais State, Brazil. The objective of this study is to study the municipal public schools in the city that offer elementary level history teaching in the last years (6th to 9th grade). Its purpose was to analyze the relationships between "writing" and what is actually "taught" to network students. Also, if there is indeed an appreciation of this type of pedagogical practice (local history) in the official curriculum of the history course provided by the Municipal Education Department (SEMED), as well as the exercise of this type of pedagogical practice by teachers Of history that operate in the municipality. The choice of the city of Sabará / MG fell by the potential that the municipality has to offer, being configured as a privileged space for the development of the pedagogical practice of the local history and for being an emblematic historic city of Minas Gerais.

**Keywords:** History teaching, Local history, Pedagogical practice.

### Introdução

A presente pesquisa realizou um estudo sobre o ensino de história local na cidade de Sabará/MG, tendo como objeto de pesquisa as escolas públicas municipais da cidade que oferecem o ensino de história de nível fundamental. Seu objetivo foi analisar as relações existentes entre o “escrito” e o que de fato é “ensinado” aos alunos. E também, se há de fato uma valorização deste tipo de prática pedagógica (história local), no currículo oficial da disciplina de História fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), bem como, se há ocorrência deste tipo de prática pedagógica por parte dos professores de história que atuam no município. A pesquisa, além de considerar a prática pedagógica dos professores de história, utilizou como fonte de pesquisa, o Plano Curricular de Ensino de História (oficial), cedido pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Outros documentos elaborados pelo poder

público também direcionaram os passos deste estudo, dentre eles podemos citar: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN- 1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's - 1998). Procuramos também coletar informações junto aos professores integrantes às escolas selecionadas, através da aplicação de um questionário estruturado em vinte perguntas abertas. Tal propósito justifica-se no objetivo de mapear e cruzar informações entre o currículo oficial e a prática pedagógica de história local referente ao ensino de nível fundamental das escolas municipais escolhidas, no sentido de nos oportunizar perceber traços de aproximação e de distanciamento entre o escrito (currículo oficial) e o ensinado na sala de aula. A partir da interpretação destes dados, promovemos um diálogo entre ensino de história e história local no sentido de introduzir e apresentar esta importante temática a ser desenvolvida em sala de aula, por ser capaz de permitir novas possibilidades de construção do saber, da formação cidadã e crítica do aluno.

### **Propostas curriculares e o ensino de história no Brasil: avanços e perspectivas**

O ensino de História ocupa papel relevante no processo de formação cognitiva e cidadã do discente. Pode-se afirmar que, nas últimas décadas, muito se avançou na elaboração de propostas curriculares para esta disciplina na educação básica, sobretudo, a partir dos anos de 1990. Nesta ótica podemos ressaltar a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-1996), a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN-1998) e sua culminância como a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-1998).

As práticas tradicionais e tecnicistas, ainda presentes em alguns manuais didáticos, são apresentadas de forma monolítica, isto é, estática, pronta e acabada. Tal direcionamento torna o educando um ser passivo diante do saber e distante do processo histórico. Frente a este contexto, a historiadora Circe Bittencourt (2009) ressalta que:

O ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa - para professores e alunos - e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. (BITTENCOURT, 2009, p. 121).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996), em seu artigo de nº 26, deve se compreender que, a parte diversificada dos currículos do Ensino Fundamental e Médio devem observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino de história local voltada para a divulgação do acervo cultural dos municípios e estados. Seu campo de ação é

fundamental para o resgate histórico de culturas, como por exemplo, de culturas que ágrafas, que não fazem o uso da escrita, como é o caso de algumas populações indígenas, as quais apresentam culturas bem peculiares.

### **A importância do ensino da história local**

O ensino de história local deve ser compreendido como uma prática pedagógica, que buscar privilegiar a partir de estudos históricos locais, o ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educadores, educandos, sociedade e sobre o meio em que estes sujeitos estão inseridos e atuam.

Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social, o que permite a aproximação dos conteúdos didáticos à realidade social do aluno, integrando-se às suas experiências e vivências cotidianas. O ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só indivíduo, mas a coletividade, apresentado as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima.

Segundo a pesquisadora Vilma Barbosa (2006) a abordagem da história cotidiana e dos fatos presentes introduz a possibilidade de resgate do passado, através de variadas formas, entre elas, o uso de fontes disponíveis na própria localidade, tais como:

Os livros, a literatura de cordel, músicas e poesias, as fotografias, o patrimônio histórico material e imaterial, os documentos dos arquivos, bem como, descobrindo e explorando as fontes vivas através de depoimentos orais. (BARBOSA, 2006, p.66).

Ensinar história requer do professor a habilidade de buscar sentido e significado para o conhecimento que ministra, e isso significa superar a mera transmissão de informações, já que essa não tem por finalidade o desenvolvimento intelectual. Entendemos, assim, que o conhecimento da história local através da escola potencializa a práxis social, pois, como afirma autor Neidson Rodrigues (1992):

O cidadão, embora pertencendo à Nação, têm no município suas raízes. É nela que ele nasce, cria seus filhos, trabalha; a relação fundamental da vida do cidadão ocorre, portanto, no município. Então começemos por ensinar nossos alunos a acompanhar os administradores municipais, em sua atuação política; começemos por ensiná-los a conviver com a realidade concreta dos municípios, pelo conhecimento da vida política, administrativa, cultural e social de onde ele vive. Será através desse conhecimento que o cidadão poderá

dimensionar sua real parcela de influência na transformação da realidade vivida. Tal envolvimento o levará à compreensão de sua importância e papel na transformação dos rumos da nação. (RODRIGUES, 1992, p. 43).

De acordo com Selma Fonseca (2003), as fontes e os documentos disponíveis aos professores produzidos pelas prefeituras, pelos órgãos administrativos locais, visam à transmissão das ideias do grupo conservador do poder político ou econômico, levando professores e alunos a se limitarem à preservação da memória da elite local. O que contribui para a construção de uma identidade individual e coletiva a partir desse referencial, distante do ideal que almejamos propor com esta pesquisa, que é o de trabalhar a história local, a partir das referências dos alunos. Como diz Fonseca:

Uma identidade constrói-se a partir do conhecimento, da forma como os grupos sociais de pertença viveram e se organizaram no passado, mas também da verificação da forma como se estruturam para fazer face aos problemas do presente, tendo um componente que aponta para o futuro, pelo modo como este se prepara por meio da fixação de objetivos comuns. (FONSECA, 2003, p. 106).

A fim de reiterar as importantes observações de Fonseca (2003) a respeito do ensino de história local, não podemos cometer o erro de se apresentar estudos nesta perspectiva, que buscam referenciar conteúdos e possibilitar aprendizados que tem seu enfoque para a história da elite local e das classes dominantes daquela região, pois agindo dessa forma, como educadores estaríamos cometendo os mesmo erros, como por exemplo, o de exaltar a “história dos heróis e vencedores”, só que se tratando de nível local e não nacional. Para evitar tais riscos conforme evidência autora Circe Bittencourt (2009), é preciso resgatar um enfoque da história local através de uma abordagem histórica local que privilegie e crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração e festas populares.

A história local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades, ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional. Ela tem sido compreendida como história do lugar.

Circe Bittencourt (2009), ao tratar da história do lugar, ressalta que:

A história do lugar como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de um determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros lugares. (BITTENCOURT, 2009, p. 172).

É a partir do local que o aluno começa a construir sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998) valorizam o estudo da localidade, ao referenciar que:

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. (PCN, 1998, p.40)

Para ensinar história a partir da experiência de vida do aluno, é necessário se empreender reflexões que retomem suas memórias e lembranças, é preciso dar voz á histórias desses sujeitos que não são apresentados nos livros didáticos como elemento constitutivo do saber histórico para o saber escolar, o ensino da história local, pode ser vista como estratégia pedagógica que contribuiu para a construção e a compreensão do conhecimento histórico e que podem ser articuladas aos interesses dos alunos, possibilitando o desenvolvimento de atividades vinculadas ao seu cotidiano. De acordo com Joana Neves (1997):

A construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer. (1997, p. 27).

Contudo, aplicação da história local no ensino, não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas constituir-se em uma estratégia pedagógica. Pois, a sua aplicação, permite ao aluno perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador, mas sujeito. Enquanto estratégia de aprendizagem, a história local possibilita a construção de uma história plural, de múltiplas possibilidades onde todos são sujeitos atuantes em igual importância.

### **Do escrito “currículo oficial” ao ensinado: reflexões, tensões e apontamentos sobre o ensino de história local na cidade de Sabará/MG**

Primeiramente, trataremos aqui, em caso específico o plano curricular utilizado nas escolas da rede municipal da cidade de Sabará a fim de fomentar apontamentos e reflexões sobre o ensino de história nas escolas do município. Seguem na tabela abaixo os conteúdos atuais sugeridos a serem trabalhados na disciplina de história pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) referente aos anos finais do Ensino Fundamental, público alvo de estudo.



<b>TABELA 01: PLANO CURRICULAR / PREFEITURA DE SABARÁ</b>				
<b>Período</b>	<b>6º Ano Conteúdo</b>	<b>7º Ano Conteúdo</b>	<b>8º Ano Conteúdo</b>	<b>9º Ano Conteúdo</b>
<b>1º Bimestre</b>	O homem: construtor da história; Os Primeiros habitantes da América; As primeiras civilizações do Estado de Minas Gerais; Conhecer as leis de incentivo à cultura para a preservação do patrimônio.	Fim do Império Romano; O modo de produção feudal; Império Carolíngio; O poder da Igreja no mundo medieval; As Cruzadas; A cultura medieval.	Revolução Inglesa; O Iluminismo; A Revolução Industrial; A Independência dos EUA; Revolução Francesa; Valorização do patrimônio histórico e cultural.	1ª Guerra Mundial; A revolução russa; A crise de 1929; Nazi-facismo; Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural.
<b>2º Bimestre</b>	Mesopotâmia; O Egito Antigo; Persas, Fenícios e Hebreus.	O comércio na Idade Média; Transição: feudalismo para capitalismo; As monarquias medievais; Valorização do patrimônio histórico e natural.	As Guerras Napoleônicas; Revoltas separatistas na colônia; A vinda da família real; O processo de independência do Brasil; O primeiro reinado e o governo de D. Pedro I; O Período Regencial.	A República Velha; Guerra de Canudos; Cangaço; a política dos governadores; Surgimento do movimento operário; Semana de arte moderna; Fim do governo oligárquico; Revolução de 1930; Governo de Vargas.
<b>3º Bimestre</b>	Os gregos: Esparta, Atenas e a Cultura Grega; Valorização do patrimônio histórico e natural.	O renascimento cultural; Reforma e a Contrarreforma; Expansão Marítima Europeia; Mercantilismo; Colonização da América: Astecas, Incas e Maias; Patrimônio Cultural como forma de inclusão social.	O segundo reinado; Movimentos Abolicionistas; Aristocracia Rural (Barões); Famílias remanescentes dos negros; Fatores da imigração italiana; Partilhar com as organizações coletivas a necessidade e importância da preservação do patrimônio cultural e local.	2ª Guerra Mundial; Republica Populista; Promover a valorização do patrimônio histórico e natural do município de Sabará.
<b>4º Bimestre</b>	Os Romanos: a monarquia, a república, o império e o cristianismo; Valorização do patrimônio histórico e natural.	Colonização portuguesa; A exploração dos recursos naturais do Brasil; Sociedade Açucareira; Sociedade Mineradora; Consolidação do território colonial; Patrimônio Cultural como forma de inclusão social.	A implantação e a consolidação da república; a unificação da Itália e da Alemanha; O Neocolonialismo, Imperialismo; Os movimentos sociais dos trabalhadores; Valorização do patrimônio histórico e cultural; Conhecer as leis de incentivo a cultura para a preservação do patrimônio.	Ditadura Militar; A democratização política do Brasil; Guerra Fria; Globalização; Educação Patrimonial; O ser humano como agente social e produtor de cultura; Espaço e pluralidade; Tempo e pluralidade; Promover a valorização do patrimônio histórico e cultural do município de Sabará.

**Tabela elaborada pelo autor**

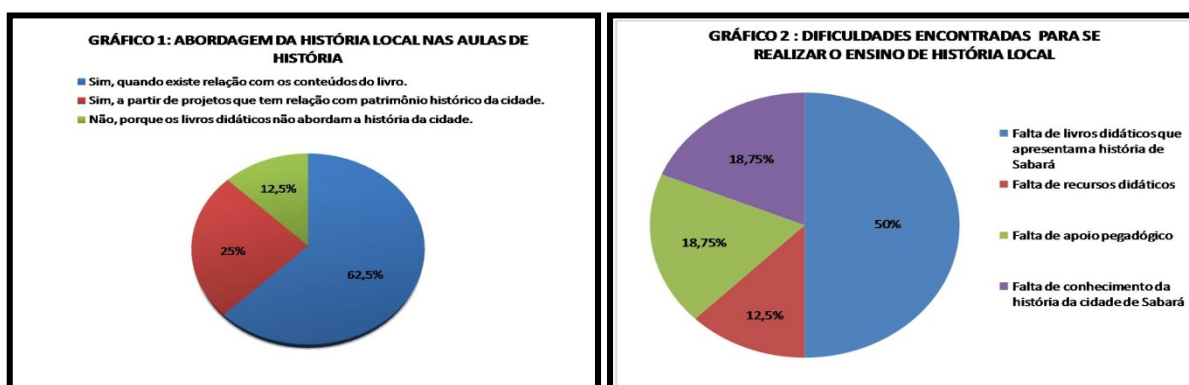
Ao se analisar os conteúdos dispostos no plano curricular para o ensino da disciplina de história nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas municipais da rede pública de ensino da cidade de Sabará, conforme dispostos no quadro acima, podemos verificar que estes seguem um tratamento de temporalidade de cunho meramente tradicional, pautado por uma organização sequencial, privilegiando, portanto uma cronologia linear.



Recentemente, outros olhares, novos caminhos têm sido trilhados no sentido de tornar o ensino de história uma disciplina escolar próxima das realidades dos nossos discentes, privilegiando em lócus a vivência do aluno, sendo a história local um dos eixos temáticos possíveis de se trabalhar nesta perspectiva, contribuindo para uma aproximação prazerosa do aluno com este campo do conhecimento. Portanto, devemos estar atentos a estas questões, pois:

No espaço da sala de aula, é possível o professor de história fazer emergir o plural, a memória daqueles que tradicionalmente não têm direito a história, unindo os fios do presente e do passado num processo ativo de desalienação. Mas também pode, inconsciente ou deliberadamente, operar o contrário, apenas perpetuando mitos e estereótipos da memória dominante. (FONSECA, 2003, p. 35).

Apesar dessa nova concepção metodológica da história, o ensino dessa disciplina nas últimas séries do Ensino Fundamental realizado no município tem revelado os resquícios da cultura historiográfica ainda centrada num paradigma conservador. Quando se foi perguntado aos 16 professores entrevistados, se eles “abordam a história local da cidade nas suas aulas de história”, 62,5% dos educadores responderam que: “sim, mas quando existe uma relação do livro didático com o conteúdo”.

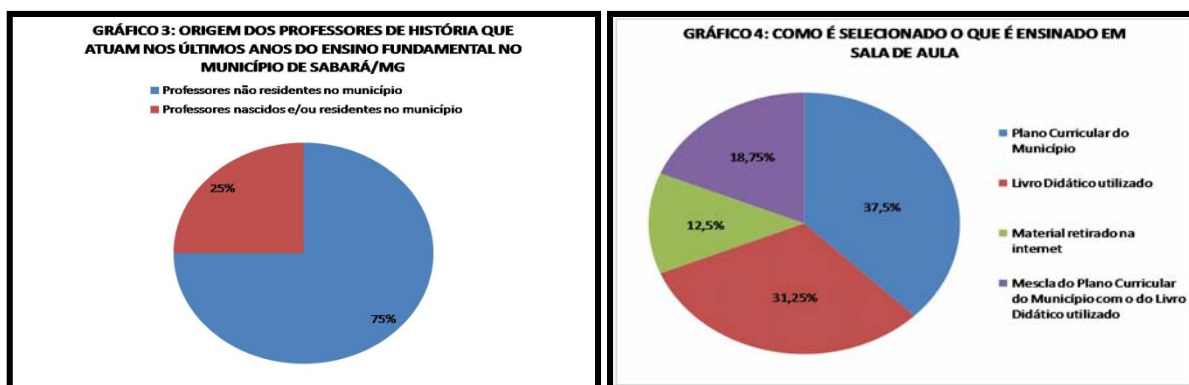


Gráficos elaborados pelo autor.

Ao analisar o gráfico, se percebe que 12,5% dos professores, não ensinam a história local em virtude desta não ser explorada nos manuais didáticos, o que demonstra certa passividade dos mesmos quanto à exploração deste tipo de prática pedagógica para além dos conteúdos programáticos do livro é até do plano curricular do município, onde na maior parte das vezes, percebe-se que os conteúdos apresentados no mesmo, são tratados de forma cronológica apresentada a partir de uma mescla de conteúdos ligados a história geral e também do Brasil.

No que diz respeito às dificuldades encontradas pelos professores de história do município em oferecer o ensino de história local da cidade ao seu público de alunos, podemos constatar que dos 16 professores que responderam o roteiro de entrevista, 50% deles, justificam esta dificuldade a questão da falta de livros didáticos que abordam a história da local da cidade de Sabará.

Outra informação importante a ser referenciada no gráfico é de que 18,75% dos professores não conhecem a história da cidade de Sabará, e partir destes dados podemos inferir que esta falta de conhecimento da história do município dificulta no oferecimento de oportunidades de se abordar a história local da cidade. Ainda de acordo com o questionário aplicado, do total de 16 professores entrevistados, 12 professores, ou seja, 75% do total não têm sua relação de origem e não são nascidos na cidade, apenas 4 educadores do total são residentes no município. Portanto, apenas 25% dos professores de história que atuam, moram e/ou moram e são nascidos na cidade. O que em certa maneira, se este número fosse maior contribuiria para uma melhor relação entre ensino de história a partir da história local da cidade.



Gráficos elaborados pelo autor

Constatamos também, que ha um distanciamento entre o que é sugerido ou devido e o que de fato é ensinado aos alunos, e que existe ainda, uma diversidade de formas variadas de execução, aplicação e prática do plano curricular do município. Quando os educadores foram perguntados como os mesmos “selecionam o que deve ser ensinado em sala de aula”, podemos perceber que 13% dos mesmos, ou seja, 2 professores, não mencionaram o plano curricular do município como elemento central na escolha dos conteúdos a serem ministrados em sala. Relataram que a escolha dos mesmos é feita a partir de materiais encontrados em sites na internet.

Apenas 37,5%, ou seja, 6 professores do total mencionaram que o critério de maior relevância para a escolha do que de fato seria ensinado aos alunos é o plano curricular oferecido pelo município, número bem modesto já que a um programa a ser seguido e aperfeiçoado pelos mesmos com o tempo. Os dados nos permitem referenciar também que, há uma desfragmentação e dispersão em relação ao ensino de história nas escolas compreendidas pela pesquisa, de modo geral se observa que cada professor, realiza seu trabalho de planejamento de forma individualizada, produzindo e executando seus planejamentos sem dialogar com os demais colegas da mesma área ou de áreas afins, se deixando de oportunizar uma melhor adaptação não só no nível de planejamento como do trabalho interdisciplinar, tão importante em tempos atuais.

Apenas 37,5%, ou seja, 6 professores do total mencionaram que o critério de maior relevância para a escolha do que de fato seria ensinado aos alunos é o plano curricular oferecido pelo município, número bem modesto já que a um programa a ser seguido e aperfeiçoado pelos mesmos com o tempo. Uma crítica a este tipo de problema pode ser caracterizada pela falta de tempo ou pelo modo no pelo qual as escolas não oportunizam encontros para fins de planejamento já no início do ano letivo para mudar esta realidade.

É essencial, portanto, que a secretaria procure acompanhar, entender e mesmo orientar como se materializa a proposta em questão nas escolas. A partir da discussão e da crítica das práticas e das atividades que se desenvolvem é que se podem tomar as decisões referentes à como melhor implementar, questionar e/ou transformar a proposta. (MOREIRA, 2000, p. 130).

Outro dado curioso, não tão positivo devido ao baixo percentual de escolha atribuído ao mesmo, é que 19% dos professores, procuram adequar os conteúdos apresentados pelo plano curricular do município com os conteúdos disponibilizados pelo livro utilizado. É um tipo de opção é interessante, pois viabiliza a contemplação do que é sugerido pelo currículo oficial do município com o principal recurso didático a título de acessibilidade entre professor e alunos que é o livro didático, oportunizando uma resignificação dos recursos utilizados as reais demandas e necessidades encontradas em sala de aula. E a este respeito Antônio Flávio Moreira (2000) enfatiza que:

Todavia, centrar o currículo na concretude das realidades escolares não pode significar omissão da secretaria ou sua retirada do cenário. Pelo contrário, além dos indispensáveis recursos e incentivos a serem propiciados em uma interação constante com a escola, discussões entre os sujeitos dessa escola e técnicos comprometidos e abertos ao diálogo são necessárias para incrementar a qualidade do trabalho e garantir o sucesso da proposta, que é sempre uma

intenção, um projeto, que adquire forma própria em cada escola e em cada sala de aula. (MOREIRA, 2000, p. 126).

Por fim, cabe ressaltar que, embora os dados apresentados e referenciados nos gráficos acima não configurem como apontamentos significativos a respeito do uso da história local na cidade de Sabará podem observar que, quando os professores entrevistados foram perguntados se eles reconhecem “alguma importância em trabalhar nas suas aulas o ensino de história local”, todos os 16 educadores, responderam que sim, justificando que, é importante se conhecer o local onde estamos inseridos, pois este tipo de compreensão facilita em vários aspectos nossa percepção de importância no meio coletivo e geral.

E da mesma forma, quando se foi perguntado: “Enquanto professor, você vê relevância em se trabalhar os conteúdos de história com exemplos e considerações que vão da realidade local para a geral?” todos em sua plenitude responderam que sim, justificando este tipo de abordagem ao fato de que, o entendimento do que se é apresentado se torna mais facilmente apresentado e menos complexo de se entender.

Contudo, a partir destes dois últimos dados apresentados, podemos inferir que o ensino de história por meio da história local e regional, se faz presente na vivência e no cotidiano de muitos educadores, necessitando-se mais capacitação, empenho e estudos que contribuam para o fomento desta prática, não só em relação aos professores, mas de investimento do poder público por meio das secretarias de educação estaduais e principalmente municipais, pelo fato de estarem mais próximas de contato com todos nós.

### **Considerações Finais**

Constatou-se, pela presente pesquisa, que teve como tema central o ensino de história local oferecido nas escolas do município de Sabará/MG, relações e tensões consideráveis entre o currículo oficial oferecido pelo município (o escrito) e a prática pedagógica (o ensinado) expresso nos questionários respondidos pelos professores de história que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental na cidade.

Algumas tensões em relação à valorização do ensino de história local se estabelecem na medida em que o currículo oficial procura abarcar toda história tradicional, que pode ser percebida nos livros didáticos utilizados no município (todos de editoras paulistas), sem se atentar para as singularidades e especificidades a fim de se valorizar a história local da cidade, que como não bastasse, é uma cidade tombada por seus inúmeros patrimônios históricos e culturais, portanto, um espaço privilegiado para o trabalho da história local.

O currículo oficial, cedido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), ao longe se apresenta como algo que foi feito no seio do ambiente escolar, não integrando no seu processo de elaboração a participação de professores e professoras, personagens envolvidos diretamente com o processo de ensino e transmissão de conteúdos aos alunos. Ao que parece, o plano curricular oficial, tenta se estabelecer por meio de diretrizes e parâmetros a nível nacional somente, esquecendo-se de adaptá-lo a rica realidade que a história de Sabará compreende para o ensino da disciplina de história.

Na tensão existente entre o currículo escrito e o ensinado, é possível verificar também traços de aproximação significativos em positividade, quando se é sugerido no currículo que os professores procurem desenvolver nos alunos “ações que possibilitem identificar a função social do patrimônio cultural como forma de inclusão”. Neste sentido, o currículo escrito se aproxima do ensinado quando os professores fazem adaptações parciais no currículo oficial no fomento de práticas pedagógicas que privilegiam o patrimônio histórico local.

Outro ponto positivo em relação ao currículo oferecido pelo município é o incentivo dos docentes para desenvolvimento de visitas pedagógicas voltadas ao patrimônio histórico e cultural, espalhadas por todo centro histórico da cidade, que contribuem de forma significativa para a construção do conhecimento do educando e sua valorização.

O distanciamento existente em relação ao uso da história local como prática pedagógica presente em sala de aula, é evidenciado quando grande parte do público de professores que responderam o questionário atribui à ausência da sua aplicação em sala de aula, em virtude da falta de livros didáticos que apresentem a história de Sabará, como também a falta de apoio pedagógico pra realização da mesma. Em contra partida, todos os professores reconhecem a importância de se trabalhar conteúdos da disciplina levando-se em consideração o local para depois o geral, no sentido que este tipo de prática pedagógica facilita a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos.

Os conteúdos que compõe o currículo elaborado pela secretaria do município, privilegiam o estudo da história geral em relação a historia nacional, priorizam principalmente conteúdos relativos ao mundo europeu e seus respectivos desdobramentos, que podem ser percebidos em todos os momentos do mesmo. A de se ressaltar que vivemos em tempos para novas discussões, como o caso das empreendidas pela chamada Nova História Cultural, que propõe uma maior valorização da cultura, do uso de diversos tipos de fontes e estudos que

contemplam as chamadas minorias e a diversidade cultural, variáveis estas que, não se fazem presentes na sua totalidade no currículo oferecido pelo município.

Apesar dessa nova concepção metodológica da História, o ensino dessa disciplina nas primeiras séries do Ensino Fundamental tem revelado os resquícios da cultura historiográfica ainda centrada num paradigma conservador, tendo sido observado através dessa pesquisa que os professores que atuam nessa modalidade de ensino trabalham os conteúdos de História de forma fragmentada, baseada numa concepção de História cronológica.

É importante ressaltar que o presente estudo não tem a intenção de ser contra ou a favor de um currículo oficial a nível municipal, o que desejamos salientar, é que no processo de sua elaboração, sejam oportunizados os professores que atuam diretamente com o processo de ensino e aprendizagem junto aos ao corpo de alunos, que estes sejam ouvidos. As etapas de elaboração de um currículo sugerem algo muito maior que um simples e desprezioso processo que perpassa pela singela seleção de conteúdos, e sim que este, se configure como um espaço de disputas, rejeições, de desvendamentos e formador de identidades, onde possíveis mudanças e readaptações sejam frequentes.

Enfim estamos chegando ao final deste trabalho de pesquisa, porém temos a sensação que muito se haveria para ser dito, estudado ou ouvido. Sendo esta uma pesquisa introdutória e exploratória sobre o ensino de história local no município de Sabará/MG, não trabalhamos com a perspectiva de verdade absoluta sobre o que foi exposto, e sim que o conhecimento dever ser sempre complementado, capaz de produzir novas abordagens e reflexões.

Ao empreender um estudo com a dimensão de se relacionar a história, o currículo história com o ensino de história local, certamente posso lhes dizer que nosso olhar sobre estas variáveis mudou e que estamos mais sensíveis e críticos no compromisso de se contribuir para um tipo de ensino de caráter emancipador, capaz de oportunizar invariáveis caminhos, capazes de superar barreiras, onde o ensino de história se configure como integrante poderoso neste processo de construção.

### **Referências:**

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: Redescobrimo Sentidos. IN: Saeculum – Revista de História. João Pessoa: jul/dez, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo. Cortez, 2009, p. 11-407.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio; Resolução n. 3, de 26/06/1998, Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v.134, n. 248, p. 27833-841, 23

FONSECA, Selva Guimarães; Didática e Prática de ensino de História- Experiências, reflexões e aprendizado. Campinas SP: Ed. PAPIROS, 2003, p. 35-200.

MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. Educação & Sociedade (Impresso), v. 73, 2000, p. 109-138.  
dez.1996.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. Saeculum - Revista de História, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997, p.20-35.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992, p. 43-50.



## O ensino de história da África no Brasil como história pública e oral

**Márcio Eurélio Rios de Carvalho**<sup>1</sup>

Doutor em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: eurelio2@bol.com.br

**Resumo:** O artigo proposto busca fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre as possibilidades trazidas pela história digital para recuperar histórias de vida em comunidades negras rurais, num corte sincrônico do presente etnográfico. Avalia a contribuição de diversos estudos interdisciplinares que se ampararam na oralidade presente nestes espaços seculares, de modo a resgatar a identidade étnico-racial neles presente. Demonstra ser possível criar mecanismos para transformar a história da África no Brasil, a partir destes territórios étnicos, numa história publicizada, no que se convencionou chamar história oral pública, por meio da tecnologia social da memória, com o intuito de dar maior visibilidade às comunidades negras de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** História pública oral. História digital. Histórias de vida. Comunidades quilombolas. Identidade étnico-racial.

**Abstract:** The article proposes to make a theoretical-methodological reflection on the possibilities brought by digital history to recover life stories in rural black communities, in a synchronic section of the ethnographic present. It evaluates the contribution of several interdisciplinary studies that have supported the orality present in these secular spaces, in order to rescue the ethnic-racial identity present in them. It demonstrates that is possible to create mechanisms to transform the history of Africa in Brazil, from these ethnic territories, in an publicized history, in what is known as public oral history, through social memory technology, with the aim of giving greater visibility to the black communities from Minas Gerais.

**Keywords:** Oral public history. Digital history. Life stories. Quilombola communities. Ethnic-racial identity.

### Introdução

Na Antropologia (Peter Fry, Eliane Cantarino O'Dwyer, Milton Guran, José M. Arruti), na Geografia (Rafael Sanzio Araújo dos Anjos), na História (Hebe Mattos e Martha Abreu), e na Linguística (Carlos Vogt, Margarida Petter e Emilio Bonvini) existem trabalhos expressivos sobre o significado histórico-cultural das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, num corte sincrônico do “presente etnográfico” (O'DWYER, 2002, p. 14). Todos esses autores têm apontado as reelaborações e resignificações do conceito de quilombo, de modo que, atualmente, o termo possui uma multiplicidade de sentidos e usos (PETTER; CUNHA, 2015, p.232-233). José M. Arruti, por exemplo, explica que,

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra e, definidos com base em uma

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente é professor de Filosofia e Ética, Antropologia Cultural e Práticas do Ensino de História II na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Campanha).

designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. Nenhuma destas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas (ARRUTI, 2006, p. 39).

Nossa exposição será no sentido de demonstrar que as comunidades negras ou terras de preto, remanescentes de quilombos<sup>2</sup>, podem se tornar um lócus privilegiado para recuperar narrativas de vida – histórias pessoais (privadas) e coletivas (públicas), capazes de dar visibilidade e autonomia aos sujeitos históricos delas pertencentes, sobretudo através de sua própria produção e divulgação, por meio do que se convencionou chamar história oral pública.

À exceção de *Memórias do Cativo* (2005), de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, nenhum dos trabalhos sobre as comunidades remanescentes de quilombos recuperaram as histórias de vida dessas populações<sup>3</sup>. No livro, as autoras recolhem narrativas orais de comunidades jongueiras do Sudeste escravista, reunindo 61 testemunhos de descendentes de antigos escravizados das regiões cafeeiras, nascidos nas primeiras décadas do século XX. São narrativas transmitidas de pai para filho, e não dizem respeito à experiência direta dos próprios depoentes, destacando-se quando se referem à memória de experiências vividas por seus próprios antepassados.

Embora o “‘tempo do cativo’ apareça definido, principalmente por um sentido de redução dos seres humanos à condição de simples mercadoria por meio da violência” (MATTOS; ABREU, 2016, p. 229), no livro e documentário, as temáticas não se reduzem a ele. Inclusive, a preferência por “cativo” a “escravo” procura se afastar dessa condição jurídica dada pelo nascimento e cuja condição seria a de mercadoria e submissão a um senhor. As autoras selecionaram as seguintes narrativas em comum nos depoimentos (chaves-temáticas): 1) Tempo do cativo (violência, sentir-se estrangeiro, arbítrio senhorial) 2) África no Brasil

---

<sup>2</sup> Kabengele Munanga recupera a “origem e histórico do quilombo na África” e nos ensina que a palavra “tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem”. Sua história, como a dos povos bantu, envolveu povos de diferentes regiões entre Zaire e Angola. Amparando-se na esfera do mito entre estes povos, o autor associa seu aparecimento aos imbangala ou jaga. Em linhas gerais, conta-se que o príncipe lunda Kinguli, irmão da rainha Rweej, insatisfeito com a escolha de seu marido luba (Kimbinda Llunga) como chefe dos lunda, alia-se aos poderosos bandos jaga, formando um poderoso exército de guerreiros nômades conhecidos como imbangala. É, segundo ele, uma “instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu etc.” (MUNANGA, 1995/96, p. 60)

<sup>3</sup> Recentemente, outro livro, MATTOS, Hebe (org.). História Oral e Comunidade: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016, dá continuidade à recuperação de narrativas orais negras.

(“memória do feitiço” e punição ao torturador), 3) Laços de família (ausência de experiência familiar de violência escravista), 4) Visões da liberdade (o escravo como estrangeiro e a liberdade como pertencimento à comunidade brasileira), 5) Diálogo dos tempos (a ética paternalista e a legislação trabalhista como ponto de inflexão nas décadas de 1930-40) (RIOS; MATTOS, 2005, p. 47-59). Pode-se afirmar que produziram um etnotexto, cujas “coincidências narrativas identificadas organizavam uma determinada memória coletiva sobre o processo de abolição da escravidão” (RIOS; MATTOS, 2005, p. 46). Todavia, a própria dificuldade de cortar o silêncio que paira sobre a escravidão, tem feito com que os trabalhos históricos de hoje busquem novas alternativas de se criar uma identidade positiva para os afrodescendentes:

A ausência da memória genealógica da escravidão na maioria das famílias negras brasileiras e os silêncios voluntários, relatados por muitos daqueles que se referiram diretamente a um antepassado escravo, possuem um significado óbvio que não pode ser negligenciado – evidenciam as dificuldades de construir uma identidade socialmente positiva com base na vivência da escravidão (RIOS; MATTOS, 2005, p. 54).

Num outro viés, Hebe Mattos e Martha Abreu acompanharam “de perto a luta pelo reconhecimento de comunidades quilombolas e jongueiras no Rio de Janeiro e Sudeste, que encontravam na visibilidade de sua própria história e identidade um efetivo caminho de luta e reparação” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 258). A publicização das histórias de São José da Serra (município de Valença), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), Pinheiral (Rio de Janeiro) e o quilombo da Pedra do Sal (zona portuária do Rio de Janeiro) serviu para acionar a luta pela titulação de terras, a memória da escravização e do tráfico ilegal e de valorização do patrimônio imaterial (e material) construído na diáspora<sup>4</sup>. Além disso, possibilitou também a “reparação moral, reforço da autoestima e construção de sustentabilidade econômica para os detentores de todas essas histórias e patrimônios” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 259). Nos três primeiros casos, “as práticas performativas do passado escravo, na forma de tradição oral, performances de jongo, festas e visitas guiadas, consolidam a história que os grupos desejam narrar e tornar pública”, servindo todas como demandas por políticas de reparação (MATTOS, ABREU, 2016, p. 234).

Estudando os lugares de memória da diáspora negra, Hebe Mattos afirma que “as proximidades linguísticas e religiosas dos povos *bantus* criaram elementos de coesão e de

---

<sup>4</sup> Cf. MATTOS, Hebe (org.). *Diáspora Negra e Lugares de Memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: EDUFF, 2013.

solidariedade nas experiências do cativo e na construção do jongo do Sudeste ao longo do século XX”. E

a incorporação de uma agenda política patrimonial nas reivindicações pelo direito à terra e à identidade quilombola não envolveu unicamente expressões culturais de música e dança associadas à escravidão e à afrodescendência. Envolveu, também, a percepção da própria história, memória e tradição oral do grupo como patrimônios que precisam ser valorizados, lembrados e, dessa forma, reparados.

Tais reparações materiais e simbólicas são reivindicadas, segundo as autoras, “em nome de um ‘dever de memória’ da sociedade brasileira em relação à escravidão e à ilegalidade do tráfico negreiro” pós 1831(MATTOS; ABREU, 2013, p. 111-112). Por outro lado, “há claramente também uma origem remota, fortemente ancorada na formação de um campesinato constituído por escravos libertos e seus descendentes no contexto da desagregação da escravidão e de sua abolição no Brasil, que permite tais grupos reivindicarem-se como comunidades tradicionais e como quilombolas” (MATTOS, 2005/2006, p. 107).

Juntas com Milton Guran, as autoras construíram um “*Inventário dos Lugares de Memória e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*”, com a contribuição de diversos pesquisadores que escreveram verbetes sobre temáticas específicas. A proposta de sua construção “envolveu-se diretamente com a identificação e a divulgação dos locais de memória da escravidão africana e do tráfico de escravos para o Brasil” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 257).<sup>5</sup> Conseguiram reunir 100 lugares representativos, dando prioridade “às evidências documentais, escritas ou orais, da presença histórica e cultural dos africanos, com o objetivo de centrar o foco na ação e no legado dos recém chegados (...). O inventário é sobre os locais onde é possível lembrar a chegada dos africanos de primeira geração ou identificar as marcas de sua presença e intervenção” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 260). Foram distribuídos

em 7 diferentes temáticas que dizem respeito aos locais de entrada e campos de atuação dos africanos no Brasil: portos de chegada, locais de quarentena e venda; desembarque ilegal; casas, terreiros e candomblés; igrejas e irmandades; trabalho e cotidiano; revoltas e quilombos; patrimônio imaterial” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 261)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> “O Inventário é uma das ações propostas pelo Projeto Rota do Escravo da Unesco. Criado em 1993, por ocasião da 27ª Conferência Geral da Unesco (...), o projeto teve importante papel no reconhecimento da escravidão e do tráfico de escravos como ‘crimes contra a humanidade’ na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001” (MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 256).

<sup>6</sup> Metodologia similar, que articula narrativas temáticas, produção historiográfica e roteiros de visita sobre a história dos africanos e afrodescendentes, pode ser consultada em trabalho de Andréa Ferreira Delgado e Beatriz

## 1. Histórias de vida em comunidades quilombolas

O eurocentrismo não é apenas uma forma particular de etnocentrismo, típico de várias culturas no tempo. Ele implica numa diferença significativa: é a expressão de uma dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo, e é a crença na superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu ocidental, visto como fatalidade desejável. O último estágio evolutivo a que todos os povos devem almejar (BARBOSA, 2008, p. 47). A excepcionalidade européia se traduz na diretriz “econômico-social (capitalismo); culturalista (modernidade, cultura greco-romana); religiosa (judaico-cristã); racial (‘branca’)” (BARBOSA, 2008, p. 48).

Examinando a questão da consciência histórica como “modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem”, Sara Albieri afirma que a colonização européia no mundo fez da Europa o sujeito capaz de contar as histórias dos povos subjugados, a partir da tradição cultural européia. O conceito de consciência histórica permite romper com a visão eurocêntrica, de modo a

empreender a interpretação das diferentes culturas segundo um princípio universal dado na condição humana. Trata-se então de historiar os diferentes povos a partir de suas manifestações: mitos de origem, narrativas de memória e genealogias de famílias estão entre as múltiplas formas de dar sentido às coisas no tempo. Tais manifestações também fazem parte do cotidiano: os álbuns de família, as memórias de infância e as narrativas dos antepassados constituem outros tantos modos de historiar, plenos de mitos e ritos (ALBIERI, 2011, p. 27).

A autora utiliza o recurso do conceito de consciência histórica para fundamentar a possibilidade de passagem da história acadêmica (científica) para a história pública (divulgação histórica), na medida em que ele nos permite reconhecer na condição humana o pressuposto histórico de que “pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura” (ALBIERI, 2011, p. 27).

A metodologia da história oral, “que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15), é a que melhor se associou à história pública (SANTHIAGO, 2011, p. 97). A produção da fonte, integrando o processo de pesquisa, dá-se pela situação de entrevista, onde pesquisador e pesquisado criam um saber mediante a

---

Mamigonian. Ver <http://www.santaafrocatarina.blog.spot.com.br/aceso> em 5 de setembro de 2014. (Cf. MATTOS, ABREU, GURAN, 2014, p. 270).

negociação “associada a um contrato social que define, por um lado, o espaço da universidade como legitimador da experiência histórica, e por outro, a legitimidade da experiência social como conhecimento histórico” (MAUAD/DUMAS, 2011, p. 84-85). Alguns elementos sobressaem no processo: a escuta (que obriga o entrevistador a operar com a noção de autoridade compartilhada)<sup>7</sup>, os argumentos e memórias (que definem o sentido da narrativa através da rememoração) e narrativas (o produto da relação entre narrativa historiográfica e narrativa biográfica) (MAUAD/DUMAS, 2011, p. 85).

A própria natureza da história oral, de coletar informações do público, faz com que os pesquisadores compartilhem o produto com a comunidade, afetando a percepção pública sobre toda ela (SANTHIAGO, 2011, p. 98)<sup>8</sup>. Ricardo Santhiago pondera que “os praticantes de história oral levam vantagem no âmbito público, na medida em que as histórias narradas já possuem, em si, componentes capazes de despertar a atenção do possível espectador” (SANTHIAGO, 2013, p. 132). Linda Shopes identifica três marcos nesta aproximação entre a história oral e a história pública: “o predomínio da história social; a preocupação com as audiências; e o desenvolvimento das mídias digitais” (SHOPES, 2016, p. 76).

Afora as “entrevistas temáticas”, destacam-se no interior da área de investigação, os depoimentos orais baseados em “histórias de vida”, condicionadas à memória do entrevistado. Como lembra Ana Maria Mauad,

A experiência social dos sujeitos históricos é um pressuposto para qualquer investigação que tenha como ponto de partida o uso de técnicas de história oral. Na sociedade brasileira, de alfabetização recente e com hábitos de leitura restritos a determinados segmentos sociais, a transmissão oral de valores, tradições, regras e hábitos permanece viva e com importância significativa no processo de formação do indivíduo e dos comportamentos sociais (MAUAD/DUMAS, 2011, p. 85).

Por outro lado,

Histórias de vida possuem um conteúdo emotivo apto a atrair e encantar (ou mesmo repugnar, o que é igualmente encantador) que, em princípio, independe do interesse de apreensão intelectual. Do ponto-de-vista da criação do material, tais histórias já estão quase sempre equipadas do que é essencial para captar um leitor, um ouvinte, um espectador (SANTHIAGO, 2011, p. 98).

---

<sup>7</sup> O conceito de “autoridade compartilhada” foi proposto por Michael Frisch em 1990, e desde então se tornou diretriz capaz de nortear a relação dialógica de qualquer entrevista (Cf. FRISCH, Michael. *A Shared authority: essays on the craft of oral and public history*. Albany: Suny Press, 1990).

<sup>8</sup> Ricardo Santhiago exemplifica com o impacto ocasionado pela coletânea organizada por HAMILTON, Paula; SHOPES, Linda. *Oral history and public memories*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2008 (Cf. SANTHIAGO, 2011, p. 98).



Karen Worcman, além de considerar a história oral baseada em experiências de vida ferramenta poderosa para o desenvolvimento social e pessoal (WORCMAN, 2013, p. 144), analisa a metodologia da “tecnologia social da memória” adotada pelo Museu da Pessoa, como estratégia vigorosa para “transformar histórias de vida em fonte de conhecimento” (WORCMAN, 2013, p. 145). Segundo ela, quando as pessoas relatam suas experiências numa narrativa, elas atribuem um sentido ao vivido, portanto, “o processo de ‘narrar’ a própria história impacta o indivíduo, na medida em que o leva a criar e/ou rever o sentido de suas experiências” (WORCMAN, 2013, p. 147). No momento mesmo em que se dá um sentido ao que viveu, o indivíduo transforma-se continuamente, agindo e decidindo sobre sua existência a seguir.

Mas se uma história pessoal é um registro particular do que foi selecionado pela memória individual,

a história de um grupo é também a organização do que foi seletivamente demarcado como significativo na memória social. Essa organização do que é considerado significativo é o que dá coesão a um grupo. Nesse sentido, a narrativa histórica é a consolidação dos valores de um grupo. É ela que garante a permanência do grupo e dá identidade a cada um de seus membros (WORCMAN, 2013, p. 148).

Todavia, “o registro de uma narrativa em uma mídia analógica, seja em áudio ou vídeo, implicava uma leitura linear estabelecida pelo *narrador*. As mídias digitais permitiram a criação de acervos que oferecem ao leitor/pesquisador a construção de sua própria trilha de consulta” (WORCMAN, 2013, p. 150). A internet não só permitiu a constituição de grandes acervos digitais, como “passou a permitir que os ‘visitantes’ se tornassem também ‘produtores de informação’”. Baseando-se em Humberto Eco, Karen Worcman nos lembra que o desafio atual é “preparar as novas gerações para discriminar uma informação na web”. É inegável o potencial dessas “aplicações da tecnologia digital e da internet para ampliar a participação de indivíduos e comunidades (provenientes de tradições orais e/ou excluídas socialmente) na produção de conteúdos que venham a fazer parte da memória social” (WORCMAN, 2013, p. 151).

Mas não basta digitalizar narrativas históricas dessas comunidades como meio de inclusão social, é preciso

constituir espaços alternativos para que comunidades excluídas da ‘História oficial’ possam registrar e preservar sua memória coletiva. Estamos falando também em instrumentos que permitam a esses grupos produzir e divulgar sua narrativa histórica a partir dessa memória. É na possibilidade de construir e



divulgar o que a própria comunidade acredita como sendo seu patrimônio histórico que reside (...) o caminho para o uso da memória e da tecnologia digital como ferramentas de transformação social (WORCMAN, 2013, p. 148-149).

Embora sejam importantes o registro e preservação (digital) da memória desses grupos para fortalecer suas identidades e diversificar as memórias em nossa sociedade, é preciso criar mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento. É preciso evitar uma nova “forma de colonização”, agora no mundo virtual, desses grupos subalternizados e minorizados. Para isso, é necessário que os próprios grupos sejam capazes de eles próprios produzirem e gerirem suas histórias, conforme a importância que dêem ao seu patrimônio: “é nesse sentido que podemos pensar como os grupos e indivíduos socialmente excluídos podem utilizar a tecnologia digital e a internet como formas de inclusão social e cultural” (WORCMAN, 2013, p. 152)<sup>9</sup>.

Como pondera Carlos Skliar, “existe um olhar que parte da mesmidade. Outro que se inicia no outro, na expressividade de seu rosto” (SKLIAR, 2003, p. 67). São duas imagens e representações distintas: “uma imagem do mesmo que tudo alcança, captura, nomeia e torna próprio; outra imagem que retorna e nos interroga, nos comove, nos desnuda, nos deixa sem nomes” (SKLIAR, 2003, p. 68). A existência do outro se dá pela sua alterização, criação de um sujeito cognoscente com poder cultural, político e econômico para tal. Nesta perspectiva,

o processo de representação supõe a consideração de uma dupla dimensão de análise: a primeira é a questão da delegação, isto é, quem tem o direito de representar a quem; a segunda se refere à questão da descrição, isto é, como os sujeitos e os diferentes grupos sociais e culturais são apresentados nas formas diversas de inscrição cultural, ou seja, nos discursos e nas imagens através dos quais o mundo social é representado por e na cultura (SKLIAR, 2003, p. 70).

A “Tecnologia Social da Memória” pode ser definida como “um conjunto de conceitos, princípios e atividades que ajudem a promover iniciativas de registro de memórias e a ampliar o número de autores na História”, reunindo práticas “essenciais para que públicos diferenciados,

---

<sup>9</sup> O Museu da Pessoa nasceu com essa intenção de propiciar o registro de histórias e memórias de qualquer pessoa ou instituição ao seu abrigo: “O primeiro passo foi o uso da história oral na escola, com o projeto denominado *Memória local na escola*. O segundo foi a tentativa de levá-lo a diferentes organizações sociais. A partir dessas experiências, iniciamos uma série de atividades que passaram a conjugar a construção de redes de memória com a formação de diferentes grupos sociais. O conjunto dessas práticas serviu de base para o que viemos a chamar de tecnologia social de memória” (WORCMAN, 2013, p. 153). Cf. também WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). *História Falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Sobre a temática, confira SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História Oral na Sala de Aula*. BH: Autêntica, 2015.

com objetivos diversos, possam se apropriar da metodologia de registro e produção de narrativas históricas” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 11-12). Essa “tecnologia prioriza as histórias de vida como forma de construção da história de um grupo” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 41) e pode servir como baliza principal do resgate das histórias de vida das comunidades negras rurais ou terras de preto em Minas Gerais no século XXI<sup>10</sup>.

### **Considerações Finais**

É, portanto, fundamental que no ensino de História haja espaço para a interdisciplinaridade no que diz respeito à abordagem dos territórios étnicos. O quilombo tem sido visto como um lugar privilegiado para novas abordagens de ensino-aprendizagem. É preciso que professores e alunos não lancem um olhar estritamente econômico, embora fosse esse o aspecto principal do capitalismo comercial que explorou terras, minerais e homens (escravos) para o enriquecimento europeu, mas também cultural, sobre a importância da cultura trazida pelos africanos para as Américas<sup>11</sup>. Comportamentos, visões de mundo, valores, religiosidade, línguas e formas de sociabilidade devem merecer a mesma atenção que os aspectos econômicos envolvidos no tráfico demográfico transatlântico, uma das atividades mais rentáveis da época moderna. É preciso conhecer as especificidades das comunidades quilombolas com relação à organização social, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições. Como tem apontado a historiografia recente, explorar lugares remanescentes de quilombos, de modo a recuperar conhecimentos produzidos no seio destas comunidades, “articulado às contribuições dos que estão de ‘fora’, pode produzir desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação da cultura, enfim, uma perspectiva do etnodesenvolvimento” (NUNES, 2010, p. 150).

A oralidade presente nestes “pedaços seculares de territórios africanos” deve ser recuperada, de modo que as narrativas sirvam para sedimentar os laços identitários destas comunidades negras rurais. Se “no espaço quilombola cada morador sente-se membro do território por sentimentos e referências que foram passadas por seus ancestrais via a tradição

---

<sup>10</sup> Um projeto de pesquisa de resgate das histórias de vida em comunidades remanescentes de quilombos em Minas é projeto de pós-doutorado deste autor, que iniciou o trabalho com as comunidades catalogadas do Sul de Minas: Três Corações, Três Pontas, Muzambinho e Alagoa. Cf. CEDEFES. Centro de documentação Elóy Ferreira da Silva. Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

<sup>11</sup> Cf. GOMES, Flávio. História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos. In: BRASIL. Educação Africanidades Brasil. Brasília: UnB/SECAD, 2006. Sobre a temática, confira MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica. RJ: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

oral” (ANJOS, 2009, p. 105), cabem aos historiadores orais ajudar a dar visibilidade a estas histórias, produzidas e disseminadas pelas próprias comunidades.

### Referências Bibliográficas

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Coleção África-Brasil: cartografia para o ensino-aprendizagem. 2ª ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Quilombolas: tradições e cultura da resistência. SP: Aori Comunicação, 2006.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

ARRUTI, José M. Antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, história e história da África. Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 1, jun. 2008.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (orgs.). África no Brasil: a formação da língua portuguesa. 2ª ed. SP: Contexto, 2014.

CASTRO, Yeda Pessoa. A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. BH: Fundação João Pinheiro, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa. Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. 2ª ed. RJ: Topbooks, 2005.

CEDEFES. Centro de documentação Elóy Ferreira da Silva. Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. 2ª Ed. BH: Autêntica, 2010.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (orgs.). O Método (auto)biográfico e a formação. Natal: EDUFRN; SP: Paulus, 2010.

FINGER, Matthias. As implicações socioepistemológicas do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (orgs.). O Método (auto)biográfico e a formação. Natal: EDUFRN; SP: Paulus, 2010.

FRISCH, Michael. *A Shared authority: essays on the craft of oral and public history*. Albany: Suny Press, 1990.

GOMES, Flávio. *História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos*. In: BRASIL. *Educação Africanidades Brasil*. Brasília: UnB/SECAD, 2006.

HAMILTON, Paula; SHOPEL, Linda. *Oral history and public memories*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2008

MATTOS, Hebe (org.). *Diáspora Negra e Lugares de Memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: EDUFF, 2013.

MATTOS, Hebe (org.). *História Oral e Comunidade: reparações e culturas negras*. SP: Letra e Voz, 2016.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. *A história como performance: jongos, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos*. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. SP: Letra e Voz, 2016.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 255-273, jul./dez. 2014.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. *Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: novos métodos e possibilidades narrativas*. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à História Pública*. SP: Letra e Voz, 2011.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. SP: Letra e Voz, 2016.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. RJ: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

MUSEU DA PESSOA. *Tecnologia Social da Memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias*. [s.l]: ABravídeo; Fundação Banco do Brasil, 2009.

NUNES, Georgina Helena Lima. *Educação quilombola*. In: MEC/BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. RJ: FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento*. In: AZEVEDO, Cecília (et al). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. RJ: FGV, 2009.

PETTER, Margarida; CUNHA, Ana Stela. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, Margarida (org.). Introdução à Linguística Africana. SP: Contexto, 2015.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

SAILLANT, Francine. Reconhecimento e reparações: o exemplo do movimento negro no Brasil. In: MATTOS, Hebe (org.). História Oral e Comunidade: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: a gravação e o texto de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo. História Oral e História Pública: museus, livros e a 'cultura das bordas'. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (orgs.). Depois da Utopia: a história oral em seu tempo. SP: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. História Oral na Sala de Aula. BH: Autêntica, 2015.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. SP: Letra e Voz, 2016.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? RJ: DP&A, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos Culturais. 15ª ed. RJ, Petrópolis: Vozes, 2014.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). História Falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

WORCMAN, Karen. História oral, histórias de vida e transformação. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (orgs.). Depois da Utopia: a história oral em seu tempo. SP: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

## Estudos de gênero, artes visuais e ensino de arte: tensões e possibilidades

Taís Ritter Dias

Mestranda em Educação

PPGEDU/UFGRS

E-mail: taisritter@gmail.com

**Resumo:** Este artigo desenvolve-se a partir da interface relações de gênero, artes visuais contemporâneas e ensino de arte escolar. Para tanto, inicia tratando da emergência da discussão feminista no campo artístico, tendo como ponto de partida o artigo de Linda Nochlin (1971). Em seguida, tece algumas considerações que tangem o enlace gênero e ensino de arte. Neste sentido, dialoga-se com autores/as que tematizam as relações gênero/educação (LOURO, 2003) e gênero/ensino de arte (COUTINHO, 2010; LOPONTE, 2015; DIAS, 2011). Por fim, as poéticas das artistas contemporâneas Cindy Sherman e Rosana Paulino, são problematizadas como possíveis estratégias de abordagem da discussão de gênero no ensino de arte.

**Palavras-chave:** estudos de gênero; feminismo; ensino de arte; arte contemporânea.

**Abstract:** This article is developed from the interface of gender relations, contemporary visual arts and school art education. In order to do so, it begins by addressing the emergence of feminist discussion in the artistic field, starting with the article by Linda Nochlin (1971). Then, it weaves some considerations that touch the link genre and teaching of art. In this sense, dialogue with authors that focus on gender/education relations (LOURO, 2003) and gender /art education (COUTINHO, 2010; LOPONTE, 2015; DIAS, 2011). Finally, the poetics of the contemporary artists Cindy Sherman and Rosana Paulino, are problematized as possible strategies to approach the discussion of gender in the teaching of art.

**Keywords:** gender studies; feminism; Art teaching; contemporary art.

### Olhares feministas nas artes visuais

A discussão feminista na arena das artes visuais assumiu diferentes frentes, entre elas, uma demanda primária seria a denúncia em torno da ausência das mulheres artistas nos grandes relatos da história da arte. Justamente, lançado um olhar sobre os processos de invisibilização das mulheres como criadoras no discurso oficial da história das artes visuais, Linda Nochlin interrogava, em 1971, “por que nunca existiram grandes artistas mulheres?”<sup>1</sup>. Considerado como o “fundador” (MAYAYO, 2003, CHADWICK, 1990) da crítica feminista na arte, o artigo buscava ironizar e expor a prerrogativa da genialidade, claramente, vinculada ao masculino, como constituinte de uma metanarrativa da história da arte.

Nochlin apontava como a figura do artista gênio, dotada de poderes sobre-humanos e de uma “aura mágica”, vinha sendo alimentada pelas narrativas biográficas desde o período renascentista, que se caracterizavam por glorificar os mais prosaicos fatos vividos, como a emanção da divindade e genialidade do artista. Tais biografias convergiam no tom

---

<sup>1</sup> O artigo *Why have there been no great women artists?* de Nochlin foi publicado, originalmente, em 1971 pela revista *ArtNews*.



hagiográfico, romântico e pelo papel secundário conferido às implicações das “estruturas sociais e institucionais” nas trajetórias artísticas (NOCHLIN, 1989, p. 156). Assim, exaltava-se a glória individual como tradução de uma genialidade divina, descolada dos processos sociais e culturais mais amplos.

Com isso, é possível afirmar que o artigo de Nochlin possibilitou a abertura de um novo campo de investigação na arte, no qual se buscou evidenciar aquilo que constituía e estruturava o discurso que sistematicamente vinha silenciando as produções artísticas das mulheres (MAYAYO, 2003). Não se tratava, tão somente, de lançar um olhar sobre uma parte significativa da produção artística que até então havia sido eclipsada, mas, sobretudo, trazer à tona os mecanismos, os discursos e as relações de poder que permitiram que tal exclusão fosse possível.

Nesse contexto, Nochlin (1989, p.146 [tradução minha]) indicava a necessidade de um “engajamento intelectual feminista” na história da arte, com o objetivo de “romper as limitações culturais e ideológicas” e “revelar seus preconceitos e inadequações não apenas em relação à questão das artistas mulheres, mas também na própria maneira de formular as questões cruciais da disciplina como um todo”. O seu artigo disparou, então, uma série de estudos que tinham como objetivo recuperar a história da ausência das mulheres, trazendo à luz trabalhos de artistas desde os tempos mais longínquos<sup>2</sup>.

### **Estudos de gênero e ensino de arte no Brasil**

Algumas pesquisas indicam a invisibilidade na produção acadêmica de discussões que enlacen gênero e ensino de artes visuais no Brasil (LOPONTE, 2015; DIAS, 2011; COUTINHO, 2010; BARBOSA, 2005). Termos como fragilidade, invisibilidade, precariedade, são frequentemente acionados para referir-se a produção que se dedica a pensar tais relações no Brasil.

Ana Mae Barbosa, reconhecidamente uma das autoras pilares da área de arte e educação no Brasil, tem contribuído para disseminar a importância das questões de gênero no ensino de arte. Nos livros que tem organizado, compilando textos que se situam na perspectiva pós-moderna do ensino de arte, Barbosa tem dado visibilidade a autores/as que se debruçam sobre

---

<sup>2</sup> Em seu livro *Woman, art and society* (1990), Whitney Chadwick traça um grande panorama da história das artistas mulheres, mostrando a sua existência e criação ao longo da história da arte.



as questões de gênero<sup>3</sup>. Ela vem estimulando um processo de resgate das experiências de mulheres na história do ensino de arte<sup>4</sup>. A autora tem escrito sobre as dificuldades e as barreiras enfrentadas pelas mulheres artistas no Brasil e a falta de conhecimento sobre a problemática<sup>5</sup> no campo artístico e na área de arte e educação. Há que se demarcar também a postura política que tem assumido, posicionando-se contra uma ideia muito difundida no contexto artístico de que não existe desigualdade de gênero no Brasil, pois, conforme ela: “No Brasil, a tão celebrada igualdade é prejudicada pela falta de memória da produção feminina” (BARBOSA, 2001, p. 40 [tradução minha]). Neste sentido, a autora tem chamado a atenção à falta de pesquisas que tratem do tema:

Ainda é pequeno o número de pesquisas que especificamente examinam assuntos sociais, problemas de gênero, interculturalidade e cultura material e visual no Brasil. Quanto a problemas políticos, as teses e dissertações, que são os maiores veículos de pesquisas no Brasil, pouco se referem a esses temas (BARBOSA, 2005, p. 297).

Andréa Coutinho & Luciana Loponte (2015) alegam que esse tema continua sendo “marginal” no ensino de arte, em virtude da produção teórica “invisível”, além da “carência” dessa problematização nos materiais didáticos e da permanência do discurso hegemônico masculino. Loponte (2015) argumenta que, além da invisibilidade das questões de gênero nas produções acadêmicas, há uma particular resistência, tanto na esfera artística quanto educacional, à incorporação dessas questões. Apesar de haver iniciativas acadêmicas pontuais, conforme a autora, esses debates continuam “submersos” no Brasil, estando em desconformidade com a vasta produção empreendida por outros países, notadamente Espanha e Estados Unidos. Ante tal invisibilidade, poder-se-ia perguntar por que as intervenções feministas importariam ao ensino de arte?

Convém pontuar que as questões de gênero e feministas interessam ao ensino de arte, justamente porque, é na instituição escolar que se apresentam e se produzem contínuas desigualdades, hierarquizações, classificações, ordenamentos, separações. Na escola, naturalizam-se os espaços que meninos e meninas podem ocupar. Naturaliza-se, do mesmo

---

<sup>3</sup> *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais* (2008a) contém um texto de Belidson Dias e Marián Cao, que tratam especificamente de questões de gênero no ensino de arte. *Interterritorialidade: mídias, contextos e educação* (2008c) traz também um artigo de Cao que trata da problemática.

<sup>4</sup> Em *Ensino da arte: memória e história* (2008c), há o texto de Roberta Araújo intitulado *O Ensino da Arte em uma Escola de Mulheres*. Em *Tópicos utópicos* (1998) há um capítulo que trata dessas questões; *Entrevistas sobre mulheres, arte e ensino*.

<sup>5</sup> Em 2001, no livro *Geografías de la mirada: género, creación artística y representación*, organizado por Marián Cao, ela escreve o texto *Arte y minorías: la mujer e lo pueblo*.

modo, a separação deles e delas nas filas, nos trabalhos em grupo, assim como os lugares e os objetos de suas brincadeiras. É aí que se torna comum definir os meninos como mais curiosos, agitados, agressivos, enquanto as meninas seriam mais dedicadas, discretas e calmas; que eles têm uma aptidão natural para determinadas profissões e elas, para outras. Além disso, na escola, aqueles/aquelas que não se enquadram no gênero binário e heterossexual são alvos de discriminações, são tratados como desviantes e anormais. Essas diferenças são instituídas e produzidas pelos currículos, pelos materiais didáticos, pelas avaliações, pelas práticas e discursos mais corriqueiros e familiares do cotidiano escolar (LOURO, 2003).

Ainda assim, sabe-se que apesar das questões de gênero atravessarem todos os espaços, práticas e disciplinas escolares, um dos argumentos mais utilizados pelas escolas é de que não compete a elas tratarem desse assunto, como se, ao silenciar esse debate pudessem ficar imunes e protegidas dele. Acredita-se que, ao passar pelos muros da escola, os alunos/as deixariam o seu gênero do lado de fora, "despindo-se" dele para acessar a escolaridade (LOURO, 2003, p. 81). Alega-se que este silêncio frente às discussões de gênero, visa “proteger” os alunos “normais” dos “perigos” percebidos naquelas subjetividades que escapam às normas. Isso, indubitavelmente, traz como implicação a ideia de que os sujeitos que transgridem as expectativas para o seu gênero, “só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 2003, p. 68).

No que se refere, mais especificamente, ao ensino de arte é preciso levar em conta que as imagens (sejam elas advindas da arte erudita ou da cultura visual) são também práticas discursivas que veiculam valores, prescrevem gestos e condutas, representam sujeitos, criam subjetividades de gênero. Podem ser entendidas como um “texto discursivo” que instauram certas formas de “ver e dizer a realidade” (SHWENGBER, 2012, p. 265). Do mesmo, as diversas práticas que se inscrevem no campo artístico (artísticas, curatoriais, críticas, museais, documentais, etc.), integram a dinâmica social e estão, portanto, imersas nas relações de poder e nos regimes de verdade de uma dada época.

### **Estratégias de abordagem a partir dos trabalhos de Cindy Sherman e Rosana Paulino**

Tendo em vista este cenário, isto é, de um lado a emergência das discussões de gênero no campo das artes visuais contemporâneas e, de outro, a ausência desse debate no ensino de arte, esboço, aqui, algumas possibilidades. Evidentemente, são esboços muitos modestos e iniciais, mas que fogem a tentativa de prescrição. Tratam-se de algumas possíveis abordagens adivindas e elaboradas no contato com a obra de artistas contemporâneas que, guardadas suas

diferenças, problematizam concepções de gênero. A primeira artista que trago é Cindy Sherman<sup>6</sup> (EUA -1954). Conceituada artista contemporânea, tem sua obra constituída exclusivamente de autorretratos fotográficos. Sua série de fotografias mais conhecida, *Untitled Film Still* (Fotografias de cena, sem título) – 1977–1980, trouxe grande impacto à arte contemporânea, a partir de uma estética inspirada no cinema americano de baixo orçamento e nos filmes *noir* dos anos 40, 50 e 60.

Nos autorretratos de Cindy Sherman a fotografia captura a sua presença, mas, paradoxalmente, o que nos é proposto em seus autorretratos não é o olhar para o indivíduo, para o “eu” da artista, e sim, fundamentalmente, a identificação da mulher como um tipo, como um estereótipo cultural. É enfatizado o tratamento da imagem feminina pelo cinema, no qual é preponderante o fetiche suscitado pelo corpo feminino e a tipificação da mulher. A figura da mulher sensual, bela, desejável e agradável aos olhos masculinos, pode ser vislumbrada em várias fotografias de Sherman. Também exaustivamente difundidas, tanto pelos filmes *noir* quanto pelas imagens da arte, são as imagens em que a mulher aparece circunscrita ao ambiente doméstico.

Com isso, o trabalho de Sherman nos leva a pensar o quanto entronizamos essas imagens e os discursos que as atravessam e, em que medida elas vêm regulando normas de conduta nas vivências de gênero. São trabalhos potentes, ademais, na medida em que evidenciam como o corpo, o gênero e própria acepção comum de feminilidade, são construídos a cabo de incontáveis discursos e exercícios de poder, isto é, não são atributos naturais dos indivíduos. Dada a chave reflexiva com que aborda tais questões, podemos sublinhar que Sherman é uma dessas:

[...] mulheres artistas [que] colaboram para ‘rachar’ nossos modos de ver e pensar a arte, produzir outros significados para o próprio feminino, abrir outras palavras, desfazer ou pelo menos confundir nossas formas de ver e de dizer, as visibilidades e enunciabilidades confortáveis nas quais repousam nosso olhar, acostumado ao que é familiar. Olhar através destas imagens é, de certo modo, quebrar as posições estáticas e naturalizadas de um espectador ideal ou da própria mulher como um objeto estético a ser representado. Pensar as imagens de mulher na arte além dos pares passividade/atividade e feminilidade/masculinidade como categorias fixas é, de alguma maneira, construir estratégias de resistência às relações de poder que envolvem gênero e arte. (LOPONTE, 2008, p. 159). [acréscimo meu].

---

<sup>6</sup>É possível conhecer mais os trabalhos da artista, em: <https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2012/cindysherman/#/8/>.

Outra artista que faz “rachar nossos modos de ver e pensar a arte” a brasileira Rosana Paulino<sup>7</sup> (São Paulo-1967). (A)bordar a condição de marginalização social das mulheres negras, o sofrimento imposto aos seus corpos, seja por instrumentos de tortura em um passado escravocrata, seja pelas tentativas de adequação aos padrões de beleza, é uma preocupação que tece uma perturbadora trama política entre a vida e a obra da artista. Em um trabalho mais recente, a instalação *Assentamento* de 2013, Paulino dá a ver outro discurso que historicamente subjugou e constrangeu as mulheres negras: aquele que se articula aos saberes científicos. Os retratos de mulheres negras nuas transferidas para os tecidos foram capturados durante uma expedição científica, denominada *Expedição de Thayer*, vinda ao Brasil, entre 1865 e 1866, comandada pelo cientista suíço Louis Agassiz. A expedição tinha como fim comprovar a tese de superioridade dos brancos em relação aos negros. Além disso, defendia-se a segregação entre negros e brancos, sob a justificativa científica de que a miscigenação provocaria a degradação humana. Buscando corroborar essas hipóteses, fotografias de negros escravizados, considerados “tipos raciais puros”, foram retiradas em diferentes cidades das regiões nordeste e sudeste do país. Tais fotografias, que visavam apontar a inferioridade racial dos negros, seguiam o padrão perfil, frente e costas, o que as dotaria de uma suposta objetividade científica.

Nesse trabalho, a sutura impregna a ação da costura, recompondo corpos fragmentados, arrancados de seu território, fixados em uma realidade estrangeira. A descontinuidade das imagens deixa viva a lembrança das cicatrizes profundas que ainda persistem sobre as populações negras no Brasil, da humanidade que lhes foi destituída e, por outro lado, da resistência deles que se reconstruíram, enraizaram-se e assentaram as suas vidas e culturas em um contexto distinto do seu. Na equação de tramas, imagens e discursos alinhavados é uma obra que permite suspeitar das verdades autenticadas pela ciência, fazendo emergir as relações de poder que balizam visões de mundo racistas, misóginas e excludentes.

Problematizar concepções de gênero acionadas pelos trabalhos de artistas mulheres é uma entre tantas possíveis formas de trazer à tona esta discussão. Frente aos desafios e potencialidades que emergem dessa interface, estudos de gênero e ensino de arte, há que se reconhecer a urgência da criação de itinerários e estratégias de abordagem da discussão.

### Referências:

BARBOSA, Ana Mae. Entrevistas sobre mulheres, arte e ensino. In: \_\_\_\_\_. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 151-193.

---

<sup>7</sup>No site <http://www.rosanapaulino.com.br/>, pode-se conhecer os trabalhos da artista.

\_\_\_\_\_. Arte y minorías: la mujer y el pueblo. In: CAO, M. L. F. (Ed.). *Geografías de la mirada: género, creación artística y representación*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 2001, p. 39-47.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em Arte/Educação: recorte sócio-político. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: v 30, n. 2, 2005, p. 291 – 301.

\_\_\_\_\_. (org) *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_.; AMARAL, Lilian (orgs.). *Interterritorialidade: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Senac, 2008b.

CHADWICK, Whitney. *Women, art, and society*. Londres: Thames and Hudson, 1990.

COUTINHO, Andréa Senra; LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes visuais e feminismos: implicações pedagógicas. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, janeiro-abril/2015, p. 181-190.

\_\_\_\_\_. *Poéticas do feminino/feminismo na arte contemporânea : transgressões para o ensino de artes visuais em escolas*. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) – Universidade do Minho, Braga, 2010.

DIAS, Belidson. *O i/mundo da educação da cultura visual*. Brasília: Editora da pós-graduação em arte da Universidade de Brasília, 2011.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso. In: *Universitas Humanística*, 2015, p. 143-163.

\_\_\_\_\_. Pedagogias visuais do feminino: arte, imagens e docência. In: *Currículo sem fronteiras*, v.8, p. 148-164, 2008.

\_\_\_\_\_. Sexualidades, Artes Visuais e Poder: Pedagogias Visuais do Feminino. In: *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.2. Florianópolis, 2002, p. 283-300.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed. Editora Vozes, 2003.

MAYAYO, Patricia. *Historias de mujeres, historias del arte*. Madrid: Cátedra, 2003.

NOCHLIN, Linda. Why have there been no great women artists? In: \_\_\_\_\_. *Women, art and power and other essays*. Colorado: Westview, 1989.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. O uso das imagens como recurso metodológico. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte, 2012, p. 261-278.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: \_\_\_\_\_. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

## Um passado longo: algumas considerações sobre o ensino de História antiga e medieval

**Ricardo Vicente da Cunha Junior**

Graduando de História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: junior.ricardojf@gmail.com

**Petrus Lucchesi Moreira**

Graduando de História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: petrus\_1996@hotmail.com

*Naquele tempo existiu um homem. Ele existiu e existe, pois narramos sua história. Existiu porque nós existimos. Num certo tempo existirá um homem, uma vez que plantamos oliveiras para ele e desejamos que usufrua do horto.*  
Agnes Heller

**Resumo:** O presente trabalho busca levantar reflexões sobre o ensino de história, especificamente, o ensino de História Antiga e Medieval. Parte-se do pressuposto de que esses dois recortes possuem um olhar pautado na curiosidade, sobretudo quando tratamos da mitologia grega e romana, e um olhar simplista e reducionista, considere a famosa ideia da “Idade das Trevas”, quando estudamos história Medieval. Nesse sentido nos propomos a refletir qual a necessidade de se estudar esses dois períodos históricos, tendo em vista que a História se constitui enquanto um movimento de rupturas e permanências, sendo assim fundamental compreender os processos históricos. Para tal faz-se necessário formação de uma consciência histórica que estimule a compreensão do aluno acerca das construções sociais que existem ao seu redor e a de seu lugar enquanto sujeito histórico.

**Palavras- Chave:** Ensino de História; História Antiga e Medieval.

**Resumen:** El presente trabajo busca levantar reflexiones sobre la enseñanza de historia, específicamente, la enseñanza de Historia Antigua y Medieval. Se parte del presupuesto de que esos dos recortes poseen una mirada pautada en la curiosidad, sobre todo cuando tratamos de la mitología griega y romana, y una mirada simplista y reducionista, considere la famosa idea de la “Edad de las Tinieblas”, cuando estudiamos historia del Medieval. En este sentido, nosotros proponemos a reflexionar sobre la necesidad de estudiar estos dos periodos históricos, teniendo en cuenta que la Historia se constituye mientras un movimiento de rupturas y permanencias, así siendo fundamental comprender los procesos históricos. Para tal se hace necesaria la formación de una conciencia histórica que estimule la comprensión de los alumnos a cerca de las construcciones sociales que existen alrededor de ellos y de su lugar mientras sujeto histórico.

**Palabras claves:** Enseñanza de Historia; Historia Antigua y Medieval.

### Introdução

O presente trabalho traz uma discussão sobre o ensino de História, focando a antiguidade e o medieval. Neste trabalho buscaremos discutir de que forma esses recortes temporais se apresentam nos dias atuais e quais questões são necessárias serem



desnaturalizadas, a fim de potencializar a educação e compreensão histórica sobre estes períodos.

Longas são as discussões sobre o ensino da disciplina histórica, e isso não é em vão. Não é novo para a comunidade de historiadores que o passado é território de disputa e, como tal, ferramenta importante para a compreensão do presente. Deixar de problematizar o passado e o ensino do mesmo é deixar aberto espaço para simplificações, incompreensões, preconceitos e demais esquemas que são perigosos para a formação da consciência histórica do indivíduo. Elencamos a análise dessas duas temporalidades, pois, acreditamos serem temporalidades que apresentam boa parte desses esquemas interpretativos simplistas nas aulas de história.

Neste trabalho buscaremos problematizar esses recortes tendo como suporte as considerações sobre consciência histórica proposta pelo historiador Marc Bloch. Nossa discussão se deterá em uma explanação e exposição das problemáticas que permeiam todo o ensino de história, tendo a consciência histórica como eixo desencadeador e orientador das ponderações aqui apresentadas.

### **Por que estudar a História Antiga e Medieval?**

Talvez questão mais comum de se ouvir em sala de aula seja ainda mais complexa, para que estudar o passado? Claro que essa pergunta é pertinente quando realizada e ela diz de uma concepção sobre o ensino de História, ou seja, uma concepção de História que olha para o passado e crer que o mesmo existe e se esgota em si mesmo. Passado esse demarcado por datas imóveis que se encerram em fatos cronológicos que não irrompem sobre nossa realidade.

É importante demarcar a concepção de História que esse trabalho está elencando e considerando. Uma visão que insere, mais próxima do que se chamou de “Nova História”. Acreditamos que a História não se constitui enquanto disciplina que analisa o passado enquanto algo curioso, mas sim, aquilo que faz sentido e que narra o que buscamos. Tal movimento é o que aparece na obra de Bloch, *Apologia da História ou o ofício do historiador*, e que marca o movimento dos *Annales*, do qual Bloch é um dos precursores, ou seja, as fontes são mudas e apresentam respostas a partir de nossas indagações. Indagações essas que advém das dúvidas e questionamentos do tempo em que se está imerso, com isso não é olhar somente o passado, mas olhar com a problemática que se propõe no tempo presente. Retomando a epígrafe desse trabalho, alguém ou algo existe, pois nós existimos, nós contamos sua história, nós nos



preocupamos com a narrativa de sua história. E a cada tempo existirá homens que só serão conhecidos por outros homens.

O ensino de história não pode mais se resumir a um ensino que remonta uma historiografia do século XIX, que elenca como objeto de estudo os grandes feitos e grandes homens. Os currículos de história já assinalam para uma reformulação do campo do ensino de história, como no trecho do CBC de Minas Gerais:

Paralelamente às renovações historiográficas assinaladas, novas concepções de ensino aprendizagem oriundas da teoria sócio construtivista do conhecimento, das teorias genéticas e sócio históricas da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo e social propiciaram a construção de novos saberes históricos escolares e de novas concepções e práticas do ensino da História.(SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2005, p.14).

Nesse sentido é reducionista e simplista à historiografia presente no interior das escolas, ainda, trabalharem com concepções de “Idade das Trevas”. Faz-se relevante uma consideração e diálogo com as renovações da historiografia, a fim de conduzir o educando a compreender o passado, para que este, tenha ao aluno, uma utilidade. A ideia de uma função existencial é importante nesse sentido. Quando abordamos o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen, vemos essa ideia de função existencial da história, que atenderia a ideia dos Parâmetros Curriculares Nacionais que compreendem o ensino de história pautado na ideia de “que o aluno pode apreender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais” (MEC, 1998, p. 60). Logo essa função existencial seria a capacidade potencializadora da História de fornecer alguma orientação social, cultural e política ao educando, não limitando o ensino a uma esfera da curiosidade, o que ocorre em demasia em nosso recorte de análise. Não que seja prejudicial a curiosidade, muito pelo contrário, ela desperta um interesse particular do aluno. O que se propõe pensar é que o curioso, o exótico não são as únicas potências reflexivas do ensino da antiguidade e medievo.

Dessa forma faz-se necessário um diálogo entre os interesses, ideia e métodos que conduzem a forma de representação para dar a função existencial ao indivíduo:

Constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro (...). Os diversos fatores são, pois, etapas de um processo da orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico (...). Trata-se, é certo, de fatores que aparecem, em princípio, em todo pensamento histórico (...). No entanto, articulados na matriz disciplinar da ciência histórica, eles adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum. (RÜSEN, 2001, p.35).

Logo, tratar o passado enquanto simplesmente passado significa ignorar o fato de que cada tempo carrega, irremediavelmente, marcas de tempos que o antecederam. Sob o prisma do significado de História trazido por Bloch, acreditamos que partir da realidade, do concreto que nos é próximo, pode-se constituir uma experiência histórica mais relevante e possível de produzir aos alunos significado, não limitando a ciência histórica a um passado que se finda nele mesmo. Suas ondas ainda fluem em nós. Portanto estudar a História Antiga e História Medieval é criar possibilidades de compreender os processos e caminhos da humanidade percorridos ao longo do tempo.

Nesse movimento é viável considerar o tempo presente, já que, todas as nossas problemáticas e nosso lugar de olhar o passado dá-se em nosso tempo. Estamos imersos em dada temporalidade e nosso olhar ao passado está condicionado por esse lugar.

O passado por si só, principalmente, o recorte proposto possui um excesso de informação que acaba por ser desinteressante ao aluno, isso porque para este não existe qualquer função de orientação prática desse conhecimento. Para nos é necessário que esse conhecimento venha por meio de uma aproximação à realidade do aluno. Mais que um saber desconsiderado ao aluno, quando esse é distante, em nossas palavras longo tempo, acaba por se converter em uma apropriação simplória com pouca ou nenhuma compreensão histórica do passado ali representado. Ainda nesse trajeto o que essa escolha acarreta é uma história expositiva, factualista, de matriz positivista. Ignorando assim uma formação que favoreça

a ampliação do conhecimento, das capacidades e das atitudes de autonomia dos estudantes, como manusear livros, revistas e jornais; localizar informações, estabelecer relações entre elas e compará-las; familiarizar-se e desenvolver domínios lingüísticos; identificar idéias dos autores, perceber contradições e complementaridade entre elas; trocar e socializar opiniões e informações; selecionar e decidir; observar e identificar informações em imagens, textos, mapas, gráficos, objetos e paisagens (BRASIL, 1998, p.77).

Em sumo o que se discute é o tema da consciência histórica, pensada enquanto algo que constitui sentido ao mundo real e histórico na mediada que compreende e interpreta o passado, orienta o presente e projeta, nas palavras de Reinhart Koselleck, um “horizonte de expectativa”. Considerando as ideias do historiador, levantamos mais uma questão. Quando esse conhecimento se esgota no pretérito não compreende as ondas passadas no presente, o “espaço de experiência” do aluno é deixado de lado em prol das informações, das “verdades” históricas.

Dessa forma o que Bloch vai chamar de “exercício de erudição” (o acúmulo de fatos isolados e desconexos) não pode ser o foco da disciplina histórica na educação. A educação

deve servir, em primeiro lugar para formação integral de um indivíduo que compõe uma sociedade. Sendo assim, como podemos utilizar a história para preparar esse sujeito à vida em sociedade? A ideia do humano como agente social, inserido em um contexto espacial e temporal, e a compreensão dos aspectos socioculturais deve ser trabalhada no campo da história com essa finalidade.

A história precisa estimular o aluno a refletir acerca das construções sociais que existem ao seu redor, construções essas, que muitas vezes podem ser maléficas para o bem estar da comunidade, como aquelas pautadas em preconceito. Estas temporalidades que vulgarmente tratamos como “tempos mais passados”, as quais exploramos no presente trabalho, podem ser facilmente usadas nesse sentido. Para ilustrar, usamos o exemplo do conteúdo que abarca o Império Árabe, no que compreende a Idade Média: é um fato comum e conhecido os homens árabes se casarem e manterem relacionamentos com mais de uma mulher. Para um aluno brasileiro, acostumado com sua própria cultura, pode ser um tanto difícil compreender as relações matrimoniais do mundo islâmico, e é justamente aqui que a história tem o papel de desconstruir a noção fechada e moldada do aluno para que ele tenha a percepção das diversas construções perante as sociedades.

Compreender que homens muçulmanos se casam com várias mulheres, é, por si só, uma inutilidade, ou no mínimo, um conhecimento geral agregado. Esse conhecimento sem a compreensão do que realmente se trata toda essa rede cultural; o que leva ao estranhamento e a identificação deste “estranho” como um “outro” e essa identificação do “outro” pode, por sua vez, levar ao preconceito.

Esse exemplo ilustra as relações familiares de uma maneira diferente a qual o aluno está acostumado a pensar, levando assim à compreensão que tais relações são nada além de construções sociais que surgem conforme a necessidade de uma sociedade. Para chegarmos a essa compreensão, é necessário não apenas a demonstração de um conteúdo, mas um trabalho do professor e da escola como construtores disso.

A historiografia já avançou de forma considerável para poder lhe dar com a simplicidade e olhar pejorativo sobre esses períodos, sobretudo, o período medieval, já que a antiguidade possui um toque de curiosidade, como o grande interesse pela mitologia grega. Nossa questão é esclarecer que a produção acadêmica, principalmente os revisionismos historiográficos não podem ser discutidos nas “masmorras” das universidades. Faz-se necessário diminuir o fosso, o abismo e a dicotomia entre História universitária e escolar. Compreendemos que existem

especificidades no que tange o ensino de cada uma dessas instâncias formativas, todavia, não cabe lançar a uma delas o dever de erudição e outra ainda submetida a uma historiografia já revisada e questionada. Ora, seria a escola então o lugar de depósito da produção universitária? Longe de acreditar que é o simples espaço de “despejo” da erudição universitária, e longe também de acreditar que o ensino de história deve continuar aprisionado em uma “velha história”. Quando refletimos no lugar e espaço dessas discussões acerca da historiografia escolar, cabe elencar um importante instrumento, o livro didático.

O livro é, segundo Rüsen, “um dos canais mais importantes para levar os resultados da investigação histórica até a cultura histórica de sua sociedade” (RÜSEN, 2010, p.110). Tão logo é preciso que compreenda sempre o contexto da produção historiográfica que aparece no livro, para se entender, na sua esfera política, o que será ou não ali conspirado o que vai influenciar diretamente no que pondera como utilidade histórica. Não somente neste aspecto, mas também na reflexão do alcance prático que este possui como nos alerta Rüsen,

Na medida em que são conscientes de que o saber histórico tem, e até que ponto uma função de orientação cultural na vida de sua sociedade e que o comprimento dessa função é em si mesmo um exercício do trabalho histórico científico profissional (facilitado por meios da heurística da investigação), esta não pode deixá-los indiferentes sobre qual aplicação se faz dos conhecimentos históricos nos livros didáticos de história.” (RÜSEN, 2010, p. 110).

Logo, os espaços das teorias históricas não devem se dissociar da construção das narrativas escolares, principalmente o livro, que possui aos olhos do aluno um discurso de “verdade”, para que na sua construção de sentido o espaço de compreensão e constituição de sentido possa estar claro ao estudante. A “matriz disciplinar” da ciência histórica que nos traz Rüsen teria, portanto, no sentido que suscitamos, ou seja, a dimensão do ensino e sentido histórico, um aspecto de orientação que envolve a vida prática. Pois

não se pode caracterizar suficientemente o que é a história em seus fundamentos, como ciência, se não se considerar a especificidade do pensamento histórico também na função de orientação, da qual afinal se originou. (RÜSEN, 2001, p.34).

O livro deve constituir práticas de compreensão do conhecimento histórico, através de grandes eixos que permeiam o trabalho do próprio historiador: fontes, vestígios, hipóteses. Como nos diz Margareth Rago “a história não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este” (RAGO, 1995, p,81). Hobsbawm em sua obra *Era dos Extremos* já nos alerta que hoje os

jovens “crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer reação orgânica com o passado público da época em que vivem (...)”(HOBSBAWN, 1995,p.13)

Partir das problemáticas do presente e compreender o lugar que essas temporalidades possuem é entender que existem relações entre o tempo, lugar, sujeitos, como apontados anteriormente. É a concepção de que estudar tais períodos é acessar, em certa medida, identidades que são compartilhadas por sujeitos, identidades essas que se constituem ao longo do tempo, a partir de um processo, ou seja, a partir de uma “longa duração”, como nos ensina Fernand Braudel. Essas identidades compartilhadas só são possíveis de serem acessadas quando as colocamos em um contexto maior que elas próprias, ou seja, quando as colocamos no tempo e no espaço.

### **Conclusão**

As discussões e apontamentos elencados aqui são para que haja uma reflexão do ensino de história. Como elucidamos em nosso título, são somente algumas considerações que apontam para todo o conhecimento histórico escolar. Nosso recorte é, na verdade, uma tentativa de conduzir nosso leitor a lançar e sistematizar esses apontamentos no seio do ensino da História Medieval e Antiga.

Respostas prontas e simples de como solucionar e de como fugir desses problemas não existem. Mas enquanto mais cientes os professores de história estiverem de seu lugar social, de seu papel formador e enquanto mais conscientes formos do espaço social da disciplina histórica e de sua função orientadora, mais potencial será o trabalho da disciplina histórica na formação cidadã, reflexiva do aluno. Maior será a capacidade de formulação da consciência histórica.

O medievo e a antiguidade não se resumem em guerras, mitos, fantasias, são contextos históricos com sujeitos, culturas e aspectos políticos. São recortes históricos que merecem e necessitam serem pensados enquanto formadores e orientadores de uma consciência histórica, portando, não podemos e não devemos negligenciá-los e, sim, compreender e acessar e sua alteridade.

### **Referência Bibliográfica:**

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Editora Zahar, Rio de Janeiro 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC, 1998

HOBBSAWN, E.. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991; São Paulo. Cia das Letras, 1995.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1995.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Conteúdo Básico Comum – História (2005). Educação Básica - Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries).

## Debates em torno da construção do currículo de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Belo Horizonte

**Luísa Parreira Kattaoui<sup>1</sup>**

Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional  
UEMG

Email: [luisakattaoui@pbh.gov.br](mailto:luisakattaoui@pbh.gov.br)

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo analisar a experiência da construção do currículo da disciplina de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) realizada durante o ano de 2016 com professoras de uma escola municipal de Belo Horizonte. O texto discorre sobre as mudanças e as permanências no currículo desta disciplina desde às discussões da década de 1980 e os possíveis impactos das Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte (2010) na prática pedagógica.

**Summary:** The objective of this article is to analyze the experience of constructing a History course of study for the Elementary School, realized during the year of 2016 with teachers from a municipal school of Belo Horizonte. This text presents the continuities and changes observed since the debates in the 1980 decade and the possible impacts of the Curricular Propositions of Municipal network of the city (2010) at the pedagogical practical.

A proposta desta comunicação partiu da experiência vivida em 2016 quando compunha a Equipe de Monitoramento Pedagógico de uma Regional da Rede Municipal de Belo Horizonte. Neste ano, foram introduzidos em algumas escolas livros didáticos integrados no 1º Ciclo (1º ao 3º ano), que seria uma proposta interdisciplinar entre História, Geografia e Ciências. Esta mudança instigou as educadoras a refletirem sobre como e o que ensinam. A partir dos questionamentos, a equipe organizou dois encontros para professoras que atuam com a disciplina no primeiro e no segundo ciclo com presença de profissionais de quatro escolas. Nestas oportunidades, foram discutidos o porquê de se ensinar a História, metodologias de ensino, a postura com relação ao livro didático e a seleção de conteúdos a partir do desenvolvimento de capacidades. Ao final, foi feita uma dinâmica de organização coletiva de conteúdos para cada ano de formação, a partir de nomes de capítulos de diversos livros didáticos.

As reflexões apresentadas neste artigo foram realizadas dentro de uma das escolas participantes. A escolha desta se justifica primeiro pela minha proximidade com relação a ela, já que trabalhei durante dois anos acompanhando os aspectos pedagógicos nela como um todo e em 2016 me reunindo especificamente com as professoras que ministravam História para auxiliar no planejamento. Segundo, pela trajetória da escola de incentivo a formação profissional. Esta instituição construiu seu Projeto Político Pedagógico (PPP) em 2008, com

---

<sup>1</sup> Graduada em História na UFMG. Professora na Rede Municipal de Belo Horizonte.



apresentação de um currículo para cada disciplina, tomando como referência principal os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e em 2016 estava relendo-o e refazendo-o. A escola é marcada por discussões do ensino para as relações étnico raciais e à educação ambiental, realizando anualmente um Seminário para toda a comunidade escolar. Além disso, todo trimestre, os profissionais fazem um planejamento em que relacionam capacidades apontadas nas Proposições Curriculares da Rede Municipal, conteúdos, estratégias pedagógicas e avaliação.

Para a escrita desta comunicação foram utilizados como fontes: as Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte, o currículo publicado no Projeto Político Pedagógico da escola analisada, os planejamentos trimestrais, a listagem de conteúdos por ano realizada no encontro das professoras, os livros didáticos adotados e entrevistas feitas com duas das cinco educadoras da escola que atuaram ano passado ministrando História.

### **A História nos anos iniciais**

De acordo com Bittencourt (2009), a proposta de Estudos Sociais em substituição à História, à Geografia e ao Civismo para as escolas de primeiro grau<sup>2</sup> foi introduzida em todo o sistema de ensino em 1971, no contexto da Ditadura Militar. Bittencourt (2009) relatou que no período se pensou em um estudo meramente introdutório que só seria possível a partir de 9 anos, começando com as lembranças próprias do aluno, a familiar e a local, para posteriormente se selecionarem alguns tópicos sobre grupos sociais de outros tempos e de outras civilizações. O princípio de seleção de conteúdos era de “círculos concêntricos” e os estudos históricos eram reduzidos, funcionando como apêndice de uma Geografia local e de uma Educação cívica. “As datas cívicas e as comemorações dos feitos dos heróis e dos ‘grandes acontecimentos nacionais’ eram na prática, os únicos ‘conteúdos históricos’ para alunos dessa faixa etária” (BITTENCOURT, 2009).

Olga Brites (1985) analisou o ensino de História nas 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental no contexto da década de 1980 e destacou algumas críticas ao modo como a disciplina era ensinada. A autora observou a ciência apresentada como espetáculo e como anterioridade à experiência dos estudantes, que oculta conflitos e tensões e focada em comemorações cívicas e personagens ditos significativos para formação brasileira. Desqualificava o cotidiano infantil como parte do estudo e colocava a criança na base de toda

---

<sup>2</sup> Nome dado no contexto para os primeiros anos do Ensino Fundamental, que correspondia às 1ª a 4ª séries.

escala de dominação, sem direitos, seguindo hierarquias naturalizadas. Além disso, percebia uma escola de perfil burocrático, que gerava comportamento social passivo e uma concepção autoexcludente de História.

Reformulações curriculares aconteceram no processo de redemocratização da década de 1980 e na década de 1990 e a disciplina História foi recolocada como campo de conhecimento escolar nos anos iniciais. Bittencourt (2009) destaca que estas mudanças se apresentaram como propostas que têm na centralidade a relação entre ensino e aprendizagem e que incluíram nos conteúdos escolares aquisição de valores, habilidades competências. Com relação à disciplina de História, a autora ressalta a preocupação de introduzir noções e conceitos históricos desde os anos iniciais. Nesta proposta, há a recomendação de partir de um problema situado no presente para que se busque compreender o passado. A organização dos conteúdos seria diferente dos círculos concêntricos, utilizando a história local fundamentada na história do cotidiano e em articulações constantes entre o local, o regional e o geral.

Dentre essa renovação, há a ideia de que o ensino de História deve propiciar aos estudantes o contato com os procedimentos da pesquisa histórica, para que aprendam a formular análises e caracterizações sobre períodos e realidades sociais (BERNARDO, 2009). Assim, lecionar a História a partir da maneira como é produzida, promovendo uma nova postura frente ao conhecimento (DUTRA). Azevedo e Monteiro (2013), apontam que conhecer o mundo da vida de seus alunos é fundamental na construção de suas explicações, pois possibilita que a escolha discursiva venha impregnada de significados. Para elas, o educador constrói sua narrativa e argumentação buscando estabelecer uma relação entre presente-passado-presente, tecendo suas explicações e construindo o sentido histórico no ensinado.

A visão sobre a Alfabetização também se ampliou nos anos 1980, com o conceito de Letramento, ressaltando que a aprendizagem da língua escrita vai além da aquisição do sistema de escrita alfabética, sendo composta também de práticas sociais da cultura do escrito (SOARES, 2014). Freire (1989) trazia um ponto de vista sobre esta questão, destacando que não há neutralidade no ato de educar e a necessidade de se partir de uma aprendizagem significativa para os sujeitos alfabetizando:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra.

Agora já não é possível texto sem contexto. (FREIRE, 1989, p.19)

Esta ideia de leitura do mundo e o entendimento do processo de ler e escrever como práticas sociais contextualizadas remetem a capacidades que podem ser desenvolvidas na disciplina de História desde os anos iniciais. Porém, de acordo com Silva (2012), o processo de alfabetização é priorizado em materiais didáticos pedagógicos da área de Língua Portuguesa, não levando em consideração os demais saberes escolares de forma mais contextualizada e dialógica com outras áreas do conhecimento.

Há ainda a construção de um conceito de Letramento Histórico, em que os estudantes aprendem expressões e conceitos que “letra-os” em um tipo escolar de História e apresentando-lhes uma versão historiográfica do passado (AZEVEDO & MONTEIRO, 2013). Esta ideia também aparece como Literacia Histórica, que teria como principal função operacional instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico, fomentando sua consciência e sua capacidade de lidar com o tempo e os processos históricos de forma crítica (AZEVEDO, 2013).

### **As Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte**

As Proposições Curriculares para a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte são apresentadas como resultado de uma construção progressiva de discussões entre professores que estão nas salas de aulas, coordenações pedagógicas e acompanhantes das equipes de Monitoramento Pedagógico da Secretaria de Educação que aconteceram ao longo de 2007 e 2008 (BELO HORIZONTE, 2012). Entre as concepções que sustentam o documento está a opção pelo termo capacidade/ habilidade, empregado como um norte, uma meta geral de formação que os educadores tomariam como referência para a organização e o desenvolvimento das propostas de ensino. Assim, é proposta uma ideia de superar um ensino que objetivava o acúmulo de informações sobre as disciplinas, incentivando, portanto, a construção de estratégias para atingir formas de pensar e encaminhar soluções, diante de problemas e questões colocadas pela sociedade e pelos estudantes.

Além disso, as Proposições apresentam com maior clareza a organização dos ciclos de formação, colocada como uma adequação da escola ao desenvolvimento biológico, social e cultural dos estudantes. Fica então dividido da seguinte forma: Primeiro Ciclo, da Infância, do 1º ao 3º ano; Segundo Ciclo, da Pré-Adolescência, do 4º ao 6º ano; Terceiro Ciclo, da Adolescência, do 7º ao 9º ano. O estudo aqui neste texto está centrado nos dois primeiros ciclos de formação.

Para o 1º Ciclo em História é apresentado um quadro contendo seis capacidades/habilidades a serem desenvolvidas nos três anos de formação. No 2º, já são 21 capacidades, divididas em sete eixos norteadores. Relacionando as capacidades entre os Ciclos, é possível perceber cinco eixos que se repetem durante toda a trajetória escolar: Fundamentos da Compreensão Histórica, com uma capacidade relacionada aos atos de historicizar e desnaturalizar; Diversidade e Desigualdade, focado na noção de alteridade; Temporalidade Histórica; Memória e Patrimônio; Pesquisa e Produção do Conhecimento Histórico Escolar, com a utilização de fontes históricas.

Nas entrevistas realizadas, as professoras comentaram suas opiniões sobre as Proposições Curriculares, reconhecendo-a como um instrumento orientador do planejamento e enfatizando que é muito ampla e que a partir dela, ainda há um trabalho grande no universo da escola de definição do que deve ser ensinado. A professora que lecionou no Terceiro Ano em 2016 desejava ver uma definição dos conteúdos a serem ensinados.

AC: (...) Mas de Geografia e História, eu tive que procurar nas Proposições. Lá também não está definido. Eu acho que é um... Conteúdo igual tem nos livros, por exemplo, os nomes dos conteúdos, não tem não nas proposições. Então você tem que ler as habilidades lá e procurar no livro qual é o conteúdo relacionado a ela. Aí eu fiz meu planejamento todo do ano passado assim. Achei que foi um trabalho que ficou até bacana, sabe? Mas eu acho que deixa a desejar. Os meninos perderam muito conteúdo. Eu acho que ficou faltando muita coisa com relação ao livro do ano retrasado, de 2014, em relação a 2015.

A professora que lecionou no Segundo Ano em 2016 criticou as Proposições de História para o Primeiro Ciclo e explicou como organiza seu planejamento a partir da sua compreensão das capacidades, que são trabalhadas continuamente por diferentes conteúdos.

CR: Ajudam [As Proposições]. O nosso planejamento, ele é feito a partir dele, né? Então eu fiz o meu planejamento a partir destes conteúdos que tem aí. Só que o de História é muito pobre, né? O de História é muito pobre. Ele... o de Geografia é gigante, né? É gigante. Nossa! E o de História é pequeno e amplo ao mesmo tempo. Dentro de cada item que ele... de cada capacidade que é colocada aqui, você tem a compreensão... a compreensão não. Você tem a dificuldade de compreensão gigante. Ele quer dizer muita coisa em uma frase só, em uma capacidade só.

(...)

Com certeza vai repetir. Então às vezes a capacidade um de perceber a historicidade de aspectos diversos da vida social. Por exemplo, você pega isso aqui às vezes, você tem que passar ela durante todos os trimestres. Você tem alguma coisa, algum conteúdo que você vai trabalhar que vai passar por essa capacidade, né? Então, eu acho só essa questão do... “Registro de conteúdo histórico em suas variadas formas”: também acontece sempre. Então quando ele faz essa pesquisa, uma entrevista, né? Ele traz as informações. Registros o

tempo inteiro. Fontes históricas, né? Eu falei aqui o tempo inteiro a gente está buscando as fontes.

### **A construção curricular na escola analisada**

A escola analisada construiu uma primeira versão do Projeto Político Pedagógico (PPP) em 2008, com a formatação de um currículo para todas as disciplinas, organizado em “capacidades” e “conteúdos”. No caso da História, se apresentou integrado à Geografia até o 5º ano. Foi organizado a partir do universo mais próximo do estudante para uma visão mais ampla (eu, minha família, a turma, a escola, rua, bairro, regional, cidade, estado, país), focando no processo de compreensão da realidade local. Há também um cuidado com o desenvolvimento de capacidades ligadas à temporalidade e a presença da discussão étnico racial em todos os anos. Com a publicação das Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte e a cobrança que partiu da Equipe de Monitoramento Pedagógico de um planejamento que utiliza este como referência, o currículo do PPP foi sendo substituído pelo documento oficial para os profissionais que chegaram na escola posteriormente, como observado na fala da professora do segundo ano a seguir:

CR: O ano passado, nós tivemos dificuldade. Por exemplo, teve uma colega nossa que estava no primeiro ano, primeira vez que ela tinha trabalhado como apoio, como professora de História. Ela não tinha noção. Porque ela não trabalhou na construção desse currículo [do PPP]. Ela não recebeu isso aqui em mãos. Então ficou mais complicado para ela com isso. Mas eu acredito que quem já trabalhou outras vezes, já tem definido sim na cabeça essa questão do que é de cada nível.

A professora que lecionava no Terceiro Ano também trabalha em uma escola particular e percebe grande autonomia na construção do currículo da rede pública.

AC: Na escola particular, eu trabalho no segundo ano. Aí eu dou. Aí tem lá direitinho... De acordo com os PCNs, com os conteúdos. Aí vem especificado o planejamento. Aí vem o nome da matéria. Que eu fiz assim também, porque eu achei mais fácil. Você pegar só a Proposição... acho que ela fica tudo muito misturado ali, fica falho. Os conteúdos. Aí a gente tem direitinho o que... onde que... Você lembra que eu falava assim: “Onde que eu... que eu... começo aqui e paro para a Carol continuar... Até onde Carol vai para eu continuar...” Até a dificuldade dela também. Lembra que a gente comentou sobre isso? //LK: Aham.// Lá na outra escola não. A gente tem assim: Primeiro ano é isso, isso, isso, isso. Segundo ano é isso, isso, isso, isso. Sabe? Ele é mais assim definido. Então lá a gente não... E tem muito tempo que estou lá. Então já sei de cor e salteado o conteúdo.

Pelas entrevistas cedidas pelas professoras da escola e pela observação nos encontros, é possível afirmar que além das Proposições, uma referência importante para a organização do

currículo escolar é o livro didático. Apesar de serem orientadas por ele em grande parte, as professoras percebem que devem extrapolar o que é apresentado nos livros. Podemos perceber isso nas seguintes falas. A professora do Segundo ano relatou sobre o livro integrado:

CR: Olha... o ano passado, no início, nós sentimos um pouco de dificuldade, porque os conteúdos muito misturados, então a gente que tinha que fazer essa divisão dos conteúdos. Então para poder montar o planejamento, deu um pouquinho mais de trabalho e o conteúdo que tem das disciplinas é muito superficial. Então a gente tem que buscar para poder estar complementando. Então a cada conteúdo que vai sendo trabalhado... A gente usa o livro, mas dá um tempinho, encosta ele um pouquinho e traz outras informações para os alunos para complementar. Isso com todas as disciplinas. Tudo que passa pelo livro de História, Geografia e Ciências, a gente tem que fazer isso, porque é muito pouco. Antes desse aqui, a gente tinha os três separados, de História, Geografia e Ciências. Eram livros bons. Então ainda aproveito eles para poder estar complementando as atividades.

LK: Então que outros materiais você foi usando?

CR: Olha, eu pego outros livros. Outros livros didáticos. Os que foram usados nos anos anteriores. Eu pego eles também. Tiro material na internet também. Né? E vou... nós vamos trabalhando assim.

Em grande parte, a dificuldade vivenciada no ensino de História remete à formação das professoras, que de acordo com elas é frágil nesta disciplina e relatam que aprenderam principalmente na prática e na troca com as colegas.

AC: Oh, a minha formação em História, o que eu tive mesmo foi na Pedagogia, e lá quando eu fiz magistério, porque a pós graduação em Alfabetização é muito específico, né? E de Psicopedagogia também. Então para a formação de História... assim... Não contribuiu não. Mais é a experiência que a gente vai tendo, cursos que a gente vai fazendo, palestras que a gente vai ouvindo. Aqueles encontros que a gente teve ano passado, que eu achei que foi muito produtivo. Que a gente faz reflexão aqui na Prefeitura, quando traz pessoas para falar, igual teve também ano passado, muita gente assim. E a gente vai reconstruindo e refazendo nossa prática, repensando. Porque os cursos mesmo...

CR: Olha... Dentro do ensino de História, nós tivemos um módulo que foi “Metodologia do Ensino de História”. Eu acho até que... Eu não me lembro bem, mas acho até que foi História e Geografia juntos. Se não me engano. Então foi uma disciplina muito rápida, de um semestre e foi muito voltada para a questão prática. Acho que na época, a gente já estava trabalhando com... Já tinha estágios obrigatórios, então a gente fazia mais um trabalho de investigação. Entendeu? Então tinha um pouco da metodologia. Na época que eu formei, estava trabalhando... A LDB...Estava na discussão da LDB. Então nós pegamos um pouquinho do que teve de mudanças, observando um pouco do que estava vindo de ideias para currículo. Mas muito pouco. Vou te falar que foi muito vago. Muito vago.

A organização no Primeiro Ciclo segue pela proposta de uma história do cotidiano e local. No currículo apresentado pelas professoras no encontro que promovemos, os conteúdos



mais valorizados foram a Infância e o brincar; Família e identidade; História da escola; História do Bairro; Meios de comunicação e de transporte; Temporalidade Histórica; Fontes Históricas e A cidade. As professoras justificam esta seleção pela característica da criança, que necessita de um trabalho com o que é mais concreto.

CR: No primeiro ano, fica mais em cima dele. Gira em torno dele, da família, né? Uma coisa bem micro, vamos dizer egocêntrica mesmo, em cima da criança mesmo. No segundo ano, já amplia um pouco mais, já começa a observar a rua, começar a observar os arredores, a escola. Aqui a escola está situada num bairro, né? Um pouquinho da história desse bairro. Chega no terceiro ano, aprofunda, volta a falar de bairro, volta a falar de endereço, volta a falar de... do antes e o depois. Tem um aprofundamento maior, começa a ver e reconhecer os outros bairros, né? E aí o quarto ano, já amplia para Belo Horizonte e depois no quinto ano, principalmente o estado. Não que a gente não vai falar. Eu falo que é assim: desde pequeno, a gente tenta situar a criança de onde que ele está, né? Ele está dentro de uma rua, está dentro de um bairro, está dentro de uma cidade. Mas isso é difícil, é complicado. Por mais que você mostre o bairro, você mostre o google. Para ele compreender isso aí é difícil.

AC: Isso desde quando eu aprendi na minha... No magistério. E pela vivência que a gente... experiência que a gente tem, eu acho que faz mais sentido para ele, né? Você partir... Igual, vai estudar o bairro, tem que estudar o bairro dele. Né? Vai estudar a história de Belo Horizonte, começa por aqui, pela vivência dele, onde é que ele mora, a região dele. Comunidade, para depois expandir. Porque se ele não... Olha só, os meninos chegam na história de Belo Horizonte, não conhece nem a história do bairro dele. Entendeu? Aí fica muito falho. Aí o negócio começa a ficar... a história já abstrata, né? Aí não conhece nem a história dele aqui. Muitos meninos não conheciam... Por exemplo, quando a gente estava falando do bairro, não conheciam nem como era a escola, morando aqui. Entendeu? Então assim, gente... Aí partir da vivência do menino, vamos conhecer aqui. O que você tem, como é a sua rua. Como que era o bairro, sua rua. Para depois a gente vai para... mais assim, distante, de BH, história de Minas Gerais, do Brasil. Aí vai.

(...)

Sabe por quê? Eu acho que se a gente não fizer isso, não faz sentido. Sabe? Tem que... Porque para eles, é muito abstrato. Entendeu? Eles têm que sentir. Então a rua... Você trabalhar a rua dá. O quarteirão dá. Aí você projeta assim: quarteirão, o bairro é um conjunto de quarteirão. “E aí? Como é que é isso?”. Aí você coloca no data show, ele visualiza. Mas se você entrar dentro do ônibus com ele, olha “gente, está vendo aqui um quarteirão? Vamos dar uma volta nesse quarteirão. Vamos dar uma volta no outro”.

Já a organização do Segundo Ciclo variou entre as escolas, dependendo do livro didático adotado. Apesar de na fala das professoras ter essa ideia de que no 4º ano, o estudante compreenderia sua cidade e no 5º o estado, quando foi proposta a construção do currículo coletivo no encontro, o resultado foi diferente. Foram listados os seguintes conteúdos para estes dois anos de formação: Chegada dos portugueses no Brasil; Colonização portuguesa; Revoltas Coloniais; Povos indígenas; Escravização; Principais produtos de exportação do Brasil (Pau Brasil, Açúcar, Café, Ciclo do Ouro); Noção de Cidadania Política; Processo de Independência



do Brasil; Império Brasileiro e Proclamação da República; Fontes Históricas. A História de Belo Horizonte não apareceu no relato das professoras. Apesar de não ter entrevistado as professoras que atuaram nestes anos, o comentário da educadora do Terceiro Ano elucida um pouco da sensação sobre o conteúdo que é dado para o Segundo Ciclo, com a apresentação de conteúdo “clássicos” da história política e nacional:

AC: Chega no primeiro, segundo e terceiro, eles até se repetem muito, eu acho. Deixa tudo para o quarto e quinto ano. “Dá um jeito e se vira para dar o conteúdo todo”. Né? E apoio, a gente sabe que... Quando é apoio, a gente fica com o tempo mais limitado mesmo. Você só tem uma hora todo dia com os meninos. Então até que chega na sala, até que vai embora, até que começa... enfim, eu acho que se fosse eu, eu ficaria muito angustiada, para dar conta do conteúdo todo. Porque eu tenho esse negócio na minha cabeça: eu tenho que dar conta do conteúdo todo, sabe assim?

### **Considerações finais**

A partir dessa análise, percebemos que o ensino de História passou por mudanças desde a década de 1980, principalmente no que diz respeito à visão sobre seus objetivos e a sua metodologia.

Quando observamos a seleção de conteúdos do Primeiro Ciclo nesta escola, há um impacto com a inserção do estudo da História do Cotidiano, com a compreensão do universo da infância, colocando as crianças como sujeitos históricos. Há também uma proposta de estudo da história local articulada com uma noção nacional e mundial. Há um uso de fontes orais, visuais e objetos materiais, em consonância com a proposta dos PCN. No entanto, ainda podem funcionar em grande medida como ilustrações da matéria e músicas e filmes não foram destacados enquanto fontes históricas utilizadas.

É possível observar também um cuidado com o trabalho com Temporalidade Histórica que ultrapassa a noção cronológica e uma visão sobre o trabalho do historiador com as fontes históricas. Porém, a centralidade do livro didático e talvez uma postura de repassar conteúdos podem ainda não permitir que se trabalhe tanto na linha de se fazer questões do tempo presente a serem respondidas com a investigação da criança a partir da leitura de diversas fontes. Os conflitos e tensões ainda aparecem ocultos nesta história e na apresentação de povos indígenas e africanos ainda há uma noção de algo exótico, curioso. Houve pouca discussão sobre os processos de exclusão social de grupos como mulheres e negros, o que poderia perpassar inclusive a história do bairro desta escola e a vivência dos estudantes. A noção de cidadania fica restrita a um conteúdo que lista direitos e deveres e um trabalho de buscar que os estudantes

listem necessidades de melhorias no bairro. A interdisciplinaridade proposta no livro didático adotado funcionou de certa forma, pois os conteúdos de Geografia, História e Ciências se entrelaçavam em vários momentos, porém as professoras ainda sentiram a necessidade de separar aquilo que pertencia a cada disciplina e avaliá-las separadamente.

Com relação ao Segundo Ciclo, observa-se permanência de um ensino com perspectiva eurocêntrica, apesar do aparecimento do estudo sobre povos indígenas e africanos, pois há grande enfoque no processo de conquista e colonização portuguesa. Há um tratamento sobre o que é História, fontes históricas e Temporalidade como conteúdo a ser enumerado. No entanto, não percebo um incentivo aos Pré-Adolescentes de investigarem o passado a partir de questões do presente. A História nestes anos ainda se apresenta com grandes heróis, priorizando acontecimentos políticos e exercícios de memorização. Ainda é apresentada como passado cristalizado, como verdade de um tempo muito distante, numa noção de que o passado estaria incluído no livro didático. Esta realidade pode demonstrar uma herança dos Estudos Sociais, já que as professoras trabalham com aquilo que elas aprenderam como importante enquanto estudantes. Doroteio (2015) observou esta mesma limitação da inserção do currículo oficial nestes anos, apontando que os professores são agentes decisivos na efetivação do que é ensinado e moldam as propostas que lhes são dirigidas de acordo com a sua cultura profissional.

#### **Referências Bibliográficas:**

AZEVEDO, Patrícia Bastos de; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *A sala de aula e a produção de sentido em práticas de letramento na história ensinada*. Ponta Grossa: Revista Práxis Educativa, v.8, n°2 – Jul/Dez. 2013, 2013. p. 559-580.

BELO HORIZONTE. *Proposições Curriculares [do] Ensino Fundamental: textos introdutórios*. Belo Horizonte, 2010b. 54 p.

BELO HORIZONTE. *Proposições Curriculares [do] Ensino Fundamental: História*. Belo Horizonte, 2010b. 80 p.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 23a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRITES, Olga. *A criança e a história que lhe é ensinada*. Revista Brasileira de história. vol. 5, no 10, março a agosto. São Paulo. ANPUH/ Marco Zero, 1985.

DOROTEIO, Patrícia. *Concepções, conteúdos e metodologias do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental*. Anais do XII Encontro Nacional de Educação: Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente, 2015.

DUTRA, Soraia Freitas. *As crianças e o desenvolvimento da temporalidade Histórica. IN: Dez anos de pesquisas em ensino de História. VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História. José Miguel Arias Neto (ORG). Londrina: Atrito Art, 2005.*

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23a ed. São Paulo: Cortez, 1989.*

SILVA, Elvis. *Alfabetização histórica é possível? In: Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2012.*

## ST 20 - (Re)Ver a arte: novas leituras e perspectivas

Valéria Mendes Fasolato  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora - PPGHIS/ICH/UFJF  
[mendesfazolato.valeria@gmail.com](mailto:mendesfazolato.valeria@gmail.com)

Andreia de Freitas Rodrigues  
Doutoranda em Artes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGArtes / UERJ  
[cfrod2016@gmail.com](mailto:cfrod2016@gmail.com)

Samuel Mendes Vieira  
Doutorando  
Universidade Estadual de Campinas - PPGHistoria/IFCH-UNICAMP  
[smdo2277@hotmail.com](mailto:smdo2277@hotmail.com)

Bruna Oliveira Santiago  
Mestranda em História  
Universidade de São Paulo  
[brunasantiago@usp.br](mailto:brunasantiago@usp.br)

Fernanda Soares da Rosa  
Mestranda em Artes Visuais  
UFRGS  
[fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br](mailto:fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br)

Thaís Franco  
Mestranda em Artes Visuais  
UFRGS  
[thais.franco@outlook.com](mailto:thais.franco@outlook.com)

Anderson dos Santos Batista  
Mestrando em Artes Visuais  
UFRGS  
[feruchomaruquesu@gmail.com](mailto:feruchomaruquesu@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Este simpósio tem como tema e proposta a identificação, compreensão e ampliação das relações entre Arte, História e Cultura, a partir da perspectiva de análise sobre os diversos usos da arte. A historiografia da arte do século XX, em parte, foi caracterizada pelo triunfo da modernidade e, marcadamente, por seu discurso teleológico e muitas vezes autoritário. A crítica e pesquisas em artes vêm relativizando, a partir dos anos 1980, a construção de seu lugar de paradigma. Partindo desta perspectiva, nossa motivação é reunir pesquisas em torno da compreensão desta lacuna, buscando desconstruir lugares comuns na História da Arte.

Propomos discussões e reflexões alicerçadas no universo artístico ao longo dos séculos até a contemporaneidade e toda interdisciplinaridade e especificidades do seu fazer: experiências, abordagens, técnicas, concernentes ao uso da imagem como fonte de pesquisa pelo historiador e relações entre os centros artísticos mundiais buscando assim, o entendimento entre arte, artistas e o meio social. A intenção é trazer para o debate pesquisas que apresentem novas perspectivas para o estudo da História da Arte destacando temas que abarquem as redefinições e limites dos gêneros artísticos, as instituições de formação artística, os espaços das exposições, o mecenato e o mercado de arte, as trocas, os objetos artísticos e suas funções, a crítica e a recepção, entre tradição e modernidade.

Dessa forma, o presente Simpósio pretende reunir, apresentar e debater os estudos que vem sendo desenvolvidos entre pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior, à nível de graduação e pós-graduação, em seus mais distintos contextos de pesquisa, para discutir as diferentes possibilidades de investigações acerca das Imagens, História da Arte e Cultural Visual, assim como aproximar pesquisadores e grupos de pesquisa de Instituições de Ensino Superior de vários estados do Brasil. Portanto, como maneira de nortear nossas reflexões, listamos alguns eixos para discussões, a saber:

- 1) Modernidade e Autoritarismo;
- 2) Relações entre os Centros Artísticos Mundiais e a Arte no Brasil;
- 3) O Ensino das Artes e as Academias;
- 4) A História como gosto: o Colecionismo e as Coleções de Arte
- 5) Arte e Gênero: Mulheres e o fazer artístico;
- 6) A Hierarquia dos Gêneros da arte na modernidade e na contemporaneidade;
- 7) Cultura Visual e Imagens;
- 8) Arte Política;
- 9) Meios e modos de produção artística.

## Oswaldo Goeldi na coleção Murilo Mendes

**Tammy Senra Fernandes Genú**

Mestranda em Arte, Cultura e Linguagens

Universidade Federal de Juiz de Fora

senra.tammy@gmail.com

**Resumo:** Oswaldo Goeldi e Murilo Mendes são duas figuras importantes para a Arte Moderna Brasileira, Goeldi como primeiro gravador moderno no Brasil e Mendes como poeta, crítico e colecionador de arte. Através dos seus contatos com artistas e uma recíproca admiração, Mendes adquire um grande acervo de arte, tanto brasileira como internacional. Dentre as obras presentes neste acervo, quatro são de autoria de Goeldi. O presente artigo busca apurar uma relação de admiração entre ambos artistas que expliquem a trajetória das obras de Goeldi até Murilo Mendes.

**Palavras-Chave:** Murilo Mendes; Oswaldo Goeldi; Xilogravura; Coleção de Arte.

**Abstract:** Both Oswaldo Goeldi and Murilo Mendes are important characters for the Brazilian Modern Art, Goeldi as the first modern engraver in the country and Mendes as a poet, critic and art collector. Through your contacts and reciprocal admiration, Mendes acquires a great art collection, both Brazilian and International. Between the Works in this collection, four are from Goeldi. This article tries to find a relation of admiration among these two artists, which can explain the path of Goeldi's Works to Murilo Mendes' collection.

**Key-Words:** Murilo Mendes; Oswaldo Goeldi; Xylography; Art Collection.

### 1. Introdução

Murilo Mendes nasceu na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, no ano de 1901 e desde muito jovem o ato de ver foi de suma importância para sua atividade como poeta. O primeiro relato deste ato se dá no ano de 1910, com a passagem do cometa Halley pela Terra, esta passagem o impactou profundamente, deslumbrando-o por completo e sendo o primeiro momento em que Murilo tem sua visão atraída por cores, movimentos e arte em si. Como veremos mais adiante, o poeta possuía íntima relação com as artes plásticas, música, literatura e teatro, sendo tais expressões artísticas fundamentais a seu ofício.

O ato de ver para Mendes tem um caráter muito mais peculiar do que apenas seu significado verbal, pois se aplica ao modo de observação do mundo. É o que o poeta chama de olho armado, a capacidade de perceber poeticamente o mundo através da visão. É através desta maneira de observar o que ocorre ao seu redor que o poeta fará as escolhas temáticas para sua poesia e prosa.

No ano de 1920, Murilo muda-se para o Rio de Janeiro, a convite do irmão, para trabalhar como arquivista da Diretoria do Patrimônio Nacional e em 1921, conhece o então pintor e arquiteto Ismael Nery. Foi através da influência principal de Nery que Murilo tomou

conhecimento dos movimentos da arte moderna que ocorriam na Europa. Nery era recém-chegado do continente, local onde teve contato com a arte surrealista que já interessava tanto a ele como a Murilo.

Em seu livro *Recordações de Ismael Nery* - uma reunião de 17 artigos previamente publicado no Suplemento Dominical Letras e Artes do Jornal A Manhã- Mendes demonstra o quão profícuo foi a amizade para ambos artistas. Segundo Eleotério (2001), este memorial relata o aprendizado estético que Murilo recebeu de Nery e a partir dele é possível perceber toda a repercussão que este encontro projetou na vida do poeta. Sendo assim, é possível dizer que Ismael foi o grande responsável pelo primeiro conhecimento e interesse artístico de Mendes, enquanto que a Nery, além da amizade, Murilo é considerado o principal responsável pela preservação de sua obra, já que por muitas vezes recolheu e guardou muitos trabalhos que eram jogados fora pelo artista.

Através de Nery, Mendes entra em contato com outros artistas, criando um grande círculo de amizades em volta de si. Tais amizades serão matéria de sua produção poética, prosa e crítica, assim como Murilo será, por sua vez, matéria para a produção estética destes amigos. Dentre este grupo próximo de amigos-artistas estão Jorge de Lima, Di Cavalcanti, Portinari, Flávio de Carvalho, Guignard e o casal Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes. (DAIBERT, 1995).

Tais amigos geralmente se reuniam, de maneira informal, a fim de falar sobre arte. A Murilo, este contato também era mais uma forma de aprimorar seu olhar crítico e esta maneira de relacionar-se entre artistas e críticos irá persistir em sua vida, mesmo no final dos anos de 1950, quando muda-se para a Itália.

## **2. Murilo Mendes, colecionador de arte**

É através deste contato com amigos que Murilo vai se descobrindo colecionador e compoendo sua coleção de arte. Diferentemente do que ocorria com colecionadores que não pertenciam ao métier, a coleção muriliana dá-se como forma de apreço entre amigos (ELEOTÉRIO, 2001), ou seja, ao invés de compras de obras, estas geralmente eram presentes, em datas de ocasiões especiais, ou até mesmo em agradecimento a uma crítica positiva feita pelo poeta. Este apreço é confirmado através das dedicatórias existentes em muitas obras de seu acervo, assim como escritos do próprio poeta, que uma forma própria de catalogação, não raro datava o momento de recebimento do presente, além da ocasião.



A partir desta coleção é possível perceber como se perpetuou a história do próprio poeta, além de nos dar uma visão do meio artístico brasileiro e italiano no momento em que este viveu. Além, como observou Giulio Carlo Argan (1991), a coleção do poeta é também considerada uma maneira de Mendes pesquisar, aprender e construir um olhar a respeito de seu próprio ofício.

Dentre os artistas estrangeiros que compõe atualmente a coleção, que hoje se encontra no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, em Juiz de Fora podemos encontrar: Magnelli, Ernst, Arp, Braque, Picasso, Miró, Ensor, Leger, Dorazio, Perilli, Turcato, Fontana, Capogrossi, Corpora, Biggi, além de Maria Helena Vieira da Silva. Dentre os brasileiros encontramos Di Cavalcanti, Flávio de Carvalho, Portinari, Guignard, Fayga Ostrower, Marcelo Grassmann, Reis Júnior, Atos Bulcão, Lívio Abramo e Oswaldo Goeldi. Esta parte do acervo é composto principalmente por retratos de Murilo, como os feitos por Carvalho, Reis Junior e Guignard e por litografias, xilogravuras e técnicas mistas.

Mesmo a coleção muriliana sendo composta em sua grande maioria por presentes oferecidos de amigos, também revela um caráter da personalidade do poeta, que dá importância ao ato de possuir uma coleção de arte. Possuir uma coleção de arte revelava, no período e atualmente, uma espécie de aura de civilização à figura do colecionador. Percebe-se tal fato pela compra que Murilo Mendes fez de obras de Pablo Picasso.

### **3. Oswaldo Goeldi na Coleção de Murilo Mendes**

Na coleção de Mendes, encontra-se quatro xilogravuras do artista-gravador brasileiro Oswaldo Goeldi. Este, gravador brasileiro do século XX, é considerado um dos grandes artistas do período, citado por críticos como sendo "um artista de classe internacional". Suas obras, em grande maioria, demonstra uma aproximação com o Expressionismo Alemão, explicada por seu contato, na Europa, com outros artistas que também se apropriaram desta arte, como o vienense Alfred Kubin.

A partir de modelos expressionistas, Goeldi nos apresenta um mundo a margem do processo de modernização, desequilibrado, a sombra e solitário. Um local não acolhedor, onde ao mesmo tempo convivem os sentimentos de solidão e falta de comunicação. O que lhe interessa é a vida comum, as paisagens esquecidas, vazias e rejeitadas (CABO, 1995). Tais sentimentos também se relacionam com sua vida pessoal, permeada por conflitos familiares e falta de reconhecimento no campo artístico formal da época.

Embora o expressionismo exaltado por Goeldi se relacione, ele não possui as mesmas bases do Alemão. (FILHO, 1994). Goeldi, mesmo tendo nascido no Brasil, passou a adolescência e o início da vida adulta na Europa, retornando a América do Sul quando já se encontrava com vinte e dois anos. Ao se estabelecer aqui após este período, não reconhece o país como àquele de sua infância, causando-lhe um sentimento de estranhamento e falta de conexão com as terras brasileiras, como é possível constatar pelo relato que dá a Ferreira Gullar, em 1957:

Tendo nascido no Brasil, estava em Berna em 1916, e nesse tempo, com meus vinte anos, fazia desenho, não gravava. A guerra devastava tudo e o sentimento era de desespero e angústia. (...) Em 1919 vim para o Brasil com a minha família. A paisagem brasileira me pareceu estranha, era como se eu nunca houvesse estado aqui. Procurei então assimilar as formas que, com a minha ausência, tinham mudado de fisionomia e de expressão. (GOELDI, 1957).

Assim sendo, em terras brasileiras, o conflito, o entrechoque de Goeldi com o mundo dá-se pela ausência de vínculos com a realidade brasileira da época (FILHO, 1994). Para Filho, através das obras de Goeldi é possível perceber seu olhar estrangeiro. O trabalho do artista apresenta-nos o choque cultural daquele ser que não mais se compreende em sua própria pátria após anos no exterior.

A poética de Goeldi nos apresenta o mundo dos rejeitados pela modernidade. Sendo assim, seus desenhos, ilustrações e xilogravuras são permeados por imagens de pescadores, prostitutas, ladrões e casarões sombrios. Os animais, em sua grande maioria são os urbanos: o cachorro e o urubu, animais que só vivem onde o ser humano vive e com ele compartilha o mesmo destino. Nota-se em seu trabalho uma quase total negação do espaço perspectivado e as figuras nelas apresentadas são criadas por linhas através do gesto que é manifesto pelo rápido corte da goiva na madeira. É criado um efeito de luz que contrasta com blocos escuros criados pela tinta preta na madeira.

Nas obras de Mendes é possível encontrar estas mesmas características citadas. Também é importante ressaltar que todas as obras pertencentes ao poeta foram datadas e assinadas a lápis pelo próprio artista, logo abaixo do final da gravação, sendo que uma delas possui a indicação do número de cópias e em outras a informação é omitida.

A primeira obra a ser descrita é datada de 1925 e foi denominada como *Mulheres no Mangue*. Nesta obra nos somos apresentados a duas mulheres, uma sentada e outra de pé em um ambiente interno de uma casa, na qual é possível ver o sol através de uma janela entreaberta.

A gravação é feita a partir de poucas linhas e há grande presença de uma massa e embora não fosse comum a Goeldi, há uma perspectiva marcada pelos ladrilhos do chão, que vai em direção a janela, na qual vemos o sol.

O corpo das mulheres se contrastam, já que um é formada por uma grande massa negra de cor e a outra pela sua ausência, sendo marcado somente por linhas. Embora a gravação seja um ofício difícil devido a rigidez da matriz, os rostos de ambas mulheres são expressivos e suaves, sendo que em uma delas há o sinal de um leve sorriso.

*Mulheres no Mangue*, chegou colado em um paspatur, sendo mantido desta maneira a fim de promover sua conservação. Era comum por parte dos artistas à época, tanto por Murilo Mendes, escrever dedicatórias ou informações relevantes no verso da obra, sendo assim, a colagem ao paspatur dificulta a observação de alguma comunicação entre estes artistas. Nesta também não há a numeração de quantas cópias foram realizadas, porém sabe-se que não é única, já que no catálogo da Associação Artístico Cultural Oswaldo Goeldi a mesma obra está catalogada em outras coleções, como a Coleção Hermman Kümmerly.

A segunda obra pertencente ao poeta é denominada *Bôas Entradas*, datada de 1933 e de tamanho aproximado de 25x25 cm. Esta obra, que possui um estilo mais gráfico é diferente de outras produzidas por Goeldi. Primeiramente, nos é apresentado um quadrado, dentro do qual insere-se dois triângulos, um formado por uma grande massa negra enquanto outro por uma massa de luz, somente preenchido por algumas linhas em preto e algumas pequenas formas retangulares e triangulares.

Em primeiro plano vê-se a gravação de um macaco, semelhante a um chimpanzé, totalmente formado pelo negro sobre a massa sem cor. O animal é magro e esbelto, com braços tão longos que são quase do mesmo tamanho que seu o corpo, seu rosto é bastante expressivo e lembra muito feições humanas. Embora não seja a única vez que Goeldi grava um macaco, já havia ilustrado na xilogravura denominada *Macacos Uivantes* de 1933 e em 1937 para o álbum *André de Leão e o demônio de cabelo encarnado*, o apresentado nesta xilogravura se diferencia pelo tamanho do animal e pela expressividade que Goeldi dá a seu rosto.

Na xilogravura há também a representação de uma placa onde se lê: *Bôas Entradas, Rio, 1933* e logo abaixo a assinatura do artista [O.Goeldi]. Tal escrito confere certa peculiaridade a obra, já que Goeldi não tinha o costume de gravar textos em suas gravuras, além de assiná-las, principalmente na matriz. A julgar pelo texto, *Bôas Entradas* é um "Feliz Ano Novo", supõe-se

a princípio que esta obra não tenha sido realizada com a finalidade de ilustrar algum jornal ou revista, mas sim como um cartão de felicitação de ano novo, a ser presenteado a um amigo.

Oswaldo Goeldi, embora à primeira vista aparentava ser uma reservada e de poucas amizades, era muito afetuoso para com seus amigos e tinha como hábito presentear-los com pequenas obras, assim como também recebia presentes. Em artigo para o Correio da Manhã, de 6 de Março de 1955, o cronista Rubem Braga relata que havia presenteado a Goeldi com um pedaço de peroba. Em depoimento, Rachel de Queiroz relata que Goeldi sempre a presenteara com obras, quase sempre a prova de artista. Da mesma maneira, era hábito de Murilo Mendes receber cartões de amigos, com pequenos desenhos e a julgar por cartas com pequenas ilustrações trocada por Goeldi e outros amigos, como Alfred Kubin, tal gesto era comum entre artistas.

Por fim, esta é a única obra de Goeldi dentro do acervo de Murilo Mendes que não chegou ao acervo do Museu Murilo Mendes colada em um paspatur, ou seja, um papel no qual a obra de arte é fixada, impedindo que esta entre em contato com o vidro ao ser emoldurada. Isto reforça ainda mais o argumento que o poeta a tenha guardado como um cartão de felicitações ao ano de 1933.

A terceira xilogravura é *Vilarejo*, de cerca de 1927. Nesta gravura é possível observar três casas, duas delas formadas pela tina preta, delimitada por linhas claras e uma das casas formada por uma massa ser cor, delimitada por linhas negras. No campo posterior as casas, vê-se em finas linhas um morro, também composto por um sol que se põe, ao lado, há também um poste de fiação elétrica. A frente das casas vê-se um carro de boi e uma figura humana que carrega uma espécie de balde na cabeça, demonstrando o estado de pobreza de tal vilarejo. Esta é uma das obras que está assinada a lápis por Goeldi e é possível observar por entre a tinta os veios finos da madeira de impressão e, assim como *Mulheres no Mangue*, a obra chegou ao museu colada em paspatur, levando a acreditar que já havia sido exposta anteriormente em outro lugar.

A última obra de Goeldi que atualmente se encontra no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes é também a que se tem mais informação a seu respeito. *O Ladrão*, de aproximadamente 50x30 cm foi gravada no ano de 1955 com a finalidade de ilustrar conto de Mário de Andrade, provavelmente o conto homônimo, que foi publicado postumamente a morte do poeta, na coletânea *Contos Novos*. É a maior obra em tamanho dentre as de Goeldi que pertencem a coleção do museu, assim como também a mais complexa.

Em primeiro plano é possível ver, composto por uma massa negra e delimitado por linhas finas sem cor, a figura de um homem, que usa roupas de manga comprida e um chapéu, este apoia-se em um guarda-chuva com o braço esquerdo enquanto no direito carrega uma espécie de pacote.

Na rua representada é possível ver objetos solitários, como uma vassoura, além de outro que se assemelha a uma mangueira, como se após a chuva, tivessem sido levados até a via pela água. Em segundo plano há a representação de três grandes casas, também compostas pelo negro e delimitado por linhas "brancas". Em uma perspectiva que se forma no campo superior direito da gravura, vê-se ruelas.

Aqui, Goeldi colore alguns pontos do espaço: o vermelho compõe algumas janelas das casas, além de ser utilizado para delimitar a sombra de ambas figuras humana, ponto de ônibus e guarda-chuva. O amarelo preenche o que seria a placa de um ponto, possivelmente de ônibus. O que percebemos na utilização de cores quentes, em especial nesta gravura, é que o artista as utiliza com o efeito de gerar dramaticidade a cena, em pequenos pontos específicos.

Outros aspectos que também auxiliam na criação desta dramaticidade são as linhas que compõe o céu da gravura, assim como as que formam as ruas, são finas, porém dão a impressão de que foram criadas através de um forte movimento da goiva na madeira. As linhas do chão ajudam, além, a compor o espaço, demonstrando o caminho feito pelas ruas, enquanto as do céu não possuem uma direção específica. Por fim, é perceptível os veios da madeira por entre as massas de tinta, levemente sutis.

Assim como as demais, esta obra também esta assinada a lápis pelo artista [Osw.Goeldi], além de também nomeada com a mesma letra [O Ladrão]. É a única dentre as do museu que possui referência quanto ao número de cópias, em letra a lápis que se assemelha a mesma da assinatura do gravador, sendo a número 391 de 400 cópias. O tamanho da obra, maior do que o habitual pode ser justificado pelo fato de, após o prêmio da I Bienal de Arte de São Paulo, em 1951, no qual Goeldi recebe o prêmio de gravura há um maior interesse em sua obra, o que faz com que o gravador busque trabalhar em formatos maiores, encomendando madeiras tropicais de maior resistência, como a peroba rosa.

#### **4. Murilo Mendes e Oswaldo Goeldi**

É interessante perceber a presença de obras de Oswaldo Goeldi dentro da coleção de Murilo Mendes, assim como outras de mesma estética expressionista, como as de Lívio

Abramo, já que, à primeira vista, o interesse do poeta pelo expressionismo não era tão grande comparando ao interesse que possuía pela arte surrealista, enquanto esteve no Brasil e formalista, neo-construtivista e cinética enquanto viveu em Roma.

Porém de acordo com Nehring (2002), Mendes era um autor que possuía grande complexidade em sua escrita, sendo assim não pode ser reduzido a esquemas, como que se, por identificar-se a determinada vertente da arte automaticamente rejeitava outras. Nota-se que, se em algum momento, principalmente após a década de 1950, Mendes apresentou maior afinidade a um determinado estilo em detrimento do outro, foi opção devido ao momento histórico-social da arte no período.

Um dos aspectos ideológicos do modernismo era a questão da criação de "uma arte a serviço do homem", ou seja, a criação de uma arte que promovesse o saber crítico e o desenvolvimento das potencialidades humanas (GUIMARÃES,1993). É a partir destas características da arte moderna que podemos justificar o interesse de Mendes a arte expressionista. Segundo Marta Moraes Nehring:

O interesse de Murilo Mendes tem sua resposta exatamente na atitude ética da poética expressionista. Ligado ao catolicismo progressista, ele não poderia deixar de se sentir tocado por obras que propunham na arte não apenas uma forma de denunciar a ordem social injusta, como também um meio ativo de transformação do mundo (NEHRING, 2002).

Um aspecto a ser destacado na crítica de arte de muriliana é a escolha dos artistas que serão retratados criticamente por ele. O crítico italiano Giulio Carlo Argan relata em artigo a respeito do poeta que as escolhas de Mendes não se baseavam na finalidade de inserir os retratados por ele dentre um período histórico da arte, mas sim devido a afinidade, admiração e principalmente amizade deste artista com o poeta. Sendo assim, a afinidade com os expressionistas pode ser demonstrada através de textos críticos tanto em prosa como em poesia.

Um exemplo a ser dado são os textos críticos a Lasar Segall, escritos em 1951, no qual Murilo Mendes parte em defesa da arte segaliana. Àqueles que criticavam as obras de Segall, alegando sentimento de tristeza nela contidos, Murilo rebate com o discurso de que não é objetivo da arte a diversão. O poeta em sua crítica trata a respeito da técnica do gravador, especificamente a respeito da utilização da cor por parte de Segall. Mendes apresenta a preferência de cores do gravador, que utilizava tons de terra, cinzas e verdes pálidos. A Murilo, as obras de Segall são "neutras", "sossegadas", porém impressionam na capacidade do trabalho de Lasar com as cores, dizendo que "este aí sabe pintar". Para Mendes, em argumento no mesmo

artigo, a inteligência no emprego das cores por parte dos artistas é o que distingue um pintor acadêmico do moderno. Este último possui maior consciência a respeito do pigmento, entendendo que não oferece apenas um dado psicológico, mas também a uma luz própria, sendo encarregada de dar profundidade a obra.

Logo após, aproxima Segall dos pintores do *Quattrocento* Italiano, o que expõe a importância que dava a Segall àquele momento da arte brasileira. Finaliza a crítica mais uma vez, ressaltando o gravador com um discurso humanista, caro ao período:

Operando numa síntese da observação da natureza e o pensamento poético, o artista contribuirá para uma transfiguração da existência, despertando nos homens - ou lhes recordando - o sentido de sua vocação transcendente. A esta grande empresa alguns poucos foram chamados na nossa época, atentos ao compromisso entre paisagem terrena e o céu. Entre eles se inclui Lasar Segall (MENDES, 1951).

Até o momento não foi possível encontrar nenhuma crítica formal feita pelo poeta sobre Oswaldo Goeldi. Mas, como afirma Argan, a crítica muriliana não se distingue de sua criação poética, o que nos permite elencar o poema de Mendes, *Homenagem a Oswaldo Goeldi*, publicado na série *Parábola* e atualmente no livro *Poemas - 1925-1955*, a uma crítica de arte.

No poema, nos é apresentado a visualização das obras do gravador, assim como o processo de criação do mesmo. O poeta intercala elementos temáticos da obra de Goeldi ("Os peixeiros que partilham peixe e onda, Pássaros de solidões de água e mato"), com elementos estéticos ("No preto, no branco, no vermelho e no verde").

No verso "Não sujeitas o desenho a gravação", Murilo Mendes chama atenção ao processo de gravação de Oswaldo Goeldi. Este artista não iniciou seu ofício diretamente na gravura, mas sim, através de ilustrações, as quais não abandonou quando começou a fazer xilogravuras. Goeldi, fiel a teu ofício, foi um artista que não gravou diretamente na madeira, mas sim ilustrava muito, as vezes por anos para enfim ter uma base do que gostaria de passar para a placa, como em 1951, relata a Ferreira Gullar: Toda minha gravura é desenhada muitas vezes, tomo apontamentos e só depois, as vezes anos, nasce a gravura. Conclui-se que, Murilo Mendes, conhecia este hábito do gravador.

Por fim, Mendes ainda consegue retratar em seu poema os sentimentos que já eram caros as obras de Goeldi: Solidão, Abandono e Incomunicabilidade ("Gravas o abandonado, o triste, o único", "Oswaldo Gravav, gravas qualquer solidão").



De acordo com Mammi (2012), o poema também marca uma nova postura crítica por parte do poeta:

(...) Enquanto Homenagem a Oswaldo Goeldi (Parábola, 1946-52) é o poema de Mendes em que pela primeira vez pode se detectar uma mudança de postura crítica: ao poeta não interessa apenas o repertório de imagens, mas a praxe criativa do artista (...) E, sem nenhuma referência iconográfica, os versos tem a dureza enxuta da incisão de Goeldi (...)" (MAMMI, Lorenzo. 2012).

Tal poema demonstra que Murilo possuía grande interesse pela obra de Goeldi, de forma a entendê-la a partir de pontos específicos, além de admirá-lo como artista, já que o poeta, em sua grande maioria escrevia, somente a respeito daqueles que eram caros a sua admiração.

O poema *Homenagem*, na maneira como foi escrito, a partir de versos curtos, apontando elementos opostos ("Preto, Branco"), assemelha-se a uma ode, na qual Murilo celebra a arte e o processo criativo do gravador. E aos modos expressionistas, Murilo descreve cenas nas quais apresenta o conflito entre o belo e o feio, entre a beleza das cores e do traço do artista que se conflagram com as imagens da realidade nelas apresentadas. (NEHRING, 2001).

## 5. Considerações Finais

Mendes e Goeldi viveram no Rio de Janeiro durante o mesmo período, trabalharam no mesmo periódico, o Jornal *A Manhã*, o primeiro, escrevendo no Suplemento Dominical Letras e Artes e o segundo ilustrado quase que semanalmente artigos. Portanto, é extremamente improvável que não se conhecessem pessoalmente, existe inclusive, fotografia de ambos artistas juntos.

Goeldi, mesmo à primeira vista, sendo uma pessoa solitária, possuía seu círculo de amizades, da mesma maneira de Mendes. Um destes amigos era Reis Júnior, que junto com sua companheira o acolheu logo após a decisão familiar de mandá-lo a Europa. José Maria dos Reis Júnior, também artista, no ano de 1923 pintou um retrato de Murilo Mendes, o mais antigo do poeta. Como os demais retratos da coleção de Murilo foram presentes de amigos artistas, há fortes indícios de que o retrato feito por Reis Júnior também o tenha sido. Sendo assim, este pode ter sido o contato que apresentou Oswaldo Goeldi a Murilo Mendes.

Porém, os sinais de admiração entre estes dois artistas já estão extremamente claros. O caráter colecionador de Murilo Mendes, juntamente com os poemas demonstram tal fato. Estes primeiros pontos de contato entre os dois, nunca antes estudados em conjunto podem explicar os meios que levaram as obras de Goeldi a coleção de Mendes e assim aprofundar ainda mais o conhecimento que existe atualmente a respeito do acervo do poeta.

## 6. Referências Bibliográficas

AMOROSO, Maria Betânia. *Murilo Mendes: o poeta brasileiro em Roma*. São Paulo: Editora da Unesp; Juiz de Fora: Museu de Artes Murilo Mendes, 2013.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITO, Ronaldo. *Goeldi: O brilho da sombra*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: Edição nº 19, 1987.

CABO, Sheila. *Goeldi: Modernidade Extraviada*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

DAIBERT, Arlindo. Caderno de escritos. GUIMARÃES, Julio Castañon (Org.), Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

ELEOTÉRIO, Maria de Lourdes. *Murilo Mendes, Colecionador*. Remate de Males, Departamento de Teoria literária IEL/UNICAMP, Campinas: UNICAMP, no. 21, 2001.

FILHO, Paulo Venâncio. *Goeldi: Um expressionista nos trópicos*. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: Edição nº 40, 1994.

GUIMARÃES, Julio Castañon. *Murilo Mendes*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Territórios e Conjunções: Poesia e prosa críticas de Murilo Mendes*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

JÚNIOR, José Maria dos Reis. *Goeldi*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

MAMMI, Lorenzo. *Murilo Mendes, crítico de arte*. Campinas-SP, (32.1): pp. 81-93, Jan./Jun. 2012.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *Goeldi e sua Cena Urbana: Solidão e Melancolia*. Gávea nº6, Revista de História da Arte e da Arquitetura, PUC-RJ, Rio de Janeiro: dezembro de 1988.

MELLO, Cecília Cotrin. *Goeldi e Iberê: Romantismo e Atualidade*. Gávea nº 9, Revista de História da Arte e da Arquitetura, PUC-RJ, Rio de Janeiro: dezembro de 1991.

MENDES, Murilo. *Convergência*, São Paulo: Cosac Naify, 2014.

\_\_\_\_\_. *A idade do serrote*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

\_\_\_\_\_. *Antologia Poética*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

\_\_\_\_\_. *Poesia completa e prosa*. Luciana Stegagno Picchio (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

NEHRING, Marta Moraes. *Murilo Mendes crítico de arte - a invenção do finito*. São Paulo: Nankin Editorial, 2002

QUEIROZ, Rachel. Depoimento. In: ZÍLIO, Carlos. *Oswaldo Goeldi*. Rio de Janeiro: Solar Grandjean de Montigny, 1981. Catálogo de Exposição, out./nov., 1981, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Noemi Silva. *A Obra Gráfica de Goeldi: esboço de uma cronologia*. Gávea n°8, Revista de História da Arte e Arquitetura, PUC-RJ, Rio de Janeiro: dezembro de 1990.

RUFINONI, Priscila Rossinetti. *Oswaldo Goeldi: Iluminação, Ilustração*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Olhares Contaminados: leituras de Oswaldo Goeldi*. VI Encontro de História da Arte e suas Fronteiras da Universidade de Campinas. Campinas: 2010.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Um outro moderno? As exposições de Segall, Malfatti e Goeldi no início do Modernismo Brasileiro*. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Panorama da Pesquisa em Artes Visuais. Florianópolis: 2008.

ZULIETTI, Luís Fernando. *Goeldi: da melancolia ao inevitável*. Revista Aurora, n°8, PUC-SP, São Paulo: 2010.

\_\_\_\_\_. *Goeldi: O preto e o branco, os cheios e os vazios*. Revista Aurora, n° 12, PUC-SP, São Paulo: 2011.

#### **Dissertações de Mestrado:**

CAETANO, Renata Oliveira. *Murilo Mendes por Flávio de Carvalho: Relações Intelectuais através de retratos*. 2012. 177 páginas. Dissertação de Mestrado. História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

#### **Bibliografia Consultada na Internet:**

[www.oswaldogoeldi.org.br](http://www.oswaldogoeldi.org.br)

[www.centrovirtualgoeldi.com](http://www.centrovirtualgoeldi.com)

[www.museudeartemurilomendes.com.br](http://www.museudeartemurilomendes.com.br)

#### **Cartas:**

Carta de Goeldi a Kubin de 4 de Agosto de 1926. Disponível em: <[http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=cartas\\_interior&pagina=0&opcao=A](http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=cartas_interior&pagina=0&opcao=A)> Acesso em: 23 de setembro de 2014.

Carta de Goeldi a Kubin de 16 de Agosto de 1930. Disponível em: <[http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=cartas\\_interior&pagina=12&opcao=A](http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=cartas_interior&pagina=12&opcao=A)> Acesso em: 23 de setembro de 2014.

#### **Catálogos:**

GOELDI, Lani. Cassiano Ricardo gravado por Oswaldo Goeldi. São José dos Campos.

**Jornais:**

ARGAN, Giulio Carlo. *O Olho do poeta ou les éventails de Murilo Mendes*. Tradução de Murilo Marcondes Moura. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de mai. 1991, caderno Letras, pág. 6.

BRAGA, Rubem. *Goeldi, etc*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 6 de março de 1955.

GULLAR, Ferreira. *Artes Plásticas. Jornal do Brasil*, Suplemento Dominical. Rio de Janeiro: 12 de Janeiro de 1957. Disponível em: <[http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=biografia\\_entrevista&opcao=EN&pagina=0&iditem=40](http://www.centrovirtualgoeldi.com/paginas.aspx?Menu=biografia_entrevista&opcao=EN&pagina=0&iditem=40)> . Data de Acesso: 23 de setembro de 2014.

MAURÍCIO, Jayme. *O Itinerário das Artes Plásticas*. O Correio da Manhã, 25 de Outubro de 1955.

MENDES, MURILO. *Lasar Segall - A importância de Segall. Letras e Artes*, Suplemento de A Manhã, Rio de Janeiro, n. 207 e 208, 20 e 27 de maio de 1951, p.1.

## Rei Peste e Os insetos singulares de James Ensor

**Luisa Pereira Vianna**

Graduada em História

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

[luisa\\_vianna@yahoo.com.br](mailto:luisa_vianna@yahoo.com.br)

**Resumo:** Esta comunicação pretende por em discussão as duas gravuras “Os insetos singulares” e “Rei Peste” de James Ensor pertencentes ao Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), de Juiz Fora. A coleção desta instituição é composta quase integralmente de obras que pertenceram ao poeta que dá nome ao museu. Tais gravuras não fogem a esta premissa, são obras compradas por Murilo Mendes, que inclusive escreve sobre elas. Ensor possui um papel preponderante nas artes do final do século XIX e, em especial, daquilo hoje abarcado como Simbolismo. Suas máscaras, seu desejo e atração pelo mórbido e pelo grotesco são marcas incontestes de sua obra e do período do qual faz parte – especialmente da Bélgica. Este trabalho, em estágio inicial, faz uma leitura dessas gravuras situando-as em relação às coleções do MAMM.

**Palavras-chave:** James Ensor (1860 – 1949); simbolismo; gravura; Museu de Arte Murilo Mendes;

**Abstract:** This communication intends to discuss the two engravings "The Singular Insects" and "King Peste" by James Ensor belonging to the Murilo Mendes Museum of Art (MAMM), by Juiz Fora. The collection of this institution is composed almost entirely with works that belonged to the poet who gives the name to the museum. Such engravings do not escape this premise, are works bought by Murilo Mendes, who even writes about them. Ensor plays a preponderant role in the arts of the late nineteenth century and, in particular, of today encompassed as Symbolism. His masks, his desire and attraction for the morbid and the grotesque are unquestioned marks of his work and of the period of which he is a part - especially of Belgium. This work, in an initial stage, makes a reading of these engravings situating them in relation to the collections of the MAMM.

**Keywords:** James Ensor (1860 - 1949); symbolism; engraving; Murilo Mendes Art Museum.

O poeta e crítico de arte Murilo Mendes é uma figura conhecida aos arredores do Brasil. Por seu grande envolvimento com a arte, e amizades com diversos artistas, Murilo constituiu um vasto acervo de obras, entre pinturas e gravuras, sendo a sua coleção de arte moderna uma das mais expressivas de Minas Gerais<sup>1</sup>.

O Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), pertencente à Universidade Federal de Juiz de Fora, cidade natal do poeta, tem em seu acervo o predomínio de artistas estrangeiros:

Os artistas estrangeiros são maioria no acervo e quase todos estão representados por mais de uma obra, sendo que o casal Vieira-Szenes figura com mais de uma dezena. Há Braque, Picasso, Léger, Miró, Ensor, Rouault, além dos já citados. Um interessante núcleo de pintores e escultores italianos completa a coleção: Magnelli, Severini, Dorazio, Accardi, Perilli, Turcato, Franchina, Fontana, Capogrossi, Corpora, Biggi e Sanfilippo. A presença

---

<sup>1</sup> PEREIRA, 2001, p. 1

destes nomes denota o estreito diálogo mantido por Murilo com tais artistas quando residiu em Roma.<sup>2</sup>

Dentro dessa coleção, o artista em evidência para a construção desse artigo é James Ensor. Artista belga, atuante nos finais do século XIX, nasceu em Ostende no ano de 1860. Sua pintura, sempre enloquente, abordava temas fantásticos com grande ironia e sarcasmo, sendo recorrente em suas obras a utilização das máscaras carnavalescas extraído do folclore belga, como em seu quadro *As máscaras escandalizadas*, onde elas aparecem pela primeira vez, e desde então nunca mais o deixarão.

Ensor trata de temas do cotidiano, como as multidões. O conteúdo de sua arte possui extrema jocosidade e grande sarcasmo, como no caso de *A Morte perseguindo o Rebanho dos Humanos* de 1896, onde o personagem título empunha sua foice sobre uma multidão em pânico, ou, a sua considerada obra prima, *A entrada de Cristo em Bruxelas* de 1888-89, em que a multidão aglomera em um grande cortejo de Carnaval a espera de Cristo, que é o próprio artista representado enquanto tal, que entra na cidade sentado em um burro, esticando a mão direita como se fosse abençoar o grande multidão de mascarados.

Emile Verhaeren comenta que os assuntos tratados pelo pintor não são de forma alguma ambíguos, mas “(...) ao contrário é franco, sincero, feroz, brutal. Não há subtendido. Há coerência. (...) rios de imaginação tumultuosa e de zombaria agitada que o artista carrega através de suas obras.”<sup>3</sup>

O conjunto da obra gráfica de James Ensor compreende 131 gravuras, sendo que muitas delas reproduzem seus quadros, como o exemplo a gravura *A entrada de Cristo em Bruxelas na Terça feira Gorda* de 1898. Não sendo a cópia exata da obra original, alguns elementos se modificam, porém a base da imagem e quase todos os personagens continuam os mesmos. A paródia social continua nessa gravura, podendo dizer de forma mais feroz até que a própria pintura, por não contar com o subterfúgio da cor, que ameniza o tema proposto, os personagens apresentam uma conotação mais dura. Emile defende que “(...) quando o buril está em suas mãos ele concebe alguma composição ainda inédita, o vento da fantasmagoria mais que nunca golpeia violentamente sobre seu cérebro.”<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup>ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Murilo Mendes, colecionador. Campinas: Revista UNICAMP. In: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/download/3197/2677>. p. 21

<sup>3</sup>VERHAEREN, Emile. Sur James Ensor. Bruxelles: Editions Complexe, 1999. p. 101.

<sup>4</sup> Id.

Como dito anteriormente, no Museu de Arte Murilo Mendes há duas gravuras de Ensor. A primeira, *Os Insetos Singulare*<sup>5</sup> do ano de 1888, produzida em água-forte com as dimensões de 11,4 x 15,4 cm.

Na gravura vemos dois insetos lado a lado. O primeiro é uma libélula com a cabeça de mulher, sendo ela Mariette Rosseau-Hannon, esposa de seu mentor Ernest Rosseau. O segundo inseto é um escaravelho sendo a cabeça do próprio artista, algo muito comum do próprio Ensor representar-se em suas próprias obras.

O título da gravura já denota que ambos os insetos reproduzidos são singulares, e desta forma não possuem nenhum tipo de comunicação entre si. Esta gravura é a clara afeição que Ensor tinha por Mariette, podendo ser representada por um amor platônico, algo que dificilmente ocorrerá por serem distintos um do outro. James inspirou-se no poema de Heinrich Heine, *Die Launen der Verliebten*<sup>6</sup> de 1835 para compor essa imagem:

Um escaravelho estava pousado numa cerca,  
Triste e pensativo; tinha-se apaixonado por uma mosca.  
Ó mosca de minh'alma!  
Sê a esposa eleita.  
Caso comigo, não rejeites meu amor.  
Meu ventre é todo de ouro.<sup>7</sup>

Não foi a primeira vez que Ensor reproduziu as pessoas próximas a ele como insetos. Em outra gravura, *Pequenas figuras estranhas* também de 1888, ele retrata Ernest Rosseau pai e filho, sua avó, e mais uma vez Mariette de libélula. Ambos os insetos dessa composição: mosca, escaravelho, borboleta e libélula, são insetos que sofrem metamorfose. Estaria o artista querendo indicar algo com isso?

A primeira vista é quase impossível não associar *Os Insetos Singulares* com *A metamorfose* de Franz Kafka. A história de Gregório Samsa, homem que em um fatídico dia acordou preso em um corpo de um inseto com múltiplas pernas, é forte no imaginário e mesmo Murilo Mendes se remete a ele para escrever sobre esta gravura de Ensor:

Habitando a parede do meu estúdio aquela gravura de Ensor, 1886, mostra uma cabeça de homem: desponta de um enorme inseto; assim, Ensor de longe precede Kafka, antecipa a história de Gregório Samsa, de certo modo código de todos nós, insetos; embora cidadãos também do cosmo; menos comunicáveis que os próprios insetos sem papel ou álgebra, nem a faculdade de definir o absurdo, nem de receber as saudações de Níveve ou Marte.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Ver imagem no link: <http://jamesensor.vlaamsekunstcollectie.be/en/collection/peculiar-insects-1>

<sup>6</sup> Tradução: *Caprichos dos enamorados*

<sup>7</sup> Tradução de um trecho do poema de Heinrich Heine, *Die Launen der Verliebten*<sup>7</sup> de 1835.

<sup>8</sup> MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 1269



Murilo também identifica esse afastamento e falta de comunicação não só na relação entre os dois insetos retratados na gravura, mas também em relação às próprias pessoas, que convivem diariamente dentro do mesmo universo, todavia são incomunicáveis entre si.

A segunda gravura, que também pertence a coleção do Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), é *Rei Peste*<sup>9</sup> de 1895. Também produzida em água-forte, essa gravura tem as dimensões de 96 x 11,5 cm.

Sua composição está intrinsecamente relacionada com o conto de Edgar Allan Poe que leva o mesmo nome: *Rei Peste*. Conto este publicado pela primeira vez em setembro de 1835 no periódico *Southern Literary Messenger*<sup>10</sup>, conta a história de dois marinheiros, Legs e Hugh Tarpaulin, que ancoram em Londres para uma noite de bebedeira. Tão logo descobrem que a taberna não vendia fiado, os dois amigos fogem por não ter dinheiro para pagar seu consumo desordenado de bebida. Em meio a correria, acabam por pular a barricada que está ali justo para isolar a cidade daquela parcela que estava dominada pela peste. Ao chegarem do outro lado das longas paredes de madeiras impostas, os dois marinheiros prosseguem o caminho, aparentemente sem volta, até chegar a um salão de uma casa funerária onde encontram-se a extraordinária assembléia de *Rei Peste*.

À visão dessa extraordinária assembléia, e de seus ainda mais extraordinários aparatos, nossos dois marujos não se conduziram com esse grau de decoro que seria de se esperar. Legs, recostando contra a parede que calhava de estar próxima, deixou cair o maxilar inferior ainda mais baixo do que de costume, e arregalou os olhos na máxima amplitude; enquanto Hugh Tarpaulin, curvando-se a ponto de deixar seu nariz no mesmo nível da mesa, e batendo com a palma das mãos nos joelhos, explodiu no rugido longo, alto e estrondoso de uma deveras inoportuna e imoderada gargalhada.<sup>11</sup>

Na imagem a grande mesa redonda está em ênfase. Dos membros ali dispostos ao redor dela vemos a primeira figura que destaca dos demais membros. Sua cabeça comprida ressalta a enorme testa robusta com linhas de expressão que precede o enorme arranjo em sua cabeça de plumas funerárias “(...) que fazia balouçar de um lado a outro com ar sábio e garboso”<sup>12</sup>. Em sua mão direita o enorme fêmur humano auxilia-o em uma espécie de cajado real é uma das evidências de que ele é o *Rei Peste*. Como se não bastasse a figura fantasmagórica Real, os demais membros são tão estranhamente horríveis quanto Vossa Excelência. Em sua esquerda,

<sup>9</sup> Ver imagem no link: <http://jamesensor.vlaamsekunstcollectie.be/en/collection/king-pest-0>

<sup>10</sup> Ver informação no link:

<http://quod.lib.umich.edu/m/moajrnl/acf2679.0001.013/761:13?rgn=full+text;view=image;q1=King+Pest+the+First%3A+a+Tale+Containing+an+Allegory>

<sup>11</sup> POE, Edgar Allan. *Contos de imaginação e mistério*. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p 399

<sup>12</sup> Id. p. 396

da estranha figura disposta ao lado do Rei só vimos o rosto, da qual pode lembrar uma máscara africana. O resto de seu corpo encontra-se preso dentro do caixão. A mulher posicionada na frente de Rei Peste parece uma palhaça com o sorriso largo e assustador e o rufo preso no pescoço.

As peculiaridades ressaltadas na gravura de Ensor perpassam cada personagem daquela Assembléia de forma particularmente assustadora e fantasmagórica, que ao mesmo tempo requer uma jocosidade em cena. Em contraponto com a ilustração feita por Harry Clarke<sup>13</sup> em 1917, que se quer algo mais pomposo e decorativo – que se aproxima da estrutura decorativa de Aubrey Beardsley -, é claro e evidente que Clarke teve um contado com essa gravura de Ensor para constituir a sua própria.

Porém, é notório que não se trata de uma cópia, uma vez que ambos os artistas têm características diferentes de lidar com o tema. Apesar de se assemelharem muito, também há dissemelhanças em ambas as obras. Como no caso do tratamento dos personagens, Ensor opta pela caracterização do ridículo, de personagens que não são necessariamente reais, algo muito presente em suas obras, enquanto Clarke se quer mais concentrado na construção corporal humana e figuras mais estáticas.

Apesar das diversas características das gravuras, ambos os artistas mantêm a essência de Rei Peste a mesma: “testa tão insólita e medonhamente alta, (...) boca enrugada e cheia de covinhas numa expressão de spectral afabilidade, e seus olhos (...) vidrados com os vapores da embriaguez.”<sup>14</sup>, pronto para sentenciar ao afogamento em tonéis de cerveja todos aqueles que ousarem lhe desagradar.

### **Bibliografia:**

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. *James Ensor: um visionário em preto-e-branco*. São Paulo: Museu de Arte Brasileira, 2005.

COLEÇÃO FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Mestre das gravuras catálogo*. Rio de Janeiro: 2011.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Murilo Mendes, colecionador*. Campinas: Revista UNICAMP. In: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/download/3197/2677>.

MALORNY, Ulrike Becks. *James Ensor 1860-1949: As máscaras, o mar e a morte*. Colônia: Taschen, 2000.

---

<sup>13</sup> Ver imagem no link: [https://c2.staticflickr.com/8/7473/30177926921\\_1d9d4e5a1b\\_o.jpg](https://c2.staticflickr.com/8/7473/30177926921_1d9d4e5a1b_o.jpg)

<sup>14</sup> POE, Edgar Allan. *Contos de imaginação e mistério*. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p 396

MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

POE, Edgar Allan. *Contos de imaginação e mistério*. São Paulo: Tordesilhas, 2012.

VERHAEREN, Emile. *Sur James Ensor*. Bruxelles: Editions Complexe, 1999.

## “O diabo disfarçado de frade”: entre narrativas, símbolos e mistérios

**Paulo Henrique Silveira Damião**

Mestrando em História

PPGHIS/UFJF

E-mail: paulohenriquesd@hotmail.com

**Thomaz Santos Leite**

Licenciado em História

UFJF

E-mail: thomazsantos2@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo busca, através da escultura “O diabo disfarçado de frade”, pertencente ao acervo do Museu Mariano Procópio, identificar a autoria da obra, até então desconhecida, e localizar tal escultura dentro do projeto da artista. A seguir, com a localização de outras duas esculturas da artista, propõe-se a fazer uma análise dessa produção artística, compreendendo-a num mesmo projeto artístico, no qual são características principais as narrativas moralizantes, seus símbolos e a disposição iconográfica das obras, sempre com a representação de duas personagens.

**Palavras-chave:** Escultura; Narrativa; Símbolos; França; Século XIX.

**Abstract:** This article aims to search through the sculpture "O diabo disfarçado de frade", that belong to the collection of the Mariano Procópio Museum, to identify an authorship of the previously unknown work, and to locate such sculptures within the artist 's project. Then, with a location of two other sculptures of the artist, it proposes to make an analysis of the artistic production, understanding it in a same artistic project, not what are main characteristics like moralizing narratives, their symbols and iconographic disposition of works, always with of two characters representation.

**Key words:** Sculpture; Narrative; Symbols; France; XIX century.

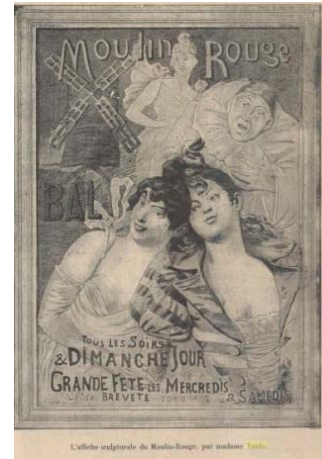
### **A misteriosa autoria:**

A escultura intitulada “O diabo disfarçado de frade” foi assinada por G. V. Yeldo e logo no início de nossa pesquisa percebemos que se tratava de uma autoria misteriosa dentro da história da arte. Contudo, a partir, principalmente, de consultas em periódicos e jornais disponíveis na Biblioteca Nacional Francesa encontramos algumas pistas que nos fizeram descobrir quem foi Yeldo.

Iniciamos por um estudo sobre o escultor vienense Richard Kauffungen (1854-1942), professor de escultura que teve notório destaque no ensino para mulheres. Não é à toa que foi professor de escultura na Academia Feminina de Viena onde chefiou a escola de arte para mulheres e meninas. Retomamos esses aspectos sobre Kauffungen pois no estudo mencionado

há referência a uma mulher, escultora parisiense, identificada por “Madame Yeldo”, que foi sua aluna.<sup>1</sup>

Já na Biblioteca Nacional Francesa, localizamos, num primeiro momento, três obras com autoria de Madame Yeldo, além de algumas informações sobre quem era, à época, essa artista. Em “Les Affiches Illustrées”<sup>2</sup>, publicação de 1896 sobre cartazes ilustrados, encontramos as primeiras obras dessa artista. A primeira, uma estátua de Yvette Guilbert, cantora francesa. A segunda representa o cantor e escritor francês Aristide Bruant. A terceira, um cartaz do famoso cabaré parisiense “Moulin Rouge”. Tais obras estão, também, publicadas em “La revue des revues”<sup>3</sup>, de 1896, e em “La Plume: Littéraire, Artistique e Sociale”<sup>4</sup>, de 1894.



**Imagens 1, 2 e 3:** MAINDRON, Ernest. **Les Affiches Illustrées** (1886-1895). Paris: G. Boudet, Éditeur, 1896, p. 30-32. Disponível em: <<https://archive.org/stream/lesaffichesillus0main#page/30/mode/2up/search/Yeldo>>. Acessado: 01 de outubro de 2016.

A estátua de autoria de Madame Yeldo que representa Yvette Guilbert ganhou as páginas do jornal “Le Gaulois” ainda em 1892. O jornal vai descrever que: “a estátua em

<sup>1</sup> STIEGLITZ, Olga & ZEILLINGER, Gerhard (orgs.). Der Bildhauer Richard Kauffungen (1854-1942). Frankfurt: Peter Lang GmbH, 2008, p. 118.

<sup>2</sup> MAINDRON, Ernest. Les Affiches Illustrées (1886-1895). Paris: G. Boudet, Éditeur, 1896.

<sup>3</sup> FINOT, J. Un art Nouveau. La Revue des Revues. Paris: Bibliothèque Nationale Paris. Vol. XVIII, 1896, p. 390 – 392.

Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62478422/f402.image.r=Yeldo?rk=21459;2>>. Acessado em: 01 de outubro de 2016.

<sup>4</sup> MAINDRON, Ernest. La publicite sculpturale. La Plume: Littéraire, Artistique e Sociale, n. 115, Fev/1894. In: La Plume: Littéraire, Artistique e Sociale. Directeur-Rédacteur em chef: Léon Deschamps. Genève: Slatkine Reprint's, 1968, p. 50. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k155989/f50.item>>. Acessado em: 27 de março de 2017.

tamanho... parece mais natural que Yvette Guilbert, a criança mimada do público parisiense. Esta estátua é obra de Yeldo, pseudônimo atrás do qual se esconde uma socialite cujo talento é apreciado”<sup>5</sup>. Com essa notícia, constatamos que “Yeldo” seria um pseudônimo utilizado pela artista para que ela não fosse identificada pelo público. Essa opção por usar um pseudônimo só poderia ser explicada pela própria artista, mas o espaço restrito que tinham as mulheres dentro do mundo das artes e da academia no século XIX poderia ser uma possível explicação<sup>6</sup>.

A partir da localização de algumas das obras dessa artista surge a inquietação de buscar compreender, então, a sua atuação artística na França do século XIX. Delimitamos esse local e essa data devido as fontes encontradas que referenciam Yeldo, uma vez que estão compreendidas majoritariamente em Paris, nos anos finais do século XIX, como já vimos acima e veremos abaixo. Três periódicos encontrados nos dão campo para refletir sobre o questionamento quanto à sua atuação, seja nos salões de arte ou nas ruas, pelas galerias ou exposições particulares.

No jornal “Fígaro: Journal non politique”, de 1884, temos relato de sua participação em exposições junto com um irmão, o pintor René Vauquelin. Segundo o jornal: “O pintor René Vauquelin e sua irmã Yeldo abriram hoje uma exposição de suas obras, que será sensação”<sup>7</sup>. A partir da identificação do nome de um irmão de G. V.- Yeldo chegamos à conclusão de que a abreviação identificada pela letra “V” se refere ao sobrenome “Vauquelin”. Dessa forma, temos, num primeiro momento, o nome da artista como G. Vauquelin Yeldo. Com essa informação localizamos num site de leilão de obras de arte um busto assinado por Gabrielle Vauquelin Yeldo.

---

<sup>5</sup> MEYER, Arthur. *Courrier des Spectacles. Le Gaulois: littéraire et politique*. Paris: Department et Gales. 26<sup>o</sup> Année, 3<sup>a</sup> Serie, n<sup>o</sup> 3502, 17/06/1892, p. 4, grifo nosso.  
Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k528014j/f4.item.r=Madame%20Yeldo>> Acessado em: 01 de outubro de 2016.

<sup>6</sup> Sobre a presença das mulheres no mundo das artes do século XIX ver: SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008, 360p.

<sup>7</sup> LE FIGARO. Paris, maio de 1884, p. 3. Disponível em:  
<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k278945b/f3.item.r=Vauquelin%20Yeldo>>. Acessado em: 10 de março de 2017.



**Imagem 4:** Gabrielle Vauquelin Yeldo. Portrait en buste d'une elegante. Gesso pintado em imitação de terracota. Assinado e datado em 1881 sobre o pé. Alt.: 70 cm. Disponível em: <<http://www.ivoire-france.com/lot/gabrielle-vauquelin-portrait-en-buste-dune-elegante-platre-2/>>. Acessado em: 10 de março de 2017.

Não sobram dúvidas de que G.-V. Yeldo é um pseudônimo, na qual temos nome e sobrenome abreviados, que se refere à Gabrielle Vauquelin, escultora francesa que teve atuação na segunda metade do século XIX e irmã do pintor René Vauquelin. Contudo, ainda temos outros dois periódicos que relatam a atuação da artista Yeldo na França e que reforçam a descoberta da autoria da obra pertencente ao Museu Mariano Procópio.

Em “Le Livre et l’Image”, de 1894, temos elogios às obras de Yeldo, que naquele momento estavam circulando pelas ruas de Paris. De acordo com a publicação: “[...] Os relevos de Yeldo são obras-primas, eles continuam a produzir a impressão de uma viagem de exposição, uma galeria de obras pintadas ou esculpidas circula pelas ruas”<sup>8</sup>.

Já em “Histoire D’Elbeuf”, de 1905, temos o relato da participação da artista no Salão de 1883, em Paris. O periódico cita que “um grande número dos nossos concidadãos expôs no Salon de 1883, que abriu em maio [...]”<sup>9</sup>. Entre os nomes temos “Mme G.- V. Yeldo”, escrito da mesma forma que está assinado na escultura do Museu Mariano Procópio, exceto pela presença da abreviação de madame, além do nome de seu irmão, René-Louis Félix Vauquelin.

<sup>8</sup> RONDEAU, E. Les curiosités de la rue. Le Livre et l’Image: revue documentaire illustrée mensuelle. Paris: Librairie Auguste Fontaine, n° II, 1894, p. 123. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5425700g/f148.item.r=Galerie%20Van%20der%20Yeldo.zoom>>. Acessado em 01 de outubro de 2016.

<sup>9</sup> SAINT-DANIS, H. Histoire D’Elbeuf. Elbeuf: Imprimerie H. Saint-Denis, T. XII, 1905, p. 107. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1473068/f125.image.r=Yeldo>>. Acessado em 01 de outubro de 2016.



Doublet, pour les ouvriers sans travail habitant notre ville.

Un assez grand nombre de nos concitoyens exposèrent au Salon de 1883, qui ouvrit en mai: MM. Jean-Pierre Haag, Emile-Louis Minet, Edouard-Charles Tronel, René-Louis Félix Vauquelin, Eugène-Ernest Chrétien, Félix-Victor Huet, Alfred Masson-Acher, Georges Wallet et Mme G.-V. **Yeldo**.

**Imagem 5:** SAINT-DANIS, H. **Histoire D'Elbeuf.** **Elbeuf:** Imprimerie H. Saint-Denis, T. XII, 1905, p. 107. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1473068/f125.image.r=Yeldo>>. Acessado em 01 de outubro de 2016.

Através do catálogo ilustrativo do “Salon” de 1883, localizamos as duas obras expostas por Yeldo, o que evidencia sua participação nessa exposição em Paris. As obras seguem a baixo:



**Imagem 6:** LIVRET ILLUSTRÉ DU SALON. Ed. L. Baschet. Paris: Librairie D'Arte, 1883, p. 191. Disponível em: <<https://archive.org/stream/catalogueillustr1883suplsoci#page/n191/mode/2up>>. Acessado em: 10 de março 2017.

As semelhanças entre as duas obras expostas em 1883, intituladas pelo catálogo por “Bodas de ouro: o som do velho casal” e “Os dois corcundas”, e o bronze “O diabo disfarçado de frade”, do Museu Mariano Procópio, saltam aos olhos. Por entendermos que as três obras em questão fazem parte de um mesmo projeto artístico analisaremos, a seguir, elas em conjunto, destacando suas representações e suas narrativas individuais, evidenciando suas semelhanças iconográficas.

### Entre narrativas, símbolos e mistérios – Três obras, um mesmo projeto artístico:

As três esculturas em questão foram elaboradas dentro de um mesmo projeto artístico. Lançamos essa hipótese pois, a partir das imagens, percebemos que as obras são compostas sempre por duas personagens, dispostas em cima de uma base retangular. Acreditamos ainda

que as três obras possuem dimensões parecidas, tendo como exemplo as medidas da escultura em bronze encontrada no Museu Mariano Procópio. Uma produção específica de pequenos bronzes no século XIX para decoração interna de residências, assim como para a prática do colecionismo, reforçam que as dimensões das obras encontradas no catálogo da exposição de 1883 possam ser parecidas com a peça do MMP. Naquele período havia uma procura por objetos que fariam parte da decoração interna dos espaços domésticos, em conformidade com as identidades e personalidades dos membros dos grupos familiares. Junto a essa conjuntura, uma produção específica de pequenos objetos, principalmente bronzes, com cunho moralizante, chama atenção. A arte decorativa se afirma e se consolida no mundo das artes.<sup>10</sup> Além dessas características, temos, dentro desse projeto, a predominância de narrativas moralizantes em todas as três obras. A seguir, analisaremos as três obras de Gabrielle Vauquelin, enfatizando, sobretudo, as narrativas de cada obra e seus símbolos.

### 1. “O diabo disfarçado de frade”:



**Imagem 7:** G-V. Yeldo. O diabo disfarçado de frade. Bronze. Altura: 44cm, Largura: 36cm, Profundidade: 32 cm. Séc. XIX/XX. Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=4075#ad-image-0>>. Acessado em: 20 de setembro de 2016.

Como percebemos, a escultura do Museu Mariano Procópio representa um frade ao lado de um jovem que está segurando algumas cartas. O frade pode ser identificado pelo seu traje e pela presença de um crucifixo junto à sua veste. Numa primeira análise, conseguimos identificar, pelo movimento das mãos de ambos e pelas cartas em cima da mesa, que o frade

<sup>10</sup> Sobre a arte decorativa e colecionismo no século XIX ver MALTA, Marize. Artes decorativas em coleções oitocentistas: A França como paradigma e o Museu Mariano Procópio. In: Anais Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora: Fundação Museu Mariano Procópio, 2014a, p. 221. Sobre arte doméstica no século XIX ver MALTA, Marize. Arte doméstica: modos de morar em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a casa de Rui Barbosa. In: MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G. (Org.). Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores. 1 ed. Rio de Janeiro e Lisboa: EBA-UFRJ; INHA-FSCH-UVL; CEAD-ESAD-FRESS, 2014b, v.1, p. 127.

está ensinando o jovem a jogar cartas. Além disso, percebemos que a prática realizada está associada ao dinheiro, uma vez que existem sobre a mesa bolsinhas com moedas. A postura do frade junto ao jovem, como veremos adiante, faz associá-lo ao diabo, podendo ser tachado por um falso frade.

Existem inúmeras referências ao diabo em narrativas religiosas, principalmente em narrativas sobre a Idade Média. Elucidaremos algumas narrativas encontradas na “Legenda Áurea”, obra do frade Jacopo de Varazze, que contém experiências de frades, religiosos e santos na Idade Média, que podem ser relacionadas com a obra “O diabo disfarçado de frade”.

A historiadora Teresa Rocha desenvolveu um estudo no qual aborda as narrativas encontradas na “Legenda Áurea”. A autora mostra que era comum nas narrativas a tentação do diabo aos homens terrenos, mas ele tinha preferência pelos religiosos. De acordo com Rocha:

Obviamente, **de acordo com a natureza de Satanás, os objetos principais de sua atuação são os religiosos**, uma vez que a sua perdição implicava uma ofensa infinitamente maior a Deus, já que estes eram os Seus ministros, consagrados para levar aos homens a Sua palavra. Além disto, de acordo com Jacopo de Varazze, os demônios são invejosos e não suportam a santidade de alguns homens.<sup>11</sup>

Na “Legenda Áurea” encontramos a narrativa de São Domingos, que descreve sua experiência junto a um diabo disfarçado de frade. Nela o diabo apareceu sob a forma de um frade e passou a tentar de inúmeras formas os frades dentro daquela Igreja.<sup>12</sup>

Percebemos que a narrativa dessa escultura está diretamente ligada à moral pregada pela Igreja Católica. Dessa forma, conseguimos identificar na obra alguns símbolos que substanciam o cunho moralizante da peça. Destacamos a cruz, a vestimenta, o jogo de cartas e o dinheiro.

A Bíblia traz diversas passagens sobre a utilização desses símbolos pelos seus membros e seus seguidores. Com relação a cruz, a Bíblia descreve que os verdadeiros seguidores de Cristo deveriam tomar a cruz e segui-lo, caso contrário não poderiam ser seus discípulos. Esse ensinamento está contido em diversos versículos da Bíblia, como, por exemplo, no capítulo de Matheus, que afirma: “Em seguida, Jesus disse a seus discípulos: Se alguém quiser vir comigo, renuncie-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me”<sup>13</sup>. Já em relação a atitude do frade de ensinar um jovem a jogar cartas envolvendo o uso de dinheiro, há passagens de condenação dessa

---

<sup>11</sup> ROCHA, Teresa Renata Silva. As cristuras do mal na hagiografia dominicana – uma pedagogia do século XIII. 2011. 211f. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 88.

<sup>12</sup> DE VARAZZE, Jacopo. Legenda Áurea: vidas de santos. Trad. Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 626, grifo nosso.

<sup>13</sup> A Bíblia Sagrada. Matheus - 16:24.

prática por parte da Igreja. Em Levítico temos: “Não andarás como mexeriqueiro entre o teu povo”<sup>14</sup>. Quanto ao uso do dinheiro para fins mundanos a Bíblia cita que: “Ninguém pode servir a dois senhores; odiará um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”<sup>15</sup>; “O dinheiro ganho com desonestidade diminuirá, mas quem o ajunta aos poucos terá cada vez mais”<sup>16</sup>; “De que serve o dinheiro na mão do tolo já que ele não quer obter a sabedoria?”<sup>17</sup>.

A partir dessas passagens bíblicas, percebemos que o jogo e o uso de dinheiro representados na obra estão associados à desonestidade, podendo o frade ser classificado como um tolo, que não está em busca da sabedoria, mas, sim, a serviço do dinheiro e não de Deus. Essa análise explica, em grande medida, o título da obra.

## 2. “Bodas de ouro: O som do velho casal”:



**Imagem 8:** LIVRET ILLUSTRÉ DU SALON. Ed. L. Baschet. Paris: Librairie D’Arte, 1883, p. 191.

A obra “Bodas de ouro: O som do velho casal”, em francês “La cinquantaine: La chanson des vieux époux”, traz representado um velho casal, com semblante alegre. Por sua interpretação e título, a iconografia da escultura narra a comemoração dos 50 anos de casamento desse casal, ou seja, a comemoração de bodas de ouro. Uma ópera francesa, de 1771, intitulada “La cinquantaine”, conta a história de um casal em comemoração dos 50 anos de casamento, casamento este bem-sucedido<sup>18</sup>. Apesar de serem expressões artísticas diferentes, a escultura

<sup>14</sup> Ibid., Lv. – 19:16.

<sup>15</sup> Ibid., Mt. – 6:24.

<sup>16</sup> Ibid., Pv. – 13:11.

<sup>17</sup> Ibid., Pv. – 16:17.

<sup>18</sup> LA CINQUANTAINE: Patorale en trois actes. Le Mardi, 13 de outubro de 1771. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k70364g.pdf>>. Acessado em: 06 de maio de 2017.

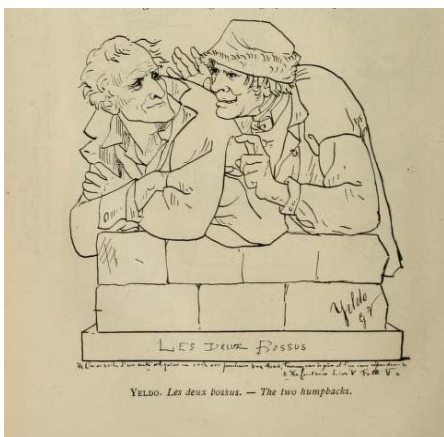
pode estar relacionada a essa ópera, pois percebemos que a narrativa da obra, explicitada pelo seu título e iconografia, refere-se ao mesmo enredo da Ópera.

O casamento é um dos costumes que marcavam a vida das pessoas no século XIX e o faz até os dias de hoje. De certa maneira, esse sacramento representava o fim da juventude e o início da vida adulta. Esse rito também era usado por famílias da elite com intuito de firmarem uma aliança e crescerem seus poderes políticos e/ou econômicos. O sucesso do casamento estava ligado tanto ao êxito da família, quanto a um modo de vida burguês que norteava a vida de muitas pessoas no período.

Para a Igreja Católica, o matrimônio é um dos estágios da vida espiritual e religiosa de seus seguidores e está contido dentro dos sete sacramentos cristãos. Segundo o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, "os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, mediante os quais nos é concedida a vida divina"<sup>19</sup>. Ainda segundo o Compêndio, "Os sacramentos não apenas supõem a fé, como também, através das palavras e elementos rituais, a alimentam, fortificam e exprimem. Ao celebrá-los, a Igreja confessa a fé apostólica [...]"<sup>20</sup>.

A simbologia do casamento, reforçada pelo sucesso matrimonial representado pela obra de arte, remete, assim como na obra analisada anteriormente, a uma narrativa moralizante, evidenciando, novamente, o projeto artístico da escultora para essas obras em questão.

### 3. “Os dois corcundas”:



**Imagem 9:** LIVRET ILLUSTRÉ DU SALON. Ed. L. Baschet. Paris: Librairie D'Arte, 1883, p. 191.

<sup>19</sup> Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, 2005, n. 224, p. 30. Disponível em: <<http://www.catequisar.com.br/dw/compendio.pdf>>. Acessado em: 30 de junho de 2017.

<sup>20</sup> Ibid., n. 228, p. 30.

Na obra “Os dois corcundas”, em francês “Les deux bossus, estão representados iconograficamente duas personagens masculinas, com corcundas aparentes, feições parecidas e alegres. Como na obra anterior, imaginamos que a escultura pudesse estar relacionada a alguma outra narrativa. Procurando, então, por obras artísticas que fizessem menção aos dois corcundas, encontramos um conto italiano, de 1885, que narra a história de dois amigos corcundas.

Segundo essa história, os dois amigos viviam juntos em uma casa velha. Ambos estavam passando fome e não conseguiam emprego por conta de suas respectivas corcundas. Um deles resolve sair em busca de algo para fazer, com intuito de conseguir comida ou dinheiro, mas o outro corcunda o repreende dizendo que ele não conseguiria. Insistente, ele sai e encontra um vendedor de queijos que o ajuda tirando sua corcunda com uma faca e lhe dá um saco de moedas de ouro. Muito animado com o acontecido, volta à casa e conta ao seu velho amigo, ainda corcunda. O corcunda, empolgado com a história de seu amigo, tenta fazer o mesmo, indo atrás do vendedor de queijos, que mais tarde se recusaria a tirar sua corcunda. Para piorar a situação, o vendedor de queijo costura a antiga corcunda do seu amigo em seu peito, de forma que, agora, o corcunda passaria a ter duas corcundas.<sup>21</sup>

O conto possui um tom moralizante, tentando mostrar que não é sendo “esperto” que se conseguiria as coisas. A escultura traria, então, a mensagem desse conto popular em uma forma iconográfica. Assim, “Os dois corcundas” se soma às outras duas obras, dentro desse projeto artístico que traz narrativas moralizantes a partir de obras de arte.

### **À guisa de conclusão:**

A História da Arte enquanto disciplina vem se mostrando, a partir dos resultados de suas pesquisas, fundamental para entendermos como nossa sociedade é formada e sob quais influencias. Nesse sentido, o presente artigo se propôs, num primeiro momento, a identificar a autoria da obra de arte “O diabo disfarçado de frade”, do Museu Mariano Procópio, bem como, localizar tal obra dentro do projeto artístico da artista. Dessa forma, além de termos chegado ao nome de Gabrielle Vauquelin, escultora francesa atuante nas décadas finais do século XIX, conseguimos localizar outras obras da artista, de bastante significância.

A partir das outras obras encontradas, principalmente as esculturas “Bodas de ouro” e “Os dois corcundas”, pudemos identificar uma produção para um mesmo projeto artístico, no

---

<sup>21</sup> CRANE, Thomas Frederick. Italian Popular Tales. Cambridge: Cambridge University Press, 1885. Disponível em: < [https://ia600301.us.archive.org/34/items/ItalianPopularTales/italian\\_tales\\_Crane.pdf](https://ia600301.us.archive.org/34/items/ItalianPopularTales/italian_tales_Crane.pdf)>. Acessado em: 06 de maio de 2017.

qual temos a predominância da representação de duas pessoas e das narrativas moralizantes. Esse projeto pode ser percebido tanto na narrativa do “Diabo disfarçado de frade”, que suscitou questões acerca da conduta de um fiel de Cristo, seguidor dos ideais da Igreja Católica, quanto nas narrativas de “Bodas de ouro” e “Os dois corcundas”, que trouxeram, respectivamente, reflexões sobre a simbologia de um casamento bem-sucedido e sobre a busca por desejos particulares sem medir esforços.

Sabemos que com a abertura do espaço privado das casas para reuniões e festas, principalmente na segunda metade do século XIX, essas pequenas esculturas com tom moralizante, bem como outras formas de arte decorativa, começaram a ter espaço nas salas. Esse modo de vida burguês característico da França, que, mais tarde, foi incorporado pela elite brasileira, suscita uma produção dessas pequenas esculturas, sendo boa parte do acervo do Museu Mariano Procópio advindo dessa prática do colecionismo e da cultura burguesa.

A artista Gabrielle Vauquelin e suas obras merecem uma análise mais aprofundada. Acreditamos que a escultora esteve vinculada a um meio social francês, meio este composto, também, por artistas, hoje, consagrados, como Henri de Toulouse-Lautrec. Para além, torna-se importante pensar como era o papel das mulheres artistas nesse período e como Gabrielle Vauquelin se encaixa no mundo artístico e social francês.



## Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de ‘gabinetes de curiosidade’ e o colecionismo na primeira era moderna

**Carolina Vaz de Carvalho**

Bacharel em Ciências Sociais e em Museologia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Aux. Depto. Filosofia  
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia  
E-mail: carolavaz@gmail.com

**Resumo:** Nos campos da Museologia, História Cultural e História da Arte, as coleções do período moderno são frequentemente tomadas como origem dos museus e das práticas colecionistas contemporâneas. Essas coleções costumam ser sintetizadas na imagem estereotipada dos “gabinetes de curiosidade” - um espaço fechado que contém uma profusão desordenada de objetos de natureza heterogênea. O presente trabalho, uma pesquisa em andamento, pretende debater os limites que a noção de gabinete de curiosidades impõe ao entendimento do colecionismo moderno. Busca-se compreender, através do estudo de fontes de época cotejadas com a produção bibliográfica contemporânea, como essa noção corrente foi conformada a partir das ideias e interpretações dos séculos XVIII e posteriores, estando em descompasso tanto com as concepções e práticas da primeira era moderna, como com os estudos mais recentes dedicados a colecionadores e coleções da época.

**Palavras-Chave:** História das Coleções; Gabinetes de Curiosidades; Wunderkammer; Primeira Idade Moderna; Práticas de Colecionamento.

**Abstract:** In the fields of Museum Studies, Cultural History, and Art History early modern collections are frequently considered as the origin of contemporary museums and collecting practices. These collections are commonly summarised in the stereotypical image of the “cabinets of curiosities” - an enclosed space containing a disordered profusion of heterogeneous objects. This presentation of a research still in progress aims on discussing the limits that the notion of cabinets of curiosities imposes on the comprehension of early modern collecting practices. Through the study of modern and contemporary references, it attempts to show how the current notion of these collections was formed by ideas and interpretations that date from the XVIII century and later, in disagreement with early modern concepts and practices and disregarding the most recent studies on the subject.

**Keywords:** History of Collections; Cabinet of Curiosities; Wunderkammer; Early Modern History; Collecting Practices.

Nas discussões dos campos da Museologia, História Cultural e História da Arte, as coleções da primeira Idade Moderna são frequentemente apresentadas como origem dos museus e das práticas colecionistas contemporâneas. Essas coleções são alvo de investigação do projeto de pesquisa “Raridades em Contexto: incorporação e ressignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (séc. XVII)”, do qual participo desde 2013.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>O projeto “Raridades em Contexto” é coordenado pelo Professor Dr. René Lommez Gomes da Escola de Ciência da Informação da UFMG, está integrado às atividades do RARIORUM - Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus, e tem por objetivo investigar processos de recontextualização e mudança de significado de objetos advindos das Américas e da África nas coleções da Europa setentrional, no quadro das práticas de colecionamento da Primeira Idade Moderna.

Partindo dos estudos de coleções específicas desenvolvidos por nós pesquisadores do projeto, e sistematizando ideias e percepções que emergiram ao longo desses anos, desde o começo de 2016 tenho me dedicado à reflexão sobre questões mais gerais pertinentes à forma como coleções, colecionadores e práticas colecionistas da Primeira Idade Moderna têm sido compreendidas e abordadas, sobretudo dentro dos campos supramencionados.

O que apresento aqui, portanto, são alguns apontamentos - reflexões parciais - de uma pesquisa ainda em andamento sobre o colecionismo da Primeira Idade Moderna centrada na noção de “gabinetes de curiosidades”. Como exponho a partir de alguns exemplos, tanto em discursos acadêmicos quanto naqueles voltados para o público não-especializado os “gabinetes de curiosidades” são frequentemente tratados como síntese das práticas colecionistas do período em questão e como origem dos museus contemporâneos. Essa noção parece ter sido conformada a partir das ideias e interpretações principalmente do século XIX, estando em descompasso com as concepções e práticas da primeira era moderna e não incorporando as análises e observações dos estudos mais recentes dedicados a colecionadores e coleções da época.

Gostaria de iniciar com o exemplo de uma exposição, intitulada “Gabinetes de Obras Máximas e Singulares”, que esteve em exibição na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de 12 de outubro a 14 de novembro de 2016. Atualmente a exposição se encontra no formato virtual no site BNDigital, da mesma instituição, e é essa versão digital que tomo como base para análise <sup>2</sup>. Com curadoria e textos de Cláudia Fares, a exposição se apresenta como “um conjunto de peças apresentadas de forma aparentemente anárquica, inspirada na cultura dos gabinetes de curiosidades”<sup>3</sup>. E que ‘cultura dos gabinetes de curiosidades’ seria essa, para além da dita ‘aparente anarquia’?

Na seção 10 da exposição virtual, intitulada “Teatro do Mundo 1”, Claudia Fares resume o que seriam esses gabinetes: “Considerados “pais dos museus”, os gabinetes de curiosidades eram locais de estudo de eruditos, naturalistas, nobres, profissionais liberais e apoticários que os organizavam, sendo assim seus mecenas e patronos”<sup>4</sup>. Mais sobre eles é dito na introdução. Os gabinetes se configurariam como “afirmação de poder e riqueza intelectual e econômica de seus patronos”, nos quais os objetos colecionados “correspondiam aos gostos e inclinações daquele que o idealizara e constituíra, ou seja, à curiosidade que o movia”<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/gabinete-de-obras-maximas-e-singulares/>

<sup>3</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, 2016, “Apresentação”, s/p.

<sup>4</sup> Ibid. “Teatro do Mundo I”, s/p.

<sup>5</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

Ao mesmo tempo que ancoradas na personalidade do colecionador, essas coleções expressariam traços culturais compartilhados em uma época:

A iniciativa de acumular e usufruir de tudo que atrai e instiga por sua estranheza, beleza, e singularidade, e fazer disto uma atividade, está na raiz da cultura da curiosidade e do espírito enciclopédico, que vicejaram na Europa dos séculos XVI a XVIII, quando a claridade, a transparência, a austeridade, a medida do humanismo renascentista iam dando lugar ao exagero, à exuberância, aos contrastes e à saturação do barroco.<sup>6</sup>

Os gabinetes são caracterizados “como um Teatro do Mundo” - termo que é repetido 5 vezes na “Introdução”, e aparece no título de duas outras seções, mas em momento algum é explicado. De acordo com Fares, os gabinetes seriam, por sua própria etimologia, espaços circunscritos:

O termo deriva do francês *cabinet*, que remete sempre a um lugar reservado: pequeno cômodo separado e dependente de um maior, espaço à sombra de um jardim cercado de arbustos, lugar onde se estuda ou trabalha, lugar onde se guardam objetos preciosos. [...] Gabinete designa portanto um continente passível de guardar conteúdos simbólicos e concretos ou ambos ao mesmo tempo, podendo ser desde uma gaveta a um móvel ou cômodo vasto.<sup>7</sup>

Esses conteúdos, de acordo com Fares, eram colecionados sem critério - “amputações indiscriminadas” ou “tudo que atrai e instiga por sua estranheza, beleza, e singularidade”<sup>8</sup>.

Os objetos nessas coleções seriam percebidos como “fontes de espanto e deslumbramento”<sup>9</sup>, transformados nos gabinetes

em representação perturbadora, obtida pela correspondência ou sincretismo entre os itens dos reinos opostos, *naturalia* e *artificialia*, que dispunha, lado a lado, incunábulo e um leão empalhado, membros de animais conservados e instrumentos musicais, conchas e esculturas, autômatos e chifres de unicórnios, surpreendendo e capturando, avassaladoramente, o olhar.<sup>10</sup>

Para o colecionador ou visitante recebido dentro do gabinete, “[c]ada objeto ou conjunto de objetos desvelava novas facetas pela empatia, feita de ignorância e espanto, com que era olhado”<sup>11</sup>. Em resumo, os gabinetes de curiosidade poderiam ser apreendidos como “[u]m caos indistinto”<sup>12</sup>.

---

<sup>6</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

<sup>7</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

<sup>8</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, 2016, “Introdução”, s/p.

<sup>9</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

<sup>10</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

<sup>11</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

<sup>12</sup> Ibid. “Introdução”, s/p.

Poderíamos atribuir as limitações ou simplificações dessa imagem apresentada às características próprias do meio expositivo, que imporia restrições à extensão dos textos e ao aprofundamento da temática. Contudo, a exposição de Fares se aproxima muito da forma como os gabinetes são apresentados em uma obra monográfica de ampla circulação, o livro “*Les Cabinets de curiosités*” de Patrick Mauriès<sup>13</sup>. Devido à natureza desta comunicação, destacarei alguns poucos trechos de tal obra.

Para Mauriès, os gabinetes de curiosidade seriam “a própria essência das coleções restritas e circunscritas”<sup>14</sup>, e, ao mesmo tempo, citando Quiccheberg “Um teatro do mais amplo escopo, contendo materiais autênticos e reproduções precisas de todo o universo”<sup>15</sup>. Como pontua o autor, a expressão ‘gabinetes de arte e de curiosidades’:

era usada para designar um espaço fechado, frequentemente bastante atulhado e às vezes escondido, caracterizado pelo uso singular que fazia do espaço disponível e pela gama acadêmica de objetos que eram reunidos primariamente para serem estudados, e não para serem exibidos.<sup>16</sup>

Infelizmente, Mauriès não informa por quem ou quando o termo era usado nessa acepção.

Os colecionadores que formavam esses gabinetes seriam “nobres capazes de comprar qualquer coisa, mercadores com coleções mais especializadas e intelectuais menos abastados”<sup>17</sup>, todos esses “personagens excepcionais possuídos por um desejo inalcançável pela completude perfeita”<sup>18</sup> que “dotavam as coleções de personalidade”<sup>19</sup>. “[M]édicos, apotecários, cirurgiões e farmacêuticos”<sup>20</sup> teriam sido os primeiros colecionadores, qualificados pelo autor como ambivalentes porque aliariam atividade “científica” a hábitos colecionistas baseados em “superstições, gosto pelo espetacular, aberrações e bizarrices”<sup>21</sup>. Psicologicamente, o

<sup>13</sup> A versão em francês dessa obra foi publicada pela primeira vez em 2002. As observações ora apresentadas se baseiam na edição em inglês de 2011, publicada pela Thames & Hudson. Todas as citações são foram livremente traduzidas por mim.

<sup>14</sup> “the very essence of restricted, circumscribed collections”, MAURIÈS, 2011, p. 12.

<sup>15</sup> “A theatre of the broadest scope, containing authentic materials and precise reproductions of the whole of the universe”, QUICCHEBERG, *apud* Ibid., p. 23. O neerlandês Samuel Quiccheberg escreveu a obra mais antiga que se conhece hoje sobre formação, organização e exibição de coleções, publicada em 1565.

<sup>16</sup> “It was used to designate an enclosed space, often rather cramped and sometimes hidden away, characterized by the singular use it made of the space available and its scholarly array of object which were brought together primarily to be studied rather than to be put on display”, *ibid.*, p. 50.

<sup>17</sup> “members of the nobility able to buy anything, merchants whose collections were usually more specialized, and less wealthy intellectuals”, MAURIÈS, 2011, p. 129.

<sup>18</sup> “these exceptional characters were possessed by an unattainable desire for perfect completeness”, *ibid.*, p. 7.

<sup>19</sup> “the unique personality with which they [places of study and collection] were imbued”; “the personality of each collection depended above all on that of its founder and creator”, *ibid.*, p. 51.

<sup>20</sup> “physicians, apothecaries, surgeons or druggists”, *ibid.*, p. 148.

<sup>21</sup> “the taste for the spetacular, the freakish and the bizarrely unique”, *ibid.*, p. 148.

coleccionador seria “um homem com uma mania pela completude”, também descrito como ‘*senex puerilis*’ - velho infantil<sup>22</sup>. Seriam, de outra perspectiva, pessoas com pensamento antiquado<sup>23</sup> e humor saturnino<sup>24</sup>.

Esses colecionadores individuais partilhariam, de acordo com Mauriès, de um ‘culto da curiosidade’, definido como a busca pelo “conhecimento de objetos liminares situados às margens dos territórios mapeados, trazidos de mundos desconhecidos, desafiando todos os sistemas aceitos de classificação (e, de forma mais notável, as categorias convencionais de ‘artes’ e ‘ciências’)”<sup>25</sup>. Se os gabinetes expressavam o “desejo de trazer todo o conhecimento para um cômodo”<sup>26</sup>, Mauriès comenta que investigação científica e busca pelo conhecimento seriam ‘falsos pretextos’ dos gabinetes, cuja verdadeira função seria ‘conjurar imagens do mundo’<sup>27</sup>. Para o autor, eles estariam relacionados até fins do século XVII, a uma “visão misteriosa e hierárquica” da sociedade<sup>28</sup>. O “gosto pelo bizarro e pelo grotesco”<sup>29</sup> salientado por Mauriès seria característico da mentalidade maneirista e barroca, em oposição à ‘clareza transparente do humanismo’ precedente<sup>30</sup>, numa formulação ecoada por Fares de forma muito semelhante.

Apesar da variedade dessas coleções, atribuída à variedade dos colecionadores individuais, todas estariam submetidas a uma “fórmula imutável”:

com cada canto e nicho transbordando e cada superfície coberta do piso ao teto com uma carapaça de objetos preciosos e raros [...]. Esse era um espaço privado, exigindo uma introdução formal na forma ritual da visita, como descrita por viajantes cultos de Montaigne a John Evelyn: uma cerimônia de exibição na qual o culto do objeto era celebrado, e sua história, origem e genealogia fabulosa eram reveladas para os fiéis em uma espécie de comunhão extática.<sup>31</sup>

<sup>22</sup> “a man with a mania for completeness”, *ibid.*, p. 129.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 135 e *passim*.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 145.

<sup>25</sup> “the knowledge of liminal objects that lay on the margins of charted territory, brought back from worlds unknown, defying any accepted system of classification (an most notably the conventional categories of ‘arts’ and ‘sciences’)”, *ibid.*, p. 12.

<sup>26</sup> “desire to bring all knowledge into a single space”, *ibid.*, p. 9.

<sup>27</sup> “For, once the false pretexts of scientific investigation and a quest for knowledge have been demolished, what other justification can there be for cabinets of curiosities except to conjure up images of the world, a miniature universe of textures, colours, materials and a multiplicity of forms?”, *ibid.*, p. 12.

<sup>28</sup> “a mysterious and hierarchical vision of society”, *ibid.*, p. 35.

<sup>29</sup> “the taste for the bizarre and the grotesque”, *ibid.*, p. 35.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>31</sup> “With every corner and niche filled to overflowing, and every surface studded from floor to ceiling with a carapace of precious and rare objects [...]. This was a private space, requiring a formal introduction in the ritual form of the visit, as described by cultivated travellers from Montaigne to John Evelyn: a display ceremony in

Ainda que não caiba fazer nesse momento a análise pormenorizada que a obra mereceria, pontuo que o livro de Mauriès parece se encontrar a meio caminho entre texto acadêmico e de divulgação científica. Poderíamos imaginar se a preocupação em cativar leitores sem conhecimentos sobre o tema seria um motivo para as simplificações e para a adoção do tom evocativo que a narrativa ganha em muitas passagens. Todavia, semelhantes construções encontramos em publicações dirigidas ao público especializado. A reduzida seleção de exemplos ilustrativos que se segue foi reunida a partir de busca rápida em portais na internet e dentre as obras disponíveis na biblioteca da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que abriga um curso de graduação em Museologia.

Em um texto curto publicado em 1993, Patricia Tavares Raffaini nos apresenta os gabinetes de curiosidades como “coleções de objetos raros e curiosos” existentes em toda a Europa durante os séculos XVI e XVII, tributários a uma “cultura da curiosidade” que seria “banida no final do século XVII”, quando então os gabinetes “se transformam” nos gabinetes de história natural, e são doados ou adquiridos por universidades, originando as coleções e museus contemporâneos<sup>32</sup>. José Neves Bittencourt, por sua vez, nos apresenta uma narrativa genealógica de uma perspectiva informacional, em que os gabinetes de curiosidades são apresentados como precursores dos museus e das funções de estudo e classificação de objetos que caracterizam, para o autor, as instituições museológicas contemporâneas<sup>33</sup>. A abordagem da Ciência da Informação também aparece nos estudos de Durval Lara Filho, que tanto em sua dissertação de mestrado<sup>34</sup> como na tese de doutorado<sup>35</sup>, define gabinetes de curiosidades como “pequenos conjuntos de peças agrupadas num espaço que permitia a presença de poucas pessoas ao mesmo tempo”<sup>36</sup>, inseridos dentro de uma história dos museus que começa na antiguidade, enfatizando que essas coleções não teriam a função de estudo e investigação, mas de exibição de objetos. O livro de María Bolaños apresenta as wunderkammern, alternativamente chamadas cimeliotecas ou câmaras de arte e maravilhas, como um tipo de museu, caracterizado pelo abarrotamento, composição heterogênea, ordenamento heterogêneo, seleção de objetos pelo princípio de excepcionalidade, ambição, variedade e caos<sup>37</sup>. Relaciona essas coleções com uma

---

which the cult of the object was celebrated, and its history, its origins and its fabulous genealogy were unveiled to the faithful in a form of ecstatic communion”, MAURIÈS, 2011, p. 66.

<sup>32</sup> RAFFAINI, 1993.

<sup>33</sup> BITTENCOURT, 1996.

<sup>34</sup> LARA FILHO, 2006.

<sup>35</sup> LARA FILHO, 2013.

<sup>36</sup> LARA FILHO, 2006, p. 25.

<sup>37</sup> BOLAÑOS, 2008, publicado pela primeira vez em 1997.



‘cultura da curiosidade’, com o desenvolvimento da ciência e com uma estética maneirista. Também da Espanha, María Dolores Jiménez-Blanco traça uma história linear dos museus que culmina nos museus de arte contemporânea e na qual insere as “câmaras de maravilha maneiristas”, junto com tesouros medievais e *studioli* renascentistas, dentro do conceito de “maravilha”<sup>38</sup>. As câmaras seriam espaços heterogêneos e desafiadores ao olhar, que se diferenciariam dos *studioli* renascentistas, de ‘repousada claridade’, por serem ‘inquietantes’, voltadas para os saberes ocultos.

Poderíamos multiplicar esses exemplos indefinidamente. Uma característica compartilhada pela maioria deles, traço marcante dentre os estudos sobre as coleções da Primeira Idade Moderna, é partir de um fenômeno contemporâneo e tentar encaixar fenômenos do passado como seus antecessores em uma perspectiva linear e progressiva, ressaltando, conforme o argumento, sejam as continuidades sejam as rupturas entre o passado e o presente.

Autoras como Stephanie Jane Bowry<sup>39</sup>, Mariana França<sup>40</sup> e Patricia Falguières<sup>41</sup> apontam a década de 1980 como marco da retomada do interesse acadêmico pelas coleções da Primeira Idade Moderna, com especial atenção aos gabinetes de curiosidades. Nesse momento, foram publicadas duas obras que se tornaram grandes referências sobre o tema: o livro *Naturalia et Mirabilia* de Adalgisa Lugli em 1983, e a obra editada por Oliver Impey e Arthur Macgregor, *The Origins of Museums*, em 1985 - essa última, uma coletânea de trabalhos apresentados em um simpósio organizado em 1983 pelos editores com o tema “Os gabinetes de curiosidade”, na Universidade de Oxford. O tema dos gabinetes também figurou com destaque na 42ª Bienal de arte de Veneza em 1986, com uma mostra sobre as *wunderkammern* curada por Adalgisa Lugli. Data de 1989, ainda, a criação do Oxford Journal of the History of Collections.

Dentre os fatores que teriam levado ao interesse por essas coleções, Falguières menciona a intensificação dos diálogos entre pesquisadores germânicos e italianos, com a tradução para o italiano da obra de Julius von Schlosser, *Die Kunst- und Wunderkammern der Spätrenaissance: ein Beitrag zur Geschichte des Sammelwesens*<sup>42</sup>. Geralmente apontado como uma das primeiras obras de investigação histórica dedicada aos gabinetes de curiosidades, e

<sup>38</sup> JIMÉNEZ-BLANCO, 2014.

<sup>39</sup> BOWRY, 2015.

<sup>40</sup> FRANÇOZO, 2009.

<sup>41</sup> FALGUIÈRES, 2012, “Postface”.

<sup>42</sup> Livremente traduzido, “Os gabinetes de arte e maravilhas da Renascença tardia: uma contribuição à história do colecionismo”. SCHLOSSER, 2012, é uma tradução francesa do original em alemão.



referência quase obrigatória para as pesquisas posteriores, esse estudo foi escrito como parte da celebração do jubileu de 60 anos de reinado de Francisco José I, imperador da Áustria-Hungria. Tem como objeto principal de pesquisa o gabinete de maravilhas de Ferdinand do Tirol, em Schloss Ambras, cujos remanescentes compunham uma coleção na corte de Viena pela qual Schlosser era responsável no momento em que escreve. O autor vê as coleções germânicas do período em estudo como precursoras dos gabinetes de arte posteriores, desenvolvendo uma narrativa que trata o colecionismo como expressão de um instinto e que postula o museu moderno como derivação do arquétipo dos tesouros primitivos, traçando uma história das coleções contemporâneas desde os túmulos funerários dos heróis da Grécia Antiga. As *kunst- und wunderkammern*, expressões do ‘espírito nórdico-medieval’, são contrastadas às coleções italianas - essas, emanações de uma ‘mentalidade propriamente renascentista’<sup>43</sup>. Ao apresentar a coleção de Rudolph II em Praga, por exemplo, Schlosser comenta que ‘apesar de seus traços patológicos’, estava em consonância com as práticas artísticas de seu tempo, sendo o estado mental do colecionador e o gosto da época os fatores que explicariam a extravagância e confusão da coleção<sup>44</sup>. Essa e outras coleções da tradição germânica que Schlosser apresenta em seu estudo ‘misturariam’ arte, ciência e misticismo de uma forma “incompreensível para nós modernos”<sup>45</sup>.

No prefácio da edição francesa de Schlosser, Falguières analisa que a historiografia que se refere aos museus e se impõe em fins do século XIX teria como leitmotiv a ideia de que a passagem do caos das coleções de curiosidades e maravilhas à ordem das coleções modernas assinalava uma nova era, e, destarte, qualquer ‘desordem’ ou traço de confusão percebidos nos museus (modernos) seriam interpretados como atraso, arcaísmo ou sobrevivência de uma época ultrapassada<sup>46</sup>. Dentro do discurso evolucionista do século XIX, Schlosser associaria as *wunderkammern* à infância ou barbárie das sociedades - sintoma ou manifestação de sobrevivência de uma mentalidade medieval. Claudia Fares, na exposição da Biblioteca Nacional, alude a algo semelhante quando comenta que “Aos olhos do século das luzes, a curiosidade, que erguia gabinetes e registrava em alentados catálogos seus espantosos acervos, era futilidade a ser definitivamente extinta”<sup>47</sup>.

<sup>43</sup> SCHLOSSER, 2012, *passim*.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 179 et seq.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 199.

<sup>46</sup> FALGUIÈRES, 2012, “Préface”, p. 23.

<sup>47</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, 2016, “Introdução”, s/p.

Contudo, estudos mais recentes dedicados às práticas colecionistas da Primeira Idade Moderna, que procuram compreendê-las dentro dos contextos culturais, sociais e históricos em que essas se desenvolveram, conformam um quadro consideravelmente diferente das mesmas. Eva Schulz, por exemplo, em seu artigo<sup>48</sup> que se debruça sobre obras escritas na Primeira Idade Moderna dedicadas às coleções<sup>49</sup>, explicita as ideias que fundamentam certos critérios de organização e classificação dos objetos colecionados, dando uma clara imagem da diversidade de práticas colecionistas em vigor. É interessante pontuar que nessas obras, como em outros registros do período, os termos que aparecem recorrentemente como denominação dos gabinetes de curiosidades nos estudos desde Schlosser - *kunstkammer*, *wunderkammer*, câmara das maravilhas, gabinetes de arte e de maravilhas - são usados junto a tantos outros como *bibliotheca*, *thesaurus*, *pandechion*, *cornucopia*, *gazophylacium*, *studio*, *studiollo*, *scrittoio*, *casino*, *gabinetto*, *stanza*, *casa*, *guardaroba*, *tribuna*, *galleria*, *theatro* e *museum* para se referir a estratégias cognitivas e práticas culturais variadas de compilação e colecionamento, como apresenta Paula Findlen<sup>50</sup>. O próprio Mauriès, como outros autores, alude a tal pluralidade.

A flexibilidade da classificação dos objetos nas coleções da Primeira Idade Moderna, que refletiria as características da *épistème* da época, são ressaltadas no estudo de Lorelai Kury e Carlos Camenietski<sup>51</sup> e na análise que Stephanie Bowry desenvolve sobre o tratado de Quiccheberg em sua tese<sup>52</sup>. Bowry ressalta que as categorias do sistema de classificação de Quiccheberg adquirem uma natureza discursiva, próxima do significado grego do termo ‘categoria’, como proposição ou argumento para um quadro de referências. O sistema de títulos e inscrições de Quiccheberg promoveria assim ‘uma compreensão complexa dos materiais e da cultura material, em que as muitas nuances de um único objeto são reconhecidas, mas em que certas qualidades ganham precedência em relação a outras’ (p. 107), algo que, como Kury e Camenietzki pontuam, seria incompatível com a busca por critérios universais de classificação da ciência da passagem do século XVIII para o XIX. A diversidade das práticas figura igualmente na análise de Anthony Shelton<sup>53</sup>, que argumenta que as atitudes em relação às práticas colecionistas entre os séculos XVI e XVIII não eram uniformes, havendo liberdade

<sup>48</sup> SCHULZ, 1990.

<sup>49</sup> As obras mais frequentemente estudadas nessa perspectiva são a obra de 1565 de Quiccheberg (cf. nota 13), um tratado escrito por Johan Daniel Major em 1674, um manual de Michael Bernhardt Valetini, publicado em dois volumes em 1704 e 1714, e *Museographia* de Caspar Friedrich Neickel, publicado em 1727.

<sup>50</sup> FINDLEN, 1989.

<sup>51</sup> KURY; CAMENIETSKI, 1997.

<sup>52</sup> BOWRY, 2015, Cap. 2, p. 72-138.

<sup>53</sup> SHELTON, 1994.

para os próprios colecionadores definirem seus objetivos e construïrem discursos de justificativa de suas práticas. Algumas categorias e recursos retóricos eram mais comumente empregados, como a noção de que a justaposição de objetos organizados em uma coleção espelhavam as relações entre os fenômenos ‘naturais’ (isso é, de origem divina), fenômenos ‘artificiais’ (frutos do trabalho dos homens) e os significados ‘intrínsecos’ aos objetos.

Eileen Hooper-Greenhill<sup>54</sup> estuda em uma perspectiva histórica as mudanças de modos de classificação e exibição, e as posições de sujeito que esses engendram, a partir de exemplos de coleções que vão do século XV ao XIX, relacionando-os às mudanças de mentalidade e *épistème* como delineadas por Michael Foucault em *As palavras e as coisas*. Hooper-Greenhill propõe o termo “gabinetes do mundo” (*cabinets of the world*) como alternativa a gabinetes de curiosidades, argumentando que essas coleções, situadas pela autora entre o fim do XVI e início do XVII, teriam em comum a intenção de produzir imagens ou representações completas ou parciais do mundo através da reunião e disposição de objetos materiais. Aponta que as denominadas *wunderkammern* ou *kunstkammern* germânicas, tomadas como imagem estereotípica de tais gabinetes na história dos museus<sup>55</sup>, eram apenas parte das coleções desses sujeitos<sup>56</sup>, e que essa visão parcial em grande medida é tributária a uma perspectiva das ‘Belas Artes’ que informou muitos estudos do tema<sup>57</sup>. Pontua que as coleções desse período frequentemente se desdobravam em múltiplos espaços, abarcando inclusive espaços abertos, e aborda a grande mobilidade de coleções e de objetos para coleções, envolvendo redes de relações pessoais, viagens, e mesmo lojas especializadas<sup>58</sup>. A relação entre coleções e uma diversidade de espaços de produção de conhecimento e sociabilidade é abordada igualmente por Claudia Swann<sup>59</sup>, por exemplo, quando explora o caso do teatro anatômico, jardim botânico, biblioteca e escola de esgrima da Universidade de Leiden no início do séc. XVII.

Estudos como os de Thomas DaCosta Kaufmann<sup>60</sup> e Jorge Hein<sup>61</sup> desestabilizam as tipologias que separam ‘tesouros’, ‘gabinetes’ e outras formas de colecionamento no tempo e no espaço, ao estudarem as mudanças, relações e fluxos em coleções específicas - as coleções

<sup>54</sup> HOOPER-GREENHILL 1992

<sup>55</sup> HOOPER-GREENHILL, 1992, p. 79.

<sup>56</sup> Ibid., p. 89.

<sup>57</sup> Ibid., p 132.

<sup>58</sup> Ibid., p. 137.

<sup>59</sup> SWANN, 2010.

<sup>60</sup> KAUFMANN, 1994.

<sup>61</sup> HEIN, 2002.

Habsburgo e da coroa dinamarquesa, respectivamente. Daniele Bleichmar<sup>62</sup>, por sua vez, parte de um estudo de caso da coleção espanhola de Vincencio Juan de Lastanosa para questionar algumas categorias de análise de objetos das coleções da Primeira Idade Moderna, bem como a forma como essas são compreendidas. Bleichmar propõe abordar as coleções como construções espaciais e narrativas que se conformam através de estratégias de exibição e performance das visitas.

As performances de visita a coleções também estão no foco do estudo de Constance Classen<sup>63</sup>, em que a autora aborda as expectativas e práticas de uso dos sentidos nas visitas aos museus e coleções dos séculos XVI a XIX. Ao investigar o lugar do tato, olfato, audição e paladar nas relações dos visitantes com os objetos colecionados, Classen argumenta que o engajamento multissensorial seria prática comum, reforçada pelos parâmetros de investigação científica então em vigor, e que o comportamento dentro desses espaços de colecionamento não diferiria da exploração sensorial interativa em outros espaços de sociabilidade. Essas experiências divergiriam do comportamento que se tornaria predominante no século XIX, em que um posicionamento elitista contra os visitantes ‘populares’, uma maior preocupação com a conservação e mudanças nos padrões de investigação científica e estética em direção ao predomínio visual confluiriam para que os visitantes se conformassem à exploração visual disciplinada das exposições.

Uma vez mais, a série de exemplos será arbitrariamente interrompida. Eles ilustram a diversidade e complexidade do fenômeno do colecionismo da Primeira Idade Moderna e nos dão uma dimensão das dificuldades enfrentadas por aqueles que buscaram e buscam produzir uma imagem sintética dessas práticas, como a imagem presente nas narrativas historicizantes que encontramos na Museologia, História Cultural e História da Arte, seja nos discursos acadêmicos ou naqueles voltados para um público mais amplo. Encerro essa exposição ciente de que muitas questões e desafios se colocam à essa pesquisa em andamento e aos estudos das práticas modernas de colecionamento.

### **Referência bibliográficas**

BIBLIOTECA NACIONAL. Gabinetes de Obras Máximas e Singulares. Exposição. Rio de Janeiro, 12/ago/2016 a 14/nov/2016. Curadoria e textos: Claudia Fares. Versão digital: BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/gabinete-de-obras-maximas-e-singulares/>. Acesso em 11/abril/2017.

---

<sup>62</sup> BLEICHMAR, 2011

<sup>63</sup> CLASSEN, 2007.

BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição em rompimento. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 7-20, 1996.

BLEICHMAR, Daniele. Seeing the world in a room: looking at exotica in early modern collections. In: BLEICHMAR, D.; MANCALL, P. (Orgs.). *Collecting Across Cultures: Material Exchange in the Early Modern Atlantic World*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2011.

BOLAÑOS, María. *Historia de los museos en España*. Memória, Cultura, Sociedad. Gijón: Trea, 2008.

BOWRY, Stephanie Jane. *Re-Thinking the Curiosity Cabinet: A study of visual representation in Early and Post Modernity*. Tese (doutorado). School of Museum Studies, University of Leicester, UK, 2015.

CLASSEN, Constance. The sensory life of the Early Museum. *Journal of Social History*. Oxford, v. 40, n.4, p. 895-914, 2007.

FALGUIÈRES, Patricia. 'Préface', 'Postface'. In: SCHLOSSER, Julius von. *Les Cabinets d'art et Merveilles de la Renaissance Tardive. Une contribution à l'histoire du collectionisme*. Trad. Lucie Marignac. Paris : Éditions Macula, 2012.

FINDLEN, Paula. The Museum: its classical etymology and renaissance genealogy. *Journal of the History of Collections*. Oxford, v. 1, n. 1, p. 59-78, 1989.

FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

HEIN, Jorge. Learning versus status? *Kunstkammer os Schatzkammer?*. *Journal of the History of Collections*. Oxford, v. 14, n. 2, p. 177-192, 2002.

HOOPER-GREENHILL, Eileen. *Museums and the shaping of knowledge*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1992.

JIMÉNEZ-BLANCO, María Dolores. *Una historia de los museos en nueve conceptos*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2014.

KAUFMANN, Thomas DaCosta. From treasure to museum: the collection of the Austrian Habsburgs. In: ELSNER, J.; CARDINAL, R. (Orgs.). *The Cultures of Collecting*. Critical View Series. Londres: Reaktion Books, 1994.

KURY, Lorelai; CAMENIETSKI, Carlos. *Ordem e Natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna*. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 29, p. 57-85, 1997.

LARA FILHO, Durval. *Museu: de espelho do mundo a espaço relacional*. Dissertação (mestrado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. Modos do museu: entre a arte e seus públicos. Tese (doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2013.

MAURIÈS, Patrick. Cabinets of Curiosity. Nova Iorque: Thames & Hudson, 2011.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, v. 3, p. 159-164, 1993.

SCHLOSSER, Julius von. Les Cabinets d'art et Merveilles de la Renaissance Tardive. Une contribution à l'histoire du collectionisme. Trad. Lucie Marignac. Paris : Éditions Macula, 2012.

SCHULZ, Eva. Notes on the History of Collecting and of Museums in the light of selected literature of the sixteenth to eighteenth centuries. Journal of the History of Collections. Oxford, v. 2, n. 2, p. 205-218, 1990.

SHELTON, Anthony. Cabinets of transgression: Renaissance collections and the incorporation of the New World. In: ELSNER, J.; CARDINAL, R. (Orgs.). The Cultures of Collecting. Critical View Series. Londres: Reaktion Books, 1994.

SWAN, Claudia. Of Gardens and Other Natural History Collections in Early Modern Holland. Modes of Display and Patterns of Observation. In: FELFE, R; WAGNER, K (Orgs.). Museum, Bibliothek, Stadtraum: Räumliche Wissensordnungen 1600-1900. Berlin: LIT Verlag, 2010.

## Artificação da(s) cultura(s) africana(s) na rota do Atlântico Negro: notas sobre a Coleção Gasparino Damata

**Gabrielle Nascimento Batista**

Mestranda

Artes Visuais (PPGAV) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: gabriellenas@hotmail.com

**Resumo:** O deslocamento de objetos do continente africano para o Brasil, em 1963, serve como início de uma reflexão sobre artificação da cultura africana nos discursos institucionais brasileiros. Este trabalho busca compreender os significados do empreendimento da montagem da coleção africana, do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), adquirida por Gasparino Damata em países africanos, no início da década de 60, no contexto político dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Dentre algumas das políticas adotadas neste período está a nomeação de José Roberto Teixeira Leite à diretor do MNBA, no Rio de Janeiro, o personagem que regeu a compra da coleção analisada, em 1964. Será utilizado como suporte metodológico as narrativas do colecionador Gasparino Damata e do diretor José Roberto Teixeira Leite, a partir de artigos de jornais, do período de 1961 a 1964.

**Palavras-chave:** Cultura africana; artificação; Coleção Gasparino Damata; Museu Nacional de Belas Artes.

**Abstract:** The transfer of objects from African continent to Brazil, in 1963, indicates the beginning of a reflection about African culture artification in the discourses of Brazilian institutions. This work aims to understand the meanings of African collection assembly, in the Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), acquired by Gasparino Damata in African Countries in the beginning of 1960's, during presidents Jânio Quadros and João Goulart administrations. Among the policies adopted in this period is the appointment of José Roberto Teixeira Leite as director os MNBA, in Rio de Janeiro, the character who ruled the acquisition of the collection under analysis, in 1964. As methodological support, we resort to the narratives of the collector Gasparino Damata and the director José Roberto Teixeira Leite, from newspaper articles between 1961 and 1964.

**Key-words:** African culture; artification; Gasparino Damata collection; Museu Nacional de Belas Artes.

### A África no Brasil e o Brasil na África

A coleção de Arte Africana do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) revela um discurso sobre a concepção de África no imaginário do Brasil, na década de 60. Não só o MNBA, mas os museus, de maneira geral, são instituições importantes para se pensar quais são os discursos e as representações culturais engendrados e elaborados sobre si e sobre o “outro”. Para Benedict Anderson (2008), os museus são instituições fundamentais na formulação da representação nacional e na construção do imaginário; é um lugar de memória, mas também de esquecimento. Dessa maneira, aquilo que está presente nos museus, assim como o que não está, não é acidental, mas resultado de escolhas.

Como todo objeto é testemunho do seu tempo e conta uma história, tal como afirma Peter Burke (2004), as narrativas sobre a África, no contexto estudado, é o primeiro passo para



se refletir sobre quais foram os interesses políticos e institucionais na aquisição da Coleção Africana pelo MNBA. Os objetos da coleção foram reunidos por Gasparino Damata, em países africanos, e comprados pelo MNBA em um período de reformulação política entre Brasil e África. Nessa ocasião, havia um investimento governamental e, como consequência das ações adotadas, os intelectuais brasileiros passaram a olhar de uma maneira singular para a outra margem do Atlântico.

O historiador José Flávio Sombra Saraiva (1993) afirma que em 1961 foi construído um discurso que visava apresentar a nova política como uma consequência natural dos séculos de contatos do Brasil com a África. Essa década, a de 1960, aponta para o momento em que alguns países africanos tornavam-se independentes dos países europeus. É no governo iniciado pelo Presidente Jânio Quadros, em 1961, e continuada pelo Presidente João Goulart, até março de 1964, que se tentou construir, tanto no campo diplomático, como no campo econômico, projetos que estimulassem a expansão das fronteiras e das influências políticas do país no cenário internacional.

Com o intuito de construir uma imagem negra do Brasil a ser “exportada” para o continente africano, em 1961 elegeu o primeiro embaixador negro para a África, em Acra, capital de Gana, o jornalista negro Raymundo de Souza Dantas<sup>1</sup>. Se, por um lado, essa indicação de um negro a um cargo destinado a brancos era pioneira, por outro, era a melhor maneira de comprovar o “mito da democracia racial brasileira”, tão presente no imaginário da nação. Em um país onde as oportunidades deveriam ser para todos, a melhor prova da integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos, como na Europa, foi o que comentou o presidente daquele país africano, Kwame Nkrumah (SARAIVA, 1993).

Além disso, a diplomacia brasileira buscou construir a imagem do Brasil como o país perfeito racialmente. Foram nomeados attachés culturais para Lagos (o escritor Antônio Olinto e, depois, o esportista Adhemar Ferreira da Silva) e para Acra (o antropólogo Vivaldo Costa Lima e, depois, o escritor Gasparino Damata). Essas informações são importantes, uma vez que a coleção africana estudada aqui foi adquirida neste período, por Gasparino Damata, enquanto

---

<sup>1</sup> No diário do embaixador Raymundo de Souza Dantas, publicado como livro em 1965, cujo título é *África difícil: missão condenada*, o autor revela as dificuldades enfrentadas enquanto embaixador: primeiro devido ao abandono do Itamaraty que não cumpria com o assessoramento na embaixada de Gana; segundo pela sua tomada de consciência de classe e de raça que, pela primeira vez, ele passa a ter de si mesmo. No diário, a discussão sobre a discriminação racial é tratada como um conflito central e explícito. Dantas escreve sobre suas impressões do que é ser um embaixador, especialmente quando se é negro. Diz que se sentia um “estrangeiro” quando estava com outros embaixadores brasileiros, que o tratavam com desprezo e indiferença e não o consideravam capacitado para o cargo pelo simples fato dele ser um homem negro.

secretariou o embaixador Raymundo de Souza Dantas, durante os 23 meses que esteve em Gana.

É também nesse contexto que José Roberto Teixeira Leite é indicado e selecionado para ser diretor do MNBA, no Rio de Janeiro, com a incumbência de renovar o espírito desse Museu Oitocentista e torná-lo mais moderno. José Roberto Teixeira Leite foi o responsável pela compra da coleção africana, em 1964. Com o intuito de despertar a atenção do público para essa coleção, ele promoveu uma série de eventos com temáticas relacionadas à África, como seminários e palestras, forjando ainda mais essa aproximação entre Brasil e o continente africano, colaborando assim para estreitar as margens do Atlântico. O MNBA transformou-se numa grande arena. Entretanto, como bem lembra José Flávio Sombra Saraiva (2009, p. 226):

O país continuava a viver uma séria falta de conhecimento da realidade africana da época, sem falar da história daquele continente, depois que os brasileiros romperam, gradualmente, o tráfico atlântico de escravos. O verdadeiro ‘silêncio’ sobre os assuntos africanos que a elite brasileira havia cultivado após o final da escravidão persistia nas instituições de ensino superior e na educação em geral no Brasil.

A partir da afirmação desse autor, pode-se constatar também que os objetos africanos, trazidos da África, do outro lado do Atlântico, não tinham como propósito revelar a diversidade do continente. Ao serem deslocados da “outra margem do Atlântico” para o Brasil, muitas vezes esses objetos perdiam seus significados para ganharem outros, os do mundo ocidental. Ou seja, nesse deslocamento na rota do Atlântico, objetos que muitas vezes não eram produzidos com o intuito de serem artes (arte no sentido ocidental), ao adentrarem em museus e galerias, eram artificados, sendo destituídos de seu sentido original, adquirindo sentidos absolutamente distintos de seu contexto social.

### **À luz das narrativas: notas sobre Gasparino Damata e a artificação dos objetos africanos**

No texto publicado no *Jornal do Brasil*, no dia 20 de dezembro de 1963, Gasparino Damata escreve sobre “Arte primitiva da África Negra” e observa que o que chama sua atenção em relação à “arte africana” não é o lado “exótico” dos objetos, mas a “pureza das formas”, a “simplicidade das soluções” e a “força emocional” que esses objetos transmitem. E diz mais: “foi por isso mesmo que ao ser revelada ao mundo, ao contrário de outras, ela passou imediatamente a fazer parte da arte mundial, figurando no lado do Oriente e da velha Europa, sobre a qual, em certa ocasião, exerceu influência marcante”.

Em outro trecho, o discurso de Damata aproxima ainda mais os objetos africanos dos cânones europeus e das categorias ocidentais de apreciação de arte, e justifica que os interesses

dos museus, das galerias e dos colecionadores é justamente na autenticidade e na originalidade das formas africanas. Para ele, foi exatamente isso que inspirou a Europa e colaborou para a renovação das ideias modernistas, influenciando as mudanças nas artes plásticas, principalmente na pintura e na escultura. Tratava-se, segundo Gasparino, de uma “grande corrida” em que colecionadores chegavam a pagar fortunas por uma peça de bronze do Benin ou por uma escultura de madeira do Congo.

Pode ser que, por essa razão, Gasparino fizesse questão de frisar as dificuldades de sua trajetória na aquisição da coleção. Na realidade, era também uma forma de valorizar os objetos coletados, visto que foram obtidos não só através da compra, mas também da “troca por sapatos, por roupas e até por um par de óculos cujas lentes não mais lhe serviam” (Jornal do Brasil, 11 dez. 1963).

As chamadas dos artigos apontam para a imagem de uma “aventura tropical” vivida por Gasparino Damata durante sua trajetória em Gana:

O jornalista Gasparino Damata, que durante 20 meses foi adido de Imprensa na Embaixada do Brasil em Gana, teve de enfrentar uma série de aventuras no interior para formar sua coleção, e numa viagem à cidade sagrada de Ketu, no alto Daomé, onde conseguiu uma máscara Geledé, a mais valiosa, acabou contraindo malária e disenteria (Jornal do Brasil, 05 dez. 1963).

Sobre a máscara Geledé, Gasparino Damata afirma que:

Uma das peças mais impressionantes de toda a arte primitiva africana, é a máscara cerimonial geledé (às vezes uma máscara leva anos para ser substituída por outra) e por esta razão torna-se a mais procurada pelos colecionadores particulares e museus. Mas ela não representa, como querem alguns autores, o espírito dos mortos: esculpida para perfazer uma determinada função, a máscara tem, no vilarejo, sobretudo uma função, que é impor a ordem e o respeito e fazer as vezes de um juiz de paz, entre os membros da comunidade. É possível se conseguir, mesmo agora, uma boa máscara cerimonial nalgum vilarejo e até mesmo nos mercados de peças das grandes cidades da África Ocidental, porque também lá, e talvez mais do que aqui, o pobre tem fome e vende os seus objetos de estimação e culto para matar a fome (Jornal do Brasil, 20 dez. 1963).

A partir da declaração de Damata, percebe-se que ele tinha valores muito claros na hora de escolher quais objetos configurariam sua coleção. Analisando a relevância do conjunto de peças de seu acervo, a máscara Geledé, como dito, era a mais valiosa. Entre outras “raridades”, segundo Gasparino, figuram também uma madona baule, da Costa do Marfim, esculturas de um casal de reis senufo e esculturas iorubas do Togo, Daomé e Nigéria.

Sobre a maneira que adquiriu as peças, Damata conta que as conseguiu nas próprias “tribos” africanas, lançando-se no interior do continente, nos vilarejos mais distantes, no

coração da floresta, ou em regiões áridas, quase inabitáveis, sem o uso de condução própria, utilizando transporte nativo, como pau-de-arara. Por interessar-se por obras de artes autênticas, não comprava os objetos em mercados, pois as cópias faziam desses objetos arte comercial, preferindo obras com valores tradicionais. Diz ainda que, em toda a coleção, apenas as tapeçarias não são autênticas, já que essas peças não são vendidas nas “tribos” africanas. São cópias dos *panneaux* que somente existem no Museu de Abomey.

Observa-se nesse discurso vários marcadores de diferença utilizados pelo Gasparino para se referir à África e a produção africana, como a palavra “tribo” e os conceitos “autêntico” e “tradicional”. Como se vê, na montagem dessa encenação da artificação dos objetos africanos, há um esforço do Gasparino Damata em estabelecer vínculos com um passado original e único.

Como afirma o autor Sidney Kasfir (2008), o termo tradicional é um termo forjado pelo ocidente. Remete à ideia sócio-evolutiva de culturas em extinção, evoca imagens de comunidades isoladas, além de ser um conceito utilizado como uma versão eufemística do termo “sociedade primitiva”. Na concepção de Damata, por exemplo, o artista africano tradicional não tinha influência alguma do “mundo branco” e de sua arte. Trata-se de uma afirmação equivocada, uma vez que todas as culturas estão em movimento e modificam-se diante das trocas do mundo globalizante, numa via de mão-dupla. Nos dias atuais, por exemplo, tal como afirma Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua e Renato Araújo da Silva (2015), pode-se encontrar máscaras geledés com representações de motocicletas, aviões e outras tecnologias da vida moderna, o que reafirma a ideia de uma cultura viva do povo ioruba.

No que diz respeito à concepção de autenticidade, no imaginário ocidental a arte autêntica africana seria uma arte única, anônima, ou seja, sem assinatura, não influenciada pela cultura do colonizador e pela arte europeia. O que é irônico, visto que embora a “arte africana” estivesse sendo inventada naquele momento por ele a partir dos cânones europeus, não existia no imaginário de Gasparino a figura do artista.

De acordo com Walter Benjamin (2012), toda produção material carrega uma memória tanto física como simbólica, a qual não pode ser despreendida do original, de seu passado e de seu local de criação. Segundo o autor, as cópias jamais terão aura, portanto não são autênticas, pois perdem suas qualidades intrínsecas, como memória e testemunho histórico. Influenciado pelas teorias do ocidente a respeito do “autêntico”, percebe-se que essa concepção é defendida não só por Gasparino Damata, como pelos mais importantes museus, marchands e outros colecionadores, ainda que se trate de objetos produzidos em outros contextos, condições e

objetivos. Assim, muitas vezes é o gosto desses personagens que define a autenticidade de certos objetos africanos, já que no momento em que a coleção foi formada, de 1961 a 1963, todos os países africanos já tinham tido interferência da cultura europeia e se adequavam, inclusive, à produção em massa a fim de satisfazer o mercado estrangeiro.

No que concerne a palavra “tribo”, tal como argumenta Anderson Ribeiro Oliva (2009), o termo é empregado para definir os africanos a partir do ponto-de-vista ocidental, num esforço de demarcação das fronteiras entre os “civilizados” e os “selvagens”; e também para desenhar as diferenças entre os vários povos africanos, num processo de classificação e hierarquização cultural e social. No Brasil, por exemplo, perdurou a ideia de que os bantos eram um grupo mais primitivo do que os iorubas (OLIVA, 2009).

Nessa busca de valores tradicionais plásticos, durante 20 meses na África, o jornalista Gasparino Damata reuniu esculturas em madeira e bronze, joias, adornos e tapeçaria, que chamou de “arte africana ocidental”. James Clifford (1988) lembra, no entanto, que antes do século XX os artefatos africanos não eram arte nem para os africanos, tampouco para os europeus. É somente após a “descoberta” de Picasso, nas primeiras décadas do século XX, que esses objetos são recontextualizados de exóticos para objetos de arte, perdendo dessa maneira o estatuto de artefato<sup>2</sup>. Por isso, pode-se entender que são alguns agentes, tal como os curadores e os críticos de arte, que criaram os significados e sentidos para esses objetos recolhidos pelo colecionador Damata, transformando-os em “arte africana” no deslocamento da África para o Brasil, na rota do Atlântico.

Finalizando a breve trajetória de Gasparino Damata apresentada, ao retornar de Gana, em 1963, as peças foram expostas no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Salvador, com patrocínio do *Jornal do Brasil*. Com o título de *Arte Tradicional Africana*, a mostra foi apresentada também em Recife, Belo Horizonte e Brasília. Logo em seguida foi exposta no Rio de Janeiro, no MNBA, numa sala especial, no terceiro andar, e integrada ao acervo desta Instituição. Apesar da coleção ter sido avaliada em 10 milhões de cruzeiros, Gasparino vendeu-a ao MNBA por dois milhões, na condição do seu nome ser atribuído à coleção (Diário de Pernambuco, 17 mar. 1964).

---

<sup>2</sup> No livro *Arte Primitiva em centros civilizados*, Sally Price (2000) debate a oposição entre arte e artefato, apontando que em muitos contextos não-ocidentais, os artefatos não estão separados dos demais domínios da vida social, nem se constitui em objeto de pura contemplação estética. No entanto, a valorização da dita “arte primitiva”, se dá justamente na descontextualização desses significados.

Após a venda da coleção, Gasparino Damata passou de adido cultural à marchand, organizando exposições e vendendo obras de arte. Portanto, foi nesse processo de colecionar objetos africanos e de transportá-los para o Brasil que as peças foram agenciadas e transformadas em arte. E foi nesse encadeamento que ele também foi legitimado e convertido em uma autoridade de colecionador e entendedor de “arte africana”, e também de arte ocidental, em um processo no qual se pode interpretar como “encenação” e “teatralização” do sistema de arte, dos intercâmbios e circulação das formas simbólicas, no Atlântico Negro.

**“O escritor e as Imagens. Gasparino Damata, escritor e jornalista, explica as imagens africanas”.**



Fonte: Jornal do Brasil, 5 dez. 1963.

Sobre o diretor, José Roberto Teixeira Leite, em 1961, trabalhava no Serviço de Documentação do Ministério da Educação e, como narra no texto *Anos de Chumbo* (2009), foi através de um telefonema recebido que foi notificado por Ferreira Gullar, na época assessor especial para assuntos de cultura da Presidência da República, que tinha sido indicado pelo presidente Jânio Quadros ao cargo de diretor do MNBA. O objetivo era que substituísse o ex-diretor Oswaldo Teixeira, atualizasse, modernizasse e dinamizasse o Museu de acordo com características de outros museus no mundo.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, José Roberto Teixeira Leite diz que a constante troca de ministros na pasta da Cultura desfavoreceu o MNBA, isso porque tornou-se impossível dialogar com os ministros e esperar qualquer providência ou ato que o beneficiasse. Com exceção do ministro Júlio Sambaqui, que além de destinar verbas para reformas do MNBA, concordou em liberar dinheiro para a compra da “coleção de arte da África Negra”.



Como conta José Roberto, ele tinha interesse em comprar a “coleção de arte” trazida por Gasparino Damata da África. No entanto, como o Museu não dispunha de “um só tostão”, recorreu ao ministro Sambaqui:

Escolhi entre as peças oferecidas duas ou três esculturas mais vistosas, e acompanhado do funcionário Silvio Manhães - um negro imponente em seus quase dois metros de altura - irrompi com elas gabinete do ministro adentro, explicando-lhe que seria imperdoável perder uma oportunidade daquelas de enriquecer o acervo com obras de tamanha qualidade (LEITE, 2009, p. 257).

Justifica que a aquisição desta coleção não nasceu de um impulso. Inseriu-se dentro de um projeto idealizado por ele, que objetivava tornar o Museu não só o das “belas artes”, mas de todas as artes, com representação dos diversos segmentos étnicos que contribuíram para a formação da nacionalidade, como a arte popular e a arte indígena. Assim, durante sua gestão, de 1961 a 1964, adquiriu não só a coleção africana do Gasparino Damata como também uma coleção de cerâmica do Mestre Vitalino, e de outros artistas populares, do colecionador Renato Miguez<sup>3</sup>, algumas xilogravuras e literatura de cordel.

No que tange a sua ideia sobre África, verificou-se em diversos jornais consultados a participação do diretor José Roberto Teixeira Leite em conferências e cursos sobre “arte africana”. Em 1962, por exemplo, ofereceu um curso de “arte africana” no Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. No ano de 1963, período em que Gasparino Damata escrevia sobre objetos africanos nos jornais brasileiros, e contribuía com a construção do imaginário nacional sobre a África, José Roberto Teixeira Leite também escreveu algumas notas sobre o mesmo tema. Para ele, não se tratava de “peças etnológicas” e sim de “obras de arte” com uma “elevada carga estética”.

Na sua maneira limitada de só ver a arte segundo um padrão pré estabelecido, no caso o ideal grego de arte, o europeu que cedo visitou a África Negra não viu arte na obra de arte africana: só viu o ídolo religioso, a figura fetichista, e como tal seu lugar era nas salas frias de etnologia dos Museus da Europa. No começo deste século, porém, ela começou a despertar a atenção dos colecionadores particulares e de um grupo de artistas plásticos de renome, e graças a eles se tornou conhecida e admirada pelo grande público, não mais como peça etnológica, mas como obra de arte (Jornal do Brasil, 20 dez. 1963).

Em 1964 promoveu no MNBA uma exposição de “arte africana”, com centenas de obras do *Institut Français de l’Afrique Noire* (Instituto Francês da África Negra), de Dacar,

---

<sup>3</sup> Renato Miguez foi professor na Escola de Belas Artes da disciplina de Folclore. Em 1960, iniciou a montagem de sua coleção com peças de viagens do Brasil e de outros países. Ele doou grande parte da sua coleção (1.366 peças) para o Museu Dom João VI, em 2012, durante a direção da professora Carla da Costa Dias.



convidando o então presidente do Senegal, Leopold Sedar Senghor,<sup>4</sup> para inaugurar a exposição, palestrar sobre os significados das peças e falar sobre a África. É importante destacar que Senghor não era somente uma figura política africana, ele foi o idealizador e criador do *Movimento da Negritude*, que tinha como propósito discutir a identidade e a consciência negra, incluindo aí os africanos na diáspora. Essas ideias refletiram na militância negra brasileira principalmente nas décadas de 60 e 70, fazendo com que os ativistas estudassem sobre as reminiscências africanas no país, assim como os movimentos de libertação na África.

O que se percebe com o gesto do diretor José Roberto é que o “lugar de fala” era algo importante para ele. Ao invés dele falar da cultura dos africanos e dos significados daqueles objetos, era melhor que um africano falasse de si mesmo, de sua história e de sua cultura. É o que Sally Price sugeriu ao afirmar que a melhor saída para a construção da alteridade era ouvir as histórias que os outros povos têm para contar de si e, dessa maneira, compreender que suas produções não podem ser caracterizadas como “artes dos povos sem história”, mas sim as “artes dos povos com outras histórias” (PRICE, 1996, p. 224). Ou seja, o diretor transformava o MNBA em uma “zona de contato”<sup>5</sup>, tal como discorre Clifford (2006) no texto *Museus como Zona de Contato*. Além disso, o presidente do Senegal doou 4 peças africanas ao MNBA, sendo incorporadas na coleção africana do Museu.

Para José Roberto Teixeira Leite, essa foi a exposição de arte negra mais importante e completa da América Latina por conter peças autênticas utilizadas pelos africanos durante seus cultos. Para ele, era exatamente isso que determinava a “aura” e o valor dos objetos africanos: o seu uso original e primeiro. Segundo ressaltou o diretor do Museu no jornal do *Correio do Amanhã*, no dia 22 de setembro de 1964, algumas peças foram utilizadas inclusive em sacrifícios religiosos, apresentando vestígios de sangue.

---

<sup>4</sup> Leopold Sedar Senghor nasceu no Senegal no ano de 1906. Ele estudou e foi professor universitário em Paris; em 1945 foi eleito Deputado do Senegal e governou como presidente entre 1960 e 1980. Foi eleito membro da Academia Francesa de Letras no ano de 1983. Visitou o Brasil mais de uma vez, tendo recebido, em 1964, o título de Doutor em *Honoris Causa* pela UFBA.

<sup>5</sup> “Quando os museus são vistos como zona de contato, sua estrutura organizacional enquanto coleção se torna uma relação atual, política e moral concreta - um conjunto de trocas carregadas de poder, com pressões e concessões de lado a lado (CLIFFORD, 2006, p. 14).

**“Culto africano: peças autênticas utilizadas pelos africanos, em seus cultos, estarão expostas no Museu Nacional de Belas Artes”.**



Fonte: Diário Carioca, 23 set.1964.

No dia 1 de abril de 1964, o governo de João Goulart foi deposto a partir de um golpe de estado, instalando-se no Brasil o regime militar. O ano de 1964 foi também o ano em que o diretor José Roberto Teixeira Leite foi afastado do cargo, no dia 7 de outubro, sendo substituído pelo pintor Alfredo Galvão, que manteve-se no cargo por mais 6 anos (1964-1970).

Sobre a política com a África, a partir de 64 outros discursos políticos começaram a ser construídos e desconstruídos, tal como apresentado por José Flávio Sombra Saraiva (1993). Não cabe aqui, nas reflexões finais deste texto, apontar quais discursos eram esses. No entanto, vale lembrar que a Ditadura Militar censurou e perseguiu os opositoristas, dentre eles o movimento negro, alegando que o movimento se tratava de uma ligação com a esquerda comunista (ALMADA, 2009, p. 93). Foi criado o Plano Nacional de Cultura e os militares passaram a intervir e controlar os discursos culturais, o que pode ter causado a demissão do diretor e a possível maneira como essas peças foram apresentadas ao público nos anos seguintes: por 6 anos (até 1970) não houve nenhuma exposição e palestra sobre África. E somente no início da década de 80, no período de redemocratização do Brasil, que a coleção foi tombada. Em síntese, outros silêncios começavam a ser construídos em relação à África e à coleção Gasparino Damata.

### **Referências:**

ALMADA, Sandra. Abdias Nascimento: retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva; SILVA, Renato Araújo da. África em artes. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2015.

BURKE, Peter. Testemunha Ocular. São Paulo: EDUSC, 2004.

CLIFFORD, James. The Predicament of Culture. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

\_\_\_\_\_, James. Museus como zonas de contato. Periódico Permanente, 6, 2016, pp.1-37.

COSTA E SILVA, Alberto. Do outro lado do Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DANTAS, Raymundo de Souza. África difícil: missão condenada. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

KASFIR, Sidney. Arte Africana e autenticidade: um texto sem sobra. 2008. Disponível em: <[http://www.artafrica.info/novos-pdfs/artigo\\_14-pt.pdf](http://www.artafrica.info/novos-pdfs/artigo_14-pt.pdf)>.

LEITE, José Roberto Teixeira. Museu Nacional de Belas Artes: os anos de chumbo. In. Anuário do Museu Nacional. Nova Fase. Rio de Janeiro, volume 1, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A Invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. Revista África e Africanidades - Ano I - n. 4, 2009.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PRICE, Sally. Arte primitiva em centros civilizados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

\_\_\_\_\_, Sally. A arte dos povos sem história. Salvador: Afro-Ásia (UFBA), n. 18, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 30, n.118, 1993.

## Imagens da escravidão na pintura histórica brasileira e na crítica dos Oitocentos: estudo introdutório de caso

**Paula Ferreira Vermeersch**

Doutora em Teoria e História Literária

Professora de História da Arte e da Arquitetura- FCT/Unesp

E-mail: paulaha@fct.unesp.br

**Resumo:** A partir da análise da tela “A partida dos Voluntários da Pátria”, c.1869, do pintor francês Clóvis Arrault (?-1885), do acervo do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, pode-se perceber que ao lado de esmerados retratos de personalidades da cidade, brancos, escravos sem rosto povoam a tela com os espectros da muitas vezes chamada “nefanda instituição”. A dificuldade em se achar um lugar para os escravos na pintura acadêmica histórica seria um reflexo da polêmica sobre a Abolição- e as contradições advindas das mudanças trazidas pela Guerra do Paraguai e dos debates jurídicos, refletindo nos discursos estéticos e pictóricos.

**Palavras-chave:** Escravidão- Pintura de História- Brasil Império

**Abstract:** Through the analysis of French painter's Clóvis Arrault (? - 1885) "The Departure of the Volunteers of the Homeland" from the collection of Historical Museum of Campos dos Goytacazes (northern Rio de Janeiro), one may note that, next to neat portraits of city personalities and whites, faceless slaves populate the screen with the specters of the often called "nefarious institution". The difficult in finding a place for slaves in historical academic painting would be a reflection of the controversy over Abolition - and the contradictions arising from the changes brought about by the Paraguayan War and legal debates, reflected in the aesthetic and pictorial discourses.

**Keywords:** Slavery- Historical Painting- Brazilian Second Empire

Porto, junho de 2017

À memória de Tiago de Melo Gomes, no som do fado “Barco Negro”

O pintor francês Clovis Arrault, de quem pouco se sabe<sup>1</sup>, fez para a municipalidade de Campos dos Goytacazes, a maior cidade do norte fluminense, uma tela, A partida dos Voluntários da Pátria, hoje parte do acervo do bem-cuidado e recente Museu Histórico local (fig.1). Em destaque na expografia do segundo andar do antigo Solar do Visconde de Araruama, na praça de São Salvador, no centro histórico, a tela chama a atenção pelo excelente estado de conservação, pelo assunto relacionado à Guerra do Paraguai e pela qualidade pictórica.

---

<sup>1</sup> A notícia encontrada sobre o artista é que foi aluno da École des Beaux-Arts em Paris, e que fez algumas litogravuras sobre acontecimentos da vida brasileira, como a inauguração de benfeitorias na cidade do Rio de Janeiro, guardadas no Museu da Cidade carioca.



**Fig.1:** A partida dos Voluntários da Pátria. Clóvis Arrault (?-1885). Óleo sobre tela. Campos dos Goytacazes: Museu Histórico. Foto: Paula Vermeersch.

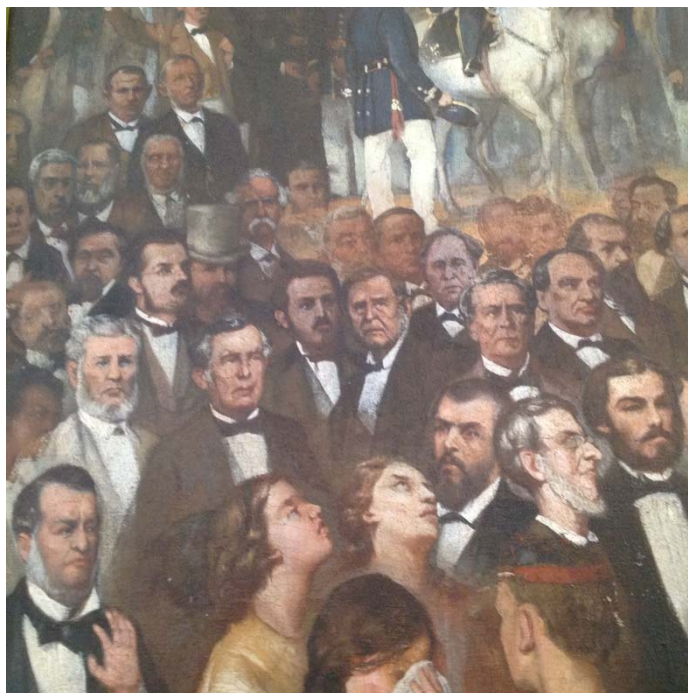
A importância da obra para a História local é incontestável- além de trazer ao espectador o fato histórico, é uma galeria de retratos de personalidades da cidade. O serviço educativo do Museu informa que o pintor, de Paris, publicou no jornal “Monitor Campista” um pedido para que pessoas da cidade presentes na partida dos oficiais voluntários do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai enviassem retratos para que suas efígies pudessem ser inseridas na tela. O cuidado com as fisionomias das tais figuras da sociedade local é notável- pode-se reconhecer fisionomias, gestos e a comoção de quem se despede de entes queridos.



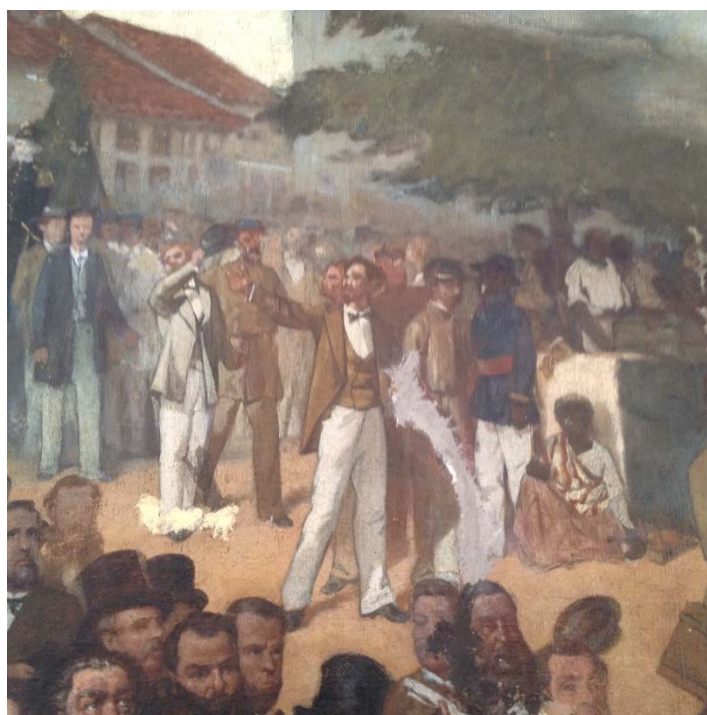


**Fig.2:** Detalhe da tela A partida dos Voluntários da Pátria. Campos dos Goytacazes: Museu Histórico. Foto: Paula Vermeersch.

Porém, esse detalhismo fisionômico- confirmado pelo fato de que Arrault, depois radicado e falecido em 1885 no norte-fluminense, fez vários retratos dos nobres locais, hoje guardados em coleções particulares importantes em Macaé e Campos, e conquistou notoriedade na atividade de retratista- não aparece no tratamento dos escravos negros presentes nas cenas.



**Fig.3:** Detalhe da tela A partida dos Voluntários da Pátria. Idem.



**Fig.4:** Detalhe da tela A partida dos Voluntários da Pátria. Idem.



Essa impossibilidade, em Arrault, de dar rosto à população brasileira escrava (segundo os dados do Censo do Império, de 1872, poucos anos depois da cena retratada pelo francês em Campos, a população escrava no Império constava de 15% dos 10 milhões de habitantes do país) não advém, evidentemente, de dificuldade técnica do artista, nem de fraqueza em sua formação ou algo do tipo. Surge de um dilema muitíssimo mais profundo e doloroso- como representar em pinturas algo complexo, horroroso além do indizível, sob tantos pontos de vista- a escravidão?

Não existia consenso entre pintores, escritores nem tampouco políticos sobre as possibilidades de representação do regime escravocrata do Brasil Império. Basta pensar numa das mais acirradas polêmicas entre intelectuais no Segundo Reinado- a travada entre o senador do Partido Conservador pela província do Ceará (e já consagrado autor de O Guarani, publicado em 1857) José de Alencar (1829-1877) e o jovem Joaquim Nabuco (1849-1910), o filho do Conselheiro, senador e ministro do Império José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878), recém-chegado de seus estudos na Europa, nas páginas do jornal carioca O Globo, em 1875.

Joaquim Nabuco resolveu comentar a peça teatral A Mãe de Alencar- um dramalhão onde um rapaz vende sua própria mãe, uma escrava que vivia em sua companhia, por não saber de sua origem. A velha escrava, herdada do pai, serve para salvar o pai da dama que o rapaz amava de dívidas de jogo. O jovem Nabuco não se conforma com a maneira pela qual o escritor apresenta a escravidão- um mero pano de fundo para um romance burguês dos mais óbvios, e escreve:

“O homem do século XIX não pode deixar de sentir um profundo pesar, vendo que o teatro de um grande país, cuja civilização é proclamada pelo próprio dramaturgo escravagista (o seu teatro só abala a escravidão em nosso espírito, não no dele) acha-se limitado por uma linha negra, e nacionalizado pela escravidão (...). Nós porém não podemos ter por nacional uma arte que para o resto do mundo seria uma aberração da consciência humana.”<sup>2</sup>

Nabuco pega o cerne do problema- não há como aceitar, nem na ficção, a escravidão. E completa: “Tudo que há de triste, de raro, de extraordinário, de inverossímil nesse fato (de uma mulher ser escrava do próprio filho), devia impedir o Sr. J. de Alencar de explorá-lo e de carregar ainda de cores tão sombrias a escravidão, já de si triste.”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> NABUCO, Joaquim. “Aos Domingos”, O Globo, 24 de outubro de 1875. In: COUTINHO, Afrânio (organização e introdução). A polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p.106.

<sup>3</sup> Idem, p.110.

É de se notar que o filho do Conselheiro Nabuco de Araújo escreve essas linhas depois de acirrados anos de debates na Assembléia Nacional sobre a escravidão. Projetos de leis eram discutidos duramente nos anos anteriores à crítica da peça alencariana pelo jovem Nabuco- ao consultar tais projetos, e as discussões tanto no parlamento quanto na imprensa<sup>4</sup> percebemos o quanto a crítica de Nabuco a Alencar era, sobretudo, política.

Alencar se defende:

“A escravidão é um fato de que todos nós brasileiros assumimos a responsabilidade, pois somos cúmplices nele como cidadãos do Império. Nenhum filho desta terra, por mais adiantadas que sejam suas idéias, tem o direito de eximir-se à solidariedade nacional, atirando ao nome da pátria, como um estigma, os erros comuns. (...) O folhetinista nasceu como a geração coeva em um país de escravos, no seio de uma respeitável e ilustre família servida por escravos. Esses lábios purpurinos, que já não podem sem náuseas pronunciar a palavra moleque, talvez sugassem o leite de uma escrava. (...) Mas o nosso alfenim (ai, não me toque) ‘aborrece tudo o que lembra a escravidão’. Aborrece então o seu país, que ainda a conserva? Aborrece sua infância, passada entre ela? Aborrece seu venerando pai, que não se animou a propor a abolição imediata (...)?”<sup>5</sup>

Em Minha Formação, Joaquim Nabuco explica que sua “estética” era monárquica, e não republicana, e que isto era um dos fatores mais essenciais e profundos de seu caráter. Sua sensibilidade, segundo ele, não era “ateniense, romana, florentina”. Nabuco diz ter vivido um processo de “idealização pelo qual a forma monárquica se incorporou à minha consciência estética”, entre 1873 e 1879, ano em que se tornou membro da Câmara. Neste período, Nabuco viajou à Inglaterra e aos EUA, e se dedicou, paralelamente à carreira diplomática, à literatura.

Tal ambição literária era tão forte que, diz Nabuco, entre 1874 e 76, no Rio de Janeiro, o jovem diplomata dedicou-se à atividades fora da esfera política. Escreve Nabuco:

“(...) fiz, a pedido do Imperador, algumas conferências na Escola da Glória sobre o que tinha visto de Michelangelo, de Rafael e dos pintores venezianos; fui colaborador literário de O Globo e travei com José de Alencar uma polêmica, em que receio ter tratado com a presunção e a injustiça da mocidade o grande escritor ( digo receio, porque não tornei a ler aqueles folhetins e não me recordo até onde foi a minha crítica, se ela ofendeu o que há profundo nacional, em Alencar; o seu brasileirismo)”<sup>6</sup>

Tirando as desculpas dadas por Nabuco ao episódio da querela com Alencar, no fim da sua trajetória política e com a Abolição feita, é importante observar que o jovem, em 1875,

<sup>4</sup> A abolição no Parlamento: 65 anos de luta. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012

<sup>5</sup> ALENCAR, José de. “Às quintas”, O Globo, 28 de outubro de 1875. In: COUTINHO, Afrânio (organização e introdução). A polêmica Alencar-Nabuco. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p.119.

<sup>6</sup> NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo: Consultor, 2009, p.80

estava às voltas com discussões da Estética. Apresentar ou não a escravidão em obras de Arte e como? Alencar defende-se em nome de um “realismo”. O pintor Arrault talvez não tivesse incentivo, por parte dos campistas a quem a tela se destinava, para pintar os rostos daqueles que foram maioria dos Voluntários da Pátria da cidade. Um retratista que não pôde fazer retratos, ao mesmo tempo que um personagem de peça teatral de autor consagrado podia vender a própria mãe- as contradições dos anos finais da escravidão no Brasil se fazem sentir na Arte, e maiores aprofundamentos se fazem urgentemente necessários.<sup>7</sup>

### Referências Bibliográficas:

A abolição no Parlamento: 65 anos de luta. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

ALONSO, Ângela. Idéias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAMPOFIORITO, Quirino. História da Pintura Brasileira no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1983.

COUTINHO, Afrânio (organização e introdução). A polêmica Alencar- Nabuco. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

DÓRIA, Renato Palumbo (transcrição e organização). “Artes Visuais na imprensa carioca do século XIX. Pesquisa realizada na Biblioteca Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa, setembro/outubro de 1997”. Mimeo.

DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. A Arte Brasileira. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1888; Campinas: Mercado de Letras, 1995.

EULÁLIO, Alexandre. “O século XIX: tradição e ruptura. Panorama das Artes Plásticas”, in Escritos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

GUARILHA, Hugo Xavier. A questão artística de 1879: um episódio da crítica de Arte no Segundo Reinado. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 2005.

LINS, Vera. Gonzaga Duque: crítica e utopia na virada do século. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996 (Série Papéis Avulsos, 25).

---

<sup>7</sup> Agradeço à Graziela Escocard, responsável pelo Museu Histórico de Campos, pelo apoio e liberação das imagens da tela de Arrault, e pelo impecável trabalho da instituição na guarda da memória norte-fluminense, aos colegas presentes no ST 20 “(Re)Ver a Arte: novas leituras e perspectivas” do EPHIS-2017 pelas sugestões valiosas e gentil debate, e a Francisco Corrêa pela tradução do resumo. Também agradeço às discussões com Ana Flávia Magalhães Pinto, aos meus alunos na disciplina de pós-graduação em História, na Unesp-Assis, no segundo semestre de 2016, e aos colegas do GT Mundos do Trabalho, que tão generosamente acolheram a historiadora da Arte em suas hostes.

MIGLIACCIO, Luciano. Catálogo da Mostra do Redescobrimento. O século XIX. São Paulo: Fundação Bial, 2000.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. A travessia da Calunga Grande. São Paulo: Edusp, 2000.

NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo: Consultor, 2009.

NAVES, Rodrigo. A forma difícil. São Paulo: Ática, 1999.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese de doutoramento, IFCH-Unicamp, 2014

SLENES, Robert Wayne. Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011

SQUEFF, Leticia. O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879). Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2000.

VERMEERSCH, Paula. Notas de um estudo crítico sobre A Arte Brasileira, de Gonzaga Duque. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 2002.

## Obra de arte e a subjetividade da narrativa: Patricio Farías e o *Escatol-Trancendere*

**Thaís Franco**

Mestranda em História, Teoria e Crítica

PPGAV/UFRGS

E-mail: thais.franco@outlook.com

**Resumo:** O presente trabalho visa investigar a contribuição da entrevista nos estudos de leitura e interpretação de imagens. Sobretudo, estimulado pela ideia de *Ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu, o artigo busca examinar a obra *Escatol-Trancendere*, a partir de uma entrevista com o seu respectivo autor, o artista Patricio Farías, considerando suas reflexões individuais sobre a sua produção e a subjetividade da sua narrativa.

**Palavras-chave:** Entrevista; Leitura de imagem; Obra de arte; Patricio Farías.

**Abstract:** The present work aims to investigate the contribution of the interview in the studies of reading and interpretation of images. Above all, stimulated by the idea of *Ilusão Biográfica*, by Pierre Bourdieu, the article seeks to examine the work *Escatol-Trancendere*, from an interview with his respective author, the artist Patricio Farías, considering his individual reflections on his production and subjectivity of his narrative.

**Keywords:** Interview; Image reading; Work of art; Patricio Farías.

### Introdução

Este artigo deriva-se de um exercício. O exercício de aproximação à entrevista como método de pesquisa, de tornar visível a possibilidade de seu auxílio para a leitura de imagens de obras de arte. Trata-se, portanto, de um estudo de caso que, partindo de um aparato bibliográfico, considera imagens de uma obra de arte e uma entrevista com o respectivo artista, realizada com a finalidade de esclarecimentos.

Esta proposta de investigação foi inicialmente estimulada com a leitura do texto *A ilusão biográfica*, originalmente publicado em 1986, por Pierre Bourdieu<sup>1</sup>. Em seus escritos, Bourdieu desmistifica a noção de unicidade, continuidade e linearidade oferecida pela narrativa dos acontecimentos de vida, o que pode contar com a conivência do entrevistador que aceita “essa criação artificial de sentido”. O que a entrevista poderá então fornecer aos estudos das imagens enquanto declaração dualista que produz respostas e, ao mesmo tempo, questões é o que fez despertar o interesse desta breve discussão.

A obra escolhida intitulada *Escatol-Trancendere*, do artista Patricio Farías, foi pensada e produzida a convite da V Bienal do Mercosul, realizada em 2005, em Porto Alegre. Trata-se

---

<sup>1</sup> Bourdieu, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/ 63):69-72, jun. 1986. A leitura foi feita no texto traduzido para o português, conforme consta nas referências bibliográficas.

de uma instalação que provoca inquietações imediatas e simultâneas ao primeiro contato com o olhar.

O artista, Patricio Fariás, nasceu na cidade de Arica, no Chile, em 1940, e formou-se em Desenho pela Escola de Belas Artes da Universidade de Santiago. Com o Golpe Militar do Chile, o artista que era militante ativo de esquerda exilou-se no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em 1983. Em sua produção, Patricio demonstra uma preferência por esculturas de grandes dimensões e instalações, nas quais destaca a sua habilidade manual com os diversos tipos de materiais utilizados. Ademais, manifesta em seu trabalho sua criticidade enquanto homem contemporâneo frente aos acontecimentos que o cerca. Atualmente reside em Viamão, local onde também mantém seu ateliê.

Desse modo, o artigo não trata de obter respostas ou definir uma leitura da imagem que se dê por completa a partir da entrevista, mas antes considerar a fala do artista, momento após seu processo criativo. É observar os intermeios entre a obra que fala e o que pode ser falado sobre ela.

### **Aproximação I: Ao método**

Eventuais encontros podem tornar-se muito poéticos. Ao conferir à palavra uma noção de enciclopédia remissiva que nos joga de conceitos a perguntas e a respostas, instituímos um estado de troca que pode vir a se tornar uma entrevista. É preciso, no entanto, delimitar de início que nem todo o discurso oral pode ser definido como entrevista. Ela “equivale, sempre, a uma forma de discurso construída por turnos de fala, em geral pela alternância de perguntas e respostas, em torno de um assunto ou vários, com um mínimo de objetividade” (VERAS, 2006).

Sua prática centra-se, essencialmente, no testemunho humano e na capacidade do indivíduo entrevistado em recordar. Pode ser ele o agente principal ou testemunha do episódio que reconstrói sua linha do tempo – ou como sugere Paul Veyne<sup>2</sup>, sua trama –, como num exercício poético de bordar com fatos e perspectivas controlados pela subjetividade de suas emoções. Seu uso está amplamente disseminado em diversas áreas de estudo. Para cada distinta área uma forma de trabalhar seu método.

---

<sup>2</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. UnB, Brasília, 1995. O conceito de “trama”, segundo Paul Veyne, refere-se a essa costura que é mais humana do que científica, que mesmo considera o corte de vida tomado pelo historiador, segundo suas convenções e, assim, seu objeto de estudo não precisa necessariamente se organizar cronologicamente.

Mas, por que entrevistar o artista? Essa experiência não limitaria a mim, enquanto pesquisadora, em minha leitura da obra de arte? De antemão, Eduardo Veras (2006), historiador e crítico de arte, como que em resposta às minhas indagações óbvias, já salienta: “Diante de objetos de arte, os discursos são inevitáveis” (VERAS, 2006, p. 30). E assim prossegue o autor:

Arte e discurso são entidades autônomas, com estratégias e práticas diferenciadas, mas convivendo em um território *híbrido*, no qual se entrelaçam os objetos artísticos e seus significados. No campo dos significados, estariam, além dos textos de crítica de arte, uma larga série de outras modalidades de produção de discurso. [...] Precisamente aí eu acrescentaria: *entrevistas com artistas* (VERAS, 2006, p. 30).

Outro historiador, Richard Cândida Smith, em sua pesquisa à produção do artista afro-americano John Outterbridge, relata em seu processo de investigação a necessidade da entrevista, pois apesar de reconhecer em suas obras uma intensa afetividade com o passado e suas raízes, ainda as identificava como objetos silenciosos.

O motivo de nossa entrevista de história oral era extrair dele um relato verbal de sua vida e de suas preocupações que pudesse facilitar a leitura de sua arte por outras pessoas que nada sabiam dele ou de sua vida. [...] Os artistas visuais e performáticos trabalham com formas de expressão e mídia que resistem à linguagem. As entrevistas envolvem a tradução de um nível de experiência para outro. O processo é similar ao que ocorre quando um trabalho é exposto ao público pela primeira vez (SMITH, 2002, p. 77).

## **Aproximação II: Ao artista**

21 de novembro de 2016, 13h da tarde de uma primavera. O local escolhido para a entrevista com o artista Patricio Farias foi a sua sala de estar, na chácara onde reside, em Viamão, Rio Grande do Sul. A entrevista foi realizada presencialmente, com o intuito de rastrear informações específicas junto ao artista sobre seus processos de criação, significação da escolha de seus materiais, num exercício conjunto (entrevistador e entrevistado) e aberto (em que o artista pode falar livremente sobre sua produção) de concluir e incentivar novas questões.

O encontro foi registrado por gravação de áudio, produzida a partir de um aparelho de celular. O registro se fez necessário para auxiliar no trabalho que viria a ser desenvolvido depois, com a utilização da fala do entrevistado. A gravação em áudio foi optada como forma menos invasiva e mais facilmente passível de transcrição.



### ***Escatol-Trancendere: A versão tupiniquim***



**Figura 1:** Fragmento da instalação *Escatol-Trancendere*, Patricio Farías, 2005. Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos.

O objeto de análise, debatido em entrevista com o artista, foi a instalação *Escatol-trancendere*, produzida em 2005, a convite da V Bienal do Mercosul. Ao aproximar-se da instalação que simulava uma grande feira para a venda de um único e mais potente automóvel, Patricio Farías ironizava e criticava a sociedade de consumo. Sobre uma plataforma giratória, ainda que na ideia de um carro extremamente moderno e tecnológico, o artista conferia ao objeto de arte o estatuto de uma mercadoria.

A ideia para o projeto partiu de uma feira de motores que o artista presenciou em Barcelona. Segundo Patricio, era tanto o furor sobre essa feira e sobre esses objetos que ele decidiu que faria, a partir deste dia, uma versão “tupiniquim” (FARÍAS, 2016).

O vídeo de venda, que acompanhava o produto, convidava o espectador/consumidor à aproximação e a experimentação de complexas sensações “que somente os mais audazes se atreveram a sonhar” (PEREZ, 2005):

Aproxime-se. Venha a descobrir o novo *ESCATOL-TRASCENDERE*, o veículo galáctico que põe o mundo a seus pés e o futuro em suas mãos. [...] A essência da existência. A mais pura expressão da energia. A sublimação da matéria com o tecido dos sonhos. Deixe-se levar pelo movimento sutil da natureza transcendente. Por fim, o céu e a terra, unidos. E você, precisamente você, pode ser o nexo de união metasecular (PEREZ, 2005).

O vídeo, que na instalação apresenta-se como essencial para a apreensão do humor satírico, leva o espectador a tornar-se participativo da obra quando ocupa o espaço da grande feira projetada. Confrontado sobre esse consumidor alvo ao qual se destinava a sua obra, Farias respondeu que a obra *era para sonhadores*. Essa resposta traduz as problemáticas da construção do discurso a partir do biografado que nem sempre se mostra claro em suas respostas, às vezes, característica própria da poética do artista.

A entrevista também pôde compreender o que significou o ano de 2005, para o artista, em termos de relação com o sistema das artes. Com o convite à Bienal do Mercosul, Farias foi convidado a realizar outras duas exposições simultâneas em Porto Alegre. Neste período, o artista expôs na Galeria Gestual, com a mostra *Despretensiosos*, em que expôs desenhos, maquetes de esculturas e instalação; e na Galeria Bolsa de Arte com obras mais recentes à época. “As galerias aproveitam para fazer algo com o artista que está em uma bienal” (FARIAS, 2016). Tal afirmação pôde, de fato, ser confirmada com o arquivo jornalístico coletado da época, em que um grande número das notícias veiculadas sobre o artista nas publicações locais – ainda que referindo a suas outras exposições – enfatizavam sua relação com a V Bienal do Mercosul.

### **A preocupação com a narrativa**

Pierre Bourdieu apresenta em seu trabalho uma desmistificação histórica da vida consecutiva e ininterrupta como então conhecemos sem questionar e que é compartilhada como o senso comum das biografias. Essa ação submete a história de vida a uma relação temporal de interação controlada entre biografado e seus possíveis leitores.

Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que, [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. [...] Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes relações” (BOURDIEU, 1996, p. 183-190).

Pensar nos relatos de artistas para a construção de uma leitura de obra de arte implica também considerar a subjetividade derivada desse discurso. O que pode vir afetar a análise é antes essa reconstrução de tempo que na verdade é uma “criação artificial de sentido” (BOURDIEU, 1996).

Assim, diante da crítica, concebida por Pierre Bourdieu, sobre a narrativa biográfica não seguir uma linearidade de sentido entre os acontecimentos narrados que prega o entrevistado, gera-se uma tensão de clareza entre biógrafo e biografado que deve ser meticulosamente notada e observada na hora da entrevista. Deste modo, fica explícito que a linearidade da narrativa para a construção da pesquisa pode ser garantida pelo pacto de interesses entre entrevistador e entrevistado.

Essa propensão a tomar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido (BOURDIEU, 1996, p. 184).

Richard C. Smith parece prosseguir com a teoria de Bourdieu, reforçando que a narração é a organização de eventos que permite a comunidade observar uma ordem no fluxo de determinados eventos. Para o autor, “o ordenamento dos eventos é a primeira ordem de representação explicativa”. Assim, ainda sob sua perspectiva, o processo que determina a transformação dos eventos em narrativa deve seguir a exigência que se determine dois modos de operação: o primeiro delimitando começo e fim da história; o segundo definindo quais serão os marcos internos de mudança (SMITH, 2002).

A partir deste panorama, durante o percurso deste exercício, levou-se em conta o sujeito autor de suas redescobertas ou re-atualizações de origem a partir da memória ao qual fundou e propiciou novas possibilidades de interpretação das imagens das obras de arte.

Para concluir, neste campo me propus a entrevistar um artista para abrir pautas à observações. Não encerro com assertivas. No entanto, o exercício provou que ainda que possuindo força totalizante, o discurso não pode traduzir um objeto. Uma obra pode falar por si mesma e o artista pode falar sobre a sua obra, mas, inevitavelmente, ambos os discursos serão díspares e talvez se coloquem ainda mais distantes quando postos lado a lado. Do artista, todavia, extraí dele próprio uma definição: Patricio Farías é um artista *marketeiro* vendendo sonhos.

### Referências:

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- FARÍAS, Patricio. Entrevista concedida a Thaís Franco. Viamão, 21 set. 2016.
- PEREZ, Vicente. *O carrinho alado. Escatologia transcendental da transcendência escatológica. "Escatol-transcendere"*. Barcelona, 2005. Texto não publicado.
- SMITH, Richard Cândida. Circuitos de subjetividade: história oral e o objeto de arte. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, nº 30, p. 76-90, 2002.
- VERAS, Eduardo. *Entre ver e enunciar. O uso da entrevista em estudos sobre o processo de criação artística*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.
- VERAS, Eduardo. “Um iconoclasta na Bienal”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 de outubro de 2005. Caderno Cultura, p..
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. UnB, Brasília, 1995.

## O desenvolvimento da videoarte através das edições do Festival Videobrasil (1983-1994)

**Thamara Venâncio de Almeida**

Mestre em Artes, Cultura e Linguagens

Instituto de Artes e Design – Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: thamaravenancio@live.com

**Resumo:** O presente artigo tem por intuito apontar a presença e o desenvolvimento de uma das vertentes do vídeo no Festival Videobrasil, a videoarte. Por meio das edições do festival nos debruçaremos a respeito do desenvolvimento desse segmento artístico, que antes era minoria dentro do festival, se tornando, aos poucos, protagonista do evento. Como recorte, estabelecemos o ano de criação do festival, 1983, avaliando até a edição de 1994, em que opta por se abrir a todas as artes eletrônicas.

**Palavras-Chave:** Videoarte; Festival Videobrasil; Edições; Desenvolvimento.

**Abstract:** The present article aims to point out the presence and development of one of the aspects of the video in the Videobrasil Festival, the video art. Through the editions of the festival we will focus on the development of this artistic segment, which was previously a minority within the festival, gradually becoming the protagonist of the event. As a cut, we established the year of creation of the festival, 1983, evaluating until the 1994 edition, where it opts to open to all electronic arts.

**Key words:** Video Art; Videobrasil Festival; Editions; Development.

O festival inaugurou-se com uma programação extensa distribuída em sete dias de evento, com mesa de debates, exibição de tapes em concurso e fora de concurso, premiações, feiras, mostras paralelas, videoinstalações e performances ao vivo.

Uma das performances realizadas no festival, “Cavaleiro do Apocalipse”, criada por Otávio Donasci, ocorreu na noite de abertura do evento. O artista já havia trabalhado com Super-8 no final da década de 1970, e em 1981, aprofundou sua pesquisa advinda da década anterior, trabalhando os entrecruzamentos do teatro com os espetáculos multimídia. Nesse ano ele concebe suas primeiras videocriaturas, desenvolvendo sua poética em torno do conceito teatral de máscaras, por meio de videoperformances interativas. Videocriatura é um termo cunhado pelo próprio Donasci, que designa um ser híbrido, composto de monitores de vídeo acoplados ao corpo de performers por intermédio de próteses ortopédicas (MELLO, 2008).

As videoinstalações foram realizadas pela produtora Videoverso em parceria com a TVDO, que inicialmente tinha o objetivo de criar vídeos institucionais para empresas e emissoras comerciais de TV. A Videoverso, criada em 1982 em São Paulo, pelo economista Eduardo Abramovay, com a ajuda de Gil Ribeiro e do quarteto da TVDO, criou no primeiro Videobrasil seis *videosets*, que compunham uma videoinstalação. Os *videosets* foram

intitulados de *Video Fish*, *Video Chicken*, *Video Lareira*, *Ratão VT*, *Fone Video* e *Freezer Video*.

Na segunda edição do Festival Videobrasil, de 1984, foi criado o Vídeo Mercado, devido à necessidade dos realizadores independentes no ano anterior de comercializar os seus tapes. O Vídeo Mercado foi a primeira tentativa organizada que visou estabelecer uma ponte entre os produtores de videotapes e os interessados em comprar o produto. Os gêneros de ficção e documentário predominaram nessa mostra, principalmente ao que se diz respeito às denúncias de realidades políticas e sociais, que os grandes veículos de comunicação ocultavam.

Parece ser o grande intuito dessa edição colocar esses novos produtores em contato com grandes nomes da televisão brasileira da época<sup>1</sup>. O experimentalismo nessa mostra se evidencia em alguns videoclipes e videoperformances. A abertura contou novamente com uma encenação de Otávio Donasci, intitulada “Vídeo-teatro: A máscara eletrônica”.

Outras videoperformances fizeram sucesso na mostra competitiva, duas delas ganharam premiação. Uma foi o registro realizado por Tadeu Jungle e a TVDO de uma performance executada pelo artista Ivald Granato, em que criticava a intelectualidade paulistana e o mundo das artes contemporâneas. A obra *Ivald Granato in performance* levou o prêmio de 4º lugar. A outra performance premiada pelo evento, em 5º lugar, foi criada por Marina Abs, que marcava presença pela primeira vez no festival. No vídeo, a autora grava a ação do ator e Dj Theo Werneck empunhando uma espada de luz neon verde no escuro. (VIDEOPRASIL; SESC SP, 2015)

Ainda no espaço expositivo do MIS durante o festival, foram exibidas videoinstalações, sendo uma delas a “Nossa Senhora!”, de Tadeu Jungle e Walter Silveira. A obra representa um oratório composto de monitores, reprodutores VHS, velas, e dois genuflexórios<sup>2</sup>, que foram dispostos em um espaço de 9m<sup>2</sup> em vários planos. No monitor disposto na parte mais alta, deitado de lado, era exibida a imagem da parte superior de Nossa Senhora Aparecida e, abaixo dele, havia outro que exibia a parte inferior da santa. Os outros seis monitores dispostos ao redor exibiam velas brancas acesas.

Essa mostra, de acordo com Rubens Ewald Filho (1984), então crítico de cinema que escrevia para o jornal Estado de S. Paulo e que foi também um dos jurados do evento, pontuou

---

<sup>1</sup> Walter George Durst, importante dramaturgo da Rede Globo, foi um dos convidados para integrar o júri da mostra competitiva.

<sup>2</sup> Móvel de madeira usado nas igrejas, para que os fiéis possam se ajoelhar e rezar.

que devido ao amadorismo de muitos concorrentes e a falta de novas ideias e propostas, chegou-se à “conclusão de que se mudou a forma, mas continua a mesma pobreza de conteúdo” (FILHO, 1984). De acordo com o crítico, a própria organização do festival estava ciente de que no próximo ano teria que fazer transformações, para não perder a qualidade do evento.

No entanto, na terceira edição, de 1985, o festival amadurece partindo para um outro trabalho, dando início à criação de uma Videoteca no Museu da Imagem e do Som. Além de guardar e preservar trabalhos de membros que circulavam, o festival buscou a iniciativa de restaurar e mapear tapes dos pioneiros, a fim de preservar suas experiências. Com a ajuda da Sony do Brasil e patrocinado pela Secretaria de Estado da Cultura e o MIS, foi realizado um rigoroso trabalho de levantamento de acervo, garimpo e arqueologia eletrônica, em que se buscou tais obras, dispersas entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo os responsáveis pela ação<sup>3</sup>, boa parte das obras encontradas, estavam guardadas em péssimas condições de conservação, em que a maioria estavam deterioradas. No entanto, grande parte dos tapes foi restaurada e transcrita para fitas de ¾ de polegadas. Grande parte desses vídeos resgatados foram exibidos na mostra “Pioneiros”, como parte da programação do festival, sob a curadoria de Lucilla Meirelles. A retrospectiva exibiu 35 trabalhos recuperados, realizados em vídeo entre 1974 e 1980. De acordo com o festival “a mostra ilumina obras que abriram caminho para a compreensão do vídeo como linguagem própria, de vocação experimental” (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015, p.41).

Ainda nessa edição, o festival passa a excluir obras da mostra competitiva que já haviam sido exibidas pela televisão e, com intenção de atender a uma produção diversificada, opta por criar novas categorias como clipe, documentário, ficção e experimental.

Novamente, quem inaugura a abertura da terceira edição do festival — que teve como sede o teatro Sérgio Cardoso<sup>4</sup> —, com uma performance pelas ruas de São Paulo, é Otávio Donasci. A performance “Videotauro” vai além de simples atores com cabeça de monitores de 20 polegadas. Dessa vez o artista, além de se fantasiar de videocriatura e se apropriar de uma charrete, o cavalo que a puxava, também estava a caráter, com uma máscara eletrônica acima da cabeça, para espanto dos transeuntes que passavam naquele momento nas ruas do Bexiga.

---

<sup>3</sup> Todo o trabalho listado, de levantamento, garimpo e arqueologia foi realizado por João Clodomiro do Carmo, Lucilla Junqueira Meirelles, Tadeu Jungle, Tatiana Calvo Barbosa e Walter Silveira (3º VÍDEOBRASIL, 1985).

<sup>4</sup> O Museu da Imagem e do Som (MIS) estava passando por reformas, na próxima edição o festival já voltaria a acontecer em seu espaço recém-reformado, que foi todo pensado para receber um grande público, e o vídeo ganha uma sala para exibição permanente.



Nessa edição, Donasci ganha lugar de destaque no catálogo do evento, pela grande participação e mérito em ter criado o Videoteatro, um projeto, que segundo ele, é tipicamente brasileiro. (III VÍDEOBRASIL, 1985).

O grupo Olhar Eletrônico também recebeu homenagem nessa edição, e teve de ficar de fora da mostra competitiva, pela política adotada pelo festival de não exibir tapes nessa categoria que já haviam sido exibidos pela TV. Já nessa mostra, o júri pende para obras de caráter experimental, premiando três obras nessa categoria. Um dos premiados é o vídeo “Interferência” de Eder Santos, que estaria participando pela primeira vez do festival. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo (1985), Solange Farkas diz que a grande revelação do festival está na área experimental, categoria que até então vinha recebendo o menor número de inscritos. Para ela, o que mais a impressionou “foi a linguagem usada pelos concorrentes”, pois não parecia mais como nos outros anos, “gente que queria fazer cinema e acabou fazendo vídeo” (FOLHA DE S. PAULO, 1985).

O quarto Festival Videobrasil, de 1986, realizou em parceria com o *Video Data Bank* de Chicago<sup>5</sup>, sob curadoria de Tadeu Jungle, a “Mostra Norte-americana de Vídeo Contemporâneo”. A mostra reuniu 80 obras de 57 pioneiros da videoarte internacional e foi distribuída pelos dias do evento por várias temáticas, tais como: “*Science of fiction*”; “*Inventing the everyday*”; “*New narratives strategies*”; “*Body politic*”; “*Modern life*”; “*Performing the eighties*”; “*Video Noir*”; e “*Whats does she want*” (série que trata da questão feminina).

Outras mostras da videoarte internacional foram realizadas durante o festival em parceria com instituições culturais, que traçaram um panorama atualizado da videoarte. Na França, com vídeos produzidos entre 1982 e 1984, dividido entre os blocos “*Vidéo de Creation*”, “*Art Vidéo Français*” e “*La est Mirros Honiplement qui Grirce*”; no Canadá, com a mostra intitulada “*Recent Canadian Video*”, reunida pelo acervo do Consulado canadense; na Alemanha, com obras de caráter político e social organizadas pelo Instituto Goethe de Munique; e na Inglaterra, em parceria com o *British Council*, que teve as obras selecionadas pela distribuidora independente *London Video Art*<sup>6</sup>, que emprestou vídeos referentes ao movimento

---

<sup>5</sup> Fundado por alunos da Escola do Instituto de Arte de Chicago em 1976, abriga hoje 5 mil obras, sendo uma das mais completas coleções de vídeo do mundo.

<sup>6</sup> A *London Video Art*, uma das primeiras distribuidoras de vídeo mudaria seu nome e se incorporaria mais tarde à distribuidora LUX. Website: <https://lux.org.uk/>

*scratch vídeo*<sup>7</sup>, que emergiu na Inglaterra em clubes ingleses (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015).

Dessa vez, o artista José Roberto Aguilar foi o homenageado da edição e, ao mesmo tempo em que exibiram uma retrospectiva de suas obras em vídeo intitulada “O olho do diabo”, ele comandou uma suntuosa performance de abertura, em que embrulhou e desembulhou o recém-reformado MIS com centenas de metros de plástico preto, em uma citação ao artista búlgaro Christo, que é conhecido pela ação de embrulhar monumentos, pontes, objetos, entre outros. Em 1985, Christo e sua mulher Jeanne Claude, embrulharam a ponte Neuf em Paris com tecido. A performance de Aguilar, que chamou de “Anti-Christo”, parou o trânsito da avenida Europa, que ficou interditada por uma hora.

Dentre os festivais Videobrasil que se seguem, surge uma ampla gama de acontecimentos e mudanças que irão nortear as produções de videoartistas, passando o evento a estabelecer um maior contato internacional com outros circuitos e agentes. Na edição de 1987, o Festival aposta fortemente na internacionalização, convidando um dos artistas inventores da videoarte para a mostra, o nova-iorquino Ira Schneider. O artista pioneiro da videoarte começou a produzir em 1969 ao ter contato com equipamentos de vídeo portáteis. O Consulado Geral dos Estados Unidos cedeu cinco trabalhos do artista para o festival: *Wipe Cycle* (documentário sobre sua primeira videoinstalação, apresentada em 1969 na *Howard Wise Gallery*, de Nova York), de 1969; *Time Zones (A Reality Simulation)* (documentário sobre a instalação de mesmo nome), de 1974; *Echo* (Vídeo experimental), de 1975; *Who Killed Heinrich Hertz* (documentário sobre a descoberta do eletromagnetismo), de 1987; e *Night Life TV* (trechos do programa apresentado pelo artista todas as quintas-feiras às 00:30 no canal C em Manhattan), sem data. Com a apresentação dos vídeos cedidos e a presença do videoartista no festival, Schneider pôde discutir e falar sobre seus trabalhos, enriquecendo o conhecimento acerca dessa vertente do vídeo, a videoarte, que até então era pouco conhecida no Brasil.

Se tornando uma tradição, o Festival Fotoptica Videobrasil traz nessa edição outra importante mostra internacional, com representantes da videoarte da França, da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. No entanto, os destaques dessa mostra são os trabalhos em vídeo do artista Nam June Paik, “*Mein Kölner Dom*” (1980) e “*Video Art*”, cedidos pelos

---

<sup>7</sup> Os artistas ligados ao movimento, a exemplo de Kim Flitcroft, Sandra Goldbacher, os Duvet Brothers e Mark Wilcox, tinham por costume se apropriarem de imagens do cinema e da TV comercial, fazendo edições de cortes rápidos e ritmos misturados, atacando o comercialismo da televisão e do cinema e até mesmo a videoarte “de galeria” (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015).

Instituto Goethe, da Alemanha, e pelo Consulado Geral dos Estados Unidos. Da Alemanha, somariam-se mais cinco vídeos a serem apresentados e da Inglaterra, dezoito, além dos vídeos franceses, que foram cedidos pelo Cendotec (Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica) e pelo *The British Council*.

Embora tenha havido grandes elogios à mostra anterior pelas produções experimentais que, de acordo com os organizadores, incidiam a maior qualidade e originalidade, a quinta edição se inauguraria em clima de alvoroço. Muitos realizadores da vertente experimental, com obras barradas da pré-seleção, culpam a organização de privilegiar produções que aspiram à inserção na TV comercial. A maior polêmica gira em torno da obra “Caipira *In*” de Tadeu Jungle, produzida pela TVDO e protagonizada por Roberto Sandoval, que foi recusada pelo júri por falta de narrativa. Tadeu Jungle, que teve outra obra aceita “Heróis da decadên(s)ia”, acusa o festival de privilegiar obras feitas para a televisão e declara que “Caipira *In* é arte”, e como forma de protesto, na noite de abertura, instala um mata-burro na entrada do evento. A obra rejeitada acaba sendo incluída na mostra, mas Tadeu Jungle anuncia sua retirada, mantendo Heróis, como uma resposta do que estava acontecendo.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Jungle ainda insiste em atacar o júri e a organização do festival: “O júri oficial é uma balela, não conhece o produto e é incompetente para julgar vídeo; o festival é feito por amadores e não me interessa participar disso” (FOLHA DE S. PAULO, 1987). Durante a mostra, os produtores da TVDO, Walter Silveira e Tadeu Jungle, “de saco cheio de serem tratados como videomakers, que produzem e enchem as tripas da programação do festival” (VIDE VIDEO, 1987, p. 19), distribuíram o manifesto “Barco sem rumo”, cujo texto iniciava com o seguinte trecho: “este festival se apresenta como uma velha caravela que levantou suas velas poucos meses atrás, encheu-as de marketing e merchandising e agora, inflada pelo muito vento-vídeo, vaga por aí, perdida, sem rumo nem destino” (VIDE VIDEO, 1987, p. 19). O manifesto circulou e arrecadou assinaturas durante os quatro dias do evento, gerando muitas polêmicas.

A partir daqui a cisão dentro do festival se tornaria evidente. Era encabeçada pelas duas produtoras mais frequentes: a Olhar Eletrônico, que defendia o privilégio das produções voltadas para a televisão comercial; e a TVDO, que intercedia a favor das produções experimentais.

Em relação às exposições realizadas para o festival, foram exibidas quatro videoinstalações, duas do artista Artur Matuck, “*Teleshov by Dr. Sharp*” e “Megaan observa

um humano”, uma de José Roberto Aguilar, intitulada de “Anavedave”, e uma de Mauro Cídero, “The Uirapuru”. “Megaan observa um humano”, de Matuck, acabou se reduzindo a uma exposição fotográfica, e em “*Teleshov by Dr. Sharp*” o artista utilizou recursos do *slow can*, em que fez experimentos misturando sinais de áudio e vídeo. O vídeo mostra o pioneiro da telecultura Willoughby Sharp, discorrendo a respeito da cultura tecnológica. (V FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1987).

Devido à rixa entre vertentes na quinta edição, com produtores indecisos entre fazer TV ou arte, o festival teria que optar entre dar espaço ao jovem produtor ou estimular a profissionalização. Optou-se, na edição seguinte, pela segunda alternativa, escolhendo partir para uma fase mais criteriosa, deixando o amadorismo de lado. Até então, a edição de 1988, foi a mais recheada de convidados internacionais, o que fez com que os realizadores brasileiros entrassem em contato direto com a produção de fora. Dessa política de contato com a produção global, oferecendo aos artistas brasileiros do vídeo oportunidades de aprendizado e troca fora do país, o Festival Videobrasil palpar-se-ia cada vez mais, a cada edição. Como pontuou Gabriel Priolli: “A fase de dar força ao jovem produtor já passou” (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015: p.77).

Sendo assim, o Videobrasil aproxima-se cada vez mais de se transformar em um festival típico de artes, que se consolidaria em 1994, ao incorporar a expressão “arte eletrônica” ao nome do evento.

As instituições parceiras do festival, Instituto Goethe da Alemanha, *Video Data Bank* de Chicago e *The British Council* da Inglaterra, cederam novamente obras de artistas representativos da produção contemporânea de vídeo. Ademais, o festival contou com a presença de dois videoartistas norte-americanos, Aysha Quinn e Daniel Minahan.

*A presença desses artistas norte-americanos no VI Festival Fotoptica Videobrasil, foi muito importante para estabelecer debates sobre a produção de videoarte e suas dificuldades de inserção em um mercado de arte.*

*Com o retorno da democracia ao país pela nova constituição aprovada em 1988 que restabelecia as eleições diretas e o fim da censura, a sexta edição recebeu uma grande quantidade de documentários que, de acordo com a Associação Cultural Videobrasil, denunciavam “a homofobia, o avanço das emissoras evangélicas e a fragilidade da herança*

*indígena no Brasil*” (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015, p.77). A videoarte marcou presença com o vídeo “Mentiras e Humilhações”, de Eder Santos, que levou o prêmio de melhor direção.

Dessa vez, quem apresentou uma videoinstalação foi a carioca Sandra Kogut, que havia estreado no festival na edição anterior. A videoinstalação “Cabine de vídeo #2” trata-se de uma segunda versão de uma série de experiências que a artista chamou de videocabines. De uso individual, ela construiu um espaço que por dentro era equipado com uma poltrona, para o visitante sentar, e um monitor, que exibia um vídeo de duas horas de duração (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015: p.77).

Ademais, o professor de comunicações da PUC/SP e da ECA/USP Arlindo Machado viria a somar nessa edição, com o lançamento de seu livro “A Arte do Vídeo” (1988) pela editora Brasiliense, o primeiro da série de ensaios que publicaria sobre o tema. Machado foi um dos pioneiros a teorizar de forma madura a arte do vídeo no Brasil. No trabalho, Machado não procura distinguir vídeo e televisão, ao contrário, procura verificar parte dos fenômenos de linguagem que tem como origem o vídeo (MACHADO, 1990). Com isso, o vídeo começa a se configurar como um espaço de reflexão e legitimação estética no Brasil.

A sétima edição de 1989 foi pensada de forma a aglutinar e pôr em contato os produtores daqui com grandes representantes de centros de mídia europeus. Por meio de um dos convidados internacionais, o crítico e curador francês Pierre Bongiovani, o festival concedeu à videoartista Sandra Kogut, pelo videoclip “Manuel” (1989) — criado para a música de Ed Motta —, seu primeiro prêmio de residência artística, que realizaria no ano seguinte no CICV (*Centre International de Création Vidéo Pierre Schaeffer*<sup>8</sup>, Montbéliard, França). O programa de residências artísticas passou a ser uma prática recorrente nesse ano e se tornou estratégico para o festival, de forma a proporcionar novas experiências para os artistas participantes ou contemplados.

Um dos convidados internacionais, o britânico John Wyver, escritor, produtor e fundador da produtora independente *Illuminations*, ministrou uma oficina intitulada “*a Workshop about Television and Videoart*”, em que apresentou os intercâmbios entre televisão e videoarte, mostrando seus potenciais e problemas.

Além dos convidados internacionais citados — John Wyver e Pierre Bongiovani —, outros compareceram e participaram ativamente do festival, sendo eles, o holandês Tom Van

---

<sup>8</sup> Primeiro centro de arte digital da Europa, fechou as portas em 2004.

Vliet (diretor do *Kijkhuis* e do *World Wide Video Festival*<sup>9</sup>), o inglês Rod Stoneman (responsável pela área de videoarte do *Channel 4*<sup>10</sup>), os belgas Jean-Paul Trefois (produtor do “*Videographie*” e co-produtor do programa “*Carré Noir*” da RTBF<sup>11</sup>) e Christianne Philipe (trabalhava junto com seu conterrâneo no programa “*Carré Noir*” na RTBF), os franceses Dominique Thauvin (representante do Canal Plus francês) e Jean Paul Sarger (produtor e crítico de vários veículos de comunicação em toda a França). A presença desses estrangeiros foi foco de grande parte das notícias acerca do festival, que anunciavam em tom caloroso a sua iminente internacionalização, que se firmaria de forma efetiva na edição seguinte.

A mostra internacional contou com experiências de videoarte de artistas ingleses e franceses em pesquisa de campos como a moda e a dança. Os curadores da mostra inglesa, Paula Dip e Gill Henderson, celebram a diversidade da produção de videoarte britânica dos anos 1980. A seleção trazida ilustrou a variedade e profundidade dos trabalhos realizados na metade dessa década, apresentando 45 obras de 36 artistas. Já a mostra francesa, sob curadoria de Jean-Marie Duhard, do centro de produção de vídeo Ex-Nihilo, foi mais modesta, com sete produções de onze artistas. Ainda dentro da perspectiva da mostra internacional, foram exibidos na mostra “*Vídeo Hors-concours*” quatro documentários produzidos fora do Brasil por cinco importantes realizadores brasileiros: Flávia Moraes, Roberto Berliner, Wagner Garcia, e pela dupla Marcello Dantas e Maria Lucia Mattos.

A exposição foi composta por três videoinstalações: “Adote um satélite”, de Marcelo Masagão; “O caminho das vertigens”, de Sandra Kogut; e “Oremos”, de Eder Santos.

Já na edição anterior as obras da mostra competitiva eram nomeadas com a terminologia “videoarte” no catálogo do evento, não sendo mais intituladas de experimentais. No entanto é nessa sétima edição que são criados prêmios específicos para esse tipo de produção. De nove obras de videoarte aceitas para a mostra competitiva, três ganharam prêmios.

---

<sup>9</sup> O *Kijkhuis* foi uma organização de arte que contava com um programa semanal na televisão holandesa chamado *Videoline*, criado em 1987; e o *World Wide Video* é um importante festival anual iniciado em 1982, na cidade de Haia, na Holanda (VII FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1989). O Festival perdurou até 2004, quando Van Vliet assumiu a direção do departamento de novas mídias da WBK Vrije Academie, também com sede em Haia. (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015)

<sup>10</sup> O *Channel 4* é uma das principais emissoras de televisão inglesa. (VII FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1989)

<sup>11</sup> *Videographie* foi o primeiro programa da televisão europeia a apresentar trabalhos de videoarte, e RTBF é a sigla para Rádio e Televisão Belga da Comunidade Francesa. (VII FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1989)



Essas sete edições da década de 1980 foram muito importantes para a discussão acerca da videoarte, que amadureceu e ganhou uma visão crítica. Constatamos a grande variedade de práticas com o vídeo dentro do festival e tentamos abarcar ao máximo a presença da videoarte nesse contexto, que de início, na mostra competitiva, aparecia em menor quantidade e muitas vezes sob a alcunha do experimental, e nas mostras à parte da competitiva se evidenciava como uma vitrine, um chamariz para atrair público. Quando o festival opta pela profissionalização em 1988 (6ª edição), a produção de videoarte aumenta e substitui a terminologia experimental, que antes classificava tais obras, sendo na edição posterior criados prêmios específicos para esse tipo de produção, como visto anteriormente.

Com isso, e através dessa vertente, o festival foi se pautando cada vez mais nos usos artísticos com o vídeo, produzido por uma parcela ínfima de artistas, se colocado em comparação com as outras artes. Mais tarde, o evento ampliou seus horizontes, abarcando as artes eletrônicas no geral, com a qual o vídeo passa a coadunar de forma cada vez mais intensa. Enquanto muitos anunciam a diluição da videoarte na década de 1990, ela segue presente na produção de alguns artistas contemporâneos, intercedendo novas poéticas em diálogo com outras linguagens, em seu sentido iminente de contaminação.

Na sua oitava edição, em 1990, o festival adquire caráter internacional, incorporado ao nome do evento. Com a sua política cultural de implementar produções fora do eixo, o festival abre espaço de sua mostra competitiva para realizadores da América do Sul, Austrália, África e Sudeste Asiático.

Contudo, o festival pausa em 1991, devido a uma crise política da época, de sucateamento, inclusive na cultura, causada pelo governo Collor, e se reformula, criando a Associação Cultural Videobrasil e firmando novas parcerias, como veremos a seguir.

Após a oitava edição, o festival voltaria apenas em 1992, com significativas mudanças. Nesse ínterim de dois anos, foi criada a Associação Cultural Videobrasil, que inseriu o evento no centro de um programa de fomento e pesquisa da produção do Sul geopolítico. O festival muda a periodicidade anual para bienal, com foco em vídeos de caráter artístico e experimental. Passa a ser realizado no Sesc Pompeia e firma parceria com o Serviço Social do Comércio de São Paulo. Nessa edição, o festival comissiona sua primeira videoinstalação, *The Desert in My Mind*, de Eder Santos. Em 1994, há novamente uma mudança no nome do festival, que incorpora a expressão “arte eletrônica”, passando a ser chamado de 10º Videobrasil Festival Internacional de Arte Eletrônica (VIDEOBRASIL; SESC SP, 2015).



As mudanças ocorridas em cada edição do festival foram ao encontro de realizar seu principal objetivo, que é dar espaço e voz aos produtores do Sul Global. Cumprindo o projeto de intercambiar trabalhos de artistas fora do eixo, dando-os oportunidade de expor e entrar em contato com artistas renomados, o festival oferece subsídio e fomenta a produção em videoarte, presente desde o início de sua trajetória, e outras mídias eletrônicas. Os debates oferecidos pelo mesmo são igualmente importantes, não só para aprimorar a prática artística, mas também para enriquecer a pesquisa crítica sobre o tema.

### **Referência Bibliográficas**

MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MELLO, Christine. *Extremidades do vídeo*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2008.

VIDEOBRASIL, Associação Cultural; SESC SP, Serviço Social do Comércio. *Videobrasil: Três décadas de vídeo, arte, encontros e transformações*. São Paulo: Sesc SP: Videobrasil, 2015.

### **Catálogos**

I FESTIVAL DE VÍDEO BRASIL, 1983.

II FESTIVAL FOTOPTICA - MIS de Vídeo Brasil, 1984.

III VÍDEOBRASIL, 1985.

IV VIDEOBRASIL, 1986.

V FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1987.

VI FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1988.

VII FESTIVAL FOTOPTICA VIDEOBRASIL, 1989.

8TH FOTOPTICA INTERNATIONAL VIDEO FESTIVAL, 1990.

9º FESTIVAL INTERNACIONAL VIDEOBRASIL, 1992.

10º VIDEOBRASIL FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTE ELETRÔNICA, 1994.

### **Artigos de Jornal**

FILHO, Rubens Ewald. “O vídeo veio para ficar”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1984.

FOLHA DE S. PAULO. “O grande festival da imagem independente”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 1985.

## Diálogos entre fotografia, vídeo e *performance* em *lovers*, de Claudio Goulart

**Fernanda Soares da Rosa**

Mestranda em História, Teoria e Crítica de Arte

PPGAV/UFRGS

E-mail: fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br

**Resumo:** Neste artigo se propõe analisar as relações existentes entre fotografia, vídeo e *performance* presentes na obra *Lovers*, de Claudio Goulart. As produções do artista, que integram o Acervo Artístico da Fundação Vera Chaves Barcellos, entre arte postal, livros de artista, fotografia, videoarte, instalações e registros de *performances*, apresentam-se imersas em diversas camadas de conceitos e formas. Perceber seus trabalhos através de um olhar acerca dos desdobramentos e reverberações das técnicas e suportes escolhidos é proposta deste estudo.

**Palavras-chave:** Claudio Goulart; Arte Contemporânea; Fotografia; *Performance*; Videoarte.

**Abstract:** In this article we propose to analyze the existing relations between photography, video and performance present in the work *Lovers*, by Claudio Goulart. The artist's productions, which are part of the Vera Chaves Barcellos Foundation Art Collection, among postal art, artist's books, photography, video art, installations and performance records, are immersed in several layers of concepts and forms. Perceiving their work through a look at the unfolding and reverberations of the chosen techniques and supports is proposed in this study.

**Keywords:** Claudio Goulart; Contemporary art; Photography; Performance; Video art.

As obras do artista brasileiro Claudio Goulart (Porto Alegre, Brasil, 1954 – Amsterdã, Holanda, 2005), que integram a Coleção Artistas Contemporâneos no Acervo Artístico da Fundação Vera Chaves Barcellos (FVCB), apresentam-se em diversidade, transitando entre vários caminhos e temas percorridos pela Arte Contemporânea. Sua produção imersa em camadas de distintas abordagens é carregada de intensidade e sutil senso crítico. Se aproximando de discussões acerca da arte política, ligadas à história social e mundial, Goulart suscita importantes e atuais temas sociais através de seus trabalhos.

O artista atento à organização e com apreço ao registro criou em vida a Fundação *Art Zone*<sup>1</sup>, que foi responsável e legatária de seu acervo até 2015, quando a FVCB adquiriu quase sua totalidade através de doação feita pela instituição. Um significativo número de trabalhos, registros fotográficos, documentais, de exposições e de projetos que Goulart organizou e fez parte ao longo de sua trajetória foram doados. Na coleção da FVCB esse acervo passou por um processo de catalogação, digitalização, documentação, pesquisa, guarda e disponibilização para consulta de pesquisadores.

---

<sup>1</sup> A Fundação *Art Zone* é uma organização sem fins lucrativos, localizada em Amsterdã e criada pelo artista Claudio Goulart em vida. Mais informações sobre a Fundação através do site: [www.artzone.nl](http://www.artzone.nl).

Entidade cultural, privada e sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre e Viamão, RS, a FVCB, criada pela artista Vera Chaves Barcellos em 2003, tem como proposição a preservação, a pesquisa e a difusão da obra da artista, bem como incentivar a investigação e a produção artística contemporânea. Abriga um importante acervo de arte com atualmente quase 3 mil obras catalogadas, tendo as seguintes coleções: Coleção Artistas Contemporâneos e Coleção Vera Chaves Barcellos<sup>2</sup>.

Além das coleções de obras de arte a FVCB dispõe de um acervo documental sobre Arte Contemporânea, disponível para consulta através do Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação. Conta também com uma programação regular de exposições, cursos de educação continuada em artes, direcionado a docentes da rede pública municipal e estadual e atividades paralelas, desenvolvidas através do Programa Educativo, que recebe escolas, professores e o público interessado em artes visuais.

O acervo atualmente possui mais de 300 obras de Cláudio Goulart catalogadas, reunindo desenhos, colagens, fotografias, arte postal, livro de artista, videoarte, instalações, registros de *performances*, entre outros documentos. Dentre as temáticas presentes em sua produção envolvem-se várias tendências que se alternaram e se transpuseram durante toda sua vida.

Brasileiro, nascido em Porto Alegre, em 1954, estudou Arte e Arquitetura na capital. Com o intuito de ir para a Espanha estudar Arte, Goulart fez uma parada em Amsterdã, em 1976 e por lá ficou. No período, o artista e amigo Flávio Pons<sup>3</sup> já morava na Europa e eles traçaram uma parceria e amizade de toda a vida. Na Europa o cenário das artes proporcionava um novo contexto de experimentações e possibilidades de criação artística, com galerias e museus que abriam espaço para artistas estrangeiros. Goulart adotou a efervescente cidade cultural como

---

<sup>2</sup> A Coleção Vera Chaves Barcellos abrange grande parte da produção visual da artista; a Coleção Artistas Contemporâneos conta com obras de artistas nacionais e internacionais, como: Adriana Varejão, Anna Bella Geiger, Antoni Muntadas, Begoña Egurbide, Bill Viola, Carmela Gross, Christo, Cláudio Goulart Cildo Meireles, Dennis Oppenheim, Elcio Rossini, Félix Bressan, Flávio Pons, Gary Hill, Hannah Collins, Hélio Ferverza, John Cage, Julio Plaza, Leon Ferrari, Leticia Parente, Luis Carlos Felizardo, Lygia Clark, Marcel-Lí Antúnez, Nelson Leiner, Paulo Bruscky, Patrício Farias, Rafael França, Regina Silveira, Sol LeWitt, Teresa Poester, Vik Muniz, entre outros.

<sup>3</sup> Flávio Pons (Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, Brasil, 1947), artista visual. Participa de exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior. Mora e trabalha em Amsterdã desde a década de 1970. Destaque para algumas exposições coletivas que fez parte: XII Bienal de Paris, Musée de l'Art Moderne, 1982; *La Vie en Rose*, Bracknel, Air Gallery e Brixton Gallery, Londres, 1983; *Aparejos de beleza*, Centro Wifredo Lam, Havana, 1995; V e VI Bienais de Havana, 1994 e 1977; *Évora à luz holandesa (The triumph of love)*, Museu de Évora, Portugal, 1996; *Arte Holandesa Contemporânea*, em 2000, no Centro Cultural de Cascais, Portugal; *A Short History of Dutch Video Art*, que percorreu vários países como Holanda, Espanha e Croácia. Para biografia detalhada do artista consulte o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa da FVCB.

sua, mas retornava ao Brasil ocasionalmente para visitar a família e participar de projetos em instituições brasileiras. Viveu em Amsterdã até a sua morte em 2005.

Percorrendo entre os contextos artísticos brasileiro e europeu fez parte de projetos e exposições individuais e coletivas em países como Brasil, Holanda, Portugal, Espanha, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Cuba, México, Japão, entre outros. Seu vínculo com outros artistas, como Flavio Pons, Vera Chaves Barcellos e Ulises Carrión<sup>4</sup>, figuraram interessantes referências, trocas e parcerias.

Por certa distância do cenário artístico brasileiro e maior proximidade e atuação no contexto exterior, Goulart é pouco conhecido no Brasil, até mesmo no sistema das artes porto-alegrense. Até o presente momento seus trabalhos não foram foco de uma pesquisa de arte nem teve um estudo aprofundado sobre sua trajetória. Dessa forma, parte desse estudo consiste em um extensivo levantamento de documentos, registros de exposições, projetos, entrevista, artigos e catálogos que fazem referência ao artista e suas obras, devido à escassez de bibliografia detalhada sobre sua produção.

Em contato com os trabalhos desse artista reconheço temas e questões que trazem interessantes debates para o campo conceitual da arte, perpassando discussões atuais, como arte política, arquivos de arte e memória. E ainda, possíveis relações entre linguagens e suportes, fruto de forte ligação do artista com vários meios, em especial e foco deste artigo, o vídeo, a *performance* e a fotografia.

### **Interloquções em *Lovers***

Em uma pequena caixa de acrílico, com um formato arredondado, sobre um tecido almofadado branco, 17 fotografias em P&B, medindo 3 x 2 cm cada, são cuidadosamente guardadas. As imagens, coladas em um papel cartolina preto com dobraduras em formato de leque trazem os artistas Claudio Goulart e Flavio Pons com seus corpos cobertos apenas por uma fita. Em cada fotografia movimentos se alternam em círculos transpassando de um para o outro o cordão que enlaça seus corpos.

---

<sup>4</sup> Ulises Carrión (San Andrés Tuxtla, Veracruz, México, 1941 – Amsterdã, Holanda, 1989), figura chave da arte conceitual mexicana, foi artista, editor, poeta, curador e teórico da vanguarda artística internacional posterior a década de 1960. Viveu vários anos em Amsterdã, onde fundou a *Other Books and So*, em 1975, uma editora-livraria-galeria alternativa de arte, local sede de uma importante rede internacional de intercâmbio de ideias e trabalhos, principalmente de livros de artista e arte postal.

O delicado objeto que carrega o registro nos faz lembrar o formato de uma concha, mais especificamente de ostra, que carrega em si uma joia, relíquia objeto de desejo que produz em seu interior uma pérola, a partir de uma reação natural de seu organismo ao se deparar com um intruso. Em *Lovers*, Goulart, que foi parceiro de Pons em seus primeiros anos em Amsterdã e manteve com ele uma relação de amizade e proximidade durante toda sua vida, conserva essas fotografias em um receptáculo. Seu movimento de abrir e fechar e em seu formato nos dá indícios do cuidado e apreço pela memória que carrega. Goulart, entrelaça ainda tudo em uma fita vermelha de cetim, que finaliza o gesto de armazenar os registros, apresentando-os como um presente, embalando uma lembrança.



Claudio Goulart e Flavio Pons *Lovers*, s/d. Fotografias em P&B, caixa de acrílico, fita vermelha. Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos.

Levando o mesmo título, outras duas obras, em parceria dos artistas retomam a poética particular, mas de forma e em formatos diferentes. Na Galeria Bedaux, em Amsterdã, em 1978, Goulart e Pons apresentaram uma *performance*. Os dois vestidos com camisas brancas, coletes e calças pretas, mantendo certa distância, dividem uma longa fita vermelha. Flavio, com o corpo totalmente amarrado por essa fita, mantém a ponta solta, que passa a encobrir o corpo de Claudio, enquanto eles giram em torno de si mesmos, até que o primeiro se liberte da amarra, atando completamente o outro.



Claudio Goulart e Flavio Pons *Lovers*, 1978. Fotocópias de registros fotográficos de *performance*. Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos.

Já em 1980, a interlocução que se dá por meio de uma fita vermelha, na videoarte *Lovers*, traz o tema novamente ao trabalho dos artistas. Goulart e Pons, nus, frente a um fundo escuro, se movimentam em torno de si, entre um e outro, suavemente. O sutil deslocamento fixa o observador à obra, carregado de uma potência a cena envolve quem observa em uma atmosfera quase lírica.



Claudio Goulart e Flavio Pon *Lovers*, 1980. Video (frames), 8 minutos, em cores. Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos.



Sobre a relação de Goulart com a videoarte, Pons revelou em uma entrevista cedida que alguns dos trabalhos realizados nesse período foram possíveis através de uma parceria com o *Video Heads*<sup>5</sup>, quando após uma apresentação de *performance* no espaço The Bank, em Amsterdã, o espaço cedeu equipamentos para a criação de propostas em vídeo. Conta Pons que:

Isto nos estimulou muito e acelerou a nossa produção nesta área. Claudio criou então muitas obras individuais usando o vídeo como suporte. Entre outros, ele criou e fez a curadoria por duas vezes do *Live Video Performance Festival*, na Galeria Time Based Arts, em Amsterdã, em 1983 e 1987, com artistas convidados de vários países europeus. Entre 1991 e 1994, Claudio produziu o programa *Kanaal Zero*, para a *Salto Channel* (televisão a cabo de Amsterdã) apresentado mensalmente e às vezes semanalmente. Neste programa ele mostrava vídeos de outros artistas, vídeos dele mesmo e também comissionava artistas a criarem novos vídeos, em geral sobre um tema específico. Em 1982, Claudio criou e fez a curadoria do projeto multimídia *Catalogue Raisonné* na Time Based Arts, em Amsterdã.

*Lovers* (1980), para além de uma releitura da *performance* ganha individualidade apesar das semelhanças. Também se distanciando do repouso da fotografia, marcado no objeto que fixa as imagens no outro trabalho. Uma nova obra, com outras possibilidades foi possível pelo uso do suporte audiovisual. Esse proporcionou particularidades que só são presentes graças à visualidade das imagens em movimento. Provoca assim, através de uma construção entre o ato dos corpos, o sentir do espectador, que ao observar a cena é convidado a integrar, e se encontrar de certa forma, em sua poética.

A imagem eletrônica do vídeo permite um alto grau de manipulação e composição da imagem e do som por meio de técnicas como encadeamento, sobreimpressão, incrustação e espessura da imagem, escalas, profundidade e montagem dos planos, entre outros procedimentos que dão visibilidade à forma e estética visual fragmentar. Como se sabe, o vídeo constitui-se dos mesmos elementos cinematográficos. Entretanto, o nível de alteração e transformação da imagem eletrônica é infinitamente maior e isso gera uma multiplicidade de possibilidades expressivas. (RIBEIRO, 2013, p.1).

Há a interação entre corpo e vídeo como meio de construção da poética do artista, dentre suas experiências e experimentações carregadas de identidade. Como experiência estética da contemporaneidade, o vídeo incorpora o corpo, e ambos se integram como dispositivos híbridos, onde os artistas são protagonistas em sua arte adotando o corpo como atuante do sentido.

---

<sup>5</sup> Estúdio de produção e suporte de vídeo fundado em 1970, por Jack Moore, em Amsterdã, Holanda. “*Although these facilities were initially only used to make supporting material for exhibitions of work in other media, in the mid-1970s American artists such as Dennis Oppenheim and Terry Fox were invited to use the studios to produce new works*”. (MEIGH-ANDREWS, 2014, p. 29).



O embate entre máquina (câmera de vídeo) e o corpo (*performance* do artista) se apresenta como elemento estrutural construtor de linguagem, compreendida para além dos mecanismos de registros de som e imagem, a fim de ser reconhecida como sinônimo de produção midiática que amplia as experiências sensíveis com o corpo. Tendo o próprio corpo como materialidade e linguagem artística, os artistas que deram origem à arte do vídeo no Brasil se apropriam dos recursos da máquina, registro e enquadramentos de imagens e sons, para expor seu corpo a discussões estéticas, sociais, culturais e políticas em situações inusitadas, de ataques e intervenções violentas contra o corpo, uma das marcas da *Body Art*. (RIBEIRO, 2002, p.555).

Dentre os desdobramentos sutis, o transpassa algo, receber. O Eu que se integra e se modifica. *Lovers* propõe um jogo especular, entre o observar e o se ver, em um espelho que reflete o Eu e o outro. A cena opõe-se, se desloca, nos questionamos nos “corpos que se transformam, que se desdobam em nossos corpos” (CATTANI, 2007, p. 30).

A poética de *Lovers* inspirou uma artista canadense que produziu um vídeo tributo à obra. Em *A Re-Do of Claudio Goulart and Flavio Pons's 1980's performance*<sup>6</sup>, 2012, Ségolène Marie C. Brault, que vive em Montreal e trabalha com desenho, escultura, *performance* e vídeo, atribui a produção de Goulart e Pons a vontade de recriar uma montagem que evocaria uma aproximação e intimidade entre corpos, o levando para dentro da natureza. O pensamento e prática da artista estão ligados a uma investigação mitologia pessoal, rituais e arquivamento.

### **Entre a poética e a poiética de Goulart**

A forte relação de Claudio Goulart com a *performance* vai ao encontro de sua relação com os registros dessas apresentações. As *performances* e videoperformances, assim como a maioria de seus trabalhos, foram documentadas em memórias guardadas pelo próprio artista, como um arquivo em imagens e textos. Algumas dessas produções foram adaptadas para vídeo<sup>7</sup>, ganhando uma nova versão, mesmo que semelhante na ideia, concebidas em suporte e em formas diferenciadas.

*Lovers* (1980) traz em movimentos lentos cenas potentes e quase íntimas, mas que revela em sua plenitude um entrelaçar de um delicado momento. O vídeo mesmo surgindo de uma ideia anterior, a *performance* de 1978, distingue-se em alguns pontos. Na através percebemos através dos poucos registros existentes em fotocópias de fotografias os artistas que vestem elegantes roupas sociais mantêm o laço que desamarra o corpo de um para atar o de

---

<sup>6</sup> O vídeo pode ser assistido na íntegra em <https://vimeo.com/51497758>.

<sup>7</sup> Das performances realizadas pelo artista destacam-se *Diálogos*, *Lovers* e *Concerto*, que resultaram em novas propostas realizadas em videoarte e que levam o mesmo título.

outro. Mas sendo uma linguagem híbrida encontra-se atravessando fronteiras, fluindo em espaços pertencentes a outros campos, flertando ainda com as artes cênicas.

Ainda vale ressaltar a distância existente entre a sensação presente ao assistir uma exibição de uma *performance* e uma percepção desta através de registros. Renato Cohen, em *A arte da performance* atenta para o fato de que os registros documentais, como vídeos, imagens, sons, etc, não são suficientes para descrever e compreender a provocação cognitiva-sensorial que uma *performance* desperta no espectador. Dessa forma, percebemos nossa insuficiência e impossibilidade de perceber certas diferenças, tendo em vista que o mais importante na linguagem é *como* e não *o que* se vê.

No objeto que traz fotografias o onde corpo dos artistas, assim como no vídeo, também é explorado. Em P&B quase como um relicário, pequenas fotografias com cenas semelhantes são cuidadosamente guardadas e enroladas por um laço vermelho. *Lovers* (sem data) dialoga com as outras duas obras citadas, porém, como as demais, mantém suas particularidades.

Sendo muitos os cruzamentos presentes na arte contemporânea estes suscitam relações. O conceito de mestiçagem surge na busca de acolher os inúmeros sentidos que *Lovers* agrega em suas “versões”, buscando não confundí-las nem fundí-las em uma única produção. Visando a percepção das diversas pulsações que os trabalhos integram, pretendemos perceber em suas formas e suportes, seus sentidos, procedimentos, e principalmente seus processos criativos e elementos presentes em cada poética do artista, do mesmo modo como elas dialogam dentro da *poiética* que carregam.

No presente estudo, compreendem-se os termos poética e *poiética* da seguinte forma:

A poética pode ser considerada como tudo o que constitui a obra em si mesma, a partir do momento de sua instauração. Trata-se da obra na sua fisicalidade própria, com suas formas, materiais, técnicas, suportes, ou seja, todos os elementos utilizados na sua constituição pelo artista. (...) A *poiética* é a ciência e a filosofia das condutas criativas (Passeron 1994, p.6); ela pressupõe o estudo das motivações – declaradas ou subjacentes – do artista, de seus processos de trabalho e da instauração da obra enquanto forma, concreta ou virtual, permanente ou efêmera. (CATTANI, 2007, p. 13).

O norteador da pesquisa em arte se encontra no eixo da reflexão e construção de um saber, que individual e próprio, traz como ponto em comum um “pensamento visual”, onde cruza em sua intensidade, presença. Em *Mestiçagens na Arte Contemporânea*, Icleia Cattani busca a poética e a *poiética* presentes nas produções de arte, analisadas pela percepção da mestiçagem. Esse conceito coloca os processos artísticos que parecem similares como

diferenciados em seu modo de ser e em seus saberes, sendo significativos e únicos em suas instaurações (CATTANI, 2007, p. 11).

Questão essa fundamental e presente nas obras intituladas *Lovers* de Goulart. Pelo viés que se propõe, percebemos com olhar atento nessas produções, elementos de profundidade e dimensões distintas, mesmo com suas aparentes semelhanças. A poética do artista o permite desenvolver em diferentes *poiéticas* e suportes a mesma ideia. Mas seria as versões de *Lovers* um apanhado de uma mesma poética? No que se diferem as obras? Em relação a suas *poiéticas*, caracterizam um conjunto de obras? Quais seriam suas particularidades e indagações?

Da relação entre as obras podemos nos apoiar no conceito de mestiçagem para compreendê-las ou até mesmo refletir sobre elas. Sendo seus desdobramentos presentes, suas versões trazem o corpo em questão. O corpo que se transforma, configura-se no outro. Até que ponto não nos encontramos nos movimentos dos artistas? Intimamente interligados ao dividirem o momento Goulart e Pons quase que como um convite se lançam em indagações ao observador. As ambiguidades de sentidos entre o Eu e o outro toma forma, substituindo os sujeitos no jogo de olhares e percepções.

A fusão de elementos e suas particularidades constituem a mestiçagem presente nas obras do artista. As conexões e potências atreladas aos elementos constitutivos que comprem cada uma das versões estruturam-se em novos significados e novas experiências a partir de cada uma.

De sua relação com a fotografia, Goulart trazia parcerias, como a da série fotográfica *On Ice*, com os artistas Vera Chaves e Flavio Pons. Fruto de uma ação performática realizada sobre um lago gelado em Amsterdã, em 1978. Resultado de um trabalho bastante característicos da década de 70, de teor experimental e carregado de interlocuções.

As fotografias da *performance* mostram o corpo de Goulart coberto por objetos feitos de um material de plásticos, de cor metalizada, com uma abertura no meio, onde o artista, dirigido por Pons alternava em movimentos, poses, capturadas por Vera Chaves. A estética provocada pelo material, o corpo do artista, o lago gelado e o cenário em P&B com a paisagem invernal holandesa dão um toque quase escultórico às posições que Goulart apresenta nas imagens.



Claudio Goulart, Flavio Pons e Vera Chaves Barcellos *On Ice*, 1978. Série fotográfica, registro de *performance*. Dimensões variadas. Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos.

Alternando entre intervenção urbana, *performance*, vídeo e fotografias, com projeto intitulado *O.A.N.I / Objeto Anônimo Não Identificado*, Goulart expõe, ainda em 1979, em mostra individual no Espaço N.O.<sup>8</sup>, também em Porto Alegre. A exposição reuniu a documentação fotográfica de uma intervenção realizada em Porto Alegre pelo artista: um projeto de comunicação visual na cidade através de uma campanha publicitária anônima, que consistia em grafitar espaços públicos com um símbolo - muito usado em vários trabalhos posteriores de Goulart, principalmente em livros de artista e arte postal. O trabalho ainda conta com um vídeo, uma reportagem transmitida por um programa jornalístico fictício, no qual um repórter revela a descoberta da autoria de tais grafites espalhados pela cidade.

<sup>8</sup> O Espaço N.O. – Centro Alternativo de Cultura foi idealizado, mantido e administrado por um grupo de artistas, entre eles Vera Chaves Barcellos, Telmo Lanes, Ana Torrano, Heloisa Schneiders da Silva, Karin Lambrecht, Regina Coeli Rodrigues, Simone Basso, Cris Vigiano, Rogério Nazari, Milton Kurtz, Mario Rohnelt e Carlos Wladimirsky. O espaço foi um núcleo difusor de atividades coletivas, de intercâmbio cultural e artístico no cenário cultural porto-alegrense. Entre seu período de funcionamento, de outubro de 1979 a abril de 1982, o Espaço N.O. organizou e apresentou mais de 22 mostras coletivas, 19 individuais, além de participações como equipe em eventos como a *XVI Bienal de São Paulo* e o *IV Salão Nacional de Artes Plásticas* do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, entre outros encontros, palestras, cursos e atividades envolvendo artistas e intelectuais nacionais (CARVALHO, 1995, [p.8]).



Claudio Goulart, *O.A.N.I. /Objeto Anônimo Não Identificado/*, 1979. Fotocópias de imagens da intervenção urbana. 10 x 15 cm cada lâmina. Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos.

### Considerações

Refletindo sobre os elementos trazidos nessa discussão, Goulart ao longo de toda sua produção manteve uma estreita relação com as imagens em movimento. Trazendo o vídeo até mesmo para suas instalações, como *Night and Day* (1983), *Rimbau Color Baus* (1986), *La mort dan son jardin* (1991), *Om de tuin leiden* (1992) e *The next 5 minutes tower* (1993), entre outras, ou como parte constitutiva de videoperformances, como *A arte como adorno do poder* (1979) e *Brasilian Watercolor* (1986), o artista manteve o vídeo presente a várias de suas poéticas.

Uma constante que aparece não só nas obras citadas, mas em diversos trabalhos de Goulart, a fita, surge como um elemento chave nas propostas do artista. Ora toma a cena, vendando os olhos ou a boca do artista, apresentada em cores diferentes, desde vermelho ao preto, dando um tom político às obras, ora cobre o corpo do artista, amarrando-o e desamarrando-o. Desloca-se entre protagonismo e sutileza, manifestando-se em detalhes, potentes ou poéticos, dando corpo aos conceitos das propostas.

Nas obras que possuem um caráter mais político, percebemos não só as temáticas propriamente trazidas pelo artista, mas revelam-se nelas formas e anseios de Goulart, do apreço e zelo pelo registro. Seja de suas obras ou de momentos pessoais, seja de momentos da história mundial. A memória individual e coletiva no jogo do arquivar, registrar. O ver e o não ver marcam sua produção.



Sua constante preocupação pessoal pelo armazenamento de informações, e fotografias nos instiga sobre sua conexão com as lembranças e a memória, não só individual, mas também coletiva. Há uma possibilidade de construção de uma memória presente em *Lovers*, quando transparece o arquivar de lembranças de um período? Goulart parece buscar guardar o tempo através de diferentes *poiéticas*.

Nesses apontamentos iniciais, que ainda se desdobraram na pesquisa que me proponho a investigar no mestrado, percebo que dentre as produções presentes na coleção estudada, percebemos a forte ligação do artista com os três elementos: fotografia, *performance* e vídeo. Os trabalhos trazidos a discussão aqui se interligam, dialogando entre si, mesmo que produzidos em diferentes meios e conceitos carregam uma característica do artista: Goulart pensava suas produções a partir das várias maneiras e experimentações que elas possibilitaram.

## Referências

### Livros

CATTANI, Iceia Borsa. *Poiéticas* e poéticas da mestiçagem. In: CATTANI, Iceia Borsa (Org.). *Mestiçagens na Arte Contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mestiçagens na arte contemporânea: conceitos e desdobramentos*. In: CATTANI, Iceia Borsa (Org.). *Mestiçagens na Arte Contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

COHEN, Renato. *Performance* como linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

GLUSBERG, Jorge. *A arte da performance*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1987.

MACHADO, Arlindo. *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. Itaú Cultural: São Paulo, 2007.

MEIGH-ANDREWS, Chris. *A History of Video Art*. Bloomsbury Publish: Londres, 2014. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=QQq5AQAQAQBAJ&pg=PA27&lpg=PA27&dq=Studio+Video+Heads+amsterdam&source=bl&ots=1OiSpEeQFZ&sig=Zy7TAiqvczMq9RpTQPsOtul0Sw4&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwiomaDdp5XTAhXHjZAKHSW1ARsQ6AEIKjAC#v=onepage&q=claudio%20goulart&f=false>>. Acesso em: 08.04.2017.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: SENAC, 2009.

SOULAGES, François. Vera Chaves Barcellos: obras incompletas. Cronologia comentada por Ana Albani de Carvalho. Zouk: Porto Alegre, 2009.

### Revistas e periódicos

RIBEIRO, Regilene Aparecida Sarzi. O corpo em contexto na contemporaneidade: entre o público e o privado nos vídeos *Entre* de Nina Galanternick e *Desenho-corpo* de Lia Chaia. In: VIII Encontro de História da Arte - EHA, 2012, Campinas. ATAS do VIII Encontro de História da Arte - História da Arte e Curadoria, 2012. p. 554-562.

### Catálogos de arte

CARVALHO, Ana Maria Albani de; TORRANO, Maria Cristina; VIGIANO, Cris. Espaço N.O./ 1979-1982. Exposição documental. Museu de Arte Contemporânea. Palotti: Porto Alegre, 1995. Catálogo de exposição.

LOPEZ, Sebastian. A short history of dutch vídeo art – Una breve historia del video arte en Holanda. Gate Foundation: Rotterdam, 2005. Catálogo de exposição.

### Entrevista

Flavio Pons. Entrevista concedida por e-mail. Porto Alegre, Brasil, maio de 2016.

### Sites

ART ZONE FOUNDATION. About. Disponível em: <<http://www.artzone.nl/pages/aboutartzone.html>>. Acesso em: 06.07.2014.

FONDO ULISES CARRIÓN, 1955-1989/actualidad. Archivo Lafuente, Madrid. Disponível em: <<http://www.archivolafuente.com/es/fondos-y-conjuntos/fondo-ulises-carrion>>. Acesso em: 06.07.2014.

MARIE SÉGOLÈNE. About. Disponível em: <<http://mariesssegolene.com/About>>. Acesso em: 21.04.2017.

RUMOS 2013-2014: preservar o passado para entender o presente, com o olhar no futuro. Itaú Cultural, São Paulo. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/explore/blogs/rumos-2/preservar-o-passado-para-entender-o-presente-com-o-olhar-no-futuro>>. Acesso em: 06.07.2016.

ULISES CARRIÓN. Caro leitor não leira. Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, Madrid. Disponível em: <<http://www.museoreinasofia.es/en/exhibitions/ulises-carrion>>. Acesso em: 06.07.2014.

FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS. Coleções. Disponível em: <[http://fvcb.com.br/?page\\_id=8234](http://fvcb.com.br/?page_id=8234)>. Acesso em: 06.07.2014.

### Documentos do acervo do artista

GOULART, Claudio. Claudio Goulart: selected time based works. s/d.

\_\_\_\_\_. Claudio Goulart: selected works a documentation. s/d.

\_\_\_\_\_. The Gallery of Beattles: an installation by Claudio Goulart. Gate Foundation, Amsterdam, 1999.



## Do retratar feminino na história da arte antes da história da arte

**Antônio Leandro Barros**  
Doutorando em História  
Unicamp/Fapesp  
E-mail: tonileo.artista@gmail.com

**Resumo:** Situações contraditórias se manifestam sob a poeira instalada na dita história da arte de Plínio, o Velho, que se encontra distribuída em trechos ao longo dos últimos livros da *História Natural*, a enciclopédia do mundo antigo. Em particular, as figurações e as posições femininas enquanto produtoras de arte, isto é, enquanto pintoras. Nesse contexto, nos interessa aqui rever o não-visto de dois trechos decisivos: a) as referências nominais às grandes artistas da antiguidade; b) a encarnação de uma origem mítica da pintura em uma jovem apaixonada.

**Palavras-chave:** Plínio; retrato; feminino; Iaia; Butades.

**Abstract:** Contradictory situations manifest themselves under the dust installed in the so-called Pliny the Elder's art history, which is distributed in passages along the last books of *Natural History*, the encyclopedia of the ancient world. In particular, female figurations and positions as producers of art, that is, as painters. In this context, we are interested here to review the not-viewed of two decisive passages: a) the nominal references to the great women artists of antiquity; b) the incarnation of a mythical origin of painting in a young woman in love.

**Key-words:** Pliny; portrait; female; Iaia; Butades.

É já amplamente reconhecido que o projeto de uma disciplina acadêmica da história da arte *sistematicamente* – pois nunca se tratou de mero descuido – omitiu e desconsiderou a participação feminina na sua produção. A título de exemplo, o próprio Giorgio Vasari, considerado o pioneiro, não assinala nenhuma única artista dentre as dezenas de *Vidas*<sup>1</sup> comentadas por ele. Por outro lado, mesmo nomes femininos que hoje figuram entre os mais respeitados nessa historiografia sistemática ainda são constrangidos por vezes com validações a partir de critérios, é preciso dizer, *machistas*: sendo recolhidas à contemplação de suas relações com artistas homens (esposa, filha...), ou ainda no questionamento de suas obras segundo parâmetros da produção artística masculina. Nesse sentido, no bojo de uma cada vez mais necessária reavaliação das ciências humanas é crescente o número de trabalhos questionando a tradição da historiografia da arte também no que concerne ao registro e validação da participação feminina, e examinando os fatores dessa situação a partir das mais variadas perspectivas concentradas em duas grandes linhas de pesquisa: a história da mulher, e a problematização feminista em questões de gênero.

---

<sup>1</sup>VASARI, Giorgio. *Vidas dos artistas*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Correndo os riscos necessários por não estar propriamente inserido nessa área de investigação, pretendo nessa comunicação me aventurar em comentários articulando essas linhas de pesquisa para fora da história da arte, isto é, pensando o estado dessa situação *antes da história da arte*. Sobretudo porque pensar conforme essa articulação tem se colocado cada vez mais como *des*-envolvimento espontâneo de uma investigação atenta sobre a dita história da arte de Plínio, o Velho. Em outras palavras, esse texto é mais um exercício da insistência que tenho mantido, junto a outros pesquisadores da área, em articular um pensamento com aquilo que é posto na invisibilidade, ou melhor, aquilo que é subestimado e subordinado junto à invisibilidade.<sup>2</sup>

Dessarte, essa dita historiografia é composta de variados trechos distribuídos em meio aos temas da mineralogia, nos últimos livros (33-37) da *História Natural*, a enciclopédia do mundo antigo (77 a.C.).<sup>3</sup> Dentre estes, destaca-se o *Livro 35*, o dedicado à arte da pintura, que apresenta ou ao menos esboça uma “teoria pliniana” da arte<sup>4</sup> e reúne o maior conjunto das anedotas que caracterizam essa historiografia. Ao longo da tradição artística, essas mesmas anedotas transformaram-se em verdadeiros filosofemas ressoando em um sem número de releituras, *remakes* e revisões. Além disso, considerando a sua extensão e organização (mais ou menos metódica), o trabalho de Plínio é o remanescente antigo mais bem acabado que conhecemos sobre história da arte, sendo inclusive o que mais auxílio prestou ao reconhecimento e catalogação de artefatos encontrados. No entanto, é igualmente conhecido o seu descarte como ponto de partida de uma disciplina acadêmica<sup>5</sup> por diversos motivos, mas em especial pela sua completa ausência de imagens, isto é, todas as pinturas mencionadas pelo autor se perderam sem deixar registro visual de nenhum tipo, e ele mesmo se furta ao uso da *écfrase* em favor da anedota. O que no contexto da moderna disciplina acadêmica permite configurá-la em um campo paradoxal como uma história da arte antes da história da arte. O que por si só, já poderia indicar a correlação com o jogo de esvaziamento até aqui alegado.

Todavia, outras situações contraditórias se manifestam sob a poeira instalada nessa historiografia. Em particular, as figurações e as posições femininas enquanto produtoras de arte.

<sup>2</sup> Nesse congresso, participei do S.T. (*Re*) *Ver a arte: novas leituras e perspectivas*, em uma mesa particularmente interessada em questões de gênero na história da arte. Agradeço, enormemente, as contribuições que surgiram no âmbito do debate dessa mesa.

<sup>3</sup> O último grande assunto da *H.N.*, após cosmologia, geografia, antropologia, zoologia, botânica, e medicina.

<sup>4</sup> Sobre esse trecho em particular (1-15), indicamos DIDI-HUBERMAN, 2015.

<sup>5</sup> A tal ponto que, considerando agora toda a extensão dessa disciplina até o seu final, Hans Belting (*O Fim da História da Arte*) ratifica que a narrativa historiográfica já esgotada da disciplina começou somente no século XVI, com Vasari.

Por tudo isso, nos interessa aqui rever o não-visto de dois trechos – ou seriam dois quadros? – que nos parecem decisivos porque com eles podemos melhor reanimar o jogo do não-visível e de seus esvaziamentos no que tange ao feminino e ao gênero. Começando por uma das anedotas menos conhecidas, cuja maior motivação de figurar na *H.N.* é a de que nada poderia ficar de fora da enciclopédia pliniana. Eis o registro retórico das artistas da antiguidade:

Mulheres que pintaram: Timarete, filha de Micon, que pintou uma Diana antiquíssima que se encontra em Éfeso; Irene, filha e discípula do pintor Crátino, que pintou uma jovem que se encontra em Eleusis, Calipso, um Velho e o prestidigitador Teodoro, e o dançarino Alcistene; Aristarete, filha e pupila de Nearco, pintou um Esculápio. Iaia de Cízico, perpétua virgem, esteve em Roma quando Marcus Varrão [116-26 a.C.] ainda era jovem, pintando com pincel e trabalhando com o buril em marfim, na maioria das vezes retratos de mulheres; em Nápoles, ela pintou uma Velha sobre grande suporte de madeira, e seu próprio retrato diante do espelho. Nenhuma outra mão era mais veloz que a sua na pintura, e o fazia com tanta arte que suas pinturas superavam em muito os preços das pinturas dos dois famosos retratistas da época, Sopoli e Dionisio, cujos quadros enchem as galerias. Certa Olímpia também pintou. Dela o único fato recordado é que Autobulus foi seu pupilo. (*H.N.* XXXV, 147-148)

Nesse pequenino trecho e meia dúzia de nomes encontramos todas as artistas do mundo de Plínio. O que significa, em primeiro lugar, que nesse mundo a única arte em que as mulheres podiam se envolver – e se envolver marginalmente – era a pintura, pois não há registros delas nos outros livros dessa historiografia. Dois fatores interligados contribuem para o caso: a) a pintura era entendida como uma arte “menos pesada” (tendo em vista o trabalho em bronze, mármore ou terracota) e, portanto, mais “acessível” ao esforço feminino; b) mas, principalmente, porque, graças às formulações da escola siciônica, era a única arte já considerada uma disciplina liberal, ou seja, era entendida como trabalho intelectual significativo.<sup>6</sup>

Porém, em linhas gerais, talvez o mais decisivo é que esse *trecho* da história da arte antiga, é o *todo* da história da arte antiga feminina. O trecho se situa bem ao fim, diria mesmo *após* a longa sequência de passagens que compõem a história da pintura dos homens – a parte romana, entre os trechos 15 e 30, e a parte grega, desde o trecho 54 até o exatamente anterior a esse, que formula uma cronologia histórica e uma linha de desenvolvimento artístico. Começando com Paneno, Eumarus e Cimon, e concentrando-se em Zêuxis, Parrásios, Apeles e

---

<sup>6</sup> Note-se que se já anteriormente as mulheres já eram vinculadas a atividades artísticas “leves”, também é verdade que sempre se trataram dos processos mais identificados com o trabalho intelectual: fosse a tecitura, com o exemplo mítico interessantíssimo de Penélope na aplicação de sua sagacidade artística contra a opressão masculina em derredor; fosse a poesia lírica, haja visto a grande estima que gozava Safo a partir da invenção de uma nova subjetividade através de amores entre mulheres.

Protógenes dentre outros, chega-se a passagem sobre os “nem tão bons assim” (136-145). E, finalmente, daqueles ditos “não ignóbeis” (trecho 146), isto é, uma lista de quase duas dezenas de homens que só mereciam ser “mencionados de passagem”. Somente após esse *transcursu* o trecho sobre as artistas se apresenta, configurando ainda uma história da pintura (que só terminará no trecho 153), contudo, com outro desenvolvimento praticamente paralelo ao dos homens – a ordem alfabética inversa ao do trecho anterior (o dos não-ignóbeis) seria mesmo apenas necessidade estilística ou questão gramatológica?

O fato é que esse trecho (ou quadro?) inicia-se com três “filhas de pintores”: Timarete, Irene e Aristarete configuram uma primeira fase de elaboração. De modo geral, o texto sugere que ainda se tratavam de artistas fortemente vinculadas à oficina paterna ou de pouca aventura artística, apenas trabalhando em pinturas devocionais. Nota mais afiada da edição Einaudi recorda a possibilidade de que elas tivessem sido iniciadas na pintura devido à necessidade de estabelecer a herança da oficina “em lugar da ausência” de filho homem (PLÍNIO, 1988, p. 469). Porém, mesmo em meio a suposições tão cruéis é preciso atentar para um sutil desenvolvimento narrativo. Timarete pinta à maneira antiga e dela apenas se reconhece um único ex-voto; que não parece fortuito ser o da deusa que melhor encarna a excelência feminina em atividades consideradas masculinas. Já com Irene essa aventura pictórica se reorienta da divindade para a afirmação de uma figura feminina tal qual a própria pintora, provavelmente uma *koré*. Até que em Aristarete se consolida a liberdade criativa feminina na pintura também de figuras masculinas, que através de Esculápio encarna tanto a representação humana quanto divina e a capacidade de se elevar aos conhecimentos mais secretos dos corpos, da harmonia e da visão.<sup>7</sup>

Então o segundo e decisivo momento do desenvolvimento narrativo chega através de um nome quase tautológico encarnando a indiscutível e ressaltada independência artística em relação aos homens bem como o interesse genuíno de constituir uma artisticidade radicalmente

---

<sup>7</sup> Entre as duas últimas pintoras há controvérsia difícil de ser resolvida em um espaço tão pequeno. Trata-se de *Calipso*: pintura ou pintora? A rigor, as pontuações encontradas no texto sugerem que Calipso era mais uma pintura de Irene, estabelecendo uma temática de artifícios (com o prestidigitador e o dançarino). Não ter a paternidade indicada retificaria essa leitura. Porém, nota da edição Einaudi tem contra-leitura histórica respeitável. Filha de Crátino, Irene não poderia ser contemporânea de Alcistene, o dançarino; logo, a hipótese seria a de Calipso pintora envolvida em atividades teatrais, e por isso sem filiação à oficina e dedicada aos temas de artifícios. (PLÍNIO, 1988, p. 469) Favorece a hipótese a não alteração da ordem alfabética invertida (T,I,C,A). Portanto, na primeira leitura temos uma Irene já bastante desenvolvida na sua empresa artística sendo o centro dessa etapa da historiografia feminina. Na outra leitura, temos Irene em sutil desvio de Timarete, porém com destaque ao avanço subjetivo e temático de uma pintora destacada das oficinas masculinas até Aristarete. Calipso encarnaria a pintora de todos os gêneros dos mortais, restando à próxima o acréscimo dos divinos.

feminina. A primeira referência que Plínio nos oferece sobre Iaia é precisamente a de ter sido *perpetua virgo*. As traduções inglesa e italiana, embora corretas, a meu ver eufemizam o sentido do contexto, pois, não se trata apenas de uma circunstância de vida, como não ter se casado, mas expressa aqui uma questão artística: o não envolvimento criativo com a masculinidade.<sup>8</sup> Iaia encarna a radicalidade de não ser filha, nem pupila, nem associada, e nem mesmo mestre de ninguém. O que significa dizer que ela só pode ser, não sendo. Em lugar do referencial masculino, Iaia é de longe a figura desse trecho mais bem referendada por espaço e tempo: sabemos a naturalidade, onde e quando trabalhou. É nesse sentido que se configuram os dois comentários plinianos destacados a respeito das suas pinturas, isto é, como uma completa personalidade pictórica, com estilo, temas, e *gênero* próprios: eram retratos, e quase sempre de mulheres, inclusive o seu próprio, e uma técnica veloz e altamente valorizada. Sabemos que à sua época (séc. I a.C.) havia crescente de público e de investimento artístico pelo retrato e a composição subjetiva – haja visto os famosos bustos republicanos e a poesia de Lucílio e Catulo – porém, a maneira como Plínio retrata a própria Iaia nessas poucas linhas manifesta uma elaboração artística toda nova de fato. Seu estilo de pinceladas extremamente rápidas indicam notável expressividade plástica, que só anacronicamente poderíamos tentar compreender numa classificação tão suspeita quanto “proto-impressionismo”. O certo é que não poderia ser uma retratística de formação ideativa nem idealista, mas marcada pelo envolvimento direto com o retratado e sua expressividade – obras conhecidas de mesmo período, mesmo na estatuária, poderiam ratificar uma tal conclusão. A dupla vinculação de *gênero* aqui também é relevante: o retrato, tal qual o feminino, era considerado um “gênero menor” pelos gregos e assim é descrito por Plínio, porém estava, e de certa forma sempre esteve, em alta conta entre os romanos. Nesse particular, Iaia de novo surpreende por, atuando no centro do mundo artístico de então e no gênero em voga, ter se elevado fazendo o que ninguém mais se punha a fazer. Está claro que persistirá não resolvida a dúvida se ela pintava em geral mulheres por escolha artística ou porque era a única maneira de ter modelos vivos<sup>9</sup> – tão absolutamente necessários ao seu estilo – porém, a questão que se impõe é que de uma maneira ou de outra ela descobriu na pintura de mulheres uma poética outra e inteiramente sua, sem com isso significar a mais vil

<sup>8</sup> Respectivamente: “never married” (PLÍNIO, 1961, p. 369) e “rimasta nubile” (PLÍNIO, 1988, p. 469). Felizmente, a tradução francesa parece, nesse ponto, mais objetiva: “resta toujours vierge” (PLÍNIO, 2002, p.129).

<sup>9</sup> Nesse particular, é imperativo relacionar tal situação com as das mulheres que tentavam realizar pintura de modelos vivos já no começo do séc. XX, conforme demonstrou exemplarmente Rosane Teixeira de Vargas no trabalho *Mulheres e formação em artes no Brasil: um início tardio*, apresentado na mesma mesa.

das críticas possíveis (“só saber pintar mulheres”).<sup>10</sup> Aliás, a tentativa de referendá-la, nesse ponto, a partir de artistas homens só trabalha em seu favor: Dionísio é o mesmo que Plínio nomeia *anthropographos* por “só saber pintar homens”, e é Sopoli quem é lembrado apenas na comparação com ela.

Todavia, embora pareça bastante ligeira, a menção do autorretrato é sublinhada, incontornavelmente, pois Iaia é o único nome em todo o *Livro 35* a merecer o elogio explícito por isso. A razão cala como um saber poético: o autorretrato como aquilo que *toma* o espectador em lugar do espelho, querendo que este se reconheça em quem pintou (DERRIDA, 2010, p.66). Na ilustração do séc. XV que acompanha a biografia escrita por G. Boccaccio, Iaia é representada se pintando com um espelho na mão, exatamente como o texto latino indica<sup>11</sup>. Logo, ela não se pintou inserida em um espelho como se fosse mero reflexo dentro de outra pintura, mas valendo-se do espelho – que na *H.N.* é positivamente distorcivo<sup>12</sup> – ela mesma se fez questão pictórica fazendo em si o retrato da absoluta autonomia poética e do domínio técnico. Fazendo-se ela mesma um espelho distorcente ou disjuntivo, o limite entre todas as coisas e no qual o eu e o não-eu, o ser e o não-ser se confundem em paradoxo. Aquela que já não se referencia por ninguém, faz com que todos tenham que se referenciar nela.

Por fim, nosso primeiro *quadro* pliniano chega a um terceiro momento narrativo com “certa Olímpia”, cujo papel é totalmente coadjuvante mas ainda assim importante ao quadro geral. Da sua personalidade pictórica não há nada a ser mencionado – todavia, quem teria ainda algo a acrescentar após Iaia? –, mas de sua personalidade histórica sim: depois das filhas e discípulas dos pintores, depois da grande aventura poética autônoma de Iaia, é esse nome olímpico que coroa o quadro sendo a encarnação da mulher enquanto mestre de pintores. E, no entanto, até nesse último ponto o esvaziamento é manifesto posto que o discípulo dela (a quem Plínio faz questão de nomear) foi um ignóbil que etimologicamente significava “autodidata”.<sup>13</sup> Logo, de volta às sombras. Ignóbil por que discípulo de uma mulher, por que não aprendeu o

<sup>10</sup> É de fato muito interessante observar como em Roma junto ao crescimento do interesse pelo gênero do retrato transforma-se a representação e a representatividade do gênero feminino, artística e historicamente. Eis aí uma questão. No que concerne à análises iconográficas, sugiro SILBERBERG-PEIRCE, 1994.

<sup>11</sup> *De Mulieribus Claris* ou *De Claris Mulieribus* (“Sobre as mulheres famosas”). Um conjunto de cento e seis biografias de mulheres famosas, sejam históricas ou mitológicas. A de número 66 é Iaia, ou já chamada Márcia. Conforme se lê na nota da edição Einaudi: *ad speculum*, e não *in speculo*; literalmente “junto ao espelho” ao invés de “no espelho”.

<sup>12</sup> Ao contrário, por exemplo, do se encontra em Platão; *A República*, Livro X.

<sup>13</sup> *Autobulus*, do grego literalmente “auto-conselho”.



que a mulher tinha a lhe ensinar, ou significa apenas que mascarou/foi mascarado por ser aluno de quem era?

O outro trecho a revisar é uma das mais famosas e citadas anedotas, a origem da pintura:

Da pintura é já mais que o bastante. Convém ainda é entretecer algo sobre a arte plástica. Fruto da mesma terra [que as cores], o modelar de retratos em argila foi inventado por Butades, um oleiro de Sícion, em Corinto. Ele o fez graças a sua filha. Ela, cativa de amor por um jovem abstante, *circuinscreveu* em linhas a sombra projetada de sua face numa parede por uma lanterna. Sobre esta linha, o pai imprimiu argila e fez um tipo, o qual ele secou e endureceu expondo ao fogo junto com seus outros vasos. É dito que esse retrato foi preservado no Templo das Ninfas até que Múmio destruiu Corinto. (*H.N. XXXV, 151*, trad. livre)

Antes de mais nada, sua posição no livro é curiosa. Ela se encontra pouco depois da passagem sobre as pintoras antigas e exatamente no limite entre o assunto da pintura e o da arte em terracota. Curioso sobretudo porque Plínio deliberadamente o designa para essa posição intermediária optando por manter em aberto o início da sua história da arte, quando menciona a origem da pintura mas oculta a anedota (*H.N. XXXV, 15*). Contudo, curioso também porque ele opta no livro da pintura (este *Livro 35*) por elaborar sua “teoria da imagem” com explicações oriundas da estatuária ao invés de pictóricas, tendo a história da filha do oleiro como correspondente direta, senão até mais bem acabada.<sup>14</sup> Assim, nessa posição, a anedota se entrega a outro critério, segundo uma elaboração de novo siciônica: traçar o desenvolvimento técnico do trabalho em terracota até Lisítrato, “o primeiro a modelar a argila diretamente sobre o rosto do modelo” (*H.N. XXXV, 153*) – portanto, fechando o círculo da “teoria da imagem” pliniana e restringindo a atuação feminina a uma *pericentralidade*, a um puro *limite* ao invés do nada. Uma comparação com a história da filosofia antiga pode ser acertado: se é possível pensar em Iaia e suas colegas na situação das filósofas pitagóricas, isto é, reconhecidas historicamente mas restringidas a um campo paralelo ao dos homens, é também possível pensar a filha do oleiro em paralelo à figura filosófica de Diotima, considerada decisiva no “campo dos homens”, mas esvaziada em sua existência. A criadora dessa arte não tem nem sequer nome, sua naturalidade é omitida propositalmente, é seu pai quem de fato é reconhecido pelo trabalho, e é a Lisítrato que é consagrada a glória artística.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Essa escolha ou preferência pragmática é uma questão das mais interessantes na investigação do *Livro 35*. Infelizmente, devido ao curto espaço, aqui não poderemos abordá-la em toda a sua extensão. Porém, registre-se que as consequências estruturais disso são significativas, desde a opção mais segura e prática ao nível explicativo (objetivo caro à Plínio) até a concepção pliniana da específica materialidade das obras de arte.

<sup>15</sup> Discussão muito interessante e mais elaborada sobre essas situações femininas na história da filosofia em WAITHE, 1987.



Porém, justo aqui se insinua, ou melhor, insiste e insiste, uma peripécia literária tão natural que na sua evidência absoluta se faz invisível. Iaia, suas colegas, e a filha do oleiro estão na *H.N.*, e em nenhum outro registro antigo. Não é o caso, de forma alguma, de ingenuamente querer atenuar a opressão de gênero transbordante das páginas de Plínio graças a sua *pseudo* gentileza em registrá-las quando nem isso era o costume. Não. Temos que admitir que a peripécia de que se trata é uma da história da arte de Plínio contra o Plínio; e, por isso, é conveniente um contexto ampliado.

Apesar das inúmeras referências e fontes da *H.N.*, ela tem sua estrutura e princípios metodológicos, em geral, associados à preceitos mais ou menos ortodoxos da escola estoíca. Seria impossível, senão inapropriado, dar conta de explicar nesse espaço a complexidade do sistema estoíco antigo, que também vive um redespertar dos seus interesses e está atualmente em franca revisão histórica e filosófica. Mas, em particular, destaca-se o seu papel na dita virada de orientação filosófica ocorrida no helenismo: a quebra da hierarquia lógica e a reversão ideativa do platonismo. Isto é, em linhas muitíssimo gerais, a realidade passa a ser identificada a um todo corporal e as ideias são ressignificadas como elaborações construídas na relação entre corpos; portanto, movendo a metafísica das alturas platônicas, intangíveis por definição, para a superfície dos corpos. A consequência mais radical dessa reviravolta e que mais interessa aqui, é que assim não pode haver valor transcendente pré-estabelecido para coisa alguma, cabendo às perspectivas corporais esses critérios de valor. O que ficou conhecido como a “doutrina dos indiferentes”: se nada pode ter valor absoluto em si devendo ser ainda valorado, então tudo é “em si” indiferente.<sup>16</sup> Ora, nesse sentido abre-se uma nova e ampla gama de possibilidades de reavaliações, e talvez esta seja a centralidade da psicologia estoíca, essa nova configuração ética do humano.<sup>17</sup> Significa dizer que Zenão e os primeiros da escola buscavam rever toda a lógica vigente, por exemplo, acabando com qualquer diferenciação pressuposta entre os gêneros.<sup>18</sup> O que permitiu o estoicismo ser identificado por vezes até como “proto-feminista”.

Não obstante, só conhecemos fontes íntegras estoícas em escritores do período imperial romano – em especial, Epicteto, Sêneca e Marco Aurélio – e neles a proposta transgressiva estoíca já se encontra muito mais concentrada no bem-viver. Não por isso eles revoguem as premissas anteriores, mas, por desatenção a elas, são pegos em flagrantes lapsos textuais (para

<sup>16</sup> Dentre outros: GAZOLLA, Rachel. *O ofício do filósofo estoíco*. São Paulo: Loyola, 2006, pp 95-127.

<sup>17</sup> Ibid. E também: BRENNAN, Tad. *Psicologia Moral Estoíca*. in: INWOOD, 2006, pp. 285-327.

<sup>18</sup> Dentre as proposições transgressivas que se encontravam na *Cosmópolis* de Zenão, célebre obra em resposta à *República* platônica, estavam: o fim da moeda, a nulidade das construções de templos e ginásios, e a indiferenciação entre homens a começar pelas vestes.

dizer o mínimo). Tanto em Cícero quanto em Sêneca, por exemplo, encontramos adjetivos femininos denotando falha moral e masculinos o inverso. Mas talvez o melhor exemplo desse contraste se encontre em Epicteto, o mestre estoico ex-escravo. Dentre outras coisas, ele era capaz de criticar a sexualização precoce das mulheres e sua esteriotipação doméstica sem, contudo, jamais se endereçar às próprias. Como agudamente demonstram Aikin e McGill-Rutherford, a esta altura é preciso admitir que essa contradição havia se tornado estrutural no sistema estoico.<sup>19</sup> Um nível estrutural que já não era ignorado pelos estoicos conforme se evidencia quando o próprio Epiteto troça das moças que se apaixonavam pela filosofia platônica dando a entender que elas não atentavam justamente para a estrutura potencialmente opressora daquele sistema de valores metafísicos pré-estabelecidos. E nele, novamente, se poderia indicar os limites dessa contradição na sua não contestação da escravidão instituída em favor do questionamento apenas da escravidão moral a que todos estariam sujeitos.<sup>20</sup>

Nesse sentido e de volta à *H.N.* e à Plínio,<sup>21</sup> não soaria agora nem um pouco imoderado considerar que o jogo de registros que temos observado aqui se deve ao reconhecimento superficial das mesmas capacidades em homens e mulheres em meio a uma estrutura textual decididamente repressora e correspondente ao favorecimento social que um gênero vivia sobre o outro. Conclusão honesta em que se relacionam tanto a vinculação filosófica do autor quanto o seu meio literário e social. Mesmo a *pseudo* gentileza revira em não mais do que reflexo temporal, tendo em vista que do tempo de Plínio já encontramos ao menos duas pinturas representando mulheres pintando.<sup>22</sup> E, no entanto, é insistente a peripécia...

Esvazia, obscurece, não apaga, não esquece.

Envolvida em uma narrativa fabulosa, explorada largamente em pinturas neoclássicas,<sup>23</sup> não é apenas a filha do oleiro que se encontra na situação limite, entre o registro e o apagamento, mas também a própria invenção da pintura, entre o visível e o invisível. Como Hagi Kenaan (2006) destaca, entre o desejo e o luto a jovem não cria a pintura através da imitação do visual:

<sup>19</sup> *Stoicism, Feminism and Autonomy*. Symposium, 1, 1 (2014): 9-22. Artigo recheado com muito mais informações e referências do que seria possível aqui aludir, e ao qual em muito devo a elaboração desse parágrafo.

<sup>20</sup> Na tentativa, bastante aceitável, de explicar sem remover a contradição, Aikin e McGill-Rutherford apontam a releitura da doutrina segundo a divisão, até epistemológica, entre a virtude e o “papel social”: nela a não subordinação da virtude a qualquer coisa ou papel abriria espaço justamente para a negligência quanto a transgressão desses papéis. Portanto, já não uma radicalidade de projeto de cidade conforme Zenão (ainda que não *buscável* e até *inencontrável*, e mesmo assim sempre no horizonte), mas um projeto de bem-viver moral.

<sup>21</sup> Sobre o estoicismo e Plínio, o Velho, encontram-se as pesquisas de J. P. Dumont, Lapidge, Healy, Wallace-Hadrill, e M. Colish, dentre os quais os trabalhos mais completos me parecem ser os de Mary Beagon.

<sup>22</sup> Uma em Pompéia, na dita Casa do Cirurgião, e a outra em Herculano.

<sup>23</sup> Dentre as quais obras de Regnault, David Allan, J.B. Suvell, K. F. Schinkel, J. E. Hummel, E. Daege, e J. Wright.

nem duplicação mimética da aparência do amado (na verdade ela nem olha para ele), nem imaginativa substituição (ela também não se distrai dele). Nem na presença nem na ausência; no entre. *Circuinscreveu*<sup>24</sup> o limite superficial dele numa superfície limite (parede). A criação da pintura é ela mesmo a invenção de uma outra possibilidade, de um terceiro modo do ser, que é e não é. Tal qual o limite do autorretrato de Iaia.

No entanto, o que não está no campo de investigação de Kenaan, nem no de Derrida – ambos mais interessados no mito do que em Plínio – é que tudo isso está necessariamente envolvido na posição da própria anedota nessa história da arte, e na posição dessa história da arte nessa anedota. Mas mais, muito mais. Seria preciso dizer que envolve o próprio anedotar, a própria história da arte pliniana, para que seja perceptível a insinuante insistência da peripécia do *pericentro*. Nada além, nada aquém, do que já estivemos mencionando. Em redor de tudo, de cada palavra e cada não palavra. Partindo da filha do oleiro, Derrida avança na questão do autorretrato fazendo questão de sustentar a condicional “se existisse” em razão de seu paradoxo, da sua gênese da contradição; o que necessariamente é preciso sustentar também para a pintura da jovem apaixonada – fato explicitado pelo trabalho masculino do pai, e posterior do general. Tomando a distinção estoica ortodoxa, seria possível dizer que sendo apenas limites essas obras não seriam existentes como corpos, mas *insistentes* nos corpos, entre os corpos. O quadro, isso que é borda ou moldura, seria um efeito: limite em trabalho, em acontecendo.

E, todavia, o homem Plínio, ele mesmo não pôde ver isso. Talvez por sua vinculação não tão ortodoxa ao estoicismo,<sup>25</sup> apresenta as superfícies e os limites ainda como *tenuissima parte materiae* (34.101). O que poderia ter exigido a reposição da anedota da filha Butades por uma teoria imagética escultórica: do tomar moldes diretos de modelos de argila, a diretos sobre modelos vivos, mantendo a criação feminina de superfície pura no não-visto. Provavelmente, Plínio se identificava com o pai Butades, recolhendo e salvaguardando as obras de arte soltas por aí.<sup>26</sup> Mas, sem dúvida e contra sua vontade, ele encarna a conjunção Butades-Múmio no seu preciosismo e ignorância: materialmente recolhendo é que nos põe a perder.<sup>27</sup> Já ela, a

<sup>24</sup> Palavra, talvez um neologismo em esforço de tradução, que aqui não significa outra coisa senão o de “manifestar visivelmente a existência do limite”.

<sup>25</sup> É pacífico que muito de sua vinculação estoica se deve ao seu único interesse pela realidade enquanto corporeidade matéria. É nesse sentido, inclusive, que na *HN* a arte está intimamente participada aos comentários minerais. Logo, são decisivos os trabalhos de E. Paparazzo indicando que a fonte de Plínio é o estoico tardio Posidônio, para quem a superfície ou o limite traz ainda em si um traço de corporeidade.

<sup>26</sup> O que sabemos, historicamente, que somente um oleiro tardio, *vasaio* outro, poderia assumir essa identificação.

<sup>27</sup> Posto que não se pode perder o que não se sabia ter. O que no caso das pintoras é ainda mais dramático, visto que nele encontramos seus nomes.

história da arte da *H.N.*, esse gênero marginal da enciclopédia, é encarnação da peripécia: relegada ao final, aos limites da enciclopédia da qual nem sequer fazia parte do plano, insiste como digressão, como engano a ser reprimido, porém, não sendo como é, através de anedotas ao invés das éfrases e descrições, salva o brilho na escuridão e em profunda superficialidade. Ela, a anedota, é o *não-dado* lançando todos os dados; é o não-visto em lugar da ausência da visão, e assim e por isso providenciando toda a visibilidade: visível/invisível. Essa é a história da arte devolvida para o meio das coisas, para o entre dos corpos, seja o retrato de jovem Butades, seja o autorretrato de Iaia, ou sejam todos os *quadros*, inclusive os de homens, que continuam a insistir na realidade somente como anedotas. Todas as obras na *H.N.* têm a glória de terem se perdido e de nunca poderem ser encontradas. São, agora, puro efeito, puro acontecimento artístico. E não só no mundo da enciclopédia, o qual elas operam sem cessar providenciando o sentido de todas as coisas, mas também no nosso mundo *ex-ciclopédia*, a serem encontradas aqui e ali entre nós (fora do mundo acadêmico-masculino) sempre que temos os olhos atentos – ou melhor, sempre que temos os olhos no ponto cego da vista, na anedota.

Foi preciso uma artista feminista, Karen Knorr (*The pencil of nature*, fotografia de 1994), para compreender o que todos os inúmeros pintores neoclássicos não puderam: a filha do oleiro não pintava um homem, ela criava um efeito gráfico vivo, tal qual Efeito Doppler ou Efeito Einstein-de Haas. Como diria Polemon, o estoico, essa é a sua assinatura e onde encontramos seu nome: Efeito Anedota.

### Referências Bibliográficas:

AIKIN, Scott & MCGILL-RUTHERFORD, Emily. *Stoicism, Feminism and Autonomy*. Symposium, 1, 1 (2014): 9-22.

DERRIDA, Jaques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *Memórias de cego*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem-matriz*. in: *Diante do Tempo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

INWOOD, Brad (org.) *Os Estóicos*. São Paulo: Odysseus, 2006.

JU, Anna Eunyoung. *The Stoic Ontology of Geometrical Limits*. Phronesis, Vol. 54, No. 4/5 (2009), pp. 371-389.

KENAAN, Hagi. *Time Comes to Art from the Future*. in *The Next Thing: Art in the 21st Century*, ed. Pablo Baler, Fairleigh aaDickinson University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. *Tracing Shadows: Reflections on the Origin of Painting*. in *Pictorial Languages and Their Meanings*, eds. C. Versar and G. Fishof, Tel Aviv University Publishing, 2006.

PAPARAZZO, Ernesto. *Pliny the Elder on Metals: Philosophical and Scientific Issue*. *Classical Philology*, Vol. 103, No. 1 (January 2008), pp. 40-54.

\_\_\_\_\_. *The Elder Pliny, Posidonius and Surfaces*. *The British Journal for the Philosophy of Science*, Vol. 56, No. 2 (Jun., 2005), pp. 363-376.

PLÍNIO, O VELHO. *Storia Naturale V. Libri 33-37*. Torino: Einaudi, 1988.

PLÍNIO, O VELHO. *Histoire Naturelle. Livre XXXV*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

PLÍNIO, O VELHO. *Natural History IX. Libri 33-35*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

SILBERBERG-PEIRCE, Susan. *The Muse Restored: Images of Women in Roman Painting*. in: *Woman's Art Journal*, Vol. 14, No. 2 (Autumn, 1993 - Winter, 1994), pp. 28-36.

WAITHE, Mary Ellen (org.). *A History of Women Philosophers*. Volume 1. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.

## Mulheres e formação em artes no Brasil: um início tardio

**Rosane Teixeira de Vargas**

Mestranda em Artes Visuais

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: rovargas3@gmail.com

**Resumo:** Este texto trata da formação em artes das mulheres no Brasil, de maneira geral, e no Rio Grande do Sul, mais especificamente, do final do século XIX até o início do século XX. Mostra que, no século XIX, as poucas opções existentes excluíram as mulheres ou, quando permitiram seu acesso, dificultaram que desenvolvessem sua capacidade. Para melhor situar a situação de exclusão, é feito um rápido histórico da educação formal no país, evidenciando que a falta de oportunidades na formação em artes faz parte de um quadro mais amplo de exclusão no que tange à educação feminina do período.

**Palavras-chave:** Artistas mulheres. Exclusão. Formação em artes. Educação no Brasil. Arte no Rio Grande do Sul.

**Abstract:** This article describes the artistic education of women in Brazil from the end of the nineteenth century until the beginning of the twentieth century. In particular, the female artists from Rio Grande do Sul are considered. It reveals that in the 19th century the few existing options ruled out women. Even when accepted, it was difficult for them to develop their skills and talents. In order to better grasp the situation of exclusion, a brief history of the formal education in the country is given. The lack of opportunities in artistic education is part of a wider context of exclusion regarding female education in general in that period.

**Keywords:** Female artistis. Exclusion. Artistic Education. Education in Brazil. Art in Rio Grande do Sul.

### 1. Introdução

As mulheres, no Brasil, percorreram um longo caminho até terem reconhecido o direito de acesso aos cursos e à formação em artes. No período de que trata este texto, final do século XIX e início do XX (demarcado pelos primeiros anos de funcionamento do Instituto de Bellas Artes, posteriormente Instituto de Artes da Universidade Federal do RS), observa-se que os obstáculos para o ingresso das mulheres no chamado mundo letrado são reflexo da falta de acesso à educação, pois o entendimento era de que a mulher, cujo ciclo de vida era restrito a passar de filha a esposa e mãe, não necessitava de educação. Portanto, antes de entrar no assunto específico, qual seja, o ensino de artes e o acesso ou não das mulheres a ele no período tratado, este texto fará uma breve digressão, com pinceladas sobre mulher e educação no Brasil.

### 2. Na arte ou fora dela, uma educação que excluía as mulheres

No Brasil colonial, ler e escrever era um privilégio para poucos; restringia-se, praticamente, a membros da Igreja Católica e funcionários públicos a serviço da Coroa

Portuguesa. Basicamente, o ensino era um encargo da Companhia de Jesus.<sup>1</sup> Os jesuítas, tendo a disciplina como norteadora, a fim de “domesticar a mente” (ROCHA, 2005), buscavam, no país, alfabetizar indígenas, a fim de inculcar-lhes os preceitos da Igreja e da cultura portuguesa (ROCHA, 2005; PAIVA, 2000), e ensinar filhos de portugueses.<sup>2</sup> Filhos, porque às meninas o acesso ao ensino não era permitido<sup>3</sup> (PAIVA, 2000).

As corporações de ofício, que estão na origem dos liceus de artes e ofícios, existiam desde o período colonial. Com o advento do Império, deram lugar a instituições, de iniciativa de associações, do Estado ou de membros da burocracia ou da nobreza, para o ensino de ofícios manufatureiros.<sup>4</sup> Primeiramente, tinham um caráter militar e admitiam meninos de até 5 a 12 anos que aprendiam, além de um ofício, desenho e alfabetização inicial. Todos tinham que ser órfãos ou pobres, filhos de pais desconhecidos (CUNHA, 1979). A preparação, tida como obra de caridade e de ação de apoio aos desvalidos, era, na verdade, a formação de futura mão de obra. De 1825 a 1865, foram criadas dez casas de educandos artífices, cada uma em uma capital de província. Além de um ofício e das “primeiras letras”, elas incluíam nos currículos escultura e desenho (CUNHA, 1979).

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e com as imigrações nas décadas seguintes, a educação passou a ser vista como uma forma de ascensão social para as camadas intermediárias (BELTRÃO; ALVES, 2009). A partir de legislação, o Império ficou responsável, em todo o território nacional, pelo então ensino primário,<sup>5</sup> que, em meados do século XIX, foi estendido às meninas. No entanto, a determinação de que essas classes fossem regidas por mulheres era um empecilho para o ensino feminino, pois o número de professoras era pequeno. Além da falta de professoras, somava-se o desinteresse dos pais (BELTRÃO; ALVES, 2009).

---

<sup>1</sup> A Companhia de Jesus foi criada por bula papal, em 1540, como uma das estratégias da Contrarreforma da Igreja Católica.

<sup>2</sup> Em Portugal, grande parte da população era analfabeta. O esforço de alfabetização na colônia, principalmente de indígenas, era uma forma de reforçar laços com Portugal, aculturar os habitantes nativos e garantir o predomínio da cultura portuguesa (PAIVA, 2000).

<sup>3</sup> O diretor do Colégio da Bahia, padre Manuel da Nóbrega (1517–1570), buscou apoio junto à rainha D. Catarina de Áustria (1507–1578), regente de Portugal, para que as meninas indígenas pudessem frequentar as aulas, mas teve o pedido negado.

<sup>4</sup> Entre esses ofícios estavam o seguintes: alfaiates, sapateiros, músicos, pedreiros, marceneiros, serradores, carapinas, funileiros, espingardeiro, tanoeiro, caldeireiro, maquinista.

<sup>5</sup> Ressalta-se que, quando são referidos direitos ampliados e/ou reconhecidos no período imperial, está excluída a grande massa da população formada por negros escravizados, aos quais não eram garantidos esses direitos.



Estavam operando, no período, as ideias positivistas, que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX, com sua visão dúbia sobre o papel das mulheres. Ao mesmo tempo em que as consideravam subalternas, incompatíveis com uma formação mais apurada e nas áreas científicas, por exemplo, consideravam-nas o arcabouço da virtude e da moral da sociedade e, por isso, necessitavam de educação (MELLO, 2007). Era enfatizado que a mulher tinha um importante papel a cumprir, enquanto filha, esposa, mãe e também como professora, por isso a necessidade de prepará-la por meio da educação (BASTOS; GARCIA, 1999).

As primeiras instituições destinadas à formação de mulheres surgiram na primeira metade do século XIX. Eram de educação primária e “[...] com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério” (BELTRÃO; ALVES, 2009). Os graus mais elevados de instrução não incluíam as mulheres. June Hahner (1981) aponta que as primeiras escolas para mulheres, com os cursos normais, foram criadas no Rio de Janeiro, em 1835, e na Bahia, em 1836. Com a República e a nova Constituição, de 1891, a União passou a responsabilizar-se pelos cursos superiores (criação e controle) e os estados, pelo ensino primário e secundário. Houve também uma divisão de gênero em relação ao que cursar: homens frequentavam os cursos técnicos e as mulheres, as escolas normais.

A qualificação dos homens era também uma preocupação. Os liceus de artes e ofícios, que substituíram, de certa forma, as corporações de ofício, passaram a suprir, em parte, essa necessidade. O mais conhecido era o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que iniciou suas atividades em 1858, com aulas noturnas e gratuitas, incluindo noções de desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico e princípios das ciências aplicadas às artes livres (LICEU..., [20--]). Somente em 1881, as matrículas foram abertas a mulheres, segundo a ideia do positivismo de que elas, sendo o esteio da família, necessitavam de formação. O Liceu passou a ser, então, a única instituição pública de arte no país a ter alunas. Em seu discurso quando da inauguração das classes femininas, o jornalista, crítico de arte e tradutor Félix Ferreira (1841-1898) afirma:

[...] não basta saber ler e escrever, para a vida precisamos de muitos outros conhecimentos. O italiano para a música, o francês para o romance e o crochê para o passatempo não são ainda bastantes para que a moça se julgue perfeitamente educada. As prendas de salão realçam os dotes naturais, mas não constituem uma verdadeira dona de casa. Cumpre, por isso mesmo, reunir desde cedo a soma de conhecimentos para saber governar bem uma casa, pois é da boa ordem e da paz doméstica que depende a felicidade do casal. Ides aprender belas-artes e as belas-artes serão prendas, se vierdes a ser abastadas;

serão, porém, profissões, se precisardes um dia ganhar para o próprio sustento ou auxiliar os minguados recursos do casal. Assim, pois, adquirireis a um tempo um capital e um adorno (FERREIRA apud BASTOS; GARCIA, 1997, p. 87).

A educação, como apregoa Félix Ferreira, seria a aurora da independência da mulher brasileira. No entanto, ele alerta que essa liberdade não significaria “ir contra as leis da sociedade, ser doutora, nem literata, nem livre-pensadora”, mas “ter prendas, ter dotes de espírito e de coração, é ter inteligência culta, discernimento claro”. Na fala de Ferreira, fica explícito que a arte não deve ser pensada pelas mulheres abastadas como uma profissão, mas como um adorno. No caso das mulheres que precisarem ganhar o próprio sustento ou “auxiliar os minguados recursos do casal”, pode vir a ser uma profissão. Cabe questionar como seria desenvolvida essa profissão e em que patamares o autor pensou nessa questão.

Se os cursos intermediários eram destinados, basicamente, aos trabalhadores e às mulheres (estas no cumprimento de seu papel de repositório moral da família e da sociedade), aos filhos das famílias abastadas era facultado o ensino superior. Para realizá-lo, costumavam viajar para a Europa, principalmente Portugal. O primeiro curso superior criado no Brasil foi o de Medicina, no ano da chegada da família real portuguesa, 1808. Dois anos depois, surgiam os cursos de Engenharia e Direito. Apenas em 1879, por decreto imperial,<sup>6</sup> foi aberta às mulheres a possibilidade de matrícula em curso superior (MOTTA, 2014). Essa abertura não se traduziu, em um primeiro momento, em um número expressivo de mulheres cursando faculdades. Isso porque o ensino secundário, além de caro – muitas famílias acreditavam que não valia a pena investir na instrução das filhas, criadas para serem donas de casa –, era frequentado, majoritariamente, por homens, e os cursos normais não as habilitavam para as provas de ingresso nas faculdades (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Um curso oficial de artes, por décadas, foi oferecido apenas pela Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro. De 1816 a 1835, ocorreu a fundação, a instalação do ensino oficial e a estruturação do sistema acadêmico<sup>7</sup>. A instituição se integrava a um projeto civilizatório do Império (180 ANOS..., 1997). Em 1855, depois de uma reforma estatutária, o curso foi dividido em cinco sessões: Arquitetura, Escultura, Pintura e Ciências Acessórias, cada qual subdivida

---

<sup>6</sup> A medida integrou a Reforma Leôncio de Carvalho, decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Em 1881, Maria Augusta Generoso Estrela tornou-se a primeira brasileira a ter diploma de curso superior depois de ter estudado Medicina nos Estados Unidos. Em 1887, Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica formando-se no Brasil (B EGLIONIMI, [19--??]).

<sup>7</sup> Inicialmente denominada Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, com a chegada da Missão Francesa, em 1826, passou a se chamar Academia Imperial de Belas Artes. Em 1890, tornou-se Escola Nacional de Belas Artes e, em 1966, Escola de Belas Artes (180 ANOS..., 1997).

em disciplinas, que, por sua vez, se dividiam em desenho geométrico, desenho de ornatos, escultura de ornatos e matemáticas aplicadas. Para ser admitido, o candidato precisava saber ler, escrever e contar os quatro tipos de números inteiros. Uma vez aprovado, o já agora aluno poderia se matricular em desenho de ornatos, escultura de ornatos, anatomia e fisiologia das paixões ou matemáticas aplicadas. Havia ainda a disciplina de história das artes, estética e arqueologia, que podia ser cursada depois de três anos completos de curso. Os alunos eram divididos em dois grupos: “[...] os artistas, que se dedicavam às belas-artes, e os artífices, que professavam as ‘artes mecânicas’” (CUNHA, 1979, p. 14).

Muitas mulheres, sem a alternativa de poder frequentar uma instituição, valiam-se de aulas particulares ou em grupos ministradas em ateliês de artistas. Isso era comum na Europa e também virou uma prática no Brasil. Várias artistas mulheres lecionavam, também como uma forma de se manterem pintando.

Apenas em 1892, já no período republicano, as mulheres puderam ingressar na Escola Nacional de Belas Artes (nome adotado depois do fim do Império). Nos estatutos, estava assegurado que qualquer indivíduo, de qualquer sexo, poderia matricular-se, mas as aulas seriam assistidas em lugares separados entre homens e mulheres (OLIVEIRA, 1997). As mulheres enfrentavam, ainda, dificuldades para conseguir passar pelas provas de ingresso, devido à precária formação dos cursos normais. Outro problema era acompanhar as importantes de modelo vivo, base da pintura da época. Para assistir a essas aulas, elas precisavam da autorização do pai e, quando a conseguiam, eram constrangidas pelos colegas de classe (SIMIONI, 2008). Sobre as diferenças de formação em artes dada a homens e mulheres, Linda Nochlin (1971) destaca que, quando estas conseguiam algum grau de instrução na área, não lhes era oferecido o mesmo embasamento de seus colegas homens, mais especificamente, no que diz respeito às aulas de modelos vivos, aos nus.

Ana Paula Simioni (2005) ressalta que, na gestão de Félix Émile Taunay na Escola Nacional, em 1844, foi regulamentado o Prêmio de Viagem, dado aos melhores alunos. A viagem à Europa era uma aspiração dos estudantes que projetavam uma carreira artística, uma vez que lhes dava a oportunidade de conhecer as obras e entrar em contato com grandes mestres. Até 1855, o principal destino era a Itália, berço do classicismo; mas Paris, a nova metrópole cultural, foi aos poucos se impondo. Lá se encontravam o Louvre, o maior museu; a École des Beaux-Arts (EBA), a de maior reputação do mundo; e o Salon anual, o maior espaço de consagração. Além disso, a cidade era o destino de artistas de todos os lugares, havia ateliês de

artistas famosos e várias escolas de artes para quem não conseguisse passar pelas rígidas provas de ingresso da EBA (SIMIONI, 2005).

Paris foi o destino de muitas mulheres que não conseguiam acessar as escolas de arte em seus próprios países, pois abrigava algumas das poucas instituições que as aceitavam; a mais famosa delas, a Academie Julian.<sup>8</sup> Para lá foram também algumas brasileiras, que, por serem mulheres, só puderam reivindicar o Prêmio de Viagem da Escola de Belas Artes a partir de 1902, o que evidencia o atraso em sua formação, como assinala Simioni (2005).

Nas primeiras décadas do século XX, foram sendo criadas escolas de belas artes no país. Uma das primeiras foi a Escola de Artes, do Instituto de Bellas Artes, em Porto Alegre (RS), atualmente Instituto de Artes, integrado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A seguir, será visto como se deu a formação em artes no estado no século XIX e início do XX.

### **3. A formação em artes no Brasil meridional**

O escritor Athos Damasceno (1971) explica que, no Rio Grande do Sul, “As atividades artísticas pouco a pouco deixam de ser consideradas mera distração de diletantes e pessoas... desocupadas para impregnar-se do sentido de um poderoso instrumento de ação educativa e valorizadora do homem e da sociedade” (DAMASCENO, 1971, p. 115, grifado no original).

As escolas normais, como visto anteriormente, foram criadas para a educação das mulheres com o intuito de formar professoras. A Escola Normal de Porto Alegre, de 1869, desde o início oferecia uma disciplina de desenho geométrico, que só foi implementada, realmente, uma década depois. Em relatório, o diretor da Instrução Pública, professor Frederico Bieri, explica: “O ensino de Desenho (na Escola Normal), que durante alguns anos pouco mais valia que uma ficção, está de setembro para cá regularmente estabelecido, em consequência do novo provimento da cadeira” (DAMASCENO, 1971, p. 251).

Não havia, no estado, escolas especializadas na formação de artistas. Angelo Guido (1957a) descreve que Manoel José de Araújo Porto Alegre (1806–1879) mudou-se para a capital, aos 10 anos, e não encontrou quem lhe ensinasse desenho e pintura. Procurou o pintor Manoel José Gentil (?-?), um dos mais destacados da época no estado, mas este não aceitava alunos. Somente no Rio de Janeiro o futuro Barão de Santo Ângelo, teve a formação que almejava. Em 1831, ao que tudo indica a convite de Porto Alegre, “precisamente porque aqui

---

<sup>8</sup> Fundada em 1867 pelo pintor Rodolphe Julian (1839-1907). Oferecia as mesmas aulas para alunos e alunas, o que a diferenciava das demais escolas e a tornava muito procurada pelas artistas em busca de formação.

não havia então quem ensinasse” (GUIDO, 1957, p. 123), veio para o estado Alphonse Auguste Falcoz (1813-?), pintor de história e retratista, discípulo de Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Quase nada se sabe de sua estada no Rio Grande do Sul; ele retornou à França em 1835, quando irrompeu a Guerra Farrroupilha (1835-1845).

O pintor Delfim da Câmara (1834-1916), depois de integrar as tropas do Conde D’Eu (1842-1922) contra Francisco Solano Lopes (1827-1870), na Guerra do Paraguai, mudou-se de Uruguaiana para Porto Alegre, em 1870. Trabalhou como professor de desenho da Escola Normal, criada no ano anterior.<sup>9</sup> No entanto, não se aclimatou e foi para o Rio de Janeiro, onde lecionou desenho na Escola Politécnica, no Liceu de Artes e Ofícios e no Colégio Pedro II (GUIDO, 1957a).

Segundo informa Angelo Guido (1957b), em Pelotas, cidade conhecida por sua grande atividade cultural, vários artistas lecionavam em seus ateliês. O italiano Frederico Trebbi (1837-1928), radicado na cidade desde 1870, dava aulas de desenho e pintura. Da mesma forma, Guilherme Litran (?-?). O pintor João Fahrion (1898–1970), que, a partir de 1936, passou a integrar o quadro de professores da Escola de Belas Artes, em Porto Alegre, ministrava um curso de pintura no anexo do Conservatório de Música, também em Pelotas.

O Curso de Belas Artes, presume Angelo Guido (1957a), foi o mais antigo curso de pintura de Porto Alegre. Seu fundador, Orestes Colivar (?-?), permaneceu na cidade entre 1870 e 1880, lecionando em conjunto com professores que trazia da Argentina e do Uruguai. Também na capital, Romualdo Prati (1874–1930), com seu curso, buscava “[...] estimular o gosto pela pintura de no meio das damas porto-alegrenses, formando, assim, um grupo de amadoras que na época tiveram algum relevo” (GUIDO, 1957b, p. 136). Diferentemente das menções anteriores, quando trata de aulas para mulheres Guido tira da manga o termo “amadora”, amplamente usado, durante o século XIX e início do XX, para referir-se a mulheres que pintavam.<sup>10</sup> Damasceno (1971) destaca, na década de 1890, as professoras particulares de desenho e pintura Edilia Azarini, Margarida Ahrons e Dorothea Alrutz. A primeira, segundo o autor, era uma das mais procuradas da cidade.

Depois de passagem pelas cidades de Rio Grande e Pelotas, Efsio Anedda (?-?), conhecido pintor da época, instalou-se em Porto Alegre em 1882. Seu curso Artes Dedicadas

---

<sup>9</sup> Athos Damasceno (1970) não cita as aulas de desenho ou a presença de Delfim da Câmara quando trata do início do funcionamento da Escola Normal de Porto Alegre.

<sup>10</sup> A referência a mulheres pintoras como “amadoras” é recorrente em textos de críticos de arte do período. Ver, sobre o assunto, SIMIONI, 2008.

ao Belo Sexo e aos Cavalheiros tinha grande procura, e os jornais ressaltavam: “A educação da mulher [...] só se completará com a prática das artes em suas diferentes ramificações. Aprimorando o gosto de nossas esposas e filhas, estamos concorrendo para a civilização da Pátria!” (DAMASCENO, 1971, p. 219). Como se percebe, um libelo que se encaixava perfeitamente na visão positivista sobre o papel da mulher. Anedda utilizava como método principalmente a cópia, com modelos de gesso e cartão. As limitações para a observação do modelo vivo são apontadas por Damasceno (1971, p. 221): “[...] muito difícil seria opor-se a certos escrúpulos do meio, pois falar, então, em pintura ao ar livre constituiria um desfrute e pensar em modelo vivo – o nu, por exemplo, que horror!... – produziria escândalo”. Aos alunos homens estavam liberadas as experiências de excursões ao ar livre. Nesse pequeno exemplo, percebem-se as grandes diferenças entre a formação de homens e mulheres e os limites impostos a estas.

Todos os colégios particulares de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, ofereciam aulas de desenho, muitas vezes lecionadas por mulheres. Algumas ofereciam, ainda, “[...] aulas especiais de Trabalhos Manuais em geral, desde os labores de agulha até pintura sobre seda, veludo e vidro” (DAMASCENO, 1971, p. 256).

Uma escola de artes somente viria a se concretizar na primeira década do século XX. Em 1908 era criado o Curso de Música e, a partir de 1910, a Escola de Artes, também chamada de Escola de Artes e de Desenho. Apesar do nome pomposo, até 1913 havia apenas uma sala de aula e um único professor, Libindo Ferrás (1877–1957). Conforme relatório do diretor, Olinto de Oliveira (1865–1956), não havia verbas para a contratação de outros artistas (SIMON, 2003).

O programa de ensino seguia o modelo da Escola Nacional de Belas Artes, tendo as aulas de desenho como base. Até 1922, era oferecido apenas o Curso de Desenho, dividido em Curso Preliminar (Admissão), Curso Médio (Preparatório) e Curso Superior, somando cinco anos. Em 1918, foram implantadas as aulas de modelo vivo (GOMES, 2012). Pelos relatórios de aula, percebe-se que as alunas assistiam a essas aulas sem empecilhos. Em 1922, o currículo passou a oferecer Desenho Geométrico e de Projeções, Perspectiva Linear e Traçado de Sombras, Anatomia Artística e Fisiologia, Desenho Figurado (gesso e modelo vivo), Pintura, Composição Decorativa e História da Arte; em 1936, Escultura (SIMON, 2013).

Em 1916, na primeira formatura, o grupo era formado apenas por mulheres: Alice Domingos Campos, Isabel Correia Barbosa e Judith Domingos Campos (INSTITUTO DE



ARTES, 1985). As mulheres foram a grande maioria nos grupos de diplomados nos anos (e nas décadas) seguintes. Uma situação diversa daquela verificada no primeiro e mais conhecido curso de artes da época, o da Escola Nacional de Belas Artes. A situação era diversa por ser Porto Alegre uma cidade fora do centro? Como se deu a busca por cursos de artes, pensando-se em uma estratificação de gênero, quando da implementação em outros centros urbanos? O que levava essas mulheres a buscar a formação em artes se, para a sociedade da época, seguir carreira artística não era considerado uma opção?

No início da escrita deste artigo, havia uma busca por respostas a perguntas já prontas, pelo preenchimento de lacunas que já se conheciam. A leitura de textos até então não conhecidos trouxe outros questionamentos, diferentes pontos de vista e suscitou novas questões, com possíveis desdobramentos a serem ainda desvelados. Pesquisar é se inquietar.

#### Referências:

180 ANOS de Escola de Belas Artes. Anais do Seminário EBA 180. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BARBOSA, Ana Mae. Ensino da Arte e do Design no Brasil: unidos antes do Modernismo. *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, vol. 8, n. 2, p. 143-159, maio-ago. 2015. ISSN 1983. Disponível em: <7348 <http://dx.doi.org/10.5902/1983734819869>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BASTOS, Maria Helena Camara; GARCIA, Tania Elisa Morales. Noções de vida doméstica (1879): Félix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras. *Revista História da Educação*, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas (RS), v. 3, n. 5, p. 77-92, 1999.

BGLIOMINI, Helio. Maria Augusta Generoso Estrela. *Academia de Medicina de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/91/BIOGRAFIA-MARIA-AUGUSTA-GENEROSO-ESTRELA.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p.125-156, jan.-abr. 2009. Disponível em:

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Fórum*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul.-set. 1979.

DAMASCENO. Athos. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1970.

GOMES, Paulo. Academismo e Modernismo: possíveis diálogos. In: BRITES, Blanca et al. (2012). *100 anos de artes plásticas no Instituto de Artes da UFRGS: três ensaios*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

GUIDO, Angelo. Um século de pintura. In: ENCICLIPÉDIA RIO-GRANDENSE: Rio Grande antigo. Porto Alegre: Regional, 1957a. (Vol. 2).



\_\_\_\_\_. Trinta anos de pintura. In: ENCICLIPÉDIA RIO-GRANDENSE: Rio Grande atual. Porto Alegre: Regional, 1957b. (Vol. 3).

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. Arquivo Histórico. *Relação de diplomados nos cursos do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1985. 23f.

LICEU de Artes e Ofícios (Rio de Janeiro, RJ). *Enciclopédia Itaú Cultural*, [20--]. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao115540/liceu-de-artes-e-oficios-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

MELLO, José Maurício Santiago de. *O positivismo e a educação provida pelas mulheres como fator de transformação epistemológica operada entre os séculos XIX e XXI*. Londrina, 2007. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade de Londrina, 2007.

MOTTA, Débora. *Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior*. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/pesquisa-analisa-insercao-das-mulheres-no-ensino-superior-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

NOCHLIN, Linda. *Why have there been no great women artists?* 1973. Disponível em: <<http://faculty.rcc.edu/skiba/docs/art7/Why%20Have%20There%20Been%20No%20Great%20Women%20Artists.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

OLIVEIRA, Miriam Andrea de. As pintoras das Exposições Gerais da Academia Imperial das Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes na Primeira República. In: 180 ANOS de Escola de Belas Artes. Anais do Seminário EBA 180. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção História, 6).

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. A educação no Brasil antes da Independência. *Acervo Digital*, Universidade Estadual Paulista, [20--]. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/104/3/01d06t02.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. A viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, p. 344-366, 2005.

SIMON, Círio. *Origens do Instituto de Artes da Ufrgs: etapas entre 1908 e 1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 2003. 660f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, PUCRS, 2003.

## Retratos femininos e autorretratos de mulheres artistas: gênero e representação

**Caroline Farias Alves**

Mestranda em História

Programa de Pós-Graduação da UFJF

E-mail: caroline.zani@hotmail.com

**Resumo:** A cada ano surgem novos trabalhos envolvendo as questões de gênero que alargam o horizonte dos mais variados temas. Mesmo com os avanços e o crescente interesse na história das mulheres, no cenário cultural, um número significativo de artistas premiadas e relevantes em seu tempo, são comumente esquecidas pela historiografia atual. O trabalho será centrado em dois casos específicos, com o intuito de analisar a relação entre modelo e artista através de duas mulheres, Victorine Meurent e Suzanne Valadon.

**Palavras-chave:** Artistas; mulheres; modernidade; representação.

**Abstract:** Each year new works involving gender issues widen the horizon of the most varied themes. Even with the advances and the growing interest in women's history in the cultural scene, a significant number of award-winning and relevant artists of their time are commonly overlooked by current historiography. The work will focus on two specific cases, intending to analyze the relationship between model and artist through two women, Victorine Meurent and Suzanne Valadon.

**Keywords:** Artists; women; modernity; representation.

### Introdução

Produtoras de obras que geralmente se perdem no mercado e nas coleções privadas de arte, as artistas conseguiram se firmar participando de movimentos, vanguardas e agrupamentos artísticos que, por consequência, difundiram seus trabalhos e impulsionaram suas carreiras. No Brasil, vale lembrar a formação do Grupo dos Cinco, que atrelava Tarsila do Amaral e Anita Malfatti aos grandes nomes da literatura nacional e, mesmo num período anterior, a frequente formação de matrimônios entre artistas, como no caso de Abigail e Angelo Agostini ou Georgina e Lucílio de Albuquerque. Ainda na Europa, era notável a importância como representante feminina, de Berthe Morisot na Sociedade Anônima de Pintores, Escultores e Gravadores ou mesmo, a presença de Marie Laurencin na Sala 41 do Salão dos Independentes.

Esse trabalho busca dialogar com a imagem da mulher artista, ora obscurecida por sua própria representação, ora representada como profissional em seu novo ambiente de trabalho, o atelier. Dois casos serão centrais no desenvolvimento de questões acerca da imagem da mulher como produtora de arte. Através deles, buscaremos analisar brevemente a relação entre modelo e artista, a partir de duas mulheres francesas. Victorine Meurent, antes de ser presença constante nas obras de Manet, era artista e sua produção permanece desconhecido. Suzanne

Valadon, no entanto, tem seu início no universo artístico como modelo e a partir do convívio com os pintores que circulavam por Montmartre, abandona as poses e se torna artista.

### **Victorine Meurent e Suzanne Valadon: trocas entre modelo e artista**

Existe, ainda no século XIX, uma grande crise na representação do nu feminino relacionada a conciliação de um corpo geral e idealizado, como proposto pela pintura histórica com exemplo às suas referências clássicas de deusas e odaliscas, a uma representação do corpo particular e sexualizado<sup>1</sup>, onde poderíamos identificar as pinturas de nu intimistas de Suzanne Valadon ou uma construção da imagem erotizada de Victorine Meurent.

A representação do corpo é um agente indicativo das relações sociais, normas e valores de uma sociedade. As aulas de modelo-vivo e o estudo da anatomia consistiam em conhecimentos obrigatórios de todo artista dentro de uma Academia de Arte. Suzanne Valadon não usufruiu de uma educação formal nas artes, sequer foi completamente alfabetizada. Começou a trabalhar cedo para ajudar no sustento do lar e dentre seus diversos ofícios, modelar e posar para artistas como Toulouse-Lautrec e Renoir, tornou-se sua primeira educação artística e despertou seu interesse para uma atividade ainda pouco exercida por mulheres.

Assim como ela, Victorine Meurent também vinha de uma origem humilde e aos 16 anos já modelava para Thomas Couture, artista responsável pelo atelier onde Manet iniciou seus estudos de pintura. Não se sabe ao certo quando se deu o encontro entre Victorine e Manet, o fato é que a jovem modelo está presente em algumas das mais famosas e polêmicas pinturas da arte moderna e representou no período, uma estética diversificada de representação do corpo feminino.

Algo que pouco se enfatiza em sua breve biografia, é que antes mesmo de ser representada por Manet, Victorine já trabalhava em suas próprias pinturas, sendo a única obra sobrevivente *Le Jour Des Rameaux*, datada de aproximadamente 1880 e localizada no Musée Municipal d'Art et d'Histoire em Colombes, França.

A provável primeira aparição de Victorine em obras de Manet foi *Street Singer* em 1862, onde a artista encontra-se olhando o espectador enquanto come pequenas frutas sem preocupação com refinamento ou com as barras surradas de seu vestido. As frutas também estão sendo seguradas pelo mesmo braço em que apoia seu instrumento musical, fazendo lembrar de

---

<sup>1</sup> Mais sobre o assunto em: BATISTA, Stephanie Dahn. “O corpo falante: Narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XX”. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/obras/corpo\\_academia.htm](http://www.dezenovevinte.net/obras/corpo_academia.htm)>.

que a própria Victorine, entre seus diversos meios de sustento, já trabalhou com música nas noites parisienses. *Street Singer* marca, não somente o início da presença de Victorine nas obras de Manet, como também uma nova forma de estética clamada aos pintores da vida moderna, de valorização do cotidiano e observação da realidade. Um ano antes, Manet apresenta *The Surprised Nymph* assinalando a partir desse tema clássico, a divergência com seus outros trabalhos. A ninfa assustada protege seu corpo do olhar do espectador em uma pose que nos remete a Suzanna se protendendo dos olhares maliciosos dos anciãos<sup>2</sup>.



**Edouard Manet.** *Street Singer*, 1862.  
171.1 x 105.8 cm, Museum of Fine Arts  
Boston.

De forma contrária a Victorine, artista mais reconhecida como musa nas pinturas de Manet, Suzanne Valadon, a partir de sua experiência como modelo, começa seus estudos de pintura e se torna amiga dos artistas que antes a representavam. Degas influenciou seu uso constante de técnicas com gravura e seu casamento com o pintor André Utter em 1909, impulsionou o aumento de sua produtividade e um maior uso da tinta a óleo.

Seus primeiros desenhos retratavam com pureza sua concepção do cotidiano. As aulas de modelo vivo, proibidas para as mulheres naquele período, foram substituídas pela atenta

<sup>2</sup> As obras citadas são Edouard Manet. *A Ninfa Surpreendida*, 1861. 144,5 x 112,5 cm. Museo Nacional de Bellas Artes, Buenos Aires e Rembrandt. *Susanna*, 1636. 47.4 x 38.6 cm. Mauritshuis.

observação do crescimento de seu filho, a mudança de seu corpo e suas poses naturais, descansando relaxado no sofá ou agachado, brincando com seu estilingue. Aos poucos, as cenas do cotidiano familiar se dissipam cedendo espaço para poses mais clássicas, ainda de caráter intimista e particular, o que pode sugerir que a artista, agora com mais tempo e prática, ampliou seu repertório visual se inspirando inclusive, em suas relações sociais.

Essas relações sociais através de parcerias e colaborações, influenciaram a trajetória artística de Suzanne Valadon, tornando-se importante investigá-las em sua complexidade, já que, segundo Chadwick “as biografias e monografias tradicionais quase sempre descrevem a criatividade como uma luta solitária, individual (em geral masculina) e extraordinária pela auto-expressão artística”<sup>3</sup>.

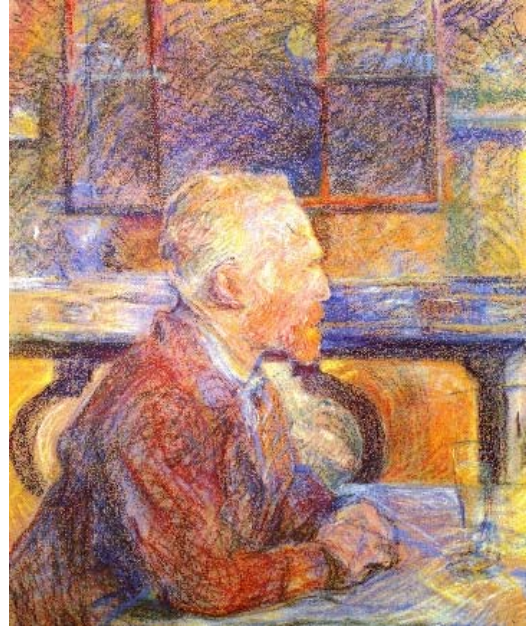
Como foi enfatizado, antes de apresentar seus primeiros trabalhos, Suzanne já estava inserida nas artes através de sua representação. Em 1885, Toulouse a retrata em meio a galhos secos, como dama parisiense. Nesse período, o pintor estava iniciando seus estudos e descobrindo a atmosfera boêmia de Montmartre. Coberto por jardins e ladeiras, o bairro ao norte de Paris era também lar de diversos artistas como a própria Suzanne e Van Gogh, também retratado por Toulouse, dessa vez de forma mais colorida, utilizando uma paleta de cores baseada no azul e laranja, tons familiares ao pintor neerlandês.



**Toulouse Lautrec.** Retrato de Suzanne Valadon, 1885. 55 x 46 cm. Museo Nacional de Bellas Artes, Buenos Aires.

<sup>3</sup> CHADWICK, Whitney, COURTIVRON, Isabelle (org). Amor e Arte: duplas amorosas e criatividade artística. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.





**Toulouse Lautrec.** Retrato de Vincent van Gogh, 1887. Pastel em cartão. 45 x 54 cm Van Gogh Museum, Amsterdam.

Ainda nesse período uma outra obra de Toulouse Lautrec tem Suzanne Valadon como modelo. Em *Gueule de Bois*, a jovem dama parisiense cede espaço para uma mulher melancólica, representada em cores mais pálidas, postura monótona, sentada em uma mesa de bar com seu copo quase vazio. Essa obra marca um momento de experimentações, artísticas e pessoais, em que Toulouse começa a se firmar na profissão, dividindo atelier com outros artistas. Já com vida social mais intensa, Lautrec via nas noites parisienses uma grande fonte de inspiração, tornando frequente em suas pinturas as cenas de festa, salões de dança, bares e cabarés, se dedicando inclusive, a produção de posters e cartazes de divulgação do *Moulin Rouge*.

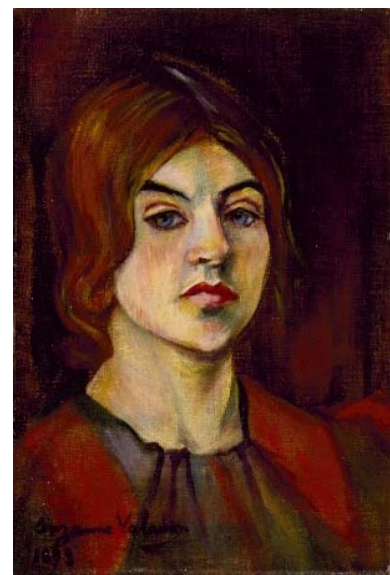


**Toulouse-Lautrec.** Gueule de Bois, 1887-1889. 47 x 55.3 cm. Fogg Museum.

Através dos exemplos de Victorine e Suzanne, vemos diferenças na formação da imagem feminina, especialmente baseado nos retratos, que como gênero pictórico biográfico pode se manifestar a partir de práticas sociais. Seria estimulante em nossa pesquisa, localizar uma autorepresentação de Victorine Meurent para compararmos com as obras em que a artista se veste de personagem figurando como modelo, estereótipos que se tornaram grandes emblemas da arte moderna. Em vez disso, temos em uma das representações de Manet, a imagem de Victorine dessa vez despida de trajes específicos, longe da relva e despreocupada em tapar sua sexualidade. Victorine nos observa, de olhar fixo expondo uma incógnita em seu semblante, nos fazendo lembrar os autorretratos de Suzanne Valadon, que nos observa sem medo, não expressando nenhuma fagulha da tão demarcada fragilidade feminina.



**Edouard Manet**, Retrato de Victorine Meurent, 1862. 42.9 × 43.8 cm. Museum of Fine Arts, Boston



**Suzanne Valadon**. Autorretrato. 1898. 40 × 26.7 cm. Museum of Fine Arts, Houston



## Conclusão

Concluindo a exposição desses dois casos, que complementam as reflexões acerca da representação da mulher enquanto produtora de arte, me permito citar um trecho de Alberto Cipiniuk presente em seu livro sobre o gênero retrato:

Diferente dos termos correlatos, como pintura e biografia, parece que o retrato faz parte de um emaranhado de vasos comunicantes, equivalente a forma como os indivíduos coletivamente se organizam para regular e estabelecer valores dentro de uma sociedade. É necessário compreender o retrato não apenas regularmente como um gênero pictórico, mas derivando e pertencendo a todo um sistema de relações, tal como examinamos outras práticas sociais.<sup>1</sup>

## Bibliografia:

BATISTA, Stephanie Dahn. “O corpo falante: Narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XX”. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/obras/corpo\\_academia.htm](http://www.dezenovevinte.net/obras/corpo_academia.htm)>.

BAXANDALL, Michael. O olhar renascente, pintura e experiência social na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAMPOFIORITO, Quirino. História da Pintura Brasileira no Século XIX. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. O conceito de modernidade e o meio artístico carioca nos anos 1900 e 1909. Anais do Seminário Vanguarda e Modernidade nas artes brasileiras. Campinas: Unicamp, 2005.

CHADWICK, Whitney. Mujer, Arte y Sociedad. 2. ed. Barcelona: Ediciones Destino, 1999.

CHIARELLI, Tadeu. De Anita à academia: para repensar a história da arte no Brasil. Novos Estudos - CEBRAP, n.88, p.113-132, 2010.

CHIARELLI, Tadeu; SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; DIAS, Elaine. Mulheres Artistas: as pioneiras (1880 – 1930). Catálogo de exposição, 13 junho – 25 out. 2015, Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2015.

CIPINIUK, Alberto. A face pintada em pano de linho, moldura simbólica da identidade brasileira. Rio de Janeiro e São Paulo: PUC-Rio e Loyola, 2003.

CLARK, T. J. “Olympia’s Choice” In The painting of modern life: Paris in the art of Monet and his followers. Princeton: Princeton Univ. Press, c1984

---

<sup>1</sup> CIPINIUK, Alberto. A face pintada em pano de linho, moldura simbólica da identidade brasileira. Rio de Janeiro e São Paulo: PUC-Rio e Loyola, 2003.

COLI, Jorge. Como estudar a arte brasileira no século XIX? São Paulo: Editora SENAC, 2005.

COSTA, Cristina. A imagem da Mulher: um estudo da arte brasileira. Rio de Janeiro: Senac, 2002.

DUBY, Georges (direção) & PERROT, Michelle (participação). História das mulheres no Ocidente. Vol. 3: Do Renascimento à idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1991.

GARB, Tamar. Sisters of the Brush: women's artistic culture in late nineteenth-century Paris. New Haven ; London: Yale University Press, 1994.

NOCHLIN, Linda. Why there be no great women artists? In: Art and sexual politics. 2. Ed. (1971, 1 ed.) New York: Macmillan Publishing Co., 1973.

PEREIRA, Sônia Gomes. A arte brasileira no século XIX. Belo Horizonte: C/ arte, 2008.

PERROT, Michelle. As Mulheres ou os silêncios da história; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSP, 2005.

POLLOCK, Griselda. Vision and Difference: feminism, femininity and the histories of art. London: Routledge Classics, 2003.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.

\_\_\_\_\_. O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XIX. ArtCultura. UFU, v. 9, 2007a.

\_\_\_\_\_. Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 50, out. 2002.

UTTER, André; REES, Garnet. Maurice Utrillo and Suzanne Valadon. Journal of the Royal Society of Arts, Vol. 86, No. 4481 (OCTOBER 7th, 1938), pp. 1125-1127. Disponível online em: <http://www.jstor.org/stable/41361426>.

## George Bellows: a expressão do corpo feminino e o hiato da arte estadunidense

**Eponina Castor de Mello Monteiro**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

Email: nina.cmmonteiro@gmail.com

**Resumo:** O modernismo usual não se perde na obra de George Bellows: ele traz cidades, pequenos momentos corriqueiros, um anonimato perceptível, uma sensibilidade palpável. A obra “Nu com xale branco” (1919), de Bellows, nos apresenta uma mulher com o colo desnudo, em uma pose de retrato, que não encara o espectador: algo irreverente, convidativo e introspectivo e, ainda assim, moderno. Bellows, pintor estadunidense, passa quase despercebido – com a exceção de sua série sobre lutas de boxe – dentro da historiografia da arte mundial e estadunidense: um hiato. O conceito de modernidade tão estreito e difundido algumas vezes perde certas preciosidades. Rever tal conceito, estar aberto a novas possibilidades, como a modernidade nada lânguida que Bellows nos apresenta, é possível, necessário e nossa pequena contribuição nesse artigo.

**Palavras-chave:** George Bellows, corpo feminino, história da arte, arte estadunidense, modernidade.

**Abstract:** The usual modernism does not get lost in George Bellows’ work: he brings up cities, the small ordinary moments, perceptible anonymity, a palpable sensibility. Bellows’ painting “Nude with White Shawl” (1919), shows us a woman with her breast undressed, in a very particular portrait pose, and she does not face us: irreverent, inviting and introspective, and still, modern. Bellows, American painter, is almost invisible – with the exception of a boxing series – in the world art and American historiography: a gap. The modern concept so narrowed sometimes misses some preciousness. To reconsider the concept, to be open to new possibilities, such as the languid modernity that Bellows presents us, is possible, necessary and our small contribution in this paper.

**Key-words:** George Bellows, female body, art history, American art, modernity.

A multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água, o dos peixes. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidío e no infinito. [...] A Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável. (BAUDELAIRE, 1996, p. 19)

O tempo que nos escapa, a multidão que nos engole, o incógnito que nos habita. A descrição de Charles Baudelaire de modernidade é o ponto de partida para muitos que lançam mão do conceito de modernidade, principalmente no mundo da arte. Mas não é por menos: em meados do século XIX, vemos pinceladas rápidas que lavam os rostos dos personagens de quadros, vemos multidões que permeiam diversas obras e momentos ordinários se tornando pauta principal. Boulevard des Capucines (1873), de Claude Monet, salienta bem esse aspecto. O frio rasgante de um dia qualquer, com pessoas aleatórias, transeuntes sem faces, sem distinção, se apresentam para o pintor como um episódio a ser explorado, digno de sua atenção. Não mais uma cena histórica, heroica, com personagens específicos ou alegorias grandiosas.

O que é então que delimita a modernidade? O que é ser moderno/moderna? O que é ser considerado um pintor modernista? Além disso, é possível delimitar conceitos tão amplos e permissivos e usá-lo enquanto adjetivo? Como dar a notoriedade devida à George Bellows, que sempre ficou no limbo da história da arte moderna? No mundo da arte, adjetivos fechados e caracterizar determinado pintor como pertencente a tal movimento artístico é uma aposta com altos riscos; mas ainda assim podemos esboçar alicerces para compreender a modernidade e os movimentos inerentes a cada época.

Nosso objeto aqui é trazer à luz George Bellows, um rapaz nascido em Columbus, Ohio, que foi para Nova York estudar com seu mentor, Robert Henri. Ao tratar de temas por muito considerados menores, traz uma nova interpretação e amplia o conceito de modernidade. Em seu vasto trabalho, Bellows compõe cenas de boxe, cenas do submundo nova-iorquino, e do dia a dia tão subestimado por boa parte dos artistas; mas não só: traz também litografias, landscapes, paisagens do interior, retratos e nus, nosso foco aqui.

Se nos adiantarmos cerca de um século para tentar identificar os timbres e os ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica na qual tem a lugar a experiência moderna. (BERMAN, 1986 p. 17).

Marshall Berman se propõe estudar as contradições, “as aventuras e horrores, as ambiguidades e ironias da vida moderna”. Ele retoma Karl Marx e Friedrich Nietzsche para discursar sobre modernidade, em que a contradição é inerente à modernidade e aos tempos modernos. A modernidade, para Berman, se comporta de forma polifônica, múltipla, contraditória, permitindo uma elasticidade inédita, mas que muitas vezes é condenada à um fator excludente, e não múltiplo: “Isto e Aquilo substituídos por Isto ou Aquilo”. E é partindo desse conceito de modernidade mais permissivo do que um olhar rápido pode interpretar em Charles Baudelaire, que vemos em Bellows uma modernidade gritante. Em *New York (1911)*, vemos um ambiente enfumaçado, com uma paleta predominantemente cinza, anúncios e cartazes espalhados, transeuntes a caminhar pela metrópole que não para. As faces intencionalmente incógnitas, como em *Boulevard des Capucines* nos convidam para um universo íntimo infinito, porém, um universo privado, particular. Esse quadro se apresenta duplamente moderno: Bellows assume claramente o papel de flâneur nessa obra, o observador exemplar, apreciando os passantes; e cada passante com suas histórias únicas, com suas solidões embriagantemente incógnitas. Mas assim como a multifacetada modernidade, George Bellows não se prende à um único repertório.

Ao usar Jackson Pollock como o exemplo fundamental da discussão da modernidade, Berman explicita o hiato na arte estadunidense. Ao pensarmos em modernidade estadunidense, provavelmente pensamos em dois artistas, e um deles é Pollock. “Jackson Pollock imaginou suas pinturas gotejantes como florestas onde os espectadores podiam perder-se a si mesmos [...]”. Porém, ao contrário do que o trabalho do Pollock sugere, Berman explana sobre como não nos colocamos mais como protagonistas da nossa própria arte e do nosso próprio tempo, e assim sedimentamos a ideia de que Pollock é provavelmente um dos únicos artistas capazes de nos levar para dentro da obra, e nos fazer parte de um movimento que é, a priori, nosso. Já a obra “Katherine Rosen” (1921), um retrato a princípio como outro qualquer, que traz uma bela moça, sentada em uma cadeira confortável, com o olhar ao longe, um enquadramento mais amplo que nos permite ver suas mãos delicadamente pousadas em seu colo, nos convida a sermos mestres de uma forma diferente da que estamos acostumados. Os olhos profundos de Katherine nos convidam para algo além de mero expectador, nos convida para desvendar mistérios, histórias e sentimentos, envoltos por uma luz dourada. Não somos retratados, mas somos a convidados a preencher aquelas expressões com nossos próprios sentidos e categorias – somos também parte sine qua non da obra.

Contudo, Marshall Berman traz Clemente Greenberg e Roland Barthes à baila como expoentes de uma das três tendências da modernidade, o modernismo ausente, para explicar como essa vertente pode ser capenga. Clement Greenberg se debruça sobre a arte e seus suportes, e apresenta como a arte deve se sustentar e se bastar pelo seu suporte, ou para Marshall “o único foco adequado para um artista, em qualquer forma ou gênero, era a natureza e o limite desse gênero: o meio é a mensagem” (MARSHALL, 1986 p.28). Bergman coloca que em mundo de desilusão, fazer da ilusão parte comovente da obra de arte, nada mais é do que dar um aspecto utilitário, quase positivista, para a obra. Para Greenberg, é melhor que

a pintura se restrinja à disposição pura e simples da cor e da linha, e não nos enredem em associações com coisas que podemos experimentar mais autenticamente em outra parte. O pintor pode continuar jogando com ilusões, mas só para fins de sátira. (GREENBERG, 1997, p. 65)

É o mundo da desilusão, em que a arte que tenta imitar a natureza é vista como menor e desprezível. Um contra movimento para a uma arte utilitária, que coloca arte como uma esfera à mercê de outras esferas. E para Roland Barthes, de acordo com Marshall, a modernidade aparece como uma possibilidade de libertação dos artistas, em que estes se distanciariam das formas impuras e vulgares da vida moderna. E assim, mesmo não sendo seu intento, essas visões se tornam exclusivistas, deixando de fora preciosidades: criam escolas e hiatos. Para Marshall

Berman, esse viés da modernidade destrói muito e oferece pouco. É um modernismo combativo, exclusivo, crítico, e não nos apresenta uma alternativa construtiva, positiva, que possua uma força criadora.

Por outro lado, Berman coloca uma segunda vertente da modernidade, encabeçada, entre outros, por Susan Sontag e Marshall McLuhan, e que muitas vezes se denominam “pós modernistas”. Eles trazem a força criadora e alegria para um ambiente até então dominado por um ar “solene, rígido e fechado” (BERMAN, 1986, p. 30.). É uma vertente se apoia na visão positiva, afirmativa da modernidade, que se mostra mais ampla e inclusiva. Porém, se por um lado essa nova vertente traz esse novo revigorante ponto de vista, traz também uma atuação acrítica, que não se coloca a partir de uma construção ponderante, e traz no seu bojo Andy Warhol como seu grande lume. Mas, por outro lado, podemos ver um Warhol como uma severa crítica, talvez não a si mesmo, mas à vertente engessada de Berthes, Greenberg e Pollock; ainda assim crítica.

Muitos poderiam colocar George Bellows nessa vertente. Uma vertente menos autocrítica, menos preocupada com o meio e a pureza da arte. Em “Retrato de Elizabeth Alexander” (1924), ele traz um retrato de uma moça, com cores vivas muito incomum para retratos, que captam nosso olhar, trabalhando a plasticidade de forma quase vítrea. A nitidez e o brilho das cores no laço de cetim arroxeadado e nas plumas esverdeadas, bem como na cortina e na poltrona, traz o contrário do proposto por Clement Greenberg: uma ilusão de uma realidade palpável, que não à toa, viria desembocar em um realismo posterior. Mas Bellows, como vimos, também é um primor com as paletas fechadas, capturando aquela modernidade baudelairiana, a solidão e automaticidade que a vida moderna nos trouxe.

Além dessas vertentes, Marshall Berman ainda apresenta uma terceira liderada por Michel Foucault. Para Berman, essa vertente não acrescenta muito ao debate construtivo, que apesar de ter algo de fato a dizer, mata em si mesma a possibilidade de crítica e de proposta, já que são, crítica e proposta, produtos do próprio sistema. Berman argumenta que essa vertente achata e condena, bloqueando todos os acessos para fora dessa realidade. Berman parte então para a modernidade em Karl Marx, e a mudança se apresenta como a força motriz da modernidade. Essa força seria a mesma que leva o capitalismo ao triunfo através de uma deformada seleção natural da economia, mas também cava a sua própria sepultura, criando artificios e cenários que estarão sempre em movimento, permitindo as forças exploradas a se reconhecerem na nudez de seus sentimentos a sua exploração.

Em “Nude with White Shawl” (1919), Bellows nos apresenta uma moça com o torso desnudo e os seios fartos à mostra. A modelo, com o rosto inclinado, evita o confronto com o espectador, mas seu corpo nu nos encara e nos convida a explorá-lo. Os seus olhos penetrantes, com olheiras acentuadas, nos levam à um estado suspenso de solidão, tão rico e melancólico quanto o fundo arroxado que a envolve. Esse ambiente que diz mais do que o explicitado, que expõe a natureza dura da alma, a fragilidade dentro da dureza cotidiana das vidas, é comum nas cenas do conceito de modernidade mais conhecido. Mas ainda assim, quando pensamos em arte moderna, em especial nos Estados Unidos, George Bellows nos escapa à memória – se é que algum dia esteve lá. O manto envolto aos braços, o olhar na diagonal, os braços levemente abertos como se carregasse uma criança, e uma áurea roxo-azulada, nos leva imagneticamente a uma madona que poderia ter Jesus em seus braços. Mas os seios avassaladores nos trazem de volta ao mundo dos mortais, as olheiras e os olhos afundados, nos remetem a uma solidão e desamparo bem modernos, uma nudez literal e metafórica.

Colocamos a nudez literal de “Nude with White Shawl” como um paralelo da dialética da nudez de Marshall. Assim, como para Marx, a nudez é fator propiciador da transformação, aqui também o é. Uma nudez que não é só do físico, mas também da essência. Uma nudez que permite uma conexão, um reconhecimento e impulsiona algo maior. Talvez uma mudança que, ainda que diluída, se torna presente em “Nude Girl with Fruit” (1919). A obra do mesmo ano que “Nude with White Shawl” salta nas semelhanças, com os mesmos tons de um roxo avermelhado intenso, com uma modelo de fisionomia muito similar, um cabelo recortado simetricamente ao meio, e vestimentas que poderiam ter sido reutilizadas com uma adição ou outra de algum detalhe. Contudo, ainda assim vemos uma conversa, uma história que se desenrola aos nossos olhos – fazemos parte da obra. Será a mesma pessoa? Será “Nude Girl with Fruit” uma folga entre uma pose e outra? Mas se sugere tudo isso, sugere também uma nudez da alma, assim como em “Nude with White Shawl”. Seus olhos, que não miram na diagonal e seguem na sua lateral, como quem observa algo, suas mãos que brincam com a saia que a recobre parcialmente, seus braços descansando nos braços da poltrona, nos mostra uma pessoa nua, sem maiores constrangimentos a primeira olhada. Suas costas levemente arqueadas, nos mostram uma posição menos rígida e mais natural. Uma nudez corriqueira, que se apresenta mais leve. Mas ao vermos a boca levemente crispada, e se, e somente se, considerarmos tal obra parte uma narrativa maior composta pelos dois quadros, podemos inferir uma consternação mais profunda, que nada tem a ver com a nudez do corpo. Um desconforto que passa pelas



dúvidas que as mudanças velozes nos acometem, uma solidão de quem espera, com seu corpo exposto, um outro momento.

Ao contrário de muitos artistas que carregam consigo esse estigma da modernidade, George Bellows nem sempre traz as rápidas pinceladas e o anonimato da multidão. “Cliff Dwellers” (1913), traz uma cena cotidiana com pinceladas mais evidentes e breves do que em “Nude with White Shawl”, mas ainda assim mais límpida, e um desejo mais detalhado de representar aquelas pessoas do que o já citado Boulevard des Capucines. Contudo, o apreço pelo comum, ordinário, pelo prosaico, denuncia mais uma vez uma modernidade latente e que se quer mais sensível do que o que estamos acostumados a compreender por pinturas “modernas”.

A sua litografia “The Boardwalk” (1915) que traz duas pessoas que passeiam pelo calçadão ao ver vitrines numa noite comum. Mesmo com suportes diferentes, a semelhança com “Nighthawks”, do famoso Edward Hopper, é clara. Edward Hopper que facilmente é categorizado como moderno e com temas modernistas, cria sua famosa obra apenas em 1945, enquanto Bellows apresenta um cenário muito similar trinta anos antes. Em e vemos a plasticidade já tão explorada em Bellows. Em ambos os quadros, capturamos a solidude que grita mesmo quando acompanhados, os espaços vazios, o ar tedioso mesmo quando a transformação é inerente a existência e a apatia sempre presente. Podemos ver a modernidade, seja ela qual for, em várias obras de Bellows. Aliás, se tomarmos a interpretação de Berman sobre Foucault, seria impossível para Bellows representar algo que de fato não fosse moderno. Bellows é moderno em sua essência.

Diferentemente de muitos outros artistas como Edouard Manet, que apresenta nus claramente modernos como sua Olympia (ano), George Bellows apresenta os nus femininos de uma forma peculiar. Os nus não são aqueles que nos encara e que nos despem assim como estão despídos. O nu feminino em George Bellows é aquele íntimo, do privado, do melancólico, que flerta com uma pureza que não vemos em Olympia. Ao contrário do Olympia que nos coloca no “lugar do fodedor”<sup>1</sup>, em “Nude with White Shawl” e em “Nude with Fruit” assumimos o lugar do voyeur.

O corpo feminino é uma constante em George Bellows: ele traz uma série de retratos de sua esposa Emma, e suas duas filhas, Jean e Anne. Tais retratos, muitos podem dizer, nada é

---

<sup>1</sup> COLI, Jorge.

além dos clássicos retratos já tão conhecidos: fundo neutro, vestimentas contrastando com a pele alva da maioria de seus retratados (e definitivamente de sua família), um enquadramento  $\frac{3}{4}$  bem típico de um retrato. Mas podemos também ver diversas irreverências em seu trato com os retratos. Em “Emma at the Window” (1920), “Emma in the Black Print” (1919), “Emma in the Purple Dress” e “Jean with Blue Book and Apple” (1916), vemos um recorte levemente diferente em que as mãos – muitas vezes consideradas difíceis de compor – aparecem pousadas sobre o colo, ou segurando objetos como é o caso de “Jean with Blue Book and Apple”. Aliás, neste último, o sorriso, os dentinhos aparentes e os objetos segurados por Jean nos trazem de volta a leveza da infância, que em boa parte das vezes é perdida ao ser retratada.

Se formos considerar outros retratos femininos audaciosos, “Lady in a Green Dress” (1924) traz uma composição acalentadora, com tons quentes de uma luz indefinida. Os elementos narrativos são opulentos, brigam pelo seu olhar. Uma moça ruiva, trajada com vestes ricas em informação e diferentes texturas, se coloca num ambiente com uma cortina igualmente rica, com detalhes que podemos claramente perceber. Percebemos também que a pincelada é leve, solta, sem o rigor dos tempos neoclássicos. Em “Duas Mulheres”<sup>2</sup> (1924), a luz no estofado, na pele clara da mulher e nas vestes vinho da outra moça oferece uma plasticidade bem própria de Bellows. Pode também ser uma alegoria, já que é conhecido como “Amor Sagrado e Profano”, tornando a referência a Tiziano rápida. Assim como em Tiziano, ambas se colocam no mesmo plano, sendo uma com vestes magnificentes que cobrem boa parte do corpo, e a outra desnuda, apenas com um pano delicado a roçar-lhe o sexo. Em “Lady Jean” (1924), uma das filhas de Bellows posa de corpo inteiro para um retrato nada convencional. Segurando um caderno e uma bolsinha vermelha que contrasta com o vestido bufante listrado, ela encara espectador com um daqueles olhares lascivos, que nos perfura, mas que ainda assim nos prende, por sua candura e um certo desconsolo. Mas nossos olhos continuam a passear pela obra que nos traz um desconforto de origem desconhecida. Se nos demormos mais em sua composição, logo percebemos que além do olhar de Jean, as cores em profusão, os detalhes incrivelmente azuis em contraste com a cômoda vermelha, fazem parte do pacote desconforto. A parede amarelada com as folhas delicadamente azuis e um tapete que por si é uma obra a parte, trazem uma composição complexa, com um detalhismo esmerado, mas que não traz uma meta reflexão pelos mesmos meios que Jackson Pollock, que se embrenha nos “meios” como legitimação da

---

<sup>2</sup> Também conhecido como “Amor Sagrado e Profano”.

arte. Em “Lady Jean” vemos uma inclinação mais próxima a Andy Warhol com suas cores exuberantes e seu amarelo tão singular.

A modernidade se coloca em todo o trabalho de George Bellows, e vai desde cenas cotidianas, com a tecnologia em ebulição até a representação de corpos femininos em que a melancolia e a solidão tão modernas nos esmaga. E é essa diversidade, essa contradição, esse pluralismo, que faz de Bellows um expoente moderno. Ao estreitarmos conceitos como algo tão amplo quanto “modernidade”, corremos o risco de sermos injustos e de relegarmos ao limbo artistas e pensadores que nos ajudam a construir um conceito que soma, contribui, e que adiciona, ao invés de excluir, categorizar e elitizar. Bellows traz em si um desejo profundo de se conectar com seu próprio mundo, seus anseios e assim o faz<sup>3</sup>. Como diz Marshall Berman em suas primeiras palavras no prefácio de “Tudo que é Sólido Desmancha no Ar”

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. [...] É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando em volta se desfaz. (BERMAN, 1986, p.12)

### Referências Bibliográficas:

BAUDELAIRE, Charles. Sobre a Modernidade. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. Companhia das Letras: São Paulo. 1986.

COLI, Jorge. O Corpo da Liberdade. São Paulo: CosacNaify. 2010

\_\_\_\_\_. Exposição, Ocultação, Contemplação: o olhar e o sexo feminino. In. Revista de História da Arte e Arqueologia, n. 16. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%208.pdf>

GREENBERG, Clement. Arte Abstrata. In Clement Greenberd e o Debate Crítico. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

MCINTYRE, Robert G. George Bellows: An Appreciation. In Art and Progress, Vol. 3, No. 10. 1912. pp. 679-682.

HAVERSTOCK, Mary Sayre. George Bellows: An Artist in Action. New York: Merrell Publishers, 2007.

---

<sup>3</sup> “[...] um artista deve entender e ter simpatia por aquilo que deseja pintar, e então pintar para satisfazer somente suas próprias emoções, sem se preocupar com o que os outros possam pensar ou dizer” (MCINTYRE, 1912, p. 769)

## Arte religiosa em Minas Gerais no final do século XIX: As Igrejas de São Francisco de Assis em Sabará e São Francisco de Paula em Ouro Preto

**Gustavo Oliveira Fonseca**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: gofhistoria@yahoo.com.br

**Resumo:** O artigo apresentado busca discutir a produção arquitetônica e a ornamentação artística em templos religiosos católicos mineiros do século XIX, tendo como foco de análise as capelas de São Francisco de Assis em Sabará e São Francisco de Paula em Ouro Preto, cujas obras de construção e ornamentação prolongaram-se até as primeiras décadas do século XX. Apresentando as vicissitudes do longo processo construtivo destes templos, é possível observarmos a influência de variadas linguagens estéticas, analisando como se operavam as escolhas artísticas em Minas Gerais no período em questão.

**Palavras-chave:** Sabará; Ouro Preto, arquitetura religiosa, ornamentação religiosa.

**Abstract:** The present article aims discuss architectural and ornamental creation process in Catholic's temples located in Minas Gerais, through the case of the churches of São Francisco de Paula in Ouro Preto, and São Francisco de Assis in Sabará – which building process took part of the nineteenth century. From these temples we are able to observe multiple influences and styles, studying how was made the artistic options in this period.

**Key-words:** Sabará; Ouro Preto; religious architecture; religious ornaments.

Os templos religiosos católicos construídos em Minas Gerais no século XVIII tornaram-se célebres mundialmente graças a uma ampla rede de estudos e ensaios que os utilizaram como objeto de análise. Estes estudos surgiram na primeira metade do século XX e se consolidaram ao longo deste mesmo século, alguns amparados fortemente no vago conceito de “barroco mineiro” que agrupou uma multiplicidade de produções artísticas e arquitetônicas debaixo de um único conceito.

Segundo o pesquisador da história da arquitetura religiosa mineira André Dangelo, podemos agrupar os estudos que tem como objeto os antigos templos coloniais mineiros em três vertentes distintas (DANGELO, 2006):

- a) A primeira vertente é caracterizada pelos estudos vinculados à corrente do movimento modernista brasileiro e amplamente patrocinada pela chamada “fase heroica” do antigo SPHAN, tendo como baluartes autores como Lúcio Costa, Paulo Santos, Sylvio de Vasconcellos e Lourival Gomes Machado (dentre outros).
- b) A segunda vertente se verifica com os estudos estrangeiros, especialmente de Robert Smith, John Bury e Germain Bazin – sendo este último autor vinculado ideologicamente ao arcabouço conceitual do grupo anterior.
- c) A partir dos anos 90 surge novo grupo de estudos, menos vinculado ao ideal nacionalista do IPHAN e mais preocupado com uma metodologia mais apurada. Destacam-se Affonso Ávila e Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.

A característica que une estas diferentes linhas de investigação é seu foco nas construções religiosas mineiras realizadas ao longo do século XVIII, legando pouco esforço de continuidade analítica para o século seguinte. O grande número de estudos centrados no período setecentista, longe de ser um problema, provoca, contudo, uma espécie de “empobrecimento” da produção artística religiosa do século seguinte – fenômeno, pelo que se sabe, longe de corresponder ao grande número de construções, demolições e reformas que ocorreram nos templos mineiros ao longo do novecentos e que merecem tratamento analítico mais apurado.

É necessário ampliar o processo de estudo acadêmico da temática buscando compreender a cultura arquitetônica e artística mineira do século XIX e de que maneiras rupturas e continuidades se operaram nos modelos arquitetônicos, técnicos, artísticos, estéticos. Engloba ainda investigar a complexa relação existente entre a tradição herdada do século anterior e as novidades possibilitadas pelo desenvolvimento industrial e os movimentos artísticos do “longo século XIX”.

Neste sentido, o artigo apresentado busca rerepresentar dois edifícios religiosos que tiveram suas construções iniciadas entre a fronteira do XVIII e o XIX e cujas ornamentações se prolongaram ao longo de quase toda esta última centúria. Trata-se das capelas de São Francisco de Paula em Ouro Preto e São Francisco de Assis em Sabará.

A Capela de São Francisco de Paula, localizada em Ouro Preto, teve sua construção iniciada em 1804 seguindo um risco de autoria de Francisco Machado da Cruz. As obras prosseguiram com inúmeras interrupções, sendo que apenas em 1878 se concluíra a construção da nave. A ornamentação interna conta com um grande conjunto de retábulos executados entre 1870 e 1890 por um entalhador italiano residente em Ouro Preto, Miguel Antonio Tregellas<sup>1</sup>. A policromia e douramento datam das primeiras décadas do século XX, de autoria de Henrique Bource (IPHAN, 1939).

Já a Capela de São Francisco de Assis de Sabará iniciou-se por volta de 1781, a partir de risco de autoria ignorada (IPHAN, 1939). Em 1874, ainda estava em obras (FONSECA, 2014, p.141). O ano de conclusão destas obras também permanece desconhecido. Poucos pesquisadores se detiveram no estudo desta igreja. Zoroastro Vianna Passos menciona o trabalho escultórico da portada, realizado em 1822 por Domingos Pinto Coelho – autor também das imagens de Santo Antônio e São Francisco constantes do acervo desta igreja. A

---

<sup>1</sup> *Almanack de Ouro Preto* (Ouro Preto), nº 1, 1890.

ornamentação interna abriga, ainda, pinturas em perspectiva no retábulo e no forro da capela-mor, também sem datação ou autoria documentadas (Ibidem, p. 139).

A divisão arquitetônica dos espaços é muito semelhante em ambas as edificações (Ouro Preto e Sabará), notabilizando-se pela separação em capela-mor (com seus corredores, sacristia e consistório) e nave sem corredores nos dois casos<sup>2</sup>. Os frontispícios repetem o esquema tradicional mineiro já bastante disseminado, composto por duas janelas e uma porta central, duas torres e frontão ondulado, observando-se em Sabará um trabalho mais ampliado na parte escultórica em pedra-sabão, visível na portada e nas vergas das janelas. Comparadas, observa-se que as dimensões da igreja ouro-pretana são maiores, com sua fachada tendendo à horizontalidade – diferentemente da capela sabaraense, que apresenta uma fachada mais verticalizada, ocupando o frontão um pequeno espaço entre as duas torres sineiras. Estas últimas também se diferenciam por alguns pormenores em cada igreja, sendo os ângulos da capela São Francisco de Paula chanfrados e o coroamento em formato de bulbos. Já em São Francisco de Assis em Sabará, toda angulação das torres é reta e o coroamento das mesmas é em forma de pirâmide.

Observa-se no comparativo, que ambas, apesar de compartilharem da preferência pelas linhas retas, se diferenciam no tratamento dado às formas de suas fachadas. A capela de São Francisco de Paula de Ouro Preto movimentada sutilmente as linhas de seu frontispício através da alteado do entablamento, que se abre em semicírculo para abrigar o óculo, enquanto em Sabará o entablamento permanece reto, estando o óculo no frontão.

Não se sabe se os riscos originais (de 1804 para Ouro Preto e cerca de 1781 para Sabará) foram seguidos até o fim das obras na segunda metade do XIX – é notório que “as sucessivas modificações do risco inicial [...] aparecem efetivamente como uma constante no processo construtivo da maioria das igrejas” (OLIVEIRA, 2003, p.215). No entanto, ao observarmos as obras de fato concluídas, nota-se bastante familiaridade com o vocabulário construtivo das igrejas setecentistas, fazendo crer que em boa parte os projetos originais tenham sido respeitados. Em um período que não era incomum a demolição de edifícios considerados antigos para assimilação de influências ecléticas, nota-se que a tradição construtiva baseada em

---

<sup>2</sup> No caso da divisão dos espaços da capela de São Francisco de Assis de Sabará, chama atenção a diferença existente na fatura da capela-mor e da nave desta igreja. Enquanto toda nave é feita em alvenaria de pedra, a capela-mor é feita com adobes (IPHAN, 1938); além disso, a diferença de proporções entre a capela-mor e a nave, demonstram terem sido estas feitas em momentos bem distintos. O padrão da época, seria a construção ter se iniciado pela capela-mor, porém, na igreja de São Francisco, tudo indica ter ocorrido o oposto.

modelos já largamente utilizados mantinha-se firme em localidades importantes da província de Minas, como eram Sabará e a Capital Ouro Preto.

Outra característica que atesta a permanência de modelos tradicionais diz respeito a ornamentação interna. Em São Francisco de Paula, observa-se uma profunda similaridade entre os retábulos executados por Miguel Antônio Tregellas e os antigos retábulos da capela da Ordem Terceira do Carmo, realizados entre 1800 e 1813. Segundo Myriam Ribeiro, os retábulos da capela de São Francisco de Paula são “pastiches bastante razoáveis” que “atestam a permanência do rococó na decoração das igrejas mineiras até o alvorecer do século XX” (Ibidem, p.270).

A emulação do modelo retabular neste caso, longe de provocar espanto, demonstra a força da tradição ornamental mineira e ainda a forma como estes modelos ornamentais dispunham de legitimidade mesmo diante de outras possibilidades estéticas, como as que poderiam oferecer os anos 1880 (década de execução dos retábulos de São Francisco de Paula). De fato, estes modelos não só eram ainda comuns como respaldados por notórios conhecedores de arte, como o próprio Imperador Dom Pedro II, que em viagem à Capital Mineira no ano de 1881 visitou as obras da capela de São Francisco de Paula, onde teve a oportunidade de observar os retábulos em processo de execução. Consta de notícia de jornal que Sua Majestade “apreciou a elegância do templo e a bela posição em que está colocado”<sup>3</sup> e ainda emitiu sua opinião sobre os novos retábulos, sugerindo que fossem “envernizados e não pintados os altares em construção”<sup>4</sup> – sugestão que não foi atendida, uma vez que já no século XX os retábulos foram policromados.

Não raro, a permanência destes modelos de construção e ornamentação pelo século XIX a fora causaram passagens de estranhamento entre autores que abordaram o tema dentro de uma perspectiva mais vinculada as vertentes “a” e “b” de estudo das igrejas mineiras. Preocupados em atestar um processo de “criação” em que os modelos construtivos evoluem “naturalmente” até chegar nas plantas curvilíneas<sup>5</sup>, igrejas como as aqui analisadas geraram desconforto. Para Germain Bazin, por exemplo, a construção de São Francisco de Paula representava uma espécie de *involução*, de retrocesso da arquitetura mineira, como se lê na seguinte passagem:

---

<sup>3</sup> A *Actualidade* (Ouro Preto), n° 34, 1881.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Como por exemplo, as capelas de Nossa Senhora do Rosário e São Francisco de Assis em Ouro Preto, São Francisco de Assis em São João del-Rei, São Pedro dos Clérigos em Mariana, etc.



A grande construção *desproporcionada* de São Francisco de Paula, que domina toda a cidade de Ouro Preto, é o ponto máximo da mudança de orientação do gosto. Empreendida em 1804, tanto na planta quanto na construção, ela afirma nitidamente *o desejo de voltar às formas anteriores ao barroco*, da mesma forma como o estilo Luís XVI volta ao Luís XIII e o estilo Adam a Palladio (BAZIN, 1983, v. 1, p. 226-227) [grifo nosso].

John Bury, mas afeito à ideia de *desenvolvimento* do que de *evolução* da arquitetura religiosa mineira, tem um parecer mais flexível a respeito da mesma construção analisada por Bazin:

Um estilo tradicional, que descende diretamente das grandes matrizes setecentistas da província, continuou a ser largamente empregado, desde o terceiro quartel do século XVIII até o fim da era imperial (1889). Em Ouro Preto, nos primeiros anos do século XIX, foi iniciada uma grande igreja que demonstra pouca influência do estilo Aleijadinho em sua arquitetura, a igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (BURY, p.119).

Ou seja, para este último autor, modelos tradicionais permaneceram tendo larga aceitação e conviveram com modelos excepcionais, como os utilizados em Ouro Preto nas capelas de São Francisco de Assis ou Nossa Senhora do Rosário. Bury, pelo que se observa, tendia a ver as plantas de partido curvilíneo como sendo episódicas, e não como a linha de chegada das formas da arquitetura mineira. Este autor, esforça-se para destacar as plantas regulares como o sendo normativo da região, destacando, inclusive, a manutenção destas formas durante o século XIX.

Mesmo com a abertura proposta por Bury, o incômodo causado pela manutenção da tradição construtiva no oitocentos se reflete na ausência de pesquisas mais aprofundadas sobre as duas capelas aqui apresentadas, e ainda outras do mesmo período. A capela de São Francisco de Assis de Sabará raramente é abordada nas pesquisas do tema, e assim como no caso da capela de Ouro Preto, sempre aparece destacada pela óptica do atraso. Em artigo de 1979, Myriam Ribeiro, ao analisar a produção pictórica da região de Sabará, considerou a pintura do forro desta igreja como sendo uma “imitação tardia do esquema de composição do muro-parapeito” (OLIVEIRA, 1997, p.486). Este tipo de consideração, apesar de verossímil, inviabiliza a análise destas obras em seus próprios termos. No caso de sua ornamentação interna, por exemplo, notam-se interessantes estratégias de decoração. Na ausência de retábulos entalhados, esta igreja apresenta na capela-mor um retábulo pintado em perspectiva, no qual se nota boa parte da gramática ornamental destas peças em Minas Gerais, demonstrando um curioso processo de assimilação pictórica de peças arquitetônicas.

Diante do apresentado até aqui, torna-se demasiadamente complexa a inserção destas igrejas em fases formais evolutivas. Pode-se pensar, em fases construtivas; porém, neste caso, cada edifício possuiria uma demarcação própria, sofrendo influências construtivas e ornamentais diversificadas ao longo de sua edificação. A grande maioria destes templos, só pode ser percebida como um *constructo*, um processo que não se encerra de modo lógico, uma vez que, em sua maioria, estes edifícios permanecem em funcionamento. Seja através do uso primário pensado para estas edificações, qual seja, templos religiosos – ou seja como obras atualmente vistas como patrimônio histórico e artístico (o que daria outra longa discussão), estes templos sofreram e sofrem reapropriações variadas.

Neste sentido, busca-se chamar à atenção para edifícios católicos pouco estudados, como são as capelas de São Francisco de Assis de Sabará e de São Francisco de Paula em Ouro Preto. Inúmeras questões permanecem em aberto. Estudando as vicissitudes do longo processo construtivo destes templos, é possível observarmos a influência de variadas linguagens estéticas, analisando como se operavam as escolhas artísticas em Minas Gerais no período em questão. Através das escolhas artísticas efetuadas pelos comitentes, artistas e artífices, é possível lançar luz sobre o fazer artístico mineiro durante o final do Império e princípios da República.

Assim, não se pretende, de modo algum, abolir categorias conceituais já largamente utilizadas. O objetivo aqui se concentra em pensar estas categorias como construções históricas, sujeitas a revisão. São ferramentas úteis, porém passíveis de provocar um efeito de uniformização que muitas vezes cria situações problemáticas quando nos deparamos com objetos de estudo que simplesmente não se justificam nas categorias de análise pré-determinadas. Repensar e compreender este fenômeno, é parte das funções do historiador.

### Referências:

- BAZIN, Germain, *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Org. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2006.
- DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: Arquitetos, Mestres de Obras e Construtores e o trânsito de cultura na produção da Arquitetura Religiosa nas Minas Gerais Setecentista*. 951f. Tese (Doutorado em História). UFMG, 2006.

FONSECA, Gustavo Oliveira. *Produção artística no centro-oeste mineiro nos séculos XVIII e XIX – Estudo sobre a igreja de Santo Antônio da Arquiconfraria de São Francisco em Itapeçerica*. Dissertação (mestrado em História). UFSJ, 2014. 263f.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Livro de Tombo Belas Artes, 1938. Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/> Acesso em 25/06/2017.

OLIVEIRA, Myriam A. R. de O. A pintura de perspectiva em Minas colonial. In: ÁVILA, Affonso (org.), *Barroco – teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

OLIVEIRA, Myriam A. R. de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

## Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – imagens de Antonio Nardi na Matriz do Grajaú (RJ)

**Dirceu Ferreira Barbuto**

Especialização em História Econômica

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: dirceubarbuto@bol.com.br

**Resumo:** O pintor e ilustrador italiano Antonio Maria Nardi (1897-1973), com sólida formação acadêmica e profissional, chega ao Brasil em 1949 e aqui permanece durante quinze anos, realizando trabalhos artísticos em templos católicos. No presente artigo, abordaremos alguns aspectos da pintura mural de Nardi, notadamente as 08 imagens que narram a origem histórica da milagrosa imagem de N. Sra. do Perpétuo Socorro, padroeira da Matriz do Grajaú (RJ). O nosso objetivo é apresentar e contextualizá-las, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil.

**Palavras-chave:** arte sacra; pintura mural; modernismo; história cultural

**Résumé:** Le peintre et illustrateur italien Antonio Maria Nardi (1897-1973), une formation académique et professionnelle solide, est arrivé au Brésil en 1949 et reste ici pendant quinze ans, font œuvre dans les églises catholiques. Dans cet article, nous discutons de certains aspects de la peinture murale de Nardi, notamment les 08 images qui racontent l'origine historique de l'image miraculeuse de N. Sra. du Perpétuel Secours, Patronne de Grajaú Matrix (RJ). Notre objectif est de présenter et de contextualiser leur contribution à l'histoire du Saint-muralisme au Brésil.

**Mots-clés:** art sacré; murale; dévotion ; modernisme; histoire culturelle

### Introdução

A devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está vinculada ao Ícone<sup>1</sup> milagroso que traz a representação de Maria na Paixão. O quadro de autoria desconhecida, recebeu ao longo da história três títulos principais: Virgem da Paixão, Virgem de São Mateus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Pintado no estilo bizantino da Igreja Oriental, nele se enlaçam a arte e a piedade, a elegância e a simplicidade.<sup>2</sup>

O referido Ícone é venerado hoje na igreja do Santíssimo Redentor e Santo Afonso, dos Missionários Redentoristas, em Roma. No entanto, poucos, talvez conheçam a prodigiosa história que este quadro de pequenas dimensões passou. Na igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ), Brasil, o pintor Antonio Nardi baseia-se na tradição oral e na história escrita e em sua arte, representa a origem histórica do milagroso quadro de Nossa

---

<sup>1</sup> Ícone é o nome dado a uma pintura que, não sendo apenas um quadro ou uma obra de arte, é carregada de significados sagrados e leva seu observador à oração.

<sup>2</sup>Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Disponível em:

<http://www.a12.com/redentoristas/institucional/detalhes/nossa-senhora-do-perpetuo> Consultado em: 20/08/2016.

Senhora do Perpétuo Socorro por meio de oito imagens de grandes dimensões, situadas nas paredes da nave central da igreja.

O historiador Roger Chartier salienta a importância de se perceber que

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.<sup>3</sup>

Nas representações de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, estão presentes elementos da sociedade europeia do século XV ao XIX. Questões das relações Estado e Religião, Arte Sacra e Profana. A abordagem culturalista proposta por Chartier entende a cultura como sendo socialmente construída através da escolha de determinados símbolos e representações para explicar a visão de mundo, os valores, a realidade de um determinado povo situado no espaço e tempo. Tendo em vista esta definição, percebemos que a História Cultural permite a utilização de imagens como fontes históricas.

Abordaremos no presente artigo, alguns aspectos da pintura mural de Antonio Nardi, notadamente as oito imagens que retratam a origem histórica da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nosso objetivo é apresentar e contextualizá-las, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil. Questões que abordaremos nos parágrafos seguintes.

O desenvolvimento da História da Arte Mural no Brasil e sua aplicação na esfera sacra está ligada a uma série de fatores relacionados com a imigração de artistas estrangeiros e a formação de artistas brasileiros em países com um consolidado histórico nas artes plásticas.<sup>4</sup> Ressaltamos aqui, a obra mural com temática religiosa de Candido Portinari (1903-1962).

Artista com sólida formação acadêmica e profissional, o pintor italiano Antonio Nardi realiza no período de permanência no Brasil, entre 1949-65, centenas de obras-primas de toda espécie em templos católicos. Muralista com traços neoclássicos e com a adoção das formas geométricas essenciais do modernismo brasileiro,<sup>5</sup> seus desenhos valorizam volumes e

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002, p.17.

<sup>4</sup> Sobre o assunto destacamos o texto de FILHO, Ilton José de Cerqueira. *Interconexão entre pintura, vida e religião: a obra mural sacra moderna de Emeric Marcier*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Orientação de Ângela Brandão. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Ilton-Jos%C3%A9-de-Cerqueira-Filho.pdf>. Consultado em: 07/04/2015.

<sup>5</sup> Dicionário Biográfico. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/). Consultado em: 11/08/2016. Vale resaltar que o modernismo no Brasil tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna, realizada no ano de 1922, considerada um divisor de águas na cultura brasileira. O evento declara o rompimento com o tradicionalismo cultural associado às correntes literárias e artísticas.

destacam o colorido. Entre suas obras, destacamos a decoração da Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ). Foi na referida igreja que o artista deixou a sua maior obra, onde deu maior expansão à sua arte pictorial.

### Na Matriz do Grajaú (RJ)

Antonio Nardi realiza na Matriz do Grajaú (RJ), entre os anos de 1951-58, uma série de trabalhos artísticos numa área total de 600 metros quadrados. O padre Alberto Teixeira Ferro, então pároco da referida igreja, nos conta como conheceu o artista:

Um belo dia apresentou-se na sacristia da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú um senhor simpático, aparentando uns 50 a 60 anos de idade, trazendo uma carta do cardeal D. Jaime de Barros Câmara, que me dizia ter encontrado o pintor capaz de pintar a minha igreja, conforme meu desejo. Feito os planos e acertados os primeiros passos, o professor Antônio Maria Nardi começou a decorar e a pintar a igreja a 19 de março de 1951. E aqui nos deixou esta maravilha: desenhos de um verdadeiro mestre. (...) Durante oito anos aqui permaneceu. Fomos muito amigos. Descobri nele qualidades extraordinárias de homem simples, honesto, sem pretensões e de fé viva.<sup>6</sup>

Ele ainda acrescenta:

(...) Seus desenhos são fortes e característicos, o colorido vivo é excepcional. Foi excepcional pintor figurinista, soube como poucos apresentar figuras vestidas com jogos de luz. Vale a pena visitar este monumento artístico que nos deixou o Professor Nardi. Enfim, este é um monumento artístico que podemos considerar como um verdadeiro patrimônio da nossa cidade.<sup>7</sup>

Interessante perceber que o artista Antonio Nardi já chegou na Matriz do Grajaú (RJ) com uma carta de recomendação do cardeal D. Jaime de Barros Câmara. Isto demonstra o *capital social* descrito por Pierre Bourdieu<sup>8</sup>, que compreende as relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. Refere-se a um *capital simbólico*, ou seja, o que chamamos de prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social. É o *capital simbólico* que deu mobilidade ao artista italiano. O padre Alberto Teixeira Ferro ressalta que durante o período que Nardi esteve no Rio de Janeiro “fez boas amizades nos meios artísticos da nossa cidade e nela deixou traços vivos de sua alma de artista”.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> *O Globo*, 05 de agosto de 1973. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730805>. Consultado em: 19/09/2016.

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> Sobre este assunto ver: BOURDIEU, Pierre. O Mercado de Bens Simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

<sup>9</sup> *O Globo*, 05 de agosto de 1973. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730805>. Consultado em: 19/09/2016.

## A origem histórica da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no olhar do artista Antonio Nardi <sup>10</sup>

Em contato<sup>11</sup> com a especialista em restauro arquitetônico Liliana Medina da Silva, que em 2013 trabalhou com a restauração da obra *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* (1957), de autoria do referido artista, realizada na capela do Seminário de Eugenópolis (MG), nos fez algumas observações do trabalho de Nardi na Igreja Matriz do Grajaú (RJ). Segundo a restauradora:

Nardi em sua característica peculiar aos traços modernistas na construção das oito imagens presentes na Igreja do Grajaú, apresenta um aspecto de profundidade apesar do seu lado acadêmico bem preciso nas formas naturais. (...) O artista destaca a adoção do modernismo por meio das formas geométricas retangulares nos tecidos dos personagens e triangulares nas áreas de natureza viva, rostos e vegetais. Sua sutileza em apresentar esses aspectos tão distantes misturados nas duas técnicas de pintura evidenciadas nestes painéis de pintura a “secco”<sup>12</sup> na Igreja do Grajaú, mostra com muita abrangência sua delicadeza nas pinceladas naturalistas com as arestas do modernismo em forma redimensionada atribuída pelo efeito cubista. (...) Registro do artista marcado por cores vibrantes, destacando-se o vermelho, o verde, o azul ultramarino e variantes, castor, marrom, branco, preto e o ocre.

Embaixo das oito imagens estão números e frases que indicam o desenrolar da prodigiosa história da imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, desde que saiu das sombras de sua origem, até chegar ao apogeu da sua glória. Percebemos que nas imagens 6 e 8, Nardi utilizou-se de uma visão subjetiva para talvez, facilitar a leitura das mesmas por parte dos contempladores e fiéis. Tratamos por “visão subjetiva do autor” a menção do agostiniano Orsetti que já era falecido e surge no episódio representado por Nardi e a entrega do quadro feita por Pio IX aos padres redentoristas, questões explicadas em outro momento do texto.

Na parede esquerda da nave central da referida igreja estão localizadas quatro imagens. São elas:

---

<sup>10</sup> Sobre a origem histórica da milagrosa imagem de N. S. do Perpétuo Socorro, ver: MAGALHÃES, Margarida de. *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1962.

<sup>11</sup> Entrevista realizada na cidade de Itaperuna (RJ), em 01/10/2016. Vale ressaltar que a entrevista observou as recomendações dos estudos feitos por pesquisadores em História Oral. Ver: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>12</sup> Esta é uma técnica muralista tracional bastante duradoura, de beleza comparável a do afresco. Esta técnica tende a ser solúvel em água, o que a torna, portanto, mais apropriada para interiores. Ver: MOTTA JÚNIOR, Edson. *Manual de pintura mural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Rio, 1981.



### **1- O mercador foge de Creta com o quadro de N. S. do Perpétuo Socorro**

Em fins do século XV, certo mercador cretense, cujo nome desconhecemos, roubou de uma igreja, um quadro da Virgem que fazia muitos prodígios. Ele a trouxe `as ocultas para o seu navio ancorado no porto e escondeu-o no porão, entre as diversas mercadorias de seu negócio e embarcou para o Ocidente<sup>13</sup> (MAGALHÃES, 1962: 13).

Na imagem 1 vemos uma representação do cais de um porto. Ela apresenta uma dramaticidade produzida pelas sombras dos barcos e pelo semblante desconfiado e assustado do mercador que está em posse do quadro roubado.

### **2- A Tempestade – Votos e Promessas**

Durante a viagem para Roma, desencadeou-se uma tempestade. Mas, graças a Deus e à Virgem, o navio conseguiu chegar ao porto desejado. A Virgem operou mais um milagre salvando a vida de toda a tripulação, incluindo a do mercador (MAGALHÃES, 1962: 16).

Na imagem 2 vemos pessoas aflitas, ajoelhadas em oração e preces em um barco em tempestade. O quadro milagroso está à vista de todos que recorrem à proteção da Virgem.

### **3- O mercador morre sem cumprir a promessa**

Passou um ano e o mercador chegou a Roma com o quadro. Mas ele adoeceu gravemente e procurou acolhida na casa de um amigo romano que era comerciante. Na hora da sua morte, confessou-lhe o crime cometido e pediu-lhe que colocasse o quadro em alguma igreja para que assim pudesse ser de novo publicamente venerado (MAGALHÃES, 1962: 18).

Na imagem 3 vemos o mercador cercado de pessoas em seu leito de morte. Ele está virado na direção do quadro milagroso, arrependido do crime que cometeu.

### **4- N. S. aparece e exige o cumprimento da promessa**

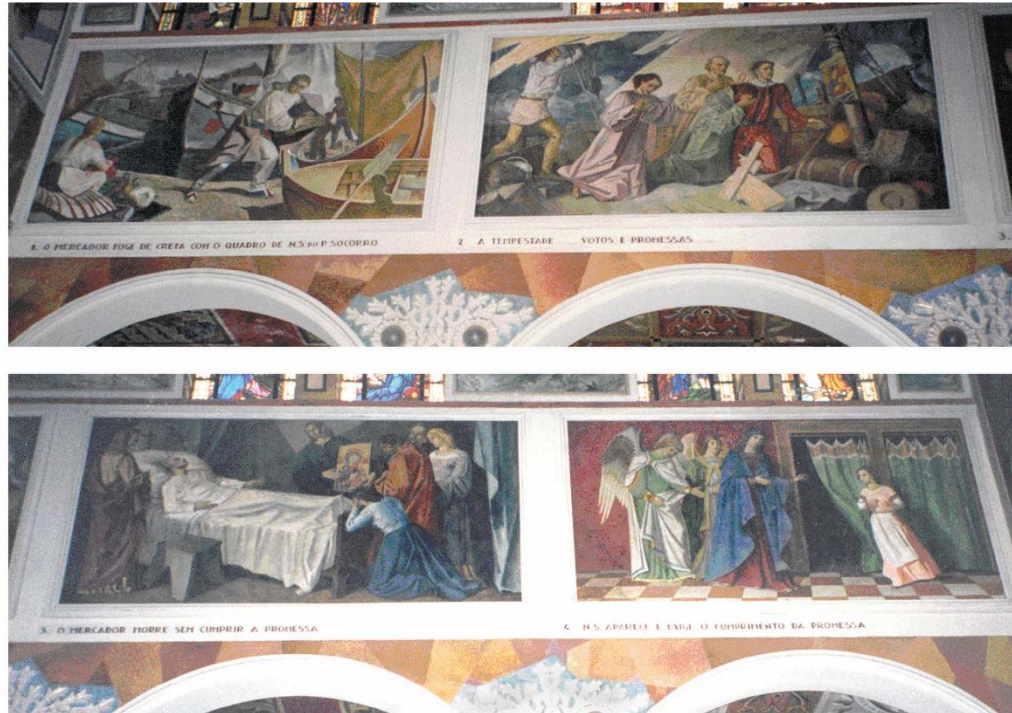
Anos mais tarde, uma criança de seis anos da família do comerciante que ficou com o quadro, teve uma visão de Nossa Senhora na qual a Virgem insiste na restituição da imagem, revelando, ao mesmo tempo, a invocação sob a qual queria que a venerassem num santuário público: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. (MAGALHÃES, 1962: 19).

---

<sup>13</sup> Existe um documento em latim, escrito em pergaminho, armado sobre uma tabuleta e que estava dependurado na Igreja de São Mateus em Roma, perto do quadro milagroso. Nele conta-se que o comerciante levou o quadro de Nossa Senhora para a Itália. Entre os manuscritos da Biblioteca do Vaticano encontram-se três cópias do século XVII, as quais, no essencial, concordam entre si. Ver: SCHNEIDER, Antonio. *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Aparecida*, SP: Editora Santuário, 1991. p. 35

Na imagem 4 vemos Nossa Senhora acompanhada da presença de dois anjos. Nossa Senhora aparece com um manto azul e conversa com a menina. O piso quadrangular denota as características dos traços cubistas do artista, destacando o volume e profundidade no espaço.

Já na parede direita estão localizadas as outras quatro imagens. São elas:



PAREDE ESQUERDA NAVE CENTRAL As telas a oleo narram a origem historica do milagroso quadro de N.S. do Perpetuo Socorro p. 24

**Figura 1** – Parede esquerda da nave central da Matriz do Grajaú (RJ). Foto: Carlos

## 5- A procissão e os milagres

O quadro só foi entregue pela família do comerciante depois de muitas dúvidas e dificuldades, no dia 27 de março de 1499, na igreja de São Mateus. Desta maneira, esta antiga e milagrosa imagem de Maria recuperava, em Roma, com o seu novo título de Perpétuo Socorro, aquele culto público que havia perdido em Creta. Foi venerada nessa igreja durante 300 anos. Peregrinações numerosas, festas solenes, pregações pelos mais famosos oradores sacros, contribuíam para tornar a igreja de São Mateus um dos mais venerados e visitados santuários de Roma (MAGALHÃES, 1962: 21-23).

Na imagem 5 vemos um ritual de uma procissão com várias freiras segurando velas, coroinhas e o padre usando um hábito vermelho cercado por duas pessoas vestidas com túnicas de tom ocre e atrás deles a multidão em oração e preces de agradecimento.

## **6- O agostiniano Orsetti entrega o quadro ao jovem Marchi**

O ícone milagroso ainda passaria pela Revolução Francesa, com Napoleão Bonaparte invadindo Roma e destruindo igrejas, como aconteceu com a de São Mateus. Isto aconteceu em 1798. Com a destruição da igreja de São Mateus, o ícone foi levado para a igreja de Santo Eusébio e mais tarde, em 1819, pelos agostinianos para a igreja de Santa Maria “in Postérula”, em Roma. (MAGALHÃES, 1962: 27).

Os anos passavam e parecia que o quadro estava para cair no esquecimento. Um jovem coroinha chamado Michele Marchi frequentava a igreja de Santa Maria e tornou-se amigo do Irmão Agostinho que falava-lhe frequentemente da imagem de Nossa Senhora que estava na capela privada da Comunidade e várias vezes o levou para vê-la, repetindo com insistência que a imagem era da Virgem de São Mateus e que tinha operado muitos milagres em tempos remotos. O Irmão Agostinho Orsetti morreu em 1853, com 86 anos, sem ter visto realizado o seu sonho de que a Virgem do Perpétuo Socorro fosse de novo exposta à veneração pública (MAGALHÃES, 1962: 26-27).

Na imagem 6 o artista retrata o Agostiniano Orsetti entregando o quadro milagroso ao jovem Marchi na capela interna do convento. Vemos o altar, o quadro de N.S. e duas janelas onde aparecem paisagens, destacando a técnica de perspectiva/distanciamento do artista. Nesta passagem percebemos uma visão subjetiva de Nardi. Como vimos, o Agostiniano Orsetti morre antes de ver o seu sonho realizado.

## **7- Padre Marchi Redentorista discute a volta e a posse do quadro**

Em fevereiro de 1863, os Missionários Redentoristas ficaram intrigados com os questionamentos de um pregador jesuíta, Padre Francesco Blosi, que em um sermão falou de um ícone de Maria que tinha estado na Igreja de São Mateus na via Merulana e era conhecido como a Virgem de São Mateus, ou mais corretamente a Virgem do Perpétuo Socorro. Nessa época, o padre redentorista Marchi, contou o que ouvira do Irmão Agostinho Orsetti. Testemunhou ainda que vira este quadro muitas vezes, e sabia muito bem onde ele estava (MAGALHÃES, 1962: 28-29).

Na imagem 7 vemos os padres redentoristas sentados em bancos com seus hábitos pretos. O Superior Geral está com um papel na mão e o padre Marchi está contando o que sabe sobre o quadro milagroso. Ambos estão de pé. No chão o tapete vermelho contrasta com os hábitos pretos e as paredes de tom ocre.

## 8- Pio IX aos Redentoristas: “Fazei este quadro conhecido e amado”

O Superior Geral dos Missionários Redentoristas, Padre Nicolau Mauron, em dezembro de 1865, foi expor a sua pretensão ao Papa Pio IX. Fez-lhe o relato circunstanciado da história do quadro bizantino e de todo o seguimento surpreendente de fatos que haviam levado à sua descoberta. O Papa sem hesitar, escreveu naquele mesmo instante, o documento que ordenava a transladação do quadro de Santa Maria “in Postérula” para a igreja de Santo Afonso. Diz a tradição oral que nesta ocasião o Papa Pio IX disse ao Superior Geral dos Missionários Redentoristas: “Fazei este quadro conhecido e amado” (MAGALHÃES, 1962: 31).

Na imagem 8 vemos os padres redentoristas e o Superior Geral ajoelhados, segurando o quadro milagroso e o Papa Pio IX passando para os religiosos a posse definitiva do milagroso quadro. A cadeira do Papa de tom vermelho também contrasta com o ambiente de tons escuros. Aqui percebemos outra visão subjetiva do artista, pois o quadro milagroso foi entregue aos redentoristas pelos agostinianos, como vimos acima.

Em seus aspectos formais, as oito imagens analisadas apresentam a permanência de técnicas neoclássicas, principalmente o Desenho. Porém, percebemos que Nardi utiliza de uma linguagem modernista por meio das formas geométricas retangulares e triangulares em forma redimensionada atribuída pelo efeito cubista.



**Figura 2** – Parede direita da nave central da Matriz do Grajaú (RJ). Foto: Carlos



## Sobre o artista

Antonio Maria Nardi nasceu em (Ostellato, Itália) em 15 de maio de 1897 e faleceu em (Bolonha, Itália) em 23 de maio de 1973. Filho de Andrea Pio Filho, empresário, e Zaira Brunori.<sup>14</sup> Foi pintor e ilustrador. Frequentou a Academia de Belas Artes de Bolonha em 1911 e diplomou-se em 1916. Entre o período de 1916-1919 é convocado para lutar na 1ª Guerra Mundial. Além da pintura, ilustra livros e revistas para crianças. Recebe os prêmios da Sociedade Francesco Francia em 1917, o Prêmio Curlandese em 1928 e o 5º prêmio Cremona em 1940. Em 1924/25 dedica-se mais intensamente à pintura trabalhando com temas sacros. Começa a interessar-se pela pintura mural e particularmente pelo afresco, o qual começa a estudar entre 1930 e 1931.<sup>15</sup>

Muda-se para o Brasil em 1949 após uma importante exposição de suas obras no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro. Acompanhado de sua família, fixa-se em Niterói (RJ).<sup>16</sup> Participou do I Salão de Belas Artes, Rio de Janeiro (1949) e do Salão Paulista de Belas Artes, São Paulo, conquistando o Prêmio Lino Morgati (1949), pequena medalha de prata (1951) e pequena medalha de ouro (1952).<sup>17</sup>

Dedica-se inicialmente, à pintura de cavalete, do tipo sacro e profano, para passar rapidamente às obras de grande empenho em numerosas igrejas com pinturas murais, retábulos, quadros e vitrais: quinze igrejas no Rio de Janeiro e outras em Niterói (RJ), Nova Friburgo (RJ), Cantagalo (RJ), Brasília (DF), Pirajuí (SP), Serra Negra (SP), Porto Ferreira (SP), Belo Horizonte (MG), Eugenópolis (MG), Porto Alegre (RS).<sup>18</sup>

Após 15 anos de intensa atividade artística no âmbito religioso no Brasil, é condecorado pelo Papa Paulo VI com o título e medalha de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Silvestro Papa, a mais alta condecoração do Vaticano no campo das Artes. Retorna à Itália em 1965 onde é eleito membro da Academia Clementina de Bolonha e além de realizar vitrais, dedica-se principalmente à pintura de naturezas-mortas e paisagens.<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> Dicionário Biográfico. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/). Consultado em: 11/08/2016.

<sup>15</sup> Biografia. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22439/antonio-maria-nardi>. Consultado em: 05/04/2017.

<sup>16</sup> Dicionário Biográfico. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/). Consultado em: 11/08/2016.

<sup>17</sup> CAVALCANTI, Carlos; AYALA, Walmir. *Dicionário Brasileiro de artistas plásticos*. Brasília: MEC/INL., 1973-1980. vol. 3 p. 234

<sup>18</sup> Biografia. Disponível em: <http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>. Consultado em: 05/04/2017.

<sup>19</sup> Idem.

## Considerações finais

Por trás das escolhas e dos valores estéticos das imagens, foi possível desvelar a espiritualidade do artista, o contexto histórico no qual elas foram produzidas e o seu significado/significância para os contempladores e fiéis da Igreja Matriz do Grajaú (RJ). Aqui o muralismo sacro entendido como veículo do sagrado, foi a via de comunicação da historicidade ora analisada.

A Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ) foi fundada em 13/05/1942. Sua arquitetura é do estilo romano-bizantino e o seu interior é caracterizado pelas suas numerosas cúpulas e pela pintura e decoração de inspiração também bizantina realizada pelo artista Antonio Nardi. Ela está situada à Praça Edmundo Rêgo, número 27, no bairro do Grajaú (RJ), Brasil. Atualmente seu pároco chama-se Monsenhor Jorge Aziz Abrahão e está sobre a responsabilidade da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro.

O presente texto apresentado como Comunicação no VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG, apenas um recorte entre as diversas obras sacras do artista presentes na Igreja Matriz do Grajaú (RJ), constitui-se em desdobramento do estudo.

Diversos aspectos são necessários para um estudo mais completo. Em textos posteriores teríamos de tratar de questões: 1- Linguagens artísticas, Modernismo e Muralismo, 2- As relações Igreja Católica e sociedade nos séculos XIX e XX na Europa, 3- As relações Igreja Católica e sociedade brasileira – Império e República e 4- Pós-segunda guerra – Guerra Fria, o inimigo comunista no Brasil.

## Um mundo maravilhoso de criaturas possíveis sustentadas por tantas outras coisas impossíveis de um imaginário fantástico<sup>1</sup>

**Francislei Lima da Silva**

Doutorando em História da Arte

IFCH/PPGHIST/UNICAMP

E-mail: francislei.lima@gmail.com

**Resumo:** Buscamos, a partir de provocações anacrônicas, lançar novos olhares sobre as coisas e seres fantásticos que passam a habitar templos e residências na minas colonial, como resultado da circulação de produtos trazidos do oriente mitificado e das relações estabelecidas entre ornamentos provenientes de diferentes culturas e cosmologias. Ornamentos que não sugerem um programa definido, estando sua vitalidade no imprevisto dos arranjos que combinam grotteschi e chinoiseires nos espaços imaginários criados para eles.

**Palavras-chave:** Arte colonial luso-brasileira; imaginário fantástico; grotteschi; chinoiseires.

**Abstract:** Searching for new perspectives on objects and fantastic ornamental beings that can habit colonial temples and residences in Minas Gerais, is essential because these artifacts are consequences of the circulation of products brought from the East, and the relationships established from different cultures and imaginary universes. This fact does not obey a chronological time. The ornaments do not have a well-defined and set program; they have their vitalities based on their unpredictable arrangements that combine grotteschi and chinoiseires. Moreover, they create an imaginary space around them.

**Keywords:** Luso-Brazilian colonial art; fantastic imaginary; grotteschi; chinoiseires.

O presente texto se trata de um devaneio como aquele que o jovem Adso teve ao se deparar com as criaturas monstruosas nas iluminuras que decoravam os saltérios da biblioteca da abadia de Melk. Conforme advertiu-lhe o bibliotecário, tais imagens falavam-lhe de uma região aonde se era possível alcançar cavalgando um ganso azul, onde ursos perseguiam falcões no céu ou, ainda, camarões voavam com pombas carregando três gigantes presos numa armadilha, bicados por um galo<sup>2</sup>.

O olhar do acólito percorria as margens inteiras do livro que estavam invadidas por minúsculas figuras que eram geradas, como por expansão natural, pelas volutas finais das letras esplendidamente traçadas: sereias marinhas, cervos em fuga, quimeras, torsos humanos sem braços que se espalhavam como lombrigas pelo próprio corpo dos versículos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte dos desdobramentos de nossa pesquisa de doutorado em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, bem como do projeto de iniciação científica fomentado pela Universidade do Estado de Minas Gerais (Edital 07/2016 PIBIC/UEMG/FAPEMIG).

<sup>2</sup> Cf. Primeiro dia – Após a noa: Onde se visita o scriptorium e se fica conhecendo muitos estudiosos, copistas e rubricadores além de um velho cego que espera pelo Anticristo. In: ECO, Umberto. O nome da rosa. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017, p. 115.

<sup>3</sup> Id., p. 114.



Diante do encantamento de seu devotado acólito, frei Guilherme de Baskerville admoesta-o dizendo-lhe que assim como nos sermões era necessário o discurso das imagens para tocar a imaginação das multidões piedosas, induzindo-as a essas *nugae* – termo latino bastante interessante para designar aquelas coisas pronunciadas ridiculamente pelo mentiroso, frivolidades desnecessárias e inauditas entre aqueles que não se prestam a bagatelas, desvarios<sup>4</sup>. Já que para cada virtude e para cada pecado há um exemplo tirado dos bestiários, e os animais tornam-se figuras do mundo humano<sup>5</sup>. E, por fim, afirma com veemência, retomando o ensinamento de Dionísio, o Areopagita, “que Deus só pode ser nomeado através das coisas mais disformes”<sup>6</sup>, e que portanto, a torpeza das imagens seria necessária.

O romance de Umberto Eco, dessa forma, nos permite introduzir a questão sobre a qual queremos nos dedicar: a possibilidade de se nomear as coisas antigas e novas do mundo através de uma figuração imaginária.

Nessa geografia dos sonhos, multiplicam-se as criaturas em metamorfose que eu não conheço e não sei nomear, vistas nos livros ou pintadas por cartógrafos, como aquela imagem recheada de *nugae*s, bastante conhecida por nós, que descreve o território da TERRA BRASILIS como um lugar fantástico, habitado por uma índia gigante, nativos vestidos com plumagens coloridas e outros indivíduos curvados que rastejam carregando pedaços de madeira entre as árvores, em meio a felinos, macacos e araras que convivem em seu *habitat* com dragões e fênix. Nesse jogo de imagens no espaço delimitado pelo desenho dessa nova porção de terra se estabelecem regras de um mundo temporário e fascinante, como queria Johan Huizinga, lugar isolado, fechado, sagrado, em cujo interior se respeitam determinadas regras<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver: SILVA, Amós Coêlho da; Aírto Ceolin Montagner. Dicionário Latino-Português. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>5</sup> Cf. *Ib.*, p. 116.

<sup>6</sup> *Op.cit.* p. 116.

<sup>7</sup> HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens* (1938). 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.



**Figura 01:** Detalhe da carta Lopo Homem: Atlas náutico português, 1519, 42 x 59 cm. Bibliothèque Nationale de France, Paris.

Estes espaços outros, possíveis e imaginários, estão profundamente ligados a recortes de tempo – *heterotopias*, como ilhotas onde é possível se fazer uma experiência singular do tempo<sup>8</sup>. Michel Foucault, tratando sobre a existência de uma noção de espaço que se sobrepõe sobre aquele do cotidiano, esclarece que as heterotopias “possuem sempre um sistema de abertura e fechamento que as isola em relação ao espaço circundante”<sup>9</sup>. Nesse caso, as superfícies recheadas de seres monstruosos e coisas maravilhosas nos convidam à tarefa de enunciar as palavras e as coisas manifestas pela “desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis”<sup>10</sup>.

Num sistema de citações anacrônicas, a arte colonial luso-brasileira se torna um importante objeto de estudo se buscamos compreender o que dissemos aqui até agora, considerando a complexidade dos ornamentos que não sugerem um programa definido, mas cuja vitalidade se encontra justamente no imprevisto dos arranjos que combinam *groteschi* e *chinoiseires*. Da mesma forma que o homem europeu se abre para uma nova realidade entre o local e o global, a circulação e as relações estabelecidas entre ornamentos provenientes de diferentes culturas e cosmologias também passa a ser um problema, dada a sua complexidade.

<sup>8</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

<sup>9</sup> *Ib.*, p. 26.

<sup>10</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

Sejam essas relações intrincadas tanto pela convergência de valores político-religiosos e de significados estéticos, quanto por suas contingências.

Um painel pintado na capela mor da Igreja de Santa Efigênia em Ouro Preto pode ser tomado aqui como um importante exemplo para falarmos sobre as novas camadas de significação existentes a partir da dissonância interna entre o visualmente familiar e o não familiar<sup>11</sup>. Alexander Nagel e Christopher S. Wood em seu texto sobre o anacronismo nas pinturas europeias do renascimento ressaltam o jogo poético elaborado pelos artífices na configuração da vida virtual das imagens, dos artefatos, em especial, no interior da ficção pintada.



**Figura 02:** Painel na capela mor da igreja de Santa Efigênia. Século XVIII. Ouro Preto.

---

<sup>11</sup> NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher S. Intervenções: rumo a um novo modelo de anacronismo renascentista. *Arte & Ensaio*, n. 24, Rio de Janeiro: agosto de 2012.

Vemos no painel pequenas cenas flutuantes sobre um fundo claro que se conectam através das ramagens das árvores entorno. Tais elementos, segundo os autores, personalizam as condições de sua própria percepção. Essas pinturas, criam verdadeiras aberturas, isolados em pilastras, contrapilastras, panos de abóbadas, almofadas de portas, caixotões em forros, e todos os espaços que permitam seus componentes não serem reduzidos a meros elementos decorativos, congelados no tempo<sup>12</sup>. Nossa pesquisa de doutorado, portanto, vem se dedicando a compreender os choques de temporalidades, nos termos de Nagel & Wood, e a reconfiguração incessante do passado pela imagem que se torna pensável numa construção de memória<sup>13</sup>, nos de Didi-Huberman, na fábrica de fontes lavabos e chafarizes na Minas colonial setecentista.

Mediante a não imaginabilidade e não visualidade das novas dimensões da *orbis* em escala precisamente matemática – levada a cabo pelo interesse científico e desenvolvimento tecnológico nos séculos seguintes, retendo na memória uma lembrança com contornos muito bem definidos do que sejam as porções de terra sobre o globo –, a compreensão dessa nova territorialidade, das dimensões do mundo e de seus limites no período moderno se desenharia a partir do encontro entre as narrativas antigas sobre as criaturas monstruosas que viviam nos confins do mundo conhecido com aquelas novidades trazidas das viagens de descobrimento, atraentes objetos artísticos produzidos por indivíduos tão estranhos e fascinantes como aquelas *nugax*.

O espaço virtual pintado na capela mor da igreja de Santa Efigênia, não tão atraente a priori quanto outros painéis em *chinoiserie* encontrados em Minas Gerais, diz muito sobre o que seja essa tensão provocada pelo contato da sociedade europeia, especialmente do universo luso-brasileiro com novas pessoas e culturas com características diversas aos hábitos da durante o século XVIII. A linha escura delimitada nessa pintura pelo artífice reúne dentro de um quadro, como que em um espelho, todas as belezas do mundo juntas refletidas. Sabemos se tratar de um jardim, pois todas as cenas se desenrolam ao redor de uma fonte. Um jardim como um tapete, onde o mundo inteiro vem consumir sua perfeição simbólica. Conforme ainda esclarece Foucault,

o tradicional jardim persa é um retângulo dividido em quatro partes que representam os quatro elementos de que o mundo é composto, no meio do

---

<sup>12</sup> GOMBRICH, Ernst. Verdade e esteriótipo. In: \_\_\_\_\_. Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 78.

<sup>13</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 16.



qual, no ponto de junção das quatro partes, encontrava-se um espaço sagrado: uma fonte ou um templo<sup>14</sup>.

Essa mesma fonte se repete nos painéis da Sé de Mariana, pintada em pó de ouro sobre um fundo vermelho e rodeada por pássaros fantásticos, pagodes, homens acompanhados de seus camelos e casais que passeiam sobre essas ilhas flutuantes no espaço pictórico. Remetem às imagens de um número significativo de biombos e porcelanas levados de Goa e Macau para Portugal e daí espalhadas pelo mundo pelo lucrativo mercado de produtos da China.

Contudo, as escolhas feitas pelo artífice para o painel que vimos nos dedicando exigem de nós uma atenção maior, dada a sua particularidade e riqueza na combinação de coisas em que parece não haver concordância de tempos. Em sentido horário, logo acima da fonte, diminuta em relação ao *putto* que sustenta a cornucópia de onde esguicha a água do chafariz, vemos uma mulher com penteado e indumentária tipicamente oriental. Ao lado dessa figura um cavalheiro conduz de braço dado sua dama que segura uma sombrinha. Essa imagem aparecerá repetidas vezes em ilustrações de livros, pratos, móveis e estatuetas trazidas de Portugal durante todo o período colonial para decorar residências e prédios públicos nas minas. Anacronicamente, essas figuras serão combinadas a um homem sentado debaixo de uma árvore tocando sua flauta para encantar as ovelhas. Um contra-espaço do mundo configurado em um jardim fechado. Dentro dele, respeita-se um movimento sugerido pelos jogos amorosos e do prazer.

Curiosamente, o mundo passa a ser enunciado como um labirinto através do qual os enamorados partem à busca da fonte. É neste local que os enamorados se encontram, a proclamar versos e a ouvir tocadores, onde o ideal de civilização se confunde à busca ideal do lugar do prazer, onde se bebe – à esquerda da fonte dois indivíduos rodeiam tonéis de vinho – e se ouve boa música – um músico toca um violino. Encontram-se em torno da fonte, pois as suas águas são a manifestação de toda a natureza bela e vicejante. Se na concepção medieval do *Roman de la rose* herdamos a construção de que dessa fonte nasce um rio que chega às extremidades do jardim, cercado-o, também essa cosmogonia corresponde de certa maneira a uma sobrevivência da concepção antiga do mundo. Não estavam os viajantes e os cartógrafos a descrevê-lo em pleno século XVIII fortemente marcado pela visão maravilhosa do oriente já não tão mais distante?

---

<sup>14</sup> Op.cit., FOUCAULT, p. 24.

Se continuamos a perscrutar o painel avistamos um cavaleiro montado sobre um cavalo como que pronto para a caça e logo abaixo dele um insinuado elefante. De longe sua silhueta recorda aquele animal exuberante exibido em Portugal no ano de 1514 e de lá levado para Roma como presente do rei de Portugal ao Papa Leão X. Mas, a lembrança desse episódio fascinante chega até Vila Rica como uma imagem fantasmagórica do oriente domesticado e exibido pelos peregrinos que aparecem ao lado esquerdo da fonte, um segurando uma bengala e outro um sombreiro. Aos pés desse primeiro cortesão uma pequenina cidade foi pintada. Seria essa uma cidade oriental? E o pequeno portal à margem inferior direita estaria ligando quais lugares?

Devemos, talvez, concluindo nosso devaneio, lançar novos olhares sobre esses ornamentos, suas sobrevivências, buscando historicizá-los para compreender o uso específico dessa iconografia fantástica segundo as regras de uso nos jogos de encenação no mundo luso-brasileiro. Podendo, assim, em nosso exercício poético, produzir nossas narrativas sobre as imagens emotivas da tragédia do homem moderno, angustiado por entender o seu próprio mundo, que já não é mais uma ilha, onde é preciso superar os seus medos do outro e de si, diante da novidade: novos indivíduos, novos animais, novos topos. O fascínio pelo oriente, num perspectivismo eurocêntrico, fez com que se cristalizasse na memória do homem colonial a cosmografia derivada das visões fabulosas dos viajantes. Vistos do além-mar, não possuíamos, a princípio, distinção entre os “povos monstruosos da África, tendo rostos como cachorros e latindo em vez de rir”, retomando a um trecho de Rabelais<sup>15</sup>. Mas, à medida que avançamos no tempo e evocamos para nós os valores da civilização, ainda possuímos uma visão turva sobre nós mesmos, pois entre as representações de encenação do *modus vivendi* do homem do século XVIII, ainda entre nós existem elefantes, mouros montados em seus camelos e gueichas a passearem entre as árvores que florescem independente da estação, flores e frutos gigantes. Como salientou Gombrich, não é o registro fiel de uma experiência visual aquilo que se buscava, mas a construção fiel de um modelo relacional.

E, por fim, não podemos nos esquecer de que esses tantos fragmentos de mundos encontrados nos espaços decorativos da Minas colonial setecentista, bem como os artefatos inspirados em *grotteschis*, ornamentos com dupla historicidade facilmente aproximados às *chinoiseries*, conferem vida virtual no interior dessas exuberantes ficções pintadas, que por sua vez se entravam em um jogo poético uns com os outros, orquestrado pelo pintor autor<sup>16</sup>. Dessa

<sup>15</sup> Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz; VAREJÃO, Adriana. Pérola imperfeita. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>16</sup> Op.cit., NAGEL & WOOD, 2012, p. 24.

forma, podemos vir a compreender melhor o que Victor Serrão denominou como patrimônio artístico luso-chinês, produtos das culturas material e intelectual que circulam, sobretudo, nos barcos e rotas que ligam Macau ao Índico, Atlântico e Pacífico, nos séculos XVI e XVII<sup>17</sup> e se estende até o século XVIII. Eis a sobredeterminação das imagens marcadas por obsessões, sobrevivências<sup>18</sup>, remanescências e pela reaparição das formas.

### Referências Bibliográficas

DIDI-HUBERMAN, Georges. A imagem-fantasma: sobrevivência das formas e impureza do tempo. In: \_\_\_\_\_. A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

\_\_\_\_\_. Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ECO, Umberto. O nome da rosa. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017, p. 115.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GOMBRICH, Ernst. Verdade e esteriótipo. In: \_\_\_\_\_. Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens (1938). 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher S. Intervenções: rumo a um novo modelo de anacronismo renascentista. Arte & Ensaio, n. 24, Rio de Janeiro: agosto de 2012.

---

<sup>17</sup> FLORES, Jorge. Um império de objetos. In: Os construtores do oriente português. Catálogo da exposição. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 51.

<sup>18</sup> Cf. DIDI-HUBERMAN, George. A imagem-fantasma: sobrevivência das formas e impureza do tempo. In: \_\_\_\_\_. A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 25.



## Luz sob o palco – Uma análise do balé romântico francês do século XIX

**Franciara Sharon Silva do Carmo**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: franciarasharon@gmail.com

**Resumo:** Dentre as artes de palco em sua diversidade, este trabalho tem por objetivo colocar em discussão o Ballet, o qual teve seu ápice durante sua época romântica iniciada em 1831. Foi uma das últimas artes a adentrar no movimento, porém teve certa influência na sociedade burguesa deste período. Na França o ballet clássico adquire um status, o incentivo a essa arte é grande, o bailarino precisa de anos de técnica para executá-la nos palcos. A dança segue enredos que contam histórias sobre o amor verdadeiro, elementos do mundo espiritual se entrelaçam com o mundo terreno, que podem ser por meio de comédias ou no seu extremo as tragédias. Seus elementos como figurinos, cenários e sapatinhas são até hoje usados e seus repertórios são remontados e fazem sucesso aonde vão, em histórias cuja emoção é uma das principais características.

**Palavras-chave:** História; Arte; Dança; Balé.

**Abstract:** Among the performing arts in its diversity, this work aims to put in discussion the Ballet, which had its culmination during its romantic time begun in 1832. It was one of the last arts to enter the movement, but had a certain influence in the bourgeois society of this period. In France classical ballet acquires a status, the incentive to this art is great, the dancer needs years of technique to perform it on the stage. The dance follows plots that tell stories about true love, elements of the spiritual world intertwine with the earthly world, which may be through comedies or at its extreme tragedies. Their elements like costumes, scenery and sneakers are still used today and their repertoires are reassembled and succeed wherever they go, in stories whose emotion is one of the main characteristics.

**Keywords:** History; Art; Dance; Ballet.

Durante o século XIX o balé passou por significativas mudanças<sup>1</sup>, desta forma é interessante abordar alguns aspectos os quais podemos dialogar com o contexto de solidificação desta dança no cenário da arte francesa, e por outro viés podemos verificar a significância desta arte no contexto do romantismo. Ambas as análises são de grande valia, vez que uma complementa a outra, desta forma este trabalho se propõe levantar questões relevantes sobre estes temas, dialogando com a bibliografia já produzida.

No início do século o balé começa a se modificar no que diz respeito à estrutura, debates acirrados iniciados no século anterior, aqui começam a gerar frutos e criam um novo estilo. Visto que a dança havia entrado em declínio no final do século anterior, sempre posta em segundo plano, sendo parte de que pequenas participações em óperas, sem muito enfoque sobre a mesma, neste momento estes debates foram importantes para que houvesse a desvinculação e desenvolvimento da mesma. Se antes o balé estava vinculado à ópera, em 1831, ele consegue

---

<sup>1</sup> Debates sobre este assunto podem ser vistos no livro *História da Dança no Ocidente* de Paul Bourcier.

sua independência, criando um estilo que em característica assemelha ao que pregava o romantismo da época, logo, neste momento surge o balé romântico. É importante salientar que neste momento Paris era o centro do balé, tanto em ensino quanto em corpo de bailarinos formados, a cidade contava com uma academia para o ensino da técnica e a Ópera de Paris era o principal palco europeu, referência para os demais.

Estudos sobre anatomia na dança e sobre o corpo em cena começam a ter espaço neste momento de declínio e posterior desenvolvimento, podemos destacar como um dos principais teóricos da dança do século XIX, Carlo Blasis<sup>2</sup>, italiano formado na técnica francesa, que faz um apanhado dos passos de balé, sua denominação e como deve ser sua elaboração, desta forma, nos traz a oficialização da técnica, estas obras são pioneiras neste tema. Também se é proposto à dança além da rigidez mecânica, desta forma começa a se procurar além do refinamento técnico, a fluidez do movimento. A luz do que o romantismo pregava temos um estilo de dança que se apresenta com a sensibilidade se sobrepondo a razão. O coração e a imaginação assumem o poder, sem o perigo de uma autocensura. “O resultado é uma inflação dos sentimentos e de sua expressão.”<sup>3</sup> Os mestres de balé agora começam a trabalhar em suas aulas a expressão dos sentimentos, a fluidez corporal. “O balé se torna a poesia do corpo.”<sup>4</sup>

Neste aspecto da busca por fluidez temos uma mudança significativa no que diz respeito aos figurinos, os pesados vestidos longos, perucas e máscaras que compunham a ópera-balé, saem de cena. Os collants e as meias calças são criados, e inseridos neste estilo de dança para que os bailarinos consigam se locomover melhor em palco. As saias das bailarinas são encurtadas, chegando a metade da canela e o tecido é substituído por algo mais leve e fluido, como os tules e musselinas, surge então o popular tutu romântico. Essa nova saia tem um papel fundamental, além da leveza, ela traz a sensação de prolongamento do movimento, contribuindo para o elemento etéreo do enredo.

Na questão de enredo temos uma mudança nos temas abordados, as histórias da ópera-balé traziam enredos sobre heróis do olimpo e deuses gregos, aqui temos outra ruptura. Os libretistas começam a escrever sobre paixões do humano pelo sobrenatural, os autores vão além da fonte tradicional de inspiração e encontram novas emoções nas literaturas estrangeiras, as

---

<sup>2</sup> Carlo Blasis, é um dos teóricos da dança relevante deste período, é importante destacar que outros nomes importantes já vinham trazendo discursões semelhantes, sobre o papel do bailarino e como deveria ser a dança em cena, como Jean-Georges Noverre, no século XVIII.

<sup>3</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.199.

<sup>4</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p.201.

quais são mais conformes à sensibilidade da época. “No início do século XIX, as literaturas alemã e inglesa alcançaram grande popularidade na França, e as obras de Lord Byron, Sir Walter Scott, Goethe, Schiller, e Heinrich Heine tiveram grande influencia nos novos artistas.”<sup>5</sup> “A Ópera foi entregue aos gnomos, as odinas, as salamandras, aos elfos, aos espíritos e as ninfas das águas, aos peris e toda população estranha e misteriosa que se presta tão bem às fantasias do balé.”<sup>6</sup> Desta forma um dos temas mais usuais nas histórias destes balés, é a questão do amor recíproco de um imortal e um mortal e o problema deste amor se realizar.

O balé passa a ser dividido em dois atos que ocorrem em distintos lugares, o primeiro no contexto terrestre e o segundo nos lugares místicos, moradas dos seres fantásticos. Assim temos a mistura das modestas vilas camponesas, trazendo seu cotidiano, ou em alguns momentos seus momentos de festa, e a morada do sobrenatural. O segundo ato traz como preponderância a tonalidade branca, usadas pelos espíritos e tons claros ou pastéis usados pelos humanos presentes na cena. Neste contraste entre o primeiro ato colorido e alegre e o segundo ato com tons mais neutros, surge a denominação de “Ato Branco”, fazendo referência direta a túnica semi longa branca que os espíritos trajavam em cena. “O principal da ação entre atos é simples: a oposição entre dois mundos, o material e o imaterial, objeto das esperanças românticas.”<sup>7</sup> Essas mudanças de localidade tão contrastante nas histórias também traziam consigo uma exigência, a mudança de cenário, questão inédita até então, começa a ser inserido entre a apresentação um pequeno intervalo, para que a mudança seja realizada. Assim como o cenário mudava, havia também a mudança de figurino.

O uso do elemento de preponderância do balé começa a ser incorporado aqui, as características sapatilhas de ponta. As sapatilhas já haviam sendo usadas cotidianamente pela sociedade, todavia o mestre de balé Coulon começou a desenvolver a técnica para que as bailarinas as usassem em cena. Neste momento as sapatilhas não eram reforçadas como atualmente, logo, era necessário todo um trabalho muscular para que a bailarina conseguisse se erguer em ponta e executar sua dança, isso dependia exclusivamente da bailarina e sua tonificação da musculatura. Os únicos reforços que essas sapatilhas contavam são de bordados que as bailarinas colocavam, para enfeitar e de alguma forma tornar o tecido mais rígido, outras

---

<sup>5</sup> FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p.62.

<sup>6</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p. 204.

<sup>7</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p. 203.

vezes elas enchiam as sapatilhas de algodão, com o mesmo propósito, além de um método não anular o uso do subsequente.

Com o crescente destaque do balé romântico surgem consigo as bailarinas estrelas<sup>8</sup>, estas bailarinas eram peça de inspiração para os libretistas, as coreografias eram escritas para que as mesmas pudessem se sobressair e mostrar a parte técnica que a mesma dominava, a sua opinião sobre os aspectos do balé, eram palavras de ordem, aqui surge o balé para a bailarina. Mas o apogeu dessa tendência se dá com o endeusamento de bailarinas como Taglioni, Cerrito, Elssler, Grisi ou Graham.<sup>9</sup> Desta forma, ao falarmos de uma bailarina deste período é fácil vincular seu nome a um balé de sucesso, o que ocorre principalmente com as bailarinas Marie Taglioni e Carlota Grisi. Essas bailarinas trouxeram ao palco, no caso de Taglioni o primeiro grande balé romântico, *A Sílfi*<sup>10</sup> e no caso de Grisi a obra prima do balé romântico *Giselle*<sup>11</sup>.

Marie Taglioni nasceu na Suécia, era filha de Filippo Taglioni, coreógrafo de balé renomado que optou por seguir a filha em sua carreira e criar para a mesma coreografias que transmitisse sua graça e técnica. Um de seus mestres foi Coulon, o qual lhe transmitiu a técnica de ponta. Marie foi contratada pela Ópera de Paris em 1827, porém somente em 1831 estreou um balé o qual foi destaque *O Balé das Freiras*<sup>12</sup>, considerado por alguns escritores o primeiro balé romântico, ainda parte de uma ópera, *Robert le Diable*, de Mayerbeer. Seu grande sucesso na verdade estreou no ano seguinte com o balé *A Sílfi*, o qual foi o primeiro balé dançado em ponta por uma bailarina do início ao fim.

Em *A Sílfi*, temos pela primeira vez todos os elementos característicos do balé romântico reunidos sendo levados ao palco. O enredo segue a linha das histórias de Walter Scott, e é dividido em dois atos, o mesmo conta a história de um jovem escocês, James, prestes a se casar, todavia o mesmo sonha com uma Sílfi, a qual ele logo se apaixona. James larga tudo e vai atrás daquela que ama, em meio a floresta onde habita as Sílfi, ele perde de vista aquela que ama, e encontra uma velha ao qual ele havia sido grosseiro, ele desesperado pede ajuda a mesma, ela sendo feiticeira querendo se vingar lhe dá uma echarpe, ao presentear a

<sup>8</sup> É relevante salientar que no século anterior temos alguns nomes importantes no cenário da dança, algumas bailarinas conseguiram sobressair, mesmo que o balé não fosse destaque nas apresentações, e serem nomes importantes de seu tempo, todavia neste momento a bailarina pode tomar decisões sobre o balé que a mesma virá a apresentar e as coreografias apresentadas deviam destacar o ponto forte das mesmas.

<sup>9</sup> FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. p. 58. (Marie Taglioni, Fanny Cerrito, Fanny Elssler, Carlota Grisi ou Lucile Graham).

<sup>10</sup> *La Sylphide*.

<sup>11</sup> *Giselle, ou les willis*.

<sup>12</sup> *Ballet des nonnes*

amada com o adorno, a Sílfiide se enrola na echarpe que havia sido envenenada e morre. A Sílfiide é levada em cortejo e James fica desolado.

A *Sílfiide* fez um sucesso indiscutível. “A Ópera estava sempre lotada quando Marie Taglioni dançava, ela levou o ballet com o mesmo sucesso ao Convent Gardem de Londres, ao teatro de Marie em Moscou e ao Scala de Milão.”<sup>13</sup> O conjunto coreográfico da obra reverenciava Taglioni, uma dança que condizia com a sua leveza, em meio ao balé aparecia e desaparecia, o ser imaterial a qual representava prestava uma visão impalpável, o amor impossível que a história contou com a esta elevação sublime. Marie contava com uma técnica impecável, seus movimentos eram concisos, harmoniosos e leves, sua delicadeza e presença de palco chamou atenção dos críticos da época. Por alguns anos *A Sílfiide* permaneceu como o grande sucesso da Ópera, o mesmo foi o percussor para outros balés e bailarinas deste gênero. E apesar de terem sido apresentados alguns outros balés, poucos deles chegaram até nós na íntegra. *A Sílfiide* era o destaque da temporada. Todavia em 1841, o que é considerado a obra prima do balé romântico, *Giselle* estreia no palco da ópera.

O poeta e crítico de arte do *Jornal La Presse*, Théophile Gautier, foi um grande nome na sociedade artística do período, grande admirador dos escritos de outro poeta Heinrich Heine, alemão que se preocupava em disseminar a cultura alemã para sociedade francesa, escreve em seu livro *De l'Allemagne*, uma lenda sobre fantasmas de noivas mortas antes de se casarem que dançam a noite e ao encontrar um rapaz dançam com ele até a sua exaustão e morte. Gautier inspirado pela lenda contada rascunha um balé e leva para o Diretor da Ópera, que lhe permitiu escrever o libreto, apenas se o libretista da casa, Saint-Georges, fosse coautor. Conseguimos mapear que o primeiro ato tem predominância narrativa de Saint-Georges, principalmente no final do ato, o qual ele tirou a ideia de um poema de Victor Hugo, *Fantasmata*. O segundo ato tem predominância narrativa de Gautier, com base nos escritos de Heine.

O libreto conta a história de uma jovem camponesa, Giselle, que mora em uma vila, e é apaixonada por Loys, um jovem príncipe, que se chama na verdade Albrecht e está disfarçado de camponês, que disputa o amor dela com um camponês Hilarion. Uma comitiva de nobres chega à vila, ao mesmo tempo em que Hilarion descobre a verdadeira identidade do príncipe e revela a todos em meio a festa da colheita, Giselle que sofre de uma doença cardíaca, enlouquece ao descobrir que seu amado já está noivo de outra, a princesa Bathilde, em sua loucura Giselle dança e sua doença acaba por lhe por fim. O segundo ato se passa no cemitério,

---

<sup>13</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p. 204.

próximo ao túmulo de Giselle, é noite ao badalar das doze as Willis levantam de seus túmulos, a rainha Myrtha inicia Giselle. Hilarion vai visitar o túmulo de Giselle, todavia as Willis o encontram e o fazem dançar até a exaustão e o mesmo morrer, mostrando como a lenda funciona. Pouco depois chega Loys/Albrecht ao túmulo de Giselle com remorso vai depositar flores para a amada, Myrtha o encontra e faz Giselle dançar com ele, Giselle tenta implorar pela vida do amado, mas Myrtha é irredutível e com sua dominação sob as Willis faz Giselle dançar com ele. Em meio ao cansaço e a exaustão do amado Giselle, dividi com ele e em tempos se coloca no lugar do amado, essa dança vai até o amanhecer, quando as Willis partem e Giselle consegue salvar aquele que ama.

Gautier escreve o seu primeiro balé pensando na bailarina que ama para o papel principal, Carlota Grisi, que para ele conseguia unir a delicadeza de Taglioni e a vivacidade de Elssler. Grisi era italiana e havia sido contratada pela ópera em 1841, não demorou muito para fazer grande sucesso, em 28 de junho deste mesmo ano estreia *Giselle*, o qual é consagrada pelo papel, a obra se torna um clássico do balé romântico. “Pelo que vemos atualmente, podemos, todavia, compreender que a obra era suficiente bela para ter, num espaço de três anos, passado por todos os palcos da Europa.”<sup>14</sup>

A beleza da obra se dá por seus mais variados fatores que a compõe, começando pela música, o compositor Adolphe Adam compõe a partitura do balé rapidamente, pois a ópera ansiava para estreá-lo, item inédito até o momento temos aqui uma composição feita para o balé, pensando na história e nos personagens, para que pudesse dialogar perfeitamente. O coreógrafo neste momento podia interferir no processo podendo pedir o tipo de melodia que iria se encaixar naquele momento e sua duração, podendo aumentar ou diminuir determinados trechos. Neste momento entra também o trabalho do coreógrafo, *Giselle* foi composto por dois coreógrafos, o primeiro Jean Coralli criou as partes dedicadas ao corpo de balé e solistas, Jules Perrot, então marido de Grisi, se dedicou para criar as partes dedicadas à estrela, os solos e pas de deux de *Giselle*. Perrot não recebeu para coreografar, e não recebeu os créditos no momento da estreia, apenas posteriormente, ele fez o trabalho esperando que fosse chamado para ser mestre de balé da ópera.

Outro detalhe que devemos nos atentar é no cenário, Pierre Ciceri, importante cenógrafo da ópera, conseguiu com riqueza transmitir a vila e o luar alemão dos poemas de Heine. O cenógrafo procurava recriar no palco a atmosfera romântica da época. “Buscava uma mistura

---

<sup>14</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p. 208.



de espetáculo, mistério e ilusão que vestia os balés de forma a completa-los, transmitindo ao público a história que se queria contar.”<sup>15</sup> “E desde então só se encomendavam aos decoradores florestas românticas, vales iluminados pelo bonito luar alemão das baladas de Heinrich Heine.”<sup>16</sup> Os figurinos que ainda hoje são famosos, ficaram por conta de Paul Lomier, desenhista de trajes que se destacou no período, pois o mesmo procurava unir a autenticidade dos figurinos com a versatilidade na hora de dançar, de forma que a beleza dos trajes fosse um incremento para a dança. É importante destacar que se *A Sílfi* foi o primeiro balé em que a bailarina principal dançou-o todo em sapatilhas de ponta, *Giselle* foi o primeiro balé o qual todo o corpo de balé feminino dançou a coreografia sobre pontas, neste meio tempo as protagonistas dos balés os estrelaram em ponta, mas posteriormente criou-se o estatuto de todo corpo de bailarinas dançassem em ponta, excluindo apenas as personagens que representasse um personagem com características específicas.

*Giselle* uniu os elementos construídos ao longo do período anterior a sua estreia e conseguiu levar ao palco, um balé que exprimisse tudo que o romantismo construiu no balé, para que isso ocorresse grandes nomes a aliaram a construção do balé, a ópera investiu e confiou na obra, e o sucesso foi garantido, as seções estavam sempre cheias, os demais palcos Europeus, criaram suas *Giselle*'s a partir do que viram em Paris. O que chegou a nós atualmente foi uma versão criada por Marius Petipa, a partir do que ele viu em uma apresentação parisiense, mas pelo que vemos, podemos entender o sucesso, e o frenesi das bailarinas que almejam participar de uma remontagem. *Giselle* somente saiu do repertório da ópera em 1868, após 27 anos de sua estreia.

É importante destacar que apesar de terem sido abordados esses dois balés, este foi o período áureo do balé, inúmeros balés foram criados e apresentados na ópera, o próprio Gautier posteriormente escreveu os balés: *La Peri*, 1845, *Paquerette*, 1851, *Gemma*, 1854 e *Sacountala*, 1858. Todavia, abordar estes balés adveio de uma escolha pessoal, primeiramente por sua importância no âmbito do balé e para as bailarinas que o representam e em segundo lugar, pois podemos ter acesso a remontagens dos mesmos em apresentações de grandes companhias de balé. O ideário de amor impossível de seres diferentes, também não foi o único tema a ser abordado pelos balés românticos, o exótico também teve lugar neste momento. “Mais tarde apareceram balés ambientados na Arábia, no Japão, no Peru, fora o grande número de obras

---

<sup>15</sup> FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. p.74.

<sup>16</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p. 204.



passadas nas ilhas britânicas, representantes, sem duvidas, da influencia da literatura inglesa em todo o período romântico.”<sup>17</sup>

*A Sílfiide e Giselle* são dois balés importantes que conseguiram exprimir o romantismo no balé, e todos os novos estatutos criados e mudanças feitas para este estilo de dança, estes que conseguiram vigorar e podemos ter uma ideia de como os mesmos foram através de apresentações recentes, desta forma podemos perceber a influencia do balé francês deste período, além do período de seu ápice, pois o mesmo conseguiu gerar uma base tão sólida que os balés posteriores a ele o usaram como referencia, mesmo quando fora contestado. Seus elementos como figurinos, cenários, enredos, músicas e sapatilhas, são amplamente usados atualmente e suas remontagens são sucesso aonde vão, ainda trazendo emoção a seus espectadores. Com tudo pela beleza que os mesmo trouxeram para o palco podemos entender o porquê de o balé romântico francês ter conseguido ser influente em toda Europa do século XIX. “Não seria exagerado afirmar que até o final da década de 1870, a França era o Professor de dança da Europa.”<sup>18</sup>

Os elementos levantados, ainda podem trazer em si inúmeras discursões, trazendo outros pontos de analises, entretanto, o intuito deste trabalho conseguiu se vigorar, sendo ele pontuar as principais modificações pelo qual o balé passou durante sua época romântica e enunciar isto dentro de suas duas obras mais relevante, além de elucidar sua influencia no contexto da dança em seu cenário geral. Desta forma este artigo espera se vigorar apenas como ponto de partida para outros estudos.

### **Bibliografia:**

- BALANCHINE, George. *101 stories of the great ballets*. New York: Anchor Books, 1989.
- BORGÉA, Inês. *Contos do Ballet*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. 2ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAMINADA, Eliana. *História da Dança – evolução cultural*. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
- FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LUKÁCS, G. *Teoria do Romance*. São Paulo: Editora 34, 2000.

<sup>17</sup> FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. p.68.

<sup>18</sup> BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. p. 214.

## A HISTÓRIA DA \_RTE: principais resultados e primeiras ações

**Bruno Moreschi**

Doutorando em Artes Visuais

Unicamp

E-mail: brunomoreschi@gmail.com

**Resumo:** O artigo<sup>1</sup> relata os principais resultados do projeto de pesquisa A HISTÓRIA DA \_RTE, que analisa 2.443 artistas de 11 livros utilizados em cursos de graduação de Artes Visuais no Brasil. Considerando uma perspectiva das novas leituras para a História da Arte e um ponto de vista dos estudos pós-coloniais, apresentamos aqui os dados quantitativos e qualitativos levantados. Os resultados demonstram como a História da Arte é uma área das ciências humanas em que se constrói uma narrativa sobre a criação de objetos e experiências realizados, em sua maioria, por homens, brancos, europeus e estadunidenses (alguns, gênios).

**Palavras-chave:** História da Arte; estudos pós-coloniais; ensino de artes.

**Abstract:** The article reports the main results of the research project THE HISTORY OF \_RTE, which analyzes 2,443 artists from 11 books used in undergraduate courses in Visual Arts in Brazil. Considering a perspective of the new readings for the History of Art and a point of view of the postcolonial studies, we present here the quantitative and qualitative data collected. The results demonstrate how the History of Art is an area of the human sciences in which a narrative about the creation of objects and experiences realized, mostly, by men, whites, Europeans and Americans (some, geniuses) is constructed.

**Key words:** History of Art; Postcolonial studies; Teaching of arts.

A HISTÓRIA DA \_RTE<sup>2</sup> é um projeto de pesquisa que apresenta dados quantitativos e qualitativos sobre 2.443 artistas de 11 livros utilizados em cursos de graduação de Artes Visuais no Brasil<sup>3</sup>. O projeto nasceu quando um de seus integrantes, o artista e doutorando Bruno

---

<sup>1</sup> Dois integrantes do projeto contribuíram imensamente para a escrita deste artigo. Eles só não assinam o artigo, pois não apresentaram a pesquisa no EPHIS 2017, exigência da organização para serem coautores do texto. São eles:

Ananda Carvalho: curadora, crítica de arte, professora e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (com pesquisa sobre curadoria em exposições de arte contemporânea). Desde 2009, escreve, pesquisa e produz curadorias contempladas por editais de instituições públicas e privadas, em galerias comerciais e em espaços independentes. Desde 2013, ministra cursos e oficinas sobre curadoria, processos de criação, projetos e portfólios em diversas cidades brasileiras.

Gabriel Pereira: doutorando em Estudos de Informação pela Universidade de Aarhus (Dinamarca), com graduação em Midialogia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas pesquisas buscam aliar estudos de tecnologia e sociedade com práticas artísticas (audiovisual, software e media art), através da análises de dados, estruturas organizacionais e infraestruturas digitais.

<sup>2</sup> O projeto foi selecionado pelo programa Rumos Itaú Cultural 2015-2016 e também recebeu apoio do Goethe Institut São Paulo.

<sup>3</sup> A escolha dos livros se deu a partir do estudo de cerca de 50 ementas de disciplinas de História da Arte em universidades públicas brasileiras. Optou-se por 11 livros (não 10) para evidenciar que a pesquisa pode continuar com outras publicações. Em um total de 4005 páginas pesquisas, os livros são:

*A História da Arte*, de Ernst Hans Gombrich, Editora LTC, 2000, 688 páginas.

*Arte Moderna*, de Giulio Carlo Argan, Cosac Naify, 1992, 709 páginas.

*Arte Contemporânea: Uma História Concisa*, de Michael Archer, Martins Fontes, 2001, 263 páginas.

*Arte Contemporânea: Uma Introdução*, de Anne Cauquelin, Martins Fontes, 2005, 169 páginas.

*Conceitos Fundamentais da História da Arte*, de Heinrich Wölfflin, Martins Fontes, 2015, 348 páginas.

*Estilos, Escolas & Movimentos: Guia Enciclopédico da Arte*, de Amy Dempsey, Cosac Naify, 2005, 304 páginas.

Moreschi, começou a ministrar uma disciplina de História da Arte na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A bibliografia do curso não abordava as produções realizadas por artistas mulheres, artistas nascidos na América Latina e artistas negras e negros. Diante dessa constatação, uma questão surgiu: que História é essa que aprendemos e ensinamos?

Cientes de que parte da resposta envolve mensurar o cenário excludente da área em questão, o pesquisador Gabriel Pereira iniciou um processo de pesquisa e tabulação de dados que durou 5 meses. Todos os artistas citados nos livros foram listados e informações básicas sobre eles foram buscadas no *Benezit Dictionary of Artists*, plataforma online de pesquisa em História da Arte da Universidade de Oxford com mais de 170 mil verbetes e atualizado três vezes por ano. O resultado foi uma tabela com os anos de nascimento e morte; onde nasceu, trabalhou e morreu (quando for o caso); gênero; raça<sup>4</sup>; e técnicas principais utilizadas dos artistas encontrados nos 11 livros. A partir do segundo semestre de 2017, a tabela consolidada dos dados, as tabelas específicas de cada um dos livros, assim como a metodologia da pesquisa estarão disponíveis gratuitamente para as interessadas e os interessados no site do projeto<sup>5</sup>.

Enquanto Gabriel Pereira realizava o trabalho de levantamento e organização dos dados, Bruno Moreschi e a curadora Ananda Carvalho concentraram-se nas leituras dos livros e identificaram alguns procedimentos utilizados por essas publicações na História da Arte ali narrada. Sob o ponto de vista quantitativo, os resultados da pesquisa confirmaram a ideia geral esperada pela equipe: a de que a História da Arte é uma área das ciências humanas em que se constrói uma narrativa sobre a criação de objetos e experiências realizados, em sua maioria, por homens, brancos, europeus e estadunidenses (alguns, gênios)<sup>6</sup>. Entretanto, apesar da expectativa por um cenário normativo e excludente, a equipe do projeto não esperava uma desproporção tão avassaladora. De um total de 2.443 artistas, apenas **215 (8,8%) são**

---

*Guia de História da Arte*, de Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, Editorial Estampa, 1994, 158 páginas.  
*Iniciação à História da Arte*, de Horst W. Janson e Anthony F. Janson, Martins Fontes, 2009, 475 páginas.  
*Teorias da Arte Moderna*, de Herschel B. Chipp, Martins Fontes, 1988, 675 páginas.

*Tudo sobre Arte*, de Stephen Farthing, Sextante, 2010, 576 páginas.

*História da Cidade*, de Leonardo Benevolo, Perspectiva, 2009, 728 páginas.

A inclusão de *História da Cidade* é uma tentativa de ampliar o estudo em áreas afins – neste caso, a arquitetura.

<sup>4</sup> Uma de nossas principais inquietações foram as categorias gênero e raça. Sem a possibilidade de contar com a autoidentificação dos artistas, como defini-los? Optamos por contabilizar e indicar nas tabelas de dados somente africanas/africanos e suas/seus descendentes na diáspora (negros) e mulheres em geral. Existe o interesse da equipe em pensar formas de continuar essa pesquisa indicando também outros grupos como os indígenas eventualmente citados nesses livros.

<sup>5</sup> Para mais informações, visite <http://historiada-rte.org/>

<sup>6</sup> A frase em questão é a frente do panfleto que reúne os principais resultados da pesquisa. Detalharemos mais sobre esse panfleto no final deste texto.

**mulheres<sup>7</sup>, 22 são negras e negros<sup>8</sup> (0,9%), 645 são não europeus** – e, desses, apenas 246 são não estadunidenses. Em relação as técnicas utilizadas, 1.567 artistas são pintores (64,10%). Com esses e outros resultados encontrados, o projeto preenche uma lacuna nos estudos que problematizam a História da Arte oficial ao mensurar de fato o tamanho da exclusão presente na bibliografia do campo.

Um outro levantamento em relação aos artistas citados diz respeito aos “gênios” da História da Arte. Dos 11 livros, quatro consideram a existência deles: *A História da Arte*, de Gombrich; *Iniciação à História da Arte*, de Janson; *História da Cidade*, de Benevolo; e *Arte Moderna*, de Argan – este último sempre utilizando o termo entre aspas e com ressalvas. No total, 15 artistas (todos homens) são citados como gênios – 10 deles do século XIV e XVI; e

<sup>7</sup> São elas (ordem de nascimento e as duas artistas negras em negrito): Artemisia Gentileschi, Judith Leyster, Angelica Kauffmann, Louise-Élisabeth Vigée Le Brun, Julia Margaret Cameron, Rosa Bonheur, Henriette Browne, Harriet Hosmer, Berthe Morisot, Maria Zambaco, Mary Cassatt, Sarah Bernhardt, Marie Spartali Stillman, Anna Boch, Gertrude Käsebier, Marianne von Werefkin, Margaret Macdonald Mackintosh, Nadezhda Udaltsova, Käthe Kollwitz, Frances Macdonald, Valentine de Saint-Point, Paula Modersohn-Becker, Katherine Dreier, Gabriele Muntet, Elisabeth Epstein, Eileen Gray, Vanessa Bell, Natalia Goncharova, Aleksandra Ekster, Madge Gill, Imogen Cunningham, Marie Laurencin, Helen Saunders, Sonia Terk Delaunay, Emmy Hennings, Olga Rozanova, Tarsila do Amaral, Georgia O’Keeffe, Sophie Taeuber-Arp, Vera Mukhina, Suzanne Duchamp, Hannah Höch, Liubov Popova, Elsa Schiaparelli, Valentine Hugo, Marie Marevna Vorobieff, Vera Ermolaeva, Marianne Brandt, Madame Yevonde, Varvara Stepanova, Aino Marsio Aalto, Dorothea Lange, Antonietta Raphael, Gunta Stözl, Tamara de Lempicka, Louise Nevelson, Betty Parsons, Barbara Hepworth, Charlotte Perriand, Margaret Bourke-White, Germaine Richier, Eileen Agar, Dorothy Norman, Frida Kahlo, Mary Martin, Leonor Fini, Maria Helena Vieira da Silva, Nina Leen, Dorothea Tanning, Jacqueline Lamba, Emily Kame Kngwarreye, Louise Bourgeois, Lee Krasner, Agnes Martin, Ray Eames, M. C. Richards, Leonora Carrington, Anne Truitt, Mougouch Fielding, Miriam Schapiro, Diane Arbus, Beverly Pepper, May Stevens, Elaine Sturtevant, Nancy Spero, Gae Aulenti, Helen Frankenthaler, Alison Smithson, Jo Baer, Yayoi Kusama, Jay DeFeo, Niki de Saint-Phalle, Marisol Escobar, Magdalena Abakanowicz, Lee Bontecou, Audrey Flack, Marisa Merz, Bridget Riley, Charlotte Moorman, Alison Knowles, Mary Frank, Yoko Ono, Mary Beth Edelson, Viola Frey, Yvonne Rainer, Hilla Becher, Jeanne-Claude Christo, Eleanor Antin, Paula Rego, Ree Morton, Joan Jonas, Georgie Cheesman, Nancy Holt, Monica Sjöö, Carolee Schneemann, Judy Chicago, Mierle Laderman Ukeles, Gina Pane, Barbara Chase-Riboud, Nancy Graves, Hannah Wilke, Elizabeth Murray, Valie Export, Susan Hiller, Joanne Leonard, Steina Vasulka, Mary Kelly, Hanne Darboven, Jackie Winsor, Jennifer Bartlett, Lynda Benglis, Jann Haworth, Annette Messager, Ulrike Rosenbach, Martha Rosler, Harmony Hammond, Mary Miss, Candida Höfer, Barbara Kruger, Susan Rothenberg, Rose Finn-Kelcey, Dara Birnbaum, Alice Aycock, Marina Abramovic, Judy Pfaff, Magdalena Jerelová, Susana Solano, Nalini Malani, Tina Girouard, Laurie Anderson, Louise Lawler, Martha Wilson, Sherrie Levine, Adrian Piper, Alison Wilding, Tina Keane, Isa Genzken, Judith Barry, Jenny Holzer, Zaha Hadid, Barbara Bloom, Mona Hatoum, Rosemarie Trockel, Nan Goldin, Penny Siopis, Sophie Calle, Helen Chadwick, Cindy Sherman, Sue Williams, Joan Mitchell, Karen Kilimnik, Shirazeh Houshiary, Ann Hamilton, Cady Noland, Cristina Iglesias, Cornelia Parker, Katharina Fritsch, Kimsooja, Jessica Diamond, Shirin Neshat, Doris Salcedo, Maya Ying Lin, Lisa Milroy, Jane Alexander, Lorna Simpson, Zoe Leonard, Sylvie Fleury, Bethan Huws, Sarah Lucas, Anya Gallacio, Gillian Wearing, Rachel Whiteread, Tracey Emin, Betsabée Romero, Karen Finley, Andrea Fraser, Angela Bulloch, Mariko Mori, Vladimir Cybil Charlier, Christine Hill, Sigalit Landau, Alex Bag, Jenny Saville, Olia Liálina, Carol Goodden, Jacki Apple, Bobby Baker, Jeannine Guillou, Julia Heyward, Katarina Matiassek, Kate Walker, Monica Narula, Rose English, Helen Harrison, Lucia Bartolini.

<sup>8</sup> São elas ou eles (ordem de nascimento, de 1882 a 1969): Aina Onobolu, Norman Lewis, Ben Enwonwu, Jackson Hlungwani, Frédéric Bruly Bouabré, Bruce Onobrakpeya, Uche Okeke, Benjamin Patterson, David Koloane, Barbara Chase-Riboud, William T. Williams, David Hammons, Chéri Samba, Andre Juste, Fab Five Freddy, Lorna Simpson, Jean-Michel Basquiat, Zwelethu Mthethwa, Dondi White, Romuald Hazoumè, Steve McQueen, Cool Earl (data nascimento não encontrada).

sete italianos<sup>9</sup>.

Outros dados numéricos também chamaram a atenção dos autores do projeto. A lista das palavras mais utilizadas nos 11 livros pesquisados são também uma espécie de resumo da narrativa ali encontrada. São elas: *arte*; *é*; *ser*; *página*; *são*; *ele*; e *pintura*. Nessas palavras estão implícitos procedimentos de leitura que envolvem a ideia de classificação autoritária do que se discute nos livros (observada nos verbos *é*, *ser* e *são*); e algumas das características principais dos protagonistas dessa História (o homem pintor, que aparece na lista como *ele* e *pintura*). Por fim, as palavras *páginas* (e também *figura* que aparece também grande quantidade) explicita a máxima de que a História da Arte é em grande parte a História da fotografia (nas páginas dos livros ou não) das obras de arte.

O projeto também analisou as 5.516 imagens que ilustram os 11 livros. Um total de 1.060 possui pelo menos uma figura feminina (44,3% delas nuas ou seminuas). A figura masculina aparece em 763 imagens, sendo que 18,95% delas com homens nus ou seminus – e, dessa porcentagem, 48,2% são de representações de Jesus. Os resultados comprovam o que se discute em diversos estudos: o fato das mulheres serem tema (objetos) e os homens autores (ou seja, eles não estão sob questão e decidem a forma final das obras) na História da Arte<sup>10</sup>.

No campo mais qualitativo da pesquisa, Ananda Carvalho e Bruno Moreschi identificaram algumas estratégias de escrita presentes nos livros. Em geral, os autores e as autoras pesquisados utilizam duas estratégias para articulação do sujeito: o indeterminado ("sabe-se", por exemplo) e o genérico ("a história da arte", "arte", "campo", "disciplina", "ciências humanas" etc.). Ambas as estratégias evidenciam a construção de um discurso que parece sinônimo de algo naturalmente verdadeiro e impedem a identificação (e, conseqüentemente, sua responsabilidade) do autor ou da autora que constrói o argumento. A

<sup>9</sup> São eles: Michelangelo (1475-1564, Itália); Masaccio (1401-1428, Itália); Rafael Santi (1483-1520, Itália); Leonardo da Vinci (1452-1519, Itália); Rembrandt van Rijn (1606-1669, Holanda); Auguste Rodin (1840-1917, França); Pablo Picasso (1881-1973, Espanha); Giotto di Bondone (1266-1337, Itália); Andrea Mantegna (1431-1506, Itália); Hugo van der Goes (1440-1482, Bélgica); Matthias Grünewald (1445-1528, Alemanha); Ticiano Vecellio (1480-1576, Itália); Pieter Bruegel (1525-1569, Bélgica); Francisco Goya (1746-1828, Espanha); e Frank Lloyd Wright (1867-1959, Estados Unidos).

<sup>10</sup> Para essa questão da mulher como imagem, consultar os estudos de Rozsika Parker e Griselda Pollock: "A mulher está presente enquanto imagem (...) passiva, disponível, possível, impotente. O homem está ausente da imagem, mas o que esta significa é sua fala, sua opinião e sua posição de domínio" (PARKER e POLLOCK, 2013, p. 116, tradução nossa). As pesquisas de Tamar Garb também foram pertinentes para o projeto: "Por causa da educação recebida, de sua posição no contexto da família, das expectativas sociais a que estavam sujeitos e dos papéis que aprendiam a representar como naturalmente seus, havia poucas probabilidades de que meninos e meninas conseguissem alcançar a maturidade com oportunidades iguais de desenvolver uma identidade como 'artistas'" (GARB, 1998, p. 230 e 231).



estratégia é utilizada com frequência em *Conceitos Fundamentais da História da Arte*, de Wölfflin: “Para a história da arte nada há de mais natural do que traçar paralelos entre movimentos culturais e períodos estilísticos” (WÖLFFLIN, 2015, p. 12).

Sabe-se que um dos motivos preferidos pela pintura barroca consiste em intensificar o movimento em direção à profundidade, através da representação de um primeiro plano de proporções “exageradas” (WÖLFFLIN, 2015, p. 282).

No decorrer dos tempos, a arte certamente exprimiu conteúdos os mais diversos... (WÖLFFLIN, 2015, p. 313).

Outra conclusão da leitura dos livros é que em *A História da Arte*, de Gombrich, *Iniciação à História da Arte*, de Janson, e *Tudo sobre Arte*, de Farthing, a narrativa é construída a partir de uma divisão binária: a área chamada de “primitiva” e outra sem nome específico, mas que abrange a discussão de objetos e experiências da Grécia e da Roma Antiga, Europa na Idade Média até os dias de hoje, Estados Unidos a partir do fim do século XIX e poucos povos de outras regiões e épocas. Para os autores citados, esta divisão é indispensável para explicar, a partir de pontos de vistas eurocêntricos, todas as criações artísticas apresentadas nos livros em um discurso semelhante. Nesse sentido, parece pertinente a afirmação de Bruno Latour (2000, p. 423): “A acusação de irracionalidade é sempre feita por alguém que está construindo uma rede em relação a outra pessoa que atravessa seu caminho”.

Para os autores desses livros, o conceito de “primitivo” é uma espécie de depósito de tudo que o discurso eurocêntrico não deu conta de legitimar como seu: inclui povos e épocas tão diferentes como os pré-colombianos de 3500 a.C. e os aborígenes australianos de hoje. Em Gombrich, os termos “primitivo” e “arte primitiva” aparecem 5 e 51 vezes, respectivamente – alguns momentos entre aspas, outros não. É o caso do título do capítulo 1: “Estranhos começos: povos pré-históricos e primitivos; América Antiga”. E também do trecho em que o autor associa “primitivo” com a ideia de infância:

É como se crianças brincando de polícia e ladrão chegassem a um ponto em que já nenhuma delas soubesse onde terminou a representação e começou a realidade. No caso das crianças, porém, há sempre um mundo adulto à volta e pessoas que lhes dizem: ‘Não façam tanto barulho’ ou ‘É hora de ir para a cama’. Quanto ao homem primitivo, não existe outro mundo para estragar a ilusão, porque todos os membros da tribo participam nas danças cerimoniais e nos ritos, imersos nos seus fantásticos jogos de simulação (GOMBRICH, 2000, p. 43).

Os principais resultados dessas duas frentes de trabalho (dados quantitativos e dados qualitativos) foram base para a criação de um panfleto, semelhante àqueles encontrados na entrada de museus e centros culturais. Criado pelo designer Guilherme Falcão, ele apresenta

textos, gráficos e mapas – estes últimos realizados pelo urbanista Pedro Vada, com colaboração da pesquisadora Amália dos Santos. O projeto também contou com um conselho curatorial de especialistas mulheres que não trabalharam nas etapas descritas, mas, em uma posição de observadoras externas, frequentemente eram convidadas a avaliarem as etapas do projeto e a levantarem questões a serem melhor pensadas pela equipe do projeto. São elas: Caroline Cotta de Mello Freitas (antropóloga e professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo), Claudia Mattos Avolese (professora do programa de pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp) e Vera Lúcia Benedito (Doutora em sociologia pela Michigan State University e professora do ensino público municipal de São Paulo).

Com tiragem de 13 mil exemplares em português e 2 mil em inglês, o panfleto será distribuído gratuitamente ao longo de 2017 na entrada de museus do Brasil e de outros países selecionados pela equipe. Esta ação de distribuição problematiza o papel das instituições culturais que são, assim como os livros pesquisados, responsáveis pelo cenário restrito da História da Arte. O que as diretoras/diretores e as curadoras/curadores dos museus têm a dizer sobre isso? Que ações concretas estão sendo tomadas para que os acervos que coordenam deixem de ignorar as produções artísticas de negros, mulheres, indígenas e não europeus, por exemplo?

A HISTÓRIA DA \_RTE é um projeto que tem forte influência das novas leituras para a História da Arte, como as de Arthur Danto, Hans Belting, Didi-Huberman, estudos pós-coloniais etc., publicadas desde os anos 1980 e que vêm ganhando espaço nas universidades brasileiras na última década. Considerando que essas discussões se restringem a poucos grupos, em geral no âmbito acadêmico de cursos de pós-graduação, este projeto procura oferecer dados para que elas também ocorram em públicos mais amplos.

### **Bibliografia:**

GARB, Tamar. "Gênero e representação". In: FRASCINA, Francis e colaboradores (org.). Modernidade e modernismo: a pintura francesa no século XIX. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

GOMBRICH, Ernst Hans. A História da Arte. São Paulo: Editora LTC, 2000.

LATOUR, Bruno. Ciências em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

WÖLFFLIN, Heinrich. Conceitos Fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



## Sou artista e fui representado como tal: considerações sobre a produção de retratos de artistas no ateliê feito por seus contemporâneos no Brasil

**Natália Cristina de Aquino Gomes**  
Mestranda  
UNIFESP/PPGHA  
E-mail: natalia.agomes@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo abordar algumas considerações acerca de minha pesquisa de mestrado, iniciada este ano, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Arte da UNIFESP, sob orientação da Profa. Dra. Elaine Dias. A pesquisa possui como objeto de estudo retratos de artistas no ateliê, de pintores e escultores atuantes ao longo do século XIX e início do século XX no Brasil, realizados por seus contemporâneos. Neste texto, apresentaremos o percurso que percorremos para nos aproximarmos do tema e discutiremos alguns aspectos sobre essa produção, a fim de apontarmos os indícios já encontrados que demonstram como o estudo dos retratos de artistas brasileiros no ateliê mostra-se importante, uma vez que denotam a importância do artista, sua afirmação como pintor ou escultor, além da legitimação de sua posição social, enquanto artista, por meio do reconhecimento de seu ofício.

**Palavras-chave:** Retrato; Ateliê; Arte brasileira; Século XIX; Início do século XX.

**Abstract:** This work aims to approach some considerations about the research, made in the Graduate Program in Art History of UNIFESP, under guidance of prof. Elaine Dias, in the current year. The research has as goal the study of portraits of artists in their own studio, made by painters and sculptors working throughout the 19th and early 20th century in Brazil, by their contemporaries. It will stated the way we take to get closer to the theme and discuss some aspects about this production, in order to point out some evidences about the importance the study of Brazilian artist portraits, whereas they denote the importance of the artist, his affirmation as a painter or sculptor, and the legitimation of his social position, as an artist, through the recognition of his craft.

**Keywords:** Portrait; Studio; Brazilian art; 19th century; Early 20th century.

A pesquisa de mestrado intitulada “Retrato de artista no ateliê: a representação de pintores e escultores pelos pincéis de seus contemporâneos no Brasil (1878-1919)” possui como objetivo o estudo de retratos de artistas no ateliê, de pintores e escultores atuantes ao longo do século XIX e início do século XX no Brasil, realizados por seus contemporâneos. Neste texto, discutiremos alguns aspectos sobre essa produção, a fim de apontarmos os indícios já encontrados que demonstram como o estudo dos retratos de artistas brasileiros no ateliê mostra-se importante, uma vez que denotam a importância do artista, sua afirmação como pintor ou escultor, além da legitimação de sua posição social, enquanto artista, por meio do reconhecimento de seu ofício.

O gênero do retrato foi um dos mais difundidos e trabalhados pelos pintores ao longo dos séculos, e mesmo sem ocupar o topo na hierarquia dos gêneros, popularizou-se e tornou-se objeto de desejo em diferentes épocas. Artistas realizaram retratos de doadores, civis,

individuais, de corte, de Estado, coletivos ou de grupos, autorretratos, dentre outros<sup>1</sup>, de acordo com encomendas, como homenagens ou para sua própria afirmação social e cultural. Neste conjunto, interessa-nos um tipo específico de retrato: a representação de pintores e escultores no ateliê feito por outro artista, eles foram retratados nestas obras em ateliês, elegantemente posando ou individualmente em meio ao ofício e também coletivamente, ao lado de outros artistas ou amigos.

O percurso que percorremos para nos aproximarmos desta representação nos levou a recuarmos no tempo, a fim de conhecermos as primeiras representações de um artista por outro, caso da temática vinculada a São Lucas pintando a Virgem<sup>2</sup>, pois nos interessa entender como a representação do santo pintor, se desdobrou na representação posterior do próprio artista em seu ateliê<sup>3</sup>, sendo esta uma questão fundamental para o desenvolvimento de nosso tema, assim como o autorretrato, o qual compreendemos como ponto de análise e comparação entre as obras, identificando ainda as diferenças e semelhanças na imagem feita por si próprio e por outro artista. Nesse sentido, buscamos levantar dados sobre a tipologia do autorretrato ao longo dos séculos. A esse respeito, Joanna Woods-Marsden aponta o desenvolvimento do gênero no Renascimento<sup>4</sup> e dentre os exemplos mencionados a autora discorre sobre algumas obras em que o pintor aparece como testemunha de obras religiosas e profanas como *Le Adoración de los Magos*<sup>5</sup>, de cerca da década de 1470, em que Botticelli se autorretrata no canto direito inferior da imagem, em pé, vestindo um manto marrom e olhando para o observador e

<sup>1</sup> Castelnuovo aborda uma variedade de retratos em: CASTELNUOVO, Enrico. Retrato e sociedade na arte italiana: ensaios de história social da arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>2</sup> Ver imagem em: <<https://www.wikiart.org/en/giorgio-vasari/st-luke-painting-the-virgin>>. Acesso em: datas diversas. Mencionamos que devido à necessidade de autorização para reprodução de imagens, em razão de seus direitos autorais, disponibilizamos ao longo deste texto o link das mesmas nos endereços eletrônicos das Instituições que as abrigam. Contudo, quando estas não se encontram em fácil acesso, oferecemos a possibilidade de sua observação em outras plataformas de imagens. Sobre a tradição da iconografia de São Lucas pintando a Virgem com o menino Jesus, ver: BELTING, 2010, pp. 70-72. O autor aponta a incerteza sobre a origem da lenda de São Lucas pintando a virgem e salienta que: “[...] A lenda serviu para justificar uma imagem preexistente como documento e relíquia. Ao fazer isso, ela aproveitou a idéia latente na imagem e enfatizou a realidade da infância humana de Jesus ao alegar que a imagem era um retrato autêntico. De seu próprio modo, reivindicou o mesmo grau de autenticidade que as “verdadeiras semelhanças” de Cristo reivindicavam. [...]”. BELTING, Hans. Semelhança e Presença. A história da imagem antes da era da arte. Rio de Janeiro: Gráfica Imprinta, 2010, p. 72. Ver também: CERBELAUD, Dominique. “La leyenda de san lucas el iconógrafo”. In: *María: un itinerario dogmático*. Editorial San Esteban, 2005, p. 130 e MÅLE, Emile. *El arte religioso de la Contrarreforma: Estudios sobre la iconografía del final del siglo XVI y de los siglos XVII y XVIII*. 2002. Ediciones Encuentros. Madrid, p. 40.

<sup>3</sup> Faço menção à observação realizada por Elaine Dias em DIAS, Elaine. “Os retratos de Maria Isabel e Maria Francisca de Bragança, de Nicolas-Antoine Taunay”, pp.11-43. São Paulo: USP, Museu Paulista, 2011. (Anais do Museu Paulista), p. 22.

<sup>4</sup> MARSDEN, Joanna Woods. “El autorretrato del Renacimiento”. In: FALOMIR FAUS, Miguel. *El retrato del Renacimiento*. Madrid: Museo Nacional del Prado, 2008, p. 91.

<sup>5</sup> Ver imagem em: <<http://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=34677>>. Acesso em: datas diversas.

inserindo-se, assim, na cena sagrada. Marsden também aborda obras em que o pintor está no centro da pintura, denominados por ela como “*autorretrato independente*”<sup>6</sup>, sendo o primeiro a “[...] obra de Pietro Perugino, que, hacia 1500, se representó en los frescos del Collegio del Cambrio de Perugia. [...]”<sup>7</sup>. Castelnuevo<sup>8</sup> também menciona estes dois exemplos e discorre a respeito do retrato de Pinturicchio, de 1501, que pintou seu retrato em meio a um episódio sagrado da Anunciação<sup>9</sup>. Sobre esta questão, o autor explicita que: “[...] A imagem do artista é sua marca, através da qual ele pretende tomar posse definitiva de seu produto, torná-lo de certo modo inalienável e, ao mesmo tempo, aproveitar para participar da cena sagrada.”<sup>10</sup> Vê-se, assim, como a imagem do próprio artista vai encontrando afirmação cultural e social individualmente ou em meio a outras representações, conquistando um espaço cada vez mais importante no que se refere ao seu papel como intelectual e artista.

Nos séculos seguintes, a representação do artista continuou a ser recorrente tanto pela intenção do pintor que buscava se autorretratar como pela própria inserção de sua imagem como uma espécie de divulgação e propaganda de seu ofício ou por outros motivos, conforme aponta Shearer West ao também mencionar a oportunidade dos artistas realizarem, por meio de seus autorretratos, “experimentações temáticas”<sup>11</sup>. Dentre os artistas mencionados pela autora, nos interessa destacar a importância de Rembrandt na questão do autorretrato, sobretudo, quando falamos do papel da Holanda como modelo de retratística para vários países. West<sup>12</sup> aponta que Rembrandt realizou mais de cinquenta autorretratos ao longo de sua vida em diferentes técnicas. Nesta produção, encontramos obras em que o pintor se representa em várias idades - jovem a idoso -, e aquelas em que se autorretrata com atributos de seu ofício, como no *Portrait of the Artist at His Easel*<sup>13</sup> e no *Portrait of the Artist*<sup>14</sup>. Em ambos os quadros observamos a presença dos pincéis e de paletas nas mãos do pintor o vinculando imediatamente a sua profissão; vemos também que no primeiro autorretrato existe a presença, no canto direito da tela, de um cavalete

<sup>6</sup> MARSDEN, 2008, p. 96.

<sup>7</sup> Idem, *ibid.* Ver imagem em: <<http://www.wga.hu/html/p/perugino/cambio/2selfpo1.html>>. Acesso em: datas diversas.

<sup>8</sup> CASTELNUOVO, Enrico. Retrato e sociedade na arte italiana: ensaios de história social da arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 51.

<sup>9</sup> Ver o retrato de Pinturicchio no afresco da Anunciação em: <<http://warburg.chaaunicamp.com.br/obras/view/12157>> e o detalhe do retrato em boa qualidade em: <<http://warburg.chaaunicamp.com.br/obras/view/12162>>. Acesso em: datas diversas.

<sup>10</sup> CASTELNUOVO, 2006, p. 51. Nesta mesma página, o autor também aponta outro exemplo, em que Luca Signorelli, na Capela de San Brizio, se auto representa em meio à cena da *Predicação do anticristo*.

<sup>11</sup> WEST, Shearer. “*Self-Portraiture*”. In: *Portraiture*. Oxford History of Art. 2004, p. 164.

<sup>12</sup> WEST, 2004, p. 173.

<sup>13</sup> Ver imagem em: <<http://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=31698>>. Acesso em: datas diversas.

<sup>14</sup> Ver imagem em: <<http://www.wga.hu/html/r/rembrand/27self/20sp1661.html>>. Acesso em: datas diversas.

em posição lateral. Tais elementos certamente o vinculam ao ambiente do ateliê, do qual também observamos em outra obra de Rembrandt, *Artist in his Studio*<sup>15</sup> em que nos interessa perceber como a representação do artista em seu ambiente de trabalho foi tomando forma ao longo dos tempos. Outros exemplos foram por nós levantados até chegarmos ao século XIX, onde nosso estudo se faz presente.

Ressaltamos que os artistas ocupam o centro de nossa investigação, ou mais especificamente, seus retratos realizados por pintores do mesmo período. Interessa-nos, sobretudo, entender como ele realiza tal ato, sendo o autorretrato um ponto de análise e comparação entre as obras, identificando também as diferenças e semelhanças na imagem feita por si próprio e por outro artista.

Nesse sentido, o autorretrato do artista pode ser encarado como uma forma de legitimação de sua profissão. Destacamos ainda que a representação no ateliê ou mesmo fora deste ambiente sem indícios evidentes ao ofício eterniza sua imagem e que sem essa modalidade de representação, sua própria imagem permaneceria desconhecida, dando a conhecer somente suas obras. Há, assim, diversos pontos de convergência entre o autorretrato e o retrato de artista pintado por outro. Embora o pintor não esteja se autorretratando, ele vê, no outro, uma espécie de reflexo de si próprio pelo fato de integrarem o mesmo ofício, utilizando-se de mais recursos para imprimir no outro suas características individuais e peculiares de modo a eternizar sua imagem, elevando-o e homenageando-o. Este gênero será um elemento fundamental para a compreensão da temática do artista pintado por outro, uma vez que recupera vários elementos de análise.

A importância do autorretrato e dos retratos de artista feito por outro, sua legitimação, cumplicidade, a recepção de sua própria arte e também da homenagem contida na produção dos retratos de artistas<sup>16</sup> é abordada por José Luis Díez, no catálogo *“Artistas pintados. Retratos de pintores y escultores del siglo XIX en el Museo del Prado”*<sup>17</sup>:

[...] junto à importância do autorretrato, que ao longo de muitos anos já tem merecido a atenção dos especialistas, no século XIX também cobra uma atenção especial o chamado ‘retrato do artista’; ou seja, efigies executadas

---

<sup>15</sup> Ver imagem em: <<http://www.mfa.org/collections/object/artist-in-his-studio-32665>>. Acesso em: datas diversas.

<sup>16</sup> Ver: DÍEZ GARCÍA, José Luis; GÁLLEGO, Julián. *Artistas pintados. Retratos de pintores y escultores del siglo XIX en el Museo del Prado*. Madrid: Museo del Prado, 1997, pp. 39-61.

<sup>17</sup> Catálogo referente à exposição homônima (1997) no Museu do Prado. Nesta publicação, destacamos: *“Retratos y Autorretratos”*, de Julián Gállego e *“La imagen del artista en la pintura española del siglo XIX”*, de José Luis Díez.

pelos pintores para outros colegas de profissão de seu círculo afetivo ou social mais próximo. Por sua própria natureza, são no geral retratos alheios de qualquer tipo de artifício ou convenção, em que se estabelece uma sinceridade cúmplice entre o artista que o pinta e o modelo que posa, com a certeza de que os resultados de seu trabalho serão analisados através dos olhos de outro colega, formando quase sempre em parâmetros estéticos semelhantes.<sup>18</sup>

Diez evoca, assim, a complexidade desta forma de representação e outras questões surgem para a compreensão desta categoria, que passam pela forma de representação dada por um artista para representar o outro – quais elementos ele usa -, como seu colega se transforma em “modelo” e quais as intenções desta ação que resulta, necessariamente, na recepção daquele que é representado, em sua aceitação, em seus sentimentos e na compreensão da forma como ele é visto por aquele que o pinta.

Para entender como se deu este tipo de representação no Brasil do século XIX e início do século XX, realizamos uma busca, a fim de identificarmos retratos de artistas brasileiros e, por ventura, de alguns estrangeiros que se fixaram no Brasil ao longo deste período, representados em seus ateliês na companhia de telas, cavaletes ou gessos e até mesmo com indícios mais sutis, como a presença de algum atributo, pincéis, paletas ou de modelos. Analisaremos as concepções formais, temáticas e as referências artísticas destes retratos, sua relação com o autorretrato e outros gêneros, a fim de compreendê-los de forma mais ampla, uma vez que se relacionam com a retratística de artista no ateliê e principalmente com a própria representação do artista por outro pintor, um campo do qual acreditamos merecer investigações e pesquisas apuradas.

Nos últimos anos, a historiografia brasileira<sup>19</sup> tem voltado seu olhar para o estudo dos ateliês de artistas brasileiros ao longo do século XIX e início do século XX. Tais pesquisas

<sup>18</sup> Tradução livre do seguinte trecho: “[...] *junto a la importancia del autorretrato, que desde hace mucho años ha merecido ya la atención de los especialistas, en el siglo XIX cobra también una especial pujanza el llamado “retrato de artista”; es decir, efigies ejecutadas por los pintores a otros compañeros de profesión de su círculo afectivo o social más próximo. Por su propia naturaleza, son por lo general retratos ajenos a cualquier tipo de artifício o convención, en los que se establece una sinceridad cómplice entre el artista que lo pinta y el modelo que posa, ante la certeza de que los resultados de su trabajo van a ser analizados por los ojos de outro colega, formado casi siempre en parâmetros estéticos semejantes*”. DÍEZ GARCÍA, José Luis; GÁLLEGO, Julián. *Artistas pintados. Retratos de pintores y escultores del siglo XIX en el Museo del Prado*. Madrid: Museo del Prado, 1997, pp. 39-40.

<sup>19</sup> Ver DAZZI, C e VALLE, A. “*Studio studies e fotografias de atelier de pintores brasileiros*”. *AURA, Revista de Historia y Teoría del Arte*, Nº 3, Junho 2015, pp.38-49 e o artigo que ainda aguarda publicação de PITTA, Fernanda. “O jabuti e a paleta: o ateliê e o artista em Almeida Júnior”. Agradecemos a autora por compartilhá-lo antes mesmo de sua divulgação. Mencionamos também que a pesquisadora apresentou uma versão reduzida do artigo no “IV Colóquio de Estudos Sobre a Arte Brasileira do Século XIX: O Ateliê do Artista.”, que ocorreu em 2015, de 8 a 10 de junho, no Museu da República, no Rio de Janeiro, conforme consta na programação do evento, disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/coloquio/coloquio\\_2015/horarios.htm](http://www.dezenovevinte.net/coloquio/coloquio_2015/horarios.htm)>. Aguardamos a publicação dos textos das comunicações nos anais do evento, estes certamente oferecerão contribuições para a nossa pesquisa.

estão em consonância a um *corpus* de estudos muito maior desenvolvido em outros países, mencionados por Arthur Valle, Camila Dazzi e Fernanda Pitta em recentes artigos. Dazzi e Valle destacam que esse interesse dos investigadores pelo ateliê<sup>20</sup> tem originado um novo campo de pesquisa, os chamados *studio studies*<sup>21</sup>:

[...] os *studio studies* partem do pressuposto de que o tema do atelier do artista é de grande importância para a compreensão dos processos de produção e recepção da arte, bem como de construção da imagem do artista. Dessa perspectiva, o atelier constitui uma espécie de encruzilhada onde se evidenciam as intrincadas relações que se tecem entre processo criativo, obra de arte acabada, modos de exibição das obras e identidade do artista. [...]<sup>22</sup>

O estudo que estamos desenvolvendo se insere nas discussões dos *studio studies*, ao abordar as representações do artista no ateliê, no entanto, nosso objeto compreende esse gênero com a presença do retratado – que pode não estar necessariamente na imagem do ateliê - representado por outro artista. Tema ainda pouco explorado no campo da pesquisa brasileira, isto é, o retrato do artista no ateliê pintado por outro, espera-se, assim, oferecer contribuições para a sua compreensão ao longo do século XIX e início do século XX.

Devido à objetividade do texto, optamos apresentar somente dois dos retratos de artistas no ateliê que constam em nosso escopo de pesquisa e a partir destes estabelecer referências e relações com outras questões plausíveis ao momento, pois a pesquisa encontra-se em seu estágio inicial e não foi possível avançarmos sobre muito dos questionamentos levantados previamente.

Nesse sentido, acreditamos que o retrato de artista no ateliê pode apresentar algumas características que pretendemos trabalhar ao longo de nosso estudo, entre elas, sua representação de forma elegante no ambiente de trabalho, por vezes ao lado de outras obras. Seus trajes, nesses casos, não correspondem à atividade, pois os observamos elegantes pousando em seu ateliê, como o *Retrato do pintor Décio Villares*<sup>23</sup>, por Rodolfo Amoedo. Décio Villares é retratado de corpo inteiro, parcialmente de perfil, parecendo segurar um cigarro na

<sup>20</sup> Dazzi e Valle tem por base Esner, R., Kisters, S., Lehmann, A.S. (ed.) (2013). *Hiding Making - Showing Creation. The Studio from Turner to Tacita Dean*. Amsterdam: Amsterdam University Press. Disponível online em: <<http://www.oopen.org/search?identifier=452250>>.

<sup>21</sup> ESNER; KISTERS; LEHMANN, 2013, p. 250.

<sup>22</sup> DAZZI; VALLE. 2015, pp. 39-40.

<sup>23</sup> Ver imagem em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rodolfo\\_Amoedo\\_-\\_Retrato\\_do\\_pintor\\_D%C3%A9cio\\_Villares.jpg?uselang=pt](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rodolfo_Amoedo_-_Retrato_do_pintor_D%C3%A9cio_Villares.jpg?uselang=pt)>. Acesso em: datas diversas. Sabe-se que Décio Villares também realizou um *Retrato do pintor Rodolfo Amoedo*, em 1882, conservado no Museu Nacional de Belas Artes. Todavia, observamos somente o busto em perfil do pintor em uma tela de formato circular. Ver imagem em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:D%C3%A9cio\\_Villares\\_-\\_Retrato\\_do\\_pintor\\_Rodolfo\\_Amoedo.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:D%C3%A9cio_Villares_-_Retrato_do_pintor_Rodolfo_Amoedo.jpg)>. Acesso em: datas diversas.



mão esquerda. Sua postura corporal é relaxada e possivelmente o registro evoca um momento de descanso do pintor, em que este aproveita para fumar. O ambiente retratado parece ser um ateliê, pois observamos o perfil do cavalete próximo ao pintor, o verso de uma tela no cavalete e ainda identificamos a presença da paleta apoiada em sua lateral. Ao fundo, uma cadeira com um tecido sobre seu assento produz o sentido de continuidade do ambiente ao recair no chão em direção ao canto esquerdo da tela. A vestimenta do pintor é elegante, composta por um terno de tons de verde musgo, uma camisa de tonalidade marrom e um lenço azulado no pescoço, ainda que a reprodução da tela nos deixem dúvidas quanto às reais tonalidades, assim como seu fundo.

Muitos dos artistas brasileiros, tanto os retratados quanto os que os pintaram, estudaram no exterior e por vezes participaram de exposições e visitaram ateliês de artistas locais, o que certamente pode ter refletido em sua produção ou na própria escolha de como retratar outro artista. Nesse sentido, cabe aqui apontarmos breves comparações com ao menos um dos retratos de artistas elegantes no ateliê de outros países selecionados até o momento, que apresentam semelhanças com os retratos de artistas brasileiros e oferecem margem para outros debates como no caso do retrato de *Alphonse de Neuville*<sup>24</sup>, do pintor Ernest-Ange Duez, em que vemos o pintor com uma pose semelhante à de Villares, assim como a vestimenta e também observamos a lateral de uma tela no canto direito do quadro. No fundo, no canto esquerdo da tela, avistamos algumas peças de roupas e objetos não muito identificáveis pendurados na parede e um banquinho, onde a paleta do artista se encontra. Ao longo de nossa pesquisa tentaremos compreender os significados dos objetos, o maior ou menor número deles, e as variações na representação destes nos retratos de artistas no ateliê, a razão pela qual um objeto, pose e demais detalhes aparecem em um retrato de pintor ou escultor e em outro não, isto é, analisaremos o que está representado dentro do quadro – os objetos ligados ao ofício do artista.

Nesta modalidade de retrato no ateliê também encontramos o artista sendo retratado em meio ao ofício, no ato de pintar ou esculpir, sendo ele representado trajando um jaleco ou uma vestimenta informal ao invés de roupas elegantes e requintadas, como ocorre no *Retrato do Escultor Eduardo de Sá*<sup>25</sup>, de Arthur Timótheo da Costa. Ao olharmos para o retrato observamos o escultor em seu ambiente de trabalho, em meio aos utensílios do ofício e vestindo

---

<sup>24</sup> Ver imagem em: <[http://collections.chateauversailles.fr/?permid=permobj\\_517d6852-b38a-462a-938d-a02474c070b2](http://collections.chateauversailles.fr/?permid=permobj_517d6852-b38a-462a-938d-a02474c070b2)>. Acesso em: datas diversas.

<sup>25</sup> Ver imagem em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3313/retrato-do-escultor-eduardo-as>>. Acesso em: datas diversas.



um avental/jaleco. Em sua mão esquerda, segura um objeto branco não muito identificável, talvez uma peça de gesso, em que o artista trabalhara no momento, pois em sua mão direita, sobre a mesa, percebemos a presença de outro objeto pontiagudo, que parece uma espátula. Este retrato, segundo Kleber Antonio de Oliveira Amancio<sup>26</sup>, foi realizado em Paris, onde os artistas viviam no período e exposto por Arthur Timótheo da Costa quando regressou da Europa após o período como pensionista do governo, conforme nos relata o jornal “A Imprensa”, de 19 de agosto de 1911: “Quadro de Arthur Timotheo: O escultor brasileiro Eduardo de Sá, autor do monumento de Floriano Peixoto, que está na Avenida Central. Este quadro também figura na exposição.”<sup>27</sup> Uma imagem<sup>28</sup> da inauguração da exposição mostra o retrato do escultor Eduardo Sá em uma das paredes, e também há uma fotografia<sup>29</sup> de João Timothéo da Costa no ateliê, irmão de Arthur, em que o retrato do escultor Eduardo de Sá aparece pendurado na parede, atrás da mesa. Nesse sentido, nos interessa mapearmos a circulação deste retrato, a fim de identificarmos dentre outros aspectos as exposições que esta tela esteve presente, a aceitação da crítica até sua efetiva chegada ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, local onde se encontra preservado.

Por fim, essa comunicação buscou apresentar brevemente alguns aspectos sobre minha pesquisa de mestrado iniciada recentemente. Por certo, em uma nova oportunidade, teremos a possibilidade de abordar novos aspectos e leituras, das quais esperamos que nos levem a demonstrar como o estudo dos retratos de artistas brasileiros no ateliê feito por seus contemporâneos mostra-se importante, uma vez que denota a questão da cumplicidade, a recepção de sua própria arte e também da homenagem contida na produção dos retratos de artistas, assim como a importância do artista, sua afirmação como pintor ou escultor, além da legitimação de sua posição social, enquanto artista, por meio do reconhecimento de seu ofício.

---

<sup>26</sup>AMANCIO, Kleber A. de O. Reflexões sobre a pintura de Arthur Timotheo da Costa. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2016, p. 110.

<sup>27</sup> A IMPRENSA. 19 de ago. 1911, p. 5, 7º col.

<sup>28</sup> Imagem obtida na Revista da Semana, Ano XII – nº 589, 26 de ago. 1911. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909\\_01&PagFis=13378](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_01&PagFis=13378)>. Acesso em: datas diversas. Ver também: AMANCIO, 2016, p. 143.

<sup>29</sup> Imagem disponível em: VALLE, Arthur (org.). Angyone Costa: Trechos de “A inquietação das abelhas”, 1927. 19&20, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008, p. 112. Imagem disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/artigos\\_imprensa/artigos\\_ac\\_arquivos/jtc\\_entrevista.pdf](http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/artigos_ac_arquivos/jtc_entrevista.pdf)>. Acesso em: datas diversas.

## Pintura mimética: diálogos para uma compreensão histórica de construção

**Marcillene Ladeira**

Mestrado

Grupo de Pesquisa MAMETO CNPq/PPGAV-EBA-UFBA

E-mail: [marcillene.ladeira@gmail.com.br](mailto:marcillene.ladeira@gmail.com.br)

**Resumo:** A partir do eixo “meios e modos de produção artística”, o artigo objetiva refletir sobre os recursos tecnológicos utilizados pelos artistas do passado – os grandes mestres da pintura – que lhes permitiam representar o mundo, à sua volta, de maneira vívida e precisa, estando contido no conceito de *mimesis*. Para tal, propõem-se uma investigação pautada em leituras mais recentes, como os estudos de David Hockney (2001) e do jovem físico Marlon César de Alcântara (2011), o qual partiu para a Holanda à procura de melhores esclarecimentos sobre as renomadas pinturas holandesas do século XVII. Em resultado, compreenderemos como pouco se sabe sobre a ciência óptica e como os pintores se beneficiaram de dispositivos de projeção para a feitura de suas obras. Verificaremos, também, a relação dessa realidade contida na produção contemporânea, estando está inserida no ambiente universitário.

**Palavras-chave:** pintura; *mimesis*; recursos tecnológicos; contemporaneidade; pesquisa universitária.

**Abstract:** From the axis of "means and modes of artistic production", the article aims to reflect on the technological resources used by the artists of the past - the great masters of painting - who allowed them to represent the world around them in a lively and precise way, it is being contained in the concept of 'mimesis'. For this, an investigation based on more recent readings is proposed, as the studies of David Hockney (2001) and of the young physicist Marlon César de Alcântara (2011), who went to Netherlands in search of better explanations on the famous paintings of the seventeenth century. As a result, we will understand how little is known about optical science and how painters have benefited from projection devices for the making of their works. We will also verify the relation of this reality contained in the contemporary production, being is inserted in the university environment.

Ao eleger a pintura como linguagem condutora de uma pesquisa universitária no momento contemporâneo (graduação e pós-graduação), deparei-me com um gigantesco lastro, uma vez que está presente na história da humanidade, desde os primeiros rabiscos do homem nas cavernas, carregando consigo uma forte tradição artística, muitas experiências, mas também um ferrenho debate teórico sobre sua pertinência e, em se tratando de pintura figurativa, mais cauteloso, talvez, se torne esse terreno.

No início da minha trajetória universitária, surgiram muitos conflitos, todavia, durante o período de imersão no mestrado, passei da insegurança para a convicção de que, a partir do momento no qual o pesquisador tem consciência e domínio sobre aquilo que está processando, não importa a linguagem que se use na pesquisa, o interessante é a *fruição* de uma relação em construção, e não, exatamente, a obra pronta. Sendo assim, o *lastro* contido na expressão pictórica não veio a ser um empecilho, mas um trampolim bem instalado, no intuito de se dar um salto adiante.

Ronaldo Britto, perspicazmente, na década de 1980, em um texto afeiçoado ao pintor Jorge Guinle, expressou: “Voltar à pintura é fazer a pintura dar voltas”. (BRITTO, 1980, p. 40). Quando reúno as letras de Britto e entendo a profundidade das palavras que o mesmo profere, logo, viajo no tempo e, em meio a tantas inquietações, realizo um recorte, de modo a circunstanciar neste artigo, tendo em vista o eixo que se insere: “meios e modos de produção artística”, reflexões sobre os modos de trabalho empregados pelos artistas do passado – os grandes mestres da pintura – que lhes permitiam representar o mundo, à sua volta, de maneira vívida e precisa. Para tanto, propõem-se uma investigação pautada em leituras mais recentes, as quais nos possibilitam compreender o percurso pictórico na construção mimética da realidade, tendo como base o uso de aparatos técnicos ou tecnológicos.

De um lado, em busca da compreensão do conceito de *mimesis* ou mimese (imitação), Carlos de Almeida Lemos (2009) salienta que sua origem está nos filósofos da antiguidade greco-romana, Platão e Aristóteles, tratando-se de um processo compartilhado, tanto pela natureza como pela arte: “é dessa forma que interpretamos a famosa afirmação de que ‘a arte imita a natureza’” – assim detalha o pesquisador brasileiro de filosofia clássica, explicando: “a distinção estaria no caso de que a natureza teria um princípio interno, enquanto a arte um princípio externo e acidental”. (LEMOS, 2009, p.84).

De outro lado, em busca da profusão do conceito de tecnologia VERASZTO et al (2008, p.61), ao realizar uma revisão histórica, propõe uma definição atual e norteadora, assumindo a ideia de que “tecnologia é um conjunto de saberes desenvolvidos (artefatos, sistemas, processos e ambientes) pelo homem através da história para satisfazer suas necessidades pessoais e coletivas”. Assim, acaba por modificar todo um conjunto de costumes e valores por ela envolvidos. À luz de Rodrigues (p.62), os autores detalham que sua origem (*tecno +logia*) provém da junção de dois termos também de origem greco-romana: *techné*, que se traduz como “saber fazer”, e *logus*, razão – sendo então: “razão do saber fazer”.(VERASZTO et al *apud* RODRIGUES, 2001). Ao se tratar, especificamente, da tecnologia no contexto da arte, os professores Milton Sogabe e Rosangella Leote (2012, p.46) afirmam que a tecnologia sempre esteve presente na arte, desde as primeiras manifestações humanas; não apenas tecnologia e arte mas também a ciência, relacionando graus diferentes a depender de cada época. Por essa via de interesse, é possível penetrar em dados, os quais nos levam a compreender que muitos gênios da pintura não se valeram, apenas, da vista desarmada para apreenderem e representar a realidade. Partindo-se de provas visuais – comparação entre desenhos e pinturas de diferentes

épocas e lugares –, o artista britânico David Hockney, acabou por se debruçar nesse caminho misterioso, rastreando, obsessivamente, segredos dos antigos mestres, conforme consta no livro “O Conhecimento Secreto: redescobrimo as técnicas perdidas dos grandes mestres”, publicado em 2001. Hockney começa por detalhar desenhos, como no exemplo abaixo:



**Figura 1:** por Ingres e **Figura 2:** por Andy Warhol. Fonte: HOCKNEY, 2001, páginas 23 e 25

A primeira Figura se refere a uma reprodução do retrato de Madame Louis-François Godinot, realizado por Ingres em 1829. Uma das questões que sugere o uso do método de projeção (ciência óptica) foi o aumento de 8% da cabeça em relação ao corpo, provocado, possivelmente, pelo deslocamento do dispositivo. Já a segunda Figura, realizada por Andy Warhol, possui uma óbvia aparência “decalcada”. Quanto aos vestígios visuais aplicados à pintura, cita-se:



**Figura 3:** Bacco, por Caravaggio, 1595-6. Fonte: HOCKNEY, 2001, p.118.

Nessas duas imagens, a versão da esquerda é a obra correta e a da direita, uma “imagem especular”, sendo a última mais natural e harmoniosa. Hockney acredita que o modelo era destro e não canhoto; assim, a pintura teria sido invertida pelo uso de uma lente.

Ao continuar no pensamento de Hockney, o primeiro relato que se tem conhecimento sobre o sistema de projeção, data do século IV a. C., sendo realizado por Aristóteles e estando presente apenas em descrições teóricas, mas não, ainda, através da prática. O filósofo constatou, durante um eclipse parcial, como se formava as imagens no chão, quando os raios de luz eram projetados através de pequenas fendas entre as folhas. A eclosão desse processo ocorreu na Europa do século XIII, após tradução, ao latim, do manuscrito de Alhazan (965-1038) – “erudito árabe que complementou o conhecimento dos gregos antigos com suas próprias pesquisas”. Constatou-se, enfim, que a imagem de uma vela poderia ser projetada em linha reta, equidistante do próprio objeto e de sua posição (imagem invertida), através de um buraco, em uma parede do outro lado. Ou poderia haver um prolongamento desta no ar, durante uma hora, sem a imagem se perder. Verificou-se, então, que a cor e a luz não estão misturadas ao ar, mas atravessam sua transparência e isso poderia ser aplicado a qualquer objeto. (Cf. HOCKNEY, 2001, p. 202-225).

Outros nomes seguiram ao de Alhazan, a exemplo de Roger Bacon (1212-1294), Witelo (1275-?) e John Pecham (1230-1292) com o tratado denominado “Perspectiva Communis”, escrito por volta de 1270. A ligação deste com a Igreja (arcebispo) certamente facilitou a difusão de suas ideias, tornando-se o manuscrito mais lido e adotado em toda a Europa, mesmo antes da imprensa de Gutenberg (1450). Estima-se 73 publicações dessa compilação<sup>1</sup>, sendo 62 manuscritos e 11 impressões, além de outras bibliografias que a cita, o que levou ao nome “*Communis*”, que quer dizer “de uso comum”. (HOCKNEY, *Ibid*; OSLER, 1971, p. 510).

Hockney também aponta (p. 209) a “*A Magiae Naturalis*” do italiano Giambattista Della Porta (1535-1615)<sup>2</sup>, colocando-a como o mais abrangente relato de projeções ópticas antes do século XVIII. É nessa publicação que se encontra *o conhecimento secreto* destacado pelo pesquisador e que estaria configurado na inserção de um “vidro” ou, em outras palavras, de

---

<sup>1</sup> Manuscritos: um do século XIII, 29 do século XIV, 26 do século XV, duas do século XVI, um do século XVII e três sem datas; Impressões: uma em 1482 ou 83, nove vezes no século XI (sendo uma em italiano) e outra em 1627.

<sup>2</sup> A primeira edição, com quatro volumes ocorreu em 1558 e a segunda após 30 anos (1588), expandiu-se para 20 volumes.

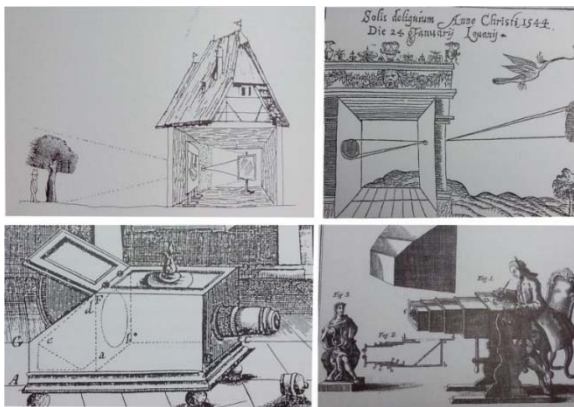


uma lente, junto ao buraco de projeção. Com este mecanismo, a imagem não estaria mais de ponta a cabeça e tudo poderia ser visto perfeitamente.

Nesse momento, já se sabia que a descoberta remetia ao mesmo funcionamento do olho. Vejamos o relato:

Ora, a natureza está continuamente formando tais imagens em nosso olho. Os raios de luz provenientes de objetos exteriores, após ingressarem na pupila, atravessam o humor cristalino e, ali sendo refratados, em consequência da forma lenticular dessa parte, seguem para retina, que fica no fundo do olho, e nela estampam, pela sua junção, a imagem do objeto em cuja direção a pupila está voltada. Disso resulta que o espírito, por meios que até hoje nossos desconhecidos, recebe imediatamente inteligência desses raios e passa a ver os objetos que os enviaram. (Id., p. 213).

Ao apresentar os dispositivos de projeção, isto é, os instrumentos ópticos que permitem decalcar a imagem diretamente para o papel ou tela, visualizam-se na Figura 4: *caixa câmara escura* – a apresentação de variantes, sendo a mais simples – o quarto câmara escura (primeira imagem do conjunto) e na Figura 5: *câmara lúdica ou clara* – o mais proeminente dos novos instrumentos, patenteada em 1806, seguindo-se de diferentes modelos. Já os “*espelhos ustórios*” ou *lentes* eram usados acoplados aos aparatos descritos. (HOCKNEY, 2001, *passim*).

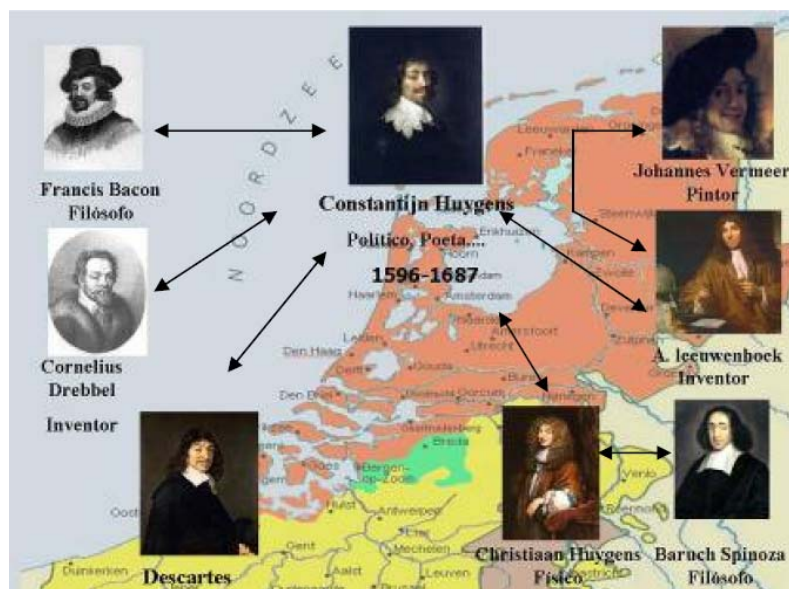


**Figura 4:** Aparato Óptico, modelos Câmera Escura: fenômeno natural, 1558, 1685 e 1769. Fontes: HOCKNEY, 2001



**Figura 5** – Aparato Óptico – modelos Câmera Lúdica ou Clara: usada a partir de 1806. Fontes: HOCKNEY, 2001

O auge da invenção desses dispositivos ópticos ocorreu na Holanda do século XVII. É o que nos descreve o jovem físico brasileiro, Marlon César de Alcântara, que, em suas pesquisas (2011), partiu para a Europa à procura de esclarecimentos mais profundos sobre as pinturas holandesas do século XVII. Ao detalhar sobre o assunto, Marlon explica que nem tudo eram “luzes” pela Europa. Fugidos da repressão religiosa imposta pela Igreja Católica (Santa Inquisição)<sup>3</sup>; bem como do repúdio a Felipe II (1527-1598), Imperador sagrado de Roma e Rei da Espanha, que a cada dia aumentava a cobrança de impostos, pois almejava intensa expansão de território<sup>4</sup>; e com a conseguinte eclosão da “Guerra dos 80 anos”, as terras de domínio espanhol se dividiram. A parte sul, teve sua independência em 1579, com reconhecimento somente em 1648. Esse novo lugar, denominado Holanda, passou a ser o refúgio de liberdade do pensamento europeu, tornando-se uma grande potência, bem diferente das regiões que ainda se encontravam sob o domínio espanhol. Nessas condições, instalou-se, ali, uma rede de relacionamentos muito forte, sendo parte desta, personalidades como: “Constantijn Huygens, o físico Christiaan Huygens, o filósofo Francis Bacon, o microscopista Antonie van Leeuwenhoek, o pintor Johannes Vermeer, o inventor Cornelius Drebbel, os filósofos Baruch Spinoza, René Descartes”, entre outros. (ALCÂNTARA, 2011, passim). Vejamos a rede de relações na imagem seguinte:



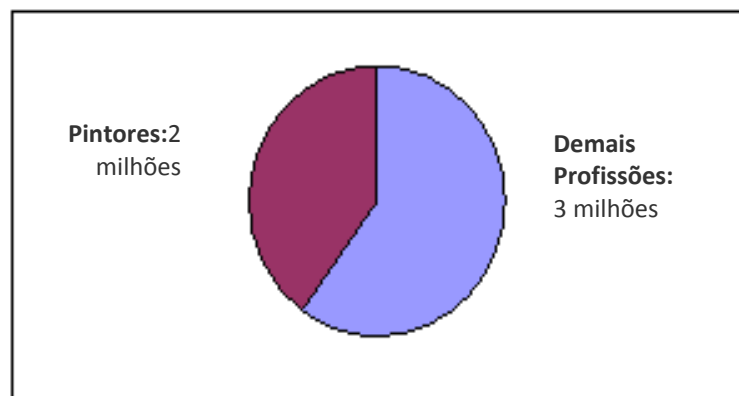
**Figura 6:** Rede de relações na Europa do século XVII. Fonte:ALCANTARA (2011, p. 37)

<sup>3</sup>Espécie de tribunal religioso (Tribunal do Santo Ofício da Inquisição), fundado pelo Papa Gregório IX na Idade Média, o qual condenava (manda para a fogueira) todos os que eram contra os dogmas pregados pela Igreja Católica (os hereges).

<sup>4</sup>Pertenciam a este domínio terras que incorporavam “desde a Espanha até grande parte da Itália, chegando aos Países Baixos – Holanda, Bélgica e parte do norte francês –, além de territórios conquistados na América, África e Ásia”.



Constantijn Huygens, no centro, foi o grande precursor, motivador e mesmo financiador dessa geração. Tratou-se de um homem possuidor de uma gama de aptidão (artística e intelectual) e titular de uma biblioteca gigantesca, podendo ser comparada a do Rei da França. Manteve estreito convívio com várias personalidades, além das já citadas, e apoiou grandes pintores, como o imponente Rembrandt. Também realizava constantes viagens, no intuito de absorver e levar as novidades para o lugar que acabou por governar, a atual Holanda. Uma de suas aquisições foi justamente os dispositivos ópticos, que, após a chegada na província, agora recém-liberta, passando-se à fabricação e ao aperfeiçoamento das lentes, melhorando, sensivelmente, seu uso. O dispositivo tornou-se uma das atividades econômicas de destaque; o fabrico ia desde as lentes macro – usadas na observação do céu, até o micro – destinadas aos microscópios. Os novos aparelhos ópticos habitavam tanto laboratórios como *ateliês*, permitindo um maior aperfeiçoamento nos traços e detalhes das imagens. Logo, as mesmas proliferavam nos livros, mapas, quadros, porcelanas... Tudo era motivo de representação através da pintura e, certamente, estava bem mais fácil de ser executada. Por essa via, passamos a entender a grande presença de pintores em terras germânicas – “estima-se que, de uma população que, no século XVII chegava a cinco milhões de pessoas, dois milhões eram pintores ou sabiam alguma técnica de pintura” – assim explica o pesquisador (ALCANTARA, op. cit., p. 18). Vejamos o gráfico:



**Figura 9** – Gráfico da dinâmica populacional (em profissões) da Holanda do século XVII. Fonte: Imagem criada pela autora a partir de informações olhidas em ALCANTARA (2011, p. 18).

Após esse percurso linear pela história, chegamos à *mimesis*, cujas obras parecem fotografias ou mais realistas do que elas. A título de exemplo, na Figura 10, ver-se-á uma pintura presente no Museu Nacional da Holanda: *Rijksmuseum Amsterdam* (Amsterdã), pertencente ao artista Jan Simonsz Torrentus e realizada a partir do uso da câmara escura:



**Figura 10:** OST, Emblematic Still-Life, por Torrentus, 1614, *Museu Nacional da Holanda*. Fonte: ALCANTARA, 2011, p. 22.

As palavras abaixo, professadas pelo Conde Francesco Algarotti, em 1764, demonstra a maravilha do invento e, a tal modo, explica o uso:

Como este olho artificial (essa magnífica operação da natureza, cuja descoberta fora reservada a nossos tempos), geralmente chamado de câmara óptica ou escura, não permite o ingresso de nenhum raio de luz salva aqueles procedentes da coisa cuja representação se quer [...]; e, não sendo nada mais encantador de contemplar, nada pode ser mais útil de estudar que tal imagem [...]. [Sua] faculdade visual aplica-se integralmente ao objeto à sua frente; e a luz de todo outro objeto é, por assim dizer, perfeitamente extinta. Outra perfeição [...] é a diminuição do tamanho, e da intensidade da luz e cor, dos objetos e de todas as suas partes, em proporção com sua distância ao olho. (HOCKENEY, 2001, p. 213).

Ao prosseguir-se no trecho, o Conde comprova o referido uso pelos artistas de sua época, estando além dos muros da Holanda, assim escreve: “os melhores pintores modernos entre os italianos serviram-se amplamente deste invento; nem seria possível que de outro modo representassem coisas com tamanha fidelidade.” (Id, p. 214). Ainda no mesmo trecho, o Conde relata o esplêndido encontro de um mestre da pintura conhecendo a invenção pela primeira vez:

Aconteceu de eu estar presente quando um mestre muito hábil foi apresentado a essa máquina pela primeira vez. É impossível exprimir o prazer que teve em examiná-la. Mais a considerava, mais parecia encantado com ela. Em suma, após experimentá-la de mil formas diversas, e com mil modelos diferentes, ele confessou candidamente que nada se podia comparar com as imagens de tão excelente e imitável mestre. (Id. *ibid.*).

Ante ao cenário, é no mínimo estranho constatar que a Inquisição, centenas de anos mais tarde, ainda derrama sua sombra sobre a inovação científica e tecnológica daquele período de luz. Acreditou-se, por muitos anos, que as pinturas dos grandes mestres eram realizadas

somente, pelo traço à mão livre, a partir da pose de um modelo (distinção entre “mão e mecânico”). Todavia, diante do exposto, parece que outra realidade se apresenta, porém é sabido observar que o referido uso não desmerece a genialidade dos artistas. Assim terminam as palavras do Conde Algarotti: “os pintores devem fazer uso da câmara escura da mesma maneira que os naturalistas e astrônomos fazem do microscópio e telescópio”, ou seja, como um mero instrumento de trabalho. Não obstante, de minha própria experiência, juntamente com os relatos Hockney (2001, p. 28), após nossas experiências desenhando com projeção, firmamos “não ser fácil de usar” o instrumento, uma vez que a imagem projetada não é real, somente parece estar ali. O uso deve ser rápido e cauteloso, especialmente quanto ao ponto de vista. O retrato humano, devido à precisão que o traço exige, é mais difícil de desenhar que as paisagens.

De outra forma, desde a antiguidade, Aristóteles em oposição a seu mestre Platão, ao dizer sobre a *mimesis*, em lugar de associá-la ao falso e enganoso, vai dizer que “a imitação da natureza por parte da arte não é um retratar, realizar uma simples cópia do real, mas *um fazer como, produzir à maneira de* (imitar um processo)”. Isto é, Aristóteles vê a imitação positivamente, considerando o seu grau de *modus operandi*.

O mesmo olhar positivo a favor da *mimesis* é trazido no Renascimento. Leonardo da Vinci com sua visão integradora – a um só tempo, era Cientista e Artista – caracteriza muito bem essa relação ao expressar “a arte é coisa mental”. José D’Assunção Barros explica: Da Vinci concebia a Arte como uma “Ciência da representação da Natureza”, o que o habilita a falar mais, autorizadamente, em uma “imitação científica da Natureza”, em oposição à “imitação mecânica”. Nesses termos, tanto “o Cientista, como o Artista, deveria ser um *observador* e um *experimentador* e os *sentidos* deveriam ter um papel fundamental tanto em uma como em outra destas formas de apreensão da realidade”. (BARROS, 2008, p. 76).

Quanto à produção artística contemporânea, para além do caráter de *mimesis* ou maquínico, presente pelo uso dos dispositivos tecnológicos, vemos que a “matéria de arte” passa a entrelaçar-se ao “conceito” e à “estratégia” aplicada, de acordo com a intenção de cada artista – seria o que Laura Flores (2011) chama de “quid da artisticidade”, cuja função é proporcionar à linguagem da Arte um modo intelectual de pensamento que orienta uma epistemologia do fazer artístico.

Estar na universidade é conviver neste ambiente: um espaço de diferentes ciências, podendo, todas, contribuírem para a apreensão da realidade e nela intervir.

### Referências Bibliográficas:

- ALCANTARA, Marlon Cesar. História da Ciência, Filosofia e Arte na Holanda do Século XVII: construindo um módulo para o ensino dos instrumentos óticos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação e Ensino de Ciências e Matemática do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suco da Fonseca - CEFET/RJ, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. A arte é coisa mental. In: Revista Poiésis, n. 11, p. 71-82, 2008.
- BRITTO, Ronaldo. Contra o olhar eunuco. In: Revista Módulo, nº 71, p. 40, RJ: 1980.
- FLORES, Laura González. Fotografia e Pintura: dois meios diferentes? SP: Martins, 2011.
- HOCKNEY, David. O conhecimento secreto. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- LEMOS, Carlos de Almeida. A imitação em Aristóteles. Anais de Filosofia Clássica, v. 3 n. 5, p. 84-90, 2009.
- Milton Sogabe e Rosangella Leote. Formação Docente. Rede São Paulo SEESP. SP, 2012.
- VERASZTO et al. Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito. Prisma.com, nº7, 2008, ISSN: 1646 – 3153.

## Fazer arte, fazer escola: processos artísticos para pensar educação

**Alessandra Baldissarelli Bremm**

Mestranda em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: alebaldissarelli@gmail.com

**Resumo:** Este artigo aborda questões da pesquisa de mestrado em educação da autora, que parte de inquietações docentes cotidianas como professora de Arte de escola básica da rede pública, que, ao relacionar seus processos artísticos com questões da docência e com os estudos dos conceitos de “vida como obra de arte” (NIETZSCHE, 2012) e “estética da existência” (FOUCAULT, 2004), percebe a arte como um modo de pesquisar em educação. Com a realização de uma residência artística em uma escola básica da rede pública de Porto Alegre – RS, buscou-se produzir outros tempos e espaços para problematizar as emergências dos encontros entre arte e escola, a partir da seguinte problemática: De que modos uma residência artística pode vir a problematizar os tempos e os espaços da escola, a partir dos encontros entre arte e educação?. As experiências da residência artística na escola permitiram tensionar, de modo artístico, questões relacionadas ao cotidiano escolar, à docência e seus desafios no mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Escola; arte; educação; residência artística.

**Abstract:** This article is based on the master's research in education of the author, approaching daily teaching concerns of an art teacher from a public elementary school and relating her artistic processes to teaching issues and to the studies of the concepts of "life as a work of art" (NIETZSCHE, 2012) and "aesthetics of existence" (FOUCAULT, 2004), perceives art as a way of researching in education. With the development of an artistic residence in a elementary public school of Porto Alegre - RS, the aim was to try to produce other times and spaces to problematize the emergencies of the encounters between art and school, from the following problematic: In what ways a residence can problematize the times and spaces of the school, from the encounters between art and education?. The experiences of the artistic residence in the school allowed problematize, in an artistic way, questions related to the school routine, teaching and its challenges in the contemporary world.

**Keywords:** School; art; education; artistic residence.

Esse artigo articula questões emergentes de inquietações cotidianas minhas como professora de Arte do ensino público, com a realização de uma residência artística em uma escola pública de Porto Alegre/RS, parte da pesquisa do Mestrado em Educação/UFRGS, orientada pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Gruppelli Loponte. A investigação almejou pensar a arte como forma de problematizar questões emergentes do cotidiano escolar, buscando desvanecer as fronteiras entre a arte, a educação e a vida. Ao ingressar no mestrado, revisei os meus últimos trabalhos artísticos<sup>1</sup> e reconheci neles uma vontade de inventar outras relações entre a arte e a educação. Questões relacionadas à experiência docente como professora de arte e como

---

<sup>1</sup> Desde 2010 desenvolvo produções visuais relacionadas às questões educativas. Alguns trabalhos podem ser conferidos em <https://alebbremm.wordpress.com/>. Acesso em: 06 Julho 2017.

educadora de um museu<sup>2</sup>, além de ressonâncias de diversos trabalhos anteriores que orbitavam na interface entre arte e educação (produção artística, mediação de exposições e criação e implementação de programas educativos) sempre tornavam-se o motivo das minhas produções. Era uma maneira de problematizar situações que instigavam o meu pensamento e que encontravam terreno fértil para novas possibilidades de pensar na arte. Com Foucault (2004), entende-se a problematização como uma elaboração do pensamento, como uma tentativa de movimentar as dificuldades, transformando-as em outra coisa, para além da lamentação, para que possam desacomodar nossas ideias, propor possibilidades e até mesmo novas perguntas. Assim, aqueles trabalhos artísticos anteriores fizeram-me perceber na arte a possibilidade de produzir outros modos de pensar sobre educação na própria escola, como modos de pensar as relações entre verdade e criação em arte e educação através da realização de uma residência artística em uma escola pública municipal de Porto Alegre – RS.

Através de processos artísticos realizados sobre/na escola, durante a residência, alguns aspectos foram problematizados de forma a tornar visíveis situações que denotam a necessidade de pensar a escola e a arte de outras formas no mundo contemporâneo. A arte, em uma postura investigativa e analítica, é percebida aqui não como uma disciplina no currículo escolar, mas como um terreno fértil para novas possibilidades de pensar, “no encontro fortuito, na relação dinâmica de uma proposição artística com outras formações, artísticas ou não (BOURRIAUD, 2009 p.29-30). Nesse contexto, investigo possibilidades de se produzir outras verdades, produzir outras estéticas cotidianas sobre/com a escola, “que insiste em permanecer a mesma” (LOPONTE, 2005, p.15).

Acompanhada pelos estudos de Nietzsche e Foucault, aproximei-me da dimensão ético-estética da vida, da arte pensada como exercício de presença, como algo intrínseco à vida. Essa postura exige um comprometimento, uma implicação com o mundo para poder torná-lo seu pelo trabalho sobre si mesmo, como afirma Foucault: “Essa transformação de si por seu próprio saber é, penso, algo bastante próximo da experiência estética. Por que um pintor trabalharia, se ele não é transformado por sua pintura?” (FOUCAULT, 2014, p. 204). Assim, a arte é entendida, neste trabalho, como uma postura de vida, mais do que um objeto a ser apreciado, em consonância com a ideia de “vida como obra de arte” (NIETZSCHE, 2012), como uma

---

<sup>2</sup> Estive atuando como professora de Arte na E.M.E.F. Jardelino Ramos, na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul (cidade na região serrana do Rio Grande do Sul, a 128 km de Porto Alegre) de Janeiro de 2012 a Agosto de 2015. Nesse mesmo período atuei como educadora no Projeto Cultural “Onde Estou?”, no Instituto Bruno Segalla– IBS, em Caxias do Sul.

necessidade primeira na tarefa incessante de “fazer frente ao absurdo da existência, dando novos sentido e objetivo para o seu cotidiano” (DIAS, 2011, p. 13). Nessa experimentação cotidiana, nesse jogo consigo mesmo e com o mundo, abrem-se possibilidades para criarem-se outras formas de vida, de vida como “vontade criadora, sendo a arte o grande estimulante da vida” (NIETZSCHE, 1988). Nesse pano de fundo, e somente a partir desse entendimento, dessa mudança do olhar ao perceber que arte e vida não se separam, a ideia de pensar os processos artísticos como um efetivo modo de pesquisa na escola tornou-se uma possibilidade visível. Se antes a minha vontade era levar as questões e as inquietações educativas para a galeria de arte, agora a potência estava justamente em criar na escola e com a escola, isto é, fazer da escola residência, viver as suas intensidades e desafios e pensar a arte como problematizadora dessa experiência. Voltei-me, então, para a escola como artista em residência, produzindo encontros, onde os processos artísticos foram criados pelas emergências das vivências no cotidiano escolar. Tensionei esse encontro através da seguinte problemática: *De que modos uma residência artística pode vir a problematizar os tempos e os espaços da escola, a partir dos encontros entre arte e educação?*

Por mais que tenha sido necessário escolher uma escola específica para realizar a pesquisa, as produções e as experiências vividas foram novamente problematizadas durante a escrita, no intuito de expandir os seus efeitos para além de um espaço físico específico, em direção a uma abordagem mais ampla sobre escola, sobre educação e sobre docência no mundo contemporâneo. Assim, ao mesmo tempo em que escutei e falei sobre a especificidade de uma escola em particular, almejo que essa escrita reverbere para outras escolas, para outros espaços educacionais (ou não), para o pensar sobre educação, arte e vida.

Durante os quatro meses da residência, buscou-se criar outros espaços e tempos de encontros entre arte e escola, entre processos artísticos e processos educativos. A arte exige um outro tempo para passar por nós e, por isso, pode ser pensada ela mesma como uma duração, um espaço para colocar as ideias em conversação. Nessa escrita que busca fazer-se trama com as experiências, algumas referências artísticas são escolhidas para esse alinhar de um trabalho que se faz em camadas, como descreve Mossi:

Trata-se de cunhar, de sulcar algo na tensão, na fricção de elementos dispersos; Trata-se de produzir algo a partir do acaso, do imprevisto, da colagem; Trata-se de buscar possibilidades afirmativas e aumentativas de potência no imprevisto, de desenhar um lano imanente de despersonalização, de impessoalidade, de multiplicidades e de coexistência que se constitui por camadas (MOSSI, 2014, p. 29).



A potência da arte como pensamento perpassou toda a construção da pesquisa, que não teve um caráter sequencial, um sentido horário, mas que foi acontecendo ao mesmo tempo em que a escola ia acontecendo. Essa iminência, esse algo que está para irromper, esteve presente constantemente durante a residência e foi materializado em palavras, imagens e memórias. Essa materialidade foi problematizada através de processos artísticos, definidos de acordo com o contexto em que emergiam. Ao mesmo tempo em que esses processos artísticos eram produzidos, outras relações estavam sendo construídas na/com a escola, onde as formas de relacionamento envolvidas criavam outros espaços, outros movimentos. Só pude pensar algumas questões estando fora do tempo da escola, deslocando-as para outro tempo e espaço, que não o escolar. Seria possível, então, agora, fazer esse processo estando na escola? De que modos isso seria possível? Esse andamento foi constituindo, aos poucos, uma concepção de pesquisa, uma concepção de residência artística, próprias de um contexto específico. Um trabalho que só existe, que só acontece enquanto as pessoas acontecem, um estado de iminência entre a escola e a arte, sem ensaios. Canclini (2012, p.20) ajuda-nos a pensar nesse caráter iminente da arte, em que “as obras não simplesmente “suspendem” a realidade, mas se encontram em um momento prévio, quando o real é possível, quando ainda não se desfez. As obras tratam os fatos como acontecimentos que estão a ponto de ser” (CANCLINI, 2012, p.20) e que, por isso, produzem espaços de outras possibilidades.

Essa abertura que a arte traz para a pesquisa em educação permite que ela seja pensada em um plano de experimentação, em que —a pesquisa se faz mais sensível às qualidades sensoriais dos fenômenos e situações educativas que se estudam (VIADEL, 2006, p. 250), ou seja, a arte permite percepções que outras metodologias de pesquisa não dão conta, possibilitando outros modos de viver as experiências, o que é determinante para a realização da residência artística na escola como um modo de fazer pesquisa em educação. Uma possibilidade que se localiza em um contexto de emergência de pesquisas educacionais baseadas em arte (PEBA), que vem sendo campo de estudo para diversos autores, tais como Tom Barone (2012), Elliot Eisner (1998, 2012), Rita Irwin e Belidson Dias (2013), Nicolas Bourriaud (2009a, 2009b), Denzin e Lincoln (2006) e Ricardo Marín Viadel (2006), dentre outros.

Assim, ao pensar na interface entre arte e educação, agora para além do objeto artístico, ao realizar uma residência artística na escola propus um tempo e um espaço de disponibilidade entre ambas, em uma abordagem que transgride os limites do que é do campo da arte e o que é do campo da educação, em outras palavras, “se trata de aprender a habitar o mundo nos termos

de uma localização incerta, agitada pelos chamados da mobilidade, da disponibilidade e da flexibilidade” (LUNA, 2017, p. 27 [tradução minha]). Uma aproximação que já havia sido experimentada por mim ao participar, em 2009, como co-curadora no projeto Coleção Vicinal do curador chileno Gonzalo Pedraza, que integrava o programa de residências Artistas em Disponibilidade, 7ª Bienal do Mercosul – Grito e Escuta, que acontecia em parceria com a Unidade de Artes Visuais da Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul (UAV), na qual eu trabalhava como estagiária. Ao escrever sobre o programa, a curadora pedagógica Marina De Caro salienta a importância da postura de disponibilidade dos artistas para atuar em contextos sociais, transgredindo e ampliando os espaços de atuação da arte, indo além da exposição em galerias e espaços expositivos, onde os artistas “ensaiaram uma tradução das duas propostas transcrevendo-as do sistema da arte ao sistema educativo” (DE CARO, 2009, p. 8 [tradução minha]).

Porém, com a residência artística buscou-se ir além de uma tradução de uma ação artística para um campo educativo, mas almejou fazer-se na escola, do início ao fim. Para isso, iniciou pela dedicação aos instantes, às minúcias, olhando de novo ao que parecia que estava desde sempre ali. No dicionário<sup>3</sup>, encontramos a palavra “minúcia” como: “mi-nú-ci-a (latim *minutia*, -ae) substantivo feminino 1. Coisa mínima; bagatela; minuciosidade; insignificância. 2. Particularidade, minudência”. As minúcias de que falo, são as minúcias de escola, no que se refere às coisas mínimas que lá acontecem, mas que nem por isso são insignificantes, pelo contrário, são minuciosidades que engrandecem o processo educativo se olhadas de perto, como afirma Bachelard (2008, p.219) : “a miniatura sabe armazenar a grandeza”. São pormenores que demonstram um olhar cuidadoso ao que, de outra forma, passaria batido no cotidiano apressado.

O olhar às minúcias intenta um estado de atenção com o mínimo do cotidiano, daquele mesmo cotidiano que eu vivenciava em minha docência, e que de alguma forma, fazia-me irromper em escrita, em arte. Um estado que permita “alegrar-se espontaneamente com a própria existência” (HADOT, 2010, p. 26 [tradução minha]), tendo a arte e a filosofia como formas de reportar-se a essa realidade, ao mesmo tempo que se procura manter um olhar artístico diante da vida. Se a escola, em sua multiplicidade, “está aí, [...] [e] nos desafia a vê-la” (GALLO, 2014, p. 32 [acréscimo meu]), como prestar esse outro olhar para o mesmo? Sílvia

---

<sup>3</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa on-line. Disponível em: < <http://www.priberam.pt/>>. Acesso em: 06 Julho de 2017.

Gallo (2014, p.20), em publicação sobre o “mínimo múltiplo comum” da escola, faz-nos perceber as coisas mínimas como possibilidades de pensar o múltiplo e o comum da educação: “quais os efeitos do menor na educação? Nesse projeto de máximas, que papel têm jogado os mínimos? Que fugas, que escapes eles promovem? Enfim, qual a potência do mínimo na educação?” (GALLO, 2014, p.20). Gallo refere-se ao mínimo e menor a partir do par conceitual “maior e menor” conforme Deleuze & Guattari (1977,2011), onde o maior estaria relacionado “àquilo que é regulamentado, organizado e, portanto, reconhecido” (GALLO, 2014, p. 24), enquanto que o “menor” estaria para além das regras, pois relaciona-se com os “fluxos livres, com a invenção a todo tempo [...]” (ibidem).

No intuito de aproximar-me e de registrar essas pequenas histórias cotidianas que muito nos dizem sobre escola que produzi os vídeos “minúcias”<sup>4</sup>. São dois vídeos com o mesmo nome, produzidos com a mesma proposta e que mostram duas escolas diferentes em cidades diferentes (Caxias do Sul e Porto Alegre), que evidenciam os atos mínimos que produzem diariamente o que conhecemos como escola. Ao serem expandidos e tornarem-se tela inteira, produzem um estranhamento, tornam “estranho aos nossos olhos tudo aquilo que é comum, ao mesmo tempo que torna comum tudo aquilo que consideramos estranho” (GALLO, 2014, p.26).

A câmera funcionava como uma lupa, o que me permitia prestar um outro olhar diante do familiar e, assim, aquelas minúcias, “porta[s] estreita[s] por excelência, abr[iam] um mundo. O pormenor de uma coisa pode ser o signo de um mundo novo, de um mundo que, como todos os mundos, contém os atributos da grandeza. A miniatura é uma das moradas da grandeza” (BACHELARD, 2008, p. 164, [acréscimos meus]). O grande sai do pequeno, não pela lei lógica de uma dialética dos contrários, mas graças à libertação de todas as obrigações das dimensões, libertação que é a própria característica da atividade de imaginar (BACHELARD, 2008, p.163), e eu acrescentaria, aqui, do criar.

Enquanto eu escolhia o momento de apertar o botão de gravar ou decidia o que deixar de fora do enquadramento, eu estava criando um olhar sobre escola. Mas, ao mesmo tempo, eu queria que a escola falasse por si ou ainda que a vida da escola falasse por si. Assim, se, no primeiro vídeo de minúcias (gravado na escola em Caxias do Sul), procurei criar um ritmo de acordo com a trilha sonora (a música *zigeunertanz*, de Friedrich Nietzsche), no segundo vídeo

---

<sup>4</sup> Vídeo minúcias (Caxias do Sul). Disponível em: < <https://vimeo.com/202744956>>. Acesso em: 10 Jun. 2017.  
Vídeo minúcias (Porto Alegre). Disponível em: < <https://youtu.be/1P5v9nItG4w>>. Acesso em: 10 Jun. 2017.

de minúcias, gravado durante a residência em Porto Alegre, deixei a escola fazer-se ouvir, até porque, trata-se de uma escola muito musical.

Ainda sem nenhuma imagem, escuta-se o som de crianças, desde o fora da escola. Quando a imagem surge, não vemos as crianças, mas vemos um cachorro rondar a entrada da escola. Uma rampa vazia com vista para o horizonte nos aproxima do som, da vida da escola. De repente, o silêncio da biblioteca reina, enquanto pombas residem na escola. O silêncio se transforma em música, que começa com o movimento do recreio, com sombras que denotam presenças, materializadas em palmas. A música torna-se corpórea e, impulsiona o tambor. Uma bolha de sabão suspende o tempo por alguns segundos...<sup>5</sup>

Durante a residência, os processos artísticos buscaram produzir aberturas, outros pontos de partida, para prestar uma escuta atenta, em disponibilidade aos instantes, ao outro e à escola. Os espaços de encontro criados pelos processos artísticos buscaram ampliar a consideração do outro como presença, bem como tensionar os limites impostos pelo cotidiano escolar normatizado. Jorge Larrosa (2015, p.68) questiona-nos sobre outros modos de colocarmo-nos nos espaços abertos pela experiência ao deixar que ela “nos venha à boca”. Larrosa afirma que necessitamos de “uma linguagem na qual seja possível elaborar (com outros) o sentido ou a ausência de sentido do que nos acontece e o sentido ou a ausência de sentido das respostas que isso nos acontece exige de nós”. Experiências que, assim como a vida, dizem respeito às formas com que nos relacionamos com o mundo, com os outros e que encontram na poesia, na arte, uma tentativa de transformar em outra coisa a experiência escolar, como linguagem “[...] transpassada de paixão, capaz de enunciar singularmente o singular, de incorporar a incerteza” (LARROSA, 2015, p. 69). São registros poéticos que aparecem como uma tentativa de dar voz à experiência ao mesmo tempo em que deixam espaço para aberturas, para o talvez, para o que não é, para o que não foi e para o que poderia ser.

A postura de estar disponível aos instantes possibilita o sentimento de participação de uma realidade que transborda os limites do individual, pois demanda uma atenção, uma disponibilidade ao outro. Esse outro é o outro que faz parte do encontro com a escola e com os processos artísticos criados lá. É o outro pensado também como acontecimento, como experiência, com toda a sua singularidade, inevitabilidade e complexidade (HERMANN, 2014). Uma preocupação que emergiu durante a residência, e que é explorada neste trabalho a

---

<sup>5</sup> Descrição parcial do vídeo de minúcias produzido da escola em Porto Alegre.

A partir do estudo da pesquisadora Nadja Hermann, que nos relembra da relevância a relação entre ética, estética e educação no mundo contemporâneo, para ampliar a nossa consideração com o outro:

Tal postura exige uma abertura para vivências que não se estruturam apenas pela dimensão cognitiva dada por orientações normativas; ao contrário, envolve a sensibilidade e as emoções, as forças vitais, a liberação da imaginação e da corporeidade. Isto articula a dimensão estética que possibilita momentos privilegiados de confronto de nossas crenças, emoções e desejos e nos convida a fazer um movimento em direção ao outro sobretudo porque a experiência estética atua sobre nossas rígidas estruturas de apropriação, articula-se com as emoções, desvela o estranho e possibilita que o outro aconteça (HERMANN, 2014, p. 24).

Nesse movimento em direção ao outro, ao adentrar a escola, estando, agora, em uma certa posição que, nem professores, nem estudantes, nem funcionários transitam usualmente, trouxe um certo estado de redescoberta para a pesquisa. Ao mesmo tempo, durante o caminhar, as minhas próprias experiências docentes e até mesmo como estudante de escola pública, ressoavam em meu corpo a partir das minhas memórias e movimentavam-me na busca de outras vias, outras entradas para pensar sobre as minúcias, os instantes, as experiências vividas ali.

Um dos desafios de realizar uma pesquisa que tem a arte como um modo de olhar para as coisas é justamente a invenção de um modo de pesquisar que contemple a especificidade dos processos envolvidos na investigação, ao mesmo tempo em que não deixa de prestar atenção ao rigor indispensável a uma pesquisa acadêmica. Invenção é entendida aqui como “a potência que a cognição possui de diferir de si mesma” (KASTRUP, 2016, p. 3), em um processo móvel de pensamento sobre o próprio pensamento. Assim, a incerteza que ronda os passos da pesquisa não paralisa o andar, mas dá lugar a uma incerteza viva, que faz “emergir atitudes de engajamento e participação que procuram originar estratégias de construção de um mundo comum” (KASTRUP, 2016, p. 3). Essas estratégias, nesta pesquisa, encontram a arte como potencial de invenção na escola. Afinal, a incerteza torna-se, aqui, matéria propulsora de invenção já que, durante a residência, tudo esteve por acontecer, por fazer, o que é um grande desafio e ao mesmo tempo uma potencialidade, já que foram justamente aquelas forças reguladoras da escola, que expulsam “a diversidade, a singularidade e a diferença” (HERMANN, 2014, p. 76), que me levaram a buscar nos processos artísticos outros tempos para pensar sobre as inquietações docentes.

Para fazer pesquisa nesse estado de não fixidez é necessário uma certa liberdade inventiva nos procedimentos de investigação, o que aproxima a pesquisa em educação das artes,

fazendo surgir questionamentos: “Quais as palavras e imagens para o indizível de nossas pesquisas em educação? Que novas formas, que “novas líras” teremos que inventar para tratar das questões que nos inquietam e que não cabem na linguagem pretensamente “verdadeira” e “científica?” (COELHO; LOPONTE, 2015, p. 3317).

Elliot Eisner, importante professor e pesquisador americano na área da arte e educação, foi o precursor das Pesquisas Educacionais Baseadas em Arte (PEBA)<sup>6</sup> nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980. Eisner deu início à abertura de novas possibilidades de pesquisa, que, segundo ele “pode adotar os modos que imitam as formas das artes e humanidades ou as das ciências naturais e sociais. Suas formas de representação de dados estão abertas à invenção” (EISNER, 1997, p.8, [tradução minha]). Esse processo de abertura para a produção de arte como um modo de fazer pesquisa gerou novas formas de pesquisar a educação que problematizam e expandem as margens da pesquisa acadêmica hegemônica, aproximando a investigação do ato criativo.

Ao adotar o termo residência artística, trata-se de um termo originado no campo artístico, que leva o “artístico” no nome, e que se refere a um modo bem específico de fazer arte em um determinado local. Porém, não realizei uma residência em uma instituição artística, ou envolvida em interesses artísticos institucionais. Desse modo, ao inserir-me na produção de uma interface entre arte e educação em uma escola, de certa forma, produzi uma tensão entre esses campos, tornando-se necessário problematizar também esse encontro/desencontro em meu trabalho, o que incide diretamente na escolha ou não de um termo do campo da arte para designar a metodologia da pesquisa. Se a especificidade dessa residência artística está em sua relação com a escola, com os encontros que então aconteceram e, mais ainda, se a ideia para a sua realização partiu do espaço escolar, mais especificamente, das inquietações das relações entre arte, educação e vida na escola, penso que, reside aí a importância de voltar a esse espaço, pensando na arte como um outro tempo para viajar para além dos portos-seguros do que conhecemos sobre escola, para encontrar “outros continentes no mundo do teto fendido”, como afirma Bachelard (2008, p.152):

Mas voltemos a devaneios mais curtos, solicitados pelo detalhe das coisas, por traços do real à primeira vista insignificantes. Quantas vezes não se tem mencionado que Leonardo da Vinci aconselhava os pintores com falta de inspiração diante da natureza a contemplarem com olhos sonhadores as

---

<sup>6</sup> Essas pesquisas assumem diferentes nomenclaturas de acordo com o seu contexto de emergência e linha de trabalho dos pesquisadores. Além de PEBA, há ainda IBA (Investigações Baseadas em Arte) e PBA (Pesquisas Baseadas em Arte).



fissuras de uma velha parede? Não haverá um plano de universo nas linhas que o tempo desenha na velha muralha? Quem já não viu, em algumas linhas que aparecem num teto, o mapa do novo continente? O poeta sabe tudo isso. Mas, para expressar à sua maneira o que são esses universos criados pelo acaso nos confins de um desenho e de um devaneio, ele vai habitá-los. Encontra um canto onde permanecer nesse mundo do teto fendido (BACHELARD, 2008, p. 152).

A residência artística na escola como um modo de pesquisar com arte fez emergir diversas interfaces de encontros, microespaços de possibilidade na escola. Esses outros tempos e espaços estiveram intimamente ligados a minha relação de pesquisadora, de professora, de artista, como um corpo/território na pesquisa, já que partia de mim a vontade de criação desses espaços/intervenções/durações (LOPONTE; COELHO, 2015). A partir das outras margens, bordas produzidas durante a pesquisa, inspirada em Nietzsche, a partir de Loponte (2008), questiono: O que o artista pode aprender com a escola e o que a escola pode aprender com o artista? A arte como tempo e espaço de deslocamento permite que coloquemos o nosso pensamento sempre em movimento, não nos deixando estagnar no ritmo do cotidiano apressado e vicioso da vida, da escola, fazendo-nos questionar as nossas aparentes convicções. Esse movimento de experimentação contínua é uma das coisas que nós (professores, estudantes, escola e seres humanos) podemos aprender com os artistas, para os quais a “arte que se assume como esboço, como rascunho contínuo, como busca de estilo, como experimentação, como resultado árduo e quase infinito do artista sobre si” (LOPONTE, 2008, p. 7). Esse trabalho árduo e *perpetuum* sobre si mesmo é uma das grandes aprendizagens desse caminho que percorri em experimentação “estética da existência” (FOUCAULT, 2004).

O espaço criado pela arte neste trabalho nada mais foi do que um tempo para dedicar uma atenção ao outro. E, como sublinha Skliar, essa é a principal tarefa e desafio da educação. Esse trabalho inseriu-se na tentativa de produzir outros tempos e espaços na escola que nos permitissem essa conversação com o outro, seja estudante, professor, escola, funcionário ou arte. Essas fissuras fazem-nos perceber a potência das minúcias que emergem desse estado de atenção e que, muitas vezes, não temos como perceber em meio a tantas exigências que nos rondam como professores, gestores, como habitantes da escola. Nessa perspectiva, para que a arte e a educação produzam zonas de contato, é preciso que criem situações em que “os tempos e espaços sejam negociáveis, abertos à mediação, ao conflito e ao acordo [...]” (LUNA, 2017, p.41 [tradução minha]). Assim, as questões apresentadas aqui apontam para possíveis modos de produzir pequenas brechas, fissuras no ritmo da escola, para criar microespaços e tempos em que possamos realmente tornarmo-nos estrangeiros de nós mesmos e da escola



(KRISTEVA, 1994), encolher-nos para fazer emergir as grandezas (BACHELARD, 2008) do que é fazer escola e sairmos de nós mesmos em direção ao outro (SKLIAR, 2014) e à multiplicidade da escola. Para isso, encontramos na arte, em um modo artista de habitar a escola, em uma docência artista (LOPONTE, 2005), fazemos dos desafios cotidianos propulsores de criação, de movimento de experimentação, de trabalho de si sobre o próprio pensamento.

### Referências:

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARONE, Tom; EISNER, Elliot. Arts Based Research. Los Angeles: SAGE, 2012.

BOURRIAUD, Nicolas. Estética Relacional; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009a.

CANCLINI, Néstor Garcia. A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

COELHO, Alberto. D. A. ; LOPONTE, Luciana Gruppelli . Arte como plataforma para pensar em metodologias de pesquisa em educação. In: Anais do 24º Encontro Nacional da ANPAP – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2015, Santa Maria, RS. 4º Encontro Nacional da ANPAP – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Santa Maria, RS: UFSM, 2015. v. 1. p. 3310-3322. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2015>>. Acesso em: 10 Set. 2016.

DE CARO, Marina (org.); GALLARDO, Ana ...[et al.]. Micropolis experimentais: traduções da arte para a educação; Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2009.

DELEUZE, Gilles. Kafka: por uma literatura menor. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Rosa Maria. Nietzsche, vida como obra de arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DIAS, Belidson. IRWIN, Rita L. (Orgs.). Pesquisa Educacional baseada em arte: a / r / tografia /. Santa Maria: UFSM, 2013.

EISNER, Elliot. The promises and perils of alternative forms of data representation. Educational Researcher, v. 26(6), p. 4–20, ag. 1997. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/1176961?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/1176961?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 31 maio 2016.

\_\_\_\_\_. El ojo ilustrado: indagación cualitativa y mejora de la práctica educativa. Barcelona: Paidós, 1998.

\_\_\_\_\_. A coragem da verdade. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GALLO, Sílvio. \_\_\_\_\_. mínimo múltiplo comum. In: RIBETTO, Anelice. (org.). Políticas, poéticas e práticas pedagógicas (com minúsculas). Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014. p. 20-33.

HADOT, Pierre. La presencia es la única diosa que adoro. In: No te olvides de vivir. Goethe y la tradición de los ejercicios espirituales. Madrid: Siruela, 2010, p. 17-50.

HERMANN, Nadja. Ética & educação – Outra sensibilidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

KASTRUP, Virgínia. Educação e invenção em tempos de incerteza. In: VOLZ, Jochen; PRATES, Valquiria (Orgs.). Incerteza viva: processos artísticos e pedagógicos – 32ª Bienal de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016. p.3-32.

KRISTEVA, Julia. Estrangeiros para nós mesmos. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LARROSA, Jorge. Tremores: Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Docência artista: arte, estética de si e subjetividades femininas. Tese (Doutorado em Educação) Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 2005.

LUNA, Sergio Martínez. ‘Ni/ni’: ‘entrelugares’ del arte y la educación. In: GRUPO DE EDUCACIÓN DE MATADERO MADRID. Ni arte ni educación: Una experiencia en la que lo pedagógico vertebró lo artístico. Madrid: Catarata, 2017. P. 27-43.

MOSSI, Cristian Poletti. Um corpo-sem-órgãos, sobrejustaposições. Quem a pesquisa [em educação] pensa que é?. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de pesquisa Educação e Artes) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Santa Maria, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. Fragmentos póstumos, maio-junho de 1888. In: Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe. Edição crítica organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. 15 vols. Berlim/Nova York: Walter de Gruyter, 1988, v. 13, p. 521.

\_\_\_\_\_. A Gaia Ciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKLIAR, Carlos. Desobedecer a linguagem: educar; tradução Giane Lessa. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VIADEL, Ricardo Marín. La investigación educativa basada en las artes visuales o arteinvestigación educativa. In: VIADEL, Ricardo Marín (ed.). Investigación en Educación Artística. Granada: Universidad de Granada, 2006. p. 223-274.

## ST 21 - Teoria da História e História da Historiografia: Filosofia, Ciência e Religião

Breno Mendes  
Doutorando  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[mendes.breno@gmail.com](mailto:mendes.breno@gmail.com)

Danilo Souza Ferreira  
Mestrando  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[danielosf1901@hotmail.com](mailto:danielosf1901@hotmail.com)

Marco Guisoli Girardi  
Mestrando  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[marcoggirardi@gmail.com](mailto:marcoggirardi@gmail.com)

Walderez Simões Costa Ramalho  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[walderezramalho@gmail.com](mailto:walderezramalho@gmail.com)

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite  
Doutorando  
UFMG  
[augustobrunoc@yahoo.com.br](mailto:augustobrunoc@yahoo.com.br)

Tomaz Pedrosa de Tassis  
Mestrando  
UFMG  
[tomaztassis@gmail.com](mailto:tomaztassis@gmail.com)

Henrique Rodrigues Caldeira  
Mestrando  
UFMG  
[henriquercaldeira@gmail.com](mailto:henriquercaldeira@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Com o objetivo de continuar as atividades de um fórum voltado para discussões acerca da Teoria da História e da História da Historiografia no interior do EPHIS, prosseguimos a tradição de propor um Simpósio Temático dedicado ao estímulo de tais debates. Os terrenos, intersecções e fronteiras dos campos da Teoria da História e da História da Historiografia são suficientemente amplos para suscitar temas e abordagens das mais variadas. Certos disso, visamos propiciar um espaço suficientemente amplo para o acolhimento de todas elas,

sobretudo daquelas que contemplam temas relacionados à filosofia, à ciência e à religião. Todavia, mesmo que não seja evidente a princípio, as propostas devem versar, em comum, a respeito de questões essenciais que confirmam certa especificidade teórica às reflexões, tais como: O que é a História? É possível formular um conhecimento racional e metódico sobre o passado? Que necessidades são atendidas por esta forma de conhecimento? Em que medida essas questões foram postas, destacadas, obliteradas ou rejeitadas na própria história da disciplina histórica? Quais os limites e/ou possibilidades de uma História da Ciência realizada por historiadores? O que a História, enquanto forma de conhecimento do passado, tem a dizer a respeito da produção científica? De que modo a Religião e a História, como maneiras de elaborar ou configurar a experiência humana dotando-a de sentido e inteligibilidade, podem aproximar-se ou distanciar-se? Enfim, as propostas devem girar em torno da extensa variedade de questões ontológicas, epistemológicas, éticas, estéticas, sociais e políticas provocadas pelo saber histórico – quaisquer que sejam os seus objetos. Assim, uma vasta gama de propostas são bem-vindas, cobrindo desde temáticas mais amplas e tradicionais a problemas considerados cada vez mais específicos e atuais; as relações da escrita da História, seus desafios e demandas contemporâneos; e as novas perspectivas sobre a História em conexão com a Religião, a Ciência e a Filosofia. Com este Simpósio pretendemos debater a respeito daquilo que há de mais caro há na reflexão sobre a disciplina histórica: o potencial que o(a) historiador(a) tem de dar (ou acessar) sentido ao passado, transformá-lo (ou conquistá-lo) e permitir que com ele se conviva (ou se negue). E, para fazê-lo, almeja-se trabalhos capazes de, em diálogo com a própria tradição, revirá-la, ressignificá-la e continuá-la criticamente, renovando os sentidos do fazer História.

## Balanço Historiográfico sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Ana Luiza Dias de Faria

**Resumo:** A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1944-1945) é retratada pela historiografia sob diferentes prismas. Há, por exemplo, uma historiografia militar que, de forma romaneada, exalta a memória dos ex-combatentes ressaltando suas conquistas do combate na Itália. A partir de 1980, o tema passa a interessar alguns historiadores, profissionais que realizam esta análise com o uso de vastas fontes. Essas novas produções científicas buscam ressignificar este momento histórico de diversos ângulos. O presente projeto visou realizar um balanço historiográfico dessas novas obras para ampliar os olhares sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Nesta ocasião, foram apresentadas novas formas de perceber o fato histórico, tendo como referência três eixos temáticos: memória, representação e reintegração social.

**Palavras-chave:** Balanço historiográfico, Força Expedicionária Brasileira, Segunda Guerra Mundial.

**Abstract:** The participation of the Brazilian Expeditionary Force in World War II (1944-1945) is portrayed by Historiography under different prisms. There is, for example, a military historiography that, in a romanced way, exalts the memory of the ex-combatants pointing out their achievements in Italian Combat. From 1980, this theme becomes interesting to some historians, professionals that accomplish this analysis with the use of vast sources. These new scientific productions seek to resignify this historical moment of various angles. The present project aimed to accomplish a historiographic balance of these new works in order to amplify the views on the Brazilian participation in World War II. On this occasion new ways of realizing the historical fact have been presented, having as reference three thematic axes: memory, representation and social reintegration.

**Keywords:** Historiographic balance, Brazilian Expeditionary Force, World War II.

### Introdução

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) conquistou seu lugar na historiografia através do estudo das memórias de seus ex-integrantes, que descreviam com detalhes sua experiência pessoal e coletiva na guerra. À época do pós-guerra era possível encontrar diversas versões literárias do acontecimento, sendo a mais expressiva a visão de exaltação dos feitos históricos dos combatentes.

O historiador Dennison de Oliveira na obra *A Força Expedicionária na História e na Historiografia* (2009) expõe a existência de três fases na produção historiográfica militar, sendo a primeira e a segunda fase versões literárias que afirmam uma posição dominante; a primeira fase (de 1946 a 1964) destacam-se obras como; *A FEB Pelo Seu Comandante* (1947) - João Baptista Mascarenhas de Moraes e *O Brasil na Segunda Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castelo Branco (1960). Nessas obras o interesse é apresentar a estrutura política tendo como segundo plano a preocupação com o soldado e seus dilemas na guerra.

A segunda fase (1964-1985) refere-se ao período de duração da ditadura militar, onde as obras memorialísticas obtiveram um olhar pouco mais crítico em relação à primeira fase, mas ainda restrita ao campo de estudo de pesquisadores exclusivamente militares. Como exemplo compõem esse grupo o autor Marechal Floriano de Lima Brayner – chefe do Estado Maior da FEB – com a obra *A verdade sobre a FEB* (1968). Tornou-se polêmica na época, pois trazia em suas páginas uma crítica explicitando fragmentações ideológicas no interior do alto comando do exército brasileiro.

A terceira fase é simultânea a redemocratização brasileira que acontece na década de 1980. Paralela à abertura política em plano macro se tem no âmbito do saber, especificamente na historiografia, uma expansão de objeto de estudos e um maior diálogo interdisciplinar. Esse momento inaugura novas concepções historiográficas tendo como componentes formadores a Nova História Social, Política e Cultural. A historiografia privilegia, no caso da FEB os soldados, pois tratam de seus dilemas, maneiras de interagir com a sociedade no pós-guerra e seu cotidiano. Dos três momentos historiográficos, este último foi objeto de nossa análise mais pormenorizada.

Com o estudo das fases citadas, têm-se a noção da influência exercida pelo contexto sócio-político sob a historiografia, tornando-se importante destacar que a chegada dessas concepções historiográficas na década de 1980 contribuiu para uma análise sob outros prismas da história da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália em 1944 a 1945.

A pesquisa teve como desafio realizar um Balanço Historiográfico dessas produções científicas sob uma visão mais atualizada e revisada da historiografia militar, apresentando visões panorâmicas do estado das pesquisas, graduando historiadores e classificando-os em campos específicos. Para realizar esse último objetivo específico, foi necessário contar com o referencial teórico de Michel de Certeau (1925-1986) que auxilia-nos com seu conceito de *Lugar Social*, no qual discute sua relevância na produção do conhecimento e estabelece um elo basilar entre as subjetividades do autor, seu contexto social e as limitações do meio acadêmico em relação a sua pesquisa. Além disso, a intenção é demonstrar as aproximações entre a história militar e a história social.

O estudo contou com o levantamento, leitura e análise da historiografia da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em segundo passo, o agrupamento e classificação da historiografia e, por fim, a apresentação das obras e dos seus respectivos autores. Considerando

os pontos norteadores do artigo, torna-se indispensável apresentar a problemática que o envolve, discutindo o notável interesse na participação do Brasil na Segunda Grande Guerra.

A temática, por contar com as grandes narrativas militares na primeira e segunda fase historiográfica citada por Dennison de Oliveira (2009), favoreceu a exaltação às ações do Exército e seus comandantes. No contexto da Ditadura militar brasileira (1964-1985), alguns daqueles militares que comandaram a FEB foram sujeitos ativos nesse cenário político. Por associação, o tema é considerado duvidoso do ponto de vista político, pois, segundo José Murilo de Carvalho aponta em sua obra *Forças Armadas e política no Brasil* (2006), “quem escreve sobre os militares corre o risco de ser considerado simpático a instituição militar e à sua ideologia.”.

Os que se dedicavam, e se dedicam, a tais estudos são quase forçados a assumir a posição defensiva e pagam às vezes alto preço pela ousadia. A rejeição política aos estudos castrenses é reforçada, em países onde militares se envolveram mais profundamente na repressão e na tortura, por rejeição psicológica e moral. (CARVALHO, 2006, 141).

Dessa forma, a FEB ligada ao Exército no contexto da Segunda Guerra mundial e sendo escrita como história militar, é recebida no campo acadêmico com receio de não ser aceito pelos pares.

### **O encontro dos olhares sobre a Força Expedicionária Brasileira**

O enfoque deste artigo é dar visibilidade as produções científicas recentes sobre a temática da participação da FEB na campanha da Itália (1944-1945), pois bem, de acordo com a escolha desses escritores e baseado em seu *local social*, foram escolhidos três eixos temáticos, cujo autores buscaram ressignificar por novos olhares. São eles: memória, representação e reintegração social. No entanto, faz sentido observar pontos de comum acordo entre os diferentes historiadores das obras analisadas para só então prosseguir com as classificações e graduações mencionadas como objetivos específicos desta pesquisa.

De compreensão basilar, a história da FEB se inicia no ano de 1943, um ano após o Brasil cortar relações diplomáticas com os países do Eixo, principalmente Alemanha e Itália. Essa ‘ruptura’ acontece devido à pressão que os Estados Unidos colocaram aos brasileiros para colaborar com eles pós ataque a Pearl Harbor (1941). O receio dos norte-americanos era o de que o Brasil pudesse se aliar à Alemanha, pois, segundo Seitenfus (2003), “para Washington, a ascensão ao poder, no Brasil, de um regime corporativo e simpatizante ao Eixo representa perigo para o Novo Mundo”.



Em 15 de agosto de 1942 submarinos alemães atacam as embarcações brasileiras *Baependi*, *Araraquara* e o *Aníbal Benévolo*, no qual foram mortos 551 pessoas. A opinião pública reagiu com protestos, passeatas e ataques a estabelecimentos de cidadãos dos países do Eixo. Como resposta ao torpedeamento dos navios mercantes faz-se frente aos ataques alemães unindo a Marinha e a Força Aérea brasileira. O exército tenta se modernizar criando a Força Expedicionária Brasileira, que envia 25 mil homens para a frente de batalha na Itália.

O local escolhido era Bolonha, e a missão era libertar e proteger os territórios ocupados pelos aliados. Porém, os escalões chegavam à guerra sem preparo dos treinamentos e adequação aos armamentos necessários. Em 1944 foram conquistadas algumas posições e registradas algumas baixas, em novembro as tropas se direcionaram para o Monte Castelo, um cume situado a oeste de Bolonha em uma região que os alemães estavam estacionados e bem posicionados. Essa batalha se tornou símbolo de luta para os brasileiros, pois entre 24 de novembro de 1944 e 21 de fevereiro de 1945, a FEB se envolveu por seis vezes na tentativa de conquistá-lo. Em 14 de abril, a FEB luta em Montese conseguindo a rendição de 15 mil alemães, a 148ª Divisão de Infantaria Alemã. Permaneceu como tropa ocupante até três de junho e depois retornou ao Brasil.

## **Balanco Historiográfico: memória, representação e reintegração social**

### **Memória**

Como representante dessa temática tem-se a historiadora civil Carmem Lúcia Rigosi com a obra *“La forza di epsdizione brasiliana” – Memória e história: marcos na monumentalística italiana* (2003). A autora se apropria da memória para ressignificar a FEB no tempo atual tendo como inspiração os monumentos como memória material promovendo uma discussão em torno do reconhecimento memorial da FEB pelos italianos. Aborda a relação de sociabilidade entre italianos e brasileiros à época da guerra e sua permanência nos dias de hoje. Rigosi é graduada em História pela universidade Estadual de Londrina (1968), fez seu mestrado em 2003 pela Universidade Federal do Paraná e doutorado também na área de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009).

Em sua linha de pesquisa estava o interesse em compreender as Forças Armadas. Foi colaboradora da Revista Verde Oliva do Exército Brasileiro e tem participação ativa em diversas publicações nos portais da FEB. Algumas de suas produções indicam seu interesse em falar da Força Expedicionária Brasileira e seu contexto como; *Monte castelo: a vitória de um*

povo (2013) e *Patrulheiros da FEB e seus valorosos cães de guerra* (2014). Iremos destacar aqui a obra “*La forza di spedizione brasiliana*” – *Memória e história* (2003), apresentada como dissertação para a obtenção do título de Mestre em Curitiba.

A autora comenta que a monumentalística italiana pôde ser entendida como um ‘sinalizador de um tempo’, de uma memória onde o Estado, as famílias e os combatentes as revelam, No qual o passado é reelaborado na perspectiva individual entre os participantes da guerra, e os monumentos são afirmativas de uma história e memória coletiva. As memórias e o reconhecimento do valor das ações dos brasileiros tiveram como principal interceptor a relação de identidade pelos elementos da língua e religião. Carmem Lúcia Rigosi utilizou-se de história oral com os italianos que vivenciaram a experiência da guerra entre os anos de 2000 e 2003.

### **Representação**

Nessa vertente poderemos ver de perto dois historiadores diferentes, um civil e outro militar. O primeiro, nos referimos a Dennison de Oliveira que é bacharel e licenciado em História (UFPR, 1987), Mestre em ciência política (UNICAMP, 1990), e Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 1995). Seus interesses de pesquisa englobam a História política e militar, relacionados ao período de história contemporânea. No âmbito da história militar o foco é direcionado para as guerras mundiais, regimes políticos autoritários e o processo de reintegração social dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

Dennison de Oliveira se apresenta versátil e aparece tanto na questão da representação quanto na reintegração social dos veteranos da FEB. Nesse primeiro ensaio denominado *Poder militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da psiquiatria militar brasileira* (2001), o autor estuda condições pelas quais indivíduos e pequenos grupos constroem uma identidade coletiva entre seus membros e o papel desempenhado pelos combatentes durante a batalha, onde os sentimentos tinham que ser mascarados. Tenta interpretar os fatores que expõem os seres humanos aos perigos no campo de batalha (risco de morte e invalidez), suas consequências históricas e a diversidade de estratégias adotadas voluntariamente para controlar o medo.

Para a realização da pesquisa foi necessário obter as memórias pessoais dos ex-combatentes e dos profissionais dos ramos da medicina que também participaram da Campanha da Itália. Teve como auxílio bibliográfico o livro *O posto avançado de Neuro-psiquiatria da FEB do Dr. Mirandolino Caldas* (1950) e a tese do Dr. Rubens de Lacerda Manna, que

participou da Campanha da Itália como diretor do serviço de Neuro-psiquiatria da seção brasileira do 7th Station Hospital.

O segundo autor é Leonardo Guedes Henn, graduado oficial do Exército Brasileiro pela Academia Militar das Agulhas Negras (1993), mestre em operações militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2001), formou-se também em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2006) e mestre em História pela UFJF (2009). Henn traz em seu artigo *Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial* (2013) a análise de fontes iconográficas comerciais, oficiais e particulares que retratam a formação da FEB, o seu treinamento no Brasil e na Europa, a viagem de ida, as batalhas, o cotidiano do combatente e seu retorno.

O autor pontua que o registro instantâneo também está a mercê do manuseio dos indivíduos, seja das autoridades governamentais, ou daqueles que tiveram a experiência de guerra. Pois, afinal, a memória é seletiva e está a critério de seu ‘autor’, tornando a fonte um instrumento político e ideológico de um período. Henn se utiliza de iconografias do acervo particular da Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira em Juiz de Fora.

### **Reintegração**

A temática de reintegração social é constante nos estudos recentes dos historiadores, o que indica a preocupação com o retorno que a sociedade dava aos ex-combatentes no pós-guerra, como também uma mudança de foco nas publicações, onde a problematização se faz em conjunto com o interesse de resgate e preservação da memória. Os pesquisadores tenderam a focar em associações dos veteranos, nos auxílios do Estado como as leis de amparo, o surgimento dos museus e nos depoimentos dos ex-integrantes da FEB, que trouxe a tona a História Oral como fonte primária. Nessa última classificação temática se encaixam três historiadores, Alessandro Santos Rosa (militar), e Francisco César Ferraz.

Alessandro Santos Rosa formou-se como Segundo Sargento de Cavalaria (Santos); militar do centro de preparação de oficiais da Reserva de Recife, e graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (2002). Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2010). Foi colaborador da Associação Nacional dos Veteranos da FEB – seção Pernambuco.

Rosa, em sua dissertação, produziu *A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira* (1946-1988) que tinha como foco analisar o processo de reintegração

pelo âmbito da legislação na década de 1940. O autor problematiza o surgimento da legislação tardia a favor dos veteranos, que em alguns casos foram mais de 40 anos de atraso, o autor dá ênfase ao cotidiano de luta dos veteranos no pós-guerra, aborda a discriminação social pela situação que haviam passado, pois muitos tinham neurose de guerra e não foram acolhidos.

Francisco César Ferraz possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), mestrado em História pela mesma faculdade (1994) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003), onde pesquisou a reintegração social e a memória coletiva dos veteranos brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Atua em temas como a FEB, História do Brasil República, Segunda Guerra Mundial, história oral e ensino da História.

No produto de seu doutoramento, *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira* (2010), Ferraz oferece contribuições a cerca da reintegração social dos veteranos de guerra, busca compreender as formas de organização e expressões públicas do ex-combatente, e questiona seu lugar de representação no passado e presente para a população. Compreende que para os ex-febianos, seu processo histórico de reintegração social consistiu na transição lenta de sua constituição como “soldado-cidadão” para a consolidação de sua participação na vida social brasileira como “agente de memória”. Ferraz torna a pesquisa viável através de sua documentação localizada em arquivos públicos e nas associações, bem como da história oral.

## **Conclusão**

As pesquisas tiveram o propósito de mostrar que os historiadores estão buscando reconceituar a participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, como também estão preocupados em resgatar sua memória problematizando algumas visões dominantes da época do pós-guerra, quando do domínio dos escritores militares na historiografia militar, como bem cita Dennison de Oliveira (2009). Compreendendo o risco de se fazer um Balanço historiográfico, por não trazer demais contribuições importantes ao estudo da FEB, a proposta desse trabalho se fez apresentando alguns trabalhos que uniram historiadores militares e não militares.

A iniciativa de juntá-los surgiu de um revisionismo bibliográfico, no qual, percebeu-se uma dicotomia de visões. Inicialmente os militares tendiam a falar de um fato a partir de sua estratégia de batalha, enquanto os não militares prezavam pela contextualização social,

econômica e política. Antes da década de 1980 os estudos viam os fatos como um todo, a partir dessa data esses pesquisadores passaram a transcender essas teorias com o auxílio da história social, e o que era visto como um todo destacando as grandes histórias, é percebido como um suporte as histórias dos sujeitos históricos que as construíram.

Com a chegada da História Social ao Brasil, ocorre uma aproximação entre os dois tipos de historiadores: militares e civis. Esses percebem que podem coexistir e amparar suas discussões na História Militar com uma visão mais ampla. Desempenham um trabalho em conjunto na diminuição das lacunas historiográficas da participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

### **Bibliografia:**

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. Saeculum: revista de história, nº 16, João Pessoa, jan/jun 2007.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História, Vol. I. Princípios e conceitos. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRAGA, Rubem. As crônicas da guerra na Itália. Rio de Janeiro, 1985.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história; [tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota]. – São Paulo: Perspectiva, 2005. – (Debates; 131/ dirigida por J. Ginburg).

BECKER, D. S. ; MALERBA, J. . A historiografia brasileira na década de 1980. O caso da Revista Brasileira de História (1981-1990). In: XII Salão de Iniciação Científica, 2012, Porto Alegre. Anais do XII Salão de Iniciação Científica. Porto Alegre: Edipucrs, 2011. v. 1.

CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. 2ºed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2ºed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. A cronologia, ou lei mascarada. In: “A Escrita da História”. 2. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

COSTA, Antônio Carlos. Imagens e memórias: uma análise da participação da força expedicionária brasileira na segunda guerra mundial. CES Revista Juiz de Fora, n.1. V. 26, 181-198. Jan a Dez. 2012.

COSTA, Lorena Lopes. A literatura como objeto para a nova História: renovação da Escola dos Annales e respostas da historiografia. In: Anais do II Seminário de práticas sociais, narrativas visuais e relações de poder: visões contemporâneas. UFV, 20 e 22 de setembro, 2012. Disponível em: [https://www2.dti.ufv.br/noticia/files/anexos/phpSR0wEs\\_7436.pdf](https://www2.dti.ufv.br/noticia/files/anexos/phpSR0wEs_7436.pdf)

CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. História, teoria da história e culturas historiográficas: Entrevista com Astor Antônio Diehl. Transcrição Alessandro Moura Amorim. *Revista Saeculum*, João Pessoa, n. 21, jul/dez 2009.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. Teoria Historiográfica\* diálogo entre Tradição e Inovação. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.368-394, Jul/Dez 2006.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos Anos 30*. Rio de Janeiro - RJ / Belo Horizonte MG, Ed. UFMG/UFRJ, 1997.

FERRAZ, F. C. A. *Os brasileiros e Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. *Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira(1945-2000)*. 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Olhando para dentro (1930 – 1964)*. História do Brasil Nação 4. Madri/Rio de Janeiro, Fundación Mapfre/Objetiva, 2013.

\_\_\_\_\_. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da segunda guerra mundial. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 26, n. 03, set/dez 2013, p. 670 – 686.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2.ed.São Paulo: Companhia Das Letras, 1995

LEGOFF, Jacques "História" IN: *Enciclopédia Einaudi*, volume 1. Memória História. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Dennison de. Poder militar e identidade de grupo na segunda guerra mundial: a experiência histórica da psiquiatria militar brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, p. 117-154, 2001. Editora da UFPR

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: Varnhagen a FHC*. 3ºed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RIGOSI, Carmem Lúcia. “La forza di spedizione brasiliana” (FEB)- memória e história: marcos na monumentalística italiana. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

ROSA, Alessandro Santos. A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988). Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História pelo curso de Pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

RUSSEN, Jorn. Razão histórica: teoria da história. Brasília: EdUnB, 2001.

SILVA, Humberto Ferreira. Memorial da Força Expedicionária Brasileira: uma face da glória. Trabalho de conclusão de curso (monografia bacharelado- licenciatura em História). Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei, Silva, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. - 4ª ed.- São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. In Textos de história: revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília: UnB, 2002, vol. 10. N. 1/2. p. 184.

SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência: Formação da Comunidade Científica no Brasil. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia. Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biato, 2001.



## Conceitos basilares da história de Pedro Calmon

**Alesson Rota**

Mestrando em História Cultural

Unicamp

Email: alesson.rota@gmail.com

**Resumo:** O presente texto é uma reflexão sobre as principais noções de história de Pedro Calmon. O objetivo foi mapear os conceitos a fim de perceber as teorias que Calmon utilizou durante sua trajetória intelectual. Devido a fase preliminar da pesquisa, coube nesse momento analisar todos os prefácios dos livros publicados pelo autor. O resultado é instigante porque mostra um autor preocupado com a estética da narrativa, com a verdade e com o público leitor, longe de ser um mero “positivista” como algumas leituras fazem de historiadores ligados ao IHGB.

**Palavras Chave:** Teoria, Historiografia, Pedro Calmon

**Abstract:** The present text is a reflection on the main notions of history of Pedro Calmon. The objective was to map the concepts in order to perceive the theories that Calmon used during his intellectual trajectory. In view of the preliminary phase of the research, it was then necessary to analyze all the prefaces of the books published by the author. The result is instigating because it shows an author concerned with the aesthetics of the narrative, with the truth and with the readership, far from being a mere "positivist" as some readings do of historians connected with the IHGB.

**Key Word:** Theory, Historiography, Pedro Calmon

### A solidão de Calmon

Os poucos historiadores que estudaram Pedro Calmon<sup>1</sup> em uma perspectiva historiográfica foram Arno Wehling, Umberto Peregrino e José Carlos Reis. Eles chegaram às conclusões que em alguns momentos são apostas e complementares. Cabe reunir essas interpretações sobre Calmon para dimensionar sua complexidade. Wehling e Peregrino analisaram Calmon em perspectiva de linhagens historiográficas, pertencendo a um ou outro movimento específico. De outro modo, Reis, além de esboçar as possíveis apropriações que Calmon fez, problematizou alguns conceituais de uma de suas obras.

A começar por Wehling que procurou “entender a obra de Calmon como historicista, no sentido do historicismo alemão tão bem representado por Leopold von Ranke e como culturalista, na tradição ilustrada de Vico e Herder”. (1999, p. 607) Segundo ele a História de Calmon tem um compromisso com a História ciência e um outro com a História para a formação da

---

<sup>1</sup> Pedro Calmon foi um historiador brasileiro com intensa produção bibliográfica na primeira metade do século XX. Esteve ligado ao IHGB (1931), à Academia Brasileira de Letras (1936) e à Academia Portuguesa da História (1938), instituições que proporcionaram visibilidade para Calmon publicar suas obras. Foi também diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (UFRJ), entre os anos de 1938 até 1948, e reitor da mesma Universidade entre 1948-1951 e 1951-1966. Apesar desse protagonismo institucional, Calmon foi praticamente esquecido pela historiografia que analisa os interpretes da década de 1930

identidade nacional (WEHLING, 1999). Wehling deduz que Calmon produziu sua história com influência hegeliana-renaniana porque a narrativa dele é movimentada pelos líderes da nação e seu povo. (WEHLING, 1999:609). Tais afirmações parecem bastantes precipitadas dada a complexidade teórica de Calmon. Especialmente se considerarmos que a análise de Wehling foi baseada apenas no livro *História do Brasil – Volume 1 (1959)*. É preciso, antes de tudo, reconhecer que Calmon possui uma vasta produção durante o século XX. Claro que a premissa dos líderes e do povo é verdadeira em Pedro Calmon por causa da produção de obras biográficas presentes durante toda sua vida, mas há outros tipos de abordagens que ficarão claras quando adentrarmos nas suas obras.

Apesar de Wehling considerar substancialmente o livro *História do Brasil*,<sup>2</sup> ele parece captado uma das principais chaves para entender o raciocínio de Calmon:

Pedro Calmon pertence à tradição historista, de que a grande expressão fora Vamhagen, no Brasil, mas que podemos encontrar igualmente em Thierry, na França. Ranke, na Alemanha ou Herculano, em Portugal: é a história-ciência que se confunde com a memória histórica como se a construção científica do conhecimento levasse à corroboração da identidade cultural, num momento em que esta significava unidade e integridade nacional. (Wehling, 1999, p. 608)

Trata-se das relações entre história e memória: como a historiografia do século XIX e XX foi fundamental para a construção da memória nacional. É a história que constrói a identidade e o sentimento de pertencimento ao país. São grupos de historiadores financiados pelo Estado para fazer surgir a Nação. (CATROGA, 2013, p. 22) Todavia, nas relações entre história e memória deve-se considerar o que Pierre Nora chamou de *história-memória*, a construção da história a partir da memória dos grupos sociais a fim de captar elementos comuns para sintetizar a identidade da Nação. “História, Memória e Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico, pedagógico e prático”. (NORA, 1993, p. 11) Em Calmon, tal procedimento pode ser verificado quando o autor tentar incorporar a cultura afrodescendente à história nacional.

Em apoio ao projeto de edificação de um monumento dedicado à memória dos negros, chamado de “Mãe Preta”, Calmon escreveu: “Seja-lhe erguido o monumento, que o será da raça secularmente espezinhada, da alma brasileira que vibrou sob uma carne pigmentada, do passado do país que é todo cheio de amatividade, do coração e do estoicismo da mulher negra”.

---

<sup>2</sup> Neste livro Calmon fez uma longa introdução debatendo teorias da história, o que facilita identificar da onde ele escreveu.

(CALMON, 1926 Apud ARAÚJO, 2006, p. 49) Segundo Mariele Araújo, “a colonização portuguesa é apontada por Pedro Calmon como um evento positivo, e que teria se realizado através de uma “união de raças”, ou seja, da mestiçagem”. (ARAÚJO, 2006, p. 23) Araújo associa Calmon a Franz Boas, mas as semelhanças “resistem apenas superficialmente, uma vez que dentre os portugueses os únicos dispostos a se unir racialmente eram os degredados - já que os ‘elementos puros sempre coexistiram’”. (ARAÚJO, 2006, p. 24) Apesar de seu recorte ser exclusivamente a temática racial em *História da Civilização Brasileira*, a autora é fundamental para contrapor Wehling: “Implícita, ou mesmo explícita no raciocínio de Calmon está a recusa de atribuir historicidade às culturas primitivas, considerando-as numa perspectiva evolucionista, afastada do culturalismo relativista de um Franz Boas”. (WEHLING, 1999, p. 609) Mesmo que a análise que Calmon usa seja evolucionista, ela possui historicidade quando percebe a transformação de uma cultura ao longo do tempo. A peculiaridade de Calmon é reconhecer a miscigenação cultural entre o que ele entende como “baixa cultura”, os negros, os portugueses degradados e os índios e a sobrevivência dos elementos puros, aqueles pertencentes à aristocracia.

O intuito de Wehling em sua análise foi categorizar Calmon como pertencente:

A tradição hermenêutica, inaugurada por Varnhagen e que correspondeu, no Brasil, à perspectiva historicista dos estudos históricos, distinta da perspectiva da natureza sociológica que inspiraria outra tradição intelectual, como a representada por Capistrano de Abreu. Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda. (WEHLING, 1999, p. 612)

Tal classificação me parece equivocada por três motivos 1) A *História do Brasil* desenvolvida por Varnhagen foi concebida a partir do projeto de pesquisa denominado *Como se deve escrever a história do Brasil* elaborado por Friedrich Philipp von Martius, em 1845, que tinha como preceito a inclusão de elementos étnicos indígena na história do Brasil. Em von Martius há premissas implícitas da miscigenação que são compartilhados pelas gerações seguintes de intelectuais. (MARTIUS, 1956, p. 436) 2) Calmon possui elementos comuns aos conhecidos interpretes do Brasil, no que tange a abordagem essencialista, cultural, narrativista, no reconhecimento da interpretação dos fatos e na proposição de soluções para o país. 3) É demasiada generalista uma classificação trans-histórica do pensamento de Calmon sem levar em consideração a devida historicidade da sua constituição.

Umberto Peregrino compreendeu que a questão social no autor analisado já era formulada no livro *Direito de Propriedade* (1925). Em *História Social do Brasil*, lançada dez anos mais tarde, vê-se o social como prisma da narrativa histórica: “Temos o estudo da

Sociedade Colonial, do homem, da organização da terra sob o estado colonizador, dos engenhos, fazendas, cidades” (PEREGRINO, 1986, p.335). A partir deste livro são colocadas em discussão temas como a mulher retraída socialmente por causa da mentalidade de clã e a religiosidade transversal em todas as classes sociais. Se fosse verdade que Calmon produziu apenas a tradicional História Política dos primórdios do século XIX, os temas supracitados seriam menos evidentes em suas obras. As colocações de Wehling e Peregrino abrem novas possibilidades de pensar Calmon a partir do que já foi pesquisado. É verdade que Calmon tinha apego aos documentos, à história política, à narrativa sintetizadora, mas, também é verdade que ele estava ciente dos “pontos de vistas” que constroem a História e que existiam abordagens de cunho cultural.

Por último, há a análise historiográfica de Reis sobre Calmon que mostra um pouco da sua relevância contextual. Como bem, “Pedro Calmon, pouco conhecido na universidade, pouco estudado e analisado, em sua época, gozava de muito prestígio acadêmico e político” (REIS, 2006, p. 33). Reis procurou identificar os elementos construtores de uma identidade nacional interpretados por Calmon, juntamente com suas influências teóricas. Ele classifica Calmon como “ultraconservador ingênuo” por causa da sua visão romântica e cristã sobre a História, sendo categorizado como herderiano. Segundo Reis, por meio da análise de *História da Civilização Brasileira* (1933), Calmon aplica Herder quando diz que “não é possível sair da história brasileira, tornar-se outra coisa, mesmo se formos submetidos a outra alma natural. O caminho do Brasil será tornar-se o que naturalmente já é” (REIS, 2006, p. 39). Dessa forma, Calmon justificava a violência cristã e do Estado na história brasileira como imprescindível para o desenvolvimento nacional. A suposta ingenuidade de Calmon era pensar que o país evoluiria naturalmente. Contudo, Herder possuía uma visão intuitiva sobre os métodos da História (BARROS, 2011, p.83), já Calmon tinha noções claras de método.

A contribuição de Reis sobre a “a evolução natural do país”, conforme pensava Calmon, ficará claro na análise do conceito de *síntese*, o que talvez seja uma das ideias mais frequentes nos livros de Calmon. Ademais, Peregrino e Wehling também têm razão quando falam no pioneirismo de Calmon na história social *pari passu* à tradicional história política. É justamente essa aparente contradição que faz de Calmon uma figura intrigante, que citava Lucien Febvre, Robin G. Collingwood e Raymond Aron, ao mesmo tempo que Leopold von Ranke, Fustel de Coulanges e Johann von Herder. Trata-se de uma postura extremamente conciliatória, característica que marca boa parte de suas obras.

## Raízes profundas de Pedro Calmon

O conceito de *síntese* é explicitado nas obras *História da Civilização brasileira* (1933), *Pequena História da Civilização Brasileira* (1936) *História da Bahia* (1927), *História Social do Brasil*, *Espírito da Sociedade Colonial* (1935), *Espírito da Sociedade Imperial* (1937) e a *Época Republicana* (1939), *História do Brasil As Origens* (1939), *História do Brasil A formação* (1941), *Brasil e América: história de uma política* (1944), e *História do Brasil* (1959). O significado implica em uma narrativa que conseguiria reunir as principais interpretações sobre o país, com erudição e inteligibilidade, assim como os acontecimentos históricos, de modo que mostrassem o percurso que o país percorreu. É como se os acontecimentos se conectassem naturalmente após um certo distanciamento temporal.

Dizia Calmon em um de seus livros: “Síntese de fatos e também – informativa – da bibliografia que lhes refere, a descrição não pode sobrecarregar de minúcias. O sentido do livro é o balanço das fontes, a utilização de profuso material esparso, a cautelosa revisão”. (CALMON, 1941, p. 5). Nesse sentido, fazer a síntese depende mais de um processo metodológico do que quantitativo, tendo em vista que os livros apresentam diferentes tamanhos e seriação em volumes. Tanto o livro didático *Pequena História da Civilização Brasileira*, quanto *História Social do Brasil*, em três volumes, Calmon considerou obras de síntese. Palavras como “coesão”, “conciliação” e “equilíbrio” são adjetivos comuns que constituem a narrativa histórica construída pelo autor. Era preciso encontrar a ligação entre os acontecimentos que tornariam a história inteligível ao presente, que ajuda explicar o porquê as coisas se apresentam como são.

É interessante ressaltar o capítulo História e Verdade<sup>3</sup> do livro *História do Brasil*, publicado em sete volumes a partir de 1959. Nele, Calmon faz a síntese – antes do início do livro – que esboça as principais características que formaram o que o Brasil. Durante o desenvolvimento teria havido diversos males que vieram para o bem, como a escravidão e independência de Portugal. Superado os pormenores, o Brasil conseguiria se tornar uma potência exemplar para as Américas. “A escravidão africana representa” [...] “o inesperado equilíbrio: com seu amargo tributo rapidamente prosperaram roças, os engenhos, as vilas; tornou-se o Brasil rico e cobiçado”. (CALMON, 1959, p. 54) Essa linha de raciocínio aproxima Calmon do que hoje chamamos de democracia racial, a qual entende a constituição do povo

<sup>3</sup> Este texto foi publicado sob o título de História e Verdade no volume 1 da Coleção de História do Brasil de 1959. O texto possui 34 páginas e talvez seja o mais hermético que Calmon escreveu durante a sua vida.

brasileiro a partir do entrelaçamento harmônico das raças, ser levar em consideração as formas de violência.

Em linhas teóricas gerais, pensar a história constituída de uma finalidade da qual todo o desenvolvimento justificaria o fim é uma característica herderiana em Camon. Herder foi um dos pioneiros a imaginar uma teleologia para história, mas não foi o único.<sup>4</sup> O que é mais emblemático em Calmon do que sua possível adesão teleológica, é sua crítica a essa forma de pensamento na história:

Aspiravam à ressurreição (Michelet), na sua explosão heroica (Carlyle), nas suas condições físicas (Droysen), na sua familiaridade (Macaulay), nos pequenos fatos significativos (Taine), na sua tolerância amável e arguta (Renan).

Com o mesmo direito de idealmente considerar o passado deve-se Hegel – escatologicamente – no presente. Chantou, no meio do caminho, o marco terminal: ‘o progresso, na consciência da liberdade’. Mas metido no ‘conceito anti-filosófico’, de que ‘o presente acidental’ é o fim da história. Marx levou-o para além; e parou. Levou-o à dissolução do processo burguês de arrumação econômica e à realização sistemática da sua ‘parousia’ social. (Calmon, 1959, p. 29)

Para contestar as visões especulativas sobre o futuro da história, Calmon discute Collingwood na qualidade que a “escatologia é sempre um elemento intruso na história, o trabalho dos historiadores é com o passado e não com o futuro” (COLLINGWOOD, 1946, p. 54 Apud CALMON, 1959, p. 29).<sup>5</sup> Essa constatação já é mais do que suficiente para entender que o pensamento de Calmon em *História do Brasil* é plural, sendo resultado de uma bricolagem que inclui diversos posicionamentos divergentes.

No texto *História e Verdade*, publicado em *História do Brasil*, Calmon incluiu um parágrafo sobre a necessidade de uma história processual. Ele cita Febvre para dizer que a história precisa ser escrita com o máximo de recursos possíveis “com tudo o que a ingenuidade do historiador pode permitir que ele use” (FEBVRE, apud CALMON, 1959, p. 29). Trata-se aqui de uma característica que tornou o movimento dos *Annales* conhecidos: a interdisciplinaridade, a incorporação de novas fontes e novos problema. Era a construção da história total, uma proposta que tirava o protagonismo do plano político e colocava no social, segundo Pihilippe Ariès (ARIÈS, 2011, p.273). Chamava-se história total porque era a

---

<sup>4</sup> Koselleck ensaia que a partir do século XVIII houve uma reorganização das concepções temporais que abriram uma dimensão para se pensar o horizonte de expectativa na história. Até então as reflexões enxergavam como o passado poderia se repetir no presente enquanto exemplo. (KOSELLECK, 2006)

<sup>5</sup> Citação original: “Eschatology is always an intrusive element in history. The historian’s business in to know the past, not the future”.



totalidade das massas da sociedade. Calmon se apropriou da primeira geração dos Annales e entendeu que a história dos fatos era demasiada simples para explicar o desenvolvimento dos acontecimentos. Calmon, por meio da história processo, conclui que fatos como a passagem do império para a república apenas trocaram a nomenclaturas das organizações políticas no Diário da União. A real transformação dos acontecimentos é anterior e mais duradoura: as ideias liberais e republicanas já estavam em curso antes do início da república, por exemplo.<sup>6</sup>

Calmon fora avesso as propostas de história que se apresentavam como fragmentárias ou factuais. A história não pode ficar apenas no “sentido vital do povo imbuído de consciência dominadora (Sybel, Rielh, Freytag)”. “Ou antes, carecia de conteúdo, [...] cuja história fez Michelet em França, Janssen na Alemanha, Green na Inglaterra”. (CALMON, 1959, p. 32) Não se pode deixar de lado as limitações de Comte na sua filosofia intelectual, de Hegel na ideia, de Burckardt na cultura e de Croce na historiografia. (CALMON, 1959, p. 32) Essas propostas são importantes para Calmon, mas não permitem ver o desenvolvimento da história como um todo. Por isso a necessidade da síntese que deve somar todos esses esforços e amalgamar os pontos de vistas.

No campo da história, o formulador da noção de síntese foi Henri Berr, considerado por Reis como um dos principais percursores do Movimento dos Annales. Segundo ele, é com as formulações teóricas de Berr na *Révue de Synthèse Historique* que surgem pela primeira vez as noções de história-problema, novos objetos, crítica ao antiquário, interdisciplinaridade e história total. (REIS, 2010, p. 416) Mas não foi somente por meio de apropriação que os Annales fizeram essas discussões: na verdade, Berr foi professor de Marc Bloch e Lucien Febvre nos encontros que eram realizados junto a *Révue de Synthèse Historique*.<sup>7</sup> Sobre o conceito de síntese, Berr entende que ele é o balanço das experiências humanas. Deve ser explicativa e não somente descritiva; deve evidenciar as recorrências na história; ter a pretensão

<sup>6</sup> É possível exemplificar esse raciocínio com a transição da Monarquia para a República no Brasil. Calmon conclui que “as transformações desta natureza não significam senão suficientemente as mudanças de rótulos e pessoas num ambiente que continua intacto” [...] “A revolução tinha raízes profundas” (CALMON, 1959: 61). O que o autor parece querer evidenciar é o aspecto de continuidade dentro da história. Mais tarde, na segunda geração dos Annales, o conceito de longa duração foi desenvolvido por Braudel. Ver BRAUDEL, Fernand. História e ciência sócias: a longa duração IN: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. (org) Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, p. 6-74, 2011.

<sup>7</sup> A crítica de Reis ao movimento dos Annales é de que estes fizeram um parricídio com Berr: houve o rompimento com diversas propostas do pai fundador, principalmente no que tange à reflexão teórica e à aproximação com a filosofia (REIS, 2010: 421). Tal postura retardou o desenvolvimento de discussões importantes na França, mas que aconteceram pelo mundo, em torno da escrita da história, da narrativa, da epistemologia etc.



de ser científica; deve delimitar o objeto de pesquisa com formulação de hipóteses e, por último, a síntese é a realização de um trabalho em equipe. (REIS, 2010, p. 417)

Provavelmente foi o diálogo estabelecido com Berr que permitiu Calmon escrever história problematizando a questão da narrativa, não só como conteúdo científico, mas também como construção estética. Em 1929, no livro *História da Bahia*, Calmon esboçara suas críticas em relação às narrativas tradicionais.<sup>8</sup> Em *História Social do Brasil*, vol.1, Calmon é claro na descrição do seu raciocínio: “insistimos em realizar a História brasileira fora das linhas clássicas da cronologia, da seriação dos acontecimentos, dos compêndios escolares e da classificação corrente. Fizemos,[...], um ensaio de sociologia histórica” (CALMON, 1937, p. 5). Além da crítica a história factual, aparece aqui como alternativa a ligação entre a sociologia e história. Essa confluência já era valorizada por Berr na absorção do pensamento científico de Durkheim, sobretudo na generalização dos acontecimentos para construir modelos inteligíveis. (REIS, 2010, p. 418) É possível vislumbrar que Calmon fez no Brasil discussões próximas às realizadas pelos Annales, com a diferença de que ele era aberto para a filosofia, para a literatura, acima de tudo nas discussões que beiram às Teorias da História.

Nos três volumes de *História Social do Brasil* apareceram propostas diferentes de suas outras obras. O objetivo de Calmon foi escrever uma história de cunho temático e inovadora: “Se não preenche lacunas, indica outros rumos, sugere e expõem interpretações, desdobra as fontes da verdade, articula com as narrativas padronizadas, os elementos complementares do fato histórico”. (CALMON, 1937, p.10b) Essa postura se deu pela preocupação com o leitor, que ficava à mercê das narrativas mais comuns. Calmon entendia que a história deveria ser uma “pintura” que estimulasse a reflexão do leitor. A história deve ter sua beleza como arte e ao mesmo tempo tornar a vida de quem lê diferente: “Nos livros, o principal não é o que o autor pretende ensinar. É a ideia que desperta. O pensamento que impele. A consciência que alerta. E, em tudo isso, as meditações que suscita”. (CALMON, 1939, p.14) Várias das reflexões que Calmon queria suscitar na população tinha como finalidade o patriotismo, o conhecimento e ufanismo.

---

<sup>8</sup> “Expliquem-na outros como uma coleção de sucessos classificados quanto ao tempo, o lugar, as castas...Façam-na recosendo-a como uma antologia, ou a elaborem honesta e limpa como uma galeria de museu. Não nos importa assim. Se vos repetisse as efemeridades bahianas – terei uma tábua de algarismo; se vos reproduzisse o nobiliário – uma lista de nomes; se vos expusesse os belos feitos – uma página de poema. Não era a História, mas aspectos ou transumptos, que vos não impressionariam nem pela cor, nem pela expressão, nem pela verdade” (CALMON, 1929: 4).

Em *História da Civilização Brasileira* a proposta de narrativa inovadora é lugar-comum, “fora da cronologia e da onomástica, dos sincronismos e das tábuas dos velhos ‘epítomes’” (CALMON, 1945, p. 5). Essa ideia está presente em suas obras, mas os objetivos dos livros são diferentes. Enquanto *História Social do Brasil* se propõem ser inovador, *História da Civilização Brasileira* trabalha os fatos consolidados que apontariam para a “evolução do país”, cuja proposta também é a mesma de *Pequena História da Civilização Brasileira* (1936). É a busca por um fio condutor que dê sentido aos acontecimentos e que mostre de onde viemos e para onde vamos: “Tratamos de figurar o desenvolvimento da nação no seu trabalho, no seu espírito, na sua independência. Por isso não dizemos ‘história do Brasil’, senão ‘história da civilização’ brasileira” (CALMON, 1936, p.6). Tanto *Pequena História*, quanto *História da Civilização* foram livros produzidos para estudantes, de escola primária e do ensino superior.<sup>9</sup>

As discussões que Calmon propõe sobre verdade e método, principalmente nos seus primeiros livros, lembram a tradicional história política por conta das declarações biográficas, que descreviam minuciosamente as qualidades de um sujeito político. Porém, o autor já se revelara um sujeito aberto às formas de escrita da história quando compôs um dos capítulos de *História Social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial* sem fontes oficiais, só a partir dos seus registros de memória pessoal elaborados em visita ao estado de Minas Gerais. No livro *História da Bahia* afirma que a “utilidade do seu trabalho escusará as falhas que contenha. Outros fariam melhor, nenhum com mais amor a sua terra” (CALMON, 1929, p. 6). A mesma ideia de inesgotabilidade do conhecimento histórico aparece em *História Social do Brasil e História do Brasil*

Em *História da Bahia* o tom conciliatório de Calmon é notável. Utilizando os exemplos de Michelet, Danton e Kant, Calmon demonstrou como a escrita da história se modifica no tempo, somando as características passadas às novas que estão por surgir. Por fim, ele conclui que a biografia sempre foi a mãe da história, apesar dos fatos serem mais importantes para entender o país.<sup>10</sup> A elaboração do livro “corresponderá as exigências múltiplas da ciência. Terá por elaboração o quadro geográfico. Ser-lhe-á profuso de tons o capítulo etnográfico. Procederá a exposição um esboço sociológico. Falar-se-á de leis universais e dos silogismos históricos, das sincronias e das repetições” (CALMON, 1929, p. 5). Com exceção das leis universais, da

<sup>9</sup> O livro *História da Civilização Brasileira* foi escrito com o objetivo de atingir o ensino superior, mas foi amplamente usado no ensino secundário, devido as construções narrativas da obra. Em 2002 a obra ganhou sua mais recente edição, na coleção *Coleção Biblioteca Básica Brasileira*, editada pelo Senado Federal.

<sup>10</sup> A história começou pela biografia. E tende sempre a voltar à forma de origem, porque compreendemos sempre melhor um homem do que uma sociedade (CALMON, 1929: 5).

biografia e das sincronias, todas essas características vão aparecer desenvolvidas nos livros de história lançados posteriormente; já a noção de biográfica parece dar lugar à questão da síntese.

A questão do patriotismo aproxima Calmon dos tradicionais historiadores do século XIX, empenhados no desenvolvimento da história ciência e do nacionalismo. Outras características, principalmente voltadas para a escrita da história, como a narrativa, a interdisciplinaridade e a relativização do ponto de vista colocam Calmon para outro diapasão de historiador. Se o Calmon analisado é o autor de *História da Bahia* (1929) delega-se a ele a posição de um historiador tradicional. Mas, se por ventura, observa-se os primeiros capítulos de *História do Brasil* (1959), percebe-se conceituações sofisticadas, discussões teóricas que vão de Heródoto e Tucídides, passam por Ranke e Coulanges e culminam em Raimond Aron Berr e Lucien Febvre. Eis aí o motivo pelo qual não é possível perceber o lugar teórico em sua transcendência sem levar em consideração a historicidade, porque a capacidade de ser de um autor se constitui na experiência vivida. A dificuldade que vejo em classificar Calmon em linhagens historiográficas a partir de apenas uma obra específica, como se ela valesse para toda a sua vida. Para dar ênfase a discrepância de abordagem de Calmon em relação as outras obras do autor, aprofundarei as análises em *História Social do Brasil – A época da República* (1939).

### **Considerações finais**

Na primeira sessão apresentei as avaliações teóricas que já foram feitas de Calmon e critiquei o enquadramento em linhagens historiográficas específicas, tanto por limitarem o campo de atuação dele, quanto por fazer as classificações baseando-se apenas em obras específicas. Na segunda sessão evidenciei alguns dos conceitos que acompanham boa parte das obras de Calmon, bem como algumas descontinuidades, a fim de mostrar a historicidade das concepções teóricas do autor analisado. Para as próximas etapas da pesquisa ficará a análise completa de *História Social do Brasil* e a contraposição com outros autores de época.

### **Bibliografia:**

ARAÚJO, Mariele. A medida das raças na mistura imperfeita. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2006;

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História – Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Vol2. 2ªed, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2011

BRAUDEL, Fernand. História e ciência sócias: a longa duração IN: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. (org) Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, p. 6-74, 2011.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. IN: Naxara, Márcia, Org.; Carnilotti, Virginia, Org. Conceitos e linguagens: construções identitárias. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

CALMON, Pedro. História da Bahia, Resumo Didactico. 2º ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1929.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo. Companhia editora nacional, 1935.

CALMON, Pedro. Pequena História da civilização brasileira, para escola primária. 2º ed. São Paulo. Companhia da Editora Nacional, 1936.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo. Companhia editora nacional, 1937.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo. Companhia editora nacional, 1937.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, A Época Republicana. São Paulo. Companhia editora nacional, 1939.

CALMON, Pedro. História do Brasil, As origens. (1500-1600). São Paulo. Companhia da editora nacional, 1939.

CALMON, Pedro. História do Brasil, A formação. (1500-1600). São Paulo. Companhia da editora nacional, 1941.

CALMON, Pedro. Brasil e America: história de uma politica. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1944.

DOSSE, François. A História em Migalhas. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

KOSELLECK Reinhart. Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna IN: Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX. EDIPUCRS, 2010.

NICOLAZZI, Fernando. Um estilo de História. A Viagem, A memória, O Ensaio: sobre Casa Grande e Senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.

RODRIGUES, José Honório; VON MARTIUS, Karl Friedrich. "Como Se Deve Escrever a Historia Do Brasil." Revista De Historia De América, no. 42 (1956): 433-58. <<http://www.jstor.org/stable/20137096>>.

WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 353-361, jul/set, 1999.

## Historicidade e ipseidade: as identidades na história<sup>1</sup>

**Breno Mendes**

Doutorando em História

UFMG<sup>2</sup>

E-mail: mendes.breno@gmail.com

**Walderez Ramalho**

Doutorando em História

UFOP<sup>3</sup>

E-mail: walderezramalho@gmail.com

**Resumo:** Neste breve ensaio, apresentamos uma reflexão que gira em torno das identidades na história. No interior da tradição fenomenológica, a questão da temporalidade do si mesmo ocupa um lugar central, tornando mais complexas as formas de compreensão de nossa existência histórica. Este ensaio desenvolve algumas reflexões sobre esse tema, por meio de uma aproximação ente Heidegger e Ricoeur, especialmente em relação aos conceitos de *historicidade* e *ipseidade*. Nosso interesse principal é apontar para as possibilidades que tal aproximação conceitual oferecem para compreender a questão das identidades na história – mais do que esgotar essa complexa questão.

**Palavras-chave:** Identidade; Historicidade; Ipseidade; Martin Heidegger; Paul Ricoeur;

**Abstract:** In this short essay, we present a reflection about the identities in history. Within the phenomenological tradition, the issue of temporality of the self has occupied a central role, complexifying the modes of understanding our historical existence. This essay develops some reflections about this theme through a approximation between Heidegger and Ricoeur, especially in relation to the concepts of *historicity* and *ipseity*. Our main purpose is to point out the possibilities that such an approximation offers to understand the question of identities in history – more than exhausting this complex question.

**Keywords:** Identity; Historicity; Ipseity; Martin Heidegger; Paul Ricoeur.

### Introdução

A abordagem que propomos será mais teórica do que historiográfica, ou seja, não faremos um balanço bibliográfico das pesquisas sobre identidades, mas buscaremos refletir sobre a questão a partir de um viés teórico sobre a condição histórica. Nesse sentido, um de nossos motes será a aproximação entre a filosofia da história e a ontologia. Partimos do princípio de que tão importante quanto pensar na epistemologia da história, é pensar que nós *somos* seres históricos. Antes de fazer uma representação intelectual sobre uma experiência,

---

<sup>1</sup> Por se tratar de um texto originário de uma apresentação os autores optaram por manter o tom oral da argumentação com pequenos ajustes.

<sup>2</sup> Bolsista CAPES/Proex.

<sup>3</sup> Bolsista FAPEMIG.

nós vivenciamos essa experiência<sup>4</sup>. Assim, o nosso objetivo principal será pensar o modo como nos relacionamos com o tempo e a história e articulamos sentido para nossa identidade. Dizendo de outra forma, nosso propósito é pensar a identidade no tempo, mas sem dissolvê-la no tempo – isto é, pensar que tudo não passa de um jogo de representações abstratas que o sujeito faz de acordo com suas estratégias e intenções momentâneas e contingentes.

Nossa reflexão pretende mostrar que é possível temporalizar as identidades sem incorrer em uma artificialização do processo de subjetividade. Sendo assim, nossa hipótese pode ser formulada da seguinte maneira: *a ipseidade seria a formulação narrativa da historicidade da existência*. Para fundamentá-la, vamos lançar mão da perspectiva dos filósofos Martin Heidegger e Paul Ricoeur que desenvolveram projetos de fenomenologia-hermenêutica, mesmo que por vias distintas. Nosso texto está organizado em 3 movimentos. No primeiro, o foco recairá sobre a narratividade presente na historicidade. No segundo, o tema será a historicidade das identidades narrativas. Por fim, apresentaremos algumas conclusões provisórias.

### **1. A narratividade da historicidade.**

Na primeira parte da apresentação nosso foco será apresentar como a historicidade humana pode ser apresentada de modo narrativo. Partimos do pressuposto de que, ao longo da história, o si mesmo se pensou de diferentes modos. Para muitos estudiosos, foi somente na modernidade que a dimensão temporal se tornou um problema para a constituição da identidade. Isto é, a emergência da consciência histórica evidenciou que não há substrato metafísico (uma essência) que possa garantir um fundamento seguro para ancorarmos a subjetividade. A solução encontrada foi de articular essa experiência em modo narrativo; a narrativa fornecia a estrutura de representação adequada para dar sentido ao tempo.

Nas palavras de Ricoeur, a experiência do tempo tende a mostrar o predomínio da discordância sobre a concordância, já que, seguindo a matriz agostiniana o passado não é mais, o presente deixa de ser e o futuro não é ainda. Em contrapartida, a narrativa é um dispositivo da inteligência humana em que a concordância prevalece sobre a discordância, na medida em que integra fatos dispersos em uma mesma ordem de sentido (RICOEUR, 2010). Dessa forma, o discurso narrativo aparece como um *locus* privilegiado para a constituição de sentido para a experiência do sujeito. Trocando em miúdos, contar histórias sobre si mesmo ou sobre sua

---

<sup>4</sup> Afinal, como diria Friederich Schlegel em seu *Fragments do Ateneu*, mais precisamente no fragmento 226: “Não se pode dizer que alguma coisa é sem dizer o que a coisa é”. A lembrança desta passagem surgiu pela leitura tese de doutoramento de LEITE, 2017.



comunidade histórica é o mecanismo encontrado pelos sujeitos para lidar com a sua historicidade.

Os homens e mulheres que se dão ao trabalho de contar sua vida sabem bem que o presente é diferente do passado e que isto leva a problemas para o auto-entendimento, pois exige que o autor ou autora se situem a uma certa distância de si mesmo para reconstruir sua identidade através do tempo. Se o ato de narrar histórias sobre a vida é muito antigo, a ideia de que a própria vida é uma história é muito mais recente (LEVILLAIN, 2003).

As narrativas de si são uma das possibilidades daquilo que Heidegger chamou de “abertura da história”. Vejamos, nas palavras do próprio filósofo alemão essa que é uma citação-chave para nosso trabalho:

*A análise da historicidade da presença [Dasein] busca mostrar que esse ente não é “temporal” porque se encontra na história, mas ao contrário, que ele só existe e só pode existir historicamente porque no fundo do seu ser é temporal (HEIDEGGER, 2012, p. [377] (468), grifos do autor).*

A abertura da história significa a maneira como compreendemos o nosso ser histórico, isto é, a historicidade do *Dasein*. Em suma, no exercício de sua existência, o humano não se interpreta como algo dado, mas por meio de um processo de temporalização. Como já dissemos, é a força dispersora do processo de temporalização que faz exigir uma forma de compreensão que seja narrativamente articulada. A narrativa é o expediente que pode conferir um sentido de unidade a fatos e estruturas dispersos temporalmente. Em poucas palavras, é a narrativa que dá sentido ao tempo. Em *Ser e tempo*, Heidegger nos lembra, ainda, que a compreensão posta em linguagem é interpretação. Logo, uma abertura fundada na linguagem narrativa é um modo da interpretação.

Em resumo, defendemos que a identidade narrativa é o resultado da interpretação do narrador acerca da historicidade humana. Por meio do discurso narrativo, é que ele pode se interpretar *para o seu próprio tempo* - ou seja, a narrativa possibilita o encontro com a sua historicidade em sentido próprio.

## **2. A historicidade das identidades narrativas**

Dito isso, nesta segunda parte nossa atenção vai se dirigir para a historicidade do processo de constituição de identidade narrativa. Todavia, é preciso deixar claro que estamos entendendo a categoria de *historicidade* a partir de um viés ontológico. Nesse sentido, estamos de acordo com Heidegger e Gadamer; não devemos nos esquecer que somos parte daquilo que



queremos compreender. Nas palavras de Gadamer, podemos dizer que “na verdade, não é a história que nos pertence, mas somos nós que pertencemos a ela” (GADAMER, 2015, p.367) Portanto, no nosso trabalho, a historicidade das identidades narrativas não se refere ao plano epistemológico ou intelectual, mas ao chão existencial em que vivemos – tendo em vista que o fundamento da nossa existência não é outro senão a temporalização da temporalidade.

Assim, como Paul Ricoeur, acreditamos que o caminho para que o tempo se torne tempo humano passa pela articulação narrativa e, de modo análogo, a narrativa ganha sentido para nós quando se torna condição para a compreensão da nossa existência temporal. Nesse momento, podemos retomar a nossa hipótese central, a saber a ideia de que a ipseidade seria uma tradução para o plano narrativo do conceito de historicidade. Na trilogia *Tempo e narrativa* (2010), a ipseidade é outro nome para identidade narrativa; ela traz em seu cerne o problema da temporalização, ao contrário da mesmidade que parte de uma metafísica do ser como substância para garantir a manutenção da identidade no tempo. A ipseidade deixa claro que a identidade é uma categoria do *mundo da vida*, pois, as histórias que contamos e ouvimos atribuem sentido a uma identidade específica seja para os indivíduos, seja para as comunidades. Na nossa perspectiva, a ipseidade ou identidade narrativa compõe uma dimensão existencial fundamental da vida humana. Afinal, o que nós somos senão as nossas histórias?

Para falarmos como Wilhelm Schapp (2007) estamos sempre envolvidos em histórias. É por meio da narrativa que constituímos sentido para nossa experiência do tempo. Quando este sentido aponta para o ‘quem’ ele atinge a ipseidade. Ora, é em direção a essa mesma pergunta “quem?” que Heidegger discute com mais profundidade o conceito existencial de historicidade. Como se os dois conceitos (historicidade e ipseidade) habitassem o mesmo “território conceitual”. A identidade narrativa (ipseidade) indica um modo de temporalização do si mesmo que, assim como a historicidade heideggeriana, não se ancora em nenhuma concepção essencialista e atemporal. Isto é, uma compreensão correta da historicidade em sentido próprio significa entender que não há uma espécie de essência do ser que salta de um agora para o outro, mas, pelo contrário, que o si mesmo é, em seu cerne, temporalmente estendido entre o nascimento e a morte.

O próprio Ricoeur admite essa interpretação do conceito de ipseidade. Em uma conferência de 1986, o filósofo francês esclarece que

Estou aqui de acordo com Heidegger para dizer que a questão da *Selbstheit* [ipseidade] pertence à esfera de problemas que derivam da espécie de entidade que ele chama *Dasein* e que ele caracteriza pela capacidade de se interrogar

sobre o seu próprio modo de ser e assim de se relacionar ao ser enquanto ser. [...] Neste sentido, a *Selbsteheit* um dos *existentialia* que convêm ao modo de ser do *Dasein*. [...] O corte entre ipse e idem exprime finalmente o mais fundamental entre *Dasein* e *Vorhanden/Zuhanden*. Só o *Dasein* é meu, e mais geralmente um si-próprio. As coisas, sendo dadas e manipuladas, podem ser ditas minhas, no sentido de identidade-idem. (RICOEUR, 2000, p. 183).

Enquanto a identidade-idem privilegia a via de objetificação das identidades, a identidade-ipse é articulada em modos de temporalização que articula mudança e permanência em uma lógica narrativa. Para Ricoeur, é essa compreensão narrativa da temporalidade humana que convêm ao modo de ser do *Dasein*, e possibilita a formulação de sentidos para o seu si mesmo – em sua temporalidade ex-tendida que temporaliza a constância de si.

O conceito de ipseidade é uma chave para pensar as formas narrativas de interpretação de si mesmo não apenas *no* tempo, mas também *para* o seu próprio tempo. Na passagem da essência para a existência, a questão não é mais identificar a “essência” que permanece a mesma de um agora para outro; torna-se compreender como o *quem* do *Dasein* temporaliza a si mesmo, sendo que para construir sentidos para a sua experiência ele lança mão da inteligência narrativa. Portanto, a ipseidade é uma forma de compreender a identidade fora do paradigma da essência.

### 3. Conclusões provisórias

Para concluir, iremos apontar alguns desdobramentos epistemológicos da nossa discussão e também rascunhar os elementos básicos de uma nova ontologia das identidades históricas. Em primeiro lugar, a historicidade das identidades narrativas nos mostra que a questão das identidades não se resume a um mero esforço intencional dos sujeitos, já que ser histórico significa *ser afetado pelo passado*, ser condicionado por certas limitações temporais, que não estão à mercê da vontade soberana do sujeito. Por consequência, a visão construtivista, embora tenha seus méritos, não consegue dar conta da historicidade radical da existência; existem elementos que estão para além da capacidade humana de construção social da realidade. Em segundo lugar, podemos apontar uma implicação epistemológica: a historiografia não constrói as identidades no vácuo, mas reflete os processos de temporalização mais fundamentais da existência humana. Ou seja, as identidades não são meramente “inventadas” pelos sujeitos na luta por reconhecimento social e político. Dizer que o ser humano é histórico e, portanto, não é uma essência, não significa que ele esteja livre de alguns condicionantes e não necessite de modos de permanência no tempo. Nesse sentido, a narrativa historiográfica é um dos expedientes que oferece aos sujeitos um modo de permanência no tempo (ipseidade), sem se ancorar nem na ideia de essência, nem na de uma mera construção social.

## Referências bibliográficas

GADAMER Hans-Georg. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. 7ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2012.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. História do passado: da conceitualização tradicional à refiguração em Walter Benjamin, Martin Heidegger e Sigmund Freud. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas da biografia”. In: RÉMOND, René (Org.) Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, p. 177-194, 2000.

\_\_\_\_\_. O si mesmo como um outro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v.

SCHAPP, Wilhelm. Envolvido em histórias: sobre o ser do homem e o da coisa. Tradução de Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurack. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007.

## Memorialismo e interpretação

**Walderez Simões Costa Ramalho**

Doutorando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: walderezramalho@gmail.com

**Resumo:** O texto apresenta, de maneira simplificada, uma proposta de interpretação de obras memorialísticas a partir do lugar do historiador. A pergunta-controle desta reflexão é: qual seria o modo mais adequado de entrada no círculo da interpretação de uma narrativa de memórias, considerando a situação hermenêutica específica da historiografia? O conceito central para responder a essa pergunta é o de *historicidade*, que será apresentado em suas linhas gerais. A conclusão é que a História da Historiografia, enquanto campo disciplinar interessado em uma “análise da historicidade”, pode produzir uma interpretação própria e diferenciada sobre textos memorialísticos.

**Palavras-chave:** Memorialismo; História; Interpretação; Historicidade; Historiografia

**Abstract:** The text presents, in a simplified way, a propose of interpretation of memoirs from the point of view of the historian. The main question of this reflection is: what would be the most proper way to entering the circle of interpretation of a narrative of memoirs, considering the specific hermeneutics situation of historiography? The guide concept to answer this question is *historicity*, which will be presented in its general lines. The conclusion is that History of Historiography, as a disciplinary field interested in a “analysis of historicity”, can produce a proper and differentiated interpretation about the memoirs.

**Keywords:** Memoirs; History; Interpretation; Historicity; Historiography

### Apresentação

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem a memória e a história, que representam-no a partir de estratégias e finalidades distintas. A tensão entre memória e história testemunha a impossibilidade de se reduzir o passado a uma única forma de representação. Portanto, quando essa representação assume a forma de uma narrativa escrita, é preciso resguardar as diferenças irreduzíveis entre a historiografia e o memorialismo. Este último, tampouco, pode ser apressadamente caracterizado como um discurso ficcional – já que se trata de um texto *referencial* e estruturado a partir de um princípio de verdade que não é o mesmo do ficcional (tampouco da historiografia). Apenas para esclarecer algumas dessas diferenças, destaco que o memorialismo caracteriza-se pela identidade entre autor, narrador e personagem (“pacto autobiográfico”<sup>1</sup>). Conforme a caracterização de Luiz Costa Lima<sup>2</sup>, seria melhor entender o memorialismo como uma “forma híbrida”, que conjuga elementos típicos da história e da ficção para tornar-se uma outra coisa (que para Lima seria a própria literatura).

---

<sup>1</sup> Cf. LEJEUNE, 2014.

<sup>2</sup> LIMA, 2006.

Assim, seria um erro metodológico reduzir o memorialismo a uma historiografia de “tipo inferior”, por não seguir a metodologia científica “correta”. Daí então uma primeira questão: poderia a História da Historiografia, como subdisciplina, produzir algum tipo de análise própria desses textos, sem cair numa redução ou hierarquização?

Sem desconsiderar as diferenças existentes entre historiografia e memorialismo (e inclusive valorizando tais diferenças), segue-se então a questão de saber de que maneira podemos estabelecer um diálogo entre as duas formas narrativas do passado. Haveria algum solo comum que pudesse fundamentar esse diálogo? O historiador e o memorialista podem, de algum modo, por em suspensão as suas mútuas desconfianças, de forma a colaborarem na elucidação da nossa experiência e representação do passado?

Gostaria de responder afirmativamente a essa questão, e para tanto lanço a hipótese de que o conceito existencial de *historicidade* fornece o fundamento e o referente desse diálogo. Minha hipótese então é a seguinte: *o memorialismo é uma forma de aplicação narrativa dos fenômenos ligados à historicidade humana, enquanto a História da Historiografia se interessa em produzir uma analítica sobre esse mesmo conjunto de fenômenos.*

### **Historiografia: concepções**

A História da Historiografia, como subdisciplina, conheceu um crescimento vertiginoso a partir da segunda metade do século XX. Certamente, a chamada “guinada linguística” contribuiu decisivamente para esse crescimento, visto que o problema da representação e da narrativa histórica passou a ter autonomia em relação aos aspectos ligados ao conteúdo da representação.

Entretanto, o escopo analítico dessa disciplina tem sido, na maior parte das vezes, reduzido às obras reconhecidas como “historiografia” no sentido mais estrito do termo – isto é, trabalhos escritos por historiadores ou intelectuais de outras áreas, fruto de uma investigação de teor científico, metodologicamente orientada, etc. Vejamos a definição proposta por Jurandir Malerba (um dos principais nomes do campo no Brasil), num artigo intitulado *Em busca de um conceito de historiografia*:

“Historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma espécie de apresentação elaborada do passado limitada ao meio da escrita, com suas possibilidades e limites. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por um certo grau de

especialização e eventualmente de profissionalização e sua função numa ordem política e social”<sup>3</sup>.

Veja-se como essa definição delimita o conceito de historiografia num sentido estrito, o que evidentemente apresenta vantagens importantes. No entanto, essa definição de Malerba acaba por deixar de lado todos aqueles textos que tomam o passado como tema central, mas que não se adequam ao padrão metodológico da historiografia *tout court*. Pense-se por exemplo na literatura de viagens ou, no caso deste texto, as narrativas memorialísticas. A História da Historiografia teria assim o caminho fechado para produzir reflexões sobre essas demais formas de escrita do passado.

Daí a questão: seria possível ampliar o escopo investigativo da História da Historiografia para alcançar essas formas narrativas do passado e produzir uma análise propriamente historiográfica (distinta do que a crítica literária em geral poderia oferecer)? É aí que o tema da historicidade pode ocupar um lugar central.

### **Historiografia e historicidade**

Nesse sentido, gostaria de seguir a proposta elaborada pelo professor Valdei Araújo, de pensar a História da Historiografia como uma *analítica da historicidade*<sup>4</sup>. Não seria o caso de fazer aqui uma apresentação minuciosa da forma como Heidegger entendia essa noção de historicidade. Por ora, basta assinalar que se trata de uma categoria existencial, um modo de ser do *Dasein*, que não se confunde com a ideia vulgar de que as coisas do mundo possuem uma história (como afirmava o historicismo, por exemplo). Mais fundamentalmente, a historicidade em sentido próprio aponta para a natureza radicalmente histórica da própria existência (*Dasein*).

Assim, Heidegger propõe outro horizonte de compreensão, afirmando que somente o entendimento ontológico mais sólido do modo de ser da história enquanto historicidade do humano é que permite “concluir de que maneira a história pode tornar-se *objeto* possível da historiografia”<sup>5</sup>. A partir dessa noção de historicidade em sentido próprio, Valdei Araújo procurou dar um novo fundamento teórico para a História da Historiografia: ela deve se ocupar, de modo privilegiado, em investigar as “aberturas historiográficas da história”, isto é, as ações, discursos e acontecimentos que expressam os caracteres propriamente temporais do humano,

---

<sup>3</sup> MALERBA, 2002, p.45 (grifos do autor).

<sup>4</sup> ARAUJO. 2013.

<sup>5</sup> HEIDEGGER, 2012, p. 307 (grifos do autor).

bem como o desvelamento do modo de ser da história, transformando-se então numa *analítica da historicidade*.

Tal proposta de renovação teórica (fundada numa nova ontologia, de tipo heideggeriano) leva a implicações epistemológicas importantes e que, no geral, poderiam ampliar significativamente o escopo da História da Historiografia para a análise de formações discursivas variadas – a partir da demarcação do conjunto de fenômenos que lhe é próprio, o que se dá com o esse conceito de historicidade. Trocando em miúdos, a ciência histórica não detém o monopólio da historicidade do *Dasein*, mas é esta quem dá origem à primeira, bem como a outras formas menos “metódicas” de narração do passado. A historiografia, portanto, deve ser compreendida existencialmente, como uma das formas de abertura da historicidade própria do *Dasein*, e essa compreensão conduz a uma multiplicação de recortes e fontes possíveis. Dentre elas, o memorialismo.

### **Historicidade e memória**

Considerando então a historicidade como o campo de fenômenos que deveria nortear a investigação historiográfica, e levando-se em conta que essa delimitação é capaz de liberar a História da Historiografia para a análise de outras formas de “aberturas da história”, coloca-se então a questão de interpretar o texto memorialístico como uma das formas privilegiadas dessa abertura.

Essa leitura é justificada por várias razões. Mas para entender isso, é importante ressaltar que a memória não deve ser reduzida a uma mera capacidade psíquica de armazenamento de informações (tal como uma memória computacional). Reter, esquecer e voltar a lembrar são processos que pertencem à constituição histórica do homem (sua historicidade própria), e fazem parte do seu próprio ser histórico e finito. Para Gadamer, “estaria na hora de libertar o fenômeno da memória de seu nivelamento capacitativo que a psicologia lhe impôs e de reconhecê-lo como um traço essencial do ser histórico e limitado do homem”<sup>6</sup>. Só a partir dessa “libertação” que se pode compreender como a memória (e sua face complementar, o esquecimento) fornece uma primeira janela para uma apreensão da historicidade humana em sentido próprio.

Assim, a memória deve ser entendida fundamentalmente como um espaço privilegiado de realização e abertura da historicidade humana própria para a compreensão. Essa é a proposta que Hans Ruin recentemente desenvolveu em um artigo, no qual aponta possíveis caminhos

---

<sup>6</sup> GADAMER 2015, p. 51-52.



para uma fenomenologia da memória. A partir da caracterização de Heidegger acerca da temporalidade própria do *Dasein*, Ruin sintetizou sua posição:

Os humanos estão condenados a serem criaturas não apenas no tempo, mas também de tempo. Na ação e no pensamento, eles não podem evitar de relacionar-se e responder ao que tem sido. A memória é retratada como o espaço existencial primordial onde a historicidade da existência humana é efetivada<sup>7</sup>.

Destaque-se a última frase da citação, onde a relação entre historicidade e memória é expressa em termos existenciais, indicando que a memória deve ser compreendida como o espaço de realização de um encontro do *Dasein* com a sua própria historicidade. Ou então, para usar a expressão de Ruin: “*Memory appears as the locus of ‘temporal sensibility’*”<sup>8</sup>.

Nessa compreensão fenomenológica da memória, importa não exatamente a função cognitiva material situada no tempo, mas sim compreendê-la como o próprio meio através do qual o si mesmo produz uma experiência temporal. É pela memória, portanto, que essa subjetividade encontra um caminho de compreensão de si mesmo *para o seu próprio tempo*. Nesse sentido, a memória localiza-se no centro da existência temporal e finita do *Dasein*, tornando-se, assim, uma via privilegiada de abertura para a historicidade humana.

### **Memorialismo e História da Historiografia**

O termo “narrativas de memórias” abrange uma grande extensão de gêneros literários: memorialismo, autobiografia, autorretrato, testemunhos, diários, etc. Em seu conjunto, as narrativas de memórias revelam práticas de “produção de si” que somente se consolidaria no período moderno, com o desenvolvimento da noção de indivíduo e de subjetividade, a progressiva expansão da cultura escrita, entre outros fatores culturais, materiais e simbólicos. Nesse sentido, as escritas de si exprimem maneiras de compreender e produzir figuras de subjetividade temporalmente mediadas, indicando formas de compreensão acerca da historicidade humana própria.

Seria oportuno lembrar que o desenvolvimento do memorialismo coincidiu com o surgimento da *consciência histórica*, definida por Gadamer como “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”<sup>9</sup>. A expansão de tal forma de consciência trouxe diversas consequências fundamentais

---

<sup>7</sup> RUIN, 2015, p. 198.

<sup>8</sup> RUIN, Hans. 2015, p. 201.

<sup>9</sup> GADAMER, 2006, p. 17.

para a subjetividade moderna, entre as quais a progressiva dissolução da concepção substancialista do eu, que passa a buscar sentidos que estabilizem sua própria identidade face ao tempo. E o modo de articular tais sentidos é fundamentalmente narrativo. Daí que, sobretudo a partir do século XIX (o “século da História”) houve também uma grande expansão das narrativas memorialísticas, que não se restringem mais aos “grandes homens”, mas que passa a ser praticada cada vez mais pelas pessoas “comuns”.

Dada a especificidade literária desse conjunto de textos, a qualidade do passado que se elabora aí é bastante distinta do “passado histórico”<sup>10</sup> da historiografia de corte acadêmico. Essa distinção não impede, contudo, que possa haver um diálogo entre elas; diálogo que, como tenho afirmado, possui como fundamento e referente privilegiado os fatos da historicidade humana.

Nesse sentido, seria possível realizar uma nova forma de entrada no círculo da interpretação de um texto memorialístico, situando-o como uma forma de *aplicação* daquilo que a História da Historiografia procura produzir uma *analítica*. A narrativa memorialística, por suas especificidades, pode dar conta de algumas figuras da historicidade humana que, de outro modo, tendem a ser encobertos. Isso não significa que ela é um gênero superior ou inferior em relação à historiografia *tout court*. Em vez de buscar uma hierarquia, parto do princípio que a historicidade não se prende a uma única forma de representação narrativa. Assim, a História da Historiografia consegue ao mesmo tempo valorizar as especificidades do memorialismo e manter o seu lugar próprio no interior dessa pluralidade, além de expandir seu escopo teórico-analítico e reafirmar-se como um campo autônomo de investigação.

### **Memorialismo e historicidade**

O memorialismo, em oposição aos textos de ficção, é fundamentalmente um gênero referencial. Propõe fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto, com o objetivo de produzir um relato “verdadeiro”. Mas o sentido desse “verdadeiro” não é o mesmo no caso da narrativa histórica. Nesta, a falta de exatidão das informações compromete de maneira decisiva a significação do próprio texto (a totalidade da narrativa). Espera-se que o relato tenha não apenas uma coerência interna que provê um sentido de verossimilhança, como também apresente provas e exponha os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a investigação. Mais ainda, espera-se do historiador que mantenha uma certa distância em relação ao seu objeto, de modo a ser o mais “objetivo” possível.

---

<sup>10</sup> Sobre a dialética entre passado histórico e passado prático, ver WHITE, 2014.

Obviamente, não se pode dizer o mesmo do memorialismo. Afinal de contas, a própria posição do narrador (1ª pessoa) faz com que seja o próprio autor/narrador/personagem o único que poderia, em última instância, confirmar a veracidade do relato. Tampouco faz sentido exigir que o autor apresente provas materiais do que é relatado. No entanto, a exigência de verdade continua lá, embora esta deva ser entendida mais como “sinceridade” ou “fidelidade”, do que da estrita “correspondência” comprovável por terceiros e submetida à avaliação de pares.

Essa distinção é muito importante, pois incide diretamente na maneira como a memorialística produz significações sobre a historicidade humana. O “contrato” que se estabelece entre autor e leitor no caso do memorialismo conforma um modo de leitura que não é o mesmo em relação à ficção ou à historiografia. Evidentemente que o leitor pode escolher o caminho que bem entender, mas se decidir ler um texto memorialístico ou autobiográfico, deverá ter em conta a proposta apresentada pelo autor – expor suas experiências concretas e dizer a “verdade” (sinceridade/fidelidade), por mais que esta seja de foro íntimo e que só ele (o autor), em última instância, pode confirmar.

Isso indica que uma leitura guiada para encontrar os erros, mentiras ou equívocos não leva em conta o verdadeiro potencial de uma obra memorialística. Como bem lembra Lejeune<sup>11</sup>, no caso da autobiografia (e por extensão o memorialismo) importa menos a semelhança entre o Rousseau aos 16 anos representado nas suas *Confissões* e o Rousseau de carne e osso de 1728, *do que o duplo esforço de Rousseau em representar, no momento em que escrevia, a sua relação com o passado, por um lado, e em representar esse mesmo passado tal como ele o experimentou e viveu, com a intenção expressa de nada modificar.*

Caso se admita a pertinência dessa distinção, o olhar do historiador sobre a literatura de memórias passaria por um importante deslocamento. Pois nesse caso o foco principal residiria não na estrita verificação das informações apresentadas (a verdade factual do relato), mas antes nas maneiras pelas quais o autor-narrador articula sentidos ao seu passado e representa-o na forma de um relato. E que, ao fazê-lo, toca numa questão que diz respeito não apenas a sua pessoa, mas da própria experiência humana do tempo – as maneiras com que o passado, presente e futuro se entrelaçam na compreensão de si mesmo e do mundo.

### **Considerações finais**

---

<sup>11</sup> LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Nesse sentido, o memorialismo poderia servir como fonte fundamental para uma história das sensibilidades temporais, isto é, sobre a maneira como homens e mulheres se compreendem na dispersão/duração do tempo e produziram interpretações sobre a sua própria existência histórica. E são justamente essas figurações do passado que interessa a uma analítica da historicidade humana.

### **Referências bibliográficas:**

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. História da Historiografia, Ouro Preto, v. 12, n. 3, p. 34-44, 2013.

GADAMER Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. 7ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2012.

LEJEUNE, Phillippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIMA, Luiz Costa. História, ficção, literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. Varia História, n.27, p.27-47, jul. 2002.

RUIN, Hans. Anamnestic subjectivity: new steps toward a hermeneutics of memory. Cont Philos Review, v. 48, p. 197-216, 2015.

WHITE, Hayden. The practical past. Northwestern University Press, 2014.

## História, Passado e Tragédia: os Deuses do humano

**Edmo Videira Neto**

Graduando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Email: edmo.videira@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho busca estabelecer aproximações e distanciamentos entre o pensamento histórico de dois autores alemães, Georg Simmel e Friederich Nietzsche. Acreditamos que os escritos de ambos sobre o método histórico e a importância e utilidade da história ainda são pouco explorados contemporaneamente, constituindo-se, portanto, em grandes obras de análises e reflexões a despeito dos conceitos de vida e representação histórica. Além disso, este trabalho se insere na esteira de produções recentes na grande área da Teoria da História e da História da Historiografia, que buscam problematizar a questão da importância da história atualmente e o diálogo da mesma com o seu pretense estatuto científico.

**Palavras-chave:** Georg Simmel; Friederich Nietzsche; Vida; Tragédia; Estatuto Científico da História.

**Abstract:** The present work seeks to establish approximations and distances between the historical thinking of two German authors, Georg Simmel and Friederich Nietzsche. We believe that the writings of both on the historical method and the importance and usefulness of the story are still little explored contemporaneously, constituting, therefore, in great works of analysis and reflection in spite of the concepts of life and historical representation. In addition, this work is part of the recent productions in the great area of History Theory and History of Historiography, which seek to problematize the question of the importance of history currently and the dialogue of the same with its alleged Scientific Statute.

**Keywords:** Georg Simmel; Friederich Nietzsche; Life; Tragedy; Scientific Statute of History.

### **Nietzsche: A crítica à história e a necessidade de uma potência artística**

Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber. Isto significa: precisamos dela para a vida e ação<sup>1</sup>. É com estas palavras que Nietzsche abre a sua obra prima sobre a história e os “tipos de histórias”: *Segunda consideração intempestiva*. Logo em sua primeira frase, percebemos claramente o caráter do livro, que nada mais é do que diagnosticar – como seu próprio subtítulo diz – as vantagens e desvantagens da História para a vida. Ao realizar esta tarefa, nosso autor se coloca em um debate fundamental para o campo da historiografia e da teoria da história, que perpassaria diferentes épocas e que se encontra presente até os dias atuais: O que faz o historiador quando faz história? <sup>2</sup> Tomamos aqui um questionamento clássico do historiador Michel de Certeau<sup>3</sup>, justamente para simbolizar a tentativa – deliberada ou não – realizada por muitos pensadores situados no século XIX na

---

<sup>1</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003, p.5.

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel. A Escrita da História. Forense Universitária, 3ª edição, 2011.

<sup>3</sup> É importante ressaltarmos que Certeau está localizado em um período e contexto histórico diferente de Nietzsche ou Simmel. Contudo, acreditamos que suas reflexões são de suma importância na tentativa de pensarmos o Estatuto científico da história.

Alemanha, como Nietzsche e Georg Simmel, buscaram fazer. Se a *Segunda consideração intempestiva* não é exatamente um tratado metodológico sobre a história, essa é mais uma das chaves que podemos utilizar para lê-la. Além disso, por mais que Nietzsche não fosse um historiador de formação ou possuísse ideias diferentes das propostas pelo academicismo histórico alemão dos Oitocentos, o mesmo não se eximiu de um processo importantíssimo para os historiadores: dissecar o conhecimento histórico.

Trabalharemos o pensamento histórico de Nietzsche, postulado em sua consideração intempestiva, sob a luz de dois conceitos presentes em outra obra do filósofo, a *Origem da Tragédia*, escrita em 1871. Estes conceitos são os de Apolíneo e Dionisíaco, que apesar de serem categorias de difícil definição por funcionarem mais como símbolos<sup>4</sup> nos servem aqui na medida em que buscamos compreender a “divisão da história”, ou os métodos de se interpretar o conhecimento sobre o passado, entre dois polos constituídos dentro da própria disciplina histórica: Ciência e Arte. Temos em a *Origem da Tragédia*, a caracterização da figura de Apolo, como sendo o Deus da plenitude, linearidade e perfeição. Logo podemos coloca-lo, metaforicamente, como o representante da cientificidade e da objetividade histórica, tão representativa dos historicistas alemães do século XIX. Por outro lado, Nietzsche nos apresenta o espírito Dionisíaco, referente ao Deus da embriaguez. Sobre este, temos que: “O dionisíaco irrompe enquanto impulso de destruição da individuação, impulso de recondução à unidade com a natureza simbolizando o completo evanescimento do subjetivo no auto-esquecimento.<sup>5</sup>”. Percebemos, portanto, que Dionísio é representante de tudo aquilo que não se vê, mas se sente. O Dionisíaco na arte seria o espaço reservado ao sentimento, à exteriorização do espírito e à contemplação da arte enquanto uma metafísica da alma. Neste trabalho, nos interessamos especificamente pelo instinto dionisíaco, que, também metaforicamente, pode ser inserido dentro da teoria da história, como o ente representativo dos sentimentos subjetivos do historiador, ou seja, seria para a disciplina histórica algo semelhante aos impulsos artísticos.

A forma da disciplina histórica no século XIX foi, em sua essência, apolínea, científica, linear. A maioria dos historiadores pertencentes ao que conhecemos hoje como positivismo, ou factualismo, estavam em busca justamente da representação fidedigna do passado. Seriam, na visão de Nietzsche, aqueles caminhantes mimados pairando sobre o jardim do saber. Contrariamente a esta visão científica da História, em *Segunda consideração intempestiva*, nos

---

<sup>4</sup> RAMOS, Fabrício Rodrigues. A anatomia de um centauro: A Origem a Tragédia à luz da Segunda Consideração Intempestiva. Revista de Teoria da História, Ano 5, Número 9, julho/2013.

<sup>5</sup> WEBER, José Fernandes. A teoria nietzschiana da tragédia. São Paulo, 2007, p. 213.

é demonstrado outro pensamento a respeito da disciplina histórica: “Pensada como ciência pura e tornada soberana, a história seria uma espécie de conclusão da vida e de balanço final para a humanidade<sup>6</sup>”. Para Nietzsche, não precisamos da História enquanto balanço da vida, e sim de uma história que contenha ação, e que ajude a moldar a vida do sujeito. Percebemos claramente a crítica à ciência pura, e mais do que isso, ao racionalismo exemplar do século XIX.

Se, então, a História deve ser ação na vida<sup>7</sup>, a mesma só pode se concretizar através do expoente metafísico máximo da existência: a arte. A despeito desta questão, Nietzsche nos aponta: “Para tanto, porém, é requerida antes de tudo uma grande potência artística, um pairar criativamente acima de tudo, uma imersão nos dados empíricos, imaginar além do tipo dado<sup>8</sup>”. Nesta passagem fica evidente a necessidade da aproximação da história com a arte. Além disso, nos é apresentada necessidade da história se embebedar do espírito dionisíaco, embriagar-se de subjetividade e da potência artística, para que a mesma consiga romper com o cientificismo e acessar esse conceito quase ontológico denominado de “vida”.

### **Simmel: A importância da compreensão histórica.**

Se Nietzsche direcionava seus escritos para questões mais filosóficas, temporais e referentes à vida, no que se refere ao conhecimento histórico, temos em um autor posterior ao mesmo, Georg Simmel, que se vê frente a um problema de cunho mais epistemológico. Contudo, percebemos mais aproximações do que distanciamentos entre Nietzsche e Simmel, principalmente no que se refere à necessidade de um impulso artístico histórico. Em Simmel, este aparece através de seu conceito de compreensão histórica, que serve justamente como alternativa às concepções históricas da virada do século XIX para o século XX, contexto histórico de produção intelectual do autor.

Sobre a ideia de compreensão histórica, Simmel nos apresenta a seguinte indagação: “Onde eu iria buscar, a não ser em minha alma, a matéria que me possibilita conhecer e compreender outra pessoa, já que esta não se apresenta de forma legível para mim ?<sup>9</sup>”. Esta indagação está no cerne da crítica do autor ao que ele chama de problema da compreensão

---

<sup>6</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003, p.17.

<sup>7</sup> O conceito de vida é de difícil definição. Contudo, fiquemos aqui com o que é elaborado por Simmel a respeito de Nietzsche: “Em Nietzsche, a vida se destaca como um valor absoluto que perpassa as diferentes manifestações da existência”. SIMMEL, Georg. Schopenhauer & Nietzsche. Contraponto, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>8</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003, p.55.

<sup>9</sup> SIMMEL, Georg. Ensaios sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 30.



histórica, pois ao transpor seus anseios e desejos, amores e ódios contemporâneos para o passado estudado, o historiador tende a entender os atores pretéritos através da sua mesma ótica. De que maneira, portanto, o historiador deveria realizar a sua compreensão do passado? Neste ponto, Simmel nos demonstra a ideia de “psicologia histórica” ou processos anímicos<sup>10</sup>. A história teria um relacionamento extremamente próximo com a psicologia, onde o objetivo final da compreensão seria a vida cotidiana das pessoas através de meios psíquicos. Simmel definiu assim a compreensão histórica: “para definir de maneira mais profunda a exata noção de compreensão histórica de uma realidade psíquica particular, pode-se dizer que ela significa compreender essa realidade particular a partir da totalidade vital de seu portador”<sup>11</sup>. Portanto, o trabalho, ou a tarefa do historiador, segundo Simmel, é a de reconstruir mentalmente pessoas mortas há muito tempo. Nesse sentido, podemos entender que o autor pressupõe a história como sendo um entendimento do individual.

Percebemos então que, ao contrário dos métodos totalizantes e positivistas de se compreender a história reinantes no século XIX, Simmel rejeita a noção de uma história universal, pois a compreensão do passado através de uma ótica contemporânea, faz com que nossas almas perdidas longinquamente no emaranhado temporal, recebam um caráter homogeneizante. Sobre esta história universal, Simmel salienta:

História universal é uma expressão infeliz, não só porque sugere uma extensão de conhecimentos que não podemos ter, mas porque proclama que as imagens particulares desembocam numa imagem unitária que tampouco podemos formar, pois isso suporia que podemos formar uma imagem da vida que cria as espécies e os indivíduos, precisamente o que não podemos fazer. [...] só há histórias particulares.<sup>12</sup>

Se, para Simmel, a compreensão histórica é a compreensão dos movimentos anímicos da vida dos indivíduos, por conseguinte, não há espaços para interpretações universalizantes e excludentes dos movimentos autônomos dos “sujeitos históricos”<sup>13</sup>.

Enquanto a crítica de Simmel faz-se majoritariamente em torno da ideia de uma história universal que dissolvesse o indivíduo em um todo – da mesma maneira com que Deus é dissolvido em vários panteões de fé -, o mesmo estabelece uma “nova” concepção de História

---

<sup>10</sup> Em tradução livre se refere a algo semelhante com processos mentais, contudo preferi manter o original para não descaracterizar o conceito.

<sup>11</sup> SIMMEL, Georg. Ensaios sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 41.

<sup>12</sup> SIMMEL, Georg. Ensaios sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 60.

<sup>13</sup> Expressão esta aqui entendida como sendo as ações anímicas dos indivíduos, e não uma ideia positivista onde a história seria contada e realizada através dos grandes homens.

universal, onde a compreensão dos sujeitos serviria de fio condutor para se pensar aspectos totalizantes:

Na medida em que a compreensão histórica, em geral, só modifica a compreensão simultânea e atual, a transmissão de uma obra ou um discurso, de uma ação ou de um efeito produzido por um personagem do passado, contém efetivamente esse personagem e o oferece à nossa percepção também global; tudo o que o homem manifesta de particular é representativo da totalidade.<sup>14</sup>

Temos, portanto, uma espécie de relação dúbia entre o indivíduo e a totalidade, que também pode ser expressa pela dualidade humana que insiste em separar o sujeito em corpo e alma. Através de uma interpretação das ideias de Simmel, podemos entender o corpo deste indivíduo como sendo uma espécie de representação metafórica da totalidade histórica, universalizante e homogeneizante. Entretanto, para continuar utilizando a metáfora citada, temos que, o interesse da história, dá-se em cima da alma do sujeito, das pequenas relações que este tece com a sociedade, ou seja, dos processos anímicos individualizadores. Mas ainda para Simmel, continuamos a entender o homem como um todo: “Estou convencido, ao contrário, de que percebemos o homem como um todo, e só por uma abstração efetuada a posteriori isolamos o que nele é corpo”.<sup>15</sup> Legitimando, ou nos ajudando a entender esta concepção de interpretação do individual em “detrimento”<sup>16</sup> do universal, Gadamer resalta: “O que interessa ao conhecimento histórico não é saber como os homens, os povos, os Estados se desenvolvem em geral mas, ao contrário, como este homem, este povo, este Estado veio a ser o que é”.<sup>17</sup> Temos portanto nesta frase, uma caracterização contrária ao positivismo reinante na época de Simmel, estabelecendo uma margem hermenêutica para o entendimento histórico.

No que se refere à questão da representação do passado histórico em Simmel, temos que, uma pergunta é fundamental para entendermos tal conceito: é possível representar um passado tal como ele realmente foi? Responder que sim, ou assumir a concepção de que existe um realismo histórico a ser representado é mera ingenuidade. Simmel se situa também dentro desta crítica ao positivismo alemão que buscava narrar as verdadeiras ações passadas e representar a imagem dos grandes líderes e homens que mudaram o “curso da História”.

---

<sup>14</sup> SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 33

<sup>15</sup> SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 32

<sup>16</sup> Conceito entendido neste contexto como “deixar de lado” e não enquanto uma perspectiva terminológica excluyente.

<sup>17</sup> GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. FGV, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2006, p. 24.

Contrário a estas explicações mecanicistas, Simmel propõe justamente a compreensão dos processos anímicos:

Para que a História não seja um jogo de fantoches, tem que ser a história dos processos anímicos, e todos os acontecimentos exteriores que ela relata não são mais que pontes tendidas entre impulsos e atos volicionais por uma parte, e por outra, reflexos sentimentais provocados por aqueles acontecimentos exteriores.<sup>18</sup>

Portanto, entender a história como meras representações espelhadas remete-nos a um processo mecanicista, onde as realidades psíquicas dos sujeitos históricos são dissolvidas em construções homogeneizantes. É justamente a singularidade de cada indivíduo histórico que transmite a ideia de que não é possível representar um passado inteiramente, pois o historiador é quem atribui valor histórico aos acontecimentos pretéritos, e sendo ele quem, deliberadamente, escolhe linhas de abordagens tanto narrativísticas quanto documentais para reconstituir psiquicamente um determinado evento histórico. Então, a história para Simmel, estaria mais próxima da arte do que da ciência, como citam os autores do livro *Georg Simmel civilización y diferenciación social*: “Como a realidade individual é inacessível e as leis traduzem conceitualmente os processos reais, a ciência histórica está mais perto da maneira de representar algo da arte do que da ciência”<sup>19</sup>. Dentro desta perspectiva, portanto, podemos entender o historiador como um artista, e seu trabalho final, sua narrativa histórica, como um quadro pintado à mão. Assim como o pintor escolhe suas tintas, suas telas e seus objetos representativos, o historiador também não foge desta equação; ele escolhe o que é um evento histórico, onde ele está situado e a maneira como este deve ser representado. Talvez a diferença esteja nos fragmentos, nas formas e figuras que o historiador já possui a priori, pois são constituintes do passado em que o mesmo busca representar.. Sobre estas “formas remanescentes”, ou como denomina Simmel, os “fragmentos descontínuos”, o autor “define” o que seria a História:

A história não é o passado, o qual, a rigor, só nos é dado imediatamente no formato de fragmentos descontínuos; ela é uma forma ou uma soma de formas

---

<sup>18</sup> Traduzido livremente do original: “para que la historia no sea un juego de títeres tiene que ser historia de procesos anímicos y todos los acontecimientos exteriores que relata no son más que puentes tendidos entre impulsos y actos volitivos por una parte, y por otra, reflejos sentimentales provocados por aquellos sucesos exteriores”. SIMMEL, Georg. *Problemas de Filosofía de la Historia*. Editorial Nova Buenos Aires, p.13.

<sup>19</sup> Traduzido livremente do original: “como la realidad individual es inaccesible y las leyes traducen conceptualmente los procesos reales, la ciencia histórica se acerca más al modo de presentar algo del arte que la ciencia”. FLAMARIQUE, L; KROKER, R; MUGÍCA, F. *Georg Simmel: Civilización y diferenciación social (I)*. Cuadernos de Anuario Filosófico, 2003, p. 118.

pelas quais os espírito, por meio da observação e da síntese, domina a matéria e percebe seu sentido<sup>20</sup>

Por conseguinte, torna-se uma tarefa quase impossível restituir todos estes fragmentos descontínuos objetivando uma representação fidedigna de um passado que já passou a muito tempo, mas que insiste em assombrar os seres do presente. Logo, o historiador não deve cair no que Simmel chama de “caos obscuro”<sup>21</sup>, que emerge graças a uma tentativa de representar a totalidade da matéria histórica tal como ela realmente foi, e que mergulha as almas – estas que são o objetivo da história – em um rio tão obscuro quanto o caos descrito pelo autor.

### Conclusão

O que aproximaria os nossos dois autores estudados? Partimos do pressuposto central, que a concepção histórico-metodológica de ambos, diz respeito, em grande parte, ao tempo em que os mesmos viveram. E ambos são enfáticos nas suas obras em diagnosticar a tragicidade da modernidade alemã, seja no século XIX com Nietzsche, seja na virada do XIX para o XX com Simmel. De fato, toda produção intelectual e histórica parte de indagações e problemas do presente, e acreditamos que devido a isto, tanto Nietzsche quanto Simmel se dedicaram a pensar o que são estes conceitos gigantescos como História e Passado, e como eles os ajudariam a compreender suas respectivas realidades. Enquanto Nietzsche é atormentado pelos problemas de seu “tempo intempestivo” e da história enquanto uma “virtude hipertrofiada”<sup>22</sup>, Simmel se vê diante de dilemas posteriores, mas que possuem uma relação estreita e origem nas indagações nietzscheanas, como o problema da divisão do trabalho e a transformação dos meios em fins, característicos da modernidade simmeliana e da assim chama “Tragédia da Cultura”<sup>23</sup>. Guardadas as devidas proporções, observamos traços parecidos entre as concepções de história dos dois autores. Enquanto Nietzsche esclarece a importância e a necessidade de uma História que tenha agência na vida do sujeito, Simmel traça um caminho semelhante e propõe um olhar para o passado mais apurado e focado majoritariamente no indivíduo. Além disso, podemos destacar as similitudes no que concerne a importância da dimensão artística para a história e a necessidade do historiador utilizar da sua subjetividade – ou potencia artística – no momento de se representar e dar forma ao passado.

---

<sup>20</sup> SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 40

<sup>21</sup> SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, 2011, p. 28

<sup>22</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003, p.55.

<sup>23</sup> Sobre a mesma, ver artigo SANTOS, Antonio Carlos (Tradutor). O conceito e a tragédia da cultura, de Georg Simmel. Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v.9, n.1, p. 147, jan/jun 2014.

No entanto, acreditamos que tanto Simmel, quanto Nietzsche, fazem parte de um debate maior, que transcende as gerações de historiadores, filósofos, sociólogos e teóricos literários e que se relaciona diretamente com a seguinte pergunta: Qual o Estatuto científico da história? Por muito tempo, grande parte dos historiadores, acreditou que a história, ou o seu estatuto científico estaria localizado em algum lugar entre a arte e a ciência. Contudo, hoje esta esquadração já não é mais aceita, visto que, como nos aponta Hayden White,<sup>24</sup> já temos uma clareza maior sobre o que é ciência e o que é arte. Ainda sobre esta questão, o mesmo autor nos aponta:

Em resumo, avulta em toda a parte um ressentimento motivado pelo que parece ser a má fé do historiador em reivindicar os privilégios tanto do artista quando do cientista, ao mesmo tempo em que recusa a submeter-se aos modelos críticos que atualmente vão sendo estabelecidos na arte ou na ciência<sup>25</sup>

Pretendemos com este trabalho contribuir para um debate que está posto contemporaneamente, entre a arte ou a ciência como a representate do trabalho do historiador, utilizando a visão de dois intelectuais alemães do século XIX e que estão imersos no debate a despeito do conhecimento histórico. Ao retornamos a Nietzsche e Simmel, buscamos demonstrar parte das contribuições que estes – mesmo não sendo historiadores ou referências no campo da historiografia – realizaram em cima do pensamento histórico e metodológico nas suas épocas. Além disso, cabe-nos dialogar com o passado, na medida em que tais questões como método histórico, cientificidade histórica, literatura, narrativa histórica e tantas outras, ainda assombram o trabalho e a práxis dos mais diversos historiadores nos dias de hoje. Devido a isto, acreditamos que a tragédia maior está localizada, em termos metafóricos, na história e na vida, ou seja, a partir do momento em que a disciplina histórica deixou de ser algo acrescentador ao sujeito humano, a mesma recaiu em sua tragicidade científica. A vida é feita de pessoas; a história é feita de sujeitos, de carne, osso e sangue. Portanto, não podemos nunca esquecer nossa essência criadora e nossos impulsos artísticos.

Por fim, gostaríamos de salientar que o seguinte trabalho parte das conclusões primárias referentes à pesquisa desenvolvida em torno do conhecimento histórico, seu método e suas possibilidades de representação, sendo importante sempre, nos aprofundarmos mais nas

---

<sup>24</sup> Para mais informações a despeito deste debate, ver: WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

<sup>25</sup> WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001., p.40.

discussões para que possamos alcançar uma totalidade maior dentro deste debate que é de fundamental importância para o campo da Teoria da História e da Historiografia.

### **Bibliografia:**

#### **Artigos:**

JESUS, Anni Marcelli S. de ; A Sociologia Filosófica de Georg Simmel e o problema do tempo histórico.. Revista Elaborar , v. 2, p. 7-17-17, 2015.

RAMOS, Fabrício Rodrigues. A anatomia de um centauro: A Origem a Tragédia à luz da Segunda Consideração Intempestiva. Revista de Teoria da História, Ano 5, Número 9, julho/2013.

REIS, J. C. . O Historicismo, a Redescoberta da História. Locus (Juiz de Fora) , UFJF - Juiz de Fora, v. 8, n.1, p. 9-28, 2002.

SANTOS, Antonio Carlos (Tradutor). O conceito e a tragédia da cultura, de Georg Simmel. Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v.9, n.1, p. 155, jan/jun 2014.

TEDESCO, João Carlos . Georg Simmel: modernidade e filosofia da história. Métis (UCS), Universidade de Caxias do Sul, p. 137 - 156, 06 abr. 2009.

WEBER, José Fernandes. A teoria nietzschiana da tragédia. São Paulo, 2007.

#### **Livros**

FLAMARIQUE, L; KROKER, R; MUGÍCA, F. Georg Simmel: Civilización y diferenciación social (I). Cuadernos de Anuario Filosófico, 2003

GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. FGV, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. A origem da tragédia. 4ª edição, editora Guimarães.

SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Schopenhauer & Nietzsche. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2011.

WAIZBORT, Leopoldo. As aventuras de Georg Simmel. Editora 34, 1ª edição, São Paulo, 2000.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

## Em busca do(s) futuro(s) perdidos: ou como a utopia ainda pode servir aos historiadores no século XXI

**Danilo Araujo Marques**

Doutorando

UFMG

E-mail: danilomarques.his@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste texto é refletir sobre como o conceito de “utopia” ainda pode servir como categoria de análise fundamental na formulação de uma teoria da história neste início de século XXI. Pretendemos rastrear as possíveis implicações das concepções do filósofo Ernst Bloch para o estudo da história hoje, bem como de suas “permanências, rupturas e transições”. O historiador que se compromete com a exigência de escrever a história a contrapelo tem diante de si algumas possibilidades metodológicas. Voltar-se para o passado com os olhos de quem perscruta a subterrânea “tradição da esperança” – futuros possíveis que se tornaram esquecidos na poeira do tempo –, como nos sugere Bloch, talvez seja uma boa alternativa, tanto para a prática historiográfica quanto para a prática política, em um século que, há pouco nascido sob o emblema do fim da utopia, parece caminhar vacilante na direção de novos tempos sombrios.

**Résumé:** Le but de cet texte est de réfléchir sur la façon dont le concept de « utopie » peut encore servir en tant que catégorie d'analyse fondamentale dans la formulation d'une théorie de l'histoire au début du XXI siècle. Nous avons l'intention de suivre les conséquences possibles des concepts du philosophe Ernst Bloch à l'étude de l'histoire aujourd'hui, ainsi que ses « continuités, ruptures et transitions. » L'historien qui est engagé à l'obligation d'écrire l'histoire contre le grain a devant lui des possibilités méthodologiques. Retour vers le passé avec les yeux de ceux qui scrutent la souterraine « tradition d'espoir » - avenir possibles qui sont devenus oubliés dans la poussière du temps - comme le suggère Bloch, il pourrait être une bonne alternative à la fois la pratique historiographique et la pratique politique, dans un siècle qui vient de naître sous l'emblème de la fin de l'utopie, semble marcher hésitante vers de nouveaux temps sombres.

Em pleno século XXI, será que ainda é possível tocar no tema da utopia? O que dizer sobre este conceito que, nascido há 500 anos, passou por apropriações e inflexões as mais diversas, animou corações e mentes, foi criticado e, para muitos, morreu de velho, esquecido, ao lado de sua companheira “ideologia” em um confortável apartamento chamado “sociedade pós-industrial”? Esta é a questão sobre a qual pretendo refletir hoje, animado pelo sentimento de que um espectro parece rondar os tempos de incertezas em que vivemos.

Há quem diga que os historiadores definitivamente não devem se meter a falar de utopia. A não ser com o expresso objetivo de aboli-la. Isto porque história e utopia seriam antípodas. A primeira serviria como o corretivo realista para a evasão fantástica e imaginativa da segunda. A “história”, dizia o Lewis Mumford, “é o crítico mais severo da utopia”<sup>1</sup>. Sua vocação para a imanência age como o antídoto eficaz para a transcendência dos sonhos utópicos. Esta era a

---

<sup>1</sup> MUMFORD, Lewis. Utopia, the city and the machine. In: MANUEL, Frank E. (Org.) *Utopias and utopian thought*. Boston: Beacon, 1967, p.12.



função da história para Karl Mannheim: servir como critério para distinguir aqueles dois tipos de fenômenos – *ideologia e utopia* – que possuem como único traço em comum a falta de congruência com a chamada “forma histórica concreta da existência social”<sup>2</sup>.

Longe de querer afirmar que utopia e história – no sentido mannheimiano do termo – são a mesma coisa, gostaria, no entanto, de pensar a utopia a partir de uma perspectiva diferente. Algo parecido com o que fez Hayden White, quando a considerou como o Outro da história, em vez de seu inverso<sup>3</sup>. Mais do que princípios excludentes, é como se uma fosse decorrente da outra. Correndo o risco do exagero dialético, é como se uma fosse condição mesmo para a existência da outra. Dessa forma tendo a me aproximar mais da concepção de Paul Ricoeur, segundo a qual utopia é melhor definida “por sua reivindicação, que é minar a ordem estabelecida, do que pela falta de congruência [com a realidade]”<sup>4</sup>. A “função positiva da utopia”, diz Ricoeur, “é explorar o possível, [...] ‘as possibilidades laterais do real’. Essa função da utopia é finalmente a do ‘lugar nenhum’.”<sup>5</sup>

## II

Não é minha intenção aqui fazer uma história do conceito de utopia, embora julgue apropriado ter em mente alguns marcos importantes na trajetória de seus usos e desusos. A concepção política do modelo ideal de sociedade não é uma invenção da modernidade. No Ocidente, ela remonta tanto a Platão<sup>6</sup>, quanto a Santo Agostinho<sup>7</sup>. Mas, como todos sabem, o conceito de utopia tal qual conhecemos só foi cunhado e utilizado pela primeira vez em 1516, na obra homônima do inglês Thomas Morus<sup>8</sup>. Derivado do jogo de palavras entre *outopia* [ουτοπος] (não lugar) e *eutopia* [ευτοπος] (bom lugar), o termo servia para dar nome a uma ilha imaginária que possuiria uma organização política, social e econômica em tudo diferente da Inglaterra de Henrique VIII. Portanto, ao mesmo tempo em que se firmava como sinônimo de

<sup>2</sup> MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Translated by Louis Wirth and Edward Shils. New York: Harcourt, Brace, 1946, p.173.

<sup>3</sup> WHITE, Hayden. The future of utopia in history. *Historien: a review of the past and other stories*, Athens, (Greece), vol. 7, p.11-19, 2007.

<sup>4</sup> RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Tradução de Silvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.332.

<sup>5</sup> *Idem*, p.362.

<sup>6</sup> PLATÃO. *A República: texto integral*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

<sup>7</sup> AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A cidade de Deus* (contra os pagãos). Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

<sup>8</sup> MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

paraíso ideal e estabelecia a tradição de um gênero literário, do ponto de vista político a palavra *utopia* trazia a marca do *ethos* crítico a uma realidade bem determinada.

Acontece que, se em um primeiro momento, o conceito possuía uma conotação geográfica (a utopia teria como *locus* uma ilha afastada, cercada pelo oceano de todos os lados, ou mesmo a *Cidade do Sol* de Tommaso Campanella<sup>9</sup>) ao longo da modernidade ele foi se investindo de uma acepção temporal. Utopia adquiriu também o sentido de *Ucronia*, e passou a designar a perspectiva de algo por vir<sup>10</sup>. O ideal do bom lugar foi temporalizado e tornou-se prático. Não bastava apenas descrever e contemplar o modelo de uma sociedade imaginada. Era preciso projetar sua constituição na história dos homens. E isso em seus detalhes mais cotidianos, como fizeram dois dos maiores utopistas do século XIX: Saint-Simon, com sua ênfase racionalista no “sistema industrial”<sup>11</sup>; e Charles Fourier, com seus *phalansteres* e sua crítica à civilização.<sup>12</sup> Foi a partir dessa acepção moderna que se celebrou o casamento entre utopia e ideologia.<sup>13</sup> A partir de uma análise da história que se pretendia científica, o marxismo de Engels acabou por relegar os chamados “socialismos utópicos” à vala comum das ilusões ingênuas, concepções de classe falseadoras do real, produtos de um período em que a falta de maturidade da produção capitalista convergia para a imaturidade da teoria revolucionária<sup>14</sup>.

Para o historiador Russell Jacoby, a tradição do pensamento utópico pode ser dividido em duas grandes correntes: de um lado, aquela composta pelos “utopistas projetistas” – de Morus a Bellamy –, que em suas palavras “mapeia o futuro a cada centímetro e minuto”; de outro, a matriz composta pelos chamados “utopistas iconoclastas”, que, “ao contrário”, diz Jacoby, “oferecem pouco de concreto em que se prender; não apresentam nem fábulas nem imagens do que virá”<sup>15</sup>. Por isso mesmo são iconoclastas, contestadores e destruidores de imagens do futuro. Com todas as reservas que tenho a essa leitura, a considerarei especificamente no que ela pretende ser: nada mais que um esquema didático. Isto, para

<sup>9</sup> CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Atena, 1958.

<sup>10</sup> CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

<sup>11</sup> SAINT-SIMON, Henri. *Textes choisis*. Preface, commentaire et notes explicatives par Jean Dautry. Paris: Éditions Sociales Sociales, 1969.

<sup>12</sup> FOURIER, Charles. *Textes choisis*. Preface, commentaire et notes explicatives par Felix Armand. Paris: Éditions Sociales, 1953.

<sup>13</sup> RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia*, *Op. cit.*

<sup>14</sup> ENGELS, Friedrich. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. Paris: Éditions Sociales, 1969.

<sup>15</sup> JACOBY, Russell. *Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*. Tradução de Carolina de Mello Bomfim de Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

compreender uma guinada que parece ter havido no uso do conceito de utopia nas primeiras décadas do século XX.

Denominada pelo filósofo Miguel Abensour como “novo espírito utópico”, esta tendência intelectual teria aflorado nas últimas décadas do século XIX e se cristalizado até os anos 1930 em correntes internas mas marginais ao marxismo, e francamente opositoras dos preceitos chancelados pela Segunda (1889) e Terceira Internacionais (1919)<sup>16</sup>. Trata-se mesmo de um processo de reativação crítica, um “retorno a Marx pelo desvio das grandes utopias”, diz Abensour, “seu princípio fundador não é como o herdeiro que se prossegue um movimento, é como crítico. As manifestações são teórico-práticas (William Morris, certas tendências do surrealismo), ou puramente teóricas (Ernst Bloch, Walter Benjamin).”<sup>17</sup>

### III

Gostaria, portanto, de considerar o chamado “novo espírito utópico” como porta de entrada histórica para tentar compreender alguns pontos que julgo importantes para a reflexão em torno da utopia hoje. E isto a partir da obra daquele já foi considerado “o herege mais produtivo” do marxismo contemporâneo: o filósofo Ernst Bloch.<sup>18</sup> Não por acaso, seu primeiro livro, intitulado *O Espírito da Utopia* (1918), foi considerado o clássico de referência deste salto hermenêutico – ou, para fazer uma pequena provocação aos althusserianos, deste “corte epistemológico” às avessas, ocorrido no interior da tradição marxista de pensamento.<sup>19</sup>

Digo isto porque considero os escritos de Ernst Bloch em um contexto mais amplo da produção intelectual nas primeiras décadas do século XX. Ao lado de nomes como Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Jose Carlos Mariátegui e o jovem Györg Lukács, Bloch parece integrar a emergência de uma nova matriz de pensamento da tradição marxista, expressa e imediatamente adversa ao economicismo e ao progressismo propostos pela normatização da teoria – sobretudo a partir da Segunda Internacional (1889). Animados pelo clima do “novo espírito utópico”, estes autores foram os primeiros a atuar como hereges em um meio atulhado de implacáveis sacerdotes d’*O Capital*. Pioneiros na aliança de concepções do pensamento de

---

<sup>16</sup> ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Urias (org.). *O novo espírito utópico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>17</sup> *Idem*, p.58-60.

<sup>18</sup> JENS, Walter. Ein Segel in eine andere Welt. In: BLOCH, Karola u. REIF, Adelbert. . Denken heisst Überschreiten. *In memoriam Ernst Bloch 1885-1977*. Köln: Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1978, p.271.

<sup>19</sup> BLOCH, Ernst. *L’esprit de l’utopie*. Traduit de l’allemand par Anne-Marie Lang et Catherine Piron-Audard. Paris: Gallimard, 1977.

Marx a temas como tradição, romantismo, misticismo e utopia, foram responsáveis por pavimentar o curso para o surgimento da matriz que mais tarde será representada pela Escola de Frankfurt. São estes os tais “utopistas iconoclastas” de que fala o historiador Russell Jacoby, “aqueles que sonharam uma sociedade superior, mas que se recusaram a apresentar suas medidas precisas.”<sup>20</sup>

Mas qual é a novidade que Ernst Bloch oferece para o significado de utopia? Desde seu primeiro livro em 1918, até a publicação do primeiro volume de *O Princípio-Esperança* em 1954, é inegável que este autor está interessado em resgatar a tradição do pensamento utópico. Mas, para isso, ele traça uma fenomenologia da consciência antecipadora – este “primeiro correlato da imaginação utópica” –, fundada sobre uma ontologia do *ainda-não*. Esta categoria funciona como força motriz da *possibilidade*, peça-chave para a compreensão do real enquanto processo: pois, entendendo processo como “a mediação, as ramificações profundas, entre o presente, o passado não liquidado e, sobretudo, o futuro possível”, “todo o real”, diz Bloch, “passa a ser o possível e é possível tudo aquilo que é ainda parcialmente condicionado, ou seja, aquilo ainda não parcialmente determinado, porque ainda incompleto e não concluído.”<sup>21</sup> Notem que Bloch oferece uma hermenêutica da consciência antecipadora – o “espírito utópico” – concentrada na sua condição de potência. Nada a ver, portanto, com a porta de passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade” anunciado pelos profetas da ortodoxia histórico-materialista. A “possibilidade real”, nas palavras de Bloch, “não reside numa ontologia acabada do ser, mas em uma ontologia do ser ainda não existente, que deve ser renovadamente fundada, capaz de descobrir futuro até mesmo no passado.”<sup>22</sup>

Considero dois pontos desta citação como representantes diretas das contribuições de Ernst Bloch para a reformulação do pensamento utópico. Primeiro deles: o da categoria da “possibilidade” tomado em sua variante “real”. Bloch fala em afetos expectantes, imagens do desejo, sonhos diurnos. Acontece que ele trata estas formas do “sonhar para a frente” como manifestações de um *ainda-não-consciente*. É verdade que são fundamentais para a constituição do Princípio Esperança – dado que o simples ato de espera não se resigna –, mas não são suficientes por si sós. É isso que nos dá a chave para compreender o segundo passo

<sup>20</sup> JACOBY, Russell. *Imagem Imperfeita, Op. Cit.*, p.16.

<sup>21</sup> BLOCH, Ernst. *Le Principe Espérance*. Traduit de l’allemand par F. Wuilmart. Paris: Gallimard, 1976, p.237.

<sup>22</sup> *Idem*, p.174.

dado por sua fenomenologia da consciência antecipadora: a *práxis*, que está fundamentada sob o aparente oxímoro da chamada “utopia concreta”.

Reparem bem: não se trata de “utopia realizada” – como diriam os partidários do “socialismo real” ou os defensores neoutopistas do “fim da História”. Diferente das “utopias abstratas”, a “utopia concreta” diz respeito à capacidade prática de se vincular ao processo do real, no aqui-agora, a partir de dois de seus principais elementos: *tendência* (tensão do que está na vez, mas é tolhido) e *latência* (correlato das possibilidades reais objetivas ainda não realizadas no mundo). Trata-se, portanto, de dar chão à utopia, de conferi-las pés e mãos. “Importa para a utopia concreta”, diz Bloch, “compreender com exatidão o sonho do seu objeto, inerente ao próprio movimento histórico”.<sup>23</sup> E, para nosso autor, este lugar que reúne ao mesmo tempo crítica e compreensão da realidade seria assumido com excelência pelo materialismo histórico, pois, nas suas palavras, “o marxismo não é *uma antecipação (função utópica)*, mas o *novo de uma antecipação concreta ligada ao processo*.”<sup>24</sup> (Grifos no original) Em outras palavras, o marxismo valeria mais em sua função de utopia concreta – *corrente quente* – do que como pretensa ciência dialética da lógica histórica – *corrente fria*.<sup>25</sup>

Se esta concepção da chamada “função utópica” vale para a formulação de uma filosofia da *práxis*, ou seja, da reflexão sobre latências que subjazem o momento da ação, ela não deixa de pensar também a carga exercida pelo passado na forma de tradição. Com isto, chegamos ao segundo ponto importante daquela citação: a capacidade que uma ontologia do ser ainda não existente tem de “descobrir futuro até mesmo no passado.” Como já foi dito, o real é processo para Bloch; e é na qualidade de processo que ele atua enquanto um composto dialético de temporalidades. “Nem todos estão presentes no mesmo tempo presente”, dizia Bloch. “Tempos mais antigos que os atuais continuam a viver nas camadas mais antigas.”<sup>26</sup> Este é o pressuposto básico da teoria da “não contemporaneidade dos tempos”, lançada em 1934 no livro *Herança deste tempo*.

Bloch utiliza o conceito de “herança” para tratar a forma como o passado assalta o tempo de agora. Enquanto parte constituinte da realidade vivida, o passado não está morto e enterrado. Muito pelo contrário, ele se mostra apinhado de latências e tendências – sobretudo na dimensão

<sup>23</sup> BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Tradução de Werner Fuchs. vol. II. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006, p.177.

<sup>24</sup> *Idem*, p.176.

<sup>25</sup> *Idem*.

<sup>26</sup> BLOCH, Ernst. *Héritage de ce temps*. Traduit de l'allemand par Jean Lacoste. Paris: Payot, 1978, p.95.

do que foi esquecido: “a vida está sempre em processo”, diz Bloch, “e, em consequência, não fica fechada nos limites de seu tempo ou da História em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho, num campo meta-histórico”<sup>27</sup>. É neste sentido de transmissão do passado que Bloch trata do tema da tradição e o desenrola pelo fio da “tradição da esperança”, enxergando na História a ferramenta adequada para a realização do processo de *reedição* de possibilidades esquecidas. Eis aí o que Bloch entendia por “História no seu sentido fecundo” já em 1920, quando publicou seu livro sobre o reformador anabatista Thomas Münzer! O passado está prenhe de *ainda não* e o historiador é o único sujeito capaz de fazer brilhar a centelha destes “cantos inconclusos”, reparando que “por cima das ruínas e das esferas culturais arrasadas deste mundo, brilha o espírito indescaracterizável da utopia”.<sup>28</sup>

#### IV

Gostaria de terminar esta apresentação lembrando as palavras utilizadas por Ernst Bloch para abrir seu primeiro livro *O Espírito da Utopia*, escrito há exatos 100 anos: “Eu sou, nós somos. Não é preciso mais que isso. Para começarmos. É entre nossas mãos que está a vida.”<sup>29</sup> Há muito tempo, a fé na ideia de que os seres humanos podem alcançar a felicidade plena em algum estado ideal no futuro não virou mais que pura ingenuidade escapista. Mas, enquanto isso, a aspiração que fez desta uma ilusão tão sedutora durante séculos não parece tão morta assim. O espírito da utopia ainda ronda o século XXI. Mas, assim como já foi dito do futuro, ele não é mais o que era.

Vivemos um tempo marcado pela nostalgia.<sup>30</sup> Do *Make America Great Again* de Donald Trump ao “Bom mesmo era na Ditadura” de Jair Bolsonaro subjaz uma urgência na vontade de retorno ao passado. Algo ficou para trás e precisamos voltar à antiga morada. Entramos no novo século, atravessamos um período de expectativas decrescentes e, em meio a crises, voltamos as costas para o futuro. Agora, o passado nos assalta e, mais uma vez, a problemática da tradição está na ordem do dia.

Acontece que enquanto os Trumps, Le Pens e Bolsonaros da vida reivindicam o passado do ponto de vista de uma apologia do que foi e não é mais – da nostalgia em seu sentido inatual, portanto –, Bloch nos ensina a olhar para o passado como quem procura possibilidades perdidas.

<sup>27</sup> BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Rio de Janeiro – GB: Edições Tempo Brasileiro, 1973, p.6.

<sup>28</sup> *Idem*, p.207.

<sup>29</sup> BLOCH, Ernst. *L'esprit de l'utopie, Op. Cit.*, p.9.

<sup>30</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Traducido por Albino Santos Mosquera. Barcelona: Ediciones Paidós, 2017.

Não para serem contempladas e apenas contadas, mas para comprometer-nos e entusiasmar-nos aqui e agora. Esta é a lição que ele deixa para os historiadores em seu livro sobre Thomas Münzer: “não olhamos, aqui, de nenhum modo para trás”, diz. “Pelo contrário, engajamo-nos no passado enquanto ele é presente. E, deste modo, outros se transformam, os mortos retornam, seu gesto revive ainda em nós.”<sup>31</sup>

Se considerarmos hoje estes diferentes projetos de apropriação do passado, eu diria que estamos presenciando uma nova edição da antiga querela entre *ideologia* e *utopia* – na forma como Paul Ricoeur entendeu os dois fenômenos.<sup>32</sup> De um lado, temos a defesa do retorno àquilo que foi instituído. De outro, a busca pelo que esteve em vias de se realizar. A escolha entre um e outro fica por nossa conta. Mas, particularmente, imagino que a *utopia* tem condições de re-emergir hoje conforme aquilo que Zygmunt Bauman, em seu último livro, chamou de *Retrotopia*<sup>33</sup>: como uma visão focada não na extraordinária linha de um “horizonte de expectativas” por vir, mas nos possíveis abandonados em nosso “campo de experiências”, não em um futuro-a-ser-criado, mas na reedição de um passado que até pode ter sido enterrado, mais ainda não morreu.

---

<sup>31</sup> BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer, Op.cit.*, p.1.

<sup>32</sup> RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia, Op. cit.*

<sup>33</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia, Op. cit.*



## Tempo e identidade: uma leitura do prefácio de *Essais sur L'Allemagne Impériale*, de Ernest Lavisse

**Rilton Ferreira Borges**

Doutorando

PUC-SP

E-mail: riltonferreira.rf@gmail.com

**Resumo:** Este texto traz uma leitura inicial do prefácio da obra *Essais sur l'Allemagne Impériale*, de Ernest Lavisse. Nela o autor traz uma coletânea de artigos publicados na *Revue des Deux Mondes*, contendo suas impressões sobre o Império Alemão em processo de formação e consolidação. A partir da análise deste prefácio pretendemos compreender como Lavisse estabelece parâmetros para compreender os alemães em comparação aos franceses, construindo uma identidade para os dois povos, utilizando noções temporais.

**Palavras-chave:** Lavisse; tempo; identidade; França; Alemanha

**Abstract:** This text brings an initial reading of the preface to the *Essais sur l'Allemagne Impériale* by Ernest Lavisse. In it the author brings a collection of articles published in the *Revue des Deux Mondes*, containing his impressions on the German Empire in process of formation and consolidation. From the analysis of this preface we intend to understand how Lavisse establishes parameters to understand the Germans in comparison to the French, building an identity for the two peoples, using temporal notions.

**Keywords:** Lavisse; time; identity; France; Germany.

A obra *Essais sur L'Allemagne Impériale*, de Ernest Lavisse (1842-1922) foi publicada pela primeira vez em 1888, pela Librairie Hachette et Cie. Esta casa editorial foi a maior da França e esteve diretamente envolvida no projeto educacional da Terceira República, editando e distribuindo os principais manuais escolares franceses no final do século XIX e início do século XX. Segundo o próprio autor, o livro é uma coletânea de artigos publicados na *Revue des Deux Mondes*, revista francesa com certo caráter antropológico, preocupada em descrever povos e culturas fora da França, com atenção especial à América. Todos os artigos foram publicados entre 1871, quando se deu o final da guerra Franco-Prussiana, até 1888, após a dissolução do parlamento alemão e vitória eleitoral de Bismarck.

Lavisse enumera quais são os tópicos de que tratam os artigos: a Guerra com a França, o parlamento alemão, descrito a partir de uma de suas reuniões em 1874, os partidos socialistas alemães, a emigração, uma excursão à Alemanha e um apanhado do estado político do país em 1887. Ao final, Lavisse pretendia mostrar, em linhas gerais, como eram a Alemanha e os alemães.

Lavisse inicia sua descrição da Alemanha entendendo que ela não está em um estado normal, pois sofre de um equívoco: pretendeu ser uma grande nação, mas não completou seu

destino. Aqui já podemos destacar uma hipótese sobre o pensamento de Lavissee em termos temporais: se a nação alemã não cumpriu seu destino, entende-se que os agentes históricos, para Lavissee, são responsáveis por construir seu futuro. Além disso, podemos inferir que a “nação”, para Lavissee, é um agente histórico, não apenas um conjunto indivíduos isolados.

A Alemanha seria um projeto de Estado-Nação<sup>1</sup> muito particular e fadado a fracassar. Ao declarar guerra ao futuro imperador alemão e se deixar derrotar por ele (palavras do próprio Lavissee), a França teria dado uma sobrevida a este projeto, mas este não duraria por muito tempo. Ainda segundo o autor, é importante conhecer os defeitos desse projeto, entre os quais podemos destacar um: o caráter autoritário de sua formação, imposta pela Prússia. Este autoritarismo tornaria o Estado-Nação alemão inviável.

Certamente, se há uma coisa certa no mundo, é que a forma rígida onde estão hoje detidos como em uma prisão militar os sentimentos e paixões que animam e dividem as almas alemãs será rasgada em uma tempestade (LAVISSEE, 1888)<sup>2</sup>.

Ainda que o caráter autoritário e militarista do Estado alemão torne sua subsistência inviável a longo prazo, o exército alemão era um símbolo nacional e fonte de orgulho para os alemães. Na opinião de Lavissee, o exército de 1887 era ainda mais forte do que em 1871, aprendeu com os próprios erros e estava progredindo.

Além do autoritarismo do Estado alemão, outro fator explicaria o fato de não haver, pelo menos até então, uma oposição consistente ao modelo de Estado-Nação que estava sendo implantado: uma tendência do povo à conformidade. Lavissee entende que certos hábitos mantinham a nação alemã na inércia e no conservadorismo. Sendo assim, os alemães seriam pouco afeitos à mudança. “Supõe-se um povo que manteve de um longo passado o hábito do respeito e que é, por natureza, lento para conservar, mais lento para a ação, aceita sem dificuldade a vida como ela está” (LAVISSEE, 1888).

Esta aparente inércia, contudo, não era de todo ruim para os alemães. Por aceitarem mais facilmente as condições de vida que lhes são oferecidas, os alemães seriam um povo que fica feliz com muita facilidade, pois sempre estariam satisfeitos com sua condição.

As “disposições naturais” dos alemães levariam, cedo ou tarde, à revolta contra o Estado autoritário. Se é um povo que tem em seu hábito a ideia de se sentir confortável, um Estado que

---

<sup>1</sup> Lavissee não usa a expressão “Estado-Nação”, mas constantemente se refere às relações entre o Estado e a Nação, sendo difícil dissociá-los em algumas passagens. Por este motivo optamos por usar a expressão.

<sup>2</sup> Optei por traduções livres do texto original para dar mais fluidez à leitura.

limita as ações enfrentaria resistência. Contudo, Lavissee conclui que o hábito do respeito e da subordinação impediriam (ou, pelo menos, adiariam) uma sublevação popular. O autor afirma haver uma hierarquia muito grande no pensamento do homem comum, que não enxerga a todos como iguais. Há uma escala quase mística separando os homens, o que dificultaria a difusão de ideias semelhantes às dos revolucionários franceses em solo alemão. Neste sentido, sua humildade e subserviência causam estranheza ao estrangeiro.

Por outro lado, o alemão não conhece inclinação moderada. Para Lavissee, sua coluna parece ter uma única peça, de tão ereta que permanece. Sendo assim, os alemães dificilmente abandonariam suas posições, mas uma vez abraçando novas causas, as defenderiam com o mesmo rigor e gravidade. Por isso o espírito revolucionário, na Alemanha, não seria domado, o que faria com que os socialistas fossem os agentes mais ativos da destruição final do império.

A guerra é outra das preocupações de Lavissee. Mas não apenas as guerras que ocorreram no passado, também as guerras que se anunciavam. Segundo o autor, com a existência do Império Alemão, a guerra era inevitável, pois “a Alemanha Imperial veio da guerra e vai em direção à guerra. *A bello ad bellum* será sua epígrafe” (LAVISSEE, 1888).

A Alemanha vem da guerra, porque a Prússia, que é produto da guerra, a fez. Seu ser histórico nasceu em um campo de batalha, às margens do Elba, que é há mil anos a fronteira ensanguentada a cada dia por Eslavos e Germanos (LAVISSEE, 1888).

Lavissee, então, começa a tecer considerações a respeito da Prússia. O Estado Prussiano ainda é muito pequeno como território, mal povoado, mal feito. Tudo em seu estado é pequeno<sup>3</sup>, a não ser seu exército. Entrou para o grupo das grandes potências ao infringir derrotas na Europa. E mesmo quando derrotada, a Prússia se levanta de suas derrotas pelo exército. A maior glória de seu rei foi manter o espírito militar em tempos de paz, e o rei tem sido seu melhor soldado. “O primeiro a ser rei foi um soldado feliz – Um soldado feliz foi o primeiro imperador da nova Alemanha” (LAVISSEE, 1888). Seu ministro é muito corajoso e muito prudente. Não cometeu nenhum erro que pudesse ter evitado. Sua política é conservadora, mas o tratado de Frankfurt “deixou exposto o coração francês e estabeleceu de forma permanente sobre nossas cabeças o período do *tumultus germanicus*” (LAVISSEE, 1888), criando este Estado que fez com que “cada dia vivido pela Europa fosse uma vigília de armas” (LAVISSEE, 1888).

---

<sup>3</sup> O termo usado por Lavissee é “mesquin”, que também pode ser traduzido como “mesquinho”.

Lavisse entende que a Prússia é responsável pelo clima de guerra na Europa. Segundo ele, a Prússia nunca asseguraria a paz porque nunca concordaria em se desarmar. Isto geraria um terrível círculo vicioso, em que os Estados se armam para se defender e assegurar a paz, e vão à guerra porque estão armados. O autor, então, começa a criticar a política de guerra, que tira recursos de outros campos da vida para financiar armas, muralhas, campanhas de guerra e mortes. Segundo ele, os Estados não estavam empregando todos estes recursos em seus equipamentos bélicos apenas para desfiles militares: a qualquer momento os empregariam numa guerra. Como a Europa se preparava para a guerra, a guerra aconteceria com certeza. Bastava uma faísca nos Vosges, nos Bálcãs ou na costa do norte da África um foguete gigantesco ser detonado. Quando este momento chegasse, França e Alemanha seriam o centro da batalha: estaria Lavisse prevendo os acontecimentos de 1914-1918?

Neste ponto, o texto faz uma virada e Lavisse volta seu olhar para a França. Entende que o país estava mais forte do que no passado (provavelmente se referindo a 1871) e muito mais forte do que se acreditava. Segundo o autor, a França estava dividida, e alguns anunciavam seu fim. Mas não sabiam que crises revolucionárias profundas duram muito tempo, e que um século não é suficiente para um país que depois de romper com todos os poderes que regiam sua vida, encontre novas condições de existência. Aqui notamos que Lavisse trata das implicações de longo prazo da Revolução Francesa. Supomos ser possível falar em uma “longa duração da revolução” no pensamento de Lavisse.

Para responder aos críticos da França, Lavisse lança um desafio: para saber se o país estava melhor ou pior do que seus vizinhos, seria necessário saber como se comportaria a Prússia sem rei, a Alemanha sem imperador ou uma Inglaterra republicana, um exercício de imaginação histórica que não costuma ser atribuído a historiadores de sua época, mas que supomos aparecer neste texto por Lavisse não estar escrevendo um texto propriamente historiográfico. Além disso, o autor declara que haverá um dia em que as formas tradicionais de autoridade desapareceriam em todos os países, mas na França elas já não eram mais vistas. Lavisse, portanto, coloca a França na vanguarda da evolução histórica dos Estados-Nação, sendo ela a primeira a chegar num estágio de desenvolvimento político pleno. Desenvolvimento este necessário (todos os países um dia chegarão a este estágio), mas cujo processo não é igual em todos os lugares. As ações do Estado-Nação (ou da nação contra o Estado) é que determinam em que velocidade estas transformações ocorrerão.

Não conhecemos outra autoridade senão aquela consentida por aqueles sobre os quais ela se dará. Isso causa estranheza ao estrangeiro por seus espíritos

não prevenidos, que se perguntam se os outros povos se comportarão assim sabiamente como nós, quando eles serão atingidos por uma evolução fatal que já começou no ponto em que nós estamos (LAVISSE, 1888).

Em seguida, Lavissee constata que a França não pode se isolar do resto do mundo como, segundo ele, já teriam feito a Inglaterra e os Estados Unidos em outras épocas. Sendo assim, cada ação na Europa causaria reações na França, e vice-versa. Logo, mesmo precisando da paz mais do que todos os outros países, visto que a Terceira República ainda estava se consolidando, a França precisava se preparar para a guerra, contradição esta que causava grande mal-estar entre os franceses: nos preparamos para a guerra, mas quando o dia chegar, nossos costumes se acomodarão às necessidades da guerra? A obediência consentida dará lugar à obediência absoluta e ao poder que comanda sem república? Para Lavissee a França soube conciliar bem o militarismo e a democracia, de modo que, ainda que houvesse riscos, a segurança nacional estaria mantida. Deste modo, dois adversários estavam se colocando frente a frente, em iguais condições, e o resultado de uma batalha entre eles seria incerto.

Agora, Lavissee começa a analisar o ponto de vista do historiador frente às transformações que acontecem em sua época. Para ele, o historiador contemporâneo que colocava aqueles dias “ao longo da história”, não conseguiria evitar uma grande melancolia. A novidade que se formava parecia ameaçadora porque, segundo Lavissee, a história é uma sucessão de experiências, de modo que ao terminar uma, outra completamente diferente se iniciava. Como a formação das grandes potências, para Lavissee, estava concluída, o próximo passo seria sua decadência e construção de novas dinâmicas.

A política das grandes potências não era conhecida na Idade Média, e um dos sinais do final desse período, segundo Lavissee, foi a importância que a política passou a dar ao território, a base do poder moderno. Neste sentido, França e Espanha teriam conseguido muito poder com base na conquista territorial. A formação do império alemão e do reino italiano, por outro lado, completaram o sistema das grandes potências. As fronteiras não eram mais vastos territórios vazios ou entremeados por pequenos reinos: a Holanda se sentia ameaçada, a Bélgica se preparava para se defender; França, Itália e Alemanha então se chocavam, "carne viva contra carne viva".

Mas Lavissee não vê apenas negatividade na formação das grandes potências: elas juntaram as forças intelectuais e morais dos povos, vivificaram e estimularam a consciência nacional deles, deram os meios de se expressar com precisão. Elas produziram uma civilização comum a partir de uma variedade pitoresca e fecunda. Em suma, trouxe benefícios à

humanidade, mas também grande sofrimento. Neste sentido, a culpa estaria na ambição dos políticos que causavam perdas materiais e humanas com a guerra.

Neste ponto Lavissee faz um comentário intrigante. Entende que ele e seus contemporâneos não seriam ainda capazes de compreender a grande política de sua época e suas conseqüências, mas os historiadores do futuro veriam que entre as potências havia proporção razoável. Descreveriam orçamentos, armamentos e paradas gigantescas. Recontariam a história do duelo “heroico-cômico”<sup>4</sup> entre a bala de canhão e a couraça do navio, o obus e a muralha. Veriam que os filósofos se enganaram quanto à crença no progresso perpétuo como causa final da história e que a política internacional levou à barbárie.

Esta passagem nos intriga porque, até agora, não conseguimos perceber se há alguma ironia presente. Lavissee diz que não é capaz de compreender o que está acontecendo, mas descreve quais serão as conclusões dos historiadores do futuro. Estaria ele criticando a ideia de distanciamento histórico ou se colocando como alguém capaz de enxergar o que seus contemporâneos não perceberam?

Continuando sua crítica, Lavissee usa termos ainda mais duros: “a barbárie é o sistema de grandes potências levado a perfeição. E porque foi trazida à perfeição, está próxima da decadência” (LAVISSEE, 1888). Aqui podemos concluir que se a história é uma sucessão de experiências diferentes, como foi dito anteriormente, quando algo atinge o auge, *precisa* entrar em decadência para que outra coisa entre no lugar. Logo, podemos dizer que para Lavissee a história se dá através de rupturas. Para isso, a concepção de tempo dele precisa da fragmentação, mas não uma fragmentação radical, sem qualquer relação entre passado, presente e futuro, pois, a princípio, a história parece ser linear e composta por trechos independentes que se articulam de alguma forma. As revoluções são rupturas, assim como as guerras, por isso interessam tanto a Lavissee. Podemos supor, por exemplo, que a Revolução Francesa foi resultado da decadência do Antigo Regime e, no mesmo sentido, uma Grande Guerra seria o sinal da decadência da política de grandes potências.

A partir deste ponto, Lavissee tenta fazer alguns prognósticos. Afirma que não se pode imaginar como será o século XX (ideia de que o futuro não é totalmente acessível), mas um partido, que então ia crescendo, se apresentava como sucessor das potências de então (portanto,

---

<sup>4</sup> No original, “heroï-comique”: gênero literário que agrega características do heroico e do cômico, ou ainda que narra, em tom heroico, personagens prosaicos. Não conheço equivalente em português.

o presente apresenta a possibilidade de prognósticos, o que nos ajuda a pensar num tempo apenas parcialmente fragmentado). Este era o socialismo.

Lavisse faz uma espécie de defesa dos socialistas e anarquistas, concluindo que seus objetivos são bons:

Antes de menosprezar as esperanças socialistas e as ameaças anarquistas, deve-se buscar sua razão de ser. Ela é brilhante. Declara guerra à guerra, reclama o direito de viver pela paz e trabalho, se coloca contra os Estados de hoje e a política homicida feita ou aceita pelas classes dirigentes (LAVISSE, 1888).

Não podemos nos precipitar em afirmar que Lavisse estivesse fazendo apologia ao socialismo, mas sugerindo que, antes de criticá-lo, era necessário conhecê-lo e perceber que nem tudo nele estava errado. Além disso, seria uma das forças que ajudaria a acabar com a política baseada nas grandes potências.

Para concluir, Lavisse sentencia:

Este Estado em breve acabará. Ele já deu tudo que tinha para dar porque já tomou tudo que podia tomar. Nada de novo se pode esperar dele. Ele fará bem em recuperar qualquer uma das liberdades que ele sacrificou; porque sua cabeça muito grande pesa sobre os membros muito magros e a responsabilidade geral que assumiu desacostumou os cidadãos de todo esforço viril e de toda a iniciativa (LAVISSE, 1888).

A França, por outro lado, teve uma história diferente. “Fortaleceu seus membros” com recrutamento regional, universidades regionais, administrações locais. Para Lavisse, a França tinha uma unidade mais robusta por ser baseada na adesão popular, e não na imposição. Assim, a França pluripartidária, democrática e respeitosa da diversidade (obviamente Lavisse está idealizando) serviria de exemplo à Europa.

Lavisse termina o prefácio com um curioso exercício de imaginação, escrevendo um discurso de como seria se o imperador alemão aderisse à “política de paz”. E conclui dizendo que tal “sonho” seria “insensato”.

### **Bibliografia:**

ALVAREZ, Manuel Fernandez. *Breve história de la historiografia*. Madrid: Nacional, 1955.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

BOURDE, Guy; MARTIN, Herve. *Les ecoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1989.



BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução: Maria Lucia Machado. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2008

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GALISON, Peter. *Os Relógios de Einstein e os Mapas de Poincaré*. Lisboa: Gradiva, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Olhos de Madeira*. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KERN, Stephen. *The culture of time and space (1880-1918)*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

MOLLIER, J-Y. “A evolução do sistema editorial francês desde a enciclopédia de Diderot”. Livro, São Paulo: Ateliê Editorial, n.1, maio de 2011, PP.61-74.

\_\_\_\_\_. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WHITROW, G. J. *O que é tempo? Uma visão clássica sobre a natureza do tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

## O "Tempo Absoluto" e a (re)significação de Isaac Newton e pela Historiografia do Pensamento Científico

**Lívia de Souza Lima**

Mestranda em História

PUC-Rio

E-mail: prof.liviaslima@gmail.com

**Resumo:** A História da Ciência possui “lugares de destaque” para aqueles que a partir de suas pesquisas e descobertas influenciaram o pensamento científico. Isaac Newton é um dos mais marcantes desses personagens, pois suas descobertas modificaram o pensamento humano como um todo. Historiadores e filósofos da ciência, como Alexandre Koyré, reconhecem que a universalidade das conclusões científicas e filosóficas newtonianas representaram durante aproximadamente dois séculos o que era a natureza e também modificaram a forma de pensar o mundo, vive-lo e altera-lo. As contribuições da física newtoniana possibilitaram que ele fosse visto como o primeiro físico e produtor daquilo que concebemos hoje como ciência. A partir disto, o texto irá apresentar a construção desse personagem pela História do Pensamento Científico, além disso, o texto apresentará também a sua concepção de Tempo Absoluto e como esta influenciou o pensamento humano por séculos e, de certa forma, ainda influencia.

**Palavras-chave:** História da Ciência; Experimentação; Tempo; Pensamento Científico

**Abstract:** The History of Science possesses “prominent places” for those who, based on their researches and discoveries, influenced the scientific thought. Isaac Newton is one of the most remarkable of these characters, because his discoveries changed the human thought as a whole. Historians and science philosophers, as Alexandre Koyré, recognize that the universality of Newton’s philosophy and scientific conclusions represented for two centuries what the nature was and also modified the way of thinking about the world, living and changing it. The contributions from Newton’s physics allowed him to be known as the first physicist and producer of what we know today as science. From that moment on, the text will present the construction of this character through the History of the Scientific Thought. Besides that, the text will also present his conceptions about absolute time and how that influenced the human thinking for centuries and, in certain way, still does.

**Key Words:** History of science; Experimentation; Time; Scientific Thought

### A (Re)Significação de Isaac Newton e o “Estilo Newtoniano”

Parece pouco questionável atualmente a afirmação de que as três famosas leis da física desenvolvidas por Isaac Newton mudaram o mundo e, de alguma forma, se mantém como passo importante nas concepções de descobertas humanas e na dominação da natureza pelo homem. Independente da veracidade da história de Newton como um experimentador que, num momento de contemplação, observa a queda de uma maçã e desenvolve sua teoria mais famosa, é inegável que suas descobertas científicas vigoraram por praticamente três séculos, modificaram o modo de vida e que, mesmo quando foram superadas, ainda são utilizadas. Refiro-me a superação quando penso que a física teve outro personagem que causou nela uma Revolução, Albert Einstein. Porém, as leis por Newton desenvolvidas ainda nos servem muito

bem para pensar as atividades terrestres, como a construção de pontes, ou os estudos sobre gravidade na terra, para citar apenas dois exemplos.

Essa imagem construída do cientista que, contemplando o universo descobre leis matemáticas e que regem a natureza e que passam a vigorar no entendimento do homem por si mesmo, favorece o fortalecimento da visão da pesquisa científica como algo desenvolvido única e exclusivamente através da imaginação o cientista reconhecesse padrões matemáticos na natureza física. O livro mais famoso de Newton, o *Principia Mathematica*, publicado pela primeira vez em 1687, simbolizou o nascimento dessa ciência matemática. É ela reconhecida por diversos intelectuais como um dos principais e primeiros produtos de anunciação da era moderna.

As leis newtonianas do movimento, matematicamente desenvolvidas, significaram uma revolução no pensamento aristotélico que, mesmo já abalado pelas descobertas copernicanas e galilaicas, ainda vigorava no pensamento intelectual e secular. A partir da lei da gravitação universal de Newton as leis que se aplicavam na terra acerca da gravitação, passaram a aplicar-se também ao espaço. Conforme nos diz Patrícia Fara:

“Ao consolidar e desenvolver o trabalho de Galileu e outros, Newton demonstrou suas três leis do movimento, que descrevem como se deslocam e interagem as bolas de bilhar ou as balas de revólver. Depois, aplicou essas regras para descrever os movimentos dos planetas e de partículas mínimas, introduzindo o conceito de gravidade como força atrativa que se espalha por todo o universo, afetando cometas, maçãs e átomos exatamente da mesma forma. Em um estudo de igual importância, expressou os efeitos da gravidade em termos matemático. De acordo com a sua lei do quadrado do inverso, quanto mais próximos dois objetos estiverem, e quanto mais pesados forem, mais fortemente se atrairão<sup>1</sup>”.

Patrícia Fara, em um introdutório livro acerca dos desenvolvimentos científicos ao longo da existência humana, de certa maneira reforça a imagem de Newton enquanto esse personagem científico puramente racional e matemático que, por muitas vezes nós podemos observar numa historiografia que não leva em conta outras questões do próprio Newton, como seu profundo interesse pela alquimia, pela metafísica e sua religiosidade. Entretanto, essa historiografia que chamaremos aqui de positivista e mais “tradicional” pensou esse filósofo matemático apenas como experimentador. Lembrando que a noção de experimentação difere muito daquilo que nos esclarece Koyré<sup>2</sup>. Pois, para o historiador da história do pensamento científico, a experiência científica se dá com o controle dos elementos e fenômenos utilizados

---

<sup>1</sup> FARA, Patrícia. Uma breve história da ciência. São Paulo: Editora fundamentos. 2014, pág. 171

<sup>2</sup> KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Portugal: Gradiva, 2 edição, 2001.pág. 152

para testes científicos. Quero dizer, a experimentação científica depende da aplicação do experimento fora dos parâmetros estipulados apenas pelos nossos sentidos, isto é, o observador controla as condições em que o experimento se dará. Usemos para clarear esse ponto dois exemplos: o primeiro de Galileu para comprovação de que a terra gira em torno do sol e não o oposto. Seu experimento científico não levou em consideração sua vivência ordinária, isto é, diariamente acordamos e vemos o sol mudando de posição no céu. Nossos sentidos nos levariam a pensar, como o fez com diversos geniais pensadores como Aristóteles, que o sol é que gira em torno da terra. A experiência galilaica de comprovação do movimento terrestre se deu a partir de uma observação na qual ele utilizava de instrumentos que o permitiram controlar seu experimento, não sendo guiado apenas pelos seus sentidos. Além disso, essa experimentação científica esteve em conjunto com o pensamento filosófico que iniciou a matematização da física e da natureza. Outro exemplo da experiência científica em contraste com nossos sentidos comuns é o lançamento de um corpo no vácuo, experiência esta criada para compreender o fenômeno da gravidade. Este corpo lançado no vácuo terá velocidade diferente do corpo lançado com a gravidade natural do planeta terra que delimita a velocidade, a trajetória e o movimento do objeto em questão. A experiência científica depende da produção de um fenômeno em condições específicas<sup>3</sup>. Essas experimentações que se tornaram base para a ciência até os dias de hoje foram chamadas por Sapunarú de “estilo newtoniano”<sup>4</sup>.

O que se chama de estilo newtoniano poderia ser definido como a criação de um sistema matemático que pode ser testado na natureza. Um sistema matemático que poderia comprovar-se a partir de experimentações científicas. A criação desse sistema permitiu a Newton tratar de problemas da física como se fossem matemática pura. Para Newton a matemática seria muito mais do que uma ferramenta capaz de demonstrar a visão de mundo, ela seria a forma correta de leitura deste. A forma de interpretação possível, mais próxima do real. Koyré defende em seus estudos<sup>5</sup> que apesar da grande valia dos experimentos realizados pelos predecessores de Newton, como Galileu e Descartes<sup>6</sup>, eles não poderiam ser classificados como físicos experimentais. Para Koyré a experimentação científica como compreendemos hoje só começou a ser praticada posteriormente às publicações e experimentações de Isaac Newton.

---

<sup>3</sup> CF. KOYRÉ, Alexandre.

<sup>4</sup> SAPUNARU, Raquel Anna. O “Estilo Newtoniano”, o espaço, o tempo e o movimento “absolutos”, controvérsias entre cartesianos e newtonianos. 2006. 176 pág. Dissertação de mestrado – Departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> CF. KOYRÉ, Alexandre.

<sup>6</sup> KOYRÉ, Op. Cit. Pág. 94.

Parte do estilo newtoniano de produção científica possui relação com as formas de resolução de problemas idealizados, os complexos e os mais simples<sup>7</sup>. A solução para a resolução de problemas tais como o movimento de planetas e satélites era, a partir dos “simples casos idealizados ir passando progressivamente para outros casos mais complicados, também idealizados e depois percorrer o caminho oposto, isto é, através do desmembramento dos casos mais complicados, provar os casos mais simples, embora sempre em direção à verdade<sup>8</sup>”. Podemos compreender que o estilo newtoniano se define a partir do momento que o filósofo parte de uma noção matematizada da natureza – também podendo ser chamada de versão aproximada para leis gerais. Esse processo se dava da seguinte forma: o cientista parte de uma lei que se aplica com perfeição incomparável (no caso das leis descritivas de posições observadas se aplicam as Leis de Kepler) e, após esta etapa, mesclando princípios indutivos e observação natural, chegar a novos princípios e leis mais gerais. E para Sapunaru, Newton chegou finalmente à lei da gravitação universal seguindo esse esquema, do mais complexo em direção ao mais simples<sup>9</sup>. O chamado estilo newtoniano tem, além da base experimental, a relação entre matemática, experimentação e metafísica. Afirma-nos Sapunaru:

“Essa base experimental foi o fundamento da epistemologia newtoniana e estava diretamente ligada à sua metafísica. Além disso, Newton não fazia uma distinção entre Filosofia primeira – metafísica – e Filosofia Natural, como faziam os cartesianos. Em outra correspondência a Bentley, datada de 1692, Newton reforçou sua ideia sobre a relação Deus/natureza, isto é, metafísica/Filosofia Natural, afirmando que: ‘(...) os movimentos que os planetas tem agora não poderiam brotar de nenhuma causa natural isolada, mas foram imprimidos por um agente inteligente [Deus]’.”<sup>10</sup>

### **O Tempo Sensitivo e o Tempo Absoluto como Tempo Racionalizado**

Tendo em mente a definição do “Estilo Newtoniano” podemos compreender com mais clareza do que se trata o outro ponto de discussão em questão, o chamado Tempo Absoluto. Para Isaac Newton o Tempo, assim como o Espaço, é independente da existência ou não existência do homem, de sua capacidade de nota-lo ou não nota-lo. Este Tempo é matemático e verdadeiro, não depende de acontecimentos, movimentos ou velocidade. Ao contrário do

---

<sup>7</sup> SAPUNARU, Raquel Anna. O “Estilo Newtoniano”, o espaço, o tempo e o movimento “absolutos”, controvérsias entre cartesianos e newtonianos. 2006. 176 pág. Dissertação de mestrado – Departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pág. 29

<sup>8</sup> Idem, pág. 30.

<sup>9</sup> Idem, pág. 31.

<sup>10</sup> Idem, pág. 89.

Tempo Relativo Newtoniano<sup>11</sup> que depende de coisas externas a ele, tal como medidas de duração, como dias, meses e anos<sup>12</sup>.

De modo a analisarmos o Tempo Absoluto em Newton e como isso influenciou e influencia o pensamento histórico atual, é preciso que façamos aquilo que é considerado o proceder usual da história. A pesquisa histórica, quando se trata de pensar um termo, ideia ou conceito, demanda do historiador a compreensão destes no tempo histórico. Melhor dizendo, a pesquisa histórica tem como seu objeto diferenciador o Tempo. O que difere o historiador do sociólogo, do antropólogo e do filósofo, entre algumas outras coisas, é a necessidade de historicizar o objeto de pesquisa. Então, quando se trata do Tempo Absoluto Newtoniano como objeto de pesquisa, como podemos analisa-lo? Exatamente de acordo com o procedimento comum a outros objetos de pesquisa histórica, isto é, para analisar o Tempo é preciso que se faça o exercício de historicização, que coloquemos o próprio Tempo em perspectiva histórica<sup>13</sup>. Compreender a influência geral do Tempo na maneira pela qual os homens vivem, pensam e criam suas civilizações, depende de uma compreensão das formas científicas e culturais de medição e sensação do Tempo.

A relação do homem com o Tempo, como bem sabem e demonstram os historiadores, não é inerente ao homem. Essa sensação de passagem do tempo não nasce naturalmente com o homem, mas é inculcada social, racional, culturalmente e se modifica ao longo do próprio tempo e da cultura na qual o indivíduo se insere. Um exemplo disso que Whitrow<sup>14</sup> nos dá somos nós mesmos, muitos de nós temos a impressão de que o tempo segue para sempre, por conta própria, sem que nada o afete e sem que nada possa pará-lo, acelerá-lo ou causar qualquer mudança em sua passagem. E isso acontece de tal forma sobre nossa compreensão do tempo que cremos que mesmo que todas as atividades humanas parassem, ele continuaria a correr, sem qualquer interrupção.

Askin, em “O problema do tempo” diversas vezes faz questão de deixar evidente a influência desse Tempo Absoluto, advindo da ciência newtoniana, na vida humana: “com o progresso social e científico, o fator tempo vai adquirindo importância cada vez maior nos mais

---

<sup>11</sup> Ressalto aqui que se trata do Tempo Relativo Newtoniano e não a concepção de Tempo Relativo desenvolvida depois por Einstein.

<sup>12</sup> Idem, pág. 90.

<sup>13</sup> WHITROW, G. J. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Pág. 9

<sup>14</sup> Idem, pág. 10



diferentes setores do conhecimento e da vida social<sup>15</sup>”. Nesse caso, a ciência penetrou nas profundidades do comportamento social humano, ela constitui um dos principais elementos da concepção moderna de mundo. O homem depende da sensação de Tempo Absoluto para o trabalho, para o lazer e para a vida no sistema industrial que vivemos há pelo menos alguns séculos<sup>16</sup>. Não apenas na vida prática, mas nas esferas de conhecimento o homem também se defronta com a questão do Tempo Absoluto. Neste caso, a física e o estudo do tempo realizado por ela – onde foram formulados os conceitos de tempo, duração e espaço – exercem profunda influencia sobre outras ciências e sobre as manifestações filosóficas e históricas do Tempo<sup>17</sup>. Teoricamente, o movimento de rotação da terra é o que escolhemos para medir o nosso dia, e o movimento de translação é o que escolhemos para medir o nosso ano. Porém, vale lembrar que esses eventos não são de nenhuma maneira exatamente iguais no decorrer dias e anos. Assim, a forma de dividir o dia em horas, minutos e segundos é puramente convencional. Bem como o fato de que o dia começa a 0h do relógio. O dia convencionalmente já se iniciou ao meio-dia, ao pôr-do-sol e ao nascer do sol, é uma escolha a partir de convenção social. Whitrow chama atenção para o fato de que essa convenção social é hoje tão naturalizada que a sensação de passagem do tempo costuma estar diretamente relacionada com a cronometragem do calendário e do relógio. Uma curiosa história é de como o calendário da Inglaterra de 1752 fez com que as pessoas achassem que tinham “perdido” aproximadamente duas semanas:

“Em 1752 a Inglaterra faz uma alteração no seu calendário para que ele fique igual ao do restante da Europa e o adianta em 11 dias. O dia posterior ao dia 2 de setembro foi o dia 14 de setembro. Isso fez com que muitas pessoas pensassem que estariam perdendo dias de trabalho que deveriam ser remunerados<sup>18</sup>”.

Possivelmente, essa noção de que o tempo estaria sendo perdido se relaciona ao fato de que não temos um sentido do tempo, como temos o da visão, audição e outros. O sentido do tempo e sua velocidade dependem de nossas vontades e interesses. Quando estamos aguardando ansiosamente que algo ocorra, o tempo passa lentamente, quando estamos fazendo algo que nos agrada, o tempo passa com extrema velocidade. Quando estamos focados no presente, o passado e o futuro são deixados de lado, quando estamos focados no futuro, esquecemos o presente. Não encontro melhor exemplificação disso do que o exemplo do próprio Whitrow:

---

<sup>15</sup> ASKIN, I. F. O problema do tempo: uma interpretação filosófica. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1969.pág. 19

<sup>16</sup> Idem, pág. 10.

<sup>17</sup> Idem, pág. 11

<sup>18</sup> WHITROW, G. J. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Pág. 17.



“Nunca um minuto parece tão longo como quando olhamos o movimento do ponteiro dos segundos no mostrador do relógio<sup>19</sup>”.

Assim, observamos que o que nos dá sentido de passagem do tempo não traz de modo algum a noção de Tempo Absoluto. Pelo contrário, nossa crença na natureza do Tempo Absoluto depende da nossa reflexão acerca da natureza desse Tempo, de nossas tentativas de cronometrar o Tempo, e não de nossa sensação de passagem dele. O Tempo Absoluto existe em independência do homem, mas pode ser observado a partir de uma sequência de fenômenos, da sucessão de acontecimentos. Ele pode ser expressado a partir de unidades de medida como dia, mês e ano e com formas de linguagem como “antes” e “depois”, porém sem ser limitado a estas convenções sociais<sup>20</sup>. Dessa forma, tanto o Tempo Absoluto quanto o Tempo Cronometrado são formas de racionalizar o Tempo, já que não possuímos um sentido direcionado a sensação de passagem do Tempo. Nosso sentido de duração do Tempo pode ser afetado pelo uso de drogas, pela sensação de frio ou calor, por longos períodos de encarceramento, por estar sem ver o nascer e o pôr-do-sol e sem relógios. Mas o que de fato marca a nossa sensação de passagem do tempo, uma vez que não temos um sentido que referencia isso, é a nossa idade:

“Entre os fatores que influenciam nosso sentido de duração, porém, o mais amplamente experimentado é nossa idade, pois há um reconhecimento geral de que, a medida que ficamos mais velhos, o tempo, tal como o registram o relógio e o calendário, parece passar cada vez mais depressa<sup>21</sup>”.

Nossa experiência “sensitiva” de passagem do Tempo não nos ensina sobre o Tempo Absoluto, mas a nossa reflexão sobre ele. Reflexão essa que pode ser exemplificada tanto nas nossas formas de medir o Tempo quanto nas formas de outras culturas de medição desse mesmo Tempo. As formas de passagem do tempo passíveis de observação pelos sentidos – como o nascer e o pôr-do-sol, o envelhecimento dos indivíduos e as fases da lua, para citar alguns exemplos – podem ser adaptadas a interpretações diversas. Os exemplos disso são os diversos modos de contagem do tempo, a existência de diversos calendários: orientais, asiáticos, astecas, gregorianos, maias e etc. O que aparenta ser comum em todos eles é a existência dos dias. Em termos básicos, a definição de dia é a duração entre o momento em que o sol nasce e se põe.

A humanidade, em diversos momentos e culturas, sempre sentiu a necessidade de contabilizar a passagem do Tempo. A forma de contagem matematizada do Tempo tinha como

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> ASKIN, Op. Cit. pág. 19

<sup>21</sup> WHITROW, Op. Cit. pág. 20.

objetivo “calcular o curso que um sistema físico seguirá no tempo a partir de condições iniciais datadas<sup>22</sup>”. Isto se apresenta nas leis de Newton a partir da sua negação em desenvolver a lei da gravitação por termos mecânicos e sua busca por formulá-la em termos matemáticos no *Pincipia*. Nesta formulação Newton toma o Tempo como uma variável independente. Neste sentido, o tempo seguiria o seu curso independente do homem, da sua compreensão ou não deste e das suas tentativas de interferência:

“Newton via os momentos do tempo absoluto como formando uma sequencia contínua, como os pontos de uma linha geométrica, e acreditava que a razão em que esses momentos se sucedem uns aos outros independia de quaisquer eventos ou processos particulares<sup>23</sup>”.

Newton compreendia o Tempo como algo universal e único em todos os pontos do universo, onde uma sequencia de fenômenos poderia ser organizada a partir de uma linha reta. O Tempo Absoluto possui fluidez independente do movimento. Quer haja movimento lento, movimento rápido ou falta de movimentação, a medida deste Tempo deve ser a mesma. Newton afirma que esse Tempo Absoluto<sup>24</sup> tem sua existência independente do homem. Esse pensamento filosófico que separa o homem, a natureza e Deus, e que se tornará comum a partir das acepções da ciência desenvolvidas durante da idade moderna, difere-se das até então dominantes acepções aristotélicas e cartesianas. A ordenação do mundo não depende nem da sensibilidade do homem e muito menos de sua existência. A ordenação natural do mundo físico existe independente do homem. A concepção de Tempo desenvolvida por Newton foi mais um dos elementos que separou o homem da natureza. Filosoficamente, este pensamento reflete na formação do pensamento histórico até os dias atuais pois parece haver entre os intelectuais atuais o consenso de que a existência ou não do homem não determina a passagem do Tempo. Seja essa passagem demonstrada pelo surgimento de alguma espécie de animal, o correr das águas, ou o correr do próprio tempo. E este é o conceito físico de Tempo Absoluto que dominaria a ciência física até o desenvolvimento da teoria da relatividade de Einstein no início do século XX. Teoria onde em cada parte do universo o Tempo teria uma forma diferenciada de passagem. Ambas essas concepções físicas da natureza do Tempo não se confinaram a ciência física, tendo se expandido para a história, filosofia, outras áreas de racionalização do conhecimento humano e ao conhecimento secular.

<sup>22</sup> Idem, pág.146.

<sup>23</sup> Idem, pág. 147.

<sup>24</sup> KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Portugal: Gradiva, 2 edição, 2001.

## **Bibliografia:**

- ASKIN, I. F. O problema do tempo: uma interpretação filosófica. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1969.
- BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOSSI, Alfred. O tempo e os tempos. In: *Tempo e história*.. São Paulo, companhia das letras, 1992. Pág. 19-33.
- CALAZANS, Diego José de. Tempo ou não-tempo? Um estudo acerca da experiência de tempo e o não-tempo da experiência. 2007. 89 pág. Dissertação de mestrado – Departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ELIAS, Nortbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FARA, Patrícia. Uma breve história da ciência. São Paulo: Editra fundamento. 2014
- GHINS, Michel. A inercia e o espaço-tempo absoluto de newton a Einstein. Campinas: 1991. Coleção CLE.
- KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Portugal: Gradia, 2 edição, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LOMBARDI, Olimpia. T-invariancia, irreversibilidade, flecha del tiempo: similares pero diferentes. (Org) MARTINS, Roberto; BOIDO, Guilherme; RODRIGUEZ, Victor. In: *Física: estudos filosóficos e históricos*. Campinas: AFHIC, 2006. Pág. 85-119.
- EVANS-PRITCHARD, E. Os Nuer. São Paulo, Perspectiva. 1999. Pág. 107-150.
- SAPUNARU, Raquel Anna. O “Estilo Newtoniano”, o espaço, o tempo e o movimento “absolutos”, controvérsias entre cartesianos e newtonianos. 2006. 176 pág. Dissertação de mestrado – Departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SILVA, Nadia Filomena R. da. Tempo e experiência: um estudo filosófico acerca da natureza do instante e da duração. 2003. 207 pág. Tese de doutorado – Departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- WHITROW, G. J. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

## Resistência popular na Palestina Romana: o símbolo Reino de Deus, as narrativas e a construção de sentido de história dos primeiros cristãos

**Guilherme Henrique Silva Pinto**

Graduando em História

UFMG

E-mail: guilhermehspinto@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo pensar as possibilidades de construção de sentido da história entre as primeiras comunidades de cristãos surgidas na palestina romana. Será analisado a herança cristã de símbolos do profetismo hebraico na construção de suas narrativas e em seus apontamentos de horizontes históricos. Tentaremos compreender como a mensagem do Reino de Deus trazida por Jesus de Nazaré contribuiu na interpretação das ambiguidades da vida daquela sociedade, que via-se subjugada a um império estrangeiro. Veremos como que, em Jesus, encontrou-se uma nova noção de “apocalipse”, o que pode ter possibilitado transformações sociais profundas.

**Palavras-chave:** sentido da história; história; Império Romano; Palestina romana; Reino de Deus.

**Abstract:** This work intends to bring some observations about the possibilities of building a sense of historicity between the first Christian communities that appeared in the Roman Palestine. This analysis will comprise the Christian heritage of Hebrew profetic symbols in the construction of their narratives and their notes of historical horizons. We will try to understand how the message of The Kingdom of God, brought to humanity by Jesus of Nazareth, contributed in the interpretation of the ambiguities of life in that society, that felt subdued by a foreigner empire. We will also see how, through Jesus, a new notion of Apocalypse was found, and that it could have abled that society to go through deep internal changes.

**Keywords:** Sense of historicity; history; Roman Empire; Roman Palestine; Kingdom of God

### Introdução

A figura histórica de Jesus está entre as mais batalhadas da história do ocidente. Nos dois mil anos de história dos cristianismos, diferentes grupos lutam pela memória e pela construção de narrativas acerca do Deus cristão. Necessário, portanto, registrar algumas ressalvas. Em primeiro lugar não percebo fragilidade no argumento da historicidade de Jesus. A documentação é farta e, por conta das intensas investigações, a crítica literária feita aos manuscritos é convincente. Em segundo lugar, este trabalho tem compromisso com a história, seus métodos e narrativas. Não pretendemos outra narrativa que não a histórica sobre a figura histórica de Jesus e as comunidades Antigas registradas no Novo Testamento que o seguiram.

Richard A. Horsley<sup>1</sup> escreve sobre a situação imperial na palestina do primeiro século e apresenta um histórico bem detalhado, desde a queda do Primeiro Templo, como a sociedade judaica da palestina foi submetida a impérios estrangeiros. No “seguimento de Jesus”<sup>2</sup> parte

---

<sup>1</sup>HORSLEY, Richard A. Jesus e a espiral da violência: resistência judaica popular na Palestina Romana. São Paulo: Paulus, 2010.

<sup>2</sup>Expressão utilizada pelos alemães Ekkehard Stegemann e Wolfgang Stegemann que designa as ações dos seguidores de Jesus após sua ascensão aos céus, evento narrado nos Evangelhos. Os autores utilizam a expressão

daquela sociedade foi reelaborada e repensada através de tensões e resistências internas. Acreditamos que os ensinamentos de Jesus serviram de impulso para transformações profundas naquela sociedade, pelo que Horsley chama de “revolução social não violenta”<sup>3</sup> pregada por Jesus de Nazaré e fomentada pela esperança na “renovação de Israel”.

Para Jörn Rüsen, o tempo é categoria fundamental da existência humana, sendo que os humanos se diferenciam na natureza por conseguirem, por exemplo, problematizar sua existência. É legado dos seres humanos a produção das disciplinas chamadas de ciências da cultura que, além de determinarem a “si mesmas, determinam uma de suas mais importantes tarefas: seguir o rastro do tempo como fenômeno em todas as esferas da vida humana, entendê-lo, interpretá-lo e explicá-lo, e, ao fazer isso, assumir uma postura racional e crítica [...] em relação a ele”<sup>4</sup>. Podemos perceber que há uma concepção de tempo particular na mentalidade cristã do primeiro século. O que Rüsen classificaria como “um instante especial carregado de sentido” aparece nas narrativas dos primeiros cristãos ao interpretarem que “as séries geracionais do passado e do futuro se juntam de tal maneira que os planos de ação projetivos, carregados de valores, presentes nas duas dimensões sempre já foram cumpridos no aqui e agora desse presente”<sup>5</sup>. O Novo Testamento utiliza a expressão grega *kairós* para definir uma noção de tempo oportuno, um tempo de realização da história. Neste sentido, o cumprimento da história, a aproximação do passado com o apontamento do futuro, se dá, na visão neotestamentária, com a concepção do símbolo Reino de Deus. Estando sempre em movimento, a motivação da história tem a ver com uma série de eventos, crises, convulsões sociais, traumas, que tornam necessária a busca na memória coletiva das comunidades humanas orientação e direcionamento. A escrita da história e a produção de narrativas dependeria de uma tomada de consciência de que o mundo do passado é diferente do mundo presente, e, desse cruzamento, a operação da memória poderia, então, apontar novas direções através das novas narrativas. Jörn Rüsen lança luz neste trabalho quando afirma que, na operação de construção de narrativas históricas, “o sentido torna-se questão de interpretação de cadeias de eventos intramundanos”<sup>6</sup>, sendo que o sentido reside no acontecimento eventual. O sentido da história para os primeiros

---

“movimento de Jesus” para as ações ligadas a ele antes daquele evento. STEGEMANN, Ekkehard W. e Wolfgang. *História social do Protocristianismo: os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo*. O Seguimento de Jesus na terra de Israel no período neotestamentário. São Paulo: Paulus, 2004.

<sup>3</sup>HORSLEY, Richard A. *Jesus e a espiral da violência: resistência popular na Palestina Romana*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 133.

<sup>4</sup>RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*. Ouro Preto. Nº 2, março de 2009, p. 254.

<sup>5</sup>Ibidem. p. 274.

<sup>6</sup>Ibidem. p. 272.

cristãos seria uma criação de uma consciência comunitária em torno de símbolos que podemos encontrar em seus escritos. Deste ponto podemos observar que o símbolo Reino de Deus em Paul Ricoeur<sup>7</sup> tem como base a ideia de que o Deus cristão não é somente Senhor dos indivíduos, mas das civilizações, e que pertencem a ele todos os eventos, contradições, implicações e crises da história. Seria, portanto, Senhor da história. Parece que a interpretação teológica se esforça para dar conta de um paradoxo: a mensagem do Reino de Deus tem caráter absoluto, mas realiza-se ao longo da história e através de linguagens e expressões humanas. Podemos dizer que o símbolo Reino de Deus responde de forma definitiva à pergunta pelo sentido da história, e de cada indivíduo e de cada era.

Encontramos ainda outra perspectiva acerca deste símbolo. Para Paul Tillich, o Reino de Deus cultiva princípios de justiça e paz sem deixar de reconhecer a inviabilidade da experiência histórica disto. Todavia, a fé cristã parece apontar horizontes na “história profana”, utilizando a expressão de Ricoeur. O horizonte de expectativa dos primeiros cristãos não está no fim da história como o fim do tempo, mas como a concretização, a realização da vida; não só a humanidade, mas toda a Criação. É certo que cada comunidade podia ter recebido a fé cristã de forma diferente. Mas, como diz Tillich, a história é feita com ferramentas próprias do fazer histórico, e inclui uma seleção de eventos sob uma “compreensão do sentido da existência em geral”<sup>8</sup>. Aparentemente havia, ao menos em São Paulo, uma noção de que todas as comunidades de crentes já se entendiam como parte de uma irmandade espiritual que superava a questão social e política, sendo que a história aconteceria entre uma tensão constante entre as forças divinas e diabólicas.

### **A situação imperial da sociedade judaica: dominação por impérios estrangeiros, crises e a política da violência**

É necessário retomar o profetismo veterotestamentário para compreender os conflitos no contexto do movimento de Jesus de Nazaré. Através do anúncio da chegada do Reino de Deus que surge, no Novo Testamento, através das pregações de João Batista (Mateus 3, 1-3) como um cumprimento profético de Isaías 40, 2-3; 9-11, há uma ligação entre o profetismo do Antigo Testamento e os apontamentos para esse Novo Reino em que não existiria tirania ou a necessidade de lutar contra ela. De fato, a teologia de Jesus estava sustentada na Torá e em textos sagrados do judaísmo, mas nessa nova realidade não haveria comprometimento tirano na

---

<sup>7</sup>RICOEUR, Paul. História e Verdade. Cristianismo e sentido da história. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

<sup>8</sup>TILLICH, Paul. A história e o Reino de Deus. In. Teologia Sistemática. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 782.

internalização da Torá e na observância da lei. Portanto, a afirmação resgatada de Jeremias 31, 31-34, afirma o compromisso do ensino de Jesus contra os tiranos da religião, a elite sacerdotal judaica, que estavam comprometidos com o Império Romano.

### **A questão judaica contra impérios estrangeiros**

A sociedade judaica da palestina foi submetida sucessivas vezes por reinos e impérios estrangeiros. Em 587 a.C., o exército babilônico conquistava Israel, alcançando Jerusalém. Os babilônios destruíram o templo de Salomão, exilaram a classe governante e puseram fim à dinastia davídica. Quando a Babilônia foi conquistada pelos persas Em 540 a.C., o Império Persa permitiu que as classes governantes de Judá retornassem à palestina, embora ainda um território subjogado. Quando os exércitos macedônios, sob Alexandre Magno, conquistaram toda a costa oriental do Mediterrâneo, da Grécia até o Egito, alongando mais até a Índia, em 330 a.C., não submeteram os hebreus “simplesmente a mais um domínio político estrangeiro, mas também impuseram um imperialismo cultural”<sup>9</sup>. Pelos anos de 175 a.C., parte da aristocracia fez coro à “reformas” helenizantes, o que desencadeou a Revolta dos Macabeus (que demorou pelo menos até 168 a.C. para estourar), um dos mais importantes e violentos conflitos da história dos judeus. Horsley acredita que a helenização da judeia pelos selêucidas tinha uma metodologia própria, “primeiro encorajaram e depois impuseram forçadamente [...] através da classe governante de Jerusalém”<sup>10</sup>. A visão de Daniel 7 sobre as quatro bestas é um bom exemplo de como os judeus se sentiam frente a opressão política e cultural que sofriam. Por perto de 63 a.C. o império selêucida recua devido o encurtamento da influência dos Impérios Helenísticos, e Roma alcança a Palestina de forma definitiva. Os romanos, entretanto, em alguns momentos, se comportaram politicamente com relativa diplomacia, cobravam impostos e pedágios para financiamento de obras públicas por meio de reis clientes e seus funcionários. O que restou de herança macabeia na linhagem da dinastia sumo sacerdotal asmoneia foi aos poucos sendo substituído tão logo os romanos confiaram a Herodes a qualidade de rei cliente. Este, no que lhe concerne, particularmente, conquistara o país por meio da intimidação.

### **Subordinação e crise**

Para Horsley, entre os palestinos desenvolveu-se mecanismos culturais e psicológicos

---

<sup>9</sup>HORSLEY, Richard A. Jesus e a espiral da violência: resistência popular na Palestina Romana. São Paulo: Paulus, 2010. p. 5.

<sup>10</sup>Ibidem. p. 6.



de dominação e dependência, o que incluía também formas linguísticas, religiosas e “civis” para a sustentação da dominação imperial romana. Encontramos aqui, talvez, o maior motivador de conflito na Palestina do primeiro século: o acesso à terra. Parece que uma sociedade “colonizada” sofre uma espécie de decadência política como resultado visível de uma crise extrema na qual uma dominação estrangeira prolongada imprime ao povo subjugado. A literatura mosaica determinava, desde muito antes da dinastia davídica, que o acesso à terra era dádiva divina como garantia do cuidado de Deus com os seus escolhidos. Porém, enquanto rei, o governante devia cuidar de interesses econômicos em prol do próprio povo e, em alguns casos, a carga tributária fora considerada abusiva ao ponto de ser considerada roubo.

Vocês arruinaram a vinha, e o que foi roubado dos necessitados está nas suas casas. Que pretendem vocês, ao esmagarem o meu povo, e ao moerem o rosto dos necessitados?<sup>11</sup>

O protesto amargo destas palavras proféticas veio antes que a sociedade judaíta fosse submetida a uma realidade imperial. Ao ser integrada a um império estrangeiro, a classe governante prezava pela garantia de suas posições sem se importar com a exploração do povo em benefício próprio e em benefício do império. O declínio do campesinato em uma sociedade intimamente ligada à terra anuncia o declínio de toda uma estrutura social tradicional, estabelecida nas aldeias. É provável, como avalia Horsley, que a garantia do acesso das pessoas mais simples à terra é herança da política reformista de Neemias,<sup>12</sup> implementada após um momento de pressão econômica no campesinato devido o pagamento de tributos e dízimos. A Revolta dos Macabeus pode ter colaborado com alguma reforma semelhante. Além do mais, a política expansionista dos asmoneus pode ter aumentado o território disponível para a população judaica. Com os romanos, chegou à palestina o encolhimento de terras disponíveis e a má distribuição delas. Isto fez com que, mais uma vez, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres aumentasse. As parábolas de Jesus, por exemplo, retratam bem o cenário da Galileia, uma região dos muito ricos e dos muito pobres.

Diremos de forma simplificada que as populações judaicas da palestina sentiam-se violadas em cada um destes momentos de intensificação da pobreza e do aumento da concentração de terras, seja pela classe dominante judaica, seja por impérios estrangeiros. Este

---

<sup>11</sup>Isaías 3:14,15. Adaptado da tradução em português da Nova Versão Internacional disponível online: [www.bibliaonline.com.br/nvi/is/3](http://www.bibliaonline.com.br/nvi/is/3)

<sup>12</sup>Ibidem, p. 11.

sentimento foi promotor, em alguma medida, de revoltas e resistências.

### **A política da violência: a espiral da violência e as resistências populares**

A expressão “espiral da violência” foi utilizada por Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife, para tentar compreender a escalada da violência “neocolonial” no contexto dos anos 1960. Esta espiral se desenvolveria em três estágios. No primeiro estágio opera a injustiça, ou, basicamente, uma “violência estrutural”. A violência estrutural é, por sua vez, “uma violência extensiva e amplamente difundida [...] cometida contra pessoas, em grande parte de modos indiretos, e tanto de forma 'encoberta' como 'manifesta’”.<sup>13</sup> No segundo estágio estabelece-se a revolta como um ato de resistência às injustiças, porém, não necessariamente uma revolta violenta. “A violência [é] [...] a lava que corre do topo de um vulcão e que é alimentada por fogos mais profundos de deslocamento social e injustiça”.<sup>14</sup> Contudo, a resistência do segundo contra o mecanismo violento do primeiro faz surgir um terceiro estágio: o Estado ou as autoridades se veem obrigados a restabelecer a ordem pública, até mesmo por meio do uso da força. Sugere-se, entretanto, que, para ampliar a discussão, é preciso criar um quarto estágio que não existia em Câmara. Para o quarto estágio, a revolta, fruto de “ressentimentos confinados por muito tempo contra grupos governantes opressores”, quando grande número de pessoas não mais “suportará passivamente a violência da injustiça e/ou repressão”<sup>15</sup>.

No Êxodo encontramos a história paradigmática da libertação, em que o contexto inicial é de opressão ostensiva: a narrativa pode ser questionada quanto aos eventos históricos em torno dela, e, apesar de o conceito espiral da violência ter sido criado a partir de fenômenos modernos, “as narrativas bíblicas e o padrão geral do desenvolvimento histórico seguem a mesma sequência de estágios”<sup>16</sup> que observamos acerca do neocolonialismo do século XX. No Êxodo os hebreus registraram que os egípcios tornaram suas vidas “amargas com duros trabalhos”, de modo que “geminam sob o peso da servidão e gritaram por socorro”<sup>17</sup>. Não podemos deixar de comentar o aspecto que mais nos importa neste momento: o horizonte de expectativa neste caso em particular foi direcionado para migração do Egito, a libertação da servidão e da opressão, para Canaã, a terra prometida pelo Deus libertador. É esse tipo de

---

<sup>13</sup>Ibidem, p. 21.

<sup>14</sup>BROWN, R. M. Religion and violence, p. 9.

<sup>15</sup>HORSLEY, Richard A. Jesus e a espiral da violência: resistência popular na Palestina Romana. São Paulo: Paulus, 2010. p. 25.

<sup>16</sup>Ibidem, p. 25.

<sup>17</sup>Êxodo 1,12-14; 2,23-24. Adaptado da tradução em português da Nova Versão Internacional disponível online: [www.bibliaonline.com.br/nvi/ex/1-2](http://www.bibliaonline.com.br/nvi/ex/1-2).

orientação que procuraremos a seguir no contexto da palestina romana, porém, com o acréscimo dos símbolos cristãos que já mencionamos dando destaque ao Reino de Deus, o qual foi bastante citado por Jesus.

A estrutura tradicional judaica pode ter favorecido a manutenção da opressão dos romanos, apesar da riqueza literária (e do histórico) do povo de Israel lutando contra tiranos. A questão da liberdade é fundamental, mas a tradição parece ter pesado muito quanto às reformas na organização sacerdotal. A aristocracia judaica contribuiu com a dominação e opressão imperial e pregava pacifismo ao povo, como nos mostra Josefo.<sup>18</sup> Quando a posição de privilégio da classe sumo sacerdotal era questionada, a própria Torá era utilizada para dar suporte teológico e servia de referência histórica. Como vimos acima através de Rösen, em momentos de crise, geralmente, as sociedades verificam as suas memórias para encontrar novos apontamentos. Uma reforma na estrutura religiosa de dentro pra fora parece-me impensável nas sociedades judaicas. A posição de destaque social é marcada, de forma mais prática, na política. A Torá garantia à aristocracia autonomia para a administração dos dízimos e tributos como entendessem ser melhor.<sup>19</sup> Desta forma, a diferença na acumulação de riquezas se acentuava.

Dada a configuração da sociedade judaica da palestina romana e as diversas tensões no interior dela, o banditismo parece ter crescido. A parábola do Bom Samaritano é só uma entre as várias vezes em que Jesus ilustra suas pregações com o tema da violência. Flávio Josefo nos deixou um importante registro a respeito das resistências violentas e não violentas no contexto em que abordamos aqui. Os sicários, terroristas que atuaram no contexto do movimento de Jesus, direcionavam seus ataques a alvos específicos para causar um efeito demonstrativo.<sup>20</sup> Além de assassinatos, o grupo especializou-se em sequestros de membros importantes da aristocracia e seus herdeiros. Provavelmente utilizavam os sequestros como câmbio: a liberdade de um prisioneiro sicário em troca da liberdade do refém.

Diferente dos sicários, a resistência intelectual expandiu influência ao longo do primeiro século. O movimento de Jesus pode ser considerado um entre estes resistentes. É no cenário em que apresentamos anteriormente, de uma sociedade que produzira narrativas de enfrentamento à opressores e tiranos em nome da liberdade e da igualdade do acesso à terra por determinação de Deus, que surge a mensagem de Jesus como uma zona de fuga fazendo uso de elementos da

---

<sup>18</sup> *Ant.* 18,3; 20,120-124; *Bell.* 2,315-324; 2,237

<sup>19</sup> Nova Versão Internacional disponível online: Ex 28-29;39; Lv 8-10; Nm 16-18 e Ne 10,32-39

<sup>20</sup> *Bell.* 2,254-256

mesma tradição.

### **Em busca de um Jesus apocalíptico: orientação histórica dos evangelhos aproximados do apocalipcismo judaico**

Na literatura do primeiro século da palestina podemos notar um traço “apocalíptico”. Em resumo, este conteúdo apocalíptico sustenta-se na “convicção de que tanto a vida individual como a social estavam presas na luta entre Deus e Satanás”<sup>21</sup>. Horsley reitera que há um padrão particular na expectativa acerca da libertação tanto na literatura quanto nos movimentos populares de protesto e resistência. De acordo com este padrão, haveria um ato libertador divino num futuro próximo, que é concebido também como um modelo de libertação histórica. Assim como o evento narrado no Êxodo, uma nova comunidade a partir da mensagem de Jesus significaria uma nova comunidade da aliança.<sup>22</sup> Neste contexto, a literatura e os movimentos populares de caráter apocalíptico por terem funções libertadoras encontraram solo fértil na imaginação, na “fantasia” ou na “visão”. Para Frank Kermode, há um desejo humano de completar suas narrativas a partir do apocalipse, como fim, e a gênese, como início absoluto. Sem o tema do início a história encontra dificuldades em contar histórias. Na opinião de Horsley é preciso refletir sobre as funções em que a imaginação apocalíptica pode ter tido na Palestina romana, principalmente pelo quadro de injustiça sistemática e repressão violenta. Esta “imaginação” tem como função a relembração, pois, como sustentamos no início a memória possibilita a orientação e a perspectiva histórica quando acionada em um momento de crise. Este mecanismo foi de tamanha importância para aquele contexto que a “imaginação apocalíptica envolveu também uma desmistificação crítica das pretensões e práticas da ordem estabelecida”<sup>23</sup>. Questionou-se a sacralidade da classe sacerdotal e os imperadores deixaram de ser considerados divinos. A ordem estabelecida estava permeada de demônios, mesmo que tivesse sido estabelecida por Deus. Nesse sentido, essa mentalidade pode ter fortalecido os movimentos de resistência e dado mais coragem aos revoltosos. Juntamente com a imaginação apocalíptica fortaleceu-se também àquele tempo a discussão entre os intelectuais de diversas vertentes a respeito da ressurreição como resposta positiva aos mártires da Torá. Um tipo de

---

<sup>21</sup>HORSLEY, Richard A. Jesus e a espiral da violência: resistência popular na Palestina Romana. São Paulo: Paulus, 2010. p. 128.

<sup>22</sup>Ibidem, p. 128.

<sup>23</sup>HORSLEY, Richard A. Jesus e a espiral da violência: resistência popular na Palestina Romana. São Paulo: Paulus, 2010. p. 129.

compensação por terem morrido num cenário de injustiça.

Na mensagem de Jesus aparecia que o Reino de Deus era iminente. Mas surgira também com os evangelhos a certeza da renovação de todo o Israel, a vindicação dos justos e a vinda do juízo de Deus contra os inimigos históricos opressores e demoníacos. Na perspectiva de Jesus, Deus poria fim aos poderes demoníacos que dominavam sua sociedade e, a partir disso, toda vida pessoal e comunitária seriam renovadas.<sup>24</sup>

### **Conclusão: a mensagem da chegada do Reino de Deus**

Parece-nos que o objetivo da vida e ministério de Jesus, de sua prática religiosa e pregação era perceber e fazer com que os outros percebessem a presença do Reino de Deus. Além de acreditar que Deus faria justiça, vingaria os pobres e mártires e promoveria a renovação da aliança, Jesus acredita também que Deus age por meio dele e de seus ensinamentos. Discursa com clareza acerca do Reino que já estaria presente e que poderia ser percebido e partilhado. Jesus e seus seguidores parecem nos dizer algo com os frequentes banquetes comunitários que promoviam e participavam, que vai além do estímulo ao constante ajuntamento. No livro dos Atos dos Apóstolos, que narra a fundação do que chama-se Igreja Primitiva, as refeições festivas deram origem ao que mais tarde se tornou a eucaristia. E não é possível que essa herança tenha vindo apenas da festa anual da Páscoa. É verdade que, entre os judeus, as celebrações eram quase sempre prolongadas, mas o estímulo à uma vida em completo espírito de festa surge em Atos 2. Esta ideia de celebração acerca da presença do Reino nos é mostrada também em Marcos 2,19. A descoberta dos Manuscritos do Mar Morto trouxe ao nosso conhecimento a comunidade de Qumran que celebrava o chamado “banquete messiânico” semelhante ao de Atos 2. Os qumranitas celebravam suas refeições como se o Messias estivesse presente. O que nos apresenta uma nova possibilidade de orientação histórica. Horsley diz que há em Qumran uma antecipação da consumação futura. O que poderia ser ainda mais interessante é uma leitura de que a antecipação não é somente da consumação do futuro, mas antecipação para o cotidiano, para a vida comum e trivial, a consumação da celebração com o Messias.

Um “domínio de Deus” da história nos permite afirmar existir uma “sociedade de Deus” na história. O Reino de Deus referia-se à ação salvadora de Deus. A preocupação principal do

---

<sup>24</sup>Ibidem, p. 140.

Reino de Deus nas pregações de Jesus é o bem-estar e a libertação das pessoas.

Jesus tinha plena confiança de que Deus estava restaurando a vida da sociedade e de que isso significaria o juízo para aqueles que oprimiam o povo e a vindicação daqueles que eram adeptos fiéis à vontade de Deus e que respondiam positivamente ao Reino. Ou seja, Deus estava realizando iminente e presentemente uma transformação histórica. Em linguagem moderna, isto se chamaria de “revolução”<sup>25</sup>

Nas tradições evangélicas podemos encontrar Jesus vivendo e anunciando o Reino nas relações pessoais, nos banquetes que celebrava-se a presença do Reino, nos exorcismos que anunciava-se a libertação das forças opressoras, e nas curas, no perdão dos pecados. O exorcismo, em particular, significava que, enquanto os demônios eram expulsos, as forças de Satanás que sustenta a estrutura de violência e opressão política também estavam sob julgamento de Deus. A antiga ordem estaria sendo substituída por uma nova ordem sócio-política, o Reino de Deus. A chamada de Jesus foi sempre coletiva, portanto, não os indivíduos unicamente, mas a sociedade era o alvo de Jesus no anúncio do Reino. E, talvez, a distinção principal, o Reino requer relações sociais não exploratórias, como entre a elite governante e a população, mas igualitárias, conforme Jesus estimulava nos banquetes e celebrações<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup>HORSLEY, Richard A. Jesus e a espiral da violência: resistência popular na Palestina Romana. São Paulo: Paulus, 2010. p. 182.

<sup>26</sup>Ibidem, p. 169.

## Historiografia Cognitiva e a História das Religiões

Thales Moreira Maia Silva

Mestrando em Ciência da Religião

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: thalesmms@gmail.com

**Resumo:** Durante o Século XIX, os fundadores do estudo acadêmico das religiões visualizaram-no como um campo científico. Uma das primeiras tentativas desse tipo de formulação foi realizada pela classicista de Cambridge Jane E. Harrison, que concluiu que um estudo científico do fenômeno religioso poderia ser baseado na “história da evolução mental do homem”, ou seja, “na indispensável aquisição, por meio da evolução, de cada capacidade mental”. Um reflexo dessa proposta pode ser observado, atualmente, nas pesquisas neodarwinianas de cientistas cognitivos da religião, cujos estudos procuram oferecer aos historiadores um método cientificamente estabelecido, não apenas para se explicar registros religiosos, mas, também, para preencher as inevitáveis lacunas do registro histórico.

**Palavras-chave:** Antropologia Cognitiva, História da Historiografia; Psicologia Evolutiva; Historiografia Cognitiva; História das Religiões

**Abstract:** The nineteenth-century founders of the academic study of religion envisioned that this study would be scientific. One of the early attempts to formulate such a study was by the Cambridge classicist Jane E. Harrison, who concluded that a scientific study of religion could be based on "the history of man's mental evolution", i.e., on "the necessary acquirement of each mental capacity by evolution". This proposal is currently reflected in the neo-Darwinian researches of contemporary cognitive scientists of religion whose researches offer historians a scientifically based method not only for explaining their religious data but for filling in the inevitable gaps of the historical record.

**Keywords:** Cognitive Anthropology; History of Historiography; Evolutionary Psychology; Cognitive Historiography; History of Religion

A proposta para um estudo científico das religiões nasceu do mesmo impulso científicista que atingiu a Europa da segunda metade do Século XIX e deu origem ao nascimento da análise da própria História como uma disciplina científica e autônoma (STERN, 1956, p.16). Essa nova forma de estudar o fenômeno religioso<sup>1</sup> era vista como distinta de seus anteriores contextos filosóficos e literários e, principalmente, de seus antigos compromissos teológicos (Cf. WIEBE, 1999, p.3-50).

No contexto historiográfico, tal impulso científicista teve, possivelmente, sua melhor exemplificação na obra do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). Suas análises defendiam a importância de se examinar criticamente as fontes primárias, e de se estabelecer fatos históricos empiricamente, possibilitando, assim, conforme sua famosa formulação: “a narrativa da franca verdade histórica, por meio do relato de somente aquilo que, de fato, aconteceu”<sup>2</sup>(IGGERS, 1983, p.63-64). Apesar de von Ranke, hoje, possuir a reputação de um

---

<sup>1</sup> No original alemão, *Religionswissenschaft* (tradução minha).

<sup>2</sup> No original alemão, “*wie*” e “*es eigentlich gewesen*” (STERN, 1956, p.16).



“positivista desalmado”, preocupado apenas com fatos (IGGERS, 1983, p.65), o importante historiador das mentalidades Georg G. Iggers concluiu que: “[com a possível exceção de Johann G. Droysen], nenhum outro historiador alemão oitocentista prestou tanta atenção aos fundamentos teóricos de sua prática historiográfica” (IGGERS, 1983, p.64-65). De qualquer forma, um positivismo histórico, disseminado sob o nome de van Ranke – principalmente por seus seguidores americanos – continuou a exercer grande influência sobre a historiografia posterior, incluindo os estudos historiográficos das religiões (IGGERS, 1983, p.64-65). Esses historiadores, essencialmente, consideravam que, uma vez que as evidências históricas se revelassem por completo, elas fariam por si próprias.

Essa abordagem científica para o estudo das religiões é, comumente, associada com – e, certamente, é bem exemplificado pela – obra de um contemporâneo de von Ranke, Max Müller (1823-1900). Sua edição da coleção *Sacred Books of the East*, traduziu e disponibilizou, pela primeira vez, para os acadêmicos ocidentais, uma grande quantidade de fontes primárias advindas de tradições asiáticas (Cf. MÜLLER, 1879-1910). Sua abordagem crítica desses textos, assim como a de seus contemporâneos, era histórica e comparativa, moldada pela Filologia Científica da época. Contudo, tal forma de se estudar o fenômeno religioso não perpetuaria e, logo, sofreria uma profunda – e marcante – mudança (Cf. WIEBE, 1999, p.141-162).

Cada vez mais, historiadores passaram a rejeitar os estudos científicos das religiões, creditando-nos como positivistas e reducionistas, e se direcionaram para posicionamentos “compreensivos”<sup>3</sup>: uma forma de abordagem historiográfica, vinculada às análises de Max Weber (1864-1920), que procura um entendimento empático dos assuntos históricos, ao invés de tratá-los como dados empíricos (Cf. OAKES, 1977, p.11-29). Influenciados pelo romanticismo alemão, historiadores como Johann G. Droysen (1808-1884), Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Robin G. Collingwood (1889-1943) acabaram por aderir aos métodos hermenêuticos dessas perspectivas “compreensivas” e, subsequentemente, os estudos acadêmicos do fenômeno religioso passaram a ser associados com um tipo de História das Religiões, caracterizado pelo trato fenomenológico dos registros culturais – cuja temporalidade era desconsiderada em prol de sua, suposta, identidade como manifestação de uma sacralidade *sui generis* – por exemplo, pelos membros da escola de “História da Religião” associada às

---

<sup>3</sup> No original alemão, *Verstehen* (tradução minha).

influentes obras de Mircea Eliade, especialmente durante os anos de 1960 e 1970 (DONIGER, 2004, p.XII).

A, subsequente, corrente intelectual, comumente rotulada como pós-modernista, acabaria por dar vida, nos estudos das religiões, a um tipo de historicismo que enfatizava as construções sócio-históricas dos particulares culturais. Nos últimos anos do Século XX, apoiada em uma complexa filosofia, a ênfase pós-moderna no relativismo cultural passou a dominar, quase que por completamente, as análises acadêmicas do fenômeno religioso (MARTIN, 2014a, p.344). Nesse cenário de abordagens culturalizantes, alguns expoentes da História das Religiões iniciariam um novo movimento rumo à outra profunda mudança, o retorno à aplicação de teorias científicas universalizantes, advindas de um novo campo dos estudos das religiões: a Ciência Cognitiva da Religião (Cf. LARSON, 2016, p.379-384).

As Ciências Cognitivas são o estudo interdisciplinar da mente e de suas ferramentas, em oposição à Neurociência, que lida com a própria biologia do cérebro e do sistema nervoso. A Ciência Cognitiva da Religião (CCR) – um de seus subcampos – analisa as religiões como um conjunto de crenças e comportamentos enraizados no desenvolvimento evolutivo da mente. Suas abordagens defendem a existência de ferramentas mentais que, evoluindo para cumprir com outros propósitos, produziram uma tendência em favorecer e transmitir as crenças e comportamentos que, comumente, designamos como “religiosos” (LARSON, 2016, p.XII). Seu principal objetivo é explicar como características panculturais da mente humana, interagindo com seu meio natural e social, podem formular e delimitar o comportamento e as ações religiosas (por exemplo, como a crença em seres intencionais sobre-humanos – deuses – pode ser explicada em termos de estruturas cognitivas subjacentes?). Da mesma forma, a CCR também considera como específicos fatores religiosos, culturais e ambientais estendem ou modificam tendências cognitivas – talvez a imersão precoce em um “mundo de crenças” habitado por deuses possa, durante o processo de desenvolvimento do sujeito, modelar o desenvolvimento dos sistemas cognitivos voltados para o entendimento de seres sobrenaturais (BARRETT, 2011, p.230).

A CCR surgiu, na segunda metade dos anos de 1990, como um ímpeto de pesquisadores que almejavam dar ao estudo das religiões um caráter científico, e encaravam a Psicologia Evolutiva e as Ciências Cognitivas como fontes particularmente promissoras de recursos. Suas perspectivas enfatizavam uma abordagem complementar, empírica, teórica e cognitivista para a análise do fenômeno religioso. Em poucas palavras, seu interesse primário estava em

possibilitar que estudiosos das religiões pudessem “explicar” fenômenos religiosos por meio da aplicação de teorias que gerassem hipóteses empiricamente testáveis, valendo-se – quando apropriado – de mecanismos psicologicamente plausíveis (BARRETT, 2011, p.230).

É importante notar, no entanto, que, antes mesmo da CCR surgir como uma disciplina isolada, análises cognitivistas já eram aplicadas ao estudo do fenômeno religioso desde, pelo menos, os anos de 1970, justamente sob a ótica da História das Religiões. Em 1972, Walter Burkert, o eminente estudioso alemão da mitologia e dos cultos da Grécia Antiga, publicou *Homo necans: Interpretationen Altgriechischer Opferriten und Mythen*<sup>4</sup>. Nele, Burkert parte da análise de antigas fontes textuais gregas e as utiliza como o alicerce de uma busca por explicações biológicas, psicológicas e sociológicas para o fenômeno religioso (BURKERT, 1983.p.XIX). Por meio da aplicação de textos (da mesma forma funcionalista adotada por Jane E. Harrisson [1850-1928], quase cem anos antes), do consistente uso de inter-relações entre mito e ritual, e daquilo que pode ser identificado como um Estruturalismo Biogenético<sup>5</sup>, o foco de sua obra estava em elucidar um tipo de Etologia da religião grega – a noção de que os mitos e rituais da Grécia Antiga poderiam ser compreendidos por meio do estudo da evolução do comportamento humano (BURKERT, 1983.p.XV). Essa noção perpassaria por todas as suas mais relevantes obras posteriores – incluindo, *Griechische Religion der archaischen und klassischett Epoche*<sup>6</sup>, de 1977, e *Structure and History in Greek Mythology and Ritual* (BURKERT, 1982) – até ser transformada em uma teoria independente, em 1998, com *The Creation of the Sacred: Tracks of Biology in Early Religions* (BURKERT, 1998). De certa forma, Burkert, por toda sua carreira, se comprometeu a defender uma ideia cognitivista claramente neodarwiniana: de que sob toda e qualquer forma de crença e comportamento religioso há um substrato biológico, moldado pela evolução (LARSON, 2016, p.XIV).

Analogamente, outro antigo exemplo do uso das Ciências Cognitivas pela História das Religiões foi dado em 1980, quando o classicista Richard L. Gordon publicou *Reality, evocation and boundary in the mysteries of Mithras*. Nesse longo artigo, utilizando de teorias desenvolvidas pelo cientista cognitivista francês Dan Sperber, Gordon destaca o papel dos processos cognitivos (entendidos por meio da Psicologia) na formatação e delimitação de fenômenos culturais – particularmente as transmissões culturais (Cf. GORDON, 1980, p.19-

<sup>4</sup> Publicado em inglês, em 1982, como *Homo necans: The Anthropology of Ancient Greek Sacrificial Ritual and Myth* (BURKERT, 1983).

<sup>5</sup> O argumento de que deve existir algum tipo de fundação estrutural da cultura, uma vez que todos os humanos são herdeiros de um mesmo sistema de estruturas cerebrais (Cf. LAUGHLIN; D’AQUILI, 1974).

<sup>6</sup> Publicado em inglês, em 1985, como *Greek Religion: Archaic and Classical* (BURKERT, 1985).

99). Seu foco está na forma como as imagens podem ter contribuído para a criação de significados religiosos dentro do mundo greco-romano, especialmente a noção de um espaço sagrado – seu uso de metáforas retiradas do mundo natural e seus ideais de ação social (Cf. GORDON, 1996). A ideia proposta era a de que as distribuições de representações culturais (noções religiosas, compartilhadas por muitos indivíduos), dentro de populações clássicas específicas, podiam ser explicadas por meio de uma suposta predisposição natural à sua transmissão (conforme conceitos cognitivistas e da Psicologia Evolutiva), assim como por meio da “ecologia” das mentes individuais as quais elas habitavam. Tal abordagem – amplamente neodarwiniana – buscou entender as macrodistribuições de peculiaridades internas a cultos clássicos em termos do acúmulo de microprocessos atuando ao longo da história (Cf. SPERBER, 2001, p.163-173).

À parte desses exemplos precoces, com o amadurecimento e delimitação da CCR como um subcampo especialmente prolífico das Ciências Cognitivas (nos finais dos anos de 1990), o uso de abordagens cognitivas por historiadores assumiu uma posição de certa relevância dentro de suas obras, principalmente no estudo de um de seus primeiros, e mais prolíficos, recortes temáticos: as religiões greco-romanas (MARTIN, 2014a, p.350). De fato, embora ainda existam pouquíssimos estudos históricos totalmente enquadrados pelas teorias da CCR<sup>7</sup> – o que faz com que muitos historiadores das religiões ainda duvidem do valor das teorizações evolutivas e cognitivistas para a análise do fenômeno religioso (STAUSBERG, 2005, p.151) – a aplicação de algumas de suas principais perspectivas nos estudos das religiões do passado tem se expandido exponencialmente e gerado um grande volume de conferências, artigos e livros, assim como a criação de seu próprio periódico acadêmico<sup>8</sup> (Cf. LARSON, 2016, p.379-384). Longe de um deserto historiográfico, a apropriação de elementos da CCR pela História das Religiões vem, então, cada vez mais, se caracterizando como uma tendência.

Com tal cenário em mente, é importante, porém, ressaltar uma curiosa característica. Conforme o observado – e nas palavras de cognitivistas como Justin L. Barret, Jorunn Jacobsen e Thomas Buckley – a aplicação de abordagens científico-cognitivistas em obras

<sup>7</sup> Como os, recentes, *Understanding Greek Religion*, da historiadora Jennifer Larson (LARSON, 2016), *The Mind of Mithraists: Historical and Cognitive Studies in the Roman Cult of Mithras*, de Luther H. Martin (MARTIN, 2014b), e *Imagistic traditions in Graeco-Roman world: A Cognitive modeling of history of religious research*, editado pelo mesmo autor, em conjunto com Panayotis Pachis (MARTIN; PACHIS, 2009).

<sup>8</sup> Como as publicações vinculadas pelo *Journal of Cognitive Science of Religion*, estabelecido em 2006 pela *International Association for the Cognitive Science of Religion* (XYGALATAS; MCKAY; GEERTZ, 2013-) e pelo *Journal of Cognitive Historiography*, fundado em 2014 e editado pelo classicista Esther Eidinow e pelo historiador Luther H. Martin (MARTIN; EIDINOW, 2014-).

historiográficas não partiu de um “movimento conspiratório” de acadêmicos das Ciências Naturais buscando controlar os estudos do fenômeno religioso (BARRETT, 2011, p.230), nem mesmo de uma tentativa das Ciências Cognitivas em se identificar com a própria História das Religiões (BUCKLEY; BUCKLEY, 1995, p.343). Pelo contrário, o uso de abordagens cognitivistas no trato das religiões do passado surgiu e se desenvolveu dentro da própria Historiografia das Religiões, antes mesmo da CCR ter se estabelecido como uma disciplina autônoma (Cf. PARKER, 2015). Trata-se de algo interno à História das Religiões e que, possivelmente, possui suas raízes nas profundas mudanças teórico-metodológicas sofridas pelos estudos das religiões na segunda metade do Século XX (MARTIN, 2014a, p.344).<sup>9</sup>

Mesmo que alguns historiadores recentes procurem justificar a adoção de abordagens cognitivistas por causa de sua suposta capacidade de prover modelos teóricos empírica e experimentalmente testados – que possibilitariam a interpretação de grandes quantidades de dados com uma “precisão” nunca antes vista – (MARTIN, 2014a, p.350), não podemos deixar de lado o contexto no qual esse tipo de posicionamento surgiu. Desde, pelo menos, a década de 1990, existe uma forte crítica interna à História das Religiões, uma noção segundo a qual, com poucas exceções, os estudos históricos e comparativos das religiões acabaram por se mostrar decepcionantemente improdutivos. Argumenta-se que, ao longo do último século, nenhuma hipótese ou conjunto de teorias se provou capaz de sustentar qualquer discurso comum, base reproduzível de explicação ou qualquer paradigma compartilhável dentro dos estudos acadêmicos das religiões. Concomitantemente, uma quantidade significativa de autores dentro da História das Religiões tem, há quase meio século, sustentado uma teorização científica do fenômeno religioso, buscando modelos explicativos para processos históricos que retirem suas análises do campo das possibilidades e as coloquem no campo das probabilidades. Na CCR eles, aparentemente, teriam enxergado um meio de retorno a essa forma de cientificismo – conforme o preconizado pelos proponentes novecentistas do estudo acadêmico das religiões (MARTIN, 2005, p.15).

Como já descrito, na primeira metade do Século XX, a adesão da História das Religiões a um paradigma interpretativo weberiano marcou uma decisiva mudança da disciplina em direção a um posicionamento antiempirista e anticientificista (Cf. WIEBE, 1999, p.141-162). Entretanto, alguns autores recentes têm notado<sup>10</sup> que os rumos tomados pelos estudos das

<sup>9</sup> Confirma, também, MARTIN, 2005.

<sup>10</sup> Como, os já citados, Justin Barret (BARRETT, 2011), Luther H. Martin (MARTIN, 2005; 2014a, 2014b) Theodore Vial (VIAL, 2005), Jorunn. Jacobsen e Thomas. Buckley (BUCKLEY; BUCKLEY, 1995).

religiões após essa drástica alteração não foram bem aceitos por uma representativa parcela de seus acadêmicos. Aparentemente, com o tempo, muitas influentes figuras dentro da História das Religiões passaram a encarar o caminho tomado pelo campo como um abandono sistemático dos métodos históricos. O estudo historiográfico das religiões, sob essa ótica, teria se associado a uma abordagem a-histórica, se tornando um simples sinônimo para a criação de um corpo fenomenológico de fontes culturais truncadas e descontextualizadas, cuja temporalidade é vulgarmente ignorada em prol da existência de uma sacralidade *à la* Filosofia Perene<sup>11</sup>. Nessa ótica, tal forma de “humanização” teria permitido, ainda, uma volta furtiva de pautas teológicas e cripto-teológicas ao estudo do fenômeno religioso, um retorno à antiga predisposição pré-científica setecentista do campo. Finalmente, e ainda segundo esses mesmos acadêmicos, sob uma obscura fachada pseudofilosófica, a ênfase pós-moderna no relativismo cultural – conforme o adotado pela Historiografia das Religiões – seria apenas um ingênuo remanescente das perspectivas construtivistas do historicismo do Século XIX.<sup>12</sup> Tudo que a perspectiva historicista pós-moderna teria feito, então, seria negligenciar a historicidade das fontes primárias, uma vez que estaria fundamentada em uma ideologia antiteórica e anticientífica que forneceu espaço, dentro do meio acadêmico, para a busca de interesses religiosos<sup>13</sup> no estudo das religiões (MARTIN, 2014a, p.344).

Seria, então, a partir dessa extrema relativização de sua própria disciplina que alguns historiadores das religiões teriam buscado a “segurança” de características que, no passado, definiram a História das Religiões: os padrões de verificação existentes nas Ciências Naturais e Sociais (GADDIS, 2002, p.17). Consequentemente, a infusão de abordagens advindas da CCR ilustraria apenas o sintoma mais recente de uma crise interna que já dura quase 50 anos. De fato, o próprio Walter Burkert, em 1979, já afirmava a necessidade de a História atender ao desafio de fornecer uma “verdadeira ciência da mente humana e de sua produção criativa” (BURKERT, 1982, p.XI). Em outros termos, e nas palavras do historiador Luther H. Martin e do filósofo Donald Wiebe, ao final de sua metamorfose teórico-metodológica – iniciada nos princípios do Século XX, e intensificada entre 1960 e 1970 – a História das Religiões acabaria por perder sua identidade como disciplina histórica. Assim, por meio da aproximação com

<sup>11</sup> A crença de que todas as religiões compartilham de uma única verdade universal sob a qual todo o conhecimento e doutrinas religiosas se desenvolveram (Cf. SMITH, 1987).

<sup>12</sup> Assim como o Pós-modernismo, o historicismo alemão do Século XVIII teria sido uma reação ao pensamento iluminista e – como o Pós-modernismo – via toda a realidade social como uma corrente histórica na qual diferentes instâncias nunca seriam comparáveis, o que assume que padrões de valor e categorias lógicas, também, estariam totalmente imersos nessas correntes históricas. (IGGERS, 1983, p.30).

<sup>13</sup> Incluindo-se aí, o caso do famoso estudioso da mitologia, Joseph Campbell. (LEFKOWITZ, 1990, p.434).



propostas neodarwinianas para o trato das religiões, alguns de seus acadêmicos estariam “nostalgicamente” procurando por uma identidade nos antigos impulsos que deram origem ao desenvolvimento da própria História como uma disciplina autônoma: os impulsos do cientificismo – que atingiram a Europa na segunda metade do Século XIX e criaram a noção de um estudo científico das religiões. Seria a CCR um meio para esse fim? (Cf. MARTIN, 2014, p.343-354).<sup>14</sup>

Se essa hipótese for fundamentável – e se as afirmações de Wiebe e Martin forem plausíveis – então seria possível ilustrar, nas abordagens científico-cognitivistas de historiadores das religiões, algum tipo de espelhamento do paradigma científico-metodológico naturalista dos primórdios dos estudos das religiões. Uma tendência em aplicar teorias evolucionistas para a explicação da própria história, suas mudanças e seu desenvolvimento. Trata-se de uma apologia da noção de que, para compreender o passado, o historiador deve penetrar nas mentes daqueles que nele viveram (STARR, 1991, p.27). Mais do que apenas auxiliar na “conexão dos pontos de evidências historiográficas” (MARTIN, 2014a, p.350), o uso da CCR pela História das Religiões estaria focado na descrição de causas “naturais” para o comportamento religioso humano em termos de, bem definidos, imperativos darwinianos de sobrevivência e reprodução, assim como as estratégias imediatas para alcançá-los (MARTIN, 2014a, p.349). O cenário, então, é o do, aparente, surgimento de um novo tipo de estudo, um no qual suas perspectivas históricas seriam moldadas pela teorização evolucionista e cognitivista, que suplementaria e modificaria as ferramentas historiográficas tradicionais, no qual toda e qualquer fonte histórica fosse considerada como produzida e transmitida dentro de meios histórica, contextual e cognitivamente tratáveis (MARTIN, 2014a, p.352-353). Trata-se de um estudo cujo objetivo teórico estaria na análise do recrutamento e da exploração de inclinações evolutivas e cognitivas comuns a todos os humanos, por instituições, ideologias e práticas – que, em algum ponto da história humana, foram consideradas “religiosas” (MARTIN, 2014a, p.351): o que se vê presente é o desenvolvimento de uma Historiografia Cognitiva da Religião, posicionando-se entre a História Natural e a História Cultural (Cf. MARTIN; SØRENSEN, 2016).

---

<sup>14</sup> Confira, também, MARTIN, 2005, p.7-15.



**Referências Bibliográficas:**

BARRETT, J.L. Cognitive Science of Religion: Looking Back, Looking Forward. In: *JSSR*, v.50, n.2, p. 229-239, 2011.

BUCKLEY; BUCKLEY, J.J.B; T. Anthropology, History of Religions, and a Cognitive Approach to Religious Phenomena. In: *AAR*, v.63, n.2, p. 343-352, 1995.

BURKERT, W. *Structure and History in Greek Mythology and Ritual*. Los Angeles: University of California Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *Homo necans: The Anthropology of Ancient Greek Sacrificial Ritual and Myth*. Los Angeles: University of California Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *Greek Religion: Archaic and Classical*. Hoboken, Wiley-Blackwell, 1985.

\_\_\_\_\_. *Creation of the Sacred. Tracks of Biology in Early Religions*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

DONIGER, W. Foreword. In: ELIADE, M. *Shamanism: Archaic Techniques of Ecstasy*. Princeton: Princeton University Press, p. XI-XXII, 2004.

IGGERS, G.G. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical thought from Herder to the Present*. Hanover: Wesleyan, 1983.

STERN, F. *The Varieties of History: From Voltaire to the Present*. Cleveland: The World Publishing Company, 1956.

WIEBE, D. *The Politics of Religious Studies*. Nova York: St. Martin's Press, 1999.

MÜLLER, M. (Org.). *Sacred Books of the East*. Oxford: Clarendon Press, 1879-1910.

OAKES, V. The Verstehen Thesis and the Foundations of Max Weber's Methodology. In: *History and Theory*, v.16, n.1, p. 11-29, 1977

GADDIS, J.L. *The Landscape of History: How Historians Map the Past*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GORDON, R.L. Reality, evocation and boundary in the mysteries of Mithras. In: *Journal of Mithraic Studies*, v.3, p. 19-99. 1980

\_\_\_\_\_. *Image and Value in the Graeco-Roman World: Studies in Mithraism and Religious Art*. Farnham: Ashgate, 1996.

LARSON, J. *Understanding Greek Religion*. Londres: Routledge, 2016.

LAUGHLIN; D'AQUILI, C. H.; E. *Biogenetic Structuralism*. New York: Columbia University Press, 1974.

LEFKOWITZ, M.R. The Myth of Joseph Campbell. In: *The American Scholar*, v.59, n.3, p. 429-434, 1990.

MARTIN, L.H. Towards a Cognitive History of Religions. In: *REVER*, n.4, p. 7-18, 2005.

\_\_\_\_\_. *Deep History, Secular Theory*. Berlin: De Gruyter, 2014a.

\_\_\_\_\_. *The Mind of Mithraists: Historical and Cognitive Studies in the Roman Cult of Mithras*. Londres: Bloomsbury, 2014b.

MARTIN; EIDINOW, L.H; E. (Org.). *Journal of Cognitive Historiography*. Sheffield: Equinox, 2014-.

MARTIN; PACHIS, L.H; P (Org.). *Imagistic Traditions in the Graeco-Roman World*. Salonica: Editions Vantias, 2009.

MARTIN; SØRENSEN, L.H; J. *Past Minds: Studies in Cognitive Historiography*. Londres: Routledge, 2016.

PARKER, R. Walter Burkert: Classical scholar whose fascinating books on Greek mythology and religion were packed with fresh insight. In: *The Independent*, 31. Mai. 2015.

SMITH, H. *Is There a Perennial Philosophy?* In: *Journal of the American Academy of Religion*, v.55, n.3, p. 553-566, 1987.

SPERBER, D. An objection to the memetic approach to culture. In: AUNGER, R. *Darwinizing Culture: The Status of Memetics as a Science*. Oxford: Oxford University Press, p. 163-173, 2001.

STARR, C.G. *A History of the Ancient World*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

STAUSBERG, M. Review of D.J. Slone, *Theological Incorrectness: Why Religious People Believe What They Shouldn't*. In: *Numen*, v.52, p. 149-151, 2005.

VIAL. T.M. Can Memory Fill in Gaps of Memory? Applications of Cognitive Science of Religion to the History of Religions. In: *Historical Reflections/ Réflexions Historiques*, v.31, n.2, p. 283-295, 2005.

XYGALATAS; MCKAY; GEERTZ, D.; R.; A.W. (Org.). *Journal for the Cognitive Science of Religion*. Sheffield: Equinox, 2013.

## ST 22 - Golpes de Estado no Brasil República: rupturas e continuidades

Vivian Montezano Cruz  
Mestra em História  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
[vivianmontezanocruz@hotmail.com](mailto:vivianmontezanocruz@hotmail.com)

Fabricio Trevisan  
Doutorando em História  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
[fabriciotrvsn@gmail.com](mailto:fabriciotrvsn@gmail.com)

Felipe de Faria Quadrado  
Mestre em História  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
[ffquadrado@gmail.com](mailto:ffquadrado@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

O período republicano do Brasil, inaugurado em 1889, modificou a perspectiva de que o poder político deveria manter-se nas mãos de uma determinada família, passando de geração em geração de forma autoritária, e passou a estabelecer a administração do Estado como coisa pública, que, como tal, caberia à população - ou parte dela - gerenciar. Entretanto, embora tenha rompido com o regime imperial, o período republicano não pode ser associado automaticamente à democracia ou a uma “forma democrática” de governo, pois a tradição brasileira, nesses 127 anos de República, está repleta de arbitrariedades e autoritarismos.

Pode-se identificar, inclusive, o próprio início da República no Brasil como resultado de um golpe de Estado encabeçado pelo Exército - com apoio heterogêneo e expressivo de setores civis - sobre o Império do Brasil. Como exemplo, temos em Getúlio Vargas uma figura central em três golpes de Estado em um período de somente 15 anos. No movimento de 1930, Getúlio estava no front contra a “ditadura paulista” no comando do país há décadas; em 1937, Vargas consolidou sua hegemonia ao selar com o Estado Novo e em 1945, agora do outro lado, o político gaúcho foi derrubado por grupos que contribuíram para os golpes de 1930 e especialmente o de 1937. É importante assinalar a consolidação do protagonismo político do Exército nas decisões fulcrais do Brasil. Protagonismo político este que assumirá seu ápice em 1964.

Ao longo deste período político, golpes de Estado e regimes autoritários disputaram espaço com a democracia, deixando a res publica à mercê das ações políticas, ideias e interesses que favoreciam um determinado grupo ou setor social; que colocavam no comando político

uma seleta esfera da população brasileira. Neste ínterim, pode-se citar, a influência de culturas políticas autoritárias, que repercutiam nas tomadas de decisões políticas.

Os golpes de Estado e suas distensões tornaram-se marcas da história recente brasileira, tanto que as divisões estabelecidas pela história política tradicional ao período republicano estão vinculadas justamente a tais práticas políticas. Portanto, este simpósio temático objetiva debater as motivações que levaram diferentes grupos a utilizarem-se de golpes de Estado e regimes autoritários e dominar o poder político-estatal ao longo do período republicano; busca-se ainda compreender as consequências desses governos na posteridade, bem como seus projetos políticos, disputas internas e relações com a sociedade.

## A mineiridade como regionalismo político: uma leitura à luz da interpretação da modernização conservadora do Brasil

**Bernardo Rocha Carvalho**

Mestrado em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: bernardorcarvalho@hotmail.com

**Resumo:** A proposta do texto é realizar uma análise do imaginário da mineiridade cotejada com a ideia da modernização conservadora, uma das principais chaves de interpretação da história do Brasil. Para tanto, lançou-se mão de alguns conceitos de Pierre Bourdieu sobre a dimensão simbólica das relações sociais e de Eric J. Hobsbawm sobre a invenção de tradições nas sociedades modernas. De tal modo, pretendeu-se contribuir com um estudo sobre a medida da importância das “estruturas cognitivas” (Bourdieu, 2014) para o estabelecimento de um pacto liberal-conservador entre elites econômicas e políticas, que orientou a entrada do Brasil no mundo industrial moderno.

**Palavras chave:** modernização conservadora; imaginário; mineiridade.

**Abstract:** The proposal of the paper is to analyse the “mineiridade” imaginary in its relation with the idea of a conservative modernization, one of the main patterns of interpretation of the Brazilian history. Therefore, it was resorted some of the concepts from Pierre Bourdieu on the symbolic dimension of the social relations, and from Eric J. Hobsbawm on the invention of tradition in modern societies. Finally, it was intended to contribute with a study on the importance of the “cognitive structures” (Bourdieu, 2014) to the establishment of a liberal-conservative pact between economic and political elites, which oriented the entrance of Brazil in the modern, industrial, world.

**Key words:** conservative modernization; imaginary; “mineiridade”.

O século XX foi palco de transformações tão rápidas quanto intensas no Brasil, e o processo de inserção plena do país no capitalismo global foi um tema prolificamente discutido, gerador de obras bastante diversas que, em geral, objetivaram apreender algo de original, de específico, na história e sociedade brasileiras. Uma das ideias que predominou entre as interpretações do país foi a da “modernização conservadora”, que adquiriu importância definitiva entre a maioria da intelectualidade interessada no tema, e que em linhas gerais propõe como chave explicativa da evolução da história do Brasil a coexistência *harmoniosa*<sup>1</sup> entre projetos tradicionais, conservadores, e projetos modernizantes, liberais.

A ideia é apresentada mais comumente em termos político-econômicos, de acordo com os quais verifica-se, por um lado, a predominância das forças tradicionais no plano político – de ocupação do Estado, e por outro, a predominância de forças modernizantes no plano da economia – da participação e organização dos mercados (externos e internos). A modernização

---

<sup>1</sup> Ainda que muitos autores tenham escrito no sentido de relativizar a alegada harmonia entre tais forças sociais contraditórias, a ideia tornou-se, sem dúvidas, um lugar-comum no pensamento social brasileiro, uma base sobre a qual são (re)elaboradas quaisquer teses sobre a história do Brasil.

conservadora resulta desta dinâmica, como uma manifestação que, embora não seja exclusivamente brasileira, tem aqui sua maior expressão entre os países de passado colonial, o que se deve principalmente à estrutura agrária do país, à qual vinculam-se historicamente as oligarquias proprietárias de terras. Em um artigo que busca apreender a utilização do termo no Brasil, os economistas Murilo Pires e Pedro Ramos apresentam a “raiz” deste fenômeno como sendo “uma manifestação sociopolítica com implicações econômicas, uma vez que expressa o pacto político conservador tecido entre a burguesia nascente e as oligarquias terratenentes”.<sup>2</sup>

Os autores apontam que o período da história do Brasil ao qual a interpretação baseada na modernização conservadora é mais cabalmente vinculado é o compreendido entre os anos de 1965 e 1985, ou seja, referente ao regime militar iniciado com o golpe de 1964, durante o qual registrou-se intenso crescimento econômico no país, conduzido de modo a consolidar a participação brasileira na economia capitalista mundial. Ainda assim essa interpretação aparece remetendo, quase sempre, ao nosso passado colonial, tratando-se, portanto, de uma explicação estrutural da história do país, não restrita a períodos específicos. Nos domínios das ciências sociais, a obra que influenciou decisivamente a difusão e a sofisticação da ideia da modernização conservadora, bem como sua vinculação mais direta às interpretações do regime militar iniciado em 1964 no Brasil, foi *As origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore Jr. Na obra, que adquiriu estatuto de clássico, em razão da ampla influência exercida sobre diversas outras análises mundo afora, o autor distingue “três caminhos históricos principais, desde o mundo pré-industrial ao contemporâneo”. Se o primeiro caminho teria produzido sociedades que combinam uma economia capitalista com algum tipo de regime político democrático, onde se observariam significativo grau de desenvolvimento de direitos principalmente políticos e civis, o segundo caminho é que serviu de base comparativa para o pensamento social brasileiro, já que “também era capitalista, mas na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar com o fascismo”.<sup>3</sup>

Nota-se que embora a ditadura militar de 1964 não tenha se baseado exatamente em uma ideologia fascista, os intelectuais brasileiros puderam se aproveitar da análise de Moore Jr. a partir da analogia entre regimes autoritários. Evidentemente, o autor refere-se ao caso da Alemanha, ao qual soma o caso do Japão entre seus exemplos do “segundo caminho” para a

---

<sup>2</sup> PIRES, Murilo J. e RAMOS, Pedro. “O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil”. In: Revista de Estudos do Nordeste. Vol. 40, nº3, Julho-setembro de 2009, p.412.

<sup>3</sup> MOORE Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes, 1975, p.13-14.

modernidade. O que aproximaria a análise da trajetória brasileira à de ambos os países citados é a interpretação segundo a qual “seções de uma classe comercial e industrial relativamente fraca apoiaram-se em elementos dissidentes das classes antigas e dominantes, *principalmente recrutados do campo*, para levarem a cabo as alterações [...] necessárias para a sociedade industrial moderna”.<sup>4</sup> A partir daí as análises dos autores nacionais vinculadas à ideia da modernização conservadora se aprofundam e se diferenciam no que tange aos aspectos singulares da história brasileira. O que é de interesse no momento é a importância central exercida, segundo a maioria das análises baseadas na ideia da modernização conservadora, pelas “classes antigas e dominantes”, cujos elementos foram, tal como enfatizado, “principalmente recrutados no campo”.

Em síntese, cabe destacar com os autores citados que o pacto entre elementos da elite agrária e uma burguesia incipiente, no Brasil, teria ocorrido mantendo-se “um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados”, assim, a modernização conservadora teria conduzido “estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora”.<sup>5</sup>

Nas décadas que se seguiram àquelas em que a tese abordada mais influenciou intelectuais brasileiros, as análises da trajetória do país rumo ao capitalismo contemporâneo passaram a incluir a preocupação com outros aspectos dos processos históricos, para além da evolução estritamente política e da econômica – muitas vezes tratadas separadamente até então –, o que ocorreu como desdobramento das transformações pelas quais passaram as ciências sociais sobretudo ainda nas décadas de 1970 e 1980 na Europa e nos Estados Unidos, mas que vieram a ter efeito no Brasil pouco depois. De modo geral (e, simplificada, para atender apenas à argumentação do presente texto), é possível dizer que ascendeu entre os intelectuais o interesse por fenômenos culturais, cuja importância vinha sendo muitas vezes subestimada pelos estudos ainda predominantes. É neste contexto que cresce, por exemplo, a importância atribuída a uma disciplina como a antropologia, que passa a influir com mais peso sobre as

<sup>4</sup> Id., p.14. Ênfase nossa.

<sup>5</sup> PIRES, Murilo J. e RAMOS, Pedro. “O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil”. In: Revista de Estudos do Nordeste. Vol. 40, nº3, Julho-setembro de 2009, p.415.



demais. Sob tal influência, alguns dos estudiosos brasileiros procuraram, por vezes, tornar mais complexa a ideia da modernização conservadora, e por outras, relativizá-la.

Um dos teóricos europeus que representa certa expressão das referidas transformações é o sociólogo Pierre Bourdieu, cujas teses indicam o caminho pelo qual a dimensão cultural dos fenômenos históricos adquiriu importância nas análises produzidas pelos cientistas sociais. Alguns dos conceitos por ele elaborados tornaram-se praticamente incontornáveis, tal como o de poder simbólico, sendo que para o autor, não seria possível “compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações”.<sup>6</sup> Assim, tornaram-se recorrentes temas como as identidades coletivas, o imaginário, as mentalidades, e de certa forma, uma vez que as teorias explicativas sobre quaisquer fenômenos sociais influenciam-se mutuamente, a ideia da modernização conservadora, como um sistema explicativo, também evoluiu baseada em teses como as de Bourdieu.

Algumas das observações do autor, como a reproduzida a seguir, por certo não podem ser ignoradas pelos interessados em uma interpretação que se baseie na ideia de um pacto entre elite agrária e burguesia, formador de uma estrutura de dominação: “[...] o Estado constrói e impõe aos agentes suas categorias de percepção que, ao se incorporarem na forma de estruturas mentais universais à escala de um Estado-nação, conciliam e orquestram os agentes”.<sup>7</sup> Bourdieu está evidentemente interessado nos mecanismos que permitem com que a estrutura de dominação perdure ao longo do tempo, e assim enfatiza o aspecto “invisível” do que chama, por vezes, de “ordem simbólica”, que inclui “princípios de construção da realidade social”, ou, “formas de classificação”, que são “historicamente constituídas, associadas a condições históricas de produção, e portanto arbitrárias, no sentido saussuriano do termo, isto é, convencionais, não necessárias, adquiridas em relação a dado contexto histórico”.<sup>8</sup>

A partir desta ênfase dada pelo autor ao caráter histórico do que categorizou como as formas de classificação vigentes e difundidas pelo Estado em uma dada sociedade, suas ideias compreendem parte do horizonte teórico construído para abordar, aqui, o imaginário da *mineiridade*, ou seja, narrativas que versam sobre o caráter do ser mineiro (i.e. aquele natural da região brasileira demarcada historicamente como a província, e em seguida o estado, de

---

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p.224.

<sup>7</sup> Id., p.231.

<sup>8</sup> Id., Ibid., p.227.

Minas Gerais), portador de uma identidade cultural apresentada como singular, definida, de início, com base em certos traços geográficos. O argumento é o de que tal abordagem tem algo a contribuir com a ideia da modernização conservadora da sociedade brasileira, no sentido de sofisticá-la, na medida em que pode ampliar seu alcance explicativo ao propor manifestações culturais – no caso, a mineiridade e suas expressões – como objeto de análise relacionado à noção do pacto conservador entre elites agrárias e burguesia, mencionado acima. É certo, no entanto, que no caso da presente proposta deve-se ressaltar que a mineiridade não chega a ser uma “estrutura mental”, e tampouco encontra-se à “escala de um Estado-nação”, nos termos de Bourdieu; porém, cabe ser analisada como manifestação que compõe uma “ordem simbólica”, sendo um componente importante para explicar a existência de sistemas de dominação social. Assim, prosseguindo com as ideias do autor, “Os atos de submissão e de obediência são atos cognitivos que, como tais, empregam estruturas cognitivas, categorias de percepção, esquemas de percepção, princípios de visão e de divisão [...]”,<sup>9</sup> o que leva a refletir teoricamente sobre o imaginário da mineiridade como uma “estrutura cognitiva” que implica sobretudo em “princípios de visão” de mundo e de “divisão” social, na medida em que orienta “atos de submissão e de obediência” e, simetricamente, de domínio e de sujeição.

Para prosseguir a análise é necessário, então, recorrer aos estudos disponíveis sobre a mineiridade e suas manifestações, dos quais destacamos, a princípio, os de Otávio Dulci, cuja atenção se volta para o caráter especificamente político do imaginário da mineiridade. Para o autor, um dos principais fatores explicativos para o surgimento da identidade regional analisada relaciona-se às dificuldades econômicas sofridas pelas elites do estado em se sobressair nos mercados internos nacionais, ainda incipientes, principalmente desde as décadas finais do século XIX; dentre estas dificuldades, Dulci elenca, por exemplo, a posição mediterrânea do estado, sem acesso direto ao mar, sua topografia acidentada, terras pouco férteis, além das comunicações internas ainda pouco desenvolvidas e o “efeito centrífugo” exercido pelo eixo dinâmico do país – Rio-São Paulo – sobre a Zona da Mata e o Sul de Minas, as duas regiões com melhor desempenho econômico do estado nos primeiros decênios do século XX.<sup>10</sup> A noção de mineiridade aparece na tese do autor como uma ideologia de representação das elites regionais, na medida em que as organiza em torno de objetivos econômico-políticos que se

---

<sup>9</sup> Id., *Ibid.*, p.226.

<sup>10</sup> DULCI, Otávio. “Política e economia de Minas Gerais: um balanço dos anos 90”. In: PAULA, J. A. et al. (ed.). *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p.642.

projetam nacionalmente, lançando mão de narrativas unificadoras e justificadoras de seu predomínio interno. Em *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, o autor explica:

O senso de pertencimento baseado em interesses comuns pode se revelar insuficiente. Para cimentar a unidade, desenvolveu-se em Minas todo um aparato simbólico destinado a cristalizar a identidade regional. Seu eixo é a dimensão política, como se poderia esperar. Trata-se de um conjunto de imagens que compõe uma subcultura política, consistente com os traços de um suposto “caráter regional”.<sup>11</sup>

O que Dulci chamou de “subcultura política” (que vim chamando genericamente apenas de “imaginário”) sustentou, portanto, ainda segundo o autor, um duplo objetivo compartilhado pelos principais elementos das elites locais do estado: “desenvolvimento regional e fortalecimento político no contexto nacional”.<sup>12</sup> Com base nas contribuições de Bourdieu apresentadas acima, acrescentaríamos ao imaginário da mineiridade a função de legitimadora do predomínio desempenhado pelas elites sobre o conjunto das populações do estado, apesar da observação de Dulci segundo a qual a “simbologia da ‘mineiridade’”, no sentido de “mecanismo de articulação cultural”, talvez tenha sido mobilizada “mais para dar coesão às próprias elites, operando como uma espécie de ideologia da classe dominante, do que para generalizar um senso de identidade regional entre a população”.<sup>13</sup> O que pode levar a pensar a simbologia da mineiridade como um dos elementos explicativos da continuidade da dominação exercida pelas elites mineiras é justamente a possibilidade de relacionar tal simbologia com a noção de modernização conservadora, para a qual é de central importância o predomínio político que teria sido exercido pelas elites (termo aqui empregado no mesmo sentido de “oligarquias”) agrárias, sobretudo do interior do país, como vimos quanto a interpretações das mais importantes sobre o sentido da história do país.

Ao longo do século XX surgem manifestações diversas do imaginário da mineiridade no sentido de cimentar a unidade política com vistas à preservação de interesses, tal como apontado por Dulci, e que adquire complexidade à luz das ideias de Bourdieu às quais recorri. Um dos momentos chave em que se observa tal unidade política é, por exemplo, a Assembleia Nacional Constituinte de 1934, na qual o estado de Minas Gerais encontrava-se representado por deputados de dois partidos, o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Progressista (PP), que apesar de divergirem seriamente quanto à maioria dos temas daquela conjuntura,

<sup>11</sup> DULCI, Otávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p.195.

<sup>12</sup> Id., p.192.

<sup>13</sup> DULCI, Otávio. *Op. cit.*, 2000, p.641.

uniram-se em torno das matérias constitucionais que poderiam modificar a estrutura político-administrativa da qual provinha seu poder político. É evidente que os agentes envolvidos na Assembleia acreditavam que a nova Constituição Brasileira vigeria por muito mais tempo do que realmente se deu<sup>14</sup>, tornando notadamente importante a observação de Helena Bomeny, segundo a qual “De fato o compromisso da bancada [mineira] era antes de tudo preservar a posição privilegiada de Minas Gerais no cenário nacional, ou seja, lutar pela manutenção do espaço de influência oligárquica que a Revolução de 30 ameaçara logo de início”.<sup>15</sup> No estudo da autora sobre a atuação de agentes e de partidos mineiros na abertura política dos anos 1930 fica clara a unidade construída com êxito por sobre as divergências, principalmente no tocante à defesa do federalismo, ou seja, da descentralização administrativa, que era entendida como uma condição indispensável à manutenção do poder tipicamente oligárquico, originado principalmente nas regiões interioranas do país.

A respeito, por exemplo, da “tradicional” família dos Andradas, cujos membros ocupantes de cargos políticos possuíam estatuto dos mais relevantes no Parlamento devido ao capital simbólico-político construído desde o Império, Bomeny escreve que “Do ponto de vista estadual constituíam-se em legítimos representantes das oligarquias na exata medida [em] que, por elas selecionados, participariam da construção da nova Carta Constitucional onde seria definido o espaço político de influência oligárquica”.<sup>16</sup> Um deputado do PRM, Cristiano Machado, justifica o fato de subscrever em mais de uma oportunidade a emendas de autoria de deputados do partido rival, o PP: “*Há objetivos comuns, na consideração de interesses coletivos, que aproximam as duas representações esquecidas, felizmente, nesta hora, das divergências políticas que as separam, para se fixarem num plano mais alto e patriótico*”.<sup>17</sup>

Um segundo momento decisivo, do qual é possível retirar ainda outros exemplos de expressão da mineiridade mobilizada num sentido conciliador é a crise política da qual se originou o golpe de 1964. Apesar de que naquela década o regionalismo se encontrava em declínio, devido em parte à integração político administrativa conduzida segundo o pensamento desenvolvimentista, a conjuntura crítica que teve o golpe como acontecimento mais dramático não deixou de mobilizar o imaginário da mineiridade, por vezes relacionado ao fato da

---

<sup>14</sup> Vigorou oficialmente durante apenas um ano, dentre os três que a separam daquela outorgada por Getúlio Vargas em 1937.

<sup>15</sup> BOMENY, Helena. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30”. In: GOMES, Ângela de C. Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.197-198.

<sup>16</sup> Id., p.195.

<sup>17</sup> Id., Ibid., p.198. Ênfases da autora.

movimentação golpista ter partido justamente de Minas.<sup>18</sup> A expressão máxima que pode ilustrar o argumento talvez seja o pronunciamento do então deputado estadual Murilo Badaró ainda em 30 de março de 1964, no que parece ser um voto de apoio ao posicionamento do então governador, Magalhães Pinto, quanto à questão da hierarquia nas Forças Armadas, algo que vinha sendo intensamente explorado pela oposição ao presidente João Goulart no sentido de provocar sua queda. Apesar de pertencer ao PSD, que na ocasião fazia oposição ao governo estadual, Badaró é hábil em construir um discurso conciliador com a figura do governador de Minas, utilizando-se amplamente do imaginário analisado:

[...] A palavra de Minas veio no momento exato para dizer aos brasileiros que estas montanhas continuarão sendo uma trincheira inexpugnável permanentemente colocada a serviço dos altos interesses da nacionalidade. Neste instante, as divergências políticas que, por ventura, nos separam do atual ocupante do Palácio da Liberdade, de forma alguma podem se constituir em obstáculo a que todos cerremos fileiras ao seu lado para integrar um pronunciamento que não propriamente o pronunciamento de um homem, eventualmente detentor do poder, de um partido ou de uma agremiação, mas a palavra que traduz o sentimento de mineiridade e que representa o substractum [sic] de todo o pensamento do povo mineiro. [...] A palavra de Minas veio para dizer à nação que o país não pode continuar sendo sacrificado à custa de interesses subalternos. A revolta minou a estrutura de uma gloriosa corporação de nossa Pátria não teve origem dentro dela, originando-se de forças estranhas a ela. [...] Minas Gerais é sobretudo o equilíbrio, ponderação e justiça e sensatez, motivos que fazem com que sua voz tenha inigualável autoridade no concerto dos demais estados. Realmente a voz de Minas não poderia faltar nesta hora, não para acirramento dos ânimos mas sobretudo para fazer com que seja restabelecido o equilíbrio e o bom senso, ausentes do momento nacional, que forças estranhas procuram a todo transe impedir que voltem a reinar. [...] Aquela timidez, aquele recato, aquele acanhamento próprio do povo mineiro, longe de significarem uma atitude de complacência ou simplesmente contemplativa, representam nada mais nada menos do que a ponderação e a necessidade de se debruçar conscientemente sobre todos os problemas que são colocados ao seu exame, donde tira conclusões definitivas em favor da nacionalidade. [...] O nosso desejo é o de que o Brasil ouça a palavra de Minas, como já ouviu em outras oportunidades, certo de que Minas jamais compareceu em instante como este com uma palavra de acirramento dos ânimos.<sup>19</sup>

O recurso à retórica da conciliação, presente no pronunciamento de Badaró, bem como no do deputado constituinte Cristiano Machado, destacado por Bomeny, deve ser esclarecedor para o argumento do presente texto, já que a conciliação pretendida remete sempre a um certo

---

<sup>18</sup> Em 31 de março de 1964, tropas do Exército Brasileiro se deslocaram de Juiz de Fora, além de Belo Horizonte e São João del-Rei, para o Rio de Janeiro, onde promoveram a ocupação de prédios públicos e avenidas, numa movimentação que precipitou o golpe militar que vinha sendo planejado por setores das Forças Armadas.

<sup>19</sup> MINAS GERAIS. Diário da Assembleia. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Ano LXXII, nº64, 04 abr 194, p.5-6.

sentido de nacionalidade, ao qual sai em defesa um certo sentido de regionalismo. Para aprofundar o estudo do regionalismo mineiro, tem-se outro importante trabalho de Helena Bomeny, *Guardiães da razão*, onde a autora aborda a mineiridade a partir do livro *Voz de Minas*, do escritor Alceu Amoroso Lima, ao qual, possivelmente, Murilo Badaró fazia referência em seu pronunciamento supracitado ao insistir na “voz de Minas” como portadora de uma mensagem e detentora de certo caráter. A origem da mineiridade é também identificada por Bomeny a partir de um sentido político: “Na atribulada Minas Gerais do século XIX, marcada pelo divisionismo e pelas dissidências internas, políticos republicanos empenhavam-se a um só tempo em unificar o estado e prepará-lo para um novo tipo de socialização política [...]”,<sup>20</sup> e assim inicia a análise da obra de Amoroso Lima, que a autora considera ser uma “síntese desse imaginário disperso e constante”, onde é atribuído um tríplice papel à mineiridade, “‘o tríplice papel de compensação, de equilíbrio e de moderação’. [...] A definição pela liberdade, tal como é expressa, circunscreve o escopo da ação política no confronto com o avanço do socialismo e na contenção do individualismo contemporâneo”.<sup>21</sup> A autora prossegue apontando como Amoroso Lima hierarquiza, em sua interpretação da mineiridade, a categoria *espaço*, sobrepondo-a em importância à categoria *tempo*, uma vez que o mineiro seria “mais fiel ao seu lugar que ao seu momento”, e cita Amoroso Lima: “[...] o tempo não existe em Minas ou pelo menos não se conta com ele, talvez porque o mineiro possui muito mais o espírito do eterno que o do moderno”.<sup>22</sup>

A ideia da mineiridade adquire alguma profundidade quando analisada por um autor conservador, como é o caso, mas seu surgimento, difusão e declínio podem ser melhor explicados a partir da análise de Eric Hobsbawm, segundo a qual “inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta”.<sup>23</sup> Se este estudo iniciou-se com uma introdução à ideia da modernização conservadora, foi justamente para pensá-la como uma interpretação de transformações amplas e rápidas ocorridas no interior da sociedade brasileira, das quais resultaram tanto a modernização do país como a permanência de antigas oligarquias locais no controle de boa parte do poder político. Assim, a proposta geral é a de compreender este processo deslocando-se um pouco a ênfase para o plano do imaginário, tal como proposto por Bourdieu, e abordando

<sup>20</sup> BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994, p.16.

<sup>21</sup> Id., p.18.

<sup>22</sup> Id., *Ibid.*, p.19-20.

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. “Introdução”. In: HOBBSAWM, E. e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p.12-13.



a mineiridade como uma das principais expressões da ideologia da coexistência pretensamente harmônica entre conservadorismo político e liberalismo econômico no Brasil. Neste sentido, Hobsbawm também contribui com a construção do horizonte teórico a partir de seu conceito de “tradição inventada”, que relaciono com a forma como Bomeny indica que o regionalismo mineiro foi abordado por intelectuais modernistas da primeira metade do século XX:

[...] a curiosidade a respeito de um conjunto de valores atribuídos aos naturais de Minas Gerais que se banalizou na cultura brasileira com o nome pouco preciso de *mineiridade*. Pensar sobre tais valores era, em certo sentido, se defrontar com ideias a respeito do jeito de ser de um grupo em suas particulares características psicossociológicas.<sup>24</sup>

A atribuição de significado histórico-cultural a tais características – a “timidez”, “recato” e “acanhamento” dos quais fala Murilo Badaró, e a “compensação”, “equilíbrio” e “moderação” a que se refere Amoroso Lima – bem como, simplesmente, ao estilo de vida cotidiano, sempre relacionado a um suposto aspecto idílico da vida rural, podem ser interpretados como “a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais”,<sup>25</sup> tal como escreve Hobsbawm, embora a finalidade de monopolizar tanto quanto possível o poder político não seja algo exatamente original, a assertiva pode ser cabível na maioria das ocasiões em que o regionalismo mineiro é mobilizado. Logo, se o ideário da mineiridade puder ser interpretado como uma tradição inventada, classifica-se, sem dúvida, na última das três categorias elencadas pelo historiador britânico em *A invenção das tradições*<sup>26</sup>, ou seja, “aquelas [tradições inventadas] cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento”.<sup>27</sup> Por fim, e considerando que outros exemplos retirados de fontes primárias poderiam ter sido elencados, conclui-se, ainda com Hobsbawm, que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”;<sup>28</sup> no caso analisado, a cultura histórica é utilizada principalmente como legitimadora de ações políticas, muitas vezes orientadas no sentido de preservar a estrutura político-administrativa que garante tanto a reprodução das mesmas elites no poder como a coesão entre oligarquias – principalmente agrárias. A propósito, convém citar a seguinte passagem, bastante esclarecedora

<sup>24</sup> BOMENY, H. Op., cit., 1994, p.15. Ênfase da autora.

<sup>25</sup> HOBBSAWM, E. Op., cit., 1997, p.14.

<sup>26</sup> A classificação trata das tradições inventadas desde a Revolução Industrial; nota-se que as três categorias são consideradas superpostas pelo autor, mas optei por classificar a mineiridade apenas pelo terceiro tipo visando maior precisão na aplicação do conceito de tradição inventada. Cf. HOBBSAWM, 1997, p.17.

<sup>27</sup> HOBBSAWM, E. Op., cit., p.17.

<sup>28</sup> Id., p.21.



e ilustrativa do argumento desenvolvido, retirada do já citado texto de Helena Bomeny remetendo à obra *A voz de Minas*:

Amoroso Lima transforma a mineiridade em discurso ideológico. Justifica um jeito de ser e reclama um lugar político no qual esse “jeito” desempenharia missão salvacionista. “Há uma missão de Minas no Brasil, como há uma missão de Minas no mundo. Ela é a de ficardes fiéis à filosofia mineira de vida. E um dos postulados é o respeito ao passado, a fidelidade aos pontos fundamentais, às linhas de força de vossa tradição”. Tal proposição é possível porque o conflito foi dirimido ideologicamente, e a força da unidade ordenada abstratamente garante a universalização de um projeto de origem regional. A positividade que Amoroso Lima atribui ao clássico fundamenta-se precisamente na função que este desempenha de contensor [sic] do fluxo da modernidade. É através do clássico que se enfrentam os perigos do progresso, a fugacidade dos valores, a instabilidade no agir. [...] O clássico, na versão católica de Amoroso Lima, tem essa função controladora dos excessos, aparadora de impulsos, ordenadora do caos com que o moderno vem associado.<sup>29</sup>

De tal modo, procurou-se argumentar a favor da sofisticação da ideia da modernização conservadora, que segue expandindo, mais do que limitando, os caminhos para se pensar a formação social brasileira. A partir de Bourdieu e de sua noção de poder simbólico, e de Hobsbawm e da ideia de tradição inventada, a intenção aqui foi a de contribuir minimamente com os estudos já existentes sobre a mineiridade, compreendida como ideologia primariamente política, e do papel que exerce na conformação de visões de mundo de uma população e no estabelecimento das bases para a permanência no poder político por parte de pequenos grupos, muitas vezes clãs familiares, não obstante a modernização intensa da economia nacional, sobretudo ao longo do último século.

### **Bibliografia:**

BOMENY, Helena. *Guardiães da Razão – Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994.

BOMENY, Helena. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30”. In: GOMES, Ângela M. de C. *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado – Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

DULCI, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

---

<sup>29</sup> BOMENY, H. Op., cit., 1994, p.21.

\_\_\_\_\_. “Política e economia de Minas Gerais: um balanço dos anos 90”. In: PAULA, J. A. et al. (ed.). *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, p. 639-650, 2000.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Ano LXXII, n° 64, 04/04/1964.

MOORE Jr. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia – Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes, 1975.

PIRES, Murilo J. de S. e RAMOS, Pedro. “O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil”. In: *Revista de Estudos do Nordeste*. Vol. 40, n°3, Julho-setembro, 2009.

## O papel do conselho consultivo de Divinópolis, MG na intervenção de Pedro X. Gontijo, de 1930 a 1936

**Débora Conrado Reis**

Graduanda em História

UEMG - Divinópolis

E-mail: deboracreis27@gmail.com

**Cochise César de Monte Carmo**

Graduando em História

UEMG - Divinópolis

E-mail: cochisecesar@zoho.com

**Resumo:** Ao tomar o poder em 1930, Getúlio Vargas realizou mudanças significativas na política nacional, até então dominada pelas oligarquias locais. Durante o Governo Provisório, Vargas é retirada grande parte da autonomia que estados e municípios tinham através de medidas centralizadoras, como o decreto lei 19.398/1930, que dissolvia, também, as Câmaras Municipais e criavam-se as prefeituras e os Conselhos Consultivos. Em Minas Gerais, Olegário Maciel, presidente do Estado, nomeou para interventor municipal de Divinópolis o político Pedro X. Gontijo que participou ativamente na política local desde a emancipação do município. Diante das transformações na administração municipal, coube ao Conselho Consultivo fiscalizar as medidas executadas pelo prefeito. Deste modo busca-se com o artigo, compreender o Conselho Consultivo dentro da nova dinâmica de administração dos municípios e a relação das medidas implementadas por Getúlio Vargas como propulsoras de uma política centralizada e hierárquica, introduzindo à Política homens ligados a indústria e o comércio.

**Palavras-chaves:** Política; Conselho Consultivo; Interventor municipal; Divinópolis.

**Abstract:** When taking power in 1930, Getúlio Vargas made significant changes in the national politics, until then dominated by the local oligarchies. During the Provisional Government, Vargas is removed much of the autonomy that states and municipalities had through centralizing measures, such as Decree Law 19.398 / 1930, which also dissolved the City Councils and created the prefectures and the Consultative Councils. In Minas Gerais, Olegário Maciel, president of the state, has named the municipal auditor of Divinópolis the politician Pedro X. Gontijo who has been an active participant in local politics since the emancipation of the municipality. Faced with the transformations in the municipal administration, it was incumbent upon the Consultative Council to supervise the measures carried out by the mayor. In this way, the article seeks to understand the Advisory Council within the new dynamics of municipal administration and the relation of the measures implemented by Getúlio Vargas as propellers of a centralized and hierarchical policy, introducing to the Politics men related to industry and commerce.

**Key words:** Politics; Consulting board; Municipal Interventor; Divinópolis.

### 1. Introdução

A política durante a Primeira República é marcada pelos jogos políticos promovidos entre as oligarquias estaduais que exerciam o seu poder de forma autônoma e sobrepondo seus interesses às discussões de âmbito nacional. Com isso, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais firmam a Política do Café com Leite e a Política dos Governadores, acordo importante

para o período no qual o presidente da República apoiava os governadores dos Estados desde que em troca estes apoiassem o presidente.

Com a ascensão de Vargas ao poder sustentado pelo apoio de alguns grupos oligárquicos, ocorre uma reviravolta no cenário político até o momento marcado pela descentralização do poder político e autonomia na administração das esferas estaduais e municipais. Com a entrada em vigor do Decreto-lei federal 19.398/1930<sup>1</sup> e assinatura do decreto estadual 9.768/1930, foram instituídas reformas administrativas altamente centralizadoras com novas formas de fiscalização da administração dos estados e municípios que vão avançando conforme o governo de Vargas se aproxima do Estado Novo. As câmaras municipais são fechadas e são criadas prefeituras onde um prefeito nomeado ou interventor acumulava poderes executivos e legislativos sendo auxiliado por conselhos consultivos. O artigo pretende analisar a atuação do interventor municipal e do Conselho Consultivo na cidade de Divinópolis nos anos de 1930 a 1936 a partir das atas do Conselho Consultivo, os decretos - leis e os jornais publicados no município na época<sup>2</sup>.

## 2. A Política Brasileira no Contexto do Golpe De 1930

A Primeira República foi marcada por joguetes políticos que garantiam a manutenção do poder federal nas mãos das elites mineiras e paulistas, contudo, diante da grande decadência da produção do café iniciada em 1927 e a crise econômica internacional de 1929<sup>3</sup>, Washington Luís rompe o acordo da Política do Café com Leite ao indicar a inscrição da candidatura para o cargo de presidente da República ao paulista Júlio Prestes<sup>4</sup>. A partir desse impasse, os políticos mineiros buscam fazer aliança com os políticos do Rio Grande do Sul e Paraíba dando origem a Aliança Liberal e lançando assim, a candidatura de Getúlio Dornelles Vargas para a presidência do Brasil que perde as eleições de 1930. O assassinato de João Pessoa em julho do mesmo ano, motivado por desavenças pessoais, serviu de impulso para dar início ao movimento que culmina no Golpe de Estado<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> MINAS GERAIS. COLLECÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE MINAS GERAES: 1930. Decreto 9768, 24/11/1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1930. p. 724. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4744>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

<sup>2</sup> Estes documentos estão sobre a guarda do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho – CEMUD, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis.

<sup>3</sup> CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. Revista Economia. Set. / Dez. 2012. p. 910.

<sup>4</sup> De acordo com essa política, a candidatura ao cargo de presidente da República era indicado pelo atual presidente se dando uma alternância entre políticas oriundos de São Paulo e Minas Gerais.

<sup>5</sup> Acerca do assassinato de João Pessoa, ver: MELO *apud* RIBEIRO, Genes Duarte. Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 11.

No dia 24 de outubro, Washington Luís foi forçado a renunciar o cargo, assumindo então uma Junta Provisória de Governo<sup>6</sup>. Em 03 de novembro, Getúlio Vargas assumiu como presidente do Governo Provisório da República<sup>7</sup>. Assim, o mesmo Vargas que em março havia sido derrotado nas urnas, em novembro assumiu a presidência da República por meio de um Golpe de Estado que foi o ponto de partida para colocar em prática as medidas de centralização do poder que excluíram as oligarquias do protagonismo político<sup>8</sup>. Minas Gerais foi o único Estado para qual não foi nomeado interventor e isso se deveu ao apoio de Olegário Maciel a Getúlio Vargas durante o Golpe de 1930. Contudo, ele também sofreu com o controle do governo federal durante o Governo Provisório.<sup>9</sup>

### 3. A Política em Divinópolis

A emancipação político administrativo de Divinópolis se deu a partir da lei aprovada em 30 de agosto de 1911. Em 31 de março de 1912, a primeira Câmara Municipal foi eleita e em primeiro de junho foi realizada a cerimônia de posse dos eleitos, sendo o primeiro presidente da Câmara Municipal, Antônio Olímpio de Moraes. Durante toda a Primeira República, a cidade de Divinópolis esteve muito envolvida com a política estadual e federal por causa das alianças estabelecidas entre os políticos das duas esferas com os grupos políticos da localidade. Em 1926, haviam dois grupos políticos já consolidados na cidade sendo um situacionista, representado por Pedro Xavier Gontijo e o outro oposicionista, representado por Ataliba Lago. Os dois grupos divergiam na questão da política local e seus rumos.

Em 1930, de acordo com o jornal *A Penna* o grupo político situacionista que apoiava Vargas, obteve vitória no município<sup>10</sup>. A partir dessa informação têm-se uma percepção da influência desse grupo político no município. A própria notícia do movimento que foi

---

<sup>6</sup> ARQUIVO NACIONAL. Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff. 5ª ed. Rio de Janeiro. O Arquivo, 2012. p.60.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>8</sup> DORNELLAS, Wagner de Azevedo [et. al.]. As relações entre o Departamento da Administração Municipal de Minas Gerais e os municípios mineiros, no primeiro governo Vargas (1930-1945): ruptura ou continuidade com o “Coronelismo”? Disponível em:

< <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4612/4481>>. Acesso em: 15 de abril de 2016

<sup>9</sup> Ibidem. p.7.

<sup>10</sup> Em Divinópolis, o jornal *A Penna* noticiou a vitória de Vargas no município obtendo 509 votos contra 476 a favor de Prestes. Essa vitória foi encarada dentro da política divinopolitana como uma vitória do partido situacionista que estava apoiando Getúlio Vargas. A PENNA, Divinópolis, 15 de abril de 1930, nº 71, ano IV.

deflagrado em 03 de outubro chegou em Divinópolis durante a madrugada do dia seguinte como é mencionado no jornal *A Penna* publicado no dia 15 de outubro de 1930<sup>11</sup>.

A Câmara Municipal de Divinópolis foi dissolvida em 03 de dezembro de 1930 no exercício do mandato de presidente da Câmara José Maria Botelho como previsto no artigo nº 1 do decreto estadual nº 9.768/1930<sup>12</sup>. Com a entrada em vigor do decreto federal, o poder executivo passou a nomear interventores para os Estados que concomitantemente nomearam prefeitos para os municípios de acordo com o artigo nº 11, §4<sup>13</sup>. Com isso, Pedro X. Gontijo foi nomeado pelo presidente do Estado para o cargo de interventor municipal de Divinópolis e assumiu em 11 de dezembro de 1930. A prefeitura foi criada a partir do decreto estadual de nº 9768/1930, onde Olegário Maciel instituiu o regime de prefeituras para a administração dos municípios<sup>14</sup>.

Em 14 de dezembro de 1930, o interventor municipal X. Gontijo convocou pessoas influentes da cidade para participarem da criação do Conselho Consultivo. A Câmara Municipal permaneceu fechada durante seis anos<sup>15</sup>.

## 4. O Golpe de 1930 e as Medidas Centralizadoras de Vargas

### 4.1 O Interventor Municipal

Em Minas Gerais, o decreto – lei estadual nº 9.768/1930 aprofunda as discussões acerca do papel do prefeito na administração do município com o fechamento das Câmaras Municipais, cabendo ao prefeito exercer as funções que até o momento eram realizadas pelo presidente da Câmara<sup>16</sup>. De acordo com o decreto, as relações entre os municípios e o Estado seriam intermediadas pela Secretaria do Interior e os atos do prefeito teriam que ser lavrados em ata

---

<sup>11</sup> A PENNA. Divinópolis, 15 de outubro de 1930, nº 82. p.3. Acervo do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho. Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis.

<sup>12</sup> MINAS GERAIS. COLLECÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE MINAS GERAES: 1930. Decreto 9768, 24/11/1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1930 Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=9768&comp=&ano=1930>>. Acesso em: 14 de abril de 2016.

<sup>13</sup> BRASIL. Decreto 19.398, 11/11/1930. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 de setembro de 1930.

<sup>14</sup> MINAS GERAIS. COLLECÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE MINAS GERAES: 1930. Decreto 9768, 24/11/1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1930. p. 724. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4744>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

<sup>15</sup> ATAS DO CONSELHO CONSULTIVO DE DIVINÓPOLIS. Ata da Primeira Reunião do Conselho Consultivo da Prefeitura de Divinópolis, 14/12/1930. p.1

<sup>16</sup> LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012. p. 51-52.

pelo secretário da prefeitura. A prestação das contas públicas da prefeitura deveria se dar a cada seis meses ao governo e o interventor municipal deveria criar o Conselho Consultivo<sup>17</sup>.

Em Divinópolis, Pedro X. Gontijo foi nomeado como interventor municipal pelo presidente do Estado Olegário Maciel em 11 de novembro de 1930. O jornal *A Penna* publicado no dia 01 de janeiro de 1931 traz uma matéria escrita pelo prefeito nomeado no qual o mesmo apresenta um pouco da sua trajetória, a nomeação para o cargo executivo no município e o seu plano de governo. Acerca do Conselho Consultivo ele apresenta o seguinte registro:

O Conselho Consultivo da Prefeitura é composto de comerciantes, indústrias, lavradores e capitalistas, homens de moral sadia, alto conceito social e largo tirocínio em negócios administrativos. Com elles procurarei governar, ouvindo as sugestões e conselhos da sua experiência, a voz do seu patriotismo e do seu interesse pelo progresso do nosso Município<sup>18</sup>.

#### 4.2. Criação do Conselho Consultivo

As Câmaras Municipais foram criadas durante o período colonial e atravessaram o Império perdendo a sua força na década de 1920<sup>19</sup>. Em 1930, as Câmaras Municipais foram fechadas mediante o Decreto-lei federal nº 19.398/1930, artigo nº 2. Estas que durante toda a Primeira República tiveram autonomia para as tomadas de decisões nas localidades foram extintas por acarretarem na descentralização do poder político<sup>20</sup>.

As Câmaras Municipais, no período republicano até o golpe militar de 1930, no Brasil, eram órgãos locais com expressivo poder político, administrando com autonomia a vida local. A câmara, constituída pelos vereadores, funcionava como um conselho parlamentar, deliberando junto com o seu presidente, que por sua vez, era considerado o Agente Executivo e Tesoureiro. As mudanças no funcionamento da administração dos municípios evidenciaram-se, inicialmente, no decorrer da administração do Presidente da República Brasileira, Arthur Bernardes, no período de 1922-1926. A partir dessa época, houve uma tendência crescente de concentração do poder executivo não só federal, mas também municipal, até que, em 1930, as Câmaras foram fechadas e o governo passou a ser exercido, de forma centralizada, por um Interventor Municipal. Mesmo depois de serem

---

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> A PENNA. “Órgão Oficial do Grêmio Litterário “Pedro X. Gontijo”. Divinópolis, 01 de janeiro de 1931, ano IV, nº 86. p. 01.

<sup>19</sup> LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012. p. 61-63.

<sup>20</sup> Segundo Soares, [...] os interesses dos vários setores dominantes não se definem, porém, segundo critérios econômicos, mas tomam a forma de lutas regionais pela conquista do poder central. SOARES, Hugo Porto. O Estado e os partidos políticos no Brasil. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, nº 20, p. 5-43.



reativadas, após a derrubada do Governo de Getúlio Vargas, as Câmaras não adquiriram novamente a força que tiveram no início do século<sup>21</sup>.

O decreto federal também previa a criação de Conselho Nacional Consultivo, mas não avança nas questões que dizem respeito a funcionalidade dos conselhos nos municípios. Colocando em prática o decreto instituído pelo Governo Provisório; em Minas o presidente do Estado eleito em 1930, Olegário Maciel cria o decreto nº 9.768 em 24 de novembro de 1930. Ele avança na questão da instituição dos Conselhos Consultivos e prefeituras nos municípios<sup>22</sup>.

Deste modo com o decreto estadual nº 9768/1930, o Conselho Consultivo deveria ser formado por cinco moradores do município, sendo três escolhidos pelo prefeito e dois dos maiores contribuintes de impostos. Estes devem se reunir com o interventor municipal no mínimo uma vez por mês para discutir as pautas levadas pelo administrador municipal. Com a criação do Código dos Interventores, entre os maiores contribuintes poderia ser membro do conselho, um estrangeiro<sup>23</sup>.

Várias outras cidades expõem nos registros das suas Câmaras Municipais o período e a atuação dos seus Conselhos Consultivos como a cidade de Candelária – RS, Mirassol – SP, Sacramento – MG e Muzambinho – MG e Rio Verde – GO.

#### **4.3. Atuação do Interventor e do Conselho Consultivo no Município de Divinópolis**

O Conselho Consultivo da cidade de Divinópolis foi criado pelo decreto municipal nº 1A, assinado pelo interventor municipal Pedro X. Gontijo, em 13 de dezembro de 1930<sup>24</sup>. O prefeito com o intuito de atender as exigências para formação do Conselho Consultivo Municipal convoca os dois maiores contribuintes de impostos da cidade Halim Souki e Thirézio Mendes Mourão. É importante ressaltar que com a entrada em vigor do Código dos Interventores, Halim Souki irá preencher dois requisitos necessários para formação do conselho, sendo um dos maiores contribuintes e estrangeiro (sendo este requisito não

---

<sup>21</sup> CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa [et. al]. Emancipação político-administrativa de Divinópolis – MG. In: CATÃO, Leandro [et. al]. Divinópolis: história e memória - vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. p. 28-29.

<sup>22</sup> DAGOSTIM, Maristela Weesler. A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). Dissertação Mestrado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. p.57.

<sup>23</sup> BRASIL. Decreto nº 20.348, 29/08/1931. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20348-29-agosto-1931-517916-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 de agosto de 2016.

<sup>24</sup> DIVINÓPOLIS. Decreto nº 1A, 13/12/1930. Acervo do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho. Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis.

obrigatório). X. Gontijo convida para também fazer parte do Conselho Consultivo Jovelino Rabello, Antonio Nogueira Penido e Antonio Alves de Paula Netto.

Ao longo do período de intervenção municipal de Pedro X. Gontijo houve mudanças nos membros do Conselho Consultivo sendo empossados José Fernandes da Costa e Olympio Moura de Vasconcellos. O primeiro ocupou o lugar de Halim Souki que foi afastado do conselho em 10 de março de 1932 e o segundo foi nomeado em 12 de março de 1931 ocupando o lugar de Antonio Nogueira Penido que havia mudado de cidade.

Na primeira reunião do Conselho Consultivo ocorrida no dia 14 de dezembro de 1930, o interventor municipal expõe a situação financeira do município conforme previa o Decreto-lei nº 9768, artigo nº 01, §3 no qual como primeiro ato do interventor deveria aprovar ou reprovar as contas públicas da gestão anterior. O Conselho Consultivo que tem como objetivo fiscalizar as medidas realizadas pelo interventor tomou conhecimento do valor das contas da prefeitura em relação a gestão anterior nessa reunião.

Entre várias medidas estabelecidas pelo Decreto estadual nº 9768/1930 está a expedição de decretos pelo prefeito nomeado devendo o secretário da Prefeitura subscrevê-las. Durante o período de intervenção municipal de Pedro X. Gontijo quem realizou este serviço foi José Biondini (atuou entre 14/12/1930 e 10/10/1934) e Waldemar G. de Azevedo (atuou entre 05/12/1934 e 02/03/1936), sendo que o funcionário a ocupar o cargo de secretário particular da prefeitura era escolhido pelo prefeito<sup>25</sup>. A reunião do Conselho Consultivo com o Interventor era realizada mensalmente, todos os decretos eram publicados no jornal *A Penna* e a cada seis meses o interventor prestava contas da sua administração à Secretaria do Interior. O relatório trimestral era submetido a aprovação do Conselho Consultivo para posteriormente ser enviado ao Secretário do Interior<sup>26</sup>.

Todos os decretos eram lidos pelo prefeito nomeado e submetidos a aprovação pelo Conselho que detinha o poder de aprovar, reprovar ou pedir alterações no seu conteúdo. Fica evidente a intervenção do Conselho Consultivo na reunião do dia 21 de outubro de 1933 quando houve uma discussão acerca da proibição do trânsito de carros de boi pela cidade na qual Thirezio Mendes Mourão foi a favor, porém pediu para que entrasse em vigor somente em

---

<sup>25</sup> ATAS DO CONSELHO CONSULTIVO DE DIVINÓPOLIS. Acervo do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho – CEMUD. UEMG – Unidade Divinópolis.

<sup>26</sup> . Ata da décima primeira sessão ordinária do Conselho Consultivo de Divinópolis, 12/09/1931. p. 07.

janeiro de 1934 dando um tempo para que os donos desse tipo de veículo se adaptassem ao novo decreto<sup>27</sup>.

O Código dos Interventores, como ficou conhecido o Decreto-lei federal nº 20.348 de 29 de agosto de 1931 foi uma medida empreendida pelo chefe do executivo com o objetivo de intensificar a fiscalização das contas<sup>28</sup>.

Diante da necessidade de maior controle das contas das prefeituras por um órgão público foi criado o Departamento de Administração das Municipalidades. O DAM foi criado em 28 de março de 1934 por meio do decreto estadual nº 11.280 e tinha como objetivo orientar os municípios na solução de problemas administrativos, estudo acerca da solução de problemas urbanísticos envolvendo as cidades e assistência jurídica as prefeituras junto ao governo do Estado<sup>29</sup>. As medidas fiscalizadoras com passar do tempo aumentaram e na Quinquagésima oitava sessão ordinária do Conselho Consultivo de Divinópolis ocorrida em 15 de janeiro de 1936 foi levado em discussão a nomeação de um contador para a prefeitura conforme exigência do DAM, sendo escolhido Deolindo de Oliveira, que possuía o Certificado de Habilitação expedido pelo Departamento de Administração Municipal<sup>30</sup>.

O DAM tinha “por função não só prestar assistência técnica à administração municipal, como ainda fiscalizar as suas finanças<sup>31</sup>”. Na reunião entre o Conselho Consultivo e o prefeito nomeado ocorrida em maio de 1935, o último expõe aos conselheiros a posição do DAM acerca do pedido de crédito suplementar aberto em Obras Públicas.

O Sr. Presidente fez sciente a mesa que o Diretor do Departamento da Administração das Municipalidades, remetera, á Prefeitura local, um officio ICE, nº 37.895 comunicando que o credito suplementar pedido não podia ser aberto nas verbas Obras Publicas, devendo o mesmo ser pedido suplementar á verba “Eventuaes”<sup>32</sup>.

---

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. Ata da sexta sessão extraordinária do Conselho Consultivo de Divinópolis, 12/08/1934. p. 26.

<sup>28</sup> DORNELLAS, Wagner de Azevedo [et. al.] Modernização e Controle Político-administrativo dos Municípios Mineiros no Primeiro Governo Vargas: a “intervenção saneadora” do Departamento da Administração Municipal. Revista Arqtextos. Nº 147.04, ano 13, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/13.147/4448>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. O papel do Departamento de Administração das Municipalidades na modernização administrativa dos municípios mineiros. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo35.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

<sup>30</sup> ATA DO CONSELHO CONSULTIVO DE DIVINÓPOLIS. Ata da Quinquagésima oitava sessão ordinária do Conselho Consultivo de Divinópolis, 15/01/1936. P. 35.

<sup>31</sup> LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012. p. 53.

<sup>32</sup> ATA DO CONSELHO CONSULTIVO DE DIVINÓPOLIS. Ata da Quadragésima sexta sessão ordinária do Conselho Consultivo de Divinópolis, 11/05/1935. P. 30.

A partir desta resposta enviada pelo DAM a Prefeitura de Divinópolis, percebe-se o quanto a centralização do poder retirou a autonomia dos municípios que antes eram administrados sem necessidade de prestar contas a nenhum órgão. Essa prestação de contas já estava prevista com a criação do Decreto-lei nº 19.398/1930 e se fortaleceu com a criação do DAM.

Dentro de todos os fatores apresentados acerca da política no município de Divinópolis durante o período de intervenção de Pedro X. Gontijo é importante perceber alguns fatores que vão se relacionando e precisam ser analisados como a figura do interventor, as relações diante da centralização do poder e as intervenções expressas por diferentes grupos.

Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta.

O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo tipo. Foi – e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo de interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores que nem todos era políticos, podendo ir até a alienação da vontade política e o confisco do Estado<sup>33</sup>.

Kerby ao trazer a tona o papel do governo municipal deixa impressa a questão das relações oriundas do jogo político ao dizer que o papel do governo no município é de “espaço político institucional em que se expressam a representação, a aliança, o confronto e a disputa de interesses, de forças e de organizações sociais que marcam e moldam o território político local, dentro do contexto regional e nacional<sup>34</sup>.”

O interventor municipal apesar de ser um representante do poder executivo municipal e a primeira percepção indica um cargo de poder autônomo, está atrelado e dependendo de diversas situações estabelecidas pela centralização do poder. Primeiramente, ao se tratar do cargo de interventor estadual e municipal como o próprio decreto nº 19.398/1930 trata é um cargo que é escolhido a partir das relações de confiança entre o poder federal, estadual e municipal. Com isso, a questão de Minas Gerais ser o único Estado a não ser enviado interventor não pode passar despercebido, pois diz respeito sobre a influência e importância do Estado no jogo político naquele momento. Como a escolha do interventor municipal foi designada ao

<sup>33</sup> REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.445- 446.

<sup>34</sup> AMORIM, Maria Salete de Souza. Cultura Política e estudos de poder local. Revista Debates. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 99-120, jul.-dez. 2007. p. 102.

presidente do Estado, este deveria escolher alguém da sua confiança. Essa questão da escolha ainda continuou com a formação do Conselho Consultivo no qual havia a obrigatoriedade de serem membros os dois maiores contribuintes do município, mas os outros três membros eram escolhidos pelo prefeito nomeado. Outra questão na qual se percebe como a centralização do poder deixava o interventor como uma figura de grande dependência é a intensa fiscalização dos seus atos. Ao ser nomeado este tinha consciência de que poderia ser exonerado do cargo a qualquer momento, pois isto era previsto pelo Decreto-lei nº 9.768/1930, suas medidas tinham que ser aprovadas pelo Conselho Consultivo e que deveria prestar contas à Secretaria do Interior e ao DAM.

A Constituição de 1934 prevê a autonomia dos municípios no artigo nº 7, contudo continua obrigando os municípios a prestar contas da administração. Além disso, a Constituição dá uma abertura para que haja um retorno das Câmaras Municipais de acordo com o artigo nº 13<sup>35</sup>.

Apesar da Constituição em 1934 já estabelecer essa reabertura das Câmaras Municipais em 1934, esse fato somente será consolidado em Divinópolis em 30 de julho de 1936 com o restabelecimento da Câmara Municipal e posse dos seus membros. Os vereadores eleitos no processo realizado em 07 de junho de 1936 são: Jovelino Rabello Costa, Pedro Xavier Gontijo, Antônio Máximo Pereira Júnior, José Mendes Mourão, Alberto Coimbra Filho, Osvaldo Fernandes Xavier, Antônio da Fonseca e Silva Filho e Antônio da Cunha Dias. O prefeito eleito foi Antônio Gonçalves de Matos. As atividades da Câmara Municipal foram interrompidas com o Golpe do Estado Novo promovido por Vargas.

## 5. Considerações Finais

O início do governo Provisório trouxe mudanças significativas para o cenário político nacional que se refletiram nos estados e municípios. Vargas logo no início do seu mandato como chefe do Governo Provisório, promoveu a centralização do poder em um país que até o momento é marcado por uma política oligárquica descentralizada. A maior parte das oligarquias perante as medidas de Vargas são excluídas do jogo político e se tem início uma burocratização da máquina pública com a criação de diferentes órgãos de fiscalização da administração dos municípios, como por exemplo, a criação do Conselho Consultivo e o DAM. Como Charaudeau

---

<sup>35</sup> BRASIL. Constituição Da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

(2011) nos mostra no jogo político, o político tenta se legitimar no poder e para isso utiliza da manipulação, estratégias e artimanhas. Isso se reflete na criação das prefeituras e do Conselho Consultivo. Assim, os cargos de interventores estaduais e municipais eram ocupados por políticos de confiança do chefe do executivo federal. A Criação do Conselho Consultivo em Minas a partir do decreto-lei nº 9.768/1930 mostra que este órgão como tantos outros criados durante o primeiro governo de Vargas tinha como uma das suas funções fiscalizar o trabalho dos interventores.

A partir destas questões levantadas percebe-se que o interventor municipal não dispunha da mesma autonomia que se tinham os presidentes das Câmaras Municipais até 1930. Podendo ser exonerado a qualquer momento, vigiado e fiscalizado pelo Conselho Consultivo, fazendo prestação das contas públicas à Secretaria do Interior e ao DAM; se tinha toda uma burocracia para o controle da administração dos municípios de forma a garantir o domínio de uma nação imensa nas mãos do presidente da República.

## Instabilidade de governos progressistas como resultado de seu apoio pelo poder local conservador na república brasileira

**Cochise César de monte Carmo**

Graduando em História

UEMG - Divinópolis

E-mail: cochisecesar@zoho.com

**Resumo:** No Brasil o poder local apresenta várias permanências ao longo do tempo, tendo um perfil de classe e uma posição ideológica razoavelmente homogênea, alinhada com o conservadorismo. O apoio do poder local sempre foi essencial para a manutenção dos governos centrais no Brasil, mesmo quando estes governos não se alinham com o conservadorismo. Campos progressistas vem usado como estratégia de garantir este apoio e evitar a instabilidade política que levaria à sua destituição a prática institucionalizada por Campos Sales na Política dos Governadores do apoio à permanência das oligarquias locais em suas posições de poder em troca da sustentação do governo central. Este *apoio existencial* entre os níveis da federação se configura como uma permanência na cultura política brasileira que condiciona a estratégia de ação dos setores progressistas, geado resultados como a centralização através de um estado administrativo e o não enfrentamento do conservadorismo popular.

**Palavras chave:** poder local; politica dos governadores; golpes de estado; peemedebismo; estado administrativo.

**Abstract:** In Brazil the local power has several permanencies over time, having a class profile and a reasonably homogeneous ideological position, in line with conservatism. The support of local power has always been essential for the maintenance of central governments in Brazil, even when these governments do not align with conservatism. Progressive groups have been used, as a strategy to secure local support and to avoid the political instability that would lead to its dismissal, the Campos Sales's institutionalized practice in Política dos Governadores of supporting the permanence of local oligarchies in their positions of power in exchange for the support of the central government. This *existential support* between the levels of the federation is configured as a permanence in the Brazilian political culture that conditions the strategy of action of the progressive sectors, resulting results such as centralization through an administrative state and the non-confrontation of popular conservatism.

**Keywords:** Local power; politica dos governadores; coups d'état; peemedebismo; administrative state.

### 1. Introdução

Desde o início do processo de colonização portuguesa no território que hoje forma o Brasil a coroa teve pouco controle das atividades desenvolvidas na colônia, por motivos físicos, a distância; tecnológicos, a velocidade das comunicações; e políticos, o alto grau de investimento privado na empresa colonial. Isto, aliado ao caráter altamente hierarquizado da colonização, baseado na escravidão favoreceu o surgimento de lideranças locais que, se tinham deveres com a coroa, tinham também grande liberdade de ação no plano local. Esta “descentralização” pode ser percebida ao analisarmos o monopólio do uso da força, prerrogativa estatal de importância fundamental.

As tropas metropolitanas na colônia sempre forma minoria e, atravessando diversas



nomenclaturas, líderes locais possuíam, grosso modo, a legitimidade quanto ao uso da força. Na colônia, os homens livres se organizavam nas tropas auxiliares, ordenanças e milícias sob o patrocínio de líderes locais. Estas foram unificadas no Império através da Guarda Nacional, em que os líderes compravam a patente de Coronel que lhes permitia manter suas tropas. O fenômeno se institucionaliza e, mesmo após a seu fim o termo Coronel permanece na vida política e inclusive intitula o trabalho seminal Coronelismo Enxada e Voto. Esta soma de líderes locais tem gigantesco peso político no sistema brasileiro e, em um processo que começa com o voto censitário no Império até o sufrágio universal, passando pelo voto de cabresto. O controle sobre o voto por estas oligarquias as torna peça central na estabilização da República Velha, a partir de Campos Sales, na Política dos Governadores. A partir deste ponto já podemos perceber os dois grandes movimentos na vida política brasileira que são o objeto deste artigo: o *conservadorismo local* e o *reformismo centralizador*.

A primeira fase da República, costumeiramente chamada de República da Espada, é marcada por um grande ímpeto reformador de pouca base social que enfrenta ampla oposição na sociedade, em especial as medidas de laicização do Estado. O acordo que garante a estabilidade política da república, a Política dos Governadores, é, essencialmente um acordo de *apoio existencial* que garante a independência e autonomia das oligarquias em seu território e limita o poder central, recuando do ímpeto reformista e centralizador, em roca do apoio oligárquico ao governo federal. Podemos sintetizar o apoio existencial como: os níveis de poder se apoiam, independente das políticas adotadas, desde que um não ameace a existência do outro. Na média duração do Brasil este padrão se apresenta como uma permanência: grupos, no escopo desse trabalho chamados genericamente “reformistas” apresentam plataformas de transformação nacional que buscam implementar através da tomada do poder central e subsequente implantação de suas agendas a partir deste poder central, inclusive contrariando ideologicamente o poder local, que atua como força conservadora, mas com apoio deste.

O caráter conservador das oligarquias locais é melhor compreendida quando as analisamos não só no plano político, mas também sob um a perspectiva de classe. Estas tem um claro aspecto familiar, que pode ser percebido nas dinastias políticas, e compõe a elite econômica local. Este elite detentora dos meios de produção apresenta uma grande capacidade de adaptação, como bem observa Fernando Henrique Cardoso em sua exaustiva pesquisa sobre a burguesia nacional, o que faz com que o capital se metamorfoseie ao longo das gerações, saindo muitas vezes do campo agrário para o industrial ou mesmo opere uma modernização,

como ocorre no agronegócio. Estes “homens de firma” no entanto não operam na lógica do capitalismo liberal que Cardoso atribui aos “homens de empresa”, e sim dentro dos valores sociais e políticos oligárquicos tradicionais que compõe o estado patrimonialista apresentado por Raymundo Faoro.

Esta modernização conservadora que Cardoso percebe se opera também através da apropriação do estado, ou seja, nos marcos do patrimonialismo, como mecanismo de preservação, ampliação e modernização do capital privado. Este imbricamento do público e do privado garante, por exemplo, que haja barreiras estatais à estrada de novos atores na economia local, o que, devido à constituição de um sistema político-eleitoral que privilegia o poder econômico garante a permanência dos mesmos atores na vida pública e, uma relativa estabilidade no perfil de classe e de valores das oligarquias locais, apesar de não raro percebermos a emergência de novos atores ou a mudança da área de atuação econômica. Esta classe oligárquica é politicamente conservadora, buscando preservar as relações sociais existentes que garantem seus privilégios e sustentam sua riqueza, principalmente o patrimonialismo.

Este modo de funcionamento da política nacional moldou a ação dos grupos reformistas que, como estratégia geral buscavam a conquista do poder central, para de lá implementar suas políticas, mas não a conquista do poder local ao longo do país, o que implicaria no conflito com os atores oligárquicos. Este reformismo centralizador não pode ser entendido como uma unidade política ou ideológica. O conceito busca compreender antes uma unidade estratégica de atores tão díspares como grupos de ação política focal, como militantes por causas (direitos das crianças e adolescentes, LGBT+, mulheres, ambientalistas e outros); o conjunto heterogêneo da esquerda (comunistas, socialistas, trabalhistas, social-democratas, e outros) e mesmo a direita progressista (militares, nacionalistas, e industriários e outros).

## **2. A centralização crescente**

É indiscutível que em seu processo histórico o Brasil tem experimentado uma centralização crescente. Desde a autonomia quase completa da colônia até os dias atuais há cada vez menos autonomia para estados, municípios e lideranças locais. É importante perceber que esta perda de autonomia foi um processo litigioso. Quando institui seu governo provisório Vargas elimina todas as estruturas administrativas anteriores, nomeia presidentes de todos os estados, mantendo apenas um presidente eleito, Olegário Maciel em Minas Gerais e encarrega estes de nomear prefeitos para todas as cidades. As prefeituras, uma inovação varguista,

substituíam as câmaras municipais, até então órgão executivo e legislativo. Este processo de nomeações foi, provavelmente, a mais radical mudança nas estruturas políticas brasileiras, ao projetar politicamente vários novos atores ligados ao ideário progressista defendido por Vargas. Mas as oligarquias, aliadas de sua posição no estado patrimonialista e impotentes diante de medidas que priorizavam a industrialização em oposição aos interesses da elite agrária chegam ao extremo de deflagrar uma guerra civil contra Vargas em 32.

Neste período as prefeituras começam a precisar prestar contas de suas ações aos governos estaduais e começam a ser criadas os primeiros órgãos de controle externo. Minas Gerais, por exemplo cria o Departamento de Assuntos das Municipalidades, DAM, dentro da Secretaria de Interior que fiscalizava as contas das prefeituras e impunha normas contábeis, função hoje exercida pelos tribunais de contas.

Os governos Vargas são também o momento da grande reformulação de leis importantes como o Código penal e a Consolidação das Leis do Trabalho, leis federais bastante minuciosas, que exemplificam o caráter centralizador da federação brasileira em oposição á federações mais descentralizadas como os EUA ou a Suíça.

A grande habilidade política de Vargas no entanto não foi o bastante para que governasse sem recorrer a instrumentos autoritários, como a farsa da Intentona Comunista que permitiu a instalação do Estado Novo. Apesar da grande popularidade dele e se suas medidas sempre teve dificuldades de construir maiorias parlamentares, uma vez que os parlamentares são essencialmente representantes dos poderes locais, eleitos entre os oligarcas. Sua constante disputa com a UDN, causa central da instabilidade de seus governos, mostra antes de mais nada como sua política de alijamento das oligarquias conservadores provocou conflitos e fragilizou seu governo, o tornando altamente instável, exatamente por ameaçar a existência destes grupos com suas medidas progressistas e trabalhistas.

Esta contradição recorrente, de um líder do executivo federal com grande aprovação mas incapaz de construir uma maioria parlamentar orgânica é um elemento central do processo político brasileiro e sua dicotomia entre o poder central e o local.

O desfecho trágico de Vargas e de Jango são reconhecidamente atribuídos à tentativa de mudar as estruturas nacionais, implantando um projeto de desenvolvimento nacional. Estes projetos, mesmo conseguindo se eleger não lograram alcançar o capital político necessário para se implementar por completo. Mas é importante ressaltar que estes tinham também o aspecto

de serem projetos centralizadores que alijariam do poder as oligarquias brasileiras. Governos estáveis, como o JK, Sarney, FHC<sup>1</sup> ou Lula por outro lado operaram dentro da lógica do patrimonialismo para executar seus planos de desenvolvimento, usando o estado como mecanismo de modernização das oligarquias e garantindo sua permanência no poder.

Os governos da ditadura militar conseguiram atuar neste modelo com maestria, empoderando as oligarquias locais durante a implantação de seus projetos. Mas seu sucesso em garantir a sustentação política não se traduz em sucesso na implementação, já que o patrimonialismo é inerentemente ineficiente. Recursos são desviados, já que desvio, corrupção e superfaturamento são elementos essenciais para garantir a apropriação do estado pelos agentes oligárquicos, assim, iniciativas como SUDAM e SUDENE e iniciativas ambiciosas como a Transamazônica foram fadadas ao fracasso.

É importante perceber que esta ineficiência se dá antes de mais nada pela estrutura patrimonialista, mas que a plataforma que os ditadores apresentavam não era essencialmente diferente da plataforma varguista: o desenvolvimentismo nacionalista. Assim, o apoio da ditadura e a instabilidade de Vargas não são facilmente compreendidos apenas por seus projetos políticos. A ineficiência local se manifesta mais claramente na Quarta República<sup>2</sup>, ou Nova República, quando há um desencontro entre os desejos políticos do poder central e das oligarquias, principalmente a partir do governo FHC.

A mistura de política econômica neoliberal e política social social-democrata de FHC produziu um governo não sem contradições. Várias políticas progressistas como a estruturação do SUS foram implantadas em seu governo através da ação do governo federal. Estas são medidas centralizadoras do poder na medida em que determinam as ações dos órgãos do poder local, que perdem autonomia e passam a ser meros executores de políticas nacionais. As delegacias da mulher, órgão das polícias estaduais, foram implementadas com amplo apoio da Secretaria dos Direitos das Mulheres (Sedim), do governo federal durante o mandato de FHC.

---

1 Uma vez que a obra de Fernando Henrique Cardoso é referenciada neste artigo, foi adotada a denominação dupla. FHC se refere à sua atuação política como presidente da república e Fernando Henrique Cardo ou Cardoso à sua produção acadêmica.

2 Compreendendo que a república, por definição é oposta ao governo autoritário, é imperativo rejeitar a denominação do Estado Novo como Terceira República ou da Ditadura Militar como Quinta República, bem como restringir o termo Segunda república ao Governo Constitucional de Vargas, fazendo assim da Nova República a quarta.

Foi publicado o Termo de Referência para a Implantação e Implementação de Casas-Abrigos em 1997 que definiu os marcos legais para a celebração de convênios com o intuito de criar e manter estas instituições. Estes convênios ofereciam recursos aos governos estaduais e municipais, mas sua implantação dependia, entre outras condicionantes da existência das delegacias, o que resultou na sua transformação em uma política nacional.

Este exemplo é rico, uma vez que em 2013, o Congresso Federal realizou uma ampla investigação, através da CPMI da violência contra as mulheres. Mesmo esta investigação sendo deflagrada como medida de avaliar a eficácia da lei Maria da Penha é importante perceber que o quadro de ineficiência denunciado no relatório da CPMI é uma mostra de que os órgãos estaduais tem sido ineficientes no cumprimento da política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, apesar da política nacional ser seguida e as delegacias da mulher terem sido implantadas. Os reformistas centralizadores lograram a instalação de um serviço público, mas os conservadores locais cumprem mínimos legais necessários ao recebimento de benefícios, sem realmente se engajarem nas pautas.

Esta estratégia de implementação de políticas e sistemas nacionais, que ganha vigor com FHC e é radicalizada por Lula se insere no chamado “estado administrativo” de Dwight Waldo. Quando temos um conjunto de normas sublegais, como resoluções, portarias, instruções, etc. efetivamente ditando as políticas públicas, em vez de leis, o papel e poder político do estado é suplantado pelo papel e poder do corpo técnico e burocrático. Na realidade brasileira não é possível identificar um uma administração à revelia da política, como Waldo vê nos países de centro, mas é claramente visível o poder central usando recursos administrativos como mecanismo de centralização, através de políticas e sistemas nacionais que prescindem da aprovação legislativa e do debate político com o conservadorismo local.

Desde a redemocratização, movimentos sociais tem atuado com grande sucesso na ocupação de espaços não legislativos do poder central primordialmente os conselhos e ministérios, onde contribuíram para a criação do estado administrativo no Brasil. Este estado administrativo é capaz de implementar políticas que não seriam aprovados em um congresso de perfil conservador. Por exemplo, na discussão do código florestal em 2012, temos um momento único em que é descortinado não apenas o estado administrativo, mas também a estratégia centralizadora dos movimentos sociais.

A revisão do código revogou várias resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA que definiam os limites de áreas de preservação e as atividades produtivas

permitidas ou não. Em oposição a estas resoluções o código propôs o Zoneamento Econômico Ecológico, ZEE, a ser realizado pelos governos estaduais, definindo os limites das áreas de preservação e as atividades produtivas permitidas por bioma. O movimento ambientalista se opôs fortemente ao novo modelo porque, fazendo uma análise da correlação de forças envolvidas, compreendia que os ZEEs seriam suscetíveis à pressão de latifundiários para enfraquecer os mecanismos de preservação, enquanto o CONAMA era menos suscetível.

É de se ressaltar que as decisões do CONAMA, quando levadas ao legislativo para avaliação, foram derrubadas, mostrando que os representantes democraticamente eleitos tinham uma visão menos ambientalista que os técnicos do Ministério do Meio Ambiente e os membros do CONAMA, o que mostra um poder local, por trás dos mandatos, muito mais conservador e uma concentração de militantes nos órgãos federais. É digno de nota também que estes militantes que ocuparam espaços no ministério e no conselho federal temiam ser derrotados politicamente nos conselhos estaduais de meio ambiente e nas respectivas secretarias de meio ambiente, mostrando uma estratégia de centralização do poder político, criação de políticas nacionais e reduzir outras esferas da federação a meros executores.

Aspecto que aparece apenas tangencialmente na discussão do código florestal mas que pode ser visto claramente em relação à resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA que proíbe a publicidade infantil é a distância entre a posição política dos membros deste estado administrativo e da sociedade de modo geral. Muito embora o debate sobre a publicidade infantil seja antigo, a maior parte da população sequer soube que o debate existia antes das emissoras de TV aberta removerem seus programas infantis da grade diante da incapacidade de capitalizar programas infantis sem propaganda destinada ao público infantil. O estado administrativo surge como meio de contornar o conservadorismo legislativo, mas o conservadorismo legislativo não é exógeno à sociedade. É impensável crer que um país progressista irá eleger reiteradamente deputados conservadores, por mais falhas que o sistema eleitoral possa ter.

### **3. O erro estratégico condicionado**

O conservadorismo brasileiro, por trás do perfil do congresso, legislatura após legislatura apresentado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Diap na Radiografia do Novo Congresso publicada após cada eleição desde 1990. Este perfil chega a ser percebido pelo senso comum, onde encontramos, por exemplo o cantor Tim Maia espantado com o Brasil ter “pobre de direita”. Paul Singer trabalha com este objeto desde a ditadura militar

e dedicou atenção especial ao voto popular no presidente Lula, reconhecidamente de esquerda enquanto a população se identificava com a direita. Suas conclusões fogem ao escopo do nosso trabalho, mas essa dicotomia é importante para compreender a estratégia usada pelos progressistas centralizadores. Se, como a revisão do código florestal mostrou, bandeiras progressistas encontram pouco respaldo social, sua implantação tem sido baseada na manutenção de um governo central progressista e centralizador, porém de base social frágil e o mecanismo de manutenção destes governos são seu *apoio existencial* pelo conservadorismo local. Este fenômeno é chamada por Marcos Nobre de *peeedebismo*, nome derivado do maior partido do país na Nova República, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB e, concordando com Nobre e Singer em suas análises busco aqui trazer a luz outro aspecto do sistema político: como os setores progressistas vem elaborando sua estratégia e ação, condicionados pela permanência na média duração deste acordo de apoio existencial entre governo central e oligarquias locais.

Sua estratégia guarda semelhanças com a estratégia revolucionária leninista, baseada na tomada do poder central por um grupo de vanguarda que, a partir desta posição de poder disputaria a hegemonia social. No contexto em que Lênin escreveu, esta disputa era entendida como necessariamente uma guerra civil, porém no contexto democrático liberal da Nova República esta disputa seria necessariamente de alinhamento político ideológico da população. Porém, como o apoio existencial exige que as oligarquias locais sejam preservadas os setores progressistas tem abdicado da disputa pela hegemonia social, porque precisam do apoio destas para se manterem no governo central, como mostra nossa extensa história de golpes de estado. Como estas oligarquias locais não são politicamente neutras, mas sim conservadoras, este conservadorismo local impõe o que Singer define como reformismo fraco: uma série de medidas que transformam gradualmente a sociedade, preservando os atores em suas posições de poder e a estrutura patrimonialista.

#### 4. Conclusão

A ausência de disputa política no entanto leva a situações inusitadas, como a aprovação e instauração de leis amplamente impopulares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem pontos rejeitados pela maioria da população, como a maioria penal, ou a política nacional de educação inclusiva, lida como “destruição das APAEs”. Esta distância entre a posição política da maioria da população e dos militantes capazes de se apropriar do poder central e condicionar as ações das outras esferas da federação através do estado administrativo



só tende a se intensificar na medida em que haja um ciclo progressista longo, como o que experimentamos a partir do governo FHC até o recente golpe parlamentar de 2016.

Se governos como Vargas ou Jango caíram por rejeitarem a cultura política do apoio existencial existe a possibilidade do governo Dilma ter caído por a levar a cabo por tempo demais. Nos 21 anos desde o início do primeiro mandato de FHC temos experimentado a implantação de políticas públicas nacionais centralizadas através de um estado administrativo cada vez mais deslocado dos processos democráticos, em que a vontade popular é cada vez mais um acessório. Estas políticas, muitas vezes sendo implementadas de modo ineficiente, cumprindo os mínimos necessários, porque implementadas por agentes que muitas vezes não compactuam com os valores que as sustentam, aumentam a insatisfação popular com seus governantes. Uma conclusão possível é que os ciclos progressistas tendem a se esgotar por falta de apoio popular após um período suficientemente longo ausência de disputa política e distanciamento da população. Outra conclusão possível é que apesar de individualmente as medidas que compõe o reformismo fraco não ameacarem a estrutura oligárquica patrimonialista da política brasileira, em seu conjunto e ao longo de um período razoável o fazem.

Independente das conclusões sobre os últimos eventos, a partir da república o papel conservador do poder local é claro assim como a opção estratégica de setores progressistas pela conquista do poder central. Esta relação produz uma instabilidade inerente a governos progressistas que foi administrada em nossa história a partir do apoio existencial entre os poderes locais e o central, elemento da cultura política brasileira que permanece na média duração e condiciona governos e estratégias políticas. Perceber a permanência da Política dos Governadores como elemento essencial da governabilidade no Brasil nos permite compreender melhor a história recente, mas principalmente, compreender melhor as contradições internas das várias tentativa de modernização e desenvolvimento nacional, à direita e à esquerda.

## Referências

BARSTED, Leila Linhares. A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois em O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2006. Disponível em <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>> acessado em 30/07/2017.

CARDOSO, Fernando. Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1972.

FAORO, Raymundo Faoro. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3.

ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RADIOGRAFIA do Novo Congresso, 7 volumes. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41-radiografia-do-novo-congresso>> acessado em 30/06/2017

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WALDO, Dwight, The Administrative State. New York: The Ronald Press Company, 1948. disponível em <<https://archive.org/stream/administrativest030066mbp#page/n7/mode/2up>> acessado em 30/07/2017.

## Perseguições a estrangeiros durante a II Guerra Mundial: O assalto ao Banco Hypotecário de Juiz de Fora, MG

**Luiz Antonio Belletti Rodrigues**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: luizbelletti@hotmail.com

**Resumo:** Durante a Segunda Guerra Mundial e sob o regime do Estado Novo, o Brasil passou a perseguir os estrangeiros dos países com o qual estava em guerra. Pretende-se mostrar como os mecanismos de repressão e perseguição aconteciam. O estudo é feito através de análise de processos no arquivo do crime do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, jornais, documentos da Polícia Política existentes no Arquivo Público Mineiro e através de entrevistas com estrangeiros e/ou descendentes destes. Este artigo apresenta parte deste estudo, o processo contra os autores do assalto ao Banco Hypotecário de Juiz de Fora, realizado por um descendente de italianos e um alemão, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. As diversas fontes documentais sobre o crime foram cruzadas, permitindo elaborar um quadro do processo de repressão existente no Estado Novo.

**Palavras-chave:** Autoritarismo, Segunda Guerra, Estrangeiros, Estado Novo

**Abstract:** During World War II and under the Estado Novo regime, Brazil began to persecute the foreigners of the countries with which it was at war. This article intends to show how the mechanisms of repression and persecution happened. The study is done through analysis of processes in the Crime Archive of the Juiz de Fora Historical Archive, newspapers, documents of the Political Police existing in the Arquivo Público Mineiro and through interviews with foreigners and / or their descendants. This article presents part of this study, the case against the authors of the assault on the Juiz de Fora "Banco Hypotecario", carried out by a descendant of Italians and a German, linked to the Brazilian Communist Party. The various documentary sources on the crime were crossed, allowing to elaborate a picture of the process of repression existing during the Estado Novo.

**Key words:** Authoritarianism, Second War, Foreigners, Estado Novo

### Introdução

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Sindicato dos Mestres e Contramestres da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro reclamava em dezembro de 1942 junto ao sindicato patronal do rebaixamento do salário de dois estrangeiros. João Maynarde, italiano que chegou ao Brasil aos dois meses de idade, e tinha 33 anos de serviço na Companhia América Fabril e Carlos Rosner, alemão que chegou com quatro anos ao Brasil, e tinha 46 anos de serviço na empresa. Foram demitidos e readmitidos com rebaixamento de cerca de 40% do salário. A reclamação não teve efeito. Não importava que se considerassem brasileiros e terem declarado simpatia a Getúlio Vargas. O decreto-lei 4637 de 31/08/42 previa, entre outras coisas, que os “súditos dos países com quem o Brasil estivesse em Estado de Guerra” estariam impedidos de concorrerem em eleições sindicais, comparecerem às assembleias ou eleições sindicais e de frequentarem a sede social das entidades sindicais. Outro decreto da mesma data, de número 4638, facultava a rescisão do contrato de trabalho dos operários “súditos dos países com quem

havíamos rompido relações ou declarado em estado de beligerância”. A indenização devida seria a metade prevista para os outros operários, podendo ser dividida em parcelas (PACHECO, 1997, p.70,71).

Os alemães, japoneses e italianos que moravam no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foram tratados como inimigos e passaram a sofrer perseguições. A guerra serviu de pretexto para a intensificação do autoritarismo do Estado Novo, usando o inimigo externo para que a nação se unificasse em torno de seu líder, Getúlio Vargas, e qualquer manifestação em contrário seria considerada uma sabotagem. O inimigo interno era qualquer um que não concordasse com o governo.

O objetivo deste estudo é identificar, através do estudo das perseguições a estrangeiros em Juiz de Fora, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. O período pesquisado está compreendido entre 1939 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra.

Analisando o arquivo crime e os jornais da época, mostramos que a perseguição e os braços da repressão do Estado Novo era uma trama complexa, que se aproveitou dos efeitos da guerra. Apesar de atingir vários setores da população, foram os estrangeiros vindos dos países com os quais o Brasil estava em guerra os mais atingidos pela repressão. Este artigo apresenta parte deste estudo, o processo contra os autores do curioso assalto ao Banco Hipotecário de Juiz de Fora, realizado por um descendente de italianos e um alemão, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. Este processo foi encontrado durante as pesquisas no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. As diversas fontes documentais sobre o crime foram cruzadas, permitindo visualizar um quadro do processo de repressão existente no Estado Novo.

## **1. A perseguição a estrangeiros no Estado Novo**

Ao relatar a história de sua família, de origem judaica, Boris Fausto (1997) nos mostra como a relação da população brasileira com os imigrantes dos países do Eixo mudou a partir do rompimento de relações diplomáticas em janeiro de 1942 e mais tarde com a declaração de guerra. Não importava que sua família fosse judia, mas, sobretudo, eram “súditos” de países em guerra com o Brasil. A propaganda do governo provocou uma onda de patriotismo. A mobilização popular que precedeu a entrada do Brasil na Guerra criou um clima hostil em relação aos estrangeiros destes países. A vida destas pessoas se transformou em um inferno,

com centenas de milhares de pessoas pedindo vingança pelo afundamento de navios brasileiros (NETO, 2013).

A cidade de Juiz de Fora possuía um grande contingente de alemães e italianos em sua população. Os trabalhadores e técnicos contratados para a construção da estrada União Indústria, ligando a região a Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no século XIX eram alemães, o que gerou a criação de um importante núcleo de imigração na cidade, ainda presente em alguns bairros nos dias atuais. Obviamente o impacto dos protestos contra estrangeiros foi grande na cidade, que além do mais tinha um importante núcleo fabril têxtil, cujos trabalhadores eram muitos deles estrangeiros ou descendentes de alemães e italianos. Durante os protestos pelo afundamento dos navios brasileiros durante a guerra a Casa de Itália foi fechada e ocupada, a Rua Itália se tornou Oswaldo Aranha, e a Rua Berlim passou a ser chamada de Avenida Governador Valadares.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechava o Congresso Nacional e outorgava uma nova Constituição, instituindo o Estado Novo, para ele uma necessidade inexorável, e declarava:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes claros do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob este e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinara-se a uma realidade que deixara de existir<sup>1</sup>.

Era o início da última fase de seu primeiro governo. Foi um período marcado pelo autoritarismo, que atingiu várias instituições e instâncias, ultrapassando o próprio Estado: “forças fascizantes assumem a ‘retórica do medo’, a mentira o cinismo e a violência invadem o cotidiano do cidadão comum e, lembrando Arendt, rondam os sindicatos, as associações e os partidos” (DUTRA, 1992, p.30). Vargas passou a concentrar maiores poderes, redirecionando a economia e reestruturando o Estado. O federalismo pré-30 foi definitivamente destruído, e diversos processos se intensificam no país, tais como a urbanização, a industrialização, a diversificação da agricultura, entre outros. Se a Era Vargas é considerada pela historiografia como uma ruptura em relação à República Velha, caracterizada pelo predomínio político das oligarquias cafeeicultoras e forte regionalismo, o Estado Novo foi a centralização e o fortalecimento do executivo, o “clímax de todo um processo político marcado por uma crise de

---

<sup>1</sup> Discurso de Vargas em 10/11/1937 (GUASTINI apud. CAMARGO, 1989).

poder” que se iniciou em 1930, onde os grupos em confronto não tinham a capacidade de impor-se sobre os demais (DINIZ, 1981, p.84).

## 2. O uso dos processos criminais e o Arquivo do Crime de Juiz de Fora

As fontes utilizadas neste trabalho foram os processos criminais e jornais existentes no Arquivo Histórico de Juiz de Fora e documentos do Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Polícia Política. O trabalho inicial foi o fichamento destes processos, identificando aqueles em que estrangeiros eram réus. Este levantamento permitiu uma avaliação quantitativa e qualitativa dos processos contra estrangeiros, identificando se houve ou não um aumento significativo de ações criminais durante o período da Segunda Guerra em que o Brasil participou.

O uso de processos como fonte de pesquisa em história já se tornou prática comum e cada vez mais frequente na historiografia, como mostram os trabalhos de Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes* (1996), que analisa um processo da Inquisição na Itália, e os brasileiros com Sidney Chalhoub, com *Visões da Liberdade* (1990), que estuda processos criminais contra negros nos últimos anos da escravidão, e *Trabalho Lar e Botequim* (1986), onde os processos crimes no Rio de Janeiro no fim do século passado são o foco da análise, e também Boris Fausto, com *Crime e Cotidiano* (1984), uma investigação histórica da atuação das classes populares a partir de processos criminais. Podemos ainda citar alguns outros historiadores brasileiros que também trabalham com processos criminais como fonte de pesquisa, tais como Marisa Correa (1983), Marta Esteves (1989), Marcos Bretas (1997), entre outros.

A justificativa para o uso dos processos como fonte histórica é normalmente atribuída ao acesso que este tipo de fonte possibilita dos “testemunhos sobre o comportamento e atitudes das classes subalternas” (GINZBURG, 1987, p.24), que muitas vezes são analfabetos que não deixam registros escritos. Os processos tratam de situações críticas, colocando frente a frente as partes envolvidas, revelando e discutindo questões profundas de suas vidas, suas motivações e visões de mundo.

Alguns cuidados metodológicos devem ser tomados quando se utiliza processos como fonte histórica. As falas registradas nos processos passam normalmente por “filtros” (GINZBURG, 1987, p.21), que nos processos criminais seriam representadas pela intermediação da Justiça, enquanto braço do Estado, pelo caráter formal da justiça, onde as pessoas comuns não estão acostumadas e se sentem intimidadas e da passagem da forma oral

para escrita, feita por um escrivão. E muitas vezes pelo próprio depoente, que não necessariamente está dizendo a verdade (FAUSTO, 1984).

Outra observação importante, e que deve ser considerada quando se usa os processos como fonte, é não considerar os conflitos narrados como genéricos para toda a sociedade, como nos alerta E. P. Thompson, que considera que a análise dos conflitos revela tanto sobre a mentalidade das classes proprietárias quanto sobre os despossuídos:

Revelam tanto sobre o verdadeiro comportamento criminoso dos despossuídos quanto sobre a mentalidade das classes proprietárias que supunham – não sem razão – que qualquer pessoa sem emprego estável e sem propriedade teria de se manter por meios ilícitos (THOMPSON, 1987, p58).

Após o fichamento dos processos selecionados para esta pesquisa, foram escolhidos alguns, para uma análise qualitativa, pois o universo de processos é muito grande, e o tempo da pesquisa é limitado por questões acadêmicas. Não há aqui, como destaca Ginzburg (1987, p. 27), o problema de se selecionar processos individuais:

Alguns estudos biográficos mostram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico[...]

Os jornais do período também foram analisados, contrapondo o discurso oficial dos jornais com as “falas” dos processos. Foram analisadas principalmente as notícias sobre crimes comuns ocorridos em Juiz de Fora neste período, onde os protagonistas eram estrangeiros, e como a imprensa noticiou estas ocorrências. O que procuramos nestes processos e nas perseguições a estrangeiros é entender os mecanismos repressivos do Estado Novo.

### **3. O assalto ao Banco Hypothecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais**

O Jornal *Diário Mercantil* do dia 24 de junho de 1937 trazia na reportagem de capa a seguinte notícia em letras grandes: “Audaciosamente assaltado na madrugada de hoje o Banco Hypothecário – Perigosos extremistas dinamitaram o cofre forte do importante estabelecimento de crédito. Entre os assaltantes um arrombador internacional, há pouco saído da colônia de Dois Rios. ” O jornal descreve com detalhes a tentativa de assalto, sugerindo ainda que haveria um terceiro envolvido, pois o guarda menciona outras explosões simultâneas. Este fato não aparece no processo.

A denúncia foi contra o filho de italianos Guilherme Gennari e o alemão Fritz Gallinat, que na noite de 23 para 24 de junho de 1937 foram pegos com a intenção de se apropriarem dos valores existentes nos cofres da Agência do Banco Hypothecário e Agrícola do Estado de



Minas Gerais. Os acusados penetraram na referida agência arrombando uma porta de ferro. Usaram ferramentas e explosivos para arrombar o cofre. Aconteceu que um transeunte tendo ouvido a explosão que vinha do interior da agência, depreendeu que esta estava sendo assaltada, fato imediatamente levado ao conhecimento das autoridades e funcionários do banco que cercaram e entraram no edifício prendendo os dois homens, pegos em flagrante e impedindo que ocorresse o delito que já havia sido iniciado.



Foto 1: Guilherme Gennari e Fritz Gallinat em frente ao cofre arrombado.

Guilherme declarou que no dia 18 do mês de junho recebeu um telegrama de Fritz dizendo “Venha imediatamente. Dinheiro Viagem”. Sabendo do que se tratava, Guilherme foi para o Rio de Janeiro se encontrar com Fritz e os dois vieram para Juiz de Fora. Logo que chegaram foram fazer o reconhecimento do local do crime. A meia-noite do dia 23 para o dia 24 se encontraram na frente do banco. Explicou que saltaram o muro nos fundos que faz corredor com o Cinema Central. Uma vez dentro das dependências da agência os dois trataram de arrombar primeiro a porta traseira e depois o cofre, não conseguindo arrombar o cofre na primeira tentativa, Guilherme demonstrou a Fritz que tinha intenção em desistir do assalto. Ali começaram uma discussão sobre a desistência deste, o que deu tempo para que os transeuntes os notassem. Quando perceberam tentaram fugir, o declarante pelo mesmo muro que entrou e o outro se ocultou na copa de uma árvore. Uma vez detidos os dois nada ocultaram e facilitaram os trabalhos das autoridades.



**Foto 2:** Fritz demonstrando como preparou o arrombamento



**Foto 3:** Guilherme demonstrando como arrombou a porta do banco.

Ambos foram presos em flagrante lavrado com a presença de várias testemunhas. Fritz foi condenado a cinco anos e três meses de prisão e Guilherme a 3 anos e 4 meses. O exemplar comportamento anterior atenuou a pena do último, mas a possível desistência de Guilherme não foi interpretada pelo juiz como atenuante do ato criminoso. O alvará de soltura de Guilherme data de 23 de outubro de 1939 e o de Fritz data de 27 de outubro de 1942.

O Jornal O Globo do Rio de Janeiro apresentou toda a história deste roubo na edição do dia 24 de junho de 1937, com o título “Assalto sensacional de Juiz de Fora. Dois communistas arrombaram o Banco Hypotecário”:

Enquanto a cidade se entregava aos festejos de São João, um assalto sensacional estava sendo levado a efeito contra o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. A maneira habilíssima com que agiram os audaciosos assaltantes protegidos pela densa cerração que envolvia Juiz de Fora, revelou a longa prática dos ladrões [...] Na delegacia os dois larápios foram identificados. Ali já existiam as suas fichas tactyloscópicas com retrato. Estavam escrachados como comunistas. A ficha de Fritz adiantava outras informações preciosas. Tratava-se de um ladrão internacional, hábil em arrombamentos. Em seu bolso Fritz conduzia uma carteira da penitenciária de Niterói, declarando que ele era um liberto condicional. Fora condenado na capital fluminense a cinco anos e quatro meses por crime de arrombamento.[...] Outro documento encontrado em poder dos larápios, informava que os mesmos foram libertados no dia 18 de maio último, da Colônia de Dois Rios, onde estiveram recolhidos desde os acontecimentos verificados em 27 de novembro de 1935. Eram também comunistas. (APM, 2016)

Apesar de não constar no processo, o delegado enviou para a Chefia de Polícia em Belo Horizonte, pedido de informações sobre os dois. Há quatro documentos guardados nos Arquivos de Polícia Política de Belo Horizonte. Um documento de 1932 informa que Guilherme fora desligado do Sindicato em 1936, sem poder ali voltar. O segundo é uma carta manuscrita, enviada ao delegado de Belo Horizonte, informando que os dois haviam sido presos e que eles eram perigosos comunistas saídos da prisão “Colônia dois Rios”. No terceiro documento o delegado pede mais informações para a capital federal, dizendo que eles teriam sido presos políticos. Por fim, no último documento, o delegado do Rio de Janeiro informa que Guilherme havia sido preso por cinco meses na referida prisão em virtude de atos extremistas praticados em 27 de novembro de 1935, a Intentona Comunista. Contra Fritz nada foi encontrado (APM, 2016).

Outro curioso documento foi localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, revelando a teia de informações e as comunicações entre as diversas instâncias de poder e entre os estados. Trata-se do prontuário de Guilherme Gennari. Ele informa que era tesoureiro do Comitê Distrital de Itaquera do Partido Comunista Brasileiro, quando ele foi legalizado em 1945. No processo há a informação que ele teria sido fichado em Juiz de Fora por arrombamento. Foi preso novamente em 1947 por agitação comunista contra a cassação de mandatos. Declara nunca ter sido preso antes. Existem outros documentos dentro deste prontuário, inclusive uma carta de 1936 enviada ao delegado de Ordem Social alertando para o perigo de greve geral no país, sendo Gennari um exemplo dos que fomentam estas ideias. Em outra ela aparece como aliancista e signatário de um ofício de apoio à Aliança Nacional Libertadora – ANL, contra o fascismo.

## Conclusão

Os estrangeiros que viviam no Brasil foram perseguidos de diversas formas, mesmo os que se consideravam brasileiros. Em Juiz de Fora a perseguição chegou a ser violenta, mas muitas vezes aparecia em atos simples, como um simples comentário de rua. Estes acontecimentos na cidade ainda precisam ser resgatados e relatados. Muito pouco se escreveu ou se falou sobre o que aconteceu, e praticamente não há literatura sobre o período na cidade. Este artigo pretendeu mostrar, através da análise de um processo criminal, e com o cruzamento de outras fontes, a teia de informações e mecanismos repressivos que o Estado Novo criou. Um assalto a banco no interior de Minas Gerais era imediatamente comunicado à capital do Estado, e todas as ligações dos envolvidos já estavam disponíveis.

As curiosas ligações dos envolvidos também nos fazem indagar, quem era na verdade Gennari, e o que fazia em Juiz de Fora roubando um banco, tendo participado de momentos tão marcantes na política nacional. De preso político da Intentona Comunista, apoiador da ANL, arrombador de bancos no Estado Novo a agitador comunista e secretário do Partido Comunista em Itaquera anos depois.

Os processos selecionados na pesquisa constituem vasto material para o prosseguimento do projeto. Mostram desde perseguições a estrangeiros na rua, em cartas, em jornais e também a organização dos grupos fascistas existentes na cidade. A primeira parte da pesquisa foi concluída, com os processos criminais e as notícias de jornais do período e a fase seguinte será a análise dos processos enviados ao Tribunal de Segurança Nacional e entrevistas com estrangeiros residentes na cidade.

## Fontes primárias

Jornais do período (1937-1947). Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Arquivo da Polícia Política – APM - Arquivo Público Mineiro. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acessado em 07/04/2016.

Arquivo do Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Disponível em <http://www.an.gov.br/Basedocjud/MenuDocJud/MenuDocJud.php>. Acessado em 07/04/2016.

Arquivo da Departamento de Ordem Política e Social - Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_XXX\\_P000961\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_XXX_P000961_01.pdf)

Acessado em 26/03/2016

Arquivo do Crime – Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

### **Bibliografia**

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMARGO, Aspásia(et al). *O Golpe Silencioso*. As origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1989.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios. Histórias da Imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_, *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Brasil Republicano III*. São Paulo:DIFEL, 1981, p. 84

DUTRA. Eliana Regina de Freitas. O Fantasma do outro - espectros totalitários na cena política brasileira nos anos 30. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 12 (23/24):125-40, set 1991 - ago 1992.

GINSBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas (SP): Papirus, 1986.

NETO, Geraldo Magella de Menezes. A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda. Em *Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) N°. 23, Brasília, ago. – dez. 2013 ISSN 2316-1191

PACHECO, Jairo Queiroz. *Cotidiano fabril na Indústria Têxtil de Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela USP, n/ed. 1996.

PACHECO, Jairo Queiroz. *A Prisão do Japonês das Balas “Puxa-Puxa” e outras batalhas nacionais*. Anais da ANPUH, Belo Horizonte, 1997 (mim).

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## Conspiradores surpreendidos: os udenistas e o “contragolpe preventivo” de Lott (1955)

**Ramonn Rodrigues Magri**

Mestre em História

Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ

E-mail: ramonnrm@gmail.com

**Resumo:** Analisamos o comportamento político do líder udenista na Câmara dos Deputados imediatamente após o suicídio de Getúlio Vargas. Trata-se de uma conjuntura em que a UDN se aproximou do poder, mas não o exerceu como desejava. Mais próximo de Carlos Lacerda, Afonso Arinos conquistou mais um mandato parlamentar e, assim, tentou ajudar na articulação para que o candidato presidencial udenista chegasse ao poder. Primeiro, com manobras legais a fim de evitar mais uma derrota nas urnas; na sequência, entretanto, com outro apelo ao golpismo, como seu partido fizera meses antes. Porém os udenistas mais uma vez não foram bem-sucedidos. Frustrado, Arinos assistiu ao “contragolpe de Lott” e à conseqüente chegada de JK ao poder.

**Palavras-chave:** Afonso Arinos; UDN; udenismo; golpismo; bacharelismo

**Abstract:** This article analyzes the political behavior of the UDN leader in the Chamber of Deputies immediately after the suicide of Getúlio Vargas. It is a situation in which the UDN approached power, but did not exercise it as it wished. Closer to Carlos Lacerda, Afonso Arinos won another parliamentary term and thus tried to help articulate the UDN presidential candidate to come to power. First, with legal maneuvers in order to avoid another defeat at the polls; In the sequence, however, with another appeal to the coup, as his party had done months before. But the UDN politicians were once again unsuccessful. Frustrated, Arinos watched the “Lott’s counterattack” and the subsequent arrival of Juscelino Kubitschek to power.

**Keywords:** Afonso Arinos; UDN; udenismo; golpismo; bachelors

Empossado na presidência, João Café Filho montou um novo ministério. O político do PSP destacou vários antigetulistas para a composição. Eugênio Gudín, economista ortodoxo e crítico da política de industrialização getulista, assumiu a Fazenda; os udenistas Prado Kelly e Raul Fernandes seguiram, respectivamente, para a Justiça e as Relações Exteriores; altos postos militares foram ocupados por figuras como o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Gal. Juarez Távora. A exceção era o Gal. Henrique Lott, legalista e de centro, que ficou com a pasta da Guerra. Apesar do amplo espaço para a UDN no poder, não houve expectativa de mudanças radicais. Muitos no partido queriam o adiamento das eleições de outubro por medo das conseqüências eleitorais geradas pela morte de Vargas. Café Filho, entretanto, garantiu a realização do pleito. Para ele, seu governo visava apenas a estabilização política do Brasil. A intenção era conduzir o país até a escolha presidencial do ano seguinte.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 180-181.



A queda nos números da eleição, para a UDN, contudo, foi menor que se esperava. O partido perdeu dez cadeiras na Câmara, enquanto PSD e PTB cresceram ligeiramente. O primeiro ganhou duas e o segundo, cinco. Reeleito por Minas Gerais, Afonso Arinos considerou seus resultados “muito satisfatórios” para quem não tinha atuação regional nem contava com lideranças municipais. O bacharel se orgulhava de não ser um “latifundiário eleitoral”, como alguns de seus companheiros:

Não era um chefe político, com seus amigos, a sua organização, a sua máquina, como o eram, por exemplo, dentro da UDN, Magalhães Pinto, Bilac, José Bonifácio ou Monteiro de Castro. Eu era votado ou concentradamente, em zonas que mal conhecia, mas onde amigos me amparavam, ou, dispersamente, por eleitores independentes de chefias locais, que queriam votar em mim.<sup>2</sup>

Após as eleições legislativas, as atenções se voltaram para a campanha à presidência de outubro de 1955. No começo deste ano, o presidente em exercício e várias autoridades militares clamavam por um candidato de união nacional. Os apelos, entretanto, não surtiram efeito. Para desespero dos udenistas, ensaiava-se novamente a dobradinha PSD-PTB. A “máquina eleitoral” do campo encabeçava a chapa com o governador mineiro, Juscelino Kubitschek, acompanhada da crescente força urbana com Jango.<sup>3</sup> Arinos reconhece que a união era imbatível. Apenas uma reforma institucional ou uma ditadura militar, segundo ele, mudariam o quadro que se desenhava. Mas, naquele momento, essas possibilidades eram inviáveis, já que o “compadrio” dispunha de maioria parlamentar e não havia coesão suficiente nas Forças Armadas. O então líder da UDN ressalta que tentou o quanto pôde buscar apoio do PSD. Localmente, porém, havia “incompatibilidades” de ambos os lados. Do seu partido, especialmente, os parlamentares que tinham comandos municipais estavam irredutíveis. Queriam embates até nos menores redutos. “E vá alguém convencer esse tipo de mentalidade!”, lamenta.<sup>4</sup> Não lhe restariam, assim, alternativas senão o caminho habitual de muitos de seus colegas: “na impossibilidade de reunir forças partidárias na procura de uma solução, que não fosse a volta ao esquema anterior, dei minha colaboração – e não posso negá-lo – às tentativas udenistas de resolver a situação por meio de pressões militares”. O bacharel salienta ter sido “forçado”, por ser líder,<sup>5</sup> a entrar em

<sup>2</sup> ARINOS, Afonso, *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 353.

<sup>3</sup> SKIDMORE, Thomas, *Op. Cit.* p. 182.

<sup>4</sup> ARINOS, Afonso, *Op. Cit.* p. 354.

<sup>5</sup> Representava, além de seu partido, PL, PR, PDC e PSB, que integravam a base do governo Café Filho. Verbetes biográficos de Afonso Arinos. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 14/10/15.



conspirações, “jogadas”, para evitar o retorno do grupo político afastado do poder no ano anterior.<sup>6</sup>

Afinado com a opinião do presidente e de vários grupos militares, Arinos pronunciou-se dezenas de vezes em favor da “união nacional”. Previu tempos difíceis caso o acordo não se concretizasse. Por isso repetiu as “advertências” de oficiais à nação. Seus colegas de partido, naturalmente, faziam coro. Um dos que o incentivavam “em termos mais calorosos, mais encomiásticos” tinha sido eleito com “votação triunfal” na Guanabara. O jornalista Carlos Lacerda entrava institucionalmente na cena política do Brasil e, principalmente, na da UDN.<sup>7</sup>

Ratificada a candidatura JK-Jango, caía por terra a hipótese de chapa única. Os udenistas precisavam escolher seus nomes para a eleição. Mas a dificuldade de estabelecerem um consenso mínimo era enorme. Durante a convenção nacional, em abril, indicou-se Etelvino Lins, governador de Pernambuco e dissidente do PSD. Embora tenha iniciado uma campanha popular, Lins não obteve respaldo civil-militar, o que fez a cúpula udenista abandoná-lo três meses depois. Arinos, porém, acreditava no pessedista, considerando-o “a única oportunidade para a união de partidos que desse perspectivas eleitorais à UDN”. Como às vezes ocorre em política, os líderes do partido foram abandonados pelas bases. “Não é, talvez, justo. Mas é um fato da vida”, conforma-se. O bacharel, entretanto, sustenta que ficou com Etelvino até o momento em que o próprio desistiu.<sup>8</sup> A alternativa com menos rejeição era o Gal. Juarez Távora. Este, no entanto, hesitava. O cenário na UDN era delicado porque os pessedistas haviam rompido com seu partido. Nessas condições, os udenistas tinham que decidir rápido, mas estavam “nas mãos” de Juarez. Após idas e vindas, Távora finalmente aceitou. Com ele, o partido seguiu para a terceira candidatura militar seguida. O vice, escolhido por unanimidade, era Milton Campos.<sup>9</sup> Lançada em junho, tardiamente, a campanha estagnou. Contava com o apoio de Jânio Quadros, governador de São Paulo – antes sondado por alguns udenistas –, o que ajudava a UDN no Estado por confrontar Adhemar de Barros, candidato do PSP. Em termos gerais, porém, era mais do mesmo:

A candidatura de Juarez Távora, nos moldes das do brigadeiro, não conseguiu atrair as simpatias populares nem a tão almejada união das Forças Armadas.

---

<sup>6</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 355.

<sup>7</sup> *Ibid.* p. 360.

<sup>8</sup> *Ibid.* p. 364-365.

<sup>9</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 94-95.

Provocava, ademais, a oposição da UDN carioca liderada por Carlos Lacerda, que, nesta época, já atacava “o aventureiro Jânio Quadros”.<sup>10</sup>

À margem da campanha de seu candidato, Arinos se empenhou em outras frentes para que a UDN se mantivesse no poder. Uma delas foi a da reforma eleitoral. Lutou dentro do partido e na Câmara pela adoção da cédula oficial de votação. Segundo ele, as cédulas individuais, utilizadas nos pleitos da época, eram vulneráveis a fraudes. Sugeriu, então, que o documento fosse impresso com o nome dos candidatos pela Justiça Eleitoral e entregue ao eleitor nas próprias seções de votação. Parlamentares do PSD resistiram, pois as cédulas de seu candidato já tinham sido enviadas para as zonas eleitorais. Decidiu-se, no fim de agosto, após longas discussões entre o bacharel, pessedistas e representantes do TSE, pela cédula única, distribuída tanto pelos partidos quanto pela Justiça Eleitoral.<sup>11</sup> Simultaneamente, Arinos também defendeu, ao contrário do parecer que sustentou com veemência seis anos antes, uma emenda parlamentarista. A fórmula de Raul Pilla era item programático de seu partido, o PL. Não houve, contudo, apoio suficiente para que a proposta fosse aprovada.<sup>12</sup>

Embora não relate detalhadamente em suas memórias, apenas que o fez a pedido do brigadeiro, o então líder da UDN ainda apresentou outra emenda em setembro. Às vésperas do pleito, o disparatado artifício visava resolver o “problema” da maioria absoluta. Pelo texto, a Câmara dos Deputados escolheria o presidente se nenhum candidato alcançasse esse percentual dos votos. Surpreendido, anos depois, com uma pergunta sobre o assunto, Arinos negou que fosse adepto da ideia. A proposta, segundo ele, era exigência da maior parcela dos udenistas:

Eu não acreditava naquilo não. Tinha que encaminhar porque era líder do partido. Fiz várias coisas com as quais não concordava, porque o líder exprime a direção da bancada. Antes de falar, é preciso que saiba qual é a corrente majoritária para expressá-la. A bancada era muito grande, e eu tinha que falar de acordo com a maioria, e não segundo o meu pensamento.<sup>13</sup>

Apesar de todas essas malogradas tentativas de impedir a vitória de Juscelino, o autor garante que sempre esteve na corrente do partido que atuou dentro da legalidade.<sup>14</sup> Junto a ele, destacaram-se nessa “cruzada constitucional”, que atravessou quase todo o ano, os bacharéis

---

<sup>10</sup> *Ibid.* p. 96.

<sup>11</sup> Verbete biográfico de Afonso Arinos. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 16/10/15.

<sup>12</sup> Os argumentos apresentados ao longo dos debates em torno do parlamentarismo estão reunidos em ARINOS, Afonso; PILLA, Raul. *Presidencialismo ou parlamentarismo?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

<sup>13</sup> CAMARGO, Aspásia et al. (Orgs.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal/ CPDOC-FGV/ Dom Quixote, 1983, p. 152.

<sup>14</sup> Mesmo intercedendo junto aos militares, conforme atestamos há pouco, pelo veto à candidatura dos adversários...

Milton Campos, Prado Kelly e Artur Santos, além de Eduardo Gomes.<sup>15</sup> Mas também havia, na UDN, um setor abertamente golpista. O agora deputado Carlos Lacerda, chefe do grupo, pregava, como em 1950, o adiamento da eleição, bem como a necessidade de um “estado de exceção” durante dois anos; uma “ditadura a prazo certo”, na visão de Arinos. A posição deste na liderança era “terrivelmente difícil”.<sup>16</sup> Apoiado por setores radicais da Aeronáutica, da Marinha e, claro, pelo Clube da Lanterna, seu “novo” colega de plenário, “vigoroso orador e escritor”, se mostrava cada dia mais extremista.

Seus tiradas, suas propostas, quase sempre insensatas mas também quase sempre brilhantes, tinham maior repercussão que minhas explicações. Certa vez condenei publicamente as suas ideias. A ala legalista do partido estava comigo. Mas passei a ser atacado no jornal de Lacerda, como já havia sido em outras oportunidades. Era uma vida incômoda; um caminho de urzes. Que poderia, porém, eu fazer?<sup>17</sup>

Tal desabafo elucidava não só o embaraço com que Arinos passou a conviver na UDN, mas também a relação entre duas modalidades do liberalismo do partido, isto é, do “udenismo”. Essa ideologia, como muitas outras, é permeada de contradições entre discurso e prática. Acerca, por exemplo, dos conflitos políticos e do papel das elites frente a eles, o bacharel, representante de um “udenismo pedagógico”, liberal-conservador, rejeita os embates, acreditando que o dever das elites é mediá-los. O jornalista, expoente máximo do estilo “conflitivo”, por outro lado, enxerga no confronto o cerne da vida política, inserindo as elites não como árbitras, mas parte de todos os encontros. Estavam colocados, portanto, dois tipos de atuação clássicos da UDN: o idealismo de Arinos e o pragmatismo de Lacerda.<sup>18</sup>

No episódio da cédula oficial, por exemplo, isso ficou evidente. As negociações com o PSD se arrastaram durante todo o mês de agosto. O líder da minoria subiu à tribuna diversas vezes para defender a mudança eleitoral. No fim, considerou a adoção da cédula única uma vitória parcial, conquistada depois de muito esforço. Carlos Lacerda, porém, não teve a mesma impressão. Para ele, tratou-se de um fracasso completo. E Arinos um tolo, ludibriado pelos velhacos da PSD.<sup>19</sup> “Era infernal”, frisa o bacharel que, desiludido, começava a se enfadar

---

<sup>15</sup> Ainda que nomeie quem estava ou não ao “seu lado”, Arinos faz ressalvas: “numa passagem histórica tão confusa, como a de 1955, é difícil dizer quem era sincero e quem não o era, quem estava com a legalidade democrática e quem a pretendia abater”. ARINOS, Afonso, 1965, p. 366.

<sup>16</sup> *Ibid.* p. 367.

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. *Revista Estudos Políticos*, v. 1, 2013, p. 301-304.

<sup>19</sup> Considerando a aprovação da cédula única na Câmara a “oficialização das fraudes”, o jornal de Lacerda destacou as críticas do procurador da UDN junto ao TRE-SP a Arinos. Segundo as “corajosas declarações” de André Pereira

daquilo. Dizia-se enojado da intriga política. Concluiu que não valeria a pena continuar na Câmara nem na liderança. “Foi nas lutas de bastidores de 1955 que comecei a afagar a ideia de não mais me candidatar a deputado, em 1958”, explica. A campanha prosseguia e o bacharel não se envolveu. Também não tinha sido convidado. Segundo ele, o próprio Juarez o ignorava. A razão disso talvez fossem suas palavras, já no lançamento da candidatura, lamentando as “tergiversações que tinham prejudicado o partido”.<sup>20</sup>

Em 3 de outubro deu a lógica. A distância entre o vencedor e o segundo colocado, no entanto, foi pequena. JK obteve 36% dos votos, seguido de Juarez Távora, com 30%, Adhemar de Barros, 26% e Plínio Salgado, 8%. Jango, eleito vice, recebeu mais votos que Juscelino, mas sua diferença em relação ao concorrente imediato, Milton Campos, foi menor. Na UDN, a terceira derrota consecutiva agitou os setores golpistas, que apelaram novamente às Forças Armadas. Os ditos legalistas, por sua vez, também inconformados com a “voz das urnas”, buscaram a impugnação dos resultados.<sup>21</sup>

Segundo Arinos, não faltavam pretextos para anular a eleição. O Brigadeiro, “sincero adepto da linha legalista”, queria uma solução urgente para o “impasse”. Sugeriu, então, mais uma vez, a tese da maioria absoluta, não alcançada por JK, e a influência dos votos do PCB (então ilegal) a favor dos vencedores.<sup>22</sup> Para auxiliar o líder da UDN na defesa da última “razão”, Eduardo Gomes forneceu-lhe um estudo de Raul Fernandes. Apesar de não contarem com o apoio de Távora, os udenistas iniciaram mais uma batalha judiciária. A oposição de seu próprio representante no pleito era sintomática. “Em breve, mesmo nos meios militares, ficaríamos em minoria. Eu estava vendo tudo isto, mas, integrado lealmente num sistema, marchava com meus companheiros”, pondera o obstinado bacharel.<sup>23</sup>

Mas a campanha subversiva dos golpistas prejudicava os legalistas. Na ótica de Arinos, seu companheiro Rafael Correia, por exemplo, defendia em sua coluna a exclusão dos votos dos comunistas do pleito com “argumentos perigosos”. Para o jornalista, as Forças Armadas deveriam intervir para que o Judiciário decidisse sem pressões políticas. Carlos Lacerda ia além. Fazia ameaças graves em seu jornal e na TV. Segundo ele, os eleitos não tomariam posse. No plenário, contudo, era “mais comedido” por estar diante dos adversários. Parecia mesmo liderar

---

Filho, o líder do partido representou o papel de “anjinho de procissão” ao aceitar as condições dos pessedistas e do PTB. *Tribuna da Imprensa*, 29/08/55, p. 2.

<sup>20</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 374.

<sup>21</sup> SKIDMORE, Thomas, 2010, p. 185-186.

<sup>22</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 375.

<sup>23</sup> *Ibid.* p. 376.

um grupo poderoso. “As saídas legais não lhe convinham em absoluto. Não tomava conhecimento delas, e, quando tomava, era para cobri-las de pilhérias ferinas e remoques aviltantes”, diz o bacharel.<sup>24</sup> Ainda em setembro, o “corvo”, como era chamado pela imprensa getulista, fez sérias acusações a Jango. Lacerda apresentou uma carta supostamente remetida pelo deputado peronista Antonio Brandi ao político do PTB, na época em que ocupava a pasta do Trabalho, mencionando entendimentos acerca de tráfico de armas para o Brasil, bem como a organização de brigadas operárias. Diante disso, o Ministério da Guerra iniciou uma investigação para apurar a denúncia. O caso da “carta Brandi” agravou a crise política dias antes da eleição. Cerca de um mês depois, enquanto a UDN apresentava as medidas “legais” a fim de anular o pleito, saiu o resultado da Comissão Militar de Inquérito. Comprovou-se que o documento era falso.<sup>25</sup>

À medida que os dias passavam, a inquietação nos meios civis e, principalmente, militares aumentava. Durante o funeral de Canrobert da Costa, notório antigetulista, em 1º de novembro, o Cel. Jurandir Mamede, falando em homenagem ao colega, desafiou a hierarquia militar. Segundo ele, a democracia brasileira era uma mentira e a legalidade igualmente falsa. Aborrecido com a insubordinação, o Gal. Lott deu-lhe ordem de prisão. Entretanto, para surpresa do ministro da Guerra, Carlos Luz, presidente da Câmara, cumprimentou Mamede. A indisciplina deste encheu de confiança os setores golpistas. Dois dias depois, para piorar, Café Filho é obrigado, por motivo de saúde, a se afastar da presidência. O próximo na linha de sucessão era justamente Carlos Luz, líder da dissidência do PSD contra JK meses antes.<sup>26</sup>

No dia 10, depois de empossado, Carlos Luz convocou Lott para resolver o “caso Mamede”. Como já era esperado, o presidente vetou a punição ao coronel. Diante da humilhação, o ministro se demitiu. Henrique Lott compunha a ala legalista do Exército. Sua saída facilitava um golpe de Estado. Percebendo que estava em curso uma conspiração para impedir a posse dos eleitos, o general decidiu agir. Na madrugada seguinte, ainda chefiando as tropas, ordenou que as dos Estados do sudeste se alinhassem pela legalidade. Todavia, para não ficar numa atitude exclusivamente militar, convocou Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, e José Maria Alckmin, líder da maioria na Câmara. A partir da negociação entre PSD e militares

<sup>24</sup> *Ibid.* p. 176-177.

<sup>25</sup> FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil Republicano* 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 318-319.

<sup>26</sup> *Ibid.* p. 321.

decidiu-se que o Congresso se reuniria numa sessão extraordinária. Na ocasião, Ramos foi eleito presidente da República. Estava concretizado um “contragolpe pela legalidade”.<sup>27</sup>

A notícia da ocupação do Rio de Janeiro logo chegou à UDN. Carlos Lacerda convidou Arinos para seguirem rumo ao Arsenal da Marinha. Dizendo-se comprometido com os colegas, o bacharel negou: “era o líder, meu lugar era na Câmara. Ele devia ir, estava muito visado, se arriscara muito”.<sup>28</sup> Antes de seguir para o plenário, o bacharel foi ao encontro do Brigadeiro, no Ministério da Aeronáutica. Lá, sugeriu ao militar que fossem para São Paulo, com parlamentares apoiadores, organizar outro Congresso, um “centro de resistência”. Gomes, porém, rejeitou a ideia.<sup>29</sup> Chegando à Câmara, depois de atravessar o cerco de soldados ao Palácio Tiradentes, Arinos encontrou os companheiros irritados com sua demora. Explicou-lhes, no próprio gabinete, o que apresentaria no plenário. Os poucos deputados reunidos não fizeram objeção. Assim, o líder foi conduzido à tribuna, conforme suas palavras, “cercado pelos bravos colegas da UDN que nunca são mais unidos do que em momentos como aquele, de luta e risco”. Pompas à parte, a solidariedade foi em vão. O bacharel leu um comunicado protocolar de Carlos Luz. Em seguida, houve a votação do impedimento do presidente. A matéria seguiu no mesmo dia para o Senado, onde também foi aprovada por unanimidade.<sup>30</sup>

No dia seguinte, Arinos foi ao cruzador *Tamandaré*, onde se encontravam os “colaboradores” de Carlos Luz. Além de Carlos Lacerda, havia vários oficiais (o cel. Mamede entre eles), os ministros Monteiro de Castro e Prado Kelly, entre outros.<sup>31</sup> O abatido (e desesperado) Lacerda o chamou para uma conversa em particular. Pediu-lhe que assumisse a *Tribuna da Imprensa* e questionou o que fazer dali em diante. Mas o bacharel recusou a direção do jornal: “eu não queria solidarizar-me com aquela linha de agitação, a que sempre fora alheio [?], e que nos levava à situação em que nos encontrávamos. (Isto eu não disse a Carlos, mas era o que pensava)”, relata.<sup>32</sup> E sugeriu que se asilasse numa embaixada e, em seguida, saísse do país, o que Carlos aceitou e pediu que o colega providenciasse. Desembarcaram e seguiram

---

<sup>27</sup> *Ibid.* p. 322-323.

<sup>28</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 382.

<sup>29</sup> Mas decolou horas depois rumo a São Paulo com aviões da Força Aérea. O intuito era o mesmo de Arinos. As autoridades paulistas, contudo, não lhe deram guarida. *Ibid.* p. 324.

<sup>30</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 383-386.

<sup>31</sup> Quando a embarcação zarpou, no dia anterior, comandada pelo almirante Penna Botto, o objetivo era seguir para Santos-SP. Escaparam dos canhões do Forte de Copacabana, mas quando Luz soube do que ocorreu em terra ordenou que os militares golpistas não resistissem. FERREIRA, Jorge, 2003, p. 325.

<sup>32</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 388.



para a representação do Peru. Como não houve permissão, Arinos contatou um amigo da embaixada de Cuba. Rapidamente Lacerda foi aceito.<sup>33</sup>

As sessões na Câmara estavam conturbadas. Da movimentação surgiram novos blocos parlamentares. Por conta da aliança PTB-PSP-PR, maior que a UDN-PL, Arinos perdeu a condição de líder da minoria. Frustrado, achou que a decisão parecia ser apenas para lhe impedir de falar quando quisesse. Mesmo assim, o bacharel foi à tribuna. Analisando a conjuntura, denunciou a censura aplicada, naqueles dias, a publicações como a *Tribuna da Imprensa* e o *Diário de Notícias* e discutiu com parlamentares favoráveis às restrições. Arinos, porém, conhecia muito bem as razões que motivavam os adversários:

Segundo eles, a pregação udenista era ilegal e subversiva, devia ser reprimida em defesa da lei. Sempre a mesma história... O principal responsável era, contudo, o ausente Carlos Lacerda, pois sua campanha de agitação era apresentada como justificadora do 11 de novembro.<sup>34</sup>

E prosseguiu sustentando que o país vivia sob um governo ditatorial, ocasionado pelo golpe dado poucos dias antes. Mas logo vieram os questionamentos. O deputado Leonel Brizola (PTB) indagou-lhe acerca da tolerância que os “eminentes juristas” da UDN tinham frente ao discurso golpista de Lacerda. Respondendo, o udenista tentou atenuar. Alegou que o colega estava em risco e que, por isso, o momento não era adequado para lembrar suas culpas e incentivar ódios contra ele. Ressaltou, em seguida, que divergia do correligionário, inclusive publicamente.<sup>35</sup> O acalorado debate transcorria nesses termos. Arinos bradou que a ordem estabelecida era “ilegal”, “arbitrária”, “golpista” etc. até ser novamente aparteado por Brizola. Com a sagacidade que lhe era peculiar, o gaúcho foi direto ao cerne da contradição:

Estou admirando sinceramente a veemência de V. Ex.<sup>a</sup>, agora, na defesa da ordem constitucional! Mas, nobre deputado, onde estava V. Ex.<sup>a</sup>, onde estava toda a União Democrática Nacional com o brigadeiro Eduardo Gomes e tudo mais, na hora em que se pregava a subversão, em que se preparava o golpe, inclusive contra a soberania das urnas, para espoliar o povo brasileiro? E agora vêm, dessa forma, como autênticos puritanos, apresentar-se aqui como os defensores da Constituição! Tenham paciência. Tenham pena de nós e respeitem o povo brasileiro!<sup>36</sup>

Diante da contundência do interlocutor, Arinos reagiu se limitando aos mesmos argumentos que vinha apresentando. Reiterou, assim, a condição de vítima que atribuía a seu partido. “Estávamos onde hoje estamos, (...) no pelourinho da calúnia”, retrucou. Impaciente e

---

<sup>33</sup> *Ibid.* p. 389.

<sup>34</sup> *Ibid.* p. 392.

<sup>35</sup> *Correio da Manhã*, 16/11/55, p. 4

<sup>36</sup> *Ibid.* p. 7.



a fim de evitar mais “incômodos”, o parlamentar simplesmente impediu novas discussões: “devo concluir meu discurso e não posso mais conceder apartes”.<sup>37</sup>

Uma semana depois, a crise da sucessão teve seu último capítulo. Café Filho, até então hospitalizado, voltou ao cenário institucional reivindicando a presidência. Como no dia 11, o Exército se posicionou novamente. A Câmara, por sua vez, interditou o vice de Getúlio e confirmou Nereu Ramos até a posse dos eleitos, em 31 de janeiro. Em seguida, atendendo aos ministros militares, o Congresso aprovou estado de sítio por um mês, prorrogando-o, na sequência, por igual período. Café Filho ainda acionou o STF, mas não obteve êxito. Consolidava-se a “novembrada”.<sup>38</sup> Sempre voto vencido, Arinos lembra que sua liderança, naqueles dias, chegou ao limite do que era possível fazer. Para ele, o legislativo “pactuou com o golpe” e o judiciário encerrou a “farsa dramática”. “Eu estava exausto, enjoado de tudo, resolvido a me afastar daquele triste Brasil”, assinala. Nessas condições, viajou, no fim de dezembro, para a Itália. Só voltaria ao Brasil, para reassumir sua cadeira na Câmara, em meados de 1956.<sup>39</sup>

### Referências bibliográficas

ARINOS, Afonso. *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

\_\_\_\_\_; PILLA, Raul. *Presidencialismo ou parlamentarismo?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CAMARGO, Aspásia et al. (Orgs.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal/ CPDOC-FGV/ Dom Quixote, 1983.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. *Revista Estudos Políticos*, v. 1, 2013, p. 294-311.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil Republicano 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

---

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> SKIDMORE, Thomas, 2010, p. 193.

<sup>39</sup> ARINOS, Afonso, 1965, p. 394-399.

## ST 23 - Cultura Intelectual Brasileira

Cléber Araújo Cabral  
Doutor em Estudos Literários (Pós-Lit/UFMG)  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
[clabrac1980@gmail.com](mailto:clabrac1980@gmail.com)

Hugo Mateus Gonçalves Rocha  
Mestrando  
UFMG  
[hugogrocha@hotmail.com](mailto:hugogrocha@hotmail.com)

Mariana de Moraes Silveira  
Doutoranda  
Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade de São Paulo  
[marianamsilveira@gmail.com](mailto:marianamsilveira@gmail.com)

Thiago Lenine Tito Tolentino  
Doutor em História  
UFMG  
[thiago\\_lenine@yahoo.com.br](mailto:thiago_lenine@yahoo.com.br)

### **Proposta do Simpósio:**

Presente desde a primeira edição do EPHIS, o Simpósio Cultura Intelectual Brasileira vem, através dos anos, ampliando seu leque de pesquisas, reflexões e projetos historiográficos. Propomo-nos a acolher trabalhos que, a partir de pontos de vista variados, tracem análises sobre a história intelectual do país. Interessamo-nos, em especial, pelas abordagens que permitam colocar em diálogo a história cultural e a história política, trazendo à tona as implicações políticas de projetos culturais, bem como os múltiplos usos da cultura em favor de projetos políticos. Sempre com uma perspectiva aberta e heterogênea, apenas ocultada pela generalidade da noção, o conceito de cultura intelectual opera na abordagem transversal de diversas temáticas que compõem o mundo da produção, recepção e apropriação dos mais diversos bens simbólicos, assim como da análise de trajetórias, redes de sociabilidade, arranjos institucionais, conformação de sensibilidades coletivas e afirmação de campos, climas e cenários culturais. Consideramos ser possível construir uma espécie de espectro em que essas manifestações intelectuais da elaboração da vivência coletiva, tanto no registro cotidiano (crônicas, charges, canções, história em quadrinhos, cinema etc.), quanto na abordagem de produções integradas às tradições (como literatura, filosofia, sociologia, política, direito, partidos políticos etc.), apresentem-se em constante dinâmica de trocas, conflitos e distinções. Dessa forma, o quadro temático que compõe a cultura intelectual brasileira é bastante vasto e complexo. Também suas

fronteiras poderão assumir uma característica fluida, uma vez que aspectos importantes de tal noção residem em suas relações com produções, personagens, instituições e trânsitos internacionais. Representações sobre as Américas, a África e a Europa, assim como trabalhos e projetos de intercâmbio intelectual, artístico e político, formam importantes eixos da cultura intelectual brasileira. Dessa forma, é com felicidade que este ST chega ao 6º ano consecutivo, reafirmando seu compromisso com a formação de uma perspectiva eminentemente historiográfica no tratamento da dinâmica das vivências passadas a partir das reflexões acerca da cultura intelectual.

## A construção do caipira como tipo social: aproximações e distanciamentos entre as interpretações de Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda

**Hugo Mateus Gonçalves Rocha**

Mestrando em História

PPGHIS- UFMG

E-mail: hugogrocha@hotmail.com

**Resumo:** No presente artigo, objetivamos apresentar algumas reflexões que integram a pesquisa momentaneamente intitulada “Ensaio, Ciência e História em “Os Parceiros do Rio Bonito”: uma leitura historiográfica da obra de Antonio Cândido”. Por meio deste trabalho, temos como objetivo interpretar as distintas orientações teóricas e metodológicas apropriadas pelo sociólogo e crítico literário Antonio Cândido de Melo e Souza no desenvolvimento de sua pesquisa de doutoramento que gerou “Os Parceiros do Rio Bonito”. No presente texto, procuramos refletir sobre a maneira como Cândido buscou basear parte das suas análises nas representações historiográficas de Sérgio Buarque de Holanda sobre a povoação do espaço colonial português, ora apropriando-se de forma integral do pensamento do historiador, ora contrariando aspectos da interpretação de Buarque em sua análise sobre a formação histórica e social das sociedades caipiras paulistas.

**Palavras Chave:** História da Historiografia; Antonio Cândido; Os Parceiros do Rio Bonito; Sérgio Buarque de Holanda; Pensamento Social Brasileiro;

**Abstract:** In this article, we present some reflections that integrate the research momentarily entitled “Ensaio, Ciência e História em “Os Parceiros do Rio Bonito”: uma leitura historiográfica da obra de Antonio Cândido”. Through this work, we aim to interpret the different theoretical and methodological orientations appropriated by sociologist and literary critic Antonio Cândido de Melo e Souza in the development of his PhD research that generated “Os Parceiros do Rio Bonito”. In this text, we reflect about on the way in which the author sought to base part of his analysis on the historiographical representations of Sérgio Buarque de Holanda on the settlement of the portuguese colonial space, sometimes appropriating integrally the historian's thought, sometimes contradicting aspects of the interpretation of Buarque in his analysis on the historical and social formation of the caipira societies.

**Key Words:** History of Hystoriography, Antonio Cândido; Os Parceiros do Rio Bonito; Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian Social Thought.

No presente artigo é nosso objetivo refletir sobre como em “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida” (CÂNDIDO, 2010), o sociólogo e crítico literário Antonio Cândido de Melo e Souza interpretou a formação histórica das sociedades rurais povoadoras da Paulistânia<sup>1</sup>, procurando identificar o “caipira” como um tipo específico de homem rural brasileiro. Para isto, Cândido estabeleceu como referências obras que trataram sobre o meio rural na formação nacional entre o período colonial e a primeira metade do século XX, com destaque para as interpretações historiográficas de

---

<sup>1</sup> Sobre uso por Antonio Cândido do termo “Paulistânia”, é fundamental indicar que ao remeter a esta região, o autor tem como objetivo fazer referência a uma zona não geográfica de influência dos traços sociais e culturais surgidos pelo processo de expansão paulista. Assim, o sociólogo indica que a “Paulistânia” seria conformada por regiões do interior do Estado de São Paulo e áreas limítrofes, associadas aos Estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul (CÂNDIDO, 2010, p. 77).

Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão bandeirante, bem como outras obras do pensamento brasileiro, entre ensaios, interpretações historiográficas e análises sociológicas<sup>2</sup>. Somente após abordar o tema ao longo dos cinco primeiros capítulos da obra<sup>3</sup>, o sociólogo passou a analisar o processo de transformação social pelo qual passavam aquelas sociedades rurais entre as décadas de 1940 e 1950.

Voltando a nossa atenção de forma específica à maneira como Antonio Cândido interpretou o processo de formação das sociedades caipiras, é essencial explorar a maneira como o autor buscou no pensamento de Sérgio as bases do seu propósito de definir os traços marcantes da sociedade e da cultura caipira. Denominada “I. A vida caipira tradicional” (CÂNDIDO, 2010, p. 43-106), a primeira das três seções da obra é composta por cinco capítulos nos quais Antonio Cândido tratou sobre uma série de temas que, segundo ele, seriam responsáveis por caracterizar o modo de vida tradicional daquelas sociedades camponesas. Partindo destas referências, Cândido interpretou a formação das sociedades caipiras como resultante do processo de sedentarização do movimento de expansão bandeirante, evidenciando os principais aspectos responsáveis por aproximar as sociedades caipiras ao processo de expansão colonial português entre os séculos XVI a XVIII e a formação de uma sociedade híbrida, que apresentava traços identitários da cultura europeia e indígena, confirmando a sua disposição de tomar a história como a “terceira dimensão”<sup>4</sup> de “Os Parceiros do Rio Bonito”:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o

---

<sup>2</sup> Na pesquisa em curso, estendemos este debate, refletindo sobre como Antonio Cândido também se baseou no pensamento de autores como Caio Prado Junior em “Evolução Política do Brasil” (1933) e “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942); Euclides da Cunha em “Os Sertões” (1902); Oliveira Vianna em “Populações Meridionais do Brasil” (1920) e também Cornélio Pires em “Conversas ao pé do fogo” (1921). O aspecto em comum entre estas três obras é o fato de os autores terem procurado representar e interpretar temas ligados ao meio rural brasileiro por meio de ensaios interpretativos, ainda que suas abordagens busquem refletir sobre coletividades camponesas lotadas em diferentes regiões do Brasil e a partir de recortes temporais distintos.

<sup>3</sup> Para melhor situar o leitor, é importante indicar que a obra “Os Parceiros do Rio Bonito” encontra-se seccionada em três partes, denominadas, respectivamente, “I. A vida do caipira tradicional” (CÂNDIDO, 2010, p.43-106); “II. A situação presente” (CÂNDIDO, 2010, p.107-188); e, por fim, “III. Análise da mudança” (CÂNDIDO, 189-146), além de uma introdução denominada “Os problemas dos meios de vida” (CÂNDIDO, 2010, p.21-42). A partir da primeira publicação da obra, ocorrida em 1964, o livro passou a contar também com o Prefácio (CÂNDIDO, 2010, p.11-20) e com o texto conclusivo titulado “O caipira em face da civilização urbana” (CÂNDIDO, 2010, p.247).

<sup>4</sup> Sobre esta afirmação, é importante indicar que no Prefácio da obra, Antonio Cândido realizou uma breve apreciação sobre a Sociologia, a Antropologia e a História, indicando que o seu recuso a última disciplina esteve fundado em sua pretensão de conceder uma dimensão historiográfica à investigação, por ele identificada como a terceira dimensão de “Os Parceiros do Rio Bonito”, sendo as outras duas a Sociologia e a Antropologia (CÂNDIDO, 2010, p.13).

mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.

O ponto de partida para compreender essa situação deve ser buscado na própria natureza do povoamento paulista, desde logo condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras. Do ponto de vista deste estudo, o bandeirismo pode ser compreendido de um lado, como vasto processo de invasão ecológica; de outro, como determinado tipo de sociabilidade, com suas formas próprias de ocupação do solo e determinação de relações intergrupais e intragrupais. A linha geral desse processo foi determinada pelos tipos de ajustamento do grupo ao meio, com a fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra; e só a análise desse processo pode dar elementos para compreender e definir a economia seminômade, que tanto marcou a dieta e o caráter do paulista.

Esta linha é estabelecida e seguida pelos estudos de Sérgio Buarque de Holanda – os mais sólidos e penetrantes sobre o ajustamento do colonizador ao meio físico na América. (...) O seu estudo permite reconstruir o tipo de equilíbrio entre o grupo e o meio, característico da cultura tradicional do caipira, obtido pela elaboração original das heranças culturais que recebeu (CÂNDIDO, 2010, p.44).

É com base nesse trecho que Antonio Cândido realizou a primeira das muitas referências ao pensamento de Sérgio Buarque ao longo da obra. Assim, quando o sociólogo indicou os estudos do historiador como “os mais sólidos e penetrantes sobre o ajustamento do colonizador ao meio físico na América”, procurou salientar a importância dos temas tratados por Sérgio em “Monções” (1945) e, especialmente, no texto “Índios e mamelucos na expansão paulista” - publicado pela primeira vez pelos Anais do Museu Paulista em 1949, e integrado posteriormente a “Caminhos e fronteiras” (1954) (CÂNDIDO, 2010, p. 13). No entanto, compreendemos ser essencial apontar para a preocupação de Sérgio Buarque em analisar a maneira como se revelavam os traços de persistência da matriz rural na formação sociocultural brasileira, em “Raízes do Brasil” (1936) (HOLANDA, 2016, p.117-160):

Se, conforme opinião sustentada no capítulo anterior<sup>5</sup>, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode-se dizer que tal situação não se modificou especialmente até a Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável.

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os

---

<sup>5</sup> Aqui, Sérgio Buarque de Holanda faz referência aos temas tratados no capítulo “2. Trabalho & Aventura” (HOLANDA, 2016, p.59-116).

ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.

Tão incontestado, em realidade, que muitos representantes da classe dos antigos senhores puderam, com frequência, dar-se ao luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso da nossa história. A eles, de certo modo, também se deve o bom êxito de progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe e o principal esteio que descansava esse prestígio, ou seja, o trabalho escravo (HOLANDA, 2016. p. 119 -122).

A fala de Sérgio indica a nossa compreensão de que o seu principal objetivo no terceiro capítulo de “Raízes” seria o de tratar como o modelo de produção econômica baseada na monocultura extensiva colaborou com o estabelecimento de um regime político e social que caracterizou a sociedade, a cultura e a vida política do país. Segundo a interpretação de Sérgio, a autoridade exercida pela aristocracia rural foi responsável por formatar as relações de trabalho, produção e sociabilidade no país. Assim, nos parece apropriado refletir sobre como a interpretação de Antonio Cândido acerca da transformação social caipira dialogou com as análises de Sérgio Buarque - ainda que seja importante lembrar que em “Os Parceiros do Rio Bonito” Cândido não fez referência a “Raízes do Brasil” (1936).

Com base nessa apreciação sintética sobre o pensamento de Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil” (1936), nos parece possível atrelar a interpretação do historiador à proposta de Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito”, na medida em que os principais agentes do processo de modernização brasileira no meio rural foram os grupos econômicos dominantes da estrutura agrária brasileira no século XX. Assim, a proposta desenvolvimentista do Estado brasileiro teria encaminhado ao processo de alteração da base de produção agrária do país, afetando consequentemente o modelo tradicional de sociedade caipira. Portanto, a estabilidade das sociedades caipiras, anteriormente balizadas por práticas de solidariedade vicinal, relação subjetiva com o tempo, bem como por modelos de produção desassociados do mercado corrente foi afetada pela nova estrutura de trabalho, produção e organização produtiva foram afetadas pelas novas diretrizes da economia agrária no país. Assim, vale referenciar mais um trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito” no qual o sociólogo interpretou este processo de desestabilização social e econômico das sociedades caipiras:

Em verdade, esse mecanismo de sobrevivência, pelo apego às formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose de sua cultura. Como já se tinha visto no seu antepassado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do



salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social. Expulso de sua posse, nunca legalizada; despojado de sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas - persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário.

(...) A cultura caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície, que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser (CÂNDIDO, 2010, p.96-97).

Pelas palavras de Cândido, é possível aproximar à interpretação do autor de como o cenário social e econômico do país afetou decisivamente aquele processo de transformação social. De forma sintética, o sociólogo apontou alguns dos aspectos socioculturais, econômicos e políticos compreendidos por ele como fatores determinantes do processo de diluição do modelo de sociedade tradicional caipira. Esta nossa proposta de análise nos leva a tratar sobre outro tema importante para pensar a relação entre o pensamento de Antonio Cândido e Sérgio Buarque pela apreensão do sociólogo à concepção do historiador sobre os aspectos centrais responsáveis por caracterizar o processo de expansão bandeirante. Deste modo, vale destacar um trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito” no qual Antonio Cândido analisou a interpretação de Sérgio Buarque sobre o “caráter provisório da aventura”, atribuído ao movimento expansionista<sup>6</sup>, confrontando a interpretação do historiador com base nas suas referências documentais<sup>7</sup>:

A sociedade que se formou do século XVI ao XVIII na área paulista de expansão só pode ser compreendida à luz de reflexões como estas, que dão a chave das acomodações sucessivas por que passou aqui o colonizador, nas vicissitudes da sua intensa mobilidade. A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pela sua origem nômade. A

<sup>6</sup> Ao tratar sobre o tema no artigo “Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda”, o historiador Thiago Lima Nicodemo afirmou como em “Os Parceiros do Rio Bonito” o “‘caráter’ ‘provisório da aventura’ (Cândido, 2001, p.48) permanece como forma de se colocar no mundo do caipira” (NICODEMO, 2017, p. 173). Deste modo, o autor tomou como base a sugestão de Luiz Carlos Jackson, por meio de sua afirmação de que “‘o resultado é uma sociedade que se transforma muito pouco no decorrer do tempo, e que recorre à tradição como recurso de ajustamento à nova situação (Jackson, 2002, p.55)” (NICODEMO, 2017, p. 173).

<sup>7</sup> À exemplo da sua apreciação de parte do documento intitulado “Diário da jornada, que fes o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas Anno 1717”, em conjunto com algumas questões tratadas nos textos memorialísticos dos viajantes naturalistas John Mawe, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius sobre sociedades camponesas (CÂNDIDO, 2010, p. 320).

combinação dos traços culturais indígenas portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja a estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. *Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura* [grifo nosso].

A sua casa (significativamente chamada *rancho* por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousadas no solo. Pobres cabanas de palha, algumas infestadas de baratas, encontrou por campos e vilas o conde de Assumar, em 1917, na sua longa jornada para Vila Rica; iguais às que se construíram no primeiro século da colônia, e às que os viajantes estrangeiros veriam cem anos depois (CÂNDIDO, 2010, p. 45).

No trecho destacado, Cândido cruzou sua interpretação das representações do passado rural da Paulistânia, complementando a pretendida comparação entre tempos e meios de vida que caracterizavam sociedades camponesas registradas nos séculos anteriores pelas narrativas de John Mawe - no ano de 1808-, Johan Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius - no ano de 1818 - e pelo agente colonial português Luiz d'Alincourt – que em 1826 escreveu sobre as suas impressões acerca das sociedades rurais povoadoras da Paulistânia - (CÂNDIDO, 2010, p.45-46). Pela forma como Antonio Cândido cruzou aquelas representações do passado, é possível refletir sobre como o sociólogo buscou dialogar com a interpretação de Sérgio Buarque, especificamente a respeito aos traços responsáveis por configurar a dinâmica da mobilidade bandeirante, a qual, para Sérgio Buarque, apresentou como traço decisivo a provisoriedade e a inconstância no processo de exploração do território (CÂNDIDO, 2010, p.45). Tomando como eixo as questões acima tratadas, é possível dialogar com a interpretação de Thiago Lima Nicodemo presente no texto em que o historiador pretendeu tratar sobre a relação intelectual tecida entre Sérgio Buarque e Antonio Cândido sobre temas ligados às origens rurais da cultura e da sociedade brasileira:

A revisão de Raízes e sua reapropriação colaborativa não se pautam apenas por descontinuidade e apagamentos, mas sobretudo por um desejo de aprimoramento desta mesma ideia tão insistente: como formas nacionais nascem no descompasso entre a ordem burguesa e moderna que se instaura e a persistência de formas tradicionais resultantes de um longo processo de adaptação do europeu no Novo Mundo. Sob essa ótica, o bloco de textos que compreende *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957) e a obra *Parceiros do Rio Bonito* (1964) se fundem num grande projeto, que se complementa, dedicado a compreender a interiorização do Brasil e suas resultantes culturais. Essa colaboração está muito longe de ser um segredo. Cândido reconhece, diversas vezes, que a cultura caipira estudada no volume nada mais é do que a continuação e aprofundamento da cultura bandeirante

analisada por Sérgio (Candido, 2001, p.46-47, 276<sup>8</sup>; Jackson, 2002, p.53-55<sup>9</sup>). Sérgio, por sua vez, reconhece que a ideia de unir os textos sobre a expansão paulista, em sua maioria escritos na segunda metade da década de 1940, em um volume, Caminhos e fronteiras, fora do amigo (Holanda, 1994, p.15<sup>10</sup>). Pensando na questão do recorte temporal, Caminhos e fronteiras trata da expansão paulista por caminhos terrestres, das entradas e das bandeiras, concentradas nos séculos XVI e XVII. Monções trata do processo de expansão a partir do planalto paulista, sobretudo pelas vias fluviais, ocorrido principalmente no século XVIII. Parceiros do Rio Bonito, enquanto estudo sociológico, trata do problema no presente, mas recorre frequentemente ao passado, dando um lugar considerável para os relatos dos séculos XVIII e XIX (NICODEMO, 2017, p.171-172).

As palavras de Thiago Nicodemo sugerem continuidades entre as interpretações de Sérgio Buarque e Antonio Cândido, com base nas obras “Monções” (1945) e “Caminhos e Fronteiras” (1957) em relação a “Os Parceiros do Rio Bonito”. No entanto, com base na proposta de refletir sobre a maneira como Antonio Cândido procurou somar elementos voltados à sua proposta de identificar o “caipira” na sua condição de protagonista do processo de transformação em questão, é importante defender a nossa compreensão de que os propósitos dos dois autores apresentam distanciamentos fundamentados centralmente em dois aspectos: o primeiro e mais evidente deles pode ser ilustrado pela distinção entre o preceito historiográfico de Sérgio Buarque, balizado por sua busca de interpretar o processo de adaptação e desenvolvimento de técnicas de superação das dificuldades impostas pelo meio natural pelo movimento bandeirante, enquanto a proposta de Cândido foi pautada em diretrizes sociológicas, evidenciadas pela sua busca de analisar um processo de transformação social em curso.

O segundo ponto importante que colabora com a nossa proposta de pensar sobre o distanciamento entre o pensamento dos dois autores é o fato de que em suas obras, Sérgio Buarque buscou tratar especialmente sobre o processo de expansão bandeirante entre os séculos XVI e XVII. Desta forma, o historiador explorou como o desenvolvimento da empresa bandeirante impulsionou o povoamento de uma vasta região do território brasileiro que abrange àquela denominada por Antonio Cândido como Paulistânia. Já em “Os Parceiros do Rio

---

<sup>8</sup> Por meio desta referência, Nicodemo indica os momentos em que Antônio Cândido consolida a sua referência nas obras de Sérgio Buarque de Holanda em “Os Parceiros do Rio Bonito” (CÂNDIDO, 2010).

<sup>9</sup> Aqui, Thiago Nicodemo faz referência ao livro “A tradição esquecida: os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido” de Luiz Carlos Jackson (JACKSON, 2002, p.53-55).

<sup>10</sup> Por meio desta referência, Thiago Nicodemo fez indica a fala de Sérgio Buarque que embasa a sua perspectiva da defesa do caráter de continuidade entre as obras do historiador paulista e do sociólogo. No entanto, na parte dedicada às referências bibliográficas localizada no artigo de Nicodemo, não há nenhum texto que confere com a data “1994”, indicada pelo autor. Deste modo, acreditamos ter havido um equívoco na referência de Thiago Nicodemo, que, provavelmente, procurou fazer referência à 3ª edição da obra “Caminhos e Fronteiras”, publicada pela Editora Companhia das Letras no ano de 1995 (HOLANDA, 1995; NICODEMO, 2017, p.178).

Bonito”, Antonio Cândido teve como objetivo analisar o processo histórico de formação e posterior transformação das sociedades caipiras, buscando, antes disso, interpretar o processo de surgimento de uma nova categoria social ou, nas palavras do autor, uma “subcultura” do tronco português no meio rural brasileiro (CÂNDIDO, 2010, p.43).

Com base nessa concepção, podemos dialogar novamente com Thiago Nicodemo destacando o trecho do mesmo artigo da referenciado no qual o historiador procurou sustentar a sua interpretação sobre a forma como o pensamento dos dois autores indicam fortes aproximações. Deste modo, Nicodemo afirmou que as explicações de Sérgio Buarque e Antonio Cândido sobre o bandeirante e o sobre o caipira puderam ser compreendidas como “representações da mesma figura em planos temporais distintos”, uma vez que os dois grupos sociais remetiam - ou poderiam ser identificadas - como integrantes da população pobre do campo à procura de adaptação e consequente desenvolvimento de meios mínimos de sobrevivência de seus grupos. Nas palavras do autor, esta busca pela superação das dificuldades teria ocorrido “seja aprendendo a se guiar e se comportar na mata nas “rudes vias de comunicação, abertas pelos naturais do país” (Holanda, 2000, p.16) ou nos rios, graças às técnicas de navegação e tecnologia de construção dos próprios barcos” (NICODEMO, 2017, p. 172). Com base nessa concepção, Thiago Nicodemo indicou que:

Em todos os casos, o uso dos recursos nativos não se dá sem a “recuperação do legado europeu e amálgama de tradições que resulta em algo novo” (Wegner, 2000, p.161); ou nas palavras de Candido, “a combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta” (Candido, 2001, p.48) (NICODEMO, 2017, p. 172).

Deste modo, é possível concordar com a perspectiva do historiador quando sugeriu aproximações entre os pontos de partida das interpretações propostas por Sérgio Buarque e Antonio Cândido, considerando, sobremaneira, a compreensão de que os dois autores propuseram interpretações sobre as ações dos bandeirantes e dos caipiras como de agentes nos relativos processos de adaptação e superação dos problemas impostos pelas dificuldades no meio rural. No entanto, é fundamental indicar a nossa interpretação de que apesar destas aproximações, as narrativas de Sérgio Buarque e Antonio Cândido apresentam distinções fundadas na forma como cada um dos autores esboçou suas compreensões sobre cada contexto histórico e social.

Assim, é possível afirmar que em “Monções” (1945) e “Caminhos e fronteiras” (1957), Sérgio Buarque pareceu ter se preocupado mais fortemente em interpretar o esforço de superação das dificuldades impostas pelo meio natural aos bandeirantes, enquanto a interpretação de Cândido apontou para a melhor capacidade de ambientação das sociedades caipiras diante das difíceis condições encontradas no meio rural<sup>11</sup>. Assim, é válido destacar um trecho de “Os Parceiros do Rio Bonito” no qual o sociólogo dispôs a sua compreensão acerca das distinções entre bandeirantes e caipiras:

É preciso indicar, neste passo, que agricultura itinerante era possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e posses; sobretudo estas, que abriram para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação. A posse, mais ou menos formal, ou a ocupação, pura e simples, vêm juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças sociais. *Vida de bandeirante atrofiado, sem miragens, concentrada em torno dos problemas de manutenção dum equilíbrio mínimo entre o grupo social e o meio* [grifo nosso] (CÂNDIDO, 2010, p.56).

Partindo das questões colocadas por Antonio Cândido, é possível alicerçar a nossa concepção de que, assim como existem evidentes continuidades entre as interpretações dos dois autores sobre os grupos sociais, é possível interpretar como o sociólogo procurou dissociar a imagem do bandeirante e sua forma vida do modelo de sociedade desenvolvido pelas coletividades caipiras, que apresenta como traço marcante a substituição do ímpeto expansionista por uma maior capacidade de adaptação ao meio. Tomando base nessa concepção, é possível melhor compreender os motivos levaram Antonio Cândido a diferenciar as atuações daqueles sujeitos históricos e suas sociedades, na medida em o autor sugeriu que dentro de suas condições objetivas de manutenção dos meios de vida, o caipira teria levando entre os séculos XIX e parte do XX, “vida de bandeirante atrofiado” (CÂNDIDO, 2010, p.56).

Se por um lado, a interpretação de Antonio Cândido indicou que a formação das sociedades caipiras apresentou como uma de suas características centrais a disposição ao sincretismo social e cultural, pautado pelas tradições europeias e indígenas - absorvendo, deste modo, um dos principais aspectos da interpretação de Sérgio Buarque de Holanda -, por outro,

---

<sup>11</sup> Deste ponto, é importante colocar que ao buscar diálogo com a interpretação de Thiago Nicodemo, não fundamentamos relativizar o valor das explicações de Sérgio Buarque sobre a expansão paulista, essencialmente pelo impacto positivo causado pelo pensamento do autor nos debates sobre a história do Brasil colonial, mas sim buscar subsídios à sustentação da nossa hipótese de que Antonio Cândido teria proposto uma leitura renovada sobre a formação histórica de um determinado grupo social, que, até meados da década de 1950, não contava com uma análise aprofundada do seu processo de conformação.

é possível pensar sobre como a leitura do sociólogo pode ser pensada pelo que trouxe de novo, principalmente com base na compreensão do autor de que a formação histórica das sociedades caipiras poderia ser encarada como surgimento de uma “subcultura” ligada à tradição portuguesa. Com base nesses determinantes socioculturais, as sociedades caipiras desenvolveram-se de maneira compartimentada, com base em uma divisão social e econômica fechada sobre si mesma, denotando uma necessidade reduzida de contato com o meio social e econômico externo a ela. (CÂNDIDO, 2010, p. 43-44; 55-56).

Esta estrutura de relativa independência das sociedades caipiras teria sido um dos principais aspectos responsáveis pelo desenvolvimento de lógicas próprias de relações de sociabilidade, apoiadas em relações de solidariedade vicinal - a exemplo do *mutirão*<sup>12</sup>-, de produção agrária familiar, bem como o desenvolvimento de formas de expressão cultural e religiosa singulares. Deste modo, é importante apontar que nas obras “Monções” (1945) e “Caminhos e fronteiras” (1957), Sérgio Buarque de Holanda não propôs tratar sobre o processo de formação das sociedades *caipiras*, mas sim sobre o processo expansão bandeirante e a colaboração deste movimento ao processo de exploração e povoação de uma parte da colônia portuguesa<sup>13</sup>.

Por meio das questões tratadas no presente texto, tivemos como objetivo apresentar uma pequena parte dos incômodos que motivam a pesquisa momentaneamente intitulada “Ensaio, Ciência e História em “Os Parceiros do Rio Bonito”: uma leitura historiográfica da obra de Antonio Cândido”, focalizando no debate acerca de como o pensamento de Antonio Cândido apresenta traços de um relativo sincretismo entre orientações da tradição do pensamento social brasileiro produzido entre a primeira e a segunda metade do século passado. Assim, acreditamos que é essencial refletir sobre o diálogo estabelecido entre Antonio Cândido e Sérgio Buarque,

---

<sup>12</sup> Sobre a prática social e cultural do “*mutirão*”, vale indicar que este é um dos principais temas abordados por Antonio Cândido quando o autor pretende ilustrar a forma como as sociedades caipiras tradicionais apresentavam práticas de colaboração voltadas o desempenho de tarefas que atendiam tanto aos interesses comuns de um, dois ou mais bairros rurais – a exemplo da edificação de passagens sobre cursos d’água ou de templos religiosos que serviam a mais de uma comunidade caipira – ou mesmo a colaboração entre pertencentes a um mesmo agrupamento caipira, unidas em favor da ajuda de um dos seus integrantes, no desenvolvimento de tarefas produtivas que exigiam um número maior de trabalhadores do que aquele que comumente integravam as unidades familiares de produção agrícola - como processos de colheitas, limpeza de pastagens, construção de estruturas de contenção de água, entre outros (CÂNDIDO, 2010, p.81-92).

<sup>13</sup> Ainda sobre esta breve referência à obra “Monções” (1945), podemos indicar que neste trabalho, Holanda procurou interpretar parte do processo de expansão colonial, centrando a atenção essencialmente nos desdobramentos desta ação, pela análise das formas como as expedições bandeirantes desenvolveram técnica e culturalmente a sua caminhada em busca das riquezas minerais, tomando como base um recorte cronológico que se estende dos séculos XVII até o processo de exploração de parte da atual região Centro-oeste do Brasil (HOLANDA, 2014 (a)).



explorando como estas relações se mostram frutíferas e, por isso, passíveis de recorrentes análises e reinterpretações.

### Referências Bibliográficas:

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. *In: Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Paz e Terra, 1997.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. *In: História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. p. 277-368. *In: História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. *In: MICELI, Sérgio*. (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira? 1970-2002* (v. IV). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, 2002.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010.

\_\_\_\_\_. Prefácio. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de*. *Raízes do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1963.

DE QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 1976.

DOS SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos. *Pelo Movimento: natureza e modernidade em “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Cândido*. 2013. 223 pag. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2013.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre os escravos do passado e os parceiros do futuro. *In: Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

\_\_\_\_\_. GRYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigma do grande sertão. *In: O que ler na Ciência Social brasileira? 1970-2002* (v. IV). MICELI, Sérgio (org.) São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, p. 311-348 2002.

GOMES, Ângela de Castro. As marcas do período. *In: GOMES, Ângela de Castro* (org.). *Olhando para dentro (1930–1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4, p. 23-40. 2013(a).

\_\_\_\_\_. População e sociedade. *In: GOMES, Ângela de Castro* (org.). *Olhando para dentro (1930–1964)*. Coleção História do Brasil Nação, v. 4, p. 41-90. 2013(b).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Monções*. organização Laura de Mello e Souza (org.) – 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (a).



\_\_\_\_\_. Capítulos da Expansão Paulista. Laura de Mello e Souza (org.) – 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (b).

\_\_\_\_\_. Raízes do Brasil. Edição Crítica. organização Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. Índios e mamelucos na expansão paulista. p.19-154. In: Caminhos e fronteiras. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). Tempo Social, Brasil, v. 19, n. 1, p. 115-130, Jun. 2007. Disponível em: [www.revistas.usp.br/ts/article/view/12537](http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12537). Acesso em: 13 Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 33-49, Out. 2007.

LIMONGI, Fernando, Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. p. 135-222. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

MICELI, Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. p. 91-134. Vol. 1. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

MOREIRA, Luiza Franco. Ensaio e ciência: contextos e subentendidos de Os parceiros do rio bonito, de Antonio Cândido. In: Revista Conexão Letras. Revista do Programa de Pós Graduação em Letras da UFRGS. Vol. 10, nº13. 2015.

NICODEMO, Thiago Lima. Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.

\_\_\_\_\_. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. Revista Brasileira de História, v. 36, n. 73, 2017.

PEIRANO, Mariza. O Pluralismo de Antonio Candido, 1990. In: Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 12 n. 5, p.41-54, 1990.

PIRES, Cornélio. Conversas ao Pé-do-Fogo: estudinhos; costumes; contos; anedotas; cenas da escravidão. Ed. Ottoni, 2002.

SANTOS, Luiz Antonio Castro dos. A radicalidade de Os Parceiros do Rio Bonito. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 17, nº 49, pp. 31-38. junho/2002

SILVA, Norma Lúcia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. História & Ensino, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011.

## República à brasileira

**Beatriz Marinho Melo**  
Graduada Ciências Sociais  
UFMG

E-mail: beatriz.m.melo93@gmail.com

**Resumo:** A República chega atrasada no Brasil e, com ela, vários dilemas para a recente nação e para os brasileiros. A cultura intelectual brasileira estava efervescente neste período e desempenharia papel fundamental para os rumos da política do país. Com grupos divergentes entre os pensadores críticos, destacamos de um lado Manoel Bomfim, na contra mão dos estudos que predominavam até, praticamente, os anos 30, e do outro os autores como Oliveira Viana e Sílvio Romero.

**Palavras Chaves:** República; pensamento político; Manoel Bomfim; Cultura intelectual.

**Abstract:** The Republic is late in Brazil and it brings several dilemmas for the recent nation and for the Brazilians. The Brazilian intellectual culture was effervescent in this period. They would play a fundamental role in the country's politics. With divergent groups among critical thinkers, we highlight Manoel Bomfim on the one hand, against the prevailing studies in the 1930s, and on the other, the authors like Oliveira Viana and Sílvio Romero.

**Keywords:** Republic; Political thought; Manoel Bomfim; intellectual culture.

O início da Primeira República (1889 -1930) é um período marcado pelas agitações dos intelectuais que criticavam e pensavam sobre a formação nacional, a identidade brasileira e a situação política. Essa transição para o modelo republicano é um momento também caracterizado, em certa medida, pelas questões da modernização propagadas, geralmente, pelos países Europeus. O fim da escravidão no Brasil (1888) é um desses exemplos, pois, ao mesmo tempo em que contou com a pressão dos movimentos revolucionários independentes e populares, foi impulsionado, ainda, através das críticas feitas pelos ingleses, em relação ao modo arcaico do trabalho escravo. Entre os intelectuais as questões sobre a modernidade permeavam vários e divergentes debates e estudos que poderiam recair, de alguma maneira, nas políticas daquele momento.

Enfrentavam um Brasil percorrido por problemas na governança e sociais, porém, e de certa forma, estaria em meio às transições que alterariam algumas de suas estruturas sociais e modernizaria alguns aspectos políticos. Já que, exista a preocupação em apresentar um cenário moderno aos olhos, principalmente dos estrangeiros, iniciou se aproximadamente em 1902 no Rio de Janeiro, a capital da República, reformas inspiradas na "civilização europeia". As transformações nos jardins, ruas, praças e edifícios nas áreas centrais eram feitas junto às expulsões das pessoas pobres, em meio as justificativas da necessidade de higienizar as cidades do país. Acabavam por culpar os moradores pobres pelas doenças e pela ignorância, como se

a situação não fosse resultado das estruturas sociais que existiam (NAPOLITANO, 2016). As políticas de intervenção que pretendiam melhorar as estruturas da cidade, em prol da modernidade tão imprescindível, desrespeitou os modos e a vida de muitos moradores e ainda não promoveu políticas amplas e profundas. Reformas que estavam sendo pensadas fundamentalmente para o "inglês ver".

Uma outra mudança, ainda que a passos lentos, indicava o acesso em algumas das instituições, no final do Império, dos indivíduos que em razão da sua cor foram totalmente excluídos durante longos anos da história. Podemos considerar, que os processos para a integração e abertura social se iniciavam nesse período no Brasil. Contudo, novos obstáculos foram construídos, contradizendo os próprios ideias da transição republicana. (SCHWARCZ, 2012). Como a pequena participação política, em que excluía uma parcela majoritária da população, a falta de condução de alguns direitos e as desigualdades diante desses. Entretanto, alguns dos debates entre os intelectuais, acerca das teorias sobre o Brasil e os brasileiros no início da República, acabavam por favorecer esses obstáculos. Obstáculos que se destacavam nos chamados "racismo científico" e "determinismo geográfico". Norteou intelectuais brasileiros reconhecidos, como Sílvio Romero e médicos, como Nina Rodrigues. As teorias acerca da hierarquização das raças eram produzidas por estudiosos estrangeiros e foram reproduzidas para o caso brasileiro (NAPOLITANO, 2016). Além da efervescência dos estudos acerca da formulação da identidade nacional, o período é marcado por possíveis soluções aos problemas sociais e políticos, afim de descritos pelos intelectuais da época, como o próprio Sílvio Romero e Nina Rodrigues.

Brevemente, podemos descartar neste trabalho, alguns dos fatos e registros históricos que formularam as políticas que deram início a República no Brasil e como citamos os dilemas e as dificuldades em que se encontrava. Os oficiais que ergueram a nova bandeira não sabiam muito bem quais seriam os objetivos da República que haviam proclamado e se dividiram quanto ao futuro não apenas do exército, mas sobre os ideias da recente nação. Com a instabilidade crescente o presidente Deodoro da Fonseca (1889) renunciou para seu vice Floriano Peixoto, que acabou por decepcionar as expectativas<sup>1</sup> e passou, nas eleições de 1894, o governo para Prudente de Moraes, quando eleito, Prudente acabou por garantir os interesses

---

<sup>1</sup> Floriano decepcionou as expectativas dos positivistas, já que não se esforçou em modernizar a política e acabou apoiando o oligarquia paulista para garantir seu poder político. Ao repassar seu governo Prudente de Moraes a "República das Espadas", caracterizada pelo militares, se torna "Codomínio dos fazendeiros." (NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo. Editora Contexto, 2016)

da elite cafeeira. Em 1898 ao fazer Campos Sales o seu sucessor se iniciou o processo da "Política dos Governadores" (SCHWARCZ, 2015). A proclamação da República e a sucessão dos primeiros governos, apresentou um jogo de interesses bem mais atravessado por interesses pessoais e de pequenos grupos do que preocupados com as questões públicas.

Além dos dilemas da prática política, como pouco caso com o dever público e as fraudes eleitorais, empregadas por meio da "Política dos Governadores", a Constituição, também enfrentava diferentes críticas. Criada por meio da mistura do democratismo Francês, liberalismo inglês e do federalismo a primeira Constituição do Brasil, se diferenciava da própria realidade. A organização econômica que existia e acomodada no poder do Estado, que pouco tempo antes da proclamação usava a mão de obra escrava, era um dos obstáculos para os novos ideários políticos, como a liberdade e os direitos, que existiam na própria Constituição do Brasil (CAVALCANTI, 1891). Além desse distanciamento, a Constituição ficava a desejar em outros aspectos, como a falta de obrigatoriedade do ensino e a exclusão da maioria da população nas decisões políticas.

Uma das alterações mais significativas da República foi a separação do Estado com a Igreja Católica. A Constituição de 1891 também previa alterações nas bases institucionais, o novo regime era assim formado pelo presidencialismo, sistema bicameral e federalismo. Esta última medida que substituiu o centralismo característico do período monárquico, pretendia aumentar a autonomia aos Estados (SCHWARCZ, 2015). Porém, podemos considerar que dificultou o ideal de integração das regiões e o plano nacional da educação; no caso do ensino, permitiu que apenas os Estados com maiores recursos econômicos<sup>2</sup>, como o de São Paulo, conseguissem organizar melhor a educação e se tornaram um centro irradiação de ensino (AZEVEDO, 1996). Enquanto que, em outros países a educação já era uma das preocupações para a formação do país, já que se relaciona a um dos princípios do próprio republicanismo.

A base do federalismo, naquele período, acabou por contribuir com o fortalecimento do controle político pelos coronéis, em que, retratou o compromisso do poder público com a oligarquia. Quando no governo de Campos de Sales se instalou o regime da "Política dos Estados", se tornou estratégico os interesses e o controle do poder por parte dos cafeeiros, e é consagrado como o regime político mais importante durante a Primeira República (NAGLE,

---

<sup>2</sup> "Se São Paulo perdia para alguma combinação de outros poderes, podia ainda perseguir os próprios objetivos em virtude de suas imensas rendas estaduais e do seu poder de empréstimo [...] Como a economia de São Paulo avultasse sobremaneira na economia nacional, as crescentes rendas do Estado eram uma garantia de que os interesses paulistas não seriam negligenciados" (FAUSTO, 1985, p.53)

1974). Portanto, a República é inaugurada com um regime, praticamente, avesso aos principais conceitos do próprio republicanismo. Perdurou por volta de 4 décadas somado com as consequências da estrutura social injusta do império. Os atuais donos do poder preferiram não mudar o modelo de exploração e controle da mão de obra, não permitiam a participação ampla e verdadeira e tão pouco investiram massivamente nos serviços públicos e políticas sociais precisas.

Ainda que a maior parte da população encontrava se em situação de miséria, a estratificação começava a se tornar mais fluída. Começou a surgir no final do Império, uma sociedade que não correspondia a simples e resumida categorias de senhores e escravos. Uma população urbana e diversificada, se apresentava, como os letrados e os burocratas que estariam presentes na "opinião" pública da época (FAUSTO, 1985). E nesse sentido se aproxima à análise da cultura intelectual que naquele momento se estabelecia no Brasil e pensava sobre as políticas.

Era diante de um mesmo histórico colonial do país, da continua exploração da mão de obra, das desigualdades sociais e da política voltada aos interesses particulares que os intelectuais descreviam as percepções e saídas para aquilo que consideravam necessário alterar. Uma das descrições convergentes, que citamos, era a de que o Brasil estaria muito atrasado em relação a um mundo moderno. Notavam a falta de solidariedade, dos traços, crenças e aspirações em comuns, intensificadas pelas dificuldades políticas advindas do coronelismo (NAGLE, 1974) já que, o liberalismo oligárquico também era um dos alvos em comum das críticas feitas por diversos intelectuais. Muitos dos intelectuais se inspiravam em ideais advindas dos estudos e de faculdades estrangeiras, ideias que ao serem interpretadas no Brasil, surgiriam, em muitas das vezes, como um caldo de cultura que combinava pensamentos como o do positivismo, o evolucionismo, higienismo e o cientificismo. Por meio destes estudos interpretavam e descreviam sobre a formação nacional e as soluções políticas e sociais diante dos dilemas da oligárquica que dominava a política com seus interesses econômicos e uma população marcada pela falta solidariedade social e miséria.

Os diversos debates relacionados à cultura intelectual brasileira, formaram estudos que poderiam influenciar os olhares e até mesmo o caminho da nova nação. Já que, seriam em certa medida, importantes bases para compreender a própria dimensão da e para a cultura brasileira. Daí, as produções dos intelectuais sobre os costumes, a história e o comportamento dos brasileiros apresentaria alguns conceitos que poderiam oferecer as possíveis necessidades do

país. Poderiam ser conteúdos que informariam a população sobre assuntos como a cultura e os diretos do seu país e ainda poderiam indicar as políticas públicas. Refletir sobre a cultural intelectual por meio de algumas produções e debates que podem promover por meio de suas análises algumas referências para a ação de políticas. Na tentativa de destacar as agitações no campo político e literário durante a primeira República brasileira (1889 - 1930), por meio da análise de alguns dos pensamentos dos intelectuais, que produziam e reproduziam a cultura intelectual daquele momento, apresentar como poderiam ter sido ou não, de certa forma, consensos nas práticas políticas.

É notório lembrar que antes mesmo dos modernistas destacados no último decênio da Primeira República, autores experimentavam nas literaturas novidades em relação da *belle époque*. Por meio dos seus livros manifestavam os conflitos que vivenciava a vida nacional. Como Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Alberto Torres e Oliveira Viana (BOSI, 2015). O que eles teriam a dizer sobre o Brasil, sobre as pessoas que moravam neste extenso território, sobre a história e sobre os rumos desta? Destacando os autores Manoel Bomfim, Oliveira Viana e Sílvio Romero podemos pensar essas indagações e a perspectiva de como os pensamentos desses autores poderiam se aproximar das práticas políticas desse período.

O regionalismo era uma das questões abordadas pelos intelectuais. A historiografia conta que até 1922 ocorria uma certa mistura de vago sentimento nacional ufanista com os valores regionalistas predominantes. E assim, já no final do Império as províncias buscavam a sua história, paisagens e o seu folclore. Se destacavam, por exemplo, o "gaúcho" e "o bandeirante" pelo seu vigor e a sua coragem, enquanto os denominados "sertanejos" e os "caipiras" representavam o atraso (NAPOLITANO, 2016). Oliveira Viana (1883 - 1951) foi um dos primeiros sociólogos a abordar sobre a formação brasileira, como em uma das suas obras: *Populações Meridionais do Brasil*, publicada em 1920 demonstrou as características regionais do país ao dividi-lo em: sertões, matas e pampas. Em que a mentalidade da população Rio Grandense se destacava no livro em relação, ou melhor, em comparação as outras regiões do país em diversos aspectos. Como o sentimento profundo de solidariedade social, que segundo Vianna, é despertado nesta região por meio da ação educadora da guerra. Essa experiência ensinou ainda o hábito de cooperação e de pertencimento, assim como a aptidão para a política e para a obediência em razão do respeito ao poder, ao contrário do temor e da falta de competência política nas outras regiões do país. As descrições, que compõem a famosa obra do



autor, ressaltam as diferenças regionais quando valorizava certos costumes, como do "povo branco" das imigrações para o sul do país e diminuía os de outras regiões.

Manoel Bomfim (1868 - 1932), não tratou da mesma forma que Viana as diferenças regionais. O que suas obras sugeriam era o conhecimento do Brasil para que fosse possível reconhecer e por fim valorizar as próprias diversidades. Bomfim era crente que a educação era o meio promissor para curar os males do Brasil e o passaporte para a cidadania, pois possibilitaria os conhecimentos do país. A obra *Através do Brasil* (1910) escrito junto com Olavo Bilac, é uma literatura que foi usada em muitas escolas como material didático. O livro narra a história de dois irmãos que corriam o risco de perder o pai, um engenheiro que foi trabalhar nas obras de uma estrada na região do Norte do país. Com isso os jovens percorreram diversos lugares, ao cruzar o imenso território brasileiro de norte a sul contando com a solidariedade de outros brasileiros.

A breve comparação entre Manoel Bomfim e Oliveira Viana já adianta uma das reflexões sobre como se discutia, em certa media, a população e o nacionalismo no Brasil. Ao destacar a contraposição, entre os autores, podemos destacar também os conceitos de raça e clima que predominavam no pensamento dos principais intelectuais da República, como Oliveira Viana. Essa tentativa de se explicar sobre o atraso do país acabava por diminuir o povo brasileiro através do racismo científico, apoiados na ideia de raças inferiores.

Gilberto Freyre (1900 - 1987) construiu no final da década de 30 a ideia de uma democracia racial em que o mestiço não seria um problema, mas uma vantagem a construção do nacionalismo (OLIVEN, 2011). Porém, o conceito de raça, mesmo que valorizado por Freyre, não desaparece por completo. É importante lembrar de outros autores, que antes de Freyre, pensavam na contra mão do racismo científico. Autores negros como Luis Gama (1830-1882), Manuel Querino (1851 -1923) e Lima Barreto (1881-1922) apresentavam como dilemas a exclusão que os negros sofriam junto a inclusão desejada (SCHWARCZ,2012). Manoel Bomfim debruçou se sobre a história do Brasil com a preocupação de expressar as releituras, as interpretações verdadeiras e a construção de novos conceitos. Esforçou se para demonstrar que o atraso do país surge como consequência das explorações, principalmente do período colonial. Se tornou um dos primeiros intelectuais críticos desse racismo científico. Enquanto muitos pensavam em termos racistas, para Bomfim o atraso não passava de uma lógica de dominação externa em que a classe dominante buscava se diferenciar da maioria da população (AGUIAR, 1999) para legitimar o processo de exploração.



Bomfim sofreu na época diversas críticas, principalmente em sua obra *America Latina: Males de Origem* (1905) vieram em grande parte de Sílvio Romero (1815 -1914). Ainda que, como Bomfim, crítico da Primeira República, este polemista conhecido, aderiu a tese do branqueamento e em defesa da elite ariana. Desta forma, o livro era contrario a tudo o que ele pensava acerca dos conflitos sociais e políticos (AGUIAR,1999). Enquanto Bomfim, foi um dos primeiros críticos do racismo, Romero foi considerado o pioneiro na difusão das ideias raciais. Influenciado pelas ideias de Augusto Comte analisou ainda, que a própria cultura brasileira estava cercada pela imitação, mas quando ocorresse a evolução racial no Brasil, ou seja, quando o fenótipo branco estivesse predominando, a cultura brasileira daria a sua própria contribuição.

Ainda sim, ao renovar o pensamento brasileiro, Romero não deixa de ser um dos principais escritores na geração de 1870. O conceito de raças utilizado por ele se relacionava com os estudos do evolucionismo e do positivismo, exercendo influências em muitos dos intelectuais da época, como nos estudos de Oliveira Viana (RICUPERO, 2008) Além da obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920) Viana continuou a usar o conceito de raça em seu livro *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) ao descrever, por exemplo, que o Brasil estava destinado a ser uma cultura europeia, pois a cultura negra desapareceria em favor da cultura ariana. Vianna afirmava que a participação não era uma prática adequada à realidade do povo-massa, destituído de educação, enquanto que as reformas, ao eliminarem o poder Moderador interromperam a construção de uma verdadeira elite nacional (ALMEIDAS 2004). Vianna define que um dos grandes erros das reformas é acreditar que por meio de uma ação política seria possível mudar o povo, ainda mais sem o acesso às escolas que o preparassem para a democracia.

Enquanto os conservadores, como Oliveira Viana, afirmavam que não seria possível aplicar metodicamente o sufrágio universal, pois não se adequava as condições reais de um povo-massa (ALMEIDAS, 2004) havendo a necessidade de cooperação entre um Estado autoritário e centralizador com a sociedade. Manoel Bomfim afirmava que seríamos uma verdadeira República somente com uma população instruída para a participação da vida política. Parece que em Bomfim, essas inquietações iam na direção da formação de cidadãos para a soberania popular, suas preocupações se aproximavam das mudanças que aconteceriam de baixo para cima, ou seja, permeada pelo próprio povo que ainda carecia dos seus direitos e o acesso aos conhecimentos da sua própria história. Era preciso acabar com a dominação e

formar cidadãos para a nação brasileira, e seria o ensino gratuito, laico e igual a todos os cidadãos o melhor caminho encontrado por Bomfim.

.Nesse sentido, Bomfim apresenta estudos mais próximos às necessidades e as possibilidades de melhorias das condições sociais da população brasileira. Diante da mesma sociedade, Bomfim percebeu formas mais democráticas e inclusivas do que muito dos intelectuais da época. Estavam diante de uma sociedade com cerca de 80% da população analfabeta incluindo pessoas da elite econômica, boa parte dos brasileiros se encontravam na zona rural, ainda eram miseráveis e doentes. A formulação da identidade debatia com esses pressupostos negativos, e assim muitos acreditavam na melhoria das raças por meio da imigração. E Bomfim ao meio dessas percepções, acreditava na necessidade de modernização mas pensava de certo modo na valorização dos costumes.

Nessa perspectiva, em refletir sobre a relação entre os intelectuais, o que os seus estudos e ideais, poderiam pressionar ou executar na ação do Estado. É importante destacar que alguns dos movimentos e as críticas que ocorreram na Primeira República, ajudaram à mobilizar a própria chamada Revolução de 30 e assim estreitaram as mudanças na atuação do Governo. Mudanças que, comparadas aos anos anteriores eram significativas, como as leis trabalhistas. Entretanto, o movimento de ideias que mobilizou o novo Estado pareciam não corresponder ao que Bomfim pretendia em suas críticas para a política da primeira República.

A obra *Brasil nação* ficou pronta em 1928, e ao ser publicada em 1931, Bomfim escreve em seu prefácio que a revolução que acontecia em 1930 não era a mesma que ele havia proposto em seu livro. Segundo Bomfim, o momento era nada menos que a continuação do que o povo brasileiro já sofria há muitas décadas: a exploração; assim como, a opressão não cessara por completo, mudaram-se os nomes dos governantes, mas não se alterou profundamente o quadro opressor à população desprovida de bem estar, uma vez que o Estado estava caracterizado pelo autoritarismo. Alguns dos intelectuais<sup>3</sup> do grupo conservador da Primeira República, estiveram presentes na elaboração do novo Governo e acabaram por determinar alguns dos percursos políticos e sociais da nação brasileira. Oliveira Vianna, trabalhou em 1932 no Ministério do Trabalho - Um Estado que na teoria ele ajudou a conceber. Contribuindo para as leis sociais, por meio do corporativismo, pensando sobre a organização dos empresários e trabalhadores

---

<sup>3</sup> Oliveira Vianna, trabalhou em 1932 no Ministério do Trabalho - Um Estado que na teoria ele ajudou a conceber. Contribuindo para as leis sociais, por meio do corporativismo, pensando sobre a organização dos empresários e trabalhadores urbanos. (WEFFORT, 2006, p.269)

urbanos. (WEFFORT, 2006, p.269). Bomfim pensava, na contramão do autoritarismo, aumentar a participação dos brasileiros nas decisões políticas. A troca de nomes no poder que ocorria em 1930, com certa manifestação do autoritarismo do governo, já que, o povo continuava em grande medida excluído das decisões. A forte desilusão foi o que levou Bomfim a pensar que a tomada de poder pelo povo seria a solução cabível no momento, já que houve poucos resultados depois de toda a espera durante a primeira República.

As ideais que adentraram e predominaram não possibilitaram uma ruptura no painel social, ainda em uma República confusa na prática. Seria um momento em que no campo intelectual, existia um movimento fértil de ideias, mesmo que as práticas republicanas eram poucas, em que estava mais propício pela primeira vez falar de cultura, nacionalidade, sociedade, justiça e educação no Brasil - era agora uma República. O governo não democrático e irresponsável com o povo e até mesmo o predomínio entre os intelectuais do discurso da raça inferior se tornaram, ainda que com diferentes relações e pesos, um dos responsáveis pela República atrasada.

#### **Bibliografia:**

AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira: Introdução a estudo da cultura do Brasil. Brasília: Unb, 1996.

AGUIAR, Ronaldo Conde. O Rebelde esquecido: Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

ALMDEIDAS, Maria Hermínia Tavares. Instituições Políticas brasileiras. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico. 4ª Edição. São Paulo: Senac, 2004, p.295 - 313.

BOSI, Alfredo. Pré Modernismo e Modernismo. In: \_\_\_\_\_. História concisa da literatura brasileira. - 50. ed. - São Paulo: Cultrix, 2015, cap. VII, p. 323 - 401.

RICUPERO, Bernardo. Oliveira Vianna. In: \_\_\_\_\_. Sete Lições sobre as interpretações do Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2008, p. 53 - 57.

SCHWARCZ, Lilia. Moderna República Velha: Um outro ano de 1992 Rev. Inst. Estud. Bras. no.55 São Paulo set. 2012

WEFFORTE, Franciso C. Oliveira Vianna: Transição da primeira República à segunda República. In: \_\_\_\_\_. Formação de pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006, cap. 11, p. 249 - 271.

## Transitando entre-lugares: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, suas sociabilidades e a historiografia catarinense (1963-2010)

**Karla Simone Willemann Schütz**

Doutoranda

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

E-mail: karlawschutz@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho busca a partir da análise das diferentes produções e relações estabelecidas pelo historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa compreender o lugar de sua trajetória na historiografia do estado. Corrêa vivenciou e participou de momentos chave da produção historiográfica em Santa Catarina, tanto no campo universitário, quanto no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, o que o coloca numa espécie de “entre-lugar” neste panorama. Ao seguir estes rastros, pretende-se problematizar os percursos trilhados por ele e os rumos tomados pelos estudos históricos em Santa Catarina fugindo de dicotomias, entendendo desta forma, que a junção de diversos elementos podem se articular na construção de uma representação de intelectual e historiador. Para tanto, o trabalho se fundamentou teoricamente nas discussões propostas pela História do Tempo Presente, História Política e História Intelectual.

**Palavras-chave:** História do Tempo Presente; Historiografia catarinense; Trajetória; Redes de Sociabilidade.

**Abstract:** The present work seeks through analysis of the different productions and relations established by the historian Carlos Humberto Pederneiras Corrêa to understand the place of his trajectory in the historiography of the state. Corrêa lived and participated in key moments of the historiographic production in Santa Catarina, both in the university field and in the scope of the Historical and Geographical Institute of Santa Catarina - IHGSC, situation that places him in a kind of "third space" in this panorama. In following these traces, it's intended to problematize the paths he has traversed and the directions taken by historical studies in Santa Catarina, escaping from dichotomies, understanding in this way that the combination of several elements can be articulated in the construction of a representation of intellectual and historian. For this, the work was theoretically based on the discussions proposed by the History of Present Time, Political History and Intellectual History.

**Keywords:** History of Present Time, Santa Catarina's historiography, Trajectory, Sociability networks.

[...] voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 180)

Levando em consideração as tais “descontinuidades” assinaladas por Chartier logo acima e, abraçando as questões teóricas e metodológicas relacionadas à história do tempo presente, o trabalho aqui apresentado busca trazer algumas indagações para pensar a produção historiográfica catarinense tomando como referência a trajetória do historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Estes questionamentos giram em torno de perguntas, tais como: quais os pressupostos que regeram o campo historiográfico catarinense no período que coincide

com a carreira de Corrêa? De que formas se desenrolaram as relações profissionais e produções intelectuais de Corrêa ao longo dos últimos 50 anos? E, de que maneira tais ações e produções foram impactadas, do mesmo modo que podem ter impactado os modos de fazer História no cenário catarinense, e até mesmo nacional?

Vale destarte salientar que o trabalho aqui sugerido se propõe um desdobramento da dissertação *Lembranças revisitadas: o laboratório de história oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann - memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013)* (SCHUTZ, 2015). Tal dissertação buscou analisar o desenvolvimento da história oral em Santa Catarina a partir de meados da década de 1970, iniciativa pioneira em território nacional que tinha em Carlos Humberto Corrêa sua “voz autorizada”. Tal discussão, por sua vez, suscita o debate acerca da produção historiográfica catarinense que perpassa a carreira de Corrêa. Sendo assim, pretende-se observar o que foi elaborado no campo da história em Santa Catarina, por meio do que o próprio Corrêa produziu e das relações intelectuais que este historiador manteve ao longo de sua carreira.

A figura de Carlos Humberto Corrêa foi despertando uma curiosidade pesquisadora, catalisada pelos testemunhos cedidos por pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com ele. Essas representações estimularam assim o desejo de investigar essa trajetória e, dessa maneira, perscrutar também parte da história da própria historiografia catarinense, tentando compreender se a mudança de perspectiva de Corrêa, no abandono do ambiente universitário e da história oral, estaria então ligada a uma transformação na maneira como a História passou a ser entendida no espaço historiográfico nacional e catarinense.

Fazendo referência ao título do trabalho, traz-se à discussão o indiano Homi Bhabha, que logo no início de seu livro *O Local da cultura* (1998), faz um questionamento interessante, o qual permite repensar o modo como muitos trabalhos na área das ciências sociais vinham (e ainda vêm) sendo desenvolvidos: “De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das partes da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)? O “entre-lugar” é um território intersticial. A noção de Carlos Humberto como um historiador entre-lugares, perpassa o entendimento de que sua trajetória demonstra momentos em que ele se coloca como um pesquisador à frente de movimentos “inovadores” como o desenvolvimento da história oral em Santa Catarina, mas também de situações e trabalhos que poderiam categorizá-lo como um historiador mais “tradicional/conservador”, pois era, sobretudo, no fim de sua vida, presidente atuante do Instituto Histórico e Geográfico de Santa

Catarina. Mais que antagonias, lógicas binárias ou categorizações estanques, Bhabha ao pensar a cultura no mundo pós-colonial, traz uma reflexão que pode ser também interessante para pensar as identificações de Carlos Humberto ao longo de sua vida profissional. Identificações “deslizantes”, “às vezes aqui, às vezes lá”. Uma junção de elementos - por vezes, contraditórios - que se articulam na construção de uma representação de intelectual, professor e historiador.

Nesse sentido, tal trabalho pretende contribuir com a discussão que tangencia a produção historiográfica catarinense, sobretudo aquela que se desenvolve após 1975<sup>1</sup>, momento em que é fundado o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Anteriormente a este momento, os egressos do Curso de Graduação em História da UFSC precisavam recorrer a outras instituições de ensino superior caso desejassem prosseguir com estudos de pós-graduação. Entende-se, portanto, que 1975 inaugura um novo momento na produção historiográfica catarinense.

Carlos Humberto Corrêa, por sua vez, foi parte integrante deste processo, tanto como aluno — pois foi o primeiro discente a defender a dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da UFSC — quanto como professor, fazendo parte dos primeiros quadros docentes deste mesmo programa. Na pós-graduação, igualmente, Corrêa é parte importante de uma iniciativa arrojada, que até poderia ser entendida como “uma incursão estranha e inadequada no labor histórico” (PIAZZA, 1978, p. 7): a formação de um Laboratório de História Oral na Universidade Federal de Santa Catarina — iniciativa pioneira no Brasil —, no qual exerceu a função de coordenador até sua aposentadoria no início da década de 1990. Além disso, ministrou aulas acerca desta “técnica”, primeiramente somente na pós-graduação<sup>2</sup>, estendendo posteriormente o ensino da metodologia para os alunos da graduação. Conseqüentemente, promoveu a adoção deste método na pesquisa histórica entre aqueles que foram seus alunos. Após sua aposentadoria tomou posse como presidente do Instituto Histórico

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar dentro deste tema, o trabalho de grande fôlego realizado por Janice Golçalves, concretizado na tese de doutorado *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX* defendida na USP em 2006. Em seu trabalho Gonçalves buscou “compreender os processos de definição e constituição, no século XX, em Santa Catarina, de dois campos profissionais e de conhecimento - o campo historiográfico e o campo arquivístico, bem como suas interações.” Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/pt-br.php>> Acesso em: 19 jan. 2016.

<sup>2</sup> Segundo o Manual editado por Corrêa, a metodologia da história oral, naquele momento entendida como uma “técnica” deveria ser utilizada somente por alunos da pós-graduação, pois estes teriam mais experiência e saberiam lidar melhor com as fontes orais, à época vistas com muito receio por muitos historiadores.



e Geográfico de Santa Catarina, aparentemente rompendo laços com a instituição universitária e com a própria história oral.<sup>3</sup>

A questão que liga a pesquisa ao campo da história do tempo presente se dá justamente pela familiaridade com a qual os trabalhos que tangenciam o campo biográfico se apresentam dentro deste espaço dos estudos históricos. A biografia é tributária do crescimento e do desenvolvimento epistemológico das pesquisas que buscaram (e ainda buscam) elucidar a história de nosso presente, sejam aquelas que, por exemplo, se lançaram a pensar as culturas políticas e personagens ligados a elas, sejam aquelas que se distanciaram dos grandes esquemas explicativos ligados a um paradigma estruturalista, onde a história acima de tudo deveria “(...) identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso” (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 173). O retorno da historiografia para o estudo de personalidades individuais, como atestam alguns pesquisadores (DOSSE, 2009; LORIGA, 1998, SCHMIDT, 2003), pode ser creditado a uma reabilitação do sujeito e dos atores, que tomou conta das ciências sociais a partir dos anos 1980, modificando a primazia que a geração anterior de historiadores havia concedido às forças e estruturas anônimas.

Ainda nessa perspectiva, vale trazer à discussão a hipótese formulada pelo historiador François Hartog (2013). Segundo o qual, ao longo do século XX vai se instaurando gradualmente um novo regime de historicidade<sup>4</sup> que se coloca contra a ideia de progresso, nomeado por ele “presentismo”: “Nosso modo de articular presente, passado e futuro não tinha algo de específico agora, hoje que faria com que nosso presente diferisse de outros presentes do passado?” (HARTOG, 2013, p.14). Nessa imbricação de passado, presente e futuro, a categoria do presente se torna dominante, num

horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do

---

<sup>3</sup> Gonçalves (2006) também analisa esse momento de transição no Programa de Pós-graduação em História da UFSC, quando àqueles que primeiro integraram o conjunto de docentes do Programa começam a se aposentar e novos docentes, com uma nova perspectiva historiográfica (História Cultural) passam a construir uma nova formatação para o Programa, que acaba culminando na criação do Programa de Doutorado em História desta instituição em 1998.

<sup>4</sup> “Nem cronosofia, nem discurso sobre a história, tampouco serve para denunciar o tempo presente, ou para deplorá-lo, mas para melhor esclarece-lo. (...) Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro.” (HARTOG, 2013, p. 37).



futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos.” (HARTOG, 2013, p. 15)

Como causa e sintoma dessa onda “presentista”, vemos uma busca incessante por uma identidade, questão que pode ser visualizada na tendência “retrô”, no crescente consumo e produção de romances e filmes históricos; e, mais importante, na vontade de resguardar uma memória que não pode ser perdida, no interesse pelo patrimônio e pelas comemorações de datas vinculadas a uma “identidade nacional”, como descreve Pierre Nora, já no clássico, *Entre memória e história. A problemática dos lugares* (1993).

Segundo Schmidt (2003, p.62),

Talvez seja possível pensar que o dito “retorno” do biográfico também acompanha essa onda de interesse pela história-memória. Nesse sentido, os personagens do passado “ressuscitariam” – ou, mais precisamente, seriam recriados – a fim de servirem como referências para o presente e como recordações de um passado idealizado; em todo caso, como constitutivos de uma suposta identidade de classe, de gênero, racial, geracional, regional, nacional, etc.

Diante deste diagnóstico, Hartog convida os historiadores do presente a refletirem acerca desta nova forma de relacionamento com o tempo, e, a partir disso, trabalharem para construir uma inteligibilidade a respeito da história que vem sendo produzida, aquela que se deseja produzir e, ainda, os usos que são dela feitos. As biografias dentro deste contexto também são dignas de ponderação, pois, “No contexto historiográfico atual, o evento biográfico encontra janelas abertas, trazendo consigo antigas controvérsias e apontando para novas reflexões.” (SCHMIDT, 2003, p. 64).

Essas novas reflexões propõem uma maneira diferente de pensar a biografia dentro da historiografia, relatos biográficos que fujam das narrativas cronológicas, puramente factuais, e que se preocupem também em produzir algum tipo de análise ou explicação. As mulheres e homens, os quais se tornam objetos desta nova maneira de pensar o biográfico, podem vir de qualquer posição social ou lugar cultural, desde de que, claro, as fontes necessárias para esta análise estejam disponíveis.

Hoje o que se exprime com essa nova paixão biográfica não é a figura do mesmo, a da *Historia magistrae vitae*, do culto da vida exemplar, mas uma nova preocupação pelo estudo da singularidade e uma atenção particular aos fenômenos emergentes que são considerados como objetos próprios para pensar graças à sua complexidade e à impossibilidade de reduzi-los a esquemas mecânicos. (DOSSE, 2009, p.406)

Enfim, é dentro deste contexto, pensado num recorte temporal que remete à história do tempo presente e suas reflexões, que se almeja percorrer alguns dos caminhos traçados por Carlos Humberto Corrêa ao longo de seu trajeto profissional, buscando assim produzir uma análise e reflexão a respeito da historiografia catarinense, da história oral dentro desta historiografia, e do historiador Corrêa nas suas relações – com seus objetos de conhecimento, com a disciplina à qual estava ligado, e com outros acadêmicos, professores e alunos.

Como referencial teórico, portanto, este trabalho utiliza de ferramentas conceituais de análise que abordam questões relacionadas à história do tempo presente e à maneira com que temas como história intelectual, biografia e formas de se pensar e escrever a história se relacionam às indagações aqui abordadas.

Em relação à história intelectual ou história de intelectuais, algumas questões precisam ser elucidadas. François Dosse, uma referência dentro do campo de estudos biográficos, e também de trabalhos que envolvem a história intelectual, em seu livro *La marcha de las ideas: Historia de los intelectuales, historia intelectual*, busca realizar uma síntese da “história da história dos intelectuais” e mostra que, apesar de a *História Intelectual* e a *História dos Intelectuais* terem origens distintas, suas áreas e abordagens epistemológicas se atravessam a todo momento. Dosse traz à cena, ainda, a pluralidade de acepções semânticas acerca do objeto “o intelectual”, que no contexto francês, por exemplo, se apresenta, na maioria dos casos, por meio de uma abordagem política, tomando como principais referências as gerações, os engajamentos, e os lugares institucionais. Nesse sentido, o intelectual é, acima de tudo, aquele que porta um valor de engajamento e de missão (DOSSE, 2006, p. 30). Uma questão que não foge a sua própria assunção como “substantivo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2005, p. 4). No entanto, a história dos intelectuais, fundada na versão da história política, segundo Dosse, não permite uma apreensão da própria produção intelectual destes sujeitos (DOSSE, 2006, p. 52).

Para além desta função eminentemente política, Dosse, afirma que a atividade intelectual também está presente nas modalidades diversas de leitura e de apropriações de textos. Como exemplo dessa abordagem pode-se citar a nova história cultural francesa, que explora temas como a história da leitura, dos livros, da recepção, da edição e dos símbolos e práticas culturais. Um complexo tratamento da história intelectual que possibilita explorar as inúmeras maneiras de representar e pensar o mundo, que aparecem, por exemplo, no trabalho de determinado intelectual, aqui especificamente, Carlos Humberto Corrêa, permitindo assim

uma melhor compreensão das múltiplas interações entre essas duas fronteiras: cultura e intelecto.

Carlos Humberto Corrêa se vê dentro de um grupo de historiadores que, a partir das suas próprias leituras do mundo do qual fazem parte, passam a “significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991, p.183). No caso de Corrêa, esse *estatuto* e essa *posição* se destacam dentro da produção historiográfica catarinense, como também no projeto de instituição do primeiro programa de pós-graduação em História do estado de Santa Catarina que revela em seus desdobramentos uma visão particular acerca da historiografia. A partir de Durval Albuquerque Junior (2005), pode-se, pensando estas “classificações”, colocar Correa novamente num *entre-lugar*: seria ele um erudito ou um intelectual? Lembrando a forma como estas “classes” são descritas no excerto a seguir.

Por isso o erudito vai se caracterizar por ter o seu trabalho ligado a uma temporalidade passada. O seu foco de atenção é o que aconteceu, nele vai buscar as próprias soluções para questões que se colocam no seu presente. Enquanto o intelectual é uma identidade marcada pela fascinação com o futuro, com a criação do novo, usando o presente como um momento de preparação para uma mudança ou uma transformação que trará um futuro diferenciado, que legitima seu trabalho a partir da idéia de que este contribui para a criação de uma sociedade nova, moderna; o erudito desconfia de todas as mudanças que possam vir a distanciar-lo ainda mais de um passado que vê como momento de glória ou idade de ouro. Sempre busca no passado, numa atitude que será consagrada pelo romantismo, um momento superior e exemplar para o presente. Sua identidade é construída, inclusive, como um prolongamento deste passado e na contramão destes novos tempos que se avizinham. O erudito valoriza, sobremaneira, noções como tradição, costumes, hábitos, todas as categorias que dão um sentido de continuidade e perenidade. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2005, p.18)

Ao observar brevemente a trajetória de Corrêa, nota-se que ora suas concepções de história se aproximam de uma noção “erudita”, ora ele se coloca como um “intelectual”, fascinado com o futuro e em busca do novo, como poderia se supor no momento em que ele se apresenta como um dos primeiros historiadores brasileiros a organizar um manual voltado para a “técnica” de história oral, que, em meados da década de 1970, era um campo visto com muita desconfiança por muitos historiadores daquele momento.

Em contrapartida, pode ser levantada ainda a sua forte relação com o mundo da arte, assinalada, sobretudo, pela função de diretor do Museu de Arte de Santa Catarina, exercida entre os anos de 1963 e 1969, bem como de diretor do Departamento de Cultura do Estado de Santa Catarina, cargo exercido entre os anos de 1969 e 1975. Tal *status* é o que o aproximaria da concepção de “erudito”, pois, segundo Albuquerque Junior (2005, p.19) a “erudição requer

um domínio da arte de escrever, de falar, de representar, de lidar com a linguagem e com os símbolos. (...) O próprio contato frequente com a leitura, com as artes e a literatura, com a produção cultural e artística clássica, que é uma das marcas da erudição (...)”. Albuquerque Junior ainda afirma que eruditos e intelectuais teriam formas distintas de produzir, mas também de consumir o “saber”. Maneiras que parecem em certos momentos coexistir e em certos momentos se distanciarem ao longo do trabalho e vida de Carlos Humberto Corrêa.

Por fim, importante ainda, ao tentar problematizar a trajetória de uma figura “intelectual” como Corrêa, responsável por inúmeras publicações no campo da História, é não suprimir por completo traços de sua vida pessoal, mesmo que o maior interesse do presente trabalho sejam os seus percursos como historiador. Segundo, Dosse (2009, p. 369), “O existir e o pensar devem ser retomados juntos em seus respectivos recortes, numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois polos, aquilo que os psicanalistas chamam de atenção flutuante ao sujeito biografado.” Sendo assim, não importa quais sejam as relações entre a obra e a vida do personagem, continuidade ou descontinuidade, o historiador “deve pensá-las juntas sem reducionismo pondo-as em tensão.” (DOSSE, 2009, p.388).

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito de conhecimento no Ocidente contemporâneo. *Trajetos*, Fortaleza, v.3, n.6, p.43-66, abr. 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Id. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRANDI, Felipe. Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoos no acervo pessoal de Geoges Duby. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. FGV, 2014. pp. 101-130.
- CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2012.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. *Revista Estudos Avançados*, pp. 173 – 191, v.5, n.11, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.

CUNHA, Maria Teresa S. Rastros de leituras: um estudo no acervo de livros do Museu da Escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX). Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 1, pp. 18-27, jan./abr. 2012.

DOSSE, François. La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Valência: Universitat de Valência, 2006.

\_\_\_\_\_. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, Marieta de M. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2012, pp. 169-186.

GONÇALVES, Janice. Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. 444 páginas. Tese (Doutorado em História). USP.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 225-249.

PIAZZA, Walter F. Apresentação. In: CORRÊA, Carlos Humberto P. História oral: teoria e técnica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1978.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de um falta. Revista Estudos Históricos, pp. 85- 91, v.9, n.17, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. Méis: história & cultura. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n.3, pp.57-72. jan. /jun. 2003.

SCHÜTZ, Karla Simone W. Lembranças revisitadas: o laboratório de história oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann - memória e história oral em Santa Catarina (1975-2013). Florianópolis, 2015. 267 páginas. Dissertação (Mestrado em História). UDESC.

## Um soldado do ofício: considerações iniciais em torno da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula entre os anos 1940 e 1960

**Patrícia Helena Gomes da Silva**

Mestranda em História

EFLCH – UNIFESP – Campus Guarulhos

E-mail: [patriciahgsilva@gmail.com](mailto:patriciahgsilva@gmail.com)

**Resumo:** Esta pesquisa pretende lançar algumas reflexões iniciais acerca da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), mais especificamente, o projeto de História e de Universidade elaborado pelo historiador no decorrer de sua atuação nos quadros da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP). A principal justificativa do trabalho fundamenta-se em investigar um historiador de certo modo negligenciado na história da historiografia brasileira. As fontes selecionadas para o estudo concentram-se no arquivo pessoal do historiador, depositado na USP. A metodologia utilizada no estudo parte das considerações traçadas por Pierre Bourdieu sobre campo científico e as reflexões acerca dos intelectuais e de redes de sociabilidades, de Jean-François Sirinelli, de modo a averiguar de forma mais pormenorizada as concepções e tensões envolvidas em seu projeto intelectual e oferecer uma nova compreensão do historiador em questão.

**Palavras-chave:** Paula, Eurípedes Simões de, 1910-1977; Intelectuais – Brasil – Séc. XX; Historiadores – Brasil – Séc. XX; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – História.

**Abstract:** This research intends to launch some initial reflections on the intellectual trajectory of Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), more specifically, the History and University project elaborated by the historian in the course of his work in the former of the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras from the Universidade de São Paulo (FFCL - USP). The main justification of the work is based on investigating a neglected historian in the history of Brazilian historiography. The sources selected for the study are focus on the personal archive of the historian, deposited at the USP. The methodology used in the study is based on the considerations drawn by Pierre Bourdieu on the scientific field and on Jean-François Sirinelli's reflections on intellectuals and networks of sociabilities in order to ascertain in more detail the conceptions and tensions involved in his intellectual project and offer a new understanding of the historian in question.

**Keywords:** Paula, Eurípedes Simões de, 1910-1977; Intellectuals – Brazil – XXth century; Historians – Brazil - XXth century; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - History.

O objeto deste texto consiste em apresentar algumas considerações iniciais acerca da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) entre as décadas de 1940 e 1960, no sentido de identificar os princípios e aspectos centrais de um projeto intelectual erigido em sua atuação nos meios acadêmicos paulistas. O tema principal do trabalho reside no estudo de trajetórias e de projetos intelectuais, no sentido de elucidar as condições de produção do conhecimento histórico no Brasil a partir dos anos 1940.

Em linhas gerais, os objetivos traçados ao estudo apresentado fundamentam-se na localização do projeto de História e de Universidade formulado por Eurípedes Simões de Paula



em sua trajetória intelectual, particularmente entre os anos 1940 e 1960. De acordo com o historiador analisado, essas dimensões encontravam-se de forma interligada, uma vez que considerava a História como uma das áreas primordiais na estruturação da pesquisa e ensino no interior da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP, atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP).

Os objetivos específicos visam esboçar as possíveis influências do historiador e quais foram as ressignificações a elas conferidas na constituição de seu projeto e; quais as disputas enfrentadas na execução de suas ações e; pontuar as dificuldades e objeções visualizadas pelo historiador.

Em uma breve caracterização do historiador abordado no trabalho, Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) teve uma atuação significativa na consolidação da Universidade de São Paulo (USP), sobretudo a partir dos anos 1940, momento este em que incorporara-se no conjunto de catedráticos da instituição. Seu nome está diretamente associado à FFCL-USP.

Contudo, sua contribuição não se restringiu ao âmbito da USP. Da década de 1940 até sua morte no ano de 1977<sup>1</sup>, Eurípedes Simões de Paula inseriu-se em diversos espaços com o intuito de fomentar iniciativas e fóruns de discussão, voltados principalmente aos debates sobre os estudos históricos no Brasil – conferências, sociedades e associações profissionais, eventos, lançamento de publicações, entre outros. Foi deste empenho que nasceram, entre outras realizações, a *Revista de História* (1950), hoje vinculada ao Departamento de História da FFLCH-USP, e a Associação Nacional de História (ANPUH), nascida em 1961 como Associação dos Professores Universitários de História.

Apesar de sua presença em momentos e debates cruciais para o estabelecimento do campo dos estudos históricos ligado à universidade no Brasil, Eurípedes Simões de Paula é uma personagem pouco explorada no rol de historiadores, sujeitos e partícipes nos caminhos trilhados pelo conhecimento histórico no Brasil, principalmente entre a primeira e a segunda metade do século XX.

Em muitos estudos e reflexões acerca do momento e da personagem em questão, houve a mobilização de uma série de estratégias, com vistas a configurar seu perfil e consagrar sua trajetória naquilo em que Pierre Bourdieu definiu como “ilusão biográfica”<sup>2</sup>, ou seja, boa parte

---

<sup>1</sup> O historiador faleceu em fins do ano de 1977, vítima de acidente automobilístico.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-191.



da produção dedicada ao historiador procurou tomar a vida e obra de Eurípedes Simões de Paula em uma perspectiva laudatória, destituída de tensões e predestinada a tornar-se um modelo de intelectual, de forma a enfatizar as possíveis virtudes e características então detectadas em sua vida: *um administrador, moderador, comandante, professor de História* (termos fartamente utilizados na obra *In Memoriam*, em homenagem ao historiador e lançada em 1983 e ainda presente em outros textos escritos posteriormente)<sup>3</sup>.

Essa memória cristalizou-se de forma a tornar-se uma História consolidada de sua atuação no campo institucional, negligenciando outros elementos importantes na caracterização de sua trajetória acadêmica e intelectual. Nesse sentido, o problema central do trabalho ora exposto objetiva detectar a configuração do projeto intelectual idealizado por Eurípedes Simões de Paula em sua trajetória e quais suas bases, seus fundamentos, bem como projetar as possíveis limitações e desdobramentos vistos tanto no interior dos meios universitários, quanto fora dos mesmos.

No presente texto, abordaremos algumas reflexões iniciais acerca de momentos específicos da trajetória do historiador a partir da análise das fontes selecionadas, material presente em seu arquivo pessoal, custodiado pelo Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda”, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – CAPH – FFLCH – USP.

O primeiro deles insere-se em lançar algumas entradas no percurso de Eurípedes Simões de Paula, mais especificamente a partir da década de 1940, momento em que o historiador inseriu-se na estrutura acadêmica e administrativa da FFCL-USP de modo efetivo<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Para citar os trabalhos mencionados, Cf. *IN MEMORIAM: Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB: vida e obra*. São Paulo: [s.n.], 1983. 719 p.; THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p. 17-50, 1. Sem. 2009. Disponível em: [http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH\\_160\\_-\\_Janice\\_Theodoro.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160_-_Janice_Theodoro.pdf). Acesso em: 19 jul. 2015; WITTER, José Sebastião. Eurípedes Simões de Paula. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo de (coord.). *Humanistas e cientistas do Brasil: ciências humanas*. São Paulo: EDUSP : SBPC, 2015, p. 177-188.

<sup>4</sup> Concomitante a sua permanência como aluno da sub-seção de História e Geografia da FFCL-USP, Eurípedes Simões de Paula foi aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tornando-se bacharel em Direito em 1935. Já como discente da FFCL-USP, formou-se em 1936 e no seguinte ocupou o cargo de assistente adjunto da Cadeira de História da Civilização até 1939. A partir deste ano, alcançou a vaga de professor contratado da Cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval e assumiu a titularidade da mesma em 1946, com a defesa da tese “Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade”. Cf. PAULA, Eurípedes Simões de. *Curriculum Vitae*. [s.l.]: [s.n.], [1969]. Acervo Eurípedes Simões de Paula, Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH/DH – Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP (Caixa 5, n. 189).

Em 1949, Eurípedes Simões de Paula proferia uma primeira reflexão acerca da História e da FFCL<sup>5</sup>. Em uma rápida incursão ao texto, é possível considerar como uma síntese do projeto em que o jovem historiador começara a gestar. De acordo com Eurípedes Simões de Paula, o desafio era maior, não somente pelo fato do curto tempo de efetivação na cátedra, mas sim em escolher um assunto, o qual pudesse compatibilizar os interesses de diversas disciplinas abrangidas na FFCL-USP. Nesse sentido, a solução encontrada pelo catedrático foi em selecionar aquilo que considerava um denominador comum aos cursos então existentes: a *história* do desenvolvimento das ideias e práticas que atualmente são aqui ministradas<sup>6</sup>. Entretanto, em sua avaliação, tal extensão anunciada não se efetivara, de modo que a tônica de sua comunicação concentrou-se no seguinte tema-título: a *História* e seu ensino nesta faculdade<sup>7</sup>.

Mas, qual a justificativa do professor Eurípedes em privilegiar a História frente às outras disciplinas presentes na estrutura da Faculdade naquele momento? A escolha do tema na ocasião de abertura dos cursos da Faculdade no ano não foi fortuita, mas sim em sintonia com algumas balizas do projeto de Eurípedes Simões de Paula, tanto no âmbito do campo da História (disciplina) quanto na questão institucional (aqui, tomamos como hipótese central na tentativa por parte do historiador em vislumbrar a História como área central no momento de consolidação da FFCL-USP).

Uma das linhas centrais abordadas pelo historiador em sua conferência expressou-se em duas questões norteadoras de suas reflexões: a primeira, no que considerava como acepção de História e quais deveriam ser os procedimentos a serem adotados pelo historiador em seu ofício.

Acerca do que entendia como História, Eurípedes Simões de Paula fazia uma clara referência à figura do historiador francês Lucien Febvre – fundador do movimento dos *Annales* – cuja definição trazia em seu bojo a concepção de uma História uma, a qual “é o estudo cientificamente organizado das diversas atividades e das diversas criações dos homens d’outrora, examinadas no tempo e no espaço. A definição é um pouco longa, entretanto, afasta pelos seus próprios termos, falsos problemas<sup>8</sup>.”

---

<sup>5</sup> Conforme as regras então estabelecidas na conferência das aulas inaugurais do ano letivo da instituição – a do professor catedrático mais recente que não havia ministrado alguma aula inaugural – naquele ano ficara a cargo do historiador, cujo discurso intitulara-se “A história e seu ensino na Faculdade”.

<sup>6</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. A História e seu ensino na Faculdade. In: ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1939-1949 (v. 1). São Paulo: Seção de Publicações, 1953. p. 157.

<sup>7</sup> PAULA, loc. cit. Grifo do autor.

<sup>8</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. A História e seu ensino na Faculdade. In: ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1939-1949 (v. 1). São Paulo: Seção de Publicações, 1953. p. 157.

É interessante observar as menções inseridas por Eurípedes Simões de Paula ao historiador francês, o que aponta a uma filiação intelectual a uma historiografia considerada de ponta, uma espécie de correlação entre o grupo de intelectuais uspiiano com o grupo então consagrado nos meios acadêmicos e intelectuais franceses no período<sup>9</sup>.

Ao tomar a definição ora postulada, o catedrático destacava dois pontos salutares, contidos na definição: um estudo cientificamente organizado, caracterizada por um problema central no exame em diferentes ângulos e o Homem, objeto da História, visto pelo historiador em sua dinamicidade e em sua totalidade no interior de uma sociedade de uma determinada época. Para isso, Eurípedes Simões de Paula considerava que o historiador poderia interessar-se mais por aspectos específicos dos homens do passado, porém, uma condição se colocava ao historiador: “a de não esquecer nunca que se trata inteiramente de um homem dentro da sociedade que êle forjou e que foi por ela moldado. É por isso que o epíteto *social* sempre se encontra junto ao *econômico*, indicando que não é um fragmento do real, um dos aspectos da atividade humana – mas o próprio Homem, tirado da sociedade de que êle é membro<sup>10</sup>.”

Perante as observações levantadas pelo jovem catedrático, qual deveria ser o comportamento do historiador diante a História? Para Eurípedes Simões de Paula, trabalho do historiador deveria assentar em dois princípios: a formulação de problemas e elaboração de hipóteses, ferramentas cruciais ao pesquisador o qual se pautasse na definição ora postulada. Conforme destacava o professor, a História não mais estava assentada em patamares antigos de devoção pueril ao fato histórico isoladamente, mas sim assumiria naquele momento uma postura em consonância aos modernos postulados da disciplina, calcados no exame crítico dos mais variados fatos e testemunhos existentes, na interpretação das fontes disponíveis ao estudo e proceder na formulação de problemas e de hipóteses<sup>11</sup>.

Em segundo momento, já aclamado diretor da FFCL-USP no ano seguinte, Eurípedes Simões de Paula discursara e sua fala abordava os inúmeros desafios concernentes ao cargo, cuja transmissão era investida naquele momento. Nas palavras do professor catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval, a principal finalidade a ser atribuída em sua função

---

<sup>9</sup> Esta não fora a primeira e nem a última referência de Eurípedes Simões de Paula a historiadores ligados ao movimento dos *Annales* – notadamente, as figuras de Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, conforme atestado em outros textos escritos pelo catedrático ao longo de sua trajetória.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 158. Grifo do autor.

<sup>11</sup> PAULA, loc. cit.

consistia a defesa e o direito da Faculdade, perante as dificuldades enfrentadas pela Escola no início da década de 1950, dificuldades já pontadas em seu texto de 1949<sup>12</sup>.

Diante da consideração dos desafios vislumbrados ao assumir o cargo de Diretor, Eurípedes Simões de Paula conclamou o apoio de toda a comunidade acadêmica, em particular dos membros da Congregação, do Conselho Universitário e da Reitoria na execução das tarefas cotidianas em administrar uma instituição que, nas palavras do recém-empossado Diretor, caracterizava-se pelo seu importante papel representado na paisagem cultural do Brasil, considerada então a mais antiga das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país<sup>13</sup>.

Em outra passagem de seu discurso, o professor utilizou-se do exemplo de seu percurso na Faculdade como estratégia discursiva, em ressaltar as contribuições feitas durante os anos de dedicação ao desenvolvimento e estabelecimento da instituição universitária. Conforme realçava o professor,

Ex-aluno desta Escola, ligado a ela desde os seus primeiros dias, tenho – como sabeis – consagrado todo o meu tempo e esforço ao ensino de História da Civilização Antiga e Medieval nesta Faculdade, interrompendo a minha modesta vida de estudo e de trabalho, nesta Casa, apenas durante o tempo que tive a honra de servir nas Forças Armadas da Nação, na luta que o nosso país e o mundo civilizado travaram contra a prepotência dos regimes totalitários. De volta da Itália, dos campos de batalha, nos quais a Força Expedicionária Brasileira procurou honrar o nome e as tradições de altivez e de solidariedade humana da nossa terra, voltei novamente para a companhia dos meus queridos livros de História e dos meus caros estudantes. Após o meu concurso para a cátedra que tenho a honra de reger nesta Casa, nada mais pedi nem pretendi. O meu desejo maior era e é estudar e ajudar, na medida das minhas forças, as jovens gerações de estudantes que vêm à Faculdade, sequiosas de conhecimentos, à procura de nosso exemplo, movidos sempre por esse idealismo sadio que é peculiar aos moços<sup>14</sup>.

Desse trecho mencionado do discurso do historiador destacaremos a sua participação na Segunda Guerra Mundial entre 1944 e 1945. A importância do período em sua carreira pode ser associada ao momento de intensos debates enfrentados na Faculdade, sobretudo em relação aos concursos aventados para as cátedras existentes e as estratégias forjadas por seus colegas

---

<sup>12</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. Discurso. Eleição e posse do Diretor e Vice-Diretor. In: ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1950. São Paulo: Seção de Publicações, 1952. p. 166. Na parte final de sua aula inaugural, Eurípedes Simões de Paula levantava problemas então enfrentados pela Faculdade em seu momento de consolidação institucional: a falta de instalações próprias, a insuficiência das dependências utilizadas pelo corpo acadêmico-administrativo da Faculdade (laboratórios, bibliotecas, serviços administrativos) e dos recursos destinados à manutenção e a aquisição de novos edifícios. Cf. PAULA, Eurípedes Simões de Paula. A História e seu ensino na Faculdade. In: ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1939-1949 (v. 1). São Paulo: Seção de Publicações, 1953. p. 162-164.

<sup>13</sup> Ibid., p. 167.

<sup>14</sup> PAULA, loc. cit.

em ocupa-las, muitas das quais em vacância, devido ao regresso dos professores estrangeiros então contratados para as mesmas.

Com a iminência da participação do Brasil de forma direta, no envio de tropas para atuar em uma das frentes de batalha na Europa na Segunda Guerra Mundial, o então professor contratado foi convocado como oficial da reserva e em junho de 1944 partiu à Nápoles (Itália), na condição de integrar a Força Expedicionária Brasileira (1º Tenente do 6º Regimento de Infantaria - FEB).

Do período de sua participação como expedicionário existem alguns registros produzidos por Eurípedes Simões de Paula, sendo grande parte das fontes concentradas na correspondência trocada com familiares e amigos mais próximos.

Uma breve análise das cartas trocadas com os colegas da Faculdade, podemos traçar algumas hipóteses acerca da participação de Eurípedes Simões de Paula no teatro de combates na Europa e as possíveis influências do historiador nos rumos da instituição – e das batalhas travadas pelo grupo de intelectuais ligados à sua figura. Esses elementos ganham espaço maior na correspondência enviada por João Cruz Costa e Pedro Moacyr Campos<sup>15</sup>.

A produção epistolar enfatizava a importância da ida de Simões de Paula à Segunda Guerra Mundial, de modo a transmitir votos de estímulo e de agradecimento de todos da Faculdade, pelo fato de um professor da casa participar de um momento histórico relevante para a história da humanidade e a história do Brasil em particular<sup>16</sup>. Entretanto, outros assuntos ganharam espaço na correspondência a Eurípedes Simões de Paula, sobretudo em relatar as movimentações efetuadas no interior da Faculdade, no momento de sua consolidação e na própria afirmação das posições ocupadas posteriormente por estes sujeitos no constructo institucional.

Apesar da ausência momentânea provocada por sua participação na Segunda Guerra Mundial, a correspondência trocada entre Eurípedes Simões e seus colegas da Faculdade apontam para os mecanismos envolvidos na configuração de redes de sociabilidades existentes no espaço da instituição e as condições do estabelecimento das vivências intelectuais dos

---

<sup>15</sup> Além dos dois colegas citados, Eurípedes Simões de Paula estabeleceu uma rede epistolar com outros sujeitos: Alice Piffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello e o mestre e professor da Cátedra de História de Civilização Antiga e Medieval, Jean Gagé.

<sup>16</sup> COSTA, João Cruz. Carta enviada a Eurípedes Simões de Paula. São Paulo, 16 ago. 1944. 1 f. Acervo Eurípedes Simões de Paula, Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH/DH – Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP (Caixa 23, n. 1751).

sujeitos imbuídos na tarefa de consolidar a FFCL-USP no cenário intelectual e cultural de São Paulo em meados dos anos 1940<sup>17</sup>.

Outro ponto derivado da análise da comunicação epistolar de Eurípedes Simões de Paula e outros colegas da Faculdade funda-se nas disputas empreendidas no corpo diretivo da FFCL-USP na definição dos concursos às cátedras nos anos 1940, momento importante na institucionalização da pesquisa nos quadros universitários. Havia a iminência de alterações na legislação na contratação de novos catedráticos e uma movimentação nas instâncias decisórias da Faculdade em articular estratégias de definição dos parâmetros aplicáveis na efetivação dos concursos<sup>18</sup>.

Nesse sentido, as cartas redigidas por João Cruz Costa a Eurípedes Simões de Paula tornam-se significativas no conjunto em questão, na medida em que assinalam as possíveis disputas em torno da realização dos concursos às cátedras, pressões exercidas no interior do campo, não somente com o propósito de ocupar as cadeiras, mas sim entender os lugares de fala dos sujeitos e as tomadas de decisão no interior dos campos de força e lutas efetuadas nos espaços acadêmicos da própria Faculdade<sup>19</sup>.

Já uma terceira – e última - vertente a ser explorada no trabalho concerne a um dos aspectos centrais do projeto de Eurípedes Simões de Paula, sendo a *Revista de História* a principal iniciativa abarcada pelo historiador e o grupo que o orbitava.

Com base na condição então ocupada no arranjo da FFCL-USP – catedrático e diretor da instituição no início da década de 1950 -, Eurípedes Simões de Paula lançou-se à frente de iniciativas diversas, não somente no âmbito da Faculdade, mas na esfera da Universidade e de seu constructo institucional. Uma das frentes encabeçadas pelo historiador consistiu o lançamento da *Revista de História* no início de 1950. Mas, quais seriam as principais

<sup>17</sup> Nessa perspectiva, utilizamos os aportes derivados dos estudos de Jean-François Sirinelli acerca dos intelectuais e dos mecanismos no estabelecimento de suas redes de sociabilidade e das solidariedades de origem. Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003. p. 231-269; \_\_\_\_\_. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle: revue d'histoire*, n. 9, p. 97-108, jan/mar. 1986.

<sup>18</sup> Sobre a questão dos concursos das cátedras no referido período, Cf. RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário”* (1958-1978). 2011. 565 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>19</sup> Nessa perspectiva, as considerações acerca do campo científico elaboradas por Pierre Bourdieu assumem um lugar central na pesquisa ora delineada. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 86 p.; \_\_\_\_\_. O campo científico. BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.



motivações de Eurípedes Simões de Paula em introduzir o projeto de uma revista na área de História?

Logo nas primeiras linhas do editorial de abertura da publicação, Eurípedes Simões de Paula tributava a concepção de um periódico de História ao historiador francês Fernand P. Braudel, quando estava no Brasil na condição de professor contratado para a cadeira de História de Civilização. Na análise trazida pelo o diretor da revista, o ano de 1937 foi central em cogitar a possibilidade de fundar uma revista, com o propósito de divulgar trabalhos históricos, não restrita ao âmbito dos catedráticos e dos assistentes, mas em propiciar uma espaço aberto à contribuição de licenciados e dos discentes da FFCL-USP<sup>20</sup>.

A referência explícita a figura de Braudel nos termos inseridos por Eurípedes Simões de Paula no texto assinala uma identificação do projeto da publicação recém-surgida com um intelectual, cujo reconhecimento e prestígio era afirmado no meio intelectual francês nesse mesmo período, além disso denotava um anseio de projeção da revista em diversas esferas de recepção e o esforço em assegurar a relevância do periódico, seja nas universidades, nos institutos de pesquisa e históricos.

A preocupação de Eurípedes Simões de Paula em firmar o projeto da publicação nascente estava alicerçada em dois princípios: na divulgação de trabalhos de professores, pesquisadores e discentes - tanto no âmbito da FFCL-USP, quanto de outras instituições – e a formação de professores. Ainda conforme enumerava os propósitos de fundação da revista, o historiador destacava a oportunidade de oferecer um espaço de divulgação sistemática de estudos e trabalhos e, simultaneamente, ser elo entre a Faculdade e os professores de História, atuantes nos quadros de ensino normal e secundário.

Tal amplitude conferida ao projeto da *Revista de História* pode também ser atestada na explícita menção dada a outro historiador francês, um dos expoentes do movimento historiográfico denominado Escola dos *Annales*: Lucien Febvre. Ao pontuar o conceito empregado por Febvre aos estudos históricos – a História vista como Ciência dos Homens – o diretor da revista expunha a sua preocupação em definir o lugar da publicação, cuja abrangência e especificidade da revista estavam em caráter aberto e diversificado, no acolhimento de

---

<sup>20</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. Nosso Programa. *Revista de História*, São Paulo, ano I, n. 1, p. 1, jan/mar. 1950.

Caderno de Resumos - VI EPHIS – VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

08 a 12 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, 2017.

[www.ephisufmg.com.br](http://www.ephisufmg.com.br)



trabalhos em diferentes abordagens da História: econômica, social, política, religiosa, literária, filosófica e científica<sup>21</sup>.

De fato, Eurípedes Simões de Paula empenhou-se fortemente em imprimir um perfil a *Revista de História* desde seus anos iniciais. Apesar da existência de um grupo de colaboradores na edição da revista – composto por professores e licenciados da FFCL-USP –, o historiador foi o único diretor da publicação durante 27 anos – de 1950 a 1977, ano de seu falecimento –, de modo a exercer um papel de centralização no comando da revista, tanto anos de dedicação que a fizeram ser denominada por muitos colegas como “a revista do Eurípedes”, a “Eurípedes e a sua revista”<sup>22</sup>. A concentração em dirigir o periódico também pode ser vislumbrada na distribuição dos assuntos dos trabalhos submetidos à publicação, sendo as áreas de História Antiga e Medieval como um dos principais campos de pesquisa veiculados no periódico em seus primeiros 10 anos de funcionamento.

Ademais – e no decorrer do período adiante da revista – Eurípedes Simões de Paula concentrou esforços não somente em sua viabilização, mas também na recepção em diversos meios no Brasil e no exterior, aspecto enfatizado pelo diretor a partir de editoriais divulgados nos números 13, 26 e 32<sup>23</sup>. Ao alargar a relevância da publicação e buscar apoio e penetração em diferentes esferas de recepção, Eurípedes Simões de Paula não objetivava notabilizar somente um projeto historiográfico. Também – e uma hipótese pode ser pensada – a *Revista de História* fosse concebida enquanto um segmento de seu projeto político e institucional forjado em sua atuação na FFCL-USP, em defesa incondicional dos interesses e dos objetivos elaborados, retomados e colocados em outra perspectiva nos anos subsequentes a sua fundação.

---

<sup>21</sup> PAULA, loc. cit.

<sup>22</sup> Confira os depoimentos integrantes da coletânea em homenagem ao historiador. CF. IGLESIAS, Francisco. Evocação de Eurípedes Simões de Paula. In: *IN MEMORIAM: Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB: vida e obra*. São Paulo: [s.n.], 1983. p. 434; NOVINSKY, Anita. Eurípedes e a sua revista no exterior. In: *IN MEMORIAM: Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB: vida e obra*. São Paulo: [s.n.], 1983. p. 479-483. Grifo da autora.

<sup>23</sup> Cf. VIANNA, Hélio, 1956 apud PAULA, Eurípedes Simões de Paula. Como fomos recebidos no Rio de Janeiro. *Revista de História*, São Paulo, ano VII, n. 26, p. 289, abr/jun. 1956; RENOARD, Yves. Revista de História de São Paulo. *Bulletin Hispanique*, v. 53, n. 1, 1951 apud PAULA, Eurípedes Simões de. Como fomos recebidos em França. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 13, p. 3, jan/mar. 1953.; CHAUNU, Pierre. Chronique: Brésil. *Revue Historique*, t. 207, 1952 apud PAULA, Eurípedes Simões de. Como fomos recebidos em França. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 13, p. 3-4, jan/mar. 1953; MAURO, Frédéric. Au Brésil: la Revista de História. *Annales, économies, société, civilisations*. 12e année, n. 1, p. 103-106, 1957 apud PAULA, Eurípedes Simões de. Como fomos recebidos em França. *Revista de História*, São Paulo, ano VIII, n. 32, p. 257-260, out/dez. 1957.

**Fontes:**

COSTA, João Cruz. Carta enviada a Eurípedes Simões de Paula. São Paulo, 16 ago. 1944. 1 f. Acervo Eurípedes Simões de Paula, Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH/DH – Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP (Caixa 23, n. 1751).

PAULA, Eurípedes Simões de Paula. Aula inaugural do Professor Eurípedes Simões de Paula em 11 de março de 1949: a História e o seu ensino na Faculdade. In: ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1939-1949. São Paulo: Secção de Publicações, 1953. p. 157-164 (v. 1).

\_\_\_\_\_. Curriculum Vitae. [s.l.]: [s.n.], [1969]. Acervo Eurípedes Simões de Paula, Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH/DH – Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP (Caixa 5, n. 189).

\_\_\_\_\_. Discurso. Eleição e posse do Diretor e Vice-Diretor. In: ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 1950. São Paulo: Seção de Publicações, 1952. p. 166.

\_\_\_\_\_. Nosso Programa. *Revista de História*, São Paulo, ano I, n. 1, p. 1-2, jan/mar. 1950.

**Referências:**

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-191.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 86 p.

CARDOSO, Irene. A universidade da comunhão paulista. São Paulo: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1982. 186 p.

IGLESIAS, Francisco. Evocação de Eurípedes Simões de Paula. In: *IN MEMORIAM: Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB: vida e obra*. São Paulo: [s.n.], 1983. p. 434.

*IN MEMORIAM: Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB: vida e obra*. São Paulo: [s.n.], 1983. 719 p.

LIMA, Luís Corrêa. O Brasil transforma Braudel. In: \_\_\_\_\_. *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 87-108.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 11-34, 1. sem. 2002.

NOVINSKY, Anita. Eurípedes e a sua revista no exterior. In: *IN MEMORIAM: Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB: vida e obra*. São Paulo: [s.n.], 1983. p. 479-483. Grifo da autora.

RODRIGUES, Lidianie Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. 2011. 565 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 85-103, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/539/347>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003. p. 231-269.

\_\_\_\_\_. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier: l’histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle: revue d’histoire*, n. 9, p. 97-108, jan/mar. 1986.

THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p. 17-50, 1. Sem. 2009. Disponível em: [http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH\\_160 - Janice Theodoro.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160_-_Janice_Theodoro.pdf). Acesso em: 19 jul. 2015.

WITTER, José Sebastião. Eurípedes Simões de Paula. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo de (coord.). *Humanistas e cientistas do Brasil: ciências humanas*. São Paulo: EDUSP : SBPC, 2015, p. 177-188.

## Carl Schmitt em Raízes do Brasil

**Douglas Carvalho Ribeiro**

Mestre em Direito

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: douglascarvalhoribeiro@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo investigar as diversas apropriações da teoria de Carl Schmitt por parte de Sérgio Buarque de Holanda no processo de construção de *Raízes do Brasil*, isto é, nos projetos radicalmente distintos a que se referem as edições de 1936 e 1948. Em um primeiro momento, a teoria schmittiana será abordada, dando destaque para o antiliberalismo do autor como uma constante em sua obra. Em seguida, o foco residirá nas apropriações de Schmitt por parte de Holanda na edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, em especial a defesa de uma base de dominação fundada no carisma. Por fim, a análise é orientada para as modificações operadas na segunda edição de *Raízes do Brasil*, que conferiram à teoria schmittiana uma nova função no seio da narrativa.

**Palavras-chave:** Raízes do Brasil; cordialidade; antiliberalismo; carisma; revolução vertical.

**Abstract:** This article aims to investigate the various appropriations of Carl Schmitt's theory by Sérgio Buarque de Holanda along the consolidation of the book *Raízes do Brasil*, i.e., in the radically different projects to which the 1936 and 1948 editions refer. Firstly the schmittian theory will be focused, with the highlight of the author's antiliberalism as a constant in his work. Then the focus will be on the appropriations of Schmitt by Holanda in the first edition of *Raízes do Brasil*, especially on the defense of a base of a charismatic domination. Lastly, the analysis is oriented to the modifications made in the second edition of that book, which gave the schmittian theory a new function within the narrative.

**Keywords:** Raízes do Brasil; cordiality; antiliberalism; charisma; vertical revolution.

### I. Introdução

No âmbito da teoria social brasileira, Sérgio Buarque de Holanda é certamente um de seus principais nomes. Isso se deve não somente ao impacto de suas reflexões à sua época, mas também à fortuna crítica de seus escritos, que nortearam e ainda norteiam significativa parte dos estudos no terreno das ciências humanas<sup>1</sup>. O autor foi inclusive apontado como uma espécie de “vaca sagrada” no País, pois teria conquistado a unanimidade da direita à esquerda do espectro político, assim como no meio acadêmico brasileiro<sup>2</sup>. Tudo isso graças à publicação de *Raízes do Brasil*. Pedro Meira Monteiro e Lilian Moritz Schwarcz nos lembram que sem aquela obra, “ele seria outro autor, sem dúvida brilhante, atento aos debates contemporâneos da teoria da história e da literatura, mas ainda assim outro<sup>3</sup>”. Não obstante a genialidade de suas análises, é o conceito de cordialidade que confere ao seu autor um papel central nas reflexões em teoria

---

<sup>1</sup> Um possível panorama pode ser visto em SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 49-72.

<sup>2</sup> Cf. SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015, p. 39.

<sup>3</sup> MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilian Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 20.

social no Brasil. A narrativa ali elaborada eleva Holanda ao posto de grande intérprete do Brasil, ao lado de nomes como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre. *Raízes do Brasil* confere-lhe entrada ao panteão dos grandes pensadores do País - mas, ao mesmo tempo, foi para ele um grande tormento.

O ato de perseguir os passos que levam ao contexto de formulação da edição original, publicada no ano de 1936, revela um texto - e um perfil do autor - paulatinamente obliterado por Holanda e por seus intérpretes. A primeira edição é marcada pela apropriação de diversos autores antiliberais, que, a partir da constatação da singularidade cultural brasileira, auxiliavam na formulação de um arranjo institucional compatível ao substrato da cultura<sup>4</sup>. Um desses autores é Carl Schmitt, conhecido jurista alemão durante a República de Weimar e ativo nos primeiros anos do regime hitlerista. Já pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, o ideário político do autor sofre uma mudança radical. Aquela versão original de *Raízes do Brasil* soava-lhe incomoda, de forma que, com a publicação de uma nova edição em 1948, várias passagens que poderiam identifica-lo como um antiliberal foram prontamente suprimidas. Muitos outros trechos foram modificados e outras dezenas de passagens adicionadas, o que resultou, em uma edição completamente diferente da original. Como aponta Luiz Feldman, as modificações não podem ser taxadas como cosméticas, já que afetaram não somente os diagnósticos apresentados na edição de 1936, mas certas respostas cruciais oferecidas naquele momento<sup>5</sup>. Ao contrário de outros autores que foram prontamente sacados, como Oswald Spengler ou Friedrich Nietzsche, a teoria de Schmitt permanecia surpreendentemente ainda integrada à narrativa, mesmo após o giro liberal operado no ideário político de Holanda. O presente trabalho tem como objetivo investigar as diversas apropriações da teoria schmittiana por parte de Sérgio Buarque de Holanda no processo de construção de *Raízes do Brasil*, isto é, nos projetos radicalmente distintos a que se referem as edições de 1936 e 1948.

## II. Carl Schmitt, o antiliberal

Quais seriam as implicações de associar o nome de Schmitt ao de Holanda? Dito de outra forma: será que, assim como Schmitt, Sérgio Buarque de Holanda era um simpatizante das doutrinas nacional-socialistas? De forma alguma. A ambiguidade é certamente um dos atributos mais constantes associados à figura do jurista alemão Carl Schmitt. Por um lado,

---

<sup>4</sup> Um panorama está presente em WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, Junho de 2011.

<sup>5</sup> Cf. FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: raízes do Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 119-140, 2013.

Schmitt é considerado um dos maiores nomes da filosofia política do século XX na medida em que influenciou, mesmo que de forma “subcutânea”, diversas pessoas, círculos e discussões<sup>6</sup>. Em meio às diversas adjetivações e dissonâncias provocadas pelas constantes releituras de sua obra, uma pergunta permanece sem resposta: quem é Carl Schmitt? Mesmo passadas mais de três décadas de seu falecimento, período esse marcado pela catalogação intensa de seus diários, correspondências e entrevistas, tem-se a sensação de que todo o imenso esforço no campo biográfico não trouxe consigo uma resposta definitiva à questão. Não é possível ignorar a influência de suas escolhas pessoais no âmbito de seus escritos; entretanto, deve-se avaliar qual é a real importância de aspectos biográficos em relação ao legado jurídico-político deixado pelo autor. O questionamento sobre a figura de Schmitt ronda como um espectro todo o debate que se desenvolve em torno de sua obra.

As informações sobre sua origem e trajetória acadêmica possibilitam um primeiro juízo, mesmo que provisório, sobre a figura de Carl Schmitt: católico, jurista de destaque na história constitucional alemã e professor de direito público em renomadas faculdades<sup>7</sup>. Argumentos aos seus detratores, contudo, não faltam, de forma que uma rápida busca na biografia do autor basta para corroborar com a maior acusação que lhe é dirigida: o envolvimento intelectual e institucional com o regime hitlerista. A filiação de Carl Schmitt ao Partido Nacional-Socialista veio posteriormente à chegada de Hitler ao poder, quando é nomeado à chancelaria do Reich em 30 de janeiro de 1933<sup>8</sup>. Seus diários pessoais revelam um certo sentimento de consternação no dia seguinte ao ocorrido: “Cancelei minha aula. Não podia trabalhar. Circunstâncias ridículas. Li o jornal. Chateado, acessos de raiva, foi dessa forma que o dia transcorreu<sup>9</sup>”. Contudo, cerca de três meses depois ocorre a filiação - espontânea, porém sem entusiasmo<sup>10</sup> - e, com ela, a fama de jurista coroado do Reich<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> BRODOCZ, André. Die politische Theorie des Dezisionismus: Carl Schmitt. In: SCHAAL, Gary S.; BRODOCZ, André (org.). *Politische Theorien der Gegenwart I*. Opladen e Farmington Hills: Verlag Barbara Budrich, 2009, p. 278.

<sup>7</sup> Uma biografia do autor está presente em MUNZIGER-ARCHIV. Bio- und bibliografische Notizen zu Carl Schmitt. In: HANSEN, Klaus; LIETZMANN, Hans (org.). *Carl Schmitt und die Liberalismuskritik*. Opladen: Leske u. Budrich, 1988, p. 15-16

<sup>8</sup> FUNKE, Manfred. Republik im Untergang: Die Zerstörung des Parlamentarismus als Vorbereitung der Diktatur. In: BRACHER, Karl Dietrich; FUNKE, Manfred; JACOBSEN, Hans-Adolf (org.). *Die Weimarer Republik 1918-1933: Politik, Wirtschaft, Gesellschaft*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 1988, p. 505.

<sup>9</sup> Tradução livre de SCHMITT, Carl *apud* QUARITSCH, Helmut. *Positionen und Begriffe Carl Schmitts*. Berlin: Duncker und Humblot, 1991. p. 98: "Vorlesung ab. Konnte nicht arbeiten. Lächerlicher Zustand. Las Zeitung. Regte mich auf, geriet in Wut, so verging der Tag".

<sup>10</sup> KENNEDY, Ellen. *Constitutional Failure*. Durham e Londres: Duke University Press, 2004, p. 18.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 5.



Diferentemente de outros teóricos do Direito que se exilaram ou se mantiveram silentes à revolução legal dos nacional-socialistas, como Hans Kelsen, Hermann Heller ou Rudolf Smend, Schmitt foi muito além à mera filiação. Textos como *Estado, Movimento, Povo* apresentam uma tentativa do autor no sentido de dotar o fascismo alemão de uma teoria política provisória, que mesclava a noção de nação alemã com aspectos raciais do povo germânico<sup>12</sup>. Devido ao seu público e notório envolvimento com o nacional-socialismo, o fardo de Schmitt, mesmo após a sua morte, é a constante associação com o regime hitlerista. Parece-nos, contudo, que tal associação é reducionista, já que desconsidera toda a produção anterior a 1933 e posterior ao ano de 1945, período que não aquele associado ao domínio dos nacional-socialistas na Alemanha. Para além da atribuição do predicado “nazista”, cabe-nos interrogar o autor - quem é você? Uma possível resposta é encontrada nos seus escritos biográficos, onde Schmitt se define como *o autêntico Epimeteu cristão*<sup>13</sup>. Essa resposta pode ser utilizada como o fio condutor para a construção de uma chave interpretativa que permita, em um primeiro momento, ir além da ambiguidade que ronda a figura do autor, estabelecendo assim uma constante no seu pensamento. Schmitt é visto no presente trabalho como o autêntico antiliberal, de forma que todos os seus esforços intelectuais ou sua ação profissional se deu no sentido de combater aquilo que ele denominou de liberalismo. O liberalismo entendido enquanto espírito é o inimigo epistemológico contra qual todo o esforço intelectual de Schmitt se dirige. Este deve ser entendido não como uma tradição específica do pensamento político, mas como um conjunto de ações e pensamentos hegemonicamente dominantes nas instituições tipicamente modernas – mercado e Estado<sup>14</sup>.

Os conceitos cunhados, o método de simplificação do argumento antagonista, os textos publicados – tudo isso faz parte do conjunto de armas que o autor concebe em sua cruzada pessoal contra o espírito liberal e suas expressões típicas<sup>15</sup>. Influenciado inicialmente pela

<sup>12</sup> SCHMITT, Carl. *State, Movement, People: The Triadic Structure of the Political Unity*. Corvalls: Plutarch Press, 2001, p. 48.

<sup>13</sup> SCHMITT, Carl. *Ex Captivitate Salus: Erfahrungen der Zeit 1945/47*. Colônia: Greven Verlag, 1950, p. 12.

<sup>14</sup> Cf. MASCHKE, Günter. Drei Motive im Anti-Liberalismus Carl Schmitts. In: HANSEN, Klaus; LIETZMANN, Hans (org.). *Carl Schmitt und die Liberalismuskritik*, op. cit., p. 61: „Man sieht, dass es Schmitt grundsätzlich um die „liberale Metaphysik“ geht und um deren äußerte, mögliche Folgen – weniger um den jeweiligen konkreten politischen Liberalismus“ (Tradução livre: é possível vislumbrar que em Schmitt trata-se fundamentalmente de uma ‘metafísica liberal’ e suas manifestas e possíveis consequências – e menos sobre o respectivo liberalismo político considerado de forma concreta).

<sup>15</sup> Cf. MEHRING, Reinhard. "Die Waffen sind das Wesen der Kämpfer selbst": Form und Sinn des Krieges nach Carl Schmitt“. In: BECKMANN, Rasmus; JÄGER, Thomas (org.). *Handbuch Kriegstheorien*. Wiesbaden: Springer Verlag, 2011. p 248-255.



leitura weberiana acerca do processo de racionalização ocorrido no Ocidente<sup>16</sup> e pelos círculos do catolicismo conservador, Schmitt se associa à figura mítica de Epitemeu na medida em que se vê como aquele que concebe aos homens os instrumentos teóricos necessários no combate ao liberalismo enquanto fenômeno desumanizante<sup>17</sup>. Além da polêmica contra o espírito liberal, a obra de Schmitt é também marcada pela tomada de posição, principalmente em favor daqueles que o auxiliam em seu combate. Foi assim, por exemplo, com Mussolini e os fascistas italianos, a quem Schmitt descreve como os responsáveis pelo reavivamento do conceito de Estado por meio de uma mitologia política – a da união nacional – capaz de derrotar tanto o liberalismo quanto o bolchevismo<sup>18</sup>. O mesmo ocorre com o êxito do nacional-socialismo na dissolução da ordem jurídica vigente à época de Weimar, com a elaboração da “Lei de Concessão de Plenos Poderes” [*Ermächtigungsgesetz*]. O tempo do liberalismo parecia haver chegado ao fim na Alemanha, de forma que Schmitt teria visto nos nazistas grandes aliados na sua cruzada antiliberal. Isso motivou sua filiação ao partido e seus esforços intelectuais no sentido de dotar o movimento de uma fundamentação teórica consistente. O saldo deixado pelos doze anos do regime hitlerista na Alemanha é de conhecimento geral. Talvez até mesmo Zeus, a mais poderosa figura do universo mítico grego, se assustasse com a capacidade do homem em conceber os mais eficazes meios de extermínio já vistos até então. A associação com o nacional-socialismo e a participação, mesmo que indireta, naquilo que resultou em genocídio e desfortuna permite, finalmente, a compreensão da associação entre Schmitt e Epimeteu: o esforço no sentido de defesa do gênero humano será sempre contraposto à responsabilidade pela difusão dos piores males entre os homens.

Na esteira da obra de Stephen Holmes, seria possível enumerar cinco aspectos do antiliberalismo: 1) rejeição ao racionalismo e crítica às pretensões do projeto da *Aufklärung*; 2) crítica a uma concepção de liberdade meramente formal e ao sistema de direitos individuais; 3) defesa de uma concepção identitária de democracia; 4) crítica ao pluralismo social, o que culmina em uma rejeição da democracia parlamentar e suas instituições e, por fim, 5) defesa de uma concepção autoritária de Estado<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> Cf. WEBER, Max. *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

<sup>17</sup> STRONG, Tracy B. Foreword: Dimensions of the new debate around Carl Schmitt. In: SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press, 2007, p. XVI.

<sup>18</sup> SCHMITT, Carl. Die politische Theorie des Mythos In: \_\_\_\_\_. *Positionen und Begriffe: im Kampf mit Weimar-Genf-Versailles (1923-1939)*. Berlin: Duncker und Humblot, 1994, p. 11-21.

<sup>19</sup> HOLMES, Stephen. *The Anatomy of Antiliberalism*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

### III. Carl Schmitt em *Raízes do Brasil*, 1936

Deve-se ter em mente os objetivos de Holanda na edição *princeps* de *Raízes do Brasil* a fim de compreender adequadamente a função da teoria schmittiana naquela narrativa. Apropriando-se da noção de tipo ideal em Max Weber<sup>20</sup>, Holanda vale-se do tipo cordial para apontar a inadequação do substrato cultural aqui gestado, marcado pela presença do personalismo e do antiritualismo, e os valores albergados pelo progressismo civilizatório das tentativas de modernização levadas a cabo no País nos séculos XIX e início do século XX. Além disso, os capítulos finais marcam o bosquejo propositivo de uma nova ordem institucional harmônica com a dimensão cultural do País. Isso implica que o compromisso de Holanda em sua obra de estreia não é com o liberalismo político. O reproche torna-se patente com a menção expressa que o autor faz ao trabalho *O conceito do político*, de Carl Schmitt, ao dissociar da noção de cordialidade a bondade natural do homem – uma ideia bastante cara aos teóricos das Revoluções Burguesas, em especial a Jean Jaques Rousseau:

Carl Schmitt, o conhecido teórico do Estado Totalitário vai ainda mais longe e chega a pretender que todas as teorias políticas puras hão de pressupor o homem forçosamente como um ente “mau” por natureza, ou seja problemático, “perigoso” e “dinâmico”. E *é por esse motivo que, para o ilustre professor de Direito Público da Universidade de Bonn, o liberalismo posto que não tenha negado radicalmente o Estado, como o fazem os anarquistas, não estabeleceu “nenhuma teoria positiva do Estado, mas buscou tão somente associar a Política à Ética e subordina-la à Economia; elaborou uma tese da divisão e do equilíbrio dos ‘poderes’; e, portanto, um sistema de freios e controles do Estado que não se pôde designar como teoria de Estado ou principio político de construção.* V. PROF. CARL SCHMITT – *Der Begriff des Politischen*, Hanseatische Verlaganstalt, Hamburgo, 1935, pgs. 42 e 43<sup>21</sup> (grifo nosso).

A menção expressa à Schmitt sobre a natureza má do homem assume no âmbito da narrativa uma função bastante específica: dissociar a eventual ordem política bosquejada por Holanda do que ele chama de “construções dogmáticas da liberal-democracia<sup>22</sup>”. Se há uma eventual ordem adequada ao *ethos* brasileiro, essa certamente não seria a ordem liberal, à semelhança da do arranjo institucional republicano de 1891. Isso implica que da repulsa à toda

<sup>20</sup> Uma contextualização das posições adotadas por Max Weber na elaboração do aspecto lógico de sua sociologia compreensiva está presente em RINGER, Fritz. *Max Weber's Methodology: The Unification of the Cultural and Social Sciences*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1997.

<sup>21</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 334-335.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 325.

forma de hierarquia racional e da impossibilidade de uma resistência eficaz aos novos modismos dos tempos modernos - que Holanda aponta como consequências da cultura aqui gestada<sup>23</sup> - não deve advir necessariamente uma ordem pautada pelo progressismo civilizatório. Muito pelo contrário: as noções de personalismo e antiritualismo em nada se harmonizam com a abstração dos constructos associados comumente ao liberalismo político.

O Brasil descrito por Holanda vivia, assim como a Alemanha weimariana, uma tensão entre formas de dominação distintas, pensadas nos termos da sociologia da dominação weberiana<sup>24</sup>. O embate ocorria entre a forma de dominação legal-burocrática e a forma tradicional. O modelo de dominação abstracionista vinculava-se ao projeto civilizatório, ao passo que a dominação tradicional fora a forma de dominação sintônica com aquilo que denomina-se na obra de ruralismo<sup>25</sup>. A dicotomia entre as formas tradicional e legal-burocrática de dominação foi ordinariamente remetida à tensão expressa pela obra *Facundo*, que narra o embate entre a barbárie do caudilhismo *versus* o progresso do mundo europeu civilizado<sup>26</sup>. Deve-se destacar que Holanda mantém em vista a superação da recorrente dicotomia entre tradicional ruralista *versus* moderno civilizado, propondo assim uma ordem institucional que vá além da tensão tão bem expressa por *Facundo*. Isso o leva a afirmar que uma superação da doutrina democrática como praticada no Brasil, isto é, associada aos dogmas do parlamentarismo e das abstrações do Estado de Direito burguês, somente seria possível “efetivamente, quando tenha sido vencida a antítese impersonalismo – caudilhismo<sup>27</sup>”. Se os tipos ordinários de dominação, isto é, a dominação tradicional e a legal-burocrática, são superados, o que restaria como solução à adequação do plano institucional ao *ethos* brasileiro?

Parece-nos que a solução esboçada por Holanda aponta para a afirmação da forma de dominação carismática, o que implicaria na edificação de uma democracia plebiscitária no País. Essa solução é semelhante àquele presente no texto *Legalidade e Legitimidade*, onde Schmitt procura levar às últimas consequências um projeto previsto *in nuce* na Constituição de Weimar, qual seja, o da democracia plebiscitária, que encontra sua validade no carisma do Presidente do Reich eleito de forma majoritária. Segundo ele, “a legitimidade plebiscitária seria a única

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> WEBER, Max. Três tipos puros de dominação legítima. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 128-141.

<sup>25</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 150.

<sup>26</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização ou barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

<sup>27</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 317.

geralmente aceita como válida<sup>28</sup>”. Isso implicaria em investir o *Reichspräsident* com os poderes necessários para sua cruzada em face da atividade legiferante fragmentadora.

Deve-se ter em mente as considerações de Holanda sobre o personalismo, quais sejam, a de que este seria a única e verdadeira noção positiva entre os brasileiros e a menção de que a formação de elites governantes em torno de personalidades prestigiosas se apresentaria como o princípio político mais fecundo na América Latina<sup>29</sup>. O elo entre dominadores e dominados no que tange à base de legitimidade carismática é essencialmente pessoal: a influência na condução da vida dos indivíduos ocorre por um amor ou por uma admiração do líder/conductor, portador de uma dignidade especial diante de seus comandados<sup>30</sup>. É nesse ponto específico que a dominação carismática difere-se daquela burocrático-legal, pois o conductor é pessoalmente querido por aqueles sob sua influência, ao contrário do tipo burocrata do Estado legiferante, que tem seu poder de mando atrelado à observância de determinados procedimentos. A dominação carismática e sua realização na forma da democracia plebiscitária, por outro lado, minariam o pluralismo político que caracteriza o caudilhismo nos termos pensados por Sarmiento, isto é, diversos polos de influência regionais organizados sob a forma de um federalismo centrífugo. Na democracia plebiscitária, o liame pessoal que vincula os dominados ao polo ativo da dominação atrela-os apenas à figura do líder carismático, e não aos diversos senhores rurais que habitavam a cena política da Primeira República<sup>31</sup>.

#### IV. Carl Schmitt em *Raízes do Brasil, 1948*

A nova visão política de Holanda<sup>32</sup> orienta *Raízes do Brasil* como um todo, com suas supressões, modificações e adições textuais. A análise das apropriações teóricas na segunda edição do livro deve levar em conta a viragem política do autor, de forma que as concepções de Holanda em relação à sociedade, à tradição e ao Estado são completamente distintas daquelas

<sup>28</sup> Tradução livre de SCHMITT, Carl. *Legality and Legitimacy*. Durham: Duke University Press, 2004, p. 90: “And, nevertheless, plebiscitary legitimacy is the single type of state justification that may be generally acknowledged as valid today”.

<sup>29</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 322-323.

<sup>30</sup> WEBER, Max. Três tipos puros de dominação legítima, op. cit., p. 134-141.

<sup>31</sup> Um arranjo institucional fundado sobre a base de legitimidade do carisma seria algo inédito no século XX. Contudo, não podemos nos esquecer que o próprio Holanda experimentou, mesmo que por pouco tempo, a vida em uma sociedade assim edificada. Refiro-me aqui à Segunda República polonesa, juntamente com seu líder, o marechal Józef Piłsudski. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Marechal Piłsudski e os vícios do parlamentarismo polonês. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 157-160.

<sup>32</sup> Cf. CANDIDO, Antonio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro: Unicamp/Eduerj, 2008, p. 29-36.

professadas em 1936. Nada restou em relação ao trecho destacado anteriormente sobre a teoria de Schmitt. Caberia ao autor agora denunciar a cultura aqui gestada como *anomalía*, assim como buscar os caminhos necessários para edificação de um projeto civilizatório no País, noção essa associada ao ideário da democracia liberal. Isso não impediu, contudo, a presença de Schmitt no texto reformulado. Ele figura em um momento decisivo do texto, qual seja, nos fundamentos teóricos da elaboração do “homem-cordial”. Vejamos.

Na segunda edição da obra, afirma Holanda: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o ‘homem cordial’<sup>33</sup>”. Em uma perspectiva diacrônica, as alterações realizadas especificamente no trecho são discretas. O autor apenas substitui “O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz, quando disse<sup>34</sup>” por “Já se disse, numa expressão feliz”. A mudança que merece destaque no trecho é a adição de uma longa nota explicativa:

A expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este inserta em sua publicação Monterey (...). Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos “grupos primários”, cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, “não é somente de harmonia e amor. A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, *não cordial*, se chamará mais precisamente hostilidade. A distinção entre inimizade e hostilidade, formulou-a de modo claro Carl Schmitt recorrendo ao léxico latino: “*Hostis is est cum quo publice bellum habemus [...] in quo ab inimico differt, qui est is, quocum habemus privata odia [...]*”. Carl Schmitt, *Der Begriff des Politischen, Hamburgo, s. d. [1933], p. II, n.107*<sup>35</sup>.

Deve-se destacar, preliminarmente, que a apropriação do antiliberalismo schmittiano por parte de Holanda não acarreta na aceitação das concepções de sociedade e Estado defendidas pelo jurista alemão. Ocorre na segunda edição de *Raízes do Brasil* uma apropriação apenas de aspectos acessórios das reflexões de Schmitt, uma vez que a *Weltanschauung* schmittiana se opõe diametralmente ao projeto esboçado por Holanda em sua obra

<sup>33</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 254.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 266.

reformulada<sup>36</sup>. A obra de Schmitt mencionada por Holanda na nota é *O conceito do político* e parece-nos que o aspecto da obra de Schmitt apropriado diz respeito a uma “Teoria do Público<sup>37</sup>”, o que será mais bem esclarecido a seguir.

Na obra supramencionada, Schmitt afirma que “a distinção política específica, por meio da quais ações e motivos políticos se deixam esclarecer, é a distinção entre amigo e inimigo<sup>38</sup>”. Sob a lógica do jurista alemão, o par conceitual a amigo-inimigo seria a dicotomia política por excelência, de forma que a amizade desenvolve-se de forma proporcional ao temor diante da ameaça a um agrupamento humano, o que implica no caráter estrutural da inimizade política na constituição de um povo. O termo “povo” na acepção schmittiana não significa o mero *quantum* de indivíduos dispostos em um território, sob a influência de uma jurisdição<sup>39</sup>, mas sim um grupo de pessoas que, abandonando o recinto da privacidade, unem-se na defesa do coletivo em face de uma ameaça, seja ela externa ou interna. Afirma o jurista que “enquanto o povo existe na esfera do político, ele precisa, quando confrontado com o caso limite, decidir por si mesmo sobre sua existência – decidir sobre a distinção amigo e inimigo por si mesmo. Ali repousa a essência de sua existência política<sup>40</sup>”. Longe de conceber o povo como a mera soma dos privados, Schmitt atrela ao conceito a noção de *publicidade*. Ao subordinar a formação de um Estado coeso à noção de povo politicamente existente<sup>41</sup>, Schmitt afirma igualmente o caráter público do ente estatal. O encastelamento do indivíduo em seu mundo privado constituiria, assim, um empecilho para a coesão do povo e, conseqüentemente, para a existência do Estado nos termos postulados pelo jurista alemão.

A questão de *Raízes do Brasil* em sua edição reformulada é bastante similar. Na acepção de Holanda, o problema, quando da confirmação do diagnóstico do personalismo e do antiritualismo como elementos caracterizadores da cultura brasileira, se refere à esfera

<sup>36</sup> Esta forma de apropriação é comum no âmbito do Pensamento Social Brasileiro, presente em outros autores, como, por exemplo, Oliveira Vianna. Cf. VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*: Oliveira Vianna & companhia. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 29 et seq.

<sup>37</sup> Termo cunhado em KENNEDY, Ellen. \_\_\_\_\_. *Hostis Not Inimicus: Toward a Theory of the Public in the Work of Carl Schmitt*. In: DYZENHAUS, David (org.). *Law as Politics: Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham: Duke University Press, 1998, p. 92-108.

<sup>38</sup> Tradução livre de SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1963, p. 26: “Die spezifisch politische Unterscheidung, auf welche sich die politischen Handlungen und Motive zurückführen lassen, ist die Unterscheidung von Freund und Feind”.

<sup>39</sup> Como em JELLINEK, Georg. *Allgemeine Staatslehre*. 3. Auflage. Berlin: Julius Springer, 1929.

<sup>40</sup> Tradução livre de SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*, op. cit., p. 50: „Solange ein Volk in der Sphäre des Politischen existiert, muß es, wenn auch nur für den extremsten Fall – über dessen Vorliegen es aber selbst entscheidet – die Unterscheidung von Freund und Feind selber bestimmen. Darin liegt das Wesen seiner politischen Existenz”.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 20.



doméstica, em virtude do modelo de sociabilidade apontado como hegemônico no processo de socialização no País: o da família. Lembremos, pois, que o termo “cordial” guarda íntima relação com a tipologia da ação social desenvolvida por Weber, expressando, assim, o afeto enquanto sentido [*Sinn*], ou, de outra forma, padrão majoritário na construção da rede de implicações causais que a sociologia compreensiva necessita em suas explicações sócio-históricas<sup>42</sup>. A forma de sociabilidade associada ao ruralismo é a da família patriarcal, cujos padrões teriam influenciado de forma crucial a condução da vida dos indivíduos, mesmo que distantes do recinto doméstico. Como bem afirma Jessé de Souza, o homem cordial “é o homem moldado pela família, em contraposição à esfera política e econômica que exigem disciplina, distanciamento afetivo e racionalidade instrumental<sup>43</sup>”.

A forma própria de sociabilidade da esfera doméstica seria, nessa perspectiva, reproduzida pelos indivíduos mesmo nas situações em que o afeto e o antiritualismo deveriam ser, na medida do possível, neutralizados – como no seio da burocracia ou do mercado. Tendo em vista a “Teoria do Público” de Schmitt, pode-se dizer que o acastelamento do indivíduo em seu recinto doméstico – mesmo que da família – é um entrave decisivo para a existência do povo em sentido político. A acentuação singularmente enérgica do afetivo e a consequente atrofia das qualidades vinculadas à noção de autocontrole aparecem para Holanda indesejadas para uma população em vias de organizar-se politicamente – isto é, tornar-se uma entidade política publicamente existente. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que no Brasil não haveria povo, mas apenas um aglomerado de indivíduos atomisticamente dispostos, cada qual perseguindo seus interesses, orientados, sobretudo, pelo afeto. Nessa perspectiva, também não haveria Estado.

Na visão de Holanda, ambos são grandezas a serem formadas no País, sob a única condição do fim da cultura personalista e antiritualista. Isso somente ocorreria, segundo o autor, com a chamada “revolução vertical”, que teria o condão de extirpar a mentalidade associada à exigência de que “por trás do edifício do Estado, existam pessoas de carne e osso<sup>44</sup>”, engendrando assim o surgimento das formas modernas de “povo” e “Estado”.

### Referências Bibliográficas

---

<sup>42</sup> WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 18.

<sup>43</sup> SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*, op. cit., p. 55.

<sup>44</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 318-319.



BRODOCZ, André. Die politische Theorie des Dezisionismus: Carl Schmitt. In: SCHAAL, Gary et al (org.). *Politische Theorien der Gegenwart I*. Opladen e Farmington Hills: Verlag Barbara Budrich, 2009, p. 277-311.

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: raízes do Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 119-140, 2013.

FUNKE, Manfred. Republik im Untergang: Die Zerstörung des Parlamentarismus als Vorbereitung der Diktatur. In: BRACHER, Karl Dietrich; FUNKE, Manfred; JACOBSEN, Hans-Adolf (org.). *Die Weimarer Republik 1918-1933: Politik, Wirtschaft, Gesellschaft*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 1988, p. 505-531.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 157-160.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 334-335.

HOLMES, Stephen. *The Anatomy of Antiliberalism*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

JELLINEK, Georg. *Allgemeine Staatslehre*. 3. Auflage. Berlin: Julius Springer, 1929.

KENNEDY, Ellen. *Constitutional Failure*. Durham e Londres: Duke University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Hostis Not Inimicus: Toward a Theory of the Public in the Work of Carl Schmitt. In: DYZENHAUS, David (org.). *Law as Politics: Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham: Duke University Press, 1998, p. 92-108.

MASCHKE, Günter. Drei Motive im Anti-Liberalismus Carl Schmitts. In: HANSEN, Klaus; LIETZMANN, Hans (org.). *Carl Schmitt und die Liberalismuskritik*. Opladen: Leske u. Budrich, 1988, p. 55-80.

MEHRING, Reinhard. "Die Waffen sind das Wesen der Kämpfer selbst": Form und Sinn des Krieges nach Carl Schmitt. In: BECKMANN, Rasmus; JÄGER, Thomas (org.). *Handbuch Kriegstheorien*. Wiesbaden: Springer Verlag, 2011. p 248-255.

MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilian Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 11-26.

MUNZIGER-ARCHIV. Bio- und bibliografische Notizen zu Carl Schmitt. In: HANSEN, Klaus; LIETZMANN, Hans (org.). *Carl Schmitt und die Liberalismuskritik*. Opladen: Leske u. Budrich, 1988, p. 15-16.

QUARITSCH, Helmut. *Positionen und Begriffe Carl Schmitts*. Berlin: Duncker und Humblot, 1991.

RINGER, Fritz. *Max Weber's Methodology: The Unification of the Cultural and Social Sciences*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1997.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização ou barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1963.

\_\_\_\_\_. Die politische Theorie des Mythos In: \_\_\_\_\_. *Positionen und Begriffe: im Kampf mit Weimar-Genf-Versailles (1923-1939)*. Berlin: Duncker und Humblot, 1994, p. 11-21.

\_\_\_\_\_. *Ex Captivitate Salus: Experiências da Guerra 1945/47*. Colônia: Greven Verlag, 1950.

\_\_\_\_\_. *Legality and Legitimacy*. Durham: Duke University Press, 2004

\_\_\_\_\_. *State, Movement, People: The Triadic Structure of the Political Unity*. Corvalls: Plutarch Press, 2001.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

STRONG, Tracy B. Foreword: Dimensions of the new debate around Carl Schmitt. In: SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press, 2007, p. IX- XXXI.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*: Oliveira Vianna & companhia. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Três tipos puros de dominação legítima. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 128-141.

## Povo mestiço: pensando a conformação do léxico na historiografia brasileira

**Stéfany Sidô Ventura**

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: stefanysido@gmail.com

**Resumo:** Para fins de investigação deste trabalho, o que se intenta fazer é uma análise da produção intelectual e a problematização do corpus conceitual utilizado, a fim de captar a conformação das chaves de leitura sobre o povo brasileiro, datada entre finais do séc. XIX e décadas iniciais do séc. XX.

**Palavras-chave:** Historiografia brasileira; povo brasileiro; mestiçagem.

**Abstract:** For purposes of research since work, what we intend to do is an analysis of the intellectual production and the problematization of the conceptual corpus used to understand the conformation of the keys of reading about the Brazilian people, dating from the end of the century XIX and early decades of the century. XX.

**Key-words:** Brazilian historiography; brazilian people; miscegenation.

### A produção de uma História do Brasil

O fenômeno das academias literárias brasileiras ou academias brasílicas, no séc. XVIII, estimulam a produção intelectual sobre geografia, e história auxiliares para a compreensão da expansão militar, eclesiástica e civil de Portugal. Fundada em 1759, a Academia Brasílica dos Renascidos propunha “escrever a História Universal Secular, Eclesiástica e Geográfica da América Portuguesa com o objetivo comum de construir de um ponto de vista americanista da história do continente.” (KANTOR, 2003, p.53). Isto deveu-se a um processo de secularização do Ocidente. Pensar em uma perspectiva global o Império Português, implicava em colocar a América enquanto objeto histórico e ademais, a integração de povos não cristãos a história da humanidade, marcando a cisão entre a história sagrada e profana e na concepção do tempo.

A produção histórica brasileira, até este momento, baseava-se numa concepção da tradição clássica de história, marcada pela circularidade do tempo, a permanência da condição humana e no pedagogismo do exemplo. A história do Brasil era principalmente marcada pela descrição de seu território e natureza, indicação de nomes e momentos ilustres. Neste sentido, despontam nomes como João de Barros, André João Antonil, Sebastião da Rocha Pita, entre outros revisitando a perspectiva e a pragmática histórica (o que não quer dizer a suplantação de uma tradição por outra). Apontavam para a ausência de trabalhos de fôlego capazes de compreender a América em toda sua vastidão e complexidade, também para a produção de uma história formulada através de relatos de viagens e oralidade.

François Hartog (2004) ao trabalhar com o conceito de Regimes de Historicidade propõe a hipótese de que cada época produziria, em seus sujeitos, distintas formas de apreensão do tempo histórico, desta forma, passado, presente e futuro seriam compreendidos em acordo com as mudanças sociais (interpretação do tempo histórico).

O “antigo regime de historicidade” concebido sob *historia magistra vitae* (história como mestra da vida) compreendia que a partir de uma construção retrospectiva da história se apoiaria o presente, num processo de imitação, onde os exemplos do passado serviam de orientação de gestos e atitudes dos sujeitos no tempo presente. Portanto, justifica-se a importância dada às narrativas míticas, fabulosas e de viagem.

Desde a criação da Academia Real da História Portuguesa (em 1720), os historiadores régios propunham uma clara distinção entre a história sagrada e profana; diferenciando os planos da investigação heurística do trabalho hermenêutico, propriamente dito. O uso do método crítico era condição para validação das interpretações. De modo que, as narrativas fundadas em tradições orais, fábulas ou descrição de milagres só adquiriam alguma plausibilidade somente quando fundadas nas regras da boa crítica, ou seja, na comprovação documental dos acontecimentos descritos. (KANTOR, 2002, p. 57)

Interessante notar as reflexões a partir de uma moderna concepção de história, onde há uma função pragmática do conhecimento. Nesta nova formulação da história, exprime uma reorganização do tempo. Catroga (2009/2010) indica como o “alargamento do método histórico-filológico à investigação de todo o tipo de documentos escritos e a inserção dos fatos em explicações mais sensíveis às condicionantes do espaço e do tempo” (2009, p. 67), foram importantes contributos para a formulação de uma historiografia capaz de organizar as narrativas, no sentido de dar forma e substância a representações totalizadoras, com intuito de dar sentido a própria história.

No séc. XIX, principalmente após a instauração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), acadêmicos e literatos, estimulados pela busca da verdade e do sentido da história, aparados pelo valor documental, pelo recolhimento e verificação de fontes, se ocupavam em pensar estratégias de apreensão, compreensão e construção de uma história nacional. Como indica Januário da Cunha Barbosa, no “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” em 1839, “nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização.” (BARBOSA, 2010, p.22)

Também membro dessa elite ilustrada brasileira, Raimundo José da Cunha Matos, em 1839, escreve “Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”. Neste, entende a história como uma “ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados” (MATOS, 2010, p.123), onde há distinções entre seções principais (história geral) e subdivisões (história particular). Indicava que a história do Brasil deveria ser escrita a partir de três distintas épocas: dos aborígenes ou autóctones; áreas do descobrimento e administração colonial e a soberania do povo brasileiro.

Von Martius, em “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843) faz algumas observações a respeito do percurso da obra história brasileira, e aponta que apesar de inestimáveis, as obras que tratavam de forma particular, das províncias, dos fatos e dos acontecimentos, não satisfaziam “às exigências da verdadeira historiografia”. (VON MARTIUS, 2010, p. 82). Para ele, a história cerca-se de crônicas, fatos insignificantes e monotonia que prejudicam a narração. A história nacional seria “a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Ethiopica e India.” ( VON MARTIUS, 2010, p. 82).

A proclamação da República em 1889 implicou numa nova fase da produção intelectual brasileira. O ambicioso plano de instauração da República abarcava não somente a ordem política, mas também social e cultural. A fim de construir e legitimar a nação brasileira.

O projeto de República, que se pretendia construir no Brasil, tinha suas limitações estruturais, ideológicas e práticas. A República continha em sua gênese pressupostos de ordem sectária produtores de diferenciações que implicavam, em última instância, quais seriam os cidadãos da nova ordem política que se colocava. A história, neste sentido, incumbida de um diagnóstico capaz de apontar e conduzir a nação por caminhos de superação de seus entraves (do passado e presente), direcionando-a para a civilidade e a modernização no futuro.

Com a existência de uma população heterogênea, a questão da raça tornou-se palco de discussões nos meios intelectual e científico a fim de compreender, entre outros aspectos, se mestiços poderiam ser, e em que medida seriam, compatíveis com o ideário de progresso, modernização, liberalismo e civilização idealizados na construção da República Brasileira.

## **Do corpus conceitual da historiografia brasileira (séc. XIX e XX)**

O objetivo deste trabalho é promover uma análise da formação do corpus conceitual (termos e conceitos) utilizado por autores, dos séculos XIX e XX no Brasil, a fim de compreender as presenças e/ou ausências no vocabulário concernente ao estudo das raças. Para tanto, não visou escrever uma densa história das ideias ou conceitos, mas desvelar a experiência histórica, numa história social dos conceitos, entendendo estes como basilares da terminologia político-social que encarnava as leituras a respeito da formação do povo brasileiro.

Segundo Reinhart Koselleck (2006) conceitos são unidades fundamentadas no sistema político-social. O autor afirma a impossibilidade da existência de uma sociedade/comunidade sem a existência de conceitos organizadores da compreensão e do ato comunicativo. Neste sentido, investigar um conceito é para além da mera busca da repetição e utilização de palavras. Um conceito se dispõe para uma comunidade linguística comum a fim de gerar inteligibilidade, pertencimento e compartilhamento de uma ideia. Este “conteúdo do conceito” transcende a dimensão linguística, caracterizando como um fenômeno social mais complexo.

A partir da investigação dos conceitos, podemos reconhecer significados e noção, importantes para a construção de uma história que se dispõe a compreender o conteúdo político, cultural e social associado aos termos, considerando seu contexto situacional, o uso deste por seus contemporâneos e sucessores e a fixação e o partilha deste entre os membros de um grupo comum.

Koselleck (2006) indica a presença de uma batalha semântica para posicionar e fixar ideias e conceitos que são na verdade definições políticas e sociais. Este prélio indica o constante movimento de conteúdos e significados, ou seja, determinadas palavras que são constantes (não apresentam variação) em relação ao marco histórico/temporal podem conter, em si, uma derivação da manifestação de categorias conceituais. A introdução/produção de um novo conceito implica na construção de uma nova estrutura de significados, não isolada historicamente, mas representante de um processo de formação e transformação de elementos extralinguísticos, isto é, o aparecimento de uma nova terminologia social e política da língua.

Neste sentido, pode-se analisar a estrutura argumentativa de autores dos séculos XIX e XX, no Brasil, para compreender os traços modelares e a estrutura semântica utilizada, bem como compreender a singularidade contida nos argumentos de fundamentação de diferenças presentes nos estudos de raça e formação do povo brasileiro. O aspecto histórico dos conceitos

(interpretação social e concepção da significação) é fundamental para compreensão do sentido e compartilhamento de significantes e significados linguísticos, que são abstrações históricas, sociais e políticas.

Na esteira da formulação da historiografia brasileira, bem como da nação, intelectuais e letrados buscavam construir uma história nacional capaz de dar conta da realidade do país. Compreender as possíveis particularidade (físicas, morais e intelectuais) do povo brasileiro era crucial para se pensar o desenvolvimento histórico, os trânsitos e mesclas instauradas aqui. Intelectuais como Oliveira Vianna e Manoel Bomfim se dedicaram à compreender os processos formativos da nação, detendo atenção sobre a “herança genética” e étnica brasileira.

Manoel Bomfim (1868 – 1923), foi médico, psicólogo e pedagogo brasileiro. Bomfim compreendia a sociedade humana como um organismo, portanto, em seus estudos apontava para a paralisia que sofria o Brasil devido ao fenômeno do “parasitismo”. Segundo ele, os povos ibéricos sofreram um processo degenerativo na linha da evolução e a atrofia de alguns órgãos produziu disfunções por falta de uso. Para Bomfim (1993), a raiz do parasitismo português estaria nas atividades econômicas desenvolvidas na guerra contra os mouros e na exploração da mão de obra escrava,

A noção de “parasitismo social” se associa aos defeitos detectados da nação e a condição de “não progresso” do povo americano, portanto, “os primeiros (parasitários) seriam movidos por ‘instintos egoísticos’ em virtude do ócio social e os escravos (parasitados) trabalhariam para sustentar a economia do país, adaptando-se às precárias condições de vida que lhes tiraria a força para reclamar dessa situação”. (BOMFIM, 2005).

No livro “América Latina: males de origem” aponta para a incapacidade da ciência (positiva/ racista da época) de comprovar as ditas degenerações e inferioridades através do cruzamento de raças distintas. Indica que os produtos de cruzamento de raças demasiado diferentes podem gerar características regressivas como a esterilidade, mas por características físicas (fenotípicas) não era possível fazer este tipo de constatação.

Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de raças humanas diferente deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo menos o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica - e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e



quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física) não existe regressão intelectual? (BOMFIM, 1996: 206).

Fundamentalmente aponta o mestiço como fruto da união entre raças distintas e desloca dele a responsabilidade do atraso, subdesenvolvimento, barbarismo e retrocesso brasileiro. O mestiço, então, estaria física, biológica e mentalmente capacitado às condições de modernização e progresso que se objetivava na República Brasileira, porém, suas condições sociais, educacionais de parasitismo e exploração o barrava.

A obra do professor, etnólogo, historiador e sociólogo brasileiro Oliveira Vianna (1883 – 1951) é inegavelmente marcada pela temática racial. Em alguma medida, percebe-se a perspectiva do “racismo científico”, como nas obras: *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) e *Raça e Assimilação* (1932).

Vianna é influenciado por Le Bon (entendendo que a raça deve ser medida e compreendida por seus traços psicológicos e não físicos, distinguindo-as entre raças superiores e inferiores pela capacidade intelectual e pelo caráter – a alma da raça), Edmond Demolins (a noção da atuação do ambiente geográfico na constituição das relações de trabalho, na forma de propriedade e de família) e Vacher de Lapouge (de quem utiliza a questão dos fatores étnicos e a categoria racial do arianismo). Sobre as afirmações de que o país estava fadado ao fracasso e a barbárie afirmava a capacidade do progresso através da arianização.

Para Oliveira Vianna o tipo social do “matuto” seria o a expressão das consequências políticas, sociais e culturais que os latifúndios provocaram no Brasil. O latifúndio teve, no Brasil, um papel concentrador e potencializador como o centro de conversão e agregação das três raças (indígena, branca e negra), influenciando fortemente a conformação da nação, da própria nacionalidade, da vida social e política. A esfera social produzida no latifúndio era o que havia de mais original da formulação do caráter brasileiro. A aristocracia rural representaria a gênese do povo brasileiro. A imensidão territorial, os fatores e intemperismos geográficos produziam entraves para a ação humana sendo necessárias as figuras errantes do sertanejo, vaqueiro, bandeirantes e aventureiros e marcariam o país pela dispersão, regionalizado e tornando as localidades funcionarem como autarquias<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Como indica Resende (1989), em uma perspectiva histórica, a formação desses nichos fortemente voltados para “dentro”, tendencialmente aponta para formação de núcleos de economia que incorporavam as diferenças, vicissitudes e os préstimos de cada região. Esta era a força motriz que gerava um arranjo econômico marcado pela diferenciação e descentralização geográfica. Estes microssistemas econômicos apresentavam, em sua maioria, vestígios do funcionamento tradicional (pré-capitalista) baseado na força de mão de obra barata, produção agrícola, a inexistente ou insuficiente institucionalização de direitos de trabalho, entre outros. Herdados da experiência

Adepto do arianismo e da hierarquização racial apontava a raça negra como a parcela ignóbil do povo brasileiro. Em relação aos mestiços, não os considerava enquanto uma raça única, mas por uma multiplicidade de “tipos mestiços”, constituindo um espectro entre os mais ou menos evoluídos e suscetíveis à arianização, à civilização e a ordem.

Quando duas raças se misturam, os seus mestiços ficam sujeitos a certos golpes de atavismo que os podem fazer retornarem, no fim de algumas gerações, a um dos tipos étnicos geradores. Esse regresso ao tipo das raças originárias é uma lei antropológica, verificável nos meios étnicos heterogêneos e, principalmente, num meio étnico, como o nosso oriundo de mestiçagens múltiplas. Quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior. (VIANNA, 1973: 110)

Acreditava que a condição mestiça produzia nos homens, psicologicamente (através de um atavismo étnico), tendências à degeneração que, teria consequências negativas ao progresso e bom funcionamento do corpo social da nação.

Para fundamentar a análise proposta, a contraposição teórica dos autores é necessária. A argumentação expositiva e explicativa (o diagnóstico nacional) da formação histórica e social é difusa. Em cada um dos estudos apresentados são inegáveis as díspares conclusões tidas a respeito das raças no Brasil a partir da contribuição histórica, econômica e social de cada uma (indígena, negros e brancos).

## **Conclusão**

Segundo Adam Schaff (1978) há uma relação mútua entre a linguagem e a realidade. A “linguagem-pensamento” encarna a capacidade do processo cognitivo humano expresso através de um sistema de signos verbais. Assim, a linguagem é fruto de uma concepção abstrata e convencionalizada capaz de dar sentido à realidade. Portanto, para haver uma comunicação efetiva, o partilhamento de uma linguagem é primordial para constituir uma estrutura, uma zona de convergência, de ideias e conceitos.

É possível identificar, através do estudo do léxico e do vocabulário utilizado, na obra de cada um dos autores, que havia ideias e conceitos em disputa (tensão entre realidade e conceito) como os regressão ancestral, modificações orgânicas, atavismos, entre outros, mas há certos conceitos que são balizares e estruturantes do pensamento e não entram no jogo da negociação

---

econômica portuguesa e europeia, o agrário e a ruralização também eram importantes motes para se compreender a constituição do panorama apresentado ao final do século XIX e início do XX.

como os de qualidade genética, psique nacional, condições biológica dos cruzamentos, progresso, evolução, qualidades genéticas, selvagem, primitivo , entre outros.

Com isso quero dizer que há certos “pormenores”, elementos marginais do texto, que ficam matizados em detrimento de encontrar as linhas gerais do pensamento e localizar a obra/autor numa tradição de pensamento. A forma com que cada autor expressa suas filiações e convicções, que dão a tônica de suas obras, nesse momento e no tocante as raças do Brasil, os separa e categoriza, em duas grandes chaves: os que viam com bons olhos a mestiçagem racial e os que a entendiam como um fator de entrave e complicação. Buscar para além das tônicas maniqueístas, por vezes eivadas de pré-noções errôneas, leituras mais atentas que demonstram a grande complicação de se encaixar autores e pensamentos numa concepção estanque e polarizada.

Portanto, no caso brasileiro, para além de uma superação de ideias e conceitos, havia uma justaposição destes. Estes que muitas vezes para nós são concorrentes e dicotômicas, estavam no discurso de época se entrecruzando a fim de dar sentido e conta da realidade que se apresentava. É preciso fazer uma leitura do texto, mas também atentar-se para a condição do autor em seu tempo: para quem se falava, como se deu a construção do pensamento, sua forma de trabalhar a retórica, uma espécie de “intencionalidade” autoral (considerando a direção dos textos) e o sentido público e político de sua obra.

### **Bibliografia:**

BOMFIM, Manoel. A América Latina males de origem. Rio de Janeiro. Topbooks. 1993.

BOMFIM, Manoel. O Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro ,Recife, Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1940.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: Fronteiras do Milênio. Rio Grande do Sul. Editora da Universidade. 2009.

CATROGA, Fernando. Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história. São Paulo. Almedina. 2010.

CATROGA, Fernando. Outros combates pela história. Coimbra.2010. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31570/1/3-Fernando%20Catroga.pdf?ln=pt-pt>

CHAMBOULEYRON Rafael y BOMBARDI Fernanda Aires, “Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)”, *Varia historia*, Belo Horizonte, 46, 2011, 601-623.

CHAMBOULEYRON Rafael, BOMBARDI Fernanda Aires y DE MELO Vanice Siqueira, “O ‘estruondo das armas’: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”, *Projeto história*, São Paulo, 39, jul-dic 2009, 115-137.

GRUZINSKI, S. *A águia e o dragão: ambições e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das letras, 2015

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004 [original de 1996], p. 13-23 (Introdução – Viajantes e homens-fronteira) e p. 93-122 (Cap. III – Invenção do bárbaro e inventário do mundo).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 52 edição, Rio de Janeiro, José Olympio. 1953.

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas. Ed. da Unicamp. 1992.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978;

SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. In: ODÁLIA, Nilo. *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979, p. 33-108.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas. Editora UNICAMP. 1991.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Aguilar. 2002.

VON MARTIUS, Karl Friederich P. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 61-91.

## A recepção dos filmes e das ideias de Jean-Luc Godard na cultura brasileira (década de 1960)

**Luiz Octavio Gracini Ancona**  
Mestrando em História Social  
FFLCH – USP  
E-mail: luizancona@hotmail.com

**Resumo:** Esta comunicação apresentará alguns dos resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado em História Social que desenvolvo na Universidade de São Paulo com o apoio da FAPESP. Nosso objeto de investigação é a recepção dos filmes e das ideias de Jean-Luc Godard no Brasil de 1961 a 1970. A comunicação se dividirá em três partes, visando abarcar panoramicamente a totalidade da pesquisa: 1) uma introdução à repercussão dos filmes de Godard em notícias e críticas de jornais; 2) uma caracterização do projeto do cineasta brasileiro Glauber Rocha a partir de seus escritos sobre Godard; 3) uma apresentação do processo censório do filme *A chinesa*, cuja interdição em 1968 suscitou uma vasta polêmica e manifestações de indignação na imprensa.

**Palavras-chave:** História cultural; Cinema; Recepção; Censura; Jean-Luc Godard.

**Résumé :** Cet article présentera quelques résultats obtenus par ma recherche de Master en Histoire Sociale développée à l'Université de São Paulo avec le soutien de la FAPESP. Notre bout d'investigation est la réception des films et des idées du réalisateur Jean-Luc Godard au Brésil, de 1961 à 1970. L'article est divisé en trois parties : 1) une introduction à la répercussion des films de Godard dans la presse brésilienne ; 2) une caractérisation du projet esthétique et idéologique du réalisateur brésilien Glauber Rocha à partir de ses écrits sur Godard ; 3) une présentation du processus de censure mené contre le film *La chinoise*, dont l'interdiction en 1968 a suscité une vaste polémique et des manifestations d'indignation dans la presse.

**Mots-clés :** Histoire culturelle ; Cinéma ; Réception ; Censure ; Jean-Luc Godard.

### Introdução

A partir da segunda metade da década de 1950, a produção cinematográfica brasileira viveu um período de radicais transformações. Jovens cineastas visaram alterar o lugar ocupado pelo cinema nacional no interior de nossa cultura e buscaram fazer do cinema um instrumento de reflexão e de crítica social. Para isso, introduziram renovações nas linguagens e nas formas de seus filmes. Aliava-se experimentalismo estético, preocupação nacionalista e posicionamento ideológico de esquerda<sup>1</sup>. De acordo com a historiografia do cinema brasileiro, nesse momento iniciava-se o período que ficou conhecido como *cinema brasileiro moderno*, o qual se estendeu até meados dos anos 70 e abarcou movimentos como o Cinema Novo e o Cinema Marginal.

No entanto, tal contexto de modernização cinematográfica não pode ser entendido restrito ao caso particular nacional. O cinema moderno - ou seja, a ruptura com as maneiras

---

<sup>1</sup> XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 14.

tradicionais de se pensar e de se fazer cinema - foi um fenômeno de dimensão global<sup>2</sup>, e a filmografia brasileira deste período traçou percursos paralelos a de diversos outros países da Europa, da América Latina e da Ásia<sup>3</sup>. Dessa forma, muitos são os diálogos estabelecidos pela produção fílmica brasileira e a de realizadores estrangeiros. E, na bibliografia que abordou o tema, um realizador específico aparece em posição de destaque: o franco-suíço Jean-Luc Godard.

Por exemplo: Ismail Xavier evocou a figura de Godard como elemento comparativo em suas análises de filmes de grandes cineastas modernos brasileiros: Glauber Rocha<sup>4</sup>, Rogério Sganzerla, Júlio Bressane e Andréa Tonacci<sup>5</sup>. Xavier vai ainda mais além. Para ele, a trajetória de Godard ao longo da década de 1960 é paradigmática, pois condensa características que permeiam toda uma geração. Nesse sentido, ele traça uma analogia entre o percurso seguido pela obra do cineasta franco-suíço e as transformações ocorridas no interior do cinema brasileiro naquele momento. Tanto a obra de Godard quanto a de certos autores brasileiros encaminham-se para uma desconstrução cada vez mais radical da linguagem, cada vez mais associada à alegoria, à colagem de citações e à discussão da própria natureza cinematográfica<sup>6</sup>.

Ainda segundo Xavier, Godard foi também decisivo para a história da crítica de cinema no Brasil, uma vez que suas ideias nortearam os debates travados durante os anos 1960. De acordo com esse autor, na década de sessenta foram típicos “os debates em que, na tônica do ‘cinema de autor’, godardianos e não godardianos discutiram os caminhos do cinema entre uma linguagem mais convencional e uma estética da colagem e da experimentação”<sup>7</sup>.

Por fim, Godard não é mencionado com tamanho destaque apenas pela bibliografia que abordou o cinema brasileiro e sua crítica, mas também por aquela que investigou a história da censura cinematográfica no Brasil. A historiadora Meize Lucena Lucas, por exemplo, afirma que Godard foi um dos cineastas estrangeiros que tiveram “suas películas mais cuidadosamente apreciadas” pelos censores da ditadura militar<sup>8</sup>. Assim como o jornalista Inimá Simões afirma

---

<sup>2</sup> DÁVILA, Ignacio Del Valle. *Cámaras em trance: el nuevo cine latinoamericano, un proyecto subcontinental*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2014. p. 31.

<sup>3</sup> XAVIER, Ismail. *Op. cit.* p. 15.

<sup>4</sup> Cf. Idem. *Sertão-mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

<sup>5</sup> Cf. Idem. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

<sup>6</sup> Idem. *Ibidem.* pp. 50-53.

<sup>7</sup> Idem. *Op. cit.* 2001. p. 15.

<sup>8</sup> LUCAS, Meize Lucena. Cinema e censura no Brasil: uma discussão conceitual para além da ditadura. *Projeto História*, São Paulo, n. 51, pp. 190-214, dez. 2014. p. 207. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24036/18607>

que Godard era tido pelo regime como “o messias do cinema moderno e subversivo”<sup>9</sup>, a “besta fera da comunidade de informação”, e por isso constava como um dos cineastas cujos filmes “deveriam ser vigorosamente vigiados”<sup>10</sup>.

Assim, foi partindo da constatação dos lugares privilegiados que a bibliografia brasileira concedeu a Jean-Luc Godard que concebi a pesquisa de mestrado em História Social que desenvolvo atualmente na Universidade de São Paulo. Minha dissertação analisa a recepção dos filmes e das ideias de Godard no Brasil de 1961 a 1970. Utilizo como fontes primárias críticas de cinema veiculadas na imprensa da época, textos de cineastas brasileiros do período e documentos censórios produzidos pela burocracia da ditadura militar. Nesta comunicação apresentarei uma pequena parte dos resultados obtidos até o presente estágio de investigação.

### **Godard nas fontes de imprensa**

A primeira atividade desenvolvida assim que iniciei a pesquisa foi a consulta aos acervos de jornais do período à procura de fontes primárias. Optei por realizar a busca em três periódicos de grande veiculação à época, concentrados nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro: o *Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da manhã*. Foram mais de 2.100 referências a Jean-Luc Godard, confirmando a repercussão bastante significativa que o cineasta teve na imprensa brasileira do período.

No entanto, tal repercussão foi crescendo gradativamente ao longo dos anos. Nos anos iniciais de meu recorte, de 61 a 63, ainda são poucas as referências ao cineasta. Este, quando referenciado, tem seu nome associado ao de outras personalidades de maior fama, como a estrela Brigitte Bardot<sup>11</sup> e o cineasta veterano Fritz Lang<sup>12</sup>, ambos atores no filme *O desprezo*<sup>13</sup> que Godard dirigiu em 1963. Até 1964, a distribuição dos filmes de Godard no Brasil era “desfalcada”, conforme relatou o cineasta Rogério Sganzerla. Dos oito longas-metragens que Godard já realizara àquele momento, apenas três haviam sido exibidos no país<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> SIMÕES, Inimá. Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 1999. p. 16.

<sup>10</sup> Idem. Ibidem. p. 98.

<sup>11</sup> O ESTADO DE S. PAULO. O novo filme de Brigitte. São Paulo, p. 09, 08 jan. 1963.

<sup>12</sup> Idem. Fatos mais relevantes do mundo do cinema em 1963. São Paulo, p. 10, 03 jan. 1964.

<sup>13</sup> Em outra ocasião, o *Estadão* referia-se ao mesmo filme dando ênfase na figura de seu produtor, o italiano Carlo Ponti, figura célebre à época devido à produção de diversos sucessos comerciais. Cf. O ESTADO DE S. PAULO. Novas produções de Carlo Ponti. São Paulo, p. 13, 05 mar. 1963.

<sup>14</sup> SGANZERLA, Rogério. *Por um cinema sem limite*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001. p. 101.



O ápice do número de menções a Godard se dá no período entre 1966 e 1968. Aqui, é interessante atentar para o fato de que é justamente neste período que os filmes de Godard radicalizam-se tanto ao nível da desconstrução da linguagem cinematográfica, quanto ao nível ideológico, assumindo discursos explicitamente marxistas<sup>15</sup>. Assim como, no Brasil, tal período marca os momentos iniciais da ditadura militar. Momento no qual a implementação de um aparato estatal extremamente autoritário ainda coexistia com uma intensa produção artística de esquerda crítica ao regime vigente<sup>16</sup>.

O ano em que o nome de Godard mais apareceu na imprensa brasileira foi 1968 – ano que entrou para a história, do Brasil mas não só, como sinônimo de efervescência cultural e de agitação política. Naquele ano, Godard já conquistara tanto destaque que chegou mesmo a ser alvo de uma matéria na coluna social do *Correio da manhã*, intitulada “Godard, o mito”<sup>17</sup>. Mas sua figura era sobretudo associada a movimentos de contestação política. Por exemplo: em maio de 67, o crítico José Lino Grünewald elencava o cinema de Godard como um dos produtos culturais consumido pela juventude “inconformada” que naquele momento saía às ruas em protesto contra o regime autoritário<sup>18</sup>.

Nesse primeiro trabalho de levantamento documental, consegui selecionar um vasto e expressivo *corpus*, composto por cerca de cinquenta textos de grandes críticos e jornalistas do período. Tais fontes me permitem recuperar a caracterização dos debates estéticos e ideológicos travados à época, uma vez que o conjunto é composto por autores que apresentaram diferentes posturas em relação à obra de Godard; desde as declarações mais elogiosas e admiradas às mais severas críticas e recusas. Ou seja, me permitem recuperar o debate de que Ismail Xavier falara, o qual opôs “godardianos” e “não godardianos” nas discussões acerca dos rumos do cinema brasileiro moderno.

### **Godard nos escritos de Glauber Rocha.**

<sup>15</sup> GUBERN, Román. *Godard polêmico*. 2ª ed. Barcelona: Tusquets Editor, 1974. p. 09.

<sup>16</sup> Conforme apontou o historiador Marcos Napolitano, entre 1964 e 1968 “vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura”. Cf. NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 97-98.

<sup>17</sup> LOPES, Rosita Thomas. Godard, o mito. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 2º cad., p. 03, 14 mai. 1968. A autora afirmava que “a polêmica com que a crítica internacional invariavelmente envolve os filmes do sempre jovem e renovado Jean-Luc Godard projetou sobre ele tamanho interesse do público, que hoje em dia acredito ser muito difícil que um filme de Godard não seja comercial”.

<sup>18</sup> GRÜNEWALD, José Lino. Passeatas. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 06, 27 mai. 1967.

Numa segunda parte da dissertação analiso de que maneira se deu a apropriação do cinema godardiano pelos projetos estético-ideológicos de dois cineastas brasileiros do período: Glauber Rocha e Rogério Sganzerla. No que diz respeito a Glauber, seria impossível deixá-lo de fora de uma pesquisa que pretende investigar a recepção de Godard no Brasil na década de 60. Isso pois são vários os diálogos, já largamente apontados pela bibliografia<sup>19</sup>, estabelecidos pela obra dos dois realizadores; e também porque Godard foi o cineasta mais referenciado na vasta produção escrita do brasileiro<sup>20</sup>. Dessa forma, organizei um conjunto de doze textos, escritos por Glauber entre 1963 e 1970, de distintas naturezas: críticas, manifestos, entrevistas e correspondências pessoais. Ao analisar tal documentação, pude concluir que Glauber empreendeu uma interpretação bastante própria dos filmes e das ideias de Godard, integrando-os a seu projeto pessoal.

Já na introdução à *Revisão crítica do cinema brasileiro*, de 1963, Glauber menciona Godard em posição de destaque. O francês é tomado enquanto síntese do *cinema de autor*, método escolhido por Glauber para nortear não apenas sua produção, mas de toda a moderna filmografia brasileira. Para Glauber, o cinema de autor é um método revolucionário, pois, ao romper com os padrões alienantes e ilusórios do cinema comercial, possibilita a verdadeira apreensão da realidade. E é a Godard quem o brasileiro recorre em sua exemplificação: “Godard apreendendo o cinema, apreende a realidade”<sup>21</sup>.

Tal ideia é retomada no manifesto *Tricontinental* de 1967, no qual o cinema de autor passa a ser entendido enquanto um método “de guerrilha”. Aqui, Glauber associa-se à ideia de “revolução tricontinental” proposta por Che Guevara, segundo a qual os três continentes que compunham o Terceiro Mundo (América Latina, África e Ásia) deveriam se unir contra o imperialismo do Primeiro Mundo<sup>22</sup>. Para Glauber, o cinema moderno, *de autor*, é um instrumento nessa luta terceiro-mundista e anticolonial. E mesmo que Godard seja um europeu,

<sup>19</sup> Além das aproximações apontadas por Ismail Xavier, as relações entre Glauber Rocha e Jean-Luc Godard foram tratadas também por Mateus Araújo Silva e José Carlos Avellar. Os autores, cada qual à sua maneira, abordaram o diálogo estabelecido pelos dois cineastas centrando suas análises em *Vento do leste*, filme que Godard realizou em parceria com Jean-Pierre Gorin em 1969, sob assinatura do *Grupo Dziga Vertov*, e no qual Glauber atua em uma cena decisiva. Cf. SILVA, Mateus Araújo. Godard, Glauber e o *Vento do leste*: alegoria de um (des)encontro. *Devires – cinema e humanidades*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, pp. 36-63, jan.-jun. 2007; AVELLAR, José Carlos. Vento, barravento: Glauber e Godard na porta da usina Lumière. In: ALMEIDA, Jane de (Org.). *Grupo Dziga Vertov*. São Paulo: Witz Edições, 2005. pp. 79-87.

<sup>20</sup> SILVA, Mateus Araújo. Eisenstein e Glauber Rocha: notas para um reexame de paternidade. In: MENDES, Adilson (org.). *Eisenstein/Brasil/2014*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014. pp. 197-215. p. 197.

<sup>21</sup> ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 36.

<sup>22</sup> Cf. GUEVARA, Ernesto Che. Crear dos, tres, muchos Vietnam. *Tricontinental*, Havana, 16 abr. 1967. Disponível em: [https://www.marxists.org/espanol/guevara/04\\_67.htm](https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm).

do primeiro mundo desenvolvido e colonizador, continua sendo escolhido por Glauber como síntese do método a ser seguido. Tal escolha de um método e de um cineasta estrangeiros não implica, de forma alguma, numa aplicação descontextualizada à realidade do Brasil e do Terceiro Mundo. Pelo contrário, Glauber defende que a revolução empreendida por Godard no cinema francês é útil enquanto “comportamento”, estratégia que deve ser “instrumentalizada”, ou seja, adequada às demandas próprias do Terceiro Mundo, no caso a luta anticolonial contra o mundo desenvolvido<sup>23</sup>.

No mesmo ano, 1967, Glauber publica um longo artigo intitulado *Você não gosta de Jean-Luc Godard? (Se não, está por fora)*. O título, provocativo à maneira de Glauber, já denuncia a tônica do texto: enfático e apologético, repleto de admiração pelo cineasta franco-suíço. Glauber é hiperbólico em seus argumentos que visam convencer o leitor a gostar de Godard: “compreender Godard [...] é um dos mais importantes acontecimentos na vida de uma pessoa”. É apresentado até mesmo um guia “de como ver um filme de Godard”, com onze “regrinhas” a serem seguidas. Isso pois, já diz o título, não gostar de Godard significa estar “por fora”, ser atrasado, é um “reflexo típico de um inadaptado ao mundo moderno”<sup>24</sup>.

No mesmo texto, Glauber apresenta também uma leitura teleológica da história do cinema, na qual Godard aparece como o ponto máximo até aquele momento, e cujo futuro inexorável seria o cinema moderno do Terceiro Mundo<sup>25</sup>. Ou seja, uma vez aberto o *front* do cinema moderno pelo guerrilheiro Godard, agora cabe aos cineastas do mundo subdesenvolvido formarem um exército a fim de garantirem que a teleologia se cumpra.

No biênio 1969-70, as avaliações de Glauber sobre Godard mudam um pouco de tom. O brasileiro continua expressando admiração pelo colega europeu, mas agora passa também a tecer críticas e a marcar distanciamentos em relação ao mesmo. Tais escritos são fortemente marcados pelo contato pessoal dos dois cineastas na Itália, em 1969, quando Glauber atuou em uma cena do filme de Godard *Vento do leste*. Na ocasião, os dois realizadores apresentaram opiniões divergentes em um debate acerca dos rumos do cinema moderno. O brasileiro resume as divergências:

Nos dias passados falei com Godard sobre a colocação do cinema político. Godard sustenta que nós no Brasil estamos na situação ideal para fazer um cinema revolucionário, e ao invés disso, fazemos ainda um cinema revisionista [...]. Eu entendo Godard. Um cineasta europeu, francês, é lógico que se ponha

<sup>23</sup> ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 109.

<sup>24</sup> Idem. *O século do cinema*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. pp. 368-370.

<sup>25</sup> Idem. *Ibidem*. p. 365.

o problema de destruir o cinema. Mas nós não podemos destruir aquilo que não existe. [...] Nós não temos o que destruir, mas construir. Cinemas, Casas, Estradas, Escolas, etc.<sup>26</sup>

O trecho deixa claro que o desacordo se dá tendo em vista o contexto no qual cada um dos realizadores está inserido. Os dois cineastas partem de um pressuposto essencial em comum: a crença na possibilidade de revolução social por meio da via cultural a partir da revolução nas formas de se fazer e de se pensar o cinema<sup>27</sup>. Mas seus projetos não são idênticos. Jamais poderiam ser, devido às gigantescas diferenças dos contextos políticos vividos por cada um deles. E é no intuito de melhor delimitar e defender a particularidade de seu projeto que se dirigem os textos de Glauber.

É nesse sentido que Godard passa, então, a ser caracterizado como sinônimo de crise do cinema, e também da civilização, do Primeiro Mundo. Tal caracterização direciona o projeto de Glauber rumo à realização de sua própria teleologia histórica, ou seja, a vitória do cinema do Terceiro Mundo sobre o cinema do colonizador. Para isso, Glauber chega a decretar o “suicídio” de Godard:

Eu vi de perto o cadáver do suicida Godard que, ali naquela tela em 16 mm, era a imagem morta da colonização. Meus colegas: eu vi a colonização morta! Se fui um brasileiro privilegiado, perdoem-me, mas se espalho a notícia em primeira mundial, é apenas para deixar bem claro que É PRECISO CONTINUAR A FAZER CINEMA NO BRASIL!<sup>28</sup>

O irmão europeu que despertava em Glauber tanta admiração precisou se suicidar, precisou sair de cena para dar lugar aos cineastas do Brasil e do Terceiro Mundo, os únicos que poderiam conduzir a História a seu fim teleológico.

### **Godard sob censura**

Uma terceira parte da pesquisa dedica-se aos documentos que compunham os processos de censura prévia aos filmes de Godard durante o período de meu recorte cronológico. Tais documentos foram coletados em visita ao arquivo da Divisão de Censura e Diversões Públicas, localizado na Coordenação Regional do Distrito Federal do Arquivo Nacional, em Brasília. A importância de se abordar tal problemática de investigação me foi revelada durante o levantamento nos acervos dos jornais. Em fevereiro de 1968, os três jornais que pesquisei noticiaram o veto à exibição do filme *A chinesa*, lançado na França no ano anterior. De acordo

<sup>26</sup> ROCHA, Glauber. *Op. cit.* 2004. p. 152.

<sup>27</sup> AVELLAR, José Carlos. *Op. cit.* p. 87.

<sup>28</sup> ROCHA, Glauber. *Op. cit.* 2006. p. 319.

com matéria publicada no *Estadão*, a Polícia Federal argumentara que a obra era “passível de interpretações distorcidas, tornando-se contrária aos interesses nacionais”<sup>29</sup>.

Ao consultar os pareceres emitidos à época<sup>30</sup>, verifiquei que a obra fora avaliada por três censores. O primeiro deles afirmava que o filme era “inconveniente para ser exibido livremente” e que deveria ser avaliado por “oficiais do exército, que, mais familiarizados com a doutrina de segurança nacional, poderiam opinar se a película não fere os objetivos nacionais permanentes”. A segunda censora, por sua vez, não teve dúvidas: decretou a interdição do filme, que ela julgou uma “propaganda do regime comunista” visando manipular a mente do “espectador menos avisado”. Na mesma direção, o terceiro censor votou pela proibição argumentando que “Godard (...) lançou uma série de mensagens politicamente negativas, prejudiciais, à causa da democracia”. Chega a ser cômico, para não dizer trágico, ver um censor recorrendo ao argumento da “democracia” para vetar a circulação de uma obra de arte.

Após divulgada a interdição, os jornais noticiaram também diversas polêmicas suscitadas, bem como manifestações de indignação de artistas e intelectuais. No *Correio da Manhã*, por exemplo, a proibição recebeu fortes ataques em textos dos críticos José Lino Grünewald<sup>31</sup>, Mário Pedrosa<sup>32</sup> e Ruy Castro<sup>33</sup>. Já o *Jornal do Brasil* apresentou uma entrevista com os cineastas e críticos David Neves e Maurício Gomes Leite, na qual estes debochavam dos censores que, certamente, não haviam compreendido o filme<sup>34</sup>. Jacques Valenal, diretor do Consórcio Franco-Brasileiro, empresa responsável pela distribuição do filme, também declarou sua indignação em entrevista ao mesmo jornal. Segundo ele, a proibição era “incorreta” e “absurda”. Valenal afirmava ainda que, caso não obtivesse a revogação da proibição por meio da pressão na imprensa, levaria a Censura Federal à Justiça<sup>35</sup>.

As pressões foram tamanhas que a avaliação final do filme coube ao Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, que optou pela sua liberação em um parecer que contrariava toda a argumentação prévia dos censores, e que teve partes transcritas em matéria do *Estadão*

<sup>29</sup> O ESTADO DE S. PAULO. Censura proíbe Godard. São Paulo, p. 07, 29 fev. 1968.

<sup>30</sup> Pareceres presentes no Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Série “Censura prévia”. Subsérie: “Filmes”. Caixa 173. Item 7137.

<sup>31</sup> GRÜNEWALD, José Lino. Godard contra os bonzos. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1968, 4º cad., p. 3.

<sup>32</sup> PEDROSA, Mário. Censores, tirem as patas de cima do teatro e do cinema. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4º cad., p. 3, 24 mar. 1968.

<sup>33</sup> CASTRO, Ruy. Um bonde chamado censura. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 2º cad., p. 3, 13 mar. 1968.

<sup>34</sup> JORNAL DO BRASIL. Cineastas acham que não se entendeu A chinesa. Rio de Janeiro, p. 16, 01 mar. 1968.

<sup>35</sup> Idem. Proibição de A chinesa surpreende. Rio de Janeiro, p. 08, 02 mar. 1968.

de 23 de março de 1968<sup>36</sup>. Em seu texto, Gama e Silva afirmava que *A chinesa* não oferecia “qualquer risco à segurança nacional e à formação de nossa mocidade”, uma vez que tratava-se de “obra satírica e destituída de mensagem positiva a favor do marxismo-leninismo”. Mas, mesmo depois de liberado, o filme continuou gerando polêmicas. Sua pré-estreia no Rio, inicialmente marcada para o dia 02 de abril, foi cancelada por imposição de “autoridades militares”, que “aconselharam a não exibição do filme ‘até que se acalmem os ânimos’”, conforme noticiado pelo *Jornal do Brasil*<sup>37</sup>.

A partir dessa polêmica repercussão podem ser identificadas algumas das motivações ideológicas que pautavam o aparato de controle e repressão da cultura por parte do Estado ditatorial. No caso, a proibição de *A chinesa* se deve à ideologia militarista da “segurança nacional”, que tinha como conceito chave a ideia de “guerra interna” contra um inimigo comum bastante claro: o comunismo<sup>38</sup>. É possível evidenciar também como àquela altura Godard já conquistara expressiva importância nos meios jornalístico, artístico e intelectual, o que levou às manifestações de indignação divulgadas na imprensa, as quais fizeram com que o regime autoritário cedesse e revogasse a interdição. Esse caso é um claro exemplo dos diálogos que setores da sociedade civil buscavam estabelecer com a ditadura militar. Mas, vale lembrar: o ocorrido se deu entre fevereiro e março de 1968. Em dezembro daquele ano seria promulgado o Ato Institucional Número 5 visando acabar com esse cenário aparentemente permissivo que imperara nos anos iniciais do regime.

## Conclusão

Busquei aqui uma apresentação dividida em três partes visando abarcar panoramicamente a totalidade de minha pesquisa, que tem como objetivo mapear a trajetória de diferentes recepções que as obras e as ideias de Godard receberam, de 1961 a 1970, na cultura brasileira. Cultura aqui abordada tanto sob o aspecto da produção quanto da repressão cultural; e entendida a partir da conjugação de aspectos artísticos e intelectuais – jornalismo, crítica de cinema e projetos de cineastas – e aspectos políticos – as questões de “segurança nacional” próprias ao Estado autoritário.

---

<sup>36</sup> O ESTADO DE S. PAULO. “A chinesa” é sátira maliciosa para Gama. São Paulo, p. 09, 23 mar. 1968.

<sup>37</sup> JORNAL DO BRASIL. Crise adia exibição de “A chinesa”. Rio de Janeiro, 03 abr. 1968, p. 17.

<sup>38</sup> LUCAS, Meize Lucena. *Op. cit.* p. 203.



### Referências bibliográficas:

AVELLAR, José Carlos. Vento, barravento: Glauber e Godard na porta da usina Lumière. In: ALMEIDA, Jane de (Org.). *Grupo Dziga Vertov*. São Paulo: Witz Edições, 2005. pp. 79-87.

CASTRO, Ruy. Um bonde chamado censura. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 2º cad., p. 3, 13 mar. 1968.

DÁVILA, Ignacio Del Valle. *Cámaras em trance: el nuevo cine latinoamericano, un proyecto subcontinental*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2014.

GRÜNEWALD, José Lino. Passeatas. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 06, 27 mai. 1967.

\_\_\_\_\_. Godard contra os bonzos. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4º cad., p. 3, 10 mar. 1968.

GUBERN, Román. *Godard polémico*. 2ª ed. Barcelona: Tusquets Editor, 1974.

GUEVARA, Ernesto Che. Crear dos, tres, muchos Vietnam. *Tricontinental*, Havana, 16 abr. 1967. Disponível em: [https://www.marxists.org/espanol/guevara/04\\_67.htm](https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm).

JORNAL DO BRASIL. Cineastas acham que não se entendeu A chinesa. Rio de Janeiro, p. 16, 01 mar. 1968.

\_\_\_\_\_. Proibição de A chinesa surpreende. Rio de Janeiro, p. 08, 02 mar. 1968.

\_\_\_\_\_. Crise adia exibição de “A chinesa”. Rio de Janeiro, p. 17, 03 abr. 1968.

LOPES, Rosita Thomas. Godard, o mito. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 2º cad., p. 03, 14 mai. 1968.

LUCAS, Meize Lucena. Cinema e censura no Brasil: uma discussão conceitual para além da ditadura. *Projeto História*, São Paulo, n. 51, pp. 190-214, dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24036/18607>.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

O ESTADO DE S. PAULO. O novo filme de Brigitte. São Paulo, p. 09, 08 jan. 1963.

\_\_\_\_\_. Novas produções de Carlo Ponti. São Paulo, p. 13, 05 mar. 1963.

\_\_\_\_\_. Fatos mais relevantes do mundo do cinema em 1963. São Paulo, p. 10, 03 jan. 1964.

\_\_\_\_\_. Censura proíbe Godard. São Paulo, p. 07, 29 fev. 1968.



\_\_\_\_\_. “A chinesa” é sátira maliciosa para Gama. São Paulo, p. 09, 23 mar. 1968.

PEDROSA, Mário. Censores, tirem as patas de cima do teatro e do cinema. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4º cad., p. 3, 24 mar. 1968.

ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. *Revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. *O século do cinema*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SGANZERLA, Rogério. *Por um cinema sem limite*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

SILVA, Mateus Araújo. Godard, Glauber e o *Vento do leste*: alegoria de um (des)encontro. *Devires*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, pp. 36-63, jan.-jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Eisenstein e Glauber Rocha: notas para um reexame de paternidade. In: MENDES, Adilson (org.). *Eisenstein/Brasil/2014*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014. pp. 197-215.

SIMÕES, Inimá. Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sertão-mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

\_\_\_\_\_. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

## Ideologia do Teatro Brasileiro: percursos de uma história

**Pedro Henrique Trindade Kalil Auad**

Pós-doutorando

Programa de Pós-graduação em Estudos Literários

E-mail: pedroauad@gmail.com

**Resumo:** A construção da ideia de Teatro Brasileiro foi, desde o início, uma construção ideológica. Assim, podemos dizer que ao invés de uma certa história do teatro brasileiro temos, na verdade, uma ideologia do teatro brasileiro. Essa ideologia pode ser pensada em dois níveis ao menos: no sentido de construção da ideia de nação brasileira e no sentido de qual interpretação fazemos da história do teatro brasileiro. As ideologias da nação, portanto, se confundem com as ideologias do teatro e é esse ponto que gostaria de abordar neste trabalho. Aqui se destaca como os discursos da modernidade artística estão relacionados também com as discussões sobre a modernidade brasileira.

**Palavras-chave:** Teatro brasileiro; Ideologia; História.

**Abstract:** The construction of the idea of a Brazilian Theater was, from the beginning, an ideological construction. We can say that instead of a certain history of Brazilian Theater we have, in fact, an ideology of Brazilian Theater. This ideology can be perceived in at least two levels: in the sense of the construction of a Brazilian as a nation and in the sense of what interpretation we make of the history of Brazilian Theater. The ideologies of the nation, therefore, are confused with the ideologies of the theater and it is this point that I would like to address in this work. Here it is highlighted how the discourses of artistic modernity are also related to the discussions about Brazilian modernity as a nation.

**Keyword:** Brazilian Theater; Ideology; History.

Me propus falar de ideologia do teatro brasileiro, apesar de que, talvez, mesmo isso sendo um título contundente, como se fosse possível pensar qual ideologia é representada no teatro das terras de cá, talvez tudo fosse mais bem delimitado se considerasse que essa ideologia, na verdade, se propõe como um diálogo com os ideólogos da nação, ao menos desde de Gilberto Freyre. Ou, dizendo ainda uma outra possibilidade, como essa ideologia ajudou a determinar aquilo que consideramos como pontos marcantes dentro da história do teatro brasileiro e seus percursos do que consideramos modernos. Aqui, no caso, pretendemos aliar os ideais de modernidade artística tão marcantes no teatro brasileiro, mas também conjugar com isso as discussões sobre a modernidade brasileira tão presentes nos ideólogos da nação. Isso não quer dizer, também, que o que acontece é uma cópia ou mesmo tradução, para os palcos, desses discursos ideológicos, mas como isso se apresentaria como uma espécie de resposta às questões ideológicas colocadas por uma grande gama de autores. Isso ajuda não só a pensar o teatro brasileiro de modo geral, como também sobre o que chamamos de teatro brasileiro, principalmente quando nos deparamos com os livros que se propõe a refletir sobre essa história.

Esse é o caso, por exemplo, do clássico livro de Décio de Almeida Prado, *O teatro brasileiro moderno*, em que o teatro brasileiro, salvo algumas exceções, era um teatro fortemente baseado em dramaturgias escritas no país e que, de alguma forma, refletiam sobre morais, valores e discursos nacionais, sejam eles críticos ou não. De certo que outros diversos textos canonizaram esse tipo de perspectiva história para o teatro brasileiro, principalmente deixando de lado ou se referindo brevemente a teatros populares como os teatros de revista ou o circo-teatro, às adaptações e encenações de obras estrangeiras e mesmo teatros “identitários” como é o caso do Teatro Experimental do Negro. Dito isto, é importante pensar que a própria ideia de teatro brasileiro está inscrita e escrita dentro de uma perspectiva de uma construção de uma ideia de nação, isto é, a ideia do teatro brasileiro é, tal como a nação, uma construção discursiva que pretende dar algum tipo de inteligibilidade e coesão para o seu entendimento. Assim, acredito que o que Hugo Achugar observa sobre os “cenários da nação” uruguaia, pode ser estendido para a própria ideia do teatro brasileiro:

O discurso de e sobre a nação é representado em múltiplos cenários e é constituído por múltiplos sujeitos pertencentes a múltiplos discursos. A leitura global, homogênea ou unitária a respeito do discurso nacional parece e aparece, hoje, como algo questionável e questionado. Embora o que domine, no âmbito acadêmico, pareça ser a consideração da nação, ou do nacional, como uma espécie de cenário-processo onde múltiplos sujeitos sociais representam sua leitura, no Uruguai e no âmbito do discurso político, ainda parece continuar sendo válido propor leituras em alguns casos essencialistas, e em outros casos, leituras que apostam fortemente na consideração do tradicional caráter homogêneo da nação. (ACHUGAR, 2006, p. 156-157)

Como dizia anteriormente, o discurso sobre o teatro brasileiro pode ser correlato ao discurso sobre a nação, isto é, apesar de existir muitas abordagens, de diferentes perspectivas e sujeitos, apontando para uma ou outra direção, ainda hoje, no âmbito acadêmico, a tendência é repercutir uma certa história oficiosa, em que, ao passo que cria um certo tipo de inteligibilidade também cria uma visão ideológica ou que corrobora ideologicamente com determinados preceitos. É por isso que aqui proponho essa discussão ideológica, baseada em alguns dos grandes ideólogos da cultura brasileira que de certo legitimaram um certo tipo de teatro que ganhou destaque nas histórias do teatro brasileiro. Com uma mirada ideológica, é sempre bom destacar que a tal visão “distorcida” da ideologia carrega em si, também, um tanto de verdade, como já apontava Marx e seu companheiro Engels. Dizendo isso de outra forma: a história do teatro brasileiro com uma legitimidade ideológica não é uma história “falsa”, mas uma interessada, parcial e enviesada.

Certo é que esse questionamento da história do teatro brasileiro não é exatamente uma novidade. Os esforços nas últimas décadas de construir um contracânone, as investigações que buscam histórias do teatro negro, dos operários, fora do eixo Rio-São-Paulo, o destaque a obras individuais (que eventualmente podem adentrar o cânone) e todo um novo arsenal teórico ajudam a remodelar o que entendemos por essa história. Certo é, também, que mesmo com todos esses esforços, muito do senso comum do teatro é dito e repetido, o que aponta tanto que uma crítica a essa história ainda não é a mais praticada e que a cristalização de certos pressupostos e paradigmas ainda são o ponto de apoio para boa parte dos pesquisadores que abordam o tema.

Aqui é necessário dar destaque para o excelente esforço para essas questões que Rosângela Patriota e Jacó Ginsburg empreenderam em *Teatro Brasileiro: ideias de uma história*. Em busca de compreender o que balizou as historiografias do teatro brasileiros, os autores constroem um painel em que se expõe os elementos que corroboraram as leituras empreendidas, assim como suas motivações e pressupostos. Os autores destacam que

Os complexos caminhos da *escrita da história* são constituídos pela tessitura estabelecida entre o *discurso* e o *real* sem, contudo, prescindirem de, pelo menos, dois pressupostos essenciais. O primeiro ressalta o caráter específico do conhecimento produzido por essa escrita, enquanto o segundo enfatiza os procedimentos que dão à história o caráter disciplinar e a impossibilitam de prescindir de evidências e de materialidade capazes de garantir as validades de sua produção. (GUINSBURG & PATRIOTA, 2012, p. 18)

Assim, é bastante óbvio que o esforço deles abraça dois componentes: a recepção e a repetição construída a partir das histórias do teatro brasileiro, e, por outro lado, validam os fatos relatados nessa mesma história. Nesse sentido, não é um empreendimento que está disposto a discutir lacunas – como não é o meu caso também – mas de tentar entender o que ali foi balizado. Aqui, discutir-se-á não exatamente este ponto e tento desvelar as motivações, também ideológicas, do que foi eleito como significativo do que foi produzido nas artes cênicas brasileiras.

Apesar de não focar em ideologias da nação propriamente ditas, Guinsburg e Patriota nos oferecem pistas preciosas para nossa investigação, principalmente quando se dedicam às histórias que buscam investigar o moderno e a modernização do teatro brasileiro, os ideais de nacionalismo crítico e identidade nacional e, por conseguinte, a implosão de um referencial teórico-ideológico que emerge no nosso teatro a partir dos anos 1970 e que se entende, de maneira diversa, até os dias de hoje.

Nesse sentido, é importante observar já uma ponderação em relação a certos pressupostos da história do teatro brasileiro, como, por exemplo, a pontuação, usualmente clássica, que o teatro moderno brasileiro começa com a montagem de *O Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, pelo encenador polonês Ziembinski. De certo que a montagem carrega uma importância ímpar na história do teatro brasileiro, mas aqui é importante destacar que isso acontece num processo em que já se começa a desenhar o pulo “modernizador” do teatro brasileiro, ainda muito calcado no referencial estrangeiro. Esse referencial destacava o descompasso que o teatro brasileiro carregava, ainda sem destaque “forte” para a posição do diretor, na concepção moderna do termo, e que se começou a desenhar no palco as modernizações estrangeiras de Appia e Craig e, ainda, a dramaturgia era, ainda, dissonante, com as formulações mais avançadas à época. Claro que exceções são possíveis, como parte do trabalho de Oduvaldo Viana e, mais importante ainda, as peças de Oswald de Andrade que só foram levadas ao palco décadas depois. Destaca-se aqui, pois, que esse processo civilizatório do teatro brasileiro, significava, na palavra dos autores, “estar em sintonia com temas e valores difundidos pelos europeus, em particular, os franceses, o ideário da civilização transformou-se, de acordo com o desenvolvimento tecnológico, em modernidade, e o teatro brasileiro, por sua vez, por meio de novas formas e conteúdos” (GUINSBURG & PATRIOTA, 2012, p. 130).

De certo que as observações dos autores são imprescindíveis, primeiro por destacar que a modernização do teatro brasileiro não é um momento exclusivamente pontual e também por apontar o referencial estrangeiro que balizou os valores adotados para valorizar ou não o teatro daqui. Por outro lado, parece falhar no contexto em que esses valores foram adotados e também quais as ideias valorativas que os ideólogos de plantão tinham em mente. Pensar no Brasil e consequentemente no teatro brasileiro nesse contexto não tem como escapar do getulismo e também do grande ideólogo da nação à época, Gilberto Freyre. Não vai ser à toa que Nelson Rodrigues vai se referir ao paraibano como “grande mestre” não exatamente por corroborar ou estabelecer no palco sua visão deturpada, a “democracia racial”, e seu elogio à mestiçagem – “no Brasil, uma coisa é certa: as regiões ou áreas de mestiçamento mais intenso se apresentam as mais fecundas em grandes homens” – mas por tentar conceber um país que significasse sua modernização via industrialização e que se apresentava ao mundo como um outro lugar possível, de certo encanto, de valorização do povo e que dirimia as tensões sociais, raciais e de classe. Algum encantamento que, por exemplo, o estrangeiro Stefan Zweig iria descrever em seu alucinado e fantástico *Brasil, País do Futuro*.

Vestido de Noive não apresenta uma estrutura ideológica que representaria as elaborações mais famosas de Freyre, mas não deixa de ser curioso como não deixa de transparecer também, como aponta Carlos Guilherme Mota (2008), o viés da organização social do Brasil em torno de um patriarcado, assim como representaria uma certa visão de classe, mesmo que seja num viés crítico. Na visão de Freyre, o Brasil apresentaria uma “consciência amena de atraso”, o que repercutiria no próprio fazer teatral que aqui se toma como o salto para a modernidade do teatro brasileiro. Ao passo que as ideias de Freyre mascaram os problemas raciais e de classe no Brasil, ela também funcionaria como uma forma de dar brio ao povo, ainda mais após uma época em que as ideias de eugenia se faziam forte no país. O Brasil e seu teatro poderia se portar diante do mundo sem, necessariamente, estar assim tão atrasado. Álvaro Lins resume bem essa abordagem: “Ao lado do teatro de expressão social, temos hoje uma grande tendência do teatro que se destina à expressão do subconsciente. Teatro de Pirandello, de Lenormand, de certas peças de O’Neil” (LINS, 2015, p. 77).

Na fala de Álvaro Lins existe uma curiosidade: além de ter ainda como referencial o teatro e a dramaturgia estrangeiros, ele destaca um certo teatro “de expressão social” que, de forma alguma, é tido, nas historiografias gerais do teatro brasileiro, como motor da modernização dos palcos. Cabe ressaltar, pois, que o marco da modernidade brasileira se dá, também, como uma postura ideológica, que corroboraria com aquela que esfumava as contradições e as desigualdades da sociedade brasileira. Curioso, inclusive, que nesse “marco” se exclua expressões hoje tidas como importantes, como é o caso do TEN – Teatro Experimental do Negro ou as comédias de Oduvaldo Viana, que, este, mesmo não sendo revolucionárias nos palcos, apresentava modulações modernistas em sua dramaturgia.

As tais “expressões sociais” do teatro brasileiro começam a ganhar destaque durante a década de 1950, numa espécie de nacionalismo crítico que contemplaria tanto o Teatro de Arena de José Renato, o Teatro Paulista do Estudante e o Teatro de Arena de São Paulo. O engajamento se torna uma mola propulsora para a valorização do teatro brasileiro ou do que se fazia aqui nos palcos. Voltando a Guinsburg e Patriota, eles apontam que

Esse conjunto de iniciativas contribuiu para que, pela primeira vez, ocorresse nos palcos brasileiros a vinculação política explícita entre Arte/Política e a intenção de engajamento em favor das causas populares visando à superação das etapas históricas. Tal iniciativa fez emergir um teatro intelectual que colaborou decisivamente para que se intensificassem as críticas a uma concepção burguesa do *fazer teatral*, em favor de uma cena que ampliasse o seu alcance para além das salas de teatro. (GUINSBURG & PATRIOTA, 2012, p. 148)

O teatro que passa a ser legitimado nesse período é aquele que, querendo ou não, se aproxima às críticas nacionalistas que emergiam em ideólogos como Paulo Emílio Salles Gomes, que clamava por um “desaparecimento do Brasil formal e do nascimento de uma nação” e com vieses críticos da modernidade brasileira de um Florestan Fernandes que apontava que “nós nos modernizamos por fora e com frequência nem o verniz aguenta o menor arranhão. É uma modernidade postiça, que se torna temível porque nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das ‘pessoas cultas’ se voltam contra a modernização” (FERNANDES, 1976, p. 205). É importante salientar aqui, nesta citação, que Fernandes apontava que a crítica era sobre um determinado tipo de modernização que vinha imposta com um modelo unilateral europeu, que subjuguava certa modernização possível para o Brasil, não com o espelho para o além-mar, mas como uma construção de nação que englobasse não o ícone colonizador e sim uma construção a partir de nosso material próprio.

Nesse sentido, faz muito sentido a trajetória em torno do Teatro de Arena de Augusto Boal. Rompendo com o Teatro Brasileiro de Comédia, o Arena participou dessa crítica da modernidade postiça desde o princípio: “a primeira etapa do Arena veio responder às necessidades das encenações abstratas e belas e à impecável dicção britânica, preferiu que os atores sendo gagos, fossem gagos; sendo brasileiros, falassem português, misturando tu e você” (BOAL, 2013, p. 166). Certo é que não foi o Arena que colocou o linguajar popular em cena, Nelson Rodrigues já o fazia (CF. FACINA, 2008), mas se preparava para que, mesmo em montagem de textos estrangeiros, como foi com *Homens e Ratos*, a linguagem se aproximasse da falada aqui, com e por atores daqui, seguindo não mais o modelo estrangeiro, mas nacionalizando a fala e os gestos. Ademais, foi criado um núcleo para o desenvolvimento de uma dramaturgia brasileira, cuja primeira grande obra produzida a partir dali é *Eles não usam black-tie*. Peça ainda de cunho extremamente naturalista, foi importante para uma segunda etapa do Arena que casava com as investigações sobre Stanislwiski que realizavam. A obra de Gianfrancesco Guarniere se torna um marco por colocar o ponto de vista operário na cena brasileira, apontando uma virada na perspectiva que se adotava até então nos palcos nacionais. Os operários, enquanto classe, constituiriam o povo, veículo de onde partiria a possibilidade de uma modernização, que não havia chegado, que era postiça, para retomar a definição de Fernandes.

O Arena não se fixou somente na montagem de peças escritas no Brasil e sobre o Brasil. Interessante notar que o movimento é de vai e volta. Se num primeiro momento montavam



peças estrangeiras, depois passam a criar peças brasileiras, num outro começa um processo de nacionalização dos clássicos estrangeiros, com a ideia de que “um clássico só é universal na medida em que for brasileiro” (BOAL, 2013, p. 170). Diferente das montagens da época de *Eles não usam black-tie*, em que o objetivo era fluir emoções, os clássicos estrangeiros funcionavam como uma forma de interpretação social, local e global. Nesse sentido, esse nacionalismo crítico se abre para possibilidades universalizantes, quase como uma resposta às ideias de Nelson Werneck Sodré e suas discussões a respeito da *dependência cultural*.

É importante salientar que as investigações de Boal e o seu teatro do oprimido são provavelmente a primeira teoria do teatro desenvolvida no país e, com certeza, a mais importante teoria teatral brasileira a ganhar espaço e debate no mundo. A virada teórica aqui também é importante porque de importadores de teorias do teatro, como por exemplo acontecia com as montagens de Nelson Rodrigues, a postura de Boal é de criar aqui mesmo uma resposta brasileira ao desenvolvimento do teatro ocidental, numa postura *avant la lettre* de um pós-colonialismo que chegaria aqui muitos anos depois. Aqui se tentava criar um teatro menos nacional no sentido goethiano, menos elitista e mais popular que tinha na figura do “oprimido” o ponto de partida para as reflexões teóricas.

Assim, as produções do Arena se aproximam das discussões de Luiz Izrael Febrot, no que tange às discussões sobre os impasses e soluções para o teatro, sendo que este definia o *teatro popular*

Como aquele que toma o ponto de vista do povo e se dirige às camadas socialmente ativas da sociedade, num dado momento histórico. E povo, para esta definição, não é exatamente o conjunto da população. São as camadas trabalhadoras, é a maioria, no seu sentido mais amplo e lato da expressão. É por isso que o seu ponto de vista, pode ser o da maioria, é o da Nação, embora não seja de todos. Pode, eventualmente, conflitar com determinado segmento aliados da população, como não poucas vezes acontece entre os trabalhadores em geral e o proletariado e campesinato em particular e quase sempre com as classes retrógradas. (FEBROT, 1968, p. 78)

Esse teatro popular talvez conseguiu as melhores roupas com os musicais do Arena, o sobre Tiradentes e o sobre Zumbi. É nessas montagens também que Boal vai desenvolver melhor as suas concepções teóricas próprias, principalmente o sistema Coringa, relativizando, inclusive, o distanciamento brechtiano ou ao menos certa interpretação desse distanciamento. Inclui-se aí uma função protagônica em Tiradentes, função que “procura reconquistar a ‘empatia’ que se perde todas as vezes em que o espetáculo tende a um alto grau de abstração.

Nesses casos, a plateia perde o contato emocional imediato com o personagem e sua experiência tende a reduzir-se ao conhecimento puramente racional” (BOAL, 2013, p. 176).

Peças que se seguem ao golpe civil-militar de 1964, *Arena Conta Tiradentes* e *Arena Conta Zumbi*, surgem como uma resposta ao progressivo fechando da sociedade e do cerceamento das ideais. Boal busca um valor artístico não porque político, como quem censura a validação apenas pela temática de determinada obra. Boal parece consciente do impasse ideológico e cultural da sociedade brasileira e alegoriza a história do Brasil para contar a história recente. Alegoria esta que vai estar presente em obras tanto depois de 1964 quanto depois de 1968, quando o cerceamento atinge seu auge.

Ismail Xavier (2012) vai destacar, principalmente no cinema, essa estratégia: “articulado à consciência da crise – do país, da linguagem capaz de dizê-lo, do cinema capaz de ser político -, consolidou-se, na segunda metade dos anos 60, o recurso às alegorias. Este não pode ser reduzido a um programa imediato de denúncia programada e velada do regime autoritário, pois compreende uma gama de motivações e estratégias de linguagem, bem como de efeitos de sentido conforme a postura estética do cineasta, sua forma de organizar o espaço e o tempo, e sua relação específica com o espectador” (XAVIER, 2012, p. 30). De certo o recurso à alegoria não será somente do cinema, ponto de estudo de Xavier, mas de toda uma gama da arte brasileira da época que poderíamos citar, por exemplo, o livro *A Hora dos ruminantes* de J. Veiga ou os quadros de Wanda Pimentel, principalmente a sua série *Envolvimentos* ou de Teresinha Soares, como na instalação *Túmulos*. De certo que Boal se utiliza da alegoria para retratar histórias reais – Tiradentes, Zumbi – fazendo até certa “quebra” na expectativa alegórica, mas ainda assim o distanciamento histórico escolhido pelo encenador faz com que a potência da alegoria ganhe força. Mas talvez a estratégia mais bem realizada disso seja a peça de João das Neves, *O Último Carro*.

O texto traz a alegoria do país como um trem prestes a descarrilhar, descontrolado, em que personagens vão aparecendo como em um panorama das classes subalternizadas do país: mendigos, trabalhadores, religiosos, etc. Ganhadora do Seminário de Dramaturgia Carioca de 1966, a peça só estreia dez anos depois, em um momento de retomada de um teatro que voltava a falar das questões nacionais. É o que afirma Reinaldo Cardenuto:

De fato, ao apostar na revisão de seu teatro, a esquerda ofereceu aos espectadores, pelo menos no campo das ideias, um importante refúgio crítico ao discurso desenvolvimentista sustentado pelos militares. Ao centrar-se no drama enfrentado pelas classes subalternas, para eles o lugar simbólico em

que a tragédia brasileira se revelava mais perversa, possibilitaram o retorno a uma tradição crítica de teatro marxista que foi capaz de promover, mais abertamente, a denúncia da ditadura e das fissuras de uma sociedade em crise. (CARDENUTO, 2012, p. 316-317).

Alinhada aos pressupostos progressistas da sociedade brasileira, a peça de João das Neves, assim como outras da época, surgia como uma forma de crítica ao regime de exceção, corroborando perspectivas críticas ao desenvolvimentismo militar ao passo que, também, se alimentavam de certo marxismo brasileiro que tomava a frente na academia como ponto de lança para o enfrentamento de ideias.

Claro está que o fim do AI-5 criou possibilidades para uma abertura inclusive ideológica tanto na sociedade quanto nos palcos. Ao passo que um novo Brasil alegre surgia nas ideias de carnavalização de Roberto DaMatta e que chegava aos palcos com Macunaíma de Antunes Filho, a falta de aderência ideológica se torna um pressuposto ideológico. De Asdrubal Trouxe o Trombone à Gerlad Thomas, a explosão das ideologias – que não é um fenômeno local – se torna o mote para a legitimação. Enquanto não existia mais um projeto de país ou mesmo quando se dissolve a ideia de Brasil, tanto à esquerda quanto à direita, um certo teatro anárquico e um certo teatro do “eu” se torna destaque. É curioso notar que quando da volta dos exilados, entre eles Boal, por exemplo, eles voltam sem ter o mesmo impacto que tinham quando foi interrompida suas construções teatrais no país. Sem ter a corroboração intelectual, o teatro empenhado se torna paralelo e um teatro da memória, muito mais visual, ganha força, num processo que se estende ao menos até o fim dos anos 1990 e com a implantação de políticas neoliberais de contexto brasileiro.

É certo que o teatro brasileiro perdeu um olhar norteador que era ao mesmo tempo normatizador ou do que se esperava da própria ideia de “Brasil”. Ao passo que as perspectivas críticas que balizavam nosso teatro se tornam mais fluidas, a multiplicidade da produção ganha mais visibilidade, não só a presente como também a do passado. Ao longo do que aqui expus fica bastante evidente tudo aquilo que “falta”, muito mais do que é dito, mas tentei justamente, e foi esse o exercício que me pareceu necessário, vincular o teatro a certa tradição ideológica da nação – juntamente com seus conflitos – para saber justamente de onde surgia as validações canônicas de cá, validações essas que parecem corroborar visões do país construída justamente pelos críticos e ideólogos nacionais. Onde se lê teatro brasileiro, dever-se-ia também ler as disputas culturais que tentam dizer para onde deveríamos ou gostaríamos de seguir.

### Referências Bibliográficas:

- ACHUGAR, Hugo. A nação entre o esquecimento e a memória. In: \_\_\_\_\_. *Planetas sem bocas: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CARDENUTO, Reinaldo. Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970. *Estudos avançados*. vol.26 no.76 São Paulo Sept./Dec. 2012.
- FACINA, Adriana . A prosa teatral de Nelson Rodrigues. *Língua Portuguesa*, São Paulo, p. 38 - 43, 01 out. 2008.
- FEBROT, Luiz Izrael. Teatro do trabalhador e teatro de massas. *RCB*, mar-abr. 1968, nº18.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1976.
- GUINSBURG, J. & PATRIOTA, Rosangela. *Teatro brasileiro: ideias de uma história*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- LINS, Álvaro & MAIA, Eduardo Cesar. *Álvaro Lins – sete escritos do Nordeste*. Recife: CEPE, 2015.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do Subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

## Jorge de Lima e Henri Michaux: um diálogo entre fotomontagem e poesia

**Priscila Sacchettin**

Doutoranda

IFCH-Unicamp

E-mail: prisacchettin@gmail.com

**Resumo:** Em 1943, no Rio de Janeiro, o poeta Jorge de Lima publica o álbum de fotomontagens *A Pintura em Pânico*. Acompanha a primeira imagem uma citação do poeta belga Henri Michaux, grande nome da literatura francófona moderna. As afinidades poéticas entre Michaux e Lima mostram que a presença do escritor belga em *A Pintura em Pânico* não é casual. Unem-se não apenas pelo tom absurdo, mas também por similaridades temáticas e de linguagem. A relação entre ambos se dá no contexto dos diálogos possíveis entre poesia e artes visuais, entre os cenários da arte moderna na Europa e no Brasil. A proposta desta comunicação é apresentar pontos de contato entre Lima e Michaux, no intuito de revelar a interpenetração dos universos imagéticos de ambos.

**Palavras-chave:** Jorge de Lima; Henri Michaux; fotomontagem; poesia moderna; arte moderna.

**Abstract:** In 1943, in Rio de Janeiro, the poet Jorge de Lima published the photomontage album *A Pintura em Pânico*. Accompanying the first image is a quotation from the Belgian poet Henri Michaux, a great name of modern francophone literature. The poetic affinities between Michaux and Lima show that the presence of the Belgian writer in *A Pintura em Pânico* is not casual. They are related not only by the absurd tone, but also by thematic and language similarities. The relationship between both takes place in the context of the possible dialogues between poetry and the visual arts, between the scenarios of modern art in Europe and Brazil. My proposal is to present points of contact between Lima and Michaux, in order to reveal the interpenetration of the imaginary universes of both.

**Keywords:** Jorge de Lima; Henri Michaux; photomontage; modern poetry; modern art.

A imagem de abertura de *A Pintura em Pânico* [Fig. 1] lança-nos numa cena insólita, estruturada de maneira simples: três figuras aparentemente sem nexos entre si, dividindo o primeiro plano, sobrepõem-se a uma paisagem misteriosa. Aninhado numa estranha claridade, um ovo com a casca partida revela, dentro de si, uma forma biológica semelhante a um embrião. Outra figura indefinida, com a aparência de um pólipó marinho, ocupa a margem direita, enquanto, em posição oposta, no limite esquerdo da cena, a figura feminina de feição clássica dirige o olhar para o centro da imagem.

A citação que acompanha a fotomontagem não é menos enigmática. Seu autor é o poeta belga Henri Michaux, cuja biografia guarda algumas semelhanças com a vida do próprio Jorge de Lima. Assim como Lima, Michaux também estudou medicina (porém abandonou o curso antes de se formar). Além disso, o catolicismo foi marcante na vida de ambos. Na década compreendida entre 1927 e 1937, Michaux viajou muito. Nessa itinerância, ele esteve no Brasil por duas vezes: a primeira, uma breve passagem pelo norte – Manaus e Pará, entre novembro e dezembro de 1928. Mais de uma década depois, já no contexto da Segunda Guerra Mundial, o

poeta retorna, permanecendo no Brasil durante seis meses, entre meados de 1939 e janeiro de 1940. Ele visita Minas Gerais (Sabará) e então instala-se no Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

Durante suas viagens, Michaux mantinha correspondência com o escritor e editor Jean Paulhan. Em outubro de 1939, Paulhan recebe uma carta de Michaux, na qual o poeta recomenda “*Calunga* [1934], romance brasileiro que deve ser traduzido, típico como nenhum outro, e do mesmo autor, Jorge de Lima, os poemas muito admirados também por Bernanos, que lhe prefaciou uma edição espanhola”<sup>2</sup>.

A obra literária de Henri Michaux poderia ser caracterizada como uma torre de Babel das letras, tal a sua variedade de gêneros e temas. São ensaios, diários de viagem, aforismos, poemas em prosa, em verso livre, transcrições de sonhos, peças de teatro. Michaux é um escritor do fragmento, sempre sensível à captura do instante. Disso decorre a expressão de um todo que é descontínuo, que recusa uma ordenação sintática capaz de se impor de maneira vigorosa, submetendo o fragmento; é um discurso lírico tomado pela incompletude.

A opção pelo fragmentário e pelo inconcluso que encontramos em Michaux ecoa o interesse de Lima pelas colagens e fotomontagens, onde tais características também se fazem presentes, visualmente. É desse caleidoscópio poético que Jorge de Lima extrai o trecho citado como legenda da primeira colagem de *A Pintura em Pânico*. Tal trecho faz parte de um breve texto ficcional intitulado *Naissance*, cujo protagonista é uma criatura chamada Pon, cujos nascimentos se multiplicam: ele nasce vinte e uma vezes de fontes improváveis, como animais e objetos, e duas vezes de mulheres, até dar-se conta de sua própria existência, ao contemplar o peito de sua última genitora.

*Naissance*, por sua vez, faz parte de uma coletânea chamada *Plume, précédé de Lointain intérieur*, publicada somente em 1938, pela editora Gallimard. Isso quer dizer que, se Lima conhecia o texto *Naissance*, pois o citou, conhecia também outros textos importantes para a poética de Michaux, uma vez que foram todos reunidos num mesmo volume. É provável, inclusive, que tal volume tenha chegado às mãos de Lima através do próprio Michaux, pois a correspondência pessoal de Lima atesta que ambos se conheciam.

---

<sup>1</sup> BELLOUR, Raymond. “Introduction”, in MICHAUX, 1998, p.CXIII.

<sup>2</sup> “*Calunga*, roman brésilien qu’il faudrait bien traduire, typique comme pas un, et du même auteur, Jorge de Lima, des poèmes fort admirés aussi par Bernanos qui en a préfacé une édition espagnole”. OUVRY-VIAL, *Henri Michaux*, p.157. Cf. também, para a datação da carta, BELLOUR, op. cit., p. CXIII. O conceito positivo da obra de Lima, no entanto, contrasta com a avaliação geral em relação aos brasileiros. Michaux parece exasperado, quando escreve para Paulhan, em novembro do mesmo ano: “Le Brésilien vingt fois plus insignifiant que l’Argentin. Insupportable. Plutôt le bombardement que l’insignifiance. Je reviens”. BELLOUR, “Chronologie”, op. cit., p.CXIII.

É também possível que Michaux tenha sido, para Lima, uma das fontes de acesso à arte e à literatura das vanguardas europeias, o surrealismo inclusive. Quando de sua viagem ao Rio, há muito Michaux nutria um vivo interesse pelo surrealismo, vindo ele mesmo a se tornar pintor. No pequeno texto *Algumas informações sobre cinquenta e nove anos de existência*, espécie de cronologia autobiográfica escrita em terceira pessoa, lemos: “1925 Klee, depois Ernst, Chirico... Extrema surpresa. Até então, ele odiava a pintura e a própria ação de pintar, como se já não houvesse realidade o bastante, essa abominável realidade, ele pensava. Querer ainda repeti-la, retornar a ela!”<sup>3</sup>. O contato com o grupo se estreitou e, em Paris, Michaux frequentava não apenas Ernst e Klee, como também pintores ligados ao surrealismo, como André Masson e Salvador Dalí<sup>4</sup>.

Michaux e Jorge de Lima parecem compartilhar também uma determinada concepção de poesia. Michaux, por exemplo, declara:

Eu não sei fazer poemas, não me considero um poeta, não encontro particularmente a poesia nos poemas e não sou o primeiro a dizê-lo. A poesia, quer seja transporte, invenção ou música é sempre um imponderável que se pode encontrar em qualquer gênero, súbito alargamento do Mundo. Sua densidade pode ser bem mais forte num quadro, numa fotografia, numa cabana. (...) Ora, a poesia é um presente da natureza, uma graça, não um trabalho. A simples ambição de fazer um poema é suficiente para matá-lo.<sup>5</sup>

A posição de Jorge de Lima, por sua vez, não é muito diferente:

Observe que a poesia, a verdadeira, a profunda poesia, pode existir em potencial dentro de qualquer pessoa, em estado de pureza química. Escrivê-la, fixá-la, manipulá-la, é secundário. Chamam a um livro de poemas um livro de poesias. E no entanto, na verdade, que é ele? Uma simples máquina, um motorzinho destinado a criar dentro do leitor um estado poético. E só esse objeto é que tem o dom de conseguir isso? Absolutamente. Os mais diversos agentes são capazes de fazer com que experimentemos sensação idêntica: a natureza, a bem-amada, a música, e até os tóxicos. (...) Há interesse em fixá-la para que o estado poético experimentado pelo poeta se reproduza, com maior ou menor intensidade, conforme o leitor, num grande número de

---

<sup>3</sup> “1925 Klee, puis Ernst, Chirico... Extrême surprise. Jusque-là, il haïssait la peinture et le fait même de peindre, comme s’il n’y avait pas encore assez de réalité, de cette abominable réalité, pensait-il. Encore vouloir la répéter, y revenir!”. In MICHAUX, *Ouvres Complètes*, p.CXXXII.

<sup>4</sup> GALTIER, *Poemas*, p. 10.

<sup>5</sup> “Je ne sais pas faire de poèmes, ne me considère pas comme un poète, ne trouve pas particulièrement de la poésie dans les poèmes et ne suis pas le premier à le dire. La poésie, qu’elle soit transport, invention ou musique est toujours un impondérable qui peut se trouver dans n’importe quel genre, soudain élargissement du Monde. Sa densité peut être bien plus forte dans un tableau, une photographie, une cabane. (...) Or, la poésie est un cadeau de la nature, une grâce, pas un travail. La seule ambition de faire un poème suffit à le tuer”. BERTELÉ, *Henri Michaux*, p. 68.



pessoas. Mas o objetivo de um caderno de poemas é o mesmo de um volume de fotomontagens, ou de um disco de Mozart.<sup>6</sup>

As afinidades intelectuais e poéticas entre Henri Michaux e Jorge de Lima mostram que a presença do escritor belga em *A Pintura em Pânico* não é casual. O excerto de *Naissance* e a fotomontagem que o acompanha unem-se não apenas pelo teor disparatado, mas também pela similaridade de tema e de linguagem. Formando a adjacência temática entre texto e imagem, encontramos as ideias de gênese e de nascimento (o personagem que passa por nascimentos sucessivos, a criatura que nasce do ovo, a mulher que amamenta e a que está segurando o seio esquerdo). Existe ainda uma segunda semelhança, da ordem da linguagem, uma vez que em ambos os casos – excerto/fotomontagem – estamos no terreno do fragmentário, da apropriação e da montagem.

O texto de Michaux escolhido por Lima já é, em si mesmo, uma colagem – uma colagem verbal, mais especificamente. A sequência de imagens se desenrola de forma esdrúxula, reunindo num mesmo plano objetos sem relação semântica imediata (trombone, camelo, seio, areia). Desse modo, na fotomontagem que abre *A Pintura em Pânico*, Lima recorre a um procedimento de dupla apropriação: ele se apropria das imagens que recorta e cola (e cujas fontes não são indicadas, aliás) e também, paralelamente, apropria-se do texto *Naissance* (um trecho dele). Esses dois planos somam-se, resultando em confluência imagética: as imagens que vemos na fotomontagem ganham a companhia das imagens suscitadas em nossa mente pelas palavras. Ao pólipo, à pradaria noturna, à mulher nua, somam-se o camelo, o trombone, o deserto. O resultado desse processo é a simbiose entre texto escrito e imagem, preservando e potencializando o tom de contradição e disparate.

Michaux publicou em 1938 o volume *Lointain Intérieur* (Distante Interior) do qual faz parte o breve texto intitulado *Vision* (Visão), que descreve a seguinte cena:

Visão.

De repente, a água ensaboada em que ela lavava as mãos se transformou em cristais afiados, em agulhas duras, e o sangue, como costuma fazer, correu, deixando a mulher se virar como podia.

Pouco tempo depois, como é comum neste século obcecado pela limpeza, um homem veio, também com a intenção de se lavar, arregaçou as mangas bem alto, ensaboou o braço na água espumosa (agora sim era espuma de verdade). Pausadamente, atentamente, mas insatisfeito, ele o quebrou bruscamente na beira da pia e começou a lavar um outro mais longo que imediatamente

---

<sup>6</sup> Entrevista de Jorge de Lima concedida a Homero Sena, para a Revista do *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1945, reproduzida em LIMA, 1997, p. 41-42.

creceu no lugar do primeiro; era um braço suavizado por uma penugem mais abundante, mais sedosa, mas tendo bem ensaboado, quase amorosamente, repentinamente lançando-lhe um olhar duro, repentinamente insatisfeito, ele o quebrou “crac!” e ainda um outro que cresceu no seu lugar, ele também o quebrou e fez o mesmo com o que sucedeu a este, e depois o próximo e ainda mais um, e ainda mais um (ele nunca estava satisfeito) e assim até chegar a dezessete, pois eu, apavorado, contava! Desapareceu em seguida com um décimo-oitavo, que ele preferiu não lavar, e usar tal como estava para os afazeres do dia<sup>7</sup>.

Chamo a atenção para este texto e para a fotomontagem *A paz das famílias* [Fig. 2] por me parecer que, a partir deles, é possível explorar pontos de contato entre os imaginários de Lima e de Michaux e pôr em relevo a afinidade imagética de ambos os poetas.

Alguns elementos são comuns ao texto e à imagem: a água e o ato de lavar-se, figuras masculina e feminina, a irrupção do insólito no cotidiano, a sensação difusa de medo ou ameaça, certa desorientação e, por fim, o elemento “braço” que, nas duas obras, coloca-se como ponto focal da composição, determinante para o efeito de absurdo.

Em *Visão*, lavar-se é a ação que funciona como fio condutor: a água e a limpeza aparecem já na primeira linha do texto, e seguem “escorrendo” (como o sangue da mulher) até a conclusão, com o décimo sétimo braço já limpo. Em *A paz das famílias*, a água aparece contida numa banheira, em que o homem imerge. Também aqui há o contraponto entre água e sangue; este, no caso, transubstanciado em vinho (sangue de Cristo) contido no cálice, sobre a cadeira. Acontece, portanto, um cruzamento entre imagem e texto, em que o ponto de toque é a transubstanciação: em Michaux, a água se metamorfoseia em agulhas afiadas, que provocam o sangramento; em Lima, o vinho evoca a transubstanciação do sangue de Cristo, que veio ao mundo para lavar a humanidade de seus pecados.

A construção do insólito acontece de maneira análoga nas duas obras. A cena vista em *A Paz das Famílias* poderia ser das mais banais, poderia ser o instantâneo de um momento corriqueiro na vida dessa família – o pai toma banho enquanto a mãe penteia os cabelos da filha.

<sup>7</sup> “Vision. Tout d’un coup, l’eau savonnée dans laquelle elle se lavait les mains se mua en cristaux tranchants, en dures aiguilles, et le sang comme il sait faire s’en alla, laissant la femme se débrouiller. Peu de temps après, comme il est courant en ce siècle obsédé de nettoyage, un homme arriva, lui aussi, avec l’intention de se laver, retroussa très haut ses manches, enduisit son bras d’eau mousseuse (c’était à présent de la vraie mousse) posément, attentivement, mais insatisfait, il le rompit d’un coup sec sur le rebord de l’évier, et se mit à en laver un autre plus long qui lui poussa aussitôt, en remplacement du premier; c’était un bras adouci d’un duvet plus fourni, plus soyeux, mais l’ayant bien savonné, presque amoureuxment, soudain lui lançant un regard dur, soudain insatisfait, il le cassa, « kha ! » et un autre encore qui repoussa à sa place, il le cassa de même, et puis le suivant et puis encore un, et puis encore un (il n’était jamais satisfait) et ainsi jusqu’à dix-sept, car dans mon épouvante je comptais! Ensuite il disparut avec un dix-huitième qu’il préféra ne pas laver et utiliser tel quel pour le besoins de la journée”. MICHAUX, *Oeuvres Complètes*, p. 504.

Estaria tudo bem, não fosse essa mão desproporcional e ameaçadora, uma garra quase, que avança em direção à menina (que, por sua vez, parece não perceber nada). Estaria tudo bem, não fosse a cadeira estranhamente desproporcional no meio da sala, e aquela outra mão que, vindo não se sabe de onde, paira sobre a família, e acende uma lamparina (sem que, do mesmo modo, ninguém ali pareça notar a presença insólita). Em *Visão*, algo semelhante acontece: a cena tão trivial de uma mulher que lava as mãos, seguida por um homem que faz o mesmo. Novamente, estaria tudo no lugar se fosse apenas isso. Mas, para nosso espanto e confusão, a água se transforma em agulhas cortantes (provavelmente a imagem mais forte do texto), e o personagem seguinte tem a bizarra capacidade de trocar de braço, como quem troca um acessório qualquer.

Embaralhar o cotidiano, inserir nele traços de absurdo, porém um absurdo que mantém traços do corriqueiro: esse procedimento é recorrente na escrita de Michaux e fundamental nas fotomontagens de Lima. Note-se que os autores, para criar a sensação de estranhamento, não recorrem a seres fantásticos, situações extremas, palavras desconhecidas ou exóticas, objetos incomuns. Ao invés disso, eles lançam mão de seres e objetos conhecidos e reconhecíveis por todos nós – agulhas, braço, mão, pai, banho, etc. Seres, ações e objetos familiares compõem a cena a partir do princípio de incoerência, disto resultando inevitável efeito de estranhamento.

Um segundo procedimento a ser ressaltado comparece em *A paz das famílias* e *Visão*: aqueles que protagonizam a cena não se incomodam com o absurdo que a perpassa, comportam-se como se estivesse tudo em ordem. A mulher do texto de Michaux, é verdade, tem que se virar como pode para acudir o sangramento inesperado, porém nenhum estranhamento de sua parte é mencionado. A família na colagem de Lima, igualmente, não se importa (ou não percebe?) o disparate que vivem, e parece aceitá-lo.

A dissonância fica a cargo do narrador de *Visão*, que se deixa entrever num indício de subjetividade: “...pois eu, apavorado, contava!”. Alguém ali está ciente do absurdo da situação, e esse alguém é quem nos conta o que houve, nos mostra a cena. Temos, neste caso, o testemunho de alguém que viu e percebeu o insólito. O narrador serviria, a princípio, como contraponto, como elemento contrastante, cuja presença poderia nos oferecer um ponto de apoio seguro a partir do qual compreenderíamos o que se passa. Logo percebemos, no entanto, que esse aparente ponto fixo apenas sublinha a irracionalidade dos acontecimentos descritos. Esse narrador não nos traz esclarecimentos, sua voz se mantém mergulhada na indefinição, é alguém que observa a cena com distanciamento, sem interferir.

A indefinição se aprofunda em *A Paz das Famílias*. Por um lado, temos ali indicações que, em *Visão*, estão ausentes: a cena se define em termos de espaço (a casa de uma família) e nos dá uma noção temporal, pois os móveis, objetos e roupas situam-se no século XIX. No entanto, a figura do narrador está completamente ausente, e ficamos sem saber qual nosso próprio lugar diante dessa cena. Lima posiciona o observador em um não-lugar: não fazemos parte da cena, não podemos participar dela, estamos “de fora”, porém ao mesmo tempo estamos ali, testemunhamos.

Para concluir, é preciso deixar claro que, a despeito das relações comentadas acima, *A paz das famílias* não é, nem pretende ser, ilustração do texto de Michaux, e tampouco tenta corresponder ao texto ponto a ponto. Existem diferenças no tratamento dos elementos da imagem e na maneira de elaborar a linguagem. Por exemplo, a fotomontagem se distancia do texto, na medida em que não há, neste, qualquer menção ao universo familiar, nem indicação de que o narrador, o homem ou a mulher tenham alguma ligação entre si. Ora, essa ligação está sugerida com suficiente clareza em *A paz das famílias*. E, neste caso, o insólito da imagem unido à alusão do título, ganha contornos críticos – impossível não pensar que temos aqui uma crítica à família tradicional. Isso porque a cena, com seus elementos absurdos, inverte ideias estabelecidas. A figura paterna é geralmente associada a proteção, exemplaridade, etc. As mulheres no centro da cena não parecem protegidas, pelo contrário: é ameaçadora a mão agigantada estendida em sua direção. O fato de ambas – menina e mãe – não se darem conta disso, reforça o tom crítico, pois como desconfiar da ameaça vinda daquele que deveria proteger? Fica no ar a sensação de que há algo errado, em contradição com o título *A paz das famílias*. As paredes da casa, a princípio também elas com função protetora, parecem agora sufocar e aprisionar (note-se as marcas no papel de parede). A sensação de risco se instala definitivamente quando notamos a foice deixada no chão, entre o tecido que pende da banheira e os pés da menina. Não é difícil perceber que essa ferramenta (ou arma) pertence à mão masculina, e não às pequenas mãos das mulheres.

#### **Referências bibliográficas:**

BERTELÉ, René. *Henri Michaux*. Paris: Pierre Seghers, 1949.

BRÉCHON, Robert. *Michaux*. Paris: Gallimard, 1959.

CELS, Jacques. *Henri Michaux*. Bruxelas: Labor, c1990.

GALTIER, Lysandro. MICHAUX, Henri. *Poemas: 1927-1954*. Buenos Aires: General Fabril, 1971.

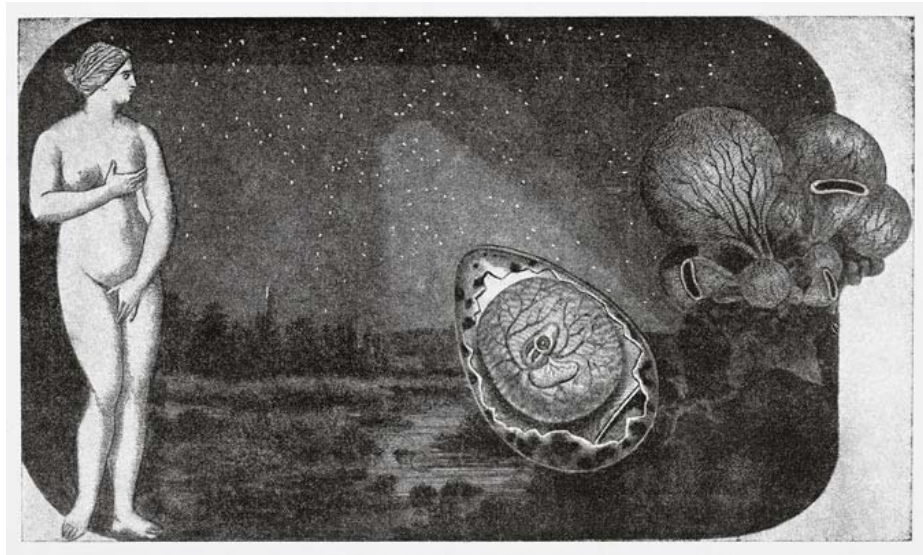
LIMA, Jorge de. *A pintura em Pânico*. Rio de Janeiro: Tipografia Luso-Brasileira, 1943.

\_\_\_\_\_. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

MICHAUX, Henri. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1998, v.1.

\_\_\_\_\_. *Henri Michaux: oeuvres choisies, 1927-1984*. Marselha: Musées de Marseille; Paris: Reunion des musées nationaux, 1994.

OUVRY-VIAL, Brigitte. *Henri Michaux*. Lyon: La Manufacture, c.1989.



**Fig. 1:** Puis il naquit d'un trombone et le trombone le nourrit pendant treize mois, puis il fut sevré et confié au sable qui s'entendait partout car c'était le désert, seul avec le chameau, puis il naquit d'une femme et il fut grandement étonné, et réfléchissait sur son sein, il suçotait, il crachotait, il ne savait plus quoi. (Henri Michaux)

(Então ele nasceu de um trombone e o trombone o alimentou por treze meses, depois ele foi desmamado e colocado na areia, sozinho com o camelo, então ele nasceu de uma mulher e ficou muito surpreso, e refletiu sobre seu peito, ele chupava, cuspiava, não sabia mais o quê. - Henri Michaux). In: In: LIMA, Jorge, *A Pintura em Pânico*, 1943.





**Fig. 2:** “A paz das famílias”. In: LIMA, Jorge, *A Pintura em Pânico*, 1943.

## José de Alencar: a ciência e a estética na disputa de conceitos de indígena e natureza na Modernidade

**Kaian Luca Perce Eugênio**

Graduado em História

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: kaian\_k2k@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo se pretende como um trabalho de história da historiografia concentrado em uma revisão do pensamento brasileiro oitocentista que busca um resgate da historicidade em relação ao indígena e a natureza inerentes ao campo hermenêutico e horizonte histórico de José de Alencar. A pesquisa busca aprofundar a investigação dos comportamentos teóricos e práticos do autor no que se refere a sua trajetória política e intelectual a fim de identificar em que medida os romances *O Guarani* e *Iracema* movimentaram os conceitos de indígena e natureza através da influência da estética romântica e das ciências.

**Palavras-chave:** História da historiografia; Modernidade, *Stimmung*, José de Alencar; Indígena; natureza.

**Abstract:** This article it's a history of historiography work's focused on a review of nineteenth-century brazilian thought which seeks a rescue of historicity in relation to the indigenous and nature inherent to the historical horizon and hermeneutic field of José de Alencar. The research seeks to deepen the investigation of the theoretical and practical behavior of the author regarding his political and intellectual trajectory in order to identify the extent to which the novels *O Guarani* and *Iracema* moved the concepts of indigenous and nature through the influence of romantic aesthetics and science.

**Key Words:** History of Historiography; Modernity, *Stimmung*; José de Alencar; Indigenous; Nature.

### Por uma história da historiografia brasileira sobre a natureza e o indígena

Este estudo busca uma análise do passado localizada na relação de pertencimento e alteridade que Alencar dispunha com seu tempo. Esta metodologia à luz de problemáticas do presente da pesquisa historiográfica, auxilia a compreensão e descrição da realidade de modo a realizar uma sociologia epistêmica que procura na genealogia dos eventos as origens dos discursos com o objetivo de evidenciar a relação de poder e dimensão política do lugar de fala do autor, do documento e da escrita da história de determinados passados que informam o nosso presente (CEARTEAU, 1982, P.56-104). O artigo propõe uma investigação que passará áreas do conhecimento capazes de colaborar com a história dos conceitos e história social em pensar o horizonte histórico de Alencar como a: história dos intelectuais, história das ideias, história das ciências, história política, história das instituições, história econômica, história da filosofia, história da literatura, filosofia da história, estética, teoria da história, entre outras áreas, que ajudam o historiador da história da historiografia a identificar as intenções ideológicas por de trás dos discursos.



Nesta esteira, investiguei os romances *O Guarani* e *Iracema* de José de Alencar uma vez que seus posicionamentos teóricos e práticos estavam empenhados em refletir e enfrentar questões próprias de seu mundo. O que nos leva a crer que a temporalidade na qual se insere José de Alencar foi marcada por uma série de acontecimentos e correntes intelectuais que levaram o campo epistêmico a uma crise de representação, como à uma intensa instabilidade social e política e, conseqüentemente, a uma linguagem aberta a disputas conceituais significativas. Por conseguinte, este trabalho estuda o passado do Brasil oitocentista apoiado por indagações do tempo presente sobre o lugar do índio e da natureza na história da historiografia brasileira, tal esforço pretende interpretar e descrever conjuntos de eventos e conjunturas, assim como conceitos de determinada época, em um exercício ético-político de congelar as interpretações e visões de mundo do tempo presente de modo a liberar historicidades a partir da pesquisa histórica. Resgatar parte do pensamento Romântico brasileiro o qual pertence Alencar pode nos dar pistas sobre o lugar do índio e da natureza no restante do século XIX e XX, período de implementação da civilização no Brasil (RANGEL; ARAÚJO, 2015, P.318-332) (ARAÚJO, 2013, P.34-44).

Por Adorno e Horkheimer podemos entender a linguagem como fator preponderante para o domínio da realidade e, assim discutir a ciência moderna a partir da ética e da filosofia política as quais compreendem que: “a dominação da esfera do conceito, eleva-se ao fundamento da dominação na realidade” (DUARTE, 2002, P.28). Estes autores nos ajudam a pensar como os textos na Modernidade deixaram de ser apenas conjuntos de informações factuais e tornam-se representações ideológicas. Os conceitos concebem experiências e experimentações sociais de tempos passados e, faze-nos pensar a multiplicidade de linguagens que almejavam legitimar-se na construção do Império brasileiro e de que forma Alencar participava deste campo de disputa linguística.

Alencar, em *O Guarani* e *Iracema*, por utilizar concepções da estética românticas e das ciências possibilitou uma variação polissêmica nos conceitos de natureza e indígena acirrando o campo de disputa conceitual nas linguagens que compunham o Império do Brasil. Segundo Koselleck, a Modernidade sedimentou as condições necessárias para que os conceitos sofressem significativas mudanças semânticas entre os séculos XVIII e XIX que alteraram e expandiram seus significados, como também, conferiram novas atribuições de diferentes palavras para o mesmo significante (KOSELLECK, 2006, P.267-305). De modo que a partir da história social e dos conceitos busco compreender melhor o tempo histórico próprio á José de

Alencar, como investigar de forma mais aprofundada os desdobramentos semânticos dos conceitos de natureza e indígena durante o século XIX, no que se refere aos seus usos pelo Romantismo.

A disputa conceitual na Modernidade brasileira oitocentista e clima histórico melancólico (*Stimmung*) na literatura de José de Alencar

Reinhart Koselleck em *Futuro Passado* e Hans Ulrich Gumbrecht em *Modernização dos Sentidos* compreendem a Modernidade como um momento histórico de intensa instabilidade, tensão, rupturas, e aceleração temporal (KOSELLECK, 2006, P. 97-161) (GUMBRECHT, 1988, P.11). Os eventos e conjunturas abertos entre 1750-1850 foram decisivos para mudar a forma que o homem se relacionava com o tempo. O passado que outrora orientava a experiência humana, neste momento, não conseguia reunir sentidos orientadores suficientes com a mesma intensidade com que fizera em tempos históricos anteriores. Mesmo assim havia tentativas políticas e sociais de se guiar pela tradição. A história experienciada como *magistra vitae*, a crença sobre a força orientadora própria ao passado, paulatinamente esfacelou-se, e abriu um período de grandes mudanças políticas, sociais e econômicas nunca vistas antes no globo.

A Modernidade é marcada pela significativa redução do “*espaço de experiência*” e pelo alargamento do “*horizonte de expectativa*”, quer dizer, tal fenômeno no Brasil oitocentista se configurou na redução do poder orientador do passado colonial português por um lado e, por outro, a projeção de futuros baseados na razão e no progresso iluminista indisponíveis em linguagem. Com o tempo moderno surgiram novas possibilidades de organização do passado ou organização do “*espaço de experiência*” que orientavam os costumes e comportamentos no Brasil do século XIX.

As novas conjunturas e conjuntos de eventos emergidos no século XVIII na Europa, como por exemplo: o discurso temporal, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, a Revolução Americana e o pensamento iluminista, entre outros fatores, conduziram a uma crise de orientação, isto é, levaram a um campo de disputa no interior da linguagem e a uma constante crise política, social e econômica guinadas pela crítica política e moral. Como anota Foucault, tal cenário se desdobrou em uma “*crise de representação*” e, conseqüentemente em uma crise epistemológica, um divórcio progressivo entre as palavras e as coisas (FOUCAULT, 2002, P.415-416). Momento em que a sobrecarga de sentidos em palavras como história, revolução, democracia, liberdade, natureza e indígena transformaram-nas em conceitos e alteraram a

relação linguística até então existente entre o signo e o significado destes vocábulos ao atribuir novos sentidos e palavras para um mesmo significante.

O estudo dos conceitos, sobretudo na Modernidade, mostra uma via possível para se compreender a linguagem no povir dos acontecimentos históricos como espaço decisivo para articulação e constituição dos sistemas sócio-políticos. (KOSELLECK, 2006, P.297). Neste ponto, a investigação histórica de um conceito deflagra ao historiador aspectos tanto do “*espaço de experiência*” como do “*horizonte de expectativa*”, ou seja, respectivamente, do lugar da tradição, dos costumes, da memória, dos passados presentes e por outro lado, o horizonte de projeções, dos projetos futuros, do futuro presente, o lugar do não experimentado (KOSELLECK, 2006, P.338). Neste caso, tal investigação histórica se desdobra em determinar a função social e política de um conceito. Koselleck aponta para um método histórico que:

“evidencia, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes [...] problematiza algo que faz parte das premissas teóricas da história social, ao avaliar as diferenças de curto, médio ou longo prazos, ao sobepasar as diferenças entre acontecimentos e estruturas”. (KOSELLECK, 2006, P.115).

Neste campo de instabilidade e de disputa conceitual, o conceito de “natureza” e “indígena” foram estudados interligado a outros conceitos e palavras como, por exemplo: “ambiente”, “selvagem”, “civilização”, “território”, “economia”, “nação” e “moral”, os quais fazem parte das transformações sociais e políticas no Brasil imperial<sup>1</sup>. Pensar a natureza e o indígena inseridos no contexto histórico da Modernidade requer um estudo das transformações ocorridas neste espaço no que se refere a sua inter-relação com a política, economia e sociedade. Autores como: Antônio Cândido, Moema Vergara, Keith Thomas, Cassio Silveira, Rita Elias e Simon Schama abordam as temáticas da natureza e do indígena referentes as novas interpretações originárias do movimento ilustrado o qual fundou uma cultura baseada no cientificismo, pragmatismo e na razão durante os séculos XVII, XVIII e XIX, em contrapartida as tematizações que se baseavam nas antigas tradições escolásticas de explicação dos fenômenos naturais. Neste sentido, busquei compreender os conceitos de natureza e indígena

---

<sup>1</sup> Uma pesquisa lexicográfica prévia nos dicionários de Rafael Bluteau (1728), Antônio de Moraes Silva (1789) e de Luiz Maria Pinto (1832) nos mostraram uma variação do caráter semasiológico do conceito de natureza sendo atribuído a outros significantes como: natural, ambiente, selvagem, como também, uma alteração onomasiológica em que novos significados relacionados as ciências começaram a ser requeridos no significante natureza. O conceito de indígena pesquisado nestes dicionários equiparavam os povos autóctones com natureza (florestas, matas) e caracterizava-os como bárbaros opostas à civilização, assim o índio ou indígena, seriam conceitos com menos variações onomasiológicas (de sentido) entre os séculos XVIII e XIX nestes dicionários. Acreditamos que por José de Alencar movimentou o campo de disputa conceitual por tematizar a natureza a partir da estética romântica e das ciências.

na Modernidade, sobretudo nos romances de José de Alencar, que parece representá-los com características da estética romântica, do cientificismo e do liberalismo mesmo que inseridas em um espaço mítico e patriarcal acirrando a disputa entre discursos que almejavam se legitimar no Brasil Império.

O Romantismo era um projeto intelectual ativo no Império brasileiro, de extrema importância no que tange a constituição de sentimentos, símbolos e imagens nacionais. Os românticos que aderiam à política civilizatória do Estado, se esforçaram em construir e imaginar a nação brasileira. Davam formas locais a língua e a literatura e conservavam em suas narrativas a história brasileira, ao passo que, por vezes, constituíam também em torno do fazer intelectual um espaço crítico da realidade (MATTOS, 2005, P.26). Marcelo Rangel mostra uma tendência de alguns românticos de comporem o Estado Saquarema e de criticarem-no (RANGEL, 2013, P.169-186). Neste período de aceleração do tempo no Brasil Império, Valdeci de Araújo reforça a tese sobre as transformações sócio-políticas e conceituais ocorridas e intensificadas a partir de 1820, o que no plano político e intelectual se manifestou pela disputa por conceitos como “civilização”, “literatura”, “nação” e “história” (ARAÚJO, 2008, P.34-44).

A redução do “*espaço de experiência*” e o alargamento do “*horizonte de expectativa*” contribuiu para a abertura de um clima histórico (*Stimmung*) de “melancolia” no interior de parte da literatura brasileira, em especial no que diz respeito ao Romantismo, a autores como José de Alencar, o que significa dizer, por um lado, certo sentimento de desânimo, de tristeza, de desesperança, pessimismo e no limite, o desespero, provocado pela redução do “*espaço de experiência*”, ou seja, pelo ceticismo em relação à força orientadora própria ao passado, compreendido como negativo em razão da escravidão e da herança colonial, e, por outro lado, à manutenção de certa esperança garantida pelo alargamento do “*horizonte de expectativa*”, ou ainda, pela esperança em projetos futuros que pudessem reorganizar suas realidades num sentido ideal a despeito da fragilidade que o passado teria no que tange a esta tarefa (RANGEL, 2011, P.30). Este clima melancólico é intensificado no Brasil, em especial neste espaço que é o Romantismo, em razão de sua compreensão de que o “egoísmo” teria se tornado um sentimento básico e endêmico à sociedade imperial construindo um *ethos* egoísta no interior do Brasil, o que provocava, por conseguinte, a desconfiança por parte de autores como José de Alencar de que o Brasil não pudesse mais construir um futuro ideal. *Ethos* que seria refratário ao estabelecimento de valores próprios a Modernidade como liberdade, igualdade e a

importância da coisa pública. Características da atmosfera romântica às quais acredita-se estarem inseridas nos romances indianistas *O Guarani* e *Iracema* de José de Alencar.

### Trajetória intelectual e política de Alencar

José Martiniano de Alencar nasceu em 1829 no Ceará e morreu no Rio de Janeiro em 1877. Pela condição abastada de sua família, desde à infância, Alencar possuiu íntimo contato com a leitura de grandes obras do pensamento. Fato que se aprofundou durante sua estadia em São Paulo para realização do curso de bacharel em direito, entre os anos de 1846 a 1850. Condição que propiciou ao cearense conviver com futuros nomes do Romantismo Brasileiro como Álvaro de Azevedo e Bernardo Guimarães e conhecer a escrita de representantes do pensamento moderno como: Schiller, Goethe, Rousseau, Vigny, Balzac, Alexandre Dumas, Humboldt, Byron, Montaigne, Lamartinière, Chateaubriant, Saint-Hillaire, Von Martius, Rosseau (MOSCATO; DENIPOTI, 2013, P.91).

Em 1854 Alencar estreia como folhetinista no jornal *Correio Brasiliense*, e assim começava a unir a atividade da imprensa à literatura, acontecimento que se perpetuaria durante seu período intelectual mais ativo (1854-1877). O autor está inserido em um *sistema literário* compreendido na tríade formada pelo conjunto de receptores, leitores e mecanismos de transmissão (CANDIDO, 1981, P.23-25). Este tripé analítico permite ao historiador evidenciar o lugar de fala do documento, das fontes, do autor e de seu público ao cruzar dados variados na confecção da pesquisa histórica evidenciando outras possibilidades de compreensão do horizonte histórico de Alencar e das linguagens que circulavam no Brasil Império.

O “*sistema literário* é mantido não só por obras (poemas, romances, ensaios, crônicas), mas também por autores que o produzem” (CANDIDO, 2010, P.89). A crítica é o verdadeiro mote do *sistema literário*, ao forçar a linguagem através de representações da natureza e do indígena, temas comuns ao Romantismo, José de Alencar “ajudou a movimentar ainda mais este sistema, garantindo a continuidade de temas e o processo ininterrupto de produção literária que levaram à consolidação de um cânone nacional” (CANDIDO, 2010, Op.Cit). Seu público era essencialmente o burguês que naquele momento se associava as classes senhoriais e, que buscava através da leitura dos romances e folhetins lições úteis, conselhos, e discussões políticas (ELIAS, 2005, P.28-58). Os escritos alencarianos não se restringiam ao diminuto público leitor e alfabetizado da época. Os analfabetos e a grande massa popular tinham acesso a literatura e a imprensa pela intensa circulação oral de ideias nas praças públicas e nos espaços

privados, canais por onde se transmitia grande parte do conhecimento e da crítica da época, como nos ajuda a pensar Roger Chartier (CHARTIER, 2009, P.11).

José de Alencar, em *O Guarani e Iracema*, compôs discursos específicos com a pretensão de enfrentar, de responder, a Modernidade no Brasil oitocentista, e isto a partir de um projeto de unidade nacional, de constituição de uma solidariedade o mais geral possível capaz de reestabilizar o tempo, marcado nas primeiras décadas de formação do Império, por ser demasiado ambíguo, tenso, e acelerado pela disputa entre projetos políticos distintos (corcundas, federalistas, monarquistas constitucionais e republicanos) e revoltas provinciais. O autor fazia parte do corpo político do partido conservador, todavia, suas narrativas eram um esforço para redimensionar o lugar social do índio, do colonizador, do negro, da família, da mulher, da criança e dos regionalismos. O literato escrevia criticando parte da herança colonial e assimilando concepções de futuro do Iluminismo europeu. Este movimento de atribuição de sentido as coisas e historicização do tempo, fez com que na Modernidade, a literatura tivesse atributo de História, *singular-coletivo*, através da história da literatura, por conseguir conservar os costumes e a cultura de um povo no tempo (ARAÚJO, 2008, P.105-132).

Alencar respondeu a este projeto nacional ao se relacionar de uma forma inovadora com a história do Brasil. Em *Como e por que sou romancista*, em uma autobiografia, o autor se denomina com um historiador a sua maneira. (FREIXEIRO, 1981, P.111). Os enredos de seus romances passaram por profunda pesquisa histórica para remontar aspectos da trajetória histórica do povo brasileiro com métodos de investigação próximos ao historicismo e positivismo, como por exemplo, os princípios metodológicos da distância histórica, crítica interna e externa das fontes. Cheguei a estes apontamentos, após identificar nas notas de rodapé de *O Guarani e Iracema*, autores como Humboldt, Varnhagem, Saint-Hilaire, Lamartinière, Baltazar da Silva Lisboa tributários do pensamento iluminista os quais influenciaram grandemente Alencar. Assim, Gadamer nos permite pensar a relação de pertencimento e alteridade de Alencar com seu campo hermenêutico e horizonte histórico na construção da historicidade do indígena e da natureza em *O Guarani e Iracema* (GADAMER, 1976, P.186).

### **A influência da estética romântica e das ciências em *O Guarani e Iracema***

O sentimento americano em José de Alencar seria influenciado em grande medida pelo francês Ferdinand Denis e pelo português Almeida Garret, os dois autores concordavam que a literatura americana deveria ter elementos locais na representação da língua, da natureza, e de seu povo adquirindo contornos próprios (SILVEIRA, 2009, P.18-19). O indianismo de Alencar



seguia esta tendência romântica de valorização do passado e de temas regionais. O indígena seria colocado como *bom selvagem*, dotado de valores morais elevados (ARINOS, 1937, P.30). *O Guarani e Iracema* seriam obras as quais valorizavam um tempo mítico da origem da nação brasileira o qual a natureza e os indígenas não estariam sobre-carregados pela herança negativa do passado colonial. O que não quebra totalmente com os valores do passado português como o catolicismo, a grande propriedade, a relação de vassalagem e a escravidão, porém, admitia que o Brasil necessitava de cultivar concepções de um novo tempo projetado pela ciência e pela razão, quer dizer, reformular parte de suas tradições para conquistar um espaço junto as nações civilizadas.

José de Alencar e o Romantismo brasileiro no que se referem a tematização da natureza estão inseridos em uma conjuntura da longa duração apoiados no pensamento que fora emanado por determinada ciência europeia, especialmente a partir de Portugal, e Romantismo europeu. Em meados do século XVIII as orientações naturalistas das ciências naturais e exatas começaram a formalizar o que pode ser entendido como as possibilidades e os limites da utilidade da natureza entre as sociedades humanas, era o momento entre o século XVII e XVIII que a natureza começava a se afastar da religião e vislumbra novos horizontes a partir do estudo científico, compreendê-la e relacioná-la a construção da nação era um fator estratégico já que os recursos naturais impunham limites materiais para o desenvolvimento dos Estados Nacionais nascentes (THOMAS, 1988, P.63-64). A *Dialética do Esclarecimento* ajuda-nos a entender a face da Modernidade que deu cabo ao processo de domínio sobre a natureza, momento em que os humanos entenderam ser possível, através da razão instrumental e da técnica, se suspender em relação ao mundo natural e dominá-lo e, isto especialmente, a partir dos interesses liberais. (ADORNO; HORKHEMER, 1985, P.20).

O Romantismo foi o principal movimento intelectual durante a formação do Estado Nacional brasileiro após 1822, o qual tinha na natureza e no indígena os elementos simbólicos por excelência para a celebração do nacional (VERGARA, 2003, P.37). O mundo natural e o indígena eram tematizados por Alencar seguindo princípios do pensamento científico utilitário-naturalista e da estética romântica adaptados a originalidade da temática nacional brasileira. Alencar tematizaria a natureza como viva, ativa e humanizada enquanto negava parte da tradição árcade a qual a natureza não participava efetivamente como personagem no desenrolar da trama (SILVEIRA, 2009, P.26-36). O autor aderiu a sensibilidade romântica a qual queria aproximar o homem da natureza, adaptando-a as necessidades de seus romances indianistas,



regionalistas e urbanos. Simon Schama em seu *Paisagem e Memória* ajuda-nos a discutir como a natureza foi utilizada na construção das nacionalidades no século XIX, e como nas rochas, água e florestas estão incrustadas memórias sociais e políticas (SCHAMA, 1996, P.70).

O gosto pela arte em José de Alencar foi influenciado em grande medida por autores romancistas como Chateaubriant, Balzac e Cooper, Vitor Hugo, Dumas, entre outros autores, gosto que foi colocado lado a lado a razão prática, envolvendo, desta forma a moral e o direito, isto é, a crença que a estética seria comprometida com as questões do mundo político e para o que se chamava naquele período de implementação da civilização. A cultura estética desempenharia na Modernidade “um papel central na formação do homem para a liberdade, era preciso antes compreender a constituição peculiar do homem como sujeito e o objeto dessa formação promovida pelo gosto” (BARBOSA, 2004, P.38).

O mundo natural despertaria um sentimento estético no Romantismo e seria um espaço de escapismo da razão e bloqueio cognitivo, um lugar de fuga da civilização, o ambiente de fruição do belo e do sublime. O romantismo unia a razão (elemento árcade) e a sensibilidade (elemento romântico) à arte estabelecendo um diálogo com a racionalidade científica (SILVEIRA, Op. Cit). Alencar representava o indígena e a natureza com características do tempo moderno mesmo inseridos em um ambiente mítico e patriarcal. Em *O Guarani* e *Iracema*, a trama é representada entre a ficção e a realidade e, encenam na representação e descrição da paisagem e do nativo características científicas influenciadas pelos relatos dos viajantes naturalista do século XVIII e XIX, como de uma origem mítica, mesclando elementos naturalistas, o passado autóctone e a experiência estética romântica. Sendo assim, faz-se fundamental aprofundar as pesquisas a partir de abordagens da teoria da história e história da historiografia na tentativa de compreender o que é Modernidade para José de Alencar e, conseqüentemente, o que significa a relação entre ciência e estética em sua obra, construída neste campo de disputa linguístico que é o Brasil do século XIX.

### **Bibliografia:**

ADORNO, T.W.; HORKHEMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. São Paulo: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Iracema*. Fortaleza: Edições UFC, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Guarani*. 3 ed. São Paulo: Martim Claret, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes. A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. *Revista de História (USP)*, v. 159, p. 105-132, 2008.

ARAÚJO, V. L. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, v. 12, p. 33-44, 2013.

ARINOS, Afonso. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. RJ: José Olympio, 1937.

BARBOSA, Ricardo. *Schiller & a cultura estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. V. 2, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Wesley Roberto. José de Alencar: “sou americano para o que der e vier”. Assis, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

Correspondência ativa de José Martiniano de Alencar. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 86. 1966. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_086\\_1966.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_086_1966.pdf). Acesso em 31/05 2017.

Dicionários dê: Rafael Bluteau (1728), Antônio de Moraes Silva (1789) e Luiz Maria. Acesso: Pinto (1832). Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>. Acesso em 07/06/2017

DUARTE, Rodrigo Antônio de Paiva. *Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ELIAS, Rita de Cássia Miranda. *A formação do leitor e a nação inventada: aspectos da modernidade em José de Alencar*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIXEIRO, Fábio. *Alencar: os bastidores e a posteridade*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981.

GADAMER, Hans Georg. *Vérité et méthode: les grands lignes d'une herméneutique philosophique*. Paris: Editions du Seuil, 1976.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Contratempo, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. Almanack Braziliense, n. 01, p. 8-26, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 1ª edição, São Paulo: editora Hucitec, 1987.

MOSCATO, Daniela Casoni; DENIPOTI, Cláudio. Revista Esboços, Florianópolis, v. 20, n. 29, p. 88-104, 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. Poesia, história e economia política nos Suspiros poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil/Marcelo de Mello Rangel; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos, 2011.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdei Lopes. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. História da Historiografia, v. 17, p. 318-332, 2015.

RANGEL, M. M. O Clima histórico no período regencial sob o olhar do romantismo: pessimismo e esperança na poesia de Gonçalves de Magalhães. ArtCultura, v. 15, p. 169-186, 2013.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

SILVEIRA, Cássio. Iracema e a graciosa ará: As metáforas e comparações entre personagens e natureza em “Iracema”. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VERGARA, Moema de Rezende A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. PUC, Departamento de História, 2003.

## A imagem da mulher e a construção da nação através das páginas d'O Ano Biográfico Brasileiro

**Stefania Macena Wolff**

Mestranda em história

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: ste.mwolff@gmail.com

**Resumo:** No ano de 1876, quando estavam sendo ainda definidos os contornos da jovem nação brasileira, foi publicada em três volumes a obra *O Ano Biográfico Brasileiro*, de Joaquim Manoel de Macedo. Em suas mais de mil páginas, a obra reúne 365 narrativas biográficas de indivíduos gloriosos, virtuosos e de destaque na formação nacional. Destas narrativas, apenas dezenove são de mulheres. O que haveria de específico nessas biografias? Como eram então contadas as histórias de mulheres e de que forma essas dialogavam com o contexto de formação nacional? São essas as questões que norteiam o presente texto. Pretendemos, com ele, traçar um breve panorama das representações do feminino na obra citada, entendendo as biografias escritas no Brasil oitocentista como uma dentre as várias estratégias discursivas empreendidas por homens de letras - em especial aqueles reunidos em torno do IHGB - na construção da identidade nacional brasileira.

**Palavras-chave:** Biografia; História das Mulheres; Brasil Imperial; Identidades

**Abstract:** In the year 1876, when the contours of the young Brazilian nation were yet to be defined, Joaquim Manoel de Macedo's published, in three volumes, *O Ano Biográfico Brasileiro*. In its more than a thousand pages, the work brings together 365 biographical narratives of glorious and virtuous individuals, outstanding for their roles in the nation's conformation. Of these narratives, only nineteen are about women. What is specific about these biographies? How were the stories of women told and how did they dialogue with the context of Brazil's national conformation? These are the questions that guide the following text. We intend to draw a brief overview of the representations of the feminine in this work, understanding the biographies written in nineteenth-century Brazil as one of the various discursive strategies undertaken by "men of letters" - especially those gathered around the IHGB - in the construction of the nation's identity.

**Key-words:** Biography; Women's History; Brazil's Empire; Identities

Gênero associado tanto à história quanto à literatura, a biografia parece nunca abandonar as prateleiras de livrarias ou deixar de despertar certo fascínio no público leitor. Embora seu papel dentro dos estudos historiográficos nada tenha de constante, há certo consenso em afirmar que no século XIX a biografia tinha grande destaque e seguia um modelo específico: o do registro da história de vida dos heróis, dos "grandes homens"<sup>1</sup>. Deixemos brevemente a palavra para um biógrafo de então:

Porque, conforme eu a considero, a história universal, a história do que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui têm laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o

---

<sup>1</sup> Sobre os diversos usos e interpretações da biografia na história, ver LORIGA, Sabina. *O pequeno X. Da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir (CARLYLE, 1930, 9)

Para além do narrar de uma trajetória de vida, percebe-se por esse trecho que as biografias tinham também uma intrínseca relação com o todo social. Eram os heróis que representavam as ações e valores modelares, os grandes homens que eram e deveriam ser seguidos por toda a “massa geral”, aqueles que ofereciam lições de vida a serem seguidas. Suas vidas, mais do que representativas, eram fundadoras de valores.

As palavras do inglês Thomas Carlyle são exemplares da maneira como as narrativas biográficas eram encaradas nesse período. Mesmo período em que, cumpre destacar, a História emergia enquanto saber disciplinar. O conceito de *Historia Magistra Vitae* – a história mestra da vida, a história que ensina e norteia a vida através de exemplo do passado – casa com o uso do biográfico que exemplificamos com Carlyle. A biografia aparece aqui como um modo de fundar valores identitários coletivos através da constante reafirmação de valores individuais.

Sendo esses seletos indivíduos os modeladores de todos os feitos da humanidade, contar suas histórias de vida servia tanto para entender os acontecimentos do passado quanto para projetar comportamentos futuros. Evidenciamos aqui um uso do biográfico corrente no contexto aqui destacado: o uso pedagógico.

Deste lado do Atlântico, no Brasil imperial, a produção de biografias teve também no século XIX o seu grande momento e assumiu papel de destaque entre as produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Quando da fundação do instituto, em 1838, o cônego Januário da Cunha Barbosa faz um emocionado discurso em defesa da escrita de uma história nacional, do registro das glórias da pátria. É nesse mesmo discurso que o cônego defende que as vidas dos brasileiros de honra, gênio, talento e virtudes sejam registradas a fim de oferecer importantes lições às gerações futuras. Não foram poucos os escritores que a partir de então atenderam ao seu apelo: era o início do que o historiador Temístocles Cezar chama de “projeto biográfico”.

Nesse projeto, traçado pelos homens da elite brasileira que pensavam em si mesmos como os construtores de uma nação moderna e civilizada, as narrativas individuais dos brasileiros ilustres aparecem profundamente marcadas pelo discurso de formação da identidade nacional, o mesmo discurso que foi preocupação central dessa mesma elite intelectual, reunida no IHGB.

Dentre as centenas de biografias publicadas no período, algumas poucas se voltaram à narrativa da história de vida de mulheres. É importante notar que embora não fosse comum que o gênero feminino figurasse no modelo clássico de narrativas heroicas, as mulheres brasileiras não deixam de por vezes serem retratadas como heroínas na construção identitária da nação brasileira. Heroínas com características bastante distintas da imagem de heroicidade geralmente atribuída aos homens, é válido dizer. Heroínas suaves, dóceis e belas. Ainda assim, heroínas. O que não significa, é claro, dizer que homens e mulheres são retratados com igualdade, que os discursos que tratam de homens e mulheres sejam igualmente revestidos de importância.

São dezenove as heroínas brasileiras que têm suas histórias de vida narradas no O Ano Biográfico Brasileiro, obra monumental de Joaquim Manoel de Macedo que reúne 365 biografias em três volumes. Publicada em 1876, a obra é escrita a fim de ser traduzida para o inglês e enviada para a Exposição Universal de Filadélfia – a *Centennial* – nos Estados Unidos. Não há registros de que esse objetivo foi de fato atingido, o que não esvazia o fato de que os indivíduos registrados na obra foram cuidadosamente selecionados a fim de figurar enquanto representantes do “ser brasileiro” – ou, mais especificamente no nosso caso, “ser brasileira” – não apenas dentro das fronteiras do país, mas também externamente.

O Ano Biográfico brasileiro é, portanto, um objeto que nos permite vislumbrar de forma privilegiada a construção simbólica que se pretendia fazer do indivíduo brasileiro. Os personagens históricos cujas vidas foram narradas em suas páginas são diversos; podem ter vivido no século XVI, no século XIX ou em qualquer período entre estes dois marcos. Suas características retratadas, as glórias e virtudes de suas heroicas existências, no entanto, são valores que importam especificamente ao contexto em que suas vidas foram postas no papel: o Brasil da segunda metade do século XIX, quando se construía as narrativas de nação. Essa afirmação é válida para todos os biografados, inclusive, é claro, para as mulheres. Nos tempos em que se definiam através da história os contornos imateriais da nação brasileira, as narrativas biográficas sobre as mulheres podem ser encaradas como parte de um projeto de poder e como uma estratégia discursiva que reafirmava valores e comportamentos esperados da mulher ideal.

Quais eram, então, esses valores e comportamentos? Dentre os valores pouco variados, podemos encontrar em todas as narrativas – direta ou indiretamente – os seguintes, que serão em seguida explicados: o *potencial civilizador*; a *abnegação*; a *fé*; o *patriotismo*. Para atingir esses valores de maneira verdadeiramente exemplar, era necessário que essas mulheres fossem

também “de costumes puros”, “honestas”, “suaves” e “amáveis” – todas palavras escritas por Macedo.

Nas narrativas de uma nação que pretendia se constituir enquanto *civilização nos trópicos* – como brilhantemente caracterizou Manoel Guimarães – o ideal civilizador era um aspecto sempre presente. Dentre as mulheres d’O Ano Biográfico, podemos destacar duas (que não são as únicas) em que esse aspecto aparece claramente: Damiana da Cunha e Catarina Álvares, a Paraguaçu. Duas mulheres de origem indígena. Sobre Damiana, consta que: “Heroína do amor fraternal, anjo de caridade, apóstolo da fé, suave e potente elemento de civilização, D. Damiana da Cunha toma o grande e glorioso empenho de ir aos sertões chamar os caiapós à vida social, à religião santa, e ao dever do trabalho.” (MACEDO, 1876, 57). Já a legendária Paraguaçu, “suave, forte porém, alavanca da civilização” (MACEDO, 1876, 121) é lembrada por atrair grandes forças dos tupinambás para a causa de seu marido português, o Caramuru.

A seleção de duas indígenas para representarem os ideais de difusão da civilização são bastante representativas de uma questão basilar para a construção da nacionalidade brasileira: em uma nação que se pretendia civilizada nos moldes europeus como lidar com a existência de populações indígenas que em tudo fogem a tal molde? Essa discussão é muito mais longa do que nos cabe debater aqui. É interessante, contudo, notar que as duas únicas mulheres indígenas retratadas no Ano Biográfico são, ao mesmo tempo, mulheres que se dedicaram a afastar outros indígenas da condição de “selvagens”. Além disso, não basta que essas mulheres sejam propagadoras da civilização. É preciso também que elas próprias por instinto neguem os costumes e práticas de seus povos para assumir as virtudes da civilização. É assim que se tornam merecedoras das páginas da história.

São também merecedoras as mulheres que renunciam à própria vontade e desapegam de si mesmas e do mundo. São aquelas que Macedo definirá como “heroínas abnegadas”, termo que aparece em oito dessas dezenove biografias de mulheres. Por uma questão de espaço, não nos cabe mencionar todas elas. Um caso, porém, é bastante exemplar: o de D. Maria de Souza, “nobre senhora pernambucana, rica de virtudes, religiosa, patriota, e honestíssima esposa de Gonçalo Velho” (MACEDO, 1876, 454). Consta em sua biografia que Maria de Souza suportou com heroísmo e indômita bravura a perda de três filhos seus, além de um genro, na guerra entre pernambucanos e holandeses em Olinda. Após a morte do terceiro em batalha, Maria de Souza “estanca lágrimas que lhe inundavam as faces, concentra, sufoca a violentíssima dor, e chama em voz alta dois filhos, os últimos que lhe restavam, um Gil Velho de quatorze anos, o outro



apenas de doze” (MACEDO, 1876, 455), totalizando cinco os filhos de quem abre mão em nome da glória da pátria. O grande feito de Maria de Souza é renunciar de suas próprias dores e até mesmo de sua família em nome de uma causa maior: a nação<sup>2</sup>.

Um terceiro valor, este que aparece como fundamental tanto para mulheres quanto para homens, é o amor à fé cristã. Tendo as biografias produzidas no Brasil do século XIX, como defendemos, uma função pedagógica e de difusão de valores, e sendo um dos grandes valores da nascente identidade brasileira a fé cristã, é natural que haja um destaque para as piedosas mulheres. Dentre as muitas freiras e mártires – que são até mesmo esperadas em biografias elogiosas de então – é curioso notar o caso de uma mulher que não é diretamente ligada à igreja enquanto instituição: D. Rosa Maria de Siqueira.

A demonstração de heroicidade e fé de Rosa acontece quando uma nau em que a moça viajava é atacada por navios argelinos. Consta na narrativa que, quando tudo parecia perdido, “Apareceu ardente e sublime Rosa Maria de Siqueira. Jovem (tinha vinte e quatro anos), franzina de corpo, bela e suave, mimosa no parecer e no trato, ela mostrou-se no meio dos combatentes, bradando: ‘viva a fé de Cristo!’” (MACEDO, 1876, 351). Ao que se seguem dois dias de lutas em que ela inspira os combatentes com seus clamores à fé de Cristo. O fim do perigo, porém, foi também o fim da heroicidade guerreira de Rosa Maria. Diz Macedo, em tom de admiração:

D. Rosa Maria de Siqueira, chegando a Lisboa, confundiu-se, vendo-se objeto da curiosidade e da admiração de todos, e jovem, bela, e festejada, mas digna e modesta soube furtar-se à glória marcial que só excepcionalmente pode caber a seu sexo, e no lar doméstico dedicou sua vida ao amor do esposo e da família. (MACEDO, 1876, 352)

O quarto e último grande valor reiterado por Macedo nas biografias de mulheres é o patriotismo. Caso exemplar é o de Maria Quitéria, cuja narrativa está intimamente relacionada à história das guerras de independência na Bahia, episódio chave no imaginário da identidade nacional brasileira. D. Maria Quitéria de Jesus dos Santos era uma “jovem de costumes puros, e de ânimo exaltado” que “se sobressaiu por ardente impulso raro em seu sexo mimoso”. Sua exaltação era por uma causa nobre: o amor da pátria. E é essa causa que a faz vestir-se de homem e assentar praça como soldado, e a faz também se manter soldado mesmo quando seu sexo é revelado. Diz Macedo que:

---

<sup>2</sup> É consenso hoje na historiografia que não havia no século XVII a ideia de uma nação brasileira. No texto de Macedo, no entanto, se fala em nação desde o século XVI, característica da historiografia brasileira oitocentista que buscava um passado comum a fim de consolidar os contornos do Brasil.

A bravura desta heroína resplende ainda mais e toca ao sublime pela sua honestidade de senhora. [...] seu aspecto pouco ou nada tinha de varonil, suas maneiras eram agradáveis, e que apesar da vida que passara entre soldados, nem tinha destes os hábitos grosseiros e bruscos, nem contra sua honra havia a menor suspeita. (MACEDO, 1876, 491)

Vê-se aqui mais uma vez que a mulher, ainda que gloriosa guerreira, precisava manter-se no papel a ela designado, deveria ser sempre honesta, agradável e suave.

Os exemplos aqui citados, embora pontuais, nos ajudam a vislumbrar o modelo ideal de mulher que figurava como exemplar da recém construída nação brasileira.

Civilizadas, patriotas, gloriosas, heroínas. Não são poucas as características louvadas por Joaquim Manuel de Macedo nas mulheres que foram por ele selecionadas para representar a pátria. Em muitas das biografias, Macedo parece surpreso por encontrar tais nobres características no “mimoso sexo”. Não que essa surpresa signifique reprovação. Era, em verdade, louvável que as mulheres se dedicassem ao engrandecimento da pátria, através de meios os mais diversos. Era, porém, talvez ainda mais louvável que esse engrandecimento fosse, acima de tudo, um engrandecimento moral e adequado ao comportamento esperado de uma mulher. Das nobres senhoras e cândidas donzelas se espera suavidade, doçura, fidelidade, agradável. Mas espera-se também que, quando os tempos ou a pátria pedem, elas sejam bravas e heroicas. Não era tarefa fácil reunir todas essas características, mas era certamente desejável e é por isso que elas são tantas vezes reafirmadas, a fim de que se assentassem profundamente na alma das brasileiras.

Nesse sentido, reiteramos o ponto inicial de que as biografias produzidas no Brasil do oitocentos podem ser vistas como um mecanismo simbólico criador e legitimador de identidades. De maneira geral, da identidade nacional; de maneira específica, de identidade nacional feminina. A partir das biografias de mulheres presentes n'O Ano Biográfico Brasileiro, pudemos de certa forma visualizar um retrato, mais ou menos velado, mas sempre cuidadosamente traçado, daquela que seria a imagem do “ser brasileira”, das doces e suaves heroínas.

### **Fontes e Referências Bibliográficas:**

#### **Fontes:**

MACEDO, Joaquim Manuel de. O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

\_\_\_\_\_. O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 2. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

\_\_\_\_\_. O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 3. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In: Revista do IHGB, Tomo 1, Volume 1, pp. 9-17, 1939.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. Um Escritor no Segundo Reinado: a trajetória de Joaquim Manuel de Macedo”. In: Revista Augustus, ano 15, n. 30. Rio de Janeiro, agosto de 2010, p. 66-76.

CARLYLE, Thomas. Os heróis e o culto dos heróis. Rio de Janeiro: Cultura Moderna, 1930.

CÉZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: Biografia e Escrita da História no Brasil do Século XIX”. In: Métis, História & Cultura. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2003, pp 73-94.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 2000, v. 25.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro” In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, pp. 425-466.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: Revista Estudos Históricos n.1. Rio de Janeiro, 1988, p.05-27.

LORIGA, Sabina. “A Biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org). Jogos de Escala. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 225-250.

\_\_\_\_\_. O pequeno X. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. PINTO, Luís Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (org.) A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

WALBY, Sylvia. “A Mulher e a Nação” In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) Um Mapa da Questão Nacional, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

## Minerva Brasiliense: limites conceituais de história e literatura nas páginas do periódico

**Bruna Schulte Moura**

Mestranda em História Política

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: schulte.bruna@gmail.com

**Resumo:** O texto tem por objeto de análise o periódico fluminense *Minerva Brasiliense*, que foi a primeira publicação científico-literária a surgir após o Golpe da Maioridade que coroou Dom Pedro II Imperador. Teve início em 1843, durando pouco mais de um ano, encerrando-se em 1845. A revista, por representar uma reunião de literatos brasileiros e estar situada num período de mudanças políticas e sociais, oferece um aparato conceitual que nos permite observar os limites conceituais entre história e literatura, uma vez que tanto neste período como neste periódico os limites entre literatura e história ainda são fluidos, não havendo de fato uma questão fechada em relação a ambos os conceitos. A partir de Valdeci Lopes de Araújo, Hans Robert Jauss e Reinhart Koselleck a análise é conduzida de forma a se compreender como história e literatura se confundem, se somam e sobrecarregam a fim de produzir um projeto nacional, presente em *Minerva*.

**Palavras-chave:** Historiografia – História literária – História do Brasil Imperial

**Abstract:** The text is analyzed by the Rio de Janeiro periodical, *Minerva Brasiliense*, which can be highlighted as the first scientific-literary publication to emerge after the Coup d'état, which crowned Dom Pedro II Emperor of Brazil. It began in 1843, lasting just over a year, ending in 1845. The magazine offers a conceptual apparatus that allows us to observe the conceptual boundaries between history and literature, since in this period as in this periodical, because it represents a consistent meeting of Brazilian writers and is in a period of political and social changes in the country, The boundaries between literature and history are still fluid, and there is in fact a closed question in relation to both concepts. Starting from Valdeci Lopes de Araújo, Hans Robert Jauss and Reinhart Koselleck, the analysis is conducted in order to understand how history and literature are confused, added and overloaded in order to produce a national project, present in the publication in *Minerva*.

**Keywords:** Historiography – Literary History – History of Empire Brazil

O seguinte texto tem como pretensão de relacionar o conceito de história ao objeto de pesquisa, o periódico oitocentista *Minerva Brasiliense*. Inicialmente pode-se destacar que esta foi a primeira publicação científico-literária a surgir após o Golpe da Maioridade que coroou Dom Pedro II Imperador do Brasil. Teve início em 1843, durando pouco mais de um ano, encerrando-se em 1845 e contou com duas fases: o primeiro ano, em que foi dirigida por Francisco Salles Torres Homem e os últimos meses, nos quais quem esteve à frente foi Santiago Nunes Ribeiro.

Foi um importante espaço para publicações ensaístas tanto de cunho científicos quanto literários, e contou com um corpo de publicistas muito rico e variado. De acordo com Hélio Lopes, o êxito da revista se deu a partir de seu corpo de colaboradores, todos referências em suas cadeiras de conhecimento: astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física e

geografia. A variedade de assuntos tratados também chama a atenção, já que constam nos números do periódico desde assuntos científicos específicos até anedotas e novelas.<sup>1</sup> Sua coleção completa conta com 31 números, todos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A revista, por representar um corpo consistente de literatos brasileiros e situar-se num período de mudanças políticas e sociais no país, oferece um aparato conceitual que nos permite observar qual era a concepção de história compreendida por eles, mesmo que seja nas entrelinhas de seu projeto. Importante destacar que tanto neste período como neste periódico os limites entre literatura e história ainda são fluidos, não havendo de fato uma questão fechada em relação a ambos os conceitos, neste sentido as análises ora servem para se tratar do conceito de história, ora servem para tratar da literatura, uma vez que ambas desempenham papéis parecidos dentro do projeto do periódico.

Lilian Martins Lima atenta para o ideal de imprensa brasileira do século XIX, no qual chamavam de “a mais nobre missão” aquilo que se comprometiam a fazer: promover o avanço da civilização no Brasil, tornando-se palco de debate sobre o jovem país. Nas páginas dos periódicos dos oitocentos, os letrados não se propunham apenas a informar seus leitores, mas também formar seu público e torná-lo capaz de colaborar com o país, incumbiam-se de uma missão pedagógica, missão esta muito clara no periódico em questão.<sup>2</sup> Nas páginas de *Minerva*, portanto, é possível notar uma proposta ilustrativa de levar conhecimento ao cidadão comum, este projeto político é latente no periódico e se pode observar em artigos publicados, como por exemplo quando T. afirma em um artigo do segundo número da revista “Como legislar convenientemente para um país que não se conhece bem? Como dispor de matéria, sobre a qual se possui apenas uma notícia leve, geral e muito imperfeita?”<sup>3</sup>

É importante compreender que as revistas literárias românticas do século XIX, no período imperial do Brasil, tinham um forte caráter civilizador, formador e moralizador. Sua preocupação mais tenra, como se pode observar em *Minerva*, é o desenvolvimento cultural brasileiro e para isto dispunham de uma gama variada de assuntos – belas artes, literatura, ciências, educação, teatro, etc. A literatura e as ciências são um duplo caminho para se difundir a educação e os literatos se incumbem de criar novas referências a fim de consolidar a ideia de nação e distanciá-la de Portugal, a partir da independência.<sup>4</sup> O contexto de formação nacional

---

<sup>1</sup> LOPES, Hélio, 1978. p. 32.

<sup>2</sup> LIMA, Lilian Martins, 2008.

<sup>3</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 2, vol. I, 1843, p. 51

<sup>4</sup> SANT'ANNA, Benedita Cassia Lima, 2011.

é primordial para que a publicação torne-se um expoente dos estudos de história, tendo em vista que suas páginas tornaram-se um exemplo dos debates nacionais daquele período. A partir deles se pode perceber a base nacional brasileira.

Um exemplo desta questão está presente em um artigo de Emile Adet, quando este escreve sobre a literatura contemporânea francesa, e fica bastante determinado tanto o papel da França neste projeto quanto o projeto civilizador presente no periódico:

Percorrendo-se o círculo dos conhecimentos humanos no Brasil, vê-se que a França é a nação que mais tem contribuído neste século para o rápido progresso civilizador deste império. Descobre-se no seu desenvolvimento intelectual, debaixo de todas as modificações que são inerentes ao caráter nacional, a ideia francesa dominadora. (...) Com referência as artes industriais, as modas, máxime a literatura nascente da época presente, é o Brasil discípulo da França.<sup>5</sup>

Em outro trecho de um artigo assinado por T chamado “Bibliografia: obras sobre geografia e história do Brasil – o compendio do Sr. General Abreu e Lima” no qual ele atenta para a importância do conhecimento do país para o progresso do mesmo

Estranhas umas as outras, falta as nossas províncias a força do laço moral, o nexa da nacionalidade espontânea que poderia prender estreitamente os habitantes desta imensa peça, que a natureza abarcou com os dois maiores rios do universo. (...) A ignorância, em que estamos sobre as coisas da nossa terra, sente-se no seio mesmo da legislatura, onde ela põe obstáculos a muitas medidas úteis e importantes.<sup>6</sup>

A história, durante o século XIX, apresentou-se como um esforço do Estado Moderno na busca de uma justificativa cultural para sua hegemonia. Na realidade brasileira, portanto, a necessidade de estudar o Brasil se deu como uma forma de conhecê-lo de dentro para fora.<sup>7</sup> Ou seja, uma vez solucionada a questão política e de fronteiras, era necessário firmar as bases da cultura nacional brasileira para que os cidadãos pudessem se reconhecer como tais tanto dentro de seu próprio país quanto pela comunidade internacional. Neste sentido, a revista *Minerva Brasiliense* se apresentou como um ponto de sociabilidade intelectual daqueles que estiveram empenhados nesta missão.

Importante destacar que é a partir de 1810, com a criação da cátedra de história na Universidade de Berlim, que a história passa a ser pensada com um rigor profissional enquanto disciplina, de acordo com Durval Albuquerque Jr. Vale ressaltar que a Revolução Francesa desempenhou uma série de marcos conceituais a serem tratados aqui. Inicialmente podemos

<sup>5</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 2, vol. I, 1843, p. 37.

<sup>6</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 2, vol. I, 1843, p. 51.

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, 2006, *passim*.

ressaltar a própria utilização dessa enquanto disciplina em universidades e escolas regulares como um fator preponderante para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade. É a partir deste evento que se substitui a noção de história como exemplo do que se deve ou não ser seguido em função de uma história que, a partir do passado, explica o presente, neste sentido, a história assume a função de civilizar o cidadão e se dá como uma narrativa da progressiva melhoria dos costumes humanos. Aplicado ao caso brasileiro e mais especificamente ao *Minerva Brasiliense*, é a partir da proposta pedagógica da publicação que se pretendia que a história e a literatura fossem capazes de desenvolver esse sentimento, ou seja, a partir da ilustração de seus cidadãos este nexos nacional seria forjado.

Santiago Nunes Ribeiro em seu primeiro artigo publicado no periódico em questão apresenta como introdução ao seu “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”: “A HISTÓRIA não apresenta época alguma que não tenha seu caráter específico, fisionomia própria e demonstrativa da ideia providencial que a rege.”<sup>8</sup> Este trecho ilustra como a história, dentro deste projeto de formação nacional, ganha a tarefa de associar a busca das origens à noção de linearidade do tempo, caracterizada pela singularidade dos eventos, em contraposição a noção cíclica do tempo em que os fatos acontecem de maneira repetida. É a partir da ideia do coletivo singular, salientada por Koselleck a partir de Humboldt, que reúne características históricas e linguísticas demarcadas em uma circunstância temporal, que a história recebe o papel de representar uma singularidade em um todo. No entanto, dentro desta perspectiva, encontrar a origem da nacionalidade não era suficiente uma vez que a passagem do tempo não assegura a continuidade de um sentimento comum aos integrantes de uma nação. Desta forma era necessário encontrar um sentido coeso da história nacional que fosse capaz de reunir aqueles indivíduos a uma ideia de pertencimento.

Para que um grupo de pessoas constitua uma nação, defendiam teóricos deste período, era necessário que estes indivíduos estivessem relativamente conscientes como parte integrante deste todo. Tanto Arendt quanto Koselleck apontam para o caráter processual da história desenvolvido pela modernidade. De acordo com Arendt, foi na época moderna que história tornou-se um processo feito pelo homem e que se destacou como único processo global cuja existência se deveu à raça humana. Em detrimento da ideia de que o homem sofre os eventos históricos, surge a concepção do homem como ser capaz da ação. Enquanto a autora destaca que a ênfase deslocou-se do interesse nas coisas para o interesse nos processos, mudou a busca

---

<sup>8</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 1, vol. I, 1843, p. 7.



do “que” para o “como”<sup>9</sup>, o autor afirma que a partir da ideia de temporalidade peculiar o caráter processual da história torna seu fim imprevisível. Neste sentido a história teria como proposta imortalizar não o como ser, mas o como agir no mundo, não a humanidade, mas suas marcas no mundo.<sup>10</sup>

Desta forma, a nacionalidade é forjada dentro de um processo de construção no qual a literatura desempenha um papel importantíssimo. Dentro deste contexto de formação da identidade nacional, qualquer produção escrita que tivesse a possibilidade de ser considerada útil e preciosa para a pátria tinha potencial para se tornar um instrumento desta ação, como afirma Maria Helena Rouanet.<sup>11</sup> À literatura, portanto, coube a tarefa de difundir os elementos que passariam a ser considerados patrimônio comum ao grupo que pertencia a determinada nacionalidade – neste caso, a brasileira – já que estava presente em grande parte nos periódicos – meio de comunicação mais acessível. Quando Santiago Nunes Ribeiro afirma em seu “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira” que:

A literatura (diz Fred. Schlegel) é a voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma idade, ou caráter de uma nação. A vasta generalidade desta definição compreende as belas artes e os trabalhos monumentalizados pela palavra escrita.<sup>12</sup>

É possível perceber que dentro da perspectiva da criação de uma tradição e identidade nacional, o papel da literatura se consolidou, uma vez que ela tornava real os fatos e dados a serem compartilhados pela nação além de tornar visível o que não necessariamente é, tendo a natureza como mecanismo fundamental para esta categoria.<sup>13</sup> Neste ponto é possível observar que no contexto dos nacionalismos no qual a disciplina história passa a ter a função de apresentar a verdade sobre o passado da civilização e das nações.

O historiador e o literato teriam o papel, portanto, de localizar no passado a matriz da nacionalidade e apresentar, com o passar do tempo, a evolução constante desta matriz.<sup>14</sup> Em outro trecho de “Da nacionalidade da literatura Brasileira” Nunes Ribeiro exemplifica mais uma vez este pensamento quando afirma:

Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à ideia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco, de uma vida social. Este princípio literário

---

<sup>9</sup> ARENDT, 1992, p. 88

<sup>10</sup> Idem Ibidem, p. 105.

<sup>11</sup> ROUANET, Maria Helena, 1999. *Passim*.

<sup>12</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 1, vol. I, 1843, p. 8.

<sup>13</sup> ROUANET, Maria Helena. *Op. Cit., Passim*.

<sup>14</sup> ROCHA, João Cezar de Castro, 1999. *Passim*.

e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa.<sup>15</sup>

Neste sentido, pode-se chamar a atenção para o aspecto da cor local, evidenciado no ensaio de crítica literária de Santiago Nunes Ribeiro no primeiro número desta publicação, contudo, presente em todo o corpo de publicações deste gênero na revista.

A partir de Kamerbeek, que foi apontado por Eduardo W. Cardoso, a noção romântica de cor local remete a três elementos: localidade, temporalidade e centralidade. Neste sentido, podemos entender que o emprego da cor local leva a um tipo de historicismo, pois valoriza as diferenças e particularidades das sociedades, ou seja, remete a um local dado e a uma época específica. Este elemento fornece um sentimento comum entre escritores, temas e público portadores de uma determinada nacionalidade. Em um trecho do artigo traduzido pelo Conego Januário da Cunha Barbosa chamado “Da nacionalidade da literatura”, M. Mennechet deixa bastante exposta sua compreensão de uma literatura nacional, evidenciando o aspecto da cor local mesmo sem ter utilizado estas palavras:

A literatura é nacional quando está em harmonia perfeita com a natureza e clima do país e ao mesmo tempo com a religião, costumes, leis e história do povo que o habita. A natureza é o primeiro espetáculo que se oferece ao homem e sua entrada na vida; o clima é a primeira sensação que ele experimenta; a religião, depois das afeições de família, é o primeiro amor que se lhe dá; os costumes formam o primeiro laço social que liga a seus concidadãos; as leis são o primeiro julgo que a é forçado submeter-se; a história é a primeira glória de que pode ufanar-se. Onde pois o poeta que quer ser nacional irá procurar suas inspirações, a não ser no que vê, no que sente, no que crê, no que sofre, no que ama e no que espera?<sup>16</sup>

A *Minerva Brasiliense* se destacou pelo projeto literário, que contribuiu para solidificar o ideário da primeira geração romântica no Brasil.<sup>17</sup> De acordo com Alfredo Bosi, a *Nitheroy* foi a revista que deu início a “reforma nacionalista e espiritualista” da literatura brasileira, mas a temática se fortificaria com a *Minerva*.<sup>18</sup> Nota-se também o esforço na busca de uma tradição literária que justificasse a existência de uma literatura genuinamente brasileira. Dentro deste esforço, podemos identificar dois aspectos latentes: a discussão sobre a periodização e os

---

<sup>15</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 1, vol. I, 1843, p. 9.

<sup>16</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 6, vol. I, 1844, p. 168

<sup>17</sup> KERBAUY, Ana Cristina, 2008. *Passim*.

<sup>18</sup> BOSI, Alfredo, 1994. p. 97.

marcos literários brasileiros dentro de uma lógica evolutiva da literatura e a marca particular de cada uma nas literaturas nacionais, a cor local.

Um expoente do esforço literário da *Minerva* foi sem dúvidas a crítica literária. De acordo com Antônio Cândido, esse tipo de crítica se estabeleceu com o Romantismo, no Brasil e tem suas bases na teoria do nacionalismo literário. Seu iniciador foi o franco-brasileiro Ferdinand Denis, seguido por Almeida Garret em ação exercida na *Nitheroy* junto com os jovens em Paris. Os alicerces da crítica literária brasileira apoiam-se em letrados e escritores franceses, sobretudo Chateaubriand, Madame de Stael, Augusto Guilherme Schlegel e Sismonde de Sismondi.<sup>19</sup>

Dentro do prisma da formação de uma história da literatura, é importante destacar que, como apresenta Hans Robert Jauss, a história se constitui na reconstrução do pensamento passado através da mente do historiador. Este teórico da literatura propõe uma abordagem que se distancia da construção formalista da história da literatura como um estudo da “evolução literária”. O autor evidencia o caráter estético em detrimento do histórico, uma vez que organiza dentro de uma cronologia evolutiva a partir de novos cânones caracterizando-a como uma luta incessante do novo contra o velho, ou como alternância entre canonização e automatização das formas. Para uma nova análise histórica da literatura, Jauss parte do pressuposto que todo historiador da literatura é, antes disso, um leitor e, como um, precisa tomar sua posição histórica diante dela.<sup>20</sup>

A partir desta abordagem, a história da literatura se manifesta como um processo de recepção e produção estética que se atualiza conforme novos leitores, com novas perspectivas históricas, os recebem. Para Jauss é importante definir a contribuição específica da literatura na construção da experiência histórica e social, não resumida a um círculo fechado de uma estética da produção e da representação social. Portanto, é quando a literatura deixa de se limitar a descrever o processo de “evolução literária” e assume a perspectiva estética e histórica, que é possível observar a força constitutiva que a literatura tem sobre a sociedade.<sup>21</sup> Através deste paradigma se pode avaliar como os letrados de *Minerva* buscaram, como leitores historicamente situados, construir uma história da literatura formalista a fim de produzir uma ideia de

---

<sup>19</sup> CÂNDIDO, Antônio, *Op. Cit.*, p. 635.

<sup>20</sup> JAUSS, Hans Robert, 1994. pp. 55-94.

<sup>21</sup> Idem *Ibidem*, *Passim*.

nacionalidade baseada em significativas mudanças estéticas, agindo de forma direta na disputa por um projeto de nação delineado em consonância com aquele produzido pelos órgãos oficiais.

Pôde-se perceber que o grupo ligado tanto a *Nitheroy* quanto a *Minerva* entrava em consonância com o contexto de definição nacional em todas as suas esferas. Para estes literatos, ainda soma-se seus esforços pedagógicos, com a literatura ganhando uma dimensão de definição cultural da nação. Aqui se adota a perspectiva de Valdei Lopes de Araújo quando este afirma que Gonçalves de Magalhães, em seu ensaio publicado na *Nitheroy*, compreendeu literatura como história.<sup>22</sup> Neste sentido, entende-se que esta compreensão se estende para a geração de literatos da qual Magalhães faz parte – e está ligada ao corpo editorial das referidas revistas – compartilha esta visão de literatura.<sup>23</sup>

Valdei Lopes de Araújo analisa e expõe que a história estava profundamente ligada e limitada ao campo político de percepção. Desta forma, a Metaliteratura de Magalhães compreendia a disciplina como o conjunto de produções humanas que pôde ser registrado e transmitido através da linguagem. Neste sentido, a literatura teria uma funcionalidade memorial, de acordo com o autor, atuando como uma “cápsula do tempo”, destinada a inscrever o grau de civilização de um povo num determinado local e inserido numa determinada temporalidade. Ela é compreendida, portanto, como totalização das diferentes dimensões da realidade, desenvolvimento das ideias e dos pensamentos como reflexo progressivo da inteligência de um povo.<sup>24</sup> Quando Santiago Nunes Ribeiro inicia seu artigo no primeiro número da revista estampando a ideia de que “A história não apresenta época alguma que não tenha seu caráter específico, fisionomia própria e demonstrativa da ideia providencial que a rege. Longo fora assinalar os caracteres dos diversos períodos da civilização humana.”<sup>25</sup>, logo se pode compreender que este autor se insere na mesma perspectiva de pensamento quando se trata da literatura.

Esta ideia pode ser observada em um artigo traduzido pelo Conego Januário da Cunha Barbosa, que buscava reafirmar, com uma referência internacional – mais precisamente francesa – a ideia já levantada pelos redatores da revista. No sexto número do primeiro ano da revista, publicada em 15 de janeiro de 1844, o Cônego publicou a tradução de um discurso realizado em um congresso histórico em Paris por M. Mennechet, no ano de 1843, que tinha

---

<sup>22</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes de, 2008. pp. 119-125.

<sup>23</sup> Idem Ibidem.

<sup>24</sup> Idem Ibidem.

<sup>25</sup> *Minerva Brasiliense*, nº 1, vol. I, 1843, p. 7

como objetivo apresentar respaldo dentro de uma definição. Neste discurso podemos observar que:

A literatura é nacional quando está em harmonia perfeita com a natureza e clima do país e ao mesmo tempo com a religião, costumes, leis e história do povo que o habita. A natureza é o primeiro espetáculo que se oferece ao homem e sua entrada na vida; o clima é a primeira sensação que ele experimenta; a religião, depois das afeições de família, é o primeiro amor que se lhe dá; os costumes formam o primeiro laço social que liga a seus concidadãos; as leis são o primeiro julgo que a é forçado submeter-se; a história é a primeira glória de que pode ufanar-se. Onde pois o poeta que quer ser nacional irá procurar suas inspirações, a não ser no que vê, no que sente, no que crê, no que sofre, no que ama e no que espera?

Mas a história, as leis, os costumes e a religião não são unicamente o que falam à imaginação do poeta. Ele não é desses ingratos que acusa o profeta; tem olhos para ver e orelhas para ouvir. Quando a natureza descobre seus olhos o espetáculo de suas magnificências ou de seus horrores, ele vê, compreende, e admira; sua poesia embebe-se nas cores risonhas e harmoniosas, ou nas sobras desagradáveis, que, ou encantam, ou entristecem as suas vistas.<sup>26</sup>

Desta maneira, o conceito de literatura se expande e se sobrecarrega pois sua história deixa de ser um conjunto de obras organizadas numa grade de gêneros e datas para se tornar a representação de um campo de experiência. Neste sentido, a história literária ganha uma dimensão para além da sucessão de fatos e se torna o desenvolvimento progressivo da identidade nacional. A nação passa a ser entendida como um personagem histórico anterior à institucionalização do Estado – ou seja, anterior a independência – e a história da literatura torna-se a expressão da sua identidade.<sup>27</sup>

Através do prisma de um mundo que se orienta linearmente, e a partir do passado se segue para o futuro inevitavelmente, a literatura como conceito historicizado assume o caráter de chave de compreensão da consciência histórica.<sup>28</sup> O que se pode concluir é que o problema da história literária, para a geração de literatos que faziam parte da cúpula intelectual do Império e publicavam ensaios em *Minerva*, era também um problema da história da historiografia brasileira. Como estes homens enxergavam a formação de uma literatura genuinamente brasileira em consonância com a consolidação de uma História do Brasil para fora dos limites institucionais do IHGB.

Nota-se, portanto, que ambos os esforços – embora aqui sejam encarados como apenas um – se voltam para uma missão pedagógica e, indo mais além, estes homens demonstram clara

<sup>26</sup> MINERVA BRASILIENSE, nº 6, vol. I, 1844, p. 168.

<sup>27</sup> ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *Op. Cit.*

<sup>28</sup> Idem Ibidem.

mobilização em torno da busca por uma formação da identidade nacional. Através desta compreensão se pode avaliar os limites estreitos entre história e literatura, sobretudo em uma sociedade que busca sua definição e independência. Destarte, sendo a história compreendida dentro dos seus limites políticos, quando estes literatos buscam na literatura o componente cultural que seria o responsável por suscitar o sentimento de nacionalidade – e por isto a missão de formular uma literatura sistematizada tendo como finalidade provar sua existência mesmo antes do Estado politicamente constituído – pode-se compreender que eles realizam uma elaboração concomitante de história da cultura brasileira.

### **Bibliografia:**

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo. Conceitos e narrativa na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Huicitec, 2008.

ARENDDT, Hannah. “O conceito de história – Antigo e Moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 69-126.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. 2012. 187f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil Oitocentista”. In: *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

JAUSS, Hans Robert. “V-XII”. In: *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994. pp. 55-94.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. “Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?” In: GONÇALVES, Márcia Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria. (Orgs.). *Qual valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 21-39.

KERBAUY, Ana Cristina. *Ilustração Goana e Minerva Brasiliense: a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil*. 2008. 325 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae”. In: Futuro passado. Para uma semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 41-60.

LIMA, Lílian M. de. Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal Minerva Brasiliense - Rio de Janeiro (1843-1845). Revista Eletrônica do Arquivo de São Paulo. São Paulo, nº 16, ano 2, novembro de 2006. Disponível em [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/.../texto02.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/.../texto02.pdf). Acesso em 10 de maio de 2014.

LIMA, Lilian Martins. Os letrados e a imprensa: um perfil do intelectual brasileiro oitocentista. In: XIX Encontro Regional de História "Poder, violência e exclusão" ANPUH-SP, 2008, São Paulo. XIX Encontro Regional de História. São Paulo, 2008.

LOPES, Hélio. A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856). São Paulo: Secretaria da cultura, ciência e tecnologia, 1978.

NEVES, Lúcia M. B. P.; FERREIRA, Tânia M. T. B. da C. Minerva Brasiliense: publicistas e políticos na elaboração das linguagens políticas do Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj. (No prelo).

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Literatura Brasileira. Minerva Brasiliense. Rio de Janeiro, nº 1, 1843. pp 7-23.

ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís. Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

ROUANET, Maria Helena. Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROUANET, Maria Helena (Org). Nacionalidade em Questão. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ROUANET, Maria Helena. “Nacionalismo” In: JOBIM, José Luís. Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

SANT'ANNA, Benedita Cassia Lima. A Representação do espaço cultural, brasileiro e português, em importantes publicações da imprensa periódica romântica de língua portuguesa. In: Revista Iluminart, volume 1, número 6, agosto. Revista Iluminart do IFSP, v. 1, p. 1-9, 2011.

**Fonte:**

Minerva Brasiliense. Rio de Janeiro. 31 edições, 1843-1845. – Disponível on-line em: Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045>



## ST 24 - História e culturas urbanas: narrativas e práticas sociais nas cidades

André Mascarenhas Pereira  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[andremasper@gmail.com](mailto:andremasper@gmail.com)

Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy de Portzamparc  
Mestre em História  
Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne  
[ph.urvoy@gmail.com](mailto:ph.urvoy@gmail.com)

Valdeci da Silva Cunha  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[valdeci.cunha@gmail.com](mailto:valdeci.cunha@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Propomos neste simpósio temático uma reflexão sobre a história urbana em uma perspectiva cultural e social. Ao considerarmos a cidade e as narrativas que dela emergem como espaços em disputa, nosso foco concentrar-se-á na pluralidade de discursos e práticas que as culturas urbanas oferecem ao trabalho do historiador. A estrutura urbana, dentro da cidade moderna, mostra-se, em si mesma, um espaço repleto de signos, uma narrativa concebida de antemão por um discurso técnico, que se impõe tanto ao transeunte como ao morador. No entanto, como nos é ensinado por Michel De Certeau, a cidade também é o local onde uma infinidade de outras narrativas e práticas emergem para distorcer as linhas do desenho planejado. Na linha de Walter Benjamin, ao identificar a importância dos arquétipos do flâneur e do "trapeiro", caberia ao historiador dialogar com os diferentes tipos de sujeitos/agentes produtores de narrativas sobre o espaço urbano que se expressam ou falam pelas/nas cidades e que, em nosso entendimento, formam, informam e enformam as várias relações e tensões estabelecidas na teia social urbana. Pretendemos, assim, dialogar com propostas de trabalho e pesquisas que, de alguma forma, tenham as cidades como lugares, fontes e/ou objetos de investigação em suas múltiplas e polifórmicas formas de expressão.

## Nova ambiência urbana na cidade de Divinópolis – MG (1890-1920)

**Daniel Venâncio de Oliveira Amaral**

Doutorando em Lazer

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: dvoamaral@gmail.com

**Resumo:** Este artigo investiga, por meio da análise de documentos produzidos pelo poder público municipal e estadual, jornais e trabalhos de memorialistas, as transformações urbanas processadas na cidade de Divinópolis, no estado de Minas Gerais, entre os anos de 1890 e 1920, período em que a inauguração dos ramais da Estrada de Ferro Oeste de Minas desdobrou-se no crescimento demográfico e na edificação da parte nova da cidade. Os resultados obtidos demonstram que, apesar dos esforços das autoridades políticas e dos grupos abastados locais em imiscuir na estrutura urbana da cidade elementos modernizadores, Divinópolis permaneceu no período analisado, majoritariamente rural, apresentando diversos traços de ambivalência.

**Palavras-chave:** História; Transformações urbanas; Dinamismo social.

**Abstract:** Through the analysis of documents produced by the municipal and state public administration, newspapers and memorialists works, this paper investigates the urban transformations that occurred in the city of Divinópolis, Minas Gerais, between 1890 and 1920, when extensions of the West of Minas Railway were inaugurated, and it unfolded in the demographic growth and the construction of new parts of the city. The results show that, despite the efforts of the political authorities and the local wealthy groups to interfere in the urban structure of the city with modernizing elements, Divinópolis remained mostly rural in the analyzed period, presenting several traits of ambivalence.

**Keywords:** History; Urban transformations; Social dynamics.

Nos últimos anos do século 19 e nos primeiros do 20, diversas cidades brasileiras sofreram uma série de intervenções modernizadoras no espaço urbano, conduzidas pelos grupos abastados locais, em consonância com o referencial simbólico proveniente do contexto urbano europeu. Naquela época, a urbanização, a introdução de aparatos tecnológicos e a sofisticação das práticas lúdicas de entretenimento, serviram como índice de progresso e de mudança dos costumes.<sup>1</sup> No interior do Brasil, essas transformações se desenrolavam em muitas situações de maneira dramática. Inúmeras cidades, vilas e arraiais também experimentaram a nova experiência urbana, marcada por ideais de velocidade, dinamismo e inovação.

Sobre essa temática, apenas nos últimos anos, a historiografia brasileira tem se dedicado na construção de investigações sobre as especificidades de localidades inseridas em regiões política, econômica e culturalmente periféricas. No caso de Minas Gerais, em particular, cidades como Diamantina, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Lima, São João del-Rei, Uberaba e Uberlândia tiveram investigações sob diferentes perspectivas que trouxeram à tona nuances

---

<sup>1</sup> DIAS, Cleber, *et. al.* Esportes nos sertões das Gerais. In: DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (Org.). *Histórias do lazer nas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, no prelo.

das intervenções modernizadoras processadas na transição dos séculos 19 e 20.<sup>2</sup> Contudo, ao tomarmos um estado que, de acordo o Serviço de Estatística de Minas Gerais, contava, em 1921, com 178 municípios, 789 distritos<sup>3</sup> e uma população de 6.037.734 habitantes,<sup>4</sup> percebemos que tais incursões abarcam um número reduzido de localidades, se comparado à pujante diversidade de trilhas que cortam desde cidades mais expressivas até pequenos povoados do interior mineiro.

Este artigo, então, propõe descrever e analisar a nova ambiência urbana na cidade de Divinópolis, MG, entre os anos de 1890 e 1920. Nesse período, a inauguração do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Oeste de Minas capitaneou um profuso desenvolvimento econômico e demográfico, além de favorecer a abertura de vias de comunicação com centros mais proeminentes, em especial, o Rio de Janeiro, antiga capital política do Brasil. Isso estimulou a edificação de um novo espaço urbano, em contraste com o antigo núcleo central, fazendo de Divinópolis uma cidade de estrutura ambivalente: de um lado a “parte nova” recém-construída, alvo de diversas intervenções modernizadoras; de outro lado, a “parte velha”, ligada ainda à ruralidade arcaica. Nessa direção, pretende-se, mais especificamente, compreender os aspectos que contribuíram para as transformações urbanas processadas na cidade de Divinópolis na virada do século 20, após a inauguração da nova ferrovia e as ambiguidades que marcaram a suposta modernidade em curso naquele momento.

O *corpus* documental que subsidiou esta pesquisa foi formado majoritariamente por exemplares dos jornais *Divinópolis*, disponíveis entre abril de 1916 e fevereiro de 1918, e *A Estrela da Oeste*, disponíveis entre setembro de 1922 e janeiro de 1928. Salienta-se que alguns números dessas fontes jornalísticas estão indisponíveis para esse período assinalado. Mesmo

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. *O teatro e algumas diversões em Diamantina: uma história registrada pela imprensa (1888-1915)*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016; JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da Cunha. *Práticas corporais em Juiz de Fora (1876-1915)*. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 51-65, 2011; SILVA, Luciano Pereira da. *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*. 2012. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012; SILVA, Daniela Alves da. *Cultura Operária: um estudo de caso do Villa Nova Atlético Clube*. 2007, 26 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007; ADÃO, Kleber do Sacramento; SADI, Renato Sampaio (Org.). *Lazer em São João del-Rei: aspectos históricos, conceituais e políticos*. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2011; DIAS, Cleber; SOUZA NETO, Georgino J. de; SILVA, Igor M. da; MAYOR, Sarah S. *História do futebol em Minas Gerais*. *Tempos Gerais*, São João del-Rei, n. 6, p. 67-86, 2014.

<sup>3</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*. Anno I (1921), v. I, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 63.

<sup>4</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*. Anno I (1921), v. II, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 9.

assim, essas fontes constituem os únicos registros de imprensa de maior volume serial, nas quais ficaram registrados aspectos diversos do cotidiano da cidade naquele momento. Além disso, utilizou-se alguns exemplares do jornal *Gazeta de Minas* da vizinha cidade de Oliveira que circularam nos primeiros anos do século 20, documentos produzidos pelo poder público municipal e estadual e trabalhos de memorialistas.

### **Divinópolis e a experiência da modernidade**

No final do século 19, Divinópolis não passava de um pequeno arraial, denominado Espírito Santo do Itapecerica, cuja população, no ano de 1872, não excedia a marca de 5.203 moradores,<sup>5</sup> divididos entre o tímido núcleo urbano, constituído de poucas construções nas imediações da Igreja da Matriz e os povoados rurais.<sup>6</sup> Sua produção comercial ancorava-se exclusivamente na atividade agropecuária, exportando o excedente para centros consumidores. Em função da indisponibilidade de fontes primárias, não foi possível informar com precisão sobre as redes de exportação e de abastecimento interno. Todavia, se recorrermos ao recenseamento agrícola do estado de Minas Gerais do ano de 1919, no que concerne à Divinópolis, uma variada produção, por exemplo, feijão, batata inglesa, mandioca, milho, café, cana-de-açúcar, algodão, mamona, fumo, tapioca, farinha, polvilho, leite, queijo, manteiga, lã, aguardente, arroz, mel, cera, bovinos, equinos, ovinos, caprinos, suínos, asininos e muar, nos permite especular que parte dessas atividades, mesmo que em pequena escala, era adocada nos tempos do arraial.<sup>7</sup> No perímetro urbano, alguns poucos estabelecimentos movimentavam um incipiente comércio interno, com especial destaque para uma “fina casa” instalada no Largo da Matriz, de propriedade do Sr. Jerônimo Dias Pereira que, segundo relatos de memorialistas, no ano de 1860, vendia à população “sabonetes, fazendas finas, fitas, rendas, sapatos, pentes, porcelanas, etc.”<sup>8</sup>

As práticas religiosas católicas, tais como as missas aos domingos e demais festas vinculadas ao catolicismo, eram os principais meios de sociabilidade e integração entre os

---

<sup>5</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. II, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 20.

<sup>6</sup> Apesar de não haver fontes documentais que possam elucidar quais eram os povoados rurais que compunham o arraial no final do século 19, o jornal *A Estrela da Oeste* datado de abril de 1923, ao fazer um levantamento das principais áreas rurais de Divinópolis, traz uma lista expressiva: “Cachoeirinha, Costas, Ferrador, Mata, Choro, Branquinhos, Gafanhoto, Vazes, Usina de Cachoeira, Cacoco, Pary, Cemitério, Fortaleza, Guryta, etc.”. POVOADOS PRINCIPAIS. *A Estrela da Oeste*, Divinópolis, 29 abr. 1923, p. 1.

<sup>7</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. III, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

<sup>8</sup> AZEVEDO Francisco Gontijo; AZEVEDO Antonio Gontijo de. *Da história de Divinópolis*. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988, p. 51.

moradores. Assim, a figura do padre era de grande respeitabilidade. De acordo com Batistina Corgozinho, no pequeno arraial do Espírito Santo, a igreja católica até o final do séc. 19 reinou sobre as consciências individuais praticamente sem contestações, ditando os hábitos, as regras e exercendo sobre as pessoas um “poder disciplinador”.<sup>9</sup>

O quadro descrito acima se transformou substancialmente a partir de 30 de abril de 1890, momento que era inaugurada a estação ferroviária da Estrada de Ferro Oeste de Minas.<sup>10</sup> A partir daí, processaram-se mudanças estruturais diversas que orientaram uma maior circulação de pessoas, bens de consumo<sup>11</sup> e pequena diversificação produtiva, intensificando-se no ano de 1910, data que marca a inauguração do entroncamento de linhas férreas sediado pelo arraial, conectando-o a importantes centros do país, como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Vitória e Goiás.<sup>12</sup> Apenas dez anos após a inauguração do entroncamento, foram transportados de Divinópolis, pelos vagões da EFOM, 4.611.290 kg de mercadorias, 229.317 kg de bagagens e encomendas, 1.764 animais, além do expressivo volume de 33.223 passageiros, evidenciando uma ambiência bem mais efervescente do que aquela experimentada na fase anterior a ferrovia.<sup>13</sup> Como consequência, no ano de 1911, o arraial foi elevado à condição de município

<sup>9</sup> CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza. *Nas linhas da Modernidade: a passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais*. Divinópolis, MG: FUNEDI, 2003, p. 47-51.

<sup>10</sup> Fundada no ano de 1878, a Companhia da Estrada de Ferro Oeste de Minas inaugurou seu primeiro ramal em setembro de 1880, de Sítio à Barroso, com 49 km. O prolongamento até São João del-Rei foi inaugurado em agosto de 1881, com a presença do Imperador D. Pedro II e importantes autoridades do império (SANTOS, 2009). Em 1890, a Estrada de Ferro Oeste de Minas apresentava uma extensão de aproximadamente 600 km, divididos em uma linha leste-oeste, entre as cidades de São João del-Rei, Aureliano Mourão e Ribeirão Vermelho e uma linha norte-sul entre Aureliano Mourão e Divinópolis, um crescimento de 500 km em apenas dez anos. A partir de 1899, devido a problemas financeiros, a companhia entrou em processo de falência, nessa época já apresentava 939,5 km de extensão, 46 locomotivas a vapor e 378 carros diversos. O acervo da estrada passou para a administração do governo federal, que inaugurou vários outros trechos, transformando a Estrada de Ferro Oeste de Minas em um significativo ramal ferroviário do país no início do século 20. Cf. VAZ, Mucio Janssem. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas – Trabalho Histórico – Descritivo, 1880-1922*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

<sup>11</sup> Variados objetos, alimentos e produtos eram transportados nos trens, conectando cidades do interior mineiro às novidades que chegavam das capitais e do estrangeiro. A título de ilustração vale citar: aparelhos e artigos para fotografia e cinematografia, instrumentos musicais, engenharia e cirurgia geral, artigos de jogos e charutaria, material para circo de cavalinhos e teatro, remédios, produtos químicos, automóveis armados e desarmados, maquinismos agrícolas e inúmeros outros. Cf. MAIA, Andréa Casa Nova. *Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 68-70.

<sup>12</sup> Cf. CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza; PIRES, João Ricardo F.; CATÃO, Leandro Pena. A presença da estrada de ferro no desenvolvimento de Divinópolis-MG. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Souza (Org.). *Divinópolis: história e memória*, v. 3, Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 27.

<sup>13</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico: Anno I (1921)*, v. III, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 485.

emancipado, com a denominação inicial de Vila Henrique Galvão e, posteriormente, Divinópolis. Em março de 1912, a primeira Câmara Municipal foi eleita.<sup>14</sup>

A intensificação do fluxo de trens de cargas e de passageiros, proporcionada pelo entroncamento ferroviário, motivou a construção de uma grande oficina para dar manutenção às locomotivas em tráfego e para a fabricação de peças e equipamentos de reposição. As obras tiveram início no ano de 1912 pela empresa Saboia do Rio de Janeiro e sua inauguração ocorreu no ano de 1917. Conjuntamente foi edificada uma Vila Operária com uma escola mista de ensino primário, inicialmente com 49 residências,<sup>15</sup> para abrigar o grande contingente de pessoas trazidas pela ferrovia para trabalhar nas oficinas, na construção do leito da estrada, na manutenção da linha férrea, na estação e demais obras de infraestrutura, o que contribuiu para o crescimento demográfico da cidade. No ano de 1920, a população divinopolitana havia saltado para 10.305, das quais 3.252 pertenciam à cidade propriamente dita nos seus perímetros urbano e suburbano.<sup>16</sup> Nesse mesmo ano, o número de habitações na sede do município foi contabilizado pelo Serviço de Estatística de Minas Gerais com 526 térreos, 11 assobradados e 5 sobrados.<sup>17</sup> Diante desse cenário, os antigos moradores exclusivamente católicos e ligados ao mundo rural, “passaram a conviver com pessoas de outras crenças e ideias, trabalhadores assalariados, maçons e protestantes”,<sup>18</sup> muitos de origem estrangeira, como portugueses, italianos, espanhóis, belgas e alemães.<sup>19</sup>

Além das oficinas da EFOM, a cidade passou a contar, na virada do século 20, com outros empreendimentos industriais, sobremaneira, após a inauguração do entroncamento ferroviário que transformou Divinópolis em ponto privilegiado para escoamento de produção. Em fevereiro de 1914, o periódico *Gazeta de Minas* da cidade de Oliveira, ao trazer dados do inquérito econômico dos municípios de Minas Gerais, descreveu as seguintes indústrias em Divinópolis: “No município existem duas fabricas de manteiga, uma de cerveja, duas machinas

<sup>14</sup> Cf. CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza. *et al.* Emancipação político-administrativa de Divinópolis-MG. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Bastistina de Souza (Org.). *Divinópolis: história e memória*, v. 2, Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 19-40.

<sup>15</sup> Novas construções. *Divinopolis*, Divinópolis, 3 jun. 1917, p. 1.

<sup>16</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. II, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 847, 927.

<sup>17</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. II, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 927.

<sup>18</sup> BARBOSA, Faber Clayton; SOUZA, Karine Mileibe. “Arraial do Espírito Santo do Itapecerica: muito mais que um lugar de passagem, o embrião da Manchester do oeste de Minas”. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Bastistina de Souza (Org.). *Divinópolis: história e memória*, v 3, Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 84.

<sup>19</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. II, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p.82.



para beneficiar arroz, quatro engenhos de cana movidos a água e diversos a animais, um beneficiador de café, sistema de pilão, moinhos, monjolos, etc.”.<sup>20</sup> No decorrer da segunda metade da década de 1910, outras indústrias surgiram na cidade, o que representou novas oportunidades de ocupação profissional para a mão de obra ativa da localidade. Nos anos de 1916 e 1917 encontramos na imprensa de Divinópolis registros sobre quatro novas indústrias: Serraria Castro Papa e Companhia;<sup>21</sup> Fábrica de Sabão e Bebidas São Luiz<sup>22</sup>; Oficina de Fogos Pyrothecnica<sup>23</sup> e Oficina de Tipografia Typo-Mineira.<sup>24</sup>

No escopo desse corolário de transformações, serviços urbanos e estabelecimentos de comércio se viram forçados a se estruturarem melhor diante do crescimento e diversificação da população. No ano 1916, inúmeras profissões, entre elas, agente de loteria, banqueiro de companhia de seguros, dentista, advogado, médico, agrimensor, fotógrafo, afinador de pianos, sapateiro e relojoeiro, aparecem na tabela de impostos de Divinópolis.<sup>25</sup> Nesse período, o município já contava com estabelecimentos de diferentes ramos. Por meio do cotejamento de propagandas veiculadas em jornais, percebe-se que estabelecimentos diversos como a Sapataria Norte Americana, o Armazém Francisco Mattar, o Armazém Nogueira, o Armazém Santo Antônio, a Casa Machado, a Casa da Barateza, a Casa Libanesa, a Alfaiataria Azevedo, a Alfaiataria Americana, a Oficina de Ourives, a Oficina de Pinturas, a Padaria Popular, a Padaria Progresso, a Confeitaria Popular, a Farmácia Maria Auxiliadora, a Selaria Vasconcelos e o Hotel e Restaurante da Estação,<sup>26</sup> introduziram uma mobilidade ainda maior ao comércio urbano.

A euforia em torno do desenvolvimento do comércio e do crescimento da cidade desdobraram-se numa série de ações das autoridades políticas recém-eleitas em controlar, ordenar e equipar melhor o espaço citadino. Para tanto, os administradores locais contaram com o aumento das receitas, que saltou de 5.750\$000 (réis) arrecadados em todo segundo semestre de 1912, para 11.089\$400 (réis) arrecadados apenas no primeiro trimestre de 1916.<sup>27</sup> Uma das

<sup>20</sup> MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS. *Gazeta de Minas*, Oliveira, 15 fev. 1914, p. 1.

<sup>21</sup> A INDÚSTRIA EM DIVINOPOLIS. *Divinopolis*, Divinópolis, 9 abr. 1916, p. 3.

<sup>22</sup> Fabrika S. Luiz. *Divinopolis*, Divinópolis, 27 maio 1917, p. 4.

<sup>23</sup> Pyrothecnica. *Divinopolis*, Divinópolis, 7 maio 1916, p. 4.

<sup>24</sup> TYPO-MINEIRA. *Divinopolis*, Divinópolis, 8 abr. 1916, p. 4.

<sup>25</sup> Cf. CAMARA MUNICIPAL. *Divinopolis*, Divinópolis, 21 maio 1916, p. 5; CAMARA MUNICIPAL. *Divinopolis*, Divinópolis, 28 maio 1916, p. 3; CAMARA MUNICIPAL. *Divinopolis*, Divinópolis, 4 jun. 1916, p. 3; CAMARA MUNICIPAL. *Divinopolis*, Divinópolis, 25 jun. 1916, p. 3.

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, *Divinopolis*, Divinópolis, 8 abr. 1916, p. 3. (Nota sem título). *Folha de Minas*, Divinópolis, 19 mar. 1916, p. 2, 3, 4. (Nota sem título).

<sup>27</sup> Cf. RECEITA. *Divinopolis*, Divinópolis, 23 abr. 1916, p. 3; CAMARA MUNICIPAL. *Divinopolis*, Divinópolis, p. 2.



primeiras medidas tomadas pelos agentes políticos foi a aprovação da planta topográfica, levantada pelo engenheiro-chefe da construção do entroncamento ferroviário sediado em Divinópolis, José de Berredo, que transferia a concentração urbana da cidade para uma nova área, edificada separadamente do antigo núcleo tradicional. Outra medida foi a aprovação do Estatuto da Câmara Municipal que instituiu uma série de exigências e proibições, por exemplo, a obrigatoriedade de pintar as fachadas dos imóveis “sempre que estiverem danificadas ou apresentarem aspecto desagradável” e a proibição de se lançar “nas ruas, praças e largos da Villa e sede de futuros distritos, nos córregos, dentro do perímetro habitado, imundices, lixo, animais mortos ou moribundos”.<sup>28</sup> Tais medidas visavam implantar uma nova cultura urbana, especialmente no novo centro, que concentrou a dinâmica social da cidade. Não por acaso, os principais melhoramentos, como a Nova Estação Ferroviária com uma praça agregada,<sup>29</sup> o prédio da Câmara e Cadeia,<sup>30</sup> a Praça Municipal,<sup>31</sup> o abastecimento de água que atendia 51 imóveis e o fornecimento de energia elétrica que atendia 150 combustores nas vias públicas e 230 ligações domiciliares,<sup>32</sup> foram introduzidos no decorrer da década de 1910, especialmente no novo espaço urbano, “sala de visita da nova urbe”, local que angariou a cátedra de principal ponto de movimentação da cidade. Cada novo melhoramento era anunciado com exaltação por cronistas da imprensa, que comparava os avanços materiais da cidade a uma “vertigem de progresso milagroso”.<sup>33</sup>

Doravante, a própria imprensa será constituída no interior dos novos melhoramentos urbanos e terá papel de destaque na propagação de ideias da suposta modernidade em curso. A circulação das primeiras folhas produzidas a nível local dialoga com a efervescente produção jornalística do estado na época. Contagem, Itaúna, Sete Lagoas, Arcos, Perdões, Formiga e Ribeirão Vermelho são algumas das localidades do interior mineiro, cujos jornais circularam em Divinópolis nesse contexto.<sup>34</sup> No ano de 1920, foram recenseados em Minas Gerais, 266

<sup>28</sup> VILLA DE HENRIQUE GALVÃO. Estatuto/Regimento Interno da Câmara Municipal da Villa de Henrique Galvão (1912-1918).

<sup>29</sup> AZEVEDO Francisco Gontijo; AZEVEDO Antonio Gontijo de. *Da história de Divinópolis*. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988, p. 118.

<sup>30</sup> VILLA DE HENRIQUE GALVÃO. Ata de reunião da Câmara Municipal da Villa de Henrique Galvão (1912-1924), 1 jun. 1914, p. 33.

<sup>31</sup> VILLA DE HENRIQUE GALVÃO. Ata de reunião da Câmara Municipal da Villa de Henrique Galvão (1912-1924), 3 set. 1918, p. 90.

<sup>32</sup> Cf. MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 13, 31.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, Na vertigem do progresso. *A Estrela da Oeste*, Divinópolis, 28 jun. 1925, p. 1.

<sup>34</sup> Conferir respectivamente, Cuidado. *Divinópolis*, Divinópolis, 3 dez. 1916, p. 3; O ITAÚNA. *Divinópolis*, Divinópolis, 17 set. 1916, p. 2; O BURIL. *Divinópolis*, Divinópolis, 18 fev. 1917, p. 1; VISITAS. *Divinópolis*, Divinópolis, 20 maio. 1917, p. 4; *Divinópolis*, Divinópolis, 17 set. 1916, p. 2. (Nota sem título); VISITAS.

periódicos produzidos no território de 100 municípios e 109 distritos, sendo 4 de administração, 53 artísticos e científicos, 88 de propaganda e 121 de divulgação geral.<sup>35</sup> Diante deste quadro, Divinópolis também apresentou uma imprensa ativa, uma vez que possuir um jornal, caracterizava-se, aparentemente, como um dos elementos dessa nova ambiência urbana desejada pelas elites. Os primeiros periódicos produzidos na cidade foram: *A prova* (1914), *Divinópolis* (1916), *Folha de Minas* (1916), *O Filhote* (1916), *O Reformador* (1919), *Oeste Mineiro* (1922) e *A Estrela da Oeste* (1922).<sup>36</sup>

De outra parte, em que pese todas essas transformações que imbuíram no novo centro uma maior dinâmica urbana e social, Divinópolis permanecia com o antigo centro e demais áreas periféricas sem intervenções incisivas do poder público. No ano de 1921, dos 32 logradouros da cidade, 22 eram becos e travessas, sendo inexistente o serviço de calçamento e de arborização.<sup>37</sup> Nessa época, mais da metade da população residia em pequenos povoados rurais, dedicando-se às atividades agropecuárias, que foram impulsionadas pelas facilidades de exportação proporcionada pela ferrovia. Uma evidência a esse respeito pode ser encontrada no expressivo número de estabelecimentos rurais recenseados em Divinópolis no ano de 1919, sendo: 89 de feijão, 51 de algodão, 50 de mandioca, 21 de café com 115.565 pés, 20 de laticínios, 16 de cana de açúcar, 12 de mamona, além de 416 alqueires de milho, 50 alqueires de arroz, 9.490 cabeças de gado de criação e 11.093 aves de criação.<sup>38</sup> Outra evidência refere-se à distribuição das principais profissões do município: enquanto 343 pessoas trabalhavam na indústria, 147 no transporte e 165 no comércio, a exploração do solo empregava 2.023 trabalhadores, desses 1.976 homens e 47 mulheres.<sup>39</sup>

Dessa maneira, a nova cidade emergia no interior de uma estrutura ambivalente, ou seja, as intervenções modernizadoras não apagaram na sua totalidade os elementos inerentes do mundo rural. Não por acaso, no ano de 1924, a Câmara Municipal aprovou a divisão da cidade

*Divinópolis*, Divinópolis, 22 out. 1916, p. 3; *Divinópolis*, Divinópolis, 4 jun. 1916, p. 2. (Nota sem título). *Divinópolis*, Divinópolis, 18 mar. 1917, p. 01; *Divinópolis*, Divinópolis, 14 jun. 1917, p. 02. (Nota sem título).

<sup>35</sup> Cf. MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), vol. IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 307.

<sup>36</sup> Para uma síntese da imprensa divinopolitana, ver CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. “Jornais editados em Divinópolis durante a 1ª metade do séc. XX”. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Bastistina de Souza (Org.). *Divinópolis: história e memória*, v. 2, Belo Horizonte: Crisálida, 2015.

<sup>37</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p.50.

<sup>38</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 141, 147, 167, 172, 184, 201, 221.

<sup>39</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Anuario Estatístico*: Anno I (1921), v. II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 420.

em duas partes: parte velha e parte nova.<sup>40</sup> Na imprensa, algumas notas registravam certa ambiguidade, mesmo no novo centro, que concentrou a vida social da cidade. Em janeiro de 1917, o periódico *Divinópolis* relatou o aparecimento de um javali na Praça da Nova Estação Ferroviária, que foi perseguido por caçadores e uma matilha de cães, “tomando de pânico a população”.<sup>41</sup> Em abril de 1920, um cronista denunciou o “estado lastimável” de algumas ruas da cidade: “umas cheias de buraco, outras cheias de lixo. É uma miséria”.<sup>42</sup> Em maio de 1923, outro cronista chamou atenção dos agentes políticos para a necessidade de incluir nas posturas municipais alguma proibição para a presença de carroças no perímetro urbano, que tirava a “estética” e “perturbava o trânsito” da cidade.<sup>43</sup> Por fim, em outubro de 1925 o jornal *A Estrela da Oeste* publicou uma queixa contra um funcionário da municipalidade, solicitando uma fiscalização mais rígida sobre a divagação de cabritos pelas ruas da cidade:

Chamamos a atenção do sr. Fiscal da Camara Municipal para a cabritada que anda á solta pelas nossas ruas. O sr. Frederico precisa dar um jeito nesses cabritos, pois as nossas posturas municipais prohibem terminantemente que taes animaes fiquem soltos pelas ruas da cidade.

O nosso fiscal não deve esquecer as suas obrigações e deve cuidar um pouco mais dos interesses da collectividade.<sup>44</sup>

Assim, a modernidade em Divinópolis talvez tenha sido mais um desejo das elites, que expressava seus anseios de progresso material, sobretudo, por meio dos jornais e de atos legislativos, do que uma realidade no domínio dos fatos – sem desprezar, todavia, as transformações que se processavam na cidade. Cabe destacar que em 1920, quando o município contava com pouco mais de 10 mil habitantes, o Rio de Janeiro ultrapassava 1 milhão, São Paulo meio milhão, Belém, Recife e Salvador mais de 200 mil.<sup>45</sup> Mesmo no contexto social de cidades de maior porte, ambiguidades como essas observadas no espaço urbano de Divinópolis estiveram presentes nas primeiras décadas do século 20. Nas palavras de Cleber Dias “para onde quer que se olhasse ver-se-ia ambivalências [...] conciliando aspectos tidos como extremamente elegantes e civilizados, com outros, apontados como arcaicos e tradicionais”.<sup>46</sup> Nesse sentido, uma carta de Belo Horizonte, publicada no periódico *Divinópolis*, em setembro de 1917, oferece um significativo relato de alguns contrastes no espaço urbano da nova capital

<sup>40</sup> Cf. Cf. DIVINÓPOLIS. Lei n. 120, de 10 de setembro de 1924.

<sup>41</sup> Divinópolis em Pavorosa. *Divinópolis*, Divinópolis, 21 jan. 1917, p. 2.

<sup>42</sup> NA TELÁ... *O Reformador*, Divinópolis, 18 abr. 1920, p. 2.

<sup>43</sup> Carroças que atravancam as ruas. *Oeste Mineiro*, Divinópolis, 3 maio 1923, p. 2.

<sup>44</sup> Cabritos á solta. *A Estrela da Oeste*, Divinópolis, 4 out. 1925, p. 2.

<sup>45</sup> MORAES, José Geraldo Vinci. *Cidade e cultura urbana na primeira república*. São Paulo: Atual, 2001.

<sup>46</sup> DIAS, Cleber. Esportes nos confins da civilização: Mato-Grosso, 1920-1930. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 66-90, 2017.

mineira que, contraditoriamente, foi idealizada e construída para se tornar um “polo irradiador de progresso do Estado”.<sup>47</sup>

[...] O viandante que vem a esta cidade tem logo má impressão da mesma: nuvens enormes de pó, deste terrível pó belorizontino, cobrem constantemente a “Praça da Estação”, cuidando o mesmo estar chegando em qualquer aldeia, mas nunca a Capital de Minas Gerais! A falta de hygiene na cidade é um facto, o “Ribeirão dos Arrudas”, está sempre empregnado de animaesinhos em franca decomposição, além de colchões podres atirados à agua, ha ainda varios canos despejando exgottos aqui e ali nas margens do referido ribeirão.

A falta de calçamento, a nenhuma irrigação das ruas, dão a cidade um aspecto de ROÇA GRANDE, onde o feitor desorientado e presumido, não consente que um seu auxiliar lhe apresente uma boa idéia! Hoje tudo tem voltado aos saudosos da comissão.<sup>48</sup>

De todo modo, longe de se constituir temporalmente imóvel, a pequena cidade do sertão mineiro, embora apresentasse um baixo índice demográfico e de urbanização, desenvolveu novos melhoramentos e comportamentos urbanos atrelados aos valores da suposta modernidade que ditou a tônica das grandes cidades brasileiras na virada do século 20. Entretanto, é preciso levar em conta os limites, os contrastes e as ambiguidades de tais fenômenos, para não superestimar as vivências urbanas da cidade.

---

<sup>47</sup> Sobre o planejamento e a construção de Belo Horizonte, ver RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *A constituição e o enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894- 1920)*. 2006. 338f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 33.

<sup>48</sup> Bello Horizonte. *Divinópolis*, Divinópolis, 23 set. 1917, p. 3.

## A modernidade trazida pelos vagões do trem: como a Paraíba recebe os símbolos do moderno durante o século XX

**Ana Márcia Maciel**

Graduanda em História

Bolsista do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre História Local

Universidade Estadual da Paraíba

**Iordan Queiroz Gomes**

Doutorando em História

Universidade Federal da Bahia

Professor substituto do Departamento de História

Universidade Estadual da Paraíba

**Resumo:** Uma das construções humanas mais fascinantes do século XIX são as cidades modernas, e com elas, surgem às multidões, a escassez do tempo, e o encantamento pelo novo trago no brilho das luzes que clareiam as cidades. Nessa perspectiva, Gervácio Batista Aranha é um dos percussores em analisar a experiência moderna no Nordeste do Brasil, suas pesquisas abriram caminhos para outros autores pensarem a modernidade em diversas cidades paraibanas. Assim, temos o intuito de mapearmos os diversos trabalhos que abordam a modernidade em diferentes regiões para pensarmos de que forma a Paraíba adentra no processo de modernização. Portanto, pensar a cidade, o moderno é extremamente importante para compreendermos, a construção da cidade moderna e de que forma esse fenômeno afetou as tradicionais formas de existir, nos mais diversos espaços.

**Palavras-chave:** Paraíba; Símbolo; Experiência; Moderno; Cidade;

**Resumen:** Una de las construcciones humanas más fascinantes del siglo XIX son las ciudades modernas, y con ellas, surgen a las multitudes, la escasez del tiempo, y el encantamiento por el nuevo trago en el brillo de las luces que aclaran las ciudades. En esa perspectiva, Gervácio Batista Araña es uno de los percutores en analizar la experiencia moderna en el Nordeste de Brasil, sus investigaciones abrieron caminos para otros autores pensar la modernidad en diversas ciudades paraibanas. Así, tenemos el propósito de mapear los diversos trabajos que abordan la modernidad en diferentes regiones para pensar de qué forma la Paraíba adentra en el proceso de modernización. Por lo tanto, pensar la ciudad, lo moderno es extremadamente importante para comprender, la construcción de la ciudad moderna y de qué forma ese fenómeno afectó a las tradicionales formas de existir, en los más diversos espacios.

**Palabras clave:** Paraíba; Símbolo; Experiencia; Moderno; Ciudad.

### Como pensar o processo de modernidade na paraíba?

Ao adentrarmos nas conquistas tecnológicas modernas que mudaram e (re) construíram as formas de viver, sentir e ser, pensarmos nas grandes referências simbólicas da urbe moderna: Londres e Paris, capitais que representaram o modelo de sociedade moderna e civilizada que seria imitada em todo o mundo Ocidental.

Ao longo do século XIX essas cidades viram ocorrer um processo de mudanças em seu cotidiano acarretadas por fenômenos até então desconhecidos, como: a pressa. As pessoas possuem uma nova relação com o tempo, o relógio determina as tarefas ao longo do dia, e o

sentimento de pressa está de forma mútua na vida das pessoas que percebem o tempo agora mais acelerado.

Outro elemento que compõe a paisagem dos grandes centros urbanos é a multidão, ocasionada pelo significativo aumento da população, a multidão que está presente no vai e vem das calçadas, oferece a cidade uma nova imagem de si mesma, que desperta interesse, medo, admiração e mudança.

Esses novos elementos que estão presentes no processo de modernização contribuem para que as relações interpessoais sejam fluidas, as pessoas inseridas no campo da pressa e da multidão são levadas ao campo do individualismo, o modo de conceber a si, o outro e ao mundo são afetados diretamente pelos equipamentos tecnológicos de desenvolvimento e de modernidade.

No Brasil temos como referências de cidades modernas: o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, entre os séculos XIX e XX, estes são os centros urbanos que possuem uma interação maior com os símbolos modernos. Espaços estes que iram fazer a ponte entre as grandes capitais europeias e as cidades interioranas brasileiras, lhes apresentando o acesso a mecanismos tecnológicos que vão mudar a forma de comunicação, locomoção, interação etc., de seus habitantes.

Nessa perspectiva, ao entrarmos nos caminhos do processo de modernização paraibana percebemos que esse fenômeno está muito distante dos ritmos frenéticos das grandes urbes modernas, obedece a ritmos outros com cadências próprias da região, a modernidade aqui é sentida, experimentada e vivida com muita calma. Como afirma ARANHA “é impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a ideia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais europeias do período oitocentista.” (2005, p. 79).

Dessa forma, adotaremos aqui o conceito de *símbolos do moderno* de Gervácio Batista Aranha (2005), para pensarmos o processo de modernidade paraibana durante o século XX. Entendemos ser pertinente partirmos desse aporte teórico, pois, este nos permite compreender as peculiaridades existentes no Norte do Brasil, em especial na Paraíba, espaço que produziu seus próprios ritmos de conquista da modernidade e sua relação com tais símbolos.

Assim, pensar a modernidade “com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno” (ARANHA, 2005, P.



79). É fazer o exercício de (re) conhecer as transformações urbanas a partir desses símbolos que se exprimem por meio de novidades tecnológicas de uso coletivo, tais símbolos se materializam através de:

Transportes e comunicações (sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto ( sistemas de água encanadas e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer ( parques, praças ou passeios públicos), dentre outros. (ARANHA, 2005, P. 79).

Dessa forma, esses símbolos do moderno vão representar o contato com o novo, o chique, o civilizado, trazendo para as cidades paraibanas a possibilidades de experiências modernas, pautadas nesses símbolos que modificam não só a paisagem urbana, como também, as sociabilidades.

### **A modernidade e a tradição disputando o mesmo espaço**

A cidade como objeto de estudo vem cada vez mais crescendo, principalmente no que tange a Paraíba, e ampliando suas formas de interpretação, estudos que versam diferentes temporalidades e as mais variadas fontes. Alguns pesquisadores se debruçaram sobre esta temática que tanto seduz, abordando a modernização paraibana, os símbolos do moderno e de que forma essas transformações alteraram a vida das pessoas.

Em *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)*, o autor Gervácio Batista Aranha analisa a experiência da modernidade na Paraíba a partir de alguns símbolos como: o trem de ferro, a luz elétrica e o telégrafo; fazendo um percurso sobre os impactos no cotidiano da população que tiveram um maior contato com os inventos modernos da “civilização”.

O autor traz em sua pesquisa um rico universo de fontes que lhe possibilitou adentrar no universo das experiências nordestinas de modernidade, como: imagens colhidas em romances, crônicas, memórias, editoriais, iconográficas, etc. percebendo as mudanças nos hábitos das cidades que foram afetadas com a presença desses símbolos modernos. Como mostra Gervácio Batista Aranha:

O trem de ferro, (...) se faz presente nos vários âmbitos da vida. Da prática da medicina à prostituição, do roubo aos jogos de azar, das novidades da moda à propagação de novos ideais, tudo aí chega pela primeira vez ou é levado a efeito num ritmo antes nunca visto. (ARANHA, 2005, p. 102).

Tendo em vista, a rapidez com que as informações circularam com a chegada do trem, não só a imprensa que ganha grande espaço de divulgação, mais também, outros aspectos da



vida moderna. Assim, a estação de trem se torna um espaço de importante sociabilidade, novidades e um meio de transporte mais rápido de ligação entre as demais regiões, tornando assim, mais ágil e prático as demandas das cidades mais populosas.

Aranha aborda a luz elétrica e o telégrafo, como equipamentos que estão adentrando aos lares paraibanos e conseqüentemente gerando um maior conforto, antes impossível, agora as famílias não precisam mais, dormi tão cedo, possuem a comodidade de falar com algum parente que está distante sem precisar sair de casa. A luz permite que a rua se torne no início da noite um lugar de passeios, encontros e divertimentos, o anoitecer não significa mais a ausência de atividades nos espaços públicos da cidade.

Dessa forma, o autor nos brinda com um percurso sobre a experiência paraibana de modernidade através de alguns símbolos que fizeram as pessoas introduzirem em seu cotidiano um novo ritmo, não aquele frenético das grandes cidades cosmopolitas europeias, mas, o de cidades nordestinas que elaboram e reelaboram seu próprio ritmo, a parti de suas vivências e de suas peculiaridades.

A pesquisa desenvolvida por Aranha nos permite observar o processo de modernização das principais cidades da Paraíba, contribuindo para a escrita historiográfica pensando em uma perspectiva de experiência local e suas influências no cotidiano da cidade agora modificada pelos aparelhos modernos, criados para tornar a vida mais, fácil, esses mesmos equipamentos possuem o poder de conceber a cidade ares de modernidade higiênica e “civilizada”.

Severino Cabral Filho é outro estudioso sobre cidades que muito tem contribuído para a historiografia paraibana, em seu texto, *Modernização e Imagens: O Mundo em Campina Grande* aborda a cidade de Campina Grande, seu processo de urbanização e modernização, que se ampliou na administração do prefeito Vergniaud Wanderley, buscando tornar esta cidade uma referência moderna para as demais da Paraíba.

O autor trabalha com a concepção traga por Aranha (2005) fazendo um levantamento sobre os símbolos que vão chegando aos poucos na Cidade de Campina Grande e como estes modificam os espaços, o cotidiano, os hábitos da população que está aprendendo a ser moderna, chique e “civilizada”.

(...) desde o início do século XX, Campina Grande já começa a experimentar e conviver com alguns equipamentos de natureza moderna. O sistema de comunicação por telégrafo, (...) transporte ferroviário (...) o lazer de parte de parte desta população também havia sido favorecido e ampliado com a instalação de novos cinemas. Melhoramentos técnicos haviam sido

implantados para a otimização do beneficiamento do algodão, como as prensas hidráulicas. (...) sistema de iluminação pública (...) serviços de bondes e ônibus (...) o Banco do Brasil (...) cooperativa de crédito da cidade (...) fábricas de fiação (...) construção do Grupo escolar Solón de Lucena (...) colocação de meio fio de pedra (...) construção do Hospital Pedro I. (CABRAL FILHO, 2009, p. 46-47).

De forma pontual, Cabral Filho nos apresenta as aquisições mais importantes no processo de modernização de Campina Grande, que gerou uma euforia na população percebendo no seu dia a dia as inúmeras influências desse processo tão sonhado, planejado e posto em prática por Wanderley, o prefeito que ficou conhecido como “ trator humano”, “tempestade”, “destruidor”, “furacão” são alguns dos nomes popularmente associados a imagem desta figura emblemática.

Assim, Campina Grande inicia seu processo de modernização e conquista seus primeiros símbolos da tão almejada modernidade, a grandes custos vale ressaltar, pois, Wanderley, não media esforços e muito menos consequências para que seus objetivos fossem alcançados, passando por cima de tudo e de todos que tivessem impedindo a concretização de alguma obra, desde uma demolição de um simples casebre até uma casa de alguma figura influente na cidade, essas atitudes avassaladoras acarretaram intrigas com seus próprios aliados.

No entanto, a chegada da modernidade não agradou a todos, tiveram aqueles que preferiam os velhos hábitos, nesse contexto a tradição entra em conflito com a novidade, como aborda Cabral Filho:

Quando consideramos que há entre essas duas imagens o estabelecimento de um conflito envolvendo a tradição e o moderno estamos nos retornando a determinadas práticas sociais populares arraigadas no seio de uma cidade com fortes traços rurais, cujos hábitos e formas de estar no mundo são o resultado de vivências herdadas e aprendidas. Na contramão desses hábitos e com o claro objetivo de desarticula-los, procurou-se instituir, através de um discurso fundado na cientificidade e na ideia de progresso, novas práticas e hábitos sociais que, na visão dos emissores dessas premissas modernizantes, constituem o estabelecimento de uma vida moderna e civilizada em Campina Grande. (CABRAL FILHO, 2009, p. 40).

A resistência ao novo era presente, da mesma forma que os símbolos da modernidade geravam encantamentos, assim, percebemos as rupturas e as permanências de costumes e hábitos da população campinense, que presenciou a construção de novos modos de enxergar o mundo, a sociedade e a si próprios.

O autor traz em sua obra possibilidades de pensarmos os inúmeros signos instaurados a conta gosto de muitos e celebrados por outros, na cidade de Campina grande que possuía um

papel importante no que tange, a economia, a moda, a imprensa, etc nesse período, os impactos gerados pelo processo de modernização, e as ferramentas utilizadas para esta, fornecendo assim, contribuições valiosas para a historiografia paraibana.

Outro estudo que contribui para a historiografia paraibana sobre cidades é o texto da Fernanda Karoline Martins Lira Alves, intitulado: *Becos e Casebres na Parahyba do Norte: na Mira da Ordem Sanitária*. Esta obra analisa como a cidade da Parahyba do Norte nasce, em que condições, e os primeiros vestígios de modernização imposta pela elite e pelo Estado, que se utiliza de um discurso médico higienista para padronizar as construções e retirar os pobres dos espaços onde as elites frequentavam, como por exemplo, o centro da cidade.

“O sanitarismo forneceu à política repressiva do Estado os meios legais e institucionais para cumprir tal meta, que teve como ponto de apoio a montagem de um sistema de vigilância permanente sobre o que as leis minuciosamente haviam estabelecido.” (ALVES, 2010, p.66). Assim, o Estado se apoiou do discurso médico, para retirar os casebres dos espaços em que as pessoas de poder aquisitivo frequentavam, tentando alinhar as ruas e as construções aos padrões europeus, e mais próximo de nós, aos moldes carioca.

As casas tinham um modelo a ser seguido em sua construção, e era muito dispendioso principalmente para a população mais carente, que não possuíam condições para tais reformas, em contra partida, o Estado que tanto cobrava essas mudanças não forneciam meios para que estas pessoas se enquadrassem nesses padrões exigidos, muito menos, elaboravam casas populares para esta grande parcela da população.

Portanto, ao estabelecer o espaço onde era proibida a construção de casas de palha (...) percebemos que as normas davam ênfase não somente às condições higiênicas das habitações das classes pobres, mas especialmente ao espaço dos pobres na cidade. (...) Ao mesmo tempo em que a Lei procura alinhar os territórios da riqueza, delimitava também aqueles onde deveriam se instalar a pobreza. (ALVES, 2010, p. 69).

A tentativa de padronizar, delimitar seus espaços e disciplinar as classes populares, possuía o intuito de retirar da parte nobre da cidade, construções, pessoas, comportamentos, hábitos que desagradavam a uma elite que presava pela higiene, pela ordem, pelos bons costumes e pela beleza da cidade que as casas bem erguidas com inspiração estrangeira traziam.

Dessa forma, a autora nos apresenta uma leitura da cidade da Parahyba do Norte em que as relações de forças estão em constante combate, as táticas de manobra das imposições estatais fazem parte do cotidiano da população mais pobre, como forma de sobrevivência, como

também, uma resistência a um ambiente que lhe expulsa a cada movimento, que rejeita suas condições de vida e exige sua retirada.

O estudo de Alves nos apresenta a trama em que indivíduos disputavam pelo mesmo espaço e como o Estado interferiu nesses conflitos e em nome de quais interesses, a partir de fontes diversas como: jornais, revistas, periódicos, documentos oficiais entre outros. Assim, sua escrita contribui para a historiográfica na medida em que traz uma abordagem do comportamento dos indivíduos envolvidos na trama, e informações peculiares na construção de sua narrativa.

### **Os símbolos do moderno adentram o sertão paraibano**

No exercício de tentarmos compreender o processo de modernização no sertão paraibano, selecionamos alguns trabalhos que contribuem com a temática em algumas cidades que possuem uma relevância sociocultural em detrimento de cidades menores. Os estudos que iremos nos debruçar possui como objeto de análise a conquista de símbolos modernos, experiências modernas e seus impactos nas cidades de Pombal, Patos e Souza.

Nessa perspectiva, a cidade de Pombal nos é apresentada pelos escritos de Flávio Carreiro de Santana, possui mestrado em história e atualmente é professor da UEPB, com um trabalho intitulado: *De passo em passos criando espaços: memória e oralidade sobre as transformações urbanas pombalenses (1930-1950)* que tece algumas considerações de forma especial sobre as transformações materiais e simbólicas vividas por esta região durante as décadas de 1930-1950.

O autor inicia compartilhando com o leitor suas fontes, que versam entre entrevistas colhidas em 2007, documentos oficiais como: atas de reuniões da câmara legislativa de Pombal e códigos de postura municipal (1936), que lhes permitiram caminhar sobre as memórias pombalenses de forma leve e peculiar.

Em sua escrita percebemos que Pombal já em 1927 com a chegada do primeiro motor de luz do sertão paraibano, deseja se revestir com as maravilhas do progresso, nas décadas seguintes os símbolos do moderno como: o trem de ferro, o grupo escolar, hotéis, cinemas, praças etc., são algumas das transformações materiais em que a cidade se insere muito envolta do anseio da elite local e do poder municipal de penetrar nesse mundo moderno. (SANTANA, 2007, P. 6).

Aos poucos, a fala dos entrevistados nos revela uma Pombal que em meio as transformações materiais, possui os ares do mundo rural, com o sol marcando o tempo e os afazeres de casa; a vida típica do campo perpassa as fronteiras da cidade, o hábito da criação de animais é uma prática muito comum vista com irritação pelo poder público, pois, estes animais circulavam sobre as ruas sujando e enfeando a urbe.

Assim, o autor constrói um mosaico sobre Pombal que nos permite acessar os anseios e medos que se faziam presentes no processo de conquista material da cidade, os espaços em disputa, o novo e o tradicional, as experiências modernas ao lado de antigas práticas, constituem um campo de confronto que se faz presente na maioria das cidades do interior.

Outro estudo sobre cidade na perspectiva da modernidade refere-se a cidade de Patos entre as décadas de 1930-1950, nomeada: *A cidade revelada em memória: sinais do moderno em Patos*, escrita por Josinaldo G. da Silva, Gervácio B. Aranha e Deuzimar M. de Oliveira, que tomam como fonte depoimentos de pessoas letradas que vivenciaram esse período de alteração da paisagem urbana, jornais e teóricos que possuem essa temática como objeto de trabalho.

Inicialmente, os autores abordam a partir de testemunhos a chegada da luz elétrica (1921), que tornam os dias mais longos e modificam os hábitos e as sociabilidades, as pessoas tem a possibilidade de encontros a noite, geralmente na praça da cidade, posteriormente o cinema chega para alargar o lazer dos habitantes, os filmes exibidos tomam-se modelos a serem seguidos de comportamento, vestimentas, romances etc., espaço que propiciou naquele contexto de sociedade patriarcal surgirem olhares, namoros e até casamentos, onde as moças colocavam suas melhores roupas para impressionar seus pretendentes.

A difusora que nasce na década de 1930 possui 18 estações sonoras pela cidade que se torna também ponto de encontro onde estas são se encontram, as pessoas se reúnem para escutar a notícias do mundo, do Brasil e principalmente as locais, esse meio de comunicação era a forma em que Patos se ligavam com o mundo exterior.

Assim, como esses símbolos do moderno, a estação de trem que chega a Patos em 1944 e se torna a mais imponente construção, é esperada por todos com muita ansiedade e alegria, a passagem do trem pela cidade se torna um momento de reunião dos habitantes nesse espaço de sociabilidades, as roupas mais elegantes são colocadas, o comercio se agita em torno dessa novidade que traz consigo a marca do progresso tão almejada, põe as pessoas em contato com

mercadorias diferentes, informações sobre moda, casa, comércio, política etc. o sentir-se moderno é dessa forma, o meio pelo qual as pessoas tocam o campo das novas tecnologias que modificam as diferentes formas de existir no interior da Paraíba.

Um trabalho muito enriquecedor sobre a modernidade, em especial na cidade de Souza é o de Rivaldo Amador de Sousa, possui mestrado em história pela UFCG e é doutorando pela UFPE, seu recorte temporal se faz presente entre as décadas de 1930-1965, suas fontes versam entre entrevistas, jornais e teóricos que compartilham de seu tema de pesquisa, o autor faz uma discussão de como a modernidade penetra a cidade de Souza por meio da sétima arte: o cinema.

O autor apresenta o cinema como ferramenta de modernização da urbe, inicialmente como o cinema itinerante e depois com uma estrutura mais confortável para os telespectadores, os filmes eram uma forma das pessoas entrarem em contato com outros costumes, que eram imitados por aquele que desejavam ser modernos, esses fatos não agradavam muito a igreja católica que temia pela família, pelo pudor e pelos bons costumes, assim, vários filmes foram cesurados pela igreja. (SANTANA, 2011, P. 3).

Como vimos em outros trabalhos, o cinema em na cidade de Souza também representou um espaço de lazer e divertimento onde as pessoas se encontravam e até namoravam, era um ambiente de sociabilidades, as telinhas serviam de fuga para outras realidades. Esses filmes eram divulgados por meio de bandas que desfilavam pelas principais ruas da cidade, seguidas de uma pessoa segurando um cartaz, onde informava a hora e o valor do filme que seria exibido naquele dia, convidando a todos para assistir.

Para além do cinema, as difusoras e os programas de rádio completavam o cotidiano de lazer dos habitantes de Souza, tendo em vista que, as exibições dos filmes não eram todos os dias, muitas das vezes as exibições eram entre dois ou três dias da semana. Sobrando assim, as reportagens, as músicas, os programas para conectar os cidadãos a outros lugares. (SANTANA, 2011, 14).

O trem chega recepcionado com muita euforia por parte da população local, trazendo como em outras regiões da Paraíba, a penetração da novidade no cotidiano das pessoas que o consomem de diversas formas, modificando o ritmo da cidade nos dias que o trem passa, o movimento invade a calma e torna a cidade um lugar que vive entre as linhas tênues do progresso e do arcaico.

## Considerações finais

Portanto, esses pesquisadores que abordamos aqui e que dedicam grande parte de seu tempo em estudar a construção das cidades e os processos históricos que levaram estas a se tornarem as cidades que conhecemos hoje e suas peculiaridades, nos ajudam a perceber em nosso dia a dia as permanências e as rupturas desse período.

Ao entrarmos nos caminhos do processo de modernização paraibana percebemos que esse fenômeno está muito distante dos ritmos frenéticos das grandes urbes modernas, obedece a ritmos outros com cadências próprias da região, a modernidade aqui é sentida, experimentada e vivida com muita calma.

## Referências

ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antônio Clarindo B. Souza (org.) Cultura e Cidades. IN: \_\_\_\_\_ SANTANA, Flávio Carreiro. De passo em passo criando espaços: memória e oralidade sobre as transformações urbanas pombalenses (1930-1950). Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2009. P.23-39.

APOLINARIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. (org) Diálogos interdisciplinares entre Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. IN: \_\_\_\_\_ SILVA, Josinaldo Gomes; ARANHA, Gervásio Batista; OLIVEIRA, Deuzimar Matias. A cidade revelada em memórias: sinais do moderno em Patos. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2011. P.278-312.

CABRAL FILHO, Severino. A Cidade Revelada: Campina Grande em Imagens e Histórias. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de; LIMA, Luciano Mendonça de A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. IN: \_\_\_\_\_ ARANHA, Gervásio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas simbólicas (1880-1925). 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; ARANHA, Gervásio Batista; WANDERLEY, Helmara Gicceli Frmiga; FERNANDES, Paula Rejeane; SILVA, Tavares da. Cidades e Experiências modernas. IN: \_\_\_\_\_ ALVES, Fernanda Karolline Martins Lira. Becos e Casebres na Paraíba do Norte: na mira da ordem sanitária. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2010. P. 57-84.

SOUZA, Rivaldo Amador de. A vida moderna através do cinema: a experiência da cidade de Sousa-PB. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, p. 1-16, julho, 2011.



## As representações da República nas charges relacionadas à reforma da capital federal no governo Rodrigues Alves

**Thais dos Santos Portella<sup>1</sup>**

Mestranda em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: thata.portella@hotmail.com

**Resumo:** A figura feminina que representa a República é diversas vezes ilustrada de forma grotesca em caricaturas durante os primeiros anos do regime político no Brasil. Este trabalho visa analisar duas representações da República em charges relacionadas as obras do Porto do Rio de Janeiro. Ao satirizarem as questões políticas e sociais, as charges mostram-se poderosas narrativas político-culturais, uma vez que são um gênero tradicionalmente associado à denúncia, à crítica e ao comentário social. Por meio desta vertente, é possível analisar as diferentes formas com que a figura feminina da República foi representada nos traçados dos chargistas. E através destas questões serão levantadas a relação do porquê a República é ilustrada de forma desleixada, mas em oposição a isto uma das figuras presentes neste trabalho ela está desenhada de forma esplêndida.

**Palavras-chaves:** Primeira República; Imprensa Ilustrada; Reforma do Rio de Janeiro.

**Abstract:** The feminine figure that represents the Republic several times illustrated in a grotesque way in cartoons during the first years of the political regime in Brazil. This paper aims to analyze two representations of the Republic in cartoons related to the works of the Port of Rio de Janeiro. When it comes to satirizing political and social issues, cartoons show powerful political-cultural narratives, due to this genre traditionally associated with denunciation, criticism, and social commentary. Owing to that feature, it is possible to analyze the different ways in which the female figure of the Republic was represented in the cartoonist's traces. Through this questions will be raised the relation of why the Republic is illustrated slovenly, differently of another figure that is drawn splendidly.

**Keywords:** First Republic; Illustrated Press; Rio de Janeiro's Refurbish.

Neste trabalho, é apresentado duas charges encontradas durante o levantamento de fontes em virtude do desenvolvimento de dissertação. Duas imagens, a mesma personagem, mas uma grande oposição visual. A figura feminina, que representa o regime de governo do Brasil, ilustrada de formas distintas. A República passou a ser representada por uma ilustração feminina, de acordo com José Murilo de Carvalho (1990), desde a proclamação da república francesa em 1792, com forte inspiração romana e da mitologia<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UERJ) na linha de pesquisa de Política e Cultura. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bacharel em Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este trabalho recebe apoio financeiro da CAPES.

<sup>2</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho (1990) em muitos momentos figura feminina ao representar a República francesa assumindo feições de guerreira assumia características similares a de Atena.

Distinto do movimento francês, onde a figura de República-mulher ou *Marianne* entraram no imaginário social<sup>3</sup> para representar o novo regime, no Brasil, esta referência não se consolidou plenamente. A alegoria feminina serviu de inspiração a alguns republicanos durante a luta pela implementação do regime e para levantar questões pela busca de um republicanismo. A imagem feminina, para José Murilo de Carvalho, é uma representação dentro da escala de valores positivistas, pois nesta figura era possível identificar a humanidade, valores pela pátria e a família. Entretanto, este símbolo não se tornou uma imagem oficial ou comum após 1889, se tornando apenas uma forma de representação vinda do positivismo do novo governo. Desta forma, as principais representações da mulher-República, neste período, feitas de forma distinta a representação imaculada do positivismo vieram por meio da imprensa, principalmente nas charges.

Para José Murilo há um fracasso republicano na montagem de sua identidade.

Por que o fracasso da representação positiva da República como mulher? A busca de explicação poderia ir em várias direções. Mas o centro da questão talvez esteja na observação já referida de Baczko de que o imaginário, apesar de manipulável, necessita para criar raízes, de uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, **cai no vazio, quando não no ridículo**.<sup>4</sup>

Diante deste trecho é possível perceber que não houve a formação de um imaginário social suficientemente alicerçado para a construção da figura positiva da mulher-República no povo brasileiro. Para esta forma de representação restou o seu uso por intermédio do viés do “ridículo” ou do “grotesco”. A imagem feminina representando a República na primeira década do século XX passou a ser utilizada por meio do humor e das charges. A sátira gráfica da República se tornou um caminho nos impressos para as críticas ao novo sistema de governo.

---

<sup>3</sup> Cf. BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social* In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. pp.296-332

<sup>4</sup> (CARVALHO, 1990. p. 89) grifo meu.

## Apresentando as Imagens



**Figura 1:** Revista *A Avenida* - Anno I, n. 17, p.1 21/11/1903. Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Coleção Plínio Doyle- Revista nº 132.



**Figura 2:** Revista *O Malho* - Anno II, n. 39, c.1 13/11/1903. Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa Revista nº 30.  
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/revista.asp?rev=39&ano=1903> acessado em 04 de maio de 2016

As duas figuras foram publicadas no mesmo ano, 1903. A temática de ambas tem correlação com as reformas urbanas projetadas pela União para melhorar a infraestrutura da região portuária e a capacidade de escoamento das ruas do centro do Rio de Janeiro. Sendo assim, chegou-se à seguinte pergunta: por que na Figura 1 a República está com a roupa suja e rasgada e na Figura 2 bela e arrumada? Para responder esta pergunta de forma efetiva, é necessário entender o contexto político e cultural da época. As imagens satíricas, constituem uma forma privilegiada de representação de como se configuravam, então, as relações políticas de cada grupo social do momento. Para Gombrich (1999) transformar um Estado, uma entidade abstrata, em uma metáfora é designar de forma resumida o relacionamento e as relações entre as pessoas que vivem nele. O conjunto de imagens (charges, caricaturas e ilustrações) revela muito acerca tanto dos produtores das publicações quanto do público ao qual cada uma das revistas é direcionada, sobre suas ideologias e posicionamentos nas relações de poder, e sua visão dos acontecimentos que mobilizavam a urbe carioca, no caso das obras do porto.

Ao analisar estas imagens, que foram fontes, mas se transformaram em objeto de reflexão, fora levado em consideração a forma de pensar as relações sob o aspecto político e da cultura. Contextos estes que saem não a partir do presente, mas sim entendendo os seus acontecimentos e suas relações e fatos que ocorreram nos anos de governo do Rodrigues Alves. “O humor constitui uma forma de representação privilegiada da história”<sup>5</sup>.

Para entender a diferença apresentada nas imagens é necessário entender a importância do contexto e as sutilezas do riso. O humor é carregado de historicidade, sendo ligado a cada cultura e época e a percepção que os grupos têm de si mesmos e de outros. Se as narrativas humorísticas podem representar a “epifania da emoção”<sup>6</sup> elas também são uma forma privilegiada de representar a história. Para Helena Beristain (2011) o humor é uma linguagem humana, da qual fazem parte tanto da aparência da personagem quanto o seu gestual. Assim, a capacidade de gerar o riso faz parte de uma herança cultural, ou seja, é necessário entendê-lo para ser impactado. Como é exposto neste trabalho, faz-se necessário construir uma narrativa para explicar historicamente esse contexto, de modo a compreender melhor o significado do humor presente nas figuras 1 e 2. Assim, buscando algumas respostas para saber como a República foi desenhada de formas tão distintas.

---

<sup>5</sup> (SALIBA, 2002. P.18)

<sup>6</sup> Termo utilizado pelo historiador Elias Saliba.

## Os Cartunistas, Intelectuais Formadores de Opinião

Para os intelectuais no Brasil poucos eram os que conseguiam sobreviver de suas produções. Restava a eles trabalhar em outras áreas para sua sobrevivência. Machado Neto (1973) destaca a atuação destes pensadores em carreiras como: burocracia estatal, magistério, profissionais liberais, sacerdócio, diplomacia e, principalmente, no jornalismo. A atuação como jornalista era uma das principais fontes de renda dos intelectuais do século XIX e início do XX. Em consequência disto forma-se um jornalismo literário que transforma a imprensa brasileira.

Na primeira década do século XX os jornais se transformam em empresas, Marialva Barbosa (1997), montando notícias de formas mais rápidas, além de se transformar no olhar da população para os acontecimentos mais recentes da cidade e do mundo todo. O noticiário circulava pela urbe de forma mais acelerada, gerando uma maior necessidade de produção de textos, charges e novos assuntos jornalísticos para compor os periódicos. Essa relação de trabalho na *Belle Époque* agia no jornalismo de forma que absorveu quase toda atividade intelectual.

Os cafés eram o ponto de encontro entre os intelectuais, mas as revistas eram o elo de encontro destes pensadores brasileiros, não apenas entre eles, mas também com a população. Muitas dessas publicações acabam juntando em um mesmo número trabalhos em conjuntos destes intelectuais. Um exemplo disso, ao realizar a leitura das revistas *O Malho*, *A Avenida* e *Kósmos*<sup>7</sup> é possível perceber a junção das produções de diversos intelectuais em um mesmo periódico. A produção erudita marca a vertente da cultura brasileira no período da primeira década do século XX e monta uma “opinião pública” da sociedade por meio dos impressos. Desta forma, se a geração dos intelectuais literatos auxiliou na formação do pensamento cultural do nosso país na primeira república os chargistas também devem ser incluídos neste grupo.

Embora os cartunistas não trabalhassem com muitas palavras e sim com imagens e diversas técnicas de desenho, a sua capacidade de informação e impacto social era tão importante quanto dos textos, notícias e crônicas. Além disso, eles formavam uma associação em conjunto dos literários, de pensadores, que discutiam os acontecimentos da urbe. Correlação esta que pode ser comprovada nas Figuras 1 e 2. Herman Lima (1963) destaca que estes

---

<sup>7</sup> Revistas Ilustradas que estão sendo analisadas para o desenvolvimento da dissertação.



desenhistas eram intelectuais do Rio de Janeiro, circulando por diversas redações e até mesmo trabalhando em conjunto para a produção de distintos materiais.

### **A República - da Expectativa à Desilusão**

O novo regime político que se instaurara em 1889 foi defendido e pleiteado por muitos intelectuais durante maior parte do século XIX. Diante da sua proclamação gerou-se diversas expectativas destes seus baluartes quanto ao futuro do Brasil. Com a decadência do Império e a estabilização da República, o novo regime político gerou um momento de grandes esperanças com relação ao nacionalismo e o que poderia surgir e melhorar no país. Nicolau Sevcenko (2003) destaca que uma das reações com relação ao novo sistema foi de subliminar as dificuldades enfrentadas no presente, transformando a sensação de inferioridade em um mito de superioridade. Ideias como um “gigante adormecido”, remetendo-se ao Brasil, que no futuro teria suas conquistas concretizadas graças ao advento da República.

Após a proclamação do dia 15 de novembro uma nova nação fora imaginada. Acreditava-se que antigos problemas existentes na época da monarquia seriam superados. Conjunto de esperanças que ficam evidentes na ação dos intelectuais do Rio ao terem enviado a administração, ainda provisória, logo após a proclamação, um manifesto entusiástico de apoio ao governo. Como ressalta José Murilo de Carvalho (1987), esta ação se referiria à aliança entre os homens das letras e o povo, apoiando a república recém constituída.

Entretanto com o passar dos anos e a consolidação do novo governo, as perceptivas almejadas pelos intelectuais para o sistema republicano não foram alcançadas. Depois de dois governos de militares, uma crise econômica desencadeada pelo encilhamento, uma alternância de poder conjurada por meio da política dos governadores e o fato de conselheiros imperiais se tornarem presidentes gerou uma desilusão destes ilustrados.

Elias Saliba (2002) ressalta que a República criou uma cidadania precária, acentuando as distâncias entre diversas regiões do país, sendo este coberto por um falso ideário de federalismo. O sistema gerou uma continuidade da oligarquia no poder, não mudando esta questão que era antiga do contexto político brasileiro. Concordando com a pouca mudança relatada por Saliba, Fernando Faria (1993) cita o Congresso Federal como uma representação fiel da sociedade brasileira, sendo este, o retrato das elites que dirigiam o país, visando os seus interesses e não os do povo.

No período republicano o voto deixou de ser censitário, por exemplo, mas a restrição para escolher os políticos com relação ao período imperial não mudou muito, pois somente poderiam votar pessoas alfabetizadas. E naquela época, este grupo era uma parcela mínima da população brasileira, ou seja, a representatividade de várias camadas do povo nas urnas ainda era pequena. A expectativa, despertada com a proclamação do dia 15 de novembro, de maior participação popular foi sendo sistematicamente frustrada. José Murilo de Carvalho (1987) ressalta que os intelectuais começam a se desapontar com o novo regime, ainda no segundo governo, onde ocorreu uma perseguição Florianista as produções intelectuais. Estas questões fizeram com que estes ilustrados desistissem da política militante e se concentrassem na literatura. Os meios que restavam como formas de serem ouvidos eram nos textos e imagens, aqueles que principalmente veiculados na imprensa.

A República se mostra para estes pensadores como uma tormenta, sendo completamente diferente do que eles imaginavam e sonharam. Mônica Pimenta Velloso (2015) ressalta que a frase “esta não é a República dos meus sonhos”<sup>8</sup> se tornaria emblema para várias gerações de intelectuais. O moderno regime de governo, trouxe diversas expectativas com relação a uma renovação política e de participação popular, mas esse não conseguiu mudar a forma como as questões públicas ocorriam. Dessa forma, verificou-se que o jogo político manteve-se excluindo boa parte da população, mostrando que mesmo após 1889 a república não se tornou o que os intelectuais almejavam.

Por meio da “desilusão republicana” forma-se um grupo de intelectuais que eram caracterizados por sua irreverência e por uma produção jornalística com um viés humorístico afiado. Monica Pimenta Velloso (2015) destaca que no início do século XX este grupo era de produtores humorísticos que não tratavam os assuntos cotidianos como apenas brincadeiras inconsequentes da realidade, eles representam:

(...)uma determinada percepção da organização intelectual inspirada no humor e no espírito de irreverência, enfatizam a maleabilidade, o individualismo e as relações pessoais. Na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, há um grupo de intelectuais que efetivamente se congrega em torno delas: o que une Bastos Tigre, Emílio de Menezes, Lima Barreto, José do Patrocínio Filho, Raul Pederneiras, K. Lixto, J. Carlos, Storni, Yantok e Julião Machado enquanto grupo é a visão satírico-humorística da nacionalidade, expressa através de caricaturas e escritos.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> (VELLOSO, 2015. p.60)

<sup>9</sup> (VELLOSO, 2015. p. 64)



As crônicas, contos humorísticos e charges publicados nos jornais e revistas tiveram no início dos noventa um norte temático muitas vezes relacionado ao descontentamento com a república. Entretanto o humor se mostrava como uma ferramenta crítica de importância fundamental para discutir as questões sociais e políticas do país. A partir disto, cultura e suas representações foram utilizadas como um novo caminho para discutir questões sérias da rotina brasileira. Elias Saliba (2002) comenta que o riso nas charges, tem como esforço desmascarar, revelando o real e produzindo surpresa. Laura Nery (2006) afirma que a ação hostil nas charges, como alterar a aparência “das vítimas” seriam uma reinterpretação feita pelo artista que nela está contida toda a crítica social, utilizando a sátira como uma forma estética para discutir as questões vividas no momento.

A vertente humorística que narra os acontecimentos é carregada de historicidade. Se as narrativas engraçadas podem representar a “epifania da emoção” elas também são uma forma privilegiada de representar a história. Saliba (2002) afirma que “analisar a representação humorística da nacionalidade é explorar a enorme ambivalência da linguagem, em todas as formas, na construção de um discurso alternativo e de outras possíveis narrativas das nacionalidades.”<sup>10</sup> No contexto deste trabalho, a “piada” ou a linguagem desenvolvida por intelectuais durante a *Belle Époque* Brasileira está ligada à “desilusão republicana”<sup>11</sup>.

José Murilo de Carvalho (1990) cita que diversas charges durante a *Belle Époque* desvalorizavam a figura simbólica da mulher que representa a República. Sendo ela desenhada como uma personagem descuidada, suja, como pode ser visto na Figura 1, e até em outras imagens como uma prostituta. Esta forma humorística e crítica de representação demonstra o descontentamento desses produtores intelectuais como a experiência republicana. Os chargistas, sendo assim, refletiam em seus esquemas gráficos o descontentamento: “Esta não é a república dos meus sonhos”, levando à tona questões cruciais de problemáticas que a sociedade enfrentava. A jocosidade, neste tipo de publicação, debate de forma leve e rápida questões importantes que ocorriam no Brasil. Sendo assim, a forma de narrar humoristicamente demonstra com grande importância a questão da crítica social. O riso é polissêmico, pois nele é possível incluir diversas ideias como: combate, passatempos, denúncia, diversão, irreverência, crítica e informação. Sendo o humor o responsável pela interligação da crítica à república ideal, que não aconteceu, com o público leitor dos jornais ou revistas.

---

<sup>10</sup> (SALIBA, 2002. p.31)

<sup>11</sup> Termo utilizado pelo historiador Elias Thomé Saliba.

## As Charges

As imagens destacadas fazem parte de um contexto atrelado ao momento político e cultural do Brasil no ano de sua publicação. A decisão do governo de Rodrigues Alves com relação a iniciar uma reforma na Capital Federal está diretamente correlacionada ao que é transmitido nas ilustrações. Margarida de Souza Neves (2013) explicita o porquê do governo Rodrigues Alves ser o momento ideal para início da reforma urbana, para a historiadora, o desenho político traçado encontrava-se completo. O presidente guaratinguetaense assume a presidência em um momento que a economia se encontrava mais estável e sem maiores problemas políticos<sup>12</sup>, além de ter conseguido dispor de empréstimos do exterior que possibilitou a realização das obras.

As obras para a construção de um novo porto para a cidade do Rio de Janeiro é a temática eixo para o entendimento das duas imagens. Na Figura 1 é possível perceber o discurso de um Rodrigues Alves que sonhava com uma República melhor e mais bonita, tanto que ele a comprava com a ilustração de uma mulher que representa a Avenida Central, logradouro que estava em construção para as obras de estrutura do porto. A Figura 2 não tem falas, mas é possível perceber uma República bonita e arrumada e, ao seu lado, ilustrações da que viria ser a Avenida Central e o novo Porto do Rio de Janeiro.

A Figura 1 é uma publicação da revista *A Avenida* do dia 21 de novembro de 1903. A charge em questão é assinada por Crispim do Amaral, diretor artístico do periódico no período. O artista de Olinda trabalhou como cenógrafo, decorador, ilustrador e cartunista. No caso da imagem demonstrada neste trabalho, vale ressaltar que ela expressa a “desilusão republicana”, fazendo de Crispim mais um dos intelectuais que incorporaram o ideário do descontentamento.

Na primeira imagem existem três personagens, a qual o homem à esquerda, vestido de preto é o Presidente Rodrigues Alves, a mulher ao centro seria a figura representativa da República, vide pelo chapéu, e a outra mulher à direita, arrumada e bonita seria “A Avenida”. Nesta imagem é possível perceber a forma maltrapilha que a figura feminina da República era representada humoristicamente. Suas roupas estão rasgadas, ela está suja e com aspecto macambúzio, além de sua expressão corporal não representar o poder que ela deveria demonstrar como um regime político. A roupa da República, nesta imagem, marca por meio

---

<sup>12</sup> No início do governo Rodrigues Alves algumas questões do início da república já haviam sido superadas. O novo regime já estava fixado, a crise gerada pelo encilhamento estava sendo superada e a política dos governadores gerou uma forma de governo federalista que garantia o governo federal o apoio necessário.

dos escritos nela problemas que o regime enfrentava no momento como; a má-fé do discurso político, falta de patriotismo no qual os governantes eram acusados, e intervenção interestadual, ou seja, pouca efetividade do federalismo brasileiro.

Esta representação não se aproxima à imagem da República Francesa, *Marianne*, que se mostrava como um símbolo forte. Neste caso, como muitas outras representações feitas pela imprensa ilustrada da época, esta era a forma de demonstrar a insatisfação dos intelectuais com o regime, reproduzindo uma mulher triste e malculada. José Murilo de Carvalho (1990), além disso, destaca que as datas próximas ao dia 15 de novembro eram as preferidas pelos chargistas para exercerem esse tipo de crítica e ilustrar a República de forma descuidada.

Na Figura 2 a oposição da forma de representar da República com relação a outra imagem é evidente. A ilustração está mais próxima à imagem da República Francesa, mostrando uma mulher mais forte, arrumada e cheia de poder. Esta charge foi publicada na capa colorida, no dia 13 de junho de 1903, da revista *O Malho*. A ilustração foi feita por K. Lixto, ou Calixto Cordeiro, diretor artístico desta revista junto com Raul Pederneiras. Calixto foi um intelectual chargista que trabalhou em quase todas as revistas ilustradas que apareceram no Rio de Janeiro. Herman Lima (1963) destaca que K. Lixto e Raul devem ser considerados os vulgarizadores da charge humorística que visavam os vultos ou fatos políticos. Este chargista tinha um viés da crítica política bastante forte em suas imagens, fazendo parte do grupo que criticava os caminhos que a república tinha tomado. Fato este fez esta imagem chamar atenção durante o levantamento das fontes.

Nesta segunda charge é possível perceber, mediante um traçado leve, uma mulher bonita e poderosa e a circunstância da ilustração estar colorida dá um realce maior à imagem. A República está no meio de duas projeções gloriosas de um imaginário<sup>13</sup> de como ficariam as obras do porto após a sua conclusão. Além disso, o ramo de oliveira simbolizaria uma vitória, ou seja, o poder. À direita podemos perceber uma ilustração do porto e à esquerda a Avenida Central. Neste caso, a beleza republicana está diretamente atrelada ao sucesso das obras portuárias, assim como na Figura 1 o encanto da “Avenida” é desejado por Rodrigues Alves para a “República”. Todavia, é colocada uma projeção para que as melhorias e a modernidade que se pleiteavam com as obras fossem passadas para a constituição de uma República formosa e de sucesso.

---

<sup>13</sup> Neste caso trata-se de uma imaginação pois as obras do porto se iniciaram no ano da produção desta charge.

Vale ressaltar que em junho de 1903 ainda se tinham muitas esperanças, tanto da população, dos políticos, assim como dos intelectuais, com relação ao que a reestruturação da cidade poderia gerar para o Rio. As obras tinham começado há poucos meses e eram dadas como uma questão de necessidade nacional, e os seus principais problemas ainda não tinham sido levantados e divulgados. Desta forma, metaforizar uma República desacreditada como uma mulher que iria se transformar por meio das obras faz parte do contexto político e cultural do período. Até certo ponto, acreditava-se que o regime político poderia transformar-se da mulher feia da Figura 1 para a bela da Figura 2.

Entretanto, de acordo com o levantamento de imagens feito, a República continua aparecendo nas publicações<sup>14</sup> nos anos de governo do Rodrigues Alves mais como uma mulher desleixada do que bonita. Esta representação da Figura 2 provavelmente não perdurou devido aos diversos problemas gerados pela reestruturação na urbe carioca, pois a população sofreu diversas exclusões e impactos negativos com as intervenções, além dos constantes atrasos nas obras.

### **Bibliografia:**

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social* In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. pp.296-332

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERISTÁIN, Helena. *O Chiste*. In: LUSTOSA (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da República: negócios e poder na passagem para o século XIX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

GOMBRICH, Ernest. *O experimento da caricatura*. In: *Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martin Fontes, 1995, p. 351-381

---

<sup>14</sup> No *O Malho, A Avenida e Kósmos*.

GOMBRICH, Ernst H. *Meditações sobre um cavalinho de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 3  
MACHADO NETO, A L. *Estrutura Social da República das Letras*. (Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870 – 1930). São Paulo: Edusp, 1973.

NERY, Laura M. *A caricatura: microcosmo da questão da arte na modernidade*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

NERY, Laura M. *Cenas da Vida Carioca. O Rio no traço de Raul Pederneiras*. In: Sidney Chalhoub; Margarida de Souza Neves; Leonardo Affonso de Miranda Pereira. (Org.). *História em cousas miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. 1ªed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2005, p. 435-458.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da república: o Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

SALIBA, Elias Th. *Raízes do Riso. A Representação humorística na História Brasileira; da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. 1. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e quixotes*. Petrópolis: KBR, 2015.

## O Departamento de Abastecimento na Prefeitura de Belo Horizonte: políticas públicas para acesso aos gêneros alimentícios (1948 -1992)

**Lays Silva de Souza**

Graduada em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E-mail: lassouza3@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo identifica os documentos oficiais que tratam das políticas públicas de abastecimento alimentar em Belo Horizonte, entre 1948-1992, com o foco na fiscalização do comércio de gêneros alimentícios e no acesso aos produtos considerados de primeira necessidade. O Departamento de Abastecimento foi o primeiro órgão da Prefeitura de Belo Horizonte oficialmente responsável pelo serviço de abastecimento alimentar. O que se pretende aqui é identificar a competência e reestruturação desse departamento, no decorrer de sua existência, e refletir sobre suas relações com a política, a cidade e a sociedade belorizontina.

**Palavras-chave:** Departamento de Abastecimento; políticas públicas; sociedade e Belo Horizonte.

**Abstract:** This article identifies the official documents about the public policy of food supply in Belo Horizonte between 1948 1992, focusing on trade supervision of food kinds and access to the products considered first need. The Department of Supply was the first organ of Belo Horizonte hall responsible by food supply service. What is intended here is to identify the competence and restructuring of this department, in the course of its existence, and reflect about its relationship with the policy, the city and the society from Belo Horizonte.

**Key-words:** Department of Supply, public policy, society and Belo Horizonte.

Este artigo tem como objetivo levantar a documentação referente ao processo de sistematização das políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte, entre 1948 e 1992, considerando os contextos político e social da gestão municipal.

Para uma análise histórica da gestão pública, é primordial identificar os problemas que propiciaram o desenvolvimento de técnicas para a governamentalidade. Segundo Foucault,

as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOULCAULT, 2012)

As táticas empreendidas pelo Estado, na forma como descrito por Foucault, pode ser compreendido neste estudo como os atos do poder público em âmbito municipal para garantir a sustentabilidade local. Isto que dizer, que as políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte devem ser analisadas não somente como ações voltadas para o atendimento das necessidades da sociedade naquele contexto, mas também e, principalmente, como técnicas de governamentalidade. A capital mineira, no período que se pretende aqui analisar, passou

por intensas mudanças em sua estrutura governamental e não era exceção comparada às demais metrópoles do Brasil e do exterior.

A partir da segunda metade do século XX, foi necessária uma série de mudanças estruturais na gestão pública das grandes cidades da América Latina, pois essas estruturas se encontravam em processo de transformação social, urbana e econômica. Belo Horizonte se inseriu nesse contexto e passou por uma readequação do poder público municipal.

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo início de um processo de modernização no Brasil, avanço no campo industrial, crescimento populacional no espaço urbano e a conseqüente expansão do consumo. De acordo como pesquisador José Luís Romero:

Assim como no caso da explosão social do final do século XVIII, a que ocorreu depois da crise de 1930 consistiu, sobretudo em uma ofensiva do campo sobre a cidade de modo que se manifestou sob a forma de uma explosão urbana que transformaria as perspectivas da América Latina (ROMERO, 2009, p.355).

Nesse contexto, várias cidades que já possuíam certa estrutura para produção industrial e comércio, se transformam em referência para sua região. O fluxo migratório em direção a essas grandes cidades se intensificou e em cada pólo urbano se originou uma formação sociocultural distinta e inédita.

Segundo a historiadora Regina Helena Silva (1991), o final da década de 1940 marca os momentos finais do discurso do moderno e depois as necessidades das cidades inauguram a era da “modernização” e do “desenvolvimento”. Nesse momento, a cidade de “Belo Horizonte vivenciou os processos correlatos de concentração demográfica, crescimento da cidade e conurbação com as cidades vizinhas, delineando-se a estrutura atual da Região Metropolitana” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p.115).

O aumento populacional em Belo Horizonte, a partir da década de 1940, não estava previsto no projeto de criação da cidade. Com isso, a nova capital mineira começou a sofrer profundas mudanças que agravaram os problemas sociais, que já existiam desde a criação da cidade.

O poder público municipal necessitava de intervir nesse contexto em que os problemas urbanos tornavam-se cada vez mais evidentes. Os serviços considerados de primeira necessidade como o abastecimento alimentar, precisavam ser impulsionados uma vez que os gêneros alimentícios produzidos e comercializados em Belo Horizonte já não eram suficientes para atender a demanda crescente da população.



Tal contexto que a nova capital mineira se inseria pode ser caracterizado como um período de transição. Segundo o pesquisador Ulrich Beck (2012), “quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e, assim, modificá-las.” O momento de transição da segunda metade do século XX gerou conseqüências no cotidiano da sociedade belorizontina nos âmbitos culturais, econômicos e políticos.

Os anos finais da década de 1940 foram marcados por mudanças significativas na administração pública da capital mineira. Até então, havia excessiva centralização dos serviços da prefeitura, o que dificultava a resolução das demandas administrativas da municipalidade.

No final de sua gestão o prefeito João Franzen de Lima<sup>1</sup> reorganizou os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e suas competências. Dentre outros, o serviço de abastecimento passou a ser oficialmente inserido na estrutura organizacional da Prefeitura. Com isso, por meio do Decreto-Lei n. 209 de 11 de novembro de 1947, foi criado o Departamento de Abastecimento que era subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Cabia ao Departamento de Abastecimento executar as medidas necessárias ao abastecimento da cidade, regular os preços da mercadoria de gêneros alimentícios, manter, administrar e fiscalizar os serviços do mercado municipal, matadouro e feiras-livres.

No ano seguinte, em 1948, Belo Horizonte vivenciou um momento marcante para sua história, Otacílio Negrão de Lima foi o primeiro prefeito eleito pela população. Até então os prefeitos eram nomeados pelo Governador de Estado.

Em meio a esse momento de transição na história administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é possível identificar ações da gestão pública vigente direcionadas para a tentativa de resolução dos problemas ocasionados pelo crescimento exacerbado e não previsto dos indivíduos residentes na cidade e seus arredores. No relatório de gestão referente ao ano de 1948, o atual prefeito Otacílio Negrão de Lima coloca que:

Com decisão e firmeza procuramos enfrentar a situação financeira, promovendo, de um lado, o necessário saneamento e de outro impondo continência a despesas e melhoramento do aparelho arrecadador [...] Na verdade, para esta cidade jovem não há problemas que não possam ser resolvidos [...] Os obstáculos do momento não prevalecerão sobre as suas forças evolutivas desde que os poderes públicos se mantenham atentos às necessidades do presente e do futuro. Vale acentuar o alto grau da evolução

---

<sup>1</sup>João Franzem de Lima foi nomeado prefeito de Belo Horizonte em 21 de março de 1947 e encerrou seu mandato em 12 de dezembro de 1947.

industrial e comercial do município. De cidade de vida oficial e artificial, Belo Horizonte transformou-se em poderoso centro urbano de vida própria [...] Os fatores de produção e os índices das transações comerciais são cada vez mais significativos do progresso da cidade (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1948).

Por meio do discurso de Otacílio Negrão de Lima é possível perceber que a capital mineira de fato vivia uma situação delicada no que se refere à organização administrativa. Em contrapartida, também é nítida a disposição e otimismo do prefeito para desenvolver ações que, em tese, atenderiam às necessidades da população.

Após herdar a recente organização administrativa, o prefeito Otacílio Negrão de Lima segue a tendência política de seu antecessor e estabelece as Zonas e Distritos de Fiscalização de Rendias por meio do Decreto n. 06, de 18 de fevereiro de 1948. Entendendo que uma das soluções para sanar os problemas da época seria investir na fiscalização dos setores já criados, o prefeito então criou estratégias para aumentar a arrecadação dos impostos e taxas. De acordo com o gestor municipal “o aumento progressivo da população do Município exige uma nova distribuição de círculos fiscais para a melhor delimitação de deveres e mais perfeita execução do serviço” (BELO HORIZONTE, Decreto n. 06 de 18 de fevereiro de 1948).

Por meio dos Relatórios Anuais de Atividades dos Prefeitos de Belo Horizonte<sup>2</sup>, identificou-se que a criação de um órgão para atender as demandas referentes ao abastecimento alimentar, desde a fiscalização do comércio para taxar os impostos até o controle de produtos em quantidade suficiente para acesso, foram medidas que atenderam as expectativas do poder público naquele contexto.

Contudo, o aumento populacional continuou progressivo até a década de 1970 e não ocorreu somente na capital mineira, também foi marcante nas grandes cidades do Brasil. Com isso, a demanda de abastecimento alimentar cresceu a tal ponto que foi necessário a implantação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC). Segundo o *Manual I – Breve História do Sistema de Ceasas no Brasil*, escrito quando o sistema foi criado, era composto por “21 empresas de sociedade anônima, denominadas Centrais de Abastecimento S/A – Ceasa. Todas eram estaduais, a exceção da Ceasa do Distrito Federal e do município de Campinas/SP” (MOURÃO & COLOMBINI, 2008). O SINAC tinha a finalidade de construir, implantar e operar as centrais de abastecimento nas cidades pólo de todo o país.

---

<sup>2</sup>A Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005), é um acervo que se encontra sob guarda permanente do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e está disponível para acesso físico na instituição e virtual, por meio do site da PBH.

Em Belo Horizonte, a Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A (CeasaMinas) iniciou seu funcionamento em 28 de fevereiro de 1974. De acordo com o site da Ceasa, esse órgão fiscalizou, na época da sua criação, o comércio atacadista de hortigranjeiros da Região Metropolitana e promoveu significativa melhoria no abastecimento desses produtos.

Concomitante à chegada da CeasaMinas, o Departamento de Abastecimento curiosamente desaparece da estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte, deixando assim uma lacuna entre os anos de 1969 e 1983 no que se refere ao serviço abastecimento municipal. Em 12 de setembro de 1983, por meio do Decreto n. 4.533, o prefeito Hélio Carvalho Garcia cria a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Abastecimento, que tinha em sua estrutura o, até então extinto, Departamento de Abastecimento. Esse órgão permaneceu na estrutura organizacional da Prefeitura até o final da gestão do prefeito Eduardo Brandão de Azeredo, 31 de dezembro de 1992. Na gestão seguinte, o órgão é definitivamente extinto para a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento.

### **O Departamento de Abastecimento**

Inicialmente, competia ao Departamento de Abastecimento fiscalizar o comércio de alimentos no sentido de assegurar que os gêneros alimentícios chegassem à população e com preços acessíveis. Cabia a este órgão administrar o Mercado Municipal - onde a população encontrava variedade dos produtos que necessitavam em um só local -, o Matadouro Municipal<sup>3</sup> e as Feiras Livres<sup>4</sup>.

Logo que criado, o Departamento de Abastecimento integrava a Administração Direta do Poder Executivo de Belo Horizonte. Contudo, no decorrer dos anos, as demandas referentes ao abastecimento alimentar passaram por diferentes subordinações do âmbito municipal.

Em 1983, foi criada a Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento, a qual assumiu, dentre outras, as funções do antigo Departamento de Abastecimento. No ano de 1989, foi criada a Secretaria de Serviços Urbanos que tinha em sua composição o Departamento de Abastecimento.

---

<sup>3</sup> Por meio da Lei n. 33 de 27 de julho de 1948, o prefeito de Belo Horizonte, Otacílio Negrão de Lima, regulamenta a matança de gado no Matadouro Municipal.

<sup>4</sup> De acordo com o Art. 1º do Decreto n. 170 de 10 de janeiro de 1946: - “As feiras livres são destinadas à venda, exclusivamente a retalho, de frutas, legumes, animais domésticos, ovos, gêneros alimentícios de 1ª necessidade - como tal considerados pelo Prefeito – doces, peixe fresco ou salgado, sabão, artefatos de folhas e outros produtos da pequena lavoura ou das indústrias rurais.”

Em 1993, foi feita uma reforma administrativa na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e, dentre outras ações, foi criada a Secretaria Municipal de Abastecimento e excluído o Departamento de Abastecimento. Essa nova Secretaria assumiu as funções do extinto Departamento e ampliou a competência desse serviço gerido pelo poder público. A partir de 1993 é inserido o princípio de segurança alimentar como competência junto ao abastecimento. Com isso, o órgão responsável por essa demanda volta sua atuação para projetos educativos no sentido de informar a população a importância nutricional dos gêneros alimentícios. Essa nova visão sobre o serviço de abastecimento alimentar municipal não será contemplada nessa pesquisa.

A fim de identificar a trajetória do serviço de abastecimento alimentar em Belo Horizonte, faz-se pertinente pontuar as alterações que os órgãos responsáveis por essa demanda passaram dentro da estrutura organizacional da prefeitura.

Em 2000, a Secretaria de Abastecimento passou a se denominar Secretaria Municipal de Política de Abastecimento. Em 2005 seu nome foi novamente modificado para Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento. No ano de 2011 alterou-se o nome e sigla para Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional que até os dias atuais recebe essa nomenclatura e tem por finalidade coordenar a política municipal de segurança alimentar e nutricional, planejando e executando programas, projetos e atividades que visem o adequado funcionamento do sistema de distribuição e comercialização de alimentos, bem como assegurar o acesso e garantir o direito da população à alimentação de boa qualidade, com regularidade e quantidade suficiente e de baixo custo.

### **Considerações Finais**

A atuação do Departamento de Abastecimento nos abre mais uma possibilidade de estudos sobre o abastecimento alimentar através da administração pública. Por meio desse órgão, é possível refletir sobre o processo de transformação urbano em Belo Horizonte, que é uma característica das cidades da América Latina na segunda metade do século XX, e também a articulação na estrutura organizacional do poder público para fornecer melhores condições de acesso aos produtos de primeira necessidade àquela sociedade.

Por meio desse histórico acerca da regulamentação do serviço de abastecimento alimentar em Belo Horizonte, percebe-se que essa demanda surge em um contexto que a cidade precisava de uma organização para distribuir os produtos de primeira necessidade e que ao

longo dos anos o poder público reorganiza sua estrutura, por diversas vezes, e segundo os Relatórios de Prefeito, sempre com o objetivo de atender as novas necessidades da sociedade. É primordial destacar também que as tomadas de decisão no decorrer das gestões foram e são sempre estratégicas no sentido de considerar as condições para o exercício da governamentalidade em seu contexto econômico e político.

Não foi a primeira vez na história de Minas Gerais que o difícil acesso aos gêneros alimentícios causou descontrole social em sua capital. No século XVIII, Vila Rica, capital mineira naquele período, viveu situação parecida. Diante da possibilidade de a sociedade mineradora ser assolada por graves crises de subsistência, o poder público local, que deveria representar os interesses da Coroa Portuguesa em território ultramarino, “tentou estabelecer um controle sistemático sobre o mercado de víveres, de forma a garantir uma provisão com alimentos a preços justos aos moradores dos centros urbanos” (SILVA, 2008, p. 43).

As questões que envolvem a alimentação, nessa perspectiva, deixam de ser apenas uma função do poder público e passam a significar um mecanismo de controle social e é nesse sentido que as análises acerca do acesso aos produtos de primeira necessidade transcendem marcos cronológico.

Ao longo da trajetória do Departamento de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte, percebe-se que independente da subordinação, que no decorrer das gestões vinculou ao Gabinete do Prefeito e a demais Secretarias, o serviço de abastecimento se articulava entre a sociedade, o comércio e o poder público municipal, formando assim uma relação intrínseca.

#### **Fontes:**

Acervo fotográfico do Fundo Assessoria de Comunicação do Município (ASCOM). Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

AZEVEDO, Celso Mello de. Reorganização Administrativa. In: PBH. Relatório, Belo Horizonte, 1956, p. 31-36.

BICALHO, Francisco de Paula. Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras, 1896. In: BARRETO, A. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Belo Horizonte e o Comércio: 100 anos de História, 1997.

Decreto-Lei 209 de 11 de novembro de 1947.

Lei nº 51 de 21 de novembro de 1948.

Lei nº 333 de 23 de maio de 1953.

Lei nº 5.282 de 03 de outubro de 1988.

Lei nº 5.562 de 31 de maio de 1989.

Decreto - Lei nº 209 de 11 de novembro de 1947.

Decreto n. 06 de 18 de fevereiro de 1948.

Decreto nº 125 de 02 de outubro de 1951.

Decreto nº 1562 de 28 de setembro de 1967.

Decreto nº 15.98 de 29 de dezembro de 1967.

Decreto nº 1.609 de 31 de janeiro de 1968.

Decreto nº 4.489 de 13 de julho 1983.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda: 100 anos de História. Dossiê: Agência de Investigação Histórica, Belo Horizonte, 1991, 108p.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005). Relatórios de prefeitos das gestões que compreendem os anos de 1948 a 1992.

### **Bibliografia**

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p.191-203, 1994.

BARBOSA, D. H. D. Desenvolvimento Econômico e Pensamento Desenvolvimentista: o caso de Minas Gerais (1933-1968). In: Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP, 4., 2009, São Paulo. Anais do IV Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP: São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

BARRETO, A. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995, p.430-432. 2v.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna: São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil, 3ª edição ampliada, Brasília: UNB, 2008.

CASTELO BRANCO, R. A evolução econômica do Brasil e a contribuição da propaganda. In: CASTELO BRANCO, R. MARTENSEN, R. L., REIS, F. História da propaganda no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990, p. 71-72.

CEASA MINAS. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br>>. Acesso em: 12 de set. 2016.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COELHO, et al. A política de abastecimento alimentar da prefeitura municipal de Belo Horizonte. Relatório de pesquisa. IUPERJ/UFMG/IDRC, 1996.

DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EAKIN, Marshall C. Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil. New York: Palgrave, 2001.

FONSECA, Rinaldo. A política agrícola nos países desenvolvidos. In: Ramos, P; Reydon (Orgs.). Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 13ª ed. Rio de Janeiro. Ed.Graal, 1998.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Comercialização e abastecimento de Hortifrutigranjeiros na RMBH. Belo Horizonte, 1994.

GRAZIANO DA SILVA. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP. Ed. UNICAMP/IE, 1996.

HOMEM DE MELLO. A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Brasília: IPEA/IPLAN, 1988.

IANNI, Otávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KAMEL, Roberto Chafik Abu. Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007.

LE GOFF, J. Por amor às cidades. São Paulo: UNESP, 2001.

LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R. A. A. Empresas e setores dominantes no sistema agroalimentar em Belo Horizonte e o alcance das políticas de regulação da SMAB. Relatório de pesquisa. vol I, II, III, 1994.



LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R. A. A. Os fluxos de Abastecimento no Sistema agroalimentar de Minas Gerais: O caso de Belo Horizonte. In: Seminário de Economia Mineira, 7, 1995, Diamantina. Anais do VII Seminário de Economia Mineira, v. 2, Diamantina, 1995.

MENESES, José Newton Coelho. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. 1. ed. Diamantina, MG: Maria Fumaça ed., 2000. (Coleção vagão da história; v.1).

MESQUITA, Yuri Mello. Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973. 2013. 177 f. Dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MOURÃO, Ivens Roberto de Araujo e COLOMBINI, Rogério. Manual 1: Breve história do sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2016.

NABUCO, Maria Regina. A (des)institucionalização das políticas regionais no Brasil. Etc, espaço, tempo e crítica: revista eletrônica de ciências humanas e sociais e outras coisas. Rio de Janeiro, vol 1, n.2, set. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em 12 set. 2016.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. vol.15, n.2, Jul/Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ROMERO, José Luis. América Latina, as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SIMÕES. et al. O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU/BH) como instrumento de gestão municipal: produção e elaboração de novos indicadores urbanos. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, 1996, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

SILVA, Flávio Marcus. Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Regina Helena Alves. A Cidade de Minas. 1991. 161f. Dissertação (mestrado), Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

## 'A Tabuleta do Custódio': uma reflexão sobre a prática de nomeação e renomeação de lugares a partir da construção de narrativas sobre a memória nacional

**Jessica Mazzini Mendes**

Mestranda em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
E-mail: jessica.mazzini@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho procura analisar o processo das alterações toponímicas ensejadas pelo advento da República nas ruas do Imperador e da Imperatriz, localizadas em Juiz de Fora, Minas Gerais. Buscaremos compreender neste artigo as consequentes ressonâncias das alterações conforme se entrecruzaram os valores e ideais políticos de orientações contraditórias presentes nas antigas e posteriores denominações.

**Palavras-chave:** Motivação Toponímica. Memória Social. Ruas. Juiz de Fora - MG.

**Abstract:** The present work pursues to analyse the toponymic alterations process occasioned by the advent of the republic in the rua do Imperador and rua da Imperatriz streets, located in Juiz de Fora, Minas Gerais. We will seek to understand in this paper the consequential resonances of the alterations as political values and ideals of contradictory orientations present in former and subsequent denominations got interlaced..

**Keywords:** Toponymic Motivation. Social Memory. Streets. Juiz de Fora – MG.

### Introdução

“-É preciso que se desenvolva o culto dos heróis! É preciso que sejam celebrados os fatos históricos: /(...) A nossa nacionalidade...”. (Murilo Mendes)

Em uma crônica<sup>1</sup> extraída do jornal A Tarde publicada em outubro de 1920, fonte do excerto transformado em epígrafe deste trabalho, Murilo Mendes adensa através da introdução do discurso do personagem uma contraposição às suas críticas ao convencionalismo das comemorações nacionais, como se servindo ao propósito de evidenciar as ponderações desenvolvidas ao longo da publicação. Próximo às comemorações do centenário da independência, quando os esforços se encontravam voltados para a busca da consolidação da identidade nacional, escreve o autor: “Comemorações... As pessoas têm a mania de comemorar fatos históricos, que num século de aeroplanos, automóveis e amor-livre são ridículos” (MENDES, 1920:2).

Se considerarmos a epígrafe, podemos compreender em que sentido se desenvolverá o presente trabalho. O cronista juiz-forano aponta com ironia para o passadismo das comemorações enquanto seu personagem chama atenção para a necessidade de haver a

---

<sup>1</sup> Jornal A Tarde. Juiz de Fora, p.2, 2 de outubro de 1920.

celebração dos heróis e dos fatos históricos, reconhecendo nesta afirmação a função desempenhada por pontos de referência, incorporados na figura de heróis e nos fatos históricos, capazes de estruturarem e reforçarem o sentimento de pertencimento, cimentando através dessa construção simbólica a coesão imprescindível ao estabelecimento de identidades - neste caso, a nacional.

Esse reconhecimento em torno de uma valorização da memória coletiva vinculada aos pontos de referência responsáveis por servirem como balizas para a sua preservação permeará o trabalho e servirá aos propósitos que abordaremos a seguir. Transpondo para as ruas a compreensão de tais pontos de referência, buscaremos analisar as alterações toponímicas ensejadas pelo advento da República ocorridas nas ruas do Imperador e da Imperatriz, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Frente às várias possibilidades de investigação que o estudo dos topônimos contempla, faz-se necessário maiores elucidações.

A toponímia, como ramo da Onomástica, é responsável pelo estudo etimológico dos nomes de lugares, conformando a busca por compreender as motivações que levaram à nomeação e as origens do signo toponímico, considerando-o como expressão linguística-social capaz de refletir aspectos culturais de certo núcleo humano. Dentro dessa abordagem, "as noções de causa, tendência e temperamento e conduta social do emissor ou do grupo são traços relevantes na construção de uma nomenclatura, qualquer que seja o espaço ocupado e o dialeto empregado" (DICK, 1998:102).

A dinâmica toponímica que verificamos na passagem do Império para a República, isto é, a ocorrência da denominação e a renomeação das ruas cultivando elementos do período ao qual se reporta, pode ser observada em praças, ruas, avenidas e largos, na maioria das cidades, apresentando entre suas motivações naturezas distintas como os designativos que refletem formações litorâneas como *porto* e *costa*, os chamados geomorfotopônimos<sup>2</sup> e outros que dizem respeito, por exemplo, ao domínio religioso como *São Francisco* e *Santo Antônio*, os hagiônimos. Os agentes por trás desse processo não atuam ingenuamente, realizando escolhas aleatórias, mas operam através de aspectos simbólicos, políticos e ideológicos conformados em tais escolhas sendo capazes de construir e reconstruir discursos que auferem seu poder através de representações não somente em ruas, mas, sobretudo de documentos oficiais. Em outras palavras,

---

<sup>2</sup> Conforme o modelo taxionômico de classificação apresentado por Dick (1990:38).

Dependendo do conteúdo representado, o nome, no mapa, extrapola a própria representação e se insere no contexto geral da mentalidade dominante. A frequência de determinados modelos denominativos nas cartas é que indicará o perfil denominativo do lugar, o padrão dos nomes utilizados e a ideologia da sociedade (DICK, 1998:104)

O método de abordagem empregado parte da escolha pela delimitação em nível local e levará em conta exclusivamente duas ruas, a saber, rua do Imperador e rua da Imperatriz. Utilizaremos como recorte temático as renomeações das ruas ocorridas em razão do regime processado no final do século XIX, uma vez superadas as barreiras do próprio levantamento devido às escassas fontes registradas oficialmente referentes às ruas no período em questão.

Para prosseguir na pesquisa, na parte documental foram consultados documentos manuscritos do Arquivo Histórico de Juiz de Fora composto por atas da câmara, livros de resoluções, de votantes, documentos referentes ao período do Império e da República, mapas, plantas de casa. Na parte teórica optamos pelos referenciais teóricos de Maurice Halbwachs, José Murilo de Carvalho e Maria do Amaral Dick, essenciais para a compreensão do trabalho. Para tanto, em um primeiro momento optaremos por fazer uma breve exposição sobre a constituição da malha urbana em Juiz de Fora, visto que ambas as ruas em estudo perfazem a composição do núcleo inicial da cidade. Posteriormente, optaremos por uma análise das alterações levando em conta o contexto histórico-político do período que nos permitirá digressar sobre o tema.

## **2. A formação do centro de Juiz de Fora**

Localizada na Zona da Mata mineira, a história de Juiz de Fora começa no início do século XVIII, quando da abertura do Caminho Novo (1703), que, passando pelo sudeste da capitania, ligava a localidade ao litoral do Rio de Janeiro. Esse caminho facilitava o acesso ao interior de Minas Gerais reduzindo significativamente o tempo gasto em relação ao trajeto anterior. Esse caráter de passagem conferido pela abertura do Caminho Novo propiciou a ocupação inicial da região que se deu através da concessão de sesmarias<sup>3</sup> pela Coroa Portuguesa ao longo do caminho<sup>4</sup>. Entre estas sesmarias, se encontrava a de João de Oliveira<sup>5</sup>, passada em 1713 a Luís Forte Bustamante e Sá. Este construiu na propriedade uma pousada que passou a ser conhecida como “fazenda velha” ou “pousada de juiz de fora”, denominação que provém

---

<sup>3</sup> Através das Cartas de Sesmarias podemos ter uma ideia aproximada da extensão da comarca, território compreendido hoje pelo município de Juiz de Fora. Em: ESTEVES, Albino & LAGE, Oscar V. B. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, p. 26

<sup>4</sup> Ibidem, p. 15

<sup>5</sup> Ibidem p.17

do antigo cargo ocupado pelo proprietário. Paraibuna é criada como comarca da província de Minas Gerais pela Assembleia Geral em 1833 e em 1836, o governo provincial contrata o engenheiro Henrique Halfeld para a abertura de um caminho alternativo que partindo de Vila Rica fosse a Paraibuna. Sendo o contrato aprovado em 13 de abril de 1837 pelo artigo único da Lei Mineira, a "Estrada Nova do Paraibuna" agregou e ampliou trechos do existente Caminho Novo, estando pronta para ser inaugurada no ano seguinte, em 1838. A ocupação do povoado de Santo Antônio do Paraibuna começa então a se delinear a partir do traçado da Estrada Nova que passa a orientar e reorganizar a ocupação da localidade que, aos poucos, transfere-se da região situada à margem esquerda do Rio Paraibuna para ocupar a margem oposta.

As feições urbanas foram se tornando nítidas especificamente a partir da década de 1840 com a dinamização do núcleo urbano e a expansão cafeeira. No ano de 1844, Henrique Halfeld, genro do falecido fazendeiro Antônio Dias Tostes, proprietário de boa parte das terras na área central que deram origem ao núcleo inicial da cidade, desenvolve um plano para a ocupação destas terras, procedendo a demarcação, construção de casas e incluindo em seus planos o projeto de doação de terrenos.

Em 1856, pelo parágrafo terceiro da lei provincial n°. 759 de 2 de maio de 1856, a vila foi elevada à categoria de cidade e o município de Santo Antônio do Paraibuna passou a denominar-se simplesmente Paraibuna. Para comemorar o fato a Câmara Municipal solicitou a abertura de quatro vias, sendo abertas perpendiculares à rua Direita (atual Av. Barão do Rio Branco) a rua da Imperatriz (atual Rua Marechal Deodoro) e a rua do Cano (atual rua Sampaio) e paralelas as ruas Santo Antônio e Formosa – rua do Comércio, atual rua Batista de Oliveira. Em 10 de janeiro de 1860, a Câmara Municipal encarrega o engenheiro alemão Gustavo Dodt de realizar o primeiro desenho técnico urbano, levantar o plano, fazer a demarcação, o nivelamento da cidade bem como a proposição de novas ruas. Consta no levantamento de 1860 onze ruas e três travessas, respectivamente: rua Direita; rua da Bela Vista; rua de Santo Antônio; Rua de São Sebastião; rua Santa Rita; rua do Espírito Santo; rua da Liberdade; rua do Halfeld; rua da Imperatriz; rua D. Pedro II; rua do Comércio; Travessa da Solidão; Travessa do Sampaio e Travessa do Matadouro.

### **3. Tabuleta do Custódio: uma questão de formalidade**

“E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública...” (Machado de Assis)

Em 1904 Machado de Assis publicou *Esaú e Jacó*, seu penúltimo romance que retrata a questão política pela qual passou o país no final do século XIX, entre o período final do Império e o início da República. No transcorrer do romance, se encontra o episódio das tabuletas. Custódio, confeitiro há mais de trinta anos, acolhendo conselhos manda reformar a velha tabuleta da “Confeitaria do Império”. No entanto, devido à fragilidade da madeira, foi advertido que precisaria de um novo suporte e com pesar pelos gastos com a reforma e com saudosismo pela afeição à tabuleta de tantos anos, relata ao Conselheiro Aires o ocorrido.

Pouco tempo depois, no dia da proclamação, Custódio procura novamente Aires para contar-lhe que na véspera fora onde se pintava a tabuleta, mas como era tarde, os trabalhos se encontravam suspensos. Pôde ver que a palavra "confeitaria" bem como a letra "d" já se encontrava pintada, enquanto a letra "o" e a palavra "Império" estavam apenas riscadas a giz e que naquela manhã, ao saber da proclamação, escreveu um bilhete às pressas para que cessassem a pintura, mas quando o portador do bilhete voltou, informou que a tabuleta se encontrava pronta. Aires e Custódio se encontrando diante de um impasse se viram às voltas com a escolha de um nome para a confeitaria. “Confeitaria do Império” poderia despertar a ira dos republicanos. O regime que surgia poderia não vingar, assim descartando a escolha por “Confeitaria da República”. Naquela rua já se encontrava uma Confeitaria do Catete o que suscitaria além de confusões, prováveis prejuízos. A proposta de agradar a qualquer regime existente na alternativa “Confeitaria do Governo” não excluía a possibilidade de uma oposição em relação ao regime que estivesse exercendo o poder e o confeitiro desejava agradar a todos... Surgiu então a ideia, “Confeitaria do Custódio”.

A preocupação de Machado ao abordar a temática política recaiu sobre a apresentação dos personagens sobre os quais teceu sua compreensão a respeito dos regimes com base em sua experiência enquanto cidadão e enquanto funcionário público. “Como funcionário do Império e, em seguida, da República, o literato interpretou que existiu certa desvinculação entre o regime republicano e a identidade popular” (FARIAS, 2013:11), donde podemos verificar no episódio das tabuletas.

A confeitaria de Custódio localizava-se no bairro da Glória, na rua do Catete, na mesma localidade do Palácio do Catete, então sede do governo republicano. Ainda que a proclamação não tenha suscitado grandes mudanças era preciso adaptar-se ao novo regime, ou no mínimo, reconhecê-lo. Assim, a escolha por “Confeitaria do Custódio” reflete a importância do regime que acabara de se impor: era melhor uma escolha tradicional que outra sediciosa. Afinal, a

escolha por Confeitaria do Custódio “não tinha significação política ou figuração história, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes” (ASSIS, 1962:256).

Com isso em vista, República e Império são colocados em um mesmo plano, abordando a escolha como uma questão de formalidade na qual a seleção entre um nome ou outro para a confeitaria tratou-se mais da necessidade de encontrar um nome para a tabuleta do que do conteúdo em si.

Esta intrusão simbólica do passado no presente que fez com que o confeito necessitasse adaptar-se a situação não está longe de repetir-se fora do âmbito ficcional. Pelo contrário. O episódio explorado pela narrativa evidencia o embate de simbologias que o regime que nascia trouxe consigo. Após a Proclamação da República, o novo regime realizou esforços no sentido de se legitimar no poder. A rigor, o episódio ocorrido em 15 de novembro constituiu um golpe militar, ficando a responsabilidade do cargo de presidente confiada ao marechal Deodoro da Fonseca que governou sob decretos-leis num Governo Provisório entre 15 de novembro de 1889 e 24 de fevereiro de 1891. Desse modo, como a república foi proclamada por meio de um golpe, o historiador José Murilo de Carvalho assinalando para a nula participação popular em sua implantação reconhece a importância da ideologia enquanto instrumento de legitimação. O autor afirma que o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder e que “embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável” (CARVALHO,1990:9). Ainda, discorre sobre a necessidade de extravasar as ideologias republicanas que se encontravam restritas a um pequeno círculo das “elites educadas” visando recriar o imaginário popular dentro dos valores trazidos pelo novo regime.

Para tanto, esse desenclausuramento das visões republicanas não poderia ser operado através do discurso, inacessível a uma população com baixo nível de instrução formal, mas a manipulação deveria ser simbólica, através da inserção de sinais mais universais de leitura como as imagens, os símbolos e as alegorias. Pois consoante o autor, “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO,1990:11).

Possivelmente pela proximidade com o Rio de Janeiro devido à rapidez com que circulou a notícia, no dia dezesseis de novembro, dia seguinte ao episódio da proclamação da



República, consta registrado em tons elogiosos no livro de atas da Câmara<sup>6</sup> a menção ao evento. Em ata da sessão ordinária de 22 de novembro consta que precedendo as habituais leituras e discussões das atas da sessão antecedente, antes de serem abertos os trabalhos, Bernardo Halfeld obtendo a palavra profere um discurso unanimemente aprovado pelos presentes aclamando a República. É interessante salientar que a cidade, “contando com um expressivo número de republicanos históricos” (CHRISTO, 2009:150), apresentava um movimento de efervescência de tais ideais verificado mesmo antes da queda do regime monárquico, consubstanciado, sobretudo, na década de 1880. Isto por que

perto do final do Império o que sobressaía no âmbito político era o ressentimento com relação à Coroa sobre a Abolição, tendo em vista que a região era marcadamente agrária e escravista, seja em termos da produção de café ou da cultura de subsistência. Neste contexto, vemos formar-se a propaganda republicana (GENOVEZ, 2002:89)

E, ainda, é conveniente lembrar que Fonseca Hermes, empossado vereador em 24 de julho de 1888 em substituição a João Nogueira Jaguaribe, além de membro da propaganda republicana assim como os vereadores Ernesto de Andrade Braga e Joaquim Eloy de Andrade, era primo do marechal Deodoro da Fonseca.

Considerando esse processo de renomeação e, mais precisamente a tentativa de legitimação pontuada por José Murilo de Carvalho, o advento da República ensejou a oportunidade para a inserção de um diferente ponto referencial quanto aos elementos constitutivos de uma memória nacional. Assim, as ruas que antes eram denominadas rua do Imperador e rua da Imperatriz passaram a ser, respectivamente, rua Quinze de Novembro e rua Marechal Deodoro.

Apesar das posturas da Câmara Municipal serem aprovadas em 23 de abril de 1853 em obediência à lei provincial promulgada em 1º de outubro de 1828, as resoluções passam a ser registradas em livro especial<sup>7</sup> apenas em 1892 durante a primeira administração constitucional da Câmara, sob a presidência de Francisco Bernardino Rodrigues Silva. Portanto, as alterações das denominações ocorridas após a Proclamação da República na rua do Imperador e na rua da Imperatriz não constam nos registros oficiais sobre a área em estudo. Isto porque conforme

---

<sup>6</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 221, Atas da Câmara 1888 – 1891, p.97.

<sup>7</sup> Conforme expressa o artigo nº258 do Estatuto Municipal. Em: ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 270, Resoluções 1892 -1906, p.6.

podemos verificar através da carta assinada pelo Fiscal Geral Antonio Gama<sup>8</sup>, há menção às ruas supracitadas já com as denominações “Quinze de Novembro” e “Marechal Deodoro” em 16 de janeiro de 1891, esta data se localizando anterior à época assinalada como inicial em relação aos registros escritos no primeiro Livro de Resoluções da Câmara<sup>9</sup>, que se iniciam em 25 de abril 1892 se estendendo até o ano de 1906.

Tendo em vista esse panorama, através da leitura do Livro 221 de Atas da Câmara referente ao quadriênio 1888 - 1891 em Juiz de Fora, período que conforma o final do Império e o início da República, foram analisados todos os registros. No entanto, apesar de sabermos que as alterações se localizam no período abrangido pelo livro, não foram encontrados quaisquer registros, menções ou propostas de discussões sobre o assunto o que revela o caráter consuetudinário das alterações, isto é, com bases nos costumes, não necessariamente a mudança necessitou se verificar no papel. Somando-se a isso, as alterações verificadas contextualizam-se em uma época em que não havia diretrizes e legislações específicas referentes às ruas, assim exonerando-se de uma necessidade de submissão ao processo formal de leis para as mudanças serem efetivadas.

Em 1880 havia no perímetro central da cidade doze ruas: rua Direita, rua do Comércio, rua da Liberdade, rua da Imperatriz, rua do Imperador, rua Conde d'Eu, rua de Santa Rita, rua do Espírito Santo, rua de São Matheus, rua de Santo Antônio, rua de São Sebastião e rua Halfeld. Conforme podemos observar, as ruas apresentam em suas denominações características sob influências diversas. Dentre as doze ruas, cinco apresentam motivação religiosa - rua de Santa Rita, rua do Espírito Santo, rua de São Matheus, rua de Santo Antônio, rua de São Sebastião -, duas apresentam denominações oficiosas no século XIX - rua Direita e rua do Comércio -, outra rende homenagem a um personagem da história local - Halfeld - e quatro prestam homenagem ao regime monárquico, como a rua da Liberdade - em referência ao processo de Independência liderado pelos Bragança -, a rua do Imperador e a rua da Imperatriz que encerram o mesmo princípio de homenagem através do trato formal, uma, esta à Imperatriz e, aquela ao Imperador, não constando em nenhum dos dois casos a identificação pessoal que a rua Conde d'Eu traz em si, mas apenas as referências aos cargos.

---

<sup>8</sup> Correspondências expedidas e recebidas entre os Agentes Municipais ou Fiscais - 1891. Fonte: Arquivo Histórico de Juiz de Fora

<sup>9</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 270, Resoluções 1892 -1906.

Em todos os casos supracitados podemos verificar que a natureza motivacional presente nas nomeações das ruas é de ordem antropocultural, isto é, reflete a relação do homem com a sociedade. Aqui percebemos uma tendência em atribuir nomes relativos a santos e ao regime monárquico. Observamos nos objetos de estudo escolhidos que a denominação inicialmente resgata aspectos vinculados ao Império, servindo como um suporte na transmissão do conhecimento referente a esse regime. Nesse sentido, verifica-se que os topônimos são importantes reservatórios para a memória e expressam relações que emergem sobre o espaço. No que diz respeito à mudança, podemos perceber que as denominações referentes à Coroa cumpriam então um relevante papel simbólico enquanto pontos referenciais no espaço e a renomeação das ruas decorre justamente da motivação política, causando a substituição das formas denominativas anteriores que expressam fatos ideológicos dissonantes do regime que acabara de se impor, assim confirmando a importância desse espaço consolidada nos fundos emblemáticos existentes em cada denominação.

É pertinente notar a localização central das ruas do Imperador e da Imperatriz que nos mostra a importância simbólica e a estima que desfrutava o Império perante a elite política local. Ainda mais se lembrarmos, conforme exposto anteriormente, que ambas as ruas compunham o núcleo de formação da cidade e que as escolhas eram realizadas, em sua maioria, pelos cidadãos letrados, representados pela elite política e integrantes da Câmara Municipal. Lendo as Atas da Câmara entre os anos de 1888 e 1913<sup>10</sup> não puderam ser verificados conflitos entre as antigas e as posteriores denominações em relação ao emprego formal em registros oficiais. No entanto, colocando as Atas da Câmara em segundo plano, mas ainda trabalhando com documentos oficiais, encontramos no fundo de plantas registros de solicitações para construção referentes às ruas que anos após as alterações ainda eram aludidas com as antigas denominações. Foram os casos de registros como: “rua da Imperatriz” - Gustavo de Paula Vilas-Boas (1893); rua da Imperatriz“ – Pedro Schubert (1894); “rua da Imperatriz” – Antonio Sampaio (1909); rua do Imperador – Frederic Carrato (1897)”.

### **Considerações finais**

Observamos que o ato de renomeação relaciona-se com personagens históricos e acontecimentos vinculados ao regime que se estabeleceu após o episódio da Proclamação da República onde, deste modo, as memórias do regime anterior foram oficialmente resguardadas

---

<sup>10</sup> Em 1913, a rua Quinze de Novembro passa a ser denominada Av. Quinze de Novembro através da Resolução n°. 680 de 09/05/1913

e destituídas de legitimidade através da inserção de novos testemunhos ligados ao episódio ocorrido em 15 de Novembro de 1889 que justificaram a alteração. As renomeações ocorridas nas ruas do Imperador e da Imperatriz trazem em seu bojo a República, ressignificando simbolicamente o espaço central da cidade através da substituição de elementos referentes ao poder Imperial por elementos republicanos representados pelo episódio ocorrido em Quinze de Novembro e pela figura do Marechal Deodoro da Fonseca.

A partir da conjugação do processo das alterações ocorridas nas denominações das ruas, conforme exposto anteriormente, e a constatação da permanência das antigas denominações concebemos a correlação entre a ausência da interação coletiva no processo e, especialmente, o enraizamento ligado a uma identificação, visto que as alterações sofridas remontam ao núcleo inicial da cidade, e, portanto, as alterações incidem sobre denominações correntes há mais de trinta anos. Nessa linha de pensamento, segundo assinala Dick

Isto ocorre porque o homem é variado e múltiplo em seu palimpsesto de atuação, sempre se renovando e renovando sua percepção sobre o mundo, ainda que atávica. É ele, qualquer que seja sua origem e formação, o responsável pela criação dos nomes, pela sua alteração, substituição e conservação. *A imutabilidade da doação, firmada num espaço, cria raízes; a permanência, facilmente explicável, a troca é questionável e controversa, porque o designativo traduz a identidade básica do local ou do indivíduo* (2007:145) (grifo nosso)

A partir dos documentos encontrados, entendemos que a permanência da antiga denominação não contém o teor da resistência política. Sua conservação indica mais o distanciamento da dinâmica do processo e, portanto, o distanciamento em relação às razões motivadoras bem como a criação de laços com as denominações antecedentes e, portanto, sua abstrusa assimilação, caracterizando assim uma não apropriação dos elementos “que correspondem aos acontecimentos mais notáveis da vida nacional, que ignoramos algumas vezes quando se produzem, ou dos quais reconhecemos a importância só mais tarde” (HALBWACHS, 1990:57).

Em virtude desse processo, permaneceu na memória a antiga denominação, sem o reconhecimento de qualquer viés de ordem política e ideológica. Isso se justifica, pois a alteração toponímica nem sempre é transparente a todos, especialmente quando se trata de topônimos que atendem aos interesses de um grupo social restrito. Quando se pensa em alterações toponímicas oficiais, pensa-se em uma mudança que ocorre, primeiramente, em âmbito jurídico. Apesar da imposição oficial da alteração, isso não significa o acolhimento imediato por parte dos cidadãos, é o que verificamos inclusive em documentos oficiais da

Câmara. Como podemos perceber na ocorrência da existência concomitante dos dois topônimos, enquanto a designação antecedente se reportar à realidade, a um estado anterior, ela permanece, matizando-se e dando lugar à designação oficial à medida que a memória daqueles que a detém desaparece. Em linhas gerais, podemos encerrar com uma passagem de Maria Dick do Amaral (2007:142) que ilustra bem os casos em estudo, segundo a autora, a permanência dos topônimos

configuram o que chamei, em outra ocasião, de designação superposta, desligada do convívio comunitário e de suas íntimas aspirações em relação ao batismo dos lugares, especialmente (...) nos nomes de homenagem, esse é o procedimento, as indicações se justificando por interesses momentâneos de alguns, e a concordância ocorrendo por aceitação tácita, uma vez que, quase sempre, se desconhece o homenageado

## 5. Referências bibliográficas

ABDALLA, José Gustavo Francis. Multivalência da arquitetura das galerias de Juiz de Fora: fascínio e identidade entre o público e o privado. Juiz de Fora: [s.n.], 1996. Relatório de pesquisa.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 221, Atas da Câmara 1888 – 1891, 256 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 222, Atas da Câmara 1895 – 1900, 253 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 223, Atas da Câmara, 1900 – 1905, 251 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 224, Atas da Câmara 1905 – 1915, 250 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 270, Resoluções 1892 -1906, 249 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 271, Resoluções 1906 -1932, 250 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Império, Série 129 – 135, Caixa N°24, 130- Requerimentos solicitando a concessão de penas d'água 1887 – 1889, 128 itens.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, República Velha, Série 44/12 – 45/3, Caixa N°73, 45/3 – Documentos referentes a serviços públicos.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, República Velha, Série 45/4 – 49/8, Caixa N°74, 47- Correspondências expedidas e recebidas entre os Agentes Municipais ou Fiscais do 2° distrito e o Presidente da Câmara, 1889 -1920, 15 itens.

\_\_\_\_\_. Fundo de Livros Manuscritos e Impressos da Câmara e da Prefeitura de Juiz de Fora, Livro 72, Qualificação de Votantes 1890 – 1895, 301 fls.

\_\_\_\_\_. Fundo de Plantas, Gustavo de Paula Vilas Boas, 1983.

\_\_\_\_\_. Fundo de Plantas, Pedro Schubert, 1894.

\_\_\_\_\_. Fundo de Plantas, Frederic Carrato, 1897.

\_\_\_\_\_. Fundo de Plantas, Antonio Sampaio, 1909.

ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Editora Brasileira Ltda, 1962.

\_\_\_\_\_. A Sereníssima República. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas. Cia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. O mito da mineiridade num espaço monárquico: a iconografia da Conjuração Mineira no acervo do Museu Mariano Procópio Em: SALGADO, Manuel Luiz e LOPES, Régis (org.). Futuro do pretérito; história dos museus na escrita da história. Editora ARGOS Coleção História e Patrimônio, 2009, p.143-167.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. Revista Trama, vol. 3, nº5, 1º semestre de 2007, p.141 – 155.

\_\_\_\_\_. Os nomes como marcadores ideológicos. In: Acta Semiotica et Lingüística. São Paulo: v.7, p. 97-122, (1998).

\_\_\_\_\_. Toponímia e Antroponímia no Brasil - coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

\_\_\_\_\_. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ESTEVES, Albino & LAGE, Oscar V. B. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

FARIAS, William Gaia. História e Literatura: reflexões sobre a República em Esaú e Jacó. Cantareira: Revista de História. Nº III, Vol I, Ago/2003

GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX ((Versão Revisitada). Clío edições eletrônicas. 2002.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Vértice. São Paulo-SP, 1990.

LIVRO DA LEI MINEIRA, 1850, Tomo XVI, Parte 1ª, Folha N°. 12.

\_\_\_\_\_. 1856, Tomo XXIII, Parte 1ª, Folha N°. 1.

\_\_\_\_\_. 1865, Tomo XXXI, Parte 1ª, Folha N°. 3.

LOCUS: Revista de História, Juiz de Fora, v.17, n.1, 2011, 314p.

MENDES, Murilo. Chronica Mundana. A Tarde. Juiz de Fora, p.2, 2 de outubro de 1920.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto história. São Paulo, SP – Brasil, 1993.

MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira. (Dissertação de mestrado), UFF. 1990.

NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Juiz de Fora: história, texto e imagem – Juiz de Fora(MG): FUNALFA Edições, 2004. 192p. :il.

OLIVEIRA, Paulino de. A História de Juiz de Fora. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

Ruas da cidade/ Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA, org – Juiz de Fora (MG): FUNALFA. Edições, 2004.



## HABITAR: Patrimônio Cultural, Identidade Urbana e a morada do homem comum

**Daniel De Almeida Moratori**

Programa de pós-graduação em Ambiente Construído  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
danielmoratori@hotmail.com

**Claudia Dos Reis Paiva**

Programa de pós-graduação em Ambiente Construído  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
claudiareis\_paiva@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo propõe compreender a identidade das cidades sobre o ponto de vista da relação entre as habitações e os seus moradores, buscando o significado das construções menores e a proximidade que esses ambientes permitem com a identificação de indivíduo e grupo com suas cidades. Justifica-se a abordagem da importância dos monumentos cotidianos, que estão presentes e integrados às características culturais tanto tangíveis quanto intangíveis, no reconhecimento, como propõe a Carta de Veneza (1964), também das obras modestas. Concluímos que, como defende CHOAY (2006), a arquitetura é uma das muitas maneiras de se contar a história de uma cidade; e o suporte mínimo para a formação de lugar de memória, se dá na habitação, na casa, que segundo BACHELARD (1988), é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem.

**Palavras-chave:** Habitação; Patrimônio; Memória; Identidade Urbana.

**Abstract:** This article proposes to understand the identity of the cities on the point of view of the relation between the dwellings and their inhabitants, searching for the meaning of the smaller buildings and the proximity that these environments allow with the identification of individual and group with their cities. The importance of everyday monuments, which are present and integrated with both tangible and intangible cultural characteristics, is justified in the recognition, as proposed by the Venice Charter (1964), of modest works. We conclude that, as Choay (2006) argues, architecture is one of many ways to tell the history of a city; And minimal support for the formation of memory space, occurs in the house, in the house, which according to Bachelard (1988), is one of the greatest forces of integration for the thoughts, memories and dreams of man.

**Keywords:** Housing; Patrimony; Memory; Urban Identity.

### **Introdução:**

Na função de racionalizar a respeito dos espaços urbanos, podemos defini-los como produtos referentes a processos de interferência do trabalho humano em determinado ambiente. Assim, uma infinidade de valores advindos dos mais variados tipos de culturas, etnias, técnicas, tradições e economias, convergem numa estrutura que constitui e sustenta as cidades como organismos vivos, mutáveis e transformáveis pelos indivíduos que nelas vivem ou transitam. Passavento (2008, p.11) refere-se ao urbano como "obra máxima do homem, que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades ao longo dos séculos". A mesma autora afirma, ao associar o pulsar da vida às cidades, que estas "cumprem

plenamente o sentido da noção do habitar, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais”.

Se habitar a cidade é então, a plenitude da ligação do ser humano com seu espaço construído, habitar a casa é a unidade primeira dessa relação com o lugar, onde têm início a percepção de pertencimento e a formação de memórias individuais, que tem a capacidade, segundo Abreu (1998. P.26) de “recuperar a memória das cidades, momentos urbanos e formas espaciais perdidas” e com base nessas memórias ou em seus registros, podemos “enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos e formas desaparecidos”.

O objetivo dessa comunicação é, portanto, realizar uma reflexão sobre a habitação na contemporaneidade, abordando além das barreiras do objeto construído, algumas transformações nessa tipologia e a influência das casas na percepção dos indivíduos sobre as cidades. Nessa função, serão abordados três narradores, como denomina Benjamim (1994, p.198), atores sociais responsáveis por transmitir através de suas observações, a sabedoria, experiência e informações com a arte de narrar ou, simplesmente, aqueles que possuem a “faculdade de intercambiar experiências”. O primeiro narrador será Marco Pollo, personagem de Ítalo Calvino na obra ficcional ‘As Cidades Invisíveis’ de 1972, em segundo momento a figura de Matín, personagem da obra cinematográfica de 2011 ‘Medianeras’ e por fim será apresentado o Sr. Gabriel Joaquim dos Santos, homem que viveu entre 1892 e 1985, e foi proprietário e construtor da Casa da Flor. Sejam esses narradores reais ou frutos da imaginação, eles nos falam sobre a história das cidades e das habitações, e através de suas percepções, podemos ver e aprender sobre nossa relação com os lugares, entendendo como estes nos influem diariamente.

### **A Identidade das cidades e a Memória**

Em *As Cidades Invisíveis*, Marco Pollo descreveu para o imperador Kublai Khan os lugares que visitou em missões diplomáticas, ele comenta sobre a passagem por uma cidade chamada Isidora, lugar que vinha de encontro a todas as coisas que ele desejava encontrar em uma cidade dos sonhos, com a diferença de que, quando idealizava estar em tal lugar, era um jovem, e a juventude não lhe acompanhava ao chegar ali, portanto estava sentado ao lado dos velhos, e “os desejos agora eram recordações” (CALVINO. 1972. p.10). Já adiante, ao narrar suas lembranças sobre outra cidade, Zirna, ele fala de inúmeros dirigíveis voando em todas as direções, ruas de lojas onde muitos tatuadores desenhavam seus traços em marinheiros, enquanto que seus companheiros de viagem afirmavam ter visto somente um digerível, assim

como apenas um marinheiro a tatuar a pele, o que o fez pensar que “a memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir” (CALVINO. 1972. p.17). Agora em Zora, Pollo afirma o lugar como memorável, evoca muitos aspectos no qual o visitante pode se focar para conhecer a cidade, pontuando que para ele, os homens sábios fariam elucidação principal a cor: “Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória” (CALVINO. 1972. p.9).

Calvino ao nos permitir acompanhar Marco Pollo, consegue nos transmitir as mensagens que os elementos urbanos lhe falam. As viagens e narrações continuam, e as referências a tantas cidades são parte do desejo de Kublai Khan em construir o império perfeito a partir do que ouve, e assim ele deseja que o viajante o indique qual futuro seriam capaz de levá-los aos ventos propícios, os afastando da cidade infernal. Marco Pollo então explica que essa cidade não existe, ou se sim, é aquela que já está aqui, formada por nós todos os dias, apenas estando juntos, e ensina duas formas de não sofrer perante esse inferno: aceitando e tornando-se parte dele, até deixar de percebê-lo, ou, a mais arriscada, exigente de aprendizagem e atenção continuas, “tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço” (CALVINO. 1972. p.99).

Essa instigante obra nos mostra as percepções trabalhadas ao se pensar as cidades, que independente de estarem na dimensão física ou sonhada, coexistem nos pensamentos daquele que as descreve, e ainda mais que isso, transmite as memórias que esse narrador é capaz de ligar ao pensar em determinado espaço, se alimentando de aspectos tanto tangíveis quanto intangíveis, sempre atribuindo a cada cidade um conjunto de percepções que as difere umas das outras, portanto entendemos que a presença de símbolos relevantes, uma caracterização ambiental rara ou uma rua com visadas memoráveis, perfumes característicos, e assim por diante, são pontos de uma linguagem marcante, que tornam únicos os locais. A identidade urbana é o conjunto desse espaço urbano de cada cidade que chama atenção daqueles que a presenciam, para aspectos que outras não dispõem, é uma diferença construtora de identidade.

Lynch (1960. p.10) ao se dedicar a compreender a *Imagem das Cidades*, considera que uma cidade bem formada, distinta, memorável; “convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação”, a esse coletivo de característica ele cunhou o conceito imageabilidade que dispõe sobre o que é legível, ou visível. Já Abreu (1998. p.77) observa esse espaço sobre o ponto de vista da Memória das Cidades, e pontua que apesar das cidades possibilitarem ancoragem para memória no espaço, à *memória da cidade* não é um coletivo de memórias

homogêneas, podendo inclusive ser conflituosas, e o registro das classes dominadoras, são mais duráveis, além de que boa parte das memórias urbanas não possuem registros. Assim, é impossível recuperar a memória das cidades na sua totalidade. Para o autor então, haveria uma diferença entre memória das cidades, que necessariamente são as memórias referenciadas a um local específico e memória urbana, que se constitui das lembranças de um modo de vida urbano, sem necessariamente estar relacionada ao local, o que, é uma dimensão essencial a constituição da identidade de um lugar (ABREU. 1998. p.81).

Independente do que estaria por traz desse movimento de preservação da herança (histórica ou construída) do passado, uma coisa se nos afigura como essencial: “a memória urbana” é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar. Busca-se com grande afã recuperá-la (ABREU, 1998. p. 81).

A relação das características das cidades, aliada a formação de memórias, tanto individuais quanto coletivas é alvo do que Halbwachs (1990. p.46) pontua, ao falar da indissociabilidade do tempo e do espaço da memória, considerando que a memória coletiva envolve memórias individuais, mas não se confunde com elas, pois são lembranças construídas socialmente e referenciadas que transcende o indivíduo, e está sempre em processo de transformação, assim a cristalização da memória de uma sociedade, povo ou de uma nação, através das expressões materiais e imateriais com as quais grupos se identificam ou se reconhecem, possibilita a formação em torno dos lugares de memória, de um sentimento de identidade e de pertencimento.

### **A morada**

A organização Cultural/Social das cidades está, em muitos momentos, atrelada ao sistema de distribuição de classes, que rege a forma como o tecido urbano é ocupado além de dizer muito sobre o modo de vida em seus espaços. Outras características determinam a identidade das cidades, como a topografia, a hidrografia, o clima e diversas características ambientais que são observadas e apropriadas de acordo com as diretrizes e possibilidades de casa época e população. Dessa forma, um dos elementos mais valiosos agregados ao tecido dessas cidades é a arquitetura, pois como explica Zevi (1996. p.26), “cada edifício tem a liberdade de escrever histórias econômicas da arquitetura, histórias sociais, técnicas e volumétricas”. A arquitetura então como agente modificador da cidade, agrega identidade espacial ao ambiente construído, percebido, vivenciado e lembrado. Dentre essas edificações, alguns exemplares ou conjuntos são utilizados como ponto de apoio para salvaguarda de uma memória coletiva, como nos reforça Choay:

O que lembram, então, os edifícios antigos? O valor sagrado que os trabalhos que homens de bem, desaparecidos e desconhecidos, realizaram para honrar seu Deus, organizar seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, a mais humilde habitação possui, da mesma forma que o mais glorioso edifício, o poder de nos pôr em comunicação, quase em contato, com elas (CHOAY, 2006. p.140).

Com a Identidade Urbana estando atrelada a arquitetura, é perceptível a importância da habitação como unidade de ligação entre o espaço urbano, e o cotidiano do homem, por sua essência estar determinada a partir desse habitar, pois segundo Bachelard (1988, p.200), “o homem habita a sua casa antes de habitar o mundo: todo o espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa e a casa é o nosso canto no mundo”.

Definir ou descrever o significado da Casa, assim como delimitar suas dimensões é uma problemática que lida com os conceitos de Território, lugar e espaço, além de ser um assunto superdimensionado em vários campos de conhecimento científicos, Giedion (2004. p.187) fala da quase nula clareza sobre a vivenda humana e ainda sobre a complicação que envolve o tema, para a presente comunicação, serão reforçados os tópicos mais enfáticos sobre a relação do homem *versus* morada.

A visão da casa reflete as mudanças ocorridas na sociedade através dos arranjos externos e internos, materiais e arquitetônicos, em busca de maior conforto, embelezamento e modernidades, nos narra não apenas questões da vida privada, mas permite um estudo da história do cotidiano (ARIÈS, 1991. p.7). A casa, como objeto cultural, coloca-se como um dos recursos possíveis no universo individual e coletivo, por se mostrar como “um fragmento dentro do cabedal infinito que é a memória” (BOSI, 1987. p.39).

Podemos resumir a natureza do lar em aconchego, recanto de paz e proteção; ou nos princípios básicos de sobrevivência, de abrigo e calor. Um lugar protegido das adversidades, ansiedades e males externos, que se forem capazes de ultrapassar a soleira, provam que aquele lugar não é um lar. Bachelard (1988) então nos mostra que na casa é onde nós mais sentimos o efeito do “lugar” sobre nossas vidas. Ela condensa a duração e a historicidade da habitação em um lugar arquiteturalmente estruturado. NORA (1997) nos coloca a casa como “lugar de memória” da família. Assim, a casa e a cidade juntos consagram a sobrevivência humana atreladas ao sentido de pertencimento. Dentro do universo da casa, os objetos e relíquias fazem a ponte entre o ontem e o hoje, simbolizam os laços de continuidade no tempo. Por favorecerem o acesso ao passado, parte integrante do nosso sentido de identidade (LOWENTHAL, 1998),

as relíquias e os objetos do cotidiano propiciam, juntamente com a casa, “a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas” (BOSI, 1983. p.361).

A origem da morada permanente, de acordo com o que nos diz Mumford, (1991. p.12), foram os mortos, com o ser humano se diferenciando de outras espécies animais pelo respeito que ele demonstrava a estes. Desde momento até a fase das primeiras habitações, onde o abrigo já não se baseava as cavernas e as grutas, está um importante campo disciplinar da arquitetura, da teoria, e da história dos homens e das cidades com toda a constituição da vida em sociedade apoiada na casa como elemento de transição, como criadora de urbanidade (OLIVEIRA; 2013. p.143).

Rybczynski (1996) nos fala sobre as características de vivência doméstica na Idade Média, onde os cômodos, muitas vezes únicos em uma morada, comportavam a vida de um grupo constituído não apenas por membros da família, mas de pessoas ligadas por servidão, aprendizes e etc. A constituição de família nuclear, onde os laços de parentesco que atribuem quem vai habitar o espaço, são conceitos advindos das transformações do século XVIII, que se afunilam com a industrialização até alcançarmos o conceito de moradias com setores, onde existem espaços distintos para cada uso, e o senso de intimidade é afirmado.

O mesmo autor nos apresenta a origem do termo conforto como hoje conhecemos, segundo ele, “confortável” adquiriu o sentido de bem-estar físico e de prazer, no século XVIII, e a partir de então esta palavra estava sempre ligada ao sentido de satisfação.

Muita coisa mudou desde a cabana medieval, e para Fernandes (1999. p.30), a habitação pode “documentar, em cada momento histórico, o sentido mais profundo em que determinada comunidade evoluiu”. Uma das expressivas mudanças na lógica do mercado das habitações, que exemplifica a habitação como documentação histórica, é que hoje a leitura das casas acontece através de números, já que o valor econômico é mais presente em nossa sociedade. “As casas medievais eram personificadas com nomes próprios, assim como espadas, sinos, canções” (RYBCZYNSHI. 1996. p.47).

Passamos ainda pelas máquinas de morar, com necessidade crescente de habitações e os esforços teóricos dos experimentos modernistas até chegamos às características que ainda hoje predominam em nossas construções, calcados na premissa de que a compreensão do sentido da habitação tenha se tornado mais clara no exercício projetual, a fim de que as cidades sejam mais convidativas e interligadas em função de dar aos seus habitantes espaços de vivência e de

convivência tem se tornado apenas discursiva por estarmos produzindo espaços em contramão a essas expectativas, e as habitações de hoje nos fornecem problemas que não são novos, porém estão em condições agravantes.

### **A Morada de hoje**

Pensar o habitar, hoje em dia requer uma aproximação sobre as alterações socioculturais com as relações entre o tempo e o espaço dando movimento a modificações na forma de uso, como as novas organizações familiares, ritmos de trabalho e de vida, relações interpessoais, e para Villà, J. (s.d.), quer dizer ir na contramão das produções mercadológicas das habitações atuais, que se mostram inadequadas com padrões genéricos e anacrônicos, não contemplando a diversidade das necessidades de ocupação, uso e organização que a sociedade hoje requer.

A todos nós interessa a questão da habitação: setores da sociedade como os legisladores, o poder público, pesquisadores, acadêmicos, proprietários, mercado imobiliário e diversos agentes sociais que fazem parte do conjunto necessário para validar o esforço do debate sobre o tema, pois apenas coletivamente é possível compreender a situação do patrimônio cultural que nossas habitações representam. Nesse conflito de interesses, podemos locar a exposição colocada por Pollack (1992. p.205), que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”, ainda Benjamin (1991) ao se debruçar sobre as questões de passado, presente e futuro, revalida a necessidade de diálogo, dizendo que “o passado não está definitivamente acabado, possui pontos de abertura para outros possíveis futuros”, é preciso então “atualizar o passado do presente para que esses futuros deixem de ser possibilidades”.

Uma das maiores emergências, com dados divulgados em 2016 pela Fundação João Pinheiro; Ministério das Cidades; Banco Interamericano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas, é o problema do Déficit Habitacional no Brasil, com apontamento de que mais de 6 milhões de famílias enfrentam esse problema. Em contramão a esse dado que ressalta a necessidade de novos espaços habitacionais, a especulação imobiliária, com enfoque nas últimas décadas, tem regido uma lógica que se reproduz por diversos locais, ocupando centralidades, destruindo composições de conjuntos históricos, expulsando populações tradicionais agindo em contrapartida as ações preservacionistas locais, e oferecendo novos espaços de morar, que prometem uma acessibilidade financeira em detrimento a qualidade espacial que oferecem, o resultado, muito antes de conseguir contribuir na resolução do déficit habitacional, é dar a cidade grandes lacunas de memória através de sua destruição parcial, além



de oferecer aos habitantes, o isolamento e falta de pertencimento que a ideia de lar institivamente ofereceria. “No interior do regime capitalista em que vivemos, a casa, a habitação, é uma mercadoria como não importa qual outra. É produzida tendo por objetivo a finalidade geral da produção capitalista, isto é, o lucro” (Karl Marx. Apud: FERRO 2006).

Assim colocamos nosso segundo narrador: Martín, personagem do filme chamado *Medianeras*, que narra a abertura do longa lançando seu olhar sobre a cidade, e sobre sua forma de viver e experimenta-la:

Buenos Aires cresce descontrolada e imperfeita. É uma cidade superpovoada em um país deserto. Uma cidade onde se erguem milhares e milhares de prédios sem nenhum critério. Ao lado de um muito alto, tem um muito baixo. Ao lado de um racionalista, tem um irracional. Ao lado de um em estilo francês, tem um sem estilo. Provavelmente estas irregularidades nos refletem perfeitamente, irregularidades estéticas e éticas. Esses prédios que se sucedem sem lógica, demonstram total falta de planejamento. Exatamente assim é a nossa vida, que construímos sem saber como queremos que fique... Vivemos como quem esta de passagem por Buenos Aires, somos os criadores da cultura do inquilino. Prédios menores para dar lugar a outros prédios, ainda menores...O que se pode esperar de uma cidade que dá as costas ao seu rio? É certeza que as separações e os divórcios, a violência familiar, o excesso de canais a cabo, a falta de comunicação, a falta de desejo, a apatia, a depressão...o estresse, o sedentarismo, são culpa dos arquitetos e incorporadores (MEDIANERAS. 2011)

A imagem que Martín vislumbra pode nos dizer muito sobre o ambiente em que vivemos, e a forma como nos afetamos por ele, poderia sua descrição nos ser apresentada sobre muitas cidades brasileiras, que ainda assim essa realidade nos seria comum. Além de explorar essa visão do conjunto urbano, as grandes paredes de alvenaria cega dos prédios, que não possuem nenhuma abertura para iluminação e ventilação, são alvos de crítica na produção, as chamadas *Medianeras*, são rasgadas por janelas clandestinas como desfecho da tentativa humana de destruir os ambientes doentios e solitários que as habitações representam. O filme ainda nos traz a agonia do narrador em viver em um apartamento no centro, que ele descreve como a “*tradicional caixa de sapatos*”, espaço que lhe afasta de seus vizinhos e o coloca em uma rotina claustrofóbica e doente, pela solidão e falta de pertencimento ao seu lugar.

A morada como abrigo, aconchego e proteção, não alcança o refúgio que produzimos e que vivenciamos em nossos espaços domésticos, esse narrador nos deixa então, a percepção da Cultura do inquilino, como ele mesmo descreve, e nos mostra nossa dificuldade de constituir relação com esses lugares, ou *não-lugares*, com as doenças e solidão que a falta de pertencimento e identidade nos causa.

### **A Morada como Patrimônio:**

O Brasil, assim como todas as cidades latino-americanas, possui uma jovem história ligada com depredações através das dificuldades frente as tentativas de preservação dinâmica, que acontecem de forma tardia e sempre em atraso com relação as depredações da especulação imobiliária, turismo descontrolado e ainda ao exercício planejados modernista, até as décadas de 1970/80. No início dos pensamentos preservacionistas (final do séc. XVIII na Europa e começo do séc. XX no Brasil) apenas as edificações excepcionais eram reconhecidas como Patrimônio Histórico. Peixoto (2004. p.184) nos lembra que o “jogo representacional e cênico dos processos de patrimonialização não se concretiza, sem exclusões, sem dominações, sem exuberâncias”.

O reconhecimento da morada do homem comum como Bem Cultural só começou a ser discutido de forma mais contundente na Carta de Veneza de 1964, que ressalta em seu 10º artigo que “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. Porem em meados do século XIX, Ruskin (2008) já colocava que é ao se tornarem memoriais ou monumentais, que os edificios civis e domésticos atingem uma perfeição verdadeira. O autor foi um dos primeiros teóricos a reconhecer a importância das residências na construção do patrimônio de uma cidade. Nesse momento Ruskin já ressalta que com relação aos edificios modestos, costuma sempre haver uma certa limitação para intensão desse tipo nos poderes e corações dos homens. Ele pontuou ainda seu desprezo aos homens que edificam seus lares, já intencionados a abandonarem este quanto suas possíveis ascensões sociais, e em sua visão, apenas com a mudança dessa postura, é que “poderemos ter aquela verdadeira arquitetura doméstica, que dá origem a todas as outras e não desdenha tratar com respeito e consideração a pequena habitação, tanto quanto a grande” (RUSKIN. 2008. P.59).

Assim não é insignificante a destruição do patrimônio, em destaque das habitações, e existem consequências. Para o autor: “as moradias devem durar por um período suficiente para que seus descendentes possam perceber como viveram, quem foram e onde ascenderam os seus antepassados” (RUSKIN 2008.p.67).

Muitas mudanças já ocorreram no campo de preservação, e os conceitos que antes se atentavam a materialidade e excepcionalidade das edificações icônicas, tem se tornado cada vez

mais um modelo vencido pela pluralidade das práticas culturais que possuem seu suporte na imaterialidade cultural, que encontram na materialidade mais um de seus suportes, e não apenas seu único representante. A cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo que nos mostra com clareza o conjunto entre passagem natural e intervenção do homem, a riqueza que uma cidade pode expressar em sua identidade urbana, foi em 2016 a primeira do mundo a ser reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial pela sua Paisagem Cultural. Junto com o mar e as montanhas, favelas cariocas históricas compõe essa paisagem.

Nesse vasto campo, o patrimônio da morada comum encontra seu caminho ao ter na narrativa preservacionista a abertura de seu espaço. Essa questão é presente em Choay (2006. p. 18) que nos esclarece que “refletir sobre o conceito de patrimônio -da consagração de monumentos históricos ao entendimento da cidade como patrimônio ambiental –é analisar sua amplitude e desdobramentos para identidade e memória de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”. Concordamos então com Sánchez (2008) que é imprescindível interpretar os valores do patrimônio modesto como emergentes de *processos* históricos sociais e materiais, em função de tratá-lo com ações que incluam as possibilidades de permanência ou desaparecimento, para alcançar caminhos que dignifiquem o passado, o presente e o futuro.

Assim chegamos ao nosso último narrador, que dessa vez não se trata de um personagem, e sim de um senhor que viveu experimentando as possibilidades artesanais que sua mente criativa lhe proporcionou, Gabriel Joaquim dos Santos, que viveu entre 1892 e 1985, era um trabalhador nas salinas, em São Pedro D’Aldeia, no estado do Rio de Janeiro, filho de uma índia e de um ex-escravo. Ele construiu sua casa, munido do saber fazer de técnicas tradicionais como a taipa e a utilização de madeira, e como o mesmo narrava, construiu a casa de cacos transformados em flor. A hoje reconhecida como Casa da Flor, inscrita no livro do tomo com aprovação da comissão do IPHAN em 2016, foi feita com mosaico de materiais recicláveis, e muito além da estética resultante ou da experimentação do conhecimento do valor das *coisas* e não de sua mera utilização como *objetos*, esse narrador nos ensina que pertencer a um lugar é compreendê-lo, moldá-lo, fazer parte dele recebendo e agregando identidade, assim um lar, uma habitação, pode ter mais a contar sobre a história de um lugar, de um povo, por mais modesto que este seja, que as grandes manifestações icônicas de arquitetura, sem retirar os méritos também destas.

## Conclusão

A identificação local por intermédio da relação memória–história conduz uma cidade à cidadania e não há preservação histórica sem pensar nessa condição de diversidade cultural; sendo que tratar bem a memória não se finda em vislumbrar uma peça, manifestação ou edificação seja de forma icônica ou modesta, mas é dar luz ao obscuro mundo da história perdida; possibilitando ao cidadão a chance de se identificar com o lugar onde mora; tornando a população mais politizada e comprometida, segura de si e coletivizados por um propósito em comum.

Atualmente, finalmente já se fala mais em meio ambiente cultural, fica como fundamental estabelecer empatia com a casa, e dar esforços ao exercício projetual que tenha como norte principal não a rentabilidade das construções habitacionais, mas a primordial função de lar que tal espaço deve constituir. E como recurso de fortificar a identidade e a relação com as cidades por intermédios dos habitantes e de suas casas, é necessário validar a discussão da importância do indivíduo na formação da memória coletiva das comunidades e grupos.

### **Bibliografia**

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras: Geografia, Porto, v. 14, n. 1, pp.19-39, jan. 1998.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BARATA FERNANDES, F. (1999). Transformações e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto: FAUP Publicações.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENJAMIM, Walter. In: KOTHE, Flávio (org.) Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991. Teses VI, XIV e XVIII.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Companhia das Letras, São Paulo; 1990: 1ª Ed. Le città invisibili, 1972. Tradutor: Diogo Mainardi. 100p.

CARTA DE VENEZA. Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos ICOMOS. Disponível:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>  
Acesso em: abril, 2017.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio.3. ed. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2006.

FERRO, Sergio. Arquitetura e trabalho livre. Organização de Pedro Fiori Arantes. São Paulo, Cosac Naify, 2006, p. 105-106.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice. 1990.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, [1960] 1999.

OLIVEIRA; Avelino. SEIXAS; Paulo Castro. FARIA; Luís Pinto. A Casa E As Suas Casas. Temáticas, Campinas, 21(42): 141-163, ago./dez. 2013.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. 2004. Revista Crítica de Ciências Sociais, 70, 183-204.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002)> Acesso: abril, 2017

SÁNCHEZ, Lorena Marina; OLIVERA, Mariana Fernández. Patrimônio modesto em movimento: Diálogos urbanos entre história social e arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 093.03, Vitruvius, fev. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/167>>.

RUSKIN, John. A Lâmpada da Memória/ John Ruskin; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 85p. 2008.

VILLÀ, J. (s.d.). Flexibilidade: exigência do habitat contemporâneo. <<http://www.arquitetura.ufmg.br/mom/coloquiom/comunicacoes/>>. Acesso: abril. 2017.

Casa da Flor em São Pedro da Aldeia é tombada pelo Iphan. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/795821/casa-da-flor-em-sao-pedro-da-aldeia-e-tombada-pelo-iphan>> Acesso em: abril, 2017.

Medianeras. Direção: Gustavo Taretto. Produção: Natacha Cervi. Hernán Musaluppi. Buenos Aires, Argentina. Distribuidora: Karma Films. 2011. DVD.

## Discussões sobre o projeto Lagoinha no centenário de Belo Horizonte

**Renata Lopes**

Licenciada em História

Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH

E-mail: renatalopespinto01@gmail.com

**Resumo:** Este texto objetiva apresentar, discutir e refletir algumas discussões acerca do Projeto Lagoinha, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte no período das comemorações do centenário de Belo Horizonte. O Projeto teve como objetivo principal realizar a requalificação integrada do bairro Lagoinha, com o intento de promover o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Como fontes utilizamos os jornais Estado de Minas e Hoje em Dia que repercutiram o programa durante a implementação, gestão e término projeto aqui estudado. Pôde-se verificar que o programa não foi executado da maneira como foi planejado.

**Palavras chave:** Centenário de Belo Horizonte. Projeto Lagoinha.

**Resumen:** Este texto objetiva presentar, discutir y reflexionar algunas discusiones acerca del Proyecto Lagoinha realizado por el Ayuntamiento de Belo Horizonte en el período de las conmemoraciones del centenario de Belo Horizonte. El proyecto tuvo como objetivo principal realizar la recalificación integrada del barrio Lagira, con el intento de promover su desarrollo económico, social y cultural. Como fuentes utilizamos los periódicos Estado de Minas y Hoy en día que repercutieron el programa durante la implementación, gestión y término proyecto aquí estudiado. Se pudo comprobar que el programa no se ejecutó de la forma en que fue planeado.

**Palabras clave:** Centenario de Belo Horizonte. Proyecto Lagoinha.

Ao percebermos a cidade como um todo, às vezes não compreendemos os detalhes que estão intrincados dentro do emaranhado de ruas, avenidas, vielas, becos e bairros. A maioria das histórias desses locais acompanham a própria história da cidade, dando voz aos acontecimentos, fatos, modificações, vivências, costumes, sociabilidades, religiosidades, festas entre outras coisas. Nesse sentido, o bairro Lagoinha de Belo Horizonte integra, a trama da cidade, fazendo parte desse enredo que, muitas vezes, passa despercebido no nosso dia a dia.

Diante disso, o bairro Lagoinha é parte significativa de Belo Horizonte visto que o mesmo existe mesmo antes da inauguração da cidade, abrigando nele grande parte da história da urbe. Situado na região pericentral, fora dos limites da Avenida do Contorno<sup>1</sup>, mas com certa proximidade ao centro, abrigou funcionários que trabalhavam na construção da nova Capital de Minas<sup>2</sup>. Participou ainda do abastecimento e distribuição de hortifrutigranjeiros para a urbe, foi estigmatizado como local de boemia, recebendo diversas intervenções viárias como a

---

<sup>1</sup> Avenida do Contorno era o limite entre centro e região periférica da cidade.

<sup>2</sup> Belo Horizonte foi construída para abrigar a nova capital do Estado de Minas Gerais, visto que Ouro Preto já não atendia os novos preceitos da república que se instalava no país. Por este motivo, a escolha de uma cidade construída em moldes modernos, higienistas e organizados. Sendo instituída a Comissão Construtora para a realização das obras (FREIRE 2009).

construção de viadutos, duplicação de vias, demolições, o transformando em local de passagem, sendo uma das principais ligações da cidade e a região norte. Foi taxado como marginalizado pelos belorizontinos e pela administração pública. A região acabou abrigando diversos problemas relacionados a moradores em situação de rua, usuários de drogas, especulação imobiliária, entre outros. Por este motivo, foi palco de algumas tentativas de revitalização, o que percebe-se pouco resultado visto a situação atual do bairro que permanece com os mesmos problemas.

Este texto tem por objetivo apresentar algumas discussões em torno do Projeto Lagoinha – Projeto Síntese do Centenário “de Belo Horizonte”- no período das comemorações do centenário de Belo Horizonte. O Projeto foi proposto em 1994, durante o mandato do prefeito Patrus Ananias (1993 – 1996), com o intuito de realizar uma reabilitação integrada do Bairro Lagoinha, para que o mesmo estivesse revitalizado até a efeméride. O programa foi realizado mediante parceria da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo composto por um corpo técnico que incluía arquitetos urbanistas, fotógrafos, engenheiros, sociólogos, entre outros especialistas que compuseram um plano de ação para desenvolvimento integral do bairro.

Nos quase sete e anos que antecederam a comemoração do aniversário de Belo Horizonte, pode-se verificar que os três prefeitos que estiveram à frente do município nesse período produziram obras significativas para a efeméride. Eduardo Azeredo (1990-1992) manteve o foco no que é chamado hoje de Circuito Praça da Liberdade e na criação do Conselho Municipal do Patrimônio, no intuito de tomar medidas de preservação de localidades e edificações de Belo Horizonte. Patrus Ananias (1993 – 1996) além do mencionado Projeto Lagoinha lançou o Orçamento Participativo e Célio de Castro (1997–2000 e 2001 – 2002) que apresentou o calendário das comemorações do centenário da cidade.

Voltando para a compreensão do programa, podemos observar que na primeira parte (introdução) do projeto escrita por José Maria Cançado<sup>3</sup>, existe uma fala saudosista e de pesar pelo modo que a Lagoinha foi tratada pelos belorizontinos e por seus moradores.

É enorme a dívida do poder público e da própria cidade com esta região que tem lhe alimentado o imaginário, o rumor popular e a vida cultural. A comemoração dos cem anos de Belo Horizonte é portanto a situação exemplar para se fazer esse gesto de reparação com relação à Lagoinha, recompondo ali

---

<sup>3</sup> José Maria Cançado, mineiro de Belo Horizonte, trabalhou nas redações do Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo, editor da revista de literatura Leia Livros, também em São Paulo e secretário-adjunto de Cultura de Belo Horizonte em 1993, no governo de Patrus Ananias.



as condições para o exercício da cidadania cultural e política no seu sentido mais exigente. (CANÇADO,1994)

Cançado refere-se à reparação da cidade em relação ao bairro, visto que, a Lagoinha sofreu diversas intervenções desde meados de 1935, fazendo com que ela ficasse presa dentro dela mesma, tornando-se um local de passagem degradado e marginalizado. Nessa perspectiva, o projeto previa a requalificação da região por meio de diversas ações que contemplavam desde aspectos físicos como a recuperação da fachada de imóveis como o resgate e manutenção de manifestações culturais e desenvolvimento econômico e social.

O PROJETO LAGOINHA é uma proposta de REABILITAÇÃO INTEGRADA, que procura tratar os diferentes problemas da região de forma articulada e simultânea. Como tal, entrelaçada ações de tipos variados, que vão de intervenções físicas a projetos culturais, passando por projetos afins de desenvolvimento urbano e social. (Projeto Lagoinha, 1994, n.p.)

O projeto era composto pelas seguintes vertentes: Programa de requalificação ambiental, que previa a recuperação de imóveis isolados, conjuntos urbanos, calçamentos, vias públicas, áreas de utilização coletiva e a requalificação da área de abrangência do bairro; Programa de revitalização econômica, que pretendia estimular a economia existente no bairro, baseada no fortalecimento e na assessoria dos comerciantes para melhor eficácia da promoção financeira. Além de traçar linhas para suporte ao desenvolvimento e diversificação das atividades; Programa de desenvolvimento urbano e social, por meio do qual se desejava construir um elo entre prefeitura e comunidade para incentivar a participação na tomada de decisões em relação às propostas dos programas arquitetônicos, econômicos e culturais.

De acordo com o texto do projeto, esses programas deveriam interagir entre si, para contemplar a reabilitação integrada, mediante a participação da comunidade durante a implementação do programa. Assim, traria novas perspectivas para a região que se encontrava com diversos problemas ligados exatamente ao que se propunha o Projeto Lagoinha. A participação da comunidade seria o seu diferencial, uma vez que, municipalidade e moradores trabalhando em conjunto os objetivos seriam atingidos com mais facilidade.

É necessário que o usuário, o morador do bairro, tenha voz em todas as etapas do trabalho, da concepção à elaboração do projeto, da execução da obra à gestão. O diálogo permanente com a população é pressuposto básico do PROJETO LAGOINHA, que a envolverá em todas suas etapas, da concepção à gestão, num processo de planejamento socialmente construído. (Projeto Lagoinha, 1994, n.p.)

Cumpramos ressaltar que para além das revitalizações acima citadas, estava prevista ainda a construção da alça do viaduto A sobre a Avenida Presidente Antônio Carlos, a construção de

uma passarela e a construção de terceira via para a avenida. Para se realizar essas obras houve cerca de quinze desapropriações de comércios situados às suas margens da referida avenida. Intencionava-se que essas ações melhorassem o tráfego na região e tornassem acesso à região norte da cidade facilitado.

As obras tiveram início em abril de 1994, com o objetivo de serem finalizadas em 1997, o ano do centenário de Belo Horizonte. No entanto, a execução do projeto não foi realizada como descrita inicialmente em suas páginas. A parte física que abrangia a construção do viaduto, duplicação da via e a reforma do Mercado da Lagoinha foram concluídas, mas a outra, que previa a (re) adequação econômica, ambiental e urbano/social pouco foram implementadas.

Para compreender o motivo pelo qual o Projeto Lagoinha não teve êxito em seu propósito, podemos questionar se os moradores aderiram ao projeto e quais eram os seus reais objetivos, realmente os coordenadores do projeto deram voz aos moradores? Para tais perguntas, no momento não há respostas, mas é possível refletir sobre as condições em que o projeto foi implementado e porque somente as obras físicas foram finalizadas. Destacamos que o programa é finalizado em 1997, e a nova gestão que assume a prefeitura da cidade não dá continuidade ao mesmo.

Durante o período em que o projeto foi executado os jornais da cidade cobriram grande parte dos acontecimentos, afinal, as obras eram para deixar Belo Horizonte e a Lagoinha com uma nova face e comemorar o seu aniversário com o bairro mais antigo da cidade reabilitado e integrado.

Os jornais Estado de Minas e Hoje em Dia, com grande circulação na época e ainda atualmente, repercutiram o andamento das obras, levantaram questionamentos dos moradores em torno das propostas do projeto. Nas reportagens analisadas, pôde-se evidentemente perceber a existência tanto de pontos de divergência e convergência entre as reportagens produzidas pelos dois jornais.

Na citação abaixo podemos verificar que houve a tentativa de criação de um escritório do Projeto dentro do bairro, com a intenção de se estabelecer vínculo entre moradores e o programa. No entanto, não se encontrou outros vestígios nas fontes de que realmente a implantação teria sido realizada com sucesso e que os moradores estariam participando através de associações ou individualmente às reuniões sobre o andamento, execução e gestão das obras.

A existência de um escritório técnico dentro da comunidade, que permite a criação de um vínculo afetivo com os moradores, é fundamental para que o

desenvolvimento do Projeto de Revitalização da Lagoinha. [...]. Para ela, o trabalho corpo-a-corpo é a melhor forma de unir a comunidade na ideia de preservação e fazê-la participar do processo. (PBH quer envolver... Hoje em dia, 18 jun 1997, n.p)

O Mercado da Lagoinha foi utilizado durante a década de 1950 como espaço reservado para compras gerais da região, ficou fechado por um longo período, mas durante a comemoração do centenário de Belo Horizonte ele passa a ser figura ativa como veremos a seguir. Conforme a reportagem de abril de 1994, época do lançamento do Projeto Lagoinha, o bairro é mencionado como arruinado e esquecido, em que as propostas de revitalização seriam a redenção para a região e para o Mercado.

A Lagoinha, um dos bairros mais tradicionais de Belo Horizonte, pode renascer das cinzas depois de anos de esquecimento. Com a proposta de restaurar o antigo Mercadinho Popular Municipal, conhecido popularmente como “Mercadinho”, a prefeitura deu o primeiro passo para um processo maior de revitalização dessa região (Mercadinho, primeira etapa... Estado de Minas – 18 abr 1994)

As duas reportagens que seguem abaixo datadas do início das obras e da reabertura do Mercado fazem emergir um novo local de sociabilidade entre os moradores, buscando ainda trazer novos frequentadores para a Lagoinha. A finalização das obras aponta o Mercado marco reafirmador da história do bairro, no entanto, o que se propôs inicialmente no Projeto e conforme os periódicos não se cumpriu. Atualmente o mercado encontra-se aberto sendo utilizado como centro cultural.

Antes mesmo das obras de restauração, que só serão iniciadas em outubro, o Mercado Popular da Lagoinha – conhecido como “Mercadinho” – reabre no próximo sábado, como local destinado às artes e à cultura, além de atender às suas características próprias. As novas atividades – que pretendem transformá-lo no foco do processo de revitalização da Lagoinha como bairro “Cult” – constarão de shows e eventos infâncio-juvenis. Também terão início os projetos da Secretaria Municipal de Abastecimento, com venda de hortifrutigranjeiros a preços mais baratos (ALVES, Washington, Mercado Popular... Estado de Minas 27 jul 1994, n.p.)

A revitalização do Mercado da Lagoinha, realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Abastecimento (Smab), representa um marco no campo da história do bairro e da capital mineira. O “mercadinho” foi reformado e no sábado, às 11h, a obra será inaugurada, com a presença do prefeito Patrus Ananias e do Secretário Municipal de Abastecimento, Múcio França. (Mercadinho revitaliza... Estado de Minas 25 dez 1996, n.p)

As reportagens coletadas geralmente trazem um breve histórico da “antiga” Lagoinha que era o reduto da boemia belorizontina, rememora a Praça Vaz de Melo, pessoas que

figuravam na cena pública do bairro como Maria Tomba Homem e Cintura Fina<sup>4</sup>, religiosidade para depois trazer a sua notícia.

O Bairro Lagoinha cheirava a urina, cachaça e sexo. Hoje fede a gases que os canos de descarga dos veículos despejam na região. É violento e vem amparando famílias de excluídos nos espaços modernos que administrações de Belo Horizonte tentam recuperar, implantando o complexo viário. Da boemia que se foi, ao moderno exacerbado, os representantes da época romântica do bairro lamentar a capacidade de destruição de uma região relegada. (GABRIEL, João, Sem Boemia... HOJE EM DIA 27 jul 1997, Caderno Minas, n.p)

Ainda, traziam em suas páginas entrevista do prefeito para demonstrar como a municipalidade via o andamento e as propostas feitas acerca da evolução das obras e referente ao centenário. Cabe ressaltar que a fala de Patrus, se assemelha ao que Cançado escreve na introdução do projeto, onde é levantado novamente o isolamento da região e seu esquecimento.

Para Patrus, além de representar grande impacto no trânsito da cidade, é um compromisso ético do seu governo “terminar mais uma obra inacabada”. Ele ressaltou que a obra propiciará o desbloqueamento da Lagoinha e bairros adjacentes. “A Lagoinha é uma região simbólica, do ponto de vista cultural, e foi penalizada durante muitos anos com o isolamento. Essa obra vai resgatar a história deste bairro e propiciar o crescimento das atividades econômicas na região”, declarou. (A Lagoinha... Estado de Minas, 26 set. 1995, Caderno Cidades, n.p.)

Sobre o questionamento feito acerca do real objetivo do projeto de requalificação integrada, não foram encontradas fontes que respondessem à tal dúvida. No entanto, ao ler as reportagens em que os moradores questionam as obras, reclamava-se frequentemente da falta de transporte público na região, relatava-se problemas de segurança e quais as interferências trariam benefícios para a cidade, mas pouco aos moradores, podemos inferir, que o Projeto Lagoinha pode ter sido implementado para diminuir o impacto negativo das obras realizadas na Avenida Antônio Carlos. Esta hipótese é levantada mediante os fatos relatados, os quais, as obras de maior visibilidade foram concluídas e as demais que contemplavam as áreas culturais, econômicas e sociais não tiveram um fim conforme previsto.

Ressalto que a pesquisa ainda não foi concluída, cabendo análise de outras fontes como: de impressos como revistas, folhetins e jornais oficiais, entrevistas com moradores, frequentadores, passantes, documentos administrativos e projetos de revitalização para o Bairro Lagoinha posteriores a 1997.

## Referências Bibliográficas

---

<sup>4</sup> Cintura Fina era uma travesti e Maria Tomba Homem uma prostituta que faziam ponto no Bairro Lagoinha, figuras que estavam sempre presente na região e no imaginário da cidade.

A Lagoinha não será a mesma, diz Patrus. Estado de Minas, 26 set. 1995, n.p.

ALVES, Washington, Mercado Popular da Lagoinha reabre no sábado, Estado de Minas 27 jul 1994, n.p.

GABRIEL, João, Sem Boemia, a Lagoinha vai se acabando HOJE EM DIA 27 jul 1997, Caderno Minas, n.p.

Mercadinho revitaliza a história, Estado de Minas 25 dez 1996, n.p.

Mercadinho, primeira etapa para revitalização da Lagoinha. Estado de Minas, 18 abr 1994, n.p.

PBH quer envolver morador para revitalizar a Lagoinha, Hoje em Dia, 18 Jun 1997, n.p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Projeto Lagoinha O Projeto – Síntese do Centenário. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: Belo Horizonte, 1994.

AGUIAR, Tito Flávio. Vastos subúrbios da nova capital: Formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006 Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A Propaganda Institucional no Centenário de Belo Horizonte, 1999.

ALBUQUERQUE, Jakeline Lins Guimarães de. A Propaganda Institucional no Centenário de Belo Horizonte, 1999.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. Tudo que e Solido Se Desmancha no Ar. 1ª reimpressão.— São Paulo, Schwarcz, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, Ano XI, 1991, Nº 34, p. 8-15.

CERTEAU, Michel . A invenção do cotidiano. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1998.

CONNERTON, Paul. Como as sociedades se recordam, Oireiras, Ed. Celta, 1999.

FOCAULT, Michel . Sexualidade, corpo e direito São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

FREIRE, Cíntia M. Pela. Cotidiano, memória e identidade: O bairro Lagoinha na voz de seus moradores, 2009. Dissertação (mestrado em ciências sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

FREIRE, Cíntia M. Pela. Do outro lado da linha do trem: história e intervenções no bairro Lagoinha.

- GOFF, Le Jacques. História e Memória. São Paulo, Ed Unicamp, 1990.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: Entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- JAYME E TREVISAN. Intervenções Urbanas Usos e Ocupações de Espaços na Região Central de Belo Horizonte.
- LAUENTE, Rafael Saraiva. O jornal Impresso Como Fonte de Pesquisa.
- LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, n.d.
- LEFEBRE, Henri. O Direito a Cidade. 5ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo, Centauro, 2001.
- LEITE, Rogério Proença. Contra Usos e Espaço Público.
- LOURDES, Maria de. Reabilitação urbana numa cidade moderna Lagoinha em Belo Horizonte.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos.
- MUNAIER, Felipe Carneiro. As transformações na cidade de Belo Horizonte e a pedra dos lugares. 2014. Dissertação (mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. São Paulo, 1993.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2ª edição 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.
- PIRANI, Denise. Lagoinha - Bonfim: seus corpos, seus corpos, seus caminhos tortos.
- SALGADO, Nayara. A Pedra não para: Um estudo sobre a cracolândia na cidade de Belo Horizonte. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.268-293, jan./jun. 2013.
- SILVA, R.; FRANÇA, V.; Belo Horizonte fez 100 anos, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.
- SILVEIRA, Brenda. Lagoinha a cidade encantada. Belo Horizonte: Edição da autora, 2005.
- ULTRAMARI, Clovis. Grandes Projetos Urbanos no Brasil: Conceitos Contextualização e Discussão.
- VAINFAS Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da história. 5ª edição Rio de Janeiro: Campus, 1997.

## O mercado municipal do bairro Campinas em Goiânia nos laços da memória

**Adriana Mara Vaz de Oliveira**

Profª Drª Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade

Universidade Federal de Goiás

E-mail: amvoliveira@uol.com.br

**Daniele Severino de Souza Godinho**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Projeto e Cidade

Universidade Federal de Goiás

E-mail: daniele.arquiteta@gmail.com

**Resumo:** Campinas era um povoado antes de Goiânia e foi escolhido como local para acolher a construção da nova cidade. A paisagem, transformada com a dinâmica gerada pela construção da nova capital nos anos de 1930, tornou-se convidativa ao aumento de estabelecimentos comerciais daquele pequeno núcleo urbano. A incorporação, na condição de bairro, a Goiânia, a nova cidade, trouxe significativas modificações no cenário urbano campineiro, atribuindo-lhe complexidade e diversidade. Ao longo dos anos, as residências foram cedendo lugar ao comércio e, na década de 1950, é construído um mercado que abasteceria os campineiros e as regiões limítrofes. O mercado não ofuscou o comércio de rua, mas se tornou uma referência importante para o bairro e a cidade. Este artigo apresenta, por meio da história oral e de registros fotográficos, o Mercado de Campinas, que existe até os dias de hoje.

**Palavras chave:** Bairro Campinas; Mercado de Campinas; Comércio; História Oral; Memória.

**Abstract:** Campinas was a village before Goiânia and was chosen as the site to host the construction of the new city. The transformed landscape, due to the dynamics generated by the construction of the new capital in the 1930s, became inviting to the increase of commercial establishments of that small urban nucleus. The incorporation to the new city, Goiânia, becoming a neighborhood, brought significant modifications in the rural landscape, making it complex and diverse. Over the years, the homes were giving way to trade and in the 1950s, a market was built that would supply Campinas and neighboring regions. The market did not overshadow the street trade, but it has become an important reference for the neighborhood and the city. This article presents, through oral history and photographic records, the Campinas Market, which exists to this day.

**Keywords:** Neighborhood Campinas; Market of Campinas; Trade; Oral History; Memory.

### Memória Coletiva e História Oral

Le Goff (1990) diz que o registro das memórias é primordial para o entendimento dos processos que ocorrem ao longo da história e nos espaços habitados por grupos e também como fato em si. As memórias é que dão sentido aos lugares e auxiliam na compreensão de sua existência.

Pollak (1992) concebe a memória como um fenômeno construído e a divide genericamente em dois grupos: a oficial e a não oficial. A memória oficial é aquela construída pelas classes dominantes e posteriormente registrada em fontes oficiais e livros. A não oficial quase sempre é construída pela classe dominada e se perde ao longo do tempo. Para Pollak



(1989, p. 9), a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Em um ensaio de 1992, intitulado "Memória e identidade social", Pollak apresenta três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos – pessoalmente ou “vividos por tabela”; as pessoas e os personagens; os lugares. A memória, portanto, é o resultado do contato, direto ou indireto, do sujeito com fatos concretos ou não. Por isso, Pollak alerta para a necessidade de cuidado na apreensão dos relatos de memória, porque não há como separar a memória individual da coletiva (apud HALBWACHS, 2006, p. 39):

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum.

A presença física de uma pessoa não é necessária na transmissão de suas lembranças. Partilhar momentos, por meio da memória, permite o acesso a um evento que a torne presente. Afinal, como refere Halbwachs (2006, p. 30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

Recuperar a memória de um lugar significa encontrar pessoas que tenham ali compartilhado acontecimentos. A meta é reter a memória individual das pessoas e colocá-las em contraposição, visto que se inserem nas lembranças dos grupos que as compõem.

A história oral eterniza o presente, como explica Alberti (2013, p. 30):

A entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. nos dias atuais, em que é mais fácil dar-se um telefonema, passar um e-mail, ou viajar rapidamente de um lugar para outro, muitas informações são trocadas prescindindo-se da forma escrita (ou então, no caso da troca de e-mails, deixando-se de preservá-los) – informações inéditas que podem ser resgatadas durante uma entrevista de história oral e confrontadas com outros documentos escritos e/ou orais.

Conforme a mesma autora, a história oral não busca ineditismo em suas informações e nem mesmo serve para preencher os vazios dos arquivos de documentos escritos ou iconográficos. A história oral contribui para o estabelecimento de “uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2013, p. 31). Isso significa que não se pode desvincular

a história oral da biografia e memória. Além disso, o processo de recordar acontecimentos e impressões é variável de pessoa para pessoa, “conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado” (ALBERTI, 2013, p. 31).

Assim, recorrendo aos conceitos de memória coletiva e história oral, procurou-se levantar lembranças de entrevistados sobre o Mercado de Campinas, assim como de documentos oficiais. O objetivo é comparar a memória presente nesses documentos com aquelas construídas pelos comerciantes do Mercado.

### **O Mercado De Campinas: entre os documentos e depoimentos**

O povoado de Campinas já existia antes de Goiânia e foi escolhido como local para acolher a construção da nova cidade. A paisagem, transformada com a dinâmica gerada pela construção da nova capital nos anos de 1930, tornou-se convidativa ao aumento de estabelecimentos comerciais daquele pequeno núcleo urbano. A incorporação à nova cidade, Goiânia, tornando-se bairro, trouxe significativas modificações no cenário urbano campineiro e lhe agregou complexidade e diversidade. Ao longo dos anos, as residências foram cedendo lugar ao comércio, e na década de 1950 constrói-se um mercado que abasteceria os campineiros e as regiões limítrofes.

A nova capital teve o seu primeiro mercado antes mesmo da construção do Mercado de Campinas. Localizado no Setor Central, foi erigido em setembro de 1938 e inaugurado no final de 1941 (Figura 1). Este mercado foi de muita utilidade para a população local, visto que oferecia hortifrúti, carnes e outros produtos (OLIVEIRA, 2015). Goiânia, como cidade moderna, não poderia renunciar a tal equipamento, pois os mercados integravam-se na urbanidade desejada, como afirma Silva (2015, p. 2):

Devido a novas exigências de higiene e ao crescimento demográfico das cidades, privilegia-se a construção de mercados isolados das ruas, edifícios propriamente construídos para este fim. O edifício de mercado não é uma invenção do século XIX, a novidade é a consolidação do mercado como equipamento, integrante de uma rede e atrelado a um conceito mais amplo de urbanidade. Os mercados passam a ser pensados de forma a otimizarem as relações de consumo e agregando padrões de conforto inéditos até então.



**Figura 1** - Vista aérea do Mercado Central de Goiânia e área interna do Mercado Central em 1950.  
**Fonte:** OLIVEIRA (2008, p. 141, 137)

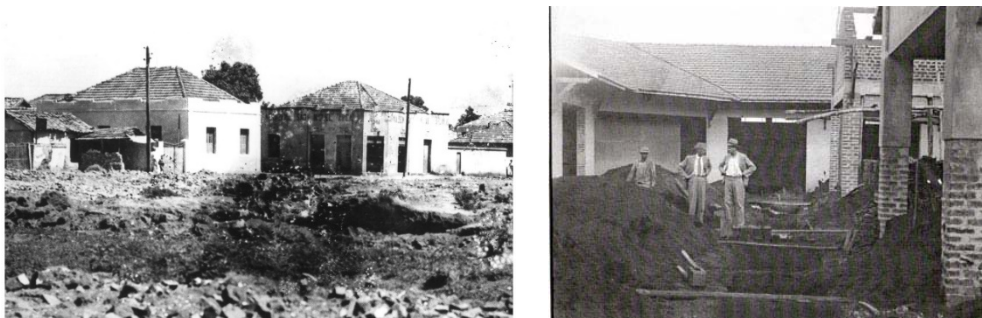
As construções de mercados para distribuição e comercialização de mercadorias espalharam-se por Goiânia na proporção em que a cidade crescia. Nos anos seguintes à inauguração do mercado central surgiram os mercados da Vila Nova, na região leste, do Pedro Ludovico, na região sul, e o de Campinas, a oeste do centro da nova capital.

O Mercado de Campinas encontra-se no bairro Campinas em Goiânia e ocupa uma área de quase meia quadra, entre as avenidas São Paulo, Benjamin Constant e Honestino Guimarães (Figura 2). Localiza-se próximo ao centro do bairro e distante aproximadamente 4,1 quilômetros do Setor Central.

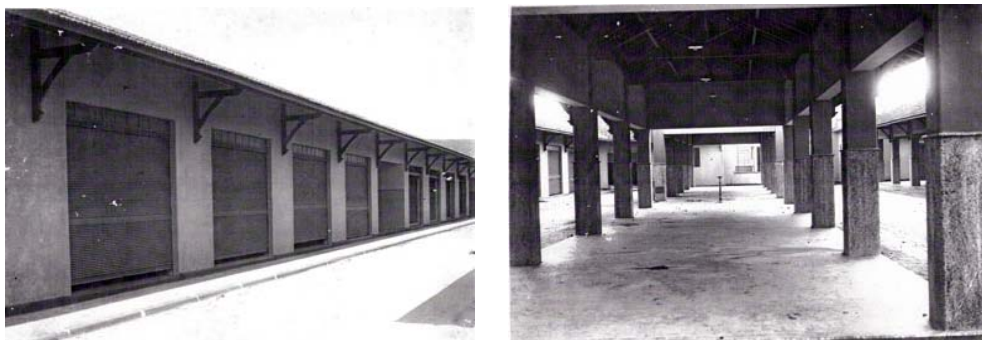


**Figura 2** - Núcleos pioneiros de Campinas e Goiânia, com demarcação do perímetro atual de Campinas e localização do Mercado de Campinas. **Fonte:** SEPLAM (2010), com intervenção gráfica da autora.

Várias casas existentes foram demolidas para abrir espaço para a construção do mercado de bairro. Era o velho cedendo lugar ao novo. As casas de adobe e pau a pique foram substituídas pelo tijolo e concreto (Figura 3). O *Jornal Cidade Campinas* (2010) traz em sua reportagem intitulada “Mercado Municipal de Campinas” que este foi construído em 1954 e inaugurado em 1955, durante a administração do então prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges. Tal informação foi ratificada pelos depoimentos e fotos (Figuras 4, 5, 6). A modernidade introduzida em Goiânia espalhava-se pelos lugares ocupados anteriormente, como era o caso do bairro de Campinas.



**Figuras 3 e 4** - Casas sendo demolidas para dar início à construção do mercado. Construção do Mercado de Campinas em 1954. **Fontes:** Acervo pessoal do fotógrafo Hélio Oliveira; MERCADO DE CAMPINAS (2017).



**Figuras 5 e 6** - Exterior e interior do Mercado de Campinas em 1954. **Fonte:** MERCADO DE CAMPINAS (2017).

A reportagem ainda diz que o Mercado de Campinas foi construído para atender aos moradores do bairro de Campinas e também dos bairros adjacentes, com o fornecimento de carnes, secos e molhados, mercearias e hortifrúti, como exemplifica um anúncio de um periódico de 1959 (Figura 7). Como ainda não existiam supermercados, o mercado de bairro



exercia essa função de abastecimento diversificado. Tudo que era necessário para o suprimento do dia a dia das famílias era encontrado ali.



**Figura 7** - Propaganda do Armazém "Brasil". Fonte: *Jornal Voz do Caminho*, 1959.

A configuração formal do Mercado Central e do Mercado de Campinas é muito semelhante (Figuras 1, 5 e 6), assim como os produtos neles comercializados e a disposição em seu interior.

As informações sobre o funcionamento do mercado e os produtos ali comercializados foram reafirmadas nas entrevistas com os comerciantes do lugar. Os entrevistados mencionaram como se dava a distribuição das lojas no espaço físico do mercado, no final da década de 1950 e início de 1960. Relataram que as bancas de frutas e verduras ficavam na parte central do mercado, onde havia uma cobertura (Figura 6). As mercearias tinham as portas voltadas para a rua e para a parte interna. Todos se lembraram de japoneses e sírios como comerciantes estrangeiros que eram permissionários, conforme o depoimento que segue:

Cada porta, certa de 40 portas, eram mercearias, vendia arroz, feijão, cereais, comestíveis... O mercado não era uma construção só, era um quadrilátero assim, uma volta, aberto no meio, mas com a cobertura no meio [...] E no centro vendia verdura, os japoneses vendiam verduras. Os sírios vendiam diversos produtos nas mercearias. (OLIVEIRA, 2016).

Conforme o *site* do Mercado de Campinas, a entrega da primeira chave das salas se deu no dia 1º de janeiro de 1955. A maior quantidade de concessões de autorização de uso das salas ocorreu em março daquele ano. Somente no dia 4 foram 21 e, no decorrer do mês, 43 concessões. Os comerciantes que receberam as chaves tornaram-se então permissionários. Segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia (SEDETEC) de 2004, o administrador do Mercado de Campinas, Sr. Elpidio da Silva Toledo, apresentou levantamento feito dos primeiros permissionários, no ano de 1955.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Foram os seguintes: Clara Rodrigues de Almeida, Takeziro Iqueda, Issamu Takamashi, Kiyohisa Araki, Joaquim Umbelino Gomes, Ayrton Portes Oliveira, Waltrudes Cunha, José Emidio Ferreira, Manoel Pereira Machado,

As décadas se passaram e, com a instalação de grandes supermercados na cidade, o Mercado de Campinas precisou se adaptar às novas condições impostas pela concorrência. Grande parte dos permissionários, para garantir a sobrevivência, viu-se obrigada a trocar os produtos que comercializavam por outros. Muitos dos produtos deixaram de ser vendidos, como os hortifrúteis, para dar lugar a outros, para funcionamento de restaurantes etc.

A reportagem intitulada “Reforma resgata originalidade” do jornal *O Popular* (2006) ratifica que, no final da década de oitenta, o modo de consumo da população passou por mudanças e os mercados que existiam na capital goiana entraram em decadência. Disso resultou a ideia de revitalização do mercado em 2007 (Figuras 8, 9, 10, 11 e 12), com o objetivo de contemplar elementos da cultura regional, como produtos de alimentação e artesanato, para desse modo inserir o mercado na rota turística e aquecer o comércio de abastecimento.



**Figuras 8 e 9** - Mercadorias que eram oferecidas no mercado: especiarias, fumo, chapéu de palha. Parte da fachada e o acesso principal ao mercado, que também tinham algumas lojas na parte externa. **Fonte:** *O Popular*, 6 jun. 2001; 9 jul. 2006.

---

Antonio Carlos da Silva, Henrique Kunert, Manoel Antonio de Souza, Lindolfo Branquinho de Oliveira, Rafael Bareano, Jorge Ferreira, Ernest George Kanzog, Mário Vicente Moura, Jemina Batista Soares, José Ferreira de Mello, José Bento Vargas, Manoel Honório Caetano, Sebastião Marques Abreu, Olimpio Pereira Santos, Clotildes Silva Mendonça, José Inácio Carneiro, Jean Mercier, Yoshio Matsui, Otokichi Kaiji, Geraldo Femaqui Oliveira, Agenor Carmo Morais, Otávio Afonso de Rezende, Josefa Veronkoff, Clemente Retour, José Ferreira dos Santos Filho, Joaquim Jose Rafael, Josias Batista Lelis, Itamar Pinheiro de Souza, Sebastião Pires de Oliveira, Lourival Borges do Nascimento, Walfredo Antunes de Oliveira, Hideo Araki, Jesuina Tavares Pinheiro, Theophilo de Oliveira Netto, José Custódio, Ovídio Rosa D Oliviera, Joaquim de Souza Oliveira, Antonio Duarte e Moacir Morato (os três últimos ainda estão presentes no Mercado de Campinas).



**Figura 10** - Imagem aérea do mercado antes da revitalização. Fonte: *O Popular*, 15 jun. 2006.



**Figuras 11 e 12** - Mercado de Campinas antes e após revitalização. Fonte: Godinho (acervo pessoal), 2016, 2017.

Em 2008, o Mercado de Campinas contava com 73 permissionários (Figura 13), que ofereciam produtos alimentícios, como carnes, além de calçados e bolsas, confecções para crianças e adultos, malharias, artesanatos, mercearias, utilidades domésticas, tabacarias, ervas e produtos naturais, bem como serviços de consertos, utilidades variadas e uma casa lotérica. A planta baixa do Mercado (Figura 13) possibilita observar que a parte central, onde eram comercializados os produtos hortifrúteis, teve seu projeto completamente alterado, dando lugar a novas salas, visto que esse tipo de produto não seria mais comercializado no mercado.





**Figura 13** - Planta baixa do mercado com localização das 73 lojas após revitalização em 2008.

Fonte: SEPLAM (2010), com intervenção das autoras.

Após a revitalização, finalizada em 2008, o Mercado passou a ser um ponto de referência para quem se desloca até o Setor Campinas, atendendo a toda a cidade e não mais somente aos bairros próximos. O projeto trouxe um melhoramento das instalações físicas, das fachadas e do interior para os comerciantes e para os clientes. Por conseguinte, isso proporcionou um aumento na procura por produtos.

Ademais, observa-se a fidelidade dos clientes. Há casos de comerciantes que já estão atendendo à terceira geração de uma mesma família, como afirma um comerciante:

[...] já tem 8 anos né, que ele foi reformado. Então aí que veio essa reforma e assim ficou bonito, todo mundo elogiou, melhorou muito para esses comerciantes que já estavam aqui, mudou a vida deles por inteiro. E, assim, hoje os mercados são referência. Você vê, o Mercado de Campinas ele é uma referência porque a pessoa fala assim: "Ah eu vou em Campinas!" "Mas você vai aonde?" "Vou lá numa loja!" "Que loja?" "Ela é perto do mercado, você

sabe o mercado?" "Sei, o mercado! [...]". E como já somos tradição aqui em Campinas, hoje o meu cliente já é maioria a terceira geração. (NASCIMENTO, 2016).

### **Considerações finais**

As entrevistas realizadas com os comerciantes permissionários do Mercado de Campinas, as imagens e as reportagens de jornais que o retratam mostram que o lugar passou, ao longo das décadas, por algumas mudanças, tanto no que diz ao que era comercializado como também no que se refere às características físicas. O mercado é um lugar de troca, de circulação, e é isso que mantém sua função viva.

Com o surgimento de grandes hipermercados na capital, houve mudanças nos produtos que eram comercializados no mercado, para tentar driblar a concorrência. Produtos como secos e molhados, além de hortifrúteis, passaram a dar lugar a produtos típicos, tais como: raízes, doces, conservas. Restaurantes e lanchonetes também ganharam lugar no mercado, para atender e dar comodidade aos clientes, às vezes vindos de longe, que passam ali o dia fazendo compras.

Os depoimentos orais auxiliam a entender como eram a rotina e a distribuição das atividades no mercado, além de suas características físicas. Ficou evidente que, após a revitalização, o Mercado de Campinas tornou-se um marco para quem transita pelo Setor para fazer compras e uma parada obrigatória para um lanche ou almoço. Mas, acima de tudo, com os depoimentos recupera-se a memória do bairro. A estrutura física e as alterações de seus produtos não diminuem a importância do Mercado como referência afetiva ao bairro. É um lugar que resiste às mudanças tão violentas do mundo contemporâneo.

### **Referências:**

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- JORNAL CIDADE CAMPINAS, 8 jul. 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MERCADO DE CAMPINAS. História sobre o Mercado de Campinas. Disponível em: <<http://www.mercadodecampinas.com.br/site/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- NASCIMENTO, Carlos Inácio do. Entrevista concedida a Daniele Severino de Souza Godinho. Goiânia, dez. 2016. Cassetes sonoras.

O POPULAR. Goiânia, 9 jul. 2006.

OLIVEIRA, Hélio de. *Eu vi Goiânia crescer: décadas de 50 e 60*. Goiânia: Ed. do Autor, 2008.

OLIVEIRA, Irina Alencar de. *Avenida Goiás: lugar, monumento e memória*. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Joaquim de Souza. Entrevista concedida a Daniele Severino de Souza Godinho. Goiânia, dez. 2016. Cassetes sonoros.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTOS, Oswaldo Dionísio dos. Entrevista concedida a Daniele Severino de Souza Godinho. Goiânia, dez. 2016. Cassetes sonoros.

SILVA, Diego Vernille da. *Mercados municipais de São Paulo: equipamentos essenciais ou excentricidade urbana?* In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR: ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS, 16., 2015, Belo Horizonte, Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2015. Disponível em: <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=634](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=634)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

VOZ DO CAMINHO. Goiânia, jun. 1959. p. 3.

### **Acervos**

GODINHO, Daniele Severino de Souza. *Imagens*. Goiânia, 2016, 2017.

OLIVEIRA, Hélio. *Imagens*. Goiânia, 2016.

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento. Goiânia, 2017.

## A Construção da Memória: a formação dos "arquivos-futuros" através dos impressos da Comissão Construtora

**Guilherme Augusto Guglielmelli Silveira**

E-mail: guilhermegusilveira@gmail.com

**Resumo:** Este artigo pretende expor a relação entre o projeto editorial do Álbum de Vistas Locaes, patrocinado pela Comissão Construtora da Nova Capital, no ano de 1895, e a perpetuação da memória de Belo Horizonte, especialmente durante os anos que contemplaram sua edificação.

**Palavras-chave:** Fotografia; História; Memória; Belo Horizonte.

**Abstract:** This article intends to expose the relationship between the editorial project of the Album de Vistas Locaes, sponsored by the New Capital Construction Commission in 1895, and the perpetuation of the memory of Belo Horizonte, especially during the years that contemplated its construction.

**Keywords:** Photography; History; Memory; Belo Horizonte.

Através da busca da inteligibilidade das funções e usos da fotografia, durante o final do século XIX, este estudo pretende alcançar o conhecimento sobre as intenções que permearam a concepção e publicação do Álbum de Vistas Locaes, da Comissão Construtora da Nova Capital<sup>1</sup>. Revelar os motivos que fizeram o governo de Minas Gerais, no ano de 1895, dar início a um projeto editorial único no Brasil, é o propósito central e mister dentro dos objetivos da presente pesquisa. Para tal, iniciaremos uma breve historicização dos fatos e eventos que tocaram e fizeram parte da criação do Álbum da CCNC.

O contrato de firmado entre o fotógrafo Erhard Brand e a Comissão Construtora data de 29 de abril de 1895. Nele, foi acordado o serviço de organização de um álbum fotográfico contendo 25 (vinte e cinco) imagens do antigo Arraial de Belo Horizonte e dos projetos arquitetônicos para a nova capital. Também foi estabelecido a impressão de 5 mil exemplares do mesmo álbum que deveria receber o nome de “Album de Vistas Locaes e das Obras Projetadas para a Edificação da Nova Cidade<sup>2</sup>”. Ao fotógrafo, a Comissão Construtora deu o prazo de 80 (oitenta) dias para a entrega de todos os 25 (vinte e cinco) positivos que iriam compor o impresso.

---

<sup>1</sup> Grupo chefiado por Aarão Reis e formado por engenheiros, arquitetos, artistas e técnicos de todas as áreas que foram responsáveis pela edificação da Cidade de Minas, atual cidade de Belo Horizonte/MG. A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi criada no ano de 1894 e, oficialmente, extinta no dia da inauguração da cidade. Entretanto, após 1897, alguns de seus integrantes continuaram a trabalhar em importantes obras que não foram concluídas pela instituição dentro do prazo estipulado pelo governador Bias Fortes.

<sup>2</sup> Contrato celebrado entre a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e o fotógrafo Ehrhard Brand, 29/04/1895. APCBH.

É importante salientar que Erhard Brand não produziu todas as imagens contidas no álbum. Ficaria a cargo dele eleger algumas fotografias de vistas do antigo arraial, valendo-se assim do acervo pictórico já fornecido pelo próprio Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora. As imagens de sua autoria seriam aquelas que registraram os projetos e plantas arquitetônicas das edificações da Cidade de Minas. Inclusive, a historiografia sobre o tema aponta para a existência de outro álbum, intitulado Lauro Jacques, anterior ao feito por Brand, que ainda poderia ter servido de “boneca” para a confecção do álbum de vistas<sup>3</sup> aqui analisado.

No que toca os conhecimentos biográficos do fotógrafo Erhard Brand sabemos que ele se radicou na cidade de Juiz de Fora desde 1889 e, provavelmente, se naturalizou brasileiro neste mesmo ano, através do Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro<sup>4</sup>. Ele não se apresentava apenas como fotógrafo, mas também como gráfico e como produtor de fototípia, como mostra seus anúncios no Almanaque de Juiz de Fora<sup>5</sup> e no O Pharol<sup>6</sup>, jornal de maior circulação naquela cidade e um dos mais importantes periódicos de Minas Gerais no final do século XIX. Dentre os serviços fotográficos oferecidos por Erhard Brand e que foram divulgados na mídia local estavam os clássicos da época: o carte de visite e o carte de gabinete<sup>7</sup>. Sabe-se ainda que o fotógrafo atendia seus clientes em dois estabelecimentos comerciais, sendo o primeiro situado na Rua Imperatriz e o segundo na Rua Quinze de Novembro, ambos na cidade de Juiz de Fora. Embora tenha trabalhado para a Comissão Construtora da Nova Capital, Brand nunca se estabeleceu profissionalmente na cidade.

Após esta breve apresentação do “Album de Vistas Locaes e das Obras Projetadas para a Edificação da Nova Cidade” e de seu autor, o fotógrafo Erhard Brand, vamos aqui adentrar as especificidades acerca do papel da fotografia na construção das narrativas de memória. Posteriormente, iremos ainda analisar como o álbum patrocinado pela Comissão Construtora exerceu a função de criar uma versão oficial para tudo aquilo que contemplou a edificação da Cidade de Minas, tanto no âmbito político, quanto no âmbito social.

---

<sup>3</sup> ARRUDA, Rogério Pereira. Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. 2013. Pág. 216

<sup>4</sup><http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>5</sup> KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: Fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. Pág. 89

<sup>6</sup> ARRUDA, Rogério Pereira. Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. 2013. Pág. 217

<sup>7</sup> KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: Fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. Pág. 89

A fotografia, durante todo o século XIX, foi interpretada como “duplo do real<sup>8</sup>” pelo seu caráter mecânico e seu automatismo, características essas indissociáveis à prática fotográfica. Vista muitas vezes como uma máquina de memória<sup>9</sup>, a câmera fotográfica era interpretada como um instrumento que registra sem permitir nenhuma interferência humana. Assim, seria sempre reveladora da verdade tal qual esta se apresentava ao mundo. Sua capacidade de produzir imagens mimeticamente idênticas corroborou para a defesa da fotografia como testemunho fidedigno e de altíssimo valor fiduciário. Por estas características, a fotografia oitocentista era, antes de tudo, um documento<sup>10</sup> de grande confiabilidade.

Sendo propriedades intrínsecas desta forma imagética de documento histórico, a imanência e a transcendência foram extremamente responsáveis por dar à fotografia seu atestado de registro e rastro do passado. Primeiramente, pela questão da simbiose entre imagem fotográfica e o seu referente que gera uma relação de indissociabilidade entre esses dois itens. Como disse Roland Barthes, em *A Câmara Clara*, o “referente adere”<sup>11</sup> à fotografia e se torna indistinguível dela por ser sempre a primeira coisa que se vê neste tipo de representação pictórica. Logo, a imanência faz com que coisa e imagem se tornem quase irmãs siamesas dentro desta prática de reprodução do mundo. Em segundo lugar, a fotografia perdura como documento, pois guarda por muito anos aquilo que é o registrado por suas lentes objetivas. Sendo corretamente manuseadas e arquivadas, as fotografias podem se manter nítidas por longa data, preservando com bastante precisão e riqueza de detalhes as características dos objetos registrados, transcendendo assim as questões do tempo e indo muito além do momento em que a imagem fotográfica foi produzida.

No que toca a relação entre fotografia e instituições políticas, podemos colocar a imagem fotográfica como instrumento ideológico capaz de criar um tipo de poder simbólico que auxilia os detentores do aparelho de estado a legitimar sua dominação sobre seu governados<sup>12</sup>. Dentro desta perspectiva, a fotografia deve ser vista como uma mídia que serve às instituições de poder para formar uma visão de mundo a respeito das políticas promovidas pelos estados. A sua grande capacidade de comunicação através do tempo faz da fotografia uma

---

<sup>8</sup> DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. 2012. Pág 27

<sup>9</sup> Idem. Pág. 316

<sup>10</sup> ROUILLÉ, André. *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. 2009. Pág. 61

<sup>11</sup> BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Pág. 15

<sup>12</sup> MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica*. Pág. 13

ferramenta bastante eficaz na tarefa de persuadir os indivíduos pertencentes às comunidades políticas.

Pelo Álbum de Vistas Locaes, por nós aqui analisado, ter sido produzido pela iniciativa pública, ele teria que contribuir para a construção de uma memória positiva sobre o projeto da nova capital mineira e para uma duradoura legitimação das ações daquele estado que teve como prática a criação de inúmeros monumentos arquitetônicos durante a última década do século XIX. A temática das fotografias contidas no álbum da CCNC deveria sempre atestar o caráter progressista e moderno da Cidade de Minas para exaltar, por sua vez, a grandiosidade do evento histórico narrado e para a eterna comemoração daqueles feitos notáveis da urbanização e arquitetura brasileira empreendida pela República do Brasil.

Através da formação de uma narrativa visual, o governo republicano de Minas pretendeu construir uma memória oficial dos anos que compreenderam a edificação da nova capital. A fotografia pública em Minas Gerais, no final dos oitocentos, deveria servir de suporte para o gerenciamento das narrativas sobre o passado e também como arte capaz de orientar as visões do futuro sobre aquele momento histórico. O desenvolvimento de um horizonte de expectativas a respeito dos julgamentos futuros que a sociedade poderia fazer sobre a mudança da capital mineira e a intenção estatal de contribuir conscientemente para uma leitura otimista dos fatos passados foram preponderantes para execução do Álbum de Vistas Locaes. Sendo assim, a experiência fotográfica se definiu como uma forma de registro histórico pelo estado e um meio pelo qual se acessaria o passado<sup>13</sup>. É plausível entender a fotografia pública como mediadora entre as intenções do governo e a consolidação de uma determinada narrativa de memória na sociedade.

A memória é resultado de uma equação que tem como fatores essenciais o lugar e a imagem. A fotografia, desde o seu primeiro momento, esteve relacionada a esses itens imprescindíveis aos processos de evocação das lembranças. Desde a Grécia Antiga, a chamada “arte da memória” já era compreendida “como um conjunto de regras que permitiam ao orador inscrever com facilidade, na virtude de sua memória, tudo que necessitasse para discorrer com a maior eficácia possível, isto é, concebida como um procedimento artificial de mnemotecnica, pelo qual um conjunto de dados pode ser estocado e ordenado e no qual é possível encontrar instantaneamente um elemento preciso, a arte da memória baseia-se de fato no jogo de duas noções completamente fundamentais, todo tempo retomadas em todos os tratados: os lugares

---

<sup>13</sup> MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. Pág. 15



(loci) e as imagens (imagines)”<sup>14</sup>. Sem nenhuma dúvida, a fotografia seria uma forma de tecnologia capaz de servir de estímulo para as atividades mnemônicas por representar um lugar e ser em si uma imagem. Ser essencialmente a impressão e o registro de um determinado local fez da máquina fotográfica uma fábrica de memórias<sup>15</sup>.

A questão levantada acima, nos faz voltar A discussão sobre o papel do referente na fotografia. Roland Barthes ressalta que “uma foto é sempre invisível: ela é o que vemos”<sup>16</sup>. A fotografia carrega o seu referente pelo mundo e por esta razão é sua representação neste mesmo mundo. A fotografia tem o poder de atestar a existência daquilo que foi submetido ao olhar das lentes objetivas. Na imagem fotográfica “jamais posso negar que a coisa esteve lá. Há uma dupla posição conjunta: de realidade e de passado”. Podemos sintetizar este aspecto da fotografia através do “isto-foi”<sup>17</sup> barthesiano. Ou seja: “isto que vejo encontrou-se lá, nesse lugar que se estende entre o infinito e o sujeito (operador ou spectator); ele esteve lá, e todavia de súbito foi separado; ele esteve absolutamente, irrecusavelmente presente, e no entanto já diferido”<sup>18</sup>.

É neste ponto que a fotografia se transformou em testemunha ocular da história. Desde o século XIX, foi vista como documento fidedigno que atesta a veracidade dos eventos representados por ela. Já em 1871, as fotografias foram utilizadas, pela justiça francesa, como documentos para provar a participação de indivíduos na Comuna de Paris e com isto conseguir a condenação dos mesmos<sup>19</sup>. Antes, em 1850, o Departamento de Polícia de Nova Iorque fez uso de retratos para identificar os marginais que atuavam na cidade<sup>20</sup>. A legitimidade adquirida pela fotografia como fonte confiável para a comprovação dos fatos ocorridos, inclusive pela justiça, veio do seu caráter mimético e do seu efeito de realidade.

O princípio do “testemunho ocular”, desenvolvido pelo historiador da arte Ernst Gombrich, é definido “como um correlato visual das regras para a imitação, no plano das obras expressivas (trata-se de um duplo icônico para a regra da mimese, no plano da arte poética)”<sup>21</sup>. Isto significa que foi o poder de duplicar a realidade que deu a fotografia seu caráter

<sup>14</sup> DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. 2012. Pág. 314

<sup>15</sup> DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. 2012. Pág. 316

<sup>16</sup> BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. 2015. Pág. 15

<sup>17</sup> Idem. Pág. 68

<sup>18</sup> Idem. Pág. 68

<sup>19</sup> KOSSOY, Boris. *Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 2014. Pág. 137

<sup>20</sup> BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. 2004. Pág. 17

<sup>21</sup> PICADO, Benjamim. *Da iconicidade à plasticidade gráfica do instantâneo: o mistério do testemunho fotográfico da ação*. Pág. 164

testemunhal. A perfeição das formas e a nitidez da imagem fotográfica garantiu a analogia mimética necessária para que o produto oriundo das máquinas fotográficas fosse encarado como documento válido para comprovação dos fatos por eles representados.

A mimese da figura fotográfica transformou a mesma em documento probatório e deu a ela o status de testemunha ocular da vida. Foi através dessa acepção que a fotografia veio a ser uma importante ferramenta da nossa memória histórica. Ao ser compreendida como “lápiz da natureza”<sup>22</sup>, devido ao seu efeito de realidade, a imagem fotográfica ganhou a credibilidade própria dos documentos e fontes empregadas pelos indivíduos responsáveis pela construção das narrativas sobre os eventos ocorridos.

Nos seus estudos sobre as relações entre fotografia e memória, o historiador brasileiro Boris Kossoy destacou que: “não importando qual seja o objeto da representação, a questão recorrente é o aspecto (consciente ou inconsciente) da captura ilusória do tempo, ou da preservação da memória. É uma memória coletiva nacional, preservada através da documentação fotográfica de seus monumentos, arquitetura, de suas vistas e paisagens urbanas, rurais e naturais, de suas realizações materiais, de sua gente, de seus conflitos e de suas misérias”<sup>23</sup>. Ou seja, é ainda a capacidade de descrever os lugares que fez dos instantâneos fotográficos instrumentos de criação e evocação das memórias coletivas.

Analisando o álbum em si, percebesse que foi uma publicação feita para a posteridade. A edição contém capa dura, revestida com couro e com letras douradas, imitando o efeito das folhas de ouro. É pouco provável que um projeto editorial feito para não perdurar através do tempo tivesse sido confeccionado com materiais tão resistentes. O refinamento da edição do Álbum de Vistas Locaes denuncia a demanda de recursos financeiros para o projeto, bem como a intenção de produzir um documento duradouro, quase perpétuo.

A primeira página do álbum apresenta o nome do Brasil, com “z”, reforçando a ideia de uma distribuição internacional. Logo em seguida, vem o nome do estado de Minas Gerais, o da Comissão Construtora da Nova Capital, o título da publicação e, por fim, o nome do engenheiro chefe das obras e edificações da Cidade de Minas. Ao que tudo indica, para grafar as informações descritas acima, foi utilizada, pelo fotógrafo Erhard Brand, a técnica da litografia nesta primeira página.

---

<sup>22</sup> BURKE, Peter. Testemunha Ocular: história e imagem. Bauru, SP. EDUSC. 2004. Pág. 26

<sup>23</sup> KOSSOY, Boris. Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo. 2014. Pág. 132

Chama a atenção a falta de nomes de políticos da época, fato que corrobora para a interpretação de que a construção da nova capital deveria ser lembrada por um viés técnico, arquitetônico e urbanístico. Sendo assim, com um objetivo mais nobre do que simplesmente perpetuar os feitos de políticos oportunistas, que se valeriam do empreendimento para deixar suas marcas.

Sobre as 25 imagens contidas no Álbum de Vistas Locaes, podemos dividi-las em 3 (três) grandes grupamentos. O primeiro diz respeito às vistas do antigo Arraial de Bello Horizonte. São 03 (três) ao total. Sendo duas da paisagem do arraial e uma da antiga igreja da comunidade.

No álbum de Erhard Brand, as fotografias de vistas gerais de Belo Horizonte retratam um vilarejo semi-urbanizado, com características rurais em vários aspectos. As casas e outras construções são bastante espaçadas, com áreas verdes as cercando por todos os lados. Sem, contudo, que haja uma ordem ou lógica que indicasse um projeto paisagístico de ajardinamento, características das metrópoles urbanizadas do século XIX. O que se ressalta, nos instantâneos, é o caráter natural e espontâneo da disposição das plantas e árvores do território.

Ao divulgar a imagem de uma localidade de feições rurais, tornou-se facilitado o desenvolvimento de uma narrativa que indicasse um processo de metamorfose no qual o antigo arraial cedesse lugar a uma bela e moderna metrópole para Minas. A ideia de progresso através do projeto urbanístico de Aarão Reis estaria conquistada pelo registro fotográfico e pela edição e divulgação do Álbum de Vistas Locaes. A memória da Cidade de Minas começava a ser escrita através das lentes fotográficas.

A imagem que tinha a igreja do arraial como tema deveria evidenciar, por sua vez, o caráter religioso da comunidade. Traço que marcava o espírito mineiro e reforça a mineiridade da alma de Belo Horizonte no final do século XIX. A partir de uma perspectiva sansimoniana, ideologia defendida por muitos engenheiros brasileiros da época, inclusive de Aarão Reis, a religiosidade poderia representar a própria pureza do espírito humano e moralidade dos costumes de um povo. Característica entendida como boa e positiva para os seguidores da doutrina de Saint-Simon.

Outra leitura possível, feita a partir da análise das duas paisagens do arraial e também de sua igreja, é entende-las, as 03 (três) vistas, como um registro de algo que deixará de existir com toda certeza. Sendo a fotografia a única memória residual da antiga comunidade. A relação

entre foto e a morte é então evocada pelo Álbum de Vistas Locaes ao assumir que a finitude daquela realidade capturada pelos instantâneos estava para chegar. O registro fotográfico foi feito para comprovar o progresso e lembrar como seria a localidade antes das grandes obras urbanísticas implementadas por Aarão Reis.

O segundo grupo de imagens dão conta dos projetos que seriam construídos pela Comissão Construtora da Nova Capital. Este é também o maior dos 03 (três) grupamentos, ao todo 21 fotografias, que registram os desenhos, as plantas e os croquis dos principais monumentos. De uma forma geral, representam tudo aquilo que foi considerado belo e moderno para uma metrópole do final do século XIX. Sofisticação na decoração das edificações, equilíbrio estético das fachadas dos edifícios que faziam referência aos principais estilos arquitetônicos da história ocidental. Lembrar um feito que se imaginou grandioso e, por isso, merecia ser guardado para exaltação no futuro, essa era a função capital dos clichês que tinham os projetos dos monumentos arquitetônicos como referente.

A última divisão temática do Álbum de Vistas Locaes aborda uma tradição, ou pseudotradição, de Minas com relação aos ideais republicanos. Uma fotografia de uma ilustração que tem dois braços representados. Um carrega a insígnia criada para a nova capital, no outro existem duas datas, 1792 e 1889. Respectivamente o ano de execução de Tiradentes, o herói republicano da Inconfidência Mineira, e o ano da proclamação da república no Brasil por Deodoro da Fonseca. A tentativa, através desta imagem, seria de estabelecer uma memória da defesa do republicanismo em Minas Gerais com algo histórico e antigo.

Fecho, por aqui, o texto, na intensão de ter, pelo menos em parte, conseguido apresentar as possíveis relações entre a confecção do Álbum de Vistas Locaes, do fotógrafo Erhard Brand, e a construção de uma narrativa de memória para o período de edificação da Cidade de Minas, especialmente no ano de 1895.

### **Bibliografia:**

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de. Júlio Castañon Guimarães. Edição especial. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 311p.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP. EDUSC. 2004.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus. 2012.

FABRIS, Annateresa (org.). Fotografia: usos e funções no século XIX. São. Paulo, SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1991.

FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Liv. Nobel: Ed. da USP, 1987. 296p. ISBN 8521304730 (broch.)

KOSSOY, B. (2002). *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: Fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo, SP: Instituto Moreira Salles. 2002.

KOSSOY, Boris. História e Fotografia. 5a edição. São Paulo. Ateliê Editorial. 2014

KOSSOY, Boris. Tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo. 3a edição. Cotia, SP. Ateliê Editorial. 2014.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5.ed. Campinas: UNICAMP. 2003.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. <http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf>

PICADO, Benjamim. Da iconicidade à plasticidade gráfica do instantâneo: o mistério do testemunho fotográfico da ação. Revista Fronteiras – estudos midiáticos VIII (2): 160-170, maio/agosto 2006 © 2006 by Unisinos

ROUILLÉ, André. *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo. Editora Senac. 2009.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001. 181p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 288p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Da natureza ao construído*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Dezembro de 2007.

## O vampiro vai ao cinema: a representação da modernidade londrina por meio do cinematógrafo em “Drácula de Bram Stoker” (Francis Ford Coppola, 1992)

**Carlos Eduardo Pinto de Pinto**

Doutor em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

E-mail: dudachacon@gmail.com

**Resumo:** *Drácula de Bram Stoker* (*Bram Stoker's Dracula*, Francis Ford Coppola, 1992), adaptação do clássico da literatura de horror de 1897, é também uma representação da *Belle Époque* e suas transformações no modo de conceber e vivenciar as cidades. Em sua longa trajetória de adaptações cinematográficas, o personagem Drácula viria a se confundir com a modernidade, apresentando-se, por vezes, como um arauto das novidades técnicas da *Belle Époque*, como a energia elétrica, os automóveis e o aqui destacado cinematógrafo, presente em duas sequências (originais, em relação ao romance) em que o protagonista flana por Londres em busca de experimentar o invento dos irmãos Lumière. Nelas, se explicitam as tensões entre ciência, cultura e diversão, basais para a compreensão do primeiro cinema e da vivência da cidade moderna.

**Palavras-chave:** cinema; cidade; modernidade; vampiro.

**Abstract:** *Bram Stoker's Dracula* (*Francis Ford Coppola, 1992*), adapted from the 1897 horror literature classic, is also a representation of the *Belle Époque* and its transformations in the way of conceiving and experiencing cities. In its long trajectory of cinematographic adaptations, the character Dracula would become a sign of modernity, sometimes presenting himself as a herald of *Belle Époque's* technical novelties, such as electric power, automobiles and the cinematograph. Outstanced in Coppola's movie, this last invent is presented in two sequences (original, in relation to the book) in which the protagonist walks like a *flaneur* by London in search of experiencing the Lumière brothers' invention. In those sequences, the tensions between science, culture and entertainment, fundamental to the understanding of the first cinema and the experience of the modern city, are made explicit.

**Keywords:** cinema; city; modernity; vampire.

“Drácula de Bram Stoker” (*Bram Stoker's Dracula*, Francis Ford Coppola, 1992), adaptação do clássico da literatura de horror de 1897, é também uma representação da *Belle Époque* e suas transformações no modo de conceber e vivenciar as cidades. Conforme defende Franco Moretti<sup>1</sup>, o romance *Drácula* pode ser lido como metáfora para os conflitos gerados pela modernidade, ao contrapor a prosperidade sustentada pelo neocolonialismo (daí o epíteto de “bela época”) e a sombra ameaçadora de um mito – o vampiro –, associado à tradição que a modernidade vinha destruir. Por outro lado, em sua longa trajetória de adaptações cinematográficas, o personagem Drácula, com seu misto de sedução e ameaça, viria a se confundir com a modernidade<sup>2</sup>, apresentando-se como um entusiasta – por vezes, um arauto –

<sup>1</sup> MORETTI, Franco. A dialética do medo. In: \_\_\_\_\_. Signos e estilos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>2</sup> POMMER, Mauro. O cinema e as mutações de Drácula. In: HAMBURGUER, Esther et al (Orgs.). Estudos de cinema. São Paulo: Annablume, Fapesp, Socine, 2008. 25-32. (Estudos de cinema – Socine, IX).

das novidades técnicas oferecidas pelas urbes da *Belle Époque*. Entre elas, a energia elétrica, os automóveis e o aqui destacado cinematógrafo.

Coppola dialoga com ambas as possibilidades, ao criar imagens distintas para “seu” Drácula (Gary Oldman). Afinal, o velho decrepito isolado num castelo medieval do início do filme ressurge como um jovem *dândi* (moderno, portanto), ansioso por assistir a uma exibição do cinematógrafo em Londres. Esta situação é apresentada em duas sequências, cuja análise dá base para as reflexões apresentadas aqui. Elas não estão no romance, tendo sido criadas por Coppola como forma de homenagem ao recém-nascido cinema. Nelas, se explicitam as tensões entre ciência, cultura e diversão, basais para a compreensão do primeiro cinema e da vivência urbana da *Belle Époque*<sup>3</sup>.

De modo geral, o filme é fiel ao romance na caracterização dos personagens e nos eventos narrados. Contudo, há mais duas modificações do filme que, como as sequências do cinematógrafo, agregam sentido à história original. A primeira é que o protagonista ganhou independência em relação aos outros personagens, uma vez que, na estrutura epistolar da obra de Bram Stoker, ele é sempre referenciado através das cartas e diários. No filme, há uma introdução para esclarecer o seu passado – um nobre da Transilvânia que, devido ao suicídio da esposa enquanto ele lutava em uma cruzada, renegou a fé cristã, se tornado imortal, mas condenado a se alimentar de sangue por toda a eternidade. Advém daí a outra modificação, já que a personagem de Mina Murray (Winona Ryder) é, no filme, considerada uma reencarnação da esposa de Drácula, o que justificaria a vinda dele para Londres e a paixão, correspondida, que o vampiro nutre por ela (no romance, não há qualquer conexão romântica, sendo Mina apenas uma vítima). Para o que me interessa aqui, essas três mudanças são cruciais, pois todas estão conectadas às sequências que analisarei em seguida.

### **A modernidade de Londres**

A primeira sequência analisada se inicia em 43”49” (versão em DVD<sup>4</sup>), quando um efeito de íris (uma imagem circular pequena, em forma de ponto, cresce em todas as direções do quadro até substituí-lo) é usado sobre um mapa de Londres, revelando uma etiqueta em que leio Carfax Abbey. Em seguida, a lógica da cena me permite compreender que a etiqueta está afixada em uma caixa de madeira aparentemente cheia de terra, que é entregue no endereço

---

<sup>3</sup> CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Orgs). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

<sup>4</sup> *Drácula de Bram Stoker (Bram Stoker's Dracula, Dir. Francis Ford Coppola, Columbia Pictures, EUA, 1992).*



anotado. Pelo desenvolvimento da história, posso conjecturar que em uma delas está o conde Drácula, que acaba de chegar, de navio, a Londres.

Depois de um aparte que exhibe um lunático clamando por seu ‘mestre’ (o Conde que acaba de chegar à cidade) a narrativa volta para o interior da abadia de Carfax, mostrando as caixas de areia dispostas no chão, enquanto, em *over*, um narrador/comentarista me avisa que vampiros podem andar de dia, apesar de enfraquecidos. Ato contínuo, a figura de Drácula emerge de uma das caixas, destruindo a madeira e permanecendo de pé, como que em transe. O torso nu permite perceber que ocorreu um processo de rejuvenescimento em relação à primeira parte do filme, quando ele se apresentava como um velho decrépito. Os cabelos castanhos, longos e cacheados, bem como o cavanhaque, confirmam tal processo. Em seguida, uma série de manchetes de jornais londrinos se sucedem, fazendo referências à “mais estranha tempestade da história”, a um navio misterioso com a tripulação desaparecida e à fuga de um lobo do zoológico – eventos relacionados com a chegada do vampiro e desestabilização que sua presença causa.

Novamente, um efeito de íris é utilizado (sobre uma das manchetes) para exhibir o Conde Drácula vestido elegantemente como um jovem dândi (terno cinza, óculos de sol azuis, cartola). Percebo logo que as imagens se sucedem em alta velocidade, captadas por um aparelho semelhante ao cinematógrafo<sup>5</sup>. Na trilha, o ruído característico do projetor é misturado a sons urbanos e à voz de um anunciante que conclama: “Venham ver o incrível cinematógrafo, uma maravilha da civilização moderna! A última sensação! A maior atração do século! A nova maravilha do mundo!”. Quando Drácula fixa o olhar em algo que lhe chama a atenção, mas que ainda não é visível para mim, a imagem volta ao ritmo do cinema contemporâneo (24 quadros por segundo) e uma melodia instrumental romântica começa a ser executada ao fundo, quando a imagem de Mina é exibida. Drácula a encara, enquanto sussurra a sugestão de que ela olhe para ele. O movimento de figurantes é intenso, dando conta de representar a multidão de uma cidade moderna, assim como os ruídos urbanos, mixados ao acompanhamento musical.

---

<sup>5</sup> Interessante notar que o efeito de movimento acelerado, imediatamente associado ao período inicial do cinema, ocorre devido ao fato de que os primeiros aparelhos captavam 16 ou 18 frames (quadros) por segundo, diferente dos aparelhos que vieram a se tornar convencionais a partir de 1927, que captam 24 quadros por segundo. O efeito de aceleração, contudo, é devido ao fato de as imagens originais precisarem ser exibidas (ou copiadas) em aparelhos que giram na velocidade convencional de 24 q/s, não sendo, portanto, uma característica original dessas imagens. Afinal, se exibidas em aparelhos que girassem na mesma velocidade em que as imagens foram captadas, a impressão de movimento seria próxima da “realidade”.

Finalmente, Mina corresponde ao olhar, mas sem parar de se locomover enquanto entra em uma farmácia.

Um menino jornalista anuncia a fuga de um lobo do zoológico, se aproximando do Conde e lhe oferecendo um exemplar. É possível ver Mina dentro da loja, através da vitrine. Ao mesmo tempo, vê-se o os transeuntes, inclusive o jornalista que entrega o exemplar ao Conde, embora a imagem deste não esteja refletida (o jornal que ele segura flutua no ar, como se sustentado por um fantasma). Ao sair da loja, Mina esbarra no Conde e deixa o frasco de remédio que acabou de comprar cair, mas ele o agarra próximo ao solo, impedindo que se quebre. Em plano próximo, mas ainda sendo possível ver e ouvir o intenso movimento de transeuntes, Drácula pede desculpas, dizendo, em seguida, que chegou há pouco e não conhece a cidade. É cortado por ela, que se afasta, informando que a planta da cidade custa apenas seis *pences*. Ele presume que a tenha ofendido e diz que está procurando o cinematógrafo, essa “maravilha do mundo civilizado”. Ao que Mina retruca, de modo ríspido: “Se procura cultura, visite um museu. Londres tem vários”.

Ela se afasta e, após um corte, Drácula intercepta seu caminho novamente, de modo sobrenaturalmente rápido. Ele insiste na conversa, tentando seduzi-la. Depois de alguma resistência, ela assume postura mais simpática. Os ruídos urbanos são progressivamente abafados e o acompanhamento musical instrumental romântico retorna. O enquadramento se fecha, e os figurantes ao fundo ficam desfocados. Ele tira a cartola e se apresenta, ‘príncipe Vlad, de Sakai’. Ela se mostra surpresa com o título, ao que ele retruca, se dizendo seu servo. Ela sorri timidamente, virando de costas enquanto o convida a segui-la. Em plano médio, os dois seguem em direção ao fundo do campo, onde se vê prédios baixos, iluminados por dentro, e alguns postes à gás e arandelas com iluminação elétrica. A câmera sobe com o auxílio de uma grua, permitindo ver uma vitrine e cartazes colados num muro, bem como uma placa que exhibe o nome de uma loja. Uma pequena multidão caminha por todos os lados, enquanto o casal se dissolve entre os corpos anônimos.

Segundo Mauro Pommer, “O vampiro de Coppola é uma criatura decididamente urbana; nesse sentido, sua decisão de instalar-se em Londres, então a maior metrópole do mundo, surge como um passo natural”<sup>6</sup>. Embora o Drácula do romance apresente um interesse aguçado por

---

<sup>6</sup> POMMER, Mauro. O cinema e as mutações de Drácula. In: HAMBURGUER, Esther et al (Orgs.). Estudos de cinema. São Paulo: Annablume, Fapesp, Socine, 2008. 25-32. (Estudos de cinema – Socine, IX). p. 30.

Londres e ao movimento de suas ruas, a que ele se refere como o “turbilhão da humanidade”<sup>7</sup>, e também passe por um processo de rejuvenescimento ao chegar na metrópole, a sequência que ora analiso deixa a “sua” urbanidade explícita, o que dá sustento ao comentário de Pommer. Afinal, manter à distância um interesse pela cidade não seria garantia de domínio sobre ela.

A atração pelo cinematógrafo já denota conhecimento de traços marcantes da modernidade, mas o fato de saber se vestir de acordo com a moda e se deslocar pela cidade (o pedido de ajuda a Mina para localizar o cinematógrafo é, claramente, uma desculpa para se aproximar dela) denunciam domínio dos códigos de sociabilidade urbanos. A *mise-en-scène* enfatiza a ideia de um turbilhão, inserindo figurantes que passam constantemente entre o Conde e Mina, objeto de sua atenção/desejo – caso se tratasse de um recém-chegado qualquer, as consequências de tais experiências seriam a perda de referenciais e o atordoamento. Drácula, ao contrário, não é atingido.

Vale notar que o cenário construído em estúdio se esforça muito pouco por fazer uma representação específica de Londres – não há ícones urbanos que demarquem a geografia urbana, nem referências a nomes de ruas. A presença do mapa no início da sequência e o comentário de Mina sobre a presença de museus na cidade são, por certo, demarcações topográficas explícitas, mas a vivência urbana que o cenário oferece se aproxima mais de uma modernidade genérica: é Londres, mas poderia ser Paris, Viena ou Nova York. Claro que há elementos comuns a essas cidades – as multidões, a alta velocidade, os cartazes, as vitrines e os aparatos técnicos, como a iluminação elétrica e o cinematógrafo – o que permite se referir a elas como *loci* privilegiados de vivência da “modernidade”, mas também há traços singulares.

Para citar um caso de distinção entre cidades modernas, lembro que Richard Sennett comenta que, assim como Paris foi chamada de “capital do século XIX” por Walter Benjamin por sua cultura exemplar, Londres também poderia ser denominada assim, mas por seu “individualismo exemplar”<sup>8</sup>. A sensibilidade do autor percebe as conexões – ambas exercem capitalidade – mas enfatiza as singularidades. Ainda seguindo o raciocínio de Sennett, defendo que a modernidade urbana como representada pelo filme está mais próxima da cultura parisiense (tomada como topos de modernidade) do que do individualismo londrino.

---

<sup>7</sup> No original, “whirl and rush of humanity”. STOKER, Bram. *Dracula: a mystery story*. Illinois: Top Five Books, 2011. p. 28.

<sup>8</sup> SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008. p. 326.

Nesse amálgama de imagens da modernidade, vale destacar a vitrine que reflete a multidão passando por trás de Drácula (que, por sua condição sobrenatural, não é refletido) e, ao mesmo tempo, permite ver Mina no interior da farmácia, enquanto compra um produto. Misto de janela e espelho, a superfície vítrea permite ver e desejar as mercadorias expostas, mas também reflete o cidadão no ato de ver e desejar, tendo a cidade – também refletida – como cenário. Não à toa, as vitrines foram objeto do pensamento de filósofos dedicados a pensar a modernidade urbana, como Walter Benjamin<sup>9</sup>. E aqui, além dessa conexão com a filosofia da modernidade, a vitrine se justifica por sua semelhança com a tela do cinema, igualmente transparente (por deixar ver) e especular (por refletir quem vê).

### A modernidade do cinematógrafo

A segunda sequência analisada se inicia em 51'19" (versão em DVD), já apresentando Drácula e Mina no interior de uma sala onde são exibidas cenas do cinematógrafo. É possível perceber situações e cartazes que se remetem a invenções e atividades contíguas ao cinema, como o teatro de sombras e o ilusionismo. São visíveis também o termo “Vitascópio”, aparelho de filmagem e exibição do norte-americano Thomas Edison, acompanhado do cartaz de sua produção *The Passion play* (Henry C. Vincent, 1898), sobre a Paixão de Cristo, bem como referências a filmes dos irmãos Lumière e de Georges Méliès.

A fita que o casal observa apresenta trucagens de efeito cômico envolvendo beldades seminuas. Alguns espectadores estão sentados, mas muitos, como Mina e Drácula, assistem aos filmes de pé e circulam pelo ambiente, mal iluminado (como a atividade exige) por pequenos postes e arandelas. A todo instante se ouve gargalhadas e uma melodia executada por um pianista.

O Conde diz. “Estarrecedor. Não há limites para a ciência”. Mina retruca, perguntando de modo irônico: “Como pode chamar isso de ciência? Acha que madame Curie merece tais comparações?”. Nesse momento, a tela que observavam fica visível, exibindo uma estrada de ferro e um trem que se aproxima do primeiro plano, possível referência a *Chegada de um trem à estação* (*L'arrivée d'un train à La Ciotat*, Auguste e Louis Lumière, 1895), considerado um dos primeiros filmes da história. Mina fica incomodada com o olhar de Drácula e tenta se

---

<sup>9</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Para uma reflexão mais específica sobre o fascínio causado pelas vitrines de uma loja de departamento em Londres, no início do século XX, ver: RAPPAPORT, Erika D. “Uma nova era de compras”: a promoção do prazer feminino no West End londrino, 1909-1914. In: CHARNEY, Leo; SCHATZ, Vanessa R (Orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

esquivar, mas ele se aproxima, dizendo “Não tenha medo de mim”. Ela tenta escapar mais uma vez, quando ele a arrasta para um canto mais reservado da sala, ação acompanhada de uma melodia instrumental em tom ameaçador.

Drácula tenta morder Mina, que entra numa espécie de transe e não consegue mais resistir. Ela diz, ainda assustada, ter a impressão de saber quem ele é (referindo-se, implicitamente, a sua primeira encarnação, como esposa do Conde na Idade Média). A câmera acompanha os movimentos em plano fechado, o que aumenta a sensação de confinamento e, também, de intimidade, enquanto ele diz: “Eu cruzei oceanos de tempo para encontrar você”. O acompanhamento musical sobe em volume e intensidade, indicando a iminência do ataque. O quadro exhibe o rosto de Mina ao fundo e o do Conde em primeiro plano, virando o pescoço para trás e olhando para a câmera (por trás dos óculos azuis aparecem os olhos sobrenaturalmente vermelhos, enquanto ele inclina a cabeça e abre a boca, deixando ver os caninos que crescem). Contudo, ao invés de mordê-la, o vampiro emite um ruído semelhante a um rosnado, enquanto tenta controlar seus impulsos. Um *take* exhibe a sombra de um lobo sobre uma cortina branca, o mesmo animal que fugira do zoológico após a chegada do Conde à cidade.

Uma mulher solta um grito de horror, sendo acompanhada por mais gritos desesperados. Mina se desvencilha do conde, correndo pelo salão, como os outros presentes, e se depara com o lobo, que lhe mostra as presas e rosna. Uma voz masculina diz algo incompreensível atrás do lobo, que se volta imediatamente. Um corte permite ver que é o Conde que lhe dá ordens em uma língua desconhecida, enquanto o som ambiente é suplantado, suavemente, por um acompanhamento musical mixado ao arfar tenso de Mina. O Conde se aproxima do primeiro plano, sendo possível ver, do seu lado direito, a tela exibindo, novamente, a imagem do trem sobre a linha férrea – a mão de Drácula, com a qual segura uma bengala, fica exatamente sobre o trem enquanto ele se agacha, chamando o animal. O lobo se aproxima, enquanto Mina observa, ainda assustada. O conde pede que ela se aproxime (atrás dele ainda é possível ver o filme). Ela obedece, um pouco hesitante. Em plano aproximado, o olhar simpático de Drácula (assegurando que nada de mal vai lhe acontecer) e a cabeça do lobo, acariciada pelo Conde e, agora, também por Mina (ambos usam luvas). Sempre em plano aproximado, ele sussurra “Ele gosta de você”. Ela sorri discretamente, enquanto continua a acariciar o animal, dando suspiros de contentamento. Suas mãos se encontram e um corte exhibe o rosto simpático de Drácula, enquanto ele olha para a câmera (como se olhasse para Mina), dizendo: “Há muitas coisas a se aprender com os animais”.

Esta sequência completa a apresentação do cinematógrafo como “maravilha da civilização moderna”. Se antes ele já aparecera como primeiro desejo do Conde ao chegar a Londres e na forma de recursos metalinguísticos, como o uso de trucagens (efeito de íris) e de uma câmera “estilo cinematógrafo” para registrar os primeiros passos de Drácula pela metrópole, aqui o Conde finalmente se encontra com o invento pelo qual tanto anseia. Vale notar que os efeitos especiais utilizados pelos pioneiros não estão presentes apenas nessas sequências, mas se aplicam a todo o filme, realizado sem a utilização de computação gráfica, conforme se pode verificar em seu *making of*<sup>10</sup>.

Ao adaptar essa obra literária editada pela primeira vez em 1897 (dois anos depois de os irmãos Lumière terem apresentado seu invento em Paris), Coppola decidiu fazer também uma homenagem ao primeiro cinema, incluindo referências a outras experiências similares, como o vitascópio, de Thomas Edison, inventor do cinema nos EUA. Há também citações de atividades anteriores aos aparatos cinematográficos, mas que mantém com eles alguma proximidade, como o teatro de sombras e o ilusionismo, este representado por um cartaz de Harry Kellar, célebre mágico norte-americano no século XIX, mestre de Harry Houdini. A presença dos EUA na cenografia é notória, e pode ser interpretada de duas maneiras: por um lado, uma tentativa de “traduzir” o universo europeu para o público local, por outro, uma forma de expandir a noção de primeiro cinema, do mesmo modo como fez com Londres, que agrega outras experiências urbanas modernas.

Os motivos para a centralidade do cinematógrafo no filme não são fortuitos – Coppola percebeu que, apesar de a invenção dos Lumière não ter sido notada por Stoker, havia alta probabilidade de que isso ocorresse. Afinal, são constantes, no romance, referências às novidades técnicas tão caras ao período – caso do fonógrafo e da máquina de escrever (mais antiga, contudo popularizada naquele momento). Ainda, estão presentes dispositivos considerados parte da pré-história do cinema, como a fotografia (mais especificamente, uma câmera portátil Kodak) e o Diorama, capaz de criar efeitos de profundidade e movimento em um panorama pintado sobre uma tela, por meio da manipulação da luz.

A despeito da validade das observações acima, porém, o que parece motivar a incursão ao universo do primeiro cinema é menos o fato de que ele “faça sentido” (pertencendo ao campo de possibilidades de Stoker e de seus personagens), mas a constatação de que “cria sentido” (o cinematógrafo funciona como um amálgama, capaz de dar conta da intercessão entre a

---

<sup>10</sup> Disponível na versão em Blu-ray.

modernidade do vampiro e a de Londres). Mais que um dos dispositivos da modernidade urbana, como os citados no parágrafo anterior, seria também o seu registro. Algo próximo ao que ocorre com a fotografia, mas acrescentando movimento à imagem captada, plasmando uma nova experiência temporal focada no “instante”, crucial para compreender a *Belle Époque*<sup>11</sup> (não é sem motivo a conexão do trem com o cinematógrafo).

Ainda, Coppola insere nos diálogos entre Drácula e Mina um embate que posiciona o cinema na confluência que lhe permitiu existir, em tudo vinculada à experiência da modernidade – era *entretenimento*, como sua localização numa feira de novidades permite perceber, mas também *ciência* (unindo conhecimentos químicos e físicos, como a eletricidade) e *cultura*, a despeito dos protestos de Mina. Ainda na primeira sequência, quando diz que se o Conde está à procura de cultura deveria buscar um museu, ela exclui o cinematógrafo da esfera da erudição. Contudo, não percebe que os museus também haviam descoberto o gosto do público pelas novidades, e preparavam exposições mais dinâmicas e atraentes, ao modo dos museus de cera, dos dioramas e, mesmo, dos necrotérios<sup>12</sup>. Ainda, ao escarnecer do cinema pensado como ciência, cita Madame Curie e, implicitamente, seus experimentos com radiação, segundo ela um exemplo idôneo de descoberta científica. Não percebe, nesse momento, as conexões entre o cinema e diversas inovações trazidas na esteira da Revolução Industrial, sobretudo no ramo da química. Contudo, embora essas ligações não sejam claras à personagem, ficam implícitas para o espectador e são rebatidas pelo vampiro, que, por sua natureza, está mais apto a compreendê-las, como desenvolvo abaixo.

### **Intercessões: a modernidade do vampiro em relação com Londres e o cinema**

Na primeira sequência, Drácula vê Mina através da vitrine de uma farmácia, mas não é refletido pelo vidro. No lugar de sua imagem, percebo apenas a cidade e seus transeuntes. Se, conforme comentei, as vitrines são metáforas da modernidade por atuarem como janelas e espelhos, nesse caso a segunda função parece falhar. Digo *parece* porque, por outro ângulo, se vejo uma paisagem urbana moderna *no lugar* de Drácula (e, não, *através* dele), posso conjecturar que, afinal, a imagem do vampiro poderia ser equivalente à modernidade.

---

<sup>11</sup> CHARNEY, Leo. Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In: \_\_\_\_\_; SCHWARTZ, Vanessa R. O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

<sup>12</sup> SCHWARTZ, Vanessa R. o espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In: *idem*. A autora apresenta reflexões interessantes a respeito da prática de se visitar corpos expostos em vitrines no necrotério de Paris, o que se conecta com a natureza morta de Drácula.



A natureza especular do cinema também deve ser levada em consideração. Em artigo já citado, Mauro Pommer<sup>13</sup> comenta que a adaptação mais antiga do romance de Stoker a ter chegado à atualidade é *Nosferatu* (F. W. Murnau, 1922), responsável por criar a ideia de que o vampiro se desintegraria com a luz. Esse recurso teria ajudado a consolidar o cinema como uma metáfora para o vampiro (ou vice-versa), já que, como ele, o cinema também não sobreviveria à luz do dia, precisando do escuro para existir. Além disso, todos os personagens de filmes (não apenas os vampiros) seriam espécies de mortos-vivos ou fantasmas.

Seja na sua relação com a vitrine ou com o cinema, se estabelece um jogo intrincado entre reflexo e materialidade em torno do vampiro – massa que não se deixa refletir para transparecer a modernidade da urbe, da qual seria um duplo ou a aparência fantasmática, puro reflexo sem massa de um corpo morto-vivo. Em qualquer dos casos, o vampiro rescende ao perigo da perda dos referenciais (poeticamente traduzido por Marx e Engels em “Tudo que que é sólido desmancha no ar”, adotado como título por Marshall Berman em célebre obra sobre a modernidade<sup>14</sup>). Daí o temor que causa em Mina, que tenta fugir, mas acaba seduzida, apesar (ou por conta) do perigo que presente.

O final da segunda sequência traduz, visualmente, a tensão presente desde o início, quando os personagens se encontram. Ao tentar fugir do vampiro e do lobo, Mina acaba sendo convencida, por Drácula, que pode acariciar a fera sem ser atacada. Ao sentir que o vampiro não mentia, ela acaba recobrando a confiança que tentara depositar nele e a carícia no lobo se estende à mão do Conde e converte o olhar assustado em cúmplice. Se ambos, vampiro e lobo, seriam antíteses da civilização que a urbe, em princípio, representaria, também parecem se conectar com ela (o monstro é também um dândi e a fera não veio das selvas, mas de um zoológico, espaço representativo, a um tempo, da ciência e do entretenimento). O fato de, nesse momento, Drácula estar em frente à tela e de sua mão virtualmente repousar sobre a imagem do trem que avança em direção à estação torna-se também significativo, ao permitir ver o vampiro como um elo entre o animal amansado e o cinematógrafo que exhibe o trem. São, portanto, quatro metáforas da modernidade em contato, todas causando algum tipo de temor ou rejeição, mas também sendo atraentes e sedutoras, principalmente depois que o vampiro diz, referindo-se ao lobo (e, em minha interpretação, também ao cinema, ao trem e a ele mesmo): “Ele gosta de você”.

<sup>13</sup> POMMER, Mauro. O cinema e as mutações de Drácula. In: HAMBURGUER, Esther et al (Orgs.). Estudos de cinema. São Paulo: Annablume, Fapesp, Socine, 2008. 25-32. (Estudos de cinema – Socine, IX).

<sup>14</sup> BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. A frase de Marx e Engels está no *Manifesto Comunista* (1848).

## As poses da cidade: espaço urbano e fotografia

**Arrovani Luiz Fonseca**  
Doutorando em História  
PUC-SP  
E-mail: arrovani@uol.com.br

**Resumo:** O objetivo desse texto é a análise das produções dos fotógrafos Ernesto Walkstedt e Filemon Perez que com seus olhares individuais fazem o registro das transformações urbanas que se operavam na cidade de São Carlos e que se reuniram nos almanaques da cidade em suas publicações de 1915, 1916-17.

**Palavras-chave:** almanaque, fotografia, cidade.

**Abstract:** The objective of this text is the analysis of the productions of the photographers Ernesto Walkstedt and Filemon Perez, who with their individual looks record the urban transformations that took place in the city of São Carlos and that were gathered in the almanacs of the city in their Publications of 1915, 1916-17.

**Keywords:** almanac, photography, city

Desde o seu aparecimento, nos anos trinta do século XIX, a fotografia se faz presente na construção da cultura nas sociedades modernas do ocidente. Nesta se encontra, sob diferentes aspectos os modos de ser, viver e compreender a realidade a partir das representações geradas pelo olhar fotográfico. As fronteiras geográficas pelas quais a fotografia perpassou e os seus usos documentam na prática as realidades históricas e servem de registro das transformações do final do século XIX para o começo do século XX. Neste sentido vislumbra-se a fotografia como um dos meios de captura e registro do ambiente da cidade moderna já que por sua vez é fruto do advento da Segunda Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XIX que entre outros atributos foi marcado em termos tecnológicos pelo uso da eletricidade, pelo petróleo, novos elementos químicos entre eles os que aparecem na composição orgânica das fotográficas.

Nesse mesmo tempo em que se operavam essas transformações nos países europeus, o Brasil viviam o auge da cafeicultura que proporcionaria mudanças nas localidades onde passava. Na região dos antigos “Campos de Araraquara”, a cidade São Carlos foi destas que nos tempos da Primeira Republica experimentou como outras cidades do interior paulista transformações causadas pela expansão da marcha cafeeira como também pela existência da chegada da Estrada de Ferro Paulista em 1884.

A cidade antiga de taipa cedeu à cidade de alvenaria. As ruas em chão de terra batida passaram a ter calçamento de pedras. Surgem jardins como lugar de passeio e a arborização das

ruas é uma preocupação das autoridades públicas. Como todas essas transformações se deram ao mesmo tempo em que a Belle Epoque ressoava na França como um modo de ser, de pensar o mundo, de consumir, de mundaneidade, no Brasil quando esta chega com mais fulgor nas nossas cidades capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, devemos dizer que isto não foi diferente nas cidades do café. Há uma Belle Epoque “cafeeira” ou mesmo “caipira” que podia ser evidenciada, por exemplo, se tomarmos como denominador as páginas dos almanaques nos seus vários anúncios publicitários oferecendo tecidos importados, alimentos preparados com receitas estrangeiras, etc.

Os fotógrafos Ernesto Walkstedt e Filemon Perez em colaboração com os organizadores dos almanaques a partir de 1915 fazem o registro dessa cidade em progresso e juntamente com outras linguagens do almanaque compõem um conjunto que se associa aos interesses de revelar os aspectos de progresso. Constituem recortes do instantâneo urbano, flagrantes da pequena urbe que agrupadas criam uma “crônica fotográfica” da São Carlos republicana. O almanaque como fonte de consulta, livro de entreter na leitura silenciosa que faz o leitor presta-se ao papel do guardião da cidade. Um freio no tempo acelerado do progresso para contemplação. Uma cidade que emerge nas mãos dos publicadores atentos ao movimento da cidade e de suas novas facetas econômicas e culturais.

Encontramos o trabalho autoral do fotógrafo Ernesto Walkstedt no *Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I*. Ernesto, segundo as pesquisas que realizamos junto ao “*Livro de Profissões e Ofício*” abriu seu estabelecimento comercial, um estúdio fotográfico a Rua General Osório em São Carlos no número 62 no ano de 1912. Mudou seu endereço para a mesma rua no número 70 depois número 80 permanecendo com seu estúdio até o ano de 1918. A “coleção” formada por Ernesto no almanaque de 1915 é um dos poucos indícios de uma autoria das imagens da cidade nesse período do crescimento.

Contudo vale destacar que para o então “*Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I*”, o conjunto fotográfico traz a cidade em ritmo de avanço bastante delineado pela presença de prédios públicos, estabelecimentos de ensino, o edifício da Estação da Estrada de Ferro Paulista, personalidades políticas bem como religiosas. As fotografias somam um total de 27 imagens sendo que 14 são dedicadas ao espaço urbano.

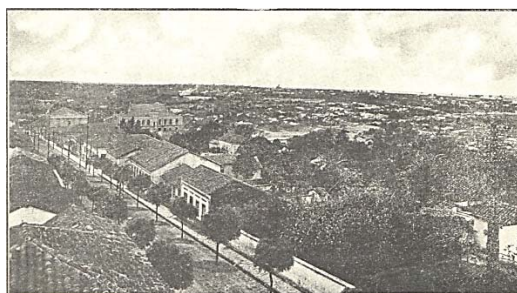
No geral pode-se perceber a cidade retratada como um ambiente de novidades e partir dos destaques assinalados pelos diferentes grupos de imagens se tomarmos os grupos do espaço urbano e da propaganda. Mas o que vai realçar melhormente a noção de progresso que se quer

atingir ao publicar no almanaque de 1915 as imagens urbanas. O leitor é apresentado a essas 14 imagens do espaço urbano que aparecem ao longo do almanaque ora entremeado à crônica histórica de Theodorico Leite de Almeida Camargo sobre São Carlos ou mesmo em páginas isoladas. Sob o primeiro aspecto, acredita-se na ideia da fotografia como aquela que referenda o texto do cronista. Uma concepção do uso da fotografia como forma de verdade, de testemunho incontestado das mudanças da cidade. As imagens possuem uma função didática mostrando em enquadramentos a cidade em progresso com seus referentes icônicos. Tomemos como exemplo o registro de Ernesto Walkstedt. A primeira imagem denominada de “Vista panorâmica de S. Carlos extraída da Estação de Ferro” leva em consideração que a cidade cobre o horizonte. Esse recorte feito pelo fotógrafo a partir de um ponto alto que vem a ser o prédio da Estação da Estrada de Ferro Paulista tem uma orientação voltada para a ideia da geometria espacial do sítio urbano tomando a moldura da foto e a noção de profundidade o que ocasiona uma visão de centro bastante avançado.



Vista panorâmica de S. Carlos, extraída da estação da Estrada de Ferro  
 (Photographia Ernests)

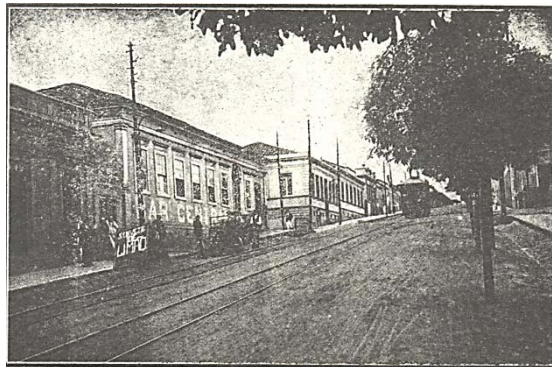
Em outra imagem feita por Ernesto Walkstedt o mesmo referencial, em um ponto alto, é oferecido para essa visualização da cidade como uma construção que vai de encontro ao horizonte.



Vista panorâmica de S. Carlos, extraída do alto do sobrado de residência do major José Bento do Nascimento, Praça Rio Branco.  
 (Photographia Ernests)

Dentro do registro do fotógrafo nota-se nas imagens o uso da palavra “trecho” associado a algumas ruas da cidade. Interessante a relação de trecho com a ideia de um lugar específico, ou como se pode sugerir um recorte já que o todo da rua não cabe na imagem. A esse aspecto as fotografias denominadas dessa forma são das mais interessantes do ponto de vista de uma série de mensagens colocadas nestas.

Vejamos a do trecho da Rua São Carlos. Esta rua em especial, antes denominada de Rua do Comércio, tem um desenho acompanhando a colina no sentido norte-sul. Exatamente nesse ponto da rua, o fotógrafo captura um cenário com aspectos da vida moderna denotando na imagem a existência de um local de convívio como o bar, um cartaz anunciando a venda de sorvete de limão, um automóvel estacionado, provavelmente um Ford T e por fim os trilhos e o bonde elétrico inaugurado em 1914. O aspecto da rua, observando com mais detalhe não parece existir calçamento. Dá a entender que ainda a cidade possuía ruas de terra, embora em pesquisa as atas da Câmara seja muito frequentes fazerem pedidos de calçamento das ruas. A cena e o cenário dão-nos um testemunho da cidade com suas incongruências: um desejo se der moderna, transfigurado na materialidade do moderno (automóvel, movido a motor a explosão, o sorvete, produzido e conservado graças a existência da energia elétrica) convivência ao lado da cidade primitiva de chão batido de terra das ruas. A direita da imagem percebe-se a presença da arborização tendo inclusive a copa de uma delas encobrindo a visão do céu.

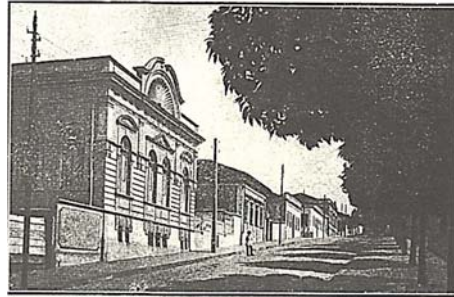


Trecho da rua S. Carlos

(Photographia Ernesto)

Quando Ernesto fotografa a rua episcopal destaca precisamente o lugar do Palácio Episcopal, residência do bispo da cidade que por sinal mereceu uma fotografia neste o almanaque, Dom José Marcondes Homem de Melo. O menino no meio da rua captado pelo fotógrafo em frente ao palácio fixa a visão monumental dessa construção que parece também se destacar por seu estilo eclético em relação a prédios vizinhos.

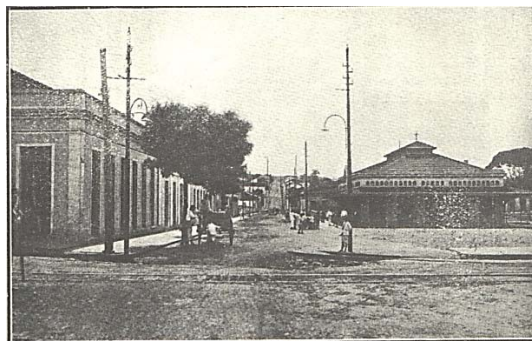




Trecho da rua Episcopal

(Photographia Ernesto)

Outro marco simbólico no processo de urbanização da cidade foi o Mercado Municipal inaugurado em 1903 no seu primeiro pavimento e em 1907 no seu segundo. Nessa imagem este edifício aparece à direita com área aberta a frente. Da direita para a esquerda percebe-se os trilhos do bonde elétrico que é Avenida São Carlos, a rua ao centro em direção a marca do horizonte e ladeada por postes de luz. Ao lado do edifício do Mercado Municipal uma pequena aglomeração de pessoas sugerindo movimento.



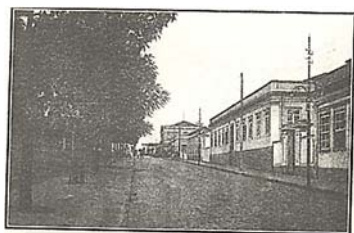
Mercado Municipal e trecho da rua com o mesmo nome

(Photographia Ernesto)

As imagens seguintes com autoria de Ernesto Walkstedt remetem a fotografia analisada aqui sobre a Avenida São Carlos, a presença destacante do bonde elétrico. Na foto intitulada “Trecho da Rua Treze de Maio”, o ponto de vista do fotógrafo captura a rua convergindo para centro da imagem e trazendo ali como destaque o bonde cruzando a esquina com algumas pessoas ao redor além do que a rua da forma como foi fotografada exhibe o casario alto de estilo neocolonial.

Na imagem “Trecho da Rua G. Osório extraído da esquina da Rua S. Carlos”, o bonde elétrico se protagoniza mais uma vez, porém dividindo a cena e o cenário com charretes a cavalo no centro da imagem com a denominada rua S. Carlos se dirigindo ao a linha do céu. Mesmas

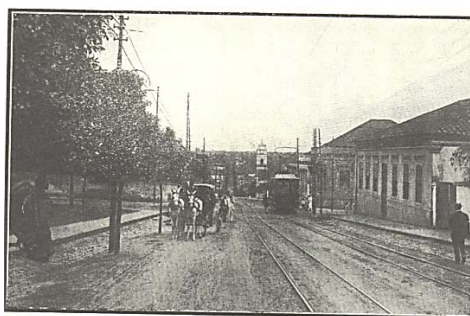
caracterizações surgem na imagem “Trecho da Rua S. Carlos com vista para o lado da Cathedral”. Fotografada desse ponto da Avenida São Carlos o autor registra num plano no meio da rua tendo esta se projetando para o centro da imagem dividindo espaço com transeuntes, bonde elétrico e charretes tendo como destaque do centro para a direita a primeira cathedral de São Carlos, demolida em 1954.



Trecho da rua Treze de Maio  
(Photographia Ernesto)



Trecho da rua General Osório, exatidão da esquina da rua S. Carlos  
(Photographia Ernesto)

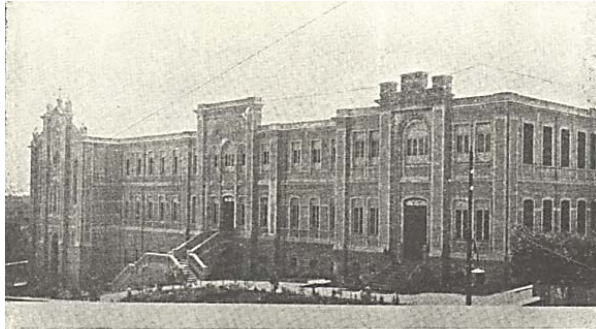


Trecho da rua S. Carlos, com vista para o lado da Cathedral  
(Photographia Ernesto)

No espaço urbano em transformação, o almanaque de 1915 traz imagens dos edifícios públicos destinados a educação. Um deles é o “Edifício do Colégio São Carlos” e o outro é o “Edifício do Grupo Escolar e trecho da Rua D. Alexandrina”. Neste ultimo a palavra trecho reaparece e confirma a opção de fotógrafo de evidenciar a visão de curto espaço afastada da dimensão total da rua. Em ambas as imagens, o destaque para os edifícios escolares tem duplo sentido: o primeiro é o de delimitar a existência do progresso via educacional pela integralização dos esforços da cidade até aquele momento. Já que essas fazem relação de conjunto com as demais fotografias analisadas aqui. Outro sentido é da exploração da monumentalidade dos edifícios que na primeira aparece com a vista frontal do prédio dando uma dimensão de gigantismo e na outra com as figuras humanas olhando para a câmera a perspectiva da mesma temática do edifício que se destaca dos demais e faz volume na cena.



Ainda cabe destacar a opção de mostrar a linha dos trilhos de bonde elétrico no chão em frente a escola.



Edifício do “Collegio S. Carlos”

(Photographia Ernesto)



Edifício do grupo escolar e trecho da rua D.ª Alexandrina

(Photographia Ernesto)

A cidade retratada por Ernesto Walkstedt, tem sua ênfase voltada para a questão da crescimento urbano. No conjunto acabar por criar um discurso fotográfico realçado pelos aspectos da linguagem estética optada pelo autor. Dessa forma estabelece uma relação direta com a justificativa oferecida pelo organizador do almanaque em si de mostrar como diz na primeira página de apresentação do mesmo

“Não foi sem grande arrojo que empreendemos tal tarefa. Valeram-nos, entretanto, nessa empreza de responsabilidade, o valioso estímulo da exma. Câmara municipal, bem como o encorajamento de todos os sancarlenses.

As páginas que o leitor vae folhear e que são, a medida do possível, o reflexo do nosso progresso, devemol-as, pois ao concurso de todos esses elementos”<sup>1</sup>

O que se depreende dessa explicação sobre a publicação do Almanaque de São Carlos para 1915 – Anno I, é a existência de uma oficialidade, a câmara, no lançamento deste. Assim não é por acaso que o almanaque conta com uma galeria de ilustres figuras componentes da edilidade daquele ano bem como de outros personagens do poder local entre eles alguns já falecidos. Assim o almanaque cumpre sua função de lembrar o presente e o passado completando o seu discurso interno de mostrar uma São Carlos grandiosa dessas duas percepções de tempo.

No ano de 1917 foi lançado o “Almanach-Album de São Carlos 1916-1917”. Um trabalho de monta, muito próximo de estrutura e formato ao “Album de Araraquara” de 1915. Por sinal ambos contem fotografia do espanhol Filemon Perez ou Philemon Perez. Segundo

<sup>1</sup> CAMARGO, Sebastião. *Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I. Typographia Artistica. São Carlos. 1915.s.p.*

Kossoy, “Filemon Perez, “anunciava seu estabelecimento como “Photographia Central. Encontrava-se no interior paulista no final do século XIX. Nos versos dos seus cartes de visite divulgava os endereços de São Carlos do Pinhal e Araraquara. Nesta ultima cidade anunciava-se em 1896<sup>2</sup>”. No caso de São Carlos, encontramos no jornal “O São Carlos do Pinhal” seu estúdio foi anunciado com o nome “Photographia Central” no endereço da Rua do Carvalho numero 13 no ano de 1896. Seu anuncio delimitava seus trabalhos dessa forma:

“Os artistas abaixo assignados participam ao respeitável publico que se acham de novo a frente do seu estabelecimento encarregando de qualquer trabalho de sua arte, como sejam, retratos desde miniatura até o tamanho natural, reproduções, ampliações, vistas de prédios, fazendas, jardins. Podem garantir a perfeição dos seus trabalhos, para o que contam com magnífico ATELIER e tudo o que há de mais moderno na arte photographica”<sup>3</sup>.

Em outro jornal o “A cidade de São Carlos” em 1908 Filemon Perez aparece com o estabelecimento denominado de “Photographia Perez” que ficou em funcionamento na rua Alexandrina numero 321. No ano de 1917, surgem muitos anúncios dizendo no “O Correio de São Carlos” a inauguração de um novo estúdio fotográfico, novamente denominado “Photographia Perez”. Essa fase ultima da presença do fotografo na cidade e nos registros que se tem pela documentação pesquisadas mostra os serviços de Perez voltado para o cuidado de fotografias e letreiros, officio que segue até o ano de 1920 quando passou o negócio para outro fotógrafo, José Sarracino<sup>4</sup>.

O “Almanach-Album de São Carlos para 1916-1917<sup>5</sup>” possui 144 fotografias dedicadas as varias facetas de São Carlos, tanto como espaço urbano como no espaço rural, sem deixar destacar as imagens relacionadas à propaganda, interiores e as personalidades locais. No tema do espaço urbano aparecem desde a capa que também contem uma imagem da “Escola Normal Secundaria” o total de 21 imagens.

Com relação as fotografias que dizem respeito ao espaço urbano o fotografo salienta a temática do ensino com destaque para o “Atheneu Sancarlense”, estabelecimento de ensino particular, e o grupo escolar “Cel. Paulino Carlos”.

---

<sup>2</sup> KOSSOY, Boris. Dicionario.

<sup>3</sup> Jornal “O São Carlos do Pinhal”.(3 de julho de 1896)

<sup>4</sup> (LIVRO DE IMPOSTOS SOBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, 1920).

<sup>5</sup> CASTRO, Franklin. Almanach-Album de São Carlos 1916-1917. Typographia do Correio de São Carlos, 1917.

## A cidade e o viajante: Paul Groussac em Santiago

**Daiana Pereira Neto**

Doutoranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: daianapneto@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho me dedicarei a analisar um relato de viagem do autor franco-argentino Paul Groussac (1848-1929) acerca da cidade de Santiago, no Chile. Groussac viajou para a cidade em 1893, período de transformações culturais e econômicas, seu trabalho sobre a cidade de Santiago foi publicado inicialmente em *Del Plata al Niágara* (1897). O autor nos oferece um texto rico sobre suas experiências na Santiago de fins do século XIX. Este trabalho é, portanto, uma forma de se compreender a história de uma cidade a partir principalmente de um relato de viagem, das percepções de um único sujeito, partindo também da prerrogativa de que ao falar e analisar o outro, o autor nos permite observar muito mais de si próprio e de seu próprio país.

**Palavras-chave:** literatura de viagem; Paul Groussac; Santiago.

**Abstract:** In this paper, I intend to analyze a travel report about the Chilean city of Santiago, written by the Franco-Argentinean author Paul Groussac (1848-1929). Groussac traveled to the city in 1893, a moment of cultural and economic transformations, and his impressions was initially published in *Del Plata al Niágara* (1897). The author offers a rich text about his experiences in Santiago at the end of the 19th century. This work, therefore, is a way of understanding the history of a city specially by a travel report, from the perceptions of a single subject, also starting from the prerogative that in speaking and analyzing the other, the author allows us to observe much more of himself and of his own country.

**Key-words:** Travel literature; Paul Groussac; Santiago.

### Introdução

O objetivo deste trabalho é pensar a relação entre um relato de viagem e a história de uma cidade, mais especificamente o relato do autor franco-argentino Paul Groussac acerca da cidade de Santiago do Chile, a qual visitou em março de 1893. Desta forma este será um texto no qual se misturam perspectivas metodológicas acerca da literatura de viagem do século XIX e a percepção da cidade como uma espécie de arena cultural, como salientou o autor norte-americano Richard Morse.<sup>1</sup>

Paul Groussac foi um personagem de destaque no meio intelectual argentino de finais do século XIX, embora pouco conhecido no Brasil, quando pensamos a formação e a profissionalização da intelectualidade argentina, sua figura emerge como um de seus principais expoentes. Nesse sentido, pensar a obra de Groussac permite que nos acerquemos mais a esta

---

<sup>1</sup> MORSE, Richard M. *Cidades e cultura política nas Américas*. Organização Beatriz Helena Domingues. Trad. Maria Bitarello. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

conjuntura argentina, sobretudo, a partir da década de 1880, quando o personagem assumiu o destacado cargo de diretor da Biblioteca Nacional, o qual ocupou até sua morte em 1929.

Groussac é ainda uma figura ímpar para se pensar a história argentina devido ao fato de ter nascido na França, mudando-se em definitivo para a Argentina aos 17 anos em 1866. Dessa maneira, o autor transitou entre duas esferas de pertencimento, explico-me melhor: Groussac mudou-se para o país latino-americano após terminar o *liceo* em Toulouse, cidade na qual nasceu em 1848, após uma curta viagem que “terminou” em Paris, decidiu não regressar ao lar paterno embarcando no primeiro navio com destino a Buenos Aires. Muito pouco se sabe dos motivos de sua escolha por Buenos Aires, das quais só temos pistas deixadas em suas obras, nas quais aspectos autobiográficos estão sempre implícitos, fato é que ao completar 18 anos nosso autor se encontrava sozinho, em uma cidade latino-americana, sem falar espanhol e sem recursos financeiros.

A carta de recomendação que trazia consigo mostrou-se inútil ao encontrar seu destinatário já falecido. Dessa forma, aos 18 anos Groussac se mudou para o campo onde trabalhou como peão em uma estância, na qual começou a aprender o espanhol. Se mudou mais tarde para a cidade, onde aperfeiçoou o espanhol, e após escrever seu primeiro texto público, foi convidado pelo então ministro da educação, a assumir duas cátedras no Colégio Nacional, posteriormente Groussac construiu uma sólida carreira na educação, sendo convidado em 1885, a assumir o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional, onde fundou dois periódicos *La Biblioteca* e *Annales de la Biblioteca*, publicações que serviram de palco para muitas de suas polêmicas e mais ainda como revistas difusoras de influências e inovações literárias e científicas.

Em 1893 o autor partia em uma longa viagem tendo como destino a Feira Universal de Chicago, na qual se apresentaria como representante da Argentina. O autor escolheu a rota via México. Partindo de Buenos Aires, Groussac atravessou o Chile, visitou Lima e o norte peruano, chegou ao Panamá, ao México, adentrando a partir daí os domínios do Tio Sam, expressão recorrente em seus textos.

Dado o espaço deste artigo me deterei apenas em seu relato sobre a cidade de Santiago. Porém, muitas vezes, nosso autor trabalha com um jogo de escalas, tomando a cidade que visita como uma amostra do todo, por vezes, todavia, é necessário apreender o todo para se compreender o micro, esse jogo de escalas é recorrente em seu texto, e também será neste breve trabalho.

## Santiago

Groussac dedica boa parte de seu relato a pensar as cidades que o hospedam, existe no autor a preocupação com a descrição destes espaços, o que é particularmente claro em relação a Santiago, não basta apenas relatar o vivido, mas também o que foi visto. Lembremos que no século XIX a máquina fotográfica já se consolidara como um veículo de informação, da mesma maneira era comum os guias de viagens, vendidos em todo o mundo apontarem os principais destinos a serem visitados. Fugindo a esta lógica de modernização surpreende em Groussac a descrição quase fotográfica da cidade de Santiago, uma descrição feita a partir do Cerro Santa Lucía, ou seja, um olhar que abrange a cidade do alto, assumindo um certo distanciamento.

O olhar de Groussac embora crítico da arquitetura local, transita entre um certo desdém e ao mesmo tempo uma admiração comedida. Essa dubiedade em relação a América Latina e em especial em relação a Argentina e ao Chile o acompanham em sua viagem, segundo ele a certeza de ser lido no Chile fez com que guardasse certas críticas para si mesmo. O que em minha percepção se tratou de uma falácia, já que Groussac foi uma figura famosa por suas polêmicas no meio intelectual, no entanto, tal afirmação permite vislumbrar no personagem simpatia pelo país vizinho, em especial pela cidade de Santiago.

Após uma estadia de 20 dias e visitas aos seus arredores o autor a partir do observatório do Cerro de Santa Lucía, descreve a cidade visitada. Antes de iniciar sua narrativa já coloca que suas observações sobre o Chile se basearam em uma pequena amostragem do território, considerando o estudo sobre a capital um ponto fundamental para se compreender o todo. Falar a partir do Cerro Santa Lucía também consiste em uma posição simbólica, dada a importância de tal lugar para a capital chilena.

Santiago foi fundada por Pedro de Valdívia em 12 de fevereiro 1541, sendo posteriormente reconstruída após um ataque indígena ocorrido em setembro do mesmo ano. O Cerro Santa Lucía foi a base para esta fundação, a cidade se desenvolveu ao seu redor, o que o converteu em lugar simbólico e sagrado da capital, como podemos ver no quadro de Pero de Lira, *A Fundação de Santiago por Pedro de Valdívia* (1889). Porém, o significado de tal lugar para a população foi se modificando com o decorrer dos séculos, chegando a segunda metade do século XIX como um problema ao pleno desenvolvimento da cidade, uma vez que era visto como espaço baldio. Na década de 1870 iniciou-se então, em consonância com o movimento higienista internacional, uma remodelação da cidade, que passa a tentar inserir-se na

modernidade, tal remodelação como apontado no texto de Groussac foi encabeçada por Vicuña Mackenna:<sup>2</sup>

Como un islote en una laguna, el cerro de Santa Lucía levanta en el corazón de Santiago su cono basáltico, frenéticamente adornado, tallado, acicalado, compuesto y descompuesto por el ilustre intendente Vicuña Mackenna, cuyo mayor defecto, así edilicio como literario, no fue precisamente la sobriedad. Esta giba municipal es el orgullo de los santiaguinos; todas las descripciones del país celebran la octava maravilla; no hay compendio escolar que omita su mención; y si os toca, al apearnos del tren de los Andes, la fortuna de caer en brazos de un amigo chileno, tened por cierto que allí será la primera estación.<sup>3</sup>

Groussac visita o país, portanto, em um período de prosperidade financeira, propiciada principalmente pela exportação do salitre, que teve como uma de suas consequências o crescimento e a remodelação da capital. Nosso personagem ao falar do Cerro destaca que foi “obrigado” a realizar várias visitas ao local, sendo o mesmo alvo de orgulho para todos com os quais conviveu em sua estadia. O local que serve de palco para a observação e, que ao mesmo tempo se insere nesta, faz parte assim do coração daquela cidade, na qual figura irremediavelmente.

Quando em Santiago, Groussac afirma ser o próprio Cerro Santa Lucía um documento, nesse sentido nosso personagem que consolidou sua carreira em um período de não profissionalização do fazer intelectual na Argentina, sendo, portanto inexistente o historiador profissional, já nos oferecia a noção do monumento documento. Como mencionei anteriormente falar a partir de tal espaço, não é para o autor apenas uma questão de comodidade, mas também uma escolha simbólica.

Do alto do observatório é possível ver e descrever toda a capital. E o que Groussac observa? Inegável afirmar que mesmo que certos aportes permaneçam os mesmos em diferentes narradores, a cidade que se delinea é única para cada observador, um observador envolto por sua vez em sua própria subjetividade. Antes de iniciar sua descrição propriamente o autor adverte que muitos de seus leitores argentinos e chilenos veriam que em suas palavras faltava entusiasmo. Groussac a está descrevendo em uma tarde de outono, de ventania e pouca nitidez, o que em sua opinião foi uma lástima já que os demais dias foram claros e agradáveis. É, portanto, uma opção do personagem eternizar a imagem deste último dia de visitas, um dia no qual “el aspecto de la ciudad es monótono y triste”. Após uma descrição do Cerro que lhe serve

---

<sup>2</sup> Importante político chileno que destacou-se em suas campanhas pela remodelação de Santiago na segunda metade do século XIX.

<sup>3</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p.23.



de base, o qual foi retratado como uma orgia arquitetônica, resta ao narrador afirmar que busca retratar a realidade da forma mais verdadeira, da forma que a enxerga:

Desde la rampa en espiral de su base hasta el mirador de su vértice, el cerro primitivo desaparece bajo una granulación postiza de piletas y rocallas, acueductos romanos con almenas medievales, grutas basálticas alumbradas con gas, precipicios de juguete con escaleras bien niveladas y molduras en las barandillas: un hacinamiento pretencioso al par que ingenuo de todas la cursilerías de cualquier estilo y edad, cuyo conflicto se continúa hasta en el contraste de la vegetación.<sup>4</sup>

Essas análises de Groussac são seguidas por uma descrição quase fotográfica da cidade:

El aspecto de la ciudad es monótono y triste. Como un vetusto damero divisado al soslayo, extiende sus manzanas sucesivas, regulares y descoloridas, sus azoteas de balaustradas alternando con el punteado de los tejados y las canaletas del zinc. Casi todas las casas, aun en los barrios centrales, tienen amplitud colonial; los follajes de los patios y jardines rebosan de los techos rectangulares, remedando los ribetes de musgo entre las losas de un patio secular. Desde aquí las habitaciones apiñadas recuerdan, bajo su capa blanquecina, un rebaño de ovejas apretadas en un corral; de trecho en trecho, como un pastor de pie dominando los vellones grises, un campanario de iglesia se yergue en el espacio.<sup>5</sup>

Entre essas observações se sobressai uma afirmação, deixada ao “acaso” em meio a um parágrafo: “Ninguna originalidad, ni siquiera la copia correcta de estilo alguno”. Não é claro se o autor se refere a toda a cidade de Santiago, ou apenas a arquitetura das igrejas. No entanto, tal sentença consiste em um dos pontos debatidos pelo personagem, no final do século XIX, principalmente quando da emergência do movimento modernista na Argentina, encabeçado por personagens emblemáticos como Ruben Darío. Não me estendo neste debate acerca da originalidade literária do movimento modernista, porém, é interessante observar que também para a arquitetura da cidade, Groussac acreditava ser a junção de vários estilos na realidade a presença de estilo nenhum, talvez inferior a uma cópia bem feita.

Um exemplo é a descrição que se segue a citação anterior aqui transcrita:

He visitado las iglesias, y su vista lejana me trae reminiscencias de su interior. La mezquina y moderna linterna de la Catedral acentúa aún las desproporciones de la pesada nave jesuítica. Las torres italianas de Santo Domingo son tan destituidas de carácter como las españolas de San Francisco, ó las góticas de tal ó cual otro templo de confección. Hacia el norte, cerca del cerro Blanco, la Recoleta Dominica evoca sus suntuosidades advenedizas: innumerables columnas y revestimientos de mármol blanco, pinturas murales de belleza oleográfica, arañas y candelabros, vidrieras y bóvedas de lujo

<sup>4</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p.25.

<sup>5</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p.27.



flamante, dorado en todas las costuras, de una «banalidad») insuperable... Por lo demás, esta decadencia de la arquitectura religiosa no es achaque especial de Chile, ni de América; reina en el mundo entero y hace cumplir su ley fatal.<sup>6</sup>

Essa falta de originalidade é a principal crítica feita a arte chilena. A falta de um gênio criador, de uma personalidade única nacional.

Sin duda han le faltado, no sólo el genio creador, la llama sagrada, la originalidad soberana – como a los otros pueblos americanos – sino también la gracia elegante y el mismo gusto artístico: el numen de Bello, descolorido y frío como el agua, ha presidido sus inspiraciones. [...] su modesta escuela de pintura y escultura revela cualidades y actitudes de disciplina poco comunes en América.<sup>7</sup>

Groussac é elogioso aos esforços dos artistas, o que lhe incomoda é a falta de uma escola propriamente nacional, com estilo próprio. Para ele o grande período em que os artistas permaneciam nas escolas europeias aperfeiçoando-se em grande medida os faziam copistas. Faltavam-lhes, portanto, originalidade, sendo que esta estava longe de ser alcançada, uma vez que ainda importavam a civilização europeia. Existe, portanto, uma dubiedade em Groussac, a civilização almejada para estes países americanos era a europeia, porém, era ainda necessário que estes incorporassem esta arte europeia e a transformasse em algo puramente nacional.<sup>8</sup> O autor, no entanto, não fornece fórmulas para que a arte local fosse mais valorizada que a europeia, uma vez que encarando a civilização indígena como uma das responsáveis pelo atraso do país, sua arte não seria a mais adequada para a consolidação de uma estética nacional, nem mesmo uma mistura de ambas.

Ao mesmo tempo a Santiago que se delineia a seus pés é também um caso particular em meio ao processo que Groussac define como a “labor moderna”, a capital do país permanece com pequeno movimento de pessoas em suas ruas, e carece da insalubridade da indústria manufatureira, da fumaça das chaminés, do barulho do maquinário...

Aun á la distancia, se nota la escasez del movimiento urbano, la casi nulidad de la labor moderna. No hienden el aire las chimeneas de las fábricas, no desgarran el silencio los agudos silbidos de las máquinas, ni llegan, por fin, á esta altura los potentes rumores de las colmenas manufactureras que, en otras partes, roncan de día y de noche y semejan la vasta respiración del monstruo industrial. — Pasa al pie del cerro la magnífica Alameda, llena de follajes y estatuas, bordada de mansiones señoriales, prolongándose desde el Mapocho

<sup>6</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p. 26.

<sup>7</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p.78.

<sup>8</sup> Groussac foi um profundo crítico do modernismo literário, encabeçado por figuras como Ruben Darío, com quem, aliás, travou um debate público sobre a originalidade do trabalho do autor nicaraguense.

hasta la Estación central de los ferrocarriles: no es mucho más concurrida y bulliciosa que la principal arteria de Mendoza.<sup>9</sup>

É necessário ressaltar que esta carência não é vista como falha por parte de Groussac, muito pelo contrário.<sup>10</sup> Em sua opinião Santiago consiste em uma das cidades com edifícios mais notáveis na Ibero-América, e mesmo muitas das outras cidades chilenas não se comparariam neste aspecto a muitas das cidades argentinas. Nesse sentido, Groussac reconhece em Santiago a presença de construções, e também na organização das alamedas e ruas, uma superioridade em relação a Buenos Aires. Incomoda-lhe principalmente em Buenos Aires a carência de monumentos públicos que rememorem a história nacional:

Pero si, para los porteños inteligentes, es materia entendida que Buenos Aires es una gran ciudad sin monumentos ¿Cómo queréis que reservemos nuestra admiración para edificios como la Moneda, la Universidad, los bancos y teatros, las bibliotecas y colegios, los hospicios y prisiones, las iglesias y cuarteles—seguramente no superiores en general á los similares de allá, que reputamos insuficientes y provisionales? Algunas casas particulares son célebres por su lujo de construcción y amueblado ¡Que las disfruten sus dueños y las admiren los snobs!<sup>11</sup>

Portanto, em Buenos Aires existiria uma carência de monumentos públicos e prédios públicos que satisfizessem para a compreensão da mesma como uma grande capital. O que Groussac visualiza é a presença de cópias europeias, principalmente nas mansões das grandes famílias, já que em finais do século XIX as elites argentinas, em especial as de Buenos Aires buscavam na França, na Inglaterra ou em alguns casos nos Estados Unidos, os modelos de distinção social que almejavam, assim sendo estas pessoas de poderio econômico e social construíram várias cópias de prédios estrangeiros na cidade, sobretudo, de edificações francesas.

A estas cópias Groussac reage com desdém: “Mientras existan los originales europeos, no tendré que celebrar sus copias americanas más ó menos correctas.”<sup>12</sup> A esta afirmação se segue a clássica noção de que a América é mais interessante por seus aspectos naturais ou seus núcleos urbanos por demonstrarem seu processo de desenvolvimento após o período colonial,

---

<sup>9</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p.28.

<sup>10</sup> Vale ressaltar que neste período a dispersão industrial chilena era mais evidente, graças principalmente a maior exploração do salitre, com a crise da exportação do mesmo, entre as décadas de 1920-1930, ocorre novamente uma maior concentração espacial da indústria. Para mais informações ver: BADIA-MIRÓ, Marc. El crecimiento industrial y concentración de la actividad económica en Chile, 1894 - 1967. Disponível em: <[www.um.es/.../El%20crecimiento%20industrial%20chile.pdf](http://www.um.es/.../El%20crecimiento%20industrial%20chile.pdf)> Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

<sup>11</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p. 31.

<sup>12</sup> Iden.

os grandes monumentos estão, portanto, no Velho Mundo, onde no decorrer dos séculos, civilizações mais avançadas dedicaram-se a erguê-los.

Fazer comparações é próprio do ser humano, para explicar o novo é necessário partir do já conhecido, o referencial de Groussac é a Argentina, sendo que no seu texto é recorrente a comparação entre Buenos Aires e Santiago. Groussac por vezes tão crítico da Buenos Aires, na qual viveu, a viu, sobretudo, quando em comparação com a capital chilena, como o maior esforço civilizacional da Ibero-América.

Não existe em Groussac um texto específico sobre a capital argentina, no entanto, como em vários intelectuais argentinos a cidade emerge como um parâmetro, como lugar de fala, como “milagre” civilizacional. Não percebo em Groussac, como será claro em autores como Ezequiel Martínez Estrada ou Juan Bautista Alberdi, o sentimento de Buenos Aires, como uma parte separada do restante do país. Porém, em minha percepção é clara a opinião da capital argentina como uma espécie de modelo a ser seguida pelas demais cidades, um modelo logicamente que sofre críticas mordazes e que necessita de melhorias.

### **Considerações finais**

Analisei brevemente os textos do autor que tratam de sua viagem a Santiago em 1893, nestas notas finais é necessário acrescentar que o texto de Groussac sobre o Chile não se dedicou a pensar apenas os limites da cidade de Santiago, há em suas páginas observações sociológicas, políticas, artísticas, culturais, comportamentais, as quais tentei apresentar brevemente nestas poucas páginas.

O autor regressou a Santiago no verão de 1914, aos 66 anos. Ao encontrar uma Santiago tão diferente, em uma conjuntura política mais amena, suas observações variaram muito pouco, porém para se retratar acerca das falas depreciativas em relação ao símbolo da cidade, regressou ao Cerro Santa Lúcia, na companhia de alguns colegas chilenos. Se desculpou atribuindo sua eloquência pejorativa no texto de 1893 aos exageros da arte, considerando de uma forma geral sua arquitetura até mais agradável do que se lembrava.

Por fim, cabe salientar que assim como as cidades visitadas, as conjunturas históricas e também o observador se modificam, apresentando novas observações, modificando opiniões, escolhendo recortes que fazem com que o cenário observado também seja outro.

## Referências Bibliográficas

- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. Vol. III. Tradução de Maria Clara Cescato. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.
- BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem sobre a América Hispânica: considerações sobre as obras historiográficas de Feliú Cruz e Estuardo Núñez. *História da historiografia*. Ouro Preto, nº 7, p. 157-172, nov./dez. 2011.
- GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897.
- GROUSSAC, PAUL. *El Viaje Intelectual: Impresiones de naturaleza y arte*. Segunda serie. Buenos Aires: Jesús Menéndez librero editor, 1920.
- HOSIASSON, Laura Janina. *Nação e imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- MORSE, Richard M. *Cidades e cultura política nas Américas*. Organização Beatriz Helena Domingues. Trad. Maria Bitarello. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- VIÑAS, David. *La Mirada a Europa: del viaje colonial al viaje estética*. Biblioteca Virtual Universal, 2010. Disponível em: [www.biblioteca.org.ar/libros/155371.pdf](http://www.biblioteca.org.ar/libros/155371.pdf). Acesso em 03 de março de 2017.

## Havana na literatura: a cidade e a história nas páginas de "A Sagração da Primavera" (1978), de Alejo Carpentier

**Pedro Henrique Leite**

Doutorando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

E-mail: pedrohenriqueleite@mail.com

**Resumo:** Este trabalho situa-se como parte de uma pesquisa mais ampla que tem por objetivo analisar as múltiplas representações de Havana na literatura cubana, no período subsequente à Revolução de 1959. Proponho aqui apresentar como a capital cubana é retratada no romance *A Sagração da Primavera* (1978), do escritor cubano Alejo Carpentier (1904-1980), levando em conta os múltiplos contextos que envolvem a publicação da obra. Parto de uma perspectiva similar à de Roland Barthes - que compreende a cidade como um discurso e como uma linguagem dinâmica, onde ela se comunica com seus habitantes e estes, por sua vez, leem-na, observam-na, vivenciam-na e, por fim, expõem suas interpretações sobre a mesma -, para compreender como Carpentier constrói sua representação sobre a cidade, conciliando as descrições de Havana com sua concepção de história, e quais seriam seus possíveis objetivos ao fazê-lo.

**Palavras-chave:** Alejo Carpentier; A Sagração da Primavera; Cidade; História.

**Abstract:** The present study is part of a broader research that aims to analyze the multiple representations of Havana in Cuban literature in the period following the Revolution of 1959. The proposal is to present how the Cuban capital is portrayed in the novel *La Consagración de la Primavera* (1978), by the Cuban writer Alejo Carpentier (1904-1980), taking into account the multiple contexts that involve the publication of the novel. I am starting from a perspective similar to that of Roland Barthes – who understands the city as a discourse and as a dynamic language, where it communicates with its inhabitants and they, in turn, read it, observe it, experience it and, finally, expose their interpretations about it –, to understand how Carpentier constructs his representation on the city, reconciling the descriptions of Havana with his conception of history, and what his possible objectives might be in doing so.

**Keywords:** Alejo Carpentier; La Consagración de la Primavera; City; History.

Este texto apresenta-se como parte de uma pesquisa mais ampla, cujo tema central são as representações sobre Havana na literatura cubana entre as décadas de 1960 e 1970. Em linhas gerais, lanço mão de uma perspectiva comparada entre quatro romances de autores distintos, tentando perceber como a cidade é representada nessas obras, e quais são as possíveis relações entre essas representações do espaço urbano e os múltiplos contextos que as envolvem. Para isso, parto de uma dupla perspectiva que entende a cidade como uma *Arena Cultural* e, concomitantemente, como um *discurso*.

No primeiro caso, como definiu o historiador estadunidense Richard Morse (1922-2001), a cidade aparece como espaço visto a partir da sensibilidade de seus intérpretes e da conjunção de múltiplas perspectivas originais e sensíveis, pensadas através das “fontes ou

recursos intelectuais e psíquicos” disponíveis.<sup>1</sup> No segundo, enquanto *discurso*, a cidade se comunica com seus habitantes e ao mesmo tempo é interpretada pelos mesmos. Fundando-se como uma “linguagem dinâmica”, como descreve Roland Barthes (1915-1980), sua existência condiciona-se, dentre outros fatores, a esses olhares, que a transforma e a reinventa a cada interpretação.<sup>2</sup>

É pensando nessa relação dinâmica entre a cidade e seus intérpretes que se inscrevem as páginas a seguir. Nelas me dedicarei a observar a representação de Havana feita por Alejo Carpentier na novela *A Sagração da Primavera*, publicada em 1978, tentando verificar em que medida a cidade criada pelo autor deixa de ser simplesmente o pano de fundo para a ação de seus personagens, para assumir um plano de destaque na obra. Um espaço que se conecta intimamente com a visão de história defendida pelo escritor em seus discursos e que serve, ao mesmo tempo, aos seus propósitos políticos.

#### ***A Sagração da Primavera* – Enredo:**

*A Sagração da Primavera* (1978)<sup>3</sup>, cujo título tem inspiração no ballet homônimo de Stravinsky, pertence ao conjunto de novelas maduras de Alejo Carpentier. Trata-se do penúltimo romance publicado antes de sua morte, em abril de 1980, e como o próprio autor o classificava: “[...] o mais ambicioso e longo, talvez o mais político, resolvido e decididamente revolucionário”.<sup>4</sup> De todas as suas novelas certamente foi a que mais se relacionou com sua biografia, sem que para isso tenha necessariamente se convertido num romance exclusivamente autobiográfico. Como ele define em sua apresentação à edição em português:

Homens e mulheres de destinos modificados, transformados, revertidos ou superados, com sua própria aprovação ou sem ela, pela História de nosso século: esses são os personagens do presente romance, cuja semelhança com modelos reais era inteiramente inevitável.<sup>5</sup>

O enredo trata das idas e vindas protagonizadas e narradas por seus dois personagens principais: Vera e Enrique. Vera é bailarina, filha de um comerciante russo que foge da

<sup>1</sup> MORSE, Richard M. “As cidades ‘periféricas’ como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995, p.205-225

<sup>2</sup> Segundo Barthes: “La ciudad es un discurso, y este discurso es verdaderamente un lenguaje: la ciudad habla a sus habitantes, nosotros hablamos a nuestra ciudad, la ciudad en la que nos encontramos, sólo con habitarla, recorrerla, mirarla.” Cf. em: BARTHES, Roland. *La Aventura Semiológica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993, pp.260-261.

<sup>3</sup> CARPENTIER, Alejo. *A Sagração da Primavera*. Trad. Mustafa Yazbek. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>4</sup> No original: “[...] la más ambiciosa y larga, a la vez que la más política, resuelta y decididamente revolucionaria.” Disponível em: <<http://www.fundacioncarpentier.cult.cu/publicacion/la-consagración-de-la-primavera>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

<sup>5</sup> CARPENTIER, Op. Cit., n.p.

Revolução em 1917 com sua família; e Enrique é um jovem estudante de arquitetura cubano filho da burguesia, que se rebela contra seus pais e contra a ditadura de Gerardo Machado se refugiando na Europa.

Uma vez no velho continente, Enrique se estabelece temporariamente em Paris, para logo em seguida rumar para a Espanha, onde se engaja nas Brigadas Internacionais e luta contra as tropas de Franco na Guerra Civil. É também na Espanha que conhece Vera, iniciando ali uma amizade, e posteriormente a reencontra em Paris, onde passam a viver uma vida a dois. Os meses se passam e, uma vez juntos e temerosos com o avanço do Nazismo pela Europa, o casal segue de volta à Cuba de Enrique – governada agora por Fulgêncio Batista – de onde acompanham os desdobramentos da 2ª Guerra. Enrique passa a viver da arquitetura, enquanto Vera inicia uma escola de Ballet em Havana, tentando realizar um sonho antigo de dirigir uma apresentação do ballet de Stravinsky: “A Sagração da Primavera”.

Os anos de paz que perpassam a vida conjugal durante esse período logo contrastam com a conturbada realidade da política nacional dos anos 1950: episódios históricos como o Assalto ao Quartel Moncada, em 26 de julho de 1953, e as consequentes ações repressivas do batistato, são acompanhados de perto pelos personagens. Como reação natural, o interesse por esses acontecimentos rapidamente transforma-se em envolvimento e Vera, de repente, vê seus alunos e o próprio Enrique comprometidos com as atividades políticas anti-Batista. Em meio aos episódios violentos de repressão do ditador, Enrique é forçado a deixar o país novamente, se exilando na Venezuela, enquanto Vera permanece em Cuba tentando levar a cabo seu projeto artístico. Todavia, este é interrompido bruscamente pelo contexto de grande violência dos anos que antecedem a Revolução fazendo com que a personagem busque exílio em Baracoa, povoado isolado no extremo leste da ilha.

A novela, por fim, acompanha os desdobramentos políticos que seguem o sucesso revolucionário, em 1959, até a vitória redentora das forças revolucionárias durante a invasão da Baía dos Porcos em 1961, quando Vera e Enrique finalmente se reencontram.

A mensagem final proposta por Carpentier é de esperança: com o sucesso da Revolução e com o casal mais uma vez reunido, o projeto artístico de Vera – a apresentação de *A Sagração da Primavera* –, pode finalmente continuar.

**Havana: história e Revolução nas páginas de *A Sagração da Primavera*.**



Em 1975, três anos antes da publicação do romance, Alejo Carpentier em visita à Venezuela, discursava sobre a questão da consciência e identidade da América, ressaltando a importância e as características das cidades latino-americanas nesse processo. Para o escritor, o desenvolvimento acelerado e por vezes desordenado de nossas cidades, especialmente a partir da segunda metade do século XX, constituía um traço marcante de nossa identidade quando comparado ao mundo europeu. Mais do que uma simples alteração do espaço urbano, as cidades agora também transformavam e eram transformadas por um novo homem, “o homem-cidade-do-século-XX”:

[...] eis que nossas modorrentas capitais se tornaram cidades de verdade (anárquicas em seu desenvolvimento repentino, anárquicas em seu traçado, excessivas, desrespeitosas em seu afã de demolir para substituir), e o nosso homem, consubstanciado com a cidade, torna-se homem-cidade, homem-cidade-do-século-XX que dizer: homem-História-do-século-XX, em povoados que rompem com seus valores tradicionais, passam, em poucos anos, pelas tremendas crises de adolescência e começam a firmar-se com características próprias, ainda que em atmosfera caótica e desacertada.<sup>6</sup>

A relação de comunhão entre o homem e a cidade, que resulta nesse novo “homem-cidade-do-século-XX”, é fator primordial no discurso de Carpentier e, por consequência, representa também a comunhão entre o homem e sua história. Destarte, é importante sinalizar que o sentido histórico recuperado pelo escritor é sobretudo o da história das revoluções, em geral, e o da Revolução cubana, em particular:

A nossa história contemporânea apresenta todo dia insólitos acontecimentos. O simples fato da primeira revolução socialista ter acontecido no país cuja situação era a menos propícia para isso – falo em situação geográfica- é por si só um fato insólito na história contemporânea, fato insólito que se junta a muitos outros fatos insólitos que, para nossa glória e com magníficos resultados, têm acontecido na história da América desde a Conquista até agora. Mas diante dos futuros fatos insólitos que nos esperam neste mundo do real maravilhoso, não precisamos mais dizer, como Hernán Cortés disse ao seu monarca: ‘Por não saber dar nome às coisas, não as expressei’. Hoje conhecemos os nomes das coisas; sabemos onde estão os nossos inimigos internos e externos; forjamos uma linguagem apta para expressar nossas realidades, e o acontecimento que vier ao nosso encontro terá em nós, romancistas da América Latina, as testemunhas, os cronistas e intérpretes de nossa realidade americana. Para isso nos preparamos, para isso estudamos nossos clássicos, nossos autores, nossa história, e para expressar o nosso tempo Americano [sic.] é que procuramos e encontramos nossa maturidade.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> CARPENTIER, Alejo. “Consciência e Identidade da América”. In: *A Literatura do Maravilhoso*. São Paulo: Edições Vértice, 1987, p.35.

<sup>7</sup> CARPENTIER, Alejo. “O Barroco e o Real Maravilhoso”. In: *A Literatura do Maravilhoso*. São Paulo: Edições Vértice, 1987, p.129.

Caberia então ao escritor latino-americano – frente aos desafios impostos pelo surgimento das novas cidades e do novo homem do século XX – assinalar esse novo espaço, essa nova realidade. A Revolução Cubana (1959), com seu potencial transformador da sociedade e, conseqüentemente, da própria cidade, surge para o autor como o mais recente capítulo dessa história de transformações na América Latina. Registrá-lo, portanto, torna-se seu objetivo, e é dessa forma que têm origem, pouco tempo depois, as páginas de *A Sagração da Primavera*; obra de fôlego em que Carpentier procura colocar em prática aquilo que defendera anos antes, em seus discursos.

Na novela, o autor imprime o que se tornou a marca registrada de seus romances: o barroquismo descritivo, que tem por característica a profusão de adjetivos, causando um efeito de sobreposição de imagens que é próprio da linguagem barroca. Permeado por eventos históricos que também se sobrepõem, seu enredo recupera, como num extenso documentário, o complexo contexto dos principais conflitos que caracterizaram o século XX, inserindo a Revolução Cubana no bojo dessa lógica universalizante. A respeito disso, o crítico Roberto González Echevarría demarca:

El modelo histórico (da novela) sigue siendo el del Big Bang: La Revolución Cubana aparece como la última de una concatenación de revoluciones cuyo origen es la Rusa y que incluye La Guerra Civil española, en la que participa el protagonista cubano.<sup>8</sup>

Mais do que uma sobreposição de episódios históricos, destacam-se na obra as ricas descrições dos cenários e ambientes pelos quais os personagens circulam: ruas, teatros, tabernas clandestinas, praias, praças e mansões, sempre repletas de vida e de suas gentes. As cidades ganham contornos através das fartas descrições arquitetônicas, revelando a proximidade de Carpentier com o tema e sua predileção pelo mesmo. Havana descortina-se para o leitor como a “cidade de muitas colunas, infinidade de colunas, colunas em tamanha quantidade [...] que poucas cidades no mundo poderiam igualá-la nisso”,<sup>9</sup> uma contraposição à Paris narrada, retratada como “*A-Cidade-dos-Balcões-Desertos*”<sup>10</sup>, onde a profusão de balcões é inversamente proporcional ao número de pessoas que os frequentam.

Além das colunas em demasia, Carpentier aponta outra singularidade da arquitetura de Havana: a peculiaridade de acompanhar o gosto de seus habitantes. Como demarcado por Rosa

<sup>8</sup> ECHEVARRÍA, Roberto González. “Perfil – Alejo Carpentier”. Letras Libres. Set. 2004. p.62. Disponível em: < <http://www.letraslibres.com/mexico-espana/alejo-carpentier>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

<sup>9</sup> CARPENTIER, Alejo. *A Sagração da Primavera*. Trad. Mustafa Yazbek. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.26.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.59.

Pellicer no texto: “El contexto urbano en las novelas de Alejo Carpentier” (1986),<sup>11</sup> a burguesia retratada na novela incorpora traços da arquitetura norte-americana e europeia em suas construções, sem levar em conta o contexto dessas inspirações. O resultado dessa “arquitetura imitativa”, somada à natureza tropical, é a fisionomia de uma cidade “sem estilo”:

[...] ao nível das casas, o que mais me comovia não era sempre o edificado solitariamente, [...], senão que, olhando mais para baixo, me enternecia diante da exibição das possíveis Noivas, adornadas de laços, vestidas de suaves cores, com os bracinhos gordos, como de anjinhos sob almofadas bordadas que, demarcadas por suas janelas, **se mostravam cada tarde nas estranhas ruas sem estilo, sem arquitetura definida, fora da hora de agora porque estavam inscritas numa edificação que não eram de ontem nem de hoje** [...].<sup>12</sup>

Essa ausência de um estilo característico, antes de significar um problema em si, representa para Carpentier o completo oposto – um aspecto de sua originalidade. Como registrado por ele em um de seus ensaios:

[...] La Habana ese *estilo sin estilo* que a la larga, por proceso de simbiosis, de amalgama, se erige un barroquismo peculiar que hace las veces de estilo, inscribiéndose en la historia de los comportamientos urbanísticos. Porque, poco a poco, de lo abigarrado, de lo entremezclado, de lo encajado entre realidades distintas, ha ido surgiendo las constantes de un empaque general que distingue a La Habana de otras ciudades del continente.<sup>13</sup>

Esse *estilo sem estilo*, quando lido como um projeto característico de uma cidade em constante transformação, dialoga diretamente como o sentido histórico-revolucionário defendido pelo escritor em seus discursos. Nas páginas de *A Sagração*, a cidade aparece como cenário propício às grandes mudanças, se transforma, e atinge seu florescer – sua *primavera* como indica o título –, ao final, com o advento da Revolução.

Todavia, esse movimento de progressão da cidade não ocorre sem tensões; e estas se concentram, sobretudo, no campo social. Ao longo do romance Carpentier oferece ao leitor a imagem de uma urbe convulsionada pela divisão social e racial em que, de um lado, situa-se uma burguesia crioula detentora de privilégios, e do outro, posiciona-se uma camada mais pobre, negra em sua maioria, relegada a um segundo plano do estrato social. Havana revela-se como um espaço de sombras, como descreve a personagem Vera:

Nesta cidade luminosa de soalheiros e terraços, havia um mundo claro e um mundo obscuro. Nada era muito evidente para o forasteiro vindo de outras

<sup>11</sup> PELLICER, Rosa. “El contexto urbano en las novelas de Alejo Carpentier”. Mester. Zaragoza, v.14, n.1, p.29-40, 1986.

<sup>12</sup> Grifo meu. CARPENTIER, Alejo. *A Sagração da Primavera*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.186.

<sup>13</sup> CARPENTIER, Alejo. “La Ciudad de las Columnas”. In: *Ensayos Selectos*. Buenos Aires: Corrigidor, 2007, p.87.

terras, mas todos sabiam que aqui se vivia num circuito de sol e sombra, onde uma humanidade cruelmente discriminada, integrada por indivíduos que, apesar de uma Constituição que lhe outorgava tantos direitos como os filhos e netos de seus antigos amos, aceitavam por força a noção de que era impossível alojarem-se num hotel de categoria, comer em restaurantes de toalhas limpas, dançar em bailes que não fossem ‘de cor’, frequentar barbearias que não fossem ‘barbearias de negros’. Estavam condenados por uma coletividade dominante que muito lhes devia [...], a empregar-se em labores servis e subalternos, e quando conseguiam ascender ao nível de escritórios e lojas, era para desempenhar funções onde não teriam contato com a clientela *branca*, tendo de resignar-se (mesmo quando às vezes possuísem um diploma universitário) a regressar ao âmbito do seu gosto invisível.<sup>14</sup>

A Havana burguesa denunciada por Carpentier é a capital de Gerardo Machado e Fulgêncio Batista: cidade dos casamentos arranjados, dos falsos títulos de nobreza, dos favores concedidos a uma casta que se alia aos ditadores do momento, de acordo com os seus interesses. Uma urbe onde a máfia controla os hotéis, os bordéis e as principais casas de jogos com a anuência dos governantes. É uma cidade onde a artificialidade barroca se expressa desde o nível comportamental de sua elite decadente até o nível de suas construções. Como nos revela o discurso sarcástico do personagem José Antonio, amigo de Enrique:

Seu marido não dizia que este país não havia conseguido criar, atualmente, um estilo arquitetônico original? Aqui está: Hotel Riviera. Grande estilo Lucky Luciano... Mas isto é só o começo: agora você vai conhecer o estilo ‘família Frank Costello’, da melhor época, com preciosos retoques de George Raft, o que significa um inavaliável misto de máfia e Hollywood [...]<sup>15</sup>

A narrativa em tom de crítica ao *modus operandi* dos governos anteriores à Revolução, à dependência dos Estados Unidos e à estrutura social do país é um aspecto central da obra. *A Sagração da Primavera* é, antes de mais nada, resultado de um esforço de Carpentier em expressar literariamente seu apoio irrestrito ao movimento e, em especial, ao governo de Fidel Castro. Como consequência direta, o enredo parece justificar a todo momento a necessidade da Revolução. Cada descrição de ambiente, ação, ou diálogo dos personagens é feita no sentido de ressaltar a importância revolucionária na construção de uma nova sociedade. As descrições dos cenários burgueses carregam em si um sentido de decadência que somente serão resolvidos com o advento da Revolução, ao passo que a cultura proveniente das camadas populares, surge como grande força motriz e terreno fértil para as ideias revolucionárias.

O tom utilizado pelo autor difere de outras obras que abordam o mesmo período histórico, como, por exemplo, *Três Tristes Tigres* (1965), de Guillermo Cabrera Infante. O contraste entre as duas é marcante: Infante promove em seu romance um verdadeiro culto à

<sup>14</sup> CARPENTIER, Alejo. *A Sagração da Primavera*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 279.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p.367.

liberdade da noite e da boemia de Havana,<sup>16</sup> enquanto Carpentier dedica-se a denunciar os vícios de uma sociedade em ruínas que carece de uma transformação radical. O primeiro, lança seu olhar a um passado que foi alterado pelas políticas centralizadoras de Castro – e que culminaram inclusive em seu exílio. O segundo, adota o discurso oficial moralizador para tratar de um passado impuro, depositando sua fé num futuro promissor, pós 1959.

Esse duplo movimento expresso por Carpentier (um em direção à Revolução redentora, e outro à decadência) é igualmente transposto ao nível dos personagens. Em síntese: ou são transformados por uma consciência cada vez maior da necessidade da Revolução como caminho para o progresso, como no caso de Enrique, Vera, Gaspar, Calixto e Mirta; ou são absorvidos pelo contexto revolucionário iminente e tornam-se figuras ultrapassadas e caricatas, como no caso de José Antonio, de Teresa ou da Condessa – as duas últimas, prima e tia de Enrique, respectivamente. Nesse caminho a narrativa também se transforma em cenário propício para que heróis e vilões tomem forma: a figura de Fidel Castro é exaltada, especialmente por personagens de origem mais simples, como Calixto, por exemplo. Ao passo que os inimigos (do povo, sobretudo), como Fulgêncio Batista, são ridicularizados:

‘Esse Batista está falando merda – e desculpe, Madame’, disse Calixto. ‘Aqui nunca houve mais mercenários que os dos bandos armados pelos homens fortes da velha política, e que já vimos atuar o suficiente nos últimos anos’, disse Gaspar. ‘Pistoleiros como os que aparecem nos filmes de *gangsters*’, disse Calixto.<sup>17</sup>

Embora essa divisão de características dos personagens esteja expressa de forma mais ou menos clara na obra, outro aspecto que chama atenção é a abertura de espaço para o contraditório. Um exemplo nesse sentido é o duplo olhar direcionado à figura das prostitutas no romance. Inicialmente, ilustradas a partir das memórias de Enrique, são descritas como pertencentes naturais da vida urbana. Num momento de reflexão ele recorda sobre: “as mais divertidas histórias de putas e alcoviteiras, adultérios e enganos, maliciosas façanhas no âmbito do Hotel Vênus ou da Academia de Dança de *Marte e Belona*”.<sup>18</sup> Destaca, concomitantemente, os curiosos apelidos pelos quais eram conhecidas: “*A Macorina* [...], *A Tigresa Real* [...], *A Morta Viva* [...], *A Rainha Católica* [...], *Norka, a russa*”, etc. Em sua memória as prostitutas estabelecem seu lugar de direito na cidade, dividem espaço com outras figuras comuns e

<sup>16</sup> O próprio Guillermo Cabrera Infante avisa no início de sua obra: “*Deve ser lido à noite*. É que este livro é uma celebração da noite tropical.”. Cf. em: INFANTE, Guillermo Cabrera. *Três Tristes Tigres*. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p.7.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p.289.

<sup>18</sup> CARPENTIER, Alejo. *A Sagração da Primavera*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.181.

cotidianas que habitam os grandes centros e, portanto, fazem parte do cenário urbano de Havana.

A mudança de perspectiva em relação a elas ocorre por sua vez gradativamente, de acordo com o desenvolvimento da narrativa. A medida em que o sentido moral da Revolução ganha força no enredo, sua presença já não é mais bem vista, ao contrário, passam a ser descritas sob um forte juízo de valor, simbolizando agora a decadência de todo o regime anterior.

E ali estavam elas, as nômades enfeitadas de jóias, pavoneando-se, iluminadas e magníficas nas luzes vermelhas - luzes de forja, luzes de infernos em Coney Island - daquele Hotel Capri que me era revelado em todo esplendor de seu estilo gângster. E como a prostituição feminina nunca vem sozinha, ali estavam os da prostituição epicena, com seus gestos ondulantes e roçadores, de impecável *smoking* justo e pulseiras de amuletos, andando daqui pra lá [...]. Deles (ou delas) havia de todas as idades, chegando-se, para os que costumavam render culto à extrema juventude, ao falso colegial de Eton, de jaqueta curta, calça cinza riscada, e largo colarinho britânico com gravata negra. ‘Estamos em pleno *Satyricon*’, me disse José Antônio. E, realmente, havia algo de Festim de Trimalcião naqueles salões forrados de amaranço [...]. Eu estava aturdida, fora de ambiente, um pouco enjoada, porém mais que tudo enojada. ‘Tire-me daqui’, disse a José Antônio.<sup>19</sup>

Na voz de Vera o cenário de prostituição revela a deterioração de uma cidade entregue à danação. Mais do que figuras comuns ao ambiente da cidade, as prostitutas agora são motivo de fastio e nojo. A comparação ao *Satyricon*, de Petrônio, e ao seu fragmento sobre o “Banquete de Trimalquião” (em que se descreve criticamente um jantar luxuoso e ao mesmo tempo decadente na Roma antiga),<sup>20</sup> reforçam a imagem de desmoronamento de uma sociedade que necessita de uma mudança brusca, de uma Revolução. Aqui, mais uma vez, a narrativa de Carpentier encontra forte ressonância com os ideais defendidos pela oficialidade cubana após a Revolução.

Todavia, a Havana criada por Carpentier em *A Sagração da Primavera* não se resume apenas a ser alvo de críticas de um mundo a ser transformado. Tendo em vista a complexidade do espaço urbano, e de que este é formado pela multiplicidade de olhares que o observam, o autor aproveita a oportunidade para também expressar uma visão mais saudosista da cidade, numa perspectiva polifônica de seus personagens. A capital então ganha contornos atemporais, fundando-se sobretudo na memória. Os aspectos materiais e imateriais que constituem o espaço urbano se unem para resgatar uma outra visão de mundo: as descrições feitas, sobretudo por

<sup>19</sup> Ibid., p.368-369.

<sup>20</sup> Sobre a obra *Satyricon*, de Petrônio, Cf. em: FARIA, Pablo P. F. & FUJISAWA, Kátia S. “Linguística histórica, Latim vulgar e mudança sintática: evidências em *Satyricon* da tendência de mudança da ordem SOV para SVO”. In: *Língua, Literatura e Ensino*. Campinas: Unicamp, 2009.



Enrique, a respeito das ruas e prédios antigos, se misturam aos cheiros e gostos da culinária havanesa, à profusão de cores que emanam da cidade, à presença de sua arquitetura diversa, à natureza, aos sons da música e das conversas nas ruas.

Ao espaço monumental dos edifícios públicos descritos, como o Teatro Nacional e o Capitólio, por exemplo, misturam-se outros ambientes cheios da vida cotidiana como: a calçada do Prado, o Malecón e a rua O'Reilly. Ou mesmo a barbearia: “uma deliciosa barbearia crioula, com xícaras de café e bilhetes de loteria”; o Colégio, “cujas galerias [...] continuavam exalando seu invariável cheiro de urinóis e creolina”; ou mesmo o próprio mar: “anfiteatro de coisas imensas, dioramas de tormentas, panorama de crepúsculos nunca semelhantes aos anteriores[...]”.<sup>21</sup> Havana revela-se como um “vasto museu” a céu aberto, onde o visitante transita quadro a quadro, encontrando um inventário das próprias raízes.

### **Conclusão:**

Mais do que uma narrativa sobre os anos que antecederam a Revolução Cubana, *A Sagração da Primavera* é uma obra que diz muito sobre os anos posteriores ao evento e, em especial, aos últimos anos de vida de Alejo Carpentier. Diante da necessidade de reafirmar sua crença nos ideais revolucionários, reforçando sua posição política favorável ao regime castrista, Carpentier fez dessa novela sua profissão de fé: fé numa Revolução transformadora, cujo advento modificou e transformou o destino de muitos homens e mulheres. Inclusive o seu.

### **Referências Bibliográficas:**

BARTHES, Roland. *La Aventura Semiológica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

CARPENTIER, Alejo. *A Literatura do Maravilhoso*. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Sagração da Primavera*. Trad. Mustafa Yazbek. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ECHEVARRÍA, Roberto González. “Perfil – Alejo Carpentier”. *Letras Libres*. Set. 2004.

FARIA, Pablo P. F. & FUJISAWA, Kátia S. “Linguística histórica, Latim vulgar e mudança sintática: evidências em Satyricon da tendência de mudança da ordem SOV para SVO”. In: *Língua, Literatura e Ensino*. Campinas: Unicamp, 2009.

MORSE, Richard M. “As cidades ‘periféricas’ como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995.

PELLICER, Rosa. “El contexto urbano en las novelas de Alejo Carpentier”. *Mester*. Zaragoza, v.14, n.1, p.29-40, 1986.

---

<sup>21</sup> CARPENTIER, Alejo. *A Sagração da Primavera*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.181-182.



## As mulheres também habitam a cidade: a condição feminina na Primeira República e seus desafios

**Beatriz do Nascimento Prechet**  
Mestranda em História Social da Cultura  
PUC-RJ

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo empreender uma breve análise sobre a condição feminina, no momento em que o Rio de Janeiro, mais precisamente na Primeira República, passa por seu processo de modernização. Para além de uma discussão sobre o processo urbanístico das mudanças físicas da cidade, ajustarei o foco e iluminarei a figura da mulher prostituta e sua relação com as mulheres denominadas “ honestas”. Nesse sentido, debruçarei sobre o discurso médico e moral da Primeira República, bem como seguirei em direção a análise do lugar social dessas mulheres, sobretudo no que concerne a hierarquização das prostitutas. As mulheres também habitam a cidade e fazem dela seu laboratório de experiências.

**Palavras-Chave:** Mulheres; Prostitutas; Primeira República; Rio de Janeiro

**Abstract:** The present work aims to undertake a brief analysis of the female condition, at a time when Rio de Janeiro, more precisely in the First Republic, undergoes its modernization process. In addition to a discussion about the urban process of the city's physical changes, adjust the focus and illuminate the figure of the prostitute woman and her relationship with the so-called "honest" women. In this sense, the focus of this work is on the medical and moral discourse of the First Republic, as well as on the analysis of the social place of these women, especially with regard to a hierarchy of prostitutes. Women also inhabit the city and make it their laboratory of experience.

**Keywords:** Women; Prostitutes; First Republic; Rio de Janeiro

A figura feminina, desde a configuração da família brasileira tradicional, baseada no patriarcado, sempre foi vista e representada como sendo invólucro de coisas boas e positivas. Exemplo de amor e ternura, a mulher nunca foi pensada de forma combativa, independente e capaz de exercer outra função que não a de esposa, mãe e dona do lar.

Considerada fútil e fraca, a mulher encontra-se localizada sempre abaixo das expectativas e qualidades do homem. Como um bibelô, a mulher é colocada ao lado do marido e dos filhos para dar-lhes suporte e satisfazer todas as suas vontades, sempre colocando seus desejos e necessidades de lado.

Criatura inferior, passou a ser alvo da antropologia criminal e foi apontada por Cesare Lombroso sendo o símbolo da deficiência humana. A inferioridade lhe era nata e, por isso, a infantilidade fazia-se presente, impedindo-a de ser capaz de tomar decisões importantes.

É necessário dizer que essa caracterização da mulher atravessa épocas na sociedade brasileira, no entanto, localizamos na da sociedade carioca do século XX, consequência da configuração social do XIX, uma divisão de classe. Encontramos, portanto, três tipos de

mulheres<sup>1</sup> : I – as mulheres honestas , pertencentes a camada burguesa da sociedade. II - as prostitutas, constituintes, em sua maioria, da classe popular e III – as mulheres trabalhadoras, também pertencentes a classe popular. Essa configuração do grupo “ mulher” abarca não somente aquelas que possuíam instrução e frequentavam os grandes salões da cidade moderna, mas também aquelas marginalizadas e penalizadas pelo processo de modernização do Rio de Janeiro.

Pesava sobre as mulheres das camadas populares um discurso punitivo era mais duro, visto que sofriam duplamente, pela condição feminina e de classe: marginalizadas, necessitavam trabalhar para sobreviver, no trabalho, eram exploradas, inferiorizadas e assediadas. É necessário deixar claro que as mulheres burguesas também sofriam com o regime machista encontrado na sociedade republicana. Elas, instruídas e representantes da “boa classe”, (...) devendo contribuir para a promoção do marido em sociedade, cabendo-lhe, através de suas roupas e jóias ostentar o status familiar” ( SOIHET, 1989,p. 114).

Vale ressaltar, nas palavras de Soihet

(...), a miséria, o desgosto e a solidão estavam reservados às mulheres que se aventurassem a uma instrução elevada, além da clássica educação reservada à mulher – “ um pouco de literatura, piano, canto, uns salpicos de ciência”. Repelidas para o casamento pela habitual repugnância do homem vulgar pela mulher instruída, rejeitadas no mundo profissional, o suicídio, o delito ou a prostituição seriam suas alternativas. ( SOIHET, 1989, p.109)

E acrescenta que, de modo geral,

eram reconhecidas como virtudes essenciais ao sexo feminino a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão. Por todos esses atributos a mulher estava definitivamente destinada ao amor. (SOIHET, 1989,p. 115)

Ou seja, aquelas que desejassem romper com as normas do “ ser mulher”, não eram vistas com bons olhos, o que significava que às mulheres, o papel reservado era sempre do apagamento em relação ao homem e a sociedade como um todo.

Pensando em toda a extensão da sociedade patriarcal, é nítida a configuração da mulher como tendo características sempre iguais, onde as particularidades de cada uma são negligenciadas e colocadas de lado em detrimento de um manual que leva em consideração apenas o aspecto social e moral: ao serem mulheres, elas seriam necessariamente frágeis,

---

<sup>1</sup>Ver mais em: TARNOWSKY, Pauline. Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses. Paris: E.Lecrosnier et Bébé, 1889. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque municipale de Lyon-part Dieu. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5788932f.r=pauline+tarnowsky.langFR>>.

dóceis, submissas, inferiores e assexuadas. Todas aquelas que fugissem a regra - estabelecida pelos homens – eram consideradas anormais e de má influência para as outras que permaneciam no caminho traçado para elas.

Levando em consideração o momento transformador da cidade carioca e entendendo que o processo de urbanização, assim como o desenvolvimento industrial e comercial exigiam mão de obra, a mulher passa a ser necessária dentro das fábricas e em outros locais de talho que permitissem o “toque feminino”.

Participando da renda familiar, a mulher trabalhadora ainda assim era inferiorizada. Seja porque ganhava menos, seja porque sofria assédio ou ainda porque, “a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.” (RAGO, 1985, p. 89)

Por mais que houvesse a necessidade dessa mão de obra, a mulher era freada devido aos seus afazeres domésticos. É importante dizer que, para além do trabalho exaustivo nas fábricas e no comércio, essa mesma mulher exerce o papel de doméstica do seu próprio lar, resultando numa dupla, às vezes tripla jornada, pois a virilidade masculina, até mesmo dos homens mais revolucionários do pensamento anarquista dos anos 20, poderia ser afetada ou prejudicada caso assumisse para si alguma das inúmeras tarefas do lar.

As mulheres trabalhadoras são consideradas um desvio à moralidade burguesa, pois não podem estar inseridas em um ambiente que seja predominantemente masculino e também, porque não possuem atributos que a coloquem no mesmo patamar que os homens, segundo o pensamento da época. Nesse sentido, “a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devota e inteira sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual” (RAGO, 1985, p.91)

Assim, os homens da fábrica, munidos de um falso moralismo retiram as mulheres dos campos de trabalho e a colocam de volta no lar. Sob o pretexto do trabalho fora de casa ser o grande atrativo para a prostituição e “como o espaço onde a mulher frágil e indefesa, corre o risco de corromper-se física e espiritualmente” (RAGO, 1985, p.92), o espaço público torna-se novamente um local onde a mulher branca, honesta e pertencente à família tradicional, não deve estar.

Aqui fica claro o quanto a rua e os espaços públicos eram temidos pelo patriarcado. Símbolos da efervescência modernizadora, as ruas cariocas, a praia, o cinematógrafo, os jardins públicos e os chopes cantantes eram novos espaços de sociabilidade, que refletiam a recente sociedade burguesa que se rendia ao espaço público a fim de aproveitar os ares modernizantes.

Os espaços públicos por sua vez, abrigavam todos os componentes da sociedade carioca. Uma das personagens mais polêmicas das ruas nos anos 20 era, sem dúvida, a prostituta.

Mulher livre e destemida, a prostituta encontra-se exatamente na contramão da sociedade casta. Inserida nos artigos do obsoleto, mas ainda útil para a época, Código Penal de 1890, a mulher prostituta, não inserida nas atividades “permitidas” sofria com a truculência do Estado. Cabe aqui pensar que, embora não houvesse vagas de trabalho para toda a população, a mulher era rejeitada em certos postos de trabalho justamente por ser mulher, sobrando para ela, na necessidade de sobreviver, ganhar dinheiro da forma que pudesse, nem que para isso o fim último fosse a prostituição.

Segundo Rachel Soihet, “ particularmente, a prostituição se constituiu, na época, em alvo de discussão e medidas especiais.”( SOIHET, 1989, p.201) Desde meados do século XIX, os higienistas atribuíam às prostitutas a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, a destruição da família tradicional e a miséria do homem.

Essas mulheres foram alvos de estudos e constatações somente por irem contra o manual da mulher. Revestidas de sexualidade e desejo, as prostitutas representavam o mal das ruas, o fim da moralidade e a degradação da espécie fêmea, pois são

mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer? ( RAGO, 1985, p. 115)

Divididas em grupos e subgrupos, encontramos uma hierarquização dentro do ambiente das meretrizes. A prostituição pública e clandestina dividia espaço na cidade modernizada, atendendo públicos distintos. Enquanto a prostituição pública era aquela tolerada, onde mulheres menos marginalizadas atendiam a alta classe, a prostituição clandestina reservava-se a espaços mais afastados do centro burguês e era realizada por mulheres das camadas populares marginalizadas.

As prostitutas públicas de primeira ordem, sendo bancadas por grandes nomes da sociedade, moravam em lugares bons, viviam enfeitadas de artigos de luxo e “ Tinham em público um ar de honestidade, tornando difícil distingui-las das mulheres honestas.” (SOIHET, 1989, p.201)

Por sua vez, as prostitutas de segunda e terceira ordem, viviam em locais mais centrais da cidade e eram frequentadas por homens tanto das classes altas quanto das menos favorecidas. Negras e portuguesas, amontoavam-se nas janelas, sobrados e casebres a fim de figarem seus patrocinadores. Eram consideradas perigosas e rejeitavam qualquer tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis.

As prostitutas clandestinas, por fim, eram mulheres trabalhadoras que viam na prostituição uma forma de complementar a renda e tinham como clientes toda sorte de homens.

A prostituição não somente feria a moralidade da sociedade, como também atraía mulheres das classes altas a viverem num mundo de prazer e ociosidade. Responsáveis por desvirtuar tanto as mulheres pobres que, na maioria dos casos via na profissão um meio de sair da miséria, e as mulheres ricas, reprimidas pelo manual da boa mulher, a prostituição foi perseguida de todas as formas possíveis.

Entendida como crime, a prostituição era considerada um vício “ que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social” (RAGO, 1986, p.116) e apresentada como uma das principais causas de doenças e imundices da cidade. Ligadas aos miasmas, as prostitutas eram encurraladas e marginalizadas pela boa sociedade.

É necessário dizer que mesmo a construção dos médicos higienistas sobre a maldição da prostituição e das prostitutas, a prática era necessária para manter o lar da família tradicional erguido, haja vista que as mulheres honestas não poderiam sentir prazer e, muito menos, dar prazer a seus homens.

A prostituição, nesse sentido, podia ser perseguida e marginalizada, mas jamais erradicada. O homem de bem tinha necessidades sexuais as quais suas próprias esposas jamais poderiam suprir, levando-o a buscar novas experiências e satisfação na cama das cortesãs. Nesse momento, a contribuição de Rachel Soihet é importante

Não se tratava, porém, de eliminar a prostituição. Esta era negativa somente em seu estado de descontrole e desconhecimento. A medicina propunha uma mudança com base na afirmação de que seria a prostituição um mal necessário. Isto se deveria a que a prostituição fosse, ao mesmo tempo, fato natural e social. Natural por estar ligada ao organismo humano que desde o

pecado original teria como aspecto prevalente a carne. A prostituição permitiria a realização do instinto sexual, necessidade inscrita no homem enquanto natureza. Justificar-se-ia pela constituição orgânica do homem. Recorria-se, também, à história para reforçar a afirmação de que o homem sempre dela precisou. A prostituição também se constituiria em fato social produzida pela aglomeração humana, pelo funcionamento da sociedade, sendo modificada em suas características-intensidade, malignidade, pelo clima, leis, costumes e educação de cada país ( SOIHET, 1989,p. 203-204)

Nesse sentido, fica claro o discurso machista da sociedade da primeira república. Não é o homem quem transmite a doença a sua esposa, mas sim a mulher prostituta com quem ele mantém relações sexuais de forma frequente.

A penalização da mulher é tamanha, que são as prostitutas e não os seus clientes, as responsáveis pela desgraça do lar e pela solidão da mulher-esposa-mãe-dona de casa; e caso essa mesma mulher de manual sintasse atraída pelo mundo da rua, da “ desonestidade” e do prazer, as meretrizes seriam culpabilizadas, pelo simples fato de serem livres das amarras sociais.

A alternativa encontrada, portanto, para afastar esse mal das ruas, foi uma nova reconfiguração do espaço. Aproveitando a oportunidade da visita dos reis da Bélgica Alberto I e Elizabeth em 1920, o então prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio, tratou de preparar a cidade republicana recém modernizada para que fosse apreciada pelos reis influentes da Europa. Para tanto, o prefeito tentou expulsar das ruas, mais uma vez, aqueles sujeitos indesejáveis. Prostitutas chegaram a ser presas e depois alocadas em bordéis que beiravam o Mangue, onde desde a primeira remoção para a modernização da cidade, foi o local onde as meretrizes das camadas mais baixas desempenhavam sua profissão.

Ao passo que a política de revitalização da cidade continuava a avançar, as prostitutas eram cada vez menos toleradas nos espaços públicos. A região da Lapa ascendeu dessa forma como um local possível para a prática da prostituição.

Cabarés, casas noturnas e cafés, faziam da Lapa da “ Montmartre tropical”, onde as prostitutas do primeiro grupo das públicas, ou seja, as de luxo, desempenhavam sua profissão sem ter a polícia repressora nas costas.

A ascensão da Lapa como região própria para a prática da prostituição, segundo a regulamentação do Estado, contribuiu para a decadência do Mangue. Porém, a zona do baixo meretrício foi alvo da curiosidade de intelectuais como Manuel Bandeira, Lasar Segall e Di Cavalcanti.

Esses homens de letras abordaram o Mangue nas obras que produziram durante os anos de 1920 até 1950, mais ou menos. O despertar do interesse pelas camadas populares e, principalmente pelas mulheres populares, deu-se, a meu ver, pelo fato daquilo que Baudelaire<sup>2</sup> chamou de interesse pelos debaixo, pois, não é a toa que Di Cavalcanti retrata em suas pinturas as mulheres do baixo meretrício; que Manuel Bandeira tenha dedicado seu mais extenso poema do livro *Libertinagem* também ao Mangue; e que Oswald de Andrade tenha escrito e reescrito *O santeiro do Mangue*, até sua publicação final em 1991.

O interesse literário pela prostituta parte do princípio de que ela já não é somente um tipo de mulher transgressora da moral e dos bons costumes, mas também fruto e consequência da cidade modernizada. Ela passa então de figura marginalizada a grande mistério a ser desvendado. Nas palavras de Eliane Robert de Moraes, “ (...) a reles meretriz oitocentista se viu transformada em um mistério acima de toda compreensão, só comparável aos grandes enigmas humanos. ( MORAES, s/d, p. 168)

O Mangue resistiu ao processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro até 1979, quando foi extinto pela obra do metrô. O que sobrou dele foi a Vila Mimosa, conhecida até os dias de hoje por ainda abrigar, de forma explícita, a prática da prostituição.

A memória simbólica do Mangue, por outro lado, está registrada na literatura modernista que, assim como a prostituta, transgrediu as normas sociais debruçando-se sobre a vida cotidiana e aproximando-se de um modo mais brasileiro de produzir cultura. Assim, fica nítido o cerceamento da mulher prostituta, frente a uma sociedade ainda muito marcada pelo patriarcalismo. O percurso por mim feito, foi a descrição de uma realidade que não está restrita à Primeira República, ela estende-se até os dias de hoje.

## **Bibliografia**

BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

MORAES, Eliane Robert. *Francesas nos trópicos: a prostituta como tópica literária*. In: *Teresa Revista de Literatura Brasileira* [15]; São Paulo, p. 165-178, 2015.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

---

<sup>2</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



SCHWARTZ, Jorge. Evocações do Manguê. Disponível em:  
<http://www.mls.gov.br/mlsItem.asp?sSume=21&sItem=403>

TARNOWSKY, Pauline. Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses. Paris: E.Lecrosnier et Bébé, 1889. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque municipale de Lyon-part Dieu. Disponível em:  
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5788932f.r=pauline+tarnowsky.langFR>

## A bicicleta como um veículo feminista: a relação entre o cicloativismo e o feminismo nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro

**Vivian da Silva Garelli Machado**

Mestranda em Antropologia

UFF

E-mail: [viviangarelli@gmail.com](mailto:viviangarelli@gmail.com)

**Resumo:** A relação da mulher com o meio urbano permeia debates clássicos sobre industrialização, trabalho, emancipação, violência, liberdade e sufrágio. Uma das grandes marcas do período industrial é a participação das mulheres nas fábricas, aos poucos saindo do espaço restrito da casa para ganhar espaço visível na cidade, no deslocamento até o trabalho, ocupando espaços públicos e colocando em evidência a sua mobilidade. Mover-se na cidade, algo antes muito restrito e regrado, que passa a integrar as reivindicações de grupos formados por mulheres, pela defesa de direitos trabalhistas, o sufrágio e a sua mobilidade. Apresento uma perspectiva antropológica desenvolvida na minha monografia na conclusão do curso de Ciências Sociais e que será continuamente trabalhada na pós graduação. O trabalho foi desenvolvido dentre grupos de cicloativistas nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro nos anos de 2015 a 2016.

**Palavras-chave:** Mulher; Bicicleta; Cicloativismo; Gênero; Rio de Janeiro

**Abstract:** The relationship between women and the urban environment permeates classical debates on industrialization, work, emancipation, violence, freedom and suffrage. One of the great marks of the industrial period is the participation of women in the factories, gradually leaving the restricted space of the house to gain visible space in the city, to move to work, occupying public spaces and highlighting their mobility. Moving in the city, something very restricted and regulated, which starts to integrate the demands of groups formed by women, the defense of labor rights, suffrage and their mobility. I present an anthropological perspective developed in the Minah monograph at the conclusion of the Social Sciences course and will be continuously worked in postgraduate studies. The work was developed among groups of cyclo-activists in the cities of Niterói and Rio de Janeiro from 2015 to 2016.

**Keywords:** Woman; Bicycle; Cicloativism; Gender; Rio de Janeiro

### Introdução

Mobilidade feminina é um tema que engendra perspectivas plurais de análise, podendo tratar-se do deslocamento da mulher em diversos aspectos e espaços, como dentre países, regiões, cidades, bairros, e até dentre sua casa e o ambiente fora dela. No meio urbano, tratar do deslocamento não se resume em somente tratar da mobilidade, mas também pensar em variáveis como trabalho, lazer, violência, moradia, e também em direitos: no direito de ir e vir, nos espaços permeáveis a sua locomoção. Há relação entre a cidade e gênero? Como a cidade é construída nas relações de gênero e como isso impacta o deslocamento das mulheres no meio urbano?

A rua, representando o local comum de contato e circulação de pessoas no meio urbano, é um espaço que ao contrário de demonstrar a igualdade de circulação das diversas pessoas que

perpassam, é um espaço que demonstra a desigualdade de circulação, mobilidade e preparação desse espaço para diferentes classes, etnias, gêneros e até sexualidades. A rua expressa o encontro social de ideias, construções, performances e concepções que materializam e por vezes colocam em conflito as percepções que podem ser contidas, fechadas a quatro paredes no universo privado residencial. A rua nunca foi um espaço dado às mulheres, e sim um espaço que ainda é reivindicado e conquistado pelos movimentos sociais feministas como uma representação visível dos conflitos e desigualdades aos direitos da mulher até os dias atuais. A mobilidade urbana feminina é um exemplo de reivindicação pela desigualdade da ocupação da mulher no meio urbano, sua necessidade de protagonismo e associações com temas ainda contemporâneos como violência, moralidade, competência e fragilidade.

Ao tratar das formas de deslocamento das mulheres no meio urbano, perpasso dentre diversas outras categorias de análise da vivência da mulher na cidade, portanto a mobilidade urbana é o apenas um recorte da temática de gênero, como também outra área de análise que realiza uma intercepção quanto a percepção das mulheres ciclistas na forma como executam esse deslocamento.

### **A bicicleta e o feminismo, uma relação histórica**

A condição da mulher como possuidora de um papel social subalterno sempre foi construído e reforçado na sociedade até o surgimento dos debates feministas em prol dos direitos das mulheres. Uma das características marcantes no surgimento da luta feminista é a luta pelo direito da mulher ao seu próprio corpo, luta que permanece em debate, e que possui como estopim debates sobre saúde, visibilidade e sobre as marcas da diferença no vestuário. Na era Vitoriana, período no qual a Rainha Vitória reinou sobre a Inglaterra, no século XIX, durante 63 anos, de junho de 1837 a janeiro de 1900, as mulheres eram facilmente identificáveis pelas camadas de roupas que utilizavam, dentro de rígidas normas de vestimenta e conduta, com volumosas quantidades de roupas sob os longos vestidos que possuíam com o objetivo ocultar o corpo feminino e suas formas, remodelando-o à estética moral da época. No dia-a-dia da mulher vitoriana incluíam-se sapatos altos e apertados, longas camadas de saias e roupas de baixo, e botões, e principalmente corseletes, que limitavam a própria respiração das mulheres, dificultando muitas vezes o caminhar, causando-lhes desmaios e reforçando o estigma de que as mulheres eram frágeis e pálidas. Essa luta por roupas mais modernas e confortáveis foi de encontro com uma novidade que surgia: o ciclismo.

O hábito do ciclismo, por exemplo, foi um dos responsáveis pelo fim do uso do incômodo espartilho, peça que dificultava ou mesmo impossibilitava o ato de pedalar. Assim, conforme a prática foi se tornando mais usual, as mulheres não só o abandonaram como também passaram a utilizar vestimentas mais curtas e justas: ‘todos parecem concordar que os trajes usados para andar de bicicleta influenciaram consideravelmente a moda. Forneceram provavelmente mais um argumento a favor do uso de ceroulas. Mas também fizeram muitas mulheres vestirem calções, bloomers (saias curtas e calções presos nos tornozelos) e outras roupas esportivas, ensinaram-lhes a conveniência de bolsos, pouparam-lhes a necessidade de levantar as saias e criaram nelas um gosto por trajes com que pudessem sentar, caminhar ou recostar-se facilmente – e ainda pedalar’. (WEBER 1988, P.p. 128; In: MELO; SHETINO, 2009, Pp. 117)

Os avanços tecnológicos após os eventos da Revolução Industrial, Revolução Americana e Francesa transformaram o mundo com invenções da era moderna, e nesse cenário, em 1817, surge a bicicleta, pelo O alemão Barão Karl von Drais, a bicicleta draisiana, porém só em 1863, os irmãos Pierre e Ernest Michaud, criam um modelo mais próximo das bicicletas modernas como conhecemos, em Paris, tornando estas uma forma de diversão apreciada pelas elites (MELO;SCHETINO). A bicicleta surge como uma alternativa à mobilidade por carroças, charretes e cavalos e fazendo sucesso na forma de lazer e de esporte em competições. A bicicleta passa a ser reivindicada não apenas por homens, mas também pelas mulheres, que apesar dos impedimentos morais da época, como a proibição de associações de mulheres ciclistas (MELO;SCHETINO) e com a criação de mitos como uma possibilidade de atrofiação do útero ao pedalar. Mulheres passaram a reivindicar seu espaço e visibilidade na sociedade em diversos campos quanto a igualdade como direitos das mulheres, na reforma dos vestuários e até na luta pela abolição da escravatura.

O uso da bicicleta pela elite feminina parisiense ditava moda e influenciava o novo design das ‘bicicletas para senhoras’. Conforme relata Schetino (2008), desde a sua presença nas cidades a bicicleta conquistava um número crescente, mas ainda pequeno de adeptos. A melhor maneira de propagar, legitimar e incentivar o seu uso era através de exemplos, da recomendação de pessoas importantes na sociedade. No Rio de Janeiro, ano de 1892, estudos começaram a ser realizados na busca de melhor entendimento sobre os benefícios de seu uso: exercício útil a respiração; calmante do sistema nervoso; etc. (BINATTI, 2012)

A feminista americana Susan Anthony declarou no final do século XIX: “Andar de bicicleta fez mais pela emancipação da mulher do que qualquer outra coisa no mundo”. Esta é considerada uma característica da bicicleta como “emponderadora”, pois, diferentemente das roupas para cavalgar em que as mulheres eram colocadas de lado na montaria como adornos e não podiam ser efetivamente independentes para subir e traçar seu caminho, a bicicleta surge em um momento histórico em que as mulheres necessitam serem donas do seu próprio caminho, precisam se locomover pela cidade, necessitam de visibilidade, questões que são reivindicadas e são colocadas em pauta de luta por associações de mulheres e feministas integrando mais pautas de reivindicação.

A luta pela desobrigação social das mulheres em utilizar camadas de roupas pesadas a fim de demarcar uma separação nítida dentre os gêneros é fundamental, pois espartilhos e corseletes impediam as mulheres de respirar e causavam desmaios, reificando assim o mito da fragilidade e brancura dos corpos, em um momento que se precisava trabalhar em fábricas, pedalar e caminhar na cidade, espartilhos, conjuntos muito pesados de roupas que impedem a locomoção e sapatos apertados de saltos são questionados em detrimento de roupas leves com mobilidade e até o início da reivindicação pela igualdade de vestimentas, como o uso de calças. As calças são um símbolo de uma conquista de espaço, de uma ampliação de direitos, enlaçando a importância da luta feminista e do ciclismo pelas mulheres. Amelia Bloomer foi a grande popularizadora das calças bloomer, com o seu nome, que assim como os spencers (uma adaptação do casaco masculino usado à época), facilitavam a locomoção das mulheres na bicicleta e no dia-a-dia.

O ano de 1876 é considerado como o marco da invenção do automóvel moderno pelo inventor Alemão Karl Benz, que é rapidamente integrado na sociedade como mais uma invenção rumo à modernidade, e que em conjunto com a produção de bens em série fruto do fordismo é publicitado como um objeto de desejo masculino, construindo-se na figura da posse do homem e de reforço da sua masculinidade, como um bem essencial à sua representação social. A bicicleta, apesar de perder o seu protagonismo, continua a integrar a vida social nas cidades, seja no esporte, que somente cresce, como meio de locomoção no espaço urbano, porém como um veículo de luxo, associado às camadas mais altas e às crianças como lazer, enquanto permanece como forma de locomoção da camada mais baixa que não tem condições de utilizar o carro pelos altos gastos com combustível, manutenção e até pela própria compra do veículo. O automóvel além possuir o cunho de moderno, de veículo do futuro e sustentar o

ideal de posse e identidade masculina a partir da sua grande participação e popularização pela sua utilização nas guerras e na mobilidade urbana, demarca outra questão forte que é a classe, uma característica que se mantém no século XX em todo o mundo, que chega ao Brasil com a abertura econômica para a indústria automobilística, deixando a bicicleta com uma função secundária, marcada como um veículo de transporte de mercadorias a curtas distâncias pelas camadas mais baixas na cidade e pelos jovens que ainda não possuem condições de tirar a carteira de motorista. A cidade se modifica para atender as demandas estruturais e sociais do automóvel, principalmente pelo crescimento de vias pelo Brasil como uma política fruto da Ditadura Militar no Brasil, que para além do transporte de pessoas passa a transportar também mercadorias pelas vias em detrimento dos transportes ferroviárias anteriores.

Essa perspectiva apenas começa a mudar nos anos 1980:

Com a abertura política na década de 80 e o retorno de inúmeros exilados, a situação começou a mudar. Depois de passar anos em outros países, os que chegavam traziam experiências totalmente novas na bagagem. Influenciados pelo modo de vida europeu, voltavam com uma visão totalmente diferenciada de cidade, conscientes da relação íntima entre qualidade de vida e meio ambiente urbano já preconizada na primeira conferência das Nações Unidas para o meio ambiente humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972.” (ARBINDER. SIRKYS, 2005).

A bicicleta passa a integrar pautas como saúde e sustentabilidade, originando reivindicações para construção de ciclovias e para incentivar o uso da mesma como meio de transporte na cidade do Rio de Janeiro, e ganha mais força ainda na década de 1990, quando ocorrem os preparativos da cidade do Rio de Janeiro para receber a *Eco-92* (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), quando foram construídos os 27Km primeiros de ciclovias na Zona Sul da cidade.

Atualmente a bicicleta tem sido defendida por diversos grupos, projetos, coletivos e ONG's como um veículo sustentável, que não gasta combustíveis, que é barato em relação ao carro, que promove uma integração com a cidade e modifica as relações impessoais de transporte, além de fazer bem à saúde e ainda causar menos impactos ambientais em sua produção.

O movimento feminista teve sua história contínua e paralela à da bicicleta, o que apresenta uma mudança atualmente, um reencontro entre ambas, dentro das novas ondas de debate sobre o corpo feminino e visibilidade da mulher nas ruas. Numa pesquisa nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, tive contato com diversos movimentos sociais pela mobilidade urbana que reivindicam a visibilidade e utilização da bicicleta como meio de transporte e parte

do planejamento urbano da cidade, sendo que dentre tais movimentos, descrevo também o surgimento de coletivos que novamente aliam a questão de gênero feminino e a reivindicação da bicicleta como veículo de visibilidade e empoderamento nessas determinadas cidades.

Atualmente, tal distinção entre casa e rua ainda pode ser observada, as marcas das construções de gênero ocorrem desde a infância, com os furos na orelha de bebês meninas, com as cores rosa ou azul das roupas, enfeites de cabelo, estampas, saias ou bermudas, enfim, recursos que demarcam desde a primeira infância as divisões de gênero e iniciam o processo de construção pessoal e social daquela pessoa. A relação entre cultura e as brincadeiras, jogos e os brinquedos retrata uma reprodução, na forma lúdica, das construções culturais existentes no meio em que a criança se relaciona. Os meninos reificam sua masculinidade como portadores de grandes carros e aprendem desde cedo a valorizar elementos como composição do carro, velocidade e aventura, as poucas exceções à regra de carros feitos para meninas, estão associados à bonecas que possuem atividades como ir à praia ou ao shopping e são ausentes características como velocidade e aventura .

O carro, além de simbolizar tal demarcação social do binarismo de gênero, como por exemplo, a criação de divisões de gênero entre homem e mulher, e também sexual na criação heteronormativa da forma como os diversos gêneros devem se relacionar- a exemplo da desigualdade de espaços não permitidos frequência ou que são constrangidos a sua presença pela ideia de resguardo dessa mulher em detrimento ao seu marido, homem, detentor do poder majoritário dos espaços. Desde seu surgimento, o carro é vendido como um objeto de desejo para a identidade masculina, que demanda uma estruturação da cidade em torno desse objeto de desejo, como com a construção de vias, estacionamentos, publicidade, venda de acessórios, reparo, feiras de exposição, e é claro, na fabricação de brinquedos. Essas construções culturais reduzem toda a pluralidade de papéis sociais que podem ser assumidos pelos diferentes gêneros, e criam uma aversão social àqueles que fogem a essa regra, que envolvem diversas pautas feministas atuais como a independência e igualdade salarial dentre mulheres e homens, à desconstrução da necessidade de ter filhos, principalmente ligada às mulheres, desconstrução à heterossexualidade normativa, dentre diversas outras, e aqui principalmente cabe destacar o direito da mulher à rua.

A mulher passa a circular pela cidade, mesmo que ainda sem uma equidade no processo por questões de tempo, já que possui mais atividades para administrar, além da violência que limita muitos espaços de deslocamento para as mesmas, criando uma relação muitas vezes de



medo entre a mulher e a cidade. Os desdobramentos da sensação de insegurança limitam horários e espaços, indo muito além do “você vai sozinha” mesmo quando se está em companhia de outra mulher, ou seja, a ausência de um homem é uma denotação de solidão e insegurança para essa mulher. Os vagões femininos criados no Metro Rio são um exemplo do alto grau de insegurança que uma mulher sente na sua circulação na cidade, para além de uma sensação de violência como assaltos e roubos, mas por questões de assédio e estupro, violência contra a mulher em geral, que possui altos números no Brasil.

Então, uma das maneiras mais transgressoras do papel de mulher submissa a seu homem que controla seu deslocamento apenas na sua companhia e que se relaciona diretamente a posse de um carro, seria o de mulher ciclista, como uma forma de empoderamento feminino do seu deslocamento, sobretudo independentemente da utilização do carro, um veículo tão masculinizado.

Na cidade do Rio de Janeiro, cada vez mais surgiram projetos ligados à bicicleta, com pautas em comum e parceria dentre os estados e dentre países. A partir da década de 1980, no processo de redemocratização brasileira, diversas pautas eram reerguidas como parte de uma reivindicação na participação popular nos projetos do poder público, juntamente no momento em que o mundo debatia questões como meio ambiente e sustentabilidade e os integrava nas pautas de debates locais. Com esse estopim de cunho sustentável, a bicicleta reaparece como protagonista em meio os movimentos sociais autodeclarados cicloativistas, que defendem a utilização da bicicleta como meio de transporte e como solução urbana.

A Marcha Mundial e a Marcha das Vadias tratam, como ponto comum, reivindicações quanto à autodeterminação do corpo em debates como aborto e maternidade, do direito às ruas e à sua visibilidade, e também com meio ambiente e saúde, relativos às preocupações sustentáveis como descarte de absorventes, utilização da pílula. Esses novos movimentos têm também como característica marcante a presença das mobilizações por redes, principalmente por meio de redes sociais que substituem os domínios pagos de sites. Esse novo perfil de através das redes que são realizados debates e também marcações de reuniões e mobilizações presenciais, até por possuírem em seus nomes a ideia de “Marcha”, portanto de ocupação da rua e movimento no meio urbano. A relação entre a mulher e a rua reaparece, tornando assim possível uma reaproximação entre o movimento com os debates sobre mobilidade urbana pelo uso da bicicleta, que também debatem questões em comum sobre a visibilidade e identidade, corpo e suas representações no meio urbano, meio ambiente e saúde.

Os debates de ambos os movimentos criaram uma pauta comum no Brasil, sobre a violência, assédio, representatividade, autonomia, liberdade, dentre outras. Mulheres e as bicicletas possuem uma história partilhada de luta por visibilidade e direito a rua. A bicicleta é um instrumento utilizado pelos movimentos sociais atuais e pelo debate feminista como uma representação da conquista de direitos e como uma extensão do próprio corpo que busca retomar para si a independência da mobilidade na cidade.

A partir do momento que a bicicleta se associa a um veículo ativo, que torna a mulher agente do deslocamento, há uma sensação de liberdade que se sobrepõe, pois quando as mesmas utilizam outros veículos e o transporte público, não se sentiriam mais seguras uma vez que seus deslocamentos estariam dependendo de outros sujeitos, como a espera num ponto de ônibus, o caminhar até o carro/automotor, sujeitos no metrô, entre outros.

Pedalar se apresenta como um ato político, de reivindicação do espaço público como de direito aos sujeitos. Dentre as apresentações de falas e debates atuais, o feminismo e o cicloativismo têm muito a caminhar ainda juntos, debates para resolver e ainda uma grande luta quanto ao espaço a ser democratizado nas ruas e no imaginário social da população. Os feminismos aqui possuem causas por vezes divergentes, mas que integram discussões que são norteadoras por dentre as gerações. Quando confrontadas com a forma que imaginariam a sua cidade daqui a 10 anos, um tempo considerado minimamente suficiente para uma nova geração atuar e causar novos desdobramentos, recebi respostas em geral muito positivas sobre a necessidade de construção contínua dos debates de gênero, meio ambiente e planejamento urbano, apesar dos enfrentamentos políticos e conservadores que se apresentam como obstáculos a serem superados.

## **Conclusão**

Este é um campo de pesquisa que recentemente vem sendo explorado pela academia, e que se inicia na inserção do debate das ciências sociais, seja pelo viés dos movimentos sociais, pelo debate de meio ambiente, educação e até relações de poder. O debate aprofundado do recorte gênero, apesar de historicamente relacionado, é um campo de pesquisa mais recente ainda, permitindo assim uma possibilidade de continuidade investigativa muito grande, internamente entre os movimentos sociais de mobilidade em seus mais diversos recortes, e/ou a partir das suas relações como os demais movimentos sociais atuais. A internet tem cada vez mais possibilitando esses debates plurais, que são intercedidos pelos mais diversos campos, ampliando cada vez mais a visão sobre o tema e suas possibilidades investigativas. Para mim é

um prazer tratar de um assunto tão atual e pertinente a uma possibilidade de construção social real e efetiva a partir da investigação teórica e etnográfica.

Minha percepção como cicloativista e pesquisadora é de que uma alternativa quanto a (i)mobilidade nas cidades é o investimento em transportes alternativos, que são soluções desde o século passado. Uma cidade pensada em investir nas relações entre pessoas é garantir um espaço cada vez mais democrático para todos, bicicletas, carros, entre outros veículos, de modo a desconstruir uma obrigatoriedade ou uma normatividade atrelada a debates de gênero ou classe, de modo a construir também uma democracia do corpo e de representações. Tal qual os debates de gênero tem construído uma visibilidade à problemas que ficavam ocultos nas esferas da sociabilidade, gerando uma reprodução do status quo que deve ser constantemente questionada e combatida.

Nas ciências sociais, busco utilizar as ferramentas temporais necessárias para compreender as associações, trajetórias, construção e memórias e ritos participantes dessa comunidade cicloativista e feminista e como essa agenda de reivindicações integra e se relaciona as pautas existentes dentre os movimentos sociais urbanos. A pesquisa é um contínuo observatório e reflexão de novas interações e problematizações pelo campo estar em constante movimento na atualidade. A antropologia e a história possuem um diálogo fluido e complementar nesse sentido, por perspectivas distintas buscam o entendimento da forma como as sociedade se constroem e suas influencias dentre as ações passada e contemporâneas para o rearranjo social futuro.

## Referências

AINBINDER, R.; SIRKIS, A. Ciclovias Cariocas. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – Instituto Pereira Passos, 1ª. Edição. Rio de Janeiro, 2005.

AMARAL, J.; GUTH, D.; MACIEL, M; SOARES, A. (Org.) A Bicicleta no Brasil 2015. Parceria editorial Aliança Bike; Bicicleta para todos; Bike Anjo; UCB. Brasil, 2015.

BINATTI, G. Mobilidade de Cultura de Bicicleta no Rio de Janeiro. Transporte Ativo, 2016. Disponível em versão online: <[http://ta.org.br/educativos/docs/cmb\\_rio.pdf](http://ta.org.br/educativos/docs/cmb_rio.pdf)> Acesso Novembro de 2016

\_\_\_\_\_. Mais Amor menos motor: Mobilidade e Cultura de Bicicleta no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasil PNUMA, Rio de Janeiro, 2012.

BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura, São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A criança e a cultura lúdica. Scielo Revista da Faculdade de Educação vol.24 n.2 São Paulo,1998. Versão Online: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000200007>>

BUTLER, Judith. “Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico”. In: NICHOLSON, J. Linda (Org.). Feminismo/posmodernismo. Argentina, Buenos Aires, Feminaria Editora, 1992

DAMATTA, Roberto. A casa & a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. – Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

FALZONI, R.; LOBO, Z. ; BINATTI, G. São Paulo x Viena: Os Visionários da Mobilidade Urbana. Ou não. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

FARIA, R. (Org.) Eu sou a mudança: 100 projetos que usam a bicicleta para transformar o Brasil. 1ª ed. São Paulo, Editora MOL, 2015

FIGLIUZZ, Adriza. Homens sobre rodas: representações de masculinidades nas páginas da revista Quatro Rodas, 2008. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2015.

LACERDA, J. ; LOBO, F. J. Um panorama da bicicleta no século XXI. Série Cadernos Técnicos ANTP, Volume 7. Ed.: ANTP/ BNDES. São Paulo, 2007, pág. 10-19.

MELO, V; SCHETINO, A. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. In: Rev. Estud. Fem. vol.17 nº.1 Florianópolis Jan./Apr. 2009 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100007>> Acesso em Março de 2016

TRANSPORTE ATIVO. Perfil do Ciclista Brasileiro. Parceria Nacional pela Mobilidade por Bicicleta, Rio de Janeiro, 2015.

SCHETINO, André Maia. Pedalando na Modernidade: a bicicleta e o ciclismo na transição do século XIX para o XX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

VELOSO, E.L. Ciclismo e Cultura: Anotações sobre os usos da bicicleta. Universidade Estadual do Centro-Oeste Grupo de Estudo e Pesquisa Educação Física e Cultura (UNICAMP). In: Anais do V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. UIVALI, Itajaí, SC, 23 a 25 de setembro, 2010. (Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/vcsbce/vcsbce/schedConf/presentations>>)

## Associativismo negro no sul de Minas Gerais: o caso da Associação José do Patrocínio

**Paola Nery de Carli**

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: paolaccarli@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo propõe apresentar as práticas de homens e mulheres negros através do estudo da Associação Santarritense José do Patrocínio e da agremiação carnavalesca Mimosas Cravinas na cidade de Santa Rita do Sapucaí, no sul do estado de Minas Gerais. Tanto o clube, quanto a agremiação, possibilitaram a ampliação das relações sociais e memórias do grupo. Compreender as práticas cotidianas desses sujeitos sociais ajuda-nos a entender a cidade, palco da festa, as ações dos diferentes sujeitos, as mudanças nos dias do carnaval e a pluralidade da cidade.

**Palavras-chave:** Carnaval; Festa; Cidade

**Abstract:** This article presents the practices of black men and women through the study of the Santarritense José do Patrocínio Association and the carnival association Mimosas Cravinas in the city of Santa Rita do Sapucaí, in the south of the state of Minas Gerais. Both the club and the society, made possible the expansion of social relationships and group memories. Understand the daily practices of these social subjects helps us to comprehend the city, the stage of the party, the actions of the different subjects, the changes in the days of the carnival and the pluralities of the city.

**Keywords:** Carnival; Party; City

### Introdução

Para Certeau<sup>1</sup>, a cidade não se restringe apenas ao espaço, estando associadas também as ações dos homens que atribuem e constroem significados constantemente. Diante dessa percepção, pensarmos as práticas sociais e culturais que a cidade carrega, nos proporciona compreender como diferentes sujeitos sociais experimentam diversas experiências, traçam diferentes estratégias e constroem alianças.

Nesse sentido, a proposta desse artigo, é, em linhas preliminares traçar uma narrativa acerca das práticas associativas de homens e mulheres negros na cidade de Santa Rita do Sapucaí, no sul do estado de Minas Gerais, a fim de perceber como esses sujeitos vivenciaram através da análise da Associação José do Patrocínio e da agremiação carnavalesca Mimosas Cravinas.

Nesse artigo, nos deteremos principalmente nas práticas carnavalescas do grupo que ocorreram tanto no espaço da rua, como também no ambiente fechado da Associação. Para isso,

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. São Paulo: Papiros, 1995.

será necessário compreendermos além deles, quais outros sujeitos sociais ocupavam o espaço dessa cidade e como era essa relação.

### **Carnaval: narrativas e construções**

As discussões historiográficas sobre o carnaval nas últimas décadas com o advento da Nova História vem ganhando novas abordagens. O estudo que durante muito tempo acontecia somente pelas mãos de etnógrafos e folcloristas, passou a interessar também aos historiadores. Anteriormente, o estudo segundo Alburquerque Junior<sup>2</sup> era folclorizado e estava em busca de uma identidade nacional. A partir do olhar historiográfico para a festa, entender a pluralidade de sujeitos sociais e contextos se faz necessário.

Entre os meses de janeiro a abril, os jornais da cidade destinavam suas colunas a diversas notícias sobre o festejo de carnaval. Em janeiro, alusões as expectativas e aos preparativos dos blocos demonstram a ansiedade dos foliões com a festa. Com seu término, os meses de março e abril detêm-se a dedicar seu espaço a repercussão do carnaval, que prevalecem na cidade por diversos meses, até o ciclo se reiniciar. Segundo a autora Maria Clementina Pereira Cunha<sup>3</sup> os jornais, eram os responsáveis por repercutir esses ecos do carnaval de maneira única e cristalizada, ou seja, exaltavam aquilo que gostariam de repercutir nos próximos dias.

Em Santa Rita, os jornais “O Correio” e “O Correio do Sul” foram os responsáveis por ao longo dos anos informar e noticiar a população santarrintense. Outros jornais surgiram nesse decorrer, entretanto nenhum deles perdurou durante todo esse tempo. Dessa maneira o ponto de partida para pesquisa foi a leitura desses jornais que dedicaram boa parte de suas páginas a retratar os festejos de carnaval.

Aqueles foguetes fizeram-me recordar os saudosos carnavais santarritenses... tempos idos que não voltam mais. Surgia o Ride, galhardo, vitorioso, acompanhado de grande exercito de seus fans, em direção ao jardim, naqueles alegres domingos carnavalescos tendo à frente o esforçado Surica, enquanto no céu santarritense pipocavam os foguetes, como demonstração de vitória... Meia hora depois os mesmos foguetes, a mesma convicção de vitória, o mesmo ritmo alegre: << E’ o Demo! E’ o Demo” Descia de sua Sede (Armazem do José da Silva) o valoroso Democrático tendo à frente o seu grande animar: Gaucho. E no jardim a mesma duvida e o mesmo dilema: Quem “venceu?” O Ride? O Demo? Como se um pudesse vencer, sem o concurso do outro... Quem venceu foi o carnaval santarritense<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval M. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. São Paulo: UNESP, CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011.

<sup>3</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>4</sup> Jornal O Correio do Sul, “Cinco ou dez?”, 1944, p.5. Acervo do CMI – Centro de Memória do Inatel

Os blocos citados acima foram Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos. Ambos são colocados pelo autor e pelo jornal como sendo responsáveis por alimentar o carnaval santarritense por todos esses anos. São eles os responsáveis por todo saudosismo da população em meio a um período em que os blocos carnavalescos não desfilaram devido aos jovens conterrâneos que foram enviados os campos de batalha em meio a Segunda Guerra Mundial. Os blocos voltaram a desfilar no ano de 1947, contudo, somente os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos são lembrados com saudosismo através dos adjetivos utilizados (vitorioso, galhardo) que nos passam a importância que esses blocos possuíam diante da sociedade santarritense durante esse período.

Ao longo dos anos e das páginas, constantemente a cena se repete. Por essa razão, devemos problematizar a relação entre história e imprensa, não tomando-a como algo natural, mas sim construída. Para Heloisa de Faria Cruz<sup>5</sup>, “pensar a imprensa com essa perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da História e não como mera depositária de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”.

Entendemos que a menção sobre os demais blocos da cidade é sempre rápida e superficial, não se exploram os bailes, os desfiles, as diretorias como ocorre recorrentemente com os dois blocos acima. Entretanto, enquanto historiadora, é necessário buscarmos outras histórias a fim de analisarmos outras práticas sociais, a fim de explorar como os blocos “conviviam nas ruas durante os dias da folia, disputando espaço, afirmando diferenças e construindo harmonias possíveis e transitórias”.<sup>6</sup>

### **Os blocos saem as ruas**

As práticas carnavalescas e associativas da Associação José do Patrocínio e da agremiação carnavalesca Mimosas Cravinas nos permitem elucidar outras formas de vivenciar a cidade. Segundo o jornal:

[...] Os dois blocos veteranos e maiores Democráticos e Ride apresentaram-se em perfeita e apurada forma, passeando ante os olhares extasiados da população e por entre frenéticos e intermináveis aplausos e vivas de seus fans e admiradores. As Cravinas já nos habituaram as canções executadas com vozes vibrantes e afinadas, bem como as danças e aos passos endiabrados que provocam ruidosos e merecidos aplausos [...] o que porém maior brilho e

<sup>5</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890. São Paulo : Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p.12.

<sup>6</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.17.



esplendor e deslumbramento conferiu ao carnaval deste ano foi o cortejo dos pequenos e grandiosos carros alegóricos.<sup>7</sup>

Os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos tiveram seus desfiles baseados nos costumes europeus de carnaval em que a grande preocupação das apresentações é o visual e o espetáculo apresentado. Nessa perspectiva, a festa ganha aspecto teatral em que há a incorporação de elementos do tema apresentado, sendo também uma maneira de manutenção da ordem social já existente nessa sociedade ao exprimir e reafirmar essas características em seus desfiles. Ambos os blocos, ao adotarem os préstitos carnavalescos, adotam também um carnaval organizado, em que cada folião, participantes dos blocos, nesse modelo de festa, ocupa um local pré-determinado, seja no chão ou nos carros alegóricos e incorpora papéis pré-definidos que juntos compõe e contam o enredo em seus carros e fantasias, sendo portanto um desfile pautado em regras, com início, meio e fim. Sobre esse modelo de desfile, temos:

[...] o padrão de desfile processional, no qual o luxo e ostentação marcavam a manifestação carnavalesca, havia sido importado do carnaval europeu e foi também o padrão imposto as classes populares, que durante décadas tiveram que funcionar como público do desfile burguês. Foi então, tendo por modelos esse padrão absorvido pelas classes populares como a forma aceita na sociedade brasileira do centro-sul para se produzir o folguedo carnavalesco, que se desenvolveu toda criação do carnaval popular do século XX, tanto o carnaval branco, quando o negro.<sup>8</sup>

Destacamos que as práticas do bloco Mimosas Cravinas nos remetem a uma forma diferente das práticas adotadas por Ride Palhaço e Democráticos que apesar de elogiadas pelo discurso do jornal ainda ficam em segundo plano em vista do “cortejo dos pequenos e grandiosos carros alegóricos” dos dois blocos. A grande chave do bloco não são os carros alegóricos mas a instrumentalidade e a musicalidade, com muitos instrumentos de percussão como os tambores e as caixas, que imprimiam o ritmo a todo desfile, a expressão corporal e as fantasias mais simples mas valendo-se do esforço e criatividade para a sua produção.

Portanto, o carnaval como ocasião especial é relacionado ao esforço de querer estar presente, participar da festa demonstra a força do coletivo e a participação individual de cada um para constituir a folia e sentir-se parte do processo histórico de constituição da festa.

Ao longo dos anos, os discursos sobre o festejo pelo jornal continuou explorando os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos em vista aos demais, entretanto, devemos entender que essa não é a única faceta do festejo na cidade. São diversos sujeitos sociais que

---

<sup>7</sup>Acervo Centro de Memória do Inatel.

<sup>8</sup> VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Carnaval em preto e branco: comemoração e resistência étnico-cultural na São Paulo do século passado. 34º Encontro Nacional do Ceru, 2007, p.12.

carregam diferentes prática e ações e moldam o espaço no qual estão inseridos de acordo com seus interesses, experiências e costumes.

A cidade, dessa forma, durante o festejo sofria um movimentação de foliões de outras regiões o que propiciava uma troca de diferentes práticas e experiências nos dias destinados a folia. A cidade, palco da festa, sofre mudanças em seu cotidiano e funcionamento nos dias referentes ao festejo, onde sob olhares mais desatentos as estruturas oficiais se tornam menos rígidas. Desse modo, a cidade durante o carnaval passa a ser visto como um espaço de sociabilidade. Dessa maneira, o trabalho aqui apresentado, busca explorar outras histórias não tão presentes na História Oficial da cidade.

## Lenda urbana no sertão norte-mineiro sob os arquétipos do circo e da igreja do século XIX

**Taffarel Ramires Fernandes**

Graduando em Psicologia

Faculdades Integradas Pitágoras – Montes Claros

E-mail: taffarelrf@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo analisa a produção discursiva desenvolvida entre o arquétipo da Igreja e do Circo, no Sertão Norte-mineiro, do século XIX. O eixo deste estudo é a lenda urbana na qual uma mãe prometeu construir uma capela, caso sua filha, que havia fugido com o circo, voltasse para casa. Esta narrativa reúne arquétipos absolutamente contrastantes como a Igreja, sólida e tradicional; e o Circo, itinerante e controverso; constituindo uma memória continuamente (re)visitada e (re)apropriada pelos sujeitos do cotidiano da cidade. A análise se apoia no recorte teórico de Walter Benjamin, ao sustentar que, nas fontes, ressoam vozes de diversos sujeitos que se interseccionaram no espaço urbano e encontraram um ordenamento social ao produzir uma narrativa comum, onde todos podem se ver expressos. Os resultados obtidos dizem respeito à identificação dos principais produtores de narrativas/sentidos que perpassam o imaginário coletivo da cidade por mais de 130 anos.

**Palavras-chave:** Lenda-urbana; Memória; Circo; Igreja.

**Abstract:** This article analyses the discursive production developed by the archetypes of the Church and the Circus, in the North-Minas Gerais, in the XIX century. The axis of this study is the urban legend in which a mother promised to build a chapel in case her daughter, who had fled with the circus, returned home. This narrative brings together absolutely contrasting archetypes like the Church, solid and traditional; and the Circus, itinerant and controversial; constituting a memory that is continually (re)visited and (re)appropriated by the everyday characters of the city. The analysis is based on Walter Benjamin's theory, arguing that, in the sources, voices of several characters intersected in the urban space and found a social order when producing a common narrative, where everyone can be expressed. The results are related to the main authors of narratives/senses that have permeated the collective imaginary of the city for more than 130 years.

**Keywords:** Urban legend; Memory; Circus; Church.

### Introdução

A Capela de Santa Cruz, patrimônio histórico de Montes Claros, Minas Gerais, desde o início da sua construção, há mais de 130 anos, conquistou o apreço da população local e se tornou símbolo regional. Isso se deu devido à trama constituída ao longo do tempo pelos mais diversos personagens, sejam os trabalhadores, marginalizados da narrativa oficializada, como também foram importantes as autoridades políticas, jornalistas, benfeitores, entre outros.

Entretanto, sua história não se congelou no tempo a partir de relatos sequenciais, factuais, mas se manteve viva e atualizada através de uma narrativa que ganhou características de Lenda Urbana, remetendo a uma elaboração do cotidiano, expressa pela linguagem, que transcende aos livros e meios tidos como oficiais, mas situada, também, e não menos importante, na história oral.

Sendo assim, como propõe Certeau (1982), esta pesquisa não pretende desvelar um sentido da realidade observada, mas analisar as opções ou organizações de sentido implicadas por operações interpretativas.

Corroborando à essa abordagem, Walter Benjamin (1991), ao conceituar que a história diz existir um encontro secreto marcado entre as gerações passadas e a nossa, e que, nesse caso, há de se ouvir o passado, que foi calado, nas vozes presentes.

Sendo assim, a história da Igreja do Morrinhos, que aqui em parte se apresenta, não visa corresponder a uma historiografia com objetividade absoluta, mas busca escutar o que o passado tem a dizer e entender sua explicação narrativa, vivencial, por intermédio da lenda urbana, que é atemporal, “anônima, apresentada sob múltiplas variantes, breve, inusitada, contada como verdadeira e que está dentro de um contexto social cujos medos e aspirações ela exprime de modo simbólico” (RENARD, 2007)

## **1. O Correio do Norte**

Foi na primeira edição do semanário político, literário e de notícias, “Correio do Norte”, de 24 de fevereiro de 1884, que se noticiou, sem mais detalhes, a autorização para a construção de uma igreja no alto do Morrinhos. Este primeiro relato, que se tem conhecimento, revela um aspecto presente em toda a história da Capela da Santa Cruz que é a característica de ter narrativas fragmentadas, em alguns aspectos controversas e em outros complementares. Nos periódicos da época, que ainda se tem acesso, é relatado unicamente o passo a passo da construção.

Ao aproximar o máximo possível dos relatos simultâneos à construção do templo religioso, é de extrema importância analisar o Jornal Correio do Norte, pois foi o primeiro semanário em circulação na cidade de Montes Claros e, ao longo do ano de 1884, foi veículo de comunicação muito utilizado para angariamento de doações e divulgação do andamento da obra.

Em uma segunda publicação, no dia 4 de maio de 1884, na 11ª tiragem, o Correio do Norte, quase dois meses depois da primeira notificação, traz uma pequena reportagem na qual informa que a Senhora Germana Maria de Olinda enviou à redação uma listagem com nomes de benfeitores que estavam contribuindo financeiramente para a execução da obra.

Em outra publicação, no mesmo Jornal, aparece longa listagem com os nomes ordenados da maior para a menor doação. Faz-se notar que nela aparece o nome da Senhora

Germana, tendo doado 5 mil réis, entre inúmeros outros nomes, aproximadamente setenta. No final dessa relação afirma-se que diversas outras pessoas doaram pequenas quantias que no seu total atingiram o valor de 2.680 réis, e ainda pessoas que doaram madeira, telhas e serviços.

Considerando que a região do Morrinhos à época era desfavorecida em relação ao restante da cidade, é possível inferir que essas pequenas quantias, materiais de construção e serviços eram ofertados pelos moradores que, imbuídos de motivações religiosas, se dispunham a contribuir com materiais e o próprio labor. Ainda é de se acrescentar que a construção de uma igreja na comunidade era um ato louvado e admirado pela sociedade montesclarenses, devido ao arraial ser conhecido como o mais violento da cidade pelos atos constantes de violência (RODRIGUES, 2013).

Gradualmente, o nome “Germana Maria de Olinda”, vai surgindo no noticiário. Inicialmente aparece sendo aquela que envia os nomes dos contribuintes, depois como benfeitora e para quem deveriam se direcionar os novos colaboradores. No Jornal publicado no dia 13 de Julho de 1884, enfatiza-se o tratamento referindo-se a ela como “Senhora Dona Germana de Olinda”, acrescentando que os trabalhos se viam adiantados graças aos incansáveis esforços e sacrifícios da mesma. Contudo, depois de enaltecer a dedicação por ela empregada, o jornal faz um alerta à qualidade do trabalho, dizendo que a própria Germana apresentou queixas de que o vigamento havia sido feito com pouca ou nenhuma segurança.

Sendo assim, ficou evidente que o Correio do Norte, construía um perfil exaltado da personalidade e das qualidades religiosas da Senhora Germana e assumia o papel de mediador entre ela e toda a população da cidade, que contribuía com dinheiro ou serviços para o bom êxito da construção. Em Montes Claros, neste período, os jornais agraciavam tanto pessoas quanto instituições com longas reportagens, criando um amparo social (RODRIGUES, 2013).

No presente caso, o jornal deixa evidenciado que muitas eram as reclamações e que todas lhe pareciam justas; afirma também que o cuidado dispensado à obra era inversamente proporcional à grande dedicação da Senhora Germana, mas encerra desejando que não se percam os bons desejos de perseverar na empreitada. Os jornalistas que redigiam essas matérias eram profissionais liberais, como afirma Rodrigues (2013), mas que, pelo teor das matérias e diversidade dos temas, eram pessoas de alta influência e, por isso, tinham acesso a informações estratégicas.

Encerra-se com a publicação de 16 de novembro de 1884 a série de notícias encontradas diretamente no Jornal Correio do Norte. Não foram localizados nos arquivos públicos edições do jornal referentes ao ano de 1886, quando a igreja foi inaugurada.

## 2. Os Memorialistas

A partir daqui, iremos nos aproximar do caso por meio das obras dos memorialistas montesclarenses que, inevitavelmente, falam de uma época muito posterior à edificação e inauguração, mas este fato os permitiu elaborar uma síntese do surgimento da Capela de Santa Cruz que nos chega até os dias atuais e sustenta a narrativa difundida por vários meios de comunicação.

Seguindo a afirmativa de Rodrigues (2013), entende-se “que a análise das obras de memorialistas e historiadores de Montes Claros é um bom caminho para compreender como se deu o processo de construção da memória da cidade”. Os memorialistas elaboraram uma maneira, quase homogênea, de se referir à Igrejinha ao longo de 130 anos. Contudo, existem aspectos que precisam ser desdobrados, problematizados.

Por essas obras é possível cruzar diversos dados que preenchem as lacunas desta narrativa pouco linear, fragmentada e dispersa. Nota-se que não existe oposição entre autores, os fatos são narrados de forma complementar, cada um agrega nomes e fatos deixados por outro; e todos, diferentemente do jornal, afirmam que a igreja foi construída como pagamento de uma promessa feita pela Dona Germana e que foi inaugurada festivamente.

Na obra de Nelson Vianna, “*Efemérides Montesclarenses*” (1964), é feito um recorte da história de Montes Claros entre os anos de 1707 a 1962. Para o dia 15 de novembro do ano de 1902, o autor noticia o falecimento de Dona Germana, aos 82 anos, destacando a relevância que ela ainda tinha para a cidade. Assim, podemos deduzir que no ano de 1820 nascia Germana Maria de Olinda. Ainda segundo Vianna (1964), ela era natural de Minas Novas<sup>1</sup>, cidade essa que foi muito próspera na descoberta do ouro, entre outros minerais, em meados do século XVIII.

É desconhecida a razão da mudança da Dona Germana para Montes Claros, contudo, é possível inferir que ao chegar à cidade ela tenha se estabelecido no Morrinhos. Conforme Brasil (1983), era uma das mais antigas concentrações populacionais de Montes Claros, e o mesmo

---

<sup>1</sup> Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=314180&search=minas-gerais|minas-novas|infograficos:-historico>>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

acrescenta que isso pode ser notado pela falta de “orientação urbanística” no seu traço original, fato possível de se constatar até mesmo nos dias atuais. Rodrigues (2013) aponta que o arraial do Morrinhos surgiu do aglomeramento de casebres neste morro ao sul da cidade e acrescenta: “Em Montes Claros, segundo a imprensa da época, eram constantes os atos de violência, e uma região que se destacava nesse aspecto era o arraial de Morrinhos”.

É recorrente os memorialistas referirem à Germana como mulher de muita religiosidade, nobres valores e de poucos recursos financeiros. Segundo Vianna (1964), a Capela foi construída com as pequenas economias dela e com esmolas de diversas pessoas. Neste momento, deve-se relacionar o contexto de violência, baixo desenvolvimento urbano e vulnerabilidade social com a informação presente no jornal Correio do Norte, encaminhada por ela mesma, de que inúmeras foram as pessoas que contribuíram para a edificação com pequenas quantias, com materiais de construção e serviços.

Isso aponta para uma comunidade que, mesmo marcada pela marginalização social, se integrava em função de projetos comuns. Dessa forma, para Silveira e Colares (1995), é importante ponderar no relato da inauguração que a procissão entre a Matriz da cidade e a Capela de Santa Cruz cortejou a imagem do Senhor do Bonfim ladeada das mais diversas pessoas; não só pelas autoridades e grandes benfeitores, mas também das pessoas mais humildes.

Segundo Hermes de Paula (1957), a senhora Germana saiu de porta em porta pedindo recursos para cumprir sua promessa, e assim, a igreja foi edificada, no outeiro mais próximo da cidade. Ele afirma que o Pe. Manoel Assunção Ribeiro, vigário da freguesia, presidiu a missa de inauguração para uma multidão ali presente e abençoou o templo com a solenidade devida.

Está para maiores esclarecimentos especificar quais as motivações levaram a “velha instituidora” – assim Urbino de Souza Vianna (1910) se refere à Senhora Germana – a nomear a capela. Os memorialistas recorrentemente afirmam que posteriormente à inauguração foi introduzida uma imagem de São Geraldo, sendo que no altar mor já havia a imagem do Senhor do Bonfim e a capela já era dedicada à Santa Cruz. Possivelmente por essa dificuldade em nomear a igreja é que ela ficou, até o tempo presente, conhecida como Igreja do Morrinhos, fazendo referência ao bairro onde se situa.

### **3. O Circo e a Igreja**



Toda promessa é fruto de alguma situação em que a pessoa religiosa se vê impossibilitada, por meios naturais, de o solucionar; sendo assim, recorre a Deus, tendo como intermediário um santo católico ou não, e promete que, caso sua necessidade seja atendida, alguma ação nobre e que exige certo esforço será cumprida. Com esse entendimento emerge a seguinte problemática: o que teria acontecido de tão grave ao ponto da Senhora Germana se comprometer com Deus em lhe construir uma igreja, caso ele a atendesse, mesmo sem recursos para tal empreendimento?

Analisando os dois modelos literários com as narrativas orais, encontra-se novo e significativo dado. Ausente nas obras até aqui mencionadas, a historiadora Rejane Meireles Amaral Rodrigues registrou em “*Memórias em disputa transformando modos de vida no sertão e na cidade*” (2013), dado corrente na história oral, no qual afirma que a razão da promessa foi pela fuga da filha de Germana Maria de Olinda, com o Circo.

A história oral possui em sua narrativa o dado de que a Senhora Germana tinha uma filha e que a fuga desta com o circo foi a razão, omitida pelo jornal da época e pelos memorialistas, da promessa feita por aquela que nem se divulgava ser mãe. Na obra “*O patrimônio histórico de Montes Claros*” (2005), de Milene Antonieta Coutinho Maurício, a autora ainda afirma que a jovem era filha adotiva e fugiu motivada por uma paixão com um palhaço que acompanhava um circo em apresentação na cidade.

Esse novo elemento direciona toda a atenção do estudo para questionar as razões que levaram à omissão do fato preservado no relato oral. Há de se questionar por qual motivo nenhum memorialista apresenta as motivações fundantes da promessa, ou seja, quais os mecanismos, intenções, subjacentes a esta omissão e, diante do que o relato oral insiste em conservar ao longo dos 130 anos, deve-se dar voz à história, permitir que esse material, pulsionado fortemente pelo tempo, revele os personagens ocultados, os dramas possivelmente vividos e os conflitos que provavelmente dividiram a história entre aquilo que deveria ser perpetuado e aquilo que deveria ser subjugado ao esquecimento.

Ao resgatar a história do Circo no Brasil, em meados do século XIX, já se compreende uma possível razão para a omissão da fuga. Nesse período, um grupo de pessoas que desempenhavam o papel de circenses, saltimbancos e quiromantes, eram os Ciganos. Segundo Rodrigo Corrêa Teixeira (2008), ao se referir a Leblon (1997), os Ciganos, mesmo com toda sua desenvoltura e habilidades diversas, eram aplaudidos enquanto artistas, mas rechaçados enquanto indivíduos.

O primeiro relato que se tem dos Ciganos no Brasil data de 1571, quando toda uma família foi degredada para a Bahia (TEIXEIRA, 1997). Posteriormente, o mesmo autor complementa que a presença Cigana em Minas Gerais se dá com a chegada daqueles que residiam na Bahia e ao longo do século XIX os poucos relatos ignoram seus costumes, tradições e língua, mas enfatizavam que eram sinônimo de barbárie, imundície, desonestidade e imoralidade.

Todos esses argumentos se confirmam veementemente em duas publicações no jornal Correio do Norte. A primeira matéria, publicada no Correio do Norte, à 16 de novembro de 1886, intitulada “Crime Horroroso”, relata que “uma malta de ciganos roubou uma moça, além de alguns cavalos, e, em Itacambira – MG, assassinaram uma família inteira de oito pessoas”. A segunda matéria, publicada quatorze dias depois, intitulada “Ciganos”, apresenta o mesmo relato; acrescentando somente que os ciganos enterraram as oito vítimas e que o desfecho da história se deu com a captura destes logo ao amanhecer do dia seguinte ao crime.

É incontestável que os Ciganos tenham cometido inúmeras atividades que contrariavam as “Normas de Conduta” formuladas pelas municipalidades no século XIX, chegando ao ponto de constar a proibição de estabelecer comércio com eles, segundo afirma Teixeira (1997). Mas ele ainda acrescenta que os Ciganos, enquanto circenses, por onde passavam atraíam a atenção das pessoas para seus dotes artísticos de acrobatas, ilusionistas e músicos. Essas habilidades requeriam, sem dúvida, conforme o autor, alto desenvolvimento de destreza corporal, além de muita capacidade de concentração mental.

Ao remontar a história dos Ciganos no Brasil, Teixeira (1997) sinaliza um aspecto que é chave interpretativa para a fuga da filha de Dona Germana. Ele afirma que “era comum famílias ciganas proprietárias de circos contratarem não-ciganos”. Isso sugere que, apesar dos Ciganos possuírem um etos próprio, rico em costumes, símbolos e dotes artísticos, estavam abertos a inserir novos membros à sua cultura.

Montes Claros, devido à sua localização estratégica, sempre teve comércio favorecido em relação a outros municípios da região. É grande entroncamento, ligando assim, com facilidade, regiões da Bahia e centro-sul de Minas Gerais. Nesse contexto, muitos tropeiros, sertanejos, entre outros, desde o século XIX, conforme Rodrigues (2013), recorriam à cidade, pois esta “oferecia um comércio ativo e atrativo para vendedores e compradores de várias cidades do norte de Minas”.

Desse modo, considerando que os Ciganos constituíam um grupo itinerante, ligado ao comércio e às artes circenses, formavam também uma comunidade integrada mais por vínculos afetivos e culturais que por uma filiação a um espaço territorial. Destros em lidar com a mobilidade e contextos distintos em cada novo assentamento, acolher a filha da Senhora Germana não se mostra como tarefa difícil.

Nesta narrativa, identificam-se dois arquétipos principais; o primeiro é a Igreja e o segundo é o Circo. Discursos foram elaborados em relação a eles e sua atribuição atuou de modo a dignificar o primeiro e a difamar o segundo. Com relação ao arquétipo Igreja, são associadas imagens como sólida edificação, produtora de valores morais, conservadora de uma tradição milenar, e, no caso em estudo, a específica Capela de Santa Cruz tem associado a si a figura da Senhora Germana Maria de Olinda. Esta, pelos relatos, era exímia mantenedora da tradição a ponto de edificar um templo sem recursos para tal.

Por outro lado, temos a filha que irrompe com seu ambiente religioso e marginalizado para fugir com o Circo. Esta outra estrutura arquetípica, possuía discursos que afirmavam características controversas dos seus integrantes, como ladrões, comerciantes trapaceiros, quiromantes, artistas devassos, andarilhos e cometedores de “crimes horrorosos”. A eles se associou a jovem, provavelmente deixando a condição de indivíduo e se fazendo sujeito na construção itinerante da sua própria personalidade.

O que se evidencia nesse contexto é o estabelecimento de fortes tensões entre duas figuras femininas que se apropriam de referenciais contrastantes. O padrão de comportamento feminino divulgado pelos jornais da época é o das senhoras ricas, como também se divulgam poesias que enobrecem aquela mulher casta, obediente, pura, em que, malgrado a sua pobreza, tem como maior riqueza as “lições de virtude, pois é um tesouro também” (Poema: A Filhinha Pobre, Correio do Norte, 13 de Julho de 1884).

Dessa maneira, a filha, mesmo tendo retornado ao lar materno, irá sofrer punições aplicadas pela mãe, que por sua vez absorve os parâmetros de adestramento da cultura masculinizada. Isso ela o faz de forma atenuada, em conforme com Foucault, 2013, o que não quer dizer menos punitiva, mas sim, punida de forma mais universal e eficaz, conforme sua necessidade. Quando não se divulga a existência da filha, fazendo-a desaparecer de qualquer possibilidade de relato, se pune, eficazmente, com o esquecimento.

Mesmo não tendo seu nome divulgado, nem mesmo a razão da promessa esclarecida nos jornais da época, a própria omissão desses elementos diz fortemente de um constrangimento, de um ato que não merece ser notificado. Renegado de tal forma, paira a dúvida sobre a sua veracidade. Contudo, permanecendo como elemento constituinte da lenda tecida no espaço urbano, cabe refletir sobre sua intencionalidade e implicação, ao longo do tempo, na vida dos seus ouvintes, como também na vida de seus narradores.

A construção da capela no local urbanizado mais alto, com o apoio de toda população, tem muito a dizer dos mecanismos de poder difundidos por toda a sociedade da época. A jovem teve consciência de que seu ato de transgressão repercutiu em toda a cidade; enquanto viveu esteve associada ao “erro” e serviu de exemplo a não ser seguido, enquanto a sua mãe até os dias de hoje está associada à igreja e, mesmo sendo pobre, foi inserida na categoria das senhoras distintas, de nobres valores.

A comunidade exerce um papel de proprietária e tutelar do corpo da mulher e é quem determina seus papéis sociais. A transgressão a essa norma é marcada pelo abalo das estruturas de coesão social. A integração da comunidade se dá gradualmente em função de oferecer suas esmolas para a construção da igreja, como forma de reforçar os valores religiosos.

A retumbante marcha, ou mais liturgicamente dizendo, a reverente procissão, noticiada nos jornais e registrada nos livros de história, que percorreu da igreja Matriz até o alto do Morrinhos com a imagem do Senhor do Bonfim ladeada, como afirmam os registros historiográficos, por “quase toda a população, dos mais graduados aos mais humildes” (SILVEIRA, COLARES, 1995), percorreu as ruas da cidade destacando que o adestramento dos corpos, de cada individualidade, se dava no exercício do poder da religião sobre a conduta das pessoas, especialmente se do gênero feminino.

Conforme Foucault (2013), “o que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo que está inadequado à regra, tudo que se afasta dela, os desvios”. Justamente por isso a jovem teve sua existência, identidade e história quase que completamente apagadas dos registros históricos. Nenhum dos clássicos memorialistas registrou sua existência, mantendo vagas as razões da promessa; o Correio do Norte se deteve às questões de construção, e coube à narrativa popular conservar esse dado.

Por tanto, mesmo que em nenhuma narrativa tenha sobrevivido informações referentes a quem foi o pai da jovem, onde ela nasceu, a que tipo de trabalho se dedicou, com que idade

morreu, por qual motivo não teve um túmulo digno como o da sua mãe no interior da igreja, se morou no arraial do Morrinhos, estas são algumas das principais questões que permanecem sem respostas, mas que reverberam a força dos mecanismos de Poder em retirar do panorama da história todo aquele transgressor e exaltar o modelo mantenedor, adestrado e subordinado, que é exemplo a ser seguido.

### **Considerações Finais**

Conclui-se que na confluência dos arquétipos da Igreja e do Circo, por intermédio da narrativa elaborada a respeito da Dona Germana e sua filha, ressoam vozes de diversos sujeitos que se interseccionaram na trama do espaço urbano. Estes, se fizeram importantes para a construção e manutenção da Igreja física, patrimônio histórico, mas também edificadores de uma lenda urbana, que diz de uma igreja símbolo cultural de um povo, e um Circo/Ciganos, que agrega valor dramático, inusitado e surpreendente a uma elaboração da vida cotidiana, que por sua vez tem aspectos transgressores e dissonantes ao normatizado. Assim, a Lenda Urbana ergue-se como elemento comum aos cidadãos, no qual todos podem se ver expressos.

### **Bibliografia**

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). Walter Benjamin. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BRASIL, H. O. Histórias e desenvolvimento de Montes Claros. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1983. 231p.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 75-82p.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.
- RENARD, Jean-Bruno Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº32, abril de 2007, 97-104p.
- SILVEIRA, Y; COLARES, Z. Montes Claros de Ontem e de Hoje. Montes Claros: Academia Montesclarensense de Letras, 1995, Vol. I. 206p.
- VIANNA, N. Efemérides Montesclarenses. Rio de Janeiro: Editora Pogetti, 1964. 695p.
- VIANNA, U. S. Monographia do Município de Montes Claros. Imprensa Oficial do Estado De Minas Gerais, 1916, 349p.

## Modernização, higiene e classes pobres: ordenamento e gestão do espaço urbano na cidade de Juiz de Fora (1890-1920)

**Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira**

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa

[iolanda.oliveira@ufv.br](mailto:iolanda.oliveira@ufv.br) / [iochavesferreira@gmail.com](mailto:iochavesferreira@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo identificar e compreender a gestão do território urbano na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais pelas elites políticas no período de 1890 a 1920 através dos documentos oficiais da Câmara Municipal, mais precisamente as Resoluções municipais. É observado a forma que o ordenamento do território se deu de modo a enquadrar as classes pobres cidadinas no discurso político modernizador, que passou a conduzir toda a gestão pública do município a partir da segunda metade do século XIX.

**Palavras-chaves:** Pobres; Modernização; Trabalho

**Abstract:** This article aims to identify and understand the management of Juiz de Fora, Minas Gerais urban territory by the political elites in the period from 1890 to 1920 through official documents of its City Council, more precisely the Municipal Resolutions. It is observed how the city's territory planning occurred to accommodate the poor urban classes into the modernizing political speech, which was the leading power to all of the city's public management policies from the second half of the 19th century.

**Keywords:** Poor; Modernization; Work

### **Introdução:**

A história do município de Juiz de Fora tem início no final do século XVIII quando é aberto o “Caminho Novo” com a intenção de facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e a região das minas, e reduzir o contrabando do ouro. A partir desse período a Zona da Mata se torna um centro importante de atividades mercantis relacionadas à mineração. A vila (Santo Antônio do Paraibuna) é elevada à categoria de cidade no ano de 1856, e não congregava dos valores coloniais que são atribuídos a cultura mineira como o forte barroquismo e a tendência religiosa, não participando assim da “mineiridade”<sup>1</sup> como ocorria com as cidades do circuito aurífero, Ouro Preto, Mariana, etc.

A partir de meados do século XIX, principalmente da década de 1870, é possível verificar, de acordo com Mônica Oliveira, um processo endógeno de investimentos de capitais de famílias tradicionais da região (Tostes, Ferreira Lage, Procópio, por exemplo) que impulsionou e expandiu as lavouras cafeeiras locais, assistindo assim a um grande crescimento econômico permitindo consequentemente a dinamização da produção, simultaneamente ao

---

<sup>1</sup> BOMENY, Helena Maria Bosquet. Cidade, república e mineiridade *apud* CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Juiz de Fora e a Academia Mineira de Letras”. In: Europa dos Pobres: A Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994, p. 9

processo de construção da Rodovia União e Indústria e da Estrada de Ferro Central do Brasil (1861), intensificando o fluxo de pessoas e acentuando o convívio com a cidade do Rio de Janeiro.

### *A Belle Époque Mineira: o caso juiz-forano*

Como foi posto anteriormente, a cidade de Juiz de Fora não ‘participava’ da cultura colonial mineira e se aproximava geográfica e culturalmente à capital do Império/República, assim como exercia uma luta política contra a hegemonia da zona mineradora. Essa disputa com os antigos centros do ouro, e a proximidade econômica e cultural com o Rio de Janeiro, provocou na cidade, segundo Maraliz de Castro V. Christo, um maior ‘cosmopolitismo’ fazendo com que a cidade fosse considerada um centro cultural da província mineira até a década de 1920, aproximadamente<sup>2</sup>.

Essa vida cultural intensa não é fortuita, ela nasce de um projeto modernizador idealizado e financiado pelos cafeicultores e industriais locais, que correspondiam também às elites políticas, pertencentes às famílias tradicionais citadas anteriormente, com o intuito de exercer um maior controle sobre o espaço urbano e a população, sendo assim, foi pensado um projeto de modernização que viabilizava uma infraestrutura capaz de suportar a demanda do crescimento industrial, bem como através de jornais, educação, instituições culturais em geral, a formação de trabalhadores, gerando assim uma opinião pública em torno do desejo de um “vir a ser civilizado”.

Essas elites políticas contaram ainda com a Sociedade Médica e Cirúrgica de Juiz de Fora (SMCJF) – fundada em 1889, por iniciativa dos médicos João Nogueira Penido e Eduardo de Meneses – a qual muitos de seus membros também faziam parte da classe política do município como o próprio João Penido e o Barão de Santa Helena. A SMCJF foi pensada a fim de divulgar e enaltecer a classe médica através da união de seus membros e a produção e circulação de informações. Após sua inauguração, verificou-se que o conhecimento que circulava ou era produzido pela SMCJF buscava ser aplicado através da intervenção no espaço público e privado, como forma de legitimar a categoria médica em meio à sociedade.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Europa dos Pobres: A Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994, p. 2

<sup>3</sup> LANA, Vanessa. Uma associação científica no “Interior das Gerais”: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889 – 1908. Dissertação de Mestrado. 109 páginas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 41



## “Classes Subalternas” e “Classes Perigosas”: Trabalho e Higiene

### *A categorização da pobreza: “Classes Subalternas” x “Classes Perigosas”*

“Classes subalternas” e “Classes perigosas”: esses dois conceitos irão permear a noção de classes pobres a que se refere o trabalho. Essa escolha se dá pela dificuldade de mensurar de forma específica nesse contexto espacial e histórico quem eram os sujeitos ditos pobres.

O primeiro deles, “Classes subalternas”, é apresentado por Sandra Pesavento em “Os pobres da cidade”. Segundo a autora, o resgate do termo ‘subalterno’ é importante, pois é a que mais se aproxima da categorização de ‘povo’, e ainda, pressupõe relações de subordinação, exclusão política, uma posição baixa na hierarquia social, e ausência de direitos ou direitos frágeis, resultando em cidadãos de segunda classe. A autora ainda faz uma referência a Antonio Gramsci, que classifica esses subalternos como sujeitos excluídos de um sistema hegemônico<sup>4</sup>. Porém, ainda de acordo com Pesavento, os subalternos não são apenas os indivíduos que se encontram nessas relações de subordinação, exemplificada pela autora pela relação patrão/empregado, ou seja, não são apenas os sujeitos considerados parte do proletariado, mas também aqueles que se encontram à margem do mercado de trabalho, que não tem meios concretos de subsistência, vivem de mascates, e pequenos ofícios, são reforçadamente cidadãos menores, pouco ouvidos pelas autoridades e alvos constantes da polícia, considerados perigosos.

O conceito de “Classes perigosas” é usado por Sidney Chalhoub, que contextualiza essa nomeação europeia empregada pelas autoridades políticas cariocas: originalmente o termo era atribuído para designar as pessoas que já houvessem passado pela prisão por motivos de tentar obter o próprio sustento ou de sua família através de furtos e não do trabalho. Segundo o autor, quando o termo é utilizado por políticos brasileiros, são apoiados pelos trabalhos de M. A. Frégier, um funcionário da polícia parisiense, que torna o conceito mais amplo ao deixar equivalentes os conceitos entre classes pobres e classes viciosas, e quando a pobreza e o vício se encontravam em um mesmo indivíduo, este logo poderia ser considerado um perigo para a sociedade. Isso pressupõe que existiriam os ‘bons pobres’ e os ‘pobres perigosos’, mas o que se vê no discurso político brasileiro, que preconizava o hábito do trabalho, e que este levava ao hábito da poupança, que se transforma em poder de compra, logo aquele trabalhador que não consegue acumular capital, ou seja, que vive em estado de pobreza, pode ser considerado um

---

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 13-14

mau trabalhador, ocioso, dado aos vícios, conseqüentemente acarretando que o conceito de “classes perigosas” seja equivalente ao de “classes pobres”<sup>5</sup>

A principal diferença entre esses dois conceitos é a forma como categoriza as classes pobres. A denominação “classes subalternas”, diferente do termo “classes perigosas” que classifica todos os pobres como sujeitos que oferecem perigo à sociedade, permite que se qualifique esses desafortunados em pelo menos duas categorias: a do pobre trabalhador, e a do pobre ocioso, considerado um perigo por lançar mão de práticas consideradas subversivas e imorais como roubos, prostituição, jogos, mendicância, etc<sup>6</sup>. Ainda que o pobre trabalhador seja comparativamente mais virtuoso do que a outra categoria, este representa um perigo, porém, em um sentido de “vir a ser” perigoso, a sua existência por si só não acarretava medo, e seu perigo se dava mais em um âmbito político, em que as autoridades políticas e intelectuais orgânicos consideravam a possibilidade de uma tomada de consciência de classe do proletariado uma possibilidade perigosa, ou seja, o pobre trabalhador poderia se tornar um perigo enquanto categoria, e não enquanto um indivíduo isolado.

No entanto, ambos autores concordam quanto à problemática de que fora das discussões acadêmicas, tanto no meio historiográfico como nas ponderações da classe política e intelectual da época que discutia esses valores, não existe uma dualidade que se oponha, dois universos distintos, um mundo do trabalho, e outro completamente oposto ao primeiro, da ociosidade e do crime. O que acontece é que o crime e o ócio que são considerados valores fora da ordem e reproduzidos por sujeitos marginais a essa ordem, estão sim no interior dela e são elementos importantes para a manutenção desse modelo de sociedade, como pondera Chalhoub<sup>7</sup>.

Um ponto que se pretende chegar a partir dessa discussão é de que essas condutas consideradas desviantes possuem uma intencionalidade e são úteis quando apropriadas pelas elites com a intenção de legitimar esse sistema racionalizante - que supunha que a cidade deveria ser administrada de acordo com valores técnicos e científicos - de gestão do espaço e da vida, de um modo geral, da população, porque justificava os mecanismos de controle e normalização<sup>8</sup> dos grupos subalternos.

---

<sup>5</sup> CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 19-20

<sup>6</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 18

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 79-80

<sup>8</sup> COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 50

Não foi possível fazer um apanhado de fontes mais complexo que permitisse identificar nesse contexto específico quem fazia parte dessas classes subalternas, mas de acordo com Maíra C. Silva de uma forma geral esses pobres eram principalmente os libertos e descendentes de escravos, devido à grande quantidade destes em virtude da economia cafeeira local e aproximação com o Vale do Paraíba, zona decadente do café; e os imigrantes, principalmente alemães, italianos e portugueses, graças a hospedaria de imigrantes da cidade que era um ‘ponto de distribuição’ desses trabalhadores que muitas vezes não se submetiam às condições de trabalho que eram oferecidas e preferiam trabalhos informais por conta própria, bem como uma parcela significativa dos imigrantes sírios e libaneses (chamados pejorativamente de turcos) que tinham pequenos comércios ou camelôs nas partes baixas do centro da cidade, onde ficavam em sua maior parte as habitações populares e população mais pobre<sup>9</sup>

### ***Trabalho e Higiene: o controle sobre as classes pobres***

No tocante ao contexto específico da cidade de Juiz de Fora é possível perceber que a Câmara Municipal e SMCJF tinham os seus discursos afinados, sendo a SMCJF no sentido da higiene e a Câmara na perspectiva da salubridade, ambos estavam alinhados ao ideal republicano de modernidade, em busca de instaurar novos hábitos na sociedade, na tentativa de enquadrá-la nos preceitos da higiene, moral e bons costumes, muitas vezes trabalhando em conjunto na administração pública.

Eduardo de Meneses, primeiro secretário da Sociedade, foi encarregado pela Câmara municipal de gerir a Diretoria de Higiene, criada a fim de combater as diversas doenças que vinham causando sérios impactos na cidade como a varíola, febre amarela e tuberculose, e uma de suas intenções era esquadrihar a cidade tanto em termos territoriais, ou seja, na gestão do espaço, como em termos sociais, identificando a população nos seus mais diversos estratos, principalmente nos segmentos mais pobres. De acordo com Maraliz Christo, com o avanço da bacteriologia crescia a preocupação médica com o confinamento das pessoas infectadas, antissepsia, etc., e que isso resultava em problemas para os pobres, principalmente aqueles que moravam em cortiços ou viviam nas ruas, porque era necessário que ficassem confinados em hospitais ou asilos, como era comum na época, ao contrário daqueles que dispunham de atendimento domiciliar e poderiam fazer os respectivos tratamentos em suas próprias casas<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> SILVA, Maíra Carneiro Carvalho. Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930). Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008, p. 44

<sup>10</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira A Europa dos Pobres: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1994 p. 130-131

No centro da cidade havia além da Santa Casa de Misericórdia o Hospital Santa Helena. Conhecido como Lazareto, era voltado principalmente para o atendimentos de mendigos, órfãos, etc. Era esse o local para onde eram feita as remoções das pessoas infectadas com doenças contagiosas. Segundo as autoridades as condições do hospital eram tidas como precárias<sup>11</sup>, o hospital foi fechado em 1894 em virtude das suas más condições. Além disso, a SMCJF intencionava retirar do centro da cidade as marcas estéticas e sociais da pobreza do centro, exercendo um forte poder político sobre a população em nome de medidas profiláticas. Um exemplo de um desses casos foi a tentativa do padre João Emílio Ferreira diretor da Sociedade protetora da Pobreza, construir um asilo para mendigos em uma das ruas próximas ao centro da cidade, a SMCJF se posicionou contra a construção:

“...a Sociedade de Medicina e Cirurgia, que vela zelosamente pela salubridade dessa florescente cidade, entendeu aconselhar-me para que não construísse o referido asilo no supracitado terreno, por estar no centro da cidade e ser um foco de infecção que pode causar inconvenientes à higiene pública.”<sup>12</sup>

A partir desse trecho é possível observar que o que de fato incomodava essas autoridades não era o fato de ser construído um asilo para atender os mendigos, mas que esse asilo fosse construído no centro, onde estava ocorrendo toda a remodelação urbana, social e estética, possivelmente se a tentativa de erguer esse asilo se desse em um sítio mais distante, como era nomeado na época, como é visto nos próprios relatórios da Câmara, “para além de Tostes e Halfeld”<sup>13</sup>, as maiores e principais ruas do centro no fim do século XIX. Nota-se também a culpabilização dos enfermos pelo contágio da doença, usando justificativas tais como a ignorância da população, e inocentando por outro lado, os donos dos cortiços e demais habitações insalubres e industriais, já que as condições de trabalho também eram aviltantes e contribuíam para a proliferação das doenças.

Dessa forma, foram várias ações elaboradas pelo poder público, tanto pela Câmara Municipal, quanto pela SMCJF (ou ambas, em conjunto) para que a cidade fosse racionalmente ordenada dentro dos padrões higiênicos e estéticos, como novas propostas para a instrução pública, inspeção de casas coletivas e cortiços e multas para os habitantes (e não os donos) dessas moradias que apresentassem perigo por se apresentarem em condições insalubres.

### **O controle sobre o território: A gerência do espaço público**

---

<sup>11</sup> Ata da sessão de 18 de Janeiro de 1890. In: SMCJF. Boletins. t. 1

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Paulino. “SMCJF”. Rev. IHGJF *apud* CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Op. cit.* p. 129

<sup>13</sup> SILVA, Maíra Carneiro Carvalho. Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930). Dissertação de Mestrado. 186 páginas. UFJF, 2008, p. 45

Para entender como se deu o controle do espaço público pelas autoridades políticas, nesse caso, principalmente pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, ainda que algumas medidas tenham sido tomadas a partir de direcionamentos indicados pela SMCJF serão usadas as resoluções municipais entre os anos 1892-1920. O que se pretende observar não é a efetividade da implantação dessas medidas, se foram realmente implantadas ou não, ou qual era o nível de conhecimento e obediência da população em relação a esses atos legislativos, mas sobretudo em quais espaços e sobre quem essas medidas iriam agir, ou seja, de que maneira as autoridades pretendiam um modelo ideal de cidade e da sua população.

Entre os anos citados (1892-1920) são 50 de aproximadamente 880 as resoluções que legislam sobre o espaço público, ou o fluxo de pessoas, mercadorias e trabalhadores sobre esse espaço. Entre elas não se encontram as de medidas higiênicas e profiláticas, como as de vacinação obrigatória, por exemplo, e sim aquelas que tendem a remodelar o espaço urbano, agindo ‘indiretamente’ sobre a população, principalmente.

A partir da leitura dessas resoluções é possível confirmar o que foi colocado anteriormente sobre a imensa preocupação voltada para o viés estético e embelezamento da cidade, e sobre questões de salubridade e higiene, e como isso em alguns casos acaba sendo direcionado aos pobres, ou arruaceiros e boêmios dentro do conceito de “classe perigosa”, como por exemplo, como o caso que a Câmara confere poder aos agentes do executivo para cassar as licenças concedidas para os botequins e tabernas que vendem bebida, uma vez que esses estabelecimentos não se encontrassem nas condições higiênicas exigidas pela lei municipal, essa resolução ainda contém um parágrafo único que saliente o tipo de estabelecimento que se pretende atingir com essa medida: “... a medida de estende a qualquer estabelecimento em que se reúnam ébrios, vagabundos e desordeiros.”<sup>14</sup>. Em 1920, é autorizada a criação de uma Guarda Noturna com as seguintes finalidades:

- “a) o policiamento das vias publicas, a vigilância das habitações e da população contra qualquer crimes ou acidentes;
- b) a prestação de favores ás pessoas que deles necessitem;
- c) a fiscalização do cumprimento das resoluções municipaes;”<sup>15</sup>

As medidas, porém não se valem somente para esses ‘arruaceiros’ mas tenta regulamentar o próprio trabalhador, sobretudo aquele que vive do mercado informal, são

---

<sup>14</sup> Resolução número 602 de 23 de Abril de 1907. Livro de Resoluções Municipais (1906-19032). Arquivo Histórico de Juiz de Fora

<sup>15</sup> Resolução número 855 de 20 de Outubro de 1920. Livro de Resoluções Municipais (1906-1932). Arquivo Histórico de Juiz de Fora

algumas as resoluções que legislam sobre eles, como a obrigatoriedade para os mercadores ambulantes de adquirir licença e pagar por ela por cada grupo de objetos que esses mercadores pretendiam vender (Resolução número 715 de 1º de Maio de 1716); a proibição da comercialização de gêneros comestíveis em tabuleiros abertos (Resolução número 737 de 31 de Janeiro de 1917); e outra proibição de se transitar no centro da cidade carros de tração bovina (Resolução número 751 de 27 de Julho de 1917), carros esses que eram provenientes de trabalhadores das zonas rurais ou bairros mais periféricos da cidade; entre outras resoluções. Essas são as resoluções mais comuns, que tentam legislar sobre o trabalho do mercado informal, e estabelecer parâmetros de estabelecimento dos seus ‘comércios’, os locais onde eram permitidos ou não transitarem, e, sobretudo o conhecimento das autoridades de ter em seu poder o conhecimento de quem eram esses trabalhadores e o que faziam, visto a necessidade de licença para que pudessem exercer suas funções dentro da legalidade.

Outro padrão que se repete entre as resoluções são relativas à uma notável tentativa de padronização e organização das construções que eram feitas no centro da cidade, como a proibição de construção ou reconstrução de casas em determinadas ruas da cidade, a licença só seria concedida para iniciativas que tivessem a intenção de construir prédios (Resolução número 797 de 7 de Fevereiro de 1919); a obrigação de proprietários de terrenos vazios e abertos no centro da cidade a fechá-los com muros caiados ou pintados, ou com gradil sobre a avenida em uma altura específica de dois metros (Resolução número 598 de 13 de Abril de 1907).

Percebe-se ainda dois comportamentos temporais nessas resoluções escolhidas: de 1892 a 1906 aproximadamente, as medidas tomadas em relação ao espaço público e privados, como o das casas, cortiços, etc. principalmente em relação à higiene desses espaços e controle de doenças, como inspeccionar as casas, principalmente as coletivas, multando e até fechando e demolindo as que se encontrassem em condições mais aviltantes, a instalação de vasos sanitários em dependências públicas, como teatros e escolas, etc. A partir de 1906/1907 se vê com mais frequência essa preocupação com a racionalização dos espaços e controle dos trabalhadores e também dos ‘vadios’, como o notório embelezamento da cidade, estabelecendo limites mínimos de andares para se construir nas avenidas principais, dando preferência a construção de prédios em detrimento dos antigos casarões, ou seja, uma gestão bastante afinada, pelo menos em termos de legislação e projetos, com os preceitos do discurso modernizador republicano.

No tocante a essa legislação específica é possível perceber preocupações reais com a saúde pública através das medidas higienistas adotadas pela Câmara Municipal, ainda que muitas dessas medidas não fossem instauradas de modo promover uma reflexão social das doenças, e dos valores de higiene individual ou coletiva, e acabassem oprimindo de alguma maneira a população pobre da cidade, tutelando sobre elas legitimados por um discurso que pregava a sua ignorância e incivilidade, muitas delas eram pensadas para garantir um espaço e população livre de mazelas, pelo menos no que diz respeito ao discurso oficial adotado pelas autoridades.

### **Considerações Finais**

Para pensar a gestão da cidade de Juiz de Fora nos seus mais diversos níveis é necessário em primeiro lugar ponderar quem eram os responsáveis por essa gestão e onde eles se encontravam. Ao construir esse trabalho ficou claro que ao falar sobre autoridades políticas é importante colocar que apesar dela ser formada por uma elite intelectual, ela se apresentava de maneiras diferentes: era constituída por cafeicultores e industriais locais endinheirados, agentes das profissões liberais como advogados, mas principalmente agentes da área da saúde como médicos e dentistas.

Esses últimos, além de algumas vezes serem parte da elite política da cidade, eram associados a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, que também carece de uma reflexão acerca da posição que ocupava na cidade. Apesar de ter sido fundada por iniciativa ‘privada’ e não da esfera pública, é notável que esta Sociedade não se pretendia apenas como um espaço de discussão e produção científica, mas almejava e teve êxito em participar da administração pública seja por meio dos cargos que seus membros ocupavam na Câmara Municipal, ou por associações feitas com essas instituições políticas da cidade, mesmo que em diversos momentos existissem tensões entre elas e seus discursos, mas discordâncias sempre pautadas mais em uma questão de execução do que planejamento.

Sendo assim, pensar a gestão da cidade é pensar no associativismo dessas duas instituições e os impactos que isso causava no espaço e na sociedade. O projeto modernizador toma uma roupagem pesadamente carregada por preceitos científicos e higienistas, sobretudo, se preocupando em eliminar da cidade as doenças que atingiam em números preocupantes a população, e estabelecer dentro dela normas da higiene individual e coletiva que vinha acompanhada do discurso de normalização das famílias e indivíduos a partir de uma ordem médica, domesticando esses sujeitos a partir dos espaços que frequentavam, os mais



importantes, a casa, fosse ela compartilhada ou não, e seus espaços de lazer, principalmente àqueles voltados para as classes subalternas, as tabernas e botequins, agindo assim indiretamente no controle desses indivíduos, que para a outra esfera da elite política da cidade, os donos do capital, financiadores do projeto de modernização juiz-forana, pretendiam tê-los em suas fábricas e empreendimentos como mão-de-obra domesticada, pronta a enfrentar uma carga enorme de trabalho, crenes em um discurso de dignificação do trabalho e repressão daqueles que se encontravam ociosos ou à margem do mercado de trabalho formal, ou seja, aqueles que não renderiam lucro aos seus próprios empreendimentos.

Finalmente, a opção por enfatizar a figura dessas elites políticas principalmente aquelas que são também tidas como a elite intelectual mais até do que as classes pobres se dá pelo fato como ficou esclarecido anteriormente, que os conceitos de pobreza, virtude, ociosos se dá a partir da própria camada política/intelectual e dos usos que esses conceitos terão para construir discursos que legitimem as medidas que se pretendem tomar, de acordo com Gramsci, pensar os intelectuais significa também pesar o conjunto de relações sociais nas quais se encontram e no conjunto geral de relações sociais<sup>16</sup>.

#### **Referências Bibliográficas:**

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

LANA, Vanessa. Uma associação científica no “Interior das Gerais”: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889 – 1908. 109 páginas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A Europa dos Pobres: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1994.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. 107 páginas. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

SILVA, Maíra Carneiro Carvalho. Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930). 186 páginas, Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008.

---

<sup>16</sup> GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982, p. 9

## Trabalho e cidade: trajetória e vivências dos carroceiros em Montes Claros/MG, 1970–2016

**Pedro Jardel Fonseca Pereira**

Mestrando em História  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
pedrojardel@yahoo.com.br

**Renato da Silva Dias**

Doutor em História  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
dias.reno@gmail.com

**Resumo:** A presente pesquisa traz como objeto de análise o trabalho dos carroceiros, na cidade de Montes Claros/MG. O objetivo da discussão é fazer uma abordagem a partir das memórias que surgem do trabalho desses sujeitos, na medida em que a cidade se expandiu e foi submetida ao processo de reestruturação. Através da História Oral procuramos identificar os conflitos, resistências e acomodações que são estabelecidas pelos trabalhadores quando os mesmos disputam o direito de trabalhar no espaço urbano. Através da análise dos documentos que visam a reestruturação da cidade, percebemos que esses trabalhadores aos poucos foram perdendo os espaços de trabalho, por exemplo, área central, sendo expurgados para outras regiões.

**Palavras-Chave:** Trabalho; carroceiros; cidade.

**Abstract:** The presente research brings as object of analysis the work of cartmen in the city of Montes Claros/MG. The aim of the discussion is to make na approach based on the memories that emerge from the work of theses subjects, as the city expanded and was submitted to the processo of restructuring. Through Oral History we seek to identify the conflicts, resistance and accommodations that are established by workers when they compete for the right to work in urban space. Through the analysis of the documents that aim at the restructuring of the city, we realized that these workers were soon losing the working spaces, for example, central area, being expurgated to other regions.

**Keywords:** Work, Cartmen, City.

A cidade de Montes Claros atualmente tem cerca de três mil carroceiros atuando no perímetro urbano, esses dados são estimativos da Prefeitura, que podem ocorrer em um número superior a este. Esses trabalhadores prestam seus serviços a população transportando os mais diversos tipos de objetos que envolvem o cotidiano na cidade, desde os resíduos da construção civil a objetos pessoais.

Ao elaborar nosso problema de pesquisa, aguçamos as seguintes indagações: como os carroceiros disputam o direito de trabalhar e viver na cidade, e quais as memórias que esses trabalhadores possuem sobre Montes Claros, quando os mesmo se apropriam da cidade para viver e trabalhar?

Quanto ao recorte temporal, definimos o espaço de tempo que vai da década de 1970 a 2016. Uma das justificativas para elegermos esse período se deve ao fato de algumas de nossas fontes como os documentos da Prefeitura, surgirem a partir desse período, os quais incidem na reestruturação do espaço urbano.

A metodologia utilizada foi a história oral. As entrevistas realizadas com os trabalhadores ao serem problematizadas, permitiram a historicização dos carroceiros, ora confirmando nossas indagações ou refutando hipóteses.

Acreditamos que suscitar discussões sobre o direito desses sujeitos, assim como qualquer outro grupo tem de fazer uso do espaço da cidade, seja para viver ou trabalhar é para nós algo crucial. A lição que aprendemos com esses trabalhadores, foi que precisamos (sociedade) compreender que todos tem direitos de se apropriar da cidade. Embora as normas, documentos e concepções criadas por grupos no poder, mantenedores da memória hegemônica, insistam em mostrar o contrario, com suas concepções de cidade ideal.

Diante das orientações que recebemos na fase inicial da pesquisa, fomos alertados da importância da nossa discussão perpassar pelo tema cidade, buscando problematizar a partir da memória desses sujeitos, como eles se apropriam do espaço urbano para viver e trabalhar. Embora a memória hegemônica pretenda demonstrar a cidade como um espaço que está em constante transformação, sob a égide dos grupos que estão no poder. Estes por sua vez, tomam a frente elegendo a partir dos discursos com foco no desenvolvimento e no progresso, o que será melhor pra urbe. Nesse sentido também a memória que se pretende hegemônica elege os sujeitos e grupos, isto é, o que, como e quem lembrar, que farão parte da história oficial da cidade<sup>1</sup>.

Outro aspecto que consideramos na nossa abordagem foi em relação a perspectiva da invisibilidade de alguns sujeitos, grupos, (exclusão histórica), pois aqueles que tem modos de vida seja, em relação ao trabalho que exercem ou onde residem, que costumam circular pela cidade com comportamentos que vão contra o permitido ou esperado, que contradizem com a imagem que se pretende da cidade ideal, tiveram sua participação histórica “esvaziada”, e não

---

<sup>1</sup>MEDEIROS, E. Antunes de. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia - 1970/2001*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 45.

figuram entre os sujeitos que compõem a memória e história da cidade, esta por sua vez, escrita pela classe dominante<sup>2</sup>.

Embora as entrevistas demonstrem uma forte atuação dos carroceiros no processo de desenvolvimento da cidade, e considerando o número expressivo de carroças circulando pelas ruas, identificamos uma lacuna na história desses sujeitos, o que também ocorre com outras categorias, no entanto os carroceiros não aparecem entre os prestigiados nos trabalhos de pesquisa realizada sobre a cidade.

Nosso desafio era então problematizar essa “ausência” que identificamos em nosso levantamento, nesse sentido, embasamos nossa discussão no trabalho: “*Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza 1890 – 1915*” do historiador Carlos José Ferreira dos Santos<sup>3</sup>. Na obra o autor problematiza o protagonismo exercido pelos estrangeiros em São Paulo, como sujeitos ativos no processo de resistência em relação às más condições de emprego e salários, essa noção privilegiava a participação dos imigrantes italianos na cidade.

Em um primeiro momento segundo Santos “tudo era italiano mesmo”, a presença dos italianos imigrantes foi fortemente ressaltada, sobretudo nas fábricas:

Raramente é mencionada a presença dos não imigrantes nesse processo, especialmente os da parcela pobre da população (...) Ou quando ocorrem de serem considerados, é de forma quase sempre depreciativa em relação a essa participação<sup>4</sup>.

Para o autor na maioria das pesquisas, os sujeitos oriundos das camadas populares nacionais, haviam sido desprezados, essa foi a constatação realizada ao questionar a “ausência”, que tinha como escopo demonstrar memórias e histórias. A memória hegemônica havia empobrecido a compreensão do passado paulistano, sobretudo quando a presença desses sujeitos nacionais pobres foi lembrada pelo viés depreciativo.

É possível segundo Santos<sup>5</sup> lançar um novo olhar sobre questões que aparentemente parecem banais e esgotadas. No caso dos carroceiros em Montes Claros a perspectiva assinalada pelo autor nos fez retomar as entrevistas realizadas, agora com outra visão, e percebemos que os próprios trabalhadores em suas falas nos apontavam para essa presença na construção da

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, Cristian Vicente. *Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social – Uberaba – 1865 – 1935*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2009. p. 34.

<sup>3</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 22.

<sup>4</sup> Ibid., p. 45.

<sup>5</sup> Ibid., p. 60.

cidade e, sobretudo, nas lembranças que surgiam desse processo, onde eles se reconhecem como sujeitos ativos.

Não que nossa intenção seja tratarmos de outra história fazendo oposição a história oficial, mas sim evidenciarmos as memórias em disputas. Nas conversas com os trabalhadores durante as entrevistas esse processo foi se tornando clarividente, e os carroceiros demonstraram que embora a memória hegemônica os tenha deixado de fora da história oficial, na memória mantida pelo grupo, eles estiveram inseridos e fizeram e fazem parte da construção da cidade, de maneira efetiva. O mais interessante de se notar é que eles não se puseram apenas como espectadores. Nesse sentido, a compreensão assinalada por Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Koury<sup>6</sup> foi essencial no direcionamento da nossa pesquisa:

(...) o que vemos na História Oral é mais a memória que cada ser humano tem individualmente. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis<sup>7</sup>.

No caso dos carroceiros, através da memória, foi possível perceber como eles de colocam como agentes ativos que desempenharam funções que consideram essências na construção da cidade. Um trabalho que Sr. Moacir se mostrou orgulhoso de ter realizado: *“Quando o sr. Começou a trabalhar como carroceiro, o que o sr. Transportava? Tijolo, Montes Claros foi feita a tijolo, o centro da cidade eu botei tijolo nela quase todo. Pegava do Cintra para trazer pra ai. O povo comprava lá e vendia ai”*<sup>8</sup>.

Sr. Moacir acompanhou a fase na qual a cidade atingiu o maior índice de desenvolvimento, na memória do trabalhador o progresso atribuído à cidade, desde seus primórdios foram realizados com a participação do carroceiro, *“porque Montes Claros foi feita com carroça, Montes Claros foi feita com carroça”*<sup>9</sup>.

Até mesmo o aparato que compunha o veículo de tração animal era diferente, *“Naquela época nós trabalhava com três burros, um atrás e dois na frente, nós apanhava quinhentos tijolos por vez”*<sup>10</sup>. Das olarias para os novos bairros, os carroceiros transportavam os “tijolinhos”, o tijolo furado passou a ser utilizado muito depois, na cidade. Sr. Moacir também

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. IN: História e perspectiva: Revista dos cursos de graduação e do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Jul./dez de 2001 –jan./jun./2002.

<sup>7</sup> Ibid., p. 19.

<sup>8</sup> Moacir, 93 anos. Entrevista concedida ao autor em 2017.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.

lembra que as opções de trabalho eram poucas, transportar o material da olaria era a alternativa: “Não, era tijolo, não tinha outro serviço não era tijolo e Montes Claros foi crescendo, porque Montes Claros foi feita com aquele tijolin assim oh. Agora de um tempo crá que inventou esse tijolo novo”<sup>11</sup>.

Sr. Moacir também relembra que os carroceiros colaboram intensamente no transporte de água para os bairros distantes, apanhada no rio Vieiras, quando o sistema de abastecimento de água não atendia os bairros: “Vendiam água também, e antes de vir essa água dos porcos”<sup>12</sup>.

Sr. José começou a trabalhar com a própria carroça na década de 80, diz já ter carregado de tudo um pouco, sobretudo muita lenha para os fogões e lareiras das casas dos ricos. Algumas residências tinham lareiras para aquecer, como relembra o trabalhador:

(...) hoje é poucas pessoas que cozinham na lenha, eu tinha freguesia para poder carregar, porque muita gente cozinhava na lenha, tinha gente rica dentro da cidade que tinha aquelas lareiras pra esquentar a casa. Então comprava muita lenha na mão da gente. **Naquela época do Sr. Jose precisa esquentar a casa?** Precisava, porque naquela época chovia muito, fazia muito frio<sup>13</sup>.

A água também era transportada para confecção dos adobes utilizados nas construções das casas.

As casas do Maracanã, muitas, num tinha água no Maracanã não, tinha o chanfariz onde é a Praça do Maracanã (...). Ai foi chegando umas carroças pra o Maracanã, e ai carregava a água pra os pedreiros trabaiar, nas carroças, carregava pra fazer adobe também, porque tinha vez que muitos não podia comprar o tijolo, né, então o carroceiro carregava água pra pessoa cavar o chão e moiar o barro, e fazer os tijolos(...)<sup>14</sup>.

No entanto, a trajetória dos carroceiros também traz outros aspectos como o fato deles terem sido expurgados da região central no processo de reordenação da cidade, e essas lembranças permanecem registradas de forma aguda. “É possível dizer que o tempo de suas memórias carrega o sentido de ruptura entre a sua cidade e aquela que se expõe com a noção de tempo traduzido em modernidade, enquadrado e constituído pela racionalidade técnica”<sup>15</sup>. Os grupos que estão no poder, através das imagens oficiais, formalizam suas perspectivas, enquanto que a memória dos trabalhadores realça no ato de lembrar, as vivências experimentadas no processo de dominação. Importante ressaltar que, ao priorizarmos a memória

<sup>11</sup> Moacir, 93 anos. Entrevista concedida ao autor em 2017.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Jose, 53 anos. Entrevista concedida ao autor em 2017.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos. Uberlândia. 1937-1990*. 2001. Tese de Doutorado em História Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 2011. 18.

dos trabalhadores, não é nossa pretensão enfatizar as “expressões nostálgicas de um tempo perdido, mas de procurar entender, com esses sujeitos, o processo de construção e transformação da cidade”<sup>16</sup>.

As mudanças de ordem políticas, econômicas, social e demográfica, que Montes Claros vivenciou desde a década de 1960, segundo França<sup>17</sup> teve um forte impacto na reestruturação da cidade, por sua vez, essas mudanças refletiram na área central, devido os diferentes usos do solo urbano e também devido a expansão urbana. As atividades de comércio e serviços antes monopolizadas passaram por uma descentralização. No caso do centro de Montes Claros as transformações ocorreram de maneira efetiva na administração do prefeito Antônio Lafeté rebelo, (1967- 1970). Nesse período foi construído na área central, rede de esgoto e águas pluviais, as ruas foram asfaltadas, e também foi construído o mercado municipal da rua Joaquim Costa.

Carroceiro com mais de trinta anos de profissão, Seu Celso em sua fala evidencia essa constatação que apresentamos em concordância com Celia Rocha Calvo<sup>18</sup>. O carroceiro lembra como era o trabalho no centro antes deles começarem a ser expurgados dessa região. Um dos locais onde encontravam uma grande oferta de fretes era na Praça da estação, a demanda vinha dos viajantes que chegavam no Trem-de-Ferro.

Em relação ao centro os carroceiros tiveram também outras perdas de espaço, o Trem de passageiros que encerrou suas atividades em 03 de setembro de 1996, acarretando para os trabalhadores prejuízos nas atividades realizadas diariamente. Depois com o próprio processo de reestruturação da região central foi cada vez mais difícil os mesmos se manterem na Praça da Estação:

Oh! Quando nos começamos a trabalhar nos trabalhava naquela. Ia em cima na Praça da Estação, nós transportava as coisas que vinha das cidades de fora, de la da praça da estação para o mercado, transportava do mercado para la para o pessoal que vinha de viagem<sup>19</sup>.

As lembranças são de um tempo onde os carroceiros se sentiam integrados ao espaço urbano do centro, que lhes eram garantidas pela conquista dos pontos, onde poderia permanecer

---

<sup>16</sup> CALVO, Célia Rocha. Muitas memória e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos. Uberlândia. 1937-1990. 2001. Tese de Doutorado em História Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 2011. p. 181.

<sup>17</sup>FRANÇA, Iara Soares de. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2007. P. 40.

<sup>18</sup> CALVO, op. cit., p. 20.

<sup>19</sup> Celso, 54 anos. Entrevista concedida ao autor, 2017.



a espera dos clientes que eram certos. Os locais dos pontos também eram estratégicos, o primeiro ficava localizado na Praça da estação, na região alta, que atendiam as demandas dos viajantes que chegavam de trem. Na parte baixa início da rua Belo Horizonte estava localizado o segundo ponto ou praça, como os carroceiros costumam se referir a esses locais. Situado ao lado do Mercado Central, atendia as demandas dos feirantes da região, não só quem vendia, mas também os que chegavam para fazer compras. *“Então era assim a gente trabalhava (...) la tinha os pontos dos carroceiros (...) tinha dois pontos, tinha o de la de cima que é onde é a praça da estação e aqui embaixo onde no mercado, onde era o antigo mercado”*<sup>20</sup>.

O Mercado Central foi construído para atender a demanda dos feirantes que teve seu antigo Mercado situado na Praça Doutor Carlos demolido, na época de sua construção a previsão era para ser um espaço construído nos moldes do progresso, mas o espaço que era pra ser amplo, que previa trazer para os feirantes conforto, não conseguiu ser um local moderno como foi previsto. Percebe-se que a própria construção do Mercado já traz em si as concepções de modernização do centro da cidade, inclusive com a demolição do prédio do antigo Mercado<sup>21</sup>.

Seu Celso carrega na sua memória o conforto que era trabalhar em um local fixo, com estrutura básica e organização para atender os clientes, os trabalhadores dispunham de uma linha de telefone e tabela de preços. Com a perda dos pontos fixos os trabalhadores se viram obrigado a se espalharem pela cidade em busca de serviço. Sendo preciso muitas das vezes persistência para encontrar um frete. Perguntamos pra Celso qual foi melhor época pra trabalhar como carroceiro:

Oh moço! Era o tempo do mercado velho la encima que tinha os pontos dos carroceiros, tinha o local certo de ficar, não ficava transitando na rua entendeu,(...) e hoje não, você tem que sair nos bairros caçando serviço entendeu<sup>22</sup>.

Edilson começou a trabalhar com o seu pai quando ele ainda era criança, se lembra da carroça carregada de animais, porcos e galinhas para ser comercializados no mercado. O carroceiro enfatiza nas suas lembranças exatamente a liberdade que tinham para trabalhar, as feiras livres onde as pessoas podiam chegar e negociar suas mercadorias.

Nessa época, eu lembro de eu pequeno, o que pai gostava de transportar direto que hoje ta proibido, num tem o mercado? Ele transportava muita galinha,

<sup>20</sup> Celso, 54 anos. Entrevista concedida ao autor, 2017.

<sup>21</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume, 1998.

<sup>22</sup> Celso, 54 anos. Entrevista concedida ao autor, 2017.

entendeu? Pra vender no mercado, ele transportou muito porco, ele enchia a carroça de porco. La antes qualquer pessoa podia chegar e comprar qualquer coisa no ar livre<sup>23</sup>.

Fazia parte do cotidiano da família de Edilson não apenas transportar, mas comercializar frutas no mercado, *“eu ia com uma tia minha, ela comprava manga, ai nós tirava a manga, era transportada com a carroça, ela enchia uma carroça com caixa de manga, e levava e encostava no mercado pra vender pras pessoas”*<sup>24</sup>.

Com a construção do novo Mercado Christo Raeff Nedelkoff, o antigo permaneceu por um tempo em funcionamento, mas a área de descarga era realizada no novo espaço, então ficavam as carroças incumbidas de levar os hortifrúteis para o antigo mercado onde os feirantes ainda mantinham suas bancas. Quando os caminhões chegavam carregados de mercadorias, as carroças entravam em cena,

(...) transportava alguns fretes pra o pessoal, o pessoal chegava com caminhão pra levar a saca de pequi, as vezes pegava do mercado de baixo pra levar naquele lá pra riba, dessa forma e sempre com carroça. Isso eu lembro como hoje cê entendeu? Eu pequenin em cima da carroça mais ele, eu tenho essa lembrança que é marcada pelo resto da vida, eu não esqueço não<sup>25</sup>.

Na medida em que a cidade foi sendo reestruturadas, essas práticas foram sendo tolhidas, as feiras ao ar livre tiveram que ir para as bancas dentro do mercado, onde os espaços são limitados a um número de trabalhadores, a Vigilância Sanitária cuidou de regulamentar a vendas de animais vivos. Na medida em que o centro foi sendo reorganizado e os trabalhadores não foram integrados a essa nova dinâmica urbana, eles sentiram o peso da marginalização, *“hoje infelizmente nós estamos vendo o que ta acontecendo aqui, cê entendeu? Agente tá esquecido com isso”*<sup>26</sup>.

Para Seu Celso eles foram perdendo os espaços no centro devido o que chamou de evolução da região, *“E isso ai era tudo calçamento, tudo de pedra daquelas pedras (...) tudo calçado de pedra, ai foi evoluindo entendeu eles foi acabando com a praça la, passando um cado dos carroceiros, cada um foi pros bairros, trabalhar nos bairros né”*<sup>27</sup>.

Trabalhar na região do centro também fazia parte da rotina para Seu Juraci:

**O que o senhor transportava no centro lá naquela época (década de 80)?**  
Fazendo limpeza naquelas lojas, aquela baguiada de loja que ia dispensar, me

<sup>23</sup> Edilson, 45 anos. Entrevista concedida ao autor, 2017.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> Celso, 54 anos. Entrevista concedida ao autor, 2017.

chamava eu ia fazer, ai sempre tinha que ir ou de madrugada ou então de noite e era assim por diante<sup>28</sup>.

Perguntamos a Seu Juraci se atualmente ele ainda trabalha no centro, inicialmente ele afirmou que não: “*E hoje, o senhor trabalha no centro ainda? Não trabaio porque eles não ta deixando*”<sup>29</sup>. Persistimos e reelaboramos a pergunta com mesmo foco e aos poucos ele admite que em alguns locais ainda é possível ir, revelando que mesmo sendo proibido o trabalhador ainda resiste, mesmo correndo o risco de ser multados pela fiscalização. No entanto o carroceiro tem uma estratégia para burlar a fiscalização: “*É proibido, tá proibido, ocê tem que ir ne algum lugar, ai ocê tem que ser muito cabreiro, isso pra eles não pegar ocê, as carroças tão emplacadas, se ocê vai andando e já vê nego escrevendo, emplacadas, e eles está desse jeito num*”(...)<sup>30</sup>.

Quando insistimos sobre o fato dos carroceiros ainda frequentarem o centro da cidade, nosso intuito é conhecer as estratégias utilizadas pelos trabalhadores quando precisam prestar algum serviço nesse local. De acordo com a fala de Seu Juraci, as ruas citadas por ele ficam situadas próximas a área de concentração de veículos e de pessoas, como por exemplos os locais próximo da Praça Doutor Carlos. A tática utilizada é percorrer os entornos dessa região, uma vez que a fiscalização não consegue vigiar todo espaço do centro.

De acordo com Sheille<sup>31</sup> quando se trata desse processo de expulsão de certos lugares da cidade, são estabelecidas disputas contínuas por territórios: “Os conflitos para que essa determinação de ‘limpeza’ ocorra são constantes, assim como as alternativas criadas pelos que vivem essas pressões multiplicam-se.

### **Considerações finais**

Enfatizamos que os resultados alcançados até aqui, são parciais, pois, esse texto é parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento. Entretanto, considerando o contexto até aqui retrato e o processo histórico o qual os carroceiros foram subjugados, mediante o processo de reestruturação da cidade, com base em documentos e aval dos grupos no poder, consideramos que esses fatores contribuíram para a promoção da invisibilidade destes trabalhadores (exclusão histórica) uma vez que eles passaram a ser indesejados na cidade ideal,

---

<sup>28</sup> Juraci, 71 anos. Entrevista concedida ao autor, 2017.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> FREITAS, Sheille Soares de. Por falar em culturas... Histórias que Marcaram a Cidade. Jundiaí, Paco Editora: 2016.

não encaixando dentro dos princípios moderno, que os considerava uma prática aboleta que precisava ser superada. “Em uma trajetória histórica, passaram, pois, a não configurar como sujeitos que merecem destaque nas memórias e histórias da cidade, uma vez que essa fora, primeiramente, escrita pela classe dominante”<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> RODRIGUES, Cristian Vicente. Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social – Uberaba – 1865 – 1935. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

## Entre os espaços que habitam a cidade contemporânea o que há entre o sujeito e a tinta no muro?

**Maria Fernanda Bertholdo Brito Vieira**

Graduanda em História (Licenciatura)

E-mail: mariafernanda\_tp@hotmail.com

**Resumo:** Seria difícil através de uma pura análise histórica tentar entender como se estabelece um diálogo temporal e visual nesse cotidiano, através do pixo e seus itinerários. As multifacetadas aparecem, e fazem parte inevitavelmente da composição social, visual e urbana. Por isso a importância da transdisciplinaridade, que é apresentada e descrita por Morin onde as disciplinas como Sociologia, Filosofia, Antropologia, História da Arte, e outras mais, promovem uma integração de possíveis resultados e não apenas evidencia narrativas silenciadas no ensino de história, e agindo para que haja um diálogo entre as narrativas visuais da cidade e suas fronteiras. As problemáticas urbanas onde os pixadores (re)apresentam as relações urbanas das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

**Palavras-chaves:** cidade , grafite , pichação , simbólico , visual

**Resumen:** Sería difícil a través de un simple análisis histórico tratar de entender cómo se estableció un diálogo temporal y visual en ese cotidiano, a través del pixo y sus itinerarios. Las multifacetadas aparecen, y forman parte inevitablemente de la composición social, visual y urbana. Por eso la importancia de la transdisciplinariedad, que es presentada y descrita por MORIN (2008) donde las disciplinas como Sociología, Filosofía, Antropología, Historia del Arte, y otras más, promueven una integración de posibles resultados y no sólo evidencian narrativas silenciadas en la enseñanza de historia, y actuando para que haya un diálogo entre las narrativas visuales de la ciudad y sus fronteras. Las problemáticas urbanas donde los píxeles (re) presentan las relaciones urbanas de las metrópolis de São Paulo y Río de Janeiro.

**Palabras claves:** ciudad, grafito, pintar, simbólico, visual

### 1-Introdução

Porque o fenômeno conhecido por pichação e não os grafites dos museus para falar de arte?

Quando iniciei a pesquisa em junho de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, ao lado do Teatro Municipal no centro, havia um prédio público e outros edifícios que compunham uma paisagem, parecia ter centenas de pixos. Observei como aquelas pichações podiam me dizer sobre aquele espaço, e pra além disso sobre a dinâmica e sobre quem ocupava aquele lugares nos diversos momentos do dia. Aqueles pixos que “gritavam” palavras como “Vende-se Carne Negra Ligue 190” marcavam aquele lugar como um espaço, e no mínimo problemático, escancarando as inúmeras tensões sociais, que marcavam e evidenciava ali uma fronteira urbana. No centro da cidade, onde todo o cotidiano acontecia outras coisas mais uma vez me chamaram à atenção, era outro prédio público, que tinha grande letras e expressões sobrepostos, com um aspecto sujo, um pouco incomodo. As camadas de tinta, aparentemente pareciam ter

no mínimo 10 anos, tempo esse que evidenciou a falta eminente de manutenção de uma parte do Centro Histórico do Rio de Janeiro.

Essa ação parte de indivíduos que se preocupam com lugares, os sentimentos e perspectivas sociais, se inserem como sujeitos históricos ativos na cidade. Mas o que vem a ser um Sujeito Histórico Ativo? Para entender o sujeito, recorri ao Kant, quando define sujeito ativo. –“ Traz ao ambiente o seu próprio programa de desenvolvimento, usando o mesmo, para facilitar a sua implantação. Forte controle do indivíduo sobre o curso da sua vida e dos seus comportamentos” E através das perspectivas apresentadas pela Psicologia, entendemos o pixador como um sujeito independente e que sustenta a manutenção de um sistema que também independe das normas estabelecidas. “Não responde ao meio como ele é, mas em função da interpretação que faz” ainda segundo Kant. E essa transgressão pode ter caráter intencional e desempenhando o papel de principal agente que sustenta a pixação. Transmitindo assim o caráter da ação política e elevando as condições de identificação social, estabelecendo as conexões e coletivos cujo os pensamentos ideológicos são afins as conversas e diálogos com esses grupos, apresentou grande contribuição na compreensão da cidade como um espaço construído historicamente e através da visualidade. A cidade age de forma orgânica e popular, criando múltiplas identidades que interagem com os moradores ou passageiros, os modifica e por eles é modificada diante do exercício do cotiado cidadão sobre o tempo diante de um espaço físico ou imaginado.

Logo, entendemos o porque o pixador é um sujeito histórico ativo. As relações espaciais e temporais seguem normais e ações próprias do grupo social e o pixo está lá para evidenciar as fronteiras, além dos símbolos ou contrastes, age e toca na agressão da imagem e ao mesmo tempo coopera numa forma de ocupação visual.

Um pixador que atua nas ruas de Pernambuco, cujo a assinatura é RZSC, define os territórios da pixação e do grafite: “Não reconhecemos as cercas ou as propriedades como privadas, pois o que está nas ruas é de todos. Nós somos artistas livres, ninguém entra na casa de ninguém, queremos a fachada.”Essa posição de democratização da cidade cabe diversas análises sobre suas estruturas e as continuidades dos processos, partindo do contato direto com os agentes e torna-se possível notar o ocupar humano. A partir das diversas problemáticas, como é possível realizar uma transposição didática e estabelecer um diálogo com o conteúdo escolar programático? Para entender estas questões foram realizadas etapas de pesquisa, cujas estruturas, disciplinas e métodos prezavam a transdisciplinaridade. Ou seja, o resultado não pode

ser classificado como apenas resultado de uma pesquisa Histórica. Na primeira etapa, foi feita uma pesquisa sobre a estrutura e como é possível haver uma construção de um espaço urbano diante dos simbolismos, e impressões visuais. Contextualizando o processo de consolidação do grafite e da pichação no Brasil, foi possível notar que a configuração estética do centro urbano de São Paulo e Rio de Janeiro tem sua forma e História distintas, mesmo tratando-se da mesma região do país. As distinções estavam nas influências e modalidades de ocupação. Os fatores políticos eram comuns, escancarar uma sociedade oculta. Para entender melhor esse objeto, é preciso pensar o que seria essa relação do sujeito e a sua sujeição para com o espaço, visando sua função em exercício no cotidiano na cidade.

Na segunda etapa, selecionamos as fontes, a partir da internet e contatos pessoais, estabelecendo uma relação mais direta e com isso consideramos depoimentos pessoais e entrevistas que ocorreram pela internet, mas que permitiu um contato com pichadores. Para além dos depoimentos, foi necessária uma análise iconográfica do objeto, através do uso de imagens já disponíveis na rede, possibilitando uma seleção fundamental para compreensão da arte de urbana.

## **2-(Re)apresentação, inscrição e intervenção**

Quando pensamos pichação logo nos vem a cabeça a ideia de sujeira, é inevitável. A composição estética acaba contribuindo pra que se tenha de certa forma essa associação. Mas vemos pixo em muros, portas, janelas, monumentos, prédios, pontes enfim em diferentes lugares, mas no que o espaço de fato tem de importância para o pichador? Tem alguns que lançam apenas muros, ou fazem apenas escaladas, mas no Brasil, o que difere da maioria dos países é a quantidade. Quanto mais pixos você tiver no centro de uma cidade ou lugares que tenham grande fluxos cotidianamente mais conceituado dentro das grifes (grupos organizados), você se torna. Mas como perceber esses fenômenos através da própria cidade? Andando de ônibus por São Paulo, comecei olhar as *tag's* que desde pequena tanto me chamavam a atenção, notei que não só havia uma recorrência grande nas vias de escoamento de fluxo urbano mas também nos grandes centros comerciais. Nesses mesmos espaços também havia numa forma quase híbrida, uma junção aos letreiros. Ambos carregavam a imagem da cidade, que não suficiente a agressão visual, aquelas expressões, vazias ou impactantes davam uma voz à cidade, as tintas destacadas passavam a ideia do tempo e o lugar mesmo que projetas pelos urbanistas públicos, tinha uma expressão inteiramente popular. Então porque a criminalização



do pixo? Quais fronteiras a pichação “invade” ou pode entrar o suficiente para ser considerado, crime, barbárie e vandalismo?

Para entender isso, acredito que devemos pensar as fronteiras, e por que são (re)apresentadas pela pichação, começando pelo sujeito, a maioria vive uma realidade socioeconômica muito dispare aos padrões estabelecidos pela classe consumidora da cidade. A cidade não pode ser ocupada de forma democrática, as nomenclaturas e <sup>1</sup>ambientações tornam lugares em não lugares. Os teatros são um exemplo disso, é um espaço que mesmo que as vezes com atrações gratuitas, parece um lugar “ proibido”, essa ideia acaba sendo a lógica no entendimento sobre os pixos em prédios públicos, já que não de forma oficial, mas a ocupação ocorre com a tinta, quando o pixo acontece, o pixador se insere naquela parede, naquele espaço, que agora sim tem um significado afetivo. É uma nova forma de interpretar esses patrimônios, que mesmo causando um impacto visual por ser uma nova composição, tem um significado para além de modificar o objeto é a inscrição, se colocar mesmo que de forma interrelacional (por ser às vezes codificado) diante de um ambiente (re)apresentado por ele próprio. Mas e o pixo político? Todo pixo é político, com frases ou *tags* a ação do ocupar através da tinta nas paredes, um ato histórico de registro de narrativas, contextos, sociedades que interage e age na composição urbana. Assim como o pixador, a cidade impões estética, letras, códigos, riscos ou/e ordens, mesmo provocando, o pixo é também parte de uma (re)ação social causada pelas tensões evidenciadas.

### 3- Entre marginalidade, tranSgressão e estética

A lei (artigo 65 da Lei nº 9.605/ 1998) proíbe a pratica do grafite e pichação nos espaços públicos do Brasil. Mas a arte surge e se reafirma de acordo com a própria condição de ilegalidade. O não cumprimento das normas estéticas e comportamentais. Uma espécie de poesia urbana, um grande caderno de caligrafia já usado, mas com espaços em branco, uma arte que não é domesticada, das margens para o centro em um fluxo verticalizado e direto que por vezes também pode ser violento.

Pichação como forma de protesto em cima de campanha eleitoral não autorizada. (Estadão , acessado em 11 de janeiro de 2017)

---

<sup>1</sup> Tags: assinaturas, ou codinomes.

Segundo Juneco um dos primeiros pichadores do espaço urbano de São Paulo dos anos 90, em um documentário denominado Pixo ação (2010) “A pichação é uma mídia muito forte, e democrática.” completando ”O muro está vulnerável a qualquer tipo de reação, o muro provoca.”

A legislação brasileira que trata da aplicação de sanções penais e administrativas em decorrência de atividades nocivas ao meio ambiente pune aquele que “pichar, grafitar ou, por outro meio, conspurcar edificação ou monumento urbano”. A pena é de três meses a um ano e aumenta de seis meses a um ano se o ato for praticado contra monumento ou patrimônio tombado em virtude de seus valores artístico, arqueológico ou histórico. Mas quais são esses valores?

Tanto a pichação como o grafite foram repreendido nos espaços públicos e considerados condutas passíveis de pena e reprovação pelos danos que causam ao ambiente, em razão de tal “poluição visual”. A ordem estética urbana tem como necessidade a manutenção de uma forma da cidade sem interferências, ou intervenções que problematizam.

Essas ocupações na esfera do espaço público são difíceis de serem analisadas, quando as expressões artísticas experimentais se concretizam em espaços de circulação, há uma manifestação da voz do sujeito de maneira democrática e tais manifestações tornam-se transculturais, especialmente o contato do dominado e os dominantes, que por vezes na ânsia de eliminar as críticas a seu sistema, determinam a retirada das ocupações visuais. A pichação recusa qualquer referência artística e, inerente à sua vocação clandestina, invade as ruas com palavras e símbolos agressivos visualmente e com a cultura da transgressão em voga.

Para entender essa gama de conexões e comunicação urbana que se torna legítima a partir da própria proibição, é uma forma interessante de se pensar os muros sociais e barreiras invisíveis no cotidiano aplicado ao território físico e simbólico.

A cidade pode interpretar a ação humana e a necessidade de inserção visual como uma ferramenta de exposição de um grupo ou coletivo que se enxerga à margem do centro, a transgressão é também uma ferramenta política de reivindicação, e a sua legitimação é através das cores e formas, mas que também age na reflexão do seu papel enquanto agente histórico ativo e participante da cidade.

Quanto ao perfil dos agentes, a maioria vive em uma situação socioeconômica desigual, e esse contraste entre os papéis sociais ideologicamente valorizados e as reais condições para

atingi-los demarca um contexto que pode intensificar uma determinada forma de crise de identidade social. É visível a procedência das artes de rua, na periferia. Mesmo havendo essa manifestação partindo de outras situações sociais. A recorrência é da periferia para o centro.

“Em relação à escolaridade, 19 (59,3%) tinham nível fundamental incompleto, 10 (31,3%) tinham nível médio incompleto e três (9,4%) tinham completado ensino fundamental. Em relação a estarem estudando ou não, 19 (59,3%) ainda estudavam e 13 (40,6%) tinham interrompido os estudos, sendo que todos que interromperam os estudos o fizeram no nível fundamental. Os motivos alegados para a interrupção dos estudos foram: ter cometido algum ato infracional e/ou ter sido detido (18,7%), necessidade de trabalhar (9,3%) e, finalmente, não apresentaram motivos (9,3%).” (Alex de Toledo Ceará; Paulo Dalgalarond, 2008, p.28).

#### 4- Pensando o ensino de História e o ambiente escolar

A História como disciplina escolar tem como seu maior objetivo a consciência história segundo Selva Guimarães, é na escola e no ensino de História que é possível reafirmar a presença e as ações dos sujeitos históricos perante o tempo e o espaço. “Além disso, a escola se mantém como local para convívio multidisciplinar em torno dos saberes, garantindo oportunidades para a exposição e a solução de dúvidas, assim como para a apresentação de conquistas alcançadas por professores e alunos”

Pietro Maria Bardi (na época Diretor do MASP) na inauguração do muro pintado por alunos em no Cambuci. 1989 São Paulo. (Estadão , acessado em 11 de janeiro de 2017)

Por vezes a escola e o ensino de História não incluem o sujeito como participante do processo educativo, refletindo apenas a posição de receptor, no entanto através do contato com a *Street Art* é possível mostrar a importância de um espaço livre nas escolas, onde haja liberdade de expressão e artísticas. Nas Universidades isso já real e funcionam através de salas de espaço discente como Centros Acadêmicos onde é permitido, pichar e desenhar nas paredes.

Nas escolas públicas tem sido comum o uso de projetos educacionais que utilizam do grafite para a construção visual da escola, um caso que foi possível observar ocorreu na Escola Vital Brasil em Campanha, Minas Gerais a partir de um projeto de ambientação das salas de aula, idealizado pelos próprios alunos usando a arte urbana e seus conceitos na criação dos

novos ambientes. Em conversa com os estudantes a maioria descreveu o projeto como uma ferramenta de tornar o ambiente jovem e ao mesmo tempo pessoal, visto que todo o processo construtivo foi realizado pelos alunos.

Esse espaço que antes era um espaço de repressão e silêncios, agora tem um novo significado simbólico e atende melhor a perspectiva estética e de espaço dos jovens. Esse tipo de projeto pedagógico também ocorre em oficinas de grafite nas escolas públicas de todo Brasil, mesmo que ainda de maneira sutil atinja na maior parte apenas os muros externos da escola. A criação de um ambiente livre e social dentro da escola é uma forma de (re)significação do ambiente cotidiano dos jovens, eles modificam a estética da cidade e por vezes de maneira nociva como no caso as pichações. Esses ambientes livres ajudam a romper com a necessidade de se expressar publicamente de maneira ilegal. O ambiente escolar produz um espaço de sociabilidade e ensino, mas é notável que os formatos deste ambiente não reproduzam a cultura e o ambiente do público que frequenta, não mantém diálogo com as ruas.

“As fronteiras entre a arte, a cultura e as pessoas que a produzem são novamente questionadas [...] A arte é, doravante, entendida como um sistema entre outros de compreensão e de reprodução simbólica do mundo [...] Vencer a fronteira entre a Arte e seu "pano de fundo" social e cultural requer instrumentos diferentes e objetivos de interpretações diversos.”(Hans Belting, 1985, p.16)

## 6- Conclusão

A arte urbana está nas ruas, nos becos e vielas, no centro ou na periferia, ela está nas cidades e reflete os sujeitos históricos que participam da mesma. Configura-se no pixo um elemento imprescindível para análise social contemporânea. No centro de São Paulo, geralmente quinta-feira à noite, jovens de diversos bairros periféricos de São Paulo se encontram e articulam um espaço de trocas de saberes pautado pelas regras e código da pichação. O discurso escrito e denunciado pelo *rap* sobre a periferia demonstra a importância do espaço para os jovens periféricos. Ao se reconhecerem como moradores das quebradas, os pixadores por vezes acabam diminuindo a distância entre eles, o que propicia contato e trocas dos saberes e das condições artísticas. A periferia ultrapassa a referência territorial, torna-se uma maneira de proceder nas cidades.

Os muros e portas podem nos transmitir muito mais que mera poluição visual. O jovem que parece oculto está ali nas caligrafias desajustadas ou erros gramáticos, no amor ou no ódio,

na política ou mera comunicação cômica no exercício da poética. A arte de pixar carrega seu sentido cotidiano e artístico, é a preocupação estética do jovem, as cores e as formas admiradas por eles.

“Se considerarmos a comunicação do ponto de vista privilegiado da linguagem, vamos descobrir que a imagem visual é sem igual no que diz respeito a sua capacidade de despertar, que sua utilização para fins expressivos é problemática e que, reduzida a si mesma, a possibilidade de se igualar à função enunciativa da linguagem lhe falta radicalmente.” (Ernst Gombrich, 1983 p.323)

Já no trecho de *Pixadores 2*, do *rapper* Nocivo Shomon é possível notar a percepção de rua para os pichadores afirmam e valorizam uma estética negada pela convenção geral. Relacionando a pichação aos vícios e mostrando em forma de música, a voz dos atores.

“Se essa rua, se essa rua fosse minha  
Eu pixava, eu pixava sem parar  
Decorando com inscrita a cidade  
Sou mais um viciado em foscari  
[...]  
Contem na pichação  
Onde se compra a lei  
Escalei representei  
Deixei a city mais bela  
Condomínio favela, o muro é nossa tela  
Meu crime virou arte, poesia basquiat  
Inexplicável minha mania de pixar! ”  
(*Pixadores 2* - Nocivo Shomon)

A transformação não se dá apenas na estética da letra grafitada ou no uso de cores, tridimensionalidade, mas, principalmente, na intenção de se fazer determinada intervenção visual. A mensagem é passada sem perder essencialmente a pretensão de marcar, ser orgânica e estetizar, mostrando às cidades o inesperado e o instantâneo. No entanto, é certo que a sociedade de maneira geral, e também a figura do Estado, tenta melhorar a idéia estética sobre as obras produzidas por grafiteiros, mesmo mantendo o repúdio a pichação, visto que não valorizam o caráter estético, formativo e histórico do símbolo exposto na parede. O grafite e a pichação demonstram conflitos e dualidades, na estética, o sujo e o limpo, nas relações sociais, o centro e a periferia, na escolha artística, o simples e o robusto. A arte de rua é um instrumento para entender as formações da cidade através da visualidade, e como os sujeitos que transitam por esses espaços codificados e de construção simbólica se coloca perante o sistema que os “regem” remetendo a crítica e o pensamento dos jovens presentes e participantes da cidade e

do ambiente urbano. O estudo buscou através de esta compreensão adequar e questionar qual o papel da educação e da escola como instituição neste processo de liberdade de expressão.

### Referências Bibliográficas:

\_\_\_\_\_. Ensaaios de complexidade. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 11-20. . O método 4. As idéias. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1998. .

\_\_\_\_\_. A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. Definition of transdisciplinarity. 2008. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2017.

BELTING, Hans. O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac Naify, 2006

BOURDIEU, Pierre O poder do simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, 1998.  
Da rua: que pintura é essa? / Organização Luiza Interlenghi, Raquel Dias Teixeira- Rio de Janeiro; São Paulo: FUNARTE, 2009

ETIENNE, Samain, « Antropologia, imagens e arte. Um percurso reflexivo a partir de Georges Didi-Huberman », *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 3, No 2 | -1, 47-55.

GOMBRICH, Ernst. "L' image visuelle",.In: L'écologie des images. Paris: Flammarion, 1983. p.323-349, aqui, p. 323.

HOUBERMAN, Ce que nous voyons, ce qui nous regrade, Ed. de Minuit, 1992.

HUSKIN,Jonh, Lectures on Architecture and Paiting. Ediburg,1853.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Prática. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo, SP: Editora Escala, 2006.

LE GOFF, Por amor às cidades. São Paulo Editora Unesp, 1998.

MAFFESOLI, M. 2001. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record.

MAGNANI, J. G. 2000. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (horas.). *Na metrópole*. São Paulo: Edusp/Fapesp.

MORIN, Edgar. Problema epistemológico da complexidade. Portugal: Europa-América, 1983. .Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1991. . Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de et al.

NASCIMENTO, E. P. 2006. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Paulo: FFLCH-USP.

PEREIRA, A. B. 2005. *De rolê pela cidade: os pixadores da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Paulo: FFLCH-USP.

SHOMON, Nocivo. “Pixadores 2” Single, São Paulo, 2016.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007



## ST 25 - Patrimônios Culturais em Perspectiva: História, Antropologia, Arqueologia e Memória Social

Augusto Moutinho Miranda  
Mestrando em Arqueologia  
Universidade Federal de Sergipe-UFS  
[guto\\_moutinho@yahoo.com.br](mailto:guto_moutinho@yahoo.com.br)

Breno Trindade da Silva  
Doutorando em Antropologia  
Universidade de Brasília  
[breno.trindade26@gmail.com](mailto:breno.trindade26@gmail.com)

Bruno Vitor de Farias Vieira  
Mestrando em Arqueologia  
Universidade Federal de Sergipe-UFS  
[bvturismologo@gmail.com](mailto:bvturismologo@gmail.com)

Luis Gustavo Molinari Mundim  
Doutorando em História Social da Cultura  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
[luismolinari@gmail.com](mailto:luismolinari@gmail.com)

Raul Amaro de Oliveira Lanari  
Doutor em História  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
[ralanari@gmail.com](mailto:ralanari@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

O tema do Patrimônio Cultural cada vez mais se destaca e se consolida entre historiadores e pesquisadores de áreas afins, como a arqueologia, antropologia e a sociologia. A ampliação do conceito de "Patrimônio Histórico e Artístico" para o de "Patrimônio Cultural" trouxe à cena uma série de indivíduos e grupos sociais que estavam até então alheios a esse processo de construção das identidades coletivas. Mais recentemente, observou-se a ampliação do escopo do trabalho daqueles que lidam com a identificação e salvaguarda dos bens culturais decorrente da vinculação desses estudos aos processos de licenciamento de empreendimentos. Assim, o espaço aberto para a atuação dos profissionais desse campo traz consigo a necessidade de reflexão sobre as práticas e conceitos que norteiam os trabalhos desenvolvidos na academia e fora dela. Dilemas ainda persistem e estabelecer o que é patrimônio cultural, quais os critérios para a sua seleção, quais os agentes que o definem e quais os indivíduos envolvidos em sua construção não são tarefas simples. É preciso estar atento às diversas tipificações do Patrimônio Cultural - Edificado, Arqueológico, Imaterial, as Paisagens Culturais, dentre outras. Nesse

sentido, o presente simpósio visa reunir investigadores e pesquisas que reflitam sobre práticas e teorias relacionadas às temáticas relacionadas ao tema, proporcionando aos participantes discutir, exemplificar, questionar, acrescentar casos e problematizar, de forma a se construir uma visão de complementaridade a partir de alguns eixos temáticos, a saber:

- História e historiografia das políticas públicas de proteção ao Patrimônio Cultural no Brasil;
- Patrimônio Cultural, coleções e Arqueologia - teoria e prática;
- Patrimônio Edificado: estudos de casos de tombamento e restauro;
- Patrimônio Imaterial: Estudos de caso, experiências de campo.

## Foliões além do Natal: folias de reis fora do ciclo natalino, a polissemia do folclore e do patrimônio

**Bianca Zacarias França**

Graduanda em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: biancazfranca@hotmail.com

**Bruna Barradas Cordeiro**

Graduanda em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: brunabarradascordeiro@gmail.com

**Guilherme Eugênio Moreira**

Graduando em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: guilherme.gem@gmail.com

**Resumo:** As folias de reis são grupos católicos de cantadores e tocadores que visitam casas de devotos levando bênçãos dos Santos Reis e recebendo donativos em troca. Em 2017, as folias foram reconhecidas como patrimônio cultural do estado de Minas Gerais. Através do contato com dois grupos de folia de reis em Belo Horizonte/MG durante o ano anterior, pretendíamos responder às seguintes questões: como a folia de reis acontece para além do período de visitas? Como os foliões entendem e inventam a ideia de patrimônio? Encontramos a folia intrincada na materialidade e no cotidiano, na construção de tempo desses foliões. Percebemos ainda como nos discursos aparece o folclore como uma categoria heterogênea e polissêmica, enquanto o patrimônio enfrenta desafios de apropriação entre os foliões. Frente ao registro e à necessidade de definição da salvaguarda, faz-se necessário discutir limitações e possibilidades do patrimônio, buscando formas de construir um processo integrado e participativo.

**Palavras-chave:** folia de reis; patrimônio cultural; folclore; patrimonialização; catolicismo popular.

**Abstract:** *Folias de reis* are Catholic groups of singers and instrument players who visit houses of devotees bringing blessings of the Wise Men and receiving gifts in return. In 2017, the *folias* were nominated [*registradas*] as cultural heritage of the state of Minas Gerais. Through contact with two groups in Belo Horizonte/MG in the previous year, we aimed at answering the following questions: how does the *folia* happen beyond the period of visits? How do the *foliões* understand and invent the idea of *patrimônio* [cultural heritage]? We found the *folia* intricate in materiality and daily life, part of the social construction of time. We also realized that in discourse *folclore* [folklore] appears as a heterogeneous and polysemic category, while *patrimônio* faces challenges of appropriation among the *foliões*. Given the nomination [*registro*] and the need of safeguarding, it is necessary to discuss the limitations and possibilities of building integrated and participative processes.

**Keywords:** *folia de reis*; cultural heritage; folklore; patrimonialization; popular Catholicism.

As folias de reis são manifestações religiosas católicas que se estruturam a partir da devoção aos três Reis Magos, atores que, segundo a narrativa bíblica cristã, visitaram o Menino Jesus recém-nascido e lhe ofertaram presentes. Também conhecidas por outros nomes, como companhias, guardas ou ternos de reis, as folias têm presença expressiva nas regiões Sudeste e

Centro-Oeste do Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais. Os grupos de folias são formados por cantadores e tocadores, podem contar também com a presença de personagens, como os reis e os palhaços, e levam à frente uma bandeira ou estandarte, com a imagem dos Santos Reis, do Menino Jesus ou da Sagrada Família. Em uma alegoria à viagem dos três reis magos a Belém, as folias visitam os devotos em suas casas, distribuindo as bênçãos de Santos Reis. Em troca, recolhem donativos para fins diversos, usualmente, custear os próprios deslocamentos, contribuir em obras de igrejas e paróquias ou realizar uma grande festa que encerra o ciclo de visitas.

Comumente, chama-se *giro*, ou *jornada*, esse período que corresponde ao ciclo de visitas, marcado por uma série de rituais, normas e prescrições. Normalmente, se inicia na noite de 24 de dezembro, véspera de Natal, vindo a se encerrar no dia 06 de janeiro, dia de Santos Reis. Muitas folias, entretanto, prolongam o giro até 20 de janeiro, quando é comemorado o dia de São Sebastião. É comum, na realidade, que as folias possuam mais de uma devoção, podendo sair em outras épocas do ano, em comemoração ao Divino Espírito Santo, Bom Jesus, Nossa Senhora Aparecida, entre outros.

No ano de 2016, as folias de Minas Gerais começaram a se ver envolvidas em um processo de patrimonialização. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG realizou um processo colaborativo de pesquisa e inventário cultural que culminou no registro das Folias de Minas como patrimônio cultural do estado no início de 2017. O objetivo do projeto era identificar os grupos de folias que se manifestam nos municípios mineiros, percebendo e caracterizando as expressões, rituais, saberes, ofícios e lugares associados, com o intuito de propor medidas de salvaguarda aos bens culturais que viessem a ser identificados.

A partir do contato com dois grupos de folias de reis de Belo Horizonte/MG, em momentos fora do ciclo natalino e em meio ao processo de patrimonialização em nível estadual, pretendíamos responder as seguintes questões: como a folia de reis acontece fora do período de visitas? Como esses foliões entendem e inventam a ideia de patrimônio?

O trabalho de campo foi desenvolvido com integrantes de duas folias de reis da cidade de Belo Horizonte/MG: a folia de dona Guidinha, no bairro Santo André, e a folia Nossa Senhora Aparecida, no Barreiro de Cima. Durante os meses de abril e maio de 2016, realizamos visitas às casas de cinco foliões, onde tivemos a oportunidade de conversar com essas pessoas

e conhecer importantes espaços onde acontecem atividades da folia na época do ciclo natalino e também fora desse período.

Encontramos a folia intrincada na materialidade e no cotidiano, parte da construção de tempo desses foliões. A folia no dia a dia perpassa outras preocupações que envolvem tradição e modernidade, envelhecimento e morte. Essas discussões desembocam, ainda, em uma ideia de folclore que esteve presente em todas as conversas e encontros, ao contrário da noção de patrimônio, quase totalmente ausente.

Como todo conceito, o folclore apareceu em diversos momentos, carregando diferentes significados. O presente artigo consiste em uma primeira tentativa de apresentar como a folia aparece no cotidiano de nossos interlocutores e como o folclore é inventado enquanto uma ideia heterogênea e polissêmica, que varia seu sentido ao longo do discurso. A ausência do patrimônio no cotidiano e nos discursos dos foliões, por sua vez, suscita questionamentos acerca das limitações e das possibilidades que o patrimônio cultural deve enfrentar e desenvolver.

### **Os foliões além do Natal: folia no dia a dia**

“Agora eu concluo: a folia não funciona, não caminha só na época do Natal até 20 de janeiro”.  
(Seu João, capitão da Folia N. S. Aparecida do Barreiro de Cima)

Passadas as visitas do ciclo natalino e a festa do dia de Reis, a folia Nossa Senhora Aparecida, sempre que possível, também participa dos *encontros de folia* que são promovidos nas cidades mineiras; seu João diz que chegam a acontecer dois ou três por mês. Os encontros são eventos organizados por prefeituras, secretarias de cultura e outras instituições ou mesmo por foliões de tradição, de maneira independente.

Esses eventos convidam grupos de folia de todo o estado e mesmo de estados vizinhos para realizarem apresentações de seus cantos e histórias. Normalmente em palcos e com uma duração de dez a vinte minutos, as folias adquirem novos formatos, adequando-se ao espaço e ao tempo oferecidos. Para Dadá, mestre da folia de dona Guidinha, esses encontros podem ameaçar a dimensão devocional das folias e ofertá-las para o público que assiste como se fossem exibições parafolclóricas, entre shows, espetáculos e outras atrações. Bonesso (2006), em seu estudo com encontros de folia no Triângulo Mineiro, defende, entretanto, que esses momentos funcionam mais como um “espaço aglutinador de reciprocidade” onde é mantido o núcleo ritual de troca entre graças e ofertas, e devotos e foliões aproveitam para cumprir promessas e confraternizar com pessoas queridas.

Nos encontros, os foliões do Barreiro de Cima ficam sabendo quando e onde acontecerão os próximos e assim vão construindo seu calendário; as confirmações chegam por carta ou telefone e, assim, notamos a existência de uma rede de foliões pelo estado que convidam uns aos outros e têm a chance de se encontrarem nesses momentos. Para seu João, capitão da folia de N. S. Aparecida, os encontros realmente são espaços de fé e sociabilidade. São oportunidades para além do Natal de prestar homenagens ao Menino Jesus e aos Santos Reis, assim como encontrar amigos de outras folias e transmitir seu conhecimento, como trataremos mais adiante.

Com os encontros de folia, os giros passam a acontecer praticamente durante todo o ano litúrgico, para além de dezembro e janeiro. Nos últimos anos, entretanto, parece que algumas coisas vêm mudando. Quando indagado sobre os encontros futuros para aquele ano, seu João nos conta que ainda não havia nenhum à vista. Recentemente, vieram a falecer dois coordenadores de grandes encontros de folia em São Joaquim de Bicas e Igarapé. Além disso, muitas prefeituras não costumam mais oferecer transporte, o que limita muito a participação de grupos que não têm condições de se deslocarem entre grandes distâncias por conta própria. O embaixador nos revela ainda que muitas cidades deixaram de organizar encontros quando assumiram gestões que promoveram cortes de gastos na área da cultura.

Para dona Irene, da folia de dona Guidinha, o motivo é outro. A folia já participou de encontros no norte de Minas, mas atualmente muitos de seus integrantes já estão com idade avançada para viajar longos trechos em carros e ônibus. Hoje, limitam-se a se apresentar em encontros realizados em Belo Horizonte. Há três ou dois anos, portanto, seja por motivos financeiros ou pelo envelhecimento que é vivenciado pela maioria dos foliões, os encontros não têm sido mais tão frequentes no calendário desses dois grupos.

Encontramos, entretanto, a folia sendo vivida por essas pessoas em momentos muito mais cotidianos e ordinários. O visitante que adentra as casas desses foliões pode logo perceber sua devoção católica. Nas paredes, estantes e mesas, encontram-se imagens, pinturas, fotografias, calendários de santos, Jesus Cristo, da Sagrada Família. Sobre o portal da casa de Irene, a pomba branca do Divino Espírito Santo abençoa quem ali passa. Nas paredes da sala de Dadá, quadros retratam cenas religiosas e dentre elas estão os três reis magos, em sua caminhada rumo a Belém. A casa de seu João é a que mais impressiona, logo à primeira vista. Há imagens de Jesus, Maria e do papa na estante da sala e nas paredes da copa. Nessa mesma estante e sobre uma prateleira próxima à mesa de jantar, ficam dispostos dezenas de troféus de

participações em encontros de folia; o mestre diz que passam de trezentos, reunidos durante os quarenta anos de festivais. Um olhar um pouco mais atento também encontra um presépio dentro do armário, que fica montado durante todo o ano.

Enquanto conversávamos sobre folia com essas pessoas, tínhamos à vista uma variedade de objetos que nos remetiam a essa manifestação. A folia rapidamente se tornava próxima, não apenas pelas palavras apaixonadas e emocionadas daqueles que a vivem, mas também através da materialidade que se faz presente o tempo todo nesses espaços, intrinsecamente relacionada com o cotidiano desses foliões.

O cotidiano da vida de seu João dos Reis também se encontra permeado por sua atuação e pertencimento à folia. Segundo a fala de um folião, todo grupo precisa de um mestre que tenha muita fé e devoção e conheça a mensagem religiosa e as tradições de sua região para informar os demais (AZEVEDO, 2007). Quando seu João fundou a folia Nossa Senhora Aparecida com seus dois irmãos em 1976, assumiu a posição de mestre do grupo. Tendo nascido no dia 06 de janeiro, carregando o nome dos Santos Reis em seu sobrenome e participando de folias desde menino, o folião afirma que recebeu essa graça do Divino Espírito Santo e veio ao mundo para passar esse conhecimento. Tornou-se mestre, pois nasceu “com todo esse amor pela causa, com toda essa vocação”.

Para fazer jus a essa posição, entretanto, é cobrado do mestre que tenha *fundamento*. Daniel Bitter (2010) trabalha muito esse conceito, demonstrando que o fundamento é o conhecimento ritual das narrativas bíblicas e dos cantos da folia, recebido dos antepassados, com a graça de Santos Reis, e passado para frente, de mestre para mestre. Ter fundamento é símbolo de autoridade, autoridade essa que pode ser muito porosa e contestável, uma vez que os mestres são o tempo todo testados, a cada improvisação e verso. Fundamento é poder adquirido e performado.

Dona Irene afirma que demorou a aceitar que poderia fazer parte da folia, principalmente por considerar não possuir o conhecimento adequado de um folião. Segundo ela, crer na vinda do Menino Jesus e na visita dos reis magos pode ser suficiente para participar, mas o conhecimento do sentido dessa manifestação é necessário para se ter amor pela folia e pode trazer um grande crescimento pessoal para aquele que a vive.

A responsabilidade que vem com esse fundamento aparece diariamente na vida de seu João. O capitão revela que muitos se tornam mestres participando de outras folias e aprendendo



versos com a prática dos outros, mas que são poucos aqueles que se dedicam a um estudo profundo da Bíblia. Em seus setenta anos de folia, com essa vocação mediada pela graça do Espírito Santo, foi compondo e acumulando versos rimados a partir de passagens do livro sagrado.

Para seu João, esse seu conhecimento, um dom de Deus, deve ser passado adiante. Da mesma maneira que recebeu essa habilidade de rimar, é seu dever transmiti-la para outros foliões, senão o fundamento se encerra em sua pessoa e de nada adiantou ter ganhado esse presente:

O conhecimento é pra ser passado pra frente. Se morrer, morre tudo com a gente. Se não sabe, perde, tem que passar pra frente. No livro, já tá tudo mastigadinho, menos os versos de agradecimento e oferta - esses tem que improvisar.

A saída encontrada pelo embaixador foi escrever de próprio punho os 998 versos que criou e narram a história bíblica. Em um caderno, encontram-se resumidos o Antigo e o Novo Testamentos, além de estrofes que devem ser recitadas em casos específicos, como em encontros entre duas folhas, visitas a igrejas e celebrações de missas. Além dos versos, seu João deixa nas páginas instruções e conselhos para os aspirantes a mestres e explicações sobre os significados daquelas palavras. Os encontros de folia são momentos nos quais seu João entrega cópias desse manuscrito a foliões jovens que desejam estudar o sentido da folia. Essa é sua maneira de transmitir o fundamento; como diz, já vai tudo mastigado, e depende apenas da vontade e do amor pela folia daquele que o recebe.

Aposentado há 23 anos, o folião dedica um tempo à folia todos os dias. Preocupado com a continuidade dessa tradição, seu João treina novos instrumentistas para compor sua folia, uma vez que os dois últimos sanfoneiros já faleceram. Diariamente o mestre revisita seus estudos da Bíblia e suas anotações no caderno da folia: “recapitular para não esquecer”.

Percebemos, portanto, como a necessidade de manutenção e transmissão do conhecimento, associada por um lado à fé e ao reconhecimento da graça divina e por outro à consciência do envelhecimento, mantém a folia presente diariamente na vida de seu João e estrutura toda sua rotina. Cavalcanti (2001, 2005) trabalha a noção de uma temporalidade que é própria das manifestações populares, capaz de ligar o passado ao presente na continuidade da tradição e transformar a noção de tempo.

Dessa forma, encontramos a folia vivida fora do ciclo natalino, em uma diversidade de dimensões que se complementam. Ela acontece em outros momentos extraordinários, que vem

sendo menos frequentes, como os encontros de folia, mas também aparece em situações muito mais cotidianas: na materialidade dos espaços desses foliões, na manutenção e transmissão do conhecimento e na estruturação de suas rotinas, que, de certa forma, constroem uma noção de tempo. Em suas falas, fica evidente que a permanência da folia é sustentada pela devoção aos Santos Reis e ao Menino Jesus. Como parte de sua vivência religiosa, viajam para esses encontros, decoram suas casas com imagens e troféus, estudam diariamente os versos e anseiam a chegada do próximo Natal. É na expressão de sua fé que esses foliões vivem a folia além do giro.

### **Os sentidos de folclore e patrimônio**

Buscávamos os sentidos do patrimônio no discurso desses foliões, mas o que viemos a encontrar foi o folclore. Nessa seção, portanto, o objetivo foi trazer, de maneira simplificada, os diversos sentidos de folclore e patrimônio que apareceram nas falas desses foliões. Percebemos como folclore é um conceito polissêmico e aparece associado a diferentes termos em diferentes momentos, chegando a inverter de posição em uma mesma relação. Chamamos atenção para a heterogeneidade desse conceito e tentamos apresentá-lo tal como apareceu durante o trabalho de campo, em suas nuances e matizes.

Dadá aproxima-se de um sentido mais amplo de folclore. Para a mestra, folclore é o encontro dos saberes populares, uma maneira de valorizar os costumes, hábitos que são compartilhados e fazem parte da construção de uma identidade coletiva; no caso dos mineiros, de sua “mineiridade”. Assim:

folclore → saber do povo

Dona Irene, ao se referir às características de sua folia, ressalta que essas estão mais associadas à religiosidade do que ao folclore, principalmente por ser uma celebração onde há muitas orações e muita fé envolvida. Dessa forma, há uma contraposição entre as manifestações religiosas e as manifestações folclóricas. Outras expressões populares como o Congado seriam muito “misturadas” e, portanto, associadas ao folclore. Nas palavras de dona Irene:

A folia em si, pra quem tem ela assim como religiosidade, não tem como folclore propriamente dito, porque folclore é mais é aquelas danças típicas de cada região e folia não, folia vem de uma cultura mais pra religião.

Temos então que:

folclore : congado :: religiosidade : folia

Em outro momento, entretanto, folclore e folia deixam de assumir posições dicotômicas. Consolação, filha de dona Irene, ao falar sobre as brincadeiras do boi, afirma que essa é a “figura folclórica” da folia. Assim, a folia também tem esse espaço de folclore: os momentos de descontração e risadas entre a devoção dos outros momentos de oração. Na mesma fala de Consolação, ainda, a folia se apresenta totalmente como folclore para marcar a tradição e a continuidade dessa manifestação, em contraponto ao caráter parafolclórico de grupos de divulgação da cultura popular, como o Grupo Aruanda<sup>1</sup>, que se trata de entretenimento e cultura, mas não de religião. Assim:

diversão : folclore :: oração : folia

Aruanda : parafolclórico :: folia : folclórico → tradição

Na fala de Dadá, folclore apareceu ainda carregando outra conotação, em oposição a patrimônio. Em sua visão, as políticas de patrimônio, em sua necessária seletividade e na lentidão da burocracia das políticas públicas, muitas vezes deixam de promover e amparar aqueles pequenos grupos, que possuem menos recursos e apresentam necessidades mais urgentes. Enquanto se gasta um tempo considerável no processo de “tombamento”<sup>2</sup> de um grupo, todo o resto tomba literalmente do outro lado. Dadá acredita no “fazer” da área do folclore: se o que uma folia precisa é de um ônibus para participar de um encontro, então que lhe arrumem um ônibus. Muitas vezes, ações pontuais podem ser mais efetivas que processos de longo prazo que demoram muito para se concretizarem. Portanto, finalmente:

folclore : prática :: patrimônio : lentidão

A partir de Roy Wagner (2014), podemos pensar na noção de patrimônio como uma expressão da ideia de cultura e, portanto, parte constituinte de nosso estilo de criatividade - seja “nosso” referente ao universo acadêmico, aos analistas de políticas públicas ou aos técnicos dos órgãos de patrimônio. A noção de patrimônio permanece como mediadora na relação entre aqueles que estudam o bem cultural em processo de patrimonialização e os grupos que detêm a prática dessa manifestação, uma ponte aproximativa entre significados.

<sup>1</sup> Fundado em 1960, o Grupo Folclórico Aruanda é uma entidade de caráter cultural cujos objetivos incluem a pesquisa, preservação e a divulgação de danças e festas da cultura popular brasileira. Disponível em: <[www.grupoaruanda.com.br](http://www.grupoaruanda.com.br)>.

<sup>2</sup> Dadá fala sobre o tombamento de grupos de manifestações populares para efeito de ironia. Vale apontar que o tombamento é um instrumento reservado ao patrimônio material, como orientado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e a Portaria n. 29 do IEPHA/MG, de 03 de julho de 2012. No caso de bens imateriais, como saberes, formas de expressão e celebrações, indica-se o registro como procedimento de reconhecimento e salvaguarda (Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000 e Portaria n. 47 do IEPHA/MG, de 29 de novembro de 2008). Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>.

É fundamental, portanto, que seja parte do processo de patrimonialização o movimento de compreender o que os detentores do bem cultural compreendem por patrimônio. O que esses grupos e comunidades reconhecem e chamam de “patrimônio” pode não ser o que as políticas públicas e instituições definem como “patrimônio”. No caso das folias apresentadas aqui, o conceito de patrimônio nem ao menos apareceu em suas falas, a não ser na crítica de Dadá em relação à ineficiência das políticas patrimoniais. Percebemos uma familiaridade de apropriação do folclore, desdobrado em múltiplos significados, frente à ausência do patrimônio no discurso. Esse estudo demonstra a importância de incluir os grupos e comunidades na produção do patrimônio, inclusão essa que passa por ouvir o conhecimento do outro e orientá-lo também a respeito dos conceitos e premissas que informam o *modus operandi* da agenda patrimonial.

### **Reflexões finais**

Nossa busca por compreender como a folia se expressa fora do giro nos levou a caminhos muito diferentes daqueles que havíamos imaginado. Muito além dos encontros de folias realizados no decorrer do ano, encontramos a presença viva e atuante das folias nos indivíduos que as compõem, os foliões. Esses indivíduos incorporam a dinâmica da folia em suas vidas, no seu cotidiano e nas suas percepções de tempo. A passagem do tempo, que traz consigo o processo do envelhecimento, também se faz presente dentre as experiências sentidas e as preocupações compartilhadas. A perpetuação da folia nesse contexto é preocupação fundamental. Levar a folia para as próximas gerações, bem como evangelizar e manter a manifestação popular, são ações que precisam ser empreendidas por todos aqueles que têm amor pela folia. A vocação é parte fundamental desta missão de propagação e evangelização.

O folclore, juntamente com as diversas articulações que estabelece entre tradição e religiosidade, é pilar fundamental onde são construídas as noções base dessas manifestações religiosas para os foliões. A religião é pano de fundo sustentador, enquanto a noção de cultura é essencial para articular as dimensões supracitadas. Esses são conceitos polissêmicos que, no caso do folclore, ora pode se relacionar com um aspecto prático em contraposição à lentidão do patrimônio, ora pode significar diversão ou salientar o aspecto tradicional da folia.

Se inicialmente pretendíamos responder como a folia de reis acontece fora do período de visitas e como esses foliões entendem e inventam a ideia de patrimônio, ao decorrer de nossa pesquisa de campo outras questões se apresentaram: como o patrimônio pode entender a fé dessas pessoas? Como dar conta da folia em seu cotidiano sem reduzi-la apenas ao momento da “celebração” no ciclo natalino? Como encarar as transformações, que são inerentes à vida?

Qual o papel do Estado frente às demandas locais e pontuais? Como reconhecer e lidar com as diferentes apropriações e ressignificações da ideia de patrimônio por esses foliões? Mais do que uma “moral da história” conclusiva, entendemos que o intuito dessa pesquisa foi apontar questões relevantes que podem nortear as práticas da patrimonialização e do processo de salvaguarda que envolvem os bens culturais.

### **Referências bibliográficas**

AZEVEDO, Téo. *25ª Festa de Folia de Reis de Alto Belo*. Montes Claros, 2007, 150 p.

BITTER, Daniel. Folia tem fundamento: o lugar do conhecimento ritual na construção da autoridade entre foliões de reis. In: SEMINÁRIO CIRCUITOS DA CULTURA POPULAR, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BONESSO, Mário. Encontro de Bandeiras: o ciclo festivo do Triângulo Mineiro. 2006. 199 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Patrimônio Imaterial, n. 147, out.-dez. 2001, p. 69-78.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Duas ou três coisas sobre folclore e cultura popular. SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES, Brasília: Ministério da Cultura, 2005, p. 28-33.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

## “Quando berimbau toca Deus fala”: notas sobre a capoeira como patrimônio imaterial a partir do caso sergipano

**Ana Paula Lessa Belone**

Mestre em Sociologia

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: anapaula.lessabelone@gmail.com

**Resumo:** Este artigo faz uma análise acerca da capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, a partir dos dados produzidos com o caso particular da capoeira de Sergipe, na execução da “Pesquisa sobre a História e a Conformação Atual da Capoeira no estado de Sergipe”, coordenada pela Superintendência estadual do IPHAN-SE. Será, portanto, lançando luz a uma perspectiva mais particular, que a capoeira sergipana servirá como matéria de reflexão para o entendimento acerca desse universo mais geral.

**Palavras-chave:** Capoeira; Patrimônio Imaterial; Sergipe.

**Abstract:** This article makes an analysis about capoeira as intangible cultural heritage of Brazil from the data produced with the particular case of capoeira in Sergipe, in the execution of the “Research on the History na the Current Conformation of Capoeira in the State of Sergipe”, coordinated by IPHAN-SE. It will, therefore, shed light on a particular perspective that Sergipe capoeira will be a matter of reflection for the understanding about this general universe.

**Keywords:** Capoeira; Imaterial Heritage; Sergipe.

### **Breves notas sobre a capoeira como patrimônio imaterial:**

O tropo “capoeira” carrega uma infinidade de sentidos, podendo designar: cesto ou gaiola construído para abrigar capões, galinhas e outras aves; área de mato onde a vegetação foi roçada e/ou queimada para renovação do cultivo; espécie de jogo atlético tradicional do Brasil; o que pertence ao jogo de capoeira; praticante de capoeira, capoeirista<sup>1</sup>.

O primeiro registro do vocábulo capoeira data, segundo Waldeloir Rego (1968), do ano de 1712, sendo enunciada pela primeira vez na publicação “Iracema” de José de Alencar, em 1865. A partir daí, foi alvo intensas discussões sobre as raízes etimológicas e os usos e transformações no vocabulário técnico do termo, que se liga à própria discussão sobre as pretensas origens da manifestação. A respeito da gênese da palavra capoeira especificamente enquanto jogo, Rego apresenta as teorias etimológicas aventadas à época, especialmente aquela ligada ao étimo capão:

Como o exercício da capoeira, entre dois indivíduos que se batem por mero divertimento, se parece um tanto com a briga de galos, não duvido que êste vocábulo tenha sua origem em Capão, do mesmo modo que damos em

---

<sup>1</sup> Cf: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=capoeira>> Acesso em 30/04/2017.

português o nome de capoeira a qualquer espécie de cêsto em que se metem galinhas (1968, p. 24).

Ademais de sua origem semântica, a capoeira se impõe como uma importante manifestação da cultura popular brasileira cujos alicerces se sustentam em uma de suas três matrizes formadoras, por meio da presença africana escravizada como mão de obra no Brasil. Elaborada no cerne de uma cultura duramente oprimida por uma sociedade extremamente racista, a capoeira foi perseguida, reprimida e legalmente criminalizada pelo Código Penal Brasileiro a partir de 1890. A esse respeito, Ilnete Paiva assinala que “em nome da ordem pública, as autoridades justificavam a repressão aos negros capoeiras, tidos como um bando de desordeiros. Pegos em flagrantes eram presos por praticarem capoeira” (2007, p. 51).

Contudo, a partir de década de 1930, a capoeira passa por um processo determinante que vai da sua criminalização à valorização, sendo transformada de ato criminoso de negros a símbolo da nacionalidade (LIMA, 2012, p. 80). Esse processo está inserido no movimento da busca por símbolos étnicos da cultura nacional empreendido pelo governo de Getúlio Vargas, no qual a capoeira foi elevada a um dos ícones estruturantes da ideia de nação. Paradoxalmente, contudo, a cultura brasileira passava por um processo político e intelectual de “embranquecimento”, e foi precisamente nesse contexto que se colocou em marcha a normatização da prática da capoeira e seu consequente entendimento enquanto esporte nacional, um marco paradigmático para essa manifestação cultural<sup>2</sup>.

Avançando no tempo, a relação que a capoeira historicamente estabeleceu com o Estado Brasileiro passa por uma mudança de perspectiva, a partir da própria transformação na reflexão que o Estado faz acerca do entendimento sobre a ideia de nação. Especialmente no campo do Patrimônio Cultural, a partir da década de 1980, as expressões culturais geradas no interior do universo afro-brasileiro, e que durante muito tempo foram apartadas da narrativa de construção da nação, passam a ser pensadas no conjunto dos bens culturais que são representativos do Brasil<sup>3</sup> (LIMA, 2012, p. 61). A própria consolidação do Registro do Patrimônio Imaterial nos anos 2000 contribui decisivamente para essa mudança de perspectiva<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Salvador se destaca nesse processo, com o movimento de criação das primeiras academias e escolas, fazendo a capoeira sair do âmbito público da “vadiagem” para ser praticada de forma metódica em espaço fechados. Esse movimento “é liderado por Mestre Bimba e sua Capoeira Regional e (...) pelo Mestre Pastinha com a Capoeira Angola” (JÚNIOR, 2005, p. 14). É nesse momento que, de fato, se pode pensar em modernização, institucionalização e esportização da prática.

<sup>3</sup> O processo inaugural e exemplar nesse sentido foi o tombamento do Terreiro de Casa Branca em Salvador, em 1984.

<sup>4</sup> É importante ressaltar, de acordo com Lima (2012, p. 61), que esse movimento que passa por uma outra visão sobre os afro-brasileiros e sua cultura esteve em consonância com a própria agenda de governo sobre o tema do



Desde esse ponto de vista, o processo de patrimonialização da capoeira inaugura um outro patamar dessa relação, baseada na importância da manifestação enquanto um amplo conjunto dos conhecimentos e das práticas relacionadas à presença negra no Brasil, e não somente enquanto um esporte nacional, tal como outrora foi pensada.

O início da ideia de patrimonialização da capoeira ocorreu em um contexto bastante específico e, em seguida, teve a precedência do Estado na proposição do Registro. No ano de 2004, durante um evento das Nações Unidas em Genebra de homenagem ao embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Melo e mais 22 pessoas que foram mortas em um ataque ao prédio da organização em Bagdá em 2003, o então Ministro da Cultura Gilberto Gil levou em sua comitiva um grupo de capoeiristas que fizeram uma roda em celebração da paz. Na mesma ocasião, o Ministro sinalizou a ideia de desenvolver o que denominou de “Programa Brasileiro e Internacional da Capoeira”. A partir desse episódio, uma série de ações foi realizada no âmbito do Ministério da Cultura.

As bases de produção de conhecimento sociohistórico para o processo de Registro tiveram como recorte as cidades do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife, importantes espaços urbanos compostos por uma expressiva parcela populacional de negros, tornando-se berços da antiga capoeiragem e palco de suas modernas transformações (IPHAN, 2007). Contudo, diferentemente de outros bens imateriais cujas práticas acabam circunspectas a determinada abrangência territorial ou cuja identidade é reforçada regionalmente, no caso da capoeira houve um transbordamento dessas barreiras territoriais consolidando-se enquanto uma prática nacional e até mesmo internacional (LIMA, 2012, p. 84).

Nessa perspectiva, o estado de Sergipe se impõe como parte constitutiva desse amplo conjunto culturalmente estabelecido. De modo que, atentar-se para o contexto específico de produção e reprodução desse bem cultural, nesse caso em particular, é somar conhecimento a ele, uma vez que tais contextos são extremamente heterogêneos e variam fortemente de acordo com a região em que foram historicamente constituídos, com os grupos que disseminam seus saberes, etc., dado o pressuposto da natureza dinâmica do bem e de sua interdependência com as comunidades e grupos que os detêm.

Ademais, entender tais contextos localizados de produção e reprodução do bem cultural é imperativo para a criação de ações de salvaguarda que atendam as demandas específicas dessa

---

racismo. Assim, além da capoeira, podemos pontuar o processo de patrimonialização das Baianas do Acarajé, do Jongo do Sudeste, das Matrizes do Samba e, mais recentemente, das Congadas.

realidade. É importante ter em mente que as ações e planos de salvaguarda, em linhas gerais, devem viabilizar o pleno desenvolvimento da prática cultural e a autonomia dos grupos a médio e longo prazo.

Desde que a Forma de Expressão da Roda e o Ofício de Mestre de Capoeira foram registrados como Patrimônio no ano de 2008, a Superintendência regional do IPHAN de Sergipe vinha realizando algumas ações pontuais com os detentores<sup>5</sup>. Entretanto, se comparado a outros estados que já consolidaram conselhos de mestres ou outras formas de participação direta dos detentores nas decisões acerca das políticas de salvaguarda da capoeira, Sergipe ainda se encontra a uma significativa distância no que diz respeito às ações empreendidas com foco na capoeira.

Sendo assim, de modo a dirimir as lacunas de conhecimento e fornecer dados a respeito da prática neste território, a Superintendência do IPHAN-SE abriu concorrência para a execução da “Pesquisa sobre a História e a Atual Conformação da Capoeira do Estado de Sergipe”. Um dos objetivos mais importantes desse mapeamento da capoeira sergipana, de acordo com o ponto de vista do próprio órgão de patrimônio, seria a da atuação em parceria com os detentores do bem cultural no sentido do fortalecimento da autonomia desses para a gestão do patrimônio. Isso quer dizer que, uma vez se tem a dimensão de quem são, quantos são, onde estão e de que modo o bem vem sendo praticado na história, ou seja, ao aprofundar-se no conhecimento sobre o bem cultural especificamente neste território, torna-se mais exequível qualquer processo político de salvaguarda da capoeira sergipana. Esta era, então, a justificativa que embasava tal pesquisa<sup>6</sup>.

#### **Breves notas sobre o caso sergipano:**

De um lado, e partindo de uma visão mais ampla, o conteúdo da capoeira sergipana é inteiramente tributário de um arcabouço de fundamentos gerais sob o qual a manifestação é erigida. Parte, em linhas gerais, da premissa da fusão de alguns elementos tais como toques, cantos, movimentos e golpes que variam conforme as vertentes assumidas pelos grupos e que são manifestos na dinâmica da roda de capoeira. É no tempo/espaço da roda que essa fusão é concebida; um momento excepcional e protocolar em que é permitido ao capoeirista manifestar o que lhe foi transmitido pela via do conhecimento do seu mestre que, ocupando o ofício mais

---

<sup>5</sup> Dentre e as quais se destacam a divulgação dos Registros, a divulgação e a implantação do Cadastro Nacional da Capoeira e a participação em alguns eventos como o Encontro de Professores e Mestres de Capoeira de Sergipe.

<sup>6</sup> A execução da pesquisa teve a duração de seis meses, entre 2015 e 2016, e ficou a cargo de uma empresa especializada em Patrimônio Cultural da cidade de Belo Horizonte, ganhadora do processo de concorrência.

alto e mais prestigioso da hierarquia, se desvela como o legítimo depositário dos saberes da manifestação.

Por outro lado, e lançando luz a uma perspectiva mais particular, toda esta estrutura que fundamenta a capoeira é substancialmente preenchida, em contextos específicos, por características e pormenores que estão atrelados à própria conformação histórica, social e cultural de determinado território. De tal modo, movendo-se do nível macro em direção micro, Sergipe se coloca tal qual um fragmento desse mosaico e aprofundar-se em suas particularidades locais é interessante não somente no sentido de ampliar a percepção acerca do referido bem cultural, mas também de auxiliar em políticas que estejam circunscritas às demandas e questões específicas deste recorte territorial.

De tal maneira, a partir dos resultados obtidos<sup>7</sup>, um primeiro e importante aspecto a ser contemplado no sentido de se traçar a atual conformação do bem cultural, se refere à amplitude da presença da capoeira sobre o território sergipano. Tratando-se do menor estado do Brasil, os dados apontam para o estabelecimento da capoeira em quase a totalidade de Sergipe, estando presente em 95% do território. Isso faz com que, proporcionalmente, este seja um dos estados mais significativos em termos da manutenção desse bem cultural no contexto brasileiro.

Ainda em termos quantitativos, foram identificados 78 grupos de capoeira atuantes no estado de Sergipe dentre as vertentes Angola, Regional e Contemporânea; mas podendo este número chegar a até 100 grupos ou mais, conforme o progressivo abastecimento de informações no banco de dados pelos detentores, que sinalizaram a possível existência de ainda de mais grupos. Ademais, foram contabilizados no momento da pesquisa, cerca de 331 praticantes de capoeira pelo estado, entre mestres, contramestres, professores, instrutores e demais denominações<sup>8</sup>.

Já com relação à conformação histórica do bem cultural, de acordo com que a narrativa de alguns dos mestres mais antigos do estado e os estudos sociohistóricos já produzidos sobre o tema indicam, a capoeira sergipana se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX

---

<sup>7</sup> As informações aqui apresentadas estão incorporados nos produtos entregues ao IPHAN-SE e são apenas uma pequena fração dos resultados da “Pesquisa sobre a História e a Atual Conformação da Capoeira no Estado de Sergipe”.

<sup>8</sup> Devido à dinamicidade própria do campo da capoeira, se teve a noção, e pela própria natureza de uma pesquisa de curta duração, de que não foi possível esgotar os dados a respeito da capoeira sergipana, a despeito dela ter fornecido uma importante dimensão tanto quantitativa quanto qualitativa desse universo. É importante, portanto, a contínua busca por informações que alimentem este banco de dados, sendo necessário o protagonismo dos detentores nessa continuidade.

e, desde esse ponto de vista, a capital Aracaju se desvela como um território que desempenhou um protagonismo nesse processo. Vale ressaltar, entretanto, que há algumas evidências históricas, mas que ainda carecem de estudos mais aprofundados, que mencionam a capoeiragem<sup>9</sup> como uma prática presente no cotidiano de escravos, especialmente em municípios cuja economia girou em torno da produção açucareira, a exemplo de Lagarto (SANTOS, 2012).

A proximidade e as relações historicamente estabelecidas com a Bahia tiveram um papel fundamental nessa consolidação. Foi de lá a proveniência de nomes que estabeleceram as bases da capoeira sergipana, tais como Baiano - lembrado como uma das primeiras referências da capoeiragem em Sergipe -, Mestre Queixada e Mestre Mula Preta. Ou, fazendo o caminho inverso, foi o lugar onde outros mestres sergipanos tiveram o primeiro contato com o jogo, como foi o caso de Mestre Moura, Mestre Touro e Mestre Macaô. Contudo, dizer da influência exercida pela Bahia não é a mesma coisa de dizer que a capoeira sergipana é uma mera caricatura daquela, uma vez que tais figuras amalgamaram seus saberes a uma outra cultura, outras afetividades, outros espaços e outras vivências.

Nessa época, a capoeira ensinada e praticada não tinha denominação ou vertente específica como apontou muitos mestres, estando inserida na lógica espontânea da “vadiação” entre amigos, em contraposição à lógica institucional de grupos formalizados. Foi, portanto, através desse modo de transmissão dos saberes que se formou toda uma geração de mestres que compõem o panteão da capoeira sergipana: Mestre Ouriço, Mestre Ganga Zumba, Mestre Touro, Mestre Moura<sup>10</sup>, Mestre Bidui, Mestre Saci, dentre tantos outros que constituem a memória coletiva da capoeira sergipana<sup>11</sup>.

Este desenvolvimento teve como cenário especialmente os seguintes lugares, com foco na capital Aracaju: os bairros 18 do Forte<sup>12</sup>, Industrial<sup>13</sup>, Cirurgia<sup>14</sup>, Castelo Branco, Getúlio

---

<sup>9</sup> A capoeiragem se refere ao jogo não modernizado e institucionalizado.

<sup>10</sup> Mestre Moura foi o fundador do primeiro grupo de capoeira registrado em Sergipe, o “Filhos de Iemanjá”, no início da década de 1970.

<sup>11</sup> É passível de que tenha havido outras figuras pontuais no universo da capoeira pelo território sergipano nesse período. Contudo, os nomes acima indicados se tornaram referência para a conformação do bem cultural em Sergipe, devido à difusão da capoeira através da transmissão do saber e da formação de toda uma geração de capoeiristas, além de grupos que se difundiram pelo estado.

<sup>12</sup> Bairro onde Baiano fixou residência e passou a ensinar capoeira nos fundos do quintal de sua casa.

<sup>13</sup> No bairro Industrial está localizado o Clube SESI ou Clube do Trabalhador onde, no início da década de 1970, Mestre Moura fundou o Grupo Filhos de Iemanjá, primeiro grupo de capoeira oficialmente registrado de Sergipe.

<sup>14</sup> No bairro Cirurgia tem uma grande caixa d’água para abastecimento, próxima ao Quilombo urbano da Maloca. Foi ali que Mestre Bidui e Saci, moradores da Maloca, formaram o Grupo Unidos do Quilombo.

Vargas, São José<sup>15</sup> e Siqueira Campos. Ainda em Aracaju, a orla da Praia de Atalaia<sup>16</sup> e o Mercado Municipal Antônio Franco também se destacam como lugares de referência para a capoeira sergipana, devido à ocorrência de tradicionais rodas de capoeira, tanto no passado quanto no presente. Além da capital, os municípios de Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Simão Dias, Lagarto e Tobias Barreto<sup>17</sup> também se sobressaem na ocorrência do bem cultural no estado.

Se nas décadas precedentes as bases fundacionais da capoeira sergipana foram postas, as décadas de 1980 e 1990 foram cruciais para o movimento de ressignificação<sup>18</sup> do campo, seguindo a tendência em curso em outros estados. Foi a partir dessa época que houve um *boom* na criação de novos grupos pelo estado, com ênfase especialmente na vertente Regional, que é mais voltada ao esporte, e também da inserção de grandes organizações de fora do estado na cena sergipana como, por exemplo, o Grupo Capoeira Brasil. É importante pontuar, neste último caso, que a forma descentralizada com que tais grupos atuam, os leva a ter um grande alcance territorial. Fato é que, em Sergipe, a amplitude territorial da capoeira é uma realidade, em grande medida, devido à presença maciça desses grupos.

Esse processo encetou, ao mesmo tempo, a emergência de outro, denominado por Álvaro Júnior (2005) de “reafricanização” do jogo, calcado no reconhecimento e na incorporação das raízes africanas na prática, primeiramente através das figuras de Mestre Macaô e de Mestre Saci nos anos de 1980 e, posteriormente, no início dos anos de 1990, por meio das ações de Mestre Robson através da fundação do Grupo Abaô de Capoeira Angola. Os principais referenciais foram buscados nos grupos angoleiros da Bahia, com destaque para o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP) de Mestre Moraes e, posteriormente, da Federação Internacional de Capoeira Angola (FICA) de Mestre Valmir.

Tal como foi observado, a fase inicial da capoeira sergipana era de difícil classificação, sendo que muitos dos mestres mais antigos começaram em uma época em que o jogo ainda não era definido como Angola e Regional. Foi somente posteriormente que essas divisões ficaram

---

<sup>15</sup> No bairro São José está localizado o Clube Cotinguiba onde, na mesma época em que Mestre Moura fundava o Filhos de Iemanjá, Mestre Ganga Zumba e Mestre Mula Preta fundaram o Grupo Oxóssi de Capoeira.

<sup>16</sup> Hoje e dia a orla de Atalaia também se destaca na ocorrência dos campeonatos.

<sup>17</sup> Os municípios de Nossa Senhora do Socorro e de Tobias Barreto especificamente, possuem sua própria Liga de Capoeira, o que revela a força do bem cultural nessas localidades.

<sup>18</sup> Contudo, já em fins da década 1970, se iniciou um processo de modernização da capoeira especialmente a partir da fundação do Grupo Os Molas, de Mestre Lucas, e do Grupo Novos Irmãos, de Mestre Jorge Nó, um marco paradigmático no qual a face mais institucionalizada do bem cultural emerge.

um pouco mais nítidas, estabelecendo determinadas clivagens e diferenciações internas, o que desvela toda a complexidade do universo em questão<sup>19</sup>.

De tal maneira, assim como ocorre com a capoeira de um modo geral, o universo da capoeira sergipana passa a ser atravessado por tensões que lhes são inerentes e que se ligam à natureza multidimensional do bem que se apresenta, a uma só tempo, como esporte, jogo, luta, ritual, lazer, dança e cultura. Por comportar em si essas várias dimensões, há disputas entre os que a concebem como um esporte e aqueles que a concebem enquanto ancestralidade e ritual, fazendo com que haja uma polarização no campo de forças. Somado a isso, a questão entre as diferentes vertentes de prática - Angola, Regional e Contemporânea - aglutinam grupos diferenciados que, inevitavelmente, possuem interesses divergentes.

Foi notoriamente observado que a capoeira sergipana é altamente voltada à prática de competições, inclusive se destacando no cenário nacional. Nesse ponto, a Federação Sergipana de Capoeira e suas atuais diretrizes vêm acentuando a centralidade da competição esportiva no contexto da capoeira no estado, recebendo duras críticas de grupos contrários por sua atuação se restringir a apenas esta dimensão. Grande parte dos grupos da vertente da capoeira Regional participa de competições e de torneios, sendo imprescindível pontuar que muitos capoeiristas vislumbram que a capoeira enquanto esporte pode ser a chance mais concreta praticá-la como meio de vida e fonte de renda.

Nessa conjuntura, porém, emerge também o temor de que, uma vez decretada como esporte, a capoeira seja descaracterizada enquanto tradição entre aqueles que a concebem como uma identidade advinda da herança cultural de matriz africana. É manifesto, portanto, que esse conflito evidencia as diferentes perspectivas com relação ao desenvolvimento da capoeira não apenas em Sergipe, mas no contexto brasileiro como um todo, e que se ligam à heterogeneidade historicamente constituída deste universo.

Essas tensões levam a outras, especialmente com respeito à questão da profissionalização da capoeira. Foi recorrente nos discursos dos mestres a dificuldade de

---

<sup>19</sup> Essa diferenciação percebida em Sergipe não é tão rígida quanto aquela observada, por exemplo, em Salvador. A despeito de sua dispersão, os grupos de Regional de Sergipe, em geral, acreditam ser de grande importância aprender os fundamentos de Angola, considerada a forma mais tradicional da capoeira, tanto é que em eventos de grupos de Regional é comum haver oficinas de capoeira Angola com mestres renomados. Há grupos, ainda, que dizem mesclar as duas vertentes, fazendo uma capoeira Contemporânea o que, entretanto, não é ponto comum entre todos os capoeiristas.



inserção profissional mediante o discurso da falta de qualificação<sup>20</sup>. Mesmo que o campo da capoeira sergipana tenha como uma de suas particularidades uma incidência de mestres no meio acadêmico que não pode ser desprezada, tal como foi verificado no decorrer da pesquisa, a atual cobrança de titulação superior em Educação Física para lecionar capoeira nos espaços escolares acaba por inviabilizar a inserção de mestres cuja formação se deu exclusivamente no campo do conhecimento tradicional, baseado na oralidade e na prática, sendo negado a esses o status de mestre nesses espaços institucionais<sup>21</sup>.

E o ambiente escolar foi desde os primórdios de conformação desse bem cultural no estado um dos lugares, por excelência, do desenvolvimento da prática da capoeira, sendo que muitos grupos tiveram nesses espaços o seu motor de surgimento. No contexto do interior, especialmente, as escolas se colocam como locais privilegiados para a difusão da capoeira.

A interface entre a capoeira e a educação suscita, portanto, a questão da dificuldade de reconhecimento e de legitimidade dos saberes tradicionais frente a um conhecimento científico e oficial presente nos espaços de educação formal. A limitação do ensino da capoeira mediante um título acadêmico e de diretrizes específicas do campo da educação física é, na visão dos detentores, uma clara desvalorização dos mestres de tradição, uma vez que esses passam a não ser reconhecidos como produtores e transmissores dos saberes sobre sua própria cultura.

É notório que essas questões evidenciam as diferentes perspectivas com relação ao desenvolvimento da capoeira não apenas em Sergipe, mas no Brasil de forma geral, e que as demandas ultrapassam a atuação limitada apenas às políticas patrimoniais. Como asseverou Alessandra Lima, as questões suscitadas por essas diferentes concepções,

apresentam demandas historicamente relacionadas à visão construída ao longo do tempo sobre essa prática e indicam a heterogeneidade desse universo. Enquanto alguns mestres possuem relativa estabilidade financeira atuando inclusive no exterior, outros vivem em situação de vulnerabilidade social e tem dificuldades de acesso às políticas públicas. Alguns entendem a prática da capoeira em um contexto mais amplo de existência social, permeadas por normas comportamentais, visões de mundo, ritos e símbolos que remetem a

---

<sup>20</sup> Não é demais pontuar de acordo com os dados do mapeamento, que a imensa maioria dos capoeiristas sergipanos não sobrevive exclusivamente da capoeira, à exceção daqueles que disseram ser professores. As principais ocupações se ligam a uma trajetória de baixa escolaridade e renda (pedreiro, motorista, eletricista, pintor, diarista, etc.). E no caso específico dos mestres, a tendência combinada de baixa escolaridade, ocupação socialmente pouco valorizada e renda baixa persiste paralela ao ofício tradicional.

<sup>21</sup> Nos últimos tempos, foi através do programa do Governo Federal “Mais Educação”, que muitos capoeiristas tiveram a oportunidade de trabalhar diretamente com o ensino do bem cultural nas escolas. O “Programa Mais Educação” foi criado pela Portaria Interministerial n° 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 e constituiu-se como estratégia do Ministério da Educação para a indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino.



determinada experiência sócio-histórica. Outros se vinculam especificamente a sua vertente esportiva e, como tal, defendem os processos de normatização e padronização da prática. Assim, os problemas e soluções indicadas são reflexos de interesses e se relacionam aos diferentes modos de praticar e entender a capoeira (LIMA, 2012, p. 131).

Além dos elementos acima pontuados, alguns outros que foram levantados durante a pesquisa - e que neste artigo não foram diretamente abordados - também contribuem para a conformação histórica e atual da capoeira sergipana, a saber: a relação da capoeira com outros elementos da cultura de matriz africana, a diversidade de eventos ligados ao bem cultural<sup>22</sup>, a subsistência e ocupação dos mestres, o processo de inserção feminina no campo e até mesmo o imaginário estabelecido entre a capoeira e o cangaço no interior do estado.

Portanto, tais elementos são bons para pensar, com base no caso particular de Sergipe, na própria capoeira como um todo, consolidando cada vez mais o conhecimento que se tem a respeito desse Patrimônio Cultural do Brasil, a partir dos territórios particulares que o compõe.

#### **Referências bibliográficas:**

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Dossiê de Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional, 2007.

JÚNIOR, Álvaro M. de Andrade. A Reafricanização da Capoeira em Aracaju: identidade em jogo. 2005. 119p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2005.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio cultural afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo IPHAN a partir da ação patrimonial. 2012. 157p. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

PAIVA, Ilnete. A capoeira e os mestres. 2007. 167p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

REGO, Waldeloir. Capoeira Angola. Ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. Das fiadas aos congos: a cultura escrava na Lagarto oitocentista. In: NEVES, Paulo; DOMINGUES, Petrônio (Org.). A diáspora negra em questão: identidades e diversidade étnicos raciais. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

---

<sup>22</sup> Dentre outras frentes de atuação, destacam-se em Sergipe os projetos sociais ligados à prevenção ao uso de drogas e a conservação ambiental, eventos relacionados ao mês da consciência negra, batizados e trocas de cordão, competições e vivências da capoeira angola.

## Patrimônio Cultural, Culinária e Turismo: um estudo sobre os doces tradicionais do Povoado Saramém (Brejo Grande/SE)

**Tâmara Cris Santana dos Santos**

Graduanda em Turismo  
Universidade Federal de Sergipe  
E-mail: tamaracris.santos@hotmail.com

**Rosana Eduardo da Silva Leal**

Doutora em Antropologia e Docente do Departamento de Turismo  
Universidade Federal de Sergipe  
E-mail: rosanaeduardo@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade refletir sobre a relação entre culinária, patrimônio cultural e turismo, tendo como campo de estudo a produção de doces artesanais em Saramém, povoado às margens do rio São Francisco, situado no município de Brejo Grande em Sergipe. Tal produção faz parte de uma microeconomia local, que auxilia no desenvolvimento econômico e social de uma parcela da comunidade e de seus produtores, possibilitando ainda a valorização cultural. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, com o desenvolvimento de entrevistas, observação direta e registro fotográfico, seguindo uma perspectiva antropológica como base teórico-metodológica. No estudo, partimos do pressuposto de que o patrimônio cultural atua como importante fonte econômica e de desenvolvimento local, na medida em que os bens culturais constituem elementos fundamentais da experiência turística.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; doces tradicionais; microeconomia; turismo; Saramém.

**Resumem:** El presente trabajo tiene por finalidad reflexionar sobre la relación entre culinaria, patrimonio cultural y turismo, teniendo como campo de estudio la producción de dulces artesanales en Saramém, poblado cerca del río San Francisco, situado en el municipio de Brejo Grande en Sergipe. Esta producción forma parte de una microeconomía local, que auxilia en el desarrollo económico y social de una parcela de la comunidad y de sus productores, posibilitando aún la valorización cultural. El estudio fue realizado por medio de investigación bibliográfica y de campo, con el desarrollo de entrevistas, observación directa y registro fotográfico, siguiendo una perspectiva antropológica como base teórico-metodológica. En el estudio, partimos del supuesto de que el patrimonio cultural actúa como importante fuente económica y de desarrollo local, en la medida en que los bienes culturales constituyen elementos fundamentales de la experiencia turística.

**Palabras clave:** Patrimonio cultural; dulces tradicionales; microeconomia; turismo; Saramém

### Introdução

O turismo está presente em boa parte do litoral nordestino, fazendo parte do cotidiano de diversas comunidades autóctones. São muitos os serviços ofertados pelos moradores litorâneos, que fazem parte da cadeia produtiva local. Neste âmbito podemos destacar a doçaria tradicional, produzida e comercializada diariamente em uma localidade turística na divisa entre Sergipe e Alagoas. É justamente sobre esta realidade que iremos tratar neste trabalho.

O presente artigo está baseado nos conteúdos teóricos e empíricos coletados no decorrer

do projeto de pesquisa intitulado “Culinária, Empreendedorismo e Produção Associada ao Turismo: um estudo sobre os doces artesanais de Brejo Grande/SE”, realizado por meio do edital PIBIC 2016/2017 da Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa está inserida no eixo temático “Cultura e Alimentação” do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR/UFS/CNPQ e tem como propósito analisar a relação entre culinária, empreendedorismo e produção associada ao turismo, tendo como campo empírico os doces tradicionais de Brejo Grande/Sergipe.

Partimos do pressuposto que a cana-de-açúcar foi responsável por moldar diversas produções culturais que constituem a identidade do Brasil, influenciando sobremaneira o contexto histórico, social, econômico e ecológico do país. Conforme salientou Freyre (2007 [1939], p.27) “[...] no açúcar estava uma fonte de riqueza quase igual a ouro”, que ganhou prestígio em diversos campos da sociedade brasileira. Na culinária substituiu o mel, tornando-se parte da alimentação cotidiana local.

É a partir dos usos culinários dessa especiaria que surge, segundo Gilberto Freyre, a “arte do doce” e a “culinária do açúcar”. Estas são constituídas por um conjunto de objetos e utensílios que vai desde a panela de barro, passando pela colher de pau e chegando às louças finas estrangeiras, muitas vezes indispensáveis nos preparos dos pratos e quitutes. Entretanto, a arte do doce e a culinária do açúcar não estiveram apenas nas casas-grandes, perpassaram também os lares pobres e as ruas brasileiras.

Essa culinária foi amplamente popularizada por freiras, sinhás, negras, baianas de tabuleiro e mulheres doceiras de todas as classes, por meio de diversas receitas, técnicas e modos de fazer. “[...] umas nas suas casas-grandes ou nos seus sobrados; outras, nas suas casas de porta e janela e até nos seus simples mocambos” (FREYRE, 2007 [1939], p.31). Estas mulheres foram responsáveis por pratos considerados clássicos como o pão-de-ló, o bolo de noiva, a cocada, a goiabada, o doce de coco, o doce de leite, entre outros. Quitutes estes que para muitas doceiras foi um meio de sustentar a família, as quais conseguiram se adaptar aos novos tempos com seus doces tradicionais, podendo ser denominadas como verdadeiras empreendedoras na arte da doçaria.

É nesta vertente que segue nosso estudo, que tem por finalidade compreender como o empreendedorismo feminino se faz presente no povoado Saramém, que possui uma diversificada produção de bolos e cocadas comercializados turisticamente na foz do rio São Francisco em Alagoas. A pesquisa envolve produtores, espaços de produção e comercialização,

dando ênfase na cultura material e imaterial que envolve a “culinária do açúcar”, conforme denominou Freyre (2007 [1939]). A proposta é compreender como os empreendedores locais se inserem na cadeia produtiva do turismo por meio da doçaria tradicional. No estudo, partimos do pressuposto de que o patrimônio cultural atua como importante fonte econômica e de desenvolvimento local, na medida em que os bens culturais constituem elementos fundamentais na experiência turística.

### **A Cultura como Fator de Desenvolvimento Local na Cadeia Produtiva do Turismo**

Uma localidade pode ter sua realidade modificada a partir da cultura (que pode servir como vetor de desenvolvimento econômico e social). Entretanto, para que o desenvolvimento endógeno aconteça, é necessário que a população perceba a importância dos elementos formadores da sua identidade e se reconheça nela. Conforme salienta Maciel (2005), é por meio da cultura que grupos sociais se distinguem, se reconhecem e se veem reconhecidos, bem como constroem sua identidade social. É através do fortalecimento identitário que a cultura de um determinado grupo pode se tornar a marca diferenciadora de um território, sendo campo de iniciativas e empreendimentos locais.

A cultura possibilita a inclusão social no turismo, na medida em que está embasada no protagonismo individual e coletivo, estimulando também a sustentabilidade.

O aspecto cultural está engendrado no processo turístico. As pessoas quando se deslocam levam consigo uma ‘bagagem’ cultural própria, singular e subjetiva. Nessa mobilidade os contatos culturais são constantes e dos mais diversos, sendo a essência do fenômeno turístico (SILVA, 2006, p.28)

No campo do turismo, a cultura possibilita uma oferta própria e diferenciada frente aos processos de homogeneização dos destinos turísticos em tempos de globalização. Os doces caseiros típicos, por exemplo, permitem ao turista conhecer a história e os demais elementos da cultura do lugar visitado, por meio de sabores, cheiros, cores e texturas que fazem parte de uma tradição. “Há uma tendência do turismo contemporâneo em valorizar os aspectos ligados à cultura. A autenticidade, a identidade, o patrimônio, a história e as particularidades dos lugares têm sido requisitados pelo turista” (SILVA, 2006, p.27).

“No processo de construção, afirmação e reconstrução dessas identidades, determinados elementos culturais (como a comida) pode se transformar em marcadores identitários” (MACIEL, 2005, p.50). É o que podemos verificar na tradição doceira encontrada no Nordeste.

Em Sergipe, a tradição doceira pode ser encontrada em diversas comunidades do estado, servindo como mecanismo de inclusão social e geração de renda na cadeia produtiva do turismo. Trata-se de uma produção que integra a cultura

tradicional e popular, carregando um diversificado conjunto de elementos simbólicos que envolve técnicas, saberes e fazeres tradicionais. Para tanto, utiliza-se em grande medida de matéria-prima da região onde é produzida, constituindo-se como manifestação da cultura e elemento identitário local (LEAL, BARRIO, 2016, p. 24).

Tal produção faz parte de um universo de práticas econômicas locais enraizadas na dinâmica sociocultural das comunidades receptoras. Estas são pautadas em repertórios socioculturais próprios, muitas vezes desconsideradas na macroeconomia do turismo. Por isso, precisam ser contempladas como objetos de estudo. Neste âmbito podemos situar a culinária tradicional, que se transformou em um poderoso meio de vivenciar o lugar visitado, tornando-se um modo de contato com a localidade e seu povo. Esta realidade tem estimulado o empreendedorismo endógeno que tem se beneficiado direta ou indiretamente do mercado turístico, possibilitando empregabilidade, sustentabilidade econômica e empoderamento local.

A doçaria enquanto bem cultural de territórios, por exemplo, tem a capacidade de revelar mudanças históricas, caracterizando regiões e demonstrando por meio de ingredientes, o vínculo com as localidades, como ocorre, por exemplo, com as cocadas da Bahia e o bolo de rolo de Pernambuco. No povoado analisado nesse artigo, os doces tradicionais complementam a oferta do atrativo natural, além de fazerem parte da história e da economia da comunidade.

### **A Produção Doceira do Povoado Saramém em Brejo Grande/SE**

O município de Brejo Grande está situado a aproximadamente 137 quilômetros de Aracaju, capital do estado, sendo formado pelos povoados de Terra Vermelha, Brejão dos Negros, Saramém e Cabeço (que foi submerso pelo rio São Francisco). Foi nestes dois últimos povoados, começando no Cabeço e depois em Saramém, que teve o início e a continuidade da produção de doces artesanais aqui estudados. Antes, tais localidades tinham como principal atividade econômica a pesca e paulatinamente incluíram a produção de doces artesanais. Após receber em seu território os antigos moradores do Cabeço, Saramém deu continuidade a tal produção.

A partir da pesquisa de campo pode-se detectar que a produção dos doces no povoado Saramém, bem como a comercialização das iguarias na Foz do Rio São Francisco são atividades desenvolvidas exclusivamente por mulheres e que surgiu como forma de resiliência quando estas perderam seus lares no povoado Cabeço.

No Brasil, o artesanato e a culinária constituem-se importantes mecanismos de empreendedorismo, inclusão social, sociabilidade e melhoria da autoestima de diversas mulheres pobres. Isso porque, por meio de um saber-fazer, muitas artesãs transformam a sua realidade, utilizando-se de habilidades manuais

como mecanismo de empregabilidade e manutenção econômica (LEAL, BARRIO, 2016, p. 24).

No percurso até Saramém é possível se deparar com a intensa presença de coqueiros. Tal realidade influencia diretamente na culinária e na doçaria local, que tem o coco, as frutas e o açúcar como elementos principais. O coco está presente tanto nas cocadas, quanto no bolo de macaxeira e nas queijadinhas. Na elaboração das iguarias também são utilizadas frutas para dar sabor e cor.

Na doçaria local, o coco misturou-se ao açúcar e as frutas tropicais, permitindo uma intensa e criativa variedade de cocadas e bolos. Para cada fruta utilizada tem-se uma coloração e um sabor diferenciados. As cocadas podem ser encontradas em diversos sabores e cores.

Essa produção transformou-se numa cadeia produtiva da culinária do açúcar, que movimentava o comércio de frutas e outros ingredientes utilizados. Neste âmbito, incluíam-se também as pessoas que são contratadas pelas doceiras para cortar e ralar os cocos, para levar as iguarias no carrinho de mão até a beira do rio e os barqueiros que fazem a travessia das doceiras, dos doces e demais utensílios que serão usados.



**Foto 01:** Cocadas tipo fitinha. Fonte: acervo do projeto

As produtoras desenvolvem a atividade cada uma em sua casa. Durante a pesquisa de campo foram contabilizadas 11 mulheres em atividade. Destas, algumas não produzem, apenas revendem a produção de outras doceiras que também comercializam no local. No repertório produzido podemos incluir as cocadas do tipo “fitinha” (coco cortado em fitas, conforme foto



01) e com o coco ralado fino, que ganham sabores de frutas como: goiaba, jabuticaba, abacaxi, açaí, maracujá, banana, bem como: pimenta, café, gengibre, coco queimado, amendoim, leite condensado e canela. Além destes, são feitos doces como a cocada baiana, cocada de forno, cocada branquinha, queijadinha e bolo de macaxeira.



**Foto 02:** Etapa do preparo  
Fonte: acervo do projeto.

A produção, assim como a comercialização, costuma ocorrer diariamente. A produção se inicia com a compra do coco na mão das “raladeiras” (mulheres que cortam e ralam o coco no formato desejado pelas doceiras). Em seguida esses vão para a panela de acordo com cada receita. A fitinha é feita com o coco juntamente com açúcar e fruta. A cocada de forno leva coco, leite condensado e margarina; a de coco ralado leva açúcar, frutas e demais ingredientes de acordo com o sabor. A queijadinha tem o preparo da massa folhada e a cocada simples como recheio. O bolo é feito com a macaxeira rala, o coco e margarina. As frutas utilizadas são compradas tanto no povoado quanto em Brejo Grande, Aracaju, Ilha das Flores e na cidade de Piaçabuçu/Alagoas.

Após o preparo da massa algumas são colocadas para esfriar e em seguida são cortadas. Já outras são modeladas e cortadas quentes para garantir um bom acabamento. Após esta etapa, são embaladas em plástico filme. A maioria das doceiras realiza todas as etapas de produção de forma solitária, já que apenas algumas são ajudadas por familiares.

A produção costuma acontecer no início da manhã, bem como depois que retornam da



foz do rio São Francisco, seguindo até o final da noite ou início da madrugada, conforme o fluxo de vendas. Em entrevistas realizadas, as doceiras relataram que aprenderam a fazer as cocadas com familiares, com outras doceiras ou sozinhas.

Após a embalagem, as cocadas são arrumadas em carrinhos de mão feitos de madeiras. Estes são empurrados pelas doceiras ou por meninos do povoado até a beira do rio, por um percurso que dura cerca de 15min. Já nas margens do São Francisco ainda em Saramém, as cocadas são organizadas dentro dos barcos.

As doceiras atravessam o rio São Francisco de barco para realização das vendas, que ocorrem por volta das 10h30 até às 13h30 – horário de permanência dos turistas vindos de catamarã tanto de Alagoas quanto de Sergipe. Ao chegar na foz, em Piaçabuçu (Alagoas), as produtoras e revendedoras dispõem os doces nas barracas improvisadas de madeira. A estratégia de venda é chamar os turistas para degustar as cocadas, oferecendo amostras para que comprem o sabor que mais agradou. Quando os turistas começam a ir embora, por volta das 13h, tem-se o início do recolhimento das vasilhas, bolos e cocadas que restaram para depois ser realizada a travessia de volta.



**Foto 03:** Comercialização na Foz  
Fonte: acervo do projeto

A foz do Rio São Francisco recebe diariamente embarcações repletas de visitantes e turistas que chegam em busca de passeio e banho de rio em um espaço não habitado, mas muito

frequentado turisticamente. Para a população local, a foz do rio São Francisco constitui um espaço de diálogo com a demanda turística, que se faz por meio da comercialização de comidas e bebidas. Por isso, o turismo neste espaço natural foi identificado como atividade capaz de gerar empreendedorismo e obtenção de renda para subsistência, já que o povoado não oferece oportunidades de emprego.

Durante a pesquisa de campo observou-se que as doceiras de Saramém empreenderam por necessidade de sobrevivência (realidade de muitas mulheres pobres no Brasil). Isso se deve, em grande medida, ao fato da imagem feminina ainda está inserida em um modelo patriarcal, do qual a mulher não tem visibilidade para o mercado de trabalho, tendo suas vidas voltadas exclusivamente para o trabalho do lar.

O trabalho é ainda uma das forças centrais da sociedade. Trata-se de um espaço simbólico em que perpassam relações de exploração, reivindicação, negociação, rede de solidariedade ou competição, apresentando-se também como campo em que dialogam saberes, ofícios, técnicas e tecnologias distintas. Por isso, consideramos que o mundo do trabalho não se constitui apenas de valores pecuniários, pois oferece uma multiplicidade de produções culturais possíveis de serem estudadas (SANTOS, LEAL, 2012, p.09).

É dentro desta realidade que se encontram as doceiras do povoado Saramém, que pela falta de oportunidade de emprego encontraram no turismo a possibilidade de vender seus doces e assim ter uma fonte de renda extra em casa.

### **Considerações Finais**

Diante da pesquisa de campo observou-se que os saberes tradicionais constituem ferramentas utilizadas pelas populações locais para falar de si e dialogar com o turismo. A culinária representa um meio da comunidade contar sua história, reafirmando sua identidade e resgatando sua memória. Em muitas localidades do Brasil, onde, sobretudo, o turismo se faz presente, fazer doce transformou-se em um mecanismo de subsistência que está baseado em uma economia familiar, congregando diversos integrantes da família no processo de feitura e comercialização. Por isso, é notório como a produção de doces mudou não só a vida de muitas mulheres da localidade, mas também de suas famílias e de membros da comunidade que estão envolvidos nessa cadeia produtiva local.

A atividade turística proporciona maior visibilidade às doceiras, na medida em que valoriza uma tradição que reflete a identidade e o patrimônio cultural local, possibilitando uma valorização econômica, cultural e social. Proporciona ainda o reconhecimento às suas produtoras, como mantenedoras de um ofício tradicional e de uma culinária identitária.

### Referências Bibliográficas:

FREYRE, G. Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de doces e bolos do Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: Global, 2007 [1939] .

LEAL, R.; BARRIO, A. B. E. A Culinária do Açúcar como Fonte de Empreendedorismo Feminino e Desenvolvimento Local em Sergipe. In: PALACIOS, A.; MATOS, E.; SENA, J. Diálogos Brasil Portugal: Anais do II Congresso Internacional Sobre Culturas [recurso eletrônico], [14 e 15 de novembro de]. Salvador : UFBA, 2016, pp. 20-25.

MACIEL, M. E. Identidade Cultura e Alimentação. In: CANEQUI, A. M. ; GARCIA, R. W. D. Antropologia e nutrição: um dialogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 49-55.

SANTOS, K. A.; LEAL, R. E. S. A Cooperativa de Doces Santa Salu: a tradição gerando renda. In: Anais do I Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais. São Cristóvão, 2012.

SILVA, L. T. Cultura, Turismo e Identidade Local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro, Bahia. 160p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, UFBA, 2006. Disponível em: < [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao\\_leonardo\\_thompson.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_leonardo_thompson.pdf) >. Acesso em: 19/06/2017.

## A cidade e representações sociais: reflexões sobre as práticas preservacionistas do patrimônio cultural de Estrela do Sul – MG

**André Luiz Borges de Ávila**

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal de Uberlândia - MG  
E-mail: andre.luiz.avila@hotmail.com

**Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo – SP  
E-mail: mariliabtvale@yahoo.com

**Resumo:** O presente ensaio pretende fundamentalmente compreender os processos de aplicação, apropriações e renovações das práticas e políticas de preservação do patrimônio cultural, a eficácia e suas inter-relações dos vários agentes e setores, proprietários e técnicos especializados, consoantes com a evolução dos procedimentos de formulação das leis municipais de preservação patrimonial dentro do âmbito histórico e político-social, apresentando o caso de Estrela do Sul – MG analisando ainda as representações e a significação do coletivamente construído, partilhado, reproduzido e rememorado ao longo do tempo.

**Palavras Chave:** Patrimônio cultural, Preservação patrimonial, Estrela do Sul

**Resumen:** El presente ensayo pretende fundamentalmente comprender los procesos de aplicación, apropiaciones y renovaciones de las prácticas y políticas de preservación del patrimonio cultural, la eficacia y sus interrelaciones de los diversos agentes y sectores, propietarios y técnicos especializados, consonantes con la evolución de los procedimientos de reformulación de las leyes municipales de preservación patrimonial dentro del ámbito histórico y político-social, presentando el caso de Estrela do Sul - MG analizando aún las representaciones y la significación de lo colectivamente construido, compartido, reproducido y rememorado a lo largo del tiempo.

**Palabras Clave:** Patrimonio cultural, Preservación patrimonial, Estrela do Sul

### Introdução

O presente ensaio aborda o processo de construção e aplicação dos conceitos e das práticas de preservação do patrimônio cultural na cidade de Estrela do Sul<sup>1</sup> - MG, que teve sua origem no século XIX vinculada ao processo de mineração (ou exploração) de diamantes no Rio Bagagem, vivenciando um rápido surto de crescimento e desenvolvimento.

No início da década de 1980, um grupo de moradores de diferentes origens se mobilizou dando início a um movimento social de reconhecimento e valorização da história da cidade e

---

<sup>1</sup>Estrela do Sul – MG têm fundação atribuída em 1722 pelo bandeirante João Leite da Silva Ortiz, genro de Anhangüera. A cidade possui um legado histórico cultural de extrema relevância na região do Triângulo Mineiro. Sua iniciação como aglomerado social, se deu pela exploração de garimpos aluvionares, o que lhe conferiu importância e protagonismo econômico na região, porém afetando intensamente seu cenário urbano-ambiental. Entretanto com a descoberta das jazidas africanas, a cidade passou por um processo de estagnação econômica, com atividades baseadas principalmente na agropecuária. Situa-se na região do Triângulo Mineiro.

de seu patrimônio cultural. A ação desse grupo que perdurou por aproximadamente 10 anos, teve papel fundamental neste processo onde as representações e os significados foram coletivamente construídos, partilhados e reproduzidos que influencia as percepções até à contemporaneidade.

Para isso, foi preciso utilizar-se do que há de mais característico na construção do conceito de patrimônio cultural de Estrela do Sul ofereceu: a participação desse grupo social vinculados aos bens culturais, esses, evidenciados por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas, que contribuíram para as identidades locais. Adota-se aqui que o conceito de identidade assemelha-se a um processo de identificações historicamente apropriadas dando coesão e sentido aos grupos (CRUZ, 1993).

Para ter as respostas a esse advento simbólico cultural, foi preciso localizar com maior precisão empírica a formação e organização do grupo e suas coalizões locais entre as vocações políticas locais, a densidade das reivindicações desse tema novo e a diversidade e identidade cultural e suas trajetórias de atuação.

O sentido de pertencimento adota um discurso de participação social na gestão dos interesses locais, conceito esse chamado *Comunidade Cívica*, caracterizado segundo Shimidt (2003):

(...) pela existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, em mecanismos de igualdade política, em sentimentos de solidariedade, de confiança e de tolerância e em densas redes de associações. O compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos.

A interação dos desejos particulares sobre a implantação de planos e projetos culturais permitiu inserir esses discursos e expressões tradicionais das redes formadas pelos grupos e outros agentes culturais oriundos desse período na cena pública dos anos 1980, auxiliando na constituição/construção das identidades dos habitantes e configurando um território em movimento, com referências simbólicas espaciais, laços identitários e pertencimento ao local, mobilizando uma complexa teia de significados e atribuições. Pelegrini (2006) observa ainda que “a emergência dos bens simbólicos à condição de patrimônio estimulou a sociedade – em especial, as minorias e os grupos étnicos – a reivindicar o plural reconhecimento de seus referenciais culturais e identitários”.

## O Grupo Preserv-Ação

Nas novas acepções sobre o patrimônio cultural, este é entendido como uma construção social, simbólica e de apropriação de determinados elementos significativos de uma sociedade expandindo-se para as produções intelectuais, materiais e imateriais, que oscilam entre o passado e o presente através das manifestações culturais que particulariza os grupos sociais.

Como parte integrante dos anseios coletivos, o patrimônio tornou-se o elemento fundamental na construção da identidade social/cultural, aproximando os grupos aos sentimentos de pertencimento e conferindo significado e importância aos grupos sociais (CHOAY, 2001). Como atributo coletivo, tem-se que o patrimônio é um dos elementos fundamentais na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, própria materialização da identidade de um grupo/sociedade (SCHIELE 2002; PERALTA & ANICO 2006). Na relação entre o individual e os grupos, nasce o sentimento de pertença atribuída à uma comunidade imaginada, fazendo com que os membros partilhem e reforcem suas referências históricas.

A pesquisa iniciou-se nos arquivos documentais do Acervo do Museu Municipal de Estrela do Sul. Um documento chamado "*Projeto Picuá<sup>2</sup>: Uma proposta para salvar a velha Bagagem<sup>3</sup>*" de autoria de Pedro Divino Rosa<sup>4</sup>, datado de 19 de outubro de 1984, continha a compilação das ações do *Grupo Preserv-Ação* daquele ano, além de uma proposta de proteção e reconhecimento do patrimônio cultural regional. A partir desse documento, desenvolveu-se a pesquisa, procurando alinhar os fios dessa memória viva, porém, fragmentada. O *Grupo Cultural Preserv-Ação* foi o movimento pioneiro ao reconhecer as potencialidades culturais que Estrela do Sul tinha a oferecer. O objetivo principal era resgatar a cultura popular e

---

<sup>2</sup>ETIM tupi *piku'a* "cesto, balaio". s. m.1. saco para conduzir roupa, comida etc. 2. peça geralmente de chifre ou osso em que os mineiros guardam diamantes. 3. balaio, cesto. "É o garimpeiro, cujo picuá vazio já não mais enche de notas velhas a guaiaca" (ROSA, D.1984); "é um canudo de cipó imbé onde os garimpeiros guardavam seus diamantes". (ROSA, D. 1984) In.: entrevista ao Jornal O Triângulo. Uberlândia, 24 de agosto de 1984.

<sup>3</sup>O Nome "Bagagem" foi dado ao rio e ao povoado que surgiu no século XIX e sugere o dos em um determinado local. O nome esteve presente também quando ainda "Distrito de Paz no Arraial da Bagagem", pertencente à Comarca de Patrocínio, pela Lei Nº575 de 04 de maio de 1852 e na denominação "Diamantino da Bagagem", distrito criado pela Lei Provincial nº 667, de 27 de abril de 1854.

<sup>4</sup> Pedro Divino Rosa nasceu em Goiânia-GO, em 29 de junho de 1961. Considera Estrela do Sul-MG sua terra natal. Repórter investigativo, Pedro iniciou sua carreira profissional em Araguari, atuando como jornalista desde os 19 anos de idade. É autor de vários livros, destacando-se: "*Dona Beija*" (Editora Sabe, Uberlândia, 1997); "*A História de Um Soldado*" (Produção independente, 2001); "*Calixto Medeiros - O Retirante da Laguna*" (Produção independente, 2005); "*A Enchente de 79 - A tragédia no Leste de Minas*" (Editora Gráfica Baixo Guandu, 2007), "*Dona Chiquinha, a Dama do Teatro Uberlandense*" (Produção independente, 2007) e outros. Foi vereador em Estrela do Sul (1983 a 1988 e de 1989 a 1992). Em 2006 concorreu ao Prêmio Esso de Jornalismo (regional) com a série: "Memórias do Crime", publicada no Jornal Correio de Uberlândia. Trabalhou em projetos da Secretaria de Gestão Estratégica, Ciência e Tecnologia de Uberlândia. Atualmente é assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Uberlândia.



identificar os “conjuntos urbanos arquitetônicos de valor histórico cultural” bem como as manifestações populares como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. A ideia surgiu através de Mario Lúcio Rosa<sup>5</sup>, historiador e memorialista por vocação e uma das principais personalidades responsáveis pelas inúmeras ações de preservação e valorização do patrimônio cultural de Estrela do Sul atualmente presidindo o *Movimento de Resgate da Identidade Cultural de Estrela do Sul*, somado aos ideais de lideranças estudantis, professores e entusiastas e a Almir Antônio Rosa<sup>6</sup>.

A organização do grupo foi motivada por várias questões, como o enfraquecimento da memória cultural da população, além do contexto político que discutia questões relativas à implantação e melhoria da infra-estrutura da cidade, porém o marco deflagrador foi a enchente de 1983:

(...) em fevereiro do ano passado uma enchente fez transbordar o Rio Bagagem e a maior relíquia da cidade, a ponte que Dona Beija<sup>7</sup> mandou construir em 1873 desabou juntamente com alguns casarões históricos empobrecendo ainda mais o patrimônio do município, e bastante avariados, outros prédios antigos foram derrubados por seus proprietários sem recursos de restaurá-los, visando a preservação. Sensibilizado pela perda dos imóveis, um grupo de estudantes e professores, denominado "Preserv-Ação" iniciou no final do mês de maio uma campanha em defesa do patrimônio histórico do lugar. (ROSA, D.1984)

Mario Lúcio Rosa (2017), quando em depoimento<sup>8</sup> questiona a escala de valores e o grau de importância de determinados conjuntos urbanos e/ou cidades, deixa evidente um

<sup>5</sup>Mário Lucio Rosa nasceu em Araguari-MG no dia 26 de julho de 1957. Formou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Professor desde 1987, efetivo em licenciatura em Português e Literatura na Escola Estadual Robert Kennedy de Estrela do Sul – MG. Foi Secretário de Cultura e Turismo de Estrela do Sul na gestão 2001/2004 e colaborou nas gestões posteriores com pesquisas e trabalhos técnicos. Produziu inúmeros trabalhos no campo patrimonial e cultural, destacando-se o vídeo documentário “*Matarum de Orongoia*”, o livro “*Dize-me de quem falas que te direi quem ele é – Apelidos de Estrela do Sul*” (Produção independente) e o “*Jornal Revista do Sesquicentenário – Edição comemorativa dos 150 anos de Emancipação Política de Estrela do Sul em 2006*”.

<sup>6</sup>Almir Antônio Rosa é natural de Araguari. Doutor (2005) e Mestre (2000) em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Possui graduação (1988) em Psicologia e Bacharel (1984) em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Produziu inúmeros trabalhos literários, entre eles: “*Viagens e Paragens*”(Belo Horizonte: Produção Independente, 1981), “*TerhaKuaPrahx*”(Belo Horizonte: Ex-Os Borgeanos, 1982) e “*Haiku*”(Belo Horizonte: Associação Cultural Pandora, 1997). “*Televisão Digital Terrestre - Sistemas, Padrões E Modelos*” (São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012). É videoartista, produtor e diretor de audiovisual, colaborando com o vídeo documentário “*Matarum de Orongoia*” com a fotografia e roteiro.

<sup>7</sup>Ana Jacintha de São José, conhecida por Dona Beija, é natural de Formiga, nascida no ano de 1800. Viveu em Paracatu e Araxá. Veio para Bagagem (atual Estrela do Sul) por volta de 1853, cidade onde já residia sua filha Joana de Deus, casada com o líder político Clementino Martins Borges, para investir no garimpo de diamantes através de sociedades de exploração diamantífera. Sua importância na cidade e região a eleva como um mito (sobre o assunto ver: *MONTANDON, Rosa Maria Spinoso. Dona Beija-desvendando o mito. EDUFU /UNIARAXÁ. 2004*). Descendentes diretos de Dona Beija ainda vivem na cidade de Estrela do Sul.

<sup>8</sup>Entrevista realizada em 18 de março de 2017, na Rua Olímpio Bagaginha, nº 272 bairro Bagaginha em Estrela do Sul.



descontentamento com os órgãos patrimoniais permitiu a gênese do grupo social em Estrela do Sul em prol do reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural, contribuindo para a organização do movimento que privilegiava a eternização das diferentes memórias individuais e coletivas decodificadas no corpo social. Foi com esse apelo que o *Grupo Preservação* iniciou suas atividades em 24 de abril de 1984:

Ate 1984, Estrela do Sul não possuía qualquer interesse, qualquer ligação, qualquer valorização em relação ao resgate de sua memória histórica, cultural, paisagística e arquitetônica, não tinha! Não se ouvia falar de Estrela do Sul de Dona Beija, não se ouvia falar que em Estrela do Sul tinha preservação do casario remanescente do século XVIII<sup>9</sup>, não se ouvia falar em resgate da memória oral, da memória paisagística da cidade (...) Eu já era vereador, e tinha um propósito muito grande com uma visão preservacionista do casario, então juntamos (...) O Mário passou a fazer uma estratégia de preservação do patrimônio histórico, eu passei atuar na Câmara como a pessoa encarregada disso, o articulador disso e o Almir passou na questão do resgate audiovisual de tudo, porque ele é cineasta. (ROSA, D. 2017)

É possível identificar no texto do *Projeto Picuí* uma produção inicial de novas formas de relação entre a sociedade e sua memória. O pensamento utilizado pelos membros do grupo, utiliza-se de referências históricas e materiais procurando justificar a importância da identidade local e, transfere o conhecimento intelectual adquirido à criação de um movimento que tinha, aprofundar seus limites e potencial de mudança da realidade cultural da cidade.

É possível identificar ainda através do *Projeto Picuí*, analisando em conjunto com os depoimentos, os elementos constitutivos dos movimentos sociais: o projeto, a ideologia e a organização (TOMAZI, 1993). O *projeto* do *Grupo Preservação* revela o desejo de preservar as referências culturais da cidade e, ao mesmo tempo, mostra a percepção de seus habitantes. O grupo não correspondia às expectativas ideológicas e políticas dos grupos que detinham o poder “porque era um grupo de pessoas humildes! Ali tinha pedreiro, servente de pedreiro, ali tinha roceiro, tinha professor, tinha lapidário, ali tinha jornalista, então ali, tinha garimpeiros...” (ROSA, D.2017).

A *ideologia* do grupo correspondia às reais condições e contradições que essa ideia, valores, relações e transmissões envolvem para tornar-se elo de ligação entre passado e presente e um instrumento para a história e memória para a posterioridade. A *estrutura* planejada e os atuantes nas diversas esferas são delimitadas por áreas de conhecimento/atuação. Todavia,

---

<sup>9</sup>Há difundido na memória coletiva da cidade e, exaustivamente repassado, que a cidade teve seu apogeu no século XVIII. Essa tentativa de recolocar a cidade mais distante no tempo cronológico demonstra a atribuição de valores históricos para seu patrimônio cultural. O apogeu, efêmero, da cidade ocorreu no século XIX.

observa-se uma hierarquização entre as lideranças intelectuais, certo caráter espontâneo e tradicional (Irmãos Rosa), mobilizando diferentes participantes sociais, democratizando o movimento.

Sua ação organizou-se na forma de 3 atos públicos: 1º na festa da Igreja de Santa Rita, o 2º no adro da Capela de Nossa Senhora de Fátima e o 3º e prol da instalação da Casa da Cultura no antigo Cine Paes de Almeida. Em cada um dos atos observa-se a evolução paulatina do pensamento do grupo, demonstrando sua organização e planos de ações.

O primeiro ato público apropriou-se do espaço público de forma ruidosa, marcada por intensa mobilização, na festa religiosa de Santa Rita, evento que atrai grande número de pessoas, no distrito de Joaquim Antônio, no dia 20 de maio de 1984, marcando o lançamento oficial da campanha. Ao denunciar a perda de referenciais históricos, o dogmatismo político e a necessidade das transformações sociais por meio da valorização da cultura, os novos ideais não foram bem recebidos pela população. Naquela ocasião foi utilizada pela primeira vez a palavra "tombamento" que, sem mais esclarecimentos sobre seu significado na perspectiva da preservação patrimonial, causou espanto.

Uma semana após esse ato inicial, no dia 26 de maio de 1984, o então vereador Pedro Rosa, concedeu entrevista à TV. Triângulo<sup>10</sup> de Uberlândia-MG. Na entrevista argumenta sobre a necessidade de promover o patrimônio cultural e para isso, o grupo materializaria essas intenções através do pedido de tombamento da Capela de São Benedito<sup>11</sup> feito à administração local. O processo de tombamento foi levado à Câmara de Vereadores como projeto de reconhecimento em Patrimônio Histórico Municipal.

A escolha era considerada na visão do grupo, o elemento referencial dotado de significação simbólica e histórica remanescente de determinado recorte temporal, capaz de representar a identidade estrelassulense. Foi um ato simbólico também, pois o monumento era,

---

<sup>10</sup>Atual TV. Integração, afiliada regional à Rede Globo de Televisão desde 1971. Fundada em 1º de maio de 1964 por Edson Garcia Nunes com o nome de TV. Triângulo, no qual carregou desde a fundação até o ano de 2001. Sua cobertura integra as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas Gerais, Noroeste de Minas Gerais, Zona da Mata e Campo das Vertentes/parte do Sul de Minas.

<sup>11</sup>A Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi construída em 1870. Segundo o livro de Tombo (1916, folha nº40) a entronização original era Capela de São Benedito, foi associado à Nossa Senhora do Rosário posteriormente. Foi tombada em 2003 de acordo com o Decreto-Lei nº 10/03 de 10 de abril de 2003, como Patrimônio Histórico e Cultural inscrito no Livro de Tombo. Evidencia-se que o pedido realizado pelo grupo não obteve os resultados esperados.

sob a óptica do grupo, o "único representante dos tempos da Bagagem Diamantina" (ROSA, 2017).

Após a entrevista a população da cidade queria destituí-lo de seu mandato, porque entenderam que “tombar” seria de derrubar, colocar no chão suas construções tradicionais que contam a história da cidade. O vocábulo, segundo o grupo, necessitava de um sinônimo, algo que pudesse auxiliar a população a absorver a ideia do grupo, o que foi feito substituindo-se a palavra “tombar” por “preservar”. Essa mudança ocorreu no segundo ato público, esse, intitulado “*Em Defesa do Tombamento Histórico*”<sup>12</sup>, no dia 10 de junho de 1984. No centro da cidade, após a missa no adro da Capela de Nossa Senhora de Fátima, reafirmaram seu propósito do tombamento (preservação) da Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Com a articulação de Pedro Divino Rosa na Câmara de Vereadores de Estrela do Sul, conseguiram aprovar a posse do *Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Estrela do Sul* no dia 16 de junho de 1984.

O terceiro ato ocorreu dia 09 de setembro de 1984, este em prol da instalação da *Casa da Cultura* no Antigo Cine Paes de Almeida, foi o período de afirmações e solidificações dos ideais do *Grupo Preserv-Ação*. Lançaram o “*Manifesto Bagageiro*”<sup>13</sup>, documento produzido durante esse ato e o “*Projeto Picuá*”, como reafirmação do pedido.

Nos três atos, foram expostos e organizados pelo grupo, as primeiras feiras de artesanato local e comidas típicas, considerando as tradições locais, a linguagem plástica, escrita e musical, de imagens, poemas<sup>14</sup> e canções e que serviram também de aproximação com a população. É preciso, pois, considerar que, no início da consolidação do grupo, existia um problema quanto à distinção das categorias culturais. As feiras de artesanato e as manifestações culturais que ocorriam em determinados espaços da cidade, essas muitas vezes, vinculados com conjuntos urbanos de expressivo valor, agiam apenas como apoio aos atos, mas serviam também como forma de divulgação da cultura popular. Do *Grupo Preserv-Ação* originou ainda o *Grupo Teatral Senzala*, ambos responsáveis pelas ações de valorização do patrimônio cultural e na

---

<sup>12</sup> Há documentos e anotações como a folha com texto do discurso proferido durante esse ato, em que o título é “Em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Estrela do Sul.”

<sup>13</sup> O Manifesto Bagageiro foi uma campanha iniciada em 30 de agosto de 1984 em prol da aquisição do Cine Paes de Almeida para ser anexo e complemento da Casa da Cultura abrigando o teatro e sediando o Grupo Teatral Senzala.

<sup>14</sup> Foi lançado o “1º Concurso de Poesias Dona Beija” em 11 de junho de 1984, acontecendo outros em anos posteriores, com regulamento próprio, com objetivo de resgatar a memória histórica, com tema livre, participando poetas de toda a região. O resultado foi revelado dia 26 de agosto de 1984 e foi vencido por Adélica Ferreira dos Santos com o poema intitulado “Dona Beija”.

criação da *Casa da Cultura*, discutidos respectivamente adiante. Esse constructo patrimonial ocorreu de forma simultânea e formaram um único processo.

### **O Grupo Senzala**

Seguindo o programa de ação, o próximo passo foi a apresentação de peças teatrais que contariam trechos ou fatos históricos da cidade. Reunindo os mais diversos representantes de extratos sociais, buscando atores nas escolas, ruas, garimpos e lavouras, “donas de casa, garimpeiros, bóias frias” (ROSA, D. 2017), juntou-se aos membros fundadores do *Grupo Preserv-Ação*, criando assim o “*Grupo Teatral Senzala*”<sup>15</sup> possuindo estatuto próprio aprovado em 09 de junho de 1985.

O grupo apropriou-se da narrativa e análise histórico-cultural de suas tradições locais, sua origem, buscando mecanismos de afirmação e fortalecimento de tudo que os individualize, valorizando patrimônios que se configuram e “que podem ser estruturas arquitetônicas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais” (GONÇALVES, 2007), bem como a natureza simbólica associada à esses patrimônios.

Como desdobramento do *Grupo Teatral Senzala*, depois de um mês de ensaios, “*S.O.S. Estrela*”, escrita e dirigida pelo fundador do grupo, Mario Lúcio Rosa, com 23 atores, estreou no salão paroquial da Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens, em 21 de julho de 1984. O enredo foi escrito baseando-se nas pesquisas realizadas por Pedro Rosa. Foi aí que a natureza da interação público/patrimônio começou a efetivar-se em escala significativa e sua influência assume importante papel de valorização e divulgação do acervo patrimonial de Estrela do Sul.

Um aspecto a ser considerado no que tange ao *Grupo Preserv-Ação* diz respeito à criação de mecanismos de participação comunitária e na forma como elencaram os lugares vocacionados como “*memórias históricas e culturais*”. Como forma de apresentarem um “*inventário de tradições e culturas locais*”, o *Grupo Preserv-Ação* e *Grupo Teatral Senzala* produziu dois documentários áudio visuais das manifestações “*culturais e populares*”, de suas memórias e identidades, ressaltando várias passagens e personagens, o “*Matarum de*

---

<sup>15</sup>O *Grupo Teatral Senzala* foi criado em 21 de Julho de 1984, data da estréia da primeira peça teatral “*S.O.S. Estrela*”. Entre outras peças estão: “*Verde que te quero amarelo*” com estréia em 03 de novembro e 1984 com autoria de Geraldo Araújo Junior, “*Ensaio Bestial*” com estréia em 08 de setembro de 1985 com autoria de Pedro Fernandes da Silva Neto, e “*Peraí Brazil*” com autoria de Geraldo Araujo Junior e Mário Lúcio Rosa com estréia em 28 de junho de 1986. Foi oficializado em 09 de julho de 1985 e considerado de utilidade publica pela Lei Nº.189/97 de 07 de agosto de 1987.

*Orongoia*<sup>16</sup>” (1988) e “*Preservar é bom pra memória*” (1990), como complemento do vídeo “*Matarum de Orongoia*”. Ambos os vídeos foram uma produção da *Casa da Cultura* e caracterizava um compilado de informações sobre as atividades desenvolvidas pela *Casa da Cultura* no campo patrimonial bem como apresentando sua 3ª sede, suas instalações e a já precária situação estrutural do edifício, um casarão tradicional elevado cerca de 2 metros da via pública inserido num conjunto urbano, em posição de destaque juntamente com a Igreja Nossa Senhora de Fátima de onde convergiam duas praças. As despesas eram pagas pelos integrantes do grupo.

### **A Casa de Cultura**

Em 22 de agosto de 1984, em reunião na Câmara de Vereadores de Uberlândia, foi lançado o “*Projeto Picuí*”. O projeto possuía grandes ambições, dividido em duas partes. A primeira, caracterizando um amplo planejamento de inventariação e registro, um cadastramento da produção arquitetônica de Estrela do Sul, nas falas de Pedro Divino Rosa<sup>17</sup> (2017) “*tombam para o patrimônio histórico o município de Estrela do Sul*”, abrangendo vários cenários urbanos da cidade que abrigavam esses e outros elementos culturais de diversas tipologias, além de educação patrimonial com a comunidade. Esse movimento buscou através desse contato, se articular regionalmente, através do *Projeto Picuí*, que pretendia unir 16 municípios em prol da valorização da história e da cultura da região, mobilizando as administrações locais a realizarem seus registros culturais, a criarem suas *Casas de Cultura*, a manter as tradições locais, a criarem leis de proteção e tombamento e avançava com um apelo ao Estado. Essa tentativa de articular este projeto regional foi importante por abrir as portas para reforçar sua argumentação a favor da titulação de Estrela do Sul não mais como uma expressão cultural regional, mas como uma projeção estadual, visando sua representação na Constituição Mineira em seu Artigo 83<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> O nome do documentário é explicado no próprio vídeo em uma entrevista com um garimpeiro. O nome é uma homenagem ao dialeto africano falado na época da mineração “*Língua de Benguela*”, popularmente “*Banguela*”, significando “*Diamante*”. Até hoje alguns garimpeiros dominam o dialeto. A produção conta com 59 minutos de imagens, falas, mitos e pesquisas exclusivas, fazendo um resgate memorial e cultural. Segundo entrevista com Mário Lúcio Rosa, os grupos envolvidos procuraram demonstrar fidelidade às épocas esplanadas, através de figurinos, peças e objetos, locações e linguagem. Os membros fundadores do *Grupo Preserva-Ação* foram os atores, esses que, encenaram todas as peças do *Grupo Teatral Senzala*.

<sup>17</sup> Esse passo de atuação foi construído paralelamente aos atos públicos que ocorreram em Estrela do Sul através da articulação da expoente ascensão política de Pedro Rosa. Esse início de ações para salvaguarda e preservação do patrimônio cultural significou ainda a construção da retórica patrimonial de Pedro Rosa caracterizando uma de suas bandeiras no início de sua carreira política.

<sup>18</sup> Art. 83 – A lei estabelecerá, sem prejuízo de plano permanente, programas de emergência que resguardem o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, notadamente o das cidades de Mariana, Ouro Preto, Sabará, São

A ampliação do reconhecimento do grupo como promovedor de cidadania, inclusão e participação regional no âmbito social e cultural, provocou um certo “protagonismo provisório” à cidade de Estrela do Sul. A sistematização integrada entre as motivações populares representadas pelo grupo fez com que essas práticas e bens culturais devessem ser visitadas, gerenciadas e ordenadas. Isso ocorreu em 1990, com a visita de Jorge Abdo Askar<sup>19</sup>, técnico do IEPHA – MG, a pedido de José Aparecido de Oliveira<sup>20</sup>, então Secretário de Estado de Cultura, futuro Ministro da Cultura, após receber a cópia do projeto “*Picuá*”. Um relatório de viagem foi desenvolvido por Jorge Askar, apresentando dados relativos à coleção de fotografias antigas e contemporâneas da época, à cidade e seus indicadores sociais. Foi o primeiro contato da cidade com órgãos governamentais específicos da preservação do patrimônio cultural.

A demanda por espaços que serviriam de sede, ensaios e apresentações do *Grupo Teatral Senzala*, e do *Grupo Preserv-Ação*, com suas almeçadas instalações culturais, culminariam com o citado *Manifesto Bagageiro*, um apelo popular que foi desconsiderado em sessão na Câmara Municipal de Estrela do Sul. Foi nesse contexto de dualidades e coesões políticas que conseguiram o empréstimo de um imóvel de Luiza Helena Galante<sup>21</sup>, um casarão tradicional da época da mineração para instalação da 1ª sede da Casa da Cultura<sup>22</sup>, inaugurada oficialmente dia 05 de maio de 1985, com Mário Lucio Rosa presidente e membros do *Grupo*

---

João del-Rei, Serro, Caeté, Pitangui, Tiradentes, Minas Novas, Itapacerica, Campanha, Paracatu, Baependi, Diamantina, Januária, Santa Bárbara, Grão-Mogol, Conceição do Mato Dentro, Santa Luzia, *Estrela do Sul*, Prados, Itabirito, Congonhas, Nova Era, Lagoa Santa, Barão de Cocais, Itabira, São Tomé das Letras, Chapada do Norte e o de outros núcleos urbanos que contenham reminiscências artísticas, arquitetônicas e históricas do século XVIII. (Minas Gerais. [Constituição (1989)] M663c Constituição do Estado de Minas Gerais. — 14.ed. — Belo Horizonte : Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. 274 p.)

<sup>19</sup>Doutor em Restauro em Monumentos e Centros históricos pela Universidade de Roma, Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUSP, arquiteto pela Escola de Arquitetura da UFMG. Pesquisador em ciência e Tecnologia pela FJP à disposição do IEPHA/DPR/GCM.

<sup>20</sup>José Aparecido de Oliveira nasceu em Conceição do Mato Dentro-MG no dia 17 de fevereiro de 1929. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), foi redator político do *Correio do Dia*. Foi deputado federal por Minas Gerais até 1983, ano em que ocupou a pasta da Cultura do estado a pedido do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Sua gestão, que teve como lema “*Memória e Transformação*”, caracterizou-se por projetos em associação com a iniciativa privada. José Aparecido foi Ministro da Cultura em 1985-1988, 1988-1990, propondo uma linha de ação semelhante à que impusera em Minas Gerais, com “o mínimo de interferência do Estado nas atividades culturais”. José Aparecido faleceu em Belo Horizonte, no dia 19 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-aparecido-de-oliveira>.

<sup>21</sup>Luiza Helena Galante é natural de Estrela do Sul residindo atualmente em Brasília. Foi uma importante figura na preservação de bens culturais em Estrela do Sul, possui expressivos exemplares de arquitetura tradicional e eclética. Quando o *Grupo Preserv-Ação* iniciou suas atividades, foi uma das patrocinadoras dos eventos e peças teatrais e proprietária de diversos exemplares arquitetônicos de reconhecimento cultural com o objetivo de garantir sua preservação.

<sup>22</sup>A 1ª sede da Casa da Cultura situava-se na Praça Chico Brasileiro, nº 07, Centro, Estrela do Sul – MG. A data da criação da Casa de Cultura apropriou-se da data de criação do *Grupo Preserv-Ação*, dia 24 de abril de 1984. Quando o Estatuto foi, a Casa da Cultura já estava em sua 3ª sede, situada na Praça Dr. Argelino de Moraes, nº375, Centro.



*Preserv-Ação e Grupo Teatral Senzala* como efetivos. Foi declarada de utilidade pública através do projeto de Lei nº 34/92 de 10 de novembro de 1992. A sede deixou de existir entre 1994 e 1995, com a queda do casarão. Somente em 2013, foi novamente instalada na Rua Olímpio Bagaginha nº272, bairro Bagaginha em Estrela do Sul e integra atualmente o “*Movimento de Resgate da Identidade Cultural de Estrela do Sul*”, uma iniciativa privada dos Irmãos Rosa (Pedro, Mário e Almir).

Essa primeira etapa de planejamento e regulamentação do patrimônio cultural através da legislação mineira, pressupôs o estabelecimento das políticas públicas que buscaram conciliar as características culturais com a dinâmica e ordenamento urbano de Estrela do Sul.

Em todo esse contexto de expressivas lutas, reconhecimentos, esforços coletivos, mobilizações e iniciativas para a preservação patrimonial, levantadas e discutidas pelo grupo, tiveram importante apoio pela mídia local e regional e outros menos intensos da gestão municipal. Apenas a contribuição por certo período cedendo o aluguel do imóvel que sediou a 2ª sede da Casa da Cultura, instalada um ano após a 1ª, e pequenas intervenções na programação dos eventos, convites para apresentações teatrais e promulgação de leis reconhecendo o valor do trabalho realizado. Tais movimentos ocorreram paralelos às gestões municipais, o que na visão de Pedro Rosa, era um “apoio maior da população do que o poder público” (ROSA, 2017). O grupo dissolveu-se após reinserções dos membros em outros setores da política e atividades locais.

### **Um legado passado sob novos arranjos**

Diante da valorização de elementos que afloraram a memória local e a validação e incorporação dessas referências no imaginário coletivo, surgiram implicações quanto à necessidade de planejar e gerir a integração dessas memórias e identidades, recebendo-as e incorporando-as na política local, presumindo a atender as expectativas da população local por meio de alegorias simbólicas<sup>23</sup> desse patrimônio cultural como oferta cultural à região.

O primeiro interesse partido da administração municipal cristalizou-se a partir da necessidade política da aprovação de uma lei que cria o novo organograma municipal durante a gestão 1993/1996, renomeando a *Secretaria de Educação*, passando a ser *Secretaria de Educação e Cultura*.

---

<sup>23</sup> A partir desse momento, verifica-se a incorporação nos discursos oficiais e cotidianos a apresentação de Estrela do Sul através de seu passado, elementos míticos, lendas e adjetivações (terra do diamante, terra de Dona Beija, etc).



A intenção era integrar as ações políticas municipais junto às chamadas “lideranças culturais” personificadas no *Grupo Preserv-Ação* reconhecido como importante força de pressão político-cultural, referendando uma parceria entre o grupo e o poder público.

Esses interesses delimitaram direções específicas, porém convergendo para um programa comum no sentido de fomentar ações e programas educacionais sobre as culturas populares e inserí-las no panorama geral de políticas de preservação do patrimônio cultural. O depoimento serve como uma referência às inexistências das práticas preservacionistas municipais anteriores, evidencia ainda as questões de ordem política, visando um cenário ideal de gestão em relação à estas manifestações culturais, frente os anseios e demandas dos grupos que as produzem.

O plano de ação apresentado por Mário Lúcio ao prefeito Haroldo José de Almeida foi batizado de “*Projeto: Incentivo às realizações culturais*”, datado de 21 de janeiro de 1993. No cronograma de ação anual que abrangeria toda a gestão 1993-1996, basicamente prevê um continuísmo das atividades do *Grupo Preserv-Ação* e avança tornando público as pesquisas realizadas (coleções de fotografias, documentos, etc) através de publicação de livros e exposições; rememora datas e tradições importantes na história da cidade e as tornam eventos a serem desenvolvidos; levantamentos arquitetônicos e históricos de bens culturais urbanos e rurais; retomam e reafirmam o pedido feito pelo “*Manifesto Bagageiro*”; estabelece um Plano de Inventariação e restauração do acervo sacro das igrejas e capelas; solicita parcerias com órgãos preservacionistas como fontes de angariar fundo financeiro para manutenção das atividades e monumentos além de apoiar ações de valorização do patrimônio cultural; propõe a gravação de vídeos com temas peculiares e cotidianos, esses sendo continuações dos já realizados e outros novos.

Embora a participação comunitária tenha propiciado a assimilação do sentido de preservar o patrimônio dos órgãos gestores local, foi o elemento intelectual presente na ideologia do grupo, que dinamizou a articulação entre as continuidades e os novos planejamentos. Sob essas circunstâncias, coube à esse grupo formar a base atuante que tomaria providencias relativas à salvaguarda do patrimônio cultural de Estrela do Sul, num contexto quase de absoluto desconhecimento das gestões municipais locais e/ou das leis de proteção patrimoniais que os constituíam. O grupo se apresentaria como os únicos que possuíam certa aproximação com o tema disponível para a elaboração da legislação protecionista local. A nova legislação estadual criada em meados da década de 1990, a promulgação da *Lei Estadual n.º*

*12.040 de 28 de dezembro de 1995: Lei do ICMS / Lei “Hobin Hood”*, em que o Estado assume o papel de indutor das políticas municipais de proteção dos bens culturais, com etapas organizadas de forma a aparelhar as diversas categorias, a sistematização das informações e pesquisas com o cronograma planejado da gestão, os esforços da administração local se volta ao cumprimento de suas determinações. Isso ocorreu consoante com a vinculação do Grupo Preserv-Ação com a Prefeitura Municipal, convergindo num processo de distanciamento da participação popular com os processos de proteção cultural.

### **Considerações finais**

A partir das discussões aqui traçadas, pressupomos que as políticas culturais de preservação de Estrela do Sul agiram de forma paulatina, dificultando atingir seus objetivos. Sob esse olhar, buscou-se legitimar as formas de representação identitárias, práticas e linguagens populares insígnias de sua memória, numa proposta de reinserção regional, sendo observadas através dos documentos e atos produzidos pelo *Grupo Preserv-Ação* durante toda a década de 1980.

Essas práticas, após a absorção pelo tema pela comunidade, ampliaram o círculo de atuação da administração local e a aplicação das políticas culturais de preservação, desvelando uma coordenação específica participativa por meio da população, num trânsito simbólico e discursivo, envolvendo as gestões locais e organizações da sociedade civil, permitindo à Prefeitura Municipal, a formular, num primeiro momento, os principais instrumentos legislativos responsáveis pelo ordenamento, fomentação e preservação com temáticas envolvendo a cultura popular e/ou tradicional, o patrimônio cultural e as novas relações regionais.

Para que essas políticas consigam intervir e transformar a realidade cultural de uma comunidade é necessário a parceria de todos os atores sociais envolvidos neste processo: as instituições (federais, estaduais e municipais), os gestores que lidam direta ou indiretamente com a salvaguarda do patrimônio cultural e a população local. Sem estas participações os bens culturais não conseguem cumprir sua função social e cultural.

Estrela do Sul dispõe de recursos naturais e culturais, diversidade de lugares urbanos, unidades naturais significantes em termos de valores de memória, história e cultura, que podem ser potencializados por ações de incentivo ao desenvolvimento ecológico e cultural, com medidas de reconhecimento de lugares específicos transitórios e de espaços valorados, que materializariam intervenções e estratégias de organização a fim de preservá-los para as gerações futuras.

## Cultura, Patrimônio e Identidades: práticas festivas no município de Coração de Jesus/MG

**Tânia Caroline Ruas Silva**

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: rtaniacaroline@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho tem como principal objetivo analisar as festas religiosas no povoado de São Luiz de Minas e no Distrito de Alvação, localizados no município de Coração de Jesus, Minas Gerais. Fundamentado na pesquisa bibliográfica e na História Oral (utilização de entrevistas) o estudo dessas festas surgiu da necessidade de identificar, valorizar, preservar e divulgar essas práticas que compõem o patrimônio cultural dessas comunidades. Observou-se que as festas são espaços mais que propícios para se estudar as manifestações de fé, lazer, sociabilidade, mas também as tensões existentes entre seus agentes sociais.

**Palavras-chave:** Cultura; Patrimônio Cultural; Festas Religiosas.

**Abstract:** This work has as main objective to analyze the Religious parties in São Luiz de Minas and in the District of Alvação, located in the city of Coração de Jesus, Minas Gerais. Based on bibliographical research and Oral History (interviews use), the study of these parties arose from the need to identify, value, preserve and disseminate these practices that make up the cultural heritage of these communities. It was observed that the parties are more than adequate spaces to study the manifestations of faith, leisure, sociability, but also the tensions between their social agents.

**Keywords:** Culture; Cultural heritage; Religious Parties.

### Introdução

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, desenvolvida na Universidade Estadual de Montes Claros, cujo principal objetivo é analisar as festas religiosas ou “festas tradicionais” no povoado de São Luiz de Minas e no Distrito de Alvação, localizados no município de Coração de Jesus, Norte de Minas Gerais.

Fundamentado na pesquisa bibliográfica e na História Oral (utilização de entrevistas) o estudo dessas festividades surgiu da necessidade de identificar, valorizar, preservar e divulgar essas práticas que compõem o patrimônio cultural dessas comunidades. As festas são espaços mais que propícios para se estudar as manifestações de fé, lazer, sociabilidade, e até mesmo tensões existentes.

### Desenvolvimento

Burke (1989) afirma que “na cultura popular europeia tradicional, o tipo de cenário mais importante era a festa”:

Festas de família, como casamentos; festas de comunidade, como a festa do santo padroeiro de uma cidade ou paróquia; festas anuais comuns a muitos

européus, como a Páscoa, o Primeiro de Maio, o solstício de verão, os doze dias de Natal, o ano novo e o dia de Reis, e por fim o Carnaval. Eram ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, bebiam, e consumiam tudo o que tinham. (BURKE, 1989, p. 202)

No Brasil colonial, as festas foram marcadas pelo sincretismo, pois os jesuítas a fim de catequizar os índios usavam “símbolos, costumes e tradições indígenas, estabelecendo pontos de ligação com o cristianismo”, utilizando incenso, água benta, rosários, ex-votos, santinhos, teatro e música para atrair os indígenas (OLIVEIRA, 2008, p.21). Durante o século XIX, no período do Império (1822-1889) a realeza portuguesa acabava interagindo com outros reis e rainhas presentes na memória dos escravos trazidos da África e esse conjunto de personagens lideravam as festas populares, afirma Lilia Moritz Schwartz (1998).

Dessa forma, a festa foi sendo incorporada em muitos espaços e com diversos rituais e reapropriações, formando ou legitimando identidades. O Brasil acabou se tornando “o país das festas”, e “essas tradições não foram apenas se reproduzindo como um motor”, “ao contrário, dinamicamente, acabaram por criar festas próprias com leituras originais de um material que lhes era anterior.” (SCHWARCZ, 1998, 247)

Mais do que um momento puramente de lazer, elas são entendidas neste trabalho como práticas culturais extremamente importantes para se compreender as sociedades, sua relação com o espaço e o tempo em que se inserem, a forma como elas interagem entre si e os significados que adquirem em determinados espaços. As “festas religiosas emergiram dos estudos de história cultural como um local privilegiado para se pensar o exercício da religiosidade popular e sua relação dinâmica, criativa e política com os diferentes segmentos da sociedade.” (ABREU, 1999, p. 37)

O que propõe-se aqui é justamente analisar as festas religiosas, ou festas “tradicionais” no município mineiro de Coração de Jesus, especificamente a festa de Nossa Senhora da Conceição/Bom Jesus e a festa de São Sebastião, realizadas respectivamente em agosto e fevereiro, ambas no Distrito de Alvação; e também a Festa de São Luís Gonzaga/Nossa Senhora Aparecida, realizada no mês de julho em São Luiz de Minas (povoado pertencente ao Distrito de Alvação).

Qual seria a relevância destas festas, os possíveis significados para “os de dentro” e “os de fora” das comunidades estudadas? Como tradição e modernidade se relacionam nestas festas? Resistir ou aderir à modernidade para que essas manifestações culturais se mantenham vivas?

Defende-se que preservando as práticas culturais das comunidades de São Luiz de Minas e de Alvação, sobretudo as festas religiosas ou “festas tradicionais”, preserva-se o patrimônio cultural imaterial dessas comunidades e aquilo que confere identidade às mesmas, dessa maneira, ajudaria os sujeitos envolvidos a se posicionarem frente à modernidade e tudo aquilo que é fruto da globalização, contribuindo também para a construção de uma História mais dinâmica e menos excludente, com a inserção de sujeitos e temas anteriormente esquecidos, negligenciados.

Realizadas anualmente essas festas fazem parte da vida dessas comunidades rurais; elas são organizadas por aqueles que veem nelas uma tradição a ser mantida, e nesse desafio há uma distribuição das tarefas a serem cumpridas, formando para isso dois grupos principais, os chamados “festeiros” e “os mordomos”: os primeiros realizam atividades envolvendo a recepção do padre, a preparação de alimentos, a arrumação da igreja e ornamentação ao em torno da mesma; os outros, são responsáveis pelo espetáculo com fogos e a levatada do mastro, ou hasteamento da bandeira. Neste primeiro grupo nota-se um público mais diverso, pois tem a presença de adultos, crianças (representadas pelos responsáveis), homens e mulheres; estes festeiros (as) são indicados (as) por seus antecessores através de uma “carta”, oficializando o convite para que se tome tal cargo, nesta há também o estabelecimento de um valor financeiro fixo para auxiliar na realização das atividades.

O tempo das festas é um tempo especial, é alegria da preparação, da chegada dos parentes e amigos, do pagamento de promessas e de novos pedidos, de agradecimento pelas colheitas, é uma tempo que celebra ao mesmo tempo a fé, a diversão e o trabalho. Para Mircea Eliade (1996, p. 79) “os participantes da festa tornam-se contemporâneos do acontecimento mítico”, isto é, eles “saem” de seu tempo histórico - aquele que resulta da soma de eventos profanos, pessoais e intrapessoais - e reúnem-se ao *tempo primordial*, sempre o mesmo, e que pertence à eternidade.

Observa-se que “no bojo das transformações do mundo moderno, as tradições, costumes, enfim, culturas seculares estão sendo esmagadas, desaparecendo como que levadas por uma onda gigantesca, fazendo parecer um imenso vazio” e levando-nos a questionar: “onde estão as danças típicas regionais, os antigos ritos e cerimônias de algumas comunidades, a vivência religiosa das cidades pequenas e as tradições de tantos povos?” (COUCEIRO, 2002, p. 13). Para Hall (2006, p.7) isso estaria relacionado ao processo denominado “crise de identidade”, que consistiria no declínio das velhas identidades, que estabilizavam o mundo

social, fazendo emergir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, antes considerado como sujeito unificado.

Assim, as festas e as identidades, tomadas no plural, são vistas aqui em sua complexidade, em movimento, isto é, passíveis de transformação. Então, como preservá-las? Na medida em que notamos o seu caráter não estático, admitimos que sejam elementos vivos, entendemos que preservar não significa engessar, mas notar como e o porquê as mudanças acontecem e a partir de que momento passam a fazer sentido para os sujeitos envolvidos. Os conceitos utilizados neste estudo, como “cultura”, “cultura popular” e “patrimônio cultural”, também revelam o caráter dinâmico das festas.

Sob a perspectiva antropológica, o conceito de cultura ampliou seu significado e passou a ser “todo comportamento social que se utiliza de símbolos para construir, criar ou transmitir” (MARTINS, 2006, p. 44), portanto, ele não se refere apenas à cultura denominada erudita. E Burke (2000, p. 267) acrescenta que é preciso evitar “duas simplificações opostas: a visão de cultura homogênea, cega às diferenças e conflitos, e à visão de cultura essencialmente fragmentada, o que deixa de levar em conta os meios pelos quais criamos nossas misturas, sincretismos e sínteses individuais ou de grupo”. Para este, a história tem de conter em si mesma várias línguas e pontos de vista, incluindo as dos vitoriosos e vencidos, homens e mulheres, os de dentro e os de fora, de contemporâneos e historiadores.”

Sobre cultura popular, Abreu (1999, p.27-28) pensa ser este um dos conceitos mais controvertidos, ou ainda “espinhosos”. Para ela, o conceito de cultura popular “foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas” (2009, p.83). Logo:

Cabe ao historiador evidenciar o envolvimento dessas manifestações com as lutas sociais mais amplas e com a dinâmica entre o sentido por vezes comunitário das festas e as diferentes versões, significados apropriações dos seus variados participantes, seus modos e tempos. Os modelos simplistas entre cultura popular e erudita, ou entre cultura dos dominados e dominantes devem ser revistos (ABREU, 1999, p.29).

Sobre o chamado “patrimônio cultural”, é possível afirmar que inicialmente ele se limitava a preservar os monumentos suntuosos que representavam as “elites”, retratando apenas “grandes homens e grandes feitos”. Felizmente com o artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de cinco de junho de 1988, e com o Decreto n.º 3551, de quatro de agosto de 2000 (instituiu-se o registro de Bens de Natureza Imaterial) essa noção ampliou-se, passando a dar atenção e a registrar não só objetos, obras, documentos, produções científicas e artísticas,

mas também as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver de diferentes grupos da sociedade. Bens de natureza imaterial, como as festas, constituem de fato o nosso patrimônio cultural, e por isso merecem ser estudados e preservados, o que não os torna imutáveis.

Certamente a valorização do patrimônio cultural, em especial o imaterial, é fruto da discussão e da ampliação de conceitos como cultura e patrimônio, elementos que definem a identidade de um povo. Identidade esta, vista como o patrimônio de símbolos e significados que condensa a evocação à memória e um projeto de futuro, envolvendo discursos capazes de legitimar pertencimento (OLIVEIRA, 2008, p. 189).

Ao percorrer as comunidades estudadas, ouvir os organizadores e participantes, dos mais velhos aos mais jovens, percebe-se como as fontes orais são ricas, cada entrevista é única e tem ritmo próprio; mesmo com um roteiro pré-definido cada entrevistado se mostra de maneira particular, privilegiando ou omitindo certos fatos, contando sua versão a partir de seus sonhos e sua visão de mundo.

Segundo E. P. Thompson (1998, p.18) as tradições “se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares.” Daí a necessidade de se trabalhar com as fontes orais, e esclarecer que sejam orais ou escritas, todos os tipos de fontes carregam certa parcela de subjetividade.

Para Verena Alberti (2008, p. 155-156) a História Oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fita”, e o trabalho com esse tipo de metodologia, “se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia”, sendo considerada “uma metodologia interdisciplinar, por excelência.”

### **Considerações finais**

Notamos que a tradição das festas religiosas nasce praticamente com o surgimento das próprias comunidades, e a medida que elas vão se transformando seus costumes e tradições também vão se modificando. Portanto, a preservação destas não é pautada no seu congelamento, sua sobrevivência depende da “renovação”, da “reinvenção”; elas precisam disso para continuar a fazer sentido aos seus praticantes. Dedicar-se ao estudo destas festas é uma das maneiras encontradas para entender seus múltiplos significados, preservar o patrimônio cultural das comunidades estudadas e discutir suas identidades.



## Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. Cultura Popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e Cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALBERTI, Verena. *Fontes Orais: Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- COUCEIRO, Sylvia. Os desafios da História Cultural. In: BURITY, Joanildo A. (Org.) *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo, Martins Fontes: 1996.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar paisagístico. In: MARTINS, Clerton (org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Rocca, 2006.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## A construção identitária nos espaços públicos: uma conexão entre História e Patrimônio no Centro Educacional de Barreirinhas, Barreiras, Bahia

**Wesley dos Santos Lima**

Graduando em História  
Universidade Federal do Oeste da Bahia  
E-mail: wslmendes@hotmail.com

**Ivson Antônio das Neves Araújo**

Graduando em Letras  
Universidade Federal de Pernambuco  
E-mail: ivsonneves@outlook.com

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo analisar como o patrimônio material e imaterial, local e nacional se apresenta como um elemento de construção identitária, a partir disso, levamos para a escola várias discussões que implementasse o diálogo sobre o tema proposto. A pesquisa buscou articular o saber histórico, com os símbolos e representações que estão a todo momento presente no cotidiano social dos estudantes, da escola e também do bolsista.

**Palavras-chaves:** Patrimônio; pesquisa; arqueologia; história

**Resumen:** el presente trabajo tuvo como objetivo analizar como el patrimonio material e inmaterial, local y nacional se presenta como un elemento de construcción de identidad, y luego llevamos para la escuela varias discusiones que implementaran el dialogo sobre el tema propuesto. La investigación buscó articular el saber histórico, con los símbolos y representaciones que están a todo el momento presente en el cotidiano social de los estudiantes, de la escuela y también del becado.

**Palabras-clave:** patrimonio; investigación; arqueología; historia

### Introdução

A discussão acerca da construção identitária está presente nas universidades e nos espaços sociais, que investiga compreender como o sujeito se identifica como tal, em um determinado território geográfico e, portanto, histórico. Compreendendo o ensino de História, como uma área que promove a reflexão crítica sobre as diferentes narrativas históricas e temporais. O objetivo desse trabalho é articular uma série de debates sobre a importância do patrimônio material e imaterial, para a área de História.

Entendemos, sinteticamente, o Patrimônio Cultural como o conjunto de artefatos materiais e práticas imateriais que são selecionados por determinada comunidade ou grupos sociais, com o objetivo de representar uma identidade coletiva (Choay, 2001). Assim, buscamos analisar a forma que os estudantes interpretam sobre patrimônio, e de como eles contextualizam a realidade local com as abordagens aplicadas ao longo do projeto.

## Objetivos

O projeto “A Construção Identitária nos Espaços Públicos: Uma Conexão entre História e Patrimônio no Centro Educacional de Barreirinhas, Barreiras, Bahia.”, teve como objetivo analisar como o patrimônio local e nacional se apresenta como um elemento de construção identitária, a partir disso, levamos para a escola várias discussões que implementassem o diálogo sobre o tema apresentado.

Assim, um dos objetivos foi articular discussões sobre as diferenças entre o patrimônio material e imaterial, como também discutir as dicotomias no campo do patrimônio, levando documentários e exposições dialogadas com a turma. O trabalho teve como objetivo basilar elaborar uma exposição fotográfica, que apresentasse as capturas realizadas pelos estudantes, tendo como foco principal, a ótica deles e a noção de patrimônio discutida ao longo do projeto.

## Identidade e Patrimônio

Identidade. Conceito que nos sustenta como sujeitos, identidade como representação daquilo que o indivíduo é, ou está se formando, uma construção, um processo modificador, um emaranhado de formas e símbolos que se divergem, “solidifica” e molda o ser conforme a estrutura. A questão da identidade tem sido um tema extremamente debatido na atualidade, e geralmente associamos a construção de uma identidade analisando o comportamento de determinados grupos sociais.

A construção de uma identidade é analisada como algo incompleto, o sujeito como ser nunca estará em sua *plenitude* identitária, uma vez que essa construção permeia todo o ciclo de vida, através das relações, dos espaços frequentados, das experiências adquiridas, da língua, de tudo aquilo que o indivíduo absorve estando no meio social.

Compreender-se que o patrimônio é definido como sendo todos os bens, materiais ou imateriais, naturais ou construídos, que um determinado grupo ou pessoa possui ou constrói ao longo de uma vida. Dessa forma, o patrimônio cultural é interpretado como um conjunto de bens, mais uma vez podendo ser, material ou imaterial, que articula referências à identidade, e as ações de diferentes grupos dentro da sociedade, produzindo e conservando uma determinada memória histórica, geográfica, artística e plural. Atualmente, qualquer objeto material, qualquer espaço, qualquer prática social, qualquer tipo de conhecimento pode ser identificado, celebrado ou contestado como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais (Gonçalves, 2015).

Assim, é comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. (Gonçalves, 2015, p. 213).

O autor citado ressalta a importância de preservar e lutar por um determinado patrimônio, entendendo que o patrimônio é uma ligação entre a memória social e a representação identitária de um povo. Os patrimônios são percebidos como “sintomas” de nossas experiências do tempo: ao descrever e analisar suas variações históricas e geográficas, estaríamos na verdade comparando formas diversas de se experimentar o tempo (Hartog, 2003).

### **Metodológica e resultados**

Utilizamos como método de pesquisa um conjunto de atividades sistemáticas, para alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido. Dessa maneira, por tratar de uma pesquisa com bases teóricas e práticas utilizamos diversas fontes bibliográficas para nos centrar. O referido projeto foi desenvolvido no CEB - Centro Educacional de Barreirinhas, e só foi possível desenvolver essa pesquisa por meio de etapas que assegurassem o melhor desenvolvimento ao longo do ano de 2016.

A pesquisa se constituiu entre levantamentos bibliográficos, pesquisa em campo no centro histórico de Barreiras - BA, discussões em sala de aula, registros fotográficos e por fim um painel expositor trazendo os resultados alcançados.

A pesquisa se realizou em três momentos diferentes: Primeiro – Observações e anotações do funcionamento da aula de História, a compreensão que os estudantes narravam do ensino de História; e a forma que o professor (a) explanava os conteúdos em sala. O segundo momento foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos, sobre a temática proposta, análise do material e pesquisas sobre abordagem necessária. O terceiro momento se inicia como uma ação de intervenção, onde por meio dessa, todas as outras etapas se concretizaram.

Foram selecionadas 16 fotos que simbolizasse o patrimônio material e imaterial, entre patrimônio natural, festivo e arquitetônico. Dessa forma, os estudantes registraram de uma forma variada, representações culturais que transmitisse significado para sua própria identidade.

## Considerações finais

A pesquisa buscou articular o saber histórico, com os símbolos e representações que estão a todo o momento presente no cotidiano social, dos estudantes, da escola e também do bolsista. A identidade sendo analisada como um processo que é construído, mutável e dessa forma instável, recebe ao longo da trajetória de um indivíduo elementos que se inserem nesse processo performativo.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos com sujeitos. E por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (SILVA, 2011, p.17).

Por fim, destacamos que o patrimônio e a identidade resultam na construção identitária de um grupo social, estabelece valores, e dinamiza as relações de identidade conforme o tempo histórico e espaço geográfico do sujeito. Ressaltamos a importância da conexão entre a história e o campo do patrimônio, dialogando as alteridades, e problematizando os valores culturais que o patrimônio se insere.

## Referências

- CARRETEIRO, Mario. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, 2001.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

## Políticas públicas de preservação nos municípios paulistas: Museus e Conselhos

**Sérgio Ricardo Losnak**

Mestrando

PPGARQ FAAC-UNESP

E-mail: sergiolosnak@gmail.com

**Eduardo Romero de Oliveira**

Professor / Doutor

PPGARQ FAAC-UNESP

E-mail: eduardo.romero.de.oliveira@gmail.com

**Resumo:** A proteção do patrimônio histórico se dá basicamente por ações do poder público que tem os museus e os conselhos de preservação como seus principais mecanismos de atuação. É diante deste contexto que este artigo visa identificar as características da preservação no estado de São Paulo. Tal objetivo foi alcançado através de pesquisa histórica recente (1988- 2014) das políticas públicas de proteção, tendo como base os indicadores culturais elaborados pelo IBGE. Como resultado chegou-se espacialização das instituições por meio de mapas, que possibilitou concluir que ambos acompanharam as principais redes de comunicação e transporte que recortam o estado, associado aos índices populacionais e econômicos regionais e que adicionalmente, foram identificadas semelhanças entre as características ideológicas da política federal e da estadual no que tange à construção de uma identidade paulista.

**Palavras chave:** preservação; Estado de São Paulo; museu; conselho

**Abstract:** The historic heritage protection is made by actions of public power, that has the museums and the preservation councils as their main mechanisms of action. In this context, this article aims to identify the characteristics of preservation in the state of São Paulo. This objective was achieved through a recent historical research (1988- 2014) of public protection policies, based on the cultural indicators made by IBGE. As a result, spatialisation of the institutions was made through maps, which enabled us to conclude that they follow the main communication and transportation networks that cut the state, associated with the regional population and their economy. In addition, similarities were identified between the ideological characteristics of federal and state policies regarding the construction of a paulista identity.

**Keywords:** preservation; state of São Paulo; museum; council.

Atualmente existem diversos estudos acadêmicos afirmando que as políticas culturais no Brasil começaram na década de 1930 (RUBIM, 2007; BOTELHO, 2007; BARBALHO, 2007) no período do governo de Getúlio Vargas. Este foi um momento de profundas transformações no Brasil, num cenário de modificações políticas, sociais, econômicas e culturais, no qual a velha oligarquia rural, em parte, se associou a classe média trabalhadora na perspectiva de implantação de um projeto de renovação do país, e de reconhecimento da natureza mestiça do povo brasileiro. Assim estava em curso a implantação de uma política cultural que visava à construção de um nacionalismo e de uma nova brasilidade.

Há de se considerar o aspecto político das práticas culturais que podem estar associadas a fatores ideológicos ou projetos de poder, seja pela ênfase a certas tradições, à “cultura popular” (de tom nacionalista) ou mesmo pela valorização de determinada classe social ou étnica, de acordo com Bolan (2006, p. 32). Uma concepção mais democrática entende que esta política deve ser elaborada e compreendida como uma ferramenta de direitos culturais de forma plural (CHAUI, 2006) planejada com diretrizes gerais e específicas, com articulações de ações e programas e de interesse coletivo para atender os direitos de acesso à cultura por parte dos cidadãos.

É diante deste contexto que este trabalho visa identificar quais as características das políticas públicas de proteção no estado de São Paulo? Como, onde e quando foram disseminadas pelo interior do estado? Em termos claros, o objetivo é apresentar histórico recente (1988- 2014) das políticas públicas de proteção, identificando os principais mecanismos de proteção e sua distribuição em municípios paulistas. Entendemos que há poucos estudos acadêmicos relacionados às políticas públicas de preservação nos municípios do estado num contexto mais geral, ao mesmo tempo o IBGE tem disponibilizado dados como os “Indicadores Culturais 2014” (IBGE, 2015). Esperamos com esta rápida análise, mapear os principais órgãos relacionados às políticas públicas de preservação no estado de São Paulo.

A prática ideológica nacionalista que buscava a construção de uma brasilidade (CURY, 2002) ocorrida na década de 1930, teve como um dos seus principais pilares a implantação de políticas públicas de preservação, sendo o marco institucional a criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Decreto-Lei nº 25, de 1937 em seu Artigo 1, trouxe a definição de patrimônio associado à preservação de “fatos memoráveis da história do Brasil” (BRASIL, 1937, p. 1). Fato que estabeleceu uma política cultural preservacionista, sendo o Estado de forma autocrática o agente absoluto de atuação em todo o processo de preservação (CURY, 2002; RODRIGUES, 1999).

Uma das primeiras demonstrações preservacionistas ocorreu antes da criação do SPHAN, se deu por meio do Decreto nº 22.928, de 12 de junho de 1933 (BRASIL, 1933), elevando a cidade de “Ouro Preto a categoria de Monumento Nacional”. De acordo com Rodrigues (1999), a política cultural praticada antes e depois da criação do órgão nacional tinha como diretrizes e conceitos associados à noção de monumento histórico. Tal proposta retoma a concepção oitocentista de monumento artístico-histórico como representativo à história da arquitetura e da história nacional (CHOAY, 2006).



As iniciativas relacionadas às políticas públicas de preservação no estado de São Paulo surgem de forma sistematizada com a criação da Secretaria de Cultura do Estado no ano de 1967. Neste período, as ações visavam à valorização do patrimônio como objeto turístico, atendendo as diretrizes estabelecidas pelo governo federal nas quais o turismo era entendido como instrumento para o desenvolvimento econômico e cultural do país (CONDEPHAAT, 1998).

Um ano após a criação do órgão de cultura do estado a Assembleia Legislativa aprovou a Lei 10.247 de 1968, (SÃO PAULO, 1968) de iniciativa do executivo, que cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico. No ano seguinte o conselho incorpora o patrimônio arqueológico em suas atribuições, passando a se chamar CONDEPHAAT. A sua criação se deu em um dos momentos mais autoritários da história do país, que segundo Rodrigues (1999) atendia aos interesses conservadores e tradicionalistas da burguesia paulistana, na qual buscavam reafirmar a identidade bandeirante do estado. Projeto que Rodrigues (1999, p. 27) caracteriza como “missão civilizadora da elite burguesa paulistana” autora ainda esclarece que estas concepções se confrontavam com a de “matriz modernista” praticada pelo SPHAN.

O CONDEPHAAT passou por diversas transformações desde sua criação. A sua gestão administrativa sempre esteve ligada à Secretaria de Cultura, adquirindo em 1982 um corpo técnico específico, sendo que atualmente está vinculado à Unidade de Proteção do Patrimônio Histórico. Sua representatividade ampliou-se com o tempo, mas pouco mudou quanto às características das instituições que foram representadas desde seu início, como as universidades, secretarias estaduais, igreja católica e dos institutos históricos e geográficos.

Segundo CONDEPHAAT (1998), o tombamento é compreendido pelo próprio estado como um mecanismo contraditório, diante de sua origem de cerceamento ao direito constitucional de propriedade quando o bem é pertencente a uma figura particular.

Os conselhos democráticos se tornaram mecanismos importantes de elaboração, discussão e aplicação de políticas públicas na área social. Foi a Constituição de 1988 que possibilitou de fato a democracia participativa, com base na regulamentação e institucionalização de conselhos, quebrando de certa forma o protagonismo exclusivo do Estado na elaboração de políticas públicas. Com o passar dos anos, os conselhos se multiplicaram e se diversificaram nas diferentes áreas, como no caso do patrimônio cultural que foi implantado em diversos municípios.

O primeiro Museu do país está relacionado à chegada da corte portuguesa, como o Museu Real – 1818, atual Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O Museu Histórico Nacional - MHN, capitaneado pelo modernista Gustavo Barroso, implanta em 1922 uma proposta museológica considerada estratégica para a construção do patrimônio nacional, por meio da formação de recursos humanos que pudessem implementar tais iniciativas pelo país (RANGEL, 2012). Muitos dos museus brasileiros foram organizados por profissionais qualificados pelo MHN, que segundo Rangel (2012, p.106) estavam preparados para montagem de exposições e catalogação do acervo, influenciados pela preservação do patrimônio tradicional e pela prática do “culto à saudade”?

Mas foi na década de 1950 que o governo São Paulo iniciou uma política pública de criação de museus por todo o estado. De acordo com Simona Misan (2008), até o ano de 1973 foram criadas 79 unidades espalhadas pelo interior, destes somente 53 foram instalados de fato. A política de criação dos museus nos anos 1950 deu-se por meio do binômio patrono-cidade, seguindo as práticas utilizadas na criação dos primeiros grupos escolares pelo interior, que levavam o nome de personalidades do estado (MISAN, 2008).

Os museus tinham como política de formação de acervo, materiais bibliográficos pertinentes à história do estado oferecidos pela Secretaria de Educação, documentos produzidos pelo IHGSP, e por campanhas para captação de peças por meio de doações junto à população local, com a participação e envolvimento da comunidade escolar (MISAN, 2008).

A proposta de criação deste sistema de museus estava associada a objetivos educacionais e políticos. Do ponto de vista educacional, funcionava como uma ferramenta útil e inovadora no auxílio do processo de aprendizagem da rede de ensino, além de contribuir na formação de professores e diretores em assuntos técnicos ligados a museologia e a museografia para que os mesmos pudessem atuar nos novos museus. Ao que se refere aos objetivos políticos, podemos destacar a ênfase na ocupação territorial por meio da cultura produzida pelo estado, pois a proposta museológica valorizava por meio da figura de seus patronos as personalidades oficiais do estado e dos municípios, como também pela difusão dos símbolos relacionados ao imaginário republicano, associando a sua origem às terras do estado e ainda pela difusão da história local atrelada as perspectivas do estado (MISAN, 2008).

O projeto de implantação dos MHP envolvia a ocupação de edifícios antigos com características históricas e arquitetônicas na instalação dos museus. Isto porque se buscava construções que tivessem a sua história associada a fatos relacionados ao estado, municípios ou

de seus patronos, muitas vezes estes edifícios foram tombados pelo CONDEPHAAT (MISAN, 2008).

A política estadual de museus modificou-se significativamente a partir de 1986, por meio da criação do Sistema de Museus do estado de São Paulo que de forma gradual promoveria a municipalização dos museus estaduais localizados no interior. De acordo com Ávila (2014), o processo de municipalização permitia legalmente aos municípios realizarem investimentos financeiros, por serem gestores, porém não esclarece qual foi a contrapartida por parte do estado diante da transferência dos acervos.

É a partir da década de 1980, que ocorre em muitas partes do mundo e também no Brasil um duplo movimento: o de crescimento do número de museus (SANTOS, 2004), e da diversificação de tipologias e temáticas, situação motivada pela apropriação por parte da indústria cultural, com objetivos de gerar grandes negócios econômicos (CHOAY, 2006).

A diversificação das tipologias de museus tem crescido proporcionalmente à quantidade. O crescimento de unidades também ocorreu com museus ferroviários, que surgem no início do século XX, diante da obsolescência do parque ferroviário do estado e da liquidação da empresa ferroviária federal. Este processo proporcionou uma enorme quantidade de documentos e artefatos industriais, atrelados à memória local, o que provocou o governo federal a celebrar convênios com municípios e organizações sociais na gestão dos museus ferroviários, como o caso de Jundiaí, Sorocaba, Bauru e outros (Oliveira, 2011).

### **Conselhos e Museus Municipais Paulistas (1990-2014)**

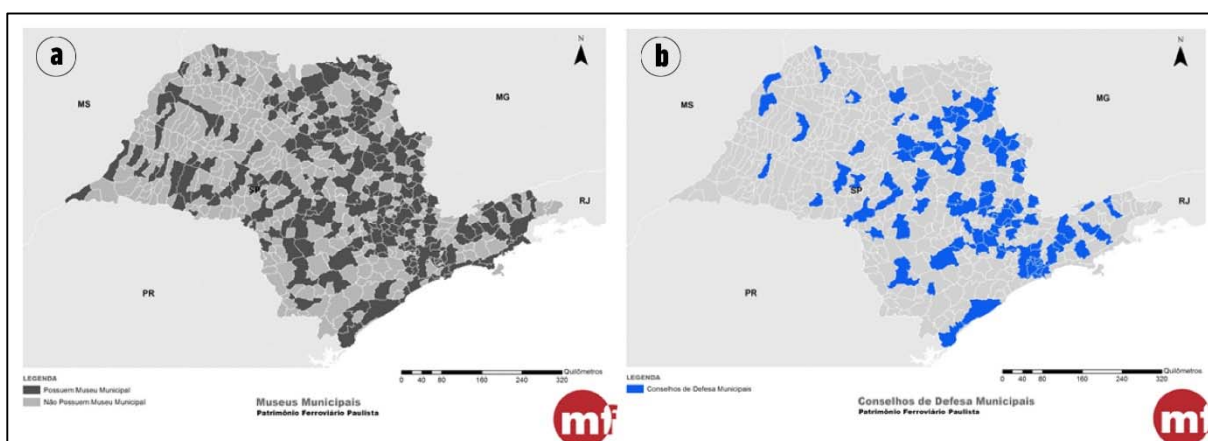
Os resultados da pesquisa realizada nos municípios paulistas por meio dos Indicadores Culturais do IBGE (2016) mostram que dos 645, 108 deles possuem conselhos de preservação, representando 16,74% do total. Entretanto, se levarmos em conta o desempenho dos mesmos, ou seja, aqueles que desenvolvem atividades sistemáticas no decorrer do ano, os dados demonstram que 28 deles não se reuniram nenhuma vez nos 12 meses anteriores a realização da pesquisa. Isto significa que 25% dos conselhos do estado por alguma razão não demonstrada na pesquisa, não se encontram em funcionamento de forma efetiva. Assim, somente 12,4% dos municípios paulistas apresentam conselhos em atividade nos últimos 12 meses com base o ano da realização da pesquisa. Como referência o órgão estadual CONDEPHAAT esteve reunido 48 vezes no mesmo período, segundo levantamento realizado pela pesquisa (IBGE, 2015).

A difusão das práticas de proteção ao patrimônio com características mais democráticas, tem se mostrado menos intensas no estado de São Paulo, em comparação a outras políticas sociais. Como exemplo para ilustrar esta afirmação, tendo como base o universo dos 645 municípios do estado, somente 16,74% possuem conselhos de preservação, enquanto 99,1% dos municípios paulistas afirmam possuir de conselhos de educação (IBGE, 2015). Se compararmos aos municípios existentes no país que possuem conselhos de saúde e dos direitos da criança e adolescente, esses números chegam à respectivamente, 99,7% e 98,4% (IBGE, 2015). Estes índices demonstram que as políticas públicas de patrimônio, ainda que sistematizadas pelo governo federal, são muito pouco praticadas, talvez pela compreensão por meio do senso comum que as políticas culturais não são prioritárias e tão essenciais como educação e saúde. Se compararmos à porcentagem de municípios paulistas que possuem conselhos de preservação (16,74%), com os índices de conselhos no país, que é de 18,7%, concluímos que o número de conselho no estado está abaixo do índice nacional.

A espacialização proporcionada pelo mapa da FIGURA 1a mostra algumas concentrações de conselhos municipais em pontos específicos, como na região metropolitana da capital, das cidades de Campinas e Piracicaba e ao norte da faixa central do estado. Também foi constatada a diminuição da quantidade de municípios que possuem conselhos no extremo norte, sul e oeste do estado. Tal averiguação pode estar associada a duas hipóteses: ao processo de ocupação do estado que de forma geral se deu no sentido capital interior, o que leva a crer que as cidades mais novas ainda não se organizaram para proteger seu patrimônio histórico; e ao distanciamento da capital, não só fisicamente como também das práticas de preservação que ocorrem no centro político do estado.

Outro dado importante é a evolução do número de conselhos no estado. O primeiro conselho a ser criado no estado de São Paulo foi o da cidade de Piracicaba no ano de 1979. Na década seguinte esse número foi para 9, e na década de 1990, este número subiu para 22 conselhos. O aumento significativo foi referente à primeira década do ano 2000, quando surgiram 51 e na década seguinte até 2014, ano da realização da pesquisa, foram criados mais 25 conselhos. Este aumento ocorrido nas duas últimas décadas está associado ao incentivo federal no avanço das políticas democráticas. Quanto à relação do surgimento dos conselhos com o índice populacional das cidades, o que se observou foi que a política de preservação se iniciou em cidades médias (entre 100mil e 500mil), em 1980, mas depois de 2000 predominou em pequenos municípios.

Outra consideração que pode ser feita está associada à natureza dos conselhos. Aqueles de caráter deliberativo representam 66% do total, significando que a maioria dos conselhos municipais tem suas decisões inseridas nas rotinas administrativa das diferentes estruturas municipais (OLIVEIRA e PEREIRA, 2010), adicionalmente, a eles cabe o papel de fiscalizar e acompanhar a execução dos programas. Os conselhos que dependem diretamente das decisões do poder público, considerados de natureza consultiva, normativa e fiscalizadora se mostraram em menor número, e segundo o mesmo autor, somente os conselhos deliberativos atuam completamente nos processos públicos.



**Figura 1** - (a) conselhos nos municípios; (b) museus nos municípios.

Fonte: Laboratório de Patrimônio Cultural/Projeto Memória Ferroviária. Base estatística Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura – 2014 (IBGE, 2016).

A política pública para museus desenvolvida pela Secretaria de Estado da Cultura – SEC, atualmente acontece por meio de seus 18 museus gerenciados por Organizações Sociais e de Cultura, como ACAMPORTINARI, APAC, IDBRASIL, CATAVENTO, e pelas ações do SISEM, que objetiva articular, qualificar, preservar, pesquisar e difundir os acervos museológicos e a memória oficial do estado de São Paulo (SISEM, 2016). O último levantamento da situação dos museus existentes no estado foi realizado no ano de 2010 pelo SISEM, e foram identificadas 415 instituições museológicas, distribuídas em 190 municípios, mostrando que 29,45% dos municípios apresentam pelo menos uma unidade museológica (SISEM, 2016).

Outra pesquisa considerada como o mapeamento nacional dos museus, Museus em Números (IBRAM, 2011a), identificou que o estado possuía na ocasião 517 instituições,

distribuídas em 205 municípios. Estes dados, se comparados com os do SISEM, se ampliaram, sendo que 31,8% de municípios passaram a possuir pelo menos uma unidade museológica, índice quase que 10% maior se comparado com a média nacional que é de 21,1% (IBRAM, 2011b). Estes dados demonstram uma diferença substancial que podem estar associados aos métodos e critérios utilizados por cada instituição na identificação de museus. Os dados apresentados pelo IBRAM se diferem também por serem sistematicamente atualizados por meio do Cadastro Nacional de Museus, criado no ano de 2006, o qual considera como tal os museus virtuais e as estações de preservação ambiental tombadas.

A Pesquisa realizada pelo IBGE (2016) no ano de 2014 é um levantamento mais atualizado das características museais do estado atualmente, e aponta que 35,5% dos municípios paulistas possuem museus. Já a distribuição geográfica dos museus, pode ser visualizada na FIGURA 1b, que apresenta os 645 municípios paulistas, dos quais 229 apresentam ao menos uma unidade museológica.

Sobre a distribuição espacial dos museus mostrado na FIGURA 1b, pode-se dizer que ela ainda segue as vertentes de expansão do estado por meio das rotas rodoviárias e ferroviárias. As interpretações que acompanham os levantamentos realizados tanto pelo IBGE, IBRAM e SISEM, bem como as produções acadêmicas, como da Misan (2008) e Ávila (2014), de certa forma atribuem à ocupação territorial, aos sistemas de transportes e o desenvolvimento econômico os principais fatores que influenciaram o surgimento de museus nas cidades. Adicionalmente, o que se observa é que as características das cidades que não possuem museus não são apresentadas pelas pesquisas, fato que requer aprofundamento para o reconhecimento das particularidades destas cidades.

A FIGURA 1b também expõe uma menor frequência de cidades com museus no extremo oeste, norte e sul do estado, basicamente entre as divisas do estado com Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, além de uma faixa que acompanha o Vale do Ribeira.

Para compreendermos as políticas públicas de criação de museus no estado é importante reconhecer também seu processo cronológico. Os dados trazidos pela pesquisa do IBGE não apresentam datas de criação dos museus, sendo que o Guia de Museus Brasileiros (IBRAM, 2011a), atualmente é o único documento publicado que apresenta este tipo de informação. O que se observa é que apesar da existência de instituições no âmbito federal e estadual que disponibilizam indicadores museais, estes dados se mostram incompletos, inconsistentes e desarticulados entre si. Tanto as informações disponibilizadas pelo SISEM quanto pelo IBGE,



não apresentam data de criação dos Museus, sendo que estes dados são encontrados somente Guia de Museus Brasileiros (IBRAM, 2011a), além de informações relacionadas à suas atividades e tipologias, este documento traz o registro de mais de 3.200 museus brasileiros. Entretanto, a inconsistência de algumas informações também se apresenta neste Guia, como por exemplo, a falta da data de criação de 61 museus, número que significa mais de 12% do total das 498 instituições. Ainda assim é possível traçar um panorama sobre os aspectos relacionados a sua cronologia.

A trajetória museológica no estado de São Paulo é bastante recente, se inicia há um pouco mais de 120 anos, tendo a capital como cidade de maior concentração de museus até hoje. O primeiro museu criado no estado foi o atual Museu Paulista, aberto no ano 1895 era originalmente dedicado à história natural, posteriormente surgem o Museu do Butantã em 1901 e atual Pinacoteca do Estado – 1905.

Os museus das cidades de Rio Claro (Museu do Eucalipto, de 1916), Itu (Museu Republicano, de 1921), e Campinas (Museu de História Natural, de 1937) abriram a rota rumo ao interior trazendo temáticas variadas com relação à tipologia de acervo. Como exemplo, o Museu do Eucalipto tem a sua história relacionada à expansão ferroviária pela Companhia Paulista, o que sinaliza o início institucional da preservação do patrimônio industrial ferroviário no interior, contribuindo com o surgimento de diversos museus ferroviários no estado, como o de Jundiá (1979), Paranapiacaba (1980), Bauru (1989), Sorocaba (1997), Indaiatuba (2004), Mairiporã (2006) e Araraquara (2011). Já a criação do Museu Republicano em 1921 em Itu, demonstra o início do processo da valorização do movimento republicano paulista, e pode ter inspirado a política pública de preservação com a implantação dos MHP.

Desde o surgimento do primeiro museu até o início dos anos 1930, houve um reduzido ritmo de crescimento, sendo criado um museu a cada década. A partir da metade da década de 1930, a situação se modifica, tendo em vista um crescimento constante e de forma mais intensa, atingindo respectivamente 1,4% e 2% dos museus do estado na década de 1930 e 1940.

Mas é na década de 1950 que começa a ganhar maior ritmo a disseminação dos museus pelo estado, com um aumento de 7%, o que equivale à criação de 35 novas instituições, além da inversão da predominância de museus na capital, sendo que destes 32 estão localizados no interior. Estes números evidenciam a sobrevivência de parte dos MHP diante do processo de municipalização desencadeado nos anos 1980, revelando a manutenção da política de preservação promovida pelo estado por meio dos MHP e a inclusão da preservação nas rotinas



municipais com a criação de estruturas administrativas, orçamentos específicos e quadro de pessoal, como também em alguns casos o desenvolvimento de políticas municipais de preservação do patrimônio histórico local.

Nas décadas seguintes ocorre um aumento mais significativo e gradual de criação de museus no estado: em 1960 de 8,2%, em 1970 de 11,5% em 1980 de 16,5%, em 1990 de 19%, e em 2000 de 20,7%, ocasionando uma concentração de mais de um terço nos últimos vinte anos.

Apesar de o interior contar com a maioria dos museus a partir da década de 1950, a quantidade localizada na capital é mais expressiva, pois segundo o IBRAM (2011b), ali estão localizados um quarto dos museus de todo o estado, ou seja, 129 dos 498 museus, situação que coloca a capital paulista como a maior entre as demais da federação em quantidades de unidades museológicas.

A historicidade das políticas públicas de preservação de âmbito nacional e estadual mostra determinada similaridade quanto aos objetivos ideológicos. Se de um lado a política federal buscava instituir o nacionalismo, por meio da valorização dos monumentos coloniais, de outro a política estadual que buscou a valorização de seus vultos históricos, como o bandeirismo, movimento republicano, e as conquistas da elite cafeeira e industrial, de modo a construir uma identidade paulista com ênfase na musealização.

Quanto aos conselhos, pode-se concluir que este mecanismo de proteção não é tão presente nas cidades paulistas como os museus. A criação de museus e sua disseminação nos anos 1960 e 70 foi proporcionada por uma política pública estruturada com objetivos bem definidos pelo governo do estado, como foi apresentado acima. Diferentemente do que aconteceu com os conselhos democráticos de preservação a partir da década de 1990, que não foram estimulados por uma política estadual. O surgimento dos conselhos se deram muito mais por iniciativas independentes dos municípios, que buscaram desenvolver seus próprios mecanismos para proteção do patrimônio local, do que por meio da política estadual que se restringia ao tombamento de bens de relevância estadual, localizados nos municípios, por meio da atuação CONDEPHAAT. Finalmente, podemos concluir que ambos os mecanismos de proteção existentes nas cidades estão dissociados das políticas públicas de âmbito nacional e estadual, diferente do que acontece nas áreas da educação e saúde.

**Referencias:**

- AVILA, A. C. X. Museus Históricos e Pedagógicos no século XX: processos de municipalização e novas perspectivas. Tese de mestrado em museologia USP, 2014. 198 p.
- BOLÁN, E. N. La Política Cultural. Temas, problemas y oportunidades. México: CONACULTA – FOLCA, 2006. 37 p.
- BARBALHO, A. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In RUBIM A. A. C. & BARBALHO, A. (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. 179 p.
- BOTELHO, I. A Política Cultural & o Plano das Ideias. In RUBIM A. C. & BARBALHO, A. (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. 179 p.
- BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de junho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. Rio de Janeiro/ Capital Federal, 1933.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.
- CONDEPHAAT. Patrimônio Cultural Paulista: Bens tombados, 1968 – 1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. 182 p.
- CURY, C. E. Políticas Culturais no Brasil: subsídios para construção de Brasilidades. Campinas: Tese de doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 2002. 160 p.
- CHAUI, M. Cidadania cultural – o direito a cultura. São Paulo: Editora Perseu Abramos, 2006. 147 p.
- CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 5ª Ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2006.
- IBRAM. Guia de Museus Brasileiros. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011a. 591 p.
- IBRAM. Museus em Números, Volume 2B. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011b. 326 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICAS – IBGE. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICAS – IBGE. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm)>. Acesso em: 12 set 2016.
- MISAN M. Os Museus Históricos Pedagógicos do estado de São Paulo. Anais do Museu Paulista, v. 16, nº 2, São Paulo, p. 175 – 205, jul. / dez. 2008.

OLIVEIRA, V. C. S. e PEREIRA, R. P. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa do Brasil. Cadernos EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, p. 426-437, set. 2010.

OLIVEIRA, E. R. Museus e Ferrovia: estudo sobre a preservação do patrimônio ferroviário paulista. Revista Labor e Engenho, v. 5, n. 3, p. 20 - 31. 2011.

RANGEL, M. F. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

RODRIGUES, M. Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: UNESP, 1999.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes contradições, enormes desafios. In RUBIM A. A. C & BARBALHO, A. (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. 179 p.

SISEM - SP, 2016. SISEM. Disponível em: < <http://www.sisemsp.org.br/index.php/sisem-67/o-que-e-o-sisem>> Acesso em: 08 de ago. 2016.

SANTOS, M. S. Museus Brasileiros e Política Cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 54-73, jun. de 2004.

SÃO PAULO. Lei nº 10.247, de outubro de 1968. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. São Paulo, 1968.

## Na foz do Rio Amazonas: entre a posteridade e o ocultamento, artefatos arqueológicos como patrimônios culturais

**Queiton Carmo dos Santos**

Graduando em História

Universidade Federal do Amapá-Unifap

E-mail: tonqueiton@gmail.com

**Resumo:** Este texto está dividido em algumas partes que dialogam entre si a respeito do conceito de patrimônio cultural, salvaguarda de material arqueológico e o público. A primeira anuncia algumas abordagens para pensar uma ideia de patrimônio cultural, a segunda preocupação é com um estudo de caso bibliográfico a respeito de coleções arqueológicas de cerâmicas formadas há mais de cem anos pelo Museu Paraense Emilio Goeldi retirada de uma região conhecida como foz do Rio Amazonas, estado do Amapá. E por último existe a tentativa de problematizar como podemos interrogar o que fazem arqueólogos, historiadores, antropólogos, etc., quando se debate a proteção de patrimônio cultural arqueológico sem antes esclarecermos a quem serve tal proteção e como você está se protegendo esses artefatos arqueológicos.

**Palavras-Chave:** Patrimônio; Arqueologia; História; Materialidades; Salvaguarda.

**Abstract:** This text is divided in some parts that dialogue with each other on the concept of cultural patrimony, safeguard of archaeological material and the public. The first one announces some approaches to think of an idea of cultural heritage, the second concern is with a bibliographic case study about archeological collections of ceramics formed more than a hundred years ago by the Museu Paraense Emilio Goeldi from a region known as the mouth of the Amazon River, state of Amapá. And finally there is the attempt to problematize how we can question what archaeologists, historians, anthropologists, etc. do when discussing the protection of archaeological cultural patrimony without first clarifying who serves such protection and how you are protecting these archaeological artifacts.

**Keywords:** Patrimony; Archeology; History; Materialities; Safeguard.

### **Artefatos arqueológicos como patrimônios culturais. Notas Introdutórias.**

Na arqueologia, assim como em outras disciplinas que lidam com o passado, a abordagem de patrimônios culturais está fortemente ligada a uma ideia de memória e de preservação. A memória como um campo de estudo configura-se atualmente muito bem esclarecido e fortemente legítimo nas suas cores mais vibrantes. A preservação, como nomenclatura voltada ao campo do patrimônio merece destaque para as interpretações das políticas de proteção do patrimônio arqueológico, como também de reflexão do próprio lugar de patrimônio.

A respeito da memória alguns estudiosos nos chamaram a atenção para o sentido social e histórico que essa é posta. Para Pollak (1992), por exemplo, engajado a partir de leituras de Pierre Nora e Halbwachs, nos lembra que a memória se tratando de escolhas no tempo é “(...) *um fenômeno construído*. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes (...)” (grifo do autor, p.

204-205). Assim, ao lado da observação de tentar esclarecer sobre as maneiras de apreender os caminhos da memória; deve-se conjuntamente questionar como atuam as produções dessas memórias no interagir, na troca e no emaranhamento com o conceito de patrimônio cultural. Ao pensar nessa reflexão é lugar comum encontrar em vários trabalhos que tratam da temática do patrimônio nos dias atuais seus momentos de surgimento e mudanças de perspectiva.

No Brasil, ressaltava-se uma leitura do patrimônio antes “histórico e artístico” reconhecidamente feito de *pedra e cal* e que rememorasse algum tipo de vertente europeia. Posteriormente a esse momento eis que surge a noção de *patrimônio cultural*, que viria ganhar força e substituir, aquela antiga abordagem<sup>1</sup>. A partir desse outro e novo olhar na compreensão de patrimônio que ocorre uma ampla e profunda emersão da temática. Desse modo, quando pensamos em patrimônio arqueológico ou em artefatos arqueológicos como patrimônios culturais, cabe esclarecer aquilo que se desloca nessas duas categorias; ao se dizer artefatos arqueológicos faço referência a objetos produzidos pela humanidade tanto em um passado mais recuado como em tempos mais próximos.

Por conseguinte, quando aludo ao entendimento de patrimônio cultural, encara-se o conceito de cultura e de patrimônio em um movimento convergente com aquilo que o olhar antropológico de José Reginaldo Gonçalves (2002) nomeou de *categoria do pensamento*. Assim, segundo o autor para outras culturas cuja Antropologia pode fornecer leitura em que “noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários” (p.108).

Recaímos conseqüentemente dessa maneira sobre o entendimento de que as condições de experiência em que as várias formas sociais atribuem a determinados artefatos (físicos e ‘metafísicos’) caráter de importância *patrimonial*. Pois há no engajamento dessas questões a cerca do que é ou não patrimônio, ocidental, não-ocidental, outros modos de compreender o processo daquilo que nós nomeamos dentro dessa categoria extremamente subjetivada. E que parece conferir a esse fenômeno um grau de importância ainda maior.

A partir disso, possibilita-se entender que os objetos materiais arqueológicos são detentores de interpretações culturais específicas e que estão nos dias atuais firmemente ligados a figuração de patrimônio. Todavia, tal reconhecimento da “*Material Culture*” de cunho

---

<sup>1</sup> Não sendo o foco inicial desta discussão um aprofundamento dessas abordagens, mas, aqueles cuja cabe a curiosidade ver: CHUVA, Márcia (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 34, 2012.

arqueológica como uma vertente que precisa e deve ser preservada é muito recente no Brasil, mesmo que a história da Arqueologia nos leve a encontros mais antigos com as coisas materiais. O exemplo abaixo configura um pedaço desses encontros; ao ir em busca das coisas arqueológicas e seus usos de valores na Amazônia.

### **Um rio de muitas histórias... Na foz do Rio Amazonas**

A história da Arqueologia no Brasil, está intimamente ligada às instalações dos museus no país, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paulista. Na Amazônia a criação do museu do Pará hoje conhecido como Museu Paraense Emílio Goeldi durante a década de sessenta ainda nas vestes de um Brasil imperial, não está distante do contexto de análises que se debruçaram sobre essa temática. É verificável que o século XIX foi um momento em que a produção da memória de um passado brasileiro esteve ligada intimamente com a criação desses museus e suas políticas para o período (Schwarcz, 1993). Legitimados em investir e consagrar ambientes entendidos como científicos nos trópicos.

Mais tarde, na virada do século XIX para os anos iniciais do XX, sob a direção do pesquisador suíço Emilio Goeldi, a Arqueologia amazônica teve um dos seus momentos mais precisos para a sua configuração na região. Segundo Lucio Menezes (2012), Goeldi foi responsável por “*organizar o caos*”, bem como foi um dos pesquisadores juntamente com Lima Guedes e anteriormente Ferreira Pena a fazerem coletas de objetos arqueológicos da região do Amapá, na época estado pertencente ao Pará. O Amapá era então conhecido por parte desses cientistas como Guyana Brasileira<sup>2</sup>. Tais objetos arqueológicos montam uma coleção de urnas funerárias antropomórficas chamadas de *Maracás*, dentre outras culturas arqueológicas, materiais cerâmicos datados antes e durante o período das primeiras chegadas de europeus na região.

A partir da análise parcial da documentação em suma escrita por Emilio Goeldi, nota-se a respeito desses materiais arqueológicos uma dupla interpretação a partir das considerações do suíço. A primeira delas é que Goeldi (1898) estava engajado em projeto científico de construção de uma [re]configuração da “história” dos antigos indígenas daquela região, a segunda seria mais a partir das peças obtidas expressarem um valor estético.

---

<sup>2</sup> Era chamado assim por conta de sua proximidade territorial com a Guiana Francesa e o conhecido atualmente como platô das Guianas, entre antiga “Guiana Inglesa” e Suriname.

Em suma, são os valores figurativos atribuídos para esses objetos arqueológicos no começo do século XX que os levam a serem expostos no museu que levaria o nome do pesquisador, Emílio Goeldi. Mesmo sem uma regulamentação legislativa sobre tais bens patrimoniais nesse período é importante levantar que houve desde então uma “política” de valor estético dos artefatos arqueológicos. Cabe então uma interpretação do uso valorativo da ideia de beleza e estética que muitos desses objetos portam consigo.

É consciente então que, no devir da constituição de patrimônios e guarda de material arqueológico antes mesmo de existir uma política de preservação desses bens materiais por parte do estado como legislações e decretos, já eram vinculados desde o fim do século XIX e começo do XX, um uso de valor “institucionalizado” a essas materialidades na Amazônia.

Existe a mais de um século uma historicidade a cerca dos artefatos arqueológicos e seus usos de valores posteriormente institucionalizados na Amazônia. Histórias oriundas da boca Rio Amazonas configuram em suas materialidades, interpretações mais diversas atualmente a respeito das pesquisas na região e nas instituições de salvaguardas de materiais arqueológicos. O que não podemos esquecer é que nem sempre aquilo que se configura como patrimônio foi assim, nos cabe a tarefa de tentar enxergar nas miudezas dos processos históricos suas emergências.

### **Entre a posteridade e o ocultamento?**

A partir do breve exemplo posto acima e sua leitura sintética do processo de criação e emergência de primeiras pesquisas arqueológicas na região amazônica em especial a região conhecida nos dias de hoje como Amapá. Necessita sobre tudo questionar: até que ponto o discurso do patrimônio passa de uma instância temporal presente para o encaminhamento de uma justificativa de deixar às próximas gerações cientes do seu passado por meio das materialidades, escavadas, estudadas e guardadas em reservas técnicas que de algum modo passam a ser ocultadas de seu público alvo; as pessoas no tempo presente.

Conforme as críticas ao modelo político brasileiro negligente a gestão dos patrimônios arqueológicos principalmente a partir da década final do século XX e começo do século XXI, que segundo Froner “Não vale a pena retirar do solo uma urna intacta de mil anos, para esquecê-la em laboratório e reservas técnicas, submetendo-a a uma fragmentação possível diante de circunstâncias inóspitas.” (1995, p. 300). Nesse sentido, por muito tempo o patrimônio arqueológico e o público mantiveram uma relação um com o outro distante, servindo



unicamente como legitimação do Estado a partir de sua operação de produzir passados e memórias.

Contudo, aquilo que era produzido apenas no âmbito unicamente do macro estatal, se entende também agora no modo de *como* as pessoas por sua vez compreendem e se relacionam com as materialidades; delas cuidam e guardam configurando uma complexa teia. Assim, do ponto de vista presente, lugares como as reservas técnicas arqueológicas e instituições de salvaguarda de material arqueológico, ainda estão a entender suas possibilidades e modos de atuação. Ao poder operacionalizar uma efetiva interação entre aqueles que devem ter acesso a conhecer seus passados por meio do conhecimento dos bens arqueológicos.

Em 1990, em uma conferência internacional sobre proteção e gestão do patrimônio arqueológico, era apresentada uma carta conhecida como Carta de Lausanne, dela tomo emprestada a seguinte situação:

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico (...) Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de “conservação integrada”. (ICOMOS, 1990, p. 2).

A partir desse ponto de vista, notamos então que a gestão do patrimônio arqueológico deve ocorrer em confluência com as pessoas, não devendo existir um ocultamento nesse processo. As reservas técnicas, lugar que geralmente se cuida e preserva os materiais arqueológicos não mais são gabinetes de curiosidades do século XIX, elas portam em si um verdadeiro conglomerado de histórias e necessidades para uma perspectiva material das relações humanas. Elas devem integrar cada vez mais aproximações com o público. A justificativa que devemos cuidar simplesmente para as próximas gerações, nesse caso, de materialidades que são frágeis e sofrem uma série de danos desde sua retirada de seu ambiente natural até chegadas em laboratório e unicamente guardadas, me parece válida até certo ponto. Visto que em decorrência desse discurso de guardar para não perder, já estamos perdendo. Ou seja, já estamos afastando as pessoas em nossa atualidade de um conhecimento, de um passado, de um patrimônio.

Em consideração muito eficaz também nesse processo, é observável que a ação prática refletida já vem ocorrendo em algumas instituições no Brasil, (preocupadas com a interação bens arqueológicos/salvaguarda/pessoas) conforme estudos como o de Daiane Pereira (2014), que levanta a ideia de “reserva técnica viva” e olhares diferentes para a curadoria arqueológica

a partir de pontos necessários para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico sem que se esqueça das pessoas nessa cadeia de ações e reflexões.

### **O que faz as dimensões do conhecimento histórico, cultural e arqueológico quando relaciona o passado por meio das materialidades?**

Conforme algumas noções sobre a compreensão do passado visto como um dispositivo de entendimento do tempo, segundo Koselleck (2006) um “espaço de experiência”, cabe a via de interpretação fomentar uma leitura de concepções da temporalidade política patrimonial arqueológica revestida formulada de modo articulado com o saber histórico.

Partindo desse aspecto, os modos de se realizar a ação de ler e compreender o passado, são ainda objetivo de muitas discussões. Pois em suas subjetividades mais aprofundadas estamos mergulhados nos entendimentos de nosso próprio tempo. Os vestígios que operacionalizamos na tentativa de entender as relações sociais, a cultura, a economia, a política de um tempo que em si, só nos deixa rastros, torna ainda mais problemática as maneiras de compor uma sinfonia que ecoe para compreensão de realidades temporalmente difusas.

Os estudos de cultura material arqueológica ao tentar realizar essa tarefa nos põem ainda alguns outros desafios. A partir desses estudos há certa articulação de presente, passado, memória, identidade, técnica, entre outras maneiras que nomeamos algumas coisas e sensações. Tais estudos estão profundamente direcionados pelas necessidades que os postulam, cada um com suas especificidades.

Compreende-se então que a construção da Arqueologia é uma possibilidade de relação entrelaçadamente com a cultura material. E ao buscarmos essa relação com a materialidade, é legítimo que essa deva ser compreendida de maneira relacional (Hodder, 2014). Nela conjuntamente existem outros aspectos das vivências coletivas que nesse sentido pode encaminhar hipóteses e produzir escritos sobre aquilo que achamos estar fazendo coerentemente em nossas pesquisas.

Tania Andrade Lima (2011) escreveu ao pensar a respeito da dimensão concreta das relações sociais humanas a partir da cultura material ao compreender os processos teóricos que a Arqueologia sofreu e vem sofrendo ao longo de seu tempo enquanto disciplina, o que se pode destacar reflexão sobre materialidade:

[...]. Reflexões que exploram o papel da materialidade nas sociedades humanas e as interações entre artefatos e relações sociais têm sido conduzidas, além dos arqueólogos, por pesquisadores em ciências sociais e humanas, envolvidos com a história da tecnologia, da arte, da arquitetura e do design, bem como com semiologia, sociologia, antropologia cultural, história social, geografia, ciência da cognição, psicologia, museologia, entre outras. Se, por um lado, Arqueologia é estudo da cultura material, por outro, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica. (2011, p.1.)

Assim, os estudos da cultura material variam para além de uma perspectiva unicamente arqueológica. Mesmo que essa nos deixe um pouco mais à vontade para enfrentá-los. Ao nos lançarmos na tentativa de entender o humano e suas nuances no tempo, ao descolarmos narrativas a partir da interpretação passado/matéria, produzimos também memórias e essas por sua vez enquadram pensamentos apresentando-nos atores diversos e questionando nossas próprias condições de compreensão desses desafios.

Desse modo, podemos interrogar o que fazem arqueólogos, historiadores, antropólogos, etc., quando pensam em proteção do patrimônio cultural sem antes esclarecermos a quem serve tal proteção e de como se está protegendo tais bens, que em alguns casos se mantém apenas legados, apenas a justificativa da guarda à posteridade, construindo assim uma perspectiva de produção memorial futurística, ignorando as pessoas no tempo presente.

*A história do pensamento arqueológico* (Trigger, 2004), não nos ensina apenas teoria ou subtrai essas aos modismos de cada momento e paradigma científico. A teoria por meio de vários exemplos constitui aprendizagens sobre o papel ético das pesquisas arqueológicas. Bem como encara e propõem dada a gestão dos artefatos arqueológicos importantes agendas atuais, saídas possíveis para a resolução de suas problemáticas.

A difusão e o entendimento das pessoas sobre o que é patrimônio é um ponto também a ser levantado e debatido nos dias atuais. Se a proposta teórica de alguns movimentos dentro da arqueologia contemporaneamente vem sendo tendenciado a uma compreensão entre simetria de conhecimentos, me parece que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Logo, ao olharmos para o passado com uma visão desconfiada a partir de relações entre categorias diversas, na tentativa de tentar trilhar um enredo, uma relação entre agentes responsáveis pelo patrimônio arqueológico e as pessoas de modo amplo, podemos encontrar muitas linhas em branco, borradas e inexistentes; ou mesmo, materialidades históricas empilhadas sobre fileiras e salvaguardadas em uma reserva técnica. Na tarefa de incluir as marcas da própria história contida nos acervos que conhecemos, lemos ou trabalhamos muito ainda há de ser feito. Para que por fim, por meio da prática reflexiva possamos levar ao

entendimento também de outras categorias interpessoais de cognição do patrimônio arqueológico brasileiro.

### Referenciais Bibliográficas:

FRONER, Y. A. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 291-301 1995.

GOELDI, Emílio. O estado actual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente (Conferência Pública realizada no Museu Paraense em 7 de dezembro de 1896). *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, v. 2, n. 4, p. 397-417, 1898.

GONÇALVES, José. O Espírito e a Matéria: O patrimônio como categoria do pensamento. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Coleção Museu Memória e Cidadania. 2002.

HODDER, Ian. The entanglements of Humans and Things: A Long- Term View. *New Literary History*, v. 45, nº. 1, p. 19-36, 2014.

ICOMOS, 1990, ICOMOS. Carta de Lausanne, carta para a protecção e gestão do património arqueológico, 1990. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 15, n. 15, June 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, p.305-327, 2006.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém – PA, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

PEREIRA, Daiane. Perspectives of archaeological curation: a case study on the laboratory of archaeology Peter Hilbert. In: OOSTERBEEK, Luiz & FIDALGO, Claudia (orgs.), *Miscellanea: Theory, Rock Art and Heritage*. Florianópolis: BAR Internacional Series 2659, p. 69-76, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

## Rede Memória das Instituições de Minas Gerais: trabalho colaborativo para a preservação da memória

**Juliana Martins de Castro Barroso**

Especialista em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: julianamartins.castro@gmail.com

**Gizele Maria dos Santos**

Bacharel em Biblioteconomia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: gisa@fiemg.com.br

**Resumo:** A Rede Memória das Instituições de Minas Gerais (Remig) é constituída por diversos centros de memória mineiros, tendo como principal objetivo a cooperação técnica entre seus membros. Criada em 2003, trata-se de uma iniciativa pioneira no contexto nacional e que tem se mostrado cada vez mais importante para o fomento de ações voltadas à preservação da memória e do patrimônio. O presente artigo apresenta um breve relato sobre a trajetória da Remig, buscando pontuar as principais características de sua dinâmica colaborativa e de que forma ela concorre para o aperfeiçoamento de metodologias e práticas profissionais, para a circulação de informações e para o fortalecimento deste campo de atuação.

**Palavras-chave:** Centros de memória; memória institucional; patrimônio; preservação; redes de cooperação.

**Abstract:** The Institutional History Network of Minas Gerais (Rede Memória das Instituições de Minas Gerais – Remig) is constituted by several memorials of Minas Gerais, and has as main objective the technical cooperation between its members. Created in 2003, Remig is a pioneer initiative in the Brazilian context, showing itself increasingly important to the development of memory and heritage preservation practices. This article presents Remig’s trajectory, pointing the main characteristics of its collaborative dynamic, how it works to improvement of methodologies and professional practices, to circulation of knowledge and to the consolidation of this field.

**Keywords:** Memorials; institutional history; heritage; preservation; cooperation networks.

### As instituições-memória

A preocupação com o registro de fatos importantes da vida humana pode ser identificada desde o início de sua história. Com o desenvolvimento da escrita, na Mesopotâmia, a noção de que alguns desses registros seriam tão importantes no futuro quanto o eram no presente começa a ganhar forma, e com isso a necessidade de locais para a guarda e preservação desses documentos. Os arquivos ou bibliotecas surgem no terceiro milênio antes de Cristo, inicialmente dentro de templos e palácios, sendo “compostos por textos literários, apontamentos contábilísticos, descrições históricas e hinos religiosos, (...) ao serviço dos grupos dirigentes”<sup>1</sup> (PORTO, 2013, p. 15).

---

<sup>1</sup> Segundo Daniela Porto (2013, p. 15-20), “um dos arquivos mais importantes e mais antigos da Antiguidade [trata-se do] Palácio de Ebla, na Síria, que continha grande número de placas de argila com informação variadas”.

Ao longo do tempo, outros tipos de registro do passado, que não apenas os escritos, também demandaram esforços e diferentes espaços para sua preservação. Coleções privadas de objetos e obras de arte eram mantidas desde a Roma antiga, passando pelos gabinetes de curiosidades dos séculos XIV e XV. Já a partir do século XVII, o Estado passa a receber doações ou mesmo adquirir coleções, além de se dedicar à nacionalização de propriedades reais e eclesiásticas, o que leva ao surgimento das instituições conhecidas como museus<sup>2</sup>.

Arquivos, bibliotecas e museus passaram por um longo processo de diferenciação, consolidação e normatização, especialmente nos séculos XIX e XX, que as definiram da forma como hoje são conhecidas, com suas especificidades em relação ao tipo de acervo salvaguardado e suas bases metodológicas de atuação. Entretanto, durante o século XX observamos também o surgimento de um tipo híbrido de espaço de preservação, que reúne acervos nos mais variados suportes, sem primazia de um sobre outros: os centros de memória.

De acordo com Gagete e Totini (2004, p. 124), os centros de memória

(...) constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico.

Corroborando e complementando a definição acima, a publicação “Centros de Memória: Manual Básico Para Implantação”, do Itaú Cultural (2013, p. 12), aponta que

o Centro de Memória é uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo, [gerando] produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional. Os Centros de Memória foram criados como uma necessidade institucional para responder a uma demanda por informação especializada relativa à sua trajetória.

Ressalta-se também a caracterização realizada por Camargo e Goulart (2015, p. 99-100):

(...) os centros de memória se apresentam (...) com o duplo caráter de instrumento retrospectivo e prospectivo, apto a estabelecer vínculos entre passado, presente e futuro. (...) O cumprimento dessa missão depende de um fator fundamental: que o acervo seja representativo das múltiplas funções que a organização exerce e exerceu ao longo do tempo, tanto do ponto de vista

---

Já com relação às bibliotecas, “deveu-se ao rei Assurbanipal e ao seu reino a criação de uma das bibliotecas mais majestosas, fundada no século VII a.C., (...) [embora] a mais famosa e mais rica da Antiguidade de que há registro até o momento seja a biblioteca de Alexandria, no Egito. Foi fundada no reinado de Ptolomeu II, possivelmente no século IV a.C.”

<sup>2</sup> “O primeiro museu de que se tem notícia é fundado quando Elias Ashmole (1617-1692) doa suas coleções para a Universidade de Oxford, que se tornam acessíveis em 1683. O núcleo do Ashmolean Museum, primeiro museu público da Grã-Bretanha, é formado pelo ‘gabinete de raridades’ do viajante e jardineiro John Tradescant (1608-1662)” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017).

endógeno (atividades-meio e atividades-fim) quanto exógeno (injunções de natureza econômica, social e política que pautaram sua atuação).

Os trechos acima elencados apresentam vários pontos similares, sendo um dos mais importantes a constante menção às instituições às quais os centros de memória estão ligados. De acordo com Icléia Costa (1997, p. 145), “a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade. (...) A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo”.

Percebe-se que a memória, termo que se refere à capacidade de reter impressões e informações sobre o passado, de forma individual ou coletiva, em termos biológicos, psicológicos, sociais e históricos, trata-se de uma faculdade necessária tanto ao indivíduo – a noção do que se é no presente é construída com base nas experiências passadas – quanto às instituições. A memória, entendida como “movimento do tempo” (COSTA, 1997, p. 121), é uma relação dinâmica entre lembrança e esquecimento, passado e presente, na medida em que “a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da [própria] concepção do tempo” (LE GOFF, 1990, p. 203).

Assim, os registros das atividades de uma instituição no tempo, seus acertos e erros, mudanças e permanências, fazem parte de sua memória, desempenhando um papel determinante para a construção de sua identidade e para guiar suas ações futuras. No âmbito social, a elaboração e a divulgação da trajetória institucional explicitam sua influência no desenrolar das relações humanas, os impactos que suas ações tiveram na vida das pessoas e de seu meio ambiente. Nesse sentido, as chamadas “instituições-memória” (COSTA, 1997, p. 34) assumem um papel que, embora à primeira vista pareça secundário ou depositário de saberes previamente constituídos, é fundamental para a problematização das inúmeras construções do passado institucional e das próprias escolhas que formam seu acervo (o que manter/lembrar e o que descartar/esquecer).

### **Formação dos centros de memória**

A preocupação com a preservação dos registros institucionais que levaria à criação dos centros de memória da forma como hoje são estruturados foi um processo que, segundo Silvana Goulart, se desenvolveu ao longo do século XX a partir de dois modelos principais, engendrados na França e nos Estados Unidos da América, e cuja preocupação se centrou inicialmente nos documentos textuais ou arquivísticos.



Na França, o Estado assumiu a responsabilidade de salvaguardar os arquivos privados, “quase como consequência da bem estruturada rede de arquivos públicos, construída sob a influência cultural da Escola de Chartres” (GOULART, 2002, p. 10). Assim, em 1926, foi realizada uma campanha para encaminhamento de fundos privados, especialmente de empresas liquidadas, aos arquivos dos departamentos e cidades francesas, e em 1949 esse recolhimento também passou a ser feito pelo Arquivo Nacional da França. O amadurecimento da política de preservação documental levou à fundação, em 1993, dos Arquivos Nacionais do Mundo do Trabalho (*Archives Nationales du Monde du Travail*), sediados na fábrica de fiação de algodão Motte-Bussut, na cidade de Roubaix, “um centro público, que coleta apenas arquivos privados, com objetivos culturais e científicos, e trata da conservação definitiva da memória pertinente à empresa e aos sindicatos” (GOULART, 2002, p. 11).

Já nos Estados Unidos, o fomento à preservação dos arquivos empresariais deu-se com o desenvolvimento de uma linha de pesquisa historiográfica chamada *business history*, especialmente junto à Universidade de Harvard. Em 1925 foi criada, nessa universidade, a Sociedade de História Empresarial (*Business History Society*), cujas pesquisas levaram ao recolhimento de acervos empresariais. “O resultado desse movimento foi uma ligação intrínseca estabelecida entre a preservação dos arquivos empresariais e a pesquisa histórica, sendo que a política de recolhimento dos arquivos acabou tributária do rumo das pesquisas” (GOULART, 2002, p. 13).

No Brasil, a preocupação do poder público com a preservação patrimonial foi inicialmente sintetizada no Decreto-Lei nº 25, de 1937, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O documento faz referência a bens móveis e imóveis de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, aplicando-se “às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno” (BRASIL, 1937). Com relação específica ao patrimônio documental, a principal consolidação legal foi realizada em 1991<sup>3</sup> com a Lei nº 8.159, dispondo sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 2002. Embora estabelecessem a possibilidade de se declarar determinado conjunto documental

---

<sup>3</sup> Anterior à Lei nº 8.159, outros normativos foram instituídos contemplando alguns aspectos da preservação documental, como a Lei nº 5.433 (1968), que regulava a microfilmagem de documentos oficiais; a Lei nº 6.015 (1973), dispondo sobre os registros públicos e a Lei nº 6.546 (1978), dispondo sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.

privado como “de interesse público e social”, não havia previsão de recolhimento desses documentos<sup>4</sup>.

Com relação às instituições brasileiras, os arquivos privados e outros registros documentais começaram a ser reunidos na década de 1960, inicialmente no âmbito de universidades, mas, como é possível constatar pela nomenclatura adotadas para tais espaços<sup>5</sup>, a diferença entre o que hoje se considera um centro de memória e os arquivos e centros de documentação ainda não era totalmente compreendida. A partir da década de 1980, outros tipos de instituições públicas e privadas contemplaram a necessidade de criação de tais espaços e, apesar do termo “centro de memória” passar a ser mais utilizado<sup>6</sup>, somente a partir dos anos 2000 houve uma definitiva disseminação de trabalhos envolvendo memória institucional no país.

### **Memória em rede**

O esforço aqui realizado para diferenciar as instituições-memória atualmente conhecidas, das quais os centros de memória representam a mais recente formação, foi um dos principais motivadores para a criação da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais. Isso porque as equipes de alguns centros de memória mineiros constataram, além das dificuldades para definir sua “identidade”, em comparação com outros lugares de memória, que sua atuação ainda não havia sido normatizada metodologicamente, já que cruzava diversas áreas do conhecimento, como Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação, Conservação, História, Museologia, dentre outras.

A primeira instituição a se manifestar frente a tais dificuldades foi o Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais (CMJT), fundado em 1999. De acordo com relatos de profissionais da instituição,

um dos grandes desafios da equipe, à época, foi buscar maneiras de resguardar a documentação que se apresentava. No Tribunal Regional do Trabalho de

---

<sup>4</sup> De acordo com o §1º, art. 22 do Decreto nº 4.073: “A declaração de interesse público e social (...) não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo” (BRASIL, 2002).

<sup>5</sup> Otacílio Marques (2007, p. 46-52) indica, entre os primeiros centros de memória nacionais, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1962); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (1973); o Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (1974) e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (1987).

<sup>6</sup> Os primeiros centros de memória de empresas privadas nacionais são o Núcleo de Cultura Odebrecht (1984), a Memória da Eletricidade Eletrobrás (1986), o Centro de Memória Bunge (1994) e a Memória Globo (1999) (MARQUES, 2007, p. 53).

Minas não existia nenhuma orientação ou política de preservação documental. Essa não era a atividade-fim da instituição e até o conceito centro de memória era difícil de ser percebido. (...) Nenhum de seus integrantes tinha qualquer conhecimento para esse fazer. (DINIZ, RABELO, MENEZES, 2013, p. 50).

Conforme os trabalhos e as dificuldades foram se apresentando, a equipe do CMJT iniciou uma busca por informações externas, realizada por meio de uma enquete, em 2003, com a finalidade de identificar outras instituições no estado que já lidassem com a memória institucional. A enquete estabeleceu um primeiro diálogo entre os setores de memória de instituições públicas e privadas, e a tabulação dos dados apontou para a necessidade de se estabelecer um intercâmbio permanente entre esses setores.

Assim, no dia 23 de outubro de 2003, no CMJT, realizou-se a reunião inaugural do então denominado Grupo Memória das Instituições, integrado por profissionais envolvidos em centros de memória institucionais, arquivos, museus e bibliotecas, além de estudantes, professores, pesquisadores e interessados em geral.

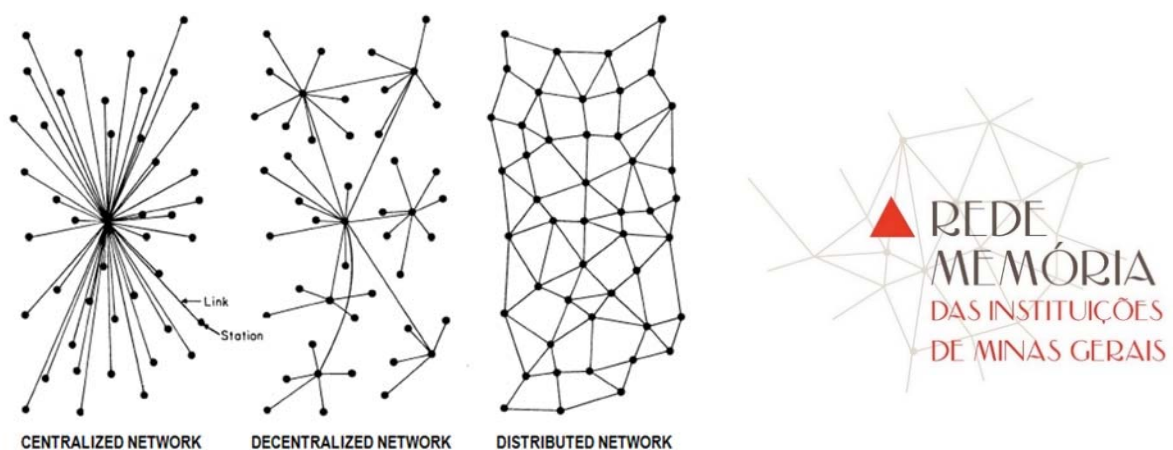
Foi estabelecida a realização de encontros mensais, nos diferentes centros de memória que faziam parte do Grupo, para que os participantes conhecessem a estrutura física e os trabalhos de cada instituição. As primeiras reuniões tinham como tema principal a constituição do Grupo, o estabelecimento das normas de funcionamento e a definição de seus objetivos, identificados como a troca de experiências, a realização de cursos de capacitação em conjunto, a promoção de seminários e conferir maior visibilidade aos trabalhos já realizados pelos setores de memória, despertando o interesse para essa iniciativa em instituições que ainda não a realizavam. Além das reuniões presenciais, foi também criado um fórum virtual, onde os membros poderiam estar em permanente contato.

O Grupo Memória das Instituições desarticulou-se após o quinto encontro, em setembro de 2004. Os motivos atribuídos à desarticulação foram, principalmente, as intensas atividades profissionais dos articuladores do Grupo; a abrangência dos temas inicialmente discutidos, que, embora tenha proporcionado uma rica troca de experiências, dificultou o estabelecimento de um foco para os trabalhos; a não abordagem de aspectos fundamentais para a estruturação e consolidação do grupo.

Ainda que tenham sido realizadas apenas cinco reuniões, a pioneira iniciativa do Grupo Memória das Instituições estabeleceu um vínculo entre alguns de seus membros que não foi desfeito com a paralisação das atividades do grupo, concorrendo para o fortalecimento das ações colaborativas entre as instituições.

Dessa forma, por iniciativa de três instituições pertencentes à primeira fase – Justiça do Trabalho de Minas Gerais, Sistema FIEMG e ArcelorMittal – e, ainda, com a participação do Galpão Cine Horto, o grupo foi rearticulado, realizando a primeira reunião dessa nova fase no dia 10 de abril de 2008 (REMIG, 2008a).

A nova denominação escolhida para a iniciativa, Rede Memória das Instituições de Minas Gerais (Remig), refletia a configuração almejada para esse grupo, baseada nas características de uma rede colaborativa – colaboração solidária, reciprocidade, flexibilidade, aprendizagem coletiva, livre adesão, autogestão e observância de interesses e objetivos comuns. Tendo como inspiração modelos de redes comunicativas distribuídas<sup>7</sup>, foi criada a logomarca da Remig, representando a descentralização e a cooperação que se esperava desse novo projeto (REMIG, 2008b):



**Figuras 1 e 2:** À esquerda, esquemas de redes de comunicação centralizada, descentralizada e distribuída, descritas por Paul Baran (1964, p. 2). À direita, logomarca da Remig criada em 2008 pela equipe do Galpão Cine Horto.

Contando com a experiência anterior, as instituições priorizaram a organização da Remig, estabelecendo uma Secretaria Executiva para a Rede que atuaria, em mandatos de dois anos, como mediadora dos trabalhos desenvolvidos; definindo o perfil de seus membros – profissionais de centros de memória institucionais, sendo que profissionais de outras

<sup>7</sup> De acordo com Martha Gabriel (2011), as redes distribuídas caracterizam-se pela não existência de “centros e qualquer nó da rede pode receber e disseminar a informação para qualquer outro nó. Nesse tipo de organização, o poder e o controle são distribuídos pelos nós e sua principal característica é que ninguém é dono da rede.

instituições culturais (arquivos, museus, bibliotecas), estudantes e professores poderiam participar enquanto convidados –; o formato e a periodicidade dos encontros – reuniões mensais itinerantes, nas sedes das instituições envolvidas – e a criação de um e-mail para a troca constante de informações.

Consolidando as decisões acumuladas ao longo dos quatro anos de trabalho da Rede, foi elaborado, em 2012, o Estatuto da Remig, que estabelecia como objetivos de atuação:

- I. Promover o intercâmbio de informações técnicas, científicas, jurídicas e outras de interesse comum;
- II. Compartilhar normas, ações, serviços e produtos de informação;
- III. Realizar visitas técnicas;
- IV. Divulgar e promover congressos e eventos;
- V. Produzir estudos, artigos e/ou materiais bibliográficos sobre o assunto;
- VI. Incentivar a criação de centros de memória institucionais no estado;
- VII. Possibilitar a integração com outras redes de memória, dentro e fora do estado de Minas Gerais. (REMIG, 2012, p. 1).

De 2008 a 2017, a Remig vem buscando cumprir os objetivos coletivamente acordados, realizando, sem interrupções, suas reuniões mensais, sempre na primeira quinta-feira de cada mês. A cada ano, o formato das reuniões é alterado, abordando desde assuntos administrativos e estruturais da Rede a temáticas afins às ações desempenhadas pelos centros de memória, desenvolvidas como workshops formativos.

As reuniões formativas, que podem ser ministradas pela própria instituição-membro anfitriã ou por palestrantes convidados são consideradas uma das maiores colaborações da Remig para seus membros. Embora seja patente a necessidade de que profissionais de diversas especialidades acompanhem os quadros dos diferentes centros de memória, na prática percebe-se que tais instituições contam com equipes muito reduzidas, por vezes compostas apenas por uma ou duas pessoas – bibliotecário e/ou historiador –, o que dificulta sobremaneira a gestão da memória institucional em toda sua amplitude. O intercâmbio de informações, embora não supra a ausência de técnicos especializados, pode lançar luz a questões que não eram visualizadas, melhorando as práticas profissionais ou mesmo apontando para a necessidade de reformulações. Além disso, os profissionais dos centros de memória possuem plena liberdade para trocar informações diretamente entre si, colaborando para a resolução de problemas imediatos.

As ações de difusão do conhecimento ao público em geral também constituem uma das preocupações da Remig, e, nesse sentido, foi idealizado o seminário “Memória e Informação nas Instituições”, que já contou com três edições, nos anos de 2008, 2009 e 2016<sup>8</sup>. Os seminários são concebidos e promovidos de forma totalmente colaborativa, sendo os temas abordados definidos em conjunto, bem como as tarefas de cada membro – que geralmente envolvem doação de serviços, como elaboração e impressão de peças gráficas, cessão do espaço físico, montagem de kits de publicações para ouvintes e palestrantes.

Outras ações da Remig envolvem a realização de visitas técnicas a outras instituições-memória, para conhecimento de boas práticas; a publicação de artigos científicos; a realização de exposições temporárias a partir do intercâmbio de acervos entre as instituições; o assessoramento a outros centros de memória que não façam parte da Rede; a edição do Boletim Eletrônico da Remig, destinado ao público em geral; e a manutenção de uma página no Facebook, que visa compartilhar com maior rapidez informações técnicas e notícias relacionadas à preservação da memória a todos os interessados.

Atualmente, a Remig conta com vinte e uma instituições-membro, estando permanentemente aberta a novas inscrições. Aproximando-se de seu 15º aniversário, a ser comemorado em 2018, muitos são os desafios e possibilidades de atuação, a começar pela expansão pelo território mineiro e todas as suas implicações, como a manutenção de um intercâmbio tão frutífero com outras cidades como o que ocorre em Belo Horizonte.

Ainda assim, considera-se que a experiência de trabalho em rede vem sendo extremamente enriquecedora, não somente do ponto de vista do compartilhamento de informações, acervos e serviços, mas também pela oportunidade oferecida aos profissionais integrantes em lidar diretamente com a gestão de uma “instituição” que ultrapassa as fronteiras de seu centro de memória específico<sup>9</sup>.

Como bem aponta Maria Inês Tomaél (2005, p. 91),

quando se aborda o tema rede, impregnado em seu conceito está à concepção de cooperação, por serem as redes responsáveis pelas articulações entre diferentes atores que interagem entre si e fortalecem todo o conjunto “à

---

<sup>8</sup> Realizados no Galpão Cine Horto (2008 e 2016) e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009).

<sup>9</sup> A gestão formal da Rede é feita pela Secretaria Executiva, composta por um secretário institucional, um secretário de comunicação, um secretário de informática e um secretário administrativo. O período de mandato dos cargos é de dois anos, podendo ser reconduzido, pelo mesmo período, apenas um dos secretários, para estimular a rotatividade entre os membros pela Secretaria Executiva. Mesmo com sua existência, todas as decisões da Rede são tomadas em conjunto, ficando a Secretaria responsável apenas pela articulação dos trabalhos e assinatura de documentos necessários.



medida que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam por meio de diversos fluxos”.

Dessa forma, a Remig vem tecendo, fio a fio, parcerias baseadas nas trocas de experiências, na colaboração, na confiança e no respeito mútuo, unindo em uma grande rede múltiplas memórias e identidades, tendo a preservação e a difusão de conhecimentos como substrato de atuação.

## Referências

BARAN, Paul. On distributed communications: introduction to distributed communications networks. Santa Monica, California: Project Rand, 1964. 37 p. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_memoranda/2006/RM3420.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. Centros de memória: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 112 p.

CENTROS de memória: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80p.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>> Acesso em: 25 abr. 2017.

DINIZ, Ana Maria Matta Machado; RABELO, Daniel Botelho; MENEZES, Isabella Carvalho. Cooperação e preservação: a história da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais – Remig. Cadernos de História, Belo horizonte, v. 14, n. 20, p. 47-58, 1º sem. 2013.

GABRIEL, Martha. Redes sociais centralizadas vs. distribuídas, 2011. Disponível em: <<https://www.martha.com.br/2011-02-11-redes-sociais-centralizadas-vs-distribuidas/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

GAGETE, Élide; TOTINI, Maria Elizabeth. Memória Empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). Memória de Empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 113- 126.

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002. 39 p.



LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. 554 p.

MARQUES, Otacílio Guedes. Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MUSEU. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3807/museu>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

PORTO, Daniela Miguéns. História e evolução do Arquivo: a exemplaridade da Torre do Tombo. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2013, 84p.

REMIG. Ata da reunião de 10 de abril de 2008. Belo Horizonte, 2008a.

REMIG. Ata da reunião de 4 de setembro de 2008. Belo Horizonte, 2008b.

REMIG. Estatuto da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012. 4 p.

TOMAEL, Maria Inês. Redes de conhecimento. 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

## Patrimônio Cultural: as práticas de preservação em Uberaba

**Andreia de Freitas Lopes**

Mestranda

Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: andreiaflopes.arq@gmail.com

**Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale**

Professora titular

Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: mariliabtvale@yahoo.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender criticamente os processos históricos e político-sociais de construção, reconhecimento e valoração do patrimônio cultural na cidade de Uberaba-MG, procurando historicizar, problematizar e refletir sobre as práticas preservacionistas, colocando em destaque o estudo do patrimônio arquitetônico. Ao tratar sobre o Patrimônio Histórico de Uberaba deve-se considerar a importância da política de descentralização na preservação do patrimônio cultural no Brasil, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que atribuiu aos municípios o papel de selecionar e zelar pela salvaguarda do próprio patrimônio cultural, e o estímulo dado pela legislação do Estado de Minas Gerais nesta direção com a implantação do ICMS Cultural. Através da análise de alguns casos específicos, busca-se compreender como a ideia de preservação obteve seu desenvolvimento na esfera pública do governo uberabense, apontando suas dificuldades e desafios.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimônio cultural; Preservação; Uberaba.

**Résumé:** Cet article vise à comprendre de manière critique les processus historiques, politiques-sociaux de la construction, la reconnaissance et la valorisation du patrimoine culturel dans la ville d'Uberaba-MG, à la recherche de l'histoire, discuter et réfléchir sur les pratiques préservationniste, en soulignant l'étude du patrimoine architectural. En parlant du Patrimoine Historique d'Uberaba on doit considérer l'importance de la politique de décentralisation de la préservation du patrimoine culturel au Brésil réalisé par la Constitution Fédérale de 1988, qui passe aux municipalités le rôle de sélectionner et d'assurer la sauvegarde de leur patrimoine culturel, et l'encouragement donné par la législation de l'État de Minas Gerais dans ce sens, avec l'implémentation du ICMS Culturel. Par l'analyse de certains cas spécifiques, on cherche à comprendre comment l'idée de conservation s'est développé dans la sphère publique du gouvernement d'Uberaba, soulignant leurs difficultés et défis.

**Mots-clés:** Mémoire; Patrimoine culturel; Préservation; Uberaba.

### Introdução

O atual conceito de patrimônio se consolidou a partir de diversas indagações que foram formuladas ao longo do tempo, assumindo assim diferentes significados dependendo da época, do lugar e do contexto a ele relacionados; constituindo-se em um campo de estudo que vem constantemente sendo discutido e ampliado. De acordo com Choay<sup>1</sup> o patrimônio histórico, envolvia, inicialmente, os monumentos nacionais que eram selecionados devido à sua importância histórica ou à sua materialidade, sendo principalmente selecionados por causa do

---

<sup>1</sup> CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

seu valor artístico e/ou estético.

Aos poucos, com a contribuição de diversas áreas da ciência, como história e antropologia, o conceito de patrimônio histórico foi sendo ampliado e substituído pela perspectiva do patrimônio cultural, o qual, atualmente segundo Vinãs<sup>2</sup>, é entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Assim sendo, para esse autor, qualquer bem que possua um significado pode ser tido como patrimônio cultural; este significado pode variar de interpretação de pessoa para pessoa, de comunidade para comunidade, levando em consideração níveis econômicos e culturais, podendo estar relacionada a valores ideológicos, afetivos, religiosos e a muitos outros.

No Brasil, a busca por uma identidade nacional motivou políticos e intelectuais a proporem medidas que preservassem bens que representassem o país; na Constituição de 1934 observa-se pela primeira vez a noção jurídica<sup>3</sup> de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, responsabilizando o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional.

A criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), – posteriormente convertido em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – pode ser considerado o marco definitivo para a implantação e consolidação das ações de preservação oficiais do patrimônio brasileiro<sup>4</sup>. Naquele momento definiu-se Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo<sup>5</sup>: “O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Na Constituição Federal de 1988 ampliou-se a definição de patrimônio, estabelecendo a preservação da memória e da identidade da sociedade brasileira; mas deve-se destacar que é ela que irá atribuir aos estados e municípios a competência de promover a proteção do próprio patrimônio<sup>6</sup>. Nesse contexto de descentralização das responsabilidades preservacionistas, percebe-se o entendimento de que o governo local é quem ofereceria melhores condições para

---

<sup>2</sup> VIÑAS, Salvador Muñoz. Teoría Contemporánea de la Restauración. Madrid: Editora Síntesis. 2003.

<sup>3</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

<sup>4</sup> CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, DF. n.34, p.147-165, 2012.

<sup>5</sup> BRASIL, Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

<sup>6</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres, op. cit.

a gestão do patrimônio, contando com a participação da sociedade e da iniciativa privada na elaboração de políticas de preservação patrimonial.

Nessa conjuntura, e a fim de entrar em consonância com as ideias e definições estabelecidas pela Constituição Federal, a Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, além de reafirmar a função do estado em proteger o patrimônio cultural mineiro<sup>7</sup>, irá delegar aos municípios responsabilidades quanto à preservação do patrimônio, incentivando, principalmente, a criação dos Conselhos Patrimoniais Municipais, sendo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG)<sup>8</sup> o órgão responsável por gerir o patrimônio estadual mineiro.

Criada em 1995, a Lei 12.040<sup>9</sup>, também apelidada de Lei Robin Hood, instituiu uma nova forma de descentralizar a distribuição da cota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços dos municípios - o ICMS -, introduzindo novos critérios que alteraram a metodologia de cálculo e distribuição dos recursos aos municípios utilizados até então, a fim de buscar sua melhor distribuição; tem-se assim o Patrimônio Cultural como um dos novos critérios estabelecidos.

A verba é recebida pelos os municípios mediante a pontuação obtida por meio de um relatório apresentado pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural ao IEPHA-MG; o relatório deverá apresentar o que foi produzido e feito para a proteção do patrimônio cultural do município, tais como: tombamentos, registros, inventários e projetos de educação patrimonial.

### **As políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural em Uberaba**

Uberaba teve sua primeira relação com as questões relativas à preservação do patrimônio histórico e artístico, dois anos após a criação do SPHAN, graças à iniciativa particular de um artista, escritor e historiador local, o uberabense Gabriel Toti<sup>10</sup>; que solicitou o tombamento da Igreja Santa Rita, um exemplar de arquitetura tradicional datada de 1854, e

---

<sup>7</sup> SOUZA, Luciana. C. C. MORAES, Nilson Alves. Estado e Patrimônio: O IEPHA-MG e o caso de Minas Gerais. In: Seminário Internacional Sobre Políticas Culturais, 4, 2013, Rio de Janeiro – RJ. Anais do IV Seminário Internacional Sobre Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

<sup>8</sup> Deve-se salientar que o IEPHA-MG existe desde 1970, período em que o IPHAN estimulou a criação dos órgãos estaduais, porém Souza (2013) afirma que o Estado de Minas Gerais foi pioneiro no país quanto às políticas preservacionistas, pois desde 1926, o estado contava com uma Inspeção Estadual de Monumentos.

<sup>9</sup> A lei 12.040/1995 foi alterada pelas leis 13.803/2000 e 18.030/2009.

<sup>10</sup> BILHARINHO, Guido. Personalidades Uberabenses. 1.ed. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014.

que foi inscrita no livro de Belas Artes do IPHAN<sup>11</sup> em 1939<sup>12</sup>.

Abandonado por anos, esse patrimônio só despertou o interesse público no final do século XX, quando, em 1981, foi criada a Fundação Cultural. Responsável pela fundação do Museu de Paleontologia (1986)<sup>13</sup>, pela restauração da Igreja Santa Rita e a criação do Museu de Arte Sacra (1987); uma das primeiras iniciativas da entidade, já em 1985, foi a implantação do Arquivo Público (APU)<sup>14</sup>, entidade que teve um papel fundamental no levantamento do histórico dos edifícios da cidade.

O Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba<sup>15</sup>, criado em 1984, só passou a ter mais força quando mudou de consultivo para deliberativo em 1998<sup>16</sup>, sendo denominado Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (Codemphau); posteriormente este foi convertido, no início de 2006, em Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (Conphau), através de um projeto de lei<sup>17</sup> que ampliou suas funções, dotando-o de normativas mais claras para a preservação do patrimônio histórico e artístico do município.<sup>18</sup>

Nota-se que a data da transferência de maiores poderes para o conselho foi próxima à reformulação da distribuição do ICMS aos municípios, assim, Uberaba tem participado, com sucesso, em termos da pontuação obtida<sup>19</sup>, de todas as edições do programa desde a criação do ICMS Cultural de MG, atendendo, portanto, aos requisitos e orientações estabelecidas pelo IEPHA-MG.

Além do Conphau e da Fundação Cultural, Uberaba conta com a presença de vários agentes culturais e gestores do patrimônio na cidade, como: o Arquivo Público, o Museu de

---

<sup>11</sup> IPHAN. Processo nº 0187-T-38, Inscr. nº 275, Vol. 1, F. 047, de 22 de dezembro de 1939.

<sup>12</sup> Em um período em que a maior parte dos tombamentos foram propostos pelos técnicos do próprio SPHAN, o pedido de tombamento da Igreja de Santa Rita por um particular chama a atenção; segundo CHUVA (2012), o órgão demonstrava forte empenho em considerar os pedidos encaminhados por particulares.

<sup>13</sup> Desde a década de 1940, descobertas paleontológicas deu notoriedade à Peirópolis, um distrito de Uberaba, mas até o final da década de 1980 todos os fósseis encontrados na região eram enviados para o Museu de Ciências da Terra/ RJ. Desde 2011, o Complexo Científico Cultural de Peirópolis encontra-se vinculado à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais.

<sup>14</sup> Dados obtidos no portal da Fundação Cultural de Uberaba, 2017.

<sup>15</sup> UBERABA. Lei nº 3.483, de 22 de março de 1984.

<sup>16</sup> UBERABA. Lei nº 6.5423, de 16 de janeiro de 1998.

<sup>17</sup> UBERABA. Lei nº 9928, de 21 de março de 2006.

<sup>18</sup> UBERABA. Portal da Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU).

<sup>19</sup> De acordo com o portal do IEPHA-MG (2017), somente no ano de 2016, Uberaba, alcançou a pontuação de 17, 03 no ICMS Cultural, o que gerou o recebimento de 220 mil reais de recursos provenientes de ações ligadas à preservação do patrimônio cultural uberabense.

Arte Sacra, o Museu do Zebu, o Museu de Arte Decorativa, o Museu dos Dinossauros e o Centro Cultural José Maria Barra. Nota-se assim que há em Uberaba uma forte preocupação com o patrimônio cultural, através do esforço de diferentes grupos, públicos e privados, em estabelecer a preservação das memórias relativas às histórias da cidade.

### **Uberaba: breve histórico e seu patrimônio arquitetônico**

Uberaba foi o principal entreposto comercial no século XIX da região conhecida por ‘Sertão da Farinha Podre’, que corresponde, atualmente, ao Triângulo Mineiro e a parte do Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Fundada por volta de 1809, o rápido desenvolvimento da cidade esteve atrelado principalmente a sua posição estratégica, localizada próxima ao Rio Grande – que faz a divisa entre os atuais estados de São Paulo e Minas Gerais – e às margens da antiga Estrada do Anhanguera ou Picada de Goiás, Uberaba era o arraial que ligava São Paulo e o litoral do país às regiões mineradoras de Goiás e Mato Grosso.<sup>20</sup>

Desde a sua fundação, o ponto central do núcleo urbano foi o Largo da Matriz<sup>21</sup>, de onde nasciam as primeiras ruas do então arraial e onde foram construídas suas primeiras edificações, como a Igreja da Matriz<sup>22</sup> e a Câmara Municipal; a igreja tinha destaque na paisagem, sendo um local importante para os habitantes, onde ocorriam inúmeras formas de sociabilidade em missas, festas religiosas, casamentos, batismos e funerais, além do largo servir de palco para discussões políticas. A partir do Largo da Matriz, a cidade era dividida em outras cinco áreas, também chamadas de colinas – sendo delimitadas por córregos ou regos d’água – que eram: Estados Unidos, Boa Vista, Misericórdia, Cuiabá e Barro Preto.<sup>23</sup>

O rápido crescimento do arraial – a freguesia, criada em 1820, foi elevada à vila já em 1836; em 1840 foi elevada a comarca; e adquiriu a prerrogativa de cidade em 1856 – influenciou no desenvolvimento da arquitetura local; no final do século XIX, com a inauguração da estrada de ferro da Companhia Mogiana e a expansão da pecuária, sobretudo na especialização da criação zebuína, Uberaba passou por transformações que modernizaram a cidade e que se

---

<sup>20</sup> SAMPAIO, A. B. Uberaba: História, fatos e homens. Uberaba: Edição Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

<sup>21</sup> Atual Praça Rui Barbosa.

<sup>22</sup> Atual Catedral Metropolitana de Uberaba. De acordo com Marília M. B. T. Vale (1989) a primitiva Capela de Santo Antônio de São Sebastião de Uberaba foi construída em 1815, junto dela também havia um pequeno cemitério. Posteriormente, com a construção da nova matriz em 1827, a primitiva matriz e seu cemitério foram demolidos para a construção de um novo cemitério onde hoje fica localizada a Praça Frei Eugênio.

<sup>23</sup> SAMPAIO, A.B., op. cit.

refletiram tanto na expansão urbana quanto na produção arquitetônica.<sup>24</sup>

No contexto dos ideais de modernização Lourenço<sup>25</sup> afirma que, no início do século XX, o poder público municipal, a fim de “acabar com o aspecto rústico que a paisagem urbana ainda conservava”, criou regulamentações através da atualização do Código de Posturas<sup>26</sup>, que tratava do embelezamento da cidade, com leis que abordavam desde ao uso do solo urbano a regras para se construir, estipulando afastamento das edificações, alturas mínimas e o tamanho de janelas e portas. Foram estabelecidas também medidas que visavam o ordenamento do espaço urbano, como o alinhamento e o tamanho de lotes, quarteirões, calçadas e ruas, contribuíram assim para uma mudança física da cidade. São das primeiras décadas do século XX, as construções de inúmeros casarões e palacetes no entorno do antigo Largo da Matriz, pertencentes à elite política e pecuarista uberabense.

Entretanto, na década de 1960, Uberaba passou, assim como outras cidades brasileiras, por um processo de expansão urbana e por mudanças na ocupação dos edifícios do centro da cidade, com a substituição do uso residencial por comercial. Esta mudança de uso causou a demolição de casas e palacetes e a verticalização na área central. Símbolos de poder e de prestígio, no entanto, pequena quantidade desses casarões resistiram ao tempo, junto com outras construções, sendo ainda visíveis no conjunto arquitetônico histórico uberabense remanescente, e constituindo-se em importante parte de seu patrimônio cultural

O centro da cidade ainda guarda construções grandiosas como a Igreja Matriz, a Câmara Municipal, edifícios públicos, casas/palacetes, além de outras igrejas; esses edifícios, representantes da arquitetura tradicional, neocolonial, eclética (neobarroca, neogótica, neomourisca) e art déco, dividem espaço com prédios modernos, como a sede dos Correios e Telégrafos, um dos exemplares pioneiros de arquitetura moderna na cidade. Assim, verifica-se que em Uberaba há um conjunto de edifícios que são resultado de um passado materializado na paisagem, que são testemunhos de outros momentos urbanos e que, portanto constituem importantes elementos de seu patrimônio histórico e arquitetônico.

### **A preservação do patrimônio arquitetônico em Uberaba**

---

<sup>24</sup> VALE, Marília M. B. T. *Arquitetura religiosa do século XIX no antigo Sertão da Farinha Podre*. 1998. 186 f. Tese (Doutorado em História da Arquitetura Brasileira) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

<sup>25</sup> LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

<sup>26</sup> UBERABA. *Código de Posturas, 1927. Documentação pertencente ao Arquivo Público de Uberaba*.



Ao analisarmos a lista de bens imóveis tombados e inventariados<sup>27</sup> verifica-se que o período de maior atuação do Conselho Patrimonial de Uberaba é próximo a sua criação, já que apenas no ano de 1987, três anos após a sua fundação, um total de 127 imóveis foram inventariados no município. Deste montante, dez foram tombados entre 1988 a 1999; vale ressaltar que a totalidade dos bens tombados nesse período são institucionais, como a Câmara Municipal, o Mercado, a Santa Casa de Misericórdia, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro<sup>28</sup>, além da Praça Rui Barbos, o (antigo Largo da Matriz) e de outros edifícios ligados a Igreja. Ao avaliarmos essa fase inicial dos trabalhos do Conphau, percebe-se também que a grande maioria dos bens selecionados para o inventário de 1987, são exemplares de arquitetura eclética, representantes do período modernizador de Uberaba.

Após esse período de intenso trabalho, nota-se que apenas em 2004 ocorreria um aumento considerável na lista de bens inventariados, quando 54 novos bens foram inscritos na lista. Durante essa época também houve nova atualização nos bens tombados pelo município, sendo acrescentados mais seis imóveis aos dez anteriores. Nessa segunda leva, observa-se que o Conphau priorizou a proteção de representantes da arquitetura neocolonial, indicando a inclusão de novos valores e temporalidades dos exemplares selecionados.

Pode-se considerar que nos últimos anos a atuação do Conphau, quanto à preservação do patrimônio arquitetônico, decaiu consideravelmente; de 2004 a 2017, apenas nove imóveis foram acrescentados ao inventário, e apenas quatro bens foram tombados, a despeito da grande quantidade de bens inventariados indicados para preservação. Nota-se através da análise dos dados e ações feitas pelo Conphau, que nos últimos anos o conselho passou a se interessar mais pelo inventário de acervos de bibliotecas e arquivos, e pelo registro do patrimônio imaterial, o que não são o foco deste artigo.

No entanto, apesar da existência de leis municipais que visam à proteção de todo esse patrimônio, e da existência de um órgão municipal regulamentador, o patrimônio arquitetônico de Uberaba enfrenta graves problemas quanto a sua preservação, que se encontra em sua maioria em estado de abandono ou passando por reformas – em realidade, demolições parciais - em que apenas a fachada do mesmo é mantida.

---

<sup>27</sup> De acordo com os dados atualizados do Conphau (2017), a cidade possui atualmente um bem imóvel tombado em nível federal, 20 bens imóveis tombados em nível municipal e outros 178 inventariados; 4 bens móveis e integrados tombados em nível municipal e 4 inventariados; um bem registrado e um inventariado como patrimônio imaterial.

<sup>28</sup> Atual UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Toda a fiscalização dos bens fica sob a responsabilidade de um conselho que são assessorados por uma equipe técnica, que ocupam cargos de confiança, formada atualmente por: um engenheiro, um arquiteto (assessorados por dois estagiários de arquitetura), um historiador (assessorados por dois estagiários de história) e um advogado; esta equipe é responsável pela elaboração dos levantamentos, propostas e pareceres técnicos, que são aprovados ou recusados por um conselho, onde eles não possuem poder de voto. Este é constituído por onze membros, sendo que apenas cinco deles representam a sociedade civil; os demais seis indicados pelo Governo Municipal, dentre eles o presidente do conselho, ou seja, a maioria do conselho é composta por funcionários ligados a prefeitura. Esta composição política claramente favorece a prefeitura na defesa de seus interesses e posições quanto à preservação cultural.

De acordo com entrevistas<sup>29</sup> feitas com integrantes e ex-integrantes do corpo técnico, estes afirmam que o Conselho respeita e acata as propostas apresentadas por eles; porém através da análise das ações tomadas pelo Conselho pode-se observar que ou o corpo técnico anda cedendo às pressões políticas ou o Conselho toma algumas decisões indiferentes ao parecer técnico, contradizendo os pareceres dos mesmos.

Uma entrevista feita com um ex-integrante do Conselho, representante da sociedade civil, aponta que é comum à defesa dos interesses da prefeitura por parte do Conselho, em alguns casos com o apoio do próprio corpo técnico, o qual, em grande parte é composto por profissionais não concursados que se sentem vulneráveis em contradiz seu empregador. Como exemplo, o entrevistado citou o recente caso do Cine Metrópole, construção em estilo art déco de 1941, que fica em anexo a um hotel, o Grande Hotel, que foi o primeiro arranha-céu da cidade e região. O Conselho autorizou, junto com o parecer favorável do corpo técnico, a demolição do interior do edifício onde se localiza o cinema para que nele fosse construído um estacionamento.

Vale destacar que Uberaba vem passando por inúmeras alterações no trânsito, com a implementação do sistema de BRT (*Bus Rapid Transit*), o que gerou na proibição em se estacionar veículos nas principais avenidas da zona central da cidade, justamente onde o cinema se encontra, gerando fortes críticas à prefeitura, por parte da população, devido à falta por vagas de estacionamento. Esta situação foi uma das justificativas para a autorização para a demolição

---

<sup>29</sup> Para a realização deste trabalho foram feitas entrevistas com funcionários e ex-funcionários do Conphau que não terão o seu nome divulgado a pedido dos mesmos.

do interior do Cine Metr pole e sua transforma o em estacionamento. O acordo firmado com os proprietários do edifício é de que, em contrapartida   esta demoli o, se fará a restaura o do hotel. Mas o que garante, de fato, que após a demoli o do mesmo o hotel será realmente reformado?

Este questionamento é justificado especialmente tendo em vista outros casos semelhantes, como o caso do Hospital São José<sup>30</sup> que, em 2013, obteve autoriza o do Conselho e parecer favorável do corpo técnico do Conphau para a demoli o do interior do edifício eclético do início da década de 1920, com a manuten o de sua fachada, visando a amplia o do hospital a ele anexo, a fim de suprir a crescente demanda por leitos. Porém, passados quatro anos, o edifício veio abaixo, restando apenas a sua fachada, e o projeto de amplia o do hospital foi descartada.

Outro caso, mais recente, demonstra o descaso dos proprietários com seus imóveis e o mau que a falta de fiscaliza o por parte do Conphau tem acarretado ao Patrimônio Cultural de Uberaba. Um palacete neocolonial, inventariado desde 1987, e localizado em uma das principais avenidas da cidade – Avenida Leopoldino de Oliveira, n 3294 – da década de 1930-1934, caiu após reformas realizadas pelo proprietário. O conselho havia autorizado às reformas, que não incluíam a demoli o do mesmo. As reformas foram aprovadas a fim de adequar o palacete as necessidades de uma casa contemporânea, mas devido à falta de fiscaliza o o edifício acabou por cair quase que por completo, restando apenas a sua fachada.

Constata-se, de fato, é que com 178 bens imóveis inventariados e mais outros 21 tombados, o Conphau tem tido muitas dificuldades em fiscalizar esse patrimônio, apesar de, em primeira instância, contar com corpo técnico qualificado e em número suficiente para agir.

Entrevistados afirmaram que é comum que os proprietários de imóveis tombados e inventariados os desgastem aos poucos, ou que não deem nenhum tipo de manuten o no edifício, almejando que o imóvel perca seu valor, podendo, inclusive, ocorrer ocasionalmente, a sua interdi o e a sua queda, para que o proprietário possa, em fim, dispor do terreno como bem entender, já que esses edifícios, geralmente se encontram em áreas centrais muito valorizadas da cidade. Pode-se tomar como exemplo o caso do Solar Castro Cunha, localizado no antigo Largo da Matriz; datado de 1934, representante do estilo neomourisco (eclético) na cidade; tombado pelo município desde 1999, o palacete se encontra em evidente processo de

---

<sup>30</sup> Localizado na Rua Santo Ant nio, n 12 – Bairro Centro,

degradação, sem que os donos tomem qualquer providencia para recuperar o edifício ou sem que o conselho os notifique.

Percebe-se também que pelo alto número de bens inventariados e pela data em que o primeiro e o último imóvel foram inventariados - em 1987 e 2008, respectivamente -, e pelo estado de deterioração em que muito deles se encontram, que o Conphau tem dito pouca ação de fiscalização. A falta de fiscalização fragiliza igualmente a isenção fiscal garantida aos proprietários de bens inventariados, a fim de que esses recursos sejam utilizados na manutenção do edifício. Muitos desses edifícios já passaram por descaracterizações consideráveis, mas como continuam inventariados, seus proprietários continuam recebendo isenções.

### **Considerações finais**

As situações e exemplos acima referidos apontam as fragilidades da política patrimonial uberabense com respeito à efetiva preservação ao patrimônio arquitetônico, cujas causas podem ser relacionadas tanto às pressões de interesses políticos quanto por ser fortemente vinculada à ideia de inventariação e, embora em menor escala, ao tombamento de bens isolados. No entanto, apesar de sua fragilidade e da constante depreciação dos bens inventariados e/ou tombados, o município tem recebido pontuações relevantes no contexto do ICMS Cultural, o que revela o desvinculamento entre a legislação que de fato existe e as ações efetivas de proteção do patrimônio arquitetônico, indicando que, assim como em outros municípios mineiros, as ações preservacionistas se voltam prioritariamente ao cumprimento das tarefas estabelecidas vinculados a uma preocupação arrecadatória junto ao Estado, apoiadas por um discurso de caráter retórico da administração pública e de seus órgãos culturais.

Com caminhos possíveis para uma atuação mais eficaz, aponta-se a necessidade de melhor compreensão das questões relacionadas à preservação arquitetônica e seus dilemas teóricos, técnicos e políticos – como evidenciado no caso do Grande Hotel e do Cine Metrôpole -, a atuação mais eficaz dos órgãos responsáveis – evidenciado na deficiência da fiscalização dos bens já identificado e reconhecidos como de valor de preservação (inventariados) – e na busca de uma integração dos bens a uma polícia urbana mais ampla, no qual o bens patrimoniais, arquitetônicos e urbanos – sejam considerados como vetores fundamentais dos mesmos.

## A Arquitetura Popular Como Recurso Patrimonial, Etnográfico e Turístico: um estudo sobre *La Alberca*-Salamanca/Espanha

**Rosana Eduardo da Silva Leal**

Docente do Departamento de Turismo

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: rosanaeduardo@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento local, tendo como objeto de estudo La Alberca, pequeno povoado situado na Sierra de Francia em Salamanca/Espanha. Dentre muitos dos seus elementos identitários, destaca-se a sua arquitetura popular, concebida como um testemunho dos modos de vida rural vivenciados no século XIX e XX. Para a elaboração do artigo, utilizamos da pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como técnicas de pesquisa a observação direta e do registro fotográfico. A pesquisa demonstrou que a arquitetura popular agrega um misto de técnicas, conhecimentos e tecnologias do homem do campo, valorizando a própria realidade local. Portanto, considerar a arquitetura popular é trazer à tona seu conteúdo cultural, que reflete necessidades, experiências e saberes do homem comum.

**Palavras-chave:** patrimônio, arquitetura popular, desenvolvimento, espaço rural, turismo

**Resumen:** El presente trabajo tiene por objetivo reflexionar sobre la relación entre patrimonio, turismo y desarrollo local, teniendo como objeto de estudio La Alberca, pequeño pueblo situado en la Sierra de Francia en Salamanca/España. Entre muchos de sus elementos identitarios, se destaca su arquitectura popular, concebida como un testimonio de los modos de vida rural vivenciados en el siglo XIX y XX. Para la elaboración del artículo, utilizamos la investigación bibliográfica y de campo, teniendo como técnicas de investigación la observación directa y del registro fotográfico. La investigación demostró que la arquitectura popular agrega una mezcla de técnicas, conocimientos y tecnologías del hombre del campo, valorando la propia realidad local. Por lo tanto, considerar la arquitectura popular es traer a la superficie su contenido cultural, que refleja necesidades, experiencias y saber del hombre común.

**Palabras clave:** patrimonio, arquitectura popular, desarrollo, espacio rural, turismo.

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento, tendo como objeto de estudo *La Alberca*, pequeno povoado situado na Sierra de Francia em Salamanca/Espanha, declarado Conjunto Histórico Artístico Nacional em 1940. Atualmente a localidade destaca-se não só por preservar suas edificações e traçados urbanísticos, mas também por considerar o turismo como mecanismo de fixação da população e fonte de desenvolvimento local, sendo reconhecido como importante destino turístico da zona rural de Castilla y León – Espanha.

Dentre muitos dos seus elementos identitários destaca-se a sua arquitetura popular, concebida como um testemunho dos modos de vida rural vivenciados no século XIX e XX. Trata-se de um dos principais representantes da tradição rural da província de Salamanca, que se apresenta como um recurso patrimonial e etnográfico local. Em *La Alberca*, a arquitetura

popular não se constitui como um vestígio arqueológico, como acontece com muitas construções espanholas. Trata-se de um patrimônio ativo e vivenciado pelos seus antigos e novos moradores, bem como pelos visitantes e turistas. Assim, seguindo tal premissa, o presente trabalho buscará discutir sobre o papel da arquitetura popular na representação simbólica do espaço rural, considerando as estratégias de uso turístico.

O artigo é parte das pesquisas etnográficas desenvolvidas durante o período de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia de Ibero-América da Universidade de Salamanca/Espanha, sob a orientação do Prof. Dr. Ángel-Baldomero Espina Barrio. O estudo contou com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e está inserido no eixo temático “Identidade e Patrimônio Cultural” do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR, vinculado ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Para a elaboração do artigo, utilizamos da pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como técnicas de pesquisa a observação direta e o registro fotográfico.

O texto está dividido em três partes: reflexão teórica, apresentação dos dados empíricos e análise. Primeiramente buscaremos discutir a relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento. Depois contextualizaremos as dimensões históricas, culturais, sociais e econômicas do povoado estudado. E posteriormente faremos uma reflexão sobre os elementos caracterizadores da arquitetura popular, dando ênfase à sua importância sociocultural, patrimonial e identitária, considerando o papel do turismo neste âmbito.

### **A Ativação Patrimonial em Ambientes Rurais**

No século XXI, o patrimônio adquiriu significados diversos, absorvendo macro e micro tendências de ativações. As macro ativações são destinadas a um público amplo, centrada no volume (de visitantes e retornos financeiros), amplamente promovidos por governos nacionais ou de grandes cidades, bem como de grandes empresas e/ou fundações. Já as micro ativações abrangem iniciativas locais, promovidas por prefeituras, particulares ou agentes das localidades, cujo objetivo é a moderada incidência na dinâmica econômica e sociocultural. Os repertórios são ativados por versões ideológicas da identidade, estabelecendo uma relação dialética entre a realidade, valores, ideias e interesses de quem as propõem.

Para Prats (2004), o patrimônio é antes de tudo uma construção social, que acontece dentro de um contexto sócio-político e intelectual determinado. É um artifício idealizado por

alguém, em algum lugar e com um determinado objetivo, passível de ser historicamente modificado em que são utilizados critérios, tendências e interesses. Para os turistas contemporâneos, o patrimônio apresenta-se como um refúgio simbólico, caracterizador identitário de um povo.

Há hoje um intenso interesse das diversas instâncias da sociedade em ativar e promover o patrimônio. A patrimonialização pode ser concebida como a legitimação das referências simbólicas, ideológicas e valorativas de determinado repertório. Pela sua considerável capacidade de representação simbólica e identitária, é capaz de mobilizar recursos para sua ativação, conservação e exposição. Neste sentido, possui um considerável potencial econômico, na medida em que tem a capacidade de estimular a mobilização de um grande contingente de pessoas a determinadas espaços patrimoniais e produzir um efeito multiplicador de ingressos de divisas, capaz de movimentar a infraestrutura local e turística.

Appadurai (1999) enfatiza que a *imaginação* está presente na vida social cotidiana, sendo firmemente expressada nas práticas de consumo, de estilo e de gosto, deixando de ser um mero escape da vida cotidiana ou apenas um componente estético. Para o autor, se por um lado a imaginação permite que os cidadãos modernos possam ser disciplinados e controlados pelos setores hegemônicos da sociedade, por outro essa mesma imaginação possibilita o surgimento de outros modelos coletivos pautados em novas ideias de gostos e desejos, poderes, sobrevivências e resistências.

Urry (2001) também considera o poder da imaginação no contexto turístico, quando explica que os lugares são escolhidos para serem visitados e contemplados principalmente pela expectativa gerada, resultante dos *devaneios* e *fantasias* construídas. Tal pensamento é uma retomada às ideias de Campbell (1987 apud URRY, 2001), que explica que tais elementos são fundamentais no consumo contemporâneo. Neste âmbito podemos identificar as edificações, que exercem extrema importância na constituição do olhar do turista contemporâneo, uma vez que o patrimônio se apresenta como um signo de determinado destino, contribuindo significativamente para influenciar o olhar do turista.

Conforme salienta Urry (2001), não há um olhar único do turista, posto que este pode variar de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico vivido. O olhar do turista é constituído de signos e é por isso que a atividade turística coleciona, cria e amplia seu repertório simbólico, buscando reproduzir novos objetos de contemplação, devaneio e fantasia. Há nesse sentido o aparecimento de um novo tipo de patrimonialização, pautada não mais nas



características identitárias locais, mas em versões exteriores e muitas vezes estereotipadas dessas identidades, que se distanciam dos valores, saberes e versões simbólicas dos seus protagonistas (PRATS, 2004).

### **Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento local**

No início do século XX até a década de 60, o território rural espanhol foi fortemente atingido pelo processo de industrialização, que, pela sua reduzida capacidade de criação de empregos e geração de divisas, viu sua população evadir-se para o espaço urbano. Essa realidade favoreceu o despovoamento dos núcleos rurais e a deterioração do sistema agrário tradicional, pela descontinuidade da presença das novas gerações no sistema produtivo local. Entretanto, desde o fim dos anos oitenta, o meio rural começou a buscar mecanismos de alteração do cenário de abandono vivido anteriormente. Essa mudança foi em parte, minimizada pela absorção de novas funções (industrial, residencial e turística), que favoreceram a diversificação e dinamização produtiva, a partir da valorização dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, que ampliaram as possibilidades de renovação da sua base econômica (GISBERT, 2005).

A ativação produtiva do espaço rural não é uma tendência vivida só pela Espanha, mas por toda a Europa, que viu tal território ser firmemente atingido por fatores como o esvaziamento populacional, desaparecimento de práticas agrícolas tradicionais, deterioração do meio ambiente e redução das oportunidades de trabalho. Contexto que levou vários países a buscar alternativas de diversificação econômica, que estimulasse a revitalização das comunidades rurais, na medida em que o setor agrícola já não mais garantia isoladamente o desenvolvimento local (VERBOLE, 2002).

Dentre as novas funções absorvidas pelo território rural está a atividade turística, que, pelo seu considerável efeito multiplicador, passa a ser considerada uma importante alternativa de abertura local diante do mundo globalizante, utilizando para isso seu repertório cultural, pautado no seu patrimônio, crenças e história. Por isso, o turismo em âmbito rural passou a ser fomentado por diferentes instâncias da administração pública, como ferramenta capaz de estimular a fixação da população residente; a diversificação da economia rural; a geração de pequenas e médias empresas; o aumento da oferta de empregos e o bem estar social. Possibilitou também à recuperação de indústrias tradicionais e atividades artesanais, bem como a proteção do patrimônio e espaços naturais.

A atividade turística possibilita revalorizar às áreas rurais, considerando-as não só como produtoras de alimentos, mas também como símbolos identitários da cultura agrícola, que abarca elementos como: estilo de vida, linguagem, trabalho, arte, artesanato, crenças, relações sociais e formas de ócio. Representa ainda um espaço físico humanizado, na medida em que é composto por áreas de cultivo e de construções tradicionais, que refletem elementos concretos e simbólicos na intrínseca relação entre homem e meio ambiente.

Por suas características, o espaço rural representa um conjunto de possibilidades de desenvolvimento de um turismo alternativo, que passa a ser produtor e não só produto dessa atividade, na medida em que se pauta na gestão local capaz de favorecer os próprios moradores, diferenciando-se sobremaneira do turismo de massa – muito comum nas áreas litorâneas e urbanas.

No caso da Espanha, o novo dimensionamento no espaço rural não ocorreu de forma homogênea, uma vez que os vilarejos que estão menos preparados em termos demográficos, produtivos e de infraestrutura, ou mesmo localizam-se em áreas menos acessíveis, têm dificuldades em absorver as funções contemporâneas e desenvolver estratégias de inserção na economia mundial. No caso da região pesquisada, isso também se faz sentir.

En definitiva, los núcleos que presentan una situación más favorable son los que, en líneas generales, perdieron menos población y han sido capaces de desarrollar, con la ayuda de los programas europeos, nuevas actividades relacionadas fundamentalmente con el turismo rural, con la extensión y mejora de productos agroindustriales de gran arraigo en la zona (embutidos, cerezas, miel, vino), así como con la conservación de las importantes zonas forestales. Ello ha creado nuevas expectativas de empleo y ha invertido el proceso migratorio, atrayendo a población de los municipios cercanos para ocupar los nuevos puestos de trabajo. Son, por lo tanto, los que con ayuda saldrán adelante con mayor facilidad (GISBERT, 2005).

O que se percebe é que o relacionamento das localidades rurais com as lógicas socioeconômicas da globalização está estreitamente ligado à capacidade de resposta dos vilarejos diante desse novo cenário – capaz de transformá-lo em um dinâmico depósito de recursos materiais (capital físico-natural e de infraestrutura) e imateriais (capital humano e social), cujo poder de inovação possui caráter mais coletivo que individual (PÉREZ; ITUARTE, 2005).

### **A Arquitetura Popular Albercana**

A busca pelo contato com o *modus operandi* do passado rural tem transformado diversos povoados da província de Salamanca em destinos turísticos, que são visitados durante todo o

ano. *La Alberca*, localidade que melhor soube gerir a atividade turística na região da *Sierra de Francia*, foi o primeiro vilarejo em toda a Espanha a ser declarado Conjunto Histórico Artístico Nacional, em 1940, possuindo uma singular arquitetura tradicional e um distinto traçado urbanístico. Hoje, é o símbolo do Turismo Rural da região serrana salmantina, graças ao empreendedorismo de seus habitantes, que souberam utilizar suas características culturais, naturais e sociais em benefício próprio.

Como conta com uma diversificada oferta comercial, cultural e de infraestrutura turística, exerce maior poder de atração turística em relação aos outros vilarejos serranos. Trata-se do povoado de maior popularidade na região serrana, graças ao conjunto de elementos materiais e imateriais que o torna um peculiar e bem visitado destino turístico no âmbito rural salmantino.

No século passado, *La Alberca* foi marcada pela migração em massa da população mais jovem e economicamente ativa, bem como pelo abandono dos diversos segmentos públicos do país. Atualmente, tem como principais atividades produtivas o turismo, a produção industrial de embutidos, a produção artesanal de alimentos (pães, mel, doces e bolos) e agricultura tradicional, voltada para o cultivo de castanha, azeitona e cereja.



**Foto 01:** Produtos comercializados em *La Alberca*. Fonte: Acervo da pesquisa

Mercedes Cano Herrera, antropóloga que viveu por oito anos no vilarejo e escreveu diversos artigos sobre a cultura albercana, ao analisar o desenvolvimento turístico na localidade,

identifica a veia comerciante e empreendedora dos habitantes como principais fatores para o turismo florescer e se tornar, junto com a economia tradicional, uma importante fonte de empregabilidade e divisas locais. Assim, para melhor gestionar o patrimônio para fins turísticos sem perder as características identitárias, a prefeitura solicitou um assessoramento antropológico, ao qual a pesquisadora fez parte, em busca de um turismo de qualidade e embasado em referências locais.

El carácter de comerciantes del que hemos hablado, unido a este outro de no desaprovechar nada y a una apertura de mentes que les impede a no recharzar manifestación cultural alguna, han permitido a los albercanos aprovechar su patrimonio para ofrecer al turista el espectáculo de su cultura representado por ellos mismos, pasando de esta economía casi de subsistencia a una fuerte, orientada fundamentalmente hacia el turismo y los servicios, que no solo aporta una tasa de paro del 0% sino que oferta continuamente puestos de trabajo para inmigrantes de dentro y de fuera de nuestras fronteras (HERRERA, 2008, p. 127).

Hoje, arquitetura, festas, indumentária, monumentos e o modo de vida tradicional são intensamente representados turisticamente pelos próprios habitantes locais. No território albercano, o turismo aparece como uma economia moderna, que dialoga com a economia tradicional rural presente na localidade.

O patrimônio material albercano está envolvido por uma paisagem constituída de um valor contemplativo e de tranquilidade, que se remete a um passado rural constituído por costumes, saberes, práticas alimentares, vestuário, rituais e produção artesanal. Um dos principais representantes da tradição rural da província de Salamanca é a arquitetura popular. Esta se apresenta como um singular recurso patrimonial e etnográfico local, sendo um significativo recurso turístico da localidade.



**Foto 02:** *Plaza Mayor de La Alberca.* Fonte: Acervo da pesquisa.

Em *La Alberca*, a arquitetura popular não é um vestígio arqueológico, como acontece com muitas construções espanholas. Ela está viva e vivenciada pelos seus moradores e visitantes, que dão novos usos ao conjunto patrimonial local. Esta agrega um misto de técnicas, conhecimentos e tecnologias do homem do campo, valorizando a própria realidade local. Neste modelo arquitetônico, tem-se a valorização do principal protagonista, que é o indivíduo como produtor criativo, que busca a convivência harmônica com a natureza e seus semelhantes. Trata-se de um patrimônio histórico capaz de evidenciar as formas de morar, se relacionar, trabalhar, festejar, nascer, viver e morrer do homem do campo. Portanto, considerar a arquitetura popular é trazer à tona seu conteúdo cultural, que reflete as necessidades, experiências, saberes e aspirações de seus produtores – constituídos por homens comuns, que nos seus afazeres cotidianos redefinem o sentido de morar.

### **Considerações finais**

Uma das preocupações das autoridades locais foi a intensa evasão da população mais jovem para espaços urbanos e o alto índice de envelhecimento populacional. Realidade que provocou paulatinamente o abandono das atividades rurais tradicionais, como a agricultura e a pecuária e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de criação de novas atividades econômicas, como o turismo. Assim, desde que foi declarada Conjunto Histórico Artístico Nacional vem recebendo um intenso fluxo de turistas que diariamente circulam por suas ruas, restaurantes, museus, lojas de artesanato e meios de hospedagens locais. Além disso, conta com um intenso calendário festivo de interesse turístico, amplamente divulgado na região. Trata-se de uma localidade onde as tradições se mantêm vivas, seja na arquitetura, nas festividades, nos rituais religiosos ou na culinária.

### **Bibliografia**

APPADURAI, Arjun. “Disjunção e diferenças na economia cultural global”. In: FEATHERSTONE, Mike (Coord.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, pp. 311-328.

GISBERT, Maria Luisa Bustos. *Envejecimiento y Despoblación. Dos Problemas Básicos para La Revitalización de La Sierra de Francia (Salamanca)*. In: *Boletín de la A.G.E.* Nº 40 – 2005, pp. 135-151.

HERBOSA, Vicente. *La Alberca y Las Batuecas*. Ed. Lancia: Léon, Espanha, 1998.

HERRERA, Mercedes Cano. Identidad cultural y turismo en La Alberca (Salamanca) y Trigueros del Valle (Valladolid): dos ejemplos para el estudio. In: BARRIO, Ángel B. Espina (org). Turismo, Cultura y Desarrollo. Diputación de Salamanca: 2008, pp.123-135.

PÉREZ, Rocío Silva; ITUARTE, Leandro del Moral. Nuevas Dinâmicas Socioeconômicas y Alternativas de Desarrollo territorial. El caso de la zona regable del bajo Guadalquivir. In: Boletín de la A.G.E. N.º 40 – 2005, pp. 223-244.

PRATS, Llorenç. Antropologia y patrimonio. Barcelona: Ariel, 2004

URRY, J. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VERBOLE, ALENKA. “A busca pelo imaginário rural”. In: RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L.B. Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, pp.117-140.



## Patrimônio edificado na cidade contemporânea – O processo de salvaguarda e intervenção do edifício “Cine São Luiz” - Juiz de Fora/MG

**Daniel De Almeida Moratori**

Programa de pós-graduação em Ambiente Construído  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: danielmoratori@hotmail.com

**Claudia Dos Reis Paiva**

Programa de pós-graduação em Ambiente Construído  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: claudiareis\_paiva@hotmail.com

**Resumo:** O edifício 213, conhecido popularmente como Cine São Luiz, é uma das importantes edificações que compõe o Núcleo Histórico e Arquitetônico da Praça da Estação, no centro de Juiz de Fora - MG. Inaugurado em 1947, em estilo art déco, mantém suas características arquitetônicas em um contexto de edificações ecléticas. A edificação sofreu um processo de abandono, posterior a modificações e demolições irregulares. Essa pesquisa contempla o estudo das transformações ocorridas na edificação desde sua construção até o processo de proteção, e ainda analisa a forma de intervenção no patrimônio, feita em 2014. Entender o método de intervenção em ambientes construídos protegidos nos faz compreender o processo de valorização do patrimônio cultural, com uma série de conflitos entre os antigos e atuais usos, e os limites da materialidade como forma de proteção de um lugar de memória.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Paisagem cultural; intervenção; revitalização.

**Abstract:** Building 213, popularly known as Cine São Luiz, is one of the important buildings that make up the Historic and Architectural Center of the Station Square, in the center of Juiz de Fora - MG. Inaugurated in 1947, in the art déco style, it maintains its architectural characteristics in a context of eclectic buildings. The building has undergone a process of abandonment, after modifications and irregular demolitions. This research contemplates the study of the transformations that occurred in the construction from its construction to the process of protection, and also analyzes the form of intervention in the patrimony made in 2014. Understanding the method of intervention in protected built environments makes us understand the process of valorization of the Cultural heritage, with a series of conflicts between the old and the current uses, and the limits of materiality as a way of protecting a place of memory.

**Key Words:** Patrimony; Cultural landscape; Intervention; Revitalization

### Introdução

Os conceitos com os quais os profissionais e interessados no campo múltiplo e interdisciplinar que envolve as demandas de Preservação do Patrimônio das sociedades em muito se transformou. Em poucas décadas no passado, estávamos habituados a lidar com os interesses de preservação condicionados às manifestações que possuíam uma materialidade exposta, como no caso das obras de arte, das relíquias arqueológicas, da arquitetura, da pintura entre outros. Nas últimas décadas do século passado, o campo do patrimônio sofreu uma ampliação de seu conceito ao reconhecer e promover a proteção das práticas e domínios da vida



social que se manifestam em saberes, celebrações; ofícios, formas de expressão; assim, reconhecendo a dimensão da imaterialidade como fundamental para expressão e manutenção da identidade e cultura das sociedades. Dessa forma chegamos hoje ao conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, que nos permite perceber a paisagem urbana em seu conjunto a partir da história e da cultura. Nessa nova perspectiva, o campo de visão muda, como nos explica Castriota (2007, p.17), “não se pensa apenas no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas torna-se necessário, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações”.

A primeira parte de seu título “*Patrimônio edificado na cidade contemporânea*”, lidamos com a observação do histórico de uma edificação que está presente no contexto urbano da cidade e colaborando na narrativa da memória local graças ao esforço de preservação que encontrou no tombamento a melhor forma de salvaguarda em determinada fase, assim sua observação nos permite entender os marcos legais, os atores sociais envolvidos no processo e a forma de compreensão contemporânea ao lidarmos com a mesma edificação com uma nova visão conceitual de Patrimônio. A segunda parte do título: *O processo de salvaguarda e intervenção do edifício “Cine São Luiz” - Juiz de Fora/MG*, é colocada com o intuito de ressaltar a importância da salvaguarda, em contraponto ao processo de intervenção que ocorreu na edificação, que no fim é chamada de Cine São Luiz, por ser dessa forma que a comunidade local memora e reconhece a edificação em sua cultura e contexto. Como método foi elaborado levantamento bibliográfico e documental, envolvendo os órgãos da prefeitura municipal de Juiz de Fora, além de acervo jornalístico, fotográfico. Na fase de análise da última intervenção, um dos autores dessa comunicação, Daniel de A. Moratori, fez parte da equipe do escritório e suas observações são utilizadas, sendo o projeto de total responsabilidade e comando do arquiteto Carlos Eduardo Felga, proprietário da Arquetônica Construções.

### **Rua Halfeld, nº213 – De Hotel Renascer a Cine São Luiz**

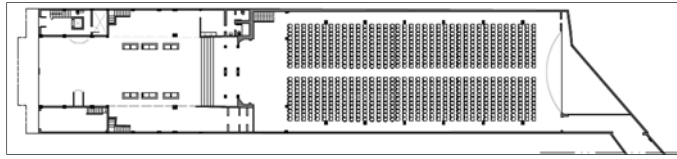
Rua Halfeld, número 213 é o endereço do conhecido edifício Cine São Luiz, localizado em Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora. Este está inserido na praça Dr. João Penido mais conhecida como Praça da Estação, sendo um dos edifícios que compõem o Núcleo Histórico da referida praça. Sua história começa em 09 de abril 1937, quando Luiz Cristóvão Dias, então proprietário do terreno, entra com pedido de demolição da edificação existente no local, para a construção de um edifício de três pavimentos. O novo projeto a ocupar o terreno era de autoria do engenheiro Ermelindo Spigolon, tendo aprovação de construção em 05 de maio de 1937. Após uma década de obras, foi inaugurado em 1947

a edificação conhecida inicialmente como Hotel Renascer, compreendendo total de três pavimentos, sendo que o primeiro era destinado a prática comercial, enquanto os dois superiores possuíam uso voltado para o ramo hoteleiro. A edificação foi implantada sem afastamento frontal e lateral, com sua fachada seguindo o alinhamento da rua.



**Figura 01:** Foto A: Edificação nº 213. 2014. (Fonte: Daniel Moratori).  
Foto B: Estação 1940. (Fonte: Blog Maria do Rosário).

Composto por linhas do art dèco, marcadas nas reentrâncias e saliências da volumetria, sua arquitetura possui forte regularidade geométrica, centralizada e ladeada por linhas verticais, o que acentua a verticalidade. Traz também elementos compositivos horizontais, como as platibandas, peitoris, vergas. Os balcões em balanço têm uma forma curva na extremidade, com a utilização de guarda corpo em aço. Visualmente, esses balcões não se destacam da estrutura, devido utilização de uma janela de quina, fazendo com que as portas de acesso a essas áreas tenham o aspecto de estarem retraídas, em um jogo de cheios e vazios. O Hotel Renascer se transformou após apenas 7 anos em funcionamento, em 1954, quando a Companhia Central de Diversões entra com projeto de modificação no primeiro andar do prédio, utilizado anteriormente como lojas comerciais, tornando o uso desse espaço em cinema. O alvará para funcionamento do cinema foi liberado em 1955, e assim, surgiu o Cine São Luiz. Com as obras finalizadas em 1959, o pavimento térreo da edificação que ocupava mais de 300m<sup>2</sup>, ganha um anexo para o cinema e passa a totalizar mais de 1000m<sup>2</sup>. De acordo com Neto (2016), a concepção de construção do Cine São Luiz se deu sobre conceitos de lazer ligadas ao conforto e luxo. As tecnologias empregadas assim como o mobiliário foram grandes investimentos para a instalações do cinema.



**Figura 02:** Planta Baixa A: Pavimento Térreo com uso inicial de comércio. Planta Baixa B: Transformação do pavimento térreo em cinema em Projeto de 1954. (Fonte: Spu)

Na década de 1960, com a adoção pelo governo brasileiro de um modelo desenvolvimentista, houve um desencadeamento da prevalência do transporte rodoviário sobre o ferroviário. Isso influenciou diretamente na área da Praça da Estação, causando desvanecimento em sua relevância como espaço urbano na cidade. Com a diminuição do fluxo constante advindo da ferrovia, houve uma modificação das características de uso nessa área nas próximas décadas. Em 1980, já com Praça da Estação e entorno acometidos pelo esvaziamento, o espaço do cinema São Luiz deixa de ser utilizado como ponto cultural e passa, na tentativa de manutenção financeira, a reduto de produções eróticas, funcionando até 2007, ficando assim conhecido no imaginário popular como “cinema pornográfico”.

### **O tombamento: Núcleo Histórico da Praça da Estação e edificação isolada.**

A Praça da Estação (Dr. João Penido), é símbolo de uma sociedade que se demonstrou empenhada no desenvolvimento em diferentes fases de sua história, possuindo como marco de seu surgimento a construção da Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1875. O desenvolvimento logo repercutiu na construção de uma nova estação ferroviária, que também foi substituída em 1902 pela atual construção. O entorno da estação foi sendo edificado e ganhando adensamento, como é possível notar na composição da área atualmente em comparação com o levantamento de Passaglia, datado de duas décadas após a chegada da estrada de ferro:



**Figura 03:** A) Cheios e Vazios da Praça da Estação em 1895. B) Praça da Estação. S.d. (Fonte: Spu).

O local se transformou pelas décadas, e as histórias de luta nesse cenário são encontradas, como no momento de predominância da cultura cafeeira e após, recepcionando a

chegada da industrialização, ou sendo palco de lutas políticas, com comícios, ou ainda com shows, feiras e manifestações culturais. A praça possui perímetro de área pública de 3.000m<sup>2</sup> aproximadamente. Sua moldura é formada por edificações que diretamente a circundam, com suas testadas coladas as vias, e inexistência de afastamentos laterais, formando assim o largo da estação. O momento de luta pela salvaguarda desse núcleo começa em 1989, quando a Comissão Permanente Técnico Cultural, sob força da lei nº 7282, abriu o processo nº 5310 para tombamento da Praça Dr. João Penido e a delimitação do seu entorno, que seria denominado “Núcleo Histórico da Praça Dr. João Penido/da Estação”. Conforme o arquiteto Passaglia relata no processo, “a Praça da Estação, com suas edificações e manifestações estilísticas, que remontam desde o período do eclético, é fruto de um período ferroviário, um elemento fundamental para a configuração da área, sendo um símbolo de modernidade na época”. Devido a “seu valor histórico, urbanístico, arquitetônico e para a paisagem urbana de Juiz de Fora, a preservação desses referenciais se fazem necessários” (PASSAGLIA, Dipac nº5310/89).

Assim, entrou em pauta o tombamento de várias edificações e do entorno com delimitação e restrições de determinados imóveis. Conforme pode ser analisado, (ver figura 04) a proposta no mapa demarca o perímetro para delimitação do Núcleo, identificação dos bens a serem preservados e seu entorno, indicado da seguinte forma:



**Figura 04:** Demarcação perímetro dos bens e Entorno. (Fonte: Dipac)

- a) Tombamento de fachadas, volumetria e de seus ambientes internos; (em cor azul).
- b) Tombamento das fachadas externas da volumetria edificada; (em verde).
- c) Edifícios que fazem parte do entorno dos bens tombados que poderão ser reformados ou demolidos, mas atendendo as restrições e limitações; (em laranja).

O processo para criação do Núcleo Histórico da Praça da Estação demoraria uma década para ser efetivado, o que ocorreu em 29 de dezembro de 1999. No entorno imediato da Praça, essa proposta abrange vários imóveis, que no contexto da paisagem e ambiência ficam protegidos pelo tombamento a fachadas principal da volumetria edificada: 1) Edifício Wagner Pereira; 2) Associação Comercial de Juiz de Fora; 3) *Cine São Luiz*; 4) Prédio da Estação da

RFFSA; 5) Anexo do Núcleo Histórico da RFFSA; 6) Praça Dr. João Pendido n.º 44; 7) Príncipe Hotel.

Assim, nesse processo, o Cine São Luiz já se encontra como umas das edificações que deveriam ser preservadas na praça, colocando-a como um importante elemento arquitetônico do complexo compreendido em torno da Praça da Estação. Além da proteção através do Núcleo Histórico, foi feito um processo para preservação do Cine São Luiz de forma isolada. Com nº 4262 no ano de 1997, o processo trata da salvaguarda de tal imóvel, por seu valor histórico e cultural; sua integração no conjunto arquitetônico da Praça da Estação; características marcantes do estilo art déco. Dessa forma, através do decreto nº 6445, de 21 de maio de 1999, a edificação Cine São Luiz é tombada pelo município, ficando preservada sua volumetria construtiva e sua fachada para a Rua Halfeld/Praça da Estação. Tendo então no fim de ambos os processos, duas proteções que primam pela salvaguarda da volumetria e fachada principal, independente de se tratar do contexto de núcleo, ou de bem isolado.

#### **A demolição do cinema e o declínio do hotel**

Conforme reportagem do jornal Tribuna de Minas em 10 de julho de 2007, constata-se que após o apogeu, o Cine São Luiz entrou em declínio. No momento de esforços voltados a transformar a Praça da Estação em concentração de entretenimento e cultura na cidade, a edificação que já era memorada como marco de projeções à meio século, teve seu marco de destruição com a demolição da área que compreendia o cinema, de propriedade então da Companhia de Cinema Franco-Brasileira. A denúncia feita pela reportagem proporcionou o embargo, segundo a nota, a obra não possuía licença para ser operada (OBRA, 2007, p.4). Essa ação resultou no espaço passar a ser utilizado como estacionamento, com entrada pela rua Paulo de Frontin.



**Figura 05:** A) Cine São Luiz em funcionamento. (Fonte: Blog Maria do Resguardo). B) Estacionamento no local demolido (Fonte: Daniel Moratori, 2014) C) Hall de acesso ao cine em funcionamento (Fonte: Blog Maria do Resguardo). D) Hall de acesso com entulhos e sem uso. (Fonte: Daniel Moratori, 2014).



Apesar de possuir dois processos que garantiriam a salvaguarda da edificação, o embargo da obra aconteceu pela irregularidade da demolição, que embora chocante, poderia ter sido aprovada com proposta entregue no COMPPAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural), por não haver proteção interna da edificação por tombamento, e mesmo sendo de interesse cultural a manutenção do espaço como cinema, o proprietário teria o direito de propor tal intervenção e aprová-la; Mesmo sendo uma ação em contraponto ao desejo de priorizar as iniciativas que levariam a Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística local, através de Revitalização do núcleo. Nesse momento entra em questão os limites de proteção quando nos referimos aos marcos legais de salvaguarda, no caso, o tombamento, que garantiria até então a integridade da edificação, mas estando o conceito ainda apegado as características de volume e fachada, as possibilidades de intervenção e interpretação tornam disponíveis, de certa forma, ações que inibem a manutenção de características com forte apelo da memória coletiva da cidade, como no caso do Cinema.

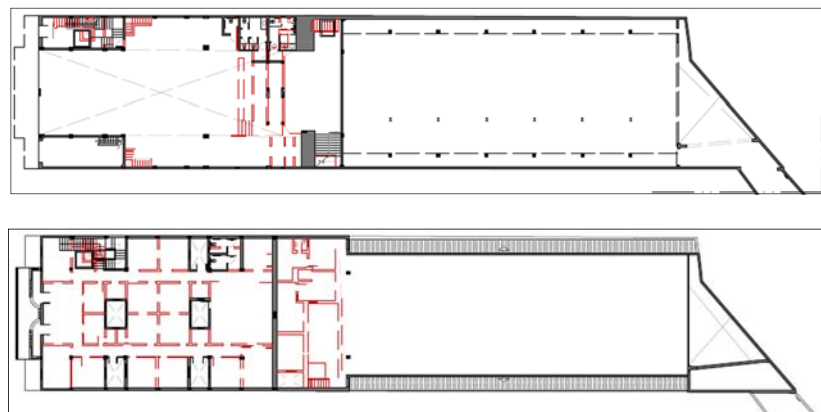
Os 52 anos de história de funcionamento do cinema nos remete a uma reunião de afetos, memórias, histórias, sociabilidades e comportamento, essas décadas de representatividade no núcleo da Praça Dr. João Penido, dentro do processo de tombamento não possuíram uma proteção e mesmo quando se trata do Tombamento como elemento isolado, não recebeu normatizações capazes de a tornar viva na ambiência da edificação. A vivência no contexto da praça, a forma das pessoas se apropriarem do espaço urbano e se atraírem para a região contou com grande influência do cinema, que após cessar suas atividades, tem sua existência ativa na memória coletiva. A partir de tal evento, a edificação como um todo passa a constituir um vazio urbano, perdendo totalmente seu uso e ficando abandonada, como já se encontravam os pavimentos voltados a hotelaria. Em 2009, a área do primeiro pavimento que funcionava como hall do cinema, passa novamente a integrar o uso comercial, com alteração das portas originais. Assim permanece o estado de subutilização na edificação, que tem apenas a pequena área comercial sendo locada de forma temporária por diversas lojas, e estacionamento aos fundos, enquanto a ação do tempo, a falta de manutenção e o esvaziamento de uso atingem todo o imóvel, o degradando. Segue essa situação, que termina com a ação de intervenção realizada em 2014.

### **A intervenção no Antigo Cine São Luiz**

No ano de 2014, a empresa H. Pagy Imóveis Ltda. contrata o escritório Arquitetônica Construções para projeto de intervenção na edificação do Cine São Luiz. De responsabilidade

do arquiteto Eduardo Felga, o projeto se constituiu em remodelação dos espaços existentes no interior, mantendo a fachada e volumetria conforme as diretrizes do decreto de tombamento. Todos os espaços receberiam grandes modificações para transformarem as áreas destinadas ao antigo cinema e as do antigo hotel em grandes salas abertas, livres para locação, segundo os anseios do contratante do projeto. Conforme o memorial, o pavimento térreo voltaria a ter um caráter comercial, ocorrendo a supressão do estacionamento, nos segundo e terceiro pavimentos, a proposta era de flexibilidade com planta livre, e seria realizada restauração da fachada (ARQUITETÔNICA, 2014, p. 4).

No mesmo ano, em setembro o projeto de intervenção foi aprovado pelo órgão municipal (COMPPAC), vinculado a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), responsável pela política cultural do município. Em ofício de comunicação da aprovação do projeto, outubro de 2014, o COMPPAC considerou que deveriam ser pensadas como diretrizes na intervenção, a instalação de novas portas no vão de entrada do antigo cinema, mantendo o desenho original, mas com a utilização de um material com característica de distinguibilidade ao original, sugerindo ainda que as paredes que foram demolidas fossem demarcadas na paginação do novo piso em todos os pavimentos, que seria de marmorite.



**Figura 06:** Térreo, e 2º pavimento, com demolições demarcadas em vermelho (Fonte: Daniel Moratori, 2014)

Conforme análise da figura 06, podemos observar que a planta do pavimento térreo foi transformada em um grande espaço livre, anexando a área usada anteriormente como sala de exibição do cinema, que sofreu a demolição descrita e funcionou como estacionamento, em uma loja de departamento, com acesso principal pela Praça da Estação, e carga e descarga pela rua Paulo de Frontin. Essa área ganhou outra grande interferência no contexto interno, com divisão por laje de perfis metálicos da parte que possuía pé direito duplo, com acesso feito por

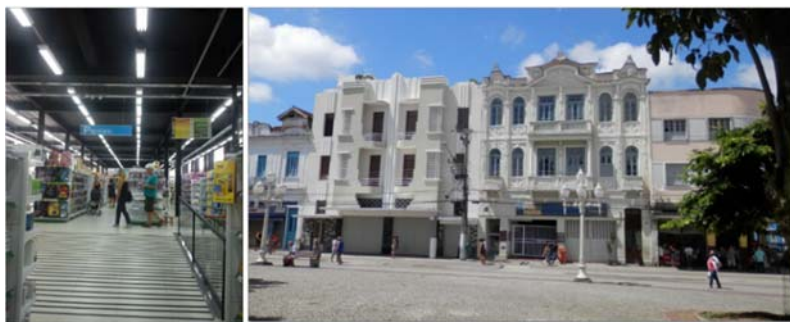


escadas no térreo, formando uma sobreloja. Essa seria a nova configuração do ambiente, com intuito de “transformar os espaços anteriores numa grande loja, na tentativa de resgatar um caráter comercial do pavimento térreo” (ARQUITETÔNICA, 2014, p. 4). Na cobertura do anexo, onde estava localizado o cinema, foi substituída a estrutura de madeira e telhas de amianto por estrutura metálica e telhas termo acústicas. Inicialmente, seriam colocadas telhas de fibrocimento, mas para evitar uma estrutura mais robusta foi solicitada a DIPAC essa alteração (DIPAC, nº4262/97).



**Figura 07:** A) Estruturas metálicas da cobertura no anexo. (Fonte: Daniel Moratori, 2014) B) Ladrilho Hidráulico do 2º pav. (Fonte: Daniel Moratori, 2014) C) Pavimento após demolição das paredes marcadas em preto na paginação do piso (Fonte: Arquitetônica, 2017)

Em contrapartida ao pedido da COMMPAC de inserção de portas que remetessem as existentes na fase de cinema, Eduardo Felga, responsável do projeto, baseando na questão indicadas nas Cartas Patrimoniais de Veneza (1964), do Restauro (1972) e a Conferência de Nara (1994), optou pelo não retorno da mesma, para não incorrer no risco de ferir um dos mais importantes princípios da restauração que é o da autenticidade. Somando-se a isso, o fator das mesmas não estarem contribuindo com as linhas arquitetônicas art déco da fachada (ARQUITETÔNICA, 2014, p.13). Na pedra que reveste a fachada no térreo, foi feita a remoção das camadas sobrepostas de pintura, buscando deixar a aparência natural da mesma.



**Figura 08:** Fachada frontal e interior pós intervenção (Fonte: Daniel Moratori, 2017)

Nos pavimentos do antigo hotel, foram feitas as maiores intervenções, visando a adequação do ambiente a uma planta livre, sem o uso de paredes que delimitem os espaços internos. Para isso, ocorreram diversas demolições (ver fig.06), e todos vários cômodos existentes foram suprimidos. Dessas demolições, seriam preservados, restaurados e recuperados apenas os ladrilhos hidráulicos existentes no piso do 2º e 3º pavimentos (ARQUITETÔNICA, 2014, p.13). As fachadas principal e laterais foram consideradas em estado de conservação regular, e como ações foram recuperadas e repintadas as esquadrias além dos guarda-corpos metálicos, a fachada frontal recebeu remoção de engenho publicitário vertical que causava interferência visual no volume, e uma nova paleta de cores foi utilizada para ressaltar as saliências e reentrâncias características do estilo.

### **Discussão**

Os processos de salvaguarda tanto do conjunto da Praça quanto da Edificação Cine São Luiz aconteceram em um cenário municipal em que o Patrimônio estava em risco iminente, sendo vestígio dessa fase, as inúmeras demolições irregulares que ocorreram em diferentes pontos da cidade, além de muitas tentativas de não efetivação de salvaguarda por iniciativa dos proprietários, mercado imobiliário e especuladores. O tombamento era então uma atitude de emergência, que lidava com a possibilidade de culminar em uma demolição ilegal do objeto, ou de salvaguarda-lo. Felizmente no caso em estudo, a proteção foi efetivada e a edificação se manteve. Mesmo sendo de importância extrema as defesas por tombamento, os dois processos que salvaguardam apenas fachada e volumetria não são capazes de proteger as diferentes características que marcam a ambiência que é viva na memória coletiva da sociedade, como no caso do cinema, que modificou as relações das pessoas ao frequentarem a Praça, a forma como obtinham lazer no espaço público, suas socializações. Assim a dimensão imaterial, que toda espacialidade do conjunto contém, vai além do que é possível manter apenas com as fachadas e volumes resguardados.

A última intervenção no imóvel, que caracteriza a forma de uso atual da edificação, traz justificativas na restituição do caráter comercial, que era o destino ao qual a edificação foi inicialmente projetada para atender em sua proposta de construção, apesar de ser um uso que atrai movimentação ao ambiente e a remove dos riscos que os danos oriundos do desuso causam aos edifícios tombados, a intervenção não se pauta, e não considera a importância da fase em que o cinema esteve vivo e tornando-se elemento de memória da cidade. Se por um lado, o comércio era a origem da edificação, por outro, o cinema foi responsável por marcar a

importância da construção no âmbito do núcleo histórico. As demolições que ocorrem nos pavimentos anteriormente destinados a hotelaria, não se traduzem em um uso ativo na edificação, já que esses espaços se tornam depósitos, uso que não justificaria a mudança drástica na configuração dos pavimentos.

No âmbito da dicotomia entre a preservação do bem tombado, e o desejo do proprietário, existe a prática projetual cerceando a importância histórica cultural do bem protegido, em função de ações que resolvem as emergências de um mercado imobiliário que muda suas necessidades com frequência e variação que os elementos significativos para preservação da memória de um conjunto não são mantidos. A preservação se torna presente apenas nos discursos, que seguem as regras dos Processos de Tombamento, mesmo sabendo que a essência de salvaguarda que o tombamento compõe não está apenas ligada a materialidade de um volume ou fachada, e sim em um contexto social pluralista. Assim, fica necessário abriremos o diálogo sobre a atuação do Arquiteto Urbanista nos bens de interesse de preservação, e nos questionar a necessidade de um acompanhamento e aprovação ética no âmbito dos profissionais que se dispõe a atuar nas intervenções de bens de importância histórica cultural.

## **Conclusão**

A abordagem descrita tem a intenção de salientar os esforços e limitações que as normatizações para preservação dos bens de interesse cultural passaram, e ainda passam na cidade de Juiz de Fora, com dificuldades que vão desde a abordagem da dimensão da proteção, ligada a materialidade, até os processos de aprovação de projetos que interferem nesses bens protegidos. Como exemplo, a última intervenção realizada no imóvel mostra a realidade comum na região, com ações que privilegiam os aspectos econômicos e funcionais, que mesmo sendo ações possíveis se consideramos os limites do Tombamento da edificação, mudam a dinâmica de todo o núcleo salvaguardado, e dessa forma, já exigiriam um exercício de Reabilitação do Patrimônio Ambiental Urbano que representa o conjunto. Assim, o Cine São Luiz atualmente é lembrado graças a memória coletiva que persiste em reconhecê-lo na edificação componente do conjunto, que seria seu suporte de memória e já não conta em sua matéria essa fase de uso, mas pode nos atentar sobre os limites das intervenções, sejam elas legais ou não, e os danos que podem causar ao Patrimônio.

## Referências

CASTRIOTA; Leonardo Barci. Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos E Perspectivas. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.

NETO; Gilberto Faúla Avelar. Sociabilidade e Imaginário Urbano de Juiz De Fora: Um Olhar Sobre O Cinema São Luiz. Monografia da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. 115p.

DIPAC, Processo de nº 5310/89. Preservação do Patrimônio Cultural da Praça da Estação.

DIPAC, Processo de nº 4262/97. Cine São Luiz.

JUIZ DE FORA, DECRETO N.º 6614, de 29 de dezembro de 1999. Cria os Núcleos Históricos que menciona. Disponível em:

<[http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000018619](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000018619)> Acesso em: 20 jan. 2017.

Arquitetônica Construções Ltda, Memorial descritivo do Cine São Luiz, 2014, 30 p.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: IPLAN/PMJF, s/d. 193 p.

Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 10 jul. 2007. Caderno Dois, p. 01.

## Patrimônio institucionalizado *versus* “patrimônio periférico”: a oralidade como forma de sobrevivência das minas de Ouro Preto, MG

**Leila Medina Leite Féres**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: leila\_medina@yahoo.com.br

**Resumo:** Nesta pesquisa, objetivamos compreender a manutenção e sobrevivência das antigas minas de ouro vistas como “patrimônio periférico” na cidade de Ouro Preto, através da oralidade presente nas performances dos guias que, à margem do circuito turístico principal da cidade e do patrimônio institucionalizado, conseguem valorizar e “explorar” o turismo nas minas não tombadas.

**Palavras chaves:** Patrimônio Cultural; Oralidade; Ouro Preto; Mina.

**Abstract:** In this research, we aimed to understand the maintenance and survival of the old gold mines seen as “eripheral heritage” in the city of Ouro Preto, through orality present in the performances of the guides that, besides the main touristic circuit of the city and the institutionalized patrimony, succeed to valorize and “practice” tourism in the unpaved mines.

**Keyword:** Cultural heritage; Orality; Ouro Preto; Mine.

Para discutirmos as questões que perpassam o âmbito dos estudos relacionados ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial no Brasil, acreditamos na necessidade da compreensão de alguns dos variados contextos em que esses patrimônios se inserem. Nosso principal foco de estudo é a cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais e suas diversas formas de patrimônios. Seus bens culturais, inscritos nesse espaço, compõem nossa análise para o presente trabalho, nos propomos dar início às discussões que envolvem os patrimônios institucionalizados<sup>1</sup> *versus* patrimônios não institucionalizados (ou como muitos preferem: “patrimônio popular”<sup>2</sup> não “protegido” pelas legislações). Nesse momento, sugerimos essas discussões apenas como forma de introduzir os debates que envolvem a temática, já que se trata de uma questão tão rica e cheia de possibilidades.

Trazemos à tona, de maneira sucinta, as questões que envolvem a permanência de um dos patrimônios periféricos de Ouro Preto, a oralidade presente nas performances dos guias das antigas minas de ouro não tombadas na cidade.

---

<sup>1</sup> No presente trabalho, compreendemos o patrimônio institucionalizado como resultado do processo de seleção e de confecção de documentação específica, salvaguardado e protegido por legislação, seja municipal, estadual ou federal.

<sup>2</sup> Optamos por compreender patrimônio popular no sentido mais simples do termo: como manifestações não oficiais, que podem ser tradicionais ou não, e que fazem parte da experiência de vida de determinada sociedade.

A análise desse tipo de patrimônio pode ser compreendida como um contraponto em relação ao patrimônio oficial, presente no “centro histórico” da cidade, que tem visibilidade turística e é protegido e salvaguardado por legislação específica. Nosso estudo de caso é a análise de uma das antigas minas desativadas da cidade Ouro Preto – patrimônio este visto como periférico, à margem do circuito turístico principal da cidade e, ainda assim, protegido, valorizado e explorado turística e economicamente pela população local.

Com as referidas discussões, além de nos questionar como a cidade de Ouro Preto – considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco – expressa sua política patrimonial e lida com seus diversos patrimônios periféricos, procuramos compreender a importância da cultura oral que sustenta a prática diária de difusão da história e do patrimônio local – oralidade esta expressa, principalmente, nos casos das minas não tombadas.

### **A oralidade e o patrimônio marginal: o caso da Mina Santa Rita**

Sobre a cultura não letrada, Eric Havelock defende que “a capacidade de documentar uma língua falada é em si mesma um feito tecnológico, que as culturas anteriores à grega em parte exploram”<sup>3</sup>, em parte porque o mesmo autor afirma que o domínio da escrita pré-grega não era democrático, já que sua esfera era exclusiva a peritos ou sacerdotes. Por isso questiona se denominar essas culturas de letradas não seria demasiado abusivo. Conclui então, questionando-se se, na falta da palavra escrita, a Grécia não-letrada teria se apoiado numa tecnologia da palavra falada de maneira a torna-la menos efêmera.

A nós cabem os questionamentos: até que ponto, ainda hoje, os recursos mnemônicos são utilizados nos discursos que iremos analisar? Qual o nível de efemeridade dessa oralidade e como lidar com isso? E ainda, quais são as problemáticas do presente que embalam nossa preocupação com a questão da oralidade atualmente?

Havelock, pressupondo que a linguagem tem forma documental, procura descrevê-la como uma substância construtora de cultura. Porém, admite que quando se aplica à cultura oral expressões de coisas físicas, como código, programa e estoque, elas se transformam em “metáforas, que nos escondem uma pergunta interessante, raramente formulada, se alguma vez o foi: Como é que tem lugar o armazenamento do repertório cultural numa cultura não-letrada? Como é que ela se erige numa linguagem tão efêmera como é a palavra?”<sup>4</sup>. Questionamentos

---

<sup>3</sup> HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Unesp; Paz e Terra, 1996. p. 101.

<sup>4</sup> *Ibidem*. p. 107.

ainda atuais e difíceis de responder, principalmente tendo em vista uma sociedade como a nossa, tanto letrada quanto oral.

A respeito da classificação de determinada sociedade entre oral e letrada, Rosalind Thomas afirma que “a tendência a ver uma sociedade (ou um indivíduo) como letrada ou oral é simplificadora e equívoca”<sup>5</sup>, por isso é importante se perguntar em que sentido estou analisando uma sociedade classificando-a como oral ou letrada – já que são classificações muito amplas. É importante lembrarmos que a presença da escrita não destrói os elementos orais, assim como a oralidade não impede a atividade intelectual complexa, ou seja, nenhuma sociedade é completamente letrada ou completamente oral, ambas classificações podem ser analisadas juntas na Grécia antiga, como em todo o mundo antigo. Tendemos a concordar com a autora quando esta defende o estudo conjunto da oralidade e do letramento em toda a civilização antiga.

Rosalind procura definir os termos oralidade e letramento com mais precisão, explica que existem diferentes formas de classificar o que pode ser considerado oral ou não, assim como suas relações com a escrita. A autora afirma que é preciso estar atento ao uso dos termos, por exemplo: “tradição oral” ou “sociedades orais” podem assumir atributos românticos e exagerados, de cultura folclórica. É necessário prudência também para não cair na crença de que toda cultura oral tende a ser homogênea ou igual, elas se diferem quando da análise de diferentes sociedades ou períodos temporais.

Do autor Paul Zumthor, quando distingue a obra, o poema e o texto, nos interessa a afirmação de que “a estruturação poética, em regime de oralidade, opera menos com a ajuda de procedimentos de gramaticalização (como o faz, de maneira quase exclusiva, a poesia escrita) do que por meio de uma dramatização do discurso”<sup>6</sup>. É o que poderemos observar na prática oral que será analisada a seguir e é o que Jack Goody chama de lecto-oralidade, ou seja, a transmissão oral em uma sociedade que domina a escrita<sup>7</sup>. Sobre esse tipo de transmissão, mesmo não pautada em poesia escrita, nos voltamos para nossa experiência de análise da oralidade e constatamos maior dramatização do discurso do que rebuscados procedimentos de gramaticalização.

---

<sup>5</sup> THOMAS, Rosalind. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005. p. 3.

<sup>6</sup> ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 84.

<sup>7</sup> GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 71.



Nas fontes escritas, onde podemos encontrar traços da presença de uma cultura oral, é provável encontrar frases geralmente mais curtas, com orações coordenadas que dão ideia de sucessão, jogo de oposições para fazer com que o discurso fique mais leve e menos analítico (uma maneira de construir o ritmo sem necessidade de poesia), aliteraões e qualitativos para cada pessoa ou acontecimento narrado. Poderemos observar, em nossa análise do discurso sobre a Mina Santa Rita, tais manifestações.

Tudo aquilo que não é considerado linguagem, Gumbrecht chama de “presença”. Em nosso estudo será possível perceber como o guia utiliza como recurso didático e como forma de envolver o público ouvinte, a tentativa de presentificação do passado através das histórias carregadas de “imagens e características históricas”. A imaginação dos grupos turísticos é aguçada com o mecanismo de “tornar presente” coisas, sentimentos e histórias, ativando a dimensão de experiência que Gumbrecht chama de “cultura de presença”:

a cultura de presença nos assinala um lugar dentro de uma cosmologia estável, insinuando que a passagem do tempo não será vivenciada como produtora de uma distância vis-à-vis com o passado. Se o tempo em culturas de presença não possui o efeito de ser um instrumento necessário de mudança, então a presentificação, ou seja, a evocação de um passado em sua materialidade nos parecerá menos duvidosa; encontrará menos resistência e ceticismo do que a cultura histórica moderna nos ensinou a produzir<sup>8</sup>.

Além de menos duvidosa, a evocação de um passado ou história, parece mais realizável quando o meio, e não apenas a linguagem em si, consegue produzir o efeito de presença. A proximidade com a mina e com os objetos ali presentes, além das performances dos guias, nos remetem a um tempo provavelmente mais palpável do que aquele presente nos livros de história tradicionais.

Em uma visita guiada que contava com um grupo paulista de aproximadamente 20 pessoas, entre professora e estudantes do Ensino Médio (de diversas faixas etárias), no portão de entrada da Mina de Ouro Santa Rita, localizado na Rua Santa, nº 171, no bairro Padre Faria, o guia e autointitulado monitor da mina, Jeferson dos Santos afirma que a Mina Santa Rita tem recebido mais visitantes paulistas do que mineiros.

Todo o seu discurso é bastante gestual, quase teatral, com alteração da entonação da voz, pausas e cadências de um típico contador de histórias. A visita em análise foi filmada por pouco mais de 15 minutos e está disponível para acesso público no site

---

<sup>8</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*. Ouro Preto. Número 03, set. 2009. Tradução de Bruno Diniz e Juliana Jardim de Oliveira e Oliveira. p. 10-22. p. 17.

<https://www.youtube.com/watch?v=P7PavDi74Bo>, com mais de 150 visualizações atualmente. Esta opção de análise nos pareceu bastante sensata tendo em vista a mínima interferência na rotina diária de trabalho do guia. Podemos avaliar sua performance sem alterarmos sua senda.

Para Gumbrecht “a linguagem como uma realidade física que tem forma, isto é, a linguagem rítmica, satisfará um número de funções específicas. Ela pode coordenar os movimentos de corpos individuais; pode dar apoio à performance da nossa memória”<sup>9</sup>, tornando o “passado”, de alguma maneira presente. Completa Gumbrecht: “ao supostamente reduzir o nível de nossa vigilância, ela pode ter (como Nietzsche afirmou) um efeito ‘intoxicante’”<sup>10</sup>, recurso que talvez Jeferson utilize sem mesmo se dar conta.

Jeferson inicialmente diz que é preciso deletar a palavra “mina” e passar a chama-la de “datas ouríferas” (sic.), que, segundo ele, eram concessões da coroa portuguesa para minerar. Nas palavras dele: “só eram cedidas para pessoas ricas e importantes, geralmente ‘portugueses de primeira’ ou ‘paulistas que chegavam aqui’”. Afirma e reitera em diversos momentos de sua fala que o minerador e antigo proprietário da Mina Santa Rita era muito rico.

Jeferson diz que geralmente o Português comerciante vivia em sobrados, com a moradia na parte de cima e o comércio em baixo. “Já o paulista morava em grandes solares: uma única casa que servia de residência pra todo mundo, se tornando uma pirâmide social”, explica cada parte dos cômodos e suas disposições na casa, apontando para uma casa em frente à mina. Gumbrecht defende que a forma mais simples de “tornar o passado presente” está nas linguagens que apontam (literalmente, no nosso discurso em análise) “para objetos e lugares que conferem uma presença material ao passado dentro do presente temporal”<sup>11</sup>.

Depois de anunciar que “a primeira riqueza da casa era a altura do pé direito”, pergunta aos alunos “qual seria a segunda riqueza da casa?”, afirma com voz grave que seria o amarelo, que representava o ouro que vinha de São Paulo e o milho que vinha com os tropeiros: “cada uma mula aguentava em torno de 160 quilos, dois sacos de milho de cada lado”. Seus gestos, mudanças de entonação da voz e maneira de narrar ativam nossa imaginação.

Prosseguindo, Jeferson garante que a agricultura era nula, “o milho e o feijão não vão pra frente”. Outro alimento caríssimo, segundo ele, era o sal, “que levava quase uma invernada e meia pra chegar aqui”, saía de Mossoró, em Natal – hoje Rio Grande do Norte. De

---

<sup>9</sup> Ibidem. p. 14.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem. p. 18.

Pernambuco vinha a rapadura “que dava pro nego chupar, dava energia, ele bebia bastante água e ficava com a sensação de barriga cheia”.

Em seguida, fazendo gestos com as mãos e braços, explica que “paralelo ao ciclo do ouro o ciclo do couro: sem couro do boi não tinha como fazer a separação do ouro. Redução de massa: você tem mil quilos pra 18 gramas, depois que passa pelo couro de boi: 40 quilos pra 14/15 gramas. O couro de boi que vem do sul do Brasil”. Na sequência, pergunta “e de Santa Catarina: o que vocês acham que era o mais importante que vinha de lá?”, olha pra um lado e para outro, como ninguém responde, em seguida completa: “Óleo de baleia. Mais de 3 mil minas iguais a essa, quilômetros e quilômetros de minas que precisavam ser iluminados, usava justamente óleo de baleia e gerava uma concentração de monóxido menor que os outros elementos.”

Continua sua explanação falando sobre os suprimentos, dá o exemplo da cachaça: “com 5 anos já tava (sic.) dando cachaça pro menino, cachaça com carqueja, cachaça com cravo, cachaça com canela, cachaça com calango, cachaça com iscurupião (sic.)”, ao citar cada um dos tipos de cachaça gesticula e conta nos dedos os exemplo que dá”. E por fim, completa: “A cada doença ter (sic.) uma cachaça diferente”. Podemos afirmar que em sua forma tão particular de narrar, utiliza da linguagem para produzir revelações nos ouvintes nas quais o passado se torna mais próximo ao presente – o que Gumbrecht denominou de “ato de presentificação”.

Jeferson aponta para uma janela do outro lado da rua e diz: “Tão vendo aquela janela ali com lampiãozinho? Tão vendo uma entrada? Ali desce 8 degraus que vai chegar na sen-zala”, faz uma pausa no meio de muitas palavras que diz, como quem espera obter um complemento dos ouvintes. Continua dizendo: “típica casa de minerador, uma sede de uma antiga mineração.” Aponta mais ao longe, mostrando a continuação da propriedade. E pede para que os estudantes olhem o muro em volta – nesse momento a pessoa que está com a câmera filma a propriedade da qual estão ouvindo falar. Jeferson afirma que são 5 minas na propriedade e que “cada mina se transformava em várias”, nesse momento Jeferson gesticula com o braço para cima e uma das mãos abrindo e fechando, dando ideia de quantidade, enquanto diz: “transformando sua terra num queijo suíço, e tudo dele tinha que sair aqui, pois aqui é sua data ourífera (sic.)”. Afirma isso apontando para sua frente do outro lado da rua, e completa: “do lado de lá já é de outro”, aponta para um local aparentemente mais distante que supõem-se ser de outro minerador.

Dando prosseguimento a sua explicação, muda de assunto batendo a palma de uma mão na outra e dizendo: “dito popular, quem é professor de português no nosso grupo?” Pausa por poucos segundos olhando de um lado ao outro percorrendo os olhos em todo o grupo distribuído ao seu redor e, sem obter resposta alguma diz: “o olho do dono, todo mundo...” nesse momento todos repetem sem muito entusiasmo, “é que engorda a boiada!”.

Segue a narrativa mudando mais uma vez de assunto: “outra coisa: escravos definhavam por causa de problemas pulmonares”, colocando as mãos sobre o peito fala: “comia-se fumaça, cem cigarros por dia, a sílica, a unidade, não guentava (sic.) trabalhar, qual que era o descanso?”, sem esperar resposta, aponta para o outro lado da rua e diz: “carregar terra pra fazer muros, carregar pedra pra fazer calçamento”. Balançando a cabeça assertivamente declara: “aí o dito popular, vida de professor, enquanto descansa carrega pedra”, fala isso lentamente enquanto algumas pessoas do grupo continuam a frase junto com ele, “dá aula à noite, de manhã vem pra mina! Ohh tô descansando da noite. Ele era tão rico, ele era tão rico...” gesticula com as duas mãos movimentando os braços para baixo e para cima, “que descendo essa rua, sabe onde vocês vão chegar? Na Capela do Padre Faria – João Antônio de Faria Fialho – que saiu em 1694-95 de Taubaté”. De costas aponta para trás dizendo que aquela foi a primeira Capela do estado e próxima a ela está uma das primeira pontes de Minas Gerais, além do proprietário ter várias casas na região, continua evidenciando que: “mas as lendas falavam que os paulistas escondiam ouro nas paredes, então quando uma casa estava a cair (sic.), o povo ajudava pra ver se encontrava tesouros”, enfatiza a palavra tesouro alterando a entonação da voz e se expressando pausadamente. Completa sua explicação falando dos dias atuais: “E como esta é a parte mais afrodescendente e mais pobre da cidade, as construções não foi (sic.) preservada pelo Instituto do Patrimônio Histórico”.

Aponta para uma pessoa e diz: “professora de português olha só o que aconteceu nessa região, vão vê (sic.) se os meninos vão matar essa, vão lá! Dorme meu menino dorme, o mundo vai se acabar, vieram cavalos de fogo, sou do Conde de Assumar, dentro de pouco tempo o arraial começa a queimar. O que vocês lembram disso?”. Silêncio completo dos ouvintes, então ele mesmo responde: “Cecília Meireles, *Romanceiro da Inconfidência*, a queima do arraial do ouro podre”. Nesse momento Jeferson aponta para o alto levando a mão de um extremo ao outro, num raio de quase 180°, afirmando que “todas as casas desse alto aqui foram incendiadas em 1720 por causa de uma revolta chamada ‘Sedição de Vila Rica’ contra as casas de fundição, já que então até 1720 pagavam impostos de acordo com o número de escravos. Ta vendo? Então

isso aqui, essa montanha aqui”, aponta novamente para o alto e diz: “tem tudo a ver com história!”.

Ao longo de toda a narrativa do guia Jeferson, podemos observar que seus relatos e exemplos se inserem, de alguma maneira, na vida do público ouvinte. Nesse caso, as pessoas são turistas, estudantes, vindas de São Paulo. Jeferson utiliza exemplos de paulistas vindos na “fase do ouro” para Ouro Preto, chama a professora em alguns momentos para trazer à tona exemplos de matemática ou portugueses. Paul Zumthor e Karin Barber concordam no momento que compreendem que os diferentes públicos alteram a performance, consomem e direcionam a fala<sup>12</sup>. Zumthor defende que o texto da performance livre nunca é duas vezes o mesmo, varia constantemente no nível conotativo, porque a performance é tudo o que está envolvido ali naquele momento, destacamos, principalmente no caso do Jeferson e suas histórias sobre Ouro Preto e a Mina Santa Rita, o relacionamento com o público como fator decisivo para sua performance.

Na continuação de sua fala aponta para várias direções enquanto diz sobre cada divisa: “Na divisa de Ouro Preto com Mariana até agora não fala (sic.) a mina da Passagem, que supõe-se que tirou mais de 40 mil quilos de ouro na divisa de Ouro Preto com Mariana. Na divisa de Ouro Preto com Santa Bárbara, é... vamos (sic.) colocar... El Dourado Gold. Da divisa com Ouro Preto com Barão de Cocais, Jaguarminique. Na divisa de Ouro Preto com Rio Acima, Anglo Gold. Na divisa de Ouro Preto com Nova Lima, Anglo América. Na divisa de Ouro Preto com... Ouro Branco e Congonhas, Benjamin Istanbul né... é... CSN. Gente, estamos a ver navios do mesmo jeito, o ouro não se acabou, hoje, segundo minha ex patroa, é um mix de minério: ferro, manganês, paládium e ouro. Ouro Preto com Itabirito, ONX de Eike Batista”, faz uma pausa e enfaticamente diz: “fala-se em torno de 8 mil quilos de ouro por ano! Com 300 homens e vários equipamentos. Isso pra vocês terem uma pequena noção de onde estamos e porque talvez vamos conhecer essa mina”. Em sua fala e performance o guia Jeferson relaciona passado e presente, pensa continuidades e rupturas no tempo que narra e, à sua maneira única e característica, fala das presenças e pertinências do passado para nosso momento presente.

Continua sua fala perguntando: “No contexto arquitetônico, tem professor de matemática, tem?”. Ele olha para os lados e algumas pessoas respondem negativamente com a

---

<sup>12</sup> ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. e BARBER, Karin. *The anthropology of texts, persons and publics: oral and written culture in Africa and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 137-175.

cabeça, então continua sua narrativa: “você acham que é só falar: eu vou abrir a minha mina aqui, minha mina vai ser acolá, não”, altera a voz e aponta várias vezes para frente ao dizer isso. Com seu gestual, presente em toda sua performance, Jeferson consegue abarcar todo o seu entorno e enfatizar sua narrativa.

Prossegue sua performance gesticulando e dizendo: “faziam furos verticais que serviam como pesquisa pra achar os veios de quartzo, pra achar os veios de moscovita, onde tem concentração de ouro e as argilas. O primeiro furo vertical”, faz gesto com mãos e braços de cima para baixo, como quem fura algo, “um cá...? cá...? cá...? cateto!”, alguém da “plateia” responde junto com ele, então ele continua: “a mina outro cá-teto”, mais uma rápida divisão silábica no momento da fala, mas desse vez sem esperar que alguém responda, “e a montanha a hipotenusa, então enchia uma fórmula matemática: a pesquisa, a mina e a montanha”. Repete fazendo grandes gestos no ar: “a pesquisa, a mina e a montanha. A mina vocês acham quando chegarmos lá dentro vocês vão lembrar da fórmula de matemática chamada tangente. Sá (sic.) por que? A mina em forma de arcos pra não desmoronar já que a nossa vegetação é cerrado e não tinham madeiras graças (sic.) pra fazer escoramento”.

Prossegue seu relato: “veremos curva de nível começando no ponto zero, subindo 2, 3 graus, sabe por que? Por que?”, aponta para uma aluna que responde negativamente balançando a cabeça, então ele mesmo completa: “a montanha existe um enorme lençol freático e toda mina gera água, então tinha que fazer curvas de nível pra água se esgotar por gravidade e correntes de ar a temperatura ambiente subir pelo furo de pesquisa que virou shaft, chaminé, para expulsar monóxido de carbono, senão viraria uma câmara de gás”. Explica ao público: “gente, eu to falando isso tudo é pra quando vocês chegarem na mina quebrar aquela na cabeça que nós africanos viemos da África eram burros, pego a laço, aqui não, foi uma obra totalmente qualificada, traga pelos ingleses, que vai começar a mineirar na montanha, já que o primeiro ouro foi fácil, foi ouro de catas, era só catar, o segundo ouro, ouro de aluvião, ouro de rio e no último ponto, o ouro de mina que prevalece até hoje. Então são vários tempos é... de mineirar diferente”.

Nesse momento ele faz uma pausa, olha para as pessoas em volta e uma delas pergunta apontando para o outro lado da rua se essa propriedade é particular ou é pública, se referindo à uma das primeiras explicações que ele deu no início de sua fala. Ele diz que é “tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Mundial, o direito de lavra é da Anglo América, ela que tem esse registro no Departamento Nacional de Construção Mineral e é... Dona Márcia é que tem a

concessão já que está no terreno dela, mas aqui tudo seria uma enorme propriedade com várias minas. Depois de se provar através de laudos geotécnicos e de segurança, parte da mina vocês podem entrar e vão poder depois voltar pra casa, pois se quiser tirar ouro vai tirar, mas não sabe o que pode acontecer, pois a cidade cresceu sobre a mineração, hoje passa ônibus, passa caminhões, se construiu... certos pontos da mina já não são tão mais seguros”.

Em seguida finaliza sua fala em tom de quem lê poesia: “mil intrigas, mil enredos, mil homens ficam sepultos de Cecília Meireles, o Romanceiro dois, havia muitos desmoraamentos nas minas e muita gente ficava presa aí pra cima...” Nesse momento ele convida o grupo para, finalmente, entrar na mina.

Poderíamos fazer uma grande análise relacionada ao discurso e ao conteúdo do discurso do Jeferson, como poderíamos apenas nos deter a sua performance. Optamos por analisar seu discurso e narrativa de maneira mais ampla e geral, porque nos interessa compreender a sobrevivência da história das minas através da oralidade que, muitas vezes, é ainda mais atraente que o próprio ambiente físico da mina. Mesmo estando em um bairro afastado do Centro, com moradias e condições sociais simples, longe dos holofotes dos bens patrimonializados da cidade, as minas não protegidas por legislação específica ao patrimônio cultural, recebem diariamente visitantes de todas as partes do Brasil e do mundo. Podemos afirmar com convicção que não é apenas o ambiente físico que interessa aos turistas, a repercussão dos “contadores de história”, autodenominados “guias”, é tão grande quanto o interior das minas. A oralidade presente nas performances dos guias das minas não tombadas assegura a práxis rotineira de difusão da história e do patrimônio local.

Gumbrecht afirma que “coleccionar estes objetos e ir a estes lugares, como tantos de nós fazemos com considerável paixão, dificilmente nos ajudará a “entender” o passado. Isto apenas satisfaz um desejo de contato físico com o passado que a cultura histórica contemporânea retirou de seu cânone de práticas pertinentes”<sup>13</sup>. Práticas ainda realizadas em grande escala, observadas na cidade de Ouro Preto. Jeferson “explora” esse tipo de turismo e realiza suas performances todos os dias direcionadas a diferentes públicos, assim como tantos outros guias presentes na cidade.

---

<sup>13</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*. Ouro Preto. Número 03, set. 2009. Tradução de Bruno Diniz e Juliana Jardim de Oliveira e Oliveira. p. 10-22. p. 17.



É importante destacarmos que a internet possibilita a pluralização e divulgação de certas práticas e maneiras de ver/viver a história, o que podemos chamar de popularização do passado através da veiculação digital em larga escala. Poderíamos complementar afirmando que, as pessoas não só “consomem” e utilizam história, é fundamental compreendermos que, para além do mundo acadêmico, as pessoas também estão produzindo história.

A análise desses discursos, em comparação às histórias eleitas como “oficiais” e às escolhas de quais bens devem ser preservados para “contar” a história do país ou região, se justifica como forma de compreensão da experiência histórica vivenciada em Ouro Preto. O nosso estudo de caso é exemplo de uma história que se contrapõe, em alguma maneira, à “história oficial” e, ao mesmo tempo, permanece presente de alguma forma, junto aos bens registrados e tombados para, reunidos, comporem a “narrativa histórica” do nosso país.

A importância da oralidade para a cultura popular pode ser comprovada na própria dinâmica e manutenção de sua transmissão. A sobrevivência das histórias e das minas como bens culturais experienciados diariamente, se pauta na narrativa construída e praticada com ressonância no ambiente cultural e social de Ouro Preto.

### **Bibliografia**

BARBER, Karin. *The anthropology of texts, persons and publics: oral and written culture in Africa and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 137-175.

GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*. Ouro Preto. Número 03, set. 2009. Tradução de Bruno Diniz e Juliana Jardim de Oliveira e Oliveira. p. 10-22.

HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Unesp; Paz e Terra, 1996.

THOMAS, Rosalind. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## A trajetória da proteção de bens móveis no Brasil

**Elis Marina Mota**

Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
E-mail: elimarinamota@gmail.com

**Adriana Sanajotti Nakamuta**

Pós-doutoranda  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
E-mail: anakamuta@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho estuda aspectos da proteção dos bens culturais móveis e integrados a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para tal, apontamos e discutimos os dispostos no decreto-lei nº25 de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, dentre outras legislações e ações complementares realizadas em âmbito federal, bem como a criação de um setor destinado a realizar restaurações destes bens dentro da instituição.

**Palavras-chave:** Bens móveis; Preservação; Restauração.

**Abstract:** This paper studies aspects of the protection of mobile and integrated cultural heritage based on the work of the Brazilian National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). To this end, we have pointed out and discussed those established in Decree-Law No. 25 of 1937, which organizes the protection of national historical and artistic heritage, among other complementary legislation and actions carried out at the federal level, as well as the creation of a sector for restorations of these assets within the institution.

**Key-words:** Mobile Heritage; Preservation; Restauration.

### Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa que se encontram em andamento no âmbito do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O recorte aqui apresentado visa identificar e analisar aspectos das práticas de preservação e das ações para proteção dos bens culturais móveis e integrados à arquitetura empreendidos pelo IPHAN<sup>1</sup>. A metodologia deste trabalho se pautou em pesquisa bibliográfica e as legislações competentes, além de pesquisa documental ao acervo do arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Ao longo de mais de 70 anos, esta Instituição já passou pelas seguintes denominações: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937 a 1946; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PHAN), de 1970 a 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1979 a 1990; Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), de 1990 a 1994; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1994. Para fins deste artigo, como abordamos épocas distintas em que a instituição teve vários dos nomes citados, padronizamos a denominação IPHAN.

O termo “bens móveis” é previsto como parte do patrimônio nacional desde o decreto lei nº25 de 1937, contudo, a denominação bens integrados à arquitetura só foi abordada conceitualmente na década de 1980 por Lygia Martins Costa<sup>2</sup>. Embora, desde as ações iniciais de tutela do patrimônio cultural selecionado pela instituição estes já estavam contemplados, pois ora eram tratados como arquitetura interior ou até vulgarmente chamados de “recheio”, ora eram como bens móveis, por estarem dissociados da superfície arquitetônica que outrora estavam aderidos. Portanto, os bens integrados se distinguem do bem arquitetônico por possuírem a possibilidade de deslocamento. Assim, a proteção destes bens se torna complexa tanto quanto a dos bens móveis por serem mais vulneráveis a sinistros diversos, como roubo, vandalismo, falsificações, comércio ilegal, entre outros.

Para fins deste artigo consideraremos as medidas aplicáveis tanto para os bens móveis, quanto para os integrados. Pois, como já exposto, ambas categorias de bens apresentam a característica da possibilidade de mobilidade, o que faz com que possam ser facilmente deslocados de seu local de origem, fator que fomenta o tráfico e comercializações ilícitas de obras de arte, tão temidos antes da criação do IPHAN, e fantasma constantemente presente durante toda a atuação da instituição.

Para refletir sobre as ações destinadas a proteção destes bens, abordaremos as legislações pertinentes e como elas interferiram na proteção legal destes, começando pelo decreto-lei 25 de 1937 que instituiu a organização do patrimônio histórico e artístico nacional, o tombamento, e medidas que deveriam ser tomadas para a exequibilidade da proteção, mas que foram tardiamente instituídas oficialmente, como registro de comerciantes de bens culturais, banco de dados de bens procurados; assim como as contribuições diversas proporcionadas por outras legislações e instrumentos de proteção.

Com a finalidade de completar tais análises se torna fundamental compreender o histórico de ações estabelecidas no campo da restauração de bens culturais móveis dentro do IPHAN. Assim, vamos expor a trajetória do pioneiro Setor de recuperação de obras de Arte instituído informalmente em 1947, com o restaurador Edson Motta, formado no exterior, que culminou em contribuições para a formação de mão-de-obra na área, que até então era escassa.

---

<sup>2</sup> Lygia Martins Costa formou-se em museologia e história da Arte. Atuou no IPHAN de 1952 até 1991, em várias funções: secretária do conselho Nacional de Belas Artes, conservadora de museus, chefe da Seção de Arte da Divisão de Estudos e Tombamento (DET), diretora da DET, e mesmo após a aposentadoria desempenhou consultoria-técnica à instituição. Ver mais em: BARROS, Clara Emilia Monteiro de. *Lygia Martins Costa: de Museologia, arte e política de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

## Os bens móveis e o IPHAN

A preocupação com a proteção dos monumentos nacionais escolhidos como símbolos para representar a nação ocorreu, no Brasil, ao passo das preocupações com a evasão das obras de arte do país<sup>3</sup>. Anteriormente a criação do IPHAN é possível identificar ações tímidas de organização de projetos de leis que visassem o amparo aos bens culturais da nação. Na década de 1920 várias iniciativas de projetos de leis foram sugeridos, mas efetivamente não foram à prática. De certa forma promoveram discussões que compilaram à elaboração do decreto-lei nº25 de 1937, que anos mais tarde entrou em vigor.

Ainda durante a década de 20 os estados tentaram organizar legislações, Inspetorias, museus, dentre outras alternativas para tentar minimizar a evasão das suas “reliquias”. Embora essas tentativas tenham sido em parte frustradas por não representavam a força necessária neste momento, já que as ações empreendidas no âmbito dos estados e de suas Inspetorias eram limitadas e chocavam-se também com as legislações vigentes: Constituição Federal de 1989, Código Civil e Código Penal, por causar embates aos dispostos sobre direito individual à propriedade privada. Assim, possuíam caráter inconstitucionais e então, também não vingaram. Para a eficácia era preciso uma legislação com a abrangência nacional e coerência com o contexto legislativo à época<sup>4</sup>, que se tornou realidade com a constituição federal de 1934<sup>5</sup>.

As iniciativas de organização e de proteção ao tal patrimônio histórico e artístico nacional foram em grande parte causadas pela iminência da perda, ou pelo já concretizado sumiço de elementos materiais ligados às obras de artes dos estados e do país. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves o discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade sempre utilizava as palavras “evasão”, “dispersão”, “desaparecimento” e “substituição” para referir-se a reliquias históricas e obras de arte<sup>6</sup>, especialmente as “reliquias” das igrejas mineiras que estavam desaparecendo quase que totalmente pelas vendas promovidas pelos comerciantes de antiguidades<sup>7</sup>. Portanto, a extração dos bens da nação geraram iniciativas em âmbito federal e nos estados, cuja “a maioria dessas iniciativas, assumida por membros da elite intelectual

---

<sup>3</sup> Para ver mais sobre o cenário da evasão de obras de arte do país na década de 20 ver: PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: FAPESP, 2011.

<sup>4</sup> SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Mec/Spahan/Pró-Memória, 1980, p.14.

<sup>5</sup> CASTRO, Sonia Rabello de. O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991, p.30.

<sup>6</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002. p.92.

<sup>7</sup> Ibid., p. 93.

brasileira, foi justificada por uma retórica da perda. O patrimônio da nação era apresentado sob efeitos de um processo de desaparecimento, dispersão e destruição”<sup>8</sup>.

Este discurso do diretor da instituição referente à preocupação com os bens móveis, fomentou a criação da instituição, e esteve presente durante todo o período de atuação desta como veremos ao longo deste artigo.

### **Os bens móveis e o decreto-lei nº 25 de 1937**

Como podemos notar à época do decreto lei nº25 de 1937 muitos bens já haviam sido extraviados para o exterior, e a tentativa de impor cláusulas expressas na legislação para tentar, mesmo que de caráter inicial, regular o mercado de artes com os tramites para quem possuía um bem móvel, foi de algum modo a maneira de tentar preservar ainda no país o que de fato era produção do país.

Os receios com evasão de obras do Brasil se manifestam nos dispostos no Decreto-lei nº25 de 1937, conforme os artigos 14, 15 e 16:

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta sequestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá sequestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dôbro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa<sup>9</sup>.

Os referidos artigos, então, delimitam o período, o motivo e quem autorizará que “a coisa tombada” poderá sair do país, além de, dispor as sanções no caso de exportações ilegais, e as obrigações do proprietário quanto a comunicação sobre qualquer tipo de desaparecimento de suas obras.

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 90.

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, 1937.

Para minimizar as restaurações feitas por pessoas sem competência técnica, ou que proprietários tentassem destruir atributos relativos ao valor da obra, outra medida foi imposta pelo decreto-lei nº25 de 1937 visando evitar quaisquer tipos de violação na imagem da “coisa tombada”:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado<sup>10</sup>.

O exposto no artigo 17 começa a formatar a ideia de aliar o órgão de preservação a um órgão executor de obras de restauração. Já que tenta evitar a descaracterização “da coisa tombada”<sup>11</sup>, e atribui a função de fiscalização para si.

Ainda, com a finalidade de controlar o mercado de arte e identificar obras primas e falsificações que descaracterizavam o acervo brasileiro, as exigências dos artigos 26, 27 e 28 do decreto lei nº25 também destinados as orientações quanto a proteção dos bens móveis, enfatizam a necessidade da comunicação e cadastro de negociantes de artes e antiquários, demonstrando a preocupação com a evasão dos bens culturais móveis do país. Deste modo, dizem respeito da necessidade dos “negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros” de manterem um registro especial no SPHAN e manter atualizada a listagem dos bens históricos e artísticos em seu poder; o artigo 27 dispõe que esses comerciantes deverão comunicar a instituição em caso de venda de algum bem em leilão, com a devida relação dos bens; até que o artigo 28 explicita sobre autenticação dos bens, demonstrando a preocupação dos intelectuais a frente do SPHAN em conferir tal serviço “mediante taxa de peritagem”, a perito devidamente autorizado pelo SPHAN:

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e

---

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Entendemos o termo “coisa tombada” como sendo usado para designar tanto um bem imóvel quanto um bem móvel.



Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sôbre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A. autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sôbre o valor da coisa, se este fôr inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder<sup>12</sup>.

Esta medida que estipula que a autenticação das obras de arte em poder de antiquários e comerciantes de arte deveria ser realizada, e que só poderia ser feita por anuência do IPHAN, reforça o caráter de controle que a instituição pretendia realizar para evitar o máximo possível a evasão de obras de arte para fora do país, além de evitar a especulação de preços em cima de obras falsas, provocadas por laudos que fossem emitidos por pessoais alheias a seu crivo. Ao mesmo tempo confere a instituição a possibilidade de entrar em contato com obras de arte de particulares para estudá-las, identificá-las e se possível comprá-las.

### **O setor de Recuperação de Obras de Arte**

Outro fator de interesse para a proteção dos bens móveis e integrados foi a organização de um setor destinado a restauração da materialidade desses bens, idealizado pelo então diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que convidou em 1944 Edson Motta<sup>13</sup> para organizar o Setor de Recuperação de Obras de Arte<sup>14</sup>.

Nos anos de consolidação das práticas de preservação do IPHAN, havia escassez de recursos financeiros, mão-de-obra e materiais para restauração disponíveis no mercado brasileiro. Além do fato do país em seu extenso território possuir um montante grande de elementos artísticos de igrejas em precário estado de conservação, sobretudo, as Igrejas de Minas Gerais, necessitando de restaurações emergenciais. Fatos que não foram inibidores da vontade institucional de primar por realizar restaurações com o que era possível e ser executado da melhor forma possível também. Portanto, Edson Motta teve que adaptar procedimentos técnicos de trabalho a realidade brasileira de equipamentos, materiais, recursos, no pouco tempo disponível, bem como, teve que formar profissionais para atuarem como seus colaboradores, durante estágios que ele mesmo ofereceu no ateliê central localizado na sede da instituição.

---

<sup>12</sup>BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, 1937.

<sup>13</sup> Edson Motta permaneceu no setor até 1976, como restaurador chefe. De 1946 a 1947 fez viagem de intercâmbio, aos Estados Unidos para aperfeiçoar-se em restauro e conservação de obras de arte no *Fogg Art Museum* de *Harvard* com bolsa conferida pela fundação *Rockefeller*.

<sup>14</sup> Este setor teve vários nomes no decorrer de sua existência dentro do IPHAN até ser extinto na década de 1980, dentre eles “Setor de Recuperação de Talha e Pintura Antiga”, “Setor de Recuperação de Pintura, Escultura e Manuscritos”, “Laboratório de Conservação e Restauração de Pinturas, Talhas, Códices e Impressos do IPHAN”, “Centro de Restauração de Bens Culturais”, entre outros.



O órgão principiou a realizar obras, pois de tal modo reforçava a ideia de consolidar o que seria declarado e valorizado enquanto patrimônio; a instituição poderia impor seus critérios de valores evidenciados e resgatados durante as restaurações; e poderia também controlar de forma mais direta as modificações e reparos promovidos nos bens culturais a fim de evitar as restaurações realizadas por terceiros que poderiam descaracterizar, ou até mesmo destruir os bens<sup>15</sup>.

A restauração realizada pela instituição é encarada como forma de evitar falsificações, seja durante o processo de intervenção na obra, ou durante os estudos de autenticação que diagnosticam falsificações. De modo que as identificações e as análises dos pormenores das obras eram propiciadas durante os processos de restaurações, que visavam em grande parte tentar descobrir traços originais e contribuir com a ideia de autenticação e conhecimento do patrimônio nacional.<sup>16</sup>

Ao longo da existência deste setor, ele é constantemente aprimorado, embora, os recursos e a falta de mão-de-obra especializada dificultem as ações e a aplicação de métodos usuais às realidades brasileiras<sup>17</sup>. Para atender as obras de arte havia um ateliê e laboratório na sede da instituição localizada no Rio de Janeiro, e eram montados ateliês móveis dentro dos monumentos arquitetônicos para atender aos bens integrados<sup>18</sup>.

### **Complementação na proteção**

Com a finalidade de complementar a proteção dos bens móveis e integrados, já que por se deslocarem facilmente do local de origem, a sistematização de ações como o tombamento, estudos e até mesmo o inventário eram dificultadas. Assim, algumas leis foram criadas em âmbito nacional para completar a proteção de bens móveis e integrados de naturezas diversas: arqueológicos e pré-históricos<sup>19</sup>; obras de arte; manuscritos e livros<sup>20</sup>, entre outros, de modo a produzir uma proteção de caráter geral a bens de determinadas épocas, sem que necessariamente devessem ser tombados previamente, conferindo a esses bens uma medida restritiva, que evitava comercialização e a possível evasão para fora do país.

---

<sup>15</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Edições UFRJ, 2009, p.76 -77.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> RAMOS, Orlando. Restauração de bens móveis e integrados: 40 anos. In: Revista do IPHAN, n° 22, 1987, p. 154 - 157.

<sup>18</sup> Ibid., p.154.

<sup>19</sup> A Lei nº 3.924 de 1961 dispõe sobre a proteção dos bens arqueológicos e pré-históricos.

<sup>20</sup> A Lei nº 5.471, de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros.

A Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 que proíbe “a saída do País de quaisquer obras de artes e ofícios tradicionais, produzidas no Brasil até o fim do período monárquico, abrangendo não só pinturas, desenhos, esculturas, gravuras e elementos de arquitetura, como também obra de talha, imaginária, ourivesaria, mobiliário e outras modalidades”, de certa forma impede que os bens produzidos até o fim do período monárquico saiam do país. Esta é uma medida reflexo da Convenção da UNESCO de 1964, *relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais*, o que demonstra que esta preocupação não era apenas brasileira.

Esta lei nos mostra também a tentativa de proteger os bens mesmo que não estivessem tombados, visto que, havia deficiência e dificuldades da instituição de realizar o tombamento paulatino destes bens. Já que, nos primeiros tombamentos de templos religiosos realizados pelo IPHAN os processos eram sucintos e não havia a menção que o tombamento era extensivo ao acervo do monumento<sup>21</sup>. Portanto, uma grande vitória para a proteção dos bens móveis foi a resolução número 13 de 1985 do Conselho Consultivo do IPHAN que conferiu o tombamento retroativo de bens que compunham o acervo de monumentos já tombados, incluindo o seguinte dizer na inscrição de tombamento do bem: “O tombamento inclui todo o acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/1985, referente ao Proc. Administ. Nº13/85/SPHAN”.

Esta medida foi impulsionada pelas discussões levantadas por Lygia Martins Costa<sup>22</sup>, já que a falta de proteção explícita a esses elementos causou conflitos entre responsáveis legais e a instituição, sobretudo, nas igrejas, onde o acervo interior, apresentava em muitos casos a relevância para o tombamento do templo como um todo, mas que não estava explícito no processo.

O pensamento jurídico, segundo Sonia Rabello<sup>23</sup>, é de que por fazerem parte dos templos, então era evidente fazerem parte do objeto tombado, deixando margem para que os bens móveis ficassem à deriva da falta de regulamentação da ação do tombamento. Logo a medida veio regulamentar a situação do tombamento não só dos bens integrados, mas também

---

<sup>21</sup> Era senso comum dos técnicos da instituição considerar o acervo tombado juntamente ao templo, mesmo que este não estivesse arrolado no processo de tombamento.

<sup>22</sup> COSTA, Lygia Martins. A defesa do patrimônio cultural móvel. In: Revista do IPHAN, nº 22, 1987, p. 145.

<sup>23</sup> CASTRO, Sonia Rabello de. O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991, p.80.

dos móveis existentes no interior dos templos, e que conferiam a edificação o caráter de templo religioso.

Os inventários só foram realizados sistematicamente a partir de 1986, quando aconteceu o início do projeto de Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, que passou a ser realizado pelo IPHAN e com apoio da Fundação Vitae naquele momento.

Vale ressaltar que nos anos de consolidação da atuação do IPHAN, os registros das obras e dos comerciantes eram feitos de modo informal, e solicitados diretamente pelo diretor da instituição, ressaltando o modo prático da instituição de desenvolver as ações, para assim buscar os meios para oficializá-las posteriormente. O banco de dados denominado Bens Culturais Procurados - BCP foi criado em 1998 em parceria entre IPHAN, UNESCO, Polícia Federal/INTERPOL e Ministério Público<sup>24</sup>. Este banco de dados fornece informações que favorecem a divulgação e identificação para a possível restituição dos bens desaparecidos, de acordo com o artigo 16 do DL 25/37, cujo proprietário deverá comunicar o desaparecimento do bem.

A Instrução Normativa nº 01 de 11 de junho de 2007 instituiu o Cadastro Nacional de Negociantes de Antiguidades e Obras de Arte (CNART)<sup>25</sup> – para dificultar o tráfico ilícito de bens culturais. Esta é uma ação que visa complementar o estipulado no DL 25/37 em seus artigos 26 e 27, pois ao identificar os comerciantes de bens culturais e os bens que estes possuem, é possível identificar os bens não tombados em comercialização e identificar os bens passíveis de acautelamento pelo IPHAN.

### **Considerações finais**

Como conclusão podemos perceber que o IPHAN sempre teve preocupação em proteger de algum modo os bens passíveis de mobilidade, mesmo que em ações às vezes confusas ou dispersas e sem efeito, precisamente pela facilidade que eles apresentam de evasão de seu contexto de origem, com o comércio ilegal de obras de arte para o exterior.

---

<sup>24</sup> FABRINO, Raphael João Hallack. Os furtos de Obras de Arte Sacra em Igrejas Tombadas do Rio de Janeiro (1957-1995). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

<sup>25</sup> O Iphan publicou em 9 de março a Portaria nº 80 de 2017, que estabelece sanções para os negociantes de obras de arte e antiguidade que não se adequarem às normas do setor, que estipula multas de 2 a 10 mil reais para os comerciantes que não fizerem cadastro no CNART ou estiverem com o cadastro desatualizado. Esta medida visa consolidar as ações para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o comércio ilegal de obras de arte e antiguidades.

Justamente esta preocupação foi um dos motes iniciais e faíscas que culminaram na criação da instituição, por causa da preocupação dos intelectuais de que as obras de arte que simbolizavam a erudição da arte e cultura brasileira fossem embora do país antes mesmo de serem identificadas e estudadas como tal. A necessidade de se prestar os mesmos cuidados legislativos aos bens integrados à arquitetura e aos bens móveis, já que ambos podem ser roubados, contrabandeados, etc.

As ações de pesquisa e autenticação foram bastantes presentes no início das ações institucionais, deste modo, a tentativa de criar um setor destinado a restauração destes bens foi necessária não apenas para impor os critérios do IPHAN de preservação e treinar técnicos para trabalhar com este acervo, já que no Brasil não existiam cursos, mas com fins também de estudar os bens em questão, e a originalidade dos traços, caçar restaurações descaracterizantes em obras verdadeiras e falsificações, ou seja, zelando sempre pela tentativa de ser mais um meio de proteção a estes bens.

## Políticas patrimoniais e participação local: a memória ferroviária em Visconde do Rio Branco – MG

**Priscila de Oliveira Teixeira**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: priscilaoteixeira1712@gmail.com

**Resumo:** As práticas de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural ganharam novos cenários ao longo do século XX. No Brasil, a gestão de políticas de proteção que buscava uma ampla participação democrática e que incluísse a diversidade de grupos sociais existentes em seu território, começou a se intensificar a partir das décadas de 70 e 80 do mesmo período, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Este aspecto não se restringiu apenas ao âmbito federal, mas também auxiliou estados e municípios a reverem as práticas adotadas e as transformarem em um processo mais democrático e que levasse em conta os aspectos culturais e sociais de suas comunidades.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Políticas públicas; Ferrovia; Memória.

**Abstract:** The preservation practices of historical, artistic and cultural heritage gained new scenarios throughout century XX. In Brazil, the management of protection policies that longed for wide democratic participation and the inclusion of diversity in social groups in its territory began to intensify in the 1970s and 1980s, especially after the promulgation of the Federal Constitution of 1988. In addition, it helped states and municipalities to review the adopted practices and transform them into a more democratic process that takes into account the cultural and social aspects of their communities.

**Key words:** Cultural heritage; Public policy; Railway; Memory.

### 1. Introdução

Ao compreendermos o processo de gestão pública do patrimônio e sua efetivação, observamos que os procedimentos de escolha e seleção dos bens culturais são marcados por conflitos políticos e simbólicos que, negociados de acordo com os interesses dos grupos envolvidos, contribuem para a definição de uma política de proteção estabelecida segundo características específicas.

Segundo Luciana Christina Cruz e Souza e Nilson Alves de Moraes<sup>1</sup>, o Estado de Minas Gerais, através das exigências com a criação do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico), em 1971, estabeleceu que a proteção do seu patrimônio estivesse voltada para a criação de condições para que os municípios realizassem os próprios instrumentos legais para a preservação. Nesta perspectiva, a existência de conselhos municipais auxiliou a

---

<sup>1</sup> CRUZ E SOUZA, Luciana Christina; MORAES, Nilson Alves. A preservação do patrimônio em Minas Gerais: a “Lei Robin Hood” e os conselhos municipais de patrimônio. In: *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria – RS, v. 27, nº 2, mai/ago. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5972/pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

articulação entre o aparelhamento técnico local necessário e o instituto, efetuando uma prática de participação das comunidades.

De acordo com os autores, os conselhos seriam criados para que os municípios concretizassem suas políticas de proteção do patrimônio, tendo responsabilidades sobre a participação da sociedade na configuração de suas práticas. Assim, eles atuariam como mediadores entre o Estado, a sociedade civil e a comunidade cultural. O que importa destacar, contudo, é que tais conselhos são os que selecionam aquilo que deve ser protegido pelo município e essa escolha nem sempre representa uma importância simbólica para a comunidade, constituindo-se apenas como interesse de uma minoria.

Neste sentido, o presente texto auxilia na compreensão de como foram elaboradas as políticas de preservação em Visconde do Rio Branco, cidade do interior de Minas Gerais. Tal proposta nos levou a enfatizar o caso da antiga estação ferroviária da cidade, que foi um dos primeiros bens imóveis tombados pelo município, para que possamos analisar a articulação existente entre interesses públicos e a manifestação cultural e simbólica da comunidade local, através das suas memórias existentes e instituídas ao longo dos processos.

## **2. As trajetórias de preservação no âmbito federal, estadual e municipal**

No Brasil, as novas práticas de preservação, verificadas a partir da década de 1980, começaram a se adaptar às demandas da sociedade, que viam a participação de diferentes grupos nos processos de seleção dos bens a serem protegidos, constituindo-se como um instrumento de democratização do acesso e de participação que representavam os mais diversos meios sociais. Segundo Fernanda Rocha de Oliveira <sup>2</sup>, verifica-se nesse período uma gradativa mudança nos processos de construção daquilo que deveria ser selecionado como patrimônio, adotando-se um procedimento que buscava tal prática participativa, democrática e construída coletivamente.

De acordo com Funari e Pelegrini <sup>3</sup>, o próprio termo patrimônio histórico cedeu lugar para a noção de patrimônio cultural, onde a perspectiva voltada apenas para o âmbito histórico, marcado por recortes cronológicos e figuras históricas e emblemáticas, passou a abrigar os

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Fernanda Rocha. *Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal – RN*. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado\\_em\\_Preservacao\\_Dissertacao\\_OLIVEIRA\\_Fernanda\\_Rocha\\_de.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_OLIVEIRA_Fernanda_Rocha_de.pdf). Acesso em: 05 de junho de 2017.

<sup>3</sup> FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

referenciais culturais dos povos, suas dimensões cotidianas e as relações intangíveis estabelecidas entre eles.

No artigo 24 da Constituição de 1988<sup>4</sup>, por exemplo, tornou-se competência da União, dos Estados e dos Municípios, a legislação sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, tendo em vista o equilíbrio das decisões estabelecidas entre as três instâncias de poder e que visassem ao pleno desenvolvimento do bem estar social. Ou seja, as leis criadas por cada um dos três poderes possuem os mesmos pesos para a aplicação nos âmbitos relacionados.

Caminhando por tal lógica, diversos estados brasileiros adotaram medidas que aderissem a essas práticas e buscassem novas formas de proteção. Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 12040, de 28 de dezembro de 1995, que determina a distribuição dos recursos advindos do ICMS, – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – mais conhecida como Lei Robin Hood, foi um mecanismo de incentivos fiscais que redistribuía os recursos para os municípios mineiros que possuíssem legislações locais de incentivo à educação, saúde, produção de alimentos, proteção do meio ambiente e conservação do patrimônio histórico e cultural.

De acordo com Mônica Barros de Lima Starling<sup>5</sup>, a distribuição do ICMS foi benéfica para os municípios mineiros, pois garantiu a eles o investimento em ações de proteção e conservação do seu patrimônio, além de possibilitar mudanças significativas nos instrumentos de tombamento e inventário e na definição de uma política pública municipal de proteção.

Entretanto, na cidade de Visconde do Rio Branco, a implementação da Lei Robin Hood não marcou o início das políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio histórico e artístico municipal, pois as mesmas começaram a ser definidas já no começo da década de 1990, e, portanto, a lei não foi o que incentivou seu início.

A promoção de políticas voltadas à preservação do patrimônio em Visconde do Rio Branco, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e os princípios de cidadania,

---

<sup>4</sup> BRASIL. *Constituição* (1988). *Constituição* da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 de junho de 2017.

<sup>5</sup> STARLING, Mônica Barros de Lima. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural em Minas Gerais. In: *Políticas Culturais em Revista*, v. 1, nº 2, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3729/2801>. Acesso em: 05 de junho de 2017.



democracia e participação social na colaboração para a promulgação de leis, iniciou-se pelo artigo 190 da Lei Orgânica, onde se especificava a competência do município ao apoio às manifestações da cultura local, contando, inclusive, com a ajuda financeira aos agentes promotores da cultura <sup>6</sup>. A década de 1990 é marcada, portanto, pelas primeiras iniciativas em prol da proteção do patrimônio municipal, observando como se encaminhavam os projetos que buscavam tais ações no âmbito federal e estadual, sendo as políticas municipais um reflexo dessas mudanças.

Neste cenário, a primeira lei do município que estabelecia a proteção do patrimônio foi promulgada em 1991, visando a proteção do patrimônio histórico e artístico de Visconde do Rio Branco, além de autorizar a criação de um Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico. A partir desse momento, o cenário de preservação do patrimônio na cidade começou a se modificar, inicialmente pelo tombamento de 13 bens imóveis, incluindo a antiga estação ferroviária da cidade, e, mais tarde, novos bens culturais que adquiriram o *status* de bem tombado ou inventariado pelo município, cabendo a ele a sua efetiva proteção.

Está claro, contudo, que, a partir de 1995, a proteção do patrimônio no município sofreu um grande impacto, aumentando as ações de preservação, causando mudanças também sobre o próprio sistema administrativo da cidade, já que a prefeitura teve que buscar profissionais e consultorias de empresas especializadas na área para realizarem os inventários que anualmente são enviados ao IEPHA para fins de análise e pontuação. Por isso, é necessário ressaltar a importância da lei para o desenvolvimento da política de proteção local mais democrática.

### **3. A memória ferroviária em Visconde do Rio Branco**

Ao tomarmos a antiga estação ferroviária da cidade de Visconde do Rio Branco como um importante “lugar de memória”, que esteve diretamente relacionada à construção da história do município, os membros envolvidos nos processos de identificação e tombamento dos bens patrimoniais culturais buscaram reconhecer a importância desse imóvel para a comunidade rio-branquense. O fato é que, apesar da proposta de criação de uma política de proteção do patrimônio através da articulação de diversos setores da sociedade, percebemos, contudo, que desde as primeiras manifestações sobre o assunto, os grupos envolvidos foram os que estavam diretamente relacionados à administração municipal do período.

---

<sup>6</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO. Lei Orgânica do Município. Visconde do Rio Branco, 1990.

Como destaca Fernanda Rocha de Oliveira,

O contato com discursos sobre a necessidade de democratização das ações de patrimonialização permitiu a gradativa verificação de um distanciamento entre o que apregoava a teoria preservacionista e o que refletia a prática institucional ocorrida no âmbito do referido tombamento <sup>7</sup>.

Neste sentido, a municipalização das políticas de proteção do patrimônio esteve ligada a um conjunto de relações de força nesse campo, o que nos levou a analisá-las para compreendermos como a memória ferroviária se faz presente na cidade. Verificar a participação ou não da população no mecanismo de escolha e seleção dos bens protegidos constitui um dos objetivos da nossa pesquisa, pois a ausência de um mecanismo de participação popular impedia uma gestão patrimonial mais democrática e acessível a toda a comunidade.

Tomada como referência, para compreendermos a política de proteção do patrimônio estabelecida em Visconde do Rio Branco, a antiga estação ferroviária da cidade nos auxilia na apreensão desse processo enquanto implantado de forma seletiva e direcionada pelas relações de poder estabelecidas para sua escolha, além de percebermos como a memória ferroviária contribuiu para este processo.

O passado ferroviário ganhou novos contornos durante os anos de 1970 e 1980, seja pela criação de programas governamentais que auxiliavam na sua preservação ou através da criação de associações de pessoas envolvidas com as ferrovias. Segundo Luciana Ferreira de Matos, os bens ferroviários cresceram nos inventários de tombamento realizados a partir desses anos, tanto a nível federal, através do Iphan, quanto em institutos estaduais e municipais, permitindo pensar que a memória ferroviária assumiu novos direcionamentos a partir desse período <sup>8</sup>.

Com isso, procuramos contextualizar os debates que envolvem a relação entre história e memória ao processo de patrimonialização da antiga Estação Ferroviária da cidade de Visconde do Rio Branco, observando como o passado é apropriado e ressignificado a partir do

---

<sup>7</sup> ROCHA, Fernanda Oliveira. *Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal – RN*. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado\\_em\\_Preservacao\\_Dissertacao\\_OLIVEIRA\\_Fernanda\\_Rocha\\_de.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_OLIVEIRA_Fernanda_Rocha_de.pdf). Acesso em: 05 de junho de 2017. p. 25.

<sup>8</sup> MATOS, Luciana Ferreira. *Memória ferroviária: da mobilização popular à política pública de patrimônio*. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15659/MATOS-Luciana\\_Memoria%20Ferroviaria%20da%20mobilizacao%20social%20a%20poli%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20tica%20publica.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15659/MATOS-Luciana_Memoria%20Ferroviaria%20da%20mobilizacao%20social%20a%20poli%20%20%20%20%20%20%20tica%20publica.pdf?sequence=1). Acesso em: 05 de junho de 2017.

tombamento de diferentes bens no início da década de 1990 e como a população local se manifesta diante dessas ações. Para isso, o uso da história oral nos ajuda a identificar como as pessoas que vivenciaram a época dos trens ativos percebem o significado do seu tombamento para a construção da história da cidade.

No âmbito da memória e sua relação com o patrimônio, a dissertação de Mônica Elisque do Carmo nos auxiliou na compreensão de que o trabalho com o patrimônio ferroviário em Minas Gerais deve inserir a sociedade e suas perspectivas para que, de maneira conjunta com os órgãos de preservação, fortaleçam a identidade da sociedade com os bens culturais, reforçando as diretrizes estabelecidas para a preservação.

Além disso, a autora afirma que

As políticas patrimoniais preservacionistas surgem no momento de um sentimento de perda do patrimônio ferroviário, proveniente dos remanescentes da ferrovia, transformando o abandono e degradação, na força propulsora para a formação da consciência coletiva<sup>9</sup>.

Neste sentido, a proteção do patrimônio histórico e cultural ocorre através das escolhas dos órgãos de preservação, que podem incluir ou não a sociedade como um todo. De acordo com Mônica Elisque do Carmo, há uma seleção de memórias a serem protegidas no momento em que estes órgãos e a população manifestam o interesse de apropriação do espaço e dos bens culturais envolvidos. Dessa forma, há a preservação da memória de certos grupos em detrimento de outros que não se incluem nesse processo.

Em relação ao patrimônio, a estação ferroviária de Visconde do Rio Branco se constitui como um importante “lugar de memória”, segundo a definição de Pierre Nora, em que o autor revela que “a necessidade de memória é uma necessidade da história”<sup>10</sup>. Neste sentido, ele afirma que a memória se encontra presente no dia a dia através dos grupos sociais que existem, sendo os lugares de memória compostos, sobretudo, pela necessidade de identificá-los a uma origem, a um ponto inicial. Com isso,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter

---

<sup>9</sup> CARMO, Mônica Elisque do. *Trilhos e memória: Preservação do Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura – UFMG. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [http://vulcano.grude.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-9RTMZM/disserta\\_o\\_monica\\_elisque\\_do\\_carmo.pdf?sequence=1](http://vulcano.grude.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-9RTMZM/disserta_o_monica_elisque_do_carmo.pdf?sequence=1). Acesso em: 05 de junho de 2017. p. 48.

<sup>10</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo (10), dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 05 de junho de 2017. p. 10.

aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais <sup>11</sup>.

Dessa forma, compreendemos que a necessidade e as justificativas sobre a patrimonialização da estação ferroviária estariam associadas à tentativa de se atribuir um valor simbólico, pois a função exercida por ela na sociedade rio-branquense remete à representação do progresso e do desenvolvimento econômico da cidade e da região da Zona da Mata mineira, tornando-a um lugar de memória.

A preservação do patrimônio ligou-se ao desenvolvimento de determinados grupos, já que refletia sua formação sociocultural, contribuindo para a associação entre cidadãos e suas características locais. Isso se constituiu através da necessidade de busca das identidades sociais e a memória assumiu uma posição fundamental nesse processo, ao atribuir valores aos objetos culturais selecionados que possuísem relevância para a sociedade, a fim de se evocar o passado na tentativa de construção de uma identificação comum para os grupos sociais <sup>12</sup>.

Percebemos isso através da patrimonialização da antiga estação ferroviária da cidade que, mesmo antes do processo de desinstalação do ramal, ocorrido em 1994, já havia sido realizado o seu tombamento, juntamente com outros bens selecionados pelos membros do Conselho Consultivo Municipal, que organizaram uma lista de imóveis a serem protegidos que faziam parte da construção da história do município, na tentativa de se representar a identidade da população rio-branquense.

#### 4. Considerações finais

Esse texto busca evidenciar as discussões realizadas na pesquisa de mestrado que provocam o debate de que o que é definido como patrimônio cultural em uma sociedade faz parte de uma escolha, já que o direito à memória está sempre articulado com uma identidade que se configura para tornar-se um instrumento de poder. Com isso, a efetivação de lugares de memória constitui um importante momento quando se quer formular uma memória coletiva, voltada para um processo de continuidade e permanência da mesma.

Observamos que, através das entrevistas realizadas com moradores da comunidade até então, o tombamento da antiga estação ferroviária em Visconde do Rio Branco fez parte de um contexto mais amplo de escolha de bens com significativa influência histórica, artística,

---

<sup>11</sup> Ibid. p. 13.

<sup>12</sup> PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº. 60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a08v3060.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2017. p. 145.

arquitetônica, paisagística e cultural para a cidade. No entanto, o que muitos entrevistados relataram foi que não se viram em nenhum momento como parte representativa desse processo, já que não foram questionados sobre a importância ou não de cada bem para sua história individual.

Percebemos, assim, que a política de preservação do patrimônio cultural no município constituiu-se de forma individualizada, levando em conta apenas os interesses da administração municipal do período, em muitos casos ligados aos repasses de verbas estaduais e federais no âmbito da proteção. A comunidade local, excluída desse procedimento, percebeu-se diante de uma memória coletiva construída da cidade sem a participação efetiva dos diferentes grupos sociais.

## Olhando para dentro: análises científicas aplicadas ao patrimônio documental histórico

**Marina Furtado Gonçalves**

Doutoranda em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [marinaufmg@yahoo.com.br](mailto:marinaufmg@yahoo.com.br)

**Resumo:** Documentos históricos podem ser fontes de pesquisa para diversas áreas do conhecimento, não só pela informação textual, mas também pela material. Para analisar um documento é necessário reunir as informações históricas acerca daquele objeto para depois partir para uma análise visual. Os exames organolépticos e de imagem fornecem informações importantes sobre o documento e podem ser complementados com espectroscopias e análises microscópicas. Apenas com a interpretação dos dados obtidos e uma análise crítica é possível chegar a um resultado assertivo.

**Palavras-chave:** patrimônio documental; análises científicas; técnicas e materiais.

**Abstract:** Historical documents can be sources of research for several areas of knowledge, not only for textual information, but also for material. In order to analyze a document it is necessary to gather the historical information about that object and then proceed to a visual analysis. Organoleptic and imaging tests provide important information about the document and can be supplemented with spectroscopies and microscopic analyzes. Only with the interpretation of the data obtained and a critical analysis it is possible to arrive at an assertive result.

**Keywords:** documental heritage; scientific analysis; techniques and materials.

### Introdução

A memória coletiva e documentada de uma sociedade, ou seja, seu acervo arquivístico, representa boa parte do patrimônio cultural existente. Por meio dos estudos de documentos é possível refletir sobre o desenvolvimento do pensamento, sobre descobrimentos e conquistas da sociedade humana.

Rabaça (1978) define documento como qualquer informação escrita, objeto ou fato registrado materialmente, suscetível de ser utilizado para estudo, consulta ou prova. Os documentos textuais são registros de um testemunho, originalmente oral, que foi transformado em texto e que proporciona a visibilidade da coisa escrita (RICOEUR, 2007). Um documento pode ser também uma informação singularizada, isto é, distinguível por um nome ou código, que trata de assunto específico, de natureza e interesse particular a uma instituição, de caráter sigiloso, estratégico ou que represente capital intelectual. Documentos textuais históricos são considerados como evidência da verdade e são organizados, dentro de um arquivo, pelo crivo da cronologia, dos grandes feitos, dos fatos e marcos históricos e do culto ao personagem. Desta forma, podem ser interrogados por um pesquisador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado (RICOEUR, 2007).

Considera-se que a importância dos documentos transcende os limites do tempo e da cultura, portanto deve-se preocupar com a preservação e disponibilização dos mesmos para as gerações atuais e futuras (EDMONDSON, 2002).

Grande parte do patrimônio documental encontra-se em bibliotecas, arquivos e museus, instituições que nem sempre possuem as condições adequadas de conservação e acesso a essas fontes de pesquisa. Conservar um documento original e proteger sua integridade significa que não se perde a informação textual e material, e não se fecha nenhuma possibilidade futura de preservação e acesso.

Documentos históricos apresentam, em sua grande maioria, o suporte de papel. O papel pode ser composto de fibras de diferentes origens e processo de fabricação diferenciado, o que dará ao material final características distintas. Entretanto, mesmo o papel de melhor qualidade está propenso a deteriorações causadas principalmente pela ação da umidade, luz e calor. Para garantir uma maior durabilidade do suporte de papel é necessário mantê-lo em um ambiente controlado e a melhor ferramenta para a preservação material e textual dos documentos é a digitalização que, além de salvaguardar o original, possibilita que a informação seja disponibilizada para um maior número de pessoas.

### **Olhando para dentro dos documentos: informações materiais**

Os documentos oferecem informações não apenas naquilo que está entintado sobre o suporte, mas também em suas marcas originais, vincos, dobras, rasuras, supressões e outras características. Eles podem ser examinados a fim de obter respostas relacionadas à história da arte técnica e sobre a origem do objeto, ou seja, onde, quando e por quem a obra foi criada. Os exames científicos que procuram responder tais questões normalmente exigem a identificação dos materiais e técnicas empregados naquela obra, sendo que outros estudos visam responder a perguntas básicas sobre a conservação do objeto, seu estado físico e químico, causas de deterioração e vulnerabilidade às condições de acondicionamento ou exposição (WHITMORE, 2003).

Qualquer pesquisa material de documentos necessita seguir um procedimento lógico que se inicia com a análise visual do objeto, seguida pela compilação de toda informação histórica disponível, incluindo a história recente e informações de qualquer intervenção de conservação-restauração anterior. O próximo passo é o diagnóstico de conservação do objeto, buscando identificar as técnicas e materiais utilizados tentando relacionar as causas de



deterioração. Todo esse procedimento, segundo exige o suporte de várias técnicas analíticas aliado à avaliação crítica do contexto e função dos objetos.

Para melhor identificação de materiais, técnicas construtivas, definição de tratamentos de conservação-restauração e seus riscos, procedem-se exames que podem ser classificados em três categorias:

- Não invasivos: o material analisado não sofre alterações em sua constituição e não requer qualquer retirada de amostras;
- Microinvasivos: microamostras são retiradas para análises mais detalhadas, sem, contudo, haver prejuízos que modificam os valores históricos e artísticos do bem cultural. O material analisado pode sofrer alterações;
- Invasivos: é necessária a retirada de amostras e o material analisado pode sofrer alterações em sua constituição, transformando-se em outro material.

Uma característica muito peculiar às obras sobre papel é a utilização do suporte como parte da própria imagem do objeto, ou seja, em desenhos, gravuras, aquarelas ou mesmo em um texto impresso o substrato é exposto e é parte formadora daquela obra. Um desafio ao se estudar objetos em que o papel é tão intimamente associado com o texto e/ou desenho é a discriminação entre os dois, de modo que muitas análises devem ser feitas em profundidades e espaço muito reduzidos para que não haja interferências do sinal do papel, que deverá ser subtraído (WHITMORE, 2003).

A primeira análise que se deve considerar para a investigação de um documento é a observação sob luz visível, pois por meio de exames organolépticos, que são aqueles em que utilizam dos sentidos humanos, consegue-se reunir as informações elementares da obra para um diagnóstico descritivo. Combina-se esta observação com o uso de lupas, microscópios, instrumentos como régua e fita métrica para determinar algumas características do objeto.

Para obras em suporte celulósico a observação visual fornece dados a respeito do tipo de papel, marcas originais e de uso, tintas utilizadas, técnicas do artista, manchas resultantes de processos de deterioração, vincos, dobras, características do artista impressas sobre o suporte, entre outros. Com o uso do tato percebem-se características como a textura do papel, sua resistência mecânica e os relevos devido à aplicação de tintas e outros materiais. O olfato pode ser útil para determinar se o papel apresenta um estado avançado de hidrólise ácida e indicar a presença de micro-organismos. Por meio da observação global do objeto é possível estabelecer

um planejamento estratégico das investigações que serão feitas para evitar riscos, excessos de análises não justificáveis ou a ausência de dados indispensáveis para a caracterização físico-química da obra.

A documentação científica por imagem seguida pelo tratamento sistemático dos arquivos digitais gerados é de igual importância, pois permite registrar o objeto e seu estado de conservação naquele dado momento, ressaltando detalhes da obra e servindo como uma ferramenta de comparação no futuro. Podem ser utilizadas fontes de luz reversa, luz ultravioleta, infravermelho, luz rasante, entre outras.

O uso de uma fonte de luz reversa é um recurso válido para uma melhor visualização das marcas d'água do papel, pontusais, vergaduras, carimbos, desenhos subjacentes e técnicas utilizadas pelo profissional na composição da obra, além de ressaltar perdas pontuais do suporte e rasgos que normalmente não são tão nítidos vistos sob a luz direta.

O exame de observação visual sob luz rasante consiste em incidir uma fonte de luz visível e homogênea tangencialmente sobre a superfície do objeto. Esta técnica permite a visualização da topografia da obra, realçando as deformações do suporte como dobras, vincos, abaulamentos, além de perceber depósitos de tinta ou outro material sobre o papel.

Algumas substâncias apresentam o fenômeno de fluorescência no visível, ou seja, emitem luz visível ao serem irradiadas com ultravioleta. A observação de documentos gráficos sob luz ultravioleta mostra-se útil para identificar alguns pigmentos, efeitos da deterioração do papel e das tintas. Danos causados por bactérias ou fungos, não visíveis em luz direta, aparecem com tonalidade cinza e violeta em fotografias de fluorescência de luz UV. Outras características podem ser melhor observadas sob UV, como manchas de umidade, manchas de gordura, depósitos de materiais sobre a obra, retoques, entre outros.

Entretanto, sabendo-se que o papel é um suporte frágil e que as tintas empregadas, sobretudo as de origem orgânica, são degradadas pela ação da luz, é importante que o tempo de exposição do objeto à fonte de luz não seja longo. A exposição à luz é o risco mais comum para os pigmentos e corantes e a perda da cor é fácil de monitorar, porém difícil de prever.

Outra técnica de imagem que pode ser utilizada é a *Reflection Transformation Imaging* (RTI) em que é possível fazer um estudo da superfície do documento, observar cores, supressões de texto, problemas de deterioração, além de como a tinta foi depositada sobre o suporte. Desta maneira, é uma técnica interessante para estudos de grafodocumentoscopia.

A partir de dúvidas ou problemas encontrados após esses ensaios outras técnicas de análise podem ser empregadas para o estudo de particularidades do objeto. É interessante ressaltar que não existe um método analítico único capaz de esclarecer todas as dúvidas a respeito da obra, sendo que na maioria dos casos, duas ou mais técnicas devem ser utilizadas para se obter um resultado assertivo.

Exames de documentos que tem como suporte o papel tendem a apresentar circunstâncias especiais que restringem as análises usualmente empregadas para outros suportes, uma vez que essas obras possuem a camada de suporte e camadas pictóricas muito finas, além dos objetos terem dimensões reduzidas. Desta maneira, técnicas analíticas que exigem amostragem são muitas vezes inviáveis para o papel, pois podem causar danos visíveis aos objetos, sendo priorizadas técnicas espectroscópicas ou de análise com base em documentação científica por imagem.

A escolha de uma técnica analítica depende de três fatores: disponibilidade da técnica, tipo de material a ser analisado e o objetivo a ser alcançado com o estudo (FIGUEIREDO JUNIOR, 2012). As espectroscopias, técnicas que exigem equipamentos nem sempre disponíveis em laboratórios e/ou acessível aos pesquisadores em geral, oferecem resultados que devem ser interpretados e embasados nas implicações estéticas, históricas, sociais e técnicas que o objeto estudado comporta. Os sinais obtidos pelos equipamentos são coletados por um programa de computador, gerando um gráfico que pode ser então analisado.

Dentre as espectroscopias, a Espectroscopia de Fluorescência de Raios X por dispersão de energia (EDXRF) pode ser aplicada de modo não destrutivo em bens culturais e é amplamente utilizada para mensurar a composição dos materiais (STUART, 2007). O EDXRF apresenta limitações para detectar elementos de número atômico baixo, como o hidrogênio, oxigênio, carbono, entre outros, portanto não costuma ser utilizada para análise de materiais orgânicos.

Já a Espectroscopia Raman supre a deficiência do EDXRF, identificando materiais orgânicos, porém há uma grande dificuldade para se analisar o papel, uma vez que este suporte apresenta uma alta fluorescência, o que atrapalha o sinal do equipamento.

A Espectroscopia de Reflectância de Fibra Ótica (FORS) é uma análise não destrutiva que tem sido usada para exames de identificação de pigmentos e corantes em obras de arte há algumas décadas (LEONA e WINTER, 2011). A vantagem desse método preza pela relativa

simplicidade do equipamento: uma fonte de luz, um espectrômetro e duas fibras óticas, sendo uma para fornecer luz para o objeto e a outra para coletar a luz refletida. O espectro de refletância mostra para cada comprimento de onda a relação entre a intensidade da luz refletida e a intensidade da luz incidente (DUPUIS, *et al*, 2002). De maneira geral, a proposta de utilização da FORS é para identificação de pigmentos, correlacionando o espectro da amostra com uma base de dados adequada, para analisar alterações de cor e monitorar o estado de conservação dos objetos, assim como identificar a formação de produtos resultantes de um tratamento de conservação-restauração.

Já a Espectroscopia no Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR) é uma técnica baseada na vibração das ligações de uma molécula quando causada por excitação por radiação na faixa do infravermelho. A técnica pode ser útil para definir pigmentos e tintas utilizadas, além de auxiliar no exame dos efeitos de tratamentos de limpeza, monitorando qualquer mudança na composição do suporte (STUART, 2007), porém não consegue captar o sinal de pigmentos e corantes negros.

Dentre as técnicas que exigem microamostragem, a dispersão e os cortes estratigráficos, observados na ótica de um microscópio de luz polarizada, são exames que podem caracterizar fibras, pigmentos, corantes e materiais depositados sobre a superfície de um documento.

A dispersão é caracterizada pela suspensão das partículas de um determinado pigmento num meio resinoso, de índice de refração conhecido, preparada na forma de um filme numa lâmina para microscopia (SOUZA, 1996). A lâmina é então colocada sob a ótica do microscópio para a análise de diversas propriedades dos componentes como homogeneidade, cor, forma, índice de refração, entre outros.

O corte estratigráfico possibilita a análise da estratigrafia das camadas pictóricas e do suporte de determinado objeto. Após a montagem de um corte ele é levado para ser observado sob a ótica de um microscópio ótico, de luz polarizada ou microscópio eletrônico. A vantagem da utilização do microscópio de luz polarizada é, além de caracterizar a estratigrafia, é possível identificar alguns dos materiais utilizando os polarizadores.

### **Considerações finais**

A identificação de técnicas e materiais empregados em documentos, bem como a análise do uso desses objetos a partir de exames organolépticos e de imagem, aliados à pesquisa histórica, podem nos fornecer informações para além do texto.

As espectroscopias, como a Espectroscopia de Fluorescência de Raios X por dispersão de energia, Espectroscopia Raman, Espectroscopia de Reflectância de Fibra Ótica e Espectroscopia de Infravermelho por Transformada de Fourier, mostraram-se muito úteis para identificar tintas, pigmentos, corantes, materiais metálicos e problemas de deterioração, porém nem sempre geraram um resultado definitivo, sendo que apenas a somatória de dados resulta em um diagnóstico assertivo. As análises microinvasivas de dispersão e corte estratigráfico podem confirmar resultados apontados pelas espectroscopias, mostrando serem técnicas complementares.

Com o desenvolvimento da ciência da conservação, que promoveu o avanço das pesquisas e da utilização de novos métodos científicos na preservação do patrimônio artístico cultural, formaram-se grupos interdisciplinares de investigação, buscando ampliar as possibilidades de discussão e interpretação dos objetos tanto referentes à constituição dos seus materiais e estado de conservação como às suas características estéticas e históricas.

A disponibilização de tecnologias de análise de bens culturais, bem como a crescente formação acadêmica de novos profissionais, fazem com que os estudos na área de preservação de documentos sejam desenvolvidos, somando o conhecimento acerca desses bens e aumentando as possibilidades de pesquisa.

## Referências

DUPUIS, Guillaume; ELIAS, Mady; SIMONOT, Lionel. *Pigment identification by Fiber-Optics Diffuse Reflectance Spectroscopy*. In: *Applied Spectroscopy*. Vol. 56, Issue 10, p. 1329-1336 (2002).

EDMONDSON, Ray. *Memory of the World: General Guidelines* (Revised edition 2002). Paris: UNESCO, 2002. 72 p.

FIGUEIREDO JUNIOR, João Cura D'Arts de. *Química aplicada à conservação de bens culturais: uma introdução*. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2012. 207 p.

LEONA, Marco; WINTER, John. *Fiber optics reflectance spectroscopy: a unique tool for the investigation of Japanese painting*. In: *Studies in Conservation*. Vol. 46, Nº 3, p. 153-162 (2001). Published by Maney Publishing.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1978.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; STULIK, Dusan Cyril; PEREIRA, Marilia Ottoni da Silva. *Evolução da tecnologia de policromia nas esculturas em Minas Gerais no século XVIII: o interior inacabado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas do Mato Dentro, um monumento exemplar*. 1996. 115 p, enc. Tese [doutorado] – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Química.

STUART, Barbara. *Analytical techniques in materials conservation*. Chichester, England; Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, c2007. xviii, 424 p.

WHITMORE, Paul M. *The scientific examination of works of art on paper*. In: *Scientific examination of art: modern techniques in conservation and analysis*. Washington, DC: National Academy of Sciences, 2003. p. 27-39.

## ST 26 - História Antiga e recepção da cultura clássica

Lorena Lopes da Costa  
Doutora em História  
UFMG  
[lorenalopes85@gmail.com](mailto:lorenalopes85@gmail.com)

Igor Barbosa Cardoso  
Doutorando em História  
UFMG/CAPES  
[igorbcardoso@gmail.com](mailto:igorbcardoso@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

A produção historiográfica atual voltada à Antiguidade tem sido marcada pelo interesse sobre a recepção e a reapropriação da herança clássica em distintos momentos. Tal abordagem, destacando-se os trabalhos de François Hartog e Dabdab Trabulsi, tem renovado a historiografia dos estudos clássicos sem se furtar a enfrentar os consequentes problemas teóricos. Nesse ensejo, o ST "História Antiga e recepção da cultura clássica" tem o objetivo de estimular a interlocução entre os diversos pesquisadores que tenham como fonte de pesquisa as produções culturais do mundo antigo, além de dar vazão para o estudo em recepção da cultura clássica, entendida, junto a Hardwick, como os modos pelos quais essas produções foram transmitidas, traduzidas, selecionadas, suprimidas, interpretadas, reescritas, reimaginadas e re(a)presentadas por diferentes atores e grupos sociais, seja por meio do romance, da história, do cinema, do teatro etc. Preocupa-se, portanto, em colocar em debate tempos distantes que se comunicam através das produções culturais.



## Recepção clássica na França Ocupada

**Rafael Guimarães Tavares da Silva**  
Mestrando  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: gts.rafa@hotmail.com

**Resumo:** Toda cultura desenvolve-se a partir de uma tensa relação entre tradição e inovação, na qual certas tendências prevalecem conforme as circunstâncias históricas. Partindo da constatação de que períodos de guerra são especialmente delicados no que diz respeito à experiência humana, pretendo analisar a retomada que alguns dos escritores francófonos fizeram de figuras da Antiguidade durante a ocupação da França pela Alemanha nazista: Jean Anouilh, Simone de Beauvoir, Albert Camus, Jean-Paul Sartre e Paul Valéry são os autores cuja obra publicada nesse período será aqui considerada. Gostaria de analisar esse “retorno” – sugerindo suas possíveis razões e implicações –, a fim de esboçar uma tipologia histórico-literária, valendo-me para isso do conceito de “falsificação”, tal como proposto na tese de Lorena Lopes da Costa (2016).

**Palavras-chave:** Recepção clássica; França Ocupada; Falsificação; História; Guerra.

**Résumé:** Toute culture se développe à partir d’une relation tendue entre tradition et innovation, où certaines tendances s’imposent selon les circonstances historiques. En partant de la constatation que les périodes de guerre sont spécialement sensibles à l’égard de l’expérience humaine, je prétends analyser la reprise que quelques écrivains francophones ont fait des figures de l’Antiquité pendant l’occupation de la France par l’Allemagne naziste : Jean Anouilh, Simone de Beauvoir, Albert Camus, Jean-Paul Sartre et Paul Valéry sont les auteurs dont l’oeuvre publié pendant cette période sera ici considéré. Je voudrais analyser ce « retour » - en suggérant ses possibles raisons et implications -, afin d’ébaucher une typologie historique-littéraire, en employant pour cela le concept de « falsification », développé dans la thèse de Lorena Lopes da Costa (2016)

**Mots-clés:** Réception classique ; France Occupée ; Falsification ; Histoire ; Guerre.

A compreensão do fenômeno de produção e recepção da literatura em períodos de ruptura histórica pode oferecer inúmeras sugestões sobre as formas por meio das quais uma dada cultura lida com sua tradição e com seu presente num processo dialético atravessado de tensões e contradições. Recentemente tive a oportunidade de me valer da tese da historiadora Lorena Lopes da Costa, defendida em meados de 2016 na Universidade Federal de Minas Gerais, para tecer algumas considerações sobre uma possível tipologia dos modos de recepção da tradição clássica no período de Ocupação da França pela Alemanha nazista. Gostaria de retomar os principais pontos dessa argumentação para ampliar minhas considerações anteriores com novas indicações para futuras pesquisas.<sup>1</sup>

A principal hipótese do estudo de Lopes pode ser entendida nas seguintes palavras: “*Falsificar* é uma necessidade histórica. Tal necessidade histórica verifica-se em contextos nos

---

<sup>1</sup> Para uma discussão mais detalhada de algumas das passagens aqui consideradas, cf. SILVA, 2017.

quais a ruptura com o passado é tão pujante que algo familiar à tradição precisa ser mantido na comunicação de tal experiência.” (LOPES, 2016, p. 6). A autora analisa essa hipótese em dois contextos cuja “ruptura com o passado” é especialmente radical: o período da guerra do Peloponeso e da Grande Guerra. Para isso, ela tece uma série de considerações sobre o que entende por “falsificação” e – antes de propor minha breve leitura de obras elaboradas e publicadas num outro contexto de ruptura com o passado – convém reconstituir a argumentação da historiadora.

Sugerindo a importância do *pseûdos* [mentira; engano] para a compreensão da civilização helênica na Antiguidade, a autora faz uma série de considerações sobre o verbo grego *parakharáttein* (e práticas do campo semântico relacionado a ele) que podem ser resumidas na seguinte classificação (LOPES, 2016, p. 40-51):

- 1) falsificar a moeda;
- 2) marcar o caráter [*kharaktêr*] de uma moeda falsa para tirá-la de circulação;
- 3) reavaliar uma moeda que, embora não seja oficial (i.e., feita nas oficinas autorizadas pela *pólis*), é idêntica em caráter, valor ponderal e metálico, a fim de recolocá-la em circulação.

Levando em conta essas ideias, a tese analisa algumas tragédias do século V, considerando que esse gênero poético retoma o material mítico tradicional e imprime um novo caráter sobre ele, fabricando uma nova moeda “falsa-verdadeira”.

Como a moeda falsa-verdadeira que tem o “mesmo caráter que o ateniense”, mas não tem o caráter ateniense, o herói trágico vai ter o mesmo caráter que o herói do passado”, mas não o caráter do herói do passado. Essa nova moeda, tal como a verdadeira, vai poder circular livremente por Atenas, mas, apenas por ser como a verdadeira e, portanto, por não ser a verdadeira é que ela será capaz de colocar o uso corrente da verdadeira em questão. (LOPES, 2016, p. 51).

Como se vê, Lopes privilegia o terceiro sentido acima elencado para palavras relacionadas ao campo semântico do *parakharáttein*, ou seja, a ideia de reavaliar uma moeda que embora não seja oficial, mostre-se idêntica em caráter, valor ponderal e metálico, com o objetivo de recolocá-la em circulação. Conforme afirmação da própria historiadora – presente no Simpósio Temático “História Antiga e recepção da cultura clássica” do VI EPHIS 2017, no qual exibi estas ideias -, seu interesse era tentar compreender como certas modalidades de reaproveitamento do material cultural mais característico de uma tradição poderiam instaurar novidades num novo contexto histórico. Eu, contudo, gostaria de partir dessas considerações

mais abrangentes – tal como na classificação acima proposta, onde prevalece a noção mais tradicional de “falsificar a moeda” bem como a de “marcar o caráter de uma moeda falsa para tirá-la de circulação” – com o intuito de tentar enxergar certas nuances nesse processo de retomada de elementos da tradição em um novo contexto de ruptura histórica.

As obras sobre as quais retomo algumas de minhas considerações são o romance *L'Étranger* [*O Estrangeiro*], e o ensaio filosófico *Le mythe de Sisyphe* [*O mito de Sísifo*], livros de Albert Camus publicados em 1942; *Les Mouches* [*As moscas*] de Jean-Paul Sartre, uma peça encenada em 1943 (e publicada em 1947); a *Antigone* [*Antígona*] de Jean Anouilh, tragédia encenada em 1944, embora também só tenha sido publicada em 1947; o ensaio filosófico *Pyrrhus et Cinéas* [*Pirro e Cíneas*], publicado por Simone de Beauvoir em 1944; além das *Bucólicas de Virgílio*, obra traduzida por Paul Valéry entre 1942 e 1945 (embora só tenha sido publicada em grande tiragem em 1956). Ou seja, considerarei seis obras escritas durante o período da ocupação nazista na França a fim de, por um lado, averiguar a hipótese de Lopes – segundo a qual “falsificar é uma necessidade histórica” –, por outro, problematizar os sentidos possíveis desse “falsificar”, partindo para isso do que afirma Lopes sobre o campo semântico afim ao verbo grego *parakharáttein*. Ao fim dessas considerações, esboçarei de que modo elas poderão ser aprofundadas numa pesquisa futura.

Num primeiro momento, gostaria de considerar a ideia de *parakharáttein* como a de “falsificar a moeda”. Em termos de literatura, essa ideia envolveria uma espécie de recriação cultural, na qual, partindo de certos elementos alheios a uma dada cultura, um autor proporia uma reconfiguração desses elementos a fim de inseri-los nela, como se já fizessem parte desse novo contexto. Dentre as obras aqui analisadas, as que melhor se encaixam nesse tipo são *As moscas*, de Sartre, e a *Antígona*, de Anouilh. Nas duas há a assimilação de elementos estranhos à cultura mais tradicional por meio de um recurso a figuras míticas caras a essa tradição: respectivamente, a *Oresteia*, tal como entendida a partir da trilogia de Ésquilo, e a *Antígona*, de Sófocles.

Com *As moscas*, Sartre retoma o mito dos Atridas – mais especificamente a partir do retorno de Orestes a Argos, onde Egisto e Clitemnestra usurparam o poder com o assassinato de seu pai, Agamêmnon – e, descrevendo uma situação aguda de calamidade pública na cidade (devida ao governo ilegítimo), coloca em cena as ações que levam a uma tomada de consciência (de viés existencialista) por parte do personagem principal, Orestes, bem como suas consequências para os demais personagens e o restante da trama.

Como o próprio autor reconhece numa entrevista concedida pouco depois da estreia da peça (SARTRE *apud* NOVY, 1944), trata-se de uma retomada do mito dos Atridas a fim de inaugurar uma ação cujo conteúdo filosófico – de viés existencialista – seja capaz de dialogar com o presente em que esses elementos passam a agir. Ainda que a recepção de sua obra não tenha sido positiva, não há dúvida de que o autor realiza esse retorno à tradição antiga a fim de operar uma “falsificação” – entendida aqui como o resultado da ação de *parakharáttein* – por meio da qual novos elementos recebem um disfarce tradicional a fim de poderem circular no seio daquela cultura.

Nesse mesmo sentido pode ser entendida a *Antígona* de Jean Anouilh. Tantas ambiguidades irresolúveis subsistem na versão francesa quanto já existiam na tragédia de Sófocles e – ainda que alguns críticos tenham condenado sua técnica dramática – a multiplicidade de recepções da obra dá uma noção clara de que o dramaturgo francês soube passar uma série de questões caras à dramaturgia moderna sob a roupagem tradicional da *Antígona*, empregando as principais ideias de um conflito aporético. Os deslocamentos implicados pela versão de Anouilh são consideráveis, com a introdução de uma série de elementos estranhos à versão sofocliana do mito grego. Dando o nome e a roupagem de uma tragédia a seu drama burguês, o autor francês parte de uma série de elementos da história recente da França e, camuflando-os com motivos da tradição ocidental, emprega-os segundo seus próprios interesses em seu próprio contexto. Parece correto afirmar, portanto, que Anouilh, com sua *Antígona*, faz como Sartre, com suas *Moscas*: ambos “falsificam” moedas tradicionais, alterando os valores, os pesos e os próprios caracteres das moedas novas que pretendem introduzir num contexto estranho a elas.

Gostaria agora de considerar a noção de *parakharáttein* como “marcar o caráter de uma moeda falsa para tirá-la de circulação”. Aplicada ao sistema literário, essa ideia envolveria uma retomada crítica de certos elementos básicos de uma obra ou cultura anteriores, com o intuito de denunciar certa inadequação ao novo contexto em que continuam a ser empregados. Como se vê, esse tipo de “falsificação” frequentemente é de ordem paródica.

Dentre as obras aqui analisadas, as que melhor se encaixam nesse tipo são *O mito de Sísifo*, escrito por Camus, além de *Pirro e Cíneas*, de Beauvoir. Acredito ser possível sugerir algo análogo também para *O estrangeiro*, mas isso depende de uma interpretação pouco evidente do romance e vou sugeri-lo somente ao fim das considerações principais.

No caso do mito de Sísifo, a história desse mortal que trai segredos divinos e tenta sobrepujar a própria morte (CAMUS, 1942, p. 163-4) representaria na cultura antiga a exemplaridade dos tormentos reservados àqueles que, em detrimento da piedade religiosa, dessem livre curso a suas paixões. Camus, no entanto, inverte a moralidade antiga. Tirando de Sísifo o interdito que veria nele o mais desprezível dos mortais, o autor franco-argelino faz dele o “herói absurdo” por excelência e faz de seu exemplo um “mito decisivo”. A tomada de consciência do absurdo da existência por parte dessa figura mítica – através da recusa da moralidade mais tradicional que fundamenta seu mito – seria importantíssima para as concepções do autor franco-argelino.

Simone de Beauvoir, por sua vez, retoma uma anedota contada por Plutarco e promove uma reconsideração profunda acerca das velhas moedas empregadas pela filosofia ocidental. Na passagem de Plutarco retomada por ela, o governante grego Pirro, desejoso de conquistar os romanos, e, em seguida, as terras da Sicília, da Líbia, de Cartago, da Macedônia e da Grécia, para só então se entregar a uma vida de bebidas e passatempos, é diretamente questionado pelo sábio Cíneas. Perguntando-lhe o que poderia impedi-lo de se entregar – naquele exato momento – a uma vida tão aprazível, sem precisar passar por tantas provações e dificuldades, o sábio coloca o governante no embaraço de não saber se justificar (embora igualmente incapaz de mudar de opinião) (Plutarco, *Pyrrh.* 14.7).

Como se vê, trata-se de um argumento filosófico – tecido por um homem de reconhecida sabedoria, conforme Plutarco (*Pyrrh.* 14.1) – que apresentaria como vãs todas as empreitadas humanas cujos fins não fossem elas próprias. Beauvoir, porém, apoiando-se no arcabouço filosófico do existencialismo (como as inúmeras citações a Heidegger e Sartre sugerem), refuta a ideia de que qualquer ação humana tenha um fim para além de si mesma e afirma que todo ser humano age tendo por fim a própria ação. “É Pirro que tem razão contra Cíneas. Pirro parte para conquistar: que ele conquiste então. ‘Depois?’ – Depois, ele verá.” (BEAUVOIR, 1944, p. 296).

Nesse sentido, Beauvoir questiona a velha tradição filosófica que veria nas ações humanas a futilidade de uma sequência infinita de empreendimentos vãos por não terem um fim em si mesmos. A autora marca essas velhas moedas e as coloca de lado em prol de uma nova compreensão da vida humana sob o signo de uma existência livre, cujo emblema seria justamente a escolha de Pirro (não a de Cíneas). Tanto Beauvoir quanto Camus levam a cabo suas propostas filosóficas por meio de um retorno à tradição antiga a fim de executar aquilo que

– compreendido como uma forma de *parakharáttein* – instaura a novidade por meio de uma recusa do velho.

Sobre o *Estrangeiro*, gostaria de sugerir algo que não poderei desenvolver mais amplamente e a contento: a meu ver, seu personagem principal, Meursault, é representado como uma espécie de Orestes contemporâneo. Aqui é preciso notar certos detalhes do texto de Camus: principalmente o fato de que o acusado pareça ser condenado não por ter matado um árabe, mas sim por “ter enterrado uma mãe com um coração de criminoso” (CAMUS, 1942, p. 148). Ademais, a importância do sol ao longo de todo o romance parece remeter ao papel que Apolo – deus do sol na cultura grega – desempenha nas versões antigas do mito de Orestes. Mais do que sugerir um mero retorno ao mito grego de Orestes por Camus, gostaria de ver em sua retomada o mesmo *parakharáttein* que marca uma velha moeda julgada falsa a fim de tirá-la de circulação. Questionando diretamente o valor da razão e da justiça “solares” da tradição ocidental, *O estrangeiro* representaria o avesso do mito por trás daquela tragédia que teve como pano de fundo as discussões atenienses sobre as funções do Areópago nos anos de 462-1 a.C.: se, por um lado, o criminoso Orestes foi julgado e absolvido pelo matricídio, por outro, o assassino Meursault foi julgado e condenado como matricida, apesar de não ter matado a mãe. A inversão não me parece casual e gostaria de relacioná-la com uma forma de retomada paródica da tradição em que a razão tem um valor “solar” não ambíguo.

Finalmente, seria preciso ainda considerar uma possível ideia relacionada ao campo semântico de *parakharáttein* como a da ação de “reavaliar uma moeda que, embora não seja oficial, se revele idêntica a ela em caráter, valor ponderal e metálico, a fim de recolocá-la em circulação”. Aplicada ao sistema literário, tal ideia seria da ordem de uma tradução ou de uma adaptação – ou seja, envolveria a ideia de apropriar-se de um texto antigo, criado em contexto diferente, a fim de reempregá-lo sem alterações em seus atributos básicos a fim de que ele exerça uma função análoga num novo contexto. O caso das *Bucólicas*, traduzidas por Valéry entre 1942 e 1945 (ano de sua morte), talvez pudesse ser citado como esse tipo de *parakharáttein*. Outra possibilidade seria o livro de Jules Isaac, mencionado na palestra de Dabdab Trabulsi (2017) no âmbito da programação do VI EPHIS e que se chama *Os oligarcas: Ensaio de história parcial* (escrito em 1942 e publicado em 1946, pelas Éditions de Minuit). É certo, contudo, que a mera transposição para um novo contexto já é responsável por profundas mudanças e a ideia de que seria possível encontrar uma retomada cujo caráter e valores fossem



idênticos àqueles de seu emprego num contexto anterior parece ser a (despropositada) ideia de uma tradução transparente.

Em todo caso, admitindo alguma flexibilidade na definição do que seria essa “identidade” em termos do caráter impresso na tradução – em sua relação com o que teria sido o caráter da obra original – tal grupo poderia ser empregado com algum proveito por uma tipologia histórico-literária como a aqui proposta. A quantidade de obras clássicas traduzidas em período de guerra é um fenômeno que por si só já exigiria alguma explicação (a qual é complexa demais para que seja avançada neste curto espaço).

Com relação às obras mencionadas por mim, acredito que seja possível sim falar de “falsificação”, desde que se entenda tal palavra como ligada à multiplicidade de sentidos do verbo *parakkharátein*. Em alguns dos casos, trata-se de falsificar moedas a fim de colocar em circulação novos valores e medidas sob o caráter de moedas antigas e tradicionais. Em outros, trata-se de tirar de circulação certas moedas que passam a ser reconhecidas como falsas, por trazerem valores e medidas que já não dizem respeito à sociedade onde circulam. Finalmente, nos casos em que se trataria de reconhecer que certas moedas “falsas” – na medida em que produzidas alhures – poderiam ter os mesmos valores e medidas que as moedas “verdadeiras” – i.e., fabricadas em oficinas autorizadas da *pólis* – seria necessário pensar em alguma forma de tradução. Em todos esses casos, contudo, é imprescindível levar em conta que toda repetição – por mais “idêntica” que seja – já traz em si alguma diferença.

Essas indicações preliminares ainda têm muito de provisório e será necessário ampliá-las por meio de uma pesquisa em diversas frentes. De uma perspectiva teórica, é preciso ampliar os referenciais empregados nas considerações dessa complexa relação entre estudos clássicos, estudos da recepção e aspectos culturais da história contemporânea. A esse respeito, alguns dos participantes do Simpósio Temático “História Antiga e recepção da cultura clássica” do VI EPHIS 2017 fizeram importantes indicações bibliográficas e sou grato por isso: o livro de Anthony Grafton (1990), *Forgers and Critics: Creativity and Duplicity in Western Scholarship*; além de duas obras importantes de Luciano Canfora: *Ideologie del Classicismo* (1980) e *L'uso politico dei paradigmi storici* (2010). Para uma melhor compreensão do contexto histórico sobre o qual me debruço, foi mencionada a tese de Glaydson Jose da Silva (2005), *Antiguidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. Essas primeiras referências certamente indicarão outros títulos importantes que necessariamente comporão o marco teórico de uma pesquisa futura mais detida e aprofundada. Da perspectiva do *corpus* de textos abarcados pelo



trabalho, o prof. Dabdab Trabulsi sugeriu que eu considerasse também outros autores do período, incluindo um espectro mais variado de obras e tendências políticas. A título de exemplo, ele mencionou o nome de Robert Brasillach, autor que se juntou ao governo de Vichy e participou ativamente de sua propaganda por meio da literatura e da tradução.

Conversando com a historiadora Lorena Lopes da Costa, chegamos a aventar a possibilidade de ampliar o emprego da tipologia histórico-literária aqui avançada a fim de abarcar também os livros tratados por ela na segunda parte de sua tese: em sua maior parte, romances publicados nos anos que se seguiram à Grande Guerra. Ainda que minha proposta não tenha sido originalmente contemplada pela autora em sua tese, deixou-me animado a receptividade que demonstrou à ideia de tentar enxergar nuances nas formas por que diferentes textos antigos podem ser reapropriados num novo contexto histórico. Acredito que essa tipologia pode ser testada ainda em inúmeras outras situações, mas será necessário um trabalho direto com os textos e seus contextos históricos específicos para comprovar essa hipótese.

### Referências Bibliográficas:

ANOUILH, Jean. *Antigone*. Paris : Éditions de la Table Ronde, 1947.

\_\_\_\_\_. *Recueil sur Antigone de Jean Anouilh*. 1944. Disponível em : < <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10516174g/f1.image.r=antigone%20anouilh>>. Acesso em: 09 de abril de 2017.

BEAUVOIR, Simone de. *Pour une morale de l'ambiguïté* suivie de *Pyrrhus et Cinéas*. Paris : Éditions Gallimard, 1947 (1944, Éditions Gallimard, *Pyrrhus et Cinéas*).

CAMUS, Albert. *Le mythe de Sisyphe : Essai sur l'absurde*. Paris : Éditions Gallimard, 1942.

\_\_\_\_\_. *L'étranger*. Paris : Éditions Gallimard, 1942.

CANFORA, Luciano. *Ideologie del Classicismo*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1980.

\_\_\_\_\_. *L'uso politico dei paradigmi storici*. Roma; Bari: Sagittari Laterza, 2010.

COSTA, Lorena Lopes da. *Heróis antigos e modernos: a falsificação para se pensar a história*. 436f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2016. 436f.

DABDAB TRABULSI, José Antonio. A democracia (ateniense) e seus inimigos. Palestra proferida durante o VI Ephis 2017, na UFMG (Belo Horizonte) em 09 de abril de 2017.

GRAFTON, Anthony. *Forgers and Critics: Creativity and Duplicity in Western Scholarship*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ISAAC, Jules. *Les Oligarques: Essai d'histoire partiale*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1946.  
NOVY, Yvon. Ce que nous dit Jean-Paul Sartre de sa première pièce. *Comœdia*, le 24 mars 1943.

PLUTARCH. *Plutarch's Lives*. English Translation by. Bernadotte Perrin. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann Ltd, 1920.

SARTRE, Jean-Paul. *Huis clos* suivi de *Les mouches*. Paris : Éditions Gallimard, 1947.

\_\_\_\_\_. *Recueil sur Les Mouches de Jean-Paul Sartre*. 1943. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b105128667/f1.image.r=les%20mouches%20sartre>>. Acesso em: 09 de abril de 2017.

SILVA, Glaydson Jose da. *Antiguidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. 263p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2005. 263f. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000348012>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SILVA, Rafael. Repetir para inventar: A recepção dos clássicos na França Ocupada. *Temporalidades: Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 9, n. 1 (2017), p. 119-42.

VALÉRY, Paul. *Traduction en vers des Bucoliques de Virgile*. Précédé de Variations sur les Bucoliques. Paris : Gallimard, 1956 (Orig. : 1953).

## O desenvolvimento do *pathos* do sacrifício na arte e a influência nos processos de ordenação e orientação cósmica no Renascimento

**Jefferson de Albuquerque Mendes**

Mestrando em História e Crítica da Arte

PPGARTES – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: jeffersonamendes@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo pretende investigar o desenvolvimento do conceito de sacrifício na arte do Renascimento, em especial nas relações que se estabelecem entre os processos de ordenação e orientação cósmica e a psicologia da ideia de sacrifício na cultura ocidental. No Renascimento, a questão da influência dos astros na vida do indivíduo ganha contornos de um debate ferrenho sobre quanto a astrologia determinava os acontecimentos do mundo terreno, e, se haveria escapatória aos ditames astrais. Com isso, a aspiração em superar o sacrifício humano para aplacar a ira dos demônios astrais se configura nas relações entre o homem e o mundo cósmico, como uma expressão de um pensamento estrutural traduzido através de uma concepção mágica do cosmos, ou seja, uma cosmologia aplicada.

**Palavras-chaves:** astrologia; renascimento; sacrifício.

**Résumé:** Cette article voudrais chercher le developpement du concept sacrifice dans l'art de la renaissance, a partir des relations entre les processus d'orientation et d'ordenation cósmique et son deploiment dans la psychologie de l'idée sacrificiale dans la culture occidentale. Dans la renaissance, la question de l'influence des astres dans la vie de l'individu gagne contours d'un debat houleux sur comme l'astrologie determinait les événements du monde terrestre, et s'il y avait quelque type d'évasion pour les impératifs astrales. Par conséquence, l'aspiration en supérer l'idée du sacrifice humaine par apaiser la colère des démons astrales a pris forme dans les relations entre l'homme e le monde cósmique comme une expression d'un type de la pensée estruturale à travers d'une conception magique du cosmos, ça veut dire, une cosmologie-apliquée.

**Mots-clés:** astrologie; renaissance; sacrifice

Orientar-se pelo cosmos é a capacidade e a forma encontrada pelo homem de tentar compreender aquilo da qual ele não tinha ou não saberia explicar por si só. Ao legar aos astros, através da capacidade de predição divinatória, o poder de controle e explicação do mundo material, o homem assumia a sua impotência perante aos próprios astros e deuses ligados. A conceito de fatalismo astral surgia desse embate. Portanto que, no Renascimento, essa questão da influência determinante dos astros na vida do indivíduo ganha contornos de um debate ferrenho sobre quanto a astrologia controlava e determinava os acontecimentos do mundo terreno, e mais importante, se haveria escapatória aos ditames astrais. Com isso, a aspiração em superar o sacrifício humano para aplacar a ira dos demônios astrais se configura nas relações entre o homem e o mundo cósmico, como uma expressão de um pensamento estrutural traduzido através de uma concepção mágica do cosmos, ou seja, uma cosmologia aplicada.

A fim de percorrer o essencial da noção de sacrifício na cultura ocidental, faz-se

necessário transitar, sem mesmo por isso esgotá-lo, o debate entorno as diversas aplicabilidades do próprio conceito de sacrifício. Esta noção, ou este conceito, é tratado de diferentes pontos de vista, formalmente determinados pela ordem das questões pela qual são interpeladas.

Segundo René Girard, a definição de sacrifício se constrói como um instrumento que apraz a violência, como uma espécie de dispositivo de prevenção que emerge no homem e nas sociedades em que este constitui. Essa ideia se coloca como um mecanismo pela qual toda uma comunidade se protege de sua própria violência. Nesse intuito Girard, apresenta dois aspectos que incidem sobre o conceito de sacrifício, na verdade, seria como duas formas do ato sacrificial se manifestarem, duas maneiras opostas: como “algo muito sagrado, da qual não seria possível se abster sem negligência grave, ou ao contrário, como uma espécie de crime, impossível de ser cometido sem expor-se a riscos igualmente graves”<sup>1</sup>.

Posto isso, o sacrifício se coloca como uma estrutura simbólica que ao envolver um elemento, seja ele de mistério ou de aspectos divinos ou ao menos do incognoscível, açambarca para si a capacidade de conter essa violência interna e originária pertencente ao homem, numa manobra que bloqueia qualquer perigo que possa vir a colocar a sobrevivência da sociedade em questão. Enquanto ritual<sup>2</sup>, o processo sacrificial tem como objetivo depurar a violência e na medida em que ocorre o sacrifício, esse efeito de catarse criado pelo ritual pode então sanar, colocar uma barreira a violência. Com isso todas as catarses, impulsos e pulsões são transferidas para esse ritual onde são esgotadas, nem que seja por um curto período de tempo, e assim a sociedade consegue se manter em ordem.

Ainda segundo Girard, a estrutura sacrificial é composta por três instâncias: o divino (Deus/deuses, enquanto manifestações do religioso), o social e a vítima. Essas três dimensões são responsáveis por constituir a estrutura antropológica ideal que possibilita que a energia gerada pelo processo que envolve o ato sacrificial – violência, catarse, etc – se estanque na própria dimensão do ritual e que, por conseguinte, não gerará nenhum ato vingativo e/ou punitivo para a sociedade/indivíduo que pratica tal ato. O ato sacrificial transfere para a vítima toda a carga catártica, violenta, punitiva, que criam uma espécie de mal-estar numa sociedade. Isso seria a definição *sui generis*, do sacrifício como constituinte das sociedades.

A vítima seria então um substituto, um bode expiatório<sup>3</sup> que concatena as forças que são

---

<sup>1</sup> GIRARD, RENÉ. A Violência e o Sagrado. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p.11.

<sup>2</sup> Ibid., p.11.

<sup>3</sup> Para Girard a rivalidade mimética significa a passagem do “todos contra todo” para o “todos contra um”. A existência de uma vítima expiatória é o desaparecimento da diferenciação entre sujeito, objeto e desejo,

capazes de desestabilizar a sociedade, ou seja, a violência. Enquanto deus ou deuses atuam como aquilo pela qual se constitui o sacrifício, para qual é realizado, sua existência e a sociedade atuam como agente de propagação cultural, responsável por dinamizar e estabelecer os ditames necessários para o ritual sacrificial e com isso perpetuar o bem-estar em comum. Sobre a vítima, dentre todas as instâncias, recai todo o processo social que envolve o sacrifício. O bode expiatório, concluindo Girard, “põe fim às crises violentas das sociedades arcaicas e estabelece a ordem “sacrificial” destas sociedades, a ordem que consiste em repetir o fenômeno catártico dos sacrifícios rituais”<sup>4</sup>.

Com isso, podemos invocar a máxima do sociólogo francês Émile Durkheim, onde “O social e o religioso é a mesma coisa”<sup>5</sup> e admitir que o evento religioso começa com o advento da humanidade. Voltando ao judaísmo/cristianismo, temos – talvez pela primeira vez – a bíblia e “o cristianismo possuem uma dimensão de verdade que nenhuma outra religião pode ter, porque ambos retomam o mesmo fenômeno”<sup>7</sup>. A razão do sacrifício para as religiões cristãs tem a haver com a ordenação do culto e de prefiguração de Cristo. No cristianismo, a inversão do sacrifício faz de Jesus Cristo uma vítima perfeitamente absoluta, e isso o coloca como o reconhecimento do lugar de dívida eterna do homem para com Deus.

Para entendermos melhor a questão do sacrifício na religião cristã, tomo como base algumas leituras de São Tomás de Aquino, em sua *Suma Teológica*<sup>6</sup>. Segundo Aquino, o sacrifício se coloca como uma obrigação inerente do homem para manifestar a Deus uma total dependência dele para com aquele que o criou. O sacrifício é um preceito natural. Dessa forma, é porque “proclama as regras do reino e renúncia totalmente à violência sacrificial, que o próprio Cristo é sacrificado”<sup>7</sup>. Sinais, representação e imagem são partes integrantes de todo o processo que envolve a relação do indivíduo com o ato sacrificial, o ato divino requer necessariamente a aplicação de entidades e realidades reais, ou seja, agentes corporais com a ideia de despertar no cristão a necessidade de criar algo que represente o divino e a *posteriori*, a união com Deus.

---

mas simultaneamente ela representa o medo da sociedade. Antes acusada, agora há a necessidade de santificá-la. GIRARD, René. O bode expiatório. Traduzido por Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

<sup>4</sup> *ibid.*, p.20.

<sup>5</sup> DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 15.

<sup>6</sup> TOMAS DE AQUINO, S. *Suma Teológica*. Tradução Alexandre Corrêa. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1980, 11v.

<sup>7</sup> *Idem*, 2004, p.20.

São Tomas de Aquino coloca que o sacrifício se coloca numa dupla forma de culto: um interior e outra exterior, uma que se desenrola somente na alma e outra que tem o corpo. Assim o “culto propriamente dito consiste especialmente em oferecer sacrifícios em honra de Deus”<sup>10</sup>. O advento da paixão, de certa maneira, rompe com o próprio conceito de sacrificio, ao ter na figura de Cristo como aquele que renunciará a violência do sacrificio, ele mesmo se torna a vítima sacrificial por excelência, ou seja, o Cristo sacrificado. Posto isso, Jesus Cristo se torna o bode expiatório em essência. E ainda, de acordo com o pensamento de Aquino:

ele afirma não somente que todos os sacrifícios da Antiga Lei eram ofertados em figura do sacrificio de Cristo, mas que aqueles sacrifícios não têm explicação senão a partir da realidade que representam, isto é, o verdadeiro sacrificio que é aquele de Cristo. E é a carta aos Hebreus, em 10,11, que oferece a base escriturística do único e excelente sacrificio, porque ela “ensina que o sacerdote da lei antiga ‘oferecia muitas vezes as mesmas vítimas, que nunca conseguiam apagar os pecados; ao passo que Cristo, pelos pecados, não se ofereceu senão uma só vez e para sempre’.”<sup>8</sup>

São Tomas de Aquino coloca que o sacrificio se coloca numa dupla forma de culto: um interior e outro exterior, um que se desenrola somente na alma e outro que tem o corpo. Assim o “culto propriamente dito consiste especialmente em oferecer sacrifícios em honra de Deus”<sup>9</sup>. O advento da paixão, de certa maneira, rompe com o próprio conceito de sacrificio, ao ter na figura de Cristo como aquele que ao renunciar a violência do sacrificio, ele mesmo se torna a vítima sacrificial por excelência, ou seja, o Cristo sacrificado. Posto isso, Jesus Cristo se torna o bode expiatório em essência.

O ciclo sacrificial é corrompido, não há mais uma necessidade aparente de se perpetuar o ato, o sacrificio de Cristo foi capaz de sanar todos os pecados, colocou-se como vítima para interromper a violência inerente ao homem. A Paixão, então, tem por finalidade apaziguar Deus com o homem por meio de Cristo; ao aplacar a violência divina que é incarnada pelo Deus pela morte de Cristo “seus pecados são encobertos (cf. *Rm* 4, 25); por meio de Cristo, o homem recebe a graça que o salva (cf. *Hb* 5,9); e, finalmente, por Ele o homem obtém a perfeição da glória (cf. *Hb* 10,19)”<sup>10</sup>.

A Eucaristia açambarca, em sua medida, o conceito de sacrificio. O rito eucarístico coloca o ato de Cristo como lugar máximo da comunhão com o divino, a Eucaristia é o sacrificio

---

<sup>8</sup> FORNASIER, Rafael. Antropologia e Teologia na Noção de Sacrificio em Santo Tomás de Aquino. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 362.

<sup>9</sup> TOMAS DE AQUINO, 1980, Ia-IIae, Q. 101, a 4, sol.

<sup>10</sup> *ibid.*, Q. 22, a. 2, sol.

da nova lei, e ela contém Cristo, ou seja, o sacrifício também se coloca como sacramento. Concluindo, Tomas de Aquino fala do rito eucarístico em seu aspecto sacramental e sacrificial onde “ele é especificamente um sacrifício enquanto é oferecido; e é especificamente um sacramento enquanto é comido”<sup>11</sup>.

Para compreender a real influência do antigo na estética medieval e renascentista, Warburg mostra em seu método uma preocupação pela particularidade histórica, e por estabelecer um modo em que, tanto pinturas e esculturas funcionavam em situações de sua época. Sua preocupação residia em fazer uma análise dos motivos iconológicos que havia dentro da obra de arte ao realizar analogias entre imagens e textos de épocas distintas. Em seus estudos podemos encontrar três pontos centrais que corroboram sua obra: o interesse por motivos da antiguidade, pela sobrevivência da crença mágica (superstição) e a superação de um tipo de repressão imposta para imagem (esses tópicos serão desenvolvidos mais adiante). Warburg expõem a autonomia da pintura de formas variadas: tratando o quadro como um todo, como um elemento dentro de uma cadeia muito mais ampla, sua análise irrompe a própria pintura indo além das exasperações de conteúdo e forma.

Ao analisar as pinturas do Renascimento, ele mostra um conflito acerca da interpretação projetada sobre o próprio material histórico, ou seja, a arte e o seu material que é empregado a si mesmo. Porém para compreender um dos pontos centrais da história interna das imagens nessa época Warburg evoca a necessidade de tentarmos entender como “a psicologia da ideia de sacrifício está no verdadeiro centro do interesse humano da época Renascentista e da Reforma até os dias de hoje”<sup>12</sup>. O sacrifício de Cristo, segundo Warburg, recolhe o monstruoso elemento bárbaro – que é o próprio ato – à esfera mais pura da espiritualização cristã. E nada mais trivial do que os artistas tentassem, cada qual a seu modo, reprocessar a questão do sacrifício no mundo renascentista cristão.

Nessa mesma linha de raciocínio, Warburg delineia que com a morte de Cristo há a sublimação do corpo no sacrifício que é definida como a exclusão dos aspectos grosseiramente materiais dos atos sacrificiais. A disputa teológica sobre o corpo sacrificado por excelência – o corpo de Deus feito homem – coloca a espiritualidade do Norte em conflito com a religiosidade do Mediterrâneo. Feito isso Warburg conclui que a instituição da Eucaristia também é a

---

<sup>11</sup> *ibid.*, Q. 79, a. 5, sol.

<sup>12</sup> WARBURG, Aby. *História de Fantasmas para Gente Grande*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 321.



sublimação do significado literário da violência sacrificial.

Posto isso, podemos verificar o impacto da relação que se estabeleceu entre a cultura formada ali na Primeira Época Moderna e o a recepção do sacrifício antigo – em especial o sacrifício humano. Na arte, essa recepção se configura a partir do açambarcamento entre a figura de Cristo como vítima sacrificada, que deu a vida para sanar o pecado original, e a iconografia do sacrífico; por outro lado também temos a figura do herói – antigo ou cristão – no intuito de relacionar martírio e sacrifício.

Com este dado, nos deteremos nos afrescos astrológicos (1469-71) pintados no *Saloni di Mesi*, no *Palazzo Schifanoia* a pedido do duque de Borso em Ferrara. A execução dos afrescos foi legada a Francesco del Cossa e outros pintores – até agora não identificados – de menor expressão. Os murais do *Palazzo Schifanoia* contempla doze pinturas<sup>13</sup> que representam os dozes meses do ano, uma para cada mês do ano. Cada pintura foi dividida em três seções (uma superior, outra intermediária e por fim uma inferior) com planos de imagem distintos. A seção inferior narra os acontecimentos mundanos da corte do duque de Borso (caçadas, encontros, festas, etc); no plano superior tem-se os deuses olímpicos em seus carros triunfais e sua comitiva; e por último, no plano intermediário temos a representação dos decanos<sup>14</sup> astrais que correspondem ao universo do deuses planetários.

No afresco que representa o mês de julho, que Júpiter e Cibele regem, temos logo ao fundo na parte superior direita, a representação do mito sacrificial de Átis. A espiritualização dessa prática de magia, segundo Warburg, bárbara e sanguinária se constitui como base de quase todas as religiões, ou seja, a necessidade em superar o sacrifício humano para aplacar a ira de um demônio<sup>15</sup>.

Devemos enxergar, então, a questão astrológica no Renascimento como uma pré-ciência ou até mesmo “presciência” – no intuito de colocar em operações processos que levarão ao desenvolvimento da ciência natural tal qual a enxergamos e praticamos hoje, estar ciente – onde se coloca o embate empírico com a proliferação simbólica. Na verdade, esses processos que

---

<sup>13</sup> Serie de afrescos encomendados pelo duque de Borso a diversos artistas, entre eles Francesco del Cossa, confeccionado entre 1469-1471. Compriam o *Salone di Mesi*, do *Pallazzo Schifanoia*.

<sup>14</sup> Segundo a astrologia antiga, a roda do zodíaco possuía 360 graus, com isso, cada signo possui 30 graus cada. O decanato seria a divisão em três terços, abarcando o zodíaco de dez em dez graus. Esse tipo seria transmitido à Idade Média através dos manuscritos e catálogos astrais provindos do mundo árabe e Egito. Ver mais em: SEZNEC, Jean. *La survivance des dieux antiques. Essai sur le rôle de la tradition mythologique dans l'humanisme et dans l'art de la Renaissance*, London: The Warburg Institute, 1940.

<sup>15</sup> *idem*, 2015, p. 319.

compreensão do ininteligível se comportam com interface entre o humano/terrestre e o astral/planetário, são operações de transformação da observação pelo olhar como o agir do tempo. Eugenio Garin coloca, de forma basilar, como a questão que envolvia o humanismo e o pensamento místico-astrológico era, de fato, enxergada e, principalmente, como não há necessariamente uma demarcação rígida entre as esferas da ciência – astronomia – e a astrologia. Ambas se configuram e se completam, são parte integrantes de um mesmo processo, são as duas faces de uma mesma moeda<sup>16</sup>.

Nos cultos astrais antigos – em especial o babilônico, o etrusco e assírio – a questão posta pelo sacrifício passava por instâncias que, num determinado prisma, se difere nas questões, por exemplo, colocadas nos sacrifícios pré-colombianos, ou até mesmo os realizados no período greco-romano. O conceito de “fazer sagrado” permaneceria, porém o que mudava era sua finalidade, agradar aos deuses demônios era somente uma das variadas facetas praticadas no rito sacrificial. O ponto central residia na leitura e apreensão dos ditames celestes pelo sacrifício posto. Lia-se os céus pelas vísceras dos animais – pratica mais comum, o que não exime e extingue a prática do sacrifício humano em algumas culturas e regiões – para responder a sanar os medos, aflições e predizer aquilo que poderia vir a acontecer.

Então, nessa esfera o sacrifício era perpetrado para leitura do cosmos. O fígado retirado do animal sacrificado correspondia e, nada mais era, do que uma extensão ou mesmo fração dentro de uma parte cósmica indestrutível. Como posto por Warburg, “há como que um fígado cósmico comum, de que os fígados do animal e do homem são apenas sintomas individuais, que guardam de algum modo um nexó interno”<sup>17</sup>. Essa ação respondia e demonstrava a transição de um tipo de transição entre a previsão pelas vísceras e a especulação cósmico-matemático: projetava-se no fígado recém-extirpado os cálculos, as constelações, os planetas, o fígado era o meio pela qual se lia o firmamento.

O fígado de bronze de Piacenza<sup>18</sup> demonstra a propriedade analógica pela qual os antigos realizavam os vínculos necessários para a propensão do pensamento mágico. Um

---

<sup>16</sup> Necessariamente, só poderíamos delimitar a predominância e independência da astronomia perante a astrologia a partir de meados do século XVII. Isso, de fato, acontece de acordo com o desenvolvimento e aprimoramento das práticas científicas e astronômicas. Como consequência, se evidencia um declínio gigantesco da predominância do pensamento astrológico. Aos poucos, a astrologia é deslegitimada enquanto sua vocação a cientificidade e começa a habitar a regiões obscuras do pensamento humano. Ver mais em: GARIN, Eugenio. *O zodíaco da vida. A polémica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

<sup>17</sup> WARBURG, 2015, p. 325.

<sup>18</sup> BOUCHÉ-LECLERCQ, A. *Histoire de la divination dans l'Antiquité. Divinations hellénique et divination italique*. Grenoble: Jérôme Millon, 2003. p. 59-74.

intermédio que funcionava por analogia entre ordens diversas e diferentes – o fígado, o globo terrestre e o globo celeste – como uma ferramenta de orientação divinatória. Essa prática divinatória muito antigo marcou, de forma inegável, os modos de realização sacrificial que tinham o intuito da predição astral e influenciou, séculos mais tarde, a religião romana arcaica.



**Superior:** Mês de Julho (Júpiter) Maestro dagli occhi spalancati (anteriormente atribuído a Cosme Tura). Afresco, 1469-71. Salone dei Mesi. Ferrara, Palazzo Schifanoia. **Inferior:** Detalhe da faixa superior do afresco do mês de julho.





Anônimo etrusco, Fígado de Piacenza, séculos II-I a.C. Bronze, 12 x 8 x 6,4 cm. Piacenza, Museo Civico.

## Bibliografia

BOUCHÉ-LECLERCQ, A. Histoire de la divination dans l'Antiquité. Divinations hellénique et divination italique. Grenoble: Jérôme Millon, 2003.

FORNASIER, Rafael. Antropologia e Teologia na Noção de Sacrifício em Santo Tomás de Aquino. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 356-374, 2013.

GARIN, Eugenio. O zodíaco da vida. A polémica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

GIRARD, RENÉ. A Violência e o Sagrado. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. O bode expiatório. Traduzido por Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. O bode expiatório e Deus. Traduzido por Márcio Meruje. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

SEZNEC, Jean. La survivance des dieux antiques. Essai sur le rôle de la tradition mythologique dans l'humanisme et dans l'art de la Renaissance, London: The Warburg Institute, 1940.

TOMAS DE AQUINO, S. Suma Teológica. Tradução Alexandre Corrêa. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul & UFRGS, Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1980, 11v.

WARBURG, Aby. História de Fantasmas para Gente Grande. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

## Fronteiras culturais nas *Histórias* de Heródoto: a representação negativa do território dos líbios (séc. V a.C)

**Gabriela Contão Carvalho**

Graduada

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: gabicontao16@gmail.com

**Resumo:** em sua obra, *Histórias*, Heródoto se propõe a escrever uma narrativa sobre as Guerras Médicas, contudo o autor não se limita somente a narrar esse conflito entre gregos e persas. Sua narrativa inicia-se relatando a história do surgimento do Império persa, de modo que o autor constrói uma representação sobre cada comunidade que tal império tem contato. Desse modo, temos por finalidade analisar a representação que Heródoto faz sobre os líbios, seu território e seus costumes, relacionando-a diretamente ao espaço ocupado por tal comunidade. Entendemos que os costumes de uma comunidade estão ligados ao espaço ao qual habitam e no modo de se relacionarem com esse espaço, assim, Heródoto ao descrever a Líbia, o faz com o olhar de quem está adaptado à outros valores sociais, os valores gregos, elaborando dessa forma uma *heterotopia*, ou seja, uma visão sobre o espaço ocupado pelo “outro”.

**Palavras chave:** Grécia Clássica; Heródoto; Líbia; Heterotopia; Fronteira.

**Abstract:** in his work *Stories*, Herodotus proposes to write a narrative on the Medical Wars, however the author is not limited to only narrating this conflict between Greeks and Persians. His narrative begins by telling the story of the emergence of the Persian Empire, so that the author builds a representation on each community that such an empire has contact. In this way, we have the purpose of analyzing the representation that Heródoto makes about the Libyans, their territory and their customs, relating it directly to the space occupied by such community. We understand that the customs of a community are linked to the space they inhabit and how they relate to this space, so Herodotus in describing Libya does so with the look of those who are adapted to other social values, Greek values, Elaborating in this way a *heterotopia*, that is, a vision on the space occupied by the "other".

**Keywords:** Classical Greece; Herodotus; Libya; Heterotopia; Border.

### Introdução

*Histórias* é uma narrativa de nove livros escrita por Heródoto de Halicarnaso no século V a.C., essa obra nos proporciona “entender” a maneira que os helenos do período clássico visualizavam as demais sociedades. Sabemos que Heródoto nasceu por volta de 485 a.C. em Halicarnaso, uma cidade próxima a Mileto, lugar de grandes influências helênicas. O período em que Heródoto constrói sua narrativa, é um momento de transformações, em que a democracia ateniense atinge sua plenitude. Essas transformações na mentalidade dos atenienses influenciaram também na maneira com que estes passaram a enxergar as demais comunidades.

Heródoto em sua obra se propõe a elaborar uma narrativa sobre As Guerras Médicas e seus desdobramentos, porém, acaba por construir um trabalho etnográfico e geográfico, no qual descreve o território e os costumes de todas as comunidades por onde o Império Persa passa.

Percebemos que ao longo de sua narrativa seu objetivo é enaltecer o sistema político ateniense, a democracia e a isonomia, e criticar o sistema político dos persas, tirania, relacionando tal sistema com sua derrota. Dessa forma, Azevedo (2008, p. 33) salienta que “o exótico, o maravilhoso e o admirável residiam no fato de os gregos terem se organizado de uma forma completamente singular, estranha a todos os outros povos conhecidos”.

Com efeito, destacamos a importância dessa narrativa para a construção de uma identidade coletiva grega, pois de acordo com Kury (1985, p. 7) a obra teria sido lida em público por volta de 445 a.C., contribuindo desse modo para o surgimento de um imaginário coletivo sobre as sociedades representadas por Heródoto e, é através desse imaginário sobre o outro que os helenos passam a identificar suas distinções com as demais comunidades, construindo dessa forma para a construção de sua identidade. Segundo Hartog (2014) a narrativa de Heródoto pode ser classificada como uma “retórica da alteridade”, mas o que visa uma retórica da alteridade? É uma operação de tradução que visa transportar o outro ao mesmo, constituindo, portanto, uma espécie de transportador da diferença.

Nessa perspectiva, Silva (2015) ressalta que através do primeiro livro da obra de Heródoto é possível perceber que estrangeiros, helenos e bárbaros estão em constante contato, estabelecem acordos políticos e se influenciam mutuamente, ou seja, nesse período as fronteiras culturais ainda não são tão nítidas. Porém, acreditamos que a partir do conflito com os persas essa distinção entre gregos e “bárbaros” passa a ficar mais rígida. Segundo Hartog (2004, p. 95) “as Guerras Médicas desempenharam, seguramente, um papel catalisador”, no qual os conflitos com os persas contribuíram para uma territorialização do “bárbaro”. De modo a caracterizar tanto os costumes das demais sociedades como o espaço ocupado pelas mesmas. Dessa forma, Guarinello ressalta que “as fronteiras de uma comunidade são definidas externamente, são as fronteiras que a separam dos outros” (2010, p. 121).

### **Heterotopia: estranhamento espacial**

A compreensão da distinção entre a maneira que os líbios interagem com o espaço e a maneira que os gregos interagem com o espaço é de extrema importância para entender tanto a bagagem cultural de Heródoto como sua representação da Líbia. Trabalhamos com o período clássico, século V a.C., no qual a democracia ocupa lugar central no estudo da Antiguidade Grega, porém para entender tal sociedade é necessário encará-la como um fenômeno predominantemente rural, na qual o calendário que regulava a vida no interior da referida sociedade estava baseado nas atividades agrícolas, "onde a terra era exclusiva daqueles



indivíduos considerados cidadãos e onde o proprietário fundiário gozava de um importante status sócio-político, econômico e ideológico no interior da sociedade democrática ateniense". (CHEVITARESE, 2000, p. 23). Desse modo, construiu-se a ideia de que a *pólis* só seria verdadeiramente independente na medida em que ela fosse capaz de tirar do solo seu sustento, garantindo a subsistência de seus habitantes, sem depender de outras regiões para sua própria alimentação. Porém, os dados analisados por Chevitarese mostram que tal "*pólis* independente" era um ideal a ser alcançado e não uma prática possível de ser realizada, pois "a Grécia, localizada entre os paralelos 34 e 42 norte, é um país montanhoso, com 80% do seu território inseridos neste tipo de terreno. Este dado sugere, de imediato, que se a agricultura representava a base da sociedade grega, por um lado, a própria natureza do solo pedregoso e a falta de grandes áreas apropriadas afetavam materialmente o seu desenvolvimento, por outro" (CHEVITARESE, 2000, p. 35).

Com efeito, o espaço grego era ordenado, organizado e normatizado, de forma que seus cidadãos interagiam com tal localidade de maneira distinta dos líbios representados por Heródoto, os quais não possuíam uma distinção entre o espaço rural e o espaço urbano, exatamente por não possuírem este último. Quando Heródoto se depara com os costumes e o território líbio, acaba por realizar uma inversão do que conhece como civilizado, ou seja, os costumes e o território dos gregos, construindo dessa maneira uma narrativa negativa e questionável sobre a Líbia.

A Líbia situa-se no Norte da África, banhada pelo mar da Líbia, uma parte do mar Mediterrâneo. Ao longo da costa o clima é mediterrâneo, mas no interior é o deserto muito seco do Saara. Durante grande parte de sua história, a Líbia foi povoada por árabes e nômades berberes, e somente na costa e nos oásis estabeleceram-se colônias. Fenícios e gregos chegaram nesse território no século VII a.C. e estabeleceram colônias e cidades. Os fenícios fixaram-se na Tripolitânia e os gregos na Cirenaica (nome da costa oriental da Líbia, uma referência à cidade mais importante da região na antiguidade, Cirene). Cirene foi fundada em um vale fértil, batizada em homenagem a uma fonte, *Kire*, que os gregos consagraram a Apolo.

De acordo com Gamal Mokhtar "a Cirenaica era povoada por uma mistura de raças [...] a população rural era constituída por líbios nativos" (MOKHTAR, 2010, p. 185). Percebemos, com efeito, que Heródoto ao elaborar sua representação do território dos líbios, tenta construir a imagem de uma comunidade primitiva ocupando um espaço desordenado. Porém, encontramos uma contradição entre a narrativa do autor e nossas leituras selecionadas, pois no

segundo volume da coletânea da Unesco, intitulado *História Geral da África*, o autor Gamal Mokhtar cita que a Líbia era formada por pequenas aldeias e poucas cidades, estes dados Heródoto deixa de lado, o autor não cita em sua obra a presença de cidades na Líbia. Ciro Cardoso (2004, p. 28), as disputas por poder entre líbios e egípcios no século X a.C., sendo que a XXII dinastia foi de líbios (que atuavam no Egito como mercenários e tomaram o poder). Reparem que estamos falando de uma Líbia com força suficiente para travar conflitos com o Egito no século X, desse modo, como é possível a Líbia representada por Heródoto ser caracterizada como primitiva e selvagem? Ou seja, um território sem leis, repulsivo.

Os líbios nativos, escorraçados das terras costeiras férteis e detidos no interior, não viam com bons olhos a presença dos gregos, o que acarretou numa série de conflitos entre nativos e gregos, que chegou a envolver os egípcios. Como mostra a seguinte passagem de Heródoto,

Então uma grande multidão afluiu a Cirene. Mas os líbios dos arredores e seu rei, chamado Adicran, vendo-se privados de boa parte de suas terras, consideravam-se espoliados do que era seu, e tratados rudemente pelos cirenaicos enviaram mensageiros ao Egito e se entregaram a Apries, rei do Egito. Apries reuniu um grande exército de egípcios e o mandou contra Cirene. Os cirenaicos empunharam armas, e saindo para a região de Írása, perto da fonte Teste, empenharam-se em luta contra os egípcios e saíram vitoriosos no combate; de fato, os egípcios, sem qualquer experiência militar anterior contra os helenos e desdenhosos deles, foram massacrados de tal maneira que poucos voltaram para o Egito. Por causa desse desastre, e por atribuírem sua responsabilidade a Apries se revoltaram contra ele (*Hist.*, IV, 159)

Não temos informações se esse relato do autor é verossímil ou não, pois não encontramos nenhuma outra obra que aborde esse conflito. Contudo, esta passagem nos fornece material para visualizar as disputas por espaço entre líbios e gregos, ou seja, entre os *estabelecidos* e os *outsiders*. Segundo Norbet Elias (2000) os *estabelecidos* são aqueles que ocupam posições de prestígio e poder, e os *outsiders* são aqueles que estão fora da “boa sociedade”. Com efeito, em *Histórias*, os gregos aparecem como *estabelecidos* e os líbios como *outsiders* dentro de seu próprio território. Uma das explicações possíveis para essa inversão de poder, pode ser o que Elias chama de controle social através da coesão, ou seja, o grupo com maior potencial de coesão consegue desenvolver um maior controle social sobre os demais grupos, e segundo Heródoto, os líbios não possuíam coesão, estavam espalhados pelo território.

## Fronteiras culturais: identidade e alteridade

Nessa perspectiva, destacamos que os costumes dos líbios estavam diretamente ligados ao espaço por eles habitado, como mostra Heródoto na seguinte passagem, na qual diferencia o território dos líbios sedentários do território dos líbios nômades:

seu território e o resto da Líbia na direção do poente são muito mais ricos em animais e mais arborizados que o território dos nômades; a parte oriental da Líbia, habitada pelos nômades, é baixa e arenosa até o rio Trítion enquanto a partir desse rio o lado ocidental - o dos lavradores - é muito montanhoso, arborizado e cheio de animais selvagens" (*Hist.*, IV, 191).

A narrativa de Heródoto sobre o território e os costumes dos líbios se diferencia tanto ao abordar os nômades como os sedentários. Quando o autor relata a maneira como os líbios tratam seus filhos, relaciona isso com o fato de serem nômades. É como se os líbios nômades tratassem os filhos de determinada maneira por serem nômades e os líbios sedentários tratavam os filhos de modo diferente exatamente pelo fato de serem sedentário. Assim Heródoto salienta que os líbios sedentários "não têm os mesmos costumes e não tratam os seus filhos como os nômades costumam tratar" (*Hist.*, IV, 181). Logo, notamos a importância do espaço na constituição da identidade coletiva de uma comunidade. Para Navarro (2007, p. 4) a relação do ser humano com o espaço deriva de uma necessidade de estabelecer relações vitais com o meio que o rodeia para dar sentido e ordem ao mundo. De acordo com BÜHRER-THIERRY (2012, p. 193) "o território é, portanto, antes de tudo, uma construção social e concerne a todas as sociedades, em todos os tempos, já que não existe em parte alguma sociedade sem dimensão geográfica ou espacial".

Não pretendemos apenas recuperar a *paisagem real*, ou seja, aquela ocupada e transformada pelos líbios, mas também a *paisagem psicológica*, emocional, como descrita por Heródoto. Paisagem esta que provoca rejeição e repulsa. Encontramos tais paisagens quando o autor descreve alguns dos costumes dos líbios que os aproximam de animais selvagens. "Suas mulheres usam uma argola de cobre em cada perna e deixam crescer os cabelos na cabeça; quando catam piolhos nela, esmagam-nos entre os dentes para vingar-se e depois os cospem" (*Hist.*, IV, 168); [...] "durante uma festa anual em Atenas suas virgens, divididas em dois grupos, lutam entre si a pedradas e bordoadas [...] eles têm as mulheres em comum e copulam como animais em vez de se acasalarem" (*Hist.*, IV, 180). O olhar de Heródoto sobre os líbios os converte em animais, mas isso de acordo com os parâmetros helenos, segundo os quais a mulher ficaria restrita ao *oikos*, à unidade doméstica. Já que os costumes sexuais dos líbios fugiam à

regra grega, estes eram considerados animais. É nesse contexto que a explicação de Yi-Fu Tuan (2012, p.45) se encaixa:

muitos grupos limitam o termo “gente” a seus membros e sugerem que os outros seres humanos são “rudes”, semelhantes aos animais, não inteiramente humanos. Ser “humano” é uma questão de saber como se comportar corretamente, de atuar adequadamente e dizer as coisas certas.

Conforme observamos na passagem de Tuan e colocando o termo “bárbaro” no lugar do termo “gente”, podemos perceber que assim como alguns grupos limitam o termo gente àqueles que se comportam corretamente, os gregos construíram sua identidade em contraponto aos costumes dos outros povos e passaram a chamá-los de “bárbaros”. Isso porque os *outsiders* são caracterizados pelos *estabelecidos* como sujeitos coletiva e individualmente *anômicos*, ou seja, indivíduos desorganizados. Segundo Elias (2000) “os grupos *estabelecidos* tendem a representar seus grupos *outsiders* não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos *estabelecidos*), mas também como não sendo particularmente limpos, como quase inumanos”. É exatamente isso que Heródoto faz com os líbios, ao descrever o território dos líbios, afirma que este “nada tem de fabuloso” (*Hist.*, IV, 191), tomando-o assim como uma heterotopia que causa desconforto e estranheza ao observador, um espaço sem atrativos.

Contudo, será que a narrativa de Heródoto é passível de revelar o olhar dos gregos, sendo produzida por um sujeito individual? Embora Heródoto seja um indivíduo, ele também caracteriza-se como um sujeito coletivo, que está inserido numa determinada sociedade e carrega consigo uma bagagem cultural. Além disso, Tuan pontua que as paisagens de medo do indivíduo estão ligadas as paisagens de medo do coletivo que este indivíduo está inserido.

Nossa análise da obra de Heródoto aponta que o autor tentou construir uma narrativa negativa a respeito dos líbios, de seus costumes e de seu território. Utilizando como parâmetro a cultura grega para elaborar sua representação, Heródoto exagera o quesito violência, como uma forma de impressionar os gregos, utilizando a violência e a selvageria dos líbios como um aparato narrativo para impressionar o ouvinte. Heródoto, com toda sua bagagem cultural, não descreve com veracidade os costumes dos líbios. Pelo contrário, o autor elabora uma representação de tal comunidade com o intuito de mostrar sua inferioridade diante da grandiosa Grécia. O que o autor retrata como violência ao acaso, selvageria e barbárie, na verdade são rituais que fazem parte dos costumes líbios e que nos informam como essa comunidade enxergava o mundo e com ele interagia.

## Referências Bibliográficas

### Documentação Primária

HERÓDOTOS. *História*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

### Obras de Apoio

AZEVEDO, F. A pólis e o maravilhoso na narrativa de Heródoto. *Revista Archai*, n. 01, p. 33-41, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BÜHRER-THIERRY, G. Construindo fronteiras, fixando identidades. In: CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; SILVA, G. V.; BENTIVOGLIO, J. C.; NADER, M. B. (Org). *Território, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória, ES: GM, 2012, p. 193-212.

CARDOSO, C. F. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASSIN, B; LORAUX, N; PESCAHNSKI, C. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

CHEVITARESE, A. L. *O espaço rural da pólis grega: o caso ateniense no período clássico*. Rio de Janeiro: A. L. Chevitarese, 2000.

FABRÍCIO, A. R.; CUNHA, L. T. P. Identidade e alteridade em Heródoto: visão de um grego a respeito dos egípcios. *Alétheia*, v. 9, n.1, p. 28-41, 2014.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no império romano. Um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, p. 123-127, 2010.

GONZÁLEZ GARCÍA, J. El determinismo ambiental en dos autores clásicos: Hipócrates y Heródoto. *Baetica*, n.27, p. 307-329, 2005.

HARTOG, F. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

SILVA, M. A. O. Heródoto e suas Histórias. *Revista de Teoria da História*, n. 13, p. 39-51, 2015.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Y. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

## A permanência da cultura clássica na Antiguidade Tardia: uma análise a partir do rito e do espaço do convivium romano

**Jenny Barros Andrade**  
Mestranda em História  
Universidade Federal do Espírito Santo  
E-mail: jennyb.andrade@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo se propõe a analisar a permanência de elementos da cultura clássica no *convivium* tardo-antigo. O banquete foi uma das ocasiões sociais mais marcantes na Antiguidade Clássica, sendo realizado durante as distintas fases da vida do indivíduo. Consistia em uma cerimônia de relevância nos meios aristocráticos, por meio da qual identidades e hierarquias eram construídas e reforçadas, demarcando assim o status social dos convivas. Através do espaço do banquete e de seu rito, é possível constatar a presença de elementos da cultura clássica que eram utilizados pelos anfitriões como forma de demarcar sua identidade como um membro da elite, além de exibir seu poder e riqueza. Tais aspectos serão analisados por meio dos mosaicos encontrados na Villa del Casale, localizada próximo à Piazza Armerina, na região da Sicília, e através da obra *Saturnalia* escrita por Macróbio.

**Palavra chave:** Antiguidade Tardia; cultura clássica, *convivium*; corpo.

**Abstract:** This article proposes to analyze the permanence of elements of classical culture at *convivium* in Late Antiquity. The banquet was one of the most important social occasions in Classical Antiquity, being realized during different stages of live of the individual. It consists in a relevant ceremony in aristocratic circles, wherewith identities and hierarchies were built and reinforced, demarcating the social status of the participants. Through the space and rite of banquet, is possible to identify elements of classical culture used by the hosts as a way to delimit their identities as an elite member, in addition to displaying their power and wealth. These aspects will be analyzed with mosaics from Vila del Casale, located near to Piazza Armerina, in Sicilia, and through the *Saturnalia*, a work written by Macrobius.

**Keywords:** Late Antiquity, classical culture, *convivium*, body.

### A noção de decadência da cultura durante a Antiguidade Tardia

O período da Antiguidade Tardia tem sido objeto de inúmeras discussões a respeito de sua temporalidade e de seus limites geográficos, além de questões envolvendo as rupturas e continuidades presentes na época. Os estudos acerca do conceito de Antiguidade Tardia ganharam maior expressão a partir da segunda metade do século XX, embora o período em questão tenha suscitado ao longo dos séculos inúmeras teses quanto aos motivos que contribuíram para a desintegração do Império. As hipóteses variam desde problemas internos, como crises sociais, econômicas e militares, até causas externas, como o estabelecimento dos povos germânicos nas fronteiras, seu ingresso no exército romano e principalmente, os sucessivos ataques de tais povos contra Roma. Uma das mais importantes civilizações da Antiguidade, diante de uma série de abalos à sua estrutura experimentou, portanto, um processo de desintegração político e institucional em sua parte ocidental. O “colapso” do Império que,



segundo a tradição teria ocorrido em 476 d.C.,<sup>1</sup> foi compreendido por alguns historiadores como o fim do Mundo Antigo, emergindo esse período como uma época de decadência e de crise, conceitos imbuídos de um evidente teor negativo.

Esse cenário sombrio de uma Antiguidade em derrocada pode ser encontrado nos escritos de autores contemporâneos aos eventos, como é o caso de Ambrósio, bispo de Milão. De acordo com Mazzarino (1966, p. 53-4), o bispo milanês ao mesmo tempo em que identificou a gravidade dos ataques sofridos pelo Império como um problema, também apontou a existência de uma crise moral na sociedade. Dessa forma, Ambrósio considerava que o declínio do Império devia-se a fatores de ordem externa e interna: a invasão dos godos e a ganância dos romanos por riqueza e poder. Após a derrota romana na batalha de Adrianópolis em 378,<sup>2</sup> o bispo milanês afirma: “Estamos em uma época de decadência” (Ambrosius, *Expositio Evangelii secundum Lucam* X, 10).<sup>3</sup> Uma suposição sempre presente na obra dos autores cristãos é a de que a fase final do Império Romano não era somente um momento de declínio, mas assinalava também o fim dos tempos, conforme uma perspectiva escatológica.<sup>4</sup>

O conceito de decadência, tão empregado para definir a situação romana a partir do século III, é apontado por Le Goff (1990, p. 375) como uma das noções mais confusas aplicadas ao campo da História. O autor ressalta que, além da historicidade do termo ser de difícil definição, não existiu em grego ou latim um vocábulo equivalente ao que irá futuramente significar decadência, muito embora a invenção do termo seja atribuída aos pensadores da

---

<sup>1</sup> De acordo com Silva (2001, p. 60), historiadores do século XIX procuravam estabelecer periodizações cada vez mais definidas, procurando definir anos e décadas ao invés de séculos para demarcar um fato histórico. Na tentativa de encontrar uma precisão, em busca de um rigor científico, a passagem do Mundo Clássico para a Idade Média foi fixada na deposição de Rômulo Augusto, o último imperador legítimo, por Odoacro, o Rei dos hérulos, no ano de 476 d.C. De acordo com o autor, a obsessão por acontecimentos políticos levou a tal periodização, baseando o fim do Mundo Clássico apenas diante de uma mudança de caráter político.

<sup>2</sup> A Batalha de Adrianópolis ocorreu em agosto de 378 e foi travada na cidade de Adrianópolis (atual Edirne, Turquia), na província da Trácia. Um agrupamento de godos, liderados por Fritigerno e Alavivo, solicitaram ao imperador Valente seu estabelecimento dentro dos territórios imperiais. De acordo com Frighetto (2012, p. 124), o assentamento de tribos germânicas, que já ocorria desde a segunda metade do século III, foi novamente permitido após a fixação de um acordo entre as tribos góticas, alanas e sármatas e o Império. Diante de abusos por parte de funcionários imperiais, uma revolta irrompeu entre os godos assentados na Trácia, o que levou Valente a dar combate às forças bárbaras. Sem esperar pelos reforços militares enviados por Graciano, o imperador caiu diante cavalaria goda e alana, resultando na sua morte e no aniquilamento das tropas romanas (MITCHELL, 2015, P. 89). A derrota em Adrianópolis, juntamente com a posterior invasão da Península Itálica e o saque de Roma por Alarico em 410, foi considerada pelos contemporâneos e por parte da historiografia como um dos primeiros sinais da desintegração do Império Romano do Ocidente.

<sup>3</sup> Em latim: “*in occasu saeculi sumus*” (*Expos. in Lucan* X, 10).

<sup>4</sup> De acordo com Santo Mazzarino, na obra *La fine del mondo antico* publicada originalmente em 1959, diversos outros autores do século IV-V d.C, tanto cristãos quando pagãos, discorreram quanto aos motivos que ocasionaram o caos durante o período de crise do Império. Percebe-se que já havia a existência da ideia de decadência nos escritos literários da Antiguidade.



Antiguidade Clássica. Desse modo, o conceito de decadência torna-se bastante movediço, mudando de significado conforme o contexto. A questão consiste no fato de que a “decadência” transformou-se em um conceito histórico, utilizado em inúmeros idiomas, para descrever a transição da Antiguidade para a Idade média (SILVA; SOARES, 2013, p.146).

A análise acerca da produção intelectual durante os séculos IV-V também foi influenciada pela ideia de “decadência”, sendo retratada como inferior em comparação com a “tradição clássica” do período republicano e do principado, enquanto outros autores se abstinham a respeito do assunto, como se não houvesse elementos inovadores ou que merecessem atenção. Contudo, como sustenta Cameron (2001, p. 131-5), importantes obras literárias e filosóficas continuaram a ser produzidas tanto na porção ocidental quanto na parte oriental do Império Romano, após o século III. Segundo a autora, mediante a permanência do sistema educacional greco-romano, as obras literárias continuaram a ser escritas de acordo com o estilo clássico. A educação, sustentada tanto pelas escolas imperiais ou privadas, continuou a cumprir um papel decisivo na formação do homem antigo, principalmente os estudos de retórica e de direito, que qualificavam o indivíduo para a obtenção de postos na administração pública.

Nessa mesma linha, podemos citar o trabalho de Henri-Irénée Marrou (1979) que aponta elementos novos e próprios do período, bem como continuidades. No que concerne ao sistema educacional nos séculos IV-V, Marrou (1979, p. 57) reafirma o papel da educação formal como um elemento de extrema importância na sociedade tardo-antiga.

Por mais novo que nos pareça sob certos aspectos – organização política, estrutura econômica -, o Baixo Império mantém-se neste plano, fiel à herança que recebeu dos séculos precedentes. É com espanto que o historiador o observa: não há diferença notável entre o conteúdo e os métodos de ensino, nem entre as formas de vida intelectual, quando se passa da civilização helenística e romana do Alto Império, para a Antiguidade Tardia. Na imagem que nos é transmitida da classe dirigente, a posse desta cultura prestigiosa conta tanto como a riqueza fundiária e a participação no poder político. O que o prova bem é que só a cultura permite a alguns novos-ricos introduzir-se entre as fileiras da alta sociedade e obter nelas direito de cidade, como vemos suceder a esses grandes professores, o mais célebre dos quais foi Santo Agostinho, que tiveram origem bem mais humilde e fizeram carreira.

Desse modo, de acordo com o autor, a cultura clássica continuou a ser transmitida durante a Antiguidade Tardia, inclusive dentro da elite romana, permanecendo como um elemento que distinguia a elite das classes mais baixas. Um alto nível de educação era bastante importante, por exemplo, pois possibilitava a ascensão na carreira administrativa, de modo que

uma possível mobilidade social seria viável ao indivíduo que tivesse acesso ao estudo da retórica.

Portanto, concordamos com a ideia de que o termo “decadência” não deve ser usado para caracterizar todos os aspectos da sociedade tardo-antiga. Constatar uma crise no campo econômico e político, não necessariamente significa apontar um declínio no que diz respeito à literatura, arte, religião e certos aspectos da vida doméstica durante os últimos séculos de Roma (MAZZARINO, 1966, p. 184-5). Desse modo, pretendemos expor a partir de então, a permanência da cultura clássica na Antiguidade Tardia por meio da prática cultural do banquete, sendo essa última foi uma das ocasiões sociais mais marcantes no mundo clássico e realizada durante as distintas fases de vida do indivíduo. Por meio da obra *Saturnalia* de Macróbio, além da análise do espaço do *triclinium* da *Villa del Casale*, perceberemos a manutenção da *paideia* grega durante a execução do banquete, além de sua manifestação no espaço físico do baquete.

#### **A manifestação da cultura clássica através do espaço da *uilla***

Na sociedade romana, o espaço era utilizado como um instrumento que refletia a riqueza e o status do proprietário. Tanto a estrutura física do ambiente, bem como a decoração, imóvel e utensílios, refletiam o poder aquisitivo do anfitrião, ou até mesmo sua importância dentro da aristocracia (UYTTERHOEVEN, 2009, p. 321). Entretanto, após o IV século, a casa aristocrática surge como um local de decisões políticas conferindo um significado maior ao espaço. No caso de nossa pesquisa, analisamos a realização do banquete nas *uillae* tardo-antigas, sendo essas propriedades rurais que adquiriram uma importância maior durante a Antiguidade Tardia, ao passo que as *ciuitates* sofreram um processo de crise e de perda de poder. Tal processo resultou no deslocamento de investimentos por parte da aristocracia em direção não mais à *ciuitas*, mas às *villae* que a partir disso ascenderam como centros de atividade política, cultural e econômica (FRIGHETTO, 2006, p.227).

Esse processo ocorreu devido ao fato da aristocracia local preferir gerir seus assuntos em aposentos de recepção dentro da *uilla*, conferindo-lhe um caráter oficial, e até mesmo público (PENSABENE; GALLOCHIO, 2011, p. 30). Desse modo, a *uilla* também se tornou um ambiente essencial para a aristocracia, principalmente no que concerne às suas relações sociais, pois além das funções administrativas, era também um local de recreação, estudo, entretenimento e interação entre os proprietários de terra. O espaço exerce um papel importante no campo simbólico e do poder, pois a dimensão dos aposentos, a decoração dos ambientes e os utensílios exprimiam a riqueza e o status da elite (ROSSITER, 1991, p. 199).

Entretanto, a formação educacional do indivíduo também influenciava na decoração dos aposentos, pois através dos espaços de sua propriedade, o aristocrata procurava demonstrar o seu alto nível social e intelectual, além de suas riquezas. Como já exposto anteriormente, os homens pertencentes à classe social da elite tardo-antiga recebiam uma educação clássica, focado tanto na gramática (linguagem e literatura), quanto na retórica. De acordo com Edward Watts (2012), durante a Antiguidade Tardia a *paideia* permitia que o indivíduo se diferenciasse dos demais, mediante uma educação onerosa e demorada que, além de instruí-lo nas disciplinas, também lhe ensinava os códigos de condutas que eram aceitos e estimados dentro da sociedade romana<sup>5</sup>. É necessário, no entanto, salientarmos que a *paideia* era considerada um elemento definidor da identidade da elites, de modo que apenas um limitado grupo de indivíduos, que normalmente pertenciam à aristocracia, tinham acesso à ela ao longo do processo educacional. Desse modo, o ensino possibilitava o conhecimento dos alunos em relação aos clássicos, mas também em relação aos seus pares, afinal, a *paideia* “criou e sustentou relações recíprocas e códigos de conduta essenciais para o funcionamento de um sistema social de elite que se espalhou pelo mundo romano” (WATTS, 2012, p. 468). Portanto, a educação clássica permitia uma educação moral que orientava o indivíduo quanto ao seu comportamento dentro da sociedade, definindo sua identidade enquanto membro da elite romana, sendo um símbolo de status desse grupo social (UYTTERHOEVEN, 2009, p.322).

Constata-se então, que a formação clássica tinha uma importância primordial para a aristocracia, de modo que essas referências estavam presentes até mesmo nos espaços domésticos. Obras clássicas, temas mitológicos e valores da cultura tradicional eram utilizados como temas de decoração, estando presentes em representações iconográficas de utensílios, pinturas, mosaicos, entre outros suportes materiais. Contudo, o anfitrião da *villa* tinha um

---

<sup>5</sup> A *paideia* grega foi incorporada à formação cultural do homem romano. Percebe-se uma ampla discussão a fim de definir qual seria o termo contemporâneo correspondente à noção de *paideia*. De acordo com Jaeger (1994, p. 1), termos como ‘cultura’, ‘tradição’, ‘literatura’ ou ‘educação’, não explicam por completo o significado do conceito para os gregos. De acordo com o autor, “cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global, e para, abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todo de uma só vez”. Desse modo, cada um desses termos explica somente um aspecto de um todo que significa de fato o conceito de *paideia*. Podemos, no entanto, compreendê-la de acordo com Wallace-Hadrill: “A *paideia* é um sistema coerente: um processo de aprendizagem de um conjunto de habilidades intelectuais interconectadas sem o qual um homem não pode se tornar um membro da sociedade civilizada. Simultaneamente, é um processo de produção de trabalhos escritos em vários ramos pelo homem para seu aprendizado e consumo. Desse modo, incorpora as várias atividades de uma universidade moderna, mas vai além delas [...] (WALLACE-HADRILL *apud* SILVA, 2009, p. 154).” Desse modo, concluiu-se que o termo cultura não corresponde ao conceito de *paideia*, ao passo que a *paideia* grega não foi semelhante à *paideia* romana. De acordo com Silva (2009, p. 155), os romanos a adaptaram, selecionando o que lhes era proveitoso e reinterpretando-a constantemente de modo a adequá-la aos seus interesses, de modo que, o processo de helenização de Roma não se caracteriza por sua submissão ao modelo grego.

propósito em demonstrar esses valores: ressaltar a formação intelectual que possuía, bem como o grupo social ao qual estava associado (UYTTERHOEVEN, 2009, p. 322-3).

O espaço do banquete permitia que o anfitrião exibisse aos demais convivas sua riqueza e status por meio da decoração do ambiente, dos utensílios utilizados durante a refeição ou através dos mosaicos dispostos no espaço do *convivium*. Além disso, o momento do banquete, assim como o modelo grego denominado *symposium*, pode ser definido como uma reunião na qual os convidados conversam sobre diversos assuntos, bebem, cantam, recitam poemas, entre outras atividades (CERQUEIRA, 2005, p. 3). Portanto, o *convivium* permitia que os comensais discutissem diversos assuntos, como filosofia, retórica, literatura, exibindo sua educação e seu nível cultural diante dos demais convidados (UYTTERHOEVEN, 2009, p. 324).

### **A cultura clássica no banquete tardo-antigo**

A fim de analisarmos a permanência da cultura clássica durante o banquete tardo-antigo, analisamos inicialmente a obra *Saturnalia*, escrita por Macróbio Ambrósio Teodósio, que viveu entre o final do século IV e o início do século V d.C. A obra *Saturnalia*, redigida por volta de 430 d.C, é composta por um conjunto de sete livros, que chegaram até nós de forma incompleta, sendo um compêndio de saberes que seriam necessários à formação de um membro da elite. Um importante aspecto da documentação consiste no objetivo pedagógico do autor, uma vez que o mesmo dedicou a obra ao seu filho Eustácio, com o propósito de contribuir para sua formação (MACROBIO, *Saturnalia*, I § 2-3). Abordando assuntos como astrologia, literatura, gramática, retórica, entre outros conhecimentos, a *Saturnalia* é considerada uma literatura de erudição. Desse modo, podemos perceber a importância da formação educacional aristocrática durante o período, além do propósito de preservar a tradição clássica.

A narrativa da obra gira em torno da realização de um banquete durante uma festa romana pagã em honra ao deus Saturno, denominada *Saturnalia*, o que justifica o nome da documentação. Os personagens da obra eram responsáveis por dialogar e debater os assuntos já descritos, no decorrer do banquete. É necessário salientar que esses comensais presentes no banquete de Macróbio, possuíam conhecimento suficiente devido à sua formação, pois eram personagens históricos da elite durante o século IV. Desse modo, podemos perceber a discussão de elementos da cultura clássica durante o desenrolar do banquete, que tem duração de três dias.

Os dois primeiros livros, que narram o primeiro dia da festa (17 de dezembro), apresentam vários temas debatidos entre os convivas, como a história das *Saturnalia*, a religião

romana, o calendário, a teologia solar e o vinho e seus prazeres. A obra *Eneida* de Virgílio e vários aspectos do rito religioso romano são discutidos nos livros III, IV, V e VI de forma exaustiva, enquanto no último livro, são debatidas questões médicas e problemas de digestão e visão. Portanto, é possível constatar a discussão de diversos elementos da cultura clássica e do paganismo no debate entre os convivas, o que atesta a permanência e importância de tais valores dentro da sociedade da Antiguidade Tardia.

Constatamos também a manifestação da cultura clássica no banquete tardo-antigo por meio do espaço em que o *convivium* era realizado. Para tal, analisamos a estrutura da Villa del Casale, próximo à Piazza Armerina, no centro-sul da Sicília, sendo uma das mais bem preservadas e conhecidas *uillae* romanas. Tal *uilla* é dividida em três pavimentos: o primeiro contém quartos privados, a basílica e um extenso corredor coberto por um famoso mosaico que retrata uma caçada; o segundo pavimento abriga o *triclinium* e um grande pátio, sendo que ambos dão acesso ao corredor do primeiro pavimento; e o último, que abriga os banhos. Acredita-se que a principal fase de ocupação da *uilla* durante a Antiguidade Tardia ocorreu nas primeiras décadas do século IV, porém, pode ter se estendido por até o ano de 365 d.C (PENSABENE; GALLOCHIO, 2011, p. 30, 35). Segundo Dunbabin (2012, p. 132), prevalece o consenso de que a *uilla* era uma propriedade rural, de uma importante família da aristocracia romana, que possuíam magistraturas na cidade de Roma, com uma riqueza e status que ofuscava a elite local.

Dentre os maiores símbolos de luxo e opulência dessa propriedade encontram-se os mosaicos que se estendem por todo pavimento da *uilla*. De acordo com Silva (2013, p. 165-7), os mosaicos eram utilizados no Império Romano para decorar os aposentos, porém, não se encontravam facilmente ao alcance das camadas mais baixas da população. A técnica musiva é encontrada nas propriedades aristocráticas, sendo que, quanto mais recursos o proprietário possuía, mais refinados eram os mosaicos, sendo policromáticos, figurativos e de ampla proporção. No caso da Villa del Casale, a arte musiva possui os mais diversos temas, e alguns são utilizados para honrar o proprietário, como é o caso do mosaico encontrado no espaço do *triclinium*. Os jogos e os entretenimentos consistem nos principais temas que recobrem os aposentos, entre eles *A grande caçada*, um mosaico com cenas de captura de animais que provavelmente seriam levados para as *venationes*. Outro exemplo é o mosaico da “corrida de circo”, que representa uma competição de carros no Circo Máximo em Roma. Segundo Dunbabin (2012, p. 133), uma das funções de magistraturas como cônsul e pretor era a

realização de jogos durante os festivais romanos. A autora conclui, dessa forma, que os mosaicos podem ser uma forma do proprietário comemorar suas realizações no decorrer de sua magistratura, bem como atestar a permanência de tais práticas culturais na Antiguidade Tardia.

O espaço do banquete na Villa del Casale era formado por um aposento com três absides, onde cada uma delas comportava um *stibadium*, e no centro do espaço localizava-se uma mesa, de forma que os servos ficavam próximos para atender os pedidos dos convivas. As portas da sala de jantar se abriam para um pátio, de onde era possível visualizar fontes e até mesmo, um antigo santuário consagrado às ninfas aquáticas. Tal característica é importante, pois era um elemento arquitetônico apreciado pelas elites (ROSSITER, 1991, p. 202-4).

Em relação à decoração, cenas mitológicas a exemplo de representações de Hércules e Dionísio, adornavam o espaço do *triclinium*. Na área central do aposento, contêm mosaicos representando o *Trabalho de Hércules*. De acordo com Dunbabin (2012, p. 136), o mosaico se difere das demais representações da divindade, pois ao invés de ilustrar cenas de luta entre o herói e seus oponentes, demonstra as vítimas derrotadas com seus corpos ensanguentados e praticamente mortos. No pavimento das demais absides, há representações de Hércules recebendo uma coroa de imortalidade de uma figura que é comumente identificada como Júpiter, além da vitória do herói sobre gigantes. Em uma das absides, também encontramos representações de Dionísio que, de acordo com Pensabene e Gallochio (2011, p. 33), sugerem uma particular devoção ao deus do vinho devido à frequência com que aparecem nos mosaicos.

De acordo com Dunbabin (2012, p. 137), o tema escolhido para a decoração do *triclinium* tinha um propósito. Os mosaicos ressaltavam o sofrimento das vítimas de Hércules, com seus corpos contorcidos, decorrente dos momentos de agonias diante das derrotas. Hércules, que dentro do paganismo do século IV foi entendido como um protótipo de vitória e triunfo, pode ter sido representado nos mosaicos do *triclinium* como um modo de simbolizar o poder e o status do próprio proprietário. Além disso, uma estátua de Hércules foi encontrada em outra parte da *uilla*, de modo que, podemos inferir que o proprietário da casa era um devoto especial do deus.

### **Considerações Finais**

O momento do *convivium* deve ser compreendido como um momento de interação entre os indivíduos, mas também como um espaço de demonstração de poder, de riqueza, de luxo, e onde as hierarquias são reforçadas. Além disso, o rito do banquete e o espaço em que o mesmo



era realizado expressavam a formação educacional do anfitrião e o grupo social ao qual ele estava associado, nesse caso, a elite romana do século IV. Para tanto, elementos da cultura clássica eram representados tanto na decoração do ambiente, como em mosaicos, pinturas e estátuas, como nos próprios utensílios utilizados no momento do *convivium*.

Desse modo, enfatizamos a ideia de que, mesmo diante de uma crise política e econômica durante o período final do Império Romano, a ideia de decadência não deve permear todos os aspectos da sociedade tardo-antiga, a exemplo da cultura clássica. Os valores que definiam a identidade da elite romana continuaram a ser permeados através do sistema educacional e refletiam em práticas culturais, a exemplo do banquete romano.

### Referências Bibliográficas

#### *Documentação textual*

AMBROSE, S.; SCHENKL, K.; SCHENKL, H. *Expositio evangelii secundum Lucan*. Tempsky, 1902.

MACROBIO. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011.v. 1.

MACROBIO. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011.v. 2.

MACROBIO. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011.v. 3.

MACROBIO. *Saturnales*. Traducción de Fernando Navarro Antolín. Madrid: Gredos, 2010.

#### *Obras de apoio*

CAMERON, Averil. *The mediterranean world in Late Antiquity*. London/New York: Routledge. 2001.

CERQUEIRA, Fabio. Música e gênero no Banquete: o registro da iconografia ática e dos textos antigos (sec. VI-V a.C). In: LESSA, Fabio Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria. (Org.). *Memória & Festa*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, v. 1, p. 37-47.

DUNBABIN, Katherine. *Mosaics of the Greek and Roman World*. Cambridge: Cambridge University, 2012.

FRIGHETTO, Renan. Estruturas sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV/VIII). In: SILVA, Gilvan Ventura.; MENDES, Norma. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/Edufes, 2006, p. 223-240.



- FRIGHETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II – VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MAZZARINO, Santo. *The end of the Ancient World*. London, Faber & Faber, 1996.
- MARROU, Henri. Irénée. *Decadência romana, ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Aster, 1979
- MITCHELL, Stephen. *A History of the Later Roman Empire. AD 284-641*. Malden; Oxford: Blakwell, 2015.
- PENSABENE, Patrizio; GALLOCHIO, Enrico. The villa del Casale of Piazza Armerina. *Expedition*. n. 5, v. 2, p. 29-37, 2011.
- ROSSITER, Jeremy. Convivium and Villa in Late Antiquity. In: SLATER, W. J. (Ed.). *Dining in a Classical Context*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991, p. 199-214.
- SILVA, Érica. Cristhyane. Morais. A helenização de Roma: convergências e impasses. In: SILVA, G. V. (Org.). *Grécia, Roma e o Oriente: da crise da polis à época helenística (404-31 aC)*. Vitória: Flor e Cultura, 2009, p. 139-164.
- SILVA, Gilvan. Ventura. O fim do Mundo Antigo: uma discussão historiográfica. *Mirabilia*, Brasil, v. 1, p. 1-10, 2001.
- SILVA, Gilvan Ventura da. Imagens bordadas na pedra: os mosaicos como fonte para o estudo da sociedade romana imperial. In: SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro (Org.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória: Edufes, 2013, p. 153-177.
- SILVA, Gilvan Ventura da; SOARES, Carolline da Silva. O fim do Mundo Antigo em debate: da "crise do século III à Antiguidade Tardia e além. *Nearco*, v.1, n. 1, p. 132-168, 2013.
- UYTTERHOEVEN, Inge. Know your Classics! Manifestations of 'classical culture' in late antique domestic contexts. In: VAN NUFFELEN, Peter (Ed.). *Faces of Hellenism*. Studies in the History of the Eastern Mediterranean (4th century B.C.-5th century A.D.). Studia Hellenistica 48. Leuven: Peeters, 2009, p. 321-342.
- WATTS, Edward. Education: speaking, thinking, and socializing. In: JOHNSON, Scott Fitzgerald. *The Oxford Handbook of Late Antiquity*. New York: Oxford University Press, 2012.

## A emergência do conceito de Antiguidade Tardia

**Raphaella Prado da Cunha Bittencourt**

Graduando em História

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: bitt.raphaella@gmail.com

**Resumo:** Com esse artigo, apresentamos um panorama sobre o debate historiográfico a respeito do fim do Império Romano do Ocidente e a maneira pela qual as transformações observadas proporcionaram variadas interpretações. Por tanto, analisamos, dando maior enfoque as teorias de Edward Gibbon e Peter Brown, junto ao surgimento do conceito “Antiguidade Tardia”.

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia. Declínio. Edward Gibbon. Peter Brown.

**Abstract:** With this article, we present an overview of the historiographical debate about the end of the Western Roman Empire and the way in which the observed transformations provided varied interpretations. Therefore, we analyze, giving greater focus to the theories of Edward Gibbon and Peter Brown, next to the emergence of the concept "Late Antiquity".

**Key words:** Late Antiquity. Decline. Edward Gibbon. Peter Brown.

Na avaliação de Claudio U. Carlan (2009), o período atualmente conhecido como Antiguidade Tardia, foi por vezes designado como Baixo Império e apresentado, em uma historiografia tradicional, como um período de decadência do Império romano. Porém, na realidade, a composição da época é marcada por alterações profundas que definem outra antiguidade: o mundo tardo antigo.

O pensamento desenvolvido por Carlan é característico de um debate historiográfico no qual durante anos voltou-se principalmente para os fatos políticos, assim como a disciplina História em geral. Portanto, como consequência dessa linha, as pesquisas sobre o final da civilização greco-romana resultavam nas invasões bárbaras e no fim do Império Romano do Ocidente (SARTIN, 2009). Mediante a isso, partiremos das análises políticas sobre o final do domínio romano, dando enfoque principalmente as contrições do Edward Gibbon e do Peter Brown, ao máximo da emergência do conceito de Antiguidade Tardia. Essa análise é pertinente devido a nossa pesquisa de Iniciação Científica intitulada “*A audientiae episcopales a luz Collatio Legum Mosaicarum et Romanarum*” e sob a orientação da professora Dr. Érica Cristhyane Morais da Silva, se passar no período Tardo Antigo, principalmente o século IV.

Segundo Gustavo Sartin (2009), o primeiro a escrever sobre o período final do império utilizando o termo “declínio” foi Flavio Biondo, na obra “Das décadas de História desde o declínio dos romanos”, em 1453. Para Biondo, o apogeu de Roma ocorreu no governo de Teodósio I e a decadência com a invasão de Alarico e dos outros grupos bárbaros. Essa visão

se justifica devido sua visão cristã, que colocava como marco principal da época a ascensão do cristianismo, e sobre a linha historiográfica seguida pelo autor, que considerava os fatores políticos como determinantes.

Assim como Falvio Biondo, Nicolau Maquiavel concordava, em sua obra “História Florentina”, publicada entre 1520 e 1525, que o motivo para a queda da porção ocidental do império seria a prática de alianças com os invasores, pois reduzia a autoridade imperial e criava brechas para novas invasões (MAQUIAVEL, 1994). Essa explicação não leva em consideração os fatores religiosos e também os motivos dos acordos entre os povos.

Outro escritor que trata a período final do Império romano pelo viés político é Michele Zappulo, mas a partir do século XVIII com o Iluminismo ocorreram mudanças no estudo sobre o fim do mundo antigo. O principal nome de pesquisador é o inglês Edward Gibbon que consagrou e associou a noção de “decadência” com os séculos finais do domínio romano sobre a Europa ocidental (SARTIN, 2009).

Edward Gibbon nasceu na Inglaterra, e se tornou um dos mais importantes pesquisadores sobre Roma antiga. Na sua infância aprendeu sozinho, autodidata, pois devido sua saúde delicada não poderia frequentar a escola regularmente. Em 1752 entrou no Magdalen College de Oxford e no ano seguinte se converteu ao catolicismo, o que gerou a revolta do seu pai e a ida para a Suíça com o intuito de ser reeducado por um pastor calvinista. A primeira obra escrita em francês se denomina “Essai sur l'étude de la littérature” (1761).

Além disso, deve a influencia de Voltaire e correspondeu com intelectuais da Europa. E também, posteriormente, estudou a antiguidade clássica e escreveu sobre a queda do Império Romano em seis volumes na obra “Declínio e queda do Império Romano”. Esses textos são considerados um marco no campo da história e é, ainda, considerada a primeira obra moderna de História. O primeiro volume foi publicado em 1776 e o ultimo em 1788, o que nos mostra que Gibbon dedicou parte de sua vida à pesquisa.

A escrita em questão é considerada moderna, pois procurou explicações para as fontes além do campo político, como inclusive, na sociedade e cultura, mesmo que superficiais. O autor manteve-se ligado ao ceticismo crítico e escreveu uma versão diferenciada da história.

A tese central do texto gira em torno de elogios aos tempos de simplicidade da república e caracteriza pejorativamente os habitantes da Roma imperial, rica e luxuosa. O que se justifica pelo fato de considerar, o período dos Antônios (98 d.C – 180 d.C) como sendo o momento de

maior prosperidade, poderio e refinamento dos romanos, além de terem atingido praticamente a sua máxima extensão territorial e mantido suas fronteiras dentro dos limites. Para Gibbon, contudo, o final dessa época começou a se inclinar para o seu declínio, pois ocorre a busca por riquezas e um novo estilo de governo, no qual a agregação dos povos bárbaros influenciará na sociedade, economia e cultura dos romanos (SALLES, 2015).

Assim Edward Gibbon (1989, p.46), declara que no período conhecido como “principado” como sendo:

Os príncipes têm em sua vida períodos de ambição, após os quais se sucedem outras paixões e até a ociosidade. Mas tendo a republica lideres que mudavam todos os anos e que procuravam deixar marca a sua magistratura para conseguir outras, não havia um só momento de trégua na ambição: eles exortavam o senado a propor guerra ao povo a cada dia lhe mostrava novos inimigos.

Sendo assim, para o autor, com a passagem da republica para o império, os romanos teriam perdido a liberdade pública da qual possuíam até o momento e como consequência, perderam, também, a virtude pública que animava as legiões e moldava o caráter dos cidadãos. É importante destacar a dicotomia entre a simplicidade da republica e a opulência do império, na qual a vida moderada e mesmo pobre dos primeiros romanos foi favorável para lhes inculcar uma dupla virtude: guerreira, por um lado, e política por outro (SALLES, 2015).

Mediante ao exposto, é notório, segundo o Gibbon, que as conquistas e a glória amoleceram os romanos e puseram a perder liberdade e a virtude civil, dando início ao declínio e, ainda, que a segurança e a grandeza do império produziram uma sociedade refinada e corrompida, pois “Essa longa paz e o governo uniforme dos romanos instilaram um lento e secreto veneno nos órgãos vitais do império” (GIBBON, 1989).

Porém por mais negativo que seja a descrição do autor sobre a busca de riquezas e a inserção dos povos “bárbaros” no exército, nos territórios e na administração romana, revela conjuntamente que não era fortuito os esforços de ornamentação do império, pois muitas vezes demonstraram nobreza, contribuem para o interesse público e resultam em benefícios, mesmo para os cidadãos mais pobres.

[...] E até mesmo o comércio de artigos de luxo, bens supérfluos dos quais apenas os ricos desfrutam, tem efeito positivo. Pois, quando restritas à medida correta, a produção e a comercialização de artigos desse gênero ajudam a corrigir desigualdades derivadas da distribuição da propriedade de terras, beneficiando o obreiro diligente e o artífice engenhoso, que não obtiveram quinhão algum na repartição da terra (SALLES, 2015, 40)

Mediante ao retratado, notamos que Edward Gibbon mostrou lados positivos sobre a necessidade de expansão e acúmulo de riquezas no principado, como por exemplo, o refinamento dos romanos em geral, produção de uma sociedade de “pigmeus”, correção a “raça franzina” que o império criou e a volta um “espírito viril de liberdade” que os romanos, segundo Gibbon, haviam perdido. Contudo, esse argumento não é uma justificativa para os bárbaros serem escolhidos como modelo de virtude. (SALLES, 2015). Segundo Arnaldo Momigliano (2004), a visão de Gibbon sobre o fim do mundo antigo predominou durante todo o século e mesmo com a obra “Historia de Roma”, de Theodor Mommsen, em 1854, superou os textos, apenas acrescentou o período do final da republica que não estava nas obras anteriores.

A história escrita por Gibbon, por mais que possua avanços em relação aos seus antecessores, é considerada como “tradicional” e desde o final do século XVIII recebe críticas de pensadores que defendem uma História que se voltasse para o estudo da sociedade como um todo e não apenas para seus aspectos políticos e que fosse, ao mesmo tempo, explicativa (SILVA, 2001).

Não podemos deixar de ressaltar que um dos grandes nomes a elaborar uma crítica à escrita história descritiva foi o cientista social Max Weber, que além de elaborar um modo de análise para a historia faz contribuições na releitura sobre o fim do mundo antigo, mesmo que voltado ao materialismo (SARTIN, 2009).

No século XIX encontramos as críticas de Marx e Engels sobre análise descritiva dos acontecimentos isolados, e na maior parte das vezes de ordem política, em detrimento a elaboração de uma teoria global coerente das sociedades humanas, vistas tanto nas suas leis estruturais quanto nas suas leis dinâmicas ou de transformação, para consagrar a investigação de processos econômicos e sociais complexos e de grande porte. Sendo assim, o marxismo incentivava uma nova orientação sobre investigação histórica, além disso, preconizava uma abordagem de caráter sociológico, sustentando que os historiadores deveriam dedicar-se ao estudo de formas de organização social recorrente na historia. Mediante a isso, inicia um lento processo de redefinição dos parâmetros do conhecimento histórico, por meio da superação de procedimentos (SILVA, 2001).

Gilvan Ventura da Silva (2001) ao falar sobre o tema, afirma que, mesmo com toda a importância do materialismo histórico para o historiador, os marxistas mantinham ainda um vínculo com a História tradicional, que limitou todo o seu desenvolvimento posterior quando a partir de 1917, com a vitória dos bolcheviques, a concepção marxista da História começou a se

difundir nos meios acadêmicos europeus: “[...] a noção de temporalidade única, resultado direto do determinismo econômico subjacente à interpretação de Marx acerca do devir histórico.” Além disso, Marx ainda pressupõe uma identidade temporal entre os diversos setores da vida social na medida em que concebe para estes, uma história única, porém não mais historicamente fundada na ascensão ou derrocada dos impérios, mas sim nos movimentos de dissolução e emergência dos modos de produção.

Outro movimento de renovação do conhecimento histórico é conhecido como Escola dos *Annales*, que surgiu em 1929 sob a organização de Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores que junto com outros pesquisadores propunham escrever uma história renovada em todos os seus aspectos, desde a escolha do objeto e da documentação até os pressupostos teórico-metodológicos da análise. Esse movimento que junto ao marxismo desconstruiu todo o edifício da História tradicional progressivamente e que somente recebeu um impulso decisivo após a Segunda Grande Guerra, quando os historiadores notaram que o seu ofício não lhes dava mais condições para entender todas as transformações pelas quais passará o mundo durante o conflito (SARTIN, 2009).

Os *Annales* incorporaram a questão das temporalidades múltiplas, assim, tudo o quanto existe criado pela ação do homem em sociedade, é regido por tempos diferenciados não se modificando, necessariamente, num só instante, embora se neguem as inter-relações que existem entre os sistemas. Foucault (1976) explica que a dispersão temporal não é o limite do pesquisador, que lutava para reconstruir a unidade existente entre os acontecimentos e elimina o que não fosse possível colocar na narrativa contínua e uniforme, porém com o novo pensamento existem mais condições de possibilidades de escrita.

Dessa forma, seria provável identificar quais os elementos de uma dada formação social haviam resistido ao tempo e que estavam presentes na formação social subsequente, “[...] sem existir mais a preocupação de se delimitar cada cultura no âmbito de um espaço que lhe era inerente e absolutamente específico.”(SILVA, 2001).

A História Antiga foi atingida pelo movimento dos *Annale*. Desse modo, volta o debate em torno da questão de "decadência" ou "declínio" do Império Romano do Ocidente. Sendo assim,

[...] o que ocorre no período de transição da Antiguidade para a Idade Média é uma renovação, o surgimento de uma nova cultura a partir da fusão de valores clássicos como valores cristãos. Por conta disso, elaboram-se um novo conceito com a finalidade de exprimir toda a originalidade e vigor das

transformações sociais que atingiram o Império Romano do III ao V século, principalmente após a Anarquia Militar: o de Antiguidade Tardia [...] (SILVA, 2001, p. 68)

A escrita dessa concepção sobre o final do império Romano Ocidental teve como principais defensores Peter Brown e Henri-Irénée Marrou, porém, para o nosso trabalho, focaremos apenas no primeiro citado, Brown.

Peter Robert Lamont Brown tornou-se um dos maiores nomes a escrever sobre Agostinho de Hipona e com isso é um dos historiadores de maior destaque em Antiguidade Tardia. Nascido em Dublin, o irlandês estudou na Universidade de Oxford, de 1956 a 1975, como lente de história Antiga e Contemporânea. Entre 1970 e 1975 lecionou História Medieval na Universidade de Merton e ainda coordenou, de 1975 a 1978 a disciplina de História na Universidade Royal Holloway. Atualmente é professor de História Contemporânea e Clássica na Universidade da Califórnia em Berkeley.

Com suas obras, e principalmente com a publicação “O fim do mundo clássico”, Brown utilizando a história cultural cunhou o termo “Antiguidade Tardia”. Para tanto, argumentou que as nomenclaturas “declínio” e “queda” poderiam ser usadas unicamente para se referir à estrutura política das províncias. Portanto a passagem da época dos Antônios, que Gibbon usa como auge do mundo romano, para a de Constantino teria sido marcada por transformações graduais (SARTIN, 2009).

O final do Império romano ocidental é explicado pela indiferença da aristocracia fundiária e da “Igreja”, em relação aos destinos do exército que os defendia, pois, para o autor, a ameaça bárbara era limitada e poderia ter sido enfrentada se tivesse existido convergência interna. Devido ao fato de que a aristocracia prejudicou o recrutamento alegando razões econômicas, enquanto o motivo para o outro grupo seria a falta de patriotismo cristão, que mostrou posteriormente que a crença romana seria de fato o paganismo (BROWN, 2006).

Os bárbaros vitoriosos, segundo a teoria do Peter Brown (2006), formaram grupos isolados dentro do Império em fragmentação e ao redor deles teria se estruturado uma cultura cortesã de base romana, sendo a política exercida em um nível principalmente local, o que favorecia a fragmentação. Além disso, o clima geral de instabilidade do século IV afetou o comércio e as comunicações o que gerou um êxodo urbano e, por consequência, ocorreu o fim gradual da elite secular, pois a aristocracia fundiária estava presente permanentemente no campo e pouco lucrava mantendo as antigas formas econômicas associadas a *urbanitas*.



Através dessa breve análise sobre as obras e o contexto historiográfico, notamos que Brown retrata um período de transformações, mas que ainda assim a sua ênfase esta na continuidade e o seu texto trás uma história cultural, onde os outros aspectos da vida em sociedade funcionavam sobretudo fornecendo o contexto.

Por fim, mediante a esse panorama, podemos concluir que o fim do Mundo Antigo não pode ser visto como um período de decadência, queda ou declínio, mas sim de surgimento de novas concepções religiosas e estéticas, de novas invenções e técnicas artísticas que exerceram uma inegável influencia sobre as civilizações posteriores. É importante destacar e criticar o fato das análises realizadas pelos autores contemporâneos tendem a ser excessivamente otimistas, pois nelas não há conflitos e todo parece concorrer para que não tenhamos uma impressão negativa do fim do Mundo Antigo, mesmo assim, a época é marcada pela fusão da cultura pagã clássica com os valores cristãos e bárbaros que foram analisados por si mesmos e não através dos cânones de outras idades.

#### Referências:

BROWN, P. *The world of Late Antiquity*. London: Thames e Hudson, 2006.

CARLAN, C. U. *Constantino e as Transformações do Império Romano no Século IV*. Revista de História da Arte e Arqueologia, v. 1, p. 27-35, 2009. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2011%20-%20artigo%202.pdf>>. Acesso em: 19 junho 2016.

FERNANDES, C. Só biografias. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/>>. Acesso em 04 de julho de 2016.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. In: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes, 2010.

GIBBON, E. Declínio e queda do Império Romano. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAQUIAVEL, N. *História de Florença*. Tradução, apresentação e notas: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1994.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

SILVA, G. V. da. O fim do mundo antigo: uma discussão historiográfica. *Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages*, n. 1, p. 57-71, 2001.

SALLES, F. de O. História e Crítica: Gibbon e a “Grandeza imoderada Roma” In: *Cadernos de Filosofia Alemã*. v. 20, n. 1, 2015.

SARTIN, G. H. S. S. O surgimento do conceito de Antiguidade Tardia e a encruzilhada da historiografia atual. *Revista Brathair*, n. 9, v. 2, 2009, p. 15-40. Disponível em: <<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/491/410>> Acesso em: 19 junho 2016.

## Poder, Política e escravidão no De Re Rustica de Columella

**Helton Lourenço Carvalho**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: carvalhohl@hotmail.com

**Resumo:** A temática desta pesquisa insere-se nos estudos sobre escravidão e poder no Alto Império Romano tendo como fonte de pesquisa o tratado sobre a agricultura de Lucius Iunius Moderatus Columella intitulado De Re Rustica, escrito no século I d.C, durante o principado do imperador Nero (54-68). Este tratado versa sobre os procedimentos que um proprietário deveria seguir para a constituição e funcionamento de uma unidade produtiva, a villa. Na historiografia moderna sobre a antiguidade clássica a escravidão foi abordada inicialmente sob um ponto de vista econômico. No entanto, sem minimizar as importantes contribuições desta historiografia, avaliamos que para além de uma racionalidade econômica a escravidão no De Re Rustica se afirmava em nível moral e político.

**Palavras-chave:** poder; política; escravidão.

**Abstract:** The thematic of this research is inserted in the studies on slavery and power in the High Empire Roman having as a research source the treatise on the agriculture of Lucius Iunius Moderatus Columella titled De Re Rustica, written in the first century AD, during the principality of the emperor Nero (54-68). This treaty deals with the procedures that an owner should follow for the constitution and functioning of a productive unit, the villa. In modern historiography on classical antiquity slavery was initially approached from an economic point of view. However, without minimizing the important contributions of this historiography, we evaluated that in addition to economic rationality slavery in De Re Rustica was affirmed on a moral and political level.

**Keywords:** power; politics; slavery.

### Introdução

Lucius Iunius Moderatus Columella nasceu no primeiro século da era cristã, em um província romana denominada Baética na cidade de Cádiz na atual Espanha. Apesar de ter nascido em uma província romana residiu próximo da cidade de Roma onde manteve suas propriedades rurais, em “Ardea, Carsioli e Alba no Lácio, e uma fazenda denominada de Ceretanum localizado em Caeres na Etrúria” (ASH, 1960, p. xv).

Sobre suas obras, conhecemos seu tratado sobre a agricultura intitulado De Re Rustica dividido em 12 livros, e um livro intitulado De Arboribus (Sobre as árvores). Este livro foi “transmitido, em todos os códices conhecidos da obra, como o terceiro livro do De Re Rustica, o que fazia o tratado somar treze livros, contrariando uma informação dada no final do livro XI, que se refere a doze livros” (SANTOS, 2014, p. 30). Columella também menciona que escreveu um livro sobre astrologia, mas que não foi preservado, conhecido como Adversus Astrologos (11, 30, 1).

O *De Re Rustica* é um tratado técnico que versa sobre a agricultura e os procedimentos necessários para constituição de uma vila. O tratado contém 12 livros escritos em prosa, “exceto o livro X (*De cultu hortorum*, “Da cultura das hortas”), escrito em hexâmetro datílico e idealizado como um complemento às *Geórgicas IV*” (SANTOS, 2014, p. 30). O público que Columella pretende atingir são seus contemporâneos proprietários a quem se dirige logo no prefácio (I, pref., 1; *civitates nostrae principes*). “A origem de muitos destes era provincial, particularmente da Hispânia, como é o caso de Columella e concede a sua obra um caráter mais imperial e menos especificamente romano que o de seus predecessores, em particular Catão” (MONTROYA, 2007, p. 124).

### **Escravidão e economia antiga na historiografia moderna**

A história da historiografia sobre a economia e a escravidão antiga nos remete a um intenso debate iniciado no final do século XIX na Alemanha. Este debate se consolidou no interior da constituição da Escola Histórica Alemã e da Escola Jurídica e ficou conhecido pelas disputas metodológicas entre o modelo modernista e o modelo primitivista. Os primitivistas acreditavam no caráter subdesenvolvido da economia antiga enquanto modernistas alegavam ter a economia antiga um momento de desenvolvimento capitalista análogo ao do mundo moderno.

Contudo, no decorrer do século XX o debate sobre o mundo antigo que era essencialmente econômico em decorrência do “contato e discussões com as ciências sociais mudou de direção – mais de uma vez – a partir da década de 1930, sob novas influências: do estruturalismo linguístico e antropológico, da demografia, da Escola de Chicago (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 24). Sendo assim, enquanto as pesquisas do final do século XIX e início do século XX buscavam compreender a escravidão, sobretudo, do ponto de vista econômico, a partir destas novas perspectivas a escravidão passou a ser problematizada através de suas relações sociais e culturais.

Na segunda metade do século XX, salvo suas importantes contribuições, o debate sobre a economia e a escravidão antiga reatualizaram a querela entre primitivistas e modernistas. Desta forma, enquanto o neoprimitivistas vinculados à escola de Cambridge consideravam que a economia antiga estava relacionada às condições mentais específicas do mundo antigo afirmando assim, a incompatibilidade da escravidão com um sistema econômico de tipo capitalista, os neomodernistas ligados ao marxismo italiano consideravam que a produção nas vilas eram essencialmente economias de mercado “introduzindo novas formas de cooperação e

especialização do trabalho escravo e voltando-se decididamente para a produção mercantil destinada, sobretudo, aos mercados do Ocidente romano” (GUARINELLO, 1995/1994, p. 273; *apud* JOLY, 2003, p. 285).

Por um lado, a escola de Cambridge acabou por consciente ou inconscientemente, reproduzir um discurso elitista ao considerar que a estagnação econômica do mundo romano era decorrente de sua racionalidade econômica atrasada se comparada à racionalidade moderna. Já o marxismo italiano, sobretudo, Andrea Carandini terminou por considerar o tipo ideal de “*uilla* descrita por Catão, Varrão e Columella como reproduções textuais existentes em suas respectivas épocas” (JOLY, 2010, p. 59). No entanto, “ambos os modelos, com efeito, atuam no âmbito de uma visão excessivamente uniforme e restrita da sociedade romana, em particular da sociedade rural, sempre descrita por meio de algumas categorias básicas – senadores, aristocracias municipais e camponeses.” (GUARINELLO, 1993, p. 274).

Com isso, sem minimizar o papel econômico prescrito nos tratados sobre a agricultura é necessário somar a estas tradições historiográficas novas alternativas que nos permitiriam observar também os aspectos políticos e morais que legitimavam o poder da elite aristocrática. Portanto, mais do que uma racionalização de ganhos e lucros, a agricultura prescrita no *De Re Rustica* de Columella estava relacionada com um ideal de *bonus vir* (homem bom) e de atividade moralmente honesta. “Ser bons cidadãos é igualmente ser bons agricultores e a agricultura é a única ocupação em que se pode envolver diretamente, sem um estigma moral” (MARZANO, 2007, p. 86).

Neste sentido, a escravidão, principalmente no período imperial, exerceu um papel importante nas relações de poder, penetrando e circulando em todas as esferas sociais, inclusive de forma metafórica em nível político para mediar as relações entre imperador e a aristocracia. Portanto, “podemos ver que o trabalho dos escravos era parte integrante, não só para a economia, mas para a ideologia cultural da classe dos proprietários de escravos romanos, e que os dois aspectos estão indissociavelmente ligados” (BODEL, 2011, p. 311).

Sendo assim, pretendemos a seguir avaliar como as relações de poder estabelecidas entre senhor e o *vilicus* (capataz) mimetizavam as relações de poder entre o imperador e a aristocracia, demonstrando como o discurso veículo no *De Re Rustica* além de ser um tratado “técnico” é também um símbolo de poder, portando, sendo política e escravidão no tratado “columeliano” conceitos interdependentes.

## Escravidão no *De Re Rustica*

Na descrição da *uilla* de Columella a organização seguia padrões hierárquicos bem definidos. No topo da hierarquia estava o senhor como um mediador dos conflitos internos. Abaixo do senhor estavam o *actor*, o *procurator* e o *uilicus*, seguido dos demais trabalhadores divididos em funções específicas. O *uilicus* era o principal responsável pelo andamento da produtividade e da manutenção da ordem. Esta divisão permitia ao senhor uma posição privilegiada ora fiscalizando as tarefas do *uilicus* diretamente, ora interrogando a escravaria sobre o gerenciamento do *uilicus*. Esta divisão, em minha opinião, tinha por objetivo desmobilizar a classe dos escravos, estimulando vantagens e posições privilegiadas aos escravos mais eficazes. Neste sentido, os escravos formavam uma classe o que não impedia que os escravos disputassem entre si uma posição privilegiada com o senhor. Deste modo, adverte Ciro Cardoso e Héctor Perez:

(...) se os indivíduos isolados formam uma classe na medida em que tem de defender os seus interesses comuns contra outra classe, isto não quer dizer que a outro nível não possam existir conflitos entre os integrantes de uma mesma classe unidos na luta de classes, de outro modo eles mesmo enfrentam-se uns aos outros, hostilmente, no plano da competição. (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 466)

Portanto, por mais que os escravos formassem uma classe, isto não quer dizer que não havia diferenças ideológicas políticas e sociais no interior da mesma. Da mesma forma, o plano da competição não deve ser entendido como uma regra; efetivamente, havia também as relações diretas entre os escravos, e destes com libertos e mesmo com a plebe. Entretanto, no *De Re Rustica* tanto a hierarquia quanto a competição assumem papéis importantes para a manutenção da ordem. Para tanto, Columella advertia que, diferentemente do caso da criação de animais, o cultivo de vinhedos necessitava de uma racionalidade específica de divisão e controle dos escravos, como expressa John Bodel:

Ele (*Columella*) passa a recomendar que o trabalho seja executado por grupos de não mais do que dez, já que números maiores não podiam ser facilmente supervisionados e pode se provar intimidante para um supervisor, nem em grupos de menos de três, já que os trabalhadores muito espalhados não poderiam ser facilmente observados. (BODEL, 2011, p. 324)

Neste sentido, “na visão comum dos proprietários de escravos, a habilidade de criação do medo em seus escravos era importante para obter um bom serviço: o medo constante da punição corporal mantinha os servos em linha” (JOSHEL, 2006, p. 191). A gestão da escravidão era complementada por uma lógica de proteção e reconhecimento de alguns escravos como expressa Columella:

Proteja sempre alguns dos melhores, perdoe também sem ressentimentos os mais fracos, de maneira que melhor temam sua severidade, e que detestem sua crueldade. Isto poderá ocorrer se preferir que seus escravos não cometam delitos tratando-os com negligência e punindo os delinquentes, e não há meio melhor de impedir que um homem cai na malícia, enchendo-lhe de tarefas que se cumpra com exatidão e sob a vigilância do capataz, pois deste modo os capatazes cumpriram os trabalhos com zelo, e os outros fadigados pelo trabalho procurarão o repouso e o sono bem mais que a dispersão. Bom seria se tivessem bom conhecimento dos preceitos excelentes dos antigos, que agora tem se passado de uso, dia após dia. (1, 8, 10-11)

Para Norberto Guarinello (2006, p. 236), “os escravos, pareciam existir na, e para a esfera privada, mas o controle de sua potencial ameaça era público”. Isto tornava as relações entre senhores e escravos mais ambivalentes e negociáveis uma vez que seu tratamento era de ordem pública.

### **Política e Poder no De Re Rustica**

A crítica que Columella direciona aos seus contemporâneos logo no prefácio do *De Re Rustica*, além de ser uma crítica moral com alto teor de arcaísmo, realça também um discurso político. Com a concentração de poder nas mãos do imperador e a constante perda de poder político da aristocracia no ambiente público, sua descrição de gestão ideal se apresenta como uma transposição do modelo ideal do estado imperial para a esfera privada. Para tanto, compara o modelo de gestão da vila a um modelo militar e o senhor é comparado a um imperador:

E como já foi dito, nem mesmo essas ajudas, nem a labuta constante e a experiência do capataz da fazenda, nem os meios e a boa vontade de investir, se beneficia tanto quanto a presença do senhor. Quando a presença do senhor não é frequente no trabalho, todo o negócio chega a um impasse, assim como em um exército quando o imperador está ausente está ausente. (1, 1, 18)

Desta forma, para Columella é a presença do senhor que garante a manutenção da ordem: como um imperador que comanda seu exército o senhor deve controlar seus escravos, controlando inclusive o capataz. Neste sentido, a organização interna da unidade produtiva, semelhante à organização militar, é um reflexo de como Columella via a organização de um estado, que necessitava de um chefe para manutenção da *pax*, evitando uma guerra civil. Para Columella, a necessidade de um chefe (monarca) poderia ser observado na natureza, em especial entre as abelhas no interior da colmeia:

Com efeito, muitas vezes há vários chefes de um único povo, e a multidão se divide em facções como que por sedição de seus chefes. Deve-se impedir que isso ocorra com frequência, pois nações inteiras se consomem com a guerra intestina. E assim, se há harmonia entre os príncipes, permanece a paz incruenta. Se, porém, notares muitas vezes que lutam em frentes de batalha, cuidarás de matar os chefes da sedição; mas as batalhas dos que já estão



lutando são acalmadas com os remédios mencionados acima. E depois, quando o enxame tiver pousado junto sobre o ramo próximo de um arbusto verdejante, observa se o enxame inteiro está dependurado na forma de um único cacho de uvas. Isso será o sinal de que há um único rei ou, decerto, vários, reconciliados em bom-acordo; e tu os deixarás assim até que retornem ao seu domicílio. (IX, 9, 6-7; Tradução Gilson Santos)

Ao analisar o comportamento das abelhas Columella demonstra de forma metafórica seu posicionamento sobre a realidade social do Alto Império. Assim como na colmeia, que na ausência de um chefe todo o enxame entra em crise, no império é a presença do imperador que garante a paz interna. Deste modo, o monarca deveria se apresentar como um reconciliador e um líder representante do comum acordo entre os vários reinos, deste modo, não cabia ao senhor ou ao imperador controlar todo o poder sozinho, mas optar por uma alternativa descentralizada como outrora era o governo da República. Neste sentido, em minha opinião, a crítica de Columella tem como alvo o principado de Nero que ascende ao poder depois da morte do imperador Cláudio. Para tanto, mais uma vez o império é representado através da metáfora da colmeia como expressa:

Há aqueles que preferam apartar o rei mais velho, o que é ruim porque a turba mais velha, como uma espécie de senado, não julga dever obedecer às mais novas e, obstinadamente recusando as ordens das mais fortes, é oprimida por punições e mortes. Quanto àquele inconveniente que costuma sobrevir a um enxame mais jovem quando o rei das abelhas velhas, deixado por nós, morre de velhice e, como que morto o senhor, os de casa entram em desavença pela excessiva liberdade, facilmente se remedeia. Pois se escolhe um único líder dentre as colmeias que têm vários príncipes e, trasladado para aquelas que estão sem governo, é feito rei. (IX, 11, 2-3; Tradução de Gilson Santos)

Esta passagem, referente ao tratamento das abelhas, se deslocada para o plano político pode nos revelar aspectos pertinentes do posicionamento político de Columella. Quem seria este monarca mais velho separado dos demais? Este monarca, na minha opinião, parece se referir a Cláudio, que foi sucedido por Nero. Deste modo, o melhor para a liberdade de um estado seria quando o príncipe morre de velhice. Considerando o contexto em que viveu Columella o único imperador que governou até a velhice foi Augusto. Segundo Tácito (*Anais*, I, 7), Tibério sucessor de Augusto não teria provocado grandes transformações no governo do Império, respeitando e não tomando nenhuma decisão antes de consultar o Senado. Em suma, o melhor modelo de vila descrito por Columella refletia diretamente o que seria um governo ideal do império. Do mesmo modo, podemos dizer que o melhor modelo de monarca se refletia na figura do *pater familias* no interior da *domus*.

### Considerações finais



Em suma mais do que uma racionalidade econômica que buscava maximizar lucros e ganhos o discurso de Columella é típico de uma elite que vinha pouco a pouco perdendo prestígio e poder político frente à concentração de poder pelo imperador. Com isso, apesar de inicialmente se remeter à República, ao longo do tratado Columella lida com a realidade imperial. O tratadista comparava a figura do senhor com a figura de um imperador. Deste modo, o melhor modelo de gestão da vila seria aquele em que o senhor se apresentava como um apaziguador dos conflitos. Tal representação se projetava em um modelo ideal de monarca que deveria ficar acima dos conflitos inter-aristocráticos apresentando-se apenas como um mediador. Portanto, o modelo ideal proposto por Columella seria um modelo descentralizado em que a aristocracia poderia exercer individualmente o poder em níveis menores. Contudo, o acesso desta mesma elite dependia da proximidade com o Imperador. Assim como no Império o acesso aos cargos administrativos dependia do Imperador, na vila e os cargos de *vilicus*, *actor*, *procurator* dependiam de uma escolha criteriosa do senhor entre os escravos mais eficazes e obedientes. Neste sentido, as relações de poder estabelecidas entre senhor e o vilicus (capataz) e os demais escravos mimetizavam as relações de poder entre o imperador e a aristocracia. Sendo assim, a promoção de escravos competentes e diligentes no interior da escravaria tinha por objetivo desmobilizar os escravos enquanto classe. Com isso, a hierarquia de funções criava um ambiente de competição visando à proximidade com o senhor. Transferido para o plano político, esta hierarquia competitiva espelhava a competição inter-aristocrática por proximidade à casa imperial.

### **Bibliografia:**

BODEL, John. Villaculture IN: BECKER, Jeffrey A. and TERRENATO, Nicola (ed.) Roman Republic Villas: *architecture, context and ideology*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2011.

CARANDINI, Andrea. Columella's Vineyards and the Rationality of Roman Economy. *Opus*, v. 21, p. 177-202, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. 6ª edição. Traduzido por João Maia. São Paulo: Graal, 2002.

COLUMELLA. *On Agriculture*. 3 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1977. (Loeb Classical Library).

FINLEY, Moses. *A Economia Antiga*. Porto: Edições Afrontamento, 1983.

GUARINELLO, N. L. A economia antiga e a arqueologia rural: algumas reflexões. *Clássica*, São Paulo, 7/8, p. 271-283, 1994/1995.

GUARINELLO, N. L. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 227-246, 2006.

JOLY, Fabio Duarte. Espaço, Poder e Escravidão no *De Re Rustica* de Columella. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.

JOLY, Fábio Duarte. *Libertate opus est*. Escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54 -68 d.C) Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

JOSHEL, Sandra. *Slavery in the Roman World*. New York: Cambridge University Press, 2010.

MARZANO, Annalisa. *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill. 2007.

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalista*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MONTOYA, Joaquín de Hoz. Racionalidade Económica y Abstracción Contable en Columella. In: GARCÍA, Genaro Chic (Org.) *Perdona nuestras Deudas: economía de prestigio versus economía de mercado*. Sevilha: Padilha Editora de libros e librerios, 2007.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. *História de Roma*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

SANTOS, Gilson José dos. Literatura agrária latina: tradução e estudo do *De Re Rustica* (livro IX) de Columela, e *Geórgicas* (canto IV), de Virgílio. Dissertação de Mestrado, Departamento de Letras, UFMG, 2014.

WEBER, Max. *História Agrária Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

## Os gauleses e germanos no *De Bello Gallico* de César: reflexões sobre barbárie e civilidade

**Priscilla Adriane Ferreira Almeida**

Doutoranda em Literaturas Clássicas e Medievais: Latim

Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG

E-mail: prisadriane@gmail.com

**Resumo:** Nesse trabalho pretendemos discutir como foram feitas as representações dos gauleses e germanos por César em sua obra *De Bello Gallico* (Sobre a guerra da Gália). Sabe-se que os gauleses e germanos não deixaram nenhum material escrito, e sua cultura e história do tempo da expansão romana na Europa ocidental apenas nos são conhecidas por meio de relatos de terceiros. Através do relato de César, enfocaremos em como é estruturada a questão do que era considerado civilizado e o que era bárbaro no *De Bello Gallico*. Assim, por meio desse recorte, será possível também perceber como o tema da civilidade e da barbárie era encarada na Roma do período do século I a.C.

**Palavras-chave:** César; Gauleses; Germanos; Literatura Latina; Bárbaro.

**Abstract:** In this paper we aim to discuss the manner that Caesar made the representations of Gauls and Germans in his work *De Bello Gallico* (Gallic war). It is known that the Gauls and Germans did not leave any written material, and their culture and history from the time of the Roman expansion towards Western Europe are only known today by third-part reports. Through Caesar's account we focus on how it is structured the question of what was considered civilized or barbarian in *De Bello Gallico*. Thus, through this cutting, it is possible to notice how the subject of civility and barbarity was faced in Rome during the period of the first century a.C.

**Keywords:** Caesar; Gauls; Germans; Latin literature; Barbarian.

Roma desde cedo na sua história manteve contato com o estrangeiro, estrangeiro esse que ela assimila ou submete. Os romanos tiveram um contato muito grande com os ditos *bárbaros*<sup>1</sup>, já que lutaram contra eles durante quase a totalidade de sua história, ampliando e defendendo suas fronteiras. Desta forma, o contato dos romanos com povos estrangeiros foi bastante duradouro e profundo. Em se tratando dos celtas, eles desde o período arcaico representaram um terror para Roma, já que a cidade foi saqueada por esse povo no início do século IV a.C. Quanto aos germanos, eles nunca serão submetidos pelos romanos. Embora Roma desde muito cedo tenha sido ameaçada pelos celtas, o conhecimento que se tinha desse povo era bastante escasso e vinha, sobretudo, de fontes gregas, como Políbio e Posidônio<sup>2</sup>. Após

---

<sup>1</sup> A palavra *bárbaro*, que para os gregos do período arcaico simplesmente designava os povos estrangeiros, depois se tornou sinônimo de falta de civilização, selvageria e crueldade, especialmente depois dos gregos terem vencido os persas no século V a.C. Posteriormente os romanos, em contato com os gregos, adotaram vários aspectos culturais destes, dentre eles este conceito de *bárbaro* para se referir aos povos estrangeiros.

<sup>2</sup> Políbio chegou a Roma como refém de guerra, após os romanos terem vencido Perseu da Macedônia em 168 a.C. Políbio então caiu nas graças da influente família dos Cipiões, e cultivou uma estreita amizade com o jovem Cipião Emiliano. Na Urbe, ele se dedicou a escrever sobre as fontes literárias e documentais que Roma estava obtendo com suas conquistas. Políbio empreendeu várias viagens militares ao acompanhar Cipião, e fez ainda viagens exploratórias, visitando as colunas de Hércules (estreito de Gibraltar), navegando pela costa da Ibéria e da África,

a conquista da Gália de forma definitiva sob Júlio César esse conhecimento do povo gaulês, e também dos germanos, se aprofundou.

O *De Bello Gallico*, também conhecido em português como *Relato da Guerra da Gália*, foi composto por César em sete livros, nos quais se desenrola a narrativa de confrontos entre romanos e gauleses, além da geografia, costumes e cultura das tribos que habitavam essas regiões. César dedicou cada livro do *De Bello Gallico* a um ano de campanha militar, que durou de 58 a 51 a.C. Sabemos que os gauleses – e os germanos – não deixaram nada escrito a respeito de si mesmos, e sua história e cultura desse período apenas são conhecidas no campo literário através de relatos de terceiros, como o próprio César explica no *De Bello Gallico* (VI, 14), em que ele fala sobre os druidas<sup>3</sup>:

*Magnum ibi numerum uersuum ediscere dicuntur. Itaque annos non nulli XX in disciplina permanent. Neque fas esse existimant ea litteris mandare, cum in reliquis fere rebus, publicis priuatisque rationibus, graecis litteris utantur. Id mihi duabus de causis instituisse uidentur, quod neque in uulgum disciplinam efferri uelint, neque eos qui discunt litteris confisos minus memoriae studere; quod fere plerisque accidit, ut praesidio litterarum diligentiam in perdiscendo ac memoriam remittant.*

Diz-se que, aí, eles decoram um grande número de versos. Assim, alguns permanecem vinte anos educando-se. Eles não consideram lícito confiar tais preceitos à escrita – geralmente, nos demais assuntos – e, quanto aos registros públicos e privados, utilizam-se das letras gregas. Parecem-me tê-lo assim determinado por dois motivos: por não querer que seu saber passe ao vulgo, nem que aqueles que aprendem, confiando nas letras, se dediquem menos a memorizar; isso de ordinário sucede à maioria, de modo que, com o respaldo da escrita, afrouxem-se a dedicação e a memória no processo de aprendizado.

Quanto ao que César escreveu sobre gauleses e germanos, a imagem que o general romano criou sobre esses povos foi bastante complexa. Um dos motivos para os gregos (e depois os romanos) considerarem o bárbaro como sendo inferior se devia à sua inferioridade cultural, e essa inferioridade cultural condicionava a inferioridade moral do bárbaro e justificaria a sua selvageria, bem como explicaria as características primitivas de suas estruturas

---

e refazendo a rota dos cartagineses pelos Alpes. As viagens empreendidas por Políbio forneceram material para as suas *Histórias*, obra que infelizmente nos chegou bem fragmentada. Quanto a Posidônio, ele nasceu em Apameia, na atual Síria, e viveu provavelmente entre os anos 135 a 51 a.C. Posidônio era filósofo estoíco e ajudou a difundir essa linha filosófica em Roma, e na cidade fez amizade com vários cidadãos proeminentes, como Cícero. Ele participou de uma grande viagem exploratória por Marselha e sudeste da Gália, passando também pela Hispânia e por algumas ilhas a oeste do Mediterrâneo. A sua obra *Histórias* era um trabalho monumental, muito usada e citada por autores posteriores, e era composta em aproximadamente 52 livros que narravam acontecimentos a partir do ano 146 a.C. – dando continuidade às *Histórias* de Políbio – até provavelmente os anos 80 do primeiro século antes de Cristo.

<sup>3</sup> Todas as traduções de César citadas aqui foram realizadas por nós, tendo como base o texto latino da Société d'édition Les Belles Lettres.

econômicas, sociais e políticas (DELAPLACE; FRANCE, 2011, P. 43). Dessa maneira, o bárbaro diferia do romano porque ele não tinha os valores relacionados à *humanitas*, a civilidade que se opõe à *ferocitas*, que era a crueldade primitiva.<sup>4</sup> Para o romano estava claro que o bárbaro não constituía uma espécie diferente, mas sim um estado inferior – seja coletivo, seja individual – mas esse não era um estado definitivo, e sim variável (DAUGE, 1981, p. 19). Além disso, havia entre os pólos civilidade-barbárie de graus intermediários, e o civilizado também não estava imune de se tornar bárbaro, assim como o bárbaro poderia se civilizar. Assim, temos em César (*De Bel. Gal.*, VI, 24):

*Ac fuit antea tempus cum Germanos Galli uirtute superarent, ultro bella inferrent, propter hominum multitudinem agrisque inopiam trans Rhenum colonias mitterent. (...) Nunc, quod in eadem inopia, egestate patientiaque Germani permanent, eodem uictu et cultu corporis utuntur, Gallis autem prouinciarum propinquitatis et transmarinarum rerum notitia multa ad copiam atque usus largitur, paulatim adsuefacti superari multisque uicti proeliis ne se quidem ipsi cum illis uirtute comparant.*

Houve antes um tempo em que os gauleses superavam os germanos em valor, levavam-lhes por si as guerras espontaneamente e, por causa da multidão de homens e da falta de terra, enviavam colônias ao outro lado do Reno. (...) Esses povos, até nosso tempo, mantêm-se nessas paragens e detêm a mais elevada reputação de justiça e de glória bélica. Atualmente, como os germanos se conservam na mesma pobreza, privação e sofrimento, aqueles fazem uso dos mesmos víveres e dos mesmos trajes; por outro lado, a proximidade das províncias e o conhecimento dos itens de além mar propicia aos gauleses muitos meios para a fartura e a comodidade e, aos poucos acostumados a serem superados e vencidos em muitos combates, sequer se comparam eles próprios aos germanos em bravura.

Se por um lado ao bárbaro fosse possível o acesso à civilização, não deixa de ser curioso notar que, para César, esse mesmo contato com a civilização enfraquecia a ferocidade bárbara primitiva, como ele deixou claro no trecho acima, ao dizer que os gauleses perderam sua força e bravura por causa da proximidade com Roma. O comércio e fluxo de mercadorias foram ferramentas importantes no processo de romanização, como o próprio César mencionou no *De Bello Gallico*, ao dizer que os gauleses se civilizaram pelo contato com os romanos.

O traço característico da ferocidade do bárbaro, além de cultural, também era explicado por questões geográficas. Com o grego Hipócrates e seus preceitos de medicina abordados na obra *Sobre o ar, águas e lugares*, do século V a.C., entrou em voga a teoria geográfica na qual o ambiente de algum modo determinava a constituição física e o caráter das pessoas que

<sup>4</sup> No segundo volume de seu livro *Estudos de historia da cultura classica*, Maria Helena da Rocha Pereira dedica uma parte da obra para análise da *humanitas* e de outros conceitos morais e políticos dos romanos, como *pietas*, *mos maiorum*, etc.

habitavam em áreas específicas do mundo conhecido até então. De acordo com essa teoria, fatores como a temperatura local, a qualidade da água e a topografia da região determinariam as forças e fraquezas de grupos que habitavam lugares diferentes; dessa forma, pessoas de áreas quentes tenderiam a ser moles e lentas; por outro lado, pessoas de áreas frias seriam fortes e corajosas, porém estúpidas.<sup>5</sup> Como Ann Vasaly (1993, p. 133) ressalta, para cada cultura o mundo fora do território natal era visto como uma série de círculos concêntricos nos quais o centro era o lugar mais civilizado e, por conseguinte, as fronteiras distantes menos civilizadas – ou cada vez mais bárbaras. Sobre a questão da geografia como sendo determinante na questão da barbárie, César escreveu (*De Bel. Gal.*, I, 1):

*Horum omnium fortissimi sunt Belgae, propterea quod a cultu atque humanitate prouinciae longissime absunt, minimeque ad eos mercatores saepe commeant atque ea quae ad effeminandos animos pertinent inportant, proximique sunt Germanis, qui trans Rhenum incolunt, quibuscum continenter bellum gerunt.*

De todos esses, os mais corajosos são os belgas, pois estão muito distantes da civilização e urbanidade da província, raramente os mercadores vão até eles e importam aquelas coisas que servem para enfraquecer os espíritos, e porque estão próximos dos germanos, que habitam o outro lado do Reno, e com esses travam guerra constantemente.

No trecho acima, César deixou claro que os belgas só eram mais fortes porque estavam distantes da província romana (fator civilizatório e, de certa forma, causador de enfraquecimento de um povo) e próximos dos germanos, com os quais lutavam frequentemente. Mais à frente no *De Bello Gallico*, César também escreveu sobre a própria discrepância entre os belgas, tidos como os mais corajosos dos gauleses, e dentro do grupo dos belgas a nação dos nérvios era a mais brava (*De Bel. Gal.*, II,15):

*(...) quorum de natura moribusque Caesar cum quaereret, sic reperiebat: Nullum aditum esse ad eos mercatoribus; nihil pati uini reliquarumque rerum ad luxuriam pertinentium inferri, quod iis rebus relanguescere animos eorum et remitti uirtutem existimarent: esse homines feros magnaue uirtutis, increpitare atque incusare reliquos Belgas, qui se populo Romano dedidissent patriamque uirtutem proiecissent; confirmare sese neque legatos missuros neque ullam condicionem pacis accepturos.*

(...) Como César indagasse a respeito da natureza e dos costumes deles (os nérvios), descobriu isto: que os mercadores não tinham acesso algum até eles; não permitiam que se importasse nada de vinho e dos demais itens de luxo, porque consideravam, com tais coisas, que se enfraqueciam seus espíritos e minguava seu valor; eram homens ferozes e de grande valor, censuravam e acusavam os belgas restantes, que se tinham rendido ao povo romano e

<sup>5</sup> O livro de Federico Borca (2003) detalha de forma profunda esses conceitos tanto em Hipócrates quanto em outros autores da Antiguidade greco-romana.



abandonado os valores pátrios; e afirmavam que não haveriam de enviar embaixadores nem de aceitar condição de paz alguma.

Por viverem nas fronteiras do mundo conhecido, os bárbaros representavam o caos que poderia derrubar o império e colocar um fim à identidade cultural dos romanos. César reconheceu esse perigo: os germanos, mais distantes do “centro” que os gauleses, e porque enfrentavam dificuldades várias (como guerras frequentes e clima hostil), eram considerados ainda mais bárbaros. César assim disse (*De Bel. Gal.*, I, 33):

*Paulatim autem Germanos consuescere Rhenum transire et in Galliam magnam eorum multitudinem uenire populo Romano periculosum uidebat; neque sibi homines feros ac barbaros temperaturos existimabat quin, cum omnem Galliam occupauissent, ut ante Cimbri Teutonique fecissent, in prouinciam exirent atque inde in Italiam contenderent, praesertim cum Sequanos a prouincia nostra Rhodanus diuideret; quibus rebus quam maturime occurrendum putabat. Ipse autem Ariouistus tantos sibi spiritus, tantam adrogantiam sumpserat, ut ferendus non uideretur.*

Ele via, por outro lado, que era perigoso para o povo romano que os germanos aos poucos se acostumassem a atravessar o Reno, e uma grande multidão deles viesse à Gália. Pensava consigo que tais homens ferozes e bárbaros não haveriam de evitar, tendo ocupado a Gália inteira, como antes fizeram os cimbros e os teutões, que partissem para a província e de lá marchassem contra a Itália, sobretudo porque apenas o Ródano separava os séquanos de nossa província; César considerava que devia resolver esse inconveniente com a maior presteza.

Em sua obra, César também reconheceu as qualidades e a capacidade dos gauleses em combate. Assim temos (*De Bel. Gal.*, VII, 22):

*Singulari militum nostrorum uirtuti consilia cuiusque modi Gallorum occurrebant, ut est summae genus sollertiae atque ad omnia imitanda et efficienda quae ab quoque traduntur aptissimum. Nam et laqueis falces auertebant, quas, cum destinauerant, tormentis introrsus reducebant, et aggerem cuniculis subtrahebant, eo scientius quod apud eos magna sunt ferrariae atque omne genus cuniculorum notum atque usitatum est. Totum autem murum ex omni parte turribus contabulauerant atque has coriis intexerant. Tum crebris diurnis nocturnisque eruptionibus aut aggeri ignem inferebant aut milites occupatos in opere adoriebantur et nostrorum turrium altitudinem, quantum has cotidianus agger expresserat, commissis suarum turrium malis adaequabant et apertos cuniculos praeusta et praeacuta materia et pice feruefacta et maximi ponderis saxis morabantur moenibusque adpropinquare prohibebant.*

Ao singular valor dos nossos soldados opunham-se os projetos de todo tipo dos gauleses, pois são um povo de enorme habilidade e muito apto para imitar e praticar as invenções alheias. Na verdade, não só desviavam as “foices” com laços, as quais, tendo prendido, de novo impeliram para dentro com máquinas, mas também destruíam o terraplano com minas, tanto mais habilmente porque dispõem de grandes jazidas de ferro, e todo tipo de minas é conhecido e utilizado por eles. Além disso, de todos os lados guarneceram o muro com



torres de tábuas, e as cobriram com peles. Depois, com frequentes saídas, de dia ou de noite, quer incendiavam o terrapleno, quer atacavam os soldados ocupados nas manobras; e igualavam a altura das nossas torres, juntando os postes das suas, quanto o terrapleno a cada dia as projetara. Retardavam as minas abertas com madeira queimada e pontuda, pez fervente e pedras de enorme peso, e impediam-nos a aproximação das muralhas.

Evidentemente que César ressaltou a habilidade guerreira dos gauleses como meio de reforçar seu próprio sucesso militar. Apesar das grandes dificuldades da conquista da Gália e da destreza dos povos que habitavam essa região, César foi mais engenhoso e conseguiu submetê-la ao domínio romano. Contudo, César foi além de meras descrições de batalhas em seu relato, pois se preocupou não só em narrar suas vitórias, mas também em fazer um registro dos costumes e cultura de gauleses e germanos, dedicando a eles uma considerável passagem etnográfica no livro VI. Assim ele escreveu (*De Bel. Gal.*, VI, 11):

*Quoniam ad hunc locum peruentum est, non alienum esse uidetur de Galliae Germaniaeque moribus et quo differant hae nationes inter sese proponere.*

Já que chegamos a este ponto, não parece ser impróprio narrar sobre os costumes da Gália e da Germânia e expor em que estas nações diferem entre si.

Sobre os gauleses, César descreveu sua sociedade e organização, ressaltando a instrução dos druidas e abordando seus aspectos legais (*De Bel. Gal.*, VI, 13):

*(...) Illi rebus diuinis intersunt, sacrificia publica ac priuata procurant, religiones interpretantur: ad hos magnus adulescentium numerus disciplinae causa concurrit, magnoque hi sunt apud eos honore. Nam fere de omnibus controuersiis publicis priuatisque constituunt et, si quod est admissum facinus, si caedes facta, si de hereditate, de finibus controuersia est, idem decernunt, praemia poenasque constituunt (...).*

(...) Os druidas assistem ao culto divino, presidem os sacrifícios públicos e privados e interpretam os ritos religiosos: um grande número de jovens acorre até eles para educar-se, e os druidas desfrutam de grande honradez junto deles. Na verdade, eles decidem sobre quase todas as disputas públicas ou privadas e, se algum crime foi cometido, se sucedeu alguma morte, se há conflito sobre herança ou sobre um território, eles mesmos julgam e instituem as recompensas e os castigos (...).

Além disso, César também relatou que os gauleses deixavam herança, que ficava tanto para o marido ou para a esposa que sobrevivia ao cônjuge. Temos (*De Bel. Gal.*, VI, 19):

*Viri, quantas pecunias ab uxoribus dotis nomine acceperunt, tantas ex suis bonis aestimatione facta cum dotibus communicant. Huius omnis pecuniae coniunctim ratio habetur fructusque seruantur: uter eorum uita superarit, ad eum pars utriusque cum fructibus superiorum temporum peruenit.*

Os maridos, quão grande soma receberam das esposas a título de dote, tanto reúnem de seus bens com os dotes, fazendo uma avaliação. Faz-se em

conjunto um cálculo de todo esse dinheiro e guardam-se os rendimentos: qualquer um deles que sobreviva ao outro recebe a parte de ambos com os rendimentos do tempo precedente.

Pelos dois trechos acima percebemos que, embora considerada bárbara, a sociedade gaulesa possuía várias características consideradas civilizadas, como a erudição dos druidas e o processo de deixar herança. Contudo, César mencionou também o fato dos gauleses praticarem sacrifícios humanos, mas o faz de forma imparcial e sem julgamentos de valor. Assim ele escreveu (*De Bel. Gal.*, VI, 16):

*Natio est omnis Gallorum admodum dedita religionibus, atque ob eam causam qui sunt affecti grauioribus morbis qui in proeliis periculisque uersantur, aut pro uictimis homines immolant aut se immolatuos uouent administrisque ad ea sacrificia druidibus utuntur, quod, pro uita hominis nisi hominis uita reddatur, non posse deorum immortalium numen placari arbitrantur, publiceque eiusdem generis habent instituta sacrificia. Alii immani magnitudine simulacra habent, quorum contexta uiminibus membra uiuis hominibus complent; quibus succensis circumuenti flamma exanimantur homines. Supplicia eorum qui in furto aut in latrocinio aut ex aliqua noxia sint comprehensi gratiora dis immortalibus esse arbitrantur; sed cum eius generis copia defecit, etiam ad innocentium supplicia descendunt.*

Toda a nação dos gauleses é muito dada aos escrúpulos religiosos e, por esse motivo, aqueles que são acometidos por doenças graves e os que se encontram em combates e perigos, ou imolam homens ao modo de vítimas, ou se comprometem haver de sacrificá-los, tomando para esses sacrifícios eles tomam os druidas como agentes; na verdade, se a vida de um homem não for paga com a vida de outro homem, eles pensam que o poder dos deuses imortais não pode ser aplacado, e dispõem de sacrifícios do mesmo gênero, publicamente instituídos. Outros possuem efígies de enorme grandeza, cujos membros, entrelaçados com vimes, preenchem de homens vivos; incendiados esses membros, morrem os homens envoltos pelas chamas. Consideram serem mais agradáveis aos deuses imortais os suplícios daqueles que foram presos por causa do furto, latrocínio ou em outro delito; contudo, quando não há muita disponibilidade desses tipos, eles também recorrem ao suplício de inocentes.

Quanto aos germanos, de acordo com César, eles eram ainda mais bárbaros que os gauleses, pelo fato de não terem cultos religiosos estabelecidos e de se dedicarem apenas a caçadas e exercícios bélicos. Assim temos (*De Bel. Gal.*, VI, 21):

*Germani multum ab hac consuetudine differunt. Nam neque druides habent qui rebus diuinis praesint, neque sacrificiis student. (...) Vita omnis in uenationibus atque in studiis rei militaris consistit (...) Qui diutissime impuberes permanserunt maximam inter suos ferunt laudem: hoc ali staturam, ali uires neruosque confirmari putant. (...)*

Os germanos diferem muito desses costumes dos gauleses. Na verdade, não possuem druidas que presidam os ritos religiosos, nem praticam sacrifícios. (...) Toda sua vida consiste em caçadas e exercícios de prática militar (...). Aqueles que permaneceram castos por muito tempo desfrutam da maior honra

entre os seus; julgam que a sua estatura é alimentada por isso, e também as forças e os nervos serem aumentados e fortalecidos. (...)

Além disso, os germanos não praticavam a agricultura nem possuíam terras próprias (De Bel. Gal., VI, 22):

*Agriculturae non student, maiorque pars eorum uictus in lacte, caseo, carne consistit. Neque quisquam agri modum certum aut fines habet proprios; sed magistratus ac principes in annos singulos gentibus cognationibusque hominum qui [cum] una coierunt, quantum et quo loco uisum est agri adtribuunt atque anno post alio transire cogunt. Eius rei multas adferunt causas: ne adsidua consuetudine capti studium belli gerendi agricultura commutent; ne latos fines parare studeant, potentioresque humiliores possessionibus expellant; ne accuratius ad frigora atque aestus uitandos aedificent; ne qua oriatur pecuniae cupiditas, qua ex re factiones dissensionesque nascuntur; ut animi aequitate plebem contineant, cum suas quisque opes cum potentissimis aequari uideat.*

Os germanos não se dedicam à agricultura, e a maior parte de seu sustento consiste em leite, queijo e carne. Ninguém possui medida certa de terra ou territórios próprios; contudo, os magistrados e os chefes a cada ano atribuem às famílias e parentelas de homens, que junto coabitam, quanto de terra e onde lhes pareceu bem, e após um ano obrigam-nos a mudar-se. Alegam várias razões para esse comportamento: para que, levados pela força do hábito, não troquem o interesse de fazer a guerra pela agricultura; para que não se esforcem em obter um grande território, nem os mais poderosos expulsem os mais fracos das ocupações; para que não construam com mais cuidado a fim de barrar o frio e o calor; para que não surja cobiça alguma de riqueza, de que nascem as facções e discórdias; para que contenham a plebe pela moderação do espírito, vendo cada qual suas posses serem igualadas às dos mais poderosos.

Os germanos, embora considerados ainda mais bárbaros que os gauleses, no relato de César aparecem preocupados em manter uma certa equidade social entre todos, seja poderosos ou fracos: com isso os germanos evitariam os conflitos por ganância, e a sociedade se mantinha forte como um todo. Percebemos que mesmo entre um povo considerado extremamente feroz a estrutura social organizava-se de forma bastante inovadora.

Apesar de os romanos terem colonizado povos diferentes, como os gauleses, esse processo de conquistas não foi unilateral, já que os romanos adquiriram muitos dos hábitos estrangeiros – como o culto persa a Mitra, o culto a deuses egípcios e a grande influência cultural dos gregos sobre Roma, dentre outros exemplos. Assim, Roma transformou-se em um grande império multicultural. Roma, surgida de uma união de povos, sabia conviver com as diferenças e engenhosamente adotava a estratégia de concessão da cidadania, sendo essa tática eficaz para evitar a oposição dos inimigos e cooptar possíveis aliados. Outro fator que ajudou na consolidação cultural de Roma no Ocidente foi o fato de que, embora houvesse preconceito cultural, o preconceito racial era pequeno. Se os bárbaros estivessem dispostos a abandonar

seus hábitos selvagens, eles poderiam deixar a condição de barbárie e fazerem parte de Roma. Um exemplo emblemático disso é o fato de Lúcio Cornélio Balbo, proeminente cidadão romano nascido na Bética (onde hoje é o sul da Espanha), ter chegado ao cargo de cônsul em 40 a.C. – o primeiro cidadão não itálico da história a ocupar o maior posto da República romana (RAWSON, in: BOARDMAN et ali, 1986, p. 360).

### **Referências bibliográficas:**

#### **Edições e traduções de textos antigos**

CÉSAR. *La Guerre des Gaules*. Texte établi et traduit par L. A. Constans. Paris: Les Belles Lettres, 1947-1972, tomes I et II.

KIDD, I.G. *Posidonius*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, v. III.

POLIBIO. *Historias*. Traducción y notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Gredos, 1981.

#### **Dicionários**

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris: Éditions Klincksieck, 1968.

FARIA, Ernesto. *Dicionário latino – português*. Belo Horizonte: Garnier, 2003.

GLARE, P.G.W.(ed.). *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LIDDEL, Henry George; SCOTT, Robert; JONES, Henry Stuart. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

#### **Bibliografia geral**

ANDRÉ, Jean-Marie; HUS, Alain. *L'Histoire à Rome: historiens et biographes dans la littérature latine*. [s.l.]: Presses Universitaires de France, 1974.

ANDRÉ, Jean-Marie. Ethonographie et sociologie “barbare” chez César. *Vita Latina*, Montpellier, n.162, p. 2-10, 2001.

AUSTIN, Michel. *The Hellenistic world from Alexander to the Roman conquest*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BADIAN, E. *Roman imperialism in the late Republic*. Oxford: Basil Blackwell, 1968.

BLOCH, Raymond; COUSIN, Jean. *Roma e o seu destino*. Lisboa: Edições Cosmos, 1964.

BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (eds.). *The Oxford History of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

BORCA, Federico. *Luoghi, corpi, costumi: determinismo ambientale ed etnografia antica*. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2003.

BRINGMANN, Klaus. Poseidonius and Athenion: a study in Hellenistic historiography. In: CARTLEDGE, Paul; GARNSEY, Peter; GRUEN, Erich (ed.). *Hellenistic constructs: essays in culture, history and historiography*. Los Angeles: University of California Press, 1997.

CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature: a history*. Trad. Joseph B. Solodow. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

DAUGE, Y.A. *Le Barbare, recherches sur la conception romaine de la barbarie et de la civilisation*. Bruxelles: Éditions Latomus, 1981.

DELAPLACE, Christine; FRANCE, Jérôme. *Histoire des Gaules*. Paris: Armand Colin, 2011.

FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio D. Da Liga Latina ao saque de Roma. In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco (coord.). *História de Roma*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, v.1.

GRUEN, Erich S. *Culture and national identity in Republican Rome*. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Greeks and non-Greeks. In: BUGH, Glenn R. (ed.). *The Cambridge Companion to the Hellenistic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Rethinking the other in Antiquity*. Oxford: Princeton University Press, 2011a.

\_\_\_\_\_. (ed.) *Cultural identity in the ancient Mediterranean*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2011b.

LESKY, Albin. *História da literatura grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

MARTIN, René; GAILLARD, Jacques. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan/ Scodél, 1981.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

NICOLET, Claude. *Rome et la conquête du monde méditerranéen*. 6 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2011, v. 2 (Genèse d`um empire).

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de historia da cultura classica*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, 2 v.

RATTI, Stéphane. *Écrire l`Histoire à Rome*. Paris: Les Belles Lettres, 2009.

\_\_\_\_\_. Humanitas: romanos e não romanos. In: GIARDINA, Andrea (ed.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, cap. 12, p. 283-302.

WOOLF, Greg. *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RAWSON, Elizabeth. The expansion of Rome. In: BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (eds.). *The Oxford History of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, p. 343 a 364, 1986.

## ST 27 - Diálogos entre História e Comunicação Social

Márcio dos Santos Rodrigues  
Doutorando em História  
UFPA  
[marcio.strodrigues@gmail.com](mailto:marcio.strodrigues@gmail.com)

Marina Helena Meira Carvalho  
Doutoranda em História  
UFMG  
[marinahmc@yahoo.com.br](mailto:marinahmc@yahoo.com.br)

Gabriela Silva Galvão  
Doutoranda  
UFMG  
[gabisgalvao@gmail.com](mailto:gabisgalvao@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

A relação entre as diversas mídias e o conhecimento da História tem conquistado crescente espaço nos trabalhos acadêmicos, principalmente em razão da recente valorização das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Os meios de comunicação são excelentes lócus para o conhecimento da História não só da mídia, como também, por meio da mídia. Se o primeiro significado aponta para a historicização dos meios, os colocando como objeto de pesquisa e informado sobre determinada cultura material, a segunda abordagem os utiliza como fontes responsáveis por representações de experiências humanas, às quais se ligam com problemáticas contemporâneas ao meio. As mídias também são instrumento de difusão do conhecimento. O presente simpósio visa a reunir trabalhos que utilizem as diversas formas de meios de comunicação, tais como jornais, revistas, fotografias, propagandas, histórias em quadrinhos (HQs), programas de televisão, rádio, cinema, redes sociais, entre outras, como fonte ou objeto de pesquisa, não só no campo histórico, como também das demais áreas. Existe amplo e pouco estudado leque de possibilidades investigativas acerca das mídias.

Pensar em uma pesquisa de interface entre História e Comunicação é investigar o contexto semântico de elocução e de produção, a cultura material e simbólica de determinada época, as representações e os discursos construídos, as relações com o poder, dentre muitas outras questões. Analisa-se, destarte, o que foi produzido, para quem, por quem, de que forma, como, com quais intencionalidades e como se deu a recepção pelo público. Esses elementos também podem ser levados em conta para pensar nas mudanças pelas quais a propagação do saber vem sendo feita nos últimos anos. É notório que os meios de comunicação são usados



como forma de divulgação de pesquisas desde pelo menos o final do século XIX, tendo esse fenômeno crescido consideravelmente durante o século XX, sobretudo a partir da popularização de meios como o rádio, as revistas e a televisão. Entretanto, essa ocorrência cresceu exponencialmente nos últimos dez anos por meio da internet e, sobretudo, das redes sociais.

Como podemos ver, as relações entre o conhecimento histórico e a Comunicação Social são amplas e não é intenção esgotá-las, pelo contrário. O Simpósio Temático será uma maneira ímpar de discutir e problematizar essa interface, contribuindo para o incremento e divulgação da pesquisa na área.

## Usos do passado e divulgação histórica: história e jornalismo na produção de Aventuras na História e na revista de história da Biblioteca Nacional

**Lorraine Marilyn Leonel**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação  
Universidade Federal de Ouro Preto

**Resumo:** O objetivo desse artigo é propor uma análise sobre o interesse pelo consumo de história através da revista *Aventuras na História* da editora Abril. A investigação está baseada na grande circulação do periódico, na disputa pela produção histórica entre jornalistas e historiadores e, sobretudo no momento fértil em publicações após a comemoração dos 500 anos do Brasil.

**Palavras-chave:** Temas históricos, Revista, Comemoração, Brasil, Memória, Indústria cultural.

**Abstract:** The aim of this paper is to propose a review of the interest in the consumption History by Adventures magazine publishing history Abril. The research is based on large circulation newspaper, in dispute over the historic production between journalists and historians, and especially in the fertile time in publications after the celebration of 500 years of Brazil.

**Keywords:** Historical themes, Magazine, Celebration, Brazil, Memory, Cultural industry.

Em *Aventuras na História* da editora Abril, faz-se uma tentativa de aproximar os leitores dos mais diversos temas em uma mesma publicação. Percorre-se um caminho que pode ir da pré-história à história do tempo presente. Apesar de se tratar de uma revista de história, a mesma também poderia se encaixar no ramo das variedades - que surgem, segundo Tania de Luca<sup>1</sup>, especialmente no século XX - já que aborda seus temas nesse sentido.

Os investimentos sociais nas tarefas de memória adquiriram grande visibilidade em nossas sociedades. E segundo Manoel Guimarães<sup>2</sup>, podemos observar esse movimento não só nas iniciativas de patrimonialização e musealização, mas também nos meios de comunicação de massa. O autor nos incita a pensar a partir da aceleração do tempo, um aceno pela sedução de uma história “on line”. A revista aqui analisada se encaixa nessa situação. Porém a sedução da memória vai além da busca pelo não esquecimento e da constante rememoração.

O trabalho realizado pela editora Abril se coloca como uma tentativa de aproximação da história com o público. A sensação causada pela leitura das matérias é de que há o desejo de que o leitor sinta que grandes personagens também faziam coisas simples, equivocadas, estranhas e até mesmo bizarras. Talvez a construção de nomes dentro da história mundial

---

<sup>1</sup> LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. Editora Contexto, 2008.

<sup>2</sup> GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. *O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória*. In: Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

reforce essa ideia de distância, como se alguns desses não fossem pessoas “normais”. Outra hipótese é de que a curiosidade vende e nada melhor do que unir essa motivação com aprendizado. Refiro-me a aprendizado, pois não há como dizer que não ensina. E ainda que a afirmação de que se aprende com a história cause discussões, Hyussen nos diz:

“Pode haver, de fato, boas razões para pensar que a força da rememoração tem igualmente uma dimensão mais benéfica e produtiva. No entanto, muito disso é o deslocamento de um medo do futuro nas nossas preocupações com a memória e, por mais dúbia que hoje pareça a afirmação de que somos capazes de aprender com a história, a cultura da memória preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas”<sup>3</sup>.

Ainda nesse sentido o papel da mídia na divulgação histórica deve ser pensado. A centralidade da mídia e da cultura nas sociedades do novo milênio é evidente. Não podemos escapar dela. Ela se faz presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Nesse sentido, buscar compreender como a mídia atua, produz seus significados e gera experiências e, claro, como são preparados os significados dos textos midiáticos se faz necessário. Para Roger Silverstone, a mediação é entendida como um processo de produção coletiva de significados, através da representação e da experiência no qual estão imersos os produtores, os expectadores, os leitores, as instituições associadas, grupos e tecnologias<sup>4</sup>. Silverstone chama a atenção para o fato de que a confiança depositada nas instituições responsáveis por veicular a história, se dão através das convenções da representação, a gramática da linguagem midiática, os modos de articulação textos e, sobretudo, a retórica (faz o vínculo entre o evento e a experiência, ajudando a persuadir o espectador e o leitor). E através desses aspectos convence-nos de que aquilo que ali é retratado de fato ocorreu. Assim, portanto, a mídia conta histórias, e leva em conta o nosso deleite com elas, sejam orais, escritas ou imagéticas.

Voltando às consequências dos tempos modernos, a aceleração nos acerta justamente naquilo que mais lutamos – enquanto historiadores – para combater: as distorções. Tais tecnologias hoje disponíveis causam esse efeito às noções de temporalidade e espacialidade, dimensões tão caras ao trabalho histórico. Se com a globalização houve o redimensionamento do planeta, o que dizer da virtualização do tempo, do espaço e das relações?

---

<sup>3</sup> HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.P.25-26

<sup>4</sup>SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Assim, Lucchesi cita Noiret<sup>5</sup>, que nos diz que a utilização sistemática de novas mídias por historiadores e não historiadores transformou a internet em um espaço privilegiado para a comunicação pública da História. Nesse sentido é preciso ter cuidado com uma linha tênue entre a *Popular History* e a *Public History*.

Do ponto de vista da vocação da imprensa de falar do mundo como um todo, ela (imprensa) como primeiro grande meio de comunicação jornalístico, sempre falou de forma genérica sobre coisas específicas. (TAVARES,2009). Na busca pela especialização e por uma cobertura mais qualificada, o jornalismo passa a atuar como reflexo da sociedade. Não é possível que essa mediação seja feita com base no senso comum. Assim, os sentidos que a mídia produz a coloca como um novo processo de referência, permitindo uma melhoria na qualidade.

Segundo Bevernage e Lorenz, o discurso de fala do historiador enquanto ação performática, agindo e atuando na relação de produção, faz com que haja um sentido de ação nesse fazer histórico<sup>6</sup>. É esse discurso que se faz do mundo que provoca as mudanças no campo histórico. Mas a questão ética e política são centrais para isso. O distanciamento tão lembrado e exaltado por alguns seria mesmo uma condição e garantia de imparcialidade e capacidade de produção razoável? Portanto, para esses autores, quando se produz história, acredita-se que essa ação possa produzir sentido e significação frente ao mundo que vivemos. A escrita da história nunca foi monopólio dos historiadores, de muitas maneiras sempre foi compartilhada com outros profissionais, sendo portanto, um processo de negociação e disputa constante. Nesse sentido, pensar a produção e o espaço de disputa entre os trabalhos de historiadores e jornalistas parece ser importante. Porém, qualquer discurso sobre a história é performático, isto é, indica a produção de um distanciamento em relação ao passado, aponta limites para o presente – limites sempre negociados digamos, entre as três dimensões. A objetividade da operação historiográfica é uma forma de consciência sobre esse limite ou de escamoteamento desse limite. Para o jornalista que produz história essa reflexão não é necessária ou requerida: a performance do discurso assim vazado é diferente da do historiador.

Se de um lado vivemos o crescimento da circulação de produções de caráter histórico, e isso pode ser visto como algo positivo temos também a questão da qualidade e razão das produções. A discussão nascida da entrada de jornalistas no campo da historiografia gira em

---

<sup>5</sup> Historiador Belga. Pesquisador de História digital e História pública.

<sup>6</sup>BEVERNAGE, B. e LORENZ, C. Breaking up time – Negotiating the borders between present, past and future. An introduction. In: BEVERNAGE, B.; LORENZ, C. (orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013.

torno da validade de seus trabalhos de pesquisa e do impacto na população. A professora titular de História da América Independente da USP, Maria Lúcia Coelho Prado, é uma das pesquisadoras que propõe tal delimitação, afirmando: “Um historiador tem uma preocupação muito bem estabelecida com o tempo e o espaço. Ele não comete anacronismos” (Prado, 2012). Ela entende que os pré-requisitos de um trabalho acadêmico devem ser seguidos quando se propõe a uma produção histórica: “Um trabalho que se preocupe com tudo isso será mais difícil de ser lido do que a produção de um jornalista. Não que este não tenha qualidade. Mas o compromisso do jornalista com a história é diferente” (PRADO, 2012).

Por estarem mais preocupados e interessados em uma escrita fluente e acessível a todos os públicos, os jornalistas acabam esquecendo-se dos detalhes que veem como preciosismo dos historiadores. E por essa simplificação alguns temas mais complexos seguem a simpatia do pesquisador. O leitor não tem acesso a mais de uma possibilidade sem essas capacidades de abstração e multiplicidade que o historiador pode proporcionar. Mas é claro que a apresentação dessas possibilidades torna a leitura mais complexa, e no imperativo atual de rapidez e aceleração isso não se configura como algo interessante e comercial. E assim, Prado completa: “Para nós, historiadores da academia, o mercado não importa. Não é assim que construímos uma carreira e, além do mais, nós somos professores. Portanto, nosso objetivo principal é ensinar. Nossos livros não têm sua importância medida pelo número de exemplares vendidos” (PRADO, 2012).

Porém, não são todos os historiadores que pensam assim. Muitos vêem esse trabalho como complemento e de importância relevante para o campo de divulgação histórica. O professor de história contemporânea da UnB Estevão Martins revela que um complementa o trabalho do outro, e esse tipo de discussão acaba sendo desnecessária:

“Não significa que um jornalista se transformou em historiador. Ele está escrevendo um romance, um livro-reportagem. E ninguém está livre de cometer erros, independente do ofício que exerça. Às vezes, uma tese muito bem feita não consegue atingir o público que um livro como esse consegue. Não tira o mérito nem de um e nem de outro. Na minha opinião, somos aliados e não precisamos ficar com ciúmes besta. Todos ganham com isso.” (ESTEVÃO, 2010).

Nesse sentido apresento também uma fala de Eduardo Bueno em um encontro da fHist<sup>7</sup> em 2011. O autor coloca seu ponto de vista sobre o seu trabalho e sobre essa “disputa” entre os campos jornalístico e histórico pela mobilização da História:

---

<sup>7</sup> Festival de História realizado pela revista da Biblioteca Nacional.

“Tanto jornalistas como historiadores estão em busca de algo, perseguem fatos e documentos. Mas é absurdamente injusto querer comparar a obra e o texto do historiador com a obra e o texto do jornalista. Minhas características jornalísticas norteiam toda a minha obra, o que não poderia ser diferente após 25 anos em redação. Então, meu texto tem ganchos, frases de efeito e truques que aprendi na profissão, assim como também tem defeitos típicos como simplificações e generalizações, riscos que eu corri inconscientemente, mas que o historiador não pode jamais cometer. Porém não estou justificando: o historiador tem de tentar escrever o melhor possível. Ele é submetido a amarras e pressões diferentes, mas nada disso é justificativa para escrever mal”. (BUENO, 2011)

Levando em conta os diferentes posicionamentos, podemos dizer que para além da legitimidade e disputa pelo campo, estamos também mobilizando a acessibilidade do grande público às questões históricas. O que não deixa de ser um fazer importante. O conhecimento da história pode mobilizar posicionamentos diferenciados no campo político e crítico desse leitor. A qualidade desse texto é que está em jogo. Qual o limite para generalizações e simplificações e qual o limite para complexificações e acesso restrito à produção acadêmica?

Contudo, Malerba<sup>8</sup> nos diz que não há como duvidar que o campo se encontra minado e não existe uma forma de não entrar nele. Nesse sentido o autor nos propõe alguns pontos a serem repensados. A história não pode ser propriedade de quem quiser. É preciso considerar a história popular e/ou pública que obtém enorme audiência onde quer que seja, veiculada nas grandes mídias, o que exige atenção constante dos historiadores acadêmicos. E para além das questões teóricas e metodológicas, o que mais se torna urgente é que o componente ético esteja presente nas práticas historiográficas. E é claro que os historiadores acadêmicos devem estar dispostos a participar desse debate. Devem assumir a dimensão pública de sua atividade para além dos limites acadêmicos, considerando o interesse público.

Ainda seguindo as proposições de Malerba não há qualidade preestabelecida em qualquer forma, já que existem trabalhos bons e ruins dentro e fora da academia. Portanto polarizar a questão entre uma disputa entre dois campos simplifica, generaliza e limita as possibilidades.

Mas seria essa forma de produção e distribuição do conhecimento histórico uma forma de acessibilidade? A questão nos cabe aqui, na medida em que vemos a mídia como a forma mais democrática de “reprodução” e partilha dessa história. Pensando na força e na capacidade midiática, Dijk<sup>9</sup> nos diz que as elites simbólicas controlam a reprodução discursiva e isso se dá

---

<sup>8</sup> MALERBA, Jurandir. *Acadêmicos na Berlinda*. História da Historiografia. Ouro Preto: 2014. P.42-43

<sup>9</sup> DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: contexto, 2008.

pelo abuso desse poder. Dessa forma produzem padrões de acesso a informação. A falta de acesso das minorias à mídia, é uma das maiores evidências de dominação. Porém, não podemos esquecer que é a mídia também que, através desse poder pode informar e trazer à tona a realidade da informação e da representação histórica. A possibilidade de manipulação existe e sempre irá existir. Assim, o autor argumenta que essa manipulação se realiza no discurso. Num sentido mais amplo as características não verbais também são de suma importância, como por exemplo o layout do texto e as imagens.

O design de uma revista é uma forma de comunicação, e segundo Scalzo<sup>10</sup>, é também informação. Uma arma para tornar as revistas e reportagens mais atraentes. Facilitar a leitura e aproximar o leitor. O papel desse design seria semelhante ao trabalho do jornalista, pelo fato de que ambos tem a preocupação de como contar algo. Portanto, a porta de entrada é a imagem. Essas imagens tem a função de excitar, informar, surpreender, comunicar ideias e até mesmo ideologias. A legenda é claro também deve ser adequada e pensada, para trazer ao leitor as críticas e possibilidades.

Nesse sentido temos a notícia como forma de conhecimento apresentada por Robert Park<sup>11</sup>. Essa forma seria singular, a narrativa e o conhecimento dos acontecimentos. Para o autor, ela seria a forma que mais se aproximaria da História por se tratar do interesse por acontecimentos. “Entretanto, a notícia não é história, e seus fatos não são fatos históricos” (PARK,1976). Isso porque analisa fatos isolados e não busca relaciona-los. Não se atenta as sequencias de causa e nem teleológicas. Já a história não faz apenas a descrição, mas procura alocar cada fato na sucessão histórica. Assim, apesar de se dedicarem a mesma matéria prima, tratam o acontecimento de forma diferente. Enquanto um localiza dentro de uma ordem mais abrangente, interpreta e problematiza, a outra se dedica a mirar apenas no acontecimento, em sua descrição. Dessa forma Park define: “à diferença do historiador, o repórter procura tão somente registrar cada acontecimento isolado e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida que estes projetam luz sobre o real e o presente”. (PARK,174).

O jornalismo enquanto produtor de conhecimento se coloca na dúbia relação de ser reprodutora de saberes e também de ser uma forma de degradação dos saberes. Esse posicionamento é defendido por Eduardo Meditsch em seu texto. No percurso do texto e da

---

<sup>10</sup> SCALZO, Marilía. *Jornalismo de Revista*. 2 ed. São Paulo, Contexto. 2004.

<sup>11</sup> PARK, Robert. “A notícia como forma de conhecimento”. In: Steiberg – *Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Cultrix, 1976.



elaboração de sua defesa do jornalismo como conhecimento, o autor se refere a profundidade da análise, uma espécie de gradação. Pode se referir também a velocidade da produção. Assim, o jornalismo já foi definido como uma “história escrita à queima-roupa” (MEDITSCH, 1997). Para o autor o jornalismo não revela menos ou mais da realidade, apenas o faz de forma diferente. Outro aspecto importante de ser abordado é a velocidade da produção. E se a velocidade limita, representa por outra parte, uma vantagem em relação a outros modos de conhecimento. E essa velocidade não é uma característica específica do jornalismo, mas sim de nossa condição atual de vida.

Quando analisamos a reprodução do conhecimento, vemos sua complexidade, não é apenas uma transmissão. O ideal universal da produção jornalística a coloca com um auditório diversificado. E é essa diversidade que proporciona a popularização do acesso a história. Com isso, o conhecimento produzido pelo jornalismo é mais sintético e, portanto, mais acessível e democrático. Em consequência desse acesso, procura-se formas de chamar a atenção do público leitor. Utiliza-se de diversos subterfúgios como técnicas narrativas e dramáticas. O problema é quando passam a ser utilizadas em função de objetivos, como a luta comercial por audiência e esforço político de persuasão para fins não éticos.

Segundo Meditsch, a manipulação do sistema democrático, as disparidades sociais entre as classes, os preconceitos, os estereótipos não são criações do jornalismo, embora participe disso. Como um produto social, ele reproduz suas desigualdades e contradições. E nenhum conhecimento está imune ou livre dessa possibilidade de envolvimento com essa dimensão.

Seguindo pelo caminho dessa produção histórica de consumo, o passado significa negócios e poder. Segundo Melman<sup>12</sup> há uma premissa que de a história é um meio ou um instrumento para o controle. Versões do passado eram imposições culturais, raramente coercitiva mas geralmente sedutoras e voltadas para a consolidação nacional ou social. E ainda, as tentativas de desafiar as narrativas de controle e hegemonia, com análises do poder e da cultura, abordaram premissas sobre a manipulação feita empiricamente, através do exame de demanda pela história.

Dessa forma, segundo Malerba qualquer um pode escrever história, o que não significa que todas essas produções tenham o mesmo valor e qualidade. E é claro que há profissionais bons e ruins tanto dentro como fora da academia. E para a produção nos moldes científicos há

---

<sup>12</sup> MELMAN, Billie. Introduction. In the culture of History English Uses of Past, 1800-1953. Oxford University Press: 2006.

que se seguir os parâmetros e normas, como a metodização dos procedimentos, exposição de argumentos e crítica (documental, coleta, teórica e textual). E esses protocolos devem ser aplicados a toda historiografia, acadêmica e não acadêmica. E se o sucesso de vendas for o parâmetro para a avaliação de qualidade, as questões éticas vão se dissipar, dando lugar a interpretações empobrecidas, anacronismos, preconceitos e erros. Mas o que sabemos é que a sociedade contemporânea precisa da história acadêmica e da popular. O que está em jogo aqui é a forma com que ela será produzida e consumida.

Nesse sentido *Aventuras na História* disponibiliza aos seus leitores uma pesquisa dotada de diversas indicações para um aprofundamento, porém os textos trazem apenas as informações mais simples para compreensão de determinado assunto. Também fica claro que os termos demasiadamente anacrônicos utilizados em larga escala fazem parte dessa tentativa de aproximação com expressões atuais. A tarefa não é apresentar todas as possibilidades, mas elucidar algo que não se sabe ou que quase não se sabe. A revista aqui se apresenta como uma coletânea de assuntos que oferecem a possibilidade de sanar a busca pelo conhecimento da história da humanidade.

Dessa forma, a revista nitidamente não se preocupa com os procedimentos para a escrita da História. Aqui, a história relatada faz parte da tarefa de informar o leitor sobre os acontecimentos do mundo. O importante é a variedade desse conhecimento, o quando se pode conhecer em poucas páginas. A leitura rápida e o saber, ainda que fragmentado e mediado por tantas interferências de termos atuais que nada, ou quase nada, tem a ver com o acontecimento, produz no público a sensação de estar bem informado e por dentro das “páginas” da história.

Já a revista de História da Biblioteca Nacional se preocupa diretamente com as imagens de época, os assuntos do momento e da historiografia. Sua preocupação com a produção por historiadores basicamente demonstra o direcionamento da revista e o público alvo, não que essa publicação não esteja buscando diversos públicos. Porém o principal direcionamento está em profissionais do campo e estudantes. Nessa revista as matérias são mais densas e mais elaboradas, na medida em que também não deixa de lado a preocupação com uma escrita mais leve do que a acadêmica.

Nesse sentido, quando Schapp nos diz que: “O que quer e quem quer que sejamos, respectivamente, nós o somos através das “histórias” nas quais estamos envolvidos<sup>13</sup>”, podemos

---

<sup>13</sup> SCHAPP, Wilhelm. Envolvidos em histórias. Sobre o ser do homem e o da coisa. Tradução Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurack. Editor: Sergio Antonio Fabris. Porto Alegre, 2007

perceber que essas histórias que são contadas na revista nos fascinam porquê de alguma forma elas fazem parte de nós. Não a história das coisas propriamente dita, mas dos seres humanos, seus feitos, seus erros, seus acertos e dúvidas. Seja por fazer parte da história do seu país, seja por ser o antecedente de algo que se tem apresso ou curiosidade. Essas histórias fazem parte da História e de todos nós.

### **Bibliografia:**

BEVERNAGE, B. e LORENZ, C. Breaking up time – Negotiating the borders between present, past and future. An introduction. In: BEVERNAGE, B.; LORENZ, C. (orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013.

SCHAPP, Wilhelm. Envolvidos em histórias. Sobre o ser do homem e o da coisa. Tradução Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurack. Editor: Sergio Antonio Fabris. Porto Alegre, 2007.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: contexto, 2008.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In: Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. P.25-26

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. Editora Contexto, 2008.

MALERBA, Jurandir. *Acadêmicos na Berlinda*. História da Historiografia. Ouro Preto: 2014.

MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?*. Conferência dos cursos de arrábida. Universidade Federal de Santa Catarina. Setembro, 1997.

MELMAN, Billie. *Introduction. In the culture of History English Uses of Past, 1800-1953*. Oxford University Press: 2006

PARK, Robert. “A notícia como forma de conhecimento”. In: Steiberg – Meios de comunicação de massa. São Paulo, Cultrix, 1976.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. 2 ed. São Paulo, Contexto. 2004.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. *O jornalismo especializado e a especialização periodística*. Estudos em Comunicação. Universidade do vale dos Sinos. Maio, 2009.

## Gêneses do discurso antissocialista na grande imprensa norte-americana: a Revolução de Outubro na cobertura do jornal *The New York Times*

**Emmanuel dos Santos**

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: emmanuelufmg@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar os eventos mais significativos da chamada Revolução de Outubro (1917) na Rússia sob a perspectiva do influente diário norte-americano *The New York Times* (*TNYT*). Procuraremos enfatizar como o discurso jornalístico, a partir do estudo da seleção de notícias e da linha editorial do *TNYT* sobre o processo revolucionário russo contribuiu para difundir determinadas imagens e representações sobre os bolcheviques e os socialistas em geral. Em um período em que o medo do comunismo ainda não se encontrava tão difundido nos EUA, o incipiente discurso antissocialista, no entanto, já delineava vários aspectos do forte anticomunismo que se tornaria característico da grande imprensa norte-americana nas décadas posteriores à Revolução Russa.

**Palavras-chave:** Revolução Outubro; Rússia; Imprensa; *New York Times*; Bolcheviques.

**Abstract:** This paper intends to debate the most significant events of the October Revolution (1917) in Russia under the perspective of newspaper The New York Times. We aim to highlight how the journalistic discourse and the selecting of news about the revolutionary process, contributes to diffuse certain images and representations concerning to the Bolsheviks, the soviets, and the socialists in general. At a time when the fear of communism was not yet widespread in the United States, the incipient anti-socialist discourse, however, already outlined several aspects of the strong anti-communism that become characteristic of the American press in the decades after the Russian Revolution.

**Keywords:** October Revolution; Russia; Press; New York Times; Bolsheviks.

É possível afirmar que o conteúdo publicado no *TNYT* exercia considerável influência na opinião pública e no imaginário social dos EUA, com suas interpretações, representações e imagens criadas sobre os diversos acontecimentos mundiais tendo, também, alcance continental, uma vez que seus textos eram usados, recorrentemente, como referências por outros veículos do continente americano. Busca-se, neste trabalho, sobretudo, compreender a atitude do *TNYT* diante da revolução bolchevique, observando o papel da imprensa na veiculação de informações, ideias, valores e visões de mundo, influenciando na formação de consensos e na legitimação de políticas do Estado. Nesse sentido, as imagens, interpretações e representações construídas pelo jornal sobre a Revolução Russa, seu olhar para o outro estrangeiro, para os eventos que apareciam, muitas vezes, como anárquicos, bárbaros, incultos e incivilizados, na ótica do jornal, formaram a base discursiva pela qual uma expressiva parcela da sociedade ocidental tomou contato com os eventos ocorridos no distante país dos czares.

Temos como perspectiva analítica a consideração segundo a qual os jornais são atores políticos capazes de influenciar e afetar o governo, partidos políticos, grupos de interesses,

movimentos sociais e seu público leitor. A grande imprensa insere-se na vasta trama das lutas políticas e dos grupos sociais, aspecto que destaca a relevância política dos jornais e a necessidade de estudá-los. Como parte de suas estratégias narrativas, das informações e fontes a que tem acesso, o periódico, cotidianamente, exclui, inclui, hierarquiza aquilo que será publicado em suas páginas. De certa forma, a grande imprensa manipula a realidade ao dar mais relevância e destaque a determinados acontecimentos. Desse modo, confere à seleção de notícias e ao que será inserido em suas opiniões, maior ou menor relevo, ignorando ou enfatizando determinados assuntos, de acordo com interesses, preferências, convicções de seus editores, proprietários e dos grupos que lhes dão apoio ou sustentação (BORRAT, 1989).

Abandonam-se, assim, as interpretações que veem nos meios de comunicação meros veículos de ideias ou forças sociais subordinadas e determinadas por uma infraestrutura socioeconômica ou pelo poder estatal. Desta maneira, os jornais – entendidos como atores políticos, ao expressarem e articularem projetos de distintos grupos sociais – passam a ser percebidos como “prática constituinte de uma realidade social” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258). O que não significa que a grande imprensa não deva ser entendida como um organismo privado da sociedade civil de grande importância para a formação de consensos.

Deste modo, nos é essencial, para a análise do *TNYT*, o conceito de hegemonia tal como formulado por Antonio Gramsci (1991). Segundo o pensador italiano, o Estado não se constitui somente como um aparato coercitivo pelo qual é imposto um regime de dominação social por meio do monopólio da violência e da força. O Estado, em Gramsci, é pensado, também, como um espaço ampliado em que as classes dominantes fazem valer seus interesses por meio do convencimento e da persuasão, buscando conquistar o consentimento por parte dos dominados. O Estado das sociedades “ocidentais”, por conseguinte, dialeticamente combina aparelhos coercitivos típicos da sociedade “oriental” aos aparelhos de “hegemonia”, presentes na sociedade civil, visando a disputa por consensos em uma “guerra de posições”. Para isso, tornam-se fundamentais os organismos privados da sociedade civil como os meios de comunicação, as instituições de ensino, as igrejas, os sindicatos, nos quais atuam os intelectuais orgânicos, disputando a hegemonia social.

Após a frustrada tentativa de golpe do general Kornilov em agosto, depois de meses do conflituoso processo iniciado com a revolução em fevereiro, os bolcheviques assumiram o

poder em outubro de 1917 (novembro pelo Calendário Gregoriano)<sup>14</sup>. Com efeito, os soviets tornaram-se uma importante frente de defesa da revolução, fundamental para a derrota de Kornilov, momento em que os bolcheviques voltaram a se fortalecer e logo se tornando a força majoritária nos conselhos de operários e soldados. Na luta contra Kornilov, os bolcheviques renasceram da difícil situação em que se encontravam, após terem sofrido uma campanha de calúnias e vários de seus líderes presos após as manifestações de julho. Desde abril, após Lenin ter unificado seu partido em torno das teses que proclamavam que todo o poder deveria ser transferido aos soviets, os bolcheviques travaram uma permanente luta contra a conciliação dos setores moderados dos socialistas (mencheviques e socialistas-revolucionários) e Kerenski, líder do governo provisório.

Assim, na noite de 24 para 25 de outubro (6 para 7 de novembro no calendário gregoriano), os bolcheviques lideraram a insurreição que rapidamente assumiu o controle dos principais postos de poder em Petrogrado (atual São Petersburgo), então capital russa.

Em 8 de novembro, o *TNYT* estampava em sua capa: “Bolcheviques tomam o controle de edifícios do governo, desafiando Kerenski” (*TNYT*, 8 nov. 1917, p. 1), trazendo as primeiras notícias sobre o levante. No dia seguinte, o jornal publicou extensa cobertura sobre a insurreição bolchevique, qualificada como uma “revolta maximalista”. Trotsky e Lenin ganham grande destaque e são apresentados como os líderes do movimento. Na cobertura, o jornal destacava o fato de Trotsky ter se exilado em Nova York, rumando para a Rússia pouco tempo após iniciada a revolução em março. Sobre Lenin, uma visão nada favorável:

Nikolai Lenine, denunciado por liberais moderados como o gênio da revolução na Rússia e acusado pelo general Brusilov como um agente pago pela Alemanha, parece ser a força diretiva por trás da presente insurreição, da mesma forma como foi o líder da revolta de julho, a qual foi contida após centenas de civis serem massacrados por metralhadoras de tropas seguindo a liderança dele (*TNYT*, 9 nov. 1917, p. 2).

Após os bolcheviques tomarem o poder, o *TNYT* abandonou definitivamente a perspectiva de Kerenski se tornar o salvador da democracia russa. Ele, segundo o diário, fora responsável por não ter conduzido o governo com mão firme o suficiente para derrotar “os

---

<sup>14</sup> Cabe lembrar que, na Rússia, até 31 de janeiro de 1918, vigorava o Calendário Juliano, treze dias defasado em relação ao Calendário Gregoriano. Dessa forma, as jornadas revolucionárias do outubro russo ocorreram em novembro de 1917 pelo Calendário Gregoriano. Neste artigo, teremos como referência principal o Calendário Gregoriano, privilegiando-se, assim, uma narrativa mais fluida ao usar o mesmo calendário utilizado pelo *TNYT*. Contudo, indicaremos entre parêntesis, quando nos referirmos aos eventos ocorridos na Rússia, as datas abreviadas correspondentes ao Calendário Juliano, uma vez que grande parte da historiografia as utiliza como referência e, provavelmente, são mais familiares ao leitor. Além disso, todas as datas se referem ao ano de 1917, a não ser que seja expressamente indicado o ano em questão.



implacáveis leninistas”. O jornal passa então a buscar outro personagem para a salvação do país: “Embora Kerenski tenha falhado, alguém pode surgir com força suficiente para tomar o governo das mãos dos destrutivos bolcheviques” (*The Bolshevik, TNYT*, 10 nov. 1917, p. 12). Duas semanas após, o *TNYT* ainda tratava a insurreição como uma revolta restrita a Petrogrado e seus arredores, saudando a ofensiva anti-bolchevique comandada pelo general Alexei Kaledine, que ocorria no sul da Rússia (*How Kerenski fell, TNYT*, 20 nov. 1917, p. 12).

Desde então, intensifica-se uma narrativa baseada nas representações que associam os bolcheviques a imagem de um grupo de indivíduos ignorantes e pouco civilizados: “[...] eles são pateticamente ignorantes, homens risíveis, infantis em política, sem o menor conhecimento das vastas forças em jogo.” (*The Bolshevik, TNYT*, 10 nov. 1917, p. 12). Associado a isso uma permanente reprodução de notícias que ressaltavam a desorganização econômica e social do país, com manchetes como: “O caos na Rússia só piora”, “Em direção à Guerra Civil” (*TNYT*, 23 nov. 1917, p. 2), “Despotismo, não liberdade” (*TNYT*, 27 nov. 1917, p. 12).

Segundo a historiadora Lená de Menezes (2006), essas representações que procuravam associar os bolcheviques a um grupo de bárbaros – intensificadas no período da Guerra Civil – remetem às formas míticas de um confronto entre civilização e barbárie, representadas respectivamente pelo Ocidente e Oriente. Baseadas em rumores, desinformação, denúncia, difamação, as notícias tornavam-se símbolos do desregramento social trazido pela insurreição bolchevique. Segundo a autora: “a luta entre a civilização e a barbárie, para além de uma luta ideológica de sistemas em confronto, tornou-se, assim, um combate simbólico de grande alcance” (DE MENEZES, 2006, p. 398).

Em tempos de guerra, a paz se torna uma ameaça para os que desejam levar o conflito até os últimos sacrifícios. Dessa forma, os alertas sobre uma paz em separado com a Alemanha ganham centralidade no noticiário:

Uma ameaça de paz entre o governo alemão e os bolcheviques, que temporariamente controlam alguns dos edifícios do governo em Petrogrado, uma ameaça que professa retirar a Rússia da guerra. [...] Neste momento, a Rússia está sem governo, é incapaz de estabelecer a paz. É improvável que a maioria do povo dê atenção a uma declaração vinda dos bolcheviques de que a guerra terminou. Os aliados da Rússia não darão atenção, deverão declinar e considerar o país como uma nação neutra. Nosso governo, muito sabiamente, decidiu suspender o fornecimento de suprimentos de todos os tipos à Rússia até que algum governo responsável com que possamos negociar se estabilize (*Russia's position, TNYT*, 22 nov. 1917, p. 12).



Nos meses seguintes à insurreição de outubro, a linha editorial do *TNYT* teve como foco questionar a ideia da existência de um governo formado pelos bolcheviques e pelos soviets, procurando deslegitimá-los e visando dar sustentação às ações contrárias ao novo governo, inclusive as primeiras ações militares do que viria a ser conhecido como Exército Branco. Destarte, figuraram com centralidade nos editoriais e nos noticiários os questionamentos sobre as negociações de um armistício com a Alemanha; um forte discurso antissocialista (o termo comunismo ainda não aparecia no jornal); o apoio a um possível embargo econômico anunciado pelos Aliados; o apoio explícito às ações do general Kaledine<sup>15</sup>, responsável por organizar as primeiras ofensivas, no sul do país, do Exército Branco. Dessa forma, o editorial de 30 de novembro de 1917, explicita e sintetiza a linha política que o jornal assumirá até março de 1918, momento em que foi assinada a paz com a Alemanha, em Brest-Litovsk:

A ilusão é a comida e a bebida dos socialistas, sobretudo, dos socialistas internacionalistas. Vivem dela. Com efeito, a realidade está além de sua visão. Esse aspecto psicológico deve entrar na consideração dos Aliados ao determinar quais medidas devam tomar para conter os estragos dos bolcheviques em Petrogrado, para destruir sua influência e seu poderio antes que consigam seu objetivo de uma paz em separado com a Alemanha, o que significaria, evidentemente, um desastre para os Aliados e a ruína e destruição da Rússia. [...] Ademais, o general Kaledine, possivelmente o homem forte que pode derrubar os bolcheviques, controla uma extensa parte do território e está, possivelmente, em uma posição de derrotar os esforços do “governo” de Petrogrado. [...] A razão não salvará a Rússia. Só há uma salvação para ela, uma maneira pela qual poderá ser salva dela própria e da Alemanha: é a força, força surgida do corpo da própria sociedade russa, capaz de destronar o governo socialista – muito mais despótico do que o Czar ousou ser-, e que trará de volta a sobriedade e a sanidade. Kaledine pode ser o indivíduo, ou pode ser algum outro dentro do grupo que se está formando em torno dele, os quais não são inimigos da revolução e sim iluminados amigos da liberdade russa. É da própria Rússia que a salvação pode vir. Os Aliados, caso queiram exercer alguma influência por lá, conseguirão de forma efetiva se apoiarem algum indivíduo ou grupo de pessoas que prometerem estabelecer o reino de ordem e sanidade (*Russia and the Allies, TNYT, 30 nov. 1917, p. 12*).

Para o *TNYT*, todas as formas de exercício de poder soviético e da atuação dos socialistas, na medida em que contrariavam os interesses do Governo Provisório, foram consideradas ilegítimas. O *TNYT*, destarte, opunha o que seria um caótico e desagregador Outubro ao glorioso Fevereiro.

---

<sup>15</sup> O general Alexei Kaledine, típico general cossaco da velha escola, esteve ao lado de Kornilov na sua investida contra o governo, em agosto. Logo após a insurreição bolchevique organizou uma força militar no sul do país, na província de Rostov, que rapidamente tomou várias cidades declarando-as independentes do novo governo (FIGES, p. 557).

Neste primeiro ano de revolução, já era perceptível, nas páginas do *TNYT*, com contornos bem definidos, elementos do que viria, no futuro, constituir parte de um acentuado discurso anticomunista, característica marcante das estratégias de lutas simbólicas dos periódicos liberais ocidentais contra o mundo soviético. Os elementos mais gerais desse imaginário anticomunista, relacionados a aspectos como caos, desordem, desagregação social, falta de liberdade aparecem recorrentemente nas páginas do jornal e na construção de imagens relacionadas, principalmente, aos bolcheviques, mas também aos socialistas em geral.

Por meio de interpretações enviesadas, seleção de notícias amplamente desfavorável, construção de representações desqualificadoras o jornal manipulava o noticiário e o discurso editorial sobre os acontecimentos na Rússia para reforçar valores, ideias e visões de mundo liberais e um acentuado discurso antissocialista.

Essas estratégias narrativas do *TNYT*, podemos afirmar, exerceram considerável influência na opinião pública ocidental sobre o caráter e a natureza do bolchevismo, buscando identificá-lo a uma proposta ditatorial que usurpava o poder por meio de uma atuação política ilegítima. Dessa forma, influenciando, em alguma medida, o imaginário social ocidental, com suas representações enviesadas sobre os bolcheviques e os revolucionários russos. Ademais de contribuir para que se legitimassem as intervenções do Exército Branco – forças contrarrevolucionárias que, nos anos posteriores ao fim do marco temporal deste trabalho, contaram com o auxílio econômico e militar dos Estados Unidos e de outras potências estrangeiras durante a Guerra Civil russa. Conflito que foi responsável, em grande medida, por exaurir os já frágeis recursos econômicos e humanos com que contava o novo governo.

### Referências:

ALONSO, Paula. *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003.

ALSTON, Charlotte. *Russia's Greatest Enemy? Harold Williams and the Russian Revolutions*. Londres: Tauris Academic Studies, 2007.

BORRAT, Héctor. *El periódico actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

DE MENEZES, Lená Medeiros. Civilização x barbárie: mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921). In: NEVES, Lúcia Maria. Et al. (orgs). História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

FIGES, Orlando. *A People's Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924*. Nova York: Penguin Books, 1997.

FITZPATRICK, Sheila. *La Revolución Rusa*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LINK, Arthur. *Woodrow Wilson: Revolution, War and Peace*. Arlington Heights: Harlan Davidson, 1979.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

REIS Filho, Daniel Aarão. Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHILD, Georg. *Between ideology and realpolitik: Woodrow Wilson and the Russian Revolution, 1917-1921*. Westport: Greenwood Press, 1995.

TROTSKY, Leon. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3v.

## A política anti-semita do Estado Novo a partir da imprensa baiana (1939-1945)

**Jamile de Jesus Macedo**

Graduanda em História

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

E-mail: [jamiledejesushistoria@gmail.com](mailto:jamiledejesushistoria@gmail.com)

**Resumo:** O Estado brasileiro durante a ditadura de Vargas mantinha uma política de cunho antissemita, pois por meio de uma série de decretos e circulares secretas, procurou controlar a entrada de judeus no Brasil. Um parceiro fundamental do governo Vargas na ocasião do golpe de 1937 foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), que também possuía uma vertente antissemita. Elementos da ideologia integralista foram detectados na imprensa baiana, e compreendendo a Bahia como um dos maiores recintos de judeus na região Nordeste e a imprensa como substancial instrumento de influência política, este trabalho busca identificar como são construídas as representações midiáticas a respeito dos judeus em território baiano durante a Segunda Guerra Mundial.

**Palavras Chaves:** Estado Novo; Bahia; Imprensa; Anti-Semitismo.

**Abstract:** The Brazilian state during the Vargas dictatorship maintained a policy of anti-Semitic character, because by means of a series of decrees and secret circulars, it tried to control the entrance of Jews in Brazil. A key partner of the Vargas government at the height of the 1937 coup was the Brazilian Integralist Action (AIB), which also had an anti-Semitic streak. Elements of integralist ideology have been detected in the Bahian press, and understanding Bahia as one of the largest places of Jews in the Northeast region and the press as a substantial instrument of political influence, this work seeks to identify how the media representations are constructed regarding the Jews in the territory Bahia during World War II.

**Key Words:** Estado Novo; Bahia; Press; Anti-Semitism.

Este trabalho trata-se de reflexões a respeito de estudos sobre condutas anti-semitas em território nacional entre os anos de 1939 e 1945. Tais reflexões, resultou em um projeto de pesquisa que visa identificar como são construídas as representações midiáticas a respeito dos judeus em território baiano durante a Segunda Guerra Mundial.

Antes de qualquer coisa, precisamos nos inteirar do significado etimológico do termo antissemitismo, que no original está direcionado a todos os povos semitas<sup>16</sup>, porém nos é familiar apenas quando se trata da aversão ao povo judeu.

Com base em Hannah Arendt, existem dois tipos de antissemitismo, o tradicional e o moderno. O antissemitismo considerado tradicional está relacionado à questão religiosa, está estritamente ligado ao “[...]ódio religioso aos judeus, inspirado no antagonismo de duas crenças em conflito[...]”,<sup>17</sup> já o moderno, apoia-se em pseudo-teorias científicas aplicada para

---

<sup>16</sup> Relativo ao grupo étnico e linguístico ao qual se atribui Sem como ancestral

<sup>17</sup> ARENDT, 1989: 17

justificar as ações contra os judeus, ligadas “à noção anti-semita de uma secreta sociedade judaica, que dominou ou procurou dominar o mundo desde a Antiguidade.”<sup>18</sup>

De acordo com o senso comum, acredita-se que o antissemitismo só existiu na Alemanha Nazista, na Europa, pela sua relação com o holocausto dos judeus no período da Segunda Guerra Mundial. Porém, o propósito dessa pesquisa, é demonstrar que a ideologia antissemita se fez presente em vários segmentos nacionais, inclusive na imprensa, que é o objeto de estudo deste trabalho.

O estado brasileiro durante a ditadura de Vargas possuía semelhanças ao modelo de governo da Alemanha nazista, além de também manter relações diplomáticas com a mesma, nos primeiros anos do regime. Maria Helena Capelato<sup>19</sup> em seu livro, “Multidões em cena”, declara que o governo Varguista, teve grandes inspirações nos modelos de regimes nazi-fascistas europeus, especialmente no que diz respeito à propaganda política.

Um dos principais diferenciais dos governos autoritários, a exemplo do Estado Novo, é o controle total dos meios de comunicação. Nesse contexto, o órgão produtor de propaganda e controlador de meios de comunicação, DIP<sup>20</sup>, era responsável pela intensificação das emoções através da propagação da ideologia estadonovista. Essa forma de propaganda política teve aspirações na Europa com adaptações às realidades brasileiras.

Marcos Chor Maio<sup>21</sup>, afirma que o regime de Vargas também mantinha uma política de cunho antissemita. Por meio de uma série de decretos e circulares secretas, o governo procurou controlar a entrada de judeus no Brasil, e os que já se encontravam em território brasileiro, por muitos momentos passaram por situações constrangedoras, ao serem monitorados pelo DOPs<sup>22</sup>.

Essa perseguição do Estado para com o povo judeu, estava firmada na ideia de que o judeu oferecia risco ao ideal nacional homogêneo defendido por Vargas, pois historicamente acredita-se que o povo judeu não se assimila à nação habitada, além, principalmente, do mito

---

<sup>18</sup> Idem

<sup>19</sup> CAPELATO, Maria H. R. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2.ed.São Paulo: Editora UNESP, 2009.

<sup>20</sup> Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo

<sup>21</sup> MAIO, Marcos Chor. “Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, FGV, 1999, pp. 229-256.

<sup>22</sup> Departamento de ordem e política social/ Ver. LIMA, Isabela Andrade de. Divulgação e Perseguição: o antissemitismo presente nos prontuários da DOPS/PE

da conspiração judaico-comunista assumir alguma relevância no Brasil a partir da insurreição comunista de novembro de 1935<sup>23</sup>.

O anti-semitismo moderno, essencialmente político e ao mesmo tempo intolerante, influenciou as atitudes de intimidação prisão e deportação de judeus, além da proibição de sua entrada no Brasil nos anos 30, principalmente no período do Estado Novo.<sup>24</sup>

Um parceiro fundamental do governo Vargas na circunstância do golpe, no combate a inimigos incommuns como liberalismo e ao comunismo foi a Ação Integralista Brasileira (AIB). Fundada oficialmente no ano de 1932, foi um importante movimento político de cunho fascista nacionalista que possuía uma vertente antissemita.

Embora a liderança da AIB (Plínio Salgado) não assumisse a organização como antissemita, o segundo nome mais importante do movimento, o chefe das milícias integralistas, Gustavo Barroso, defendia essa ideologia como tópico central. Muitos militantes aderiram ao movimento justamente por adotar tal vertente ideológica.

A retomada do antissemitismo na modernidade está vinculada diretamente a publicação, no início do século, dos Protocolos dos Sábios de Sião, panfleto confeccionado pela polícia czarista contendo um plano para a conquista do mundo supostamente elaborado pelos judeus. Os protocolos foram adotados oficialmente pelo partido nazista e constituíram um dos livros básicos de sua doutrina. Tornaram-se conhecidos, recebendo inúmeras edições, o que muito contribuiu para a popularização do mito da conspiração mundial judaica.<sup>25</sup>

No Brasil, país majoritariamente católico no período, o antissemitismo tradicional se fez presente, juntamente com manifestações antissemitas consideradas modernas, pois os Protocolos dos sábios de Sião chegou a solo brasileiro. Gustavo Barroso, chefe das milícias integralistas, se responsabilizou por traduzir e divulgar os Protocolos, no intuito de macular a imagem do judeu perante a sociedade nacional, sobretudo a partir da imprensa integralista.

Diante disso, elementos da ideologia integralista foram detectados na imprensa baiana pelos estudos de Laís Mônica Ferreira<sup>26</sup> e de José Carlos Peixoto Júnior<sup>27</sup>. Esses pesquisadores

---

<sup>24</sup> MAIO, Marcos Chor, 1988

<sup>25</sup> MAIO, 1988: 305

<sup>26</sup> FERREIRA, Laís Mônica Reis- O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial, Repositório institucional; UFBA Salvador, Ba- p. 53-86. 2006

<sup>27</sup> PEIXOTO JUNIOR, José Carlos -O caso Diário de Notícias da Bahia A quinta coluna baiana 1935-1941; UFBA. Salvador, Ba. 2003

constatarem que os jornais *O Imparcial*<sup>28</sup> e *Diário de Notícias*<sup>29</sup> faziam propagações de natureza nazi-fascista e em alguns momentos reproduziam trechos de discursos de membros do partido Nacional Socialista alemão e do próprio Adolf Hitler em plena conjuntura de guerra, em território baiano.

Embora os judeus no Brasil estivessem situados principalmente nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, sendo essa, a principal referência judia no Nordeste<sup>30</sup>, o estado da Bahia também possuía uma comunidade judaica de numero relativamente expressivo, no período recortado para estudo.

Partindo do pressuposto de que, segundo Marcos Chor Maio, muitos dos integralistas eram também antissemitas, pretendo analisar se a imprensa baiana, especialmente a que mantinha uma posição integralista (*Diário de Notícias/ O Imparcial*), fazia propagações antissemita através de seus periódicos, uma vez que existia uma comunidade judaica em território baiano de quantidade considerável.

Em vista disso, buscarei identificar como são construídas as representações midiáticas a respeito dos judeus em território baiano durante a Segunda Guerra Mundial.

Compreendendo a imprensa como substancial instrumento de influência política, capaz de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações<sup>31</sup>, analisarei os periódicos *Diário de Notícias* e o *O Imparcial* no período (1939-1945), buscando analisar o contexto Histórico/Político em que o Brasil/Bahia se encontra enquanto o mundo está em guerra, e como esse contexto influencia a veiculação de propaganda antissemita através da imprensa.

Embora, o antissemitismo no Brasil não tenha atingido um estado de ações violentas<sup>32</sup>, analisarei qual a repercussão que as ideologias antissemitas, difundidas através dos periódicos, conseguiu obter. Esta pesquisa se apropriará na análise das propagações de cunho antissemita presentes no discurso da imprensa baiana em um estado autoritário.

Esta pesquisa pretende fornecer dados históricos para eventuais pesquisas no campo da História do Brasil, no assunto Antissemitismo a partir da imprensa baiana nos anos em que

---

<sup>28</sup> Jornal baiano fundado em 1918

<sup>29</sup> Jornal baiano diário e vespertino, fundado em 1875

<sup>30</sup> MAIO, 1999: 232

<sup>31</sup> SODRÉ, 1999: 6

<sup>32</sup> MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003: 58



duraram a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), importante evento que culminou com o holocausto de milhões de judeus.

### Referências:

AQUINO, Maria Aparecida de. -Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento -- Bauru: EDUSC, 1999.

ARENDDT, Hannah. As Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim -Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.-- 2.ed.-- São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, de Maria Luiza Tucci - O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de lima geração (1930-1945), . São Paulo, Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Laís Mônica Reis- O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial, Repositório institucional; UFBA Salvador, Ba- p. 53-86. 2006.

JESUS, Geferson Santana de -BARULHOS DE GUERRA: produção historiográfica baiana sobre a Segunda Guerra Mundial (1939-45).

LIMA, Isabela Andrade de. Divulgação e Perseguição: o anti-semitismo presente nos prontuários da DOPS/PE.

MAIO, Marcos Chor. “Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30”. In: Pandolfi, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo, Rio de Janeiro, FGV, 1999, pp. 239 e 239

O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo/ organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. - (O Brasil republicano; v.2)

PEIXOTO JUNIOR, José Carlos -O caso Diário de Notícias da Bahia A quinta coluna baiana 1935-1941; UFBA. Salvador, Ba. 2003

SAMPAIO, Consuelo Novais - A Bahia na Segunda Guerra Mundial.

SODRÉ, N.Werneck. História da imprensa no Brasil.- 4.ed.-- São Paulo: MAUAD, 1999.  
Acesso em 18/06/20016 <<http://www.morasha.com.br/brasil/a-comunidade-judaica-da-bahia.html>>

## A formação crítica de documentaristas sociais, memória e desenvolvimento local através do webdocumentário

**Richardson Nicola Pontone**

Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais

E-mail: richardson.pontone@uemg.br

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo levantar algumas questões acerca das mídias digitais no audiovisual através da ressignificação do documentário - as especificidades encontradas no webdocumentário - nas novas narrativas e formas de distribuição. O processo metodológico que orientou esta pesquisa situou sua realização em três momentos distintos. O primeiro é a apresentação do tempo histórico do realizador, conceituado aqui como documentarista social. Já no segundo, caracterizamos uma reflexão sobre o webdocumentário, interatividade e participação e por último um projeto de produto técnico a ser ainda viabilizado a partir de uma oficina prática, aberta para um conhecimento aprofundado sobre a nossa própria realidade.

**Palavras-chave:** audiovisual, documentário, memória, desenvolvimento local

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo levantar algunas cuestiones acerca de los medios digitales en el audiovisual a través de la resignificación del documental - las especificidades encontradas en el webdocumentario - en las nuevas narrativas y formas de distribución. El proceso metodológico que orientó esta investigación situó su realización en tres momentos distintos. El primero es la presentación del tiempo histórico del realizador, conceptuado aquí como documentalista social. En el segundo, caracterizamos una reflexión sobre el webdocumentario, interactividad y participación y por último un proyecto de producto técnico a ser aún viabilizado a partir de un taller práctico, abierto a un conocimiento profundo sobre nuestra propia realidad.

**Palabras clave:** audiovisual, documental, memoria, desarrollo local

### Introdução

O presente artigo tem como tema o webdocumentário e a prática do trabalho em rede do documentarista social. Nossa proposta é detectar algumas produções existentes acerca do webdocumentário: como são produzidos, conceito, o princípio da participação e da interação entre o produtor e o usuário. O ponto central foi detectar os processos metodológicos das produções, a forma de organização dos realizadores e as plataformas existentes na Internet para propagação de conteúdo e engajamento por parte dos usuários.

Hoje surge mais uma mudança no campo do documentário precipitada por avanços tecnológicos. O que surge agora traz um aporte capaz de comportar todos os estilos de documentar o real preexistentes, modificando ainda a forma de organizar o conteúdo narrativo e de requisitar a participação do espectador no envolvimento com o produto. São os webdocs, documentários feitos para serem usufruídos on-line. (LEVIN, 2013)

Com o advento das câmeras digitais (fotografia e vídeo), os processos de produção do audiovisual não ficaram mais restritos aos veículos e aos profissionais da área. Assim como os Irmãos Lumière fizeram no final do séc XIX, retratando o cotidiano através do recém-inventado cinematógrafo, o sujeito passou, através destes outros cinematógrafos, produzir imagem em movimento, retratar o cotidiano e, principalmente, compartilhar o conteúdo.

Entendemos que os movimentos sociais precisavam fazer um contraponto à mídia tradicional. Surge aí a possibilidade de outros pontos de vista, contar outras histórias que normalmente são relatadas de forma tradicional e oficial. Chegou o tempo da colaboração, da Internet 2.0, do sujeito que cria conteúdo e compartilha.

Dentro desta análise, detectamos o papel do realizador audiovisual atualmente e qual o lugar do audiovisual nas novas mídias. O trabalho em rede e as novas formas de propagação de conteúdo e o caráter didático deste processo na cadeia produtiva no audiovisual também estão entre os pontos estudados por este trabalho. Percebemos que é possível desenvolver, através do documentário, pelo seu caráter pedagógico, um diálogo com escolas, movimentos sociais e outras organizações que não têm acesso ou representatividade nos meios de comunicação de massa.

Na atual configuração social e cultural, em que as imagens e os meios técnicos estão cada vez mais presentes nas práticas sociais, o campo de estudo da comunicação voltou-se para a investigação das interações comunicacionais. Esta abordagem enfatiza a participação dos sujeitos como interlocutores do processo comunicativo. Portanto, não estamos interessados em abordagens que privilegiam apenas as dimensões produtivas ou de recepção.

Nos concentramos em explorar neste artigo a educação, a memória e o desenvolvimento local. Percebemos o caráter pedagógico no documentário e a possibilidade do documentarista social ao contribuir para a realidade local por meio de sua produção e de sua investigação.

### **O webdocumentário, memória e a formação crítica de documentaristas sociais**

A ideia de percurso e da necessidade de representar e mudar o mundo ao nosso redor nos inspiram pertinentes observações. Neste caso, à luz das Teorias da Comunicação, e a pesquisa do gênero documentário, percebemos na comunicação dos movimentos populares algo a ser discutido como as formas existentes de exibição e propagação da informação produzida pelos movimentos sociais de caráter popular.

Também, na atual configuração social e cultural, em que as imagens e os meios técnicos estão cada vez mais presentes nas práticas sociais, o campo de estudo da comunicação volta-se para a investigação das interações comunicacionais. Esta abordagem enfatiza a participação dos sujeitos como interlocutores do processo comunicativo.

Neste sentido, abordaremos o webdocumentário como um processo midiático fortemente marcado pela interlocução, onde os sujeitos são postos em relação dialógica com autores e obras, coparticipando da produção de sentido. Nesta concepção seria ideal o sistema de comunicação que convida o espectador a explorar e a produzir possibilidades de construção de uma narrativa espacial e/ou temporal em um ambiente digital composto por sequências de imagens em movimento.

Primeiramente apresentaremos nossa abordagem sobre as chamadas novas tecnologias e como o webdocumentário pode ser entendido neste contexto; em seguida a caracterização dos meios digitais. Nossa análise busca diferenciar os modelos em sua dimensão comunicativa, evidenciada pela coparticipação dos sujeitos na produção de sentido. Entretanto o papel dos sujeitos, produtores e receptores neste modelo será problematizado pelas investigações de Janet Murray (2003) e Vicente Gosciola (2003). Tais autores trazem a discussão para além da relação interativa dos sujeitos com a obra e nos ajudam a verificar a complexidade da autoria nos processos comunicativos interativos.

Neste modelo, onde os sujeitos ocupam lugar central no processo comunicativo em ambientes hipermidiáticos de natureza interativa, as tecnologias e o desenvolvimento dos processos técnicos refletem ideologias e formas de estruturação de uma lógica social. Portanto, como nos apresenta Manovich (2003), trata-se de uma maneira de ver, relacionar e dialogar com o mundo por meio de práticas que constituem a forma cultural do nosso tempo.

### **O webdocumentário**

As chamadas novas tecnologias não serão aqui abordadas a partir apenas de uma caracterização tecnológica, visto que o que as tornam relevantes para nosso estudo não é o fato de inaugurarem interatividade ou manipulação dos conteúdos. A novidade é o rompimento com a positividade de uma ordem tradicional tida como imutável e identificada como a estrutura objetiva do mundo, na direção de uma lógica que contesta os valores clássicos, mais aberta e indefinida, onde o enunciado não determina simetricamente as significações. Estas tecnologias

não inauguram, mas viabilizam a experimentação da pluralidade de significados que convivem num só significante.

Então só faz sentido falarmos em novas tecnologias a partir de suas estruturas para compreendermos tanto como propõem a inserção dos sujeitos no processo comunicativo e os desdobramentos desta configuração. Nesta perspectiva, entendemos o sentido como resultado de um processo e não mais como algo dado que deve ser compreendido por um sujeito posicionado como espectador.

O webdocumentário vai ao encontro a esta caracterização dos processos comunicativos contemporâneos. Identificar suas características constituintes nos ajuda a compreender o que demandam dos sujeitos nesta proposta de relação interlocutiva, que constitui sua dimensão comunicativa. Também pode ser definido como uma forma de estruturação de conteúdos audiovisuais em ambientes digitais, articulando imagens técnicas com a linguagem da hipermídia e viabilizando uma nova forma de estruturação discursiva. O webdocumentário tem um funcionamento muito próximo ao hipertexto. Porém, diferente de uma página da Internet, que apresenta vários links simultaneamente no mesmo espaço, as oportunidades de associação aparecem e desaparecem à medida que as sequências de vídeo são reproduzidas. O link assume uma nova dimensão dentro do espaço do vídeo, sendo esta a temporal. As sequências de vídeo são reproduzidas continuamente, enquanto o usuário realiza escolhas que direcionam o desenvolvimento do fluxo audiovisual.

### **Audiovisual e representatividade nas Redes**

Ultimamente, inúmeras investigações estão sendo feitas sobre ativismo. O que antes conhecíamos como militância hoje, com a degenerescência da democracia representativa, se transformou em movimento autônomo. Uma ordem horizontal, não hierarquizada, surge. A cultura do faça-você-mesmo está tomando novas formas. O que antes, seria da ordem dos interesses individuais está para o fazer coletivo. Surge então o videoativismo. Uma forma de registro não convencional, que emerge em meados dos anos 1990 muito influenciado pela geração de realizadores das décadas de 1970 e 1980. Em junho de 2014, a população pôde perceber mais fortemente através das redes sociais os inúmeros registros, compartilhados e distribuídos.

Nosso mundo, nossa dimensão, encontra-se fortemente atrelada aos meios de comunicação. Thompson (1995, p.285) destaca que, na contemporaneidade, "o conhecimento

que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia". Assim, percebemos a esfera dos meios de comunicação como o espaço público midiático, que confere visibilidade aos acontecimentos sociais. Aparecer neste espaço significa, na atualidade, aparecer na esfera pública, inserir-se no campo do que é visível e compartilhado socialmente.

Os projetos de comunicação comunitária surgem da percepção, pelos grupos e entidades da sociedade civil, da necessidade de conquistar possibilidades de visibilidade e memória no espaço público midiático. Nestes projetos, as mídias são percebidas não só como espaços de visibilidade pública, mas também – e principalmente – como espaços para ocupação e debate públicos. A proposta é a efetivação da garantia do direito à livre expressão. Assim, a comunidade envolvida é convidada a produzir mensagens através dos meios de comunicação.

As iniciativas em curso hoje no Brasil dão ênfase à ideia de mobilizar pessoas e grupos através da mídia. Santoro (1989, p. 38) demonstra que uma animação social e cultural utiliza os meios eletrônicos para pôr em movimento uma vila, um bairro ou mesmo um grupo. Isto implica, de uma parte, na vontade de colocar as pessoas em relação umas com as outras; de outra, em ajudá-las a descobrir, a exprimir, a discutir e resolver problemas que elas encontram” (Santoro, 1989, p.38). Mais uma vez, através das manifestações de junho de 2013 no Brasil, percebemos toda esta movimentação.

### **Entender o meio**

Para a formulação e criação em um meio comunitário o grupo envolvido tem que conhecer os processos, ou seja, o discurso do veículo em questão. Sendo assim, o início de uma experiência de comunicação comunitária geralmente é marcado por atividades elaboradas por uma equipe de comunicadores e educadores, que realiza, junto ao grupo, exercícios de criação ao longo dos quais são apresentados os elementos que constituem a linguagem e o processo de produção na mídia.

No sentido de ousar a inventar novas linguagens, podemos partir para uma perspectiva experimental, reinventado assim a linguagem da mídia extrapolando os discursos convencionais. Por outro lado, pode ter um outro sentido, o de provar o gosto de produzir a informação. Ao degustar a mídia, a comunidade entende seus mecanismos e sua estrutura.

É neste momento que percebemos a colaboração da escola, e a posição do educador, neste processo. Podemos ir um pouco mais além ao elaborar o conteúdo e as vivências das

disciplinas do ensino fundamental II e médio para exemplificar uma série de questões que estão em nosso cotidiano. O professor de determinada disciplina pode estimular seus alunos na produção de trabalhos audiovisuais e relacionar com outras disciplinas e, conseqüentemente, ao seu meio social. Neste aspecto, há uma grande possibilidade de trazer os fundamentos de interdisciplinaridade para a escola e a prática no meio social em consonância com o tempo histórico que vivemos.

O diálogo entre os campos da educação e da comunicação não é exatamente novo. Paulo Freire (2011) considerava, por exemplo, os dois processos semelhantes. Para ele, comunicar era uma atribuição básica do educar. O educar seria, então, uma comunicação específica. Freire afirmava que o verdadeiro objetivo da educação é transformar o mundo. Aprender a ler é aprender a entender o mundo, isto é, ter acesso aos tesouros de toda a literatura, a todo conhecimento produzido e registrado de forma escrita. E aprender a escrever significa mudar esse mundo, isto é, imprimir nele sua própria experiência, seu ponto de vista, sua opinião. Uma vez comunicada esta palavra, o mundo já não é mais aquele de alguns instantes atrás: sua ação já agiu sobre ele, já o mudou.

### **Mídia processo**

Este jovem, amparado por estes elementos trabalhados na escola, pode levar para a sua comunidade o que Daniel Brazil (1992, p.14) conceitua como mídia processo: "determinada comunidade ou grupo utiliza forma sistemática o vídeo como elemento de integração [...] em uma produção em geral coletiva, que busca atender seus interesses". Todo o processo de criação é coletivo. A escolha dos temas, a linguagem abordada tem tanta ou mais importância que os produtos realizados. Na criação coletiva, o grupo precisa apropriar-se da tecnologia e definir o que e como mostrar/dizer. Ao longo do processo são criados espaços, tanto em escolas como em outros ambientes comunitários, onde é possível descobrir e trabalhar coletivamente as questões dispersas no cotidiano, redimensionando o olhar sobre tais questões. Esse processo, tão importante quanto o produto final, torna possível o surgimento de novas identidades e de novas perspectivas de ação política individual e coletiva.

A prática e a teoria trabalham de forma integrada nesses processos. Neste sentido, o processo de produção tem, portanto, um papel formativo da maior importância. O produto final não é o objetivo maior. O objetivo maior é experimentar coletivamente. A comunidade descobre a linguagem, os aspectos técnicos, as negociações entre os atores na medida em que cria a sua



própria mídia. Enfim, o termo mídia processo diz respeito a esta metodologia de produção midiática que tem como fundamento a experimentação coletiva.

### **O documentarista social**

Na Grécia antiga, o termo cidadania consiste no direito de participar dos processos coletivos de decisão dos destinos da cidade. A cidadania não está ligada somente ao “direito de ter direitos” ou à questão básica do acesso a uma vida digna. O termo cidadão deriva-se da palavra latina *civita* que significa cidade e que tem como correlato o grego *politikos* – aquele que vive na cidade. Vivemos em tempos mediados e midiáticos. Com as novas relações de trabalho, surge então, uma nova divisão. Qual o tempo necessário para a crítica e o esclarecimento? Qual o papel dos meios e das práticas comunicacionais? Qual a função da escola na formação deste cidadão audiovisual? Estamos reduzidos a uma mídia corporativa e reducionista onde tudo é espetáculo. É a barbárie pela barbárie ou o caos pelo espetáculo. Em nossas salas convivemos com estas corporações, em um jogo sensacionalista, como, por exemplo, a cobertura da tragédia de Santa Maria/RS, em janeiro de 2013, onde 240 jovens morreram em um incêndio de uma casa noturna, e o esvaziamento da crítica ao colocar no lugar comum as manifestações sociais e o vandalismo.

O videoativista e documentarista social crítico surgem neste momento como sujeitos históricos a registrar o conceito de justiça social. Através do registro de imagens é possível proporcionar o debate, construir uma rede de relações contrárias às políticas públicas comandadas por uma minoria. Neste contexto, a formação se faz necessária para estimular a comunidade, promovendo a capacitação e o desenvolvimento de grupos excluídos do acesso da produção e acesso à informação contribuindo para a democratização do conhecimento. A organização autônoma e horizontal na produção de documentários tem grande possibilidade de expressar a vontade dos movimentos sociais de caráter popular.

O documentarista social tem um papel fundamental na ajuda a estes movimentos, produzindo documentários que eles necessitam em sua organização e/ou formação dos grupos a produzirem sua própria comunicação. No final do século XX temos uma explosão na produção de documentários com ênfase nos acontecimentos sociais em virtude das novas tecnologias informação e comunicação: câmeras digitais, smartphones, tablets e a Internet - neste caso, meio essencial na distribuição e organização das redes.

### **O diálogo e a interatividade**

Para Bakhtin (2010), o ser só se constitui enquanto sujeito quando se coloca em relação a outro no processo de interação social. Este processo se dá a partir da linguagem como ambiente de troca ideológica. O documentário permite através do diálogo estabelecer esta troca, constituindo elemento chave do ser/sujeito. Fernão Ramos (2008) salienta que o diálogo é o elemento constituidor do sujeito e aponta que o cinema documentário parte de uma relação dupla constituidora de sujeitos (personagem/documentarista e que, ao estabelecerem na linguagem esse universo formador e constituidor, vão constituir os alicerces para a criação de uma obra artística (o filme documental), para uma relação tripla de interação formadora, através da fruição (personagem/documentarista/espectador).

No webdocumentário estes três sujeitos - personagem, documentarista e espectador - estabelecerão trocas intensas e processos de significação, aprendizagem, emoção e descobertas através da interatividade. Percebemos que a linguagem do documentário está presente e não é anulado. Na Internet temos ferramentas que proporcionam estes elementos interativos e o mais importante, o trabalho em rede. O documentarista passa a não ser mais o sujeito único quando canais são abertos para produções colaborativas. É possível que o usuário também, ao compartilhar o evento, torne-se documentarista agregando seu ponto de vista através de textos, fotos e vídeos.

Segundo Oliver Crou (2010), pelo neologismo webdocumentário designamos um documentário cuja concepção e realização são feitas para a web e que é difundido pela web. Não se trata de um documentário de formato televisivo ou cinematográfico, de narração linear, que encontra na Internet um enésimo espaço de difusão, mas um tipo de prolongamento do que foram os CD-ROMs ou DVD-ROMs: uma obra que utiliza as tecnologias da web e seu diferentes recursos multimídia. O modo de narração dos webdocumentários é concebido de maneira que o leitor/espectador navegue pela interface de forma totalmente delinearizada. É ele quem conceberá de maneira única seu percurso pelo webdocumentário.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao longo dos últimos anos conduziram o filme documentário a um cenário de plena mutação. Do ponto de vista da criação, o barateamento dos equipamentos de captação e edição de imagens em movimento tem ajudado um número cada vez maior de autores e realizadores a colocar em prática novos projetos. Em uma outra ponta no processo de produção da cadeia produtiva de produção documental, encontram-se novas formas de distribuição e difusão. Alguns elementos contribuíram para que houvesse novas formas de um trabalho atingir o público, além dos

tradicionais espaços o cinema e a televisão: aumento da banda da Internet, Redes Sociais, crescimento do uso de mídias móveis, locativas e o olhar e prática das novas gerações pós Tv e Cinema. No entanto, como se trata de um cenário em constante evolução, qualquer análise que se faça neste momento captará “uma imagem em movimento dos modelos de criação, produção e difusão do documentário no meio ambiente atual das plataformas digitais” (Observatoire du Documentaire, 2011:2)

### **Considerações finais**

Com o advento das novas tecnologias mais acessíveis e mais baratas, é possível produzir conteúdo audiovisual de uma forma mais econômica em termos de produção. Aliada a isso, as mídias digitais estão desempenhando um papel muito importante na ressignificação de todo este conteúdo oriundo do cinema, rádio e TV. Com a web 2.0, o usuário passou a produzir o próprio conteúdo desde a produção e publicação de sites sem que seja necessário conhecer programação, passando por publicação de fotos, hipertextos e vídeos.

Todo este procedimento é possível sem a necessidade de concessões ou autorizações governamentais prévias. A população tem em mãos a possibilidade de produzir seu próprio conteúdo e, de uma forma quase instantânea, publicar, opinar e por que não, contar a sua própria história e compartilhar as memórias de sua localidade, território. Assim como a geração anterior conheceu a TV, o controle remoto e o vídeo cassete, as atuais têm acesso a um mundo hiperconectado. Por outro lado, uma parte da população não mais se sente mais representada pelos veículos tradicionais de comunicação e buscaram na Internet uma aliada na propagação e distribuição de seus conteúdos.

A nova configuração dos movimentos sociais, organizados em grande parte por jovens, começaram a produzir sua própria história, o seu ponto de vista. Desde a história de uma rua até uma comunidade quilombolas que por muitas vezes são esquecidos pela mídia tradicional. Alguns gêneros do audiovisual que até então só eram conhecidos através de TV's educativas e/ou comunitárias e festivais de cinema e vídeo, agora estão disponíveis na web. Neste sentido, aliado às novas plataformas, criou-se novas formas de exibição, engajamento e interação. Todo este repertório trouxe-nos a reflexão sobre o papel do documentário, ou melhor, como produzi-lo e transformá-lo em um produto interativo usando as ferramentas existentes nas novas tecnologias de informação e comunicação.

Apresentamos o webdocumentário como um novo gênero, que surge com a evolução das novas tecnologias. O mesmo se difere em sua forma de estruturação aberta e inclusiva de narrativas distintas sobre um mesmo tema. Além de ser composto por vídeo, o webdocumentário também pode reunir informações em diferentes formatos: textos, áudios, fotos, ilustrações e animações. Com isso, é possível, por exemplo, edição online e compartilhada, ao assistir uma obra, podemos definir a sequência e realizar escolhas que nos direcionam ao desenvolvimento do fluxo audiovisual. Ao agregarmos informações, deixamos de ser espectadores, participamos da própria produção de conteúdo e assumimos assim, o posto de coautores.

Mesmo o valor social não devendo ser característica principal em um documentário, ele é notado na maioria deles nos últimos tempos. Podemos recorrer a John Grierson, para reforçar a a ideia de que o documentário é uma das mais importantes formas de educar a sociedade. Comprendemos que é essencial para a contribuir na solução dos problemas sociais a possibilidade de divulgação dessas dificuldades para a própria sociedade. O potencial educacional do documentário é muito considerável, capaz de despertar noções básicas de conduta na sociedade. Mais do que pensar em uma definição conceitual para o gênero em questão, deve-se também, em igual importância, pensar na função original do documentarista e o seu potencial educativo.

Com o avanço da tecnologia digital, o webdocumentário vai se definindo como gênero do mundo atual e se mostra capaz de oferecer uma extensa opção de conhecimentos, contribuindo assim, para o desenvolvimento da sociedade. Diante deste fato, apresentamos como projeto uma oficina de produção audiovisual e novas mídias a fim de auxiliar na produção de um webdocumentário.

## Referências

- BAKTHIN, Mikhail / Volochinov (2010) *Marxismo e Filosofia da Linguagem* – São Paulo: Hucitec;
- BRAZIL, Daniel (1992) Vídeo: uso e função. In: *Boletim Vídeo Popular, da Associação Brasileira de Vídeo Popular, nº 15*. São Paulo: ABVP.
- BURCH, Noel (2008) *Práxis do cinema*, São Paulo, Perspectiva
- CALDART, R. (2004) *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular.

CASTELLS, Manuel (2009) "The Networked City: Réseaux, espace, société.", EspacesTemps.net, Textuel,.

CENTRE NATIONAL DU CINEMA ET DE L'IMAGE ANIMÉE (CNC), França (2009) – “Aide aux projets pour les nouveaux médias, le cinema et la télévision: 2007-2009 – Project retenus”

CROU, Oliver – (2011) “Qu’est-ce que le webdocumentaire?”, WEBDOCU.fr, 2010;  
DAYRELL, Juarez. TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro (2009) LOPES, José Miguel de Souza. orgs) – A juventude vai ao cinema. Belo Horizonte: Autêntica.

DOWNING, John D. H. (2002) Mídia Radical, SENAC, SP.

EISENSTEIN, Serguei (1990) A forma do Filme. Rio de Janeiro: Zahar.

FERREIRA, Sandra Lúcia. (1993) Introduzindo a noção de interdisciplinaridade. In: \_\_\_\_\_. Práticas interdisciplinaridades na escola. 2 ed. São Paulo, Cortez.

FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Paulo (2011) *Educar com a Mídia – Novos diálogos sobre educação*. São Paulo: Paz e Terra.

GAUDREAU, André e JOST, Francois (2009) A narrativa cinematográfica, Brasília, UNB.

GAUTHIER, Guy (2001) O documentário um outro cinema, Campinas, SP, Papirus.

GOSCIOLA, Vicente (2003) Roteiro para as novas mídias: do game à TV interativa. São Paulo: Ed. Senac São Paulo.

LEMOS, André (2007) Mídias Locativas e Territórios Informacionais. SP.

MACHADO, Arlindo. (2003) *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo, Itá Cultural.

MANOVICH, Lev (2003) The language of the new media. MIT Press: London.

MESQUITA, Rui G. M (2010) Movimentos sociais e escola pública: uma metodologia para analisar projetos político-pedagógicos antagonísticos. Educação e Realidade, Porto Alegre.

MESQUITA, Rui G. M (2013) Projeto didático para a construção de documentário: uma possibilidade de experiência popular em escolas públicas /Recife: Ed. Universitária da UFPE.

MURRAY, Janet. Hamlet no Holodek (2003): o futuro da narrativa no ciberespaço; tradução Elisa Khoury Daher, Marcelo Fernandes Cuzziol. São Paulo: Itá Cultural: Unesp.

MURCH, Walter (2004) - Num piscar de olhos: a edição de filmes sob a ótica de um mestre, Rio de Janeiro, RJ, Zahar.

NAPOLITANO, Marcos (2003) Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto.

- NICHOLS, Bill (2009) *Introdução ao documentário*, 4ª. Edição, Campinas, SP, Papirus.
- NUNES, Pedro (2009) *Mídias Digitais & interatividade*. Paraíba: Editora UFPB.
- RAMOS, Fernão Pessoa (2012) *Mas afinal o que é mesmo documentário?* SENAC:SP.
- SANTORO, Luiz Fernando (1989) *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial.
- SAVIANI, Dermeval (2010) *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados.
- SALWAY Andrew and XU Yan (2004) *Navigating Stories in Films*. School of Electronics and Physical Sciences Department of Computing.
- SAWHNEY, N., D. BALCOM (1996) and I. Smith, *HyperCafe: Narrative and Aesthetic Properties of Hypervideo*. In Proc. Hypertext '96, ACM.
- SANTORO, Luiz Fernando (1989) *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial.
- SAQUET, Marcos Aurélio e SOUZA, Edson Belo Clement (2009) *Leituras do conceito de território e processos espaciais*. São Paulo:SP.
- WOHLGEMUTH, Julio (2005) *Video educativo – uma pedagogia audiovisual*. DF: SENAC
- WOOD, David (1996) *Como as crianças pensam e aprendem*. São Paulo: Martins Fontes.

## Revista Alterosa: Para a família do Brasil (1939-1945)

**Gelka Arruda de Barros**

Doutoranda em Estudos do Lazer  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: gelkabarros@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho aborda de maneira preliminar os primeiros anos da Revista Alterosa, apresentando suas principais características, visando apontar sua potencialidade como objeto e fonte histórica para a investigação de diferentes contextos históricos no Estado, e principalmente, em Belo Horizonte.

**Palavras chave:** Revista Alterosa; Belo Horizonte; objeto histórico; fonte histórica.

**Abstract:** This paper approaches in a preliminary way the first years of Alterosa Magazine, presenting its main characteristics, aiming at pointing out its potential as object and historical source for the investigation of different historical contexts in the State, and especially in Belo Horizonte.

**Keywords:** Alterosa Magazine; Belo Horizonte; historical object; historical source.

### 1. Apresentação

A *Alterosa* foi uma revista ilustrada mineira, criada em agosto de 1939, pelo jornalista Olímpio de Miranda e Castro. De frequência mensal, desde seu lançamento possuía uma sucursal no Rio de Janeiro. Publicação de caráter literário e noticioso, entre suas seções figuravam contos e crônicas, entremeados por reportagens econômicas, políticas e sociais sobre o Estado, notas sociais da sociedade mineira, humor, poesia, passatempos, entretenimento como o rádio e o cinema, prescrições sobre saúde, beleza e moda, e publicidade. Em 1943, passou a apresentar sumário e o *slogan* “Para a família do Brasil”. Intelectuais como Djalma Andrade, Henriqueta Lisboa, Olga Obry, entre outros, escreviam para a revista que, ocasionalmente publicava contos de literatos como Fernando Sabino, Rubem Braga, e outros. Gradativamente, a revista foi ganhando repercussão fora de Minas Gerais, circulando até 1964.

Neste momento, Belo Horizonte vivia um intenso processo de modernização, devido a sua expansão para além do perímetro urbano definido em sua planta de construção. O período de 1935 a 1947, conhecido como “o ciclo do Arranha-céu”, simbolizou uma nova etapa de progresso na história da cidade (CHACHAM, 1996). Em 1940, Juscelino Kubitschek foi nomeado prefeito e ficou no cargo até 1945. O espaço urbano e a cidade estavam em plena transformação, pelo asfaltamento de ruas e avenidas, formação de Vilas e Bairros, saneamento e terraplanagem, a construção do complexo arquitetônico da Pampulha, a realização da Exposição de Arte Moderna (IBGE, 1957, p.14; CEDRO, 2006), a criação do Museu Histórico



da Cidade e do Instituto de Belas Artes, a construção do Teatro Municipal e o início da edificação do Palácio da Artes. A criação de novos espaços públicos destinados ao uso do tempo livre instituiu novas práticas sociais, por conseguinte, novos hábitos de lazer, advindos das mudanças nas percepções e experiências da população. Atuaram juntamente a esse processo, o rádio, a crescente americanização do país por meio da “Política de Boa Vizinhança” de Franklin Delano Roosevelt, cujo principal elemento propagandístico era o cinema, e a expansão da fotografia para além dos álbuns de família e cartões-postais, exibida em profusão nas revistas ilustradas.

O surgimento da publicação ocorreu no período de transição (1930-1950) entre o modelo editorial inspirado nos magazines ilustrados europeus, sobretudo franceses, caracterizado pela estreita relação entre jornalismo e literatura, e os modelos da indústria cultural, sob forte atuação do cinema na vida cotidiana (MIRA, 1997). Época marcada pelo ideal romântico e pelas fotorreportagens da revista *O Cruzeiro*, e sobretudo, segundo Castro (1995), pelo gradativo processo de profissionalização da imprensa mineira, até então, caracteristicamente artesanal e efêmera.

## 2. Principais características:

As senhoritas da sociedade mineira eram retratadas nas capas da *Alterosa*. A lógica da presença feminina nas capas vem do próprio *slogan* da revista “Para a família do Brasil” que, embora tenha surgido tardiamente, apresentava o perfil editorial da publicação cuja centralidade era a família. Dessa forma, a mulher era o elemento fundamental para a construção desta representação, e por isso, figurava nas capas da revista. De qualquer forma, esta não foi uma novidade introduzida pelo periódico, algumas revistas que circularam anteriormente na capital tiveram mulheres em suas capas, fotografadas ou ilustradas, ainda que sem a mesma frequência, como a *Vida de Minas* (1915) e a *Bello Horizonte* (1933).

Os editoriais estavam presentes na revista desde seu lançamento. Além dos textos comemorativos do aniversário da publicação, temas de interesses gerais eram abordados, como o Carnaval, o mercado de publicidade, o aniversário do presidente Vargas, como também, assuntos que envolviam a participação direta da publicação como voz de seus leitores frente a atuação do poder público e privado na cidade, como exemplo, a construção de um teatro popular.

Os contos se dividiam entre romances da literatura estrangeira e nacionais, ilustrados com uma imagem que sugerisse o conteúdo do texto. Assim como os demais textos, como crônicas, matérias, reportagens e outros, os contos eram publicados em partes. Uma parte no início da revista, e sua continuação ao meio dela para o final. Em grande maioria, os contistas eram homens. Entre os textos voltados para as mulheres, destacaram-se as crônicas de Kathleen Norris, apresentada como “a famosa escritora americana, *copyright* da Panamerica Press” que colaborou com a revista de março a dezembro de 1940, e Olga Obry que iniciou sua colaboração em julho de 1943. Os leitores podiam colaborar com a parte literária através do concurso permanente de contos e poesias.

A interação entre a *Alterosa* e seu público se deu também de outras formas. Houve duas seções de conselhos sentimentais, “Confidências e confissões”, aos cuidados de Silvio Castelar, que durou até maio de 1941, e “Caixa de Segredos”, cuja mentora era Consuelo San Martin, que estreou em novembro de 1944. Neste entremeio, surgiu a seção “No mundo dos enigmas”, passatempos dirigidos por Polidoro, em agosto de 1942 e “Grafologia”, em que a caligrafia de leitores era analisada por Fébo, em setembro de 1943.

O foco principal do periódico era a cidade de Belo Horizonte, mas o interior do Estado esteve sempre presente nas reportagens, assim como, esporadicamente outros Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Este último foi destaque em edições e matérias, por ter proximidade com o Triângulo Mineiro, devido ao desenvolvimento econômico que a região vivia em função do incentivo da política de Vargas para a ocupação do Centro-Oeste Brasileiro.

As reportagens em grande maioria eram sobre o progresso de Minas Gerais e apresentavam os avanços da administração dos municípios do Estado. Foram publicadas várias matérias sobre Benedito Valadares e Getúlio Vargas, desde inaugurações de obras públicas à exaltação da administração do presidente da República. As reportagens em grande maioria eram sobre política e economia, assuntos direcionados ao homem, que participava ativamente da esfera pública na sociedade. O conflito mundial propiciou a mulher um pequeno espaço a partir de setembro de 1942, quando gradativamente as notícias sobre a Segunda Guerra se tornaram assíduas, uma série de reportagens sobre as mulheres na guerra foram publicadas na revista. Assim, parece que a revista acompanhou o que pode ser chamado de “espírito do tempo” sob a ascendência do modelo cultural americano no país, e retratou a partir deste, a atuação da mulher de classe média fora da esfera doméstica. Contudo, o discurso conservador diante do papel feminino na sociedade mineira era hegemônico.

Os primeiros artigos sobre a administração do prefeito Juscelino Kubitscheck e o complexo arquitetônico da Pampulha surgiram também em 1942. A partir de dezembro desse ano, o “grill” da Pampulha figurava entre os espaços sociais mais frequentados junto ao Minas Tênis Clube. A publicidade do Cassino se tornou assídua, Carnaval, *Réveillon* e atrações internacionais foram divulgadas, principalmente, na segunda capa da revista.

A quantidade de publicidade na revista era expressiva (serviços de seguros, bancários, loteria e poupança, carros, eletrodomésticos, cigarros, bebidas alcoólicas, muitos medicamentos, comércio local, etc). O período mais forte dos produtos de beleza, incluindo cremes de barbear masculinos, iniciou em agosto de 1942, após as dicas de beleza e saúde aumentarem expressivamente. Em grande medida, esses produtos eram norte-americanos. Segundo TOTA (2000), a “Política de Boa Vizinhança” instituída pelo governo Roosevelt nesse período, visava não somente a adesão dos países latino-americanos ao esforço de guerra contra o Eixo, mas a ampliação de mercado para seus produtos, e para isso era necessária a venda de seu modo de vida. Anteriormente, eram publicados conselhos práticos, como preceitos de higiene e saúde, que envolviam a questão da alimentação e dicas gerais de limpeza, regras de etiqueta e comportamento social.

As notas sociais abrangiam aniversários, enlances matrimoniais, batizados, primeira comunhão, formaturas, festas, bailes e solenidades. O esporte e as artes foram assuntos abordados em entrevistas, pequenas matérias e reportagens, sua aparição era eventual e não em seções permanentes. Notas e pequenas matérias não eram somente prescritivas, variavam entre dicas e curiosidades sobre conhecimentos gerais, frases e pensamentos de escritores ou filósofos renomados, e a apresentação de acontecimentos históricos e dados geográficos.

Entre as seções permanentes, “Figuras mineiras” e “Os grandes vultos de Minas” foram assíduas na publicação, ao menos até dezembro de 1945, e referiam-se a personalidades masculinas que atuaram no Estado. Nenhuma seção semelhante a uma mulher foi encontrada nesse período. Sobre o cotidiano da cidade, destacaram-se “Águas passadas – notas de meu diário” e “Sedas e Plumas”, a primeira, de autoria de Djalma Andrade, relatava acontecimentos presenciados pelo autor, e a segunda, sob autoria da redação da revista era uma crônica social, na qual os personagens não tinham seus nomes publicados.

As seções de cinema e moda, terceirizadas da agência *Panamerican Press*, se relacionavam diretamente. Os filmes, inicialmente destacados na publicação, logo passaram a resenhas e notas, dando lugar a intimidade e ao estilo de vida dos astros do cinema norte-

americano. Até abril de 1941, a moda de Paris foi publicada em conjunto com a moda norte-americana, posteriormente, somente a última. Via de regra, as atrizes de cinema eram os modelos de vestimenta, penteados e acessórios para diversas ocasiões. O rádio, similarmente ao cinema, foi profusamente retratado e os cantores figuravam com o mesmo *glamour* das estrelas de *Hollywood*. Os profissionais eram evidenciados nas reportagens sobre a programação, nas contratações que eram realizadas de uma rádio para outra, e em sua intimidade. Os programas infantis como o “Gurilandia” da Rádio Guarani - P.R.I.7 e a “Hora infantil” da Rádio Inconfidência - P.R.I.3 foram destaque em muitos exemplares da revista.

### Considerações

Ao longo dos primeiros anos, a *Alterosa* não teve alterações editoriais significativas, algumas seções desaparecerem, outras foram renomeadas, mas seu conteúdo não foi substancialmente modificado. A publicação que visava ser a “grande revista dos mineiros<sup>33</sup>”, concebeu seu perfil editorial sob dois pilares, a família e o progresso material de Minas Gerais, correspondendo ao objetivo de propagar e representar a cultura mineira no Estado e no Brasil.

Tendo em vista sua inserção do contexto sociocultural de Minas Gerais, a revista se apresenta como um documento de imensas possibilidades de análise. Sua riqueza textual e imagética, revela os sistemas de significação que foram engendrados em determinada época, que circularam, foram consumidos e questionados, como forma de representação da sociedade mineira.

### Referências

ALTEROSA. Belo Horizonte, 1940-1945.

CASTRO, Maria Ceres P. S. Estudo crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim N. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Editora UFMG, 1995.

CEDRO, Marcelo. A administração municipal do prefeito Juscelino Kubitschek: estética e planejamento da cidade de Belo Horizonte na década de 1940. *Oculum ensaios*. Campinas, n. 5, p. 81-91, 2006.

CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas: a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas. (Org.). BH: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p. 183-230.

---

<sup>33</sup> A COMEMORAÇÃO DO 6º ANIVERSÁRIO DE ALTEROSA. *Alterosa*, ano VII, n. 65, setembro de 1945, p. 134.

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 24. Disponível em: <[http://www.biblioteca.ibge.gov.br/.../emb\\_volume24\\_bh\\_separata.pdf](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/.../emb_volume24_bh_separata.pdf)>. Acesso em 03. Set. 2015.

MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Campinas, 1997.

TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## A fábrica de móveis Unilabor: publicidade, trabalho, design e produção comunitária

**Oswaldo Bruno Meca Santos da Silva**

Mestrando em História

Universidade Federal de São Paulo

E-mail: osvaldomeca@gmail.com

**Resumo:** A fábrica de móveis Unilabor foi uma experiência atípica de empresa que funcionou na cidade de São Paulo, entre 1954 e 1967. Foi fundada por um frade dominicano inspirado nas ideias do Movimento Economia e Humanismo e pelo artista plástico Geraldo de Barros. Durante o período de suas atividades, a Unilabor produziu anúncios e materiais visuais para sua publicidade, que, além do objetivo principal dos anúncios que era a venda de móveis, também comunicava aos potenciais consumidores ideias de gosto, voltadas a um projeto de modernidade para o espaço doméstico. Ao mesmo tempo, evidenciava conflitos e contradições de um projeto de empresa autogerida e com críticas aos instrumentos do capitalismo.

**Palavras-chave:** Publicidade; Mobiliário; Design.

**Abstract:** The Unilabor furniture factory was an atypical experience of a company that operated in the city of São Paulo between 1954 and 1967. It was founded by a Dominican friar inspired by the ideas of the Economy and Humanism Movement and the plastic artist Geraldo de Barros. During the period of its activities, Unilabor produced advertisements and visual materials for its advertising, which, in addition to the main objective of the ads that were the sale of furniture, also communicated to potential consumers ideas of taste, aimed at a modernity project for the domestic space. At the same time, it showed the conflicts and contradictions of a self-managed enterprise project and with criticisms of the instruments of capitalism.

**Keywords:** Advertising; Furniture; Design.

A fábrica de móveis Unilabor foi uma experiência da relação entre a atividade comunitária religiosa com a Arte Moderna. Fundada pelo frei dominicano João Baptista Pereira dos Santos<sup>34</sup> e pelo artista plástico Geraldo de Barros<sup>35</sup>, funcionou de 1954 a 1967, na cidade de São Paulo, no bairro operário do Ipiranga. Nesse período, abriu quatro lojas na cidade de

---

<sup>34</sup> Frei João Baptista dos Santos pertencia à Ordem dos Pregadores, ou como é chamada popularmente, Ordem dos Dominicanos (fundada por São Domingos de Gusmão em, 1226, na Espanha). Nasceu em Franca (SP), em 1913, e faleceu na cidade de Juiz de Fora (MG), em 1985. Seu nome de registro era Jary Pereira dos Santos, pois era comum em ordens religiosas os seus membros adotarem um nome religioso. Entrou para Ordem dos Pregadores em 1930 e, em 1938, foi ordenado padre. Em 1946 conheceu o Padre Louis-Joseph Lebet, e, um ano depois, vai para a França para acompanhar de perto o trabalho deste e do movimento Economia e Humanismo (CLARO, 2001, 2012; SANTOS, 1984).

<sup>35</sup> Geraldo de Barros nasceu na cidade de Chavantes (SP), em 1923, e faleceu em São Paulo (SP), em 1998. Foi um artista plástico moderno que se relacionou com diversos grupos, como o Ruptura, Família Artística Paulista e Grupo XV. Tem uma entrada no design com a abertura do Museu de Arte Moderna (1947) e Museu de Arte de São Paulo (1949), que ministram cursos de desenho industrial, design e publicidade. Também tem destaque na fotografia, sendo o organizador do laboratório de fotografia do Museu de Arte de São Paulo em 1951 e associado do Foto Cine Clube Bandeirante (CLARO, 2001, 2012; LIMA, 2006; MARTINS, 2004).

São Paulo: Praça da República (Centro), Rua Domingos de Morais (Vila Mariana), Rua Augusta (Cerqueira César) e Avenida Santo Amaro (Santo Amaro).

Em quase todo o período de sua existência (pois no início experimentou a produção de liquidificadores e de outros artefatos sob encomenda), fabricava e comercializava móveis modernos projetados por Geraldo de Barros (com o auxílio de operários capacitados em serralheria e marcenaria). A fábrica foi precursora na ideia de elaborar móveis modernos, modulares e seriados, adaptáveis aos novos padrões de moradia dos setores médios da população, ou seja, em pequenos espaços (sobretudo, apartamentos), mas preocupada em não perder a funcionalidade e a beleza considerada típica da modernidade.

Este projeto foi instalado na Unilabor com o nome de comunitarismo, uma vez que o objetivo de frei João Baptista era construir uma comunidade de trabalho em que os operários fossem associados, ou seja, tinham, pelo menos em teoria, direito de tomada de decisão na gestão da fábrica. Além disso, a fábrica funcionava como um centro cultural para os operários e seus familiares, pois havia uma biblioteca, escola, atividades artísticas etc. O nosso objetivo é analisar como era a relação da fabricação dos móveis com a divulgação de seus produtos. Uma relação que parece óbvia em um regime capitalista, afinal, é comum qualquer empresa anunciar e fazer publicidade de seus produtos.

No entanto, a principal característica da Unilabor é que seu sistema de produção era inspirado em um movimento chamado Economia e Humanismo<sup>36</sup>, fundado em 1941, na França, também por um frade dominicano, e que pretendia ser uma terceira via entre o capitalismo e comunismo (uma vez que a Guerra Fria gerou diversas contestações a esses modelos vigentes, sobretudo pela crítica de movimentos de intelectuais e trabalhadores) pautado na autogestão operária, na humanização do trabalhador.

Além disso, o desenho dos móveis produzido por Geraldo de Barros, conferia ao desenho dos móveis da Unilabor a chancela do design moderno. A presença e a atuação de Geraldo de Barros na fábrica possibilitava a inserção da Unilabor no circuito das artes de São Paulo, que estava em expansão, a partir da criação de Museus, como o Museu de Arte Moderna

---

<sup>36</sup> Fundado pelo padre Louis-Joseph Lebret, que, desde o início de seu sacerdócio, tinha como trabalho pastoral acompanhar a agenda dos trabalhadores de diversos ramos. Leitor de Tomás de Aquino e de Marx, Lebret propunha uma reforma a partir de uma tomada de consciência dos trabalhadores. Além disso, tinha uma ideia clara de que o capitalismo cria falsas necessidades de consumo, pois “excita as fantasias e os caprichos do consumidor” (BOSI, 2012, p. 256). Outro conceito caro para Lebret é o de desenvolvimento, sobretudo a partir da pesquisa do planejamento urbano e como isso tinha implicação para a população pobre, principalmente na questão de moradia e ocupação das cidades.



(MAM)<sup>37</sup> e o Museu de Artes de São Paulo (MASP), cursos e grupos, além da Bienal de Artes de São Paulo.

A partir desse levantamento, deparamo-nos com algumas questões: como uma fábrica com uma proposta de um sistema de produção que valorizava a humanização do trabalhador anunciava os móveis de uma maneira que estabelecia concorrência com outras fábricas? Quem produzia os materiais publicitários, e em que medida os operários participavam desse processo, uma vez que se tratava de uma autogestão? Se e como esse sistema de produção diferente era retratado nos anúncios? Porque a Unilabor decidiu desenhar e fabricar móveis? Outra lacuna a partir da leitura desses estudos, e que a pesquisa buscará preencher, é a de que não foi encontrada como campo cristalizado nesse período levantado, seja com a Unilabor ou com outras fábricas, análises acerca da publicidade da indústria moveleira no Brasil. Ou seja, a relação entre publicidade e móveis é um dos passos para podermos compreender e problematizar os discursos e narrativas acerca dos modos de morar, que atingem nas décadas de 1950 e 1960 um novo patamar, sobretudo a partir da transformação demográfica das grandes cidades<sup>38</sup> e pelo aumento da verticalização<sup>39</sup> (e a conseqüente diminuição dos espaços de habitação). No caso específico da Unilabor também queremos observar a presença – ou a ausência – do discurso moderno para a habitação, aliado a questão artística e também do desenho industrial, e da questão ética posta pelo modo de produção comunitário.

Podemos inferir, então, que a Unilabor não foi uma fábrica qualquer: foi fundada por um frade, em conjunto com um artista plástico e os operários tinham direito na tomada de decisão na empresa. De fato, isso não é algo comum dentro do modo de sistema de produção capitalista, sobretudo como o conhecemos no período estudado e na realidade brasileira.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> Inclusive, o papel do MAM na fundação da Unilabor é essencial, uma vez que por uma rede de relações frei João Baptista convida artistas ligados a este museu (o próprio Geraldo de Barros) para decorar a Capela Cristo Operário, que iniciou o projeto do Centro Social Cristo Operário e a Unilabor.

<sup>38</sup> O Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1960 marcava que do total de 70.070.457 pessoas residentes no Brasil, 38.767.423 viviam em áreas rurais (55,3%) e 31.303.034 em áreas urbanas (44,7%). No entanto, o Censo demográfico de 1970 traz uma porcentagem praticamente oposta: das 93.139.037 pessoas residentes no país, 41.054.053 eram de áreas rurais (44,1%), enquanto que 52.054.053 eram de áreas urbanas (55,9%).

<sup>39</sup> O artigo de Nadia Somekh e Guilherme Gagliotti, “Metrópole e verticalização em São Paulo: exclusão e dispersão”, 2013, apresenta dados acerca da evolução do número de prédios em São Paulo a partir de licenças de elevadores, que a partir de 1951 aponta um crescimento. No entanto, os autores defendem que a “pesquisa sobre o crescimento vertical de São Paulo é uma tarefa difícil e complexa”, afinal, e ainda mais para nossa pesquisa, é necessário delimitar os prédios de apartamentos residenciais.

<sup>40</sup> Alguns textos de autores que estudam esse período são essenciais para a pesquisa e abrangem diversos campos: Para uma história cultural ver Nicolau Sevcenko, *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*, 2009, e Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, 1996. Para uma análise social e econômica podemos consultar João Manuel Cardoso e Fernando Novais, *Capitalismo tardio e sociabilidade*

Enquanto crescia a expectativa na profissionalização de diversos setores da produção das empresas, seja de qualquer ramo, a aposta em um modelo comunitário de gestão era ousada. Frei João Baptista Pereira dos Santos expôs a ousadia dessa experiência em um livro chamado *Uma revolução na estrutura da empresa*<sup>41</sup>, em que, como o próprio título nos chama a atenção, se tratava de uma proposta para um novo modo de produção, que pretendia revolucionar estruturas, não apenas para a Unilabor, mas para qualquer empresa.

Nesse livro, que é uma das principais fontes para a pesquisa, frei João disserta sobre o contexto da Igreja no Brasil frente ao capitalismo e das condições do operariado, a partir de confrontos entre os escritos de Marx e encíclicas papais. Também escreve acerca de seu encontro com Geraldo de Barros e das artes plásticas, sobretudo a partir das questões da comunicação do artista com o público e também sobre o bom gosto. Mas porque frei João propõe algo novo e fora dos padrões conhecidos do empresariado e operariado brasileiro? Qual é sua formação e sua trajetória?

A formação dominicana é muito conhecida pela sua criticidade e profundidade, sendo o estudo um dos três pilares da Ordem dos Pregadores, ao lado da oração e da vida comunitária (logo, a questão da comunidade para frei João não era uma surpresa, mas uma prática dentro da própria instituição que pertencia). Por essa razão, em seus textos, frei João não só cita diversos autores e pensadores, mas produz análises sobre a realidade brasileira.<sup>42</sup>

Em 1946 conhece o frei Joseph-Louis Lebet e em 1947 viaja para a França para participar da 1ª Conferência Internacional de Economia e Humanismo. Nesse período, frei João também experimenta a vida de padre operário em fábricas francesas, para conhecer e conviver com operários e operárias em diversos tipos de produção e com os mais variados círculos: anarquistas, comunistas, ateus, religiosos. Essa condição foi experimentada por muitos padres, religiosos, religiosas e até mesmo leigos e leigas.<sup>43</sup>

---

moderna, 1998, e para um contexto mundial consultar Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, 1995.

<sup>41</sup> Livro publicado em 1962, quando a Unilabor tinha cinco anos de funcionamento. Foi editado pela livraria Duas Cidades, também fundada e administrada por frades dominicanos. Grafia original.

<sup>42</sup> Em visita ao arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas da Ordem dos Pregadores, em 2013 e 2016, deparei-me com diversos manuscritos e documentos datilografados escritos por frei João. Um deles é intitulado *Breves considerações sobre Marxismo e Cristianismo*. O documento, infelizmente sem data e com 11 páginas, é aberto com o seguinte texto: “[...] Não é à toa que a Igreja tem muito mais textos oficiais de condenação explícita do liberalismo filosófico e econômico do que do marxismo”.

<sup>43</sup> Simone Weil, por exemplo, também participou desse contato com o operariado francês e fez seu relato em um artigo chamado *Experiência da vida de fábrica*, com o pseudônimo de Émile Novis. O artigo foi escrito em 1941 e depois publicado na revista do movimento Economia e Humanismo. Para ler o artigo, consultar a coleção de

Além disso, frei João Baptista conheceu uma comunidade de trabalho, inspirada pelas ideias movimento Economia e Humanismo, a fábrica de relógios Boimandou. Observar essa fábrica e viver o cotidiano operário influenciou a sensibilidade de frei João Baptista, que tinha o desejo de fundar uma experiência semelhante, ou seja, em que os trabalhadores estivessem inseridos em uma produção comunitária.

Ao voltar para o Brasil, frei João Baptista foi convidado para dirigir o Círculo Operário do Ipiranga<sup>44</sup>, mas logo investiu em seu projeto pessoal. Adquiriu um terreno no bairro do Alto do Ipiranga e construiu a capela dedicada a Cristo Operário (escolha que não foi acidental, afinal, frei João Baptista tinha como projeto a valorização do trabalho e do trabalhador, sobretudo a partir do discurso religioso). Para a decoração convidou artistas modernos, através do frei Benevenuto de Santa Cruz (até então diretor da empresa SAGMACS), e que mantinha relações com artistas ligados aos recém-criados, sobretudo a partir da figura de Ciccillo Matarazzo. Entre os artistas estavam Alfredo Volpi (como já citado), Yolanda Mohalyi, Bruno Giorgi, Moussia Pinto Alves, Elisabeth Nobile, Robert Tatin, Giandomenico de Marchis, Roberto Burle Marx e Geraldo de Barros (que produziu dois vitrais).

Geraldo de Barros foi também o projetista dos móveis da Unilabor, após ser convidado pelo frei João Baptista, que o conheceu a partir de um encontro para arrumar uma pintura da capela. O artista, nascido no interior do estado de São Paulo, mudou-se para a capital, pois passara em um concurso do Banco de Brasil, instituição que trabalhou como escriturário até sua aposentadoria, ganhando meio salário mínimo e trabalhando quatro horas por dia.

Ou seja, Geraldo de Barros não é a figura típica do artista paulistano, ligado à família produtora de café e que desde cedo cursa belas-artes, mas trata-se também de um trabalhador. Esse elemento é importante para compreender sua atuação para além dos desenhos dos móveis dentro da Unilabor.

Ele também tinha familiaridade com outros materiais e suportes, como a fotografia, que, de modo geral, foi transformadora e essencial para a produção do artista moderno, pois

---

textos organizada pela professora Ecléa Bosi: Simone Weil, A condição operária e outros estudos sobre a opressão, 1979, pp. 129 – 145.

<sup>44</sup> Sobre essa questão não há muitas referências. No entanto, é preciso pontuar que os círculos operários eram articulações que as arquidioceses e dioceses da Igreja Católica estimulavam, a partir de um presbítero responsável, para se aproximar dos operários em regiões com alto número de fábricas. Muito diferente da prática que ocorria da Europa, especialmente na França, de padres operários, esses círculos operários mantinham uma relação de apologia ao Cristianismo, e não de cuidado a questões da vida operária e garantia de direitos, como exposto pela pesquisadora (SOUZA, 2002).

proporcionava outras possibilidades aos trabalhos, como a perspectiva mimética. Mas para Geraldo de Barros a fotografia deveria ir além da simples ampliação e o negativo era um espaço de livre intervenção.

Torna-se conhecido por conta de seu projeto de fotografia, chamado Fotoformas, exposto no MASP (Museu de Artes de São Paulo) em 1950. Geraldo de Barros fez cursos de desenho, pintura e filiou-se ao Foto Cine Clube Bandeirante. Viajou para a França para estudar gravura (com uma licença do banco). Um importante movimento de formação e atuação de Geraldo de Barros foi o Grupo Ruptura, fundando em 1952 junto com Waldemar Cordeiro, Fiaminghi, Sacilotto e outros artistas concretistas.

O Manifesto do Grupo, ainda que curto, traz elementos significativos do período e das demandas de artistas como Geraldo de Barros. Para os assinantes do Manifesto havia uma preocupação com o “novo”, que era a “intuição artística dotada de princípios claros e inteligentes e de grandes possibilidades de desenvolvimento prático”.

Podemos relacionar essa questão do “desenvolvimento prático” da intuição artística ao engajamento de Geraldo de Barros no desenho industrial, em que avança a possibilidade de “legar uma cultura destinada ao transeunte” (LOURENÇO, 1995, p. 13) ou, como diz o próprio frei João Baptista a respeito do artista e sobre sua crise de comunicação:

Mais tarde vim a saber que justamente por essa época [antes da fundação da Unilabor] êle atravessava uma crise extremamente penosa que todo artista moderno forçosamente conhece e que se poderia chamar de crise de comunicação. O artista verdadeiro tem algo de importante a exprimir, uma visão do mundo, um ideal de beleza, êle sente que o Belo pode ainda salvar o mundo e quer comunicar o que sente à multidão de seus semelhantes. Mas aí êle encontra uma barreira intransponível que vem a ser a inadaptação dos meios de expressão. O pintor quer comunicar o que sente à humanidade inteira, mas como nos tempos antigos êle só dispõe de um pincel e uma tela que só podem pô-lo em contato com um número ínfimo de privilegiados apreciadores da arte que se estimam tais. (SANTOS, 1962, p. 22)

Ou seja, frei João Baptista também observou essa possibilidade prática da arte e de sua potencial comunicação. A arte passa então da tela ao objeto, principalmente a partir de temas geométricos, o que de fato assemelha-se ao processo industrial (como na produção de móveis, objeto que a Unilabor produziu).

Frei João, no entanto, diz que essa crise de comunicação

[...] é fácil compreender que ela nada mais é que uma das consequências da evolução das técnicas: é a repercussão no mundo da arte da revolução industrial que vem se acelerando e abalando a humanidade desde há mais de

dois séculos. Não que essa revolução seja em si inimiga da arte, da cultura ou da religião. O que ela faz é apenas tornar obsoletos certos meios ou determinados recursos que deram bons resultados em outros momentos da história. Em compensação ela oferece outros recursos, maiores e mais adequados. (SANTOS, 1962, p. 23)

Essa proposta de uma arte industrial (quer dizer, os meios adequados dos quais frei João Baptista fala) e a consequência disso, que é poder levar o artista a se tornar um operário, fez com que o Manifesto do Grupo Ruptura não fosse bem aceito. O discurso da aproximação entre a arte racional e a sociedade (com a utilidade de torná-la mais clara) de fato existia e era uma pauta de muitos grupos. No entanto, a perda da distinção pelo status de artista não entusiasmou outros artistas do período.

É para esse preconceito que Maria Cecília de França Lourenço chama atenção. O artesão, segundo ela, não era aceito na participação do fazer moderno. No entanto é esse debate que nos interessa para desenvolver a pesquisa. Porque essa relação entre a arte e a produção industrial não é encarada, em determinada opção de discurso, como moderna?

As bases históricas desse debate, e outros, como o desenvolvimento de um modo de produção coletivista no design, será nosso primeiro passo na pesquisa. Afinal, experiências semelhantes a da Unilabor datam do século XIX a partir de William Morris, arquiteto e artista inglês, e sua firma, a Morris, Marshall & Faulkner, Operários de Belas-Artes em Pintura, Gravura, Móveis e Metais. A doutrina de Morris era muito próxima do que o Grupo Ruptura, Geraldo de Barros e frei João Baptista problematizavam um século depois: a ideia de que a arte deveria ser acessível a um maior número de pessoas, inclusive a partir de objetos cotidianos.

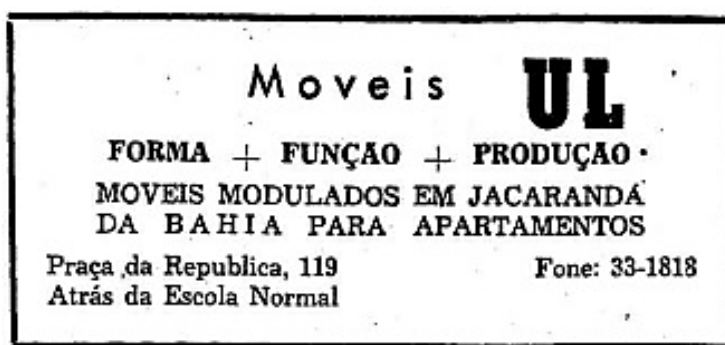
No entanto a questão do uso das máquinas não estava colocada nessa discussão, uma vez que se tratava do trabalho manual e artesanal. As críticas de Morris às máquinas são muitas, uma vez no fim do século do XIX a proliferação e o uso das máquinas se fazia frequente, e os produtos artesanais, encareciam e não eram acessíveis. Nesse sentido, outras teorias, instituições e empresas tematizaram a questão da máquina da produção coletiva e do design, como a Bauhaus e a Deutscher Werkbund (PEVSNER, 2002, p.5).

Vamos procurar também estabelecer as relações entre essas experiências do final do século XIX e início do XX com as bases do movimento Economia Humanismo, pois várias características convergem (ainda que o contexto político e econômico mundial tenha mudado, sobretudo a partir da segunda guerra).

A questão do racionalismo cristão (a partir da filosofia tomista, própria dos dominicanos) presente na Economia e Humanismo também nos ajudará a compreender essa relação, uma vez que trataremos do desenho industrial e, portanto da racionalização da produção, no sentido estético (do design) e ético (da valorização do trabalhador).

Por fim, como é o objetivo principal da pesquisa, queremos analisar alguns desses problemas levantados a partir da nossa principal fonte: a publicidade. Perguntamos acima como essas relações entre arte moderna, produção comunitária do design e até mesmo a religião estão – ou não – presentes na publicidade? E em que medida essas propagandas sugerem um projeto de Modernidade dentro da habitação?

Até o momento, foram levantados anúncios publicitários do jornal Folha de S. Paulo (29 anúncios entre os anos de 1960 e 1966) e Estado de S. Paulo (um anúncio no ano de 1957). É importante ressaltar que a primeira etapa da pesquisa foi feita a partir do acervo virtual destes dois jornais, mas que, no entanto, tem o acervo integral digitalizado.



**Figura 1:** Anúncio da Unilabor. Fonte: O Estado de S. Paulo, 30 de junho de 1957, p. 12.

O primeiro anúncio da fábrica foi encontrado no jornal O Estado de S. Paulo do dia 30 de junho de 1957 (figura 2), ou seja, desde a fundação da fábrica, em 1954, se passaram três anos até encontrarmos a primeira publicação (isso não significa que a fábrica não tenha anunciado em jornais de menor circulação, no rádio ou em publicidade de rua, como cartazes, panfletos e outdoors).

Esse anúncio também é importante por outros motivos. Ele dá o título da pesquisa (“Forma, função, produção”), e, além disso, faz referência a uma teoria da Arquitetura difundida na década de 1920: a forma segue a função (*form follows function*), cunhada pelo arquiteto Louis Sullivan, da Escola de Chicago. No entanto, no anúncio da Unilabor há também presente o elemento da produção, o que nos faz concluir que a preocupação da Unilabor é com a forma e a função, mas também como serão produzidas essas peças funcionais e belas.



No entanto, em uma matéria da revista Acrópole de março de 1957 a Unilabor é apresentada com o mesmo lema, e um pequeno texto (cercado por diversos móveis da Unilabor ocupando duas páginas inteiras) que explica com maior profundidade essa ideia:

O desenho industrial contemporâneo resolve problemas de forma, função e produção. A máquina substitui a ferramenta. As modernas escolas de arte plástica preparam o desenhista industrial, tornando-o capaz de realizar projetos a base de novos materiais e de baixo custo de produção. Os desenhos aqui apresentados procuram resolver problemas de forma com materiais de alta resistência, porém visualmente leves; problemas de função, pois são anatômicos e foram desenhados levando em consideração o pequeno espaço do apartamento; problemas de produção, uma vez que os materiais empregados são de baixo custo e a mão de obra econômica.

Ou seja, não se trata de uma produção comunitária, mas econômica. A justificativa apresentada no texto para a resolução do problema de produção é capitalista, indo contra os princípios da empresa. Por essa questão, iremos analisar com mais cuidado na pesquisa esse texto, uma vez que a matéria não está assinada e não há como saber quem escreveu.

Os anúncios também foram observados na revista Casa & Jardim (disponível da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP), periódico mensal de decoração e design voltada para o público doméstico e amador e de circulação nacional (no ano de 1958, por exemplo, a tiragem da revista foi de 85000 exemplares). Há seis anúncios entre os anos de 1959 e 1966 (figura 3) e uma reportagem com Geraldo de Barros, que ele apresenta os móveis Unilabor.



**Figura 2:** Anúncio da Unilabor. Fonte: Casa & Jardim, abril de 1966, p. 29.



Comparando a revista com os anúncios de jornal, é possível observar a ausência do logo (uma cruz formada por duas mãos e um martelo, representando diretamente o trabalho comunitário), o que pode revelar outro conflito, uma vez que a circulação da revista era entre os segmentos mais altos, e isso poderia ser uma estratégia omitindo a questão do trabalho presente na fábrica, sendo que nos jornais, de circulação entre os segmentos médios, não seria uma questão determinante do posto de vista da propaganda.

A revista Casa & Jardim é também fonte de material para a análise da difusão dos meios de morar nas décadas de 1950 e 1960, uma vez que veiculava reportagens sobre gosto, difusão do moderno, dicas sobre habitação em pequenos espaços, apresentação de novos materiais para decoração e produção de móveis etc., além de ser fornecer material publicitário de outras fábricas similares de móveis.

Há um anúncio que destaco, pois contraria o levantamento de Mauro Claro que a Unilabor não vendia para grandes magazines. Trata-se de uma propaganda no periódico Correio da Manhã (Rio de Janeiro) da loja Mesbla (com falência decretada em 1999) que anunciava diversos móveis, entre eles uma estante da Unilabor (figura 4).

<b>ESTANTE UNILABOR</b> (Jacarandá) 199.000 mensais <b>10.000</b>	<b>ESTANTE LUXOR</b> (Caviúna) 85.900 mensais <b>4.300</b>	<b>BAR C/ DUAS BANQUETAS</b> (Jacarandá) 39.900 mensais <b>3.000</b>
<b>PUFE</b> Modelo em pele de bozeiro. 24.000 mensais <b>3.000</b>	<b>CORTINAS PRONTAS</b> Tamanho 3X3 metros. 85.000 mensais <b>4.200</b>	<b>ESCOVA LOUVRES</b> Para limpeza de tapetes. 16.900 mensais <b>3.000</b>
or: Dias da Cruz, 155/59  rói Visc. Rio Branco, 511/23  o século a serviço do Brasil.		<b>MAGAZINE</b> 

Figura 3: Anúncio do Magazine Mesbla (recorte). Fonte: Correio da Manhã, abril de 1965, p. 19.

Além de notar a possibilidade de que a fábrica vendia para outras lojas – e, portanto, começava a circular em outros circuitos e regiões -, é necessário avaliar também se a Unilabor começou a vender os projetos de móveis ou se a marca foi apropriada como uma espécie de modelo.

A fábrica lançou o jornal “Comunidade”, que está sob a guarda do acervo Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC/PUC-SP). Iremos analisar os sete exemplares que foram produzidos (dois em 1962 e cinco em 1963).

Portanto, como resultados preliminares, temos a identificação dos móveis que foram produzidos, as lojas que comercializaram esses produtos, uma lacuna ainda na historiografia a tratar da Unilabor, e as peças publicitárias. Esses elementos permitem verificar como a sociedade brasileira do período foi atingida pelas propagandas divulgadas, por outro lado, permite, ainda, compreender se ao consumir o móvel moderno, as dimensões de sua fabricação estavam claras, ou seja: se a publicidade produzida divulgava o comunitarismo da Unilabor.

### **Bibliografia**

ACAYABA, Marlene Milan. *Branco e Preto: Uma história de design brasileiro nos anos 50*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1994.

ÂNGELO, Michelly Ramos de. *Les Développeurs: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

\_\_\_\_\_. *Embalagem do Sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2015.

BANHAM, Reyner. *Teoria e projeto na primeira era da máquina*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, pp. 249-266, Agosto de 2012.

CLARO, Mauro. *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária*. São Paulo: Senac, 2001.

\_\_\_\_\_. *Dissolução da Unilabor: crise e falência de uma autogestão operária - São Paulo, 1963 - 1967*. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *“Liberdade é uma calça velha azul e desbotada”*: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.

FOLZ, Rosana Rita. *Mobiliário na Habitação Popular*. São Carlos: Rima, 2002.

GAGLIOTTI, Guilherme; SOMEKH, Nadia. Metrôpole e verticalização em São Paulo: exclusão e dispersão. *Anais Encontros Nacionais da ANPUR*, Recife, v. 15, pp. 1 – 17, 2015.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Heloísa Espada Rodrigues. *Fotoformas: a máquina lúdica de Geraldo de Barros*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 2006

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Operários da Modernidade*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1995.

MARTINS, Ferdinando Crepaldi. *As formas da revolução: artes plásticas, música e teatro na cidade de São Paulo, 1964 – 1968*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso e Novais, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). *História da vida privada no Brasil*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEVSNER, Nikolaus. *Pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

*Revista Dominicana de Teologia*. Louis-Joseph Lebret. São Paulo: Escola Dominicana de Teologia, ano 3, nº 5, 2007.

SANTOS, Frei João Baptista Pereira dos. *Unilabor: Uma revolução na estrutura da empresa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

## Cinema, cultura popular e memória na visão do cineasta Humberto Mauro

Sérgio César Júnior

Mestre em História

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – EFLCH)

E-mail: politicocine@hotmail.com / filmloved@gmail.com

**Resumo:** A presente comunicação é o resultado da pesquisa realizada em nível de mestrado, intitulada “*Canto da Saudade (1952): o universo rural brasileiro na obra do cineasta Humberto Mauro*” (2016), a qual contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Trata-se de uma análise histórica e interdisciplinar, com base na leitura das imagens em duas de suas produções fílmicas, relativas à visão memorialística do cineasta Humberto Mauro (1897-1983) sobre a cultura popular e a paisagem rural brasileiras. De forma comparativa, nosso intuito é identificar as expressões artísticas, manifestações culturais e as práticas de trabalho na lavoura

**Palavras-chave:** Mauro, Humberto, 1897-1983; *Canto da Saudade*; *Brasilianas*; cinema brasileiro; universo rural.

**Abstract:** This communication is the result from research carried out a master’s level, entitled “*Canto da Saudade (1952): o universo rural brasileiro na obra do cineasta Humberto Mauro*” (2016), which was supported by *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP). This is a historical and interdisciplinary analysis based on reading of images in two of his film productions, related to the memorialistic vision of the Humberto Mauro filmmaker (1897-1983), on popular culture and Brazilian peasant landscape. In a comparative way, our intention is identify artistic expressions, cultural manifestations and labor practices in the field.

**Key-words:** Mauro, Humberto, 1897-1983; *Canto da Saudade*; *Brasilianas*; Brazilian cinema; rural universe.

### Introdução

Esta comunicação é o resultado da pesquisa realizada em nível de mestrado, intitulada “*Canto da Saudade (1952): o universo rural brasileiro na obra do cineasta Humberto Mauro*” (2016), a qual contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Trata-se de uma análise histórica e interdisciplinar, com base na leitura das imagens em duas de suas produções fílmicas, relativas à visão memorialística do cineasta Humberto Mauro (1897-1983) sobre a cultura popular e a paisagem rural brasileiras. De forma comparativa, nosso intuito é identificar as expressões artísticas, manifestações culturais e as práticas de trabalho na lavoura.

O objeto e as fontes audiovisuais em nossa análise foram os seguintes filmes: *Canto da Saudade (1952)*, o seu último longa-metragem de ficção, uma produção independente e a *Brasilianas (1945-1964)*, uma série de curtas-metragens documentais musicadas realizadas para o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Todos os curtas da *Brasilianas* foram filmados em locações externas nas áreas campestres de sua terra natal, no município mineiro

de Volta-Grande – MG. *Canto da Saudade* é o único produto dos *Estúdios Rancho Alegre*, um pequeno empreendimento industrial cinematográfico de propriedade de Humberto Mauro localizado nesse mesmo município. Ambas produções trazem temas comuns ao caipira do período pós-1945, como a saudade da terra de origem, lendas rurais, cantigas folclóricas regionais, carro de bois, festas, danças, iguarias, superstições, sentimentos platônicos ou amores não correspondidos, cultura do trabalho na roça e a contemplação da paisagem em momentos de ócio.

O Brasil representado por Mauro nas imagens dessas duas produções é um país de cenário idílico e interiorano, onde se contempla a paisagem da zona rural e também reside a grande parte da população nacional. Com um olhar semelhante ao de um pintor europeu dos séculos XVIII e XIX, como o alemão Caspar David Friedrich (1774-1840)<sup>45</sup>, nosso cineasta idealizou a relação sentimental entre o caipira e a natureza. A câmera mauriana captou e ampliou os detalhes da fauna, flora, do lavrador que entre uma jornada e outra, ainda poderia descansar sob a sombra de uma frondosa árvore ou próximo a uma cachoeira. O olhar romântico em contraste com o espírito da modernização tecnológica dos anos 1950.

### **Humberto Mauro e o seu cinema rural**

O cineasta Humberto Mauro ao longo da sua carreira cinematográfica realizou grande parte dos seus filmes em ambientes rurais. Essa sua preferência por cenas em paisagens bucólicas, o cineasta já a manifestava desde os seus filmes iniciais nos anos 1920, durante a fase silenciosa de nosso cinema, quando os realizou na *Phebo Films* em Cataguases<sup>46</sup>. No entanto dirigiu por um breve período algumas obras com temáticas urbanas, na primeira metade dos anos 1930, quando migrou para o Rio de Janeiro. Primeiro atendendo ao convite do produtor Adhemar Gonzaga para trabalhar nos estúdios da *Cinédia*<sup>47</sup>, em seguida ao da atriz e produtora Carmen Santos para os estúdios da *Brasil Vita Films*<sup>48</sup>. Posteriormente, ainda residindo no Rio de Janeiro, na segunda metade dos anos 1930 Mauro ingressou no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE)<sup>49</sup>, onde permaneceu até se aposentar e o instituto encerrar suas atividades (1937-1967). Na segunda metade dos anos 1940, o cineasta tem

---

<sup>45</sup> GOMBRICH, Ernst. *História da Arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2012. p. 496.

<sup>46</sup> GOMES, Paulo Emílio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva, p. 98.

<sup>47</sup> SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*. São Paulo: UNESP, p. 63.

<sup>48</sup> SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 88-93.

<sup>49</sup> Ver MORETTIN, Eduardo. *Humberto Mauro, Cinema, História*. São Paulo: Alameda, 2013, 494 p.

realizado para o INCE filmes com cenas do cotidiano caipira, a exemplo de alguns conjuntos de curtas-metragens, entre os quais estão os da série *Brasilianas* (1945-1964)<sup>50</sup>.

Esse cinema rural só poderia ter sido concebido por Humberto Mauro, se o cenário de suas cenas idílicas e folcloristas fosse a paisagem campestre volta-grandense<sup>51</sup>. Onde esteticamente, as lentes da câmera pudessem traduzir em imagens, as impressões obtidas de seu olhar melancólico a partir da luz natural captada. A sua percepção sobre o meio rural é semelhante ao dos artistas, ou intelectuais românticos do século XIX<sup>52</sup>, que observavam e ao mesmo tempo contestavam quaisquer interferências antrópicas, que descaracterizassem a fauna e flora nativas. Nem mesmo os saberes tradicionais de uma população local, pela ótica dos românticos deveriam sofrer modificações motivadas pelo contato com os hábitos urbanos ou pelas influências culturais estrangeiras. As obras de Mauro pareciam ser uma resposta direta aos insensíveis defensores do progresso técnico e tecnológico no país. Principalmente as produzidas no INCE.

Nos filmes de Mauro, as canções e músicas instrumentais estavam contextualizadas com as cenas de trabalhos artesanais. O cineasta registrou e reconstituiu o cotidiano das lavouras, pedreiras, engenhos de cana-de-açúcar, das comitivas nas estradas de terras, ou dos transportes de produtos da fazenda para a cidade feitos em antigos carros-de-bois. Mauro também contemplava as cenas de ócio do caipira nas cachoeiras, nas matas, nas festas na roça, ou nas cidades. Nas seções adiantes analisaremos mais desses aspectos estéticos e históricos dos hábitos laborais e culturais do caipira em *Brasilianas* e *Canto da Saudade*.

### ***Brasilianas: ensaio para Canto da Saudade***

Das imagens de grande parte das obras maurianas identificamos uma preferência de seu autor em tratar dos assuntos de cultura popular e dedicar um espaço para os nossos gêneros musicais popular, folclórico e erudito. Mauro já fazia menção à música em seus filmes silenciosos (“Ciclo de Cataguases”). Nas produções da *Phebo Films*, o espectador só poderia perceber a presença dos sons nas cenas ao ver o clima de descontração entre os personagens tocando algum instrumento, ou embalando os seus corpos em momentos recreativos e de

---

<sup>50</sup> SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 318-328.

<sup>51</sup> VIANY, Alex. *Humberto Mauro / Sua Vida / Sua Arte / Sua Trajetória no Cinema*. Rio de Janeiro: Artenova / Embrafilme, p. 63.

<sup>52</sup> ZANINI, Walter. ‘A arte romântica’. In: GUINSBURG, J. (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, p. 207.



confraternização<sup>53</sup>. Devido às limitações tecnológicas de reprodução de áudio nas telas das salas de exibição da época, o único recurso sonoro disponível durante as sessões de cinema era a audição feita por alguns musicistas acompanhando essas ações diegéticas. O acesso a um sistema de gravação e sincronismo dos diálogos e canções nos números musicais só foi possível a Mauro a partir da realização de *Ganga Bruta* (1933), na fase da *Cinédia*.

No início da sua fase institucional, entre o final dos anos 1930 e início dos 1940, Mauro tomou contato direto com as obras musicais de nossos compositores reconhecidos institucionalmente. Como no caso das peças criadas por Heitor Villa-Lobos (1887-1959), as quais foram apropriadas pelos órgãos federais em suas atividades cívicas no regime do Estado Novo (1937-1945)<sup>54</sup>. Naquele período, o cineasta e o compositor musical atendiam a duas encomendas solicitadas pelos diretores de dois órgãos federais recém-instaurados pelo governo Vargas. A primeira obra foi *Descobrimento do Brasil* (1937) atendendo ao pedido de Alberto Tosi, então diretor do Instituto do Cacau Brasileiro (ICB)<sup>55</sup> e a segunda foi *Bandeirantes* (1940)<sup>56</sup> por Edgard Roquette-Pinto, diretor do INCE. Desde então, Mauro consolidou o seu interesse por parte do repertório de nossos compositores da música erudita, selecionando alguns dos seus trabalhos artísticos, para serem temas de seus documentários de curta-metragem.

Carlos Gomes, Alberto Nepomuceno, Ernesto Nazareth, Herkel Tavares e Souza Lima, também foram contemplados no conjunto de obras do cineasta. No INCE Mauro dirigiu o curta *Ponteio* (1941), em que trata do trabalho de pesquisa de campo feita pelo compositor Herkel Tavares no interior do Nordeste, onde conheceu um estilo peculiar de toque de viola, homônimo ao título do filme. Dessa pesquisa de Tavares resultou a partitura intitulada: “Ponteio – concerto para piano e orquestra em formas brasileiras – Opus 105 n. 2”. Na representação filmica mauriana do compositor foi dignamente retratado nas imagens como um artista tranquilo, humilde, de hábitos simples e atencioso as manifestações culturais de origem popular no país. A peça musical foi interpretada pela Orquestra Sinfônica Municipal do Rio de Janeiro e regida pelo próprio compositor com o solo de piano executado por Souza Lima.

<sup>53</sup> Podemos encontrar nos filmes maurianos da *Phebo Films*, trechos em que os personagens tocavam instrumentos musicais, ou bailando em cenas de festas. A respeito dessas representações musicais nas imagens devem conferir a interpretação do ator Luiz Soroa tocando violino e acompanhado ao violão por Máximo Serrano em *Braza Dormida* (1928) e da atriz Nita Ney dançando em *Sangue Mineiro* (1929). Em seu primeiro filme sonoro *Ganga Bruta* (1933), Mauro inseriu serenatas, trechos musicados e cantados por seus atores. O exemplo principal é o da canção “Ta-Hi (Pra Você Gostar de Mim)”, de Joubert de Carvalho, interpretado por Déa Selva. Na cena em que lava os pratos na cozinha, se sentindo derrotada na tentativa de conquistar o personagem de Durval Bellini.

<sup>54</sup> MORETTIN, Eduardo. Humberto Mauro, Cinema, História. São Paulo: Alameda, 2013, p. 160.

<sup>55</sup> MORETTIN, Eduardo. Humberto Mauro, Cinema, História. São Paulo: Alameda, 2013, p. 139.

<sup>56</sup> MORETTIN, Eduardo. Humberto Mauro, Cinema, História. São Paulo: Alameda, 2013, p. 306.



Em outro documentário musical, *Alberto Nepomuceno* (1950) encontramos alguns elementos estéticos, que posteriormente vão constar nas cenas de *Canto da Saudade*. O primeiro identificado foi o cenário natural da paisagem rural volta-grandense. Em planos conjuntos, planos gerais, planos próximos foram enquadrados morros, árvores, vales e rede na varanda. O segundo elemento foi o uso da música erudita ao fundo durante a sequência de planos da paisagem, assim como nos planos próximos e médios da pianista concertista internacional Edith Bulhões. A artista foi a mesma que participou da cena do recital na casa do Coronel Januário (em *Canto da Saudade*). Em *Alberto Nepomuceno*, a pianista interpretou os seguintes trechos das obras que compõem a “Série Brasileira”: “Alvorada na Serra”, “Intermédio”, “Sesta na Rede”, “Batuque”. A montagem mauriana dos planos com a sonoridade musical trouxe um matiz poético e aferiu às cenas o caráter de sublimidade. Podendo sugerir uma leitura romântica do filme, a qual cabe definir como valores de nossa identidade, a natureza intacta inspiradora para os nossos compositores e musicistas, conseqüentemente, suas obras produtos dessa inspiração.

Nas *Brasilianas*, Mauro registrou detalhes da simples vegetação e espécies de animais nativas da Zona da Mata Mineira. Seu filho Zequinha Mauro foi o diretor de fotografia responsável pelos efeitos luminosos, suaves e densos de suas lentes, que quando direcionadas ao solo captava a luz natural rebatida nas gramíneas, nas águas correntes. Essa mesma luz era vista suavizada e absorvida pelo seco chão de terra das estradas vicinais do município, por onde passavam as comitivas de tropeiros e circulavam os carros de bois. O fotógrafo sabia posicionar suas lentes aos céus buscando os efêmeros formatos macios e suaves, ou dramáticos e densos das formações nebulosas. Nesse conjunto de curtas da *Brasilianas*, a nossa impressão obtida foi a de que o cineasta considerava o campo como o lugar dos recursos inesgotáveis, renováveis e totalmente proveitosos aos seus habitantes. Os títulos dos curtas-metragens que compõem a série *Brasilianas* são: *Canções Populares I – Chuá-Chuá e Casinha Pequeninina* (1945), *Canções Populares II - Azulão e Pinhal* (1948), *Cantos de Trabalho I – Cantos de Pilão* (1954), *Aboios e Cantigas* (1954), *Meus Oito Anos* (1956), *Cantos de Trabalho II – Canto do Barqueiro e Canto da Pedra* (1958).

Nos primeiros curtas-metragens da série, *Canções Populares I e II*, tanto as imagens quanto os versos são carregados de tonalidades melancólicas, com sentimentos saudosos, perjuras de amor, retorno à terra de origem e a solidão em ambiente caipira. Os planos conjuntos, próximos, gerais em grande parte das cenas desses filmes mostravam as áreas

internas e externas dos casebres. As cenas foram sistematizadas em montagens poéticas. A voz dramática dos interpretes das canções somadas aos planos com água corrente dos córregos, das cachoeiras, das árvores, ou dos terrenos inclinados nos remete ao estado de espírito desses silenciosos e nostálgicos personagens. O romantismo não está somente nos relatos de tristezas e na solidão dos protagonistas, assim como, na atitude melancólica que motivou o migrado a retornar ao lugar de origem. Nesses curtas da série, o caipira é visto como aquele que não se desvinculou do lugar nativo, por isso, em algum dia ele volta para se reestabelecer e retomar seus valores sociais e culturais.

Desde os planos próximos que mostram uma moça solitária em seu casebre, debruçada na janela com um olhar sereno frente a uma roseira, em *Chuá-Chuá*. Nos planos conjunto e próximos do casal infantil que após coletar lenha na mata faz uma pausa em frente a uma cachoeira, onde lançam suas juras e perjuras de amor. Uma cena de namoro pueril em *Casinha Pequenina*. No filme seguinte, *Azulão*, o tema é a dolorida saudade de um poeta simbolizada na forma do pássaro dentro de uma gaiola, o qual é libertado pelas mãos do seu proprietário. Pela lírica da canção, a ave está incumbida de portar os versos saudosos e tristes até a distante amada.

Nem sempre a frustração amorosa é o tema de *Cantos Populares*. Na última sequência do último curta, mostra o clima de romance entre um jovem casal passeando pelo bosque arborizado de pinheiros e curtindo o momento a dois num modesto chalé, em Campos do Jordão - SP, nas cenas de *Pinhal*. Assim encerram os curtas que tratam do sentimentalismo do caipira, partindo para os que mostram a lida diária no campo.

O tema dos dois curtas seguintes, *Cantos de Trabalho I e II* diz respeito aos ofícios tradicionais nas zonas rurais brasileiras, como os de lavradores, ribeirinhos e operários de pedreiras. Conforme o próprio título, Mauro montou uma sequência de imagens com as cantigas folclóricas entoadas pelos trabalhadores durante um expediente. Algumas dessas cantigas serviam de marcação de movimentos das atividades produtivas e para manter a constância do ritmo, até que a tarefa diária fosse cumprida. Como no caso do *Cantos de Pilão*, com cenas divididas em dois atos, sendo o primeiro mostrando o trabalho de mulheres na cozinha pilando os grãos de café, ou de milho, que após processados foram utilizados no preparo de iguarias. No segundo ato são mostrados homens de dorsos nus erguendo e soltando os pilões de socar-chão, para desmembrarem e extraírem os blocos de argila, matéria-prima para a produção de tijolos e de outros fabricos de olarias. Apesar da força braçal desprendida nos dois tipos de

processamento de pilões, no filme obtemos a impressão de que Mauro coloca o nativo do campo em posição privilegiada. O caipira é representado de forma saudável, pois além de viver na fartura alimentar, também tem o corpo bem constituído ao exercitá-lo durante a execução dos seus serviços.

Na visão mauriana nem todas as cenas do cotidiano caipira são apenas idílicas, ou laborais, pois também há experiências traumáticas inspiradas nos contos de literatura oral, como o que narra uma batalha fatal entre bovinos, em *Aboios e Cantigas*. Essa diegese foi baseada na cantiga folclórica “Boi Surubi e a Morte do Boi” entoada em voz-over e nos planos gerais, próximos e conjuntos de um menino de expressão melancólica e sentimento de luto pelo seu boi de estimação. Em imagens mentais do protagonista, o momento do duelo é reconstituído em detalhes, desde o início da peleja entre os dois animais, até o perdedor cair do penhasco. No final da diegese, o ritmo da cantiga lamuriosa entoada vai sofrendo desaceleração, até estar inaudível. O plano geral que mostra o tropel ao longe na estrada vai também desaparecendo indicando a passagem de um tempo e o fim da circulação das comitivas na região. Nossa análise será encerrada com comentário sucinto sobre mais aspectos memoriais, contidos nos dois filmes da *Brasilianas: Engenhos e Usinas e Meus Oito Anos*.

Nas imagens de *Engenhos e Usinas* percebemos a inquietação do cineasta frente a transformação visual do campo ao perceber que novas usinas de processamento de cana-de-açúcar estavam sendo instaladas na zona rural de Volta-Grande. O monumental sistema automatizado dessas fábricas era altamente competitivo ameaçando a existência do sistema artesanal dos tradicionais engenhos da região. Nas primeiras cenas vemos Mauro sentado na raiz de uma robusta árvore de costa para a lente observando ao longe, os antigos engenhos. Durante toda a narrativa, em voz-over são citados os nomes de todas as fazendas que se tornaram fogo-morto, conforme a expansão do moderno sistema. Somente no final da diegese é que Mauro mostra o funcionamento de um dos engenhos sobreviventes que tentava manter a sua força para enfrentar as grandes usinas.

Por fim, o tema de *Meus Oito Anos* é sobre um personagem masculino de meia-idade relatando sua prazerosa experiência sensorial durante à infância obtida do seu contato direto com o ambiente natural. O monólogo em voz-off tem como base os versos adaptados e musicados, os quais extraídos do poema homônimo, de autoria do poeta romântico Casemiro de Abreu (1839-1860). Na montagem tonal vemos um menino correndo livre pelos campos, nadando nas cachoeiras e brincando pelas matas e arredores de uma fazenda. Desse exercício

mauriano, de pensar as tradições culturais e laborais dos saberes brasileiros em *Brasilianas* possibilitou Mauro a realizar *Canto da Saudade*. Como veremos na seção seguinte.

### ***Canto da Saudade*, a memória mauriana e as imagens de um povo**

Entre o final dos anos 1940 e início dos 1950, Mauro concebeu a ideia de fundar em Volta-Grande, os *Estúdios Rancho Alegre*. O cineasta pretendia estabelecer na sua terra natal um polo produtor de obras filmicas de temáticas rurais. Com um programa arquitetônico modesto frente aos de outros estúdios da época, como os ativos e luxuosos encontrados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Na estrutura física de *Rancho Alegre*, de acordo com as descrições de seu proprietário havia vários camarins, um palco para as filmagens, um laboratório para testes de filmes negativos e fotografias, assim como, uma sala de aparelhos de som<sup>57</sup>. O filme *Canto da Saudade: a lenda do carreiro* (1952) foi o único empreendimento produzido nesses estúdios. No mesmo período em que fundou sua empresa, Mauro ainda era um servidor ativo no INCE. Como vimos anteriormente, Mauro só se aposentou no mesmo ano em que esse órgão federal de cinema educativo foi totalmente desativado.

A diegese de *Canto da Saudade* foi estruturada em três níveis. No primeiro nível o cineasta apresenta o filme e algumas imagens do município de Volta-Grande. No segundo nível as cenas se passam na escola, onde surge a Professora, personagem narradora da lenda conforme encontrada no enunciado do subtítulo do filme (a lenda do carreiro). No terceiro nível as ações da lenda narrada são visualizadas. O enredo do filme trata da história de Galdino (Mário Mascarenhas), o carreiro e agregado da fazenda Independência, que nutria um amor platônico pela jovem Maria Fausta (Cláudia Montenegro). Essa moça, além de agregada da fazenda, também era afilhada do proprietário da fazenda, o Coronel Januário (Humberto Mauro). Maria Fausta no dia do seu aniversário é repreendida pelo seu pai, Juvenal (Lourival Coutinho) no dia seguinte desapareceu da fazenda. Galdino estava aflito com o sumiço da moça e saiu em busca de seu paradeiro. Depois de obter a localização exata do esconderijo de Maria Fausta, ao chegar no local indicado Galdino sofreu uma decepção ao encontrar sua amada com João do Carmo tratando dos preparativos do casamento. No dia da cerimônia matrimonial, Galdino não é mais visto na fazenda, sem deixar pistas de seu destino.

---

<sup>57</sup> VIANY, Alex. *Humberto Mauro: Sua Vida / Sua Arte / Sua Trajetória no Cinema*. Rio de Janeiro: Artenova / Embrafilme, p. 157.

O argumento da diegese foi extraída de um conto da literatura oral<sup>58</sup> originada em Volta-Grande, sobre um sanfoneiro que desaparecera da cidade, sem deixar informações de seu paradeiro, após saber que sua amada havia se casado. Segundo o próprio Humberto Mauro quem lhe contou essa lenda foi um senhor afrodescendente de nome Juvenal, a quem o cineasta o homenageia no filme batizando o administrador da fazenda com o mesmo nome do autor do argumento<sup>59</sup>. A homenagem ao Juvenal também é feita pelo cineasta no final da diegese. Na cena em que a Professora está encerrando a narração e o rosto de um menino afrodescendente foi enquadrando em plano próximo. Da literatura oral, agora passaremos as outras manifestações de cultura popular nas cenas de *Canto da Saudade*, escolhidas para essa análise, como a música e a dança.

Nas primeiras cenas do filme em planos gerais e próximos, Galdino surge com o carro-de-bois e faz uma pausa na beira da estrada para observar Maria Fausta junto de outras lavadeiras trabalhando nas margens do riacho. As vozes estão em *off* cantarolando os coretos diamantinenses “Zum-Zum” e “Peixe-Vivo<sup>60</sup>”, os quais são o *leitmotiv* nas cenas de encontro entre os dois personagens. Essas cantigas folclóricas eram até no início dos anos 1950 reconhecidas apenas como símbolos da mineiridade musical. Depois de terem sido ouvidas e divulgadas por folcloristas e principalmente, quando o político mineiro Juscelino Kubitschek ascendeu à presidência da República, ambas ganharam o reconhecimento nacional<sup>61</sup>.

Da música para a dança. Nas cenas de *Canto da Saudade* a população caipira nos períodos de ócio tocavam a sanfona e outros instrumentos musicais e convidavam seus pares a uma contradança. Nas primeiras aparições de Vicente (Alcir da Mata) outro agregado da fazenda, quando surpreende Galdino observando Maria Fausta no riacho. Durante o diálogo com o carreiro, Vicente confessa sentir a sua vontade de dançar um Fandango com Maria Fausta. Essa dança folclórica de origem ibérica foi radicada no litoral sudeste brasileiro<sup>62</sup>,

<sup>58</sup> LIMA, Rossini Tavares. *A Ciência do Folclore*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 128. Essa obra não tem relação direta com o filme, apenas a utilizamos devido ao conceito de literatura oral ter sido pertinente nessa pesquisa.

<sup>59</sup> VIANY, Alex. *Humberto Mauro: Sua Vida / Sua Arte / Sua Trajetória no Cinema*. Rio de Janeiro: Artenova / Embrafilme, 1978. p. 236. As informações sobre o autor do argumento de *Canto da Saudade*, Juvenal, encontramos um retrato com uma dedicatória de Mauro no verso: “Preto Juvenal. O maior conhecedor de lendas da região Volta-Grande (Minas). É praticamente o autor do argumento de *Canto da Saudade*”. Consultar a fonte: FB\_0520\_005. Disponível em: <http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/017227> Acesso 19/junho/2017.

<sup>60</sup> VALE, Flausino Rodrigues. *Elementos do Folclore Musical Brasileiro*. São Paulo ; Brasília: Companhia Editora Nacional ; Instituto Nacional do Livro, 1978. p. 94.

<sup>61</sup> MACHADO FILHO, Ayres da Mata. *Dias e Noites em Diamantina: folclore e turismo*. Belo Horizonte: Maciel, 1972. p. 82-83.

<sup>62</sup> ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional II: danças, recreação e música*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 143.

porém se expandiu para outras partes do país, onde pode ser encontrada nas Regiões Nordeste e Sul do país. Na cena no quarto de Galdino, onde ocorre o ensaio da valsa para o aniversário de Maria Fausta, o tipo mostrado é conhecido como fandango valsado vilão-de-lenço<sup>63</sup>. Esse tipo de valsado também será mostrado na cena da festa de aniversário de Maria Fausta. Essas foram as principais manifestações folclóricas encontradas no filme escolhidas especialmente para essa análise. Passamos agora às conclusões.

### **Considerações finais**

Humberto Mauro realizou seus trabalhos cinematográficos com liberdade criativa e visão própria sobre as temáticas escolhidas, mesmo servindo ao INCE, onde grande parte das suas produções eram encomendadas para atender necessidades oficiais. No entanto é preciso entender que Mauro não era um mero artífice das câmeras, a fim de resolver os problemas de luz, som, registro de imagens documentais, ou de quaisquer de natureza técnica para cumprir demandas institucionais. O cineasta também mantinha o controle do processo de produção e montagem das imagens e sons de suas obras institucionais e independentes, o que o levou a ampliar a sua capacidade autônoma de realizar filmes. A partir de 1945, Mauro havia iniciado o movimento de retorno para fixar residência em sua terra natal. Na tentativa de empreender os seus estúdios e consolidar no meio campestre, um sistema de produção de filmes com temáticas idílicas. Por esse motivo o cineasta escolheu a zona rural de Volta-Grande para locar as filmagens de *Brasilianas* e *Canto da Saudade*.

O cinema mauriano é um lugar de nostalgia. O cineasta em grande parte das suas produções de curtas-metragens documentais, ou mesmo em alguns de seus longas mostrou dar preferência às montagens tonais e poéticas, as quais facilitavam um movimento constante das imagens mentais de seus personagens. Memória da terra, memória das práticas laborais como ritos tradicionais e experiências sensoriais do convívio frugal. Na poética das imagens e sons maurianos, o campo é concebido como lugar de contemplação, onde se é possível estar em contato direto com as águas de uma cachoeira, ou de algum ribeirão, ou durante o ócio estar protegido às sombras de coberturas vegetais, ou ouvindo os sons de aves ou do roçar da brisa na mata. Inspirando o trabalhador caipira a tocar sua sanfona, viola e a entoar cantigas folclóricas e populares. No universo de mulheres e homens maurianos, o interior do Brasil é permeado de recursos hídricos, solos férteis e biomas em abundância. Isso faz com que o habitante do campo, não dê atenção aos avanços tecnológicos, nem mesmo sinta o passar do

---

<sup>63</sup> Ibid, p. 154.

tempo. Os personagens maurianos são românticos e melancólicos conduzindo a vida pelo ritmo de um carro-de-bois.

### **Bibliografia**

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional II: danças, recreação e música*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 573 p.

GOMBRICH, Ernst. *História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 688 p.

GOMES, Paulo Emílio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 475 p.

GUINSBURG, Jacob (org). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008. 328 p.

LIMA, Rossini Tavares. *A Ciência do Folclore*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 246 p.

MACHADO FILHO, Ayres da Mata. *Dias e Noites em Diamantina: folclore e turismo*. Belo Horizonte, 1972. 113 p.

MORETTIN, Eduardo Victorio. *Humberto Mauro, Cinema, História*. São Paulo: Alameda. 484 p.

SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004. 383 p.

VALE, Flausino Rodrigues. *Elementos do Folclore Musical Brasileiro*. São Paulo ; Brasília: Companhia Editora Nacional : Instituto Nacional do Livro, 1978. p. 94.

VIANY, Alex. *Humberto Mauro / Sua Vida / Sua Arte / Sua Trajetória no Cinema*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978. 360 p.



## O Existencialismo Sartreano no Filme *Morangos Silvestres* (1957), de Ingmar Bergman

**Hellen Silvia Marques Gonçalves**  
Graduanda em História  
Universidade Federal de Viçosa  
E-mail: [hellen.goncalves@ufv.br](mailto:hellen.goncalves@ufv.br)

**Resumo:** O presente trabalho tem como foco a análise do filme *Morangos Silvestres* (1958) de Ingmar Bergman, buscando entender os conceitos da teoria existencialista, desenvolvida por Jean-Paul Sartre, utilizados pelo cineasta sueco, além dos pressupostos de Marc Ferro. O filme propõe uma discussão que envolve a alteridade, morte, solidão e tempo, ideias também vistas na filosofia de Sartre e que compõe o objeto de pesquisa, que serão discutidas principalmente através da bibliografia e de elementos de composição da própria película, como a fase de produção do roteiro e a materialização do filme, ademais as influências de Victor Sjöström e August Strindberg. O artigo procura compreender a relação entre cinema e filosofia a partir de uma compreensão histórica e hermenêutica.

**Palavras-chave:** Morangos Silvestres; existencialismo; Ingmar Bergman; Jean-Paul Sartre.

**Abstract:** The current paper focus on the analysis of the film *Wild Strawberries* (1958) by Ingmar Bergman, trying to understand the concepts of the existentialist theory, developed by Jean-Paul Sartre, used by the Swedish filmmaker, besides the statements by Marc Ferro. The film proposes a discussion that covers otherness, death, loneliness and time, topics also seen in Sartre's philosophy and which covers this research subject, that also will be brought mainly through bibliography and composition elements of the film itself, such as the stages of screenplay production and the movie materialization, besides the influences of Victor Sjöström and August Strindberg. This paper aims to investigate the connection between cinema and philosophy based on historical interpretation and hermeneutics.

**Keywords:** *Wild Strawberries*; existentialism; Ingmar Bergman; Jean-Paul Sartre.

### Introdução

Considerado um dos estetas do cinema moderno, o sueco Ingmar Bergman nos apresenta ao todo uma filmografia composta por 46 (quarenta e seis) filmes, tendo iniciado sua carreira como roteirista na *Svenka Filmindustri* e apenas dirigido seu primeiro filme (*Crise*) em 1945. Perpassando pela filmografia do diretor, enxerga-se o desenvolvimento da sua técnica aliada aos temas filosóficos perceptíveis em seus filmes.

Poucos cineastas inseriram sua personalidade em suas obras como Bergman, seus personagens, suas novelas e seus filmes são reflexos da consciência bergmaniana, da sua subjetividade aparente nos filmes. Cada um de seus trabalhos comportam-se como diários, cujo conteúdo estético está calcado em fundamentos filosóficos, com fortes tintas de uma crítica religiosa e moral a partir da qual o mundo sueco se manifesta. Parece evidente que para o cineasta que a vida não se difere da arte, colocando-as como algo único, sem separação.

A partir do filme *Morangos Silvestres* (1957), que possui sua narrativa através da vida de Isak Borg (Victor Sjöström), um professor de medicina que revisita vários momentos marcantes de seu passado durante uma viagem de carro até sua antiga universidade, aonde receberá uma honraria. Desse modo, procuramos adentrar nesses aspectos da obra do cineasta sueco, buscando investigar a sua obra, a partir de um fundamento iconológico/discursivo/historiográfico, tendo como princípio a relação entre filosofia e moral em Bergman na compreensão do indivíduo.

Visto no mundo todo primeiramente como diretor cinematográfico, na Suécia temos Bergman caracterizado principalmente pelas suas atividades no teatro, como ponto de partida para pensar a obra fílmica, dotada de dramaturgia cênica e embebida por cenários próprios da questão proposta pelo cineasta<sup>64</sup>. A relação do teatro e do cinema bergmaniano abarca a influência do dramaturgo August Strindberg, introduzindo a tradição romântica sueca, sobretudo, na figura dos personagens e com a expressão “espetáculo de câmera” em analogia à música de câmera. Para Strindberg, o espetáculo de câmera é o procedimento íntimo e Bergman o incorporou nos “filmes de câmera”, repartindo um certo número de temas entre um número extremamente restrito de vozes de personagens.

Nessa perspectiva, Bergman extrai o passado/presente dos personagens, coloca-os numa espécie de nevoeiro, juntando tudo em um espaço bem condensado<sup>65</sup>. Porém, nenhum dos elementos (personagem/espaço/tempo) são lineares, apresentam-se como o próprio pensamento em modo onírico, misturando-se estranhamente nas cenas apenas ligado pela irrupção do narrador, cuja função é tentar racionalizar o estranho mundo que se apresenta. Trata-se da noção de multitempo e multiespaços, ainda inovador para a época. Na década de 60, o cineasta realizou a trilogia dos “filmes de câmera” com *Através de um Espelho*, *O Rosto* e *O Silêncio*, enquanto *Morangos Silvestres* se insere como um pré-filme de câmera, já que vemos uma narrativa em um espaço de tempo muito condensado, que seria a viagem; e o diálogo restrito a um certo número de personagens.

Outra grande influência para o estilo bergmaniano são os clássicos do cinema sueco, mais necessariamente Viktor Sjöström, ator que posteriormente interpretou o médico Isak Borg em *Morangos Silvestres*, com isso obteve modos na maneira de encarar a noção de verdade e

---

<sup>64</sup>BJORKMAN, Stig; MANNS, Torsten; SIMA, Jonas. O Cinema Segundo Bergman. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 52.

<sup>65</sup>Ibidem, p. 138-139.

realidade, conceitos caros e nada convencionalizados para Bergman<sup>66</sup>. Paradoxalmente, sua obra carrega certa continuidade entre a herança Luterana e o Romantismo, exatamente nos aspectos relacionados a compreensão de existência e condição humanas.<sup>67</sup>

O objetivo primordial de Sjöström consiste em explorar os recursos culturais dos suecos em seu próprio meio congênito, recorrendo, unicamente ao naturalismo, todavia também a mitologia sueca popular, na mais pura linha romântica, obtendo um aspecto de inovação ao introduzir o realismo social<sup>68</sup>. Logo, a simbologia naturalista de Sjöström constitui uma clara influência em Bergman<sup>69</sup>.

Inserindo o filme como objeto para a pesquisa historiográfica, temos a sua capacidade de refletir a tradição cultural em uma época determinada, o modo de viver e de pensar de um autor<sup>70</sup>, e particularmente no caso daqueles países que, como os escandinavos, levaram sua produção para o interior. A impactante presença do meio natural nórdico e seu rigor climático para do frio, influenciaram certamente a composição sentimental dos personagens nos filmes.<sup>71</sup>

Sendo assim essa pequena mostra do cinema sueco que é analisada acaba por sobressair o problema do indivíduo, da condição humana, salientando que a Suécia se manteve neutra nos conflitos bélicos do século XX e altamente próspera, além do peso da tradição luterana, que pode ter instigado os mencionados nuances pessimistas na ideia do homem expressada em boa parte da sua cinematografia. Cabe entender que o luteranismo tem deixado uma profunda marca na comunidade sueca, permitindo uma grande influência que é sentida até hoje na mente dos seus indivíduos e de Ingmar Bergman<sup>72</sup>, filho de um pastor protestante. A sociedade do cineasta, entre outros valores, estava baseada em costumes austeros, em uma moral luterana disciplinar e uma atmosfera fúnebre.

### **O Existencialismo Sartreano no filme *Morangos Silvestres***

Um dos pontos da obra bergmaniana é a sua aproximação da problemática do homem, similarmente a pergunta pela sua origem, sua natureza e o seu fim, a partir de uma perspectiva

<sup>66</sup>BJORKMAN, Stig; MANNS, Torsten; SIMA, Jonas. O Cinema Segundo Bergman. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 25.

<sup>67</sup>LÓPEZ, Jordi Puigdomènech. *Genealogia y Esperanza em la Filosofia de la Existencia de Ingmar Bergman*. Disponível em < <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/41690/1/TOL37.pdf>>. Acesso: 18/03/2016. p. 25.

<sup>68</sup>Ibidem, p. 26.

<sup>69</sup>Ibidem, p. 27.

<sup>70</sup>FERRO, Marc. Cinema e História. Trad: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 83.

<sup>71</sup>LÓPEZ, Jordi Puigdomènech. Op. Cit. p. 22.

<sup>72</sup>Ibidem. p. 23-24.

existencial carregada de simbolismo situando o indivíduo enquanto ser existente. Bergman reflete e nos faz pensar através de seus filmes, evidenciando claramente sua subjetividade, que através do recurso audiovisual discutiu problemas existenciais. Seu pensamento pode ser descoberto como um intento em recuperar interrogações, que ainda se encontram no mundo da sétima arte. É inegável a relação entre sua obra e as perspectivas existencialistas em Sartre.

A partir desses pressupostos levantados e da bibliografia já estudada, deve-se evidenciar que Ingmar Bergman em seus escritos e entrevistas não assume explicitamente a influência do existencialismo em si e nem dos filósofos que se encaixam nessa corrente. Destarte, o objetivo de análise é realizar um paralelo com os aspectos que o diretor utiliza da filosofia sartreana, já que não se tem o emprego da filosofia de Sartre regrada nas películas. Uma das questões que se comporta como diferencial primordial é a questão de Deus, já que Sartre parte de um existencialismo ateu e Bergman não aponta claramente a inexistência de Deus. O diretor pode vir a questionar a crença no divino ou a crença religiosa, mas jamais essa existência metafísica.

Franklin Leopoldo e Silva em *Ética e Literatura em Sartre: Ensaios Introdutórios* insere a expressão *vizinhança comunicante* para descrever a relação entre filosofia e literatura, em que “a expressão filosófica e a expressão literária são ambas necessárias em Sartre porque, por meio delas, o autor diz e não diz as mesmas coisas”<sup>73</sup>; adentrando na passagem interna do texto, onde a mediação da filosofia para a literatura se daria pelo intermédio da exterioridade, isto é, a passagem interna do tema se daria pela forma da narrativa, que é uma distinção exterior<sup>74</sup>. À vista disso, utilizando esse termo e o adaptando ao que concerne filosofia e cinema, necessariamente entre Sartre e Bergman, possuímos uma comunicabilidade que acaba por introduzir um existencialismo cinematográfico, onde a diferenciação se dá pelo modo em que o cineasta sueco emprega os conceitos filosóficos sartreanos explanando-os e indo além dos mesmos, como dito anteriormente.

O existencialismo presente na filmografia bergmaniana pode ser encontrado através da análise dos personagens com características peculiares que são acentuadas de acordo com o momento do diretor. Segundo Jordi Puigdomènech Lopez (autor dos livros *Ingmar Bergman: El Último Existencialista* e *Genealogia y Esperanza em la Filosofía de la Existencia de Ingmar Bergman*) a filmografia se divide em cinco fases, sendo o terceiro momento de 1956 a 1963, em que se insere *Morangos Silvestres*; no qual tem-se uma inquieta busca intelectual e

---

<sup>73</sup>SILVA, F. L. *Ética e Literatura em Sartre – Ensaios Introdutórios*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 12.

<sup>74</sup>*Ibidem*, p. 13.

religiosa<sup>75</sup>. Na cena inicial do filme Isak Borg discorre a seguinte passagem: “Nossa relação com as pessoas consiste em discutir com elas e criticá-las. Foi isso que me afastou por vontade própria de toda a minha vida social. Isso tornou a minha velhice solitária<sup>76</sup>”, nos mostrando a questão da solidão e da alteridade, ambos presentes no existencialismo sartreano. Com essa cena vemos que a personagem não possui uma tomada de consciência voluntária desencadeada pelo título que receberá na universidade, se comportando como uma tomada de consciência involuntária da sua própria existência, a tomada de consciência do Eu.

Logo, temos a entrada de outra passagem do filme que se torna primordial para a filosofia da existência em Isak Borg. A cena se apresenta como um sonho da personagem que se passa durante a sua caminhada matinal, onde esta se perde em uma parte desconhecida da cidade com ruas desertas e casas em ruínas. Encontrando um relógio sem ponteiros, o médico verifica o seu próprio relógio de bolso constatando que este também não possui ponteiros, a seguir temos um pedestre que não possui rosto e a travessia de uma carruagem fúnebre sem cocheiro que se choca com um poste, perdendo assim uma de suas rodas e deixando o caixão cair. Isak Borg se aproxima do caixão entreaberto e o morto encosta em sua mão revelando sua face, que é a do próprio médico. Esta cena possui apenas o som do relógio e das batidas do coração, que juntamente à honraria a ser recebida desencadeia uma tomada de consciência involuntária ligada a iminência da morte e da velhice levando ao início da questão existencial e da inquietude simbolizada pela viagem de carro. Outro ponto de alteridade do filme para Isak Borg é a personagem Marianne, que espelha aquilo que o protagonista não sabe como os outros o enxergam se transformando na condição de existência de Isak, assim bem como outro aspecto da sua tomada de consciência e o início da angústia existencial.

Jean-Paul Sartre<sup>77</sup> pontua três etapas condicionantes para a liberdade: a angústia, o desespero e o desamparo<sup>78</sup>. O indivíduo ao ser responsável pelos seus atos juntamente com a sua subjetividade acaba por criar uma determinada imagem do homem que escolhe ser, a imagem que o indivíduo transpassa e o reflexo dessa imagem no todo. A tomada de consciência do indivíduo perante o que ele é e o que ele é designando o que será a humanidade gera o

<sup>75</sup>LÓPEZ, Jordi Puigdomènech. *Genealogia y Esperanza em la Filosofía de la Existencia de Ingmar Bergman*. Disponível em < <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/41690/1/TOL37.pdf>>. Acesso: 18/03/2016. p. 10-12.

<sup>76</sup>SILVESTRES Morangos. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri: 1957.

<sup>77</sup>Jean-Paul Sartre foi um filósofo, escritor e crítico francês, sendo conhecido como um dos principais representantes do existencialismo ateu. Sua principal obra é livro *O Ser e o Nada*, onde desenvolveu seus fundamentos à cerca da existência.

<sup>78</sup>SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. Tradução: João Batista Kreuch. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 23.

sentimento de responsabilidade, criando assim a angústia existencial<sup>79</sup>. O homem tomando consciência da sua responsabilidade criando essa angústia recai ao paradigma de que não existe Deus e que deve assumir todas as consequências disso. Se Deus não existe, não existem valores a priori, tudo é permitido e o homem se encontra desamparado<sup>80</sup>. Todavia, na película em questão só possuímos a angustia existencial, pois Isak Borg em momento algum nega Deus, na verdade a personagem não deixa nenhum julgamento definido sobre o divino.

A tomada de consciência involuntária que leva a contingência da personagem recai no seu próprio passado e o passado se torna uma incontingência, um apego a segurança. A passagem pela velha casa de sua infância como volta ao passado e este representando a incontingência, uma vez que o presente se aproxima da morte e a alteridade desarticula a imagem que Isak possuía de si mesmo. O canteiro de morangos silvestres, representado no retorno à casa em que crescera, simboliza o passado e todas as cenas (presente/passado) são conectadas. Na casa de infância há uma cena de aniversário do tio de Isak na qual o sinistro, o estranhamento e, ao mesmo tempo a saudade tomam lugar.

Outra simbologia é a tempestade que se inicia quando Isak e Mariane chegam à casa da matriarca da família. A cena é carregada de nostalgia, onde a mãe do protagonista mostra alguns brinquedos antigos dos seus filhos que havia encontrado, assim bem como fotos, um livro infantil e um relógio sem ponteiros que pertencera a seu pai, o dando de presente para o médico. Logo, essa passagem caracterizada pelo passado envolve um significado que remete a uma reafirmação do caos alma humana, já que o relógio do pai de Isak Borg não possui ponteiros assim como o do sonho, causando uma confusão na personagem.

Já no terceiro sonho de Isak temos a confrontação de Sara, sua namorada de adolescência que o indaga com a seguinte questão: “Já se olhou no espelho Isak? Ainda não? Vou lhe mostrar como está. É um velho assustado, que logo morrerá”<sup>81</sup>, dizendo também que Isak como professor deveria saber o motivo da sua dor e que este pensa que sabe muito, contudo na verdade não sabe nada, acabando por contrariar a única segurança que Isak possui no presente: a profissão. Dentro deste mesmo sonho possuímos uma mudança de cenário: Isak se encontra em um tribunal, onde é questionada sua eficiência na profissão, já que não consegue diagnosticar a paciente, sendo acusado por culpa, incompetência e “pequenos delitos, porém

---

<sup>79</sup>SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Tradução: João Batista Kreuch. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 21.

<sup>80</sup>Ibidem, p. 24.

<sup>81</sup>SILVESTRES Morangos. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri: 1957.



graves. Indiferença, egoísmo, falta de consideração. Sua esposa fez as acusações. Terá de confrontá-la.”<sup>82</sup>. Sua pena é a solidão.

A descoberta da contingência pela personagem nos delineia um percurso tracejado pelas manifestações do incômodo, introduzindo a relação entre a modificação do sujeito causada pelo incômodo e a aproximação da revelação da contingência na existência. As modificações no sujeito implicam mudanças na sua relação com as coisas. Tais modificações são sentidas antes e fora do sujeito (nas coisas e nas pessoas com quem ele se relaciona), ambiguidade característica da relação entre a consciência e as coisas<sup>83</sup>: se as coisas mudam ou se a percepção da consciência perante elas muda primeiro causando uma confusão no sujeito que é sentida no próprio Isak, no momento em que a personagem é confrontada em relação a alteridade.

A metamorfose do indivíduo desmorona a confiança depositada no ser e uma perda da estabilidade da aparência de ser. Segundo, Franklin Leopoldo e Silva “é nesse sentido que as coisas desvelam precisamente quando deixam de ser, já que o ser que as caracterizava consistia somente na projeção do conjunto de expectativas do sujeito”<sup>84</sup>. Esse conjunto de expectativas refere-se à permanência das coisas as coisas permanecendo do modo que eram anteriormente ocasionam uma sequência estável na qual o sujeito encontra uma continuidade de si. A mudança é instável, o passado não torna o presente mais necessário. Sendo assim, a personagem busca esse passado enquanto incontinência e segurança, já que o presente não a fornece. O presente nesse âmbito se transforma em um caminho para a morte com uma velhice culminada na solidão.

Na medida que há a dissolução do Eu, há também a do “desabamento do mundo”, um mundo constituído de objetos e relações subordinadas ao sujeito<sup>85</sup>. Sartre mostrou que

“o Eu só aparece como habitante das profundezas da consciência em virtude de um truque: tomamos o que construímos à frente e a fora da consciência e o introduzimos “lá dentro”, para que nossas ações tenham uma referência constante, firme, personalizada. É algo de que necessitamos, um fundamento que unifique nossos estados. Mas esse produto psíquico é exterior. Quando o mundo se desestrutura, ele desaparece junto com as coisas.” (...) “Por isso, o Ego participa do desabamento do mundo: uma vez que a exterioridade desarticulada, uma vez anulado o quê das coisas, também já não é possível responder à pergunta pela pseudo-interioridade: quem?”<sup>86</sup>.

---

<sup>82</sup>SILVESTRES Morangos. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri: 1957.

<sup>83</sup>SILVA, F. L. Ética e Literatura em Sartre – Ensaios Introdutórios. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 81.

<sup>84</sup>Ibidem, p. 82.

<sup>85</sup>Ibidem, p. 88.

<sup>86</sup>SILVA, F. L. Ética e Literatura em Sartre – Ensaios Introdutórios. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 90.



Por conseguinte, Isak Borg quando enxerga que o mundo não é aquilo o que ele pensa, seu Eu desarticula juntamente com o seu mundo, resultando na angústia existencial. A cena final nos comprova essa desarticulação do Eu similarmente com a incontingência vista no passado: Isak de mãos dadas com Sara em um novo sonho enxerga seus pais lhe acenando e diz o seguinte: “quando fico preocupado ou triste tento relaxar com as lembranças da minha infância. Foi isso o que fiz essa noite”<sup>87</sup>.

### Considerações Finais

No compilado de entrevistas que resultaram no livro *O Cinema Segundo Bergman*, o cineasta conta detalhadamente o que se passou durante a viagem de carro a cidade de sua avó, que se comporta como ponto de partida de *Morangos Silvestres*. O diretor foi tomado pelo desejo de visitar a velha casa onde ela vivera, permanecendo do lado de fora da porta de entrada para a cozinha sentira a possibilidade de regressar a sua infância<sup>88</sup>, porém o cineasta discorre posteriormente que vive continuamente na sua infância, no fundo vive permanentemente em seu sonho e faz visitas à realidade<sup>89</sup>.

A genealogia da família Bergman nos remete a própria condição do Eu do diretor, onde este possuía uma ideia da sua pessoa a partir do seu próprio pai, acabando por procurar uma explicação para os conflitos acérrimos que tinha com sua mãe. Por conseguinte, Ingmar Bergman percebera que fora um filho não desejado, parido durante uma crise física e psíquica de sua mãe<sup>90</sup>. Por ocasião em uma entrevista, apenas posteriormente compreendeu a significação do nome que dera ao protagonista: Isak Borg = Is (gelo) > Borg (fortaleza); Bergman criara um personagem que se assemelhava ao seu pai, mas que no fundo era ele inteiramente<sup>91</sup>. Um indivíduo com 37 anos privado de relações humanas, com necessidade de se impor, introvertido, e não apenas relativamente, mas sim bastante fracassado. Imerso em uma procura pelos seus pais sem poder encontrá-los, retomando novamente a cena final do filme que contém uma forte dose de saudade e nostalgia<sup>92</sup>.

Adentando ainda mais nas considerações do diretor sobre o filme, vemos que por toda essa história perpassa um só motivo: a insuficiência do jogo da vida, a pobreza, o vazio, a

---

<sup>87</sup>SILVESTRES Morangos. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri: 1957.

<sup>88</sup>BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. São Paulo: Martins Fonte, 1996. p. 22.

<sup>89</sup>BJORKMAN, Stig; MANNNS, Torsten; SIMA, Jonas. *O Cinema Segundo Bergman*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 109.

<sup>90</sup>BERGMAN, Ingmar. *Op. Cit.* p. 17.

<sup>91</sup>Ibidem, p. 20.

<sup>92</sup>Ibidem, p. 21.

ausência de perdão, por meio de *Morangos Silvestres*, Bergman estava implorando a seus pais por visibilidade, compreensão e perdão. A força motora de *Morangos Silvestres* é uma tentativa desesperada de se justificar perante seus pais que voltam as costas. Somente muitos anos depois é que seus pais se transformaram em seres de proporções normais e que a criança do ódio profundo se desvaneceu<sup>93</sup>.

Outra característica fundamental no filme é influência de Victor Sjöström, em que o esteta do cinema sueco se apoderou do texto de Bergman, transformando-o em propriedade sua, investindo nele todas as suas experiências: seu próprio sofrimento, sua misantropia, sua alheação, sua brutalidade, sua dor, seu medo, sua solidão, sua frieza, seu calor humano, sua mordacidade, seu tédio, personificando o personagem do pai do diretor. Sjöström se ocupou de seu espírito e fez daquilo tudo propriedade sua, para Bergman nada restou, não tinha nada a acrescentar, não era mais um filme de Ingmar Bergman, era um filme de Victor Sjöström<sup>94</sup>.

Isto posto, reforçando essa junção com o existencialismo, principalmente o sartreano, o discorrimento do tempo carrega inerentemente uma tristeza profunda, um gosto de morte. O tempo caracterizado pela infinidade acaba por matar toda felicidade no plano estritamente físico, ignorando a possibilidade de revisar o passado, nos trazendo a questão da memória e como o pretérito geralmente vem carregado de nostalgia. Esse pressuposto é precisamente o que torna possível a reconstrução genealógica da família Bergman-Akerblom. O cineasta sueco, por conseguinte, acaba nos evidenciando um existencialismo cinematográfico, através das interrogações referentes a existência do Eu e da própria mudança da narrativa cinematográfica, composta pelo roteiro, montagem, som e imagem, além da impossibilidade de separação da vida, da carreira teatral e cinematográfica de Ingmar Bergman.

### **Referências Bibliográficas:**

BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. São Paulo: Martins Fonte, 1996.

BERGMAN, Ingmar. *Lanterna Mágica*. Trad: Marion Xavier, São Paulo: Cosac Naify, p. 104-105.

BJORKMAN, Stig; MANNIS, Torsten; SIMA, Jonas. *O Cinema Segundo Bergman*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

---

<sup>93</sup>BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. São Paulo: Martins Fonte, 1996. p. 20.

<sup>94</sup>*Ibidem*, p. 24.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1940/1079>>. Acesso em: 04 Abr. 2017.

KORNIS, Mônica Almeida. Cinema, Televisão e História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LÓPEZ, Jordi Puigdomènech. *Genealogia y Esperanza em la Filosofía de la Existencia de Ingmar Bergman*. Disponível em <<http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/41690/1/TOL37.pdf>>. Acesso: 18/03/2016.

SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Tradução: João Batista Kreuch. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SICLIER, Jacques: Ingmar Bergman. Tradução: A. Freire de Meneses. Lisboa: Editora Presencial, 1963.

SILVA, F. L. Ética e Literatura em Sartre – Ensaio Introdutório. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVESTRES Morangos. Direção: Ingmar Bergman. Svensk Filmindustri: 1957 (91min).

Ficha Técnica:

Título original: *Smultronstället*

Título em português: *Morangos Silvestres*.

Produção: Svensk Filmindustri (Suécia, 1957).

Produtor: Allan Ekelund.

Diretor: Ingmar Bergman.

Roteiro: Ingmar Bergman.

Fotografia: Gunnar Fischer.

Música: Erik Nordgren y Göte Lovén.

Cenário: Gittan Gustafsson.

Montagem: Oscar Rosander.

Intérpretes: Victor Sjöström (Isak Borg), Bibi Andersson (Sara), Ingrid thulin (Marianne), Gunnar Björstrand (Evald), Folke Sundquist (Anders), Björn Bjelfvenstam (Viktor), Naima Wifstrand (madre de Isak), Jullan Kindhal (Agda).

Preto e Branco - 91 Min.

Estreia na Suécia: 26 de dezembro 1957.

## "Como absurdo, pelo absurdo e ao absurdo" o Existencialismo de Sartre nas colunas jornalísticas cariocas (1945-55)

**Rodolfo Rodrigues de Souza**

Doutorando em Psicologia Social  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
E-mail: rodolforsouza@gmail.com

**Resumo:** Partindo da Fenomenologia como intencionada por Jean-Paul Sartre e de pressupostos da Teoria Ator-Rede, de acordo com Bruno Latour, Vinciane Despret, John Law e Annemarie Mol, a pesquisa buscou nos jornais cariocas "Última Hora" e "A Manhã" fragmentos circunstanciados que apontassem para a chegada do Existencialismo de Sartre no Brasil. Parte dos resultados apontam para os escritos de quatro importantes intelectuais brasileiros do período, cujas colunas nos referidos jornais mencionaram criticamente a filosofia francesa "da moda" naquele tempo: Euríalo Canabrava, Dinah Silveira de Queiroz, Sérvulo de Melo e Cyro dos Anjos. O panorama traçado evidencia a construção de uma leitura negativa, circunstanciada temporal e politicamente, sobre o existencialismo. Por outro lado, os quatro autores dão visibilidade à filosofia de Sartre, apresentando-a aos leitores dos veículos analisados, efeito colateral de seus textos.

**Palavras-chave:** Sartre; Rio de Janeiro; Teoria Ator-Rede; Existencialismo; Jornais.

**Abstract:** Based on a sartrian Phenomenology and on the guidelines of the Actor-Network Theory, as presented by Bruno Latour, Vinciane Despret, John Law and Annemarie Mol, the research looked for fragments on the newspapers on newspapers "Última Hora" and "A Manhã" that pointed to the arrival of Sartre's Existentialism in Rio de Janeiro. Some of the results point to the writings of four important Brazilian intellectuals of the period, whose columns in the newspapers criticized the French philosophy of fashion at that time: Euríalo Canabrava, Dinah Silveira de Queiroz, Sérvulo de Melo e Cyro dos Anjos. This panorama shows the construction of a negative reading, both politically and timely circumstancials, about existentialism. On the other hand, the four authors give visibility to his philosophy, presenting it to the readers of the vehicles analyzed, side effect of their texts.

**Keywords:** Sartre; Rio de Janeiro; Actor-Network Theory; Existentialism; Newspapers.

### Introdução

O presente resumo expandido é derivação de minha pesquisa de mestrado (SOUZA, 2015)<sup>95</sup>. Nesta, tematizo o modo como dois jornais cariocas, "A Manhã" e "Última Hora" apresentaram, em solo nacional e, mais especificamente, carioca, a filosofia francesa da moda no período: o Existencialismo de Jean-Paul Sartre (1905-1980).

O termo Existencialismo não era utilizado para intitular uma corrente filosófica até o momento da divulgação das obras de Sartre. Anteriormente, era mais comum referir-se às

---

<sup>95</sup> A pesquisa, que contou com apoio da CAPES, foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ) sob orientação da Professora Ariane Ewald entre 2013 e 2015.

“filosofias da existência”, que podem ser reunidas, de acordo com Ariane Ewald (2008, p. 154), pela “inquietação com a ação e consciência do problema da escolha na existência humana”.

Simone de Beauvoir (2009, p. 164), filósofa e companheira de vida de Sartre, registra que:

[Anne-Marie Cazalis, amiga de Sartre e Beauvoir] falando com os jornalistas, batizou de existencialistas a cambada que a rodeava e a juventude que flanava entre o Tabou e a Pergola. [...] Naquele outono de 1947, não se passava uma semana sem que se falasse de suas badernas, festividades, dos frequentadores, escritores, jornalistas e políticos.

Assim surgia certa associação entre aquela juventude, próxima à Sartre e seus amigos, e a filosofia deste pensador, que passou a ser definida também como existencialista. A “confusão” criada por Cazalis é um dos elementos que promove a indissociabilidade entre a filosofia existencial de Sartre e certos comportamentos típicos daquela juventude, no que se convencionou chamar de “moda existencialista” (BEAUVOIR, 2009; MOUTINHO, 1995; EWALD, 2008; SOUZA, 2015). Portanto, olhar para o modo como os jornais cariocas apresentaram o existencialismo de Sartre aos brasileiros é também perceber em que medida conseguiram se desvencilhar desse imbróglio entre o que era a filosofia e o que era a moda existencialista. Os momentos mais exemplares desta distinção são encontrados nos textos daqueles que chamo de *intelectuais*: colunistas daqueles periódicos associados a alguma produção intelectual e/ou literária de projeção no cenário nacional ou internacional. Embora, por vezes, acabem comentando mais a moda existencialista do que o existencialismo, tais autores conseguem deixar entrever aquilo que é, de fato, produção de Sartre.

Dentre os diversos trechos de jornal encontrados, aqueles assinados por quatro intelectuais se destacam, não apenas pelo volume mas, sobretudo, pelo conteúdo. São eles: Euríalo Canabrava, filósofo e catedrático da Universidade do Brasil atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Dinah Silveira de Queiroz, escritora brasileira e, em 1981, imortal da ABL a segunda mulher a ser eleita para a Academia; Sérvulo de Melo, jornalista brasileiro, diretor do Serviço de Informação do Congresso e profissional da Agência Nacional; e Cyro dos Anjos, advogado e jornalista, ministro da justiça do governo Dutra.

### **Euríalo Canabrava**

Euríalo Canabrava é reputado como o primeiro intelectual brasileiro a comentar o pensamento de Jean-Paul Sartre no Brasil (LIMA, 1956; MARTINS, 1979; ROMANO, 2002). Alceu Amoroso Lima, também conhecido como Tristão de Ataíde, importante intelectual

cristão brasileiro, em livro lançado em 1956, apresenta a obra *Seis temas do espírito moderno*, de Canabrava (1941), como a primeira a comentar o existencialismo no país. O acadêmico é apresentado como um homem de “inteligência viva e [de] ávida fome de ideias” (LIMA, 1956, p. 146) que pretendeu, por meio dessa obra, “menos falar sobre os ‘seis temas do espírito moderno’, do que mostrar-nos o pensamento existencialista em ação, como Zênon demonstrava o movimento – andando” (LIMA, 1956, p. 157).

Romano (2002) mantém a posição adotada por Lima (1956) e Wilson Martins (1979) quanto ao papel de Euríalo Canabrava, mas faz uma ressalva importante: este intelectual é o primeiro a comentar o existencialismo de modo “sério”. Afinal, já em 1938 se falava em Sartre no Brasil, embora não sistematicamente (SOUZA, 2015). É ao olhar sistemático que Canabrava nos apresenta. Canabrava não cita Sartre diretamente na obra, fazendo menção a outros existencialismos: o heideggeriano, o kierkegaardiano, enfim, a outras filosofias que, como a de Sartre, consideram uma “incorporação mais profunda e mais real da vida à filosofia” (ROMANO, 2002, p. 34).

Uma primeira matéria em *A Manhã* que reúne os nomes de Canabrava e o existencialismo é uma pequena nota (UM JORNALISTA..., *A Manhã*, 20/12/1945, p. 3. grifos meus). De acordo com esta, em um balanço literário do ano de 1944, um jornalista não identificado comenta o último lançamento de Canabrava, *Descartes e Bergson*, e reprime o filósofo, afirmando que este apresenta “uma suposta profundidade que vai até o equívoco existencialista”. Segue-se afirmando que “o jornalista não dispõe de elementos para duvidar da ‘profundidade’ do crítico de Bergson. Por uma razão muito simples: não leu o livro. E não o leu porque, no referido livro, **Euríalo Canabrava não aceita o existencialismo**” (UM JORNALISTA..., *A Manhã*, 20/12/1945, p. 3. grifos meus). A partir deste ponto, o texto diz a que veio: divulgar a nova obra de Canabrava, “Interessado, o jornalista poderá pedir um exemplar do livro, ‘Descartes e Bergson’, à Editora Amigos do Livro, São Paulo”, conclui.

Entretanto, o livro de Alceu Amoroso Lima afirma que Canabrava adotou o existencialismo como um Zênon – ou Zenão -, querendo demonstrar a corrente filosófica ao mesmo tempo em que a adotava. Já aqui se lê que o filósofo “não aceita o existencialismo”. O que pode ter se passado entre 1941 e 1944 para tal mudança? A primeira coluna assinada por Euríalo Canabrava que menciona o existencialismo em *A Manhã* nos dá uma pista. Em *Introdução à linguagem da filosofia* (*A Manhã*, 06/01/1946, p. 1-2), apresenta-nos as diferenças entre a boa e a má filosofia num paralelo com o que seria a boa e a má arte. Neste

empreendimento, o existencialismo emerge como uma filosofia que, assim como fenomenologia, progrediu “decisivamente, para o monólogo solipsista, para a terminologia romântica adaptada a um culto de que participam raros iniciados” (INTRODUÇÃO À LINGUAGEM DA FILOSOFIA, A Manhã, 06/01/1946, p. 2). Continua criticando esta filosofia, espécie de “prece murmurada aos pés de um deus inclemente ou inacessível”. O intelectual não cita autores neste ponto, não permitindo afirmar sobre qual existencialismo está se referido.

No entanto, em outra coluna, *As palavras em Joyce* (A Manhã, 10/03/1946, suplemento Letras e Artes, capa) sua opinião fica mais evidente. Canabrava abre o texto, em que comenta o estilo de James Joyce, repetindo parcialmente a opinião expressada na coluna anterior. Afirma que “foi possível a um grupo de pensadores integrados na escola husserliana e no círculo existencialista, o emprego de terminologia rebarbativa, de vocabulário meio bárbaro (...)” (AS PALAVRAS EM JOYCE, A Manhã, 10/03/1946, suplemento Letras e Artes, capa. grifos meus). Mais adiante, acrescenta que “o pensador existencialista costuma negar o surto da própria existência, aprisionando-se em conceitos inertes, esvaziados de qualquer substância viva e autônoma”. Mas Canabrava estabelece uma diferenciação: “Havia no existencialismo, como atesta a obra de Jaspers e Heidegger, riqueza extraordinária de temas fecundos, de pontos de vista ousados, de afirmações revolucionárias que quebravam a monotonia dos sistemas ou doutrinas (...)” (grifos meus). Portanto, podemos dizer que o intelectual separa dois tipos de existencialismo, ao menos: aquele de “riqueza extraordinária”, pretérito – “havia”; e um existencialismo mais atual, que usa “vocabulário bárbaro”. Não há elementos que me permitam afirmar categoricamente que é o existencialismo de Sartre que Euríalo Canabrava não aceita, mas a leitura em conjunto das colunas que publicou permitem considerar esta uma hipótese bastante provável.

### **Dinah Silveira de Queiroz**

As colunas de Dinah Silveira de Queiroz em *A Manhã*, intituladas *Café da Manhã*, têm o tom de pequenos contos ou crônicas. A escritora, diferente de muitos de seus colegas literatos, não deixou de lado o seu modo de escrita no jornal e são raros os momentos em que seu texto é dissertativo. Em 1947, dois anos após a publicação de *L'âge de la Raison* e de *Sursis*, lançados pela Gallimard em 1945, a imortal iniciou sua coluna dizendo que “afinal consigo deitar a mão sobre um livro de Jean-Paul Sartre. Mais: sobre dois romances (...)” (CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 11/01/1947, p. 4). Sobre o filósofo, afirma que é o “homem que causou uma revolução



nas letras do após-guerra, o lançador, em França, do existencialismo, e tido, para muitos, como o verdadeiro inventor dessa filosofia”. Havia acabado de ler *A idade da razão* - provavelmente em francês, uma vez que a primeira edição brasileira só aparece em 1949, pelo Instituto Progresso – e seu texto é uma espécie de resumo crítico da obra. Afirma que o propósito parece ser provar que “Mateus”, na verdade *Mathieu*, “já tem a ‘idade da razão’, a idade em que se aceita tudo, em que se não age mais”. Mais adiante afirma que “Mateus se agita inutilmente, e pelo livro todo. Preso à sua ‘liberdade’, nada mais escolherá” (CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 11/01/1947, p. 4).

Em novembro de mesmo ano, Queiroz viaja à Europa. É a partir dessa viagem que escreve sobre os *Reacionários d’além mar* (A Manhã, 05/11/1947, p. 4), texto em que diz que os reacionários europeus consideram Sartre um assunto fora de moda, com o que não parece concordar. Este passeio lhe rende mais textos, sendo retomado em 22 de janeiro do ano seguinte. Diz ela que muitas pessoas ficaram chocadas com sua falta de esperança na literatura após essa sua viagem. Explica-se: ela compreendeu que a vida é mais importante que essa arte. Nesse sentido, critica a juventude existencialista:

(...) em outro jornal, eu disse, desgostoso [*sic*] com o desperdício da juventude e de energia de um grupo existencialista extremamente moço e boêmio de Paris – e do Tabu – “que, entre um genial mocinho existencialista, afogando na bebida um nojo paradoxal dessa existência, que lhe fornecia a filosofia – e o jovem descerebrado, jogador de bola da praia de Copacabana, preferia eu este, pois pelo menos sabia viver a sua manhã”. (CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 22/01/1948, p. 4)

O trecho remete à “moda existencialista” parisiense, apropriada paulatinamente no Brasil. O interessante é que não apenas critica o modo de vida dos jovens existencialistas, mas afirma que a filosofia lhes fornece “um nojo paradoxal dessa existência”. Aliás, tento imaginar que cenas a escritora pode ter visto em Saint-Germain-des-Prés que lhe causaram tamanha impressão. Afinal, algo de grave deve ter visto para afirmar, noutra ocasião, que houve um “dano existencialista, corroendo meninos e meninas de alma solitária, anêmicos, e fazendo a indústria das olheiras e das caspas (...)”(CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 15/08/1948, p. 4). Talvez seja mesmo o que viu em Paris que tenha alimentado essa “falta de afinidade” que a leva a afirmar que a filosofia do francês é “nova velhíssima filosofia” (CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 15/08/1948, p. 4).

Fato é que, mesmo sem afinidades pelo filósofo, Dinah não deixa de lado a “fofoca intelectual” de 1952: o rompimento público da amizade entre Sartre e Camus. A coluna de 02

de novembro de 1952 indica que a escritora acompanhou com atenção a contenda, publicada na íntegra na revista *Les Temps Modernes*. Afirma que a coluna, na ocasião, poderia se chamar “Como o mundo é pequeno” ou “Guerra dos deuses”: “Camus e Sartre estão brigando, e tirando gravata, paletó e camisa. E isso tudo na grande revista de Jean Paul Sartre – OS TEMPOS MODERNOS” (CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 02/11/1952, p. 4).

A título de balanço, o que podemos afirmar é que a escritora, por mais que não tivesse afinidades com o pensamento de Sartre, tem um papel importante na divulgação das ideias do filósofo. Decerto enfoca a literatura, seu campo de trabalho, e a “moda existencialista” – a juventude “de Paris e do Tabou” -, mas presta o serviço de fazer falar algumas dimensões do existencialismo em *A Manhã*.

### **Sérvulo de Melo**

Similarmente à Queiroz, Sérvulo de Melo comenta o existencialismo de Sartre em suas colunas em *A Manhã*. A diferença é que escreve, muitas vezes, ao lado de algumas crônicas, textos expositivos sobre filosofia e política. Assíduo comentador do existencialismo, as colunas de Melo debatem esta filosofia com alguma propriedade.

Alguns textos demonstram simpatia pelo pensamento de Sartre, sobretudo aqueles que considero como textos opinativos. Em *Revolução semântica nos termos políticos (I)* (A Manhã, 12/06/1945, p. 7) tece elogios ao Existencialismo, apenas com uma confusa ressalva em relação a certa tendência “biologizante” de Sartre. Melo segue defendendo o existencialismo em seus demais escritos nessa linha: como uma filosofia “mais profunda” pois transita “entre o materialismo e o espiritualismo” (SUPERANÇA SOCIOLÓGICA, A Manhã, 01/05/1946, p. 4); como uma “linha de fuga ao cientificismo” (A ILIMITAÇÃO CRIADORA, A Manhã, 06/12/1946, p. 4); como afirmação literária do existencialismo de Kiekegaard, valorizador da vida em detrimento de uma “pseudo-ciência” que, ao se pretender criadora da ordem, estabelece a “desordem universal” (A FACE OCULTA, A Manhã, 21/01/1949, p. 4). De modo geral, estes escritos de Melo são uma crítica à supervalorização das esquematizações sobre a vida e as experiências, sendo o existencialismo a possibilidade de abrir mão dessas leituras. Chega a criticar o esforço de esquematização marxista, que acaba deixando de lado a vida e o homem (CIVILIZAÇÃO, ARTE E AMOR, A Manhã, 12/01/1950, p. 4) – opinião similar à que o próprio Sartre tinha sobre o materialismo histórico. Por fim, em *Os “snobs” de deus* (A Manhã, 03/10/1947, p. 4), refere-se a Sartre como “sofisticadíssimo filósofo de Paris”, sendo os “snobs” do título aqueles que correm para entrar na moda sem sequer terem o cuidado de conhecer as

ideias que adotam. Um dos exemplos de snobismo que cita é a “moda existencialista”: “A França e o resto do mundo civilizado passaram a falar e a discutir a nova doutrina, muito mais rapidamente do que a própria divulgação da obra [de Sartre]”, afirma Melo (OS “SNOBS” DE DEUS, A Manhã, 03/10/1947, p. 4).

Contudo, ele próprio não escapa à tentação de falar dessa moda e em março de 1949 escreve uma espécie de “elogio ao bar”, afirmando que este espaço tem papel “privilegiado na França atual”. Escreve Melo que “o existencialismo, por exemplo, é uma filosofia de bares, cafés e ‘boites’. E já se fala maldosamente em Paris que o grande Sartre ganha mais dinheiro como elemento de atração em ‘night-clubs’ e ‘boites’ do que com as colossais edições dos seus livros” (A GLÓRIA E O BAR, A Manhã, 18/03/1949, p. 4. grifos meus). Se acredita nesse boato, Melo não deixa claro; levando em conta a os textos em que menciona o existencialismo, minha aposta é que não.

Há, no entanto, um texto opinativo de 1948, e, portanto, concomitante aos recém-citados, que traça um panorama distinto sobre pensamento de Sartre. Em *Entre Ariel e Caliban* (A Manhã, 05/11/1948, p. 4), Melo considera a filosofia do francês inadequada ao mundo e ao homem contemporâneo, “urgentemente necessitados de uma nova filosofia que recomponha o espírito e estimule a sensibilidade”. Sartre não ocupa essa função, pois “em sua escola, o caminho da desintegração permanente está traçado”, resultando em mais “angústia e desespero” do que o necessário. Essa opinião é repetida na íntegra em outro texto (PASSOS NO INSONDÁVEL, A Manhã, 15/02/1951, p. 4).

Poderíamos concluir que Melo é um jornalista cuja opinião é, principalmente, partidária de Sartre, mas que não se absteve de fazer críticas a determinados aspectos do existencialismo – principalmente à “moda existencialista” – e a certos grupos que se apropriaram, por vezes indevidamente, desse referencial. Ouso dizer que o jornalista parece um bom fenomenólogo no sentido que Sartre confere ao termo: permite-se olhar para os fatos sociais, pensa sobre eles, se posiciona, sem perder os dados de vista. Seu posicionamento mais constante é favorável à Sartre e contrário à moda derivada dessa filosofia. De modo mais específico, podemos afirmar que concorda mais com o impacto que o existencialismo pode ter no mundo, promovendo uma valorização da experiência vivida sobre os esquemas cientificistas, do que sobre as noções da filosofia de Sartre, que não comenta.

## Cyro dos Anjos

Ao contrário de Melo, Cyro dos Anjos cuidou de apresentar as noções de Sartre sem muito as elogiar ou criticar em suas colunas de revisão de ideias filosóficas e artísticas. Dos Anjos foi um imortal da ABL, substituindo a cadeira ocupada por Manuel Bandeira em 1969. Jornalista, cronista, ensaísta e romancista, era advogado de profissão e buscou, ao longo de sua vida, não construir uma imagem atrelada a um posicionamento político claro (TAMURA, 2006). No entanto, seu posicionamento crítico em relação ao existencialismo permite elaborar – por vias colaterais (LAW, 2009) - alguma compreensão sobre suas posições políticas e intelectuais.

O primeiro texto sobre o pensamento de Sartre que assina é um comentário sobre *O Existencialismo é um Humanismo*. Provavelmente por ser extenso, o texto é publicado em duas partes com um intervalo de uma semana entre elas: *O Existencialismo* (A Manhã, 15/12/1946, p. 4) e *O Existencialismo – II. Angústia, desamparo, desespero* (A Manhã, 22/12/1946, p. 4). O estrondoso sucesso da conferência de Sartre realizada 29 de outubro de 1945 faz com que, apesar da carestia de papel na França, a Editora Nagel consiga levar adiante a publicação do texto proferido pelo filósofo na ocasião, lançando-o em livro em março de 1946 (COHEN-SOLAL, 2008, p. 330). Enquanto Dinah Silveira de Queiroz levou dois anos, de 1945 a 1947, para conseguir “pôr as mãos” em *A Idade da Razão* (CAFÉ DA MANHÃ, A Manhã, 11/01/1947, p. 4), Dos Anjos é consideravelmente mais rápido, pois essas duas colunas de dezembro de 1946 já levavam em conta o texto publicado e não a conferência em si. Na primeira, Cyro admite ser leigo na filosofia de Sartre, que apresenta como tendo “selo germânico, através de Heidegger, e [que] se abeberou no pensamento do dinamarquês Kierkegaard”. Mas, emenda o colunista, não era necessário falar desses dois precursores de Sartre, pois só o francês já dá “matéria suficiente para nos atordoar” (O EXISTENCIALISMO, A Manhã, 15/12/1946, p. 4). Chama o pensamento do filósofo de “evangelho”, de certo modo antecipando os críticos que consideram o existencialismo uma espécie de religião cujos seguidores seriam discípulos de Sartre. Dos Anjos pergunta: “Como reagirá sobre ele [Sartre] a filosofia oficial? Levá-lo-ão a sério os professores, ou não passará de uma agitação nos arraiais literários?”. Essa questão ainda ignora a “moda existencialista”, que ganhará força em 1947; Cyro está falando do sucesso literário e da possibilidade de que o existencialismo não passe disso, o que excluiria o pensamento de Sartre da “filosofia oficial”. Filósofo de formação e professor de filosofia entre 1931 a 1944, Sartre poderia, mesmo que só considerássemos esses dois fatores, ser “oficialmente” reconhecido por este campo. Mas Cyro dos Anjos emenda: “Pode-se, todavia, conjecturar que Jean-Paul Sartre, lançando-se teatralmente na arena, com o

emprego de astuciosa publicidade, já teria melindrado a pudica família dos ‘agrégés de philosophie’ e ofendido o recato dos Membros do Instituto, em grau suficiente, para que seja fulminado em tempo oportuno” (O EXISTENCIALISMO, A Manhã, 15/12/1946, p. 4)<sup>96</sup>. Alain Renaut (1993, p. 12) afirma que Sartre foi pioneiro num “percurso que separa produção filosófica de instituição universitária”, o que talvez esteja na base do incômodo que Dos Anjos apontava em seu texto de 1946.

Sobre o conteúdo “duro” deste texto de Cyro, não há muito que acrescentar: a maior parte da coluna é um resumo – coerente, por sinal – das primeiras quatro páginas do livro em questão (SARTRE, 1987)<sup>97</sup>. Ao longo do resumo, Cyro exime-se de comentários e juízos, e passa pelos temas das críticas recebidas pelo existencialismo, pela divisão entre existencialismo cristão e ateu e as implicações da ideia de que a “existência precede a essência” tem para a compreensão da relação entre homem e mundo (O EXISTENCIALISMO, A Manhã, 15/12/1946, p. 4). Este último tema é retomado no texto de 22 de dezembro (O EXISTENCIALISMO – II. ANGUSTIA, DESAMPARO, DESESPERO, A Manhã, 22/12/1946, p. 4), em que são aprofundadas as noções que intitulam a coluna. Pode-se dizer que, nesta segunda ocasião, Cyro restringe-se à resenha, cobrindo até a décima quinta página do texto publicado (SARTRE, 1987).

Na coluna de fevereiro de 1947, *Notas de leitura*, Dos Anjos se posiciona quanto à ideia de engajamento. A única referência a Sartre, contudo, é uma citação literal do livro de Jean Jacques Gautier, vencedor do prêmio de literatura Goncourt em 1946. Segundo Cyro, Gautier afirma que a compreensão do humano atingida pela escritora setecentista Madame de La Fayette<sup>98</sup> e por Raymond Radiguet, famoso escritor contemporâneo de Sartre, não deixam a desejar àquela de Camus, Malraux ou do “papa do existencialismo”. A obra *Qu’est-ce que la littérature?* se torna incontornável para discutir o tema, que é retomado por Cyro em uma sequência de quatro artigos publicados semanalmente entre 25 de junho e 16 de julho de 1950 sob o título de *A criação artística*. Em todos esses textos, o colunista segue a mesma linha das duas colunas intituladas *O Existencialismo*. Se nestas apresentava resumidamente o livro *O Existencialismo é um Humanismo*, naquelas resenha o conjunto de textos que compõem a obra

<sup>96</sup> *Agrégés de philosophie* é o nome dado aos professores adjuntos de filosofia, em virtude do concurso que os seleciona, o *Agrégation de philosophie*.

<sup>97</sup> Refiro-me à quantidade de páginas na edição brasileira da Nova Cultural referenciada e não na edição original da Édition Nagel.

<sup>98</sup> Sua obra *La princesse des Clèves* é considerada um romance inaugural da literatura moderna na França, tendo inspirado as produções de Balzac, Radiguet e Cocteau.

de Sartre sobre a função do escritor, do leitor e da literatura. Por se tratar, novamente, de resumo “duro”, sem intervenções de Cyro, irei me ater aqui aos poucos momentos nestes quatro textos em que o autor emite suas opiniões. No primeiro deles (A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XVIII, A Manhã 25/06/1950, p. 4), diz que Sartre, ao contrário de Kant, entende que a arte deve ter uma finalidade, qual seja a de um engajamento em partidos políticos. Na segunda parte de seu texto (A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XIX, A Manhã, 02/07/1950, p. 4), critica o filósofo por entender que a ideia de engajamento é da ordem da “algaravia existencialista”, mais uma forma de se fazer aparecer do que uma verdadeira defesa coerente de ideias. Nessa linha, escreve no terceiro texto (A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XX, A Manhã, 09/07/1950, p. 8) que “Sartre [...] perde toda a objetividade e fica a embriagar-se com palavras”, buscando suporte em Euríalo Canabrava, para quem, como visto, o existencialismo usa uma linguagem confusa para iniciados (INTRODUÇÃO À LINGUAGEM DA FILOSOFIA, A Manhã, 06/01/1946, p. 2). Disso, conclui que Sartre é meramente um “filósofo do Café de Flore”, o que me remete à citada problemática da separação que o filósofo francês cria entre sua produção intelectual e o universo acadêmico (RENAUT, 1993), indicada pelo próprio Cyro como uma possibilidade. A linguagem de Sartre, por fim, é considerada no derradeiro texto (A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XXI, A Manhã, 16/07/1950, p. 4) como “esotérica”, numa conclusão desvalorizadora de todas as ideias que Dos Anjos vem apresentado nos quatro artigos.

Dos Anjos aparece com um importante papel de divulgador de duas obras importantes à produção do filósofo entre os anos de 1945 e 1948: *O Existencialismo é um Humanismo* e *O que é a literatura?*. Os comentários pouco elogiosos que tece ao pensamento do intelectual francês são tão pequenos em comparação com a totalidade dos textos em que busca resenhar acriticamente estas obras que, a meu ver, Dos Anjos atua mais como um “dispersador” das defesas de Sartre do que como opositor delas, papel que parece tentar encarnar.

## Conclusão

A história do existencialismo no Brasil é a história da apropriação do existencialismo pelos brasileiros. O modo como cada um dos quatro intelectuais apresentados discorreu acerca do pensamento de Sartre é um modo de apropriação que, mais do que criticar ou elogiar, divulga este pensamento em solo brasileiro. O que nos interessa doravante é perseguir os rastros dessa divulgação: onde terá desembocado? Que produtos de nossa cultura ganharam sua conformação final em virtude das fricções com o existencialismo de Sartre? Este é o tema da pesquisa



continuada no âmbito do doutorado na mesma instituição, agora sob orientação do professor Ronald Jacques Arendt.

### Referências Bibliográficas

- A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XIX. A Manhã. Rio de Janeiro, 02 julho 1950, p. 4.
- A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XVIII. A Manhã. Rio de Janeiro 25 junho 1950, p. 4.
- A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XX. A Manhã. Rio de Janeiro, 09 julho 1950, p. 4.
- A CRIAÇÃO ARTÍSTICA XXI. A Manhã. Rio de Janeiro, 16 julho 1950, p. 4.
- A FACE OCULTA. A Manhã. Rio de Janeiro, 21 janeiro 1949, p. 4.
- A GLÓRIA E O BAR. A Manhã. Rio de Janeiro, 18 março 1949, p. 4.
- A ILIMITAÇÃO CRIADORA. A Manhã. Rio de Janeiro, 06 dezembro 1946, p. 4.
- AS PALAVRAS EM JOYCE. A Manhã. Rio de Janeiro, 10 março 1946, suplemento Letras e Artes, capa.
- BEAUVOIR, Simone de. A força das coisas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAFÉ DA MANHÃ. A Manhã. Rio de Janeiro, 02 novembro 1952, p. 4;7.
- CAFÉ DA MANHÃ. A Manhã. Rio de Janeiro, 11 janeiro 1947, p. 4.
- CAFÉ DA MANHÃ. A Manhã. Rio de Janeiro, 15 agosto 1948, p. 4.
- CAFÉ DA MANHÃ. A Manhã. Rio de Janeiro, 22 janeiro 1948, p. 4.
- CIVILIZAÇÃO, ARTE E AMOR. A Manhã. Rio de Janeiro, 12 janeiro 1950, p. 4.
- COHEN-SOLAL, Annie. Sartre: uma biografia. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- ENTRE ARIEL E CALIBAN. A Manhã. Rio de Janeiro, 05 novembro 1948, p. 4.
- EWALD, Ariane. Fenomenologia e Existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. In.: Estudos e Pesquisas em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, p. 149-65, 2008.
- INTRODUÇÃO À LINGUAGEM DA FILOSOFIA. A Manhã. Rio de Janeiro, 06 janeiro 1946, p. 1-2.
- LAW, John. Collateral Realities. Versão de 29 de dezembro de 2009. Disponível em : <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2009CollateralRealities.pdf>. Acesso em 30 de dezembro de 2009.



- LIMA, Alceu Amoroso. O existencialismo e outros mitos do nosso tempo. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira: 1933-1960. Vol. VII. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MOUTINHO, Luiz Damon S. Sartre: existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.
- NOTAS DE LEITURA. A Manhã. Rio de Janeiro, 02 fevereiro 1947, p. 4.
- O EXISTENCIALISMO – II. ANGÚSTIA, DESAMPARO, DESESPERO. A Manhã. Rio de Janeiro, 22 dezembro 1946, p. 4.
- O EXISTENCIALISMO. A Manhã. Rio de Janeiro, 15 dezembro 1946, p. 4.
- OS “SNOBS” DE DEUS. A Manhã. Rio de Janeiro, 03 outubro 1947, p. 4.
- PASSOS NO INSONDÁVEL. A Manhã. Rio de Janeiro, 15 março 1951, p. 4.
- REACIONÁRIOS D’ALÉM MAR. A Manhã. Rio de Janeiro, 05 novembro 1947, p. 4.
- RENAUT, Alain. Sartre: le dernier philosophe. Paris: Grasset & Fasquelle, 1993.
- REVOLUÇÃO SEMÂNTICA nos termos político (1). A Manhã. Rio de Janeiro, 12 de junho 1945, p. 4;7.
- ROMANO, Luis Antônio Contatori. A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo. In.: Sartre, coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SOUZA, Rodolfo R. O assassino existencialista e outras narrativas: o existencialismo de Sartre em cena no Rio de Janeiro (1945-1955). 2015. 220 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SUPERAÇÃO SOCIOLÓGICA. A Manhã. Rio de Janeiro, 01 maio 1946, p. 4.
- TAMURA, Célia M. 2006 – Centenário de Nascimento de Cyro dos Anjos. Campinas, 2006. Disponível em: <[www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicações](http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicações)>. Acesso em 26 out. 2014.
- UM JORNALISTA... A Manhã. Rio de Janeiro, 20 dezembro 1945, p. 3.

## ST 28 - Governo das Gentes nos Impérios ibéricos da Época Moderna (séculos XV a XIX): concepções, práticas e estratégias

Ana Tereza Landolfi Toledo  
Mestre (Univerdidad de Salamanca) Mestranda em História  
UFMG  
[landolfiat@gmail.com](mailto:landolfiat@gmail.com)

Natália Ribeiro Martins  
Doutoranda  
UFMG  
[nribeiro.his@gmail.com](mailto:nribeiro.his@gmail.com)

Thaís Tanure de Oliveira Costa  
Mestranda  
UFMG  
[ttanure@gmail.com](mailto:ttanure@gmail.com)

### **Proposta do Simpósio:**

Esta proposta é fruto do grupo de estudos “Governo das Gentes nos Impérios ibéricos da Época Moderna”, nascido a partir da iniciativa de alunas da Pós-Graduação e Graduação da UFMG, e coordenado pela Profa. Adriana Romeiro. Seu intuito é fazer surgir um espaço de debates agregador, capaz de ir além dos nossos encontros, para alcançar pesquisadores de diversas instituições do país e criando assim novas questões, objetivos e hipóteses para a temática.

A historiografia sobre os Impérios ibéricos da Era Moderna esteve, por muito tempo, baseada em uma visão conceitualmente aristocrática e estadualista, que buscava, de um lado, reafirmar uma precoce constituição daquelas monarquias nos moldes de “Estados absolutistas”, e, de outro, privilegiar tópicos como os da centralização, do fortalecimento da figura do rei e da eficiência do direito oficial. Nas últimas décadas, na esteira dos trabalhos de António Hespanha e Perry Anderson, para citar alguns exemplos, os historiadores têm buscado enfatizar o dinamismo das práticas políticas e as especificidades das mais diversas estratégias e negociações empregadas pelas gentes, engendrando uma pluralidade de abordagens e possibilidades de pesquisas em torno não só da questão do “bom governo”, mas também das ilegalidades e outras práticas contrárias ao costume.

Norteados por tais considerações, propomos, neste Simpósio, congregarmos pesquisadores interessados nos debates acerca da noção de “bom governo das gentes” verificado nos Impérios ibéricos e suas difusões no mundo Atlântico. Da mesma forma, desejamos tornar pauta a

questão das instituições e suas formas de poder e governação, sejam elas no âmbito religioso – como a Igreja, as Ordens Religiosas e o Santo Ofício –, político e jurídico do Antigo Regime e do direito costumeiro, em tempos de estabilidade ou em tempos de crise.

Nossas discussões não se restringirão ao âmbito administrativo e político, à medida que também pretendemos abarcar debates concernentes aos mecanismos institucionais e as práticas culturais, religiosas e sociais dos diferentes agentes e suas possíveis adaptabilidades nos mais longínquos espaços e, ainda, as estratégias políticas, culturais e econômicas de sustentação da lógica imperial. O Simpósio também acolherá a temática dos “desgovernos”, das instabilidades, heterodoxias e venalidades, as práticas sociais das ilicitudes e alterações da ordem e das dinâmicas dos projetos políticos e mercantis em disputa no recorte proposto.

## Felisberto Caldeira Brant: do contrato ao descaminho dos diamantes (1749-1753)

**Júlia de Cássia Silva Cassão**

Graduanda

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [juliacassao@hotmail.com](mailto:juliacassao@hotmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tentará reconstituir a trajetória de Felisberto Caldeira Brant, arrematante do terceiro contrato dos diamantes, entre 1749 e 1753. Para isso, apreenderemos as visões que a administração portuguesa conferiu a esses agentes intermediários que, dentro dos valores, limites da tolerância e exercício de poder de sua cultura política, existiam em um equilíbrio precário e instável neste outro lado do Atlântico. Pela distância geográfica e conflituosa relação entre as esferas pública e privada que marcou também a ascendente sociedade do Distrito Diamantino, procuraremos, pelos passos de Brant, detentor de papel de destaque para cooptar a população local, rastrear as concepções caras às noções de apadrinhamento que pautaram o período. Inserido em um jogo político que agenciava redes de contrabando da colônia à metrópole, problematizaremos a partir de seu estudo de caso a corrente historiográfica que se dedica ao exame das práticas corruptoras como fenômeno social aceito e onipresente na Época Moderna.

**Palavras-chave:** Corrupção; Administração; Distrito Diamantino; Trajetória.

**Abstract:** The propose of this papper is to reconstitute the trajetory of Felisberto Caldeira Brant, who was the bidder of the diamond's third contract, between 1749 and 1753. For this, it was compiled the portuguese administration views that had given to these intermediate agents that worked within the values, tolerance boundaries and authority exercise of their political culture. This agents existed in a precarious and unstable balance in this other side of the Atlantic. The geographic distance and conflicting relationship among the public and private spheres also marked the ascending Distrito Diamantino society. Through Brant's steps, who had an important role for co-opting the local population, it will be tracked the relevant conceptions that belonged to the sponsorship notions which guided the period. He was inserted in a political game that organized contraband networks from colony to metropolis. From his case, it will be problematized the historiographic field that have been devoted to corrupting practices examination as an accepted and omnipresent social phenomenon in the Modern Age.

**Key-words:** Corruption; Management; Distrito Diamantino; Trajectory.

A proposição de um estudo de caso remonta à micro-história, abordagem historiográfica a qual afirma que os processos sociais são sempre históricos, devendo, por isso, serem examinados também pelo enfoque interno que possibilita a apreensão dos sujeitos diretamente envolvidos. Esse enfoque nas ações dos homens, agora personagens de estudos esmiuçados e ancorados em documentação qualitativa, objetiva anunciar que, como sujeitos *históricos*, eles têm possibilidades de atuar autonomamente em sua história, dentro, é claro, do contexto que sua trajetória se desenrolará. Tal abandono de abordagens estruturantes, que acredita não haver controles absolutos, teve em Giovanni Levi um de seus maiores expoentes. O autor procurou destacar os elementos que, para ele, compõem a micro-história, em um texto que se tornou

referência para os historiadores<sup>1</sup>. Essa prática historiográfica, para ele, tem referências teóricas variantes e, em certo sentido, ecléticas. No entanto, está em relação com os procedimentos reais e detalhados que constituem o trabalho do historiador, pois se desenvolve em torno de um pensamento que se preocupa com os problemas gerais da correspondência entre indivíduos e sociedade. Trabalho experimental, a micro-história também nasceu do dismantelamento de certezas diante da imprevisibilidade dos acontecimentos políticos e realidades sociais.

Nesse sentido, aqueles que aderiram ao instrumental propuseram uma revisão completa de métodos de pesquisa para uma descrição mais realista dos comportamentos humanos. Empregaram um modelo, para ele, que deu primazia à observação dos conflitos dos homens no mundo em que viviam, reconhecendo sua ativa liberdade além, mas não fora das limitações dos sistemas normativos prescritos. Nas margens da liberdade garantida por brechas e fissuras, em síntese, tal investigação se preocupou em definir a natureza e extensão das vontades individuais dentro da estrutura geral da sociedade humana pela redução da escala de observação e análise intensiva do material documental. Ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização para pensar como os processos históricos se constituem revelando fatores previamente não observados, a micro-história enfatiza o papel das contradições de um contexto histórico. Os fenômenos antes considerados insignificantes no conjunto do sistema, assumem, por este método, significados completamente novos quando suas incoerências são reveladas.

Tomaremos para este artigo sua noção de micro-história e de *contexto* histórico e específico de uma época, que aqui chamaremos de *cultura política*<sup>2</sup>, para discutir a configuração característica da sociedade moderna ocidental e as fissuras de seu sistema para instrumentalizarmos, pelos passos de Brant, a historiografia sobre a corrupção. Importa ressaltar que nos interessamos por uma abordagem culturalista e, assim, a noção de cultura política com a qual nos filiamos se insere nessa perspectiva. Na atualidade, pesquisadores<sup>3</sup>, se

---

<sup>1</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. Para o seu estudo de caso, ler: LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>2</sup> A conceituação de cultura política é tema de debates entre os historiadores e demais pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais. Reconhecendo a pluralidade de direções de pesquisa, os autores que trabalham se filiam à Nova História Política, que se pauta pela influência dos valores culturais de uma época nas ações e comportamentos dos indivíduos e de seus grupos. Assim, práticas, valores e representações se imbricam para conceber determinado tipo de ação política e também comportamento desviante à instituição normativa.

<sup>3</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História, Historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: Culturas Políticas: ensaios de história, cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, dez. 2002 e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Culturas políticas na história: Novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p.13-37.

ancorando naqueles que na década de 1990 se ocuparam do ressurgimento da História Política<sup>4</sup>, definiram cultura política como um sistema de representações, valores e práticas imbricados e complexo que possibilita a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma realidade social, em determinado momento da história, uma visão de mundo partilhada que orienta os atores sociais em um tempo mais longo, e o acontecimento político para além da curta duração. Entendida como recuperação da inteligibilidade das ações e comportamentos políticos dos homens e do agrupamento o qual pertencem, essa nova visão da política rechaça tradicionais análises que imputam ao instrumental o caráter de um modelo geral, comportamentalista ou que se baseia em sistemas de oposição para afirmar que os critérios culturais e próprios de uma sociedade modelam os processos sociais e também os políticos do qual fazem parte e por eles são moldados. De acordo com Dutra, portanto, um modelo globalizante para cultura política não daria conta

“da historicidade das ideias, das doutrinas, das teorias — bem como de suas fraturas — [...] De outro lado, porque a historicidade mesma da vida social, com seu dinamismo, ambivalências, indeterminações, acaso e singularidades radicais, próprias da experiência dos sujeitos históricos, nem sempre se ajusta bem aos esforços normativos dos procedimentos sociológicos pelos quais as formas culturais e o mundo da política parecem existir, preferencialmente, em arranjos organizacionais ou situacionais, os quais se traduzem em regras, princípios regulatórios, modelos e rotinas de ação”<sup>5</sup>.

Nesse sentido, a pluralidade do fenômeno complexo que é a formação de uma cultura política deve ser apreendida por referência a um patrimônio cultural enraizado na sociedade e instituído no curso de uma média ou longa duração. Compartilhando valores, práticas, em suma, uma identidade que possibilita a leitura da sociedade por seus indivíduos e sua coletividade, a cultura política ou contexto histórico, por sua constituição cultural, de um lado, existe em um todo que guarda coerência e permite interpretações da realidade por suas instituições-chave, mas, por outro, permite também a emergência de elementos diversos e até conflitantes a ela integrados. Nas fimbrias do sistema, mais uma vez, comportamentos desviantes à norma instituída surgem para relembrar a falibilidade de modelos estruturantes e controles absolutos.

Acreditamos que a sociedade moderna ocidental deteve uma cultura singular que atravessou os comportamentos políticos, porque, e reafirmamos, práticas políticas estão sempre

---

<sup>4</sup> Para os primórdios da Nova História Política, ler: RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV: UFRJ, 1996, p. 13-36; BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; BICALHO, M. F.; KNAUSS, P.; QUADRAT, S. V. (orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009 e RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>5</sup> Ibid. DUTRA, 2002. pág. 21.

imbricadas ao sistema cultural geral de cada época. Para o caso de Portugal e seu Império, no Reino ou na administração colonial, percebemos as influências de tal cultura e, é claro, das citadas práticas desviantes dos sujeitos surgidas em suas fissuras, que não foram exceções. Aqui, buscaremos demonstrar, pelo caso de Brant, essa brecha, que chamaremos de corrupção, mas antes iremos explicitar rapidamente a configuração da cultura que foi enformado. Naquela sociedade<sup>6</sup>, o que influenciava os vários tipos de relações era a primazia conferida ao caráter representativo dos costumes e o privilégio dado à manutenção do prestígio social e da honra. Assim, a representação dos comportamentos era vital para a preservação das aparências, porque as relações sociais e a pluralidade de suas formas de solidariedade guiavam-se pelo amor e pela amizade - entendidas de forma completamente diferente da que se tem hoje em dia - e estendiam-se também às suas configurações políticas.

Nessa época, as “fidelidades de vassalagem, de estatuto, de clã ou de facção”, dentre outras, assentavam-se num sentimento comum, que revelava força onipresente: o amor pelo próximo, isto é, nesse período “foi um dado adquirido que o amor e as suas normas governavam, a um nível profundo, o corpo social”<sup>7</sup>. A relação entre o príncipe e aqueles que se encontravam sob sua alçada estava impregnada deste afeto e isto impelia os homens à colaboração e relações de apadrinhamento que se materializava na troca de bens e serviços. Portanto, acreditamos que a inclinação natural interiorizada nesta sociedade confundiu e fez inexistir atribuições do público e do privado. Este modelo doméstico de autoridade que baseou o caráter do Estado Português e transportou-se à sua colônia na América acreditamos ser, então, o que possibilita entrever a história do contratador Brant conectada à cultura política portuguesa moderna.

Na esfera política colonial, os que aqui chegavam, servidores da Coroa, procuravam enobrecimento, laços de fidelidade pessoal e, em sua multiplicidade de funções, garantias de enriquecimento, muitas vezes, de forma ilícita. Tais transgressões, a despeito da legislação, cresciam à medida que o poder central se distanciava e, recorrendo à metáfora do sol e da sombra<sup>8</sup>, percebemos que as práticas ilícitas ganharam lastro. Ao passo que as fronteiras se

---

<sup>6</sup> Para o entendimento da sociedade de corte da Época Moderna, principalmente a francesa que se irradiou pelas monarquias europeias, ler: ELIAS, NORBERT. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Já para um primeiro contato, ler: RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Brasiliense, 1993

<sup>7</sup> CARDIM, Pedro. *Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*. *Lusitania Sacra*, 2 série, 11, 1999. Especificamente para o caso de Portugal, é de suma importância a leitura de HESPANHA, António e XAVIER, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, Quarto Volume: O Antigo Regime.

<sup>8</sup> Para o Padre Vieira, no século XVII, os oficiais reais distantes do centro do poder, cada vez mais cometiam inúmeras arbitrariedades a despeito do corpo da República e, quando o sol estava no oriente ou no ocaso, a sombra se estendia a tal ponto que ultrapassava o horizonte.



dilatavam pela ocupação de terras longínquas e isoladas e o estabelecimento de órgãos administrativos, para garantir a governabilidade - já que a nomeação de um grande número de portugueses era impossibilitada -, Portugal recorreu à cooptação, pela compra de direitos em essência reais, de agentes privados e, por isso, intermediários. A relação entre o Estado e os potentados locais demonstravam as complexidades das relações políticas na colônia.

Esses homens personificavam parte do poder do rei ao adquirir uma função dita pública na governança, assim como os demais funcionários escolhidos diretamente pelo rei. Interesses públicos e privados se imiscuíam mais uma vez e não raro se chocavam. O sistema de contratos, realizado em leilões públicos, foi mais uma das formas encontradas para a extensão de autoridade. Delegando poder a esses indivíduos para o governo no além-mar, o rei permitiu que suas sombras se alongassem e, com ela, a demanda pelos citados interesses privados acima dos públicos. Como brecha do sistema como um todo – e também de sua cultura política –, tentaremos demonstrar que a atividade considerada ilícita foi mais um custo que a administração no Reino, para manter mesmo que opaca a sua presença, aceitou. Os limites de atuação para as atividades desses homens, é claro, existiam: um acordo possibilitava sua condescendência, mas sempre dentro de determinadas balizas. Para além dela, o Estado agiu e Brant foi um daqueles que não soube se movimentar nos jogos de forças. Reconhecida a autonomia aos poderes locais e a possibilidade de diferenciação social conferida pela recorrência à atividade ilícita que podia propiciar vultuosos ganhos, refletiremos sobre a pertinência do conceito de corrupção para esse recorte temporal, a historiografia que a postula e sua aplicabilidade para a trajetória do contratador.

Brant só pode ser entendido quando o pensamos dentro da sociedade que viveu, às possibilidades de atuação a ele conferidas, suas relações com os demais homens e às suas ações individuais engendradas no seio de sua cultura. Homem de seu tempo, a historiografia que contou sua história se moveu de acordo com as vertentes que, a cada época, ascenderam. Preso no jogo dicotômico entre a metrópole e a colônia que afirmava a positividade de suas ações<sup>9</sup> ou inserido numa teia de relações de compadrio e conflituosas entre esferas públicas e privadas

---

<sup>9</sup> Visão tradicional de sua história encontra-se em: SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino. 4. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976; OCTÁVIO, Rodrigo. Felisberto Caldeira: crônica dos tempos coloniais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921; LIMA JÚNIOR, Augusto de. História dos Diamantes nas Minas Gerais (século XVIII). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1945 e BOXER, Charles. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 2. ed. rev. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

que produzia ações avessas ao princípio da administração<sup>10</sup>, sabemos que ele por volta de 1730 já figurava na história da região por conflitos com as autoridades da comarca do Rio das Mortes<sup>11</sup>, sempre envolto pelo escopo proporcionado pela cultura de sua época. Isso é perceptível quando ele, para evitar a proporção da contenda, se transferiu para a região de Paracatu e as minas de Goiás, se estabelecendo no Rio Claro explorando diamantes e, em contato com potentados locais e adquirindo status social pela fortuna que acumulava, em outro atributo característico do período, envia ao rei D. João V a petição de benesse, recebendo, em 1746, por carta patente, o título de capitão dos cavalos de São Luís e Santa Ana do Paracatu<sup>12</sup>.

Nesse momento, sua história começou a se delinear, pois ao adquirir uma mercê, Brant pôde aspirar o arremate do contrato dos diamantes que findaria no próximo ano. Estabelecendo, então, relações de compadrio com o governador da capitania, Gomes Freire de Andrade<sup>13</sup>, o terceiro contrato dos diamantes que se iniciaria em 1749 foi celebrado em sociedade com Alberto Pereira. Praticamente nas mesmas condições que os anteriores, sua condução a princípio foi próspera<sup>14</sup> e isso se deveu também à costura de relações com o então intendente dos diamantes, o enfermo Plácido de Almeida, que não fazia seu papel de vigilância frente às atitudes do contratador, e à população local, de quem Brant alugava escravos para, além do permitido, minerar em áreas proibidas fraudando a lista das falhas<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> Para uma nova abordagem, ler: FURTADO, Júnia Ferreira. O labirinto da fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. História: Fronteiras. V. II. Anais do XX Simpósio Nacional da Anpuh. São Paulo: Humanitas. FFLCH-USP, 1999. P. 309-319; Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia Historia*, Belo Horizonte, UFMG, vol. 21, 2000. p. 295-306 e *Terra de Estrelas*. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik L. O Brasil no Império Marítimo Português. Bauru, SP: Edusc, 2009. Para visão semelhante, ler: FERREIRA, Rodrigo de Almeida; FURTADO, Júnia Ferreira. O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos - 1740-1771. 2004. 253 p., enc. Dissertação - UFMG, Fafich. A pesquisa em andamento de Camila Silva também se debruça sobre sua história: SILVA, Camila Pelinsari. O contratador Felisberto Caldeira Brant: sucessos, tragédias e meandros de suas relações com o poder real. Anais VI EIHC. Bahia, 2016. p. 319-330.

<sup>11</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. Cx. 17. Doc. 35 e Cx. 20. Doc. 5.

<sup>12</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês. Livro 37 fl. 90 e AHU. MAMG. Cx.76. Doc. 45.

<sup>13</sup>FURTADO, 1999. ANTT. Manuscritos do Brasil. Condições que se hão de observar no 3 contrato. Vol. 31 e DIAMANTINA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745-1765. f. 23 e 30. Andrade foi o padrinho da filha de Brant, comparecendo ao Tejuco pessoalmente. Foi também padrinho dos filhos de Pereira, mas, nesse caso, enviou um representante ao arraial.

<sup>14</sup>FURTADO, 1999.

<sup>15</sup>FERREIRA, 2004. Pelo contrato, 600 escravos eram permitidos na mineração, mas, por mortes ou fugas, isso foi tarefa quase impossível. Suas cláusulas permitiam a reposição dessas *falhas* no mês seguinte, o que foi mais uma das estratégias que o contratador empregou para auferir maiores lucros, já que o intendente não cumpria seu papel de vigilância.

A nomeação do novo intendente em 1751, Sancho Lanções, recomendado a zelar pelos bons negócios do rei<sup>16</sup>, fez as aspirações de autonomia na região do contratador ruírem. Com postura rigorosa, passou a exigir a apresentação das falhas<sup>17</sup>, além de fiscalizar as áreas de extração para surpreender atividades não autorizadas. Como é possível perceber, Brant e Lanções não estavam no mesmo compasso e, por isso, os jogos de poder político que empreenderam dissonavam quanto aos caros valores de amizade e compadrio da época. A relação entre os dois beirava ao conflito aberto e seu estopim consistiu na denúncia feita por Brant do roubo do cofre da intendência e a acusação de ter sido cometido por Lanções<sup>18</sup>. A magnitude do incidente provocou atenção especial de Portugal, pois além da importância conferida pela Coroa ao negócio dos diamantes e o estremecimento do mercado internacional do comércio das pedras, a defesa do intendente<sup>19</sup> se baseava na responsabilização do contratador e na apresentação de fraudes encontradas por ele na administração do contrato.

Abertas as devassas pelo ouvidor José Bacelar, sua primeira etapa consistiu na verificação do cofre e o resultado confirmou que ele nunca fora arrombado. Sua não-violação fez recair suspeitas de armação sobre Brant<sup>20</sup> e o seu resultado final revelou evidências de fraudes, o que fez sua idoneidade cair por terra. Em 1753, a descoberta de partidas de diamantes em um navio do Rio de Janeiro e de uma extensa rede de contrabando relacionada ao contratador e seu sócio<sup>21</sup>, alterou as investigações determinando-se sua apuração. As provas confirmaram o óbvio e o rei, agora D. José I, ordenou a prisão dos ex-contratadores<sup>22</sup>. O sequestro dos bens de Brant foi decretado e os ex-sócios remetidos para a prisão em Portugal. A situação se agravava pela emissão de letras de créditos sem fundos e a corrida para resgatá-las, que obrigou a Coroa a intervir para saldá-las nas praças europeias<sup>23</sup>. Brant várias vezes tentou o relaxamento de sua pena, argumentando que assim poderia saldar as numerosas dívidas, mas seu empenho se fazia em vão, pois a despeito do grande volume de pedras ainda a minerar, a publicidade de suas ações e a defraudação dos cofres reais se mostraram muito mais importantes. Após dezesseis anos, em 1769, foi agraciado com liberdade assistida, mas sofria

---

<sup>16</sup> A nova postura empreendida pelo intendente se insere na nova visão que ascende na segunda metade do século XVIII em Portugal com D. José I e o futuro Marquês de Pombal. A racionalização administrativa e controle financeiro deram o tom às posteriormente chamadas Reformas Pombalinas refletindo no Distrito Diamantino.

<sup>17</sup> AHU. MAMG. Cx. 58. Doc. 73

<sup>18</sup> FURTADO, 1999 e FERREIRA, 2004; AHU. MAMG. Cx. 60. Doc. 56 e Cx. 63. Doc. 79.

<sup>19</sup> FERREIRA, 2004; AHU. MAMG. Cx. 60. Doc. 29.

<sup>20</sup> Ibid. AHU. MAMG. Cx. 60. Doc. 37

<sup>21</sup> Ibid. AHU. MAMAG. Cx. 63. Doc. 28 e 36 e Cx. 67. Doc. 37.

<sup>22</sup> Ibid. AHU. MAMG. Cx. 63. Doc. 28.

<sup>23</sup> Ibid. AHU. MAMG. Cx. 63. Doc. 28 e Cx. 67. Doc. 87.

de graves problemas de saúde<sup>24</sup>, o que impossibilitou gozá-la de forma plena, falecendo pouco tempo depois.

Em linhas gerais e para o que nos propomos com este artigo, a história do contratador Brant é esta. Inserido em uma cultura política, percebemos como costurou relações, inconscientes ou não, possibilitadas sempre pela conjuntura na qual viveu. Na sociedade colonial, onde as diretrizes metropolitanas - culturais ou políticas -, não podiam ser efetivadas plenamente pela distância geográfica, intermitente comunicação e autonomia local desenvolvida, mas por elas foram refletidas, como pela fluidez do público e privado, queremos instrumentalizar pelas fontes da trajetória de Brant a historiografia que se ocupa da corrupção e trata desses temas. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a importância conferida aos limites da tolerância empreendidos pelas Coroas ibéricas, isto é, quando, para seus pesquisadores, uma atividade considerada ilícita não se tornava pública ou, principalmente, não lesava os cofres reais, para os oficiais reais ou indiretos, flexibilizava a rigidez do sistema. Apenas quando havia o excesso, a autoridade agia para coibir o desequilíbrio dos jogos de poder. Como função social, portanto, a corrupção, desempenhou um papel importante na configuração política moderna e o caso de Brant, acreditamos, ilustra de forma clara essas primeiras conclusões. É importante, por isso, ressaltar que, atualmente, a corrupção é tema de variados debates, mas o conceito não é imutável e os seus teóricos afirmam que os comportamentos ilícitos assumiram diversas formas ao longo das épocas.

Nesse sentido, no caso das sociedades modernas, Romeiro<sup>25</sup> nos diz que o emprego da palavra estava disseminado nos tratados políticos e morais do período, abarcando o campo da moral, da justiça e dos costumes, sendo entendido como o *efeito* das práticas ilícitas e, até o século XVIII, percebido por uma acepção biológica, em que a ação ilícita corrompia o corpo místico/político da República. As ações que resultavam em corrupção eram designadas por expressões que abundavam na época conformando um sólido quadro de referências que deveriam ser evitados pelos agentes da administração para garantir virtudes essenciais. A chamada arte de governar estabeleceu um conjunto de regras legais para o exercício das funções tendo por objetivo assegurar o bem-comum e o exercício da justiça. No mundo colonial, marcado pelas citadas distâncias e comunicação intermitente, assim como uma grande parcela de autonomia política não foi diferente. Os vassalos americanos foram instados a zelar pelo

---

<sup>24</sup> Ibid. AHU. MAMG. ANTT. Ministérios do Reino, Decretos Régios, pasta 17, n. 34.

<sup>25</sup> ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna – conceitos e desafios metodológicos. Revista Tempo. Vol. 21 n. 28, pág. 1-22.

bom andamento dos negócios coloniais. Neste ponto, para a autora, estava-se em um contexto de transição e choque entre duas mentalidades ou lógicas diferentes. A ética cavaleiresca<sup>26</sup> baseada em princípios da vassalagem que permeava a administração da colônia estava em oposição clara a um impulso de organização sistemática em ascensão nas metrópoles. Para esses homens, assim, o ofício régio ainda decorria de vínculos familiares com o soberano.

A corrupção, portanto, aludia aos excessos das autoridades e, no sentido que se atribuía nessa época, corrompia as finalidades do bom governo. A uma série de normas e sanções impostas a transgressores, no caso de Portugal citemos as Ordenações do Reino, regulamentações detalhadas sobre o que se esperava do oficialato, existia concomitantemente, na prática, costumes ainda associados à ética cavaleiresca. Queremos com isso afirmar, indo a essas fontes, que a atuação da Coroa, a despeito de seus esforços de regulamentação, privilegiou também a negociação<sup>27</sup> e, em parte, ao estímulo dos funcionários às atividades ilícitas em compensação de seus baixos salários. Essas atitudes corruptoras que em uma primeira percepção podem parecer contraditórias, em suas características próprias, porém, fizeram sentido e, por isso, se tornaram parte da corrente historiográfica que, a partir de 1980, especialmente espanhola e sobre o Império Espanhol, teve como expoente principal Phelan<sup>28</sup>, que versou sobre a relação entre os criollos, os metropolitanos e o equilíbrio de suas relações como um recurso de poder. Por essa época, passou-se a estudar com mais afinco o problema da corrupção e, se antes ela foi entendida como exceção e fator de instabilidade da propalada força metropolitana, agora a corrupção como transgressão era a regra que fazia parte de um acordo tácito de maior ou menor consciência entre Coroa e suas colônias.

Em sua esteira, Pietschmann<sup>29</sup> conclui que a Coroa tolerava aquelas fraudes, demonstrando a contradição entre o modelo normalizante ascendente e os resistentes princípios da sociedade vassálica estamental. As causas para a ação contraventora, de acordo com o autor,

<sup>26</sup>Essa ética cavaleiresca que entrou, nessa época, em choque, com o esforço de racionalização empreendido pelas Coroas remonta à Idade Média, quando os valores relacionados à imagem do cavaleiro imperavam. Suas concepções de amor e amizade resistiram ao tempo e puderam ser verificadas neste período.

<sup>27</sup>Não entendemos negociação tal qual alguns pesquisadores postulam, isto é, imputar a todos os indivíduos o mesmo poder de barganha e capacidade de agência que os demais, detentores de maior poderio nos jogos políticos. Concordamos quando afirmam não haver controles absolutos, mas nesse exame, acreditamos que o fator da negociação consiste em uma maior possibilidade de consonância de ações possibilitadas pelas mencionadas brechas, porém, é importante lembrar que o fator de coesão dos vocabulários vinculava-se sempre à centralidade da instituição da monarquia.

<sup>28</sup> PHELAN, John Leddy. *The Kingdom of Quito in the seventeenth century : bureaucratic politics in the Spanish Empire*. Madison: University of Wisconsin Press, 1967

<sup>29</sup> PIETSCHMANN, Horst. *Corrupción en las Indias españolas - revisión de un debate en la historiografía sobre Hispanoamérica colonial*. In: PIETSCHMANN, Horst; COMÍN, Francisco; PÉREZ, Joseph. *Instituciones y corrupción en la historia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 31-52.

estariam na chegada à colônia de funcionários pobres desejosos de fazer a América. A disputa dos cargos, assim, ocupava-se da consolidação das posições sociais e conferia à corrupção uma função política, assim como uma maneira para a solução dos conflitos inerentes àquela sociedade, porque facilitaria o equilíbrio entre metrópole e suas sociedades coloniais. Já Bertrand<sup>30</sup> aponta que a palavra corrupção no século XVIII abarcava toda a classe de abusos ou anomalias que, no exercício do cargo, os oficiais impunham a seus administrados. O objetivo de sua análise consistiu na investigação dos mecanismos políticos, sociais, econômicos e mentais que levavam esses oficiais a cometer os excessos ilícitos que tinham uma função e, é claro, uma finalidade. Sua presença nas sociedades modernas, para ele, não deve ser objeto de uma dúvida muito tenaz, pois, os comportamentos ilícitos, foram prática social e uma chave para a compreensão das relações que a geravam. Conclusão que se confirma pela infinidade de literatura moral existente na época e do seu conteúdo se ocupava de repará-las.

Essas interpretações, assim, lançaram luz sobre uma visão de corrupção que não pode ser considerada sinônimo de debilidade da autoridade do Estado, porque, em função de seus objetivos, tolerâncias aceitas e excessos condenados, revelariam a sutileza do jogo político colonial. Lugar onde enfrentavam-se inúmeros interesses rivais e contraditórios, a corrupção flexibilizaria e daria dinamismo às relações entre metrópole e colônia para garantir a estabilidade possível, dentro da máxima da defesa de uma autoridade metropolitana mais política que jurídica, que conjugava a “especificidade colonial” (marcadamente pela distância espacial) e a manutenção da coesão, sobretudo econômica, do mundo hispano-americano.

As práticas corruptoras detinham tamanha força e não eram ignoradas pelas Coroas ibéricas, porque, naquele contexto histórico, a sede de poder e riqueza, assim como de afirmação social, se revelavam como princípio norteador dos imaginários. Parte da prática do sistema colonial e da metrópole da qual lhe enformava, a corrupção como fenômeno social nessa acepção, se relaciona aos privilégios de distinção honoríficos caros aos mais diversos setores da sociedade. Conclui-se que, a sociedade ocidental moderna e, inserido nela, Brant no outro lado do Atlântico, orientavam-se por uma lógica própria, em que tais práticas quando não ultrapassavam os limites da tolerância e conservação de equilíbrios, funcionavam como a válvula de escape de um sistema para flexibilizar as fortes tensões e a grande rigidez entre os aptos a desempenhar funções de grande prestígio entre as maiores elites dirigentes e outros,

---

<sup>30</sup> BERTRAND, Michel. Grandeza y miseria del oficio - los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

como os contratadores, que encontravam-se impossibilitados e, por isso, frustrados, de uma ascensão social plena. Se os comportamentos de Brant foram práticas corruptoras e acreditamos que sim, eles só podem ser entendidos dentro da conjuntura e cultura política que ocorreram e, por isso, a chave interpretativa inaugurada pela historiografia da corrupção é fator primordial.



## A crise de sucessão portuguesa de 1578-1580 e a teoria da eleição dos povos

**Filipe Duret Athaide<sup>1</sup>**

Doutorando História Social

UFRJ (PPGHIS/UFRJ)

E-mail: fduret@gmail.com

**Resumo:** Esta comunicação tem com o objetivo apresentar algumas considerações acerca da crise sucessória portuguesa iniciada em 1578 com o desaparecimento de D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir, assim como o estabelecimento da crença sebastica em Portugal. Para tanto, analisarei a produção textual de Frei José Teixeira, dominicano lisboeta que tendo particionado da corte de D. Antônio, defendeu, no início do século XVII, o direito do Prior do Crato ao trono lusitano.

**Palavras-chave:** Sebastianismo; União Ibérica; Crise sucessória; Eleição dos Povos.

**Résumé:** Cet article vise à présenter quelques considérations sur la crise de la succession portugaise qui a commencé en 1578 avec la disparition du roi Sebastian dans la Bataille de Alcacer Quibir, ainsi que l'établissement de la croyance sebastique au Portugal. Par conséquent, je vais analyser la production textuelle de Fr. José Teixeira, dominicaine portugais qui a divisé la cour de Don Antonio, défendu, au début du XVIIe siècle, le droit du Protecteur du Crato à le trône lusitanienne.

**Mots-clé:** Sébastianisme; Union Ibérique; crise de succession; élection des peuples.

*Cada movimento messiânico é um fato cuja razão de ser se explica no plano das relações sociais e das representações coletivas.<sup>2</sup>*

*Entendo por “crença” não o objeto do crer (um dogma, um programa, etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma “modalidade” de afirmação e não o seu conteúdo.<sup>3</sup>*

Ao morrer em Paris no ano de 1595, D. Antônio, Prior do Crato estava pobre e abandonado por seu séquito<sup>4</sup>. Entre os portugueses que compuseram a comitiva antonista em seu exílio, destacavam-se D. João de Castro e Frei José Teixeira. Personagem bastante conhecido, a Castro<sup>5</sup> é atribuída a primeira impressão das Trovas do Bandarra, importante texto de caráter profético e considerado a base letrada para a cristalização do messianismo régio português em torno de D. Sebastião<sup>6</sup>. Entretanto, por mais que tenha sido valorizado pelas

<sup>1</sup> Pesquisador Júnior do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura. (PPLB/RGPL)

<sup>2</sup> LANTERNARI, Vittorio. Messias, p. 291.

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano, p. 278.

<sup>4</sup> Para a trajetória de D. Antônio, ver: HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Reinado de D. Antônio.

<sup>5</sup> João Lúcio de Azevedo, em sua obra “A evolução do Sebastianismo” adjetiva D. João de Castro como o “corifeu do Sebastianismo”. As trovas de Bandarra foram impressas em Pais, no ano de 1603, na “Paráfrase e concordância de algumas profecias de Bandarra”.

<sup>6</sup> Nascido em 20 de janeiro de 1554, D. Sebastião era filho do infante D. João, e neto João III, rei de Portugal à época. Com a morte de seu pai dias antes de seu nascimento, acabou por ser conhecido como “O Desejado”, uma vez que se constituiu, diante do infortúnio paterno, o único sucessor direto de seu avô. Ao desaparecer na Batalha de Alcácer Quibir em agosto de 1578, sem ter garantido a manutenção da sucessão da dinastia de Avis, passou a ser identificado como “O Encoberto”. Tal “título” guarda relação direta com o estabelecimento da crença

pesquisas desenvolvidas até o momento, D. João de Castro não esteve sozinho na tarefa de defender quer o direito ao reino de D. Antônio, quer a sobrevivência do Desejado (o que impediria Filipe II se manter à frente do reino luso). Frei José Teixeira também foi importante personagem na argumentação letrada a favor da causa antonista, e da mesma forma que Castro, é fundamental para a compreensão da conversão de antonistas em sebastianistas e a delimitação da própria espera messiânica régia portuguesa.

Segundo os biógrafos<sup>7</sup>, Frei Teixeira nasceu em Lisboa, no ano de 1542 ou 1543, filho de Afonso d'Afonseca, natural de Alvaizere e de Leonor Teixeira, integrante da família de alcaide-mor da Vila de Pouca, o que lhe conferia um certo grau de nobreza. Seu tio materno, Manuel Teixeira integrou a embaixada portuguesa em França que teve como função agenciar o casamento de D. Sebastião com Marguerite de Valois<sup>8</sup>. Era também sobrinho de Francisco e Antônio Chaves, frades da Providência do Seráfico Patriarca S. Francisco, o que pode ter promovido alguma aproximação do jovem Teixeira com a vida religiosa e monástica.

Ingressou aos 22 anos na Ordem dos Pregadores, e foi recolhido no convento da vila de Azeitão. Não se sabe se durante sua trajetória de formação e atuação na ordem demonstrou algum pendor para as questões que associavam política e religião, não tendo até o momento rastreado nenhum texto de cariz político produzido antes da Batalha de Alcácer Quibir (1578) e da crise sucessória, ação comum entre os religiosos da época, e em especial os dominicanos, quer seja pela liderança do Tribunal do Santo Ofício, quer pela proximidade com a corte. No que diz respeito à atuação dos religiosos no período da União Ibérica (1580-1640), João Francisco Marques indica que:

“Mas se é exato que, durante o domínio filipino, o espírito autonomista teve na historiografia, na literatura, no teatro jesuítico e na oratória sagrada os mais comuns e poderosos meios para se exprimir, também se reconhece sem dificuldade que nem todos esses meios tinham o mesmo campo de influencia. Na verdade, enquanto pela literatura se atingia o setor erudito e pelo teatro se chegava, ordinariamente, a um público especial e restrito, não sucedia outro

---

messiânica régia portuguesa, que, tendo suas raízes deitadas no horizonte cultural português desde a Idade Média, se cristaliza em torno do jovem rei. Para análises sobre as bases, estabelecimento e definições do Sebastianismo, ver: BERCE, Yves Marie. O Rei oculto; HERMANN, Jacqueline. No Reino do Desejado; VALENSI, Lucette. Fábulas da Memória. Para a matriz messiânica da cultura portuguesa, ver: LIMA, Luis Filipe Silvério. O Império dos sonhos.

<sup>7</sup> As informações biográficas iniciais sobre Frei José Teixeira foram coletadas em ALBUQUERQUE, Martim de. Acerca do Fr. José Teixeira e da teoria da origem popular do poder; TORRES, José de. Frei José Teixeira.

<sup>8</sup> Sobre este ponto, as informações fornecidas por Albuquerque não são claras. O autor não consegue esclarecer se Frei Teixeira participou ou não desta missão.

tanto com a parenética que se estendia a camadas de população muito mais largas e heterogêneas.”<sup>9</sup>

Por mais que o foco de análise de Marques seja a produção sermonária, à qual ele dá especial destaque e relevância na disseminação da crença sebástica, ele aponta um aspecto importante para a análise aqui proposta: a observação de uma obra impressa, produzida por um religioso – que carrega, portanto, as marcas desse campo de atuação social – defensor da autonomia portuguesa diante do controle da coroa lusa pelos Filipes<sup>10</sup>.

No momento do desaparecimento do Desejado nas areias do Marrocos, Teixeira ocupava o cargo de prior do Convento de Santarém (tinha à época 35 anos), e segundo Marques<sup>11</sup>, era provavelmente confessor de D. Antônio, Prior do Crato, (sobrinho de D. João III, e um dos postulantes à sucessão do Cardeal D. Henrique em 1580)<sup>12</sup>. Presenciou, na vila ao norte de Lisboa, o levantamento de D. Antônio ao trono português, ato em resistência às pretensões de seu primo espanhol, e que foi rapidamente combatido por este, por meio das tropas comandadas pelo Duque de Alba, que derrotaram o séquito antonista na Batalha de Alcântara, em 25 de agosto de 1580. D. Antônio e uma parte significativa de seu séquito – dentre eles Frei Teixeira – conseguiram fugir do campo de batalha, e seguiu pelo norte do país, passando por Portucalete, Biscaia em março de 1581, Nantes em maio de 1581, e chegou à Inglaterra, de onde organizou o retorno aos Açores, no final do mesmo ano<sup>13</sup>. Os conflitos entre antonistas e as tropas espanholas perduraram até 1583, com a irrefutável vitória de Filipe II, e a definitiva confirmação do Habsburgo como rei de Portugal. Em 1582, porém, José Teixeira acabou prisioneiro, junto com os combatentes da esquadra de Filipe Strozzi, derrotados na

---

<sup>9</sup> MARQUES, João Francisco. A parenética portuguesa e a dominação filipina, p. 7.

<sup>10</sup> Não pretendo, da mesma forma, problematizar a valorização proposta pelo autor de uma produção literária ou popular de caráter autonomista, por mais que esta visão já tenha sido ultrapassada pela historiografia mais recente sobre o tema, e sim analisar a obra de Teixeira como integrante desse grupo, buscando, aí sim, indicar como os limites propostos por Marques foram extrapolados por inúmeros escritos, sendo o do dominicano apenas um dos exemplos.

<sup>11</sup> MARQUES, João Francisco. *Obra selecta*, p. 229

<sup>12</sup> Com o desaparecimento de D. Sebastião no Marrocos em 1578, e a posterior apresentação de um corpo a ele atribuído, a coroa foi passada a seu tio avô, o Cardeal D. Henrique. Durante o seu curto reinado, teve vez a disputa sucessória, visto que diante da idade avançada do Cardeal, seu estado de saúde frágil e a recusa de Roma em conceder ao religioso português a dispensa dos votos eclesiásticos, era necessário que se definisse quem o sucederia. Entre os principais concorrentes à sucessão da coroa portuguesa estavam os netos de D. Manuel: Filipe II, rei de Espanha (filho de Isabel de Portugal); Catarina, Duquesa de Bragança (filha de D. Duarte) e D. Antônio, Prior do Crato (filho de D. Luís). A disputa sucessória foi vencida por Filipe II, fato para o qual concorreram vários fatores, notadamente a articulação política e ameaça militar do monarca espanhol. Para este aspecto, ver: VALLADARS, Rafael. *A conquista de Lisboa*. Para detalhes da crise sucessória, ver: CUNHA, Mafalda Soares da. *A questão jurídica na crise dinástica*.

<sup>13</sup> Segundo Martim Albuquerque, D. Antônio chegou aos Açores no ano seguinte. cf: ALBUQUERQUE, Martim de. *Acerca do Fr. José Teixeira e da teoria da origem popular do poder*, p. 580.

Batalha naval de Vila Franca<sup>14</sup>. Dos Açores, Frei Teixeira foi levado para Lisboa, onde ficou aprisionado até 1583, quando finalmente conseguiu escapar do cárcere, tendo se reunido com D. Antônio (já em território francês), não sem antes terem buscado apoio inglês para a causa antonista.

Segundo Torres, o dominicano escreveu uma “*Arvore genealógica dos reis de Portugal*”, ainda não localizada. Entretanto, afirma o memorialista português que foi ela que incentivou Duarte Nunes de Leão a elaborar a “*Genealogia verdadeira de los reyes de Portugal com sus elogios*”, publicada inicialmente em Lisboa em 1585<sup>15</sup>. Sendo Duarte Nunes um importante jurista, gramático e historiador português, é possível perceber aí o provável início de todo um debate e defesa levado a cabo por Frei José Teixeira não só da autonomia portuguesa frente à Castela, mas principalmente daquilo que pode ser denominada como a teoria da eleição dos povos. Para Albuquerque, a escrita do dominicano representa a “formulação mais completa e arrojada da teoria da origem divina do poder *per populum*”, traduzida na afirmação do direito de eleição dos monarcas: todos os reis portugueses foram designados e levados *in altum* pela comunidade, ou seja, subiram ao trono não só por direito sucessório, mas também por escolha do povo<sup>16</sup>. Torres não só defende esta hipótese como indica que alguns monarcas assumiram o reinado tendo como base legítima a eleição dos povos, dentre eles Henrique de Borgonha (1066-1112), pai de D. Afonso Henriques; Sancho I (1154-1211); Fernando I (1345-1383) e sua esposa e regente do reino, Leonor (1350-1386); e o próprio Prior do Crato (1531-1595)<sup>17</sup>.

Por fim, vale à pena a observação de que Teixeira, mesmo após a aproximação com a casa real francesa, não abandonou por completo a causa antonista. Veríssimo Serrão destaca que

De animo mais heroico que o pobre visionário do sebastianismo [d. João de Castro], nunca Teixeira amaldiçoou o rei D. Antônio pela desventura de Portugal, nem tampouco renegou a causa justa que tanto valorizava o patriotismo dos portugueses.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> A batalha naval de Vila Franca foi junto com a da Ilha terceira (1583) as duas mais importantes travadas entre os antonistas e as tropas espanholas. A armada resistente aos Habsburgos foi liderada pelo Nobre Florentino Fillipo Strozzi, reconhecido mercenário, e que atuou na batalha sob ordens secretas de Catarina de Médicis, que via no avanço de Filipe II uma ameaça à coroa francesa. A derrota dos antonistas nas duas batalhas fez com que o Prior do Crato se exilasse primeiro na Inglaterra, depois na França. Para mais informações acerca dos embates no arquipélago dos Açores, ver: MENESES, Avelino de Freitas. *Os Açores e o domínio Filipino (1580-1590)*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987.

<sup>15</sup> TORRES, José de. Frei José Teixeira. p. 182.

<sup>16</sup> ALBUQUERQUE, Martim de. Acerca do Fr. José Teixeira e da teoria da origem popular do poder. p. 574.

<sup>17</sup> TORRES, José de. *op. cit.*, p. 182.

<sup>18</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O reinado de D. Antônio, Prior do Crato, p. 33.

Quando em território francês, Teixeira aproximou-se de Henrique III e de sua mãe, Catarina de Médicis, sendo deles pregador e conselheiro régio. Com a morte do último Valois, o dominicano não tardou a se aproximar de Henrique IV, de quem além de conselheiro e pregador, atuou como observador do monarca francês junto ao caso do Falso D. Sebastião em Veneza (1598-1603)<sup>19</sup>. Foi durante sua estadia na França que o dominicano publicou suas obras, sendo a “*Adventure admirable par desvs tovtes le sautres des siécles passez & presente par laquelle il appert euidenmmment, que d. Sebastian, vray & legitime Roy de Portugal, incognu depuis la bataille qu’il perdit contre les infidéles em Aprhique*”<sup>20</sup>.

Após a morte de D. Antônio no exílio, Frei Teixeira passou a defender a hipótese de que D. Sebastião não havia perecido na batalha, mas sim conseguido escapar dela com vida. A presunção da sobrevivência do Desejado encontrou sustentação em pelo menos dois aspectos. O primeiro, de ordem biológica – e que não foi a base principal da argumentação de Teixeira, por mais que ele a comentasse<sup>21</sup> – levava em consideração que em 1601, ano da publicação da *Adventure admirable*, D. Sebastião teria 47 anos, idade avançada mas não difícil de ser alcançada à época. O segundo se relaciona com a diversidade e autenticidade de informações acerca do desfecho da batalha, que além de terem custado a chegar a Lisboa – quer pela distância, pela pequena quantidade de sobreviventes e alto número de cativos – trouxeram dados bastante descontraídos.

Durante os dias imediatos após a batalha, a incerteza sobre o resultado do combate fomentou especulações sobre o destino do rei. Muitos afirmavam que ele havia sido gravemente ferido, mas que conseguiu escapar do campo de batalha. Frei Teixeira, embora não tendo participado do confronto, afirmou, anos depois, na *Adventure admnirable*: “meu tio, Manoel Teixeira (...) me disse que o rei Sebastião se retirou da batalha e embarcou em seu galeão, e

<sup>19</sup> São conhecidos outros três casos de Falsos D. Sebastião, todos ocorridos antes da trama de Veneza, encabeçada pelo calabrés Marco Tulio Catizzone: o primeiro, em Penamacor (fronteira de Portugal com a Espanha), em 1584; o segundo, em Ericeira (litoral ao norte de Lisboa), em 1585; o terceiro em Madrigal (arredores de Madrid), em 1594. Para maiores detalhes sobre os casos dos Falsos D. Sebastião indicados, ver: HERMANN, Jacqueline. No reino do Desejado, p.249-268

<sup>20</sup> TEIXEIRA, José. *Adventure admirable par dessvs tovtes les autres des siecles passez & present par laquelle il appert euidemment, que D. Sebastian vray & legitime Roy de Portugal, incognu depuis la bataille qu’il perdit contre les infideles en Aphrique, l’an 1578 est celuy mesme que les Seigneurs de Venise ont detenu prisonnier deuz ans & vingtdeux iours finis au XV Decembre dernier passé*. Paris: Carlo Lauro, 1601. Abreviado para “*Adventure admirable*” a partir deste ponto do texto.

<sup>21</sup> Teixeira indica as qualidades positivas de D. Sebastião (valentia, ousadia, coragem, sabedoria, justiça), concedidas por poder divino, como as responsáveis por sua sobrevivência à Batalha, e depois dela também. cf. TEIXEIRA, José. *Op. cit.*, p. 17.

que certamente, estaria vivo”<sup>22</sup>. Finalmente, em 24 de agosto chegou a Lisboa o comunicado sobre o do sepultamento do rei português em Fez. Nos dois dias seguintes, os sinos do reino anunciaram a morte de seu soberano e na manhã do dia 27, teve lugar o ritual de “quebra dos escudos”, que era encenado em frente a Sé de Lisboa, quando do falecimento dos reis de Portugal. Era a primeira etapa da celebração de aclamação do novo monarca. Mas a falta do corpo real nas cerimônias iniciais acabou por alimentar ainda mais a desconfiança sobre o paradeiro do Desejado, principalmente pelo fato de poucos sobreviventes terem visto o rei morto. Ao longo do século XVII, surgiram alguns escritos que, das mais variadas formas e tomando como referência fontes de informações diversas, afirmavam estar vivo o rei desaparecido no Marrocos. Tal prática seguiu pelo quarto de século seguinte. Dessa maneira, os escritos de Teixeira podem ser inseridos nessa tradição letrada. E da mesma forma que os escritos do dominicano, a maioria destas obras foram escritas e publicadas fora de Portugal, geralmente em francês ou italiano. Durante este período, acreditou-se na derrota, mas não na morte do rei.

Por mais que as primeiras exéquias realizadas em território português não tenham contado com a presença do cadáver real, tempos depois outros ritos foram executados diante dele (ou daquele a ele atribuído), que peregrinou por vários espaços – norte Africano, Espanha e Portugal. Os relatos que dão conta do falecimento de d. Sebastião comunicam que no dia 7 de agosto de 1578 o corpo foi inumado por portugueses cativos, sob as ordens do alcaide de Alcácer Quibir. Este primeiro sepultamento seguiu todo o protocolo fúnebre: colocação em ataúde, cortejo, velório, missa, enterro e anúncio oficial do evento. Este teria, portanto ocorrido, longe dos olhos da maioria dos súditos, e antes mesmo da quebra dos escudos e “alevramento” do Cardeal. A esta segunda, que ocorreu em Lisboa no dia anterior à aclamação do novo rei, seguiu uma terceira em Belém, também sem a presença do cadáver real. Em dezembro de 1578, os restos mortais de d. Sebastião foram transportados para Ceuta, onde foi realizada a quarta solenidade fúnebre. Finalmente, em 1582, já sob o reinado Habsburgo, os despojos foram repatriados, por ordens de Filipe II. A longa viagem do cadáver até Portugal foi entrecortada por inúmeras paradas e formalidades, como as ocorridas, por exemplo, no Algarve e em Évora. Nesta última, foram exumados os restos mortais dos infantes descendentes de Manoel I e João III, e juntos, conduzidos ao Mosteiro dos Jerônimos. A quinta celebração ocorreu nos dias 10 e 11 de dezembro de 1582. Finalmente sepultado junto aos seus, o esquife

<sup>22</sup> TEIXEIRA, José. *op. cit.*, p. 16. No original: “*Mon oncle (...) il me dit que le Roy Sebastian s’estoit retiré de la bataille & s’estoit embarqué dans son galion, que pour certain il estoit en vie*”.



de d. Sebastião, entretanto, foi posicionado não na galeria que abrigava os jazigos dos reis portugueses, e sim no pavilhão dos infantes<sup>23</sup>.

A resolução da questão legal que envolvia o corpo real e a crise sucessória provocada pelo seu desaparecimento e o curto e conturbado reinado do Cardeal D. Henrique, não foram suficientes, porém, para a dissolução da espera pelo retorno do Rei. Neste terreno fértil desenvolveu-se o sebastianismo. Sobre o estabelecimento do messianismo e sua relação com a história, Lanternari aponta que

A reinterpretação messiânica de figuras pertencentes à ordem histórica indica que a história pode conduzir insensivelmente ao mito. É o que se verifica quando existem especiais condições de tensão e desequilíbrio em sociedades e grupos humanos particularmente dispostos, pelo *background* cultural ou pelo concurso de fatores psicológicos coletivo, a delegar em entidades meta-históricas a resposta às suas necessidades mais prementes, ou a transfundir para a esfera da meta-história a imagem de individualidade e de situações pertencentes à história. [...] Há no simbolismo do mito uma potencialidade suscetível de atualizar-se em ações dramáticas de relevância social. Isso verifica-se cada vez que dos movimentos proféticos e messiânicos irrompem processos de transformação cultural e social, e movimentos de libertação política.<sup>24</sup>

Dessa forma, uma das possibilidades de compreensão do estabelecimento e manifestação de ações relacionadas à crença sebastica se dá levando em consideração de um lado todo um horizonte cultural latente na sociedade lusitana e de outro a crise política pós 1578. Nesse sentido, os casos de falsos reis, e em especial o do Falso de Veneza – que guarda relação direta com a *Adventure admirable* de Teixeira – merecem uma apreciação mais detalhada do que a aqui apresentada.

Marco Tulio Catizone foi executado em Cádiz, no dia 23 de setembro de 1603, como punição por ter se feito passar por D. Sebastião. O caso, conhecido como “Falso de Veneza foi o que deixou mais registros, e certamente foi a trama mais ousada, se levado em consideração o alcance, os envolvidos e o desfecho dado ao caso<sup>25</sup>. Os primeiros registros da história envolvendo o calabrês remontam a 1598, e informavam que um indivíduo havia se instalado num bairro pobre de Veneza e que se dizia português. Aos que o questionavam o fato de não falar a língua natal, era respondido que não o fazia devido a um juramento. Os boatos correram rápidos, e a suspeita de que se trataria de d. Sebastião cresceram a ponto de chamar a atenção

---

<sup>23</sup> VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória*. p. 33-34.

<sup>24</sup> LANTERNARI, Vittorio. *Messias*, p. 288.

<sup>25</sup> Para maiores detalhes sobre o Falso de Veneza, ver: BERCÉ, Yves-Marie. *O rei oculto*, p. 48-67; HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado*, p. 194-199; VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória*, p. 120-124.



do embaixador espanhol. A esta altura, já reinava em Espanha Filipe III, que delegou a investigação do caso à d. Inigo de Mendonça, e que este alertasse o governo de Veneza sobre o impostor. As autoridades locais acataram a denúncia, e decidiram pela expulsão do impostor, o que não foi por ele acatado, resultando na solicitação do emissário espanhol às autoridades italianas, de que fosse o falsário preso. A favor de sua tese, d. Inigo argumentou que era necessário a apuração dos boatos e que, caso se comprovasse ser o acusado o verdadeiro rei, seu senhor Filipe III não hesitaria em lhe restituir a coroa, mas caso fosse comprovado o engodo, deveria o acusado ser exemplarmente punido.

Em 24 de novembro de 1598 o suposto rei foi preso. Nesse momento, sua história já tinha alcançado inúmeros ex-integrantes da corte de d. Antônio, como d. João de Castro e Frei José Teixeira, que partiram para Veneza, a fim de se inteirarem e, caso necessário, defenderem o rei que havia retornado. Marco Túlio ficou preso até 15 de dezembro de 1600. Ao longo deste quase um ano, foi imensa a movimentação de seus acólitos, que tentaram a todo custo, comprovar-lhe a autenticidade, assim como promover sua soltura. Ao que tudo indica, não foi somente a trajetória antonista que mobilizou Frei Teixeira a se envolver neste caso; teria ido à Veneza como enviado de seu senhor (à época Henrique IV). O rei francês tinha especial interesse no caso, uma vez que comprovada a identidade do suspeito, a restauração do reino português seria prejudicial à Espanha. Por outro lado, por mais que Henrique IV tivesse recomendado a seu capelão toda a prudência no caso, Frei Teixeira buscou aproximar ao máximo seu senhor do caso. O apoio do rei francês à causa poderia significar a confirmação da legitimidade do postulante ao trono português.

A soltura do prisioneiro em dezembro de 1600 não foi, porém, um benefício. Ao contrário, fazia parte de sua punição: deveria deixar Veneza dentro de um dia, sob pena de ser condenado às galés caso descumprisse a sentença, decisão que desagradou imensamente Filipe III. Por sua vez, o exílio não foi cumprido pelo Falso de Veneza, que retornou a casa onde inicialmente se escondeu, e finalmente, foi reconhecido por seus seguidores. De lá, pretenderam levar o falso monarca até a França. No trajeto, passaram por Pádua, Livorno e Florença, onde foi novamente preso. Desta vez, entregue às autoridades espanholas, no início de 1601, retornado a Nápoles, onde foi novamente julgado. Neste derradeiro processo, assumiu sua real identidade, e confessou ter se envolvido no embuste após ter sido confundido algumas vezes com d. Sebastião por soldados italianos que participaram da batalha de Alcácer Quibir. Marco Túlio foi então condenado às galés perpétuas em meados de 1602, tendo sido embarcado para

a Espanha. Após nova fuga, foi capturado em Sanlucar de Barrameda. Em setembro de 1603, o calabrês foi finalmente executado em público, tendo antes a sua mão direita decepada, como punição por se fazer passar por rei, e seu corpo esquartejado após sua descida da forca.

Publicada na França em 1601, tendo uma tradução para o inglês no mesmo ano, a *Adventure admirable* foi provavelmente uma das primeiras obras que defendeu a sobrevivência de D. Sebastião após Alcácer Quibir. Mais que isso, porém, sua importância recai sobre a forma como Frei Teixeira estrutura sua argumentação, e em quais referências usa para embasar sua hipótese. Se por um lado, a historiografia tem atribuído ao antonista D. João de Castro as primeiras letras impressas que deram conformidade à crença sebástica, foi o dominicano o primeiro a recorrer à profecias distintas daquela usadas por Castro (que divulgou em seu Discurso do sempre bem vindo e aparecido rei D. Sebastião as famosas Trovas do Bandarra). Ao defender o Falso de Veneza, José Teixeira afirma que o falsário encarcerado era de fato D. Sebastião pois

ele tem as mesmas feições, as mesmas mãos, pés (sabemos ser os direitos maiores que os esquerdos) grandes, marcados e com a mesma mancha, com os joelhos recurvados para dentro, como D. Sebastião, Rei de Portugal<sup>26</sup>

A partir daí, o texto se estrutura como uma compilação e interpretação de escritos proféticos, e cujo objetivo era responder a seis questionamentos, a saber: 1) a negação da morte de d. Sebastião na batalha; 2) a dúvida sobre a identidade do corpo sepultado em Lisboa; 3) o desaparecimento do monarca após a batalha; 4) em quais locais esteve perdido ou cativo; 5) como conseguiu escapar após a batalha de Alcácer; 6) sendo o prisioneiro de Veneza o verdadeiro rei, quando este retornaria ao seu reino? Da mesma forma, é nas entrelinhas deste texto que brotam os indícios de que o dominicano português se constituiu num defensor da teoria da eleição dos povos.

### Referências bibliográficas:

#### 1. Fontes impressas:

CASTRO, João de. *Discvrso da vida do sempre bem vindo et apparecido Rey Dom Sebastian nosso senhor o Encuberto*. Paris: Martin Verac, 1602.

\_\_\_\_\_. *Paraphrase et concordância de algumas prophecias de Bandarra*. Paris: [s.n.], 1603.

<sup>26</sup> TEIXEIRA, José. *Adventures admirables...* p. 7. No original: “Il a la mesme effigie , les mesmes mains, pieds (sçavoir est les droits plus longs que les gauches) lage, marques, & la mesme démarche, avec les genoux recoubez em-dedãs, que D. Sebastian Roy de Portugal”.

TEIXEIRA, José. *Adventure admirable par dessus toutes les outres des siecles passez e presents*. Paris: Carlo Lauro, 1601.

\_\_\_\_\_. *Le miroir de la procedure de Philippe Roy de Castille en l'usurpation du Royaume de Portugal*. Paris: [s.n.], 1595.

## 2. Obras de referência:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-8. 10 v.

REY, Alain. *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1992. 2 v.

## 3. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Martim de. Acerca do Fr. José Teixeira e da teoria da origem popular do poder. In: *Arquivos do centro cultural*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 571-586.

\_\_\_\_\_. *Estudos de cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

AZEVEDO, João Lúcio de. *A evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.

\_\_\_\_\_. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008. 2 v.

BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto: salvadores e impostores. Mitos políticos populares na Europa moderna*. Bauru / São Paulo: Edusc / Imprensa Oficial, 2003. Tradução Maria Leonor Loureiro.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1984, v.2.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

CERTEAU, Michel de. Une pratique sociale de la diférence: croire. In: *Fratre croire: modalites de la diffusin et de la récepcion des messages religieux du XIIe au Xve siècles*. Actes de table ronde de Rome, Roma: École Française de Roma, 1981, p. 363-383.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A fábula mística: séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, volume I. Tradução Abner Chiquieri.

CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, vol.3, p. 552-559.

DELUMEAU, Jean. *Une histoire du Paradis: le Jardin des délices*. Paris: Fayard, 1992.

ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno: arquétipo e representação*. Lisboa: Edições 70, 1985. Tradução Manuela Torres.

\_\_\_\_\_. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972. Tradução Pola Civelli.

\_\_\_\_\_. Observaciones metodológicas sobre el estudio del simbolismo religioso. In: \_\_\_\_\_; KITAGAWA, Joseph M. *Metodologia de la Historia de las religiones*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Tradução Pedro Sússekind.

FRANÇA, Eduardo D'oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GERTTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: \_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103. Tradução Eduardo Brandão.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória de D. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p.141-160, jun. 2010.

\_\_\_\_\_. O império profético de Antônio Vieira: notas para um debate. In: *Anais de história de além-mar*, Lisboa, v. 12, p.213-234, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JULIA, Dominique. A religião: história religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p. 106-131.

KANTOROWICKZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Tradução Cid Knipel Moreira.

LANTERNARI, Vittorio. Messias. In: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994, vol. 30 (Religião-Rito), p. 291.

LEGOFF, Jacques. O Ocidente medieval e o oceano Índico. In: \_\_\_\_\_. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980. p. 263-280. Tradução Maria Helena da Costa Dias.

LIMA, Luís Filipe Silvério. *O Império dos Sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Memórias para a história de Portugal que compreendem governo del rey d. Sebastião, unico em nome e decimo sexto entre os monarcas portugueses*. Lisboa Occidental: Joseph Antonio da Sylva, 1736. 4 v.

MARQUES, João Francisco. *A parenética portuguesa e a dominação filipina*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

\_\_\_\_\_. *Obra selecta: religião e política*. Lisboa: Roma Editora, 2010, tomo I, volumes I e II.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

MEGANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MENESES, Avelino de Freitas. *Os Açores e o domínio Filipino (1580-1590)*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987.

PALOMO, Frederico. *A Contra-Reforma e Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

SACHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves. *D. João de Castro, "O Sebastianista": meandros de vida e razões de obra*. 2004. 3 v. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2004. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67021>> . Acesso em: 17 ago. 2016.

TORRES, José de. Frei José Teixeira. In: *Archivo Universal*. Lisboa: Thyptografia de J. V. P. da Silva, 1860. p. 182-183.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do Sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 314 p. Tradução Maria Helena Franco Martins.

VALLADARES, Rafael. *A conquista de Lisboa: violência militar e comunidade política em Portugal (1578-1583)*. Lisboa: Texto Editores, 2010. (Livro digital).

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, v. 1.

## A subversão da desordem: análise dos efeitos das visitas inquisitoriais sobre o universo das práticas mágicas populares na América Portuguesa (séc. XVI-XVII)

**Bernardo Manoel Monteiro Constant**  
Graduando em História  
Universidade Federal Fluminense  
E-mail: bernardoconstant@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho, ainda em estágio inicial, se debruça sobre documentação inquisitorial produzida pelas duas primeiras visitas ao território da América portuguesa. Para discutir as noções de ordem e desordem cultural e religiosa, será observado como reagia o corpo inquisitorial às diversas práticas mágicas populares reunidas sob o rótulo de feitiçaria; e será levantada a hipótese de que, por sua relativamente frequente procura, tais práticas seriam não necessariamente tidas como uma expressão de desordem, mas sim se fariam um elemento constitutivo da ordem social emergente na colônia. Assim, argumenta-se que as visitas não levam a ordem aonde antes só haveria a desordem, mas vêm como iniciativas de confronto à ordem que se percebia em formação na América portuguesa – e que tinha como um de seus elementos uma relação se não plenamente tolerante, ao menos não tão persecutória às práticas mágicas populares quanto projetava a ortodoxia católica.

**Palavras-chave:** práticas mágicas populares; Inquisição; ordem; desordem; América portuguesa;

**Abstract:** This research, still in its initial stage, aims to analyze the documentation produced by the first and second inquisitorial visits to the Portuguese territory in America. In order to discuss notions of cultural and religious order and disorder, the focus of observation will be on how the inquisitorial agents reacted to such diverse practices, which were labeled as witchcraft. The hypothesis to be tried assumes that, given their relatively frequent demand, folk magical practices were not necessarily understood as a manifestation of disorder, but became a constitutive element in the emerging social order of the Portuguese colony. The second part to this argument is that the inquisitorial visits are sent as confrontational initiatives in the face of an alternative order that was perceived to be forming in the colony; an order that had as one of its elements a dynamic that, if not wholly tolerant, was not as persecutory to the folk magical practices as the catholic orthodoxy would have it be.

**Keywords:** folk magical practices; Inquisition; order; disorder; Portuguese America;

### Introdução

Este trabalho se debruça sobre a documentação inquisitorial produzida pelas duas primeiras visitas ao território da América portuguesa, especialmente no que concerne às práticas mágicas populares. Com o objetivo de discutir as noções de ordem e desordem cultural e religiosa, será observado de que modo reage o corpo inquisitorial às práticas reunidas sob o rótulo de feitiçaria; e será levantada a hipótese de que, por força de sua relativamente frequente procura pela população, bem como pela certa banalidade com que eram realizadas, tais práticas seriam vistas entre os habitantes da América portuguesa não como crimes contra a fé, como entendia a doutrina católica contrarreformista, mas sim se faziam um elemento constitutivo da ordem social emergente na sociedade em processo de construção na colônia.



Para iniciar a análise, é preciso considerar o aparato que produz a documentação estudada. No contexto de fins do século XVI e XVII, a atuação do Santo Ofício na América portuguesa pode ser vista como parte do conjunto de iniciativas por parte da Igreja para estender o disciplinamento das consciências para regiões até então relativamente negligenciadas<sup>1</sup>. As duas primeiras visitas do Santo Ofício ao Brasil surgem como elementos do projeto de investigação da fé e de tentativa de extensão da ortodoxia católica sobre os territórios ultramarinos do império português<sup>2</sup>, à época absorvido na monarquia compósita da União Ibérica. Especialmente diante da ausência de um tribunal inquisitorial próprio instalado no território colonial português, ambas as visitas se apresentam, portanto, como esforços essenciais para o projeto de disciplinamento a ser conduzido com intenção de impor uma concepção específica de ordenamento doutrinário calcada nos preceitos da contrarreforma; não esta que se depreende ser necessária e basilar a iniciativas que se apresentam como voltadas à expansão da fé, mas cujo *modus operandi* é orientado pela inspeção, vigilância e persecução aos desviantes.

Ao discutir tentativas de reforçar certa ideia de ordem, é necessário observar o outro lado da questão, qual seja, o da desordem percebida que se deseja investigar e, eventualmente, controlar. No contexto da atuação das visitas inquisitoriais, esta dimensão é composta das várias transgressões contra a ortodoxia católica da época; ao presente trabalho, interessam os casos relacionados a práticas mágicas populares<sup>3</sup>. Estas serão observadas ao longo do trabalho utilizando do conceito do “maravilhoso cotidiano”, elaborado por Jacques Le Goff<sup>4</sup> e aplicável à cultura ibérica do século XVI por ser esta ainda marcada por elementos típicos do medievo<sup>5</sup>. Segundo Le Goff, a relação dos sujeitos medievais com o fantástico seria pautada pelo entendimento de que este universo fazia parte da natureza, e, portanto, os efeitos mágicos

<sup>1</sup> Vide VIEIRA, Fernando Gil Portela. Análise Historiográfica da Primeira Visita do Santo Ofício da Inquisição ao Brasil. *História, Imagem e Narrativas*, p. 45-70, Rio de Janeiro, RJ, n° 2, ano 1, abril/2006. p. 51-52.

<sup>2</sup> Vide VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

<sup>3</sup> Para uma noção geral de como se percebia a desordem do crime de fé, bem como um quadro específico de como se tratava na doutrina e na prática jurídica os delitos relacionados à feitiçaria, vide BETHENCOURT, Francisco. *VIGIAR E PUNIR*. In \_\_\_\_\_. *O Imaginário da Magia: Feiticeiras, Adivinhos e Curandeiros em Portugal no Século XVI*. p. 258-296. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>4</sup> Vide LE GOFF, Jacques. *O MARAVILHOSO NO OCIDENTE MEDIEVAL*. In *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. p. 15-34. Lisboa: Edições 70, 2015.

<sup>5</sup> Jacques Le Goff e Laura de Mello e Souza trabalham as continuidades de traços culturais medievais nas sociedades modernas da Europa e da América portuguesa, respectivamente. Vide LE GOFF, Jacques. *A IDADE MÉDIA ACABA EM 1800*. In *Uma Longa Idade Média*. 4ª ed. p. 67-88. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; e as partes II e III de SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



estariam dentro não só da esfera do possível e do viável, mas em certo nível também do normal. Este é o conceito que permite conceber a naturalidade da relação estabelecida com o universo da magia pelos indivíduos, tanto em Portugal quanto na colônia; e com a qual se deparam os visitantes da Inquisição ao longo de sua atuação no território português na América<sup>6</sup>.

A este trabalho, interessa observar como os visitantes reagiam a esta naturalidade, que se traduzia em uma procura pelas práticas mágicas por indivíduos de perfis sociais diversos<sup>7</sup>. Ao contrastar o projeto ordenador e disciplinador da Inquisição ao potencial de desordem percebida representada pela feitiçaria, é possível perceber de que maneira as práticas mágicas eram encaradas por aqueles agentes da ortodoxia – e, eventualmente, buscar perceber quais os possíveis efeitos das respostas inquisitoriais sobre a sociedade no que tange à relação desta com as práticas mágicas ao longo do tempo.

O procedimento metodológico a ser adotado para analisar as práticas mágicas e delas obter elementos suficientes para refletir sobre a resposta dos visitantes às mesmas é a análise morfológica. Entende-se aqui que a forma é relacionada ao ritual, ao ato mágico; enquanto o conteúdo se trata do efeito que se pretende obter com a realização do ato mágico. Para a presente análise, observar a forma enquanto instância de quebra da ordem em ato, e o conteúdo em potencial desejado são duas vias distintas (porém indissociáveis) que devem ser consideradas para chegar aos objetivos já colocados.

### **A feitiçaria como elemento de quebra da ordem natural**

Embora uma ampla variedade de procedimentos com diversos objetivos chegue ao conhecimento dos visitantes<sup>8</sup>, fica evidente uma característica em comum entre elas: a crença tida por aqueles que a elas recorriam de que seria possível subverter de algum modo a ordem do mundo natural. Às mulheres, as artes mágicas prometiam um escape dos limites sociais

---

<sup>6</sup> E vale ressaltar que também era uma visão de mundo compartilhada em certa medida pelos próprios inquisidores, pois de outro modo não devotariam suas energias e recursos à perseguição da feitiçaria, fosse no Reino ou no ultramar.

<sup>7</sup> Na documentação consultada, há uma maioria de referências a portuguesas cristãs-velhas, mas encontra-se também homens, cristãos-novos e velhos, negros, etc. Para o Reino, José Pedro Paiva faz uma análise detalhada dos perfis sociais tanto dos praticantes de feitiçaria quanto de seus clientes em PAIVA, José Pedro de Matos. PRÁTICAS E CRENÇAS MÁGICAS DO MUNDO POPULAR In \_\_\_\_\_. Bruxaria e Superstição Num País Sem “Caça Às Bruxas”: 1600-1774. p. 95-188. Lisboa: Ed. Notícias, 1997.

<sup>8</sup> José Pedro Paiva faz um compilado dessa extensa variedade tal como se observava em Portugal na obra já citada. Esforço parecido faz também Francisco Bethencourt na parte I da obra citada anteriormente. Já para o Brasil colonial, os trabalhos de Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas em geral permitem perceber que, ao menos no início do processo de colonização, as práticas mágicas não diferiam daquelas do Reino. As mudanças mais significativas se observam a partir dos sincretismos com as religiosidades indígenas e africanas.

reforçados pelo paternalismo<sup>9</sup>; aos leigos, era dada a possibilidade de vislumbrar conhecimentos inacessíveis aos letrados, como informações sobre eventos distantes no tempo e no espaço<sup>10</sup>; aos desenganados, era oferecida a esperança de solução de suas necessidades e problemas<sup>11</sup>. Através dos procedimentos apropriados, portanto, seria possível quebrar a ordem vigente da vida e reordená-la segundo a conveniência do feiticeiro ou de seus clientes.

A questão da ordem é central aos modernos<sup>12</sup>. Francisco Bethencourt, ao tratar da relação entre lei civil e divina, diz que “a disfuncionalidade representada pela heresia cobre um duplo aspecto – pecado e delito, dado que a lei civil é subsidiária da lei espiritual – e uma dupla transgressão – violação da lei divina e violação da lei social, considerada espelho e reflexo da primeira”<sup>13</sup>. Mas se para tentar compreender como pensam e se conduzem os modernos é preciso observar como percebem e como lidam com o reforço, a transgressão e a punição no que diz respeito às leis divinas e seculares, deve-se lançar olhos também a tais questões em relação à lei natural.

A consciência de que haveria uma ordem natural do mundo, bem como a percepção de que ela poderia ser quebrada através das práticas mágicas é explicitada quando, durante as visitas à América portuguesa, alguns confitentes dizem recorrer a Deus e/ou ao Diabo para poderem manipular algum aspecto da ordem do mundo e obterem o que desejam. Nesse sentido, a portuguesa Maria Vilela é mencionada em confissão alheia como quem, para “fazer querer-lhe bem seu marido, [...] primeiro pegara com Deus para isto, porém depois que viu que Deus não quisera melhorar-lhe seu marido, pegou com os diabos para isso”<sup>14</sup>. Ou seja, diante de uma situação que lhe parece sem solução, Vilela recorre a poderes sobrenaturais para tentar mudar sua realidade dada.

A quebra da ordem natural podia tomar vários aspectos: a já mencionada inclinação de vontades; a subversão da forma humana (metamorfose animal); a quebra de circunstâncias

---

<sup>9</sup> Representada pelo que José Pedro Paiva denomina de “inclinação de vontades”, ou seja, a capacidade de influenciar o querer dos demais; mas também às vezes mesmo pela subversão total dos limites, na forma da crença no que Paiva descreve como bruxaria noturna - e aquilo que desta decorre, como o voo noturno e a metamorfose animal.

<sup>10</sup> Como é o caso de ritos divinatórios que permitiriam saber do passado e do futuro.

<sup>11</sup> Seja esta a cura de doenças ou o ganho de dinheiro.

<sup>12</sup> António Manuel Hespanha faz um apanhado breve, mas denso com apontamentos sobre a posição basilar do ordenamento jurídico para a sociedade do Antigo Regime em HESAPANHA, António Manuel. DEPOIS DO LEVIATHAN. In \_\_\_\_\_. Caleidoscópio do Antigo Regime. p. 7-40. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>13</sup> BETHENCOURT, Francisco. *Op. Cit.* p. 258.

<sup>14</sup> Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Ronaldo Vainfas (organizador). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 112.

(doenças, pobreza ou mesmo da morte no caso de práticas voltadas ao contato com espíritos); das distâncias (práticas divinatórias, o voo noturno), etc. Mas não é só o conteúdo das práticas mágicas que era subversivo. Também os procedimentos formais de muitas delas o eram. Envolviam atos como o andar de costas, a nudez como elemento ritual, o uso de materiais que se criam serem opostos ao efeito que se desejava combater (como uma doença), o entoar de rimas ou rezas começando do fim e terminando no começo.

Apesar de os efeitos desejados variarem em complexidade, a quebra da ordem natural era ato relativamente banal de se realizar, se seguidos os devidos rituais, e muitas práticas não exigiam especificamente o domínio de uma arte. A maioria não exigia “dons” de nascença, podendo ser aprendidas e realizadas por quaisquer indivíduos que tivessem acesso aos conhecimentos específicos<sup>15</sup>. Por isso se percebe, inclusive, a relativa difusão e acessibilidade das práticas mágicas – e como estas podiam se fazer parte da sociedade na qual se desenvolviam, enquanto elemento essencial de sua composição cultural.

Procuradas e praticadas por uma gama de sujeitos de variados perfis sociais, encaradas como parte do mundo e tidas como um recurso a mais para a resolução dos problemas cotidianos, as práticas mágicas populares eram parte do quadro social que se observa na colônia durante todo o período analisado. Ainda que desaprovadas por alguns, por um lado não eram encaradas pela população, como projetava a Igreja, como necessariamente relacionada ao demônio<sup>16</sup>; e por outro, era de fácil conciliação o recurso à magia e a manutenção da fé católica<sup>17</sup>, especialmente em um contexto de disciplinamento da prática religiosa menos intenso, quando em comparação à Europa.

Nesse sentido, argumenta-se que as visitas da Inquisição surgem não como primeiras tentativas de imposição de uma ordem onde antes só haveria a desordem (admiti-lo seria adotar o discurso inquisitorial), mas sim como iniciativas de confronto a uma ordem alternativa que se percebia em formação na colônia, fora da política imperial de controle de consciências – ordem esta que tinha como um de seus elementos uma relação se não inclusiva, ao menos não

---

<sup>15</sup> José Pedro Paiva discorre sobre esta questão com detalhes em sua obra já mencionada.

<sup>16</sup> Se concebermos que, no que concerne à demonologia, as crenças e relações estabelecidas pelos habitantes da América portuguesa com o universo da magia não diferiam substancialmente daquelas observadas no Reino, tal como sugere Laura de Mello e Souza, vale referir à exposição de José Pedro Paiva sobre o processo de identificação das práticas mágicas com a influência demoníaca. Esta é suficiente para demonstrar como a relação entre as práticas mágicas e a atuação do demônio era ambígua mesmo em Portugal até meados do século XVIII.

<sup>17</sup> Sobre a facilidade do sincretismo e da conciliação entre as crenças mágicas e religiosas, vide PAIVA, José Pedro de Matos. *Op. Cit.* p. 137.

tão intensamente persecutória com as práticas mágicas populares quanto projetava a ortodoxia religiosa da contrarreforma.

## Conclusão

Considerando o estágio inicial do projeto, torna-se difícil propor conclusões mais sólidas sem recair em afirmativas vagas. É viável, no entanto, entrever os caminhos a seguir no trabalho com as fontes: fazer uso das denúncias inquisitoriais para estabelecer o campo do possível e do plausível dentro do pensamento mágico da sociedade em questão; e das confissões e processos para estabelecer a resposta da Inquisição perante as práticas, seus agentes e clientes.

Embora tenham sido poucos os processos impetrados por feitiçaria pelos visitantes, observar suas reações diante dos denunciados e confitentes, bem como o poder instituidor e sancionador de comportamentos de seus atos perante tais situações possibilitaria visualizar indícios de elementos que influenciaram a relação que os habitantes do Brasil estabeleceram com as práticas mágicas ao longo da história<sup>18</sup>.

Observando as reações, e partindo de uma análise morfológica das práticas, seria possível observar, portanto, como certas variedades delas vão sendo sancionadas socialmente, enquanto outras vão sendo tidas como transgressões à ordem dignas de perseguição. Dentre as confissões analisadas até aqui, foi possível perceber, por exemplo, que aquelas realizadas em sua maioria por negros e mestiços, tendiam a ser associadas aos malefícios e à demonologia<sup>19</sup>, e punidas mais intensamente.

Já as que envolvem práticas de “inclinação de vontades” com fins amorosos tendem a serem toleradas, sendo as penitências mais brandas<sup>20</sup>. É o caso, por exemplo, de Paula de Siqueira, confitente a Heitor Furtado de Mendonça em 1591, que confessou usar de práticas diversas para amansar seu marido, e cuja punição foi, segundo consta anotado no livro de confissões, “confessar e [...] penitências espirituais com a repreensão e admoestação necessárias na mesa, em segredo”<sup>21</sup>. Situação similar é a da já mencionada Maria Vilela. Confitente no

---

<sup>18</sup> Sobre o modo como a Inquisição mobiliza e afeta a sociedade colonial da América portuguesa por seu caráter institucional respaldada pela Igreja e pela Coroa, vide VIEIRA, Fernando Gil Portela. *Op. Cit.* p. 54.

<sup>19</sup> Vide MOTT, Luiz. UM DOMINICANO FEITICEIRO EM SALVADOR COLONIAL. In \_\_\_\_\_ . Bahia: Inquisição e Sociedade. p. 31-42. Salvador: EDUFBA, 2010. p.33.

<sup>20</sup> E estas eram, em sua maioria, confissões de portuguesas, geralmente cristãs-velhas, ou de suas descendentes.

<sup>21</sup> Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Ronaldo Vainfas (organizador). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 114.

tempo da graça por práticas similares às de Paula de Siqueira, a ela disse Mendonça que “[...] repreendi-a e mandei-a confessar e admoestei não usasse mais destas superstições”<sup>22</sup>.

Eis aí elementos que podem apontar para raízes profundas dos processos que, através de perseguições e resistências, legam aos dias atuais certa abertura na procura e oferta de serviços de magia amorosa, por exemplo, enquanto que a ritualística das religiões afro-brasileiras ainda sofre com a discriminação.

A busca pela boa relação amorosa, enquanto problema individual, não parece se mostrar como elemento de subversão da ordem na sociedade da América portuguesa – diferentemente dos calundus, cujo caráter maléfico percebido é apresentado como potencialmente destruidor da ordem desejada. É o caminho deste trabalho, portanto, descobrir de que modo as relações que se constroem nos séculos XVI-XVII, perpassadas pelos lugares sociais de suas partes e pelas inflexões institucionais, influenciam neste processo.

## Referências

### Bibliografia:

BETHENCOURT, Francisco. O Imaginário da Magia: Feiticeiras, Adivinhos e Curandeiros em Portugal no Século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HESPANHA, António Manuel. DEPOIS DO LEVIATHAN. In \_\_\_\_\_. Caleidoscópio do Antigo Regime. p. 7-40. São Paulo: Alameda, 2012.

LE GOFF, Jacques. A IDADE MÉDIA ACABA EM 1800. In Uma Longa Idade Média. 4ª ed. p. 67-88. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. O MARAVILHOSO NO OCIDENTE MEDIEVAL. In O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval. p. 15-34. Lisboa: Edições 70, 2015.

MOTT, Luiz. UM DOMINICANO FEITICEIRO EM SALVADOR COLONIAL. In \_\_\_\_\_. Bahia: Inquisição e Sociedade. p. 31-42. Salvador: EDUFBA, 2010.

PAIVA, José Pedro de Matos. PRÁTICAS E CRENÇAS MÁGICAS DO MUNDO POPULAR In \_\_\_\_\_. Bruxaria e Superstição Num País Sem “Caça Às Bruxas”: 1600-1774. p. 95-188. Lisboa: Ed. Notícias, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização: Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

---

<sup>22</sup> Idem. *Ibidem*. p. 111.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VIEIRA, Fernando Gil Portela. Análise Historiográfica da Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Brasil. História, Imagem e Narrativas, p. 45-70, Rio de Janeiro, RJ, nº 2, ano 1, abril/2006.

**Fontes documentais:**

MENDONÇA, Heitor Furtado de. Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias da Bahia, 1591-1593. São Paulo: Paulo Prado, 1925.

\_\_\_\_\_. Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias de Pernambuco, 1593-1595. São Paulo: Paulo Prado, 1929.

Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Ronaldo Vainfas (organizador). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

## A demonização feminina: uma herança medieval em terras luso-americanas (1591)<sup>1</sup>

**Aieska Pandolfi Monfardini**

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a imagem feminina moldada e trazida da Europa para a colônia portuguesa na América e sua relação com denúncias e processos feitos na primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em 1591, levando em conta a repressão feminina, comum da época, e a necessidade da Coroa de demonstrar seu domínio sobre seu vasto território. Nesta apresenta o destacaremos a imagem medieval e sua influência na colônia.

**Palavras-chave:** Tribunal do Santo Ofício; Inquisição; Feitiçaria; Mulher; Feminino.

**Abstract:** This paper aims to analyse the relation between the female image modelled and brought from Europe to the Portuguese colony in America and its relation with the denunciations and processes done in the first visit of the Holy Office of the Inquisition in 1591, taking under account the female repression, common at the time, and the need of the Crown to demonstrate its domain over its vast territory. In this presentation we focus on the medieval image and its influence over the colony.

**Key-words:** Tribunal do Santo Ofício, Inquisition, Witchcraft, Woman, Female, Demonization

No medievo, assim como no início da Idade Moderna, as Escrituras Sagradas bíblicas eram principal fonte de consulta do cotidiano, também como no âmbito jurídico, uma vez que o monarca regia de forma abrangente sobre a sociedade, mas a ele também eram atribuídas características sagradas. Sendo o limite entre a religião e a lei algo praticamente inexistente, o comodismo e a ordem social eram ditados pela fé e, uma vez que sua paz era perturbada, as consequências ultrapassavam muito mais do que apenas penitências religiosas, mas sim, atingiam o campo da lei civil e régia.

Em 1551, o Tribunal de Lisboa, criado em 1536, tem sua jurisdição estendida para as colônias portuguesas, entre elas, o Brasil. Quarenta anos após a extensão feita, a América portuguesa recebe sua primeira visitação inquisitorial com a chegada de Heitor Furtado de Mendonça. Tal visitação teria sido motivada pela grande presença judaica na colônia, entretanto, todo tipo de desvio de doutrina era alvo de investigação inquisitorial. A *feitiçaria*, sendo uma das heresias que se desviavam dos dogmas católico-cristãos, também foi alvo, tanto de denúncia, quanto de investigação. A *feitiçaria*, assim como concubinato, a alcovitagem, adultério, bruxaria, sodomia e qualquer outro mal-estar social envolvendo a danação da alma

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo a obtenção do título de mestrado.



do homem, principalmente através de atos sexuais e sexualizados, eram ligados imediatamente a mulher.

Com a mulher no centro do escrutínio social, – que estava diretamente ligado ao religioso – sua figura passa a ser alvo da perseguição, tanto na sociedade, quanto no clero, - que é representado mais tarde pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Devido à expansão marítima entre os séculos XV e XVI, a mentalidade adquirida sobre a mulher deixa de ocupar somente as terras cristãs do Velho-Mundo e passa a ser reproduzida também nas colônias e nas novas terras. A imagem feminina, seguindo a noção patrística do pecado original, é culpada e associada diretamente com a fragilidade humana que afetava diretamente a condição sexual e mortal do homem. (SILVA, 2011, p. 37)

A mulher baseada em Eva era ameaça para a salvação do homem, sendo assim, as acusações feitas contra ela eram encaradas de forma mais rigorosa até do que crime grave, como assassinato ou roubo, uma vez que o que estaria em jogo seria mais que o físico humano: sua alma imortal. A gravidade do crime cometido também dependia, principalmente, do grau de desconforto social provocado. Desta forma, os crimes ligados à imagem feminina – aqueles principalmente que eram responsáveis pela danação eterna masculina – podiam receber séria punição.

Se a prática sexual era considerada “o pecado por excelência” e a mulher, sua principal agente – por despertar a busca da autonomia e do prazer individual em detrimento de uma vida comunitária e obediente no Jardim de Éden -, qualquer desvio relacionado a essa esfera estava associado diretamente ao feminino, visto como uma grande ameaça ao ordenamento e à identidade da sociedade cristã. (SILVA, 2011, p.39)

Com a vinda europeia para a América, pensando especificamente em Portugal, a cultura lusitana, moldada nos dogmas da Igreja Romana, trouxe consigo o estigma da imagem feminina medieval. Entretanto, o cerne da preocupação régia no Brasil-Colônia não era “a mulher desviante” (SILVA, 2011, p. 35), e sim a falta de controle da Coroa, que ameaçava a autoridade Real e a do Clero.

Segundo Francisco Bethencourt, é possível entender o Santo Ofício português como um tribunal régio, uma vez que o mesmo e a Coroa comungavam das mesmas interpretações referentes a vários delitos, principalmente em relação a crimes predominantemente femininos como a feitiçaria. Tendo em mente esta semelhança, podemos acreditar em ambos os tribunais como sendo apenas um. Desta forma, com a visita feita em 1591 pelo Tribunal do Santo Ofício

a terras luso-americanas, tanto o clero quanto o Rei buscavam controle das terras coloniais. (SCUDELER, 2011, p. 2)

Laura de Mello e Souza, por sua vez, em *Diabo e a Terra de Santa Cruz*, argumenta que o papel do Santo Ofício lusitano, mediante crescente conquista de terras, se transforma em algo maior, passando de um Estado dentro de outro Estado para “(...) um Estado acima do Estado. O auxiliar tornava-se, assim, mais poderoso que o principal”. (SOUZA, 1986, p. 285). De todas as formas, tanto Betherncourt quanto Mello e Souza acreditam que a Inquisição portuguesa tinha em vista o controle. Mello e Souza ainda completa que a caça aos hereges feita pelo Santo Ofício, tem seu principal motivo no controle colonial, uma vez que o poder régio não chegava com intensidade no Novo Mundo.

Com a chegada de Heitor Furtador de Mendonça, visitador do Santo Ofício na colônia, em 1591, causada pelo grande número de cristãos-novos presentes nas novas terras, a condição desviada feminina entra em foco novamente. Apesar dos crimes ligados à imagem da mulher não serem o cerne da preocupação inquisitorial, a visita toma novos rumos no desenrolar da sua estadia. Heresias e desvios se tornam alvos da autoridade religiosa presente e a feitiçaria se torna um dos focos que integram a investigação do Visitador do Tribunal do Santo Ofício. O medo se torna presente na vida dos colonos e, uma vez que as denúncias começam a ser feitas e incentivadas, a imagem satânica anexada ao feminino se aflora e a estigma do estereótipo pesa nos relatos, aguçando o faro inquisitorial.

Contudo para que esse processo interpretativo se iniciasse entre as autoridades do Santo Ofício, era necessário o mecanismo de delação, alimentado, pela iniciativa de muitos indivíduos em externar à Inquisição o perfil de bons fiéis e eliminar, assim, quaisquer desconfianças para com eles. (...). Para os sentenciados, as saídas eram mais complicadas, já que geralmente prevalecia o processo de ajustamento dos episódios relatados aos estereótipos inquisitoriais do pacto diabólico. (REIS, 2014, p. 63-65)

Segundo Ronaldo Vainfas, em *Trópico dos Pecados*, o século XVI é marcado por ser um “tempo de Reformas”, as quais concernem principalmente a religião, tendo como alvo a Igreja Católica que, ao ser bombardeada por crítica e desafios que impactam o funcionamento da sociedade, principalmente a colonial, vê-se então em necessidade de afirmar seu controle sobre a população.

A necessidade de silenciar o estrato cultural popular, que antes se manifestava sem temor, emerge a partir do momento em que o controle ultramar é ameaçado. De início, como já mencionado, a intenção de homogeneizar a fé vem da presença judaizante na colônia. Porém,

após observar que a superstição e as práticas mágico-religiosas estariam se infiltrando e “contaminando” a fé católica, foi preciso mudar as prioridades das investigações.

De acordo com Michelle Perrot, as mulheres foram confinadas ao silêncio, uma vez que sua visibilidade era algo inexistente. Justificando seu confinamento, era dito que a mulher era a portadora da desordem social, por isso, seu confinamento à casa e aos assuntos relacionados à casa. Perrot escreve que, na sociedade, a aparição feminina em grupo causa medo, retirando a tranquilidade urbana preterida. (PERROT, 2007, p. 16) O que talvez possamos conectar tal medo a visão sabática do culto da deusa, feito por mulheres na Europa oriental, como mostra Carlo Ginzburg, em seu livro *Histórias Noturnas*.

O medo, grande motor da sociedade medieval e moderna, aparece como motivador de repressão que recai sobre as mulheres de forma mais intensa nessa época. A historiadora Iza Gomes de Cunha Chain, em sua tese *O Diabo Nos Porões das Caravelas* coloca que o medo é diretamente ligado à mulher, uma vez que as mulheres eram tidas para a Igreja como “agentes das forças de oposição”, entretanto, a autora explica que o medo da figura da mulher vem de antes da cultura cristã.

Assim, não se pode dizer que o medo da mulher tenha sido uma invenção ascetas dos cristãos, como também não se pode delimitar a ligação das mulheres aos processos curativos, ao nascimento e a morte de crianças, aos ritos funerários, aos conhecimentos ocultos, ao dom de profetizar e à produção de bebidas e perfumes inebriantes aos séculos XVI e XVII. Estas associações não seriam, sequer, peculiares à Europa ocidental que presenciou a chegada dos tempos modernos, mas estariam presentes desde tempos imemoriais nas sociedades marcadamente patriarcais, remontando mesmo aos primórdios da humanidade. (CHAIN, 1998, p.47)

Entretanto, a partir do século XII, com as transformações no cenário medieval europeu, tal medo se transforma em motivo para que a Igreja busque dominação, demonização e repressão de seus atos. A cultura dirigente denominada em grande parte pelos clérigos – pregadores, teólogos e inquisidores - não poupou esforços para denigrir a imagem das mulheres. No decorrer dos séculos XVI e XVII as litânias de caráter marcadamente antifemina eram comuns nos púlpitos de toda Europa, sendo que a maioria de processos contra a fé cristã recaía sobre o “sexo frágil”. Os sermões de então, ferramentas eficazes da cristianização desde o século XIII, saíram do âmbito monástico e ganharam o corpo de audiências e advertências públicas graças ao impulso dado pela imprensa, chegando à Renascença com o objetivo de perpetuar nas mentalidades o medo e a inquietação coletiva em relação a mulher. (CHAIN, 1998, p. 48)

No período permanecido na Bahia, o Visitador recebeu 31 denúncias para investigação. Dentre estas, 25 eram contra mulheres (REIS, 2014, p. 109). De acordo com Marcus Reis, não devemos desconsiderar que essas mulheres tinham consciência do contexto misógino em que viviam, porém, como já mencionado, as denúncias vinham com a intenção de mostrar fidelidade à Igreja e a seus dogmas, desta forma, o feminino se tornou alvo comum.

O processo usado para este trabalho tem como alvo investigativo a viúva Violante Carneira de 35 anos, moradora de Salvador – a capitania de todos os santos. A acusada era cristã-velha, porém, seu cônjuge, já falecido na época de seu processo, teria respondido ao Santo Ofício por crimes relacionados a práticas mágico-religiosas. Violante também teria sido acusada de crimes ligados a práticas mágico-religiosas, entretanto, as acusações feitas contra a mesma vieram de homens com os quais ela teria mantido relacionamentos de “amizade desonesta”, ou seja, relacionamentos sexuais fora da sagrada aliança do matrimônio.

Violante Carneira, teria sido acusada, de acordo com o documento resultante de seu processo, de crimes relacionados a feitiçaria por três diferentes homens, os quais ela teria, em algum ponto de sua viuvez, mantido amizades desonestas. Foi Bernardo Pimentel, cristão-novo, que teria feito a primeira denúncia, indo até a mesa inquisitorial, dizendo que Violante teria proferido duas vezes, durante o ato sexual, palavras de consagração da missa. O denunciante disse que Violante teria dito tais palavras com a intenção de conquista e “querer bem” dos homens com os quais a mesma se relacionou. Simão Mello e Cosmo Garção, ambos cristãos-velhos, também teriam se colocado diante da mesa inquisitorial a fim de denunciar Violante Carneira, acusando-a dos mesmos crimes que Bernardo Pimentel.

Violante Carneira teria sido chamada à mesa inquisitorial, onde lhe foi questionada sobre as acusações feitas contra a mesma. Segundo Violante, a mesma teria aprendido tais palavras com Maria Gonçalves, porém não teria visto o efeito prometido, pois ela teria usado a palavra com o cônego Bartolomeu de Vasconcelos, de quem estava grávida. Violante também admitiu ter dito as palavras de consagração para Bernardo Pimentel, porém negou amizade desonesta com o mesmo.

Violante foi acusada de “crimes de feitiçaria e superstições”, porém, houveram agravantes que mancharam a imagem da acusada juntamente com a mesa inquisitorial. As amizades desonestas as quais Violante comprovadamente havia mantido, uma vez que a mesma estava grávida estando viúva de muitos anos, fez com que a mesa duvidasse de seu caráter e

índole. Outro agravante teria sido sua falta de saber dos dogmas da Igreja, pois uma vez perguntada sobre estes não soube responder a grande maioria.

Devido aos fatores acima citados, juntamente com as negações sobre as acusações feitas, mais tarde se provando verdadeiras, Violante foi sentenciada em 3 de janeiro de 1591. Sua sentença foi:

ré presa que pretende esta provasse que de quinze anos a esta parte a re se useira e costumeira a fazer a sua certa superstição indigna de aqui se nomear, em suas sensualidades e fazendo os próprios atos torpes e desonestos e estando neles a qual abominação fez e usou em todo o dito tempo de quinze anos a esta parte muitas e diversas vezes estando em suas torpezas e luxurias com muitas e diversas pessoas com intenção e a fim de afeição a si as ditas pessoas e delas lhe ficarem afeioadas e querendo bem, e tendo amor desonesto. Consta mais que a re perjurou nesta mesa do Santo Oficio negando a verdade que lhe foi perguntada sob cargo do juramento dos santos evangelhos que recebeu o que todo visto grande descuido que a refêm da salvação de sua alma e da obrigação de cristã usando porem de misericórdia condena à re Violante Carneiro que em ato público em corpo onde estará com sua vela acesa na mão em pé enquanto se celebra officio divino da missa e ouvir sua sentença e á degradarão quatro anos para fora desta capitania da Baía de Todos os Santos e cumprirá mais as penitencias espirituais seguintes confessar se nas quatro festas deste ano Natal, páscoa, espírito santo, nossa senhora de agosto, e comungar nelas de confesso de teu confessor e um dos ditos dias e que comungar rezará sua vez o rosário de nossa senhora e aprenderá a doutrina que não sabe que não o credo sabe se dizer e pague as custas (ANTT, IL, Processo 12.925, fl. 30-32)

É possível perceber a resistência misogina em torno até mesmo das nomeações dos crimes de Violante, visto que são colocados por “torpezas e luxurias” e “superstições indignas de se nomear”. Apesar disso, Violante vai para degredo na ilha de Itaparica, onde permanece por oito meses – nesse meio tempo, a ré que estava grávida na época da condenação tem seu bebê – até que apela para o Visitador para que o mesmo tenha misericórdia e a libere para retorno, pois esta se encontrava enferma e com bebê de poucos meses, fruto do seu relacionamento com o cônego Bartolomeu de Vasconcelos. O Visitador, possivelmente levando em conta a situação da ré, concede o retorno da mesma.

Pode-se perceber ao longo dessa breve análise do processo de Violante Carneira e das leituras sobre a mulher, tanto no medievo quanto na modernidade, que sua imagem está sempre presente no contexto religioso, principalmente no lado “desviante” da prática da fé ou como “agente das forças opostas”. Entretanto, ainda é um desafio falar sobre a presença feminina no Brasil Colonial português, uma vez que a dominação sobre as fontes é, quase exclusivamente, masculina, e é fortemente presente, principalmente na escrita dos processos inquisitoriais aqui

usados. Para Perrot, o silêncio relativo as fontes femininas se dá devido à desvalorização feminina sobre si mesma. (PERROT, 2007, p. 17)

Como já citado, não podemos desconsiderar uma consciência feminina sobre o contexto misógino que as mesmas se encontravam, porém, após a análise do processo de Violante, é possível crer que em razão de tal contexto, a mulher colonial comum, sem a proteção de um marido e sem riqueza familiar, se via tentada a usar de meios menos naturais para conseguir o “bem querer” do homem, mesmo que isso pudesse acarretar grandes consequências.

#### **Fontes:**

Processo digitalizado do Tribunal do Santo Ofício contra Felícia Tourinho: ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. nº 01268.

Processo digitalizado do Tribunal do Santo Ofício contra Violante Carneira: ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. nº 012925.

#### **Referências:**

ARAÚJO, Gilmara Cruz de. Artes mágicas na Bahia quinhentista: o caso de Maria Gonçalves Cajada. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016.

BETHENCOURT, Francisco. O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BYNUM, Caroline Walker. Fragmentation and Redemption. Essays on Gender and Human Body in Medieval Religion. New York: Zone Books, 1992.

CHAIN, Iza Gomes da Cunha. O Diabo nos Porões das Caravelas: mentalidades, colonialismo e reflexos da constituição da religiosidade brasileira nos séculos XVI e XVII. 1998. 207 f. Tese. História. Pós-Graduação em Ciência da Religião, Instituto de Ciências Humanas e Letas, Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998.

DUBY, Georges. Eva e os padres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. História Noturna. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GREEN, Toby. Inquisição: o reinado do medo. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LIEBEL, Silvia. Demonização da mulher: A construção do discurso misógino no *Mallus Maleficarum*. 2014. 74 f. Monografia. História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2004.

MARCOCCI, Giusepe; PAIVA, José Pedro. História da Inquisição portuguesa: 1536-1821. Lisboa: A esfera dos Livros, 2013.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. – São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Marcus Vinícius. Descendentes de Eva: religiosidade colonial e condição feminina na Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa. 2014. 220 f. Dissertação. História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Edlene Oliveira. As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa. Florianópolis, Revista Feminista, janeiro-abril/2011.

SILVA, Maria Carolina Scudeler. O Tribunal do Santo Ofício e a busca pela uniformidade da fé. In: Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador, agosto de 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



## Comunicação Livre (CL-01 a CL-06)

### Sublime e tempo histórico: um diálogo no século XXI

**Estela Maria Gonçalves de Souza**

Graduanda em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: estelamariags@hotmail.com

**Ricardo Vicente da Cunha Junior**

Graduando de História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
E-mail: junior.ricardojf@gmail.com

**Resumo:** O tempo enquanto objeto de construção social e não algo objetivamente dado nos leva a refletir sobre a construção do mesmo no contexto do século XXI. Ao se refletir sobre a mudança na percepção do tempo, buscamos imbuir neste as ideias de permanências e mudanças, e porque não as transições, da forma de percepção do mundo social e cultural. Nosso olhar sobre o tempo será pautado a partir do conceito de sublime e as alterações deste desde a sua forma clássica no romantismo oitocentista. Nessa concepção do sublime, nos propomos a analisar como o tempo e suas construções alteram nossa maneira de olhar sensível e perceptível do que nos rodeia. Diante de tal problemática, a presença da tecnologia exerce grande influência no fator concepção tempo e no fator concepção e percepção do sublime.

**Palavras Chave:** Tempo histórico; Sublime; Século XXI

**Abstract:** The time as an object of social construction and not something objectively given leads us to reflect on the construction of the same in the context of the twenty-first century. When reflecting on the change in the perception of time, we seek to imbue in this the ideas of permanences and changes, and why not the transitions, of the way of perception of the social and cultural world. Our look at time will be based on the concept of sublime and changes from its classic form in the eighteenth-century romanticism. In this conception of the sublime, we propose to analyze how the time and its constructions alter our way of looking sensitive and perceptible to what surrounds us. Faced with such problematic, the presence of technology exerts great influence on the factor conception time and on the factor conception and perception of the sublime.

**Keywords:** Historical time; Sublime; XXI Century

#### Introdução

O presente artigo busca suscitar uma discussão ao redor de dois conceitos, tempo e sublime, inserindo ambos os conceitos no século XXI. A escolha dos conceitos acontece pela necessidade de refletir, em que medida, o sentimento de sublimidade, aqui fortemente ancorado pela ideia kantiana, está presente na sociedade hoje, bem como sua interlocução com o conceito tempo na lógica social do século XXI. Nosso objetivo é ponderar sobre como esses conceitos estão dimensionados em nosso tempo, considerando a eclosão da tecnologia que permeia a sociedade capitalista vigente. Para traçar nosso raciocínio nos propomos a levantar, em um

primeiro momento, uma discussão sobre a sociedade tecnológica e realizar, na sequência, uma interlocução sobre o fator tempo nesse contexto. Dimensionada a percepção temporal do sujeito moderno, apresentaremos nossa consideração acerca do conceito sublime, amplamente discutido pelo filósofo Immanuel Kant, em sua obra *Crítica da Faculdade do Juízo*. Nessa abordagem, discutiremos como o sujeito se dispõe, ou não, ao sentimento sublime no século XXI. Em um último tópico, estarão presentes nossas conclusões, considerando os limites e as possibilidades de reflexão que levantaremos no decorrer deste texto.

### **Tecnologia e sua influência no sujeito histórico**

O advento da tecnologia diminuiu o abismo existente entre o indivíduo e um conhecimento mais ampliado do mundo. Toda sociedade possuía em sua singularidade, a utilização da tecnologia como forma de facilitar o trabalho realizado. As tecnologias proporcionaram e proporcionam formas de interação social, percepção do tempo/espço, mudanças e adequações nos comportamentos, entre outros. Toda aprendizagem, em todos os tempos é mediada pelas tecnologias disponíveis. A tecnologia em si traz um caráter de aprendizagem e adequação.

A tecnologia como meio de produção cultural e interação social promove a interação espaço/tempo e conhecimento/expectativa do indivíduo enquanto participante de uma sociedade. A interação espaço/tempo no contexto dado, volta-se para a utilização da tecnologia como mecanismo de descobertas e possíveis explorações, atrelada ao conhecimento e à expectativa resultante de tal processo. Entretanto, o demasiado uso da tecnologia resulta na perda da sensibilidade e percepção da própria sociedade da qual o indivíduo faz parte, questionando o fato de ser ainda um sujeito histórico.

Numa linha tênue, ao mesmo tempo que a tecnologia agrega conhecimento, colabora para a perda da sensibilidade, pois passa-se muito tempo adquirindo conhecimento e pouco tempo para a prática da ação. Seria isso então uma considerável diminuição da ação do indivíduo na história? O que está à guisa de problematização é o conhecimento baseado na experiência alheia, visto que uma declaração, exposição, testemunho, manifestação, etc., é levada como verdade por um indivíduo que não está contido no campo de experiência.

A junção de homem mais tempo resulta numa indagação: seria o tempo sujeito ao homem ou vice-versa, sendo que o homem é sujeito à tecnologia? Caso o tempo fosse sujeito ao homem, seria ele também sujeito à tecnologia? Pois até onde se sabe, a tecnologia acelera a

percepção do tempo a partir da experiência tecnológica que o indivíduo está alocado. Vemos que a tecnologia ao longo do tempo vem se constituindo enquanto fator que contribui para uma aceleração na história e não, segundo Koselleck, da História. Diante de tal afirmativa, percebe-se que a tecnologia criou meios para o homem se situar no tempo com base nas suas necessidades individuais e coletivas. O tempo é uma instância única, própria. Portanto, não estaria submetido a outra instância, a não ser ele mesmo. O homem apenas cria artificios para se manter nele e a tecnologia o auxilia nessa empreitada.

### **Constatações sobre o tempo**

Fica agora nossa indagação sobre o que seria ou de que forma estamos considerando o tempo. Tempo seria mais que uma simples palavra, um conceito. Entretanto, são poucas as problemáticas e discussões ao redor do mesmo e, portanto, parece coerente e inevitável ao nosso trabalho, tratar em um primeiro momento sobre esse conceito. Segundo Rodrigo Turin (2016), refletir sobre o tempo vem sendo pauta na agenda da historiografia. Isso devido às discussões sobre memória, patrimônio e, é claro, para se refletir e (re) significar o ensino de história que vem perdendo, inclusive, seu lugar de formador da cidadania nos estados-nação para as agendas neoliberais e conservadoras vigentes.

Em que medida o que fazemos hoje não é refletir sobre o tempo e sim instrumentalizá-lo? Ora, é ele parte integrante do estudo da ciência histórica, porém, é necessário considerá-lo em sua dimensão reflexiva. O tempo enquanto algo pragmático é um conceito limitado e instrumentalizado para a pesquisa histórica, mas, sobre o conceito existe uma carga semântica e reflexiva muito abrangente. Enquanto instrumento para História, o tempo se insere na possibilidade de divisão e recorte sobre o objeto de análise, ou seja, simplesmente um instrumento da pesquisa. Mas e enquanto conceito sobreposto às análises históricas? O que significa, ou pode significar o tempo enquanto objeto da problemática? Por que, para nós, o tempo necessita ser problematizado e não simplesmente instrumentalizado?

Refletir sobre o tempo não é tarefa simples, com respostas homogêneas, mas sim, uma tarefa que envolve complexidade, sobretudo, por ser ele, o tempo, objeto integrante das ciências humanas, exatas e naturais.

No âmbito das ciências naturais e exatas, temos o tempo enquanto categoria de medição, um tempo natural. Esse tempo medido, segundo Norbert Elias (1998), no qual se debruçam os físicos, são formas de dar ao tempo medições específicas e durações. Esse tempo, que seria um

tempo visível através de mecanismos de contagem regular, não dá conta de explicar e acessar um tempo no qual as questões humanas são alocadas. Não é um tempo que acessa a experiência do indivíduo humano.

Alocada ao lado oposto, temos o campo das ciências humanas pensando o tempo enquanto caráter metafísico ou, na ciência histórica, como potencial no tratamento e divisão de eras. Nesse viés o tempo é pensado enquanto épocas. Na filosofia da história, tempo apresenta um caráter teleológico de um fim último, como seria a natureza, na filosofia kantiana, o fio condutor ao cosmopolitismo na História.

Em sociedades capitalistas, o tempo traz uma carga de medição das horas de trabalho e produtividade. É o tempo pensado para caminhar em direção ao progresso. Nessa reflexão da lógica do mercado é interessante pensar sobre o tempo nas sociedades pré-capitalistas: o tempo é natural, ou seja, ciclos de colheita, fases da lua, estações do ano, etc.

Mas e o tempo histórico enquanto categoria e conceito para compreensão histórica? Como instância para o entendimento da sociedade, tal como nos propomos discutir aqui? Enfim, o que significa pensar o tempo enquanto categoria de análise social? Resposta fácil é tarefa difícil. Resposta objetiva e única, tarefa impossível. O tempo pensado nas categorias citadas acima parece ser difícil, sobretudo na abordagem que nos propomos nesse trabalho. O tempo objetivo das ciências naturais, bem como o tempo subjetivo das ciências humanas, nos levam a uma certa homogeneização e dificuldade de acessar e conceber o que seria fundamental no que diz respeito a uma outra categoria de análise do tempo, o tempo social. Esse tempo social teria, segundo Elias (1998), como fator primordial a experiência.

Tempo, para nós, se torna mais potencial e abrangente quando refletido enquanto espaço de construção do indivíduo e produto de dada sociedade sob a égide que lhe é necessária e inerente. O tempo constitui-se como espaço de experiência do sujeito na sociedade, garantindo assim seu posicionamento social. Portanto, não seria o tempo o contraposto de tudo que se coloca nas ciências naturais e exatas e nem o contraposto da metafísica filosófica, mas o entreposto de ambas, mediadas pelo lugar social e experiência do indivíduo. O tempo não é nada mais do que a forma interna de processos e experiências (TURIN 2016). Para Elias (1998), o caráter de construção do tempo é algo passado de sociedade a sociedade, ou seja, pela tradição.

Ainda na perspectiva do autor, o tempo não é algo único e inerente, e sim, ressignificado a partir da experiência e tradição de determinado grupo/sociedade.

Os físicos às vezes dizem medir o tempo. Servem-se de fórmulas matemáticas nas quais o tempo desempenha o papel de um quantum específico. Mas o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor. Há uma pergunta que continua à espera de resposta: como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? Uma “hora” é algo de invisível. Relógios não medem o tempo? Se eles permitirem medir alguma coisa não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho ou de um eclipse lunar, ou a velocidade de um corredor na prova dos cem metros. Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-se em sequência-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos. (ELIAS, 1998)

A cada momento histórico temos um tempo e uma forma de concebê-lo, seja natural ou na lógica de mercado capitalista, tempo medido. Ambos são aspectos e visões sobre o conceito tempo, significando o espaço de experiência do conceito em cada sociedade e indivíduo, apropriando-se aqui da teoria dos conceitos de Reinhart Koselleck (2006). O conceito de tempo, enquanto social, carrega uma carga sincrônica possuindo um espaço de experiência no núcleo, época e sociedade que o significa.

### **Sublime e indivíduo: a perda da subjetividade**

O sublime, enquanto conceito para Kant, seria a oposição entre os sentimentos de prazer e desprazer. O prazer se encontra na recorrência de ideias racionais, e o desprazer por sua vez, na tentativa falha da imaginação de avaliar esteticamente uma grandeza. O sublime é um sentimento interior, no qual precisa da percepção do próprio indivíduo e a admiração perante uma grandeza, sendo ele, a relação entre sujeito do juízo e forma ajuizada (que) se faz segundo uma conformidade subjetiva a fins, ou mesmo a uma apreensão contrária a fins. (ALMEIDA 2009). Tudo nele é subjetivo, e tal subjetividade exige que o próprio agente histórico faça um balanço entre a razão, onde é possível conceber e articular ideias, e a imaginação, que permite a busca, a aprendizagem e a síntese daquilo que é dado.

O sublime seria então o que nos provoca respeito internamente e que não nos cause medo e nem nos subjogue frente a algo. Não significa que se estivermos diante de um objeto considerado temível que devemos temê-lo. Diante do sublime, o homem é exposto ao máximo de sua humanidade, tendo a prova de sua limitação perante algo que o subjuga ou que o faz entrar em conflito consigo mesmo.

Refletimos e consideramos o sublime em paralelo ao conceito de experiência. Em Kant o sublime

[...] não denota nada conforme a fins na própria natureza, mas somente possível de suas intuições, para suscitar em nós próprios o sentimento de

conformidade a fins totalmente independente da natureza. Do belo da natureza temos que procurar um fundamento fora de nós; do sublime, porém, simplesmente em nós [...] (KANT apud ALMEIDA 2009)

A natureza seria sublime devido à infinidade dos elementos nela contidos. Kant afirma que o sublime não deve ser procurado na natureza e sim nas nossas ideias, pois é aquilo interno, subjetivo que está aquém da forma exterior do objeto. A grande admiração do sublime faz perder a imaginação, uma vez que essa faculdade não dá conta da complexidade do que está sendo admirado. Objetos construídos pelo homem, que possuem determinada função e que conduzem o observador a uma formação de opinião pré-estabelecida não favorece o sentimento de sublime. Somente a natureza bruta proporciona essa sensação.

Não nos deteremos e pensaremos o sublime aqui enquanto o contraste e diálogo com o belo, mas o sublime na sua agência potencializadora da experiência do sujeito. Quando o refletimos dessa maneira, até mesmo no que tange à forma, defendemos que o sublime fica à mercê das experiências externas e alheias. Nesse viés, o próprio tempo, enquanto experiência, é algo sentido e vivenciado. Entretanto, com a densa presença da tecnologia, haveria um momento para a procura do sublime nos próprios ideais internos?

Quando abordamos a ideia de experiência, temos como expoente teórico de reflexão o filósofo Jorge Larrosa Bondía (2002). Segundo o autor, a experiência se perde em meio ao oceano de informações que nos sujeitamos na era tecnológica do século XXI, pois, o sujeito não abre espaço para a experiência; tudo o que faz é converter as informações em opiniões. Na era da globalização na qual as informações andam soltas e múltiplas nas redes sociais, o sujeito confere a si o status quo de informado e especialista em qualquer tópico que lhe é apresentado, pois, sua gama de informação lhe potencializa ser “doutor” em tudo. Tal “doutoramento” esquece e deixa a experiência de lado, ou no máximo, a apropriação da experiência de outrem a si, que deixa de ser uma experiência e se converte em, simplesmente, informação.

O sublime proposto por Kant, nesse sentido, do inexplicável, das sensações e respostas emocionais contraditas, fica além das verdades, das bolhas e nichos sociais da tecnologia. Tecnologia essa que não se limita e finda nas redes sociais, mas também no aparato midiático de manipulação constante.

## **Conclusão**

Nossa reflexão até então buscou expor a lógica do indivíduo e sua relação com a temporalidade em relação ao sublime no contexto tecnológico que estamos imersos no século

XXI. No que tange ao tempo, o texto sobre a ideia do sublime tecnológico apresentado no artigo de Annateresa Fabris “A estética da criação e o sublime tecnológico” nos dá um interessante caminho para concluir a relação que nos propomos discutir aqui.

O texto busca traçar uma discussão sobre as questões neotecnológicas, nas palavras da autora, e uma nova concepção, dialogando sublime e tecnologia. Utilizando o autor Mario Costa, Fabris discute o conceito do sublime tecnológico, que seria o decréscimo da subjetividade. A discussão sobre o rádio que a autora expõe como sendo o objeto tecnológico que não apresenta tempo e espaço cuja “possibilidade de captar estações transmissoras colocadas em diferentes fusos horários e a falta de luz destroem as horas, o dia e a noite” enfatiza a destruição do tempo. (FABRIS 1995)

O que está exposto é a ideia de que o tempo se desfaz em meio às tecnologias apresentadas, nesse caso o rádio, mas podemos pensar nas tecnologias do século XXI, sobretudo a internet. Com isso o que ocorre é uma resignificação do sublime, onde a perda da subjetividade ressalta a objetividade.

O sujeito nessa medida substitui o sublime internalizado e sensível à uma lógica mais externalizada, fruto do conceito de sublime tecnológico que tende a refletir uma alteração na “cultura e modos de existência na sociedade ocidental e, conseqüentemente, os dispositivos imaginários” (FABRIS 1995).

Em suma, concordamos que há a perda da subjetividade do conceito de sublime, mas, numa via oposta ao que é exposto, trabalhamos com a noção de que o sublime não sofreu resignificação e sim a perda de seu sentido inicial, proposto por Kant. Nossa defesa é que em meio ao grande contingente de informação, a experiência do sublime fica sucumbida. Isso porque o sujeito do século XXI não abre o espaço para experienciar.

Entendemos que existem limites e questões que precisam ser levantadas em nossa discussão. Mas, compreendemos que o nosso tempo é um tempo de perda da sensibilidade, ou ao menos, de esquecimento da mesma. Nosso entendimento até aqui percebe o sublime e o trata enquanto conceito do romantismo oitocentista. Conforme dito acima, não estabelecemos vínculos com o sublime e sua relação com a arte e o belo, visto que isso escaparia do real sentido colocado no presente artigo, que se refere ao sublime enquanto experiência e espaço de experiência.

## Referências Bibliográficas



KANT, Immanuel. Crítica da Faculdade do Juízo, trad. Valério Rohden e Antônio Marques, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

FABRIS, A.. A Estética da Comunicação e O Sublime Tecnológico. In: COSTA, Mário. (Org.). O SUBLIME TECNOLÓGICO. SAO PAULO: EXPERIMENTO, 1995, v. , p. 7-12.

TURIN, R.. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. Topoi (Rio de Janeiro), v. 17, p. 586-601, 201. Jul./dez. 2016.

ALMEIDA, Alexandra. Título: A noção de sublime em Kant e a questão da comoção na arte (Dissertação de Mestrado, 2009)

KENSKI, Vani Moreira. Aprendizagem mediada pela tecnologia. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.10, p.47-56, set./dez. 2003.

SILVA, Nara Letycia Martins. O tempo social de Norbert Elias: uma proposta de superação ao conhecimento dicotômico do tempo MNEME – Revista De Humanidades, 11 (27), 2010.

ARAÚJO, Valdei Lopes. O sublime, o belo e a Revolução: história e narrativização em Burke e Hegel. Revista Intellectus / Ano 03 Vol. I – 2004.

## Imagens dos Terreiros: Representações da trajetória dos cultos de Matriz Africana de Montes Claros na década de 1960 por meio da Fotografia

**José Vinícius Peres Silva**

Mestrando em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: zevinicius1@hotmail.com

**Resumo:** Esse trabalho visa apresentar uma proposta pesquisa que pretende compreender as representações e construções que as fotografias produziram sobre as religiões de Matriz Africana, Candomblé e Umbanda, na cidade de Montes Claros. Uma reportagem veiculada na revista *Encontro* no ano de 1962 é o nosso ponto de partida para essa compreensão, utilizando ainda uma comparação com os registros fotográficos pessoais do povo do terreiro sobre essa mesma época apontada. A comparação será necessária, pois acreditamos que a diversificação de fontes dentro do contexto de estudos com a fotografia faz-se necessária. Dentro da proposta iremos nos atar a dois terreiros importantes na cidade de Montes Claros daquele período, um de Umbanda, liderado pelo Pai de Santo José Fernandes e outro de Candomblé, fundado por Pai Teresino sendo retratados pela publicação. Essas duas figuras são importantes dentro da memória dos praticantes dessa religião na região do Norte de Minas Gerais, sendo considerados como grandes nomes na propagação desses cultos.

**Palavras-chave:** Fotografia, Candomblé e Umbanda, Imprensa, História

**Abstract:** This work aims to present a research proposal that intends to understand the representations and constructions that the photographs produced on the religions of African Matrix, Candomblé and Umbanda, in the city of Montes Claros. A report published in the *Encuentro* magazine in the year 1962 is our starting point for this understanding, using a comparison with the personal photographic records of the people of the terreiro about the same period pointed out. The comparison will be necessary, as we believe that the diversification of sources within the context of studies with photography is necessary. Within the proposal we will go to two important terreiros in the city of Montes Claros of that period, one of Umbanda, led by the Father of Santo Jose Fernandes and another of Candomblé, founded by Father Teresino being portrayed by the publication. These two figures are important within the memory of the practitioners of this religion in the region of North of Minas Gerais, being considered like great names in the propagation of these cults.

**Keywords:** Photography, Candomblé and Umbanda, Press, History

### Introdução

A opção pela temática citada justifica-se pelo trabalho desenvolvido no Programa de Educação Tutorial de Ciências da Religião<sup>1</sup> do departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais. Nesse período, desenvolveram - se pesquisas relativas aos estudos de religiões regionais, e dentre uma delas, o contato com o Candomblé e Umbanda foi o mais relevante no desenvolvimento de vários trabalhos desse grupo.

---

<sup>1</sup> O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

Pretendemos, portanto adicionar os conhecimentos desenvolvidos no programa para aplicar na presente pesquisa.

A fotografia e a imprensa como abordagens no trabalho historiográfico surgiram por meio da participação no grupo de estudos Cidade, Trabalho, Imprensa e Memória do departamento de História da mesma universidade. Que possibilitaram na execução do trabalho de conclusão de curso com abordagens relativas a imprensa.

Essa pesquisa tem por objetivo analisar as representações sociais dos cultos religiosos de Matriz Africana nas fotografias produzidas sobre os terreiros dos Pais de Santo José Fernandes e Teresino. Abordaremos as idéias veiculadas na reportagem *Nos Terreiros de Umbanda e Candomblé- Mistério e Pomba dos ritos fetichistas* da revista *Encontro* do ano 1962 em Montes Claros, Minas Gerais. Preconiza, ainda, relacionar possíveis comparações, analogias e diferenças entre a publicação e os álbuns de fotografia familiares e frequentadores dos terreiros dos pais de santo abordados por essa matéria. A partir disso, utilizam-se ainda como os seguintes objetivos específicos:

- Relacionar o conteúdo da reportagem das duas revistas pesquisadas com o fotojornalismo produzido na época;
- Especificar a realidade e práticas dos cultos religiosos retratados pela revista;
- Listar no conteúdo das fotografias, os locais em que foram feitas e os papéis dos indivíduos presentes nelas;
- Compreender a relação dos fotógrafos que produziram o conteúdo com os terreiros onde foram feitas as imagens;
- Descrever um percurso sócio histórico dos terreiros de candomblé e umbanda retratados pelas imagens.

### **Problemática**

A relação histórica entre as religiões de matriz africana a imprensa e fotografia aparecem desde o ano de 1951, em uma então reportagem da revista *O Cruzeiro*<sup>2</sup>. Esta publicação trouxe

---

<sup>2</sup>*O Cruzeiro* ou simplesmente *Cruzeiro* foi uma revista semanal ilustrada brasileira, lançada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1928, editada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Carlos Malheiro Dias foi seu diretor no período de 1928 a 1933, sendo sucedido por Antônio Accioly Neto<sup>[1]</sup> e depois por José Amádio que, em 1960 imprimiu um novo design editorial que ficou conhecido como "bossa nova". Foi a principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX. Deixou de circular em julho de 1975.

a matéria intitulada *As noivas dos deuses sanguíneos* assinada pelo repórter Arlindo Silva, com fotografias de José Araújo Medeiros. Nela, abordava-se um terreiro de Candomblé em Salvador, Bahia onde foram realizadas cerimônias de iniciação na religião. Foram apresentadas 38 fotografias que retratavam a rotina do terreiro, rituais e sacrifícios sendo atos que até então eram inéditos para o fotojornalismo brasileiro da época.

A reportagem é o objeto central da obra do antropólogo Fernando de Tacca em seu trabalho intitulado *Imagens do sagrado: entre Paris Match e o Cruzeiro* (2009) conforme ele retrata, a revista *O Cruzeiro* pretendia opor a outra publicação realizada por um periódico francês do mesmo ano. A revista *Paris Match*<sup>3</sup> foi o modelo para tal crítica onde uma que também abordava a mesma temática, mas de uma forma sensacionalista que causou certa polêmica entre os intelectuais e o interior do próprio candomblé, mas fazendo sucesso junto ao grande público.

Segundo Tacca, as duas publicações romperam com o silêncio acerca desse ritual sagrado, mostrando cenas e cenários da religião que caracterizaram um ambiente preservado de registros fotográficos. As fotografias deixaram de modo geral encurtar o distanciamento com o qual a sociedade da época olhava para os cultos do candomblé e seus adeptos. De qualquer forma, as reportagens envolveram uma polêmica disputa por espaço jornalístico, valendo-se, principalmente, do ineditismo das imagens dos rituais secretos de iniciação dos praticantes do candomblé.

Por meio da visibilidade em que essas fotografias tiveram, fundava-se, segundo Ramonello (2009), uma "escola de fotojornalismo baseada na importância da imagem como notícia" (pg. 23), com ênfase na qualidade técnica, propiciada pelas novas câmeras de médio formato, priorizando assim o registro documental. Ramonello ainda coloca a diferenciação em que as fotografias produzidas pelo *O Cruzeiro* sobre a *Paris Match*, destacando-se o papel inovador e uma certa brasilidade nos conteúdos foto jornalísticos que ainda eram pouco conhecido entre os leitores do período.

Nesta perspectiva, a imprensa brasileira aumentou gradativamente seus noticiários e reportagens que abordavam as religiões de matriz africana. Conforme a obra de Ramonello (2009) entre 1951 e 1962, rituais de Umbanda e Candomblé foram tema de pelo menos seis

---

<sup>3</sup>Paris Match é o nome de uma revista francesa de atualidades, de periodicidade semanal, fundada em 1949 e célebre pelo seu lema "*le poids des mots, le choc des photos*" ("o peso das palavras, o choque das imagens," em tradução literal). Desde janeiro de 2008 apresenta um outro mote: "a vida é uma história verdadeira", de forma a inscrever o jornal num contato mais pessoal com os leitores.

reportagens que iam de simples folclore à editoria de polícia com tratamento sensacionalista e editorial pejorativo.

A partir desse momento o Candomblé e os cultos de Matriz Africana foram apresentados sobre um meio que propiciava uma visibilidade dentro do contexto nacional devido às fotografias realizadas por José Medeiros. Não obstante, as rotinas dos terreiros ganharam força dentro dos noticiários brasileiros do período, proporcionando uma maior aceitação dessas temáticas nas páginas dos periódicos.

Desta forma, propomos trabalhar sobre um olhar historiográfico a partir de outra reportagem que trata da mesma temática em uma revista regional ilustrada da época. A revista *Encontro*<sup>4</sup> de Montes Claros, Minas Gerais, mais de uma década depois após, veiculou uma matéria com o título *Nos Terreiros de Umbanda e Candomblé- Mistério e Pomba dos ritos fetichistas* realizada pelo jornalista Haroldo Lívio, com fotografias de Rilson Santos e Waldevino Fátimo. Dentro desse contexto, dois pais de Santo, José Fernandes da Umbanda e Pai Teresino do Candomblé, destacaram-se como os sujeitos retratados nessa reportagem.

Foram feitas 14 fotografias veiculadas no corpo da reportagem as quais trouxeram a rotina e cotidiano dos cultos de Matriz Africana em Montes Claros daquele período. Essa matéria possui uma divisão específica de Candomblé e Umbanda, já que as imagens estão articuladas a pequenos textos que apresentam cada um dos dois terreiros visitados pelos fotógrafos e jornalistas que trabalharam nesta produção.

Manteremos uma forma de diálogo com a publicação da revista *Encontro* e as imagens realizadas pelos familiares e freqüentadores dos dois terreiros na década de 1960. Essas imagens foram encontradas em álbuns de família e negativos do período mantidos por um descendente dos pais de santo que serão estudados. Um processo comparação será necessário, pois acreditamos que a diversificação de fontes dentro do contexto de estudos com a fotografia faz-se fundamental neste momento.

Entende-se que para trabalhar com representações e, sobretudo com representações visuais, uma das possibilidades seria a aproximação com a história cultural, visto que essa se constitui uma tendência privilegiada para os estudos sobre representações. A Nova História, e em particular a Nova História Cultural, conforme Peter Burke (1999) trouxe consigo a

---

<sup>4</sup>Revista ilustra que fez existiu na década de 1960 na cidade de Montes Claros em Minas Gerais sob a direção de Konstantin Christoff, Lúcio Bemquerer e Waldir Senna Batista.

concepção de uma História que busca a compreensão das transformações sociais a partir da interpretação das práticas culturais, suas representações e relações com os processos e sujeitos históricos.

Assim, propomo-nos a utilizar algumas concepções adotadas por Roger Chartier, que discutiu a importância das representações para o entendimento do universo da cultura. Assim, abordaremos inicialmente ideias apresentadas em *A História hoje: Dúvidas, desafios, propostas* (1994). Para Chartier existem “três realidades maiores” de representação. A princípio cumpre-se dizer sobre a “compreensão das representações coletivas” as quais incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e age, o que corresponderia ao ato de classificação.”(p.28)

“No segundo momento, o autor aborda as formas de “exibição do ser social” ou do poder político tais quais as que revelam os signos e performances simbólicas através da “imagem do rito ou da estilização da vida”. E por fim, descreve-se o momento de “presentificação”, no qual os representantes marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, interferindo assim na construção de uma identidade correspondente, na qual há o momento da institucionalização.

Chartier nos questiona acerca da representação quanto às suas áreas de produção, reprodução e assimilação coletiva. Destarte, utilizar esse conceito dentro da proposta de estudo é relevante para as questões que serão estudadas. A imprensa ilustrada por meio da fotografia, no caso da revista *Encontro*, possibilita-nos o encontro dessas representações citadas.

Um trabalho que pode exemplificar muito bem essas questões é a tese de doutorado de Ivete Batista da Silva Almeida, *As faces do Hércules-Quasímodo: representações do Nordeste e dos nordestinos durante a Era Vargas* (2012) que, ao problematizar a imprensa ilustrada paulista do período Vargas, procurou encontrar as representações coletivas de Nordeste e nordestino que foram feitas em tal período. Para ela, as questões que serviram de construção de ideias e símbolos sobre o nordestes propagaram uma visão predeterminada do nordestino.

Ademais, a Fotografia não pode estar somente atrelada ao meio tecnológico, pois antes de tudo ela é um produto social. Identificamos isso, pois as imagens constituem um modo discursivo através do qual se colocam em cena questões e fragmentos históricos, talvez de forma evolutiva ou descontínua. Isso é devido, conforme ressaltou Frizot em *Nouvelle histoire de la photographie* (2001), “à diversidade de informações que a imagem fotográfica apresenta,

por registrarem distintas situações de vivência dos atores sociais, possibilitando o entendimento das diferenças sociais dos grupo.” (p.67)

Assim, por ser produto social, a construção fotográfica revela as demandas de diferentes grupos sociais. Segundo Michel Frizot (2001), estes mesmos grupos podem utilizar-se da fotografia para “divulgar e legitimar o seu poder em um determinado momento, forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo essas matrizes práticas sociais que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamento a serem seguidos pelos demais grupos de uma sociedade.”(p.76) Essa maneira impositiva de legitimação das representações por intermédio das fotografias serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto a individual quanto a coletiva.

A fotografia enquanto fonte é a ideia central da tese de doutorado de Marta Emília Jacinto Barbosa (2004). A obra aborda a realidade em que o fotojornalismo do século XIX trouxe para a visão estereotipada do Ceará e os seus problemas com a seca. As fotos feitas nos anos de 1877-1878 por José de Patrocínio para a revista *O Besouro*, com o objetivo de informar a realidade da fome e seca em que a então província passava na época. Trazendo um conteúdo de fotografias e xilogravuras de conteúdo forte, como pessoas esqueléticas e visivelmente doentes e beirando à morte, essas imagens foram importantes para perpetuar um estado de calamidade do local, que perdurou durante todo século XX.

A condição em que as imagens da seca eram publicadas no corpo do jornal e revista estudados por Barbosa (2004) foi um importante meio para refletir como a fotografia tem um peso no noticiário e como sua disposição institui visões e percepções de mundo para seu interlocutor. A imagem para ela é tratada como uma "Prática social" que propõe meios para legitimar certas realidades que muitas vezes não existiram mais que foram necessárias para o produtor da obra, que no caso é o fotografo.

Em *Retratos de Família*, Mírian Moreira Leite (1981) apresenta o resultado de uma reflexão de estudos sobre as potencialidades e limitações da leitura da imagem e fotografia. Demonstrando um caráter sociológico, antropológico e histórico que a imagem pode assumir dentro da perspectiva das ciências humanas. Para tanto, a autora se baseia, fundamentalmente, em uma coleção de retratos de família de álbuns cedidos por descendentes de imigrantes de várias origens. São famílias italianas, alemãs, portuguesas, judias, russas, espanholas e japonesas que acabaram por se reunir na cidade de São Paulo no início do século XX. A essas



retratos foram acrescentados fotografias de famílias de acervos públicas e o publicados de revistas e almanaques.

A revista *Encontro* relatou a rotina de dois terreiros de Montes Claros no ano de 1962. Dentre os dois, um correspondia à Umbanda e outro ao Candomblé. Essa diferenciação é importante, a fim de percebermos a importância que as duas casas tiveram nesse momento na cidade. Os dois terreiros supracitados correspondem a manifestações religiosas ligadas aos aspectos culturais que os escravos africanos trouxeram para o Brasil durante a colônia. Essa característica é uma das inúmeras formas de resistência que o negro africano disseminou durante o período de escravidão no país.

Segundo o pesquisador Reginaldo Prandi, em *Mitologia dos Orixás* (1996) o Candomblé e Umbanda tiveram sua constatação mais evidente após as últimas levas de negros oriundos de África que eram traficados para o Brasil com a finalidade de trabalhar nas cidades e ocupações urbanas do século XIX. (p.53) Dessa feita, houve uma maior aproximação entre os negros já enraizados no Brasil, aproximação tal que proporcionou a sistematização do culto a suas divindades. Um pequeno traço de separação dessas duas religiões está na sua ligação com os cultos aos mortos. Dentro da Umbanda, os espíritos são dotados de muito significados e, por isso, conforme Prandi existe um maior sincretismo com o catolicismo e principalmente com o espiritismo moderno. Já no Candomblé, os cultos aos Orixás e forças da Natureza são mais importantes.

A especificidade com que os cultos religiosos de matriz-africana se configuravam na região do Norte de Minas Gerais foi alvo de pesquisa da cientista da religião Ângela Cristina Marques Borges. Na sua tese de doutorado *Tambores do Sertão* (2012) ela utiliza vários conceitos para tentar compreender as especificidades por meio das quais essas religiões se formaram na região. Dessa forma, ela percebe que existe uma coabitação de Candomblé, Umbanda e Quimbanda em um mesmo espaço. Isso é produto da "Interculturalidade", um conceito muito enfatizado em seu texto.

A autora utiliza a história do Norte de Minas a fim de justificar tal diferença, porquanto para ela, a diversidade cultural do "povo de santo sertanejo" se deve ao fato do isolamento que o local sofreu durante muito tempo de sua história. Tal fato fez com que o próprio homem sertanejo desenvolvesse uma relação própria de solidariedade e violência, sendo a "magia" uma das formas utilizadas para sua sobrevivência.

Para Borges,

“...foi necessário utilizar o formato Candomblé/Umbanda/Quimbanda para definir essa cultura religiosa específica no sertão norte-mineiro. Isso é um dos aspectos centrais em sua obra, mostrar que as três religiões conviviam em plena igualdade no mesmo local. O fato é que ora era praticado Umbanda, ou Candomblé ou Quimbanda pelos mesmos Pais de Santo.” (2012, p. 74)

A autora ainda aponta a importância que dois Pais de Santo tiveram na conjuntura das religiões afro no Norte de Minas: O Umbandista José Fernandes e o Pai de Santo do Candomblé Teresino. Ambos começaram a atuar na cidade de Montes Claros durante a década de 60 e tinham uma grande aceitação da comunidade religiosa africana no local. A partir disso, traz-se o percurso dos cultos da religião e como o contato com outras localidades proporcionaram uma mudança nas execução dos cultos na sua região.

A realidade de outrora na religião de Matriz Africana era unívoca, em razão de uma aproximação entre as duas figuras apontadas. Porém, a proximidade com outras regiões, um em Salvador e outro em Belo Horizonte fez com que o antigo Nagô-Vodun fosse "apurado" e diferenciado em outras duas designações: Candomblé e Umbanda. José Fernandes foi responsável por diversificar a Umbanda feita em Montes Claros. No momento em que ele cria seu terreiro, algumas mudanças da Umbanda são feitas e suas práticas são mudadas. Inaugura um conceito de atendimento individual e sua fé era baseada apenas na Umbanda, usando apenas essa designação no seu terreiro.

Análogo a isso, Pai Teresino trouxe uma mudança no Candomblé da região, com uma forte influência dos Pais de Santo da região central de Minas Gerais o Candomblé de Angola foi instituído na cidade. Dentro do contexto em que essas duas figuras se instauraram na região, surge assim uma mudança em um realidade que até então era comum no local. A mudança da prática dos cultos de matriz africana e principalmente sua diferenciação proporcionaram uma alteração na estrutura deste aspecto na região. Desse modo, o candomblé por parte de Pai Teresino e a Umbanda com José Fernandes tomaram proporções muito grandes. Como lembrado por Borges (2012), esses dois sacerdotes ganharam destaque na história do culto afro em Montes Claros.

Por meio dessa contextualização, percebemos que, dentro do período no qual identificamos o tempo físico que abordaremos, concentra-se a época em que já haviam se concretizado as dualidades entre Umbanda e Candomblé, na região de Montes Claros, apontada por Borges (2012), no momento de estudo. Não obstante tal fato, outro determinante a essas estruturas às quais pretendemos nos ater é a publicação das fotografia de José Medeiros no "O

Cruzeiro" em 1951, por isso nosso tempo histórico compreende parte da década de 1960, em Montes Claros.

### **Imagem e fotografia como Fontes**

Para os historiadores, a tarefa de interpretar as imagens vai muito além da simples análise iconográfica, cabendo ao pesquisador, por conseguinte, reconstituir o contexto de produção das mesmas, visualizando-as de uma maneira culturalmente específica. Isso posto, o método que propomos utilizar pretende compreender a imagem fotográfica além de sua aparência, fomentando várias dúvidas sobre esse documento.

Boris Kossoy (1980) nos aponta uma observação bastante procedente para a questão da imagem, como fonte histórica: "A fotografia em si, o filme (câmera analógica) em si não representam, tanto quanto qualquer documento velho ou novo, uma prova de verdade. Toda a crítica externa e interna que a metodologia impõe ao manuscrito impele, igualmente, ao filme. Todos podem, igualmente, serem 'montados', todos podem conter verdades e inverdades. Existe, naturalmente, para cada espécie de fonte, uma possibilidade especial de falsificação, e conhecê-las é a tarefa de críticos de fontes. (p.23)

Análogo a isso, a fotografia demanda por parte do pesquisador um tipo específico de crítica, Mauad buscou em Le Goff considerações que intensificam a natureza da fotografia, já que, segundo ela:

(...) há de se considerar a fotografia simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. (MAUAD, 1996, p. 34)

Desse modo, podemos identificar a fotografia não somente como documento, e sim como monumento. Igualmente, a fotografia para Mauad (1996) deve submeter-se a críticas para que posteriormente ela possa vir a ser organizada numa ordem cronológica. A essa ordem nos ateremos na produção da pesquisa, obedecendo a um ideal significativo que siga um critério de seleção, a fim de que se evite a mistura da fotografia, visto que, ainda conforme Mauad, seu objeto que é a foto em si, deve ser trabalhado e estudado separadamente, garantindo, pois a

individualidade do objeto fotográfico a ser estudado, que tanto pode ser um álbum, uma foto ou no caso uma revista ilustrada, para que em seguida possa-se estudar a parte material.

A partir destes pontos, organizaremos consoante Mauad traz no seu texto, (1996) roteiros de análise no intuito de decompor a imagem fotográfica em unidades, guardando a devida distinção entre forma, conteúdo e expressão. Essa proposta é adaptada para a nossa realidade da pesquisa. É possível destacarem-se itens como a revista nas quais as fotografias foram publicadas, agência produtora da fotografia, ano, local retratado, tema retratado, pessoas retratadas, objetos retratados, atributo das pessoas, atributo da paisagem, tempo retratado e fotógrafos que produziram o material.

Pretendemos, assim, analisar as fotografias das duas revistas dentro do contexto em que foram veiculadas, nesse ínterim, dentro da reportagem, bem como de forma isolada. Para isso, é necessário utilizar as imagens que não apareceram no corpo da reportagem e que serão foco ao longo da pesquisa.

Apresentamos até o momento a fotografia como o principal meio de análise na pesquisa, contudo acreditamos que na história faz - se necessário utilizar outras fontes na pesquisa. Utilizaremos, à vista disso, as imagens fotográficas em primeiro momento, e a sua apresentação juntamente com o texto; num segundo, a análise das revistas ilustradas. Sobre as relações entre texto e imagem e a subordinação de um sobre o outro, Van Der Linden argumenta que:

Cada obra propõe um início de leitura quer por meio do texto, ou da imagem, e tanto um como outro pode sustentar majoritariamente a narrativa. Se o texto é lido antes da imagem e é o principal veiculador da história, ele é percebido como prioritário. A imagem, apreendida num segundo momento, pode confirmar ou modificar a mensagem oferecida pelo texto. Inversamente, a imagem pode ser preponderantemente no âmbito espacial e semântico, e o texto ser lido num segundo momento. (VAN DER LINDEN, 2011, p. 122)

Por meio dessa discussão, faz se necessário estipular um critério para ponderar as imagens fotográficas dentro de um texto jornalístico.

## Referências

- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil: A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 3ª reimpressão.
- ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. *A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. Anais do Museu Paulista*. Volume. 13. n. 2. Julho. Dezembro de 2005.

- BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. Rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BURKE, Peter. *A escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 2011.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993. Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch.
- BORGES, Ângela Cristina Marques. *Tambores do Sertão: Diferença Colonial e Interculturalidade: entrelaçamento entre Umbanda/Quimbanda e Candomblé Angola no Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, 2012. PUC-SP
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*, 2000.
- COSTA, Helouise. *Aprenda a ver as coisas: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro*. Dissertação de mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. A História de Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 108.
- FRIZOT, Michel. *Nouvelle histoire de la photographie*. Paris: Adan Biro / Larousse, 2001.
- HALL, Stuart. *Estudos culturais: dois paradigmas*. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 124-150.
- HOBSBAWN, Eric. *Da história social à história da sociedade*. In: Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- JUNQUEIRA, Mary A. *Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções*. *Revista Brasileira de História*. vol. 21, n. 42, 2001.
- KOTSCHO, R. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1986.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980. (TM)
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Volume I. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.
- RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. *Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade*. Tese de Doutorado. Uberlândia, 2011.

PRANDI, Reginaldo. *As religiões afro-brasileiras e ascensão e declínio*. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs). *Religiões em Movimento. O censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem; notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SWEET, James H. *Recriar a África*. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

TACCA, Fernando de. *O Cruzeiro versus Paris Match e Life Magazine: um jogo espetacular*. 2009.

## O Irã no século XX: perspectivas do pensamento feminino na era Pré-revolucionária

**Júlia C. A. Benfica**

Graduanda em História

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: juliabemfica@gmail.com

**Resumo:** A ascensão do pensamento feminista no século XX, abriu espaço para analisar as vicissitudes do paradigma feminino em diversos aspectos, sendo o foco desta pesquisa a forma como essas mudanças se estabeleceram no Irã no referido século. O intuito deste estudo é analisar o processo intelectual feminino no Irã, partindo do período da Revolução Constitucional de 1905 levando os estudos até o período que antecede a Revolução Islâmica de 1979. Sabe-se que grande parte dos escritos foram feitos sob perspectivas de mulheres de classe média alta, mas espera-se que por essas produções seja possível identificar as formas como a ascensão do processo intelectual feminino propagaram-se e quais foram seus resultados pragmáticos para a sociedade.

Palavras-Chave: Irã; mulheres; iranianas; Revolução Islâmica; 1979;

**Abstract:** The rise of feminist thoughts in the twentieth century has opened space for debates and changing of the feminine paradigm in several respects, the focus of this research is analyzing in which aspects these changes were established in Iran in that century. The purpose of this study is to comprehend the female intellectual process in Iran, starting from Constitutional Revolution of 1905 leading the studies up to the period before the Islamic Revolution of 1979. A great part of the writings was made under the perspective of women of middle-class, but the purpose is, by these productions, make possible to identify in which ways the rise of the female intellectual process has spread and what have been its pragmatic results for society.

Keywords: Iran; women; Iranians; Islamic Revolution; 1979;

### Busca de direitos femininos no contexto Iraniano

Ao propor estudos sobre as mulheres iranianas, podemos nos deparar com debates que tomam esse movimento político no Irã como incitados por uma parte religiosa da sociedade da época durante as primeiras manifestações públicas<sup>1</sup>. Apesar deste fator, o objetivo deste trabalho é, a partir dos escritos da ex-Ministra do Estado para Assuntos da Mulher, Mahnaz Afkhami, analisar as ações públicas realizadas por um grupo de mulheres comprometido com mudanças sociais e civis no país. Procuraremos colocar essas práticas frente aos debates sobre as perspectivas que se tem da mulher não-Ocidental, visando estabelecer um diálogo das diferentes formas de análise da participação feminina em outra cultura.

A participação de mulheres na sociedade iraniana têm influência tanto das que pertencem a classe média alta, que se organizavam em favor do sufrágio universal – influência

---

<sup>1</sup> VAKIL, S. *Women and Politics in the Islamic Republic of Iran: Action and reaction*. New York: Continuum, 2001. Cap. 2, p. 28.



do movimento sufragista inglês no início do século XX –, assim como de uma liderança nacional que não se identificava como feminista, mas estava comprometida com a modernização e mudança que beneficiassem as mulheres.<sup>2</sup> Esse tipo de abordagem dá-se porque, parte desse movimento no Irã demonstra maior preocupação com a educação e assistências básicas. Essa característica pode ser justificada, entre vários aspectos, devido a situação socioeconômica do país durante o século XX: entre concessões, dívidas externas e um governo monárquico que não estava preocupado com políticas públicas, a população rural do país foi marginalizada e esquecida. Havia, por parte dessas mulheres, a percepção de que necessidades básicas precisavam ser alcançadas.

### **O Irã no início do século XX: um contexto de rupturas**

A Revolução Constitucional (1905-1911) representou um paradoxo no que tange aos direitos das mulheres iranianas no século XX. Isso aconteceu porquê, num primeiro momento, a identificamos como um aspecto positivo para dar segmento às lutas por direitos sociais e civis das mulheres, considerando que, face a ampla petição popular por uma reforma política, abriu-se espaço para que elas também pudessem se manifestar a respeito. Em um segundo momento, tornou-se o ponto de partida para que a Revolução Islâmica fosse possível pois, a Revolução Constitucional teve uma parcela religiosa participando das primeiras manifestações que se perpetuou até 1979. Nesta pesquisa iremos abordar apenas o primeiro momento, procurando analisar as mudanças significativas alcançadas nos quesitos sociais, frisando alguns pontos importantes para a ascensão do movimento de mulheres no país.

Segundo Sanam Vakil, professora na *Johns Hopkins School of Advanced International Studies* (SAIS Europe), em sua obra *Women and Politics in the Islamic Republic of Iran*, a formação das primeiras organizações de oposição as concessões feitas no final do século XIX e como contavam com a participação de diferentes setores da sociedade, tais como os *ulemás*, reformistas seculares, comerciantes e, entre eles, algumas mulheres. Esses diferentes setores da sociedade iraniana se reuniram em uma homogeneidade ideológica de que o Xá Nasir al-Din já não representava o país, necessitando assim de uma reforma política.<sup>3</sup> A partir do momento em que se percebe um interesse maior no fortalecimento do próprio Estado, do que o proteger contra os poderes imperiais que avançavam em direção ao Irã, a dinastia Qajar já não era vista

---

<sup>2</sup> AHFHAMI, M. Iran: A future in the past – The “Prerevolutionary” Women’s Movement. Disponível em: <[http://www.mahnazafkhami.net/wp-content/uploads/iran\\_a-future-in-the-past.pdf](http://www.mahnazafkhami.net/wp-content/uploads/iran_a-future-in-the-past.pdf)> Acesso em 28 fev. 2017.

<sup>3</sup> VAKIL, Sanam. *Women and Politics in the Islamic Republic of Iran: Action and reaction*. New York: Continuum, 2011. Cap. 2, p. 26.

como sendo suficiente em termos de administração governamental para a Pérsia (ABRAHAMIAN, 1982).

No início do século XX, inspirados pelos debates que chegavam do Ocidente, tais como traduções e o acesso à educação superior, surgiu uma nova classe média ou intelectual inspirada em ideias europeias esclarecidas. “Esses intelectuais implantaram as ideias de uma sociedade moderna e desenvolvida, livre do despotismo e do imperialismo estrangeiro na sociedade iraniana” (VAKIL, 2011), abriram grupos para debater novas perspectivas políticas do país. Em Teerã, um grupo intitulado *Society of Learning*, impulsionou a abertura de escolas no final do século XIX e início do XX. O historiador iraniano Ervand Abrahamian, em *Iran between two revolutions*, afirma que

A composição do Comitê Revolucionário reflete tanto a homogeneidade ideológica como as diferenças sociais na formação de uma intelectualidade. Entre os cinquenta e sete estão quinze funcionários públicos, oito educadores, quatro tradutores e escritores, catorze clérigos que tinham conhecimentos sobre as ciências modernas, um chefe de uma tribo, três comerciantes e quatro artesãos. (ABRAHAMIAN, 1982, p. 78).<sup>4 5</sup>

A formação de um grupo como o Comitê Revolucionário demonstra a particularidade da organização política iraniana, em parte heterogênea, devido a participação de diferentes grupos da sociedade, mas ao mesmo tempo homogêneo, pelo menos no que se refere as preocupações políticas e sobre mudanças no país.

A Revolução Constitucional, apesar de ter sido um movimento nacionalista formado por grupos diversificados da sociedade iraniana que pedia por reformas políticas, que acreditava ser a democracia que colocaria fim na pobreza do país e que, a retirada da dinastia Qajar seria também o fim da grande pressão estrangeira sob o país, ainda não se referia diretamente aos direitos das mulheres. Todavia, esses debates influenciaram o movimento que surgiu no decorrer do século XX: a abertura de precedentes para que as intelectuais de classe média pudessem ver a oportunidade de também escrever e intervir por seus direitos, como foi o caso, por exemplo, das escritoras Taj Saltaneh<sup>6</sup> e Bibi Khanoum Fatema Astarabadi<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> “The composition of the Revolutionary Committee reflected both the ideological homogeneity and the sociological diversity of the early intelligentsia. The fifty-seven included fifteen civil servants, eight educators, four translators and writers, one doctor, fourteen clergymen who had some knowledge of modern sciences, one tribal chief, three merchants, and four craftsmen.” Abrahamian, E. *Iran between two revolutions*. Princeton University Press, 1982, p. 78.

<sup>5</sup> Todas as traduções contidas neste artigo foram feitas pela própria autora.

<sup>6</sup> Filha do Xá Naser al-Din, pioneira no movimento pelos direitos civis das mulheres no Irã (1883-1936).

<sup>7</sup> Escritora iraniana e também pioneira na luta pelos direitos das mulheres no país (1858/9–1921).

## Perspectivas do pensamento feminino iraniano

Mahnaz Afkhami, é fundadora e presidente da *Women's Learning Partnership* (WLP)<sup>8</sup>, além de diretora executiva da Fundação de Estudos Iranianos, também foi a primeira Ministra em Assuntos das Mulheres antes da Revolução Islâmica em 1979. Em uma de suas publicações, chama a atenção para a influência do feminismo ocidental no país antes de 1979 de forma crítica observando que, o Ocidente e o Oriente estão sempre em contato através de intercâmbio de ideias, e que esse tipo de movimento não precisa ser totalmente reinventado para ser visto com entusiasmo. Entretanto, deve ser examinado cuidadosamente dentro do contexto iraniano, cada conceito sendo reinterpretado dentro da estrutura cultural dessa sociedade.<sup>9</sup>

A partir dos escritos de Afkhami que procuremos analisar o movimento dentro de seu contexto cultural e político, levando em consideração que, comumente no debate sobre mulheres no Oriente Médio, no geral muçulmanas, haver uma abordagem que exagera na colocação que as resume como vítimas das relações de gênero, dizendo que vivem vidas sem sentido ou qualquer satisfação (KEDDIE, 2007, p. 10).

O professor e pesquisador Nikkie Keddie<sup>10</sup>, em *Women in the Middle East*, observa que há uma dificuldade de encontrar documentos que falaram a respeito das sociedades pré-Islâmica, o que deixa a cargo dos registros feitos a partir de uma cultura oralmente difundida a responsabilidade de divulgar uma história a respeito do Oriente Médio, principalmente no que concerne a documentos que discutam o feminino em sociedades anteriores a época moderna.<sup>11</sup> Desta forma, ao tratarmos da questão de gênero no Oriente, devemos considerar o antes, durante e depois da religião islâmica,

Nos escritos sobre os países muçulmanos, como em qualquer outro lugar, acharemos documentos que falam tanto dos aspectos positivos como dos aspectos negativos, e não se tem uma solução ideal ou "correta" a respeito de como cada uma deve ser enfatizada. Embora muitos historiadores reconheçam hoje que as interpretações sobre o Islã são mutáveis, e que muitos fatores além da religião afetam profundamente o *status* da mulher, é impossível escapar da ênfase do Islã primitivo e do Alcorão, uma vez que foram temas do discurso local sobre as mulheres ao longo dos séculos e ainda permanecem até certo ponto. (KEDDIE, 2007, p.10)<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Organização internacional não-governamental dedicada a liderança e empoderamento de mulheres, tem a cooperação de 20 organizações parceiras autônomas, particularmente com foco nas sociedades muçulmanas, tem o foco de empoderar as mulheres para realizar mudanças familiares, na comunidade e na sociedade em que vivem.

<sup>9</sup> AFKHAMI, p. 2.

<sup>10</sup> Professor Emérita de História na Universidade da Califórnia, Los Angeles.

<sup>11</sup> KEDDIE, N. *Women in the Middle East: past and present*. Princeton University Press, p. 11.

<sup>12</sup> "In writing about women in Muslim countries, as elsewhere, one finds documentation of both positive and negative features, and there is no ideal or "correct" solution regarding how much to emphasize each. Even though

Assim sendo, ao abordarmos um movimento político feminino dentro da sociedade iraniana, devemos considera-lo como parte de uma estrutura cultural que se difere do ocidente, para que seja feita uma abordagem mais justa e com considerações a respeito da importância da religião nas problemáticas sociais ainda que seguindo moldes patriarcais, em alguns casos, também possui uma base religiosa que também exerce participação da formação do pensamento.

Devido ao contato entre a Grã-Bretanha e o Irã, tanto econômico quanto intelectual<sup>13</sup>, e aos impactos industriais advindos do capitalismo, tornou-se cada vez mais pertinente abrir o debate para a ampliação da participação das mulheres nesses meios. O professor da *University of Michigan–Dearborn*, Camron M. Amin, nos chama a atenção para não deixarmos de considerar a importância desses debates ao falarmos do exemplo iraniano, mas sim adotarmos uma posição um pouco mais crítica em relação a como essas discussões teóricas são estabelecidas ao tratar do Oriente, principalmente quando o sexo feminino é tido, na maior parte do tempo, como exemplo de opressão e submissão sem que seu contexto cultural seja avaliado.

A feminilidade moderna iraniana foi uma ideia que mudou ao longo do tempo em relação a quatro temas inter-relacionados: casamento e maternidade, educação da mulher, as mulheres no mercado de trabalho e a participação cívica das mesmas na sociedade. [...] Entre esses temas, e algumas mudanças ao longo do tempo, existem dois tópicos que gostaria de tratar: o exemplo Euro-Americano e a mulher tradicional. Por mais que a feminilidade da mulher iraniana moderna tenha sido definida em relação à tutela masculina, também foi definida com as duas imagens de feminilidade. O exemplo Euro-Americano, como o nome sugere, era uma imagem de feminilidade associada à Europa e à América, não só nos seus aspectos físicos, mas algumas vezes mediadas por imagens de outros países próximos e distantes do extremo Oriente. (AMIN, 2002, p. 48)<sup>14</sup>

Amin traz algumas observações sobre a ampliação dos debates, como eles tem possibilitado alcançar mulheres em todo o mundo Ocidental e Oriental. A semelhança entre

---

most historians now recognize that interpretations of Islam were changeable, and that many factors other than religion profoundly affected the status of women, it is impossible to escape an emphasis on early Islam and the Quran, as these have been central themes of local discourse about women over the centuries and to a degree remain so today.” KEDDIE, N. *Women in the Middle East: past and present*. Princeton University Press, p. 10.

<sup>13</sup> ABRAHAMIAN, E. *Iran between two revolutions*. Princeton University Press, 1982, p. 75.

<sup>14</sup> “Modern Iranian womanhood was an idea that changed over time in relation to four interrelated themes: marriage and motherhood, women’s education, women’s employment, and women’s civic participation in society. [...] Weaving in among these themes, and also changing over time, were two tropes that I wish to highlight in the present chapter: the Euro-American example and the traditional woman. As much as modern Iranian womanhood was defined in relation to male guardianship, it was also defined in relation to these two images of womanhood. The Euro-American example, as the name suggests, was an image of modern womanhood associated with Europe and America, not only in its positive aspects, and often mediated through images from other Near and Far Eastern countries.” AMIN, Camron M. *The Making of the Modern Iranian Woman Gender, State Policy, and Popular Culture, 1865-1946*. University Press of Florida, 2002, p. 48.

essas discussões é o meio social em que surgiram: entre as que já possuíam uma posição social favorável e receberam educação, e terem ademais acesso a informação do que as que estavam nos setores mais abastados da sociedade. Todavia, no caso iraniano, deve-se considerar os obstáculos que as mulheres do Oriente enfrentam por, mesmo sendo pertencentes da classe média ou nobreza, a educação que podem ou não receber depender tanto da autorização dos homens que estão nos cargos administrativos dessa sociedade, quanto dos moldes islâmicos que influenciam as leis de onde vivem.

Os debates iranianos mantinham o foco em como chegar as áreas rurais com políticas de ações pragmáticas. Afkhami destaca que, uma nova proposta surgira entre as intelectuais iranianas devido as circunstâncias das mulheres do país, destacou que

A audiência imediata do movimento era a urbana, educada, classe média, mas os caminhos tiveram que ser mudados para atingirmos o rural e as massas urbanas, e a comunicação teve que ser mudada para termos relevantes para suas vidas. Como uma mulher da alfabetização apontou: "foi infrutífero discutir os pontos específicos dos direitos humanos com uma mulher grávida, analfabeta, da aldeia e que estava fazendo suas tarefas enquanto amamentava um bebê, tentava retirar as saias das garras de outra criança e manteve um olho preocupado em seus outros dois filhos que estavam lutando e gritando nas proximidades. As ideias não eram apenas estranhas à sua vida, mas pior, eram irrelevantes." (AFKHAMI, 1996, p. 330)<sup>15</sup>

Tratando-se a realidade da mulher iraniana dessa forma, houve a tentativa de colocar as mulheres como a parte mais importante, tentando ganhar apoio dos setores mais conservadores, uma mobilização da população oferecendo serviços úteis para conseguir alcançar um número maior delas com políticas de alfabetização, cursos de formação profissional, assistência jurídica, atividades culturais e esportivas de acordo com as áreas<sup>16</sup> foram as medidas imediatas tomadas por essas mulheres.

Se pensarmos a propagação de ideias como uma pirâmide, no topo estão as mulheres com maior acesso à educação, aquelas que puderam se especializar, puderam conhecer diferentes culturas e examinar o mundo a partir de perspectivas diferentes e a partir disso passaram a questionar seus deveres e direitos sociais e civis dentro de uma sociedade.

---

<sup>15</sup> "The movement's immediate audience was the growing urban, educated, middle class, but ways had to be found to reach the rural and urban masses, and communication had to be devised in terms relevant to their lives. As one literacy-corps woman pointed out, "It was fruitless to discuss the finer points of human rights with a pregnant, illiterate, village woman who was doing her chores as she breast-fed one baby, tried to extricate her skirts from the clutches of another child, and kept a worried eye on her two other children fighting and screamin nearby. The ideas were not only alien to her life, but worse, they were irrelevant." MORGAN, R. *Sisterhood is Global: the international women's movement anthology*. Garden City, N.Y: The Feminist Press, 1996.

<sup>16</sup> AFKHAMI, 1984, p. 2.

Obviamente, dentro dessa perspectiva, existem diversas variáveis que devem ser analisadas dentro dessa sociedade, tais como a influência masculina e religiosa dentro do Majlis<sup>17</sup>, muitas vezes impedindo leis que beneficiariam as mulheres de serem aprovadas<sup>18</sup>

Percebemos, ao analisarmos a problemática dos obstáculos enfrentados, que para a chegada das ideias provenientes do topo da pirâmide até suas bases, fez-se necessário a interferência de diversos agentes externos ao movimento feminista e aos seus debates, dificultando ainda mais o processo de propagação e absorção de debates intelectuais pelas classes mais baixas da sociedade. É nesse aspecto que, ao examinarmos o movimento de mulheres iranianas por seus direitos, percebemos como as bases de debates femininos no Irã se diferiram da forma como foi no mundo ocidental.

Obviamente, como citado, existe uma elite intelectual com maior acesso a informação que produz ideias que posteriormente são consumidas pelas bases, e no Irã, não foi diferente nesse aspecto, mas sim na continuidade deste processo. Primeiro, e talvez seja a principal razão, porquê a política de modernização do Xá Reza (1925-1941) endossava a participação das mulheres. Por conseguinte, um movimento de mulheres que aos poucos foi se consolidando no país tomando como vantagem essa atmosfera política permissiva, resultando no surgimento de várias organizações de mulheres – como foi o caso da organização do High Council of Iranian Women, em 1959, sob a direção de Ashraf Pahlavi<sup>19</sup>, que resultou na criação da Women's Organization of Iran (WOI), em que Mahnaz Afkhami, também uma das principais atuantes.

### **As conquistas alcançadas pelo movimento de mulheres no Irã**

Durante a primeira metade do século XX, diversas organizações de mulheres foram criadas, a grande maioria pedia em primeiro lugar por educação, era como viam a forma de mudar o *status* social e, mesmo com a posição contrária dos líderes religiosos que compunham o Majlis, elas conseguiram estabelecer escolas em cidades maiores do país como Teerã, Tabriz, Mashhad, Hamadan. Em 1913 haviam 63 escolas para meninas no país e 09 sociedades de mulheres.<sup>20</sup> Além disso, por volta de 1930, a emergência de um movimento que passou a

---

<sup>17</sup> Palavra árabe que significa “lugar para sentar”, usada para descrever vários tipos de Assembleias legislativas nos países de cultura islâmica, sendo o termo equivalente a “legislatura” em alguns países, como é o caso do Irã.

<sup>18</sup> MAHDI, Ali Akbar. *The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle*. The Muslim World, volume 94, Outubro de 2004.

<sup>19</sup> Ashraf Pahlavi (1919-2016) era irmã gêmea do Xá Mohammad Reza e foi presidente honorária da WOI.

<sup>20</sup> MAHDI, Ali Akbar. *The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle*. The Muslim World, volume 94, Outubro de 2004.



produzir revistas que discutiam sobre os direitos das mulheres, chegando a 14 em meados da década de 30,

A emergência do movimento de mulheres no Irã pode ser percebida na formação e crescimento de associações de mulheres e publicações durante um período de vinte anos, de 1910 a 1932. Durante esse período, as mulheres estabilizaram um número de organizações e publicações semanais ou mensais de revistas lidando especificamente com questões relacionadas às condições de vida das mulheres. Algumas dessas publicações incluem *Daanesh*, *Jahaan-e Zanaan*, *Shekoufeh*, *Zabaan-e Zanaan*, *Zanaan-e Iran* e *Naameh Baanouvaan*. (MAHDI, 2004, p. 429).<sup>21</sup>

Escreviam em defesa da educação para meninas, liberdade para as mulheres que eram mantidas isoladas e abolição da poligamia. Durante o governo do Xá Reza (1925-1941) o país passou por uma política de modernização, o que favoreceu em algumas mudanças para as mulheres e, ainda que sob pressão do clero no Majlis, em 1931 elas conquistaram mudanças relativas a casamento e divórcio na lei. As mesmas puderam passar a pedi-lo em algumas circunstâncias e a idade para casamento mudou, ficando para as mulheres aos 15 e para os homens aos 18.

### **As especificidades iranianas**

Durante o século XX, no período que antecede a Revolução Islâmica, as influências políticas do Ocidente chegaram ao país, principalmente no movimento de mulheres. A ascensão a instâncias de destaque político, como é o caso de Mahnaz Afkhami, Ashraf Pahavi e muitas outras que não foram citadas, demonstra como a movimentação feminina no Irã em busca das necessidades básicas das mulheres apresentou resultados poucos anos depois. Ainda que essa ascensão tenha dependido de fatores econômicos e políticos internos e externos, o fato de os movimentos focarem nas bases, demonstrando que apenas os debates não foram suficientes, atividades pragmáticas também se fizeram necessárias.

Procurou-se aqui trazer um debate sobre as perspectivas de um movimento fora do padrão Ocidental, em que não é de bom tom atribuir teorias sociais que estão fora do contexto em que essas mulheres vivem, em que os direitos humanos não desempenham grandes significados quando a grande maioria nem ao menos sabe ler, e vê-se restrita ao ambiente doméstico. Além disso, é interessante observar que alguns escritos ocidentais se baseiam em

---

<sup>21</sup> “The emergence of the women’s movement in Iran can be seen in the formation and growth of women’s associations and publications over a period of twenty years, from roughly 1910 to 1932. During this period, women established a number of organizations and published many weekly or monthly magazines dealing specifically with issues related to the conditions of women’s lives. Some of these publications included *Daanesh*, *Jahaan-e Zanaan*, *Shekoufeh*, *Zabaan-e Zanaan*, *Zanaan-e Iran*, and *Naameh Baanouvaan*.” *Ibid.* p. 429.



certo estereótipo estabelecido sobre as mulheres do Oriente Médio, que diversas vezes não consideram o contexto cultural diversificado, que exige interpretações um pouco mais minuciosas.

Por fim, através de escritos como o de Mahnaz Afkhami, pode-se compreender a ação das mulheres iranianas, como foram feitas suas conquistas, visando o movimento de base como essencial para a efetiva participação e, além disso, a influência que passaram a receber, através de outras mulheres que procuraram representa-las ao mesmo tempo que as assessoravam. Apesar da dificuldade nas conquistas de direitos devido a participação religiosa no parlamento, é fundamental demonstrar que mesmo assim ações estavam sendo feitas e que havia mulheres agindo pragmaticamente na conquista por direitos.

## **Bibliografia**

### **Fontes primárias**

AFKHAMI, Mahnaz. Iran: A Future in the Past - The 'Prerevolutionary' Women's Movement. (1984), in: MORGAN, R. *Sisterhood is Global*. New York: Anchor Books.

\_\_\_\_\_. The Women's Organization of Iran: Evolutionary Politics and Revolutionary Change. Disponível em: <http://fis-iran.org/en/women/organization/introduction>

\_\_\_\_\_. Women's Human Rights from Global Declarations to Local Implementation. Disponível em: <https://goo.gl/qbFPzg>

### **Bibliografia de referência**

ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran between two revolutions*. Princeton University Press, 1982.

AMIN, Camron M. *The Making of the Modern Iranian Woman: Gender, State Policy, and Popular Culture, 1865-1946*. University Press of Florida, 2002.

MAHDI, Ali Akbar. "The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle." *The Muslim World*, v. 94, n. 4, p. 427-448, 2004.

OSANLOO, Arzoo. *The Politics of Women's Rights in Iran*. NJ: Princeton University Press, 2009.

PAIDAR, Parvin. *Women and the Political Process in Twentieth-Century Iran*. Cambridge University Press, 1997.

VAKIL, S. *Women and Politics in the Islamic Republic of Iran: Action and reaction*. New York: Continuum, 2001.

## Uma fissura na engrenagem industrial da morte: Um estudo da Resistência judia a partir das memórias de Chil Rajchman

**Marcos Paulo dos Santos Coelho**

Graduado em História

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: mp-coelho@live.com

**Resumo:** O presente trabalho visa contribuir para uma nova perspectiva em relação a alguns dos temas mais delicados durante o período da Segunda Guerra Mundial: a (não) passividade e resistência dos judeus frente à “Solução Final”. Para tanto, nos pautamos no relato de Chil Rajchman, um judeu polonês que foi enviado ao campo de extermínio de Treblinka em 1942 e que participou do levante contra oficiais da SS e soldados ucranianos no ano seguinte, escapando assim, de umas das maiores indústrias de extermínio de judeus do Terceiro Reich. A metodologia baseia-se na análise a vida cotidiana de Rajchman, com isso, discutiremos as questões teóricas sobre o campo de concentração e a passividade do extermínio em massa dos judeus, a Shoah, buscando elucidar que a resistência judia foi uma realidade exercida, mesmo diante da mais alta conjuntura de violência psicológica, física e cultural nos campos de concentração.

**Palavra-chave:** Shoah; Resistência; Segunda Guerra; Judeus; Holocausto;

**Abstract:** This paper aims to contribute to a new perspective on some of the most sensitive issues during the Second World War: the Jews' (non) passivity and resistance to the "Final Solution". To that purpose, we are guided by the testimony of Chil Rajchman, a Polish Jew who was sent to the Treblinka extermination camp in 1942 and who participated in the uprising against SS officers and Ukrainian soldiers the following year, thus escaping from one of the largest jewish industry extermination of the Third Reich. The methodology is based on the analysis of Rajchman's daily life, with which we will discuss the theoretical questions about the concentration camp and the passivity of the mass extermination of the Jews, the Shoah, seeking to elucidate that Jewish resistance was a reality even in the face of the highest level of psychological, physical and cultural violence in concentration camps.

**Keywords:** Shoah; Resistance; II World War; Jews; Holocaust;

Com a utilização do Zyklon B em uma cela de Auschwitz em setembro de 1941 para aniquilar soldados do exército vermelho, esse foi o primeiro passo para a criação das técnicas assassinas que seriam implantadas nas fábricas de extermínio do regime nazista no território do leste; com a obtenção do Zyklon B, o processo de aniquilação do povo judeu começou a tomar formas mais concretas, já que, segundo Höss, não havia certeza de que métodos seriam utilizados para se alcançar esse objetivo ainda em setembro de 1941 entre os dirigentes da SS, contudo, com o novo uso do inseticida, os planos para a Aktion Reinhardt começaram a todo vapor. Para a política de “deportação para o leste”, que seria o codinome nos documentos oficiais nazista para se designar o extermínio dos judeus, foram construídos três campos: Belzec, que teve o início de sua construção em novembro de 1941 e seu término em fevereiro de 1942; Sobibor, que teve suas obras iniciadas em março de 1942 e concluídas em maio do mesmo ano e; e por fim, o último campo de Treblinka. É notável que os três campos possuam

ligações políticas, já que são fruto da mesma operação, e com o decorrer das experiências anteriores, as técnicas assassinas foram sendo aprimoradas para o futuro<sup>1</sup>.

Uma pequena descrição da estrutura física de Treblinka se faz necessária para discutimos pontos importantes que trataremos no decorrer do deste artigo; um deles, que iremos abordar em breve, são os ambientes que e Chil Rajchman e outros prisioneiros circularam durante o período que estiveram confinados no campo de extermínio; período este que poderia ser muito breve, poucos horas, do desembarque até sua execução na câmara de gás, ou pelo tempo que os oficiais da SS achassem pertinente sua existência e força de trabalho para as tarefas do campo. Portanto, a possibilidade de circular entre alguns espaços em Treblinka está intimamente ligada com seu trabalho dentro do campo de extermínio, neste caso, quando Chil Rajchman é designado em exercer a função de “tonsurador”, prisioneiro que cuidava da raspagem dos cabelos das mulheres judias antes de serem executadas e, também, eram encarregados de separar as bagagens das vítimas de acordo com seu valor e tipo, lhe é permitido ir e vir em alguns ambientes. É nesse processo, também, que iremos tratar, quando for pertinente, que as primeiras ações de resistências são construídas, sendo elas individualmente, por vontade particular de Chil Rajchman, tanto pelo grupo de judeus que arquitetou a revolta no campo em agosto de 1943; tomando conhecimento dos espaços físicos do campo foi, sem dúvida, primordial para que o plano pudesse se organizado e executado. É significativo, ainda, expor que o campo de Treblinka foi construído e dividido em três partes praticamente iguais em tamanho; o Campo Administrativo da SS (*Wohnlager*), a Área de Recepção (*Auffanglager*) e a Área de Extermínio (*Totenlager*), sendo os dois primeiros compartimentos localizados no “primeiro campo” ou “campo superior”<sup>2</sup> e as câmaras de gás no “segundo campo” ou “campo superior”<sup>2</sup>, e que a comunicação entre os “dois” campos era proibida, ou seja, um campo era completamente isolado do outro, justamente para que os condenados não tivessem chance de planejar qualquer ato ofensivo contra os oficiais nazistas e seus auxiliares ucranianos.

Com o propósito, então, de tentarmos entender como a resistência foi possível, seja ela individual e/ou coletiva, com o plano da Revolta em Treblinka pelos seus prisioneiros em agosto de 1943, tomamos a prerrogativa metodológica de dividirmos o testemunho de Rajchman em duas experiências: a primeira consiste em tentar invocar a vida de prisioneiro no

---

<sup>1</sup> ARAD. Yitzhak. Belzec, Sobibor, Treblinka. The Operation Reinhard death camps. Indiana University Press, 1999, p.37.

<sup>2</sup> ARAD. Yitzhak. Belzec, Sobibor, Treblinka. The Operation Reinhard death camps. Indiana University Press, 1999, p. 40-41.

campo de concentração e o segundo âmbito estaria pautada nas duas “profissões” exercidas por Rajchman durante os dez meses em Treblinka, e como a resistência se formou em cada uma dessas duas esferas conectando-as, se possível, com a Revolta geral dos prisioneiros. É importante ressaltar que há grande possibilidade dos dois âmbitos mencionados se mesclarem no decorrer do trabalho, já que a vida cotidiana do prisioneiro está intimamente ligada com seu exercício “profissional”. No entanto, um ponderamento teórico se faz necessária antes de adentrarmos no relato de Chil Rajchman para tratarmos do que iremos conceber e entender como resistência, em contrapartida, a bibliografia conceitual sobre o campo de concentração; para que esse antagonismo fique muito bem demarcado, “*resistência versus campo de concentração*”, sendo o campo uma experiência laboratorial capaz de destruir a “natureza” do homem e, conseqüentemente, toda e qualquer forma de ação e reação a partir da própria vontade, iremos trabalhar com os escritos de Hannah Arendt em sua obra *A Origem do Totalitarismo*, com o intuito de desmitificar a passividade total dos judeus.

Segundo Hannah Arendt, a experiência dos campos de concentração demonstra realmente que os seres humanos podem transforma-se em espécime de “animal humano”. Depois da morte da pessoa moral, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida: porque destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos. Morta à individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte<sup>3</sup>. Diante dessas considerações realizadas pela cientista política acerca do campo de concentração e suas finalidades dentro da lógica que ela concebe o regime nazista como uma experiência totalitária, iremos partir justamente de uma perspectiva contrária; da “não possibilidade de resistência” dentro do campo de concentração apresentada por Hannah Arendt ao de relato resistência de Chil Rajchman.

Utilizaremos a obra, *Em face do Extremo*, de Tzvetan Todorov como arcabouço para evidenciar a resistência existente e possível no campo de concentração. Em sua obra, Todorov expõe o relato de Bruno Bettelheim, um sobrevivente dos campos de Buchenwald e de Dachau, escreveu arduamente sobre os problemas morais decorrentes deles, invocou o tema da dignidade como um dos quadros essenciais para autonomia, cuja intenção do campo de

---

<sup>3</sup>ARENDDT, Hannah. As origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras p. 385

concentração é exatamente a sua extinção, assim como salientamos em Hannah Arendt, “o prisioneiro não devia ter vontade própria”. Entretanto, *impedir* essa destruição equivale a manter a dignidade, por menor que seja a autonomia reconquistada; o importante é agir pela força de sua própria vontade, por iniciativa própria, exercer uma influência, mesmo que mínima, sobre seu o seu meio. Os prisioneiros davam-se conta de que conservavam a última, se não a maior das liberdades: escolher sua atitude em qualquer circunstância. Nesse contexto, os termos liberdade, vontade, autonomia e dignidade seriam, então, aproximadamente sinônimos<sup>4</sup>, e também, de resistência.

O testemunho de Chil Rajchman, um integrante e sobrevivente da Revolta na maior fábrica de extermínio de seres humanos, assim como, da natureza humana, definitivamente, é um testemunho de autonomia, dignidade e vontade. A resistência que iremos trabalhar agora em diante se consiste justamente nos mecanismos encontrado por Rajchman para não sucumbir a sua morte moral e individual, muito pelo contrário, é sua força e vontade de sobreviver, de resistir ao “sistema comportamental imposta pelas condições do campo” que o fez prosseguir, mesmo estando em um lugar que possui todas as condições inimagináveis para não conseguir fazê-lo, exemplo disso foi quando uma epidemia de tifo assolou Treblinka na metade de dezembro de 1942<sup>5</sup>. Um ponto crucial na construção da resistência exercida por Chil Rajchman é pautada, justamente, na divisão metodológica do seu testemunho; as duas profissões exercidas por ele durante seu período em Treblinka.

Como tonsurador podemos perceber que Chil Rajchman e outros prisioneiros que também eram destinados a esta tarefa dentro do campo, possuíam contato direto, mesmo sob a vigilância dos guardas ucranianos e dos oficiais da SS, com os bens materiais trazidos pelos judeus que desembarcavam em Treblinka para serem eliminados. Esse manejo com dinheiro e bens será importante para o primeiro grande ato de autonomia individual e, de certa forma, coletiva, que Chil Rajchman exercerá. Ora, sabemos que ele chega a Varsóvia e que ele consegue comprar uma cidadania ariana para sobreviver à guerra, logo, esse dinheiro para a aquisição de uma cidadania falsificava, talvez os possíveis subornos e compra de passagem de trem, fora bancado justamente com algum dinheiro que ele conseguiu “furtar” enquanto estava sob a profissão de tonsurador ou como dentista, no campo 2 de Treblinka. De qualquer forma, mesmo sob os olhos dos carrascos que guardavam e vigiavam Chil Rajchman e seus

---

<sup>4</sup> TODOROV, Tzvetan. Em face do extremo. Campinas: Papyrus, 1995, p.71.

<sup>5</sup> RAJCHMAN, Chil. Eu sou o último judeu: Treblinka (1942-1943). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010, ver a N.T.F p.102-103.

companheiros, eles conseguiram exercer esse ato de autonomia e vontade. Diante do funesto futuro na indústria da morte, Chil Rajchman reflete sobre seu sentimento de querer fugir de Treblinka o quanto antes, mesmo sem nenhum plano concreto traçado para atingir seu objetivo, no entanto, ele tem consciência que o primeiro passo para uma possível fuga é tentar arrecadar o máximo de dinheiro que conseguir como tonsurador:

Não paramos de nos indagar: e depois? Decidimos que devemos a todo custo fugir, pois mais dia menos dias eles nos matarão. Decidimos que a partir de amanhã cada um de nós começará a pegar parte do dinheiro que passa em suas mãos no trabalho, a fim de juntar nos próximos dias algumas dezenas de milhares de zlotys. Enquanto isso, traçaremos um plano de fuga<sup>6</sup>.

Uma característica que podemos perceber neste trecho do testemunho de Rajchman e, ao longo do relato, é a coletividade e o compartilhamento do sentimento de não apenas querer escapar de Treblinka, mas de *tentar* planejar uma fuga; logo mais, assim que tratarmos da Revolta restritamente, iremos perceber que o plano foi montado por vários prisioneiros em conjunto, e em ambientes simultâneos dentro do campo de extermínio. Com a meta traçada de conseguir juntar o máximo possível de dinheiro junto com seus companheiros, Rajchman se arrisca nessa empreitada; durante a parte do serviço matutino, ele e seu companheiro tonsurador, o qual ele chama de Leybl, escondem as maiores notas de zlotys em seus casacos e certificam-se que nenhuma dos oficiais o paguem em seus atos marginais. Na pausa do meio-dia para a ração, ele nos conta que conseguiu arrecadar em torno de cinco mil zlotys e seu companheiro um pouco mais. Ao voltar ao trabalho na parte da tarde, para continuar a arrecadação oculta, Chil Rajchman e mais outros prisioneiros são chamados para formar uma linha. Receoso por ser revistado, ele se livra do casaco com o dinheiro furtado com a desculpa por estar com muito calor e se põe de frente aos oficiais<sup>7</sup>. Esse seria o último momento que Chil Rajchman estaria no campo 1 de Treblinka. Mesmo passando por sua cabeça que seu fim chegaria naquele momento, ele ainda é poupado, talvez por ser um jovem de 25 anos em plena condição de trabalhar, e é transferido para o campo 2. Depois de ter trabalhado por cerca de 4 semanas como carregador de cadáveres dos corpos que eram asfixiados nas câmaras de gás, Rajchman foi admitido na brigada dos dentistas. Ele nos conta que eram 19 e ele se tornou o vigésimo dentista de Treblinka. Isso aconteceu por volta do dia 3 de novembro de 1942<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> RAJCHMAN, Chil. *Eu sou o último judeu: Treblinka (1942-1943)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010, p.59

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.60-61

<sup>8</sup> RAJCHMAN, Chil. *Eu sou o último judeu: Treblinka (1942-1943)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010. 83-84.



Trabalhamos assim, mesmo que concisamente, das profissões exercidas por Chil Rajchman durante os dez meses que esteve prisioneiro em Treblinka. Como dissemos antes, as ocupações dos cativos foram peças chaves para que a Revolta pudesse ser planejada e executada, de forma que, sem acesso a determinados recintos, sem estar ocupando determinadas posições dentro da engrenagem que organizava o campo, as possibilidades para um levante ficariam comprometidas: cada membro que estava no planejamento da Revolta tinha como componente estratégico sua tarefa no campo.

Um dado interessante trazido por Chil Rajchman é que a Revolta que explodiu em 2 de agosto de 1943, não foi a primeira tentativa preparada pelos prisioneiros de Treblinka, mas sim, a execução de um plano que foi, primeiramente, pensando para maio, mas devidos a um cambio de judeus que chegou no final da tarde do dia programado, a Revolta foi adiada para o dia 2 de agosto de 1943. Em janeiro de 1943, mandaram vir 15 homens do campo I. Adolf, um ex-mainheiro, e Zhelo Bloch, um judeu oficial do exército tcheco, estavam entre esses 15 homens. São excelentes pessoas e, no fim, de poucos dias, viramos bons amigos. Eles nos contam que uma revolta será preparada no campo I. A margem de manobra lá é maior, pois o campo dispõe de um depósito de armas. Planejam confeccionar uma cópia da chave desse depósito a fim de se armarem. Tentamos estabelecer um contato com o campo I. É muito difícil, mas nos aproveitamos do fato de alguns de nós trabalharem no *Schlauch*, limpando o sangue das vítimas. O *Schlauch* estende-se até o limite do campo I, e os nossos ali fazem contato com os que estão lotados no *Schlauch* do outro lado. Chegamos a nos entender com eles, apesar da presença de um SS e de um ucraniano nos vigiando. O método de comunicação é o seguinte: dois companheiros do nosso lado conversam em voz alta, os dois homens do outro lado ouvem a conversam e respondem da mesma maneira, por intermédio de uma conversa entre eles<sup>9</sup>.

O plano do motim apresenta-se da seguinte maneira: cada um faz seu trabalho normalmente, tomando cuidado para não demonstrar nenhuma mudança de atitude. Todos conhecem precisamente a missão e, a fim de poder cumpri-la, devem fazer de modo a se encontrarem próximos do lugar de sua consumação. O plano prevê que dois disparos provenientes do campo I marcarão o início do levante. Estamos todos prontos. Companheiros devem atear fogo nas câmaras de gás. Outros devem matar os SS e os ucranianos e tomar-lhes as armas. Os que trabalham nas proximidades das guaritas devem tentar corromper os ucranianos mostrando-lhes ouro. Chil Rajchman nos conta que os dentistas estavam incumbidos

---

<sup>9</sup> Ibidem, 127.



da tarefa de acumular, clandestinamente, é claro, o máximo de ouro possível para o suborno dos soldados ucranianos<sup>10</sup>.

Na manhã de 2 de agosto, uma quarta-feira, Chil Rajchman nos conta como ocorreu a Rebelião dentro do campo de Treblinka.

Preparamos galões de gasolina, supostamente para fazer o motor funcionar. Nosso chefe de galpão, que é empregado como açougueiro, vai falar com o comodante, Karol Spezinger, fim de obter autorização para amolar os facões, pois vamos receber um cavalo morto e os facões estão cegos. Spezinger dá sua anuência. Kalman, o açougueiro, amola os facões, bem como alicates para cortamos os arames farpados [...]. Calculamos tudo para que as pessoas ainda estivessem no trabalho na fogueira, para que ainda não tivessem terminado suas tarefas, a fim de não serem trancados no galpão [...]. São três bons soldados que terão como tarefa, no momento em que tudo começar, degolar ucranianos e confiscar-lhes as armas. [...] Dizemos uns aos outros: chegou o grande dia<sup>11</sup>.

Chil Rajchman nos conta que os oficiais da SS e os guardas ucranianos não desconfiaram, nem por um momento, dos preparativos da Rebelião organizada pelos prisioneiros judeus, pelo contrário, os guardas de Treblinka pareciam estar satisfeitos com o ritmo acelerado de trabalho no dia 2 de agosto. Cautelosos, Rajchman nos diz que ele e seus companheiros tentaram falar o menos possível, com o intuito de não chamar atenção, para que o plano não seja descoberto no último momento. O relógio dá 4h30.

Ouvimos dois disparos provenientes do campo I, é o sinal do início do levante. Após alguns minutos, recebemos ordens para abandonar o trabalho. Corremos todos os nossos postos. Após mais alguns segundos, um fogo violento ergue-se das câmaras de gás: foram incendiados. O ucraniano que estava de guarda ao lado do galpão jaz por terra como um porco recém-abatido, empapado no próprio sangue. O camarada Zhelo [Zhelo Bloch] apoderou-se de sua arma. Ouvimos disparos de toda parte. Os ucranianos, que companheiros fizeram descer das guaritas prometendo-lhes mundos e fundos, também jazem mortos. Os dois SS que conduziam as retroescavadeiras foram mortos. Nos dirigimos para as cercas aos gritos de “Revolução em Treblinka!”. Alguns ucranianos, em debandada, erguem os braços. Tomamos suas armas. Cortamos os arames farpados um depois do outro. Já estamos na terceira. A terceira cerca está rompida. A 50 metros há ainda outra de cavaletes envoltos em arame farpado. Tentamos cortá-los também. Ouvimos o barulho das metralhadoras dos assassinos. Eles tinham se precipitado para suas armas e vários companheiros acabam emaranhados nos cavaletes assassinos, não tendo conseguido se desvencilhar. Estou entre os últimos. Conseguimos sair. O Companheiro Kruk, de Plock, está ao lado. Corre em minha direção e exclama: Companheiro, estamos livres!<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Ibidem, p. 131

<sup>11</sup> Ibidem, p. 133-134.

<sup>12</sup> RAJCHMAN, Chil. *Eu sou o último judeu: Treblinka (1942-1943)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010

De acordo com algumas bibliografias, entre 150 a 200 judeus escaparam e foram caçados após a Revolta de Treblinka. Talvez tenham sobrevivido em torno de sessenta prisioneiros, ou até um pouco menos<sup>13</sup>. De fato, se comparamos com os números de judeus assassinatos no campo de Treblinka, que pode beirar a cifra de 800 mil, judeus estes provenientes, em sua maioria, dos Distritos de Varsóvia, Radom, Bialystok, Lublin, do território polonês, judeus da Macedônia-Trácia, pela ocupação alemã durante a Segunda Guerra, judeus do Reich, do campo de concentração de Theresienstadt<sup>14</sup>, e até mesmo, judeus ingleses<sup>15</sup>, pode parecer quase insignificante um número que não chega a uma centena de sobreviventes. Mas é justamente por esses poucos sobreviventes que tornam a Revolta de Treblinka um objeto de análise histórica tão interessante, e infelizmente, tão pouco estudado por historiadores e profissionais das ciências humanas que se debruçam sobre a catástrofe da Shoah. Chil Rajchman testemunhou não apenas a sua sobrevivência, mas também, e o mais importante na visão deste trabalho, ele testemunhou sua dignidade, sua autonomia, sua resistência à maior indústria da morte do III Reich. *Chil Rajchman é a fissura da engrenagem da morte.*

#### **Referência de bibliografia:**

RAJCHMAN, Chil. Eu sou o último judeu: Treblinka (1942-1943). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.

#### *Bibliografia de Apoio:*

ARAD. Yitzhak. Belzec, Sobibor, Treblinka. The Operation Reinhard death camps. Indiana University Press, 1999.

HILBERG, Raul. A destruição dos judeus europeus. Barueri, SP: Amariyls, 2016.

TODOROV, Tzvetan. Em face do extremo. Campinas: Papyrus, 1995.

ARENDDT, Hannah. As origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

---

<sup>13</sup> HILBERG, Raul. A destruição dos judeus europeus. Barueri, SP: Amariyls, 2016, p 1137. Ver também a nota desta mesma página que o professor Raul Hilberg faz sobre o número de sobrevivente de Treblinka, pois ele nos traz uma bibliografia que lista os nomes dos sobreviventes do campo de extermínio de Treblinka.

<sup>14</sup> Ibidem, p.1109

<sup>15</sup> Chil Rajchman faz uma menção de um comboio de judeus ingleses que chega a Treblinka no inverno de 1942, ver:<sup>15</sup> RAJCHMAN, Chil. Eu sou o último judeu: Treblinka (1942-1943). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010, p. 105-106.

## Fluxo e perfil da imigração portuguesa para o Pará: Uma análise a partir dos passaportes (1897-1906)

**Paulo Henrique Souza dos Santos**

Graduando em História

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: henridsantoss@gmail.com

**Resumo:** A proposta deste projeto é analisar, a partir dos passaportes, o fluxo dos imigrantes portugueses advindos do Distrito do Porto, com o destino ao Pará, no período de 1897-1906, o qual é parte do auge da borracha. Esta movimentação populacional pode, também, relacionar-se com fatores internos de Portugal, como a industrialização do Campo e as dificuldades desse Estado em alocar essa mão de obra. Deste modo, a partir de uma verificação seriada e quantitativa, é possível perceber quais os locais que, corriqueiramente, esses migrantes residiam em Portugal, se estes vinham solteiros, casados ou viúvos; o cunho etário dessa migração e, também, através de um recorte de Gênero, perceber as diferenças da migração entre homens e Mulheres e se este movimento era majoritariamente masculino ou feminino.

**Palavras-chave:** Economia da borracha, fluxo e perfis, imigração portuguesa.

**Abstract:** The proposal of this project is to analyze, from the passports, the flow of Portuguese immigrants from the District of Porto, with the destination to Pará, in the period of 1897-1906, which is part of the heyday of rubber. This population movement can also be related to internal factors of Portugal, such as the industrialization of the countryside and the difficulties of this state in allocating this workforce. In this way, from a serial and quantitative verification, it is possible to perceive the places that these migrants usually lived in Portugal, if they were single, married or widowed; The age profile of this migration, and also, through a gender cut, to perceive the differences in migration between men and women and whether this movement was predominantly male or female.

**Key words:** Rubber economy, flow and profiles, Portuguese immigration.

### Introdução

A migração<sup>1</sup> é uma característica presente na sociedade portuguesa<sup>2</sup>, porém os movimentos populacionais carregam especificidades de acordo com o período. Ao longo dos séculos XIX e XX, esse fenômeno de origem antiga adquiriu características novas “[...] deixou de estar integrado predominantemente num projeto imperial e tornou-se uma resultante das distorções do desenvolvimento do capitalismo dependente”<sup>3</sup>. Diante disso, cria-se o que Joaquim da Costa Leite chama de conjugação das necessidades, Portugal em períodos de crise

---

<sup>1</sup> O estudo da migração pressupõe a agência dos sujeitos que migram, suas escolhas e decisões, mas também, os limites e as possibilidades da conjuntura social, econômica e política que dialoga e atravessa as decisões e estratégias individuais e familiares. Vale ressaltar que o emigrante é aquele que sai do país e o imigrante é aquele que chega a um novo país. Sobre essas definições (ALVES, 1994, p. 23-24)

<sup>2</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru/São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC)/ Portugal: Instituto Camões, 2002.

<sup>3</sup> PEREIRA, op. cit. p. 11

econômica e Brasil com uma vasta área de atuação, visto que a mão de obra escrava não estava suprimindo as necessidades<sup>4</sup>.

Nesse sentido, a imigração para a Região Amazônica está enquadrada nessa dinâmica, pois em função da maior liquidez advinda com a economia da borracha, as facilidades de transporte de navios e trens, as mudanças nos serviços urbanos e as ações do governo paraense de atração de imigrantes europeus, percebe-se um aumento significativo de imigrantes portugueses nos anos de 1850 a 1920.

O trabalho propõe, portanto, analisar o fluxo dos imigrantes portugueses advindos do Distrito do Porto e o perfil desses imigrantes no que diz respeito à: origem, sexo, idade, condição matrimonial, atividade/profissão.

### **Migração portuguesa para Amazônia**

Com a expansão da economia gomífera, há um intenso crescimento populacional na capital paraense<sup>5</sup>. Esse é um entre vários impactos que reforçam a importância de estudar os movimentos migratórios para essa região, pois restringindo a análise em Belém, 12% da população era composta por estrangeiros- predominantemente portugueses- representando 8,5 da população<sup>6</sup>. Para Fontes (2002) e Marcos Carvalho (2011), muitos estudos estão focados nos estados do Rio de Janeiro / São Paulo e existem algumas lacunas dentro do campo de migrações internacionais portuguesas para outras regiões do Brasil<sup>7</sup>, porém vários trabalhos já discutem a imigração portuguesa para o Pará e a sua importância. Sendo alguns deles “Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX” de Marcos Carvalho, “Casamento e Família em uma Capital Amazônica (Belém-1870-1920)” e “Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia” de Cristina Donza Cancela,” Um século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950)” de Marília Ferreira Emmi , “Preferem-se

---

<sup>4</sup> LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1930). *Fazer A América!* Boris Fausto (organizador)-2ed.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2000.pp,177-200.

<sup>5</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)*, Belém, Editora Açaí, 2011.

<sup>6</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)*, Belém, Editora Açaí, 2011.

<sup>7</sup> FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 2002

CARVALHO, Marcos Antonio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*.tese de doutorado. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de estudos políticos e internacionais, 2011.

portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)”, de Edilza Fontes”, “Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)”, de Cristina Donza Cancela e Joao Santos Ramalho Cosme e “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais. Belém (1891-1920)”, de Cristina Donza Cancela e Daniel Souza Barroso.

Diante disso, vê-se a importância de continuar desenvolvendo discussões no âmbito da imigração portuguesa no período da borracha, para fomentar novas perspectivas e o uso de documentações variadas, dialogando com o que já foi produzido e, assim, construindo e reconstruindo esse passado.<sup>8</sup>

Os estudos mais recentes sobre o fluxo de imigração portuguesa para o Pará tem se concentrado nas fontes de habilitação<sup>9</sup> consulares, que possuem dois importantes limites: “o primeiro era que o consulado não tinha como controlar de forma estreita os portugueses que aportavam em Belém, muitos imigrantes simplesmente não realizavam suas inscrições, ou o faziam anos após a chegada à cidade. O caráter de obrigatoriedade do registro não era observado e o poder de imposição do consulado era bastante limitado. Este fato traz limites ao número de registros existentes.

Propusemos então trabalhar com os registros de passaporte, o qual amplia a possibilidade da verificação de indivíduos de diversos extratos sociais. Contudo, mesmo com um caráter mais amplo e rico, os passaportes esbarram em outros dois limites: a primeira restrição remete à imigração ilegal, pois apenas a legal é referida nessa documentação; a segunda remete à fixação em Belém, pois não podemos afirmar se os imigrantes que aqui aportaram, permaneceram na cidade e no estado do Pará.

---

<sup>8</sup> “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (BLOCH, 2001, p. 75)

<sup>9</sup> As habilitações consulares constituem-se em livros de registros de súditos portugueses mantidos pelo consulado de cada localidade, e foram criados como uma forma de controle destes nacionais. A manutenção desses registros constituía-se em uma das obrigações do consulado. Trata-se de uma documentação com informações sobre diversos dados do imigrante relativos à: nome, apelido, naturalidade, data de nascimento, estado, profissão, última residência no reino, residência no distrito consular, data de chegada, data de matrícula e a forma pela qual justificou a sua nacionalidade. (Ministério dos Negócios Estrangeiros. Documentos apresentados às Cortes. Regulamento Consular Português. Decreto de 20 de março de 1855. P. 259) Com essa conformação de dados, as habilitações consulares permitem a análise serial e quantitativa da imigração, como veremos mais à frente. Além disso não podemos deixar de observar que esses registros serviam como instrumento da política de monitoramento e controle do Estado Português de seus nacionais. (CANCELA, COSME, 2016)

Selecionamos os registros de passaporte do Arquivo Distrital do Porto, localizado na província do Douro<sup>10</sup>. Essa região está localizada ao norte de Portugal e possui características históricas para a migração<sup>11</sup>. Segundo Jorge Alves (1993), a região norte é caracterizada por minifúndios, em decorrência disso há um excedente de mão de obra nas zonas familiares, para Scott isso se formava em virtude da concessão de terras, preferencialmente, a um único herdeiro. A proletarização, resultante de um capitalismo em desenvolvimento, também estimulava a migração, além da fuga do alistamento militar para a guerra<sup>12</sup>. Desse modo, as famílias enxergavam nos filhos mais novos a oportunidade de auxílio econômico com a migração, sendo o Pará uma região, no período da borracha, propícia a isso.

O Brasil era visto como uma terra de oportunidades e crescimento econômico que dependia apenas do esforço individual, diferente de um país saindo de um regime de classes estamental. O mito da fortuna ou do enriquecimento rápido, produto de uma sociedade portuguesa que apresentava uma mobilidade reduzida, ou seja, esse deslocamento remeteria a uma promoção social no seu regresso. Esse olhar sob o Brasil estimulou um fluxo intenso, sendo o Pará, por conta do comércio da borracha, o terceiro maior polo atrativo de imigrantes portugueses, perdendo para São Paulo e Rio de Janeiro. Outro fator importante para o aumento desse fluxo foi uma inovação tecnológica: a transição do navio a vela para o vapor. Essa mudança decorre na diminuição do tempo da viagem e assegurava mais conforto e segurança, mesmo para os passageiros de 3ª classe.

No início do século XVIII, era autorizada a migração de pessoas que justificassem a realização de transações significativas ou transferência de funcionários (Lei de 20 de maio de 1720). Além disso, a migração clandestina era punida pela perda de cargos ou até a nacionalidade. A partir do Século XIX, o Governo Português afrouxa algumas políticas de emigração, visto que as remessas<sup>13</sup> eram um fator fundamental no equilíbrio da balança de

---

<sup>10</sup> A divisão administrativa de Portugal compreende os “Distritos” que agrupam um certo número de “Concelhos” e têm à frente um representante do governo com funções de caráter administrativo, dentre elas, vale destacar, para fins desse trabalho, a responsabilidade de emissão de passaportes. Os “Distritos” foram instituídos pela Lei de 25 de abril de 1835. Cf: Fernando de Sousa & Ricardo Rocha. O Distrito de Bragança (1835-2011). cf: < <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-distrito-de-braganca-1835-2011/distrito-de-braganassa-pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2016.

<sup>11</sup> ALVES, Jorge Fernandes. Emigração/ Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Sec. XIX- XX). Organizadores: Miriam Halpern Pereira et al. Lisboa, Fragmentos, 1993. pp.78-97.

<sup>12</sup> EMMI, Marília Ferreira. “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses.” Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010”;

<sup>13</sup> A remessa é um tipo de retorno econômico para o País de origem, visto que “ A função decisiva das remessas dos emigrantes no equilíbrio financeiro português foi posta em evidência desde a década de 70[...].” PEREIRA,



pagamentos. Nesse Período, a burguesia agrária, que por muito tempo se posicionou como um grupo reforçador da repressão do Estado, pois a emigração diminuía a mão de obra nos latifúndios; precisou assumir uma relativa tolerância à esse movimento, pois a proposta para obstruir essa corrente emigratória remetia à uma reforma agrária<sup>14</sup>.

É necessário não generalizar a figura do migrante. Para Joaquim da Costa Leite existem três grupos principais “[...] emigração como carreira, a emigração como forma de obtenção durante alguns anos de um rendimento complementar, e ainda a emigração como resposta a uma situação de crise”<sup>15</sup>. O primeiro remete à um planejamento familiar, geralmente bem cedo e com contato estabelecido, com o intuito de construção de carreira no outro local. O segundo partiam para o Brasil com a intenção de desempenhar uma atividade que já tinha experiência. O terceiro grupo é formado por migração de famílias que apresentavam uma situação econômica difícil. Porém é importante destacar que a decisão de emigrar perpassa, também, pelo individual, o qual mostra a complexidade e experiências múltiplas que nem sempre irão se classificar nos grupos referidos.<sup>16</sup>

Ao chegarem a Belém, portanto, esses portugueses criavam diversas associações<sup>17</sup> para preservarem a sua identidade, mas também para reconstrução dela na Amazônia, pois ao mesmo tempo em que sentiam a necessidade de fortalecer os laços entre eles, queriam se integrar nessa região. Esses agrupamentos foram importantes para a continuidade da corrente migratória, ocupando um lugar de destaque.<sup>18</sup>

---

Miriam Halpern. As remessas dos emigrantes. In: *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru/São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC)/ Portugal: Instituto Camões, 2002.

<sup>14</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru/São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC)/ Portugal: Instituto Camões, 2002.

<sup>15</sup> LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1930). *Fazer A América*/ Boris Fausto (organizador)-2ed.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2000.p.193-195

<sup>16</sup> LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1930). *Fazer A América*/ Boris Fausto (organizador)-2ed.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2000

<sup>17</sup> “As atividades desenvolvidas nos seios dessas associações lusíadas na Amazônia paraense assumem linhas específicas: a da filantropia (a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, a Associação Vasco da Gama, a Liga Portuguesa de Repatriação, a Comissão Pró-Portugal), a da cultura e lazer (o Grémio Literário e Recreativo Português, a Tuna Luso Caixerel, o Grémio Lusitano, o Grémio Dramático e Musical Português, a União Musical Luís de Camões) e as de interesse corporativo-comercial (a Câmara Portuguesa de Comércio e a Junta Federativa das Associações Portuguesas no Pará)” c.f: (CARVALHO, 2011,p.161)

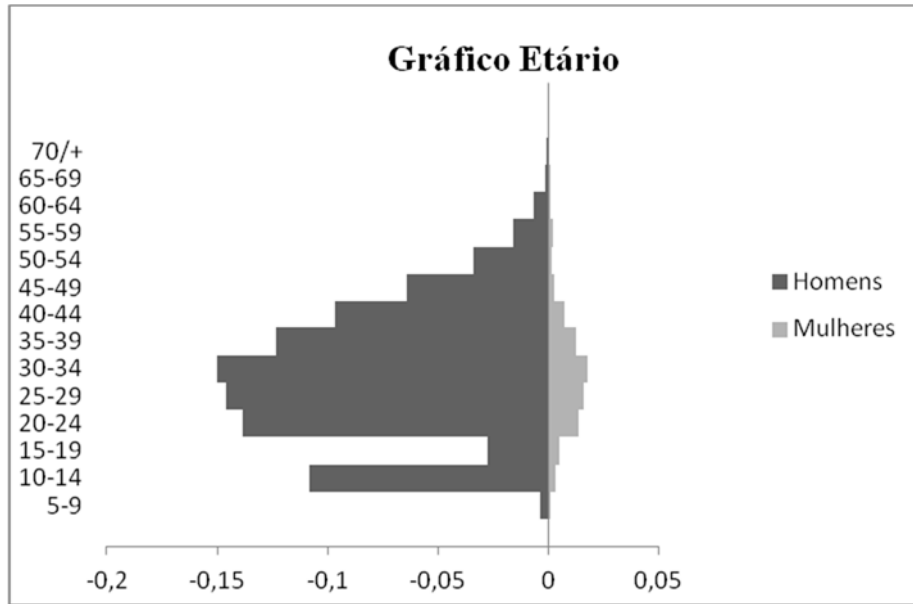
<sup>18</sup> MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano. Associativismo, emigração e nação: o caso português. *Construção da nação e associativismos na emigração portuguesa*/ organizadores Daniel Melo, Eduardo Caetano da Silva. Lisboa:ICS, Imprensa de Ciências Sociais,2009.p. 31-70.



## Análise a partir dos passaportes

A análise parte de 3.437 registros de passaporte, que compreende o período de 2 de janeiro de 1897 a 29 de dezembro de 1906. A partir desses registros podemos observar o seguinte perfil dos imigrantes portugueses:

**Gráfico 1: Idade dos imigrantes portugueses por sexo**



Fonte: *Arquivo Distrital do Porto*, livro de Registro de Passaporte (Janeiro de 1897 – Dezembro de 1906).

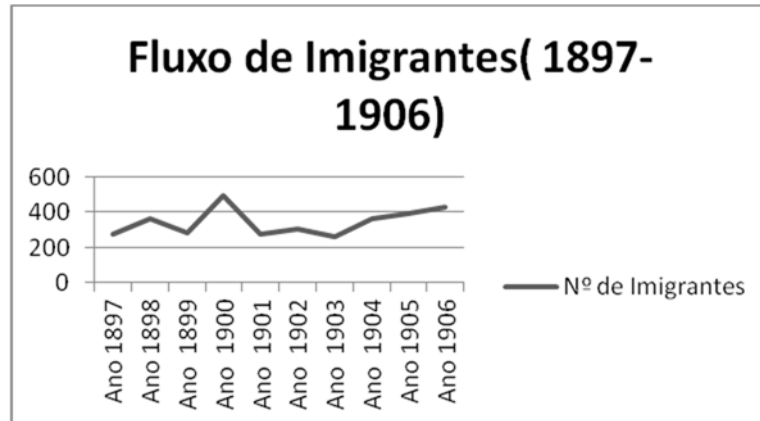
O Gráfico 1<sup>19</sup> apresenta a comparação do número de homens e mulheres que imigraram por sua faixa etária, demonstrando o domínio maior dos homens jovens entre 24 a 34 anos, faixa também predominantes nos registros femininos. Isso representa a predominância de uma faixa etária ativa<sup>20</sup>, o que pode estar diretamente relacionado às redes de informações, que

<sup>19</sup> Não foram utilizados 14 registros: 10 pela dificuldade de identificação do gênero e 4 pela ausência da faixa etária no registro de passaporte.

<sup>20</sup> CARVALHO, Marcos Antonio de. *Bebendo açai comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. tese de doutorado. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de estudos políticos e internacionais, 2011.

através de correspondências individuais e jornais divulgavam as oportunidades em Belém<sup>21</sup>, além da situação econômica de Portugal não absorver a mão de obra ativa e jovem<sup>22</sup>.

**Gráfico 2: Fluxo da imigração portuguesa para o Pará entre os anos de 1834-1855**



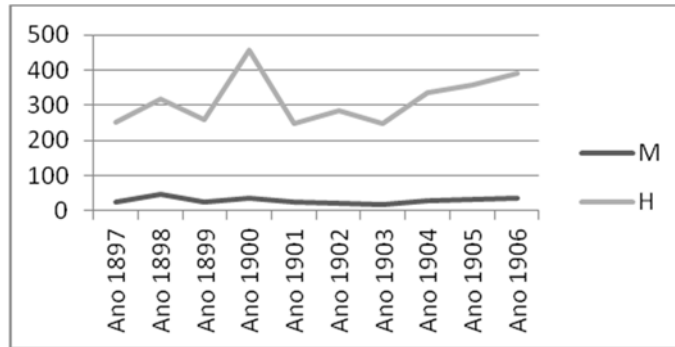
**Fonte:** Arquivo Distrital do Porto, livro de Registro de Passaporte (Janeiro de 1897 – Dezembro de 1904)

O Gráfico 2 mostra a variação de chegada de imigrantes nos anos pesquisados. O pico de entrada em 1900 pode decorrer de várias possibilidades, entre as quais se destaca o aumento do preço da borracha conjugado a um provável agravamento das condições econômicas de Portugal. Por outro lado, nos anos de 1901, 1902 e 1903 há uma diminuição no fluxo. Como entender que em pleno auge da economia da borracha haja anos em que o fluxo de deslocamentos diminui? Que fatores podem estar influenciando essa redução? Algumas questões podem ser levantadas associadas a um eventual abalo econômico na economia da Borracha em Belém, em função da queda de preços que ocorria com frequência mas também dispositivos legais portugueses para inibir a emigração. Essas possibilidades precisam ser investigadas com mais precisão.

<sup>21</sup> LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1930). *Fazer A América!* Boris Fausto (organizador)-2ed.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.p.184-187

<sup>22</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru/São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC)/ Portugal: Instituto Camões, 2002.

**Gráfico 3: Comparação: fluxo de imigrantes homens e mulheres(1897-1904)**



**Fonte:** *Arquivo Distrital do Porto*, livro de Registro de Passaporte (Janeiro de 1897 – Dezembro de 1906)

O Gráfico 4 apresenta a diferença entre os gêneros na imigração, constatando um movimento majoritariamente masculino. Sendo Gênero uma categoria relacional<sup>23</sup>, é importante destacar algumas peculiaridades da migração feminina em relação à masculina. Na emissão dos passaportes, por exemplo, as mulheres casadas dependiam de uma autorização de seu cônjuge.<sup>24</sup> Além disso, há uma importância em mantê-la em Portugal para garantir o envio de remessas, portanto as políticas portuguesas estavam voltadas para garantir um modelo familiar, o qual a dispersão não resultasse na desintegração desses laços, assegurando juridicamente a dependência da mulher, a sua permanência em Portugal, assegurando as remessas dos maridos imigrados.<sup>25</sup> Diante disso, essas medidas podem estar diretamente associadas ao baixo fluxo de mulheres imigrantes em relação aos homens. No entanto, essa discussão não se restringe às mulheres casadas, pois esse grupo é marcado por diversas especificidades.

<sup>23</sup> “O conceito passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional- já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros[...] O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos.” (LOURO, 1997, p.22-23)

<sup>24</sup> LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1930). *Fazer A América!* Boris Fausto (organizador)-2ed.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.p.179

<sup>25</sup> PEREIRA, Miriam Halpen op. cit.p. p.11. p. 89

**Tabela 1: Tabela de gênero, estado civil e faixa etária<sup>26</sup>**

	FAIXAS ETÁRIAS	SOLTEIROS		CASADOS		VIÚVOS		TOTAL
		N	%	N	%	N	%	
<b>HOMENS</b>	<b>15-19</b>	58	100,0%	-	-	-	-	58 (100,0%)
	<b>20-24</b>	251	70,3%	105	29,4%	1	0,3%	357 (100,0%)
	<b>25-29</b>	146	38,6%	224	59,2%	8	2,2%	378 (100,0%)
	<b>30-34</b>	104	26,7%	278	71,4%	7	1,9%	389 (100,0%)
	<b>35-39</b>	56	17,5%	251	78,6%	12	3,9%	319 (100,0%)
	<b>40-44</b>	49	19,6%	191	76,4%	10	4,0%	250 (100,0%)
	<b>45-49</b>	35	21,0%	117	70,4%	14	8,6%	166 (100,0%)
	<b>50-54</b>	17	19,3%	67	76,1%	4	4,6%	88 (100,0%)
	<b>55-59</b>	6	14,2%	23	54,7%	13	31,1%	42 (100,0%)
	<b>60-64</b>	5	29,4%	10	58,8%	2	11,8%	17 (100,0%)
	<b>65-69</b>	1	50,0%	-	-	1	50,0%	2 (100,0%)
	<b>70/+</b>	-	-	-	-	1	100,0%	1(100,0%)
	<b>TOTAL</b>	728	35,2%	1266	61,2%	73	3,6%	2067(100,0%)
<b>MULHERES</b>	<b>15-19</b>	9	75,0%	3	25,0%	-	-	12 (100,0%)
	<b>20-24</b>	24	66,6%	11	30,5%	1	2,9%	36 (100,0%)
	<b>25-29</b>	13	32,5%	27	67,5%	-	-	40 (100,0%)
	<b>30-34</b>	14	30,4%	29	63,0%	3	6,6%	46 (100,0%)
	<b>35-39</b>	13	41,9%	13	41,9%	5	16,2%	31 (100,0%)
	<b>40-44</b>	12	66,6%	4	22,2%	2	11,2%	18(100,0%)
	<b>45-49</b>	3	42,5%	1	15,0%	3	42,5%	7 (100,0%)
	<b>50-54</b>	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	4 (100,0%)
	<b>55-59</b>	-	-	4	66,6%	2	33,4%	6 (100,0%)
	<b>60-64</b>	1	33,3%	-	-	2	66,7%	3 (100,0%)
	<b>65-69</b>	1	33,3%	-	-	2	66,7%	3 (100,0%)
	<b>70/+</b>	-	-	-	-	1	100,0%	1(100,0%)
	<b>TOTAL</b>	91	43,5%	93	53,1%	23	3,4%	207(100,0%)

**Fonte:** Arquivo Distrital do Porto, livro de Registro de Passaporte (Janeiro de 1897 – Dezembro de 1906)

Tabela 2 é a reunião de três tabelas, apresentando os imigrantes com recorte de gênero, faixa etária e estado civil, sendo homens casados entre 30 e 34 anos o maior grupo entre os imigrantes.

O maior ponto de origem dos imigrantes é o Distrito do Porto. Os Concelhos desse Distrito que apresentam um fluxo intenso são: Gaia com 21,5%, depois Porto com 16%, Gondomar com 11,0% e Bouças com 6,5%.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> A tabela não leva em consideração 1.163 registro, pela dificuldade na escrita do documento ou a ausência de estado civil.

<sup>27</sup> 100% equivale a 3437.

Em relação ao perfil das atividades exercidas, destacamos que este dado não foi preenchido em 719 passaportes, que correspondiam majoritariamente à mulheres e crianças, em 188 registros não foi possível identificar por conta da caligrafia e, por fim, os outros 2.530 imigrantes em que nos foi possível averiguar esse dado, observamos que as atividades mais declaradas eram de trabalhadores (28,5%), negociante (23,2%) e carpinteiros (7%).

### **Conclusão**

Analisar o volume dos imigrantes titulares de passaporte, seus acompanhantes, a sua distribuição pela naturalidade, pelo sexo, estado civil, idade e pelas profissões permite um levantamento que visa estabelecer uma visão mais segura de nível quantitativo e qualitativo, contribuindo, assim, para os estudos populacionais na Amazônia, podendo verificar o perfil dos indivíduos de diversas camadas sociais de Portugal.

Se formos analisar o *Gráfico 3*, o fluxo apresenta um decréscimo de 1901 a 1903 em relação aos anos anteriores, e em 1904, 1905 e 1906 volta a crescer, o que indica um interesse ainda representativo pela região. Diante disso, os levantamentos abrem novos espaços para discussões relativas à presença portuguesa na construção de Belém no período Gomífero e os resultados do período. Por outro lado, é interessante observar que, mesmo no período considerado pela historiografia como de auge da economia da borracha, a imigração portuguesa apresenta um fluxo próprio, marcado por períodos de maior e menor fluxo, quebrando a ideia de um movimento constante e ascendente de população por conta da economia gomífera. A imigração seguia outras influências que poderiam não se restringir aos fatores econômicos.

Portanto, essa pesquisa faz parte de um esforço institucional para a ampliação dos estudos sobre população na Amazônia, sendo uma importante ferramenta para compreendermos um dos processos de formação da nossa cidade no período da borracha, o qual foi múltiplo.

### **Referências Bibliográficas:**

ALVES, Jorge Fernandes. *Emigração/ Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal* (Sec. XIX- XX). Organizadores: Miriam Halpern Pereira et al. Lisboa, Fragmentos, 1993. pp.78-97.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, 1994.

BLOCH, Marc. “ A observação histórica”. In: *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

C. D. Cancela, J. S. R. Cosme. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016.

CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais”. Belém (1891-1920). *História*, v.15, n.01, Unisinos, jan-abril/2011.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)*, Belém, Editora Açai, 2011.

CARVALHO, Marcos Antonio de. *Bebendo açaí comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX*. tese de doutorado. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de estudos políticos e internacionais, 2011.

COSME, João dos Santos Ramalho. *A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Universidade de Lisboa, 2007. P.07.

EMMI, Marília Ferreira. “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses.” Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010”;

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013. pp.27-62

FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 2002

LEITE, Joaquim Costa. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *Revista Análise Social*, vol. XXIII, n.3, 1987, pp.463-480

LOURO, Guarcira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997, p. 14- 35.

MASCARENHAS, Gabriela Ferreira. Relatório Final CNPQ. Período de 08/15 a 08/16.

MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano. Associativismo, emigração e nação: o caso português. *Construção da nação e associativismos na emigração portuguesa*/ organizadores Daniel Melo, Eduardo Caetano da Silva. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 31-70.

Ministério dos Negócios estrangeiros. Documentos apresentados às cortes: emigração portuguesa. Sessão legislativa de 1874. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. Dentre as inúmeras notícias e denúncias de jornal, ver particularmente: “A emigração clandestina” in: *Jornal Comércio do Porto*, 18.02.1909, n.299, fl.01.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru/São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC)/ Portugal: Instituto Camões, 2002.

RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Ofilito, Viana do Castelo. 1995

SERRÃO, Joel *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974. p.163-171

Significados. *Significado de Imigrante*. <http://www.significados.com.br/imigrante/> . Acessado em 25 de fevereiro de 2016.

SOUSA, Fernando de & ROCHA, Ricardo. *O Distrito de Bragança (1835-2011)*. cf: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-distrito-de-braganca-1835-2011/distrito-de-braganassa-pdf>. Acessado em 9 de setembro de 2014.

SOUSA, Fernando de. *A População Portuguesa Nos Inícios de Século XIX*. Universidade do Porto. 1979.



## Travessia Clandestina: Minas Gerais e a Cultura da Migração

**Carolina Silva Horta Machado**

Graduada em História/Licenciatura  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: lina.shm@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta conclusões parciais de minha pesquisa para a monografia de conclusão do curso de bacharelado em História/UFMG, ainda em andamento. A pesquisa consiste na análise de entrevistas temáticas, cujo tema são as memórias sobre o processo de travessia por terra do Brasil para os EUA, uma das formas pelas quais se dá a emigração ilegal, de (ex)moradores de Sardoá/MG. Ao buscar identificar as condições e a forma da travessia clandestina, por meio da memória de quem fez esse trajeto e da revisão bibliográfica sobre o assunto, este estudo se iniciou historicizando a migração na região de Governador Valadares/MG (próxima a cidade de Sardoá). Assim foi possível perceber a existência de uma cultura do migrar nessa região, composta por um imaginário social que estimula, perpetua e viabiliza (muitas vezes de forma ilegal) a emigração para os EUA.

**Palavras-chave:** emigração; travessia clandestina; memória;

**Abstract:** This paper presents partial conclusions of my research for the conclusion monograph of the bachelor's degree in History / UFMG, still in progress. The research consists of the analysis of thematic interviews, whose theme are the memories about the process of crossing by land from Brazil to the US, one of the ways in which the illegal emigration of residents from Sardoá / MG. In an attempt to identify the conditions and form of the clandestine crossing, by means of the memory of those who made this journey and the bibliographic review on the subject, this study began to historicize the migration in the region of Governador Valadares / MG (near the city of Sardoá) . Thus it was possible to perceive the existence of a culture of migration in this region, composed of a social imaginary that stimulates, perpetuates and makes feasible (often illegal) emigration to the United States.

**Keywords:** emigration; Clandestine crossing; memory;

### A migração em Minas Gerais

Historicamente o Brasil é conhecido por ser um país receptor de imigrantes desde a Colonização, principalmente entre os séculos XIX e XX. Porém, essa realidade foi se alterando e a partir da década de 1980 grande parte da mão de obra brasileira passa a ser exportada a outros países, principalmente por questões socioeconômicas já que o país vivia um período de recessão econômica (MAGALHÃES, 2003). Dentro desse cenário, a região de Governador Valadares, localizada no interior do Estado de Minas Gerais, se destaca como pioneira, sendo uma região representativa da emigração para os Estados Unidos (SOUSA, 2016; SOARES, 2002).

A emigração da região de Governador Valadares para os Estados Unidos toma um primeiro impulso a partir da década de 1970, quando o país passa a atravessar uma grande crise econômica, que se segue após o esgotamento do período que ficou conhecido como “Milagre Econômico” (SOUSA, 2016). Os Estados Unidos são escolhidos como país de destino por esses

indivíduos, devido principalmente à presença constante de Norte Americanos no território desde a II Guerra Mundial. Como é salientado por Soares (2002), o comércio da mica, um importante mineral utilizado pela indústria bélica, trouxe diversas firmas estadunidenses para região. Além disso, são essas companhias estadunidenses que realizam modificações no traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas e constroem o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, com o intuito de extinguir a malária na região. Dessa forma, firmam-se vínculos sociais, econômicos e culturais entre os valadarenses e os Norte Americanos, norteados historicamente os Estados Unidos como opção migratória (SOARES, 2002).

A partir desses laços firmados entre local de origem e destino, e a construção de um imaginário coletivo que percebe as terras estrangeiras como lugar de prosperidade, a emigração se intensifica, principalmente na região de Governador Valadares (SOUSA, 2016). Com um aumento significativo do fluxo de emigrantes, as autoridades Norte Americanas começam a criar barreiras, dificultando a liberação de vistos, principalmente para indivíduos da região de Governador Valadares. É nesse momento, no início da década de 1990, que surgem novas alternativas para a migração, que, de forma ilegal, é apoiada pelo que se convencionou chamar de “indústria da migração ilegal” (SOUSA, 2016; FAZITO e SOARES, 2014).

A grande maioria dos emigrantes, até a década de 1990, solicitava o pedido de visto de turista e partia legalmente para os Estados Unidos, entrando em ilegalidade após o vencimento da validade do visto. Com um aumento do pedido de vistos de turista em um período de crise econômica brasileira, a imigração estadunidense dificulta a sua retirada e assim novas alternativas são criadas, principalmente com o apoio de emigrantes retornados. A ilegalidade pode se dar de três formas distintas: quando o emigrante parte para os Estados Unidos e permanece após o vencimento do visto de turista; quando o emigrante se vale de documentação falsa para conseguir o visto; ou quando o emigrante opta pela travessia ilegal, atravessando a fronteira dos países vizinhos (SOUSA, 2016; FAZITO e SOARES, 2014).

### **A trajetória dos entrevistados**

Este trabalho terá como foco a memória de emigrantes retornados, que optaram por fazer a travessia clandestinamente, atravessando de forma ilegal a fronteira do México com os Estados Unidos. Para compreender como se dá a travessia clandestina, foram realizadas 3 (três) entrevistas temáticas, a partir da metodologia de História Oral, na tentativa de recuperar a memória e a subjetividade dos sujeitos que vivenciaram essa experiência. Dessa forma o processo migratório foi apreendido como um deslocamento/movimento não apenas geográfico

e linear (do país de origem para outro), mas múltiplo, movendo-se em diferentes sentidos (sociais, culturais, econômicos, etc.). A História Oral visa também a valorização da experiência individual e da subjetividade, possibilitando trazer à luz aspectos sociais, históricos e principalmente subjetivos dessa experiência, que é por vezes conflituosa e/ou dolorosa. (OSMAN, 2007).

As entrevistas foram realizadas com emigrantes retornados, que já moraram ou ainda são moradores da cidade de Sardoá, que se localiza a 331,4 km da capital, Belo Horizonte e a 72,7 km de Governador Valadares. Sardoá é uma pequena cidade com pouco mais de 5.500 habitantes e que faz parte da Microrregião de Guanhanes, uma das 7 Microrregiões que compõem a Mesorregião do Vale do Rio Doce, a leste do Estado (IBGE, 2010). Apesar de não fazer parte da Microrregião de Governador Valadares, a população de Sardoá tem a cidade de Governador Valadares como referência, devido à sua proximidade. Assim, é em Governador Valadares que a maioria dos jovens sardoenses fazem um curso superior ou técnico, e também é para onde a população é encaminhada para tratamentos mais complexos de saúde.

Os entrevistados são membros de uma mesma família, originária de Sardoá, que cresce em meio a essa cultura migratória da região. Dois dos entrevistados são irmãos – J.L., 40 e D.L., 44 – e realizaram a travessia clandestina juntos, em agosto de 2005. O entrevistado D.L., na época com 32 anos, era solteiro e tinha acabado de passar no vestibular, quando resolveu largar tudo e ir para os Estados Unidos. Segundo ele narrou na entrevista:

CM: É, e quais as motivações que te levaram a viajar naquele ano? O ano do furacão? (risos).<sup>1</sup>

DL: Bom então, é porque, apareceu oportunidade naquele ano né. Eu tinha acabado de passar no vestibular, mas...era muito complicado trabalhar e estudar, né. Então eu resolvi deixar tudo pra trás e ir.

Residente em Belo Horizonte, D.L., nasceu em Ganhães, cidade próxima a Sardoá. Ele buscava principalmente uma estabilidade financeira, tendo como objetivo juntar uma quantia e voltar para o Brasil. Porém, é o entrevistado que permanece mais tempo nos Estados Unidos, retornando por vontade própria apenas 8 anos depois.

Já o irmão J.L. nasceu na cidade de Governador Valadares, na época com 28 anos, era recém-casado e morava em um bairro periférico em Belo Horizonte, quando decidiu ir em busca de um futuro melhor para a família que começava. No período, o desemprego foi um dos fatores

---

<sup>1</sup> O entrevistado faz a travessia no ano de 2005, ano em que o furacão Katrina atingiu parte dos EUA, causando diversos danos e mortes.

apontados por ele como motivadores para a viagem, que gerava as melhores expectativas possíveis.

CM: E quais as expectativas que você tinha com essa ida? Trabalhar...

JL: As melhores possíveis. Ah... a minha expectativa era (risos), era trabalhar, ganhar muito dinheiro e... as melhores possíveis.

O objetivo da viagem era se organizar financeiramente, preparando-se para que a esposa pudesse também emigrar, num futuro próximo, e que a família se consolidasse nos Estados Unidos – porém isso não chegou a acontecer.

JL: Olha é aquilo que eu falei pra você, eu tinha...expectativa.... De ir ajeitar as coisas, arrumar um, um lugar pra gente ficar e depois levá-la. E levá-la pra ficar comigo e pra trabalhar comigo lá. Mais aí não deu certo...não deu certo dela ir porque aí eu não queria que ela passasse pelo que eu passei. Queria que ela fosse “legal”... e pra ela ir “legal” era, era, era muito difícil...

Possuído da experiência de clandestinidade e ciente das dificuldades e violências infringidas aos emigrantes ilegais durante a travessia clandestina, J.L. desistiu de levar sua esposa por este caminho. Na impossibilidade de ela conseguir um visto e ir legalmente, o período em que estiveram separados foi lembrado com dificuldade e olhos marejados.

A dificuldade, citada pelo entrevistado, de conseguir um visto também aparece em diversas reportagens jornalísticas da época, apontando que, após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, ocorreu um endurecimento das políticas imigratórias, com a adoção de medidas restritivas à liberação de vistos de turista, dificultando a entrada legal no país (A Folha, 10 set. 2005, 29 set. 2005, 31 mar. 2002; Veja, 04 fev. 2004). A partir do levantamento realizado nos acervos online dos jornais Estadão, A Folha e da revista mensal Veja, foi observado que os termos buscados, “travessia clandestina” e “migração ilegal”, aparecem em mais reportagens durante o ano de 2005 se comparado com o restante da década. Em reportagem publicada pela Folha em 2004, até junho daquele ano mais de 4.000 brasileiros já haviam sido detidos na fronteira, caracterizando-se como um recorde da imigração ilegal para os Estados Unidos (A Folha, 04 set. 2004).

Com esse aumento significativo da apreensão de imigrantes brasileiros ilegais no México, o país mudou suas políticas imigratórias diante da pressão estadunidense. Assim, é a partir de 2005 que o México, suspendendo um acordo anterior com o Brasil, passa a exigir vistos de turista para a entrada de brasileiros no território. (A Folha, 06 mai. 2005, 10 set. 2005; Estadão, 23 set. 2005). Outra consequência do aumento da imigração é o surgimento do Projeto

Minuteman<sup>2</sup>, organizado no ano de 2005 de forma independente por civis. O objetivo era “proteger” a fronteira dos Estados Unidos com o México, chamando a atenção das autoridades estadunidenses para a ineficiência do policiamento na fronteira, no combate à imigração ilegal. Em reportagem do jornal Estadão, alguns Norte Americanos adeptos ao projeto justificam as ações alegando que os imigrantes “são parte de um sistema que está destruindo o país”, sendo uma mão de obra barata cuja presença acaba por diminuir o salário dos trabalhadores legais. Outros afirmam que a segurança na fronteira não é necessária apenas para impedir a entrada de imigrantes ilegais, e sim de possíveis terroristas que poderiam vir a utilizar essas rotas clandestinas (Estadão, 17 abr. 2005).

Além disso, durante o ano de 2005 foi exibida a novela “América”, escrita por Glória Perez, e que tinha em seu enredo o drama da emigração clandestina para os Estados Unidos, onde a personagem principal realizou a travessia clandestina por terra, representando as violências e dificuldades enfrentadas pelos emigrantes (LANTELME; FRAGA, 2008). A trama da novela repercutiu nos jornais, que informavam sobre a preocupação de autoridades brasileiras com a possível influência que a novela poderia causar, estimulando a emigração clandestina. Chegou a cogitar-se a possibilidade de intimar a autora da novela, Gloria Perez, para dar esclarecimentos e exigir que os personagens imigrantes não tivessem um final feliz. Em entrevista à Folha, José Sebe Bom Meihy afirmou ser improvável que o aumento da emigração ilegal em 2005 tenha se dado devido à exibição da novela, opinião que converge com a dos entrevistados que fizeram a travessia nesse ano (A Folha, 06 mai. 2005; Estadão, 23 set. 2005).

CM: Você chegou a assistir a novela América<sup>3</sup>? Que passou nesse ano?

DL: Assisti um... alguns capítulos. Assim, assisti bastante. Não cheguei a assistir tudo mas assisti bastante.

CM: E você acha que te influenciou de alguma forma?

DL: Não, não. Num me influenciou, não. A novela né, a arte cênica tem essa coisa de excessos, então muita coisa ali que é realidade... mas tem muito excesso.

Diante desse contexto, as decisões políticas tomadas em 2005 veem a influenciar a trajetória empreendida pelo terceiro entrevistado, P.L.. Atualmente com 28 anos e recém-formado na faculdade de Arquitetura, é morador de Sardoá. Primo dos outros dois entrevistados,

---

<sup>2</sup> O nome faz referência aos colonos que organizavam milícias independentes para lutar durante a guerra de Independência dos Estados Unidos no século XVIII e que estavam prontos para a luta em “um minuto”. Para saber mais HAMBLY, 2012.

<sup>3</sup> A novela “América foi exibida no Brasil de 14/03/2005 a 04/11/2005.

P.L. foi para os Estados Unidos um pouco depois, no ano de 2007, acompanhado da irmã mais velha e de outro primo.

CM: Quais as motivações que te levaram a viajar no ano de 2007?

PL: É, igual eu falei, é a vontade de, de uma melhoria de vida pra família... pra si próprio...A gente, quando a gente tá novo – eu viajei eu tinha 18 anos, sei lá – você tem vontade de fazer sua vida cedo. Ter sua casa, ter seu carro, é o sonho de todo mundo, né, é o sonho da vida, você quer resolver ela de uma vez. É mais ou menos isso.

Com as restrições para retirada do visto mexicano, P.L. optou por outra rota, passando pela Guatemala e atravessando clandestinamente 2 fronteiras, Guatemala-México e México-EUA, o que prolongou sua viagem, aumentando os obstáculos.

PL: Que, que acontece, quando começou a... a necessidade do visto pro México, eles já...os coiotos no caso, já arrumaram outra passagem. Ou seja, de qualquer maneira você tinha que descer no México – não descer no México, né? Você tinha que passar pelo México. Então, a passagem por onde eu passei foi por Guatemala, então, no caso, eu atravessei duas fronteiras, da Guatemala pro México e o México eu atravessei ele todo clandestinamente, até chegar na fronteira com os EUA.

A utilização da rota alternativa passando pela Guatemala também é informada pelos jornais como ainda mais perigosa, devido às estradas serem precárias e aos abusos contra imigrantes, principalmente mulheres (A Folha, 30 nov. 2005; Estadão, 25 jul. 2007). “A rota, utilizada há vários anos principalmente por imigrantes centro-americanos e narcotraficantes, é conhecida pelas estradas precárias e pelos casos de violência contra imigrantes, sobretudo as mulheres.” (A Folha, p. A14, 30 nov. 2005). Segundo o entrevistado, o trajeto é marcado por precárias condições de estadia e por riscos, tanto pela longa caminhada na mata, quanto pela possibilidade de ser atingido por tiros dos moradores locais.

PL: Então, aí você chega num lugar lá onde, o lugar é a mesma coisa de um chiqueiro. Tem umas tábuas, umas réguas de tábuas assim fechando como se fossem os quartos, e... isso já dentro de uma gruta mesmo, uma grotona mesmo, praticamente perto dá, perto dá fronteira. Onde esse cara tem esse lugar, e ele recebe as pessoas, e ali é tipo, é como se fosse um pit stop né, a pessoa para ali, come, dorme, pra depois continuar a travessia. Aí nesse lugar chega gente de tudo conté lugar do mundo! Mas eu, tipo assim, eu vi muito América Central mesmo, pessoas da América Central. É, é República Dominicana, é... aqueles outros paizinhos ali, Honduras, esse tipo de país, e muito brasileiro. Depois desse lugar, tipo assim, reuniu nesse lugar, a gente ficou nesse lugar acho que uns 3, 5 dias, reuniu nesse lugar umas 200, 280 pessoas mais ou menos, não me lembro. Aí a gente começou a atravessar da Guatemala pro México. A gente andou mais ou menos umas duas horas dentro da mata pra atravessar da Guatemala pro México. A gente foi andando, andando... Deixa eu ver se é isso mesmo... Que as vezes eu vô e lembro... Mas eu acho que foi isso mesmo, a gente andou umas 4 horas, dentro dessas 4 horas, aí você tá ali, aí você passa nuns, nuns vilarejinhos porque essas,



esses países tem muita gente que vive nessas coloniázinhas ainda no meio do mato, no meio do nada. É praticamente índio. Aí você passa naquele lugar, tem nego dando tiro, você escuta uns estralos no meio do mato lá, sei lá, talvez a pessoa fica com medo né, cachorro tá latino e sei lá, um movimento estranho aí a pessoa dá tiro.

De toda forma, a vontade de alcançar o “sonho americano” é mais forte, impulsionando os emigrantes a continuarem a jornada.

A especificidade da trajetória de cada sujeito é explicitada nas diferentes formas que se dão os relatos, da mesma forma que o autor Alessandro Portelli (1997), compreendemos na diferença da história oral para a história escrita, a possibilidade de recuperação da subjetividade dos sujeitos. Assim, alguns significados só conseguem ser apreendidos a partir da relação entrevistado e entrevistador. Além disso, as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997:31). Dessa forma, o relato da travessia reconstruída no presente, deixa transparecer o significado dessa experiência para cada entrevistado.

Assim, o entrevistado D.L. teve dificuldades em manter contato visual durante a entrevista, preferindo olhar para as mãos enquanto rememorava os acontecimentos traumáticos. De maneira parecida, J.L. desviava o olhar quando se referia à família e à esposa, evitando entrar em detalhes sobre aspectos mais íntimos de sua vida. Além disso, ele se manteve inquieto e aparentemente desconfortável, mexendo nos objetos da mesa durante todo o tempo da entrevista. Ambos abertamente falam sobre o arrependimento da viagem, principalmente J.L., que afirma querer esquecer esse período de sua vida. Por isso, provavelmente, eles apresentam um comportamento mais retraído diante da rememoração da travessia, pois possuíam uma vida estável e algumas oportunidades quando preferiram arriscar. D.L. havia acabado de passar no vestibular e J.L. já tinha constituído uma família.

Já P.L., se demonstrou totalmente diferente diante da entrevista, se divertindo em recordar das “loucuras” que havia vivido. Saindo do Brasil em um contexto de vida totalmente diferente, aos 18 anos e sem nada a perder, para P.L. tudo foi uma grande aventura de “menino” da qual ele não se arrepende, mas que não repetiria hoje, aos 28 anos e já graduado.

### **A cultura migratória**

São diversas as razões que levam indivíduos com uma vida estável e por se fazer, como os entrevistados, a largar tudo em busca do “sonho americano”. Apesar de o desejo de prosperar financeiramente ser evocado como principal motivo, a escolha em progredir por meio



da migração para os Estados Unidos, está consolidada em uma cultura migratória que se formou na região de Governador Valadares. Segundo Sousa (2016), essa cultura migratória surgiu do intenso contato dos moradores com os Norte Americanos desde a II Guerra Mundial, onde constituiu-se uma rede social da migração entre origem e destino. Além disso, a cultura migratória vem se perpetuando através da presença dos emigrantes retornados que alimentam os imaginários sobre a terra estrangeira como terra de inúmeras oportunidades (SOUSA, 2016; SOARES, 2002).

Assim, as interações cotidianas entre os migrantes e não migrantes, estrangeiros e nacionais, compartilhando símbolos e objetos característicos do chamado *american way of life*, elaborou as representações sociais que fundamentam a cultura migratória. Baseado no conceito de rede de significados, Sousa (2016) faz um mapeamento dos principais eixos que compõem a cultura da migração na microrregião de Governador Valadares. De acordo com o autor, “a intermediação dessa rede é principalmente regida pelos objetos Trabalho, Vida Melhor, Dinheiro, Saudade e Estados Unidos, isso significa dizer que estes itens gerenciam, quase que exclusivamente, o fluxo de representações sobre o objeto ‘migração internacional’” (SOUSA, 2016:95). É a partir desses termos que se constituiu o imaginário social sobre imigração internacional na região de Governador Valadares, que ao longo do tempo se difundiu para os municípios vizinhos, tal como Sardoá (SOUSA, 2016; SOARES, 2002).

PL: Bom, a gente saiu daqui um dia, nem lembro que dia que foi. Mas aí saiu uma van, com as pessoas que iam sair daqui de Sardoá e fomos pra Valadares aí lá em Valadares já era outra pessoa que tava recebendo a gente, aí já, já juntou com mais gente. Gente de outras cidadezinhas igual essa cidade. Umas, vamos supor que Valadares era, era o polo onde reunia, sei lá, 5 de uma cidade, 5 de outra, 5 de Sardoá.... Aí juntou todo mundo entrou nessa van e foi embora.

De acordo com Michelet o imaginário social “é o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também é o lugar de lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem.” (Michelet, apud BACZKO, 1985). Sendo um aspecto da vida social, é através dos imaginários sociais que uma coletividade define sua identidade e elabora uma representação de si, definindo os papéis de cada indivíduo, além de estabelecer um código de comportamento baseado em modelos formadores. Esse imaginário social é transmitido através da produção de “discursos” e símbolos, nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas em uma linguagem (BACZKO, 1985).

O imaginário social que compõe a cultura do migrar, e que é disseminado entre a população da região de Governador Valadares por meio de redes de sociabilidade entre

migrantes e não migrantes, exerce uma influência real e em graus variados sobre os comportamentos individuais e coletivos, produzindo muitas vezes escolhas que são “imaginadas como as únicas possíveis” (BACZKO, 1985:312). É dessa forma que o desejo de migrar para o exterior está presente desde a infância dos moradores dessa região, como sendo parte de sua experiência de vida e determinando suas escolhas (SOUSA, 2016; SOARES, 2002). Assim, ao justificar as razões para a travessia, os entrevistados aludem ao fato de nascerem e/ou viverem na cidade de Sardoá.

PL: É, na realidade, isso surgiu, tipo assim, vem, *isso vem criando na cabeça da, até de uma criança de uma cidade pequena igual Sardoá porque desde que a gente se entende por gente, nessa região, todo mundo vai pra lá pra buscar é... é uma qualidade de vida né, pra, pra família e pra si próprio. Então isso já vem martelando na cabeça da gente até... sei lá, com a gente com 12 anos, 13 anos, a gente já tem essa ideia. Então surgiu a partir disso.*

DL: Hum, ah então. *O fato né, de ter vindo da cidade do interior, de Sardoá, no Vale do Aço né?! E aquela região muitas pessoas vão pra os Estados Unidos e, e trabalham e etc. e sempre tão comentando que é melhor, que você tem a condição de melhorar de vida e etc.*

JL: Ah, eu fui por, por influência né, dos meus primos que... os meus primos não. *O pessoal lá do interior em geral né, pessoal de Sardoá, em geral que todo mundo vai, e na época eu fiquei desempregado. Eu trabalhei, eu fiquei desempregado, e fiquei tipo... já, eu já tinha vontade de, de ir né, como eu fiquei desempregado, eu... eu optei por ir.*

A cultura migratória estabelece a migração como um “rito de passagem”, associando a mobilidade populacional ao sucesso individual e coletivo. A migração é legitimada no imaginário social como sendo a norma e, conseqüentemente, transforma a mobilidade em antítese do sucesso (SOUSA, 2016).

É a partir da presença dos emigrantes retornados, que auxiliam o processo da travessia tanto legal como ilegal diante de sua experiência, e a existência da cultura do migrar, que constitui um imaginário social favorável a migração, que a experiência migratória é perpetuada na região de Governador Valadares. Assim, são esses dois eixos os principais motivadores para a realização da travessia.

### Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: Leach, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

DANTAS, Iuri. México estuda exigir visto de brasileiros. *A Folha*, São Paulo, p. A14, 6 mai. 2005.

DA REDAÇÃO. A maior entrada de imigrantes nos EUA foi em 2000, diz pesquisa. *A Folha*, São Paulo, A14. 29 out. 2005.

DA REDAÇÃO. México veta isenção de visto; Brasil reage. *A Folha*, São Paulo, p. A31. 10 set. 2005.

DA REDAÇÃO. Migração ilegal para EUA é recorde. *A Folha*, São Paulo, p. 1, 4 jul. 2004.

DA REDAÇÃO. Quem insiste em ir para os EUA usa rotas perigosas pela América Central. *Estadão*, São Paulo, p. C6, 25 jul. 2007.

FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. The Industry of Illegal Migration: Social Network Analysis of the Brazil-US Migration System. *International Migration / OIM*. doi: 10.1111/imig.12034. 2014.

GASPAR, Malu. A aventura e o sofrimento dos brasileiros que tentam ingressar clandestinamente em território Americano. *Veja*, São Paulo, v. 4. p. 40-35, 4 fev. 2004.

GODOY, M. Relator de CPI não quer final feliz em ‘América’. *Estadão*, São Paulo, p. C4, 23 set. 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Brasileiro 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LANTELME, Lenise; FRAGA, Kátia Agostini. Discurso da novela América sobre a imigração de brasileiros para os EUA. *Revista Científica da Faminas, Minas Gerais*, v.4, n.1, jan-abr. de 2008.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Imigração brasileira para o Sul da Flórida. *Proj. História*, São Paulo, (27), p. 283-294, dez. 2003.

MAISONNAVE, Fabiano. Globo nega que ‘América’ estimule migração. *A Folha*, São Paulo, p. A14. 6 mai. 2005.

MAIOSONNAVE, Fabiano; GUIMARÃES, Thiago. Rota do tráfico na Guatemala é o novo caminho para atingir os EUA. *A Folha*, São Paulo, p. A14. 30 nov. 2005.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 344p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gérias, Belo Horizonte.

SOTERO, Paulo. ‘Invasão dos EUA’ mobiliza vigilantes. *Estadão*, São Paulo, p. A18, 17 abr. 2005.

SOUSA, Leonardo Gomes. Redes Sociais, Mercado e Cultura Migratória – Um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na Microrregião de Governador Valadares no Século XXI. 2016. 154p. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte.

## O processo de formação social e histórica dos Museus Brasileiros: uma análise a partir do século XVIII

**Thiago Lucas R. Martins**

Mestre em educação

UFMG

E-mail: thiagolucasmartins@yahoo.com.br

**Marcus Vinicius R. Martins**

Doutorando em educação

UFMG

E-mail: marcusmartins2005@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem a intenção de analisar o processo de formação histórica dos museus no Brasil a partir século XVIII. Para pensar na dimensão histórica dos museus brasileiros e compreender a relação entre o público e estes ambientes museais, é importante entender como foi estabelecida a ideia dos museus no Brasil e para qual público eles eram inicialmente destinados. A partir deste viés, é possível indagar como os sujeitos das camadas mais escolarizadas, ao longo do tempo, se apropriaram destes espaços. O artigo trabalho se propõe a realizar uma investigação a respeito dos estudos de público nos museus brasileiros, e a importância da construção de uma agenda de pesquisa sobre o tema.

**Palavras-chave:** Museus, brasileiros, estudo, museu, público

**Abstract:** This work intends to analyze the process of historical formation of museums in Brazil from the eighteenth century. In order to think about the historical dimension of Brazilian museums and to understand the relationship between the public and these museum environments, it is important to understand how the idea of museums in Brazil was established and to which public they were initially intended. From this bias, it is possible to inquire how the subjects of the more educated layers, over time, appropriated these spaces. The article aims to carry out an investigation about the studies of public in Brazilian museums, and the importance of building a research agenda on the theme.

**Key words:** Museums, Brazilians, study, museum, public.

### Introdução

Este trabalho tem a intenção de analisar o processo de formação histórica dos museus no Brasil a partir século XVIII. Para pensar na dimensão histórica dos museus brasileiros e compreender a relação entre o público e estes ambientes museais, é importante entender como foi estabelecida a ideia dos museus no Brasil e para qual público eles eram inicialmente destinados. A partir deste viés, é possível indagar como os sujeitos das camadas mais escolarizadas, ao longo do tempo, se apropriaram destes espaços. O artigo trabalho se propõe a realizar uma investigação a respeito dos estudos de público nos museus brasileiros, e a importância da construção de uma agenda de pesquisa sobre o tema.

O Museu Nacional é uma das mais antigas instituições culturais e educacionais do Brasil, e foi criado como Museu Real, em seis de Junho de 1818. Anteriormente o espaço do

Museu Real abrigava a *Casa de História Natural*, criada em 1784, popularmente conhecida como *Casa dos Pássaros*. Fundada pelo Vice Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, a Casa dos Pássaros tinha a função de preparar produtos naturais e adornos indígenas para serem enviados a Portugal, com a intenção de compor os museus de Coimbra e Lisboa.

De acordo com Lopes (2009), a ideia da criação de uma casa de história natural no Brasil nas últimas décadas do século XVIII, e a fundação do museu no século seguinte ocorreram por influencia de pensamentos que movimentavam a Europa naquele momento. Entre estas ideias, estava a necessidade das metrópoles européias de conhecerem o ambiente natural das colônias. Na Europa, estimulava-se a criação de modelos institucionais, entre eles os museus, que atendessem a questões ligadas à história natural e ao passado de outras sociedades. Este momento de valorização de espaços dedicados às ciências naturais na Europa favoreceu, também, a criação de museus na América Latina e nos Estados Unidos.

Para a autora, a trajetória dos primeiros museus brasileiros é marcada por duas fases históricas. A primeira, que se estende das últimas décadas do século XVIII, a Casa dos Pássaros e, depois, a partir de 1818, o Museu Nacional do Rio de Janeiro atuaram sozinhos no país como instituições museológicas. E a segunda fase, que se inicia no final dos anos de 1860, quando novos museus se organizam nas províncias e reúnem no seu acervo não só coleções de ciências naturais, etnográficas e arqueológicas, mas também históricas e artísticas.

Lopes (2009) esclarece que na primeira fase histórica, a “Casa dos Pássaros” reunia um vasto acervo com peças vindas dos museus portugueses e, também, enviava aos museus de Portugal produtos da fauna e da flora brasileira. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, o edifício da “Casa dos Pássaros” que ainda existia por volta de 1812, foi derrubado para a implantação do prédio do *Erário*. Todos os móveis e produtos do museu, entre eles mais de mil peles de animais, insetos e uma coleção mineralógica foram guardados na Academia Militar do exército português.

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, não havia mais motivos para se manter trocas de produtos naturais e acervos entre os museus de Portugal e do Brasil. Uma vez no Brasil, a corte vai tomar uma série de medidas culturais para transformar a antiga colônia, como a nova sede da Monarquia. Entre estas medidas, as autoridades portuguesas, nas primeiras décadas do século XIX, continuaram a incluir os museus e os jardins botânicos como instituições que poderiam integrar o projeto de modernização do Brasil. No governo de D. João VI (1808- 1821) foram criadas diversas Academias para incentivar o estudo da História Natural.

A Academia Real do Rio de Janeiro era uma delas, e já contava com um museu que reunia um acervo com peças de Portugal, da Ásia e da África.

Segundo Lopes (2009), com o Brasil se tornando, em 1815, Reino-Unido de Portugal, a coroa portuguesa, com a intenção de construir um museu de caráter metropolitano, cria em 1818, o Museu Real do Rio de Janeiro. A função deste museu era identificar os produtos naturais da fauna e da flora brasileira para o desenvolvimento de estudos nos campos das Ciências e das Artes.

O Museu Real funcionava nos moldes dos museus europeus metropolitanos, isto é, uma rede de museus provinciais abastecia o museu central. Os governadores de cada província brasileira tinham a responsabilidade de organizar duas coleções completas de todos os produtos de sua região, enumerando as séries, das quais uma seria enviada para o Rio de Janeiro e a outra depositada em um Gabinete de História Natural Local, que reuniria apenas os produtos de cada região. Ao Museu Real cabia a responsabilidade de organizar um catálogo e um inventário geral com os produtos recebidos.

Em 1821, o Museu Real contava com quatro salas de exposição. O acervo do museu era composto por uma gama de coleções. Entre elas, algumas doadas por D. João VI, algumas coleções de insetos e aves, e uma coleção mineralógica. No final da década de 1830 o Museu Real amplia suas coleções e as distribui por oito salas. A autora destaca que o museu funcionava apenas às quintas-feiras, e neste espaço, como nas demais instituições públicas da coroa portuguesa, só poderiam entrar pessoas pertencentes à elite econômica local.

Em 1842, o Museu Nacional é dividido em quatro seções, sendo que cada uma das seções era chefiada por diretores diferentes: a primeira, de Anatomia e Zoologia, a segunda, de Botânica e Artes, a terceira, de Mineralogia e Ciências Físicas, e a quarta de Arqueologia. Durante este período, o Museu Nacional se consolidou como uma importante instituição no âmbito dos estudos das Ciências Naturais.

Essa primeira fase dos museus brasileiros, de acordo com Lopes (2009), privilegiou o modelo europeu de museus de caráter metropolitano e enciclopédico, voltado principalmente para a tradição naturalista. A segunda fase da trajetória dos primeiros museus no Brasil tem início no final dos anos de 1860. Essa fase é marcada pela consolidação das Ciências Naturais como campo de estudo, e pela inauguração de novos museus nas províncias brasileiras.



De acordo com a autora, nas últimas décadas do século XIX, a importância científica e os números dos museus relacionados às Ciências Naturais aumentaram significativamente no Brasil. Em 1871, foi criado o Museu Paraense Emilio Goeldi, em 1876 é criado o Museu Paranaense de Aclimação em Curitiba. No Rio de Janeiro, em 1879, foi fundado o Museu Agrícola Industrial Imperial, também no Rio, por volta de 1880 criou-se o Museu Escolar Nacional. Em 1883, no Amazonas, é fundado o Museu Botânico do Amazonas. Em 1894, o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é fundado e, no mesmo ano em São Paulo, foi organizado o Museu Paulista.

Para Lopes (2009), o surgimento de novos museus foi fruto da consolidação das diferentes elites locais e das iniciativas científicas regionais. A criação destes museus integrava

[...] o conjunto de medidas estabelecidas pelo surto de desenvolvimento material do país do final do século, que incorporou a valorização da ciência como prática concreta e como instituição social na remodelação da face do país. Por outro, integraram o movimento internacional de museus, que também se renovava em consonância com as mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais nesse final de século. Nesses contextos, marcados pela expansão das diferentes áreas disciplinares e instituições científicas e pelo incremento da especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas, os museus brasileiros estiveram sobremodo atuantes. (LOPES, 2009, p.153)

Além disso, esse período de abertura de novos museus foi favorável ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Começou-se a construir novas áreas de conhecimento no espaço do museu, como a Paleontologia, Antropologia e Etnologia. Também, foi organizada a primeira comissão de exploração formada por naturalistas brasileiros. Estes cientistas tinham a função de coletar informações sobre a fauna e flora brasileira, com o intuito de aprimorar os estudos das Ciências Naturais. Além do Museu Nacional, a autora destaca no seu trabalho as características de três importantes museus brasileiros do período, já citados anteriormente. O Museu Paraense Emilio Goeldi, o Museu Paranaense, e o Museu Botânico do Amazonas.

O Museu Paraense Emilio Goeldi<sup>1</sup>, fundado em 1871, era o principal espaço do Pará que acolhia os estudos das Ciências Naturais. O museu contava com uma coleção de minerais da Europa, e uma coleção de minerais do Brasil enviada pelo Museu Nacional. Além disso, o espaço possuía uma coleção de peixes, insetos e conchas e, também, uma coleção de moedas.

---

<sup>1</sup> Emil August Goeldi (1859-1917). Zoólogo suíço, Goeldi chegou ao Brasil em 1884 para prestar serviços ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, como subdiretor da sessão de Zoologia de 1885 a 1890. Um ano depois, em 1891, reorganizou o Museu Paraense e ainda prestou serviços diplomáticos ao governo brasileiro na demarcação de fronteiras com a Guiana Francesa.



Em 1888, o museu foi anexado à Biblioteca Pública devido ao seu estado de deterioração. Mas, com o enriquecimento da região, principalmente durante o ciclo da borracha, o museu foi completamente reorganizado em 1891, por Emil August Goeldi. Hoje, ele é reconhecido mundialmente, como uma das mais importantes instituições de investigação científica da Amazônia brasileira.

O Museu Paranaense foi inaugurado em 1876, ocupando a princípio uma única sala; o museu continha importantes coleções de objetos indígenas, moedas em prata e cobre; pedras e outros minerais, conchas e insetos. Segundo Lopes (2009), o museu era uma instituição particular financiada pela população local, mas contava também com o apoio do governo. Em 1900, o museu é transferido para outro espaço e organiza em seu pátio interno um pequeno Jardim Zoológico. No ano seguinte, é publicado um Guia de suas coleções, que incluía seus aspectos históricos e a classificação das suas coleções mineralógicas. Em 1903, o Museu Paranaense era visitado por cerca de 9.600 pessoas e dedicava-se especialmente aos estudos arqueológicos, antropológicos e etnográficos. O museu foi reestruturado em 1937, com a implantação de outras seções de História, Botânica, Geologia, Mineralogia e Zoologia. Hoje, o Museu Paranaense abriga uma biblioteca, um laboratório e salas de exposições permanentes e temporárias.

O Museu Botânico do Amazonas foi fundado em 1883, e sua principal finalidade era o estudo da Botânica, e a guarda e conservação de produtos indígenas e da flora brasileira. Inicialmente, o museu contava com três sessões, a Botânica, a Química e a Etnografia. A Sessão da Botânica era responsável por coletar, classificar e herborizar os produtos segundo os preceitos científicos. À Química cabia realizar análises quantitativas e qualitativas das plantas, extrair seus princípios ativos e produtos químicos para serem enviados tanto para as coleções de outros museus do Brasil, quanto do exterior. E, finalmente, a sessão de etnografia era responsável por conservar objetos que representassem as etnias indígenas da região da Amazônia.

Durante o ano, o museu era aberto ao público aos domingos, enquanto os naturalistas nacionais ou estrangeiros poderiam entrar em qualquer dia. Em 1884, é criado um curso de Ciências no museu, dividido em Agrimensura e Agricultura, e com aulas de ensino teórico e prático. No curso de agrimensura constava o ensino de Botânica, Física, Química, Astronomia, Zoologia e Geografia. No curso de Agricultura, por sua vez, constava o ensino de Física, Química, Botânica, Mineralogia, Geografia, Mecânica, Veterinária e Geometria. Já em 1885, a

sessão de etnografia do museu contava com 1.103 objetos de aproximadamente 60 etnias indígenas da Amazônia, e o herbário dispunha de 1.283 espécies da flora brasileira.

O Museu Botânico do Amazonas reunia as mesmas características do Museu Paraense. Tratava-se de um museu local, voltado particularmente para o estudo da região e de sua diversidade natural e étnica. A autora destaca que a população do Amazonas pouco frequentava as salas do museu; em contrapartida, os estrangeiros que passavam por Manaus eram o público que mais frequentava o espaço. Entretanto, em 1888, com o início da crise na borracha, o museu, mantido pelo dinheiro que circulava através da venda deste produto, é deslocado para um liceu amazonense, e em 1890 fecha as portas.

Para Lopes (2009), uma marca comum destes novos museus foi a inclusão de estudos antropológicos, arqueológicos e etnográficos em seus programas de investigação. Os museus conseguiram reunir peças originais e únicas de alguns locais do Brasil, e foram responsáveis, também, pela divulgação das Ciências Naturais como um campo de investigação.

Com a crescente divulgação das Ciências Naturais no final do século XIX, os museus brasileiros ganharam importância no cenário internacional devido ao intercâmbio científico realizado não só com os museus europeus e americanos, mas, também, com os latino-americanos. Os museus brasileiros, de acordo com a autora,

[...] desempenharam especificamente suas funções de centro de pesquisa, não se restringindo apenas a atuarem como repositórios de objetos, mas buscando firmarem-se pela relevância de sua produção científica e de sua pesquisa experimental, ao lado das funções de catalogação e classificação das coleções. Especializaram-se na tentativa de não serem superados e exerceram papel pioneiro na institucionalização das áreas de conhecimento no país como a Paleontologia, a Antropologia e mesmo a Fisiologia Experimental [...] (LOPES, 2009, p. 335)

No final do século XIX e início do século XX, os museus brasileiros começam a investir na ampliação de pesquisas científicas e na ampliação de seus espaços. As sessões de Botânica, Biologia, Geologia e Mineralogia se tornam o foco dos estudos nos espaços museais ganhando destaque nacional e internacional.

### **O Museu Nacional do Rio de Janeiro no início de século XX**

O Museu Nacional do Rio de Janeiro é destacado nesta revisão de literatura, pois, além de ser a primeira instituição museal do Brasil, foi pioneiro nos estudos das Ciências Naturais,

adquirindo destaque no cenário europeu. Apoiada na tese de Valente (1995), nesta revisão faremos um pequeno levantamento sobre a trajetória histórica do museu durante o século XX.

De acordo com Valente (1995), com o início da República no final do século XIX, o Museu Nacional é transferido para o Palácio da Quinta da Boa Vista, antiga residência do Imperador D. Pedro II. O espaço passa a funcionar três vezes na semana, todas as quintas, sábados e domingo. Já no início de século XX, mais precisamente em 1911, o museu passa por reformas no seu Regulamento interno, instituindo, além do funcionamento todos os dias da semana, excetos segundas-feiras, a produção de guias sobre as coleções presentes no museu.

Este novo Regulamento institui, ainda, o funcionamento da Escola Superior de Medicina e Agricultura no espaço do museu, e a criação de um Museu Escolar de História Natural dedicado às crianças, também dentro do Museu Nacional. Tornando-se também instituição de ensino, o Museu Nacional assume a responsabilidade de incentivar os cursos superiores de Ciências Naturais do país; além disso, o museu começa a ser visto como um importante complemento do ensino escolar. O museu começa a se dedicar a seu papel educativo e as exposições passam a ter um caráter didático, diferente das coleções de estudo.

Em 1919, com o intuito de fazer com que a população da capital e os estrangeiros visitassem o museu, foi determinado a entrada franca do público às galerias da exposição das 08h00min as 17h00min, durante a semana, exceto nos dias de grandes feriados, nos dias de eleições e às segundas-feiras, dia destinado à limpeza do prédio. De acordo com a autora, a média diária de visitação, que era de 100 a 150 visitantes, elevou-se para dois mil a três mil, e até 10 mil visitantes nos domingos e feriados. “Segundo registros, a frequência no final de 1919 foi de 162.594 visitantes, que, comparada à população do Rio de Janeiro na época (1.500.000 habitantes), ficava superada em 10% do total, o que significa procura expressiva desse tipo de atividade” (VALENTE, 1995, p. 78).

No decorrer dos anos 1920, 1930 e 1940, influenciado pelas transformações ocorridas na Europa e nos Estados Unidos sobre a função social dos museus, o papel didático do Museu Nacional ganha força, e as interações com os estabelecimentos de ensino tornam-se cada vez mais constantes. O museu começa a adquirir um caráter público estabelecendo uma linguagem próxima da população em geral. Segundo a autora, para facilitar a comunicabilidade entre o material exposto e o público, a equipe do museu começa a produzir guias com informações das coleções com uma linguagem mais acessível à população. Todas as atividades do museu passam

a ser entendidas como educativas, possibilitando sua integração com a população e reforçando sua função social.

No final dos anos 1950, o Museu Nacional do Rio de Janeiro passa por mais uma mudança em seu Regimento interno. O Regimento de 1958 coloca o museu em moldes mais atualizados e permite dar continuidade à trajetória da instituição enquanto espaço de pesquisa, ensino e divulgação científica. O novo regimento se propunha, ainda, à preparação de visitas guiadas com tempos e percursos definidos, a ampliação da divulgação dos meios de comunicação do museu, a preparação de coleções para as escolas, e obras de restauração em toda infraestrutura do ambiente. Como resultado deste novo Regimento, “de 270 mil visitantes no ano de 1956, o museu passou a receber em 1960, 350 mil visitantes, que podiam usufruir de 25 salas de exposição bem arranjadas” (VALENTE, 1995, p. 96).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Museu Nacional do Rio de Janeiro começa a sofrer com uma série de dificuldades financeiras, causadas principalmente pela diminuição de verbas advindas tanto do Governo Estadual, quanto Federal. O museu passa a deixar em segundo plano as exposições e suas atividades educativas junto ao grande público. A solução encontrada para solucionar a crise financeira instaurada foi à incorporação do museu à então *Universidade do Brasil*, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para a autora (*opus cit.*), a anexação do museu a universidade melhorou as condições de pesquisa do museu; no entanto, a educação dirigida aos visitantes interessados no museu e nas suas exposições, ainda foi deixada em segundo plano. Com a incorporação do Museu Nacional à Universidade, houve uma intensificação da pesquisa e da produção acadêmica no museu, além do aumento de profissionais qualificados. No entanto, houve, também, uma considerável diminuição no número de visitantes. No Período de 1987 a 1989, a frequência era de 240 mil visitantes ao ano. Já nos anos 1990, a visitação representava um total de 100 mil visitantes ao ano.

Para concluir suas ideias sobre o percurso histórico do referido museu durante o século XX, a autora destaca que a tarefa do Museu Nacional para os próximos anos é não se descuidar da responsabilidade de estabelecer um vínculo com a população em geral, e principalmente com a educação formal. O museu enquanto instituição prioritariamente educativa deve reconhecer o público como seu principal parceiro.

## **Conclusão**

Através deste ensaio pode-se perceber que o público das camadas populares ficou historicamente à margem do processo de construção dos museus. Esta classe pouco frequentava estes espaços, que por algum tempo, foram dedicados exclusivamente às elites brasileiras. Foi somente no decorrer do século XX que os museus do Brasil abriram suas coleções ao grande público. Hoje, ainda está presente na sociedade a ideia de museu enquanto *espaço dedicado às elites*.

### **Referências bibliográficas**

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus de ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

VALENTE, Maria Esther Alvarez; CANDAU, Vera Maria. *Educação em museu : o público de hoje no museu de ontem*. 1995. 208, [12] f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 1995 Disponível em : <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/teses/1995-VALENTE\\_M\\_E\\_A.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/teses/1995-VALENTE_M_E_A.pdf)>. Acesso em : 2 set. 2014.

## Crise da cidade de Sijilmassa e prelúdios da crise maraboutica no Marrocos medieval

**Hugo Clemente Palmier**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: hugoztclemente@terra.com.br

**Resumo:** A cidade de Sijilmassa, localizada na margem do Atlas com o Saara, foi uma das mais importantes cidades da rota caravaneira com o ouro vindo dos reinos subsaarianos, em especial, Gana e Mali. Porém, após a queda dos Almóadas e a ascensão dos Marinídas, a cidade viu-se diante de um êxodo urbano massivo e foi um prelúdio para uma condição que viria a se espalhar por todo o Marrocos, condição esta que permaneceria até o século XVII, a crise maraboutica. Este artigo busca compreender como se deu a queda de Sijilmassa no século XIV e como este fenômeno foi um prelúdio de uma situação político-religiosa que se espalharia por todo o Marrocos pelos próximos séculos.

**Palavras-Chave:** Sijilmassa, Marrocos, Maghreb, Crise Política, Crise Maraboutica

**Abstract:** The city of Sijilmassa, located in the margin of the Atlas with the Saara, was one of the most important cities in the golden caravan routes coming from the subsaarian kingdoms, specially Gana and Mali. But, after the fall of the Almohads and the ascension of the Merinids, the city suffered a massive migration from the townsfolk, preluding a condition that would sprain throught Marrocco, which would last until the XVIIth century: The maraboutic crisis. This article searchs for a better understanding of how Sijilmassa came to fall in the XIVth century and how its fall preluded both the religious and politic situation that would spred in all Marrocco in the next centuries.

**Keywords:** Sijilmassa, Marrocco, Maghreb, Political crisis, Maraboutic crisis

### Introdução

A cidade de Sijilmassa encontra-se no oásis do rio Ziz, um pequeno fluxo de água que não chega a desaguar no mar, evaporando no deserto. Ao sul da cadeia do Atlas, a dias de distância dos centros urbanos mais próximos, esta cidade foi, desde sua fundação até seus dias finais, uma localidade isolada e serviu como refúgio espiritual para grupos minoritários do Islam. Sua fundação remonta ao século VII, pelos Khairijitas e, por boa parte de sua existência, foi utilizada por refugiados religiosos.<sup>1</sup>

Mas Sijilmassa entra nas crônicas de historiadores árabes não pela presença de refugiados religiosos, mas por seu papel econômico. Desde que a rota de caravanas transaarianas que ligava Gana diretamente ao Egito parou de ser utilizada, os comerciantes saíam de Gana, passavam por Sijilmassa, a única cidade pela qual passariam nos próximos séculos, e de lá seguiam pela costa do Mediterrâneo até as regiões do Oriente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> LIGHTFOOT, Dale R.; MILLER, James A. Sijilmassa: The Rise and Fall of a Walled Oasis in Medieval Morocco. *Annals of the Association of American Geographer*. Oklahoma, v. 86, n. 1, p.78-101, 1996.

<sup>2</sup> BOVILL, E. W. *The Golden Trade of the Moors*. London: Oxford University Press, 1970.

A cidade é descrita significativamente em um total de treze fontes árabes medievais, e uma moderna, mas é mencionada brevemente em outras dezenas de escritos<sup>3</sup>. Sua importância comercial foi demonstrada durante a ascensão dos Almorávidas, um movimento religioso das tribos berberes que, com o objetivo de conquistar o Maghreb ocidental, lançou um ataque direto à Sijilmassa, pois, uma vez controlando o maior enclave comercial da região, custear uma grande expansão se tornaria mais fácil. E foi exatamente isso que seus sucessores, outro movimento religioso, os Almóadas fizeram dois séculos depois.<sup>4</sup>

Estes dois grandes grupos religiosos, e posteriormente, poderes dinásticos, dão uma ideia do que se configura a importância desta cidade. Ao mesmo tempo que, com a unificação do Maghreb sob estes dois poderes, Sijilmassa vivenciou o período de maior prosperidade no comércio do ouro e de sal, foi também neste período que as raízes de sua queda passaram a surgir.

Tanto os Almorávidas, quanto os Almóadas, buscaram incentivar o comércio de ouro para com os reinos do sul, e para tal, fundaram novas cidades para organizar caravanas que partiam do Maghreb em direção aos reinos do Sudão. Com estas novas cidades sendo fundadas, a maior sendo a de Marrakech, o comércio de ouro espalhou-se por outras rotas caravaneiras, deixando a de Sijilmassa em declínio. Da mesma forma, conforme os reinos sudaneses migravam cada vez mais para o interior da África, em direção ao Leste, a rota direta Sudão para Egito tornava-se mais viável.

Embora Sijilmassa tenha começado a perder suas forças como a única cidade a comercializar com o ouro do sul sob o regime dos Almorávidas, foi com a ascensão do regime dos Marinídas que a cidade enfrentou sua pior crise. Embora as duas dinastias imperiais anteriores tenham tido, como narra o historiador Ibn Khaldun, no começo de seu poderio, diminuído as taxas a serem cobradas por meio de impostos, o que rapidamente fazia com que as cidades e tribos conquistadas apoiassem o novo governo e entrassem em sua *jihad* ao longo do Maghreb. Porém, como o próprio Ibn Khaldun narra, uma vez com seu poderio estabelecido e o novo governo tendo perdido sua expansão, os impostos voltavam a aumentar e o novo sistema entrava em crise.<sup>5</sup> O cronista, a serviço de um sultão Marinida, utilizou de seus estudos

---

<sup>3</sup> HOPKINS, J. F. P.; LEVITZION, N. (eds). *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

<sup>4</sup> MESSIER, Ronald A. *The Almoravids and the Meanings of Jihad*. Santa Barbara: Praeger, 2010.

<sup>5</sup> HOPKINS, J. F. P.; LEVITZION, N. (eds). *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.



sobre os Almorávidas e os Almóadas para narrar a sua teoria de origem e término dos impérios da humanidade, o que é um trabalho que instiga os estudos de vários historiadores.

### **A crise dos Marinídas**

Já sabemos que foi sob os grandes movimentos unificadores do Maghreb que Sijilmassa começou a encontrar a origem de sua crise, e que foi sob os Marinídas que a cidade foi abandonada e deixada às ruínas. Mas, para melhor compreendermos este processo, devemos levar em conta as fontes para se analisar este processo.

Os cronistas árabes aos quais temos acesso são Ibn Khaldun e Ibn Battuta, porém, nenhum deles estava vivo durante o período que Sijilmassa caiu. Para avaliar esta questão, faz-se necessário recorrer a um cronista mais famoso para o Ocidente: Leo Africanus. Leo Africanus, embora escreva no século XVI, viajou para as ruínas da cidade e narrou sobre seu fim.

O período que se inicia no século XIV e finda em finais do século XVII é denominado como “Era da Depressão”<sup>6</sup>. O motivo seria a perda de um poderio político e religioso central ao mundo islâmico. Diversos grupos religiosos passam a tomar força, a se expandir, contrair e modificar-se em si mesmos. Os Marinídas buscaram reunificar o Maghreb, de forma similar a que os seus predecessores o fizeram, mas tiveram pouco êxito em expandir para a região da Tunísia e não ultrapassaram a Mauritânia. Porém, com a crise do comércio de ouro com o Sudão, as investidas ibéricas nas costas do Mediterrâneo e os conflitos com outras forças políticas islâmicas, que iam desde governos rivais a revoltas berberes, o governo Marinida não apresentava uma força política unificadora.<sup>7</sup>

Não apenas a instabilidade política dos Marinídas influenciou a ruína de Sijilmassa, mas também incursões de tribos árabes causaram dificuldades para os habitantes. Em especial, os Banu Maqil, uma tribo árabe que teria representado uma ameaça às cidades do interior do Saara. Entretanto, o nome oficial desta tribo é encontrado apenas nas tradições orais<sup>8</sup>, já que Leo Africanus os chama apenas de “os árabes”.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> BUSHRUI, Suheil; MALARKEY, James M. *Desert Songs of the Night: 1500 years of arabic literature*. London: Saqi Books, 2015.

<sup>7</sup> BISSIO, Beatriz. *O Mundo Falava Árabe: A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>8</sup> LIGHTFOOT, Dale R.; MILLER, James A. Sijilmassa: The Rise and Fall of a Walled Oasis in Medieval Morocco. *Annals of the Association of American Geographer*. Oklahoma, v. 86, n. 1, p.78-101, 1996.

<sup>9</sup> AFRICANUS, Leo. *The History and Description of Africa: And of the Notable Things Therein Contained* (2vols). Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Com os aumentos das taxas de impostos, a ameaça de saques de tribos árabes, a decadência do comércio de ouro com o sul e os ataques de ibéricos nas costas mediterrâneas, os súditos dos Marinídas passaram a trocar o estilo de vida dentro das cidades e retornarem ao estilo de vida nômade. Temos de lembrar que não é por viverem dentro das cidades que os laços tribais e nômades eram esquecidos pelos berberes e árabes. Até os dias de hoje, dentro de certas regiões islâmicas, os laços tribais permanecem.<sup>10</sup>

Segundo o relato de Leo Africanus e da tradição oral, o governador de Sijilmassa, apelidado de Sultan el Kahel, teria enfrentado a maior crise da cidade após uma crise de sucessão marcada pela morte do sultão de Fez, Abu al-Abbas. Segundo a tradição oral, o governador da cidade realizou medidas para controlar o fluxo hidráulico da região do Ziz, assim, mantendo as únicas terras férteis da região submetidas à sua autoridade. Com a crise de sucessão de Abu al-Abbas, visto diante de uma situação política ainda mais instável e evitando o êxodo urbano, el Kahel teria tomado medidas isolacionistas, controlando quem poderia entrar ou sair da cidade e sobre-taxando os habitantes. Estes habitantes, revoltando-se contra el Kahel, o assassinaram e abandonaram a cidade, alguns buscando nos árabes invasores proteção. Leo Africanus narra que os que o fizeram tornaram-se tão sujeitos à autoridade dos Banu Maqil que eram praticamente seus escravos.<sup>11</sup>

O caso da ruína de Sijilmassa, mais do que uma exceção, parece ter sido a regra das cidades marroquinas durante a crise dos Marinídas, visto que as condições que levaram à sua queda ocorreu, em escala reduzida, em outras cidades da região. A descentralização política levou as pessoas a abandonarem o estilo de vida citadino e retornarem ao estado de nomadismo.<sup>12</sup>

### **A ascensão dos Marabouts**

A presença do grupo político-religioso que veio a se denominar Marabouts não é um caso isolado para os muçulmanos no Maghreb, mas a sua manifestação na região e o papel que

---

<sup>10</sup> KEDDIE, Nikki R. *Scholars Saints and Sufis: muslim religious institutions since 1500*. San Francisco: University of California Press, 1978.

<sup>11</sup> AFRICANUS, Leo. *The History and Description of Africa: And of the Notable Things Therein Contained* (2vols). Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

<sup>12</sup> BOONE, James L.; MYERS, J. Emlen; REDMAN, Charles L. *Archeological and Historical Approaches to Complex Societies: The Islamic States of Medieval Morocco*. *American Anthropologist*, Malden, vol. 92, n. 3, p. 630-646, 1990.

eles desempenham ao longo da queda das cidades marroquinas e perdura por séculos a frente é diferenciado.<sup>13</sup>

A figura de “santos”, ou “homens devotos”, dentro do Islam não é uma manifestação recente da religião, visto que desde o século IX já se encontram escritos sendo ditos sobre os *Wali*, pessoas que estariam seguindo os desígnios de Deus, mas estariam em um nível abaixo ao dos Profetas, mas acima da maioria dos fiéis. Num contexto religioso, os santos serviam como intercessores entre fiéis e os Profetas, ou até mesmo com Deus. Durante séculos, encontram-se relatos de santos de uma dada comunidade que fazia a Grande Peregrinação, *Hajj*, por toda a comunidade, visto que a maior parte dela não teria condições de realizá-la.<sup>14</sup>

No contexto político, uma vez que a população considerava os *Wali* como homens com maiores conhecimentos, tanto das práticas da religião quanto da Lei, eram a eles que as decisões mundanas do cotidiano buscavam ser resolvidas.<sup>15</sup>

Embora a figura dos santos não seja recente, tendo sido introduzida em Sijilmassa pouco depois de sua fundação por um grupo de migrantes árabes, eles não detinham poder político significativo, ainda mais com a presença forte dos Almorávidas e dos Almóadas a partir do século IX. Porém, com a instabilidade política Marinída, os *Wali* tomaram a posição de legisladores das causas cotidianas, sendo preteridos pelos governantes. Quando Sijilmassa e outras cidades foram abandonadas pelos seus habitantes, que preferiram a vida nômade, os santos ganharam novo poder político sobre as comunidades, poder este que durou quase três séculos sem ser perturbado.<sup>16</sup>

## Conclusão

Sijilmassa foi uma das maiores cidades do Marrocos durante o período medieval e de importância crucial para o comércio com as terras do Sudão. O abandono de seus habitantes pela vida citadina pelo deserto e o nomadismo revela um dos traços principais para a compreensão da sociedade do Maghreb tanto naquele período como nos dias atuais. Os conflitos entre comunidades nômades, que formam grupos políticos por si mesmos, autônomos em relação aos grupos políticos que se encontram no poder do país.

---

<sup>13</sup> GELLNER, Ernest. *Saints of the Atlas*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1969

<sup>14</sup> op.cit.

<sup>15</sup> op.cit.

<sup>16</sup> EICKELMAN, D. F. *Moroccan Islam: Tradition and Society in a Moroccan Pilgrimage Center*. Austin: University of Texas Press, 1976.

Sijilmassa ter perdido seu status de local no qual se praticava comércio em larga escala nos revela como o tráfico de ouro pelo Maghreb, e em geral, decaía em finais do século XIV. Mais do que isso, a relação de seus habitantes, bem como o resto dos marroquinos, com os *Wali* demonstra como que a visão de um poder central, isolado em alguma capital a dias de viagem, não era algo praticado pela comunidade marroquina.

## *Siete Partidas*: a legislação afonsina e a presença judaica em Castela

**Ludmila Noeme Santos Portela**

Doutoranda em História

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

e-mail: ludmilaportela@yahoo.com.br

**Resumo:** A presença judaica em Castela durante o medievo era expressiva. No contexto da Reconquista, a convivência entre as diversas comunidades religiosas do reino nem sempre foi pacífica. Interessado em unificar a legislação no território sobre seu controle, o rei cristão Afonso X promulgou diversos documentos jurídicos que buscavam normatizar a conduta da população, bem como marcar os espaços de atuação das minorias, no sentido de evitar seu proselitismo e difusão. Entre esses documentos, as *Siete Partidas* marcaram o status socialmente inferior e marginal dos judeus no reino, ao mesmo tempo em que buscou proteger os negócios e templos destes que eram ativos prestamistas e financistas das famílias nobres e da própria coroa que os subjugava.

**Palavras-chave:** *Siete Partidas*; Afonso X; Judeus.

**Abstract:** There was a lot of jews living in Castile at the middle ages. By the moment of the Reconquest the relationship between all the religious communities was not pacific. Interested in the unification of the laws in all your territories, the christian king Alfonso X published different juridical documents that intend to normatize the popular conduction and establish action spaces to the minorities, avoiding there proselytism and diffusion. One of these documents was the *Siete Partidas*, that marked an inferior and marginal social status to the jews in the kingdom, by the same time that tried to protect the jewish business and synagogues, because jews was important lenders and financiers of the noble families and of the crowd.

**Key words:** *Siete Partidas*, Alfonso X; Jews.

A partir do VIII século, a história da Península Ibérica foi marcada pela presença muçulmana e pela influência política do Califado de Córdoba. As coroas que conseguiram se manter cristãs, especialmente na porção setentrional do território, uniram-se em um esforço de Reconquista que marcou um período de guerras e disputas que prolongou-se do século XII ao século XIV. A essa coexistência de múltiplos elementos somava-se a comunidade judaica, forte e numerosa desde os tempos imperiais romanos.

Diante da diversidade social, cultural e religiosa, a composição legislativa dos reinos era um dos importantes mecanismos de manutenção da ordem – ainda que nem sempre isto de

fato acontecesse. Várias tradições jurídicas mesclavam-se no medievo ibérico: a *Lex Romana*<sup>1</sup>, o Direito Canônico<sup>2</sup> e o Código de Leis Visigótico<sup>3</sup>.

No Império Romano, o judaísmo possuía status privilegiado de *religio licita*, sendo sua presença tolerada e a liberdade de culto garantida. Durante o governo de Teodósio, com a adoção do cristianismo enquanto religião oficial do Estado e a institucionalização da Igreja de Roma no Concílio de Niceia, em fins do século IV, os judeus passaram a ser considerados *nefaria sectam*, transformando-se em alvo de perseguição. A adoção do *Codex Theodosianus*<sup>4</sup>, no século IV, apartou definitivamente a comunidade judaica de seus direitos civis, determinando o cerceamento de suas práticas, contribuindo para sua marginalização social e política (FELDMAN, 2007, p. 11).

Diante das invasões tardo-antigas, os esforços imperiais em manter a hegemonia na porção ocidental do Império fracassaram. Formaram-se, então, diversos reinos habitados por populações de origem germânica (francos, ostrogodos, vândalos, suevos, visigodos) e romanos conquistados. O Direito Romano expresso no *Codex Theodosianus* continuou a constituir a norma legislativa romana, enquanto, entre os “bárbaros<sup>5</sup>”, vigoravam princípios do direito consuetudinário, baseado nos costumes.

A conquista da Hispânia<sup>6</sup> pelos visigodos deu-se a partir do V século. Com uma monarquia de caráter eletivo, as dissensões provocadas pela vacância do trono, na capital Toledo, eram frequentes. A ascendência germânica era uma indelével marca da cultura visigótica, refletindo-se em um sentimento de proteção grupal traduzido em esforços de preservação da paz e da família em um conceito bastante alargado. O Direito germânico

---

<sup>1</sup> Legislação romana compilada desde o período arcaico (VIII a.C.) até a promulgação do Código Civil Justiniano (c. 530), que marcou o ordenamento jurídico da cidade de Roma e foi aplicado a toda a extensão do Império, bem como absorvido pelos sistemas jurídicos dos povos estrangeiros que adentraram o limes imperial, tendo sido mesclado a suas tradições legislativas específicas.

<sup>2</sup> Conjunto de leis e regulamentos compilado e aplicado à normatização da vida eclesiástica e leiga nas comunidades cristãs.

<sup>3</sup> Compilação de leis feita pelo rei visigodo Rescesvinto (c. 654) na Península Ibérica.

<sup>4</sup> Compilação legislativa promulgada por Teodósio II na porção oriental do Império Romano em 438 e estendida ao ocidente em 439 por Valentiano III.

<sup>5</sup> Apesar da conotação negativa do termo entre a população romana no que se refere ao trato para com as comunidades estrangeiras, para fins deste trabalho adotamos o termo apenas como referência às características particulares não romanas dos povos que adentraram as fronteiras do Império a partir do II século, tais como a diversidade linguística e a religiosidade originalmente não cristã. É importante ter em vista, porém, que ao estabelecerem-se dentro das fronteiras imperiais, as culturas bárbaras romanizaram-se paulatinamente, dando origem a novas estruturas que mantiveram tanto padrões culturais específicos quanto padrões romanos adotados pelos estrangeiros.

<sup>6</sup> Porção territorial da Península Ibérica conquistada pelos romanos no século I, pelos visigodos entre o IV e V séculos e ocupada pelos muçulmanos após o século VIII.

assentava-se na oralidade. Fontes romanas nos revelam aspectos importantes deste modelo, apesar da clara influência latina sobre as organizações legislativas bárbaras no contexto Imperial. A primeira compilação de leis visigóticas escritas deu-se a partir de sua fixação na região Ibérica, com a promulgação do *Código de Eurico* em 476, uma mescla de direito germânico e romano, adaptada às características socioculturais particulares dos visigodos (AZEVEDO, 2001, p. 7).

A *Lex Romana Visigothorum* data de 506 e possui conteúdo doutrinário, com uma clara influência do *Codex Theodosianus*, buscava-se apaziguar as relações entre os diversos grupos do reino, tais como godos e hispano-romanos. Também fazem parte deste compendio as primeiras leis destinadas à população judaica do reino. Gonzalez-Salineiro (1998, p. 173) afirma que, neste período, as normas que regiam a comunidade judaica em Toledo e adjacências referiam-se a proibição de práticas proselitistas (como a circuncisão de não judeus, com punição de morte, exílio e confisco de bens dos envolvidos), do direito de ocupar cargos políticos que implicassem autoridade e da manutenção de escravos cristãos. Mantém-se, porém, os direitos de celebração das festas e rituais judaicos, o descanso sabático e a leitura da Torá. Disputas gerais ou conflitos religiosos que envolvessem apenas judeus também poderiam ser dirimidos por tribunais próprios e magistrados de origem judaica, o que garantia a essas comunidades certa autonomia.

Em 589, com a conversão do monarca Recaredo ao cristianismo católico, os Concílios – que funcionavam como órgãos legislativos – receberam a incumbência de dirigir assuntos políticos, administrativos, econômicos e religiosos, participando dos mesmos o rei, dignatários da hierarquia eclesiástica e membros das Cortes. As normas ditadas pelos Concílios fundiam princípios do Direito Secular e Canônico, servindo como pilar de construção para o posterior Código Visigótico, promulgado por Rescesvinto em 654, uma revisão da tradição legislativa construída até então e somada aos ensinamentos de Isidoro de Sevilha<sup>7</sup>.

Em um contexto de enfraquecimento da autoridade real visigótica devido à frouxidão das alianças com a alta nobreza em locais afastados da capital, os esforços da coroa cristã movimentaram-se no sentido de definir e legitimar uma unidade política sólida, pautada na defesa da fé e dos valores cristãos, único ingrediente capaz de conferir coesão a uma sociedade plural. A partir da exegese bíblica, o bispo Isidoro de Sevilha ajudou a conferir às monarquias

---

<sup>7</sup> Nascido na Hispânia, em 560, Isidoro foi um influente arcebispo de Sevilha tendo se destacado como teólogo, conselheiro do rei Sisebuto voz ativa nos Concílios de Toledo e Sevilha.



crístãs o princípio de autoridade forte do qual careciam: seu caráter sagrado, através da unção dos reis. Conjugaram-se, assim, os interesses do Estado e da Igreja.

Neste contexto, os judeus serão ainda mais anematizados. A produção teológica e a legislação real adquiriam um caráter antijudaico cada vez mais acirrado. Na obra *De Fide Catholica*, Isidoro de Sevilha refere-se aos judeus como infíeis abomináveis, ímpios e duros de coração. Para ele, ao negar Cristo, os judeus haviam selado um destino de condenação, estando relegados a padecer na destruição, repudiados por Deus (ISIDORO DE SEVILHA, 1855). Ao longo da Alta Idade Média Ibérica, o processo de estigmatização das comunidades judaicas continuou a criar mecanismos de identificação dos judeus como inimigos da cristandade, contribuindo para a ocorrência de episódios de conversão forçada e de perseguições com a invasão e queima de sinagogas.

Em 1251, Fernando III de Castela mandou traduzir para o castelhano o antigo Código de Leis Visigótico, ficando este conhecido como *Fuero Juzgo*. Mantendo as bases da legislação anterior, mas em um esforço de unificação do aparato legal do reino, seu sucessor Afonso X elaborou o *Fuero Real*, destinado a substituir as cartas municipais, ampliando-se o poder judicial do rei. Além deste documento, Afonso, alcunhado o Sábio, promulgou ainda na esfera legislativa O *Espéculo* (1258-1261) e as *Siete Partidas* (1271). Para Adeline Rucquoi, estes trabalhos legislativos tinham o fim de “ordenar o conjunto da sociedade seguindo uma hierarquia estrita e especificando os direitos e deveres de cada um, do rei ao último dos súditos – cristãos, judeus ou muçulmanos – incluindo a Igreja e seus membros” (1995, p. 179).

O projeto legislativo de Afonso X não pode ser analisado sem levar em conta seus interesses políticos e características particulares. Esforçando-se para garantir a legitimidade da coroa cristã nos territórios reconquistados sob o governo de seu pai e antecessores, o rei desejava, ainda, pacificar o conjunto social, evitando dissensões e conflitos internos. A ideologia de governo defendida por Afonso, conforme demonstra Joseph O’Callaghan, baseava-se na ideia de que “o Estado era uma abstração, mas também uma entidade corporativa, uma pessoa jurídica, com sua própria razão de ser e sua lei pública” (1996, p. 40). Os componentes do corpo político – rei, reino e súditos – precisavam funcionar em harmonia para que sua “saúde” fosse garantida. Havia grande preocupação, pois, em garantir que cada comunidade se mantivesse estável, sob controle, dando sua parcela de contribuição para o funcionamento da sociedade castelhana.

Nesse sentido, os judeus representavam um conjunto social importante, em especial no que se refere às atividades econômicas a que se dedicavam. O papel comercial, financista e usurário de membros da comunidade judaica em Castela era destacável: os mais conhecidos cobradores de impostos eram, em quase todo o reino, judeus e estes encarregavam-se também da atividade usurária, vedada aos cristãos, emprestando dinheiro à juros para nobres, clérigos, viajantes e até mesmo para a monarquia. Não era incomum encontrar, ainda, judeus comerciantes e financistas.

A legislação afonsina direcionada às comunidades judaicas encontra-se na sétima *Partida*. Salientando que “judeus e cristãos vivem e moram juntos nas vilas e vestem-se uns como os outros” (VII, 24, 11), as leis estabelecidas pelo documento visam marcar uma distinção visível entre as diversas religiões do reino, em defesa da supremacia cristã, mas salvaguardando aos judeus sua liberdade de culto e garantindo sua sobrevivência. O texto busca, pois, reprimir, assim como seus antecessores, o proselitismo judaico, mantendo-o restrito e sob controle, garantindo que este não se sobreponha, em nenhum aspecto ou sob nenhuma condição de relação social, à religião oficial da monarquia e/ou ao clero. Judeus são proibidos de se casar com cristãos, a menos que se convertessem ao cristianismo. São proibidos de ocupar cargo público caso este implicasse autoridade sobre algum cristão, bem como de administrar qualquer remédio a um cristão, às vistas de não poder envenená-lo. Não poderiam participar de ritos funerários cristãos para não alegrarem-se de sua morte, nem poderiam batizar crianças cristãs para não ser-lhes mau exemplo. Ostentar título de honra poderia ser considerado crime. (*Siete Partidas*, VII). Enfim, a legislação contra os judeus escancara a necessidade de inferiorizá-los diante da cristandade a partir de um discurso estigmatizador e marginalizador, imputando-lhes o anátema que a tanto carregavam consigo, o de infiéis (CASTRO, 2001, p. 504-505).

Ainda que as sanções aos judeus, nas *Partidas*, fossem rígidas, o texto também traz admoestações aos cristãos que tentassem fazer, contra judeus, “justiça com as próprias mãos”, devendo qualquer conflito ser comunicado aos magistrados competentes e por eles dirimido. Era direito dos judeus, inclusive, serem julgados por seus próprios juízes e não se podia obrigá-los a comparecer a um tribunal aos sábados (VII, 24, 5). As sinagogas, responsáveis diretas pela cobrança dos impostos reais nas comunidades judaicas, ficavam protegidas contra ataques e depredações. Afonso X reservou-se, inclusive, o direito de autorizar a construção de novas sinagogas caso considerasse necessário e oportuno (VII, 24, 4).

O aparente paradoxo encontrado nas *Siete Partidas*, de estigmatização e tolerância da comunidade judaica em Castela, deve ser observado com cautela, pois não é de fato contraditório: Afonso X considera o judaísmo um modelo de religiosidade falso e repreensível por negar a verdadeira fé em Cristo e sua ressurreição, mas, ao mesmo tempo, busca proteger os judeus uma vez que compreende sua importância para o bom funcionamento do reino, especialmente no que diz respeito a sua relevância econômica, mas também no que se refere à boa convivência social em um ambiente plural e excludente. De certa maneira, o judeu era considerado um mal necessário, pois sua existência estava relacionada à concretização da profecia do Juízo Final, em que dariam testemunho de sua condição deicida. Enquanto isso, poderiam viver em segurança, partilhando do convívio com os cristãos, mas cientes de sua condição e valor inferior.

### Fontes Primárias

Afonso X. *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*. Ed. Real Academia de la Historia. 3 vols. Madrid: Imprensa Real, 1801.

Isidoro de Sevilha. *De Fide Catholica ex veteri et novo testamento contra judaeos*. PL., t. 83. Paris: c. 1855.

### Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Luís Carlos. O Direito visigótico. *Revista da Faculdade de Direito da USP*. São Paulo, v. 96, p. 3-16, 2001.

CASTRO, Américo. *España Em Su Historia: cristianos, moros y judíos*. Barcelona: Crítica, 2001.

FELDMAN, Sérgio Alberto. A Monarquia Visigótica e a Questão Judaica: entre a espada e a cruz. *Saeculum*, João Pessoa, n. 17, p. 11-25, 2007.

GONZALEZ-SALINEIRO, Raul. Catholic antijudaism in visigothic Spain. In: FERREIRO, Alberto (ed.). *The visigoths: studies in culture and society*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1998.

O'CALLAGHAN, Joseph F. *El Ry Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidade de Sevilha, 1999.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

## A História do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1946-1967)

Ana Luiza Dias de Faria

E-mail: analuizaf555@hotmail.com

**Resumo:** O curso de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UEMG) iniciou sua história em 1958, quando a Escola de Serviço Social (1946) fundada pelo Padre Agnaldo Leal integrou-se à universidade. Em 1967 a Escola participa do seminário de Araxá, em que são discutidos os fundamentos da profissão e a necessidade de reconceituá-los, atualizando-os à realidade brasileira. Tal evento influencia os agentes sociais de forma que os faz criar um método próprio de atuação social, o método de Belo Horizonte. Assim sendo, esta pesquisa visou apresentar um panorama do Serviço Social no Brasil, dando ênfase a sua institucionalização em Belo Horizonte. Teve como objetivo geral analisar a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UEMG) no período de 1946 a 1967, que abarcou os três marcos da Escola: sua fundação, a integração à universidade e a participação do seminário de Araxá.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Seminário de Araxá, Reconceituação do Serviço Social.

**Abstract:** The Bachelor of Arts Degree in Social Work of the Catholic University of Minas Gerais began its history in 1958, when the School of Social Work (1946) founded by Father Agnaldo Leal joined the university. In 1967, the School participates in the Araxá Seminar in which the fundamentals of the profession and the need to reconceptualize them, updating them to the Brazilian reality are discussed. Such an event influences the social agents in a way that makes them create their own method of social performance, the Belo Horizonte method. Therefore, this research has aimed to present an overview of Social Work in Brazil, emphasizing its institutionalization in Belo Horizonte. It had as an objective to analyze the School of Social Work of the Catholic University of Minas Gerais in the period of 1946 through 1967 which covered the three landmarks of the School: its foundation, its university integration and its participation in Araxá Seminar.

**Keywords:** Social Work, Araxá Seminar, Social Work reconceptualization

### Um panorama sobre o Serviço Social

A História é inerente ao homem e está presente nos sonhos realizados, como também nas suas histórias vividas. Essas experiências geram memórias que compartilhadas viram grandes histórias a serem contadas. Sendo assim, é importante que se conheça o passado do homem e das instituições, em especial, aquelas que se preocuparam com o auxílio ao próximo. Nesse sentido, se torna relevante conhecer e compreender a trajetória do Serviço na sociedade brasileira para que só assim, possamos analisar a história da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte.

A profissão que nasceu em berço inglês em plena Revolução Industrial encontrou em cada nação um contexto social diverso, nele o Serviço Social adequou-se e se consolidou no meio social conquistando credibilidade e legitimidade. Destaca-se o Chile, com os grupos pioneiros nos anos 30 do século XX, na qual seu processo de amadurecimento profissional se

destoou na década de 1960, quando se tem o movimento de Reconceituação do Serviço Social por esses agentes.

Esse movimento protagonizou um sentimento de mudança dos profissionais da área que tiveram a oportunidade de refletir os fundamentos da profissão. Acreditavam que o Serviço Social advindo dos preceitos europeus não convinha com a realidade latino-americana, defendiam uma intervenção do Serviço Social pensada para a América Latina. A Reconceituação latino-americana na década de 1960 teve reflexo direto no Serviço Social brasileiro trazendo contribuições que foram discutidas nos seminários de teorização da profissão como o seminário de Araxá<sup>1</sup> (1967).

No Brasil, a inserção do serviço de assistência à sociedade teve a participação direta do Estado e da Igreja Católica, assim como no caso do Chile. Esses convergiram interesses sobre o Serviço Social, pois coniventes com a expansão do sistema econômico e preocupados com a manutenção do seu poder na sociedade, instalam a ideia de assistência social como apaziguadora de problemas sociais causados por esse advento.

No entanto, a Igreja elabora diretrizes para a solução da problemática condição dos trabalhadores denominada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1998) de questão social, e o Estado dá suporte legal para sua instalação. A questão social se torna eixo fundador do Serviço Social<sup>2</sup>.

A Igreja Católica em constante presença na sociedade latino americana, se une ao Estado e a burguesia em ascensão, promovendo significativas mudanças a favor de manter o controle social. A Igreja tinha a tarefa de unificar a sociedade após os conflitos referentes à questão social, no qual, sua função era estabelecer a harmonia social. Dessa forma, elabora diretrizes gerais sobre os conflitos sociais e estabelece normas para sua solução utilizando como instrumento as encíclicas papais, que se resumiam em duas: a Rerum Novarum divulgada por Leão XIII em 1891, e o Quadragésimo Anno de Pio XI, em 1931.

---

<sup>1</sup> Composto durante o I seminário de Teorização do Serviço Social em Minas Gerais (Araxá), aconteceu nas datas de 19 a 26 de março (1967). É o produto dos estudos de profissionais competentes reunidos em Seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Espelham a situação do Serviço Social em dado momento de sua história, e são o resultado de seu desenvolvimento científico, embora influenciado por acontecimentos sociais e políticos (CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS, 1986, p. 2).

<sup>2</sup> Segundo Iamamoto (1998, p. 27 – grifos no original), “A **Questão Social** é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

Ambas discutiam a condição operária, pois salientavam as formas de exploração da força de trabalho assalariada que permitiam a acumulação capitalista. A igreja ao elaborar essas encíclicas e utilizá-las como norteadores de uma ação apaziguadora queria atuar em conjunto com seus fiéis na comunidade, de fato que inicia-se a Ação Católica (1922). Segundo Manrique Castro (1984) essa ação consistia na participação da intelectualidade laica que propunha a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social.

Nesse cenário, instalou-se então centros de estudo de Serviço Social, em que tinha como tutora a Igreja Católica e por diretriz moral a Doutrina Social da Igreja Católica - consistia em um conjunto de princípios e ações sobre a realidade social. Nesses lugares debatia-se o contexto social, sendo destaque nas discussões as condições dos operários. Deu-se início a criação de escolas visando a divulgação da profissão e qualificação técnica dos assistentes sociais. Nesse meio tempo surgem várias escolas, nas quais se destacam: a Escola de Serviço Social de São Paulo (1936), a do Rio de Janeiro (1937) e a Escola de Minas Gerais (1946). Dessa forma, a pesquisa se concentrou na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como base a documentação do Centro de Memória e Pesquisa Histórica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

### **A Escola de Serviço social de Minas Gerais: fundação, desenvolvimento e integração à UCMG**

O Serviço Social recém inserido na sociedade brasileira conquista espaço e credibilidade por sua participação em obras sociais e seminários que discutiam a situação social da época, como também, formas de atuar na realidade comunitária. Esse ideal se expande no Brasil e se consolida com as criações das Escolas de Serviço Social. A Escola de São Paulo (1936) e a Escola do Rio de Janeiro (1937) motivaram outros estados a também promoverem a ação do auxílio através da qualificação técnica que os centros de estudos proporcionavam.

Em detrimento da sua expansão e desenvolvimento no meio social, o Serviço Social chega ao Estado de Minas Gerais como um auxílio necessário à condição dos trabalhadores, tendo que a população, em específico, do município de Belo Horizonte passava por dificuldades em seu cotidiano. Belo Horizonte se consolida como capital e cresce com a discrição até 1940, quando passa a assumir fisionomia de metrópole. No qual o contexto social dessa década foi também aprofundado pela questão social nessa localidade.



A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, assim como bem definia Valentin Bahillo Cuadrado (1987) era “um sonho de solidariedade humana” que se torna realidade através do Padre Agnaldo Galvão Leal (1903-1993), um sonhador que vivenciava os problemas sociais desde sua migração do Sergipe à capital mineira em 1927. Quando se torna pároco da Igreja de Santo Antônio e coordenador da Ação Católica, e a ideia da criação de uma escola visava integrar os poderes do Estado, Igreja e iniciativas privadas no combate as mazelas sociais.

Em 17 de julho de 1946 dez anos depois da criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, a escola de Belo Horizonte é fundada com o ideal de tornar científico e técnico a prática de assistência ao necessitado. Pe. Agnaldo manteve contato com os grupos que a ele interessavam para tornar seu sonho em realidade. Estava em constante diálogo com profissionais da área do Serviço Social e entidades que possibilitariam a iniciativa financeira, esses com reais intenções de colocar a teoria em prática foram convocados pelo Pe. Agnaldo a iniciar as atividades escolares.

Iniciou palestras para conscientizar os setores industriais a aderir sua causa, a Federação dos Industriais foi a primeira a ouvir seus apelos, mas muitas tentativas foram mal sucedidas. A cada palestra o padre se direcionava a um setor social na tentativa de abranger o horizonte de auxílio. Na direção geral estava padre Agnaldo Leal, Haydée dos Reis Castro como diretora técnica, Modesta Manoela Lopes como monitora pelos círculos de formação e visitação a obras, e Lydia Carvalho do Espírito Santo na tesouraria. Os objetivos da Escola foram muito bem estabelecidos, [...] formar pessoal técnico habilitado à execução e direção do Serviço Social em qualquer dos campos, desenvolver a pesquisa científica no campo do Serviço Social. (CMPH, 1946, s/p). Criada a Escola e escrito o seu estatuto estava na hora de voltar a se preocupar com a prática do Serviço Social

Em 1947, a Escola teve um aumento de serviços solicitado por alguns setores industriais e sente a necessidade de se mudar para um novo endereço – Rua Antônio Aleixo, 380. E o ano iniciou cheio de solicitações dos seus serviços. O Serviço Social da Indústria de Minas Gerais requisita um curso intensivo de auxiliares sociais tendo o intuito estreitar os laços entre o trabalhador e o empregador. O SENAI treina seus funcionários com a ajuda da Escola. O governador Milton Campos (1900-1971), percebendo a importância do Serviço Social, tanto para as empresas quanto para o apaziguamento das condições sociais, determinou uma audiência pública semanal de serviço social para o estudo e análise de casos a serem solucionados.



Este foi um grande passo para a Escola projetando seus serviços no espaço da cidade apoiada pelo governo vigente. Depois de algumas dessas sessões públicas alguns médicos, engenheiros, advogados e industriais envolvidos nas questões sociais junto aos assistentes sociais se unem e determinam a constituição de uma sociedade mantenedora para a Escola denominada de Instituto de Estudos e Ação Social. Seu objetivo principal era dar suporte aos agentes sociais na resolução dos problemas apresentados, proporcionando o preparo necessário para os funcionários e alunos da Escola dentro dos preceitos da Doutrina Social da Igreja.

Cuadrado (1987) expõe a preocupação do Pe. Agnaldo com a possível instabilidade institucional. Empenhado em consegui-la, reunia-se com um grupo de pessoas do mais alto conceito da sociedade belo-horizontina. Da troca de ideias [...] surgiu a ideia de formar uma sociedade que funcionaria como mantenedora da Escola de Serviço Social (CUADRADO, 1987, p. 138).

Em decorrência da intensificação da questão social elevou-se o número de interessados no curso de Serviço Social, e aumentou o número de matriculados de (42) no ano anterior para (61) em 1948, tendo também expandido o corpo docente; de seis professores em 1946 para dezesseis neste ano. As solicitações dos serviços da Escola envolviam vários órgãos do estado; a Polícia Militar pedia colaboração na realização de um curso intensivo de auxiliares de administração social, para a União Estadual de Estudantes (UEE) fez uma pesquisa sobre o meio universitário, no intuito de realizar uma organização assistencial. Nesse ponto a Escola e a UEE em parceria trabalharam para a criação do departamento de Serviço Social do Estado.

A década de 1950 foi o ano do triunfo da Escola, pois foi o período de maior expressão e representatividade na sociedade, no qual, prestava colaboração na instalação do Serviço Social nas obras sociais, realizava pesquisas, e encaminhava os alunos aos estágios supervisionados nas entidades industriais. O ano de 1954 termina com a felicidade da Escola em ser cogitada e convidada para integrar-se à UCMG. De acordo com Cuadrado (1987), “O que poderíamos chamar de injeção de vitalidade oferecida pela nova situação jurídica não foi para a Escola de Serviço Social senão uma confirmação de sua própria vitalidade.”. E em 1958 a Escola se integra a UCMG.

Segundo Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1983), o Serviço Social brasileiro entre 1947-1961 esteve em processo de desenvolvimento acelerado, pois a medida que o projeto de industrialização prosperava e a economia se fortalecia, a profissão encontrava espaço para o

seu amadurecimento. Segundo os autores (1983), “[...] a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, “modernizando-se”.

Nesse período, as ações dos assistentes sociais conquistaram credibilidade aos olhos do Estado, em detrimento disso, suas funções foram ampliadas, evidenciando uma evolução no “status técnico da profissão”. O agente se direcionou a atividades como coordenação e planejamento de serviços dentro dos setores industriais. É perceptível que no ano de 1958, não se tem mais as temáticas ligada a Igreja Católica. São tratados assuntos do cotidiano, dos estudos de casos, grupos ou da comunidade que visitavam nas aulas práticas.

Constatando ainda as atividades internas, a Escola tinha uma prática recorrente de palestras e conferências. Essa prática estava presente desde a época de fundação da instituição, quando ainda era necessária uma divulgação para fins de conhecimento popular do curso de Serviço Social. Nesse ano, as palestras trouxeram professores recém-chegados da Europa que tratavam sobre as temáticas recorrentes, mais com uma perspectiva comparativa das realidades. Traziam consigo uma parcela de criticidade social.

### **A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: a atualização dos fundamentos profissionais no seminário de Araxá (1967)**

O ano de 1967 teve uma grande lacuna documental para a Escola, contudo, foi possível encontrar informações sobre a inauguração da Biblioteca Especializada da Universidade Católica de Minas Gerais que contava com um acervo de 802 volumes e tinha-se a assinatura de algumas revistas específicas do Serviço Social, eram elas; Service Social Dans le Monde, International Social Work, Debates Sociais, e CBCISS. Essas revistas remetiam a teoria do Serviço Social e aos debates que a época apresentava. Esses debates são interessantes de conhecê-los, pois foram eles que nortearam a jornada do Serviço Social na década de 1960 em diante.

Netto (1991) percebe que esses impulsos reflexivos estavam ligados por uma entidade, a CBCISS (Centro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) que exportava o conhecimento discutido nas entidades que aglutinavam os profissionais do Serviço Social. E que possibilitou a realização de “seminários de teorização” sendo eles; Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978), Alto da Boa Vista (1984) e Rio de Janeiro (1989). Destacase que o objetivo desses seminários era, de fato, a renovação dos fundamentos da profissão, no qual, segundo Vieira (1977) discutiam o “lugar e as funções do Serviço Social nos programas

de desenvolvimento”. Compreendido a existência dos seminários e seu propósito, nos atentemos a um em específico, o Seminário de Araxá e sua repercussão no cenário brasileiro.

De acordo com Balbina Ottoni Vieira (1977), o evento oferecia uma síntese de pensamentos dos assistentes sociais da época, que percebia sua profissão em um viés científico e “num quadro de referências de filosofia neotomista” (VIEIRA, 1977, p. 159). Essa visão parte do princípio que o Serviço Social desde seu surgimento no século XIX estava ligado ao discurso moralizador da Igreja Católica, que no século seguinte elaborou diretrizes – as encíclicas papais, no qual direcionavam seus esforços em conjunto com os leigos para atuar na sociedade. Logo depois atrelada ao cientificismo, desenvolveu práticas mais tecnicistas preocupando-se em qualificar a ação profissional.

O consenso entre os assistentes sociais no evento consta que a profissão atua como uma técnica interventiva na sociedade e desencadeia um tipo de influência capaz de influenciar o “comportamento humano e o meio”. Sendo assim, deveriam atuar de acordo com o que a realidade demandasse. A partir daí, a equipe belo-horizontina que havia participado do evento retorna formando um método próprio de agir socialmente, o método de BH.

## **Conclusão**

A pesquisa visou apresentar a jornada do Serviço Social no Brasil, dando ênfase a sua institucionalização na sociedade belo-horizontina. Em segundo momento objetivou analisar a Escola de Serviço Social de Minas Gerais, nos três principais marcos de sua história: a fundação, a integração à UCMG e a participação no seminário de Araxá (1967).

O estudo desses marcos na vivência escolar em conjunto com uma análise do contexto social da época contribuiu para uma visão ampla da evolução profissional do corpo docente escolar. Pois trouxeram para um debate no interior da categoria profissional a heterogeneidade de posições ideológicas que cada marco trazia consigo. Por exemplo, na época da fundação, a Escola do Padre Agnaldo Leal tinha o caráter missionário de seu fundador em que os serviços se aproximavam do auxílio caritativo, em que o movimento religioso encorajava pela Doutrina Social da Igreja Católica.

No segundo marco, a Escola buscou o cientificismo técnico na Universidade Católica mudando a grade curricular para melhor atender seus alunos. Nesse meio tempo a tendência teórica metodológica da instituição mudou-se de eixo, da assistência caritativa aliada aos

preceitos da Igreja e aproximação dos ideais das Escolas europeias ao tecnicismo das influências norte-americanas.

Já o terceiro marco, teve a participação do corpo discente da Escola no seminário de teorização do Serviço Social brasileiro, no qual apresentam uma análise da trajetória de sua profissão. Nesse evento, a proposta era de renovação das funções e fundamentos dos agentes e do Serviço Social. A equipe belo-horizontina tendo contato com essas novas contribuições ideológicas inicia um momento de reflexão de seus métodos de ensino e em 1970 atualiza sua grade curricular, motivada pelas considerações do seminário de Araxá elabora o método de Belo Horizonte.

Sendo assim, a pesquisa contribuiu para a compreensão da trajetória da Escola de Minas Gerais, apresentando marcos históricos que colaboraram para a percepção da evolução profissional dos alunos e professores da instituição no período estudado. No qual, proporcionou momentos de reflexão e incentivo para que pudessem desenvolver sua própria metodologia de trabalho.

## Referências

### Fontes primárias

CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA. Escola de Serviço Social de Minas Gerais. Nota histórica. Data-limite: 1946-1970. Caixa 39, Pasta 1, 1946. s/p.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS. Escola de Serviço Social de Minas Gerais. Atas. Data-limite: 1946-1967. Caixa 1. Pasta 1/1. 1946. p. 3.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS. Escola de Serviço Social de Minas Gerais. Atas. Data-limite: 1946-1967. Caixa 1 Pasta 1/1, 1946. p. 15

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS. Escola de Serviço Social de Minas Gerais: histórico de sua fundação: relatórios anuais, 1946 a 1954. 1 vol. Belo Horizonte: Escola de Serviço Social de Minas Gerais, 1954.

### Fontes secundárias

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O Metodologismo e o desenvolvimento no serviço social brasileiro –1947 a 1961. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 11-34, jan. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2906>>. Acesso em: 25 Set. 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. História Econômica da América Latina: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CASTRO, Fabiana Maria Martins Gomes de. Sociedade de risco e o futuro do consumidor. In: NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (Orgs). Responsabilidade civil: indenização e direito do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. Teorização do serviço social. 2.ed. São Paulo: Agir, 1986.

ESCUELA DE SERVICIO SOCIAL ELVIRA MATTE DE CRUCHAGA. Memoria. 1930-1940. In: MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do serviço social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A crise do sistema colonial e o processo de independência. In: WASSERMAN, Claudia (Coord.). História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas). Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

IANNI, Octávio. A questão nacional na América Latina. Estudos Avançados, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-40, jan./mar., 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003)>. Acesso em: 7 out. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Legitimidade e crise do serviço social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão. 1982. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3.ed. São Paulo; Lima: Cortez; CELATS, 1983.

IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Direitos e justiça no Brasil. Ensaio de História Social. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida: uma

história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, Arlette Alves. Serviço Social no Brasil: ideóloga de uma década. São Paulo: Cortez, 1982.

LOPES, Josefa Batista. 50 anos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 20, n. 1, p. 237-252, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054/3103>>. Acesso em: 7 de setembro de 2016.

LOPES, Marcos Antônio. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. Tempo [online], Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 147-165, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v16n30/a07v16n30.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro 2016.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do serviço social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1984.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2004.

REVISTA geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, Abr. 1895. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=anexo\\_iv\\_-\\_sintese\\_da\\_historia\\_de\\_bh.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=anexo_iv_-_sintese_da_historia_de_bh.pdf)>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

SANTOS, Yara Maria Frizzera. O curso de Serviço Social PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <<https://pucminasservicosocial.wordpress.com/servico-social-puc-minas-umahistoria/>>.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPINELLI, Miguel. Sobre as diferenças entre éthos com epsilon e éthos com eta. In: Revista Transformação, Marília, v. 32, n. 2, p. 9-44, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v32n2/v32n2a01.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 14, n. 55, p. 39-59, abr./jun., 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>>. Acesso em: 2 de setembro de 2016.

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

VIEIRA, Manuela do Corral. Consumo na pós-modernidade: as relações de identidade e comunicação no Festival de Parintins. In: CONGRESSO FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES LUSÓFONAS DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – LUSOCOM, 9, 2011. São Paulo, SP.

Anais..., Universidade Paulista, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-manuela-consumo-na-pos-modernidade.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

WASSERMAN, Cláudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: WASSERMAN, Cláudia (Coord.). História da América Latina: cinco séculos – temas e problemas. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p. 177.

WASSERMAN, Cláudia. A manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais. Estudos Ibero-Americanos, v. XXIV, n. 2, p. 51-70, 1998.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WIARDA, Howard J. O modelo corporativo na América Latina e a latino-americanização dos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 1983.



## Alguns apontamentos históricos sobre o povoado de São José do Triunfo, MG

**Paulo Cesar da Costa Pinheiro**

Curso de História

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

E-mail: pinheiro@demec.ufmg.br, PauloCCPinheiro@Gmail.com

**Resumo:** São José do Triunfo é um dos distritos de Viçosa MG, situado a cerca de 8 km do seu centro. Sua origem está em um terreno doado por Bento Lopes para São José no Século XIX. Com o fim da escravidão, os escravos libertos procuravam um lugar para se estabelecer e ali chegando obtinham gratuitamente da igreja um lote e levantavam um barraco. Aos poucos o patrimônio foi aos se transformando no povoado de São José do Triunfo

**Palavras Chaves:** História Cultural, História Oral, Escravidão, São José do Triunfo.

**Abstract:** São José do Triunfo is one of the districts of Viçosa, MG, located 8 km from the center city. Its origin is in a land donated by Bento Lopes to Saint Joseph in the nineteenth century. At the end of slavery, freed slaves looking for a place to settle and arriving in this place obtained free a land where they raised their houses. Gradually the place growing and became the village of São José do Triunfo.

**Keywords:** Cultural history, Oral history, Slavery, São José do Triunfo.

### Introdução

Este trabalho visa resgatar a história do surgimento e desenvolvimento do Povoado<sup>1</sup> de São José do Triunfo. A metodologia utilizada foi da entrevista livre. Os fatos históricos foram resgatados através de entrevistas orais com moradores locais mais idosos, que foram instigados a lembrar a história do povoado da década de 30 até os anos 70. As entrevistas foram registradas com um gravador digital e analisadas para levantamento das informações. A modalidade de história oral empregada deste trabalho é chamada Tradição Oral: o resgate de histórias de domínio coletivo, mas que não está registrado, e que neste caso espera pela intervenção do historiador de história oral para que seja documentada [Rompatto<sup>2</sup>].

São José do Triunfo, também conhecido por “Fundão”<sup>3</sup>, é um dos distritos do município de Viçosa MG, situado a cerca de 8 km do centro, à margem da rodovia MGC-482 (Viçosa-Araponga), coordenadas -20,748531S -42,824768W e as margens do Rio Turvo Sujo. São José do Triunfo foi elevado à categoria de distrito pela lei 841 de 19 de Março de 1992 e em 2010

---

<sup>1</sup> Povoado é todo núcleo de população que não sendo sede municipal ou distrital se caracteriza por uma população permanente, pelo fato de pertencerem a diversos tanto a posse do solo como a propriedade das moradas; pela locação das moradas; pela liberdade de trabalho, comércio, indústria, arte e profissão; e pela existência de comércio interno ou externo, livres. FERREIRA, Lupércio Gonçalves; BARROS, Laércio Coutinho. Conceito de Povoado. Revista Brasileira de Geografia. v. 3, n.4, p.853-857, out-dez 1941

<sup>2</sup> ROMPATTO, Maurílio. A oralidade como fonte de pesquisa da História Regional. História, Historiadores, Historiografia. (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PucSP), n.41, dez 2010, p.337-350.

<sup>3</sup> Segundo a tradição local, o apelido “Fundão” é porque perto do atual povoado existe uma gruta que servia de refúgio para os escravos em rota de fuga.

possuía 3209 habitantes [IBGE<sup>4</sup>] (estimativa de 3027 habitantes em 2013 [Cruz<sup>5</sup>]).

A região de Viçosa era originalmente habitada pelos índios Puris. Provavelmente, os primeiros homens brancos a passarem pela região foram os da bandeira de Antônio Rodrigues Arzão (? - 1730), composta por 50 homens, que seguindo a rota de Fernão Dias Paes (1674-1681) partiu de Taubaté (SP) chegando a Itaverava (Itaberaba = pedra brilhante) em 1692. Após permanecer em Itaverava alcançou a Serra do Guarapiranga (Piranga) e seguindo em direção da Serra dos Arrepiados (Serra do Brigadeiro) atravessou o Rio Piranga e descobriu ouro no local que chamou de “Casa do Casca”<sup>6</sup>. Depois da descoberta, a bandeira de Arzão desceu o Rio Doce até o Espírito Santo onde comunicou suas descobertas. Ele deixou a rota das descobertas com o seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, que por sua vez, chefiou uma outra bandeira em 1694, descobrindo ouro em Itaverava. Com a descoberta do ouro na região central de Minas Gerais, vieram pessoas de todo o Reino em busca da fortuna.

Segundo Lamas et alii<sup>7</sup> a ocupação da Zona da Mata Mineira teve como objetivo inicial a produção de alimentos para a região mineradora de Minas Gerais no auge do Brasil colonial. Como a mineração do ouro era muito rentável, ocupava quase toda a mão de obra, restando poucas pessoas na agricultura. Além disso, o solo da região mineradora não era propício para a agricultura. Com a escassez de alimentos na região mineradora, alguns moradores retornaram para cultivar terras que tinham visto no caminho para Vila Rica. Com a decadência das minas de ouro de Mariana e Ouro Preto na segunda metade do século XVIII, esse movimento se acentuou. Os antigos empresários da mineração se estabeleceram na região de Viçosa, trazendo consigo os seus escravos e formando fazendas de pecuária e lavoura de café. Para a instalação da comunidade paroquial era necessário conquistar os domínios indígenas. Segundo Paiva<sup>8</sup> o vale do rio Turvo Sujo foi conquistado após 1780, estando em 1783 ocupado.

Em 1800, uma capela dedicada a Santa Rita de Cássia foi erguida no local onde hoje

---

<sup>4</sup> IBGE. Base de dados do IBGE, Censo 2010, população. Distrito: 317130325, São Jose do triunfo. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1378&z=cd&o=7>, Acesso em 08 Fevereiro 2016.

<sup>5</sup> CRUZ, Tancredo Almada (Coord). Retrato Social de Viçosa V. Viçosa, MG: CENSUS, 2014, 91p. Disponível em: <http://www.censusvicosa.com.br/images/publicacoes/480/retratosocialdevicosav-finalpdf.pdf>

<sup>6</sup> Segundo Vasconcelos a localização exata da Casa da Casca é nas fraldas da Serra dos Arrepiados (Serra do Brigadeiro), em Araponga, MG. VASCONCELOS, Salomão de. Bandeirismo. Belo Horizonte: Oliveira Costa e cia, 1944, 133p. (Biblioteca Mineira de Cultura, v. XV).

<sup>7</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas, Setembro 2003, Caxambu, MG, Anais... Caxambu: ABPHE, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

<sup>8</sup> PAIVA, Adriano Toledo. Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813). Belo Horizonte: Argumentum, 2010, 206p. (p.28)

está situada a capela de Nosso Senhor dos Passos, hoje centro da cidade de Viçosa. Em 1805 um patrimônio (incluindo uma terra casa, registros, e madeira serrada) foi doado à capela pelo Capitão Manoel Cardoso Machado e sua esposa. Mais tarde a vila que se constituiu em torno da capela passou a ser conhecida como Santa Rita do Turvo.

### **São José do Triunfo**

Bento Lopes (ou José Lopes, segundo Pinto<sup>9</sup>), um contemporâneo do Capitão Cardoso, também possuía uma quantidade considerável de terras nas proximidades. Ele era parente distante do governador da capitania, cometeu um crime na área de mineração e foi aconselhado pelo governador a fugir para a Mata no início do século XIX. Ele recebeu uma doação de cerca de 300 alqueires (930 hectares) de terra, e trouxe consigo seis escravos homens e duas escravas (que eram as mães dos seus filhos) [Steele<sup>10</sup>]

Bento Lopes teve cinco filhos, dos quais dois foram lutar na guerra do Paraguai e terminada a guerra se estabeleceram no Mato Grosso. Antes de sua morte, Bento Lopes pediu a seus filhos para doar meio alqueire para o santo São José. Assim, eles deram um total de 2,5 alqueires (7,75 hectares) para a igreja, onde foi erguida uma capela e se formou o patrimônio de São José do Triunfo<sup>11, 12</sup>. O inventário de Bento Lopes só foi encerrado em 1913, cerca de 30 anos após a sua morte, quando prescreveu o direito à herança dos filhos que ficaram no Mato Grosso. A herança inventariada, cerca de 15 alqueires (46,5 hectares), foi dividida entre três herdeiros que receberam terras: cinco alqueires (15,5 hectares) para cada um<sup>13</sup>. Os herdeiros de Bento Lopes confirmaram por ato público a doação e o núcleo do povoado passou a pertencer à paróquia de Santa Rita de Cássia de Viçosa.

---

<sup>9</sup> João Bosco Guedes Pinto do Instituto de Economia Rural da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais realizou em 1961 um intensivo estudo sócio-econômico no povoado, levantando aspectos sociais, educacionais e econômicos do povoado. Este estudo não foi uma amostragem, mas sim levantamento completo, sendo entrevistados todos os chefes de família do povoado. PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". *Experientiae*, UFV, Viçosa, v.3, n.2, Fev. 1963, 58p.

<sup>10</sup> STEELE, John Tracy. *Tenure Processes in a Community in Minas Gerais, Brazil*. University of Wisconsin, 1968, 216p, Tese (Phd Agricultural Economics) Land Tenure Center, University of Wisconsin.

<sup>11</sup> Nos sertões das Minas Geraes no século XVIII, o senhores (donos de escravos e terras), costumavam fundar capelas. determinando um patrimônio em terras e rendimentos para a manutenção dos ofícios. As capelas rurais atraíam o povoamento, havendo assim uma intenção dos construtores de capelas numa espécie de plano de fundação do povoado. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A conversão do sertão. Capelas e a governabilidade nas Minas Gerais*. *Vária História*, v.23, n.37, p.151-166.

<sup>12</sup> Também na mesma região em 1810 Joaquim Pereira e Domingos Gomes ergueram a capela a São Miguel, origem do atual município de São Miguel do Anta, e Antônio Serafim Teixeira ergueu a capela a Santo Antônio, origem do atual município de Teixeiras.

<sup>13</sup> Durante o período de cerca de 100 anos, a propriedade de 930 hectares (300 alqueires) de Bento Lopes foi reduzida para 46,5 hectares. Isto em grande parte devido à permissão do estabelecimento de vizinhos nas terras não utilizadas, para ajudar na defesa contra índios e animais selvagens.

Com a libertação dos escravos os ex-escravos libertos que saíam das fazendas da região, procuravam um lugar para se estabelecer. As terras do patrimônio, já existente na época, constituíam um destino fácil e perto de Viçosa, onde eles podiam se estabelecer. Os despossuídos que ali chegavam solicitavam ao padre um lote que era demarcado e cedido gratuitamente. Por isto São José do Triunfo se tornou um local de fixação de ex-escravos, e provavelmente a razão da existência de tantas pessoas de cor. Segundo Pinto<sup>14</sup> em 1961 cerca de 80 % da população local era negra ou parda<sup>15</sup>.

Aos poucos o patrimônio foi aos se transformando no povoado de São José do Triunfo (citado no Almanak Laemmert de 1906<sup>16</sup>, e no Album Chorographico Municipal<sup>17</sup>). Até a década de 60, para morar no local bastava solicitar permissão ao padre que cedia gratuitamente um lote e construir o barraco obedecendo ao arruamento traçado. Nunca foi cobrado foro. Em 1961 as terras do patrimônio já estavam praticamente ocupadas, possuindo 408 habitantes [Pinto<sup>18</sup>]

A origem escrava da maioria da população de São José do Triunfo fez com que o povoado fosse visto com preconceito, como uma forma de quilombo pela população da cidade. “Deste grande número de pretos vem a má fama de que ainda hoje goza o Fundão na cidade de Viçosa” [Pinto<sup>19</sup>]. Este preconceito isolou de certa forma a população local, tornando-a fechada, de modo que preservou certos hábitos e heranças culturais.

### **A Chegada da Modernidade**

Em 1885 a estrada de ferro Leopoldina (The Leopoldina Railway) passou pelo patrimônio no caminho entre Turvo (Cajuri, inaugurada em 5 outubro 1885) e Viçosa (estação velha, bairro Violeira, inaugurada em 21 dezembro 1885), mas não havia estação ou parada de trem no patrimônio. O leito da linha férrea era paralelo à atual na Av. Silva Araújo, passando por onde hoje se situa o campo de malha. Em 1914 foi construída uma variante da estrada de ferro passando pelo centro da cidade de Viçosa, e o ramal da estação velha foi sendo

---

<sup>14</sup> PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". p.23.

<sup>15</sup> Segundo Paniago a população negra que se fixou na região de Viçosa é de origem do grupo Bantu, formado por inúmeras tribos do grupo Angola-Congolês e de grupos da Contra-Costa. PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. Viçosa - Mudanças Sociais e Socioculturais; evolução Histórica e tendências. Viçosa: Imprensa Universitária, 1990.

<sup>16</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1906, ano 63, p.1601.

<sup>17</sup> MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Álbum Chorographico Municipal: v.2. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926. 2v. mapa 177. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/vicos>

<sup>18</sup> PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". p.28.

<sup>19</sup> . São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". p.23.

progressivamente abandonado, deixando o trem de passar pelo patrimônio. Até a década de 40 um trolley manual fazia ocasionalmente o transporte de passageiros do patrimônio até à estação velha.

A eletricidade chegou ao povoado em 1972, gerada pela Usina Hidrelétrica Casquinha (pertencente à Universidade Federal de Viçosa - UFV), situada em São Miguel do Anta, no Rio Casca a cerca de 20 km do povoado. Era cedida gratuitamente pela Universidade para a iluminação das ruas. Alguns moradores, através de extensões clandestinas faziam a iluminação de suas casas. O transformador de alimentação do povoado foi instalado nos fundos da casa de Francisco “Chichico” Lopes de Almeida, e a chave geral ficava em um poste situado frente ao atual n.58 da Praça Luiza Lopes. Vicente Firmino, funcionário da UFV, era encarregado de acender as luzes no cair da noite e de apagá-las pela manhã. Em 1981 foi implementada a rede de distribuição de eletricidade oficial pela CEMIG (Lei Municipal 347/81).

A primeira geladeira do povoado (geladeira a querosene) foi adquirida por José Bhering Cardoso em 1958 para sua venda que se situava na atual Pç. Luiza Lopes n.55. O primeiro aparelho de Televisão foi adquirido por Alexandre Bispo de Miranda “Xandinho Preto” em 1981. A primeira vitrola foi a de Tião da Silva na década de 70. O primeiro Automóvel foi um Opala 2 portas amarelo 1969, adquirido por Vicente “Bordado” Lopes de Faria (delegado Municipal), adquirido em 1970. Posteriormente Moacir Firmino (Jeep) e Jesus Lourenço Antônio do Carmo (VW Fusca 0 km) em 1972.

## Educação

Em 13 de Novembro de 1919 foi criada por decreto de Arthur da Silva Bernardes, Presidente do Estado de Minas, a Escola Rural Mista de São José do Triunfo, tendo sido nomeada a professora Argina Silvino Ferreira “d. Gina” (30/04/1898-04/03/1961), que assumiu o cargo em 1920 [Alves<sup>20</sup>]. Esta escola funcionava em uma casa situada na atual Praça Luiza R. Lopes n.28. Possuía uma única sala de aula, e os alunos dos 3 anos do primário tinham aulas ao mesmo tempo, ministradas pela mesma professora, somente organizados por fileiras: o 1º ano a esquerda, o 2º ao meio e o 3º a direita. D. Gina foi a responsável pela escola até 1936, quando voltou para Viçosa para garantir a continuidade da educação de seus filhos, e foi substituída por d. Elizena Lopes, depois por d. Mariazinha e nos anos 50 por d. Helena Lopes Arcanjo. Até 1961 a escola lecionava até o 3º ano primário e apenas 2 dos 82 chefes de família

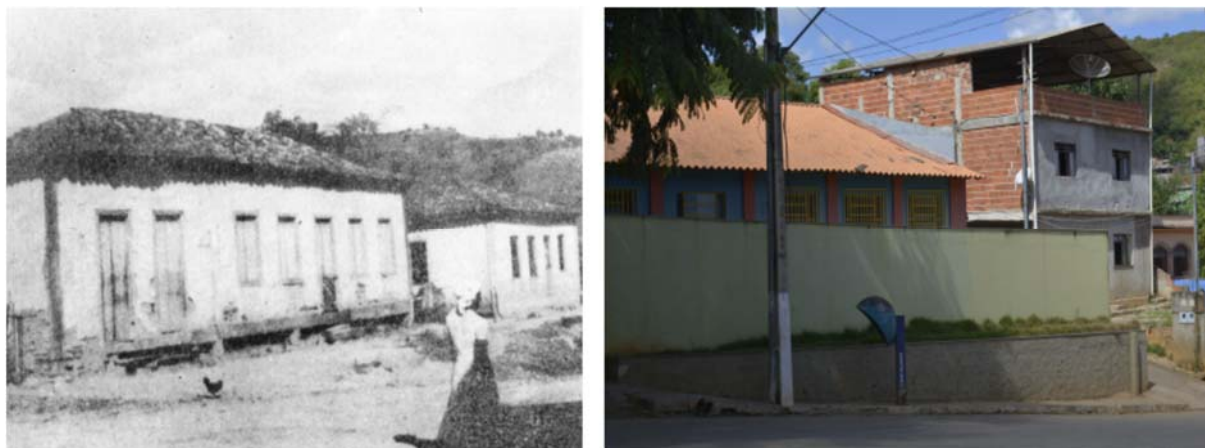
---

<sup>20</sup> ALVES, Cirene Ferreira [Norah]. Cirene Ferreira Alves: depoimento [Jan. 2016]. Entrevistador: PINHEIRO, P.C.C. Viçosa: 2016, formato digital mp3.



possuíam o primário completo [Pinto <sup>21</sup>].

Em 1960 José Lourenço de Freitas recomprou de sua filha um casarão que havia lhe doado e doou o casarão para a escola onde foi erguida a atual escola (Pç. Luiza Lopes n.35). A escola foi reformada e conta atualmente com 12 salas de aulas, biblioteca, laboratório de Informática, pátio coberto, secretaria e 17 turmas do ensino Fundamental e 4 turmas do Ensino Médio.



**Figura 1.** Escola e casa do Joaquim “de Bejo” Filomeno 1961<sup>22</sup> - 2016.

O primeiro morador a obter o título superior foi Manoel Messias de Freitas “Lilico” (Eng. Florestal, 1973, UFV), e o primeiro doutor Décio Lopes Cardoso “Ló” (Eng. Civil, Coppe UFRJ, 2000). Atualmente 12 triunfenses já obtiveram doutorado (4 dr/1000 hab, muito acima da média nacional<sup>23</sup>), o que contrasta com o baixo nível educacional do povoado.

Em 08/Set/2016 foi inaugurada no povoado a Fazenda Escola da Univiçosa, onde foram estabelecidos os laboratórios dos cursos de veterinária e agrícola desta Universidade.

### Saúde

Até a inauguração do posto de saúde (Pç. Luiza Lopes n.188, em 12 de Março de 1981), não existia no povoado nenhum serviço de saúde, sendo necessário aos moradores se deslocar a Viçosa ou Cajurí, para qualquer assistência médica ou odontológica. A única exceção foi o período que d. Gina e seu marido Joaquim Leandro Ferreira moraram no povoado (1920-1936). Ele era dentista (prático) no hospital São Sebastião em Viçosa, para onde ia diariamente a

<sup>21</sup> PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". p.24.

<sup>22</sup> PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". Foto 10, p.59.

<sup>23</sup> Em 31/11/2016 o Brasil possuía 218.562 doutores (1,05/1000 hab). Painel Lattes. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/mapa/>

cavalo e prestava assistência no povoado. (Ele se formou depois na década de 30 na Escola de Farmácia e Odontologia de Ubá).

Muitas vezes, a população buscava nas benzedadeiras, raizeiras e parteiras<sup>24</sup> um alento para os seus males. A mais famosa entre elas foi Maria Brígida Lopes “d. Cocó” (falecida em 1963 com mais de 100 anos), cuja receita mais lembrada era o “Mel de Poáia”. Atualmente no povoado sé existe uma rezadeira ainda em atividade, mas seus serviços são pouco utilizados.

### Arquitetura

Segundo Pinto em 1961 a grande maioria das construções era de pau-a-pique cobertas de sapê, havendo algumas casas de alvenaria<sup>25</sup>. As casas de pau-a-pique existentes nesta época eram muito semelhantes os barracos de escravos descritos por Slenes<sup>26</sup> (p.157-170), que não divergia muito dos padrões africanos, tendo a maioria 2 a 3 cômodos<sup>27</sup>.

Atualmente não existe no perímetro urbano do povoado nenhuma casa de pau-a-pique. As casas são de tijolos, construídas rentes à rua, e a grande maioria sobre a laje do último piso é coberta por uma estrutura metálica e telhas metálicas formando um galpão (figura 1). Em muitas casas o lado interno do teto é emboçado com argamassa onde se grava a textura dos forros de taquara trançadas.

O maior imóvel do povoado é a Casa de Retiro Bom Jesus, inaugurada em 1978, e que em 2016 foi transformado em espaço multiuso.



**Figura 2.** Rua do Beco. (Ao fim da rua a “Volta do Abacate”). 1961<sup>28</sup> - 2016.

<sup>24</sup> ALVES, Cirene Ferreira [Norah]. As benzedadeiras: Siá Luiza, Cocó e Andreza. In: Saudades em dois tempos. Viçosa, MG, 2009, 2a ed., 180p, p.153-155.

<sup>25</sup> PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". p.28.

<sup>26</sup> SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor. Campinas: Ed. Unicamp, 2ª ed, 2011, 304p.

<sup>27</sup> Segundo entrevistados o barraco no desenho de Rugendas (Barroco-Senzala [SLENES, p.164], é muito semelhante aos barracos que haviam no povoado, o que também pode ser visto na figura 1.

<sup>28</sup> PINTO, João Bosco Guedes. São José do Triunfo - "Um povoado mineiro entre outros". Foto 11, p.59.



## Água

Desde os primórdios o povoado obtinha água da mina (20°45'1,44"S 42°49'30,33"W), tampada em 1991, da mina da Mundial (20°44'59,86"S 42°49'38,14"W) ou de poços artesianos. Nos anos 70 foi instalado por Efigênio Brandão um chafariz na praça, alimentado por um canal que trazia água da gruta do Cassimiro. Somente em 26 de Outubro de 1991 foi estabelecido o serviço de tratamento e distribuição de água pelo SAAE - Viçosa, cuja água é obtida por poços perfurados próximos à antiga mina. A rede de esgoto é ainda inexistente na maioria das residências do povoado.

## Religiosidade

A igreja católica local, dedicada a São José, pertence à paróquia de São Silvestre (criada em 18/07/1994)<sup>29</sup>, forania de Viçosa, arquidiocese de Mariana, e regularmente é rezada uma única missa aos domingos. Várias manifestações religiosas envolvem toda a comunidade católica do povoado.

**Tabela 1.** Manifestações Religiosas em São José do Triunfo

Quaresma	Charola do Senhor dos Passos
Semana Santa	Encenação da Paixão de Cristo (domingo a domingo) Encenação da Paixão de Cristo Mirim
Maio	Mês de Maria: Coroação (todos os dias) Comemoração da Libertação dos escravos (12-13 Maio)
Junho	Coroação do Sagrado Coração de Jesus
Setembro	Festa do bom Jesus: Procissão de 7 km até a Matriz de São Silvestre
Outubro	Festa de Nossa Sra. do Rosário (Congado)

A principal festa religiosa é a de Nossa Sra. do Rosário, o Congado, que é realizada no povoado desde a década de 30. Esta festa era também realizada na igreja de Nossa Sra. do Rosário em Viçosa, mas com a demolição da igreja em 1963 permaneceu em São José do Triunfo, onde a maioria dos Congueiros já morava. Uma vez que a festa do Congado ficou restrita ao povoado, a população local incorporou e assumiu para si esta tradição, e a festa se tornou muito mais grandiosa. O Reinado consiste num ciclo anual de homenagens a Nossa Sra.

<sup>29</sup> Anteriormente pertencia à Paróquia de Santa Rita de Cássia, Viçosa, MG.

do Rosário. O ponto alto é a coroação da nova corte (Rei, Rainha, Príncipe e Princesa)<sup>30</sup>, que consta de novenas, levantamento de mastro, procissões, cortejos, cantos, danças, banquetes coletivos. O Rei e a Rainha festeiros oferecem um almoço para os convidados (mais de 2.000 pessoas), os Rei e príncipes novos os lanches de fim da festa, a comunidade doa alimentos, e as mulheres preparam e servem os banquetes.

Durante a semana santa (todas as noites de domingo a domingo) cerca de 90 atores amadores do povoado<sup>31</sup> encenam desde 1993 cenas da paixão de Cristo. O espetáculo envolve toda a comunidade e atrai grande público de toda a região.

A Charola do Senhor dos Passos ocorre durante a quaresma. Levado por 6 charoleiros o andor com o santo vai de casa em casa no povoado, e com uma cantilena contínua durante horas os charoleiros abençoam as casas e recolhem esmolas para a igreja.

Apesar do grande predomínio da religião católica, existe um avanço dos protestantes, existindo atualmente 13 igrejas protestantes (tradicionalistas e pentecostais) no povoado.

### **Culinária**

Foi feito um levantamento de alimentos que eram usuais no povoado no passado, e que atualmente caíram em desuso [Pinheiro <sup>32</sup>]. Com a melhoria das condições econômicas, o uso destes alimentos foi abandonado pela incorporação de novos hábitos alimentares e esquecido, talvez por estarem associados aos tempos difíceis e à extrema pobreza. A maioria dos alimentos exóticos citados ainda é encontrada no povoado, mas não são mais consumidos, e desconhecidos pela geração local com menos de 60 anos de idade. Estes desconhecem o uso culinário do Caruru, Capiçoba, Jurubeba, Malvarisco sendo estas plantas consideradas ervas daninhas ou mesmo venenosas. O Lobrobó (Ora-Pro-Nobis) ainda é consumido, mas em pequena escala e com preconceito.

O macarrão com pato é o *Chef-d'ouvre* da culinária local sendo a sua presença obrigatória nas grandes festividades: casamentos, batizados, congado. A este prato é atribuído um significado de festividade, sustança e abundância. É importante ressaltar que o uso carne de pato não é comum na culinária mineira

### **Trabalho Coletivo Voluntário**

---

<sup>30</sup> Os primeiros Reis do Congado foram João Virgílio Lúcio e Francisca Simoa.

<sup>31</sup> Organizados como Grupo Teatral “Nova Luz”. <https://www.facebook.com/NovaLuzGrupoTeatral>

<sup>32</sup> PINHEIRO, Paulo César C. A Culinária “Labatu” de São José do Triunfo. In: V Ephis, 2016.

O ato de “batê laje” consiste num grande mutirão de amigos e vizinhos para preencher com concreto a laje de uma casa em construção. A laje é sempre batida no sábado ou feriados, de modo que o maior número de homens possa participar. Uma vez concluído o enchimento da laje, o dono da obra oferece um almoço (churrasco, feijoada) aos participantes. O povoado está sempre em construção, e o “batê laje” é uma oportunidade de reafirmar os laços de amizade e economizar com mão de obra. Essa é a idéia de identidade coletiva e de pertencer ao local é visto como um atributo positivo e valorizado. O trabalho coletivo voluntário também pelas mulheres na preparação e distribuição dos banquetes das festas religiosas.

### Vocabulário

Foram encontrados diversos vocábulos no linguajar do povoado que não são correntes no linguajar urbano da região.

Arapois	Deixa de bobagem
Bieira	Barulho, gritaria de criança.
Buléu	Sacudida, arranco
Catafrêcho	Coisa (objeto) que está ruim
Cuá	Interjeição de admiração, dúvida.
Enveremo	Em dúvida
Esparobada	Pessoa desastrada
Furdunço	Fuzuê, Confusão, barulho
Indéis	1) o ovo que você deixa no ninho para a galinha continuar botando. 2) bobeira, c* doce.
Intrumentar	Atormentar
Labatu	Mistureba (Comida)
Limo	Lodo, barro
Luir	Comer
Macaco é ‘Ti’ Antoin	Fica esperto
Misura	palhaçada

Muquiado	Entristecido, querendo adoecer.
Paspanhar	Bobear
Patetê	Comida requentada várias vezes
Patitice	Palhaçada, graça
Piar	O cansar de bronquite
Pustema	Pessoa fraca, doente
Regateira	Mulher assanhada
Tafularia	Barulho feito por criança
Tarrasca	Assanhada
Tendepá	Brigaiada, furdunço, bagunça
Tibornada	Muita Comida
Tíche	Carne (linguagem infantil)
Tijuco	Barro
Tilanga	Mulher feia
Tumbá	Bagunça
Záia	Assombração
Zureta	Doido

### Genealogia

Está sendo realizado um levantamento genealógico das famílias de São José do Triunfo<sup>33</sup>. Até o momento foram levantados cerca de 2000 nomes, dos quais mais de 1000 da família Lopes, 300 da família Firmino e 200 da família Freitas. Deste levantamento verifica-se que a família Lopes, descendentes de Bento Lopes, é a família predominante no povoado.

### Conclusões

O objetivo deste trabalho foi resgatar e registrar parte da história do povoado de São

<sup>33</sup> PINHEIRO, Paulo César C. Arvore Genealógica de São José do Triunfo. Viçosa: ed. autor, 2017, 57p.

José do Triunfo que ainda encontrava-se presente memória de alguns moradores, de modo a preservar esta história. O conhecimento da história do povoado e da comunidade permite que os seus membros se reconheçam como seres históricos.

Este resgate histórico foi realizado através de entrevistas orais com moradores locais mais idosos, que foram instigados a relembrar fatos da história do povoado. A metodologia utilizada foi a da entrevista livre nos permitiu ir além do objetivo inicial de registrar aspectos históricos e socioeconômicos e também fazer um levantamento da culinária local, medicina tradicional, “causos” e histórias pessoais.

Agradecemos as várias pessoas que nos ajudaram neste trabalho, em especial a Sra. Maria Luiza Firmino “Di”, Cirene Ferreira Alves “Norah”, Cléa Eunice Cardoso, Nicilene Nascimento Sebastião "Daka", e Jamilton Lopes Soares.

## O Coronel Francisco Pinto de Assis Rezende e sua trajetória

**Amanda Cardoso Reis**

Graduanda em licenciatura e bacharelado em História  
Universidade Federal de São João del-Rei  
E-mail: mandinhacris@hotmail.com

**João Carlos Resende**

Graduando em licenciatura e bacharelado em História  
Universidade Federal de São João del-Rei  
E-mail: jcrsde@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo é um pequeno estudo de caso sobre a trajetória do Coronel Francisco Pinto de Assis Rezende, nascido no início da década de 30 do século XIX e falecido em 1905. Fazendeiro e líder político no Distrito da Lage, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, Chico Pinto atravessou as principais transformações que culminaram no fim do sistema escravista brasileiro. Faleceu deixando bens e posses com valor menor que o recebido em herança.

**Palavras-chave:** Distrito da Lage; elite; riqueza; fim do sistema escravista.

**Abstract:** The present article deals with a case study about the trajectory of the Coronel Francisco Pinto de Assis Rezende, born in the early 1930s from the XIX century and deceased in 1905. Farmer and political leader in the Distrito da Lage, Rio das Mortes County, Minas Gerais General, Chico Pinto went through the main transformations that culminated in the end of the Brazilian slave system. He passed away leaving goods and possessions less than the amount received in inheritance.

**Keywords:** District of Lage; elite; wealth; end of slaves system.

O Distrito da Lage, lugar de morada do Capitão Francisco Pinto de Assis Rezende, que conformava o Termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, fora ocupado em meados do século XVIII. Parte de suas terras hoje abrigam o município de Resende Costa, Minas Gerais. O distrito não foi ocupado, inicialmente, para atividades mineradoras. O lugar não tinha ouro a explorar; as fazendas foram as responsáveis pelas primeiras paisagens. Os fazendeiros, como os antepassados do Coronel Francisco Pinto de Assis Rezende, se dedicaram a vida agrícola e pastoril no movimento de expansão das áreas de produção de alimentos voltadas para o abastecimento, inicialmente, das zonas mineradoras. São João del-Rei foi uma importante praça comercial, que recebia boa parte dos víveres produzidos no distrito.<sup>1</sup>

Para reforçar a dedicação à vida pastoril e agrícola da elite do lugar, faz-se necessário dizer que a partir da ocupação agrícola, na segunda metade do século XVIII a diversificação econômica das fazendas marcou as atividades de produção no Distrito da Lage. Nas fazendas se desenvolveram diversas atividades, como lavouras, criatórias, leiteiras, etc. Com a chegada

---

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O Distrito da Lage e o quarteirão do mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves; Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

da Corte de D. João VI ao Rio de Janeiro no início do século XIX, tais atividades ganharam impulso.<sup>2</sup> Nesse sistema agrário que pretende-se conhecer melhor, é imprescindível destacar que os grandes fazendeiros buscavam evidenciar suas posições de poderio econômico. Maria Célia Loureiro Muniz, trabalhando o município de Vassouras, exemplifica semelhante quadro, ao afirmar que

Na segunda metade do século, os chefes dessas famílias mais ricas iriam procurar mostrar muito poder através das construções de grandes casas, investimento em lucro e em atitudes beneméritas, como: construções de igreja, Santa Casa, participação em Irmandades, fazer parte das Câmaras Municipais, para receber títulos de nobreza, tornando-se membro da 'nobreza da terra'.<sup>3</sup>

O trabalho de Maria Célia Loureiro Muniz leva a pensar nas transações realizadas por esses fazendeiros procurando projeção social e aumento de poder político, perpassando a busca por redes de amizades que garantissem prestígios e obtenção de títulos de nobreza. Maria Lúcia R. C. Teixeira chama a atenção para o fato de ser o arraial lugar de morada dos pobres, conhecidos por serem pessoas de péssimos costumes e desordeiras. O local era evitado pelos fazendeiros. Ali possuíam casas bem modestas e de baixo valor imobiliário, pois eram utilizadas apenas em dias de festas religiosas. Os fazendeiros escravistas que residiam no distrito, como o Coronel Francisco Pinto de Assis Rezende, se viam como a única camada social ordeira.

O morador do arraial, propriamente dito, representa o estrato social mais indefinido do mundo escravista porque, apesar de não usufruir de um pedaço do solo rural, está a ele ligado pelo seu ofício ou como um jornaleiro agrícola nas franjas do sistema, esperando uma oportunidade de aproveitar as migalhas da sociedade escravista.<sup>4</sup>

Voltando ao surgimento do arraial, é preciso ressaltar que havia movimento intenso de passageiros e tropas, o que justificaria a existência de ranchos próximos às fazendas para abrigo dos passageiros. Segundo Maria Lúcia R. C. Teixeira, esse trânsito intenso representou uma ampla parcela do movimento das estradas nessa região mineira do século XIX. A historiadora destacou que os primeiros a se estabelecerem no distrito foram famílias abastadas, fazendeiros bem situados e proprietários de terras, ressaltando mais uma vez a necessidade de conhecer as elites que habitavam o distrito.

A presença dessa elite agrária com posse significativa de escravos na região pode nos induzir a perguntar sobre a existência de atrativos que levaram homens de posse e destaque social a adquirir propriedades nestas imediações.

---

<sup>2</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.*. 2006. p. 73.

<sup>3</sup> MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras em Vassouras, 1820-1890*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005 (Dissertação de Mestrado em História pela UFRJ). p. 83.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.*. 2006. p. 45.

Tais homens foram os chamados homens bons que tiveram acesso á riqueza na região das Minas e, certamente, os mesmos que viram a população do Arraial como desordeira e gente de péssimos costumes porque não gozavam dos mesmos padrões de propriedade.<sup>5</sup>

Ana Paula Mendonça de Resende, destacando a necessidade de conhecer o Distrito da Lage, lembra que no local viveram dois participantes da Inconfidência Mineira, o que é entendido como sinal de sua importância em âmbito regional.

O Arraial da Lage, que contou como primeira referência histórica o erguimento de sua capela em 1749, a “capela de Nossa Senhora da Penha de França, no ‘lugar da Lage’, mantém sua importância quando a história da Inconfidência Mineira é retomada. Dois de seus antigos moradores considerados ilustres, “dois dos próceres do movimento libertário que sacudiu a Capitania de Minas Gerais na década de 1780: o Capitão José de Resende Costa e seu filho, do mesmo nome” foram participantes da revolta separatista colonial e são considerados o “elo” político entre a localidade estudada e o passado mineiro.<sup>6</sup>

Maria Lucia R. C. Teixeira observou que o Distrito da Lage possuía alto número de cativos e mostrou-se como um dos maiores concentradores de mão de obra escrava na Comarca do Rio das Mortes, contando com 58,4% da população escrava, e 41,6% eram livres, em 1835. Não se pode deixar de destacar que a região era composta de fazendas, o que justificaria a significativa propriedade de escravos. Em 1835 eram 958 escravos e 682 homens livres.<sup>7</sup> Esses dados nos permitem compreender que o distrito possuía grande número de escravos e assim podemos justificar a importância desse estudo. A segunda metade do século XIX foi marcada por intensas transformações sociais e econômicas na sociedade brasileira. O fim do tráfico atlântico e a Lei de Terras em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei Áurea em 1888 causaram grande impacto no país. Deve se ter em mente que a posse de escravos era símbolo da riqueza e poder no século XIX.

De fato, a alta proporção de escravos na população do Distrito da Lage claramente sinaliza o dinamismo da economia local e deve se mostrar bastante rica no fornecimento de informações para construção histórica da cultura escravista mineira do século XIX. As possibilidades são muitas.<sup>8</sup>

Num distrito com forte apego a escravidão, a existência de aspectos sutis de dominação para manter a disciplina em um regime de cativo foi forte. Tal processo, como a possibilidade de atitudes paternalistas e pelo uso da violência e até mesmo pela sedução para

---

<sup>5</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.*. 2006. p. 53.

<sup>6</sup> RESENDE, Ana Paula Mendonça de. *Entre fios e panos: mulheres nas minas gerais: A produção doméstica têxtil no Distrito da Lage na primeira metade do século XIX*. Ouro Preto: UFOP, 2005.

<sup>7</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.*. 2006. p. 37.

<sup>8</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.*. 2006. p. 39.



manter a disciplina e o sistema social escravista, era uma constante e o Cel. Assis Rezende pode ter feito uso de tais estratégias.

Francisco Pinto de Assis Rezende nasceu em 4 de outubro de 1830, na Fazenda do Catimbau,<sup>9</sup> que então pertencia a São José del-Rei. Hoje a fazenda se encontra no município de Resende Costa/MG, antigo Distrito da Lage. Seu pai, Felisberto Pinto de Almeida, era filho do Major Joaquim Pinto de Góes e Lara, um dos grandes senhores escravistas do referido distrito. Em 1830, por ocasião do falecimento de sua esposa, Anna de Almeida e Silva, foram inventariados 92 escravos, o que pode ser comparado aos senhores médios do Rio.<sup>10</sup> Francisco era trineto de João de Rezende Costa e Helena Maria de Jesus, portugueses que deixaram os Açores e vieram para o Brasil. Do casal até o seu neto, em 4 gerações, nota-se duas patentes de coronel e uma de guarda-mor.<sup>11</sup>

Felisberto, pai de Francisco, faleceu em 1842, deixando 49 cativos na propriedade, sendo um dos maiores escravistas do distrito em que vivia, que já se caracterizava por ser um dos locais mais apegados a mão de obra escrava na Comarca do Rio das Mortes na primeira metade do século XIX.<sup>12</sup> Após o falecimento do fundador da Fazenda do Catimbau, os negócios da propriedade foram conduzidos pela viúva Maria Libânia de Resende, até que a fazenda fosse assumida por um irmão de Francisco, Geraldo Pinto de Rezende, que mais tarde veio a se tornar Tenente Coronel da Guarda Nacional.<sup>13</sup> Maria do Catimbau, como era conhecida, também tinha descendência lusitana. Na família foi muito recorrente o casamento entre pessoas de mesma elevação econômica e social. O próprio casamento dos pais de Francisco obedeceu a tal lógica. O mesmo foi percebido entre os filhos do casal, que chegaram a se unir com pessoas de parentesco próximo.<sup>14</sup> Tais enlaces devem ser explicados pelos desejos de fortalecimento políticos, manutenção da riqueza e prestígio social.<sup>15</sup>

---

<sup>9</sup> CHAVES, José Maria da Conceição. *Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes*. Resende Costa: AMIRCO, 2014. p. 208.

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.*. 2006. p. 90.

<sup>11</sup> RESENDE, João Carlos. *Na porteira do Catimbau - família e riqueza no Distrito da Lage (1869-1907)*. Monografia. São João del-Rei: UFSJ, 2017 (Monografia em História pela UFSJ). p. 33.

<sup>12</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 34

<sup>13</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 36

<sup>14</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 34-38.

<sup>15</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 36.



Figura 1: Cel. Francisco Pinto de Assis Rezende e seu neto, Álvaro Mendes.

Sobre Chico Pinto, como era também conhecido Francisco, não se sabe muito ainda. Antônio de Lara Resende oferece alguns relatos sobre o velho patriarca. Diz o memorialista que o coronel estava

sempre de indumentária escura, sobrecasaca ou *croasê* em funções religiosas ou paletó compridão nos dias comuns, botas pretas, a cobrir-lhe as pernas e os joelhos quando vinha ao arraial, habitualmente num bonito cavalo castanho.<sup>16</sup>

A indumentária de Francisco pode ser vista com um claro sinal de sua elevada posição social. No final do século XIX, em uma sociedade ainda muito fortemente dividida, a elite imperial tentava se aproximar da burguesia europeia abastada.<sup>17</sup> Outros fatos aludem ao elevado condicionamento social do proprietário da Fazenda da Lage. Ao seu sepultamento, em março de 1905, teria ocorrido uma grande quantidade de pessoas do Arraial da Lage, e, inclusive, padres de locais vizinhos. Sabe-se também que houve a execução de marchas fúnebres. O corpo foi enterrado no cemitério existente no adro da Capela do Rosário.<sup>18</sup> Em 1882, por ocasião de uma Missão pregada pelos padres Lazaristas no Distrito da Lage, foi construído o Cemitério de São Vicente de Paulo. Assim, cessaram os sepultamentos no adro da Igreja Matriz. Diz o

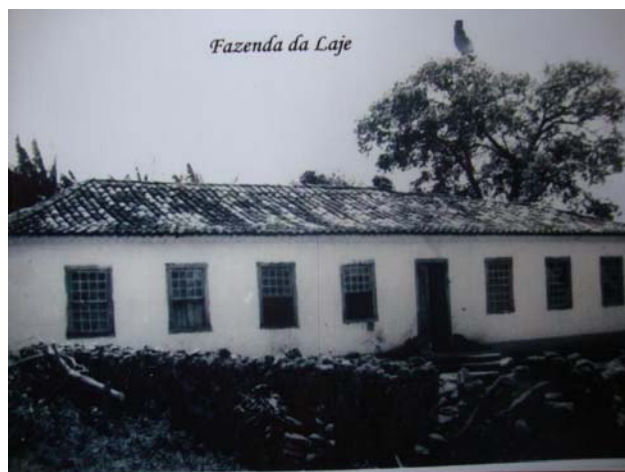
<sup>16</sup> RESENDE, Antônio de Lara. *Memórias - Do Belo Vale ao Caraça*. Sem local: Edição do autor, 1970. p. 95.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortuna e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. São João Del-Rei: UFSJ, 2014 (Dissertação de Mestrado em História pela UFSJ). p. 217.

<sup>18</sup> RESENDE, Antônio de Lara. *Op. Cit.* 1970. p. 96.

memorialista Juca Chaves que o adro da Capela do Rosário "servia de cemitério aos mortos das classes média e abastada".<sup>19</sup>

Mas há outro fato que evidencia melhor a posição do velho coronel. Certo dia, um homem bêbado, montado em seu cavalo, foi até a Fazenda da Lage e desferiu uma série de impropérios contra Assis Rezende, que viu a sua casa encher de pessoas que queriam se solidarizar com ele. Diz Mestre Lara Resende que o autor das ofensas não havia conseguido "cobertura para atos que o ancião não podia aplaudir".<sup>20</sup> Era a época do Coronelismo. Os chefes políticos tinham sua clientela, formada por pessoas sem grandes provisões materiais, que precisam do coronel, pois é a ele que recorre em suas necessidades.<sup>21</sup> De fato, o Coronel Assis Rezende foi uma liderança política do distrito. Foi vereador na Câmara da Vila de São José del-Rei entre 1860 e 1887 e em 1889. Já seu filho, Antônio Pinto de Assis Resende, foi 1º suplente ao juizado de paz do distrito em 1887.<sup>22</sup> Os cargos são um indicativo da grande influência política de Francisco. Assim se torna mais compreensível o fato de o proferidor das ofensas ter deixado o arraial e não mais voltar para lá.<sup>23</sup>



**Figura 2:** Fazenda da Lage, onde viveu o Cel. Assis Resende

Há indícios para crer que Francisco mantivesse considerável atividade econômica ao menos nas duas ou três primeiras décadas de sua vida adulta. No Cartório de Ofício do Segundo Tabelionato de Notas de Resende Costa há três registros de compras e vendas de propriedades

<sup>19</sup> CHAVES, José Maria da Conceição. *Op. Cit.* 2014. p. 90.

<sup>20</sup> RESENDE, Antônio de Lara. *Op. Cit.* 1970. p.96-97.

<sup>21</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada & voto: o município & o regime representativo no Brasil.* 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 44-45.

<sup>22</sup> CHAVES, José Maria da Conceição. *Op. Cit.* 2014. p. 58-59.

<sup>23</sup> RESENDE, Antônio de Lara. *Op. Cit.* 1970. p. 97.

em que Francisco esteve envolvido no terceiro quartel do século XIX.<sup>24</sup> No dia 9 de janeiro de 1867 fez uma venda de "terras na Fazenda do Catimbau e na Fazenda da Lage" ao seu irmão Geraldo Pinto de Rezende, no valor de 400\$000 (quatrocentos mil reis). No mesmo dia foi registrado uma compra que fez de "sorte de terras de cultura na Lage", no valor de 1:000\$000 (um conto de reis). Os vendedores foram Felisberto Pinto de Almeida e sua esposa, Dona Maria Francisca da Silveira. O terceiro registro encontrado data de 18 de março de 1871. Na ocasião, Dona Cândida Clara dos Reis vendeu a Francisco, por um valor de 800\$000 (oitocentos mil reis), uma "morada de casas com quintal e pasto na beira da Lage". O último dado, sobretudo, é muito relevante. Mostra que ainda, naquele ano, o Cel. Assis Rezende possuía condições financeiras para fazer uma compra desse porte. Mas há outros dados que mostram que mantinha significável atividade. Helena Teixeira Martins afirma que Chico Pinto adquiriu a Fazenda da Lage, uma das mais antigas do Distrito da Lage, por meio de um leilão. Para a propriedade teria levado gado e escravos. Lá havia

serraria movida a água para aparelhar madeira; de tenda de fundição e de engenho para fabricação de farinha, além de moinho para fabricação de azeite de mamona usado para iluminação doméstica e iluminação pública de vilas e cidades. O azeite produzido na Fazenda abastecia lampiões em Vila Rica. O azeite de mamona era usado também para lubrificar eixos de carros de bois e arreatas em geral. Consta que havia na Fazenda da Lage grande curtume e olaria para fabricação de telhas.<sup>25</sup>

Como se pode ver, pelo relato acima, a propriedade era bem dinâmica na época do coronel. Todas as atividades listadas demandavam significativa quantidade de trabalhadores, cativos ou livres. Chico Pinto também era muito famoso por sua generosidade. Um exemplo é oferecido por Juca Chaves, que transcreve um caso vivenciado por seu amigo Antônio de Lara Resende. Estando este a esperar, junto de seu irmão, o trem na estação de Giarola, um velho lhe disse que o Cel. Assis Rezende, duas vezes ao ano, pelo menos, sacrificava dois cavalos e duas reses para dar aos pobres. Ao lhe agradecerem, o velho fazendeiro respondia: "Deixa disso, seu bobo, eu estou pondo dinheiro a juros com vocês".<sup>26</sup> Apenas pelo relato de Juca Chaves é impossível saber se o coronel respondia brincando ou se falava com ares de seriedade. Não pretendemos questionar a real intenção que estava por trás da sua bondade. Estaria ele pensando em formar uma clientela? Pode ser, afinal era líder político. Ou estava apenas praticando a

<sup>24</sup> REIS, Amanda Cardoso. Trajetória de enriquecimento das elites na segunda metade do século XIX: O Arraial da Lage, 1862-1871. VIII ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA. São Paulo: USP, 2016. p. 14-19.

<sup>25</sup> MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de fazendas mineiras: Campos das Vertentes - Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998. p. 68.

<sup>26</sup> CHAVES, José Maria da Conceição. *Op. Cit.* 2014. p. 58.

bondade, sem interesses imediatos? Também é algo possível. Tido como católico fervoroso, Francisco podia, na verdade, estar pondo em prática os mandamentos de sua religião, que muito incentiva a assistência material aos mais pobres. As fontes consultadas não permitem entender qual a natureza de suas ações. Apenas é possível afirmar, neste momento, que o coronel conseguiu mesmo ter forte influência no Distrito da Lage. Há um fato que muito ajuda a demonstrar isso.

Em 1912 o antigo distrito conseguiu sua emancipação política, deixando de pertencer a Tiradentes, antiga São José del-Rei, sendo elevado a categoria de vila. Por quase vinte anos o seu líder político foi o Coronel Francisco Mendes de Resende, filho do Cel. Assis Rezende. De família com elevado status social na região, Chico Pinto conseguiu levar sua condição até a morte, como já demonstramos. Mas há um ponto que merece ser explorado: o fazendeiro acabou seus dias em uma situação financeira um tanto decadente. Seu inventário traz bens avaliados em 4:354\$750 (quatro contos, trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reis).<sup>27</sup> O mesmo documento afirma que a dívida passiva que deixara era equivalente a 2:685\$330 (dois contos, seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta reis), o que equivalia a 61,66% do patrimônio que detinha.<sup>28</sup> Quando do falecimento de seu pai, Felisberto Pinto de Almeida, em 1842, recebeu uma herança que equivalia a 3:126\$526 (três contos, cento e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e seis reis). Em 1878, por ocasião do falecimento de sua mãe, Maria Libânia de Resende, já não havendo muito a repartir para os filhos do casal, recebeu 670\$465 (seiscentos e setenta mil, quatrocentos e sessenta e cinco reis).<sup>29</sup> Ou seja, descontando as dívidas que tinha a pagar, Francisco morreria deixando um valor menor que o recebido em herança, mesmo não levando em conta a inflação desses anos.

A partir desta análise, duas conclusões podem ser tiradas. Em primeiro lugar a condição social não dependia diretamente da condição financeira. Embora a segunda pudesse ajudar a aumentar a primeira, Francisco conseguiu manter e reproduzir seu prestígio mesmo descendo a ladeira da fortuna. Sua situação, na verdade, foi comum no Brasil escravista. Obedeceu a lógica de "pai taberneiro, filho barão e neto mendicante".<sup>30</sup> Então a pobreza em que caiu o velho coronel era algo esperado? Não necessariamente. Seu irmão, o Tenente Coronel Geraldo Pinto de Resende, proprietário da Fazenda do Catimbau, também localizada no Distrito da Lage,

<sup>27</sup> Inventário de Francisco Pinto de Assis Rezende, 1905, cx. 207, fls. 12-13.

<sup>28</sup> Inventário de Francisco Pinto de Assis Rezende, 1905, cx. 207, fls. 18.

<sup>29</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 56.

<sup>30</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 71.

faleceu em 1907, apenas dois anos depois de Francisco. Recebeu as mesmas parcelas de herança. Contudo, seguiu um caminho inverso. Ao falecer, deixou um montante de 135:338\$315 (cento e trinta e cinco contos, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e quinze reis). Sem levar em conta as dívidas, Francisco partiu deixando um valor que equivalia a 2,84% do que tinha seu irmão ao morrer.<sup>31</sup> Ainda não está claro qual terá sido a razão do sucesso de Geraldo. Mas há alguns indicativos que possam ajudar a compreender a diferença entre os dois. Francisco foi um grande benemérito local. Em 1895, por exemplo, em outra missão pregada pelos padres Lazaristas no Distrito da Lage, o povo teria comprado "o velho prédio paroquial, que em seguida foi reparado e melhorado pelo benemérito coronel Francisco Pinto de Assis Rezende".<sup>32</sup> Talvez Chico Pinto tenha realmente chegado ao estado financeiro que chegou por ser um benemérito local. Contudo, é preciso se atentar para o fato de que, pelas fontes consultadas, não é possível afirmar que o fazendeiro almejava reproduzir seu status social. Como já dito, não sabemos a natureza de suas práticas beneméritas.

As suas reais intenções ainda permanecem um mistério. Mas o fato é que foi um grande benemérito local, o que com certeza lhe custou um bom dinheiro. E mesmo que não fosse sua intenção, a cada ação em prol da comunidade seu nome deve ter ganhando mais e mais notoriedade, como atestam os relatos contemporâneos.<sup>33</sup>



**Figura 3:** Sobrado que pertenceu ao Cel. Assis Rezende, no Largo de São José, Arraial da Lage

<sup>31</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 62.

<sup>32</sup> REZENDE, José Augusto de. *Livro de Pálidas reminiscências da antiga Lage - hoje - Villa de Rezende Costa*. Resende Costa: AMIRCO, 2010. p. 34.

<sup>33</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 63.



Mas há outro dado que ajuda a confirmar a pobreza em que caiu. No dia 22 de outubro de 1889 a Fazenda da Lage foi para as mãos de Antônio Pinto de Assis Resende e Pedro Pinto de Assis Resende, filhos de Chico Pinto.<sup>34</sup> Interessante notar que isso ocorreu pouco mais de um ano após a abolição. Na listagem dos bens do coronel, no seu inventário, "as benfeitorias do terreiro da fazenda" foram avaliados em 4:000\$000 (quatro contos de reis), mas o falecido só seria dono de 963\$750 (novecentos e sessenta e três mil, setecentos e cinquenta reis), o equivalente a 24,09% do valor do imóvel.<sup>35</sup> Algo semelhante aconteceu com a sua casa no arraial. Junto com o quintal e demais benfeitorias, a propriedade foi avaliada em 2:100\$000 (dois contos e cem mil reis), contudo, ao nosso coronel só cabia 28,57% do valor, ou seja, 600\$000 (seiscentos mil reis).<sup>36</sup> Interessante notar que o inventário, além de elencar uma série de dívidas, não faz menção a parcelas de terras que seriam do coronel. Ao que parece, no fim de sua vida, Francisco mantinha uma produção voltada apenas para a sua subsistência.<sup>37</sup>

Apesar de toda a análise feita, ainda não é possível afirmar com precisão qual a razão da acentuada decadência financeira do coronel. A abolição dos escravos, as duas viuvezes enfrentadas ao longo da vida ou, como afirmam os memorialistas, os gastos com benesses devem ter sido a causa do infortúnio de Chico Pinto. Talvez um ou outro, ou até mesmo os três fatores possam ser a causa. Mas, se este ainda é um problema ainda não solucionado, o fato é que passou da riqueza à pobreza e não perdeu o relevo social que possuía desde o berço. Antes, o aumentou.

## **Bibliografia**

Arquivo Cartório de Ofício do segundo tabelionato de notas de Resende Costa:

\_ Livro de 1862.

\_ Livro de 1868.

\_ Livro de 1871.

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei. Inventário do Capitão Francisco Pinto de Assis Resende.

CHAVES, José Maria da Conceição. *Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes*. Resende Costa: AMIRCO, 2014.

---

<sup>34</sup> MARTINS, Helena Teixeira. *Op. Cit.* 1998. p. 69.

<sup>35</sup> Inventário de Francisco Pinto de Assis Resende, 1905, cx. 207, fls. 13.

<sup>36</sup> Inventário de Francisco Pinto de Assis Resende, 1905, cx. 207, fls. 13.

<sup>37</sup> RESENDE, João Carlos. *Op. Cit.* 2017. p. 63.



LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada & voto: o município & o regime representativo no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de fazendas mineiras: Campos das Vertentes - Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras em Vassouras, 1820-1890*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005 (Dissertação de Mestrado em História pela UFRJ).

REIS, Amanda Cardoso. *Trajetória de enriquecimento das elites na segunda metade do século XIX: O Arraial da Lage, 1862-1871*. VIII ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA. São Paulo: USP, 2016.

RESENDE, Ana Paula Mendonça. *A produção Doméstica têxtil no Distrito da Lage na primeira metade do século XIX*. São João del-Rei: UFOP, 2005 (Monografia de especialização em História de Minas no século XIX).

RESENDE, Antônio de Lara. *Memórias - Do Belo Vale ao Caraça*. Sem local: Edição do autor, 1970.

RESENDE, João Carlos. *Na porteira do Catimbau - família e riqueza no Distrito da Lage (1869-1907)*. São João del-Rei: UFSJ, 2017 (Monografia em História pela UFSJ).

REZENDE, José Augusto de. *Livro de Pálidas reminiscências da antiga Lage - hoje - Villa de Rezende Costa*. Resende Costa: AMIRCO, 2010.

RIBEIRO, Isaac Casseiro. *Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortuna e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. São João Del-Rei: UFSJ, 2014 (Dissertação de Mestrado em História pela UFSJ).

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: O Distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2006.